

**COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO****ATA DA REUNIÃO DE INSTALAÇÃO DA  
COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO**

Aos nove dias do mês de abril do ano de mil novecentos e oitenta e sete, às dezessete horas e trinta minutos, no Auditório Nereu Ramos – Anexo II da Câmara dos Deputados, reuniu-se a Comissão de Sistematização, com a finalidade de proceder à eleição para os cargos de Presidente e de Primeiro e Segundo Vice-Presidentes. Havendo **quorum**, nos termos regimentais, assumiu a Presidência dos trabalhos, por ser o mais idoso dentre os presentes à reunião, o Senhor Constituinte Afonso Arinos (PFL-RJ) que, após fazer rápidas referências nominais a personalidades brasileiras ilustres que serviram ao nosso País em diversas oportunidades e nas mais variadas áreas de atividade, mesmo já em idade avançada, destacou as grandes responsabilidades que o momento reserva a todos os Constituintes; em seguida, passou a Presidência ao Senhor Constituinte Nelson Carneiro (PMDB-RJ), tendo em vista considerar-se impedido, diante de sua postulação ao cargo de Presidente do Órgão. Estiveram presentes os seguintes Senhores Constituintes: Paulo Ramos, Nilson Gibson, Carlos Sant'Anna, Luiz Eduardo, Gastone Righi, Francisco Benjamin, João Calmon, Osvaldo Coelho. Oswaldo Lima Filho, Afonso Arinos, Joaquim Bevilacqua, Prisco Viana, Antônio Carlos Mendes Thame, Rodrigues Palma, Milton Reis, Inocêncio Oliveira, José Luiz Maia, Renato Vianna, Paulo Pimentel, José Thomaz Nonô, Aloysio Chaves. Aluizio Campos, Haroldo Sabóia, Nelson Jobim, José Paulo Bisol, Sigmaringa Seixas, Raimundo Bezerra, Sandra Cavalcanti, Adolfo Oliveira, Celso Dourado, Alcení Guerra, Antônio Carlos Konder Reis, Egidio Ferreira Lima, José Ulysses de Oliveira, Artur da Távola, Francisco Pinto, Haroldo Lima, Manoel Moreira, Antônio Farias, Siqueira Campos, Carlos Chiarelli, Virgídasio de Senna, Lysâneas Maciel, Eraldo Tinoco, José Santana, José Fogaça, Enoc Vieira, Christovam Chiaradia, Marcondes Gadelha, Bernardo Cabral, Gerson Pares, Mário Assad, Cid Carvalho, Fernando Lyra, Fernando Gasparian, Arnaldo Prieto, Luis Ignácio Lula da Silva, Francisco Dornelles, José Freire, Alfredo Campos. Oscar Corrêa, João Hermann Neto, Nelson Friedrich, Severo Gomes, Ricardo Fiúza, Roberto Freire, Abigail Feitosa, Jarbas Passarinho, Ademir Andrade, Carlos Mosconi, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Henrique Cardoso, José Ignácio Ferreira, José Richa, José Serra, Nelson Carneiro, Edme Tavares, José Jorge, José Lins, Darcy Pozza e Francisco Rossi – todos titulares e mais os suplentes Luiz Henrique, José Maranhão, Jonas Pinheiro, Márcio Braga, Chagas Rodrigues, Simão Sessin, Wilson Souza, Rose de Freitas, Aécio Neves, Albano Franco, Paes Landim, Itamar Franco, Roberto Balestra, José Genoíno, Miro Teixeira, João Agripino, Roberto Brant, João Natal, Mozerildo Cavalcanti, Adylson Motta, Aldo Arantes, José Maria Eymael, Bocayuva Cunha, José Costa, Octávio Elísio, Daso Coimbra e Uldurico Pinto. O Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos e convidou, para integrarem a Mesa na condição de Secretários escrutinadores, os Senhores Cons

tituintes Oswaldo Uma Filho (PMDB-PE) e Sandra Cavalcanti (PFL-RJ); presente ao recinto da reunião, foi convidado, também, a sentar-se à Mesa, como homenageado, o Senhor Benjamim Farah, na condição de ex-Constituinte que participou da elaboração da Carta Magna de mil novecentos e quarenta e seis. Prosseguindo, foi concedida a palavra, pela ordem, aos Senhores Constituintes Adolfo Oliveira, Chagas Rodrigues, José Lourenço, Fernando Henrique Cardoso, Aluizio Campos, Mário Covas, Milton Reis, Lysâneas Maciel e, para questões de ordem, aos Senhores Constituintes José Genoíno, Luís Inácio Lula da Silva e Gerson Peres, os três últimos declarando-se contrários aos critérios utilizados para a composição desta Comissão e à distribuição das respectivas vagas entre os Partidos que integram a Assembléia Nacional Constituinte. O Senhor Constituinte Chagas Rodrigues, com a palavra, sugeriu fosse feita a eleição para o cargo de Presidente pelo processo de aclamação, por ser o Senador Afonso Arinos candidato único e de consenso, o que foi negado pelo Senhor Presidente, por vedação regimental. Antes de responder às questões de ordem levantadas, o Senhor Presidente prestou minuciosos esclarecimentos sobre os critérios a serem adotados na eleição a anunciou os nomes dos candidatos aos cargos em disputa, que foram os seguintes Senhores Constituintes: Senador Afonso Arinos (PFL-RJ) para Presidente; Deputados Pimenta da Veiga (PMDB-MG) e Aluizio Campos (PMDB-PB) para Primeiro Vice-Presidente e Brandão Monteiro (PDT-RJ) para Segundo Vice-Presidente. O Senhor Constituinte José Genoíno, reiterando a questão de ordem levantada antes, pediu, inclusive, a suspensão da reunião e o conseqüente adiamento da eleição, até que a Presidência da Assembléia decidisse sobre sua reclamação, no que concerne ao número de membros originários a integrarem esta Comissão que, no seu entendimento, como fixado no Regimento Interno, seria apenas quarenta e nove e não cinquenta e três. Retomando a palavra, o Senhor Presidente respondeu às questões colocadas, declarando que houve, em verdade, um acréscimo de quatro vagas na composição originária deste Órgão, exatamente para atender ao dispositivo regimental que assegura a participação de todos os Partidos com assento na Assembléia; disse ainda que não podia acatar o pedido de suspensão da reunião, entretanto determinava, naquele momento, o registro em Ata das colocações feitas, assegurando que a Comissão se curvará à decisão que vier a ser dada na instância, superior: Feita a chamada nominal, pela Senhora Constituinte Sandra Cavalcanti, o Senhor Presidente determinou o início do processo de votação, do qual participaram oitenta e seis membros. Antes de iniciar a apuração, o Senhor Presidente convidou, em, para auxiliarem nos trabalhos, os Senhores Constituintes Inocêncio Oliveira (PFL-PE) e Daso Coimbra (PMDB-RJ). Aberta a uma e anunciados os votos, a eleição apresentou o seguinte resultado: para Presidente – Afonso Arinos (PFL-RJ), que obteve setenta e quatro votos, havendo doze votos em branco; para Primeiro-Vice-Presidente – Aluizio Campos (PMDB-PB), com quarenta e oito votos e Pimenta da Veiga (PMDB-MG), com trinta e cinco votos, havendo três em branco; para Segundo-Vice-Presidente – Brandão Monteiro (PDT-RJ), que recebeu setenta votos, havendo dezesseis em branco. Diante do resultado, o Se-

nhor Presidente declarou eleitos e empossados nos respectivos cargos os Senhores Constituintes: Senador Afonso Arinos – Presidente; Deputado Aluizio Campos – Primeiro-Vice-Presidente e Deputado Brandão Monteiro – Segundo-Vice-Presidente. Falando, em seguida, para cumprimentar os eleitos, o Senhor Constituinte Mário Covas congratulou-se com os empossados e discorreu sobre o processo de escolha adotado, analisando a extensão do resultado do pleito. Usou também a palavra o Primeiro-Vice-Presidente eleito, Senhor Constituinte Aluizio Campos, agradecendo a sua escolha para o cargo e conclamando os companheiros a emprestarem à nova Carta Magna a experiência, capacidade, trabalho e o devotamento que merece o povo brasileiro. Às vinte horas e dez minutos, após agradecer a colaboração dos escrutinadores, deixou a Presidência dos trabalhos o Senhor Constituinte Nelson Carneiro (PMDB-RJ), passando-a ao seu titular eleito. Na Presidência, o Senhor Constituinte Afonso Arinos convidou os eleitos a tomarem seus lugares à Mesa e agradeceu a deferência com que lhe tributaram na eleição, fazendo uma profecia de fé no sucesso das atividades constituintes que se iniciavam, discorrendo, num breve histórico, sobre a trajetória constitucionalista brasileira e chamando a atenção de todos para o anteprojeto de Constituição, da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais que tivera a honra de presidir e cujo texto entendia ser peça de significativo valor na discussão e preparo da nova proposta da Constituição a ser produzida para o nosso País. Prosseguindo, o Senhor Presidente designou para o cargo de Relator da Comissão o Senhor Constituinte Bernardo Cabral (PMDB-AM). Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião às vinte horas e vinte minutos. O inteiro teor da reunião foi gravado, devendo ser traduzido e publicado no Diário da Assembléia Nacional Constituinte, passando a fazer parte integrante desta Ata. E, para constar, eu, Maria Laura Coutinho, Secretária, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação. – **Afonso Arinos.**

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):**

– Havendo numero legal, está aberta a reunião. Antes de passar a Presidência, que assumo, temporariamente, como membro mais velho da Comissão, ao meu colega e velho amigo Senador Nelson Carneiro, que divide comigo a condição de mais idoso, quer apenas fazer uma referência ligeira a essa situação. Entre os homens públicos brasileiros idosos – fiz uma pequena lista, hoje, de memória – homens públicos em todos os sentidos, não apenas no sentido político, mas também nas atividades relacionadas diretamente com as diferentes situações sociais, começaria, como mineiro que sou, pelo nome de Aleijadinho, o maior artista plástico do Brasil de todos os tempos, considerado por alguns críticos internacionais como o maior escultor do século XVIII, homem que se parece com Miguel Ângelo, pois, como este, era escultor, pintor, arquiteto, urbanista, além de ter vivido até os 86 anos. Ainda como exemplos de longenidade citamos: Padre Antônio Vieira, cujo auge da sua produção, não só nos Sermões, como nas Cartas, se deu depois dos 80 anos; meu velho amigo Raul Fernandes, um dos grandes juristas brasileiros, que teve ocasião de apresentar uma das conquistas nacionais

em matéria de Direito Internacional, ou seja, a dependência recíproca nos tratados internacionais. O signatário de um tratado, segundo a chamada doutrina Raul Fernandes, que ainda hoje vige nas Nações Unidas, e tem a correspondência de deveres igual à daquele outro que tiver assumido a mesma responsabilidade; Carlos de Laet, Barbosa Lima, que esta hoje em Brasília. Falei a seu respeito no dia do seu aniversário; Gilberto Freyre. Posso dar uma boa notícia a V. Ex.<sup>as</sup> sobre ele, fez uma operação anteontem e está passando admiravelmente bem. E ele o maior sociólogo, um dos maiores antropólogos é um dos maiores escritores brasileiros; Austregésilo de Athayde, Presidente da Academia Brasileira de Letras: não sendo preciso apresentar outra indicação; Abgar Renaut; Carlos Drumond, o maior poeta brasileiro; Manoel Bandeira, que o precedeu na morte; Drumond, vivo como um pêlo; Bandeira, há pouco tempo falecido, morreu com mais de 80 anos; Alceu Amoroso Lima, o maior crítico brasileiro de todos os tempos, morreu com mais de 80 anos; Pedro Calmon, o maior historiador da nossa geração, faleceu, também, acima dos 80 anos. Entre os empresários, citaria Amador Aguiar e Roberto Marinho. Entre os Advogados apontaria esse modelo de profissional que é Sobral Pinto.

Assim, inteiramente tranqüilo quanto a esse pequeno ponto e ciente das responsabilidades que me incumbem como possível escolhido pela Comissão para a sua Presidência, convoco o Senador Nelson Carneiro, meu sucessor em idade, para assumir a Presidência da Comissão durante o transcurso do restante da Ordem do Dia prevista.

Muito obrigado. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro):** – Srs. Constituintes, cumpre-me, em face do impedimento do eminente Senador Afonso Arinos, presidir temporariamente esta reunião.

Inicialmente, convido para integrar a Mesa, como Primeiro-Secretário, os ilustres Constituintes Oswaldo Lima Filho. (Palmas) e Sandra Cavalcanti. (Palmas.)

Está aberto o período destinado às intervenções dos Srs. Constituintes.

Com a palavra o nobre Deputado Adolfo Oliveira.

**O SR. CONSTITUINTE ADOLFO OLIVEIRA:** – Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. companheiros da Comissão de Sistematização, há cerca de 10 dias um grupo de colegas Constituintes lembrou-se do meu nome, propondo minha candidatura como uma alternativa para Presidência da Comissão de Sistematização. Devo dizer, Sr. Presidente, que esta simples lembrança veio gratificar alguém que procurou dar o melhor de si durante três mandatos cumpridos em época tormentosa, difícil, de 1963 a 1975. Naquela época os atos de arbítrio se sucediam; os partidos foram extintos da noite para o dia e em seu lugar surgiu a todo-poderosa ARENA e a resistência do Movimento Democrático Brasileiro. Tenho muito orgulho de lembrar minha condição de um dos fundadores do Movimento Democrático Brasileiro, lutando e resistindo neste Congresso, ao lado de figuras ilustres que, afortunadamente, vejo hoje entre nós, a começar pelo eminentíssimo Líder do Partido do Movimento Democrático Brasileiro. Senador Mário Covas, bem como Bernardo Cabral, Gastone

Righi, Paulo Macarini e tantos outros. Cumprimos nosso papel histórico de resistir, a fim de que se tornasse possível o que estamos a viver agora: a abertura política e a perspectiva de uma nova Constituição para este País. Certamente essa experiência anterior foi o motivo da generosa lembrança do meu nome, mas o homem público deve ser realista. Formou-se nesta Casa o que se convencionou chamar acordo de cavalheiros. Através desse acordo foram partilhados todos os cargos e funções da Assembléia Nacional Constituinte. Parte desse acordo destinou ao Partido Liberal um modesto cargo de 1º Vice-Presidente da Subcomissão do Sistema Tributário. Acontece, Sr. Presidente, que o acordo foi desfeito ontem. O Partido da Frente Liberal, previamente aquinhado com todas as funções e cargos que lhe eram atribuídos, apoderou-se também da Presidência dessa Subcomissão e, de roldão, a Vice-Presidência do Partido Liberal foi sepultada pelo rompimento do acordo. Então, não me venham falar em acordo para a eleição que agora vai realizar-se. A consideração deve ser outra, porque, em termos de acordo, não se justificaria a indicação de um nome do Partido da Frente Liberal. Acontece que esse nome é o do Senador Afonso Arinos. Convenceram-me de que o cargo e os encargos da Presidência desta Comissão deveriam caber àquele que possui maior soma de títulos e de saber jurídico, inegavelmente o Senador pelo meu Estado. Mas desejo, e disso não abro mão, Sr. Presidente, deixar aqui a minha palavra de protesto contra o rompimento do acordo de cavalheiros contra a sua transformação num pequenino conchavo e contra o esquecimento do trabalho intensíssimo que esta Comissão vai ter de desenvolver, quando faltam normas de trabalho regimentais ou pararregimentais, para orientar a tarefa, quando teremos de organizar o acompanhamento das atividades de todas as Comissões e Subcomissões, zelando já pela sistematização do trabalho final. Mas tudo isso deixa de ser levado em conta quando se pretende – reconheço, com justiça – homenagear a figura do grande Senador Afonso Arinos.

Quanto ao acordo-conchavo, não posso resistir à vontade de enunciar aqui conceitos do inesquecível e grande Quintino Bocaiuva, que tem um de seus mais ilustres descendentes a honrar esta Assembléia. Dizia ele: "O burla das burlas, ó País admirável, ditosa condição, ditosa gente que não se precata jamais contra as espertezas e os passes mágicos desses prestidigitadores saltinbancos". Palavras cruéis, Sr. Presidente, mas reais e sempre oportunas. O que cada um de nós deve fazer a partir de agora e procurar ajudar seriamente na elaboração desta nova Carta Magna, para que ela seja mais humana, mais justa e – corresponda aos anseios da sociedade. Para isso iremos contar na Comissão de Sistematização – sem nos desfazermos das eminentíssimas figuras como o Senador Afonso Arinos, concorreram – com o Relator, Constituinte Bernardo Cabral.

Para finalizar, Sr. Presidente, quero agradecer a todos aqueles que me estimularam a prosseguir e dizer que esta eleição que agora vai ter lugar certamente consagrará o voto unânime, com todas as honras que lhe são peculiares, ao Constituinte Afonso Arinos. (Palmas.)

Termino, Sr. Presidente, prestando – estou certo em nome de toda a Casa – uma singela

homenagem a um Constituinte de 1946, que, passados quarenta e um anos, volta e esta prestigiando esta reunião, o ex-Senador Benjamin Farah, para quem peço uma salva de palmas. (Palmas.)

Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, mais uma vez, meus agradecimentos pela gentileza, pela atenção, pelo estímulo e pela generosidade com que meu nome foi tratado durante os últimos dias. Hoje tomo a decisão de não concorrer, para unir a Comissão e para contribuir no sentido de que prestigiado seja em toda a linha o trabalho do Constituinte Afonso Arinos.

Era o que tinha a dizer. (Palmas.)

**O SR. CONSTITUINTE CHAGAS RODRIGUES:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro):** – Antes de dar a palavra pela ordem a V. Ex.<sup>a</sup> e se estiver de acordo a Comissão, homenagearia neste momento aqueles que em 1946 votaram a mais democrática das Constituições brasileiras, convidando para que integre a Mesa o ex-Senador, ex-Deputado e ex-Constituinte de 1946, Benjamin Farah. (Palmas.)

Tem a palavra, pela ordem, o nobre Constituinte Chagas Rodrigues.

**O SR. CONSTITUINTE CHAGAS RODRIGUES:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, membros da Comissão de Sistematização, quero inicialmente congratular-me, e o faço de modo sincero e caloroso, com o eminente Constituinte Adolfo Oliveira. Tive a honra de ser colega de S. Ex.<sup>a</sup> e, quando o então Chefe do Poder Executivo enviou, em 1967, o projeto de Constituição – que era mais uma Carta, porque votada por um Congresso já mutilado – quatro Deputados da antiga Oposição foram designados para integrar a Comissão Central, que apreciou aquele projeto de Constituição que se converteu na Carta de 1967. E entre os elementos da Oposição, entre os dignos Deputados, lá estavam os Deputados Adolfo Oliveira, Ulysses Guimarães, José Barbosa. E eu, modesto representante do meu Estado, também tive a honra de integrar, com aqueles quatro companheiros, a Comissão Central. De modo que conheço há muito S. Ex.<sup>a</sup> e admiro este eminente homem público que cresceu hoje, mais ainda em meu conceito, com a atitude que teve espontaneamente de retirar sua candidatura para homenagear aquele que, sem nenhum favor, é um dos maiores constitucionalistas deste País, um homem público liberal, que teve, como outros grandes liberais, momentos de tormenta. Por isso, receba V. Ex.<sup>a</sup> minhas congratulações e homenagens. A atitude de V. Ex.<sup>a</sup> não me surpreendeu.

Sr. Presidente, em meu nome e em nome do eminente Relator Bernardo Cabral – de quem também tive a honra de ser colega, pois fomos cassados todos no mesmo ano, ele, Covas, este modesto orador e outros –, quero homenagear aqueles que hoje estão verdadeiramente convictos de que a Nação precisa ter uma Constituição que vá ao encontro dos reclamos do nosso povo, uma Constituição moderna, que atenda aos rigores da técnica constitucional e, sobretudo, aos grandes apelos das populações marginalizadas e exploradas deste País.

Quero também, Sr. Presidente, render homenagem ao grande Constituinte Afonso Arinos. Já que temos apenas um candidato, quero propor



neste conagração em torno da liberdade e da justiça social, por aclamação, para Presidente da Comissão de Sistematização, o nome, sob todos os títulos honrado e brilhante, do grande mestre Afonso Arinos de Melo Franco. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro):** – Atendendo a questão de ordem levantada no final do discurso do ilustre Constituinte Chagas Rodrigues, devo informar a S. Ex.<sup>a</sup> lamentando, da impossibilidade de acolhe-la, já que o Regimento exige a votação.

Concedo a palavra ao nobre Constituinte José Lourenço.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LOURENÇO:** – Sr. Presidente. Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes. Srs. Líderes partidários, minhas Senhoras, meus Senhores, meus caros jornalistas, creio que estamos aqui, hoje, para o encontro final do trabalho de estruturação da Constituinte do País: o Regimento, as comissões temáticas e subcomissões, designação dos dirigentes das respectivas Mesas. Hoje estamos reunidos para eleger o Presidente e os dois Vice-Presidentes que irão dirigir a Comissão de Sistematização. Difícil não foi chegarmos até aqui; fácil também não foi realizar esse encontro, que significa, antes de tudo, conciliação, diálogo; significa "sobretudo" que o entendimento prevalece sempre sobre o enfrentamento. Este encontro que se está realizando agora é resultado "portanto" do entendimento.

Eminente Professor Afonso Arinos, Senador Constituinte pelo Rio de Janeiro. V. Ex.<sup>a</sup> significa para todos nós conciliação, encontro com a Constituinte, com a Nação. Os candidatos a Vice-Presidentes, indicados pelas respectivas Lideranças, terão apoio do meu partido. V. Ex.<sup>a</sup>, eminente Professor Afonso Arinos, candidato do Partido da Frente Liberal, candidato único depois do gesto louvável do ilustre Constituinte Adolfo Oliveira, tem do nosso partido total apoio e a certeza de que sempre ao seu lado estaremos nos momentos das grandes decisões que certamente serão tomadas nesta Comissão: decisões em que prevalecerá sempre a vontade da Nação e estará sempre presente, como disse ao início de minhas palavras, o espírito do entendimento e da conciliação. V. Ex.<sup>a</sup> e Bernardo Cabral. Constituinte pelo Amazonas, interpretam bem o espírito do diálogo que deve prevalecer entre todos os homens responsáveis pela elaboração da nova Constituição brasileira. Eu saúdo todos: saúdo V. Ex.<sup>a</sup>, Constituinte Nelson Carneiro, que preside esta reunião; saúdo V. Ex.<sup>a</sup>, Constituinte Afonso Arinos; saúdo V. Ex.<sup>a</sup>, Constituinte Bernardo Cabral. De mãos dadas devemos permanecer, e num abraço devemos esquecer as siglas partidárias e dizer a uma só voz: aqui estaremos, em nome da conciliação, para servir à Nação e sermos interpretes permanentes dos valores maiores da Nação brasileira.

Muito obrigado. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro):** – Não havendo mais quem queira usar da palavra, a Presidência deseja, preliminarmente, prestar os seguintes esclarecimentos:

1º) O processo de votação será por escrutínio secreto, logo após lida a relação nominal dos Srs. membros desta Comissão;

2º) Os Srs. Constituintes, membros desta Comissão, dirigir-se-ão à cabine de votação, à es-

querda desta mesa, onde encontrarão as cédulas e as sobrecartas;

3º) Após a colocação dos votos em uma única sobrecarta. V. Ex.<sup>a</sup> deverão depositá-la na urna sobre a mesa, assinando, em seguida, a lista de votação;

4º) A ausência de cédula na sobrecarta significará voto em branco.

5º) Os Senhores membros que não desejarem votar assinarão somente a lista de presença;

6º) Em razão do acompanhamento dos trabalhos, os componentes desta Mesa votarão em último lugar;

7º) Os Senhores membros suplentes somente terão oportunidade de participar desta votação na seguinte condição: na ausência do titular pertencente ao mesmo Partido. Esta Comissão, como sabemos, é composta de 93 membros efetivos. (Art. 13. § 1º, do Regimento Interno.)

A ausência do titular só será configurada após votarem os componentes da Mesa;

8º) Serão proclamados eleitos, e imediatamente empossados, os candidatos que obtiverem a maioria absoluta dos votos dos membros da Comissão (Art. 2º, § 2º, inciso X do Regimento Interno).

No presente caso, são 48 votos. Em primeira votação ou maioria simples, segundo escrutínio (Art. 2º, § 2º, inciso XII).

9º) Em caso de empate, será considerado eleito o mais idoso.

Quero comunicar aos suplentes membros da Comissão que é candidato ao cargo de Presidente o eminente Senador Afonso Arinos: ao cargo de 1º Vice-Presidente, os ilustres Constituintes Aluizio Campos e Pimenta da Veiga; e ao cargo de 2º-Vice-Presidente, o nobre Constituinte Brandão Monteiro.

A Sra. Secretária lerá, a seguir, a lista dos integrantes desta Comissão.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOINO:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro):** – Tem a palavra, pela ordem, o nobre Constituinte José Genoíno, que já está na tribuna.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOINO:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, não poderia fugir ao dever de, como suplente desta Comissão, levantar a mesma questão de ordem que já formulei à Presidência da Assembléia Nacional Constituinte, porque este é o momento adequado. Como a Presidência da Assembléia Nacional Constituinte considerou necessário examinar a questão de ordem, não poderia deixar de levantá-la neste momento da instalação da Comissão de Sistematização. A questão de ordem, Sr. Presidente, é esta: o art. 13 no seu **caput**, diz o seguinte: "As 8 Comissões serão compostas por 63 membros". E no § 1º do art. 13 ela é explícita e clara. A Comissão de Sistematização é composta por 49 membros, obedecendo à representação de todos os partidos na Assembléia Nacional Constituinte. Posteriormente, ela será acrescida com os Presidentes e Relatores de Comissão e Relatores de Subcomissão. A Comissão de Sistematização está se instalando neste momento e procederá à eleição do seu Presidente e dos dois Vice-Presidentes, com um número de 53 membros, inicialmente.

Quero registrar a mesma questão de ordem formulada à Mesa da Assembléia Nacional Constituinte. Trata-se, no nosso entendimento, de uma anormalidade regimental, porque o regimento é claro: 49, mais os 40 Presidentes de Comissão, os Relatores e Sub-Relatores, o que dá um total de 89 membros. E o Regimento é claro na sua conta aritmética, porque fala em 49 membros: 6 da Mesa, mais os 63, multiplicados por 8, o que dá exatamente 559, isto é, a combinação do art. 13, no seu **caput** e no § 1º, para que não haja a anomalia regimental de um membro de uma Comissão estar em outra.

Outra anormalidade: ter uma Comissão 63, outra 62, e uma outra 61 membros. A questão é importante, porque a Comissão de Sistematização é política, tem peso político. Os votos aqui serão relevantes. As pessoas que aqui votarem escolherão caminhos, apresentarão propostas ao Plenário, e temos de levar muito em conta a composição da Comissão de Sistematização.

Ao concluir minha questão de ordem, Sr. Presidente, reafirmo minha Posição no sentido de que não podemos, numa questão tão significativa, tão importante, alterar o regimento Interno num ponto que é claro, isto é: são 49 membros, e a lista da Comissão de Sistematização está composta por 53, nesta fase inicial. Com mais 40, teremos, portanto, 93 membros, quando o Regimento Interno é claro ao estabelecer 89.

É esta a questão de ordem que formulou à Presidência da Comissão de Sistematização. A mesma questão foi apresentada à Presidência da Assembléia Nacional Constituinte. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro):** – Respondo à questão de ordem do nobre Constituinte José Genoíno, informo a S. Ex.<sup>a</sup> que a mesma questão, como acaba de afirmar S. Ex.<sup>a</sup> foi submetida à apreciação do Presidente da Assembléia Nacional Constituinte e resolvida.

A esta Comissão cumpre acatar a decisão do Plenário da Assembléia Nacional Constituinte. Apenas a título de esclarecimento, devo dizer a S. Ex.<sup>a</sup> que, em vez de 49, o número foi aumentado para 53, exatamente para atender aos reclamos justos dos pequenos partidos. Daí resultou o fato de o nobre Constituinte José Genoíno ser incluído entre os suplentes do PT.

Por estas razões, nego acolhida à questão de ordem suscitada pela ilustre representante de São Paulo.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOINO:** – Sr. Presidente, comunico à Presidência da Comissão de Sistematização que vou continuar insistindo nesta questão de ordem no Plenário da Assembléia Nacional Constituinte, porque a considero da maior importância. A presença de todos os partidos tem que ser garantida entre os 49, e não acrescentando um número maior de membros para favorecer os partidos que têm maior representação aqui dentro. O Presidente ficou de examinar a questão de ordem, e o que S. Ex.<sup>a</sup> me comunicou no plenário foi o seguinte: "A Comissão de Sistematização poderá instalar-se com 53 membros".

Considero essa decisão discutível. Isso eu não questiono. Mas o problema não está equacionado ainda pela Presidência da Assembléia Nacional Constituinte, conforme resposta dada hoje à tarde no plenário da Assembléia Nacional Constituinte.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro):** – Como vê V. Ex.<sup>a</sup>, nobre Constituinte, a Assembléia Nacional Constituinte é a instância superior, e cabe a ela a decisão. A deliberação não cabe à Presidência desta Comissão, mas à Presidência da Assembléia Nacional Constituinte, perante a qual foi levantada idêntica questão de ordem.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro):** – Antes de conceder a palavra a V. Ex.<sup>a</sup>, há uma questão de ordem...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro):** – Espere, por favor. Não é bem assim. Calma. Darei a palavra a V. Ex.<sup>a</sup> no momento oportuno.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Mas. Sr. Presidente, é sobre a matéria.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro):** – É sobre a matéria. Calma! Darei a palavra a V. Ex.<sup>a</sup> no momento oportuno.

Quero agora conceder a palavra ao nobre Constituinte Mário Covas, que a havia solicitado antes. Logo após será concedida a palavra a V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, eu gostaria de falar sobre a questão de ordem que não foi definida, porque temos de resguardar a lisura desta votação. Não sei sobre quê o nobre Constituinte Mário Covas vai falar. Eu queria apenas lembrar a V. Ex.<sup>a</sup> que pedi a palavra pela ordem, não por inscrição. O nobre Constituinte Mário Covas não a pediu pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro):** – Quero lembrar a V. Ex.<sup>a</sup> que o art. 53 estabelece o seguinte:

"A nenhum Constituinte será permitido falar sem pedir a palavra e sem que o Presidente a tenha concedido."

Não concedi a palavra a V. Ex.<sup>a</sup>. Concedê-la-ei no momento oportuno.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Como sempre, V. Ex.<sup>a</sup> vai deferir a palavra aqueles que têm mais poder, deixando os menores e humildes para falar em segundo lugar. Como V. Ex.<sup>a</sup> é um democrata, respeito o que V. Ex.<sup>a</sup> diz.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro):** – Pergunto ao nobre Constituinte Mário Covas se vai falar sobre a questão de ordem. O colega encaminhará a questão de ordem, pois a mesma já foi decidida. Em todo caso...

**O SR. CONSTITUINTE MÁRIO COVAS:** – Não, Sr. Presidente, iria encaminhar a votação. Estou perfeitamente disponível e a disposição. Posso perfeitamente aguardar.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro):** – Então chamarei V. Ex.<sup>a</sup> oportunamente. Concedo a palavra ao Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva, que já a havia solicitado antes de V. Ex.<sup>a</sup>. Depois concederei a palavra a V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA:** – Gostaria que os companheiros e companheiras Constituintes entendessem que a questão de ordem levantada pelo Constituinte José Genoíno é da maior seriedade. Não se trata de querer

criar um caso na instalação da Comissão de Sistematização. Todos sabem da angústia que toma conta de nós, por queremos que a Comissão comece a funcionar logo, a fim de apresentarmos à Nação nosso projeto de Constituição. Entretanto, acredito que quando o Constituinte Fernando Henrique Cardoso, Relator do Regimento Interno, levou-o à votação final, havia clareza – e está explicitado que seriam 49 membros efetivos, fora os Relatores e Presidentes. Mas quando o cálculo foi feito para se discutir a proporcionalidade, que já deveria levar em consideração os pequenos partidos, isso não ocorreu e considere proporcionalidade sobre os 49 membros. O dado concreto – e depois eu gostaria até de conversar com o Constituinte Mário Covas – é que o PMDB deveria ter dois ou três membros a menos na Comissão de Sistematização, e o PFL deveria ter um ou dois membros a menos, para que os pequenos partidos entrassem na proporcionalidade. E mantiveram a proporcionalidade dos 49, sem incluir os pequenos partidos. Depois incluíram os pequenos partidos, passando para 53. Isso significa que, se instalada esta Comissão com 53 membros, o Regimento Interno estará totalmente prejudicado, porque vai haver Comissão com apenas 61 membros, quando tal Diploma estabelece que são 63. Como não estamos aqui para criar caso, repito e como não há qualquer decisão da plenária sobre a questão de Ordem levantada pelo companheiro José Genoíno, gostaria de ponderar à Mesa que, antes de colocar a matéria em votação, ela se reunisse.

Está aqui o Constituinte Mário Covas, estão aqui o PT e outros partidos políticos, para fazer uma verificação e constatar se os números estão ou não errados, porque, nesta brincadeira toda, quem perdeu um membro Foi o Partido dos Trabalhadores, que tinha direito a dois e está com um. Somos favoráveis a que todos os partidos estejam representados, mas somos favoráveis a que o Regimento Interno seja cumprido, com a Comissão tendo apenas 49 membros efetivos.

**O SR. CONSTITUINTE (Gerson Peres):** – Posso falar, Sr. Presidente?

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro):** – Como se vê, o nobre Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva renova a questão de ordem suscitada pelo Constituinte José Genoíno, e reafirma estar ela submetida à apreciação da Presidência da Assembléia Nacional Constituinte. Antes desse pronunciamento, é evidente que a Comissão não deve adotar qualquer posição.

Concedo a palavra ao Constituinte Gerson Peres, esclarecendo que seu partido não é menos numeroso que o Partido dos Trabalhadores. Concedi a palavra pela ordem. Não houve, portanto, qualquer propósito de preterir o Partido Democrático Social.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – O assunto está superado, Sr. Presidente. Gostaria de levantar uma preliminar. Procedo integralmente a colocação do Constituinte José Genoíno. O Regimento esta sendo ferido e violentado, porque é taxativo quanto ao número de membros. Estabelece o número matemático exato: 49. A ninguém é dado o direito de alterar para 53. Quem alterou, violentou o Regimento. Para que não haja solução de continuidade nos trabalhos para que amanhã não se alegue que esta eleição foi viciada

e que a Comissão de Sistematização se instalou sob o signo da violação do Regimento, consequentemente, numa eleição que não é lícita, sugiro a V. Ex.<sup>a</sup> que tome, em separado, os votos dos Constituintes integrados, além do valor numérico estabelecido no Regimento. É esta a minha preliminar: esses votos seriam tomados em separado, para que a votação legítima não seja contaminada.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro):** – Sobre a questão de ordem, tem a palavra o Constituinte Fernando Henrique Cardoso.

**O SR. CONSTITUINTE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, como foi mencionado o fato de que fui Relator do Regimento, quero dizer que, efetivamente, ele fixa em 49 o número de componentes da Comissão de Sistematização. É inequívoco. A interpretação da Mesa da Assembléia Nacional Constituinte resguarda a proporcionalidade noutro ângulo, o do conjunto da composição dos membros da Comissão de Sistematização. Foi uma interpretação. De modo que é preciso que, na hora de decidirmos que a questão tem que ser submetida à apreciação do Plenário da Constituinte, se analise se, ao resguardar o conjunto dos membros, se salva o espírito do Regimento. Quanto à letra, são 49.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro):** – A questão está resolvida: está afeta à Presidência da Assembléia Nacional Constituinte.

Concedo a palavra ao nobre Constituinte Aluizio Campos, que deseja ocupar a tribuna como candidato.

**O SR. CONSTITUINTE ALUÍZIO CAMPOS:** – Sr. Presidente e demais membros da Mesa, companheiros e companheiras da Comissão de Sistematização, fui surpreendido com o anúncio feito pelo Presidente sobre a indicação do nobre Constituinte Pimenta da Veiga como concorrente à 1ª Vice-Presidência desta Comissão, à qual também concorro. Sabemos que há um princípio consagrado no Direito Eleitoral, segundo o qual só deve ser votado o candidato que manifesta sua aceitação à indicação do seu nome para qualquer pleito. E antes da reunião da bancada do PMDB, hoje pela manhã, consultei os eminentes candidatos a Relator, cujos nomes estavam sendo submetidos à votação da nossa bancada, para saber se, no caso de dois dos vencidos, eles aspirariam à disputa de outro cargo na Mesa da Comissão – e este cargo só poderia ser o da Vice-Presidência. Tanto o eminente atual Relator-Geral, nobre companheiro Bernardo Cabral, como o ilustre Constituinte Fernando Henrique Cardoso e o Constituinte Pimenta da Veiga asseguraram-me que não seriam candidatos, que estavam disputando o cargo de Relator e aceitariam o resultado da vontade prevalecente na bancada. A questão de ordem que levanto é no sentido de que V. Ex.<sup>a</sup> se digne consultar o Constituinte Pimenta da Veiga para saber se S. Ex.<sup>a</sup> realmente aceita disputar a 1ª Vice-Presidência como candidato do PMDB. Ainda há pouco, antes de vir para esta reunião, consultei S. Ex.<sup>a</sup>, que me respondeu que não era candidato, mesmo porque já havia assumido o compromisso de votar em meu nome, como outros companheiros. Portanto, acho que não devemos submeter a votos a indicação de

alguém sem a sua formal concordância e sem que os votantes saibam se o candidato realmente aceita a disputa. Não desejo com isso excluir qualquer companheiro da disputa. Acho que todos têm direito, nesta Comissão, de disputar a indicação. Mas é preciso que declarem que são – como estou declarando – realmente candidatos. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro):** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Mário Covas, para encaminhar a votação.

**O SR. CONSTITUINTE MÁRIO COVAS:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, creio que, para mim, como decerto para cada um dos Constituintes que aqui estão, este é um momento de significativa relevância. Fecha-se um círculo por meio do qual conseguimos, no exercício de um mandato, haurido da fonte legítima de poder, que é o povo, ultrapassar a fase inicial, em que fixamos as balizas para trabalhar na votação do Regimento Interno. Já agora constituímos as comissões temáticas, as subcomissões e, a esta altura, ultimamos o trabalho com a constituição da Comissão de Sistematização.

Sr. Presidente, para esta Comissão a Presidência, como em todas as demais, nos acordos feitos, e por intermédio desses acordos, caberá ao Partido da Frente Liberal, e o PMDB votará em seu candidato. A 2ª Vice-Presidência pertencerá ao PDT, e o PMDB votará no candidato do PDT. No caso da 1ª Vice-Presidência, efetivamente o partido optou, hoje, por uma decisão, através da sua bancada. Isto é um problema de sua economia doméstica – e, ao final, de certa forma, referendado pela própria bancada –, e solicitou o partido ao ilustre Constituinte Pimenta da Veiga que aceitasse ocupar, em nome do PMDB, a 1ª Vice-Presidência. Sabemos e sabíamos do pleito do ilustre e honrado companheiro Aluizio Campos. Nada nos deixa em situação tão intranquila quanto a de termos, em certas circunstâncias, de optar, quando existe mais de um companheiro disputando, com igualdade de condições e com igual potencial, a mesma posição. Todavia, não apenas a bancada, como de resto a própria bancada do PMDB na Constituinte, com um documento com quarenta assinaturas, demanda-nos que o candidato à 1ª Vice-Presidência – sem que isso represente qualquer desprestígio à ilustre figura que toda a Casa aprendeu a respeitar e que certamente tem um excepcional trabalho a oferecer a esta Comissão e, mais do que isso, à consolidação da nova Constituição, sem embargo disso – o candidato decorrente da vontade não apenas da bancada, como de resto da própria bancada do PMDB, dentro desta Comissão, é o Constituinte Pimenta da Veiga.

Sr. Presidente, até por ter sido citado, gostaria de fazer um pequeno parêntese, através da questão de ordem que por aqui transitou há alguns minutos. Sem pretender, evidentemente, contestá-la, ou entrar no seu mérito, já que V. Ex.<sup>a</sup>, com sua atitude, houve por bem solucioná-la, mas na medida em que fomos citados, enquanto partido, como eventuais beneficiários deste sistema, devo dizer que, até onde pude entender da leitura do Regimento Interno, havia que se compatibilizar, para a constituição desta Comissão, três fatores convergentes: primeiro, o número da Comissão previamente fixado; segundo, o fato de que, ne-

cessariamente, dever-se-ia obedecer à proporcionalidade: terceiro, a fato de que cada partido tem direito a uma representação nesta Comissão. Ou a terceira condição só teve que ser incluída porque, na medida em que se aplicasse o critério da proporcionalidade, o partido em questão não estaria incluído na Comissão. Portanto, para satisfazer estes critérios, concomitantemente, a única alternativa possível foi acrescentar à comissão os partidos que não possuíam número capaz de satisfazer, pelo critério da proporcionalidade, o outro dispositivo regimental, que demandava que cada partido estivesse representado pelo menos com um membro na Comissão. Mas quem dizer que para isso o PMDB, enquanto partido, enquanto Liderança, não influiu. Essa foi uma decisão tomada pela Mesa, que, a rigor, é um órgão nascido, – também ela – da proporcionalidade partidária onde todos os partidos, ou quase todos, estão representados. De forma que tão somente por isso, Sr. Presidente, e seguramente proclamando que este é um instante entre os vários que vi – aprendi a ver, ainda muito moço, este **ilegível** de profunda sintonia entre a vivência de uma representação que nasce da vontade popular. E esta mesma vontade popular eu saúdo neste instante, na formação da Comissão de Sistematização, que encerra o ciclo inicial do trabalho que nos foi deferido pela vontade popular. Tenho certeza de que esta Comissão e todas as demais não de honrar o compromisso que é comum, o compromisso de, ao final, termos uma Constituição digna das legítimas aspirações das grandes maiorias brasileiras e que reflita os anseios de esperança, de liberdade, de democracia e, sobre tudo, os de mudança e de justiça social. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro):** – Antes de conceder a palavra ao Constituinte Aluizio Campos, a Mesa informa que a questão de ordem levantada aqui pelos nobres Constituintes Jose Genoíno, Luiz Inácio Lula da Silva e Gerson Peres, resolvida pela Mesa e que será apreciada em definitivo pela Presidência da Assembleia Nacional Constituinte, em nada prejudicará o resultado da votação, salvo se esse resultado for tão parelho – para usar uma expressão gaúcha – que envolva alguma possível irregularidade. Mas só a apuração desses votos poderá, depois, dar a resposta definitiva ao assunto.

Concedo a palavra ao nobre Constituinte Aluizio Campos, que a solicita pela segunda vez. Como S. Ex.<sup>a</sup> foi citado, concedo-lhe o direito de voltar à tribuna.

**O SR. CONSTITUINTE ALUÍZIO CAMPOS:** – Sr. Presidente, Srs. membros da Mesa e da Comissão, não ouvi V. Ex.<sup>a</sup> decidir a questão de ordem por mim levantada sobre a anuência do Constituinte Pimenta da Veiga no sentido de disputar sua candidatura. Esqueceu-se V. Ex.<sup>a</sup> de decidir a questão por mim levantada. Um grupo de companheiros, querendo prestar homenagem ao Constituinte Pimenta da Veiga, apresentou, segundo informou o eminente Líder Mário Covas, a indicação do seu nome para a 1ª Vice-Presidência. Mas pedi a V. Ex.<sup>a</sup> gentileza de obter do Deputado Pimenta da Veiga sua concordância em disputar o cargo para o qual está sendo indicado. Como é um princípio, já consagrado nas práticas de Direito Eleitoral, a anuência do candidato a concorrer como tal, novamente solicito de V. Ex.<sup>a</sup>

a gentileza de se manifestar sobre este ponto, antes de apresentar as justificações pelas quais eu continuo candidato.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro):** – A Mesa não consultou ao nobre Senador Afonso Arinos se é candidato ou não. Não consultou ao nobre Constituinte Brandão Monteiro se é candidato ou não. Nem a V. Ex.<sup>a</sup> consultou antes, como também não consultou ao nobre candidato Pimenta da Veiga. Não encontro no Regimento nenhuma disposição que impeça que a própria Comissão eleja um dos seus membros para integrar a Mesa, em qualquer dos cargos. De modo que, como não encontrei esse dispositivo, achei-me desobrigado de responder a V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE ALUÍZIO CAMPOS:** – Acolho a decisão de V. Ex.<sup>a</sup> na esperança de que, **a posteriori**, essa questão possa ser solucionada por quem não deseja ser candidato. Mas gostaria de esclarecer a V. Ex.<sup>a</sup> por que me considero obrigado a permanecer como candidato.

Desde ontem, tentei inscrever-me para solicitar à Liderança Constituinte do PMDB que também submetesse ao exame da bancada o nome do Vice-Presidente que desejaria indicar, pelo partido, à Comissão de Sistematização. Mas o procedimento adotado pela Mesa foi o de inverter a ordem regimental. De acordo com o Regimento, primeiro elege-se a Mesa, o Presidente e os Vice-Presidentes, para depois cuidar-se da indicação do Relator. E, apesar de se dispor que essa indicação é do Presidente deito, evidentemente sempre decorre de entendimentos políticos que conduzem à apresentação, para que a Assembleia da Comissão se pronuncie.

Não concordo com o nobre Líder Mário Covas sobre que o partido deva indicar nomes aos lugares que, por acordo político, pertençam a essa ou àquela agremiação. O acordo político versa sobre posições constitutivas da Mesa. Reservou-se ao PFL a indicação de Presidente; ao PMDB, a indicação da 1ª Vice-Presidência; ao PDT, nesta Comissão, a indicação da 2ª Vice-Presidência. Mas a eleição para preenchimento desses cargos não se faz na órbita exclusiva de nenhum partido. O Regimento determina que a eleição é procedida pelos elementos integrantes da Comissão, que é constituída pela representação proporcional de todas as agremiações partidárias. Então, não é somente com os votos do PMDB que será eleito o 1º Vice-Presidente; ao PDT, nesta Comissão.

Quando mais de um candidato do mesmo partido deseja concorrer ao cargo, o que se faz democraticamente é deixar a questão em aberto, para que todos os componentes da Comissão possam manifestar-se livremente sobre a escolha.

Para concorrer à 1ª Vice-Presidência da Comissão de Sistematização, eu me abstive de participar e de disputar qualquer outro cargo nas comissões temáticas, poderia ter pleiteado uma presidência da Comissão de Organização de Estado, ou uma relatoria de outra comissão, pelo meu passado nesta Casa, pelo trabalho que desenvolvi na legislatura anterior, como Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, fazendo um simpósio sobre temas constitucionais e atraindo para esta Casa as figuras mais eminentes, tendo sido aquele nosso trabalho considerado um dos mais sérios

como colaboração e fornecimento de subsídios à elaboração da nova Constituição.

Julgava que poderia merecer dos meus companheiros a preferência para integrar a Mesa da Comissão de Sistematização, a fim de ter a honra histórica de colaborar, sob a presidência do eminente Constituinte Senador Afonso Arinos e dos demais componentes da nossa Mesa.

Vim aqui atraído pela beleza do trabalho, pela sua importância, pelo esforço que deveremos fazer na Comissão de Sistematização para harmonizar as normas que nos forem propostas pelos anteprojetos oriundos das outras comissões temáticas e para fazermos um trabalho que fosse não só ao encontro das aspirações nacionais, como pudesse honrar as nossas melhores tradições dentro da técnica de elaboração legislativa do sistema constitucional brasileiro.

Como o eminente companheiro Pimenta da Veiga ainda hoje me afirmou que não seria candidato, os procedimentos que se adotaram na última hora – surpreendentemente surgindo a candidatura do Sr. Pimenta da Veiga – tem todas essas características de um comportamento que me deixa perplexo: primeiro, porque não se observou a ordem do procedimento regimental, que sena o de eleger a Mesa, para depois cuidar do problema da indicação do Relator. Mas antes, dentro do partido, procurou-se escolher os candidatos a Relator para apresentar, como forma de compensação ao vencido – que, aliás, não é um, seriam dois, porque concorreram três candidatos: o eminente Senador Fernando Henrique Cardoso, o Deputado Pimenta da Veiga e o atual relator Bernardo Cabral. Acho que essas decisões herméticas são inteiramente incompatíveis com o procedimento que o PMDB deve adotar democraticamente.

O PMDB deve, sim, convocar sempre sua bancada para fixar posições. Eu mesmo já propus que a bancada tomasse posição em relação a problemas que são fundamentais para a elaboração da futura Carta Constitucional. Como é que podemos trabalhar na Ordem Econômica sem que o PMDB previamente determine qual o modelo econômico de sua preferência para a composição do Estado brasileiro? Como é que podemos trabalhar na Comissão de Organização dos Poderes, sem que o PMDB se defina acerca do parlamentarismo ou do presidencialismo? Como é que podemos trabalhar no capítulo do Sistema Tributário Nacional e do Sistema Financeiro, sem haver uma decisão prévia sobre a composição do elenco dos tributos que devam existir, para acabar com essa parafernália infernal que compõe a legislação tributária deste país? Todas essas questões fundamentais são preliminares.

Ainda anteontem, o Senador Afonso Arinos deu uma entrevista ao **O Estado de S. Paulo**, exatamente mostrando que havia necessidade de previamente tomarmos posição sobre todos esses pontos. Na verdade, eu me confesso, Sr. Presidente, surpreendido pelo comportamento da Liderança do meu partido, ao pretender forjar uma candidatura contra a minha disputa para a Primeira Vice-Presidência, depois, e como resultado da eleição do Relator – o que não me parece compatível com a normalidade da condução política nem com os interesses que o partido deve ter em manter a sua unidade –, pois estamos conscientes de que a maior força que existe, a nível de Congresso Nacional e da Assembléia

Constituinte, é a bancada do PMDB – se ela souber se manter coesa para tomar posições justas e sensatas a respeito das grandes questões nacionais.

Com esses esclarecimentos, continuo me declarando candidato, e o faço democraticamente, porque, como disse ao eminente Líder Mário Covas, candidatura é como soberania: ela se exercita; não se a condiciona. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro):** – A crítica formulada pelo ilustre Constituinte Aluizio Campos diz respeito à orientação do PMDB e não à da Mesa dos trabalhos. Como a Comissão é constituída de representantes de todos os partidos com assento na Assembléia Nacional Constituinte, é natural que as críticas sejam dirigidas somente ao PMDB, para seu posterior exame. O Deputado Milton Reis pede a palavra. Mas eu faria um apelo aos que ocuparem a tribuna para que sejam breves, devido ao adiantado da hora.

**O SR. CONSTITUINTE MILTON REIS:** – Sr. Presidente, Senhores membros da Mesa, ilustre Constituinte Presidente da Comissão de Sistematização, Prof. Afonso de Mello Franco, meu caro amigo ex-Constituinte de 1946, ex-Deputado e ex-Senador Benjamim Farah, Sr<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, Senhores membros da Comissão de Sistematização, vivemos nesta tarde talvez o momento mais alto desta Constituinte. Elaboramos o Regimento: as comissões temáticas e subcomissões foram constituídas. Tivemos, hoje, o privilégio de ter, desde a manhã até as 15 horas, uma disputa democrática da qual participaram três Constituintes do nosso partido, o PMDB, da mais alta qualificação: o Senador Fernando Henrique Cardoso e os Deputados Pimenta da Veiga e Bernardo Cabral. Em pleno processo de votação, quero esclarecer à Casa que nos reunimos e acordamos que o candidato que não fosse vitorioso iríamos convidá-lo para ser Primeiro Vice-Presidente da Comissão de Sistematização, indicado pelo nosso partido. Fizemos essa comunicação ao eminente Líder Mário Covas. A seguir, passamos a colher as assinaturas, que já são quarenta, indicando o nome do ilustre ex-Líder do PMDB na Câmara dos Deputados, por duas legislaturas, nobre Deputado Pimenta da Veiga. O Deputado Aluizio Campos, que é, sem dúvida alguma, uma das expressões mais altas do nosso partido, ex-Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, em quem votei, naquela oportunidade, por certo, com a sua experiência e qualificação, vai prestar relevantes serviços – e tem condições de fazê-lo à Constituinte. Mas, Sr. Presidente, V. Ex.<sup>a</sup> agiu muito bem, porque, examinando o regimento da Casa, não vi impedimento algum para que pudéssemos votar num candidato, sem que desse sua anuência. Em Direito, eu aprendi que o que não está proibido pode ser praticado. Assim, o ilustre ex-Líder, Deputado Pimenta da Veiga, e candidato de quarenta Constituintes do PMDB dentre quarenta e nove que pertencem à Comissão de Sistematização, que tem o privilégio de ter em sua Presidência uma das figuras mais qualificadas e mais altas da Política brasileira – um mineiro ilustre, do ramo dos Mello Franco, que, vindo de Paracatu, ilumina, juntamente com seus pósteros, a História do Brasil, do Império à República, Afonso Arinos, como Deputado, como Senador, como Ministro de Estado, com seu talento, com sua

Cultura, com seu espírito público, vem prestado ao Brasil – prestou em particular ao meu Estado, Minas Gerais, está prestando ao Rio –, e às instituições democráticas os mais relevantes serviços. Tivemos o privilégio de hoje escolher como Relator o ex-Presidente da OAB, Deputado Bernardo Cabral, professor de Direito Constitucional, uma figura ilustre de nosso País.

Portanto, Sr. Presidente, vimos aqui para dizer que o Líder Mário Covas não passou por sobre e bancada; ao contrário, atendeu a urna comunicação que lhe fizemos, em pleno processo eleitoral, de que a Vice-Presidência deveria ser destinada àquele que obtivesse o segundo lugar.

Termino, pois, minhas palavras fazendo um apelo ao ilustre Constituinte Aluizio Campos para que reexamine a sua justíssima pretensão, a fim de que possamos sair daqui com um completo entendimento, no sentido de que o Presidente e os dois Vice-Presidentes possam ser votados por todos os membros da Comissão de Sistematização.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro):** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Lysâneas Maciel.

**O SR. CONSTITUINTE LYSÂNEAS MACIEL:** – Sr. Presidente, nobres Constituintes, estou preocupado com dois aspectos. O primeiro é que acho que deve ficar registrado em Ata o justo protesto e a questão de ordem levantada pelo PT, no que tange ao número correto que foi assinalado pelo Regimento da Câmara, para ficar bem claro aqui que teremos a possibilidade de discutir isso mais tarde. E o segundo para ser muito breve. Sr. Presidente, diz respeito a uma prática, que considero saudável, inaugurada aqui pelo Deputado Aluizio Campos. Todos rendemos nossa homenagem, nosso reconhecimento a todos os candidatos. Como não há dispositivo que o proíba, acho que seria oportuno que os candidatos, de uma maneira concisa e breve, fizessem um simples enunciado dos seus propósitos como pretendentes aos cargos para os quais ora estão sendo escolhidos, ou praticamente nomeados. Temos aqui o ilustre Senador Afonso Arinos. Não vou repetir as suas qualificações, mas vou querer algo mais, além daquela referência nostálgica: Austregésilo de Athayde e outros homens ilustres como V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Presidente, para que saibamos aqui que estamos recebendo um desafio dos mais sérios. É uma atração muito grande de todos os Constituintes brasileiros a de fazerem Constituições muito bem feitas, muito bem elaboradas tecnicamente, escrevendo até princípios liberais, mas que, na verdade, não espelham o verdadeiro sentimento e anseio de mudança do povo brasileiro.

Gostaria de saber do futuro Presidente da Comissão de Sistematização, cuja inegável cultura conhecemos, quais são seus objetivos na condução dos nossos trabalhos. Senador Afonso Arinos, evidentemente, mocidade não é questão de idade, mas elasticidade física e mental. Temos jovens, aí, de oitenta anos, assim como temos velhos de trinta e sete anos entre os Constituintes. Desejaria, pois, saber se vamos seguir a tendência de fazer uma Constituição apenas bem elaborada, em termos jurídicos, ou se a nossa Carta constitucional vai ter capacidade de assimilar as perspectivas e as prioridades do grande ausente do pro-

cesso constituinte de 1987, que é o povo brasileiro.

Outro dia, em uma reunião de 34 Deputados com o Sr. Presidente da República, S. Ex.<sup>a</sup> assinalava que o fato mais importante, nesta Constituinte, era a presença de alguns parlamentares evangélicos. Eu lhe disse: Presidente, o fato mais importante e mais significativo, a meu ver, é a ausência do povo e da participação popular neste processo.

Gostaria, pois, de ouvir de S. Ex.<sup>a</sup>, que vai ser nomeado Presidente da Comissão de Sistematização, qual a sua opinião sobre essa ausência do povo brasileiro no processo constituinte.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro):** – Quero declarar – e não sei se me antecipo ao que dirá o nobre Constituinte José Genoíno – que a questão de ordem a ser suscitada por S. Ex.<sup>a</sup> já figura na Ata dos nossos trabalhos. Mas concedo a palavra a S. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Uso a palavra exatamente para que se esclareça a forma como ficará escrito na Ata. Será processada a votação da Comissão de Sistematização?

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro):** – Sem prejuízo...

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – No entanto, fica aberta, conforme questão de ordem levantada, a composição da Comissão de Sistematização. Dependendo da apreciação, mudando a composição, não alterando o resultado, se se mantém o resultado. É isso que ficará escrito na Ata?

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro):** – Claro. É isso que ficará consignado.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro):** – Vamos proceder à leitura da relação dos membros da Comissão de Sistematização, para iniciar a votação.

(Processo de votação.)

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro):** – A lista de presença apurou 86 Constituintes votantes.

Convido para escrutinadores os senhores Constituintes Inocêncio Oliveira e Daso Coimbra.

**A SRA. CONSTITUINTE SANDRA CAVALCANTI:** – Setenta e quatro votos para Afonso Arinos – doze em branco. (Palmas); 48 votos para Aluizio Campos (Palmas); 35 votos para Pimenta da Veiga – três em branco (Palmas); 70 votos para Brandão Monteiro (Palmas.) – dezesseis em branco.

Esta eleita a Mesa.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro):** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Mário Covas.

**O SR. CONSTITUINTE MÁRIO COVAS:** – Sr. Presidente, antes de mais nada, quero congratular-me com aqueles que neste instante acabam de ser guindados às difíceis e trabalhosas tarefas de Presidente, 1º e 2º Vice-Presidentes da Comissão de Sistematização, processo que se completa com a designação do Relator, que neste instante, em nome do PMDB, aponto na figura do Deputado Bernardo Cabral.

Mas, ao mesmo tempo em que parabenizo esses Constituintes, desejo **ilegível** algo que é um dever de consciência Devo ao Constituinte Pimenta da Veiga, que **ilegível** está presente, e a todos os companheiros desta Casa a afirmativa de que não posso admitir **ilegível** de que o nobre Colega Pimenta da Veiga **ilegível** considerado derrotado neste episódio. O derrotado neste episódio é o Líder do PMDB, Constituinte Mário Covas. Assumo inteiramente este **ilegível** e faço questão de torná-lo público porque se trata de alguém da grandeza daquele companheiro que acaba de passar por uma prova, tarefa para a qual a bancada lhe conferiu a dimensão que nunca lhe foi negada. E esse companheiro tendo em vista sobretudo a fraqueza e a má articulação da sua Liderança, de certa forma até à sua revelia, por vontade de seus companheiros de bancada, tornou-se candidato. Portanto, em hipótese alguma pode ser considerado derrotado. Faço questão de afirmá-lo no pressuposto, também, de que palavra da Liderança aqui **ilegível**, quando indicou o nobre colega para ocupar a Vice-Presidência, pudesse – tal qual tentei em todos os pleitos nas oito comissões e 24 subcomissões, embora sem sucesso – honrá-la em relação aos demais partidos. Recebo como meu esse ônus; quem não pode ser atingido é o Deputado Pimenta da Veiga. É verdade que S. Ex.<sup>a</sup> não foi candidato apenas pela minha arbitrária vontade, mas pela subscrição de quarenta dos 47 membros da Comissão de Sistematização do PMDB.

Falo aos meus companheiros, aos companheiros que me fizeram Líder, aos que me ouviram interpretar desta tribuna não a minha vontade pessoal, mas algo que nasceu de uma manifestação da bancada, ainda que não medida em termos de votos, e voltou a renovar-se pela assinatura de quarenta dos 48 membros da Comissão de Sistematização do PMDB. Falo também aos demais companheiros Constituintes para reafirmar que, se ainda tiver tarefas nesta Casa, buscarei honrar com os demais partidos os compromissos assumidos.

Sr. Presidente, não sou homem de retaliações, e acho até que esta casa não as admite, mas quero lembrar que, antes da votação, anunciei com clareza desta tribuna que por mais que me merecesse respeito – e quanto ele me merece – o Constituinte eleito 1º Vice-Presidente, a bancada do PMDB, por sua vontade majoritária, indicava o colega Pimenta da Veiga. Quis o Plenário de forma diferente, e este é soberano. E, no instante em que se fala muito em soberania, quero exercer a minha, dizendo a cada companheiro e à imprensa aqui presente que esta derrota pertence a mim; que não respinguem, em hipótese alguma, sobre a figura da dimensão do Constituinte Pimenta da Veiga os erros da sua Liderança.

Desejo a esta Comissão sucesso na tarefa que hoje lhe é cometida. Tenho certeza de que ela a desempenhará com maior competência do que eu.

Obrigado, Sr. Presidente. (Palmas.)

**O SR. CONSTITUINTE ALUÍZIO CAMPOS:** – Sr. Presidente, cabe-me agradecer aos membros da Comissão de Sistematização o resultado da eleição em relação à 1ª Vice-Presidência.

Não acho que o nobre Líder Mário Covas tenha sido derrotado. S. Ex.<sup>a</sup> disputou a Liderança da

Constituinte no exercício da soberania de ser candidato. Eu mesmo havia dito a S. Ex.<sup>a</sup> que candidatura é também expressão de soberania, e o candidato a exercita, não a condiciona.

Participo inteiramente das palavras do Constituinte Mário Covas em relação ao nosso eminente colega Pimenta da Veiga. S. Ex.<sup>a</sup> também não foi derrotado, porque realmente não disputou a 1ª-Vice-Presidência; recebeu dos seus companheiros uma homenagem que o eminente Líder do nosso Partido na Constituinte quis prestar-lhe através da captação dos votos, para demonstrar o apreço que o Constituinte Pimenta da Veiga disputa dentro da nossa legenda.

Acho que o Líder Mário Covas não foi derrotado, porque quando se pratica a democracia os resultados são legítimos. O fulcro, a grandeza do regime democrático resulta exatamente do respeito e da submissão ao voto. E é esse regime de respeito ao voto – ao voto secreto, ao voto direto – que devemos implantar, na sua completa autenticidade, no texto da futura Constituição deste País.

Mais uma vez declaro que me sinto imensamente honrado em poder trabalhar ao lado de companheiros como o Prof. Afonso Arinos, o Constituinte Brandão Monteiro, cuja capacidade de luta o credencia para o exercício de mandatos legítimos, e o Relator Bernardo Cabral, que, sei, procurará à cooperação, a compreensão e a ajuda de todos os companheiros da Comissão de Sistematização.

Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Presidente, a gentileza de me ter permitido pronunciar estas palavras de agradecimento e conclamo os companheiros da Comissão de Sistematização a que, sem quaisquer ressentimentos, emprestemos à nova Constituição do País a experiência, a capacidade de trabalho e o devotamento que merece o povo brasileiro.

Muito obrigado. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro):** – Declaro eleitos e empossados nos respectivos cargos desta Comissão de Sistematização os Srs. Constituintes Afonso Arinos (palmas); Aluizio Campos, 1º-Vice-Presidente (palmas); e Brandão Monteiro, 2º-Vice-Presidente. (Palmas.)

Agradeço aos nobres companheiros Constituintes Oswaldo Lima Filho, Sandra Cavalcanti, Inocêncio Oliveira e Daso Coimbra a colaboração nos trabalhos desta reunião e a quantos ocuparam esta tribuna e atenderam aos apelos da Presidência no sentido de que os trabalhos corresse normalmente.

Cumpr-me, neste momento, convidar meu ilustre Líder e mestre de todos nós, Prof. Afonso Arinos, a assumir a cadeira que, por todos os títulos, é sua: a de Presidente da Comissão de Sistematização da Assembléia Nacional Constituinte. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, demais personalidades presentes, senhores assistentes, começarei por dar a mais grata e florida promessa, que é a de ser breve.

Cumpr-me convidar a ocupar seu lugar à Mesa, nas condições de 1º Vice-Presidente e de 2º-Vice-Presidente, respectivamente, os Constituintes Aluizio Campos e Brandão Monteiro, se estiverem presentes.

Senhoras e Senhores, serei breve, como dizia há pouco, mas não posso deixar de destacar certos aspectos da nossa reunião de hoje, seus resultados e consequências. Estamos repetindo, de certa forma, procedimento adotado pela Constituição portuguesa: a criação desta Comissão de Sistematização. Só que utilizamos um processo diverso em função das prescrições regimentais.

Em Portugal, na Assembléia Constituinte de 1974, os partidos políticos apresentaram projetos diversos. Os três grandes partidos políticos que venceram as eleições constituintes – o Partido Socialista, com 117 Deputados; o Partido Social Democrata, com cerca de 80 Deputados; e o Partido Comunista, com 30 Deputados, sem mencionar os partidos menores – apresentaram os seus projetos constitucionais, que foram sendo apreciados pela Assembléia conjuntamente com os pareceres da Comissão de Sistematização ali criada.

No Brasil, nesta transição do Governo atual, da situação atual, com a Constituição sendo cumprida e obedecida para o novo regime democrático, com a nova ordem que se vai instalar, decorrente dos trabalhos da Assembléia Constituinte, tomamos uma posição diferente: guardamos para o final a ação da Comissão de Sistematização, em virtude exatamente da ausência de projetos integrados que fossem anteriormente apresentados.

Não seguimos a tradição portuguesa; estamos inaugurando uma tradição brasileira. Por quê? Porque esta modifica toda uma tradição nacional que vem do Império, que é a da existência de um projeto de Constituição que seja antecipadamente submetido à apreciação das Assembléias.

Sabemos que, em 1823 houve o projeto de Constituição elaborado pela Comissão de que foi Relator o primeiro Antônio Carlos da família dos Andradas. Mas esse projeto não foi levado adiante e não prosperou pelas dificuldades políticas conhecidas e pela dissolução da Assembléia. E, então, a Constituição de 1824 não foi elaborada por uma Constituinte e, sim, por aquilo que o Imperador D. Pedro I chamou de Conselho de Estado, que, afinal, era uma espécie de extensão do próprio Ministério.

Já na Constituição de 1891 houve um projeto de Constituição. Organizado por determinação do Governo provisório e elaborado pela famosa Comissão dos Cinco – poderia aqui tentar restabelecer de memória os nomes dos componentes, mas não quero enfrentar essa dificuldade – esse projeto foi revisto pelo Governo provisório, e não por uma comissão de sistematização. E a principal figura participante dessa revisão foi Ruy Barbosa, Ministro da Fazenda. Ele, aliás, conta, em determinado discurso da sua volumosa obra sobre o assunto que os Constituintes, os membros do Governo, se reuniam em sua casa, à tarde, quando ele havia redigido o texto daquele dia da Constituição de 1891. Esse anteprojeto e que foi submetido à aprovação da chamada Comissão dos vinte e um, em que havia um representante por Estado. Está aí o jovem Reale Júnior, eminente professor de Direito Constitucional em São Paulo, falseando. Dizia eu que anteprojeto foi submetido à Comissão dos vinte e um dentro da própria Constituinte e, afinal, votado com imprevistos extraordinários, porque introduzia certas

determinações retiradas do próprio texto da Constituição norte-americana, qual fosse, por exemplo, a eleição indireta para Presidente. O Governo provisório mandou para a Assembléia Constituinte um projeto que estabelecia eleição indireta para Presidente da República, como se faz nos Estados Unidos. O projeto foi modificado naquele ponto não por Ruy Barbosa, que conservou o texto anterior, mas por um esquecido Deputado pelo Espírito Santo, que apresentou emenda estabelecendo a eleição direta. A eleição direta entra na nossa Constituição por emenda de um desconhecido Deputado pelo Espírito Santo. Pelo grande calor e medo de contrair a febre amarela – os mineiros querendo sair do Rio porque havia a febre amarela – todo o mundo votava aquilo muito depressa. Então, obtivemos a eleição direta para Presidente de maneira totalmente inesperada.

A Constituição de 1934 também foi originária de um anteprojeto. Este foi organizado por uma Comissão do Itamarati, cujo Presidente – peço licença para declinar seu nome – foi Afrânio de Mello Franco, meu pai. Esse projeto é que foi submetido à Constituinte de 1934, que organizou aquele maravilhoso texto constitucional que provinha de toda a formação do novo Direito Constitucional, saído da 1ª Guerra Mundial, que tem como expressões máximas a Constituição alemã de Weimar e a Constituição espanhola de 1931. Mas a Constituição brasileira de 1934 já estava ameaçada pelas nuvens tempestuosas das ditaduras fascistas que se espalhavam pelo mundo. Não quero entrar em pormenores, mas ela foi imediatamente subjugada pelo golpe e pela Constituição de 1937, que não teve anteprojeto nem foi elaborada por uma Constituinte.

Já a Constituição de 1946, promulgada depois da queda do Presidente Vargas, em fins de 1945, não teve anteprojeto porque os acontecimentos se precipitaram com enorme rapidez. Declara-se na própria Constituinte que era aprovado como projeto o texto constitucional de 1934. Foi a Constituição de 1934 que serviu de anteprojeto à Constituinte de 1946, que realizou uma das obras fundamentais da história do Direito Público brasileiro, porque tinha modelos muito importantes, como, por exemplo, a Constituição francesa daquele mesmo ano, que foi uma das grandes conquistas de ciência política e social na Europa.

Também não tivemos aqui um anteprojeto. Tancredo Neves – estou-me utilizando da paciência de V. Ex.<sup>a</sup> para poder esclarecer certos pormenores que talvez não sejam do conhecimento de todos – nunca se furtou em fazer um anteprojeto de Constituição. Com aquele feitio entre misterioso e condutor, dirigia na névoa, era um piloto de névoa; às vezes, criava a névoa dentro da qual conduzia. Certa vez ele me telefonou para falar sobre a formação da Comissão de Estudos Constitucionais, depois confirmada pelo Presidente Sarney, a qual tive a honra de presidir.

Peço aos Constituintes, sem nenhum motivo pessoal, uma atenção toda especial para a existência desse trabalho, um dos poucos pontos de apoio com que a Assembléia Constituinte brasileira poderá contar. Existem alguns anteprojetos, mas esse reflete uma espécie de namoro escondido com a Constituinte, namoro de janela. A Constituinte não chega a conversar com esse anteprojeto. É muito necessário que a Constituinte dê um **status**, não digo legal, mas pelo menos

de namoro reconhecido a esse projeto; que o receba, que o estude, que o examine, porque nunca teve a intenção de ser anatomicamente um projeto. Ele é um estuário de observações, de ressentimentos, de mágoas, de esperanças, de frustrações do povo brasileiro. Ele foi feito por uma plêiade de intelectuais brasileiros – escusado e afastado o seu presidente ocasional –, que muito infelizmente não se puderam fazer presentes nesta Assembléia, embora vários deles tenham sido candidatos. Então, peço aos meus queridos companheiros da Comissão de Sistematização que, desde logo, tomem a sério um exame mais aprofundado dessa matéria, a fim de que seja confessadamente um dos pontos de apoio para o nosso trabalho.

Não tenho planos para o futuro, não tenho planos para o trabalho da nossa Comissão; tenho esperança, na cooperação, na indicação, na sugestão, na direção, na inspiração dos amigos, para que nesta coloração matinal que atinge o meu crepúsculo, que ainda tem certas cores da manhã, possa tranquilizar-me, sabendo que tenho o apoio de personalidades tão eminentes, de mestres tão admiráveis, de políticos tão respeitáveis, de espíritos tão condizentes, dedicados e inclinados a um esforço pelo futuro do nosso País.

Não somos a Comissão principal da Assembléia Constituinte, nem a mais importante; somos a Comissão de maiores responsabilidades, porque teremos de examinar o trabalho de todas as demais comissões, conjuntamente. Temos de dissipar as incongruências; temos de eliminar as contradições; temos de afeiçoar as divergências; temos de conformar as possibilidades de desenvolvimento de um texto que já está conhecido, mas não está reconhecido, não está compreendido, não está desenvolvido na medida das suas possibilidades. Enfim, temos que fazer com que no Brasil a representação democrática através da Constituinte, que é a forma primeira de representação democrática, possa comparar-se à participação popular. (Palmas.) Se nos deixarmos dominar pela participação popular e não pusermos a representação democrática no mesmo nível, estaremos faltando ao nosso futuro, ao nosso dever.

O dever da Comissão de Sistematização é fazer com que a representação englobe a participação, dando não apenas as linhas próprias, incluindo no texto da Constituição aqueles aspectos de democracia direta que nos pareçam irrefragáveis, impossíveis de serem afastados. O que precisamos é tomar a iniciativa de fazer com que a nossa representação se transforme em participação. Temos de sentir tudo aquilo por que o povo está clamando, tudo aquilo que o povo está esperando, tudo aquilo contra o que o povo está protestando. Esta Comissão tem o destino terrível de desafiar a esperança. É muito perigoso desafiar a esperança de um povo. E quando isso cabe a um grupo de homens e mulheres que fazem parte desta Comissão, eu digo: é uma responsabilidade histórica da qual não poderemos fugir.

Não tenho condições de servir mais do que aquilo que posso com a minha idade, a minha experiência, o ceticismo próprio daquilo que vivi, dos dramas a que assisti, dos tremores que absorvi, das tragédias com que convivi nesses tantos anos de ditadura, de esmagamento, de repulsa ao que há de mais justo. Porque o que há de mais justo no campo do pensamento político é

Tradicionalmente, as Constituintes elaboram um texto constitucional, a partir de um plano-piloto de um esboço de constituição, para ser submetido à análise técnica e à deliberação política dos plenários dessas assembleias.



Nesta Assembléia Nacional Constituinte, as coisas não foram assim. O Regimento interno consagrou uma modalidade nova – se melhor ou pior, não desejo entrar no mérito –, que já foi votada e estatuída. E, como funciona? Vinte e quatro Subcomissões, com temas, alguns deles envolvendo assuntos os mais disparatados entre si, darão início ao arcabouço do projeto final. Temos aí a figura, que já usei do navio que zarpa de um porto, sem ter plotada a sua rota, sem rumo estabelecido e, sequer, destino escolhido. Como ele poderá singrar os mares? E se forem vinte e quatro os navios – número das nossas Subcomissões – seguramente teremos embarcações à dença e em sentidos diametralmente opostos.

Ora, cabe a esta Comissão sistematizar os trabalhos desta Constituinte, compatibilizando a vontade expressa das Subcomissões e das Comissões, bem assim, as propostas individuais dos Srs. Constituintes. Será uma tarefa absolutamente impossível de ser realizada, se não tivermos ao menos fixados alguns vetores maiores. Por exemplo: o sistema de governo. Como é possível três Subcomissões – a do Poder Legislativo, a do Poder Judiciário e a do Poder Executivo – estabelecerem o mecanismo de seu funcionamento, as engrenagens, se não sabem qual o sistema de opção desta Assembléia? Como pode a Subcomissão do Sistema Eleitoral e Partidos Políticos elaborar uma proposta se não tem noção se partimos para o presidencialismo, para o parlamentarismo, para o sistema misto ou, até, para a reimplantação da monarquia? Como é possível à Subcomissão que cuida de servidores públicos e da administração pública erigir a máquina do funcionalismo sem saber qual o sistema de governo, quais as autoridades a quem compete a condução do Estado? Há pontos fundamentais e nenhuma Subcomissão poderá ter um trabalho profícuo sem indicarmos com seta o vetor para onde vamos. Não pretendo que adrede discutam pormenores. Isto as Comissões Técnicas detalharão e discutirão tecnicamente quais as melhores soluções. Mas é indispensável que o Plenário da Constituinte decida sobre alguns pontos básicos, e o principal deles é o sistema de governo. Neste sentido já apresentei projeto de resolução, alterando o atual Regimento Interno, para determinar às Comissões a orientação do sistema de governo. Entendo deve voltar a levantar a matéria nesta Comissão de Sistematização, pois caso contrário, não daremos norteamento às outras Subcomissões e Comissões, e acabaremos tendo de, pela exiguidade do tempo, exercer um poder quase ditatorial dentro desta Comissão. Esse não é nosso desejo e, com certeza não e o do Presidente desta Comissão. Queremos ser o desaguiçador da ampla vontade democrática desta Assembléia. Mas, para que isso aconteça, é preciso que mecanismos eficientes existam, que decisões fundamentais como esta a que aludo, sejam tomadas. Portanto, a minha primeira proposta a esta Comissão de Sistematização é de que ela encaminhe proposição ao Sr. Presidente da Assembléia Nacional Constituinte no sentido de fazer submeter ao Plenário a decisão sobre o sistema de governo a ser adotado, pelo menos seu contorno maior, deixando às Subcomissões a incumbência do detalhamento do processo e da forma, do corpo final do projeto, cuja apreciação será feita por

esta Comissão, que o encaminhara depois ao Plenário.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Muito obrigado. Não respondo imediatamente à proposta de V. Ex.<sup>a</sup>, porque sou de opinião de que ela deve ser submetida oportunamente ao Plenário.

Com a palavra o segundo orador. Constituinte Joaquim Beviláqua.

**O SR. CONSTITUINTE JOAQUIM BEVILÁQUA:** – Sr. Presidente. Srs. membros da mesa, e desta Comissão, colegas Constituintes, minha colocação será muito rápida. Observamos nas reuniões das Subcomissões, de um lado – como salientou o companheiro Gastone Righi –, a democratização do processo, através da diversificação dos debates dos temas e, também, da absoluta liberdade de cada Subcomissão se organizar e dispor sobre seus trabalhos: de outro, nobre Relator – dirijo-me especialmente a V. Ex.<sup>a</sup> –, dificultase a tarefa de sistematização e organicidade dos trabalhos, no que se refere à autonomia da Subcomissão, na medida em que – de acordo com a visão dos seus membros cada uma venha a adotar uma diretriz ou determinado plano de trabalho.

Então, quero trazer ao nobre Relator, a quem cabe apresentar um roteiro básico do trabalho da Comissão, como contribuição, aquilo que observamos, com grande eficiência, no dia de ontem: reunião conjunta – muito proveitosa – das Subcomissões do Poder Executivo e do Poder Legislativo, que discutiram exatamente esse aspecto do presidencialismo e do parlamentarismo – aqui bem salientado pelo nobre Líder Gastone Righi. Mas vou mais além. Entendo que o nobre Relator e o ilustre Presidente deveriam reunir-se com os Presidentes e Relatores das demais Comissões, no decorrer da semana, ou no final, às sextas-feiras. Não sei qual será o organograma dos trabalhos, mas pelo calendário existente as Subcomissões tem reuniões diárias às terças, quartas e quintas-feiras, pela manhã e à tarde, audiências públicas as segundas-feiras e diligências nos finais de semana. Teríamos só as sextas-feiras para as reuniões plenas da Comissão de Sistematização, da qual, aliás, participam os Relatores das Subcomissões. Então, em reuniões plenárias como a de hoje já teríamos, com os encontros prévios dos ilustres Relatores e Presidentes das oito Comissões com os Relatores e Presidentes das Subcomissões, uma mini-sistematização, um mínimo de organicidade e harmonia. Os nossos trabalhos passariam a ter, além desse aspecto extremamente democrático e proveitoso, também uma certa técnica legislativa, e a organicidade que deve presidir o texto final.

Eis a nossa sugestão, ilustres Constituinte Bernardo Cabral e Presidente Afonso Arinos, basicamente, dentro do princípio que V. Ex.<sup>a</sup> anunciou no início, quanto à dinâmica que vamos ter de estabelecer – porque o processo de elaboração constitucional é realmente dinâmico e mutável – sugiro que o Presidente e o Relator desta Comissão se reúnam durante a semana com os Presidentes e Relatores das oito Comissões que, por sua vez, também devem fazer reuniões com os Presidentes e Relatores das Subcomissões. Dessas reuniões, às sextas-feiras, iríamos adotando

as normas, de acordo com a dinâmica dos trabalhos.

É a sugestão que faço aos ilustres Relator e Presidente da Comissão.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Muito obrigado a V. Ex.<sup>a</sup>. Sua sugestão será tomada em consideração e votada no final pelo Plenário, de acordo com a decisão tomada a respeito da primeira proposta feita pelo Constituinte Gastone Righi.

Queria advertir que o prazo de ocupação da tribuna determinado pela Mesa é de dez minutos para cada orador.

Entretanto, em face da sugestão de cinco minutos, coloco em votação essa proposta. (Pausa.) Está aprovada. Cinco minutos, para cada orador. Agradeço a colaboração.

Com a palavra o terceiro orador inscrito, Constituinte Adolfo Oliveira.

**O SR. CONSTITUINTE ADOLFO OLIVEIRA:** – Sr. Presidente Afonso Arinos. Sr. Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, Sr. Presidente do Congresso Nacional, integrantes da Mesa, eminente Relator, Constituinte Bernardo Cabral, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, tenho muito receio da tribuna, porque ela convida o orador a ultrapassar o seu tempo, que é limitado – e deve ser limitado. Mas, este é exatamente um dos pontos de minha intervenção. Acredito que será unânime o reconhecimento de que as instalações do Auditório Nereu Ramos são extremamente inadequadas para o trabalho da Comissão de Sistematização. Imagino como será, quando tivermos um grande volume de avulsos, de emendas e papéis e tenhamos necessidade de fazer apontamentos e até redigir alguma coisa. Será inteiramente impossível trabalhar-se neste plenário. Este plenário é um auditório, e não um plenário de trabalhos. Trago uma sugestão, Sr. Presidente, no sentido de que se procure verificar – e lamento, sinceramente, que o eminente Presidente do Senado Federal tenha tido necessidade de se retirar –, sem prejuízo das atividades normais do Senado Federal, se a Comissão de Sistematização pode funcionar no excelente plenário daquela casa. Poderíamos examinar também a possibilidade de se aproveitar o Auditório Petrônio Portela. Sei que o Senado realiza suas sessões às segundas-feiras, e poderá fazer reuniões extraordinárias. Mas naquele plenário cada integrante da Comissão de Sistematização teria o seu microfone, não havendo necessidade de sair da bancada para ir à tribuna. Teremos muito trabalho pela frente.

Sr. Presidente, foi feita uma estimativa de que a Comissão de Sistematização terá de dar parecer sobre cinco mil emendas em vinte e cinco dias. Se trabalharmos dia e noite, serão duzentas emendas por dia, e quase todas envolvendo matérias interessantes e importantes, e que representam a contribuição dos Constituintes. Portanto, Sr. Presidente, a sugestão que gostaria de deixar é no sentido de que se procure, com urgência, uma instalação adequada para que esta Comissão de Sistematização possa, efetivamente, trabalhar.

Muito obrigado. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – O nobre Constituinte Adolfo Oliveira fez uma sugestão importante e, o problema suscitado, se não está resolvido, felizmente, já estava mais ou menos previsto pela Secretaria da Comissão. S. Ex.<sup>a</sup> falou

sobre dois assuntos separados mas que se confundem: o problema do tempo e do espaço. Não quero fazer nenhuma manifestação einsteiniana neste momento – pois espaço e tempo são matérias einsteinianas – mas já existe alguma coisa neste sentido, e peço licença para ler.

"Haverá necessidade de uma outra sala para reunião de trabalhos? Caso afirmativo será utilizada a sala de reuniões localizada em frente ao Auditório Nereu Ramos."

Acho que V. Ex.<sup>a</sup> fez referência expressa a esse local.

**O SR. CONSTITUINTE ADOLFO**

**OLIVEIRA:** – Referi-me ao Auditório Petrônio Portella.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso**

**Arinos):** – Petrônio Portella?

**O SR. CONSTITUINTE ADOLFO**

**OLIVEIRA:** – Sim. Em segundo lugar, sugeri a utilização do Auditório Petrônio Portella e, em primeiro, o Plenário do Senado.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso**

**Arinos):** – Sim, o Plenário do Senado.

"Capacidade, trinta e dois lugares" etc. Necessidade de se definirem as datas das reuniões da Comissão de Sistematização para ser feita a solicitação da mencionada sala."

Esse assunto foi tratado pelo Deputado Adolfo Oliveira, que mencionou até os dias das reuniões da Comissão, um dia, privativo para as reuniões do plenário, outro para as reuniões dos Presidentes de Comissões e Subcomissões.

Com a palavra o Constituinte Aluizio Campos, que tem uma sugestão a fazer e algumas informações a prestar.

**O SR. CONSTITUINTE ALUÍZIO**

**CAMPOS:** – Recebi telefonemas de alguns companheiros da Comissão pedindo-me que falasse sobre o problema levantado pelo Deputado Adolfo Oliveira. Uma das reclamações foi feita pelo Constituinte Antônio Carlos Konder Reis, e imediatamente entramos em contato com a administração da Constituinte. Em princípio, ficou à nossa disposição a sala da Comissão de Finanças da Câmara, para realizarmos as nossas reuniões, sala esta quase defronte ao Auditório Nereu Ramos. Se esse auditório não for suficiente para toda a Comissão, ele poderá ser utilizado por grupos que forem organizados para desenvolver as suas atividades. De maneira que essa preocupação já foi manifestada à administração da Constituinte, e estamos esperando uma solução. De imediato já podemos contar com a sala da Comissão de Finanças, onde existem acomodações adequadas para que se possa fazer este trabalho, que, realmente, não poderá ser realizado no Auditório Nereu Ramos.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso**

**Arinos):** – A Comissão está de acordo e ciente da matéria? É possível que se dê outra solução. Posso solicitar ao Presidente do Senado o plenário daquela Casa. Peço à Comissão que se manifeste: V. Ex.<sup>as</sup> querem que eu solicite, inicialmente, o plenário do Senado ao seu Presidente? (Pausa.) Está aprovada essa solução. Peço que conste da ata.

Tem a palavra o Constituinte João Menezes.

**O SR. CONSTITUINTE JOÃO**

**MENEZES:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, quero também

participar do desenrolar dos trabalhos da Constituinte e das Comissões. Tenho verificado, no funcionamento das Comissões, que não há ainda ordem, há certas dificuldades e complexidades. As várias comissões que compõem a Constituinte não têm uma orientação certa. Muitas delas, inclusive, estão fazendo contatos, fora de Brasília, nos Estados, para ouvir forças populares. Está certo. Mas enquanto isso, a Comissão de Sistematização nada pode fazer. Por quê? Porque ela só pode trabalhar em cima do que as outras Comissões fizeram. Por isso ela é chamada de Comissão de Sistematização. E coordenadora dos trabalhos das outras Comissões. É esse o fundamento da Comissão de Sistematização. Para isso, é preciso que as outras Comissões preparem as matérias e as tragam para a Comissão de Sistematização. Enquanto esta Comissão não receber matérias não poderá andar. Ela, por si só, não decidirá assuntos por ela mesma propostos. Ela tem de receber o material das outras Comissões. Isso é da maior importância. Todas as Comissões são igualmente importantes na Constituinte; elas tratam de assuntos variados, mas todos importantes. Nessas condições, proponho ao Presidente da Comissão de Sistematização que se reúna, com a maior urgência possível, com os Presidentes das demais Comissões, a fim de ordenar os trabalhos e tomar efetivo o início do preparo do primeiro esqueleto da nova Constituição. Enquanto não recebermos esse material, a Comissão ficará parada, sem objetivo, sem fundamento.

É também muito importante o assunto de que tratou aqui o Constituinte Gastone Righi no que concerne à orientação da forma de Governo. Se não tivermos isso decidido as Comissões poderão preparar o seu trabalho considerando, por exemplo sistema parlamentarista e depois, resolve-se adotar um outro sistema como o presidencialista. Como deverão proceder? Será necessário voltar tudo de novo para as adaptações? O entendimento sobre a forma de Governo e uma premissa fundamental.

Eram estas as observações que queria fazer, sobre o que tenho escutado e verificado nestes dias todos aqui. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso**

**Arinos):** – O Sr. Relator vai dar uma pequena explicação a respeito da manifestação do meu caro amigo Senador João Menezes.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):**

– Sr. Presidente e eminentes companheiros Constituintes, a preocupação manifestada pelo eminente Constituinte Joaquim Bevilacqua, sucedida agora, em parte, pelo nobre Senador João Menezes, casa-se primeiro com uma preocupação que, desde o início, constou da pauta de trabalho do Presidente Afonso Arinos, do 1º Vice Presidente e do Constituinte Konder Reis. Dentre essas preocupações, tive o cuidado e é esta informação que passo ao plenário – de criar o seguinte programa de trabalho: o Relator passa a ter quatro relatores auxiliares. Estes relatores auxiliares funcionarão da seguinte maneira: dois ficarão encarregados de quatro das oito Comissões temáticas, e os outros dois das quatro restantes. Os nossos companheiros, indistintamente, sem nenhuma conotação político partidária devo esclarecer desde logo – que fazem parte da Comissão de Sistematização, mas que são suplentes em outras Subcomissões – receberão um ofício do Presidente

Afonso Arinos, encaminhado aquela Subcomissão da qual ele é o suplente, esclarecendo que como membro da Comissão de Sistematização ficara encarregado, desde logo – para que não haja o volume de trabalho que todos nós sabemos que irá acontecer – de ver o que se passa nas demais Subcomissões, uma vez seria completamente impossível que o Relator e os relatores auxiliares estivessem ali presentes. A par disso, uma circunstância que pareceu a todos nós – à Presidência, à Vice Presidência e ao Relator – por demais oportuna e que se casa com perfeição com a sugestão do Deputado Bevilacqua e que foi decorrente de uma conversa havida entre mim e a Deputada Sandra Cavalcanti, quanto a reunião dos Presidentes das Subcomissões com a Comissão de Sistematização. Para que não ficasse muito grande – são 24 Presidentes de Subcomissões e mais 8 das Comissões – dividiríamos a reunião em duas ou três vezes, isto é de manhã, uma hora com sete ou com dez, depois outra hora com dez, sem que fosse uma grande reunião, para que não houvesse a balbúrdia que ocorre quando todos falam ao mesmo tempo.

Pedi a palavra logo ao Presidente para que V. Ex.<sup>as</sup> vissem o cuidado que se está tendo no trato do assunto, porque a responsabilidade da Comissão de Sistematização será de tal sorte que, após os 65 dias depois que as 24 Subcomissões levarem os seus temas às Comissões Temáticas e estas os remeterem para a Comissão de Sistematização, será completamente impossível a qualquer ser humano, ainda que se seja do porte jurídico do Presidente Afonso Arinos, concluir um trabalho se não houver tempo, a não ser com essas medidas preliminares que estamos tomando.

De modo que isso vai começar a ocorrer; já tivemos uma reunião prévia na casa do Presidente Ulysses Guimarães. Quero declarar, aliás permitam-me fazer uma confidência a respeito do esforço que fez o Presidente Afonso Arinos para se mudar do Rio de Janeiro para Brasília – e esta é a confidência que tenho que revelar – que S. Ex.<sup>a</sup> daqui não saíra, pelo menos nos próximos 50 a 60 dias, ou seja, nem nos finais de semana. Estaremos com esta sobrecarga e ela será dividida entre todos aqueles que compõem a Comissão de Sistematização.

Eram estas as informações que queria prestar. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Afonso**

**Arinos):** – Com a palavra, para um aparte, o nobre Deputado Carlos Sant'Anna, Líder do Governo.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS**

**SANT'ANNA:** – Quero dizer que necessariamente não entendo que a Comissão de Sistematização seja meramente uma receptadora de tudo que vem das 24 Comissões ao final. Acho, por exemplo, que o papel inicial da Comissão de Sistematização e, na metodologia dos trabalhos, procurar ver quais são os temas gerais para serem estabelecidos de início que são norteadores, diretrizes para a condução da elaboração da Constituição. Por exemplo, acho fundamental definir-se, através de debates de plenário, e imediatamente, se o regime será parlamentarista, ou presidencialista, ou misto. A definição desse e de outros temas é fundamental para que as Subcomissões possam, então, conduzir o seu trabalho de acordo

com essas diretrizes, que são gerais. Não é agora que vamos fazer isto, mas acredito que um dos papéis do Relator, na feita do programa de trabalho, seria pensar, por exemplo em, três, quatro ou cinco temas que, sendo gerais, são por demais importantes para que sejam decididos, preliminarmente, com metodologia de trabalho de todas as 24 Comissões. O exemplo dado, da definição entre presidencialismo e parlamentarismo, é ilustrativo, porque a forma de escrever uma Constituição presidencialista é completamente diferente de outra parlamentarista. Se o regime é parlamentarista, as suas peculiaridades determinam como será o Poder Legislativo, o Poder Executivo, e até o Poder Judiciário; há Conselhos de Estado, Conselhos de Defesa Nacional, uma porção de outros organismos que uma Constituição presidencialista não terá. Então essas coisas têm que ser definidas de início.

Há outros temas também que, em sendo definidos na norma geral – insisto, para concluir – serão importantes, porque uma Subcomissão de vinte e um membros não pode definir assuntos da magna importância, por exemplo, do regime de Governo e enviar a matéria para a Comissão de Sistematização como resolução, digamos, quase que do plenário da Constituinte.

De modo que presto essa colaboração sobre a metodologia do trabalho que devem seguir.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Nobre Deputado Carlos Sant'Anna, permito-me fazer uma pequena intervenção em resposta a V. Ex.<sup>a</sup> Rejubilou-me comigo mesmo, porque levei ao Presidente Ulysses Guimarães – lamento que S. Ex.<sup>a</sup> esteja ausente no momento – exatamente o tema que V. Ex.<sup>a</sup> acaba de suscitar, há cerca de três semanas, e até indiquei para S.?, que esteve imediatamente de acordo comigo, alguns dos resultados, das indicações ou dos exemplos concretos que V. Ex.<sup>a</sup> apresentou, por exemplo, a criação de um Tribunal Constitucional. O Tribunal Constitucional é inerente ao sistema parlamentar misto e não existe no sistema presidencial que praticamos. Abordei o problema do Conselho de Estado, a sua evolução, no nosso País: a criação do Conselho de Estado na Primeira Constituição Imperial: o desaparecimento do Conselho de Estado com o Ato Adicional; à volta do Conselho de Estado com a Lei de Interpretação, de 1840; enfim, são todos exemplos que temos em nossa própria História. Levei esses assuntos a S. Ex.<sup>a</sup>, que me autorizou a interpretar o seu pensamento, dizendo que estava de acordo. É um problema puramente de fato, quer dizer, não podemos dar a essas confluências o sentido de uma decisão, porque a decisão só pode ser tomada por votação da Comissão. Então temos de tomar essa decisão no quadro daquilo que chamei de sistema de aproximações progressivas, que será o sistema do nosso trabalho. Temos de saber como vamos resolver isso, mas não podemos fazê-lo já; se votarmos, uma vez feito isso, já estaríamos tratando de um ponto da Constituição diferente daquele que estaríamos tratando no momento com a Comissão a que V. Ex.<sup>a</sup> acaba de se referir, ou ao número de Comissões, ou à variedade das Comissões. Então são certas decisões básicas, genéricas, essenciais, exclusivas, que levei ao conhecimento do Presidente Ulysses Guimarães, como esta do regime de governo.

Outra decisão que levei a S. Ex.<sup>a</sup> foi a distribuição orçamentária do sistema federal; as novas modificações no sistema federal, e até municipal; enfim, todas as exigências, interferências e influências que o texto vai sofrer, em virtude da ampliação da situação do Estado, diante das novas condições da sociedade. Tudo isso são matérias de importância transcendental, que têm de ser resolvidas – não decididas, mas resolvidas – inicialmente. É isto o que eu queria trazer, para a tranquilidade de V. Ex.<sup>a</sup>, para o conhecimento dos demais membros da Casa e para mostrar que a Presidência, os Relatores e membros da Mesa estão atentos a essas possibilidades. Muito obrigado.

Concedo a palavra ao Constituinte Roberto Freire.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO**

**FREIRE:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, esses problemas que estão sendo levantados são produto exatamente de certo democratismo que tomou conta da Assembléia Nacional Constituinte. Os papéis se invertem. A Grande Comissão teria a atribuição de fazer quase que o "boneco – se pudéssemos chamá-lo assim – dar uma estrutura, definir sistematicamente o que seria a futura Constituição, e submeter esse "esqueleto", esse "boneco", esse primeiro anteprojeto a uma decisão do Plenário e, a partir daí, se iniciarem os trabalhos de forma lógica e sistemática, e não a balbúrdia que aí está. Mas, evitando-se essa Grande Comissão, criou-se uma Comissão muito maior, porque o poder da Comissão de Sistematização é muito maior do que o da Grande Comissão, que se pretendia no Regimento anterior, ou até na nossa experiência de 1946. Agora, como tentar diminuir esse poder da Comissão de Sistematização, depois de terminados os trabalhos das Comissões Temáticas que aí estão? É começar a sistematizar a partir de agora. Não sistematizar apenas quando vierem as propostas. É a sistematização do próprio método de trabalho. Primeiro, temos de definir não apenas a questão do sistema de Governo – parlamentarismo ou presidencialismo. Temos de definir – talvez seja o óbvio, mas é fundamental definir-se o óbvio nesta questão – se vamos ter República ou Monarquia. Temos de definir se será uma Federação ou um País unitário, até para que os trabalhos não sejam completamente caóticos. Qualquer Comissão define o que bem entender. É fundamental que o Plenário da Constituinte defina questões básicas, fundamentais, para que os trabalhos nas Comissões e Subcomissões tenham certa lógica, certo ordenamento e diminuam, inclusive, o poder de arbítrio que teremos posteriormente. Se recebermos a nossa tarefa da forma caótica como vem sendo esse quadro, teremos o poder de definirmos o que quisermos aqui. É fundamental que essas definições sejam dadas pelo Plenário, e vai aí uma proposta concreta: vamos começar a sistematizar os trabalhos das Comissões, sugerindo ser necessário que o Plenário da Constituinte defina se este País será uma República, se será federativa ou unitária, se terá um regime parlamentarista ou presidencialista, e outras questões que dão exatamente lógica que uma Constituição tem de ter, porque ela não é uma colcha de retalhos. Ela tem de ter uma lógica interna. Para isso é necessário que, de antemão, tenhamos condições de sistematizar os trabalhos da Subcomissão. Por isso, proporia que o Relator apresentasse ques-

tões que têm de ser decididas prévia e aprioristicamente, pelo Plenário da Assembléia Nacional Constituinte, e definisse o tempo de discussão em plenário, como ordem do dia, para que se tenha uma definição exaustivamente discutida. É uma proposta concreta, no sentido da sistematização dos trabalhos a partir de agora, e não a posteriori.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso**

**Arinos):** – Muito obrigado a V. Ex.<sup>a</sup>. Gostaria de acrescentar que o problema da Comissão inicial, da Comissão preparatória do anteprojeto, existiu, foi debatido, e discuti isso com o Presidente Ulysses Guimarães. S. Ex.<sup>a</sup> me explicou que havia obstáculos muito sérios, porque poderia parecer que havia uma espécie de dupla eleição: a eleição pelo eleitorado, e a formação de um grupo de eleitos para organizar o anteprojeto. Achei que isso seria uma demonstração de vitalidade e de crítica da Constituinte, mas gostaria de lembrar que isso se contrapõe ao hábito das democracias representativas. Tivemos, por exemplo, uma Comissão que preparou o anteprojeto da Constituição de 1824, embora não tivéssemos o mesmo aprovado para a Constituição porque a Assembléia foi dissolvida; mas tivemos todavia uma Comissão que preparou o anteprojeto da Constituição de 1934; não a tivemos para a de 1937, porque não houve anteprojeto, conforme houve uma decisão do Governo autoritário de então através de um de seus juristas; não tivemos o anteprojeto da Constituição de 1946. Por causa das condições em que foi feita a deposição do Presidente Vargas, em 1945, e da convocação da Constituinte, logo no princípio de 1946; mas tivemos a decisão da Assembléia Nacional Constituinte de 1946, de adotar, como anteprojeto, o texto da Constituição de 1934. Esse texto foi aceito como anteprojeto da Constituição de 1946. Há países em que não houve isso, como por exemplo, nas grandes democracias ocidentais. A França teve o anteprojeto da Constituição de 1946, mas não teve o projeto da Constituição do General De Gaulle em 1958, porque ele não teve Constituinte; fez a Constituição através de um grupo de trabalho escolhido por ele mesmo, de personalidades pouco numerosas, mas extremamente representativas – dois, pelo menos, grandes juristas, entre eles Michel Debre. Depois, ele submeteu a Constituição a plebiscito, e isso fez com que ela fosse aprovada, não como projeto, mas, sim, como uma declaração nacional. Não tivemos anteprojeto na constituição ocidental alemã, porque ela foi feita numa ocasião de ocupação do território alemão, ainda pelas forças estrangeiras. A Constituinte alemã foi reunida por um grupo de juristas dos Estados que se haviam libertado da ocupação estrangeira, mas com a complacência e a permissão das tropas de ocupação inglesas, francesas e norte americanas. Por isso não houve anteprojeto, e está aí a Constituição alemã até hoje. Isso varia portanto, com as condições históricas, mas no Brasil a tradição é do anteprojeto. Uma vez que agora não houve isso, temos de fazer algo muito importante, que é o anteprojeto, e rever o projeto. O que estamos fazendo de fato nesta conversa, é uma espécie de anteprojeto verbal. Estamos manifestando nossas opiniões a respeito de pontos culminantes. Isto é muito importante, é vitalizante, é estimulante. É isto que deve fazer a nossa Comissão isto é, não ter regras processuais muito firmes, mas ter

essa efervescência, essa ebulição de interesse e de patriotismo que estão sendo manifestados pelos Srs. Membros da Comissão. Agradeço a todos a contribuição.

Concedo a palavra ao Constituinte Haroldo Lima.

#### O SR. CONSTITUINTE HAROLDO

**LIMA:** – Sr. Presidente. Srs. Constituintes, há momentos em que não se fala para apresentar uma saída, para dar uma solução, mas, às vezes, para contestar as saídas que não nos parecem corretas. Penso, inclusive, que a exposição inicial do Presidente Afonso Arinos foi muito lúcida, a respeito de como colocar o caráter ainda impreciso de certas soluções. S. Ex.<sup>a</sup> chegou a dizer que precisávamos fazer definições progressivas; expôs uma visão, no meu modo de ver, dialética do raciocínio, ou seja, que as decisões vão sendo tomadas no curso dos acontecimentos, de acordo com as necessidades, com as insinuações da própria vida e da História. Nesse sentido, sem ter opiniões finais, mas tentando contribuir com algumas questões que me parecem importantes, na verdade esta discussão que agora estamos travando decorre da metodologia que esta Constituinte tomou, que é inédita na História do nosso País. Certa ou errada, e a metodologia por nós adotada. Não podemos, a esta altura, já no meio dos acontecimentos, questionar a sua correção. Estamos com a Comissão de Sistematização e com 24 Subcomissões funcionando e temos de ver, no curso desse processo, como é que vamos encontrar a maneira pela qual se elabora uma Constituição coerente em todos os seus princípios. Este é o problema que está posto. De início, enfrentamos questões como esta: O Plenário da Constituinte deverá decidir preliminarmente algumas questões básicas, para depois permitir que o trabalho das Subcomissões possa prosseguir? Acho isso perigoso. Acho que talvez fosse uma saída até fácil, como saída mais fácil seria nós agora colocarmos um ponto parágrafo em nossos trabalhos, elaborarmos um anteprojeto e enviá-lo a todas as Subcomissões, porque aí todos os trabalhos estariam unificados. Na busca da unificação dos nossos trabalhos, não poderemos encontrar eventualmente as saídas mais simples, porque elas podem ser falsas. Nesse caso preciso, uma das questões chave desta Constituinte é a definição do sistema de Governo. Precisamente por isso é que esse tema não poderá ser precipitado. Não poderá ser definido sem que a própria Nação brasileira tome conhecimento de que está em gestação uma definição a respeito dessa questão.

Por exemplo, na Comissão de Educação e de Saúde estamos convocando diversas pessoas para posicionarem-se; representantes destacados de setores de saúde, de setores educacionais, para expressarem opiniões a respeito desse ou daquele tema. Só depois disso a Subcomissão elaborará um relatório, que irá à decisão da Comissão, à qual está subordinada, para em seguida ser enviado à Comissão de Sistematização e, finalmente, ao Plenário.

E quando aquela eventual decisão a respeito de uma questão localizada, como saúde e educação, for tomada em última instância pelo plenário, isso significará efetivamente à vontade da Constituinte, porque aquela decisão, antes de ser tomada, foi gestada, foi produzida, foi amadurecida,

foi discutida. A própria Nação brasileira participou da elaboração daquele ponto de vista.

No exemplo que citei, penso que essa decisão localizada, de saúde e educação, será uma decisão menor, comparada com a decisão básica qual seja a de adotar tal ou qual sistema de poder. Então, seria uma falácia imaginarmos que o melhor método de tratarmos essa questão e precipitar a sua definição.

Antes de amadurecer, antes de discutir com calma e com serenidade, antes de mobilizar a Nação para essa decisão, já de imediato, convoca-se, numa tarde, a Constituinte, com determinada correlação de forças, que não foram beneficiadas pelo debate, delibera-se a respeito da questão chave, antes que se tenha tomado consciência plena de quais as suas repercussões e de que o debate tenha beneficiado aquela própria decisão.

Então, não tenho a solução, como disse no início, mas contesto e digo que esse equacionamento parece-me extremamente falho, extremamente preocupante. Ele atropela o processo de elaboração. Reduz as questões fundamentais a um processo simplificador, processo este que não será imposto às questões menores. As questões menores se beneficiarão de um processo mais lento, mais demorado, mais apurado. E as questões maiores terão que se constrenger a uma decisão precipitada, sem preparação maior.

Creio que isso é perigoso, que a Constituinte não poderia embarcar nessa canoa falsa. É uma canoa aparentemente simples, mas a facilidade em geral é o caminho mais perto de se levar ao abismo, ao naufrágio. Poderemos, no curso desse processo, embarcar em questões casuísticas.

De repente, pode-se levantar aqui: no desdobramento disso é preciso estabelecer antecipadamente qual o período de mandato do Presidente da República.

Parece-me que a questão constituinte é atropelada por questões casuísticas, questões menores, questões que não nos devem atraparlar.

Então não sei qual a solução, Sr. Presidente. Penso, inclusive, pelo que pude compreender da observação do nobre Relator e de V. Ex.<sup>a</sup> que elas indicam um rumo diferente. Ou seja, precisamos, penso eu, encontrar um mecanismo de se fazer um entrosamento rápido entre a Comissão de Sistematização e as demais Comissões, para que a elaboração constitucional não seja descoordenada, não seja – como disse ainda há pouco o nobre orador – uma elaboração caótica em que cada um segue um rumo.

Penso que a Sistematização deve assumir-se como sistematizadora, como coordenadora dos trabalhos de elaboração da Constituição, desde já. Nesse sentido é preciso que de logo ela coordene, que vá sistematizando. E, de acordo com esse processo, ela vá, quem sabe, identificando pontos que devem ser tratados com mais anterioridade, que devem ser explicitados para as demais Comissões.

Penso que, nesse processo, deveremos trazer ao plenário da própria Comissão de Sistematização os problemas mais palpantes, e depois num processo de aproximação sucessiva, cheguemos a um momento em que as decisões básicas serão tomadas de acordo com o seu processo de amadurecimento. Eu, por exemplo, não concordo que a Comissão de Sistematização seja

uma espécie de supercomissão, hoje, com a atual metodologia adotada pela Constituinte. A rigor creio que precisamos tomar o cuidado e assumir a responsabilidade de sermos algo mais do que uma mera Comissão de Sistematização. Isso porque, se pegarmos o vocábulo ao pé da letra, sistematizar é um trabalho burocrático, que implica arrumar as coisas que são incongruentes; dar uma ordem correta, coerente.

Enfim, acho que a criatividade nesta Comissão – e aqui temos Deputados que não estão em outras Subcomissões – e o dever constituinte desses Deputados precisam ser assumidos desde logo. Ou seja, os Deputados também precisam participar do processo de elaboração na Comissão de Sistematização. Não podem ficar à espera de que a verdadeira elaboração da Constituinte seja feita em outras Comissões e que daqui a um ou dois meses eles comecem a arrumar os tópicos numa linha coerente. Acho que isso não tem sentido. É preciso que o trabalho de sistematização comece desde já, de maneira que a Comissão de Sistematização busque um mecanismo de entrosamento prático, imediato, formal, com as demais Comissões, e que desse processo ela vá fazendo algo que não esteja explicitamente posto no Regimento Interno.

Como disse o nobre Presidente, no início, o Regimento interno, por si próprio, é uma definição preliminar, e uma definição que vamos resguardar; aliás, não está inteiramente resguardado a essa altura, mas devemos buscar resguardá-lo sempre que possível. Porém, não devemos tomar o Regimento como uma lei magna, decisiva. De sorte que o trabalho de coordenação, que não está suficientemente previsto no Regimento Interno, seja assumido por esta Comissão, para que possamos então, nesse trabalho harmonioso, levar a contento a nossa tarefa.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Ademar Andrade.

#### O SR. CONSTITUINTE ADEMIR

**ANDRADE:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, quero levar uma questão que entendo ser da maior importância. Não concordo, de certa forma, com a preocupação levantada pelo Deputado Gastone Righi. A avaliação que faço do Regimento que temos, e da forma como está sendo elaborada esta Constituição, é de fato uma forma extremamente democrática e participativa; não apenas dos Constituintes em si, mas até mesmo da sociedade como um todo, através das audiências e das manifestações que as várias entidades representativas do povo brasileiro colocam no trabalho feito em cada uma dessas Subcomissões.

É importante avaliarmos o interesse de todos, a dinâmica dar tarefas, o trabalho intensivo que esta sendo feito por todas essas Subcomissões. Esse trabalho e extremamente produtivo, é extremamente interessante para todos nós.

Quero levantar uma questão muito séria, sobre a forma de governo: parlamentarismo, presidencialismo ou outra qualquer.

Se fizermos um levantamento da opinião pública hoje no Brasil, chegaremos a conclusão – e são dados estatísticos que até achei bastante elevados – de que apenas 20% das pessoas inquiridas sobre essa questão, sabe diferenciar presidencialismo de parlamentarismo.

O povo não está participando deste processo de discussão. Esta questão não foi levantada durante a campanha política porque, infelizmente, nós nos elegemos junto com os Governadores dos Estados e, naquela oportunidade, preponderou a campanha dos Governadores, — campanha que tinha outros objetivos, outras motivações — a Constituinte, que é uma questão nacional ficou em segundo plano. Tudo isso fez com que o povo não participasse intensamente desse debate sobre presidencialismo e parlamentarismo. Não creio que possamos definir esta questão, de imediato. Entendo que devemos deixar que ela se processe como está. Entendo, contudo, que a Comissão de Sistematização, na sua primeira fase após sessenta e cinco dias de trabalho das outras Comissões, deverá fazer um trabalho de sistematização, pura e simplesmente, respeitando as decisões das subcomissões. Teremos que decidir algumas questões básicas, mas acho que é possível fazermos a composição dessas decisões. Não podemos nos esquecer de que esse esboço, ao qual dispensamos espaço de discussão de praticamente noventa e cinco dias — sessenta e cinco dias nas Subcomissões e trinta dias nesta Comissão — irá a Plenário e passará mais quarenta dias em discussão, e em seguida as emendas voltarão para esta Comissão. O nosso trabalho não será de sistematização, absolutamente: será o trabalho de julgar o mérito das emendas apresentadas em Plenário, definindo-as quanto a este aspecto e, finalmente, submetendo-as, ao Plenário, por duas vezes consecutivas, em primeiro e segundo turnos. Não vejo, por conseguinte, a preocupação com a definição imediata desta questão. Inclusive, estou apresentando um projeto de indicação à Mesa da Assembléia Nacional Constituinte. Espero contar com apoio da Comissão de Sistematização, nesta questão, porque, se o Presidente pretende colocar em votação, na Comissão de Sistematização a proposta do Constituinte Gastone Righi, gostaria que fosse levada em consideração a proposta que faço. Nosso Regimento diz: "A Mesa da Assembléia Nacional Constituinte pode a qualquer momento, a qualquer instante, requisitar o horário de uma hora em cadeia nacional de rádio e televisão". Esse projeto de indicação à Mesa propõe que, semanalmente, a Mesa da Assembléia Nacional Constituinte apresente ao povo brasileiro programas de uma hora, sobre temas que interessam à população, sobre os quais não lhe foi dada a oportunidade de conhecimento. Por exemplo, a questão do presidencialismo e parlamentarismo deveria ser apresentada ao povo brasileiro, através de debates no rádio e televisão, de maneira isenta, colocando as diferenças entre regime presidencialista e regime parlamentarista, citando exemplos internacionais, mostrando como o parlamentarismo funcionaria aqui. Conseqüentemente, chegaria até nós, Constituintes, o sentimento popular a respeito dessas questões. Porque fomos ao povo para discutir esses problemas e percebemos a sua total falta de posicionamento, a sua indefinição absoluta a respeito do que é melhor e do que é pior para a sociedade. Sei que fomos eleitos para definir esta questão, mas entendo que o seu debate não foi aprofundado, nem discutido no o. Por isso, ela precisa ser mais conhecida, Sr. Presidente, Constituinte Afonso Arinos, fica a minha sugestão, na esperança de que a Comissão de Sistematização também apóie o projeto de

indicação que estou apresentando à Mesa, para que, semanalmente, sejam apresentados, de maneira clara e objetiva, pelo rádio e televisão, uma hora de debate sobre parlamentarismo e presidencialismo, e também sobre a questão da composição do Poder Judiciário, do Poder Legislativo, sobre a questão da realidade agrária do Brasil. Enfim, programas sobre uma série de temas importantes, que não são do conhecimento público, para que pudéssemos sentir a vontade do povo e tentar aquiescer a essa vontade, pois, de uma forma ou de outra, temos de respeitá-la. Esta a contribuição que pretendia dar.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** — Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup> a útil e brilhante exposição que acaba de fazer. Em países que praticam esses regimes, se fizer uma enquete de âmbito nacional sobre a natureza de um e de outro e suas diferenças, em nenhum deles haverá respostas satisfatórias.

Nos Estados Unidos, por exemplo, o voto não é obrigatório, mas voluntário, o que implica um nível especial de formação intelectual dos votantes. Mas duvido muito que, se fosse feito uma enquete nos Estados Unidos para saber qual é a diferença entre parlamentarismo e presidencialismo, os eleitores pudessem responder. Na França, se fizessem a mesma pesquisa — estou citando a França porque é um país tradicionalmente parlamentarista — sobre parlamentarismo e o presidencialismo, seria muito difícil o eleitorado francês responder. Assim ocorreria também na Espanha, na Itália, em Portugal, em qualquer país que tivesse um regime incondicional, arraigado, na verdade, o que existe nesses países é uma participação muito maior da sociedade nas decisões representativas. Por isso é que existe a representação.

Uma Assembléia Constituinte que é eleita por sessenta, setenta milhões de votos, representa qualquer coisa de extraordinário, mas nesse contexto existe uma ânsia de participação que não é representativo. Essa representação depende daquilo que se chama democracia direta, democracia semi-indireta. As democracias diretas e semi-indiretas têm seus aparelhos, seus condutos, seus processos, suas maneiras de se apresentar.

No nosso projeto de Comissão Constitucional tentamos estabelecer certos princípios de democracia direta. Temos aqui, a responsabilidade de criar esse processo. Parece-me que esse argumento — e peço desculpas porque divirjo dele — de procurar em um eleitorado de milhões de pessoas, de milhões de votantes, que digam qual é a diferença entre presidencialismo e parlamentarismo, seria completamente impossível, mesmo num outro nível cultural que não o nosso. Isso não quer dizer que não nos interessemos por esse problema, porque ele vai definir coisas concretas. Se não tivermos a definição da forma de Governo, não poderemos escrever os capítulos que vêm depois. E, longe de ficarmos mais diligentes na preparação do nosso anteprojeto, vamos ficar muito mais vagarosos. Entraremos pelo próximo ano, para chegarmos a essas conclusões.

Peço desculpas, mas o Presidente não se despe da sua condição de Constituinte para fazer essas considerações.

Continua a discussão. Tem a palavra a Constituinte Sandra Cavalcanti.

**A SRA. CONSTITUINTE SANDRA CAVALCANTI:** — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, parece-me que esta nossa reunião tem, principalmente, como objetivo, tentar encontrar, desde já, os rumos dos nossos trabalhos. Estamos curiosos por saber como vamos cumprir um calendário que já está definido no Regimento. Sabemos que nossas Subcomissões têm vida por mais trinta e cinco dias e sabemos que as nossas Comissões têm também um período de vida determinado. Em seguida, vamos trabalhar com o resultado do que, ali, tiver sido obtido. Não vejo possibilidade de chegarmos a bom termo se não soubermos fazer uso inteligente daquilo que, pela primeira vez, esta presente na história da elaboração das Constituições do Brasil: da ajuda de um computador. É a presença da informática, é a presença de uma técnica moderna de registro, listagem, classificação, separação, combinação de dados.

Sr. Presidente, peço a V. Ex.<sup>a</sup> nos tire deste Plenário o mais depressa possível, nas próximas reuniões, porque é ele muito incômodo, quente e desagradável, um lugar onde, durante mais de quarenta minutos, ninguém agüenta realmente ficar. É um ambiente difícil para trabalharmos.

É necessário que o Sr. Presidente consiga, nas próximas reuniões, a equipe que vai nos assessorar, ligada à parte de processamento de dados. É preciso que ela esteja aqui, para nos dizer como isso vai acontecer, de que maneira cada um de nós vai poder utilizar-se desse serviço, o que poderemos pedir, o que esse serviço vai nos oferecer. A proposta do Relator Bernardo Cabral, de já começar a trabalhar com relatores auxiliares, parece-me uma metodologia muito boa, e pode ser posta em execução a partir da semana que vem. A idéia de termos alguns capítulos da Constituição adiantados, independentemente da decisão posterior do Plenário, sobre sistema de Governo, também parece-me óbvia, porque há alguns capítulos que não se relacionam com a definição do que vai ser a nossa estrutura de Governo. Temos capítulos sobre Educação, Família, Direitos e Garantias Individuais. Vários deles não têm ligação obrigatória com o regime de Governo a ser escolhido. Podem, portanto, ter a sua parte de trabalho bastante adiantada.

Acho importante marcarmos a próxima reunião e convocarmos a equipe de assessoramento da Comissão de Sistematização, para que possamos ter a idéia dos instrumentos com os quais iremos trabalhar, e do que poderemos pedir a esse grupo de funcionários categorizados para operar com aquele computador já instalado, que vai nos abastecer.

Temos cerca de mil e tantas emendas apresentadas e 58 mil sugestões colhidas pelo Senado ao longo do ano passado que são uma participação da sociedade civil. Uma série de informações, que temos o direito de obter, será necessária até para podermos trabalhar nas Subcomissões. É muito importante que cada elemento da Comissão de Sistematização possa saber através desses instrumentos, o que está ocorrendo nas Comissões e Subcomissões, das quais, eventualmente, ele nem faz parte.

Esses, Sr. Presidente, são três pedidos de ordem prática. Apóio a idéia do Constituinte Adolfo

Oliveira, de o Presidente tirar deste plenário para um local de trabalho mais adequado, o mais depressa possível. Solicito, outrossim, a V. Ex.<sup>a</sup> que a equipe que nos assessora prepare uma exposição de como irão ser executados seus trabalhos. Enfim, Sr. Presidente, peço-lhe que diga, desde logo, quais são os capítulos de nossa futura Constituição que não dependem das definições de estrutura de poder e regime do Governo, para que possam ser trabalhados e antecipadamente preparados a fim de estarem à nossa disposição o mais rapidamente possível.

Era o que tinha a dizer. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Muito obrigado, nobre colega Sandra Cavalcanti. Respondo primeiro sobre as providências relativas ao plenário. Pedi ao Vice Presidente que executasse esse plano; ainda hoje falamos sobre isso. É necessária uma expansão de nosso espaço vital. O Vice Presidente pode responder melhor sobre este assunto.

**O SR. CONSTITUINTE ALUÍZIO CAMPOS:** – Já tivemos conversas informais com o Relator Bernardo Cabral, sobre a metodologia que pode ser imediatamente adotada para aproveitar o trabalho, a experiência e a colaboração dos 49 membros da Comissão, que não pertencem a outras Comissões Temáticas, mas, basicamente, a esta Comissão. Predominou idéia sobre a qual o Relator irá apresentar maiores detalhes. Excluídos os membros da Mesa e o Relator, são 49 os membros desta Comissão. Se o Relator tem o propósito de aproveitar, como colaboradores, quatro desses membros ficaremos, com 45. Estávamos pretendendo, se fossem 48, dividi-los em 8 grupos de trabalho, de 6 membros, que seriam distribuídos pelas Comissões Temáticas. E cada Subcomissão teria a colaboração de dois de nossos membros em seus respectivos trabalhos. Estudaremos isso, com maiores detalhes, e, na próxima reunião, apresentaremos este plano, submetendo-o ao Plenário, cujos membros e manifestarão a questão sobre que grupos querem pertencer. Creio que esta é uma consulta a ser feita na própria reunião plenária.

Acho que a idéia já aprovada pela Comissão de, trabalharmos no plenário do Senado e excelente. O nosso Presidente deverá entrar em entendimentos com o Presidente do Senado, Humberto Lucena, para que S. Ex.<sup>a</sup> ceda o plenário do Senado durante um dia da semana para nossas reuniões plenárias.

Gostaria de fazer uma intervenção final, a respeito das proposições sobre as diretrizes básicas da elaboração constitucional, para dizer qual é o pensamento que temos em vista.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Muito obrigado. A Constituinte Sandra Cavalcanti fez três pedidos: primeiro, a mudança de plenário, que já foi respondida; segundo, a exposição dos trabalhos dos assessores. Pergunto à ilustre companheira, que se manifestou publicamente – e a fé que nela tenho, de ser uma Joana D'arc, uma espécie de santa combatente, me leva a convidá-la para tomar conta desse tema que levantou – em declarações ao **Jornal do Brasil**, sobre a Informática, está disposta a ajudar-me: o terceiro é relativo aos capítulos que não implicam decisão substancial sobre o texto. Essa é uma idéia contrária àquela que estava vigendo. Acho uma pro-

posta ótima: se a Assembléia estiver de acordo, posso dá-la como acertada. Como a Comissão reage diante da proposta da Constituinte Sandra Cavalcanti? Considero isso possível?

**O SR. CONSTITUINTE ALUÍZIO CAMPOS:** – O que se estava discutindo era um pouco diferente. Refiro-me ao problema das diretrizes fundamentais da elaboração pelas Subcomissões; à independência dessas Subcomissões que trabalham nesses capítulos com total e ampla liberdade. Se adotarmos aqui esse princípio e se for submetido ao Plenário, como sugerem os Constituintes Fernando Santana, Gastone Righi e outros: se forem estabelecidas as diretrizes básicas da elaboração constitucional pelo Plenário, todas as Comissões, quer sejam de natureza política, ou não, obviamente terão que obedecer a essas diretrizes. Mas nada nos impede, se tivermos algumas sugestões a apresentar a essas Comissões, de podermos fazê-lo.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Prefiro abster-me de colocar a proposta em votação. Aguardaremos a opinião do Sr. Relator a respeito de submeter à Comissão aquelas questões preliminares, de maior significação, para que seja adotada não uma decisão, mas uma orientação, no sentido do seu aproveitamento.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Concedo a palavra a V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Inicialmente. V. Ex.<sup>a</sup> prestou uns esclarecimentos a esta Comissão. Na essência dos seus esclarecimentos, deixou V. Ex.<sup>a</sup> evidente que o Presidente da Assembléia Nacional Constituinte. Deputado Ulysses Guimarães, era a favor do que V. Ex.<sup>a</sup> propunha e que coincidia com aquilo que eu viera a propor também. Ocorre que o Sr. Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, ao sair desta Comissão, declarou, peremptoriamente, à imprensa e a todos, que, na verdade, não é a favor da proposta. S. Ex.<sup>a</sup> ficou com o parecer do nobre Constituinte Egídio Ferreira Lima, dado na Comissão de Organização dos Poderes, o que é diametralmente oposto ao nosso pensamento, à nossa proposta, Sr. Presidente, a questão de ordem e no sentido de que minha propositura deva ser submetida ao Plenário desta Comissão, para formalizarmos uma proposta ao Presidente da Assembléia Nacional Constituinte.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Vou aceder a proposta de V. Ex.<sup>a</sup> mas quero, primeiramente, fazer uma explicação complementar a aquela que fiz, para que fique bem claro o que o Presidente me disse.

Quando fiz a S. Ex.<sup>a</sup> a exposição da necessidade de se tomar em consideração certos temas fundamentais, disse-me que estava de acordo e me pediu que indicasse a ele esses temas, de maneira que a junção das duas posições pudesse se fazer pela circunstância que estou denunciando a esta Comissão. É que S. Ex.<sup>a</sup> me pediu que fizesse a enunciação, e ainda não o fiz. De maneira que S. Ex.<sup>a</sup> concordou com o princípio e me pediu que o levasse avante, esse princípio, apresentando a ele os temas. Não o fiz, porque não estava aqui:

estava fora, no Rio. Nesse período, o Presidente provavelmente terá tido uma grande soma de outras solicitações e atribuições, e talvez tenha esquecido esta parte da nossa conversa. Mas não somente S. Ex.<sup>a</sup> concordou, como me pediu que fizesse a enumeração dos temas. Declaro, desde já, que a falha foi minha, porque não fiz o que ele pediu. V. Ex.<sup>a</sup> está satisfeito com a minha implicação?

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sim.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Então estou tranqüilo.

**O SR. CONSTITUINTE (Francisco Benjamin):** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem a palavra V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE FRANCISCO BENJAMIN:** – Sr. Presidente, acho que temos as primeiras decisões, que são operacionais. Qual é o dia de reunião, para que executemos nossos trabalhos? A que horas vamos nos reunir? Aonde vamos nos reunir? Creio que já foi levantado o problema. O apoio que vamos ter também já foi avaliado. Acho que não podemos invadir o exame de decisões, que são políticas, e que vão estar no curso dos nossos trabalhos, sem primeiro darmos forma à maneira pela qual trabalharemos, ou seja, em quais dias vamos nos reunir, a que horas, e onde faremos novas reuniões, com que apoio vamos contar?

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Já havia conversado com o Vice-Presidente da Comissão, informando-o de que um dos objetivos da nossa reunião de hoje seria fazer a indicação precisa do processo de reunião e decisão. Está aberta a questão. Podemos resolver isso. Espero a colaboração dos Srs. membros da Comissão, para que eu possa proceder à apuração das decisões.

**O SR. CONSTITUINTE ALUÍZIO CAMPOS:** – Sr. Presidente, gostaria de prestar um esclarecimento ao nobre Constituinte Francisco Benjamin, para a realização desta reunião de hoje sexta-feira à tarde recebemos vários apelos de companheiros nossos, que normalmente viajam aos seus Estados na quinta-feira à tarde para regressarem somente na segunda-feira, passando o fim de semana fora. Era nosso propósito fazer uma consulta ao Plenário sobre o dia mais adequado para a realização dessas reuniões. A nosso ver, embora haja Plenário da Comissão Constituinte todas as quintas-feiras à tarde, fariamos essas reuniões às quintas-feiras, a partir das dezoito horas, no Plenário do Senado, ou, estão, à noite. É uma matéria para a qual pediria ao nobre Constituinte Francisco Benjamin que aguardasse a palavra dos demais companheiros já inscritos, para combinarmos isso no final da reunião.

**O SR. CONSTITUINTE FRANCISCO BENJAMIN:** – Não vamos ter número para a decisão.

**O SR. CONSTITUINTE ALUÍZIO CAMPOS:** – Se o Presidente defere a questão levantada por V. Ex.<sup>a</sup> propomos que essa reunião seja realizada às quintas-feiras à tarde, ou à noite, porque há sessão no Plenário da Assembléia Nacional Constituinte todas as quintas-feiras, a partir das 14h.

**O SR. CONSTITUINTE FRANCISCO BENJAMIN:** – Essa questão do plenário já foi superada. As Subcomissões estão se reunindo no horário do Plenário. Isso já foi definido. Estão se reunindo em horário de funcionamento da Constituinte. Essa questão de horário já está superada.

**O SR. CONSTITUINTE JOAQUIM BEVILACQUA:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Concedo a palavra a V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. CONSTITUINTE JOAQUIM BEVILACQUA:** – Pedi a palavra para contraditar essa questão de ordem, Sr. Presidente. Em minha fala acho que fui bastante claro: o tempo está totalmente tomado as quintas-feiras a tarde e avançando pela noite. Já existe o calendário das Subcomissões. Os Relatores das Subcomissões aqui presentes podem testemunhar o que estou dizendo. Não é possível se marcar, mesmo se não houvesse sessão plenária da Constituinte. Quinta-feira é absolutamente impossível, a não ser que seja depois das 20h.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Qual sena a alternativa?

**O SR. CONSTITUINTE JOAQUIM BEVILACQUA:** – Quinta-feira, pelo calendário das Subcomissões, é impossível. O que sugiro a V. Ex.<sup>a</sup> é que marque uma reunião extraordinária o mais breve possível, para as próximas segunda ou terça-feira à noite, para que o Relator tenha tempo de elaborar o programa, o roteiro básico, o calendário, o local de trabalho. Senão vamos ficar aqui, cada um dando uma sugestão, sem termos um documento básico em cana do que se discutir.

Sr. Presidente, a minha proposta é que V. Ex.<sup>a</sup> designe uma reunião, extraordinária ou para a próxima segunda-feira à noite, ou terça à noite, para que o nobre Relator possa nos apresentar isso: o calendário, os relatores auxiliares, os grupos de trabalho, o local, tudo aquilo que se está discutindo aqui. Discordo da opinião do nobre Constituinte Francisco Benjamin, segundo o qual a reunião seja inócua. Podemos não ter **quorum**, agora, para deliberação, mas estamos aqui colhendo subsídios e sugestões para que o Relator nossa, neste final de semana – tenho certeza que vai ter muito trabalho – juntamente com o Presidente e os Vice-Presidentes, apresentar-nos um planejamento em face daquilo que poderão colher.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Muito obrigado a V. Ex.<sup>a</sup> Acabo de consultar o Relator e S. Ex.<sup>a</sup> prefere que seja na próxima terça-feira à noite, porque na segunda-feira alguns companheiros ainda não terão chegado. Não vou colocar essa proposição em votação, porque, talvez, não haja número. Apesar da falta de números, quero o assentimento da Comissão, porque vou marcar para a próxima terça-feira à noite. Os Srs. Constituintes estão de acordo? Então, está marcada a reunião para a próxima terça-feira à noite. (Palmas.)

Concedo a palavra ao nobre Constituinte José Jorge.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ JORGE:** – Sr. Presidente. Srs. Constituintes, como Relator da Subcomissão do Poder Legislativo e membro da

Comissão de Organização dos Poderes, gostaria de esclarecer alguns fatos que ocorreram nesta Comissão referentes ao problema da decisão do sistema de Governo: se presidencialismo, ou parlamentarismo, temas que foram bastantes discutidos aqui. Como alguns companheiros já sabem, os nobres Constituintes Gastone Righi e Cesar Cais Neto apresentaram dois projetos de resolução à Assembléia Nacional constituinte, solicitando que esse assunto fosse discutido e votado imediatamente no Plenário, isto é, por todos os Constituintes, para que o resultado da votação pudesse servir de base para as demais decisões das Subcomissões. Esses dois projetos foram, então, enviados à Mesa, onde foi decidido, por unanimidade, seja ouvida a Comissão de Organização dos Poderes sobre a necessidade de se discutir isso imediatamente, ou então deixar a discussão para tempo oportuno, quando forem apresentados os demais temas constitucionais no Plenário. O assunto foi encaminhado à Comissão de Organização dos Poderes, ao seu Relator, Deputado Egídio Ferreira Lima – que não está aqui presente –, o qual emitiu parecer contrário à proposta. Sugieri S. Ex.<sup>a</sup> em seu parecer que esse assunto não fosse debatido agora na Assembléia Nacional Constituinte, a não ser através das Subcomissões, baseado em argumentos parecidos com os que o Deputado Haroldo Lima aqui citou. Esse parecer foi aprovado pela Comissão de Organização dos Poderes, que o remeteu à Mesa, para decidir se isso vai ser colocado em votação agora, no Plenário, ou não. Parece que a tendência da Mesa é seguir o parecer da Comissão de Organização dos Poderes e deixar o assunto para ser discutido em momento oportuno.

Na realidade, gostaria de justificar o meu ponto de vista, mas não vou fazê-lo, pois o que eu ia dizer é mais ou menos o que o Deputado Haroldo Lima já disse também, e não gosto de ser repetitivo. Ouço muitas repetições, mas espero colaborar, não repetindo.

Gostaria de dizer que nós, das Subcomissões do Poder Legislativo e do Poder Executivo, estamos fazendo um esforço, aqui citado pelo Deputado Joaquim Bevilacqua, no sentido de realizar um relatório integrado, tanto a nível de Comissão, como a mel de Relatores. Acho que se isso for colocado em votação agora, de certa forma, prejudicará o Regimento, que por ser tão democrático permitirá uma grande participação popular. Pessoalmente, acredito que haverá maneiras mais simples de se realizar esta Constituição, mas se temos esse Regimento, devemos fazer um esforço para cumpri-lo. Minha observação tem o sentido de esclarecer àqueles que ainda não tiveram conhecimento dos fatos que ocorreram numa Subcomissão da qual não somos membros.

Um outro aspecto que gostaria de ressaltar é o referente ao problema da Assessoria de informática, que tem sido dada pelo PRODASEN, e, acredito, em um nível bastante razoável. Ele nos tem dado uma grande quantidade de informações e eu poderia depois falar com a Deputada Sandra Cavalcanti, para esclarecer melhor esse assunto.

Quanto a Assessoria Técnica da Câmara, apesar de nós, Relatores, termos um mês para realizar o trabalho, dos quais já se passaram praticamente 15 dias, até agora não apareceu nenhum assessor. Estamos fazendo sozinhos os relatórios dos trabalhos, porque assessor, até agora, não apare-

ceu nenhum. Dizem que vai aparecer, mas até agora não apareceu. Já sugeri ao Presidente da minha Comissão que ele não solicite mais o assessor, porque, a esta altura, já não precisamos mais dele. Mas S. Ex.<sup>a</sup> é mais ponderado, e achou melhor que, de certa forma, aguardássemos que ele chegasse, mesmo que seja quando já estivermos com o relatório pronto. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Muito obrigado a V. Ex.<sup>a</sup> Concedo a palavra ao Deputado José Lins.

**O SR. CONSTITUINTE JOSE LINS:** – Sr. Presidente, meus amigos, em primeiro lugar, trago aqui uma incumbência que me foi dada pelo nobre Senador Nelson Carneiro. S. Ex.<sup>a</sup> me pede para informá-los de que ele se propõe a trabalhar para que a Comissão de Sistematização consiga a sala do Senado, porque acha que os colegas vão gostar de lá, e vai acabar com aquela estória de unicameralismo. O Senador pede para dar esse recado. aqui aos membros da Subcomissão.

Sr. Presidente, quero congratular-me com V. Ex.<sup>a</sup> porque eu não esperava que tão cedo esta Comissão se reunisse. V. Ex.<sup>a</sup> teve a iniciativa de nos trazer aqui para levantar problemas da maior importância Diria, até, Sr. Presidente, que a maior parte dos problemas que aqui estão sendo abordados não são pertinentes a esta Comissão. Temos uma sistemática prevista pelo Regimento, que instalou Subcomissões e Comissões, dando um prazo a esses entes constituintes. A matéria ficará 65 dias nas Comissões e Subcomissões. Como é que isso tudo está andando? Esse material, após sua elaboração, ira para a Comissão de Sistematização, onde teremos, naturalmente, uma plethora. uma imensidade de sugestões contraditórias.

Sr. Presidente, eu faria uma imagem. Alguém está nos pedindo para fazermos um ser perfeito. Não me disseram se é homem nu se e mulher, se deve ser feio, forte, fraco, bonito, nordestino ou sulista, mas pediram-me para fazer uma perna, a outro pediram um braço; a outro, ainda, a cabeça, os olhos e quem sabe, até o coração. E deram à Comissão de Sistematização o quebra-cabeça de trar o ser perfeito dessa balburdia de membros de um único corpo orgânico que, certamente, precisa ter, pelo menos, a capacidade de entusiasmar e de satisfazer a grande aspiração do povo brasileiro. E se nós não definirmos alguma coisa sobre esse retrato, vamos frustrar não somente o povo, mas também todos àqueles que hoje estão trabalhando nas Subcomissões e Comissões.

Acho que esta Comissão está em condições de trazer a motivação a solução de certos problemas. Embora não sejam essenciais ao trabalho que esta sendo elaborado, muitos se interessam pelo processo, querem saber o que vai sair disso – e realmente o que vai sair é importante – e esta Comissão tem uma tremenda responsabilidade nisso.

Sr. Presidente, aqui foram apresentados problemas de sistemática de trabalho da Comissão de Sistematização, problemas de organização do nosso trabalho interno. Segundo, expressou-se uma vontade de que esta Comissão mantenha um relacionamento com as outras Comissões e Subcomissões para ir apreendendo, sentindo que



vai receber: pés e braços, de origens, tamanhos, dimensões e vocações inteiramente diversos. Portanto, queremos, a partir de agora, fazer este contato com as Comissões e Subcomissões. Acho isso sumamente importante.

Sr. Presidente, a minha sugestão é que V. Ex.<sup>a</sup> não se limite a convocar esta Comissão, mas que convide os Presidentes e Relatores das outras Comissões e, com eles, estude a maneira de conduzir a solução desses problemas. Temos problemas até de assessoramento para um Relator de Subcomissão e de Comissão. Temos problemas com a elaboração de telegramas e convocação de nosso pessoal. Entidades que estão querendo vir, que foram convidadas, não encontram quem dê passagens ou hospedagem para aqueles que as vêm representar nesta Casa. Então há problemas que talvez não sejam nem nossos, porque somos a parte intelectual da Constituinte, mas deveríamos realmente, encontrar alguma coisa de material que nos pudesse sustentar e nos ajudasse nesse trabalho. Isso está faltando.

Minha sugestão, Sr. Presidente, é simples: é que V. Ex.<sup>a</sup> talvez pudesse convidar os Presidentes e Relatores das outras Comissões e analisar, de um modo amplo, não só os problemas gerais que vão resultar na sistematização de uma melhor condição para que a Comissão de Sistematização execute seu trabalho, mas até para que V. Ex.<sup>a</sup> ajude essas Comissões a terem condições de trabalho. Sou a favor de que as Comissões, juntas, analisem esse problema de definição de certos pressupostos, que são essenciais para a elaboração da Constituição. Essa falta de divisão está prejudicando o trabalho das Subcomissões, e elas só têm dez, quinze ou vinte dias para realizá-lo, senão serão sustadas em seus objetivos, e restará apenas representantes dessas comissões. no plenário, para batalhar por suas idéias. Era o que queria dizer. Sr. Presidente. Agradeço a atenção de V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Gostaria de informar a V. Ex.<sup>a</sup> que os Presidentes e Relatores das Comissões já fazem parte dessa organização. O Presidente e o Relator poderão explicar isso em poucas palavras. Já estou cientificado por eles de que esse assunto já está resolvido na organização.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Sr. Presidente, estamos aqui como membros desta Comissão e não como representantes da Comissão que dirigimos. Esta é a minha opinião.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Concedo a palavra ao Sr. Relator.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – O Constituinte José Lins tem inteira razão no que pleiteia; apenas desconhecia, e agora vai passar a conhecer, o assunto. A Vice-Presidência e o Relator desta Comissão, com orientação do Presidente Afonso Arinos, já fizeram alguns contatos, e as reuniões serão feitas da seguinte maneira: divididas em oito grupos, para que tenhamos de 14h e 30m às 15h e 30m, uma hora, para um grupo. Depois, de 16h às 17h para outro. Isso deverá ocorrer provavelmente após aquela reunião do dia 28 de abril próximo, terça-feira. Estava marcada para o dia 28, mas não vai dar para conciliar as duas reuniões com a sessão do plenário. A inquietação de S. Ex.<sup>a</sup> é válida.

**O SR. CONSTITUINTE JOSE LINS:** – Sr. Relator, não estou percebendo bem a idéia. Acho que as Subcomissões e Comissões têm um grau de independência que nem nós, membros desta Comissão, podemos representá-las. Estamos aqui como membros desta Comissão. Então, acho que as próprias Comissões poderiam reunir-se para analisar problemas que estão acima dos objetivos de qualquer outra Comissão, inclusive saber se valem a pena. Talvez a Comissão que estuda a estrutura de Governo também não esteja de acordo em que se possa antecipar as outras, para que sua decisão venha ajudar todas as outras Comissões.

**O SR. CONSTITUINTE ALUIZIO CAMPOS:** – Gostaria de esclarecer a V. Ex.<sup>a</sup> que a idéia original de que Relatores e Presidentes dessas Comissões Temáticas, e os Relatores das Subcomissões participassem desta Comissão foi de minha autoria. Fiz a sugestão aos que estavam elaborando o Regimento, exatamente para que esses elementos pudessem transmitir à Comissão de Sistematização o andamento, o que estava acontecendo nas suas Comissões e fizessem as ponderações e sugestões pertinentes, para que pudéssemos, durante o procedimento, identificar-nos com o processo elaborativo geral. Foi exatamente esse objetivo. A sugestão é no sentido de que os Presidentes e Relatores das Comissões Temáticas e das Subcomissões compareçam as reuniões plenárias da Comissão de Sistematização.

**O SR. CONSTITUINTE JOSE LINS:** – Discordo de V. Ex.<sup>a</sup> porque o Regimento prevê que esta Comissão praticamente só trabalharia quando as outras terminassem o seu trabalho. É um pressuposto que esta no Regimento. Então, teríamos oportunidade, os Relatores e Presidentes, de expor qual foi o verdadeiro pensamento da Comissão. Aqui, não estamos tratando disso, mas sim antecipando certos objetivos fundamentais para que haja sucesso do esquema.

**O SR. CONSTITUINTE ALUIZIO CAMPOS:** – Mas não é a mesma coisa que esses companheiros compareçam e dabatam conosco no Plenário?

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Acho que não, porque eu não me animaria a propor que esta Comissão de Sistematização apresentasse, assinada por todos os membros, uma proposta para decidir, de imediato, quanto à questão se vamos para o parlamentarismo ou presidencialismo. Mas as comissões reunidas poderiam fazer isso.

**O SR. CONSTITUINTE ALUIZIO CAMPOS:** – Evidentemente que Isso não é da nossa atribuição. O que se propôs aqui, por sugestão do Deputado Roberto Freire, foi que se apresentasse um projeto de resolução, aprovado por esta Comissão, que fosse ao Plenário da Assembléia Nacional Constituinte nesse sentido. O Plenário da Constituinte é soberano para se manifestar sobre o assunto.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Externo a minha discordância é no sentido de que esta Comissão apresente isto ao Plenário.

**O SR. CONSTITUINTE ALUIZIO CAMPOS:** – Mas não estamos ainda tratando disso. Acho que

na hora de discutir o assunto V. Ex.<sup>a</sup> deverá apresentar as suas objeções.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Concedo a palavra ao Sr. Constituinte Cid Carvalho.

**O SR. CONSTITUINTE CID CARVALHO:** – Sr. Presidente, nobre Relator, companheiros de Mesa e de Plenário, ao contrário de exigir que se tire desta reunião o maior número possível de conclusões, acho que foi muito acertado, o nobre Presidente ter convocado outra reunião extraordinária, porque o que me parece mais importante é que estabeleçamos entre nós uma conceituação unitária. É preciso que tenhamos consciência dos limites da nossa Comissão e até que ponto poderemos dar a nossa contribuição à Assembléia Nacional Constituinte.

Sr. Presidente, gostaria de trazer a V. Ex.<sup>a</sup>, como Presidente e como pessoa, um pouco de análise crítica. Acho que certas coisas começaram erradas nesta Casa. Antes de esta Câmara instalar-se, os Constituintes, numa espécie de um falso complexo de inferioridade, começaram a pensar que o anteprojeto, trabalhado por homens eminentes, e que teríamos toda liberdade de rejeitar, em parte ou no todo, fosse alguma coisa que nos diminuísse. Esse foi o clima que se criou inicialmente. Mas, se formos verdadeiros, todos os Constituintes estão buscando o referido anteprojeto como roteiro das suas emendas. Essa é a grande realidade. O certo seria que tivéssemos tido, oficialmente, um anteprojeto, convocado pela Nação, com especialistas, tendo eles toda a legitimidade possível. Nesse aspecto, cabe uma crítica ao meu partido, que é o partido majoritário e que traz dentro dele vinte anos de debates com a sociedade. Lamento, Sr. Presidente, e faço esta crítica, que o meu partido também não chegasse a esta Constituinte com um anteprojeto a ser oferecido pelo PMDB, para a solução dos problemas da sociedade brasileira. E por que não o PFL? E por que não todos os outros partidos? O ideal seria que tivéssemos um excesso e não uma ausência absoluta de anteprojetos, para que a massa da Constituinte pudesse ter roteiros bastante seguros para se guiar.

Sabemos que a grande tradição – e ela não existe por acaso – é que faça parte da Constituinte uma comissão relatora, constitucional e legislativa. Essa idéia chegou até a ser proposta mas foi rejeitada. E mais, criou-se, dentro deste Plenário, naquela fase de euforia e de emoção um pouco sem lógica, a idéia de que esta Casa não poderia ter Deputados de primeira e de segunda classes, em prejuízo de uma metodologia. Mas a verdade é que a prática da vida vai-se impondo sobre a realidade. E, por que não dizermos, a Comissão de Sistematização, pelo seu encaminhamento, pela sua formação, acabou sendo a Comissão de maior responsabilidade nesta Casa. Tanto é verdade que a grande disputa foi em nome da Comissão de Sistematização. E se o nobre Líder do meu partido pode acertar com os outros, partidos o encaminhamento de todos os relatores das Comissões e Subcomissões, quando chegou à Comissão de Sistematização, ele não se achou com força bastante para tirar esse encaminhamento do seu próprio bolso. E nem quis mesmo indicar, dentro da Comissão, porque ela é muito importante e representa a Constituinte, como um todo, pelo menos, na esfe-

ra do meu Partido. O que fez ele então? Devolveu ao Plenário do PMDB, por inteiro, a decisão sobre o Relator desta Comissão. Por quê? Porque, na verdade, o Relator desta Comissão é o Relator da Constituinte.

Nós bem sabemos, companheiros, que o grande papel do Judiciário ou da Suprema Corte norte-americana e a sua força, a sua autoridade, porque ele a inova, alarga todo o espaço da democracia naquele país. Ela tem sido, indiscutivelmente, um fator da maior importância nisso.

Não posso aceitar, Sr. Presidente, Sr. Relator, que esta Comissão seja mera caixa coletora de opiniões, que venham dessas ou daquelas Subcomissões, e faça o ajustamento para ver onde melhor caiba a colagem. Ela tem responsabilidades e deve assumi-las. Com certa razão, o que eu vejo? O Sr. Constituinte Egidio Ferreira Lima – e até com bastante prudência – congelou uma decisão que vinha da Subcomissão de Política do Poder Executivo. Por quê? Porque o bom senso mandava que ele congelasse, na Comissão superior, porque não tinha sentido que uma pequena Subcomissão desse a resposta para o grande divisor de águas que vai encaminhar todo o sentido da elaboração constitucional desta Casa. Eu não vejo como esta Comissão – que é composta, além dos seus membros, de todos os Presidentes e Relatores das Comissões e Subcomissões – represente um universo harmônico de toda esta Casa. Não vejo, Sr. Presidente, como não afirmo um ponto de vista; que seja ele submetido ao Plenário e nele decidido; que ele possa abrir as grandes avenidas, pelas quais possa escoar-se, com autenticidade, o processo da elaboração legislativa.

Ora, Sr. Presidente, hoje, o que se discute esta nas manchetes dos jornais, nas revistas, nas conversas dos Constituintes, nos corredores. Quem não sabe que a maior discussão hoje, nesta Casa, é no sentido de saber se a tendência desta Nação será para o regime parlamentarista ou presidencialista, ou ainda, por um sistema misto? É só isto que se discute nesta Casa. Pergunto: Como esta Comissão – e sistematização, para mim, Sr. Presidente e Sr. Relator, significa coordenação –, a Comissão mais responsável e que tem esses poderes de coordenação, não vai entrar no mérito nessa questão? Não defendo, Sr. Presidente, que saia desta Comissão detalhamento, com artigos e parágrafos, mas afirmo que esta Comissão se omitirá, não cumprirá o seu dever, nem perante a Casa, nem perante o País se ela não assumir a sua autoridade e não se definir sobre esse assunto, se não remeter ao Plenário da Assembléia Nacional Constituinte a sua opinião. Ela deve definir-se.

Sr. Presidente, antes de saber da sala onde vamos trabalhar, se e mais ou menos fresca, antes de saber de detalhes, defendo. Sr. Presidente e Sr. Relator, que esta Comissão não recue dos seus limites. Se ela tiver de avançar em benefício desta Constituinte e desta Nação que faça, mas cora autoridade.

Era o que tinha a dizer. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Muito obrigado ao Sr. Constituinte Cid Carvalho. Tem a palavra o Sr. Constituinte Konder Reis.

**O SR. CONSTITUINTE ANTONIO CARLOS KONDER REIS:** – Sr. Presidente.

Sr. Relator, Sr. Vice-Presidente, Sr e Srs. Constituintes, pouco me resta dizer sobre as questões preliminares aqui colocadas pelos Srs. membros desta Comissão, todas com vistas a assegurarmos, através de decisões de caráter operacional e de decisões de caráter técnico, o êxito dos trabalhos desta Comissão. Não quero também deixar – ainda que tenha pouco a dizer – de expressar aquilo que me parece útil.

Começo pela sugestão do nobre Constituinte Adolfo Oliveira, que se referiu às condições do local em que vamos trabalhar. Acho que esta questão é básica, pela minha experiência parlamentar, pela minha permanência na Câmara dos Deputados durante duas legislaturas e no Senado, por outras duas, Sr. Presidente, neste recinto não temos condições de trabalhar. Apóio a idéia de solicitarmos ao Sr. Presidente do Senado a utilização do plenário daquela Casa, mas faço uma observação: o plenário do Senado tem 78 lugares e nos somos 93, sem contar os suplentes, que serão freqüentemente convocados. Esses, evidentemente, não vão esperar que haja lugar para participar da Comissão. É preciso, portanto, que se decidirmos pelo plenário do Senado, levemos em consideração a questão do número reduzido de lugares. Precisamos de um local de trabalho que nos permita anotar, redigir, consultar, não só o nosso material, mas, principalmente o que vai ser produzido pelas Subcomissão e pelas Comissões.

Sr. Presidente, a questão mais importante desta reunião, no meu modo de ver, é a elaboração, a partir de um projeto do Sr. Relator, das normas de funcionamento desta Comissão. V. Ex.<sup>a</sup>, com habilidade e lucidez, vem conduzindo o debate, sem fixar o tempo necessário para os oradores na tribuna, sem estabelecer ordenadamente os temas a serem discutidos. Busca decisões, tendo o clima fraternal que tem inspirado esta primeira reunião. Creio que não será assim até que redijamos o projeto definitivo a ser encaminhado ao Plenário. E, entre parênteses, tenho tomado conhecimento do propósito de V. Ex.<sup>a</sup> de submeter o trabalho da Constituinte a um grupo de filólogos. Ainda, inspirado na minha experiência parlamentar, pediria a V. Ex.<sup>a</sup> que, depois do trabalho dos filólogos, o Relator-Geral e a Comissão de Sistematização tivessem acesso ao projeto de Constituição. O nobre Deputado Adolfo Oliveira, que trabalhou comigo em 1967, sabe que tenho razões para não fazer esse requerimento. Apenas peço a V. Ex.<sup>a</sup> que, concluído o trabalho dos filósofos, voltem a opinar o Sr. Relator e a Comissão.

Entendo, Sr. Presidente, fechado esse parêntese que esta Comissão deve pedir hoje ao Sr. Relator-Geral no sentido de que S. Ex.<sup>a</sup> elabore as normas que vão disciplinar os nossos trabalhos. Fez V. Ex.<sup>a</sup> uma alusão, ainda que rápida,

a designação de quatro Relatores auxiliares, para que esses colham uma notícia detalhada e segura do trabalho das Comissões e das Subcomissões. E uma das formulas não a única. Se eu tivesse que opinar, preferiria que aqueles membros das Comissões – Presidentes e Relatores das Subcomissões, participassem da nossa Comissão durante esse período, até que as Subcomissões entregassem seus trabalhos às Comissões, e estas montassem os anteprojetos – dessem uma notícia detalhada e segura sobre os trabalhos que esses órgãos técnicos estão realizando. Desse modo, o Relator e os Relatores auxiliares – quatro, cinco ou seis – teriam oportunidade de ouvidos os relatórios, conhecidas as notícias e, principalmente, identificados os pontos de conflitos ou controvérsia, buscar formas capazes de no momento de decisão desta Comissão encaminhar satisfatoriamente a questão.

Também aqui se questionou a localidade e as normas de funcionamento. E quando falei das normas de funcionamento, já aludi à questão do acompanhamento. Acho que o Sr. Relator-Geral deve ser senhor da forma pela qual a Comissão deve acompanhar. Ele é quem deve propor para depois a Comissão discutir e aprovar.

Aqui também se falou na questão do assessoramento, do Serviço de Computação de Dados do Senado Federal, e do assessoramento técnico a ser prestado pelas duas Consultorias da Câmara. Acredito muito nesse tipo de assessoramento, através do PRODASEN e das Consultorias. Mas, se não tivermos normas de funcionamento desta Comissão, dificilmente poderemos compatibilizar o conhecimento desses dados com a opinião política de cada um de nos e com a síntese da opinião política da Comissão. É preciso que haja um mecanismo nas normas de funcionamento, de maneira que nos permita o acesso, no momento oportuno, aquelas informações indispensáveis a fim de que possamos justificar nossas posições políticas, ou mesmo alterá-las.

Finalmente. Sr. Presidente, aqui se colocou a questão de uma decisão imediata daquilo que se chamou "grandes questões de ordem política ou de ordem institucional". Entendo, Sr. Presidente, que todos aqueles que fizeram esta colocação respeitável tomaram uma posição precipitada. E, na argumentação que ouvi, com toda a atenção, fiz uma observação: todos aqueles que defenderam a iniciativa da Comissão de Sistematização de levar ao Plenário um projeto de resolução, para que tenha decidida, desde logo, a questão do sistema ou forma de Governo, ou de Estado, todos omitiram o papel destinado às Comissões. Falou-se muito em Subcomissões, conflitos entre conclusões de Subcomissões, dando-se especial ênfase à Subcomissão da Organização dos Poderes, mas não se falou no trabalho que é da competência das Comissões. Se esse conflito perdurar, depois de as Comissões opinarem, aí sim caberá a Comissão de Sistematização a iniciativa de propor ao Plenário uma resolução sobre a questão. Antes, não, Sr. Presidente.

Achei curioso que todos os exemplos se centraram na organização política, com ênfase para o sistema de Governo, não se dando muita importância à forma de Estado à forma de Governo. Mas entendo que, se abrirmos um precedente, se tomarmos a iniciativa antes de concluído o trabalho das Comissões Temáticas, se ouvirmos o Plenário sobre uma questão política de grande dimensão como o sistema de Governo, teremos que fazer o mesmo, no que respeita à Ordem Social, à Ordem Econômica, à Família, à Educação, à Competência da União, dos Estados e Municípios, pedra de toque da Federação. E por que não sobre o Sistema Tributário? Por isso, entendo que agora não é tarefa da Comissão suscitar do Plenário uma decisão sobre essas questões, por mais importantes que sejam. Neste momento, a Comissão deve preparar-se operacionalmente para acompanhar os trabalhos das Subcomissões e Comissões, e assim poder, quando for chamada a discutir e decidir encontrar o melhor caminho para a elaboração da futura Constituição.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Muito obrigado a V. Ex.<sup>a</sup>

Não havendo oradores inscritos, vou considerar a matéria suficientemente debatida e suspender a reunião até a próxima terça-feira, às vinte horas.

Quanto ao plenário, tenho ainda que decidir, porque recebi o projeto de ofício ao Presidente do Senado, solicitando a cessão do seu recinto, mas as considerações apresentadas pelo Senador Konder Reis me fazem refletir melhor sobre isso. Todavia, acho que se poderia organizar uma combinação como Presidente do Senado, e não posso fazê-lo sem ter certeza de que S. Ex.<sup>a</sup> tornara as providências necessárias.

Era o que tinha a dizer sobre o assunto.

Convoco a próxima reunião para terça-feira, na esperança de que poderei ter resolvido o problema do recinto do Senado.

Esta encerrada a reunião.

## COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO

### ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos vinte e oito dias do mês de abril do ano de mil novecentos e oitenta e sete, às vinte horas e dez minutos, no Plenário do Senado Federal, reuniu-se a Comissão de Sistematização, sob a Presidência do Senhor Constituinte Afonso Arinos, presentes os seguintes Senhores Constituintes: Paulo Ramos, Ademir Andrade, Nilson Gibson, Adolfo Oliveira, Virgildásio de Senna, Gastone Righi, Haroldo Lima, Joaquim Beviláqua, Nelson Fredrich, Nelson Jobim, Milton Reis, Chistovam Chiaradia, Paulo Pimentel, Antonio Carlos Konder Reis, José Lins, Bernardo Cabral, Raimundo Bezerra, Manoel Moreira, José Ignácio Ferreira, José

Geraldo, José Luiz Maia. Marcondes Gadelha. Nelson Carneiro, Inocêncio Oliveira, Haroldo Sabóia, Mário Assad, Rodrigues Palma, Jamil Haddad, Sandra Cavalcanti, Lysâneas Maciel, Celso Dourado, Antonio Carlos Mendes Thame, João Calmon, Aluizio Campos, Fernando Gasparian, Brandão Monteiro, Renato Vianna, José Maunio, Alfredo Campos, Luis Eduardo, Eraldo Tinoco, Gerson Peres, Fernando Henrique Cardoso, Darcy Pozza, Pimenta da Veiga, Simannga Seixos, Carlos Chiateili, Francisco Rosal, Siqueira Campos, Abigail Feitosa, José Santana, Artur da Távola, Francisco Benjamim, Fernando Coelho, Theodoro Mendes, Arnaldo Poeto, José Serra, José Fogaça, José Ulisses de Oliveira, Euclides Scalco, Márcio Braga, Ricardo Izar, Chagas Rodrigues, Simão Sessim, Paes Landim, Miro Teixeira, João Agripino, Rose de Freitas, Octávio Elisio, Adyson Motta, José Genoio, Luiz Solomão, José Maria Eymael e Agassiz de Almeida. Havendo numero regimental, o Senhor Presidente declarou iniciados os trabalhos e informou que fizera uma visita ao Senhor Presidente do Senado Federal, Senador Humberto Lucena, a quem agradecera a aquiescência ao pedido de cessão do Plenário da Câmara Alta para as reuniões da Comissão. Em seguida, solicitou e obteve do Plenário a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, considerando a sua distribuição, por cópia, a qual foi aprovada, tendo o Senhor Constituinte Ademir Andrade solicitado a Presidência retificação no sentido de fazer constar, no documento, o registro de suas posições contrárias a que fosse examinada, pela Comissão, preliminarmente, a questão do sistema de governo a ser adotado no País. O Senhor Presidente, intervindo, informou que acolhia o pedido e determinava o reparo, mas lembrava ao Constituinte que o acompanhamento taquigráfico completo dos trabalhos de cada reunião incorpora-se à Ata respectiva e com ela vai à publicação. Em seguida, falaram os Senhores Constituintes Haroldo Lima, José Lins e Gastone Righi, após o que o Senhor Presidente comunicou aos presentes a distribuição de um fluxograma elaborado pela Secretaria da Comissão sobre a tramitação dos Anteprojetos Temáticos e do Projeto de Constituição, a partir do recebimento das matérias pela Comissão de Sistematização e até sua promulgação. Nesta oportunidade, reiterando questão de ordem suscitada em reunião anterior, pronunciou-se o Senhor Constituinte José Genoio, reclamando da composição numérica dada à Comissão e destacando prejuízo que, segundo afirmou, estava atingindo seu Partido, tendo recebido a solidariedade do Constituinte Luiz Solomão. Respondendo, o Senhor Presidente esclareceu que, considerando estar a matéria submetida à apreciação da Mesa Constituinte, dava por encerrado o assunto. Em seguida, falaram os Senhores Constituintes: Nelson Jobim – que discorreu longamente expondo seu entendimento quanto à competência e as funções da Comissão: Gastone Righi; Nelson Carneiro; Adolfo Oliveira; Agassiz de Almeida; Aluizio Campos; João Agripino; Gerson Peres; Milton Reis; Francisco Benjamim; Lysâneas Maciel e António Carlos Konder Reis, tendo este Constituinte apresentado ao Plenário "Projeto de Resolução nº 1/87 CS", que "estabelece as normas de trabalho do órgão e dá outros procedimentos", bem como posicionando-se contrariamente à antecipação do debate na Comissão sobre o Sistema de Go-

verno para o País. Com a palavra, para manifestar-se sobre a matéria, o Senhor Relator – Constituinte Bernardo Cabral informou que estava sendo elaborado por ele, com a colaboração de outros companheiros membros, um esboço de normas de trabalho, semelhante ao que apresentava, na ocasião – de forma antecipada e elogiável, – o ilustre Constituinte António Carlos Konaer Reis, com vistas a apreciação do Plenário da Comissão e na preocupação de obter-se economia de tempo e celeridade dos trabalhos; solicitou, então, e obteve do Senhor Presidente, o prazo de dez dias para oferecer o seu parecer sobre a matéria. Como último orador inscrito, o Constituinte Marcondes Gadelha, após enfocar aspectos da competência regimental desta Comissão, ressaltou a necessidade de algum Órgão da Assembléia Nacional Constituinte pronunciarse no senado de que seja apresentado um esboço ou desenho virtual da futura Constituição. O Senhor Presidente, ao final da intervenção do Senhor Constituinte Marcondes Gadelha, sugeriu ao orador a convocação de uma sessão destinada ao exame do assunto. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente convocou nova reunião da Comissão para o dia cinco de maio vindouro, às vinte horas, no mesmo local, encerrando os trabalhos às vinte e três horas e seis minutos.

O inteiro teor da reunião foi gravado, devendo ser traduzido e publicado no Diário da Assembléia Nacional Constituinte e constituir-se-á na Ata circunstanciada dos trabalhos. E, para constar, eu, Maria Laura Coutinho, Secretária, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Está aberta a Reunião da Comissão de Sistematização.

Comunico à Casa que hoje cumpri o dever, em nome desta Comissão, de fazer uma visita pessoal ao Sr. Presidente do Senado Federal, a fim de agradecer a S. Ex.<sup>a</sup> aquiescência e colaboração, no sentido de nos oferecer as instalações daquela Casa, convenientes que são para os nossos trabalhos.

Solicito a opinião da Comissão sobre a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, em virtude de já ter ocorrido a sua distribuição.

A Comissão está de acordo?

**O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE:** – Sr. Presidente, peço a palavra, para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> palavra.

**O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE:** – Sr. Presidente, chamaria a atenção que a Ata quando cita os oradores, especifica que "todos usaram da palavra sobre a necessidade de se iniciarem os debates, para definição do sistema de governo a ser adotado no País".

Registro que houve oradores que tiveram opinião contrária. Eu, por exemplo fui um deles. Por tanto, a colocação da ata não é correta e, por este motivo, peço a correção.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Estou sendo informado de que houve debates para a definição do sistema de governo a ser adotado no País pelo Plenário da Assembléia Nacional Constituinte, a fim de que os trabalhos das Subcomissões Temáticas possam ser feitos em consonância com o que vier a ser escolhido; também considerou-se sobre a organização das atividades deste órgão, a nossa Comissão, e a forma de participação dos Srs. Constituintes, como membros das Comissões Temáticas, etc.

Continua com a palavra o Sr. Deputado Ademir Andrade.

**O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE:** – Continuando, Sr. Presidente levantei uma questão de ordem para que a ata seja corrigida, porque eu e os outros Constituintes não tivemos essa posição que se dá a entender na ata; tivemos posições contrárias a isso.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Estou sendo informado, pela Secretaria da Comissão, de que o teor do que foi discutido aqui foi registrado, devendo ser incluído na ata da Reunião oportunamente. De maneira que a dúvida que V. Ex.<sup>a</sup> suscita a respeito do sentido da frase que aqui está escrita pode ser resolvida pelo texto da ata. Estou pronto a tomar a medida que V. Ex.<sup>a</sup> considerar necessária, desde que ela esclareça as suas dúvidas. A Secretaria da Mesa informa que essas dúvidas serão esclarecidas com o próprio contexto escrito da ata que vai ser publicada.

Está V. Ex.<sup>a</sup> de acordo?

**O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE:** – Sr. Presidente, desculpe-me a insistência. Creio que aqui se coloca uma posição Deveria constar desta Ata, embora uma ata resumida, que se pronunciaram a favor desta posição tais e tais Constituintes, e se pronunciaram contra tais e tais Constituintes. Isso deveria constar claro, mesmo na ata resumida da reunião.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Compreendo o alcance da objeção de V. Ex.<sup>a</sup>.

Apenas peço a V. Ex.<sup>a</sup> que – como não posso adivinhar aquilo que aconteceu e que consta da ata – tenha a bondade de discriminar por escrito quais foram os Constituintes que se manifestaram a favor, e quais foram os que se manifestaram contra, a fim de que se possa inserir uma correção na ata.

**O SR. CONSTITUINTE HAROLDO LIMA:** – Sr. Presidente, pedi a palavra a respeito deste tema da questão da ata porque, a mim me parece, seria difícil para o nobre Constituinte Ademir Andrade, agora, ter uma visão em conjunto de quem se pronunciou a favor e de quem se pronunciou contra a ata. Seria difícil para S. Ex.<sup>a</sup> Na verdade, este é o próprio trabalho da confecção da ata.

Caberia a quem confeccionou a ata apresentar quem se pronunciou a favor e quem se pronunciou contra.

Pelo que estou entendendo, esta é uma ata resumida. Para efeito de avançarmos no trabalho e não ficarmos embaraçados nesta questão tópica, sugiro que haja uma formulação mais gené-

rica, pois também concordo, sou da mesma opinião segundo a qual a formulação que está aqui parcializa, dá a impressão de que todos estiveram de acordo com isso, o que não ocorreu.

Então, seria conveniente que encontrássemos, aqui, uma formulação e a encaminhássemos à redação da ata, uma formulação mais genérica em torno do assunto, qual seja aquela que visasse a apressar a discussão a respeito de tal ou qual sistema político, se houve pronunciamentos, a favor ou contra, de tais e quais Constituintes. Nesse caso, tenho a impressão de que não seja necessário identificar exatamente quem falou a favor e quem falou contra, mas que se deixasse claro que os pronunciamentos foram diferenciados a respeito do assunto.

**O SR. CONSTITUINTE JOSE LINS:** – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte José Lins, pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Sr. Presidente, é comum que as correções da ata sejam feitas na ata seguinte. De modo que simplesmente a Mesa registraria a sugestão, o pedido do nobre Colega, e faria constar da próxima ata, desta reunião, que houve a solicitação de correção e que seria apresentada na ata da reunião de hoje.

Normalmente é assim que se faz e a correção constaria na ata seguinte.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr. Presidente, apenas para uma observação. A questão é de lana-caprina. O que diz a ata é que fizeram uso da palavra sobre a necessidade de se iniciarem os debates para a definição do sistema de Governo a ser adotado no País, pelo Plenário. Fizeram uso da palavra sobre a necessidade. Não se disse se e favor de que se inicie ou se contra. Simplesmente não houve deliberação. Apenas foi dito genericamente que sobre o assunto falaram todos esses Srs. Constituintes. Nada mais. Está perfeitamente retratado o que aconteceu. Falamos todos sobre essa necessidade: uns, que não havia necessidade; outros, que havia.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Vou decidir, no sentido de atender às retificações que foram aqui propostas e isto constará da ata seguinte, que será lida, e V. Ex.<sup>a</sup> verão se corresponde exatamente, genericamente, ao que aqui ocorreu.

Assim resolve a Presidência.

Continua a reunião.

Nesta oportunidade, comunico aos Srs. Membros desta Comissão que será distribuído um fluxograma elaborado por nossa Secretaria com as datas e estimativas para a apreciação do Srs. Membros.

Segundo, a lista para inscrição dos debates será passada por uma funcionária aos Membros do Plenário. Está em curso esta providência.

**O SR. CONSTITUINTE (José Genoíno):** – Peço a palavra, pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Concedo a palavra, pela ordem, ao Sr. Constituinte José Genoíno.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Sr. Presidente, vou reiterar, nesta segunda reunião de **quorum** da Comissão de Sistematização, uma questão de ordem que foi formulada na instalação da Comissão de Sistematização está irregular, ela não pode continuar composta por 53 Membros. Há mais de 25 dias, eu formulei esta questão de ordem à Presidência da Mesa, e esta questão não foi respondida até este momento, e a Comissão de Sistematização, que é uma Comissão importante da Assembléia Nacional Constituinte, não pode estar nascendo e desenvolvendo os seus trabalhos ferindo um dispositivo regimental que é claro (**caput** do art. 13, §1º), segundo o qual ela não pode funcionar com 53 Membros; ela tem de ser composta por 49 Membros, e está funcionando com 53.

Eu formulo a questão de ordem para ver como V. Ex.<sup>a</sup>, como Presidente da Comissão encara esse problema: a Comissão de Sistematização funcionando e ferindo, claramente, o art. 13 do Regimento Interno. Formalizei a questão de ordem no Plenário, por ocasião da instalação desta Comissão, e tal questão de ordem não foi resolvida até agora. E eu pergunto: nós vamos continuar os trabalhos, rasgando o art. 13 do Regimento Interno, que diz textualmente que deve haver 49 Membros, e não 53, conforme a atual realidade da composição desta Comissão?

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – Sr. Presidente, peço a palavra para contestar a questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – V. Ex.<sup>a</sup> tem a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – Sr. Presidente, como lembra o nobre Constituinte José Genoíno, essa questão foi suscitada na reunião de instalação da Comissão de Sistematização. Coube-me, então, dar a resposta à questão de ordem, que ora ratifico.

A instância deixou de ser a Comissão de Sistematização, porque o próprio Constituinte José Genoíno anunciou que havia colocado a questão perante o Presidente da Assembléia Nacional Constituinte. Evidentemente que, antes do pronunciamento da Comissão de Sistematização, há um estágio maior, uma instância superior. Se a questão está colocada perante a Comissão de Sistematização e perante a Assembléia Nacional Constituinte, como um todo, o Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, com o apoio de toda a Assembléia, é que deve deliberar. Este assunto não pode ser decidido pela Comissão de Sistematização, porque está afeto, ao mesmo tempo, a uma instância superior que é o Plenário de Assembléia Nacional Constituinte.

Era o que tinha a dizer Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – O nobre Constituinte José Genoíno tem alguma observação a fazer?

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Sr. Presidente, a minha observação é a seguinte: não cabe à Assembleia Nacional Constituinte tratar um assunto dessa natureza – que é atribuição de sua Comissão principal, a Comissão de Sistematização, sem ferir o Regimento Interno.

Se este Constituinte formalizou a questão de ordem, no Plenário, e ela não foi resolvida, formula-a agora na Comissão de Sistematização, e perplexo, pergunta: a irregularidade regimental continua e a sua questão de ordem será prejudicada pela rotina da não resposta ou ela terá uma resposta? Até agora ninguém me respondeu. Ninguém contestou se estou errado em dizer que a Comissão de Sistematização tem de ter apenas 49 membros. Ninguém diz que estou errado, nem no Plenário, nem na Mesa e nem na Comissão de Sistematização. Então, sou o prejudicado na questão de ordem, até porque se é 49 ou 53, isso interfere nos números de membros, e um Partido perde, concretamente, e este Partido é o dos trabalhadores.

E aí formulo a questão de ordem na forma de apelo, endereçado, agora, pela Presidência da Comissão de Sistematização, ao Presidente da Assembleia Nacional Constituinte, para que resolva a questão o mais rápido possível. Por quê? Porque ficou claro na, primeira reunião desta Comissão, para eleição da Presidência e Vice-Presidência de sua Mesa, que se manteria a questão de ordem ora suscitada, e o resultado seria mantido caso a composição da Comissão de Sistematização não se alterasse.

Mas, se vamos continuar o debate, vamos ter votação, aí a questão de ordem, que formulei na instalação da Comissão de Sistematização, passa a ser prejudicada pela rotina de se contrariar o Regimento Interno. Veja bem que situação está criada: posso contestar qualquer votação feita na Comissão de Sistematização, na medida em que sua composição é ilegal, pelo Regimento Interno.

Esta a questão que encaminho à Mesa, solicitando da Presidência da Comissão de Sistematização o empenho para solicitar da Presidência da Constituinte a solução deste problema, porque, em qualquer votação da Comissão de Sistematização, posso recorrer, pois a sua composição está absolutamente contra o art 13 do Regimento interno.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – A questão de V. Ex.<sup>a</sup> ficou resolvida por V. Ex.<sup>a</sup> mesmo.

O Constituinte Nelson Carneiro apresentou argumentos, V. Ex.<sup>a</sup> os contestou, mas aceitou a parte em que ele diz que a solução está dependendo do Presidente da Assembleia Nacional Constituinte. V. Ex.<sup>a</sup> volta ao assunto para pedir ao Presidente da Comissão que se dirija ao Presidente da Assembleia Nacional Constituinte, para resolver o problema. É o que faço. Está encerrada a questão de ordem.

**O SR. CONSTITUINTE (Luiz Salomão):** – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Luiz Salomão.

**O SR. CONSTITUINTE LUIZ SALOMÃO:** – Sr. Presidente, quero voltar a esta questão, porquanto o problema não é só da Comissão de Sistematização, é também de várias Comissões temáticas e várias Subcomissões que estão funcionando com números irregulares. O fato de haver excesso de membros nesta Comissão de Sistematização tem como contrapartida a constatação de que várias Subcomissões estão funcionando com número menor de membros do que os previstos no Regimento, o que coloca *sub-júdice* as deliberações de várias comissões e desta Comissão. Descumpe-se assim as normas do Regimento Interno, onde o número de membros de cada Comissão foi calculado de modo a que todos os membros da Assembleia Nacional Constituinte participassem como titulares de uma Subcomissão ou da Comissão de Sistematização, e como suplentes das outras. E isto está, realmente, prejudicando os trabalhos de todas as Comissões temáticas, além da Comissão de Sistematização.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Muito obrigado a V. Ex.<sup>a</sup>. Pondero apenas no sentido de que a questão de ordem de V. Ex.<sup>a</sup> excede os limites normais da nossa deliberação e V. Ex.<sup>a</sup> traz à apreciação de uma Comissão um assunto que interessa a todas as demais Comissões, conforme V. Ex.<sup>a</sup> declarou. De maneira que, considerando que este assunto excede à nossa competência, peço licença a V. Ex.<sup>a</sup> para não tomar conhecimento da sua reclamação, porque ela deve ser enviada, exatamente, ao Presidente da Assembleia Nacional Constituinte.

Continuando a reunião peço ao Deputado Gastone Righi, meu velho amigo, que o faça de maneira que o Presidente possa cumprir sua obrigação, que é levar a reunião a termo.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr. Presidente, para uma questão de ordem, só para ordenarmos os nossos trabalhos.

Já tentei, via extra-oficialmente a solução do problema e não consegui. Esta Comissão tem 49 membros titulares, ou deveria ter, regimentalmente, 49 suplentes.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – E há também, se V. Ex.<sup>a</sup> me permite, os Presidentes das outras Comissões e depois dela os das Subcomissões.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – É aí que surge o meu problema com esta questão de ordem. Traz ela ainda a pergunta quanto a 40 Presidentes de Comissões e Relatores de Comissões e de Subcomissões.

Ora, ao longo do Regimento se estabelece que sempre haverá um titular e um suplente, em todas as Comissões. Caro está que os 40 Presidentes e Relatores têm como suplentes os suplentes respectivos das Comissões de origem. No entanto, isso ainda não foi reconhecido oficialmente e nós temos uma irregularidade inequívoca: é que aqui temos 89 membros ou 93, e temos apenas 49 suplentes. Quando, pelo Regimento, devemos ter tantos suplentes quantos forem os titulares. E por quê? Porque não é possível o suplente funcionar como o suplente de Constituinte de outro Partido ou de outra indicação; seria uma aberração. A indicação do suplente é pessoal, é indicação da Liderança.

Portanto, quando a Liderança e o Partido indicam o Constituinte como titular e seu suplente, aquilo segue uma orientação de natureza partidária, uma orientação de natureza doutrinária, e que não pode ser quebrada por um suplente de um outro partido, talvez, de posicionamento extremamente contrário ao do titular. Seria uma aberração e não é isso que quer o Regimento. O Regimento é muito claro, pelo menos na determinação dessa substituição. O suplente é suplente do determinado titular. Portanto, se aqui temos 89 ou 93 titulares, teremos também 89 ou 93 suplentes e os suplentes desses advindos, Presidentes e Relatores, são os mesmos suplentes que eles têm nas suas Comissões de origem. Essa é a questão de ordem que peço a V. Ex.<sup>a</sup> que decida, e não está sendo submetida à Mesa da Constituinte.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Concedo a palavra ao nobre Relator.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, é muito difícil discordar do Constituinte Gastone Righi – e o faço com pesar, além da dificuldade – mas S. Ex.<sup>a</sup> está equivocado. O Regimento prevê para a Comissão de Sistematização um comportamento diferente. Prevê o § 1º do art 13 que, além das Comissões referidas, ou seja, as temáticas, a Comissão de Sistematização se comporá de 49 titulares e 49 suplentes. Esta é a regra.

**O SR. GASTONE RIGHI:** – Quarenta suplentes.

**O SR. RELATOR BERNARDO CABRAL:** – Quarenta e nove membros e igual número de suplentes. Conseqüentemente, essa forma regimental de dar à Liderança a indicação, foi aqui exaurida, porque se pôs um componente a mais quando se acrescentou:

"...a qual terá a sua composição complementada com os Presidentes e Relatores das demais Comissões, e os Relatores das Subcomissões..."

Conseqüentemente, eminente Constituinte Gastone Righi, não haveria como, sob pena de se fulminar a letra regimental, dar guarida à argumentação de V. Ex.<sup>a</sup>, que não tem sequer, em nenhuma base regimental, apoio, para que se dê, além dos 49 titulares e 49 suplentes, suplentes para os Presidentes das Comissões Temáticas, para os presidentes das Subcomissões, para os relatores, porque estes não têm a figura de suplente.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – V. Ex.<sup>a</sup> me permite uma observação?

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Peço a V. Ex.<sup>a</sup> que não acolha a questão de ordem, porque ela não tem suporte regimental.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr. Relator, de que V. Ex.<sup>a</sup> esteja querendo colaborar para a boa condução dos trabalhos, eu me disponho apenas a colocar dois argumentos que me parecem irretorquíveis.

O primeiro deles, Sr. Presidente e Sr. Relator, é o de que, na Comissão de origem, o suplente substitui o Relator; se ele não estiver, é o seu suplente que estará e votará por ele. Mas é claro que, não estando o Relator, ele tem um suplente,

e é ele quem vota. Então, este suplente seria suplente de ninguém? Mas no caso do Partido que só tem um membro, o suplente é aquele suplente, que é o meu caso, é o caso do PT, do PDT...

Mas, mais grave do que isto: nós aqui poderíamos ter ocasião de não contar com o comparecimento de quase nenhum dos titulares, e a intenção do Regimento é de que se possa completar o quadro. Daí a razão de ser da suplência.

Até por analogia com as demais Comissões, mesmo porque não há nenhuma proibição, não há nenhuma discriminação, a posição de V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Relator, é altamente discriminatória em relação a esses suplentes, e altamente lesiva, principalmente aos pequenos Partidos que, por vezes, não tendo um desses membros que compareçam como Relator ou como Presidente, não podem se valer do suplente indicado.

#### O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):

— Sr. Presidente, Sr. Constituinte, volto a falar, que não é esta a minha posição — desculpe-me V. Ex.<sup>a</sup> — mas é a exigência regimental.

Quando se traz para o bojo da Comissão de Sistematização Presidentes e Relatores das Subcomissões, é porque nestas os Relatores vão ter a oportunidade de formar o seu projeto de Constituição, deliberar e, depois, na Comissão de Sistematização, mais uma vez terão a grande oportunidade de sustentar os seus pontos de vista.

A figura do Relator da Subcomissão, a figura do Relator das Comissões Temáticas, bem como a do Presidente, outra não é senão aquela de dar suporte ao trabalho que fizeram; não é a figura do suplente comum a mais indicada para substituir o titular.

De modo que, Sr. Presidente, insisto no ponto de vista regimental, que não é o meu, apenas estou-me curvando à letra da lei.

#### O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS: —

Pela ordem, Sr. Presidente. (Aquiescência da Presidência.) É evidente que as matérias até aqui tratadas não podem ser dirimidas hoje, na Comissão. Tais problemas têm aparecido na Comissão que presido e nas Subcomissões, problemas de número de participantes, de suplentes etc., mas são assuntos que não cabe às Comissões — nem a esta — resolver.

De modo que eu proporia que esta Comissão tomasse a iniciativa, talvez até com mais alguns membros interessados, as Lideranças, de se dirigirem à Presidência da Assembléia Nacional Constituinte, apresentando estes problemas e procurando uma solução. Isso ajudará muito a todos nós, em todas as Comissões e Subcomissões. E que nos continuássemos nossos trabalhos normais.

Acredito que não votaremos hoje nenhuma matéria constitucional. Porém, se qualquer matéria, submetida hoje à votação, for de tal importância que mereça a impugnação de alguns dos líderes — que agora acham que a Comissão não está bem formada, bem constituída —, que se suspenda essa votação, desde que, no mais, os trabalhos da Comissão prossigam normalmente. É a minha sugestão.

#### O SR. PRESIDENTE (Afonso

Arinos): — Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup> e adoto a sua sugestão.

Queria pedir, aos Srs. Constituintes que, antes de usarem da palavra, mencionassem os seus

nomes. É um pedido que acabo de receber da Taquigrafia que, às vezes, fica com dificuldade por causa da "juventude deslumbrante" da Comissão, de identificar exatamente o nome. Então, peço que façam o obséquio — pedido do Velho Presidente — de declararem os seus nomes, desde Carlos Magno, se aqui estivesse presente, até um jovem estudante que aqui também estivesse presente. Não entra aí nenhuma impressão, sugestão, idéia, imagem ou ilusão de titularidade. Existe apenas uma regra que peço seja seguida nos primeiros dias, a fim de facilitar o trabalho da Taquigrafia. Muito obrigado.

Concedo a palavra ao nobre Constituinte Nelson Jobim.

#### O SR. CONSTITUINTE NELSON

**JOBIM:** — Sr. Presidente, Srs. Relatores, Srs. membros da Comissão de Sistematização, é necessário que atendamos ao pedido feito pelo Sr. Presidente Afonso Arinos, de que nos detenhamos por alguns minutos sobre a estruturação regimental, para se compreender perfeitamente as funções e os momentos de atuação da Comissão de Sistematização, pois lembro aos Srs. Constituintes que, durante a discussão de Plenário, da Assembléia Constituinte, sobre a aprovação do Regimento, havia, por parte de seus componentes, grande preocupação sobre a natureza desta Comissão.

E ficou absolutamente claro no resultado final do Regimento, que havíamos criado, dentro da Assembléia Nacional Constituinte, algo absolutamente inédito que se dividia notoriamente em duas grandes funções: há uma, atinente às Comissões temáticas, em número de 8, e outra a função da Comissão de Sistematização, mostrando e ficando claro que, num primeiro momento, esta Comissão de sistematização, que é vista pela imprensa como a Comissão mais importante, a rigor, não o é, pois pela natureza do próprio Regimento, fica absolutamente claro que ela não decide sobre questões de mérito. Tanto é verdade que, quando da apresentação do relatório do nosso Relator, consubstanciando o anteprojeto, as emendas passíveis de serem apresentadas nesta Comissão, são emendas circunscritas — e o Regimento é absolutamente claro nesse setor — à adequação do anteprojeto apresentado pelo nosso Relator aos anteprojetos oriundos das Comissões temáticas.

A nossa Comissão, portanto, divide-se em diversos momentos. E nós deveríamos examinar o Regimento Interno para compreendermos qual a função da nossa Comissão, nesse período que vai de 9 de abril a 16 de junho, que é a data regimental, pelo menos dentro do cronograma distribuído pela Mesa da Assembléia; 16 de junho é a data em que as Comissões deverão remeter para a Comissão de Sistematização os seus anteprojetos setoriais.

A montagem do regimento, que é atomística, demonstra que nos 45 primeiros dias de atuação das Subcomissões, elas produzirão 24 anteprojetos setoriais, temáticos, absolutamente temáticos para, depois, serem jogados no bojo de cada uma das 8 Comissões. E no seio de cada uma das 8 Comissões nascerá, finalmente, o projeto setorial de cada uma delas. A rigor, examinando rigorosamente o regimento, estamos a perceber que o grande momento, — digamos, — de autonomia de criação é o momento do trabalho do

Relator da Subcomissão que irá produzir o seu anteprojeto baseado, dirigido ou, pelo menos, informado pelo material que lhe foi destinado. E é no plenário da Subcomissão que se vão produzir as mudanças, as modificações ou a ratificação do trabalho do Relator de cada uma delas. A seguir, esse Trabalho produzido na Subcomissão vai ser encaminhado à respectiva Comissão a que está afeta e, no primeiro momento, aos 3 anteprojetos oriundos da Subcomissão, sem que o Relator da Comissão respectiva tenha produzido trabalho algum, deverão os membros desta oferecer emendas aos trabalhos oriundos daquela. Feitas as emendas, o Relator da Comissão irá produzir o seu relatório. Mas o universo no qual trabalhará o Relator da comissão é limitado pelos anteprojetos oriundos das Subcomissão, e pelas emendas produzidas no plenário daquela.

E mais, depois de produzido isto, sairá, por fim, a aprovação do projeto da Comissão. Portanto, quando esses projetos das Comissões chegarem ao Plenário da Comissão de Sistematização, não podemos — sob pena de desprestigiarmos o trabalho de 24 Relatores, de Subcomissões, e de 8 Relatores de Comissões, seguido de 63 vezes 8 Membros destas — determinar alterações no mérito desse trabalho. Porque a função que temos — e que começa dia 15 de junho e irá, teoricamente, a 15 ou 16 de junho — é de produzir um projeto de Constituição para ir ao Plenário, um projeto que consista na soma compatibilizada dos projetos oriundos das Comissões.

Não temos, absolutamente, função de mérito, até a apresentação do nosso trabalho.

Depois que a Comissão de Sistematização tiver oferecido o seu projeto ao Plenário é que começa esta Comissão a adquirir nova feição, com as funções que lhes são reservadas pelo Regimento, que são distintas da função que deverá produzir no período de junho a julho.

Vejam, então, a circunstância que se discutiu na reunião anterior — de que tenho notícias pela ata — qual seja, a da necessidade ou não de se discutir ou decidir nesta Comissão de Sistematização sobre o sistema de Governo, tese absolutamente utópica, uma vez que não é aqui o local para se discutir qualquer questão temática, locais para se discutir isso são aqueles em que a sociedade civil está participando ativamente, que é o Plenário das Subcomissões.

Mas é evidente, e está previsto no Regimento que o nosso Relator-Geral deverá, nos 10 primeiros dias, a contar do prazo de término dos trabalhos das Comissões, oferecer um anteprojeto para ser apreciado por esta Comissão, apreciação esta — volto a repetir — circunscrita à fiscalização que será exercida por este Plenário ao trabalho do Relator, fiscalização esta no sentido de que o trabalho do Relator, que virá a ser o projeto final da Comissão, seja um trabalho adequado e reflexo do trabalho das Comissões e Subcomissões.

A função e a razão pela qual vieram e, virão para o Plenário desta Comissão os 40 Presidentes e Relatores de Comissões e Subcomissões é exatamente um trabalho de fiscalização. E, portanto, a nossa função neste primeiro período é, exatamente, a de fiscalizar o trabalho do eminente Relator Bernardo Cabral, Para que seja S. Ex.<sup>a</sup> absolutamente honesto em reproduzir os trabalhos das

Comissões que forem aprovados, discutidos e longamente produzidos neste modelo completamente inédito, criado por esta Comissão.

Portanto, a preocupação que deve gerir agora o nosso trabalho, e a preocupação que está, e deve estar na cabeça do nosso Relator, e exatamente a de que tem um dever para com esta Comissão, que é apresentar nos 10 primeiros dias de trabalho – que começarão a 15 de junho – um anteprojeto único. É a possibilidade de o Relator-Geral começar a produzir ouvindo os Relatores das Subcomissões e os das Comissões, para começar, então o grande processo de compatibilização, que é o acompanhamento que o Sr. Relator-Geral terá que fazer durante todo esse período porque ele tem uma obrigação, única, dele que é a de oferecer aqui, no décimo dia um anteprojeto de Constituição que seja a compatibilização de todos os anteprojetos oriundos das Comissões. Para que esse processo de compatibilização seja realizado e o trabalho apresentado – para que seja teórica e tecnicamente consistente, e não um produto de implosões internas –, é evidente que há um grande trabalho a ser desenvolvido pelo Sr. Relator-Geral. Tal trabalho consiste no acompanhamento das obras das Subcomissões, e das Comissões, visando à intercomunicação e interpenetração de informações dos diversos relatores das Subcomissões e das Comissões, no sentido de que eles – que estão comprometidos, por serem membros natos desta Comissão, com a produção de um projeto único – possam desde já discutir entre si, quanto àquelas matérias que são interdependentes, ou àquelas cuja competência ainda não esteja definida, ou seja, àquelas matérias que estão na zona **gris** de competência, no que diz respeito à divisão temática que o Regimento Interno impôs às Comissões. Assim poderá o Sr. Relator produzir esse projeto.

Não podemos confundir esse trabalho inicial da Comissão de Sistematização com os outros trabalhos e com outras competências que ela possa ter. A competência de produzir um projeto de Constituição não é a competência de criar um projeto em si: é a competência de produzir um projeto no universo que tiver sido produzido, seja qual ele for, pelas diversas Comissões Temáticas.

Depois disso, surgirão, paralelamente, oito funções. À primeira delas competirá, pelo art. 24 do Regimento, o parecer e emendas de iniciativa popular. Deverá esta Comissão de Sistematização, e tem competência para tal, produzir o seu parecer sobre as emendas de iniciativa popular previstas no art. 24.

Deverá, ainda, esta Comissão, no prazo de 25 dias, oferecer parecer sobre emendas de Plenário dos Constituintes, concluindo por um parecer final ou por um substitutivo. Nessas duas hipóteses está a Comissão de Sistematização, então, agindo sobre o mérito. Vai emitir juízo de mérito nesse parecer. O substitutivo que produziremos, eventualmente, depois das emendas de Plenário, já no mês de agosto, quiçá, setembro, será um substitutivo em que, aí sim, o compromisso de mérito começa a se adentrar na concepção da Comissão de Sistematização.

Deverá, também, a Comissão de Sistematização, depois da votação do seu parecer, do seu substitutivo às emendas de Plenário, produzir a redação do vencido, para a votação do segundo

turno, em dez dias. Está previsto no art. 28 que é circunscrita então essa função, não mais ao mérito, mas sim à compatibilização, à criação consistente daquilo que se produz em Plenário e que for aprovado pela maioria absoluta.

Feita a redação do vencido e submetida ao plenário, devera a Comissão de Sistematização, ainda, oferecer pareceres às eventuais emendas de plenário, sobre a redação do vencido, que então será o parecer de mérito.

E ainda nós deveremos produzir aqui, no bojo dessa Comissão, a redação final da matéria aprovada. Assim o diz o art. 30.

Deveremos, ainda, oferecer parecer sobre emendas de redação que, eventualmente, venham a ser oferecidas à redação final que nós tenhamos produzido. Está no art. 30, § 3º.

Teremos ainda uma função lateral, de oferecer parecer aos eventuais projetos de decisão que foram objeto de amplas discussões no Plenário da Assembleia, quando da aprovação do Regimento.

Por último, deveremos ainda oferecer parecer sobre projetos de resoluções que visem a disciplinar e regulamentar a consulta plebiscitária. Está no art. 61.

Portanto, temos oito funções de mérito – no fluir do processo de discussão da Constituição – oito de extrema gravidade e com prazos absolutamente curtos. Teremos, também, uma função de produzir, em 30 dias, a compatibilização dos projetos oriundos das comissões. Razão pela qual, Sr. Presidente, à vista desta exposição que se atém vigorosamente a uma exegese absolutamente literal, sem comprometimento do Regimento Interno, possamos compreender, humildemente, a função inicial da Comissão de Sistematização e não tenhamos a pretensão de suplantá-los e erigir-nos naquilo que foi a grande negativa desta Assembleia, a sua grande tirania, qual seja a da impossibilidade de se criar uma Comissão tradicional de elaboração de uma Constituição conforme os modelos dos regimentos de 1945 e de 1934, a criação de uma Comissão Constitucional.

Nós não somos uma Comissão Constitucional. Devemos assumir a nossa função e, perdoem-me a palavra, somos, no primeiro momento, os grandes amanuenses das comissões e das Subcomissões, que são fruto, nós e elas, da temática constitucional.

Se assumirmos aquilo que efetivamente nos legou o Regimento, poderemos produzir o nosso trabalho sem necessidade de conflitos virtuais com as Comissões e Subcomissões.

Agradeço a oportunidade que me foi dada para fazer esta exposição, que me parecia necessária para a compreensão do espírito do Regimento e para a compreensão das destinações de nossas funções e as mutações que elas determinam no fluir deste complexo processo, que a Assembleia Constituinte de 1987 resolveu adotar para a elaboração e a produção da Constituição brasileira.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Agradeço ao Constituinte Nelson Jobim as suas considerações, que muito contribuíram não propriamente para o esclarecimento da situação com que nos deparamos, porque ela continuará obscura por algum tempo, mas para nos convencer

da complexidade desta situação e, portanto, nos convencer, por outro lado, que essa complexidade não deve ser utilizada a fim de, através de expedientes regimentais, criar dificuldades à marcha da concordância. Temos, aqui, de fazer com que exista uma confluência de intenções, não confluência de ações, porque as ações são imprevisíveis, são subitâneas, são inesperadas, são passionais mas, as intenções podem ser tranquilas, podem ser meditadas, podem ser resolvidas dentro de cada um de nós. Devemos ter uma confluência de intenções para fazer com que os nossos trabalhos aqui não cedam nunca à preocupação, à solicitação, à ambição, à impressão de querer transformá-los numa arena de debates; não podemos fazer disso uma arena de debates; temos que fazer disso uma idéia de confluência, para o bem da nossa função, para a dignidade da Assembleia e para a Finalidade do exercício da nossa missão.

Li cuidadosamente o Regimento e vejo que o Constituinte Nelson Jobim colocou seriadamente, mas não chamou bastante a atenção sobre o risco imanente, permanente que estamos correndo de não podermos cumprir as nossas obrigações em função da suscitação de problemas que são emergenciais, muitas vezes deliberados, muitas vezes decididos para serem problemas, quando dentro de nós não devemos ter senão decisões, influências, inclinações e esperanças de não apresentar problemas e sempre soluções. S. Ex.<sup>a</sup> apresentou um panorama da dificuldade das soluções, não digo que as tenha resolvido todas, mas mostrou uma coisa muito importante, que é o panorama de dificuldades. Nós estamos navegando na bruma, estamos criando o nosso próprio caminho no meio da nevoa, é isso que nós estamos fazendo. Não temos aqueles aparelhos que indicam que a névoa está para se dissipar ou que ela pode ser vencida, como têm os aeronautas. Estamos sendo aeronautas a pé. Estamos resolvendo esses problemas aqui de acordo com as nossas resoluções, deliberações, intenções e contribuições verdadeiramente consolidadas – se é que posso empregar essa expressão, não é consolidadas não, devemos ser solidários conosco mesmos – porque estamos com uma responsabilidade muito grande diante do País.

Essa idéia de que temos uma importância superior às outras comissões, sempre a combati, porque não somos criadores de direito, somos componedores de soluções jurídicas, somos acertadores de decisões tomadas, muitas vezes, conflitantemente em função de crenças, de hábitos e de experiências anteriores. Então, a nossa parte criativa é grande. É uma ilusão pensar que não teremos uma parte criativa, nós a teremos sim. A parte criativa é fazer com que do mosaico saia o quadro: temos que colocar as peças dos desenhos do mosaico, a fim de que a imagem que este quer atribuir, quer transmitir, se componha. Essas peças têm que ser colocadas por nós. E há uma grande forma de criação nisso, uma grande imaginação, atenção, submissão, e humildade.

É para isso que o Presidente se permite chamar a atenção da Comissão, para essas responsabilidades de que partilha muito humildemente, muito minimamente. Quero dizer o seguinte: a Comissão é o Plenário, o fracasso ou o êxito da Comissão não é de nenhum de nós, é de todos. A Comis-



são é o Plenário. Ele julga, vê, decide, desconfia e confia. É isso que quero colocar diante do Plenário, essas atribuições, colocar diante dele as dificuldades que elas encerram, colocar diante dele um apelo exaltado, um apelo verdadeiramente exaltado para que possamos nos unir; o esforço de unir é na maioria das vezes, mais difícil do que o esforço de divergir.

Tenho experiência. Descer uma escada é mais difícil do que subir. Chegamos aqui, subindo uma escada e, quando se desce uma escada sem amparo, é mais fácil cair na descida do que na subida. Podemos cair na descida.

Muito obrigado.

Passo a ler a lista dos oradores inscritos. Até o momento são 15: Antônio Carlos Konder Reis, Gastone Righi, João Agripino, Jose Lins, Lysâneas Maciel, Gerson Peres, José Genoíno, José Fogaça, Ibsen Pinheiro, Miro Teixeira, Cid Sabóia de Carvalho, Nelson Carneiro, Paulo Ramos, Joaquim Bevilacqua e Edmilson Valentim. Estão todos presentes.

Antes de conceder a palavra ao Constituinte Antônio Carlos Konder Reis, diria que a Presidência não se sente em condições de resolver questão nenhuma. As deliberações aqui havidas o foram através das apreciações, das participações. Não existe nenhuma questão pendente, felizmente.

Passa-se à lista de oradores. Concedo a palavra ao Constituinte Antônio Carlos Konder Reis, primeiro inscrito.

#### O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO

**CARLOS KONDER REIS:** – Sr. Presidente. Sr. Relator, Sr. Vice-Presidente, Srs. Constituintes:

Na reunião anterior desta Comissão tive a oportunidade de tecer comentários sobre as três questões que foram levantadas à consideração do Plenário. A primeira delas dizia respeito a proposta do Sr. Constituinte Gastone Righi, secundada por outros nobres colegas, no sentido de a Comissão decidir, preliminarmente, sobre o sistema de Governo. A Casa deve estar lembrada que me manifestei contrariamente àquela proposta, pois entendo que essa definição há de ser precedida de um estudo e, antes de tudo, de uma decisão da Comissão Temática competente.

As outras duas questões aqui levantadas na reunião anterior foram: o estabelecimento de normas disciplinadoras dos trabalhos desta Comissão e a necessidade do acompanhamento, por parte deste órgão, dos trabalhos que vêm sendo e serão realizados até 15 de junho pelas Subcomissões e Comissões Temáticas.

Estas duas questões, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, foram objeto de meu comentário e de minha preocupação na reunião anterior e, por isso, nesta reunião, desejo encaminhar a V. Ex.<sup>a</sup> projeto de resolução que estabelece normas de trabalho da Comissão de Sistematização e dá outras providências.

Uma Comissão como esta – com 93 Srs. representantes, e que tem encargos tão importantes, no meu modo de ver – precisa, antes e acima de tudo de normas de trabalho que permitam o desenvolvimento da tarefa que lhe foi atribuída pelo Regimento Interno.

O anteprojeto que tenho a honra de submeter à consideração da Comissão – e que peço a Sr.<sup>a</sup> Secretária que encaminhe um exemplar a V.

Ex.<sup>a</sup> ao Sr. Relator, ao Sr. Vice-Presidente e a todos os Membros da Comissão – não é obra acabada. Sr. Presidente, é apenas uma sugestão de resolução que estabelece com nitidez as normas de trabalho desta Comissão.

Procurei redigir um texto bem singelo. Creio que ele não é completo e certamente vai merecer, por parte dos Senhores Membros desta Comissão, uma análise, um exame que nos permita chegar a um texto capaz.

Proponho. Sr. Presidente, que a Comissão de Sistematização, na forma dos arts. 15 e 19 da Resolução nº 2/87, da Assembléia Nacional Constituinte, aprove as seguintes normas de trabalho:

"Art. 1º A Comissão de Sistematização, composta de 93 Senhores Constituintes, realizará reuniões ordinárias, às sextas-feiras, às 15 horas, no Plenário do Senado Federal, durante a fase de elaboração do Projeto de Constituição pelas Subcomissões e Comissões Temáticas, na forma dos artigos 17, 18 e 21 da Resolução nº 2, de 1987, da Assembléia Nacional Constituinte.

Parágrafo único. No curso do período a que se refere o **caput** deste artigo, a Comissão realizará, sempre que necessário, por convocação do Presidente, reuniões extraordinárias, no mesmo local, em dia e hora previamente estabelecidos.

Art. 2º No Plenário da Comissão haverá lugares para os seus membros, e locais para os demais Constituintes que queiram participar, sem voto, dos trabalhos do órgão.

Art. 3º As reuniões a que se refere o art. 1º terão a duração de 3 horas e constarão de:

I – breves comunicações, com duração de até trinta minutos, quando poderão usar da palavra, por cinco minutos, os Constituintes previamente inscritos, membros ou não da Comissão;

II – comunicações dos Presidentes das Comissões e Relatores das Comissões e Subcomissões sobre o andamento do trabalho nos diversos órgãos, com a duração de até 60 minutos, podendo falar, cada orador, pelo tempo de até 15 minutos, conforme inscrição previa, até o número de quatro, por reunião;

III – comunicação do Relator, com a duração de até 40 minutos; e

IV – proposições da Presidência e do Relator, com a duração de até 50 minutos, oportunidade em que a Comissão ouvirá as propostas, podendo encaminhar a votação, um de seus membros, pelo tempo de até 5 minutos e o relator pelo prazo de até 10 minutos.

Art. 4º Encaminhados à Comissão os Relatórios e Anteprojetos das Subcomissões e Comissões, as reuniões ordinárias da Comissão de Sistematização serão realizadas, no mesmo local, às segundas-feiras, às 20 hs, terças, quartas e quintas-feiras, às 9 hs e às sextas-feiras, às 15 horas, e reuniões extraordinárias, sempre que necessário.

Parágrafo único. As reuniões a que se refere este artigo terão a duração de 3 horas e constarão de:

I – breves comunicações, com duração de até 30 minutos, quando poderão usar da

palavra, por cinco minutos, os Constituintes inscritos, membros ou não da Comissão;

II – discussão e/ou votação do parecer do Relator sobre os Ante-projetos das Comissões Temáticas, na forma dos artigos 19, 20 e 21 da Resolução nº 2/87 da Assembléia Nacional Constituinte, de acordo com esquema oferecido pelo Relator, com duração de até 2 horas e;

III – comunicações do Presidente e do Relator, com duração de até 30 minutos.

Art. 5º. No período a que se refere o nº II do artigo anterior, o debate obedecerá, no que couber, ao que dispõem os Capítulos II (seções I e II) e III (seções I, II, III e IV) do Título V do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Art. 6º De cada reunião será lavrada ata, distribuída aos membros da Comissão no início da reunião seguinte, que será dada por aprovada, se nenhum membro da Comissão, antes do período de breves comunicações solicitar retificação.

Art. 7º A Comissão de Sistematização, no uso de suas atribuições, estabelece o roteiro para a disposição da matéria no texto constitucional que, aprovado, constitui o Anexo I, da presente Resolução.

Parágrafo único. O roteiro será encaminhado a todas as Comissões e Subcomissões como sugestão para a elaboração dos Anteprojetos.

Art. 8º O Relator poderá designar Relatores auxiliares, fixando-lhes atribuições e tarefas.

Art. 9º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação em ata.

Em seguida, Sr. Presidente, junto a este Projeto de Resolução – que, insisto, não é completo, nem tem a pretensão de ser aprovado sem qualquer modificação, é apenas uma sugestão, pois entendo que o início do nosso caminho há de ser o estabelecido destas normas de trabalho – uma sugestão de roteiro a ser aprovado pela Comissão. Ele se compõe de um arcabouço do projeto e de uma indicação da competência por Comissão e Subcomissão das matérias que constam como temas das Subcomissões e das Comissões Temáticas.

Não houve nenhuma inovação. Com base nos temas que foram distribuídos às Subcomissões e Comissões Temáticas, estabeleci esta distribuição de trabalho, esta disposição da matéria no texto constitucional.

Era esta, Sr. Presidente, a proposta que eu desejava encaminhar à consideração de V. Ex.<sup>a</sup> e da Comissão.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Affonso Arinos):** – Sr. Constituinte, agradeço a competência e a operosidade que manifestou com esse trabalho.

Concedo a palavra ao nobre Relator, para se manifestar, preliminarmente. Depois vamos estudar, regimentalmente, como encaminhar essa sugestão. Talvez não seja possível resolver o assunto hoje.

Com a palavra o nobre Relator.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, preciso fazer uma comunicação aos eminentes Srs. Constituintes.

Ainda ontem, na presença de V. Ex.<sup>a</sup> e hoje já com os Constituintes Nelson Jobim e Adolfo Oliveira, eu dizia da necessidade que o Relator tinha de fazer um esboço, do que chamei um miniregimento, para o qual convidaria cada Sr. Parlamentar Constituinte, de Partidos que constam desta Comissão, a fim de que se fizesse um trabalho que fosse oriundo de Constituintes, independente de siglas partidárias.

Eis que surge, de logo, um esboço mais ou menos parecido com o que imaginávamos, de autoria do eminente Constituinte Antônio Carlos Konder Reis, com cuja contribuição S. Ex.<sup>a</sup> antecipou, pois ainda anteontem, no domingo, eu havia comunicado isso ao Constituinte Virgílio Távora.

Peço apenas, Sr. Presidente, que me conceda prazo para me reunir com cada Líder de Partido, que compõe esta Comissão, para que façamos um Regimento Interno, uma vez que isto era para estar pronto no dia 15 de junho. Com a antecipação que aqui se procede, que deve ser elogiada, peço a V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Presidente, prazo de 10 dias para voltar já com uma espécie de Regimento, que tenha, que reflita, a idéia dos Líderes de Partidos, de todas as siglas partidárias, para a votação final, em Plenário, a fim de que se possa ter a economia de tempo e celeridade dos trabalhos. Era a minha sugestão, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ**

**GENOÍNO:** – Peço a palavra para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso**

**Arinos):** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte José Genoíno.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ**

**GENOÍNO:** – Sr. Presidente, consultando aqui o Regimento interno, essa proposição do nobre Constituinte Antônio Carlos Konder Reis não pode ser recebida pelo Relator da Comissão de Sistematização; não cabe à Comissão de Sistematização produzir uma resolução. Resolução, no sentido de modificar o Regimento Interno, é apresentada à Assembléia Nacional Constituinte com determinado número de assinaturas – parece-me que são 92 assinaturas –, terá parecer da Mesa e será votado em Plenário. Esta resolução, aqui, Sr. Presidente, está ferindo o Regimento Interno. Por exemplo. Sr. Presidente, o art. 1º diz o seguinte:

"Art. 1º A Comissão de Sistematização será composta por 93 Srs. Constituintes."

Os prazos estabelecidos aqui e, mais do que isto, Sr. Presidente, esse roteiro que se constituiria, segundo a proposta do nobre Constituinte Konder Reis, como uma disposição da matéria do texto constitucional, em, alguns pontos fere claramente a divisão que o Regimento da Constituinte faz sobre os temas das Comissões e Subcomissões. Se os Srs. Constituintes se derem ao trabalho de compulsar os vários Capítulos e sugestões para o texto da Constituição, verão que ele está em contradição com a divisão que foi feita das oito Comissões e das 24 Subcomissões.

Portanto Sr. Presidente, essa proposição de resolução interna, na medida em que altera dispositivos regimentais, não poderá ser apresentada, de acordo com o que diz o Regimento Interno da Constituinte, aqui na Comissão de Sistematização.

Levanto isto. Sr. Presidente, nesta questão de ordem, porque isso é muito sério. Amanhã, poderá aparecer outra resolução alterando aspectos mais importantes, dispositivos centrais de uma Subcomissão, e na Comissão de Sistematização se irá alterando a constituição da Constituinte, ao sabor de cada Comissão. Isso abre um precedente muito sério, porque, se iniciarmos esse procedimento, amanhã, a Comissão de Sistematização estabelece uma norma para si mesma, que fere aquilo que está dito no Regimento Interno. O Constituinte Nelson Jobim foi claro e preciso ao organizar, de acordo com o Regimento Interno, as funções, da Comissão de Sistematização neste momento. Se ela estabelece uma resolução que vai assumir um papel não previsto no Regimento Interno, isso fere o Plenário da Assembléia Nacional Constituinte. Por isso, a resolução que mexer no Regimento Interno tem que ser aprovada pelo Plenário e apresentada à Mesa da Assembléia Nacional Constituinte.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Muito obrigado.

**O SR. CONSTITUINTE ADOLFO**

**OLIVEIRA:** – Sr. Presidente, peço a palavra para contraditar.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso**

**Arinos):** – O Senador Konder Reis havia pedido anteriormente a palavra para contraditar: como é o autor da proposta, pergunto se V. Ex.<sup>a</sup> permite que ele primeiramente contradite. Depois, passarei a palavra a V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE ADOLFO**

**OLIVEIRA:** – Sem dúvida, com muito prazer.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso**

**Arinos):** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Antônio Carlos Konder Reis.

**O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO**

**CARLOS KONDER REIS:** – Sr. Presidente, em primeiro lugar eu desejo esclarecer ao nobre Constituinte. Sr. José Genoíno, que eu não propus um projeto de Regimento Interno; eu tive o cuidado de elaborar o trabalho, buscando, através de uma resolução da Comissão, estabelecer as normas indispensáveis à disciplina dos nossos Trabalhos.

Essa foi a preocupação, esse foi o objetivo. Uma Comissão de 93 membros, no meu modo de ver, não pode operar sem que haja um conjunto, uma relação de normas disciplinadoras dos seus trabalhos.

Criei, Sr. Presidente, que para provar essa afirmação, bastaria me referir ao desenvolvimento dos trabalhos desta Comissão, nas suas primeiras duas reuniões e no início desta reunião. Através de questões de ordem, os nobres colegas, no cumprimento de seus deveres, colocaram questões que dificilmente poderiam ser objeto de decisão, seja da Presidência, seja do Plenário, porque nós não temos normas disciplinadoras dos nossos trabalhos. Então, não se trata de um Regimento.

A segunda objeção do nobre Sr. Constituinte José Genoíno não é de forma, e de fundo. S. Ex.<sup>a</sup> fez aqui a afirmação solene de que o Projeto de Resolução da Comissão, que estabelece as normas disciplinadoras dos nossos trabalhos, fere dispositivo do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, a Resolução nº 2, de 1987.

Se for assim, quero dizer à Comissão que serei o primeiro a buscar uma forma de corrigir, de retificar, de fazer com que a nossa Resolução não venha a contrariar as normas do Regimento interno.

Como S. Ex.<sup>a</sup> não fez nenhuma citação expressa, não apontou quais as normas do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte que o Projeto de Resolução fere, eu me reservarei para examinar essas objeções apresentadas, em tese. por S. Ex.<sup>a</sup> quando S. Ex.<sup>a</sup> apontar concretamente quais os dispositivos que estão ferindo o Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, e nesta hipótese...

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Concede-me V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. CONSTITUINTE ANTONIO**

**CARLOS KONDER REIS:** – Vou concluir meu pensamento e, depois, ouvirei V. Ex.<sup>a</sup>, com prazer... e nesta hipótese, serei o primeiro. Sr. Presidente. Quando coloquei no artigo que abre o projeto de resolução o número de 93 é porque, de fato, a Comissão é constituída hoje de 93 membros.

Se, amanhã, o Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, atendendo à questão de ordem do nobre Constituinte José Genoíno, alterar esse número, evidentemente que não teria sentido nem cabimento se eu viesse defender a redação que propus, mas eu a propus tendo em vista a realidade. Eu não poderia buscar uma solução do que deveria ser: procurei me basear no que é. E os outros dispositivos que, porventura, firmam o Regimento interno – e fui muito claro quando apresentei o projeto de resolução, ao dizer que ele não era uma obra completa, apenas uma contribuição para a Comissão –, serei o primeiro a fazer as correções. Agora, creio que o fato de o projeto, segundo o nobre Constituinte José Genoíno, ferir alguns pontos do regimento, não é razão para a Mesa não acolhe-lo, muito pelo contrário, e inclusive corrija-lo.

Ouçõ o nobre Constituinte Jose Genoíno.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso**

**Arinos):** – Com a palavra o Constituinte Adolfo Oliveira, que havia anteriormente solicitado a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE ANTONIO**

**CARLOS KONDER REIS:** – Sr. Presidente, o Constituinte José Genoíno havia solicitado um aparte e eu lhe pedi me deixasse concluir o pensamento. Agora, gostaria que S. Ex.<sup>a</sup> me honrasse com o aparte.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso**

**Arinos):** – Concedo a palavra ao Constituinte José Genoíno.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ**

**GENOÍNO:** – Vou dar dois exemplos, nobre Constituinte Antonio Carlos Konder Reis. Além do problema do art. 1º, que diz 93, isso não depende de resolução da Mesa, porque o artigo do Regimento é claro – 49 mais 40 –, que são Presidentes. Relatores e Sub-Relatores. Portanto, são 89. Quanto a isso, não há nenhum problema. Agora, o outro problema. Eu chamo a atenção para isso, porque foi inclusive deliberação do Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, contra a posição deste Constituinte, em nome da liderança do PT, por uma questão de ordem, levantada pela Liderança do PC do B, e que foi uma questão de ordem correta. A Liderança do PC do B, corretamente, Formulou a seguinte questão de ordem à Mesa:

"Que as Forças Armadas fossem discutidas na Comissão do Poder Executivo." E nós travamos uma batalha, em plenário, para que as Forças Armadas fossem discutidas naquela Comissão. No entanto, as Forças Armadas estão sendo discutidas na Comissão da Defesa da Sociedade, do Estado e de sua Segurança. No roteiro aqui de V. Ex.<sup>a</sup>, na seção 6º, Forças Armadas estavam no Poder Executivo. Isso apareceu aqui.

**O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS:** – Então. V. Ex.<sup>a</sup> vai-me permitir um esclarecimento.

A matéria corresponde às Forças Armadas está no roteiro incluída no capítulo do Poder Executivo.

Se V. Ex.<sup>a</sup> voltar à segunda coluna, verificará que apontei, como omissão responsável pela elaboração, a Comissão que, segundo a Presidência da Assembléia Nacional Constituinte, deve elaborar essa parte da Constituinte.

Uma coisa é a disposição da matéria no texto constitucional, outra coisa...

**O SR. PRESIDENTE (Affonso Arinos):** – Não pode haver debate em questão de ordem.

**O SR. ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS:** – ...outra coisa é a competência da Comissão.

**O SR. JOSÉ GENOÍNO:** – Eu estava solicitando aparte ao nobre Constituinte.

**O SR. PRESIDENTE (Affonso Arinos):** – Não há apartes em questão de ordem.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Não levantei como questão de ordem. Levantei um aparte à questão dele. Não estou formulando questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Affonso Arinos):** – Eu pediria que V. Ex.<sup>a</sup> resumisse as suas considerações; o nobre Constituinte Adolfo Oliveira pediu a palavra há bastante tempo.

**O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS:** – Nobre Constituinte José Genoíno, coloquei "Das Forças Armadas" no Capítulo do Poder Executivo," mas a Comissão Temática, que vai examinar, é a de nº 4, Subcomissão "B" – exatamente como decidiu o Presidente da Assembléia Nacional Constituinte. Uma coisa é a disposição da matéria constitucional e outra coisa é a Comissão Temática, ou a Subcomissão, que vai elaborar o anteprojeto. Não houve nenhuma agressão ao Regimento.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Aqui, o Capítulo III, V. Ex.<sup>a</sup> coloca "Poder Judiciário". E o Ministério Público? Quer dizer, esse roteiro, nobre Constituinte Konder Reis não é um roteiro acima das apreciações de mérito: esse roteiro pode conduzir ao texto constitucional. Portanto não é atribuição da Comissão de Sistematização aprovar um pre-roteiro para o texto constitucional; o roteiro deve vir do trabalho das Subcomissões e das Comissões, por esse processo, como definiu muito bem o nobre Constituinte Nelson Jobim, sobre a elaboração que está sendo feita nas Comissões e nas Subcomissões. Não se deve estabelecer este roteiro aqui; o roteiro está traçado no Regimento Interno e no trabalho das Subcomissões e das Comissões.

**O SR. PRESIDENTE (Affonso Arinos):** – Peço a atenção dos nobres Constituintes, pois já temos 1 hora e meia de reunião.

Concedo a palavra ao nobre Constituinte Adolfo Oliveira.

**O SR. CONSTITUINTE ADOLFO OLIVEIRA:** – Sr. Presidente, é fora de dúvida que precisamos de normas de trabalho e o Regimento Interno da Constituinte deixou à Comissão de Sistematização, como de resto às demais, a organização do seu funcionamento. Isso é fora de dúvida. E nós acabamos de assistir aqui a um exemplo. Vai ser necessário fazer constar das normas de trabalho que Questão de Ordem não admite aparte. Senão, nós estaríamos debatendo aqui questões de ordem, com discussão paralela, e não vamos chegar nunca a lugar algum. Quero louvar a iniciativa do Constituinte Antônio Carlos Konder Reis, com quem, aliás, trabalhei na mini-constituinte de 1967, pela iniciativa. O propósito do eminente Relato, meu dileto amigo Bernardo Cabral, já era de organizar, com calma, porque nós temos prazo até o dia quinze de junho, exatamente, essas normas de trabalho que S. Ex.<sup>a</sup> batizou de mini-regimento. Nada impede. Se a expressão projeto de resolução pode colidir com aquela que consta do Regimento Interno da Constituinte, eu aceito essa ponderação, nós deveremos criar, então, normas de trabalho. Artigo primeiro das normas de trabalho. E vamos, então, disciplinar a nossa forma de funcionamento. Tempo dos oradores, quantas vezes pode falar, de que maneira se admitirá o encerramento da discussão de uma determinada emenda, de uma determinada matéria. Tudo isso deve constar das normas de trabalho. Eu, dificilmente, divirjo do brilhante Deputado José Genoíno. Essa é uma das primeiras vezes, nesta Constituinte, que eu divirjo de S. Ex.<sup>a</sup>. Mas eu acho que S. Ex.<sup>a</sup> vai ser o primeiro a concordar em que todos precisamos de normas de trabalho. Essa é a expressão que eu até encaminharia à consideração de V. Ex.<sup>a</sup> e do eminente Relator.

**O SR. CONSTITUINTE (Antônio Carlos Konder Reis):** – Permite-me um aparte?

**O SR. CONSTITUINTE ADOLFO OLIVEIRA:** – Não posso permitir, meu querido colega, porque estou, justamente, levantando essa questão de ordem, para que se considere o trabalho do nobre Constituinte Konder Reis como proposta de normas de trabalho para a Comissão, e o eminente Relator vai examinar e decidir afinal, com o apoio, com a discussão e votação do Plenário desta Comissão.

**O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE:** – Peço a palavra, pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – V. Ex.<sup>a</sup> tem a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE:** – Eu queria também concordar e até parabenizar o Deputado Konder Reis, pela iniciativa. Isso na realidade, traz, finalmente, alguma coisa de objetivo para discutirmos nas nossas reuniões. Creio ser da maior importância. Quero, em princípio, concordar com toda a brilhante exposição e interpretação do Regimento feita pelo Deputado Nelson Jobim. Mas entendo que esta proposta, apresentada pelo Deputado Konder Reis, não só aquela das regras do nosso trabalho, mas a de encaminhar a composição, a forma de como deverá ser feita a Constituição nas diversas Subcomissões,

no meu entendimento, isto é, de fato, atribuição da Comissão de Sistematização.

A Comissão de Sistematização não tem o poder de decidir sobre o mérito de nenhuma das questões vindas para cá das diversas Subcomissões, mas creio que é função dela – e função da maior importância, e, no final, somos nós efetivamente que vamos fazer isso, nesta Comissão – a organização do texto constitucional.

Então, entendo que esta questão é da maior importância e ela precisaria, se a Comissão decidir, discutir e aprovar isso e enviar para as Subcomissões, dentro da maior brevidade possível. E aqui vem a minha questão de ordem. Eu apelaria para o ilustre Relator desta Comissão. Constituinte Bernardo Cabral, que apressasse o encaminhamento dessas regras, ou que nos baseássemos até nas próprias regras apresentadas pelo Deputado Konder Reis, a fim de termos a posição dessa titulação, dessa composição, que vai resultar na nova Constituição do Brasil.

De forma que eu creio ser da maior importância e, para objetivar, acho que todas as discussões, de agora para a frente, deveriam se dar em cima dessa proposta que já existe. Vamos modificá-la, vamos aperfeiçoá-la, mas vamos discutir em cima dela e com a maior brevidade possível. Eu entendo que isso aqui, esta proposta é uma obrigação desta Comissão a proposta de distribuir, identificar os títulos, os capítulos, os subtítulos e assim por diante. Isto deveria ser decidido com a maior brevidade possível. Portanto, deveríamos acelerar as nossas reuniões e acelerar o processo de definição das nossas regras.

Esta, a questão, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Muito obrigado. A Presidência vai conceder a palavra ao nobre Relator e informa que acolhe o trabalho do Senador Konder Reis, e encaminha aquele, a pedido deste, no sentido de que, no prazo de 10 dias, apresente o seu parecer.

A Presidência quer juntar apenas, um pequeno esclarecimento; esse problema das resoluções é dos mais complexos da história do nosso Direito Constitucional; entra na Constituição de 1891, tratando das leis e resoluções. Anteriormente, não havia referência a isto. Até hoje, não sabemos o que é resolução. O nosso Regimento foi aprovado por resolução. Isto é imitado da Constituição dos Estados Unidos da América que tem dois tipos de resolução: **Joint Resolution** que quer dizer, a Resolução Conjunta, que o Congresso Americano toma para efeitos de cerimônias, para realizar uma recepção, enfim, para fazer uma comemoração qualquer. E uma resolução separada, das duas Casas, que tem importância muito grande, por que não é lei, mas tem resultados impressionantes. Apenas para resumir, parou com a Guerra do Vietnã – uma resolução que não é conjunta, mas votada pelas duas Casas e que negou recursos para que se continuasse aquela guerra. Daí se vê que lá a coisa é uma e no Brasil, nunca houve disciplina verdadeira, constitucional, quanto ao que seja a resolução que aparece na Constituição de 1891, e que vem sendo repetida automaticamente nos outros textos constitucionais, sem que saibamos bem o que é.

Hoje, temos alguns exemplos de resolução, como essa que acaba de ser apresentada pelo Senador Konder Reis, e temos o próprio Regimento,

que foi adotado por resolução. De maneira que resolução é tudo aquilo que quisermos que seja, pois não há definição Constitucional para isso. Adoto como definição constitucional a prática de não haver definição constitucional. E, portanto, depende da importância.

As resoluções apresentadas aqui, hoje, carecem de importância diante da magna importância da nossa missão. O meu dever de Presidente é dizer isto, chamar permanentemente a atenção sobre isto. A importância da nossa tarefa é muito maior do que a de qualquer tipo de Resolução que venha apenas, não sei com que intuito, animar e abrilhantar as discussões do plenário.

**O SR. CONSTITUINTE ALUÍZIO CAMPOS:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem a palavra pela ordem, o Sr. Vice-Presidente.

**O SR. CONSTITUINTE ALUÍZIO CAMPOS:** – O nobre Constituinte Konder Reis apresentou um projeto de resolução que, na verdade, deveria ter sido de iniciativa da própria Mesa da Comissão, disciplinando os trabalhos que teremos de desempenhar. A apresentação foi reforçada pela proposta do Constituinte Adolfo Oliveira, que solicitou examinássemos o projeto para ser depois discutido e aprovado em Plenário, conforme a opinião que fosse proferida, basicamente, pelo Relator.

Acho que o exame do projeto cabe à própria Mesa da Comissão de Sistematização, com a assistência imprescindível do Relator, para que seja, então, a proposta submetida à apreciação da Comissão tão rapidamente quanto possível. Faria até um apelo ao Relator Bernardo Cabral para que, juntamente com a Mesa, pudéssemos fazer essa apresentação na próxima reunião ordinária da Comissão.

Gostaria que o Relator acordasse com esta proposta que estou formulando.

**O SR. CONSTITUINTE (Haroldo Lima):** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Haroldo Lima.

**O SR. CONSTITUINTE (Haroldo Lima):** – Acompanhei atento a exposição do Constituinte Konder Reis e a discussão que a ela se seguiu, e gostaria de fazer uma observação para não passar, para não deixar de emitir um ponto de vista que me parece importante. E que a proposta do Constituinte Konder Reis tem dois aspectos, tem duas partes de naturezas diferentes, diante do que não me parece correto que devamos dar às duas partes, de naturezas diferentes, o mesmo tipo de encaminhamento. Estou de pleno acordo, acho que o Constituinte Konder Reis ajuda o nosso trabalho quando aqui apresenta proposta de normas de trabalho, as quais temos que aprovar.

Considero certo o encaminhamento dado pela Mesa, de remeter essa proposta de normas de trabalho ao nobre Relator, para que ouvindo as Lideranças em plenário, enriqueça-as, acrescentando novos pontos de que certamente elas necessitarão, para então trazê-las a este Plenário, a esta Comissão e receberem aprovação final; estou de pleno acordo que é um encaminhamen-

to justo, correto e expedito. Precisamos fazer isso de maneira rápida, sem precisarmos discutir intensamente.

Outra parte da proposta do Constituinte Konder Reis encerra um problema diferente porque, na verdade na medida em que se apresenta um arcabouço de Constituição, já se estão tomando decisões de mérito e isto, embora não esteja afastando a hipótese de virmos a tomar decisões de mérito a assumi-las, pois teremos de tomar algum dia, acho que o encaminhamento não pode ser o mesmo de uma norma de trabalho que deve ser resolvido de forma expedita. A norma de trabalho deve ser resolvida de forma expedita, rápida. Já a proposta da estrutura que habitualmente terá a Constituição brasileira, ainda que sob a forma de sugestão inicial, mas que partirá da Comissão de Sistematização, deverá ser uma sugestão que influenciará, sobremaneira, as Comissões e Subcomissões, não podendo essa estrutura de Constituição brasileira ser resolvida de maneira expedita.

Acho que nesse terreno, precisamos refletir, não devemos passar ao Relator uma proposta de estrutura em que este apresentará sua opinião e melhorará, segundo a sua óptica, enriquecendo esse ou aquele aspecto, pondo rapidamente em votação e a aprovando, ou, pelo menos encaminhando-a às diversas Comissões e Subcomissões.

Então, eu gostaria de encaminhar a V. Ex.<sup>a</sup> essas ponderações e fazer uma sugestão de encaminhamento. O encaminhamento ora já feito deve prevalecer para proposta de normas de trabalho deve ser encaminhado ao Relator, que deverá ouvir as lideranças dos Partidos representados na Comissão, deverá enriquecer e trazer, o mais rápido possível, para decisão final do Plenário, desta Comissão.

Quanto à proposta de estrutura da Constituição – sem embargo do Sr. Relator e do Sr. Presidente, que podiam dar, inclusive, sugestões iniciais sobre o assunto em apreciação na Comissão de Sistematização – penso que os nobres Constituintes terão o direito, ou o dever de examiná-la, com muito cuidado, a olhos vistos. Eu, por exemplo, teria algumas opiniões a emitir a respeito de alguns temas aqui postos de maneira ainda não discutida. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – A Presidência agradece a colaboração do Constituinte Haroldo Lima mas como já havia deliberado entregar a matéria ao Relator. S. Ex.<sup>a</sup> oferecerá no prazo fixado pela Presidência, o seu parecer que será objeto de discussão, e o Plenário deliberará, enfim, se tiver que votar qual a escolha que devemos fazer. O Relator fica, então, incumbido de apresentar parecer dentro de 10 dias.

Com a palavra o Sr. Constituinte Gastone Righi.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, às vezes, fico com a impressão de que o meu infeliz poder de comunicação acaba provocando equívocos, porque não posso supor que haja farisaísmo de alguns na ocasião em que coloco determinadas propostas.

Eu propus, e com toda a clareza, a V. Ex.<sup>a</sup> e a esta egrégia Comissão, dentro especificamente da atribuição desta Comissão, e como nossos deveres, que são os de sistematizar e compa-

tibilizar – são duas expressões que o Regimento interno consagra como atribuições – em qualquer fase do trabalho ou de elaboração desta Comissão.

Ora, diante dessa função específica que nossa Comissão tem, coloquei uma preliminar. Era evidente que a não-fixação de determinados rumos ou vetores para os trabalhos da Assembléia, como um todo, e mais especificamente das Subcomissões e das Comissões temáticas, criaria um problema que se pode antever, porque é material, é concreto e é efetivo, qual seja o da perspectiva da incompatibilidade absoluta entre propostas das 24 Comissões, ou das 8 Comissões Temáticas. Isso é visível.

Dizia eu, então, não para defender direito desta Comissão de Sistematização em decidir sobre a matéria, que era nosso dever, como preliminar e por uma questão processual, adjetiva, de levar à Presidência da Assembléia Nacional Constituinte sugestão, se possível, ou projeto de resolução, no sentido de que o Plenário da Constituinte, alterando o Regimento interno, estabelecesse dispositivo através do qual fixássemos, pelo menos, o sistema de Governo. Exemplifiquei dizendo que, se isso não acontecesse, estaríamos tirando das Subcomissões o seu real poder de elaboração e de decisão.

É fácil de se ver o porquê: se uma Subcomissão que decide sobre os Poderes, seja o Legislativo ou Executivo, se inclinou pela adoção do princípio presidencialista, outra Subcomissão se inclina, por exemplo, a que se cuide da administração pública ou do servidor público, através do regime parlamentarista, devem elas ter atribuições das autoridades, composição da máquina administrativa e tantas outras particularidades que irão entrar em incompatibilidade.

Poderia enumerar aqui dezenas de Subcomissões que se conflitariam, dependendo do sistema. Por exemplo: a que cuidasse das Relações Exteriores. Se elas seguissem pelo regime parlamentarista misto, haveriam de deixar as atribuições com o Presidente da República, e não com o Primeiro-Ministro; se decidissem pelo presidencialismo, haveriam de se fixar em outro tipo de organismo.

Todas as Comissões, enfim, estariam envolvidas pela possibilidade de se destituir ou não os Ministros, um Ministro isoladamente, ou o Primeiro-Ministro, ou o Gabinete de Ministro, e de se poder ou não destituir até o Presidente da República. Isso é claro, se acontecesse essa incompatibilidade, ao subir a proposta das Subcomissões às Comissões e, depois, à nossa Comissão de Sistematização e, finalmente, ao Plenário, este decidindo ao contrário de alguma Subcomissão, a qual não poderia mais ser ouvida. Todo o trabalho, todo o esforço, toda a sua proposta teria caído por terra e ela não poderia nem subsidiar, nem formular questões alternativas, nem ao menos substitutivas.

Ora, seria desnecessário essas Subcomissões, seria desnecessário a Comissão Temática, seria, na realidade, nos arrogarmos, nós da Comissão de Sistematização, o poder original, a forma original de raciocínio, ao contrário de tudo quanto aqui se disse. Em verdade, o que desejaria era haurir no Plenário da Assembléia Nacional Constituinte para saber qual seria o sistema de Governo. Da

monarquia ao presidencialismo ou ao parlamentarismo ou ao sistema misto, haveria de se fixar, portanto, o roteiro, o vetor.

É o que eu diria – caminhando junto com o Presidente – estamos em meio à bruma, só que o Presidente está sem bússola. Por que? Nesta Comissão temos como reivindicar essa bússola para navegarmos com firmeza, numa rota conhecida, ou, pelo menos, com um destino determinado.

Sr. Presidente volto à razão. Estão confundido as pessoas, não estão sustentando o sistema parlamentarista, ou presidencialista, ou monárquico. Por isso, estou pretendendo sistematizar, compatibilizar, evitar a incompatibilidade, e a função nossa e alertar, é adjetivamente criar instrumentos que evitem essas colisões, que possibilitem um trabalho tranquilo, haurindo do Plenário a sua vontade e colocando na mão das Subcomissões a elaboração efetiva, dentro do roteiro que se tem estabelecido.

Assim, Sr. Presidente, volto a insistir que tenho uma proposição formulada. Na primeira das reuniões, entendi que o nobre Relator – e S. Ex.<sup>a</sup> me disse verbalmente – concordava com a forma de propositura. Ouvi de V. Ex.<sup>a</sup> Sr. Presidente, o mesmo, aduzindo ainda que havia conversado com o Presidente da Assembléia, que concordara, e que aguardava de V. Ex.<sup>a</sup> a colocação dessas questões. Depois, para surpresa minha – e tomei isto público – vi o Presidente da Assembléia dizer que era exatamente contrário àquilo que eu estava tentando colocar e que me parece uma facilitação, sem desdouro, sem diminuição de ninguém – e não pretendo ver o mandato de Presidente fixado, nem pretendo impor presidencialismo ou parlamentarismo – apenas a ordenação dos trabalhos, a boa sorte e a boa condução dos trabalhos desta Assembléia. Então, volto a insistir que esta Comissão precisa solicitar a fixação desses rumos, que sejam dirimidas essas questões fundamentais, sob pena de nos defrontarmos com uma incompatibilidade absoluta, que poderá ser um caos e, na verdade, não teremos como sair dele.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON**

**JOBIM:** – Sr. Presidente, peço a palavra, para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso**

**Arinos):** – Antes de conceder a palavra a V. Ex.<sup>a</sup> responderia a um tópico da brilhante oração do Constituinte Gastone Righi, apenas quanto a um fato.

Faço questão de precisar que fui à Câmara dos Deputados, subi à Mesa e falei com o Presidente. S. Ex.<sup>a</sup> fala com muita gente, com muitos Senadores, muitos Deputados e só posso falar com um Presidente, que é S. Ex.<sup>a</sup>. De maneira que S. Ex.<sup>a</sup> pode ter se lembrado na hora que eu coloquei e questão e que S. Ex.<sup>a</sup> me respondeu: "V. Ex.<sup>a</sup> então pensa quais são esses problemas que V. Ex.<sup>a</sup> suscitaria". Depois, verifiquei aqui, tomando opiniões e ouvindo a média das pessoas que se manifestavam a respeito, que o assunto caberia mais ao Presidente da Constituinte do que a nós aqui, da Comissão de Sistematização.

Esta, a explicação que quero dar ao Constituinte Gastone Righi.

Concedo a palavra ao nobre Constituinte Nelson Jobim.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON**

**JOBIM:** – Sr. Presidente, esta questão da fixação ao sistema

de poder foi objeto de ampla discussão e de parecer do eminente Relator Egidio Ferreira Lima, e foi rejeitada na Comissão de Sistema de Organização dos Poderes e Sistema do Governo.

Portanto, temos já uma decisão de mérito dessa Comissão, e nós, da Comissão de Sistematização, não podemos ser engidos...

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE**

**RIGHI:** – Perdoe-me V. Ex.<sup>a</sup>, esta Comissão nem tem essa atribuição. Foi uma absoluta ilegalidade dela, porque em projeto de Resolução...

**O SR. CONSTITUINTE NELSON**

**JOBIM:** – Sr. Presidente, peço que me assegure a palavra.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso**

**Arinos):** – Não há apartes, nobre Constituinte Gastone Righi.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON**

**PERES:** – Sr. Presidente, a hora não é para os inscritos falarem? V. Ex.<sup>a</sup> não determinou o horário dos que estão inscritos e não há um prazo que vai se esgotar e a reunião vai terminar?

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE**

**RIGHI:** – Sim, está sendo usado. Eu só dizia que em projeto de resolução...

**O SR. CONSTITUINTE GERSON**

**PERES:** – Temos o que seguir o roteiro dos inscritos, senão os inscritos não falarão.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON**

**JOBIM:** – Sr. Presidente, a Mesa da Assembléia remeteu a matéria à Comissão de Organização dos Poderes e Sistema de Governo, e lá foi o foro de julgamento de decisão desta questão. Não somos, neste Plenário da Comissão de Sistematização, o órgão recursal das decisões das Comissões Temáticas. O eminente Constituinte Gastone Righi sustenta com veemência, e quiçá com correção, as suas preocupações evidentes sobre o problema dessa compatibilização, das inconveniências desse processo e o foro para esta discussão é o Plenário da Constituinte, e não o desta Comissão. Não somos órgão recursal de decisões de outras Comissões Temáticas, como também não somos foro de decisões ou de discussões de temas da competência do Plenário da Assembléia.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso**

**Arinos):** – Tem a palavra o Constituinte João Agripino.

**O SR. CONSTITUINTE JOÃO**

**AGRIPINO:** – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Constituintes; apenas gostaria de salientar alguns aspectos desta questão, que me parece decidida por V. Ex.<sup>a</sup>, no que diz respeito à antecipação de decisões da Comissão de Sistematização, notadamente no que concerne à adoção prévia ou preliminar de um sistema de governo dentro da Constituinte.

A meu ver, a proposta do Constituinte Gastone Righi subverte os valores constitucionais desta própria Assembléia, porque coloca o carro adiante dos bois. Entendo, particularmente, que o sistema de governo é um assunto tão importante e tão polêmico que a própria realização da eleição para a constituição desta Assembléia não foi suficiente para que auscultássemos a opinião pública brasileira sobre o sistema de governo que deveríamos adotar na Constituição. Por isso, filio-me a corrente dos que entendem que o sistema de Governo a ser adotado pelo Brasil deveria ser submetido a uma decisão plebiscitária e não ser fruto, exclusivamente, da decisão desta Assembléia, quanto mais da Comissão de Sistematização.

Vejo inconvenientes de toda ordem na antecipação da discussão não só da questão do regime de sistema de governo como também da fixação do mandato do Presidente da República. Por exemplo, se entendéssemos nós, agora, antecipadamente, de adotar um mandato de 4 anos para Presidente da República, estaria, inexoravelmente, aberto o processo sucessório, pois a eleição se faria no ano que vem, e o Presidente estaria enfraquecido antes do tempo de conclusão dos trabalhos da Constituinte. Se adotássemos um regime parlamentarista desde já, o Presidente da República fatalmente estaria também esvaziado, porque todos saberiam que, a partir da promulgação da Constituição, ele teria um Primeiro-Ministro e já não governaria como Presidente absoluto.

Entendo que estas questões têm que ser discutidas tantas vezes quantas o Regimento Interno dispõe que sejam, até a decisão final do Plenário. E por duas vezes o Plenário deve manifestar-se sobre este assunto. Então, pode ser que amanhã a Subcomissão estipule em 4, 5, ou 6 anos, não sei, mas que esta Comissão de Sistematização, compatibilizando a decisão de outra Comissão que imponha outra duração de mandato, diga que deve ser de 5; e o Plenário, depois, diga que deve ser de 6, ou de 4, ou deve terminar com a promulgação da Carta Constitucional. Tudo isto são questões – entendo – da competência exclusiva de todo o trabalho Legislativo de elaboração desta Constituição.

Portanto, vejo como precipitada qualquer iniciativa de se decidir, antecipadamente, sobre matéria que será discutida até o final dos trabalhos da Constituição.

Era o que tinha a dizer. Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Obrigado a V. Ex.<sup>a</sup>.

Concedo a palavra ao Sr. Constituinte José Lins.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:**

– Sr. Presidente, gostaria de ser um pouco mais prático.

Lembro-me de que, na primeira reunião ordinária desta Comissão, Sr. Relator falou sobre alguns problemas que lhe parecia importantes serem tratados na oportunidade. O primeiro deles foi com relação à escolha de alguns relatores auxiliares.

Gostaria de dar minha opinião sobre o assunto. Sr. Presidente, porque o Regimento trata exatamente da estrutura das Comissões, da Presidência, das Vice-Presidências, e do Relator.

Estou inteiramente de acordo em que o Relator disponha do número de auxiliares, de qualquer natureza, de que ele necessite, mas seria uma decisão meramente pessoal de S. Ex.<sup>a</sup> ou de Mesa da Comissão, de modo nenhum oficial, apenas oficiosa, porque S. Ex.<sup>a</sup> certamente terá necessidade não só de assessoria técnica como, quem sabe, de auxiliares na análise de conceitos, dos quais S. Ex.<sup>a</sup> não vai muitas vezes poder fugir. Admitamos, por exemplo, o caso em que todas as Comissões ou varias Comissões encaminhem assuntos contraditórios e que não possam ser compatibilizados. Nem por isso o parecer do Relator teria que apresentar alguma decisão para submeter à Comissão.

Sr. Presidente, sobre este ponto, o Relator e a Mesa desta Comissão deveriam ficar inteiramente à vontade, como lhes permite o Regimento,

para se estruturarem de modo a cumprir o seu papel; e até requerendo da Presidência da Assembléia Nacional Constituinte o número de assessores de qualquer natureza de que a Mesa precisar. E assunto que tem interessado, também às Comissões e às Subcomissões, que aliás, estão desassistidas neste ponto.

O segundo assunto, Sr. Presidente, se refere a outro problema que foi tratado inicialmente na nossa primeira reunião, assunto que interessa profundamente a nós todos da Comissão de Sistematização e diz respeito ao acompanhamento do trabalho das outras Comissões. Deveria ser um acompanhamento sem interferência, no sentido de que fôssemos tomando conhecimento das idéias e da evolução dos assuntos, dos estudos, dos debates nessas Comissões, sem qualquer veleidade de interferência.

Este assunto poderia ser objeto de uma reunião, como lembrei da última vez, entre a Presidência ou a Mesa desta Comissão e as Mesas das outras Comissões e Subcomissões, e esta Comissão estaria livre no sentido de designar os seus membros ou não, para acompanhar determinado assunto.

É um assunto importante, mas de ordem interna, inclusive da Mesa e de interesse imediato da Presidência e do próprio Relator.

O terceiro assunto, Sr. Presidente, é que esta Comissão não pode cercear o debate sob qualquer aspecto. Temos o direito de debater os assuntos que são de ordem regimental ou não, apenas com o cuidado de encaminhar as dúvidas da Comissão e as soluções que ela procurar e encontrar, através dos caminhos corretos.

Darei apenas dois exemplos, que têm tomado a atenção desta Comissão durante grande parte do nosso tempo, questões regimentais, como a questão da composição numérica das Comissões ou desta Comissão: 93. 89, o problema existe não só nesta, como em outras comissões.

A sugestão que dei anteriormente foi no sentido de que cada Comissão, inclusive esta, deve procurar, junto à Presidência da Assembléia, que ouvirá naturalmente as lideranças e tentará repor a estabilidade numérica das Comissões, dentro dos termos regimentais; se não for possível, que seja reanalisado o Regimento, para que as diversas correntes de opinião, até partidárias que aqui existem, possam acomodar-se. já não por um entendimento pessoal, e sim, quem sabe, até através de uma análise a nível do Plenário da Assembléia Nacional Constituinte.

Outro problema, também extra-regimental, é a questão se devemos ou não antecipar a posição da Assembléia Nacional Constituinte sobre certos temas. Por exemplo, o caso de saber-se se seria conveniente uma definição – e só pode ser, evidentemente, pelo Plenário – quanto a se deveria este decidir sobre a questão de adoção do regime parlamentar. do regime monárquico ou de qualquer outro regime. Evidentemente, assunto desta natureza nem cabe a esta Comissão, nem cabe à Comissão da Organização dos Poderes e Sistemas de Governo mesmo porque, Sr. Presidente, pelo Regimento – e até foi um ponto estabelecido no Regimento Interno, ou nas Normas Internas de trabalho da Comissão que presido – nenhuma decisão, nenhuma votação de matéria constitucional está sendo lavada a Cabo nas Comissões,

nem nas Subcomissões, e não o será antes que o Relator apresente seu parecer.

Ora, se nem a Subcomissão pode deliberar sobre matéria dela mesma, no momento, senão depois que o Relator apresentar seu parecer, aí é que começaria o trabalho de votação, como a Subcomissão seria alçada, **a priori**, para dar parecer sobre esta magna questão. Não cabe, aqui, uma correlação com a Comissão de Constituição e Justiça do Senado ou da Câmara, as quais se ouve antes de se tomar uma decisão e, às vezes até, de se levar ao Plenário.

Finalmente, Sr. Presidente, um outro problema importante é a questão da ordenação dos nossos trabalhos. Eu estou de acordo que a Comissão tenha uma norma interna de trabalho e deve, evidentemente, obedecer ao Regimento da Assembléia Nacional Constituinte e complementá-lo naquilo que for necessário.

Discordo, também, do ponto de vista de que nesse documento, seja cerceado qualquer direito nato do Relator. É o caso, por exemplo, de se votar aqui a estrutura de capítulos e seções da futura Constituição. Evidentemente, este é um problema que vai ser tratado, quem sabe até a nível do relatório apresentado, pelo próprio Relator. Acho que não devemos cercear, de modo algum, o trabalho do Relator, que, afinal de contas, tem a obrigação, tem o direito que lhe é dado pelo Regimento.

Sou, portanto, de opinião no sentido de que a Comissão tente estruturar o seu trabalho, desde a maneira como deva acompanhar os trabalhos das Subcomissões e das Comissões, de um modo democrático, sem interferir no trabalho destas, como na questão de se organizar um sistema de apoio, com vistas não só à Mesa desta Comissão, mas a cada um de nós Membros desta, tal como V. Ex.<sup>a</sup> o fez na reunião anterior, quando solicitou, a Constituinte Sandra Cavalcanti, que analisasse a questão do uso da informática.

Sr. Presidente, vamos ter muito o que debater, e essa fase inicial devia ser realmente no sentido de estruturar esta Comissão para bem cumprir o seu papel, com simplicidade. Sabemos muito bem qual a nossa missão, mas o trabalho que vem, adiante, é realmente muito sério, não vai ser fácil. Muitas vezes o nosso trabalho vai ser confuso, não com aquele que muitos esperam de nós – que é o de simples compatibilizadores, apreciadores, sistematizadores –, mas até naquele de entrar no mérito das questões, que não vão ser fáceis de serem ultrapassadas.

Mas, a minha sugestão, Sr. Presidente, é que nós voltássemos a separar exatamente aqueles temas que são do interesse da ordem interna da Comissão, que é o que deve ser o seu trabalho sistematizado. E que a Mesa tentasse encaminhar, seja através de um diálogo com as outras Comissões, seja através de um diálogo com a Presidência da Assembléia, essas questões que nós debatemos aqui, perdendo bastante tempo, e que são impossíveis de serem aqui, resolvidas. Era só, Sr. Presidente. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Muito obrigado a V. Ex.<sup>a</sup> O Presidente ouvirá as palavras do Vice-Presidente, e do Relator, para que possamos atender às judiciosas observações de S. Ex.<sup>a</sup>, que serão tomadas, por termo, na ata e da qual nós tomaremos conhecimento mais demorado,

quando tivermos produzido em ata as observações de S. Ex.<sup>a</sup> Muito obrigado.

Agora tem a palavra o Constituinte Lysâneas Maciel.

**O SR. CONSTITUINTE LYSÂNEAS MACIEL:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, no encontro que tivemos com o Presidente da República, ele nos disse que um dos fatos mais marcantes nesta Assembléia Nacional Constituinte seria, possivelmente, a presença de uma determinada bancada de religiosos-evangélicos. Eu ponderei a Sua Excelência que o fato mais marcante desta Constituinte, como das outras que a antecederam, era a ausência do povo na participação de sua elaboração. E até solicitamos a Sua Excelência que corrigisse um pouco essa ausência, permitindo que os trabalhadores participassem dos órgãos de decisão, como o Conselho Monetário Nacional.

Sr. Presidente, faço essa observação e conto, aos Srs. e Sras. Constituintes, um episódio que aconteceu recentemente no Paraná, quando fomos lá, talvez ate interpretando de uma maneira um pouco despreocupada a rigidez da lei: nós estamos levando nossa Subcomissão a ouvir os vários segmentos da sociedade, a respeito das propostas e daquilo que realmente vai afetar e modificar as suas vidas. Em determinado momento um dos presentes à reunião propôs que fosse concedida a cidadania aos índios. Curiosamente, felizmente para nós, passou por aquela reunião, que estávamos realizando, um índio da tribo dos Terenas, dos Caioás, e ele disse que aquela proposição, feita com excelentes propósitos, na verdade, poderia significar até a extinção da sua etnia e da sua tribo.

Isso mostra. Sr. Presidente, que a preocupação do ilustre Constituinte Nelson Jobim ainda é uma questão pendente, **data venia** da opinião do ilustre Presidente desta Comissão de Sistematização.

A proposta do Constituinte Konder Reis é uma questão, a meu ver, adjetiva, e não teria maior relevância, mas o itinerário e a preocupação traçada pelo Constituinte Nelson Jobim não é apenas uma questão irrelevante. não é apenas uma simples repetição daquilo que está estabelecido de uma maneira muito clara no art 19, e nós quase que começamos a discutir aqui, Sr. Presidente, a questão: qual é o sistema que iríamos adotar preliminarmente?

Há pouco tempo, em uma das Comissões, foi discutida até a questão do mandato do Presidente da República. Ora, se o Ministro do Exército pode discutir esse assunto, nós achamos humildemente que também teríamos esse direito. Mas não é isso de que se trata, Sr. Presidente. Trata-se é de que o art 19 do Regimento fala, evidentemente, da compatibilização, exaustiva e competentemente examinada pelo Constituinte Nelson Jobim.

Mas, o § 2º do art. 19, Sr. Presidente, reza o seguinte: "Ao anteprojeto poderão ser apresentadas emendas nos cinco dias que se seguirem à distribuição dos avulsos e que serão destinadas à sua discussão". E é essa parte final, Sr. Presidente –, "circunscritas essas emendas à adequação do trabalho apresentado com os anteprojeto ou uso da Comissão". Circunscritas, limitadas as emendas àquilo que foi decidido pelas Comissões. E por quê?

V Ex.<sup>a</sup> sabe o que se travou na Assembléia. quando da feita do Regimento. E. diga-se de passagem. Sr. Presidente, o mais duro, o mais autoritário dos Regimentos já feitos para a elaboração das Constituições brasileiras – e V. Ex.<sup>a</sup> em experiência disso. Lembra-se V. Ex.<sup>a</sup> de que, na Constituição de 1946, estava escrito lá que os parlamentares seriam protegidos nos atos e no exercício de seus mandatos.

Pois nem este dispositivo, Sr. Presidente, havia sido acolhido na proposta original do orador. Tive que fazer uma emenda, que felizmente foi aprovada, introduzindo os artigos primeiro e segundo, porque o Sr. Relator, não se sabe por quais razões, pulou para o art. 3º, daí resultando um Regimento rígido, autoritário e contrário aos interesses dos novos tempos, que exigem, naturalmente, numa Constituição, um Regimento mais flexível, que proporcione se tenha mais anseios, com as antenas ligadas nas aspirações e nas prioridades do povo.

Fez V. Ex.<sup>a</sup> muito bem um apelo, para que tivéssemos aqui uma compreensão e um ato de conciliação permanente, com respeito a essas divergências. E o que está sendo desrespeitado, Sr. Presidente – se formos adotar aqui poderes não regimentais, poderes não concedidos, poderes não circunscritos, de acordo com o art. 19, sobre delegação conferida a esta Comissão – não e apenas a opinião de um ou outro parlamentar. e sim a ténue e débil possibilidade de uma participação popular.

Este é o aspecto mais grave que estamos enfrentando, os novos tempos o exigem.

Dir-se-á, Sr. Presidente, que esta vontade popular é imperfeita – e é. Dir-se-á, Sr. Presidente. que o povo não detém a verdade absoluta – isto é verdade. Mas os novos tempos exigem que, para se fazer uma Constituição mais justa e equânime – uma vez que os intelectuais, os sociólogos, os políticos, os parlamentares e, sobretudo, os ditadores, foram incapazes de apresentar uma legislação que pudesse resolver as contradições da sociedade brasileira –, chegou o momento oportuno de introduzir este elemento novo, que é a vontade popular, imperfeita, manifestada de uma maneira ainda inadequada, mas que tem de ser auscultada por esta Constituinte. De maneira que, Sr. Presidente, acho que estamos com uma situação pendente: e que esta Comissão de Sistematização respeite integralmente a sua missão. Isto já foi objeto de muitas discussões. E. Sr. Presidente, recentemente, quando introduzi aquele dispositivo no Regimento da Constituinte, que não permitia que os Constituintes fossem desrespeitados, parece que houve até um exagero, mas nos esquecemos de que temos o Art. 32 na Constituição vigente, que permite que uma manifestação simples de um procurador faça com que esses direitos possam ser eliminados.

Mas. Sr. Presidente, tínhamos tanta razão que, pouco tempo depois, a soberania desta Assembléia foi mostrada, por uma revista, numa fotografia humilhante em que um militar chutava os fundilhos de um Parlamentar. E não aconteceu nada. Sr. Presidente. Naquele mesmo dia, o Secretario de Segurança do Distrito Federal foi para as televisões e proclamou alto e bom som, que a ação da Polícia teria sido brilhante, e que portanto, aquele pontapé – nos fundilhos. não de um

parlamentar, mas da própria soberania da Assembléia Nacional Constituinte – tinha sido uma ação adequada, pertinente, um ato legítimo da autoridade.

Sr. Presidente, essa é a preocupação que eu queria deixar com V. Ex.<sup>a</sup> que tem experiência, e um homem culto.

Mas estamos chamando a atenção desta Assembléia Nacional Constituinte para o fato de que os tempos são outros. A cultura, a inteligência, a capacidade dos Constituintes tem que ser permeada através de uma ação conjunta com setores populares. Esse é que é o elemento novo; não é mais o brilho, não é mais a inteligência apenas que devem contar, que têm uma contribuição importantíssima a dar, mas é tentar que esta Assembléia Nacional Constituinte – e V. Ex.<sup>a</sup> poderá ser um elemento decisivo nessa condução – que essas decisões que nós tomemos, sejam permeadas por aquela perspectiva do povo marginalizado do processo político. Há muito tempo, Sr. Presidente, neste País, se acredita que o povo não tem consciência, não tem capacidade moral e política para ser objeto do processo.

Vimos agora. Sr. Presidente, quanto se utilizou, nos últimos 22 anos, do mais violento arsenal que a História deste País conhece, em que o Poder Executivo absorveu todas as funções que eram do Legislativo e até do próprio Judiciário, quando um companheiro ilustre de V. Ex.<sup>a</sup> jogou a toga em cima da Bancada do Supremo Tribunal Federal, tal era a ambição, a ansiedade de assumir todos os Poderes desta República. Então, com homens brilhantes, economistas brilhantes, objetivos e capazes mas inescrupulosos, se conduziu este País a este estado em que estamos.

Ora. Sr. Presidente, seria o momento não apenas de conciliação, mas de humildade, para permitir que o grande ausente comece a participar do processo político. E se V. Ex.<sup>a</sup> achar que não está pendente a questão proposta pelo Constituinte Nelson Jobim, poderemos permitir a semelhança do que quase foi adotado no Regimento Interno, que a vontade popular – repito – de maneira débil e frágil, poderá manifestar-se através das Comissões, através até dessas audiências.

Sr. Presidente, estamos violando a lei, quando não levamos a nossa Comissão a ouvir o povo pelo Brasil afora. O art. 1º é muito claro, quando diz que "as sessões da Assembléia serão realizadas no recinto do Congresso Nacional, em Brasília, salvo motivo de força maior". Para nós, Sr. Presidente, a ausência do povo é motivo de força maior, mas é uma interpretação quase que contrária à literalidade da lei.

Então, Sr. Presidente, acho que entre e proposta adjetiva ao Constituinte Antônio Carlos Konder Reis e a proposta substantiva, uma preocupação legítima do Constituinte Nelson Jobim, temos que fazer hoje uma opção aqui, temos que nos circunscrever – segundo o termo claro deste Regimento, que já é demasiadamente duro e autoritário –, para tentar auscultar através dessas Subcomissões que estão realizando audiências públicas, que estão realizando um exaustivo trabalho dentro da ditadura do tempo. E quanto mais o Presidente da Assembléia exige que o tempo seja cumprido, menor será a participação popular.

Assim, Sr. Presidente, o apelo que faço a V. Ex.<sup>a</sup> é, primeiro, que obedeçamos a essa lei. Este Regimento já teve dois meses de discussão e,

agora, não pode ser descumprido elastecendo os prazos para que o eminente Relator tenha uma liberdade que não lhe foi concedida pelo Regimento da Assembléia.

Muito obrigado. Sr. Presidente. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Obrigado a V. Ex.<sup>a</sup>

O Constituinte Lysâneas Maciel, em brilhante intervenção, colocou um problema clássico da politologia, que é o paralelismo ou a contradição entre representação e participação. Esse é um assunto que está incerto em todos os estudos teóricos nos quais S. Ex.<sup>a</sup> é um versado.

O Brasil avançou muito no que diz respeito a participação. No Império, tínhamos o voto do analfabeto. As instruções do Patriarca José Bonifácio sobre eleição consigna até a maneira de os analfabetos votarem. Depois, entramos numa outra direção sobre representação política e adotamos o critério do voto do analfabeto. Mas já voltamos atrás. Não foi culpa da Assembléia Nacional Constituinte, nem da nossa Comissão de Sistematização, que a inscrição dos alfabetizados no quadro dos eleitores tivesse sido insuficiente, isto dependeu de várias circunstâncias históricas, inclusive de tempo, de aquisição, por parte deles, de uma noção, de uma consciência dessa responsabilidade que não cabe a nós, Constituintes, fazer, mas, sim aos grandes sistemas de divulgação, sobretudo a televisão, que não atuou de maneira a captar as verdadeiras intenções dessa modificação. Mas. passamos ao voto do analfabeto, que no Império foi suprimido e só na República, na Constituição de 1891, foi que se exigiu o voto do alfabetizado. Nós voltamos ao voto do analfabeto. Fizemos uma eleição com quase 70 milhões de brasileiros, e não podemos nos esquecer de que a representação que aqui se encontra, na Assembléia Nacional Constituinte, é originária de quase 70 milhões de votos. Isso é qualquer coisa que embute na realidade sócio-histórica do País, neste momento, as intenções alevantadas de V. Ex.<sup>a</sup>.

Somos vizinhos: V. Ex.<sup>a</sup> é de Patos e eu sou de Paracatu.

Estamos muito longe, um do outro? Não! Estamos, em vários momentos, aproximados até geograficamente. Admiro a pertinência de V. Ex.<sup>a</sup>, mas peço que a sua crítica seja mais realista, que ela se componha mais com a evolução tranqüila que vem tendo a sociedade brasileira. E isso tem acontecido aos nossos olhos. A participação de 70 milhões de eleitores é extraordinária; o segundo eleitorado livre do mundo é o brasileiro. Isso se chama participação através do voto. Não devemos esquecer que a representação tem raízes também participativas.

Da minha parte, na pequena, na modestíssima posição no quadro geral da evolução atual do Brasil que pode ocupar o Presidente de uma Comissão da Constituinte, V. Ex.<sup>a</sup> pode estar certo que sou um liberal e, como tal, compreendendo todas as formas de liberdade, exceto aquela que quer excluir do gozo desta faculdade, a liberdade dos outros. Então. ai é que começam as divergências. Sou um liberal e, por consequência, com uma tradição liberal, acolho todas aquelas manifestações que tiverem a maioria dos órgãos decisórios na representação, para colher todas as sugestões desse tipo.



Peço-lhe desculpas. Admirei muito o que V. Ex.<sup>a</sup> disse, mas não acho que isso comprometa a nossa significação histórica de que somos representantes de 70 milhões de brasileiros. A representação aqui é participação. Não podemos esquecer isso, que constitui um orgulho, uma glória para nós, uma esperança para o futuro.

Muito obrigado a V. Ex.<sup>a</sup>.

Concedo a palavra ao nobre Constituinte Gerson Peres.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, recebi um expediente que no final, diz: “vinte horas, com a seguinte pauta: continuação das discussões para definir o programa de trabalho.”

O eminente Constituinte Antônio Carlos Konder Reis apresentou um trabalho que pretende regular administrativamente as nossas atividades internas; o Constituinte José Genoíno quis inicialmente contestar, invocando o Regimento. **Data venta**, respeitando aqui o meu eminente companheiro. S. Ex.<sup>a</sup> não pode anular essa iniciativa regimentalmente, mesmo porque o próprio Regimento, no art.º 21, estabelece que cada comissão fará a distribuição de seu trabalho, e marcará prazo para a duração dos debates. E o ilustre Constituinte Konder, naturalmente inspirado por essa norma regimental, apresentou um trabalho que vai marcar a distribuição das nossas atividades e os prazos dos nossos debates. Acho apenas que no trabalho do nobre e eminente Constituinte Konder Reis, não deveria constar a sistematização dos títulos, capítulos ou seções, porque não se trata de uma resolução. Trata-se de uma sugestão à Constituinte, porque só o Plenário poderá determinar qual será a feição desta Carta política. É o Plenário quem vai dizer quantos títulos, quantas seções e quantos capítulos terá a Constituição. O Plenário poderá até modificar o que está disposto no Regimento.

Parece-me que essa parte deveria ser abandonada pelo eminente Relator e aproveitado, tanto quanto possível, o trabalho do eminente colega, que chegou em boa hora, embora eu saiba que o nosso brilhante Relator já estava a caminho dessa solução.

A segunda parte – não participei da primeira reunião – é a que se refere à necessidade da definição do sistema de governo a ser adotado. Acho que toda e qualquer iniciativa por parte da nossa Comissão é desnecessária. Não devemos nem nos preocupar com isso. Estaremos até infringindo o Regimento se adotarmos qualquer preliminar nesse sentido. Temos é que esperar escoar das Comissões todo o trabalho para as mãos do Relator porque, segundo as considerações do próprio Regimento, os trabalhos não podem vir específicos, isolados, apenas para decisão da maioria. Terá que vir também o pensamento da minoria, no bojo da decisão, através dos relatores, para esta Comissão.

A Comissão Temática, que trata da organização do sistema de governo, poderá optar pelo sistema parlamentarista e depois que ela optar é que vamos, então, sistematizar os trabalhos. E esta Comissão tem poderes, embora eu me tenha insurgido contra eles, de emendar e até de apresentar substitutivo ao Plenário. De que forma temos esses poderes? Parece-me que temos que esperar a decisão das Subcomissões. Se a Subcomissão

de Sistema de Governo determinar que a opinião da maioria e o parlamentarismo, nesse momento o Relator, por certo, irá procurar todos os meios e modos de incluir esta opinião, para ser discutida na Constituição, dentro da linha do sistema de governo parlamentarista. Se vier uma proposta presidencialista, então, teremos a linha presidencialista. Se vier semipresidencialista, como prevê o notável trabalho da Comissão presidida pelo nosso eminente Presidente Afonso Arinos, então iremos nessa linha de raciocínio. Se vier semi parlamentarista, caminharemos por esse sistema. De forma que não podemos e não temos nenhuma atribuição de, preliminarmente, levantarmos essas teses. Vamos adotar o sistema de governo tal. Para isso teríamos que convocar a Assembleia Nacional Constituinte, para votar em Plenário esta decisão, e isto poderia perturbar a normalidade dos trabalhos da Constituinte, criar uma inversão de nossas atividades e atropelar o prazo, o cronograma ~~preestabelecido~~ e muito bem montado, para que possamos, no dia 15 de novembro, legar a Carta Política ao nosso País. Este é meu ponto de vista.

O outro aspecto, Sr. Presidente, é sobre o fato de o Presidente Ulysses Guimarães estar querendo urgência para este trabalho. Acho que a opinião do Presidente Ulysses Guimarães é respeitável, mas parece-me que S. Ex.<sup>a</sup> tem que se cingir, tem que se curvar diante do cronograma que está estabelecido no Regimento Interno.

A organização dos trabalhos parece-me uma feliz idéia. Concordo plenamente em que não há nenhuma interferência dos membros desta Comissão, mas se pudéssemos nos organizar em pequenos grupos, para que cada um de nós pudesse participar, assistir e ouvir os debates das demais Subcomissões, isso, para nós, até seria mais salutar, pois levaria a nos elucidarmos, a trazermos subsídios, com vistas a uma discussão mais responsável dos temas que virão dessas Comissões para cá. Desta maneira também ajudaríamos o nosso próprio Relator no seu trabalho. Acho que é válido.

A informação do Sr. Relator, Constituinte Bernardo Cabral, convidando os Constituintes para auxiliá-los, acho válida. Deve ser uma iniciativa de S. Ex.<sup>a</sup>, própria, não deve ser formal. Acredito que S. Ex.<sup>a</sup> pela própria natureza da sua formação jurídica, da sua formação política, ouvirá os companheiros. Aliás, o nobre Relator passando pelos corredores, até mesmo no plenário, tem recebido sugestões e pontos de vista, e isto em tudo o ajudará. Apesar de S. Ex.<sup>a</sup> proceder de uma maneira mais formal, eu daria uma sugestão: que S. Ex.<sup>a</sup> não convocasse só membros do seu Partido, mas também convocasse membros de outros Partidos Políticos para ajudá-lo, para temperar o seu relatório. Porque assim me pareceria, a imprensa está aí muito aberta, e poderia depois explorar contra S. Ex.<sup>a</sup>, que o relatório dos trabalhos temáticos saíram e foram elaborados só por uma minibancada do Partido do Movimento Democrático Brasileiro. E não ficaria bem para o Brasil ter uma Constituição elaborada somente pela Bancada do Partido majoritário, e sim, por todos os partidos políticos e demais segmentos da sociedade.

Outra proposta é a transferência de local. Isso não tem muita importância. E, finalmente, a desig-

nação desta brilhante colega e companheira, que também foi oportuna, feita pelo nosso Presidente.

As minhas considerações eram estas, nesta primeira reunião. Para concluir, Sr. Presidente, acho que a nossa Comissão deverá realmente continuar a reunir-se para debater, para discutir e ouvir esses brilhantes pensamentos colocados aqui por eminentes colegas, como os nobres Constituintes Nelson Jobim, Lysâneas Maciel, Valdemir Andrade, Haroldo Lima, as considerações sempre feitas intermediando o discurso do nosso Presidente. Isso tudo é muito salutar. Mas, o fato é que os trabalhos desta Comissão, em matérias de mérito, em matérias de debate e em matérias de consideração, só serão iniciados no dia 15 de junho. É aí que nós começaremos a operacionalizar a feitura da futura Carta Política, porque foi assim que decidimos em plenário, por um Regimento. Toda e qualquer medida contrária a essas normas traçadas no Regimento, parece-me que nos levam a incorrer num erro, num pecado venial, conduzindo atropelos ao trabalho da Constituição. E neste período, por certo, o Relator terá tempo de ouvir os Relatores das Subcomissões e das demais Comissões e já se inteirando do grande e profundo trabalho em que se vai debruçar para poder brindar-vos com um relatório completo sobre a futura Carta Política. Suas responsabilidades são muito grandes e, por certo, a S. Ex.<sup>a</sup> cabe essa tarefa ingente.

Sr. Presidente, era o que eu tinha a dizer, nesta reunião.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Gostaria de fazer uma pequena solicitação, que nós terminássemos às 11 horas. Já são 10 horas e 30 minutos e vou procurar seguir mais a norma de reduzir as intervenções para aqueles limites que foram determinados pela própria Comissão, em reunião anterior. Nada de restrito, mas menos flexível.

Concedo a palavra ao nobre Constituinte José Genoíno.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Vou falar dois minutos. Sr. Presidente.

Nós batalhamos, foi uma vitória importante não haver a Grande Comissão. A Comissão de Sistematização reúne-se e quer ser a Grande Comissão. A Comissão de Sistematização não tem que estar fazendo reuniões, Sr. Presidente. A coisa mais importante que está acontecendo hoje nesta Assembleia é o debate, e debate de alto nível. São as audiências públicas, é a atividade efervescente, rica, que está acontecendo nas Subcomissões e, depois, nas Comissões. O que tem que ser feito agora é o nobre Relator Bernardo Cabral andar por essas Subcomissões, conversar com esses Relatores, assistir a esses debates, sentir onde estão nascendo as propostas da Constituição. E esse pulsar que não pode ser desconhecido da Comissão de Sistematização. E maioria dos membros da Comissão de Sistematização são suplentes. Vamos para as Subcomissões, vamos trabalhar lá, deixar de fazer reuniões da Comissão de Sistematização, com muita frequência. A partir do dia 15 de junho, aí sim, a Comissão de Sistematização vai estar na plenitude de suas funções, conforme reza o Regimento Interno. Até lá, Sr. Presidente, insistir em muita reunião é ficar aqui fazendo uma espécie de miniplenário da Assembleia Nacional Constituinte. Portanto, faço aqui

a seguinte sugestão: que o Relator circule em todas as Subcomissões para sentir o debate rico que está acontecendo, para que possamos programar as reuniões bem espaçadas. Não tem sentido fazer-se reunião para discutir o óbvio.

Esta é a minha sugestão.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Muito obrigado a V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE AGASSIZ ALMEIDA:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – V. Ex.<sup>a</sup> tem a palavra.

**O SR. AGASSIZ ALMEIDA:** – Quero levantar aqui aos Constituintes um ponto da proposta que hoje estamos debatendo. Um dos pontos que nos está preocupando, Sr. Presidente, é o que diz respeito à indução de um processo político na distribuição da matéria. Aqui, na página 5, vemos:

“Do Poder Executivo – A distribuição da matéria do Presidente da República, as atribuições do Presidente da República, da responsabilidade do Presidente da República...”

Enfim, há um processo político de indução às demais Comissões. Se partimos desse raciocínio de que essa matéria tem caráter meramente de titularização e distribuição das seções e dos títulos, do roteiro de trabalho da Comissão de Sistematização, estamos criando, por um processo indutivo político, uma forma de conduzir as demais Comissões e Subcomissões a uma decisão de um sistema de Governo.

Quero ressaltar aqui que se forja, eminentemente, de forma regimental, um processo de induzir politicamente as demais Subcomissões e Comissões Temáticas.

Era este ponto, Sr. Presidente, que queria deixar ressaltado.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Muito obrigado a V. Ex.<sup>a</sup> será tomada em consideração a sua observação.

**O SR. CONSTITUINTE HAROLDO LIMA:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Vou lembrar a V. Ex.<sup>a</sup> uma coisa: gosto muito de História Parlamentar. O velho Prudente de Moraes, quando estava presidindo a Assembleia Nacional Constituinte, a Primeira da República, surgiram questões de ordem em que disse: Tenho a maior admiração pelo nobre Constituinte, mas sei até que ponto esta questão visa à ordem ou ao contrário da ordem.”

V. Ex.<sup>a</sup> tem a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE HAROLDO LIMA:** – Pretendo contribuir para a ordem dos trabalhos. Sr. Presidente. É precisamente por isso que queria referir-me a um item que foi distribuído a respeito da pauta desta reunião, o item nº 2, que diz, em determinado instante, sobre a necessidade de organização de grupos de trabalho dentro da Comissão para acompanhar as atividades das comissões Temáticas.

Acho, Sr. Presidente, que está havendo uma preocupação no seio desta Comissão de Sistematização. Na reunião anterior, e nessa também, isso

se revelou, isto é, uma preocupação com a atividade da Comissão neste período que vai até meados de junho e, também, uma preocupação com relação à objetividade dos nossos trabalhos, a ponte de Constituinte José Genoíno levantar a idéia de se fazerem poucas reuniões porque, justamente, não estamos sentindo muito bem a objetividade dos trabalhos, e que a nossa Comissão, nesta primeira fase de trabalhos, contribua para o processo de elaboração.

Na verdade, existe, na Casa, um processo fecundo de discussão nas Subcomissões e nas Comissões. Mas diversos Constituintes são Membros desta Comissão de Sistematização e não são membros titulares, e às vezes, nem suplentes, de outras comissões. Então está posto o problema para uma dezena de Constituintes, de como sendo Membro da Comissão de Sistematização, participar de forma oficial dos trabalhos que estão se desenvolvendo nas demais Comissões e Subcomissões.

Daí a minha questão de ordem no sentido de pleitear que os nobres Presidente e Relator tomem medidas para encaminhar uma divisão de grupos de trabalhos desta Comissão, para acompanhar as atividades das Comissões Temáticas a um prazo curto e não daqui a dez dias, quando ficou previsto ao nobre Relator apresentar-nos uma opinião a respeito do trabalho previamente apresentado. Só que daqui a dez dias muita coisa já se deu, e a divisão dos Membros desta Comissão em grupos que acompanhariam os trabalhos das demais Comissões e Subcomissões Temáticas, em nome desta Comissão, teriam responsabilidade de sintonizar-se com o debate que está em curso e de trazer esse debate aqui para dentro da Comissão de Sistematização, no momento adequado. Que isso fosse feito num prazo curto. É neste sentido que encaminho esta proposta a V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Encaminho sua proposta ao Relator para que ele medite sobre isso e verifique como funcionarão esses grupos de observação.

Concedo a palavra ao nobre Constituinte Nelson Carneiro.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – Sr. Presidente, nesta altura dos nossos trabalhos, quando poucos são os que restam nesta Comissão, apenas quero louvar a esplêndida juventude de V. Ex.<sup>a</sup>, que está conduzindo os debates aqui travados com a mesma maleabilidade, com a mesma competência, com o mesmo bom humor que só os anos dão ao antigo Líder da UDN, nosso companheiro nos debates na Câmara dos Deputados.

Sr. Presidente, os assuntos que eu ia tratar já foram aqui referidos e só ocupei tribuna para louvar em V. Ex.<sup>a</sup> a juventude que demonstra nesta Casa, dando um exemplo aos mais moços de que o seu alto espírito público e os interesses da Pátria convocam a sua presença, a sua inteligência e a sua capacidade de trabalho.

Era o que tinha a dizer. Obrigado. (Muito bem! Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Gostaria apenas de observar que, entre sensibilizado e emocionado, prefiro optar com a segunda alternativa. Fiquei emocionado com as palavras de

Nelson Carneiro, que está querendo, também, elogiando a minha juventude, fazer-me lembrar que tenho três anos a mais do que ele. Fomos companheiros de mocidade, conheci-o quando ele vinha das lutas da Bahia, como jornalista, e nós o acompanhamos pela vida inteira. Fui muito mal recebido pelo meu Partido, peço desculpas aos correligionários que estiverem presentes, no dia em que disse publicamente que Nelson e eu estávamos sendo votados juntos; então o PFL achou que isso era um desaforo porque o Nelson é do PMDB, e eu disse: “Mas nós fomos votados juntos, no Rio de Janeiro, nós fomos votados juntos, os eleitores votaram nele, ele naturalmente teve mais votos do que eu, mas nós fomos votados juntos.” Isso explica então as palavras dele. Muito obrigado, Nelson Carneiro.

Concedo a palavra ao nobre Constituinte Milton Reis.

**O SR. CONSTITUINTE MILTON REIS:** – Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup> esta oportunidade, porque achei que precisaria não contestar aqui a judiciosa exposição feita pelo Constituinte e constitucionalista Nelson Jobim. Porém desejo oferecer alguns reparos a ela, não quanto ao roteiro, não quanto ao conteúdo, mas sim quanto às considerações que fez, segundo as quais a nossa Comissão – consoante as expressões que eu ouvi, – seria assim uma comissão mamutiana, supercomissão, e que na verdade não o era, segundo disse, porque seria, tão-somente, como o próprio nome o indica, uma Comissão de Sistematização, e que não seria sequer criativa.

Entretanto, discordo de S. Ex.<sup>a</sup>, porque todos os temas, todas as proposições, todos os assuntos debatidos e suscitados no País – sobretudo em momentos de Constituinte, tomando-se evidente que eles são o barro que molda os trabalhos nas Comissões e Subcomissões Temáticas da Casa – deverão ser apreciados. Entretanto esta Comissão receberá as idéias modeladas e poderá melhorá-las, dar o toque, o algo mais, não apenas compatibilizando-as, mas enriquecendo-as, através da manifestação dos que a integram.

Não somos uma supercomissão, mas não somos uma comissão repetidora apenas. Nossa Comissão, isto sim, por sua própria atribuição, deverá compatibilizar todos os artigos, todos os parágrafos pertinentes aos vários assuntos que irão começar, desde a definição do tipo de República, até por terminar no artigo final. Teremos que compatibilizar a fim de que não haja divergências em artigos diferentes sobre o mesmo tema. Essa é uma das missões mais nobres, a de fazermos com que a Carta seja devidamente elaborada, harmoniosamente elaborada, seja bem-feita.

Portanto, achei que nessa conceituação, sobretudo partindo de um brilhante Constituinte a quem todos admiramos a cultura e a inteligência, nós deveríamos colocar a nossa palavra, achando que nossa Comissão não é nem superior, nem inferior às demais Comissões da Casa. E a ela, sem dúvida alguma, caberá dar a forma definitiva à Constituição da Brasil que todos esperamos, qual seja, uma Carta progressiva, contemporânea e intérprete das mais nobres e justas aspirações do povo brasileiro. Muito obrigado a V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Obrigado a V. Ex.<sup>a</sup> Concedo a palavra ao Constituinte Marcondes Gadelha.

**O SR. CONSTITUINTE MARCONDES GADELHA:** – Sr. Presidente, quero apenas fazer um breve comentário, dentro desta linha iniciada pelo Constituinte Milton Reis e, em seguida, fazer uma proposta.

Concordo inteiramente com S. Ex.<sup>a</sup> na apreciação que faz da análise do Constituinte Nelson Jobim. Na verdade, o nobre Constituinte do Rio Grande do Sul fez um arrazoado longo sobre as funções da nossa Comissão de Sistematização para, ao final, concluir, melancolicamente, que nós não temos nada a fazer até que cheguem as matérias oriundas das Subcomissões.

**Data venia**, Sr. Presidente, com todo o respeito, discordo dessa colocação. Entendo que esta Comissão tem muitas e importantes coisas a fazer antes mesmo da vinda das matérias produzidas pelas Subcomissões. Por exemplo, e questão inerente ao ofício desta Comissão a discussão de que questões, de todas as questões de método, de todas as questões processuais sobre a elaboração constitucional, afora o que já está indicado no Regimento e afora as intercorrências naturais que não estão previstas no Regimento.

Não se discute que essa questão de método, que a questão processual é despicienda, Sr. Presidente, que é absolutamente fundamental e decisiva. Por exemplo, qual há de ser a extensão ou o grau de detalhamento do texto constitucional? Será uma Constituição analítica, minuciosa? Ou será uma Constituição sintética? Isso não diz respeito apenas ao mérito, mas à natureza da Constituição, e está ligada, também, à sua durabilidade no tempo. Pelo menos a experiência mostra que as Constituições mais sintéticas são mais duráveis, são mais adequadas a maturidade dos povos.

Da mesma forma, Sr. Presidente, quanto à questão de método que estabelecesse previamente certos balizamentos, eu considero também de extraordinária e decisiva importância. Já no que diz respeito a extensão da Constituição, por exemplo, nos, se tomássemos o cuidado de estabelecer certas regras prévias ou de sugerir ao Plenário da Constituinte que fixasse algumas regras prévias, nos pouparíamos o dissabor de, mais adiante, termos que subtrair matérias que virão das Subcomissões caracterizadas como excedentes, por dizerem respeito a normas secundárias, por serem matérias de regulamentos, por serem matérias só mesmo que se incluíam em portarias, pois nestes tempos fecundos, como sói acontecer, há um impulso legiferante incontrolável e nós não sabemos qual é o limite para a imaginação das pessoas nesse momento. O mesmo se diga, Sr. Presidente, com relação a esse balizamento prévio que deve haver sobre a natureza do regime, para que venhamos a poupar a discussão de contradições no texto.

Esta Comissão é responsável pelo travejamento, pela coerência interna do modelo da Constituição, e tem o direito, e até mesmo a obrigação de se posicionar sobre esse assunto. Tanto isso é verdade, Sr. Presidente, que o nobre Constituinte Antônio Carlos Konder Reis, ao apresentar a sua proposta, já se antecipou sobre matéria de mérito da elaboração constitucional.

Ao falar na página 3, por exemplo, citando: "Dos Estados, dos Territórios e do Distrito Federal, dos Municípios e Regiões, das Regiões Metropolitanas, das Microrregiões", o que está fazendo S. Ex.<sup>a</sup> se

não definido, previamente, um modelo federativo, entrando no mérito sobre a organização, e distribuição espacial do poder no País?

**O SR. CONSTITUINTE HAROLDO LIMA:** – Permite-me V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. CONSTITUINTE MARCONDES GADELHA:** – Pois não.

**O SR. CONSTITUINTE HAROLDO LIMA:** – Corroborando com esse pensamento de V. Ex.<sup>a</sup> com relação à natureza já, digamos, definida desse roteiro, o roteiro é eminentemente presidencialista. Essa estrutura constitucional aqui apresentada ela é – não é eminente – ela é somente presidencialista. Aqui não se fala em Conselho de Ministros, aqui não se fala em Primeiro Ministro, aqui se fala em Presidente, Poder Executivo, Presidente da República e apenas nisso. Daí eu ter feito aquela observação ao nobre Presidente e Relator de que nós não poderíamos tratar essa questão da estrutura, aqui proposta, de uma forma rápida, expedita, como deveríamos tratar na primeira parte da proposta do Constituinte Antônio Carlos Konder Reis.

Muito obrigado.

**O SR. CONSTITUINTE MARCONDES GADELHA:** – Obrigado a V. Ex.<sup>a</sup> concordo com as suas observações, e digo que o nobre Constituinte Antônio Carlos Konder Reis foi feliz quando usou a expressão arcabouço. Dá idéia de uma construção. E uma construção tem que definir previamente por onde passam certas vigas, onde são colocados determinados pilares, para que, depois o restante da construção se faça harmoniosamente e não saiam determinados vãos fora do dimensionamento, fora da ideação preliminar da construção, fora ao seu modelo virtual que as pessoas tem na cabeça.

Assim, Sr. Presidente acho que alguns temas precisam ser definidos previamente. Aqui, foi suscitada a idéia de que se defina se o modelo será presidencialista ou parlamentarista. Há de se perguntar: e por que não definir previamente, se do ponto de vista econômico será capitalista ou se será socialista? Por que não se definir se, no que diz respeito a distribuição espacial do Poder, às esferas de competência, o modelo é unitário ou federativo? Simplesmente porque eu não veria nenhum inconveniente em que essas coisas fossem definidas também previamente, mas não houve quem captasse a idéia. No momento há uma proposta concreta, apresentada com relação a, pelo menos, um aspecto que precisa ser definido entre vários outros, que é essa questão do presidencialismo **versus** parlamentarismo.

Há uma proposta concreta sobre a Mesa, a proposta do Constituinte Gastone Righi. E a minha sugestão, Sr. Presidente, é de que V. Ex.<sup>a</sup> convoque uma reunião para discutir e votar esta matéria. Não significa que esta Casa e este fórum sejam a instância terminal dessa demanda; evidentemente, vamos encaminhar uma proposta desta Comissão, caso seja aprovada, para o Plenário da Constituinte, que decidirá se o modelo, se a Subcomissão haverá de trabalhar em cima de um modelo presidencialista ou de um modelo parlamentarista.

Não há que se questionar a legitimidade desse procedimento porque, afinal de contas, e do Plenário da Constituinte que estamos falando. É um

órgão soberano deste colegiado, que tem evidentemente poderes para definir seja hoje, ou amanhã, as questões que lhe forem apresentadas.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. CONSTITUINTE MARCONDES GADELHA:** – Com muita honra, nobre Constituinte Gerson Peres.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Respeitando o ponto de vista de V. Ex.<sup>a</sup>, no que diz respeito ao problema da metodologia, até aí eu chego a concordar com V. Ex.<sup>a</sup>. Mas, no exato momento em que V. Ex.<sup>a</sup> convoca a deliberação deste Plenário para uma proposta que deve ser submetida previamente à Assembléia Nacional Constituinte. V. Ex.<sup>a</sup> está incorrendo, está infringindo o Regimento Interno da Assembléia, porque o regime previu que as Subcomissões elaborassem os anteprojetos a serem encaminhados para esta Comissão. **A posteriori** sim, no poder de emendar, de sistematizar, e até de formular com relação a essa matéria, a esse acervo todo, um substitutivo a ser encaminhado à Assembléia Nacional, de acordo; agora, V. Ex.<sup>a</sup>, quer inverter, na parte de mérito, o procedimento das Comissões, das Subcomissões mesmo ouvindo previamente a Assembléia Nacional Constituinte, significa estarmos passando por cima das diretrizes traçadas pelo Regimento. Porque as matérias vão primeiro às Comissões, são redistribuídas às Subcomissões, são discutidas, votadas, voltam à Comissão e, após isso, o Relator elabora o anteprojeto e encaminha para a nossa Comissão. Aí, sim começamos a operacionalizar. Agora se nós, previamente, levantamos matéria de mérito e encaminhamos diretamente à Assembléia Nacional Constituinte, perdoe-me, eu não concordo com V. Ex.<sup>a</sup>, eu acho que nós não temos atribuição para isso, e se o fizermos, estaremos infringindo o Regimento.

**O SR. CONSTITUINTE MARCONDES GADELHA:** – Se V. Ex.<sup>a</sup> acha que a Subcomissão tem mais competência, mais saber, mais experiência do que o Plenário da Constituinte, para decidir sobre esta matéria, nem por isso vamos entrar em conflito. Pode, pelo menos, o Plenário determinar que a Subcomissão decida, previamente – é isso que V. Ex.<sup>a</sup> supõe – se o modelo é parlamentarista ou presidencialista e, em seguida, envie para esta Comissão a sua decisão.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Mas, aí, V. Ex.<sup>a</sup> retirou toda a competência que deu previamente à Subcomissão. V. Ex.<sup>a</sup> inverteu o papel que previamente se dispôs em lei. Isto já está aprovado pela Assembléia. Que tem que dizer se o sistema é previamente parlamentarista ou presidencialista, não é esta Comissão, via Plenário, mas sim a Subcomissão, via esta Comissão, para o Plenário.

**O SR. CONSTITUINTE MARCONDES GADELHA:** – Se o Plenário determinar que a Subcomissão decida previamente qual o modelo, nós estaremos alongando o trajeto, mas de qualquer forma chegaremos ao mesmo ponto.

**O SR. NELSON JOBIM:** – Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. MARCONDES GADELHA:** – Com muito prazer.

**O SR. NELSON JOBIM:** – Nobre Senador, eu convidaria V. Ex.<sup>a</sup> a meditar sobre uma situação muito curiosa. É que – embora com o problema da competência eu não concorde absolutamente com V. Ex.<sup>a</sup>, e a respeito disso já fiz minha exposição – queria chamar a atenção dos membros da Constituinte para uma situação curiosa, quanto às sugestões que aqui existem, isto é, é como se só existisse no mundo algo que fosse apenas presidencialismo e parlamentarismo, e que nós definíssemos desde logo, dizendo que o regime será presidencialista, ou que será parlamentarista. A nomeação de regime presidencialista ou regime parlamentarista nasce de todo um projeto articulado das competências do Legislativo e das competências do Executivo e é depois da montagem de todo o processo de poder e da articulação do poder, que nasce a nomeação a ser dada a esse sistema. E logo, se a Assembléia definir previamente, para uma Comissão e Subcomissão que o regime – vejam bem – deva ser presidencialista misto, é absolutamente um equívoco, porque o nome misto nasce depois da articulação de todos os poderes e competências. Eu, com a permissão do Sr. Presidente, diria, e curiosamente, que nós estamos incorrendo num erro e num risco que vêm, exatamente, da nossa cultura tomista na concepção do uso da linguagem, como se o significado das palavras viesse do mundo, quando, na realidade, o significado das palavras vem das regras que nós mesmos criamos para usá-las e nós não podemos definir abstratamente o sistema de Governo. A nomeação do sistema de Governo nasce da elaboração e da textura dos poderes e se os diversos poderes, existirem, o serão dentro da forma que a Assembléia Nacional Constituinte determinar.

Daí porque, além de haver, eminente Constituinte, uma impossibilidade regimental, porque nós não podemos, na Comissão de Sistematização, nos arvorar na condição de arquitetos e elaboradores de uma grande montagem desse tema, para que depois as Comissões sobre ele se definam, sem nos depararmos que há também uma impossibilidade teórica e lingüística de produzirmos isso.

**O SR. CONSTITUINTE MARCONDES GADELHA:** – Absolutamente, nobre Constituinte. Permita-me dizer que esse seu argumento é inteiramente falacioso.

Se nós aplicássemos o seu raciocínio, nenhum título da Constituição teria nome, porque, necessariamente, a designação não corresponde à essência da coisa.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON JOBIM:** – Os títulos nascem depois, Senador.

**O SR. CONSTITUINTE MARCONDES GADELHA:** – V. Ex.<sup>a</sup> me permita, depois eu concederei, de novo, aparte a V. Ex.<sup>a</sup>.

A Constituição diz que, nominalmente, o Brasil é uma economia de mercado. V. Ex.<sup>a</sup> sabe que, na prática, 60% da formação bruta de capital, neste País, corre à conta das empresas estatais. Então, não há uma correspondência entre a ordem econômica, entre o nome da ordem econômica e o que na prática se faz.

V. Ex.<sup>a</sup> poderia objetar que o modelo aqui, embora nominalmente, seja federativo, na prática não

o é. Então, vejam que essa falácia poderia ser aplicada a qualquer título da Constituição.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON JOBIM:** – V. Ex.<sup>a</sup> me permite?

**O SR. CONSTITUINTE MARCONDES GADELHA:** – É possível dar nomes às coisas. V. Ex.<sup>a</sup> está partindo de um conceito inteiramente...

**O SR. CONSTITUINTE NELSON JOBIM:** – V. Ex.<sup>a</sup> permite? Daríamos nomes...

**O SR. CONSTITUINTE MARCONDES GADELHA:** – ...diagnóstico, porque não é possível conhecer as coisas e nem os nomes.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON JOBIM:** – V. Ex.<sup>a</sup> permite? O que eu quis dizer é o seguinte: daríamos nomes às coisas depois de elas existirem, e elas só existirão depois que as Comissões e Subcomissões apresentarem os seus trabalhos. Não existe nada antes que seja o produto do trabalho das Comissões e Subcomissões.

O nome será algo que virá depois de elas terem trabalhado e exercido a função que o Regimento assim delineou.

Se nós, aqui, resolvéssemos definir – E V. Ex.<sup>a</sup> tem razão, quando diz que o fato de nós definirmos o sistema de governo poderá estender-se a definirmos a Federação, o sistema econômico – aí ocorreria o seguinte: estaríamos chamando para nós aquilo que exatamente o Plenário da Assembléia negou, que era a existência de uma grande Comissão Constitucional, no modelo clássico.

**O SR. PRESIDENTE (Affonso Arinos):** – Atenção, nós estamos chegando ao termo do horário que tinha sido fixado.

Continua com a palavra o Senador Marcondes Gadelha.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Senador Marcondes Gadelha, V. Ex.<sup>a</sup> quer me honrar com um aparte?

**O SR. CONSTITUINTE MARCONDES GADELHA:** – Pois não.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Evidentemente que o Senador Gadelha não precisa dos meus socorros, nem eu estou com essa intenção.

Mas acho que se está fazendo uma confusão quanto ao que disse S. Ex.<sup>a</sup>, segundo o qual o Plenário pode o mais. Foi isso o que entendi. S. Ex.<sup>a</sup> não quer retirar das Subcomissões e nem da Comissão de Sistematização nenhuma de suas competências. Mas S. Ex.<sup>a</sup> adverte: "se o Plenário assim entender, o Plenário, como fórum, como instância final, poderá fazê-lo". Nesse aspecto, eu concordo com V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE MARCONDES GADELHA:** – Muito obrigado a V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. CONSTITUINTE FRANCISCO BENJAMIM:** – Permite-me V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. CONSTITUINTE MARCONDES GADELHA:** – Pois não.

**O SR. CONSTITUINTE FRANCISCO BENJAMIM:** – Senador Gadelha, quero concordar com o ponto de vista de V. Ex.<sup>a</sup> e dizer que, realmente, é o dever da Comissão de Sistematização oferecer a sugestão para esse balizamento da nossa Constituição.

O balizamento é fundamental. A técnica constitucional, que vamos trabalhar, é uma sugestão à Assembléia, para que discuta esses temas, que são as balizas do projeto principal. Estou entendendo que a colocação de V. Ex.<sup>a</sup> é nesse sentido; não é em tutelar os debates das Subcomissões. A proposta de V. Ex.<sup>a</sup> é no sentido de que a Assembléia Nacional discuta, prioritariamente, essas balizas, onde se deve erguer a estrutura definitiva da Constituição.

É o meu entendimento e estou com V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. MARCONDES GADELHA:** – Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup>.

Vou concluir, Sr. Presidente, dizendo que alguma entidade, dentro desta Casa, seja a Comissão de Sistematização, seja o Plenário, alguma entidade tem que oferecer um desenho virtual da Constituição à consideração das Subcomissões.

Veja bem, Sr. Presidente, estou falando sobre um desenho virtual, e se alguma entidade tem que propor isso, que seja esta Comissão de Sistematização – embora isso não esteja escrito no Regimento, mas tanto ela quanto o Plenário podem decidir sobre a idéia de se oferecer esta sugestão à consideração das Subcomissões.

Está aí. Sr. Presidente, a minha proposta. Peço a V. Ex.<sup>a</sup> que convoque uma reunião, para discutir e votar a proposta do Constituinte Gastone Righi, seja para aprovar, seja para rejeitar. Não pode é ficar uma proposta no ar – depois de duas reuniões da Comissão de Sistematização, onde a matéria foi discutida, por vários Parlamentares, conforme consta em ata, uns contra, outros a favor – inconclusa, sem um término, sem um ponto de chegada.

Assim, sugiro a V. Ex.<sup>a</sup> que para tanto convoque uma reunião, até para que se firme jurisprudência, sobre o assunto, até para que outras propostas no gênero não venham a nascer, para que alguma decisão tenha que ser tomada, para que comecemos a incorporar ou a escoimar, da nossa rota, determinados procedimentos.

**O SR. PRESIDENTE (Alfonso Arinos):** – Muito obrigado ao nobre Constituinte.

Eu queria ponderar que seria melhor que convocássemos uma reunião, em que esse assunto seja debatido, porque nós não temos condições, agora, de tomar uma decisão, nem mesmo essa decisão, que não é só do Presidente, de convocar uma reunião sobre isso. Vou, de qualquer maneira, prevenir a Comissão que a minha intenção é convocar uma reunião, de acordo com o Relator e o Vice-Presidente, para a próxima quarta-feira. Então, haverá essa reunião, em que esse assunto vai ser discutido, e a proposta do nobre Constituinte Marcondes Gadelha será imediatamente examinada.

**O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS:** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Affonso Arinos):** – Concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Constituinte Antônio Carlos Konder Reis.

**O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS:** – Sr. Presidente, ouvi, com muita atenção, todas as intervenções. Muitas delas se desenvolveram em torno da proposta que tive a honra de encaminhar a V. Ex.<sup>a</sup>. Entendo que a proposta do Constituinte Marcondes Gadelha, ainda que muito importante, é incompleta. Creio

que a Comissão tem que decidir sobre o arcabouço, isto sim. Ouvi aqui, por exemplo, alguns eminentes Constituintes afirmarem que aquele arcabouço que apresentei, aquele projeto, era nitidamente presidencialista.

Sr. Presidente, coloquei um capítulo sobre sistema de Governo, e, se detalhei a questão das regiões, é porque achei que, logicamente, se vamos cuidar das regiões metropolitanas, por que também não cuidar daquelas outras regiões, que se denominam microrregiões e que reúnem municípios que não são de capital? Então, acho que, antes de se decidir o sistema de Governo, que, na minha opinião, é muito importante, nós temos que decidir em razão do método que vamos adotar e do arcabouço, julgando eu que isso não será nenhuma imposição; é apenas uma sugestão; é uma hipótese de trabalho para as Subcomissões e para as Comissões.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – A Mesa acolhe a sugestão de V. Ex.<sup>a</sup>, como foi apresentada.

Estamos perfeitamente ao corrente do seu conteúdo.

Está encerrada a reunião. Muito obrigado.

(Reunião realizada em 28-4-87.)

## COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO

### ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos sete dias do mês de maio do ano de mil novecentos e oitenta e sete, no Plenário do Senado Federal, às nove horas e vinte e três minutos, reuniu-se a Comissão de Sistematização, sob a Presidência do Senhor Constituinte Aluizio Campos – Primeiro Vice-Presidente, no exercício da Presidência, presentes os seguintes Senhores Constituintes: Jarbas Passarinho, Joaquim Beviláqua, Bernardo Cabral, Haroldo Lima, Ademir Andrade, Roberto Freire, Nilson Gibson, Gerson Peres, Aloysio Chaves, José Freire, Sandra Cavalcanti, Raimundo Bezerra, Adolfo Oliveira, Francisco Benjamim, Oscar Corrêa, Christóvam Chiaradia, Arnaldo Prieto, Wilson Martins, Egydio Ferreira Lima, Paulo Ramos, Jamil Haddad, Siqueira Campos, Antônio Farias, Renato Vianna, Darcy Pozza, Oswaldo Coelho, Virgílio Távora, Manoel Moreira, Cid Carvalho, José Thomaz Nonô, Carlos Sant'Anna, Nelson Jobim, José Fogça, José Luiz Maia, Marcondes Gadelha, Celso Dourado, José Paulo Bisol, Milton Reis, José Richa, Theodoro Mendes, José Santana, Sigmaringa Seixas, Abigail Feitosa, Rodrigues Palma, Nelson Carneiro, Luiz Eduardo, José Maurício, Cristina Tavares, Délio Braz, José Genoíno, Ricardo Izar, Enoc Vieira, Chagas Rodrigues, Lael Varella, Adylson Motta, Aldo Arantes, Rose de Freitas, Paes Landim, Márcio Braga, Vilson Souza e Bonifácio de Andrade. Havendo número regimental, o Senhor Primeiro-

Vice-Presidente, Constituinte Aluizio Campos, no exercício da Presidência, declarou abertos os trabalhos e, considerando a distribuição da Ata da reunião anterior, por cópia, solicitou e obteve dispensa de sua leitura, tendo sido aprovada, unanimemente. Em seguida, o Senhor Presidente passou à leitura do expediente da reunião, anunciando a distribuição de Resumo da correspondência recebida pela Comissão e, também, de cópia do parecer do Relator – Constituinte Bernardo Cabral, com Substitutivo à proposição apresentada na última reunião pelo Constituinte Antônio Carlos Konder Reis, para ser apreciado. Distribuídas às cópias da matéria em pauta, iniciou-se a discussão, tendo sobre ela se manifestado os seguintes Senhores Constituintes: Gerson Peres, Nilson Gibzio Campos, Bernardo Cabral, Bonifácio de Andrada, Francisco Benjamim, Adolfo Oliveira, Siqueira Campos, Egydio Ferreira Lima, Ademir Andrade, José Genoíno, Adylson Motta, Roberto Freire, Haroldo Lima, Jamil Haddad, Joaquim Beviláqua, Renata Viana, José Thomaz Nonô, Milton Reis, Sandra Cavalcanti, Raimundo Bezerra e José Freire. Em seguida, o Senhor Constituinte Ademir Andrade apresentou Questão de Ordem no sentido de que a reunião fosse encerrada, para que os membros da Comissão, de posse do Substitutivo apresentado pelo Senhor Relator, pudessem estudá-lo por mais tempo, devendo a discussão e votação do mesmo ser realizada na próxima reunião, havendo, ainda, o Senhor Constituinte Jamil Haddad, posteriormente, apresentado Questão de Ordem semelhante sobre a mesma matéria. O Senhor Constituinte Haroldo Lima, usando da palavra, reclamou sobre a forma do encaminhamento dos trabalhos naquela reunião, solicitando um maior ordenamento dos mesmos por parte da Presidência. Às dez horas e vinte e cinco minutos, deixou a Presidência dos trabalhos o Constituinte e Vice-Presidente da Comissão, Aluizio Campos, assumindo-a o seu titular Constituinte Afonso Arinos. Os Senhores Constituintes Bonifácio de Andrada, Egydio Ferreira Lima, Joaquim Beviláqua e Raimundo Bezerra apresentaram sugestões ao Substitutivo do Relator. Com a palavra, a Senhora Constituinte Sandra Cavalcanti, incumbida pelo Senhor Presidente de acompanhar os trabalhos de informatização da Comissão, comunicou ao Plenário, a propósito de referências feitas às exigências para a apresentação da proposta de "Emenda Popular", que aguardava resposta de contato que fizeram com o Senhor Presidente do Tribunal Superior Eleitoral Ministro Oscar Corrêa, sobre as possibilidades de serem utilizados os centros de memória dos computadores da Justiça Eleitoral, quando da apreciação preliminar das referidas propostas de "Emenda Popular" por esta Comissão. Na oportunidade, a Senhora Constituinte manifestou mais uma vez sua preocupação com a fase inicial da tramitação dessas emendas, sobretudo pela exiguidade do tempo disponível. Em seguida, o Senhor Presidente Afonso Arinos declarou que, ao ler o artigo vinte e quatro, do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, também sentira muita preocupação com a executoriedade do dispositivo. Prosseguindo, o Senhor Presidente informou ao Plenário que havia mantido conversa com o novo Embaixador do Canadá no Brasil sobre os

trabalhos da nossa Constituinte, tendo falado das dificuldades e preocupações inerentes ao processo de elaboração Constitucional, fazendo referências às práticas já adotadas em outros países. Com a palavra, o Senhor Constituinte Raimundo Bezerra, reportando-se ainda às "Emendas Populares" e ao seu processo de apreciação preliminar, demonstrou as dificuldades visualizadas e as suas preocupações com a matéria, tendo sugerido a adoção do sistema de amostragem, quando da conferência dos elementos identificadores dos seus signatários. Encerrada a discussão da matéria em pauta, o Senhor Relator Constituinte Bernardo Cabral, quando das sugestões para a data da próxima reunião, ponderou que o dia quatorze de maio corrente seria bem aceito, em razão de compromissos que tanto Sua Excelência como o Senhor Presidente estarão, nos dias doze e treze anteriores, participando do Seminário Internacional sobre Constitucionalismo e Democracia: Instituições Políticas para o Século XXI, em Brasília. Retomando a palavra, o Senhor Presidente Afonso Arinos convocou reunião ordinária para o dia quatorze de maio corrente, às nove horas, no Plenário do Senado Federal, destinada a continuar a discussão e votação do Projeto de Deliberação elaborado pelo Relator – Constituinte Bernardo Cabral, na forma de Substitutivo ao "Projeto de Resolução nº 1/187-CS" de autoria do Constituinte Antônio Carlos Konder Reis, estendendo o prazo para a apresentação de emendas até o dia doze anterior à reunião. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, às doze horas e dois minutos. O inteiro teor desta reunião foi gravado, devendo ser traduzido e publicado no **Diário da Assembléia Nacional Constituinte** e constituir-se-á na Ata circunstanciada dos trabalhos. E, para constar, eu, Maria Laura Coutinho, Secretária, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Havendo número, declaro aberta a presente reunião.

Estão sendo distribuídas cópias da ata da reunião anterior, que será dada como aprovada se não houver nenhuma manifestação contrária. Não havendo manifestação contrária, está aprovada a ata.

Também foi distribuída uma sinopse da correspondência recebida pela Comissão para ciência dos Senhores membros, que, se o desejarem, poderão requisitar à Presidência cópias de quaisquer uma delas. (Anexo I.)

Por último, também distribuímos o parecer do Relator, Constituinte Bernardo Cabral, sobre a proposição apresentada na última reunião pela Constituinte Antônio Carlos Konder Reis, para ser apreciada, debatida e, depois, submetida à votação.

O Relator apresentou um substitutivo com a colaboração de outros colegas da Comissão, especialmente dos Constituintes Adolfo Oliveira e Nelson Jobim.

A Mesa informa que a lista de inscrição encontra-se sobre a mesa. O parecer do Relator conclui por um substitutivo, como já foi dito.

A Mesa pode submeter à discussão, capítulo por capítulo, o substitutivo do Relator, ou então votá-lo globalmente, salvo as emendas.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** — Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** — Tem a palavra, pela ordem, o Constituinte Gerson Peres.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** — Sr. Presidente, não recebi o substitutivo do Relator. Recebi uma correspondência assinada pela Sr.<sup>a</sup> Maria Laura Coutinho. Secretária, para esta reunião, em que anexava o projeto do Constituinte Antônio Carlos Konder Reis, e mais uma fotocópia de alguns dispositivos do Regimento Interno. Só agora tenho em mãos o material. É para ser votado nesta reunião?

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** — Está submetido à discussão. Se V. Ex.<sup>a</sup> quiser apresentar alguma emenda ou sugestão a respeito da matéria, poderá fazê-lo.

**O SR. CONSTITUINTE NILSON GIBSON:** — Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** — Pela ordem, tem a palavra o Constituinte Nilson Gibson.

**O SR. CONSTITUINTE NILSON GIBSON:** — Sr. Presidente, solicito à Mesa que submetamos à aprovação os destaques argüidos pelos membros da Comissão, para facilitar o andamento dos trabalhos. Trata-se de urna norma de votação do Congresso Nacional e das duas Casas, separadamente.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** — A Mesa não recebeu nenhum pedido de destaque. Parece que deveríamos conceder algum prazo para os senhores membros da Comissão fazerem a leitura da proposta e tomarem a iniciativa que acharem conveniente. Se desejarem, posso até suspender a reunião por cerca de meia hora.

Concedo a palavra ao Relator, para que faça uma síntese do seu parecer perante os senhores membros da Comissão.

**A SRA. CONSTITUINTE SANDRA CAVALCANTI:** — Peço a palavra, pela ordem, Sr. Presidente, antes que seja concedida a palavra ao Relator.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** — Ainda que tivesse a palavra, eu a cederia a V. Ex.<sup>a</sup>.

**A SRA. CONSTITUINTE SANDRA CAVALCANTI:** — Gostaria de solicitar à Mesa que considerasse a hipótese de modificar o sistema de inscrição para debates dos Constituintes. Esta fórmula de passar uma lista, antes mesmo que os assuntos sejam colocados, cria para muitos de nós uma dificuldade para saber se vamos ou não querer usar da palavra. A lista deve ficar na mesa e quem estiver disposto a debater irá até lá, no decorrer do debate, o que me parece muito mais razoável.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** — A Presidência atende à questão de ordem de V. Ex.<sup>a</sup> Realmente, é justo que cada interessado se inscreva para debater matéria de sua preferência.

**A SRA. CONSTITUINTE SANDRA CAVALCANTI:** — Pode ser, por exemplo, que, pela explicação dada pelo Relator, não haja mais necessidade do debate. Se alguma pessoa já estivesse inscrita para discutir o texto das normas, iria ficar com sua inscrição em aberto.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** — O Projeto de Regimento tem 23 disposições, se não me engano.

Poderíamos solicitar à Sra. Secretária que procedesse à leitura do Regimento Interno, para depois o Relator fazer uma exposição a respeito. Mas, por economia de tempo, S. Ex.<sup>a</sup>, o nobre Relator, poderá fazer uma síntese desse trabalho, que os nobres colegas acompanharão, após o que as possíveis dúvidas seriam apresentadas à consideração de S. Ex.<sup>a</sup>.

Concedo a palavra ao nobre Relator.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o nobre Constituinte Antônio Carlos Konder Reis, na última assentada, apresentou-nos um projeto de Resolução. Àquela altura, foi deferido o prazo de dez dias — que uns achavam muito, mas que acabou resultando no dispêndio de um lapso maior — para que se manifestasse o Relator em derredor do mesmo. A Mesa anunciou, pelo seu Presidente, e o fez com absoluta correção, que este é um trabalho realizado a muitas mãos — talvez as minhas tenham sido as que menor contribuição deram — e resultou em 25 artigos, tendo o Relator enviado ao conhecimento de todos os Srs. Constituintes o seguinte parecer:

"O eminente e operoso Constituinte Antônio Carlos Konder Reis teve o grande mérito de aflorar o assunto, ao apresentar Projeto de Resolução estabelecendo normas de trabalho para esta Comissão e dando outros procedimentos."

Interrompo a leitura para dizer que até parecia que o Relator estava prevendo que o ideal seria que pudéssemos dar aos Srs. Constituintes oportunidades para se debruçarem sobre este trabalho, a fim de, com base nele, apresentarem as respectivas emendas.

Prossigo a leitura do parecer.

"Dispondo de bastante prazo, que se esgotará daqui a mais de um mês, já nos preparávamos para elaborar um trabalho com idêntica finalidade, buscando oferecer à Comissão de Sistematização o conjunto de diapositivos que ensejasse a mais democrática e eficiente forma de organização e disciplinar suas atividades".

Assim, dispensamo-nos de apreciar, em minúcias, o Projeto de Resolução nº 1/87 CS.

Preferimos interpretá-lo como o ponto de partida, deixando de assinalar a omissão patente de inúmeras circunstâncias que nos pa-

recem essenciais à boa ordem dos trabalhos deste órgão, atropelado pela angústia do tempo disponível para suas atividades, em face dos expressos mandamentos do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte.

Daí os louvares a lembrança do ilustre colega.

Merece-os todos.

É importante, por outro lado, conceituar a proposta de roteiro denominada "arcabouço", para a disposição da matéria constitucional.

Parece-nos impossível antecipar, até mesmo no sentido do ordenamento, o perfil do futuro projeto de Constituição."

Interrompo, mais uma vez a leitura para lembrar aos eminentes Constituintes que o nosso ilustre colega Antônio Carlos Konder Reis já sugeria, de início, que se traçasse esse perfil, o que me pareceu — bem como impossível — àqueles que comigo colaboravam.

Prossigo, Sr. Presidente:

"Isto dependera, fundamentalmente, do resultado do trabalho das Comissões Temáticas."

Depois de muito refletir sobre o assunto, que é básico e fundamental, concluímos pela elaboração de um substitutivo, que oferecemos à consideração superior do Plenário desta digníssima Comissão.

Em relação às imperfeições e omissões, que talvez sejam muitas, deprecamos o apoio e a salutar interpretação dos eminentes colegas, para que as corrijam e as supram, o que representará a realização de um objetivo comum.

Estejam todos, porém, certos de que nosso objetivo é servir, sempre, até o dia em que concluirmos, juntos, esta maravilhosa e dignificante tarefa — a de escrevermos a Constituição humana, justa e moderna que o Brasil espera.

É com este espírito, e só com ele, que endereçamos ao estudo, à meditação e depois à decisão de todos os colegas Constituintes, integrantes desta mais do que importante Comissão, o projeto de deliberação que se segue, na forma de substitutivo a proposição apresentada.

Sala de Comissão, 7 de maio de 1987.

Assinado pelo Constituinte **Bernardo Cabral**, Relator.

O Relator faz questão de ressaltar que a contribuição de maior evidência foi a do meu querido amigo Constituinte Adolfo Oliveira.

A seguir temos o substitutivo, resultado do trabalho de noites indormidas e calcado na possibilidade da sua adequação ao Regimento interno da Assembléia Nacional Constituinte.

Tive o cuidado — e aqui estão presentes, para comprova-lo, líderes que tomaram parte na reunião, como o Líder do Partido Comunista do Brasil; o Líder do Partido dos Trabalhadores; assim como, pelo PDS, o nosso Constituinte Bonifácio

de Andrada; a Constituinte Sandra Cavalcanti, pelo PFL – enfim, tive o cuidado de que houvesse uma reunião prévia, a fim de que este trabalho refletisse as correntes que fazem parte desta Assembléia.

Um dos tópicos que mereceu conflito entre os que ali se reuniam – exatamente com o nosso Primeiro Vice-Presidente, ora no exercício da Presidência, o Constituinte Aluizio Campos – dizia respeito à substituição do suplente do partido respectivo quando não estivesse presente o seu titular. Depois S. Ex.<sup>a</sup> evoluiu, no bom sentido, e concordou em que a tese que eu defendia estava correta. Estando ausente, por exemplo, o membro do Partido Comunista do Brasil e não se indicando na hora o suplente, de imediato o lugar seria ocupado, no caso, pelo PMDB ou pelo PFL. Tal procedimento teria como consequência a formação de um **quorum** que desfiguraria a representação partidária.

Lembro-me de que, naquela altura, quis garantir o direito de todos – e invoco o testemunho do nosso Constituinte Líder – pois se hoje não o asseguro ao meu adversário, a minha prerrogativa não me será garantida amanhã. O direito da minoria deveria ser resguardado. E o Constituinte Haroldo Lima, que aqui se encontra presente, pode confirmar estas palavras.

Afora essa circunstância especial, talvez possa haver – como me disse ainda há pouco o Constituinte Bonifácio de Andrada – uma questão numérica. Isto é que não fossem nove membros: que se reduzisse esse número.

São estes os únicos pontos contraditórios, porque, em verdade, o que há aqui é um roteiro de trabalho. Não há nenhuma imposição, do ponto de vista partidário. Não se exprime ou imprime qualquer vontade, pois apenas queremos assegurar que a Comissão de Sistematização tenha o lugar que lhe reserva a História do nosso País.

Eram estas as considerações que deveria fazer neste instante.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – O relator destacou matéria contida no art. 8º do projeto.

Com a palavra o Deputado Bonifácio de Andrada.

**O SR. CONSTITUINTE BONIFÁCIO DE ANDRADA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, realmente devemos levar ao eminente relator nossos aplausos pelos dois documentos de alta significação que remete para esta Comissão, e que nos fornecera normas regimentais necessárias ao bom andamento dos nossos Trabalhos.

Preliminarmente, gostaria de dizer que o primeiro documento parece ser de deliberação e o segundo de resolução.

**O SR. CONSTITUINTE FRANCISCO BENJAMIM:** – E o contrário.

(Intervenções paralelas.)

**O SR. CONSTITUINTE BONIFÁCIO DE ANDRADA:** – Esse, o do computador, está assinado pelo Constituinte Bernardo Cabral.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Deputado Bonifácio de Andrada, posso socorrer-lhe no sentido de suplementar...

**O SR. CONSTITUINTE BONIFÁCIO DE ANDRADA:** – Corrigir.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Eu não ousaria fazer isso.

**O SR. CONSTITUINTE BONIFÁCIO DE ANDRADA:** – Mas isso é matéria objetiva.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – V. Ex.<sup>a</sup> não se encontrava presente. Este foi um trabalho apresentado pelo Deputado Antônio Carlos Konder Reis e houve, por parte de vários Constituintes, a impugnação do termo Projeto de Resolução, que não seria da competência desta Comissão. Por isso troquei-o, com os demais colegas, para normas de trabalho.

**O SR. CONSTITUINTE BONIFÁCIO DE ANDRADA:** – Eu não tinha conhecimento dessa parte. Acharmos o documento bem razoável, mas há um ponto que nos parece significativo. O primeiro é o art. 8º. Somos no sentido de que esse artigo deva ser suprimido, porque ele dá ao suplente uma força maior do que a do efetivo. E sou suplente. Pelo art. 8º, se o suplente chegar na frente, ele toma o lugar do membro efetivo em caráter definitivo. De modo que proponho que o art. 8º seja cancelado e que essas normas deliberativas sigam o costume da Casa, ou seja, o suplente vota quando não está presente o efetivo. Mas, redigido como está o art. 8º, parece-me até um pouco contraditório, porque altera a hierarquia da presença do Constituinte na Comissão. Peço a supressão do art. 8º e que adotemos as normas comuns de qualquer regimento: não estando presente o efetivo, vota o suplente. Chegou o efetivo, o suplente se retira. Se o suplente pedir para ficar, o efetivo vai embora e deixa o suplente. Isso faz parte de um processo político da própria representação partidária na Comissão.

**O SR. CONSTITUINTE ADOLFO OLIVEIRA:** – Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. CONSTITUINTE BONIFÁCIO DE ANDRADA:** – Com prazer.

**O SR. CONSTITUINTE ADOLFO OLIVEIRA:** – Nobre Constituinte, as ponderações de V. Ex.<sup>a</sup> são extremamente sensatas e judiciosas, como sempre. O objetivo do nobre Relator, que foi exaustivamente debatido entre nós, que dispúnhamos e sempre nos dispomos a ajudá-lo, era ordenar o que poderá criar problemas. Então, qual é o problema que pode ser criado? A Comissão de Sistematização tem prazos extremamente curtos para se pronunciar. E vamos ter aqui centenas de oportunidades de votação. Era necessário estabelecer um critério, para que não se formassem problemas de constrangimentos e de dificuldades até de saber quem tem direito de votar nisso ou naquilo. Então, o titular tem todo direito. Agora, quando o Presidente anuncia o início da Ordem do Dia, as votações se sucedem. Daí a razão de

constar o dispositivo, segundo o qual, por ocasião da primeira votação, o suplente que tiver direito e dela participar continua votando. É preciso não esquecer que esta Comissão é um órgão composto de 93 (noventa e três) Constituintes.

**O SR. CONSTITUINTE BONIFÁCIO DE ANDRADA:** – Nobre Constituinte, acho que realmente esta Comissão é da maior importância, mas as manifestações dos Constituintes são importantíssimas. Fujo de qualquer hipótese de rigidez. Estamos fazendo uma Constituição; não podemos dar mais importância à eficiência do que à conveniência de uma boa votação, de bons estudos, de boas contribuições e de boa elaboração constitucional. Não podemos aqui, por causa de eficiência e de pressa, votar uma Constituição que não atenda aos maiores anseios da Nação. De modo que o que proponho, para resolver esse problema da suplência, é muito claro: trata-se de um problema da Mesa, de assessoria, e isso é conhecido no nosso Parlamento. O que existe é que um determinado partido tem tantos representantes. Vão votando. Verifica-se aquele número. Se por acaso o suplente, na hora da votação do partido "x", votar na frente do efetivo, muito bem. O que parece um pouco estranho é, logo no início dos trabalhos desta Comissão, dar-se a indicação de que os suplentes "x" e "h" vão substituir os titulares. O que a Mesa tem que fazer – isso é que é importante, porque as representações e a composição desta Casa são partidárias – é ver qual o número de titulares de cada partido. O que não é possível conceder é o suplente presente votar ao mesmo tempo em que o titular. Ou vota o titular ou o suplente. Isso é trabalho da Mesa. Colocando no Regimento essas limitações e essa indicação. Vamos tumultuar nossos trabalhos e criar alguns constrangimentos.

Quanto ao ponto a que se referiu o Constituinte Adolfo Oliveira, minha proposta seria no seguinte sentido: a Mesa verificará o número de representantes de cada partido, e os chamará, sejam eles titulares ou suplentes. Cabe a ela esse trabalho de administrar, comandar, conferir e policiar os trabalhos.

Ouço o nobre Constituinte Adolfo Oliveira.

**O SR. CONSTITUINTE ADOLFO OLIVEIRA:** – Nobre Constituinte Bonifácio de Andrada, quando a Mesa fará isso?

**O SR. CONSTITUINTE BONIFÁCIO DE ANDRADA:** – Se a Mesa considerar que a votação deve ser nominal, procederá dessa forma.

**O SR. CONSTITUINTE SIQUEIRA CAMPOS:** – Permita V. Ex.<sup>a</sup> Nobre Constituinte Bonifácio de Andrada. V. Ex.<sup>a</sup> tem razão: se adotado o art. 8º, a Constituinte já começa como o AI-5, cassando direitos. A praxe é que terminada a relação dos titulares, entra-se na dos suplentes. Se o que a Mesa está querendo é não ter o trabalho e o cuidado de fazer a chamada ordenadamente, titulares e suplentes, acho isso insignificante. Não podemos continuar cassando. Seria um absurdo.



**O SR. CONSTITUINTE ADOLFO OLIVEIRA:** – E se o titular chegar depois, logo após à primeira votação?

**O SR. CONSTITUINTE SIQUEIRA CAMPOS:** – Ele passa a votar depois.

**O SR. CONSTITUINTE BONIFÁCIO DE ANDRADA:** – Exatamente, ele não participa daquela votação. Concedo o aparte ao Constituinte Egídio Ferreira Lima.

**O SR. CONSTITUINTE EGÍDIO FERREIRA LIMA:** – A observação do Constituinte Bonifácio de Andrada é inteiramente pertinente. Adotada a disposição do requerimento, vai-se provocar uma lesão no direito de voto que tem o titular. A saída dele pode ser meramente accidental. Ou suprime-se o artigo, ou se dá a ele a seguinte redação: "Os suplentes partidários da Comissão serão convocados pelo Presidente para participar, da votação, obedecida a ordem de suas assinaturas no livro".

**O SR. CONSTITUINTE BONIFÁCIO DE ANDRADA:** – Perfeitamente. É normal. Em todo regimento consta isso. Estou de acordo com a proposta de V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE FRANCISCO BENJAMIM:** – Nobre Deputado, temos de adotar a prática existente. O que faz a secretária de uma Comissão da Câmara? Toma, numa lista, a assinatura dos membros titulares. Na outra, a dos suplentes. Lida a lista dos titulares, se tiver sido preenchido o número de participantes daquela comissão, não há por que chamar os suplentes. Este é um procedimento normal. De sorte que, sobre isso, acho que não há o que se discutir.

**O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – O Constituinte Bonifácio de Andrada está com a palavra. Portanto, não é possível questão de ordem.

**O SR. CONSTITUINTE BONIFÁCIO DE ANDRADA:** – Ouço, com prazer, o aparte do colega José Genoíno.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Eu gostaria de, neste aparte, levantar uma observação contraditória ao pronunciamento de V. Ex.<sup>a</sup>, acrescentando, além do argumento do Constituinte Adolfo Oliveira, uma questão importante. Numa comissão, uma tomada de deliberação é composta de duas partes: a discussão e o voto. Este é o problema. Trata-se de uma questão de conteúdo. Em qualquer comissão ou no Plenário a deliberação não é só o voto, que é a conclusão de um processo que começa com a discussão. É muito difícil o suplente votar, se ele não participou do processo da discussão, que dá o conteúdo para o voto.

Portanto, acho que essa inovação que está aqui é profundamente democrática e corrige um erro crucial existente.

**O SR. CONSTITUINTE BONIFÁCIO DE ANDRADA:** – O Constituinte José Genoíno está fazendo confusão.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Nobre Constituinte, eu gostaria de concluir o meu pronunciamento. O voto é a segunda parte: a primeira é a tomada de posição. No art. 17 – e não é por acaso – a Constituição faz uma diferença entre o tempo que terá o suplente convocado e o que não foi convocado. Isto não é por acaso, mas porque, numa tomada de deliberação, muitas vezes, o direito à palavra tem tanto poder quanto o direito ao voto. Esse o problema, porque a palavra é a expressão de uma posição.

**O SR. CONSTITUINTE BONIFÁCIO DE ANDRADA:** – O Constituinte José Genoíno, quando cita o art. 17, está respondendo às ponderações sobre o art. 8º. O art. 17 consagra o que é óbvio: podem participar da Comissão, em termos de discussão, não apenas os titulares, mas os suplentes, e até os não membros da Comissão. O suplente está dentro do processo de discussão formal, está integrado de forma total.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Há diferença entre o suplente convocado e o não convocado.

**O SR. CONSTITUINTE BONIFÁCIO DE ANDRADA:** – Não. Se o suplente participou da discussão ou se não participou, mas está presente, ele vota. O problema é garantirmos aos partidos um número de votos, de vontades, dentro desta Comissão. Quanto ao resto, basta seguir as praxes conhecidas da Casa.

Estou de pleno acordo com a proposta do Constituinte Egídio Ferreira Lima, que resolve o problema. Ele substitui o art. 8º pela praxe consagrada nesta Casa.

**O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE:** – Sr. Presidente, peço a palavra, para uma questão de ordem. Vou levantar uma questão de ordem à Mesa, aproveitando o aparte. Já que não há, ainda, uma ordem definida dos trabalhos. Sr. Presidente, recebemos isso ontem à tarde. Entendo que, de certa forma, estamos elaborando um Regimento para a nossa Comissão. A minha sugestão é a questão de ordem à Mesa são no sentido de que seja dado um prazo, pelo menos de 24 horas, ou seja, até amanhã, para que cada integrante desta Comissão apresentasse sugestões de modificação ao Relator, e este, durante o fim de semana, faria uma espécie de parecer sobre as nossas proposições. Na próxima segunda ou terça-feira, definiríamos, então, o processo de votação, porque já estamos, neste momento, a discutir os assuntos e a citar artigos desta proposição, sem nenhuma ordem, sem nada. Inclusive eu, particularmente, não teria condições de apresentar sugestões, porque recebi o documento ontem à tarde, e uma série de circunstâncias impediram-me que viesse pronto a participar desta discussão. Além do mais, a Câmara convocou uma sessão para as 10:00h, onde seremos, inclusive, Relator dos projetos que serão votados. Por esta e outras razões é que levanto essa questão de ordem à Mesa.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Sr. Constituinte Ademir Andrade, logo após a conclusão do Deputado Bonifácio de Andrada, a Presidência resolverá a sua questão de ordem, que com muita habilidade V. Ex.<sup>a</sup> apresentou por meio de aparte.

**O SR. CONSTITUINTE BONIFÁCIO DE ANDRADA:** – Sr. Presidente, muito obrigado por garantir-me a palavra.

Vejo a questão de ordem como vem aparte. Como tal vou responder. Entendo que não tem procedimento aparte do colega, pois são poucas as observações que teremos de fazer. Ontem à noite li o documento. Do meu ponto de vista, sustento a tese de que ele deve ser votado, porque precisamos, com urgência, iniciar nossos trabalhos.

Outra ponderação que faríamos e dos mais importantes está no art. 10, que diz o seguinte:

"Art. 10 item IV – Verificação de votação com apoio de nove integrantes da Comissão."

Sr. Presidente, isso me parece uma manobra de força em favor dos grandes partidos políticos na Comissão. Sem dúvida, só poder pedir verificação o PMDB, e a Frente Liberal. Os outros partidos ficarão de fora. Assim, em termos partidários, proponho, para democratização do processo, que em vez de pedir verificação com aprovação de um e integrantes, o fosse com três integrantes um membro da comissão, com apoio de dois outros, poderia pedir a verificação. Do contrário haverá aqui a ditadura das maiorias. (Muito bem). Portanto, esta é outra emenda que propomos ao art. 10º passar de 9 para 3 membros. Faço com apelo ao espírito liberal do Relator para que concorde conosco, pois do contrário S. Ex.<sup>a</sup> vai dialogar só com o seu próprio partido, aqui, em termos de repetição de votação.

**O SR. PRESIDENTE (Anísio Campos):** – Não temos ainda normas consagradas, por isso devemos democratizar o debate.

**O SR. CONSTITUINTE BONIFÁCIO DE ANDRADA:** – Ouço o aparte do nobre Constituinte Adylson Motta.

**O SR. CONSTITUINTE ADYLSO MOTA:** – Peço o aparte, porque tenho reunião na Câmara e não poderei continuar aqui presente. Sou um dos suplentes e, embora voltando a um assunto já debatido por V. Ex.<sup>a</sup>, quero aproveitar para dizer da minha integral solidariedade aos termos atuais do art. 8º, porque acho uma desconsideração com o suplente. (Muito bem) uma vez que ele vem para a reunião e o titular não comparece porque não pôde ou não quis, retirado em pleno trabalho do processo de votação. É uma desconsideração e até uma humilhação para alguém que vem para cá e, ao participar de um processo de votação, vê-se retirado depois por capricho do titular, que chegou tarde, que não pôde vir, ou não quis vir.

Quero colocar aqui a minha posição. Como suplente que sou, apelo para que seja aprovado nos termos atuais o art. 8º pois só quem participa realmente do processo, conforme disse o Deputado José Genoíno, de discussão e das outras etapas é que terá condições depois de votar. Não adianta chegar aqui o suplente, acompanhar todo o processo, discutir, encaminhar, e na hora de

orar S. Ex.<sup>a</sup> o titular e que tem direito. Não concordo com isso.

**O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA:** – Isto é mais no campo das idéias, porque o importante a ater-se o direito de falar, porque através da palavra pode-se convencer.

**O SR. JOSÉ GENOINO:** – O direito de falar **ilegível** Bonifácio de Andrada, e desigual. Se ilegível e convocado ele tem direito a dez minutos. Se não o é, só tem cinco minutos E, quando se for tratar de matéria substantiva há uma diferença qualitativa entre ter dez e cinco minutos. Ilegível o problema. E a convocação se daria a **ilegível** momento da votação. Por enquanto a **ilegível** esta muito tranqüila, porque estamos discutindo formas. Mas na hora em que se for discutir sistema de Governo, sistema de propriedade, **ilegível** a coisa e mais complicada, principalmente para os partidos que têm um representante O partido que tem o representante, só um Suplente – se esta questão não for equacionada – vai perder metade do tempo. Por isso entendo que a proposta do Relator é absolutamente correta, e reafirmo o argumento central de que a tomada de decisão pressupõe a discussão e a votação. Não podemos sectionar essas duas partes de um mesmo processo.

**O SR. CONSTITUINTE BONIFÁCIO DE ANDRADA:** – Sr. Presidente, eu fico com as praxes parlamentares e tradicionais.

Voltando ao art. 2, ao mesmo tempo quero referir-me ao art. 16. letra b, que no meu entender é terrível. Se eu não confiasse no meu colega Bernardo Cabral, seria ainda mais sério. Por quê? Porque as emendas com parecer favorável só poderão ser destacadas por requerimento dos dezoito integrantes. Não me atemorizo, porque confio muito no Deputado Bernardo Cabral. Então, todas as emendas em que ele der parecer favorável serão os pareceres da melhor procedência. Mas ocorre que ninguém vai poder destacar essas emendas sem parecer favorável. Se conseguir os dezoito integrantes da Comissão, nem a Frente Liberal terá vez. Aí, só o PMDB mesmo.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOINO:** – É a Constituição da maioria.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. CONSTITUINTE BONIFÁCIO DE ANDRADA:** – Então faço um apelo a V. Ex.<sup>a</sup> que dos 18, também concorde em se passar para 4 ou 5.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A Mesa vai pedir a V. Ex.<sup>a</sup> que aguarde. Vamos estabelecer uma ordem. V. Ex.<sup>a</sup> já se pronunciou sobre três artigos do projeto. Depois, teremos de ordenar a conclusão da discussão e a votação de cada um desses artigos. Agora mesmo estão os apartes, no momento em que V. Ex.<sup>a</sup> estava tratando do apoio para o pedido de verificação, ainda dando apartes sobre questões anteriores.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Sr. Presidente, uma questão de ordem. Estou com a palavra. É exatamente para discutir a questão de estar o Constituinte Bonifácio de Andrada com

a palavra não sei há quanto tempo isto aqui esta sem nenhuma norma.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Peço a V. Ex.<sup>a</sup> Constituinte Bonifácio de Andrada que conclua sua exposição, bem como peço aos Senhores Membros da Comissão que não dêem apartes, porque vamos fazer uma reciclagem da matéria para poder ordenar sua discussão e aprovação.

**O SR. CONSTITUINTE BONIFÁCIO DE ANDRADA:** – Estou demorando por causa dos apartes. Falei pouco. Os apartes e que estão sendo extensos.

Sr. Presidente esta aqui na matriz do art. 17. Após ralarem quatro oradores, dois favoráveis, e dois contra: pediria também que se passasse para outro. Ao invés de serem dois favoráveis e dois contra, que fossem quatro favoráveis e quatro contra, porque senão se limita muito. Esse art. 17, em seu parágrafo 2º dá ao Relator mais 20 minutos, além daqueles que já tem para a discussão. O Relator tem 20 minutos para a discussão e mais 20 ao final. Minha proposta é que ele receba apartes, porque senão fica numa situação de influência que não me parece democrática, e que, aliás não esta de acordo com o próprio temperamento de S. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOINO:** – Sr. Presidente, no que tange à alínea a do art. 16 do projeto de resolução em discussão, julgo demasiado o número de nove assinaturas para requerimento de destaque das emendas com parecer contrário. Há que se reduzir esse número.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Peço aos Srs. Membros que não levanten questão de ordem, enquanto o orador estiver usando a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Mas é porque a Mesa não deu ordenamento à discussão. Sobre isso, quero discutir.

**O SR. CONSTITUINTE BONIFÁCIO DE ANDRADA:** – Sr. Presidente, o Deputado Roberto Freire esta pedindo um aparte. Não vou concedê-lo.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Não estou pedindo aparte a V. Ex.<sup>a</sup>. Estou pedindo a Mesa que dê ordenamento aos trabalhos.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A Mesa está ouvindo a palavra de um dos seus membros sobre o projeto de regimento. Não foi ainda estabelecido um critério para a discussão.

**O SR. CONSTITUINTE BONIFÁCIO DE ANDRADA:** – Sr. Presidente, peço a V. Ex.<sup>a</sup> que me garanta a palavra. Serei muito sucinto. Parece-me que há uma impropriedade aqui no § 3º do art. 18, que diz:

"§ 3º Encerrada a discussão, o Relator terá cinco dias para emitir parecer sobre as emendas, concluindo.

Se for o caso, por um novo projeto..."

E uma impropriedade. Talvez a redação fosse: "Encerrada a discussão, o Relator terá 5 dias para emitir parecer sobre as emendas, concluindo pelo projeto de Constituição", e não, "se for o caso,

por novo projeto. Não se trata de novo projeto. Não há novo projeto. Ele vai transformar os anteprojetos da Comissão em projeto. Então: **ilegível** pelo projeto de constituição. Lá em cima, conclui por um anteprojeto geral, e aqui embaixo por um projeto de Constituição. É o § 3 do art. 18.

Sr. Presidente, eram estas as ponderações que estamos oferecendo em relação a alguns aspectos do Regimento e, ao mesmo tempo, apresentando as emendas de acordo com as nossas alegações, visando dar a esse documento um sentido, Parece-me, mais democrático quanto ao número e mais adequado quanto a alguns dispositivos.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Antes de conceder a palavra ao nobre Constituinte Roberto Freire, a Mesa deseja esclarecer o seguinte; a Mesa submeteu a apreciação do Plenário o projeto, globalmente, e o Constituinte Bonifácio de Andrada apresentou suas sugestões a respeito de vários dispositivos. Cada um dos presentes poderá fazer suas sugestões.

Concedo a palavra ao ilustre Constituinte Roberto Freire, para uma questão de ordem.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Sr. Presidente, não vou fazer análise alguma sobre o projeto global. Entretanto, acho que a Mesa deveria submeter a apresentação de sugestões a um mínimo de normas, fixadas por ela. Por exemplo: o processo de discussão, com apresentação de destaque, deveria ser feito artigo por artigo. Cada Constituinte que tivesse destaque a fazer, no momento em que fosse designado o artigo do Regimento, levantaria seu destaque e diria qual era. **A posteriori**, iria discutir-se cada um deles. O que o ilustre Constituinte Bonifácio de Andrada fez foi levantar os seus destaques. Isso de nada adiantou para o Plenário, porque não sabemos direito como vamos discutir, qual o tempo, com que ordenação. Se a Mesa for submeter à apreciação e à votação nesta reunião, deveria ler o projeto, artigo por artigo, e cada um dos Srs. Constituintes levantaria o destaque que tivesse em relação à matéria. Depois, discutir-se-ia esse destaque, com um tempo determinado para cada um, e não ao bel-prazer de cada um e segundo a liberalidade da Mesa. Do contrário, evidentemente, não chegaremos a lugar algum.

**O SR. CONSTITUINTE HAROLDO LIMA:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Antes de conceder a palavra a V. Ex.<sup>a</sup>, vou decidir a questão tão levantada pelo Constituinte Roberto Freire.

O Constituinte Roberto Freire não levantou uma questão de ordem. Na verdade, S. Ex.<sup>a</sup> formulou uma proposição: a de que o projeto seja lido, artigo por artigo, e aqueles que tiverem alguma observação às disposições, na medida em que a leitura for sendo efetuada apresentem suas observações, ou requeiram destaque, para que sejam examinados posteriormente. A Mesa tinha adotado o critério de submeter o projeto à apreciação para que cada um levantasse suas observações e, depois submeter a discussão cada uma das matérias argüidas. Todos os artigos, por exemplo, que foram mencionados pelo Deputado Bonifácio de Andrada serão objeto de discussão.

Específica. A Presidência, atendendo à proposta do Deputado Roberto Freire, mandará proceder a leitura – são apenas 25 disposições – do projeto. Quando houver pedido de destaque, posteriormente estes serão discutidos.

**O SR. CONSTITUINTE JAMIL HADDAD** – Sr. Presidente, peço a palavra para contraditar.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Para contraditar, tem a palavra o Senador Jamil Haddad.

**O SR. CONSTITUINTE JAMIL HADDAD:** – Sr. Presidente. Srs. Constituintes, na realidade ouvimos a fala do Deputado Bonifácio de Andrada, que apresentou emendas ao substitutivo da Comissão. Provavelmente, outros senhores membros desta Comissão pretenderão também apresentar emendas ao substitutivo. Então, seria mais lógico que fosse dado um prazo, até segunda ou terça-feira, para que aqueles senhores membros da Comissão interessados em apresentar emendas entreguem-nas à Mesa, a fim de que possamos votar, na próxima reunião, o parecer do Relator sobre essas emendas. Caso contrário, continuará essa balbúrdia e não chegaremos ao processo de votação.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Pela ordem, Sr. Presidente. O Deputado Ademir Andrade já apresentou uma questão de ordem para V. Ex.<sup>a</sup> decidir logo após o orador Bonifácio de Andrada terminar. V. Ex.<sup>a</sup> dizia que ia decidir a questão de ordem levantada, que pedia justamente o que o Senador Jamil Haddad acabou de dizer.

**O SR. CONSTITUINTE EGÍDIO FERREIRA LIMA:** – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A Mesa tem de decidir as questões de ordem segundo o critério de prioridade de apresentação. A proposição do Senador Jamil Haddad não conflita com a questão de ordem levantada. Uma coisa é a leitura do texto do Regimento para conhecimento dos presentes, e outra é a concessão do prazo para que sejam apresentadas e, posteriormente, discutidas as emendas. Assim, vamos ouvir o Relator e depois proceder à leitura do anteprojeto, ou projeto de Regimento para, em seguida, consultar o Plenário sobre a apresentação e concessão de prazo.

**O SR. CONSTITUINTE EGÍDIO FERRERA LIMA:** – Não adianta V. Ex.<sup>a</sup> mandar ler o Regimento. Todos estão aí. Vamos perder tempo nisso. V. Ex.<sup>a</sup> deve conferir um prazo para apresentação de emendas, desde logo. A Comissão tem prazo para isso e está aguardando os anteprojeto das Comissões Temáticas. Então, o melhor caminho, o que mais ordena é desde logo. V. Ex.<sup>a</sup> atender ao pedido de prazo.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Concedo a palavra ao nobre Relator.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, de logo declaro que me ponho de pleno acordo com a assinatura desse prazo para que os Srs. Constituintes se manifestem, mas gostaria de fazer algumas considerações preliminares.

O Constituinte Bonifácio de Andrada, com esse brilho que Deus lhe deu e que nós, humanos, ficamos encantados quando S. Ex.<sup>a</sup> o esparge sobre nós, pede a supressão do art. 8º, sob o argumento de que está na hora de prejudicarmos a eficiência pela conveniência. Bom jurista que é, professor de Direito Constitucional, S. Ex.<sup>a</sup> deve ter suas razões, as quais eu respeito, mas gostaria de lembrar, na hora em que é apartado pelo nosso eminente Constituinte Siqueira Campos, que lança para o autor deste pobre Relatório à pecha da edição de um Ato Institucional nº 5, que como dele fui vítima, preciso contraditá-lo. (Risos.)

A idéia do número de titulares de cada partido. Constituinte Siqueira Campos, e aqui agradeço a intervenção do Constituinte José Genuíno – decorre da experiência que aprendi nos Tribunais, no próprio Conselho Federal da Ordem e nesta Casa também – quando rapazola, por aqui passei e não tive oportunidade de conviver com V. Ex.<sup>a</sup> – de que na hora em que se abre uma discussão e que as pessoas dela participam, ela fica vinculada para a votação. Os que chegam atrasados arguem o seguinte: "Não tomei conhecimento do Relatório nem da discussão e me abstenho de votar." – O que se quis fazer com isso não foi premiar o suplente e, por via de consequência, restringir o direito do titular. O que se previu foi ordenar os trabalhos de uma Comissão, que não é simples como as demais que funcionam normalmente nesta Assembléia Nacional Constituinte na Câmara dos Deputados.

Quando tivermos aqui 93 Srs. Constituintes, entre Deputados Federais e Senadores, se nossos trabalhos não tiverem ordenados, os que não quiserem comparecer na hora – ou porque querem dormir um pouco mais ou porque têm outras razões pessoais – devem ceder essa prioridade a quem o substitui, que, por pressuposto, deve ser um companheiro da melhor categoria. Ninguém porá como seu suplente em uma Comissão alguém que não possa substituí-lo com efetivo desempenho.

O que supôs o Relator na reunião com os demais é que estaria na hora de se colocar a Comissão nos seus devidos eixos, porque senão ela será uma balbúrdia. Imaginem V. Ex.<sup>a</sup> que estamos discutindo uma simples regra dementar do Regimento, normas de trabalho e não chegamos a um acordo ainda. Imaginem o que acontecerá – como bem acentuou o Constituinte José Genuíno – quando se discutirem as normas, quando chegarmos aos sistemas; aí não teremos nada preordenado. Se o titular quiser comparecer, e, evidentemente, tirar da sua faixa de atuação o seu suplente, ele chegará na hora e não haverá prejuízo algum. Quando se quis premiar o suplente – na expressão de alguns – a intenção não era esta, mas, sim, a de dar responsabilidade a quem integra esta Comissão. Estou de pleno acordo em que todos somos homens responsáveis.

Constituinte Siqueira Campos, vai dar o aparte a V. Ex.<sup>a</sup>, até porque as lacunas serão preenchidas por ele. Espere apenas eu completar o meu raciocínio e ampliar as lacunas, para que V. Ex.<sup>a</sup> melhor as preencha.

Imagine, Constituinte Siqueira Campos, dizer-se que este artigo é uma espécie de AI-5! O AI-5

cassaria a manifestação de todos. Este foi o espírito do ato Institucional referido, mas não é este o espírito que presidiu a tantos quantos aqui se reuniram. Veja como é. Eu, de logo, dizia que estava de acordo com o que sugeriu o Constituinte Egídio Ferreira Lima, no art. 10, inciso IV. O Constituinte Bonifácio de Andrada pede que se reduza para três. Na verdade, a princípio, tínhamos pensado em 18 e depois, todos nós reunidos, em 9, mas aí há uma distorção. Estes 9 não representam um prêmio ou regozijo para o PMDB e para Frente Liberal. Quando reunido com todos os líderes, disse o que repito agora de público nesta Comissão: enquanto eu for o Relator, não haverá imposição do meu partido para que se faça coação, para que se coibam os desejos de todos aqueles que são integrantes da Comissão de Sistematização, uma vez que não vamos fazer uma Constituição para o PMDB ou para Frente Liberal, mas para a Nação. Por que nove membros? Porque seria a forma ideal de não começarmos e desculpem-se o termo é chulo mas é o único de que disponho, pela fraqueza dos meus conhecimentos – mas seria a de bagunçar os trabalhos desta Comissão, e não estamos aqui para isso. Por quê? Veja, a **contrário-sensu**, do seu argumento, eminente Constituinte Bonifácio de Andrada, o que disse o Constituinte Adilson Motta que já se retirou: "Não é uma desconsideração ao titular à volta do suplente". Agora também uso o mesmo termo: não é uma desconsideração à Minoria. Quando o assunto for técnico, e esta Comissão é eminentemente técnica, tenho certeza de que teremos os números – nove serão. O Plenário que faça o julgamento político; aqui dentro desta Comissão, não; serão dezoito, como está aqui no art. 16, mas foi pedida a redução.

**O SR. SIQUEIRA CAMPOS:** – Dezoito é impossível.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):**

– Vou lhe dizer o porquê da idéia. Vou lhe dizer, nobre Constituinte, o que presidiu essa idéia dos dezoito. Evidentemente que respeito o ponto de vista de V. Ex.<sup>a</sup>, mas gostaria apenas que V. Ex.<sup>a</sup> permitisse que eu esclarecesse o que levou os integrantes que elaboraram essa norma – que, aliás, não foi fácil, pois V. Ex.<sup>a</sup> há de convir que é muito mais fácil apontar os erros.

**O SR. CONSTITUINTE JOAQUIM BEVILACQUA:** – São poucos, Sr. Presidente.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):**

– Ainda bem que V. Ex.<sup>a</sup> reconhece.

**O SR. CONSTITUINTE SIQUEIRA CAMPOS:** – Se V. Ex.<sup>a</sup> me permitisse, gostaria de apartear-lo, para não perder a oportunidade.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):**

– Pretendia explicar tudo, para depois lhe conceder aparte. Os destaques apresentados às emendas com parecer favorável. Constituinte Siqueira Campos, exigirão 18 integrantes da Comissão; porque talvez nem sempre esse parecer favorável poderá ser convenientemente político ao meu partido – é que aqui está se fazendo a inversão.

V. Ex.<sup>a</sup> deve estar lembrado de que, no dia em que tive a honra de ser eleito pela bancada de meu partido, eu, de logo, dizia que não me submeteria a pressões, viessem de onde viessem, de palácio ou de grupos partidários, porque queria fazer uma Constituição exatamente assim. Ima-

**ilegível** quem não as conhece? Não somos Parlamentares há tantos anos, para **ilegível**: As regras não mudam: mudam os homens **ilegível** que detem o poder geralmente querem **ilegível**. Espero que isso não seja feito seio desta Comissão – e aqui me parece estar o ponto **ilegível** de tudo, e temos que fazer um desate dessa controversia agora, apenas quando for dilatado o prazo, mas já sabendo qual a idéia do Relator.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON**

**PERES:** – V. Ex.<sup>a</sup> não explicou a razão do número, porque V. Ex.<sup>a</sup> não concluiu o raciocínio, V. Ex.<sup>a</sup> não explicou ainda as razões ou o porque dos 18 e o porque dos 9...

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):**

– Desculpe, mas acabei de dizer a V. Ex.<sup>a</sup> talvez não tenha ouvido bem...

**O SR. CONSTITUINTE GERSON**

**PERES:** – Porque se escolheu o número dezoito para dar curso ao processo?

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):**

– imagine V. Ex.<sup>a</sup> que o parecer favorável...

**O SR. CONSTITUINTE SIQUEIRA**

**CAMPOS:** – V. Ex.<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):**

– Concedo o aparte a V. Ex.<sup>a</sup> e peço à Presidência que lhe assegure o direito de interferência ou não terei o prazer de ouvi-lo

**O SR. CONSTITUINTE SIQUEIRA**

**CAMPOS:** – Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. CONSTITUINTE RENATO**

**VIANNA:** – Sr. Relator, sobre a matéria, tenho a impressão de que, ao redigir a deliberação...

**O SR. CONSTITUINTE SIQUEIRA**

**CAMPOS:** – Sr. Presidente, o aparte me foi concedido e peço que V. Ex.<sup>a</sup> me assegure a palavra.

Não me negaria a cedê-la a qualquer dos colegas, mas peço que os trabalhos sejam ordenados, para que todos possamos falar.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):**

– O aparte tem que ser concedido a V. Ex.<sup>a</sup> pelo Relator.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):**

– Concedo o parte ao Constituinte Siqueira Campos.

**O SR. CONSTITUINTE SIQUEIRA**

**CAMPOS:** – Sr. Relator, V. Ex.<sup>a</sup> sabe da admiração que lhe devoto.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):**

– Considere que sinto em relação a V. Ex.<sup>a</sup> o dobro do que expressou.

**O SR. CONSTITUINTE SIQUEIRA**

**CAMPOS:** – Muito obrigado.

Quero esclarecer que não estava atribuindo a V. Ex.<sup>a</sup> a autoria do AI-5. Sei que V. Ex.<sup>a</sup> apresenta suas propostas e sempre está aberto ao debate. Este tem sido seu comportamento. Na realidade, V. Ex.<sup>a</sup> deu uma alegria muito grande à Nação, ao ser designado Relator desta Comissão, porque sabemos da independência de suas idéias. V. Ex.<sup>a</sup> é um dos mais ilustres brasileiros, notável exatamente porque não se dobra e esta sempre ao **ilegível** dos interesses do País.

Suponho V. Ex.<sup>a</sup> se o Presidente José **ilegível**, e o Presidente Ulysses Guimarães **ilegível** seu lugar. Quando S. Ex.<sup>a</sup> voltasse o Presidente Ulysses diria que estava apreciando uma questão, que ainda não acabara de estudá-la, e pediria que o Presidente Sarney esperasse a solução em outro dia. Acho que o titular...

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):**

– V. Ex.<sup>a</sup> me desculpe, mas esta comparação não cabe.

Não confunda V. Ex.<sup>a</sup> substituto com suplente.

**O SR. CONSTITUINTE SIQUEIRA**

**CAMPOS:** – Nobre Relator, veja V. Ex.<sup>a</sup> o seguinte: de qualquer forma, o suplente é um substituto. E veja, também, o direito de o suplente continuar com o voto porque voz, como Constituinte, S. Ex.<sup>a</sup> já tem. E o direito ao voto até o momento em que aparece o titular.

Isto é praxe nos parlamentos do mundo inteiro. Aqui iríamos inovar; por isso usei a expressão infeliz do AI-5. Desculpo-me perante V. Ex.<sup>a</sup>, porque sei que jamais encaminharia qualquer proposição antidemocrática, ou qualquer forma de imposição. Na qualidade de seu admirador, não cometeria esta injustiça com V. Ex.<sup>a</sup>.

Insisto, porém, no aspecto de que, na realidade, é uma cassação ao direito do titular. V. Ex.<sup>a</sup> não teve a intenção de contemplar partidos com essa decisão. Sei disso também, mas V. Ex.<sup>a</sup> findou contemplando-os e protegendo-os. Se o titular está atrapalhando o processo decisório de votação da Comissão, o partido o retira e substitui por um suplente eficiente. O Constituinte José Genoíno, por exemplo, do PT, devia ter vindo como titular.

**O SR. CONSTITUINTE JOAQUIM**

**BEVILACQUA:** – Permita-me um aparte, nobre Relator?

**O SR. CONSTITUINTE SIQUEIRA**

**CAMPOS:** – O partido substitui o titular pelo suplente. Acho que não podemos adotar esta norma. Se a Comissão o fizesse, seria uma cassação dos titulares. V. Ex.<sup>a</sup> me perdoe, mas não concordo.

**O SR. CONSTITUINTE JOAQUIM**

**BEVILACQUA:** – Nobre Relator, permite-me um aparte?

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):**

– Peço que o Constituinte Gerson Pêres não se retire e nos honre com sua presença.

Concedo o aparte ao nobre Constituinte Joaquim Bevilacqua.

**O SR. CONSTITUINTE JOAQUIM**

**BEVILACQUA:** – Nobre Relator, acabamos de assistir aqui a um exemplo que atesta a proficiência e a substância da colocação do Constituinte Bonifácio de Andrada, reforçada pelo Constituinte Siqueira Campos.

O ilustre Senador Afonso Arinos chegou e ocupou seu lugar como Presidente da Comissão, cuja presidência vinha sendo muito bem exercida, sem nenhum demérito, pelo vice-Presidente. Mas o vice é um suplente – ou o suplente é um Vice, se quiserem assim.

Quando estamos na Câmara dos Deputados, e chega o Presidente Ulysses Guimarães, aquele Deputado que está dirigindo os trabalhos – seja Arnaldo Faria de Sá ou Jorge Arbage –, automaticamente se levanta e cede o lugar a S. Ex.<sup>a</sup>. A deputada Sandra Cavalcanti é um pouco ferina quando diz que, às vezes, nem há necessidade

de ausencia para assumir. Mas a **ilegível** faz parte da representação.

Sou suplente em outra Comissão, e participo dos debates, como qualquer Constituinte. **ilegível** argumentações dos colegas e entendo que, realmente, a melhor proposta, **data maxima venia**, nobre Relator e Sr. Presidente, é a do Constituinte Egídio Ferreira Lima, consubstanciando aquilo que reflete o pensamento dos Constituintes Bonifácio de Andrada, Siqueira Campos e do meu próprio. Em que pese entendemos a preocupação de V. Ex.<sup>a</sup> do Constituinte Adolfo Oliveira, daqueles que trabalham no sentido de assegurar aquilo que V. Ex.<sup>a</sup> disse, são técnicas as atribuições da Comissão de Sistematização.

Aproveito a oportunidade para fazer uma observação de caráter redacional – porque ela também é uma Comissão de Redação – no tocante ao art. 3º, inciso VIII, onde há a repetição da mesma palavra num período. Poderíamos suprimir a expressão "tempo":

"... advertir ao orador quanto ao tempo, não permitindo que ultrapasse o tempo."

Há uma redundância no período. Também acho que o inciso VIII, em que pese o nobre objetivo a que se destinou, interfere no sentido da representatividade. A titularidade é importante. Se o titular não chegar, por exemplo, às 9 horas, e o suplente assinar o livro de presenças, o titular não mais poderá participar – e sabemos da simultaneidade das atribuições que temos nesta Casa.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):**

– Anuncio que vou expor ao Presidente Afonso Arinos a situação dos trabalhos da Comissão, para que S. Ex.<sup>a</sup> tome a sua decisão.

**O SR. CONSTITUINTE HAROLDO**

**LIMA:** – Peço a palavra, Sr. Presidente, para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):**

– Tem a palavra V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE HAROLDO**

**LIMA:** – Dirijo um apelo á Mesa e especialmente ao Sr. Constituinte Afonso Arinos, que acaba de chegar, para que imponha mais disciplina aos trabalhos da Comissão porque está havendo uma discursão desordenada no Plenário. Pensamos que isso não deve prevalecer nem continuar, porque o bom trabalho desta Comissão diz muito a respeito da elaboração da própria Constituição. Não podemos permitir que o trabalho da Comissão de Sistematização seja prejudicada, pela discussão, que está sendo desordenadamente. Todos querem falar, pedem a palavra, elegem, a seu talante o artigo que consideram mais importante e sobre ele dissertam longamente. Os apartes são mesclados e não sabemos qual é objetivo da reunião.

Foi apresentado um substitutivo pelo Sr. Relator. Penso que ele está bem-elaborado. O nobre Relator tomou o cuidado de fazer consultas prévias, justamente para facilitar a tramitação do substitutivo, mas a discussão anárquica que se procedeu aqui, nessa primeira hora de trabalho, mostra que não é possível um substitutivo sem que sigamos os trâmites da ordem parlamentar, abrir o processo de discussão, estabelecer um prazo, para apresentação de emendas, que serão postas em discussão para sua defesa ou crítica,

em seguida, a questão para que se aprove, ou não definitivamente, o substitutivo apresentado pelo nobre Relator. Penso que houve uma tentativa de se apressarem os trabalhos, com a qual todos estivemos de acordo, mas a pressa é inimiga da perfeição, como se diz popularmente. E, no caso, ela é inimiga da possibilidade de se fazer um trabalho urgente, porque este requer método e que se quer esta sendo alcançado nesta reunião. Solicito que o Sr. Presidente defina qual o método da nossa discussão. Proponho que seja o método, tradicional das normas parlamentares e regimentais o de encaminhar o substitutivo, que passa por um processo de tramitação normal conhecido nesta Casa. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – O nobre representante, sob forma de questão de ordem, apresenta de fato uma proposta para que se estabeleçam certas normas não inscritas, mas que venham a facilitar o avanço das discussões e das decisões. Como a proposta é incidente sobre o texto do Regimento da Comissão, pediria que sobre ela se manifestassem, sucessivamente, o Relator-Geral e o Constituinte Adolfo Oliveira, que muito auxiliou na redação do texto oferecido como base para a decisão de hoje.

Tem a palavra o Sr. Relator. Em seguida o Constituinte Adolfo Oliveira falará sobre a proposta apresentada pelo nobre Deputado.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, deveríamos inverter-se a ordem de manifestação porque, se falo eu primeiro, posso colher meu eminente amigo, Deputado Adolfo de Oliveira, numa espécie de armadilha ditada pela nossa amizade. Assim, ao ouvi-lo em primeiro lugar, quem sabe possa eu até aderir às suas argumentações.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem a palavra o Constituinte Adolfo Oliveira.

**O SR. CONSTITUINTE ADOLFO OLIVEIRA:** – Sr. Presidente, sou obediente e me curvo à vontade do ilustre relator. Mas gostaria de argumentar junto a V. Ex.<sup>a</sup>, ao eminente relator e à Casa, que me parece extremamente apropriada e adequada a colocação feita pelo ilustre Constituinte Haroldo Lima: ordenar-se o trabalho, sendo aberta a discussão, e dado um prazo para os colegas de Comissão prepararem suas emendas. Depois de informadas elas serão objeto de estudo do sr. relator, que levará a matéria para votação em plenário. Acho apenas que a discussão pode ter a sua seqüência agora. Depois, é dito, será dado um prazo para a apresentação de emendas, e finalmente teremos, na semana que vem, a oportunidade de votar essas emendas juntamente com o substitutivo do relator.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, a colocação feita pelo Constituinte Adolfo Oliveira tem inteira procedência.

O ilustre Constituinte Haroldo Lima quer que esta Comissão tenha a oportunidade de apresentar o seu trabalho, em termos de emenda, dentro de um prazo exíguo, mas que o faça com esta oportunidade. Nossa idéia inicial foi exatamente a de trazer um trabalho que seria o arcabouço para que os Srs. Constituintes realizassem, sua obra de engenharia. É claro que a obra não está nem perfeita e nem acabada.

Acolho perfeitamente, e com muita alegria, a proposição do Constituinte Haroldo Lima, porque ela encontra sua argumentação no nosso regimento, que é supletivo. Mas devo dizer ao nobre Constituinte Adolfo Oliveira que me reservei para falar por último segundo a praxe – já que se fala tanto em praxe nesta Casa – de que o relator sempre fala por último.

De modo que acolho a proposta do Constituinte Haroldo Lima.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – a proposta do Constituinte Adolfo Oliveira consta de três itens: primeiro, abrir a discussão. Não sei bem o que ele compreende por essa expressão “abrir a discussão”. Seria agora, imediatamente?

**O SR. CONSTITUINTE ADOLFO OLIVEIRA:** – Continuar a discussão. Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Então continuar a discussão seria o primeiro item. Segundo, prazo para apresentação das emendas. A Comissão está de acordo com o prazo para as emendas. Peço desculpas, mas queria conhecer imediatamente o pensamento de V. Ex.<sup>a</sup> Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Jamil Haddad.

**O SR. CONSTITUINTE JAMIL HADDAD:** – Nobre Presidente, eu havia proposto um prazo de 72 horas para que fossem apresentadas as emendas. Isso propiciaria um tempo razoável ao nobre Relator para, na próxima reunião – que pelo próprio Regimento está sendo estipulada, e que será na sexta-feira vindoura – pudéssemos votar a matéria.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Para contraditar a questão de ordem, tem a palavra o Constituinte Joaquim Bevilacqua.

**O SR. CONSTITUINTE JOAQUIM BEVILACQUA:** – V. Ex.<sup>a</sup> *data venia*, não decidi a sugestão do nobre Deputado Adolfo Oliveira. Entendo que ela é muito pertinente, porque ganharíamos tempo. O nobre Deputado Adolfo Oliveira propôs que continuássemos a discussão. Já foi iniciado o processo de discussão. A decisão de V. Ex.<sup>a</sup> com relação a este ponto é uma premissa que precisa ser colocada. É meu entendimento também que continuemos a discussão – sem prejuízo da proposta do nobre Senador Jamil Haddad, que sugere um prazo de 72 horas, com o qual estou de acordo – para que sejam apresentadas as emendas. Com a discussão, Sr. Presidente, naturalmente muitos pontos vão ser aclarados. Pode ser que algumas outras emendas possam vir a ser formuladas de acordo com o entendimento de hoje sobre esta, matéria. Ganharíamos tempo e já na terça-feira, então, teríamos quase que um retrato daquilo que a Comissão pensa a respeito desse magnífico trabalho apresentado pela Mesa Diretora desta Comissão.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Com a palavra, pela ordem, o Sr. Constituinte José Thomaz Nonô.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ THOMAZ NONÔ:** – Sr. Presidente, gostaria de fazer apenas um pequeno reparo à proposta do ilustre Constituinte, Adolfo Oliveira. Na forma como entendi, a proposição de V. Ex.<sup>a</sup> ficaria vedada à discussão após esse novo oferecimento de emendas. Não pode-

remos votar contribuições que ainda nem existem, e muito menos discuti-las. Assim que os Srs. Constituintes oferecerem suas emendas, sem prejuízo do andamento da reunião ordinária de hoje, teremos condição de discutir as novas contribuições, sob pena de introduzirmos um voto a seco sem nenhuma discussão por este Plenário. Era este o adendo que queria acrescentar à proposta do ilustre Constituinte.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Não vejo, na proposta do nobre Constituinte, impedimento para a discussão das emendas quando elas forem oportunamente apresentadas. Não há impedimento, V. Ex.<sup>a</sup> está, realmente, procurando esclarecer um ponto mais do entendimento de quem ocupa a Presidência. A observação de V. Ex.<sup>a</sup> é respondida por si mesma: não foi aqui decidido nada sobre a supressão da discussão depois da aprovação das emendas. De acordo com a proposta, para que se continue a discussão, poderemos encerrar, em ordem, esta fase dos nossos trabalhos, quer dizer, continuar a discussão e proceder a alguma votação que porventura apareça.

Concedo a palavra ao Constituinte Renato Vianna.

**O SR. CONSTITUINTE RENATO VIANNA:** – Iria pedir a palavra depois que V. Ex.<sup>a</sup> deliberasse se continuaríamos a discussão, não para socorrer o eminente Relator, mas para tentar esclarecer um assunto que ficou no ar, sobre a fixação do número nove e dezoito.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Quem vai falar, os que estão inscritos ou os que pedem a palavra?

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Inscrevo-me, Sr. Presidente, para falar.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Vou concluir um raciocínio do qual parece-me decorreria necessariamente a opinião do nobre Relator e do Sr. Constituinte Adolfo Oliveira, sobre isso que foi aqui apresentado, isto é, que continue a discussão iniciada no momento em que entrei nesta sala. Se houver alguma votação ou decisão a ser tomada, que seja, na medida do possível, resolvida ainda hoje. Depois, abriremos os prazos para apresentação de emendas. Isso será feito de acordo com o consenso da Comissão, ainda hoje.

Com a palavra o nobre Constituinte Renato Vianna.

**O SR. CONSTITUINTE RENATO VIANNA:** – Sr. Presidente, estávamos discutindo e ficou no ar. Foram estabelecidos os dois números – nove e dezoito. Certamente, esses dois números não surgiram através de fórmula mágica. Quer me parecer que sendo 93 o número de integrantes da nossa Comissão de Sistematização, o nobre Relator e aqueles que o ajudaram a elaborar o documento fixaram os números nove e dezoito por corresponderem respectivamente a 10% e a 20% do número de seus integrantes. Poder-se-ia, talvez, alterar esses dados e fixar, em vez de números definitivos, os percentuais de 10% e 20% dos presentes. Faço esta observação a título de sugestão.

**O SR. CONSTITUINTE JAMIL HADDAD:** – Peço a palavra para contraditar.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem a palavra V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. CONSTITUINTE JAMIL HADDAD:** – Houve uma proposta do nobre Constituinte, no sentido de que fossem estabelecidos os percentuais de 10% e 20% dos presentes. Mas faço uma arguição: em que momento será apurado o **quorum**? No momento das assinaturas ou no momento da votação? Pode acontecer que o Constituinte assine e, na hora da votação, tenha se ausentado. Parece-me, na realidade, que esse critério pode pecar por não representar o percentual desejado pelo nobre Constituinte, mas creio que o melhor seria estipular rigidamente determinado número – x, y ou z – para evitar que essas contradições que estamos sentindo agora, ocorram em relação às votações.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Assisti à reunião do grupo de trabalho, na qual chegou-se às conclusões que aqui estão: nove e dezoito. Como o Relator e o Deputado Adolfo Oliveira foram os dois articuladores dessas soluções, poderiam esclarecer esse fato, em resposta as questões de ordem levantadas e à contestação da questão de ordem suscitada pelo Senador.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Peço a palavra, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Peço um momento, Deputado Genoíno, para dar-lhe a palavra. É só para esclarecer a contradição argüida pelo Senador.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, inscrevi-me antes do que o Deputado José Genoíno. V. Ex.<sup>a</sup> até me disse que falaria depois do Deputado que o precederia.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Deputado José Genoíno, S. Ex.<sup>a</sup> faz uma afirmativa.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – O Deputado Gerson Peres pode falar.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Levantei três questões em decorrência das colocações feitas pelo eminente Deputado Bonifácio de Andrada. A primeira refere-se ao art. 8º, em que houve, praticamente, um protesto por parte dos suplentes – Deputados José Genoíno e Adylson Motta, do meu Partido – no sentido de que esse dispositivo era indispensável, a fim de que eles não pudessem ser, talvez, constrangidos após terem assumido os cargos dos titulares: igualmente que no decurso da discussão eles não pudessem ser substituídos pelo titular, que desconhecia o conteúdo da matéria, visto que a discussão estaria interligada à votação. Discordamos desse raciocínio porque a titularidade do cargo se sobrepõe à suplência. E quando se trata de matéria de sistemas e princípios, naturalmente que o suplente está interligado ao titular, ao próprio partido e este já tem definido os princípios ou linhas de conduta que adotará ao ensejo da discussão.

De forma que achamos seria muito mais liberal que a praxe prevalecesse, isto é, o titular chegando, naturalmente o suplente lhe cederia o lugar, não aquele em que estivesse sentado, mas o lugar para proceder à votação da matéria. Ele até pode-

ria continuar no próprio lugar e orientar o titular sobre o tema discutido antes da sua chegada.

O Deputado Egidio Ferreira Lima reduziu essa redação diante do pensamento aqui levantado pelo Deputado Bonifácio de Andrada de maneira muito lúcida, e acredito que a sugestão do S. Ex.<sup>a</sup> caberia bem dentro da praxe tradicional da Casa, no que diz respeito ao titular de Comissões.

A outra questão é a seguinte: perguntei ao Sr. Relator o porque dos nove e o porquê dos dezoito. O colega que me antecedeu agora levanta a razão sobre o percentual, dez ou vinte. Isso igualmente não diz nada, porque também poderia ser o percentual cinco para um e dez para outro, ou o percentual três para um e cinco para outro, etc. Como última questão, o que me preocupa nesses dois dispositivos ao Regimento, ou seja, as letras "a" e "b" do art. 16. é o cerceamento da liberdade que a maioria sofreria para propor destaques de matérias relevantes, uma vez estar claro que, pelo percentual estabelecido, as Minorias – PDS, PCB, PC do B e PSB, nesta Comissão – não teriam oportunidade de conseguir o destaque de matérias na oportunidade da votação.

O mesmo se relaciona com a verificação da votação. Igualmente não teríamos número para verificar a votação, e transferiríamos para os partidos majoritários, por esse percentual estabelecido pelo duto Relator, toda a possibilidade de controle do Plenário por ocasião da apreciação dos destaques e da votação.

Aí está o cerne da questão, a parte democrática, o direito das Minorias. Teríamos de reduzir os números, mesmo porque esta é uma Comissão e não há por que ser tão rígida assim, quando deveria adotar o princípio da conveniência social, que neste caso é o direito das Minorias de poder conseguir destacar matérias relevantes por ocasião da votação. Este é o princípio que deveria reger o número estabelecido para o destaque e para a verificação de votação. Era isso que gostaria de colocar nessa cabeça inteligente e primorosa do nosso Relator, para que S. Ex.<sup>a</sup> verificasse esse princípio e não porque 20% ou 10% sejam percentuais sobre um ou outro determinado número. Esse percentual atinge e fere o direito das Minorias.

Portanto, eram estas as três colocações que eu faria, e esperaria que nosso Relator as levasse em conta, a fim de que as Minorias não ficassem aqui tolhidas no seu direito de pedir verificação de votação e destaque de emenda, o que talvez fosse importante.

**O SR. CONSTITUINTE MILTON REIS:** – Sr. Presidente, solicito, quando puder, o obséquio de conferir-me a palavra.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Concederei, primeiro, a palavra ao nobre Constituinte José Genoíno, que a havia solicitado anteriormente.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Sr. Presidente, apavora-me e entristece-me que se banalizem questões da maior significância com argumentos expendidos aqui pelo Constituinte Siqueira Campos, representante do interesse dos suplentes, com a praxe parlamentar e em nome de algo que já é costume de um Parlamento que

sabemos cheio de vícios e mazelas que terão de ser corrigidos.

O mais apavorante, todavia, é que, mesmo no Parlamento, essa praxe é reprovada por este orador. Porém, não estamos no Parlamento, estamos elaborando uma Constituição, e quero entrar no conteúdo dessa Carta. Quando se está discutindo matéria constitucional, não se trata de um projeto de lei ou de uma emenda, mas de questões de fundo, questões do conjunto das relações da sociedade. Portanto, a ligação entre os processos de discussão e de votação é uma condição para o êxito das decisões que serão tomadas, e não um problema de interesse do suplente. O que esta em jogo e a tomada de posição. Não podemos, na elaboração de uma Constituição, seccionar a tomada de decisão entre a discussão e a votação.

Esta inovação do Relator tem uma importância muito grande, com relação às normas que têm funcionado nesta Casa? São comissões esvaziadas, **quoruns** baixos. Vejam, por exemplo, o exemplo das Subcomissões que estão funcionando, onde o comparecimento é baixo. Quem assistia às reuniões das Comissões permanentes da Câmara verificava que os suplentes – e fui suplente de duas delas – participavam de todas elas. Não fui suplente na Comissão Mista do Senado, porque não tinha direito, e participei da Comissão Mista do processo de convocação da Constituinte. Temos de corrigir essa deformação crucial na elaboração da nossa Carta. O titular não portador de um título, ele é apenas incumbido de uma obra de elaboração, não de votação. E na medida em que o titular não está presente, o suplente partidário terá de ocupar o seu lugar. O processo de elaboração constitucional representa 70% do processo de decisão. A votação e o coroamento do processo, mas não é decisiva. Muitas vezes é mais importante ter direito à palavra do que ao voto, porque através da palavra pode-se influenciar uma tomada de posição, ou defender as suas propostas. Esta ligação que o Relator procurou fazer é da maior importância, porque resguarda o suplente partidário. Está claro: o suplente é partidário. Agora, a Comissão não pode fazer aqui um processo de tomada de decisão sem que haja uma participação direta na discussão daquele que vota, pois o voto não é algo formal. Temos que corrigir, inclusive, essa deformação do Parlamento. O voto não é título, não é formalidade. O voto é o coroamento de um processo que se inicia na discussão.

Por isso, está inteiramente correta a proposta do art. 8º, dessas normas de trabalho da Comissão de Sistematização. Repito um argumento que já levantei e chamo a atenção do Constituinte Bonifácio de Andrada, companheiro ilustre e que tem dado importantes contribuições com sua inteligência e perspicácia na apreensão desses temas: na hora em que formos discutir aqui o sistema de propriedades sistema de governo, questões cruciais, enfim, a palavra é importante. Veja bem, o caso dos partidos que têm poucos representantes. O suplente, se o efetivo não estiver, será convocado apenas para o voto e a decisão estaria prejudicada em pelo menos 50%.

Acho correto o que prevê o art. 17, ao fazer uma diferença de tempo entre os que são membros da Comissão e os que não o são, para efeito

de participação na discussão, pois isso qualifica a posição que se vai consumir no voto.

Ouçõ, com prazer, o Constituinte Bonifácio de Andrada.

**O SR. CONSTITUINTE BONIFÁCIO DE ANDRADA:** — Constituinte José Genoíno, V. Ex.<sup>a</sup> é um dos mais atuantes e ilustres desta Casa. Quero dizer a V. Ex.<sup>a</sup> que a prevalecer esse art. 8º, quando formos discutir propriedade, reforma agrária, sistema de governo, será uma correria. Chegarão suplentes e titulares disputando a assinatura em primeiro lugar na lista de presença e haverá até empurrões. Não há dúvida, pois se o suplente pode passar na frente do titular e é mais importante do que este, segundo a ordem de chegada, ele vem correndo e assina depressa na frente deste, que, quando chega atrasado, perde a vez de participar. O que vai acontecer? O Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte será fraudado, porque ele cria uma hierarquia: o partido indica o titular, que é o número um, e o suplente, que é o número dois, é portador dos mesmos direitos. Considero que há aspectos procedentes na argumentação de V. Ex.<sup>a</sup>. A Casa, infelizmente, ainda faculta esse espetáculo de esvaziamento em muitas comissões. Há necessidades de se punir o titular que não comparece, disso não há dúvida. Esse aspecto existe. V. Ex.<sup>a</sup> tem razão, mas temos de criar uma sistemática que não venha provocar esse tipo de conflito. Essa é a razão da minha intervenção, embora ache que V. Ex.<sup>a</sup> apresenta argumentos sérios e que é importante o tema que V. Ex.<sup>a</sup> traz ao debate.

**O SR. GERSON PERES:** — Essa figura levantada pelo eminente Constituinte Bonifácio de Andrada — vir o suplente e assinar — não está prevista no trabalho do eminente Relator, porque o art. 8º, diz que o suplente será convocado pelo Presidente.

**O SR. CONSTITUINTE BONIFÁCIO DE ANDRADA:** — De acordo com a assinatura.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** — Diz o art. 8º:

“Os suplentes partidários da comissão serão convocados pelo Presidente, ao anunciar a Ordem do Dia.”

**O SR. CONSTITUINTE BONIFÁCIO DE ANDRADA:** — Veja o que diz depois: “obedecida a ordem de assinatura”.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** — Excelência, vou terminar o meu pronunciamento.

**O SR. GERSON PERES:** — Quero esclarecer que não procede essa preocupação de V. Ex.<sup>a</sup>, no sentido de que o suplente estaria em desacordo com o titular e não haveria sintonia entre voto e discussão em matéria de sistema. Aí V. Ex.<sup>a</sup> cai numa contradição, porque o seu partido — o PT — que tem uma linha de ação programática rígida, em que todos falam a mesma linguagem, todos dizem a mesma coisa da mesma maneira, pensam do mesmo modo sobre problemas de sistemas e princípios.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** — Vou concluir. Sr. Presidente.

**O SR. CONSTITUINTE ADOLFO OLIVEIRA:** — Deputado José Genoíno, ouça-me, por favor, um

minuto. Estou acompanhando o raciocínio de V. Ex.<sup>a</sup> mas há uma circunstância que não está sendo lembrada: o titular tem total respeito pelo seus direitos. Se existe um titular apenas, a questão é de oportunidade. Até quando o titular é substituído e é convocado o suplente? Por isso é que, segundo o dispositivo, até ser anunciada a Ordem do Dia, não há como fazer confusão com assinaturas no livro. Quando a Ordem do Dia é anunciada, verifica-se quais são as vagas que existem na representação daquele partido e convoca-se o suplente, que a partir daí não poderá ser destituído.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** — O Deputado Adolfo Oliveira respondeu com o argumento que eu usaria, o aparte do Deputado Gerson Peres, mas eu acrescentaria o seguinte — não sei se os companheiros prestaram atenção — verifica-se no livro, existem assinaturas de efetivo e suplente, então ali se encontram duas assinaturas. Não vai haverá briga para ver quem assina primeiro. São duas assinaturas separadas e os Constituintes efetivos ou suplentes serão convocados separadamente.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** — Suplente só deveria assinar se estivesse como titular. Suplente não pode assinar.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** — Está correto, assina o suplente se o Presidente, ao abrir a Ordem do Dia, convocar os efetivos, e estes não estiverem ali com suas assinaturas.

O processo é absolutamente correto, do ponto de vista de resguardar o direito dos titulares.

Agora, a questão de fundo para mim é essa que repito para terminar: o voto é uma parte secundária no processo de decisão, porque a parte principal é a discussão e a intervenção. Esse é o problema. E não estamos aqui, Constituinte Gerson Peres, pensando no interesse desse ou daquele partido. É uma maneira de banalizar. Diria ao Constituinte Siqueira Campos que me comuniquei com o meu Líder, e ele disse: “Vou ter que ir à Câmara”, porque sabe que aqui está tendo votação, isto é, na Comissão de Sistematização.

Todas as vezes em que venho aqui, comunico-me antes com o Líder do PT que é membro desta Comissão. Então, não estou discutindo interesses partidários, mas o seguinte: no momento em que cada Constituinte aqui é representante — um sujeito, enquanto indivíduo, na elaboração das suas intervenções nesta Comissão. Vamos enfrentar muitas questões que não são a cópia fiel do que está no projeto partidário. O Constituinte Gerson Peres sabe muito bem que uma coisa é o que está no projeto do partido, e outra é a fundamentação do nosso projeto. É essa diferença que deve ser considerada.

A última questão, Sr. Presidente, para terminar a minha intervenção — e chamo a atenção do Relator para este ponto — é a diminuição do número de assinaturas para o pedido de destaque das emendas contrárias, quando são votadas em bloco e no caso das emendas favoráveis, que consta no art. 16, letras “A” e “B”. Por exemplo, pode haver rejeição de emendas de conteúdo diferente. Exemplifico uma emenda sobre sistema de propriedade de um sentido, e um sistema de propriedade de outro, quando votadas em bloco. Então, nove é um número muito alto para se pedir desta-

que. Que esse número fosse reduzido tanto na Letra “A”, quanto na Letra “B”. Acho que não estaríamos nem banalizando nem tampouco criando camisa de força, principalmente para destaque. Quero ser franco. Por exemplo: ao fazer uma avaliação política, imagino que algumas das propostas que nós do PT vamos trazer à Comissão serão minoritárias. Posso até dar alguns exemplos. O poder de conseguir o destaque é muito importante, porque destaca aquelas matérias para ir ao voto, mesmo que, elas sejam derrotadas. Mas elas precisam ser destacadas. Não podem ser embrulhadas. Por exemplo, conceito de propriedade. Um conceito que defendendo não pode ser embrulhado com o conceito de um outro deputado de outro partido. É necessário diminuir esse **quorum** para permitir maior clareza na hora dos destaques para os debates. Era essa a sugestão que faria ao nobre Relator. Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** — O Relator solicita a V. Ex.<sup>a</sup> o obséquio de remeter a sugestão por escrito.

**O SR. CONSTITUINTE MILTON REIS:** — Sr. Presidente, havia solicitado a V. Ex.<sup>a</sup> o obséquio de conceder-me a palavra tão logo fosse possível.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** — V. Ex.<sup>a</sup> tem toda razão. Concedo-lhe a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE MILTON REIS:** — Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** — O pedido de S. Ex.<sup>a</sup> tinha sido vinculado ao debate que estava havendo.

Depois darei a palavra à Deputada Sandra Cavalcanti.

**O SR. CONSTITUINTE MILTON REIS:** — V. Ex.<sup>a</sup> poderá dar a palavra à nobre Constituinte. Quero ter o privilégio de ouvi-la.

**A SRA. CONSTITUINTE SANDRA CAVALCANTI:** — Faço questão de ouvir V. Ex.<sup>a</sup>, Deputado Milton Reis.

**O SR. CONSTITUINTE MILTON REIS:** — Quero ter o privilégio de ouvi-la primeiramente.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** — O meu dever de Presidente é dar a palavra à Deputada Sandra Cavalcanti como homenagem à mulher. Mas, se não entrarem em acordo, farei o que quiserem os dois.

Concedo a palavra à Deputada Sandra Cavalcanti.

**A SRA. CONSTITUINTE SANDRA CAVALCANTI:** — Sr. Presidente, inscrevi-me apenas para tecer alguns comentários sobre o texto da proposta de normas. Gostaria de acrescentar, para conhecimento dos colegas Constituintes, que, atendendo à solicitação de V. Ex.<sup>a</sup> e do Sr. Relator, fiquei incumbida de manter entendimento com o Centro de Processamento de Dados do Senado — PRODASEN, tendo mantido contato permanente com os técnicos daquele Centro, principalmente em função do teor do art. 15, que discutiremos. Diz o art. 15:

“As propostas de emenda popular à Constituição serão protocolizadas perante a secretaria da Comissão, que verificará se foram cumpridas as exigências estabelecidas no art. 24 e seu inciso I, informando por escrito à



Presidência, que convocará reunião extraordinária para que a comissão se manifeste sobre o recebimento da proposição, ouvido o relator, dentro de 48 horas."

O Regimento Interno, sobre a emenda popular, prevista no art. 24, diz textualmente:

"Fica assegurada, no prazo estabelecido no parágrafo do artigo anterior, a apresentação de proposta de emenda ao projeto de Constituição, desde que subscrita por trinta mil ou mais eleitores brasileiros, em listas organizadas por, no mínimo, três entidades associativas, legalmente constituídas, que se responsabilizarão pela idoneidade das assinaturas, obedecidas as seguintes condições:..."

Vem em seguida uma lista enorme de condições, e a Comissão de Sistematização devesse verificar se foram cumpridas ou não. Diante disso, seria conveniente dirigir uma consulta oficial ao Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, o eminente Ministro Oscar Correia, após termos realizado uma visita prévia aquela Corte – uma vez que todos os eleitores no Brasil estão devidamente cadastrados e memorizados dentro dos computadores daquele Tribunal – indagando da possibilidade do PRODASEN ter acesso a estas memórias relativas ao eleitorado brasileiro, as quais se encontram registradas nos computadores do SERPRO.

Estamos aguardando a resposta oficial do Tribunal Superior Eleitoral, que poderá tornar viável, talvez, a mais penosa e pesada das atribuições materiais da Comissão de Sistematização; a de verificar se foram cumpridas as exigências estabelecidas no art. 24.

Nossa Comissão – pasmem nossos colegas Constituintes – terá 48 horas para verificar se trinta mil assinaturas, trazidas por três entidades oficiais reconhecidas, são efetivas, corretas, bem registradas ou não aumente. Isso, em termos de viabilidade – o Sr. Presidente me perdoe –, parece-me a quadratura do círculo. Em todo caso, gostaria de alertar desde já à Comissão de Sistematização para a necessidade, quem sabe, de que, ao discutir o texto, já levasse em conta não apenas a resposta sobre a viabilidade de termos acesso eletrônico a esse cadastro ou não, mas também se há pessoal suficiente para digitar, daqui para lá, os nomes das 30 mil pessoas que na listagem de cada entidade comporão a chamada emenda popular. As idéias, às vezes, são muito bonitas, aparentemente abertas, democráticas, mas tornam-se às vezes, intransponíveis, também, do ponto de vista de realização concreta. Teremos que aqui encontrar o famoso jeitinho brasileiro, para dar uma interpretação que mantenha o espírito da lei, não fira a liberdade e não seja um obstáculo, a fim de que, de repente, a Comissão de Sistematização não se encontre totalmente paralisada, sem poder corresponder, sequer, ao prazo exíguo que lhe foi imposto e ainda sem possibilidade de transpor as exigências regimentais.

Achei que era minha obrigação, desde já, levantar a questão. Estamos aguardando apenas, Sr. Presidente, uma resposta afirmativa e definitiva da Mesa sobre a forma de nossa inscrição nos debates, ao invés de se passar ao plenário no início da reunião uma lista, para que cada um

de nós se inscreva. Propusemos, no início dos trabalhos, que a lista ficasse na mesa, e cada um de nós, interessados nos debates, dirija-se à mesa e faça a sua inscrição. A resposta está pendente.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Muito obrigado. Constituinte Sandra Cavalcanti. Felicito-me por ter tido a boa inspiração de solicitar a V. Ex.<sup>a</sup> o obsequio de interessar-se pelo assunto e acompanhar a situação de tais iniciativas e do sistema de computação do Prodasen, no seu relacionamento com as exigências do projeto de Resolução que estabelece nossas normas de trabalho. Agradeço muito a V. Ex.<sup>a</sup>.

Também concordo com V. Ex.<sup>a</sup> nas suas observações porque, no momento em que li o artigo a que se refere, fiquei bastante preocupado, pois entendi as palavras, mas não entendi bem as intenções, ou o que se vai fazer. Eu havia ficado um pouco preocupado com a leitura desse artigo.

Peço à Comissão oportunidade para relatar uma conversa que tive, ontem, com o novo Embaixador do Canadá, que recentemente apresentou aqui suas credenciais. Procurou-me S. Ex.<sup>a</sup> no sentido de pedir informações sobre o andamento de nossos trabalhos da Constituinte e sobre o processamento dos mesmos, na medida do possível. Indagou-me S. Ex.<sup>a</sup> se teríamos uma nova Constituição, extremamente minuciosa, ou se poderíamos chegar a uma certa síntese documental. Disse-lhe que não lhe poderia, no momento, dar uma resposta nítida, porque estamos hoje assistindo, no País, a um processo evidente de intercessão muito grande, a um processo de participação social na representação eleitoral.

São dois assuntos que estão influinte, e essa influência não cria, infelizmente, perspectivas nítidas para o desenlace do processo, porque a participação social está se processando, embora desregulada, no texto da Constituição atual.

A democracia semidireta, aquela que se faz representar por meio da participação dos segmentos sociais, é prática habitual em vários países. Na Constituição dos Estados Unidos, por exemplo, não existe disposição a esse respeito, mas quase todos os seus Estados federados possuem dispositivos que permitem esse processo de democracia semidireta.

Este assunto, porém, é especialmente tratado, e a matéria particularmente bem conduzida, na Confederação Suíça, que, de fato, não é uma confederação, mas, sim, uma federação. Na Suíça, portanto, isso existe e diga-se que não é por força de alguma emenda constitucional. Na Itália, também. Não é assunto tratado por emenda constitucional, mas, sim, uma iniciativa constitucional.

Realmente, não se trata de emenda. Nesse caso, aparecem várias iniciativas com muitos objetivos, propostas, sugestões, esperanças e reivindicações. Então, talvez a palavra emenda não seja perfeitamente adequada, mas enfim, no fundo, é uma espécie de participação social no processo da elaboração constitucional, ou seja, um aditamento a tradicional forma representativa através de um processo de democracia direta, que está sendo elaborado regimentalmente e não constitucionalmente.

Não existe, na nossa Constituição, alguma forma de disposição sobre essa matéria. Também

não ha elaboração teórica ou mesmo legislativa a respeito desse assunto. Então, acho que devemos ter consciência de que a adição das sugestões participativas precisa ser cortejada, sempre tendo em vista a presença da nossa representação, que soma dezenas de milhões de votos em todo o País. Não tenho certeza do número global, mas acredito que seja por volta de 60 milhões de eleitores. O eleitorado do Brasil é um dos maiores do mundo. Essa participação somará talvez centenas de milhares de assinaturas.

Temos então, que refletir sobre este assunto. É uma proposição, uma proposta, um conselho, se me permitem, que ofereço aos nobres companheiros de Comissão, para que reflitam sobre este assunto. Esta matéria é mais complicada do que pode parecer, porque dela dependerá o texto da Constituição futura. Por outro lado, a aceitação indiscriminada dessa participação pode fazer com que o Constituinte emotivamente receba as sugestões dando margem a um resultado tecnicamente discutível porque certamente haveria entulhamento do texto da Constituição por uma série de propostas de iniciativa social que não têm durabilidade constitucional, que visam a atender a certas questões imediatas e que, portanto, não correspondem a valores permanentes, não se enquadram na generalidade das disposições constitucionais. Esta a primeira consideração.

A segunda é que talvez haverá oposição histórica entre decisões aqui assumidas sob pressão da participação e o processo eleitoral que designou uma representação incumbida de elaborar o texto constitucional.

Esta é uma matéria delicada. Não vou submetê-la a uma reflexão mais metodizada, mas acredito que isso seja objeto de discussão não apenas na nossa Comissão, mas também nas sucessivas reuniões em plenário, quando – estou certo – este assunto será profundamente examinado e esclarecendo, a fim de que a votação do novo texto constitucional se possa processar à luz de decisões menos emocionais, menos sujeitas a pressões participativas, que muitas vezes representam segmentos da população do povo brasileiro que, de certa maneira, não escampam as intenções desta representação, amparada por muitos milhões de votos populares.

Faço esta ponderação porque a julgo merecedora da atenção deste órgão, que está incumbido de refletir e fazer uma composição sobre os textos aqui trazidos, que podem sofrer de nossa parte certas objeções, porque não estamos vinculados apenas à idéia de coordenar as divergências, compor as contradições, preencher as deficiências. Temos também o direito de, nos nossos pareceres futuros, sugerir coisas, refletir nossas preocupações quanto ao número é à natureza global de todas as matérias que aqui chegarem ao conhecimento do nobre Relator, Constituinte Bernardo Cabral. Isso vai ser uma caudal, não só no aspecto propriamente literal, como no aspecto teórico, porque em grande parte será filosófico e meditativo o trabalho da nossa Comissão. Temos que trabalhar também nesse sentido.

Pedindo desculpas pelo alongamento destas considerações, agradeço mais uma vez à Deputada Sandra Cavalcanti as pertinentes ponderações. S. Ex.<sup>a</sup> é credora da minha afetuosa gratidão.

Concedo a palavra ao nobre Constituinte Milton Reis.

**O SR. CONSTITUINTE MILTON REIS:** – Sr. Presidente, a Deputada Constituinte Sandra Cavalcanti, sempre lúcida e competente, traz à discussão o problema referente à iniciativa popular na proposição de artigos e parágrafos ao texto da Constituição a ser elaborada. S. Ex.<sup>a</sup> acentuam-se as dificuldades para conferir trinta mil assinaturas. E claro que somente a memória de um computador nos poderia permitir, num prazo de 48 horas, checar a legitimidade das mesmas. Com a experiência que a caracteriza ao longo de sua vida pública, sempre brilhante. S. Ex.<sup>a</sup> pondera ser necessário que examinemos a possibilidade de um jeitinho brasileiro para a solução desse problema. E claro que, se recebermos uma idéia, uma proposta lúcida e pertinente, iremos aprova-la, dar-lhe o nosso apoio. Mas, se as iniciativas não forem a nosso ver, úteis, não iremos aprova-las.

Acho ser essa a maneira sensata de agirmos, porque não haverá meio material de analisarmos essas iniciativas populares, checarmos o número mínimo, estabelecido por lei, de 30 mil assinaturas, nos prazos exíguos que nos foram dados.

Por outro lado, louvando o trabalho do Sr. Presidente e do Sr. Relator, ressalto a judiciosa idéia concebida nos arts 8º e 10 no seu § 4º, bem como o art. 16, na letra b, porque, sem dúvida alguma, esses artigos e parágrafos irão regular, de fato e de direito, os trabalhos desta Comissão. Os 10%, consubstanciados no nº 9 e os 20% no nº 18, ainda terão maior validade e sabedoria, na ocasião da votação das emendas aprovadas nas Comissões e Subcomissões.

Evidentemente, se elas forem aprovadas, o Constituinte, membro desta Comissão, que apresentar destaque, tentando retirar uma ou outra do meio das aprovadas, certamente encontrará alguma dificuldade para isto. No fundo, temos aqui, no fundo, de prestigiar as comissões e subcomissões. Para as aprovadas, evidentemente, o número terá que ser de 18, ou seja 20%. Entretanto, com o espírito liberal que os advogados sempre possuem, determinou-se o número de 9, apenas serão necessários 10% para pedido de destaque para proposições que não tenham sido aprovadas nas suas respectivas comissões. O número é apenas de 9, exatamente tendo em vista, esse espírito liberal, para – quem sabe – aqui nesta Comissão, examinar-se novamente essa possibilidade de aproveitamento de alguma emenda que, quem sabe, possa ser aprovada, já que havia sido rejeitada na sua comissão ou subcomissão respectiva. Portanto, mais do que lógico, cartesiano raciocínio, pareceu-me muito lúcida a posição.

Ainda com referência à solicitação aqui feita pelos Constituintes Jamil Haddad e Gerson Peres, segundo a qual o número de nove, para fins de apoio, seria exagerado, acho que isso pode ser examinado. Houve uma objeção, que também me pareceu lógica, no sentido de quando o número seria examinado. Evidentemente, no momento em que o assunto for debatido, a Mesa pode requisitar o livro de presença, verificar quantos estão presentes, e se 10% comparecerem teremos uma posição conciliatória. Entretanto, isso não é im-

portante, e, sim, a fixação do número. Porém, se o desejar esta Comissão, também esta possibilidade poderá ser examinada.

O § b do art. 16 diz, de maneira explícita, da necessidade de 18 darem apoio, para fins de destaque, às proposições aprovadas nas comissões e subcomissões. Parece-me que tanto neste caso como no número de nove não podemos modificar, senão vamos tumultuar inteiramente o trabalho das Comissões Técnicas. Parecem-me razoáveis os números correspondentes a 10% e 20% para apoiarmos, pedirmos destaque de proposições aprovadas nas respectivas comissões e subcomissões, bem como das que foram rejeitadas. Desta feita, louvo o trabalho realizado que, penso, reflete o pensamento desta Comissão.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Obrigado a V. Ex.<sup>a</sup> pelas sugestões.

Concedo a palavra ao Constituinte Joaquim Bevilacqua, do PTB.

**O SR. CONSTITUINTE JOAQUIM BEVILACQUA:** – Sr. Presidente, queria voltar à questão preliminar – estou sendo redundante –, aqui levantada pela Constituinte Sandra Cavalcanti, no tocante à forma de inscrição. Eu, por exemplo, cheguei à Comissão e me inscrevi muito antes do nobre Constituinte Milton Reis, a quem ouvi com muito respeito. Entretanto, como parece que houve duas ou três formas de inscrição, estou falando depois, o que, aliás, foi bom, porque pude haurir os ensinamentos de S. Ex.<sup>a</sup>. Mas queria ponderar à Mesa no sentido de que a primeira decisão que deve tomar e com relação à forma de inscrição, senão será absolutamente impossível à Comissão de Sistematização, por uma ironia até, sistematizar seus trabalhos. Tivemos aqui, antes da chegada de V. Ex.<sup>a</sup> – e não por culpa do ilustre, Presidente nem do nobre Relator –, um excesso de liberalismo na forma do debate, não por princípio anárquico, como aqui se levantou, mas porque realmente não tínhamos um ordenamento sequer de inscrição.

Apóio a sugestão do nobre Deputado Siqueira Campos no sentido de que quem quiser falar vá até a Mesa e se inscreva. É mais fácil do que um funcionário sair aleatoriamente colhendo inscrições, sem que se saiba o que será discutido.

Em segundo lugar, o PTB, a exemplo do que ocorreu com o PL com o PFL, com o PC do B, com o próprio PMDB e, ao que parece, até mesmo com o PDS – porque o Constituinte Virgílio Távora se manifestou –, não foram ouvidos a respeito dessa disposição preliminar de trabalho. Apesar de na primeira reunião desta Comissão ter sido o representante do PTB quem sugeriu que realmente houvesse um arcabouço – aliás, muito bem elaborado pelo Constituinte Antonio Carlos Konder Reis, cujo trabalho me parece da maior eficiência, muito bem sistematizado, muito orgânico e, agora, objeto de um substitutivo também muito bem elaborado – tenho algumas pequenas divergências que, a título de colaboração, vou mencionar.

Já falei a respeito da primeira, uma simples questão de redação, no art. 3º, inciso VIII, quando há, no mesmo período, na mesma frase, uma repetição desnecessária da palavra tempo. Acho que também somos uma Comissão de Redação.

Não sou um filólogo, um especialista em português, mas, de qualquer modo, **en passant** pude notar o que me pareceu uma redundância.

Em segundo lugar, no que tange ao art 8º, mantenho minha posição – que é a mesma dos Constituintes Bonifácio de Andrada e Siqueira Campos –, em que pese, repito, tenha entendido perfeitamente os objetivos do nobre Relator e do Constituinte Adolfo Oliveira e daqueles que o auxiliaram, segundo o qual não se pode substituir o titular. A titularidade é uma só. Ainda que muitos suplentes trabalhem mais do que os efetivos, ainda que muitos vices trabalhem mais do que os presidentes, suplente é suplente, vice é vice. É uma questão que envolve até um problema de representatividade partidária. Se o Líder entender – e o Regimento assim o permite – que o titular não está tendo um comportamento à altura, poderá substituí-lo por um outro nome. Temos tido problemas de **quorum** em algumas Subcomissões temáticas.

Concedo o aparte ao nobre Relator.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Quem sabe se o inciso VIII do art 3º poderia ficar com a seguinte redação:

“Advertir o orador ou apartante quanto ao tempo de que dispõe, não permitindo que ultrapasse aquele fixado nas deliberações.”

**O SR. CONSTITUINTE JOAQUIM BEVILACQUA:** – Perfeito. Estou de acordo com V. Ex.<sup>a</sup>. Esta questão esta superada.

Apenas mais um probleminha, atendendo até a imagem da Comissão, e que sempre foi minha preocupação.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup> a contribuição, com a qual concordo.

**O SR. CONSTITUINTE JOAQUIM BEVILACQUA:** – Muito obrigado a V. Ex.<sup>a</sup>.

Quanto à questão do art 8º, parece-me que temos aí, inclusive, uma superposição de dispositivos regimentais da Constituinte. Não sei se poderíamos aqui, na Comissão de Sistematização, instituir tal norma um tanto ou quanto draconiana. É justo, reconheço, o suplente vir, discutir, participar do processo de discussão – como bem salientou o nobre Constituinte José Genoíno, que faz parte do processo de votação – e, na hora de votar, o titular é quem o faz. Esta é a essência da representatividade: o titular é titular, o suplente é suplente; sendo que este último não deixa de ser o substituto eventual do titular.

Com relação ao art. 10, inciso IV, são poucas as questões em que há uma certa dissensão ou divergência, que, parece-me, são importantes. Tal artigo foi referido há pouco pelo Deputado Milton Reis e, no início da discussão, pelo Deputado Bonifácio de Andrada. Eu também entendo que deveria ser feita uma redução nesse número para o apoio, até porque sabemos que, com 24 subcomissões, a Câmara, Senado e o Congresso em funcionamento, com sessões extraordinárias, inclusive, é muito difícil, em que pese ao esforço de todos, multiplicarmos para estar presentes. Então, o **quorum** é sempre eventual e baixo. A Mesa e os que elaboraram o substitutivo foram sábios ao estabelecer o **quorum** de 18 membros para o funcionamento da Comissão, porque nas Comissões temáticas, exigindo-se o **quorum** de

maioria, não esta havendo número suficiente de Parlamentares Constituintes, impossibilitados que estão, devido a uma série de problemas. Assim sendo, julgo que o apoioamento de verificação e rotação de nove Constituintes presentes poderia ser reduzido. Quanto ao número, deixo ao critério sempre elevado e isento do nobre Relator e do nobre Presidente. Não tenho uma idéia fixa se para seis ou cinco, penso apenas que se deveria reduzir um pouco esse **quorum**, dado que temos um grande número de partidos minoritários.

O mesmo argumento expendo em relação ao art. 16, letra **b**, divergindo, **data venia**, do ilustre Constituinte Milton Reis e apoiando a emenda do Constituinte Bonifácio de Andrada.

Da mesma forma, no art. 17, **caput**, na parte final, onde diz que “é facultada a apresentação de requerimentos de encerramento da discussão, após falarem quatro oradores, dois favoráveis, dois contra”, acompanho a proposta do Constituinte Bonifácio de Andrada, ampliando para oito, quatro favoráveis, quatro contra.

No § 1º do mesmo artigo, houve a sugestão de se incluir no final a expressão “com apartes”, dado que o Relator terá vinte generosos e necessários minutos para se manifestar. Que pelo menos ele possa conceder apartes, até para melhor esclarecimento, não só da Mesa, como dos próprios membros da Comissão. Então, no final, incluíamos, “a palavra por vinte minutos ao Relator”, mas assegurando, também, os apartes aos membros da Comissão presentes.

Com relação ao § 2º, a proposta é de que se retire a expressão final “sem encaminhamento” e conste:

“Encerrada a discussão, será dada a palavra ao Relator por até vinte minutos, procedendo-se em seguida a votação do parecer.”

Retirar a possibilidade de encaminhamento da votação é uma solução um pouco autoritária e contrária à praxe parlamentar, já instituída e consagrada ao longo dos tempos. Não se trata de “encaminhamento” no sentido de obstruir ou de conturbar os trabalhos, mas de esclarecer um ou outro ponto que possa não ter ficado bem claro, tanto na exposição do Relator, quanto nos eventuais apartes resultantes.

São três propostas que apresento com relação ao art. 17. A primeira, no **caput**, de quatro para oito oradores, que favorece, inclusive, a orientação da Mesa com relação ao posicionamento do Plenário, com todas as correções podendo manifestar-se. No § 1º, incluir a possibilidade do aparte. Aliás, o Relator tem sido generoso nas suas falas, sempre permitindo o aparte. Apenas consagraríamos este procedimento no nosso projeto de deliberação. E no § 2º, retirar a expressão “sem encaminhamento” e talvez incluir, para impedir, no caso o abuso, o tempo de um ou dois minutos para o encaminhamento. Um prazo bem pequeno para que não haja tergiversação, fuga em relação ao que se busca obter.

Finalmente, no art. 18 § 3º – e é a última observação que faço – também acompanho o Constituinte Bonifácio de Andrada. Retirar-se a expressão “novo Projeto de Constituição” deixando somente “Projeto de Constituição”. Era apenas esta observação, mais de caráter redacional.

De resto, Sr. Presidente, quero congratular-me não só com o Constituinte Antôniocarlos Konder

Reis, que teve essa louvável iniciativa de tentar sistematizar os trabalhos da Comissão de Sistematização, como também com o nobre Relator Bernardo Cabral, com a Constituinte Sandra Cavalcanti, com o Constituinte Adolfo Oliveira, enfim, com todos aqueles que participaram dando subsídios muito valiosos ao nosso Plenário.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Muito obrigado a V. Ex.<sup>a</sup> pelo seu oportuno e contributivo discurso.

Tem a palavra o Constituinte Raimundo Bezerra.

**O SR. CONSTITUINTE RAIMUNDO BEZERRA:** – Sr. Presidente, estávamos sugerindo a nobre Constituinte Sandra Cavalcanti que, em relação às assinaturas nas emendas populares, podia ser feita apenas uma verificação por amostragem, digamos, do número um ao número quinhentos ou mil. Outra proposição é no sentido de se começar do número cinco mil até o seis mil. Estatisticamente, é mais do que válido. Se existir, por exemplo, um erro de 10%, a proposta será rejeitada. Estatisticamente a segurança é absoluta só por amostragem. Em vez de se conferir trinta mil assinaturas, conferem-se quinhentas mil assinaturas. De acordo com parecer do próprio pessoal encarregado da verificação estatística, a medida reduziria substancialmente todo esse trabalho e é muito provável que o prazo de quarenta e oito horas fosse suficiente, se esse artifício legal for obedecido.

**A SRA. CONSTITUINTE SANDRA CAVALCANTI:** – Sr. Constituinte Raimundo Bezerra. V. Ex.<sup>a</sup> concede-me um aparte?

**O SR. CONSTITUINTE RAIMUNDO BEZERRA:** – Com muito prazer.

**A SRA. CONSTITUINTE SANDRA CAVALCANTI:** – Quero apenas aduzir mais uma hipótese para se trabalhar a responsabilidade da Comissão de Sistematização. É bem provável, quase certo, que várias dessas emendas populares que estão chegando digam respeito a assuntos também objeto do esforço e do trabalho, não só individual dos Constituintes, mas das Subcomissões. É bem possível que várias dessas emendas venham a coincidir em intenções, em substância, com textos que, a esta altura, já estão sendo incorporados aos relatórios das Subcomissões Temáticas e, certamente, já sendo digitados pelo PRODASEN.

Então, talvez pudéssemos, nas nossas normas, estabelecer que, sempre que uma emenda popular, trazida por três entidades associativas reconhecidas e acompanhadas de mais de trinta mil assinaturas, incidir sobre matéria constitucional já proposta e aprovada nos relatórios das Subcomissões, seja acrescentada sem necessidade dessa verificação, uma vez que coincide a matéria.

Tenho uma emenda já pronta para apresentar nesse sentido, para que figure como um parágrafo no art. 15, dispensando desde logo, a Comissão de Sistematização de fazer essa verificação, uma vez que se trata de matéria apresentada também por legítimos representantes do povo, os Constituintes, que estão em Brasília com essa incumbência. (Muito Bem!)

**O SR. CONSTITUINTE JOAQUIM BEVILACQUA:** – Permita-me uma pequena ilação. A proposta da colega é muito válida. A intervenção da nobre Constituinte Sandra Cavalcanti, embora esclarecendo a questão sob outro ângulo, não elide a proposição do Constituinte Raimundo Bezerra, que também considero muito interessante. Realmente, faz-se uma amostragem tomando-se vários segmentos da listagem, conferindo-se as assinaturas, no começo, no meio e no fim. Apóio esta proposta, assim como a da Constituinte Sandra Cavalcanti.

**A SRA. CONSTITUINTE SANDRA CAVALCANTI:** – Havendo coincidência dispensa-se o trabalho de verificação.

**O SR. CONSTITUINTE JOAQUIM BEVILACQUA:** – In limine, já afasta.

**O SR. CONSTITUINTE RAIMUNDO BEZERRA:** – É uma simplificação dos trabalhos...

**A SRA. CONSTITUINTE SANDRA CAVALCANTI:** – ...usar-se o processo de amostragem.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o Relator acolhe a sugestão do Constituinte Raimundo Bezerra, acoplada a emenda aditiva – se assim podemos considerar – da Constituinte Sandra Cavalcanti. Acolhidas ambas as sugestões, aceito as ponderações do eminente Constituinte Milton Reis e traço uma análise sobre o que falou, sempre com muita propriedade, o Constituinte Joaquim Bevilacqua.

A idéia em relação ao art. 8º não foi, se observado com algum cuidado, a de retirar do titular sua categoria. Ouvi alguns constituintes – o que é natural numa discussão feita às pressas – suporem que seria possível ao suplente, chegando à reunião às nove horas, barrar o direito do titular. Ficou esse entendimento, quando, na verdade, não é correto. Ficou estabelecido que, quando o Presidente anunciar a Ordem do Dia, convocará para participar dos trabalhos os suplentes que estejam com assinaturas no livro próprio. Quais suplentes? Aqueles cujos titulares estejam ausentes. Se eventualmente o suplente tiver chegado aqui às 9 horas, às 9h30m chegar o titular e a Ordem do Dia só ocorrer às 10 horas, é evidente que o Presidente da Comissão de Sistematização não dará a palavra ao suplente para que ele discuta e possa votar, estando aqui presente o titular. A idéia foi essa, por uma razão muito simples. Discuti muito esse artigo com o Deputado Adolfo Oliveira. As inquietações que assaltaram a maioria desta Casa também nos atingiram. Estávamos preocupados se não haveria a possibilidade de se retirar do titular um direito que era seu. A idéia inicial era a de forçar – a verdade é esta – o titular a chegar aqui na hora, porque no instante em que esta comissão tiver no seu seio os anteprojetos oriundos das Comissões temáticas, se não tivermos aqui, desde o início, uma maioria que a faça funcionar, para que os debates sejam travados dentro do maior nível, podemos correr o risco de haver falta de **quorum**. Daí esse arcabouço prever o funcionamento mínimo da comissão para sua instalação e, depois, para discussão e votação. Temos de considerar isso. É forçoso fazê-lo. Esta não é uma comissão técnica como da Câmara e do Senado, bastando para tanto atentarmos para seu enorme volume de partici-

pantes. Não temos nenhuma Comissão técnica na Câmara dos Deputados ou no Senado Federal, que funcione com 93 membros. Era esta a idéia. Mas a Comissão rebateu bem o assunto, sobretudo através da participação dos vários companheiros. Sobre este ponto, o eminente Deputado Egídio Ferreira Lima apresentou uma emenda que de logo considere pertinente. Logo que ele a torne viável e a encaminhe a Mesa, não há por que não a estudarmos. A idéia é aprimorar, e não dificultar os trabalhos.

O eminente Constituinte Joaquim Beviláqua ainda fez uma observação sobre o art. 10, inciso IV. Ele acha que a verificação de votação com o apoio de nove integrantes talvez retire da minoria a possibilidade...

**O SR. CONSTITUINTE JOAQUIM BEVILÁQUA:** – Permita-me apartea-lo, nobre Relator, para melhor esclarecer o meu pensamento sobre este assunto. Veja V. Ex.<sup>a</sup> – que foi quem constatou isso: estabeleceu-se um **quorum** mínimo de dezoito constituintes que achei muito apropriado, dada a multiplicidade dos afazeres dos constituintes. Então, nove é a metade. Estamos estabelecendo aqui a verificação de votação com metade do **quorum** mínimo admitido para o início dos trabalhos.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Não havia metade, mas dez por cento do total.

**O SR. CONSTITUINTE JOAQUIM BEVILÁQUA:** – Ou metade do **quorum** mínimo.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Não é possível que não tenhamos para os nossos trabalhos pelo menos cinquenta constituintes. Seria um desrespeito para com o povo se esta Comissão não os colocasse aqui.

**O SR. CONSTITUINTE JOAQUIM BEVILÁQUA:** – Teríamos vinte por cento...

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – A idéia, ilustre Constituinte Joaquim Beviláqua, foi permitir que esta Comissão trabalhasse sem o vazo, que freqüentemente se verifica nas outras, de se pedir uma verificação de votação e esvaziar os seus trabalhos. Não foi outro o sentido. Se porventura a maioria entender que é melhor corrigi-lo, o Relator não tem nada a opor.

**O SR. CONSTITUINTE JOAQUIM BEVILÁQUA:** – Sei que V. Ex.<sup>a</sup> é sempre muito claro e não oculta nada. Estou aqui me louvando nos ensinamentos e conselhos do venerando mestre Afonso Arinos de Melo Franco quando disse que decidíssemos na primeira reunião desta Comissão no sentido de dizer sempre aquilo que pensamos e propor aquilo que realmente seja objeto do nosso pensamento, e nunca ocultar nada. Entendo e sei que a intenção é esta. Entendi da mesma forma com relação ao art. 8º. Mas, na prática, isso pode resultar numa distorção desse nobre objetivo do ilustre Relator.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – V. Ex.<sup>a</sup> ainda adverte para o problema do § 2º, quando diz que, “encerrada a discussão, será dada a palavra ao Relator, se este o desejar, por até vinte minutos, procedendo-se, em seguida, à votação de parecer, sem encaminhamento”. Aí V. Ex.<sup>a</sup> corrige, com muita oportunidade, o que se pretendeu

evitar, ou seja, o abuso. V. Ex.<sup>a</sup> então sugere que se retire a expressão “sem encaminhamento” e que se coloque “um minuto”, para evitar o abuso. Estou de pleno acordo com V. Ex.<sup>a</sup>, e acho que é uma forma democrática. Sei que esse minuto não será cumprido, porque ninguém poderá fazê-lo nesse tempo. O abuso vai continuar, mas, para que não se coloque a forma democrática abaixo de uma eventual discordância, o que pode ser considerado ditatorial, acolho o que V. Ex.<sup>a</sup> propõe.

**O SR. CONSTITUINTE JOAQUIM BEVILÁQUA:** – Com relação ao § 1º, indago de V. Ex.<sup>a</sup>. É sobre o aparte.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Estou de pleno acordo.

**O SR. CONSTITUINTE JOAQUIM BEVILÁQUA:** – V. Ex.<sup>a</sup> considerou o aparte?

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sim. Acho que, inegavelmente, o aparte é conveniente, nessa hora. Pediria apenas a V. Ex.<sup>a</sup>, nobre Constituinte Joaquim Beviláqua, para formalizar a sua proposta.

**O SR. CONSTITUINTE JOAQUIM BEVILÁQUA:** – Sr. Relator, não pretendo formalizar a minha proposta e vou dizer a V. Ex.<sup>a</sup>. Por quê. Não faço questão da sua autoria, porque como é V. Ex.<sup>a</sup> quem vai elaborar o trabalho, e já que está concordando com o que proponho, muito me honraria se subscrevesse a autoria dessa sugestão.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, gostaria apenas de fazer uma sugestão à Comissão – que logo no início, foi lembrada, com muita oportunidade, pelo Constituinte Ademir Andrade.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Pois não.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Proporia então, Sr. Presidente, que as sugestões de emendas pudessem ser feitas até o dia 12 de maio, terça-feira, às 10h da manhã, e que discussão e votação fossem feitas no dia 14, quinta-feira, às 9h da manhã. Assim teríamos tempo para a apresentação das emendas, o que ocorreria até terça-feira e, depois, disporíamos de 48 horas para sobre elas nos debruçarmos e as trazer para discussão e votação. Seria até o dia 12, ao invés de até o dia 11, como em princípio, tínhamos imaginado. Até o dia 11 seria um tempo um pouco curto, porque o Constituinte não disporia da segunda-feira para mandar datilografar as emendas em seu gabinete. Então, as entregaríamos na terça-feira, dia 12, e no dia 14 o Relator, com seus ilustres auxiliares, ou melhor, com os demais Relatores que o ajudam, trariam para o plenário, às 9h de quinta-feira, dia 14, o resultado do parecer. É uma sugestão que submeto à apreciação de V. Ex.<sup>a</sup> e do Plenário.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FREIRE:** – Sr. Presidente, peço a palavra para fazer algumas considerações a respeito do art. 15.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Perdoe-me, mas as considerações de V. Ex.<sup>a</sup> estão ligadas à proposta de prazos que o Relator acaba de fazer?

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FREIRE:** – Sim.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FREIRE:** – Com relação às preocupações da ilustre Constituinte Sandra Cavalcanti, realmente o prazo é exigüo – 24:00 horas – para conferir 30 mil assinaturas. Não é fácil, principalmente sabendo-se que o Prodasen, segundo pesquisas já feitas, não dispõe de digitadores para processar, em tempo hábil, o número desses eleitores para os computadores do Tribunal Superior Eleitoral, para que, logo em seguida, dentro de quarenta e oito horas, possa ser convocada extraordinariamente, pelo Substitutivo ao Projeto de Resolução nº 1/87-CS, uma comissão, com o objetivo de apreciar a emenda popular.

Eu gostaria de lembrar, também, principalmente à ilustre companheira Sandra Cavalcanti, que tenho aqui o Regimento da Constituinte, cujo item ou alínea, estabelece que além das 30 mil assinaturas, abonadas pelas três entidades registradas da região, seja a proposta subscrita, ainda, por um Constituinte, para que tenha andamento.

**O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE:** – Não é obrigado – art. 24.

**O SR. CONSTITUINTE ADOLFHO OLIVEIRA:** – Só se não for acolhida.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FREIRE:** – Exato. Só se não for acolhida. Eu não me lembrava, por isso pedi o socorro da Mesa e dos colegas. Preocupo-me também com isto, porque estou, como o Constituinte Siqueira Campos, companheiro do Estado de Goiás, envolvido com a criação do Estado do Tocantins. Não vão chegar aqui apenas trinta mil assinaturas numa emenda, mas, talvez, oitenta mil, porque há consenso e conscientização naquela região. Os prefeitos, os vereadores e – para se ter uma idéia – todos os presidentes de partidos políticos do meu Estado adotam a emancipação política do Tocantins, bem como todos os deputados estaduais, sem exceção. Na bancada federal parece-me que apenas um Constituinte tem objeções, porém os outros adotam a criação do Estado do Tocantins. Assim, vão chegar, aqui, oitenta mil assinaturas. Essa emenda será subscrita também, se possível, pelo Constituinte Siqueira Campos e por este que fala neste instante.

Até parece que eu estava adivinhando as preocupações da Constituinte Sandra Cavalcanti. Também estava preocupado com o fato de que pudesse haver um dispositivo desses nas normas. A Comissão para a criação do Estado do Tocantins, em Goiás, é partidária. Ela é comandada por um Desembargador. E o Presidente dessa Comissão é um juiz federal. Estamos nos deslocando para o interior; aos sábados e domingos as comissões se reúnem. Usamos o impresso próprio e ninguém assina nele se não levar o título de eleitor.

Sr. Presidente, há recomendações também para que todas as assinaturas colhidas tenham o visto do juiz eleitoral, bem como o carimbo do Cartório Eleitoral. Embora o art. 24 não faça essas exigências, foi exatamente pensando que, aqui, num processo exigüo como este, poderão não

ser aferidas as assinaturas, a fim de se constatar se são ou eleitores que adiantamos essa medida.

De forma que é possível que cheguem lista de alguns municípios que não tenham a declaração do juiz eleitoral de que todas as assinaturas são realmente de eleitores.

Por isto junto as minhas preocupações às da Constituinte Sandra Cavalcanti. E peço ao Relator para conferir. Não sei se com o "jeitinho" brasileiro, como diz a nossa colega mas que se de condições a esta Comissão, para que ela se possa armar e se prevenir para constatar essas assinaturas no prazo estabelecido, porque, do contrário, frustraria a aspiração de milhares de pessoas. No caso do Estado do Tocantins, se porventura a emenda vier a ser rejeitada nesta Comissão, ela terá, de imediato, a minha assinatura, e a do Constituinte Siqueira Campos e, tenho certeza, que a de muitos outros Parlamentares do Centro-Oeste que integram esta Comissão.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Permite-me V. Ex.<sup>a</sup> um aparte, Deputado José Freire?

**O SR. JOSÉ FREIRE:** – Com muito prazer.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sabe V. Ex.<sup>a</sup> que inclusive teria a minha assinatura.

**O SR. JOSÉ FREIRE:** – Muito obrigado, ficamos muito honrados com a manifestação de V. Ex.<sup>a</sup>. De maneira que estou preocupado com relação a emenda do Estado do Tocantins, e tenho certeza de que ela será igualmente motivo de preocupação para a Presidência, seu Relator, seu Vice-Presidente, bem como para os integrantes desta Comissão. E estamos portanto fazendo essas recomendações, a fim de não ser preciso lançar mão do computador do TSE, porque já vamos ter a assinatura, o visto, a declaração do Cartório Eleitoral, e, se possível, do próprio juiz eleitoral. Estas as recomendações que estamos fazendo.

Quis fazer este registro, Sr. Presidente, para me solidarizar com a Constituinte Sandra Cavalcanti e, naturalmente, advertir também o nosso Relator e a própria Presidência da Comissão com relação a essas preocupações que não são apenas dos componentes, lá, do Estado do Tocantins, mas que devem ser também de todos os integrantes desta Comissão.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – O Relator tem algum assunto a comunicar?

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, anotei a preocupação do Constituinte José Freire e já a arrolei com a da ilustre Constituinte Sandra Cavalcanti e com a do Constituinte Raimundo Bezerra.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Recebi do nobre Vice-Presidente uma indicação sobre o prosseguimento dos nossos trabalhos com a fixação de sugestões sobre as respectivas datas. Eu pediria a S. Ex.<sup>a</sup> que usasse da palavra para apresenta-las e dar as justificativas.

**O SR. CONSTITUINTE ALUIZIO CAMPOS:** – Foram apresentadas proposições a respeito da concessão de prazos para apresentação de emendas. Estamos sugerindo ao nobre Presidente que o prazo para apresentação de emendas seja concedido até o dia 11, na próxima segunda-feira. Nos dias 13 e 14, às 9:00 horas da manhã, aqui

neste mesmo local, haveria a discussão e votação do projeto. Depois da votação, o Presidente, então, anunciará o prazo que terá o Relator para apresentar a redação final. Já nos entendemos com o Senado e esses dias estarão disponíveis.

**A SRA. CONSTITUINTE SANDRA CAVALCANTI:** – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente, a entrega ficou estabelecida para o dia 11 ou 12?

**O SR. CONSTITUINTE ALUIZIO CAMPOS:** – A minha sugestão é para o dia 12.

**A SRA. CONSTITUINTE SANDRA CAVALCANTI:** – Sr. Presidente, e muito importante que seja no dia 12, porque dia 11 é segunda-feira.

**O SR. CONSTITUINTE ALUIZIO CAMPOS:** – No dia 12, porque a Secretaria precisará de um prazo de, pelo menos, 48 horas para examinar e catalogar as emendas, e o Relator também terá de examiná-las e dar seu parecer. Então, o fim de semana poderá ser aproveitado...

**A SRA. CONSTITUINTE SANDRA CAVALCANTI:** – Não é questão de fim de semana, Sr. Presidente, perdoe-me a impertinência. É que segunda-feira é o dia em que muitos normalmente retornam dos Estados – para onde vão por costume e até por obrigação – e é o dia em que temos de mandar datilografar e entregar nossos trabalhos. Talvez pudéssemos marcar isto para o dia 12, pela manhã, até o meio-dia. Nesse caso a Comissão de Sistematização teria tempo para examinar.

**O SR. CONSTITUINTE ALUIZIO CAMPOS:** – A sugestão seria a de que tivéssemos amanhã, sexta-feira, sábado e domingo, quatro dias para a apresentação de emendas. Somente a partir do dia 13, dois dias depois, é que se iniciaria a discussão do projeto com as emendas. Queremos, naturalmente, atender às conveniências.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sugerir os dias 12 e 14 porque o Presidente Afonso Arinos é um dos presidentes de honra do Seminário Internacional para Constitucionalismo e Democracia, integrado por vários professores do exterior. Um dos expositores é o Dr. Guy Hermet, da França; vem outro dos Estados Unidos e um terceiro da Inglaterra; no dia 13 pela manhã – o Presidente da Mesa deste Seminário é este humilde Relator que está a falar – o expositor é professor da Universidade de Yale; o outro é de Nova Iorque, é o terceiro e aqui do Brasil, o Procurador-Geral da República, sobre o Sistema de Governo, Presi-

dencialismo ou Parlamentarismo. Como, nesse seminário, a presença do professor Senador e Constituinte Afonso Arinos é indispensável, devemos os dois faltar no dia 14; mas se faltarmos dias 13 e 14 ficará muito difícil. Com não há prejuízo para o dia 13, poderemos fazer a discussão e votação no dia 14. Agora, ficaria apenas pendente o prazo para apresentação de emendas se até o dia 11 ou 12.

**O SR. CONSTITUINTE MILTON REIS:** – Pode ser até o dia 12.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Então, fica o dia 12.

**O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE:** – Sr. Presidente, Sr. Relator, gostaria de tirar uma dúvida. Pela proposta do Sr. Relator, após o prazo de recebimento e relatório, as emendas já virão ao Plenário para os processos de discussão e votação imediatas. Pela proposta do Constituinte Aluízio Campos, seria um processo de discussão; pela proposta do Sr. Relator – parece-me – não há definição de quando seria a votação.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Será no dia 14, às 9:00h.

**O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE:** – Gostaria, inclusive, de recomendar – vi a matéria no Regimento Interno – que na sexta-feira, mesmo que tivéssemos reunião, nunca fosse colocada Ordem do Dia. Na prática, por mais que queiramos – temos que enfrentar a realidade dos fatos –, é impossível haver **quorum** na sexta-feira.

**A SRA. CONSTITUINTE SANDRA CAVALCANTI:** – Tem razão, nobre Constituinte.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – O prazo para a apresentação das emendas terminaria no dia 12, quinta-feira, às 10:00h da manhã, e não sexta-feira. É justamente o que estava explicando ao Sr. Constituinte Ademir Andrade.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Posso considerar que os componentes da Comissão presentes assentiram nesta solução? (Pausa.) Então, está aceita a proposta, sempre na suposição de que o plenário do Senado esteja livre para o uso da Comissão.

Nada mais havendo a tratar, e considerando que já passa do meio-dia, dou por encerrada a reunião. Muito obrigado.

#### CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA SUMÁRIO

Data	Origem/Ofício nº	Assunto	Destino
09-4	Univ. Fed. de SC-OF. Nº 4/87	Subsídios para Constituição	Presidente Relator
14-4	União Bras. de Infor. Pública	Informática e Constituinte	Relator
14-4	Telegrama do Pres. A.N.C.	Homenagem ao Estadista Tancredo Neves	Presidente
22-4	Gab. Gov. Est. Alagoas/OG 241	Proposição Constituição Servidor Público – Pagamento	Relator

04-5	Encontro Nacional de Entidades Defesa Consumidor	Consumidor – Direitos	Presidente
04-5	Carneiro Lim – Fortaleza/CE	Constituição – Elaboração	Presidente
04-5	Pres. A.N.C – Of. N° 234/87	Constituição – Elaboração Constituinte Marcondes Gadelha	Presidente
05-5	Telegrama – S.O.S. Corpo – PE	Direito Mulher – Apoio manifesto	Presidente
05-5	1° Secretário da A.N.C	Assessoramento – Serviço	Presidente Relator
05-5	Pres. A.N.C – Of. n° 259/87	Subsídios para Constituição Constituinte Maurício Fruet	Presidente

*Anexo II da Ata da Reunião do dia 7-5-87*

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE  
RESOLUÇÃO N° 1/087-CS,  
Do Senhor Constituinte  
Antônio Carlos Konder Reis

**Estabelece normas de trabalho  
do órgão, e dá outras providências.**  
**Relator: Constituinte Bernardo Cabral**

DELIBERAÇÃO N° , DE 1987

**Estabelece normas de trabalho  
do órgão, e dá outras providências.**

A Comissão de Sistematização, na forma do artigo 21, do Regimento Interno da Assembleia Nacional Constituinte, aprovou e manda-se publicar a seguinte deliberação:

Art. 1° A Comissão de Sistematização reunir-se-á em dependências do Congresso Nacional, preferentemente no Plenário do Senado Federal.

**Da Presidência**

Art. 2° O Presidente é o representante da Comissão, coordenando e supervisionando os seus trabalhos e a sua ordem, com a colaboração e assistência dos demais integrantes da Mesa, tudo na conformidade dessa deliberação.

§ 1° O Presidente será substituído em suas faltas ou impedimentos, sucessivamente pelo 1° e pelo 2° Vice-Presidentes.

§ 2° Na hipótese prevista no § 6° do artigo 2°, combinado com os §§ 8° e 9° do artigo 13 do Regimento Interno da Assembleia Nacional Constituinte, proceder-se-á como ali enunciado.

Art. 3° São atribuições do Presidente, além das que estão expressas nesta deliberação, ou decorram da natureza de suas funções ou prerrogativas, e quanto às reuniões da Comissões:

I – presidi-las, mantendo a ordem e a solenidade no recinto;

II – cumprir e fazer cumprir esta deliberação e o Regimento Interno da Assembleia Nacional Constituinte;

III – conceder a palavra;

IV – solicitar ao orador que declare, quando for o caso, se vai falar a favor da proposição ou contra ela;

V – interromper o orador que se desviar da questão, falar contra o vencido, ou faltar à consideração à Mesa ou ao Plenário da Comissão, a membro dos Poderes Públicos e à Assembleia

Nacional Constituinte, advertindo-o, em caso de insistência, retirando-lhe a palavra:

VI – determinar o não-apanhamento de discurso, ou aparte, pela Taquigrafia;

VII – suspender ou levantar a reunião, quando entender necessário;

VIII – advertir o orador ou a parteante quanto ao tempo de que dispõem, não permitindo que ultrapassem o tempo fixado nesta deliberação;

IX – decidir conclusivamente as questões de ordem e as reclamações;

X – anunciar a Ordem do Dia e o número de Constituintes presentes;

XI – submeter à discussão e votação a matéria a isso destinada, estabelecendo o ponto da questão sobre o qual deva ser feita a votação;

XII – anunciar o resultado da votação;

XIII – designar a Ordem do Dia das reuniões;

XIV – convocar as reuniões da Comissão e prorrogá-las, de acordo com esta deliberação.

Parágrafo único. O presidente terá voto em todas as deliberações da Comissão; em caso de empate, prevalecerá seu voto.

**Das reuniões**

Art. 4° As reuniões, ordinárias ou extraordinárias, terão a duração de 3 (três) horas, podendo ocorrer sua prorrogação a critério do presidente.

Art. 5° As reuniões ordinárias serão realizadas às terças, quartas e quintas-feiras às 9:00h da manhã, e as extraordinárias serão convocadas pelo Presidente, de ofício, ou a requerimento de 1/3 dos integrantes da Comissão.

Parágrafo único. Quando não figurar em pauta matéria constitucional, projeto de decisão ou projeto de resolução sobre consulta plebiscitária, a Comissão de Sistematização reunir-se-á ordinariamente, apenas às quartas-feiras.

Art. 6° Os trabalhos da Comissão serão iniciados com a presença de no mínimo 18 (dezoito) de seus integrantes, e obedecerão à seguinte ordem:

I – votação, com qualquer número, da ata da reunião anterior, distribuída em cópias aos membros da Comissão, permitida sua retificação por escrito;

II – leitura sumária do expediente;

III – comunicações da presidência e do relator;

IV – Ordem do Dia: leitura, discussão e votação de requerimentos, relatórios, pareceres e outras proposições.

Art. 7° O comparecimento dos integrantes da Comissão verificar-se-á pelo livro de assinaturas,

aberto 30 (trinta) minutos antes do início da reunião.

Art. 8° Os suplentes partidários da Comissão serão convocados pelo presidente, ao anunciar a Ordem do Dia, a participar dos trabalhos de cada reunião, obedecida a ordem de suas assinaturas no livro próprio, e em número correspondente aos dos respectivos titulares ausentes, que não mais poderão assumir seus lugares na mesma reunião.

Art. 9° Das atas das reuniões, que serão publicadas no *Diário da Assembleia Nacional Constituinte*, deverão constar:

I – hora e local da reunião;

II – nome dos membros presentes e dos ausentes;

III – resumo do expediente;

IV – registro dos debates ocorridos e decisões adotadas.

Parágrafo único. O presidente adotará as necessárias providências para o registro taquigráfico e a gravação dos trabalhos da Comissão de Sistematização.

**Dos Trabalhos**

Art. 10. Serão verbais ou escritos, e imediatamente despachados pelo Presidente, os requerimentos que solicitem:

I – a palavra, ou a sua desistência;

II – leitura de qualquer matéria sujeita ao conhecimento da Comissão;

III – observação de dispositivos desta Deliberação;

IV – verificação de votação, com o apoio de 9 (nove) integrantes da Comissão;

V – retirada, pelo autor, de requerimento;

VI – informações sobre a Ordem do Dia.

Art. 11. Serão escritos, não terão discussão nem encaminhamento, e dependerão de deliberação do Plenário da Comissão, os requerimentos que solicitem:

I – votação destacada de emenda, com o apoio previsto no artigo 16, letras a e b;

II – votação de matéria artigo por artigo, ou de emendas, uma a uma;

III – prorrogação de prazo, para apresentação de parecer, pelo Relator.

IV – encerramento de discussão, tendo usado da palavra pelo menos 4 (quatro) oradores, sendo 2 a favor e 2 contra;

V – preferência;

VI – votação pelo processo nominal;

VII – adiamento de votação e discussão.

CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA  
SUMÁRIO

Data	Origem/Ofício nº	Assunto	Destino
22-4	Telex Sr. Ministro Trabalho	Cumprimentos de Posse	Presidente
23-4	1º Secretário da A.N.C Of. nº 30/87	Fornecimento de publicações	Presidente Relator
23-4	1º Secret. da A.N.C	Listagem Gerentes PRODASEN	Relator
24-4	Telegrama 1º Secret. Da A.N.C	Cumprimentos de Posse	Presidente 1º Vice/Pres. Relator
24-4	Heider Silveira	Brasil – Divisão Territorial	Presidente
24-4	Roberto R. de Vasconcelos	Serviço Público	Relator
24-4	Ivan Carvalho	Conjuntura Nacional	Relator
24-4	Telex Pref. Mun. Aquidauana	Imposto de Renda	Relator
27-4	Câmara Munc. de Xinguara Of. nº 39-87	Distritos – Emancipação Política	Presidente
27-4	Senador Fábio Lucena	Abdicação Suplência	Presidente
28-4	Subcomissão União Of. nº 185	Calendário de audiências	Presidente
28-4	Pres. A.N.C. – Of. 140/87	Constituição – Preâmbulo e Disposições Transitórias/Roberto Freire	Presidente
28-4	Telex Sr. Ministro Fazenda	Cumprimento de Posse	Presidente
28-4	Federação Mineira de Jiu-Jitsu	Regulamentação Detetives – Profissão	Presidente
28-4	Assoc. Bras. Jurados/ABJUR	Regulamentação Detetives Profissão	Presidente
28-4	Célia de Oliveira	Funcionalismo Público	Presidente
28-4	Câmara Municipal da Estância Bragança Paulista – Of. 360/87	Sistema Parlamentar	Presidente
29-4	1º Secret. A.N.C – Of. nº 38	Transporte aéreo – Ministério	Presidente
29-4	Benigno Geraldes Neto	Subsídios para Constituição	Presidente
29-4	Assoc. Bras. Detetives ABDPSIAS – Of. nº 38	Conselho Federal e Regional Detetives – Criação	Presidente
29-4	Câmara Munic. Santa Luzia	Conselho Federal e Regional de Detetives – Criação	Presidente
30-4	Pres. A.N.C. – Of. nº 123/87	Const. – Preâmbulo/Jorge Arbage Const. – Sist. Governo/Arolde de Oliveira	Presidente
04-5	Grupo Nordeste	Subsídios para Constituição	Presidente Relator
04-5	Esc. Rainha da Paz – RS Telegrama	Direito Mulher – Apoio manifesto	Presidente
04-5	Grupo Teatro Mulheres – SP Telegrama	Direito Mulher – Apoio manifesto	Presidente
04-5	Telegrama Rede Mulher – SP	Direito Mulher – Apoio manifesto	Presidente
04-5	Grupo Mulheres de Vitória – ES Telegrama	Direito Mulher – Apoio manifesto	Presidente
04-5	Sueli Marta Krettli Silva Telegrama	Direito Mulher – Apoio manifesto	Presidente
04-5	Mulheres de Benvirá – PE Telegrama	Direito Mulher – Apoio manifesto	Presidente
04-5	Grupo Mulheres Conceição Araquáia – PA Telegrama	Direito Mulher – Apoio manifesto	Presidente



Parágrafo único. Outros requerimentos, não especificados nesta Deliberação, igualmente dependerão de decisão do Plenário da Comissão.

Art. 12 O integrante da Comissão poderá fazer uso da palavra pela ordem, pelo prazo de 3 (três) minutos, para reclamação quanto a observação desta Deliberação, eu do Regimento interno da Assembléia Nacional Constituinte, ou quando dos serviços administrativos, para esclarecimentos sobre a ordem dos trabalhos ou para **ilegível** questão de ordem, vedados os apartes.

Parágrafo único. Da decisão da Presidência em questão de ordem caberá, com apoio de no mínimo 9 (nove) integrantes da Comissão. Recurso escrito, sem efeito suspensivo, a Presidência da Assembléia Nacional Constituinte.

Art. 13 deliberações da Comissão sobre **ilegível** proposições serão adotadas pelo voto de maioria absoluta de seus integrantes.

Art. 14. Projeto de Resolução visando a regulamentar e disciplinar consulta plebiscitárias a respeito da redação final do Projeto de Constituição será recebido, juntamente com as emendas a ele apresentadas, para que a Comissão emita seu parecer, por maioria absoluta de votos, no prazo de 5 (cinco) dias, reservados os primeiros 3 (três) ao Relator.

Art. 15. As propostas de Emenda Popular a Constituição serão protocolizadas perante a Secretaria da Comissão, que verificará se foram cumpridas as exigências estabelecidas no artigo 24 e seu inciso I, e sobre isso informando, por escrito, a Presidência, que convocará reunião extraordinária, para que a Comissão se manifeste sobre o recebimento da proposição, ouvido o Relator, tudo dentro de 48 (quarenta e oito) horas da apresentação.

#### **Da Discussão e Votação Dos Prazos**

Art. 16. A Comissão, na discussão e votação da matéria, obedecerá às seguintes normas, além de outras que constem desta Deliberação e do Regimento interno da Assembléia Nacional Constituinte:

a) as emendas com parecer contrário serão votadas em globo, salvo os destaques requeridos com apoio de 9 (nove) assinaturas de integrantes da Comissão;

b) emendas com parecer favorável serão votadas em globo, salvo destaque requerido por 18 (dezoito) integrantes da Comissão;

c) Relator poderá, juntamente com seu parecer, apresentar subemendas, que serão tidas como tais para efeitos posteriores, somente se aprovadas pela Comissão;

d) concluída a votação do projeto, com emendas, o Relator apresentará à comissão a redação do vencido, no prazo de 5 (cinco) dias.

Art. 17. Durante a discussão de qualquer matéria, poderão usar da palavra o Autor e o Relator, durante 20 (vinte) minutos improrrogáveis, além de qualquer dos integrantes da Comissão, Titulares ou Suplentes em exercício, durante 10 (dez) minutos, e por 5 (cinco) minutos os Constituintes que não sejam membros da Comissão, inclusive Suplentes não convocados. Poderão ser admitidos apartes, de 1 (um) minuto de duração, desde que haja anuência do orador. É facultada a apresentação de requerimento de encerramento da discussão, após falarem 4 (quatro) credores, dois favoráveis e dois contra.

§ 1º Poderá usar a palavra, para discutir a proposta, pelo prazo de 20 (vinte) minutos, um dos signatários da Emenda Popular, para esse fim indicado quando da apresentação da mesma.

§ 2º Encerrada a discussão, será dada a palavra ao Relator, se este o desejar, por até 20 (vinte) minutos, procedendo-se em seguida a votação do parecer, sem encaminhamento.

§ 3º Aprovado o parecer em todos os seus termos, será tido como da Comissão, e desde logo assinado pelo Presidente, pelo Relator e pelos autores de votos vencidos, em separado, ou com restrições, que manifestem, a assentada, a intenção de fazê-lo.

§ 4º Se ao parecer do Relator forem sugeridas alterações, com as quais ele concorde, ser-lhe-á concedido prazo até a reunião seguinte, para a Redação do Vencido.

§ 5º Se o parecer do Relator não for acolhido, o Presidente designará um integrante da Comissão para redigir o novo parecer, sendo-lhe concedido prazo até a reunião seguinte.

Art. 18. Observados os prazos previstos no Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, avulsos contendo os anteprojetos recebidos das Comissões Temáticas serão distribuídos dentro de 24 (vinte e quatro) horas a todos os integrantes da Comissão de Sistematização, devendo o Relator, no prazo de 10 (dez) dias, apresentar relatório fundamentado, concluindo por anteprojeto de Constituição.

§ 1º Na elaboração do anteprojeto deverão ser ordenados e compatibilizados os textos aprovados nas Comissões Temáticas.

§ 2º Distribuídos os avulsos contendo o relatório e o anteprojeto, os 5 (cinco) dias subsequentes serão destinados à discussão da matéria e à apresentação de emendas, circunscritas à adequação do trabalho apresentado com o teor dos anteprojetos temáticos.

§ 3º Encerrada a discussão, o Relator terá 5 (cinco) dias para emitir parecer sobre as emendas, concluindo, se for o caso, por novo Projeto de Constituição que, uma vez aprovado pela Comissão, será encaminhado à Mesa da Assembléia Nacional Constituinte.

Art. 19. Encerrada a 1ª discussão do Projeto de Constituição no Plenário da Assembléia Nacional Constituinte, será o mesmo, juntamente com as emendas apresentadas, recebido pela Comissão de Sistematização, que terá 25 (vinte e cinco) dias para emitir parecer sobre as emendas, podendo concluir por substitutivo.

§ 1º O Relator oferecerá seu parecer no prazo de 10 (dez) dias, seguindo-se, durante 15 (quinze) dias, a discussão e votação do mesmo, organizando-se a pauta por Títulos ou Capítulos, a critério do Presidente.

§ 2º Existindo Substitutivo da Comissão, irá ele a Plenário da Assembléia Nacional Constituinte, onde poderá receber novas emendas sobre pontos em que o substitutivo houver inovado, retornando a Comissão para que seja elaborado, discutido e votado parecer, em prazo a ser fixado pela Mesa da Assembléia.

Art. 20. Votado o Projeto de Constituição em 1º turno, com emendas, a matéria voltará à Comissão de Sistematização, a fim de ser elaborada a Redação do Vencido, no prazo de 10 (dez) dias, reservados os primeiros 5 (cinco) para o Relator.

Art. 21. Encerrada a 2ª discussão no Plenário da Assembléia, e apresentadas as emendas circunscritas às supressivas, ou destinadas a sanar omissões, erros ou contradições, a matéria será recebida pela Comissão de Sistematização, que disporá de 10 (dez) dias para elaborar seu parecer, reservados os primeiros 5 (cinco) dias para o Relator.

Art. 22. Concluída a votação em 2º turno, a matéria voltará à Comissão, que em 5 (cinco) dias oferecerá a Redação Final do texto, reservados os primeiros 3 (três) dias para o Relator.

Parágrafo único. Havendo emendas de redação, novamente a matéria voltará à Comissão de Sistematização; se o parecer for favorável a emendas, deverá concluir por um novo texto definitivo, do Projeto de Constituição, tudo no prazo de 2 (duas) reuniões.

#### **Normas Gerais e Transitórias**

Art. 23. Os prazos que se encerrarem nos sábados, domingos e feriados, passarão a vencer no primeiro dia útil subsequente.

Art. 24. Sendo omissa a presente deliberação, o Presidente deverá valer-se do estabelecido nos Regimentos Internos da Assembléia Nacional Constituinte, da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal.

Art. 25. A presente deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

Comissão de Sistematização, de maio de 1987. – Constituinte **Afonso Arinos**, Presidente – Constituinte **Bernardo Cabral**, Relator.

### Ata da Segunda Reunião Extraordinária COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO

Aos doze dias do mês de maio do ano de mil novecentos e oitenta e sete, no Plenário do Senado Federal, às vinte horas e vinte minutos, reuniu-se a Comissão de Sistematização, sob a Presidência do Senhor Constituinte Aluízio Campos, Primeiro-Vice-Presidente, no exercício da Presidência, presentes os seguintes Senhores Constituintes: Luiz Eduardo, Renato Vianna, Ademir Andrade, Nilson Gibson, Gerson Peres, Virgílio Távora, Prisco Vianna, Bernardo Cabral, Luís Ignácio Lula da Silva, Haroldo Lima, Jarbas Passarinho, Jamil Haddad, Inocêncio Oliveira, Francisco Benjamim, Aluysio Chaves, José Lins, Roberto Freire, José Thomaz Nonô, Paulo Ramos, José Luiz Maia, Marcondes Gadelha, Joaquim Beviláqua, Alfredo Campos, José Ignácio Ferreira, Christóvam Chiaradia, Oscar Corrêa, Rodrigues Palma, Antônio Carlos Konder Reis, Wilson Martins, Raimundo Bezerra, Artur da Távola, Milton Friedrich, Oswaldo Lima Filho, Celso Dourado, Egídio Ferreira Lima, Ibsen Pinheiro, Carlos Mosconi, Lysâneas Maciel, Paulo Pimentel, Adolfo Oliveira, Eraldo Tinoco, José Mauricio, Osvaldo Coelho, José Ulisses de Oliveira, Cid Carvalho, Sandra Cavalcanti, Pimenta da Veiga, José Richa, José Santana, Haroldo Sabóia, Chagas Rodrigues, José Genoíno, Délio Braz, Adylson Motta, Paes Landim, Ottomar Pinto e Nelson Wedekin, todos membros da Comissão e mais os Constituintes Hermes Zaneti e Carlos Alberto Caó. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo solicitado, e obtido do Plenário a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, em razão de sua distribuição, por cópia; em seguida, anunciou a pauta da reunião, que se destinou à apreciação do Projeto de Decisão nº 1/87 ANC, de autoria do Senhor Constituinte Hermes Zaneti, que "determina auditoria da dívida externa e suspensão das remessas de pagamento, e dá outras providências". Concedida a palavra ao Senhor Relator, Constituinte Bernardo Cabral, este manifestou-se impedido de relatar a matéria, por ser um dos seus subscritores, solicitando à Presidência a designação de relator ad hoc, para emitir o competente parecer. O Senhor Presidente designou, então, para Relator ad hoc o Senhor Constituinte Prisco Vianna, concedendo-lhe o prazo de quarenta e oito horas para apresentar o seu parecer. O Senhor Constituinte Ademir Andrade, usando a palavra pela ordem, solicitou explicações à Presidência sobre o adiamento da matéria, indagando se não poderia o parecer ser proferido naquela reunião, em face da expiração do prazo, na data. Consultado se tinha condições de relatar o Projeto de Decisão em pauta na reunião, o Constituinte Prisco Vianna declarou-se impossibilitado de fazê-lo, como sugeria o Constituinte Ademir Andrade, assegurando, no entanto, que teria condições de atender ao encargo que lhe fora designado, já na próxima reunião, prevista para o dia quatorze de maio corrente, dentro do prazo estabelecido pela Presidência. Em prosseguimento à reunião, o Senhor Constituinte Nilson Gibson, falando pela ordem, informou que está em funcio-

namento, no Senado Federal. Comissão Parlamentar de Inquérito sobre auditoria da dívida externa e suspensão das remessas de pagamento ao exterior. Retomando a palavra, o Senhor Presidente em exercício, Constituinte Aluízio Campos, questionou ao Constituinte José Genoíno sobre quem, na reunião, estava representando o Partido dos Trabalhadores, se o Constituinte Luis Ignácio Lula da Silva, membro titular, ou se o próprio José Genoíno, membro suplente, só poderia atuar, na votação ou em questão de ordem, quando ausente o titular partidário, posição com a qual concordou o Senhor Constituinte Gerson Peres, tendo discordado da interpretação expendida pela Presidência os Senhores Constituintes Haroldo Lima, Inocêncio Oliveira e Ademir Andrade, entre outros. O Senhor Constituinte Marcondes Gadelha apresentou Requerimento à Comissão solicitando que seja apreciada a Indicação de sua autoria, recebida pela Secretaria-Geral da Mesa da Assembléia Nacional Constituinte como Sugestão. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente comunicou que estava encaminhando Ofício ao Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, solicitando prorrogação do prazo, por quarenta e oito horas a fim de possibilitar ao Relator designado, ad hoc, a apresentação do seu parecer sobre o Projeto de Decisão em pauta, com vistas à sua inclusão na ordem do dia da próxima reunião, prevista para o dia quatorze de maio do corrente, encerrando a reunião às vinte horas e quarenta e dois minutos. O inteiro teor desta reunião foi gravado, devendo ser traduzido e publicado no "Diário da Assembléia Nacional Constituinte" e trabalhos. E, para constar, eu, Maria Laura Coutinho, Secretária, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação.

**O SR. PRESIDENTE (Aluízio Campos):** – Havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos desta Comissão.

O Sr. Primeiro-Secretário procederá à leitura da ata.

É lida e aprovada a seguinte ata:

### "Ata da Segunda Reunião Ordinária

Aos sete dias do mês de maio do ano de mil novecentos e oitenta e sete, no Plenário do Senado Federal, às nove horas e vinte e três minutos, reuniu-se a Comissão de Sistematização, sob a Presidência do Senhor Constituinte Aluízio Campos – Primeiro-Vice-Presidente, no exercício da Presidência, presentes os seguintes Senhores Constituintes: Jarbas Passarinho, Joaquim Beviláqua, Bernardo Cabral, Haroldo Lima, Ademir Andrade, Roberto Freire, Nilson Gibson, Gerson Pares, Aloysio Chaves, José Freire, Sandra Cavalcanti, Raimundo Bezerra, Adolfo Oliveira, Francisco Benjamim, Oscar Corrêa, Christóvam Chiaradia, Arnaldo Prieto, Wilson Martins, Egydio Ferreira Lima, Paulo Ramos, Jamil Haddad, Siqueira Campos. Antônio Farias, Renato Vianna, Darcy Pozza, Oswaldo Coelho, Virgílio Távora, Manoel Moreira, Cid Carvalho, José Thomaz Nonô, Carlos

Sant'Anna, Nelson Jobim, José Fogaça, José Luiz Maia, Marcondes Gadelha, Celso Dourado, José Paulo Bisol, Milton Reis, José Richa, Theodoro Mendes, José Santana, Sigmaringa Seixas, Abigail Feitosa, Rodrigues Palma, Nelson Carneiro, Luiz Eduardo, José Mauricio, Cristina Tavares, Délio Braz, José Genoíno, Ricardo Izar, Enoc Vieira, Chagas Rodrigues, Lael Varella, Adylson Motta, Aldo Arantes, Rose de Freitas, Paes Landim, Márcio Braga, Vilson Souza e Bonifácio de Andrada. Havendo número regimental, o Senhor Primeiro-Vice-Presidente, Constituinte Aluízio Campos, no exercício da Presidência, declarou abertos os trabalhos e, considerando a distribuição da ata da reunião anterior, por cópia, solicitou e obteve dispensa de sua leitura, tendo sido aprovada, unanimemente. Em seguida, o Senhor Presidente passou a leitura do expediente da reunião, anunciando a distribuição de resumo da correspondência recebida pela Comissão e, também, de cópia do Parecer do Relator – Constituinte Bernardo Cabral, com Substitutivo à proposição apresentada última reunião pelo Constituinte Antônio Carlos Konder Reis, para ser apreciado. Distribuídas as cópias da matéria em pauta, iniciou-se a discussão, tendo sobre ela se manifestado os seguintes Senhores Constituintes: Gerson Perez, Nilson Gibson, Sandra Cavalcanti, Aluízio Campos, Bernardo Cabral, Bonifácio de Andrada, Francisco Benjamim, Adolfo Oliveira, Siqueira Campos, Egydio Ferreira Lima, Ademir Andrade, José Genoíno, Adylson Motta, Roberto Freire, Haroldo Lima, Jamil Haddad, Joaquim Beviláqua, Renato Vianna, José Thomaz Nonô, Milton Reis, Sandra Cavalcanti, Raimundo Bezerra e José Freire. Em seguida, o Senhor Constituinte Ademir Andrade apresentou Questão de Ordem no sentido de que a reunião fosse encerrada, para que os membros da Comissão, de posse do Substitutivo apresentado pelo Senhor Relator, pudessem estudá-lo por mais tempo, devendo a discussão e votação do mesmo ser realizada na próxima reunião, havendo, ainda, o Senhor Constituinte Jamil Haddad, posteriormente, apresentado Questão de Ordem semelhante sobre a mesma matéria. O Senhor Constituinte Haroldo Lima, usando da palavra, reclamou sobre a forma do encaminhamento dos trabalhos naquela reunião, solicitando um maior ordenamento dos mesmos por parte da Presidência. Às dez horas e vinte e cinco minutos, deixou a Presidência dos trabalhos o Constituinte e Vice-Presidente da Comissão, Aluízio Campos, assumindo-a o seu titular, Constituinte Afonso Arinos. Os Senhores Constituintes Bonifácio de Andrada, Egydio Ferreira Lima, Joaquim Beviláqua e Raimundo Bezerra apresentaram sugestões ao Substitutivo do Relator. Com a palavra, a Senhora Constituinte Sandra Cavalcanti, incumbida pelo Senhor Presidente de acompanhar os trabalhos de informatização da Comissão, comunicou ao Plenário, a propósito de referências feitas às exigências para a apresentação da proposta de Emenda Popular, que aguardava resposta de contato que fizera com o Senhor Presidente do Tribunal Superior Eleitoral – Ministro Oscar Corrêa, sobre as possibilidades de serem utilizados os centros de memória dos computadores da Justiça

Eleitoral, quando da apreciação preliminar das referidas propostas de Emenda Popular por esta Comissão. Na oportunidade, a Senhora Constituinte manifestou mais uma vez sua preocupação com a fase inicial da tramitação dessas emendas, sobretudo pela exiguidade do tempo disponível. Em seguida, o Senhor Presidente Afonso Arinos declarou que, ao ler o artigo vinte e quatro, do Regimento interno da Assembléia Nacional Constituinte, também sentira muita preocupação com a executoriedade do dispositivo. Prosseguindo, o Senhor Presidente informou ao Plenário que havia mantido conversa com o novo Embaixador do Canadá no Brasil sobre os trabalhos da nossa Constituinte, tendo falado das dificuldades e preocupações inerentes ao processo de elaboração Constitucional, fazendo referências às práticas já adotadas em outros países. Com a palavra, o Senhor Constituinte Raimundo Bezerra, reportando-se ainda às Emendas Populares e ao seu processo de apreciação preliminar, demonstrou as dificuldades visualizadas e as suas preocupações com a matéria, tendo sugerido a adoção do sistema de amostragem, quando da conferência dos elementos identificadores dos seus signatários. Encerrada e discussão de matéria em pauta, o Senhor Relator – Constituinte Bernardo Cabral, quando das sugestões para a data da próxima reunião, ponderou que o dia quatorze de maio corrente seria bem aceito, em razão de compromissos que tanto Sua Excelência como o Senhor Presidente já assumiram para os dias doze e treze anteriores, para participar do Seminário Internacional sobre Constitucionalismo e Democracia: Instituições Políticas para o século XXI em Brasília. Retomando a palavra, o Senhor Presidente Afonso Arinos convocou reunião ordinária para o dia quatorze de maio do corrente, às nove horas, no Plenário do Senado Federal, destinada a continuar a discussão e votação do Projeto de Deliberação elaborado pelo Relator – Constituinte Bernardo Cabral, na forma de Substitutivo ao "Projeto de Resolução nº 1/87-CS", de autoria do Constituinte Antônio Carlos Konder Reis, estendendo o prazo para a apresentação de emendas até o dia doze anterior à reunião. Nada mais havendo e tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, às doze horas e dois minutos. O inteiro teor desta reunião foi gravado, devendo ser traduzido e publicado no "Diário da Assembléia Nacional Constituinte" e constituir-se-á na Ata circunstanciada dos trabalhos. E, para constar, eu, Maria Laura Coutinho, Secretária, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A presente reunião destina-se a apreciar o Projeto de Decisão nº 1/87, do nobre Constituinte Hermes Zaneti, que determina a auditoria da dívida externa e suspensão das remessas de pagamento e das outras providências.

Com a palavra o nobre Relator, Constituinte Bernardo Cabral.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente. Srs. Constituintes, o nobre Constituinte

Hermes Zaneti ofereceu à consideração desta Assembléia Nacional Constituinte – por via regimental, a matéria veio a esta Comissão – Projeto de Decisão que determina auditoria da dívida externa e suspensão da remessa de pagamento, e dá outras providências.

O projeto veio a esta relataria e, lamentavelmente, tenho que exarar esta manifestação:

"Eminente Sr. Presidente, em que pese o trabalho e a idéia desenvolvidos pelo ilustre Constituinte Hermes Zaneti, deploro não poder exarar a minha manifestação, apresentando parecer conclusivo. E que, tendo assinado o projeto, participo dele como co-autor e não como mero lançador de assinatura de apoio, **ex vi** do disposto no art. 114, §§ 5º, 8º e 10 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, aqui aplicado supletivamente em decorrência do disposto no art. 83 do Regimento da Assembléia Nacional Constituinte. A vista de tal circunstância, encareço desta Presidência que designe relator **ad hoc** para emitir parecer sobre o Projeto de Decisão, nº 1, de 1987, do nobre Constituinte Hermes Zaneti.

Sala da Comissão, 11 de maio de 1987."

Esta é a manifestação, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Em face do impedimento alegado pelo nobre Relator, designo Relator **ad hoc** o nobre Constituinte Prisco Viana, concedendo-lhe o prazo de 48 horas para apresentar parecer, portanto na próxima reunião, já designada para quinta-feira, às 9 horas da manhã.

**O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE:** – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem a palavra, pela ordem, o Sr. Constituinte Ademir Andrade.

**O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE:** – Sr. Presidente, não consegui compreender a decisão, porque está determinado que a Ordem do Dia da reunião de quinta-feira, às 9 horas da manhã, será para discussão das normas de trabalho da Comissão de Sistematização. Fomos convocados para esta reunião com o fim específico de discutir o Projeto de Decisão de autoria do Constituinte Hermes Zanetti, subscrito por mais de 180 Srs. Constituintes.

Não entendi o que aconteceu e gostaria fosse explicado, já que deixamos outros compromissos, deixamos de tomar uma série de providências para, agora, simplesmente adiar-se a reunião. Acho que isto não é correto e pediria que V. Ex.<sup>a</sup> desse sua posição sobre o assunto.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – V. Ex.<sup>a</sup> acaba de ouvir o pronunciamento do Relator, Constituinte Bernardo Cabral, declarando-se impedido de apresentar parecer por considerar-se co-autor da proposição. Então, a Mesa não tem outra alternativa senão indicar Relator subscrito para proferir parecer. Também não pode deixar de conceder um prazo, mesmo que restrito, pois

não seria de bom alvitre surpreender neste momento o Constituinte ora designado para pronunciar parecer oral.

Quanto à designação da reunião para quinta-feira foi exatamente porque V. Ex.<sup>a</sup> e os nobres companheiros de Comissão não receberam a comunicação de que a Ordem do Dia estará alterada para possibilitar, em primeiro lugar, apreciarmos o parecer do Relator sobre a proposição, e, em segundo, discutirmos a proposta sobre as normas internas de trabalho da Comissão.

**O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE:** – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Ademir Andrade.

**O SR. CONSTITUINTE (Ademir Andrade):** – Só para complementar: eu queria perguntar ao Presidente, em primeiro lugar, se o Relator indicado por V. Ex.<sup>a</sup> não poderia apresentar esse parecer agora, de improviso, porque acho que qualquer um de nós tem possibilidade de fazê-lo; em segundo lugar: pelo Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, a nossa Comissão tem cinco dias para dar uma definição a respeito de aceitar ou não o Projeto de Decisão. Creio que esse Projeto entrou na Assembléia Nacional Constituinte no dia 30 de abril. Portanto, já estaríamos, de certa forma, fora do prazo.

Se V. Ex.<sup>a</sup> não atender à minha questão de ordem e o Constituinte Prisco Viana não se prestar a fazer o relatório nesta reunião, o que acho absolutamente possível, gostaria que V. Ex.<sup>a</sup> dissesse em qual reunião será discutido o assunto, considerando que a reunião de quinta-feira é para discussão das nossas normas de trabalho.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Já esclareci a V. Ex.<sup>a</sup>, que a Ordem do Dia de quinta-feira será alterada para que possamos iniciar os trabalhos exatamente com o exame do parecer. Mas, não me custa consultar o nobre Constituinte Prisco Viana. Relator **ad hoc**, se tem condições de apresentar parecer oral, ainda nesta reunião.

**O SR. RELATOR (Prisco Viana):** – Sr. Presidente, inicialmente, quero agradecer a honra que V. Ex.<sup>a</sup> me conferiu, designando-me Relator deste que é o primeiro Projeto de Decisão submetido à deliberação da Comissão de Sistematização.

Confesso, com humildade, que me falta o talento que deve sobrar ao Constituinte Ademir Andrade, para, de imediato, emitir parecer sobre esta questão. Porque, a bem da verdade, devo dizer a V. Ex.<sup>a</sup> e aos ilustres pares que, sequer, li o projeto.

**O SR. CONSTITUINTE JOSE GENOINO:** – Podemos fazer o relatório em Plenário. Eu o faço agora.

**O SR. RELATOR (Prisco Viana):** – Permito-me, entretanto, fazer uma sugestão a V. Ex.<sup>a</sup>, na tentativa de conciliar as posições aqui manifestadas: há uma pauta programada para a próxima quinta-feira, relacionada com a votação das normas regimentais da Comissão de Sistematização. O que proponho, como alternativa, é que se realize a

reunião de quinta-feira com a pauta programada. Até porque tendo a Comissão as normas regimentais, as regras do seu funcionamento, poderia, então, se pronunciar sobre este Projeto de Decisão.

Há, em curso, um projeto estabelecendo normas de funcionamento desta Comissão.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON WEDEKIN:** – Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. RELATOR (Prisco Viana):** – Pois não!

**O SR. CONSTITUINTE NELSON WEDEKIN:** – Sobre o Projeto de Decisão, parece-me que o Regimento é bastante claro e não necessita de normas da Comissão de Sistematização para essa apreciação. O Projeto de Decisão está claro e concretamente regulamentado no Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, não dependendo, portanto, de ter esta Comissão normas internas para o seu funcionamento.

**O SR. RELATOR (Prisco Viana):** – Sabe V. Ex.<sup>a</sup> que o Regimento não manda que a Comissão de Sistematização faça o seu próprio Regimento, e nós o estamos fazendo. Mas, Sr. Presidente, ofereço essa alternativa, e, não sendo aceita, confesso a minha incapacidade total e absoluta de dar o parecer hoje, e utilizarei o prazo que V. Ex.<sup>a</sup> estipulou, se não me encano, de 48 horas.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON WEDEKIN:** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Pela ordem, tem a palavra o nobre Constituinte Nelson Wedekin.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON WEDEKIN:** – Sr. Presidente, o Constituinte Prisco Viana, ao mencionar a impossibilidade de emitir o parecer em 48 horas, abriu a oportunidade de V. Ex.<sup>a</sup> indicar outro Relator, sem demérito para S. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. RELATOR (Prisco Viana):** – Se V. Ex.<sup>a</sup> me permite, não declarei a minha impossibilidade de relatar em 48 horas. Acredito que, mesmo me faltando aqueles recursos de competência e de talento do Constituinte Ademir Andrade, em 48 horas terei condições. Sr. Presidente. Neste momento, seria leviano se dissesse estar em condições de proferir o parecer.

**SR. CONSTITUINTE NELSON WEDEKIN:** – Eu gostaria de concluir a minha questão de ordem.

O nobre Constituinte Prisco Viana declarou-se impossibilitado de dar, de imediato, seu parecer aqui em Plenário, para que pudéssemos decidir questão de tamanha relevância, inclusive pela observância dos prazos, conforme verificou o Constituinte Ademir Andrade. De qualquer maneira, solicito a V. Ex.<sup>a</sup> que designe então outro Relator para, no Plenário emitir parecer, a fim de que possamos votar esta matéria ainda Hoje.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON GIBSON:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Nilson Gibson.

**O SR. CONSTITUINTE NILSON GIBSON:** – Sr. Presidente, tramita no Senado Federal uma CPI que, salvo melhor juízo, dispõe também sobre auditoria da dívida externa e suspensão das remessas de pagamentos.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Permite-me um aparte?

**O SR. CONSTITUINTE NILSON GIBSON:** – Pois não, nobre Constituinte José Genoíno.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Parece que o Constituinte Nilson Gibson está, neste seu aparte, fazendo um relatório, pois já está entrando no mérito.

**O SR. CONSTITUINTE NILSON GIBSON:** – Não cheguei lá.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – O Constituinte Nilson Gibson já está entrando no mérito no projeto de decisão, falando sobre CPI, etc...

(Cruzam-se apartes inaudíveis.)

**O SR. CONSTITUINTE NILSON GIBSON:** – V. Ex.<sup>a</sup> vai-se aborrecer quando eu concluir o meu raciocínio!

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – ... o que torna necessário indicar o Relator de Plenário.

**O SR. NILSON GIBSON:** – Acalme-se Ex.<sup>a</sup>, vou terminar!

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Solicito aos Srs. Constituintes que levantarem questão de ordem não concederem apartes.

**O SR. CONSTITUINTE NILSON GIBSON:** – Pensei que o aparte do Constituinte José Genoíno viesse contribuir e não destruir os argumentos.

Mas, Sr. Presidente, verificamos que existe uma causa pendente no Senado Federal, referente a essa auditoria da dívida externa. Segundo o entendimento do § 7º do art. 59 do nosso Regimento Interno, existem duas oportunidades em que deva ser suscitado o Projeto de Decisão para sobrestar medidas que possam ameaçar os trabalhos e as decisões soberanas da Assembléia Nacional Constituinte. **Data venia**, acredito que o Projeto de Decisão tenha que, preliminarmente, suscitar essas duas situações apontadas no Regimento.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – V. Ex.<sup>a</sup> levantou uma questão de ordem e está discutindo o mérito da proposição. Peço que V. Ex.<sup>a</sup> conclua a questão de ordem.

**O SR. CONSTITUINTE NILSON GIBSON:** – É uma preliminar que fica agrupada na questão de ordem. **Data venia**, salvo melhor juízo, acho que V. Ex.<sup>a</sup> devia entender dessa maneira.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Gostaria de saber qual dos dois representantes do PT está funcionando nesta Comissão – se é o Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva ou V. Ex.<sup>a</sup>, porque V. Ex.<sup>a</sup> é suplente e, estando presente o titular...

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, agora eu vou usar o mesmo termo do Constituinte José Genoíno: repito a insinuação do nobre Constituinte, porque estou fazendo a exigência do cumprimento da Lei; acima do A-5, está a Lei e eu a respeito.

**O SR. CONSTITUINTE HAROLDO LIMA:** – Sr. Presidente, para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Com a palavra o nobre Constituinte Haroldo Lima.

**O SR. CONSTITUINTE HAROLDO LIMA:** – Sr. Presidente, vou levantar uma questão de ordem, mas não gostaria de deixar passar a oportunidade para manifestar a minha solidariedade à Bancada do PT, porque considero que, nos termos regimentais já estabelecidos entre nós, não há amparo para não se permitir a palavra de um suplente nesta Comissão.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Sr. Presidente, direito à voz, qualquer Parlamentar aqui tem; Suplente de qualquer Constituinte tem direito a palavra nesta Comissão...

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Estou fazendo uma indagação a V. Ex.<sup>a</sup> em relação a voto, porque, apesar de o Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva estar presente, ele pode preferir que V. Ex.<sup>a</sup> funcione nesta Comissão.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Sr. Presidente, essa indagação não procede porque, a partir do momento em que está presente na Comissão o seu Membro efetivo, e que esteja presente aqui, suplente ou não, tem direito à palavra. Portanto, quero repelir este tipo de questão colocada pelo Presidente da Comissão. E quero levantar uma questão de ordem, Sr. Presidente: é evidente, e vamos deixar as coisas claras...

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE ALUÍZIO CAMPOS:** – Está com a palavra o nobre Constituinte José Genoíno para dar prosseguimento à sua questão de ordem. Tenha V. Ex.<sup>a</sup> a gentileza de aguardar.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – S. Ex.<sup>a</sup> não pode apresentar questão de ordem, como suplente; só pode falar na Comissão, para discutir, durante 5 minutos. O Regimento proíbe, ele é suplente. E, estando presente o titular, é este quem deve falar.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Em face do arrazoado regimental apresentado pelo Constituinte Gerson Peres, solicito ao Constituinte

José Genoíno que retire a sua questão de ordem e aguarde a discussão do projeto, para poder se pronunciar, quando o titular do seu Partido estiver presente na Comissão.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Sr. Presidente, o Constituinte Gerson Peres, com saudade do AI-5, cassa a palavra de um Constituinte dentro da Comissão.

Dito isto, gostaria de acrescentar que nós todos – e V. Ex.<sup>a</sup> bem sabe disto – vivemos um período em que precisamos trabalhar com mais intensidade e fazer avançar os nossos trabalhos em harmonia; por outro lado, dar à Nação brasileira demonstração de eficácia e de rigor no desenvolvimento das nossas tarefas, das nossas funções.

V. Ex.<sup>a</sup> ainda há pouco, designou como Relator o nobre Constituinte Prisco Viana que, como todos sabemos, é dos mais categorizados e bem preparados desta Casa. Contudo, precisamente por isto, ele próprio revelou que seria leviano de sua parte apresentar o parecer aqui e agora, posto que não teve oportunidade de ler sequer a proposta em causa.

Levando-se em conta que V. Ex.<sup>a</sup> pelo próprio fato de ter consultado o Constituinte Prisco Viana sobre a possibilidade de apresentar agora, o seu relatório, demonstrando, assim, que está cioso e atento para a necessidade de avançarmos os nossos trabalhos e não entrarmos em medidas protelatórias que repercutem muito mal para a nossa Constituinte, pondero a V. Ex.<sup>a</sup> sobre a conveniência de levando-se em conta que o Relator designado por alto e bom som, disse que, sequer, teve oportunidade de conhecer a proposta em pauta, e que existem diversos outros nobres Constituintes desta Casa que já conhecem a matéria e têm condições de apresentar relatório agora V. Ex.<sup>a</sup> nomear outro Relator em condições de apresentar, agora, o relatório. Assim poderemos dar prosseguimento aos nossos trabalhos e não causar a impressão de que estamos fazendo reuniões com vistas a tomar medidas protelatórias, e levar as decisões fundamentais para um momento já completamente extemporâneo.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Peço a palavra, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Para contraditar, tem a palavra o nobre Constituinte Gerson Peres.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, as argumentações apresentadas pelo ilustre colega, Constituinte Haroldo Lima, preliminarmente não procedem, porque a própria declaração do Constituinte Prisco Viana, de que não tomou conhecimento da proposta em pauta, reforça o argumento de V. Ex.<sup>a</sup> e a decisão que tomou, que é a do prazo de 48 horas para que o Relator possa estudá-la. Também esta matéria

não é tão longa que o Constituinte Prisco Viana, com a sua experiência, o seu conhecimento, o seu saber, não possa, em 48 horas, relata-la.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, a matéria é relevante e, por ser relevante e da mais alta indagação, da mais alta gravidade e da mais alta responsabilidade, e que o relatório deve ser escrito e distribuído aos Membros desta Comissão, para ser estudado e discutido, aqui, à luz de argumentos, que deixam o País muito bem perante as outras nações e perante o momento da elaboração da sua nova Carta Política. Esta é uma matéria muito séria, muito importante sobre a qual não devemos, aqui, de improviso – apresentar, oralmente, um parecer e submetê-lo a todos os colegas.

**O SR. CONSTITUINTE HAROLDO LIMA:** – Pior, ainda, e tomar medidas protelatórias, nobre Constituinte!

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Isto aí já não me cabe discutir e analisar. Eu apenas sigo os argumentos alinhados dentro da Lei. O douto Relator da nossa Comissão julgou-se impedido, legalmente, e argüiu o dispositivo do seu impedimento. Ora, assim o fazendo, cabe ao Presidente nomear novo Relator, como manda o Regimento, e dar-lhe um prazo para relatar. Não vejo nenhuma medida protelatória.

Conseqüentemente. Sr. Presidente, peço a V. Ex.<sup>a</sup> que mantenha a sua decisão e dê prosseguimento aos nossos trabalhos.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A questão de ordem levantada pelo nobre Constituinte Haroldo Lima é idêntica à manifestada já pelo nobre Constituinte Paulo Ramos. A indicação do Relator substituto que é prerrogativa da Presidência da Comissão, não está vinculada às sugestões para a substituição do que já foi indicado. E a concessão do prazo imprescindível, porque a matéria não é tão urgente que prejudique a racionalidade da sua tramitação.

A Presidência informa que já mandou preparar ofício dirigido ao Sr. Presidente da Constituinte, comunicando o fato imprevisto de o nobre Relator da Comissão só haver comunicado o seu impedimento agora, nesta reunião e solicitando. O prazo de 48 horas para apresentação do parecer.

Esta decisão fica mantida e está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 20 horas e 43 minutos.)

## COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO Ata da 3ª Reunião Ordinária

Aos quatorze dias do mês de maio do ano de mil novecentos e oitenta e sete, às nove horas e quarenta e oito minutos, no Plenário do Senado Federal, reuniu-se a Comissão de Sistematização, sob a Presidência do Senhor Constituinte Afonso Arinos, presentes os seguintes Senhores Constituintes: Paulo Ramos, Joaquim Bevilacqua, Gerson Peres, Adolfo Oliveira, Aluizio Campos, Paulo Pimentel, Celso Dourado, Antonio Carlos Konder Reis, Nilson Gibson, Inocêncio Oliveira, Renato Vianna, Nelson Jobim, Prisco Viana, Haroldo Sabóia, Aloysio Chaves, Darcy Pozza, Jamil Haddad, Wilson Martins, Bernardo Cabral, Osvaldo Coelho, Christóvam Chiaradia, Cid Carvalho, Siqueira Campos, Virgílio Távora, Nilton Friedrich, Luis Ignácio Lula da Silva, Arnaldo Prieto, Marcondes Gadelha, Sandra Cavalcanti, Ademir Andrade, Rodrigues Palma, Raimundo Bezerra, Haroldo Lima, José Mauricio, Brandão Monteiro, Nelson Carneiro, Carlos Sant'Anna, Pimenta da Veiga, Oscar Corrêa, Egídio Ferreira Lima, Roberto Freire, Manoel Moreira. Luís Eduardo, Carlos Chiarelli, Antonio Farias, Gastone Righi, José Lins, Theodoro Mendes, Mário Assad Fernando Lyra, Lysâneas Maciel, Sigmaringa Seixas, José Thomaz Nonô, Ibsen Pinheiro, José Jorge, José Geraldo, Francisco Benjamim, Francisco Rossi, Cristina Tavares, Fernando Gasparian, José Ignácio Ferreira. Délio Braz, Paes Landim, Octávio Elísio, José Genoíno, Adylson Motta, Bonifácio de Andrade, Chagas Rodrigues, Rose de Freitas, Nelson Wedekin, **ilegível** Pinheiro, João Menezes, Daso Coimbra, Fernando Santana, Ottomar Pinto e Uldurico Pinto – todos membros da Comissão e mais os Senhores Constituintes, não membros, Hermes Zaneti, Chico Humberto, Odacir Soares, Davi Alves Silva, José Mendonça de Moraes, Eduardo Bonfim, Sérgio Spada, Amílcar Moreira e Benedito Monteiro. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos e anunciou a leitura da Ata da Reunião anterior, que foi dispensada a requerimento do Senhor Constituinte Gerson Pares, tendo a mesma (Ata) sido aprovada, unanimemente. Em seguida, o Senhor Presidente anunciou a distribuição de sinopse da correspondência recebida na Comissão e o recebimento, também, de Requerimento do Senhor Constituinte Marcondes Gadelha, solicitando à Comissão que aprecie indicação de sua autoria que, "por equívoco", foi protocolizada na Secretaria Geral da Mesa como Sugestão; a matéria foi distribuída ao Relator – Constituinte Bernardo Cabral. A Presidência informou, ainda, que recebeu do Senhor Relator, Bernardo Cabral, ofício solicitando prorrogação do prazo para a apresentação do seu Parecer sobre as oitenta e quatro Emendas ao Projeto de Deliberação, que dispõe sobre as normas internas da Comissão, até a próxima reunião

prevista para o dia vinte e um de maio corrente; a solicitação foi atendida. Encontrando-se na Ordem do Dia, o Projeto de Decisão nº 1/87-ANC, do Constituinte Hermes Zaneti, que "determina auditoria da dívida externa e suspensão das remessas de pagamento, e dá outras providências", o Senhor Presidente, antes de abrir a discussão da matéria, leu o Ofício CP-178/87-ANC, pelo qual o Senhor Presidente da Assembléia Nacional Constituinte concedeu a prorrogação solicitada pela Comissão, para o oferecimento do Parecer, pelo Relator-Substituto, **Ad hoc**, Constituinte Prisco Viana. O Senhor Constituinte Nilson Gibson, em questão de ordem – a despeito de constar na sinopse da correspondência recebida o Projeto e Decisão nº 2/87-ANC, do Senhor Constituinte Victor Faccioni, que "suspende, para fins de incidência do Imposto de Renda, os efeitos do disposto no art 2º da Lei nº 5.279, de 27 de abril de 1967", solicitou à Presidência a sua distribuição, também, ao Relator-Substituto. **Ad hoc**, Constituinte Prisco Viana, invocando o princípio da economia processual, a fim de que fosse o mesmo relatado ainda no decorrer da reunião. Esta proposta foi contrariada pelos Senhores Constituintes Adolfo Oliveira, Jamil Haddad, Inocêncio Oliveira e pelo próprio Relator, Constituinte Bernardo Cabral, tendo este esclarecido, na oportunidade, ter-se considerado impedido apenas quanto ao Projeto de Decisão nº 1/87-ANC. O Senhor Presidente, em explicações sobre a Questão de Ordem, assegurou que havia tido o cuidado de examinar o referido Projeto de Decisão nº 2/87-ANC e, em razão de suas preocupações, tanto com o prazo exíguo – mas regimental de cinco dias para o pronunciamento da Comissão, como com a ausência do Relator Bernardo Cabral, em viagem oficial ao final da tarde do dia anterior: mantivera, então, contato com o Constituinte Marcondes Gadelha, no qual lhe consultara sobre a possibilidade de assumir o encargo e de quem obtivera resposta afirmativa; com o retorno do Relator da Comissão, em tempo hábil para fazer-se presente à reunião, chamava o processo à ordem e o devolvia ao Relator, Bernardo Cabral, agradecendo a atenção e o empenho do Senhor Constituinte Marcondes Gadelha. Prosseguindo os trabalhos, o Senhor Presidente concedeu a palavra ao Constituinte Prisco Viana, Relator-Substituto, **Ad hoc**, para a apresentação do seu Parecer, sobre o Projeto de Decisão nº 1/87-ANC, em cuja conclusão apresentou duas alternativas de decisão ao Plenário do órgão: a primeira, **Preliminar de Impertinência** do Projeto e seu envio à Câmara dos Deputados; a segunda, na hipótese da não aceitação da primeira, **Parecer Contrário** à aprovação do Projeto. Em discussão o Parecer do Relator, pronunciaram-se favoravelmente à primeira alternativa proposta pelo Relator os seguintes Senhores Constituintes: Joaquim Beviláqua. Virgílio Távora, Inocêncio Oliveira, Carlos Sant'Anna, Aluísio Campos e João Menezes; pronunciaram-se contrariamente à discussão da **Preliminar e favoravelmente ao Projeto**, os seguintes Senhores Constituintes: Haroldo Lima, Gerson Peres, Ademir Andrade, José Genoíno, Paulo Ramos, Nelson Friedrich, Luís Ignácio Lula da Silva, Brandão Monteiro, Raimundo Bezerra, Antônio Carlos Konder Reis e Lysâneas Maciel. Concedida a palavra ao autor da proposição em exames, o Constituinte Hermes Zaneti rebateu as colocações do

Relator da matéria e de outros membros presentes, leu o Requerimento nº 17/86, de autoria do Senador Fernando Henrique Cardoso. Líder do PMDB no Senado Federal, propondo a criação de Comissão Especial, que já está funcionando, "para, no prazo de 90 dias, examinar a questão da dívida externa brasileira e avaliar as razões que levaram o Governo a suspender o pagamento dos encargos financeiros dela decorrentes nos planos interno e externo" e discorreu, sob o seu ponto de vista, sobre a ineficácia das Comissões Parlamentares de inquérito, tendo-se referido, também, à Resolução nº 23/86, da Câmara dos Deputados, e às conclusões, de duas CPI daquela Casa do Congresso Nacional, encaminhadas pelo Senhor Presidente Ulysses Guimarães, dentre outras autoridades, ao Senhor Presidente da República e ao Procurador-Geral da República, sem que nenhuma providência tenha dali decorrido. Na defesa de suas teses esposadas no Projeto, o Constituinte Hermes Zaneti citou a obra "A Ditadura da Dívida", de Beranardo Kucinski e Branforte, descrevendo números e percentuais dos valores dos empréstimos tomados e dos ingressados no Brasil, como em outros países da América Latina. Durante os debates falaram, ainda, os Constituintes Adolfo Oliveira, Jamil Haddad, Gastone Righi, Nelson Jobim e Bernardo Cabral. Encerrada a discussão da matéria, o Senhor Presidente, considerando a insuficiência de **quorum** para deliberação e o adiantado da hora, convocou os Senhores Membros da Comissão para a votação do Projeto em pauta, no prolongamento da reunião às dezoito horas e trinta minutos, no Auditório Nereu Ramos – Anexo II, da Câmara dos Deputados, e comunicou ao Plenário que, tendo recebido comunicação do Relator, Constituinte Bernardo Cabral, informando que não poderia estar presente à segunda parte da reunião, que então marcava para às dezoito horas e trinta minutos, em razão de viagem que realizaria, naquele horário, ao Estado do Rio de Janeiro, em missão oficial, designava para Relator-Substituto, **Ad hoc**, o Senhor Constituinte Adolfo Oliveira, a quem ia de examinar e dar Parecer ao Projeto de Decisão nº 2/87-ANC, de autoria do Senhor Constituinte Victor Faccioni. A reunião foi suspensa às quatorze horas. Às dezoito horas e cinquenta minutos, permanecendo o **quorum** regimental, o Senhor Presidente reabriu a reunião para a votação do Projeto em pauta e, após Questões de Ordem formuladas pelos Senhores Constituintes José Genoíno, Haroldo Lima, Cid Carvalho, João Menezes, Carlos Sant'Anna, Ademir de Andrade e Aluísio Campos, sobre o **quorum** para deliberação da Comissão, anunciou que a votação se daria com a presença da metade dos membros, isto é, quarenta e sete Senhores Constituintes e seria decidida por maioria simples de votos, pelo processo simbólico. O Senhor Constituinte José Genoíno solicitou à Presidência o registro, em Ata, do seu entendimento de que a Comissão de Sistematização é composta por oitenta e nove membros, como defendeu em Questão de Ordem apresentada ao Senhor Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, ainda pendente de solução. O Senhor Presidente, respondendo, assegurou-lhe que todos os fatos e questões de ordem apresentados na Comissão reunida, são registrados em Ata, independentemente de requerimento dos Senhores Constituintes, ressalvados apenas os

casos para os quais há expressa determinação regimental no sentido de corrigi-los. Prosseguindo, o Senhor Presidente submeteu a votação, pelo processo simbólico, a preliminar de impertinência argüida no Parecer do Relator, que foi aprovada. O Senhor Constituinte Hermes Zaneti, autor da proposição em exame, requereu, oralmente, verificação de votação, que foi indeferida pelo Senhor Presidente, considerando não ser ele membro da Comissão. Persistindo, o Constituinte Hermes Zaneti apelou ao Plenário, no sentido de algum membro da Comissão pedir a verificação de votação. Já em início o vozerio que se formava em Plenário, o Senhor Constituinte Paulo Ramos solicitou verificação de votação, sem que a Presidência tomasse conhecimento do pedido, em meio ao tumulto já instalado. A reunião foi encerrada às dezenove horas e vinte e quatro minutos. O inteiro teor desta reunião foi gravado, devendo ser traduzido e purificado no **Diário da Assembléia Nacional Constituinte** e constituir-se-á na Ata circunstanciada dos trabalhos. E, para constar, eu Maria Laurel Coutinho, Secretária, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação.

#### Reunião do dia 14 de maio de 1987

Das 9h48min às 14h

(Plenário do Senado Federal)

Presidente: Afonso Arinos.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos da reunião da Comissão de Sistematização.

O Sr. Secretário procederá à leitura da Ata da reunião anterior.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, pediria a dispensa da leitura da Ata.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Como já houve distribuição de cópias da Ata anterior para os Srs. Constituintes, atendemos o pedido do Constituinte Gerson Peres.

Em votação a Ata. (Pausa.) Aprovada.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Há sobre a Mesa sinopse da correspondência recebida pela Comissão, que será distribuída aos Srs. Constituintes.

Foi encaminhado a esta Presidência, na última reunião, ofício do Senador Marcondes Gadelha, solicitando a esta Comissão apreciar a indicação de sua autoria que, por equívoco, foi protocolizada na Secretaria Geral como sugestão.

Será encaminhada ao Relator Bernardo Cabral, para pronunciar-se sobre a matéria.

O Sr. Relator, Constituinte Bernardo Cabral, encaminhou ofício a esta Presidência, solicitando prorrogação de prazo para a apresentação do parecer sobre às oitenta e quatro emendas apresentadas ao Projeto de Decisão, até a próxima reunião de quinta-feira, 21 de maio. O Relator deseja fazer algumas considerações a esse respeito?

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, a solicitação se devem ao fato de que as

oitenta e quatro emendas apresentadas já chegaram a última hora e a maioria delas completa em muito os trabalhos desta Comissão. São emendas oportunas que merecem um parecer bem elaborado. Esta é a razão de solicitar a V. Ex.<sup>a</sup> prorrogação até a próxima reunião.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – De acordo com as explicações dadas pelo nobre Relator, o prazo é concedido.

Comunico aos ilustres membros presentes, que o Sr. Presidente da Assembléia Nacional Constituinte deferiu pedido de prorrogação de prazo para apreciação do Projeto de Decisão nº 1/87, nos termos que passo a ler:

"O Sr. Vice-Presidente, em exercício na Presidência, acusa o recebimento de Ofício datado de 12 do corrente, de V. Ex.<sup>a</sup> em que solicita desta Presidência prorrogação do prazo para apreciação do Projeto de Decisão nº 1, de 1987."

Comunico ainda a V. Ex.<sup>a</sup> que, tendo-se declarado impedido o Relator, foi designado novo Relator, razão pela qual se requer prorrogação do prazo da Comissão para apreciar a matéria por mais quarenta e oito horas.

O § 7º, do art 59, do Regimento da Assembléia Nacional Constituinte não prevê a hipótese em exame. Nestas condições, terá que ser observado o que estabelece o art. 83 do mesmo Regimento.

Subsidiariamente aplicado, o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, em seu art. 49 § 2º, diz:

"Esgotado o prazo destinado ao Relator, passara o Relator-Substitutivo, automaticamente, a exercer as funções cometidas àquele, tendo, para a apresentação do seu voto, metade do prazo concedido ao primeiro".

Por outro lado, quando disciplina a tramitação das proposições em regime de urgência, em seu art. 193, § 3º, **in fine**, afirma:

"...o Presidente designará Relator, que o dará verbalmente, no decorrer da sessão, ou na sessão seguinte."

Assim, à matéria objeto da apreciação por esta Comissão deverá ser aplicado o que dispõe o Regimento da Câmara dos Deputados, através dos artigos citados.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Ex.<sup>a</sup> (...)"

O ofício é do Presidente Ulysses Guimarães, dirigido a S. Ex.<sup>a</sup>, o Constituinte Aluizio Campos, que então estava exercendo a Presidência da Comissão.

**O SR. CONSTITUINTE NILSON GIBSON:** – Sr. Presidente, para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Nilson Gibson.

**O SR. CONSTITUINTE NILSON GIBSON:** – Sr. Presidente, recebemos o sumário das correspondências. O item 13º se refere ao Projeto de Decisão nº 2, de 1987, de autoria do nobre e ilustre Constituinte Victor Faccioni, muito honrado representante do Rio Grande do Sul nesta Casa, um dos mais brilhantes Parlamentares que tivemos oportunidade de conhecer. A matéria se fundamenta evidentemente no § 7º, do art. 59 do

nosso Regimento e dispõe sobre a suspensão para fins de incidência do Imposto de Renda.

Nossa preliminar é referente à economia processual.

Pediria a V. Ex.<sup>a</sup> fosse distribuído o projeto ao ilustre Constituinte Prisco Viana, também um dos parlamentares mais nobres desta Casa, de renomada cultura jurídica, para relatar igualmente, na ocasião em que for relatar o Projeto de Decisão nº 1, do Constituinte Hermes Zaneti, porque vejo uma coincidência na ausência dos pressupostos, dos requisitos que o nosso legislador disciplinou no Regimento Interno, no § 7º, do art. 59.

É esta a Questão de Ordem. Precisamos trabalhar o mais rapidamente possível, e não ficar adiando para posteriormente ser examinado o problema de suspensão do Imposto de Renda. Não vejo aí nenhuma intimidação, não colocando em perigo a Constituinte. Nem tampouco há problema com a soberania, ou ameaça à nossa liberdade de ação. Peço a V. Ex.<sup>a</sup> que examine esta Questão de Ordem, fundamentada nos pressupostos da economia processual.

**O SR. CONSTITUINTE ADOLFO OLIVEIRA:** – Sr. Presidente, peço a palavra para contraditar.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE ADOLFO OLIVEIRA:** – Sr. Presidente, quero contraditar em parte. O nobre e ilustre colega Nilson Gibson, a meu ver, tem razão. Apenas faria uma ponderação: o nobre Relator da Comissão, o ilustre Constituinte Bernardo Cabral, só se declarou impedido para relatar a proposição de iniciativa do nobre colega Hermes Zaneti porque S. Ex.<sup>a</sup> também assinou o requerimento. Ele se considerou impedido, mas não parece-me que haja qualquer impedimento para relatar o Projeto de Decisão nº 2, de autoria do ilustríssimo e talentoso Constituinte Victor Faccioni, que diz respeito ao problema do Imposto de Renda, porque inclusive não assinou essa proposição.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup> Também já estava informado desta circunstância pelo próprio Relator, isto é, que S. Ex.<sup>a</sup> estaria impedido pelo fato de ser ele um dos signatários da primeira proposta. Nesse segundo projeto, S. Ex.<sup>a</sup> não está impedido. Tomei conhecimento do Projeto de Decisão e, se V. Ex.<sup>a</sup> me permite, queria dar algumas explicações sobre ele.

O Projeto de Decisão visa a alterar lei aprovada há alguns anos, ainda no Governo Costa e Silva, na qual se inseria como diária a parte dos subsídios dos Deputados que se denomina presença às sessões. Tive o cuidado de examinar exatamente a expressão "diária". Pelas praxes administrativas – pode ser que esteja enganado – quer-me parecer que a parcela do subsídio não é uma diária, mas parte do que nós, Parlamentares, recebemos como retribuição ao nosso trabalho, porque diária tem características especiais, segundo procurei examinar ontem, ao tomar conhecimento do assunto.

De qualquer maneira, o projeto do Deputado Victor Faccioni visa a evitar que continuemos a ser objeto de críticas por parte da imprensa e da opinião pública, no sentido de que nos incluímos numa classe ou grupo de privilegiados que

estão isentos do pagamento do Imposto de Renda, ou pelo menos, em grande parte dele, no tocante aos nossos vencimentos.

Achava com isso – e está na justificativa – que o fato seria auspicioso para a Constituinte, porque esta, no decorrer de seus trabalhos, dispensa a participação nisto que é freqüentemente citado como sendo uma das mordomias mais injustas do Congresso Nacional. Então, em si, o projeto não pode ser inquinado de inconveniente, de irregular, de contrário aos interesses da Constituinte. E justamente o oposto disso. Esse Projeto de Decisão visava, precisamente, a evitar que o Constituinte continuasse a ser alvo das mesmas críticas injustas que atingem o Congresso Nacional, por ter estabelecido uma exceção local – que não faz jus, porque a base é a diária. Examinei a questão para dar essa explicação ao Plenário.

Peço, então ao nobre Deputado, que reitere o pedido da sua questão de ordem, o que devo fazer segundo o que V. Ex.<sup>a</sup> preconiza.

**O SR. CONSTITUINTE NILSON GIBSON:** – Sr. Presidente, baseado no entendimento universal da economia processual, peticonei a V. Ex.<sup>a</sup> uma questão de ordem, a fim de que esse Projeto de Decisão nº 2, de 1987, de autoria do ilustre Constituinte Victor Faccioni, fosse também, nesta oportunidade, distribuído ao Constituinte Prisco Viana, para que S. Ex.<sup>a</sup> o examinasse e desse também seu parecer oral. Porque a meu ver, há ausência dos requisitos exigidos pelo § 7º do art. 59, concernentes ao problema da soberania e há ameaça de se procurar intimidar e pôr em risco a liberdade de ação. Então, Sr. Presidente, que se distribuisse a matéria agora ao segundo Relator, Constituinte Prisco Viana, após conceder-lhe o prazo regimental para relatar, a fim de que S. Ex.<sup>a</sup> examinasse esses dois projetos de decisão. Independentemente de saber que temos um Relator na Comissão, estou me fundamentando apenas no pressuposto da economia processual. Se já vai ser examinado, é uma celeridade do nosso processo, que é de grande interesse para todos os membros da Comissão.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Considero o pedido.

**O SR. CONSTITUINTE INOCÊNCIO DE OLIVEIRA:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem a palavra V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE INOCÊNCIO DE OLIVEIRA:** – Meu caro Constituinte, creio que a proposta do nobre Constituinte Adolfo Oliveira é mais condizente com os trabalhos desta Comissão de Sistematização, cujo ilustre Relator, Constituinte Bernardo Cabral, tem todo o direito de fazer o relatório desse segundo projeto de decisão. S. Ex.<sup>a</sup> se julga impedido quanto ao primeiro projeto de decisão, por ter sido um dos seus subscritores.

Então, não tem procedência a questão de ordem do ilustre Constituinte Nilson Gibson, porque só nos casos em que o Relator da Comissão de Sistematização se julgar impedido, ou por acúmulo de trabalho, é que a Presidência pode designar outro.

Eram essas as nossas considerações.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem a palavra o nobre Relator, Bernardo Cabral.



**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):**

— Sr. Presidente, Srs. Constituintes, ocupo a tribuna não para defender o Presidente Afonso Arinos, que disso não precisa, mas para fixar a posição desta Comissão.

Ontem à tarde, por volta das 14 horas, desloquei-me, com o Ministro Dante de Oliveira, para a cidade de Cuiabá, em Mato Grosso, voltando às 18 horas. Nesse interregno, o Presidente Afonso Arinos fora informado apenas de que eu teria viajado. Soube que outro relator foi designado, cujo nome honra a Constituinte e, em particular, envaidece-me com sua amizade. Mas fiz ver ao Presidente Afonso Ativos que eu regressaria já habilitado a relatar, em termos de Presidência, 1º Vice-Presidência e Relator, até para que não trouxéssemos ao plenário aquilo que poderia ser corrigido.

O que levou o Presidente Afonso Arinos a designar um relator **ad hoc**, suplementar, foi sua preocupação de que eu não voltasse a tempo e com isto prejudicasse um colega. O Presidente Afonso Arinos, em nenhum instante, teve a intenção — algo que jamais fará parte de sua postura política — de prejudicar seu companheiro Relator. Tão logo soube de meu regresso, pela manhã, S. Ex.<sup>a</sup> pessoalmente informou que corrigiria a situação.

Em verdade, Constituinte Nilson Gibson, por uma economia processual, V. Ex.<sup>a</sup> tem razão, mas, por uma regularização dos nossos trabalhos, o Constituinte Inocêncio Oliveira tem muito mais razão. Há um relator nesta Comissão, responsável para relatar. Quando ele estiver impedido de fazê-lo, deve registrar o fato por escrito, a fim de salvar e resguardar a responsabilidade da Presidência. Por outro lado, quando houver um acúmulo de trabalho, uma série de assessores, à nossa disposição, não só os juristas que compõem as duas Casas do Congresso, mas também os que fazem parte da Assembléia Nacional Constituinte, sobretudo desta Comissão, estarão à altura de ajudar este Relator neste caso, em particular e, espero, em tantos outros também. Acho, Sr. Presidente, que estou à altura de fazê-lo.

Peço a V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Presidente, que corrija o que possa ser entendido como distorção e chame o processo à ordem, a fim de não causar prejuízo ao notável trabalho que o Constituinte Marcondes Gadelha realizar e que V. Ex.<sup>a</sup> ponha nos devidos trilhos a questão relativa ao Relator da Comissão de Sistematização.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):**

— Agradeço a informação do meu amigo Relator. Faria apenas alguns acréscimos às palavras de V. Ex.<sup>a</sup>. Não acredito que haja erro e, portanto, não há nada a corrigir. Durante sua ausência, cuja duração eu ignorava, fui informado do término do prazo para que se deliberasse sobre o assunto, que seria na segunda-feira próxima. De maneira que a decisão me pareceu acertada, embora não estivesse absolutamente seguro da sua regimentalidade. Contudo, achei que a regimentalidade ficaria em segundo lugar, para se salvar o prazo, que tínhamos de respeitar, o qual terminaria na segunda-feira. Não havendo trabalho no sábado ou no domingo, entendi que deveria decidir sobre a matéria.

Fico feliz com a explicação sempre sincera, verdadeira e leal que o nobre Relator nos deu. Nessas condições nada mais me resta senão seguir o

Regimento e entregar ao Relator a solução do caso. Muito obrigado.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):**

— Muito obrigado a V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):**

— Tem a palavra o nobre Constituinte Jamil Haddad.

**O SR. CONSTITUINTE JAMIL HADDAD:**

— Sr. Presidente, solicitei a palavra justamente para reforçar o que o nobre Constituinte Inocêncio Oliveira afirmou: "Havendo o Relator na Comissão e estando ele em condições de relatar a matéria, o Presidente não iria designar um relator **ad hoc** para fazer o Relatório."

Ouvimos o Relator dizer que se encontra em condições de relatar e dispensa o motivo, por V. Ex.<sup>a</sup> ter entregue a outro nobre Constituinte o processo, no tempo regimental. Congratulo-me com a decisão tomada por V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Presidente, devolvendo o processo, a quem de direito, para ser relatado.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):**

— Antes de conceder a palavra ao Constituinte Prisco Viana, gostaria de pôr fim a este debate, tão esclarecedor, de matéria regimental. Os agradecimentos sinceros da Presidência pela dedicação e disposição do Constituinte Marcondes Gadelha, em aceitar a incumbência que lhe oferecemos, nas condições em que acabamos de mencionar. Estamos certos de que S. Ex.<sup>a</sup> assim o fez com espírito de cooperar com o Presidente e com a Comissão. Seguramente S. Ex.<sup>a</sup> realizará um trabalho à altura do que realizará o Constituinte Bernardo Cabral.

Passo a palavra ao Constituinte Prisco Viana.

**O SR. CONSTITUINTE PRISCO VIANA:**

— Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, Sr. Relator, o nobre Constituinte Hermes Zaneti, à frente de cento e noventa Srs. Constituintes, apresentou o Projeto de Decisão nº 1/87 que, agora, é submetido à apreciação da Comissão de Sistematização.

O projeto visa determinar o exame analítico e pericial dos atos e fatos geradores do endividamento externo brasileiro, bem como de todas as dívidas contraídas por instituições públicas e privadas com credores externos. Estabelece o prazo de cento e vinte dias para uma decisão final da Assembléia Nacional Constituinte sobre os resultados da auditoria; cria a Comissão Especial de Investigações da Dívida Externa e propõe ainda que a Comissão criada tenha a força legal de Comissão Parlamentar de Inquérito.

Justifica o Projeto dizendo que o art. 59, § 7º, do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte define o Projeto de Decisão como destinados a sobrestar medidas que possam ameaçar os trabalhos e as decisões soberanas da Assembléia Nacional Constituinte. E afirma, em seguida, que o grave quadro a que chegou a dívida externa brasileira coloca em risco todo o processo institucional do País e os objetivos nacionais no campo social, político e econômico.

É este o relatório, Sr. Presidente.

Passo a emitir algumas opiniões a respeito da proposição:

Sem dúvida, bem inspirado e revelador de patriótica preocupação de seu ilustre autor com os aspectos fundamentais da dívida externa brasileira, o projeto agora sob nosso exame não é daqueles sobre os quais devemos deliberar dentro

dos estritos limites da nossa competência regimental.

Vale aqui recordar, mesmo que ligeiramente, o processo de elaboração do Regimento Interno da Constituinte que resultou na concepção e posterior adoção, dentre as proposições que seriam objeto de exame por parte da Assembléia Nacional Constituinte, do chamado "Projeto de Decisão". Estávamos em meio a acirrada discussão sobre os limites da soberania da Assembléia quando a sabedoria das lideranças político-partidárias encontrou a solução, que acabou harmonizando o justo anseio de afirmação da Constituinte com a realidade jurídica e política do momento de transição em que se está elaborando a nova Constituição brasileira. No início dessa discussão surgiu o **Projeto de Decisão**, na forma de § 7º do artigo 57 do projeto de Regimento Interno. Sua concepção inicial era a seguinte:

"§ 7º Os **Projetos de Decisão** destinam-se a regular matéria de relevância para a Assembléia Nacional Constituinte, não compreendidas nas demais proposições."

A proposta logo se constata, pelo texto do citado parágrafo era de abrangência total para os Projetos de Decisão. Circunstâncias que, na esteira da fundada suscitou reações, discussões e debates acelerados e, em determinado momento, projetou sobre a Assembléia Nacional Constituinte sombras tempestuosas e ameaçadoras da normalidade do seu funcionamento, mal ela iniciava a sua caminhada.

As críticas que então se fizeram à proposta visavam principalmente a proteger a Assembléia de interpretações tão extensivas a propósito de que deveria ser "matéria de relevância para a Assembléia Nacional Constituinte", que poderia não só redundar no emperramento dos trabalhos constituintes, como favorecer a situações políticas capazes de constrirem os posicionamentos de serenidade e de equilíbrio, indispensáveis a relevantíssima tarefa de que todos nos encontramos desafiados a cumprir, qual seja, a de construir a nova ordem jurídica do País.

A perplexidade atingiu a maioria dos Constituintes, quando tiveram de examinar proposta definidora do que seriam os **Projetos de Decisão**, já que a definição de matéria relevante permitia uma amplitude tal de entendimento que, fatalmente, levaria a Constituinte a desvios comprometedores da sua destinação, envolvendo-a com questões conjunturais, por mais importantes que eles fossem, mas que nenhuma relação guardava com a missão justificadora da sua própria convocação, que é, única, e exclusivamente, a da elaboração da nova Constituição, dentro de cujo texto a Assembléia haverá de afirmar toda a sua liberdade, autonomia e soberania.

Foi quando surgiu a solução de conciliação das posições então em conflito. O novo texto proposto, resguardando a liberdade e a soberania da Constituinte, deu aos **Projetos de Decisão** seguinte alcance:

"Os **Projetos de Decisão** destinam-se a sobrestar medidas que possam ameaçar os trabalhos e as decisões soberanas da Assembléia Nacional Constituinte, necessitando ter o apoio de 1/3 (um terço) dos Constituintes, e serão encaminhadas à Comissão de Sistematização que, num prazo de 5 (cinco) dias emitirá parecer prévio, sendo **ilegível**.

Quanto à preliminar levantada pelo Sr. Relator, a nosso ver, é correta e deve receber plena acolhida deste Plenário.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Muito obrigado a V. Ex.<sup>a</sup>.

Com a palavra o nobre Constituinte Prisco Viana.

**O SR. CONSTITUINTE PRISCO VIANA:** – Sr. Presidente, **data venia**, a palavra só pode ser concedida, pela ordem, depois de o Relator ter falado.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, há uma lista de inscrições sobre a Mesa. Como V. Ex.<sup>a</sup> determinou, para o ordenamento dos nossos trabalhos, esta lista não está sendo obedecida. Pediria a V. Ex.<sup>a</sup> o cumprimento desta orientação, dada a conhecimento preliminarmente, antes de aprovarmos a nossa deliberação.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Esclareço a V. Ex.<sup>a</sup> que a palavra somente está sendo concedida pela ordem. Nestas condições, não estou interrompendo a discussão.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Estamos discutindo o mérito.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Peço a atenção de V. Ex.<sup>a</sup> O Presidente concedeu a palavra pela ordem. Portanto, tem a palavra o Constituinte Carlos Sant'Anna.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Sr. Presidente, peço, então a V. Ex.<sup>a</sup>, que me inscreva e siga a lista de inscrição.

**O SR. CONSTITUINTE HERMES ZANETI:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem. Como autor, gostaria de pedir preferência para a discussão.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – V. Ex.<sup>a</sup>, Deputado Hermes Zaneti, é o autor da proposta. Ser-lhe-á concedida a palavra no momento devido.

**O SR. CONSTITUINTE HERMES ZANETI:** – Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup> a atenção.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Peço a atenção de V. Ex.<sup>a</sup>. A Sr.<sup>a</sup> Secretária vai atualizar a lista de oradores.

As questões de ordem levantadas no decorrer dos debates não são da alçada da decisão do Presidente desta Comissão de Sistematização, porque são questões confusas, contraditórias.

Nestas condições, prefiro seguir as normas que condigam com o andamento mais rápido dos nossos trabalhos. Concedo a palavra ao nobre autor da proposição.

**O SR. CONSTITUINTE HERMES ZANETI:** – Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Presidente a atenção. Srs. Constituintes, tendo escutado, atentamente, o parecer do Sr. Relator e ouvido, também, as opiniões preliminares de algumas intervenções aqui feitas, é possível, desde logo, fazer as colocações que considero essenciais à defesa deste projeto. Há uma questão, colocada no relatório do nobre Constituinte Prisco Viana, dizendo que este caminho não seria o apropriado, porque, no seu entendimento, ela não constitui uma ameaça aos traba-

lhos e à soberania da Assembléia Nacional Constituinte. Quero rebater as colocações do nobre Relator, dizendo que a dívida externa é uma ameaça iminente e permanente sobre esta Assembléia, sobre o poder político brasileiro e sobre a Nação brasileira como um todo. Conhecemos os acordos firmados pelo Brasil, a nível internacional, sobre esse assunto. Sabemos, para começar, que há neles uma cláusula que retira a soberania do poder político brasileiro sobre os atos que, eventualmente, merecerem a apreciação judicial em relação a essa dívida. Diz ainda textualmente que o foro competente para julgar essas questões será o de Nova Iorque. Essa é uma questão importante. Além disso, a preocupação que temos aqui é a de que, contestada na sua legitimidade, na sua constitucionalidade, essa dívida externa está agora sendo renegociada. Nesta renegociação, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, pode estar implícito o entendimento de renovação da dívida. Se assim for entendido, a Assembléia Nacional Constituinte do Brasil estará assistindo à validação de uma dívida que, amanhã, os credores internacionais poderiam dizer que tivemos a oportunidade de contestá-la, e não o fizemos.

Por outro lado, o Presidente José Sarney tem proclamado e repetido que, para renegociar a dívida, ele precisa da definição do seu mandato, reconhecendo que tem um mandato instável e que, por isso mesmo, é contestável a nível internacional.

Ninguém desconhece as influências dos nossos credores na substituição dos Sr. Ministro da Fazenda Dilson Funaro. Isso está a nos indicar que os caminhos adotados até aqui não são respeitados, a nível internacional, e não têm força política suficiente para se fazerem prevalecer.

Somos Assembléia Nacional Constituinte, porque fomos eleitos pelo povo brasileiro para decidir o futuro deste País e temos competência política e reconhecimento nacional e internacional para enfrentar essa questão.

Por outro lado, é preciso, desde logo, dizer que a suspensão do pagamento dos juros da dívida, pelo Poder Executivo, deu-se apenas em parte. Dos 11 bilhões de dólares de juros que teríamos de pagar este ano, a suspensão do pagamento abrange apenas 5 bilhões; portanto, menos de 50%.

Sr. Presidente, mais ainda: devemos atentar, claramente, que estamos elaborando uma Constituição para um país soberano. O nosso País é, hoje, dependente de nossa dívida externa. Há abundantes estudos indicando que somos, economicamente, dependentes da nossa dívida. A política econômica brasileira é ditada pela dívida que o Brasil assumiu. Portanto, editar uma Constituição para um país dependente seria uma tarefa inglória e vazia. Por isto, chamamos a atenção deste Plenário no sentido de que, se quisermos ver vigorando plenamente a Constituição que vamos produzir neste processo constituinte; se quisermos, efetivamente, editar uma Constituição para um país soberano, é absolutamente essencial rompermos com essa dependência. E só o faremos suspendendo o pagamento da dívida e fazendo uma auditoria dela. A partir disso, a Assembléia Nacional Constituinte deverá adotar as decisões que indicarmos no projeto e no seu requerimento.

Há uma outra questão, colocada pelo Sr. Relator, que merece contestação desde logo. O emi-

nente Relator referiu-se a uma Comissão do Senado Federal do Brasil. Peço licença a V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, para ler o Requerimento nº 17/87, tendo como primeiro signatário o eminente Senador Fernando Henrique Cardoso, Líder do meu partido no Senado Federal:

"Nos termos do art. 75, alínea "a", do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a V. Ex.<sup>a</sup> ouvido o Plenário, seja criada uma Comissão Especial, composta por sete Srs. Senadores para no prazo de 90 dias examinar a questão da dívida externa brasileira e avaliar as razões que levaram o Governo a suspender o pagamento dos encargos financeiros dela decorrentes nos planos externo e interno."

Meu objetivo, Sr. Presidente, não é uma Comissão Parlamentar de Inquérito para fazer uma avaliação. Eu, Sr. Presidente, já estou cansado de ver avaliações. Esta dívida, criminosamente contraída, está massacrando o povo brasileiro.

É oportuno citar aqui as palavras de Tancredo Neves, repetidas depois pelo Presidente José Sarney na ONU, segundo os quais não é justo que o Brasil pague a dívida externa com a fome e a miséria do seu povo. Estamos assassinando, e cada instante, as crianças e o povo deste País, porque canalizamos os recursos decorrentes do trabalho do povo brasileiro para engordar os bolsos dos banqueiros internacionais.

O Sr. Prisco Viana, na ocasião, já era Deputado, e quem sabe não se lembrou que, neste Congresso Nacional, tivemos, na Câmara dos Deputados, uma CPI que realizou os seus trabalhos e os concluiu, e que o Brasil depois daquela CPI continua tão dependente como antes, isto é, continua submisso à sua dívida, como antes, e nenhuma providência decorrente daquela CPI foi adotada.

Tenho aqui a Resolução nº 23/86. É interessante observar que o Presidente da Câmara Federal, Deputado Ulysses Guimarães, enviou essas conclusões para duas Comissões da própria Câmara, que adotaram as decisões que a CPI recomendava. Enviou ao Presidente da República também as conclusões, que recomendavam providências, e especialmente enviou-as ao Procurador-Geral da República. Entre as conclusões destacaria a do art. 3º:

"Serão encaminhadas aos órgãos competentes cópias dos relatórios das conclusões, bem como os elementos colhidos evidenciadores da existência de crime em tese em que estariam incluídas autoridades passíveis de denúncia por crime comum ou de responsabilidade."

É apenas um dos artigos. A verdade, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, é que isto não mereceu providência alguma.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Peço perdão ao nobre orador para adverti-lo de que, infelizmente, conta apenas com cinco minutos para a conclusão da sua exposição.

**O SR. CONSTITUINTE HERMES ZANETI:** – Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup> a amabilidade da advertência. Portanto, Sr. Presidente, a Comissão Especial do Senado não é uma CPI, nem tem os mesmos objetivos de nossa propositura. Na Câmara dos Deputados, já foi feita uma CPI que, embora tenha

concluído por alguns caminhos, estes não foram adotados. Não vejo outra alternativa.

Recomendo a V. Ex.<sup>a</sup> – para os que não tiveram a oportunidade ainda – que leiam "A Ditadura da Dívida", de Bernardo Kucinski e Branfort, para que tenham idéia das falcatruas que envolvem a constituição da dívida brasileira. Há informações de que de 1970 a 1986 o Brasil pagou, aliás, o Brasil "tomou emprestado", entre aspas, 200 bilhões de dólares e que destes apenas 16 bilhões entraram no País.

Mas na página 9 da obra citada se diz que, entre 1976 e 1981, época do apogeu do endividamento, a América Latina contraiu 272,9 bilhões de dólares em empréstimos. Mas, desse total, apenas 8,4%, 22,9 bilhões, efetivamente entraram no continente, podendo ou não terem sido usados para investimentos produtivos. Mais de 60%, num total de 170,5 bilhões, nunca entraram, pois foram pagos aos mesmos bancos como amortizações de dívidas anteriores ou juros. Outros 22,9 bilhões também ficaram nos bancos como reservas. O interessante é que é a mesma quantia que os nossos países receberam. Uma espécie de garantia para a própria dívida. E 56,6 bilhões saíram na forma de fuga de capital.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Permite-me V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. CONSTITUINTE HERMES ZANETI:** – Como disponho de apenas cinco minutos, peço a V. Ex.<sup>a</sup> que seja compreensivo. V. Ex.<sup>a</sup> poderá falar depois, no tempo reservado à discussão, e terei prazer em ouvir suas ponderações.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – V. Ex.<sup>a</sup> tem cinco minutos para terminar seu pronunciamento.

**O SR. CONSTITUINTE HERMES ZANETI:** – Gostaria ainda, entre tantos pontos, premido pelo tempo, de, pelo menos me referir à página 198 dessa obra, sobre o caráter das negociações onde se diz que Anthony Gebauer, que negociou esse acordo em nome dos bancos, confessou, três anos depois, ao Tribunal de Justiça de Nova Iorque – onde serão julgados os acordos do Brasil – a ocorrência de fraudes e depósitos fraudulentos, num total de 4,3 bilhões de dólares, envolvendo contas de clientes brasileiros no Morgan Bank.

Segundo informações do Banco Central, há oitenta e dois casos suspeitos, entre os quais cito apenas dois: o caso que envolve a CONTRISA; e o CITIBANK e o que envolve a COTRISA e o **BANK OF AMERICA**. Poderíamos ir longe, levantando casos de suspeição sobre essa dívida. O País não tem o direito de convocar a Assembléia Nacional Constituinte para tentar determinar novos rumos, se não assumir agora a responsabilidade de suspender o pagamento dessa dívida e determinar uma auditoria, condições absolutamente essenciais para adotarmos uma posição que conclua a um País soberano.

Muito obrigado a V. Ex.<sup>a</sup> e aos Srs. Constituintes. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Concedo a palavra ao Constituinte Inocêncio Oliveira.

**O SR. CONSTITUINTE INOCÊNCIO OLIVEIRA:** – Meu caro Presidente, caros Constituintes, esta Casa e todo o povo brasileiro concordam com o fato de que deve haver uma auditoria da dívida

externa do nosso País. Do mesmo modo, Sr. Presidente, todos concordam em que o assunto é importante para a vida da Nação. O Brasil atravessa uma das maiores crises econômicas da sua História, e a toda crise econômica se sobrepõe uma crise política e social de grande intensidade. No entanto, Sr. Presidente, concordo plenamente com o relatório do ilustre Constituinte Prisco Viana e com os ilustres Constituintes Joaquim Beviláqua e Virgílio Távora, em que o que se pretende com a proposta do ilustre Constituinte Hermes Zaneti é, no § 7º do art. 59, colocar um dispositivo que não vise apenas a sobrestar medidas que impeçam o funcionamento e a soberania da Assembléia Nacional Constituinte, mas, sim, sobrestar o pagamento da dívida externa. Além do mais Sr. Presidente, como médico, gostaria de dizer que esse Projeto de Decisão faz aquilo que em Medicina se chama de reação de Jarichr Herxheimer, ou seja, reação contrária: além de sobrestar os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, os prejudica sobremodo. Por que, Sr. Presidente? Porque abre um precedente grave. Tanto é assim que, além de já existir um outro Projeto de Decisão, sobre Imposto de Renda que nada tem a ver com o assunto, outros viriam depois. A crise econômica do País é tão grande que qualquer Constituinte se julgaria no direito de apresentar Projetos de Decisão sobre a inflação, o alto custo de vida, as altas taxas de juros, a educação em nosso País, a saúde do povo brasileiro, e assim por diante.

Então, Sr. Presidente, creio que o ilustre Constituinte Prisco Viana foi muito feliz, porque esse Projeto de Decisão não se enquadra no art. 57, § 7º, do Regimento da Assembléia Nacional Constituinte. Além do mais, o ilustre Constituinte Hermes Zaneti apresentou dados gravíssimos sobre a dívida externa do nosso País, que, realmente, merece um estudo profundo, analítico, uma verdadeira auditoria. Mas seria um **capitis diminutio** para o Senado se considerássemos que uma comissão estabelecida nesta egrégia. Casa não seria suficiente para apurar os fatos relacionados a essa dívida. Por tudo isso, Sr. Presidente, concordo em grau, gênero e número com o relatório do ilustre Constituinte Prisco Viana. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Concedo a palavra ao ilustre Constituinte Cid Carvalho.

**O SR. CONSTITUINTE CID CARVALHO:** – Sr. Presidente, embora nesta Assembléia Nacional Constituinte cada um de nós tenha sua filiação partidária, entendo que o nosso procedimento, como um todo, deve seguir as luzes e as diretrizes do nobre Relator desta Comissão, Constituinte Bernardo Cabral. Acima do nosso partido está o nosso compromisso de elaboração da Carta Magna. Esta, pelo menos, Sr. Presidente, é a minha posição. Neste momento não falo como um peemedebista, nem me quero indagar sobre os meus compromissos, mais ou menos à esquerda, ou mais ou menos ao centro. Numa hora difícil como esta, a indagação que faço a mim, em primeiro lugar, é sobre qual a melhor forma de cumprir o meu dever. Considero que um dos grandes fatores de desvirtuamento da ordem moral neste País foi sua política de endividamento, quer externo, quer interno.

Hoje, Sr. Presidente nenhum administrador, do prefeito ao governador ou presidente de empresa,

se preocupa – e tenho visto isto no dia-a-dia – com o fato de que a autoridade anterior deixou esta ou aquela situação, mas com o fato de se ela abriu espaço para aumentar e rolar a dívida. Em cima de toda essa rolagem, fez-se o derretimento de todos os parâmetros morais dessa Nação.

Mas, Sr. Presidente, estou certo de que esta Comissão e o nosso eminente Relator acolherão proposições e sugestões atentas a esse respeito e que a Constituição, nas suas Disposições Transitórias, não seja omissa em relação ao posicionamento da Nação diante desse grave problema.

Sr. Presidente, precisamos ter uma preocupação de pertinência. Participamos todos de uma luta, da discussão da soberania da Assembléia Nacional Constituinte e votamos a limitação dessa soberania. No meu entender, Sr. Presidente, não teria sido necessário isso. Não fui daqueles que acolheu a decisão tomada pela Assembléia Nacional Constituinte sobre o seu Regimento. Mas o que vejo?

Esta Assembléia não pode ser uma Comissão de Inquérito. No entanto, tirando-se as fantasias e os adornos dessas proposições, verificamos que, na verdade, ela é uma Comissão Parlamentar de Inquérito da Constituinte para apurar a questão da dívida. Não consigo, Sr. Presidente, conceber qualquer conexão, qualquer pertinência numa atitude normativa que aceita e até defende a transformação desta Assembléia numa verdadeira comissão de inquérito. A intenção do nobre proponente – pessoa conceituada nos trabalhos da Câmara dos Deputados por posições firmes e patrióticas – é muito positiva no sentido de não permitir uma omissão da Assembléia Nacional Constituinte. Não acredito que este seja o caminho, Sr. Presidente, porque temos de ter o mínimo de compromisso com a forma e a pertinência. Daí entender que o relatório do Constituinte Prisco Viana é absolutamente correto no essencial. Só discordo de uma parte, porque sou mais ortodoxo do que S. Ex.<sup>a</sup>. Entendo que esta Comissão tem que se definir sobre a preliminar e o mérito, a fim de que sua decisão não se subordine a outras decisões do Plenário. Ela tem competência para dar o seu parecer e este deve ser dado aqui. Voto, com o Relator, pelo parecer contrário ao Projeto de Decisão.

Obrigado a V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):**

– Para esclarecimento do Plenário, a ordem dos oradores inscritos é a seguinte: Nilson Gibson, Gerson Peres, Ademir Andrade, Carlos Sant'Anna, José Genoíno, Paulo Ramos, Nelson Friedrich, Haroldo Lima, Aluizio Campos, Marcondes Gadelha, Luiz Inácio Lula da Silva e Nelson Jobim.

Apenas para conhecimento dos Srs. Constituintes, a inscrição está sendo rigorosamente seguida.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Nilson Gibson.

**O SR. CONSTITUINTE NILSON GIBSON:** – Sr. Presidente, o nobre

Constituinte Hermes Zaneti foi felicíssimo quando discutiu sua proposta. Inteligente, hábil, culto, corretíssimo nas suas denúncias, trouxe-nos casos concretos de desvio de empréstimos concedidos ao País. Lembrou um caso citado pelo escritor Bernardo Kucinski, de empréstimo referente a duzentos bilhões de dólares,

tendo chegado aqui apenas cerca de dezesseis bilhões de dólares. Casos concretos como este concorrem para que nos curvemos e aplaudamos o nobre Constituinte Hermes Zaneti em seu brilhante encaminhamento.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o legislador, quando disciplinou o Regimento Interno, colocou no art. 57, § 7º, duas posições: uma substantiva, outra adjetiva. Dentro do Direito Substantivo, exigia duas necessidades: comprovar-se ameaça aos trabalhos e as decisões soberanas da Assembléia Nacional Constituinte.

A medida adjetiva era a necessidade do apoio de 1/3 dos Constituintes para que sua proposta pudesse tramitar. Infelizmente o projeto do nobre Constituinte Hermes Zaneti não preenche estes dois requisitos para sobrestar o pagamento da dívida externa.

Não conseguiu o nobre Constituinte trazer esses dois pressupostos regimentais.

Os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte têm sido realizados normalmente. Desconheço qualquer preocupação de nossa parte de termos sido intimidados ou postos em perigo; sequer acredito que em alguma instância ou oportunidade tenha sido discutido o problema de tumulto devido ao endividamento externo, já que o fato sequer foi abordado da tribuna desta Casa ou em entrevista a órgão de comunicação social simplesmente porque inexistia a suposta ameaça à normalidade dos nossos trabalhos.

O segundo pré-requisito refere-se à soberania. Pergunto aos ilustres Constituintes: quem denunciou, algum dia, qualquer ameaça à soberania? Ninguém. Meu entendimento é de que a Assembléia Nacional Constituinte deve preocupar-se primordialmente com os trabalhos de elaboração da nova Carta política, tarefa **hic et nunc**. Existem prazos fixados pelo Regimento que têm que ser obedecidos, e trazem uma norma de conduta que precisamos cumprir e seguir, por serem matéria de ordem pública. Temos de obedecer religiosamente, muito embora saiba V. Ex.<sup>a</sup> que o Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, algumas vezes, beneplacitamente, modifica até a nossa Carta política, da Assembléia Nacional Constituinte.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, aplaudo – aliás, para mim não foi surpresa – o parecer oferecido pelo nobre e ilustre Constituinte Prisco Viana, uma das capacidades que temos nesta Casa.

Gostaríamos ainda, Sr. Presidente, de lembrar que o Constituinte João Cunha, no dia 9 de março de 1987, apresentou proposta semelhante, submetendo à decisão da Assembléia Nacional Constituinte todos os acordos e contratos referentes à dívida externa brasileira. Esse projeto de resolução, com a habilidade e a inteligência do Presidente da Constituinte, foi evidentemente deferido em face da ausência dos pressupostos. Com apoio e entendimento do Constituinte Prisco Viana, trago à Comissão proposta para que seja encampada aqui a decisão dos membros da Comissão de Sistematização, nos seguintes termos:

"Lei especial deverá regulamentar critérios para a realização de empréstimos, operações, acordos e obrigações de qualquer natureza com credores externos, contraídas ou garantidas pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelas empresas públicas e privadas."

No parágrafo único vem o atendimento da preocupação desse brilhante Parlamentar que é o Professor, Doutor e Constituinte Hermes Zaneti:

"Poderá ser determinado o reexame, declarada a nulidade e suspensão dos efeitos jurídicos de todos os empréstimos, operações, acordos e obrigações externos onerosos ao patrimônio nacional, quando realizados em desacordo com as normas legais ou com os interesses da Nação."

Nossa posição, Sr. Presidente – que passaria à Mesa –, é que a própria Comissão de Sistematização aceitasse essa modesta e humilde sugestão, encampasse e encaminhasse de logo o entendimento de V. Ex.<sup>a</sup> para a Comissão competente, para que fique incrustado dentro das "Disposições Transitórias" da futura Carta política que estamos aqui a discutir e votar.

É este o nosso entendimento, salvo melhor juízo, Sr. Presidente e Srs. Constituintes.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Obrigado a V. Ex.<sup>a</sup>

Tem a palavra, pela ordem de inscrição, o Sr. Constituinte Gerson Peres.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Ilustre Presidente, caros colegas, o Projeto de Decisão de autoria do eminente Constituinte Hermes Zaneti é de natureza política, e não ideológica. Por isso mesmo, vejo-me diante de um quadro muito interessante, com que a Nova República nos está brindando, que é o do comportamento político, com duas correntes filosóficas integrantes dos dois grandes partidos que formam a sustentação da Nova República – PMDB e PFL. Estamos até preocupados, porque nos temos deixado contaminar por essas duas correntes. A primeira é a filosofia do apoio crítico, preconizada pelo PMDB. O PMDB critica, discorda, "malha", como se diz na gíria, e depois vota a favor do Governo. A segunda é a filosofia do apoio contraditório, preconizada pelo PFL e PMDB, que também dizem e se contradizem mas, no final, apóiam quem o Governo quer. Esta verdade tem de ser dita, na hora em que se discute um projeto dessa natureza, pois tenho até medo de que, quando o Governo acionar seu dispositivo de influência, todo o partido do Constituinte Hermes Zaneti vote contra ele. Justamente para que S. Ex.<sup>a</sup> não fique sozinho estou até disposto a votar a favor da sua proposição, para que, amanhã, não julgue omissa o meu partido, ou que não queira investigar amplamente todas as irregularidades que por ventura praticaram antes da Novíssima República, e depois dela, quando do Plano Cruzado – falo depois porque há uma outra etapa. O Plano Cruzado deu vitalidade, no dia 27 de fevereiro, à Novíssima República, mas depois a tirou com o Plano Cruzado II.

Sr. Presidente, vamos agora ao mérito do trabalho de S. Ex.<sup>a</sup>. Eu disse que há um apoio contraditório. O Constituinte Hermes Zaneti, em sua expansão, se contradiz demais.

Veja bem, num dos tópicos S. Ex.<sup>a</sup> diz o seguinte:

"É a Assembléia Nacional Constituinte, com sua força política e representação popular..." – a força política é do PMDB – "...o foro adequado para proceder a esta investigação. Ela tem mandato especial que nenhuma das Casas do Congresso Nacional, isoladamente, possui".

Lá adiante, para sustentar outro argumento de que o Congresso Nacional não cumpriu as suas obrigações, ele afirma:

"Por outro lado, a Constituição vigente estatui ser de competência exclusiva do Congresso Nacional resolver definitivamente..." – estou usando bem as expressões de S. Ex.<sup>a</sup> – "...sobre os tratados, convenções e atos internacionais celebrados pelo Presidente da República. Por mais esta razão a dívida foi constituída desrespeitando a Constituição brasileira. já que o Congresso Nacional do Brasil nunca decidiu nada sobre o assunto".

Art. 44. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

I – resolver definitivamente sobre os tratados, convenções e atos internacionais celebrados pelo Presidente da República".

Sr. Presidente, quando procurei um diploma de modesto advogado de provincia ensinaram-me que em Direito havia uma distinção conceitual entre competência privativa e competência exclusiva.

Ora, entendo que competência exclusiva elimina qualquer ingerência de outro tipo de poder para apurar esta matéria.

Veja que a Emenda Constitucional que deu vida, que originou a Constituinte está inserida no texto da mesma Constituição que dá competência exclusiva ao Congresso Nacional para apurar a questão da dívida externa. Se o Constituinte Hermes Zaneti não acredita nisto, nenhum de nós aqui tem culpa. É uma questão de ele acionar os poderes competentes, como o Supremo Tribunal Federal, para dar curso ao cumprimento do dispositivo constitucional. Caberia esta medida. Mas quando se procura em uma Comissão de Sistematização uma fórmula política para fazer a Constituinte apurar a dívida externa no seu âmago, quando se procura saber quem emprestou mais ou menos ou apurar as irregularidades aqui delineadas por citações de obras etc. – embora haja validade em tudo isso – não entendo ser a Assembléia Nacional Constituinte o foro competente para tal tema, porque esta é uma decorrência da própria determinação constitucional vigente.

Esta é a maneira lógica de destruir todo este emaranhado de escritos feitos pela inteligência brilhante do Constituinte Hermes Zaneti. Vejam como S. Ex.<sup>a</sup> se contradiz, ainda, quando fala do procedimento adotado para compor discussões da CPI e indica que, nesses procedimentos, não adotaram providências alguma.

Será que o procedimento da Constituinte adotará as providências ou, porventura, a Assembléia Nacional Constituinte não é uma dualidade composta pelo Senado Federal e Câmara dos Deputados? Não são as mesmas pessoas?

São essas as indagações que formulo a S. Ex.<sup>a</sup>.

Mas, apesar de não concordar com o que escreveu, não será por falta do meu voto que S. Ex.<sup>a</sup> não verá seus sonhos realizados. Votarei com S. Ex.<sup>a</sup>, e penso que o meu partido tem a obrigação de nele votar, porque o acusam de responsável por estas tomadas de empréstimos. Mas gostaria de dizer a S. Ex.<sup>a</sup> que estas tomadas de empréstimos não ficaram só no exterior, como citam os eminentes autores da obra "Ditadura do Endividamento". Elas estão em Itaipu, em Tucuruí, nas grandes rodovias que se distribuíram pelo

de junho. Portanto, mais de quatrocentos Constituintes terão bastante tempo para cuidar desta questão. Logo que terminar o prazo de trinta dias destinados às Comissões, as atividades serão relativamente pequenas. Depois, passaremos quarenta dias discutindo o Projeto de Constituição no plenário, onde os Constituintes apenas poderão apresentar emendas. Portanto, sobrar tempo suficiente para que um representante de cada partido e mais um, representando cinquenta parlamentares, trabalhem em questão tão importante para a Nação brasileira quanto a da dívida externa.

Sr. Presidente, concluo dizendo que devemos ter a responsabilidade e a coragem de atender aquilo de que precisa e quer o povo brasileiro. Esta questão não atrapalha os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte. O que estou defendendo é a questão preliminar, de mérito. Sou amplamente favorável ao mérito do Projeto de Decisão apresentado pelo Deputado Hermes Zaneti e subscrito por 180 Constituintes e absolutamente contrário ao parecer do Constituinte Prisco Viana.

São estas as nossas considerações.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Muito obrigado a V. Ex.<sup>a</sup>.

Concedo a palavra ao Constituinte Carlos Sant'Anna.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, tenho lido muito os anais das Constituintes brasileiras anteriores. Fico muito preocupado quando, no futuro, forem lidos os anais da atual Constituinte. Porque, na verdade, a Constituinte está-se desviando aos poucos do seu objetivo fundamental, que é elaborar uma nova Constituição, para tratar de questões do dia-a-dia da atividade governamental.

Predominou o pressuposto de que o Governo não deve imiscuir-se nos trabalhos da Constituinte, porque está preparando algo de permanente, que é o reordenamento jurídico e institucional deste País. Tanto assim que, ao estabelecer seu regulamento interno, a Assembléia Nacional Constituinte não previu – nem podia fazê-lo a figura da liderança do governo.

Por outro lado, tive ontem grande dificuldade em responder a uma seqüência de ataques dirigidos ao Governo dentro da Constituinte, como, por exemplo, no que se refere ao fato de a Constituinte tratar de questões eminentemente constitucionais.

Vejam bem V. Ex.<sup>as</sup>, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, que não quero questionar o mérito do Projeto de Decisão do companheiro Hermes Zaneti. Acredito até que a queda da auditoria da dívida externa brasileira não é só programática do meu partido, o PMDB, mas, está inscrita nos documentos históricos da oposição brasileira, na época em que o então PMDB aglutinava todas as forças oposicionistas. O que diz o Relator Prisco Viana é fundamental. É a Constituinte, que vai fazer um reordenamento jurídico, não pode fazer um aviltamento jurídico.

A preliminar de pertinência é fundamental. Esta questão não cabe ser apreciada pela Assembléia Nacional Constituinte, principalmente quando está em pleno funcionamento o Congresso Nacional, através de suas Casas – a Câmara dos Deputados e o Senado Federal –, às quais, a estas sim, compete tratar a matéria, especialmente por

se referir à dívida externa, como preceitua o Art. 44 da Constituição em vigor.

Quero lembrar bem aos companheiros, que este Projeto de Decisão é um pedido de criação de uma CPI da dívida externa, devendo, portanto, ser dirigido ao Senado, que já tem uma CPI em funcionamento, ou à Câmara. Este requerimento pode ser feito a qualquer instante, em face da importância da matéria, conforme acentuaram todos os oradores que me antecederam, inclusive o próprio autor. E, apesar do sobrestamento das atividades da Câmara e do Senado, do seu empaldecimento por força do funcionamento da Constituinte, sei que a Câmara, no seu alto discernimento, considerará urgente a questão, permitindo a criação de uma CPI para tratar da dívida externa, como já existe no Senado.

Em relação a esta preliminar, quero levantar outra questão importante. A nossa dívida foi gerada, no mínimo, em 1975. Portanto, a auditoria teria de percorrer todos esses anos, até 1985. Esta questão tem aspectos nacionais, mas também outros internacionais, tanto que nos documentos históricos do partido, especialmente aqueles do Senador Teotônio Vilela, solicita-se que essa auditoria seja feita por comissão internacional, devido aos aspectos internacionais que contém. Ora, a nossa esperança é a de que a Assembléia Nacional Constituinte termine suas atividades até 15 de novembro deste ano. A duração de uma auditoria como esta é muito maior do que a prevista para o funcionamento da Constituinte. A auditoria de uma dívida contraída há mais de dez anos, e superior a cem bilhões de dólares, consome muito mais tempo do que o de funcionamento da Constituinte.

Por todas essas razões, para não parecer que se está envolvendo no mérito, esta Comissão deve sugerir ao autor do projeto que, por ser Deputado, apresente o seu pleito, da mais alta importância, da mais alta valia, à Câmara dos Deputados, requerendo a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito sobre o assunto.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Muito obrigado a V. Ex.<sup>a</sup>, antes de conceder a palavra ao Constituinte Hermes Zaneti, quero fazer uma comunicação à comissão. Há ainda nove Srs. Constituintes inscritos. Habitualmente, a nossa reunião dura três horas. Hoje, não poderemos seguir esse costume, a fim de atender a todos os Deputados e Senadores inscritos. Em todo caso, como já são 11h40min, devemos ter cautela para não ultrapassar o horário das 13 horas, quando deverá terminar a reunião.

**O SR. CONSTITUINTE CID CARVALHO:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem a palavra V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE CID CARVALHO:** – Sr. Presidente, estamos aqui na fase de discussões. A hora avança e estamos aqui, a consciência relativa do Plenário. Gostaria de levantar a seguinte questão de ordem: esta Comissão delibera, por maioria absoluta dos seus membros, como reza o § 2º, do art. 21 do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte. Sr. Presidente, ao mesmo tempo, o número de membros desta Comissão é de quarenta e nove, o qual será acrescido dos Presidentes e Relatores das Comissões e Sub-

comissões. Ocorre que estes Presidentes e Relatores ainda estão em fase de trabalho em suas respectivas Comissões e Subcomissões. Se considerarmos o **quorum** com a complementação desse Presidente e Relator, ele será um. Se não considerarmos ainda essa complementação, ele será outro. Para efeito de sabermos qual o **quorum** necessário a esta Comissão de Sistematização para deliberarmos por maioria, pergunto a V. Ex.<sup>a</sup>: no **quorum** desta Comissão já está incluída a participação dos Presidentes e Relatores das Subcomissões e Comissões Temáticas, ou, por enquanto, são só os membros iniciais da Comissão de Sistematização?

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – A parte final da questão suscitada por V. Ex.<sup>a</sup>, meu querido amigo Cid Carvalho, esta sendo respondida pela nossa secretaria. Diz ela que estão incluídos esses Constituintes aos quais V. Ex.<sup>a</sup> acaba de se referir. Quanto à outra parte da questão de ordem, leio o art. 33 do Regimento Interno da Assembléia, que diz: "as deliberações sobre matéria constitucional serão sempre tomadas pelo processo nominal e por maioria absoluta de votos dos membros da Assembléia. As demais serão tomadas por maioria simples de votos, adotando-se o processo simbólico, salvo disposição regimental expressa ou deliberação do Plenário em outro sentido. De maneira que, no meu não muito profundo conhecimento regimental, tenho a impressão de que devemos continuar as nossas deliberações, porque, se tivermos que tomar alguma decisão, ela será de acordo com o art. 33 do Regimento Interno, por maioria simples de votos, adotando-se o processo simbólico, salvo disposição regimental expressa ou deliberação do Plenário em outro sentido".

**O SR. CONSTITUINTE HAROLDO LIMA:** – Muito bem, Sr. Presidente, de pleno acordo.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

Diante da decisão que V. Ex.<sup>a</sup> toma agora parece-me continua prevalecendo a necessidade da maioria absoluta dos membros.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Não. Para as questões de ordem constitucional – está expresso: "as deliberações sobre matéria constitucional serão sempre tomadas, pelo processo nominal e por maioria absoluta de votos".

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr. Sim, mas refiro-me ao seguinte: para a votação de qualquer matéria é preciso que esteja presente a maioria absoluta dos membros, ainda que se decida por maioria simples.

Por outro lado, Sr. Presidente, ainda na mesma questão de ordem, desejo lembrar a V. Ex.<sup>a</sup> que há uma preliminar levantada sobre o projeto de decisão. Esta preliminar já é coisa julgada pelo Plenário da Assembléia Nacional Constituinte. De frontamos com pretensões de projeto de decisão no Plenário da Assembléia Nacional Constituinte, que decidiu pela incompetência da Constituinte para reformular a Constituição atual. Diante disso, como há uma Constituição vigente que determina que a Comissão de Inquérito etc., sejam procedidas pela Câmara dos Deputados ou pelo Senado Federal, é questão de ordem constitucional e regimental. Então, já há decisão, já há

País, na Transamazônica, no asfaltamento da Belém-Brasília, na Ferrovia do Aço, nas ferrovias sulistas, nas hidrelétricas do Sul, e pode ser que alguns canais tenham retirado algumas comissões e depositado nos bancos da Suíça. Isso não sei. Não tenho provas. Mas pode ser que ocorra, porque há neste País de tudo, Sr. Presidente.

Há uma frase do caboclo do Pará, que diz: "Ó, ainda não vi em política, aqui no Brasil, foi boi voar". É só o que esta faltando. Mas darei o meu voto a S. Ex.<sup>a</sup>, porque quero depois cobrar – e Deus há de nos dar vida – as providências que o seu Partido tomou, já que compõe, juntamente com o PFL, quase dois terços da Constituinte. Quero saber ainda quem foi para a cadeia por causa das irregularidades apuradas.

É por isso que votarei pelo lado ético da matéria, para que Ex.<sup>a</sup> não diga: "Ele é do PDS e é conivente, quer apoiar essas falcaturas". Então, darei o meu voto a S. Ex.<sup>a</sup>. Não será por causa do meu voto que a matéria de S. Ex.<sup>a</sup> não será aprovada.

Eram estas as modestas e desprezíveis considerações que queria fazer sobre o Projeto de Decisão nº 1, que nada tem a ver com o art. 59, § 7º do nosso Regimento.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Muito obrigado, nobre Constituinte Gerson Peres.

Concedo a palavra ao nobre Constituinte Ademir Andrade.

**O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, parece-me que a questão fundamental nesta discussão é realmente a de mérito, porque, no seu conteúdo, creio que toda a composição desta Comissão concordaria com a formação desta CPI na Assembléia Nacional Constituinte. Portanto, quero discutir a questão do mérito.

Pretendo provar, Sr. Presidente, que a dívida externa traz um risco iminente aos nossos trabalhos e à estabilidade da Nação brasileira. Começaria a lembrar 1982, quando o Gen. Figueiredo, aconselhado pelo Ministro Delfim Netto, recorreu ao Fundo Monetário Internacional e colocou o País numa terrível recessão. Para tanto buscou o Governo o apoio desta Casa para conter o salário do trabalhador, para conter a demanda interna, tendo como perspectiva básica a produção dirigida para a exportação, o que nos obrigou a ter anualmente um superávit comercial em nosso País, desde aquela ocasião, até há pouco tempo, entre 9 e 12 bilhões de dólares.

Isto, Sr. Presidente, tem gerado dificuldades para a Nação brasileira. De lá para cá essa situação vem-se repetindo, e o Governo, que diz querer conter a inflação, na verdade busca sempre estimular, ao mesmo tempo, a especulação financeira. O Governo, na verdade, só tem estimulado o setor exportador brasileiro. Ao longo de todos esses anos e até o início de 1986, quando então o Presidente José Sarney, corajosamente, editou o Plano Cruzado, que foi um dos melhores planos que esta Nação já teve em toda sua história, duas classes de empresários brasileiros foram altamente beneficiadas: uma, a classe dos banqueiros; outra, a dos exportadores.

Ora, a quem interessa a Nação brasileira pagar a dívida externa senão aos banqueiros e aos exportadores brasileiros, pelos inúmeros estímulos que recebem, como desvalorização permanente

do cruzado, estímulos de isenções de toda ordem, isenções fiscais, em que os exportadores não pagam ICM e IPI? Antigamente, antes do Governo do Presidente José Sarney, eles recebiam até prêmio pelas exportações que efetuavam.

Assim, quando surgiu o Plano Cruzado houve um desestímulo à poupança, ao **over night**, à especulação financeira: este País cresceu como nunca na sua história; melhorou sua situação econômica como em nenhum momento. E aí o que ocorreu? A queda do superávit do nosso balanço de pagamentos, a falta de mercadorias para exportação e a falta de recursos para que o Governo continuasse pagando a extorsão que representa para nossa Pátria o pagamento dessa dívida. Houve a pressão internacional, a pressão dos exportadores brasileiros, na sua maioria multinacionais, e o Governo do Presidente José Sarney, infelizmente, cedeu ao final de novembro, mas não por ter aumentado os preços. Não sou contra o compulsório nem contra o aumento dos preços de determinados produtos, que precisavam, de fato, ser corrigidos. Sou contra o congelamento, porque se trata de um ato absolutamente impraticável. Ninguém pode proceder a congelamento no tipo de economia que possuímos, pois gera o problema de mercado e de abastecimento. Não foram essas mudanças que condenamos no Governo José Sarney e, sim, aquela que fez permitir a volta da especulação financeira, de se voltar a pagar poupança de trinta em trinta dias, de se parar este País. E para que, Sr. Presidente? Será que para sobrar dinheiro a fim de que o superávit comercial aumente cada vez mais? Qual foi o objetivo senão este adotado pelo Governo a partir de novembro para cá? Mas nem assim o Governo conseguiu fazer alguma coisa em pouco tempo. Por falta de recursos, logo em seguida o Presidente José Sarney suspendeu o pagamento dos juros da nossa dívida externa aos bancos privados. Apoiamos tal medida e gostaríamos que muito mais do que isso se fizesse. O Ministro Dilson Funaro, com certeza, foi pressionado a adotar as medidas que tomou, fazendo voltar a especulação financeira, detendo nosso crescimento, contendo na marra a demanda do povo brasileiro, que tanto sofreu e que precisa, hoje, de fato, consumir. S. Ex.<sup>a</sup> assumiu uma postura corajosa diante dos nossos credores internacionais, mas os exportadores brasileiros, grandes beneficiários desta Nação no pagamento dessa dívida, passaram a pressionar o Sr. Orestes Quêrcia, o Sr. Moreira Franco e o Sr. Newton Cardoso, Governadores de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, respectivamente, que, tenho certeza, não têm compromissos com a nacionalidade brasileira. Assim, o Ministro foi posto na rua.

De repente, entra o Sr. Bresser Pereira. E quais foram as primeiras medidas que tomou? Uma minidesvalorização do dólar de 8,5%, de imediato. A partir de novembro para cá, quando o dólar estava congelado naqueles treze cruzados e cinquenta centavos, se não me engano, o cruzado passou a ser desvalorizado diariamente; também houve o aumento do preço dos combustíveis. Qual é a razão disso, Sr. Presidente, senão fazer aumentar o superávit do nosso balanço de pagamentos? Não existe outra razão senão esta. O que estamos vivendo hoje, neste momento? Aumentam-se os juros dos bancos, puxados pelas LBC do Banco Central, e este fica prevendo uma inflação artificial através desta coisa chamada correção monetária,

que hoje foi apelidada de seguro contra a inflação. Todas essas são medidas artificiais visando a conter a demanda do País, nosso crescimento, o consumo interno favorecer o superávit comercial brasileiro. Visam tais medidas a finalidade única de atender aos interesses do capital internacional, dos banqueiros internacionais e dos exportadores que estão aqui, no Brasil, mas que são, na sua maioria, multinacionais. Hoje, estamos vivendo em **over night** de 45, 46% e juros de bancos de 20, 30% ao mês. A Nação está insatisfeita e indignada com tudo isso. De repente, o Governo se torna instável e ouvimos falar, pelas ruas de todo o País, em golpe militar. Determinadas pessoas não têm compreensão do processo político. Pequenos proprietários e microempresários desejam que os militares tomem de novo este País, porque não têm compreensão clara do que está acontecendo. O nosso Governo, de fato, está cedendo às pressões internacionais para o pagamento desta dívida. Tais fatos é que trazem o perigo e a instabilidade que hoje estamos vivendo. Só quem não quiser reconhecer uma situação como esta é que pode ter um outro tipo de argumentação.

Portanto, Sr. Presidente, é esta a questão que desejo levantar. A preliminar é válida. Corremos o risco, pois não estamos com a estabilidade política clara. Há insatisfação popular. Não tenho medo do que acontece aqui a nível de Congresso, ou a nível de liderança política. Tenho medo, sim, da insatisfação popular que hoje grassa de ponta a ponta em todo o nosso País. Esta é que de fato me dá medo; esta é que de fato nos diz que estamos vivendo uma situação de instabilidade. Por essas razões, entendo que tal preliminar está superada. Portanto, é absolutamente correta a preocupação do Constituinte Hermes Zaneti.

Diria mais ainda: se o Ministro Bresser Pereira declarou que este ano o País ia crescer 3,5%, tal cifra já terá sido praticamente atingida em junho próximo. Se vamos crescer 3,5% teremos a pior recessão durante todo o segundo semestre deste ano. E para quê? Para atender ao interesse do superávit da nossa balança comercial e dos banqueiros que, durante o Plano Cruzado, se viram numa situação difícil, tendo até que demitir centenas de funcionários, mas que hoje estão com os bancos abarrotados de gente, locupletando-se de maneira vergonhosa na Nação brasileira.

Concluiria minhas colocações dizendo que não há nenhum inconveniente em a Assembléia Nacional Constituinte criar uma Comissão de Inquérito para apurar este fato, trabalho tão importante e dignificante realizado durante esses dias pelas vinte e quatro Subcomissões desta Casa e que irá surpreender toda a Nação brasileira. Confesso a V. Ex.<sup>a</sup> que considerava avançado o projeto elaborado pela Comissão de Notáveis, o qual muitos setores retrógrados da Nação brasileira condenavam e taxavam de estatizante. O trabalho das Subcomissões avança, muito mais ainda o Projeto Afonso Arinos, surpreendendo a Nação brasileira pela forma como se deu a elaboração dos trabalhos nesta Constituinte, uma das formas mais democráticas da história brasileira, quicá do mundo. O povo brasileiro participou, e as Comissões responderam, de certa forma, aos seus anseios. Os trabalhos das Comissões terminarão no dia 15

coisa julgada pelo Plenário da Assembléia Nacional Constituinte, dizendo que não temos a competência para esse tipo de procedimento. Aceitamos esse projeto de decisão seria estarmos revendo ou reformando a Constituição vigente antes da promulgação de uma nova Carta. Isso me parece que já transitou em julgado, não pode ser revista, muito menos no âmbito de uma comissão que é parte do Plenário da Constituinte. Por outro lado, lembro a V. Ex.<sup>a</sup> que não está presente a maioria absoluta dos membros desta Comissão, ou seja 47 membros. Portanto não há por que prosseguirmos o trabalho. Diante disso, invoco a V. Ex.<sup>a</sup> a preliminar de que existe coisa julgada e isso tem que ser decidido no âmbito da Presidência: nem é preciso ouvir o Plenário da Comissão. Em segundo lugar, não há numero, razão pela qual peço a verificação de **quorum**.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOINO:** – Sr. Presidente, peço a palavra para contrariar.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Quería apenas lembrar ao meu querido amigo um acontecimento que já mencionei uma vez. O Presidente da República Prudente de Moraes, o respeitabilíssimo "Santo Barão", assim chamado pela História da Primeira República – aliás, foi José do Patrocínio quem o chamou assim – estava presidindo uma sessão da Constituinte onde eram suscitadas questões de ordem que diziam muito pouco com a ordem. Respondendo a um dos Constituintes que levantava uma questão de ordem, disse o "Santo Barão": aceito com prazer o que diz o meu amigo Constituinte, apenas observo que S. Ex.<sup>a</sup> está levantando questões de desordem.

Estou repetindo aqui uma tradição da história parlamentar brasileira num âmbito mais fechado, porque não se trata da Constituinte e sim de uma Comissão.

Tem a palavra, para uma questão de ordem...

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Não sem o meu protesto antes.

Sr. Presidente, V. Ex.<sup>a</sup> porventura estaria insinuando que a minha questão de ordem é de desordem?!

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Não.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Então, peço que V. Ex.<sup>a</sup> a julgue.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Eu não fazia a menor referência a V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Tenho certeza de que V. Ex.<sup>a</sup> não faria essa injustiça.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Não tinha, absolutamente, a intenção de me referir a V. Ex.<sup>a</sup>. Pode estar tranquilo.

Com a palavra o Constituinte Paulo Ramos.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – A questão levantada pelo Constituinte Gastone Righi não promove a desordem. Ela é intempestiva, porque S. Ex.<sup>a</sup> chegou no momento em que os trabalhos estavam em andamento, não estando presente desde o início.

**O SR. CONSTITUINTE ADOLFO OLIVEIRA:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE ADOLFO OLIVEIRA:** – Sr. Presidente, ousou divergir da informação da Mesa quanto ao **quorum** necessário às nossas deliberações. Isso porque o art. 21 do Regimento Interno da Constituinte é expresso quando diz, em seu § 2º:

"As deliberações nas Comissões e Subcomissões exigirão maioria absoluta de votos."

Esta é uma questão de ordem, Sr. Presidente, nunca de desordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Estou interessado em que

prossigamos o debate, que é muito importante. Há aqui Deputados e Senadores com a maior responsabilidade, pelas suas idéias, pelas suas atitudes, pelas suas esperanças, enfim, por tudo aquilo que devemos a eles, que devem participar desse debate, tome o nome que tomar. O que aqui está ocorrendo é o debate de uma questão fundamental, que pode gerar muitas consequências, ainda que saída de um núcleo muito diminuto. De maneira que a decisão do Presidente é de ficar aqui até que os oradores sejam ouvidos (palmas), e apenas pedirá licença para em seguimento àquelas observações que fez no tocante ao prazo que nos resta, não aceitar mais inscrições daqui por diante. Vou acatar a sequência de todas as inscrições feitas, ainda que fique sozinho com o orador que estiver na tribuna.

Tem a palavra o Constituinte José Genoino.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOINO:** – Sr. Presidente, Srs.

Constituintes, há duas questões interligadas na apreciação do Projeto de Decisão nº 1. O Relator nega o mérito da proposição, levantando a questão da preliminar de pertinência. O nobre Constituinte Prisco Viana não observou devidamente o que afirma o § 7º do art. 59: "Os projetos de decisão destinam-se a sobrestar medidas que possam ameaçar os trabalhos e as decisões soberanas..." "As decisões soberanas da Constituinte", conforme diz o § 7º do art. 59, podem estar ameaçadas pela dívida externa – este o problema crucial que tem de ser apreciado – e não por uma força policial que esteja aí na frente, não por medida de emergência decretada. São as decisões da Assembléia Nacional Constituinte – decisões sobre a ordem econômica, a ordem interna, o sistema financeiro, a política de empregos, os salários, a soberania do País e suas relações do Brasil com os demais países – que estarão ameaçadas, se o nosso País continuar amarrado a essa situação tão bem relatada pelo nobre Constituinte Hermes Zaneti.

Este é o problema de fundo. Por mais que tenham tentado os ilustres representantes do Palácio do Planalto na Assembléia Nacional Constituinte, que dizem inclusive que o Governo não interfere na Constituinte, por maiores tentativas que tenham desenvolvido aqui para colocar uma fechadura, uma tranca na soberania da Constituinte, não conseguiram colocar esse ferrolho nas decisões e nos atos soberanos da Assembléia Nacional Constituinte, porque isso seria sua autoliquidação. A Constituinte sabe a posição que tomamos em relação a esse ponto. Resta-nos, pelo Regimento Interno, em seu art. 59, § 7º, uma fase de fundamental importância para considerarmos correto o projeto de decisão.

Este é o primeiro projeto de decisão que a Constituinte estará debatendo, nobre Constituinte Gastone Righi, de conformidade com a exigência de 187 assinaturas, tendo sido enviado imediatamente a Comissão de Sistematização. Portanto, o projeto de decisão está amparado no Regimento e se amolda corretamente ao que prevê o § 7º, do art. 59, por maiores que tenham sido as dificuldades criadas pelos ilustres defensores do Planalto, que dizem aqui que o Governo tem até grandes dificuldades para estar falando na Constituinte. Não temos sentido isso na prática. A questão da soberania da Constituinte diz respeito a um problema também de fundo. Falam os que são contra os atos soberanos da Constituinte, que estamos fazendo uma Constituição para o futuro, um futuro tão abstrato, tão longínquo, que nos descuidamos do presente. E é este presente que liquidara com a perspectiva de futuro que queremos escrever a Carta constitucional, porque há um presente tão presente nos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte que faz, inclusive com que a Liderança do Governo Sarney e as lideranças do Planalto estejam atuando dentro da Assembléia Nacional Constituinte, em algumas Comissões, em alguns pontos centrais, para não permitir mudanças naquilo que for essencial, porque isso tem incidência na conjuntura. Então, quando se objeta que a Constituinte faz a Constituição do futuro, é exatamente para fazer o presente do jeito que quiserem. Amanhã, quando se for definir o futuro, esse futuro já estará definido, porque o presente se transformou numa situação de fato; e a situação de fato, pelo presente da dívida externa, estará comprometendo qualquer decisão que a Assembléia Nacional Constituinte tome com referência àqueles pontos que citei, apenas no que se relaciona à ordem econômica, concordando inteiramente com a implicação que têm com a ordem política institucional. E simplesmente gostaria de responder ao nobre Constituinte Inocêncio Oliveira que a Assembléia Nacional Constituinte não toma uma decisão política em relação ao problema da dívida externa – este não é um problema diferente dos problemas da educação, da saúde, da inflação, do desemprego e do salário, todos igualmente graves e decorrentes de uma situação de sufoco provocada pela dívida externa. A dívida externa é a grande questão. Se ela não for resolvida, politicamente, por uma instituição eleita pela soberania do voto popular, passará a ter efeito determinante no conjunto das decisões e dos atos soberanos da Constituinte, inclusive quando se for discutir Sistema de Governo, Poderes, entre eles o Poder Legislativo, etc.

Este é o problema chave da apreciação do projeto de decisão. Não podemos negar o mérito, levantando uma questão regimental, que passa por cima da questão de conteúdo, senão cairemos em um formalismo e, por trás deste formalismo, estaremos contrariando uma questão de conteúdo. Não vamos tecer aqui – como vários oradores que se colocaram contra o projeto de decisão, apoiando a propositura do Relator, nobre Constituinte Prisco Viana – elogios quanto ao mérito da iniciativa do nobre Constituinte Hermes Zaneti. É um modo decente, elegante e mágico de se colocar contra alguma coisa, indo pela forma. Somos do ponto de vista de que há uma relação intrínseca entre a forma e seu conteúdo, e não separação, dicotomia entre os dois. A forma



do projeto de decisão está refletindo o conteúdo de uma decisão política que a Assembléia Nacional Constituinte deve ter a coragem de tomar, porque se trata de uma decisão política. Por isso o nome Projeto de Decisão. A importância e a necessidade de se apreciar a dívida externa ficaram bem claras nas colocações do nobre Constituinte Hermes Zaneti.

Poderíamos aqui usar muito tempo, demonstrando que a dívida externa é questão de calamidade pública. Não vou por esse lado. Gostaria de concluir meu pensamento reafirmando que a Constituinte não tem apenas competência. Ela tem poder. E é exatamente o Executivo que não quer que ela tenha poder. A Constituinte é um órgão para ter poder, e não apenas para ter competência para fazer uma Constituição para um tempo qualquer. Ela tem poderes políticos, nascidos do voto popular, tem legitimidade para tomar decisões que digam respeito ao conjunto de seus trabalhos na elaboração da Constituição. A Constituição não é uma coisa tão abstrata como falam esses que são contra a soberania da Constituinte. A Constituição é a Carta política, é o programa político da Nação. Ela se constitui de um norte programático, e não podemos estabelecer uma carta política que trate do conjunto das questões deste País sem que pensemos em ajustar contas com o passado, sem levarmos em conta o presente, para termos um futuro – não um futuro abstrato, pregado como retórica, mas um futuro que possa ser construído a partir de uma Carta política que tenha incidência no presente concreto que vivemos. Se não enfrentarmos o presente hoje, essa Carta terá duração curta, não se poderá tornar a programação política para a Nação brasileira. Por isso, é do ponto de vista da soberania política da Constituinte e do ponto de vista da soberania nacional que o projeto de decisão deve ser acatado pela Comissão de Sistematização.

Voto a favor do projeto de decisão e contrário ao Parecer do nobre Relator, Constituinte Prisco Viana.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Muito obrigado.

Tem a palavra o Constituinte Paulo Ramos.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – Sr. Presidente, e Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, a dívida externa se traduz num grande escândalo. Não é possível que, como brasileiros, tenhamos conhecimento de tantos dados a respeito da dívida externa e não nos sintamos com a nossa consciência comprometida. De 1970 a 1986, os dados demonstram que nosso endividamento foi de duzentos bilhões de dólares, sendo que chegaram ao Brasil apenas dezesseis bilhões de dólares. Manipulações cambiais demonstram esse endividamento.

O Brasil não se tem beneficiado dos empréstimos que foram feitos. Não conheço ninguém Sr. Presidente e Srs. Constituintes, que seja roubado e não pretenda saber quem é o autor para responsabilizá-lo. Não conheço quem não queira reaver o produto do roubo. Sabemos que a dívida externa se constitui num crime praticado contra o Brasil. O Brasil, através de seus Poderes constituídos, tem procurado encontrar a fórmula capaz de descobrir os autores do crime e de responsabilizá-los. O povo brasileiro quer responsabilizar os criminosos e quer respostas.

Assim, a Câmara dos Deputados, na última legislatura, criou uma Comissão Parlamentar de Inquérito com o objetivo de realizar uma auditoria da dívida externa. E nenhuma das decisões da CPI da Câmara dos Deputados foi cumprida.

A bancada do PMDB na Assembléia Nacional Constituinte, no dia 18 de março último, por unanimidade, a requerimento meu e do Constituinte Hermes Zaneti, decidiu encaminhar ao Presidente da República requerimento no sentido de ser nomeada comissão composta por todos os partidos com representação no Congresso Nacional, a fim de realizar auditoria da dívida externa.

O Senado Federal tem, hoje, Comissão Especial tratando da questão da dívida externa. Informou-nos um dos seus membros que, após contato com a área do Banco Central responsável pelo controle da dívida externa, a resposta foi de que seriam necessários 180 dias para se determinar seu valor. Não podemos concordar com isso, Sr. Presidente, Srs. Constituintes.

O Governo não cumpre as decisões porque, ao que tudo indica, tem interesse em acobertar aqueles que contraíram fraudulentamente a dívida externa. O Governo não respeita as decisões do Congresso e ainda se comporta como os governos da ditadura.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, quais são as forças monstruosas que impedem uma auditoria da dívida externa? Quais são as forças que submetem o Brasil ao jugo da dívida externa? A dívida tem um significado de dependência, de escravidão, de perda da soberania e ainda, como consequência, a miséria do povo brasileiro.

Os últimos dados demonstraram que no ano de 1986 morreram de fome, no País, 350 mil crianças, aproximadamente. Não compreendemos que um brasileiro, estando a par deste dado, não se interesse em conhecer as razões da mortalidade infantil. Sabemos que a fome guarda vinculação direta com a dívida externa e com este modelo exportador criminoso que aí está. É preciso um poder maior para fazer face a todas estas forças que impedem a independência do Brasil. E este poder maior, legitimamente constituído, é o Poder Constituinte. Somente ele poderá, em 1987, arregimentar forças capazes de pôr termo a todos os crimes, incluindo a dívida externa, praticados contra o Brasil. É um dever patriótico. Como brasileiros, temos o dever de demonstrar nossa força e coragem a fim de correspondermos às exigências do povo e da Pátria.

Estamos na semana em que se comemora "A Libertação dos Escravos" e me vem à mente as palavras de Castro Alves, poeta baiano, em sua obra "Navio Negreiro". "Senhor, Deus dos desgraçados, dizei-me se é mentira ou se é verdade, tanto horror perante os céus". É ao que assistimos hoje, no Brasil: a miséria do povo, o horror dos navios negreiros. Hoje, desgraçados são os que pretendem continuar escravos, os que se aliam aos senhores. E desgraçados seremos todos nós, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, se pelo menos não enviarmos ao Plenário da Constituinte o atual Projeto de Decisão. Desgraçados seremos todos nós se, no momento atual, nos omitirmos diante da realidade. Queremos a verdade. Precisamos saber a verdade sobre a dívida externa a fim de libertarmos o Brasil, o que é nosso dever.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, por não pretender continuar sendo escravo, mas por me unir

aqueles que pretendem libertar o Brasil, é que espero que a Comissão de Sistematização tenha a dignidade de enviar ao Plenário da Assembléia Nacional Constituinte a decisão sobre um tema tão relevante. Voto a favor do Projeto de Decisão apresentado pelo nobre Deputado Hermes Zaneti. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Antes de prosseguir os trabalhos, comunico aos Srs. Constituintes que a Mesa se reserva o direito – de acordo com o Regimento, não apenas nosso, mas de todos os Congressos democráticos do mundo – de velar pela salvaguarda das normas de polidez, cortesia e respeito, que se impõe nos debates dos Parlamentares, na redação da Ata, de tomar as providências que considerar necessárias, para que o assunto seja resolvido.

Tem a palavra o Constituinte Nelton Friedrich.

**O SR. CONSTITUINTE NELTON FRIEDRICH:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, sem dúvida, esta Comissão se debruça sobre um assunto da mais alta relevância. O próprio Relator afirmou ser impossível negar a dramática questão da dívida externa, problema crucial para nós brasileiros.

E o que pretende o Projeto de Decisão? E o que pretende a auditoria; tão reclamada e sempre negada, da dívida externa? A suspensão das remessas de pagamento. Mas que tudo seja concluído num prazo de 120 dias, portanto, sem atrapalhar o andamento da Assembléia Nacional Constituinte, até porque estamos entrando num período de maior concentração dos nossos esforços exatamente na Comissão de Sistematização, em que poderíamos ter a composição da equipe que faria esse trabalho com a possibilidade de cumprir a sua tarefa sem atrapalhar os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte.

Quanto ao mérito, a dívida externa brasileira não é mais uma dívida de dólares. A dívida externa brasileira transformou-se numa dívida política. Hoje, estamos diante de duas das mais modernas, sofisticadas e inteligentes formas de dominação dos países do Terceiro Mundo: a questão tecnológica e a da dívida externa. Não se faz mais o, colonialismo com a bandeira do país colonizador, nem com as botas dos intervencionistas, e muito menos com os **mariners** em nosso território. O colonialismo do final deste século realiza-se através do domínio tecnológico e da dívida política que se estabelece com a dívida externa dos países devedores. Afinal, somos um País que tem, em dezessete anos, o débito de 109 bilhões de dólares e que nesse mesmo período, de 1970 a 1987, pagou – e a que custo! – 63,9 bilhões de dólares como amortização e 89,2 bilhões de dólares a título de juros. Em dezessete anos, pagamos 153 bilhões de dólares.

Sr. Presidente, se esta Pátria não possibilitasse o ingresso de mais dólares, se não tomasse mais nenhum dólar emprestado, ainda permaneceríamos, até o ano 2007, com 78,6 bilhões de dólares do principal a pagar e 66,6 bilhões de dólares de juros, num total de 145 bilhões de dólares.

Essa é a herança que temos e é sobre ela que temos de fazer o inventário. E a Assembléia Nacional Constituinte não tem outra junção senão a de fazer um inventário do seu passado e do seu presente para sobre ele construir os princípios, a espinha dorsal, a estrutura do seu futuro. Não fizemos outra coisa nas Comissões e Subcomissões, até agora, a não ser formular inquisições,

realizar investigações, recolher informações, pareceres e sugestões. E esta Assembléia Nacional Constituinte está, portanto, em termos regimentais, plenamente capacitada, apropriada para compor uma Comissão de Sistematização ao nível da proposta do Constituinte Hermes Zaneti.

Dizíamos que a dívida externa hoje é política, é uma das mais sofisticadas formas de dominação dos países do Terceiro Mundo, junto com a dominação tecnológica.

Já remetemos ao exterior 153,2 bilhões de dólares, em dezessete anos; a saída desses dólares, o pagamento de uma parcela do capital, juros e serviços da dívida se fez através de exportação de capital, e o que é muito mais grave, através de exportação de alimentos, de saúde, de escolas, de recursos minerais, do mercado internacional, da exportação absoluta e completa deste País. Portanto, como pode uma Assembléia Nacional Constituinte pretender elaborar dispositivo sobre direitos e garantias individuais, sobre o direito da saúde, da educação e da alimentação, se esta saúde, educação e alimentação estão sendo exportados para pagar uma dívida sobre a qual a população não foi consultada? Como pode a Assembléia Nacional Constituinte querer falar em soberania externa, se a soberania de cada cidadão está sendo colocada em avaliação permanente pelo comprometimento dessa dívida externa? Como podemos pretender falar em direitos coletivos, se os direitos que queremos inserir como princípios indeclináveis na nova Constituição passam pela questão da dívida externa? Como desejamos falar na plenitude e nas prerrogativas do Poder Legislativo, se a Assembléia Nacional Constituinte não aplaina e não pavimenta o seu caminho? Para que este caminho seja pavimentado e aplainado, a solução passa pelo problema da nossa dívida externa, a fim de que possamos inventariar, chegar a fundo na questão das causas e dos responsáveis pela aplicação dos recursos advindos desta dívida.

Por que falar em uma nova Constituição e uma nova ordem econômica? Será possível pensar-se no plano da idealidade, sem se fixar no plano da realidade? E esta exige que quem deve demais não é dono de si nem do que temos. O que nos importa é elaborar o mais belo texto constitucional. A verdadeira bíblia política de 135 milhões de brasileiros não pode ser aplicada, nem a questão das garantias, direitos individuais e coletivos, do Poder Judiciário, do Poder Legislativo, da Ordem Econômica, pois passa por uma clara posição que diz respeito à dívida externa. Por isso, sente-se uma incapacidade enorme em algumas áreas da Assembléia Nacional Constituinte no sentido de enfrentar o que é preciso, tergiversar e, muitas vezes, jogar para o amanhã quando, na verdade, temos de dar agora passos necessários e até decisivos.

Concluo, Sr. Presidente, privilegiando o aspecto político desta proposta e compreendendo a importância dos argumentos aqui colocados, segundo os quais a Assembléia Nacional Constituinte deve, com base regimental, tratar do principal, da pavimentação dos caminhos que nos levarão a aplicar aquilo que queremos construir, sob pena de ser mais um enunciado de princípios, mais uma Carta meramente programática.

Quero então perguntar: quem tem medo de investigar a dívida externa? O Governo, os governistas, os comprometidos com o passado, os cre-

dores, os Constituintes? A quem servem os Constituintes?

Há uma ameaça real e iminente do amanhã, porque a dívida externa nos leva à recessão, ao desequilíbrio da estrutura econômica, a toda uma situação que é desnecessária reproduzir aqui.

Por tudo isso, temos obrigação de fazer a radiografia da dívida externa brasileira a fim de que possamos, ao investigá-la, concluir se sua finalidade foi realmente bem cumprida ou se seus recursos foram bem aplicados. Tenho, absolutamente, grandes dúvidas sobre isso.

Minha última palavra é no sentido de que possamos refletir, Sr. Presidente, que lá fora milhões e milhões de brasileiros ainda têm –talvez menos nos partidos políticos, talvez menos nas instituições em geral, talvez menos no Governo – na Assembléia Nacional Constituinte uma grande expectativa.

Poderia dizer, como disse o Ministro Funaro: “Todos os problemas brasileiros não serão resolvidos com a moratória, com a suspensão do pagamento da dívida externa, mas nenhum problema brasileiro será devidamente resolvido se não enfrentarmos a fundo a questão da dívida externa”.

A Assembléia Nacional Constituinte precisa, através dos seus membros, responder à pergunta que fiz: “A quem nós, Constituintes, servimos?” (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Muito obrigado, nobre Constituinte. Concedo a palavra ao nobre Constituinte Haroldo Lima.

**O SR. CONSTITUINTE HAROLDO LIMA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a discussão em pauta encerra, como está-se vendo, diversos aspectos e apresenta a possibilidade de se dissertar sobre as questões ligadas à dívida externa, quanto ao seu mérito, às suas conseqüências e aos seus antecedentes.

Creio que precisaríamos acentuar que, da forma pela qual introduziu o seu relatório, o nobre Relator nos convoca a apreciar a questão sob dois aspectos fundamentais. O primeiro aspecto é o regimental e o segundo, político.

Quanto à questão regimental, que tem sido acentuada não só pelo Relator Prisco Viana, mas pelo Líder do Governo, Constituinte Carlos Sant’Anna, creio que é preciso acentuar-se que o Regimento, a despeito de sua debilidade e de suas incoerências e limitações, deve ser respeitado, porque ele não deixa de ser uma arma contra o arbítrio, uma arma para que as regras do jogo permitam que o processo consiga avançar.

Penso que o Regimento é claro no que diz respeito ao que deve fazer esta Comissão ao receber um projeto de decisão. Acentuo que em nenhum instante o Regimento Interno de Constituinte prevê a possibilidade de esta Comissão ajuizar sobre um projeto de decisão que a ela tenha sido encaminhado pelo Presidente da Constituinte sobre se esse projeto deve ser examinado na sua procedência ou no seu mérito. Diz o Regimento, como aqui já expus, que o projeto deve ser examinado no seu mérito. Observo ainda que a Comissão de Sistematização emitirá de imediato um parecer prévio, que, na compreensão, ato contexto deste Regimento, significa um parecer final ao Plenário da Constituinte. Não existe uma preliminar sobre a qual ela deva pronunciar se o assunto é proce-

dente ou não. Caberá, sim, ao Presidente da Constituinte encaminhar a esta Comissão projetos procedentes e não projetos que aqui vão ser examinados quanto à sua procedência.

Creio, por outro lado, que o nobre Constituinte José Genoino observou muito bem que o § 7º do art. 59 diz que os projetos de decisão destinam-se a sobrestar medidas que possam, por um lado, ameaçar os trabalhos da Constituinte e, por outro lado, as decisões soberanas que a Constituinte venha a tornar.

Ora, não estamos, na verdade, examinando um projeto que diga respeito a sobrestar medidas que possam ameaçar os trabalhos da Constituinte. Neste momento, os trabalhos não estão sendo diretamente ameaçados. Concorro com esse ponto de vista. Contudo, as decisões soberanas que a Constituinte poderá e deverá tomar estão sendo ameaçadas – a prevalecer a atual política entreguista que está vigendo em nosso País desde a época do regime militar passado e que não foi suspensa. Ela foi contraditada, em certa medida, há pouco tempo, mas nas últimas semanas retomou com o mesmo ímpeto e a mesma força, significando, por conseguinte, a mesma ameaça à soberania nacional no presente e no futuro e, em decorrência disto, ameaçando as decisões soberanas que esta Constituinte deve tomar.

Esse é o primeiro aspecto que julgo estar em pauta, insistindo para tanto, que o Sr. Relator e o Sr. Constituinte Carlos Sant’Anna se pronunciem antecipadamente a respeito da pertinência do assunto.

Com relação à questão política os próprios Constituintes que emitem posições relativas à improcedência do projeto de decisão em pauta também não vieram aqui defender que não deveríamos tomar medidas com vistas a suspender o pagamento da dívida externa e sobretudo, a fazer uma auditoria dessa dívida. Na verdade, esses setores que assim se pronunciaram são muitos hábeis em anunciar pontos de vista avançados e votar contra os próprios pontos de vista avançados que anunciam.

Hoje já se vê falar, por exemplo, que é inteiramente justo, procedente, correto e oportuno fazer-se uma auditoria rigorosa da dívida externa brasileira. Fica até difícil encontrar-se quem esteja contra essa auditoria. Mas o que não se consegue perceber é em que momento a auditoria deve ser estabelecida. Não se consegue encontrar o momento oportuno. E quando a coisa começa a caminhar num determinado sentido, aparecem logo aqueles que julgam correta a auditoria, mas inoportuno o momento. É o caso em pauta. Sr. Presidente. Estamos aqui com um problema político, antes de ser um problema regimental. Considero que não há amparo regimental para que esse assunto não seja deliberado aqui. Mas, além desse resguardo regimental que o projeto em discussão tem, existe uma questão superior, e bastante superior, ao Regimento desta Constituinte e desta Comissão. É o problema político, que aqui tem sido abordado por diversos Constituintes. Nosso País está sendo vítima de um verdadeiro assalto, perpetrado pela sucursal maior da agiotagem internacional, que é atualmente o Fundo Monetário Internacional – FMI.

Vou dispensar-me de tecer maiores comentários a respeito desta questão, não só porque ela já é sobejamente conhecida, mas também porque

foi aqui dissertada por diversos Constituintes. Quero partir do pressuposto de que o País é vítima de um assalto perpetrado pelo grande capital estrangeiro em conluio com o grande capital brasileiro, contando ainda com a complacência de Governos antipatriotas, que não primaram pelo patriotismo.

Penso que a crítica mais substancial, mais taxativa, mais flagrante que poderia fazer do caráter antinacional da chamada doutrina de segurança nacional e que, através da doutrina de segurança nacional, se entregou a Pátria brasileira aos algozes estrangeiros. Por conseguinte, esta doutrina é alienígena, é antinacional e não serve aos interesses da nossa Pátria.

Partindo desse pressuposto, quero dizer que, independentemente inclusive do mérito e da ênfase maior ou menor que sei que os Constituintes dão a esta questão, todos são unânimes em considerar que vivemos hoje no Brasil uma grave crise que tem um aspecto econômico – financeiro. Mas hoje também temos uma crise política que se envereda celeremente para criar uma crise de Governo.

Todos sabem que sou marxista. Os marxistas se orientam por estudos que lhes indicam que, em determinadas situações, cria-se em certos países uma crise que chamamos de crise geral. Embora não estejamos vivendo uma crise geral, que pode desembocar em uma crise revolucionária e numa saída nova para o País, existem elementos de uma crise geral, e entre esses elementos está a desesperança generalizada do povo brasileiro frente às instituições vigentes. As instituições estão desprestigiadas de alto a baixo. Creio que esta Constituinte é uma das últimas reservas que ainda restam ao povo brasileiro de alguma esperança, esperança que, diga-se de passagem, não foi reforçada quando a própria Constituinte, há pouco tempo, em votação lamentável, não sustentou com força a bandeira que o povo lhe entregou em praça pública votando por uma Constituinte livre e soberana. Ao invés de ela sustentar, com força, que era soberana, ela matizou esse aspecto da questão central que lhe estava afeto.

Entretanto, hoje, há um novo problema a se enfrentar. Vamos assumir essa função que o povo espera de nós. Vamos abrir horizontes diferentes no Brasil em crise, vamos abrir uma perspectiva nova de esperança de que a Constituinte assumirá a responsabilidade de fazer uma vitoria dessa dívida, vitoria democrática, porque é uma auditoria da qual participarão representantes de todos os partidos nesta Constituinte.

Por conseguinte, não é uma auditoria viciada, como, em princípio, são as auditorias compostas formalmente em outros níveis. Vamos abrir mão da possibilidade de enfrentar a crise brasileira, dando a ela uma nova perspectiva, dando ao partido do Governo, que é o PMDB, a possibilidade de se revitalizar – ele que, normalmente, enfrenta uma das mais graves crises de desgaste popular, sobretudo quando veio à tribuna, ainda há pouco, o Constituinte Gerson Peres, do PDS, dizer que, como Deputado daquele Partido, está disposto a votar a favor do Projeto de Decisão, para que não parem dúvidas – e o PDS, que nada tem a esconder, foi o partido, no meu entendimento, responsável por tudo isso que aí está. Pois bem, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, se o PDS declara aqui, de público, que votará a favor, porque nada tem a esconder, pergunto: e o que tem a esconder

o PMDB? O PMDB, se quiser, tem ampla maioria no Plenário da Constituinte para aprovar o Projeto de Decisão. Por conseguinte, tem condições de levantar uma bandeira soberana, patriótica e avançada no Brasil de hoje. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Obrigado a V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Obrigado a V. Ex.<sup>a</sup>. Concedo agora a palavra ao Sr. Deputado Aluizio Campos.

**O SR. CONSTITUINTE ALUIZIO CAMPOS:** – Sr. Presidente, obedeço a praxe parlamentar de falar da tribuna, porque eventualmente, tenho a honra de estar sentado a mesa, ao lado de V. Ex.<sup>a</sup>.

Sr. Presidente, a questão fundamental que estamos realmente a enfrentar, nesta Comissão, como das mais importantes que iremos ainda debater, diz respeito ao conceito do poder da Constituinte. Logo depois de iniciados os nossos trabalhos, na própria bancada do nosso Partido, foi proposta, vitoriosamente, a suspensão das eleições das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, para que pudéssemos dedicar todo o tempo à elaboração constitucional. Essa proposta não conseguiu o apoio da maioria da Assembléia. Logo depois, também, houve uma segunda proposição, no sentido de excluir do processo constituinte os Senadores eleitos em 1982 e, por uma maioria mais expressiva foi, também recusada aquela proposição. Mas a luta da minoria aguerrida, que sempre contribuiu para a beleza e a elevação dos trabalhos parlamentares, conseguiu que se inserisse no Regimento a disposição relativa ao Projeto de Decisão. Havia eu, Sr. Presidente, proposto um Projeto de Resolução, exatamente depois da eleição do nosso Presidente, o Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, no sentido de adotarmos algumas decisões preliminares, inclusive a de que a Assembléia Nacional Constituinte poderia suspender a eficácia de medidas adotadas. Com fundamento na Constituição atual, de resíduo autoritário, dei nome aos bois. Determina o meu projeto que pode ser suspenso pela Constituinte o estado de emergência, talvez, o estado de sítio, exatamente porque essas medidas poderiam comprometer a soberania da Assembléia Nacional Constituinte. Entendo eu, pessoalmente – e creio que assim entende a unanimidade desta Comissão e da própria Assembléia – que a situação a que chegou o País, não só em virtude da sua dívida externa, mas também da dívida interna, pode influir negativamente nos trabalhos da Constituinte. Desde a legislatura passada, fiz alguns pronunciamentos ressaltando o risco que poderíamos correr se a situação conjuntural conduzisse a Nação à crise em que, na verdade, já se encontra.

Sr. Presidente, incorro no pecado ressaltado pelo Constituinte Haroldo Lima. Estou totalmente de acordo com os fundamentos e o mérito do projeto do Constituinte Hermes Zaneti. Até acrescentaria a S. Ex.<sup>a</sup> uma sugestão: a de que o Brasil tomasse, no plano internacional, a iniciativa de propor à Assembléia das Nações Unidas que questões como estas deveriam ser averiguadas por comissões constituídas naquela Assembléia. Essas teriam como objetivo apurar a legitimidade da dívida externa do Terceiro Mundo e analisar

outros pontos que pudessem comprometer a soberania de qualquer país subdesenvolvido.

Todavia, o que consta do § 7º do art. 59 do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte é a adoção de uma norma genérica para objetivos que, na verdade, são limitados – aqueles a que já me referi –, e constituem ameaças ao comprometimento da ordem interna. Então, Sr. Presidente, o que ocorrerá se abrimos um precedente e formos discutir nesta Assembléia, todas as graves questões que já surgiram e continuarão a surgir, em virtude das dificuldades econômicas e sociais que o País está atravessando. Evidentemente, o processo constituinte passará a ser comprometido ou tomar-se-á muito mais ineficaz do que se tivermos a capacidade de nos concentrar na elaboração constitucional, sem prejuízo de, a nível de Congresso Nacional, adotarmos todas as providências tendentes a fazermos a auditoria sugerida no projeto do Constituinte Hermes Zaneti, sua proposta não é propriamente a de uma Comissão de Inquérito, mas de uma investigação de legitimidade da dívida, com a imposição imediata de uma pena de suspensão do seu pagamento, na sua totalidade, apenas durante o período da investigação, para mostrarmos que estamos querendo agir apenas na defesa das nossas legitimidades. Não me insiro na corrente dos que defendem a Constituinte como um super-poder, mas como um poder especificamente destinado à elaboração da Constituição. Prefiro a preliminar do Relator, fazendo apenas uma sugestão, que poderia ser aceita ou não pela soberana decisão da Comissão, ou seja transformar esse Projeto de Decisão numa recomendação à Presidência da República no sentido de que proceda a essa auditoria, informando depois à Assembléia Nacional e ao Congresso Nacional os fatos apurados sobre a legitimidade da dívida externa. Assim, o Congresso Nacional poderá tomar iniciativas, com o conhecimento exato das causas, a fim de fortalecer a posição nacional a respeito do assunto. Entendo, Sr. Presidente, que, nos termos da nossa competência constitucional, não devemos realmente comprometer o nosso trabalho com a adoção de decisões que não se cinjam exclusivamente à elaboração da futura Constituição da República. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Luis Inácio Lula da Silva.

**O SR. CONSTITUINTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA:** – Sr. Presidente, companheiros Constituintes, possivelmente, se a classe trabalhadora tivesse uma Mesa benevolente, que deliberasse um aumento de 50 mil cruzados – como foi deliberado ontem – sem sequer consultar os Constituintes, talvez não estivesse preocupada com a dívida externa, ou achasse que não era assunto para ser debatido em uma Comissão de Sistematização. Entretanto, é preciso salientar que é exatamente em função da dívida externa que a classe trabalhadora brasileira passa por um estado de miserabilidade maior do que já passou em qualquer outra época da nossa História.

Possivelmente, quando muitos companheiros Constituintes votaram o art. 59 do Regimento Interno, que diz no seu § 7º "qualquer coisa que ameace a Constituinte", na cabeça de muitos deles pairava apenas a questão da ocupação militar do próprio Congresso Constituinte. Aí, então, po-

der-nos-íamos reunir para sobrestar, sem levar em consideração que, se os militares quisessem fazer isso, não daria nem tempo de pedir socorro, quanto mais de se fazer um projeto de decisão.

É preciso que se saiba perfeitamente bem que, se a Argentina estivesse em guerra com o Paraguai, possivelmente poderíamos criar e aprovar um projeto de decisão para colocar nossas Forças Armadas de prontidão, porque o perigo era iminente.

Quero chamar a atenção dos companheiros Constituintes para um fato grave: a dívida externa ameaça a Constituinte, tanto quanto uma bomba atômica jogada sobre o nosso País ameaça o seu povo.

Se alguém quiser fazer um levantamento das mortes na guerra civil da Espanha, na guerra do Vietnã, na revolução cubana, ou na revolução nicaraguense ou de todas as mortes que a televisão divulga sobre o Líbano, irá constatar que ocorrem menos mortes nessas guerras do que as provocadas pela dívida externa em todo o Terceiro Mundo.

Isso, por si só, é motivo de sobra para que os Constituintes não aceitem a proposta do Relator, porque S. Ex.<sup>a</sup> não leva em consideração dois fatos fundamentais. O primeiro é que, se for aprovado o relatório, tal como propôs o Relator, esta Comissão perde parte das suas funções, perde parte daquilo que dá subsistência à sua existência, qual seja, abordar alguns temas que deixamos de discutir o Congresso Constituinte.

O segundo fato é que, a prevalecer o critério apresentado pelo Relator, teremos que fazer uma reunião extraordinária para discutir o que ameaça este País, o que ameaça este Congresso Constituinte.

Para mim, na medida em que temos quase 60% da força de trabalho ganhando menos do que um salário mínimo, ou ganhando até um salário mínimo – 1.641 cruzados – isso só pode redundar em descobrirmos algo mais simples: que ameaça maior pode ser feita à soberania de um Congresso Constituinte, do que uma dívida de cento e dez bilhões de dólares? Que ameaça maior pode ser feita a um Congresso Constituinte do que a ingerência de cinco representantes do FMI, fiscalizando nossas contas?

Quero crer que cada um de nós veio aqui na perspectiva de elaborar uma nova Constituição, com o objetivo de tentar fazer uma legislação que pudesse, do ponto de vista da organização da sociedade, do ponto de vista da democracia, do ponto de vista do direito aos trabalhadores, evoluir o máximo possível. Imaginem V. Ex.<sup>as</sup> se na Constituição aprovássemos a redução da jornada de trabalho para quarenta horas semanais! Imaginem V. Ex.<sup>as</sup> se aprovássemos uma nova política para o salário mínimo, ou a estabilidade no emprego! Na verdade não estaríamos aprovando, mas brincando de aprovar, porque é sabido que o FMI, quando está no Brasil, investigando, não o faz porque gosta do Brasil nem porque está preocupado com ele. Está aqui exatamente porque está preocupado com os interesses dos credores, que se contrapõem aos da classe trabalhadora. Se todos nós, na sociedade brasileira, ganhássemos cem mil cruzados por mês, possivelmente a dívida externa seria irrelevante. Mas, como temos uma sociedade, onde o próprio Presidente da República reconhece publicamente que há setenta milhões de brasileiros passando fome,

a dívida externa passa a ser praticamente o ponto fundamental de nossa discussão, aqui no Congresso Constituinte.

É preciso que todos se conscientizem de que não haverá liberdade para elaborarmos uma boa Constituição com a espada de 110 bilhões de dólares em nossas cabeças. Alguns companheiros dizem que para isso já existe a CPI, porque a tradição brasileira já a criou. Tive o cuidado de requisitar o trabalho das últimas cinco CPIs e de levá-lo para ler em casa, até porque devo dizer que as CPIs não passam de uma farsa para enganar a opinião pública, apesar da boa vontade dos membros que as compõem. Qual foi o resultado delas? Li a CPI da SUNAMAN, a da Coroa-Brastel, a da Terra... Cada uma dessas CPIs serviria para colocar dezenas de autoridades no xilindrô, na cadeia. Entretanto, não é dada nenhuma sequência ao resultado das CPIs por S. Ex.<sup>a</sup> o Procurador-Geral da República. Ora, uma CPI, para estudar a dívida externa, vai dar em quê? Quando o companheiro Hermes Zaneti propõe o Projeto de Decisão nº 1, em sua cabeça prevalece a idéia de que é preciso criar algo novo, um instrumento que tenha o mínimo de autoridade, não apenas para investigar, mas de propor, inclusive, algo maior, isto é, a sequência dessa investigação.

Pergunto a V. Ex.<sup>a</sup>: será que alguém imaginou que, se não resolvermos o problema da dívida, iremos conseguir efetivamente resolver os problemas internos brasileiros? Iremos conseguir fazer a reforma agrária? Aqueles que são contra a reforma agrária imaginam que conseguiremos fazer uma política agrícola neste País? Vamos conseguir garantir um salário-desemprego decente? Vamos conseguir melhoria na questão da saúde neste País? Não, não vamos conseguir. E obviamente, todos têm consciência disso, inclusive, o Constituinte Prisco Viana.

Ao terminar minha exposição, gostaria de dizer aos Srs. Constituintes que esta Comissão tem uma responsabilidade maior do que as outras.

**O SR. CONSTITUINTE ALUÍZIO CAMPOS:** – Permite-me V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. CONSTITUINTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA:** – Quantos apartes V. Ex.<sup>a</sup> quiser.

**O SR. CONSTITUINTE ALUÍZIO CAMPOS:** – pela exposição de V. Ex.<sup>a</sup>, aliás, verdadeira, verificamos que a causa dessa situação é a nossa formação política, a nossa estrutura administrativa. A dívida externa é o resultado de uma má gestão dos negócios públicos neste País, durante muitos anos. Como o é também a dívida interna, que é mais grave do que a externa e que nos está levando à recessão.

Por conseguinte, se não modificarmos a composição das forças políticas, se não elevarmos o nosso nível de cidadania, jamais corrigiremos esses efeitos mencionados por V. Ex.<sup>a</sup> e que causam danos à Nação. A dívida externa é efeito da corrupção que se instalou neste País durante muitos anos, assim como todos os demais problemas, surgidos pela má orientação e desequilíbrio da nossa economia.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Previno ao nobre Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva, que o aparte será descontado do seu tempo.

**O SR. CONSTITUINTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA:** – Gostaria apenas de lembrar que nossa

dívida interna nada mais é do que consequência da nossa dívida externa. Um país, obrigado a mandar para fora todo ano, 5% do seu Produto Interno Bruto como pagamento de juros, que se endivida cada vez mais para saldar os interesses dos credores internacionais, efetivamente não terá independência para aplicar nem mesmo a lei, dentro de seu território.

Existe algo que gostaria fosse levado em consideração. Não sei se V. Ex.<sup>as</sup> já tiveram necessidade de comprar fiado e, no final do mês, serem obrigados a fazer uma opção: pagar e ficar sem comer, ou não pagar e comer. Neste último caso, o dono da loja manda buscar aquilo que você comprou. Não sei quantos dos presentes já passaram por esta humilhação, sofreram e sentiram isso pessoalmente.

Todos sabemos que a dívida externa está sendo perniciosa à sociedade brasileira, está permitindo o surgimento de uma sub-raça neste País, o crescimento do número de prostituições e de analfabetos. Enfim, ela permite que a miséria, a degradação da sociedade brasileira aumentem a cada dia, que passa.

É interessante frisar que a dívida externa de todo o continente latino-americano representa apenas 1% do Produto Interno Bruto dos países ricos, que poderiam, com certa tranquilidade, dela abdicar, em benefício desses sofridos povos. Mas disso eles não querem abrir mão, porque enquanto tivermos governantes incompetentes, a sociedade desinformada e o povo alienado, por falta de informações, a classe dominante faz com a classe dominada o que bem entender.

Por estas razões, não só voto a favor do projeto do companheiro Hermes Zaneti, mas pediria aos companheiros Constituintes que levassem em consideração que não podemos deixar passar a chance de transformar a Comissão de Sistematização na grande Comissão da Constituinte, não apenas para elaborar a Constituição, mas para arejar a cabeça de muita gente, para mudar conceitos neste País. Esta Comissão servirá ao País se tiver como meta principal a grandeza de entender que a lei não será justa enquanto somente o legislador entendê-la justa. Uma lei só será justa quando ela atender aos interesses da sociedade.

Gostaria que a Mesa me informasse com relação ao **quorum**, que na minha opinião deveria ser de vinte e cinco membros, uma vez que Relatores e Presidentes ainda estão envolvidos com os trabalhos das suas Comissões e, portanto, impedidos de aqui estar.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Nelson Jobim.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON JOBIM:** – Sr. Presidente. tendo em vista as judiciosas considerações aqui feitas sobre o conteúdo do mérito da proposta do eminente Deputado Hermes Zaneti, procurarei circunscrever-me exclusivamente à preliminar suscitada, competentemente, pelo Relator, Deputado Prisco Viana.

Mas, para tanto, e para análise dessa preliminar, impõe-se que tenhamos uma visão clara da função do Direito, da norma que estamos a criar e deste ordenamento que iremos fazer, na Assembléia Nacional Constituinte.

Sabemos claramente – e V. Ex.<sup>a</sup> sabe, Sr. Presidente, pela competência que tem, reconhecida internacionalmente – que o sistema jurídico tem

como visão e necessidade a remodelagem das estruturas sociais ou, pelo menos, o estabelecimento de novas interações pessoais e coletivas. Visa fundamentalmente, o sistema jurídico, a realizar-se concretamente na sociedade, a fim de reproduzir no meio o modelo que informou o legislador quando elaborou a norma. E é exatamente isso que está sendo feito nas comissões e subcomissões, principalmente nestas últimas, onde se repensa um novo modelo de sociedade. Mas se projetam isso, fazem-no com o compromisso de todos nós de realizarmos concretamente essa sociedade.

E essa visão tem o **referendum** de competência e autoridade de um Francisco Cavalcante Pontes de Miranda, quando define o direito na sua introdução e prefácio aos "Comentários da Constituição de 1946", quando diz que: "O direito é, e a medida do seu ser é dada pela sua realização".

Portanto, nós, Constituintes, temos o compromisso de criar um sistema jurídico consistente e moderno. Temos, também, o compromisso de assegurar a realização concreta dos preceitos normativos e do modelo incrustado na norma e no ordenamento.

É por isso, Sr. Presidente, que temos no § 7º do art. 59 dois vetores: um para proteger o trabalho dos Constituintes na elaboração deste modelo da estruturação da sociedade, e outro para assegurar a realização concreta dos preceitos normativos produzidos, e é exatamente essa a linguagem, de outra forma, imposta pelo eminente Constituinte Nilton Friedrich.

Os trabalhos constituintes sofrem condicionamentos e são em relação a esses condicionamentos que temos os Projetos de Decisão. Os condicionamentos que podem sofrer os trabalhos do Constituinte têm duas linhas: que sejam assegurados ao Constituinte os meios para produzir uma decisão soberana, e que haja a necessidade de se assegurar às decisões da Constituinte, porque soberana, no sentido de que elas sejam efetivamente tomadas, e posta em prática sua eficácia.

Precisamos assegurar ambiente e nos preocupar exatamente com a eficácia dessas decisões que tomaremos.

E exatamente aí que emerge o problema da dívida externa. Não será a dívida externa – isso foi dito largamente – um condicionamento externo para a ineficácia das decisões que forem tomadas nesta Casa, decisões que pretendem jogar o Brasil para a frente e que pretendem produzir uma nova sociedade, decisões que para serem efetivas têm de ser eficazes e realizáveis? O obstáculo à realização concreta desse remodelamento da sociedade decorre exatamente do condicionamento externo, porque temos o dever de zelar pela norma, pela realização eficaz da norma, sob pena de rompermos claramente com o conceito expandido pelo grande jurista Pontes de Miranda: "O Direito é, e a medida do seu ser é dada pela sua realização". Se nós, Constituintes, não nos preocuparmos com a realização deste Direito que estamos a fazer, não estaremos fazendo Direito, mas idealidades não concretizadas no mundo histórico em que vivemos. Este é o fundamento pelo qual estamos plenamente autorizados – e entendo, com toda **permissa venia** de V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Relator, que incide claramente na autoridade do § 7º do art. 59 – a tomar decisões desta natureza. Por quê? Porque o Projeto de Decisão do emi-

nente Deputado Hermes Zaneti é condição necessária à eficácia das decisões soberanas da Assembléia Nacional Constituinte. A soberania da Assembléia se coloca sob dois pontos, como já foi dito aqui: nos trabalhos dos Constituintes e na segurança de que as decisões consubstancialmente condicionadas que aqui se tomarem realizar-se-ão concretamente – a dívida externa funciona como obstáculo a isto. Por este obstáculo, deve a Assembléia Nacional Constituinte tomar medidas para sobrestar exatamente aquilo que representa a inviabilidade concreta da realização eficaz e histórica do ordenamento jurídico a que nos comprometemos na sua estrutura formal, mas devemos nos comprometer com o ordenamento jurídico na sua reprodução eficaz no mundo social brasileiro. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem a palavra o nobre Constituinte Brandão Monteiro. Peço a atenção da Casa para o fato de que S. Ex.<sup>a</sup>, sendo Segundo-Vice-Presidente, pode tomar assento à Mesa, se assim o desejar.

**O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO MONTEIRO:** – Agradecendo a V. Ex.<sup>a</sup> Sr. Presidente, permito-me deslocar-se ao início dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte e me dou por feliz em intervir, hoje, na Comissão de Sistematização logo após as palavras abalizadas do Constituinte Nelson Jobim. Permito-me a essa alusão porque durante dois meses as questões fundamentais discutidas na Assembléia Nacional Constituinte, à época da elaboração de seu Regimento, passavam de forma evidente sobre o papel a ser desempenhado pela Assembléia e sua soberania. Quero relembrar a todos que a luta foi difícil, os pequenos partidos – quero fazer referência a eles, por ser de justiça – lutaram permanentemente pelo conceito mais amplo do que seria a soberania da Assembléia Nacional Constituinte. A fórmula encontrada pela maioria foi exatamente expressa no art. 59, § 7º, do Regimento Interno. A ouvir o Relatório do ilustre Constituinte Prisco Viana, pergunto-me se toda aquela luta, todo o trabalho e a discussão que se travaram no Plenário da Assembléia Nacional Constituinte – as posições trazidas pelo ilustre Relator do Regimento Interno, Senador Fernando Henrique Cardoso, e pela direção dos partidos majoritários na Casa – não estariam absolutamente contrários ao que pretende, pensa e relata o Deputado Prisco Viana. Faria minhas as palavras, dos Constituintes Nelson Jobim e José Genoino; alguns pensam que sobrestar medidas expressas, como está no art. 59, § 7º, seria simplesmente uma questão policial, uma questão militar, uma questão de a Assembléia não poder funcionar porque medidas autoritárias poderiam impedir seu funcionamento. Quem assim pensa, evidentemente não apreendeu o espírito da norma. Dizia o Deputado Nilson Gibson, que havia, na questão levantada através do projeto do Deputado Hermes Zaneti, a norma explícita, questões substantivas, questões adjetivas. Evidentemente que a questão adjetiva é a necessidade da assinatura de 1/3 dos Srs. Constituintes, o que foi perfeitamente assegurada. A outra seria a Substantiva, e a interpretação que faz é exatamente no sentido de conduzir a uma interpretação extremamente restritiva do que pretende e explicita a norma e o que o legislador quis ao redigir a norma afinal vitoriosa. Fico com os Constituintes

José Genoino e Nelson Jobim. E evidente que a norma estabelece sobrestar medidas que possam ameaçar os trabalhos e as decisões soberanas da Assembléia Nacional Constituinte. Pois muito bem. Constituinte José Genoino, muito bem, Constituinte Nelson Jobim. Que Constituição será essa, que faremos, apontando para o futuro pura e simplesmente, sem entender que uma Constituição tem capítulos, títulos, seções, artigos, e é o contexto global que analisa, numa Carta política, aquilo que a Constituição futura dirá, interpretando a realidade econômica, social, política, de soberania e de direitos individuais? Evidentemente que a questão da dívida externa tem íntima relação e – direi mesmo – poderá ameaçar as decisões soberanas da Assembléia Nacional Constituinte. Quero aqui lembrar que há quatro anos tive o privilégio de receber o chamado Projeto nº 2 do Brasil, e fui à tribuna da Câmara dos Deputados denunciar o seu conteúdo, que continha em seu bojo, inclusive, a clara e absoluta posição do Brasil de abrir mão da sua soberania. Pois bem, Sr. Presidente, fico profundamente satisfeito quando vejo que não há qualquer discordância quanto à questão de mérito. Não vi Constituinte algum colocar-se contra a questão de mérito. Vi, sim, uma velha manobra parlamentar de aprovar-se o mérito e querer-se derrubar o Projeto de Decisão através de uma preliminar, que buscava a forma, que não pode e não deve ser interpretada da maneira como o foi pelo Relator.

Desloco-me, desta Casa bonita, lá para os rincões do Rio de Janeiro, de onde sou Deputado, e do Maranhão terra onde nasci. Saio deste clima tão agradável do Senado Federal, para verificar, como disse o Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva, quantas crianças estão morrendo neste País, quantas pessoas não têm o que comer. A quem interessaria, pergunto, parafraseando o Constituinte Nilton Friedrich, uma auditoria da dívida externa? interessaria e interessa ao povo brasileiro, que é quem paga, na verdade, porque o dinheiro do Governo não cai do céu. O dinheiro do Governo é fruto do trabalho e sacrifício do mais humilde e muito menos do mais rico. Interessa aos Constituintes que, até prova em contrário, vieram a esta Casa eleitos para representar a Nação. E a mim me causa espanto ver o Líder do Governo colocar-se – frontalmente contra esse projeto, porque ele interessa ao Governo. Aliás, são palavras do Presidente Sarney na ONU, e aqui repetidas quase diariamente, colocando como fundamental o problema da dívida externa brasileira. E não é à-toa que o Governo pôs em execução uma moratória, suspendendo o pagamento dos juros dos bancos particulares. O ex-Ministro da Fazenda Dilson Funaro e o Presidente José Sarney também colocavam como necessária a auditoria da chamada dívida externa brasileira. E agora o representante do Governo vem a esta Comissão exatamente tentar impedir o curso de uma investigação, o curso de uma auditoria daquilo que o seu Governo sempre disse ser fundamental e importante para estabelecermos o valor e as razões dessa dívida. Se outras razões não houver – e o Constituinte Hermes Zaneti a elas se referiu – temos o fato explícito: o negociador internacional, representando os interesses dos credores. O Sr. Anthony Gebauer está preso e foi condenado exatamente por desvios referentes à questão da dívida externa brasileira.

Portanto, aqui não só me coloco plenamente favorável ao projeto de decisão do Constituinte Hermes Zaneti, como o faço com uma preocupação maior; o que será da Comissão de Sistematização se ela ficar somente com a incumbência de examinar e dar parecer prévio a respeito de fatos que venham exclusivamente, impedir o funcionamento da Assembléia Nacional Constituinte? Se isto vier a acontecer, será uma situação extremamente fora da realidade. Não será a Assembléia Nacional Constituinte, não será a Comissão de Sistematização, se por acaso acontecer algum fato grave e institucional no País, que determinará ou não que os fatos graves que a todos nos preocupam poderiam ser compelidos ou sobrestados. Temos que entender exatamente nosso papel que é fundamental O trabalho da Assembléia Nacional Constituinte não pode não deve passar ao largo das grandes questões centrais da sociedade brasileira.

Lembraria. Sr. Presidente – e a mim me causa profunda preocupação, e tenho dito isto no Plenário da Assembléia Nacional Constituinte –, que, enquanto estamos discutindo o futuro deste País, o texto constitucional que teremos, o País encontra-se numa extrema crise econômica, financeira e político-institucional. E a mim me preocupa porque – repito – não estamos assumindo o nosso papel de partidos políticos e de líderes representantes do povo brasileiro. Para isso viemos até aqui eleitos pelo povo. Queria aqui fazer uma referência ao que afirmou o Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva. Tive oportunidade de ser Presidente da CPI do escândalo Delfin-BNH, uma das poucas CPI que produziu um projeto de resolução, indicando ao Procurador-Geral da República que tomasse as providências porque era evidente a infringência de vários dispositivos da nossa lei penal. Infelizmente, na estrutura brasileira temos um Procurador-Geral da República que exerce, no meu entender, uma função que deveria ser a de supremo do País, porque até a questão de inconstitucionalidade de uma determinada lei, que ele teria de dar tramitação, quando não interessa ao Governo a que serve, fica engavetada.

Por isso. Sr. Presidente, quero dizer ao meu nobre colega Cid Carvalho, um velho batalhador das lutas do povo brasileiro, profundamente preocupado com a questão da dívida externa, quão precioso será o seu voto neste momento histórico de decisão da Comissão de Sistematização. Velho Cid Carvalho, da minha terra, do Maranhão, lutador, tenho a certeza de que todos aqueles que têm confiança e esperança em V. Ex.<sup>a</sup> não entenderiam o seu voto contra o seguimento do Projeto de Decisão. Muito obrigado. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Obrigado ao nobre Constituinte. Temos ainda, como último orador inscrito, o Constituinte Antôniocarlos Konder Reis.

Antes de conceder a palavra a S. Ex.<sup>a</sup>, gostaria de dizer que temos prazo para votação do assunto em pauta – projeto de decisão – e assim sou levado a solicitar à Comissão que se reúna hoje à noite, às vinte horas.

**O SR. CONSTITUINTE RAIMUNDO BEZERRA:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE RAIMUNDO BEZERRA:** – Sr. Presidente, queria, aproveitando a sugestão do Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva, propor que fossem considerados como **quorum** qualificado o número de 25 Srs. Constituintes, argumentando que a nossa Comissão de Sistematização, se não está completa é por motivos regimentais, e 25 seriam exatamente aquela parcela que daria maioria necessária para que pudéssemos apreciar e votar este projeto que ora tramita.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOINO:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOINO:** – Sr. Presidente, parece-me que esta questão inclusive foi claramente exposta por V. Ex.<sup>a</sup>, com base no art 33, respondendo à questão de ordem do nobre Constituinte Gastone Righi, que afirmou claramente, com base nesse mesmo artigo, sobre as deliberações de matéria constitucional. Mas a parte seguinte diz: "As demais serão tomadas por maioria simples de votos, adotando-se o processo simbólico, salvo decisão expressa ou deliberação em Plenário em outro sentido".

Portanto, Sr. Presidente, conforme o art 33, esta deliberação sobre o Projeto de Decisão pode ser tomada hoje, nesta reunião da Comissão de Sistematização, pois existe número regimental para tomada dessa decisão em relação ao Projeto de Decisão nº 1.

O art. 33 é muito claro. Há uma separação textual e cristalina, entre o que é conceituado como matéria constitucional e as demais matérias. O Projeto de Decisão nº 1 não trata dessa matéria constitucional, no entendimento do Regimento Interno e do papel da Comissão de Sistematização. Tal Projeto de decisão pode ser deliberado nesta reunião neste momento, na medida em que temos, com base no art 33, o **quorum** necessário de maioria simples para deliberar sobre o assunto.

Portanto, Sr. Presidente, a questão que encaminho a V. Ex.<sup>a</sup> é a de que possamos – apoiando a sugestão do nobre Constituinte que me antecedeu – tomar essa deliberação agora, nesta reunião da Comissão de Sistematização.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Constituinte Cid Carvalho.

**O SR. CONSTITUINTE CID CARVALHO:** – Sr. Presidente, preliminarmente, quero agradecer meu velho amigo e companheiro Brandão Monteiro, pelas referências que fez.

Vim para cá com toda a consciência de um dever a cumprir. Ainda outro dia, numa reunião plenária da minha bancada, levantava exatamente o problema entre forma e conteúdo. É bem verdade que muitas vezes a preliminar da forma é um modo de se contrapor ao mérito. Entretanto, de repente transformamos a questão em um grande debate, como se houvesse apologistas e coordenadores da dívida externa. Isso seria uma injustiça. Todos estamos conscientes dos danos causados a esta Nação por uma política indiscriminada de dívida externa. Não podemos tapar o sol com a peneira. Aqui se discute pertinência e limites de competência desta Comissão e até da Assembléia Nacional Constituinte, sendo que esta última ao elaborar seu Regimento Interno, estabeleceu sua própria auto-limitação. O que se discute aqui,

mais do que um projeto, e o avanço nos limites de uma competência. Ressalto que gostaria de ver neste plenário meu companheiro Bernardo Cabral, Relator desta Comissão – não significando isso nenhum reparo limitativo à figura proba e competente do Deputado Prisco Viana. Lembro a esta Casa que o Líder da Constituinte, Senador Mário Covas, sentindo a importância e responsabilidade do Relator desta Comissão, ele próprio com o apoio de todo o partido transferiu a competência da escolha do Líder desta Comissão e a levou a toda bancada do PMDB.

Sr. Presidente, o PMDB, pela sua própria realidade hegemônica, tem uma enorme responsabilidade na Assembléia Nacional Constituinte. Deveria ter cumprido melhor o seu dever reunindo-se previamente para traçar a grande avenida da sua posição. Ora, está claro que não poderemos votar nesta reunião. O art. 21 em seu § 2º é claro ao dizer que as deliberações nas Comissões e Subcomissões exigirão maioria absoluta de votos. Se isto prevalece nas Subcomissões, muito mais prevaleceria numa comissão da importância desta e mais ainda quanto às definições que aqui estão sendo tomadas e discutidas. Levanto a seguinte questão de ordem. Sr. Presidente: acho que matéria da importância como a que está sendo decidida não se deve restringir a apenas um projeto, mas, sim esta comissão abrindo margem para diversos outros projetos. Solicitaria a V. Ex.<sup>a</sup> que, além do Relator **ad hoc**, que foi designado para esta matéria ela voltasse ao Relator-Geral, que tem a responsabilidade pela sua origem e sua escolha. Solicitaria também a V. Ex.<sup>a</sup> que fizesse ampla convocação nesta Comissão para que ela decidisse com responsabilidade mas com o grande número de seus membros – já que a decisão tomada, indiscutivelmente ampliará ou mudará os rumos da própria Assembléia Nacional Constituinte.

**O SR. BENEDITO MONTEIRO:** – Sr. Presidente, peço a palavra para contraditar a questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Pela ordem, tem a palavra o Constituinte Benedito Monteiro

**O SR. BENEDITO MONTEIRO:** – Sr. Presidente, verifica-se com muita clareza o raciocínio do Constituinte Cid Carvalho. Não se trata de uma questão de forma e, sim, política. S. Ex.<sup>a</sup> quer agora inviabilizar todo o trabalho da reunião extraordinária. Todos os Constituintes foram convocados, como de praxe – eu recebi a convocação –, para uma nova decisão, quando se deveria discutir de maneira mais aberta. Já não é uma questão de forma e, sim, política, repito. Segundo, é preciso entender o espírito do § 7º Esta Comissão não está decidindo nada de forma final, estará emitindo um parecer prévio. A decisão será do Plenário da Assembléia Nacional Constituinte, e aí o **quorum** é expresso por maioria absoluta de votos, diferentemente do sentido da norma a que ele se refere, no que diz respeito às Subcomissões, que elaborarão cada uma um relatório, que por sua vez será enviado as suas respectivas Comissões Temáticas para, então ter-se formado o espírito dessas Comissões e Subcomissões e, afinal, constituir-se o arcabouço da futura Constituição. É evidente que não há que se buscar nenhuma isonomia entre o art. 21 e o art. 7º Solucio-

na-se o problema, mas não estaremos aqui tomando nenhuma decisão final a respeito da proposição de Constituinte Hermes Zaneti. Nossa competência será a de receber o Projeto de Decisão e emitir aqui o parecer prévio favorável ou contrário a sua tramitação. Quem decidirá definitivamente a questão será o Plenário da Assembleia Nacional Constituinte, através do voto da maioria absoluta dos seus membros. É o que diz o Regimento.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Com a palavra o nobre Constituinte Paulo Ramos.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – O Sr. Constituinte Cid Carvalho afirmou que o PMDB deveria assumir algumas posições. Vou fazer chegar as mãos do nobre Constituinte Cid Carvalho o ofício do Presidente do PMDB ao Presidente da República solicitando a nomeação de uma Comissão para fazer auditoria da dívida externa. Esta proposta foi subscrita por mim e pelo Constituinte Hermes Zaneti numa reunião da bancada do PMDB na Assembleia Nacional Constituinte, e foi aprovada.

Outro aspecto abordado pelo Constituinte Cid Carvalho consiste na quantidade de projetos de decisão que possa ser encaminhada. É dever da Comissão de Sistematização apreciar tantos quantos forem apresentados. Ora, não podemos restringir, frear o andamento de um projeto de decisão simplesmente porque abríamos precedentes no sentido de que outros fossem encaminhados. Quantos Constituintes tiverem projetos de decisão a encaminhar, conseguindo a subscrição do número exigido pelo Regimento, deverão fazê-lo.

Vou fazer chegar às mãos do Constituinte Cid Carvalho o ofício a que me referi:

**O SR. CONSTITUINTE CID CARVALHO:** – O meu nobre amigo está desviando o assunto. Refiro-me à importância da decisão.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON JOBIM:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem a palavra V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON JOBIM:** – O objetivo da questão de ordem suscitada é chamar a atenção para o § 1º do art. 13 do Regimento Interno, que diz: "Além das Comissões referidas neste artigo, haverá uma Comissão de Sistematização integrada inicialmente por 49 membros", o que mostra que a composição desta Comissão tem dois momentos fundamentais: o dos 49 membros iniciais, que somos nós, e o da presença em plenário dos Presidentes e Relatores das demais Comissões e dos Relatores das Subcomissões. Ora, a presença dos demais membros, que é um dever, só será exigida no momento em que as Subcomissões e Comissões encerrarem seus trabalhos.

**O SR. CONSTITUINTE PRISCO VIANA:** – Sr. Presidente, desejo fazer uma contradição ao que acaba de sustentar o nobre Constituinte Nelson Jobim.

É preciso considerar, Sr. Presidente, que não há mais dúvidas nem processo a concluir-se a respeito da composição desta Comissão. A ela

já estão integrados todos aqueles que, em face do Regimento, foram indicados. V. Ex.<sup>a</sup> foi eleito a Comissão já estava integralmente constituída. Portanto, não vejo o menor cabimento na arguição do nobre Constituinte Nelson Jobim.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENÓIN:** – Sr. Presidente, quero referir-me à questão levantada pelo nobre Constituinte Cid Carvalho.

Há uma diferença clara entre o art. 21 e o art. 33: quando o art. 21 reportar-se às Comissões e Subcomissões, o faz no entendimento de que elas só votarão matéria constitucional, porque estão elaborando a Constituição. Não existe no Regimento nenhuma possibilidade de as Comissões e Subcomissões apreciarem projetos de decisão que não tratem de matéria constitucional.

No entanto, a Comissão de Sistematização é diferente das Comissões e das Subcomissões porque, além da matéria constitucional, terá de apreciar matérias não especificamente ligadas à elaboração da Constituição. É por isso que o Presidente da Comissão de Sistematização deixou muito claro o que diz o art. 33. É óbvio que não vamos decidir nem votar nada, nas Comissões ou Subcomissões, que não diga respeito a matéria constitucional. E para isso é preciso maioria absoluta.

No entanto, Sr. Presidente, a Comissão de Sistematização terá de votar, segundo o próprio Regimento Interno, o Projeto de Decisão, pois este não é de alçada das Comissões e Subcomissões.

Portanto, a questão levantada pelo nobre Constituinte Cid Carvalho, com base no art. 21, não procede, pois a Comissão de Sistematização recebe o Projeto de decisão, emite parecer e vota. Isso não é, precipuamente, matéria constitucional. Por isso o **quorum** para deliberarmos sobre esta matéria é o da composição inicial da Comissão de Sistematização, de maioria simples, conforme estabelece o art. 33.

**O SR. CONSTITUINTE ADOLFO OLIVEIRA:** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Concedo a palavra a V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. CONSTITUINTE ADOLFO OLIVEIRA:** – Desejo apenas consultar V. Ex.<sup>a</sup> sobre a aplicabilidade do art. 21 § 2º, que se refere especificamente às Comissões.

Tenho ainda outra ponderação a fazer. Fala-se muito aqui na composição inicial da Comissão, que seria de 49 membros. Mas esta composição foi aumentada para 53. Inicialmente, estes, foram 53 os Constituintes designados especificamente para compor esta Comissão, aos quais se acrescentaram mais 40 Presidentes e Relatores.

Era esta a questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – De maneira que o **quorum** inicial para V. Ex.<sup>a</sup> seria metade de 53, maioria absoluta sobre 53?

**O SR. CONSTITUINTE ADOLFO OLIVEIRA:** – Se for admitido este critério, sim.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Não estou em condições de, no momento, resolver esta questão. Vou convocar uma reunião, para hoje à noite, quando, ouvidos os meus companheiros e assessores, vou procurar uma possibilidade de desnovelizar – está aí um neologismo que acho bonito: o que aconteceu hoje aqui foi um novelo, e tenho a responsabilidade de desno-

velizar isso – e não vou fazê-lo de afogadilho, pois poderia incidir em erros lamentáveis. De maneira que vou consultar os meus companheiros, meus assessores e os regimentalistas. O que peço que hoje à noite, se reúna a Comissão. Esta questão será apresentada e decidida de acordo com as tendências que me parecerem maiores.

Sou advertido de que este plenário será ocupado, dentro em breve para uma outra reunião, razão pela qual teremos de nos reunir no Auditório Nereu Ramos.

Concedo a palavra ao Deputado Konder Reis, que já a solicitara anteriormente.

**O SR. CONSTITUINTE ANTONIO CARLOS KONDER REIS:** – Sr. Presidente, serei breve nesta intervenção.

Em primeiro lugar, quero situar a posição do Partido Democrático Social no que toca ao Projeto de Decisão nº 1, de autoria do nobre Constituinte Hermes Zaneti e apoiado por mais de 180 Srs. Constituintes.

Ontem, na tribuna da Assembleia Nacional Constituinte, o Líder da Bancada do Partido Democrático Social, nobre Constituinte Amaral Netto, declarou expressamente o nosso apoio à matéria. E é assim que vamos votar aqui, na Comissão de Sistematização.

O nobre Constituinte Gerson Peres já apresentou os motivos da nossa decisão de apoiar a proposta em discussão. Cumpre-me, Sr. Presidente, acrescentar apenas alguns argumentos de caráter pessoal para explicar o voto que vamos proferir, de acordo com a decisão da Liderança de minha Bancada.

Devo observar, primeiramente, que o Projeto de Decisão nº 1 submete a consideração da Assembleia Nacional Constituinte duas questões substantivas e inúmeras questões adjetivas. Creio importante examinar as questões substantivas. A primeira delas é a instituição de uma auditoria da nossa dívida externa.

Sr. Presidente, a auditoria da dívida externa poderia ser objeto de operação através do Senado da República, da Câmara dos Deputados ou do Congresso Nacional. O Senado criou uma Comissão destinada a examinar a nossa dívida externa. A Câmara dos Deputados, na Sessão Legislativa de 1986, instituiu e fez funcionar uma Comissão Parlamentar de Inquérito com o mesmo objetivo. Creio, portanto, que esta questão da instituição de uma auditoria da nossa dívida externa pode ser conveniente no que toca aos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte. Não é, contudo, indispensável. É preciso que coloquemos a questão nos seus devidos termos. Um exame, uma análise, uma auditoria da dívida externa poderá ser realizada através da Assembleia Nacional Constituinte, mas essa ação não é indispensável, porque o Senado da República e a Câmara dos Deputados já estão fazendo a mesma coisa.

A segunda questão substantiva objeto da proposição do Deputado Hermes Zaneti – esta, sim, no meu modo de ver, é da competência e, diria mais, Sr. Presidente, da responsabilidade da Assembleia Nacional Constituinte –, diz respeito à suspensão da transferência de divisas para o pagamento da nossa dívida externa. (Palmas.) O Constituinte Hermes Zaneti, na redação do projeto, não estabeleceu qualquer limite. Creio que a Comissão de Sistematização, preliminarmente, deverá examinar os limites dessa segunda deter-



minação de caráter substantivo. S. Ex.<sup>a</sup> dispôs, no parágrafo único do art. 1º, **In fine**, que "ficarão, até então, suspensas as remessas de divisas a título de pagamento de dívidas contraídas no exterior".

A mim me assalta uma dúvida, Sr. Presidente, Srs. Constituintes: dívida fundada? Dívida originária de contratos de financiamento? Dívida comercial? No meu modo de ver, à Comissão de Sistematização cabe examinar o assunto, para o fim de dispor sobre essa segunda questão de caráter substantivo, de modo a fazê-la capaz, procedente e legítima.

Sr. Presidente, as questões de ordem adjetiva referem-se a prazos, composição de uma Comissão Especial, formas de atuação dessa Comissão, e são decorrência das duas primeiras questões.

Como representante do Partido Democrático Social, não poderia, nem nunca poderei ser contrário a uma auditoria da dívida externa, porque, no período em que essa dívida foi contraída, colocando o melhor de mim, exerci mandatos nesta Casa e o Governo do Estado de Santa Catarina.

Seria uma contradição, Sr. Presidente, no momento em que a Assembléia Nacional Constituinte entende necessária e indispensável a instituição de uma auditoria da dívida externa, alguém que participou, seja como legislador, seja como governante, da ação do poder público, no período em que essa dívida foi contraída, eximir-se de votar favoravelmente à medida proposta. Sou inteiramente a favor. (Palmas.)

Em segundo lugar, no que toca à suspensão da transferência de divisas, entendo – e o faço com o maior respeito ao parecer do nobre Constituinte Prisco Viana, cujo espírito público, capacidade e inteligência aprendi a admirar no Congresso Nacional – que não cabe, de modo algum a colocação de quaisquer preliminares. (Palmas.)

Não há dúvida, Sr. Presidente, de que o pagamento da dívida externa, seja no que toca a encargos, seja no que toca ao principal, ou a sua suspensão – e quero deixar bem claro aqui, o pagamento ou a sua suspensão –, poderão, não só hoje, como a curto, médio e longo prazos, constituir-se em fatos que caracterizem ameaça ao normal desempenho da Assembléia Nacional Constituinte. Portanto, não há por que discutir, com base na exegese do § 7º do art. 59, se o Projeto de Resolução procede ou não, no que toca àquele dispositivo regimental.

É indispensável, Sr. Presidente, que a Assembléia Nacional Constituinte abra oportunidade para o Governo da República fazer coincidir o seu discurso com a sua ação prática. O discurso é que o pagamento dos encargos e do principal da dívida externa está suspenso. O povo brasileiro tomou conhecimento de que o Governo decretou a moratória. A par desse fato, notório e público, os jornais noticiam a presença de delegações do fundo Monetário Internacional em nosso País e também o propósito do Governo de prosseguir nas negociações. Nada mais ameaçador do que esse clima de perplexidade e de dúvida. É indispensável – e daí a importância da iniciativa do Deputado Hermes Zaneti – que o Brasil conheça, enfim, o nível, o grau de coincidência entre o discurso daqueles que representam o Governo no Poder Legislativo e no Poder Executivo e a sua atuação prática. Ao plenário da Assembléia Nacional Constituinte caberá decidir se a cobran-

ça, a exigência, diria mesmo, a imposição do pagamento dos encargos do principal da dívida externa é uma ameaça ao normal desenvolvimento dos nossos trabalhos ou se a ameaça é a sua abrupta suspensão. A palavra há de ser da Assembléia Nacional Constituinte, do seu plenário, dos representantes do povo brasileiro que têm hoje a grande responsabilidade de criar todas as condições, afastar todas as ameaças, remover todos os obstáculos para que do nosso trabalho surja uma Constituição à altura do povo brasileiro.

Voto, assim, contra o parecer do nobre Relator. Refugio a preliminar, manifestando-me favorável ao Projeto de Resolução. (Muito bem! Palmas.)

**O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE:** – Sr. Presidente, pela ordem. Conversando com vários colegas, entendemos que, se V. Ex.<sup>a</sup> não decide sobre a questão do **quorum** neste momento, a reunião da noite deveria ser marcada pelo menos para as 18h30min. Alguns Constituintes até acham que deveria ficar para a próxima terça-feira, porque teríamos mais tempo.

Gostaria de levantar também o seguinte: V. Ex.<sup>a</sup> encerraria a discussão da proposta e entraríamos à noite no processo de votação, porém que a reunião fosse convocada para as 18h30min e não para as 20 horas.

**O SR. CONSTITUINTE JAMIL HADDAD:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – A questão de ordem de V. Ex.<sup>a</sup> está ligada à solicitação do nobre Constituinte?

**O SR. CONSTITUINTE JAMIL HADDAD:** – Sim.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE JAMIL HADDAD:** – Sr. Presidente, quero deixar bem clara a minha posição a respeito desse assunto.

Faço parte, no momento da Comissão criada pelo Senado para investigar a dívida externa brasileira. E temos uma reunião marcada para hoje, às dezesseis horas, com a presença do Sr. Fernando Bracher, ex-Presidente do Banco Central. Quero estar presente à reunião da noite porque, apesar de ser membro da Comissão do Senado, quero compor o **quorum** para que seja votada a matéria.

Por uma questão ética, considero-me impedido de votar, mas quero estar presente para participar do **quorum**, na hora em que o assunto for debatido.

De maneira que solicito a V. Ex.<sup>a</sup> manter o horário das vinte horas, para que eu e outros companheiros do Senado, membros desta Comissão, possamos estar presentes à reunião de logo mais à noite da Comissão de Sistematização.

**O SR. CONSTITUINTE HERMES ZANETI:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – V. Ex.<sup>a</sup> tem a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE HERMES ZANETI:** – Sr. Presidente, como autor do projeto, gostaria de insistir com V. Ex.<sup>a</sup>, **data venia**, no sentido de que essa votação se realizasse agora. Acabo de receber a informação da assessoria da Mesa de que neste plenário estão vinte e cinco Srs. Constituintes. Segundo raciocínio expendido pelo Constituinte Nelson Jobim, vinte e cinco é o nú-

mero suficiente para se alcançar **quorum** para adotar essa decisão. Insisto com V. Ex.<sup>a</sup> no sentido de que esta decisão seja adotada agora, porque sabe V. Ex.<sup>a</sup> como todos nós, que quinta-feira à noite já se configura tarde pelo fato de os Srs. Constituintes terem de responder à presença nos seus Estados, e estou sendo informado de que muitos dos Constituintes que aqui estão neste momento necessitam viajar, por compromissos já assumidos.

Já estamos na segunda reunião discutindo esta matéria. Por isso, não creio que V. Ex.<sup>a</sup> deva ter preocupação além da que já demonstrou aqui, da seriedade e da responsabilidade com que está conduzindo os trabalhos. V. Ex.<sup>a</sup> disse que não se sentia em condições definitivas de proclamar aqui uma decisão. Faço um apelo a V. Ex.<sup>a</sup> no sentido de que aproveite o **quorum** existente neste momento, porque ainda não há uma decisão definitiva. Respaldo-me na brilhante contribuição que trouxe o eminente Constituinte pelo Estado de Santa Catarina. Konder Reis, que disse, com muita sabedoria, que esta decisão é tão importante, que, em última instância, deve ser tomada pelo Plenário da Assembléia Nacional Constituinte. Se, por alguma razão, V. Ex.<sup>a</sup> tiver um motivo para não adotar a decisão agora, apelo a V. Ex.<sup>a</sup>, em nome da democracia que há de caracterizar os nossos trabalhos, no sentido de que leve esta decisão ao Plenário da Assembléia Nacional Constituinte. Assim, em caso de dúvida, solicito a V. Ex.<sup>a</sup> decidir agora pela postura que garanta o **quorum** de 25 Constituintes aqui presentes, que podem deliberar e que, em tais condições, podem levar a matéria ao Plenário. V. Ex.<sup>a</sup>, com isso, estará ganhando tempo e fazendo uma economia no sentido de que não precisará convocar nova reunião para hoje à noite, quando, repito, muitos dos Srs. Constituintes que aqui estão não estarão presentes. Com essa decisão. V. Ex.<sup>a</sup> estará valorizando a Assembléia Nacional Constituinte, quando a opinião pública brasileira está em estado de expectativa com relação a esse assunto.

Esse é o apelo que, enquanto autor da proposta, faço à sábia compreensão de V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Muito obrigado.

Passo a palavra ao ilustre Relator, Bernardo Cabral.

**O SR. RELATOR BERNARDO CABRAL:** – Sr. Presidente, queria pleitear junto a V. Ex.<sup>a</sup> o seguinte: à circunstância de não poder encontrar-me aqui esta noite – saio em missão oficial para amanhã cedo estar na Bacia Petrolífera de Campos – e não sendo possível o julgamento agora do requerimento, reitero a V. Ex.<sup>a</sup>, secundando o apelo que lhe fez o nobre Constituinte Hermes Zaneti, no sentido de que V. Ex.<sup>a</sup> decida agora com o **quorum** existente. Pediria ainda que V. Ex.<sup>a</sup> designasse um Relator-auxiliar para me substituir na reunião noturna, caso não seja feita a votação agora.

**O SR. CONSTITUINTE LYSÂNEAS MACIEL:** – Sr. Presidente, para uma questão de ordem, a fim de dar uma informação a este ilustre Plenário. Já houve um tempo em que ilustre um Chanceler brasileiro declarou que o que era bom para os Estados Unidos era bom para o Brasil também. Felizmente, esses tempos já passaram. Mas essa questão da dívida externa de vários países, inclusive a do Brasil, está sendo discutida no Con-

gresso norte-americano, e já houve uma proposta de um parlamentar, – devo recebê-la hoje – no sentido de que haja até o perdão da dívida externa. Enquanto nós ficamos aqui, em duas reuniões durante cinco horas, discutindo uma preliminar, o Congresso americano, há algum tempo já está preocupado com isso. É uma informação que levo à Mesa, reiterando o apelo do ilustre proponente de tão oportuna mensagem que afeta a vida de toda uma Nação.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Sinto-me, pessoalmente, na situação que transmitirei ao restrito Plenário. Há dúvidas sobre o número da composição da Comissão. Sustentam alguns que, numa primeira formação, ela constava de 49 membros; posteriormente, ascendeu a 53 membros efetivos que, mais os Presidentes e os Relatores das Subcomissões, elevaria esse número para 93. O nosso prazo termina hoje. Vejam V. Ex.<sup>a</sup> como a situação está delicada. Nosso prazo foi prorrogado pelo Presidente Ulysses Guimarães, até hoje. De maneira que, como Presidente da Comissão, tenho dúvidas quanto à duplicidade, dualidade e contrariedade às quais o assunto a ser submetido poderá provocar na sua apreciação. Quero dizer, ou a Presidência pode ser acusada de ter transgido com uma votação que não representa suficientemente o número regimental da Comissão; ou a Presidência pode ser acusada de ter postergado uma decisão que parece de fato necessária e iminente, dada a circunstância de termos o nosso prazo prorrogado até hoje.

**O SR. CONSTITUINTE JAMIL HADDAD:** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Peço licença ao nobre Constituinte para concluir, segundo nossa tradição parlamentar, minha exposição. É impossível fazer um trabalho parlamentar sem o seguimento de certas normas, razão pela qual solicito a alguns Constituintes aqui presentes – inclusive ao Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva, no qual noto um ar de riso –, apelo no sentido de compreenderem que assim como há normas que os marxistas costumam chamar de "decorrências históricas", nós aqui também adotamos normas que são indeclináveis e têm de ser seguidas.

Continuando, tenho de decidir uma questão muito séria e delicada e não quero fazê-lo de forma a poder incidir imediatamente na responsabilidade pessoal sobre uma acusação que virá na certa: que nós votamos com um número insuficiente. Decido, então, pela segunda alternativa. Insisto em reunir a Comissão hoje à noite.

Atendendo à solicitação do Constituinte Ademir Andrade, essa reunião terá lugar logo após a reunião normal da Constituinte, às 18h e 30min. Quem viajar, fará isso por sua livre e espontânea vontade, sabendo que deveria estar aqui.

Então, está convocada a reunião para hoje à noite, às 18 horas e 30 minutos, no auditório Nereu Ramos. Aquele que se fizer ausente será por vontade própria à exceção dos ausentes agora, que não sabiam que deveriam estar aqui à noite. E a reunião não será no plenário, que poderá estar impedido. O Relator não comparecerá pelas razões que já expôs. Designo, então, o Constituinte Adolfo Oliveira para Relator substituto.

Às dezoito horas estarei no auditório Nereu Ramos, mas, se esse recinto estiver vazio, voltarei

para cá. Porém este é um fato sem importância. Estarei aqui, às dezoito horas, para que não haja dúvidas de que as críticas à Comissão serão bilateralmente injustas.

Declaro encerrada a reunião.

#### Reunião do dia 14 de maio de 1987

(Auditório Nereu Ramos)  
Das 18h52min às 19h24min

Presidente: Afonso Arinos.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Boa noite a todos. Encerrada que foi a discussão na reunião da tarde, vamos iniciar pela votação da preliminar suscitada pelo Relator, Constituinte Prisco Viana, a quem dou a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOINO:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOINO:** – Sr. Presidente, encerramos a reunião desta Comissão, na parte da manhã, com uma questão de ordem relativa ao **quorum** para deliberação. A Mesa da Comissão de Sistematização ficou de resolver essa questão de ordem e trazer a decisão para esta reunião, que é uma continuação da matutina. A questão de ordem que formulo a V. Ex.<sup>a</sup> é no sentido de que, antes de se iniciarem os debates sobre o mérito do parecer do Relator, a questão do **quorum** para deliberação seja decidida por V. Ex.<sup>a</sup> Inclusive, porque a discussão estava encerrada. Havia terminado uma lista de oradores e o Relator já havia pronunciado o seu parecer.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Isto será dito pelo Relator. A resposta compete ao Relator.

**O SR. RELATOR (Prisco Viana):** – Sr. Presidente, solicitei a palavra a V. Ex.<sup>a</sup>, não diria que para aduzir razões finais, mas para trazer as últimas considerações, levando em conta sobretudo as intervenções realizadas durante o processo de discussão. V. Ex.<sup>a</sup> daqui a pouco, vai encaminhar o processo de votação, e eu gostaria de renovar aqui as conclusões do parecer, quando pedi a V. Ex.<sup>a</sup> que, em primeiro lugar, colocasse em votação a preliminar que tive oportunidade de levantar por ocasião da apresentação do parecer. A preliminar da incompetência, poder-se-ia dizer também da impertinência do Projeto de Decisão, em face dos dispositivos regimentais aqui referidos, especificamente em face do que estabelece o § 7º do art. 59, do Regimento Interno de Assembléia Nacional Constituinte. Se V. Ex.<sup>a</sup> me permite, e a tolerância dos Srs. Constituintes integrantes desta Comissão também o permitir, gostaria de dizer, em relação aos pronunciamentos que escutei, que, em instante algum – mesmo que, para sustentar o raciocínio que desenvolvia, fui forçado a ingressar no campo do mérito – produzi qualquer tipo de defesa da dívida. Ao contrário, tive a oportunidade de declarar – e há aqui alguns colegas que não estavam presentes à reunião matutina – exatamente o seguinte: "É impossível negar a relevância da questão de dívida externa". E, mais ainda, "não se pode negar a gravidade desta questão e suas repercussões dramáticas na economia nacional, daí resultando todo o dese-

quilíbrio econômico, que gera, no mínimo, o grande desconforto em que vivem no momento todos os brasileiros".

Resta, entretanto, indagar – e aqui está a fundamentação da preliminar – se o endividamento externo ou os atos a ele ligados que se acham em desenvolvimento, praticados pelo Poder Executivo, de que trata o Projeto de Decisão nº 1 sob nosso exame, ameaçam os trabalhos constituintes ou as decisões soberanas da Assembléia Nacional Constituinte, a tal ponto que mereçam ter abrigo no que estatui o § 7º do art. 59, do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte.

Renovo, portanto, Sr. Presidente, a solicitação feita na reunião matutina no sentido de que V. Ex.<sup>a</sup> submeta a votação a preliminar que tive a oportunidade de suscitar naquele instante em que apresentava o parecer.

**O SR. CONSTITUINTE HAROLDO LIMA:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Concedo a palavra a V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE HAROLDO LIMA:** – Como o nobre Relator renova o seu pedido de que seja posta em votação a preliminar levantada hoje pela manhã por S. Ex.<sup>a</sup> renovo a minha questão de ordem, no sentido de que V. Ex.<sup>a</sup> considere a improcedência da ponderação feita pelo Relator, posto que, pelo § 7º do art. 59, a esta Comissão de Sistematização não cabe avaliar se tem ou não procedência um Projeto de Decisão a ela encaminhado pelo Presidente da Assembléia Nacional Constituinte. Renovo a minha questão de ordem, repito, acentuando que o § 7º estabelece explicitamente que, chegando à Comissão de Sistematização o Projeto de Decisão, a esta caberá emitir parecer prévio. Não fixa em instante algum se lhe caberá avaliar a procedência ou não, para depois emitir parecer. Parecer prévio, segundo o § 7º, significa parecer prévio ao parecer final do Plenário da Constituinte. Essa questão deveria ser observada, posto que o respeito rígido ao Regimento Interno é condição básica para que os nossos trabalhos possam avançar de forma ordeira e justa.

**O SR. CONSTITUINTE CID CARVALHO:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE CID CARVALHO:** – Sr. Presidente, respondendo hoje pela manhã à questão de ordem por mim formulada, V. Ex.<sup>a</sup> dizia que a Comissão era composta não só dos membros originais, como já a integravam naturalmente todos os presidentes e relatores das Comissões e Subcomissões. afirmou ainda V. Ex.<sup>a</sup> que posteriormente nos responderia qual o **quorum** exato para votação, uma vez que havia conflito de entendimentos entre maioria simples e maioria absoluta.

Sabe V. Ex.<sup>a</sup> que esta definição é muito importante para o encaminhamento das decisões. Há pouco, o Relator pediu que fosse colocada em votação uma preliminar. Entendo, Sr. Presidente, que este Plenário não pode votar sem a definição

do **quorum** necessário. Por isto, volto a pedir a V. Ex.<sup>a</sup> este esclarecimento.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Segundo elementos regimentais de que pude tomar conhecimento, a Comissão está integrada por 93 Srs. Constituintes. Conseqüentemente, o **quorum** para as votações é metade de 93 mais um, ou seja, 47 membros presentes. Quero saber se a lista de presença acusa este número de Constituintes atualmente nesta sala. (Pausa.)

Há mais de sessenta; portanto, há **quorum** suficiente para que se tomem as deliberações. Estando presentes mais de quarenta e sete – estão presentes sessenta Srs. Constituintes – temos de proceder de acordo com a indicação do Relator, à votação do projeto que foi apresentado e teve a sua tramitação encerrada esta manhã.

**O SR. CONSTITUINTE JOÃO MENEZES:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, sabemos que quando a Velha República se encerrou, deixou um saldo, se não me engano, de dez bilhões de dólares de reserva. Agora, a Nova República está com as reservas do Governo no fundo do poço. É assunto da maior importância examinarmos como se comporta a dívida externa, e isso foi aqui examinado com frieza pelo nobre Relator, que colocou para decisão de Casa a preliminar da incompetência desta Comissão.

Realmente, Sr. Presidente, se esta Comissão de Sistematização começar a criar dentro dela uma Comissão de Inquérito, vamos chegar às raias do absurdo. Já estamos todos atrapalhados para iniciar os trabalhos da Comissão e juntar essas emendas todas. Se ainda cometermos a ingenuidade de criar uma comissão dentro da Comissão de Sistematização, daqui a pouco virá outra, e deixaremos de funcionar como Comissão de Sistematização para funcionar como uma Comissão de Inquérito ou uma Comissão Administrativa, o que prejudica toda a sua representatividade e a de V. Ex.<sup>a</sup>

Pelo que entendi, a questão de ordem levantada visa a esclarecer se a deliberação dependeria de maioria simples ou de maioria absoluta. Ora, se o Regimento Interno da Constituinte não se refere à maioria absoluta, é claro que a maioria é simples, como aliás já disse V. Ex.<sup>a</sup> Assim, acho que deve ser votada a preliminar levantada pelo nobre Constituinte Cid Carvalho.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOINO:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem. Não quero contrariar a posição adotada pela Mesa em relação ao **quorum** de deliberação, mas solicito que conste na ata da Comissão de Sistematização que o número 93 contraria o dispositivo regimental do art. 13, que é de 49 mais 40, portanto, 89.

Apresentei, há um mês, no Plenário da Assembléia Nacional Constituinte, uma questão de ordem, que ainda não foi decidida, no sentido de que se processe à votação, sem prejuízo do problema da mudança da composição ou do número de membros da Comissão de Sistematização. Solicito à Mesa que registre esta questão de ordem na ata desta reunião, porque envolve outra, já feita à Mesa da Assembléia Nacional Constituinte.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Agradeço muito a V. Ex.<sup>a</sup> Quero apenas dar uma explicação pessoal: sob esta Presidência, nenhuma questão de ordem será retirada da ata, nem da

publicação necessária e obrigatória, ou desejável, de tudo o que aqui ocorrer. V. Ex.<sup>a</sup> deixou a questão de ordem em mãos do Presidente de Assembléia Nacional Constituinte. Ela não foi ainda resolvida e é mais uma razão para que eu não a coloque em votação.

Está em votação a preliminar suscitada.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem que diz respeito a decisão da própria Mesa.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem e palavra V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – O Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte estabelece, no § 7º do art. 59, que os projetos de decisão se destinam a sobrestar medidas que possam ameaçar os trabalhos e as decisões soberanas da Assembléia Nacional Constituinte. Ora, a proposição do Deputado Hermes Zaneti, em que pese o mérito que possa conter, não é um projeto de decisão. É uma proposição que não se destina a sobrestar medida que possa ameaçar os trabalhos e as decisões soberanas da Assembléia Nacional Constituinte.

No meu entender, caberia à própria Mesa descaracterizar a proposição como não sendo projeto de decisão, tal como ela se auto-intitula, e inclusive evitar uma manifestação do Plenário da Comissão, absolutamente desnecessária. A preliminar depende da decisão do Plenário, mas, no meu entender, a preliminar é da Mesa. A Mesa não poderia ter caracterizado este Projeto como de decisão, porque projeto de decisão não é. A Comissão de Sistematização recebeu projeto para sobre ele se manifestar. Cabe-lhe avaliar se a proposição é ou não projeto de decisão. Se não é projeto de decisão, a Mesa tem condições de resolver a questão, porque, do contrário, qualquer proposta entrará aqui e porque se auto-intitula projeto de decisão, se transformará em matéria que tem de vir ao exame da Comissão de Sistematização e voltar a Plenário.

Na verdade, a proposta do ilustre Deputado Hermes Zaneti não é um projeto de decisão; ela se auto-intitula projeto de decisão. A Mesa deveria, liminarmente, não a considerar projeto de decisão, porque ela nada vai sobrestar, não há medida alguma que ameace o funcionamento soberano da Assembléia Nacional Constituinte. Independe, portanto, de qualquer manifestação plenária. Haverá outros casos desta natureza e, se a Mesa assim não proceder, a Comissão de Sistematização estará, a todo momento, examinando projetos que não são projetos de decisão e que assim se auto-intitulam.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Com a palavra o Deputado Aluizio Campos.

**O SR. CONSTITUINTE ALUÍZIO CAMPOS:** – Sr. Presidente, a argumentação do ilustre Deputado Carlos Sant'Anna já está implicitamente contida na do Relator, quando levantou a preliminar. E o que vamos votar, por determinação de V. Ex.<sup>a</sup>, é a preliminar. Como já falaram mais de três oradores, apresentando questão de ordem sobre a matéria, sugiro a V. Ex.<sup>a</sup> que não mais admita esse recurso e inicie imediatamente o processo de votação.

**O SR. CONSTITUINTE HAROLDO LIMA:** – Peço a palavra para uma questão de ordem. Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Ainda não respondi à questão de ordem anterior. O que estou achando – não estou afirmando estou achando – é que existem, talvez, esperanças de que a sucessão de questões de ordem possa trazer uma lassitude, um desânimo, um tédio à assistência e que comecem a retirar-se os Srs. Constituintes, de modo que dentro de pouco tempo não tenhamos número para votar. Não me estou referindo a V. Ex.<sup>a</sup> nem ao Constituinte José Genoino; estou-me referindo a uma hipótese racional, não a uma hipótese sentimental.

De maneira que a Mesa não mais aceitará questões de ordem depois da de V. Ex.<sup>a</sup> e colocara em votação a preliminar suscitada pelo Relator. (Palmas.)

**O SR. CONSTITUINTE HAROLDO LIMA:** – Sr. Presidente, entendo o interesse de V. Ex.<sup>a</sup> no bom andamento dos trabalhos, mas insisto em que não vi resolução de V. Ex.<sup>a</sup> sobre a questão de ordem que levantei, como referiu, indevidamente, o Constituinte Aluizio Campos. Na verdade, V. Ex.<sup>a</sup> não respondeu a minha questão de ordem. Acho que existe um processo para que se atropela a decisão de V. Ex.<sup>a</sup> e se coloque em votação, indevidamente, uma preliminar que não comporta ser aqui votada. E há um objetivo político nessa questão. O que queremos é que se vote logo o que se deveria ter votado de manhã – não estamos desejosos de protelar os trabalhos – para que todos tenham condições de posicionar-se a favor ou contra a averiguação da questão da dívida externa.

A preliminar objetiva encobrir a votação de todos aqueles que são contra essa questão. E, se não é este o caso, insisto em que V. Ex.<sup>a</sup> atente para a letra do Regimento. O Regimento e suas minúcias e que protegem e todos do arbítrio. O arbítrio de agora é a possibilidade de, através desse mecanismo, encobrir-se... Este é o meu juízo. O juízo do Constituinte Carlos Sant'Anna é de que não caberia a V. Ex.<sup>a</sup> pôr em votação nem mesmo a preliminar, mas decidiu-la em nome de todos. O que queremos é que V. Ex.<sup>a</sup> atente para a letra do Regimento e dê o exemplo que esperamos, de uma pessoa com o passado de tradição democrática de V. Ex.<sup>a</sup> Pela letra do Regimento, repito, não comporta à Comissão de Sistematização apreciar se tem procedência ou não o que o Presidente da Assembléia Nacional Constituinte enviou para a Comissão. Comporta à Presidência da Assembléia enviar ou não para a Comissão determinado projeto de decisão. Se o projeto é de decisão ou não, isso comporta à Mesa da Assembléia Nacional Constituinte.

Entendo que a nós compete – e de imediato deve ser feito – pôr em votação a matéria quanto ao mérito, para podermos nos ater ao que aqui está escrita: "...emitirá parecer prévio, sendo arquivado definitivamente o projeto que dela receber parecer contrário". Mas que seja feito através da manifestação explícita de todos, abertamente, com voto nominal, para que possamos colocar em andamento os nossos trabalhos.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOINO:** – Sr. Presidente, chamo a atenção de V. Ex.<sup>a</sup> e de todos os Srs. Constituintes para a gravidade da

questão e para o precedente que se abrirá nos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte se adotarmos o procedimento de apreciar a questão pela sua pertinência ou impertinência. Se 187 Srs. Constituintes assinaram o Projeto de Decisão, a Presidência da Assembléia Nacional Constituinte recebeu o documento, encaminhou-o à Comissão de Sistematização, que o julgou improcedente, sem entrar no mérito, a decisão contraria e fere aquela iniciativa que, com base no Regimento – conforme o § 7º do art. 59 –, permite que um terço dos Srs. Constituintes, apresente projeto de decisão.

Vejam bem V. Ex.<sup>as</sup> a gravidade do assunto e o precedente que se abre. A Comissão de Sistematização julga, conforme parecer do Relator, a pertinência ou impertinência de uma posição assumida por um terço da Assembléia Nacional Constituinte. O julgamento do nobre Relator, Constituinte Prisco Viana, é antidemocrático quanto ao mérito e fere o Regimento Interno, porque a pertinência deve ser observada nos seguintes termos: se a letra do § 7º foi seguida ou não para a apresentação do projeto de decisão. Se tem um terço de assinaturas e foi recebido pela Presidência da Assembléia Nacional Constituinte, o que a Comissão de Sistematização terá de apreciar é o mérito do projeto de decisão, porque isso é o que diz o texto. O arquivamento deve dar-se quanto ao mérito e não quanto à procedência do projeto de decisão. Por isso, apelamos, apesar dos protestos do nobre Constituinte Gastone Righi...

#### O SR. CONSTITUINTE

**GASTONE RIGHI:** – É claro. Já estou cansado dessa arenga. Vamos votar.

#### O SR. CONSTITUINTE JOSÉ

**GENOINO:** – Não concedi o aparte a V. Ex.<sup>a</sup> Fique paciente, nobre Constituinte Gastone Righi, porque estamos tratando de um assunto muito sério.

Então, a questão da dívida externa tem de ser decidida quanto ao mérito, e não usando-se uma forma regimental de se dizer que se é a favor dele mas se está contra ele, adotando-se dispositivo formal de julgar a pertinência do projeto de decisão.

#### O SR. PRESIDENTE (Afonso

**Arinos):** – Agradeço ao Constituinte José Genoíno. Quero apenas fazer uma pequena observação a S. Ex.<sup>a</sup> e ao seu ilustre antecessor na tribuna: tenho bons ouvidos, e a estridência da voz não aumenta a importância do raciocínio. A estridência de voz, repito e peço desculpas – como tenho bom sentido auditivo, não me induz a uma grande complacência. Mas quero continuar dizendo que vou pôr a matéria em votação.

Peço licença a V. Ex.<sup>a</sup>, brilhante Constituinte, que hoje de manhã se manifestou. Vou pôr em votação a matéria, de acordo com o conselho do Relator.

#### O SR. CONSTITUINTE HERMES

**ZANETI:** – Sr. Presidente, peço a palavra como autor da proposição.

#### O SR. PRESIDENTE (Afonso

**Arinos):** – Como autor da proposição, tem a palavra V. Ex.<sup>a</sup> por 3 minutos, para encaminhar a votação.

#### O SR. CONSTITUINTE NILSON

**GIBSON:** – Sr. Presidente, V. Ex.<sup>a</sup> está reabrindo a discussão.

#### O SR. CONSTITUINTE HERMES

**ZANETI:** – Sr. Presidente, agradeço a V. Ex.<sup>a</sup> Embora minha voz também seja normalmente estridente, em acatamento à sugestão de V. Ex.<sup>a</sup>, vou procurar suavizá-la um pouco. Gostaria de dizer a V. Ex.<sup>a</sup> e aos companheiros Constituintes que, em primeiro lugar, embora compreenda a sua preocupação no sentido de acatar a preliminar, a questão é séria, porque 190 Constituintes entenderam que ela era pertinente. Tanto entenderam assim que subscreveram o nosso pedido.

#### O SR. PRESIDENTE (Afonso

**Arinos):** – Subscreveram...

#### O SR. CONSTITUINTE HERMES

**ZANETI:** – Subscreveram. Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup> pela ajuda, porque, na verdade, minha missão aqui, neste momento, é também buscar sua contribuição. É um prazer muito grande que V. Ex.<sup>a</sup> possa ajudar-me a empregar o verbo adequadamente. E o verbo exige que se diga, em toda a extensão, que se um terço dos Constituintes subscreveram a proposição e entenderam que a mesma era pertinente é, no mínimo, uma desconsideração que a Comissão comete, quando vai julgar o que 190 Srs. Constituintes já entenderam pertinente e, por isso, subscreveram o pedido.

Além disso – para concluir, Sr. Presidente –, deveria dizer que, evidentemente também a Comissão recebeu o encaminhamento do Presidente da Assembléia Nacional Constituinte e, se S. Ex.<sup>a</sup> atendeu a um pedido subscrito por 190 Constituintes, é evidente que ele também entendeu que o assunto era pertinente. É um risco muito grande esta Comissão submeter-se a esta preliminar, porque, eventualmente, pode-se estar tentando tirar do Plenário da Assembléia Nacional Constituinte o direito maior de decidir sobre um assunto de importância como este.

Sr. Presidente, agradeço a V. Ex.<sup>a</sup> a correção que me fez. Quero, porém, dizer que eventuais equívocos verbais não conferem com a certeza que tenho de estarmos corretos no caminho que estamos adotando e com a certeza também da profundidade dessa medida que a Assembléia Nacional Constituinte deverá adotar. Ademais, para concluir...

(Intervenções paralelas fora do microfone – inaudíveis.)

#### O SR. CONSTITUINTE HERMES

**ZANETI:** – Muito obrigado. Agradeço as manifestações de aplauso dos Constituintes que estão fazendo suas observações a nós outros. Agradeço, sensibilizado, a tolerância de V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Presidente. Fui um pouco além. Poderia ter dito coisas mais fortes e com um timbre de voz também mais forte, mas, em respeito a V. Ex.<sup>a</sup> e a seus ouvidos, procurei falar um pouco mais baixo.

#### O SR. PRESIDENTE (Afonso

**Arinos):** – Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup> e peço que preste atenção. Sr. Constituinte, reitero a V. Ex.<sup>a</sup> a expressão do meu apreço e da minha confiança em V. Ex.<sup>a</sup>, como homem público e como intelectual

Vamos passar à votação da preliminar. Peço, àqueles que ameaçaram retirar-se do recinto o obséquio de retornarem, porque não houve aquilo que receávamos. Quer dizer, houve uma simulação de um compromisso deles com os desejos de V. Ex.<sup>as</sup> Portanto, todos aqueles que tiverem a bondade de fingir que se retiravam, para fazer com que eu notasse que eu era obrigado a colocar em votação, queiram volver ao plenário. (Risos.)

Vai-se votar.

Está em votação.

Aqueles que aprovam a preliminar, sendo o voto simbólico, conforme esta consignado no Regimento, queiram conservar-se como se acham.

#### O SR. CONSTITUINTE HERMES

**ZANETI:** – Presidente, solicito a V. Ex.<sup>a</sup> que proceda à contagem do número de votos. E um direito que temos, Sr. Presidente.

#### O SR. PRESIDENTE (Afonso

**Arinos):** – Não quero negar a V. Ex.<sup>a</sup>, de maneira alguma, toda a liberdade de manifestação dos seus intentos e opiniões, mas, segundo estou informado, só os membros da Comissão podem pedir verificação de votação.

#### O SR. CONSTITUINTE HERMES

**ZANETI:** – Gostaria de fazer um apelo a um dos Srs. Constituintes membros desta Comissão, no sentido de que peça a verificação de votação.

#### O SR. CONSTITUINTE PAULO

**RAMOS:** – Sr. Presidente, peço verificação de votação como membro titular da Comissão de Sistematização.

(Tumulto em plenário.)

### 3º Reunião Extraordinária da Comissão de Sistematização

Aos dezoito dias do mês de maio de mil novecentos e oitenta e sete, às vinte e uma horas e quatorze minutos, no Plenário do Senado Federal, sob a Presidência do Senhor Constituinte Afonso Arinos, presentes os seguintes Senhores Constituintes: Rodrigues Palma, Jarbas Passarinho, Antônio Carlos Konder Reis, Nilton Friedrich, Cristina Tavares, Jamil Haddad, Paulo Ramos, Raimundo Bezerra, Adolfo Oliveira, Virgílio Távora, Prisco Viana, Francisco Benjamin, Bernardo Cabral, Ibsen Pinheiro, Chistóvam Chiaradia, José Maurício, José Santana, Haroldo Sabóia, Inocêncio Oliveira, Gastone Righi, Abigail Feitosa, José Freire, Marcondes Gadelha, Carlos Sant'Ana, Siqueira Campos, José Ulisses de Oliveira, Oscar Corrêa, Sigmaringa Seixas, Arnaldo Prieto, Osvaldo Coelho, José Lins, José Luiz Maia, Francisco Rossi, Aluizio Campos, Brandão Monteiro, Paes Landim, Délio Braz, Miro Teixeira, Nelson Wedekin, Vilson Souza, José Genoino, Luiz Salomão, Ottomar Pinto, Jonas Pinheiro e Victor Faccioni – todos membros da Comissão, e mais o Senhor Constituinte José Mendonça de Moraes, não-membro. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos e anunciou a distribuição de cópia da Ata da reunião anterior, para conhecimento dos Senhores membros presentes. A seguir foi concedida a palavra, pela ordem, aos Senhores Constituintes Cristina Tavares, Paulo Ramos e José Genoino, que se pronunciaram discordando de redação da Ata e oferecendo suas interpretações quanto à matéria considerada vencida pela Presidência da Comissão, no que foram contraditados pelos Senhores Constituintes Gastone Righi, Adolfo Oliveira e Aluizio Campos. O Senhor Presidente, assegurando que houve a votação da matéria a que se referiam os oradores, disse não consistirem os debates em nenhuma questão de ordem, mas de discussões apaixonadas, e apelou para que todos, juntos buscassem o entendimento, numa visão elevada dos fatos, tendo declarado, ainda, que a versão que se fazia da Ata ia além do aspecto estilístico, do exame material, passando a ser uma acusação de ordem moral e ética. A seguir, falaram ainda os Senhores Constituintes Nilton Friedrich e Abigail Feitosa. Considerando os diversos pedidos para que fosse colocada em votação a Ata, o Senhor Constituinte Aluizio Campos, com a palavra, explicou que, nos termos regimentais, a Ata não deve ser discutida, mas retificada em ponto que, por ventura, não represente a realidade das ocorrências; e defendeu o imediato encerramento da discussão, passando-se à apreciação da matéria objeto da Ordem do Dia – Projeto de Decisão nº 2/87 ANC, de autoria do Senhor Constituinte Victor Faccioni, que "suspende, para fins de incidência do Imposto de Renda, os efeitos do disposto no art. 2º da Lei nº 5279, de 27 de abril de 1967". Defendeu, ainda, o Senhor Constituinte Aluizio Campos que, ao contrário da pretensão demonstrada por alguns oradores, o Parecer do Relator-Substituto ao Projeto de Decisão nº 1/87 ANC foi apreciado, na reunião anterior, tendo sido conhecido o resultado vitorioso, tanto assim que houve o pedido de verificação de votação feito

pelo próprio autor da proposição. Diante de insistentes pedidos no sentido de colocar em votação a Ata, o Senhor Presidente declarou que os atenderia, oportunidade em que recebeu sugestões dos Senhores Constituintes Francisco Benjamin, José Genoino e Jamil Haddad, entre outros, para que o fizesse pelo processo nominal. O Senhor Presidente, por liberalidade, resolveu submeter a votos, pelo processo simbólico, a Ata da reunião anterior, que foi considerada aprovada. O Senhor Constituinte José Genoino, ante o resultado, solicitou verificação de votação, sendo contraditado pelo Senhor Constituinte Prisco Viana que avocou o art. 70 do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, como recurso disponível para caracterizar ausência de embasamento ao pedido formulado pelo colega. Deferida a solicitação, o Senhor Presidente anunciou que passaria à contagem de votos, pelo processo nominal, cujo resultado apresentou vinte e dois votos favoráveis contra dezoito votos contrários à aprovação da Ata, tendo a mesma sido aprovada. O Senhor Constituinte Paulo Ramos, imediatamente à proclamação do resultado da votação que aprovou a Ata da reunião anterior, alertou a Presidência, às vinte e duas horas e trinta minutos, sobre o **quorum** para o funcionamento da reunião, alegando a sua insuficiência, no que recebeu manifestação contrária dos Senhores Constituintes Inocêncio Oliveira, Aluizio Campos, Jamil Haddad e Adolfo Oliveira. Passando-se à Ordem do Dia, o Senhor Presidente concedeu a palavra ao Relator-Substituto, Constituinte Adolfo Oliveira, que apresentou o Parecer sobre o Projeto de Decisão nº 2/87 ANC, oferecendo preliminar de impropriedade da matéria, por considerá-la estranha às atribuições da Constituinte, e parecer favorável quanto ao mérito, caso a Comissão decidisse apreciá-lo. Concedida a palavra ao autor da proposição, Constituinte Victor Faccioni, este Parlamentar defendeu o Projeto e falou dos aspectos da competência da Assembléia Nacional Constituinte, apelando no sentido de ser a sua proposição enviada ao Plenário da Assembléia, com vistas a ser apreciada, porque reconhecia esgotada a possibilidade, por razões de prazo e de número na reunião, da matéria ser decidida na Comissão de Sistematização. Sobre o Projeto falaram ainda os seguintes Senhores Constituintes: Francisco Rossi, José Genoino, Gastone Righi, Cristina Tavares ao Monteiro, Oscar Corrêa, Aluizio Campos e Jamil Haddad. As vinte e três horas e dezoito minutos, deixa a Presidência o Senhor Constituinte Afonso Arinos, titular, assumindo-a o Primeiro-Vice-Presidente, Aluizio Campos, que, após ouvir os últimos pronunciamentos, determinou a exclusão de algumas declarações do Senhor Constituinte Paulo Ramos, da Ata elaborada pela Secretária da Comissão, bem como das referências anti-regimentais pronunciadas pelo mesmo Constituinte em Plenário, encerrando a reunião às vinte e três horas e trinta minutos. O inteiro teor desta reunião foi gravado, devendo ser traduzido e publicado no **Diário da Assembléia Nacional Constituinte**, com as exclusões determinadas pelo Senhor Presidente, e constituir-se-á na Ata circunstanciada dos trabalhos. E, para constar, eu, Maria Laura Coutinho, Secretária, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação.

### COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO EM 18 DE MAIO DE 1987

O Sr. Vice-Presidente da Comissão de Sistematização, Constituinte Aluizio Campos, autorizou a entrega de uma cópia xerox da referida Comissão ao Constituinte Hermes Zaneti, sem a retirada das expressões injuriosas. Em 19-5-87.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos da reunião da Comissão de Sistematização.

A cópia da ata da 3ª Reunião Ordinária da Comissão de Sistematização foi distribuída para conhecimento dos Srs. Constituintes.

Há pedido de dispensa de leitura da ata.

**A SRA. CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES:** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra, pela ordem.

**A SRA. CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES:** – Sr. Presidente, leio a ata e me surpreendo com o pedido de dispensa de sua leitura, porque esta ata está eivada de impropriedades.

Ao contrário do que aqui está escrito, as notas taquigráficas dizem que, quando o Constituinte Paulo Ramos pediu verificação de **quorum**, houve tumulto no plenário, e todos sabem, provocados pelo Líder do Governo, Carlos Sant'Anna, que quer evitar que esta Assembléia Nacional Constituinte faça uma auditoria da dívida externa, que fizessem assim os banqueiros internacionais, e entenderíamos; que o façam Líderes da Assembléia Nacional Constituinte, lamentamos.

Portanto, Sr. Presidente, peço que suspenda a reunião e mande apurar quem foi que fraudou esta ata; se sua Secretária, alguma autoridade ou algum Constituinte.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr. Presidente, peço a palavra para contraditar.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Gastone Righi, para contraditar.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr. Presidente, dizer que a ata é uma fraude, parece-me um desvario; a ata é a ata, está lavrada e posta em discussão, exatamente para que se debata sobre a correção do que está lavrado. Apenas por entender que não há uma questão de ordem, digo, em contradição, que ela deve ser refutada porque não há questão de ordem; pode haver discussão quanto à procedência ou a correção do que está lavrado na ata. Por fim, Sr. Presidente, quero apenas deixar aqui consignado que, na realidade, depois do pedido de verificação de votação feito pelo nobre Constituinte Hermes Zaneti – e negado por V. Ex.<sup>a</sup>, por não ser S. Ex.<sup>a</sup> membro da Comissão –, outro Constituinte, Paulo Ramos, que não participou da votação, veio ao microfone solicitar outra verificação e formou-se então o tumulto. Sem entrar no mérito, esse tumulto, visível por todos, impossibilitou – é evidente – a V. Ex.<sup>a</sup> no sentido de dirigir-se ao microfone, para que ficasse registrado por V. Ex.<sup>a</sup> na fita gravada,

não só o resultado que V. Ex.<sup>a</sup> já declarara – e tanto declarara que fora pedida verificação de votação, uma vez que a votação se fizera por unanimidade, contra um único voto, e já havia sido aprovada a preliminar do Relator. Logo, se com o tumulto. V. Ex.<sup>a</sup> esteve impedido de proclamar pelo microfone, não esteve impedido, no entanto, de tomar a decisão, ou de proclamá-la diretamente, ou seja, o que consta da fita de gravação, na verdade, não reflete exatamente o ocorrido, porque, a partir do tumulto, V. Ex.<sup>a</sup> esteve impedido de ter acesso ao microfone e impedido fisicamente, como testemunhei, e inclusive auxiliando V. Ex.<sup>a</sup> a se retirar da sala, porque havia ameaça física real e evidente.

Espero que o episódio seja superado e que não se repita. É preciso que o Presidente tenha tranqüilidade e a proteção de toda a Comissão, para tomar as suas decisões e levá-las a termo, sem passionismos, sem emocionalidades, atendendo-se à voz da razão, do bom senso e do equilíbrio.

Obrigado.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO**

**RAMOS:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso**

**Arinos):** – Concedo a palavra, pela ordem, ao Sr. Constituinte Paulo Ramos.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO**

**RAMOS:** – Sr. Presidente, não sei se posso chamar todos os Constituintes aqui presentes de brasileiros. A questão da dívida externa cala fundo na consciência de todos nós, razão pela qual, nas manifestações feitas, todos foram unânimes em se pronunciar favoráveis a que a dívida externa fosse apurada.

Os fatos ocorridos na última reunião da Comissão de Sistematização se nos apresentam como afronta à consciência de um povo que não está aqui presente, mas que imaginávamos estar aqui representado. É preciso, pelo menos, que apelemos para a consciência de V. Ex.<sup>a</sup> no sentido de reconhecer de imediato que esta ata não corresponde à realidade dos fatos ocorridos na Comissão de Sistematização. Aqueles que procuram, não como aliados do Governo, mas como bajuladores e submissos a ele, mentir diante das provas contundentes que temos, talvez mereçam o repúdio da opinião pública, que hoje já crê muito pouco na classe política. E crê muito pouco na classe política pela ação daqueles que, lá fora, mentem ao povo e, aqui dentro, traem-no.

Quero dizer a V. Ex.<sup>a</sup> que no momento em que pedi verificação de votação havia ainda silêncio no plenário. A fita comprova que o tumulto surgiu após o meu pedido de verificação da votação. A fita, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, não pode ser desmentida, porque o homem mente, mas a gravação ali está, e ela é um atestado da verdade. Os que afrontam a verdade, os que desafiam as notas taquigráficas, esses talvez mereçam um adjetivo não muito recomendável, que não o menciono aqui.

Apelo para a consciência de V. Ex.<sup>a</sup>, no sentido de reconhecer que esta ata não representa apenas uma fraude; esta ata representa uma provocação, esta ata é um absurdo que não se compatibiliza com a respeitabilidade do Congresso Nacional,

ainda mais quando este Congresso Nacional é um Congresso Constituinte. Integro esta Casa, pela primeira vez. Nunca tive oportunidade de alcançar qualquer cargo legislativo, qualquer cargo de representação popular. Lamento profundamente que o povo não esteja aqui para assistir a isso, porque, com certeza – a não ser que pratiquem outras fraudes as fraudes, eleitorais que conhecemos, a força do poder econômico, a força das administrações –, certamente que não estariam aqui de volta aqueles que fraudam a sua vontade. Muito obrigado.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ**

**GENOINO:** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso**

**Arinos):** – O que está acontecendo é um debate político, apaixonado, sobre questões que não se relacionam, absolutamente com a ordem dos trabalhos.

**A SRA. CONSTITUINTE CRISTINA**

**TAVARES:** – As atas fazem parte dos trabalhos.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso**

**Arinos):** – Perfeitamente. Trata-se, portanto, de um debate político, apaixonado, que nada diz respeito. Peço à Sr.<sup>a</sup>. Constituinte não interromper o Presidente.

**A SRA. CONSTITUINTE CRISTINA**

**TAVARES:** – Data venia, mas V. Ex.<sup>a</sup> está...

**O SR. PRESIDENTE (Afonso**

**Arinos):** – Eu não gostarei de ser obrigado a tomar medidas que o Presidente pode tomar.

**A SRA. CONSTITUINTE CRISTINA**

**TAVARES:** – Então, não pode discutir a ata?

**O SR. PRESIDENTE (Afonso**

**Arinos):** – Estava dizendo que não se trata de nenhuma questão de ordem, mas de um debate apaixonado, fixado, consolidado, estabelecido, decidido e conhecido de todo o País, hoje, sobre posições político-ideológicas. Então, é difícil podermos deslindar isso através de simples expedientes regimentais. Temos que decidir isso de maneira diferente, temos que decidir isso com a consciência confluyente – assim apelou para a minha consciência, o Constituinte Paulo Ramos, motivo pelo qual eu apelo para a dele, no sentido de evitar, de não provocar tumultos, porque eles não têm nenhuma importância, mas para provocar a possibilidade de que a nossa Comissão se desincumba dos seus deveres, que estão muito acima e são muito mais importantes do que as ocasionais divergências passionais que se estabeleçam aqui. Os nossos deveres são os deveres da Comissão mais significativa, mais responsável da Constituinte, em função do ato mais significativo, mais responsável na atualidade brasileira, que é a formação daquela lei fundamental que vem abrigar, no seu seio, todas as divergências no sentido de conseguir a estruturação de um Estado que possa, realmente, enfrentar os problemas dolorosos do povo brasileiro, neste momento.

É o apelo que faz o velho Presidente, que participou, pessoalmente, de lutas mais sérias do que estas que aqui se desenrolam, de lutas que terminaram no suicídio de um Presidente da República. Era eu Líder de um grande partido, e as lutas

que enfrentei na minha mocidade, os dramas a que assisti na minha juventude, tudo isso faz com que, para mim, seja quase que grotesco – digo grotesco no verdadeiro sentido da palavra – e permitam-me, aqui, uma digressão de História da Arte: "grotesco" eram aquelas volutas, aquelas formas imaginárias que estavam pintadas nas grotas do Palácio de Nero, em Roma. Então, não podemos nos dar a essa situação grotesca de estar pintando volutas no ar, ensaiando formas abstratas, quando temos coisas concretas a resolver, temos problemas decisivos para o futuro, quer abranjam aqueles que pensam como V. Ex.<sup>a</sup>, quer abranjam aqueles que pensam como eu.

É nesse sentido que um velho parlamentar que atravessou as fases mais difíceis da História moderna brasileira não venha aqui naufragar num banco de iodo, num banco de areia, num banco de piadas, num banco de pilhérias, num banco de discussões inteiramente inúteis, e que possamos levantar o coração, todos juntos, no sentido de um esforço comum visando a encarar de frente os problemas com que se defronta, não nós, mas o povo, em quem V. Ex.<sup>as</sup> falam com tanta freqüência e tão freqüentemente se esquecem do que estão falando; estão aqui perturbando as soluções úteis para o povo, estão aqui delongando as decisões necessárias para o povo, estão aqui fingindo que estão trabalhando e, de fato, criam dificuldades enormes ao funcionamento da Comissão mais importante da Assembléia Nacional Constituinte.

É com melancolia, é com decepção, é com tristeza que assim fala um velho Presidente, que não se receia de lutas, um velho Presidente que tem enfrentado lutas muito mais sérias do que qualquer uma que se desenrole, hoje, neste plenário, que seria apenas uma luta ridícula, uma luta grotesca, uma luta que será recebida pelo País às gargalhadas, que será objeto, não de dramas, mas de caricaturas.

Peço a V. Ex.<sup>a</sup> que ergamos juntos os nossos pensamentos, os nossos corações, as nossas esperanças, as nossas vontades, os nossos desejos, as nossas experiências e a nossa competência, para não ficarmos com os pés presos na lama, e possamos levantar um pouco as mãos para o Céu, as asas para o Céu, na esperança de poder fazer qualquer coisa pelo Brasil. É isso que quero falar, é isso que quero dizer, é isso que estou esperando, é isso que não duvido que possa esperar de V. Ex.<sup>as</sup>. Muito obrigado. (Palmas.)

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ**

**GENOINO:** – Peço a palavra, pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso**

**Arinos):** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte José Genoíno.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ**

**GENOINO:** – Sr. Presidente, quero discutir a ata. Quando se inclui na pauta dos trabalhos a discussão da ata é porque a ata é uma peça importante, na medida em que deve refletir a verdade dos nossos trabalhos. Não vamos aqui discutir a ata só por uma questão formal. A ata documenta, perante o presente e o futuro, a seriedade da representação que estamos aqui exercendo em nome dos pro-

gramas e das idéias que assumimos na campanha eleitoral. Por isso, Sr. Presidente, a paixão política, as contradições, os antagonismos que se manifestam em qualquer Comissão e no próprio plenário da Assembléia Nacional Constituinte devem dar-se dentro dos preceitos previstos no Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, que é o ordenamento do seu funcionamento. E é exatamente com base nisso, Sr. Presidente, que a discussão da ata nos leva a fazer um juízo de valor sobre a transcrição daqui. E as cópias taquigráficas, — e tenho aqui uma cópia em minhas mãos, cópia autenticada no original — que dizem claramente que o pedido de verificação ao Constituinte Hermes Zaneti foi negado, por não ser S. Ex.<sup>a</sup> membro efetivo da Comissão, e que em seguida o Constituinte Paulo Ramos solicita a verificação. E o mais grave é que isso não está retratado; e, de acordo com a ata, a reunião é encerrada, mas aqui nas cópias taquigráficas ela não foi encerrada.

#### O SR. CONSTITUINTE GASTONE

**RIGHI:** — Tudo isso está exatamente na ata.

#### O SR. CONSTITUINTE JOSÉ

**GENOINO:** — Sr. Constituinte Gastone Righi, não concedi o aparte a V. Ex.<sup>a</sup>, ainda.

#### O SR. PRESIDENTE (Afonso

**Arinos):** — Atenção! Está com a palavra o Constituinte José Genuíno. Peço ao Constituinte Gastone Righi que respeite.

#### O SR. CONSTITUINTE JOSÉ

**GENOINO:** — Portanto, a cópia taquigráfica autenticada no original termina com a seguinte expressão:

#### "O SR. CONSTITUINTE

**PAULO RAMOS:** — Sr. Presidente, peço verificação de votação, como membro titular da Comissão de Sistematização."

Não tem mais nada, portanto não houve o encerramento da reunião, segundo a cópia taquigráfica

#### O SR. PRESIDENTE (Afonso

**Arinos):** — Mas houve votação.

#### O SR. CONSTITUINTE JOSÉ

**GENOINO:** — Não houve a proclamação do resultado. Aquela votação, Sr. Presidente...

#### O SR. CONSTITUINTE GASTONE

**RIGHI:** — *(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

#### O SR. CONSTITUINTE JOSÉ

**GENOINO:** — Sr. Constituinte Gastone Righi, ouvi atentamente V. Ex.<sup>a</sup> e estou aqui fazendo uma apreciação sobre a ata. Com base no Regimento Interno que ordena os trabalhos da Constituinte, solicitei a palavra para discutir a ata.

Então, Sr. Presidente, aquela reunião não foi concluída por duas razões: não foi encerrada oficialmente pelo Presidente, e a votação não foi proclamada, como prevêem o Regimento e a praxe em qualquer Casa Legislativa. Se aquela votação não foi concluída, a reunião também não o foi. Esta questão precisa estar refletida na ata — este, o ponto central da discussão, porque foi

uma questão polêmica, uma questão apaixonada, e o término da reunião não resolveu o problema, pois está aqui na fita e na cópia original fornecida pela Taquigrafia. É para isso que existe a Taquigrafia, que existe a gravação, justamente para resolver essas pendências; senão, não seria necessária a presença dos taquígrafos. É necessária exatamente para que esta documentação forneça a verdade daquilo que ocorreu na reunião.

Então, Sr. Presidente, concluindo esta minha opinião sobre a ata, gostaria de dizer que compreendo a grave e difícil situação política por que está passando a Assembléia Nacional Constituinte ao elaborar a nova Constituição. O momento é grave e acho que piorou esta gravidade com o discurso de Sua Excelência o Senhor Presidente da República. E o Presidente da Comissão de Sistematização tem um poder e um papel muito importante nesta Constituinte. E para que não pairasse nenhuma dúvida sobre a lisura dos trabalhos da Presidência da Assembléia Nacional Constituinte sobre os trabalhos que se desenvolvem na Comissão de Sistematização é que essa questão da ata deve ser resolvida, que aquela reunião seja concluída, pois não o foi; que o resultado seja proclamado; que haja uma solução para aquela pendência, que não foi uma pendência pequena, não foi uma questúncula, não foi um problema pessoal desse ou daquele parlamentar, foi uma questão da discussão da natureza da dívida externa, como proceder e qual a atitude da Assembléia Nacional Constituinte sobre isso. Então, foi uma questão importante. E essa questão tão importante precisa ser resolvida pela Comissão. Se é por maioria, para negar o projeto de decisão, que se proceda com clareza, apurando a decisão da maioria, ouvindo o voto nominal de cada um dos Constituintes.

Esta é a opinião que queria formular a V. Ex.<sup>a</sup>, discutindo a ata que, no meu entender, não reflete a verdade. Este é o meu apelo que faço a V. Ex.<sup>a</sup>, como Presidente da Comissão de Sistematização.

#### O SR. PRESIDENTE (Afonso

**Arinos):** — Agradeço ao Constituinte José Genoíno. Aliás, eu queria manifestar que tenho por S. Ex.<sup>a</sup> grande respeito e admiração, desde a primeira vez em que compareci, há alguns anos, ao Congresso Nacional, para debater o problema do Parlamentarismo e S. Ex.<sup>a</sup> estava presente, sempre com o seu ar de apóstolo, de estátua de apóstolo do Aleijadinho, com aquele ardor que se desprende dos seus olhos, mais a polidez, a cortesia e a integridade que encontro no Constituinte José Genoíno.

Vou procurar resolver o problema, porque continua a confusão.

#### O SR. CONSTITUINTE GASTONE

**RIGHI:** — Sr. Presidente, peço a palavra, para discutir a ata.

#### O SR. PRESIDENTE (Afonso

**Arinos):** — O Sr. Constituinte Brandão Monteiro havia pedido antes a palavra.

Peço desculpas pelo atraso em dar-lhe a palavra.

Concedo a palavra ao nobre Constituinte Brandão Monteiro, para uma questão de ordem.

#### O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO

**MONTEIRO:** — Sr. Presidente, quero levantar aqui uma questão de ordem. V. Ex.<sup>a</sup> sabe o apreço que lhe dedico,

desde que foi meu professor de Direito Constitucional na gloriosa Faculdade de Direito.

Quero dizer que não estava presente aos acontecimentos que foram noticiados e que aqui estão sendo discutidos, porque não estava passando bem e tive de me recolher à minha casa. Queria fazer um apelo a V. Ex.<sup>a</sup>, e esta é a minha questão de ordem no sentido de que, quando forem levantadas as discussões — parece-me que isto é regimental em todos os parlamentos do mundo, e V. Ex.<sup>a</sup> melhor do que ninguém conhece isto, até pela sua extensa biografia aqui colocada em alguns tópicos — que os Constituintes tenham o direito de fazer as suas proposições e quando levantarem questões de ordem, a Mesa as responda. No caso específico de discussão da Ata, ela deve ser discutida por quem se inscreve, sem as interrupções notórias, simpáticas da Presidência; por outro lado, também a Presidência não deve ser interrompida, mas, a miúdo, esta interrompe quem está com a palavra.

Era a questão de ordem que eu queria formular a V. Ex.<sup>a</sup> com o respeito que me merece.

#### O SR. PRESIDENTE (Afonso

**Arinos):** — Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup> Devo comunicar à Casa e ao Constituinte Brandão Monteiro que não tenho conhecimento da Ata, porque não a li. Parece-me que a acusação que contra ela se faz é uma acusação que vai além do exame estilístico, do exame material da ata. É uma acusação de ordem moral, de ordem ética. Não posso deixar de consignar isto. Mas...

#### A SRA CONSTITUINTE CRISTINA

**TAVARES:** — Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

#### O SR. PRESIDENTE (Afonso

**Arinos):** — V. Ex.<sup>a</sup> não pode interromper-me agora.

#### A SRA CONSTITUINTE CRISTINA

**TAVARES:** — Parece-me que V. Ex.<sup>a</sup> só não se deixa interromper quando é uma Constituinte mulher que está falando.

#### O SR. PRESIDENTE (Afonso

**Arinos):** — Eu não compreendo o que V. Ex.<sup>a</sup> está dizendo...

#### A SRA CONSTITUINTE CRISTINA

**TAVARES:** — Gostaria, inclusive, de dizer a V. Ex.<sup>a</sup> que aqui não há cavalheiros, nem damas, somente Constituintes.

#### O SR. PRESIDENTE (Afonso

**Arinos):** — Mas há Constituintes que são damas, a quem dispenso especial respeito.

#### A SRA CONSTITUINTE CRISTINA

**TAVARES:** — Dispenso de V. Ex.<sup>a</sup> o tratamento especial...

#### O SR. PRESIDENTE (Afonso

**Arinos):** — É inútil V. Ex.<sup>a</sup> dispensar, porque está na minha índole, eu respeito as damas.

Muito obrigado a V. Ex.<sup>a</sup>

#### O SR. CONSTITUINTE GASTONE

**RIGHI:** — Sr. Presidente, pedi a palavra para discutir a ata.

#### O SR. PRESIDENTE (Afonso

**Arinos):** — O Vice-Presidente havia pedido antes de V. Ex.<sup>a</sup>

V. Ex.<sup>a</sup> tem alguma coisa a falar?

#### A SRA CONSTITUINTE ABIGAIL

**FEITOSA:** — Eu gostaria que fosse feita a leitura da ata.

#### O SR. PRESIDENTE (Afonso

**Minas):** — Pedirei a alguém que o faça.



Concedo a palavra ao Vice-Presidente da Comissão.

#### O SR. CONSTITUINTE ALUÍZIO

**CAMPOS:** – Sr. Presidente, companheiros da Comissão, nos termos do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, a ata não deve ser discutida, mas, apenas, retificada em algum ponto que, porventura, não represente a realidade do que foi deliberado ou discutido antes.

As questões de ordem até agora levantadas visam exclusivamente a indicar que a ata não menciona a proclamação do resultado da votação. Mas nenhum daqueles que está se opondo à verdade constante da Ata alega que deixou de ser solicitada a verificação da Votação. As notas taquigráficas, e também a gravação, contêm a intervenção do nobre autor da proposição, quando solicitou ao Presidente que se procedesse à contagem dos votos e, portanto, à verificação da votação.

Ora, Sr. Presidente, é elementar que só se pode pedir verificação de uma votação que aconteceu. Se a votação não tivesse ocorrido, não se poderia pedir a sua verificação.

Neste instante, consta também da ata que o presidente lamentou não poder conceder verificação ao nobre Constituinte Hermes Zaneti pelo fato de S. Ex.<sup>a</sup> não ser membro da nossa Comissão de Sistematização. Foi quando o Constituinte Paulo Ramos novamente solicitou a ata, para a verificação da votação, que se procedeu o tumulto, não constando das notas a formal proclamação do resultado, que, no entanto, ocorreu, e ocorreu em favor daqueles que apoiaram a preliminar, porque, se isto não tivesse acontecido, não haveria nenhum interesse, da parte dos demais, de pedirem a verificação da votação. Então, em virtude deste resultado, considerada encerrada a reunião, o presidente enviou ao nobre presidente da Assembléia Nacional Constituinte o projeto de decisão, com a informação de que a preliminar havia sido vitoriosa – como de fato o foi...

**O SR. PAULO RAMOS:** – Não é verdade!

**O SR. ALUÍZIO CAMPOS:** – Como de fato o foi! Tanto que foi pedida a verificação da votação, e eu repito, na prática parlamentar, não se pede verificação de uma votação que não aconteceu.

**O SR. PAULO RAMOS:** – Permite-me V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. ALUÍZIO CAMPOS:** – Então foi enviada ao presidente da Constituinte. E se o objetivo daqueles que eram contra a preliminar era o envio do projeto ao presidente da Assembléia Nacional Constituinte, aconteceu como resultado da própria conclusão da preliminar, e só cabe agora, nesta altura, aos interessados levantarem o debate sobre a questão perante a Mesa da Assembléia Nacional Constituinte e não mais nesta Comissão. Por estas razões, já tendo falado sobre a matéria diversos oradores – o que também é anti-regimental, em matéria de questão de ordem –, requeiro a V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Presidente, que considere a matéria encerrada e passemos à Ordem do Dia para a qual foi convocada a presente reunião, pois não há mais nada a debater nem a tratar em relação à matéria vencida na reunião anterior.

#### A SRA. CONSTITUINTE CRISTINA

**TAVARES:** – A ata deve ser votada! Temos que votá-la.

#### O SR. CONSTITUINTE ALUÍZIO

**CAMPOS:** – Peço ao Sr. Presidente que submeta a ata à votação, sem admitir mais discussão nem questão de ordem sobre ela, porque não é mais comportável.

#### O SR. CONSTITUINTE PAULO

**RAMOS:** – Peço um aparte a V. Ex.<sup>a</sup>.

#### O SR. CONSTITUINTE ALUÍZIO

**CAMPOS:** – Em questão de ordem não se concedem apartes.

#### O SR. CONSTITUINTE PAULO

**RAMOS:** – V. Ex.<sup>a</sup> tem que compreender que, se porventura o Constituinte Hermes Zaneti tivesse pedido a verificação dos votos antes de proclamado o resultado, naturalmente o presidente da Comissão de Sistematização diria: Convém que V. Ex.<sup>a</sup> aguarde a proclamação do resultado. Se porventura ele foi intempestivo, pedindo a verificação de votação, cabia ao presidente da Comissão de Sistematização fazer a devida correção. É claro que tal não aconteceu. E V. Ex.<sup>a</sup>, por quem tenho o mais profundo respeito, ou não observou, infelizmente, a verdade dos fatos, ou procurou torcê-los de acordo com as conveniências que defende.

#### O SR. NELTON FRIEDRICH:

– Sr. Presidente peço a palavra, para discutir.

#### O SR. PRESIDENTE (Afonso

**Arimos):** – Concedo e palavra ao nobre Constituinte Nelson Friedrich, para discutir.

#### O SR. CONSTITUINTE NELTON

**FRIEDRICH:** – Sr. Presidente, gostaria tão-somente de fazer uma releitura, talvez, até sendo repetitivo, restabelecendo o ocorrido. Por certo, essa matéria tocou fundo e gerou preocupações enormes.

Quando o projeto de decisão chegou a esta Comissão de Sistematização, tivemos uma reunião em cuja ordem dos trabalhos configurava-se a matéria. O nosso ilustre Relator, alegando autoria da proposta, considerou-se impedido de fazer um relato de aprofundar, enfim, o assunto. O nosso ilustre Presidente, na mesma reunião, determinou, após consulta, que o Constituinte Prisco Viana apresentasse o parecer. Na última quinta-feira, a reunião prevista para as 9 horas, iniciou-se às 10 horas e, durante um longo período, com elevada capacidade de argumentos, prós e contras, das 10 horas às 13 horas e 40 minutos, esse assunto empolgou tantos, com elevada consideração. Na hora em que a matéria deveria ser votada, V. Ex.<sup>a</sup> argumentou que não tinha posição clara sobre o **quorum** para decisão. Esta ausência de uma decisão quanto ao **quorum** é que fez com que se convocasse, ou se prolongasse, melhor dizendo, a reunião iniciada no período da manhã.

Faço esta leitura exatamente para se compreender um pouco mais que já tivemos essa dificuldade no momento adequado de proceder à votação, sem nenhum tumulto, sem nenhuma dificuldade, com um procedimento elevado, digno desta nossa Comissão de Sistematização.

Ao final da tarde, retomando o assunto, houve um verdadeiro bombardeio de questões de ordem, várias intervenções, a começar por uma que entendíamos indevida, do próprio Relator do parecer, porque já havia se esgotado a fase de discussão da matéria. Mas, assim mesmo, democraticamente, continuaram os trabalhos com as questões de ordem e argumentações.

Numa atitude tática, altamente compreensível e normal, alguns dos participantes se retiraram; os que permaneceram procuraram, evidentemente, argumentos para que se analisasse a preliminar.

Ao Deputado autor da proposta confesso o meu desconhecimento, achando que lhe assiste o direito de pedir a verificação – pode não lhe assistir o direito de votar. E, com o tumulto gerado – estão aí as notas taquigráficas, estão aí as gravações – o que aconteceu é que, efetivamente, não se proclamou o resultado, nem se acatou a questão de ordem, nem mesmo aquela negada ao Constituinte Hermes Zaneti, ou a que depois veio do Constituinte Paulo Ramos. Assim, não tivemos a conclusão da reunião, pelo menos segundo constam das notas taquigráficas e na gravação.

O Constituinte Hermes Zaneti, imediatamente, com várias testemunhas, inclusive com representantes de outros partidos – até para não caracterizar uma posição partidária – se dirigiu às notas taquigráficas, recolheu uma gravação completa desse período todo, dessa parte toda da reunião da Comissão de Sistematização e constatou que em nenhum momento, nem nas notas taquigráficas e nem na gravação, existe a proclamação do resultado, nem o acatamento à questão de ordem e nem o encerramento da reunião.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Permite um aparte?

**O SR. CONSTITUINTE NELTON FRIEDRICH:** – Com prazer.

#### O SR. CONSTITUINTE JOSÉ

**GENOÍNO:** – E existe uma parte no pronunciamento de V. Ex.<sup>a</sup>, que diz o seguinte: "Já em início ao vozerio que se formava em Plenário, o Sr. Constituinte Paulo Ramos solicitou a verificação de votação, sem o apoio necessário e sem que a Presidência tomasse conhecimento do pedido". Não existe ainda regulamento aprovado pela Comissão de Sistematização estabelecendo que em pedido de votação se precise de apoio; isso inclusive é uma das propostas do nobre Relator em relação ao Regulamento Interno da Comissão de Sistematização. E na ata diz o seguinte: "Que o Constituinte Paulo Ramos não podia pedir verificação, porque não tinha apoio". Em que artigo, em que parágrafo, em que dispositivo do Regimento Interno se exige que o Constituinte precise de apoio da Comissão de Sistematização para pedir verificação?

A partir do momento que aprovemos a proposta do Relator, em que se coloca um **quorum** mínimo para se pedir verificação, aí sim, mas não existe isso ainda. Então está indevido e isso não pode estar constando aqui, e está com todas as letras na ata, repetindo, "sem o apoio necessário". Qualquer membro da Comissão de Sistematização pode pedir verificação sem precisar de apoio, antes deve aprovar a proposta de regulamentação interna de autoria do Relator. Muito obrigado.

#### O SR. CONSTITUINTE NELTON

**FRIEDRICH:** – Agradeço o aparte e quero concluir, Sr. Presidente, buscando o raciocínio e o bom senso. A última reunião da Comissão de Sistematização não terminou, portanto, não se concluiu a questão. Mas o que é mais grave: nessas alturas, é

intempestiva a análise de mérito, porque já esgotou o prazo do nosso Regimento.

Portanto é preciso apenas reproduzir na Ata o retrato fiel do acontecido, e registrando, definitivamente, que esta matéria não foi concluída, não houve julgamento, não houve decisão final. A reunião da Comissão de Sistematização da última quinta-feira à tarde não terminou. E isso me parece fundamental – pelo bom senso, para se atingir a verdade – para que possamos fazer constar desta Ata.

Minha última referência. Sr. Presidente, é que eu não gostaria que a Comissão de Sistematização tivesse julgamentos ideológicos precipitados. E por isso, do que li nos jornais no final de semana, gostaria também de registrar em Ata que este não é o caminho; porque nem os meus eleitores pediram uma identidade ideológica ou uma manifestação oficial para que eu me comportasse dessa ou daquela maneira. Os meus atos, a minha causa. falarão mais alto. Não estou falando isso porque me serviu a carapuça. Não é porque do contrário vamos partir para um porte realmente ideológico e aí não estaremos realizando um bom trabalho nesta Constituinte.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Quero responder ao nobre Constituinte que a sua interpretação da expressão "ideológica" é diferente da minha; quer dizer, V. Ex.<sup>a</sup> parece ter suposto que, ao referir-me à ideologia fazia um julgamento de valor sobre essas ideologias.

A ideologia é uma palavra que consta do vocabulário político e da Sociologia política. A ideologia quer dizer um sistema coordenado de idéias no sentido de atingir certos objetivos políticos.

Se V. Ex.<sup>a</sup> teve a impressão de que eu queria usar a palavra ideologia no sentido de poder comprometer alguém com determinada ideologia, manifesto a V. Ex.<sup>a</sup> a minha repulsa sobre esta intenção que me atribuiu. Eu não aceito que se venha a mim dizer uma coisa dessas sem que eu reaja imediatamente. V. Ex.<sup>a</sup> ignora o que é ideologia, peio que eu estou vendo. V. Ex.<sup>a</sup> ignora o que é o sentido da palavra ideologia. Todos nós temos ideologia: é a concatenação é a organização mental é um sistema de idéias em vista de certos resultados políticos. Como tem a coragem de dizer que eu o estou acusando de uma coisa criminosa? A mim, nessa idade, uma coisa dessas me revolta.

Peço a V. Ex.<sup>a</sup> o favor, o obséquio de compreender isso que eu estou dizendo. Falaram aqui na minha consciência eu apelo para a sua: eu não admito que façam um julgamento desses a meu respeito, principalmente policial, não posso permitir isso, não consinto nisso, protesto contra isso. V. Ex.<sup>a</sup> não sabe o que é ideologia.

**O SR. CONSTITUINTE NELTON FRIEDRICH:** – Sr. Presidente me permita. Mas com a devida vênia de V. Ex.<sup>a</sup>, eu não me referi especialmente a ninguém: fiz um comentário aqui de que acusações de repente aconteceram.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Que acusações?

**O SR. CONSTITUINTE NELTON FRIEDRICH:** – De que era alguma coisa produzida por stalinistas.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – E o que é que tem isso?

**O SR. CONSTITUINTE NELTON FRIEDRICH:** – Estou apenas referindo que, como tenho o direito de não concordar com o que está na Ata, hoje não me convém calar diante desse tipo de titulação. Não faço referências a V. Ex.<sup>a</sup> e tenho feito assim no meu pouco tempo de atividade política, não agredindo ninguém. Mas quero agredir talvez, princípios de quem não tem o que eu temo como causa pela qual luto – porque que o que diferencia os homens não é o seu discurso talvez nem a sua intelectualidade nem o seu Partido político: o que diferencia o político é a causa pela qual ele luta.

Muito obrigado. (Palmas.)

**O SR. CONSTITUINTE ADOLFO OLIVEIRA:** – Sr. Presidente peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Adolfo Oliveira.

**O SR. CONSTITUINTE ADOLFO OLIVEIRA:** – Sr. Presidente eu tive o privilégio de tomar assento ao lado de V. Ex.<sup>a</sup> na última reunião. E digo privilégio porque certamente ele não irá se reproduzir convidado que fora a momentaneamente, substituir o eminente Relator e velho amigo de lutas da resistência democrática. Constituinte Bernardo Cabral.

E eu pedi a palavra pela ordem, Sr. Presidente para realmente buscar uma colaboração no sentido de que se supere esse episódio, e se prossigam os trabalhos.

A grande verdade é que quem tem retificações ou modificações, ou acréscimos a fazer à ata é só escrever e mandar à Mesa. A Mesa receberá e isso constará da próxima ata da ata destes trabalhos, que será distribuída na próxima reunião. Fora disso, em nenhum Parlamento se reserva um tempo maior do que 15 ou 20 minutos para a discussão da ata. Essa é a primeira sugestão. Sr. Presidente.

A segunda lembrança é a seguinte: nos temos um prazo fatal de 5 dias para opinar quanto aos projetos de decisão. No caso do Projeto nº 1, esse prazo venceu naquela noite. E o que é importante é o seguinte: vamos esquecer todas as dúvidas aqui levantadas, vamos passar por cima de ressentimentos ou de mágoas, mas vamos admitir que se o projeto de decisão não conseguiu obter o parecer favorável da Comissão de Sistematização, ele automaticamente, será arquivado. Essa é que é a verdade.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – Não. não

**O SR. CONSTITUINTE ADOLFO OLIVEIRA:** – V. Ex.<sup>a</sup> vai me ouvir um minuto, deixe-me terminar.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – Nem favorável, nem desfavorável.

**O SR. CONSTITUINTE ADOLFO OLIVEIRA:** – Não, mas tem que obter parecer favorável para sair daqui e ir a Plenário.

Então, os interessados em ver a aprovação do projeto devem diligenciar no sentido de que ele seja aprovado colocar número na Comissão e não obstruir os seus trabalhos.

Agora, nós temos outro projeto de decisão, cujo prazo vence hoje. Como eu fui naquela ocasião designado Relator, pediria a V. Ex.<sup>a</sup> que me desse a palavra, para ficar constando o parecer relativo

a este Projeto de Decisão nº 2, porque, se ele não puder ser votado até meia-noite, ele não estará aprovado e será também arquivado.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Eu queria pedir a atenção generosa da Comissão para esta observação ridícula e elementar: e que não tivemos nenhuma questão de ordem a ser decidida, na verdade: e estamos debatendo há horas supostas questões de ordem, e estamos, de fato, discutindo teses que pelo seu caráter, não serão resolvidas se nos não tivermos a intenção de nos unir para resolve-las, de acordo com as nossas opiniões. De maneira que eu me permitiria colocar em votação o seguinte: considerar encerrada a questão suscitada na reunião passada.

Então eu ponho em votação aqui, se não estiver encerrada eu ponho em votação agora, porque na numero. Nós poderemos votar e, depois, passar ao segundo projeto de decisão.

É uma determinação que eu poderia tomar, mas eu estou suscetibilizado, desta feita, pela atenção, pela cortesia, pelo respeito com que estão tratando o velho Senador. Quero juntá-los à minha decisão. Ponho em votação o que foi resolvido na reunião passada vamos votar se ficou ou não decidido aquilo de que se está convencido: eu estou convencido de que foi decidido, mas eu ponho em votação.

Se quiserem votação nominal, eu ponho em votação nominal. Vamos resolver isto agora e então passaremos ao segundo projeto de decisão.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – Se me permite. Sr. Presidente, a convocação para a reunião é feita com uma pauta específica. Estou fazendo essa intervenção simplesmente, a título de esclarecimento. Vários membros da Comissão de Sistematização estão ausentes se estivessem presentes, se porventura tomassem conhecimento de que o tema a ser observado seria o Projeto de Decisão nº 1 e não o nº 2, porque eu imagino...

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOINO:** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem a palavra o Constituinte José Genoino.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOINO:** – Sr. Presidente eu acho correto, para o desenvolvimento dos trabalhos da Comissão que seja a questão colocada – e aí assumimos o encaminhamento – em votação. Se há **quorum**, poderá ser feita a votação nominal; então, vamos realizar agora a votação nominal chamando cada um dos constituintes. Acho que estas duas alternativas que V. Ex.<sup>a</sup> apresenta, desta primeira é a melhor. Estou encaminhando em favor de uma das alternativas que V. Ex.<sup>a</sup> citou. Vamos proceder portanto à votação nominal da questão, citada na última reunião da Comissão de Sistematização.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Qual é a questão?

**O SR. JOSÉ GENOINO:** – A votação da reunião de sexta-feira é a proposta de V. Ex.<sup>a</sup> Estou defendendo a proposta de V. Ex.<sup>a</sup> de votação à questão de sexta-feira. É isto?

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr. Presidente, quando V. Ex.<sup>a</sup> coloca em votação a ata, está colocando em votação aquilo que consta da ata. É evidente que, se V. Ex.<sup>a</sup> colocar outra

materia em votação estará ferindo arranhando a Ordem do Dia e até a obediência regimental.

Entendemos todos nos que aqueles que votarem a favor da ata votam a favor do que a ata expressa. Em linguagem menos formal foi aprovada em votação simbólica a preliminar do parecer do Sr. Relator. Em suma é isto: os que recusarem estarão recusando este entendimento. Então, sim ou não a ata significara não verdade ratificarmos a sua posição ou não.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Há um problema que quero colocar perante a Comissão. De fato estou sendo advertido disso agora. Eu também sou suscetível de me emocionar um pouco e dizer as coisas precipitadamente. A matéria já foi enviada ao Presidente da Assembleia Nacional Constituinte, esta em mãos de S. Ex.<sup>a</sup> que me acusou isso, pelo telefone esta manhã. Isso me coloca numa perplexidade muito grande eu e que falei nisso mas estou sendo advertido de que a matéria esta nas mãos do Presidente da Assembleia Nacional Constituinte. Nestas condições nos temos que transferir à Assembleia Nacional Constituinte através da ação do Sr. Presidente, a solução desse problema.

**O SR. CONSTITUINTE INOCÊNCIO OLIVEIRA:** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Com a palavra o nobre Constituinte Inocêncio Oliveira, pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE INOCÊNCIO OLIVEIRA:** – Eu creio, Sr. Presidente, que deva ser colocada nessa situação que V. Ex.<sup>a</sup> expressou de que já foi enviada ao Presidente da Assembleia Nacional Constituinte o resultado dessa matéria, a ata. Como bem frisou o ilustre Constituinte Gastone Righi aqueles que acharem que a reunião já tinha terminado e a matéria tinha sido votada, votam favoravelmente a ata: e aqueles que acharem que não votam contrários a ata. V. Ex.<sup>a</sup> tem que colocar em votação a ata e nada mais, Sr. Presidente, porque já há uma pauta previamente estabelecida nesta reunião.

Era esta a nossa consideração. Sr. Presidente.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOINO:** – Sr. Presidente pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Com a palavra o nobre Constituinte José Genoino, pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOINO:** – Existem problemas em relação à ata, que não são apenas no que diz respeito à decisão tomada na Comissão de Sistematização. Eu chamo a atenção para isso. Há duas ordens de problemas: uma foi a resolução sobre o projeto de decisão. Mas há problemas aqui: e eu chamo a atenção da Comissão, como eu citei a frase, sem o apoio necessário, sem que a Presidência tomasse conhecimento, mas não existe necessidade de apoio. Então, não podemos votar esse tipo de coisa. Acho que seria necessário separar e mesmo do ponto de vista regimental, se a decisão já tinha sido encaminhada ao Presidente da Assembleia Nacional Constituinte e a Presidência da Comissão tem razão ao dizer: "A questão vai para a Mesa da Assembleia Nacional Constituinte e pode até se recorrer ao Plenário"; agora, isso não impede, eu digo até do ponto de vista do

funcionamento interno da Comissão da lisura dos trabalhos da Comissão que se proceda, novamente a votação nominal. Em seguida se votaria a ata em relação à questão.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Isso eu acho muito difícil. Quer dizer, se nós já mandamos o resultado da votação para o Presidente, como poderemos proceder à nova votação?

Eu acho que existe evidentemente o propósito de retardar o problema. Isso é um recurso. É um recurso regimental, que eu conheço, que eu respeito e acho que pode ser utilizado. Mas não pode ser utilizado *ad absurdum*, quer dizer, até o absurdo. Isso não pode.

Então, nós temos de decidir: vou declarar que a ata esta aprovada ressalvados os pontos que estão sendo contestados.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – Não pode.

Se me permite V. Ex.<sup>a</sup>...

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOINO:** – Sr. Presidente, eu solicito, então, para resolver a questão que haja uma votação nominal da ata. Votação nominal!

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Mas isso não impede a presença da documentação em mãos do Presidente da Assembleia Nacional Constituinte. Não posso mais evitar.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOINO:** – Já foi entregue.

**A SRA. CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES:** – Quer dizer que nós entregamos ao Presidente da Assembleia Nacional Constituinte...

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOINO:** – Quanto ao mérito do projeto de decisão vamos recorrer ao Presidente. Requeiro a votação nominal da ata.

**O SR. CONSTITUINTE FRANCISCO BENJAMIM:** – A matéria é vencida. Sr. Presidente, a votação é da ata e a ata tem de ser votada primeiro simbolicamente e, se requerida, pode ser feita a votação nominal. Esse é o encaminhamento normal e a praxe parlamentar.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Bem, então, vou fazer isso.

Peço desculpas cada vez mais humildes, ao Plenário pela confusão de que eu mesmo participei mas quero apenas lembrar que não fui o único que contribuiu para ela. Todas as questões de ordem não tinham nada a ver com questão de ordem. Foram longas dissertações sobre posições pessoais a respeito de problemas gerais. Nada disso interessava a ordem. De maneira que, desde o princípio, é evidente que existe o propósito de se adiar, de se procrastinar, de se demorar neste trabalho, não sei até quando, nem por quê. Porque, dentro de poucos dias começaremos a receber os trabalhos preparados pelas Subcomissões e pelas Comissões Temáticas e aí não será mais possível fazer isso, porque temos que decidir em face de compromissos assumidos, não entre nós, mas com o País. Vamos começar a receber as propostas aqui e a Comissão de Sistematização tem de funcionar; ela não pode naufragar por causa de uma técnica operacional retardatária, não digo retardatária no sentido mental. digo retardatária no sentido dos desígnios de retardá-la.

Então, vou colocar em votação a ata, se for preciso colocar em votação nominal eu coloco, mas acho que isto não vai valer nada, porque tudo esta na mão do Presidente.

**O SR. CONSTITUINTE JAMIL HADDAD:** – Mas, Sr. Presidente, votação nominal. V. Ex.<sup>a</sup> propôs...

**A SRA. CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES:** – Sr. Presidente, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Concedo a palavra à nobre Constituinte Cristina Tavares.

**A SRA. CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES:** – Sr. Presidente, essa ata, vamos votá-la mas ela contém uma falsidade ideológica. Então, contém uma irregularidade. Não obstante a votação vamos entrar com um processo sobre a falsidade ideológica da ata.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Perfeito

Vamos proceder, então, à votação.

Os Srs. Constituintes que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovada.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOINO:** – Sr. Presidente, peço verificação de votação.

**O SR. CONSTITUINTE PRISCO VIANA:** – Sr. Presidente, com base no art. 70 do Regimento Interno, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Constituinte Prisco Viana.

**O SR. CONSTITUINTE PRISCO VIANA (Pela ordem. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, o artigo invocado trata da verificação da votação. Esta é a oportunidade que tenho para respeitosamente, contestar a opinião do nobre Constituinte José Genoino, com referência ao *quorum* de apoio para os pedidos de verificação. Poder-se-ia quando muito, Sr. Presidente, dizer que o Regimento é omissivo em relação ao *quorum* para as subcomissões e as comissões, porque em verdade. Sr. Presidente, textualmente diz o art. 70 do Regimento:

"Art. 70. Proclamado o resultado de votação simbólica.

Como V. Ex.<sup>a</sup> acaba de fazer.

poderá ser pedida sua verificação em requerimento apoiado por no mínimo, 35 (trinta e cinco) constituintes.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOINO:** – É do plenário...

**O SR. CONSTITUINTE PRISCO VIANA?** – Eu, pessoalmente, Sr. Presidente, peço ao nobre Constituinte José Genoino que aguarde a conclusão do meu raciocínio até porque não na Intervenção em questão de ordem...

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOINO:** – Desculpe, nobre Constituinte.

**O SR. CONSTITUINTE PRISCO VIANA:** – ... mas até porque, Sr. Presidente, pessoalmente tive a oportunidade de expender esta opinião, em conversa com o ilustre Vice-Presidente Aluizio Campos na última reunião, entendo que há uma falha do Regimento. Deveríamos estabelecer uma

proporção em relação à composição de cada comissão; 35 em relação ao grande plenário da Constituinte, o que equivale a cerca de 6%. Então aplicaríamos esse percentual, essa proporção em relação à composição de outras comissões. Mas, lamentavelmente, não está escrito no Regimento; portanto, a verificação terá de ser apoiada por 35 dos Srs. Constituintes, o que é lamentável, considero lamentável.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ**

**GENOINO:** – As subcomissões não têm 35 membros.

**O SR. CONSTITUINTE PRISCO**

**VIANA:** – Um momento, caro colega. Vamos preservar aqui o ambiente de respeito ao direito que cada um de nós tem de emitir, sem perturbação, a nossa opinião por mais que discordemos da opinião dos outros.

De sorte que, Sr. Presidente, a minha opinião que pode não ser a deste Plenário, é de que o requerimento de verificação necessita de apoio: lamentavelmente, acho um absurdo, mas necessita do apoio de 35 Srs. e Sras Constituintes.

E a questão de ordem que levanto. V. Ex.<sup>a</sup> não pode acolher o pedido de verificação.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ**

**GENOINO:** – Sr. Presidente, veja bem a gravidade da situação que o nobre constituinte Prisco Viana, com toda a sua inteligência, nos coloca aqui. Existe, mas não está em minhas mãos, um projeto de resolução para a comissão de Sistematização do nobre relator que estabelece, se não me falha a memória, num dos seus artigos, que a solicitação de verificação, na comissão de Sistematização, deve ser de 18 membros da comissão de Sistematização. E, se o relator propõe, na norma interna da comissão de Sistematização, um número de 18, e exatamente porque o Regimento Interno da Assembléia Nacional constituinte não trata dessa questão. E, se fôssemos usar aqui, subsidiariamente, o Regimento Interno da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nas comissões dessas respectivas Casas, seria necessário, para pedir verificação, apenas um constituinte. Não há a exigência de um **quorum** mínimo, nas comissões permanentes da Câmara e do Senado Federal, para pedir verificação.

Portanto, Sr. Presidente, se um constituinte, membro da comissão de Sistematização, não puder pedir verificação de votação, antes que a norma seja aprovada, nós estamos, nobre relator constituinte Bernardo Cabral com base num direito imposto pelo Regimento que trata do plenário, antecipando a votação de uma questão que está no seu projeto de resolução interna, que propõe um número de 18 e, aliás esse constituinte apresentou uma emenda diminuindo este **quorum** para pedido de verificação na comissão de Sistematização.

Veja bem a gravidade, Sr. Presidente: amanhã estarei na minha Comissão composta de 21 membros, e vou pedir verificação lá. Aí existe já uma decisão da comissão de Sistematização, que de 35 logo, a comissão em si, toda ela, não poderá pedir verificação ela própria. Veja o absurdo, nobre constituinte Prisco Viana, que V. Ex.<sup>a</sup> quer levar ao Presidente da comissão de Sistematização. Temos, então, que admitir ser isto um absurdo. Imagino que a inteligência de V. Ex.<sup>a</sup>

não há de ter como levar para o plenário da comissão de Sistematização uma norma que funciona para o plenário da Assembléia Nacional constituinte.

V. Ex.<sup>a</sup>, que acompanhou as negociações em todo o Regimento Interno, que é um especialista em Regimento Interno, deu certamente algumas contribuições, e há de entender que essa norma se prende ao plenário e há de compreender, elementarmente, obviamente, que há uma questão não resolvida em relação ao plenário, à comissão de Sistematização.

Diante desse vazio de definição, não resta outra posição da Mesa a não ser acatar o pedido de verificação de um constituinte, até aprovar a proposta do relator, que é de 9 membros.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso**

**Arinos):** – Permita-me que manifeste a minha admiração pela sua erudição regimental.

**O SR. CONSTITUINTE ALUÍZIO**

**CAMPOS:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso**

**Arinos):** – Tem a palavra V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE ALUÍZIO**

**CAMPOS:** – Sr. Presidente, está evidenciado que nós estamos diante de uma manobra parlamentar, no sentido de prolongar a discussão sobre a ata, a fim de impedir a discussão da Ordem do Dia, que é o Projeto de Decisão nº 2, a ser relatado pelo constituinte Adolfo Oliveira.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ**

**GENOINO:** – E votação da ata.

**O SR. CONSTITUINTE ALUÍZIO**

**CAMPOS:** – Se tomarmos como parâmetro o texto de Regimento Interno da constituinte e também o nosso próprio projeto, a ata não é sujeita à discussão, mas à retificação, conforme já mencionei e fui secundado pelo nobre constituinte Adolfo Oliveira.

Aqueles que discordarem da algum ponto da ata, enviem as suas discordâncias à Mesa, e estas constarão na ata da próxima reunião.

Requeiro a V. Ex.<sup>a</sup> que dê a questão por liquidada e que logo passemos à Ordem do Dia.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ**

**GENOINO:** – Não! Mantenho meu pedido de verificação de votação, Sr. Presidente. Aí não, nobre Constituinte Aluizio Campos: a verificação de votação é uma questão essencial. Assim não pode ser.

**O SR. CONSTITUINTE ALUÍZIO**

**CAMPOS:** – Sr. Presidente, V. Ex.<sup>a</sup> já proclamou, por liberalidade, o resultado da votação da ata. Portanto, não há votação de ata, pois V. Ex.<sup>a</sup> consultou o Plenário no sentido de que ela fosse votada, o que foi feito, e em seguida já proclamou o resultado, dizendo que a ata foi aprovada. Então, é a autoridade da Mesa que está em jogo. Temos que encerrar esta matéria e entrar na Ordem do Dia da reunião de hoje.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ**

**GENOINO:** – Não, Constituinte Aluizio Campos, eu pedi a verificação de votação na hora. Assim não pode.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO**

**RAMOS:** – Foi aprovada sem a verificação solicitada?

**A SRA. CONSTITUINTE CRISTINA**

**TAVARES:** – Sr. Presidente, foi pedida a verificação de votação.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOINO:** – Sr. Presidente, eu mantenho a minha solicitação de verificação.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – Verificação aliás, com a qual a Presidência havia se comprometido anteriormente.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Esta Presidência sabe com o que se comprometeu.

Eu não poderia deixar de fazê-lo porque, é a tal coisa, a minha consciência está contra a minha opinião, parece estranho. Eu não poria isso em votação, em minha opinião. Acho a votação protelatória, interessada facciosa, mas, por minha consciência, sou obrigado a fazê-lo, é um problema de consciência. (Muito bem! Palmas.)

E na primeira oportunidade vou me levantar e suspender a reunião, saibam V. Ex.<sup>as</sup>. se continuar esse clima. O Presidente, pelo Regimento, levantando-se, acaba a reunião. De maneira que, vou fazer isso. Estou disposto a fazer isso, porque estou cansado de me prestar a esse jogo, estou fatigado, estou entediado. Vamos fazer a verificação, por questão de consciência.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – Nós todos estamos cansados!

**O SR. CONSTITUINTE HAROLDO**

**SABÓIA:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso**

**Arinos):** – Perdoem-me, não aceito mais pedido de questão de ordem. Oportunamente, darei a palavra a V. Ex.<sup>a</sup> (Pausa.)

**O SR. CONSTITUINTE ALUÍZIO**

**CAMPOS:** – O Sr. Presidente pede-me que proceda à leitura da lista de presença para a verificação da votação.

(Procede-se à chamada.)

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE**

**RIGHI:** – Sr. Presidente, antes de emitir o voto desejaria pedir um esclarecimento à Mesa: Qual o dispositivo regimental que determina a votação de ata, Sr. Presidente?

**O SR. CONSTITUINTE ALUÍZIO**

**CAMPOS:** – Foi uma liberalidade do Presidente, que estamos cumprindo por atenção a S. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. PRESIDENTE (Afonso**

**Arinos):** – E pergunto a esta Comissão: Qual o dispositivo regimental que autoriza tudo aquilo que houve, hoje aqui?

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE**

**RIGHI:** – Tudo bem, mas a emissão de um voto, quando o Regimento não manda seja votada a ata, realmente significa uma irregularidade. Mas voto sim.

(Prossegue a chamada.)

**O SR. PRESIDENTE (Afonso**

**Arinos):** – O resultado indica: 22 votos sim; 18 votos não. Está aprovada. (Palmas.)

(É aprovada a ata da reunião anterior.)

**O SR. CONSTITUINTE PAULO**

**RAMOS:** – Sobre o **quorum**, Sr. Presidente. Não há **quorum** para a reunião funcionar; não há **quorum** para o funcionamento da Comissão de Sistematização e nem para deliberação. O **quorum** mínimo é a metade dos membros da Comissão de Sistematização, conforme V. Ex.<sup>a</sup> sabe.

**O SR. CONSTITUINTE ALUÍZIO CAMPOS:** — Sr. Presidente, pode não haver **quorum** para a votação, mas o início da discussão da Ordem do Dia, V. Ex.<sup>a</sup> já proclamou, abriu a reunião e ela funcionou até agora, sem nenhuma reclamação dos presentes, de maneira que deve ser iniciada a discussão.

**O SR. CONSTITUINTE INOCÊNCIO DE OLIVEIRA:** — Sr. Presidente, a verificação de **quorum** foi feita em função da votação; se não tivesse havido a votação nominal certamente que ninguém iria verificar a lista de presença, nenhum Constituinte aqui investigou.

**O SR. CONSTITUINTE JAMIL HADDAD:** — Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** — Concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Constituinte Jamil Haddad.

**O SR. CONSTITUINTE JAMIL HADDAD:** — Sr. Presidente, o nobre Vice-Presidente desta Comissão, o Constituinte Aluízio Campos declara que, na realidade, pode-se iniciar a discussão. É uma prática nas Casas Legislativas, quando não há **quorum** discutir-se a matéria. Ocorre, porém, que será uma discussão inócua já que o prazo para a apreciação desta matéria se encerra hoje; então iríamos discutir o óbvio ululante — não teríamos o que discutir — porque não teríamos o que resolver, posteriormente.

De maneira, Sr. Presidente, acho que não há **quorum** e, infelizmente, o nobre Constituinte Victor Faccioni, em razão do término do prazo, terá que ver também o seu projeto ser arquivado.

**O SR. CONSTITUINTE ALUÍZIO CAMPOS:** — Sr. Presidente, peço a palavra, para contraditar.

Só podemos iniciar a discussão depois de proferida a leitura do parecer do Relator. O Relator já requereu que V. Ex.<sup>a</sup> permitisse que ele precedesse à leitura do parecer e é o parecer que será posto em discussão. Assim, novamente, insisto em que V. Ex.<sup>a</sup> deve permitir o funcionamento da reunião, para que ouçamos o parecer do Relator. Inclusive porque esta Comissão, na verdade, está funcionando sem normas específicas, e nesta hipótese, cabe a Presidência orientar a disciplina dos trabalhos até que votemos as normas próprias da Comissão de Sistematização.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** — Srs. Constituintes, esta Presidência tem feito, na medida dos seus parcos recursos, no sentido de conter a indisciplina dessas reuniões. Mas quero chamar a atenção de que a Secretária, Maria Laura, acaba de me mostrar sobre o art 37, do Regimento da Assembléia Nacional Constituinte, que diz:

"Aberta à sessão, o Segundo-Secretário fará a leitura da ata da sessão anterior, que será considerada aprovada independentemente de discussão e votação."

É o texto do art. 37. Agora no Regimento Interno da Câmara, em seu art. 48, diz:

"As Comissões deliberarão por maioria de voto, presente a maioria absoluta dos seus membros, salvo quanto à aprovação da ata que independe de **quorum**."

De maneira que fico profundamente melancólico quando verifico que toda a erudição regi-

mental do Constituinte José Genoíno ficou um pouco abalada, na minha admiração e na minha convicção, quando acabo de verificar isso.

Eu vou proceder de acordo com o Regimento, aprovando a ata e declarando que as modificações da ata ou o que houver nesse sentido serão encaminhadas posteriormente à Presidência da Assembléia Nacional Constituinte. Quero saber se querem aprovar da mesma maneira; se querem ouvir da mesma maneira, se querem se sacrificar da mesma maneira? Peço desculpas ao Constituinte Victor Faccioni, quanto à discussão do segundo projeto de decisão, porque não desejo, por minha própria vontade, ver chegar à meia-noite e ver passar o projeto dele em brancas nuvens.

Desejamos os Constituintes, assim como eu desejo, continuar aqui para discutirmos o Projeto Victor Faccioni? (Pausa.)

Está o Projeto em discussão. (Pausa.)

**O SR. RELATOR ADOLFO OLIVEIRA:** — Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** — Concedo a palavra ao nobre Relator, Adolfo Oliveira.

**O SR. RELATOR ADOLFO OLIVEIRA:** — Com todo o respeito que devo a V. Ex.<sup>a</sup>, todos nós devemos conhecer o Regimento, mas o Presidente da Comissão de Sistematização tem a responsabilidade de, pelo menos, ser assessorado previamente para manifestar o conhecimento do Regimento.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** — V. Ex.<sup>a</sup> tem toda razão. Estou de acordo com V. Ex.<sup>a</sup> Eu deveria ter sido advertido antes. Não fui.

Estão me chamando a atenção para uma coisa que eu tinha esquecido e que tem certa significação. E que eu sou Senador, não sou Deputado, não sou obrigado a conhecer o Regimento da Câmara. Tinha-me esquecido.

O Sr. Adolfo Oliveira tem a palavra.

**O SR. RELATOR (Adolfo Oliveira):** — Antes de mais nada, Sr. Presidente, lembro que o Regimento consigna que para a aprovação da ata não é necessário **quorum**. O fato de não existir **quorum** para apreciação da ata, nesta fase da reunião, teoricamente não impediria que chegassem mais oito ou nove Constituintes e passasse a haver número para a apreciação do projeto de decisão de autoria do nobre Constituinte Victor Faccioni.

Este é o raciocínio ao qual temos que nos curvar, porque vão ocorrer aqui fatos semelhantes a este e vai existir número na hora da apreciação da matéria da pauta da Ordem do Dia.

O Sr. Presidente, o Projeto de Decisão nº 2 suspende, para fins de incidência do Imposto de Renda, os efeitos do disposto no art. 2 da Lei nº 5.279, de 27 de abril de 1967.

Todos os Srs. Constituintes receberam cópias do parecer que tivemos a oportunidade de exarar, o que assim concluo:

"Assim, em face da norma regimental inscrita no § 7º do art. 59 e presente o rol de competências do Congresso Nacional, já referido, colocamos, como preliminar, o exame da competência da Assembléia Nacional

Constituinte para deliberar sobre o assunto proposto.

Não aceita por esta Comissão a preliminar por nós ora suscitada, no mérito, somos favorável à normal tramitação do Projeto de Decisão nº 2, de 1987, ao qual, nesta hipótese, ofereceríamos emenda, no sentido de que a extinção do privilégio se estenda a todas as categorias que hoje recebem tratamento diferenciado dos demais trabalhadores deste País relativamente à obrigação de pagamento do Imposto de Renda.

Sala da Comissão, 14 de maio de 1987. — **Adolfo Oliveira**, Relator."

Devo dizer a V. Ex.<sup>a</sup> e ao ilustre Plenário que tenho a emenda a que me referi no final do parecer, Sr. Presidente, que passaria a ter a seguinte redação:

"Art. Fica suspensa a aplicação do disposto no art. 2º da Lei nº 5.279, de 27 de abril de 1967, no § 2º do art. 110 da Lei nº 5.787, de 27 de junho de 1972, e o art. 2º do Decreto-lei nº 2.019, de 29 de março de 1983."

Aí está, Sr. Presidente, e ainda em consideração a V. Ex.<sup>a</sup> e ao Plenário — acredito que é de todos conhecido o texto deste parecer —, louvo a iniciativa do nobre Constituinte Victor Faccioni e entendo o seu propósito mais como um protesto contra a impossibilidade de se apreciar o assunto de iniciativa parlamentar, na Câmara e no Senado, porque as respectivas Mesas decidiram não acolher proposições de iniciativa parlamentar. S. Ex.<sup>a</sup>, com inteligência e com esforço, conseguiu preencher a exigência de 1/3 de assinaturas da Constituinte e encaminhou o seu projeto até esta Casa.

Muito a contragosto, Sr. Presidente, nos vemos compelidos a suscitar esta preliminar de impropriedade da matéria como projeto de decisão. No mérito, como disse, somos amplamente favoráveis à medida ate com sua extensão.

E o parecer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** — Obrigado V. Ex.<sup>a</sup>

Tenho a impressão de que a preliminar corresponde a não-aceitação, no mérito, do projeto. Continuar a discussão, sei que posso fazer, mas tenho dúvida sobre se posso tomar qualquer decisão a respeito.

**O SR. CONSTITUINTE VICTOR FACCIANI:** — Peço a palavra, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** — Com a palavra, e com a minha estima e admiração, o nobre Constituinte.

**O SR. CONSTITUINTE VICTOR FACCIANI:** — Sr. Presidente muito tempo antes de V. Ex.<sup>a</sup> me conhecer, eu já o admirava profundamente como grande Mestre de todos nós.

Sr. Presidente Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, ouvi atentamente o parecer do nobre Relator designado, Constituinte Adolfo Oliveira. S. Ex.<sup>a</sup> se manifesta favoravelmente quanto ao mérito, e na preliminar estabelece a não-competência da Constituinte para tratar da matéria. Exatamente aí é que está a colocação que estribou o encaminhamento do Projeto de Decisão nº 2/87, por mim assinado juntamente com outros 187 Constituintes, de que cabe a Constituinte, e somente a ela, mais a ela

do que a qualquer outro órgão, quer a Câmara, quer ao Senado, quer ao Congresso, decidir sobre a matéria, pois trata-se de estabelecermos uma preliminar.

Existe da parte dos Srs. e Sr.<sup>as</sup> Constituintes a disposição de se colocar, perante a Nação, em igualdade de condições com os demais cidadãos brasileiros. Ou não existe?

Esta é uma preliminar que não compete mais ao Congresso Nacional deliberar; o Congresso Nacional já convocou a Assembléia Nacional Constituinte, estabeleceu as condições de seu funcionamento. Agora cabe à Constituinte e aos Constituintes decidirem se desejam ou não usufruir de um privilégio que os coloca de forma diferenciada perante o fisco nacional, no que diz respeito aos demais cidadãos brasileiros.

Este foi e é o entendimento que reforçamos aqui, exatamente para contrapor à proposta da preliminar do nobre Relator. Para tanto, vou ler, rapidamente, a justificação, porque é neste sentido que ela se explica:

### "Justificação

Com inteira procedência e justificada indignação, os cidadãos deste País têm tomado conhecimento de que, enquanto sofrem uma abusiva espoliação, via tributação da renda, aqueles a quem delegaram poderes para representá-los e defender-lhes os direitos nesta Assembléia Nacional Constituinte quase não pagam imposto sobre seus ganhos.

Trata-se de fato irresponsável e chocante, por absolutamente verídico. E muito mais aberrante resulta, no bojo de um governo e, especificamente, de um Legislativo que prega a prioridade da questão social sobre todas as demais, tendo por metas primeiras a erradicação da pobreza e a extinção dos privilégios, através de uma melhor e mais equânime distribuição da renda nacional.

Tal estado de coisas, que está a perpetuar-se sem que seus beneficiários assumam uma postura de claro repúdio à injustificada concessão de semelhante discriminação tributária e increpa a própria soberania desta Assembléia, visto decorrer esta da vontade popular e ter por pressuposto ético, por parte de seus membros, uma conduta política lastreada na transparência de seus atos e na prática da justiça social, e portanto fiscal.

O dispositivo legal que tendenciosamente equiparou a diárias os subsídios dos parlamentares, fê-lo de modo sub-reptício, no bojo de uma lei que disciplinava matéria diversa, contrariando frontalmente o conceito de "diárias" definido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis da União. Com efeito, somente pode entender-se por diária a verba destinada à cobertura de despesas com alimentação e pousada realizadas em objeto exclusivo de serviço que os obrigue a deslocar-se da sede habitual de exercício do cargo ou função, não podendo ser concedidas durante período de trânsito, ou quando se constituir o deslocamento em pressuposto inerente às atribuições da atividade desempenhada.

Portanto, é acaciano o descabimento da conceituação dos subsídios como diárias,

sendo inquestionável a ilegitimidade da exclusão desses rendimentos da tributação.

Os princípios da uniformidade, da generalidade e da capacidade contributiva estão subjacentes aos próprios fundamentos do fenômeno tributário, devendo este refleti-los em todas as suas manifestações, sob pena de tornar-se ilegítimo e injurídico.

O tratamento tributário dado aos parlamentares mediante lei por eles votada, inibe o livre e soberano funcionamento desta Assembléia, em face do inquestionável constrangimento a que submete todos os seus membros, perante a opinião pública e a cada brasileiro em particular. Enseja torse-se o Poder Legislativo alvo de acerbas críticas e de declarado desencanto, ante o odioso privilégio que elide sua credibilidade e enfraquece sua autoridade moral perante a Nação.

É precisamente a partir desta Assembléia que deve impor-se à Nação o princípio basilar de toda democracia, o de todos serem iguais perante a lei, eliminando-se preliminarmente, por inequívoco exemplo, um tratamento fiscal que coloca sob suspeição a própria Constituinte.

A medida é, antes de tudo, uma inarredável imperativo ético, em um momento em que se pretende a ampla restauração das prerrogativas do Poder Legislativo e de seus membros. A retomada dessas prerrogativas pressupõe, como condição primeira, uma postura de respeito e acatamento dos constituintes às leis que decretam para o povo, sobre o qual é de todo impensável queiram, moral e legitimamente, impor tributos que não pagueem os sacrifícios de que se eximam.

Enquanto não sanada essa aberração jurídica carece esta Assembléia de força morai e autoridade de fato para redigir a Constituição do País, que de nos espera, senão sacrifícios, ao menos o exemplo de austeridade, equidade e justiça, palavras de ordem em todas as esferas do poder público, no grave momento que a Nação atravessa.

A autoridade que nos foi conferida exige respeito aos princípios democráticos, ao ideário dos partidos aqui representados e aos anseios do povo que representamos.

Se a tributação de renda é uma, incidindo sobre renda e proventos de qualquer natureza, não há como tolerar-se a existência de exceções voltadas precisamente para as classes mais favorecidas. Outros casos há, bem o sabemos. Mas cabe a esta Assembléia oferecer o exemplo insofismável de seus reais propósitos no sentido de um sistema tributário justo, em um momento em que atitudes dúbias ou ambíguas vulnerarão irremediavelmente sua autoridade perante a Nação.

Estamos em um momento em que as várias esferas de governo empenham-se em uma cruzada sem precedentes, no sentido de construir um país sem privilégios, sem indefensáveis disparidades a beneficiar elites isoladas em detrimento do povo brasileiro.

Não ha como subtrair-se esta Assembléia ao testemunho que dela o povo espera nem ignorar o esforço nacional para reabilitar o País e pôr fim a pesos e medidas diversos para quantos nele vivem.

Devera a nova Carta conferir um tratamento equânime à tributação da renda. E nana impede que, no decorrer deste exercício, aprovemos uma lei que, respeitada a regra geral e uma, autorize determinados abatimentos e deduções celulares na tributação da renda dos parlamentares e de outras categorias que, reconhecidamente, tenham uma elevada despesa pessoal como condição necessária à atividade que desempenham.

O que se faz imprescindível, neste momento histórico, é termos a coragem de tomar a medida que todo o País de nós espera, e sem a qual está a Assembléia moralmente incapacitada para a magna tarefa de que é depositária.

Trata-se de imperativo cívico e político que deve preceder a elaboração da Carta que reafirmara os princípios democráticos e de justiça social em que todos acreditamos e que aqui estamos para defender e assegurar a todos os brasileiros".

Há poucos dias, assomávamos à tribuna em sessão da Câmara, a seguir do Congresso Nacional, e depois, ainda da própria Constituinte, e ouvimos os nobres pares da Câmara, do Congresso e da Constituinte também verberarem contra o Governo, o Poder Executivo, pela prática odiosa, injustificável de adoção de medidas via portarias, via decretos-leis, modificando a sistemática do Imposto de Renda sobre a pessoa física. Verberávamos contra essa prática, porque estava-se onerando o trabalhador brasileiro, o assalariado brasileiro de forma muito atroz. E ouvíamos de um popular a seguinte observação: "V. Ex.<sup>as</sup> clamam por nós, mas clamam sem sentir a dor porque não pagam o Imposto de Renda efetivamente".

Sr. Presidente. Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes. "Dai a César o que é de César, e a Deus o que é de Deus".

Os nobres Constituintes, todos nós, trabalhamos e devemos receber por isso, mas devemos pagar também o tributo por isso. O que não podemos é ter uma situação não suficientemente clara dos nossos subsídios, dos nossos rendimentos e ter uma situação privilegiada com relação aos demais cidadãos brasileiros, no que diz respeito ao fisco, a tributação e a tudo o mais. O único privilégio que devemos ter é o da imunidade parlamentar, no que toca a voz, ao voto, à opinião e nada mais.

Esta é a colocação que fazemos, crendo que este é o **fórum** adequado – a Assembléia Nacional Constituinte – porque é o momento adequado para se repor, nos devidos termos, a efetiva igualdade de todos os cidadãos nesta Pátria, que queremos, cada vez mais voltada para a democracia, uma democracia que se aperfeiçoa e se consolida, e, conseqüentemente, dar condições de se estabelecer, de uma vez por todas, a justiça social; e a justiça tributária e uma condição para executarmos a justiça social.

Era esta a colocação e o apelo que queria dirigir aos nobres Pares, para que votem conosco. Vejo que não ha número para votação. Mas espero a magnanimidade da Mesa, para que se acoina a proposição, se não puder ser votada que seja encaminhada ao Plenário, para que este delibere a respeito. Não acredito que esta Comissão possa ser incriminada de por passividade ou omissão quem sabe omissão consciente, ter arquivado

uma deliberação que põe em jogo a moral dos próprios integrantes da Assembléia Nacional Constituinte (Palmas.)

#### O SR. CONSTITUINTE JOSÉ

**GENOINO:** – Peço a palavra para discutir a matéria, Sr. Presidente.

#### O SR. PRESIDENTE (Afonso

**Arinos):** – Darei a V. Ex.<sup>a</sup> a palavra, mas antes a concederei ao primeiro inscrito, o Constituinte Francisco Rossi.

#### O SR. CONSTITUINTE FRANCISCO

**ROSSI:** – Aplaudo o Constituinte Victor Faccioni pela iniciativa. Um país não se constrói a partir de privilégios concedidos a determinado segmento que compõe uma sociedade. Indiscutivelmente, a não-tributação da quase totalidade dos nossos subsídios configura um privilégio inaceitável. Fica muito cômodo no momento em que se escreve uma nova Constituição, que o Constituinte assome à tribuna para defender o interesse daquele que contribui com o fisco no País, criticando o Governo pela alta carga tributária que incide sobre o salário, sobre os vencimentos daqueles que todos os meses sentem o peso dessa tributação. Muito cômoda, sim, porque não pagamos nada.

Aqui, e para que fique consignado nos Anais, expresso o meu inconformismo. Essa aura de dignidade que deve revestir a figura do Constituinte fica arranhada no momento em que estamos no rol daqueles que são privilegiados por essa situação. Não vou, aqui, estender-me, invocando os privilégios que outros segmentos também gozam nessa parte. Justamente nós que estamos aqui escrevendo a nova Constituição não podemos continuar gozando dessa benesse, dessa regalia, desse privilégio.

Portanto, Sr. Presidente, Sr. Constituinte Victor Faccioni, entendemos que procede totalmente a idéia de que há que se fazer algo no sentido de se sobrestar essa situação que ameaça os trabalhos e as decisões soberanas da Assembléia Nacional Constituinte, indiscutivelmente.

Este, o meu posicionamento. Sinto que não haverá como se votar esse projeto de decisão no dia de hoje, mas consigno o meu ponto de vista porque da mesma maneira como V. Ex.<sup>a</sup> fez referência à sua fala, outro dia, no Plenário da Assembléia Nacional Constituinte, eu também o fiz, e me lembro muito bem que fui admoestado por alguns colegas que entendem que essa situação deve continuar, não deve ser modificada, porque, afinal, segundo dizem, Deputado Federal está ganhando muito pouco. Queria ver como se pode explicar a quem ganha o tanto quanto ganha o trabalhador brasileiro que um Deputado Federal, ganhando o que ganha, está ganhando muito mal: quero ver como explicar àquela funcionária que trabalha no meu Gabinete que quando recebe seu contracheque, verifica que pagou mais Imposto de Renda do que o seu chefe, o Deputado Federal que a contratou. Isso configura um privilégio, e estamos aqui, sim, para escrever uma nova Constituição que dê um tratamento que seja igual para todos os brasileiros.

#### O SR. PRESIDENTE (Afonso

**Arinos):** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Gastone Righi.

#### O SR. CONSTITUINTE GASTONE

**RIGHI:** – Sr. Presidente. Srs. Constituintes.

Ao discutir o presente projeto de decisão, deixo marcadas duas posições: a primeira, que não votei, não votamos e não me posicionei contra a

auditação da dívida externa brasileira. Muito ao contrário. Nenhum brasileiro, nenhum cidadão, muito menos um Constituinte, irá querer impedir que se faça auditação da dívida externa. Ela deveria ser feita, ela pode ser feita por via de Comissão de Inquérito, na Câmara dos Deputados, no Congresso Nacional. Da mesma forma também me posicionei quanto ao mérito do projeto de decisão que ora analisamos.

Não sou contra apenas o privilégio de não pagarmos Imposto de Renda sobre **Jetons**. Sou contra a remuneração ou a forma de remuneração aviltante, deletéria, distorcida, confusa, até fraudulenta, com que pagam os nossos serviços aqui: sou contra este autêntico embuste de ganharmos um salário fixo de 9 mil cruzados e outros 140 ou 150 e não sei quanto, através de títulos enganosos, mentirosos e falsos. Ganhar como auxílio de gabinete dez vezes mais ou oito vezes mais do que o meu salário? Ganhar como **jeton** três vezes mais do que é o meu salário? Ganhar como auxílio de transporte não sei quantas vezes o meu salário? E vai por aí afora. Sou absolutamente contra isso e mais ainda contra o privilégio hediondo que jamais pedi, com o qual jamais concordei de me isentar de pagamento de Imposto de Renda; enquanto os assalariados brasileiros têm de fazê-lo, e na fonte, e depois, sequer recebem a devolução daquilo que pagaram a mais. No entanto, vamos separar as coisas: Comissão de Sistematização é uma Comissão Técnica da Constituinte. Temos aqui um dever funcional, temos aqui um dever de membros desta Constituinte; de respeitar a lei, de respeitar a Constituição vigente, respeitar o Regimento Interno que aprovamos. Se transgredirmos a lei, ainda que a título de boa causa, não chegaremos ao término desta Constituinte. Estaremos tomando-a ilegítima e estaremos tomando o nosso procedimento ilícito e sem sustentação.

Somos todos contra essa hedionda discriminação, somos todos contra essa isenção que recai sobre os nossos vencimentos e sou contra a muito mais do que isso mas, na realidade, não posso aceitar que se viole a letra da emenda constitucional responsável por minha convocação na Constituinte, que se viole o Regimento Interno para transformar a Constituinte em foro de debates de lei ordinária ou de legislação fiscal. Há subcomissões específicas tratando do problema tributário no País. Eu próprio tenho emendas apresentadas acabando com esse enxovalamento salarial dos deputados e senadores, equiparando-os, bem como os ministros de Estado e ministros do Supremo com salário uniforme. Se mais ou menos isso não está a importar, o que é importante é que ele seja transparente, que ele seja claro e que cada um justifique com o seu trabalho o próprio merecimento em recebê-lo.

Tenho também emenda na Constituinte acabando com privilégios fiscais, com discriminação de tratamento entre classes e pessoas. Isso é o que a Constituinte deverá votar, a seu tempo. Se tentássemos votar projetos de decisão, como o primeiro de auditação da dívida externa, como esse de eventual levantamento de uma isenção, e veja, uma isenção muito ridícula e pequena porque **jeton** significa, quando muito, pouco mais de 10% do que ganhamos, e eu continuaria isento nos outros 90%. Seria, na verdade, um jogo de cena e de teatro para a imprensa. Mas a tem mais. Por que o ilustre autor não apresentou,

como emenda a vários projetos de lei que tramitaram na Câmara, uma emenda dando o mesmo resultado do projeto de decisão e revogando esse dispositivo do art. 2º?

Poderia fazê-lo na Câmara, pode ser feito no Senado, e temos votado inúmeros projetos. Apresente-se lá a emenda, vamos votar, lá, e em seguida no Senado, e teremos o resultado exato perseguido pelo autor, mas teremos de forma lícita, de forma regimental, de forma constitucional e não violentando-se a Constituição, violentando-se a lei, violentando-se o Regimento Interno.

Acho que os projetos de decisão que têm vindo para cá se forem acolhidos, acabarão por inviabilizar esta Constituinte. E não sei se a vontade de alguns autores não é exatamente esta: a de que a confusão se estabeleça se crie o caos passemos a discutir votar debater apenas o cotidiano e a conjuntura, como jogo de teatro para a imprensa com demagogia, para sermos populistas. E, aí, não teremos uma Constituição. Nossa missão é elaborarmos e darmos ao País uma nova Carta constitucional, e é isto que nós devemos fazer.

#### O SR. CONSTITUINTE VICTOR

**FACCIONI:** – Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

#### O SR. CONSTITUINTE GASTONE

**RIGHI:** – Com muita honra, nobre Constituinte Victor Faccioni.

#### O SR. CONSTITUINTE VICTOR

**FACCIONI:** – Nobre Constituinte Gastone Righi, V. Ex.<sup>a</sup> sabe o quanto tenho de admiração pelo brilho e inteligência de V. Ex.<sup>a</sup>, pela forma como consegue argumentar em favor das suas idéias. Mas nem por isso deixo de discordar de V. Ex.<sup>a</sup>, quando, no fulgor do entusiasmo pela causa que abraça, faz colocações que não têm muito a ver com aquilo que também faz parte da característica da personalidade de V. Ex.<sup>a</sup>, que é a inteligência, invulgar. Ora, nobre Constituinte. V. Ex.<sup>a</sup> pergunta por que o autor não fez emenda a projetos que tramitam na Câmara e no Senado? Por que o autor não fez proposta, de outra forma que não essa, através de projeto de decisão? Diz V. Ex.<sup>a</sup> que algumas propostas estão sendo colocadas, talvez, para tumultuar.

Em primeiro lugar, nós fizemos como projeto de decisão, exatamente porque é a forma prevista pelo Regimento interno da Constituinte para tratar de uma matéria desta ordem, que afeta a imagem da Constituinte, e que coloca sob suspeita inclusive, o interesse dos trabalhos dos Constituintes.

Em segundo lugar, não foi por falta de emenda de autoria do autor desse projeto de decisão que a Câmara e o Senado deixaram de aprovar matéria, eliminando a isenção do Imposto de Renda dos Congressistas, não foi a falta dessa emenda. Se fosse isso, pode ter certeza V. Ex.<sup>a</sup> de que nós teríamos apresentado. Exatamente porque não havia necessidade de emenda, porque já havia matéria tramitando é que não apresentamos. Mas a Câmara e o Senado não se interessaram em fazê-lo. Então, é hora que a Constituinte o faça, e a única forma de fazermos de imediato é esta; a outra é aguardarmos a nova Constituição, mas aí terá passado o ano, o exercício fiscal, e a oportunidade de nós decidirmos de imediato uma matéria em que nós mesmos estamos em jogo.

#### O SR. CONSTITUINTE GASTONE

**RIGHI:** – Muito obrigado a V. Ex.<sup>a</sup> por seu aparte, que eviden-



temente enriquece o meu pronunciamento, e permita-me dizer-lhe que em nenhum momento deixei de ser muito atencioso e diligente – recorda-me de ter visto emendas de V. Ex.<sup>a</sup> a projetos e a várias mensagens do Executivo – no sentido da revogação deste descalabro, que é equiparar-se *jetons* a diárias.

**A SRA. CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES:** – V. Ex.<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Dentro em breve: permita-me só responder ao ilustre Constituinte.

Por outro lado, se V. Ex.<sup>a</sup> diz que nem a Câmara nem o Senado quiseram conhecer da matéria, como estaria a supor que a Constituinte, que é a soma dos dois, conhecesse? Acho que se houvesse emendas nesse sentido, na Câmara ou no Senado, elas seriam aprovadas. E tenho certeza de que esta Constituinte acabará com estes privilégios e haverá de erigir a remuneração dos Srs. Parlamentares em honorários, em honrarias, e não nesta coisa escandalosa que se pluraliza e se multiplica em títulos abjetos, que realmente me envergonham, como Membro do Congresso Nacional.

Tem o aparte a ilustre Constituinte Cristina Tavares.

**A SRA. CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES:** – Nobre Constituinte Gastone Righi, também acompanhei os trabalhos da Câmara e do Senado nas duas últimas legislaturas, e também vi serem apresentados projetos de lei que nunca tinham a sua tramitação terminada, até porque, nobre Constituinte Gastone Righi a Câmara e o Senado foram transformados, no regime autoritário em meras "Casas de cola" na estação do regime do sistema; raros foram os projetos de iniciativa do Legislativo que puderam ser aprovados e, mais raros ainda, aqueles que, aprovados nas duas Casas, não eram vetados pelo Presidente da República.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sim, mas não houve especificamente emendas, nem nossas nem de Senadores a mensagens do Executivo por exemplo.

**A SRA. CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES:** – Peço desculpas, nobre Constituinte, mas eu tenho uma memória talvez não tão privilegiada como a de V. Ex.<sup>a</sup>, mas posso citar pelo menos dois Constituintes que apresentaram emendas nesse sentido: Jorge Uequed, do Rio Grande do Sul, Euclides Scalco, do Paraná e outros mais. Mas poderemos facilmente compilar os anais da Casa para verificar que houve iniciativas de parlamentares nesse sentido houve sim. Não tenho dúvidas de que no momento em que apóio – e faço questão de registrar isso na Comissão de Sistematização – o projeto de decisão do Constituinte Victor Faccioni, é porque no meu entendimento, no entendimento daqueles que apóiam esta Comissão de Sistematização, temos como obrigação de apresentar-nos perante a Nação de forma limpa e transparente.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Mas seria um engodo, nobre Constituinte.

**A SRA. CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES:** – Se V. Ex.<sup>a</sup> me concedeu um aparte, por favor me ouça por mais alguns segundos, tentarei ser breve.

A intenção do Constituinte Victor Faccioni, de trazer transparência à vida dos parlamentares, se-

ra fonte de credibilidade da Assembléia Constituinte para com a Nação sim. Mas, nobre Constituinte o entendimento de V. Ex.<sup>a</sup> e outro como o entendimento ao nobre Relator Bernardo Cabral e do nobre Relator Prisco Viana, nos projetos de decisão que antecederam ao do Constituinte Victor Faccioni foi sempre — a mim me parece — protelatório.

O que me parece grave – e gostaria que esta Comissão registrasse nos seus anais – e que há uma decisão do Palácio ao Planalto para que aqui não se vote nem um projeto de decisão, para que essa Comissão fique imobilizada, para que nenhum projeto de decisão chegue ao plenário, que e para que não se exerça a soberania da Assembléia Nacional Constituinte.

Isso sim! Isso é o que esta em questão neste momento. Se é próprio ou impróprio se vota lá ou vota cá não é isso que está em questão, mas as ordens do Planalto, deste Presidente da República que foi hoje à televisão para desafiar a Nação, o Congresso e a Constituinte, dizendo que vai ficar cinco anos como presidente da República independentemente da opinião soberana da Assembléia Nacional Constituinte.

E esta decisão do Palácio do Planalto que estamos contestando aqui.

Permita-me, nobre Constituinte, protestar veementemente contra esta atitude que em nada engrandece a Assembléia Nacional Constituinte.

**O SR. CONSTITUINTE BENARDO CABRAL:** – V. Ex.<sup>a</sup> me permite um aparte? Perdoe-me V. Ex.<sup>a</sup> se o interrompo...

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Por favor, V. Ex.<sup>a</sup> enriquece o meu pronunciamento.

**O SR. CONSTITUINTE BERNARDO CABRAL:** – Desejaria ouvi-lo com a atenção que V. Ex.<sup>a</sup> merece, mas acabo de ser chamado à colação. E como o fui de forma errônea devo, ate por um registro histórico, chamar a ordem para corrigir o equívoco cometida pela ilustre Constituinte. Fiquei com o projeto de decisão do Constituinte Hermes Zanetti mas me considerei – talvez porque estivesse a Sra. Constituinte Cristina Tavares ausente naquela reunião-co-autor e com ele me pus de acordo desde o primeiro instante como agora coerente fiquei com ele quando votei não. Disse ao Constituinte Victor Faccioni – e invoco o seu testemunho – que ele concordava, superando inclusive as perspectivas de uma preliminar. Acho que esta Casa detém prerrogativas atinentes ao Poder Legislativo quando nós estamos tratando das imunidades. Mas privilégios, não; com eles eu jamais concordei. Acho que o requerimento do Constituinte Victor Faccioni, postulado a V. Ex.<sup>a</sup>. Sr. Presidente deve ser acolhido – e eu ouvi com atenção de quem quer sempre aprender – deve ser decidido porque S. Ex.<sup>a</sup> pediu que a vista do número reduzido V. Ex.<sup>a</sup> encaminhasse ao Plenário da Constituinte, para que não caísse sobre esta Comissão uma análise que fosse reprovada.

Pela V. Ex.<sup>a</sup> nobre Constituinte Gastone Righi, que recuso interferir porque acaba de cometer uma injustiça contra um colega, e não é bom que as injustiças parem nesta Casa. Jamais fui, em qualquer instante da minha vida, protelador de decisões, e nem me prestaria a isso. Ninguém força nenhuma fará enquanto eu for Constituinte, com

que eu protele decisões contrariando a vontade do povo.

**O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO MONTEIRO:** – Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Com prazer, nobre Constituinte.

**O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO MONTEIRO:** – Constituinte Gastone Righi, acho que seu pronunciamento é oportuno em razão das palavras do Constituinte Bernardo Cabral. Sou muito leal, sou amigo do Deputado Bernardo Cabral, mas me vejo na contingência de requerer assinaturas para destituição do Deputado como relator, pela entrevista que deu ao jornal **O Estado de S. Paulo**, quando faz prejulgamentos e trata os relatores das Subcomissões como uma minoria barulhenta, como um tambor que faz barulho, mas que não reflete o pensamento que S. Ex.<sup>a</sup> imagina que seja o da Assembléia Nacional Constituinte. Desde jogo, manifestando meu profundo pesar ao ex-presidente da OAB, a quem tanto respeito, quero pedir transcrição nos Anais da Comissão de Sistematização da sua infeliz entrevista ao **O Estado de S. Paulo**. Ainda a V. Ex.<sup>a</sup> Constituinte Gastone Righi, quero dizer, que me causou muita espécie quando da apresentação nesta Casa de um projeto de decisão e nesta oportunidade declaro estar de acordo com o ponto de vista da Constituinte Cristina Tavares – todas as imprecisões foram sempre de ordem formal, não tendo visto V. Ex.<sup>a</sup> por exemplo, ir à tribuna da Câmara para protestar, como muitos o fizeram, quando a Casa – por Ato da Mesa sem nos ouvir, sem que houvesse o consentimento de nos Constituintes – resolveu aumentar escandalosa e abruptamente uma verba de gabinete que não temos direito. Assinei um projeto de decisão solicitando que a Mesa da Constituinte suspendesse tal resolução pois enquanto vejo, de um lado funcionários desta Casa como os meus funcionários da Liderança trabalhando aos sábados e domingos, e de outro lado vejo privilégios extremamente odiosos – e que não sofrem também imprecisões de V. Ex.<sup>a</sup> nem de ninguém, quando a Casa a Assembléia Nacional Constituinte se desmoraliza – conferidos para alguns funcionários que percebem comissões sobretudo desonrosas para a Casa enquanto as minhas funcionárias os meus companheiros de trabalho estão trabalhando sem a menor consideração ou o menor respeito. Por isso digo que essas questões de ordem de caráter formal não devem ser discutidas quando tratamos de questões centrais. O Presidente da República vai à televisão num desafio a esta Casa. Sua Excelência não é formal e nós o somos todas as vezes que temos que discutir as questões centrais que ameaçam sim Constituinte Victor Faccioni a soberania o respeito e sobretudo o próprio funcionamento da Assembléia Nacional Constituinte, que são os privilégios indevidos, porque não estamos aqui – como diz o Constituinte Amaral Netto – para ser privilegiados; somos representantes de um povo faminto, triste e soterrado por uma política tributária injusta e pelo desemprego. Mas todas as vezes que temos que discutir questões centrais, como a questão da dívida externa, questões centrais como a própria moralidade da Assembléia Nacional Constituinte vamos ao formal. Quero ver quem, amanhã, irá dizer que o Presidente da

república rasgou a mensagem que acabou não sendo a de sua Excelência esta que é verdade **ilegível** da convocação da Assembleia Nacional Constituinte. É preciso fazer justiça; ela foi reformada no Plenário da Assembleia Nacional Constituinte através de emenda do Deputado Jose Bonifácio. Quem dirá que sua Excelência rasgou a própria convocação da Assembleia Nacional Constituinte? Quem dirá que sua Excelência desrespeitou, esmagou os Partidos políticos?

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – V. Ex.<sup>a</sup> já o está fazendo.

**O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO MONTEIRO:** – Esta bom. Parece-me que a Aliança Democrática agora não tem outra saída senão bater continência ao Presidente da República.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr. Presidente apenas me dê licença agora, porque eu preciso responder pelo menos aquilo que me toca.

V. Ex.<sup>a</sup> meu ilustre Líder, ou ouve mal, ou tem amnésia ou, então não prestou atenção aos meus pronunciamentos.

Devo dizer-lhe que quando da discussão dos nossos vencimentos, pretendi, em emenda ao projeto vindo da Comissão de Finanças, acabar com a remuneração de Deputados e Senadores tal como era feito equiparando-a à dos membros dos outros Poderes acabando, portanto, com todos os privilégios. Mas, V. Ex.<sup>a</sup> também teve ouvidos moucos a meus protestos em relação a isso e não ouviu que quem denunciou este descalabro foi o Deputado Francisco Rossi, da minha Bancada. Em minha Bancada, todos têm liberdade. Ao usar da palavra, discuti com S. Ex.<sup>a</sup> o assunto. Falando em meu nome. S. Ex.<sup>a</sup> levantou o protesto em plenário, e V. Ex.<sup>a</sup> também não acompanhou. V. Ex.<sup>a</sup> não acompanhou duas das minhas emendas que estão nas Subcomissões extinguindo esses privilégios. Vou perguntar: onde estão as de V. Ex.<sup>a</sup>? Porque V. Ex.<sup>a</sup> ouviu mal e V. Ex.<sup>a</sup> tem má memória, mas V. Ex.<sup>a</sup> não pode fazer afirmações a meu respeito, que não sejam procedentes.

**O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO MONTEIRO:** – V. Ex.<sup>a</sup> permite?

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Logo em seguida.

**O SR. CONSTITUINTE BERNARDO CABRAL:** – Nobre Constituinte Gastone Righi, acabo de ouvir perplexo, o nobre Constituinte Brandão Monteiro, a quem dedico uma estima...

**O SR. BRANDÃO MONTEIRO:** – E que e recíproca.

**O SR. CONSTITUINTE BERNARDO CABRAL:** – ...declarar que eu em entrevista que S. Ex.<sup>a</sup> considera infeliz – e reputa que devo respeitar a seu julgamento – infeliz porque teria declarado que os Relatores nas Subcomissões não presta em nenhum trabalho e que eu não acolheria esse trabalho isto não está dito em parte alguma da entrevista. Ou o Constituinte Brandão Monteiro passou ao largo, não se deu ao trabalho de ler a entrevista da cabo a rabo, de ponta a ponta, ou lhe prestaram uma informação que não acata a verdade dos fatos. O que declarei foi que nas Subcomissões se daria um avanço, que nas Comissões Temáticas esse avanço continuaria e que

eu respeitaria a decisão da maioria para fazer exatamente, o que é da competência da Comissão de Sistematização. Agora, eu tenho as minhas dúvidas se no Plenário este avanço existe. Não é isto que esta escrito?

**O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO MONTEIRO:** – Não é isto.

**O SR. CONSTITUINTE BERNARDO CABRAL:** – V. Ex.<sup>a</sup> tem a entrevista aí?

**O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO MONTEIRO:** – Eu a tenho. V. Ex.<sup>a</sup> quer que eu a leia?

**O SR. CONSTITUINTE BERNARDO CABRAL:** – Gostaria.

**O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO MONTEIRO:** – É só um parágrafo importante. que diz:

"Por esta razão, julgo que as empresas estatais que são deficitárias e co-responsáveis pelo índice inflacionário deverão ser privatizadas. Não tenho dúvida de que a maioria pensa como eu. Se os relatórios das Subcomissões refletem o contrário desse pensamento e porque eles refletem mais a minoria que faz muito estardalhaço na discussão de temas conflitantes, deixando a grande maioria silenciada".

**O SR. CONSTITUINTE BERNARDO CABRAL:** – Sim, mas aonde foi que eu disse. nobre Constituinte, que não acolheria?

**O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO MONTEIRO:** – Eu não disse isso.

**O SR. CONSTITUINTE BERNARDO CABRAL:** – V. Ex.<sup>a</sup> declarou que fiz uma imprecisão. Bom, se V. Ex.<sup>a</sup> não fez esta declaração... No que está aí não há insulto algum a nenhum relator. Se V. Ex.<sup>a</sup> considera isso um insulto há de permitir-me, assim como respeito o ponto de vista de V. Ex.<sup>a</sup> dizer que é urna análise que faço. O que digo é que eventualmente, um relatório estará representando uma minoria. O que quero saber é se, no plenário, o perfil que se traça será o mesmo. V. Ex.<sup>a</sup> não poderá pôr em dúvida o passado porque estivemos Juntos em março. Acho que V. Ex.<sup>a</sup> há de convir que se presta a uma análise e não a uma crítica aos relatores.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – V. Ex.<sup>a</sup> me devolve a palavra, Sr. Presidente?

**O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO CABRAL:** – Só para concluir, até porque V. Ex.<sup>a</sup> sabe do respeito que tenho por todos os Srs. Constituintes desta Casa, quanto mais aos Srs. Relatores.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Srs. Constituintes, começando por pedir desculpas ao nobre Constituinte Gastone Righi, por quem tenho uma grande afeição e admiração, e dirigindo-me especialmente aos nobres Constituintes José Genoíno, Cristina Tavares e Brandão Monteiro, o Presidente se vê na contingência de retirar-se porque está muito fatigado, é homem idoso, e deixa, então, a essa juventude, a glória de permanecer nos debates.

Passo a Presidência ao Sr. Vice-Presidente.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Apenas lamentando que não possa contar com a audiência tão honrosa de V. Ex.<sup>a</sup>, quero concluir as minhas palavras

**O SR. CONSTITUINTE OSCAR CORRÊA:** – Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Um momento, só para que possa alinhar algumas palavras, como conclusão. Desejaria apenas fazer mais um registro em relação ao Constituinte Brandão Monteiro que reclamou junto a mim sobre a iniquidade de funcionários privilegiados que recebem gratificação entre 10 e 16 mil cruzados enquanto os que trabalham na Câmara, no Congresso, e ainda na Constituinte, são discriminados os privilegiados trabalham na Constituinte. Desde o primeiro instante solidarizei-me com V. Ex.<sup>a</sup>. Estive com o Presidente da Assembleia Nacional Constituinte, por umas dez vezes com o Secretário Paulo Afonso, que prometeu para amanhã uma decisão sobre proposta do Constituinte Mário Maia e deve ter dado a mesma resposta a V. Ex.<sup>a</sup>

Como vê, estou muito atento. Sou um homem muito coerente e procuro ter um procedimento também coerente. V. Ex.<sup>a</sup> tem razão sou formal. Porém, sou formal em tudo, até naquilo que me contraria. Não abri mão nenhuma vez das formalidades. Sou formal sempre, porque sou escravo da lei e quero sê-lo, para que outros não me escravizem. Quem é escravo da lei não é escravo de outros homens. Quero ser escravo da lei e não escravo de homens ou de paixões que podem flutuar ao sabor das conjunturas momentâneas ou apenas das vicissitudes.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – O Constituinte Oscar Corrêa já havia pedido anteriormente.

Com muito prazer ouço V. Ex.<sup>a</sup> nobre Constituinte Oscar Corrêa.

**O SR. CONSTITUINTE OSCAR CORRÊA:** – Nobre Constituinte Gastone Righi, parece-nos não haver nenhuma dúvida quanto à quase unanimidade desta Casa e desta Comissão em particular no que diz respeito ao que vem sendo discutido nesta reunião de hoje. Há uma repulsa quase unânime quanto ao procedimento de como as coisas estão sendo feitas em matéria de rendimentos e remuneração aos Senhores Constituintes. Deputados e Senadores.

O que parece e que se discute nesta reunião exatamente a forma pela qual esse erro possa eventualmente ser sanado.

E o relatório do ilustre Constituinte Adolfo Oliveira, que infelizmente não se encontra mais em plenário, como de resto quase todos os membros da nossa Comissão, é no sentido de que na preliminar não se deva conhecer da matéria porque a mesma não diz respeito a um projeto de decisão.

Estive conversando com o Constituinte Victor Faccioni, e acho que para tormento nosso, a hora é nossa inimiga maior nesta reunião de hoje. Veja V. Ex.<sup>a</sup> que temos 38 minutos para se decidir sobre esta matéria e parece-nos que chegaremos à conclusão de que não haverá tempo para ela ser votada.

Então me permite lembrar a V. Ex.<sup>a</sup> e ao Constituinte Victor Faccioni, também, que talvez uma das outras formas para que esta matéria simplesmente não morresse no nascedouro seria a apresentação de um projeto de Resolução – nos termos do § 1º do art. 59 – estabelecendo que

todos os demais projetos de resolução somente se destinem a regular matérias de caráter administrativo. E parece-nos que a remuneração de Deputados e Senadores e matéria administrativa.

Para que essa iniciativa tão louvável – que, tenho quase certeza, vai ao encontro daquilo que é a aspiração de todos nos – simplesmente não se exaurisse no tempo. Eu perguntaria ao Sr. Presidente se esse projeto de decisão poderia eventualmente ser transformado, por seu autor, em projeto de resolução antes da votação, para que pudesse caminhar e seguir o trâmite previsto no Regimento. Assim, o seu encaminhamento seria dirigido à Mesa para que esta proferisse o seu parecer recebesse emendas e depois sim, voltas-se a nossa Comissão para que ela opinasse. Evidentemente o projeto de decisão é por natureza, privilegiado na medida em que não tem que percorrer e perseguir os tenebrosos e escuros caminhos de uma burocracia que nós mesmos estabelecemos. Mas de qualquer maneira, de um modo ou de outro o projeto mais cedo ou mais tarde acabaria também sendo objeto de exame e discussão nesta Comissão. Ao agradecer ao aparte de V. Ex.<sup>a</sup> nobre Constituinte Gastone Righi, indagaria ao ilustre Presidente, se eventualmente o autor desse projeto em debate não poderia transforma-o em projeto de resolução, sem prejuízo da nossa discussão, que vem sendo feita até agora.

#### O SR. CONSTITUINTE GASTONE

**RIGHI:** – Desculpe-me V. Ex.<sup>a</sup>, a Presidência, por certo em questão de ordem lhe respondera. Como o aparte é dirigido a mim gostaria de colocar a minha opinião, ainda, sendo formal. Um projeto de decisão nada tem a ver com projeto de resolução. As tramitações são diferentes, o apoio obtido foi para um projeto de decisão.

Entenderia, pessoalmente, e é claro que o entendimento da Presidência deverá prevalecer, que seria uma solução, aliás muito agradável, mas todos subscrevemos de imediato um projeto de resolução, que tem tramitação diversa. Não vem para cá, vai diretamente para a Mesa.

#### O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos)

– Lembro ao nobre orador que ainda temos oradores inscritos.

#### O SR. CONSTITUINTE GASTONE

**RIGHI** – Como disse a V. Ex.<sup>a</sup> sou obediente à lei, ao Regimento à Constituinte e muito mais obediente à autoridade legalmente investida. Portanto atendendo à sua determinação, encerro o meu discurso.

#### O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos)

– Quanto à questão de ordem levantada pelo Constituinte Oscar Corrêa, o Regimento é muito especioso em certos aspectos, e só na prática dos nossos debates é que estamos verificando as suas falhas. Evidentemente houve o propósito deliberado de distinguir o projeto de decisão do projeto de resolução, especificando o objeto de cada um deles. Pelo Regimento. A 7.<sup>o</sup> do art 59, o prazo sobre projetos de decisão é fatal. É um prazo

de 5 dias, a contar da data em que o projeto é distribuído ao relator. Não havendo número para a apreciação do parecer, como ocorre evidentemente nesta reunião, esta Presidência vai adotar uma decisão que, acredito, compatibiliza-se com o interesse do próprio autor da proposição.

Não havendo número para votarmos o parecer, a Mesa decidirá que ele seja remetido ao Presidente da Constituinte, acompanhado do parecer do nobre Relator, para que a Presidência da Constituinte considere a matéria, submetendo-a ao Plenário, se assim o entender.

Então, creio que, antecipando esta decisão que será dada pela Presidência, fica sem objetivo a continuação da discussão sobre a matéria. Se os Senhores estiverem de acordo com a decisão da Presidência, já anunciada, declararei encerrada a reunião.

Mas antes de encerrá-la quero comunicar aos Srs. Constituintes que esta Presidência determina a exclusão na ata das impulsivas declarações do Constituinte Paulo Ramos sobre a nossa Secretária. Dr.<sup>a</sup> Maria Laura, que é absolutamente veraz na reprodução das atas e também das referências feitas desrespeitosamente a outros colegas de Comissão. De maneira que peço que atensem e registrem o cancelamento das expressões do Constituinte Paulo Ramos, que a Presidência considera anti-regimentais.

Está encerrada a reunião.

(Encerra-se a reunião às 23 horas e 30 minutos.)

#### 4.<sup>o</sup> Redação Ordinária da Comissão de Sistematização

Aos vinte e um dias do mês de maio do ano de mil novecentos e oitenta e sete, às nove horas e trinta e dois minutos, no Plenário do Senado Federal, reuniu-se e Comissão de Sistematização, sob a Presidência do Senhor Constituinte Aluizio Campos, Primeiro-Vice-Presidente, no exercício da Presidência, presentes os seguintes Senhores Constituintes: Celso Dourado, Virgílio Távora, Bernardo Cabral, Adolfo Oliveira, Rodrigues Palma, Raimundo Bezerra, Paulo Ramos, Abigail Feitosa, Joaquim Beviláqua, Oscar Corrêa, Luís Eduardo, Antônio Carlos Konder Reis, José Thomaz Nonô, Francisco Benjamim, Nilson Gibon, Renato Vianna, Francisco Rossi, Sandra Cavalcanti, Gerson Peres, José Lins, Ademir Andrade, Haroldo Sabóia, Manoel Moreira, Christovam Chiaradia, Cid Carvalho, Osvaldo Coelho, José Ulisses de Oliveira, Eraldo Tinoco, Arnaldo Prieto, Jamil Hadad, José Santana, Antônio Farias, Marcondes Gadelha, José Geraldo, Severo Gomes, Brandão Monteiro, José Mauricio, Siqueira Campos, José Ignácio Ferreira, Haroldo Lima, Lysâneas Maciel, Nelson Carneiro, Prisco Viana, Gastone Righi, José Queiroz, Délio Braz, Enoc Vieira, Paes Landim,

Roberto Balestra, Luiz Salomão, João Menezes, Jonas Pinheiro, Uldurico Pinto, Ricardo Izar, João Agripino e José Geonino – todos membros da Comissão, e mais Senhores Constituintes não membros: Átila Lira, José Mendonça de Moraes e Davi Alves Silva. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, anunciando a leitura da Ata da reunião anterior, com correções que determinara, tendo o Senhor Constituinte Oscar Corrêa requerido e dispensa dessa medida, considerando a distribuição prévia, por cópia. Em seguida, o Senhor Presidente, após esclarecer que as retificações das Atas devem ser solicitadas por escrito à Presidência, anunciou a Ordem do Dia, que se destinou à apreciação do Substitutivo do Relator – Constituinte Bernardo Cabral, com as respectivas Emendas, ao Projeto de Resolução nº 1/87 CS, de autoria do Senhor Constituinte Antônio Carlos Konder Reis, dispondo sobre as normas de trabalho deste órgão e dando outras providências. Com a palavra, o Senhor Relator ofereceu, inicialmente, alguns esclarecimentos sobre o Projeto e agradeceu a colaboração dos membros da Comissão, mediante as Emendas oferecidas e com as sugestões que lhe foram encaminhadas diretamente passando à apresentação do seu Parecer sobre as Emendas, examinando-as, separadamente, tanto aquelas que mereceram aprovação total ou parcial, como as de parecer contrário. Concluída a apresentação do Parecer do Relator, o Senhor Presidente declarou iniciada a discussão da matéria. Concedida a palavra ao Autor do Projeto, o Constituinte Antônio Carlos Konder Reis teceu considerações elogiosas à iniciativa da Comissão em elaborar as suas normas internas de funcionamento e registrou a precisão do Senhor Relator, na sua exposição, com o qual congratulou-se, e aplaudiu o interesse de todos em colaborar neste objetivo comum; contudo, defendeu a expressão "Projeto de Resolução", como inicialmente indicada na proposição, levantando questão de ordem para ser adotada essa denominação em vez de "projeto de Deliberação". O Senhor Presidente decidiu pela adoção de "Projeto de Resolução", com apoio do Plenário durante a discussão da matéria falaram, ainda, os Senhores Constituintes: Gerson Peres, Nilson Gibson Ademir Andrade, Inocêncio Oliveira, José Thomaz Nonô, Sandra Cavalcanti, Adolfo Oliveira, Délio Braz, Joaquim Beviláqua e Gastone Righi, todos apresentando cumprimentos ao Senhor Relator e oferecendo suas sugestões. O Senhor Constituinte Ademir Andrade, em intervenção, solicitou ao Senhor Presidente o registro de sua posição contrária à Ata da reunião realizada no dia quatorze de maio corrente, assegurando que o Projeto de Decisão nº 1/87 ANC teve apreciação com número insuficiente. Em resposta, o Senhor Presidente informou que o dito Projeto já fora enviado à Presidência da Assembleia Nacional Constituinte, com o respectivo parecer. E, em seguida, declarando encerrada a discussão da matéria, anunciou que se passaria à sua votação, o que não ocorreu considerando a ausência de quorum, lembrada pelo Constituinte Virgílio Távora. O Senhor Constituinte Adolfo Oliveira, a propósito do quorum nas reuniões, requereu ao Senhor Presidente fossem informadas às lideranças partidárias sobre as reuniões desta Comissão, com apelo tido de convocar os respectivos integrantes de suas bancadas membros desta Comissão, para

se fazerem presentes ressaltando o baixo índice de presenças verificado naquelas realizadas até o momento, com visível prejuízo à boa ordem dos trabalhos. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente convocou reunião para o dia vinte e seis de maio, às nove horas, no Plenário do Senado Federal, com a finalidade de ser votada a matéria cuja discussão se encerrava, declarando finda a reunião às doze horas e vinte minutos. O inteiro teor desta reunião foi gravado, devendo ser traduzido e publicado no **Diário da Assembléia Nacional Constituinte** e constituir-se-á na Ata circunstanciada dos trabalhos. E, para constar eu, Maria Laura Coutinho, Secretária lavrei a presente Ata que, após lida e assinada pelo Senhor Presidente, irá à publicação.

#### COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO Reunião realizada em 21-5-87, às 9:30h

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Havendo número legal, declaro abertos os trabalhos da reunião da Comissão de Sistematização.

Convido o nobre Relator, Constituinte Bernardo Cabral, a integrar a Mesa desta Comissão.

Desejo esclarecer aos Srs. Constituintes que, no final da página 2 da Ata da reunião anterior, na parte referente ao parecer do Relator Substituto Constituinte Adolfo Oliveira, determinei retificação da redação, nos seguintes termos:

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – "Após ouvir os últimos pronunciamentos, determinou-se a exclusão, da Ata da reunião anterior de algumas declarações do Sr. Constituinte Paulo Ramos, sobre a redação da Ata apresentada pela Secretária da Comissão."

Na última página, suprimi a palavra "desrespeitosa", deixando apenas "antiregimentais" e, por último citei: "com a exclusão determinada pelo Presidente."

Com tais retificações, submeto a Ata aos Srs. Constituintes apenas para efeito de retificação, por escrito, que a Mesa fará incluir.

**O SR. CONSTITUINTE OSCAR CORRÊA:** – Requeiro dispensa da leitura da Ata.

*(É aprovado o pedido de dispensa da leitura da Ata.)*

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Passamos, agora, à matéria da Ordem do Dia.

A reunião de hoje destina-se a discutir o Projeto de Resolução referente às normas de trabalho desta Comissão.

Concedo a palavra ao nobre Relator, Constituinte Bernardo Cabral, para proceder à leitura do seu parecer, que é um Substitutivo à proposição apresentada pelo nobre Deputado e Constituinte Antônio Carlos Konder Reis.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, em primeiro lugar devo esclarecer aos eminentes Srs. Constituintes, que somente hoje peia manhã foi distribuído o avulso desse Substitutivo.

Creio que é a primeira vez que, numa Comissão de Sistematização da Assembléia Nacional Constituinte, se leva a efeito a distribuição de Substitutivo como este que será levado ao julgamento de V. Ex.<sup>a</sup>

Lamentavelmente, a Secretaria teve que apontar os números das emendas de forma manus-

crita, apesar de ter recebido a tempo a devida programação.

Foram oferecidas 84 emendas, das quais 23 receberam parecer favorável; 10 receberam parecer favorável, em parte, e foram prejudicadas 31 emendas, porque eram de teor semelhante a algumas outras. Apenas 20, um número muito reduzido, recebeu parecer contrário. V. Ex.<sup>a</sup> poderão ver, a partir da página 23, no item 4º a relação das emendas que receberam parecer favorável e de que me permitirei, com a anuência de V. Ex.<sup>a</sup> dar conhecimento.

A Emenda nº 2, de autoria do Constituinte Bonifácio de Andrada, pede que no art 10, inciso IV, em vez de nove integrantes da Comissão para a verificação de voto, fosse o número reduzido para três. É o que a maioria aqui solicitou. A maioria acha que nove é um número muito grande e o Relator acolheu esta emenda, que tem parecer favorável.

Conseqüentemente, o art. 10 inciso IV, passa a vigorar, quando for para se requerer verificação de votação, com um reduzido número de apoio de três ilustres Srs. Constituintes.

A Emenda nº 3, também de autoria do Constituinte Bonifácio de Andrada, casa-se com o desejo de uma grande maioria dos integrantes desta Comissão, dispondo que, da decisão da Presidência em questão de ordem, quando se pretendia dar ao Presidente um poder maior, caberá recurso escrito, com efeito suspensivo para a Assembléia Nacional Constituinte, com apoio de, no mínimo, três integrantes da Comissão.

A Emenda nº 7 de autoria do Constituinte Bonifácio de Andrada, é ao § 3º do art. 18.

O art. 18, no original, tem esta redação:

"Encerrada a discussão, o Relator terá cinco dias para emitir parecer sobre as emendas, concluindo, se for o caso, por novo projeto de Constituição que uma vez aprovado pela Comissão, será encaminhado à Mesa da Assembléia Nacional Constituinte."

S. Ex.<sup>a</sup> fez a alteração, dizendo que: "Encerrada a discussão, o Relator terá cinco dias para emitir parecer sobre as emendas, concluindo pelo projeto de Constituição que, uma vez aprovado pela Comissão, será encaminhado à Mesa da Assembléia Nacional Constituinte."

A Emenda nº 9, ainda sobre a matéria de exigências inseridas, que é de autoria do Constituinte Raimundo Bezerra, foi acolhida e com parecer favorável do Relator. A Emenda do Constituinte Raimundo Bezerra diz o seguinte:

"Art. 15. Inclua-se um parágrafo único."

O art 15, na redação original, lembra as propostas de emenda popular, com as exigências daquelas assinaturas para que fosse cumprida uma verificação.

O Constituinte Raimundo Bezerra apresentou, juntamente com a ilustre Constituinte Sandra Cavalcanti – os objetivos se casavam – a seguinte emenda:

"Inclua-se no art. 15 o seguinte: Parágrafo único. As exigências inseridas no art. 24, inciso 1º do Regimento Interno, serão efetivadas através da análise, por amos

tragem da assinatura e dados que identifiquem um percentual confiável dos signatários de proposta de Emenda Popular, utilizando-se o sistema de computação."

Essa Emenda foi acolhida, assim como a Emenda nº 13 de autoria do Constituinte José Genoíno.

O inciso IV do art. 10 da redação original previa um número maior para a verificação de votação e o Constituinte José Genoíno pede que esse número seja reduzido para três integrantes da Comissão. A Emenda recebeu parecer favorável.

A Emenda nº 17, inciso VII do art 3º, que, como V. Ex.<sup>a</sup> estão lembrados motivou alguma discussão, diz:

"São atribuições do Presidente além das que estão expressas nesta deliberação ou decorram da natureza de suas funções ou prerrogativas e quanto às reuniões da Comissão":

VII – suspender ou levantar a reunião quando entender necessário."

A Emenda, de autoria do Constituinte Gerson Peres, que recebeu parecer favorável, tem o seguinte texto:

"Suspender ou levantar a reunião quando a ordem dos trabalhos e as normas desta deliberação não estiverem sendo respeitadas."

A Emenda nº 19 ainda de autoria do Constituinte Gerson Peres também recebeu parecer favorável. S. Ex.<sup>a</sup>, tentando disciplinar, juntamente com vários outros Srs. Constituintes, o problema dos Suplentes nesta Comissão, deu a redação que pareceu ao Relator a mais apropriada, com o seguinte texto:

"O art. 8º passa a ter a seguinte redação:

"Os suplentes partidários da Comissão serão convocados pelo Presidente, ao anunciar a Ordem do Dia a participar dos trabalhos obedecida a ordem de suas assinaturas no livro próprio e em número correspondente aos respectivos titulares ausentes, que só poderão assumir seus lugares na mesma reunião após a votação de um dos itens constantes na referida Ordem do Dia."

A redação original, que pretendia apenas premiar aqueles que comparecessem, dava a relação de que os titulares ausentes não poderiam mais assumir os lugares na mesma reunião.

Com esta redação, fica corrigida a estreiteza que poderia haver na redação original.

Portanto, a Emenda ao Substitutivo nº 19, de autoria do Constituinte Gerson Peres, foi acolhida.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Sr. Presidente por ora é só exposição do Relator?

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sim. Depois, o Presidente colocará em discussão as Emendas.

A Emenda nº 20, ainda de autoria do Constituinte Gerson Peres mereceu aprovação, porque o original previa o número de nove, e aqui se reduzem para três os integrantes desta Comissão. Está, portanto, com parecer favorável, a Emenda do Sr. Constituinte Gerson Peres.

A de número 25, de autoria do eminente Constituinte Ademir Andrade, mereceu a aprovação do Relator. S. Ex.<sup>a</sup> anuncia, na sua Emenda, que se corrija o inciso XIII, item 13 do art. 3º.

O art. 3º tinha na sua redação original, dentre as atribuições do Presidente:

"Designar a Ordem do Dia das reuniões".

O Constituinte Ademir Andrade melhora a redação, dizendo que o inciso XIII passa a ter a seguinte redação:

"Designar a Ordem do Dia das reuniões, de acordo com esta deliberação".

A Emenda nº 26, ainda de autoria do Constituinte Ademir Andrade, também mereceu a acolhida do Relator, porque S. Ex.<sup>a</sup>, ao apresentá-la quanto ao art. 10, pede que seja acolhida a verificação de votação, com o apoio de três integrantes da Comissão.

A Emenda nº 30, de autoria do também Constituinte Ademir Andrade, mereceu acolhida, S. Ex.<sup>a</sup> aponta para a necessidade de que o **caput** do art. 14 passa a ter a seguinte redação:

"Projeto de Resolução, visando a regulamentar e a disciplinar consulta plebiscitária a respeito de redação final do projeto de Constituição será recebido, juntamente com as emendas a ele apresentadas, para que a Comissão emita seu parecer por maioria absoluta de votos, no prazo de cinco dias, reservados os primeiros dois ao Relator".

S. Ex.<sup>a</sup> reduz o prazo do Relator, e o Relator acolhe a Emenda de S. Ex.<sup>a</sup>.

A Emenda nº 36, de autoria do Constituinte Brandão Monteiro, também recebeu parecer favorável, dando-se a seguinte redação ao **caput** do art. 4º:

"As reuniões ordinárias ou extraordinárias terão a duração de três horas, podendo ocorrer a sua prorrogação, a critério do Presidente ou a requerimento de seis de seus integrantes".

É que o art. 4º só previa, no original, a "prorrogação, a critério do Presidente" e, com a Emenda, torna-se mais democrática a convocação. Por isso, mereceu acolhida a Emenda de S. Ex.<sup>a</sup>

A Emenda nº 37, ainda de autoria do Constituinte Brandão Monteiro, também mereceu acolhida. É que no original, o art. 5º previa, para que fossem convocadas as reuniões extraordinárias, que, além da competência do Presidente, de ofício, 1/3 dos integrantes da Comissão fizessem essa convocação. S. Ex.<sup>a</sup> reduziu para 18 e recebeu parecer favorável deste Relator.

A Emenda nº 41, também de autoria do eminente Constituinte Brandão Monteiro, mereceu acolhida. S. Ex.<sup>a</sup> registra que a alínea **a** do art. 16 passe a ter a seguinte redação:

a) As Emendas com parecer contrário serão votadas em globo, salvo os destaques requeridos com apoio de seis assinaturas de integrantes da Comissão".

Foi também acolhida a Emenda nº 42, de autoria do Constituinte Brandão Monteiro, quando S. Ex.<sup>a</sup> da nova redação à alínea **b** do art. 16.

S. Ex.<sup>a</sup> dá a seguinte redação:

As Emendas com parecer favorável serão votadas em globo, salvo destaque requerido por 12 integrantes da Comissão."

É que no original havia um número de 18. Pareceu um tanto alto. A média das discussões era que fosse reduzido esse número, e o Relator acolheu a redução para 12 integrantes.

A Emenda nº 44, de autoria do Constituinte Nilson Gibson, também mereceu acolhida. O § 3º do art. 18 passa a ter a seguinte redação:

"Encerrada a discussão, o Relator terá cinco dias para emitir parecer sobre as emendas, concluindo, se for o caso, por novo projeto de Constituição, que, uma vez aprovado pela Comissão, será encaminhado à Mesa da Assembléia Nacional Constituinte".

O eminente Primeiro-Vice-Presidente, Constituinte Aluizio Campos, também sobre a matéria apresentou uma emenda, dando a seguinte redação:

"Encerrada a discussão, o Relator terá cinco dias para emitir parecer sobre as Emendas, concluindo pela apresentação de projeto de Constituição: nos cinco dias subsequentes, o projeto será discutido e votado".

É que S. Ex.<sup>a</sup> disciplinou a divisão do tempo para que não ficasse nem muito tempo para o Relator, nem pouco tempo para o Plenário. Foi feita a divisão, a Emenda se casa com a do eminente Constituinte Nilson Gibson. Por isso, ambas se completam e foram acolhidas pelo Relator.

A Emenda nº 49, de autoria do Constituinte Chagas Rodrigues, dá nova redação ao inciso IX do art. 3º. No original, o art. 3º, no seu inciso IX, dizia, dentre as atribuições do Presidente:

"Decidir conclusivamente as questões de ordem e as reclamações".

S. Ex.<sup>a</sup> deu uma redação mais clara. Desdobrou o inciso IX em dois parágrafos, que passam – se acolhidos pelo Plenário, uma vez que já acolhidos pelo Relator – a ter a seguinte redação:

"O inciso IX do art. 3º deve ser desdobrado em dois, assim redigidos:"

Decidir conclusivamente as reclamações..."

Porque, no original, não havia essa dicotomia que passa a ter clareza na Emenda do eminente Constituinte Chagas Rodrigues. Decide conclusivamente as reclamações e decide questões de ordem, observado o disposto no parágrafo único do art. 12, ou seja, se for contrária desta decisão da Presidência, cabe recurso com o apoio de nove Constituintes para a Assembléia Nacional Constituinte. Não fica apenas estancado, ao bel-prazer da Presidência. A emenda foi devidamente acolhida.

V. Ex.<sup>a</sup> estão observando que o Relator está-se reportando, por enquanto às emendas acolhidas com parecer favorável.

A Emenda nº 64, de autoria do eminente Constituinte Roberto Freire, disciplina o art. 3º, no seu inciso XIII, quando dá uma nova e melhor redação ao original. No original, apenas diz que o Presidente tem a atribuição de designar a Ordem do Dia das reuniões. S. Ex.<sup>a</sup> apresenta a emenda com a seguinte redação:

"Organizar e decidir a Ordem do Dia, com a colaboração de um representante de cada Partido com assento no Órgão".

Isto é nitidamente democrático. De modo que o Relator acolhe a Emenda, a fim de que a Ordem do Dia passe a ser também elaborada com um representante de cada Partido.

A Emenda nº 71, de autoria do Constituinte Renato Vianna, também foi acolhida. S. Ex.<sup>a</sup> disciplinou, com a maior objetividade, o problema de vaga do preenchimento da Mesa. No original, não se dizia claramente do que se tratava. Apenas se fazia referência às hipóteses previstas no art. 6º, combinado com os incisos VIII e IX do art. 13 do Regimento interno. S. Ex.<sup>a</sup> com mais clareza, deu-lhe a seguinte redação:

"Art. 2º – .....

§ 2º – Verificando-se a vaga de qualquer cargo na Mesa, far-se-á, imediatamente a eleição para o seu preenchimento, nos mesmos moldes da anteriormente efetuada".

A Emenda nº 73, ainda de autoria do Constituinte Renato Vianna, prevê a hipótese do art. 12, mandando que se lhe dê nova redação, porque, no original do substitutivo, estava constando o seguinte:

"Art 12 – O integrante da Comissão poderá fazer uso da palavra, pela ordem, pelo prazo de 3 minutos, para reclamação quanto à observância desta deliberação: ou do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte ou quanto aos serviços administrativos, para esclarecimento sobre a ordem dos trabalhos, ou para sustar questão de ordem, vedado o aparte".

S. Ex.<sup>a</sup> suprime, do original, a seguinte expressão: "Fazer uso da palavra, pela ordem". Sua Ex.<sup>a</sup> se fixa apenas em "fazer uso da palavra", e foi devidamente acolhida a Emenda.

A Emenda nº 76, ainda de autoria do Constituinte Renato Vianna, manda suprimir, no § 3º do art. 17, a expressão "em todos os seus termos". Realmente, a redação fica melhor com esta supressão.

A Emenda nº 77, também de autoria do Constituinte Renato Vianna, relembra a praxe parlamentar e a técnica legislativa, que consagrara o uso das expressões "Redação do Vencedor" e "Parecer do Vencedor" e manda que se substitua, no § 5º do art. 17, a expressão "Novo Parecer" por "Parecer Vencedor".

S. Ex.<sup>a</sup> tem razão. A técnica legislativa e praxe parlamentar observam esta situação. Acolhida a Emenda.

A Emenda nº 78, também do Constituinte Renato Vianna, aprecia o problema da expressão "se for o caso", em vez de "por novo" ficará "pelo" uma vez que, no art. 18 do § 3º, a redação que se encontrava no original dizia o seguinte:

"Art. 18.....

§ 3º Encerrada a discussão, o Relator terá 5 (cinco) dias para emitir parecer sobre as emendas, concluindo, se for o caso, por novo Projeto de Constituição que, uma vez aprovado pela Comissão, será encaminhado à Mesa da Assembléia Nacional Constituinte."

Em vez de "por novo" S. Ex.<sup>a</sup> sugere "pelo e, inegavelmente. S. Ex.<sup>a</sup> tem absoluta razão."

Os pareceres favoráveis, em parte, a alguma emendas, têm começo na Emenda nº 6, de autoria do Constituinte Bonifácio de Andrada.

Como se pode notar, S. Ex.<sup>a</sup> apresenta esta emenda, que já tem, com outras, a mesma correlação. Por igual, a Emenda nº 12, de autoria da eminente Constituinte Sandra Cavalcanti, se casa com a do Constituinte Raimundo Bezerra. Por esta razão, as emendas dos Constituintes Raimundo Bezerra e Sandra Cavalcanti têm parecer favorável só em parte, para complementar.

A Emenda nº 18, de autoria do eminente Constituinte Gerson Peres, encontra-se, também na mesma circunstância.

A Emenda nº 43 recebeu parecer favorável, em parte, porque se casava com outra, do eminente Constituinte Nilson Gibson, V. Ex.<sup>a</sup> devem ter notado que esta emenda é sobre o problema da suplência.

Igualmente recebeu parecer favorável a Emenda nº 46, também de autoria do Constituinte Nilson Gibson.

A Emenda nº 51, de autoria do Constituinte Chagas Rodrigues, sobre o problema dos suplentes.

A Emenda nº 56, de autoria do Constituinte Haroldo Lima, prevê o problema de usar a expressão "pela ordem" ao invés de expressar foi tirada, "da ordem". O parecer é favorável em parte, porque já foi complementada pela emenda anteriormente lida.

A Emenda nº 63, de autoria do Constituinte Roberto Freire também recebeu parecer favorável, em parte, pelas mesmas circunstâncias, pois resolve as questões de ordem e as reclamações.

A Emenda de nº 65, de autoria do Constituinte Roberto Freire, também prevê o problema das reuniões extraordinárias, com a duração de três horas, podendo ocorrer a sua prorrogação pelo Presidente Já vimos que foi aprovado o texto que se casa com o presente, de outro eminente Sr. Constituinte.

A Emenda nº 74, de autoria do Constituinte Renato Vianna, também já está complementada pela anterior, quanto ao prazo de 5 minutos para o autor e para o Relator. Toda a matéria desta emenda só pôde receber parecer favorável, em parte e parecer contrário às vinte emendas.

A Emenda nº 10 prevê, no art 5º, que se suprima a expressão "ou a requerimento de 1/3". Foi acolhida a emenda que manda apenas 9 ao invés de 1/3. Esta emenda tinha que receber parecer contrário, porque se chocava com a emenda dos "eminentes Constituintes" Ademir Andrade ou Roberto Freire.

A Emenda nº 16, de autoria do eminente Constituinte Gerson Peres, pede que seja suprimido o inciso IV do art 3º, que prevê solicitar ao orador que declare, quando for o caso, se irá falar a favor da proposição ou contra ela. Como a Emenda do ilustre Constituinte Gerson Peres manda suprimir o inciso IV, porque o considera autoritário, e como é praxe...

**O SR. CONSTITUINTE ADOLFO OLIVEIRA:** – Permite-me V. Ex.<sup>a</sup>? Há um erro de datilografia. Trata-se do inciso VI e não IV.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Perdão! As minhas notas estão corretas. O inciso VI determina o não apanhamento do discurso, ou aparte pela Taquigrafia. V. Ex.<sup>a</sup> tem razão. O eminente Constituinte Gerson Peres apresentou emenda dizendo que não fosse taquigrafado o discurso. O Relator não acolhe a presente emenda, porque

é praxe que se tome o discurso para que conste dos Anais da Casa. Sei que o que moveu S. Ex.<sup>a</sup> foi o ânimo elogiável de se pouparem certas coisas. Veja em que situação ficaria a Presidência, se passasse a determinar que a Taquigrafia não anotasse, numa hora de discussão, mais acesa, uma palavra ou expressão mais forte. Teria que interrompê-la a todo instante. É preferível que corra, como é hábito do nosso Parlamento.

Com muita tristeza, tive que dar parecer contrário à Emenda do eminente Constituinte.

A Emenda nº 27, do Constituinte Ademir Andrade, aponta para a necessidade de suprimir o inciso III do art. 11, que manda que haja prorrogação do prazo para apresentação do parecer, pelo Relator.

Queria fazer um apelo ao eminente Constituinte Ademir Andrade para que verificasse o terrível trabalho que se deverá ter se não puder ser prorrogada, por mais 2 ou por mais 24 horas, a apresentação do parecer que envolverá todo o trabalho dos oito Relatores das Comissões Temáticas. É mais um apelo do que, propriamente, uma discordância, que faria a S. Ex.<sup>a</sup>, quanto à Emenda nº 27.

A Emenda nº 28, do eminente Constituinte Ademir Andrade, é pelo encerramento da discussão, falando quatro oradores, dois a favor e dois contra, garantindo-se a palavra ao autor da proposta. Na redação original, o art. 11 prevê, no inciso IV, o encerramento da discussão, tendo usado da palavra, pelo menos quatro oradores, sendo dois a favor e dois contra, parece que é mais consentânea, porque o autor terá sempre sua palavra garantida pelo dispositivo que já existe no Regimento da própria Assembléia.

A Emenda nº 29, ainda do eminente Constituinte Ademir Andrade, prevê a supressão do parágrafo único do art. 12, que já foi regulamentado, e, aqui S. Ex.<sup>a</sup> pede que, da decisão da Presidência caberá, como apoio de, no mínimo, nove senhores integrantes da Comissão, recurso escrito, sem efeito suspensivo, à Presidência.

A Comissão já acolheu e, em vez de suprimir, como deseja S. Ex.<sup>a</sup>, aquela redução para três Srs. Parlamentares, que foi a emenda que maior número de opinião tinha, que se reduzisse de nove para três; ao invés de suprimir, ficamos, então, com essa disciplina, o que, aliás, faço com muita tristeza, porque é sempre muito difícil discordar do eminente companheiro Constituinte Ademir Andrade.

A Emenda nº 30, que suprime o parágrafo único do art. 12, foi exatamente sobre a que acabei de falar.

A Emenda nº 33, de autoria do eminente Constituinte Ademir Andrade, refere-se ao art. 16, alínea d, cujo texto, no original, especifica:

"Concluída a votação do projeto com emendas, o Relator apresentará à Comissão a redação do vencido, no prazo de 3 dias."

Aqui S. Ex.<sup>a</sup> reduz. Eu faço o mesmo apelo. Na outra redução, com muita alegria, acolhemos a emenda do eminente Constituinte Ademir Andrade. Preferimos aceitar aquela outra emenda do eminente Primeiro-Vice-Presidente, quando S. Ex.<sup>a</sup> divide de 5 em 5. Por isso, a emenda não mereceu parecer favorável.

A Emenda nº 34, também de autoria do eminente Constituinte Ademir Andrade, registra:

"Encerrada a discussão, será dada a palavra ao Relator, se este o desejar, por até 10 minutos, procedendo-se em seguida, à votação do parecer, garantindo-se o encaminhamento de votação ao autor da proposta".

O art. 17, no original, § 2º, diz:

"Encerrada a discussão, será dada a palavra ao Relator, se este o desejar, por até 20 minutos".

É um prazo pequeno, o de 10 minutos, quando se tiver que discorrer mais sobre a emenda. Evidentemente, se não for necessário, não será esgotado.

Também faria um apelo ao eminente Constituinte Ademir Andrade, que concedesse ao Relator essa dilatação que se encontra no original, de 10 para 20 minutos, a fim de que se possa apresentar um trabalho mais correto, mais escorreito e mais limpo.

A Emenda nº 35, ainda de autoria do Constituinte Ademir Andrade, dá redação ao **caput** do art 22. O original, do art 22 prevê a seguinte redação:

"Concluída a votação, em segundo turno, a matéria voltará à Comissão, que, em cinco dias, oferecerá a redação final do texto, reservados os primeiros três para o Relator".

Não é que o eminente Constituinte Ademir Andrade esteja de má vontade com o Relator, S. Ex.<sup>a</sup> pede apenas que se reduza de um dia, e o Relator lhe faz um apelo para que deixe os três, porque em dois dias vai ser muito difícil concluir uma votação em segundo turno, que a matéria possa ser devidamente apreciada.

Esta a razão do parecer contrário.

A Emenda nº 38, do eminente Constituinte Brandão Monteiro, prevê:

"Os Trabalhos da Comissão serão iniciados com a presença de, no mínimo, nove de seus integrantes e obedecerão à seguinte ordem".

O art. 6º do original prevê que o início seja, pelo menos, com 18 Srs. Constituintes. Explico a S. Ex.<sup>a</sup> as razões do parecer contrário: se não fixarmos um número de 18 – e hoje, conforme estamos vendo aqui, ainda não temos nem a nossa reunião propriamente dita – um grande número é uma forma de não estimularmos o comparecimento. O Relator entendeu que é preferível permaneça o número do original, previsto em 18 Srs. integrantes.

A Emenda nº 45, de autoria do eminente Constituinte Nilson Gibson, prevê a retirada da seguinte expressão: "da manhã". É que no original se fixou nove horas da manhã, como pleonismo, como uma idéia, para que não houvesse confusão. Evidentemente há uma grande distância entre 21 horas e 9 horas da manhã, mas foi a propósito, posso até lembrar à Casa que esta expressão eu discuti muito com o eminente Constituinte Adolfo Oliveira, na qual eu ressaltava que na expressão "às 9 horas" já estaria subentendido que era na parte da manhã, porque 21 horas seria à noite. S. Ex.<sup>a</sup> observou, juntamente com outros Companheiros, que seria melhor o reforço. Fica a critério

de V. Ex.<sup>as</sup> apenas com o parecer contrário ao proposto pelo eminente Constituinte Nilson Gibson.

A Emenda nº 47, acrescenta parágrafo único ao art. 14. O art. 14, conforme V. Ex.<sup>as</sup> sabem, visa sobre Projeto de Resolução, no sentido de regulamentar e disciplinar a consulta plebiscitária.

Entende S. Ex.<sup>a</sup> que deve existir um parágrafo único dizendo:

"Ao Membro da Comissão que pedir vista de projeto ser-lhe-á concedida esta por 3 dias."

Esclareço ao eminente Constituinte Nilson Gibson o que levou este Relator a dar parecer contrário. Se cada membro da Comissão ao receber o projeto, pedir vista, não vamos ter condição de julgar nunca mais o Projeto de Decisão. É preferível discutir aqui, para não furtarmos do Companheiro que quiser ter a possibilidade de ver votado o seu Projeto de Decisão.

A Emenda nº 50, de autoria do eminente Constituinte Chagas Rodrigues, prefere que, ao invés de se utilizar, como se vê no texto, "deliberação", leia-se "resolução".

O Relator apenas transcreveu o termo usado pelo Regimento da Assembléia Nacional Constituinte, que fala em "deliberação", e não "resolução".

Por isso, o parecer é contrário.

A Emenda nº 52, ainda de autoria do eminente Constituinte Chagas Rodrigues, não tem razão de ser apresentada, porque S. Ex.<sup>a</sup> não quer que no art. 11 se tenha discussão nem encaminhamento. Não é possível que se frustre dos demais Srs. Constituintes a oportunidade de poder discutir e encaminhar.

Por isso, o parecer é contrário.

A Emenda nº 60, de autoria do eminente Constituinte Haroldo Lima, prevê que, encerrada a discussão, seja dada a palavra ao Relator.

O Art. 17. § 2º prevê:

"Encerrada a discussão, será dada a palavra ao Relator por até vinte minutos".

S. Ex.<sup>a</sup> lembra o mesmo número de minutos do eminente Constituinte Ademir Andrade, a quem já fiz um apelo e faço também ao Constituinte Haroldo Lima, no sentido de manter os vinte minutos, para que não se prejudique um parecer mais bem elaborado.

A Emenda nº 61 do art. 3º, do Constituinte Roberto Freire, é uma espécie de disciplinamento daquilo que tinha apresentado o Constituinte Gerson Peres, no sentido de não determinar o apanhamento de discurso ou aparte pela Taquigrafia. Aqui, S. Ex.<sup>a</sup> pede, pelo menos, concordância de, no mínimo, metade dos presentes.

O Relator, no seu entendimento, acha que o ideal é que a Taquigrafia apanhe, até para os Anais, tudo o que se passar na reunião.

#### O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:

— Poderia V. Ex.<sup>a</sup> dar-me um esclarecimento? (Assentimento do Relator.) — Tenho a impressão de que está havendo um equívoco com relação à redação. Seria bom logo esclarecer, para não perdermos tempo com discussões.

O que se pede é a supressão do ato discriminatório da Presidência, segundo o qual S. Ex.<sup>a</sup> determina à Taquigrafia que o discurso não seja apanhado, quando o discurso pertence ao orador.

Creio que essa atribuição não deve ser dada ao Presidente: Impedir que meu discurso ou aparte seja apanhado pela Taquigrafia, salvo nos casos que a ética assim o determine. Queremos suprimir essa atribuição autoritária, a de o Presidente ter poderes para impedir que determinado discurso seja apanhado pela Taquigrafia. Esse é o sentido do dispositivo. Parece-me que V. Ex.<sup>a</sup> ainda não atinou para a justificativa do nosso pleito nesse aspecto. V. Ex.<sup>a</sup> eliminou muitos outros dispositivos de atribuições autoritárias, mas esse V. Ex.<sup>a</sup> deixa. Não sei se estou equivocado.

#### O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):

— A Presidência encarece que o Relator não seja interrompido durante o pronunciamento do parecer ficando, naturalmente, todos com a faculdade de, depois, na discussão, apreciar a matéria.

#### O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):

— Sr. Presidente, ainda assim é sempre uma alegria ouvir o Constituinte Gerson Peres.

V. Ex.<sup>a</sup> tem razão, Constituinte Gerson Peres. Um esclarecimento final, especial a V. Ex.<sup>a</sup>, apenas para não interromper a sequência.

O art. 3º, inciso VII, prevê que:

"O Presidente pode suspender ou levantar a reunião quando entender necessário".

Diz o Constituinte Roberto Freire, acrescentando, que:

"O Presidente pode suspender ou levantar a reunião quando entender necessário, ouvido o Plenário da Comissão".

Sabe V. Ex.<sup>a</sup> que essa é uma atribuição do Presidente, quando, inclusive, pelo tumulto, pode suspender, levantar a reunião, ou retirar-se do Plenário: é realmente, uma praxe, além do que, um dispositivo regimental. Apenas o Relator copiou o preceito.

A Emenda nº 66, de autoria do eminente Constituinte Roberto Freire, dispõe que os trabalhos da Comissão possam iniciar com o número mínimo de 9 membros presentes. O Relator já justificou o porquê do parecer contrário dado a emenda rigorosamente idêntica a esta, a fim de que tenhamos um número razoável no começo dos nossos trabalhos.

A Emenda nº 72, de autoria do nobre Constituinte Renato Vianna é um tanto quanto polêmica. Acrescenta S. Ex.<sup>a</sup> um parágrafo único ao art. 8º do Regimento, dizendo:

"Em hipótese alguma, será permitida a substituição por indicação de Liderança e deferida pelo Presidente da Constituinte, de qualquer membro da Comissão, uma vez iniciada a reunião".

Lembro aos mais antigos, que há cerca de 20 anos estávamos juntos, e vejo aqui os eminentes Constituintes Cid Carvalho, e o hoje Senador Virgílio Távora, que também era Deputado Federal, como eu, o que me levou a dar parecer contrário a hipótese semelhante. Presidia a Comissão de Constituição e Justiça o eminente Deputado Federal, de saudosa memória, Djalma Marinho. E houve uma substituição dos Membros, que ficou histórica, feita pelas lideranças. Ficou assentado, então, que era uma atribuição da liderança. E não seria eu que iria cortar uma atribuição da liderança por entender de forma diversa. Manti-

ve-a, dando parecer contrário ao acréscimo desse parágrafo único.

Emenda nº 75, também de autoria do eminente Constituinte Renato Vianna.

Parágrafo 2º do art. 17:

"Encerrada a discussão, será dada a palavra ao Relator, se este o desejar, por até vinte minutos, vedados os apartes, procedendo-se em seguida a votação, sem encaminhamento".

O texto original é o seguinte:

"Encerrada a discussão, será dada a palavra ao Relator, se este o desejar, por até vinte minutos, procedendo-se em seguida a votação".

Não permite o aparte, proíbe o aparte na sua emenda. Entendo que não é democrático a proibição de apartes. Mantenho o texto original permitindo o aparte: a palavra do Relator e o parecer é contrário à emenda.

A Emenda nº 79, de autoria também do Constituinte Renato Vianna, no art 20 pede que se substitua o termo "redação do vencido" por "redação para a segunda discussão". Ao Relator pareceu que aí no caso tem que haver uma redação para a segunda discussão, porque senão se tolheria que houvesse a manifestação para estes termos que se vêem no art. 20:

"Votado o projeto de Constituição, em primeiro turno, com emendas, a matéria voltará à Comissão de Sistematização, a fim de ser elaborada a redação do vencido".

S. Ex.<sup>a</sup> não quer que se fale nisso e sim numa outra discussão, mas o fato é que volta mesmo é para a redação do vencido, e não para se discutir novamente no seio desta Comissão.

A Emenda nº 79 é feita ao art 20. A emenda de S. Ex.<sup>a</sup> prefere que seja substituída a expressão "redação do vencido" por "redação para a segunda discussão". Não é possível.

As demais emendas estão prejudicadas, sendo desnecessário passar à leitura, porque se casaram, não receberam parecer, nem contrário, nem favorável, porque eram apenas repetitivas e complementares — as de nº 1, 4, 5, 8, 11, 14, 15, 21, 22, 23, 24, 31, 32, 39, 40, 48, 53, 54, 55, 57, 58, 59, 67, 68, 69, 70, 80, 81, 82, 83, 84. Como os Srs. Constituintes verificarão pela leitura das demais, elas ou se acoplam ou se misturam, e o resultado final seria que se tomassem prejudicadas.

Devo ressaltar, Sr. Presidente, o trabalho magnífico que os Srs. Constituintes fizeram na apresentação das emendas, além de outros companheiros que preferiram dar a sua colaboração direta ao Relator, sem a apresentarem como emenda, como fizeram vários Constituintes.

Sr. Presidente, este é o Relatório.

#### O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):

— Antes de prosseguirmos nossos trabalhos, permito-me sugerir a S. Ex.<sup>a</sup> o Relator uma certa compatibilização, para que fique bem clara a matéria a ser submetida a discussão.

A nossa experiência, que sempre contribui para a racionalização, é de que Ata não deve ser votada nem discutida. No art 69, inciso I, fala-se em votação da Ata da reunião anterior. Propondo que



se substitua a expressão "votação com qualquer número" pela expressão "apreciação da Ata" distribuída em cópias, permitindo-se, a sua retificação como já consta dos regimentos.

A segunda sugestão é relacionada ainda com o mesmo art. 6º, inciso IV, quando se trata da Ordem do Dia, pois já foi acolhida a Emenda do Constituinte Ademir Andrade e, por questão de compatibilização, proponho se redija esse inciso IV, apenas com a expressão "Ordem do Dia", sem fazer outras especificações. Será a Ordem do Dia que a mesa adotar com a colaboração dos representantes partidários, deixando mais flexível a composição da Ordem do Dia, para a realização dos trabalhos.

**O SR. CONSTITUINTE JAMIL HADDAD:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Constituinte Jamil Haddad.

**O SR. CONSTITUINTE JAMIL HADDAD:** – Sr. Presidente, nobre Relator.

Parece-me que o Presidente está sugerindo novas emendas, e o prazo para apresentação de emendas já está mais do que encerrado. S. Ex.<sup>a</sup> tem todo o direito de emitir opinião a respeito da matéria em discussão; ocorre que o Relator, inclusive, já deu o parecer sobre todas as emendas apresentadas dentro do prazo hábil. Discordo, muito contrariado, de V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Presidente, mas parece-me que o Relator não pode, em absoluto, acolher a sugestão de V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A Presidência, oportunamente, apreciará a impugnação de V. Ex.<sup>a</sup> e a submeterá ao Plenário.

Encerrada a apresentação do parecer, vai ser estabelecida a seguinte ordem para os trabalhos: terá a palavra, por 10 minutos, o autor da proposição, o eminente Constituinte Antônio Carlos Konder Reis; em seguida, cada Membro da Comissão poderá dispor de 5 minutos para a discussão e os Constituintes não pertencentes à Comissão poderão dispor de 3 minutos.

A discussão poderá ser encerrada depois do debate por quatro membros da Comissão! Até o momento encontram-se inscritos os Constituintes Gerson Peres, Sandra Cavalcanti, Ademir Andrade e José Thomaz Nonô. Os outros que desejarem poderão se inscrever na lista que se encontra sobre a mesa.

Concedo a palavra ao Constituinte Antônio Carlos Konder Reis, pelo prazo de 10 minutos.

**O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS:** – A minha intervenção será rápida, Sr. Presidente.

Em primeiro lugar, desejo registrar a oportunidade da apresentação do Projeto de Resolução dispondo sobre as normas que não de disciplinar os trabalhos da Comissão de Sistematização.

A iniciativa foi singela. Logo na terceira reunião desta Comissão, pelo que havia ocorrido nas duas primeiras reuniões, julguei que era indispensável a Comissão aprovar um elenco de regras capazes de permitir a normalidade, a segurança e, acima de tudo, a eficácia dos trabalhos da Comissão de Sistematização, que são de grande importância para a elaboração da Constituição que se revestem, em razão do que dispõe o Regimento Interno

da Assembléia Nacional Constituinte, de um alto nível de complexidade.

Quero também, Sr. Presidente, registrar aqui a precisão do Relatório do Sr. Relator-Geral, Constituinte Bernardo Cabral.

Aquele embrião que foi apresentado por nós, com a colaboração da eminente Constituinte Sandra Cavalcanti e com o apoio logístico do PRODASEN, mereceu, inicialmente, um substitutivo que, trazido a Plenário, despertou o interesse, a atenção dos Srs. Membros da Comissão e, em razão desse interesse, foi objeto de quase uma centena de emendas, deixando bem clara a importância, a oportunidade e a necessidade de regras capazes de disciplinar os nossos trabalhos. Trata-se de uma questão sem maior relevância, mas quero aqui consignar a minha inconformidade com a alteração da designação do ato que vai ser aprovado pela Comissão de Sistematização. Entendo que vamos aprovar uma resolução da Comissão de Sistematização e, não, uma deliberação. Uma deliberação é coisa bem diferente do que está sendo aqui discutido. O elenco de normas destinadas a disciplinar os nossos trabalhos, só pode ser considerado, sob o ponto de vista da técnica legislativa, uma resolução, uma resolução da Comissão de Sistematização e, não, uma deliberação. Uma deliberação é uma decisão sobre determinado assunto, sobre uma questão concreta. Deliberação que se faz através da votação, da manifestação individual de cada um dos membros da Comissão, isso é uma deliberação que tem como conclusão imperativa a aprovação ou a rejeição. Um elenco de normas que visem a disciplinar os nossos trabalhos, só pode ser considerado, de acordo com a técnica legislativa, como uma resolução da Comissão. Mas é uma questão de nomenclatura, sem maior importância. Apenas quero fazer o registro de defesa da iniciativa que tive, qual seja a de um projeto de resolução estabelecendo as normas que não de disciplinar os nossos trabalhos.

A Resolução que está sendo objeto de discussão, com base no substitutivo apresentado pelo Sr. Relator-Geral, em face das quase 100 emendas apresentadas, demonstrou a necessidade dessa medida da Comissão de Sistematização, sem prejuízo do Regimento Interno, da Assembléia Nacional Constituinte, que estabeleceu as regras gerais. E sem contrariar essas regras gerais, teremos agora um roteiro para os nossos trabalhos, porque o transcorrer das últimas reuniões demonstra a necessidade desta Resolução.

Feitas essas considerações, Sr. Presidente, e registrados o trabalho do Sr. Relator-Geral quero valer-me destes dez minutos, que a generosidade de V. Ex.<sup>a</sup> me concedeu, como autor da proposição, para levantar uma questão de ordem, ou o que assim entender V. Ex.<sup>a</sup> para dirigir-lhe um pedido de esclarecimento.

Pediria ao nobre Sr. Presidente, Constituinte Aluizio Campos, que me distinguisse com a sua atenção.

Terminada a exposição que fiz, como autor da iniciativa, e feito o devido registro do trabalho do Sr. Relator e também dos Srs. Membros da Comissão, apresentando cerca de 100 emendas e com a verdadeira medida da importância da iniciativa, cumpre-me pedir a V. Ex.<sup>a</sup> como questão de ordem, que solicite ao nobre Sr. Relator esclarecer um dos pontos do seu parecer.

O nobre Sr. Relator Bernardo Cabral, na primeira parte do trabalho, emitiu parecer favorável, em conjunto às Emendas nº 9 e 12 a primeira de autoria do nobre Sr. Constituinte Raimundo Bezerra, e a segunda, subscrita pela nobre Sr.<sup>a</sup> Constituinte Sandra Cavalcanti: ambas as proposições acessórias objetivam incluir regra ao art. 15 do substitutivo do Sr. Relator.

A primeira das emendas propõe que se acrescente ao art. 15, o seguinte parágrafo único:

"As exigências inseridas no art. 24, inciso I, do Regimento Interno, serão efetivadas através da análise por amostragem da assinatura e dados que identifiquem um percentual confiável dos signatários de proposta da Emenda Popular, utilizando-se o sistema de computação."

Esta é a proposta do nobre Sr. Constituinte Raimundo Bezerra, que visa a contornar um obstáculo, uma dificuldade que a Comissão irá enfrentar, no que toca à identificação das assinaturas que convalidem a chamada Emenda Popular.

A nobre Constituinte Sandra Cavalcanti, na Emenda nº 12, propõe que se acrescente ao art. 15 do Substitutivo dois parágrafos. O primeiro deles está assim redigido:

"A verificação a que se refere o artigo 24, inciso I, do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte poderá ser feita por amostragem estatística, com adoção de percentagens confiáveis."

Realmente, essas duas proposições coincidem; apenas a redação é que difere. Mas na emenda da nobre Constituinte Sandra Cavalcanti há, ainda, proposta de outro dispositivo sobre a mesma matéria, a do § 2º.

Segundo a nobre Constituinte, ao artigo 15 dever-se-á acrescentar não apenas um parágrafo, mas dois. E o segundo que S. Ex.<sup>a</sup> propõe tem a seguinte redação:

"§ 2º. Sempre que a Emenda Popular coincidir, nos seus objetivos e nas suas definições, com emenda de igual teor apresentada nos Relatórios das Subcomissões ou por Constituintes, a Emenda Popular será considerada como verificada e, nos termos do artigo 17, § 1º, um de seus signatários poderá discuti-la e debatê-la".

Consulta ao nobre Sr. Relator: No parecer favorável às Emendas nºs 9 e 12, S. Ex.<sup>a</sup> considerou também o § 2º da Emenda nº 12, de autoria da nobre Constituinte Sandra Cavalcanti?

É a questão, Sr. Presidente.

E agradeço a V. Ex.<sup>a</sup> a oportunidade de ter usado da palavra logo no início da discussão, como autor da proposição.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Peço a palavra, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A proposição de V. Ex.<sup>a</sup> começa com e consulta ao Relator que deve, realmente, apresentar soluções que levem a compatibilizar as duas proposições. Passo a palavra ao Relator, para ouvi-lo, a fim de poder tomar decisão depois do seu pronunciamento.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):**

– Nobre Constituinte Antonio Carlos Konder Reis, V. Ex.<sup>a</sup> tem razão. Nas minhas anotações, talvez até pela pressa, consta que a Emenda Raimundo Bezerra foi aproveitada totalmente, para ser incluída como § 1º, e a Emenda da ilustre Constituinte Sandra Cavalcanti recebeu em parte, porque foi aproveitada para o segundo parágrafo; ou seja, o § 1º fica com a redação porque é mais completo nesta redação do eminente Constituinte Raimundo Bezerra. E o § 2º, **in totum**, é o apresentado pela eminente Constituinte Sandra Cavalcanti”.

Faltou ao Relator esclarecer isso, mas V. Ex.<sup>a</sup>, com a perspicácia que Deus lhe deu, conseguiu complementar através de seu esclarecimento.

De modo que, Sr. Presidente, quando V. Ex.<sup>a</sup> decidir a questão de ordem, pode fazê-lo levando em conta que a Emenda apresentada pelo Constituinte Raimundo Bezerra será o teor do § 1º, ao art. 15. E o § 2º de autoria da Constituinte Sandra Cavalcanti fica exatamente tal qual está apresentado no seu texto. É o esclarecimento.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A Presidência decide que a matéria será compatibilizada pelo Relator e novamente reapreciada quando tivermos de examinar a redação final do chamado Projeto de Deliberação.

Outro ponto mencionado pelo nobre Constituinte Antônio Carlos Konder Reis é que a proposição deva ser, como, aliás, está na capa do impresso, um Projeto de Resolução da Comissão de Sistematização. Peço ao Relator que se pronuncie sobre esta proposição a fim de que possamos, oportunamente, submetê-la à votação do Plenário.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):**

– Sr. Presidente, a melhor técnica talvez tenha sido colocada um pouco à margem, porque se entende que a Assembléia Nacional Constituinte está emitindo resoluções. Temos a Resolução nº 1, a Resolução nº 2, que criou o projeto; depois, já, hoje o nosso Regimento Interno. E pareceu ao Relator, Sr. Presidente e isto foi objeto de discussão aqui, porque alguns Srs. Constituintes levantaram impugnação ao termo “resolução”, que o Projeto de Deliberação se ajustaria melhor à Comissão de Sistematização, para que não houvesse confusão com as resoluções que, porventura, venham a ser emitidas pela Assembléia Nacional Constituinte. Mas isso pode ficar a critério do Plenário.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:**

– Peço a palavra, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):**

– Tem palavra o nobre Constituinte Gerson Peres.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:**

– Vamos começar logo pela conceituação de resolução, porque me parece que o Constituinte Antônio Carlos Konder Reis tem razão. O § 1º do art. 59 conceitua:

“Os projetos de resolução destinam-se a regular matéria de caráter administrativo”.

Isto que estamos fazendo, no meu entendimento, é uma resolução que vai disciplinar o caráter administrativo interno desta Comissão. Portanto, a titulação de projeto de resolução em nada conflita com outro tipo de resolução; basta que seja projeto de resolução da Comissão de Sistematização, ou – diz ainda – de natureza regimental,

que não é o caso, porque aqui não estamos estabelecendo um Regimento Interno.

O segundo ponto que me parece prejudicado é a proposição do ilustre Presidente Aluizio Campos, quando pede se acrescente ao art. 3º o seguinte inciso:

“Constituir Subcomissões especiais para determinados objetivos, aplicando-se à composição do funcionamento, no que couber, o disposto no art. 22 e seus parágrafos, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.”

Este inciso contraria o Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, que não permite – embora esteja implicitamente dito – divisão da Comissão de Sistematização em subcomissões.

S. Ex.<sup>a</sup> ressalva que apenas a Comissão de Sistematização não poderá subdividir-se em Subcomissões. É do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte. Havia anotado, aqui, o art. 13, § 2º. Essa colocação não me parece válida, nem regimental.

A segunda, do Constituinte Aluizio Campos, completa o espírito do art. 20 do Regimento Interno, quando S. Ex.<sup>a</sup> diz que:

“Encerrada a discussão, o Relator terá cinco dias para emitir parecer sobre as emendas, concluindo pela apresentação prévia da Constituição. Nos cinco dias subsequentes, o projeto será discutido e votado.”

S. Ex.<sup>a</sup> apenas complementa o espírito do art. 20, que não fala em prazo para votar e discutir o parecer do Relator.

Vou falar sobre a emenda de outro Colega e sobre essas três. Trata-se da emenda do Constituinte Renato Vianna que diz: “Substitua-se no art. 20 a expressão “redação do vencido” por “redação para segunda discussão”. Isso contraria o Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, que também usa a expressão no art. 28:

“Concluída a votação do projeto das emendas e dos destaques, a matéria voltará à Comissão de Sistematização, a fim de ser elaborada a redação do vencido”.

Essa palavra “redação do vencido” é expressa para o segundo turno no prazo de até dez dias. O nobre Relator quer colocar na nossa redação uma expressão que não se compatibiliza com a que está no art. 28 do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):**

– Eminente Constituinte, V. Ex.<sup>a</sup> poderia repetir a argumentação?

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:**

– No Substitutivo, parece-me que V. Ex.<sup>a</sup> aprovou a Emenda nº 79. Diz S. Ex.<sup>a</sup>:

“Substitua-se, no art. 20 a expressão “redação do vencido” por “redação para a segunda discussão”.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):**

– Foi rejeitada. Recebeu parecer contrário.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:**

– Está bem. Quero congratular-me, não porque algumas das minhas emendas foram aceitas, mas pelo trabalho meticuloso e beneditino do ilustre

Relator que realmente, para somar estrutura e dar uma redação final boa, parece-me que teve muita dor de cabeça. Congratulo-me com S. Ex.<sup>a</sup> pelo tempero inteligente que deu, aproveitando, de quase todos os Colegas, as melhores colocações ao trabalho. Isso prova a grandeza de humildade e, ao mesmo tempo, de competência.

Vou, agora, falar das minhas emendas:

Sr. Presidente, no inciso I do art. 6º pedi que a redação da Ata – e V. Ex.<sup>a</sup> apresentou sugestão que se vai compatibilizar com o que apresentei como emenda – eu tirava a palavra “aprovação” mesmo porque a Ata pode ser retificada a qualquer momento por um dos Membros desta Assembléia. No inciso I do art. 6º, coloquei a redação “Leitura da Ata da reunião anterior, distribuída em cópias aos Membros da Comissão, permitida sua retificação oralmente ou por escrito”. Disse na minha justificativa, que não me parecia coerente com a regra geral da votação das matérias previstas, nesta deliberação que se escreva “Votação com qualquer número”, mesmo porque o Projeto de Resolução não prevê essa situação, tampouco o Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, e nem o que estamos votando. A votação de uma matéria sempre tem que ser dada por maioria simples ou por maioria absoluta.

Ora, se se permite começar a reunião da Comissão de Sistematização com 18 Membros, este número não pode votar uma Ata, por não se constituir nem maioria simples nem maioria absoluta, da Comissão de Sistematização. Logo, parecia-me contraditório, e o certo seria deixar na redação, pura e simplesmente, a leitura da ata e silenciar sobre a votação. E quem a quisesse retificar o faria por escrito ou oralmente, porque o objetivo da votação da ata, justamente, era este: colocá-la aprovada, com ou sem rejeição. Uma vez retificada, estaria corrigido o erro: não haveria por que rejeitar uma ata que é um relatório de ocorrências.

De forma que eu pediria, e insistiria, ao Relator, reexaminasse a minha proposição, que me parece não foi aceita por S. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):**

– Não! Perdoe V. Ex.<sup>a</sup> mas houve parecer favorável à Emenda nº 18.

**O SR. GERSON PERES:**

– Eu a ouvi mal.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):**

– Emenda nº 18 – o inciso I do art 6º passa a ter a seguinte redação:

“Leitura da Ata da reunião anterior, distribuída em cópia aos Membros da Comissão, permitida a sua retificação oralmente ou por escrito.”

Essa a emenda de V. Ex.<sup>a</sup>.

Veja V. Ex.<sup>a</sup>, na página 23: “parecer favorável em parte”.

**O SR. GERSON PERES:** – Então, não foi em parte. V. Ex.<sup>a</sup> acolheu a minha emenda total e integralmente, conforme acaba de ler.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):**

– Não é essa a emenda de V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. GERSON PERES:****O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):**

– V. Ex.<sup>a</sup> tem razão: na página 23, está “parecer favorável em parte”, mas na minha anotação, aqui, está

"por inteiro". De modo que V. Ex.<sup>a</sup> pode considerar a opinião do parecer favorável, por inteiro.

**O SR. GERSON PERES:** – Muito obrigado. Agora, vou passar a outra emenda minha, que é a supressão do inciso VI do art. 3º, que eu tachei de discriminatória e autoritária.

Mas V. Ex.<sup>a</sup> me disse que iria justificar-me na oportunidade.

Porque, a meu ver, ao Presidente compete o resguardo do nome e o funcionamento da Comissão, e determinar que os discursos e apartes não infrinjam a ética.

Portanto, o que S. Ex.<sup>a</sup> não pode é determinar que os discursos e os apartes dos Membros desta Comissão não sejam apanhados, porque me parece que representa uma discriminação: eles têm que ser apanhados. Agora, se estão com expressões incompatíveis com a ética ou com as normas regimentais, o Presidente, aí, sim, teria atribuição para mandar cortar essas expressões.

Esse, o meu pensamento. Não sei como o Relator acolheria essa minha justificativa. É o inciso VI do art. 3º.

Posso prosseguir, então?

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Eu pediria a V. Ex.<sup>a</sup> que verificasse também a Emenda nº 61, inciso VI. O eminente Constituinte Roberto Freire aceita, desde que seja com metade dos Membros presentes.

V. Ex.<sup>a</sup> manda suprimir pura e simplesmente...

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Mas aí há uma contradição do Constituinte, porque o Regimento manda que comece com 18.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Eu pediria que V. Ex.<sup>a</sup> ouvisse.

Neste particular houve duas emendas, e eu acolho a emenda de V. Ex.<sup>a</sup>. Retifico a minha posição anterior, porque realmente, o que V. Ex.<sup>a</sup> pretende é mais democrático, porque cabe ao Presidente, na hora que ele quiser, determinar que sejam riscadas expressões não convenientes, ou que não sejam tomados...

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – E é do Regimento da Assembléia Nacional Constituinte, inclusive.

Agora, vamos ao art. 8º, para esgotar o meu tempo, Sr. Presidente.

Quero agradecer que foi acolhida a minha emenda integralmente, não tendo nada mais a falar. V. Ex.<sup>a</sup> acolheu o meio-termo.

Agora, quanto ao inciso IV do art. 10, passa ele a ter a seguinte redação: "verificação de votação, com o apoio de três integrantes..." V. Ex.<sup>a</sup> também acolheu a Emenda do Constituinte Bonifácio de Andrada, que bate com a minha e com a do Constituinte Ademir Andrade também.

"... o encerramento da discussão, tendo usado a palavra pelo menos 10 oradores, sendo 5 a favor e 5 contra."

V. Ex.<sup>a</sup> parece que não acolheu.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Qual o número da emenda?

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Não sei, esse avulso não traz o número da emenda.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ THOMAZ NONO:** – No avulso tem o nº 21, que o relator considerou prejudicado.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):**

– Veja V. Ex.<sup>a</sup> à página 26, art. 11, IV.

A subemenda de autoria de V. Ex.<sup>a</sup> ficou prejudicada porque há uma outra emenda que já disciplina melhor.

Emenda nº 28, do eminente Constituinte Ademir Andrade.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Faço uma colocação porque eu acho que o nº 5 se compatibiliza mais com o valor numérico dos Partidos aqui representados. Parece-me que aqui há dez Partidos e haveria uma chance de cada membro de cada Partido, em combinação, talvez, na hora de encerrar a discussão, falar sobre a matéria; poderia, nesta oportunidade, falar um de cada Partido, não digo formalmente. V. Ex.<sup>a</sup> sabe que aqui dentro, às vezes, há composições, e isso possibilitaria essas composições.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Desejo ponderar ao Constituinte Gerson Peres que o tempo que temos é de 5 minutos para cada intervenção, na discussão do projeto. V. Ex.<sup>a</sup> na verdade, está pedindo que o nobre Relator explique a razão, que já foi exposta por S. Ex.<sup>a</sup>, do parecer contrário de cada uma das suas emendas. Como V. Ex.<sup>a</sup> apresentou várias, se cada autor fizer a mesma coisa, a discussão vai ser muito prolongada e pediria a sua boa vontade para apreciar o que considerar mais importante.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Realmente, esse problema de elaboração de Regimento deveria ter uma outra metodologia; em vez de o Sr. Relator falar sozinho, deveria logo discutir com a gente as emendas: seria mais prático, uma maneira mais cordial. Mas é pouco difícil, Sr. Presidente, de forma que se torna um pouco complicado gravar tudo o que o Relator disse lá, e depois discutir.

Mas vou encerrar, para V. Ex.<sup>a</sup> ter oportunidade de passar a palavra a outro e não falarei mais.

A Emenda modificativa, referente à letra "a", do art. 16:

"... as emendas com parecer contrário serão votadas em globo, salvo com o apoio de três assinaturas de integrantes da Comissão".

Veja bem, venho acompanhando a coerência da Resolução. O Relator acatou aqui as emendas de nº 3, as quais tratam sobre pedidos de verificação de votação, pedidos de votação contrária, etc. Essa outra parece que se acatou, porque se compatibiliza com a dos demais companheiros. Mas a letra "b", do art. 16 – e aí é que está o cerne do problema e parece-me que nos priva da última oportunidade – é como o exemplo daquele cidadão que está na prisão da cidade norte-americana de São Francisco, que mesmo ele restando 2 minutos para ser condenado à morte, mesmo sabendo que não tem mais nenhuma oportunidade, assim mesmo fica lá esperando a resolução do perdão da Suprema Corte –, parece-me que se amarra, e se dá o golpe fatal na oportunidade que tem aquele parlamentar de defender uma emenda.

"Art. 16. b) as emendas com parecer favorável serão votadas sem encaminhamento de votação, salvo destaque lido por 3 integrantes da Comissão."

V. Ex.<sup>a</sup> rejeitou esta emenda e ficou com a que dá o número de 12 ou 11 membros, se não me falha a memória. Não seguiu a coerência das demais que permitem que, com três, se peça verificação, se peça **quorum**. Mas, no destaque, é que V. Ex.<sup>a</sup> amarrou e com isso V. Ex.<sup>a</sup> também coloca um obstáculo terminativo às minorias. Aqui, os Partidos que não têm número suficiente de 11 membros, jamais poderão pedir destaque das suas emendas ou das emendas dos seus membros ou daqueles que estão lá fora, solicitando às minorias que peçam destaque para uma apreciação.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – V. Ex.<sup>a</sup> me permite, nobre Constituinte Gerson Peres? Quantos Deputados tem o PDT?

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Nenhum de nós tem 18, a não ser o PDT.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Justamente eu acolhi a emenda do nobre Constituinte Brandão Monteiro.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Qual foi?

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Emenda nº 42.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Quantos são os integrantes?

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Doze integrantes. Quem sugere é S. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Mas S. Ex.<sup>a</sup> não atentou para esse ponto.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Atentou, Ex.<sup>a</sup>. É a emenda com parecer favorável. Se, eventualmente, o ilustre Constituinte recebeu um parecer favorável, não é justo que se bloqueie este colega Constituinte, que teve o parecer favorável. Não é desfavorável.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Mas S. Ex.<sup>a</sup> está fazendo o contrário, está bloqueando aqui aquelas emendas que foram rejeitadas.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Não. Não. Ex.<sup>a</sup>. Então V. Ex.<sup>a</sup> se equivocou.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – S. Ex.<sup>a</sup> deu parecer favorável a uma emenda minha, e conseqüentemente, que estava se sobrepondo a ela, a do Constituinte Ademir Andrade; ela ficou como parecer contrário e S. Ex.<sup>a</sup> fica sem o direito de pedir o destaque.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Não é isso. Desculpe-me. Vou ler para V. Ex.<sup>a</sup>, permita-me, por favor: a alínea **b**, do art. 16 dizia: "As emendas..." – para que V. Ex.<sup>a</sup>, veja como a idéia do Relator é proteger o Constituinte minoritário, é que quando na alínea **a** se fala em emenda com parecer contrário, temos o número de 9: na alínea **b**, que trata do parecer favorável, temos o número de 18.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Do contrário V. Ex.<sup>a</sup> não permite à minoria ter oportunidade.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Não. Até pelo contrário, estou garantindo. Veja que o próprio Constituinte Brandão Monteiro, é Líder de um partido que não tem 12 membros. S. Ex.<sup>a</sup>

apresentou emenda de sua autoria, com parecer favorável, as quais serão votadas em globo, favor destaque requerido por 12 integrantes.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON**

**PERES:** – Porque S. Ex.<sup>a</sup> como minoritário, não atinou para a dificuldade que vai ter na ocasião em que a Secretaria começar a funcionar.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):**

– Se o parecer é favorável...

**O SR. CONSTITUINTE GERSON**

**PERES:** – Ai é o contrário, são nove. Ninguém tem nove. O PDS, por exemplo, tem três membros.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):**

– Mas é quando o parecer é contrário.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON**

**PERES:** – V. Ex.<sup>a</sup> deveria, então, deixar três membros para o parecer contrário: e nove membros para o parecer favorável. Ai V. Ex.<sup>a</sup> possibilitaria ao parecer contrário as minorias se destacarem.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):**

– V. Ex.<sup>a</sup> ainda, talvez, não tenha alcançado, por dificuldade minha, o raciocínio que fez o Relator.

Veja V. Ex.<sup>a</sup> que, quando houver uma emenda com parecer contrário de um Constituinte que faça parte de um bloco menor. V. Ex.<sup>a</sup> vai encontrar – veja V. Ex.<sup>a</sup>, no art 16, alínea "a", a colhida que dei à emenda do Constituinte José Genoino. Se V. Ex.<sup>a</sup> perceber – chamo a atenção de V. Ex.<sup>a</sup> para a emenda nº...

A emenda acolhida para o contrário...

**O SR. CONSTITUINTE GERSON**

**PERES:** – Tenho profundo respeito pela inteligência de V. Ex.<sup>a</sup>. Na minha opinião, tudo é uma questão de lógica e de coerência. V. Ex.<sup>a</sup> adotou a linha de coerência de dar às minorias a oportunidade de terem facilidades para ver matérias – oriundas dos seus programas, da sua linha de ação política e doutrinária – correrem e serem julgadas pelo Plenário. Quando peço verificação de votação, tenho três elementos que me dão suporte. Então, posso pedir. Quando peço **quorum**, também tenho três elementos que me dão suporte. Quando chega na parte do destaque, que é a parte mais importante do período processual do projeto, V. Ex.<sup>a</sup> coloca 9 e 12 membros. Quando V. Ex.<sup>a</sup> coloca 9 membros para o destaque – falo em tese, nobre Relator – verifico que num determinado problema eu tenho um destaque a fazer no projeto, para ver o Plenário julgar aquela idéia perante a opinião pública. Vamos admitir um problema de reforma agrária, por exemplo, o caso do loteamento proposto pelo Constituinte Cid Carvalho. Ele quer destacar, para que os Constituintes julguem em plenário. S. Ex.<sup>a</sup> não vai ter essa oportunidade, porque aqui não foi destacado. Já foi sepultado no início. E sepultado de início, não chega lá.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):**

– Desculpe V. Ex.<sup>a</sup> continua fazendo confusão, Constituinte Gerson Peres.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON**

**PERES:** – Vamos ver. Convença-me para eu dar a mão à palmatória.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):**

– Quando o parecer for contrário não haverá essa facilidade. Mas se for a favor, por exemplo, da reforma agrária, porque é que vamos impedir aqui na nossa

Comissão, com apenas três votos, que o parecer favorável à reforma agrária não vá para o Plenário?

**O SR. CONSTITUINTE GERSON**

**PERES:** – O destaque é para votação. É para que toda a Comissão se pronuncie sobre a matéria, por causa da relevância. Era esta a minha opinião.

Respeito a de V. Ex.<sup>a</sup> apenas não o acompanharei na votação porque entendo que o destaque deve ser facilitado. Deveria ser facilitado até para o autor da proposição, o autor deveria ter atribuição para destacar a sua matéria e vê-la julgada pelo Plenário sem discussão, só votação. Ai não haveria perda de tempo.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):**

– Agradeço ao nobre Constituinte Gerson Peres ter atendido à solicitação de encerrar a discussão de suas emendas, e esclareço que o objetivo do Relator foi exatamente impedir que as emendas com parecer contrário possam ser utilizadas, ou que o parecer contrário o seja por um menor número de Constituintes, para fazer obstrução.

**O SR. CONSTITUINTE INOCÊNCIO**

**OLIVEIRA:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):**

– Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE INOCÊNCIO**

**OLIVEIRA:** – Sr. Presidente, com todo o respeito que tenho ao nobre Constituinte Gerson Peres, um dos mais brilhantes Constituintes nesta Casa, quero deixar registrado que S. Ex.<sup>a</sup> discutiu por mais de 15 minutos, esquecendo-se que V. Ex.<sup>a</sup> anunciou que cada Constituinte tinha 5 minutos para discutir a matéria. Ou se coloca aqui nesta Casa o que a Presidência decide, ou não chegaremos a lugar nenhum. É bom que se frise isso.

Gostaria que essa Presidência cumprisse rigorosamente os prazos, porque há outros Constituintes inscritos. Muito obrigado.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON**

**PERES:** – Sr. Presidente, peço desculpas ao nobre Constituinte Inocêncio Oliveira por ter infringido a norma presidencial.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):**

– A Presidência agradece a colaboração de V. Ex.<sup>a</sup>.

Tem a palavra a nobre Constituinte Sandra Cavalcanti.

**A SR<sup>a</sup> CONSTITUINTE SANDRA CAVALCANTI:**

– Sr. Presidente, vou tentar utilizar rigorosamente os cinco minutos que a Presidência determina. Queria registrar antes de mais nada o meu aplauso pelo excelente trabalho do nobre Relator.

**O SR. CONSTITUINTE BERNARDO**

**CABRAL:** – Muito obrigado a V. Ex.<sup>a</sup>.

**A SR<sup>a</sup> CONSTITUINTE SANDRA CAVALCANTI:**

– ...apresentando realmente uma síntese muito feliz da colaboração de todos os companheiros Constituintes da Comissão de Sistematização. Eu estava inscrita exatamente para levantar a questão que foi argüida com muita perspicácia e com muita rapidez ao Constituinte Antônio Carlos Konder Reis e que já foi resolvida pela Mesa.

Tenho ainda duas dúvidas com relação a esse trabalho. Eu apoio a observação feita pelo Constituinte Antonio Carlos Konder Reis, de que este

nosso trabalho não é um projeto de deliberação, e sim um projeto de resolução. É uma questão talvez de uma filigrana da língua portuguesa, talvez um hábito maior de utilização de certas palavras em determinados momentos, mas a minha impressão é de que a deliberação já é sempre sobre matéria substancial que tem como objetivo já discutir os assuntos relativos à elaboração da própria Constituição. Ai sim, nós aqui vamos deliberar. Isso é um projeto de resolução na medida em que ele estabelece normas de trabalho. Mas não acho que isso deva ser motivo suficiente para que nos atrasemos um pouco mais na aprovação dessa matéria. E acho que a questão levantada pelo Constituinte Gerson Peres tem fundamento. Na minha modesta maneira de entender esse assunto há, de fato, no número estabelecido para o destaque, um bloqueio aos Partidos de menor representação, o que me parece também que é matéria de fácil solução, uma vez que outras Lideranças aqui se manifestam.

Finalmente, Sr. Presidente, gostada de deixar bem claro que a fórmula encontrada por esta Comissão para o atendimento da melhor maneira possível das dificuldades criadas pelas chamadas emendas populares, mais uma vez prova a nossa capacidade brasileira de contornar obstáculos quando eles se tornam realmente intransitáveis, como era o caso.

Quero registrar de novo, então, o meu aplauso pelo trabalho e desejar que estas normas possam ser votadas ainda hoje para que a Comissão de Sistematização já disponha da sua ferramenta de trabalho daqui por diante. Acho que não gastei os 5 minutos. Sr. Presidente.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):**

– Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):**

– Tem a palavra, pela ordem, o nobre Relator, Constituinte Bernardo Cabral.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):**

– Quero que fique registrado nos Anais que nada terei a opor. A minha idéia, quando coloquei um número maior, foi para permitir que aquele companheiro que tivesse parecer favorável a um assunto polêmico não fosse bloqueado na Comissão.

De modo que, Sr. Presidente, se assim se decidir, nada tenho a opor. Pelo contrário, não quis pôr um número reduzido para não dizerem que o Relator estava prejudicando a minoria. Como também não tenho nada a opor, Sr. Presidente, quanto ao projeto de deliberação ou de resolução. Apenas justifiquei a minha posição.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):**

– O Constituinte Antônio Carlos Konder Reis, na verdade, propôs uma questão de ordem para argüir que o projeto deveria chamar-se "Projeto de Resolução".

Agora, a Constituinte Sandra Cavalcanti e o eminente Relator se pronunciam de acordo com a questão de ordem.

Atendendo à preocupação do Constituinte Inocêncio Oliveira, de que não devemos perder tempo, a Mesa não precisa submeter a matéria à deliberação da Comissão. Decide que o projeto deva realmente chamar-se "Projeto de Resolução", porque é de tal natureza, e o Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte não impede que as Comissões baixem projetos de

resolução internos. Então, está resolvida esta questão.

Tem a palavra o Constituinte Ademir Andrade.

**O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Antes de iniciar a discussão da matéria, nesta oportunidade, pela falta de condições de comparecer à última reunião desta Comissão, gostaria de deixar registrado na Ata desta reunião o meu voto contrário à aprovação da Ata da reunião de segunda-feira próxima passada.

Quero deixar consignado também o meu entendimento de que a rejeição do Projeto de Decisão nº 1 não foi votada com número na Comissão de Sistematização. Foi, portanto, de certa forma, uma manobra que levou a um resultado não verdadeiro.

Era só para registrar nossa posição.

Com relação ao nosso Projeto de Resolução nº 1, ou de Deliberação, eu gostaria de chamar a atenção para alguns aspectos: o eminente Relator aprovou emenda de nossa autoria a de nº 25, e também a Emenda nº 64, do Constituinte Roberto Freire. Creio que a redação dada pelo Constituinte Roberto Freire, na Emenda nº 64, cabe melhor no projeto final, porque há, aí, supressão sobre o mesmo tema, e a redação dada pelo Constituinte Roberto Freire me parece muito mais lógica. Portanto, seria o caso de não se aprovar, de não se considerar a nossa emenda a respeito deste assunto.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – V. Ex.<sup>a</sup> aceita que está prejudicado, então?

**O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE:** – Exatamente.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Obrigado.

**O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE:** – Com relação a nossa Emenda nº 24, que fala sobre a questão de ordem e as reclamações, "cabendo recursos ao Plenário com o apoio de três Constituintes", gostaria de colocar em destaque, porque na reunião da última quinta-feira se deu uma questão desse tipo, quer dizer, uma decisão de certa forma tomada pelo Presidente, que não convém ao interesse da maioria da Comissão. Gostaria que, no caso de uma questão de ordem, pudesse haver recursos ao próprio Plenário, com a aprovação de três Constituintes. Apesar de ter sido rejeitada pelo nobre Relator, gostaria que ela fosse destacada para a votação em separado no momento da votação deste Projeto de Resolução.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Solicitaria ao nobre Relator que anotasse as observações durante o período de discussão e, no final, pudesse apreciá-lo em globo, para que pudéssemos ganhar tempo.

**O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE:** – Bem, entre outras, eu gostaria, também, que fosse destacado – apesar de ter a maior confiança no eminente Relator Bernardo Cabral – o seguinte: "No processo de discussão – como está no projeto original – em que o Relator tem a palavra final sobre toda e qualquer tema em discussão por 20 minutos, não se permitindo encaminhamento de votação".

Eu entendo que é uma prerrogativa muito grande, porque em toda e qualquer discussão eu ima-

gino que se nós tivermos a votação de 50 ou de 100 destaques aqui na Comissão, em cada um desses destaques, após a discussão pelos Constituintes, o relator terá sempre 20 minutos para discutir cada uma dessas questões, quer dizer, não se permitindo encaminhamento de votação.

Então, a minha proposta é esta. E quando imaginei isto, achei que discutiríamos pontos, pequenas questões, limitadas a determinados assuntos e, portanto, não amplas e não tão necessárias para que se conceda 20 minutos ao Relator. Na nossa emenda, de nº 34, sugeri 10 minutos e que se garantisse a palavra de encaminhamento de votação ao autor do destaque, ou da emenda ou da proposta, enfim.

Acho que é um desejo de participação do próprio autor, para que não fique sempre a última palavra com o Relator da Comissão e por um período tão espaçado de tempo.

Queria, também, aqui registrar a apresentação da emenda Renato Vianna, conforme segue, a qual foi também rejeitada pelo relator:

"Em hipótese alguma será permitida a substituição, por indicação de Liderança e deferida pela Presidência da Constituinte, de qualquer membro da Comissão, uma vez iniciada a reunião".

Acho que é justo aprovar uma medida como esta. Até eu gostaria de que fosse aprovada que não pudesse mudar desde o momento da constituição da Comissão, porque, não aprovado isso, fica evidente que os membros de cada Partido terão que votar de acordo com o que determine a sua Liderança e não com o que determina a sua consciência, o seu compromisso político com as suas bases eleitorais.

Então, acho que é absolutamente inadmissível que, por causa de uma posição política que algum Constituinte venha a adotar nesta Comissão, de repente, chegue o seu Líder, depois de começada a reunião, e o substitua, pelo fato de aquele não votar de acordo com o desejo deste. Acho isso um absurdo. Portanto, sou favorável à Emenda do Constituinte Renato Marina, e gostaria de que ela fosse destacada para a votação em separado.

No mais, Sr. Presidente, gostaria de congratular-me com o ilustre Relator, Constituinte Bernardo Cabral, pelo brilhante trabalho que fez, assim como com o Constituinte Antônio Carlos Konder Reis, pelo projeto que apresentou a esta Comissão, dando início a estes trabalhos.

Era esta a nossa manifestação.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Obrigado a V. Ex.<sup>a</sup>.

Concedo a palavra ao nobre Constituinte José Thomaz Nonô.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ THOMAZ NONÔ:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Gostaria de aduzir, também, as nossas congratulações ao trabalho do Relator Bernardo Cabral, pelo fato de ter marcado seu trabalho por um cunho notadamente democrático. A tendência do Relator foi a de diminuição do **quorum**, em limites até certo ponto desconformes com as práticas da Casa, que são havidas como democráticas. De qualquer forma, a tendência, em todas as votações, foi reduzir o **quorum**. A observação argüida pelo nobre Constituinte Gerson Peres, de que o

PDS, o seu Partido, no caso específico, contava apenas com três representantes nesta Comissão, considero-a, em primeiro lugar, como sendo um equívoco; o PDS não tem três representantes, tem seis. Coligado a qualquer outro Partido, como o PDT, por exemplo, que tem 3, já fica com 9, um **quorum** mais do que suficiente para exercer as suas prerrogativas no caso de pedidos de destaque. Isto posto, elogiando, sobretudo o espírito democrático da feitura do Relatório, gostaríamos também de primar pela sua perfeição formal. Não se trata, única e exclusivamente, de filigranas, mas, sim, porque isso também vai funcionar, no final, como Comissão de Redação, como Comissão encarregada no sentido de que as normas sejam o mais aproximadamente possível de perfeição, substancial e formalmente.

Gostaria de pedir destaque para o art. 5º, exatamente por causa da expressão expletiva "9 horas da manhã". Parece-me que nenhum Constituinte terá dúvida de que 9 horas será, necessariamente, da manhã; e todos farão inserir essa disposição, em que pese a intenção, que me parece translúcida e cristalina do Relator, de enfatizar o cunho matinal dessa reunião; parece-me plenamente dispensável – "9 horas", e pronto. Se quiserem, se insistirem na expressão "da manhã", que se dê uma redação do tipo: "as reuniões ordinárias serão realizadas às terças, quartas e quintas-feiras, pela manhã, às 9 horas"; aí sim seria cabível a inserção dos dois termos.

A outra questão diz respeito ao inciso VII do art. 3º. A redação original dizia: "Suspender ou levantar a reunião quando entender necessário". Isso como atribuição do Presidente.

O nobre Relator acolheu a Emenda nº 17, que diz o seguinte: "Suspender ou levantar a reunião, quando a ordem nos trabalhos e as normas desta deliberação estiverem sendo desrespeitadas". Parece-me que a intenção foi aprimorar, mas continua um vazio; novamente, necessita-se de uma busca, de um perfeccionismo desejado.

Quem é que determina ou entende o momento em que as normas desta deliberação estejam sendo desrespeitadas? Parece-me que a redação mais perfeita e mais adequada seria: "Suspender ou levantar a reunião, quando entender necessário". Aí não poderia ser o término da proposição, porque o Presidente, por exemplo, poderia resolver dar um telefonema, ou entender subjetivamente que era necessário e se retirava. Então, a expressão tem que ser mantida: "...quando entender necessário, quando a ordem dos trabalhos e as normas desta deliberação estiverem sendo desrespeitadas".

O critério de entendimento da necessidade é do Presidente, qual seja, o de dar a esse entendimento de natureza subjetiva uma limitação material. Quando? Quando houver desordem ou desrespeito nos trabalhos da Casa.

Estas eram as observações que eu gostaria de levantar.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – V. Ex.<sup>a</sup> requer destaque também para o inciso VII?

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ THOMAZ NONÔ:** – Com essas observações!

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, pediria a palavra para que eu pudesse res-

ponder, esclarecendo parte a parte, senão fica um pouco difícil acompanhar depois o raciocínio.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Concedo a palavra a V. Ex.<sup>a</sup> solicitando que seja breve, porque estamos com menos de meia hora para encerrarmos a reunião.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Serei muito breve.

Sr. Presidente, a razão da Emenda do eminente Constituinte Ademir Andrade, quando S. Ex.<sup>a</sup> se reporta ao problema do prazo – § 2º do art. 17, sem encaminhamento – é porque o Relator teve em vista que no art. 17 o autor dispõe de 20 minutos, assim como o Relator, para se manifestar, depois, na votação, isso cabe ao Relator para uma melhor seqüência do trabalho, se assim o desejar. Quer dizer, impede-se o encaminhamento não como proibição, mas até para uma melhor norma de trabalho.

Segundo, a Emenda nº 34, quando S. Ex.<sup>a</sup> lembra que "...encerrada a discussão, será dada a palavra ao Relator, se este o desejar, por 10 minutos, prosseguindo-se, seguido da votação" ...é aquele apelo que eu havia feito a S. Ex.<sup>a</sup>.

Na Emenda nº 72, Sr. Presidente, precisarei de um minuto só para fazer uma consideração. O eminente Constituinte Ademir Andrade vai fazer com que eu reformule a minha posição, com a história da liderança dos Partidos. S. Ex.<sup>a</sup> falou numa coisa que me tocou profundamente, que é a consciência que deve presidir a votação de cada Constituinte; que ele não se submeta, dentro daquilo que a sua consciência diz a um ditame, a uma imposição do Líder do Partido.

Reconsidero minha posição, para aceitar a consideração de S. Ex.<sup>a</sup> e acolher ou dar parecer favorável a Emenda nº 72, do Constituinte Renato Viana.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Então, a emenda será incluída entre aquelas que receberam parecer favorável?

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sim, a Emenda nº 72, Sr. Presidente, realmente comoveu-me.

O eminente Constituinte José Thomaz Nonô pede destaque para a emenda que cuida do art. 5º, dizendo que a melhor redação será aquela que incluir que "as reuniões ordinárias serão realizadas nas terças, quartas e quintas-feiras, pela manhã, às 9 horas". Estou de pleno acordo e acolho, também, o destaque do inciso VII do art 3º.

Era o esclarecimento, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Com a palavra o Constituinte Nilson Gibson.

**O SR. CONSTITUINTE NILSON GIBSON:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, inicialmente desejo associar-me aos demais Constituintes que parabenizaram o Relator pelo excelente e democrático trabalho, votos estes extensivos aos auxiliares.

Um assunto que já foi esboçado pelo nobre Constituinte José Thomaz Nonô era referente a uma emenda nossa, a Emenda nº 45, que dispõe sobre o problema de retirar a expressão "da manhã". Inclusive, aqui estava conversando com o Constituinte Adolpho Oliveira, que independentemente até dos Estados Unidos, que utilizam horário um pouco assemelhado ao nosso, mas que

não cometem essa heresia. Nove horas, evidentemente, e uma conceituação que significa ser na parte da manhã, mas a redação dada está totalmente concorde com o nosso entendimento.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

**O SR. CONSTITUINTE NILSON GIBSON:** – Exatamente! Somos brasileiros. Acho que V. Ex.<sup>a</sup> sabe disso. Acho que se pudéssemos defender isso ainda mais, seria bem simpático. Divirjo da nobre Constituinte Sandra Cavalcanti que me deu a oportunidade de abordar o seguinte...

**O SR. CONSTITUINTE INOCÊNCIO OLIVEIRA:** – Levanto uma questão de ordem, Sr. Presidente.

**O SR. CONSTITUINTE NILSON GIBSON:** – Sr. Presidente, V. Ex.<sup>a</sup> me assegura a palavra? Ou então desconte o meu tempo. Concedo o meu tempo ao nobre Constituinte Inocêncio Oliveira.

**O SR. CONSTITUINTE INOCÊNCIO OLIVEIRA:** – Eu não quero o tempo de V. Ex.<sup>a</sup>. Quero uma questão de ordem da Presidência.

**O SR. CONSTITUINTE NILSON GIBSON:** – Mas, eu estou falando, como pode haver a questão de ordem?

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A Presidência supõe que V. Ex.<sup>a</sup> não vai insistir na manutenção do tempo. Então, está concedida a palavra ao Constituinte Inocêncio Oliveira, para uma questão de ordem.

**O SR. CONSTITUINTE INOCÊNCIO OLIVEIRA:** – Sr. Presidente, creio que esta Comissão deve ser séria.

**O SR. CONSTITUINTE NILSON GIBSON:** – Deve ser séria?! V. Ex.<sup>a</sup> está nos acusando de que não somos sérios?

**O SR. CONSTITUINTE INOCÊNCIO OLIVEIRA:** – Lamento. Deve ser séria e vou concluir. Mas, Sr. Presidente, até agora...

**O SR. CONSTITUINTE NILSON GIBSON:** – Esta é uma acusação muito grave. Não aceito essas acusações.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – V. Ex.<sup>a</sup> não pode interromper o orador, nobre Constituinte Nilson Gibson, enquanto S. Ex.<sup>a</sup> levanta uma questão de ordem.

**O SR. CONSTITUINTE INOCÊNCIO OLIVEIRA:** – Sr. Presidente, volto a dizer: eu suponho que esta Comissão deve ser séria. Já pensei até em retirar-me dela, porque os trabalhos aqui não têm sido presididos de uma maneira que faz bem à Comissão de Sistematização. Esta é a Comissão mais importante da Assembléia Nacional Constituinte.

Vou mostrar, Sr. Presidente: iniciamos nossos trabalhos com mais de 30 Srs. Constituintes. Está havendo um esvaziamento desta Comissão, pela maneira como os trabalhos estão sendo conduzidos. Não é possível que, durante uma matéria que está sendo discutida por um Constituinte, se façam brincadeiras, galhofas e outras coisas mais. E é o que está acontecendo, frequentemente neste Órgão Técnico.

Por isso, Sr. Presidente, levo essa questão de ordem a V. Ex.<sup>a</sup>, esperando que nas próximas reuniões esta Comissão dirija os trabalhos com serie-

dade e de acordo com a resolução feita e aprovada nesta reunião.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, peço a palavra a V. Ex.<sup>a</sup> para contestar a questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem a palavra o Constituinte Gerson Peres.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Vou ser breve, porque quero consumir um minuto, apenas.

O Sr. Constituinte Inocêncio Oliveira, hoje, está com a síndrome do cumprimento do dever e estou muito preocupado com S. Ex.<sup>a</sup> S. Ex.<sup>a</sup> já me censurou porque usei 15 minutos; só em questão de ordem S. Ex.<sup>a</sup> já levou dez. S. Ex.<sup>a</sup> falou quatro minutos; com mais quatro, oito; quase dez minutos.

Creio que o Constituinte Inocêncio Oliveira não está percebendo bem que a nossa Comissão ainda está numa fase de elaboração de regimento, os temas ainda não chegaram para o debate.

Quanto aqueles que gostam de fazer humor, isso é problema de cada um. Vejo que o Presidente está dirigindo com seriedade. Acho que a Mesa não está levando nada em brincadeira. Nós já adiantamos bem o trabalho, foi muito proveitoso.

Portanto, acho que improcede a questão de ordem de S. Ex.<sup>a</sup> pela censura que faz à Mesa e pelo tempo que está tomando dos outros com sucessivas questões de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Na verdade, o Constituinte Inocêncio Oliveira não apresentou uma questão de ordem, fez um apelo à Mesa.

Mas eu desejava ponderar aos nobres companheiros que não devemos confundir tolerância com negligência. Estamos realmente num período de acomodação e, pelo espírito democrático do Presidente, Constituinte Afonso Arinos, e pelo meu próprio, queremos transformar os nossos trabalhos num debate ameno, em que não sejamos, pelo formalismo, conduzidos a posições de uma dureza que não permita o bom humor no desenvolvimento dos trabalhos, que é um ponto imanente até ao desenvolvimento dos entevos intelectuais. De maneira que registro...

**O SR. CONSTITUINTE INOCÊNCIO OLIVEIRA:** – Pela ordem, Sr. Presidente. Fui citado nominalmente pelo Constituinte Gerson Peres.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Peço a V. Ex.<sup>a</sup> que anuncie qual é a matéria da questão de ordem, para que eu possa ou não admitir a questão de ordem.

**O SR. CONSTITUINTE INOCÊNCIO OLIVEIRA:** – Não, Sr. Presidente. A questão de ordem é feita durante a exposição.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Sim, mas qual é a matéria?

**O SR. CONSTITUINTE INOCÊNCIO OLIVEIRA:** – Pela ordem...

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – É sobre a direção dos trabalhos?

**O SR. CONSTITUINTE INOCÊNCIO OLIVEIRA:** – Sim, é sobre a direção dos trabalhos.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Esta matéria não comporta questão de ordem, porque a Mesa tem a prerrogativa de dirigir os trabalhos como entender conveniente.

**O SR. CONSTITUINTE INOCÊNCIO OLIVEIRA:** – Pela ordem. Não é uma questão de ordem: é pela ordem. Fui citado pelo Constituinte Gerson Peres e tenho todo o direito de dizer alguma coisa.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem a palavra V. Ex.<sup>a</sup>, porque foi citado nominalmente – V. Ex.<sup>a</sup> que é tão empenhado em agilizar os trabalhos, e está agora, contribuindo ainda mais para dificultar o seu andamento.

**O SR. CONSTITUINTE INOCÊNCIO OLIVEIRA:** – Não concordo com V. Ex.<sup>a</sup>, e penso que quem mais perturba os trabalhos nesta Comissão de Sistematização é V. Ex.<sup>a</sup>, freqüentemente interrompendo os oradores. Desculpe-me V. Ex.<sup>a</sup>!

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Formule V. Ex.<sup>a</sup> a sua resposta.

**O SR. CONSTITUINTE INOCÊNCIO OLIVEIRA:** – O nobre Constituinte Gerson Peres disse que eu, com minhas questões de ordem, venho interrompendo os trabalhos. Sr. Presidente, se uma questão de ordem interrompe os trabalhos, avalie o Constituinte Gerson Peres, que tem cinco minutos e fala 15. Era isto o que eu queria dizer.

**O SR. CONSTITUINTE NILSON GIBSON:** – Sr. Presidente. V. Ex.<sup>a</sup> assegura a minha palavra?

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – V. Ex.<sup>a</sup> já encerrou a discussão da matéria?

**O SR. CONSTITUINTE NILSON GIBSON:** – Não, Excelência! Eu estava com a palavra e V. Ex.<sup>a</sup> concedeu a questão de ordem ao nobre Constituinte Gerson Peres.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Eu a concedi com a concordância de V. Ex.<sup>a</sup> Caso contrário, não o teria feito.

**O SR. CONSTITUINTE NILSON GIBSON:** – Sr. Presidente, inicialmente voltando com a palavra, estava numa colocação para me referir à Constituinte Sandra Cavalcanti no tocante ao problema do bloqueio aos pequenos partidos. Não existe isto na Assembléia Nacional Constituinte. Existe, efetivamente, interesse na participação do povo nas eleições. Tivemos maioria no PMDB, que elegeu trezentos e três Constituintes. Quer dizer que, dentro do percentual que realmente atingimos, com a vitória dada pelo povo, temos o direito de participação nos segmentos da Assembléia Nacional Constituinte. Assim, divirjo da expressão referente ao problema do bloqueio aos pequenos partidos e parabênizo, mais uma vez, o Relator no tocante à modificação do art. 15, quando S. Ex.<sup>a</sup> aceitou a emenda dos Constituintes Aluizio Bezerra e Sandra Cavalcanti.

Finalizando, quero rechaçar, divergir totalmente das acusações que são colocadas à Mesa desta Comissão de Sistematização. Não aceito. Sou um dos homens mais assíduos do Congresso Nacional. De segunda a sexta-feira trabalho de sete horas da manhã até altas horas da noite, com dignidade e honestidade. Honro o mandato que recebi do povo da minha terra. Não vivo brincando. Tenho todo o respeito e admiração por V. Ex.<sup>a</sup>, que foi Presidente, com toda dignidade, da

Comissão de Constituição e Justiça na Câmara dos Deputados, um excelente Presidente, que soube trazer muitos subsídios através de Seminário, por V. Ex.<sup>a</sup> presidido naquela Comissão, sobre temas constitucionais, a fim de que seus participantes pudessem, neste ano, trazer a sua colaboração nesta Assembléia Nacional Constituinte. Não somente V. Ex.<sup>a</sup> está trazendo esses subsídios, mas também o ilustre Senador Afonso Arinos, que temos a honra de ter como Presidente desta Comissão.

A Comissão vem trabalhando com grande dignidade. Fizemos já, praticamente, esse Projeto de Resolução, de acordo com o entendimento dos Constituintes Gerson Peres, Ademir Andrade e Sandra Cavalcanti. Então, Sr. Presidente, por que dizer que aqui não se está trabalhando? Por duas vezes examinamos projetos de decisão. Tivemos uma decisão histórica. O nobre Relator vem desempenhando papel extraordinário dentro da sua atuação. O Constituinte Antônio Carlos Konder Reis vem também participando diretamente.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Seu tempo esta esgotado.

**O SR. CONSTITUINTE NILSON GIBSON:** – V. Ex.<sup>a</sup> concedeu ao Constituinte Gerson Peres quinze minutos. Não vou atingir esse limite.

Veja V. Ex.<sup>a</sup> que tivemos cerca de 139 emendas apresentadas. Não aceito a expressão "a Comissão esta brincando". Dou meu voto de apoio e de solidariedade a Mesa que preside os trabalhos, particularmente a V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Esta Presidência sensibilizada agradece a V. Ex.<sup>a</sup>. Tem a palavra o nobre Constituinte Adolfo Oliveira.

**O SR. CONSTITUINTE ADOLFO OLIVEIRA:** – Sr. Presidente, serei muito breve. Acompanhei de perto o trabalho desenvolvido e realizado pelo eminente Relator Bernardo Cabral.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – V. Ex.<sup>a</sup> me permite, para que fique registrado nos Anais? V. Ex.<sup>a</sup> não só acompanhou de perto, como foi um colaborador da mais alta valia para este seu velho amigo e companheiro.

**O SR. CONSTITUINTE ADOLFO OLIVEIRA:** – Agradeço a generosa referência de V. Ex.<sup>a</sup>. Mas eu gostaria de apontar que, neste parecer, foi possibilitada, foi tomada amplamente democrática a participação de todas as correntes aqui representadas. Por exemplo, reduziu-se, para o apoio – quase que simbólico – ao número de três Constituintes membros da Comissão, no caso do pedido de verificação de votação, como, também, no caso de recurso quanto à decisão em questão de ordem dada pela Presidência. Quanto ao problema de destaque para as emendas que receberam parecer contrário ou favorável e que, regimentalmente, são votadas em globo, o Relator aproveitou, na íntegra, emenda de um ilustre líder de um partido da minoria – a Emenda Brandão Monteiro. Então, quem fixou os números de 6 e de 12, foi a minoria, foi o eminentíssimo Líder Brandão Monteiro, que constatou que, nos casos realmente razoáveis e justos, ele não terá dificuldade, porque aqueles que são representantes minoritários, aqui se somam e facilmente conseguem alcançar esse **quorum** de apoio.

É claro! O nobre Constituinte Gerson Peres, que teve várias de suas sugestões oportunas e judiciosas acolhidas pelo Relator, deveria se lembrar que o PDS não tem 3 representantes aqui; tem 6. Agora, S. Ex.<sup>a</sup> terá sempre a colaboração dos integrantes dos demais Partidos.

De qualquer forma, Sr. Presidente, foi aceita emenda de um representante da minoria dos mais ilustres, o eminente Líder Brandão Monteiro.

Sr. Presidente, quanto ao problema de possibilidade de recurso ao plenário de questões de ordens resolvidas pelo Presidente, isto é vedado pelo Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Nas Comissões não há recursos ao Plenário, como também encaminhamento de votações e temos que seguir o figurino, o modelo do Regimento Interno da Câmara dos Deputados que é subsidiariamente aplicado e recomendado pelo Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – V. Ex.<sup>a</sup> me permite? Para facilitar, o art. 5º, inciso VIII do Regimento da Assembléia Nacional Constituinte, diz pura e simplesmente que o Presidente resolve a questão de ordem.

**O SR. ADOLFO OLIVEIRA:** – Conclusivamente, Sr. Presidente, eram estas as considerações que tinha a fazer e não posso deixar de anotar um reparo que tenho a impressão, será de todos quantos aqui comparecem, trabalham e se dedicam.

Quando foi organizada a Comissão de Sistematização, houve quase brigas para que se conseguisse uma vaga nesta Comissão. Na hora de se comparecer para os trabalhos, notamos que as fisionomias são poucas e mais ou menos as mesmas.

Acho que deveria haver uma comunicação às Lideranças para informar das dificuldades que a Comissão de Sistematização esta encontrando, até mesmo quanto ao **quorum necessário às votações, porque, agora é que estava no momento de se demonstrar que toda luta para se fazer parte da Comissão de Sistematização tem o seu complemento, qual seja, a presença de cada um aqui, colaborando com o seu trabalho e com o seu apoio.**

Era o que tinha a dizer.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A Mesa acolhe a sugestão de V. Ex.<sup>a</sup> e fará oportuna comunicação às Lideranças.

Concedo a palavra ao nobre Constituinte Délio Braz.

**O SR. CONSTITUINTE DÉLIO BRAZ:** – Inicialmente, desejo cumprimentar o Relator pelo excelente trabalho desenvolvido.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Obrigado a V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE DÉLIO BRAZ:** – Em segundo lugar, ajudaram-me muito, devo dizer, as palavras do Constituinte Adolfo Oliveira, nas colocações que vou fazer.

Foi aceita pelo Relator a Emenda do Constituinte Gerson Peres, com referência à participação dos Suplentes nesta Comissão...

No meu entendimento, está-se criando, com essa Emenda, Constituinte de primeira e segunda



categorias: também, no nosso entendimento, está-se abrindo possibilidade para que as Lideranças interfiram nas decisões desta Comissão. Se não, vejamos: tenho um ponto de vista, quero defendê-lo; a Liderança tem outro ponto de vista e convoca o titular para que aqui compareça; de acordo com o substitutivo que V. Ex.<sup>a</sup> está acatando, no segundo item, o titular já pode estar aqui presente por convocação do Líder. Isso nos faz lembrar um velho adágio popular de que "a emenda ficou pior de que o soneto", Sr. Presidente, e queríamos, então, trazer a V. Ex.<sup>a</sup>...

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos, fazendo soar a campainha.):** – Desejo esclarecer a V. Ex.<sup>a</sup> que a Emenda do Constituinte Ademir Andrade foi acolhida pelo nobre Relator e a matéria já ficou esclarecida antes. Creio que V. Ex.<sup>a</sup> não acompanhou...

**O SR. CONSTITUINTE DÉLIO BRAZ:** – Quero lembrar ao Presidente que não faz referência ao art. 8º. É simplesmente um parágrafo, apenas ele completa:

"Ao art. 8º

Aut. Renato Vianna

Propõe a inclusão de um Parágrafo único: "em hipótese alguma será permitida a substituição, por indicação de Liderança deferida pela Presidência da Constituinte, de qualquer membro de Comissão, uma vez iniciada a reunião."

Então, versa sobre outro assunto, o que estou falando, que é uma Emenda do Constituinte Renato Vianna.

O que queríamos. Sr. Relator, é que ficasse a sua proposta, tal como está:

"Os suplentes partidários da Comissão serão convocados pelo Presidente ao anunciar a Ordem do Dia a partir dos trabalhos de cada reunião, obedecida a ordem de suas assinaturas em livro próprio e em número correspondente aos dos respectivos titulares ausentes, que não mais poderão assumir seus lugares na mesma reunião."

Isto, inclusive, nos traz as palavras do Constituinte Adolfo de Oliveira pelo não-comparecimento dos titulares. Nós somos vários suplentes que estamos aqui. Chego todos os dias 20, 30 minutos antes do horário, para fazer jus à minha presença, assino o livro de presença e aqui estou. Agora, não é justo que um Constituinte que dorme um pouco mais tarde, ou que vá ao médico, como referiu o nosso nobre Relator, chegue aqui e tome o meu lugar ou de outro dos membros suplentes.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – V. Ex.<sup>a</sup> me concede um aparte?

**O SR. CONSTITUINTE DÉLIO BRAZ:** – Com muito prazer.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Eu não quis, absolutamente, com a emenda, criar Deputado de primeira ou de segunda categorias, muito pelo contrário, eu quis encontrar um meio-termo, porque, os suplentes se queixavam de que os titulares poderiam depô-los da função por ocasião da votação da matéria. Mas como a titularidade do cargo prevalece, então seria o caso de não haver humilhação do Suplente. Ele Suplente, estando presente no primeiro item da pauta –

por exemplo, o primeiro item de hoje, que é este, e V. Ex.<sup>a</sup> está discutindo –, se chegasse o titular, agora, V. Ex.<sup>a</sup>, que é Vice-Presidente, ficaria aí no seu posto de Presidente até o final da votação da matéria. Terminada a votação da matéria, o outro item da pauta seria iniciado pelo Titular, porque não há primeira ou segunda categorias, há Constituinte titular e há Constituinte suplente. E o Suplente é para substituir o Titular. Chegando o Titular, o Suplente tem que sair e o Titular tem que entrar.

**O SR. CONSTITUINTE DÉLIO BRAZ:** – Acho que o Constituinte Gerson Peres não entendeu bem o que eu quis dizer; eu não disse que o Constituinte estaria criando a figura de primeira e segunda categorias; eu disse que a sua emenda criaria essa figura; é completamente diferente.

Então, eu queria pedir ao nobre Relator que reconsiderasse e desse destaque para que fosse colocado em votação o art. 8º. na redação original.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Com a permissão do Presidente, posso usar da palavra?

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Com a palavra o nobre Relator, para esclarecer o assunto.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Então, V. Ex.<sup>a</sup> pede destaque para a Emenda Gerson Peres? Se a Emenda Gerson Peres cair, for derrubada pelo Plenário, prevalece o texto anterior, o texto original. É isso que V. Ex.<sup>a</sup> pede?

**O SR. CONSTITUINTE DÉLIO BRAZ:** – Exato.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Então, está decidido.

Sr. Presidente, há um pedido de destaque para, no momento oportuno, ser registrado.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Já está registrado o pedido de destaque para a emenda.

**O SR. CONSTITUINTE INOCÊNCIO OLIVEIRA:** – Sr. Presidente, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Com a palavra o nobre Constituinte Inocêncio Oliveira.

**O SR. CONSTITUINTE INOCÊNCIO OLIVEIRA:** – Sr. Presidente, gostaria de dizer que não tive a intenção de atingir Constituinte A ou B e nem tampouco atingir a Presidência. A que visei com as minhas questões de ordem foi para que fossem disciplinados os trabalhos desta Comissão, para que ela pudesse, realmente, ter um melhor desempenho. Porque, ultimamente, o nobre Deputado Constituinte Nilson Gibson frisou que já aprovamos um Projeto de Resolução, o que também não é verdade. Decidimos sobre um e o segundo foi arquivado por falta de decisão, por decurso de prazo. O nobre Constituinte Nilson Gibson pegou a carapuça e a jogou na cabeça. Aqui não há ninguém que não tenha sido eleito pelo povo. Todos os Srs. Constituintes aqui, desta Casa e desta Comissão de Sistematização, foram eleitos pelo povo, livremente em voto direto. Aqui não existe mais Constituinte biônico. Estes foram extintos, tiveram seus mandatos encerrados em 1982, graças a Deus.

Sr. Presidente, continuo com o meu ponto de vista: a Comissão de Sistematização, através de

sua Mesa, tem o dever e o direito de melhor ordenar seus trabalhos, para que atinja realmente sua finalidade precípua, que é sistematizar os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, para que, até o próximo dia 15 de dezembro, possamos ter uma nova Constituição no País. Continuando deste modo, não vamos ter uma Constituição neste ano, o que seria lamentável para o País e uma grande decepção para o povo brasileiro.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Devo declarar a V. Ex.<sup>a</sup> que acompanhei sempre a atuação de V. Ex.<sup>a</sup> com respeito. Na Comissão de Constituição e Justiça, V. Ex.<sup>a</sup> sempre, através dos projetos que eram ali submetidos, se revelou um Representante dos mais eficientes da Bancada do seu Partido. Louvo a preocupação de V. Ex.<sup>a</sup> voltada para a celeridade dos nossos trabalhos. Estamos exatamente a discutir a disciplina que deve ser adotada, para que os trabalhos se tomem mais rentáveis. Temos tempo suficiente para isso, porque o trabalho produtivo da Comissão de Sistematização somente começará no próximo mês de junho, a partir do dia 15. De maneira que podemos discutir e votar a nossa Resolução sobre as normas de trabalho com muita tranquilidade.

Concedo a palavra o nobre Constituinte Joaquim Beviláqua.

**O SR. CONSTITUINTE JOAQUIM BEVILÁQUA:** – Sr. Presidente, nobre Relator, Colega da Comissão e Colegas da Constituinte:

Gostaria de elogiar o trabalho do ilustre Relator, que se mostrou extremamente flexível e democrático na apreciação das contribuições trazidas pelos Constituintes, no tocante às normas de trabalho da Comissão de Sistematização.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Obrigado a V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE JOAQUIM BEVILÁQUA:** – Não tenho nada praticamente a acrescentar, uma vez que, no curso dos debates desta reunião, aquilo que eu deveria falar já foi aqui exposto pelos nobres Colegas. Apenas reforçaria – e o nobre Relator, aliás, já admitiu essa nova redação, que é uma redação intermediária, a da emenda do ilustre Constituinte Nilson Gibson – que a substituição da expressão "9 horas da manhã", por "pela manhã, às 9 horas", é uma saída bem brasileira, adotada que foi pelo Constituinte José Thomaz Nonô e acolhida pelo nobre Relator. É uma questão de redação. Como somos uma Comissão essencialmente técnica e também de redação, foi interessante esta colocação. No mesmo sentido, dentro desta mesma linha de pensamento, ratifico, se é que assim posso fazê-lo, as colocações aqui feitas pelo ilustre Constituinte Antônio Carlos Konder Reis, no tocante à designação, à nomenclatura, o nome, enfim, daquilo que vamos resolver. Parece-me que S. Ex.<sup>a</sup> tem razão quando prefere a expressão "Projeto de Resolução". Entretanto, o ilustre Relator, que é Professor de Direito, grande Advogado e conhecedor das letras jurídicas haverá de encontrar, evidentemente, a melhor decisão. Parece-me que a expressão "Projeto de Resolução" é mais simpática, parece ser mais adequada. Em todo caso, também não se trata de uma questão de vida ou morte.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Nobre Constituinte Joaquim Beviláqua, essa questão

de ordem já foi decidida pela Presidência, acolhendo o nome "Resolução".

**O SR. CONSTITUINTE JOAQUIM BEVILÁQUA:** – Obrigado a V. Ex.<sup>a</sup>.

Quero salientar aqui também, da mesma forma que o Sr. Presidente já o fez, o espírito combativo do querido Colega da Legislação 75/78, nobre Constituinte Inocêncio Oliveira, que leva as coisas realmente muito a sério. Solidarizo-me com S. Ex.<sup>a</sup> quanto ao objetivo, porém discordo de V. Ex.<sup>a</sup> um pouco quanto à forma, porque, às vezes, um pouco de humor, na medida em que seja dosado, realmente não faz mal para o debate intelectual, como bem salientou S. Ex.<sup>a</sup> o Sr. Presidente.

Nobre Colega Inocêncio Oliveira, na medida em que o nobre Presidente, atendendo às ponderações do Constituinte Adolfo Oliveira, fizer contato com as Lideranças e para aqui, trouxer os Membros da Comissão para o efetivo trabalho, a seriedade estará mais no comparecimento aos debates e muito menos nesta ou naquela blague, que eventualmente possa surgir, e que é característica própria do debate parlamentar. De resto, congratulo-me com o Relator e com a Mesa, porque parece-me que o trabalho ficou muito bom. A parte adjetiva dos nossos trabalhos, as normas para o nosso procedimento – acredito – ficaram muito boas, e vamos ter condições de dar uma contribuição séria aos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A Presidência vai encerrar a discussão, por não haver mais oradores inscritos.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Permite V. Ex.<sup>a</sup> uma intervenção, antes de encerrar a discussão? (Assentimento do Sr. Presidente.)

Apenas para consignar um voto de louvor ao trabalho desempenhado pelo ilustre Sr. Relator, que realmente nos forneceu um projeto, um substitutivo de Regimento para a nossa Comissão, que possibilitará um maior dinamismo, uma maior eficiência de nossos trabalhos. Faço este registro porque realmente S. Ex.<sup>a</sup>, o ilustre Relator, me tem decepcionado em oportunidades recentes quanto a um posicionamento que me pareceu incongruente, na votação das duas últimas matérias. Não esperava isso, destoando de uma posição permanentemente serena, equilibrada e liberal, mas fundamentalmente jurídica em todos os instantes. Quando do jurídico se passou ao passional e ao facioso, realmente me causou dor, e dor porque a minha estima, a minha amizade, o meu apreço pelo Sr. Relator – Companheiro de distantes jornadas. Companheiro até na cassação. Companheiro da perseguição política. Companheiro na luta pela redemocratização – me impelem, toda vez que perceber um desvio seu, a participar atormentado do procedimento. Mas devo dizer que mantenho como intocada minha confiança e lhe asseguro que em todas as oportunidades agirei sempre com a sinceridade deste momento.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – V. Ex.<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Por favor, é honroso para mim.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Deputado Gastone Righi, V. Ex.<sup>a</sup> sabe o quanto este apreço é recíproco. A minha posição foi exata-

mente de coerência. Eu assinei, como co-autor, o Projeto Hermes Zaneti.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sim, mas isso é para encaminhamento. Eu também assinei, não tem importância.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Não, não. Mostro a V. Ex.<sup>a</sup> que, pelo Regimento da Assembléia Nacional Constituinte, não. Se V. Ex.<sup>a</sup> me permitir, a assinatura de apoio não é o mesmo caso quando se apresenta o Projeto de Decisão.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Posso até achar que V. Ex.<sup>a</sup> teve um problema.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Queria que V. Ex.<sup>a</sup> visse a minha coerência, e é uma homenagem que quero prestar a V. Ex.<sup>a</sup> Por isso apartei.

Como me considerei co-autor, achei que eticamente não estaria bem situado para dar um parecer e declarei isto à frente de todos.

A segunda posição foi porque, também por igual circunstância, tinha dito ao Constituinte Victor Facioni que ali estava o meu apoio. Por esta razão, votei contra a redação da Ata. Não que a nossa *Secretária*. Dona Maria Laura Coutinho, que merece inteira confiança, pessoa da maior seriedade, tivesse falhado. Não fui por aí. Quis apenas ficar coerente com o que defendi.

Veja V. Ex.<sup>a</sup> que, às vezes, pagamos um preço alto por essa coerência, demonstrada agora nesta nossa admiração. Esse preço alto é no bom sentido. Não fosse esta coerência, V. Ex.<sup>a</sup> não teria feito o registro que fez.

V. Ex.<sup>a</sup> me conhece. Fomos deputados federais juntos, numa época muito difícil, em que não se sabia se se voltaria para casa. V. Ex.<sup>a</sup>, como eu, recebeu gás lacrimogêneo e, de certa feita, terrível bordoadas. Fomos espaldeirados, cassados. Esta é a coerência que me mantém.

O ponto de vista que transmiti ao Constituinte Hermes Zaneti, eu o cumpri. Se não me tivesse considerado como co-autor, talvez minha posição jurídica na preliminar – e aí V. Ex.<sup>a</sup> tem absoluta razão – fosse outra.

Só para ficar registrado nos Anais, lembro um episódio ocorrido um dia entre Pedro Aleixo e o nosso grande Djalma Marinho, na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, quando Djalma Marinho virou-se e disse para Pedro Aleixo que estranhava que, sendo ele um grande jurista, homem da maior categoria, tivesse dado um voto que não era jurídico. Ele disse: "Não faz mal, dei um voto politicamente cívico". Foi o meu caso.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Louvo e chego até a compreender, apesar de considerar equivocada, a alegada coerência de V. Ex.<sup>a</sup> no primeiro episódio, mas a incoerência do segundo permaneceu. Votar Ata de uma reunião, a qual V. Ex.<sup>a</sup> não esteve presente, e votar contra, de fato não dá para explicar. V. Ex.<sup>a</sup> não tinha estado na reunião e, no entanto, votou contra a redação da Ata. Como poderia julgá-la?

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Desculpe-me, mas estive presente à primeira reunião. Invoco aqui o testemunho dos Companheiros. Eu me encontrava na reunião.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Antes de encerrar a discussão, quero prestar uns escla-

recimentos rápidos, inclusive ao nobre Constituinte Ademir Andrade, informando que os dois Projetos de Decisão que não receberam pareceres contrários aqui, na Comissão, foram devolvidos à Presidência da Assembléia Nacional Constituinte, exatamente por não ter havido o parecer contrário, para que lá fosse dada a tramitação que o Presidente Ulysses Guimarães considera regular. Então, a matéria está sob a apreciação da Presidência da Assembléia Nacional Constituinte.

Outro esclarecimento é sobre uma advertência do Constituinte Jamil Hadad, que já foi superada, porque a matéria foi objeto de emenda com parecer favorável do Relator.

Por último, desejo esclarecer uma objeção do Constituinte Gerson Peres, porque, embora Membro da Mesa, agora presidindo os trabalhos, o Regimento da Constituinte permite que os participantes da Mesa possam apresentar proposições, discuti-las e votá-las.

Apresentei uma emenda propondo a constituição de Subcomissões Especiais, com apoio de 1/3 do Plenário da Comissão, para eventualmente poderem desempenhar tarefas que fossem determinadas com a anuência do Plenário, como ocorre na Câmara dos Deputados.

Temos um prazo agora, um interstício, entre a aprovação deste Regimento até o recebimento dos anteprojetos das Comissões, durante o qual, se resolvêssemos constituir essas Comissões, de acordo com a preferência dos Constituintes que são Membros originários da Comissão de Sistematização, poderíamos desenvolver um trabalho de acompanhamento e de análise do próprio desempenho das Comissões Temáticas, a fim de facilitar depois o maior conhecimento do desempenho de todos nós na Comissão de Sistematização.

Este foi o objetivo da emenda. A emenda não é anti-regimental, porque o § 6º do art 13 não proíbe à Comissão de Sistematização adotar, eventualmente, Subcomissões. Ela apenas determina que as Comissões Temáticas, dentro de 48 horas da sua instituição, organizem as suas Subcomissões, como foi feito, mas não proíbe que, eventualmente, a Comissão de Sistematização decida também trabalhar com Subcomissões.

Dou apenas este esclarecimento, porque, como autor da emenda, não devo ser inquinado de ter apresentado uma proposição que infrinja o Regimento interno da Constituinte.

Com este esclarecimento, declaro encerrada a discussão.

**O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE:** – Sr. Presidente, peço a palavra para um esclarecimento. Não entendi a explicação de V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – V. Ex.<sup>a</sup> supôs que havia arquivamento de Projeto de Decisão na Comissão. Não houve nenhum arquivamento. Ambos os Projetos de Decisão aqui apresentados retomaram à Mesa da Assembléia Nacional Constituinte com os pareceres que não foram votados, quer dizer, como segundo parecer que foi votado, e o primeiro com o esclarecimento de que não houve arquivamento.

**O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE:** – Sim, mas houve rejeição na preliminar, segundo a Ata da reunião anterior. Não estou entendendo. Vai voltar? Aqui é que se decide se vai ao Plenário da Assembléia Nacional Constituinte ou não.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A preliminar dos dois Relatores foi coincidente. Ambos entenderam que a matéria não se comportava nas atribuições da Assembléia Nacional Constituinte e, por isso, apresentaram a preliminar de que esta Comissão não deveria opinar sobre a matéria.

Então, os dois Projetos de Decisão foram devolvidos pela Presidência da Comissão de Sistematização ao Presidente Ulysses Guimarães com esta informação. Não houve arquivamento, aqui, de nenhum dos dois Projetos de Decisão.

**O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE:** – Isso, na prática, significa o arquivamento. Se, não remetermos ao plenário da Comissão...

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – O arquivamento só ocorre quando há um formal parecer contrário. É por isso que quero esclarecer a V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE:** – Quer dizer que V. Ex.<sup>a</sup> entende que o Plenário da Assembléia Nacional Constituinte ainda pode julgar aqueles Projetos de Decisão?

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – V. Ex.<sup>a</sup> que apoiaram os projetos podem requerer ao Presidente no sentido de que sejam estes submetidos à discussão do Plenário. É uma faculdade de todos os Srs. Constituintes.

Está encerrada a discussão.

Em votação o Projeto em globo, salvo as Emendas e os destaques.

**O SR. CONSTITUINTE VIRGÍLIO TÁVORA:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Virgílio Távora, pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE VIRGÍLIO TÁVORA:** – Sr. Presidente, é visível a falta de número. Não queria que V. Ex.<sup>a</sup> sofresse o constrangimento de eu pedir verificação de votação.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – V. Ex.<sup>a</sup> está considerando que falta número e eu estava disposto a colocar em votação.

**O SR. CONSTITUINTE VIRGÍLIO TÁVORA:** – Não! Não estou considerando, é evidente.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tivemos o comparecimento de 56 Membros da Comissão.

**O SR. CONSTITUINTE VIRGÍLIO TÁVORA:** – Que não mais estão presentes!

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – O quórum é de 47. No momento, na verdade, é evidente que não existe número, e como V. Ex.<sup>a</sup> não concorda que a matéria seja votada com a ausência dos demais Companheiros o que é perfeitamente procedente suspendemos a reunião e convocamos outra para votação da matéria, para a próxima terça-feira às 9 horas, aqui, neste plenário.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Gastone Righi, para uma questão de ordem.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr. Presidente. o quorum na Comissão deveria ser de 45...

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – 47 com a composição de fato que existe.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Quantos Constituintes temos presentes no livro?

**O SR. CONSTITUINTE INOCÊNCIO OLIVEIRA:** – Cinquenta e seis.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Então, temos quorum.

**O SR. CONSTITUINTE VIRGÍLIO TÁVORA:** – Aqui, Sr. Presidente vai ser regra invariável nossa, só se vota com número.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – É inteiramente procedente a observação do nobre Constituinte Virgílio Távora.

Convoco outra reunião exclusivamente para votação, na próxima terça-feira, às 9 horas.

Está encerrada a reunião.

*Encerra-se a reunião às 12 horas e 20 minutos.)*

#### COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO

##### ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e seis dias do mês de maio do ano de mil novecentos e oitenta e sete, às nove horas e trinta e quatro minutos, no Plenário do Senado Federal, reuniu-se a Comissão de Sistematização, sob a Presidência do Senhor Constituinte Aluizio Campos, Primeiro Vice-Presidente, no exercício da Presidência, presentes os seguintes Senhores Constituintes: José Lins, Carlos Sant'Anna, Adolfo Oliveira, Paulo Pimentel, Renato Vianna, Ademir Andrade, Nelson Jobim, Bernardo Cabral, Aluizio Campos, Virgílio Távora, Raimundo Bezerra, Wilson Martins, Nilson Gibson, Brandão Monteiro, Joaquim Bevilacqua, Antônio Carloskonder Reis, Jamil Haddad, Haroldo Lima, Sandra Cavalcanti, Pimenta da Veiga, Rodrigues Palma, Celso Dourado, Francisco Benjamim, Fernando Lyra, Christóvam Chiaradia, Ibsen Pinheiro, José Santana, Eraldo Tinoco, Marcondes Gadelha, Arnaldo Prieto, Francisco Rossi, Haroldo Sabóia, José Freire, Gerson Peres, Roberto Freire, Antônio Farias, Mário Lima, Luiz Eduardo, Oswaldo Coelho, Plínio de Arruda Sampaio, José Ignácio Ferreira, Lysâneas Maciel, Inocêncio Oliveira, José Thomaz Nonô,

Siqueira Campos, Oscar Corrêa, Severo Gomes, Prisco Viana, José Maurício, José Ulisses de Oliveira, Sigmaringa Seixas, Nelson Friedrich, Paulo Ramos, Cristina Tavares, Alcení Guerra, Darcy Pozza, Virgildásio de Senna, Nelson Carneiro, Manoel Moreira, Jarbas Passarinho, Artur da Távola, José Fogaça, José Geraldo, Mário Assad, Alfredo Campos, Octávio Elísio, João Natal, Délio Braz, Enoc Vieira, Paes Landim, Jonas Pinheiro, Ottomar Pinto, Simão Sessim, Adylson Motta, Ricardo Izar. Luiz Salomão, Rose de Freitas, Chagas Rodrigues, Michel Temer, Beth Azize, Cleonânio Fonseca, Roberto Balestra e Daso Coimbra – todos membros da Comissão, e mais os seguintes Senhores Constituintes: Mário Maia, Moisés Pimentel, Fausto Fernandes e Israel Pinheiro. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, anunciando a leitura da Ata da reunião anterior, que foi dispensada a requerimento do Senhor Constituinte Nilson Gibson, considerando a sua distribuição prévia, por cópia, sendo a mesma aprovada. Em seguida, o Senhor Presidente anunciou a Ordem do Dia, que constou das seguintes matérias: 1) Projeto de Decisão nº 3/87-ANC, de autoria do Senhor Constituinte Brandão Monteiro, que "concede parcelamento das dívidas das microempresas, produtores rurais e pessoas físicas"; 2) Substitutivo do Senhor Relator, Constituinte Bernardo Cabral, com Emendas ao projeto de Resolução nº 1/87-CS, dispondo sobre as normas de funcionamento desta Comissão. Em discussão o Projeto de Decisão, o Senhor Relator-Substituto, Renato Vianna apresentou o seu Parecer que concluiu pela rejeição do Projeto, tendo apresentado preliminar de não-enquadramento da matéria como Projeto de Decisão. Aberta a discussão, falaram os seguintes Senhores Constituintes: Ademir Andrade, Nilson Gibson, Sandra Cavalcanti, Nelson Jobim, Brandão Monteiro, Carlos Sant'Anna, Haroldo Lima, Jamil Haddad, Paulo Pimentel, Celso Dourado, Joaquim Bevilacqua e Antônio Carloskonder Reis. Em votação a matéria, esta não se realizou, em razão da ausência de número suficiente, tendo o Senhor Presidente declarado suspensos os trabalhos, às onze horas e quarenta e dois minutos, convocando os Senhores membros para o prolongamento da reunião, no mesmo local, a partir das dezenove horas, com a finalidade da votação das matérias constantes da Ordem do Dia. Reaberta a reunião, às dezenove horas e trinta minutos, o Senhor Presidente informou a existência sobre a mesa de Requerimento subscrito pelo Senhor Constituinte Francisco Benjamim solicitando a inversão da pauta, no sentido de ser votado, primeiramente, o Projeto de Resolução nº 1/87-CS, sugestão que foi rejeitada pelo Plenário. Prosseguindo, o Senhor Presidente colocou em votação a preliminar apresentada no Parecer do Relator, sobre o Projeto de Decisão nº 3/87, que foi rejeitada com o seguinte resultado: trinta e oito votos contrários e dez votos favoráveis. Votaram "não" os Senhores Constituintes: Ademir Andrade, Bernardo Cabral, Celso Dourado, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, Ibsen Pinheiro, José Ignácio Ferrera, Nelson Carneiro, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Raimundo Bezerra, Artur da Távola, Cristina Tavares, José Fogaça, José Ulisses de Oliveira, Severo Gomes, Sigmaringa Seixas, Chagas Rodrigues, João Natal, Michel Temer. Octávio Elísio, Rose de Freitas, Antônio Carloskonder Reis, Ger-

son Pares, Adylson Motta, José Mauricio, Brandão Monteiro, Joaquim Bevilacqua, Francisco Rossi, Plínio de Arruda Sampaio, Siqueira Campos, Luiz Salomão, Roberto Balestra, Haroldo Lima, Roberto Freire e Jamil Haddad. Votaram "sim" os seguintes Senhores Constituintes: Aluizio Campos, José Freire, Manoel Moreira, Nilson Gibson, Renato Vianna, Rodrigues Palma, Virgildásio de Senna, Francisco Benjamim, Jarbas Passarinho e Adolfo Oliveira. A Presidência, após anunciar o resultado da votação, que rejeitou a preliminar do Parecer do Relator, declarou que submeteria à votação a segunda parte do Parecer, rejeitando, no mérito, o Projeto, o que não foi possível, tendo em vista a falta de **quorum**, diante do seguinte resultado: 1) votaram contrariamente ao Parecer, na parte indicada Ademir Andrade, Aluizio Campos, Bernardo Cabral, Celso Dourado, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, Ibsen Pinheiro, José Ignácio Ferreira, Nelson Carneiro, Paulo Ramos, Raimundo Bezerra, Artur da Távola, Nilton Friedrich, Cristina Tavares, Severo Gomes, Sigmaringa Seixas, Virgildásio de Senna, Chagas Rodrigues, João Natal, Michel Temer, Rose de Freitas, Antônio Carloskonder Reis, Gerson Peres, Adylson Motta, José Mauricio, Brandão Monteiro, Lysâneas Maciel, Joaquim Bevilacqua, Francisco Rossi, Plínio de Arruda Sampaio, Adolfo Oliveira, Haroldo Lima, Roberto Freire e Jamil Haddad; 2) votando favoravelmente ao Parecer – José Freire, Renato Vianna e Francisco Benjamim. Falaram ainda, sobre o encaminhamento do Projeto de Decisão, os seguintes Senhores Constituintes: Gerson Pares, Nilson Gibson, Francisco Benjamim, Ademir Andrade, Adolfo Oliveira, Paulo Ramos, Brandão Monteiro, José Ignácio Ferreira, Cristina Tavares, Nelson Carneiro, Renato Vianna, Haroldo Lima, Jamil Haddad, Rose de Freitas, Chagas Rodrigues, Lysâneas Maciel e Bernardo Cabral. Diante da insuficiência de número para a deliberação da matéria em pauta, o Senhor Presidente declarou que o Projeto de Decisão nº 3/87-ANC, em face da rejeição à preliminar levantada no Parecer do Relator e considerando que o prazo regimental para sua apreciação esgotava-se naquela data, seria encaminhado à Presidência da Assembléia Nacional Constituinte, para a adoção das medidas cabíveis. O Senhor Presidente, após convocar reunião para o dia vinte e oito de maio corrente, no Plenário do Senado Federal, em horário a ser definido, encerrou os trabalhos às nove horas e vinte e cinco minutos. O inteiro teor desta reunião foi gravado, devendo ser publicado no Diário da Assembléia Nacional Constituinte e constituir-se-á na Ata circunstanciada. E, para constar, eu, Maria Laura Coutinho, Secretária, lavrei a presente Ata que, depois de lida e assinada pelo Senhor Presidente, irá à publicação.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos da reunião da Comissão de Sistematização. Hoje vamos tratar de dois assuntos: votação do projeto que estabelece as normas de trabalho da nossa Comissão e de mais um projeto de decisão que será relatado pelo nobre Constituinte Renato Vianna, em virtude de o Relator declarar-se impedido.

Como ainda não há número para votação, vamos iniciar nossos trabalhos com a leitura do

parecer do Relator Renato Vianna ao projeto de decisão.

A Ata da reunião anterior já foi distribuída aos Srs. Constituintes. Atendendo ao pedido do Constituinte Nilson Gibson, de dispensa da leitura da Ata, solicito aos Srs. Constituintes que quiserem retificá-la que nos mandem por escrito suas observações, que serão inseridas na Ata de hoje para apreciação na próxima reunião. Aprovada a Ata, concedo a palavra ao eminente Relator, Constituinte Renato Vianna.

**O SR. RELATOR (Renato Vianna):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o Projeto de Decisão nº 3, de 1987, concede parcelamento das dívidas das microempresas, produtores rurais e pessoas físicas.

Em razão do impedimento declarado pelo ilustre Relator desta Comissão, Constituinte Bernardo Cabral, e por ser co-autor deste projeto de decisão, coube-me a elevada honra de substituí-lo nesta difícil tarefa de relató-lo.

Com o apoio de expressivo número de Srs. Constituintes, visa o presente projeto a parcela os débitos de microempresas, pequenos produtores rurais e pessoas físicas junto às instituições financeiras, para resgate em vinte e quatro meses, juros de um por cento ao mês e sem correção monetária. Acresce que, nesta reunião, recebemos emenda, a este projeto de decisão, de autoria do nobre Constituinte Joaquim Bevilacqua, que acrescenta ao art 1º o seguinte parágrafo:

"Em se tratando de pequenas e médias empresas, o resgate será parcelado em doze prestações mensais, com juros de 1% ao mês, sem correção monetária, sendo que o termo inicial é o previsto no art. 3º"

Entendem seus autores que as dificuldades econômico-financeiras ora enfrentadas por pessoas físicas, pequenos empresários e produtores rurais, decorrentes da frustração do Plano Cruzado, "levarão à crise política, tendo consequências que poderão ameaçar os trabalhos e as decisões soberanas da Assembléia Nacional Constituinte".

Em desdobramento desse aciocínio invocam o disposto no § 7º do art. 59 do Regimento interno da Constituinte para justificar a medida proposta ao seguinte argumento:

"A crise política e o caos econômico e social certamente levarão o Executivo a se utilizar das salvaguardas inseridas na Constituição de 1969, ou possibilitarão a intervenção militar, sob o pretexto de manter a lei, a ordem e a segurança nacional.

A Assembléia Nacional Constituinte deve se antecipar, tomando decisões na esfera econômica para evitar o agravamento da crise."

Voto do Relator

Ninguém desconhece neste País, muito menos no seio da Assembléia Nacional Constituinte, o quadro, muito bem retratado pelos nobres signatários desta proposição, da grave crise econômico-financeira de que são alvo os empresários e produtores rurais, mormente aqueles de menor porte.

Sensível a essa realidade, o Conselho Monetário Nacional determinou, em 23 e 24 de abril de

1987 – um e dois dias após a assinatura desta proposição – as seguintes medidas:

a) limitação do diferencial entre as taxas de captação e de contratação de operações bancárias (Resolução nº 1.307, DOU de 24-4-87).

b) criação de linha especial de crédito às microempresas, com juros de 0,5% ao mês e prazo de até trinta e seis meses (Resolução nº 1.308, DOU de 24-4-87);

c) manutenção da taxa de juros, sem correção monetária, contratada durante o Plano Cruzado – em percentual igual ou inferior a 10% a.a. – em financiamentos destinados a pequenos produtores; rebate de 50% da correção monetária incidente nos financiamentos de agropecuaristas não enquadrados como pequenos produtores; e prorrogação de todas os débitos de natureza rural por mais dezoito meses (Resolução nº 1.311, DOU de 27-4-87), desde que pactuados durante o Plano Cruzado.

Temos notícias de que, além dessas, processam-se no Poder Executivo outras medidas tendentes a complementar as soluções até aqui oferecidas, mormente quanto ao possível abrandamento da parcela de correção monetária ainda incidente em alguns casos.

Como se percebe, embora não se possa antecipar se tais medidas solucionarão o problema econômico-financeiro enfrentado pelas categorias econômicas beneficiadas, o certo é que muitos se aproximam das propostas neste Projeto de Decisão, algumas até mesmo excedendo-as, como as que tratam de juros de 0,5% ao mês e de prazo moratório de até trinta e seis meses.

Assim, estando a questão sendo encaminhada pelo Poder Executivo e tendo presente a ampla participação das entidades representativas das classes interessadas – com o inteiro apoio dos Constituintes –, que vem sendo observada no trato da matéria, cremos que o assunto, embora de grave seriedade, não daqueles que, a teor do § 7º do art 59 do Regimento Interno, "...possa ameaçar os trabalhos e as decisões soberanas da Assembléia Nacional Constituintes...", não se compreendendo dessa forma no âmbito restrito do Projeto de Decisão.

Se apesar dessas ponderações entenderem os nobres autores deva a questão ter tratamento legislativo urgente, o caminho adequado, a nosso ver, é o seu encaminhamento à Câmara dos Deputados, da qual o primeiro signatário é membro, na forma de projeto de lei, consoante prevê o art 5º do Ato da Mesa nº 1, de 1987.

Diante do exposto, embora louvando a preocupação dos nobres Pares com os problemas nacionais – da qual compartilho diuturnamente – nosso voto é pela rejeição do Projeto de Decisão nº 3, de 1987, por conseguinte, da emenda a ele apresentada pelo Constituinte Joaquim Bevilacqua e que acrescenta parágrafo ao Projeto de Decisão ora relatado.

É o nosso parecer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Sr. Relator, gostaria que V. Ex.<sup>a</sup> esclarecesse o seguinte ponto: pelo seu parecer, V. Ex.<sup>a</sup> pondera que o Projeto não é da atribuição da Constituinte e poderá ser encaminhado à Câmara dos Deputados.

**O SR. RELATOR (Renato Vianna):** – Ele é impertinente, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Isso é uma preliminar? Então V. Ex.<sup>a</sup> sugere que seja posta em votação a preliminar e o mérito seja apreciado de acordo com o resultado sobre a preliminar?

**O SR. RELATOR (Renato Vianna):** – Exatamente.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Em discussão o parecer, com o esclarecimento de que a aprovação da preliminar prejudica a apreciação, posteriormente, da matéria.

**O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE:** – Sr. Presidente, pretendo discutir o projeto, mas quero levantar uma questão de ordem. O parecer do Constituinte Renato Vianna não menciona o que V. Ex.<sup>a</sup> levantou. V. Ex.<sup>a</sup> não fala em questão preliminar. O seu parecer é pela rejeição do Projeto de Decisão nº 3. V. Ex.<sup>a</sup> apresentou uma posição que o está induzindo a tomar uma decisão. O parecer do Relator não trata, absolutamente, de questão preliminar; é pela rejeição do Projeto de Decisão nº 3. Não há, pois, nenhuma questão preliminar a ser discutida, pelo que foi apresentado no parecer do Constituinte Renato Vianna.

**O SR. CONSTITUINTE INOCÊNCIO OLIVEIRA:** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem a palavra o Constituinte Inocêncio Oliveira para contraditar.

**O SR. CONSTITUINTE INOCÊNCIO OLIVEIRA:**

**IRA:** – Sr. Presidente, o parecer do nobre Relator Renato Vianna não é muito conclusivo sobre o assunto. Tem razão o ilustre Constituinte Ademir Andrade.

No entanto, proponho que seja colocada em discussão e, posteriormente, em votação uma emenda de minha autoria que fixa pela preliminar, rejeitando o Projeto de Decisão nº 3 por não se incluir no dispositivo do § 7º do art. 59 do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte.

**O SR. CONSTITUINTE JAMIL HADDAD:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem a palavra, pela ordem, o Constituinte Jamil Haddad.

**O SR. CONSTITUINTE JAMIL HADDAD:** – Sr. Presidente, o nobre Constituinte Inocêncio Oliveira apresenta uma emenda ao parecer do nobre Relator Renato Vianna. Parece-me muito claro o parecer do nobre Relator. S. Ex.<sup>a</sup> acha que esta matéria não deve ser discutida pela Assembléia Nacional Constituinte e propõe seja discutida no âmbito da Câmara dos Deputados.

Sr. Presidente, parece-me que não cabe, neste momento, a proposição do nobre Constituinte Inocêncio Oliveira, porque o parecer já foi elaborado e lido. Então parece-me clara a colocação do nobre Constituinte Ademir Andrade: aceitarmos ou não que seja discutido no âmbito da Constituinte o Projeto de Decisão do nobre Constituinte Brandão Monteiro.

**O SR. CONSTITUINTE NILSON GIBSON:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem a palavra o Constituinte Nilson Gibson.

**O SR. CONSTITUINTE NILSON GIBSON:** – Sr. Presidente, sigo o entendimento de V. Ex.<sup>a</sup>. Todavia, gostaria de dizer ao ilustre Constituinte Renato Vianna que parece ter ocorrido uma omissão por parte daqueles que não pretenderam ler o parecer de S. Ex.<sup>a</sup>. O parecer afirma, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, que existe a preliminar. Isso está explícito no parecer lido pelo nobre Constituinte Renato Vianna, que é o Relator da matéria. Aliás a matéria foi encaminhada indevidamente para a Comissão. Ela deveria ter sido indeferida logo pelo Presidente da Constituinte.

Mas o relator já se posicionou pela preliminar. Assim, os debates e as questões de ordem sobre essa matéria são inócuos.

Peço a V. Ex.<sup>a</sup> que coloque o projeto em votação.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Antes de dar a palavra a outros Constituintes, vamos decidir a questão de ordem.

A Presidência entende que o Relator, enquanto produz o seu parecer, dispõe da faculdade de ordenar a matéria relatada da maneira que entender.

A Presidência consultou o relator sobre se estaria apresentando uma preliminar, e S. Ex.<sup>a</sup> confirmou que a matéria, no sentido de ser encaminhada à Câmara dos Deputados, era apresentada como preliminar. Esta é uma forma de não arquivarmos o projeto na Comissão de Sistematização, pois voltando à Presidência da Constituinte os autores poderão, no caso de ser aprovada a preliminar, insistir no seu debate perante o Plenário da Constituinte. É uma oportunidade que se tem dado, através de pareceres antecedentes a outros projetos de decisão aqui apresentados. A Mesa determina a votação da preliminar separadamente, porque, aprovado fica prejudicado o mérito.

Continua em discussão o Projeto.

**O SR. CONSTITUINTE RENATO VIANNA:** – Sr. Presidente, gostaria de complementar. Até por minha formação jurídica considero desnecessário se colocar em destaque a arguição de preliminar. No caso, depois de praticamente rechaçar o próprio projeto, procurei ao final, por saber da preocupação dos Constituintes diante do caos econômico-financeiro e das dificuldades por que atravessam os microempresários e pequenos produtores rurais, apresentar pelo menos um caminho, que seria a Câmara dos Deputados. Por isso, ao apreciar o mérito, ao final, sem destacar com grifo o que seria uma preliminar, começo no § 2º: "Assim, estando a questão sendo encaminhada pelo Poder Executivo", levanto a preliminar de que é impertinente a apreciação do assunto nesta Casa, a exemplo do que fizemos na questão da dívida externa. É o mesmo procedimento, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A questão já foi decidida pela Presidência.

Concedo a palavra, pela ordem, à Sr. Constituinte Sandra Cavalcanti.

**A SRA. CONSTITUINTE SANDRA CAVALCANTI:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, esta é a terceira vez que a Comissão de Sistematização é convocada para examinar matérias que a Mesa

da Assembléia Nacional Constituinte recebe e nos encaminha.

A questão que se põe diante de todos é a seguinte: quem está errando, ao enviar esses projetos à Comissão de Sistematização, aceitando-os como de decisão, é a Mesa da Assembléia Nacional Constituinte. É com a Mesa da Assembléia Nacional Constituinte que a Presidência desta Comissão terá que se entender daqui por diante, pois pela terceira vez, somos chamados a tratar de matéria que não está configurada nos critérios do § 7º do art. 59. E tanto não está que o fato de amanhã ou depois o Poder Executivo resolver o problema dos microempresários e pequenos produtores é uma questão que passa ao largo da atuação desta Comissão, que tem função específica no momento está apenas aguardando o recebimento dos relatórios que vão chegar às oito Comissões Temáticas que se instalarão hoje.

Entendo que as preocupações dos Deputados Hermes Zaneti, Victor Faccioni e Brandão Monteiro traduzem as preocupações de toda a Assembléia Nacional Constituinte em relação ao que está acontecendo no País, mas votamos um Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte e nele ficou previsto o tipo de trabalho que vamos realizar aqui.

Temos também, paralelamente, nossa posição de Deputados e Senadores, podendo funcionar como Congresso todas as vezes que a Presidência da Câmara ou do Senado assim entender.

Está na hora de reconhecermos que esses episódios, que inclusive têm gerado dentro da Comissão de Sistematização debates absolutamente polêmicos, às vezes fora dos figurinos, como aconteceu semana passada, devem ser transferidos para o palco apropriado a essas discussões, o Congresso Nacional, que para isso tem de ser convocado. O Presidente Ulysses Guimarães deve tomar conhecimento de como sua assessoria está entendendo o recebimento desses projetos e por que está enviando à Comissão de Sistematização proposições que, na realidade não são de decisão. É apenas isso. Essa é uma preliminar das preliminares, mas tem de ser levantada perante a Mesa da Assembléia Nacional Constituinte.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A Presidência remeterá ao Presidente da Assembléia Nacional Constituinte a parte da Ata que consigna a intervenção da Constituinte Sandra Cavalcanti, que, na verdade, não levantou questão de ordem, mas fez uma sugestão que a Mesa recebe com simpatia.

Tem a palavra, pela ordem, o Constituinte Nelson Jobim.

**O SR. CONSTITUINTE NÉLSON JOBIM:** – Sr. Presidente, é de se observar, em torno da manifestação da eminente Constituinte Sandra Cavalcanti, que o Regimento Interno, no § 7º do art. 59, não autoriza nem permite ao Presidente da Constituinte emitir um juízo sobre a preliminar de mérito no tema dos projetos de decisão.

O § 7º determina que esses projetos de decisão sejam encaminhados à Comissões de Sistematização parto parecer prévio. E, dentro dos poderes, elencados ao Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, não está o de emitir um juízo prévio valorativo sobre a pertinência ou não, ou aquilo que se chamaria o juízo de admissibilidade ao projeto.

Isso compete exatamente à Comissão de Sistematização, que deverá emitir juízo dúplice, ou seja, o juízo de admissibilidade do projeto como matéria pertinente e também o juízo de mérito.

Portanto, não compete ao Presidente da Assembléia Nacional Constituinte emitir esse juízo, o qual está afeto exclusivamente à Comissão de Sistematização.

Está agindo bem o Presidente da Constituinte ao remeter a esta Comissão os projetos que lhe são enviados.

**O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO**

**MONTEIRO:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):**

– Deseja V. Ex.<sup>a</sup> contraditar o Constituinte Nelson Jobim? Digo isso porque V. Ex.<sup>a</sup> tem a palavra, preferencialmente, para discutir o projeto.

**O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO**

**MONTEIRO:** – Parece-me que também tenho o direito de levantar questão de ordem.

**O SR. CONSTITUINTE NILSON**

**GIBSON:** – Sr. Presidente, peço a palavra para contestar o argumento do ilustre Constituinte Nelson Jobim.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):**

– V. Ex.<sup>a</sup>, Constituinte Brandão Monteiro, terá a palavra em questão de ordem, depois da contradita do Constituinte Nilson Gibson.

**O SR. CONSTITUINTE NILSON**

**GIBSON:** – Sr. Presidente, evidentemente, o nobre e ilustre Constituinte Nelson Jobim, um dos mais inteligentes e cultos desta Assembléia Nacional Constituinte, refere-se ao teor do § 7º do art. 59 do Regimento Interno, em que se colocam dois requisitos, todos eles de matéria adjetiva: ameaça aos trabalhos e às decisões soberanas. Traz ainda considerações, dentro do próprio artigo, referentes à exigência do número de assinaturas.

É claro que, quando o Presidente recebe um projeto de decisão, deverá verificar se preenche esses requisitos e, na forma de sua competência, como está explícito no Regimento Interno. S. Ex.<sup>a</sup> declara se pode ou não deferir determinada proposta.

Fundamentado nesses incisos, tenho para mim que a nobre Constituinte Sandra Cavalcanti está totalmente coberta de razão. Mais ainda: isto já foi argüido em outra oportunidade pelo Líder do Governo, Constituinte Carlos Sant'Anna, quando vislumbrou, da melhor maneira, evitar que viesse para cá uma enxurrada desses projetos. Concorro integralmente com a nobre Constituinte Sandra Cavalcanti e repilo os termos jurídicos argüidos pelo Constituinte Nelson Jobim.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):**

– Nos estritos termos do § 7º do art. 59, os projetos de decisão serão recebidos pelo Presidente da Constituinte e, desde que apoiados por 1/3 dos membros desta Assembléia, serão necessariamente encaminhados à Comissão de Sistematização para que esta profira parecer num prazo de cinco dias. O parecer da Comissão deverá ser posteriormente apreciado pelo Presidente da Constituinte, se não se concluir pelo arquivamento.

Ate agora, como todos eles apresentavam preliminares de incompetência da Constituinte, para tomar conhecimento da matéria que não se insere em seus objetivos fundamentais, esses pareceres

têm sido devolvidos à Presidência da Assembléia Nacional Constituinte, a fim de que o Presidente decida se serão submetidos ao plenário daquela Assembléia ou terão outro destino.

Desta forma a Mesa acha que a razão está com o eminente Constituinte Nelson Jobim.

Em discussão o projeto.

Se o nobre Constituinte Brandão Monteiro preferir, terá a palavra por dez minutos, como autor, para discutir o parecer.

**O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO**

**MONTEIRO:** – Na verdade, V. Ex.<sup>a</sup> acaba de esclarecer a minha questão de ordem. Como autor do projeto, usarei a palavra para discutir.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):**

– Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra, por dez minutos.

**O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO**

**MONTEIRO:** – Sr. Presidente, tenho observado, com profunda indagação pessoal, os termos dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte e suas consequências. Na verdade, temos trabalhado muito. Talvez, por isso, os Srs. Constituintes não se tenham apercebido das regras do coletivo ou não tenham procurado aprofundar-se no Regimento Interno. Essas questões têm trazido profundas dificuldades ao funcionamento da Assembléia Nacional Constituinte. De repente vários Constituintes se dão ao luxo de oferecer a si mesmos um *capitis diminutio* da sua função de Constituintes, para deixar nas mãos do Presidente da Assembléia Nacional Constituinte todas as decisões e interpretações, em relação ao Regimento interno. É como se estivéssemos na Câmara dos Deputados, surgisse qualquer questão relativa à inconstitucionalidade e a encaminhássemos ao Presidente, a fim de que S. Ex.<sup>a</sup> decidisse sobre a constitucionalidade ou não de um determinado projeto.

Por outro lado, Sr. Presidente, vejo com profunda tristeza, não só o parecer do Constituinte Renato Vianna, como a tendência que se observa nesta Comissão. As palavras da Constituinte Sandra Cavalcanti são muito claras a esse respeito. Deveríamos estar aqui reunidos a partir do momento em que recebêssemos os relatórios das Comissões Temáticas. Mas fora dessa competência, deveremos marcar uma ou duas reuniões para discutir o próprio Regimento Interno e o parecer do ilustre Relator Bernardo Cabral, encerrando, em seguida, os trabalhos da Comissão de Sistematização. Parece que essa tem sido a tendência aqui observada.

Fala-se muito nas interpretações do famoso artigo que estabelece o projeto de decisão. Diz o Constituinte Nilson Gibson que são matérias eminentemente adjetivas aquelas que nos permitem discutir projetos de decisão, referentemente às ameaças ao funcionamento da Assembléia Nacional Constituinte e à sua própria soberania. A Assembléia Nacional Constituinte tem procurado abster-se de discutir as questões centrais que estão na ordem do dia da vida política e da vida econômica do País. Por isso, Sr. Presidente, é com profundo pesar que direi que temos procurado escamotear a realidade. Permito-me entrar na discussão do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte quando muitos Constituintes lutam pela sua soberania, querendo que essa soberania seja explícita e clara. Os acordos, que vieram depois a ter consequências no pano-

rama político do País, conduziram-nos ao chamado projeto de decisão, querem como características procurar, de alguma forma, levar a discussão subjetiva o que seja ameaça ao funcionamento da Assembléia Nacional Constituinte, assim como o que possa ameaçar a sua soberania. Mais uma vez tenho a lamentar que a Constituinte e o Parlamento, enfim, têm procurado fugir às suas responsabilidades.

O ilustre Relator Renato Vianna nos informa de decisões do Executivo, no sentido de resolver problema ao qual meu projeto procura dar uma solução imediata. A realidade deste País, Sr. Presidente, é que os ricos, os miniempresários, e os pequenos produtores agrícolas encontram-se em situação extremamente difícil, estão às vésperas da falência em todos os pontos do País a clamar uma decisão que venha do único poder legítimo que a Nação tem, não o poder legal, mas o único poder legítimo, que é a Assembléia Nacional Constituinte. Eleitos fomos pelo povo, pelos trabalhadores, pelos grandes empresários, que, aliás, têm muitos representantes nesta Casa, e pelos micro e miniempresários. A situação é de calamidade. E quando nos colocamos sob o ponto de vista de interpretações subjetivas, aquelas a que faz menção o Relator em seu parecer, entendemos que o País vai mal tal como está. A situação dessas empresas nos ameaça, porque atingem a base da economia deste País. Mais de 30 milhões de trabalhadores são empregados pelas mini e microempresas deste País. E temos o dever e a obrigação de ir em socorro, não só dessas microempresas, mas dos seus trabalhadores. Quando o caos se estabelecer totalmente serão atingidos também os trabalhadores. Devemos deixar de cultivar a forma, a posição do subjetivo, para ir ao encontro da questão concreta e das posições de conteúdo. A Comissão de Sistematização, que tem a grande responsabilidade de sistematizar o projeto constitucional futuro, que receberemos em forma de relatório das Comissões Temáticas, não pode e não deve passar ao largo de situações tão sérias e graves como essas. Diz o Relator que devemos ir ao Congresso Nacional, enfim, à Câmara dos Deputados, como fez o Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, estamos nu-ma situação, diria trágica, se não fosse cômica. Não temos condições de responder às questões centrais do País, porque a Câmara dos Deputados não funciona, a não ser no pequeno expediente, ou para votar mensagem do Executivo. Na verdade, todos os projetos de lei estão sobrestados. A Assembléia Nacional Constituinte, da mesma forma, pelo entendimento de alguns, deve estar paralisada para encaminhar soluções imediatas em relação a problemas graves e sérios do País. Por isso, confio na sensibilidade dos Srs. Constituintes membros desta Comissão de Sistematização. Mais do que isso, espero que todos respondamos com conteúdo aos problemas que nos estão a atingir. É bom que se diga que muitas vezes se quer esconder o conteúdo, utilizando a forma. Por isso, repito, confio na sensibilidade dos Srs. Constituintes.

O Constituinte Nilson Gibson – aliás num ato falho – declarou que o Líder do Governo já definiu o que se deve fazer aqui. Como se o Governo tivesse líder na Constituinte. O Constituinte Carlos Sant'Anna, nesta Casa, é membro da Comis-

são de Sistematização, só e simplesmente, não é Líder do Governo. Se fosse, pela primeira vez na história do mundo, ocorreria esta novidade de um Governo ter líder na Constituinte. Espero que as determinações do Planalto não se coloquem acima da consciência e da responsabilidade dos Srs. Constituintes. Assim, cada Constituinte deve votar com o pensamento voltado para o País, dando provimento, em consequência, ao projeto de decisão.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A intervenção do nobre Constituinte Brandão Monteiro justifica que eu faça uma comunicação a este Plenário.

Ainda ontem, como Constituinte, apresentei um projeto de lei semelhante, sob certo aspecto, ao apresentado por S. Ex.<sup>a</sup> no projeto de decisão, propondo uma moratória para os pequenos e médios agricultores da Região Nordeste. Ao mesmo tempo, requeri ao Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, Ulysses Guimarães, que modificasse o texto do Ato da Mesa nº 1, que sobresteve a apresentação de projetos na Câmara dos Deputados pelos membros daquela Casa do Congresso Nacional. Já na condição de Vice-Presidente desta Comissão, ponderei a S. Ex.<sup>a</sup> que estávamos numa situação curiosa. Aqui, não temos encaminhado, não temos aceito Projetos de Decisão sobre matéria conjuntural, pelo fato de ter prevalecido a preliminar de que só devemos cuidar de assuntos constitucionais. Tampouco podemos atuar na Câmara dos Deputados, porque a Assembléia Nacional Constituinte está funcionando. Assim, estaria o Congresso Nacional impedido de apreciar os problemas mencionados pelo nobre Constituinte Brandão Monteiro.

Requeri formalmente que essa situação fosse resolvida porque, de fato, esse impasse precisa ser solucionado com a nossa colaboração. Presto esta informação para declarar que, na condição de Presidente desta Comissão, já fiz a ponderação a S. Ex.<sup>a</sup>, no sentido de que, se a Mesa da Câmara dos Deputados não modificasse o texto do Ato da Mesa nº 1, nossa tendência seria a de admitir a discussão de matérias conjunturais na Assembléia Nacional Constituinte, para afirmarmos nossa soberania.

De maneira que essa advertência já foi feita ao Presidente da Assembléia Nacional Constituinte pelo Primeiro-Vice-Presidente da Comissão de Sistematização.

Concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Constituinte Carlos Sant'Anna.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Sr. Presidente, o art. 82, do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, diz que "a partir de 1º de março de 1987 o Senado Federal, a Câmara dos Deputados e o Congresso Nacional adaptarão seus Regimentos internos para compatibilizar a realização de sessões em caráter extraordinário e para exame de matéria urgente e de relevante interesse nacional ao funcionamento da Assembléia Nacional Constituinte".

Reiteradas vezes temos dito que está em funcionamento o Congresso Nacional – é claro que em funcionamento que não empana o brilho, a importância e o realce da Assembléia Nacional Constituinte – para examinar matérias urgentes ou de relevante interesse nacional.

Por conseguinte, como ainda há pouco, com toda a razão, o nobre Líder Brandão Monteiro verberou que não há liderança de Governo na Constituinte. Se o Congresso Nacional está funcionando e pode funcionar, não há por que de intromissão da Constituinte em questões pertinentes meramente a ações do Governo. Aliás, é uma preocupação que a nobre Constituinte Sandra Cavalcanti muito bem expressou, a da insistência com que não apenas a Mesa da Constituinte, mas a própria Mesa da Comissão, coloca matérias vencidas ao exame desta última. A preliminar da impertinência está vencida, é assunto nesta Comissão por duas vezes. Vejam bem que o projeto dito de decisão, do nobre Constituinte Brandão Monteiro, é projeto, mas não é de decisão, simplesmente porque não está de acordo com o que dispõe o § 7º, do art. 59, conforme realça muito bem o ilustre Relator, porque não visa a sobrestar nenhuma medida que possa ameaçar o trabalho e as decisões soberanas da Assembléia Nacional Constituinte. O referido projeto não é de decisão, foi assim auto-intitulado por seu autor para que o assunto viesse à baila. Não somente a Mesa da Constituinte falha, quando o encaminha a esta Comissão, como a Mesa desta Comissão, quando o encaminha ao Plenário desta. A Mesa teria que simplesmente resolver *in limine*, não o encaminhamento ao Plenário e devolvendo-o à Mesa da Constituinte, para que esta se pronuncie quanto ao aspecto formal do projeto, que não é de decisão, embora assim tenha sido intitulado. Isso se repetirá inúmeras vezes se essas medidas não forem tomadas. Insisto em que o mérito da questão, pela relevância que tem, não escapa do Congresso Nacional. Está muito certo o Relator, ilustre Constituinte Renato Vianna, quando diz que, se apesar dessas ponderações entenderem os nobres autores que a questão deve urgente, o caminho adequado é seu encaminhamento à Câmara dos Deputados, porque o autor é um ilustre Deputado.

De modo que não fica o vazio em decorrência da circunstância de que, por uma questão formal, a Constituinte não vai assumir uma função que é do Congresso Nacional, que está em funcionamento.

**O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO MONTEIRO:** – Sr. Presidente, peço a palavra para contradiar a questão de ordem do Constituinte Carlos Sant'Anna.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Não levantei questão de ordem.

**O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO MONTEIRO:** – V. Ex.<sup>a</sup> estava discutindo o projeto.

**O SR. CONSTITUINTE HAROLDO LIMA:** – Sr. Presidente, pela ordem. O nobre Constituinte Carlos Sant'Anna...

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Gostaria de ponderar aos membros da Comissão que não devem pedir a palavra para questão de ordem para, na verdade, discutir o projeto. Aqueles que querem discutir o projeto estão inscritos, e vamos chamá-los pela ordem de inscrição. As questões de ordem que estão sendo apresentadas na verdade não são questões de ordem. O nobre autor do projeto, inclusive, poderá participar das discussões.

Com relação a intervenção do nobre Constituinte Carlos Sant'Anna, desejo esclarecer que a Presidência da Comissão de Sistematização não pode considerar-se como uma instância revisora dos atos do Presidente da Constituinte. Quem pode fazê-lo, em termos de parecer, é o Plenário da Comissão e é por isso que estamos submetendo as matérias enviadas a S. Ex.<sup>a</sup> para apreciação do Plenário, depois de relatadas devidamente.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Brandão Monteiro, para uma questão de ordem.

**O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO MONTEIRO:** – Sr. Presidente, fiquei extremamente surpreendido e, de alguma forma, como autor deste projeto, senti-me lesado, porque na verdade o Vice-Presidente da Comissão de Sistematização procura o Presidente da Câmara, dá entrada a um projeto de lei e pede que o Presidente revise aquilo que o Constituinte Carlos Sant'Anna, mesmo sendo Líder do Governo no Congresso Nacional, desconhece, que é um ato da Mesa que vem sobrestar todos os demais projetos de lei. E V. Ex.<sup>a</sup> procura o Presidente Ulysses Guimarães e pede que ele revise ou modifique este ato da Mesa porque, se não o fizer, a Comissão de Sistematização passará a discutir questões de sua soberania. Ora, aqueles que, como eu, apresentaram projetos de decisão – apesar da douta opinião de muitos em contrário –, por entenderem que ameaçam concretamente a soberania da Assembléia Nacional Constituinte, estarão lesados se o Presidente mudar a resolução e passarmos a decidir aqui questões que muitos, formalmente entendem que não devam ser decididas.

Era esta a questão de ordem que queria levar a apreciação de V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem a palavra, pela ordem, o Constituinte Jamil Haddad, que a havia solicitado anteriormente.

**O SR. CONSTITUINTE JAMIL HADDAD:** – Sr. Presidente, solicitei a palavra para encaminhar a votação do projeto, e não pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Então, oportunamente V. Ex.<sup>a</sup> terá a palavra.

Com a palavra o Constituinte Inocêncio Oliveira.

**O SR. CONSTITUINTE INOCÊNCIO OLIVEIRA:** – Sr. Presidente, de início, gostaria de dizer que sou, pelo mérito, a favor deste Projeto de Decisão nº 3, como fui a favor dos de nºs 1 e 2. No entanto, Sr. Presidente, fico na preliminar, pois tal projeto, como os demais, não se enquadra na figura do projeto de decisão, uma vez que não atende aos requisitos do § 7º do art. 59 do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte.

Com referência ao parecer do ilustre Relator, Constituinte Renato Vianna, gostaria de dizer que continuo comungando com o ponto de vista do nobre Constituinte Ademir Andrade, porque ele não foi muito claro, conclusivo. Tanto assim, Sr. Presidente, que V. Ex.<sup>a</sup> foi obrigado a perguntar ao ilustre Relator se ele era a favor da preliminar. Além do mais, o ilustre Relator Renato Vianna, ao fazer seu Relatório, fê-lo todo quanto ao mérito, e somente no final se fixou em uma preliminar. Portanto, o Relatório do ilustre Constituinte Renato Vianna não é muito claro quanto a isso. No entanto, gostaria ainda de dizer, quanto ao mérito desse projeto – e eu gostaria de não me referir a ele,



porque quero ficar na preliminar – que, pelas decisões já adotadas pelo Banco Central, e segundo o Relatório do ilustre Relator Renato Vianna, há aqui uma decisão que, se fosse tomada, seria melhor do que a proposta do ilustre Constituinte Brandão Monteiro. É aquela que diz da "criação de linhas especiais de crédito a microempresa, com juros de 0,5% ao mês e prazo de até 36 meses". No entanto, dessas três resoluções até agora definidas pelo Relator, nenhuma foi adotada pelo Governo. Tanto assim, que o Constituinte Raimundo Bezerra ainda hoje fez uma ligação telefônica para o Banco do Brasil, que lhe informou que, para as micro e pequenas empresas, os juros eram de 3% ao mês mais correção monetária. Então, Sr. Presidente, não vamos discutir o mérito desta questão, porque, se o fizermos continuamos as micro e as pequenas empresas, os pequenos produtores rurais e as pessoas físicas, ameaçadas de inadimplência, ou de nela permanecerem, caso já estejam. Tanto é assim, que o número de falências e concordatas neste País cresce a cada dia. No entanto, Sr. Presidente, vou-me fixar na preliminar.

Sou contra esse Projeto de Decisão por não se enquadrar no dispositivo do § 7º do art. 59 do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, que diz que "projetos de decisão destinam-se a sobrestar medidas que possam ameaçar os trabalhos e as decisões soberanas da Assembléia Nacional Constituinte..."

Assim sendo, Sr. Presidente, sou pela preliminar e contrário ao mérito. Apresentamos emenda justamente para nos fixarmos na preliminar, evitando que esta Comissão de Sistematização analisasse o mérito da questão. Fico pela preliminar, porque tal projeto, apesar da grande importância, não se enquadra como projeto de decisão.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Com a palavra o Constituinte Paulo Pimentel, segundo orador inscrito para discutir o projeto.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO PIMENTEL:** – Sr. Presidente, não há, creio eu, nesta Casa, Constituinte algum, ou membro desta Comissão que possa ser contra o Projeto de Decisão do ilustre Constituinte Brandão Monteiro. Os seus méritos são indiscutíveis. A situação caótica que prevê já está acontecendo. Em meu Estado, Paraná, no Vale do Ivaí, assistimos com muita tristeza à execução de dívidas de proprietários agrícolas de pequeno porte, que perderam as suas propriedades em razão de não suportarem mais os extorsivos juros que recaem sobre os agricultores, as microempresas e as pessoas físicas. Desejaria imensamente votar com S. Ex.<sup>a</sup>, porque entendo que o seu projeto realmente é oportuno, é necessário e, sobretudo, do interesse da Nação. Ele não propõe uma moratória, ou um parcelamento da dívida. O seu projeto visa realmente a uma anistia, que é o que o momento exige para os pequenos proprietários, tanto do campo quanto das cidades.

Gostaria, de todas as formas, com toda a minha disposição, de apoiar inteiramente, especialmente com o meu voto, o projeto de decisão do eminente Constituinte Brandão Monteiro. Todavia, Sr. Presidente, não acho brecha, não acho vazio para que possa entrar e colocar sobre as mãos desta Comissão, como projeto de decisão, o Projeto nº 3, do Constituinte Brandão Monteiro. Lamentavelmente, ele é incabível, porque o § 7º do art.

59, tão citado do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte não o permite. Felizmente, ha quem levante esta tese e, infelizmente, ha a impossibilidade de votarmos a seu favor.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Concedo a palavra ao Deputado Ademir Andrade.

**O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, às vezes, fico admirado ao perceber a sensibilidade com que cada Constituinte desta Casa fala dos problemas em que vive o povo brasileiro. No entanto, recusam-se a assumir uma postura de decisão para salvar este mesmo povo. Ora, esta situação de verdadeiro caos econômico e de falência, que estamos vivendo, é provocada por uma política adotada pelo Governo a partir de novembro do ano passado, visando exclusivamente à recessão, com o intuito de aumentar o nosso superávit e de pagar a nossa dívida externa. Essa é a política real que estamos vivendo.

O Projeto de Decisão do Deputado Brandão Monteiro está intimamente relacionado com o Projeto de Decisão nº 1, do Deputado Hermes Zaneti. E consequência da política adotada em função da nossa dívida externa. Diz o Relator Constituinte Renato Vianna, que o Executivo tomou uma série de medidas para resolver o problema dos empresários brasileiros. Fala primeiro do item A:

"A limitação do diferencial entre a taxa de captação e a de contratação de operações bancárias". Pergunto: o que isso resolve se continuamos pagando correção monetária, através das letras do Banco Central – LBC, e essas Letras são uma política adotada pelo Governo Federal justamente para provocar a recessão em função dessa nossa famigerada dívida externa? De que adianta limitar o juro entre 5 e 4%, como o foi nos grandes e médios bancos, se ao mesmo tempo o micro e pequeno empresários vão ter que pagar, em cima desses juros, uma LBC absurda, adotada pelo Governo? Então, esta primeira providência é absolutamente inócua, não serve absolutamente para nada.

Em segundo lugar: criação de uma linha de crédito especial à microempresa, a juros de 5% ao mês, com um prazo de até trinta e seis meses.

Sr. Presidente, fui provocado pelos municípios de um grande Município do Estado do Pará, Tucuruí, que construiu a hidrelétrica do mesmo nome. À respeito dessa decisão do Governo Federal, disseram-me os microempresários da região que nada existia no banco. Com o intuito de conseguir esses empréstimos, suas propostas foram apresentadas ao Banco do Brasil. Diligenciei um telex ao Presidente do referido banco, competente e atencioso Dr. Camilo Calazans, que me respondeu que – trago aqui comigo, para mostrar a qualquer um dos Srs. Constituintes – para o Estado do Pará foi destinada a importância de 33 milhões de cruzados. Imaginem V. Ex.<sup>as</sup> que esta quantia daria para atender a sessenta e seis microempresários, numa média de 500 mil cruzados para cada um. Mais foi destinada às microempresas do Município de Tucuruí, uma praça com 150 mil habitantes, que construiu a maior hidrelétrica do Brasil, a importância de 530 mil cruzados. Tenho esse telex do Dr. Camilo Calazans. Aqui está para quem quiser vê-lo.

Portanto, considero esta providência impraticável e absolutamente inócua.

Em terceiro lugar, gostaria de referir-me a manutenção das taxas de juros sem correção monetária. Sr. Presidente, sabemos que nada disso está sendo cumprido.

Ainda ontem de manhã conversava com o Diretor de Crédito Geral do Banco do Estado do Pará, um banco oficial, a quem levei o pleito de algumas microempresas de Tucuruí, que estão judicialmente protestadas com a arrecadação dos seus bens. O D. José Burlamaqui, Diretor de Crédito Geral do Banco do Estado do Pará, disse-me que até agora não havia chegado nada disso lá e eles estavam protestando. Segundo S. S.<sup>a</sup> eles não podem deixar de protestar, caso contrário o Banco do Brasil cai em cima deles. Disse-me S. S.<sup>a</sup> que tem que cumprir a sua tarefa.

Então, Srs. Constituintes, tudo isso não passa de uma falácia. Sou um homem do PMDB, ajudei este Governo a chegar ao poder, mas não posso ser conivente com essa política recessiva e arbitrária que ele tem adotado, em função do pagamento da dívida externa. Hoje, sou contra o Governo, faço-lhe oposição, porque acho que não cumpre o que o PMDB sempre desejou para esta Nação.

Finalmente, Sr. Presidente, acho que todos nós temos o dever de assumir nossas responsabilidades nesta Casa.

Não é possível que fiquemos jogando a responsabilidade para outrem. O povo brasileiro espera de nós uma decisão sobre essa questão. O projeto do Constituinte Brandão Monteiro é fundamental. Nele S. Ex.<sup>a</sup> coloca um benefício para os microempresários que tomaram emprestado até 500 mil cruzados. E uma decisão tomada por esta Casa deverá ser respeitada. Quanto às que foram tomadas pelo Poder Executivo, até agora, na prática, não se viu absolutamente nada.

E mais, os Constituintes Carlos Sant'Anna e Renato Vianna não têm conhecimento do que se passa no Congresso Nacional. Tanto o Senado Federal como a Câmara dos Deputados impedem a tramitação de qualquer iniciativa de Parlamento nesta Casa, pelas resoluções que foram aprovadas. Estamos proibidos de legislar. E o maior absurdo da história deste País. Nenhum Constituinte pode legislar. Pelo Regimento Interno atual da Câmara dos Deputados e pelo Regimento Interno do Senado Federal é absolutamente proibido tramitar iniciativa de qualquer Parlamento no Congresso Nacional, mesmo que essa iniciativa tenha a assinatura de todas as Lideranças partidárias desta Casa. Então, essa questão tem que ser resolvida pela Assembléia Nacional Constituinte.

Quem não vê que estamos vivendo uma situação de instabilidade e de insegurança política, gerada pelo caos econômico instalado na Pátria brasileira, pelo desemprego e pela recessão que aí estão? Só o cego não admite a recessão. Só quem não quer ver não admite essa recessão flagrante, que prejudica o povo brasileiro. Se não assumirmos esta responsabilidade, estaremos inseguros. Portanto, dizer que esta preliminar não nos cabe é fugir a uma responsabilidade que todos deveríamos assumir. O povo confia em nós, confia na Assembléia Nacional Constituinte e não é hora de fugirmos à nossa responsabilidade. Portanto, sou favorável a este Projeto de Decisão.

Sr. Presidente, gostaria de referir-me a um outro assunto. As nossas sessões, na Assembléia Nacional Constituinte são vazias, somente preenchidas por discursos e comentários, sessões em que não se decide coisa alguma. E vamos continuar com este tipo de sessão por praticamente dois meses e meio, quase 75 dias, sem decidirmos absolutamente nada. Isto aqui não é uma questão de decisão do Plenário da Comissão de Sistematização, é da nossa competência. Quem vai decidir esta questão é o Plenário da Assembléia Nacional Constituinte. Logo, não nos podemos omitir da obrigação de mandar esta questão ao Plenário.

Concluiria, solicitando uma informação a V.Ex.<sup>a</sup> Não entendi como se processou a questão do Projeto de Decisão nº 2, embora a ele não fosse favorável. Não entendi, também, por que o de nº 1, embora de maneira absoluta e flagrantemente irregular, foi votado e teve a preliminar rejeitada. O de nº 2, que eu tenha conhecimento – não vi a Ata – não foi votado. Quanto a este aqui, espero que seja votado, como espero que todo e qualquer projeto de decisão seja votado e que vá à decisão do Plenário, não dependendo somente do pensamento de qualquer um dos Constituintes componentes desta Comissão.

Gostaria que V. Ex.<sup>a</sup> me informasse a respeito do que ocorreu com o Projeto de Decisão nº 2, porque, pelo que tenho conhecimento, ele não foi votado. Na minha opinião, todos eles deveriam passar pela votação desta Comissão.

Finalizo, fazendo um apelo aos Srs. Constituintes para se integrarem a este problema, porque não é possível deixarmos um assunto tão grave como este nas mãos de um Poder Executivo que não está sendo suficientemente competente.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – O § 7º do art. 59 do Regimento Interno da Constituinte estabelece o prazo fatal de cinco dias para ser prolatado parecer sobre projetos de decisão. Então, ou o parecer é votado neste prazo, ou pelo Regimento ele não existe. De maneira que foi o que aconteceu no caso do Projeto de Decisão nº 2. Não havendo número para a votação do parecer, a Presidência encaminhou o projeto ao Presidente da Constituinte, juntando o parecer com a informação de que havia sido o mesmo votado, para que lá os autores possam reclamar as providências cabíveis, no sentido de o Presidente submeter o projeto ao Plenário da Constituinte ou não, conforme decidir.

Tem a palavra o Deputado Celso Dourado.

**O SR. CONSTITUINTE CELSO DOURADO:** – Sr. Presidente, assinei o projeto apoiando-o. Não vou discutir os aspectos legais, se este é um Projeto de Decisão. Deixo isso aos seus co-autores, que são especialistas na matéria, que têm toda a competência jurídica para analisá-lo. Mas assinei o projeto sabendo que, acima da lei, está sempre o aspecto humano e que toda exegese da lei tem que passar, em primeiro lugar, pelo conteúdo humano. E estou consciente da necessidade de a Comissão de sistematização tomar uma decisão a respeito desse assunto.

Aqui, não se trata de ser a favor do Governo ou contra ele. Ao contrário, acho que o Projeto de Decisão do nobre Constituinte Brandão Monteiro ajuda o Governo, é uma colaboração. Estamos diante de uma situação realmente trágica neste País. A inflação que está aí é desumana,

porque os bens do microempresário, do pequeno proprietário agrícola, tudo aquilo que o indivíduo possui, a cada mês se desvaloriza e se deteriora. Os preços caem. Hoje a dívida que poderia ser paga com 5% dos recursos de uma pessoa física, de um micro, um pequeno, um médio ou até um grande empresário, mesmo vendendo tudo, ele não conseguiria pagar os seus débitos. A situação é realmente desumana.

Estamos vivendo no País uma situação de intranquilidade e de incertezas. Vidas estão sendo destruídas. O índice de suicídio é muito grande no País, pelo desespero e pela angústia. Chegou o momento de reconhecermos que estamos vivendo realmente uma situação de extremo perigo. Os canhões não estão aí ameaçando a Constituinte, mas a miséria, a fome e a calamidade que caem sobre o nosso povo, hoje, realmente ameaçam.

Neste sentido, deixando de lado os aspectos legais, a exegese da lei, que compete aos cientistas da matéria, fico com o Projeto de Decisão, não só porque o apoiei, colocando o meu nome ao lado de altas figuras que apóiam esse projeto, mas por entender que realmente estamos existencialmente enfrentando uma situação de extremo perigo.

E o momento de tomarmos uma decisão, e esta Comissão tem competência e força para dar à própria sociedade uma palavra de esperança, de segurança, que possa pelo menos protelar alguns dos grandes problemas que estão caindo sobre a nossa gente, esmagando-a. Muito obrigado. (Muito bem! Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Esta Presidência solicita aos ilustres membros da Comissão em plenário que aqui permanecem, a fim de dispormos de número suficiente para votação não só do Projeto de Decisão, como também do regimento das normas de trabalho, que já foi discutido em reunião anterior.

Concedo a palavra ao nobre Constituinte Nilson Gibson.

**O SR. CONSTITUINTE NILSON GIBSON:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a Comissão de Sistematização é realmente uma comissão técnica. O encaminhamento do projeto de decisão fundamenta-se no § 7º do art. 59 do Regimento, que dispõe, a nosso ver, de três requisitos, todos eles matéria de Direito adjetivo, matéria processual. Sabe V. Ex.<sup>a</sup> a distinção entre Direito adjetivo e Direito substantivo em que se fundamenta a pretensão. Não há encaminhamento do pedido, não há andamento da matéria em que se deva processar. Portanto, há duas distinções.

Vislumbro um equívoco bastante acentuado por parte do nosso ilustre Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, quando não enfrenta essas preliminares de antemão. Por isso, desde logo prestei meu apoio e minha solidariedade à nobre Constituinte Sandra Cavalcanti.

Veja, Sr. Presidente, um exemplo típico de ameaça aos nossos trabalhos e também à nossa soberania. O exemplo que vou dar se passou no dia 18 de maio próximo passado, quando o Presidente da República foi à televisão esclarecer ao País que o seu mandato seria de cinco anos e dizer também que adotava determinadas posições referentes aos regimes parlamentarista e presidencialista. No dia seguinte, tivemos reunião

de bancada do PMDB, partido a que, com muito orgulho, sou filiado. Isto sim é que admitia, **ad argumentandum**, ser uma ameaça à Assembléia Nacional Constituinte. O comportamento do Presidente da República, sabendo, de antemão, que aqui estávamos inclinados a fixar o seu atual mandato do atual Presidente da República, isto é, modificando a Constituição em vigor. Isto é o que eu poderia admitir como ameaça, para argumentar, **data vênia** dos doutos e ilustres entendidos em Direito Constitucional. Realmente, aceito o entendimento do ilustre Relator, ficando com a preliminar e rejeitando, efetivamente, a proposta do nobre Deputado Constituinte, Brandão Monteiro, muito embora seja simpaticíssima a sua sugestão, que poderíamos abraçá-la em outras condições dentro do processo legislativo. Salvo melhor juízo, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, este é o nosso entendimento.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Concedo a palavra ao Constituinte Joaquim Beviláqua.

**O SR. CONSTITUINTE JOAQUIM BEVILÁQUA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, quando da análise do primeiro Projeto de Decisão que veio a esta Comissão, subscrito, em primeiro lugar, pelo ilustre Constituinte Hermes Zaneti, fui o primeiro Constituinte a manifestar meu parecer favorável à preliminar levantada pelo ilustre Relator, Constituinte Prisco Viana.

Se analisarmos atentamente o § 7º do art. 59, vamos verificar que, na realidade, as preliminares referentes aos projetos de decisão confundem-se com o mérito, porque dependem da análise subjetiva de cada Constituinte a respeito do que possa ameaçar os trabalhos e as decisões soberanas da Assembléia Nacional Constituinte. Tanto assim que o Regimento Interno teve a cautela de exigir o apoio de um terço dos Srs. Constituintes para que tais projetos pudessem chegar à Comissão de Sistematização.

Portanto, num primeiro passo, quero dizer que, embora estivesse inclinado a que realmente uma decisão da Mesa pudesse sobrestar os projetos que não visassem impedir medidas que prejudicassem o andamento da Constituinte, fico com o Deputado Nelson Jobim. Aliás, com muita sabedoria, V. Ex.<sup>a</sup> o acompanhou, decidindo com prudência e juridicidade. De forma que essa triagem preliminar já e feita na medida em que se exige o apoio de um terço dos Srs. Constituintes para que a propositura chegue a esta Casa.

A primeira propositura que foi aqui analisada, em se tratando de problema que vem desde o Brasil-Ímpério, foi a questão da dívida externa. Na minha região existe o Município de Bananal, que chegou a avalizar uma dívida do Império. Entendia, como entendo, no meu modo de ver, política, sociológica e economicamente a conjuntura nacional, que não era uma questão a ser analisada aqui, até porque esse problema já vem de longa data. No último fim de semana tive o privilégio de me manifestar sobre a aprovação do art. 16 do anteprojeto da Subcomissão do Sistema Financeiro. Ali, sim, foi incluída nas Disposições Transitórias a análise da dívida externa. Entendia ser aquele o caminho e, portanto, ali foi inserido.

Quanto ao segundo projeto, do ilustre Constituinte Victor Faccioni, não pude participar das

discussões. Também estaria contra a sua tramitação porque entendendo seja assunto que possa prejudicar o andamento da Assembléia Nacional Constituinte.

Entretanto, no Projeto de Decisão nº 3/87 – e disse isso ontem, em discurso no plenário da Constituinte – vejo, do meu ponto de vista, e respeito, **data máxima vênia**, a opinião dos meus ilustres companheiros, aqueles pressupostos, aquelas características que tipificam o referido projeto como incluso na categoria daqueles que devam ser objeto de consideração por parte deste plenário. Ora, se a maioria entender que não, ele será arquivado; se entender que sim, ele será analisado pelo plenário da Assembléia Nacional Constituinte e submetido em seguida ao nosso parecer prévio, que não é conclusivo.

Ao aprovarmos este projeto, estaremos desobstruindo o canal, a fim de que possa ele chegar ao plenário da Assembléia Nacional Constituinte.

Tomei a liberdade de oferecer uma pequena emenda, em virtude da referência que o nobre Constituinte Brandão Monteiro faz, na sua justificativa, do projeto, quando diz: "Não há dúvida de que o surpreendente aumento do nível de emprego no Brasil, em 1986, decorreu, basicamente das iniciativas dos pequenos empresários, cujas atividades respondem imediatamente a qualquer estímulo. As estatísticas demonstram que os pequenos e médios empresários produzem cerca de 50% do Produto Interno Bruto e empregam, direta ou indiretamente, cerca de 30 milhões de trabalhadores."

Ora, Sr. Presidente, na justificativa o Constituinte foi mais abrangente do que na elaboração do projeto. **Data vênia** de S. Ex.<sup>a</sup>, propus uma emenda, incluindo um parágrafo único ao art. 1º, em que, em se tratando de pequenas e médias empresas, o resgate será parcelado em doze prestações mensais, com juros de 1% ao mês, sem correção monetária, sendo que o termo inicial e previsto no art. 3º, ou seja, a data da contratação da dívida.

Sr. Presidente, permita-me apenas um ou dois minutos, para que possa concluir o meu raciocínio.

Aí fazemos justiça, porque, evidentemente, a microempresa é mais fraca do que a pequena e a média empresas. Essa é a presunção **juris tantum**. Fica a argumentação do Constituinte Ademir Andrade, de quem tenho divergido nesta Comissão, embora não explicitamente, e divirjo no tocante ao Projeto nº 1.

Realmente, essas medidas adotadas vieram beneficiar alguns segmentos. Por exemplo, dívidas contraídas durante o Plano Cruzado e as contratadas após o Cruzado II.

Quando aqui se fala em juros de 0,5%, **data vênia** do ilustre Constituinte Renato Vianna, que foi o Relator da matéria, se acrescentarmos a esses 0,5% a LBC de 22%, teremos 22,5% ao mês, o que será absolutamente impraticável.

Sr. Presidente, por uma questão de coerência, entendendo que este projeto vem realmente ajudar o Governo. Para completar meu raciocínio e mostrar minha coerência na análise da evolução política e econômica nesses últimos meses no Brasil, aduzo que fui o primeiro Constituinte pertencente a um pequeno partido a assomar à tribuna – antes do anúncio, por parte de S. Ex.<sup>a</sup>, o Sr. Presidente da República, de proposição dessa medida – para apoiar a moratória.

Ora, se o Governo, todo-poderoso, pode e deve, como o fez, declarar a moratória, por que não podemos estabelecer uma mini, uma micromoratória para as empresas? No ano passado, oitocentos mil microempresas se formaram, constituídas de pessoas que saíram das indústrias, que trabalhavam na Volkswagen, na Ford e foram montar seu pequeno fresador, sua oficina, etc., oferecendo, em média, quatro a seis empregos cada uma. Só as micro e pequenas empresas são responsáveis por quase vinte milhões de empregos neste País. Portanto, entendendo que este é um fator de desestabilização psicossocial e político, prejudicial ao andamento da Assembléia Nacional Constituinte. Daí por que meu voto é favorável.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Tem a palavra o Constituinte Haroldo Lima.

**O SR. CONSTITUINTE HAROLDO LIMA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, sou dos que esposam a idéia de que vivemos grave crise política, social e institucional no País, sendo absolutamente necessária a permanência de uma instituição pelo menos prestigiada e vista pelo povo como um recuo de credibilidade e de honorabilidade que, no caso, é a Assembléia Nacional Constituinte. Penso que contra a Constituinte se estão levantando diferentes fatores. Existe um movimento anticonstituinte no Brasil que parece ter-se exacerbado quando o próprio Presidente da República passou a encabeçá-lo, ameaçando de forma aberta a Constituinte, imiscuindo-se em seus trabalhos e desafiando-a. Existe outro processo que pode levar ao desprestígio desta Constituinte: a atitude dos próprios Constituintes. Se nós, Constituintes, não estivermos atentos à conjuntura complexa que se está formando no Brasil; não percebermos a necessidade de que a Constituinte seja reservada e destacada nessa conjuntura, para, eventualmente, dar uma saída política e institucional à crise que vem crescendo, se não percebermos isso, estaremos também sendo cúmplice do processo de desgase da reserva mais destacada das instituições brasileiras no momento, que é a Constituinte.

Nas semanas anteriores passaram a introduzir-se na Constituinte mecanismos de desprestígio de sua própria função. Nesta Comissão de Sistematização estamos enfrentando esses problemas. Desde a apresentação dos projetos de decisão, alguns introduziram uma metodologia de desprestígio de instituições, ou seja, a de levantar a chamada preliminar. A tática das preliminares passou a ser sistematizada e aparece com força sob o mecanismo de se considerar que todos são a favor do mérito da questão, mas contra o método, contra a oportunidade. Na verdade se introduz um mecanismo, um sistema de raciocínio onde todos respeitam a interpretação de um regimento, alegando que nada podem fazer diante dos graves problemas nacionais. Todos estão de acordo em que poderiam encaminhar aquela proposta, em certa medida, mas não a podem encaminhar porque a forma de interpretar o regimento os impossibilita portanto, existe um mecanismo de desmoralização desta Comissão ao abrir mão de suas responsabilidades num quadro em que a responsabilidade está apontada para cá, justamente no momento em que o próprio Executivo está, mais do que nunca, desprestigiado

no País e em que se espera que esta Constituinte assuma determinadas funções e tome certas posições. Também alguns Constituintes começam a abrir mão dessa responsabilidade, sob o pretexto mais sutil, às vezes ingênuo e às vezes arbitrário, de que determinada interpretação regimental lhes impossibilita de falar sobre o assunto.

Quanto ao mérito, o nobre Constituinte Nelson Jobim, ainda há pouco, se referiu à interpretação do § 7º do art. 59. Em geral, S. Ex.<sup>a</sup> o faz de forma muito conscienciosa mas nesse caso particular quero divergir inteiramente de S. Ex.<sup>a</sup>, por que – se o nobre Constituinte nos alerta para o fato de que no parágrafo desse artigo não existe nenhum tipo de poder elencado para que o Presidente da Constituinte possa fazer uma prévia avaliação do que é procedente ou não, do que deve ou não encaminhar à Comissão de Sistematização – S. Ex.<sup>a</sup> conclui que caberia a esta Comissão fazer previamente tal apreciação. Gostaria de chamar a atenção dos nobres Constituintes, especialmente do colega Nelson Jobim, que, apegando-se à letra regimental, não descobriu ali nenhum poder do Presidente Ulysses Guimarães para avaliar previamente o que seja preliminar o que seja pertinente ou não. Apegando-me também à mesma letra regimental, devo dizer que a Comissão de Sistematização está exorbitando de suas funções sempre que analisa a preliminar, que lá também não está prevista para ser examinada por esta Comissão, nesta medida, estamos sendo levados a uma situação dramática, Sr. Presidente. Está havendo uma espécie de contradição entre o conteúdo e a forma. A ampla maioria está de acordo com o conteúdo, mas em desacordo com a forma, ou seja, com o método de se votar. E apela-se para uma preliminar, na suposição de que estaria abrigada no Regimento Interno, § 7º do art. 59, o que não acontece. Portanto, não devemos abrir mão de nossas responsabilidades, nem tampouco nos apegarmos formalmente à letra regimental – e os nobres Constituintes não se estão apegando, pelo contrário, estão dando uma interpretação falsa e forçada à letra regimental com o objetivo de fundamentar, regimentalmente, a posição de que não se querem pronunciar a respeito da questão política e social do País, ou seja, não querem ver o que todos estão vendo. A crise está aí a nos bater à porta. E pode bater à porta literalmente através das mãos calosas dos trabalhadores, cansados de suportar essa manobra regimental sobre a qual não foram consultados, manobras de pessoas que estão completamente desatentas ao drama dos brasileiros e não querem assumir as responsabilidades que o povo lhes outorgou. Ou então a essas portas baterão outras mãos, não tão calosas, mas bem fortes, porque armadas de baionetas. E a situação que estamos enfrentando no País, Sr. Presidente. E em função disso dirijo apelo aos nobres Constituintes para que votem o Projeto de Decisão do nobre Constituinte Brandão Monteiro. O mérito da avaliação do projeto já foi feito pelo Constituinte Renato Vianna. Já foi dito, especialmente pelos Constituintes Joaquim Baviacqua e Inocêncio Oliveira, que as observações ou as contra argumentações que ele apresenta são no sentido de que esse projeto não tem razão de ser, porque, a nível de Executivo, alguma coisa já estaria sendo feita. Isto já foi demonstrado sobejamente, e não tem razão de ser. Basta se estar ligado ao que acontece no interior do Brasil –

e cheguei de viagem ontem – para se verificar que essas medidas do Executivo sequer são conhecidas, quanto mais acreditadas, quanto mais realizadas. De sorte que estamos diante de uma imperiosidade, a terceira. A primeira, mais importante, foi a da dívida externa, da qual abrimos mão. Lavamos as mãos, feito Pilatos, e vamos ser responsabilizados, mais cedo ou mais tarde, pelo que suceder. E agora, de novo, estamos nos apegando a uma interpretação falsificada do Rebilidade de votar este Projeto de Decisão.

**O SR. PRESIDENTE (ALUIZIO CAMPOS):** – Com a palavra o Constituinte Carlos Sant'Anna.

**O SR. CONSTITUINTE JAMIL HADDAD:** – Sr. Presidente, V. Ex<sup>a</sup> se esqueceu da minha inscrição?

**O SR. PRESIDENTE (ALUIZIO CAMPOS):** – Desculpe-me, mas a inscrição de V. Ex<sup>a</sup> não consta da relação.

**O SR. CONSTITUINTE JAMIL HADDAD:** – Mas V. Ex<sup>a</sup> disse que eu estaria inscrito.

**O SR. PRESIDENTE (ALUIZIO CAMPOS):** – Perdoe-me. Conceder-lhe-ei a palavra em seguida, já que foi o último a se inscrever.

**O SR. CONSTITUINTE JAMIL HADDAD:** – Grato pela lembrança de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANTANNA:** – Sr. Presidente, volto a insistir, o Congresso Nacional – Câmara e Senado – está funcionando. E mesmo a leitura do Ato da Mesa, que aparentemente contraria, quando lidas isoladamente, as proposições legislativas, configura situações que permitem que matérias de alta relevância e urgência sejam consideradas pela Câmara. Diz o art. 7º do Ato da Mesa sempre citado:

“Art. 7º Ficam sobrestadas todas as proposições legislativas de iniciativa parlamentar, até a promulgação da Constituição.”

Devem-se referir, pela leitura total desse Ato da Mesa nº 1, às questões ordinárias, porque o art. 3º desse mesmo Ato reza:

“Art. 3º Além das previstas no artigo anterior, poderão ser convocadas outras sessões, extraordinariamente, com o fim exclusivo de deliberar sobre matéria urgente, em horário que não coincida com as sessões da Assembléia Nacional Constituinte ou das respectivas Comissões e Subcomissões.”

O Art. 5º deste mesmo Ato diz:

“Só será objeto de urgência a proposição que verse sobre assunto relevante e de inadiável interesse público.”

À medida que alguns assuntos, como, por exemplo, os relativos ao mérito da questão, estão em pauta, deveríamos levá-los à Mesa da Câmara dos Deputados no sentido de que fossem a Plenário para serem questionadas a relevância e a urgência. E o próprio Ato da Mesa diz que o Presidente da Câmara e a Mesa terão de convocar sessão extraordinária para discutir a relevância e a urgência. E, em sendo considerados relevantes e urgentes, tratarem das questões contidas nas respectivas proposições.

Portanto, além de questões regimentais, que, no meu entender, podem ter curso, apesar do art. 7º, outras serão levadas a seu fórum próprio,

a Câmara dos Deputados, e não a Assembléia Nacional Constituinte, cujo papel é elaborar uma Constituição. Além das questões regimentais, há as de natureza política. E com a mesma pertinência e afincamento político, com que projetos, que não são de decisão, são trazidos e esta Casa e titulados como tal, com este mesmo afincamento político poderão as lideranças dos partidos majoritários, e também dos menores, instar, junto às Presidências da Câmara e do Senado, no sentido de que as analisem, se a crise for grave, se tiver urgência e for tão dramática quanto está contido nos pronunciamentos aqui. Considero, pois, importante que a Câmara dos Deputados e o Senado Federal voltem a funcionar na sua plenitude, inclusive para tratar de assuntos que lhes são pertinentes, a fim de contornar a grave crise que estamos atravessando.

Tentar desviar para Assembléia Nacional Constituinte, que tem como função precípua a elaboração de uma Constituição, assuntos como os da conjuntura econômico-financeira, que, muitas vezes, são mais até de normas reguladoras, e não de lei; de portaria, hierarquicamente inferiores à lei, creio que esta, realmente, não é o caminho. O caminho é através da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, do Congresso Nacional. Se acharem que assim deva ser por ato da Mesa, que conflita com a própria Constituição atual – a que está em vigor, porque o próprio preâmbulo do Regimento da Assembléia Nacional Constituinte considera que há uma Constituição em vigor, e a Constituição em vigor preconiza o funcionamento da Câmara dos Deputados –, que o façam: coloquem em funcionamento o Senado Federal e o Congresso Nacional. Temos foro para isso. O foro é a Câmara dos Deputados, o Senado Federal, o Congresso Nacional. Temos condições regimentais e políticas de colocar estas questões no foro que lhes compete.

**O SR. PRESIDENTE (ALUIZIO CAMPOS):** – Novamente, comunico que, ainda ontem, adverti o Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, Ulysses Guimarães, do risco que contém o Ato da Mesa que determina o sobrestamento de todas as iniciativas, de proposições em nível congressional. Se ficar ao arbítrio de S. Ex<sup>a</sup> a consideração do que é urgente ou de interesse público para os congressistas funcionarem nas suas respectivas Casas, naturalmente prevalecerá a tendência já manifestada pelo nobre Constituinte Joaquim Bevilacqua, de que a Assembléia Nacional Constituinte também assuma o poder de se manifestar sobre situações conjunturais.

A Comissão de Sistematização está adotando as preliminares de que devemos discutir exclusivamente matérias constitucionais. Como deputado Constituinte, protestei ontem contra isso, apresentando um projeto de lei. Considero inexistente o art. 7º, do Ato da Mesa, que não pode ir de encontro à Constituição. Ele impede que qualquer Deputado ou Senador se atenha a iniciativa legislativa, sem que isso passe pelo crivo do Plenário ou da reforma do Regimento interno. Adverti S. Ex<sup>a</sup> de que, a subsistir essa esdrúxula situação de o Congresso Nacional não poder funcionar para tratar de matérias constitucionais, porque a Assembléia Nacional Constituinte está funcionando e não pode tratar de situações conjunturais, isso deixará na verdade, todos os Parlamen-

tares impedidos de participarem e proporem soluções para a crise atual.

Era este o esclarecimento que desejava fazer.

**O SR. FRANCISCO BENJAMIM:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (ALUIZIO CAMPOS):** – Tem V. Ex<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE FRANCISCO BENJAMIM:** – Sr. Presidente, a matéria preferencial é a votação do nosso Regimento. É evidente que estamos tomando decisões e discutindo proposições, mas deixamos, a matéria fundamental à organização dos nossos trabalhos a *latere* do processo. O que proponho a V. Ex<sup>a</sup> é a inversão da pauta dos nossos trabalhos: que discutamos e aprovemos, primeiro o *Regimento*. Posteriormente, examinaremos a decisão dos projetos que vierem ao exame desta Comissão. Esta é a nossa proposta.

**O SR. PRESIDENTE (ALUIZIO CAMPOS):** – Informo a V. Ex<sup>a</sup> que admitimos a discussão do Projeto de Decisão, porque não havia número para votar o Regimento, como ainda não há. Por isso que estamos, para ganhar tempo, discutindo o parecer do Projeto de Decisão. à medida que houver número regimental, imediatamente suspenderemos a discussão para votar o Regimento.

Concedo a palavra ao nobre Constituinte Jamil Haddad.

**O SR. CONSTITUINTE JAMIL HADDAD:** – Sr. Presidente, nobres Constituintes, lembro-me de que nos programas gratuitos de rádio e televisão 90% dos Constituintes, em seus pronunciamentos, declaravam que havia necessidade urgente de serem devolvidas as prerrogativas do Poder Legislativo. Hoje, contraditoriamente, vejo aqui os nobres Constituintes dizendo que não nos cabe tomar certas providências legislativas, porque estaríamos invadindo outras searas. Não se trata de matéria que deve ser discutida neste momento. A crise é séria. Só cego não enxerga a real situação de crise institucional, política, social e econômica deste País.

Apelo para o nobre Deputado Constituinte Nilson Gibson no sentido de que assinie também o Projeto de Decisão, de minha autoria, favorável ao mandato de quatro anos do Presidente José Sarney. Ele, na realidade, com seu pronunciamento, colocou em jogo a soberania da Assembléia Nacional Constituinte, ao dar um murro na mesa e dizer: “Jurei seis anos”. No entanto, quebra a jura agora, para dar cinco anos. E o preço disso, Sr. Presidente, segundo o *Jornal do Brasil*, já anda em cerca de oitenta e três milhões de cruzados; e, segundo o *Estado de S. Paulo*, já passa de trezentos milhões de cruzados.

Sr. Presidente e Srs. Constituintes, ontem o Sr. Mário Amato, Presidente da Federação das Indústrias de São Paulo, declarava, taxativamente, num programa de televisão a que estava presente a Sr<sup>a</sup> Marly Sarney, que não havia mais dúvida de que há um processo de recessão no País. São esses os fatos: roda-se a guitarra para manter cinco anos de mandato; aumenta-se a inflação; provoca-se a recessão. Esta leva ao desemprego e este aumenta a crise social do País. Quais serão as conseqüências disso? Deixo no ar esta pergunta Não há crise? Não existe o risco de um processo de exceção neste País? Não há o risco de

uma revolta social, mais do que justa, neste País? É claro que há. Só aqueles que não querem enxergar é que não enxergam. O pior cego é aquele que não quer ver. É justíssima a proposta apresentada pelo nobre Constituinte Brandão Monteiro, porque, quem mais emprega, na verdade, são a pequena, a média e a microempresa. Este é o momento de assumirmos um compromisso com nós mesmos, pois somos o poder legiferante. Temos o poder constituinte para decidir sobre as grandes questões deste País. Acho que V. Ex<sup>a</sup>, ouvindo o Plenário, verá que a maioria dos Srs. Constituintes desta Comissão de Sistematização apóia, na realidade, a ida deste Projeto de Decisão a Plenário, para que, soberanamente, a Constituinte decida sobre este assunto.

Era o que tinha a dizer.

**O SR. PRESIDENTE (ALUÍZIO CAMPOS):** – Encerrada a discussão. A lista de presença acusa o comparecimento de 52 membros na Comissão.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Gerson Peres, para uma questão de ordem.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, acredito que a nossa Comissão deveria tomar uma diretriz quanto a esses projetos de decisão e que em função da existência da Câmara e do Senado esses projetos não perdessem a sua oportunidade. O art. 59, do Regimento Interno da Constituinte, estabelece cinco tipos de proposição e no § 7º desse mesmo artigo se diz que os projetos de decisão devem ser submetidos à apreciação da Comissão de Sistematização para receberem parecer. Muito bem, vou propor uma questão de ordem quanto à tramitação processual, porque a tramitação que está ocorrendo aqui – como disse muito bem o Deputado Haroldo Lima – esta sendo feita por um processo *suigeneris*: levanta-se a preliminar, dá-se apreciação ao conteúdo e, formalmente, joga-se fora a idéia ou a propositura do ilustre colega, uma vez que a Câmara e o Senado só se reúnem uma vez por semana. Então, gostaria de chegar à questão de ordem para que, posteriormente, ela fosse discutida e votada por esta Comissão; que os projetos de decisão, que aqui recebessem pareceres favoráveis, fossem encaminhados imediatamente à Câmara e ao Senado em caráter de urgência. Levantei na segunda sessão da Assembléia Nacional Constituinte uma questão de ordem escrita e o Sr. Presidente da Assembléia Constituinte a arquivou. Esta questão visava justamente ao aproveitamento de todos os projetos dos Constituintes pela Câmara e pelo Senado em caráter de urgência. Ora, se esta Comissão pudesse acolher este projeto e determinasse no parecer que a Câmara e o Senado, na sua primeira sessão ordinária, o apreciassem em caráter de urgência, por certo que estaria superada a deficiência que aqui é alegada pelo eminente Líder da Câmara, com relação a nossa competência para votar esse tipo de proposição, uma vez que ele não se compatibilizaria com a orientação que está prevista no § 7º, do art. 59. Acontece que esse projeto fica aqui e pela preliminar e arquivado – e é um projeto de importância comprovada –, e os Deputados não podem legislar sobre essa matéria normalmente porque, inclusive, as Comissões não estão instituídas – Comissão de Constituição e Justiça, Comissão de Finanças – e não podem avaliar nenhum projeto dos Constituintes. Então,

a Comissão de Sistematização está suprimindo as atribuições das demais Comissões e nós poderíamos encaminhar este projeto em caráter de urgência à Câmara dos Deputados, para que ela, na forma regimental, o apreciasse, e não jogasse fora matéria desta natureza, o que nos deixa mal perante a opinião pública diante da situação em que vivemos. Acho que esta Comissão, em matéria desta natureza, deveria encaminhar tais matérias à Câmara, em caráter de urgência, sem precisar que os líderes assinem a urgência da matéria. De forma que esta questão de ordem levanto da seguinte maneira: que, a partir de agora, os projetos que não se compatibilizem com a orientação do § 7º do art. 59, ao invés de serem arquivados, sejam encaminhados à Câmara e ao Senado, em caráter de urgência: os que tiverem tramitação normal, que sejam discutidos e votados. Esta é a questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (ALUÍZIO CAMPOS):** – Essa questão já foi decidida anteriormente e a Presidência optou pela impossibilidade de deixar de proferir parecer, no prazo previsto no § 7º do art. 59, sobre os projetos de decisão. O parecer é prévio e quando ele é favorável o projeto vai à apreciação do Plenário da Constituinte em definitivo. Embora tenha havido manifestações contrárias à técnica adotada pelos Relatores, no sentido da apresentação de preliminares, o que na verdade tem ocorrido é que esse fato vem possibilitando a remessa do projeto à Mesa da Assembléia Nacional Constituinte, ao invés de se arquivar aqui. Nenhum projeto de decisão até agora foi arquivado. As votações que optaram pelas preliminares tiveram como efeito a devolução do projeto à Presidência da Constituinte; nenhum foi arquivado. E quando não foi proferido parecer, como aconteceu com o Projeto de Decisão nº 2 também o projeto voltou à apreciação da Presidência da Constituinte.

Encerrada a discussão, vamos submeter à votação a preliminar levantada pelo nobre Relator no sentido de que a matéria não deva ser apreciada pela Constituinte por ser estranha às suas atribuições.

**O SR. CONSTITUINTE FRANCISCO BENJAMIM:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (ALUÍZIO CAMPOS):** – Pela ordem, concedo a palavra ao Constituinte Francisco Benjamim.

**O SR. CONSTITUINTE FRANCISCO BENJAMIM:** – V. Ex<sup>a</sup>, respondendo à questão de ordem que formulei, comunico que, havendo número, submeteria à apreciação primeiro o Regimento: de sorte que cabe, então, a votação primeiro do Regimento.

**O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem, para contraditar.

**O SR. PRESIDENTE (ALUÍZIO CAMPOS):** – Concedo a palavra, pela ordem para contraditar, ao Constituinte Ademir Andrade.

**O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE:** – Sr. Presidente passamos aqui cerca de duas horas e meia discutindo o Projeto de Decisão nº 3, de autoria do Constituinte Brandão Monteiro; é chegado o momento da votação. Está claro que o que se pretende é uma manobra para se

aprovar o Regimento sem verificação de **quorum** e, no momento de se votar o Projeto de Decisão nº 3, se pedir verificação de **quorum**, ou alguns Constituintes se retirarem do Plenário para não verem votado esse projeto. Entendo que devemos votar na ordem dos nossos trabalhos. Se estamos discutindo há duas horas e meia um projeto e se se encerra o momento da discussão, devemos votar o Projeto de Decisão nº 3. Se V. Ex<sup>a</sup> decidir o contrário, antecipo que pedirei verificação de **quorum** para a votação do Regimento, o Projeto de Resolução nº 1.

**O SR. PRESIDENTE (ALUÍZIO CAMPOS):** – A questão de ordem vai ser decidida pela Presidência. Está em votação a preliminar arguida pelo Relator sobre o projeto de decisão.

Os Srs. Constituintes que aprovam a preliminar, queiram conservar-se como se encontram.

**O SR. CONSTITUINTE FRANCISCO BENJAMIM:** – Sr. Presidente, peço a V. Ex<sup>a</sup> que proceda à chamada nominal para a verificação de **quorum**.

**O SR. PRESIDENTE (ALUÍZIO CAMPOS):** – Foi pedida a votação nominal pelo Deputado Francisco Benjamim. Está deferido o pedido de votação nominal.

A Sr. Secretária vai proceder à chamada.

**O SR. CONSTITUINTE ANTONIO CARLOS KONDER REIS:** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (ALUÍZIO CAMPOS):** – Concedo a palavra pela ordem ao nobre Constituinte Antonio Carlos Konder Reis. solicito a palavra pela ordem para esclarecer-me

**O SR. CONSTITUINTE ANTONIO CARLOS KONDER REIS:** – Sr. Constituinte solicito a palavra pela ordem para esclarecer-me quanto ao voto que devo proferir. O parecer do Sr. Relator tem duas conclusões. O Sr. Relator levantou uma preliminar quanto à pertinência do projeto de decisão e acrescenta no seu parecer: “Se, apesar destas ponderações, entenderem os nobres autores deva a questão ter tratamento legislativo urgente, o caminho adequado, ao meu ver, é o seu encaminhamento à Câmara dos Deputados”. Para votar-se corretamente o parecer do Sr. Relator, há que se fazer a distinção. O Sr. Relator levanta inicialmente a preliminar... Pediria ao nobre Líder do Governo que me permitisse concluir, porque não interrompo nenhum dos senhores oradores. É um direito de qualquer Constituinte, membro da Comissão, pedir ao Sr. Presidente esclarecimento quanto à votação.

**O SR. PRESIDENTE (ALUÍZIO CAMPOS):** – Peço a V. Ex<sup>a</sup> que conclua sua questão de ordem.

**O SR. CONSTITUINTE ANTONIO CARLOS KONDER REIS:** – Vou concluir, Sr. Presidente. Como dizia, o Sr. Relator levanta inicialmente a preliminar quanto à pertinência do projeto e acrescenta, na parte final, que, se porventura a Comissão entender que a matéria é urgente e relevante, deverá ser encaminhada à Câmara dos Deputados. Há, portanto, no parecer, duas conclusões que a Comissão tem de examinar, senão adotará uma decisão contraditória. É a questão de ordem que coloco perante V. Ex<sup>a</sup>. Vamos votar a preliminar da pertinência ou vamos considerar também a sugestão do Sr. Relator de se encaminhar a matéria, que é importante, urgente e relevante

à Câmara dos Deputados, para que tenha a tramitação capaz.

**O SR. PRESIDENTE (ALUÍZIO CAMPOS):** – O que está em votação é a preliminar do Sr. Relator, no sentido de considerar impertinente a proposta por não se enquadrar nas atribuições da Assembléia Nacional Constituinte.

Vamos fazer a chamada nominal para votação.

(Votação)

**O SR. CONSTITUINTE BERNARDO CABRAL:** – Sr. Presidente, quero manter-me coerente, conforme tenho sido ao longo de minha vida, não ficando em cima do muro. Desde o começo fiquei com a proposta do Constituinte Hermes Zaneti, na segunda; e, agora, fico com a do Constituinte Brandão Monteiro. Não, é o meu voto.

(Prossegue a votação)

**O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE:** – Peço a palavra, Sr. Presidente, para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (ALUÍZIO CAMPOS):** – Estamos no processo de votação. Peço a V. Ex<sup>a</sup> que aguarde para apresentar oportunamente a sua questão de ordem.

(Prossegue a votação.)

**O SR. PRESIDENTE (ALUÍZIO CAMPOS):** – Resultado da votação: 17 votos “sim” e 21 votos “não”.

Não havendo **quorum** para a votação, porque só votaram 38 membros da Comissão e como o Regimento exige que as decisões sejam tomadas por maioria absoluta, encerro a presente reunião, convocando outra para hoje, às 19 horas, no mesmo local, para que possamos proceder às votações do Projeto de Decisão e das nossas normas de trabalho.

Está encerrada a reunião.

**Reunião em 26 de maio de 1987  
às 19h30 min**

**O SR. PRESIDENTE (ALUÍZIO CAMPOS):** – Está aberta a reunião.

Dando prosseguimento à reunião da manhã de hoje, foi marcada outra para as 19 horas; estamos com uma tolerância de 30 minutos e o Sr. Relator do Projeto de Regimento ainda não compareceu, pelo que convoco, para funcionar como Substituto, o nobre Constituinte Adolfo Oliveira, que colaborou com S. Ex<sup>a</sup> na elaboração do parecer.

Sobre a mesa, requerimento do nobre Constituinte Francisco Benjamim, solicitando seja votado, em primeiro lugar, o parecer referente ao Projeto de Resolução nº 1, “que regula as normas de trabalho desta Comissão.”

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (ALUÍZIO CAMPOS):** – Pela ordem, tem a palavra o nobre Constituinte Gerson Peres.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, me parece impertinente esse requerimento. É incabível, uma vez que V. Ex<sup>a</sup> está presidindo uma reunião em que se processa a continuação de uma votação que não alcançou o **quorum** da maioria absoluta, de forma que a votação não pode ser interrompida. Esta é a primeira questão que levanto à consideração de V. Ex<sup>a</sup>.

Pediria, em seguida, a palavra para uma questão de ordem.

A minha questão de ordem trata de interpretação regimental. V. Ex<sup>a</sup> sabe que o nosso Regimento não distingue as partes recomendadas do Parecer.

Este Parecer do ilustre Constituinte Renato Vianna, embora conclua pela rejeição do Projeto, sobre ele levantou-se uma preliminar. O Parecer, realmente, apresenta aspectos em que teríamos que considerar as duas preliminares, não uma preliminar.

A primeira preliminar levantada aqui é sobre a arguição de que o Projeto de Decisão não se compatibiliza com o que está expresso no § 5º do art. 59 do Regimento. No final do parecer, o ilustre Relator recomenda se dê tratamento legislativo a este projeto, através da Câmara dos Deputados, consoante o que prevê o art. 5º do Ato da Mesa nº 1, de 1987.

Assim sendo, Sr. Presidente, a minha questão de ordem, e concluindo, era que V. Ex<sup>a</sup> submetesse, se rejeitada for a primeira preliminar, proceder-se-á à segunda preliminar, recomendada no próprio parecer, a fim de que este projeto possa ser apreciado pela Câmara dos Deputados.

**O SR. CONSTITUINTE NILSON GIBSON:** – Sr. Presidente, para contraditar.

**O SR. PRESIDENTE (ALUÍZIO CAMPOS):** – V. Ex<sup>a</sup> não tem como contraditar a questão de ordem levantada pelo eminente Constituinte Gerson Peres, uma vez que ela já foi solucionada na reunião da manhã. A Presidência decidiu, depois de ouvir o nobre Relator, que entraria em votação a preliminar relativa à atribuição desta Comissão para votar matéria que o Relator considerou estranha à atribuição da Assembléia Nacional Constituinte. E este o parecer do Relator.

Como já o falei em votação, pela manhã, essa preliminar, interrompida, em virtude de pedidos de verificação, constatando-se que não havia **quorum**, eu, infelizmente, com muito pesar, não posso atender ao pedido de inversão da ordem apresentado pelo nobre Constituinte Francisco Benjamim. De maneira que está em votação...

**O SR. CONSTITUINTE FRANCISCO BENJAMIM:** – Recorro ao Plenário, Sr. Presidente, da decisão de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE (ALUÍZIO CAMPOS):** – Para V. Ex<sup>a</sup> recorrer, é preciso que haja o apoio de pelo menos 5 Constituintes.

(*Levantam-se mais de 5 Srs. Constituintes.*)

**O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE:** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. CONSTITUINTE ADOLFO OLIVEIRA:** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (ALUÍZIO CAMPOS):** – Estamos em processo de decisão. O Constituinte Francisco Benjamim recorreu da decisão da Presidência sobre a questão de ordem.

**O SR. CONSTITUINTE ADOLFO OLIVEIRA:** – Sr. Presidente, não estamos em processo de decisão. Estamos em processo de votação.

**O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE:** – Não cabe recurso desta ordem ao Plenário, Sr. Presidente. (Tumulto.)

**O SR. CONSTITUINTE ADOLFO OLIVEIRA:** – Depois do processo de votação, V. Ex<sup>a</sup> pode apreciar o processo de decisão.

**O SR. CONSTITUINTE NILSON GILBSON:** – Sr. Presidente, V. Ex<sup>a</sup> constatou o apoio ao requerimento do Constituinte Francisco Benjamim. Desta forma, peço que inicie o processo de votação.

**O SR. CONSTITUINTE ADOLFO OLIVEIRA:** – Desnecessário, nobre Constituinte. Não precisa apoio a uma questão que não existe...

**O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE:** – Não há recurso ao plenário, Sr. Presidente.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – Sr. Presidente, é só para apelar para os integrantes da Comissão de Sistematização que não procurem, com os expedientes conhecidos, impedir que a Presidência exerça o seu trabalho em toda a plenitude. É só neste sentido, de solicitar a compreensão dos companheiros, já que os últimos espetáculos a que tivemos a oportunidade de assistir na Assembléia Nacional Constituinte não foram muito dignos de serem vistos por nós próprios, ainda mais por aqueles que estão fora daqui e que imaginam que os trabalhos transcorrem num grau de seriedade e de respeito recíproco.

Concito os companheiros da Comissão de Sistematização no sentido de que respeitem o trabalho da Presidência e procurem, de alguma forma, colaborar, fazendo solicitações que se compatibilizem com o Regimento.

**O SR. PRESIDENTE (ALUÍZIO CAMPOS):** – A Presidência, na parte da manhã de hoje, já decidiu iniciar a votação da preliminar. Então, não há por que, nesta altura, através de questão de ordem, mudar o procedimento adotado na parte da manhã.

Vamos votar a preliminar do nobre Relator...

**O SR. CONSTITUINTE FRANCISCO BENJAMIM:** – Sr. Presidente, pela ordem. (Assentimento da Presidência.)

Há um requerimento, sobre o qual V. Ex<sup>a</sup> decidiu, em que recorro ao plenário. Encaminhando o processo, V. Ex<sup>a</sup>, declarou que se fazia necessário o apoio de pelo menos cinco Srs. Constituintes, e isso aconteceu, Sr. Presidente. Pergunto: qual é a decisão de V. Ex<sup>a</sup>?

**O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE:** – Sr. Presidente, para contraditar.

**O SR. BRANDÃO MONTEIRO:** – Não precisa, o Presidente já resolveu. Não vamos aqui obstruir os trabalhos.

**O SR. PRESIDENTE (ALUÍZIO CAMPOS):** – Reconsidero a minha decisão, e determino que seja votado a preliminar do parecer do nobre Relator sobre o projeto de decisão, porque a votação do projeto de regimento será muito mais longa.

Vamos votar a preliminar do projeto de decisão, pelo processo simbólico.

**O SR. FRANCISCO BENJAMIM:** – Pela ordem. Sr. Presidente.

(Assentimento da Presidência.)

Gostaria de registrar o arbítrio da Presidência que vem sendo tantas vezes manifestado neste plenário. No instante em que o Parlamentar recorre nos termos regimentais – V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente,

se prevalece da autoridade de Presidente para, depois de definir as regras de seu encaminhamento –, resolve V. Exª voltar atrás.

É lamentável. Registro aqui o procedimento. Ficamos tolhidos, porque, se hoje sou eu o atingido, amanhã serão os que naturalmente vão reclamar do arbítrio de V. Exª.

**O SR. PRESIDENTE (ALUÍZIO CAMPOS):** – A reclamação de V. Exª constará da ata. A longanimidade com que a Presidência se tem comportado pode ser atestada por todos os nossos companheiros, e reconsiderarei exatamente para dar uma prova de humildade.

Vamos passar à votação.

Os Srs. Constituintes que aprovam a preliminar levantada pelo nobre Relator Renato Vianna, queiram permanecer sentados.

**O SR. CONSTITUINTE FRANCISCO BENJAMIM:** – Peço verificação de votação Sr. Presidente, e nominal.

**O SR. PRESIDENTE (ALUÍZIO CAMPOS):** – A Presidência fará realizar a chamada nominal.

Peço ao nobre Constituinte Adolfo Oliveira que faça por gentileza a chamada nominal.

(Procede-se à chamada.)

**O SR. PRESIDENTE (ALUÍZIO CAMPOS):** – Como vota o nobre Constituinte José Ignácio Ferreira?

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA:** – Sr. Presidente, estou chegando neste momento e gostaria de um esclarecimento sobre a matéria que está em votação.

**O SR. PRESIDENTE (ALUÍZIO CAMPOS):** – Esclareço a V. Exª que o Relator levantou uma preliminar, considerando matéria estranha às atribuições da Constituinte o Projeto de Decisão. Esta preliminar é que está em votação. Quem acompanha o Relator, vota **sim**; quem é contra o parecer, vota **não**.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA:** – Sr. Presidente, voto não. (Continua a votação.)

**A SRª CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem. (Assentimento do Sr. Presidente.)

Seria interessante se fosse dando o resultado após cada voto Pronunciado.

**O SR. PRESIDENTE (ALUÍZIO CAMPOS):** – Na parte da manhã, não se adotou este procedimento. Depende do nobre Constituinte Adolfo Oliveira, que não sei se já está computando o número de votos **sim**, e o número de votos **não**.

**O SR. CONSTITUINTE ADOLFO OLIVEIRA:** – O sistema adotado pela Secretaria da Comissão consta de quatro folhas de votação; no final de cada folha, daremos o resultado parcial.

**O SR. PRESIDENTE (ALUÍZIO CAMPOS):** – Neste caso, é melhor continuarmos como já havíamos feito, porque acelera o resultado.

(Prossegue a votação.)

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (ALUÍZIO CAMPOS):** – Concedo a palavra a V. Exª

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – Antes que V. Exª proclame o resultado, queria melhor esclarecimento, já que cheguei à última hora, desejando assim modificar o meu voto. O que é não. (Palmas.)

**O SR. CONSTITUINTE ADOLFO OLIVEIRA:** – O nobre Senador Nelson Carneiro retifica o seu voto, que passa a ser não.

O resultado parcial passa a ser: votaram **SIM** 7 Srs. Constituintes, e **NÃO**, 22. (Conclui-se a votação.)

**O SR. PRESIDENTE (ALUÍZIO CAMPOS):** – Vai-se proceder à apuração. (Procede-se à apuração.)

**O SR. PRESIDENTE (ALUÍZIO CAMPOS):** – Votaram “Sim” 10 Srs. Constituintes. Votaram “Não” 38.

Cai a preliminar. Passamos, agora, à votação do mérito. (Palmas.)

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (ALUÍZIO CAMPOS):** – Pela ordem, tem a palavra o nobre Constituinte Gerson Peres.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES (Pela ordem. Sem revisão do orador.):** – Insisto, Sr. Presidente. Não posso entender – eu me tenho mantido aqui respeitoso e tranqüilo às decisões de V. Exª, e continuarei até o fim – mas vou insistir para procurar abrir esse computador de V. Exª, a fim de que possamos orientar, daqui para a frente, os nossos trabalhos.

Eu li este relatório e V. Exª, Sr. Presidente, também leu. Em nenhum momento está dito que o Relator levanta formalmente a preliminar. O relatório é conclusivo pela rejeição da matéria; não existe preliminar por parte do Relator.

**O SR. CONSTITUINTE FRANCISCO BENJAMIM:** – Pela ordem. Sr. Presidente.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Um minutinho, nobre Constituinte! Depois, V. Exª falará, contestará. Não estou questionando matéria de ordem pessoal com ninguém, quero apenas levantar o meu ponto de vista.

**O SR. PRESIDENTE (ALUÍZIO CAMPOS):** – Peço a V. Exª que conclua a questão de ordem.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Vou concluir, Sr. Presidente. Assim mesmo, V. Exª rejeitou a minha questão de ordem e apresentou a preliminar que considero implícita no relatório. Assim sendo, e considerando que o relatório do ilustre Relator recomenda, em parte, que esta matéria seja levada à Câmara dos Deputados, levanto a seguinte preliminar: que V. Exª submeta ao Plenário desta Comissão que esta matéria seja levada, em caráter de urgência, à Câmara dos Deputados.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (ALUÍZIO CAMPOS):** – Há uma preliminar a decidir.

Quando estava proferindo o seu relatório, o nobre Relator esclareceu que apresentava a preliminar já votada, de que não se enquadrava na

atribuição da Constituinte a votação da matéria – essa preliminar já foi votada; agora, vamos votar ao mérito. E o mérito que está sendo submetido à votação é a conclusão do parecer, vazada nos seguintes termos:

“Diante do exposto, embora louvando a preocupação dos nobres pares com os problemas nacionais, da qual compartilho diuturnamente, nosso voto é pela rejeição do Projeto de Decisão de nº 3.”

Essa, a conclusão do nobre Relator sobre o mérito, que estamos submetendo à votação do Plenário.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Pela ordem, Sr. Presidente. (Assentimento.) V. Exª nada declarou sobre a minha preliminar.

**O SR. PRESIDENTE (ALUÍZIO CAMPOS):** – Vou declarar agora.

**O SR. CONSTITUINTE RENATO VIANNA:** – Pela ordem. Sr. Presidente para contraditar.

**O SR. PRESIDENTE (ALUÍZIO CAMPOS):** – V. Exª quer a palavra para contraditar? Agora, vou-me manifestar sobre a preliminar. Peço a V. Exª tenha a paciência de aguardar um pouco. A preliminar do Constituinte Gerson Peres pretende que a Presidência submeta, como preliminar, o envio da matéria diretamente à Câmara dos Deputados.

A Presidência decide que esse procedimento não pode ser adotado pela Mesa porque, se o projeto for aprovado, o parecer da Comissão será prévio, nos termos estritos do § 7º do art. 59 do Regimento Interno, que vai ser submetido à apreciação do Plenário da Constituinte. Esta é a habilitação traçada no Regimento...

**O SR. CONSTITUINTE FRANCISCO BENJAMIM:** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (ALUÍZIO CAMPOS):** – E se o parecer for contrário, o projeto estará arquivado nesta comissão.

Então, vamos passar à votação do mérito. Antes, eu concedo a palavra ao nobre Relator, para uma questão de ordem.

**O SR. CONSTITUINTE FRANCISCO BENJAMIM:** – Pela ordem, Sr. Presidente. Eu estou pedindo sobre matéria de votação.

Ao anunciar o resultado, V. Exª não deve ter estado atento ao que diz o art 21 do Regimento, no § 2º, isto é, “que as deliberações das Comissões e Subcomissões exigirão maioria absoluta de votos”, e nós não atingimos essa maioria.

**O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO MONTEIRO:** – Sr. Presidente, para contraditar. (Assentimento.) O artigo é explícito em matéria constitucional: quem não deve ter observado o Regimento na verdade, é o Constituinte Francisco Benjamim.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – Sr. Presidente, pela ordem. Solicito, mais uma vez, àqueles que pretendem dificultar a votação que colaborem com a Presidência, porque este é um momento muito delicado e o espetáculo que vem sendo dado aqui, reiteradamente, por alguns Constituintes, é difícil de ser aceito.

De qualquer maneira, reitero a minha solicitação aos Membros da Comissão de Sistematização, no sentido de prestarem uma melhor colaboração à Presidência para a votação do mérito.



**O SR. PRESIDENTE (ALUÍZIO CAMPOS):** – A Presidência vai decidir a questão de ordem argüida pelo nobre Constituinte Francisco Benjamim. O art. 33 do Regimento Interno regula explicitamente a matéria.

Diz o seguinte:

“As deliberações sobre matéria constitucional serão sempre tomadas pelo processo nominal e por maioria absoluta de votos. As demais serão tomadas por maioria simples de votos, adotando-se o processo simbólico, salvo disposições regimental expressa ou deliberação do Plenário em outro sentido.”

Houve **quorum** para votação porque se encontravam presentes mais de 47 Srs. Constituintes nesta reunião da Comissão de Sistematização e a matéria não é de ordem constitucional. Por essa razão, mantenho o resultado da votação já proclamado em relação à preliminar.

Passamos, agora, à votação do mérito:

**O SR. CONSTITUINTE RENATO VIANNA:** – Sr. Presidente, só para esclarecer, na qualidade de Relator.

Hoje, pela manhã, após ter relatado o processo não só atendendo à indagação do Constituinte Gerson Peres, mas também o Constituinte Antônio Carlos Konder Reis, suscitou ele que haveria duas preliminares; realmente, a primeira é pela impertinência desta Comissão, e já vencida e já votada, com a argumentação de que não ameaçava os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte; mas, em segunda argüição – que apresento, logo após concluir pela impertinência do assunto, dizendo que, se apesar dessas ponderações, entenderem os nobres autores dessa a questão ter tratamento legislativo urgente – o caminho adequado é o seu encaminhamento à Câmara dos Deputados, da qual o primeiro signatário é Membro na forma de projeto de lei, consoante prevê o art. 50 do Ato da Mesa nº 01/87.

Portanto, Sr. Presidente, eu gostaria que prevalecesse a segunda preliminar, no sentido de que fosse o Projeto encaminhado em caráter de urgência à Câmara dos Deputados para apreciar a matéria. Pela manhã, o Constituinte Antônio Carlos Konder Reis levantou a questão e isto ficou esclarecido.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Agora, o Relator acaba de esclarecer a V. Exª que são duas preliminares. V. Exª, teimosamente, achou que a minha preliminar não deveria ter curso e eu, para respeitar a decisão de V. Exª, silencie, mas veio em meu socorro quem fez o Relatório, e agora não há mais o que duvidar. V. Exª, Sr. Presidente, que com grandeza, já reconsiderou posições, reconsidere agora e coloque a preliminar do Relator, a segunda preliminar, em votação.

**O SR. PRESIDENTE (ALUÍZIO CAMPOS):** – Ou eu me expressei mal, ou a minha decisão não foi apreendida, segundo a minha intenção. Conforme expliquei a V. Exª – e aqui repito – na hipótese de o projeto ser aprovado nesta Comissão, irá ele para apreciação do Plenário da Constituinte, pois a votação quanto ao mérito da matéria será procedida no Plenário da Constituinte; não podendo ser encaminhada para apreciação da Câmara dos Deputados, a não ser que o parecer deixe de ser apreciado quanto ao mérito. Hipótese

em que a matéria será devolvida à Presidência da Assembléia Nacional Constituinte, com a recomendação de enviá-la à apreciação da Câmara dos Deputados – como foi feito no primeiro parecer, sobre o projeto de constituição de auditoria para a dívida externa. O projeto voltou à Presidência da Constituinte para que o Presidente da Assembléia decidisse, com a recomendação de ser enviado à Câmara dos Deputados. Por esta razão, apesar de o nobre Constituinte Relator haver considerado que a matéria é uma segunda preliminar, ela não tem sentido porque, na hipótese de o projeto ser rejeitado, ficará arquivado e, na hipótese de ser vitoriosa a proposição do nobre Constituinte Brandão Monteiro, o parecer não irá ser apreciado pela Câmara dos Deputados mas, sim, pela Assembléia Nacional Constituinte. Eu mantenho e decido. **(Muito bem!)**

**O SR. CONSTITUINTE ADOLFO OLIVEIRA:** – Muito bem. Sr. Presidente.

**O SR. GERSON PERES:** – Isso é na opinião de V. Exª. A Câmara dos Deputados não tem comissão em funcionamento.

**O SR. PRESIDENTE (ALUÍZIO CAMPOS):** – Vamos votar o Projeto.

Os Srs. Constituintes que aprovam a conclusão do nobre Relator, no sentido de rejeitar o projeto, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LOURENÇO:** – Peço verificação nominal.

**O SR. CONSTITUINTE ADOLFO OLIVEIRA:** – É preciso apoio para pedir verificação, Sr. Presidente. Além do que, foi quase por unanimidade a votação.

**O SR. PRESIDENTE (ALUÍZIO CAMPOS):** – Estamos admitindo o apoio por apenas três Constituintes.

**O SR. CONSTITUINTE ADOLFO OLIVEIRA:** – Só há dois apoiantes.

**O SR. PRESIDENTE (ALUÍZIO CAMPOS):** – O Constituinte Adolfo Oliveira, o Constituinte Virgildásio de Senna e o Constituinte Francisco Benjamim.

**O SR. CONSTITUINTE ADOLFO OLIVEIRA:** – Eles não participaram da votação passada. Se V. Exª agasalhar o pedido, eles não participaram da votação, não estão regimentalmente dentro da reunião.

**O SR. PRESIDENTE (ALUÍZIO CAMPOS):** – Peço ao nobre Constituinte Adolfo Oliveira que proceda à chamada nominal dos Srs. Membros da Comissão.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – Sr. Presidente, os Constituintes que pediram apoio para verificação têm que ser contados como **quorum**. (Tumulto.)

**O SR. CONSTITUINTE HAROLDO LIMA:** – Se eles não estão presentes, na Casa, devem ter a hombridade de não pedir verificação. É preciso que haja respeito nesta Casa. Sr. Presidente. Está havendo desrespeito à soberania da Constituinte. Se eles não estão presentes, não têm direito de pedir verificação.

**O SR. PRESIDENTE (ALUÍZIO CAMPOS):** – Esta Presidência está sendo coerente. V. Exª que ganharam preliminar, apoiaram a chamada nomi-

nal, quando se foi a preliminar. Agora, que se propôs a chamada nominal, com o devido apoio, eu a defiro e vamos iniciá-la.

**O SR. CONSTITUINTE HAROLDO LIMA:** – Sr. Presidente, é um apoio “fantasma” o que V. Exª está endossando. Aqueles que pediram apoio não estão regimentalmente presentes. Solicito a V. Exª que verifique, na contagem nominal de votos, se essas pessoas estão presentes. Se estiverem presentes têm direito; se não estiverem, V. Exª tem a obrigação de verificar que essas pessoas são “fantasmas” e estão aqui para obstruir, de forma completamente anômala, o trabalho da nossa Comissão.

**O SR. CONSTITUINTE JAMIL HADDAD:** – Eles são obrigados a permanecer no plenário.

**O SR. CONSTITUINTE ADOLFO OLIVEIRA:** – O Sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Decisão. Pergunto ao Constituinte Ademir Andrade se vota sim?

**A SRA. CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem para votação.

**O SR. PRESIDENTE (ALUÍZIO CAMPOS):** – Tem a palavra V. Exª, Constituinte Cristina Tavares.

**A SRA. CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES:** – Pediria a V. Exª que, na votação, na medida em que fossem sendo tomados os votos, se anunciasse o **quorum**. Fica mais fácil, até para não permitir determinadas interpretações. É tradição da Casa. Eu pediria a V. Exª que atendesse a essa tradição.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – Sr. Presidente, pela ordem. (Assentimento) Eu gostaria de pedir, pela ordem, que fossem anotados os nomes dos Constituintes, Membros da Comissão de Sistematização, que apoiaram o pedido de verificação de votação.

**O SR. PRESIDENTE (ALUÍZIO CAMPOS):** – Peço a V. Exª que respeitem a decisão da Presidência. Quando se votou a preliminar, a Presidência procedeu à chamada nominal para apurar a votação do mérito. Peço ao Constituinte Adolfo Oliveira a gentileza de proceder à chamada nominal. Esta é a decisão da Mesa.

**O SR. CONSTITUINTE JAMIL HADDAD:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (ALUÍZIO CAMPOS):** – Não concedo mais a palavra para contestar a decisão da Mesa.

**O SR. CONSTITUINTE JAMIL HADDAD:** – Os que apoiaram não se encontram mais no Plenário, Sr. Presidente!

**O SR. CONSTITUINTE HAROLDO LIMA:** – Sr. Presidente, eles não se encontram mais no Plenário – isto não está correto. Não podemos aceitar isso. Se eles são contra que manifestem sua posição. Não podem utilizar um mérito que termina levando-nos a uma desmoralização. Não estão, sequer aqui no plenário.

**O SR. PRESIDENTE (ALUÍZIO CAMPOS):** – Estou a concedendo a verificação de voto, a pedido Constituinte Francisco Benjamim. Consulto se S. Exª pediu ou não a verificação de voto.

**O SR. CONSTITUINTE FRANCISCO BENJAMIM:** – Ped. Sr. Presidente, e mantenho o pedido.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Apoiado na praxe parlamentar, mas simbolicamente, Sr. Presidente; a praxe parlamentar pontifica isso.

**O SR. CONSTITUINTE FRANCISCO BENJAMIM:** – No Regimento Interno não existe essa praxe de “voto simbólico” para o Líder de um Partido; isso está excluído do nosso Regimento Interno.

**O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE:** – Sr. Presidente, basta registrar os nomes dos que apoiaram, anotar nominalmente os que apoiaram o pedido de verificação da votação, para que S. Ex<sup>a</sup> não se ausentem. É simples, Sr. Presidente.

**O SR. CONSTITUINTE CHAGAS RODRIGUES:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (ALUÍZIO CAMPOS):** – Tem a palavra V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE CHAGAS RODRIGUES:** – Sr. Presidente. V. Ex<sup>a</sup> perguntou ao nobre autor, se S. Ex<sup>a</sup> mantinha ou não o pedido de verificação. S. Ex<sup>a</sup> confirmou que o mantinha. Agora, pediríamos que V. Ex<sup>a</sup>, por coerência, perguntasse aos Srs. Constituintes que deram o apoio, se dão ou não o apoio a esse pedido.

**O SR. CONSTITUINTE ADOLFO OLIVEIRA:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (ALUÍZIO CAMPOS):** – Tem a palavra S. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE ADOLFO OLIVEIRA:** – Sr. Presidente, penso que estamos, *data venia*, consumindo um tempo bastante precioso, porque não existe, no Regimento Interno, a figura de apoio nas Comissões, pois não temos Regimento, porque ainda não foi apreciado. A Mesa tem sempre concedido os pedidos de verificação, com a chamada nominal, mas não há apoio aqui, não há Regimento. Os que quiserem apoiar, que apoiem; se não quiserem, não apoiem.

**O SR. PRESIDENTE (ALUÍZIO CAMPOS):** – Estas questões de ordem, sobre matéria que já está sendo submetida à votação, têm prejudicado muito a eficácia dos trabalhos da Comissão. De maneira que a Presidência não concede mais a palavra para pronunciamento sobre esta matéria.

O Regimento Interno da Constituinte exige o apoio de 35 Srs. Constituintes para a verificação de voto. Evidentemente, esse **quorum** não pode ser adotado nos trabalhos de uma Comissão. Agora, o projeto de Regimento que nós vamos votar, estabelece um apoio de três membros. Como essa matéria já foi discutida e não houve nenhuma objeção a esse número de apoio, a Mesa vem adotando esse critério. É um critério que a Mesa está adotando, tendo em vista que, na discussão do projeto de normas de trabalho, da própria Comissão de Sistematização, ninguém objetou, nem apresentou emenda para reduzir ou dispensar esse **quorum**. De maneira que a Presidência mantém a decisão e se não for necessário o apoio, ela mantém também, porque houve o pedido de apoio e ela tem a faculdade de aceitar ou não. Vamos proceder à chamada nominal.

**O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO MONTEIRO:** – Sr. Presidente, para uma questão de ordem.

V. Ex<sup>a</sup> é um jurista e eu queria chamar a atenção de V. Ex<sup>a</sup> que está incorrendo num equívoco! O art. 83 do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte é muito claro quando diz que relativamente às lacunas, as questões que estiverem omitidas deveremos, subsidiariamente, pedir socorro ao Regimento da Câmara, ao Regimento Comum e ao Regimento do Senado.

O Regimento da Câmara é expresso sobre matéria, o art. 176 é claro, quando explícito, no § 4º.

“Havendo se procedido a uma verificação de votação e comprovada a existência de número legal, não será permitida nova verificação, antes do decurso de uma hora da proclamação do resultado.”

Por isso, peço a V. Ex<sup>a</sup>, que é um regimentalista, que atenda ao Regimento Interno da Constituinte e ao Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

**O SR. PRESIDENTE (ALUÍZIO CAMPOS):** – Mas a hipótese levantada por V. Ex<sup>a</sup> é diferente, porque não houve proclamação de resultado da votação de mérito, foi declarada a votação, houve pedido de verificação, que foi atendido pela Mesa. De maneira que, não há esse interstício. E eu peço licença a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE FRANCISCO BENJAMIM:** – Sr. Presidente, em nenhuma Comissão se adotou isso. O Constituinte Brandão Monteiro levanta uma norma da Câmara dos Deputados reunida pelo seu Plenário. Mas em nenhuma Comissão Técnica da Câmara dos Deputados essa norma jamais prevaleceu e jamais poderia ser invocada.

**O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO MONTEIRO:** – Para contraditar. Sr. Presidente. Tanto é verdade, que as normas do Regimento Interno foram aplicadas subsidiariamente nas diversas Comissões e Subcomissões, em que o Presidente Ulysses Guimarães, interpretando à luz do Regimento, adotou a possibilidade de substitutivo, que é a emenda substitutiva que, neste Plenário, foi invocada pelo Constituinte Edison Lobão. Na verdade, o Constituinte Francisco Benjamim talvez não tenha comparecido às reuniões e tenha-se recusado de tomar conhecimento dos fatos.

**O SR. CONSTITUINTE FRANCISCO BENJAMIM:** – Sr. Presidente, Constituinte Aluízio Campos, eu não tenho nenhum interesse, estou aqui como parlamentar, e devo me conduzir como tal. Portanto, dentro do Parlamento podem divergir de mim – tenho atitude e comportamento construtivos. Aquilo que estamos decidindo hoje, que pode estar servindo aos interesses que defendo, poderá, no futuro, servir a outros interesses. No caso, por exemplo solicito que V. Ex<sup>a</sup> – que presidiu, como também tive a honra de presidir, a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados – então, diga se alguma vez, na pauta de votação dos nossos projetos de lei, entrou-se em questionamento, por ocasião de uma decisão de verificação de votação, no sentido de não se tomar a fazer o mesmo quanto ao projeto subsequente? V. Ex<sup>a</sup> que presidiu, como eu também, a Comissão de Constituição e Justiça da

Câmara, tem autoridade para tomar a decisão que tomou e eu estou inteiramente de acordo com ela.

**O SR. PRESIDENTE (ALUÍZIO CAMPOS):** – Gostaria de pedir a colaboração dos nobres companheiros da Comissão, porque a matéria mais importante que temos hoje a votar é o Regulamento dos nossos trabalhos, e nós estamos a perder tempo com uma verificação de voto que já teria sido procedida se V. Ex<sup>a</sup> não tentassem interrompê-la, pois acredito que a verificação de voto não deva mudar o resultado da votação.

Por essa razão, encerro esta matéria e concederei a palavra ao nobre Constituinte Lyséneas Maciel depois de feita a verificação de voto.

**O SR. CONSTITUINTE LYSÊNEAS MACIEL:** – Sr. Presidente, era sobre esta matéria que queria falar, e não vou tomar muito tempo. Verificamos, Sr. Presidente, se me permite, que sucessivas reuniões desta Comissão de Sistematização se ativeram mais na apreciação das preliminares, sem entrar realmente no mérito das questões. Hoje, estamos sendo conduzidos a isso, através de atitudes verdadeiramente infantis; gente se escondendo debaixo das cadeiras, gente saindo para a porta e ali escutando a decisão, gente entrando e saindo. Pergunto: como é que o povo pode começar a olhar essa atitude dos Parlamentares brasileiros? Sr. Presidente, há um recurso, na legislação moderna, que se chama **dignity call** o voto da dignidade quando os Códigos, quando os Regimentos são omissos. Todo mundo sabe que este Regimento, drasticamente imposto a esta Assembléia Nacional Constituinte, jamais atendeu aos interesses do povo, e temos violado este Regimento a torto e a direito.

Sr. Presidente, o que se quer perguntar aqui é o seguinte: qual a norma importante, para o povo brasileiro, que chegou a ser discutida até o fim nesta Comissão? Levamos doze horas para discutir as preliminares da dívida externa, Sr. Presidente. Então, o meu receio é que há muita gente interessada em desmoralizar o Poder Legislativo, contribuindo assim para essa desmoralização em atitudes que transformam este Parlamento e alguns partidos em cômodo de serventia eventual do Governo.

Sr. Presidente, este recurso, que se chama **dignity call**, dá ao Parlamentar que está dirigindo os trabalhos o direito de começar a colher entre as diversas proposições, entre as diversas questões de ordem, ou de desordem, que são levantadas, apenas aquelas que atendem aos reclamos populares. O que se está votando hoje aqui, Sr. Presidente, com maioria ou sem minoria, é matéria da mais alta importância. As pequenas firmas estão quebrando estão aí lançadas ao desespero, o Congresso não funciona, há uma **vacatio legis** neste País. Sr. Presidente, não se atende a rigidez dos termos da lei e quando se apreciam matérias de mérito, fazem-no com essas manobras, essas brincadeiras de esconde-esconde debaixo de mesas, atrás das portas! Isso não traz nada para a dignidade deste Parlamento.

Faço um apelo a V. Ex<sup>a</sup>, que está conduzindo os trabalhos, no sentido de pairar acima dessas normas regimentais impostas autoritariamente a esta Assembléia Nacional Constituinte. Volta e meia, invocamos esses dispositivos, sem atentar para a realidade do País, que está mergulhado

em problemas profundos, problemas sérios, e ficamos aqui 10, 12, 15 horas a discutir tecnicismos jurídicos.

Sr. Presidente, sei que V. Ex.<sup>a</sup> é um homem que lutou ao lado da democracia, portanto, tenha a grandeza de passar por cima desse tecnicismo, dessa brincadeira, brincadeira um tanto cínica, de se esconder atrás da porta e correr aqui para dentro. A Assembléia Nacional Constituinte. Sr. Presidente, não é a brincadeira lusitana de "esconde-esconde".

Peço a V. Ex.<sup>a</sup> que procure restabelecer a dignidade desta Comissão, no sentido de que ela vote de acordo com a consciência, porque não é o "regimentozinho" que vai atender, resolver este problema.

**O SR. PRESIDENTE (ALUIZIO CAMPOS):** – Peço que V. Ex.<sup>a</sup>...

**O SR. CONSTITUINTE LYSÂNEAS MACIEL:** – Vou concluir, Sr. Presidente:

Apelo para a dignidade de V. Ex.<sup>a</sup>, o recurso é quanto à **dignity decision**.

**O SR. PRESIDENTE (ALUIZIO CAMPOS):** – Devo esclarecer a V. Ex.<sup>a</sup> que, ontem mesmo, como Constituinte comum, apresentei à Câmara dos Deputados um projeto de lei propondo uma moratória para os débitos dos pequenos agricultores e microempresas do Nordeste. Então, sou inteiramente isento, porque estou inteiramente de acordo com o mérito da matéria.

Agora, como Presidente da Comissão, eu tenho que respeitar a disciplina mínima estabelecida no Regimento e nas normas tradicionais do comportamento parlamentar. Por falta de disciplina é que temos consumido um precioso tempo em questões e procedimentos de somenos importância, como V. Ex.<sup>a</sup> muito bem ressalta.

Mas, esta Mesa já tomou a decisão no sentido de fazer a chamada nominal: agora, novamente, determinamos que esta seja feita.

Vota-se a conclusão do parecer, os que rejeitam o parecer, votarão contra: os que aprovam o parecer, votarão a favor.

(Procede-se à votação.)

**O SR. CONSTITUINTE ADOLFO OLIVEIRA:** – Sr. Presidente, peço a palavra. Na primeira votação, tomou parte o suplente convocado, Constituinte Luiz Salomão. O Partido Democrático Trabalhista tem direito a dois votos, e, com mais um de titular, três. Indago a V. Ex.<sup>a</sup> se devo tomar o voto do Constituinte Luiz Salomão, ou não.

**O SR. PRESIDENTE (ALUIZIO CAMPOS):** – O Titular votou?

**O SR. CONSTITUINTE ADOLFO OLIVEIRA:** – Sim, porque o PDT tem direito a três votos, e os três titulares estão presentes.

**O SR. PRESIDENTE (ALUIZIO CAMPOS):** – Os três titulares estão presentes. Não pode ser tomado o voto do suplente, evidentemente.

**O SR. CONSTITUINTE ADOLFO OLIVEIRA:** – Perfeito.

(Prossegue a votação.)

**O SR. CONSTITUINTE ADOLFO OLIVEIRA:** – Sr. Presidente, o resultado é: 35 Srs. Constituintes votaram **não** e três Srs. Constituintes votaram **sim**.

**O SR. PRESIDENTE (ALUIZIO CAMPOS):** – A Presidência proclama o seguinte resultado: rejeitada a preliminar, não houve **quorum** para votação do mérito, pelo que a Presidência remete o projeto à Presidência da Constituinte, acompanhado do Parecer, como foi feito nas decisões anteriores.

Não há arquivamento porque não houve parecer contrário ao projeto e ele vai subir à apreciação da Presidência da Assembléia Nacional Constituinte e, lá, os seus nobres autores poderão requerer o que entenderem conveniente.

**O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE:** – Sr. Presidente, peço a palavra, para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (ALUIZIO CAMPOS):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra, pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE:** – Em primeiro lugar, queria registrar que a Presidência desta Comissão não foi tão condescendente, no caso da votação da dívida externa, quando nós, signatários do Projeto de Decisão nº 1, pedimos verificação e a Presidência não aquiesceu ao pedido de verificação de **quorum** e, no entanto, hoje, aqui, aquiesceu. Só para registro.

Em segundo lugar, entendo que não tem por que, neste instante, já ser remetido o Projeto ao Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, quando não houve **quorum** para votação. Ora, já derrotamos a preliminar. Então, temos que mandar, para a Assembléia Nacional Constituinte com um parecer contrário ou favorável. Mas não podemos simplesmente mandar, sem uma decisão. Isso não é coerente, Sr. Presidente. Então, a minha questão de ordem é que V. Ex.<sup>a</sup> convoque outra reunião, para amanhã, para ver se dá **quorum** para resolver o problema.

**O SR. PRESIDENTE (Aluízio Campos):** – A interpretação de V. Ex.<sup>a</sup>, racionalmente, tem procedência, mas o Regimento estabelece um prazo fatal de 5 dias para a votação do parecer. Se, nesse prazo, o parecer não é proferido, não há outra solução que não a que já foi adotada nos dois projetos anteriores de decisão: a de devolver a matéria à Presidência da Assembléia Nacional Constituinte, para que lá sejam apresentadas as postulações do autor e daqueles que com S. Ex.<sup>a</sup> estão de acordo.

**O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE:** – Eu apelaria a V. Ex.<sup>a</sup> no sentido de que, no próximo Projeto de Decisão, pelo menos, não convoque uma reunião no último dia, para se decidir um assunto, porque isso é uma manobra da Mesa. Então, a não ser que a Mesa o deseje, nós nunca poderemos aprovar um projeto aqui.

**O SR. PRESIDENTE (Aluízio Campos):** – V. Ex.<sup>a</sup> está fazendo uma injustiça quanto à Mesa. No mesmo dia em que os projetos entram na Comissão, eles são distribuídos ao Relator.

**O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE:** – Mas sempre tem sido discutido no último dia de prazo.

**O SR. PRESIDENTE (Aluízio Campos):** – Os Relatores têm um prazo para apresentar seus relatórios e sempre o fazem dentro deste prazo.

Agora, a nossa prática está demonstrando que o nosso Regimento Interno é imperfeito, como ressaltou o nobre Constituinte Lysâneas Maciel. E acho que nós devemos, aqui, nesta Comissão,

tomar a iniciativa de estudar melhor o Regimento e apresentarmos um Projeto de Resolução, reformando, em determinadas partes, o que a experiência está demonstrando que não está funcionando bem. Não há outra solução, senão essa. O que nós não podemos é criar uma disciplina própria, a revelia do Regimento.

O Regimento estabelece um prazo fatal de cinco dias para a apresentação do parecer. Quando o parecer não é votado dentro desse prazo – nós já adotamos aqui, já se tomou uma praxe a decisão a tomar é a de remeter o projeto à Presidência da Constituinte, para que ali se decida sobre a sua destinação.

Na vez anterior, o nobre Constituinte Ademir Andrade pensava que tínhamos arquivado o parecer sobre a dívida externa e sobre o problema do Imposto de Renda, mas não houve nenhum arquivamento de projeto, porque não houve formalmente aqui, nenhuma decisão contrária ao mérito dos projetos.

**O SR. CONSTITUINTE LYSÂNEAS MACIEL:** – Sr. Presidente, uma questão de ordem, só para um esclarecimento.

A ata que vai acompanhar o projeto à Presidência da Mesa, vai declinar esta votação expressiva, ou se omite sobre isso?

**O SR. PRESIDENTE (Aluízio Campos):** – Como já proclamei, a ata declinará que a preliminar foi registrada por tantos contra quantos votos e que, no mérito, não houve **quorum** para a votação. Acompanhará essa ata, naturalmente, o parecer do nobre Relator.

**O SR. CONSTITUINTE LYSÂNEAS MACIEL:** – Pergunto a V. Ex.<sup>a</sup> se viola algum dispositivo regimental registrar a votação que houve, não obstante o registro anterior e próprio, que não atingiu o **quorum** regimental?

**O SR. PRESIDENTE (Aluízio Campos):** – Na ata circunstanciada, que fica arquivada na Comissão, todos esses detalhes ficam inseridos. Ela também é publicada no **Diário da Assembléia Nacional Constituinte**.

**O SR. CONSTITUINTE LYSÂNEAS MACIEL:** – Circunstanciadamente?

**O SR. PRESIDENTE (Aluízio Campos):** – Circunstanciadamente.

**O SR. CONSTITUINTE LYSÂNEAS MACIEL:** – Agradecido a V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO MONTEIRO:** – Gostaria, inclusive, que V. Ex.<sup>a</sup> esclarecesse e até pediria subsídios ao Constituinte Bernardo Cabral. Relator da Comissão.

O § 7º do art 59, é muito claro quando fala que num prazo de 5 dias a Comissão de Sistematização emitirá parecer prévio, sendo arquivado definitivamente o projeto que dela receber parecer contrário.

Temos, aqui, um caso inusitado, em relação à apreciação de projetos de decisão anteriores. Ao contrário do que aqui hoje se procedeu, o projeto recebeu um parecer preliminar favorável, ato e, rejeitando o parecer do seu Relator, que alegava incompetência da Comissão de Sistematização para apreciar o referido projeto. Quanto ao mérito, não houve **quorum**.

Penso e gostaria, inclusive, de ouvir da Presidência e do Sr. Relator, que, ao remeter o parecer

ao Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, o mesmo parecer é pela procedência do Projeto de Decisão. Foi o resultado da votação da Comissão de Sistematização. Não poderemos, de forma alguma, examinar a questão à luz do entendimento anterior, quando não foi votada, sequer, nenhuma matéria, nem a preliminar, por inexistência de **quorum**. Eis um caso que a Comissão de Sistematização que deve interpretar, no meu ponto de vista, o caso dessas lacunas existentes.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A Presidência entende que o objetivo da decisão rejeitando a preliminar, foi de que a cobrança de juros e correção monetária dos pequenos produtores e das microempresas no País, na atual crise, e de tal importância e desequilibra de tal modo a situação das pequenas empresas e a ordem econômica e social, que isso pode afetar os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte.

Creio que o objetivo do projeto de V. Ex.<sup>a</sup> quando o propôs, deve ter-se baseado nessa fundamentação. De acordo com o § 7º, do art. 59, os Projetos de Decisão destinam-se a sobrestar medidas que possam ameaçar os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte e as suas decisões soberanas. Então, com a decisão rejeitando a preliminar, esta Comissão considerou que o projeto é pertinente em relação aos seus fundamentos. Mas, infelizmente, quando chegou o momento de votar o mérito, não havia mais **quorum** na Comissão.

Assim, não há outra decisão, em virtude do estabelecimento do prazo fatal, senão a que a Mesa já adotou, de remeter o projeto em vez de arquivá-lo, porque não houve votação contra, com o esclarecimento de que a preliminar foi rejeitada por determinado número de votos.

Assim, não havendo evidentemente numero para nos votarmos o projeto do Regulamento desta Comissão antes de encerrar a reunião, passo a palavra ao nobre Constituinte Bernardo Cabral, Relator da matéria.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente: aliás o Relator da matéria foi o eminente Constituinte Renato Vianna, uma vez que eu me encontrava – como me encontro – na boa posição de co-autor em boa companhia. Quanto à indagação do Constituinte Brandão Monteiro – acho que procede –, foi superada a preliminar que dizia que este Projeto de Decisão não se compreendia dentro da sua forma própria. Esta dúvida foi dissipada pelos presentes, em sua quase totalidade: ao dizerem que o Projeto era de Decisão, consideram-no como tal.

A seguir, o parecer do Relator era no sentido de que se remetesse o Projeto à Câmara dos Deputados. Frustrando portanto, o caminho de se chegar à Assembléia Nacional Constituinte.

A presidência, entendendo que a maioria tinha dado preliminar julgando competente, vai mandar para a Assembléia Nacional Constituinte, ainda que seja pela via oblíqua e não pela via direta da votação total, considerando que este Projeto merece ser considerado e sua apreciação se impõe por parte do Plenário.

A minha questão de ordem, Sr. Presidente, é a seguinte: sei que não há número para votar o nosso Regulamento Interno e que, portanto, V. Ex.<sup>a</sup> vai encerrar esta reunião e, na certa, convocará outra. Apenas encareceria de V. Ex.<sup>a</sup> que fizesse a convocação para a próxima terça-feira, por-

que na quinta-feira não poderei estar presente, pois assumi o compromisso de ir ao rio Urucu ver o problema do petróleo que lá existe, uma vez que estamos defendendo, com unhas e dentes a manutenção do monopólio estatal do petróleo. E não estando, não quero que pese sobre os ombros de outro colega a responsabilidade de relatar as emendas e sobre elas discorrer. Faço esta solicitação, porque ainda dispomos de tempo suficiente, se V. Ex.<sup>a</sup> entender de fixar e determinar a reunião para a próxima terça-feira, sem prejuízo dos nossos trabalhos, uma vez que só vamos começar no dia 15 de junho, em termos oficiais. Esta é a solicitação que faço a V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO MONTEIRO:** – Sr. Presidente, acho que os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte merecem de todos nós muitas indagações. **Data venia**, eu leio e releio o § 7º do art. 59, e o pouco de experiência que tenho da vida jurídica não me permite entender que esse prazo de 5 dias é fatal...

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – V. Ex.<sup>a</sup> permite-me um aparte?

**O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO MONTEIRO:** – Pois não.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Eu havia esquecido e gostaria de chamar a atenção dos Srs. Constituintes, sem que impreque a ninguém, mas, por uma curiosa coincidência, esses projetos de decisão só chegam à Comissão de Sistematização na quinta-feira à noite, o que até parece de propósito. Em consequência, nós só podemos tomar conhecimento deles no dia seguinte, na sexta-feira e, automaticamente, logo na terça-feira da semana seguinte os cinco dias de prazo já estarão sendo exauridos.

Por isso, eu gostaria que V. Ex.<sup>a</sup> atentasse para esta informação, que eu não digo que seja proposital, mas que se repete pela terceira vez. É a terceira vez consecutiva, por uma curiosa coincidência e sendo eu co-autor, que tenho que lançar o meu parecer dizendo que estou impedido para nomear um outro companheiro, e só temos um dia útil, exatamente na terça-feira.

**O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO MONTEIRO:** – Mas, Constituinte Bernardo Cabral, eu voltaria a insistir que, no mínimo, não é boa linguagem jurídica esse art. 7º, porque ele não nos dá a interpretação definitiva desse prazo, ele não é um prazo corrido, peremptório e fatal.

Agora, a informação do ilustre Constituinte Bernardo Cabral nos assusta muito mais, porque, na verdade, sempre se conta, no que se refere aos prazos judiciais, o dia posterior a esse prazo. E, normalmente, quando ocorre sábado e domingo, quando é o caso, ele é contado na segunda-feira. Perfeito?

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Mas ele nos entregam na quinta para começar na sexta, exatamente para prejudicar o trabalho da Comissão de Sistematização, porque se entregassem na sexta, começaria no sábado e só valeria a partir de segunda-feira. Aí, nós teríamos os cinco dias da semana.

**O SR. CONSTITUINTE LYSÂNEAS MACIEL:** – Sr. Presidente, eu vou levantar uma questão de ordem, aqui, de uma certa gravidade.

Diante do peso da informação de que os projetos que estão vindo a esta Comissão – e isso ocorreu com os outros Projetos de Decisão – para que corram os prazos sem que esta Comissão tenha a oportunidade de se manifestar na plenitude do seu tempo, de seus poderes, de suas prerrogativas. Diante desse registro, feito pelo eminente Relator, com a responsabilidade que tem, tenho a impressão de que deve ser feita uma advertência severa à Mesa, pois a Comissão de Sistematização está percebendo – o não é um fato isolado – que tudo se insere na tentativa de que não funcione e haja na verdade uma **vacatio legis** aí durante esse período.

A revelação do Sr. Relator é da maior gravidade e a coincidência é demasiada. Pergunto a esta Mesa: qual vai ser a providência que a Mesa vai tomar, a fim de que não haja esta manipulação do Regimento mais drástico, mais autoritário, mais discricionário da história das constituintes brasileiras? Qual é a providência que vai ser tomada para que não seja cumprido sequer esse Regimento? A revelação do Sr. Relator, com a responsabilidade que lhe cabe, Sr. Presidente, é da maior gravidade. Está havendo manipulação no prazo, está havendo manipulação nos textos, está havendo vários tipos de manipulação, a fim de que esta Assembléia Nacional Constituinte e esta Comissão não exerçam na sua plenitude, as suas prerrogativas e o seu direito.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A forma normal de corrigirmos o Regimento é apresentarmos Projeto de Resolução propondo o seu emendamento.

**O SR. CONSTITUINTE LYSÂNEAS MACIEL:** – Sr. Presidente, estou falando na manipulação, estou falando de uma maneira clara.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Quanto à manipulação citada por V. Ex.<sup>a</sup> o Relator apenas mencionou que os projetos remetidos pela Mesa da Assembléia Nacional Constituinte chegam necessariamente às quintas-feiras.

**O SR. CONSTITUINTE LYSÂNEAS MACIEL:** – Sr. Presidente, não foi isso que o Sr. Relator disse.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Porque os projetos ingressam aqui na Comissão depois de terem sido apresentados ao Presidente da Assembléia Nacional Constituinte. S. Ex.<sup>a</sup> é quem despacha e encaminha os projetos, de acordo com o texto do Regimento, à Comissão de Sistematização, que foi designada pelo mesmo Regimento, para proferir sempre um parecer prévio a respeito das proposições e, se ele for favorável, será submetido à apreciação do Plenário.

Agora, a questão que levanta o Nobre Constituinte Brandão Monteiro, tem certa pertinência, é muito sutil, embora a Mesa já tenha proferido a proclamação do resultado da votação, que já aconteceu. Na verdade, o que consta do § 7º é que, no prazo de cinco dias, será proferido parecer prévio. Quando esse parecer não é proferido, porém aí é uma determinação, serão encaminhados Comissão de Sistematização, que num prazo de cinco dias também emitirá um parecer prévio.

O parecer foi emitido, mas o artigo não diz, evidentemente explicitamente, que o parecer deva ser votado no mesmo dia que ele é proferido, a Mesa poderia mudar o entendimento, se o nobre relator estivesse de acordo, no sentido de que

o parecer – apesar de já ter sido proferido, não foi discutido e nem votado – seja votado na reunião seguinte, quando houver **quorum**. E se esse entendimento for aprovado pelo Relator, a Mesa não terá o capricho de manter a decisão anterior, preferindo, portanto, que o parecer seja apreciado na reunião subsequente.

**O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE:** – Sr. Presidente, para enriquecer a argumentação...

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – O problema é a questão de mérito, porque na parte de preliminar é uma...

**O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE:** – Veja bem, Sr. Presidente, a questão é muito importante. O Regimento Interno estabelece prazos em inúmeros tipos de propostas. E esses prazos, normalmente, não têm sido cumpridos. Veja, V. Ex.<sup>a</sup>, por exemplo, os pedidos de informação oficiais. Estabelece o Regimento que em 10 dias a Mesa decide e encaminha ou rejeita e manda para o Plenário. Ora, os pedidos de informações, nesta Casa, estão levando de 30 a 40 dias para serem aprovados pela reunião da Mesa, isto é, estão ferindo o Regimento.

Na questão dos prazos das subcomissões, que foi estabelecido no Regimento Interno, 45 dias, e depois mais 20 dias e etc., esses prazos foram prorrogados inúmeras vezes. Então, eu não vejo por que nós tenhamos que adotar esta rigidez aqui, na nossa Comissão.

Creio que a interpretação é a que V. Ex.<sup>a</sup> expôs agora e tenho certeza de que haverá anuência do ilustre Relator, isto é, que devemos esperar uma próxima reunião para submeter a matéria à votação desta Comissão, a fim de que posteriormente siga para o Plenário da Assembléia Nacional Constituinte, com o devido julgamento desta Comissão. Então é esse o apelo que faço, em consideração a tudo que tem sido feito na Assembléia Nacional Constituinte.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Eu gostaria apenas de fazer uma ponderação. É que neste procedimento de elaboração constitucional, nós estamos adquirindo uma experiência e sedimentando, vamos dizer, as decisões a respeito, exatamente, das regelações imprecisas que foram formuladas no Regulamento, o que é natural. Ao longo do debate, as questões vão sendo esclarecidas e nós, naturalmente, vamos procurando aprimorar as decisões que pareçam mais compatíveis com a eficiência dos nossos trabalhos. Por isso é que eu mesmo tomei a liberdade de levantar a sutileza que foi mencionada pelo Constituinte Brandão Monteiro, e submetê-la à apreciação do nobre Relator da Comissão.

**O SR. CONSTITUINTE LYSÂNEAS MACIEL:** – Solicito ao Relator, com a permissão do Sr. Presidente, apenas para complementar uma...

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Está com a palavra o Relator. Eu gostaria que V. Ex.<sup>a</sup> o ouvisse e até pudesse...

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, em primeiro lugar eu devo dizer que eu assumiria com muito prazer esta carga honrosa que V. Ex.<sup>a</sup> me coloca sobre os ombros, no sentido de que cobbesse a mim aceitar a sugestão desta prorrogação dos 5 dias.

Vou agora, não socorrer, que não precisa; tantas vezes eu sim, que tenho sido socorrido...

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Eu gostaria que V. Ex.<sup>a</sup> me permitisse esclarecer que não é uma prorrogação. O parecer foi proferido dentro dos 5 dias. Quando o parecer não é proferido nós temos remetido o projeto, sem apreciação, à Assembléia Nacional Constituinte. Agora, o parecer foi proferido. Finalmente, segundo entendi, argüiu corretamente o nobre Constituinte Brandão Monteiro quando disse que não devem necessariamente ser procedidas a discussão e votação do parecer na mesma data.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, se V. Ex.<sup>a</sup> me permite, é sempre cômodo estar na Presidência, porque se cassa a palavra pelo meio, e também o raciocínio. O Constituinte Brandão Monteiro suscitou – eu não diria com habilidade, porque isso não casa com o termo jurídico – com uma perfeição jurídica que esbarra na seguinte dificuldade. Esse parecer, no prazo de cinco dias, não deve ser observado pelo Relator. É aí que está havendo o equívoco; quem emite o parecer nos cinco dias é a Comissão de Sistematização, ou seja, fixado o prazo de cinco dias, o Relator dará o seu parecer dentro de 24 horas e depois, a Comissão de Sistematização, no prazo de cinco dias, emitirá um parecer prévio. O que fazemos aqui não é proferir uma decisão, uma votação; é emitir um parecer prévio no prazo de cinco dias. Por que? É aí que discordarei do raciocínio e sempre o faço com dificuldade – devo registrar minha homenagem ao Constituinte Ademir Andrade. Essa exigência de velocidade é para proteger o Constituinte, senão a manobra poderia ser feita a partir do Relator, que pediria uma prorrogação ao Presidente; o Presidente acabaria concedendo esta prorrogação, e aquele Constituinte, preocupado em que houvesse esta ameaça aos nossos trabalhos querendo sobrestar não teria condições, em face de alguma manobra ser feita ou mesmo haver o esvaziamento dos debates, podendo transformar esses cinco dias em trinta e esgotar o nosso prazo.

**O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE:** – Mas este caso não é tão grave, Sr. Relator.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Um momento. V. Ex.<sup>a</sup> me deu um argumento perfeito. Aconteceria o que acontece no pedido de informações; vão-se transferindo para as "colendas gregas" e o Parlamentar jamais obtém.

Por isso, Sr. Presidente, veja bem V. Ex.<sup>a</sup>, quem tem que se manifestar em cinco dias, letra clara do § 7º, é a Comissão de Sistematização. Não tenho como, não sei se o meu eminente colega de tantas lutas jurídicas, Constituinte Brandão Monteiro, aceita este meu raciocínio, que parece mais uma análise energética do que poderíamos trazer à caiação sobre isso.

É o pensamento do Sr. Relator, Sr. Presidente.

**A SRA. CONSTITUINTE ROSE DE FREITAS:** – Sr. Presidente, gostaria de colocar uma questão ce ordem.

(Sinal de assentimento.)

Sou suplente da Comissão de Sistematização tenho vindo trabalhar, sempre que possível, nesta Comissão, evidentemente, pela falta de **quorum** inclusive. Mas o nobre Relator, companheiro

a quem me dediquei um voto, fiel a sua imagem política, ao respeito que S. Ex.<sup>a</sup> merece de todos nós, levantou uma argumentação que precisa de um pouco de reflexão, pelo seguinte: primeiro – já temos uma estratégia montada nesta Comissão, segundo a qual, com o recurso da preliminar jamais chegaremos ao mérito de qualquer coisa, até porque o Regimento Interno dá amparo a outras formas de esvaziamento deste Plenário e estaremos sempre sentados, aqui, para votar o nada. Sairemos sempre de mãos vazias, depois de lutas e lutas como a questão da auditoria da dívida externa e essa proposição trazida, aqui, pelo companheiro Brandão Monteiro.

Fico a fazer algumas indagações – até porque o cansaço permite, estamos virando noites em Subcomissões, trabalhando incessantemente – quanto a mudança do Regimento Interno, proposta aqui de forma, inclusive, muito vaga, não deixando de formular, com a minha perplexidade, uma indagação: o que iremos fazer depois de termos votado apenas a preliminar desta proposição? O que acontecerá – porque, evidentemente, se aconteceu uma ou duas vezes, irá acontecer muitas outras vezes – é que ficaremos aqui discutindo, esterilmente, propostas sérias. V. Ex.<sup>a</sup> acabou de dizer que não poderá estar presente em determinado dia, porque tem que tratar de assuntos de interesse do País em outros lugares, e estamos tratando de assuntos importantíssimos para a vida desta Nação, e saímos daqui frustrados, em nenhuma decisão.

Tenho a minha perplexidade, tenho também minha revolta interior, de ter vindo do meu Estado, o Espírito Santo, ter deixado a minha família, sem poder conviver com os meus filhos – pequenos ainda – para estar trabalhando e dizer que aqui represento o meu Estado e o meu povo –, para não fazer nada, nada! Porque sem dúvida nenhuma este projeto vai parar na Assembléia Constituinte, e não sabemos se ele irá a Plenário para ser votado, porque existem recursos regimentais, como existiu para o esvaziamento deste Plenário, como existe a estratégia do recurso de apoioamento, que de repente é e não é – deixa de ser instante depois, dependendo da interpretação conveniente de quem quer que seja.

Quero aqui, Sr. Presidente uma resposta: o que vai acontecer com a proposição do nobre Constituinte Brandão Monteiro? Se haverá modificação desse Regimento Interno ou se continuaremos a vir a esta reunião como tantas outras, para nada fazermos e dizer ao povo lá fora, que os estamos aqui representando, dentro de um movimento histórico extremamente importante para este País, que é o processo da Constituinte.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Acabei de mencionar que estamos num processo de aprimoramento das nossas decisões e, à medida em que as discussões se processam, as interpretações vão sendo melhor aclaradas.

O Sr. Relator esclareceu que, na verdade, o parecer não é do Relator, mas sim da Comissão, e por isso discordou daquela interpretação que eu não podia adotar depois de ter proclamado o resultado. De maneira que, em face disso, fica mantido o resultado já proclamado.

Também acho que a ausência eventual do Relator não deve prejudicar a votação da matéria, que foi discutida; S. Ex.<sup>a</sup> iria apresentar apenas um adendo que já preparou, contendo as emendas

que já mereceram parecer favorável de S. Ex.<sup>a</sup> e que serão, naturalmente, postas em destaque. Iremos votar o projeto de regimento em globo, salvo as emendas e os destaques. Então poderá ser apreciado no momento da votação.

**O SR. CONSTITUINTE FRANCISCO BENJAMIM:** – Sr. Presidente, vejo que o meu requerimento foi nesse sentido, para que evitássemos as dúvidas, inclusive como tem razão a nobre Constituinte. Se tivéssemos feito isso, com mais racionalidade, teríamos resolvido o problema.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – V. Ex.<sup>a</sup> teve o bom propósito da precedência à votação das nossas normas de trabalho. Mas a Presidência supôs que poderia votar mais rapidamente o Projeto de Decisão e que teríamos mais tempo. Foi um equívoco que me impediu de aceitar a proposição de V. Ex.<sup>a</sup> mesmo porque já tinha sido iniciada a votação.

Peço permissão ao Sr. Relator para designar, como Relator Substituto, para substituí-lo na ausência, quinta-feira o Constituinte Renato Vianna, porque fica muito longo adiarmos a reunião para a terça-feira, daqui a 8 dias.

Vinhamos realizando, normalmente, reuniões às terças e quintas-feiras. Então os Srs. membros da Comissão serão comunicados sobre local e hora onde será realizada a reunião da próxima quinta-feira. O que gostaria era que a Comissão votasse logo o Projeto de Resolução das suas normas de trabalho, desde que V. Ex.<sup>a</sup> não tenha nenhuma objeção à indicação do Constituinte Re-nato Vianna...

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Pelo contrário, Sr. Presidente. Quero apenas dizer, sobre esta indagação, que me coloco solidário ao que disse a Constituinte Rose de Freitas.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Nós da Comissão de Sistematização, cremos que devemos também, em virtude dos próprios trabalhos que estamos desempenhando preparar as providências destinadas a modificar o Regimento naqueles pontos nos quais estamos identificando falhas.

**O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO MONTEIRO:** – Sr. Presidente, pela gentileza do Constituinte Adolfo Oliveira e Constituinte Ademir Andrade, ousou levantar mais uma questão: acho que estamos aqui, todos muito cansados, e este debate – embora feito imprópriamente através de questões de ordem – tem trazido para nós um conjunto de subsídios e tem sido extremamente criativo.

Verifico algumas indagações que a mim me assaltam novamente. Conversava com o ilustre Constituinte Antônio Carlos Konder Reis e verifico que, por exemplo, o Constituinte Bernardo Cabral teve o cuidado, no seu anteprojeto de Regimento dos trabalhos desta reunião, de estabelecer com muita clareza, como se faz normalmente, dentro da órbita do mundo jurídico, a determinação dos dias e, sobretudo, quando cair em dia não útil, começara o prazo a vigorar no dia subsequentemente útil.

Entretanto, pelo Regimento, é fundamental votarmos algumas outras questões, mas fico com a Constituinte Rose de Freitas. Sou testemunha de que a Constituinte, participante de uma Comissão, se não me engano, Subcomissão do Sistema

Financeiro, esta com sua família doente e veio para a votação. Quanto à questão desses projetos de decisão – Lembrei-me de um fato que a mim causa extrema preocupação: o primeiro projeto de decisão a ir à Mesa da Assembléia Nacional Constituinte foi subscrito, para minha honra, por mais de 200 Constituintes, foi extraviado, e depois de uma luta muito grande conseguimos localizá-lo para enviá-lo à Comissão de Sistematização.

A interpretação que se tem feito aqui quanto aos 5 dias, acho que assiste razão ao Constituinte Bernardo Cabral. Entretanto, esta não tem sido uma interpretação elástica, de acordo com os interesses da Assembléia Nacional Constituinte; ao contrário, tem sido uma interpretação extremamente restrita. Por isto, penso que a questão central, embora o Presidente não concorde, passa no Projeto de Decisão. E aqui se discutiu muito a questão adjetiva ou a questão processual de como o projeto de decisão pode ser enviado à Câmara dos Deputados e, também algumas preliminares determinadas por aquilo que se define o que é Projeto de Decisão.

Então, basicamente, a preliminar do Projeto de Decisão, no caso explícito, é que determinaria o arquivamento ou não do projeto, não quanto a seu mérito. A preliminar é que determina a competência da Comissão de Sistematização. Se o Projeto de Decisão está nos termos em que é estritamente explicitado pelo § 7º, do art 59, quem decidirá o mento é o Plenário da Assembléia Nacional Constituinte.

Por isto, vejo que o parecer prévio desta Comissão, Sr. Presidente, **data venia**, foi favorável ao envio à Assembléia Nacional Constituinte.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Eu também penso da mesma forma.

**O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO MONTEIRO:** – Não tenho dúvida disto, porque, caso contrário não estaria explicitado no § 7º Qualquer Projeto de Decisão poderia, simplesmente, ser aqui recebido e enviado para o Plenário da Assembléia Nacional Constituinte. Se lá se fala em sobrestar atos que venham a pôr em risco o funcionamento da Assembléia Nacional Constituinte ou a sua soberania, a preliminar é que determinará se o Projeto de Decisão tem curso ou não – isto, em qualquer lugar do mundo! Parece-me esta a interpretação correta e me socorro dos doutos conhecimentos de V. Ex.<sup>a</sup> nobre Relator Bernardo Cabral.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – V. Ex.<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO MONTEIRO:** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> o aparte, nobre Relator Bernardo Cabral.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Acho que V. Ex.<sup>a</sup> tem razão muito além disto: a Mesa é quem decide a preliminar, e quando a Mesa achou que era competente, mandou para cá. Está resolvido o assunto.

**O SR. CONSTITUINTE ADOLFO OLIVEIRA:** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Para contraditar?

**O SR. CONSTITUINTE ADOLFO OLIVEIRA:** – Para contraditar.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Eu entendi a argumentação do Constituinte Brandão Monteiro como excluindo a competência da nossa Comissão de apreciar o mérito, limitando-se a Comissão a apreciar somente a preliminar.

Tem a palavra V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. CONSTITUINTE ADOLFO OLIVEIRA:** – Sr. Presidente, vou contraditar de uma forma bastante original, porque sou um dos que tiveram a honra de assinar o Projeto de Decisão do meu ilustre colega e amigo, Constituinte Brandão Monteiro.

Mas, o que eu gostaria de fazer constar nos Anais desta Comissão é, mais uma vez, um apelo à tomada de responsabilidade por todos os Constituintes. Tive a honra de proceder à chamada dos colegas e verifiquei, Sr. Presidente, que esta Comissão tem 93 integrantes. Dos 93 integrantes. 49 são filiados ao grande Partido, que é o PMDB, e desses 49, sabem V. Ex.<sup>as</sup> quantos responderam à chamada? Apenas 20. Os 29 titulares filiados ao PMDB e mais uns 10 suplentes não compareceram.

**O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE:** – Nenhum do PFL, tampouco.

**O SR. CONSTITUINTE ADOLFO OLIVEIRA:** – Do PFL, parece-me que nenhum, mas a Bancada do PL esteve completa.

Mas, Sr. Presidente, eu pedi a palavra pela ordem para reiterar a V. Ex.<sup>a</sup> o apelo no sentido de que, se necessário, faça um sacrifício e se dirija pessoalmente aos Líderes, encarecendo a necessidade de se prestigiar os trabalhos desta Comissão. Porque, quando ela foi organizada houve uma grande disputa para se conseguir um lugar na Comissão de Sistematização. Conseguiram os lugares mas não vêm aqui. Assim, ficamos nesta situação. Sr. Presidente, de não ter numero porque não há manobra de obstrução e de retirada de plenário que supere a maioria consciente presente. E isto que temos o direito de esperar de todos os colegas.

**O SR. CONSTITUINTE LYSÂNEAS MACIEL:** – Sr. Presidente, e quanto à questão de ordem que levantei?

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Gostaria de comunicar a V. Ex.<sup>as</sup> que a Presidência transmitiu um ofício a todas as Lideranças dos Partidos representados na Assembléia Nacional Constituinte, apelando para que eles atuem, colaborem quanto ao comparecimento dos seus liderados que são membros desta Comissão.

Esta Presidência, também, teve um entendimento com o Presidente da Constituinte, ilustre Deputado Ulysses Guimarães, solicitando providências de S. Ex.<sup>a</sup> no mesmo sentido.

Quanto à questão levantada pela nobre Constituinte Rose de Freitas, quero dizer que, qualquer que seja a decisão da Comissão, mesmo aprovando a proposição, da necessariamente ira novamente ser submetida à apreciação do Plenário da Assembléia Nacional Constituinte. De maneira que esta foi a questão criada pelo Regimento: se o parecer for prévio e favorável, ele irá ser submetido à apreciação do Plenário da Constituinte. Era isto que eu queria esclarecer.

Gostaria de encerrar a reunião. Já estamos discutindo a questão antes de ser proclamado o resultado da votação.

**O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO MONTEIRO:** – Não, Sr. Presidente! Estou discutindo aqui uma questão de ordem, que para mim é de transcendental importância.

Gostaria de ouvir o Constituinte Relator Bernardo Cabral. Sei qual foi o espírito do Projeto de Decisão. Participei longamente, com V. Ex.<sup>a</sup> e o Constituinte Bernardo Cabral do debate sobre a hipótese da soberania ou não da Assembléia Nacional Constituinte. Depois de um conchavo, que esta Casa vive disto, de entendimentos para as coisas correrem – esta que é a verdade e o povo tem que saber disto –, houve um acerto em que se rasgou o Regimento Interno, para nova discussão. Nós protestamos, dizendo que o Regimento interno e sobretudo o estatuto do coletivo e o direito das minorias. Se não há estatuto, se não há Carta, as minorias não têm direito. Pois bem, redigiu-se o Projeto de Decisão baseado em duas preliminares que são de ordem processual. Eu pergunto a V. Ex.<sup>a</sup>, se amanhã houver, aqui em Brasília, como ocorreu com o General Newton Cruz, ex-Comandante Militar do Planalto, se houver a possibilidade, que nós esperamos jamais haja, neste País, da tentativa de cercar o Congresso para fechá-lo, qual seria o mérito do Projeto de Decisão: era sobrestar esta medida? Nós teríamos competência para fazê-lo, ou não? Era preliminar ou não o fato de alegarmos competência para impedir que isso acontecesse? Ou nós teríamos competência para discutir o mérito sobre se o cerco do Congresso era justo ou era injusto?

Por isto, insisto na questão de ordem. Penso que o parecer prévio deve se subordinar à questão de competência, o projeto deve ser submetido à Comissão de Sistematização, para examinar se é possível ou não o seu seguimento. O mérito não é a Comissão de Sistematização que vai decidir.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, eu acompanho o raciocínio do Constituinte Brandão Monteiro. Acho que está muito bem colocado.

**O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO MONTEIRO:** – Quando insisto é porque acho que essa decisão é de transcendental importância para o próprio funcionamento da Comissão de Sistematização. Senão ficamos aqui a discutir se temos competência adjetiva ou processual, para dar seguimento àquilo que o Parlamentar requer, se está nos termos do que prescreve o art. 7º. E ficou inquestionável, aqui, que a competência foi deferida pela maioria da Comissão de Sistematização.

Quanto ao mérito, Sr. Presidente, quem decidirá será, sem dúvida nenhuma, o plenário da Assembléia Nacional Constituinte.

Esta é a minha questão de ordem, que acho ser uma questão fundamental. Sou membro da Mesa e V. Ex.<sup>a</sup> sabe que, com o conjunto de problemas que tenho como Líder do meu Partido e estando quase há 20 dias em Brasília, nesse trabalho duro que estamos fazendo, raramente compareci para discutir questões da Mesa, porque acho que o Constituinte Bernardo Cabral, V. Ex.<sup>a</sup> e o Constituinte Afonso Arinos têm quase que exclusivamente essa função e o estão fazendo muito bem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – V. Ex.<sup>a</sup> terá oportunidade de presidir também.

A Presidência entende que a matéria é de suma importância e deve ser apreciada pelo plenário da Comissão, mas não deve ser decidida, evidentemente pela Mesa, porque o que V. Ex.<sup>a</sup> pode submeter à apreciação da Comissão é que ela deve se limitar a decidir, preliminarmente, se o projeto de decisão se insere no contexto da primeira parte do art. 7º, se ameaça, direta ou indiretamente, os trabalhos e as decisões soberanas da Assembléia Nacional Constituinte. Este o entendimento de V. Ex.<sup>a</sup>.

Assim, esta Presidência sugere a V. Ex.<sup>a</sup> que formule e proponha um projeto de resolução sobre a aplicação desse dispositivo, para que o Plenário possa decidir a respeito.

**O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO MONTEIRO:** – Penso que poderia ser incluído no Regimento do Constituinte-Relator Bernardo Cabral, para aprovação do Plenário.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Apesar de a discussão do projeto já estar encerrada, se o nobre Relator, ao concluir seu parecer sobre as emendas, quiser adotar esta proposição, creio que, não por liberalidade, poderá fazê-lo, porque estamos aqui com o poder originário, inclusive para construir interpretações.

**O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO MONTEIRO:** – Sem dúvida.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, colho a manifestação do Constituinte Brandão Monteiro como emenda e peço que fique registrado em ata. Além disto, a ela dou plena acolhida, no sentido de que, no caso específico que S. Ex.<sup>a</sup> manifestou, deve esta Comissão, independente de projeto de resolução, tomá-la como emenda e até por uma questão de celeridade, deve continuar na pauta para, na próxima votação, o Sr. Presidente dar isso como acolhido.

Quando for projeto contrário, que se determine o arquivamento. Fora isto, o parecer vai diretamente, como disse S. Ex.<sup>a</sup> e muito bem, ao plenário da Assembléia Nacional Constituinte.

**O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO MONTEIRO:** – Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Declaro encerrada a reunião, convocando para a próxima quinta-feira, em dia, hora e local a serem comunicados aos Srs. Membros da Comissão.

*(Levanta-se a reunião às 21 horas e 25 minutos.)*

#### Termo de Reunião

Aos vinte e oito dias do mês de maio do ano de mil novecentos e oitenta e sete, às nove horas, a Comissão de Sistematização deixou de reunir-se por falta de **quorum**. Aguardando-se o decurso do prazo, por duas horas e persistindo a insuficiência de número para deliberação, às onze horas, o Senhor Constituinte Aluizio Campos, Primeiro-Vice-Presidente no exercício da Presidência, declarou que a reunião anunciada deixava de realizar-se designando para a ordinária da pró-

xima terça-feira dia dois de junho, às nove horas, no Plenário do Senado Federal, com a mesma Ordem do Dia: Projeto de Resolução nº 1/87-CS, dispondo sobre as normas de funcionamento da Comissão. Compareceram os Senhores Constituintes: Paulo Ramos, Renato Vianna, José Freire, Theodoro Mendes, Wilson Martins, Ademir Andrade, Gerson Peres, Celso Dourado, Nilton Friedrich, Jamil Haddad, Antônio Carlos Konder Reis, Antônio Farias, Christóvam Chiaradia, Milton Reis, Haroldo Lima, Roberto Freire, Joaquim Bevilacqua, Eraldo Tinoco, Francisco Benjamim, Carlos Sant'Anna, Luiz Inácio Lula da Silva, Siqueira Campos, Sandra Cavalcanti, Arnaldo Prieto, Virgílio Távora, Fernando Henrique Cardoso, Chagas Rodrigues, Enoc Vieira, Cleonânio Fonseca, Octávio Elísio, Ottomar Pinto, Luiz Salomão, Adylson Motta, João Natal e Délio Braz – todos membros da Comissão e mais o Senhor Constituinte Fausto Rocha. E, para constar, eu, Maria Laura Coutinho, Secretária, lavrei o presente termo.

#### ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO

Aos dois dias do mês de junho do ano de mil novecentos e oitenta e sete, às nove horas e quarenta e dois minutos, no Plenário do Senado Federal, reuniu-se a Comissão de Sistematização, sob a Presidência do Senhor Constituinte Aluizio Campos, Primeiro-Vice-Presidente, no exercício da Presidência, presentes os seguintes Senhores Constituintes: Raimundo Bezerra, Gerson Peres, Adolfo Oliveira, Joaquim Bevilacqua, Sandra Cavalcanti, Paulo Ramos, Virgílio Távora, Nelson Jobim, Bernardo Cabral, Aluizio Campos, José Thomaz Nonô, Paulo Pimentel, Haroldo Sabóia, Plínio de Arruda Sampaio, Nilson Gibson, Ademir Andrade, Jamil Haddad, Renato Vianna, José Lins, Luís Eduardo, Antônio Carlos Konder Reis, Nilton Friedrich, Antônio Carlos Mendes Thames, José Freire, Haroldo Lima, José Ignácio Ferreira, Pimenta da Veiga, Antonio Farias, Cid Carvalho, Arnaldo Prieto, Mário Lima, Francisco Benjamim, Abigail Feitosa, Alfredo Campos, Osvaldo Coelho, Francisco Rossi, Christóvam Chiaradia, José Santana, Virgildásio de Senna, Oscar Corrêa, Rodrigues Palma, José Geraldo, Eraldo Tinoco, Gastone Righi, Lysâneas Maciel, Nelson Wedekin, José Genoino, Vilson Souza, Roberto Balestra, Paes Landim, Mozarildo Cavalcanti, Chagas Rodrigues, João Natal, Luiz Salomão, José Queiroz, Ottomar Pinto, Jonas Pinheiro, Ricardo Izar, João Agripino, João Menezes e Leal Varella – todos membros da Comissão e mais os Senhores Constituintes José Mendonça de Moraes e Divaldo Suruagy. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, anunciando a leitura da Ata da reunião anterior, a qual foi dispensada a requerimento do Senhor Constituinte Nilson Gibson, tendo sido a mesma aprovada. O Senhor Constituinte Ademir Andrade solicitou, oralmente, retificação da Ata que se aprovava, no sentido



de fazer dela constar a relação nominal dos membros que participaram da votação – que não se perfez, por falta de **quorum** – do Parecer do Relator oferecido ao Projeto de Decisão nº 3/87-ANC, na apreciação do mérito que foi pela rejeição. Esta solicitação foi apoiada pelo Senhor Constituinte Jamil Haddad, tendo sido deferida pelo Senhor Presidente. Em seguida o Senhor Presidente anunciou a matéria constante da pauta para votação – Projeto de Resolução nº 1/87-CS (Substitutivo e Emendas), relativo às normas de trabalho da Comissão. Após falarem os Senhores Constituintes Jamil Haddad, Paulo Ramos e Joaquim Bevilacqua, o Senhor Presidente submeteu a votação às seguintes matérias: 1) Substitutivo – aprovado, unanimemente, ressalvadas as emendas e os destaques; 2) Emendas de Parecer Favorável – aprovadas, ressalvados os destaques; 3) Emendas de Parecer favorável, em parte – aprovadas, ressalvados os destaques. A seguir, passou-se à apreciação da matéria destacada, mediante requerimentos dos Senhores Constituintes: 1) José Genoíno – Subemenda do Relator – § 2º do art. 12 – "Aos Constituintes que não sejam membros da Comissão de Sistematização é facultado assistir às reuniões e usar da palavra nos termos e prazos estabelecidos na presente Resolução, sendo a eles vedado suscitar questões de ordem, apresentar requerimento ou emendas, conforme dispõe o art. 14, § 1º, do Regimento Interno da ANC" – para fins de rejeição, por considerá-lo colidente com o § 1º do art. 14 do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte; em votação, pelo processo nominal, o pedido foi rejeitado por 31 votos contrários e 18 votos favoráveis; o Senhor Constituinte José Genoíno, diante do resultado, informou que recorrerá da decisão do Presidente da Assembléia Nacional Constituinte; 2) Antônio Carlos Konder Reis – inciso III, do art. 17 – "pelo prazo de sete minutos, os Suplentes da Comissão, não convocados" para fins de supressão desse dispositivo; em votação simbólica, foi aprovada a solicitação, considerando-se suprimido o inciso indicado, por unanimidade; 3) Gerson Peres – § 1º do art. 12 – "Os membros da Comissão devem falar de pé, ressalvados os pedidos deferidos pelo Presidente, para que falem sentados, em virtude de enfermidade ou impossibilidade física". – No sentido de suprimir o dispositivo; em votação simbólica, o requerimento foi rejeitado, prevalecendo a redação do Relator; 4) Gerson Peres – § 3º do art. 12 de "Da decisão da Presidência em questão de ordem caberá, com apoio de, no mínimo, três integrantes da Comissão, recurso escrito, sem efeito suspensivo, à Presidência da Assembléia Nacional Constituinte". – Para suprimir o dispositivo; em votação simbólica, o requerimento V do art. 16 – "as emendas com parecer favorável serão votadas em globo, salvo destaque requerido por 12 (doze) integrantes da Comissão"; – para alterar o **quorum** de 12 para 6 integrantes; em votação, pelo processo nominal, o requerimento foi rejeitado por 30 votos contrários a 17 votos favoráveis; 6) Gerson Peres – art. 13 – "As deliberações da Comissão sobre matéria constitucional, projeto de resolução sobre consulta plebiscitária, serão adotadas pelo voto da maioria absoluta de seus integrantes". – Para considerar os Projetos de Decisão como matéria inserta nesse dispositivo: em votação, pelo pro-

cesso nominal, o requerimento pedindo o destaque não chegou a ser apreciado, por falta de **quorum**. Falaram durante a reunião, ainda, os seguintes Senhores Constituintes: Paulo Ramos, Joaquim Bevilacqua, Bernardo Cabral, José Genoíno, José Freire, Gerson Peres, Adolfo Oliveira, Haroldo Lima, Nilson Gibson, Pimenta da Veiga, Ademar Andrade, Virgildásio de Senna, Jamil Haddad, Francisco Benjamim e João Agripino. O Senhor Presidente, diante da ausência de **quorum** para deliberação, convocou nova reunião destinada à apreciação da matéria restante, no próximo dia quatro de junho, às nove horas, no Plenário do Senado Federal e, nada mais havendo a tratar, encerrou a reunião às doze horas e doze minutos. O inteiro teor desta reunião foi gravado, devendo ser publicado no Diário da Assembléia Nacional Constituinte e constituir-se-á na Ata circunstanciada dos trabalhos. E, para constar, eu, Maria Laura Coutinho, Secretária, lavrei a presente Ata, que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos da Comissão.

O Sr. Secretário procederá à leitura da ata da reunião anterior.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Se houver retificações a fazer, os nobres membros da Comissão poderão enviá-las, para constar da ata da reunião de hoje.

**O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE:** – Sr. Presidente, eu gostaria de registrar uma sugestão sobre a ata, e preferiria fazê-lo oralmente.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Pode V. Ex.<sup>a</sup> fazê-la e depois remeter sua retificação por escrito, para constar da ata da reunião de hoje.

**O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE:** – Creio que a ata mais lida e consultada, para se saber o que aconteceu na reunião, de fato, é esta, embora saibamos que é a ata sucinta dos fatos. Entendo que tivemos duas votações na última reunião – a votação que decidi a questão da preliminar e a que teve o propósito de votar o mérito do Projeto de Decisão nº 3. Nesta ata consta o número dos Constituintes que votaram a preliminar, mas não consta o resultado da votação do mérito e muito menos, os nomes dos constituintes que estiveram presentes para votar o mérito do Projeto de Decisão nº 3. Entendo que isso deveria constar da ata sucinta da nossa reunião. Esta a sugestão que faço a V. Ex.<sup>a</sup>, esperando que não seja necessário fazê-lo por escrito.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – V. Ex.<sup>a</sup> será atendido na parte em que pede o registro dos que permaneceram presentes para votação do mérito, mas não houve a votação, porque não havia mais número regimental.

**O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE:** – Houve a votação, o número é que não foi suficiente.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Não houve a votação, não pôde haver a votação porque não houve **quorum**; houve a votação da preliminar, mas não houve do mérito; apenas se registraram os nomes daqueles que ficaram presentes.

**O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE:** – Peço vênica a V. Ex.<sup>a</sup> para dizer que houve a votação, foi votado, mas não se atingiu, o número; portanto houve uma votação e um resultado, o qual, não tendo atingido o número não foi a matéria nem aprovada, nem rejeitada quanto ao mérito, embora tivesse havido, de fato, uma votação.

**O SR. CONSTITUINTE JAMIL HADDAD:** – Sr. presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Jamil Haddad.

**O SR. CONSTITUINTE JAMIL HADDAD:** – Sr. Presidente, não há dúvida alguma de que houve uma votação: houve uma votação inicial sobre a preliminar com **quorum** e, posteriormente, quanto ao mérito, da matéria, em que se verificou uma falta de **quorum**, devido à necessidade de mais sete votos. Não há dúvida alguma, isso é flagrante, é patente.

De modo que eu acho que a solicitação do nobre Constituinte Ademir Andrade é correta, que visa a constatar realmente quais os Constituintes que estiveram em plenário até o final da reunião votando a matéria.

A matéria apenas não foi aprovada porque houve uma solicitação de verificação de **quorum** e este não foi suficiente para que houvesse a deliberação.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – A informação transmitida à Presidência da Constituinte foi exatamente a que V. Ex.<sup>a</sup> acaba de mencionar.

Nós devolvemos ao Presidente da Constituinte o processo informando que houve rejeição da preliminar, mas não houve votação do mérito, por falta de **quorum** e é isso que está registrado na ata. Porém nada impede incluirmos na ata o nome daqueles que aqui permaneceram porque desejavam votar a favor do mérito.

Agora vamos passar à votação do projeto de Resolução nº 1, relativo às normas de trabalho da Comissão. Informo aos presentes que se encontram sobre a mesa formulários para pedidos de destaques. Nós faremos a votação do projeto, ressalvada as emendas e os destaques; depois votaremos as emendas com parecer favorável, salvo os destaques; e depois as emendas com parecer favorável em parte, também salvo os destaques; e por último, as emendas com pareceres contrários, também salvo os destaques. Será esta a metodologia da votação. Então...

**O SR. CONSTITUINTE JAMIL HADDAD:** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Antes de conceder a palavra, pela ordem ao nobre Constituinte Jamil Haddad, gostaria de concluir ainda um esclarecimento. É que, como os serviços auxiliares do Congresso se encontram assoberbados com a impressão das emendas, que estão sendo apresentadas às Comissões, nós apenas distribuímos a V. Ex.<sup>as</sup> o parecer do Relator como um adendo, que não pôde ser incorporado ao texto, mas que faz parte integrante do parecer.

Eram esses os esclarecimentos que eu desejava prestar, porque V. Ex.<sup>as</sup> receberam o parecer com o adendo apresentado pelo Relator.

Com a palavra o Constituinte Jamil Haddad.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Pela ordem. Sr. Presidente.

**O PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Está com a palavra o Constituinte Jamil Haddad.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Queria rapidamente um esclarecimento da Presidência: V. EX.<sup>a</sup> falou sobre um adendo; ele está anexado aqui no Relatório?

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Sim, está anexado ao Relatório; foi distribuído juntamente com ele.

**O SR. CONSTITUINTE JAMIL HADDAD:** – Sr. Presidente, a matéria sobre a qual levanto a questão de ordem refere-se justamente a esse adendo ao parecer do Relator da Comissão, segunda versão.

Sr. Presidente, tivemos um anteprojeto de autoria do nobre Constituinte Antônio Carlos Konder Reis; posteriormente, houve um Substitutivo do Relator Bernardo Cabral; foi aberto um prazo para as emendas apresentadas em cima do trabalho do nobre Constituinte Antônio Carlos Konder Reis, o que resultou no Relatório do nobre Relator, relativo ao Substitutivo. Agora, após termos um parecer a um substitutivo, com pareceres favoráveis e contrários às emendas apresentadas em plenário, nesse instante recebemos um adendo ao parecer do relator da Comissão sobre novas emendas!

Sr. Presidente, parece-me que não mais caberiam emendas, porque o Relator já havia apresentado parecer por um substitutivo, dando parecer favorável e contrário às emendas apresentadas pelos Srs. Constituintes membros da Comissão; de modo que me parece uma aberração, depois de já termos o parecer com substitutivo, novamente termos emendas com parecer numa segunda versão, revista e melhorada, provavelmente; é uma segunda versão revista e melhorada do parecer do nobre Relator Constituinte Bernardo Cabral.

Sr. Presidente, não procede, na realidade, esse adendo ao parecer do Relator da Comissão.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A Presidência deseja ponderar a V. Ex.<sup>a</sup> que, nesta fase em que não existe previa disciplina para os trabalhos da Comissão; estamos trabalhando um tanto informalmente, com o propósito de elaborar normas de trabalho tão boas quanto o resultado, exatamente, das discussões sobre a proposta do Relator; de maneira que não podemos estar sacrificando em nome do formalismo um resultado que seja melhor considerado na elaboração do relatório. De sorte que já esclareci que o adendo é uma parte integrante do parecer do relator, que apenas não foi impressa conjuntamente pelas dificuldades que já mencionei. De maneira que peço que V. Ex.<sup>as</sup> considerem o adendo como uma peça do Relatório para efeito de votação. Vamos, então, passar à votação.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Constituinte Paulo Ramos.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – Sr. Presidente, considerando o elevado espírito públi-

co que norteou a decisão de V. Ex.<sup>a</sup> em relação a questão de ordem levantada pelo nobre Constituinte Jamil Haddad, alguns fatos ocorreram na Comissão de Sistematização, fatos relativos a votação dos projetos de decisão, no concernente a presença dos Constituintes no momento da votação de preliminar, e a ausência dos mesmos Constituintes no momento da votação do mérito.

Durante este final de semana, meditei a respeito do tema – considerando imprescindível que a Comissão de Sistematização sempre deva se posicionar de forma clara, em relação não só aos projetos de decisão, mas em relação a todas as matérias que forem objeto de apreciação por esta Comissão – e há pouco solicitei a uma das secretarias que redigisse uma emenda a mais, qual seja, a de que pudéssemos considerar como abstenção o voto dos Constituintes que, mesmo estando presentes à votação da preliminar já vencida, se ausentem na ocasião da votação do mérito, e desde que não haja o suplente para Substituí-lo. Mandei redigir e gostaria de contar com o beneplácito de V. EX.<sup>a</sup>, considerando o mesmo espírito que orientou a decisão anterior.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A matéria levantada por V. EX.<sup>a</sup> é estranha ao objeto que estamos, no momento, votando e diz respeito à ata da reunião anterior.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – Não. Estou querendo considerar não as situações passadas, mas as futuras.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A matéria será decidida pela Presidência, depois da votação do projeto de Regimento.

Passa-se à votação do projeto de regimento, com o parecer do Relator, salvo as emendas e os destaques.

**O SR. CONSTITUINTE JOAQUIM BEVILÁQUA:** – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – O que está em votação é o substitutivo apresentado pelo Relator como conclusão do seu parecer.

Tem a palavra o nobre Constituinte Joaquim Beviláqua, para encaminhar a votação.

**O SR. CONSTITUINTE JOAQUIM BEVILÁQUA:** – Sr. Presidente, em auxílio à Mesa, informo que há um equívoco de datilografia na página 2 do adendo, onde, ao acolher uma emenda, no art. 17, diz:

"Dar ao § 5º do substitutivo a seguinte redação: se o parecer do Relator não for acolhido, o Presidente, etc..."

Não se trata do § 5º, mas do § 7º. É apenas uma questão da datilográfica, que pode provocar equívocos na votação.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio campos):** – Em votação o substitutivo; ressalvadas as emendas e os destaques.

Os Srs. Constituintes que o aprovam, permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado o substitutivo. Passemos à votação das emendas com parecer favorável.

São 21 (vinte e uma) emendas que tiveram parecer favorável. Foram as de números: 2, 3,

7, 9, 13, 17, 18, 20, 26, 30, 36, 37, 41, 42, 49, 50, 64, 72, 73, 76 e 78.

Foi pedido destaque para a Emenda de nº 64.

**O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE:** – Sr. Presidente, peço a palavra para esclarecer. Foi feito o pedido de destaque à Emenda de nº 64, porque, neste roteiro, a redação que foi dada...

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Peço permissão a V. EX.<sup>a</sup> Vamos votar, se aprovado o destaque, oportunamente, V. EX.<sup>a</sup> esclarecerá o problema da Emenda nº 64.

**O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE:** – Se essa emenda estiver de fato aprovada, não haverá necessidade do destaque.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Mas essa emenda tem parecer favorável.

**O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE:** – Mas na montagem que foi feita, no roteiro da redação final, ela não foi colocada como emenda aprovada.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – A Emenda de nº 64?

**O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE:** – Sim, nobre Relator.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Tem parecer favorável, só falta o plenário aprová-la.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Sendo favorável o parecer. V. EX.<sup>a</sup> retira o destaque?

**O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE:** – Sim, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Não havendo destaque para as emendas com parecer favorável, os Srs. Constituintes que se pronunciarem a favor queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovadas as vinte e uma emendas com parecer favorável.

Passaremos, agora, às emendas com parecer favorável apenas em parte.

São as Emendas de nºs 6, 12, 19, 43, 45, 46, 51, 56, 63, 65, 71, 74 e 77.

Estas emendas receberam parecer favorável, em parte, e foram introduzidas no texto do Relatório. Não há pedido de destaque para nenhuma delas.

Os Srs. que aprovam as emendas com parecer favorável, em parte, permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovadas as emendas.

Estamos recebendo um pedido de destaque do Sr. Constituinte Jose Genoino sobre a Emenda nº 2. Passo palavra ao Sr. Relator, para se pronunciar sobre os dois destaques, porque tenho a impressão de que emendas já foram aprovadas.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FREIRE:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Concedo a palavra a V. EX.<sup>a</sup> pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FREIRE:** – Sr. Presidente, estou acompanhando a votação, mas gostaria de ter um avulso para saber quais as emendas que foram aprovadas e as que não foram.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – V. Ex.<sup>a</sup> será atendido.

Eu gostaria de esclarecer que os pedidos de destaque se encontram aqui. O primeiro destaque é do Sr. Constituinte José Genoino, que se refere à Emenda nº 2, do Relator, ao art. 12, a qual já foi aprovada.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOINO:** – Não, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Vamos, então, ouvir o Relator.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOINO:** – Estou pedindo destaque para a rejeição.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOINO:** – Quero encaminhar, Sr. Presidente.

**O SR. CONSTITUINTE NILSON GIBSON:** – Já foi aprovada!

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOINO:** – Não, salvo os destaques, nobre Constituinte Nilson Gibson.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Esta emenda é ao art. 12 do adendo. V. Ex.<sup>a</sup> tem a palavra para encaminhar a votação.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOINO:** – Sr. Presidente, na montagem do roteiro para a redação final, na página 7, a Emenda nº 2, do Sr. Relator, ao § 2º do art. 12, diz que "aos Constituintes que não sejam membros da Comissão de Sistematização é facultado assistir às reuniões e usar da palavra nos termos e prazos estabelecidos na presente Resolução, sendo a eles vedado suscitar questões de ordem e apresentar requerimentos ou emendas, conforme o art. 14, § 1º do Regimento interno.

Acontece, Sr. Presidente, que pelo art. 14, § 1º, do Regimento Interno fica claro e facultado ao Constituinte assistir às reuniões de todas as comissões e subcomissões. Assistir às reuniões das comissões e subcomissões significa participar das reuniões das subcomissões e cita como exemplo discutir o assunto em debate e proibir votar. Portanto, a restrição é específica, é pontual proíbe e é clara.

E a emenda ao art. 2º, Emenda nº 2, amplia a restrição. Não se pode ampliar uma restrição passando pelo Regimento Interno, que especifica qual é a restrição aos que não são membros das Comissões: "Sendo-lhe vedado o direito de voto". Esta é a especificação daquilo que o Constituinte que não é membro efetivo da Comissão não pode fazer; essa proibição é clara, pontual e precisa.

No entanto, nos termos em que está apresentada aqui pela Emenda nº 2, ao § 2º: "Sendo-lhes vedado suscitar questão de ordem, apresentar requerimento ou emendas", ampliou a restrição. Portanto, a Emenda nº 2 colide com o dispositivo regimental no seu § 1º; por isso é que solicito neste destaque a rejeição.

Porque, veja bem, Sr. Presidente, esta questão tem aparecido nas Comissões e nas Subcomissões, e estas têm interpretado corretamente o Regimento, proibindo o direito de voto, mas, se apresentam emendas, fazem-se destaques, usa-se da palavra. A proibição do Regimento Interno é algo muito concreto e não podemos ampliar essa restrição. Como é que se pode ampliar restrição numa resolução que contraria e colide com o regimento Interno da Constituinte, que é a dispo-

sição maior para as normas de funcionamento da Assembléia Nacional Constituinte? Por isso que o meu argumento central é que esta emenda colide com o § 1º do art. 14 do Regimento interno. Esta ampliação das restrições não tem cabimento na medida em que o § 1º começa com uma visão abrangente em que fica facultado ao Constituinte "assistir reuniões". "Assistir reuniões", Sr. Presidente, se formos analisar simplesmente a expressão "assistir" no sentido de ver, qualquer pessoa pode assistir às reuniões, independentemente de ser constituinte. Quem está lá nas galerias também assiste às reuniões; quando se está falando em um Constituinte assistir às reuniões, é que ele tem direito à palavra, nas reuniões, e é vedado o direito de voto, e cita, discutir – discutir específica o exemplo. Então, assistir e discutir têm um sentido amplo, isto é, apresentar emendas, questão de ordem, matéria esta incorporada pelo § 1º de discussão e participação das reuniões. Não podemos aceitar esta ampliação como pretende a Emenda nº 2.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Concedo a palavra ao Constituinte José Genoino, autor do destaque para encaminhar a votação.

**O SR. CONSTITUINTE NILSON GIBSON:** – Encaminhamento de votação não tem contestação, não foi questão de ordem. Proponho a V. Ex.<sup>a</sup> conceder a palavra ao Relator, a fim de se possa votar a matéria.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Peço a palavra para encaminhar a votação.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – V. Ex.<sup>a</sup> tem a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – O Deputado José Genoino incorre num erro muito grave, quando S. Ex.<sup>a</sup> não atenta para o significado do verbo assistir. O verbo assistir tem dois significados. O direto e o indireto. O indireto, como está aqui, com crase, "assistir às reuniões", é apenas presença, participação. E assistir, sem crase, quer dizer ajudar; assim, "assistir às reuniões, significa apenas presenciar as reuniões.

Na segunda etapa S. Ex.<sup>a</sup> comete um grave equívoco, quando atribui à palavra "discutir" um significado de apresentar, contribuir; logo, a palavra expressa uma limitação bem clara. Os membros que não são titulares desta Comissão não podem, seria um absurdo, ter atribuições para apresentar questões de ordem que modificam determinados comportamentos dos titulares da Comissão, apresentar emendas que alterem toda a sistemática dos membros desta Comissão. O que S. Ex.<sup>a</sup> pode é discutir. E da discussão, Sr. Presidente, da qual S. Ex.<sup>a</sup> participa, S. Ex.<sup>a</sup> pode elucidar. De forma que aqui não existe nada de contrariar o § 1º do art. 14. Pelo contrário, quem colocou essa consideração, colocou muito bem. O Sr. Relator colocou muito bem. O participante aqui vem apenas para dar uma contribuição de elucidação, mas não pode interferir nos trabalhos daqueles que estão compatibilizando as matérias temáticas, levantando questões de ordem ou apresentando emendas sobre os nossos trabalhos, uma vez que S. Ex.<sup>a</sup> não está investido legalmente para esta função.

Eram estas as considerações que desejava fazer.

**O SR. CONSTITUINTE ADOLFO OLIVEIRA:** – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Com a palavra o nobre Constituinte Adolfo Oliveira, para encaminhar a votação da mesma matéria.

**O SR. CONSTITUINTE ADOLFO OLIVEIRA:** – Sr. Presidente, pouco teria a aduzir às palavras do eminente colega Constituinte Gerson Peres. A sua interpretação ao § 1º do art. 14 é perfeita. Gostaria de alertar à Comissão para o risco que existe no tumulto que reinaria nos nossos trabalhos ao recebermos aqui mais de 450 colegas apresentando questões de ordem, emendando, requerendo. etc., isso não pode acontecer. Cada coisa neste trabalho da Constituinte tem o seu momento próprio.

Só para concluir, Sr. Presidente, queria lembrar também que o art. 21, **caput**, do Regimento Interno da Constituinte, diz:

"Cada Comissão fará a distribuição do seu trabalho e marcará prazo para a duração dos debates."

É exatamente o que o Regimento, preparado pelo eminente Relator, prevê, quando há um prazo para que cada um possa usar da palavra, Membro ou não da Comissão. Mas ainda, temos a figura do autor da chamada emenda popular. Ele virá aqui e terá vinte minutos para expor as suas razões. Daí não pode se inferir que ele pode também levantar questões de ordem, apresentar emendas, requerimentos, etc., o que levaria a um absurdo.

Tenho o maior respeito pelo nobre colega José Genoino, geralmente estou com S. Ex.<sup>a</sup>. Mas, neste caso, não posso concordar com S. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE NILSON GIBSON:** – Sr. Presidente, queria apenas um esclarecimento. O que o nobre Relator, Constituinte Bernardo Cabral, estabeleceu dentro do Regimento da nossa Comissão de Sistematização, evidentemente, é uma reprodução do que dispõe o art. 14, § 1º, do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte. Com grande lucidez, S. Ex.<sup>a</sup> acompanhou o Regimento maior da nossa Assembléia Nacional Constituinte. Assim, é desnecessário o debate sobre esta matéria.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – A disposição que se encontra em votação é a seguinte:

"Aos Constituintes que não sejam membros da Comissão de Sistematização é facultado assistir às reuniões e usar da palavra nos termos e prazos estabelecidos na presente Resolução, sendo a eles vedado suscitar questões de ordem, apresentar requerimentos ou emendas, conforme dispõe o art. 14, § 1º, do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte."

É esta a matéria que está submetida à votação.

Com a palavra o Relator para encaminhar à votação da disposição.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOINO:** – Sr. Presidente, antes da palavra ao Relator...

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Já está com a palavra o Sr. Relator. V. Ex.<sup>a</sup>, por favor, faça a gentileza de aguardar.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):**

– Sr. Presidente. Srs. Constituintes, esta Comissão sabe do respeito e do apreço que tenho pelo Constituinte José Genoino, extensivos àqueles que representam a Maioria nesta Casa.

Quando da redução do número de membros para o pedido de votação, quando após a emenda do Constituinte Renato Vianna no problema da liderança, outra coisa não moveu este Relator senão a aquiescência.

O problema que se discute – parece-me que o ponto nodal da controvérsia – se fixa de forma distorcida, se me permite o Constituinte José Genoino, quando proíbe aqueles que não são membros desta Comissão de virem para cá no sentido de tumultuar os trabalhos.

A regra que se adota é apenas a da disciplina. O que se quer o que se deseja, evidentemente, não é tolher, impedir, coagir aqueles companheiros Constituintes que, não participando desta Comissão, para cá poderiam vir tumultuar o trabalho daqueles que são Titulares e Suplentes.

Não foi este e nem seria outro o motivo que moveria o Relator. Por isso, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, mantenho a idéia de perfil traçado nesta emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Vamos submeter à votação a disposição que já foi lida pela Mesa.

O Srs. Constituintes que aprovam a disposição queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado o texto, sendo rejeitado o destaque para o fim de eliminar a disposição.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOINO:** – Peço verificação de votação, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Os Srs. Constituintes que concordam com o pedido de verificação de votação queiram se manifestar, porque será concedido o pedido se o mesmo for aprovado pelo menos por três Srs. Constituintes. (Pausa.)

Está aprovado.

Convido o nobre Constituinte Adolfo Oliveira para que proceda à chamada nominal.

**O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE:** – Sr. Presidente, quero chamar a atenção para uma questão nesta emenda, antes de começar a votação. Parece-me que tal emenda fere frontalmente o Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ THOMAZ NONÔ:** – Exato!

**O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE:** – Porque, veja vem, Sr. Presidente: nesta emenda – e eu concordo em parte com ela neste artigo – podemos aceitar que o Constituinte não membro da Comissão não levante questões de ordem ou não apresente requerimento. Mas, apresentar emenda é um direito nato de S. Ex.<sup>as</sup> garantido pelo Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte. Qualquer Constituinte desta Casa pode apresentar emenda. Então, isto aqui não pode ser aprovado, no meu entendimento, da maneira como está. Poderia ser aprovado da seguinte forma:

"Sendo a S. Ex.<sup>as</sup> vedado suscitar questões de ordem, apresentar requerimento sobre processo de trabalho, etc."

Agora, não pode, em hipótese alguma, vedar ao Constituinte a apresentação de emendas. Isto é um direito garantido pelo Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte. Isto está claro no nosso Regimento. Gostaria de ouvir a manifestação do nobre Relator sobre esta questão, porque acho que esta é uma questão clara.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Nobre Constituinte, estamos em processo de verificação de votação. A votação sobre a disposição já se verificou e, infelizmente, foi aprovado o texto do Relator. Em face do exposto, não há mais oportunidade para discussão da matéria.

Peço ao Sr. Constituinte Adolfo Oliveira que proceda à chamada dos membros da Comissão.

**O SR. CONSTITUINTE ADOLFO OLIVEIRA:** – Srs. Constituintes que aprovarem o texto votação "sim"; os que seguirem o pensamento do nobre Constituinte José Genoino, votarão "não".

(Procede-se à votação.)

**O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem sobre o processo de votação.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Com a palavra o Constituinte Pimenta da Veiga.

**O SR. CONSTITUINTE NILSON GIBSON:** – Sr. Presidente, estamos em processo de votação.

**O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA:** – É sobre o processo da votação, se V. Ex.<sup>a</sup> não se incomodar.

**O SR. CONSTITUINTE NILSON GIBSON:** – A mim não me incomoda. Mas acho extravagante o pedido de V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA:** – Uma questão de ordem sobre o processo de votação?

**O SR. CONSTITUINTE NILSON GIBSON:** – Dúvida sobre o processo de votação é quando se está iniciando a votação, não quando se está no processo propriamente dito. V. Ex.<sup>a</sup> se equivoca. V. Ex.<sup>a</sup> foi um dos mais ilustres Líderes desta Casa.

**O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA:** – Eu divirjo do entendimento de V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE NILSON GIBSON:** – Continuamos divergindo.

**O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA:** – Sr. Presidente, não tendo podido acompanhar a votação desde o início, e não pretendendo votar contra o texto do Relator, indago de V. Ex.<sup>a</sup> se há algum pedido de destaque que vise a suprimir ou que vise a permitir a continuação, no texto, da possibilidade de qualquer Constituinte suscitar questões de ordem, porque a minha divergência quanto ao texto é apenas quanto às emendas. Eu votarei: a favor se houver algum destaque que permita continuar, no texto, o direito às questões de ordem. Esta, apenas, a divergência. Então, gostaria de me informar, para orientar o meu voto.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – houve um destaque apresentado pelo Constituinte José Genoino a respeito da participação de Constituintes que não são membros da Comissão. Esse destaque foi rejeitado: permaneceu a redação do Relator, a cuja leitura não sei se V. Ex.<sup>a</sup> assistiu.

**O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA:** – Eu assisti à leitura. Sr. Presidente. Daí em diante eu acompanhei.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Estamos fazendo a verificação dessa votação, a pedido do Constituinte José Genoino. Nós estamos em processo de verificação de votação, mas a matéria já foi votada.

**O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA:** – Não havendo esse destaque, lamentavelmente terei que divergir do Relator, votando contra.

(Continua a votação.)

**O SR. SECRETÁRIO (Adolfo de Oliveira):** – Votaram "Sim" 19 Srs. Constituintes: e "Não" 17. Houve uma abstenção.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Foi aprovado o texto.

Passamos, agora, à votação das emendas.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOINO:** – Sr. Presidente, não há quorum para aprovar.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Tivemos 19 votos "Sim", e 17 votos "Não". Está aprovado, porque estamos votando por maiorias simples, em face de não se tratar de matéria constitucional. Aliás, de acordo com a sugestão do nobre Constituinte José Genoino, estamos votando essas matérias por maioria simples.

Estão aprovadas as emendas com parecer favorável, sem rejeição de nenhuma delas.

Há pedido de destaque sobre a mesa, do Constituinte Gerson Peres, para o art. 23, mas o parecer do Relator foi favorável. S. Ex.<sup>a</sup> pediu destaque para a rejeição.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Qual é o artigo?

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Art. 23 do adendo. V. Ex.<sup>a</sup> pediu destaque para a votação em separado...

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Eu pedi destaque, Sr. Presidente, porque acho que falta uma complementação aqui. Estamos dando à Mesa, e a 1/3 desta Comissão, a iniciativa de um projeto de resolução que altera pura e simplesmente as nossas normas de trabalho; aqui não se fala em encaminhamento ao Plenário para ser aprovado ou não, conforme segue:

"Estas normas de trabalho poderão ser alteradas mediante projeto de resolução de iniciativa da Mesa ou de 1/3 dos membros da Comissão."

Deveria ser mais claro isto.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – V. Ex.<sup>a</sup> refere-se ao inciso X do art. 16 do adendo? Porque aqui V. Ex.<sup>a</sup> diz:

"Requeiro destaque para a votação em separado do § 2º, no art 2º do adendo."

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Por ter recebido dois papéis, torna-se complicado, e ficamos numa situação difícil para ordenar os trabalhos.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – V. Ex.<sup>a</sup> quer ler, por gentileza?

**O SR. CONSTITUINTE GERSON**

**PERES:** – Vou ler. Sr. Presidente. Veja bem V. Ex.<sup>a</sup>, à página 4 do adendo:

"Essas normas de trabalho poderão ser alteradas mediante projeto de resolução de iniciativa da Mesa ou de 1/3 dos Membros da Comissão."

Dispõe apenas isso e mais nada? Há que se dizer aí se é sob aprovação do Plenário, ou outra coisa qualquer, senão amanhã 1/3 da Comissão resolverá alterar isso e...

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):**

– A norma é só quanto é iniciativa, nobre Constituinte Gerson Peres.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON**

**PERES:** – Eu queria apenas tornar mais claro o texto. Retiro o destaque, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):**

– Muito obrigado a V. Ex.<sup>a</sup> Está retirado o destaque.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ**

**GENOINO:** – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem!

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):**

– Nobre Constituinte José Genoino, estamos em processo de votação e a matéria referente às emendas com parecer favorável, já foi votada completamente, porque o nobre Constituinte Gerson Peres acabou de retirar seu pedido de destaque. Há um outro destaque de S. Ex.<sup>a</sup>, que é sobre o art. 16, que possui vários incisos. Qual é o destaque, nobre Constituinte Gerson Peres? V. Ex.<sup>a</sup> tem alguma objeção?

**O SR. CONSTITUINTE GERSON**

**PERES:** – É o inciso 5º. Eu me referi ao inciso 5º, do art. 16. Eu apresentei uma sugestão aqui ao Relator, na reunião passada, no sentido de que se fizesse uma revisão para a votação em globo, salvo o destaque por 12 integrantes. Eu gostaria, para que se tornasse mais coerente, que se colocassem 6 integrantes.

O inciso 4 diz:

"As emendas com parecer contrário serão votadas em globo, salvo os destaques requeridos com apoio de 6 assinaturas de integrantes da Comissão."

Já para o parecer favorável concedam-se 12 assinaturas, enquanto para o parecer contrário são concedidas seis.

Queria saber qual o critério usado e a razão desta mudança de 6 para 12?

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):**

– O Relator em reunião, durante a discussão, já prestou esclarecimento sobre a matéria.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON**

**PERES:** – Apresentei uma sugestão para haver coerência, compatibilidade, com relação ao inciso anterior no sentido de que também fossem 6 membros.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):**

– Quando o parecer é contrário, é a metade do número para apoio do número adotado, a fim de que, a matéria tenha parecer favorável, o pedido de destaque deverá receber um apoio maior. É esta a razão apenas: eu não vejo nenhuma inconveniência.

**O SR. CONSTITUINTE NILSON**

**GIBSON:** – Sr. Presidente, vamos ouvir o Relator.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON**

**PERES:** – Eu não ouvi bem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):**

– Sr. Relator, V. Ex.<sup>a</sup> poderá melhor esclarecer ao Constituinte Gerson Peres. Peço ao Sr. Relator que preste os esclarecimentos necessários a S. Ex.<sup>a</sup> sobre o inciso V do art. 16.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):**

– Eminente Constituinte Gerson Peres, a idéia inicialmente apresentada pelo relator era o destaque requerido por dezoito integrantes, que depois foi acolhida para doze, se não me falha a memória, de autoria do Líder do PDT, eminente Constituinte Brandão Monteiro. Esclarecia àquela altura no sentido de que a idéia era para proteger o companheiro que, sendo minoritário e tendo obtido parecer favorável, poderia se ver frustrado por uma maioria esmagadora. Apesar desses esclarecimentos o Constituinte Brandão Monteiro a manteve, e para que todos os Srs. constituintes verificassem que a idéia do relator era aquela de prestigiar a minoria, eu acolhi pedindo que se registrasse em ata que o acolhimento, se amanhã fosse tido como prejuízo à minoria, não imputasse esse prejuízo ao relator. Quero dizer a V. Ex.<sup>a</sup> que – continuo na minha tese –, se V. Ex.<sup>a</sup> achar que doze será prejudicial à minoria, se esse é o entendimento de V. Ex.<sup>a</sup>, não tenho absolutamente nada em contrário. Não quero que amanhã digam que um parecer favorável formulado por este Relator em favor da minoria, possa ser modificado por uma maioria da qual, como sabe V. Ex.<sup>a</sup>, não dispõe o seu Partido.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON**

**PERES:** – Pedi o destaque justamente para dois argumentos que apresento no caso. Primeiro, o argumento de V. Ex.<sup>a</sup> é válido, em parte, porque também pode haver a hipótese contrária, de a maioria precisar do apoio de seis Membros para ver destacada uma matéria com parecer favorável que ela queira reexaminar ou discutir novamente visando a obter um resultado favorável a suas idéias, e não poder realizar seu intento. Nós aqui nunca teremos possibilidade de obter 12 integrantes nesta Comissão para dar apoio a um destaque quando os pareceres das emendas forem favoráveis.

Então, pedi a V. Ex.<sup>a</sup> para reexaminar e reiteraria a V. Ex.<sup>a</sup> esse apelo, para ver se o Plenário – já que V. Ex.<sup>a</sup> não tem nenhuma restrição a este número – nos ajuda a colocar seis membros para o parecer favorável, e para o parecer contrário. Temos o apoio de seis membros. Isso garante maior tranquilidade à minoria nesta Comissão.

V. Ex.<sup>a</sup> está de acordo. Vamos ver se o Plenário concorda, a fim de aqui podermos amigavelmente, encontrar como uma nova forma.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):**

– O ponto de vista de V. Ex.<sup>a</sup> continua colidindo com o meu, e como V. Ex.<sup>a</sup> não conseguiu me convencer, o que é fato raro, porque V. Ex.<sup>a</sup> tem a propriedade de convencer qualquer um, eu continuo com o meu ponto de vista, para ficar com a minha consciência.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON**

**PERES:** – Apresento a proposta com destaque para seis. Foi uma sugestão anterior.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):**

– O Relator mantém o texto, tendo em vista que resultou de uma emenda do Constituinte Brandão Monteiro, que foi acolhida. Já implica em uma redução do prazo.

Na verdade, o que o nobre Constituinte Gerson Peres está pretendendo com a sua sugestão é, inteligentemente, apresentar uma emenda numa hora em que já estamos encerrando a votação.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON**

**PERES:** – Sr. Presidente, não estou apresentando emenda; apresentei-a anteriormente. Não estou apresentando, repito, apenas destaquei a minha emenda que foi vencida no parecer na reunião anterior, a fim de que tal destaque fosse submetido a votação, no sentido de se saber se o quorum de seis é válido para os pareceres favoráveis ou não, ou se teria validade o quorum de 12, com essas observações feitas pelo nobre Constituinte, por mim – que sou representante de um Partido minoritário – e pelo nobre Relator.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):**

– Já manifestei, antes de V. Ex.<sup>a</sup> chegar, o esclarecimento de que a Presidência estava se portando com certa liberalidade nesta fase, dada a inexistência de nomes na relação de inscritos, porque nosso objetivo comum é o de, tão informalmente quanto possível, atingir um resultado que seja melhor para todos visando à redação das normas de trabalho da própria Comissão.

Concedo a palavra ao Relator, para apreciar a ponderação de V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):**

– Sr. Presidente, inegavelmente, não vejo nenhuma dificuldade em que se coloquem as duas propostas: a primeira, que o Relator não acolheu, de autoria do eminente Constituinte Gerson Peres; e a segunda, que foi acolhida, do Constituinte Brandão Monteiro.

Assim me pronuncio, Sr. Presidente.

Só não gostaria que esse substitutivo, ao final, se visse tão mutilado que desfigurasse aquilo que idealizei; não para prejudicar ninguém. Se a minha primeira tomada de posição foi contrária à do eminente Constituinte Gerson Peres e como V. Ex.<sup>a</sup> não trouxe subsídios... Sou um homem acessível, acolhi o testemunho do eminente Constituinte Ademir Andrade, quando já me havia manifestado contrário à emenda do Constituinte Renato Vianna, e S. Ex.<sup>a</sup> me convenceu do problema de a Liderança retirar daqui outros Constituintes. Voltei atrás e aceitei tal sugestão.

No momento, portanto, a Emenda do Constituinte Gerson Peres foi suplantada, no meu entendimento, pela emenda do Constituinte Brandão Monteiro.

No entanto, Sr. Presidente, não vejo nenhum inconveniente em que V. Ex.<sup>a</sup> ponha em votação as emendas Gerson Peres e Brandão Monteiro, a fim de que a vencedora seja acolhida pelo Relator.

Sr. Presidente, peço a palavra, para uma questão de ordem.

**O SR. CONSTITUINTE NILSON GIBSON:** – Sr. Presidente. V. Ex.<sup>a</sup>, **data venia** primeiro teria que proceder a votação para depois conceder da palavra para questões de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Na verdade, não existem questões de ordem sobre a votação. Concedo a palavra ao Deputado José Genoino.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOINO:** – Sr. Presidente, a questão de ordem que formulo é exatamente nos seguintes termos: estou recorrendo à Presidência da Assembléia Nacional Constituinte da decisão sobre a votação anterior, tanto pelo mérito da emenda aprovada como porque considero que não havia **quorum** para deliberação.

Quero deixar aqui bem claros os termos da minha questão de ordem levantada na reunião anterior da Comissão de sistematização. A deliberação era por maioria simples, mas era necessário que houvesse **quorum** para se tomar deliberação por maioria simples e não esta havendo.

Lembro que era favorável à deliberação por maioria simples no Projeto de Decisão, a partir do estabelecimento do **quorum**. O problema é que não há **quorum**. São necessários 47 Membros da Comissão de Sistematização e não existe esse número. Portanto, recorro à Presidência da Assembléia Nacional Constituinte da decisão tomada sobre a votação anterior, tanto pela maneira como se deu a questão quanto pelo seu mérito, que fere dispositivo regimental, art. 14, § 1º.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Estamos votando as normas de trabalho da Comissão e esta votação não pode ser mais interrompida.

**O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE NILSON GIBSON:** – Estamos em votação, Sr. Presidente, e V. Ex.<sup>a</sup> concede a questão de ordem?

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Ademir Andrade, pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE:** – Sr. Presidente o que está ocorrendo, hoje, nesta Comissão, não pode, de forma nenhuma, acontecer. É um verdadeiro absurdo, é uma incoerência.

Sou uma pessoa presente, tenho a maior pressa na aprovação deste Regimento Interno; não tenho faltado às reuniões, mas não posso admitir que V. Ex.<sup>a</sup> use dois pesos e duas medidas – para aprovar projetos de decisão exige um **quorum**, para aprovar um requerimento exige outro **quorum**.

Afinal de contas temos que, pelo menos, dar um pouco de moralidade ao serviço da Comissão de Sistematização. Essa decisão de V. Ex.<sup>a</sup>, **data venia** é absurda, inaceitável. O **quorum** é de 47 membros.

Esta questão já foi discutida aqui, em inúmeras reuniões. Como agora V. Ex.<sup>a</sup> quer aprovar uma matéria com outro **quorum**? Não há cabimento, Sr. Presidente.

**O SR. CONSTITUINTE NILSON GIBSON:** – É matéria vencida. Já houve recurso.

**O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE:** – Se houve recurso, até nos será favorável, porque,

neste caso, o Projeto de Decisão nº 3 terá sido aprovado, no seu mérito, por esta Comissão, porque havia, naquele instante, 44 Constituintes nesta reunião plenária. É preciso dar um pouco de moralidade aos nossos trabalhos.

**O SR. CONSTITUINTE NILSON GIBSON:** – Sr. Presidente, já houve um recurso. É matéria vencida.

**O SR. CONSTITUINTE HAROLDO LIMA:** – Sr. Presidente, para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Concedo a palavra a V. Ex.<sup>a</sup>, para uma questão de ordem.

**O SR. CONSTITUINTE HAROLDO LIMA:** – Sr. Presidente, estou como o Constituinte Ademir Andrade, acompanhando os trabalhos desta Comissão com muita atenção, com muito cuidado, com frequência, mas considero também, e pondero junto a V. Ex.<sup>a</sup>, que, em determinados instantes, a defesa da legalidade e da continuidade dos trabalhos depende do rigor com que se aplicam o Regimento e as normas de trabalho. Pessoalmente, era favorável a que votássemos essas normas de trabalho com certa liberalidade, como V. Ex.<sup>a</sup> estava encaminhando.

Não via como da máxima importância estabelecêssemos uma questão regimental e terminássemos levantando uma questão de **quorum** para que determinado item dessa norma de trabalho não fosse votado e nossos trabalhos fossem suspensos. Pessoal e politicamente não via muita importância nisso. Pelo contrário, muito importante é avançarmos no trabalho. Contudo, pondero a V. Ex.<sup>a</sup> não sendo este o pensamento de alguns, seria mais conveniente nos atermos à letra regimental, porque não houve um acordo para liberarmos um pouco o nosso trabalho, e decidimos de forma conscienciosa, a despeito de não haver **quorum** regimental.

Já que não há acordo neste sentido, era, inclusive o meu ponto de vista, o mais normal, o mais correto, o mais justo, para garantir a continuidade dos nossos trabalhos, é que a letra regimental seja atendida e, por conseguinte, não haja, por parte da Presidência, a deliberação de **quorum** para a decisão a respeito das questões que estão em votação.

**O SR. CONSTITUINTE JAMIL HADDAD:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem, para falar sobre a matéria.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Antes do início da votação, a Presidência esclareceu que iria adotar o critério da maioria simples, que foi adotado também para a votação dos projetos de decisão, por sugestão, inclusive, dos elementos que apoiavam aqueles projetos. Não houve nenhuma impugnação nem recurso dos presentes a respeito do critério adotado pela mesa.

A votação está sendo processada e não vai mais ser interrompida. No livro de presença constam 51 assinaturas. De sorte que estamos...

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOINO:** – Refiro-me à votação anterior. Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – ...votando conforme sugestão do Constituinte José Genoino.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOINO:** – Não. Sr. Presidente. A sugestão é de maioria simples com **quorum**.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Não podemos mais permanecer nessa situação. Já estamos no dia 2 de junho, e os nossos trabalhos começarão oficialmente a partir do dia 15, quando receberemos os relatórios e os anteprojetos das Comissões Temáticas, e é de toda conveniência aprovarmos o texto do Regimento.

**O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE:** – Sr. Presidente, já houve um recurso...

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Sr. Constituinte, a Presidência não pode ser interrompida.

Está encerrada a votação das emendas que tiveram parecer favorável e parecer favorável parcialmente. Ambas já foram submetidas à votação e aprovado o texto do parecer do Relator. Agora só nos resta votar as emendas com parecer contrário, não havendo sobre à mesa pedido de destaque para essas emendas.

**O SR. CONSTITUINTE HAROLDO LIMA:** – Sr. Presidente, para uma questão de ordem. (Assentimento da Presidência)

Pondero à Mesa, mais uma vez, correndo o risco de ser repetitivo, que devemos encaminhar os nossos trabalhos de forma harmônica, que não colida abertamente com o Regimento e com as normas de trabalho. Estou, inclusive, com o ponto de vista de V. Ex.<sup>a</sup> e, neste particular, defendendo opinião contrária à do nobre Constituinte Ademir Andrade. O **quorum** para decidirmos essas questões deveria ser a maioria simples, e, mesmo que não haja o **quorum** regimental, mas havendo um acordo podemos levar em frente os nossos trabalhos. Contudo, não houve esse acordo.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Art. 33 do Regimento.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOINO:** – Sr. Presidente, o **quorum** para deliberação é de maioria simples.

**O SR. CONSTITUINTE HAROLDO LIMA:** – É maioria simples dentro do **quorum** existente dentro da maioria de votos.

Minha sugestão a V. Ex.<sup>a</sup>, com o objetivo de encaminhar os nossos trabalhos e não esbarrar num impasse é que as votações feitas até agora, e que foram simbólicas, ou então, as que tiveram **quorum** para ser aprovadas por maioria simples, sejam liquidadas: as votações que não conseguiram **quorum** sejam prejudicadas.

Penso mesmo, Sr. Presidente, que neste instante já temos **quorum** nesta reunião. Por conseguinte, podemos retomar a votação de alguns preceitos que, quando foram postos em votação não contavam com **quorum**, mas agora contam.

Portanto a minha proposta é no sentido de que os próximos artigos sejam postos em votação, respeitada a maioria simples, havendo **quorum**, e particularmente que aquele artigo que no passado não obteve **quorum** para ser votado seja reposto em votação e, assim possamos avançar os nossos trabalhos, respeitando as normas até agora existentes.

**O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA:** – Sr. Presidente, peço a palavra, para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – A Presidência já está decidindo uma questão de ordem.

A presidência esclareceu que havia **quorum** para iniciarmos os nossos trabalhos, pois havia mais de 47 assinaturas no livro de presença. Agora já há 51. Quando atendemos ao pedido de verificação de votação do único destaque apresentado, do nobre Constituinte José Genoino, foram apurados 19 votos a favor e 17 contra. Então, estava dentro da maioria simples com que podíamos deliberar, porque havia a presença de mais da metade mais um dos membros da Comissão.

**O SR. CONSTITUINTE HAROLDO LIMA:** – Mas não houve **quorum**, Sr. Presidente. O **quorum** é de 47.

**O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE:** – É um absurdo Sr. Presidente.

**O SR. CONSTITUINTE HAROLDO LIMA:** – O **quorum** é verificado não pela lista de chamada.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – A matéria é vencida e, depois de proclamado o resultado da votação, não houve nenhuma impugnação do resultado. V. Ex.<sup>as</sup> estão apenas utilizando um processo, na verdade, de obstrução da votação do Regimento. Evidentemente, há número agora por maioria simples aprovamos a matéria.

**O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Pimenta da Veiga, para uma questão de ordem.

**O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA:** – Sr. Presidente peço a compreensão de V. Ex.<sup>a</sup> e do Plenário para a insistência com que volto a este assunto, o qual julgo da máxima importância.

Não é possível, Sr. Presidente, prevalecer aqui decisão de minoria. Não conheço registro em nenhuma Câmara, em nenhuma Comissão, onde possa haver decisão sem a presença, pelo menos de maioria absoluta, e que, por absurdo, não poderíamos admitir que apenas três Constituintes decidissem e aprovassem o Regimento desta Comissão.

Portanto, peço a V. Ex.<sup>a</sup> que, diante da controvérsia que está instalada, e seguindo uma atitude de bom senso que se não resolver mudar o entendimento que tem – pelo menos aguarde a decisão do Presidente da Constituinte, para quem já foi encaminhado recurso do nobre Constituinte José Genoino, porque, se assim não agir, corre o risco de ver uma decisão desta Comissão ser anulada pelo Presidente da Constituinte, o que não é agradável.

Por isto apelo a V. Ex.<sup>a</sup> para que suspenda a votação até a decisão do Presidente Ulysses Guimarães.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – V. Ex.<sup>a</sup> reconsidere o seu posicionamento, que está errado.

**O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA:** – Ou, então, vamos fazer um entendimento, que é um entendimento único. Quando V. Ex.<sup>a</sup> disse que havia no livro de presença a assinatura de 51 Srs. Constituintes, V. Ex.<sup>a</sup> mesmo concorda que há necessidade da presença da maioria absoluta. Ocorre que, quando foi feito o pedido de verificação, não se confirmou a presença de maioria absoluta, tomando-se, portanto, sem sentido tal pedido de verificação. Quando se pede a verificação, entre outras coisas, o que se pretende é comprovar a existência de **quorum** de maioria absoluta. Concorro com V. Ex.<sup>a</sup> que a decisão pode ser adotada por maioria simples, sem a presença de maioria absoluta.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente V. Ex.<sup>a</sup> é um homem preparado e culto. Reconsidere a sua posição e vamos tocar o barco para a frente.

**O SR. CONSTITUINTE CHAGAS RODRIGUES:** – Sr. Presidente, peço a palavra para contradiar.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra, para contradiar a questão de ordem.

**O SR. CONSTITUINTE CHAGAS RODRIGUES:** – Sr. Presidente, desejo contradiar apenas em parte. Estou de acordo com o pronunciamento do nobre Constituinte Pimenta da Veiga no fundamental, ou seja, é necessário que haja **quorum** no momento da votação. Discordo de S. Ex.<sup>a</sup> quanto à solução do problema. Não há nada que impeça V. Ex.<sup>a</sup> reconsiderar e determinar uma nova votação, para que a façamos nos termos regimentais.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – A questão de ordem levantada pelo nobre Constituinte Pimenta da Veiga implica em renovarmos a votação da emenda destacada, porque a verificação ocorreu apenas em relação à emenda apresentada pelo nobre Constituinte José Genoino. A votação verificada diz respeito a essa emenda.

Peço ao nobre Relator se manifeste sobre a matéria, porque, havendo concordância, poderemos fazer nova verificação, para expurgar de qualquer dúvida a votação que está sendo realizada pela Comissão. Se o eminente relator concordar, vamos fazer novamente a verificação para suspender a votação do Regimento, se não houver **quorum** suficiente.

Tem a palavra o nobre Relator.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, V. Ex.<sup>a</sup> acaba de dar uma resposta àqueles que entendem que V. Ex.<sup>a</sup> é um ditador. No fundo, V. Ex.<sup>a</sup> acaba de considerar a sua posição, e, por uma questão de gentileza, até de carinho com o Relator, V. Ex.<sup>a</sup> quer ouvi-lo. Compartilho com V. Ex.<sup>a</sup>, compartilho das agruras de todos, do tempo que se perde, das filigranas que se usam, filigranas perfeitamente dispensáveis, mas que em bom nome, a fim de que amanhã não se diga que aqui se torpedeou a vontade da minoria. Não vejo porque V. Ex.<sup>a</sup> não deva retomar o processo, colocando a matéria novamente em votação, ouvindo a maioria que aqui se encontra no momento, para que se sanem as irregularidades. É bom que se distinga, no campo do direito, sanar irregularidades de interpor nulidades, de coisas que não existem. Comete-se um pouco de confusão a este respeito, recorrendo-se da nulidade. Não é bem isso. Sanar irregularidades no campo

do direito é uma coisa, interpor recurso em termo de alguma nulidade que poderia prejudicar é outra. Sr. Presidente, estou de acordo com V. Ex.<sup>a</sup> e com o que deseja esta Comissão, qual seja, que V. Ex.<sup>a</sup> faça reabrir a votação dos processos que anteriormente aqui se verificaram.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Peço ao nobre Constituinte Adolfo Oliveira que proceda à chamada nominal.

**O SR. CONSTITUINTE VIRGILDO DE SENNA:** – Se V. Ex.<sup>a</sup> me permite, quero congratular-me com a Mesa e particularmente com V. Ex.<sup>a</sup> pela judiciosa decisão que acabou de adotar. Creio que esta é a forma de conduzir os trabalhos, porque, de fato, a decisão estava eivada da falta de número para a votação, que vai impor a toda a Comissão decisões daqui para a frente. Acho que a decisão de V. Ex.<sup>a</sup> é acertada e V. Ex.<sup>a</sup> dá à Casa e a todos nós um testemunho de democracia e de convencimento de que precisamos trabalhar com a vontade da maioria. Mas, aqui me permito lembrar – com a aquiescência da Presidência, tendo em vista esses problemas regimentais essas questões que não permitem que o mérito das questões seja examinado – as palavras do vale lusitano em "Os Lusíadas", que todos conhecem, em sua estância 40, que rezam: "Somente no venéreo ajuntamento há mais licença e menos regimento". É preciso que haja mais licença e menos regimento em nosso trabalho, para que as coisas possam avançar.

**O SR. SECRETÁRIO (Adolfo Oliveira):** – Srs. Constituintes, o texto que vai ser votado é o seguinte:

"§ 2º Aos Constituintes que não sejam membros da Comissão de Sistematização é facultado assistir às reuniões e usar da palavra, nos termos e prazos estabelecidos na presente resolução, sendo a eles vedado suscitar questões de ordem, apresentar requerimentos ou emendas, conforme dispõe o art. 14 § 1º, do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte."

Este é o texto que vai ser votado.

Os que aprovarem o texto dirão "sim", os que o rejeitarem dirão "não".

(procede-se à votação.)

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Votaram sim 31 Sr. Constituintes e não, 18. O resultado demonstra a existência de **quorum**. Está aprovado o texto do Relator.

Agora, como começamos a repetir a votação, devem ser votados todos os destaques que foram apresentados à Mesa. Há um destaque...

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOINO:** – Sr. Presidente sobre a votação desse destaque, não vou mais tomar o tempo dos colegas desta Comissão.

Agora quanto ao conteúdo de emenda aprovada, quanto à materialidade desse conteúdo, o mérito dele, vou recorrer ao Presidente da Comissão Constituinte.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – A matéria é vencida, mas a Presidência encaminha o recurso de V. Ex.<sup>a</sup>, o qual não tem efeito suspensivo.

**O SR. CONSTITUINTE NILSON GIBSON:** – Sr. Presidente, prossiga a votação, por favor.



**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Vamos agora aos destaques apresentados à Mesa sobre outras matérias. O nobre Constituinte Antônio Carlos Konder Reis pede destaque para a votação em separado, do inciso III do art. 17, que é o seguinte:

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, pela ordem. Estava na ordem dos nossos trabalhos o meu destaque sobre o inciso V do art. 16, e o Relator já concordou que V. Ex.<sup>a</sup> o submeta a votos.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Estou colocando em destaque as matérias. Inclui-se a de V. Ex.<sup>a</sup> vai ser votada logo após colhemos a votação já anunciada pela Presidência.

O Constituinte Konder Reis pede destaque para o inciso III do art. 17, que estabelece o prazo de 7 minutos para os suplentes da Comissão, não convocados poderem discutir a matéria.

Diz o texto:

"Art. 17 Durante a discussão de qualquer matéria poderão usar da palavra sucessivamente":

I – pelo prazo de 20 (vinte) minutos, improrrogáveis o Autor e o Relator;

II – pelo prazo de 10 (dez) minutos qualquer dos integrantes da Comissão;

III – pelo prazo de 7 (sete) minutos, os Suplentes da Comissão não convocados;

IV – pelo prazo de 3 (três) minutos, os Constituintes que não sejam membros da Comissão."

Então, o destaque solicitado é para a rejeição desse prazo de sete minutos estabelecido para os suplentes da Comissão não convocados.

Passo a palavra ao eminente autor do pedido de destaque, para encaminhar a votação.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, queria declarar que o Relator está de acordo com o destaque.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – O Sr. Relator concorda com o destaque pela supressão desse prazo.

Os Srs. Constituintes que aprovam o destaque queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

**O SR. CONSTITUINTE ADOLFO OLIVEIRA:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Concedo a palavra Constituinte Adolfo Oliveira.

**O SR. CONSTITUINTE ADOLFO OLIVEIRA:** – Gostaria de explicar ao Plenário que o texto do Relator visa a dar uma situação melhor àqueles que são suplentes da Comissão e que não estiverem convocados em virtude da presença dos titulares e dar-lhes oportunidade para que possam falar durante sete minutos. Esse é que foi objetivo do Sr. Relator. Se eliminarmos esse inciso, estaremos colocando os suplentes na mesma condição daqueles que não são membros da Comissão e somente poderão falar durante três minutos. Esta que é a verdade.

**O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Concedo a palavra, pela ordem, ao eminente autor do pedido de destaque.

**O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS:** – Sr. Presidente, *data venia*, o nobre Constituinte Adolfo Oliveira incorre em grave equívoco. Os integrantes da Comissão são os efetivos e os suplentes. O suplente é integrante da Comissão, tanto assim que o meu destaque tem por objetivo corrigir a redação, porque diz o art. 17, conforme redação proposta pelo seu Relator:

"Art. 17 Durante a discussão de qualquer matéria, poderão usar da palavra, sucessivamente":

I – Pelo prazo de 20 (vinte) minutos, improrrogáveis, o Autor e Relator;

II – pelo prazo de 10 (dez) minutos, qualquer dos integrantes da Comissão;

III – a Comissão é integrada pelos efetivos e pelos suplentes; e

IV – pelo prazo de 3 (três) minutos, os Constituintes que não sejam membros da Comissão."

O que eu desejo é que os suplentes tenham o mesmo tempo que o membro efetivo. Até porque, no outro dispositivo do projeto, em que se estabelece o mecanismo de substituição do membro efetivo, quando ausente, pelo suplente, será muito difícil à Presidência estabelecer essa gradação tempo que, aliás, é insignificante. As normas estabelecem que, para o membro efetivo são 10 minutos e para o suplente, 7 minutos. Quando o Sr. Presidente tiver um controle absoluto na Mesa é que S. Ex.<sup>a</sup> poderá estabelecer essa diferença. Tanto o membro efetivo como o suplente, ambos são integrantes da Comissão: um, na categoria de efetivo, e o outro, na categoria de suplente.

De modo que acho que se deve uniformizar o tempo destinado aos membros da Comissão, sejam eles efetivos ou suplentes, e aos não integrantes, então, um prazo menor. Portanto, o entendimento do nobre Constituinte Adolfo Oliveira, no meu modo de ver, não procede.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – O esclarecimento do autor do destaque demonstra que, na verdade, S. Ex.<sup>a</sup> quer ampliar o prazo para 10 minutos, nele abrangendo todos os suplentes. Porque se os suplentes são, evidentemente, membros da Comissão, desde que eles compareçam e participem da discussão, eles poderão votar a matéria discutida e, para isso, dispõem de 10 minutos para a discussão.

Com este esclarecimento, acho que deve ser mantida a votação já apurada.

Em votação.

O Srs. Constituintes que aprovam o destaque para a supressão, que permaneçam sentados. (Pausa)

**O SR. CONSTITUINTE JOAQUIM BEVILÁQUA:** – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Concedo a palavra a V. Ex.<sup>a</sup>, para encaminhar a votação.

**O SR. CONSTITUINTE JOAQUIM BEVILÁQUA:** – O inciso II reza "Pelo prazo de 10 minutos, qualquer dos integrantes da Comissão".

O suplente em exercício equivale ao titular. Portanto, ele tem 10 minutos, pelo inciso II. Parece-me totalmente despiendo portanto, o inciso III quando reza: "Pelo prazo de 7 minutos, os suplentes de Comissão, não convocados".

Ao suplente não convocado, não em exercício, não estando participando do processo, está garantida a sua palavra no inciso IV. Suprimido o inciso III, prevaleceria o inciso II, Não vejo como Sr. Presidente, não ser o suplente o substituto do titular.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – V. Ex.<sup>a</sup> concorda com a supressão já foi aprovada.

**O SR. CONSTITUINTE JOAQUIM BEVILÁQUA:** – Com a supressão do inciso III Muito agradecido. Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Passamos, agora à emenda do nobre Constituinte Gerson Peres ao destaque que propõe...

**O SR. CONSTITUINTE HAROLDO LIMA:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Concedo a palavra a V. Ex.<sup>a</sup>, para uma questão de ordem.

**O SR. CONSTITUINTE HAROLDO LIMA:** – Sr. Presidente, V. Ex.<sup>a</sup> acaba de anunciar o resultado de uma votação, com a qual aliás estive de acordo, porque votei favoravelmente à supressão desse dispositivo.

Mas estou entendendo que existem duas interpretações diametralmente opostas. Então, não se sabe direito o que é que se votou. Na verdade, todos estão de acordo em retirar o item III, por uma interpretação oposta à que foi dada pelo nobre orador que acaba de se referir. Em síntese o suplente da Comissão é um membro da Comissão e por conseguinte tem direito a 10 minutos, ou não é membro e tem direito a 3 minutos? Este é o mérito da questão.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – O que acaba de ser aprovado é a supressão do inciso III, do art. 17, exatamente por se considerar membro da Comissão o suplente, de maneira que está inteiramente de acordo com o pronunciamento de V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE HAROLDO LIMA:** – Estou de acordo, muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Temos um pedido de destaque do Constituinte Gerson Peres, quanto ao apoioamento...

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Artigo 16, inciso V – passar de doze para seis.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Artigo 16, inciso V S. Ex.<sup>a</sup> apresentou uma emenda que foi rejeitada pelo Relator, de maneira que a votação desse destaque será procedida quando formos votar as emendas com pareceres contrários. Peço ao nobre Constituinte Gerson Peres que aguarde a oportunidade de ser votada a matéria.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Pela ordem, Sr. Presidente. A minha matéria foi objeto de acordo. Não entendo V. Ex.<sup>a</sup> Tenho por

V. Ex.<sup>a</sup> um profundo respeito, Mas, há pouco, pediu o parecer do Relator, o Relator concordou em que a matéria fosse liquidada. V. Ex.<sup>a</sup> está procrastinando a matéria, eu não entendo, V. Ex.<sup>a</sup> quer ganhar tempo. Então vamos ganhar tempo, está na ordem dos trabalhos, e está na hora de ser votada e discutida. V. Ex.<sup>a</sup> chegou até a colocar em votação a minha matéria, já colheu o resultado e depois voltou atrás. Assim não dá, veja bem que eu não quero me aborrecer, e nem V. Ex.<sup>a</sup>, mas vamos colocar a coisa harmonicamente, pondo em votação a minha matéria. Perdeu, perdeu, ganhou, ganhou.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – O Nobre Constituinte Gerson Peres está equivocado, nós estamos em processo de repetição da votação daquelas emendas que receberam parecer favorável. Então, há destaques que ainda não foram votados, porque a Mesa deliberou repetir a votação das emendas e dos destaques, principalmente. Foi mantido o destaque solicitado pelo nobre Constituinte Antônio Carlos Konder Reis. Existe também um outro destaque, o do Constituinte Gerson Peres, sobre a Emenda nº 3, § 1º, colocada sobre a mesa, a respeito do § 1º, do art. 12. V. Ex.<sup>a</sup> confirma? O art. 12 diz:

"Os membros da Comissão devem falar de pé..." É isso?

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Acho que os integrantes desta Comissão não têm por que falar de pé ou sentados. Porque esse primarismo de termos que falar de pé? Estamos em trabalho de Comissão, às vezes queremos consultar um livro e de pé se torna mais complicado, rever uma página de um parecer, elucidar um problema. De pé fica difícil. Acho que é desnecessário e deveríamos eliminar isto.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – V. Ex.<sup>a</sup> apresentou pedido de dois destaques; do § 1º, do art. 12, que acaba de ser confirmado. Dou a palavra ao eminente Relator para se pronunciar sobre a matéria.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, quem conhece o trabalho de um taquígrafo sabe a dificuldade imensa, hercúlea, em registrar as palavras de um Parlamentar que fala sentado. Ele não consegue divisar. A recomendação não foi para dar um tom colegial, mas para colaborar com o serviço de taquigrafia, esta foi a idéia.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Então, vamos submeter à votação o destaque do Constituinte Gerson Peres, supressivo do § 1º do art. 12. Em votação.

Os Srs. Constituintes que aprovam a redação do texto do Parecer do Relator, que determina que os Membros da Comissão devam falar de pé. ressaltados os pedidos deferidos pelo Sr. Presidente, para que falem sentados em virtude de enfermidade ou impossibilidade física, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado, com o voto contrário do autor do destaque.

O segundo destaque do Constituinte Gerson Peres, é sobre o § 3º, do mesmo artigo, que é o seguinte:

"Da decisão da Presidência em questão de ordem caberá, com o apoio de no

mínimo três integrantes da Comissão. recurso escrito sem efeito suspensivo, à Presidência da Assembléia Nacional Constituinte."

V. Ex.<sup>a</sup> pede o destaque também para a supressão? Qual o sentido do destaque?

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Não, e acho que temos um Plenário que está acima de qualquer suspeição e que pode rejeitar ou não a decisão da Presidência, encaminhar à Presidência da Assembléia Nacional Constituinte. Podemos ter a decisão de V. Ex.<sup>a</sup> e a apreciação do recurso seria feita pelo Plenário desta Comissão.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Consulto o Relator, porque tenho a impressão de que esse texto repete disposição do Regimento Interno da Constituinte.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – O que aceitei foi uma emenda do Constituinte José Bonifácio de Andrada, que se coaduna melhor com o nosso trabalho.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Veja bem, a Emenda nº 24, do Constituinte Ademir Andrade diz: "Decididas as questões de ordem e as reclamações, cabe recurso ao Plenário como o apoio de três Constituintes".

Houve uma emenda, inclusive, que, parece-me o ilustre Relator não acatou e isto torna-se muito mais lógico, porque decidiríamos em Plenário. Por exemplo: vamos esperar agora a questão de ordem que foi levantada pelo Constituinte José Genoíno, e S. Ex.<sup>a</sup> não quis esperar o Presidente da Comissão decidir para ir à Assembléia Nacional Constituinte e decidir, lá então teremos que suspender os nossos trabalhos e aguardar?

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Desculpe, Excelência, não há efeito suspensivo. A emenda é clara, não temos que aguardar a decisão e não há suspensão dos trabalhos.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sim. mas na sequência...

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Emenda Bonifácio de Andrada diz o seguinte, se V. Ex.<sup>a</sup> Permitir e me der o privilégio de ler para V. Ex.<sup>a</sup>...

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Pois não.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – ...eu o farei com muito gosto:

"Da decisão da Presidência, em questão de ordem, caberá:

Com o apoio de no mínimo, três integrantes da Comissão recurso escrito, sem efeito suspensivo."

Não teremos então que aguardar.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Teoricamente, ilustre Relator, isto vale, mas na hora em que V. Ex.<sup>a</sup> estiver debatendo um problema que tem uma sequência lógica entre artigos, parágrafos, incisos etc, vamos ter que interromper aquele artigo todo, para aguardar a decisão da questão de ordem sobre a matéria e vamos suspender, então, uma etapa do trabalho para prosseguir lá adiante. Quer dizer, não haverá, assim, um ordenamento.

Acho que se decidissem em plenário a coisa seria muito mais prática, porque

esperar que o Presidente Ulysses Guimarães dê uma decisão levaria de 10 a 15 dias.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – O Constituinte Gerson Peres, autor do destaque, acaba de esclarecer que o destaque não é supressivo; ele se destina a modificar o texto no sentido de que o recurso seja para o Plenário da Comissão e não diretamente para o Presidente da Constituinte.

**O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA:** – Peço a palavra para encaminhar, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA:** – Parece-me que a proposta do Constituinte Gerson Peres, como disse o Relator, procura dar ao recurso efeito suspensivo, o que tornaria infundável a votação de qualquer matéria neste plenário. Compreendo as preocupações que S. Ex.<sup>a</sup> tem, mas me parece absolutamente inadequada a proposta.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Então, vamos colocar em votação o pedido de destaque.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Queria lembrar que a Comissão vai ficar subordinada ao Presidente da Assembléia Nacional Constituinte.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Aqueles que concordam com o texto do parecer permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado o parecer, rejeitado o destaque.

Vamos votar as emendas com o parecer contrário, ressaltados os destaques.

O primeiro pedido de destaque é do Constituinte Gerson Peres. Vamos, então, submeter à votação, salvo os destaques das emendas que têm parecer contrário.

Os Srs. Constituintes que aprovam o parecer do Relator, quanto à rejeição destas emendas, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado o parecer.

Vamos agora passar aos destaques.

O destaque do Constituinte Gerson Peres diz respeito ao apoio de seis Constituintes. A emenda refere-se ao inciso V do art. 16. O parecer do Sr. Relator foi contrário, que adotou uma emenda do Constituinte Bonifácio de Andrada. Leio:

"A Comissão, na discussão e votação da matéria, obedecerá às seguintes normas, além de outras que constem desta Resolução e do Regimento Interno.

V – As emendas com parecer favorável serão votadas em globo, salvo destaque requerido por 12 (doze) integrantes da Comissão."

A emenda que recebeu parecer contrário pretende reduzir esse apoio para seis integrantes da Comissão. Esta é a proposição do ilustre Constituinte Gerson Peres.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, para a votação deste destaque, peço que se proceda à chamada nominal.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – O Constituinte Gerson Peres solicita a votação nominal.

Os Srs. Constituintes que apóiam o requerimento de votação nominal de S. Ex.<sup>a</sup> queiram se pronunciar. Precisamos de pelo menos três apoimentos. (Pausa)

Aprovado e requerimento. Vai-se proceder à chamada nominal para o destaque do Constituinte Gerson Peres.

Tem a palavra o Sr. Primeiro Secretário para proceder à votação.

**O SR. SECRETÁRIO (Adolfo Oliveira):**

— Os Srs. Constituintes que votarem com o parecer do Relator, acolhendo a Emenda Brandão Monteiro, que estabelece um **quorum** de 12 apoimentos para o destaque de emendas com o parecer favorável, responderão "SIM". Os que concederem o destaque para a Emenda nº. 24, que estabelece um **quorum** de 6 votarão "NÃO".

(Procede-se à votação)

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):**

— Quem não votou ainda pode fazê-lo. O Constituinte Adolfo Oliveira vai proclamar o resultado da votação.

**O SR. CONSTITUINTE ADOLFO OLIVEIRA:**

— Nobre Constituinte Lael Varella, como vota?

**O SR. CONSTITUINTE LAEL VARELLA:**

— Sim.

**O SR. CONSTITUINTE ADOLFO OLIVEIRA:**

— Sr. Presidente. 30 votaram "SIM" e 17 votaram "NÃO".

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):**

— Votaram exatamente 47 Srs. Constituinte, sendo 30 pela manutenção do texto e 17 a favor do destaque.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:**

— Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):**

— Concedo a palavra a V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:**

— Sr. Presidente, simplesmente para fazer um registro em homenagem à respeitabilidade dos trabalhos. E claro que para a proclamação do resultado houve uma óbvia procrastinação para que o **quorum** fosse devidamente completado. De qualquer maneira, esperamos que igual procedimento se verifique que em outras ocasiões.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):**

— Gostaria de ponderar que a diferença entre os votos "SIM" e "NÃO" foi tão expressiva que a maioria apenas foi considerada para que nós pudéssemos aprovar a matéria do Regimento das nossas normas de trabalho, que não devem ser mais procrastinadas.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:**

— Sr. Presidente, peço a palavra apenas para um registro no que pese V. Ex.<sup>a</sup> estar muito satisfeito com esse resultado, porque encaminharam a matéria à votação várias vezes (Risos). Eu queria lembrar a V. Ex.<sup>a</sup> o seguinte: quando houver outra votação, que seja chamada a pessoa e dito logo em seguida o número da presença, o que não foi obedecido nesta votação, como V. Ex.<sup>a</sup> sempre procede.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):**

— V. Ex.<sup>a</sup> será atendido.

Vamos, agora, submeter à votação um destaque do nobre Constituinte haroldo Lima Sobre o art. 13 do projeto de Regimento.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:**

— Eu tenho um destaque também sobre esse artigo. V. Ex.<sup>a</sup> pode verificar aí, para compatibilizar logo e não perder muito tempo em duas votações.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):**

— Mas nós temos que votar um destaque de cada vez.

O texto é o seguinte:

"Art. 13. As deliberações da Comissão sobre matéria constitucional e projeto de resolução sobre consulta plebiscitária, serão adotadas pelo voto da maioria absoluta de seus integrantes". (1)

E o destaque apresentado pelo Constituinte Haroldo Lima diz o seguinte:

"As deliberações da Comissão sobre matéria constitucional projeto de decisão e projeto de resolução sobre consulta plebiscitária serão adotadas pelo voto da maioria absoluta dos seus integrantes."

Inclui S. Ex.<sup>a</sup> o projeto de decisão na maioria absoluta quando, antes, nós havíamos aqui, numa decisão anterior, resolvido submeter à maioria simples então, V. Ex.<sup>a</sup>, creio eu, deseja retirar o destaque.

**O SR. CONSTITUINTE HAROLDO LIMA:**

— Sr. Presidente, retiro o destaque.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:**

— Ele não pode retirar, Sr. Presidente, porque S. Ex.<sup>a</sup> infringe o § 2º do art. 21 do Regimento.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):**

— Ele poder retirar o destaque.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:**

— Ele pode retirar o destaque dele, mas não o meu. Foi por isso que eu pedi a V. Ex.<sup>a</sup> que mantivesse meu pedido de destaque para o artigo. Eu apresentei um destaque, que pedi a secretaria que o encaminhasse, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):**

— Já esclareci a V. Ex.<sup>a</sup> que iria ser submetido à votação o destaque do Constituinte Haroldo Lima. O de V. Ex.<sup>a</sup> também o será.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:**

— Mas é o mesmo destaque.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):**

— O Constituinte Haroldo Lima retirou o destaque, mas existe um pedido, do Constituinte Gerson Peres, conforme segue:

"Requeiro o destaque para votação, em separado do art. 13"

V. Ex.<sup>a</sup> requer o destaque para que fim? Não está esclarecido.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:**

— Vou esclarecer. Este art. infringe, frontalmente, o art. 21 § 2º do Regimento da Assembléia Nacional Constituinte. Pode verificar. O art. 21 diz o seguinte:

"Cada Comissão fará distribuição do seu trabalho e marcará prazo para a duração dos debates".

§ 1º .....

§ 2º As deliberações nas Comissões exigirão maioria absoluta de votos, e, nas Sub-comissões, serão tomadas por maioria de votos, presente a maioria de seus membros.

Esta é uma Comissão, e todas as deliberações dela, quer para Projeto de Resolução, quer para Projeto de Decisão, terão que ser por maioria absoluta.

S. Ex.<sup>a</sup>, no art. 13. retirou a expressão "Projeto de Decisão" e deixou apenas, Projeto de Resolução sobre consulta plebiscitária.

O art. 30 do Regimento interno da Assembléia Nacional Constituinte também demonstra as razões das nossas considerações. E se V. Ex.<sup>a</sup> verificar vai ver que ele diz:

"Concluída a votação a matéria voltará à Comissão de Sistematização que, no prazo de até 5 (cinco) dias, oferecerá a redação final."

Art. 33. As deliberações sobre matéria constitucional serão sempre tomadas pelo processo nominal e por maioria absoluta de votos dos membros da Assembléia. As demais serão tomadas por maioria simples de votos adotando-se o processo simbólico, salvo disposição regimental expressa ou deliberação do Plenário em outro sentido."

Ora, Sr. Presidente, maior razão existe para os meus argumentos, porque os Projetos de Decisão versam sobre matéria de natureza constitucional, e objetivam justamente o sobrestamento de medidas que possam ameaçar os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, que está votando nada menos do que matéria de ordem constitucional.

**O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE:**

— A matéria deve ser colocada em votação.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:**

— Sr. Constituinte Ademir Andrade, quando V. Ex.<sup>a</sup> fala. eu escuto, apesar de muitas vezes até ser desnecessário ouvi-lo, mas quero que V. Ex.<sup>a</sup> ouça os meus argumentos. Não trago a V. Ex.<sup>a</sup> apenas expressões e falatórios, estou citando: o § 2º do art. 21 do Regimento Interno exige maioria absoluta para a votação das Comissões.

**O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE:**

— V. Ex.<sup>a</sup> não tem capacidade de interpretar o Regimento.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:**

— Sr. Presidente, ainda estou com a palavra.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):**

— Já terminou o prazo de V. Ex.<sup>a</sup>, de 5 minutos. Peço a V. Ex.<sup>a</sup> que conclua.

**O SR. CONSTITUINTE JESSÉ FREIRE:**

— Não existe o art. 21 conforme leu V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:**

— Peço um minuto de sua atenção. Peço que V. Ex.<sup>a</sup> leia o art. 21 do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte. § 1º Constituinte Ademir de Andrade, a fim de que eu não seja atingido com a pecha de que estou discutindo de maneira irresponsável: leia que V. Ex.<sup>a</sup> vai encontrar. Então o art. diz que as deliberações nas Comissões exigirão maioria absoluta de votos e nas Subcomissões serão tomados por maioria de votos.

Esta Comissão e uma Subcomissão ou é uma Comissão? Eu pergunto aos dois Constituintes. Esta é uma Comissão e é a única comissão que não se pode desmembrar como queria o ilustre Presidente desta Casa; subdividir a Comissão de Sistematização em Subcomissões? O Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte veda

a divisão da Comissão de Sistematização em Sub-comissões: ela é única. Então, as nossas decisões terão pelo art. 21, § 2º, de ser por maioria absoluta. Não está mal interpretado.

E preciso que V. Ex.<sup>as</sup> antes de se levantarem contra os meus argumentos, parem para raciocinar com a cabeça.

**O SR. CONSTITUINTE FRANCISCO BENJAMIM:** – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Vamos mencionar o objeto do destaque. O Constituinte Gerson Peres esclareceu, oralmente, que o seu destaque foi solicitado por considerar que todos os Projetos de Decisão, necessariamente, envolvem matéria constitucional, porque visam a sobrestar medidas que possam perturbar a normalidade do funcionamento da Assembléia Nacional Constituinte. Mas o Relator entendeu, conforme a maioria da Comissão de Sistematização em outra oportunidade também já manifestou, que os Projetos de Decisão, necessariamente, não se enquadram como matéria constitucional. Daí termos admitido, na reunião anterior que a preliminar sobre o último Projeto de Decisão. Aqui discutido, fosse votada por maioria simples; então, o que está sendo submetido à votação é o destaque. O texto do projeto das nossas normas só exige maioria absoluta, de acordo com o art. 21, citado pelo Constituinte, quando a matéria é de natureza constitucional ou consulta plebiscitária que, necessariamente, também há de o ser.

**O SR. CONSTITUINTE FRANCISCO BENJAMIM:** – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Francisco Benjamim, para encaminhar a votação.

**O SR. CONSTITUINTE FRANCISCO BENJAMIM:** – Sr. Presidente, essa matéria é pertinente à colocação do nobre Constituinte Gerson Peres, que a colocou muito bem, me dispensaria até de fazer aqui, novamente, considerações sobre a questão, porque no debate da preliminar do Projeto de Decisão que aqui tivemos, na reunião anterior, foi uma questão fundamental. O Projeto de Decisão é, necessariamente, um projeto de decisão constitucional, porque ele envolve, justamente, aspectos que estão ligados ao interesse da Constituinte que é o interesse, portanto, da elaboração constitucional.

Então, Sr. Presidente, fico com a posição do Constituinte Gerson Peres, como da vez anterior, ocasião em que requeri a V. Ex.<sup>a</sup> e levantei a questão de ordem, manifestando que o art. 21, no seu § 2º, dizia, claramente, que a decisão desta Comissão deveria ser adotada por maioria absoluta.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Vou colocar, então em votação.

Os Srs. Constituinte que mantêm o texto do Projeto de Resolução, queiram ficar de pé. (Pausa.)

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Vamos levantar, é por maioria absoluta.

**O SR. CONSTITUINTE ALUÍZIO CAMPOS:** – Aprovado por nove votos.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, recorro desta decisão para a Presi-

dência da Assembléia Nacional Constituinte, por ela ter infringido frontalmente o Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – O recurso de V. Ex.<sup>a</sup> será encaminhado, sem efeito suspensivo.

**O SR. CONSTITUINTE FRANCISCO BENJAMIM:** – Sr. Presidente, peço verificação da votação.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Como V. Ex.<sup>a</sup> tem o apoio de mais três Constituintes, vamos proceder à verificação da votação.

(Pausa.)

O Constituinte Adolfo Oliveira esclarece que os Constituintes que votarem a favor do texto, digam "SIM" os que votarem a favor do destaque, digam "NÃO".

Com a palavra o Sr. Relator.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, é preciso esclarecer que o Relator acolheu a emenda do ilustre Constituinte Haroldo Lima. De que forma V. Ex.<sup>a</sup> vai colocar em votação? O texto original? O texto do parecer do Relator acolhendo outro texto?

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – O Constituinte Haroldo Lima retirou o destaque, que não foi submetido à votação. O destaque que estamos submetendo à votação, por uma questão de respeito ao seu autor, e ele apresentou uma emenda idêntica, que não era o propósito do nobre Constituinte Haroldo Lima apresentá-la, já foi votado simbolicamente, agora procederemos, portanto, à verificação.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, perdoe-me V. Ex.<sup>a</sup>, mas o Constituinte Haroldo Lima teria pedido destaque, porque S. Ex.<sup>a</sup> havia entendido que o Relator acolhera a sua emenda. Consequentemente, foi incorporada pelo Relator V. Ex.<sup>a</sup> acolherá o parecer do Relator tal qual se encontra, dizendo sim, ou V. Ex.<sup>a</sup> acolherá o destaque do Constituinte Gerson Peres, voltando, portanto, ao **status** anterior, da redação original.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – O destaque do Constituinte Gerson Peres é com o propósito de restabelecer a redação anterior de S. Ex.<sup>a</sup> ao apresentar o projeto de normas. Isso é que está em votação.

**O SR. CONSTITUINTE JOÃO AGRIPINO:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem a palavra, pela ordem, o Constituinte João Agripino.

**O SR. CONSTITUINTE JOÃO AGRIPINO:** – Pediria a V. Ex.<sup>a</sup> que procedesse à leitura dos dois textos.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A leitura já foi proferida. Infelizmente, V. Ex.<sup>a</sup> não se encontra na Casa. Porém, não custa atender à solicitação de V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE JOÃO AGRIPINO:** – Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A redação anterior submetia à votação, por maioria absoluta, os projetos de decisão. Dizia o seguinte:

"As deliberações da Comissão sobre matéria constitucional, projeto de decisão e projeto de resolução sobre consulta plebiscitária serão adotadas pelo voto de maioria absoluta dos seus integrantes".

Atendendo a uma emenda do Constituinte Haroldo Lima, apoiada pelo Relator, foi retirado do texto o projeto de decisão. Atualmente o que está sendo submetido à votação é o art. 13 do projeto, com a seguinte redação:

As deliberações da Comissão sobre matéria constitucional e de projeto de Resolução sobre consulta plebiscitária serão adotadas pelo voto de maioria absoluta dos seus integrantes. Em síntese, admite-se nessa redação que o projeto de decisão seja votado por maioria simples.

**O SR. CONSTITUINTE ADOLFO DE OLIVEIRA:** – Aqueles que quiserem conceder o destaque para o texto original do substitutivo original do Relator, destaque solicitado pelo nobre Constituinte Gerson Peres, votarão "Sim"; os que votarem pela nova redação proposta que exclui os projetos de decisão, votarão, "Não".

(Procede-se à votação.)

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, seria indispensável que o Relator fizesse um esclarecimento para o Plenário. Portanto gostaria que o Relator esclarecesse ao Plenário porque existe muita gente aqui equivocada.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – É exatamente o que a Presidência irá fazer. A Presidência já anunciou que aqueles que apoiarem o texto do Relator, excluindo o projeto de decisão da maioria absoluta, votam "Sim"; e os que votarem a favor do destaque, votam "Não". Essa é a colocação para a votação.

Peço ao nobre Constituinte Adolfo Oliveira que proceda à chamada.

**O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE:** – Pela ordem, Sr. Presidente V. Ex.<sup>a</sup> me concede a palavra?

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Ademir Andrade.

**O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE:** – Essa questão, Sr Presidente, já é uma questão decidida por esta Comissão. É uma questão que atende ao Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, porque o art. 21, levantado pelo Constituinte Gerson Peres, trata das questões do processo de elaboração constitucional. As demais deliberações fogem completamente a este assunto e, portanto, o nosso próprio Regimento da Assembléia Nacional Constituinte estabelece que a votação é por maioria simples. Esta questão já foi levantada na Comissão de Sistematização e já foi decidida pela Presidência da Comissão de sistematização Senador Afonso Arinos.

Já votamos três projetos de decisão nesta Casa e é por isso que o Relator, atendendo a essa questão, que é uma questão de lógica, colocou a matéria como escreveu. Então, acho que essa votação é até uma votação indevida. Não há porque votar uma questão que já é uma questão decidida por esta Comissão. É uma questão prejudicada. Levanto a prejudicabilidade desta questão que está

Sendo votada. Essa questão prejudicada, porque esta Comissão já decidiu a respeito.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Estamos votando o texto das normas de trabalho da Comissão. A votação anterior, sobre o **quorum** para o projeto de decisão, foi adotada especificamente por ocasião da deliberação da Comissão sobre um determinado projeto. De maneira que não se pode fazer coisa julgada para a votação do Regimento. Peço ao nobre Constituinte Adolfo Oliveira que proceda à chamada nominal.

**O SR. CONSTITUINTE ADOLFO OLIVEIRA:** – Sr. Presidente, peço a V. Ex.<sup>a</sup> que anuncie ao Plenário quem vota "Sim" e quem vota "Não".

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Já anuncie quem vota "Sim" e quem vota "Não".

Quem vota "Sim" é quem aprova o texto do projeto adotado pelo Relator; quem vota "Não" e quem apóia o destaque do Constituinte Gerson Peres, para que a votação seja por maioria absoluta.

**O SR. CONSTITUINTE ADOLFO OLIVEIRA:** – Então votarão "Não" aqueles que votarem com o ponto de vista do Constituinte Gerson Peres, e votarão "Sim" aqueles que votarem pela exclusão do projeto de decisão de maioria absoluta.

#### (Procede-se à Votação)

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Votaram Sim 23 Srs. Constituintes e Não, 19 Srs. Constituintes.

Não houve **quorum** para a apreciação.

Não havendo **quorum** para a votação vamos suspender a presente reunião, convocando uma próxima, extraordinária, para quinta-feira, às 9 horas, para o local que está anunciado pela Secretária.

**O SR. CONSTITUINTE HAROLDO LIMA:** – Sr. Presidente uma indagação para esclarecimento. Não houve **quorum** para derrubar o parecer do Relator, ou seja, não houve **quorum** para aprovar a emenda que derrubaria o parecer do Relator. Então prevalece o parecer do Relator. A próxima reunião será quando, Sr. Presidente?

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Não prevalece nada, porque não houve **quorum**.

**O SR. CONSTITUINTE HAROLDO LIMA:** – Não houve **quorum** para votar a emenda que derrubaria o parecer do Relator.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Não tem validade nenhuma.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – Com a devida vênia, Sr. Presidente, peço à Taquigrafia que registre as minhas palavras, para que constem da ata. Sr. Presidente, peço a V. Ex.<sup>a</sup> que, na próxima reunião da Comissão de Sistematização inicie os trabalhos dando uma solução definitiva ao que aqui hoje ficou pendente.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Está encerrada a reunião.

#### COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO 7ª Reunião Ordinária

Aos quatro dias do mês de junho do ano de mil novecentos e oitenta e sete, às nove horas e trinta e oito minutos, no Plenário do Senado Federal, reuniu-se a Comissão de Sistematização, sob a Presidência do Senhor Constituinte Aluizio Campos, Primeiro-Vice-Presidente, no exercício da Presidência presentes os seguintes Senhores Constituintes: Francisco Benjamim, Siqueira Campos, Aloysio Chaves, Antônio Carlos Konder Reis, Raimundo Bezerra, Bernardo Cabral, Prisco Viana, Virgílio Távora, Theodoro Mendes, Luís Eduardo, Gerson Peres, José Luiz Maia, Paulo Pimentel, Jamil Haddad, Joaquim Bevilacqua, Nelson Jobim, Abigail Feitosa, Wilson Martins, Paulo Ramos, Nilson Gibson, Renato Vianna, Ademir Andrade, Milton Reis, Sigmara Seixas, Plínio de Sampaio, Fernando Bezerra Coelho, Cid Carvalho, Luiz Ignácio Lula da Silva, Christóvam Chiaradia, Virgildásio de Senna, Rodrigues Palma, Osvaldo Coelho, Nelson Friednch, Oscar Corrêa, Sandra Cavalcanti, Celso Dourado, Adolfo Oliveira, Haroldo Lima, José Santana, Fernando Henrique Cardoso, Arnaldo Prieto, Brandão Monteiro, Nelson Carneiro, João Calmon, Antônio Farias, Gastone Righi, José Ignácio Ferreira, José Genoíno, Ottomar Pinto, Adylson Motta, Enoc Vieira, Michel Temer, Miro Teixeira, Simão Sessim, Octavio Elisio, Uldurico Pinto, Luiz Salomão, Mário Maia e Rose de Freitas – todos membros da Comissão. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, anunciando a leitura da Ata da reunião anterior, que foi dispensada, a Requerimento do Senhor Constituinte Jose Genoíno, tendo a mesmo sido aprovado; prosseguindo, leu expediente recebido do Senhor Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, sobre recurso do Senhor Constituinte José Genoíno, contra o § 2º do art. 12, aprovado no Substitutivo do Relator, Constituinte Bernardo Cabral, ao Projeto de Resolução nº 1/87-CS, dispondo sobre as normas de trabalho da Comissão. Com o pronunciamento da Presidência da Assembléia o dispositivo passou a ter a seguinte redação: "Aos Constituintes que não sejam membros da Comissão é facultado assistir às reuniões e usar da palavra nos termos e prazos estabelecidos na presente Resolução, sendo a eles vedado apresentar requerimento ou emendas, conforme dispõe o art. 14, § 1º, do Regimento interno da ANC". Em seguida foi anunciada a Ordem do Dia consistente na votação dos destaques requeridos pelos seguintes Senhores Constituintes: 1) Ademir Andrade – § 4º do art. 17 – "encerrada a discussão, será dada a palavra ao Relator, com apartes, se este os conceder, por até 20 (vinte) minutos", procedendo-se em seguida à votação do Parecer, sem encaminhamento" – no sentido de conceder 5 (cinco) minutos ao Autor, diminuindo o tempo destinado ao Relator de 20 (vinte) para 15 (quinze) minutos; 2) Gerson Peres – art. 13 – "as deliberações da Comissão, sobre matéria constitucional e projeto de resolução sobre consulta plebiscitária, serão adotadas pelo vo-

to da maioria absoluta de seus integrantes" – para considerar os Projetos de decisão como matéria inserta nesse dispositivo; 3) Gerson Peres – inciso VI do art. 3º – "determinar o não-apanhamento de discurso ou aparte, pela Taquigrafia" – no sentido da exclusão do dispositivo. Com a palavra, o Senhor Constituinte Ademir Andrade mediante entendimentos com o Senhor Relator decidiu retirar o pedido de destaque para o § 4º do art. 17, considerando que foi alterada a redação, que passou a ser a seguinte: "encerrada a discussão, será dada a palavra ao Relator, com apartes. se este os conceder, por até 15 (quinze) minutos. ao Autor, por 5 (cinco) minutos, procedendo-se em seguida à votação do Parecer. Sem encaminhamento". O Constituinte Jamil Haddad apresentou sugestão alterando a redação do § 3º do art. 2º do Substitutivo, no sentido de possibilitar ao Relator assento à Mesa, junto aos membros que a compõem. Falaram sobre a matéria emir Andrade, Jamil Haddad (autor), Bernardo Cabral, Raimundo Bezerra, Enoc Vieira, Nilson Gibson e Siqueira Campos, tendo sido aprovada, unanimemente, a sugestão, a qual será inserida na Redação Final do Projeto de Resolução. O Senhor Constituinte Raimundo Bezerra, nessa oportunidade, apresentou Requerimento, oralmente, no sentido de ser convidado o Senhor Ministro da Fazenda, doutor Luiz Carlos Bresser Pereira, com a finalidade de apresentar, nesta Comissão, sua análise sobre a atual conjuntura econômico-financeira e as perspectivas para superação da crise, bem como sobre as idéias que entenda devam ser consignadas na futura Constituição. Discutiram o Requerimento os Senhores Constituintes Siqueira Campos, Joaquim Bevilacqua, Nilson Gibson, Pardo Ramos, Adylson Motta, Jose Luiz Maia, Cid Carvalho, Ademir Andrade, Jamil Haddad, Renato Vianna e Bernardo Cabral: em votação, o Requerimento foi aprovado, contra os votos dos Senhores Constituintes Adylson Motta, Cid Carvalho e Renato Vianna, que declararam só apoiariam o convite se destinado a que S. Ex.<sup>a</sup> comparecesse ao Plenário da Assembléia Nacional Constituinte. Passando-se à apreciação dos destaques do Senhor Constituinte Gerson Peres, este Parlamentar requereu que a votação se esfetivasse pelo processo nominal, que não se perze, por falta de **quorum**, com chamada registrando 35 (trinta e cinco) votos contrários e 5 (cinco) votos favoráveis ao destaque. Em face da insuficiência de número para deliberação, o Senhor a reunião, por 10 (dez) mi Presidente suspendeu e putos, as onze horas e vinte e quatro minutos. Reaberta a reunião às onze horas e trinta e oito minutos, o Senhor Constituinte Nilson Gibson solicitou que a Presidência procedesse à votação pelo método simbólico, tendo em vista a presença de mais de cinquenta Senhores Constituintes, na lista do livro próprio. O Senhor Presidente, atendendo a esta solicitação, entre outras, colocou em votação o destaque do Senhor Gerson Peres, excluindo o inciso VI do art. 2º. que foi rejeitado, por unanimidade. Neste instante o Senhor Presidente declarou que convocaria outra reunião para a votação dos destaques pendentes, considerando a falta de **quorum** regimental. A decisão foi mantida, apesar das ponderações dos Senhores

Constituintes: Nilson Gibson, Ademir Andrade, Joaquim Bevilacqua, Adolfo Oliveira, Oscar Corrêa, Haroldo Lima, Nelson Carneiro e Bernardo Cabral, todos defendendo que, em não havendo pedido de chamada nominal, a votação poder-se-á realizar pelo processo simbólico. O Senhor Constituinte Gastone Righi, em Questão de Ordem, lembrou que se atentasse para as votações que se realizavam na comissão, com o fim de que elas, no futuro, sejam processadas em uma sessão; em não havendo **quorum**, para determinada votação, a mesma matéria terá de ser remetida a outra reunião para ser apreciada. Face à ausência de número para deliberações e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião, às doze horas e dois minutos, continuando pendente a votação do destaque. No inteiro teor desta reunião foi gravado, devendo ser no Diário da Assembléia Nacional Constituinte e constituir-se-á na Ata circunstanciada dos trabalhos. E, para constar, eu, Maria Laura Coutinho, lavrei a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação.

**Reunião do dia 04-06-87  
às 9h 38min as 12h 02min**

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Havendo número regimental, declaro aberta a reunião. Sobre a mesa encontra-se a ata. Não foram distribuídas cópias porque não foi possível obtê-las, dado o ingurgitamento dos serviços da Câmara na fase de apresentação de emendas às comissões temáticas. A ata consigna o que ocorreu na reunião anterior e será distribuída nos gabinetes de todos os Srs. Constituintes, se não for exigida a sua leitura ou se pedida a sua dispensa. V. Ex.<sup>a</sup> poderão apresentar as retificações na próxima reunião.

(É aprovado o pedido de dispensa da leitura da ata.)

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A ata será distribuída e os Srs. Membros da Comissão poderão apresentar suas retificações oportunamente.

Temos, sobre a mesa, uma comunicação do Presidente da Constituinte sobre recurso intentado pelo Deputado José Genoíno, que a Presidência encaminhou imediatamente a apreciação de S. Ex.<sup>a</sup>, tendo diligenciado, também, a sua rápida decisão. O Presidente deu provimento à questão levantada pelo nobre Deputado José Genoíno entendendo que os membros estranhos da Comissão que participarem das discussões, durante os nossos trabalhos, poderão apresentar questão de ordem. Só me resta acolher a decisão e modificar o texto do art. 12, § 2º, do projeto, que passará a vigorar então com a seguinte redação:

"Aos Constituintes que não sejam membros da Comissão de Sistematização é facultado assistir às reuniões e usar da palavra nos termos e prazos estabelecidos na presente Resolução, sendo a eles vedada a apresentação de emendas e o direito de voto, conforme dispõe o art. 14, § 1º, do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte."

Fica, assim, vitoriosa a opinião do Constituinte José Genoíno e aceita pela Mesa a redação decorrente do seu recurso.

Quanto ao pedido de destaque que deverá ser votado, do Constituinte Ademir Andrade, a respeito do art. 17 do projeto do Regimento, S. Ex.<sup>a</sup> deseja que o autor do destaque disponha da faculdade de encaminhar a votação que lhe parecer conveniente.

A Presidência passa a ler a nova redação do art. 17, que assegura um tempo bastante longo ao autor da proposição para defender nas discussões o seu destaque. O art. 17 atual, que já foi aprovado pelo Plenário tem a seguinte redação:

"Art. 17 Durante a discussão de qualquer matéria poderão usar da palavra sucessivamente:

I – pelo prazo de vinte minutos improrrogáveis, o autor e o relator;

II – pelo prazo de dez minutos, qualquer dos integrantes da Comissão."

Foi suprimido o inciso III, por proposta do Constituinte Antônio Carlos Konder Reis, que se referia a um prazo de sete minutos para os suplentes da Comissão. De maneira que o art. 17 ficou apenas com três incisos. O inciso III tem e seguinte redação:

III – pelo prazo de três minutos os Constituintes que não sejam membros da Comissão.

§ 1º Aos oradores referidos nos incisos I, II, III, do **caput** deste artigo poderão ser admitidos dos apartes, de até um minuto de duração, desde que os concedam.

§ 2º É facultada a apresentação de requerimento da discussão, após falarem seis oradores, três favoráveis e três contrários, assegurada sempre a palavra do autor."

É este o artigo que o Constituinte Ademir Andrade apresenta na emenda.

Pretende também que se assegure ao autor, nesta oportunidade, o encaminhamento da votação. Como já dispõe o autor da proposição de um prazo de vinte minutos para discutir, não sei se o Constituinte Ademir Andrade ainda insiste no destaque. Gostaria de ouvir V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Constituinte Ademir Andrade.

**O SR. CONSTITUINTE ADEMIR DE ANDRADE:** – Sr. Presidente, em primeiro lugar, gostaria de lembrar que estava em votação destaque do Constituinte Gerson Peres. Não estou compreendendo por que se passou à questão do destaque por mim proposto, quando há outros na frente.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Vou esclarecer V. Ex.<sup>a</sup> passei a examinar estes problemas preliminares, porque não há número para operarmos a verificação de voto. E para ganhar tempo.

**O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE:** – V. Ex.<sup>a</sup> se referiu ao art. 17?

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Sim, porque o destaque de V. Ex.<sup>a</sup>, que tenho em mãos refere-se ao § 4º do art. 17, que tem, atualmente, a seguinte redação:

"Encerrada a discussão, será facultada a palavra ao Relator, por até vinte minutos, durante os quais poderá conceder apartes, procedendo-se, em seguida, à votação do parecer, sem encaminhamento."

Depois de discutida toda a matéria, quando for encerrada a discussão, o Relator, naturalmente, terá oportunidade de pronunciar-se sobre todas as questões decorrentes do debate, e seu parecer será submetido à votação, sem encaminhamento V. Ex.<sup>a</sup> pretendeu que o autor da matéria, se o parecer fosse contrário, tivesse o direito de fazer o encaminhamento da votação.

**O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE:** – Exatamente.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – É este o destaque. Então, como a redação do art. 17 foi bastante melhorada – ficou nos termos em que acabei de ler – apenas consulto a V. Ex.<sup>a</sup> se mantém o destaque.

**O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE:** – Mantenho o destaque Sr. Presidente. Primeiro porque essa redação já existia desde o início, ela não foi modificada. Logo no início da redação tanto o autor como o relator tem direito a vinte minutos para o encaminhamento da proposta. No entanto, no desenrolar da discussão, de acordo como projeto, como ele está redigido, sempre cabe a palavra final, e mais uma vez por vinte minutos ao ilustre e brilhante Relator desta Comissão. Não obstante, creio ser de direito também do autor da proposta uma última palavra, nem que seja por um quarto do tempo do nosso querido relator Bernardo Cabral. Então quase que em todas e quaisquer matérias o nosso ilustre Relator teria o privilégio de dispor de vinte minutos no começo e mais vinte minutos no final para relatar.

Entendo que deve ser dada a palavra ao autor da matéria no final da discussão, nem que seja por cinco minutos.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Acabo de consultar o Relator, e como estamos realmente fazendo um trabalho de conciliação para chegar a bom termo, S. Ex.<sup>a</sup> concorda em abrir mão de uma parte do seu tempo. O Relator fica com quinze minutos e reserva os outros cinco minutos para o encaminhamento da votação pelo autor da proposição. (Palmas.)

**O SR. CONSTITUINTE JAMIL HADDAD:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra, pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE JAMIL HADDAD:** – Sr. Presidente, na reunião próxima passada, eu iria apresentar uma emenda ao art. 2º, § 3º. Porém, dado o tumulto que se estabeleceu, não pude apresentá-la nem discutir o assunto que quero levantar neste momento. É claro que havia uma emenda com a seguinte redação:

"A Mesa é composta do Presidente e do primeiro e segundo vice-Presidentes, sendo assistida pelo Secretário Administrativo da Comissão."

Por uma questão de ética e até por se julgar talvez impedido, já que seria uma pessoa que

daria o parecer o nobre Relator deu um parecer aceitando a referida emenda. Parece-me uma incoerência, Sr. Presidente, um **capitis diminutio**, o nobre Relator da Comissão não fazer parte da Mesa, já que terá, a todo momento, de emitir pareceres e ser consultado a respeito de assuntos que serão discutidos e votados.

Apresentei uma emenda, já que se nota que há um intuito, como disse V. Ex.<sup>a</sup>, neste momento, em prol do entendimento, passando às vezes, por cima do Regimento. Ainda não temos Regimento, estamos tentando fazer um norte, um dispositivo legal que dê orientação aos trabalhos da comissão.

O § 3º terá a seguinte redação:

"A Mesa é composta do Presidente, do primeiro e segundo vice-presidente e do Relator sendo assistida pelo secretário administrativo da Comissão."

Parece-me uma verdadeira incoerência o Relator não fazer parte da Mesa dos trabalhos.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Concedo a palavra ao Relator, para se pronunciar sobre a sugestão apresentada pelo Constituinte Jamil Haddad.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, realmente não participei do assunto exatamente por uma questão de ética. Não ficaria bem que eu próprio me incluísse na composição da Mesa.

Espero, Sr. Presidente, que V. Ex.<sup>a</sup> julgue a matéria.

Agradeço ao Constituinte Jamil Haddad pela sugestão.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Também não fui co-autor do anteprojeto das normas de trabalho. Contudo, nem na Mesa da Assembléia Nacional Constituinte, nem na das Comissões ou Subcomissões o Relator foi incluído, porque a natureza do seu trabalho, de certo modo, não se compatibiliza com as funções da Mesa diretora da Comissão. O Relator é, essencialmente, o condutor dos debates e da apresentação do anteprojeto da Constituição, e a sua posição há de ser sabatinada por todos os membros da Comissão. Como membro da Mesa, S. Ex.<sup>a</sup> não deve participar, uma vez que a Mesa não toma parte nos debates, salvo quando alguns de seus membros deixa a função que está exercendo para ocupar a tribuna como participante comum do órgão colegiado a que está servindo.

Não sei se interessa ao próprio Relator, que tem na Comissão a posição de maior responsabilidade, tomar-se membro da Mesa já que esta tem funções meramente administrativas, de dar condições ao bom andamento dos trabalhos. O Regimento considerou a nobre condição de Relator-geral incompatível com a natureza das funções desempenhadas pela Mesa.

**O SR. CONSTITUINTE RAIMUNDO BEZERRA:** – Peço a palavra, pela ordem Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem a palavra V. Ex.<sup>a</sup>, pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE RAIMUNDO BEZERRA:** – Sr. Presidente, com todo respeito e admiração

que tenho pelo nobre Relator, acredito que as ponderações de V. Ex.<sup>a</sup> são pertinentes, principalmente porque deve existir maior independência do Relator, para exercer com mais proficiência suas funções. Apóio as ponderações de V. Ex.<sup>a</sup> e acredito não ser a melhor norma legislativa regimental a presença do Relator como membro da Mesa.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A Presidência deseja informar também que todas as decisões que toma, acerca de matéria constitucional, tem a anuência e a colaboração do Relator.

Esta é a linha de conduta, que permanecerá até o fim, porque o fulcro do trabalho da nossa Comissão é consequente das formulações apresentadas pelo eminente Relator.

**O SR. CONSTITUINTE JAMIL HADDAD:** – Peço palavra para contraditar, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Contendo a palavra ao Constituinte Jamil Haddad.

**O SR. CONSTITUINTE JAMIL HADDAD:** – Sr. Presidente. V. Ex.<sup>a</sup> acaba de dizer, e com muita clareza, que há necessidade das luzes do Relator praticamente em todas as questões, para o encaminhamento das votações e decisões do Plenário.

Até o presente momento, tem funcionado muito bem a sistemática de a Presidência ter a seu lado o Relator da comissão. Não vejo por que diminuir a composição da Mesa, impedindo o Relator de participar e fazendo com que S. Ex.<sup>a</sup> tenha assento junto aos Constituintes, no Plenário, principalmente porque deverá ser argüido, quase que a todo momento, a respeito de assuntos que precisarão ser relatados. E continuo insistindo na defesa proposição que apresentei. Espero que os Srs. Constituintes, membros desta Comissão, entendam que não é nada pessoal contra a, b, c ou d. No meu entendimento, a comissão funcionará com muito mais elasticidade e facilidade, e teremos soluções mais rápidas para seus problemas a partir do momento em que o Relator esteja, na realidade, compondo a Mesa diretora dos trabalhos.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Concedo a palavra, pela ordem, ao Constituinte Enoc Vieira.

**O SR. CONSTITUINTE ENOC VIEIRA:** – Sr. Presidente, tentando uma conciliação, gostaria de fazer uma sugestão para que fosse acrescentado um parágrafo o de nº 4, em que se diria que o Relator tem assento à Mesa. A redação poderia ser a seguinte:

"§ 4º Terá assento à Mesa o Relator da Comissão."

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A sugestão de V. Ex.<sup>a</sup> já foi introduzida por mim na proposta do Senador Jamil Haddad. Seria a seguinte: "A Mesa é composta de Presidente, do 1º e 2º Vice-Presidentes e do Relator, sendo assistido pelo Secretário Administrativo da Comissão." O que nos leva a concluir que o Relator continuará a participar da Mesa, embora não como membro. E exatamente esta a intenção do Constituinte Jamil Haddad.

**O SR. CONSTITUINTE JAMIL HADDAD:** – Não há dúvida. Sr. Presidente. O intuito não é que o Relator seja membro da Mesa, mesmo porque S. Ex.<sup>a</sup> foi eleito, foi designado. Ele apenas terá assento à Mesa.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Embola essa matéria tenha sido decidida anteriormente, faremos, com a anuência do Sr. Relator, a nova redação que, creio, tem o consenso da Comissão.

**O SR. CONSTITUINTE NILSON GIBSON:** – O Relator terá acesso à Mesa.

**O SR. CONSTITUINTE ENOC VIEIRA:** – Não seria melhor desmembrar, criando-se um parágrafo?

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Não. Na redação final, que será submetida à apreciação de V. Ex.<sup>a</sup>, a matéria será reexaminada.

Concedo a palavra ao nobre Constituinte Siqueira campos,

**O SR. CONSTITUINTE SIQUEIRA CAMPOS:** – Sr. Presidente, não vejo por que essa minúcia no exame de uma situação da qual não poderemos fugir. O Relator foi designado pelo Presidente, ater lendo ao resultado de uma eleição do partido majoritário, com os aplausos gerais da Comissão. O Presidente e o Vice-Presidente foram eleitos. Portanto, não há por que se questionar a participação do Relator na Mesa. Não há por que discutirmos esse assunto. Afinal de contas, o Relator compõe a Mesa em função de uma decisão da Comissão, ao eleger o Presidente e o Vice-Presidente. Estes indicaram o Relator.

De maneira que o Relator conta com o apoio geral da Comissão de Sistematização. A redação decorre de entendimento entre o Presidente e o Relator, e a Comissão não irá estranhar essa ou aquela lida ao, desde que atenda satisfatoriamente aos nossos trabalhos. Que o Sr. Relator faça parte da Mesa, porque S. Ex.<sup>a</sup>, efetivamente, já faz parte dela. Da forma que funcionar, tenho a ira ressaio de que satisfará plenamente a maioria e, até à integralidade dos membros da Comissão.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – O Ilustre Relator já vem participando da Mesa desde o início da Comissão e respondendo a todos as interpelações que lhe são feitas.

O assunto está, portanto, resolvido. Nossa finalidade é continuar um processo de verificação de votação.

Como ainda não há **quorum**, vamos suspender a reunião por quinze minutos, a fim de se fazer a chamada dos Srs. Constituintes, membros da Comissão. Completo o **quorum**, poderemos concluir a verificação solicitada pelo Deputado Gerson Peres.

**O SR. CONSTITUINTE RAIMUNDO BEZERRA:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

Como o art. 16 diz que não há necessidade de **quorum**, nem de votação no Plenário. Quero fazer uma proposição à Presidência, através de V. Ex.<sup>a</sup> Reza o art. 16, do Regimento Interno:

"Os Ministros de Estado e dirigente de entidades da administração pública poderão



comparecer perante as Comissões, quando devidamente convidados para prestar informações acerca de assuntos relacionados com a elaboração do projeto de Constituição."

Sr. Presidente, fizemos a leitura do artigo anterior, porque gostaríamos de apresentar uma proposição oral à Presidência, no sentido de que fosse convidado, para comparecer à nossa Comissão de Sistematização S. Ex.<sup>a</sup>, o Sr. Ministro da Fazenda, Dr. Luiz Carlos Bresser Pereira – temos problemas sérios tanto em relação à seca do Nordeste – para onde inclusive, uma comissão deverá estar-se deslocando neste final de semana – como, principalmente, em relação à dívida externa, já que algumas proposições de alta importância estão sendo veiculadas através da imprensa. É de fundamental importância que a Comissão de Sistematização – no anteprojeto do Senador Afonso Arinos o problema da dívida externa está inserido – tenho alguns esclarecimentos por parte do Sr. Ministro da Fazenda.

Proponho a convocação, ou melhor, o convite, através da Presidência, ao Sr. Ministro da Fazenda.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – O eminente Constituinte Raimundo Bezerra propõe que a Comissão convoque S. Ex.<sup>a</sup> o Sr. Ministro da Fazenda, para aqui submeter-se a interpelações e debater assuntos que digam respeito tanto à situação conjuntural como, especificamente, aos sistemas financeiro e tributário que S. Ex.<sup>a</sup> entenda devam ser consignados na Constituição.

O assunto é de relevância e o submeto a apreciação do Plenário, dando um prazo de três minutos para os Constituintes que quiserem manifestar-se a esse respeito.

**O SR. CONSTITUINTE SIQUEIRA CAMPOS:** – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE SIQUEIRA CAMPOS:** – Sr. Presidente, a proposta do nobre Constituinte Raimundo Bezerra precisa ser analisada e apoiada da melhor forma possível. Não basta a Assembléia Nacional Constituinte procurar, através das normas inseridas na nova Constituição, resolver os agravados problemas nacionais. Temos que nos deter na apreciação das questões que afligem, no momento, a Nação e fazem com que todos corramos riscos quanto à nossa estabilidade institucional.

Entendo que a tarefa mais urgente, no momento diz respeito ao exercício das pressões, que estamos autorizados pelas urnas livres de 15 de novembro a exercer junto ao Governo para que este resolva os problemas econômicos que aí estão a submeter à Nação a todo tipo de risco.

Estamos caminhando aceleradamente para o caos. A quebra de micro, pequenas, médias e grandes empresas é um fato que ninguém mais desconhece. O desemprego toma conta do País. As levas e levas de retirantes do Nordeste, sem dúvida, criam um quadro altamente preocupante. Não podemos desconhecer essa realidade. Sempre procurei evitar que tivéssemos de aqui votar projetos de decisão, tratando de problemas emergenciais.

Ocorre, Sr. Presidente, que temos de encontrar uma saída. Veja V. Ex.<sup>a</sup> que, num ato autoritário, as duas Mesas – a do Senado e a da Câmara dos Deputados – resolveram, sem consultar o Plenário, interromper os trabalhos do Congresso Nacional. Então, não há como resolver os problemas ou encaminhar a solução dos mesmos.

Esta Comissão, a mais importante da Assembléia Nacional Constituinte, integrada por homens que se têm revelado devotados à causa do povo brasileiro, não pode ficar insensível a essas questões. Temos que dispor de meios, Sr. Presidente, que nos permitam aqui convocar autoridades com o objetivo de manifestar-lhes nossas preocupações e pressionar o Governo, no sentido de resolver os problemas econômicos que estão realmente colocando a Nação sob risco. Essa é uma forma de que não podemos abrir mão, de maneira alguma.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – V. Ex.<sup>a</sup> concorda com a proposta?

**O SR. CONSTITUINTE SIQUEIRA CAMPOS:** – O PDC apóia integralmente a proposta do nobre Constituinte Raimundo Bezerra.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – O partido do Constituinte Siqueira Campos, portanto, está de acordo com o pedido de convocação.

Tem a palavra o Constituinte Joaquim Beviláqua.

**O SR. CONSTITUINTE JOAQUIM BEVILÁQUA:** – Sr. Presidente, a propositura do Constituinte Raimundo Bezerra merece também a acolhida do Partido Trabalhista Brasileiro, de vez que é essencial, para nós outros Constituintes conhecer a realidade e os números do problema das micro, pequenas e médias empresas – como salientou o Constituinte Siqueira Campos – e o problema da seca no Nordeste – como salientou o Constituinte Raimundo Bezerra.

Eu acresceria, quase que numa pauta que aqui vamos alinhavando aos poucos, em contribuição à Mesa, uma vez que acredito que a decisão a respeito será unânime pois a questão dos produtores rurais, hoje já está quase em pé de guerra.

Temos visto reportagens verdadeiramente alarmantes sobre pequenos e médios proprietários entregando desesperadamente suas propriedades. Também é grave a questão dos Estados e dos Municípios, da dívida interna de uma forma geral, da dívida externa, dos Sistemas Tributários e Financeiros. Não podemos simplesmente convocar o Sr. Ministro da Fazenda para que aqui venha e veja sabatinado sem ter, pelo menos, uma pauta mínima de assuntos, a fim de que S. Ex.<sup>a</sup> também possa vir preparado e devidamente assessorado para nos responder. E para que, dessa forma, o debate seja realmente esclarecedor aos Constituintes, no tocante à questão conjuntural, nesta fase em que passamos a decisões da Comissão Temática.

E nós, da Comissão de Sistematização, que não pudemos acompanhar todos os debates das 24 Subcomissões e das Comissões Temáticas, teremos oportunidades – uma vez que temos vários participantes das Subcomissões, das Comissões da Ordem Econômica e dos Sistema Tributário, Orçamento e Finanças – de poder

aquilatar algumas das propostas e colocações aqui feitas. Teremos condições de nos prepararmos também para o debate porque a Comissão, afinal de contas, deverá adequar e harmonizar algumas propostas conflitantes.

Então, parece-me de inteira procedência a sugestão do Constituinte Raimundo Bezerra, de sorte que nos alinhemos, neste sentido, elencando esses itens a comporem a pauta da convocação de S. Ex.<sup>a</sup>, o Ministro da Fazenda.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A Presidência deseja prestar um esclarecimento preliminar em face da colocação do Constituinte Raimundo Bezerra. O propósito seria, primeiro, consultar S. Ex.<sup>a</sup> o Ministro da Fazenda sobre a data em S. Ex.<sup>a</sup> poderia comparecer à Comissão. Então, a Mesa, naturalmente, apresentaria uma pauta com apenas dois itens, um dos quais sobre as sugestões que, diante da experiência de S. Ex.<sup>a</sup> ele poderia trazer a esta Comissão acerca da solução constitucional para o capítulo referente ao sistema financeiro e tributário.

De outra parte, S. Ex.<sup>a</sup> também poderá discorrer sobre a situação conjuntural, que está preocupando todos os Constituintes. Ainda não tivemos a palavra oficial do governo a respeito de soluções concretas para essa situação, o que está contribuindo fundamentalmente para o agravamento da crise nacional.

**O SR. CONSTITUINTE NILSON GIBSON:** – Sr. Presidente, o Superintendente da SUDENE, Dorany Sampaio, já está adotando medidas. V. Ex.<sup>a</sup> poderá verificar o trabalho que se vem desenvolvendo naquela Superintendência...

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Constituinte Nilson Gibson, darei a palavra a V. Ex.<sup>a</sup> oportunamente.

**O SR. CONSTITUINTE NILSON GIBSON:** – Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup> Espero a oportunidade para esclarecer o assunto.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Teríamos, então, apenas dois itens. Por exemplo, eu mesmo apresentei projeto de moratória em favor do Nordeste, por não considerar prevaletente o ato da Mesa da Câmara dos Deputados, ao sustar a iniciativa parlamentar dos Deputados.

**O SR. CONSTITUINTE NILSON GIBSON:** – Sr. Presidente. V. Ex.<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A Mesa não pode ser apartada. V. Ex.<sup>a</sup> sabe muito bem disso.

**O SR. CONSTITUINTE NILSON GIBSON:** – Mas V. Ex.<sup>a</sup> está discutindo a matéria.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE NILSON GIBSON:** – Sr. Presidente, ousou discordar da proposta formulada pelo inclito Constituinte Raimundo Bezerra, uma das maiores sumidades deste Parlamento principalmente no setor médico como também no setor regional do Nordeste, um homem nascido no sertão cearense, creio que na região do Crato. Ouso discordar de S. Ex.<sup>a</sup> por vários motivos

de ordem legal e técnica. Poderia citar: à Comissão de Sistematização, salvo melhor juízo, não caberia de maneira alguma abrir uma discussão sobre o problema das secas. Temos dois órgãos encarregados de examinar essa matéria: o Ministério do Interior e, evidentemente, a SUDENE, a qual dispõe hoje de um Superintendente com excelente capacidade administrativa, e também cultural, que é o Dr. Dorany Sampaio.

E há outro detalhe importante que V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Presidente, conhece, porque já foi informado: a partir de amanhã uma comissão de Constituintes do Nordeste estará viajando, com cinco Ministros de Estado e outras altas autoridades – presidentes do Banco do Brasil, do Banco do Nordeste e do Banco Central – para a região. Não vejo motivo para se convocar, ou se convidar, um Ministro de Estado para vir a uma comissão técnica tratar de um problema sobre o qual ainda não conhecemos nem os relatórios das comissões temáticas. Como vamos convidar o Ministro da Fazenda, homem de São Paulo, para vir abordar um problema sobre a seca do Nordeste? **Data venia**, discordo apenas da maneira como a matéria está sendo encaminhada.

No mérito, sou totalmente favorável à medida. É que represento pernambucanos de vários Municípios do alto sertão de Pernambuco, uma área também assolada pela seca, e tenho procurado minimizar a sua situação através das autoridades que vêm trabalhando com o nosso ilustre e eminente Presidente José Sarney.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem a palavra, o Constituinte Paulo Ramos.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – Muito obrigado. Sr. Presidente. Quero acrescentar as minhas preocupações às que foram expressas pelo Constituinte Raimundo Bezerra, pois é muito importante a presença do Ministro da Fazenda em qualquer foro desta Assembléia Nacional Constituinte, para conhecermos previamente a orientação da política econômica do Governo.

Mas, desejo lembrar aos membros da Comissão de Sistematização que perdemos grandes oportunidades como as de aprovar dois projetos de decisão, que se vinculavam diretamente à questão da economia do País: primeiro, o Projeto de Decisão nº 1, de autoria do Constituinte Hermes Zaneti, propondo a realização de uma auditoria da dívida externa; e, o segundo, de autoria do Constituinte Brandão Monteiro, vinculado a questões fundamentais para as pequenas e médias empresas.

De qualquer forma, quero lembrar esses dados aos membros da Comissão de Sistematização, a fim de que em outras oportunidades, quando questões tão fundamentais estiverem sendo discutidas, tenhamos as mesmas preocupações que hoje estão sendo expressas por alguns.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Então, V. Ex.<sup>a</sup> concorda com o Constituinte Raimundo Bezerra?

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – Concordo.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem a palavra, pela ordem, o Constituinte José Luiz Maia.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LUIZ MAIA:** – Sr. Presidente, também quero manifestar o meu apoio à idéia do nobre Constituinte Raimundo Bezerra. Realmente, a situação nacional é das mais graves.

Retorno agora do meu Estado simplesmente apavorado com o quadro dantesco que vi naquela região.

Nós, da bancada do Nordeste, entregamos um documento ao Sr. Presidente da República, que poderia ser a pauta desta nossa reunião, porque, embora encampada pela bancada do Nordeste, trata de um problema nacional, qual seja, a crise das micros, pequenas e médias empresas que grassa em todo o território nacional.

Todos sabemos que os pequenos empresários, embalados naquela febre do Plano Cruzado, fizeram investimentos em nome de uma inflação zero. Lamentavelmente, foram surpreendidos com taxas de juros absolutamente inaceitáveis, e estão à beira do desespero.

Concordo com a proposta do nobre Constituinte Raimundo Bezerra pela sua oportunidade. Espero também que se discuta aqui o problema dos juros agrícolas, porque este País não suporta essa carga financeira. Fico muito preocupado quando vejo o Ministro da Fazenda anunciando o aumento da carga tributária, repassando esses custos automaticamente para as empresas, e a sociedade não tem como suportar essa medida. É preciso, sim, um ajuste dos custos governamentais para que se encontre uma solução para este problema.

Assim, manifesto o meu apoio à proposta do nobre Constituinte.

**O SR. CONSTITUINTE ADYLSON MOTTA:** – Peço a palavra, pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem a palavra o Sr. Constituinte Adylson Motta.

**O SR. CONSTITUINTE ADYLSON MOTTA:** – Sr. Presidente, embora o Regimento Interno contemple a possibilidade de convocar Ministros para virem aqui depor, não posso concordar com que esta Comissão se árvore, aqui, como um super-órgão dentro da Assembléia Nacional Constituinte, a ponto de se dizer que é a Comissão mais importante da Assembléia.

Acho que todas as Comissões são importantes e estamos evitando desde o início essa hierarquização. O foro adequado, pela necessidade, pela importância e pela gravidade do assunto, é o plenário da Assembléia Nacional Constituinte. Creio que não se pode sonegar aos demais Constituintes a possibilidade de estabelecer o diálogo com o Ministro da Fazenda, pela gravidade do momento que estamos vivendo. Até porque há comissões especializadas que tratam especificamente dos assuntos econômicos e financeiros. Então, acho oportuna, concordo e votarei pela convocação desde que o plenário da Assembléia Nacional Constituinte, porque se nota uma tentativa de esvaziamento do plenário da referida Assembléia. Estamos fazendo reuniões com quatro, cinco, dez Constituintes.

Está sendo desmoralizada a Assembléia Nacional Constituinte porque não se está prestigiando a mesma. Essa convocação deverá ser feita, mas no foro adequado, que é o Plenário desta Constituinte.

**O SR. CONSTITUINTE CID CARVALHO:** – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem a palavra, pela ordem, o Constituinte Cid Carvalho.

**SR. CONSTITUINTE CID CARVALHO:** – Sr. Presidente, temos aqui até divergido – e eu também divirjo de eminentes companheiros – de projetos de resolução relativamente à questão preliminar de pertinência. Diversos Ministros têm sido convocados, nos momentos adequados, a comparecer nas Subcomissões, e agora, parece-me também nas Comissões temáticas, onde relatores formarão a opinião definitiva. Portanto as audições e colaborações são importantes para a boa preparação dos relatórios que no tempo oportuno, serão submetidos à apreciação desta Comissão.

Quando o Líder da minha bancada na Assembléia Nacional Constituinte delegou ao plenário do PMDB a escolha do Relator, isso para mim significou dar ao Relator uma imensa força em termos de norteamento de posições. Todos temos preocupações com os problemas econômico-financeiros deste País, bem como com a seca – ainda agora estamos de partida para o Nordeste – de forma que não desejo que amanhã cometamos o equívoco de aqui estar discutindo quem é a favor da seca ou quem é contra ela. O que aqui estamos discutindo é a pertinência desses problemas.

Ora, Sr. Presidente, esta Comissão está discutindo o seu Regimento Interno, enquanto aguardamos os anteprojetos das Comissões temáticas. Até aceito que amanhã, no momento da sistematização de uma grande decisão, o nobre Relator chame quem julgar necessário, ou que esta Comissão, em bloco, convoque quem julgar importante para a tomada de uma definição. Mas isso deve ser feito no momento oportuno. O que não podemos, quando isto ainda não está em pauta, quando não dispomos do material das Comissões temáticas, é fazer desta Comissão foro de audição.

A mim me parece que é uma questão de pertinência. Como temo não estar absolutamente certo, gostaria de ouvir o Relator, que em si, é a personalidade que está meditando dia após dia sobre o encaminhamento de todos os problemas desta Comissão, pois que tem, efetivamente, uma roupagem de autoridade. Gostaria muito de ouvir S. Ex.<sup>a</sup>, porque me parece relativamente sem sentido e inoportuno que se faça essa convocação, ainda que o tema angustie a todos nós.

Sou contra a convocação. Sr. Presidente. Portanto antes do prosseguimento da discussão, gostaria que V. Ex.<sup>a</sup> concedesse a palavra ao nobre Relator, a fim de conhecermos seu procedimento em relação a esta matéria.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Nobre Constituinte Cid Carvalho, o nobre Relator sempre é ouvido depois que os companheiros se manifestam. Mas ainda há oradores que desejam falar sobre a proposta do Constituinte Raimundo Bezerra.

Concedo a palavra ao Constituinte Ademir Andrade.

**O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE:** – Sr. Presidente, não consigo compreender determinadas coisas. Estamos discutindo o Regimento Interno desta nossa Comissão, e não compreendo que outros assuntos entrem pelo meio, em sucessivas questões de ordem, fazendo com que fuja completamente do assunto da nossa pauta.

Com relação à preocupação do nobre Constituinte, estou admirado, porque a Assembleia Nacional Constituinte tem o poder de, através dos seus projetos de decisão, tomar iniciativas concretas para resolver alguns problemas do país, como os pertinentes aos microempresários e à dívida externa. Mas, infelizmente, nas oportunidades que tivemos de resolver concretamente essas questões fomos derrotados, nesta Comissão, por aqueles que não querem ver resolvidos os problemas nacionais. De que adianta apenas ouvir um Ministro? O certo seria darmos soluções, porque da parte do Governo, já se sabe, não teremos mais soluções. Apelo a V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Presidente, para que haja ordem nos nossos trabalhos, a fim de que possamos concluir a discussão e votação do nosso Regimento Interno, sem antes disso tratarmos de qualquer outro assunto.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Nobre Constituinte Ademir Andrade, V. Ex.<sup>a</sup> deve estar pressentido que os nossos trabalhos estão correndo em plena ordem. No caso, não posso fazer uma verificação de votação sem que haja o **quorum** mínimo determinado no Regimento. Já mandei convocar, pelos alto-falantes, os demais componentes desta Comissão para aqui comparecerem e perfazerem o **quorum**. Entremos estamos discutindo assuntos de interesse nacional que a Comissão acha por bem debater.

De maneira que não há nenhuma desordem. Não posso fazer a verificação sem a presença mínima de 47 Srs. Constituintes membros desta Comissão. No momento temos apenas 44. E sempre que tentamos, mesmo depois de assinado o livro, fazer votação, há pedidos de verificação, o que tem retardado as decisões desta Comissão.

**O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE:** – O que falta para podermos votar, no caso?

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – O Constituinte Gerson Peres requereu verificação de votação, e no momento não havia **quorum** para que ela fosse concluída. Então, há uma votação suspensa. A Presidência já determinou a convocação, pelos alto-falantes, dos nobres companheiros, para que, havendo número, retomemos o ordenamento sugerido por V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE JAMIL HADDAD:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem a palavra, pela ordem, o Senador Jamil Haddad.

**O SR. CONSTITUINTE JAMIL HADDAD:** – Sr. Presidente, parece-me procedente a solicitação do nobre Constituinte Raimundo Bezerra para que compareça ao Plenário da Constituinte o Sr. Ministro da Fazenda. Alude o nobre Constituinte Cid Carvalho que S. Ex.<sup>a</sup> deveria ser convocado ou

convidado pelas Comissões Temáticas, porque estas ainda não concluíram os seus relatórios. Mas, por que não fazermos o convite a S. Ex.<sup>a</sup> para aqui comparecer após o dia 15, quando então estarão terminados os trabalhos das Comissões Temáticas e já apresentados à Comissão de Sistematização os resultados e as votações dos relatórios daquelas Comissões?

A proposição que faço, e que acresce à solicitação do Constituinte Raimundo Bezerra, é no seguinte sentido: que o Sr. Ministro seja convidado a comparecer à Comissão de Sistematização após o dia 15, quando já saberemos o resultado das votações nas Comissões Temáticas.

**O SR. CONSTITUINTE RENATO VIANNA:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE RENATO VIANNA:** – Sr. Presidente, para ser coerente, já que neste foro fui Relator de projeto de decisão, tendo concluído por sua impertinência, sobre matéria de interesse dos micros e pequenos empresários, acho que a Comissão de Sistematização corresponde a menos de 20% dos constituintes e, portanto, não podemos nos arrogar o direito de tomar decisões de revelância nacional. O Regimento da Constituinte é bem claro, quando assim estabelece no § 4º do art. 64:

"Poderá ser incluída na Ordem do Dia para discussão e votação imediata, ainda que iniciada a sessão em que for apresentada, proposição que verse matéria de relevante e inadiável interesse nacional, a requerimento de 56 (cinquenta e seis) constituintes ou de Líderes que representem este número, aprovado pela maioria absoluta dos membros da Assembleia, em votação nominal".

Por isso concordo com as ponderações do nobre Constituinte Adylson Motta. Ainda não votamos nem o nosso Regimento, e esta Comissão vai receber das comissões temáticas um volume grande de trabalho, que deverá ser cuidadosamente apreciado. Entendo, **data venia**, que V. Ex.<sup>a</sup> deveria, talvez, acolher a solicitação de que se votasse aqui a vida do Sr. Ministro. Outros ministros, como os da Administração e da Saúde aqui compareceram a convite de diversas subcomissões especiais. Entendo até que, paia melhor andamento dos nossos trabalhos – direito de todos os Constituintes –, devemos ouvir o Ministro Bresser Pereira sobre esses assuntos no plenário da Assembleia Nacional Constituinte, foro legítimo para tal.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A permissão regimental de se convidar Ministros de Estado para falarem nas comissões não impede, evidentemente, que seja também formulada por qualquer Constituinte ao Presidente da Assembleia Nacional Constituinte o convite para depor e participar de esclarecimentos no plenário. Uma coisa não elide a outra. A Comissão, evidentemente, não pretende se sobrepor, através da proposição do Constituinte Raimundo Bezerra, as atribuições do Plenário da Constituinte. Não temos nenhum propósito, creio eu, foi intenção do proponente, que a Comissão se sobrepujasse a isso. Apenas achamos que para a Comissão de

sistematização é importante conhecer o pensamento e a experiência dos ministros de Estado acerca de problemas relacionados com o sistema financeiro e tributário. Há matérias de alto interesse nacional para serem discutidas. A crise está se tornando tão grave que a Constituinte pode passar a um plano secundário, se não tivermos capacidade de solucioná-los. Venho, pois, expor a intenção ao Plenário, para ver se podemos decidir democraticamente sobre a proposta do Constituinte Raimundo do Bezerra.

**O SR. CONSTITUINTE SIQUEIRA CAMPOS:** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem a palavra V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. CONSTITUINTE SIQUEIRA CAMPOS:** – Sr. Presidente, o primeiro ponto que estamos aqui discutindo é a proposta concreta de convidarmos o Ministro de Estado que está à frente do setor econômico-financeiro, Ministro Bresser Pereira, para nos informar não só sobre os problemas relativos à elaboração constitucional, mas sobre os problemas conjunturais. Se estivéssemos discutindo essa mesma proposta no plenário da Assembleia Nacional Constituinte, eu também seria a favor. Entendo que o plenário não está sendo esvaziado, como disse o Constituinte Adylson Motta. Estamos numa fase dos trabalhos em que as Comissões, pela natureza mesma do processo estabelecido, estão se atendo aos trabalhos da sua competência. Assim não se trata de um esvaziamento do plenário, repito. No momento em que todas as matérias vierem ao plenário em forma de projeto de Constituição este ocupar-se-á totalmente com a tarefa e as Comissões terão concluído seus trabalhos, como é óbvio.

Penso que não podemos ficar numa redoma, isolados do povo. Se estamos fazendo uma nova Constituição, vamos salvar a Pátria? Mas será que esta Constituição servirá mesmo para alguma coisa, se não debelarmos a crise que estamos vivendo? Temos, então, de ouvir os responsáveis pela situação nacional, a qual se agrava dia a dia demonstramos nossas preocupações e ajudarmos o Governo a resolver essa crise. Este é um dos nossos deveres, uma das nossas obrigações. Estamos aproveitando um momento em que não há número para deliberar, e V. Ex.<sup>a</sup> submeteu a Comissão a proposta de tratar assuntos diversos. Então, estamos apenas nos ocupando, para não ficarmos de braços cruzados ou com a reunião suspensa. O interesse nacional recomenda essa postura de V. Ex.<sup>a</sup>, que tem o apoio da maioria da Comissão, acredito.

**O SR. CONSTITUINTE ADYLSON MOTTA:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem a palavra, pela ordem, o Constituinte Adylson Motta.

**O SR. CONSTITUINTE ADYLSON MOTTA:** – Sr. Presidente, peço a palavra para complementar minha exposição. Penso que são dois assuntos completamente distintos. Convocar o Ministro para um debate objetivo sobre os temas consubstanciados nos anteprojetos, depois que já estiverem aqui os relatórios das Comissões Temáticas

é uma coisa; convocar o Ministro para debater a conjuntura nacional é outra completamente distinta. No segundo caso, acho que o **forum** adequado é o Plenário da Constituinte. No primeiro, entendo que se deva convocar o Ministro para vir ao plenário da Comissão.

Repito, são duas coisas completamente distintas. Uma é um debate específico sobre a conclusão dos trabalhos das Comissões; outra é um debate genérico sobre a conjuntura nacional que aflige a todos nós. Por isso, acho que essa discussão deve ser localizada no plenário da Constituinte. Aliás, acolhendo já a sugestão, devo hoje providenciar um requerimento junto à Mesa, fazendo o convite ao Sr. Ministro Fazenda para vir ao plenário da Constituinte debater os problemas econômicos do País.

#### O SR. CONSTITUINTE NILSON

**GIBSON:** – Fica sem objetivo, agora, a proposta do nobre Constituinte Raimundo Bezerra.

#### O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):

– Tem a palavra o Relator, Constituinte Bernardo Cabral. Depois vamos passar à votação da matéria final do Regimento Interno. Peço aos Srs. Constituintes que permaneçam em plenário, a fim de que haja **quorum** para votação.

#### O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):

– Sr. Presidente e Srs. Constituintes, acho que a modéstia do Constituinte Raimundo Bezerra precisa, nesta hora, ser contida, S. Ex.<sup>a</sup> não revelou que antes de apresentar seu requerimento, aqui esteve e discutiu com o Relator a prerrogativa do art. 16, que é exclusivo do Presidente desta Comissão, de convidar o Sr. Ministro – aí é uma coisa – e no mesmo instante conversaram sobre o § 4º, do art. 64, que seria a formalização do seu requerimento, com o apoio de 56 Constituintes. É preciso que se relembre à Comissão que, ainda ontem – acho que poucos tomaram conhecimento – o eminente Constituinte Raimundo Bezerra, da tribuna da Assembléia Nacional Constituinte, lembrava que o Ministro Bresser Pereira teria declarado que não abriria mão, em nome do crescimento da nossa soberania nacional, de sua proposição de pagamento de 50% de juros da dívida aos bancos privados e refinanciamento dos outros 50% de toda dívida junto aos bancos oficiais.

As dúvidas e inquietações do Constituinte Adylson Motta casam-se com as do eminente Constituinte Renato Vianna. O Constituinte Cid Carvalho levantou uma preliminar sobre se seria este o momento conveniente da vinda do Ministro Bresser Pereira. Creio que sim. Uma coisa não elide a outra. O convite formulado por telefone pelo Presidente desta Comissão – que é, de qualquer forma, quem encarna a autoridade –, tenho a certeza, não será recusado por S. Ex.<sup>a</sup> sem maiores formalidades. Se ao convite houver a recusa, creio que o requerimento de V. Ex.<sup>a</sup>, que já está pronto – vejamos que o Constituinte Adylson Motta também já se preocupava, e sei que já está pronto porque o li, serei um dos seus subscritores – efetuaríamos essa convocação oficialmente; o Ministro já não seria um convidado, para que venha dizer a toda a Assembléia qual é a sua iniciativa, para onde está apontando caminhos e indicando soluções para esses problemas que V. Ex.<sup>a</sup> assinalou ontem no seu discurso. Creio, eminentes cole-

gas Constituintes, que seria bom que o Ministro viesse ao plenário.

Apenas para dar uma idéia a V. Ex.<sup>a</sup> tenho em mãos o resultado dos anteprojeto aprovados pelas Subcomissões, que representam 707 artigos. Só na parte das garantias individuais temos 71 disposições que, somando-se às alíneas e incisos, representam mais de mil disposições. Seria interessante lembrar à nossa Comissão o trabalho árduo e hercúleo que teremos, a partir do dia 16, quando não mais deveremos ter nesta Comissão a presença de outras pessoas, mesmo as mais altas autoridades, a não ser a dos próprios constituintes. O ideal seria que o ministro comparecesse agora. Se S. Ex.<sup>a</sup> não quisesse comparecer, que fosse convocado para o Plenário da Assembléia Nacional Constituinte.

Acho que V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Presidente, deveria convidar o eminente Ministro Bresser Pereira para comparecer, o mais rapidamente possível, ou seja, na nossa próxima reunião, para que pudéssemos ter em mãos elementos que desconhecemos e que só S. Ex.<sup>a</sup> possui.

#### O SR. CONSTITUINTE NILSON

**GIBSON:** – Sr. Presidente, já temos **quorum** para votação.

#### O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):

– Submeto à Comissão a proposta do Constituinte Raimundo Bezerra sobre o convite ao Ministro da Fazenda. Os Srs. Constituintes que concordam com a proposição e com o esclarecimento prestado pelo nobre Relator queiram permanecer como se encontram. (Pausa.) Aprovado o requerimento, contra cinco votos dos Srs. Constituintes membros da Comissão.

Foram três os destaques que não foram votados na reunião anterior. Dois destaques são de autoria do Constituinte Gérson Perez e um do constituinte Ademir Andrade. Já houve um entendimento democrático entre a Mesa, o Relator e o Constituinte Ademir Andrade, através do qual S. Ex.<sup>a</sup> desiste do destaque, desde que adotada a redação que permite o encaminhamento de votação com direito ao autor de dispor de cinco minutos para esse fim. O destaque do constituinte Gerson Perez foi sobre o art. 13 do Projeto, que excluía da exigência da maioria absoluta os projetos de decisão.

Na votação simbólica foi dada como aprovada a redação do Relator, que é a seguinte:

"Art. 13 As deliberações da Comissão sobre matéria constitucional e projeto de resolução sobre consulta plebiscitária serão adotadas pelo voto da maioria absoluta de seus integrantes."

Então a matéria foi submetida à votação, e esse texto aprovado simbolicamente, mas o constituinte Gerson Peres requereu verificação de votação. Feita a chamada nominal, nessa ocasião já não havia **quorum** que ratificasse a votação simbólica.

Consulto o Constituinte Gerson Peres se, para facilitar o processo de conclusão da votação do Regimento, S. Ex.<sup>a</sup> concorda em que repitamos a votação simbólica, em vez de fazermos nova chamada.

#### O SR. CONSTITUINTE GERSON

**PERES:** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Concede a palavra a V. Ex.<sup>a</sup>

#### O SR. CONSTITUINTE GERSON

**PERES:** – Sr. Presidente, sou homem que tenho meus defeitos, mas respeito a lei. É por isso que este País está todo anarquizado e esbandalhado: ninguém respeita a lei, e os grandes – nos que estamos aqui – dão mau exemplo para os pequenos. No dia em que este País respeitar a lei tudo entrará nos eixos. Há maneiras de se acomodar situações e colocá-las de acordo com nossas conveniências. Mas há outras situações em que não se pode fazer isso. Por exemplo, estamos no momento querendo violentar o Regimento da Assembléia Nacional Constituinte. O § 1º do art. 21, que trata do processo de votação do projeto de constituição das Comissões, diz que as deliberações nas Comissões exigirão maioria absoluta de votos e, nas Subcomissões, serão tomadas por maioria de votos.

Ora, Sr. Presidente, o Regimento é a nossa lei. Não há dúvida. Quando se trata de votação por maioria simples, o Regimento versa em outro artigo, e quando se trata de votação na Assembléia Nacional Constituinte, o art. 33 determina como se deve votar. Somos uma simples Comissão, e, porque queremos abreviar e facilitar as coisas, violentamos um regimento, a lei?

*(O Sr. Presidente faz soar os tímpanos.)*

#### O SR. CONSTITUINTE GERSON

**PERES:** – Sr. Presidente, falei dois minutos, preciso usar pelo menos cinco minutos. Ainda não me manifestei hoje – aliás, vou fazê-lo somente esta vez, porque acho que devo mesmo calar.

Sr. Presidente, vou ser sincero. Há muitos companheiros nossos que possuem os seus ideais, os seus princípios – e eu os respeito, acho até bonito –, mas querem aproveitar determinadas situações e o momento psicológico que o País vive para trazer à Comissão de Sistematização certos tipos de projetos de impactos para ganhar projeção. Tudo bem, mas que o façam no foro competente, atendendo ao que está escrito no Regimento. Não está certo abrimos não de um projeto regimental, porque amanhã, quando quisermos invocá-lo para proteger direitos, não teremos autoridade moral para fazê-lo. Ou cumprimos o que elaboramos e deliberamos na Assembléia Nacional Constituinte ou estamos errados. Quer – se desviar o raciocínio dando outras interpretações. Não há outras interpretações nesse Regimento. Não se deve buscar subsídios no Regimento da Câmara, porque o Regimento da Assembléia Nacional Constituinte é claro, expresso e taxativo no sentido de que as decisões nas comissões são por maioria absoluta. O que querem os ilustres companheiros?

#### O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):

– V. Ex.<sup>a</sup> já esclareceu essa matéria antes do processo de votação. Estou pedindo que V. Ex.<sup>a</sup> conclua porque o seu tempo está esgotado.

#### O SR. CONSTITUINTE GERSON

**PERES:** – Um momento. Sr. Presidente, V. Ex.<sup>a</sup> fala até mais do que nós. É preciso que os colegas que não estavam presentes sejam bem esclarecidos, pois é assunto sério. Se V. Ex.<sup>a</sup> ler a matéria, verificará que querem maioria absoluta para o projeto de

resolução, para plebiscito, e não querem essa mesma maioria para o projeto de decisão.

Ora, o absurdo é querer dividir as duas questões quando o artigo é taxativo para todos os tipos de decisão. Além disso, o maior absurdo que se quer, Sr. Presidente, é dividir...

**O SR. CONSTITUINTE NILSON GIBSON:** – Sr. Presidente, vamos fazer logo a votação nominal.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Realmente, as pessoas que não têm paciência para suportar os argumentos arrasadores aos seus impetos pessoais não aceitam nossas argumentações.

Concluindo, Sr. Presidente, a coisa mais esdrúxula, que afronta o raciocínio humano, é se quer estabelecer, contrariamente ao Regimento Interno, uma votação de maioria absoluta para os projetos de resolução, com fins plebiscitários, e de maioria simples para projetos de resolução de outra natureza, como se estes projetos tivessem conceituações jurídicas diferentes.

É nesse ponto que coloco o esclarecimento. Apelo aos nobres Constituintes para que sejam coerentes e votemos de acordo com o Regimento.

Deixemos o projeto de decisão em nível de igualdade regimental, como preceitua o § 1º do art. 21.

Era o que tinha a dizer.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – O tempo do nobre Constituinte Gerson Peres está esgotado.

Vamos passar à chamada nominal para verificação da votação sobre a matéria.

Vou, mais uma vez, esclarecer de que trata a matéria. O texto inicial do Regimento dispunha que "as deliberações da Comissão sobre a matéria constitucional, projeto de decisão e projeto de resolução sobre a consulta plebiscitária serão adotadas pelo voto da maioria dos integrantes da Comissão".

Houve emenda, acolhida pelo Relator, e o texto resultou aprovado, com a exclusão dos projetos de decisão. Assim, o texto aprovado – a verificação de votos está prestes a ocorrer – é o seguinte:

"As deliberações da Comissão sobre a matéria constitucional e projeto de resolução sobre a consulta plebiscitária serão adotadas pelo voto de maioria absoluta dos seus integrantes."

O destaque do eminente Constituinte Gerson Peres visa a reincluir o projeto de decisão para o condicionamento desse **quorum** de maioria absoluta.

A Mesa deseja esclarecer um ponto importante para a decisão dos membros da Comissão; se o projeto de decisão, pela sua natureza, for de matéria inconstitucional, estará sujeito à maioria absoluta. Depende da natureza da matéria que for objeto do projeto de decisão.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Essa é a interpretação de V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Se o projeto de decisão não for, necessariamente, de matéria constitucional...

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – V. Ex.<sup>a</sup> está violentando a votação, V. Ex.<sup>a</sup> não pode dar interpretação fora da votação.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – V. Ex.<sup>a</sup> não pode interromper a Presidência.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Porque V. Ex.<sup>a</sup> está conduzindo a votação através de um raciocínio falso.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Não posso ser interrompido por V. Ex.<sup>a</sup> nem o permito.

O entendimento do Deputado Gerson Peres é de que todo projeto de decisão necessariamente contém matéria constitucional. Essa é uma questão que vai ser submetida à verificação da votação.

Entende o Deputado Gerson Peres que, qualquer que seja, o projeto de decisão afeta o funcionamento da Assembleia Nacional Constituinte.

Então, vamos proceder à chamada, através do nobre Constituinte Adolfo Oliveira.

A Mesa deve esclarecer mais o seguinte: os Srs. Constituintes que votarem "sim", votam pelo texto já aprovado; os que votarem "não", apóiam a tese do Deputado Gerson Peres.

(Procede-se à votação.)

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A Mesa vai proclamar o resultado; votaram "sim", trinta e cinco Srs. Constituintes; votaram "não" cinco Srs. Constituintes.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, peço verificação de votação, porque não há **quorum** para a matéria ser aprovada. Peço a V. Ex.<sup>a</sup> que cumpra o Regimento Interno da Assembleia Nacional Constituinte.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – Sr. Presidente, na reunião anterior, este mesmo fato ocorreu e V. Ex.<sup>a</sup> deixou de proclamar o resultado. Acredito que a falta de **quorum** reforça o parecer do nobre Relator e deve ser aprovado.

**O SR. CONSTITUINTE NILSON GIBSON:** – Exatamente, corretíssimo. Estou de acordo com o nobre Constituinte Paulo Ramos.

Sr. Presidente, sabe V. Ex.<sup>a</sup> que no processo legislativo, quando há um pedido de verificação, tem que haver o voto vencedor. Então, no caso, infelizmente, aquele que foi signatário do requerimento, da proposição do destaque, foi derrotado. É mantida a decisão pelo voto do Relator. Isso é um critério legislativo.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Concedo a palavra ao ilustre Constituinte Gerson Peres, pela ordem, para contraditar o nobre Constituinte Nilson Gibson.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, não quero contraditar os absurdos;

quero colocar o problema do meu ponto de vista. Não faço aqui nenhuma contradição ou contestação a absurdo: faço minha contestação ao que tem lógica, ao que é de direito, ao que se respeita. Vi, na reunião passada, eminentes Constituinte Jamil Haddad, e o eminente Líder do Partido Comunista do Brasil, Constituinte Haroldo Lima, defenderem o princípio da legalidade, do respeito que se deve ter, na votação, quanto ao **quorum**. Para mim, embora sintam-me vencido pelo número que aí está, quero dizer que V. Ex.<sup>a</sup> terá de cumprir o que está no Regimento. Esta Comissão não tem **quorum** para aprovar a matéria, e se V. Ex.<sup>a</sup>...

**O SR. CONSTITUINTE NILSON GIBSON:** – Nobre Constituinte Gerson Peres, cite, do Regulamento, qual a disposição que está fundamentando a colocação...

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Vou citar o Regimento.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – O orador não pode ser interrompido.

**O SR. CONSTITUINTE NILSON GIBSON:** – Foi um aparte, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – V. Ex.<sup>a</sup> pode concluir sua questão de ordem? A Mesa está ciente de que a questão de ordem de V. Ex.<sup>a</sup> é no sentido de que esta Presidência não poderá proclamar resultado de verificação sem que haja a presença...

**O SR. GERSON PERES:** – Claro, não há **quorum** – art. 33 e § 1º do art. 21 do Regimento Interno da Assembleia Nacional Constituinte.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A Presidência está com a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – V. Ex.<sup>a</sup> não poderá violentar esses artigos para atender apenas a vontade de um ou dois Constituintes.

**O SR. CONSTITUINTE NILSON GIBSON:** – Mas está violentando com a palavra de V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – É necessário que haja procedimento e respeitabilidade aqui dentro desta Comissão, a fim de se evitar que amanhã uma emenda constitucional possa passar aqui sem **quorum**. Esta Comissão não pode ser achincalhada nem anarquizada por uma minoria. Temos aqui homens de respeito, sentados nestas cadeiras. Não vim para cá para participar de uma reunião...

(O Sr. Presidente faz soar os tímpanos.)

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Encareço a V. Ex.<sup>a</sup> que conclua, a fim de que a Mesa possa decidir a questão de ordem.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Não posso concluir, porque V. Ex.<sup>a</sup> está me perturbando com a campainha.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – V. Ex.<sup>a</sup> não pode discutir com a Mesa. Está cassada a palavra de V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – V. Ex.<sup>a</sup> cassa a minha palavra, porque é um Presidente não democrático. A cassação de minha palavra prova bem o espírito democrático de V. Ex.<sup>a</sup> V. Ex.<sup>a</sup> não respeita os seus companheiros. Estou

discutindo a matéria e V. Ex.<sup>a</sup> cassa a minha palavra. Aceito a cassação, mas sob protesto.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Vamos discutir. A Mesa está com a palavra. V. Ex.<sup>a</sup> está sendo imprudente em querer discutir com a Mesa. V. Ex.<sup>a</sup> é um grande Parlamentar e deve respeitar a Mesa.

**O SR. PRESIDENTE GERSON PERES:** – V. Ex.<sup>a</sup> está aqui querendo aviltar um companheiro que sempre o respeitou.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A Mesa vai decidir a questão de ordem levantada pelo Constituinte Gerson Peres. S. Ex.<sup>a</sup> tem razão. Não podemos concluir a votação sem a presença do número regimentalmente admitido. Então, não podemos decidir a questão sem a presença desse número. Já foi encerrada a chamada.

Fica suspensa a reunião por 10 minutos. Solicito, o comparecimento dos nobres Constituintes à Comissão de Sistematização, a fim de concluirmos, hoje, num esforço de colaboração, a votação do Regimento Interno desta Comissão.

Está suspensa a reunião por 10 minutos.

(É suspensa a reunião.)

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Está reaberta a reunião.

**O SR. CONSTITUINTE NILSON GIBSON:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE NILSON GIBSON:** – Sr. Presidente, pedi a V. Ex.<sup>a</sup> que fizesse a votação simbólica – pois há somente dois destaques – para darmos mais celeridade ao processo de votação, desde que haja anuência dos membros da Comissão de Sistematização.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Ao ser concluída a verificação, constatou-se a presença de apenas quarenta Srs. Constituintes. De acordo com o Regimento, deveria haver, no mínimo, quarenta e sete presentes.

**O SR. CONSTITUINTE NILSON GIBSON:** – O livro de presença já acusa o comparecimento de cinquenta Constituintes na Comissão.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Embora o número constante da lista de presença seja maior, a Presidência infelizmente não pode declarar concluída a verificação, porque não houve **quorum** estabelecido regimentalmente.

Há outro destaque, de autoria do Constituinte Gerson Peres, sobre o Inciso VI do Art. 3º do Regimento. S. Ex.<sup>a</sup> pretende suprimir esse item, cuja redação é a seguinte: "Entre a competência do Presidente se inclui a de "determinar o não-apanhamento de discurso, ou aparte, pela Taquigrafia" – quando naturalmente ocorrerem circunstâncias que justifiquem esta determinação.

Então, a proposta do Constituinte Gerson Peres é no sentido de se excluir este item, partindo S. Ex.<sup>a</sup> da justificativa de que a matéria não consta do Regimento da Constituinte e de que o Presidente da Constituinte explicitamente não dispõe deste poder, embora decorra de sua competência cassar a palavra de orador, chamar à ordem dos trabalhos, etc.

De maneira que vamos submeter o destaque, por votação simbólica, à aprovação ou à rejeição de V. Ex.<sup>as</sup>.

Os Constituintes que apóiam o texto do Regimento, isto é, o item VI, redigido, como acabei de ler, mantenham-se como se encontram.

(Pausa.) Aprovado.

Teremos de fazer outra reunião para o destaque.

**O SR. CONSTITUINTE NILSON GIBSON:** – Peço a V. Ex.<sup>a</sup> que o coloque à apreciação, porque queremos terminar a votação do Regimento agora.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A Presidência não pode atender à sugestão de V. Ex.<sup>a</sup>, porque estávamos num processo de verificação que não foi concluído.

**O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE:** – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra, pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE:** – Sr. Presidente, V. Ex.<sup>a</sup> suspendeu a reunião para que os nobres Constituintes fossem chamados no sentido de atingir o **quorum** regimental. Se V. Ex.<sup>a</sup> procedeu à votação de um destaque por votação simbólica, acho que lhe compete fazer a mesma coisa para todos os destaques que estão sobre a mesa. Se não há **quorum** para uma coisa não há também para outra.

**O SR. CONSTITUINTE NILSON GIBSON:** – Sr. Presidente, se algum dos componentes desta Comissão pedir seja feita votação nominal para verificação de **quorum**, aí, sim, V. Ex.<sup>a</sup> está certo.

**O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE:** – Exatamente isso. Concordo com o nobre Constituinte Nilson Gibson. V. Ex.<sup>a</sup> já submeteu uma questão à votação simbólica, portanto, tem de fazer o mesmo em relação às outras, até o encerramento da votação.

**O SR. CONSTITUINTE NILSON GIBSON:** – O processo de votação já foi iniciado.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Os meus eminentes companheiros estão querendo que o Presidente assuma uma posição contraditória. A votação simbólica da matéria já foi realizada na reunião anterior. Foi pedido destaque. Na hora do chamamento nominal dos Srs. Constituintes, verificou-se que não havia, na ocasião, como não houve hoje, número suficiente para formação do **quorum**. A única coisa que se poderia fazer seria suspender a reunião e solicitar aos nobres companheiros que aqui viessem para completar o **quorum**.

**O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE:** – Sr. Presidente, foi isso que fez V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Só posso dar como aprovada, agora, outra matéria se fizesse nova chamada nominal.

**O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE:** – Sr. Presidente, pela ordem. Estou acostumado a trabalhar nesta Casa e nunca vi em qualquer

instância e em momento algum, constatado que não havia número regimental, se proceder à votação de outras matérias, como fez V. Ex.<sup>a</sup>. Ora, se V. Ex.<sup>a</sup> deu um prazo a fim de que houvesse **quorum** para votação, e se vamos proceder à votação – inclusive V. Ex.<sup>a</sup> submeteu a votação outras matérias de destaque – não vejo razão alguma para que todas as matérias não sejam submetidas à votação, da mesma forma. Se houve pedido de verificação de **quorum**, assim deve-se proceder, mas não se pode diferenciar as coisas, pois se trata de comportamento que foge às nossas regras normais de trabalho nesta Casa. Apelo a V. Ex.<sup>a</sup> – como sempre tem feito – que consulte o Relator, o Constituinte Adolfo Oliveira e até mesmo o Plenário, se for o caso, a respeito da matéria.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A questão de ordem levantada por V. Ex.<sup>a</sup> poderia ser entendida, se o Relator assim concordasse, como uma proposta para que, nos casos de verificação de votação, quando não se obtiver **quorum**, que ela seja concluída e prevaleça o parecer do Relator. Então, na redação final, poder-se-ia incluir essa decisão, com o fim de corrigir omissão do nosso projeto no que concerne a normas de trabalho, o que esta causando todo esse retardamento.

**O SR. CONSTITUINTE NILSON GIBSON:** – Data Vênia, V. Ex.<sup>a</sup> só poderia fazer chamada nominal se houvesse a respeito requerimento por parte de um dos ilustres membros desta Comissão de Sistematização. Cabe a V. Ex.<sup>a</sup>, **data vênica**, proceder à votação.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A Mesa não pode adotar essa decisão, porque o nobre Constituinte Gerson Peres naturalmente recorrerá ao Sr. Presidente da Constituinte, e S. Ex.<sup>a</sup>, seguramente, decidirá por uma medida da Mesa que pode ser por V. Ex.<sup>a</sup> considerada arbitrária.

**O SR. CONSTITUINTE JOAQUIM BEVILÁQUA:** – Sr. Presidente, V. Ex.<sup>a</sup> tem toda autoridade para decidir. V. Ex.<sup>a</sup> é o Presidente da Comissão e nenhum Constituinte está pedindo verificação de presença. V. Ex.<sup>a</sup>, **ex officio**, está querendo fazer uma verificação de presença que não está sendo reclamada pelo Plenário.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Vou ouvir o Relator para que S. Ex.<sup>a</sup> considere como proposição complementar a do Constituinte Ademir Andrade que, aliás, é autor de um dos destaques, no sentido de que, quando o pedido de verificação não corresponder ao **quorum** regimentalmente exigido, deve prevalecer a votação simbólica que, já terá sido feita, ou o Parecer do Relator.

**O SR. CONSTITUINTE JOAQUIM BEVILÁQUA:** – Sr. Presidente, **data vênica**, permita-me esclarecer melhor o meu pensamento, que é exatamente o do Constituinte Ademir Andrade, de todos, da unanimidade aqui presente – só V. Ex.<sup>a</sup> esta discrepando.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Com a palavra o nobre Relator, Constituinte Bernardo Cabral.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, acho que não há dúvida,

estamos com cinquenta e nove Constituintes, alguns companheiros foram retirados de onde se encontravam, apenas porque um saiu... Acho que V. Ex.<sup>a</sup> deve reconsiderar e submeter ao plenário. Vamos decidir isso de uma vez por todas.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Consulto o plenário se concorda com a decisão de que, quando houver processo de verificação e a votação simbólica não for confirmada por falta de **quorum**, deve prevalecer essa decisão.

**O SR. CONSTITUINTE NILSON GIBSON:** – V. Ex.<sup>a</sup> está confundindo cachorro com gato. Não tem nada a ver uma coisa com a outra.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Já houve um apoio para o pedido de verificação feito pelo Constituinte Gerson Peres.

**O SR. CONSTITUINTE NILSON GIBSON:** – Naquela ocasião...

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Pelo que já se chamou, já se procede à chamada nominal.

**O SR. CONSTITUINTE NILSON GIBSON:** – Notem os omissos...

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – O que esta havendo, na verdade, é um processo de obstrução, o que é perfeitamente parlamentar.

**O SR. CONSTITUINTE NILSON GIBSON:** – Neste instante não é isso.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A obstrução é um direito e uma faculdade que qualquer Parlamentar tem de utilizar, desde que consiga obter um apoio regimental.

**O SR. CONSTITUINTE NILSON GIBSON:** – Sr. Presidente, V. Ex.<sup>a</sup> suspendeu a reunião por dez minutos. Deu reinício aos trabalhos, submeteu à votação um destaque. Como estão presentes cinquenta e nove Srs. Constituintes na Comissão de Sistematização. V. Ex.<sup>a</sup> então, poderia continuar com a votação do segundo destaque nessa prorrogação, e não está fazendo isso.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – É um processo de obstrução legítimo, porque os nossos companheiros não estão demonstrando interesse em comparecer à Comissão para votar matérias urgentes.

**O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE:** – Vamos submeter a votação...

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Quem deveria responsabilizar-se por isso seriam os ausentes, aqueles companheiros que, apesar de reiteradamente convocados, não vieram à Comissão para votar o seu Regimento. Mas a obstrução é legítima.

Ouviremos a seguir a palavra, pela ordem, do Constituinte Adolfo Oliveira.

**O SR. CONSTITUINTE ADOLFO OLIVEIRA:** – Sr. Presidente, o assunto foi posto em termos claros pelos Constituintes Ademir Andrade e Joaquim Beviláqua, que foi brilhante, assim como os demais colegas que falaram sobre o assunto. O importante é o seguinte: o parecer do Relator foi aprovado com **quorum** e maioria absoluta,

o que não alcançou **quorum** foi a alteração do parecer do Relator. Está claro prevalece o parecer do Relator. Este é o entendimento de todos.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem a palavra, pela ordem, o nobre Deputado Oscar Corrêa.

**O SR. CONSTITUINTE OSCAR CORRÊA:** – Sr. Presidente, **data vênia**, gostaria de expressar, em poucas palavras, opinião divergente ao que foi dito, agora, pelo ilustre Deputado Adolfo Oliveira. Em que pese os interesses de S. Ex.<sup>a</sup> serem os mesmos nossos, quais sejam, agilizar o processo, entre outras coisas, sem perda de perfeição, acho que V. Ex.<sup>a</sup>, **data vênia** – após suspender a reunião e após reconvocá-la ter constatado número regimental – deveria dar prosseguimento aos trabalhos e à votação da matéria. No momento em que reinicia V. Ex.<sup>a</sup> a reunião, deve fazê-lo a partir de onde concluiu os trabalhos, ou seja, votando o destaque do Deputado Gerson Peres, simultaneamente com o substitutivo do nobre Relator Bernardo Cabral. Sendo o destaque aprovado e não havendo pedido de verificação de **quorum**, não há por que insistir V. Ex.<sup>a</sup> nessa verificação. Sr. Presidente, parece-me claro e cristalino que a ausência do Deputado Gerson Peres significa inclusive que S. Ex.<sup>a</sup> talvez se tenha rendido à maioria, que foi contrária ao seu ponto de vista. Assim sendo não há por que, **data vênia**. Sr. Presidente, falar-se em que, não havendo **quorum**, o substitutivo seja vitorioso, nem isso tem que ser discutido. V. Ex.<sup>a</sup> tem que ater-se ao seguinte: não havendo pedido de verificação de **quorum** não há por que se proceder à votação novamente. A partir do momento em que o plenário é favorável ao relator, não havendo o pedido de verificação, não há por que V. Ex.<sup>a</sup> insistir no assunto.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Concedo a palavra, pela ordem, ao Constituinte Haroldo Lima. Depois darei a palavra ao Constituinte Gastone Righi.

**O SR. CONSTITUINTE HAROLDOLIMA:** – Sr. Presidente a questão está suficientemente bem debatida. Não há pedido de verificação de votação; por conseguinte, as votações vão ter de transcorrer normalmente pelo método simbólico. Dito isso, retiro a minha questão de ordem, porque o assunto já foi muito bem esclarecido.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Com a palavra, para uma Questão de Ordem o Constituinte Gastone Righi.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr. Presidente, antes da Questão de Ordem desejaria registrar que não há dúvida alguma de que, constatado número regimental no livro de presença, procede-se à votação e só se faz a verificação se houver pedido para isso. É pacífico. Mas não posso também, sob pena de criarmos um precedente, deixar de registrar aqui um protesto: todas as votações estão sendo feitas irregularmente, pelo seguinte: a votação não pode ser compartimentada. Regimentalmente não há votação que possa separar-se de reunião a reunião. Ela compreende uma reunião única. Votado o principal, ressalvados os destaques, têm que ser votados todos eles. Se não houver número reinicia-se a

votação na outra reunião. Não é possível que assim se proceda como norma ou princípio. Senão, quando o projeto chegar ao plenário e for aprovado, ou o substitutivo ressalvados os destaques, depois do processo de obstrução, em não havendo número para aprovação dos destaques, poder-se-á encerrar a Constituinte declarando aprovado **in totum** ou integralmente o substitutivo ou o projeto. Portanto, para que não se crie precedente, é preciso registrar aqui o protesto, levantar a Questão de Ordem, porque a votação é uma, e não estamos procedendo, nessa matéria, em termos de votação una. A Comissão de Sistematização, dada sua importância e relevância, não pode criar um princípio como este, que macularia a votação do próprio anteprojeto de Constituição, quando em plenário.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A Presidência deseja esclarecer ao nobre Constituinte Gastone Righi que o Regimento foi aprovado com ressalva das emendas e foi pedido destaque para essa emenda que teve parecer contrário do Relator. Procedida a votação simbólica, o destaque foi recusado porque visava a manter o texto original. Houve um pedido de verificação e quando foram contados os votos, o autor do destaque ressaltou que não havia **quorum**, portanto não podíamos considerar, verificar a votação. Embora no livro de presença constasse o **quorum**, não estava em plenário o número mínimo suficiente para justificar a votação, mesmo que fosse por maioria simples. Hoje novamente a reunião foi suspensa para que se votasse o destaque. O autor manteve o pedido de destaque; foi feita a votação nominal e, mais uma vez na contagem final, somente quarenta dos nossos membros compareceram. Então, não foi concluída a votação. A Questão de Ordem que temos de decidir é a seguinte: quando não há número suficiente para completar a votação, a solução pode ser a aprovação da matéria pelo voto simbólico? Esta é a Questão de Ordem.

Com a palavra o Senador Nelson Carneiro.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – Sr. Presidente, V. Ex.<sup>a</sup> conhece muito bem os Regimentos da Câmara e do Senado. Não estando presente quem requereu a verificação, cai o pedido de verificação. O nobre Deputado Gerson Peres não está presente, e, portanto, não há que pedir verificação. Vamos continuar a votação. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Estou zelando Sr. Constituinte, pela reputação da Mesa. O nobre Constituinte Gerson Peres estava presente até ser concluída a verificação. S. Ex.<sup>a</sup> só se retirou depois.

**O SR. CONSTITUINTE NILSON GIBSON:** – V. Ex.<sup>a</sup> está querendo tumultuar e complicar.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem a palavra, pela ordem, o Constituinte Nelson Carneiro.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – Agora V. Ex.<sup>a</sup> está criando um pedido de verificação.

**O SR. CONSTITUINTE NILSON GIBSON:** – V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Presidente, conseguiu reunir todos os



membros da Comissão de Sistematização contra V. Ex.<sup>a</sup>. V. Ex.<sup>a</sup> já notou? Todos estão contra V. Ex.<sup>a</sup>. Nunca ninguém conseguiu isso. V. Ex.<sup>a</sup> conseguiu esse feito notável. Meus parabéns, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A Mesa já proclamou o resultado da votação. Quarenta Srs. Constituintes votaram, sendo que 35 votaram a favor do texto.

**O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE:** – Pela ordem, Sr. Presidente. V. Ex.<sup>a</sup> está interpretando errado mais uma vez. Não sei que teimosia é essa de V. Ex.<sup>a</sup>. Peço que me garanta a palavra. V. Ex.<sup>a</sup> fez uma verificação de **quorum**, isto está constatado. V. Ex.<sup>a</sup> então, convocou os Constituintes. Encerrou a reunião e deu um prazo para que os Constituintes aqui comparecessem a fim de proceder à votação. Ora, votamos e aprovamos inclusive destaques, e não houve nenhum pedido de verificação de **quorum**. Queremos que V. Ex.<sup>a</sup> submeta o destaque à votação simbólica. V. Ex.<sup>a</sup> não tem de dar resultado de votação passada. Não há pedido de verificação de **quorum** nessa reunião. É impossível que V. Ex.<sup>a</sup> não compreenda isso.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, pela ordem. Estou de acordo com esta tese e peço a V. Ex.<sup>a</sup> que a submeta a votação.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Vamos, então, votar novamente o destaque.

**O SR. CONSTITUINTE NILSON GIBSON:** – Não é novamente. Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Vamos votar novamente o destaque pedido pelo nobre Constituinte Gerson Peres, que pretende incluir no art. 13 do Projeto de decisão, para que necessariamente dependam da maioria absoluta dos Constituintes. Esse é o objetivo. Estou profundamente constrangido em repetir essa votação, porque os Constituintes que apoiavam a posição do Constituinte Gerson Peres, como o Constituinte Francisco Benjamim e outros, já retiraram-se depois que proclamei o resultado da votação.

**O SR. CONSTITUINTE HAROLDO LIMA:** – Sr. Presidente, retiraram-se porque quiseram. A reunião continua. Estamos aqui e queremos votar esta questão. Na verdade, a partir deste instante V. Ex.<sup>a</sup> está sendo parcial. Queremos que V. Ex.<sup>a</sup> cumpra regimentalmente o seguinte preceito: os Srs. Constituintes que estão a favor permaneçam como estão, e, se alguém pedir verificação, V. Ex.<sup>a</sup> procederá à verificação. Sem isso não haverá nenhum tipo de posição regimental como V. Ex.<sup>a</sup> está exortando. Solicitaria a V. Ex.<sup>a</sup> que com a urgência que o caso está requerendo, pusesse em votação a matéria em pauta, e, se alguém pedir verificação, V. Ex.<sup>a</sup> a autorizará e não pode lamentar a ausência de alguns Constituintes do Plenário.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Srs. Constituintes, acho que há constrangimento do Presidente. S. Ex.<sup>a</sup> poderia passar a Presidência para o Constituinte Brandão Monteiro, que se encontra presente.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Lamento discordar da sugestão do nobre Relator. A decisão já foi proclamada, houve uma verificação e quarenta Srs. Constituintes estavam presentes. Não houve número para deliberação.

Declaro encerrada a reunião, convocando outra para decidirmos a matéria. Se V. Ex.<sup>as</sup> querem aprová-la, compareçam à reunião.

Está encerrada a reunião.

#### COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO TERMO DE REUNIÃO

Aos nove dias do mês de junho de mil novecentos e oitenta e sete, às nove horas e trinta minutos, a Comissão de Sistematização deixou de reunir-se por falta de **quorum**. Aguardando o decurso do prazo, por trinta minutos, às dez horas, persistindo a insuficiência de número para deliberação, o Sr. Constituinte Aluizio Campos, Primeiro-Vice-Presidente, no exercício da Presidência, declarou que a reunião deixava de realizar-se, tendo anunciado nova reunião ordinária para o dia dez de junho corrente, às dez horas, no plenário do Senado Federal, com a mesma Ordem do Dia: votação de requerimentos de destaques de dispositivos do Projeto de Resolução nº 1/87-CS que dispõe sobre as normas de funcionamento da Comissão. Compareceram os Srs. Constituintes: Brandão Monteiro, Virgildásio de Senna, Pimenta da Veiga, Nilson Gibson, Bernardo Cabral, Fernando Henrique Cardoso, Siqueira Campos, Ademir Andrade, Francisco Benjamim, Joaquim Bevilacqua, Cid Carvalho, Abigail Feitosa, Haroldo Lima, Aloysio Chaves, Antônio Carlos Konder Reis, Adolfo Oliveira, Sandra Cavalcanti, José Freire, Arnaldo Prieto, Inocêncio Oliveira, Jonas Pinheiro, Vicente Bogo, Délio Braz e José Genoino. E para constar, eu, Maria Laura Coutinho, Secretária, lavrei o presente termo.

#### 8ª Reunião Ordinária

Aos dez dias do mês de junho do ano de mil novecentos e oitenta e sete, às dez horas e vinte minutos, no plenário do Senado Federal, reuniu-se a Comissão de Sistematização, sob a Presidência do Sr. Constituinte Aluizio Campos, Primeiro-Vice-Presidente, no exercício da Presidência, presentes os seguintes Srs. Constituintes: Rodrigues Palma, Fernando Gasparian, Adolfo Oliveira, Aloysio Chaves, Antônio Carlos Konder Reis, Pimenta da Veiga, Nelson Jobim, Bernardo Cabral, Gerson Peres, Luís Eduardo, Sandra Cavalcanti, Arnaldo Prieto, Nilson Gibson, Haroldo Lima, Theodoro Mendes, Virgílio Távora, Renato Vianna, Joaquim Bevilacqua, Sigmaringa Seixas, Siqueira Campos, Christóvam Chiaradia, Inocêncio Oliveira, Jamil Haddad, Ademir Andrade, Darcy Pozza, José Geraldo, Francisco Benjamim, Luís Ignácio Lula da Silva, Wilson Martins, Nelson Carneiro, Manoel Moreira, José Ulisses de Oliveira, José Jorge, José Maurício, Francisco Rossi, Virgildásio de Senna, João Agripino, Enoc Vieira, Ottomar Pinto, Vicente Bogo, Mozarildo Cavalcanti, Chagas

Rodrigues, Bocayuva Cunha, José Tavares, Adylson Motta, José Maria Eymael e Simão Sessim. Havendo número regimental, o Sr. Presidente declarou abertos os trabalhos, anunciando a leitura da Ata da reunião anterior, que foi dispensada a requerimento do Sr. Constituinte Nilson Gibson, em face da distribuição de cópias aos membros, tendo sido a mesma aprovada unanimemente. O Sr. Presidente, considerando a ausência de **quorum** para a votação da matéria em pauta, colocou em discussão requerimento de autoria do Sr. Constituinte Marcondes Gadelha propondo indicação no sentido de que o texto da futura Constituição não exceda de duzentos artigos. Sobre o assunto falaram os Srs. Constituintes Haroldo Lima, Jamil Haddad, Nilson Gibson, Gerson Peres e Bernardo Cabral, tendo este, condição de Relator, destacado que a preocupação do Constituinte Marcondes Gadelha é a mesma de **éia** e que, pessoalmente, entende que a futura Constituição deva conter entre duzentos e trezentos artigos e que aceitava a proposta como sugestão e estímulo aos membros da Comissão a desenvolverem a sua colaboração no sentido de enxugarem os anteprojetos, que deverão ser apresentados até o dia quinze de junho. Falaram, ainda, subir o requerimento, os Srs. Constituintes Ademir Andrade, Gerson Peres, Nelson Jobim e João Agripino. Em seguida, o Sr. Constituinte Adylson Motta, em consulta à Mesa, indagou sobre a situação dos membros natos e dos membros oriundos das Comissões e Subcomissões, no que tange à participação destes nos trabalhos do Órgão. O Sr. Presidente, respondendo, afirmou que regimentalmente, são cinquenta e três os membros titulares natos e somente a estes correspondem, numericamente, os suplentes designados pelos respectivos partidos. O Sr. Constituinte Gerson Peres sugeriu fosse dada uma interpretação mais ampla às disposições regimentais, tendo defendido a indiferenciação para suplentes da Comissão. Prosseguindo, o Sr. Presidente anunciou a votação do destaque pedido pelo Sr. Constituinte Gerson Peres – art 13 do Projeto de Resolução nº 1/87-CS – "as deliberações da Comissão sobre matéria constitucional e projeto de resolução sobre consulta plebiscitária são adotadas pelo voto da maioria absoluta de seus integrantes" –, no sentido de incluir o projeto de decisão neste dispositivo. Em votação simbólica, o pedido de destaque foi rejeitado. O Sr. Constituinte Adolfo Oliveira, com a palavra, requereu fosse votada a redação final do Projeto de Resolução nº 1/87-CS, tendo sido a proposta aceita. Em votação, a redação final foi aprovada unanimemente. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente declarou encerrada a reunião, às dez horas e cinquenta e oito minutos, antes convocando reunião para terça-feira, dia dezesseis próximo. O inteiro teor desta reunião foi gravado, devendo ser publicado no **Diário da Assembléia Nacional Constituinte** e constituir-se-á na Ata circunstanciada dos trabalhos. E, para constar, eu, Maria Laura Coutinho, Secretária, lavrei a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente e irá à publicação.

#### Reunião do dia 10-6-87 Das 10:20 às 11:00h

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Havendo número regimental, declaro aberta a reu-

nião. Já foi distribuída a ata da reunião anterior e o Constituinte Nilson Gibson pede a dispensa da sua leitura. Aprovada.

Os Senhores que tiverem alguma observação a fazer, poderão remetê-la a Mesa para constar da próxima ata.

Concedo a palavra ao Constituinte Nilson Gibson.

**O SR. CONSTITUINTE NILSON GIBSON:** – Sr. Presidente, em entendimento, aqui, com o ilustre e nobre Constituinte Gerson Peres, constatamos que falta exclusivamente um destaque, requerido por S. Ex.<sup>a</sup>, informando-me que não pedirá a desistência do mesmo. Como S. Ex.<sup>a</sup> disse que não havia nenhuma consideração a tecer sobre a matéria, isso nos deixou muito satisfeitos. Portanto, poderíamos encerrar no momento a votação referente ao único assunto que falta ser debatido. Pediria a V. Ex.<sup>a</sup> que colocasse a matéria em votação, após ouvir o ilustre e nobre Constituinte Gerson Peres.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, apenas disse ao nobre Constituinte Nilson Gibson que não iria falar mais sobre esse assunto e não o farei. Quanto ao resto, acho que o assunto tem de ser conduzido aqui dentro da lei e em respeito ao Regimento. Só isto e mais nada. Não vou mais me preocupar, porque já me aborreci bastante.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Realmente, a matéria do destaque está dependendo de **quorum** para fazermos a verificação solicitada por V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE NILSON GIBSON:** – Sr. Presidente, no tocante ainda a esta parte, o nobre Constituinte Gerson Peres disse que realmente não iria mais solicitar a verificação de **quorum** e deixaria que se fizesse a votação simbólica, desde que houvesse número.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, não disse ao nobre Constituinte Nilson Gibson que iria solicitar verificação de **quorum** e nem o farei, porque acredito que a Presidência desta Comissão fará cumprir o que está na lei. Na hora em que não fizer isso, então, não adiantará mais nada.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Para repetirmos a votação, é necessário o **quorum** normal. Vamos aguardar um pouco porque hoje há a possibilidade de obtermos **quorum**.

A reunião está iniciada, e como existe outra matéria em pauta, vamos começar a discuti-la, uma vez que é de interesse de alguns membros da Comissão de Sistematização. Trata-se de uma indicação de autoria do nobre Constituinte Marcondes Gadelha, no sentido de que as disposições da nova Constituição não devem exceder 200 artigos. Como S. Ex.<sup>a</sup> está preocupado com o grande número de dispositivos que têm sido apresentados em relatório, sugeri esse limite.

Pego ao Sr. Relator que se pronuncie sobre essa proposição, que a Mesa recebe como projeto de resolução, porque não há em nosso Regimento a figura da indicação, embora haja no Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte. Mas, pela sua natureza, a matéria se ajusta a um projeto de resolução.

**O SR. CONSTITUINTE HAROLDO LIMA:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Concedo a palavra ao nobre Relator. Em seguida, ouviremos V. Ex.<sup>a</sup>, com muito prazer.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, se V. Ex.<sup>a</sup> me permite, sempre ouço com muito prazer o nobre Constituinte Haroldo Lima, Líder do Partido Comunista do Brasil. Sei que S. Ex.<sup>a</sup> não levantaria uma questão de ordem se não fosse pertinente. Se V. Ex.<sup>a</sup> me permitir esse privilégio, antes de fazer a enunciação do meu parecer, gostaria de ouvir o nobre Líder Haroldo Lima.

**O SR. CONSTITUINTE HAROLDO LIMA:** – Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup> a deferência. Na verdade, a minha questão de ordem não é para complicar os trabalhos, mas justamente no sentido de ordená-los.

Sr. Presidente, penso que todos aqui desta Comissão estamos dispostos a promover a votação que esta em curso. Gostaria de ponderar, inclusive do ponto de vista das normas parlamentares, que, uma vez iniciada a votação, ela só é suspensa quando concluída. Em um determinado instante, a reunião pode ser levantada por falta de **quorum**, e, reaberta no momento seguinte, retorna-se à votação. Por outro lado, considero que a questão de haver **quorum** ou não deve ser vista também pelos preceitos regimentais que norteiam os nossos trabalhos, ou seja, a votação é iniciada e, se em determinado momento algum membro da Comissão, em função de seus interesses particulares e políticos, considerar necessário pedir a verificação de **quorum**, aí, sim, se faz a verificação. Não creio que cabe ao Presidente, antes de iniciar a votação, já prever se há **quorum** ou não. Cabe ao Presidente deliberar se a lista de presença da Comissão aponta a existência de um número de Constituintes que permite o início da votação, quando então é iniciada. Se algum Constituinte pedir a verificação de **quorum** para um item específico, faz-se a verificação. Não havendo pedido de verificação de **quorum**, a votação tem andamento.

Sr. Presidente, penso que essas normas, que norteiam os trabalhos parlamentares desta Casa, devem ser observadas em geral, e especialmente agora, porque estamos numa situação em que temos de votar esse Regimento inapelavelmente hoje, sem o que vamos criar um problema constrangedor para nós. Somos uma Comissão da maior responsabilidade e não conseguimos votar um Regimento, já não sei há quantas reuniões. E está pairando uma idéia de que não se sabe bem por que esta votação não anda, inclusive por mecanismos anti-regimentais. Não são os métodos usuais de trabalho que estão impedindo que a votação seja feita.

Solicito a V. Ex.<sup>a</sup> que promova a votação da matéria que está em curso, que não deve ser interrompida.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A Presidência não iniciou a votação exatamente porque da lista de presença constava apenas o comparecimento de 24 e, depois, 25 Senhores membros da Comissão. Por isso mesmo a votação não foi

iniciada. Havendo outra matéria em pauta, preferi iniciar a discussão. Logo que o **quorum** esteja completado, será suspensa a discussão para que, imediatamente, procedamos à votação.

**O SR. CONSTITUINTE JAMIL HADDAD:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE JAMIL HADDAD:** – Sr. Presidente, entendo que a partir do momento em que o nobre Constituinte Gerson Peres não retira seu pedido de verificação, não temos condições de prosseguir nesta matéria, já que S. Ex.<sup>a</sup> pedirá verificação e a reunião terá que ser suspensa.

**O SR. CONSTITUINTE NILSON GIBSON:** – Não pedirá.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, parece que os meus colegas estão querendo aprovar as matérias sem maioria. Acho que não devemos nem discutir o assunto, porque fica feio para nós conduzirmos os trabalhos a fim de votar as matérias sem que haja maioria.

**O SR. CONSTITUINTE JAMIL HADDAD:** – Ainda não conclui, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Com a palavra, pela ordem, o Constituinte Jamil Haddad.

**O SR. CONSTITUINTE JAMIL HADDAD:** – Não há dúvida alguma: já que V. Ex.<sup>a</sup> declarou que só há 37 Srs. Constituintes, neste momento é claro, é obvio que não existe número regimental para deliberar.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Não sou eu quem esta impedindo: é o Regimento que impõe que não se pode votar sem o número regimental.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A Presidência já decidiu, exatamente por não haver **quorum**, discutir outra matéria constante da pauta. Logo que se complete o **quorum**, a discussão será interrompida e iniciaremos a votação. Este é um processo normal que se costuma adotar inclusive no plenário das duas Casas do Congresso Nacional.

**O SR. CONSTITUINTE JAMIL HADDAD:** – Sr. Presidente, a minha colocação é esta – para concluir – sobre a segunda matéria.

Acho, Sr. Presidente, que o nobre Constituinte Marcondes Gadelha pretende que a Constituição seja " enxuta", não tenha, na realidade, uma dimensão das maiores. Mas é impossível, que, aqui, neste momento, possamos deliberar que a Constituição terá, no máximo, 200 artigos. Se amanhã tiver 201, 202 ou 203 artigos, tornaremos uma deliberação que invalida, na realidade, a aprovação da nova Constituição. Parece-me que todos desejamos seguir, se possível, até aquela máxima de Capistrano de Abreu, de que a Constituição deveria ter apenas um artigo: "Todo brasileiro é obrigado a ter vergonha na cara".

Mas, na prática, Sr. Presidente, dada a complexidade dessa matéria nova na Constituição brasileira, acho que isso não procede. Entendo o posicionamento do Constituinte Marcondes Gadelha,

mas acho impossível, a esta altura, deliberarmos que a Constituição só pode ter 200 artigos.

De modo que esta é a colocação que faço a respeito da matéria colocada em discussão.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Ouviremos o nobre relator sobre a proposição do Constituinte Marcondes Gadelha.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a preocupação do eminente Constituinte Marcondes Gadelha é a que preside a todos os Srs. Constituintes que compõem a Assembleia Nacional Constituinte. Tenho dito, apesar de algumas deturpações, que o ideal seria que tivéssemos uma Constituição que não ultrapassasse os 200 artigos ou se situasse entre os 200 e 300.

Ainda há pouco, saíram das Subcomissões para as Comissões Temáticas 2.668 disposições. E nas Comissões Temáticas, antes das emendas cujo prazo terminou ontem à noite, apesar da preocupação que tiveram os respectivos Relatores, essas disposições atingiram acima de 2.200 itens. Disse, ainda ontem, que o ideal seria que pudéssemos, na Comissão de Sistematização, fazer uma revisão no que for repetitivo, no que um artigo se superpusse a outro, a fim de não ultrapassarmos os 200 artigos. A imprensa noticiou que teria eu dito que faríamos a redução para 200 artigos, poder de que não disponho, e sim o de compatibilizar o que vier das Comissões Temáticas.

Enfim, essa preocupação do Senador Marcondes Gadelha deve-se ater ao problema da revisão, que de vez em quando ocorre. Há uma febre revisionista, sobretudo no nosso País, a cada tempo, de analisarmos o texto constitucional. Se nos debruçarmos sobre o problema científico e tecnológico com as novas áreas de conhecimento, precisaríamos ter o cuidado de não fazer uma Constituição tão extensa que se atenha mais sobre o conjuntural, desprezando o estrutural, e comece já sendo uma Constituição envelhecida antes do tempo. A Constituição dos Estados Unidos, que serve como exemplo para todos nós que seguimos o sistema presidencialista, faz 200 anos, mas tem apenas 7 artigos, conforme sabemos, e as emendas de 1 a 26. A nossa imitação não chega a ser tão perfeita.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Mas existem as seções.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Em verdade, há sete artigos e as emendas constitucionais que a Suprema Corte andou privilegiando, mas não passa disso. E é simples que se entenda isso, porque o sistema presidencialista, lá, não é bem igual ao nosso.

Tenho à minha frente, Sr. Presidente – e gostaria de levar ao conhecimento dos Srs. Constituintes que compõem nossa Comissão –, vinte exemplos de Constituições: a da Alemanha dispõe de apenas cento e quinze artigos; a da Argentina, cento e dez; a do Chile, cento e dezenove; a da República Popular da China, cento e trinta e oito; a de Cuba, cento e quarenta e um, e não tem disposições transitórias; a da Espanha, cento e sessenta e nove; a dos Estados Unidos – já fiz referência –, a da França, apenas oitenta e nove artigos, sem disposições transitórias; a de Guiné-Bissau, cento e dois artigos, sem disposições tran-

sitórias; a da Itália, cento e trinta e nove artigos sem disposições transitórias; a do Japão, noventa e nove artigos, tendo de cem a cento e três disposições transitórias; a do México, cento e trinta e seis, com disposições transitórias do art. 1º ao 16º; a do Paraguai, duzentos e trinta e um artigos; a do Peru, trezentos e sete artigos; a de Portugal, trezentos artigos; a da Suíça, cento e vinte e três; a da União Soviética, cento e setenta e quatro; a da Venezuela, duzentos e cinquenta e dois; a do Uruguai, trezentos e trinta e dois artigos. As que ultrapassam os 300 artigos são as do Peru e do Uruguai; as outras situam-se entre 100 e 200.

O parecer do Relator, Sr. Presidente, é no sentido de que possamos acolher a sugestão do Constituinte Senador Marcondes Gadelha, mas não inflitirmos para a esperança de que isso possa ser seguido na Constituição brasileira.

Vale, Sr. Presidente, como subsídio. Parece-me que a orientação do Senador Marcondes Gadelha foi no sentido de mostrar tudo que fosse possível fazer para impedirmos que textos repetitivos, textos de legislação ordinária ou suplementar não figurassem na nossa Constituição futura.

Neste particular, Sr. Presidente, tenho apenas que render meus aplausos ao Constituinte Marcondes Gadelha.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – O nosso Relator considera um apelo a proposição do Senador Marcondes Gadelha e um estímulo aos membros da Comissão a desenvolverem naturalmente a sua colaboração no sentido de enxugar os anteprojetos que deverão ser apresentados até o dia 15.

Dou a palavra, pela ordem, ao Deputado Adylson Motta.

**O SR. CONSTITUINTE ADYLSON MOTTA:** – Sr. Presidente, pediria a V. Ex.<sup>a</sup> a gentileza de uma informação sobre a situação dos suplentes nesta Comissão. Tenho participado, na condição de suplente, pela bancada do PDS, e é sabido que existem os membros eleitos em número, parece-me, de quarenta e nove, e os membros natos, que são os presidentes e relatores de Comissões e os relatores de Subcomissões. Pergunto a V. Ex.<sup>a</sup> se o suplente assume apenas na falta do membro eleito ou se ele assume também na ausência dos membros natos. Fiz esta pergunta a colegas que não me souberam responder, e para que não venha a acontecer futuramente algum problema com relação a essa participação, e até para norteá-la na Comissão de Sistematização, gostaria de saber de V. Ex.<sup>a</sup> qual seria o procedimento correto com relação à participação do suplente.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Pelo texto do Regimento Interno, são cinquenta e três os membros titulares da Comissão, exclusive os natos, e somente esses cinquenta e três membros têm suplentes designados pelos respectivos partidos. De maneira que os suplentes assumem na falta dos titulares, mas, pelas disposições já votadas nas nossas normas de trabalho, adotou-se o critério de que o suplente que participa da discussão é quem vota a matéria que ele discutiu. De maneira que, em razão de sua função, os membros natos não têm suplentes. Os presidentes das Comissões temáticas e relatores de tais Comissões e Subcomissões não têm suplentes.

Estes se designam apenas em relação aos membros originários da Comissão de Sistematização. A matéria está regulada no art. 8º, do projeto já aprovado:

"Os suplentes partidários da Comissão participarão dos trabalhos, obedecida a ordem das suas assinaturas no livro próprio e em número correspondente ao dos respectivos titulares ausentes, que só poderão assumir seus lugares na mesma reunião após a votação da matéria de cuja discussão não hajam participado."

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem a palavra V. Ex.<sup>a</sup> pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Interpretando o Regimento ao pé da letra, encontramos-nos diante de um dilema em determinadas situações. Se, porventura, 2/3 dos membros natos aqui não comparecerem, não poderemos decidir matéria de ordem constitucional, por não dispormos de **quorum** suficiente para deliberar, uma vez que os suplentes não poderão assumir. Então, determinadas situações podem ocorrer no decurso da votação de matéria constitucional. Ora, se os titulares, relatores e presidentes de Comissões aqui não comparecerem no dia da votação, estará esta Comissão privada dos 2/3, maioria absoluta, para deliberar.

Sr. Presidente da Comissão de Sistematização:

Quando da realização da reunião da Comissão de Sistematização, em dez de junho fluente, levantei questão de ordem sobre a situação dos suplentes, em face à existência de tais tipos de integrantes da Comissão, ou seja, os cinquenta e três membros indicados e os quarenta membros natos, em decorrência de serem relatores de Subcomissões (vinte e quatro) ou presidentes e relatores de Comissões Temáticas (dezesseis).

Afirmou S. Ex.<sup>a</sup>, o então Presidente dos trabalhos, em um primeiro momento – e consta da Ata –, que os suplentes assumiriam apenas na ausência dos membros eleitos. Após contestação oferecida pelo Constituinte Gerson Peres, o Sr. Presidente reconsiderou o assunto, definindo que o suplente assumiria na ausência de qualquer membro da Comissão, indistintamente, observando apenas a condição partidária, o que não constou da Ata dos trabalhos.

Assim sendo, e tendo sido esta posição ratificada em resposta à questão de ordem que levantei na reunião de 28 de junho fluente – quando V. Ex.<sup>a</sup> entendeu que o suplente assume na ausência de qualquer constituinte, indicado ou nato, apenas observando a condição partidária –, requeiro a correção da Ata do dia 10 de junho de 1987. Tenho a impressão de que deveríamos dar uma interpretação mais ampla ou então, modificar este Regimento com o intuito também de designar os suplentes dos membros da Comissão, quer titulares, quer natos, pois não vejo diferença entre eles. Isto porque, quando a Comissão se integrar, eles terão a mesma função e as mesmas atribuições.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Esclareci há pouco que havia apenas 53 suplentes, que podem assumir na falta dos presidentes e

relatores das Comissões com o objetivo de representarem os respectivos partidos. De maneira que esse risco fica minimizado, porque 53 suplentes, mais os membros natos da Comissão, devem completar o **quorum** da maioria absoluta exigida para a votação de matéria constitucional.

Continua em discussão a proposição do Senador Marcondes Gadelha, oportunidade em que os ilustres membros têm de se manifestar sobre a conveniência de elaborarmos uma Constituição casuística ou enxuta.

A matéria está submetida à apreciação do Plenário.

Concedo a palavra ao Deputado Ademir Andrade.

#### O SR. CONSTITUINTE ADEMIR

**ANDRADE:** – Sr. Presidente, admira-me a colocação de V. Ex.<sup>a</sup> porque não posso admitir que esta Assembléia Nacional Constituinte elabore uma Constituição casuística. O fato de ela ter inúmeros artigos ou de ser enxuta não significa uma coisa nem outra.

A proposta do Constituinte Marcondes Gadelha sequer deveria ser submetida à apreciação desta Comissão, que deveria recebê-la apenas como orientação e sugestão de um Constituinte. Isso não faz sentido, e não a atribuição da Comissão de Sistematização limitar o número de artigos da nova Constituição do Brasil. Na fase inicial dos nossos trabalhos, nos primeiros trinta dias, reza o Regimento da Assembléia Nacional Constituinte que temos apenas o poder de compatibilizar as matérias, devendo respeitar seu mérito e a quantidade daquelas provenientes das Comissões Temáticas com destino a outra Comissão. Após o período de 40 dias para apresentação de emendas de plenário, teremos, em seguida, vinte e cinco dias para aproveitá-las ou não podendo, aí sim, entrar no mérito dessa questão.

Portanto, não há nenhum sentido na discussão da proposta do Constituinte Marcondes Gadelha, mas gostaria de manifestar minha opinião sobre o tema, acrescentando que o Brasil está passando por uma nova fase da sua História, uma fase de aprendizado político, rica com a participação política do povo brasileiro. Seu nível de consciência política e seu desejo de participação aumentaram progressivamente a cada dia. Não me passa pela cabeça elaborarmos uma Constituição duradoura. Absolutamente. O processo de aperfeiçoamento político e o nível de consciência política aumentam enquanto os políticos ligados à questão popular buscam a igualdade e a justiça social. Por isso, não espero fazermos uma Constituição eterna ou que dure muito tempo, mesmo porque as emendas apresentadas no futuro serão necessárias, válidas, lógicas. Espero que a futura Carta Magna não dure até o ano 2000 ou 2100. Pretendemos fazer a melhor Constituição, a mais avançada possível, mas não me constrange saber que, no próximo ano, poderíamos emendá-la tantas vezes quantas necessárias ao seu aperfeiçoamento. Ademais, não vejo por que a restrição ao número de artigos da Constituição. O Brasil, infelizmente, é um país onde há pouca compreensão política por parte da sua população. Até o nível de conhecimento do povo é extremamente limitado devido ao nível de alfabetização ministrada às classes dominantes ao longo do tempo. Precisamos de leis para que o povo possa, pelo menos, ter um instrumento de luta. E quanto mais essa

Constituição for detalhada, tanto melhor para ele. A depender de mim, ela disporia de 1.500, 2.000 artigos, e ainda seria pouco.

#### O SR. CONSTITUINTE GÉRSO

**PERES:** – Permite-me V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

#### O SR. CONSTITUINTE ADEMIR

**ANDRADE:** – Com prazer, nobre colega.

#### O SR. CONSTITUINTE GÉRSO

**PERES:** – Nobre Constituinte Ademir Andrade, louvo a opinião de V. Ex.<sup>a</sup> em não se importar muito que a Constituição alcance até 1.500 artigos. **(Risos.)** Digo francamente a V. Ex.<sup>a</sup> que o povo brasileiro não lê nossa atual Constituição, com apenas 220 artigos. Imagine se ela tiver 1.500 artigos, além dos parágrafos e incisos! Aí, ninguém lerá a Constituição.

#### O SR. CONSTITUINTE ADEMIR

**ANDRADE:** – V. Ex.<sup>a</sup> se engana. Agora, mais do que nunca, o povo está tomando consciência dessa questão e está acompanhando o processo de elaboração da nova Carta Magna. O povo ainda quer ver seus direitos num instrumento legal, como a nossa futura Constituição. Por pior que ela venha a ser, seu texto será extremamente útil à sociedade, porque o debate desses temas está sendo levado às praças através da televisão e do rádio, motivando a população brasileira na luta pelos seus direitos. Dessa forma, defendo que nossa Constituição deva ser a mais detalhada e ampla possível, definindo, de maneira clara e objetiva, tudo o que ela propõe a respeito dos deveres e direitos de todo cidadão brasileiro. Portanto, entendo que não temos por que nos preocupar em enxugar a Constituição. Muito pelo Contrário, devemos deixá-la ampla para que, nas mínimas visas, possa clarear e definir o direito de cada cidadão, a fim de que este possa buscar os seus direitos.

#### O SR. PRESIDENTE (Aluizio

**Campos):** – Em seguida darei a palavra ao nobre Constituinte Nelson Jobim.

A discussão é exatamente sobre se devemos ter uma Bíblia ou um catecismo.

#### O SR. CONSTITUINTE NELSON

**JOBIM:** – Sr. Presidente, a minha intervenção se justifica porque estamos aguardando **quorum** para prosseguir a votação. Gostaria de tecer uma pequena consideração sobre a temática de constituições sintéticas ou analíticas. Creio que este é um pseudoproblema que decorre exatamente de determinada concepção expressa na manifestação do Constituinte Ademir Andrade. O que está por trás desta discussão não é o problema da extensão ou não, é o da definição das regras da sociedade. As Constituições elencadas pelo eminente relator, principalmente com o exemplo da Constituição americana, nos levam a afirmar que são amplas ou restritas na medida em que se ajustam à conduta social e às relações inter-sociais. É exatamente neste momento que há uma homogeneização, em que o Estado reflui e produz uma norma constitucional, que só é norma de articulação de poderes do Estado, ou seja, normas de regramento das relações dos poderes do Estado, e não intervêm na sociedade para definir determinados tipos de regras. Hoje estamos vivendo uma sociedade de transição, onde existem **n** pressupostos e **n** conflitos, os quais têm que ser geridos pela Carta Constitucional. Portanto, maior ou me-

nor extensão de uma Constituição não decorre de uma decisão lógica, de uma decisão analítica, mas exatamente da constatação de determinada realidade social conflitante e divergente. Creio que falar nesse assunto é um pseudoproblema. Diria mais – examinando tecnicamente o assunto –, não há razão alguma para discutirmos, na Comissão de Sistematização, se a Constituição deve ter duzentos ou quatrocentos artigos, porque quem decidirá isto será o Plenário. A Comissão de Sistematização deverá respeitar as decisões finais das comissões temáticas no que diz respeito ao seu conteúdo.

Sr. Presidente, creio que é realmente um pseudoproblema que é trazido à colação exatamente por aqueles que têm intenção de afastar ou não, ou fazer penetrar o Estado na sociedade, para regrear as relações interindividuais.

#### O SR. CONSTITUINTE JOÃO

**AGRIPINO:** – Sr. Presidente, peço a palavra.

#### O SR. PRESIDENTE (Aluizio

**Campos):** – Havendo **quorum** para votação, interrompemos a discussão após o pronunciamento do Constituinte João Agripino. Encareço a S. Ex.<sup>a</sup> que se limite ao tempo regimental para procedermos à votação.

#### O SR. CONSTITUINTE JOÃO

**AGRIPINO:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, fico surpreso ao saber que meu ilustre conterrâneo, Constituinte Marcondes Gadelha, de formação profissional médica, preocupa-se com os números. Por que a Constituição deverá ter duzentos artigos? Por que não cento e noventa e oito? Por que não duzentos e quatro? A questão de estipular o número de duzentos artigos é meramente numerológica. Poderíamos ter uma Constituição com duzentos artigos, mas com quinhentos parágrafos, com oitocentos incisos, com mil alíneas. E ficaria nos duzentos artigos. Não se pode pretender estipular um número para que a Constituição não o ultrapasse. Se forem estipulados esses duzentos artigos, Sr. Relator, V. Ex.<sup>a</sup> teria um trabalho insano. Suponhamos que as propostas completassem trezentos artigos. V. Ex.<sup>a</sup> teria, então, que os reduzir a duzentos artigos, fazendo parágrafos, incisos e alíneas, como propõe o Constituinte Marcondes Gadelha. A Constituição tem que ser, antes de mais nada, precisa, tem que espelhar nitidamente o assunto sem ensejar interpretações futuras. Quanto menos interpretações couberem, melhor. O povo quer uma Constituição que possa ler, que possa entender, e que não precise ser submetida a interpretações futuras de tribunais de qualquer espécie. Apenas os conflitos chegariam aos tribunais. Esta é a minha opinião a respeito dos duzentos artigos propostos pelo Constituinte Marcondes Gadelha.

#### O SR. PRESIDENTE (Aluizio

**Campos):** – Passemos à votação.

Repetiremos a votação do destaque sobre o art. 13, cujo texto, já aprovado em votação simbólica, é o seguinte:

"As deliberações da Comissão sobre matéria constitucional do projeto de **ilegível** sobre consulta pebliscitária são adotadas pelo voto da maioria absoluta de seus integrantes."

O dispositivo anterior incluía o projeto de decisão entre as matérias dependentes de votação absoluta.

O destaque do nobre Constituinte Gerson Peres visa a restabelecer a redação originária, que inclui o projeto de decisão.

Vamos proceder à votação simbólica.

Os Srs. Constituintes que votam a favor do texto constante no projeto, de acordo com o parecer do eminente Relator, conservem-se como se encontram. (Pausa.) Aprovado em votação simbólica.

Fica concluída a votação do projeto de resolução referente às nossas normas de trabalho.

**O SR. CONSTITUINTE ADOLFO OLIVEIRA:** – Sr. Presidente, pela ordem. Em virtude de não termos normas regimentais próprias, requeiro – acredito que com a anuência do Plenário – dispensa de interstício para votação imediata da redação final do nosso projeto de normas de trabalho.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – De acordo. Em votação a proposição do Constituinte Adolpho Oliveira, os Srs. Constituintes que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovada.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, pela ordem. Há um destaque que não foi votado e que se refere ao dispositivo arbitrário que determina o não-apanhamento de discursos ou apartes pela Taquigrafia, com a concordância de, no mínimo, metade dos membros. Pedia a supressão desse dispositivo, porque considero uma interferência do Presidente na expressão do Parlamentar.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – O destaque de V. Ex.<sup>a</sup> foi votado e rejeitado por voto simbólico, permanecendo o texto constante, na reunião em que houve a verificação apenas da matéria que acaba de ser votado, sobre dispositivo que determina o não-apanhamento de discurso ou aparte pela Taquigrafia. A impressão que tenho é de que não se distancia do objetivo de V. Ex.<sup>a</sup>, porque implicitamente é uma atribuição que compete ao Presidente, quando necessário, tomar a providência de polícia dos trabalhos. Gostaria que V. Ex.<sup>a</sup> compreendesse por que não foi pedida a verificação de votação do destaque.

Antes de encerrar nossos trabalhos, convoco uma reunião para terça-feira. De acordo com o Regimento Interno, nossas reuniões ordinárias serão às terças, quartas e quintas-feiras e os Srs. Constituintes encontrarão aqui, na próxima terça-feira, os avulsos do Regimento da Comissão, que serão distribuídos a todos.

Está encerrada a reunião.

#### 4ª Reunião Extraordinária da Comissão de Sistematização

Aos vinte e oito dias do mês de junho do ano de mil novecentos e oitenta e sete, às quinze horas e quatro minutos, no Plenário da Câmara dos Deputados, reuniu-se a Comissão de Sistematização, sob a Presidência do Senhor Constituinte: Afonso Arinos, presentes os seguintes Senhores Constituintes: Prisco Viana, Plínio de Arruda Sampaio, Inocêncio Oliveira, Adolfo Oliveira, Raimundo Bezerra, Egídio Ferreira Lima, Ademir Andra-

de, Antônio Carlos Konder Reis, Fernando Gasparian, Sigmaringa Seixas, João Calmon, Alcei Guerra, Fernando Lira, Paulo Pimentel, Brandão Monteiro, Jarbas Passarinho, Aluizio Campos, Nelson Jobim, Sandra Cavalcanti, Virgildásio de Senna, Siqueira Campos, Roberto Freire, Haroldo Lima, Manoel Moreira, José Richa, Mário Lima, Edme Tavares, Renato Vianna, José Santana de Vasconcellos, Carlos Sant'Anna, Haroldo Sabóia, Celso Dourado, Francisco Rossi, Wilson Martins, José Luiz Maia, Francisco Pinto, Christóvam Chiaradia, Cid Carvalho, Lysâneas Maciel, José Freire, José Genoino, Afonso Arinos, Euclides Scalco, Jonas Pinheiro, Adylson Motta, Paes Landim, Marcos Lima, Mozarildo Cavalcanti, Antônio Mariz, Chagas Rodrigues, José Costa e Hugo Napoleão. Estiveram presentes, também, os Senhores Constituintes, não-membros, Raul Ferraz, Jorge Arbage, Vivaldo Barbosa, Jofran Frejat, Jesus Tajra, Mello Reis, Moisés Pimentel e Áureo Mello. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, anunciando que cópia da Ata da reunião anterior foi distribuída aos presentes, tendo sido dispensada a sua leitura, e leu avisos referentes ao processo de recebimento de emendas ao Anteprojeto do Relator, especificando o prazo, local e horário para esse procedimento. Não se encontrando presente o Relator, Constituinte Bernardo Cabral, o Senhor Presidente convidou o Senhor Constituinte Nelson Jobim para substituí-lo, durante a reunião, e ofereceu esclarecimentos sobre os prazos destinados ao uso da palavra pelo Relator, por autor de proposição, pelos membros e demais Constituintes, com a admissão de apartes, por até um minuto. Concedida a palavra ao Constituinte Nelson Jobim, na conformidade do convite formulado para substituir o Relator, a Senhora Constituinte Sandra Cavalcanti levantou questão de ordem chamando a atenção para o fato de que o Regimento Interno da Assembléia não alude às figuras de Relator Substituto, Relator Adjunto ou Relator Auxiliar, sendo tais figuras criação dos que se decidiram ajudar no trabalho da relatoria, **ilegível** regimental ou fala o Relator. Respondendo à questão de ordem, o Senhor Presidente apresenta pedidos de desculpas ao Relator designado, pela bondade de aceitar a incumbência, porque o desejo que o animava ao fazer o convite foi o de não atrasar o andamento dos trabalhos. Sobre o mesmo assunto falou, ainda, o Constituinte Egídio Ferreira Lima, que defendeu poder o Presidente da Comissão, sem cometer desobediência ao Regimento, designar um Relator Substituto, especialmente no caso. Com a palavra, o Senhor Constituinte Adylson Motta reapresentou questão de ordem sobre a participação do suplente nos trabalhos da Comissão, em razão da sua discordância entre o que afirmou, na reunião realizada no dia dez do corrente, o então Presidente em exercício. Constituinte Aluizio Campos, e o que registrava a Ata respectiva. O Senhor Presidente assegurou que o Suplente partidário assume a vaga, nas reuniões, desde que ausente o membro titular integrante do mesmo Partido. Em seguida, em questão de ordem, falaram os Senhores Constituintes Adolfo Oliveira e Sandra Cavalcanti, quando indagaram sobre a natureza das emendas a serem apresentadas à matéria da competência da Comissão da Família, da Educação, Cultura

e Esportes, da Ciência e da Tecnologia e da Comunicação. Retomando a palavra, o Senhor Presidente assegurou que examinaria a questão e o mais rapidamente possível oferecerá a resposta cabível, prosseguindo, o Senhor presidente declarou iniciada a discussão do Anteprojeto apresentado pelo Relator, anunciando que a lista para inscrição encontrava-se sobre a Mesa à disposição dos interessados. Falou, a seguir, o Senhor Constituinte José Genoino, abordando a questão da abertura ou não a todos os Constituintes, da possibilidade de apresentarem emendas ao Anteprojeto, sobre o que respondera o Senhor presidente que, mediante entendimentos havidos, e diante de posicionamento do Presidente da Assembléia Nacional Constituinte sobre o assunto, serão recebidas todas as emendas que chegarem à Mesa. Sobre o mesmo assunto falou o Senhor Constituinte Adolfo Oliveira, tendo este Parlamentar solicitado a distribuição de cópias do Ofício do Presidente Ulysses Guimarães à Presidência da Comissão facultando aos constituintes não-membros apenas a possibilidade de levantarem questão de ordem, sem direito à apresentação de requerimento ou emendas. O Senhor Constituinte Wilson Martins, com a palavra, requereu a Presidência que determinasse o lançamento nas notas taquigráficas e distribuisse aos demais membros integrantes da Comissão o teor de documento que apresentava, contendo sinopse das emendas de compatibilização e adequação que está elaborando, em estudo do Anteprojeto de Constituição, na condição de Relator Adjunto. O Senhor Constituinte Ademir Andrade, falando a seguir, manifestou sua preocupação com o calendário elaborado para a discussão e votação do Anteprojeto, e sugeriu que fosse ouvido o Relator Substituto designado, Constituinte Nelson Jobim, para que fizesse uma explanação sobre o trabalho. Com a palavra, o Senhor Constituinte Aluizio Campos, abordando a questão do calendário, afirma que as colocações do Constituinte Ademir Andrade se encontram solucionadas, na forma do estabelecido nas normas internas da Comissão. Falaram ainda, na reunião, os Senhores Constituintes Inocêncio Oliveira, que sugeriu o retorno da Comissão ao Plenário do Senado Federal e que as reuniões que se realizavam, fora do horário regimental, sejam consideradas extraordinárias e, por último, José Genoino, em posicionamento quanto à reunião, consultando se haveria uma reunião para que o Relator diga sobre a sistemática a ser adotada desde a apresentação das emendas a sua apreciação. Em resposta o Senhor Presidente teceu considerações sobre o fato auspicioso que se passava, na História constitucional do Brasil, quando, ao mesmo tempo, estavam todos, juntos, planejando e construindo um "edifício". Disse, ainda, esperar que na próxima reunião o Relator possa oferecer, pessoalmente, as respostas suficientes. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião, às quinze horas e quarenta minutos, convocando reunião extraordinária para o dia vinte e nove do corrente mês, às vinte horas, no mesmo local, para discussão do anteprojeto. O inteiro teor desta reunião foi gravado, devendo ser publicado no Diário da Assembléia Nacional Constituinte e constituir-se-á na Ata circunstanciada dos trabalhos. E, para constar eu, Maria Laura Coutinho,

lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação. Excelentíssimo Senhor Presidente da Comissão de Sistematização da Assembléia Nacional Constituinte.

Na forma regimental (Art. 11 do RICS), requieiro a Vossa Excelência que determine o lançamento nas notas taquigráficas e faça chegar ao conhecimento dos demais Constituintes integrantes desta Comissão o inteiro teor do documento anexo, que consubstancia uma sinopse de todas as

emendas de compatibilização e adequação que este Constituinte está elaborando, após detida análise e estudo do texto do Anteprojeto de Constituição, na condição de Relator-Adjunto.

Nestes termos.  
P. deferimento.

Brasília-DF. Sala das Sessões, em 28 de junho de 1987. — Constituinte **Wilson Martins**,  
Relator Adjunto.

Comissão de Sistematização  
Ofício S — Nº 086/87 Brasília, 28 de junho de 1987

Senhor Constituinte,  
Atendendo solicitação do Senhor Constituinte Wilson Martins, na reunião do dia 28 do corrente mês, o Senhor Presidente Constituinte Afonso Arinos determinou fôsse encaminhado para conhecimento de V. Ex.<sup>a</sup> documento, em anexo. Atenciosamente. — **Maria Laura Coutinho**,  
Secretaria.

**SINOPSE DAS PROPOSTAS DE EMENDAS DE COMPATIBILIZAÇÃO E ADEQUAÇÃO DO ANTEPROJETO DE CONSTITUIÇÃO APRESENTADAS PELO RELATOR ADJUNTO WILSON MARTINS**

Artigos	Matéria	Natureza da Emenda
1º	Excluir a expressão "um" antes de Estado e a locução "de direito" depois de democrático, por redundância	supressiva/modificativa
2º, IV	Suprimir o texto tendo em vista seu caráter discursivo e supérfluo, além do que a idéia está contida no sistema do anteprojeto.	supressiva
3º	Suprimir o artigo porque na democracia, por razões óbvias, o Estado é o meio de realização dos interesses coletivos, sendo desnecessária uma afirmação expressa.	supressiva
4º	Suprimir a locução "são os principais", depois de judiciário, tendo em vista que o legislativo o executivo e o judiciário, são os únicos órgãos da soberania nacional, não havendo razão para afirmar que são os principais quando são os únicos.	supressiva/modificativa
5º	Suprimir o dispositivo porque meramente discursivo e supérfluo, e a idéia está implícita no sistema adotado pelo Anteprojeto.	supressiva/modificativa
6º; I, II, III, IV e V.	Excluir os incisos referidos porque são meramente discursivos, supérfluos e vinculam idéias que estão amplamente contidas no sistema.	supressiva/modificativa
7º	Suprimir o inciso II porque não se coaduna com a boa técnica, sendo meramente discursivo e supérfluo.	supressiva/modificativa
11	Suprimir o artigo e os incisos, uma vez que a Constituição está sendo feita para o Brasil e não para o MUNDO. O Poder Constituinte Nacional não pode ditar regras para outras nações.	supressiva/modificativa
12	Incluir a idéia do § 1º, no "caput", supressiva após "Congresso Nacional", incluindo-se a expressão "no prazo de trinta dias", visando o enxugamento do texto. O § 2º, passa a ser parágrafo único.	supressiva/modificativa
13. I. a	Acreditar após "vida": "ressalvados os direitos do nascituro". A Constituição não pode olvidar o sistema tradicional do direito de família pátrio, que sempre consagrou proteção ao nascituro.	aditiva
13, I, e	Excluir o dispositivo porque a idéia está contida no sistema do Anteprojeto e especialmente na alínea "d" do mesmo inciso.	supressiva
13, I, H	Suprimir a norma porque a idéia está compreendida no sistema e demais dispositivos, sendo redundante.	supressiva
13. I, i	Dar nova redação ao texto, em homenagem à boa técnica legislativa: "A lei definirá o crime de tortura, insusceptível de anistia, observadas a inafiançabilidade e imprescritibilidade"	modificativa
13, III, d	Dar nova redação ao texto em homenagem à boa técnica legislativa:	modificativa

	"A lei definirá os crimes de atentados aos direitos e liberdades fundamentais e os de discriminação racial e étnica, observadas e inafiançabilidade e imprescritibilidade."	modificativa
Artigos	Matéria	Natureza da Emenda
13. III e	Suprimir a alínea "e", do inciso III, do artigo 13, por absoluta impertinência; ademais, a idéia está contida no sistema albergador dos direitos e garantias delineados pelo Anteprojeto.	supressiva
80	Aperfeiçoar ou melhorar a redação substituindo a locução "a suspensão" por "na suspensão" e a expressão "a indisponibilidade" por "na indisponibilidade" e "o ressarcimento" por "no ressarcimento".	modificativa
80. § 1º	Suprimir o texto por colisão com os artigos 207, 233, 205 e 213, os quais tratam da legitimação e as competências das diversas Justiças, inclusive do próprio STF.	supressiva
85. II	Substituir a locução "a admissão ao serviço público" por "o ingresso no serviço público", porque do ponto de vista técnico jurídico a expressão admissão é reservada para os casos de contratação do servidor pelo regime da CLT ou por regime especial não estatutário. A modificação proposta visa dar abrangência maior ao texto no sentido de alcançar todas as hipóteses de ingresso no serviço público.	modificativa
85. III	Substituir o vocábulo "vencimento" por "remuneração". De conformidade com o Direito Administrativo o vocábulo "vencimento" é a retribuição pecuniária padrão de vida ao servidor público pelo efetivo exercício do cargo e não abrange outras vantagens pecuniárias auferidas a título de adicional ou gratificação. Daí porque, tecnicamente, quando o legislador quer se referir só ao padrão emprega o vocábulo "vencimento" e quando quer indicar o padrão mais as vantagens, utiliza o vocábulo "vencimentos" ou "remuneração".	modificativa
85. IV	Substituir o vocábulo "seus" por "os", entre as palavras "para" e "servidores" e substituir a locução "bem como plano de classificação" por "planos de classificação".	modificativa
85. V	Substituir a expressão "privativamente" por "preferencialmente". Tal como redigida no texto estará, do ponto de vista político, inviabilizando o provimento dos cargos de escalões superiores da administração federal, estadual e municipal.	
85. VII	Suprimir o texto por absoluta impertinência constitucional. A matéria deve ser tratada em lei Ordinária.	supressiva
85. X	Substituir a expressão "admissão" por "ingresso", portanto, do ponto de vista técnico administrativo, é mais abrangente e alcança todas as hipóteses de ingresso, enquanto que a palavra admissão é reservada apenas para os casos de contratação pela CLT ou regime especial não estatutário.	
86	Dar nova redação ao artigo visando compatibilizá-lo com o disposto no artigo 194. II, "a", onde, tal como no regime da Constituição vigente, ficou assegurado ao magistrado direito de exercer o magistério. Logo a redação do artigo deve ser a seguinte: "É vedada a acumulação remunerada de cargos, funções públicas, empregos e proventos, exceto: I – a de dois cargos de professor; II – a de um cargo de professor com um técnico ou científico; III – a de juiz com o cargo de professor."	



Artigos	Matéria	Natureza da Emenda
94	Suprimir a parte final do artigo 94, uma vez que a idéia está contida na primeira parte do dispositivo.	supressiva
94, § 1º	Modificar a redação do dispositivo, a fim de compatibilizá-lo com o artigo 93 e § 4º do próprio artigo 94 e § 4º do artigo 233. O texto modificado está a contemplar a vitaliciedade do Oficial das Forças Armadas por via indireta, o que não é próprio da tradição pátria. Demais disso, a vitaliciedade, no sistema constitucional adotado pelo anteprojeto é própria e exclusiva dos magistrados (art. 194, I, "a"), não podendo ser estendida a militares. Por outro lado, o dispositivo impede a aplicação das normas disciplinares internas da caserna (RDE) baseadas na hierarquia e disciplina. A redação deve ser a seguinte: "O Oficial das Forças Armadas só perderá o posto e a patente por sentença condenatória, a pena restritiva de liberdade superior a dois anos, transita em julgado, sem prejuízo dos casos previstos na legislação disciplinar própria".	modificativa
94, § 3º	Corrigir a redação da locução "ou função públicos" para "ou função pública". Modificar a redação do vocábulo "temporários" por "temporária". A proposta visa a adequação gramatical do texto.	modificativa
65, § 1º	Modificar a redação para compatibilizar o dispositivo com o § 1º do artigo 96. Pelo disposto no artigo 158, o mandato do Presidente da República está fixado em cinco anos. Com efeito, a vinculação do mandato dos deputados distritais à duração do mandato presidencial viola a regra geral dos mandatos legislativos estatuída no referido dispositivo (4 anos). Esta norma, por simetria, será adotada pelos Estados membros da Federação, o mesmo devendo ocorrer com o legislativo do Distrito Federal, sob pena da Constituição criar uma categoria superior de deputados (distritais) com mandato diverso e mais longo.	
99, IV	Substituir a locução "do estado de sítio" por "o estado de sítio". Compatibilização gramatical.	modificativa
99, XIV	Dar nova redação ao dispositivo, a fim de compatibilizá-lo as normas do Capítulo V, Título IX (Comunicação), ficando assim redigido: "Referendar a concessão e a permissão para exploração dos serviços de rádio e televisão, bem como suas renovações."	
99	Aditar o inciso XVII. O aditamento se impõe no sentido de transpor o disposto no artigo 436 para o elenco próprio onde estão definidas as competências do Congresso Nacional	aditiva
100	Inserir na locução "de quem tenha enriquecido" a partícula "se", ficando a referida locução assim redigida: "de quem tenha se enriquecido".	aditiva
116, § único	Suprimir o parágrafo único por impertinência constitucional, uma vez que é possível pretender através de lei complementar estabelecer padrões para elaboração, redação e alteração de leis em geral. Desde que mantido o dispositivo, implicará numa diminuição aos parlamentares.	supressiva
117, § 4º	Unificar as alíneas "a" e "b", da seguinte maneira: "a federação ou a república", renumerando as demais. A proposta visa a adequação técnico-constitucional.	modificativa

<b>Artigos</b>	<b>Matéria</b>	<b>Natureza da Emenda</b>
143, § 1º, b	Corrigir a locução "provendo <b>ops</b> cargos" para "provendo-lhe os cargos"	modificativa
144, II, b	Suprimir a locução "junto ao Tribunal de Contas", tendo em vista que pelo disposto no art. 235, I, o Ministério Público está unificado para atuar junto aos Tribunais, inclusive no de Contas.	supressiva
144. § 1º	Excluir a locução "e somente poderão aposentar-se com as vantagens do cargo após cinco anos de efetivo exercício". A exclusão visa compatibilizar o dispositivo com o disposto no art. 87, letras c, d e § 1º e ainda com o disposto no art. 192, V.	supressiva
162. X	Em face deste dispositivo, suprimir o 128, e §§, devendo o inciso X do art. 162 ter nova redação: "vetar, parcial ou totalmente, no prazo de quinze dias, projeto de lei, ou solicitar a sua reconsideração ao Congresso Nacional." Incluir no inciso um parágrafo único nos seguintes termos: "O veto parcial somente abrangerá texto integral de artigo, de parágrafo, de inciso, de número ou de alínea, devendo o Presidente da República comunicar as razões do veto ou do pedido de reconsideração ao Presidente do Senado Federal, para ser apreciado dentro de trinta dias".	
290	Suprimir, integralmente, o artigo, Supressiva a supressão visa adequar a matéria com os artigos 49, VIII e 336. No sistema adotado pelo Anteprojeto, a União detém o controle das atividades financeiras e as fiscaliza, razão pela qual deve ser responsabilizada pela má administração do sistema.	Supressiva
320.	Dar nova redação ao artigo: A lei disciplinará o modo de aquisição da propriedade urbana de até 250 m <sup>2</sup> , mediante usucapião, em favor do possuidor que, de boa fé e sem oposição, o detiver por mais de cinco (5) anos ininterruptos. A sugestão visa purificar o texto constitucional de regras civilísticas que devem ser disciplinadas pelo legislador ordinário.	supressiva
325. § único, letra "a"	Suprimir a locução "ou está em curso de ser". A emenda visa evitar confusão de interpretação que poderá inviabilizar a reforma agrária.	supressiva
332	Excluir do texto a locução "de preferência". A supressão visa adequar o texto à filosofia contida no Capítulo II, no que diz respeito à reforma agrária.	supressiva
333, § 1º	Excluir a expressão "agrícola" e a locução "a ser promulgada no prazo de um ano", dando-se nova redação ao dispositivo: A lei criará órgão planejador permanente de política agrícola, visando:	Supressiva/modificativa.

Artigos	Matéria	Natureza da Emenda
	<p>a) regularização das safras, comercialização e sua destinação ao mercado interno e externo;</p> <p>b) preços mínimos e garantias;</p> <p>c) seguro rural;</p> <p>d) crédito rural e agroindustrial;</p> <p>e) tributação;</p> <p>f) estoques reguladores;</p> <p>g) armazenagem e transporte;</p> <p>h) regulação do mercado e comércio exterior;</p> <p>i) apoio ao cooperativismo e associativismo;</p> <p>j) pesquisa, experimentação, assistência técnica e extensão rural;</p> <p>k) eletrificação rural;</p> <p>l) estímulo e regulamentação do setor pesqueiro;</p> <p>m) conservação do solo;</p> <p>n) estímulo e apoio à irrigação.</p> <p>A supressão da palavra "agrícola" do texto do § 1º se justifica na desnecessidade de denominação ou rotulação das leis.</p> <p>A supressão da frase "a ser promulgada no prazo de um ano" se justifica em face do disposto no artigo 452, § 2º, que criou uma comissão de transição para adequar, no prazo de seis (6) meses, formulando propostas ao Congresso Nacional, toda a legislação e atos da administração pública. Com efeito, a atuação do Congresso Nacional não pode ficar vinculada a um prazo determinado.</p>	
333, § 2º	Suprimir, integralmente, o parágrafo porque está contido na letra "j". Em consequência, o parágrafo primeiro passa a ser parágrafo único do art. 333.	supressiva
334	Suprimir, integralmente, o artigo a substância do dispositivo está contida no art. 13, inciso I. Com efeito, insere-se a alínea "j", no referido artigo, para albergar o que consta no artigo suprimido, nos seguintes termos:	supressiva
	"A lei estabelecerá política habitacional para o trabalhador rural, com o objetivo de garantir-lhe dignidade de vida e propiciar-lhe a fixação no meio onde vive".	
336	Suprimir a palavra "inclusive" do <b>caput</b> dada a inocuidade da mesma para o sentido da norma.	supressiva
343	Está incorreta a referência feita ao art. 40, devendo ser retificada para art. 341.	modificativa
345	Suprimir a locução "§ 6º do", permanecendo a parte final do dispositivo com a seguinte redação: "a que se refere o artigo anterior".	supressiva
347	Supressão total do dispositivo porque a matéria já está contida (subsumida) no direito de petição previsto no artigo 13, inciso XV e alíneas "a" e "b".	Supressiva
349	Suprimir, integralmente, o texto. A idéia ou o princípio do dispositivo está subsumida no artigo 350. Se o Estado assegura o direito à saúde, evidentemente, que só pode ser para todos os integrantes da comunidade estatal.	Supressiva
354	Substituir o termo "regulação" por "regulamentação" a fim de que se consiga uma padronização redacional, cuja uniformidade evitará interpretações divergentes no futuro.	Modificação

Artigos	Matéria	Natureza da Emenda
355. § 1º	Incluir a expressão "e Custeio" após investimento. A omissão da vedação do custeio no texto. implicaria a possibilidade de destinar-se recursos públicos para a manutenção das instituições privadas de saúde com fins lucrativos.	Aditiva
355, § 2º	Substituir a locução "contrato de direito público" por "convênio". A hipótese prevista é de complementação na assistência, circunstância que sempre surge em situações emergenciais ou de urgência. Exigir-se um ajuste mediante contrato solene (administrativo), o qual importará, necessariamente, em uma licitação, sob suas diversas modalidades, evidentemente, poderá tornar inócua a atuação assistencial pela demora no atendimento. Ademais, a ruptura do vínculo contratual exige a mesma solenidade inclusive com problemas residuais em algumas hipóteses. O convênio, por sua vez, envolve uma conjugação de esforços e permite maior celeridade no atendimento ao público necessitado e também depende de prévia qualificação da empresa, estando sujeito ao crivo fiscalizador do Legislativo e Tribunal de Contas, bem como passível de ação popular.	
359 e §§	Suprimir porque a substância dos dispositivos estão contidas no artigo 425, Capítulo VII (Da Família, do Menor e do Idoso). Portanto a compatibilização é inarredável.	Supressiva
360	Substituir a palavra "facilitem" por "possibilitem", que se adequa melhor com o sentido do dispositivo.	Modificativa
361; I	Substituir as expressões "eventos" por "fatos" e "desaparecimento" por "ausência", para adequar gramaticalmente o texto a fim de se evitar dúvidas de interpretação que podem comprometer a aplicação da norma constitucional, pela utilização de termos não constantes da tradição do nosso direito. A nova redação fica assim: "Cobertura dos fatos de doença, invalidez e morte, incluindo os casos de acidente do trabalho, velhice, reclusão, ofensa criminal e ausência".	Supressiva/ Modificativa
361; III	Excluir o que consta após a palavra "paternidade". Adequação gramatical para eliminar a dubiedade veiculada pelo texto que, na prática, sem dúvida nenhuma, trará resultados negativos. Além disso, a matéria relativa ao direito de família e do trabalho deve constar de legislação ordinária.	Supressiva
361, IV	Excluir tudo o que consta após a palavra involuntário, pois se trata de texto supérfluo e desnecessário.	Supressiva
362	Excluir tudo o que consta após a palavra "serviço", por redundância e adequação jurídico-gramatical.	Supressiva
364	A referência ao artigo 183 está incorreta, devendo ser retificada para artigo 86, II, § 3º	Modificativa
367	Substituir a locução "a subvenção ou incentivo fiscal do Poder Público" por "a destinação de recursos públicos", cujo sentido é mais abrangente e se encontra em dispositivos anteriores. Aprimora-se a redação e ajustam-se os conceitos dos termos jurídicos.	Modificativa
368	Suprimir totalmente o artigo. O dispositivo faz remissão ao artigo 26 que, na verdade, se refere ao artigo 26 do Anteprojeto da Comissão da Ordem Social que foi suprimido pelo Relator nesta fase, todavia, sem a correspondente supressão do artigo 71 do mesmo Anteprojeto que permaneceu "solto", agora com o número 368.	Supressiva
369	Substituir a palavra "indivíduos" por "pessoas", alterando-se o gênero da palavra "aqueles" para "aquelas" (feminino) uma vez que para uma sistematização adequada deve-se usar a palavra cuja tradição implantou em nosso direito uma conceituação mais técnica. Adequação jurídico-gramatical.	Modificativa

Artigos	Matéria	Natureza da Emenda
378	Alterar a redação substituindo a locução "obedecer-se-ão" por "serão obedecidos", evitando-se dúvidas de aplicação e interpretação da norma constitucional, além de dar-lhe um caráter imperativo.	Modificativa
379, V	Corrigir a redação, eliminando o "s" das palavras "as capacidades", para uma adequação léxico-gramatical.	Supressiva
379, § 2º	Substituir o termo direito por acesso para compatibilizar a norma com os princípios adotados pelo Anteprojeto no tocante à Educação e especialmente porque o artigo 377 enfatiza que "a educação, <b>Direito</b> de cada um, é dever do Estado". Logo, a modificação proposta é manifestamente procedente.	Modificativa
390	Após o termo "direitos" acrescentar a expressão "intelectuais e". Visa a emenda enxugar o texto para que possa ser suprimido o § 2º do artigo 400.	Aditiva
390, § único	Suprimir todo o parágrafo único do artigo 390, cujos dispositivos repetem a mesma idéia do " <b>caput</b> ".	Supressiva
393	Suprimir pela total inocuidade de seu dispositivo.	Supressiva
396	Suprimir integralmente o artigo, transportando o termo "desporto" para a alínea "X", do inciso XIX, do artigo 49.	Supressiva
399	Reunir a norma do parágrafo único ao texto do " <b>caput</b> ", ficando suprimido o respectivo parágrafo, dando-se a seguinte redação: "Compete à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios criar normas para o turismo, instituindo taxas e incentivos e benefícios fiscais pertinentes."	Aditiva
400 § 2º	Suprimir, tendo em vista já haver sido acrescentado o termo "intelectuais" no "caput" do artigo 390.	Supressiva
402	Retificar o número 396 para 307.	Modificativa
405	Transportar o dispositivo do artigo 405, "caput", para a letra "e", inciso IV, do artigo 13.	Supressiva Aditiva
405, § único	O parágrafo único, em consequência da supressão acima, passa a ser o artigo 405.	Modificativa
406	Acrescentar no "caput" do artigo 406 após a palavra "propriedade" os termos "e administração"; bem como acrescentar após a palavra "jornalísticas", entre vírgulas, a locução "de qualquer espécie" e após a vírgula, a locução "inclusive de televisão". Evidentemente, tais locuções deixaram de integrar o texto do artigo por um lapso redacional.	Aditiva
406, § 1º	Acrescentar após a palavra "jornalísticas" uma vírgula seguida do termo "de televisão". Houve um lapso redacional.	Aditiva
407	Dar nova redação, com supressão, adição e modificação de palavras e locuções, da seguinte forma: "Compete ao Poder Executivo, "ad referendum" do Congresso Nacional, ouvido o órgão competente, outorgar concessões e permissões de serviços de rádio e televisão."	
408, "caput"	Suprimir a locução "nas áreas de radiodifusão e de outros meios eletrônicos". A supressão visa dar uma redação mais técnica ao dispositivo, excluindo aquilo que já está subentendido.	Supressiva
408. I	Suprimir a locução "e estatal", substituindo-se a vírgula pelo "e" entre as palavras "público, privado"; acrescentar a palavra "permissão", antecedida de uma vírgula, após a palavra "concessão". Motivo: A palavra estatal retrata a mesma idéia e conceito do termo "público": e a "permissão" por se tratar de uma das formas de delegação do serviço.	Supressiva e aditiva
408, II	Excluir a locução "na exploração dos serviços concedidos". Trata-se de redundância, uma vez que o capítulo cuida, justamente, desses serviços que, além de concedidos, podem ser explorados diretamente ou através de permissão.	Supressiva

Artigos	Matéria	Natureza da Emenda
408, IV	Suprimir o inciso porque a idéia já está contida no parágrafo único do artigo 404.	Supressiva
409	<b>ilegível</b> de defesa contra a promoção da violência e outras formas de agressão à moralidade publica". A emenda visa dar maior concisão e síntese ao texto.	Modificativa
409, § único	Transportar o parágrafo único do artigo 410 para o artigo 409, uma vez que se trata de matérias correlatas.	Aditiva
410, § único	Suprimir o parágrafo único, transportando-o, como tal, para o artigo 409.	Supressiva
412	Suprimir o artigo por redundância, uma vez que os artigos 407 e 408, I, já tratam da mesma matéria.	Supressiva
414, II	Aditar a palavra "sua" antes do vocábulo "pesquisa", suprimindo-se a locução "de material genético". A emenda visa apenas dar uma melhor técnica redacional.	Aditiva e Supressiva
421	Suprimir o artigo 421, cuja colocação no texto deve ser melhor adequada, remetendo o dispositivo para a letra "c" do inciso II, do artigo 270.	Supressiva
422. "(caput)"	Acrescentar após a palavra crime, que deve ser redigida no plural (crimes), o termo qualificativo "inafiançáveis". Motivo: A adição se justifica tendo em vista o sentido que se quis dar ao § 1º, inadequada e a tecnicamente redigido.	Aditiva
422. § 1º	Suprimir integralmente o § 1º, cuja redação e sentido já estão contidas na nova disposição do "caput"	Supressiva
422, § 2º	Com supressão do § 1º, o § 2º passa a ser parágrafo único, com nova redação de melhor técnica e adequação à tradição do nosso direito.	Modificativa
§ único.	"Os agentes, independentemente de existência de culpa, responderão pelos danos causados."	
423, § 1º	Suprimir a parte final do dispositivo, consistente na locução "sendo gratuito o processo de habilitação e a celebração", substituindo-a pela locução "desde que o interessado afirme a impossibilidade de pagar as custas e emolumentos". Motivo: Destina-se a compatibilizar com os dispositivos dos artigos 199 e 203, que se referem à gratuidade da Justiça e à não oficialização ou não estatização dos cartórios de registro.	Supressiva e aditiva
424, § 2º	Suprimir a locução "através de ação pública ou privada" porque a lei penal é que estabelece a forma do procedimento e da iniciativa da ação penal.	Supressiva
428, § 2º	Dar nova redação ao texto, com maior precisão jurídico-gramatical.	Modificativa
432, § 2º	"A lei estabelecerá período de licença do trabalho ao adotante, para fins de adaptação ao adotado."	
432, § 2º	Acrescentar ao final do dispositivo a locução "no prazo de cinco anos", para possibilitar o enxugamento do texto da Constituição, suprimindo-se o artigo 498.	Aditiva
435	Suprimir o dispositivo porque as atribuições do Ministério Público Federal já estão previstas no inciso IV do artigo 237	Supressiva
435, § único	Suprimir e transpor para o texto do artigo 213, como inciso XI. Motivo: melhor técnica de adequação.	Supressiva
436	Suprimir e transferir para o artigo 99 como inciso XVII para uma melhor adequação de técnica legislativa.	Supressiva
437	Modificar a expressão "Comando Revolucionário" por "Regime Militar", para atender o espírito democrático da nova Carta e, ainda, a melhor técnica legislativa.	Modificativa
438	Suprimir o artigo 438, integralmente, porque a idéia já está contida no dispositivo do artigo 482, que trata da anistia, e porque a perda do cargo, em virtude da Emenda Constitucional nº 7, não se deu por motivos políticos.	Supressiva
461	Suprimir porque o seu conteúdo já está expresso no artigo 202.	Supressiva

Artigos	Matéria	Natureza da Emenda
469	Suprimir o artigo porque já expressamente contido no artigo 481.	Supressiva
498	Suprimir o artigo 498 porque já está o dispositivo contido no artigo 432. § 2º, sendo que o prazo de <b>llegível</b> . Constituinte <b>Wilson Martins</b> .	Supressiva
ADENDO		
49, XIX, "x"	Acrescentar a locução "e desporto", à alínea "x", repontuando-se o ponto e vírgula (;) após a palavra <b>desporto</b> .	Aditiva
213, XI	Acrescente-se o inciso XI ao artigo 213, com a seguinte redação: "dirimir disputas sobre os direitos indígenas;" A adição decorre da supressão do parágrafo único do artigo 435.	Aditiva
270,II, c	Acrescentar após a palavra social a locução "e dedicadas à defesa dos recursos naturais e do meio ambiente"; bem como suprimir o aditivo "e" após a palavra educação, colocando-se, em seu lugar, uma vírgula (,).	Aditiva

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Havendo número regimental – mais de 20 Srs. Constituintes – declaro abertos os trabalhos da Comissão de Sistematização.

Foram distribuídos cópias da Ata da reunião anterior, sendo permitida a retificação a requerimento oral ou escrito:

Não havendo quem queira manifestar-se sobre a Ata, passarei aos avisos: primeiro, as emendas serão recebidas na sala de emendas da Secretaria da Comissão, diariamente, a partir de hoje, até a próxima quinta-feira, de acordo com ofício já encaminhado aos Srs. Constituintes; segundo, haverá reunião de segunda a quinta-feira neste plenário, a partir das 20 h, para discussão do anteprojeto; terceiro, a lista de inscrições para debates encontra-se sobre a mesa.

Finalmente, solicito aos Srs. Constituintes que, antes de qualquer intervenção, declinem o nome parlamentar, para facilitar a identificação na gravação dos debates.

Convido o Sr. Constituinte Nelson Jobim para substituir o Sr. Relator, que se ausentou desta Capital.

O Autor e o Relator poderão usar da palavra pelo prazo de vinte minutos improrrogáveis; os demais membros ou suplentes da Comissão, pelo prazo de dez minutos improrrogáveis; os Constituintes que não sejam membros da Comissão, pelo prazo de três minutos improrrogáveis. Poderão ser admitidos apartes de até um minuto. Tudo isso consta do Regimento Interno aprovado para o funcionamento da Comissão de Sistematização.

Concedo a palavra ao ilustre Relator.

**O SR. RELATOR (Nelson Jobim):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, em vista da ausência involuntária do Relator Bernardo Cabral cabe-me fazer uma exposição o inicial...

**A SRA. CONSTITUINTE SANDRA CAVALCANTI:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma

questão de ordem. O Regimento Interno é muito claro. Temos um Relator indicado, que não está presente.

O Regimento Interno não fala em Relator substituto, Relator adjunto e Relator auxiliar. Essas foram figuras criadas por nós mesmos, com a maior boa vontade, com o intuito de ajudar, mas não são figuras regimentais. Ou existe designação regimental, ou fala o Relator.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Pelas informações de que dispõe a Presidência designou-se um Relator para substituir o Relator efetivo, a fim de apresentar as considerações que seriam utilizadas por S. Ex.<sup>a</sup>. A Presidência é de opinião de que não resta outra saída senão apresentar pedidos de desculpas ao Relator designado, teve a bondade de aceitar esta incumbência. Houve uma infração involuntária no Regimento, porque eu não conhecia as disposições vigentes. Achei que poderia substituí-las por uma indicação feita pelo Relator. Mas atendo às considerações da Casa e desculpo-me profundamente perante o Relator designado.

Continua em discussão a matéria.

**O SR. CONSTITUINTE EGÍDIO FERREIRA LIMA:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. CONSTITUINTE EGÍDIO FERREIRA LIMA:** – Sr. Presidente, quero apenas fazer um registro. Acho que a solução não foi a mais regimental. Pelo Regimento da Assembléia Nacional Constituinte, os Relatores das Comissões Temáticas e da Comissão de Sistematização são designadas pelo Presidente da Comissão. Apenas convencionou-se promover a eleição do Relator da Comissão de Sistematização. Por uma questão de interesse partidário e que fugiu às normas regimentais, o partido poderia fazer isso, e o fez.

Na ausência do Relator, acho que, tranquilamente, independentemente de determinação expressa do Regimento. V. Ex.<sup>a</sup>, como Presidente, poderia indicar qualquer membro da Comissão para fazer o papel do Relator. Acho que isso é perfeitamente normal e não fere o Regimento. Seria uma rigidez excessiva querer que o Regimento previsse o substituto do Relator. Acho que isso está no bom arbítrio de V. Ex.<sup>a</sup>, como Presidente, e é uma das atribuições que o Regimento lhe dá.

Quero apenas fazer este registro.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Agradeço ao nobre Deputado o registro que acaba de fazer, trazendo uma importante contribuição para a interpretação futura do Regimento. Mas não posso voltar atrás na minha interpretação, que foi causada pelas dúvidas suscitadas aqui. E, se compete à nossa Comissão dirimir as dúvidas, não compete à sua Presidência inaugurá-las. De forma que reitero a decisão anterior e agradeço ao nobre Deputado a sua participação.

Continua a reunião.

**O SR. CONSTITUINTE ADYLSO MOTA:** – Sr. Presidente, creio que este assunto já foi encerrado. Queria renovar agora uma questão de ordem que levantei na última reunião. Estou aqui na condição de suplente. É sabido que a Comissão de Sistematização tem os membros natos – são 53 – e os membros que estão integrando a Comissão de Sistematização na condição de Presidente e Relatores das Comissões e Subcomissões etc. Fiz uma pergunta na última reunião e aqui na Ata, Sr. Presidente, como o Regimento estabelece que deva ser por escrito, está uma definição completamente diferente da conclusão a que chegou o então Presidente naquela reunião.

Disse o Presidente que o suplente assume na ausência de qualquer dos noventa e três participantes, e não na ausência dos membros natos,



porque neste momento não mais existem as Subcomissões nem as Comissões Temáticas e todos são membros da Comissão de Sistematização. Faço esta pergunta, Sr. Presidente, até para que eu possa programar minha atividade parlamentar. Hoje, por exemplo, deixei de viajar para estar aqui. Quero saber de V. Ex.<sup>a</sup> se assumimos apenas na vaga de um membro nato ou na vaga de qualquer integrante da Comissão de Sistematização.

Na última reunião, o Presidente, num primeiro momento, disse que seria apenas na vaga de membros natos. A seguir, ante uma contestação do Constituinte Gerson Peres, S. Ex.<sup>a</sup> modificou sua decisão, dizendo que o suplente assumiria na vaga de qualquer integrante da Comissão de Sistematização.

Então, gostaria de uma definição de V. Ex.<sup>a</sup> para, definitivamente, saber em que condições devo comparecer à Comissão de Sistematização.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Pelas informações de que disponho, V. Ex.<sup>a</sup> assumiria a posição desde que fosse integrante do partido daquele membro da Comissão que estivesse ausente.

**O SR. CONSTITUINTE ADYLSO**  
**MOTTA:** – Independente de ter faltado o membro nato ou não nato?

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Essa é a informação que acabo de receber dos assessores técnicos, não apenas da Comissão, mas também da Casa.

**O SR. CONSTITUINTE ADYLSO**  
**MOTTA:** – Então, com a concordância de V. Ex.<sup>a</sup>, vou encaminhar por escrito uma retificação à Ata, porque consta diferentemente neste texto.

Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Com a palavra o nobre Constituinte Adolfo Oliveira.

**O SR. CONSTITUINTE ADOLFO OLIVEIRA:** – Sr. Presidente, minha questão de ordem diz respeito à natureza das emendas que podem ser apresentadas durante este período de cinco dias. Quanto ao trabalho de sistematização das sete Comissões que concluíram suas atividades, o Plenário sabe que as emendas devem limitar-se a compatibilizar os textos e a sanar as eventuais falhas ou lacunas. No que diz respeito à matéria da competência da oitava Comissão, que não chegou a decidir coisa alguma, creio que não perduram dúvidas quanto à competência do Plenário de apresentar emendas sobre o mérito, porque o texto que ali se encontra não foi aprovado por ninguém, por Comissão alguma.

Assim, Sr. Presidente, para esclarecimento do Plenário e para facilitar nosso trabalho de preparação de emendas, gostaria de ouvir a palavra de V. Ex.<sup>a</sup> quanto ao que se pode passar da competência de apresentação de emendas e de sua natureza no que diz respeito à família, educação, ciência, tecnologia e comunicações.

**A SRA. CONSTITUINTE SANDRA CAVALCANTI:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**A SRA. CONSTITUINTE SANDRA CAVALCANTI:** – Sr. Presidente, a Comissão de Educação

não conseguiu elaborar um anteprojeto, e coube ao Relator a tarefa de reunir as matérias e transformá-las no anteprojeto. A diferença entre a matéria da oitava Comissão e as de todas as outras é que o material reunido pelo Relator não passou pelo crivo de uma votação, nem de um processo de emendas. Este texto que aparece no anteprojeto da Constituição não teve a mesma tramitação nem a mesma legitimidade dos textos das sete outras Comissões.

Sendo assim, gostaria de reforçar a questão de ordem levantada pelo Constituinte Adolfo Oliveira, fazendo a seguinte indagação: as emendas que vão ser apresentadas com relação ao texto da oitava Comissão, diferentemente das demais, podem dizer respeito ao mérito? Inclusive porque o texto adotado pelo Relator é, em grande parte, retirado de matérias que, durante as votações ocorridas naquela Comissão, foram derrotadas pelo Plenário.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Respondo à nobre Constituinte Sandra Cavalcanti dizendo que tive notícia dessa situação através de um discurso a que assisti casualmente – estava no fundo deste plenário – quando V. Ex.<sup>a</sup> ocupava a tribuna para justificar o fato de não ter concordado em ser Relatora daquele processo, a que não tinha acompanhado. Essas informações preliminares, de fato, coincidem com a questão de ordem levantada por V. Ex.<sup>a</sup>. Mas me parece que sua pergunta é mais complexa, requerendo maior reflexão deste Presidente que, neste momento, evita enfrentar vagas muito elevadas de natureza regimental.

Assim, pergunto à nobre Deputada e minha querida amiga Sandra Cavalcanti se concorda em que eu envie esta questão ao nosso Consultor Técnico. Oportunamente, S. S<sup>a</sup> lhe dará uma resposta. V. Ex.<sup>a</sup> esta de acordo?

**A SRA. CONSTITUINTE SANDRA CAVALCANTI:** – Sim.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Está respondida a questão de ordem de V. Ex.<sup>a</sup>. Passo a pergunta à consideração do nosso Consultor Técnico, para respondê-la oportunamente.

Não havendo outros problemas emergentes, inicia-se a discussão do anteprojeto do parecer do Relator.

A lista de inscrições encontra-se sobre a Mesa. Lamentavelmente, não existe ninguém inscrito. Portanto, posso fazer as inscrições verbalmente.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Peço a palavra para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Não havendo inscrições anteriores, está V. Ex.<sup>a</sup> com a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Essa questão de ordem refere-se a um esclarecimento para este Constituinte e, certamente, a outros Constituintes que não são membros desta Comissão.

É o seguinte: o Regimento Interno desta Comissão de Sistematização, no seu § 2º, art. 13, estabelece explicitamente que, nesta fase, as emendas são apresentadas pelos membros desta Comissão. No entanto no mesmo dispositivo – § 2º do art. 13 do Regimento Interno da Comissão

de Sistematização está citado o art. 14, § 1º, do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, que abre uma opção de apresentação de emendas a todos os Constituintes. Li nos jornais uma interpretação do Presidente da Assembléia Nacional Constituinte a respeito da possibilidade de alguém, não sendo membro da Comissão, apresentar emendas nesta fase. A pergunta que formulo a V. Ex.<sup>a</sup> é a seguinte: quem pode apresentar emendas nesta fase de compatibilização? Só os membros efetivos da Comissão de Sistematização, ou também ou suplentes, ou qualquer Constituinte que não seja membro da Comissão?

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – O assunto foi objeto de uma reunião da Mesa, que antecedeu de pouco a nossa própria reunião na Comissão. Tenho prazer de comunicar a V. Ex.<sup>a</sup> que, apesar da letra do Regimento, dada a posição assumida pelo Presidente da Constituinte, e aqui repetidas várias vezes, vamos aceitar todas as emendas que chegarem a Mesa. Essas serão distribuídas a V. Ex.<sup>as</sup> a fim de que sejam examinadas.

De maneira que a resposta é positiva à consulta de V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem a palavra o nobre Constituinte Adolpho de Oliveira.

**O SR. CONSTITUINTE ADOLPHO DE OLIVEIRA:** – Sr. Presidente, gostaria de solicitar a V. Ex.<sup>a</sup> que providenciasse cópias xerox do ofício mandado pelo Presidente Ulysses Guimarães à Presidência da Comissão de Sistematização em que S. Ex.<sup>a</sup> comunica que aqueles que não são membros da Comissão somente poderão falar pela ordem e discutir. Obviamente, não poderão oferecer emendas. Acho que foi em função desta manifestação do Presidente Ulysses Guimarães que o dispositivo do Regimento Interno da Comissão de Sistematização foi elaborado e aprovado.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – V. Ex.<sup>a</sup> tem toda a razão. O documento a que V. Ex.<sup>a</sup> se refere fez parte dos nossos debates e da nossa conversa anterior, a que assistiram vários companheiros que aqui se encontram. Também o dispositivo do Regimento da Comissão, subsequente ao ofício do Presidente da Constituinte, foi dele decorrente. Mas, fazendo uma avaliação da questão, não tomada em seus termos precisos e circunscritos, assim considerada na sua repercussão geral e ampla, entendemos que, não havendo uma instrução direta no sentido oposto, deveríamos atender à declaração do Presidente da Constituinte, porque corresponde a uma maior abertura para os Constituintes dentro da Comissão de Sistematização. É esta a resposta que tenho a dar ao nobre Constituinte Adolpho Oliveira, cuja ausência da reunião preliminar lamento, embora S. Ex.<sup>a</sup> tenha sido convocado para ela.

Eu deveria aguardar as emendas até as 20h de hoje – a Secretaria está aberta para isso –, mas se esgotaram as questões e as matérias referentes à reunião preliminar. Lamento que assim seja. Queria, antes de encerrar a reunião, apresentar a todos os companheiros de Comissão as minhas cordiais e fraternais saudações. Esta Comissão destina-se a compartilhar divergências,

incongruências, contradições e demais imperfeições, não apenas estilísticas, mas também de conteúdo, de um projeto elaborado nas condições em que foi feito o nosso. Apesar de salvaguardados todas as qualidades de operosidade, cultura e dedicação do seu Relator, Bernardo Cabral, temos a convicção de que a nossa Comissão fará todo o possível para cumprir os seus objetivos regimentais e até constitucionais. Deles depende o bom andamento da nossa Constituição. Isso significa fazer aquilo que se chama sistematização, não apenas em caráter estilístico, redacional, mas em caráter intelectual, emocional e constitucional. Não devemos colaborar para que surjam inúteis divergências, irritantes polêmicas, contradições, que são puramente artificiais, mas sim fazer o nosso papel de sistematizadores, colocando tudo dentro de um sistema que seja mais útil à consolidação democrática do nosso País.

Tem a palavra o Sr. Constituinte Wilson Martins.

**O SR. CONSTITUINTE WILSON MARTINS:** – Sr. Presidente, na forma regimental, art. 11, do Regimento Interno, da Comissão de Sistematização, requeiro a V. Ex.<sup>a</sup> que determine o lançamento nas notas taquigráficas e faça chegar ao conhecimento dos demais Constituintes integrantes desta Comissão o inteiro teor do documento anexo, que consubstancia uma sinopse de todas as emendas de compatibilização e adequação que este Constituinte está elaborando, após detida análise e estudo do texto do anteprojeto da Constituição, na condição de Relator-Adjunto, e que importa na supressão de cerca de 30 dispositivos.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tenho o prazer de informar a V. Ex.<sup>a</sup> que o Consultor Técnico da Mesa acaba de dizer que o documento será distribuído a partir de amanhã. Portanto, V. Ex.<sup>a</sup> terá acesso a ele.

**O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE:** – Sr. Presidente, o Regimento Interno da Comissão de Sistematização estabelece que teremos cinco dias para a discussão e apresentação de emendas; mais cinco dias para que o Relator avalie o aproveitamento dessas emendas; e, posteriormente, teremos ainda cinco dias para a discussão e votação dessas emendas. A Secretaria da nossa Comissão distribuiu um calendário em que determina apenas um único dia para a discussão e votação das emendas apresentadas. Parece-me não ser isto muito correto. Gostaria de um esclarecimento da Presidência, no sentido de como se processará a discussão e a votação das várias emendas que se apresentarem ao anteprojeto de Constituição. Entendo que, dentro desses cinco dias, poderia V. Ex.<sup>a</sup> dividir o assunto por títulos, para que cada dia fosse votado e discutido determinado título, e não como estabelece o calendário feito pela Secretaria, destinando apenas um único dia para a discussão e votação da matéria. No mais, apelo a V. Ex.<sup>a</sup> para que esta reunião, em face da ausência de seu Relator-Titular, não fosse logo encerrada.

Creio que tanto eu quanto os Constituintes presentes teríamos satisfação em ouvir aqueles que auxiliaram o Relator Bernardo Cabral. Seria extre-

mamente interessante para todos nós que não apenas o Constituinte Nelson Jobim fizesse uma explanação sobre o trabalho dos quatro relatores auxiliares – assim chamados pela imprensa – mas também que S. Ex.<sup>as</sup> viessem à tribuna para falar sobre o texto que elaboraram. Desta forma não se encerraria esta reunião sem que tivéssemos chegado a um resultado absolutamente aproveitável.

Gostaria de apelar aos Srs. Relatores para que viessem dar a sua colaboração, dizendo-nos qual a contribuição por eles prestada ao Relator Bernardo Cabral.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Muito obrigado.

Para contestar a questão de ordem que acaba de ser levantada, tem a palavra o nobre Constituinte Aluizio Campos.

**O SR. CONSTITUINTE ALUIZIO CAMPOS:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a questão de ordem levantada pelo nobre Constituinte Ademir Andrade se encontra claramente solucionada nos termos da resolução que estabelece as normas internas dos trabalhos desta Comissão. Nos primeiros cinco dias após a apresentação do ante-projeto – a começar de hoje, até quinta-feira – ele será discutido, e durante este prazo os nobres Constituintes poderão apresentar emendas. Depois de proferido o parecer do Relator sobre as emendas, começará a correr o prazo para discussão e votação do parecer às emendas, que se concluirá pelo projeto de Constituição. O ante-projeto se converterá então em projeto. Depois disso, teremos cinco dias para esse projeto ser discutido e votado.

A Mesa comunicará oportunamente, até o fim da próxima semana, aos Srs. Constituintes, o calendário estabelecido, e naturalmente ele será elaborado de acordo com o número de emendas apresentadas aos títulos e capítulos. Evidentemente, se houver maior número de emendas em relação a determinado título, o Plenário precisará de maior tempo para discutir todas as proposições dos Srs. Constituintes. De maneira que o que vai prevalecer é exatamente o texto dos §§ 3º e 4º do art. 23 da Resolução nº 1, aprovada pela Comissão de Sistematização.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Constituinte Inocêncio Oliveira.

**O SR. CONSTITUINTE INOCÊNCIO OLIVEIRA:** – Sr. Presidente, o art. 6º do Regimento Interno da Comissão de Sistematização diz o seguinte: "As reuniões ordinárias serão realizadas às terças, quartas e quintas-feiras, pela manhã, com início às 9 horas, e as extraordinárias serão convocadas pelo Presidente, de ofício, ou a requerimento de, no mínimo, dezoito membros da Comissão."

Sr. Presidente, V. Ex.<sup>a</sup> disse que essas reuniões ordinárias serão realizadas às vinte horas. Portanto, está-se ferindo redondamente o Regimento Interno aprovado pela Comissão de Sistematização.

Esta a nossa questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Sr. Constituinte Inocêncio Oliveira, de acordo com o artigo citado, V. Ex.<sup>a</sup> tem razão na sua observação. Ocorre que há uma impossibilidade de fato

para a realização da reunião, visto que amanhã a Câmara se reunirá. De maneira que não temos outra solução senão adaptar-nos a essas situações.

Em caso de necessidade, a Mesa pode utilizar o seu arbítrio para resolver problemas que não retardem o andamento do nosso projeto, mas que, pelo contrário, auxiliem o seu andamento. Já que não podemos realizar aqui a reunião, porque o plenário estará ocupado regimentalmente pela Assembléia Nacional Constituinte, a Mesa achou que a oportunidade para a realização da reunião seria no mesmo dia, para não irmos além do que está fixado no texto. Muito obrigado a V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE INOCÊNCIO OLIVEIRA:** – Proponho que a reunião seja realizada no plenário do Senado, onde já nos reunimos várias vezes.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – É sobre a mesma questão?

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – É sobre outra questão, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Então vamos resolver primeiro a questão de ordem do Constituinte Inocêncio Oliveira. Estou informado de que o plenário do Senado não tem, no momento, espaço físico para atender à presença dos Srs. Constituintes. A reunião poderá ter uma afluência maior do que comportam as cadeiras do Senado, cujo número é muito inferior ao dos Constituintes que poderão afluir à nossa Comissão, independentemente de serem ou não membros dela.

**O SR. CONSTITUINTE INOCÊNCIO OLIVEIRA:** – Outra proposta, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – A proposta é sobre a mesma questão?

**O SR. CONSTITUINTE INOCÊNCIO OLIVEIRA:** – Ainda sobre a mesma questão, Sr. Presidente, para que não se fira o Regimento Interno, já aprovado pela Comissão de Sistematização, proporia que esta reunião fosse considerada extraordinária.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Não há, pelo que fui informado, qualquer problema. A reunião será considerada extraordinária.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Sr. Presidente, parece-me que a finalidade desta reunião é exatamente termos uma idéia deste anteprojeto de Constituição, que acabamos de receber, e de quais os critérios utilizados para produzi-lo. Desejamos saber o que foi sistematizado; precisamos desse quadro global, nesta fase em que vamos emendar o anteprojeto, no sentido de compatibilizá-lo.

Esta reunião perdeu sua finalidade, porque este informe, que é essencial, não foi dado aos Constituintes. Como iremos, nessas condições, trabalhar amanhã, terça-feira, quarta-feira? Temos em mãos o anteprojeto, mas não recebemos a informação de como foi feita sua sistematização. Repito a pergunta: como vamos trabalhar até o dia dois, prazo de apresentação e discussão de emendas, sem termos esse informe global sobre o tra-

balho que foi apresentado aos Constituintes pelo Relator Bernardo Cabral? Poderíamos fazer isso hoje, na forma de um **pot-pourri**: vários relatores adjuntos e relatores auxiliares poderiam dar-nos uma idéia da sistemática de trabalho. Do contrário, vamos emendar o anteprojeto sem saber como ele foi feito já que o Relator não está presente. Pergunto se teremos uma reunião, para que o Relator informe aos Constituintes os critérios e a sistemática adotados e começarmos a apresentar emendas, apreciá-las e votá-las.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Não tenho condições de atender à curiosidade do nobre Constituinte porque o Relator não está presente. O Relator que aqui está é um grande Constituinte, substituindo aquele que se encontra ausente. É preciso porém que o Relator efetivo esteja presente para responder às dúvidas de V. Ex.<sup>a</sup>. Duvido muito que essas incertezas sejam suscetíveis de receber respostas nítidas, porque o que estamos realizando é qualquer coisa que nunca se fez na História Constitucional do Brasil. Estamos planejando e construindo um edifício ao mesmo tempo. Somos concomitantemente o arquiteto que planeja e o operário que constrói. O que V. Ex.<sup>a</sup> considera uma inescusável confusão não é, portanto, da responsabilidade dos Srs. Constituintes. Foi um acontecimento ímpar, na nossa História Constitucional, que a Constituinte chegasse a se reunir sem um projeto anterior. De maneira que não se pode conhecer seu planejamento, porque ele vai decorrer do esforço de composição da planta, somado ao empenho na construção do edifício. Esforço para a qual esperamos, sinceramente, a contribuição de V. Ex.<sup>as</sup>.

Esta é a resposta que posso dar, no momento, a V. Ex.<sup>a</sup>. Espero que amanhã o Relator ofereça pessoalmente uma resposta diferente. Muito obrigado.

Não havendo questões a serem suscitadas, está encerrada a reunião.

#### 5ª Reunião Extraordinária da Comissão de Sistematização

Aos vinte e nove dias do mês de junho do ano de mil novecentos e oitenta e sete, às vinte horas e vinte minutos, no Plenário da Câmara dos Deputados, reuniu-se a Comissão de Sistematização, sob a Presidência do Senhor Constituinte Afonso Arinos, presentes os seguintes Senhores Constituintes: Manoel Moreira, Prisco Viana, Nilson Gibson, Raimundo Bezerra, Celso Dourado, Ademir Andrade, Edme Tavares, Arthur Da Távola, Lysâneas Maciel, Sandra Cavalcanti, Luiz Eduardo, Nelson Jobim, José Ulisses de Oliveira, Haroldo Lima, Antônio Carlos Konder Reis, Christóvam Chiaradia, Jarbas Passarinho, Bernardo Cabral, Eraldo Tinoco, Adolfo Oliveira, José Luiz Maia, Sigmaringa Seixas, Gerson Peres, Fernando Bezerra Coelho, Inocêncio Oliveira, Oscar Corrêa, Antônio Carlos Mendes Thame, Pimenta da Veiga, Rodrigues Palma, Haroldo Sabóia, Francisco Rossi, Carlos Mosconi, Nelson Friedrich, Virgildásio de Senna, Almir Gabriel, Egídio Ferreira Lima, Renato Vianna, José Maurício, Wilson Martins, Oswaldo Filho, Francisco Pinto, Carlos Sant'Anna, **ilegível**, Gastone Righi, Mário Lima, Ricardo Fiuza, Alfredo Campos, Luiz Ignácio Lula da Silva, Osvaldo Coelho, Brandão Monteiro, Arnaldo Prieto, José Freire, Délio Braz,

Mozarildo Cavalcanti, José Genoíno, Octávio Elísio, Nelson Wedekin, Jonas Pinheiro, Adylson Motta, Miro Teixeira, José Tinoco, João Natal, Augusto Carvalho, Vilson Souza, Paes Landim, Euclides Scalco, Cleonânio Fonseca, Luiz Salomão, Antônio Mariz, Uldorico Pinto, Simão Sessim, Hugo Napoleão, Chagas Rodrigues, Ottomar Pinto, Enoc Vieira, Bonifácio de Andrada, Bocayuva Cunha e Roberto Balestra. Estiveram presentes, também, os Senhores Constituintes, não integrantes deste Órgão, Antônio Câmara, Moisés Pimentel, Paulo Roberto, José Carlos Sabóia, Vivaldo Barbosa, Horácio Ferraz, João Carlos Bacelar, João Arantes, Jesus Tajra, Átila Lira, Chico Humberto e Paulo Roberto Cunha. Deixaram de comparecer os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Cid Carvalho, Cristina Tavares, Fernando Gasparian, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Lyra, Ibsen Pinheiro, João Calmon, João Hermann Neto, José Geraldo, José Ignácio Ferreira, José Paulo Bisol, José Richa, José Serra, Nelson Carneiro, Paulo Ramos, Severo Gomes, Theodoro Mendes, Alcení Guerra, Aloysio Chaves, Carlos Chiarelli, Francisco Dornelles, Francisco Benjamin, José Jorge, José Lins, José Santana de Vasconcellos, José Thomaz Nonô, Marcondes Gadelha, Mário Assad, Paulo Pimentel, Darcy Pozza, Virgílio Távora, Joaquim Bevilacqua, Plínio Arruda Sampaio, Siqueira Campos, Roberto Freire, Jamil Haddad e Antônio Farias. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos anunciando que foi distribuída cópia da Ata da reunião anterior, ficando permitida sua retificação, através de requerimento oral ou escrito. Em seguida, o Constituinte Adylson Motta comunicou que encaminharia por escrito pedido de retificação da Ata do dia dez de junho. Em continuação o Senhor Presidente procedeu à leitura de avisos diversos. A pedido do Senhor Relator foi-lhe concedida a palavra, ocasião em que registrou preliminarmente suas desculpas acompanhadas de esclarecimentos quanto a sua ausência à reunião do dia anterior, explicando que conforme entendimento prévio com o Senhor Presidente deveria atuar na qualidade de Relator-Substituto o Senhor Constituinte Nelson Jobim. Diante do ocorrido na referida reunião sugeriu que se tomasse, para o futuro, uma decisão quanto a eventual substituição do Relator. Continuando na tribuna o Senhor Relator prestou minudentes informações a respeito da elaboração do anteprojeto, colocando-se à disposição dos Senhores Constituintes, ocasião em que prestou esclarecimentos sobre o assunto aos Senhores Constituintes Gerson Peres, Sandra Cavalcanti, Renato Vianna, Gastone Righi, Ademir Andrade, Wilson Martins, Lysâneas Maciel, Virgildásio de Senna, Egydio Ferreira Lima, Antônio Carlos Konder Reis, Prisco Viana, Vivaldo Barbosa e Antônio Carlos Mendes Thame. Na primeira intervenção a Senhora Constituinte Sandra Cavalcanti formulou pedido de destaque para que o capítulo relativo à educação, à família, à ciência e à tecnologia fosse discutido preliminarmente, havendo sido atendido pelo Senhor Presidente. A Senhora Constituinte Sandra Cavalcanti, em outra intervenção, com apoio do Senhor Constituinte Antônio Carlos Konder Reis, sugeriu à Mesa que fosse fornecido aos Senhores constituintes um quadro comparativo, emitido pelo Prodasen, dos dispositivos do Anteprojeto relacionados com os das Comissões Temáticas. Sobre

o mesmo assunto o Senhor Constituinte Ademir Andrade sugeriu que se oferecesse ao Plenário, através da Secretaria, um roteiro detalhado das remissões dos dispositivos das Comissões Temáticas de modo que se tornasse possível saber, de pronto, qual a destinação que tiveram nos diversos artigos do Anteprojeto. O Senhor Presidente respondendo, após ouvir o Relator, informou que a Secretaria providenciasse junto ao **ilegível** que dentro das possibilidades daquele órgão fossem possíveis serem oferecidas aos Senhores Constituintes na forma sugerida. Continuando a fazer uso da palavra, o Senhor Relator agradeceu a participação dos Senhores constituintes nos debates a respeito do Anteprojeto. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião às vinte e duas horas e doze minutos, convocando reunião extraordinária para o dia trinta do corrente mês, às vinte horas, no mesmo local, para discussão do Ante-projeto da Comissão. E, para constar, eu, Maria Laura Coutinho, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos da reunião da Comissão de Sistematização.

Foram distribuídas cópias da ata da reunião anterior, ficando permitida sua retificação, através de requerimento oral ou escrito.

**O SR. CONSTITUINTE ADYLSON MOTTA:** – Permita-me, Sr. Presidente. Gostaria de comunicar a V. Ex.<sup>a</sup> que estou encaminhando por escrito um pedido de retificação da Ata do dia 10 de junho, conforme questão de ordem que levantei ontem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup>.

Concedo a palavra ao nobre Relator, Constituinte Bernardo Cabral.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, desejo registrar um pedido de desculpas aos Srs. Constituintes pelo episódio ocorrido ontem à tarde.

A propósito, cabe um esclarecimento. No sábado pela manhã eu havia solicitado ao 1º Vice-Presidente, Constituinte Aluizio Campos, que fizesse chegar ao conhecimento do Presidente Afonso Arinos o fato de que eu estava impossibilitado de aqui estar presente na reunião de ontem, mas que o Regimento prevê, quando se tratar de projetos de decisão, que o Presidente da Assembléia Nacional Constituinte pode designar, com a anuência do Relator, um relator substituto. Ora, dada a similaridade do caso e já que o 1º Vice-Presidente me alertava que só seria discutido o preâmbulo do trabalho, pareceu-me que se poderia fazer essa designação. Eu daria, desde logo, minha anuência ao nome do Constituinte Nelson Jobim.

Ocorreu-me portanto, Sr. Presidente, que minha ausência poderia ser justificada, uma vez que não estaria sendo discutido nem votado o ante-projeto oriundo das Comissões Temáticas. Entretanto, talvez tenha valido a pena o incidente, porque é bom que esta Casa tome uma decisão a respeito do assunto. E lhes explico por quê: tenho um filho, meu colega advogado, na casa

dos 30 anos, que, talvez não suportando as pressões emocionais, acaba de ter uma paralisia facial, que não se sabe até que ponto pode ser grave. Vi-me na contingência de mandá-lo para o Rio de Janeiro, sem poder acompanhá-lo, para que não se dissesse que eu estava faltando, mais uma vez, a uma reunião desta Comissão.

Sr. Presidente, é preciso que haja um substituto, pois os cemitérios estão cheios de pessoas insubstituíveis. É bom que, nesta hora, V. Ex.<sup>a</sup>, ouvido o Plenário, uma vez que o Regimento é omissivo para o caso específico, tome uma iniciativa, a fim de que tal episódio não se repita.

Evidentemente, renovo meus pedidos de desculpa. E a justificativa maior para minha ausência é a de que o Superintendente da Sudene, há algum tempo preocupado com o tratamento que se dá ao Nordeste e sendo meu velho companheiro – foi Presidente da Ordem dos Advogados de Pernambuco, quando eu era Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – queria que eu explicasse a todos os integrantes daquele órgão o que se passa nesta Casa.

Peço a V. Ex.<sup>a</sup> que registre em ata as minhas escusas a todos os Srs. Constituintes, mas que, desde logo haja uma definição para que, nas minhas faltas e impedimentos, um Constituinte, talvez – quem sabe? – mais autorizado do que eu possa preencher uma eventual lacuna.

Era essa a comunicação que queria fazer.

#### **O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):**

– Tomo conhecimento das declarações do ilustre Relator, que constarão em ata, de acordo com seu pedido. Quanto a mim, particularmente, cabe-me apenas fazer votos para que o problema de saúde que atingiu seu filho e colaborador não tenha consequências maiores.

A presente reunião terá duração de três horas, de acordo com o art. 5º do nosso Regimento.

As emendas serão recebidas na sala de emendas, na Secretaria da Comissão, diariamente, até a próxima quinta-feira, conforme ofício já encaminhado aos Srs. membros da Comissão de Sistematização e que acredito tenha sido recebido por todos. Da mesma forma haverá reunião diariamente até quinta-feira, neste plenário, a partir das 20 horas para discussão do Anteprojeto apresentado à Comissão.

A lista de inscrição para os debates encontra-se sobre a mesa e deve ser preenchida pelos Srs. Constituintes que desejarem usar da palavra para a discussão do Anteprojeto.

Solicito aos ilustres membros desta Comissão que antes de qualquer intervenção declinem o nome parlamentar, para facilitar o trabalho da Taquigrafia.

Comunico V. Ex.<sup>as</sup> que foi encaminhado hoje, pela manhã, ofício ao Sr. Presidente da Assembléia Nacional Constituinte sobre a questão de ordem formulada ontem pelo Sr. Constituinte Adolfo Oliveira e pela Sr.<sup>a</sup> Constituinte Sandra Cavalcanti, a respeito da apresentação de emendas de mérito sobre a Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação. Em resposta, recebi um telefonema do Sr. Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, eminente Deputado Ulysses Guimarães, pouco antes da abertura desta reunião. Chamou-me ao telefone na sala em que me encontrava – a sala de reuniões do Partido da Frente Liberal – e manteve a posição que está aqui

consignada entre os avisos. Quer dizer, sobre a questão de ordem formulada ontem pelos Srs. Constituintes a respeito da apresentação de emenda de mérito sobre a Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação, cujo relatório final não seguiu a tramitação normal das outras comissões, o Presidente da Assembléia Nacional Constituinte reafirmou, hoje, que podem ser apresentadas emendas.

Desejo, ainda, informar ao ilustre Senador Constituinte Wilson Martins que, conforme solicitou S. Ex.<sup>a</sup>, foram encaminhados aos membros desta Comissão vias do documento que apresentou a esta Presidência, contendo estudos que realizou sobre o Anteprojeto de Constituição.

Quanto ao prazo para debates, o Sr. Relator terá o prazo de 20 minutos, improrrogáveis; o autor, 20 minutos, improrrogáveis; os membros ou suplentes desta Comissão, 10 minutos, improrrogáveis; os Srs. Constituintes que não sejam membros desta Comissão, 3 minutos, improrrogáveis. Poderão ser admitidos apartes pelo prazo de até 1 minuto.

A finalidade desta reunião é a discussão do anteprojeto apresentado pelo Sr. Relator, a quem, portanto, passo a palavra.

#### **O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):**

– Sr. Presidente e Srs. Constituintes, o Relator da Comissão de Sistematização, ao longo desses dias, ateu-se a um trabalho duplamente específico, na compatibilização do que veio das demais comissões. Em primeiro lugar, buscou colher dos Relatores adjuntos matéria que poderia ser tratada de forma simultânea com a pesquisa feita por oito Relatores auxiliares. Ao final, compatibilizando aqui e acolá – devo registrar este trabalho, sequer no que diz respeito à oitava Comissão, não tem cunho pessoal. Ele é o somatório dos textos de sete Comissões Temáticas. O que fiz foi apenas compatibilizar os pontos eventualmente conflitantes, mas respeitando tudo aquilo que havia sido aprovado nas respectivas Comissões Temáticas e, eventualmente, não abordado em nenhuma outra. É claro que um trabalho dessa natureza acaba eivado de omissões, de erros, sobretudo quanto às remissões.

Ao longo dos últimos sete dias, eu e os Relatores adjuntos – e invoco o testemunho do Deputado Adolfo Oliveira – já saímos, sistematicamente, às 4 horas da manhã do Prodasen. O trabalho árduo, a tarefa difícil acabou, assim por produzir remissões equivocadas, que foram levadas à Imprensa, apesar do compromisso mantido com o diretor do Prodasen, no sentido de que as remissões não figurariam no texto publicado. De qualquer sorte, há uma errata, distribuída aos Srs. Constituintes – espero que todos os ilustres e eminentes Srs. Constituintes já estejam de posse dela – em que estão corrigidas as remissões nos arts. 14, 17, 42, 56, 65, 98, 275, 309, 337, 343, 364, 368, 402, 460 e 480.

Uma outra explicação é a seguinte: se eventualmente um membro de Comissão Temática não te ver encontrado o dispositivo, eu pediria a S. Ex.<sup>a</sup> que o cobrasse do Relator que fará remissão pessoalmente.

Na VIII Comissão, porém, o relatório não conseguiu ser aprovado – fato, de resto, conhecido de todos os Srs. Constituintes. Consequentemen-

te, convidei os eminentes Relatores Artur da Távola e João Calmon para que, numa reunião, pudessemos chegar a um consenso a respeito dos trabalhos que ambos haviam apresentado, um na Subcomissão e outro na Comissão, onde teria havido conflito. De início, foi notado que, em 70% dos casos, não havia qualquer conflito ou dissensão e que, portanto, haveria possibilidade de se chegar a bom termo. Ao final, os 30% faltantes resultaram dessa troca de idéias. Agora, ajudado por seus companheiros, o Relator traz este resultado ao julgamento de V. Ex.<sup>as</sup>.

Na apresentação, que precede o anteprojeto, dá-se notícia de que o preâmbulo foi, todo ele, com duas ou três palavras, de autoria do Relator, inspirado no Projeto de Constituições produzidas pelo Congresso "Pontes de Miranda", realizado na cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Naquela oportunidade, todas as entidades ligadas ao Direito – Conselho Federal e seccionais da OAB de todo o País, Instituto dos Advogados, Professores e Desembargadores – davam a lume um anteprojeto, que foi o primeiro, uma espécie de precursor para a Constituição a ser elaborada na Assembléia Nacional Constituinte. E eu dizia, a propósito, ao Constituinte Aluizio Campos, que existem três ou quatro modelos de preâmbulo, que este era apenas o ponto de partida para que a Assembléia Nacional Constituinte encontrasse aquele que melhor se adaptasse ao texto constitucional e à realidade brasileira.

No que diz respeito à Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação, o Relator afirma, quanto à oitava Comissão, haver possibilidade de formulação de emendas que possam traduzir a vontade popular, se eventualmente esta não tiver sido captada no trabalho que resultou da análise conjunta dos relatores.

Quero dizer, finalmente, Sr. Presidente, que V. Ex.<sup>a</sup> haverá de colocar em discussão toda a matéria que a Assembléia entender necessária. Mas me parece que maior rentabilidade será obtida com a cobrança dos pontos que aqui e acolá possam parecer não terem sido incluídos, uma vez que agora estamos na fase das emendas e estas depois, terão de sofrer o chamado parecer do Relator, para – aí, sim – serem novamente discutidas em Plenário.

De qualquer sorte, Sr. Presidente, coloco-me à disposição dos eminentes Srs. Constituintes para os devidos esclarecimentos.

#### **O SR. CONSTITUINTE GERSON**

**PERES:** – Permita-me, Sr. Presidente. Já que o Sr. Relator colocou-se à disposição para esclarecimentos, queria que S. Ex.<sup>a</sup> me explicasse quais as razões do encaminhamento do ofício em que mostra que, como resultado da compatibilização da matéria aprovada nas sete Comissões Temáticas, a exceção do texto da VIII Comissão, devidamente elaborado pelo nobre Relator, tenham sido consultadas somente os Líderes do PMDB na Assembléia Nacional Constituinte, no Senado e na Câmara, e o Líder do Governo, com a valiosa assistência dessa Presidência.

#### **O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):**

– V. Ex.<sup>a</sup> qualquer uma explicação?

#### **O SR. CONSTITUINTE GERSON**

**PERES:** – Sim, porque a atitude me pareceu discriminatória. Creio até que o Presidente da Comissão está enca-

minhando ao Presidente da Assembléia Nacional Constituinte um trabalho sobre o qual foram previamente consultados apenas o grande Partido da Constituinte e o Líder do Governo.

Perguntaria a V. Ex.<sup>a</sup> o que fazemos nós, os pequenos partidos, dentro desta Comissão?

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):**

— Constituinte Gerson Peres, o que os pequenos partidos fazem é exatamente o que V. Ex.<sup>a</sup> começa a fazer agora, indagando o porquê das atitudes. O Relator vem dizendo, e registrou sempre, que havia tomado um duplo caminho: o jurídico e o político. Evidentemente, no caminho jurídico — e V. Ex.<sup>a</sup> há de convir em que, apesar de eu não ser um homem que se debruce nas letras jurídicas como V. Ex.<sup>a</sup>, também não navego tão mal por esse caminho — eu saberia como comportar-me.

Do ponto de vista político, como se sabe, fui eleito Relator pela bancada do meu partido e, portanto, no instante em que presto contas a essa bancada faço-o por intermédio de suas lideranças — exatamente as lideranças do Governo, o Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, o Líder na Câmara e o Líder no Senado. Isto, no entanto — e aí gostaria de fazer a diferença —, não é coisa acabada, determinada, ultimada. Eu teria de receber uma orientação política, para, ao final, decidir se ficaria com ela ou não.

Veja V. Ex.<sup>a</sup> quanto à VIII Comissão, há algumas coisas sobre as quais o programa partidário não está devidamente acabado, escrito, terminado, em relação ao que ali se colocou. Até porque esse anteprojeto, que entra agora na fase de discussão, receberá as emendas de V. Ex.<sup>a</sup>, que suprirão as falhas, as deficiências, os enganos e os equívocos cometidos pelo Relator.

Diria mais: se algum mérito tem este anteprojeto, V. Ex.<sup>a</sup> pode creditá-lo ao grandes Relatores das Subcomissões, mas os defeitos, as imperfeições e os equívocos V. Ex.<sup>a</sup> debitará tão somente a mim. Só espero poder explicar esses equívocos, porque os acertos os Relatores das Subcomissões e das Comissões poderão explicar.

Não houve, pois, essa intenção. Se V. Ex.<sup>a</sup> assim o entendeu, eu lamento. Eu não cometera tal deselegância com um colega de outro partido.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON**

**PERES:** — Sr. Presidente Bernardo Cabral, fiz esta indagação para que possamos conduzir nossos trabalhos de compatibilização das matérias. Devemos estar de espírito desarmado quanto a problemas de partidos políticos. Isto porque, se elaborarmos uma Constituição que reflita apenas o pensamento de um partido político, não estaremos escrevendo uma Constituição para o Brasil, como deseja V. Ex.<sup>a</sup>.

Creio que V. Ex.<sup>a</sup> não quis, de forma alguma, fazer distinções, mas estranhei, pois quem assina o ofício é o eminente Presidente, o Constituinte Afonso Arinos, que integra o Partido da Frente Liberal — e nada, inclusive, foi comunicado ao partido de V. Ex.<sup>a</sup>.

Encerre minha intervenção, indagando ao Sr. Presidente se poderia formular algumas questões ao relator quanto à parte inicial do anteprojeto.

Pergunto se isso faria parte do meu prazo para discussão, pois não quero tornar-me inoportuno ou falar demais.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** — Queria informar a V. Ex.<sup>a</sup> e à Comissão que o tempo do Relator é improrrogável e que faltam cinco minutos para se esgotar.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON**

**PERES:** — Mas S. Ex.<sup>a</sup> se colocou à disposição dos companheiros. Vou, então, abrir mão de meu tempo, para que outros possam debater com S. Ex.<sup>a</sup>.

Gostaria de fazer apenas mais uma observação quanto a matéria que não teve relatório, pois S. Ex.<sup>a</sup> juntou toda a matéria no anteprojeto, *ipsis litteris*. Perguntaria o que vamos fazer com esse conteúdo, com esse volume, que sobrecarregou em artigos o anteprojeto. No meu entendimento, esse documento e um código constitucional, não um anteprojeto de Constituição, pois nele as matérias adjetivas são excessivas.

Vamos trabalhar com V. Ex.<sup>a</sup>, vamos discutir e ver se podemos eliminar redundâncias e abundâncias existentes no anteprojeto. Vamos ver se será possível fazê-lo harmonicamente. O que me preocupa, basicamente é o relatório integral que aqui está. Qual a diretriz que V. Ex.<sup>a</sup> traçou, ou vai traçar, para que ele se transforme no relatório de V. Ex.<sup>a</sup> propriamente dito, a fim de que possamos emendá-lo? Ou vamos emendá-lo sem simplificá-lo tal como está?

Esta, a última pergunta que faria.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso**

**Arinos):** — A Presidência vai prorrogar o prazo de que dispõe o Sr. Relator, mas gostaria de prevenir que aqueles que tiverem a intenção de participar do debate, através de diálogo com o Relator, farão melhor se se inscreverem para falar, para o que disporão de dez minutos. Não por condescendência, mas por dever de consciência, o Presidente prorroga o prazo do Sr. Relator, pedindo apenas que os apartes não se transformem em discursos paralelos.

**A SRA. CONSTITUINTE SANDRA**

**CAVALCANTI:** — Permita-me, Sr. Presidente? Gostaria de acrescentar algo à indagação feita pelo Constituinte Gerson Peres, sugerindo um modo prático de enfrentar o problema do texto da Comissão VIII.

No caso, poderá ser feito um pedido de destaque para discussão preliminar do capítulo relativo à educação, à família, à ciência e à tecnologia. Feito o destaque e ao discutir-se a matéria, poderíamos eventualmente entrar no mérito, para que, no final, tivéssemos um texto a ser incorporado.

Pergunto ao nobre Relator se considera válido esse procedimento.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** —

Respondendo a ambos Srs. Constituintes, antecipo que não vejo inconveniência no que propõe a Constituinte Sandra Cavalcanti. Mas devo dizer, Sr. Presidente, que o art. 14 no seu § 4º, faz o seguinte registro: "Na hipótese de alguma comissão não apresentar seu trabalho no prazo estipulado no parágrafo anterior" e foi o caso da VIII Comissão "Caberá ao Relator da Comissão de Sistematização a elaboração do mesmo, obedecido o prazo estabelecido no caput do art. 19, ou seja, por 10 dias.

Ora Sr. Presidente se cabia, como cabe, ao Relator, por imposição regimental — e esta é uma exigência a que me curvei — elaborar o que não foi feito na VIII Comissão, ele só poderia incorpo-

rá-lo desde logo a este Anteprojeto. Isto porque aprendi algo, remansoso e pacífico, em Direito: celeridade e economia processual. Esta foi a forma mais clara, oportuna e eficaz para trazer a matéria à discussão. Exatamente como está sendo feito.

Quanto à nobre Constituinte Sandra Cavalcanti, S. Ex.<sup>a</sup> indaga da possibilidade de se destacar logo essa matéria para discussão, antes mesmo de discutir-se o que veio das Comissões Temáticas.

Confesso que nada tenho a opor. Isto dependerá da Presidência. Agora, que se estabeleça desde logo que o critério aplicado na discussão sobre a VIII Comissão será válido para qualquer uma das outras, eis que o Anteprojeto é o somatório do que foi abordado nas Comissões Temáticas. De modo que, Sr. Presidente partindo desta premissa e V. Ex.<sup>a</sup> há de convir em que a conclusão é tão racional e lógica quanto a premissa se V. Ex.<sup>a</sup> entender de colocar desde logo a matéria em discussão, isto não exclui que também à VIII Comissão sejam apresentadas emendas distintas.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON**

**PERES:** — Nobre Relator V. Ex.<sup>a</sup> encampou o trabalho da Comissão, já que o art. 14 do Regimento Interno da Assembléia determina que V. Ex.<sup>a</sup> elabore o relatório sobre matéria não concluída. Esta a razão de eu haver solicitado este esclarecimento.

Quer dizer, o que está aqui, neste Anteprojeto já é considerado por V. Ex.<sup>a</sup> um relatório compatibilizado?

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):**

— Exatamente, um relatório compatibilizado.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso**

**Arinos):** — É a hipótese citada no § 4º do art. 14:

"Na hipótese de alguma comissão não apresentar seu trabalho no prazo estipulado no parágrafo anterior, caberá ao Relator da Comissão de Sistematização a elaboração do mesmo, obedecido o prazo estabelecido no Caput do art. 19."

Pelo que entendi das palavras do nobre Relator, S. Ex.<sup>a</sup> acha que o destaque solicitado pela Constituinte Sandra Cavalcanti é cabível, para discussão daquele relatório que não foi concluído na VIII Comissão. Depois de concluído o relatório que o Relator está apresentando da tribuna neste momento, abre-se, então, essa etapa na nossa sessão de hoje — o que me parece razoável.

Tem a palavra o Sr. Relator.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):**

— Sr. Presidente, suponho e tomo como tal, que a emenda da Constituinte Sandra Cavalcanti pretende requerer destaque para esta matéria.

**A SRA. CONSTITUINTE SANDRA**

**CAVALCANTI:** — Posteriormente.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):**

— Posteriormente.

Aí já não mais caberá ao Relator, uma vez que a isto ele não se opõe.

Sr. Presidente, tenho a impressão de que minha presença na tribuna neste instante é desnecessária. A não ser que algum outro Constituinte queira fazer indagação.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso**

**Arinos):** — O seu tempo está esgotado Sr. Relator, mas como disse

antes, concedo as prorrogações correspondentes a interpretação de V. Ex.<sup>a</sup>...

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – O Relator agradece a V. Ex.<sup>a</sup> a generosidade.

**O SR. CONSTITUINTE RENATO VIANNA:** – Sr. Presidente, permite-me V. Ex.<sup>a</sup> fazer uso da palavra para dirigir uma sugestão ao nobre Relator?

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Afinas):** – O Relator resolvera se e o momento de apresentar sugestões.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sugestão de ordem prática.

**O SR. CONSTITUINTE RENATO VIANNA:** – Sr. Presidente, em caso de conflito entre duas disposições aprovadas em diferentes Comissões Temáticas, entendo e sugiro que os conflitantes devem constar do Anteprojeto, para votação no plenário da Comissão. Cito, por exemplo, a existência ou não de mais de um sindicato na mesma base territorial. A matéria é tratada de forma diferente no art. 4º, inciso II, alínea "I" do texto da Comissão 1, e no art. 6º, inciso II do texto da Comissão VII.

Do mesmo modo, no que se refere ao voto facultativo aos 16 anos e obrigatório aos 18 anos. No art. 28, inciso I, letra "b" do Anteprojeto só foi contemplado o voto obrigatório aos 18 anos e não o facultativo como aprovado no Relatório da Comissão I – art. 5º inciso I, alínea "a".

E outros exemplos poderão ser facilmente constatados.

Pergunto, pois, se não seria, digamos democrático, trazer temas conflitantes, aprovados em duas diferentes Comissões Temáticas, para serem decididos em plenário, através de votação.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, peço permissão para responder.

O Constituinte Renato Vianna sabe da estima que por ele tenho. Evidentemente, isso seria até repetitivo...

**O SR. CONSTITUINTE RENATO VIANNA:** – Quero até agradecer a V. Ex.<sup>a</sup> honrosa missão que me conferiu, para ajudá-lo, na condição de Relator auxiliar, nessa difícil e árdua tarefa de elaborar este anteprojeto.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Não preciso, portanto, nesta hora, compatibilizar a amizade e o afeto que lhe dedico, porque não são conflitantes.

No caso, porém, a orientação do Relator foi a seguinte: quando havia dois textos conflitantes, pareceu ao Relator – salvo melhor juízo e sendo sua função a de compatibilizar – que teria de optar por um meio termo. E, por que pareceu ao Relator que esta seria a forma mais efetiva de produzir o trabalho? Porque, logo a seguir, dá-se a esta Comissão o poder de apresentar emendas de adequação. O que significa "emendas de adequação"? Eventualmente, por exemplo, eu preteriria o texto do Constituinte José Paulo Bisol: no entanto, o texto de outra Comissão se incompatibilizava com esse. Se eu trouxesse os dois, evidentemente estaria transferindo uma responsabilidade minha, que é de compatibilizar, para bancar o bom moço em relação ao Plenário.

Com isso, fico com uma indefinição; com isso, não cumprio minha tarefa; com isso, retiro minha responsabilidade de enfrentar essa dualidade, para jogá-la ao Plenário.

No entanto, como é possível uma emenda de adequação – e o que o Constituinte Renato Vianna acaba de dizer é exatamente nesse sentido – caberão tantas emendas de adequação quanto os textos, em sendo conflitantes. Para cá só foi escolhido um texto, em detrimento de outro. S. Ex.<sup>a</sup> poderá apresentar emenda de adequação, dizendo que o Relator não compatibilizou corretamente o texto apresentado nas Comissões Temáticas, por haver preferido um. Aí, sim, o Plenário tomará conhecimento. Mas, não como fuga ou omissão do Relator!

Quero dizer aos Srs. Constituintes, em particular ao amigo Renato Vianna, que foi esta a fórmula que o Relator adotou.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Os Srs. Constituintes desejam fazer mais alguma consideração? (Pausa.) Então, o tempo do nobre Relator esta esgotado.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr. Presidente, peço a palavra para formular indagações sobre o relatório.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Permita-me, Constituinte Gastone Righi.

Sr. Presidente, talvez fosse interessante que, neste instante, não houvesse, digamos, o chamado tempo para o Relator. Parece-me ser minha obrigação aqui ficar e responder a todas as indagações que os Srs. Constituintes eventualmente tenham a fazer. O mais correto e o mais acertado é V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Presidente, liberar o tempo para os Srs. Constituintes que indagam e, por igual, meu prazo para resposta, uma vez que estamos ainda nesta fase de compatibilizar o que precisa ser compatibilizado.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – O Presidente submete à Comissão as ponderações do Relator. (Pausa.) Não há objeção por partir da Comissão. V. Ex.<sup>a</sup> pode continuar com a palavra, de acordo com a decisão do Plenário.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Permita-me, Sr. Presidente. Dizia eu não ser ainda o momento de manifestarmos divergências em relação ao anteprojeto. Apenas fomos colhidos por um relatório que pretendíamos fosse o somatório das propostas apresentadas, com a indicação, apenas, por parte do Relator, de onde existiam as incompatibilidades. Se S. Ex.<sup>a</sup> apostasse as incompatibilidades a seu ver existentes, isto possibilitaria a cada membro desta Comissão oferecer, via emenda, uma proposta compatibilizadora – ou na escolha de uma das alternativas ou na fusão das duas para uma terceira. Compatibilizar não significa escolher apenas A ou B, é possível eleger-se C, proveniente da fusão de A e B. Desta forma, teríamos realmente uma participação efetiva.

A solução alvitada pelo insigne Relator, em verdade, emascula-nos e impossibilita-nos uma participação direta e objetiva. Suponho que nesta Comissão haja noventa e três Srs. Parlamentares de nível técnico e jurídico idênticos, e sem nenhum **capitis diminutio** para qualquer deles, poderia cada um, verificada a incompatibilidade

apontada pelo Relator, fazer a sua proposta para se resolver o problema criado pelo Sr. Relator.

Fui surpreendido, porém – não tenho ainda, é claro, elementos para levantar divergências sobre o relatório – com uma nova proposta, referente a uma das Comissões Temáticas, que chega ao ponto de simplesmente extirpar textos aprovados nas Comissões Temáticas que sequer se confrontam ou se incompatibilizam com outros. Procedeu-se à eliminação pura e simples de dispositivos que abrangem situações não previstas no relatório e que sequer encontram nas propostas originárias qualquer conflito.

Pergunto: quando o Sr. Relator, **sponte propria** – não apenas S. Ex.<sup>a</sup>, mas também os Srs. Relatores auxiliares –, no desejo sadio de colaborar com a Comissão, pura e simplesmente elimina uma proposta, ficamos obrigados a ter de procurar essa proposta para pedir à Comissão que nela seja reincluído aquilo já aprovado, só porque a vontade onipotente de um eventual sub-relator, não regimentalmente previsto, resolveu extirpá-la, acima da vontade de 63 companheiros de uma Comissão Temática?

Não consigo compreender isso. Realmente estou atônito! Esta, a orientação que gostaria de receber do Sr. Relator. Quando, simplesmente, o texto é extirpado, sem que tenha havido incompatibilidade e previsão de outra proposta, como ficamos? Pedindo para ressuscitar o texto extirpado sem ao menos haver, até mesmo regimentalmente, autoridade para o Sr. Relator assim proceder? Como ficamos? Por que discutir em cima de um prato feito pelo Sr. Relator e seus sub-relatores, quando o que eles deveriam ter feito era levantar – onde existissem – as incompatibilidades, para que sugeríssemos as respectivas soluções?

Esta é questão que se coloca: como vou atuar? De que forma posso participar? Como tentar prestar minha modesta e humilde colaboração a esse brilhante, magnífico e culto relatório elaborado pelo insigne Relator?

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Eminente Constituinte Gastone Righi, perdoe-me V. Ex.<sup>a</sup> mas não ocorreu. Esclareço a V. Ex.<sup>a</sup> que em nenhum instante o trabalho do Relator extirpou qualquer texto.

Não se extirpou qualquer texto, pela vontade própria do Relator, que tivesse sido aprovado e que não fosse conflitante com textos de outras Comissões. Em segundo lugar, eminente Constituinte Gastone Righi, não poderia o Relator trazer para este plenário os textos que eventualmente conflitassem, porque sua função, pelo art. 19, é esta:

"Na Comissão de Sistematização os anteprojotos recebidos das Comissões Temáticas serão distribuídos em avulsos a todos os seus membros, devendo o Relator, no prazo de 10 dias – e foi o que fiz, – apresentar relatório fundamentado concluindo por anteprojeto.

Eu teria, pois de concluir por um anteprojeto.

Eminente Constituinte Gastone Righi, se V. Ex.<sup>a</sup> que me apresentar um texto, agora, de uma Comissão temática, que não figure no anteprojeto, estarei apto a responder a V. Ex.<sup>a</sup> onde ele está incluído.

**SR. CONSTITUINTE GASTONE**

**RIGHI:** – Aponto, por exemplo, o § 11, do art. 49, do substituto do nobre Relator José Paulo Bisol.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):**

– Nobre constituinte Gastone Righi, V. Ex.<sup>a</sup>, tem à mão o texto do eminente Relator José Paulo Bisol?

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE**

**RIGHI:** – Não. Está em meu gabinete.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):**

– Então, remeto V.Ex.<sup>a</sup> ao art. 115, do anteprojeto. (Pausa.) Desculpe-me. V. Ex.<sup>a</sup> referiu-se ao art. 13?

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE**

**RIGHI:** – Art 49. § 11.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):**

– Desculpe-me V. Ex.<sup>a</sup>, mas se e o que trata da anistia, ele foi compatibilizado como texto do Substitutivo Relator Almir Gabriel. Logo, a anistia figura o Anteprojeto.

**SR. CONSTITUINTE GASTONE**

**RIGHI:** – Eu disse a V. Ex.<sup>a</sup> que não havia incompatibilidade. Continua não havendo, e V. Ex.<sup>a</sup> simplesmente extirpou. Quando se extirpa é porque se trata de antítese de outro dispositivo ou algo que não se compatibiliza. Nada disso ocorreu. Apenas citei esse exemplo porque, tendo em vista o fato de hoje ter sido um dia de trabalho estafante, recebi seu relatório pela manhã e não tive sequer um minuto para lê-lo. **En Passant**, no entanto, verifiquei que há vários casos de extirpações – e poder citar pelo menos uns dez ou vinte – sem sentido algum.

Minha dúvida, então, é a seguinte: como procederemos para trazer à discussão aquilo que veio de fonte tão legítima quanto a Comissão temática?

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):**

– Constituinte Gastone Righi, não houve extirpação. O núcleo do artigo é a anistia, seguido dos direitos e vantagens do ressarcimento. O Relator preferiu o texto do Constituinte Almir Gabriel; não porque despreze o talento do Constituinte José Paulo Bisol. Tanto assim que, neste Anteprojeto, para honra desta Assembléia, há um aproveitamento de mais de 90% do seu trabalho.

Preferiu o Relator o texto do Constituinte Almir Gabriel por uma razão muito simples: se para cá trouxesse a sugestão do Constituinte José Paulo Bisol e a do Constituinte Almir Gabriel, quanto ao problema da anistia, sem tomar uma posição, ficaria muito mal se não fizesse o registro disso. Compete agora, entretanto, a V. Ex.<sup>a</sup> apresentar emendas de adequação, reclamando que este Relator não fez a devida compatibilização, e elas serão aprovadas pelo Plenário, que no fundo, é quem da a palavra final.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON**

**PERES:** – O Relator compatibilizou o art. 49 com o art. 482, que ampliou um pouco a mecânica da anistia, aproveitando o início do artigo do Constituinte José Paulo Bisol, e complementou a outra parte com sugestões do anteprojeto da Comissão da ordem social.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):**

– Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso**

**Arinos):** – Tem a palavra o Constituinte Ademir Andrade.

**O SR. CONSTITUINTE ADEMIR**

**ANDRADE:** – Meu caro Relator Bernardo Cabral, entendemos e concordamos com V. Ex.<sup>a</sup> quando afirma que, na compatibilização dos vários trabalhos das sete Comissões, deve fazer uma opção para elaborar o relatório da qual V. Ex.<sup>a</sup> é o Relator. Entretanto, expresso a V. Ex.<sup>a</sup> a nossa dificuldade em participar desse trabalho.

Veja bem V. Ex.<sup>a</sup>: eu, por exemplo, li cuidadosamente, do começo ao fim, os resultados dos trabalhos de todas as Comissões. Após ter recebido o anteprojeto de V. Ex.<sup>a</sup>, no sábado pela manhã, procurei lê-lo também na íntegra, mas não cheguei a fazê-lo por falta de tempo. Três dias não foram suficientes para que pudéssemos não apenas ler, mas entender tudo que lá está colocado. E para nós é muito difícil memorizar onde houve ou deixou de haver a compatibilização desse trabalho. Entendo que caberia à Presidência dos trabalhos e à Secretaria da Mesa oferecer ao Plenário da Comissão as várias compatibilizações, as várias opções, inclusive para nos fazer entender qual a opção de V. Ex.<sup>a</sup>, a fim de que pudéssemos julgá-la com mais facilidade.

No anteprojeto que V. Ex.<sup>a</sup> apresentou, sabe-se de onde vieram todos os artigos dos anteprojeto originais. Mas, se determinado artigo não for encontrado no anteprojeto, não terei meios de saber onde terá sido aproveitado. Quer dizer, a opção está dada de um lado e não está dada de outro.

Entendo que a Secretaria da Comissão deveria fornecer aos Constituintes um roteiro detalhado de tudo o que V. Ex.<sup>a</sup> decidiu, para que tenhamos condições de avaliar **in totum** o seu trabalho. Caso contrário, é claro, perceberei falhas e emendarei. Mas, com o máximo de boa memória que possa ter, perceberei, talvez, apenas 10% do que seria possível se de antemão conhecêssemos as coincidências e as opções seguidas por V. Ex.<sup>a</sup>. O que desejo é mostrar a necessidade de contarmos com mais dados para trabalharmos com facilidade na Comissão de Sistematização.

Contudo, estou de pleno acordo com V. Ex.<sup>a</sup> e o parabenizo pelo seu excelente trabalho.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):**

– Aproveito, nobre Constituinte Ademir Andrade, para agradecer-lhe...

**O SR. CONSTITUINTE WILSON**

**MARTINS:** – Nobre Relator, gostaria de prestar um esclarecimento.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):**

– Pediria ao nobre Constituinte Wilson Martins que me permitisse, inicialmente, dar uma explicação, ao Constituinte Ademir Andrade.

Imagine V. Ex.<sup>a</sup>, nobre Constituinte, que, durante dez dias, até três ou quatro horas da manhã, oito Relatores auxiliares, quatro Relatores adjuntos e todo um mecanismo de computação foram necessários para se chegar a esta conclusão, a um trabalho sofrível como este. Mas o que há, no caso, é um deslocamento de artigos. Cada Comissão estava com seus trabalhos em determinada ordem e o Relator teve de trazê-los para a ordem correta, ou seja, distribuída em capítulos, nos quais se integraria tudo aquilo que fora discutido.

Os oito Relatores que aqui estão – os Relatores de campo – fizeram um trabalho terrivelmente exaustivo. Assim também foi o trabalho feito por

mim – ainda complementado por professores de Direito e colegas de profissão.

Posso dizer a V. Ex.<sup>a</sup> nobre Constituinte Ademir de Andrade, que não haverá Secretaria ou Presidência, na Comissão de Sistematização, capaz de realizar um trabalho como sugere V. Ex.<sup>a</sup> – e que, na verdade, seria o ideal – antes de sessenta ou noventa dias. Estouraríamos, portanto, todos os nossos prazos.

Por essa razão eu me coloquei integralmente à disposição dos Srs. Constituintes que porventura tenham dúvida a respeito de algum artigo. Estarei pronto a prestar esclarecimentos, pois fiquei noites e noites dedicado a essas questões e tenho-as na cabeça, como se fosse também um computador. Sei onde foi colocado cada artigo.

O Deputado Wilson Martins talvez queira esclarecer mais esta questão ao nobre Constituinte Lysâneas Maciel, uma vez que funcionou como Relator adjunto.

**O SR. CONSTITUINTE WILSON**

**MARTINS:** – Sr. Presidente, eminente Relator. Srs. Constituintes, entendo perfeitamente a perplexidade dos nobres colegas Constituintes e, prevendo-a, preparei, antes das emendas, um relatório com todos os dispositivos que deveria suprimir, modificar e aditar. Ontem, na primeira reunião após a apresentação do anteprojeto, ofereci à Mesa uma relação dessas emendas e pedi que fossem incluídas como notas taquigráficas e distribuídas aos colegas para facilitar-lhes o trabalho, e hoje venho trazer a complementação.

Requeiro, portanto, a Mesa que mande publicar o restante dos estudos a que procedi com esse objetivo e que incluem todo o anteprojeto da Constituição. São 107 emendas que pretendo apresentar, importando na eliminação de 32 dispositivos.

A publicação desses dados, em aditamento à publicação do trabalho ontem apresentado à Mesa, possibilitara aos Srs. Constituintes um cotejo de todo o trabalho realizado por este Constituinte. Muito obrigado a V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso**

**Arinos):** – A Presidência agradece a V. Ex.<sup>a</sup> a comunicação e informa que os trabalhos referidos pelo nobre Senador serão publicados de acordo com a sua sugestão. A Secretaria da Mesa se incumbirá dessas providências. A Presidência pergunta a V. Ex.<sup>a</sup> se teve ocasião de mandar algum exemplar desse trabalho para a Mesa.

**O SR. CONSTITUINTE WILSON**

**MARTINS:** – Mandeí ontem, Sr. Presidente. Já foi publicado e entregue aos Constituintes.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso**

**Arinos):** – Esse trabalho atual?

**O SR. CONSTITUINTE WILSON**

**MARTINS:** – Este vou mandar agora.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso**

**Arinos):** – É desse que eu estava falando. Tenha a bondade de enviá-lo.

Continua com a palavra o Sr. Relator.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):**

– Ouço o Sr. Constituinte Lysâneas Maciel.

**O SR. CONSTITUINTE LYSÂNEAS**

**MACIEL:** – Sr. Relator, sabemos que uma das maiores dificul-



dades na feitura de uma Constituição é, precisamente, dar eficácia aos dispositivos que ali estão inscritos. Se não a nossa Constituição virará apenas uma simples declaração formal de direitos que jamais serão implementados no decorrer da sua existência ou lhes faltarão eficácia. Como a nossa Subcomissão que integrou a Comissão I tratava de direitos dispersos – direitos coletivos que normalmente não tiveram tratamento prévio nas Constituições anteriores – ficamos com uma certa dificuldade em alterar logicamente esses dispositivos. Mas o que nos preocupou sobremaneira, e o eminente Relator José Paulo Bisol adotou quase que 90% do nosso relatório, foi a questão da eficácia, da garantia dos direitos que estamos estabelecendo. Pressupõe-se que, quando um dispositivo é colocado na Constituição, por ser ela uma lei mais nobre, estaria mais amparado, ou seja, o ali contido deveria ter eficácia maior. Mas verificamos que ocorre exatamente o contrário. Quando se insere na Constituição um direito, ele fica mais distante do povo. Então, esse tipo de preocupação norteou os trabalhos da nossa Subcomissão. Um direito previsto na lei ordinária pode ser acionado por qualquer cidadão perante um tribunal comum, uma junta de conciliação, uma vara cível ou criminal, etc. Agora, constitucionalmente, como esse direito pode ser acionado pelo cidadão comum? Esse é o drama.

As Constituições são feitas de belos princípios que jamais são executados: "Todos são iguais perante a lei, inobstante a cor, raça, religião, etc.". "Todo poder emana do povo e em seu nome será exercido." Essa é outra mentira neste País. Ou: "O salário mínimo é suficiente para garantir a subsistência do trabalhador, etc.". Essas belas declarações de direito jamais foram implementadas. Algumas delas têm quase quarenta anos. Como, exemplo, temos aquela que diz que "os trabalhadores terão participação nos lucros da empresa" e que nunca foi regulamentada alma das técnicas que os legisladores usam para postergar esse direito é remetê-lo para a lei ordinária, a fim de que essa regulamentação jamais ocorra.

Então criamos, Sr. Relator, a figura do Tribunal de Garantias Constitucionais, que não tem a intenção de usurpar nenhum dos poderes do Supremo Tribunal Federal, mas, pelo contrário, cria uma norma para que não se façam mais essas declarações de direitos que não tenham implementação. A eficácia desse Tribunal de Garantias Constitucionais reside precisamente nisso. Não cria um conflito de jurisdição com o Supremo Tribunal Federal, mas torna ao alcance do cidadão comum os dispositivos ali transcritos.

Recebi, eminente Relator, a seguinte proposta: "Será, Sr. Deputado, que V. Ex.<sup>a</sup> poderia colocar no anteprojeto, por exemplo, direito ao saneamento básico?" Respondi que seria fácil colocá-lo na Constituição, mas como se implantaria saúde, saneamento básico e educação?

Convivemos com esse drama durante certo tempo, quando imaginamos essa figura do Tribunal de Garantias Constitucionais apenas para interpretar os dispositivos desta Constituição. Como consagramos, na nossa Subcomissão, que a soberania do Brasil pertence ao povo e só através da manifestação desse povo ela pode ser modificada, nós, Parlamentares, tomamos-nos fonte secundária do poder, conforme V. Ex.<sup>a</sup> adotou no preâmbulo, no art. 1º, e assim por diante.

A supressão do Tribunal de Garantias Constitucionais, que não entendi bem até agora, seria compatibilizada com as atribuições extensivas do Supremo Tribunal Federal. Mas isso tomará difícil a implementação desse dispositivo, porque, por exemplo, nossa declaração de que todos têm direito ao saneamento básico o Governo poderá alegar não dispor de meios e recursos financeiros para implementar tal disposição constitucional. Neste caso haveria declaração de inconstitucionalidade por omissão, ou seja, se o Governo alegar que não tem, no seu planejamento, meios para a erradicação de um determinado problema, ou que não tem recursos financeiros para implementá-lo, o Tribunal de Garantias Constitucionais faria uma declaração, apenas para efeito de se inscrever como plano prioritário, o cumprimento daquele dispositivo constitucional. Tudo o que se inscrever nesta Constituição teria que ser obrigatória e prioritariamente cumprido.

Então, veja V. Ex.<sup>a</sup>, há obrigações que, muitas vezes, o Governo não pode cumprir, tais como o saneamento básico e a educação para todos. Qual seria a função desse Tribunal de Garantias Constitucionais? Simplesmente declarar isso. E o Governo não poderia, por exemplo, fazer um projeto de construção de um submarino nuclear, cujo dinheiro, empregado na construção, daria para dar escolas a 16 milhões de crianças no Brasil, sem antes atender aqueles dispositivos inscritos na Constituição.

Não seria usurpação de nenhuma atribuição do Supremo Tribunal Federal. Mas vem agora a Comissão de Sistematização compatibilizar o texto. Isso foi aprovado na minha Subcomissão e na Comissão Temática, e foi simplesmente suprimido do texto, segundo ouvi dizer, porque o Supremo Tribunal Federal estaria com essas atribuições.

Lembro apenas a V. Ex.<sup>a</sup> que inscrever um dispositivo na Constituição, por ser a Lei Maior, por ser a lei mais nobre, não torna esse direito mais próximo do cidadão comum.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Nobre constituinte Lysâneas Maciel, ainda bem que V. Ex.<sup>a</sup> acaba de declarar que ouviu dizer. A preocupação de V. Ex.<sup>a</sup> a partir de agora pode, aí sim, ser extirpada. Na nossa compatibilização, o Supremo Tribunal Federal absorveu a atribuição, mas na sua competência está exatamente isso que V. Ex.<sup>a</sup> deseja ver escrito em lei, para que não se usurpe o direito do povo. Peço a V. Ex.<sup>a</sup> que me honre acompanhando a leitura do **caput** do art. 205: "Compete ao Supremo Tribunal Federal", letra I: a representação por inconstitucionalidade. De modo que V. Ex.<sup>a</sup> pode verificar que também o Relator, preocupado com a sua tese, fez inserir isso no texto desde logo, para que não se escamoteie do povo esse direito. A nomenclatura do Tribunal não foi absorvida pelo Supremo Tribunal Federal, mas a idéia de V. Ex.<sup>a</sup> ficou toda dentro do texto constitucional – não ira para a lei ordinária.

**O SR. CONSTITUINTE LYSÂNEAS**

**MACIEL:** – Se V. Ex.<sup>a</sup> me permite, a composição desse Tribunal de Garantias Constitucionais era um pouco diferente daquela do Supremo Tribunal Federal – como todos sabemos, sobrecarregado – porque quisemos incluir neles representantes dos setores populares, pessoas de notável saber jurídico.

mas sobretudo aqueles que tivessem um vínculo com as lutas das comunidades. Seria introduzir a perspectiva popular, as prioridades populares, dentro de uma interpretação não simplesmente jurídica, mas sobretudo prioritária para a simplicidade de um povo sofrido e maltratado.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Mas veja V. Ex.<sup>a</sup> nobre Constituinte Lysâneas Maciel, que se acabou, por aqui, com aquela forma de composição do Supremo Tribunal Federal, constituído por doze Srs. Ministros da confiança do Presidente da República. Agora, após audiência pública e aprovação pelo Senado Federal, por 2/3 de seus votos, os Ministros serão nomeados pelo Presidente da República – cinco indicados por S. Ex.<sup>a</sup> seis pela Câmara dos Deputados, por voto secreto da maioria absoluta dos seus membros: cinco indicados pelo Presidente, dentre os integrantes de listas triplas, organizadas para cada vaga, pelo Supremo Tribunal Federal. E aqui se acaba com aquele vezo antigo de se nomear para Ministro do Supremo os que, tendo ultrapassado a idade de 65 anos, lá iam buscar uma aposentadoria pela chamada idade compulsória. Aqui isso fica definitivamente proibido: só poderá alguém ser nomeado Ministro até os 65 anos, e terá de ficar pelo menos cinco anos no Supremo Tribunal Federal.

Ouçõ V. Ex.<sup>a</sup>, com muito prazer.  
**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Eminente Relator, pergunto a V. Ex.<sup>a</sup> sobre apresentação de emendas. Estamos fazendo reformas e mudanças, e neste capítulo não existe mudança alguma. Pelo contrário, pioramos, pois a Justiça ficará mais dependente do Poder Executivo, que já tem sua ingerência manifesta nos tribunais pela nomeação de Juizes e Ministros, pelas promoções e pelo orçamento, o que é uma vergonha para a Justiça brasileira.

Deveríamos compatibilizar o artigo com a nova realidade, tomando o Poder Judiciário independente do Executivo, eliminando ao máximo essas interferências e deixando os tribunais comporem-se originariamente, inclusive o Tribunal Federal de Recursos, por meio de concurso entre seus membros.

Se a Justiça continuar dependente do Poder Executivo, estaremos mantendo os mesmos vícios, e a reforma do Poder Judiciário não será estrutural, mas apenas superficial. O Presidente da República continuará a nomear os Ministros e os juizes, a fim de atender ao Governador. Por deixar ir do interior para a Capital, o Juiz começará a vender sentença ao Executivo. Assim, os vícios continuarão os mesmos, pois não fomos à base. O erro da Justiça está na sua dependência do Poder Executivo. Deveríamos eliminá-la agora, porque, repito, se deixarmos como está, não teremos feito qualquer reforma na Justiça. Pelo contrário, nós a manteremos dependente. Deveríamos preocupar-nos com a base. No entanto, nossa preocupação está em aumentar o número de desembargadores em mais seis, em criar mais uma turma no Supremo Tribunal Federal e em dizer que, em vez de quatro Ministros a serem nomeados pelo Presidente da República, serão seis.

Deveríamos deixar a Justiça o mais independente possível, a fim de que houvesse menos

barganha possível do Poder Executivo dentro dos Tribunais brasileiros.

Gostaria muito de ver no País, Sr. Relator, Governadores ou Prefeitos colocados nos seus cargos que extraviam dinheiro público serem condenados pela Justiça. Temos de dar meios e instrumentos à Justiça para que ela seja o ponto fundamental de sustentação do regime democrático. Dependente do Poder Executivo, ela será um instrumento de decadência do sistema democrático de governo.

Isso é que gostaria que V. Ex.<sup>a</sup> esclarecesse, porque apresentei uma emenda que não foi considerada, não sei porquê, à qual ninguém deu a mínima atenção. Pergunto a V. Ex.<sup>a</sup> se eu poderia, com três artigos, anular essa cadeia de promoções e nomeações vindas do Poder Executivo, tomando a Justiça originária em si própria?

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):**

— Vou responder a V. Ex.<sup>a</sup>, nobre Constituinte Gerson Peres. Estou cansado de dizer a V. Ex.<sup>a</sup> que a matéria não foi aprovada na Comissão Temática. A emenda de V. Ex.<sup>a</sup> não passou na respectiva Comissão. Não fui eu quem teve o desprazer de rejeitar a sua emenda.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON**

**PERES:** — Posso, então apresentar minha emenda na Comissão hoje?

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):**

— Acho que, inclusive, deve.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON**

**PERES:** — Atingirá o mérito?

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):**

— Não. V. Ex.<sup>a</sup> deverá compatibilizar, adequando-a.

**O SR. CONSTITUINTE LYSÂNEAS**

**MACIEL:** — Eu não havia terminado nobre Relator. Tinha duas perguntas a fazer, quando o eminente Constituinte Gerson Peres me interrompeu.

Sr. Relator, estou bastante preocupado — e permito-me chamar a atenção também da Presidência — pois tem havido várias manifestações militares sobre assuntos constitucionais. Sobre a questão da anistia, por exemplo foi — sugerida a exclusão de diversos dispositivos: também sobre a eliminação dos empregados de empresas privadas que tenham sido perseguidos por motivos políticos. E agora vários Ministros militares estão se pronunciando sobre matéria constitucional, inclusive sobre anistia.

Pergunto à Presidência e ao Relator como estão se sentindo? Temos necessidade de aprovar proposta que fiz à Assembléia Nacional Constituinte no sentido de se impedirem pronunciamentos militares sobre matéria submetida à apreciação constitucional — seja anistia ou qualquer outro assunto? Todos os dias nos jornais estão estampados pronunciamentos de militares sobre matéria constitucional.

Agora, Sr. Presidente, acaba de acontecer um atentado, no Rio de Janeiro, com ferimento em duas pessoas; anteontem, houve manifestação contra o Presidente da República. E vêm os Ministros militares, talvez procurando turbar o funcionamento normal da Assembléia Nacional Constituinte, querendo imputar ao político "a" ou "b" tal responsabilidade.

Então, pergunto ao Sr. Relator da Comissão de Sistematização de isso não está nitidamente

contido em dispositivo do Regimento, como circunstâncias destinadas a perturbar o funcionamento normal da Assembléia Nacional Constituinte e da Comissão de Sistematização. Todos os dias há pronunciamento militar sobre matéria aqui discutida.

Onde está a soberania e a independência deste Poder? Já não podemos fazer qualquer manifestação, porque o jurisconsulto, o Constituinte *ad hoc*, o Ministro do Exército, acha que não podemos discutir até mesmo o parlamentarismo, o mandato do Presidente da República e diversas outras matérias. Será que estamos aqui brincando ou temos realmente independência, Sr. Presidente e Sr. Relator?

**O SR. PRESIDENTE (Afonso**

**Arimos):** — O nobre Constituinte dirigiu-se ao Presidente, que vai responder. A prova de que não tem razão no seu veemente e brilhante aparte é que V. Ex.<sup>a</sup> está com a palavra e dizendo o que quer. Ninguém está desrespeitando o seu direito de falar o que deseja.

Se existe alguma restrição legal à manifestação dos Srs. Ministros militares não compete à Assembléia Nacional Constituinte fazer funcionar o mecanismo de advertência. Mas V. Ex.<sup>a</sup> está dando uma prova ao contrário ao que disse. V. Ex.<sup>a</sup> está dizendo o que quer, o Presidente está-lhe assegurando a palavra e todo o Plenário está ouvindo e apoiando V. Ex.<sup>a</sup>. De maneira que a Presidência se permite dizer que V. Ex.<sup>a</sup> não tem razão.

Concedo a palavra ao nobre Constituinte Virgildásio de Senna, que pediu a palavra em tempo oportuno.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):**

— Sr. Presidente, peço a V. Ex.<sup>a</sup> assegurar-me a palavra, porque, a exemplo de V. Ex.<sup>a</sup>, fui convocado pelo Constituinte Lysâneas Maciel a dar minha opinião sobre o assunto e não quero valer-me, à custa do meu silêncio, da resposta de V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso**

**Arimos):** — V. Ex.<sup>a</sup> tem todo o direito e por isso concedo-lhe a palavra.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):**

— Quero que se registre na Casa, Sr. Presidente, que os militares também são brasileiros e, como tal, podem expender suas opiniões. Se os militares estivessem aqui dentro, acampados, impedindo que eu falasse, eu saberia fazer meu protesto. O que não posso, Sr. Presidente, é cercear qualquer cidadão brasileiro, no gozo da sua cidadania, de expender sua opinião.

Lamento, e o Constituinte Lysâneas Maciel que é sempre com muita dificuldade que discordo de S. Ex.<sup>a</sup>. Mas, nesta hora, não posso perfilar-me a seu lado, porque não me sinto coagido por ninguém, e, no dia que tentarem fazê-lo, desta tribuna saberei denunciar.

Sr. Presidente, estas minhas palavras são apenas para registro.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso**

**Arimos):** — Concedo a palavra ao nobre Constituinte Virgildásio de Senna.

**O SR. CONSTITUINTE**

**VIRGILDÁSIO DE SENNA:** — Nobre Relator, sabe V. Ex.<sup>a</sup> o respeito enorme que tenho pelo seu trabalho e da Comissão que ajudou a elabora-lo.

Sei das horas perdidas, da imensa dificuldade de se compatibilizar em textos conflitantes, enfim,

do imenso trabalho que teve V. Ex.<sup>a</sup>. Mas permita-me, não sendo constitucionalista, que registre minha enorme dificuldade.

Tenho muito interesse pelas contas públicas, de tal modo que estou com dificuldade em saber com exatidão qual o pensamento do nobre Relator da Comissão de Sistematização a respeito da nomeação dos Ministros do Tribunal de Contas da União.

O art. 144 registra que "os Ministros do Tribunal de Contas da União serão nomeados pelo Presidente do Congresso Nacional, dentre brasileiros maiores de 35 anos..." O art. 162, dentre as atribuições definidas como do Presidente da República, no inciso III diz:

"nomear, após aprovação pelo Senado Federal, os Ministros do Supremo Tribunal Federal, do Tribunal de Contas da União, dos Tribunais Superiores, os Chefes de missão diplomática de caráter permanente, os Governadores de Territórios, os membros do Conselho Monetário Nacional, o Presidente e Diretores do Banco do Brasil e o Presidente e Diretores do Banco Central do Brasil."

Evidentemente, há aí um conflito de competência. Gostaria de conhecer na íntegra o pensamento do nobre Relator, o que, para mim, é fundamental.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):**

— V. Ex.<sup>a</sup> entende que há um conflito entre o art. 144 e o art. 162, inciso III?

**O SR. CONSTITUINTE**

**VIRGILDÁSIO DE SENNA:** — Perfeitamente.

**O SR. RELATOR (Bernardo**

**Cabral):** — O art. 162 trata das atribuições do Presidente da República e o art. 143 do Tribunal de Contas da União. A seguir, no art. 144, especificam-se quais os brasileiros que poderão ser nomeados: maiores de trinta e cinco anos, de idoneidade moral e reputação ilibada...

Mas, continua o artigo, no inciso I: "um terço, indicado pelo Presidente da República, com aprovação do Senado Federal."

**O SR. CONSTITUINTE**

**VIRGILDÁSIO DE SENNA:** — Peço perdão a V. Ex.<sup>a</sup>, o texto diz que serão nomeados pelo Presidente do Congresso Nacional.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):**

— V. Ex.<sup>a</sup> me pediu que explicasse a forma seguida para compatibilizar os textos. Estou tentando fazê-lo. Depois V. Ex.<sup>a</sup> poderá argüir se continuo conflitando com o que tentei compatibilizar.

Dentre as nomeações de atribuição do Presidente da República, aprovadas pelo Senado Federal, consta que ele nomeia os Ministros do Tribunal de Contas da União.

Pediria a V. Ex.<sup>a</sup> que lesse o inciso III do art. 162:

"III — nomear, após aprovação pelo Senado Federal, os Ministros do Supremo Tribunal Federal, do Tribunal de Contas da União, dos Tribunais Superiores, os Chefes de missão diplomática de caráter permanente, os Governadores de Territórios, os membros do Conselho Monetário Nacional, o Presidente e Diretores do Banco do Brasil e o Presidente e Diretores do Banco Central do Brasil;"

Os que são indicados pelo Presidente da República, por ele nomeados, passam pela aprovação do Senado Federal, um terço. Dois terços serão escolhidos pelo Congresso Nacional, com mandato de seis anos, para que se acabe com a vitaliciedade que havia com os Ministros do Tribunal de Contas. Eles passam a ter um mandato de seis anos, ao cabo dos quais não voltarão: as nomeações serão renovadas, sendo 1/3 dentre profissionais indicados por entidades representativas da sociedade civil e 1/3 dentre auditores, substitutos legais de Ministros ou membros do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, por este indicado em listas tríplices, alternadamente, segundo os critérios de antiguidade e de merecimento. O que se quis com isso? Frear o Presidente da República, com a aprovação do Senado, nessa indicação. Ele pode indicar 1/3, mas a aprovação deste 1/3 tem de passar pelo Senado Federal. Os 2/3 restantes são escolhidos pelo Congresso Nacional. Aqui se disciplinou o que lá adiante se quis dizer. Esta foi a idéia.

Não sei se ficou claro, Constituinte Virgildásio de Senna. Foi uma espécie de freio, disciplinando que o Presidente da República nomeie apenas aquele 1/3 que ele indica. Se ele indica e tem a aprovação do Senado, é ele quem nomeia; se há 2/3 escolhidos pelo Congresso Nacional com mandato de seis anos é ele quem nomeia. Dentro desses 2/3, temos aquele 1/3 de que falei, mas a nomeação será dele, só que com essa circunstância.

**O SR. CONSTITUINTE VIRGILDÁSIO DE SENNA:** – Pelo que entendi, nobre Relator, o Tribunal será composto por pessoas nomeadas pelo Presidente da República e pelo Presidente do Congresso.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Não. Serão nomeados pelo Presidente da República. A única diferença é que S. Ex.<sup>a</sup> tem o direito de indicar um terço dos componentes. Hoje, os Ministros do Tribunal de Contas da União são todos nomeados pelo Presidente da República, sem nenhuma forma indicativa de participação do Congresso Nacional ou de entidades representativas. Quis dar-se a oportunidade ao Congresso Nacional, com esse mandato de seis anos, de democratizar o Tribunal de Contas da União, para que não fique sendo apenas um lugar de amizade e de afeto por parte de quem é escolhido. Esta era a idéia. V. Ex.<sup>a</sup> sabe que este é o instante de fazer emendas para uma melhor adequação. Peço, inclusive, a V. Ex.<sup>a</sup> que colabore com o Relator neste sentido.

**O SR. CONSTITUINTE VIRGILDÁSIO DE SENNA:** – Estava apenas tentando entender qual o espírito da conciliação. Sua explicação esclareceu o assunto. Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Foi o eminente Constituinte Egídio Ferreira Lima quem compatibilizou isso melhor para nós.

**A SRA. CONSTITUINTE SANDRA CAVALCANTI:** – Sr. Relator, acompanhando atentamente a discussão chegamos a dar uma lida nessa página final do avulso em que estão os artigos com as referências de onde vieram. É exatamente sobre esse assunto que queria levantar esta questão, até para poder encaminhar um pedido à Mesa. Veja V. Ex.<sup>a</sup> que o art. 144, que acaba de ser men-

cionado pelo Constituinte Virgildásio de Senna, diz que o **caput** é originário do art. 62. Depois o **caput**, inciso X, altera o art. 62. Mais adiante, o art. 144. § 1º altera o art. 62. Ora, neste resumo que temos, no final está indicado que o dispositivo é originário de algum ponto. O que significa exatamente o texto com a observação "Altera o dispositivo do § 3º da Comissão tal? Altera o art. 64, **caput** da Comissão? O que significa, por parte do Relator, esta informação de que altera? Se essa informação é exatamente a que estamos buscando para poder discutir, sugeriria à Mesa que mandasse elaborar cópia para nós. Isso, com o uso do computador que preparou esse esquema, poderá ser feito com a maior facilidade. Seria um quadro comparativo, principalmente com os artigos que, citados, têm ao lado essa informação: "alterado". Se houve alteração, gostaríamos de poder, com facilidade, comparar, sabendo que alteração foi essa e por que foi feita. Isso facilitaria nosso trabalho, e no momento não temos à mão essa cópia.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – É o 144 da Comissão V?

**A SRA. CONSTITUINTE SANDRA CAVALCANTI:** – Refere-se sempre ao art. 62. Por exemplo o art. 144, **caput**, inciso I, altera o art. 62, **caput**, inciso I, da Comissão V. O que significa esse "altera"?

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – A idéia do "altera" surgiu quando se compatibilizaram disposições diversas, o que deu nisso: alterou parte desse artigo, para ficar no que se encontra agora. É este o sentido.

**A SRA. CONSTITUINTE SANDRA CAVALCANTI:** – É esse o significado?

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Porque não havia outra forma.

**A SRA. CONSTITUINTE SANDRA CAVALCANTI:** – O que significa, portanto, que não quer dizer nada – que não alterou, então.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Isso não quer dizer que tenha sido suprimido, que se tenha retirado o sentido total do artigo, mas apenas que se alterou parte de um, juntando com a de outro, para melhor compatibilizar.

**A SRA. CONSTITUINTE SANDRA CAVALCANTI:** – Então, essa relação das alterações é que talvez fosse interessante termos à mão, para podermos acompanhar melhor os trabalhos.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – O Constituinte Wilson Martins acaba de oferecer essas alterações, Constituinte Sandra Cavalcanti, num trabalho que já encaminhou à Mesa.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Eu pediria a atenção da Casa no sentido de que ouçamos o Relator.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, nos relatórios das Comissões temáticas os Relatores, na parte final, no apêndice, sempre colocaram expressões como: "Emenda do Constituinte Gerson Pares parcialmente acolhida", ou "não acolhida", ou "indeferida", e assim por diante.

Na parte da anistia, o Relator Lysâneas Maciel mencionou que "a emenda do Constituinte Ger-

son Peres já está enquadrada no meu substitutivo. Acontece que o espírito da minha emenda é proporcionar uma anistia somente indenizatória, com todos os direitos pagos àqueles que foram atingidos pelos atos revolucionários. O Relator ampliou o quadro, fazendo até reverter o dispositivo para anistiados talvez já com idade avançada para os postos militares.

Eu perguntaria se, em relação a esta minha emenda – que foi, conforme S. Ex.<sup>a</sup> declara, "parcialmente colocada" em todos os artigos e parágrafos referentes à anistia – o Relator não poderia compatibilizá-la.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – V. Ex.<sup>a</sup>, sem dúvida, pode apresentar a chamada emenda de adequação a este texto, retirando a parte desejada.

**O SR. CONSTITUINTE EGÍDIO FERREIRA LIMA:** – Sr. Presidente, Sr. Relator, nestes momentos iniciais da Comissão de Sistematização, é chegada a hora de humanizarmos os debates, estabelecendo o senso de sua proporção. Ora, passamos os meses de fevereiro a abril no trabalho de elaboração do Regimento. Chegamos a um procedimento inusitado, singular, novo – e tenho certeza de que dará bons resultados. Já podemos alcançar isto. Cumprimos praticamente todos os prazos. A partir de abril, maio, até junho, tivemos as Subcomissões e as Comissões temáticas, e agora temos a Comissão de Sistematização, com o somatório desse trabalho.

O que foi nossa atividade nestes últimos três meses, senão um garimpo? E como produto desse garimpo temos ouro, diamantes, pedra, barro, até resquícios, restos de lama. O que a Comissão de Sistematização fez nesta hora não foi mais do que juntar tudo. Começa agora, a partir deste momento, o processo da lapidação. Tenho certeza de que a Comissão de Sistematização, tendo o Prof. Afonso Arinos como Presidente e V. Ex.<sup>a</sup> como Relator, será muito bem conduzida. O trabalho será feito pelo próprio Plenário a partir das suas emendas. Depois das primeiras emendas de mérito do Plenário, teremos, seguramente, o substitutivo que já deve estar na mente do Relator e de seus auxiliares, quando então o processo de lapidação, de procura do melhor, de triagem, vai ocorrer natural e normalmente.

Não devemos ter perplexidades, inquietudes. A riqueza do processo está exatamente nisso. É até evangélico, Constituinte Bernardo Cabral. Diz-se que se deve deixar que o joio e o trigo cresçam juntos; só quando os tiverem identificados e adultos serão separados. Creio que em fins de novembro, pode ser até dezembro – não faz mal –, teremos uma boa Constituição, fruto dessa triagem, dessa lapidação.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Quero agradecer ao eminente Constituinte Egídio Ferreira Lima, que com a sua bateia jurídica começou a expurgar a areia que há de sobra, para que fique apenas a pepita da inteligência dos Srs. Constituintes.

**O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS:** – Sr. Presidente, pela ordem, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem a palavra V. Ex.<sup>a</sup> pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS:** – Sr. Presidente, desejo solicitar ao Relator que leve em consideração ao pedido da Constituinte Sandra Cavalcanti no sentido de que a Secretaria da Comissão, com o inestimável auxílio do Prodasen, faça outro quadro das alterações apontadas pelo nobre Sr. Relator. O quadro que acompanha o anteprojeto e, no meu modo de ver, extremamente elucidativo, e que procura traduzir todas as decisões do Sr. Relator. Assim e que, a cada artigo mencionado, desde o primeiro até o último, com um desdobramento quanto aos parágrafos e, se necessário, às alíneas e aos incisos, o quadro que acompanha o anteprojeto do Sr. Relator aponta a razão da sua presença. Mas usa uma série de expressões distintas, não usa uma expressão uniforme.

O Sr. Relator estava atendendo outro Constituinte, por isso vou repetir.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – V. Ex.<sup>a</sup> fique tranqüilo. Apesar de estar atendendo outro Constituinte, não poderia deixar de dar-lhe a atenção que merece. Fique tranqüilo, pois ouvi tudo.

**O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS:** – Obrigado a V. Ex.<sup>a</sup>.

A observação que faço é com referência ao quadro que considero muito fiel ao trabalho do Sr. Relator, importante e extremamente elucidativo. À frente de cada artigo, parágrafo, alínea ou inciso repito – S. Ex.<sup>a</sup> usa expressões diversas: "é originária" é uma das expressões mais frequentes – "incorpora"; "faz a adaptação". Mas há uma expressão que não nos permite, de pronto, estabelecer o cotejo, que é "altera".

Até o art. 375 – tomei conhecimento do anteprojeto hoje e não concluí o exame que devo fazer – existem cento e quatro expressões "altera" e o anteprojeto tem mais de quatrocentos artigos, sem me referir, às Disposições Transitórias.

Para que possamos redigir as nossas emendas é necessário que a Secretaria da Comissão, com o apoio indispensável do Prodasen, produza um quadro que nos permita conhecer as consequências dessas alterações. Pelo conhecimento que tenho do Relator, sei que naturalmente, seu objetivo foi aprimorar o projeto. Mas não poderemos produzir as emendas sem saber qual o sentido exato desse termo "altera".

O Sr. Relator, ao responder à Constituinte Sandra Cavalcanti, disse que essa expressão era sinônima, no quadro, de "adapta" e "incorpora". Mas também são usadas essas expressões e corri mais frequência, "é originária".

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Permite-me V. Ex.<sup>a</sup> um honroso aparte?

**O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS:** – Pois não.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – V. Ex.<sup>a</sup> possui a fundamentação, a não ser que não tenha sido impressa. Há uma folha antes dessas remissões? O art. 1º, **caput**, suprime porque é originário do art. 1º, **caput**, Comissão II. V. Ex.<sup>a</sup> possui uma página anterior?

**O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS:** – Não, a última página possui fundamentações.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Fundamentação. Pediria a V. Ex.<sup>a</sup> que lesse alínea "e" na qual está a explicação da expressão "altera".

**O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS:** – Mas e justamente esse quadro de que necessitamos.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Veja V. Ex.<sup>a</sup>: tive o cuidado de fazer o quadro. O eminente Constituinte Wilson Martins, acabou de declarar que já encaminhou o seu trabalho à Mesa. S. Ex.<sup>a</sup> ainda está aqui presente na reunião.

**O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS:** – Porque a expressão "altera" não é sinônima de incorpora, como vi.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Claro que não.

**O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS:** – Nem de compatibilização, que foi a expressão que V. Ex.<sup>a</sup> utilizou ao responder a Constituinte Sandra Cavalcanti, nem de que se fez uma adequação. A alínea "e" diz que a expressão altera indica que a redação do anteprojeto, em razão da opção de compatibilização adotada com redação de outra Comissão, implicou adequação ao dispositivo originado da Comissão Temática.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Perfeito. A idéia foi essa.

**O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS:** – Confesso a V. Ex.<sup>a</sup>, com toda lealdade, que não alcancei o sentido desta alínea "e". A expressão "altera" indica que a redação do anteprojeto, em razão da opção de compatibilização adotada com outra redação de outra Comissão, implicou adequação ao dispositivo originário da Comissão Temática. Essa outra comissão também tem de ser temática, porque as outras chamavam-se Subcomissões. Então confesso, sinceramente, ao Sr. Relator, que não alcancei o sentido da expressão "altera". E, agora, menos do que antes, depois de ler a letra "e".

Minha solicitação se prende à preocupação de que possamos participar sem apresentar emendas sem sentido, mas, emendas que realmente possam se adequar. Entendo, para esse fim, necessário que tenhamos esse quadro.

Quero, por fim, nessa minha ligeira palavra pela ordem, cumprimentar o Sr. Relator – embora não tenha concluído a leitura do trabalho – pela lealdade do seu trabalho. Esta minha intervenção é a maior demonstração da lealdade de V. Ex.<sup>a</sup>, que deixou bem claro todas as decisões que tomou, o que vale muito para a Assembléia Nacional Constituinte, para o trabalho de elaboração da Constituição.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Muito obrigado. O Constituinte Konder Reis dirigiu-me uma questão de ordem e é a ele que vou responder.

Estava agora conversando com a dedicada e competente Secretária da Comissão e ficamos mais ou menos entendidos que ela se dirigirá ao Prodasen a fim de, na medida das informações possíveis dadas por esse órgão, se esclarecer a dúvida que V. Ex.<sup>a</sup> suscitou.

Com a palavra o Sr. Constituinte Vivaldo Barbosa.

**O SR. CONSTITUINTE VIVALDO BARBOSA:** – Sr. Presidente, em continuidade a esta questão, creio que o Sr. Relator, em entendimento com o Prodasen, poderia produzir uma listagem que, ao contrário desta, remetesse a parte dos artigos do anteprojeto aos diversos artigos dos diversos anteprojetos das comissões. Creio ser possível ao Prodasen partir para os diversos artigos dos diversos anteprojetos das diversas comissões, referindo-se ao artigo do anteprojeto. Com isso cada Constituinte poderá imediatamente localizar o artigo da Comissão Temática. Creio que o Prodasen, repito, ao contrário desta lista, poderá produzir outra lista, que certamente complementará nossas informações.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – A sugestão de V. Ex.<sup>a</sup> será levada ao conhecimento do Prodasen, a fim de examinar a possibilidade de atender à sua sugestão.

Continua com a palavra o Sr. Relator.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, para que fique registrado na Ata dos trabalhos, fui alertado, há pouco, para a incoerência, para o conflito entre dois artigos já anteriormente apontados pelo eminente Conselheiro Virgildásio de Senna, com o problema da nomeação, pelo Presidente do Congresso Nacional, dos Ministros do Tribunal de Contas. Queria que ficasse registrado que realmente o Constituinte Virgildásio de Senna tem razão e que a emenda que irá adequar esses dois dispositivos será levada a efeito.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Há dois oradores inscritos. O primeiro é o Constituinte Prisco Viana, a quem concedo a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE PRISCO VIANA:** – Sr. Presidente, havia feito minha inscrição sem antes conhecer a metodologia dos trabalhos. Verifiquei que a discussão foi feita simultaneamente com a exposição do Sr. Relator. No curso das intervenções, muitas das questões que iria suscitar foram esclarecidas.

Reservo-me, pois, para comentar este anteprojeto, no mérito, na reunião de amanhã.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Obrigado a V. Ex.<sup>a</sup>.

Concedo a palavra ao Constituinte Antônio Carlos Mendes Thame.

**O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO CARLOS MENDES THAME:** – Sr. Presidente, Sr. Relator, tomo a liberdade de solicitar esclarecimentos ao nobre companheiro com referência a dois artigos. O art. 118 do Anteprojeto da Comissão de Ordem Social – a VII Comissão –, que concede prerrogativa ao Ministério Público, para postular em juízo, pela tutela jurisdicional, para defender o meio ambiente, e também o art. 27, parágrafo único, desta mesma Comissão...

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Pediria a V. Ex.<sup>a</sup> que se referisse a artigo por artigo, porque me estou valendo um pouco também da memória.

**O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO CARLOS MENDES THAME:** – Pois não.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – V. Ex.<sup>a</sup> indaga sobre o artigo.

**O SR. CONSTITUINTE ANTONIO CARLOS MENDES THAME:** – O art. 118 da Comissão VII.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):**  
– V. Ex<sup>a</sup> quer saber onde se encontra? Está no parágrafo único do art. 38 do projeto.

**O SR. CONSTITUINTE ANTONIO CARLOS MENDES THAME:** – Quanto à parte do meio ambiente, realmente ele a contempla. Reportando-me ao art. 27, dessa mesma Comissão....

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):**  
– Art. 27?

**O SR. CONSTITUINTE ANTONIO CARLOS MENDES THAME:** – Isso. É o § 1º.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):**  
– O art. 27, **caput** da Comissão VII, ou o parágrafo único?

**O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO CARLOS MENDES THAME:** – O parágrafo único do art. 27 Comissão da Ordem Social – VII.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):**  
– V. Ex<sup>a</sup> quer ler o texto, por gentileza?

**O SR. CONSTITUINTE ANTONIO CARLOS MENDES THAME:** – É o seguinte:

"Para os que não dependam de lei, o Ministério Público, ou qualquer pessoa são partes legítimas para requerer a tutela jurisdicional necessária a tornar efetivo o seu cumprimento, isentando-se os autores das respectivas custas judiciais e do ônus de sucumbência, exceção feita aos litigantes de má fé."

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):**  
– Isto ficou contemplado no parágrafo único, que ainda há pouco li, para compatibilização, a fim de não haver repetição.

**O SR. CONSTITUINTE ANTONIO CARLOS MENDES THAME:** – É claro que teremos possibilidade de emendas modificativas para aperfeiçoar a redação.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Não havendo mais oradores inscritos, o Sr. Relator continua com a palavra.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):**  
– Sr. Presidente, tenho que agradecer aos eminentes Srs. Constituintes a honra que me deram. Pelo menos neste primeiro passo, ficou esclarecido que o trabalho do Relator, se não for, como hoje o foi, contemplado com esta assessoria do Plenário, não chegará a bom termo. De modo que, Sr. Presidente, desejo apenas deixar a todos o meu agradecimento. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Antes de encerrar a reunião, desejo comunicar aos Srs. Membros da Comissão que haverá reunião amanhã, à mesma hora para discutir o destaque solicitado pela Constituinte Sandra Cavalcanti.

Está encerrada a reunião.

## COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO

### 6ª Reunião Extraordinária

Aos trinta dias do mês de junho do ano de mil novecentos e oitenta e sete, às vinte horas e quinze minutos, no Plenário da Câmara dos Deputados, reuniu-se a Comissão de Sistematização, sob a Presidência do Senhor Constituinte Aluizio Campos, Primeiro-Vice-Presidente, no exercício da Presidência, presentes os seguintes Senhores Constituintes: Rodrigues Palma, José Maurício, Edne Tavares, José Ulisses de Oliveira, Fernando Gasparian, Eraldo Tinoco, Gastone Righi, Siqueira Campos, Fernando Bezerra Coelho, José Luiz Maia, Nilson Gibson, Osvaldo Coelho, Celso Dourado, Raimundo Bezerra, Gerson Peres, Ademir Andrade, Francisco Pinto, Bernardo Cabral, Carlos Mosconi, Paulo Ramos, Sandra Cavalcanti, Sigmaringa Seixas, Mário Lima, Aloysio Chaves, Haroldo Sabóia, Ricardo Fiúza, Renato Vianna, José Jorge Cristina Tavares, Virgildásio de Senna, Haroldo Lima, Christóvam Chiaradia, Manoel Moreira, Adolfo Oliveria, Osvaldo Lima Filho, Antônio Carlos Konder Reis, José Geraldo, José Freire, José Santana de Vasconcellos, Prisco Viana, João Calmon, José Serra, Mário Assad, Carlos Sant'Anna, Inocêncio Oliveira, Francisco Benjamim, Francisco Rossi, Brandão Monteiro, Pimenta da Veiga, Darcy Pozza, Theodoro Mendes, Plínio Arruda Sampaio, José Ignácio Ferreira, Alfredo Campos, Wilson Martins, Paulo Pimentel, Nelson Carneiro, Amaldo Prieto, Cid Carvalho, Artur da Távola, Nilton Friedrich, Jamil Haddad, José Richa, Luiz Eduardo, Egidio Ferreira Lima, Afonso Arinos, Francisco Dornelles, Adylson Motta, José Costa, Augusto Carvalho, Octávio Elisio, José Tinoco, Bocayuva Cunha, João Agripino, Simão Sessim, Mozarildo Cavalcanti, Euclides Scalco, Délio Braz, Antonio Mariz, Vilson Souza, Aécio Neves, Jonas Pinheiro, Michel Temer, João Natal, Enoc Vieira, Paes Landim, Miro Teixeira, Ziza Valadares e Ottomar Pinto. Compareceram também, os seguintes Senhores Constituintes, não-membros: Moisés Pimentel, Antônio Câmara, Silvio Abreu, Israel Pinheiro, Florestan Fernandes, Wilson Campos, Gumerindo Milhomen, Virgílio Guimarães, Eduardo Bonfim, Jutahy Júnior, Nestor Duarte, Lael Varella, Jairo Carneiro, Carlos Alberto Caó, Vivaldo Barbosa, Hélio Costa e Victor Fontana. Deixaram de comparecer os Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Almir Gabriel, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Lyra, Ibsen Pinheiro, João Hermann Neto, José Fogaça, José Paulo Bisol, Milton Reis, Nelson Jobim, Severo Gomes, Alcení Guerra, Antonio Carlos Mendes Gadelha, Oscar Corrêa, Jarbas Passarinho, Virgílio Távora, Lysâneas Marciel, Joaquim Bevilacqua, Luís Inácio Lula da Silva, Roberto Freire e Antônio Farias. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, anunciando que a ata da reunião anterior deixava de ser lida e distribuída aos presentes em razão de sua implantação no Prodasen não ter sido concluída a tempo. Com a palavra, pela ordem, falou o Senhor Constituinte Bacayuva Cunha, como membro do Clube de Engenharia e integrante do seu Conselho Diretor,

passando às mãos do Senhor Presidente e do Senhor Relator da Comissão expedientes nos quais são expressas as preocupações daquela entidade quanto a segurança do Trabalho. Em seguida, o Senhor Constituinte Gerson Peres, em questão de ordem, teceu considerações a respeito do disposto no § 2º do art. 19, do Regimento interno da Assembléia Nacional Constituinte e indagou sobre o sentido da expressão "adequar" e a função desta Comissão, nesta etapa dos trabalhos, bem como sobre o direito de emendar e a natureza dessas emendas a serem oferecidas pelos membros da comissão e demais Constituintes. Também em questão de ordem, o Senhor Constituinte Gastone Righi - após ouvir os esclarecimentos do Senhor Presidente de que, em princípio, todos podem oferecer emendas, cabendo ao Relator, ao apreciá-las, dar o seu parecer, recebendo-as ou não - elogiou este posicionamento da Presidência e teceu considerações sobre os dois grupos de relatores que colaboraram nos trabalhos da Relatoria, analisando a natureza e a forma da composição dessas equipes e pedindo a publicação do trabalho apresentado pelo grupo denominado "relatores auxiliares". Em seguida, o Senhor Constituinte Paulo Ramos enfocou a prisão, pela Polícia Federal, no Rio de Janeiro, de um cidadão brasileiro, solicitando à Presidência da Comissão que manifeste ao Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, ouvidos os demais o e a revolta da Comissão diante do fato narrado. O Senhor Presidente, respondendo que não se tratava de questão de ordem, orientou o Constituinte Paulo Ramos no sentido de que manifeste a sua comunicação no Plenário da Assembléia. Com a palavra, a Constituinte Sandra Cavalcanti, em questão de ordem, abordou o problema da definição da emendas a serem apresentadas pelos membros da Comissão, indagando sobre a natureza da mesmas, dados os desencontros e às diferenças constatados na leitura que procedeu no texto do anteprojeto. Com a palavra, o Relator respondeu que, pelos entendimentos havidos, entendia caberem emendas de mérito tanto com relação à matéria concorrente à Comissão Oitava, como, de resto, às demais matérias, desde que buscando a compatibilização e adequação do trabalho; quanto às colocações do Constituinte Gastone Righi, disse o Relator concordar com elas e reforçar a idéia de publicar os trabalhos elaborados pelos relatores auxiliares. Prosseguindo, o Senhor Relator Bernardo Cabral leu matéria publicada no **Jornal do Brasil**, de trinta de junho corrente para conhecimento do Plenário e registro nos anais, intitulada "Deputado denuncia ação de Lobby", com origem atribuída ao Deputado José Elias Murad (PTB-MG), tendo contestado as colocações ali feitas. Sobre o assunto pronunciaram-se os Senhores Constituintes Gastone Righi, Gerson Peres e Siqueira Campos, todos demonstrando estranheza na notícia, tanto pelo comportamento retilíneo do Relator como pelo conhecimento que confessaram ter do Deputado José Elias Murad, atribuindo ao fato natureza equivocada. Passando à ordem do dia, o Senhor Presidente anunciou a matéria da pauta, concernente nos Capítulos III, IV, V, e VII, do Título XIX do Anteprojeto do Relator (Comissão VIII), de conformidade com requerimento apresentado na reunião anterior pela Senhora Constituinte Sandra Cavalcanti, aprovada unanimemente. Esclareceu

o Senhor Presidente, a propósito, que esperava, ainda na reunião, distribuir o material – quadro comparativo da matéria – destinado a subsidiar no estudo e na discussão da matéria. Prosseguindo, foi concedida a palavra à Senhora Constituinte Sandra Cavalcanti, como autora do requerimento do destaque para a discussão do assunto, objeto da ordem do dia, quando abordou os principais pontos com os quais discordava e oferecendo suas sugestões para a alterações que julgar necessárias. Encerradas as colocações da Senhora Constituinte Sandra Cavalcanti, falaram os Senhores Constituintes Carlos Sant'Anna, Siqueira Campos, Gerson Peres, Octávio Elísio, Artur da Távola e Eraldo Tinoco. Não havendo mais oradores inscritos, o Senhor Presidente comunica que haverá reunião extraordinária, no dia 1º de julho do corrente ano, no mesmo local, às vinte horas, destinada a dar continuidade à discussão do anteprojeto apresentado pelo Relator, e que a partir do dia dois do mesmo mês as reuniões serão realizadas no período matutino, com início às nove horas e trinta minutos: em seguida, encerrou a reunião, às vinte e duas horas e quarenta e cinco minutos. O inteiro teor dos trabalhos foram gravados, devendo ser traduzidos e publicados no **Diário da Assembléia Nacional Constituinte** e constituir-se-á na ata circunstanciada da reunião. E, para constar, eu, Maria Laura Coutinho, Secretária, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação.

#### CLUBE DE ENGENHARIA

Rio de Janeiro, 25 de junho de 1987

Exmº Sr  
Senador Afonso Arinos  
M.D. Presidente da Comissão de Sistematização.

Da Assembléia Nacional Constituinte  
Senhor Presidente:

O Clube de Engenharia, por decisão do seu Conselho Diretor em reunião de 22-6-87, vem solicitar a V. Ex.ª que sejam consideradas as observações abaixo relacionadas aos artigos 50, 54, 57 e 58 das conclusões da Comissão da Ordem Social.

**a)** Que dos textos dos artigos 54, alínea VII, 57 e 58 da Seção I Da Saúde, sejam eliminadas as referências a Segurança do Trabalho e demais assuntos pertinentes à Engenharia;

**b)** Que a alínea XX do artigo 2º, item 1 conste apenas Segurança do Trabalho, uma vez que o direito à Saúde, que é de todos, já está prescrito no artigo 50 da referida Seção I;

**c)** Que o texto da Constituição, seja, escoimado da expressão "Saúde ocupacional" (artigo 57) tradução literal e imprópria de "occupational health", que visa a englobar a Segurança do Trabalho e consequentemente a Engenharia de Segurança na área da saúde.

Esperando contar com a compreensão e apoio de V. Ex.ª, subscrevemo-nos.

Atenciosamente, **Matheus Schneider**  
Presidente.

#### COMISSÃO DA ORDEM SOCIAL

Relator: Senador Almir Gabriel (PMDB – PA)

#### Da Ordem Social

Art. 1º A Ordem Social fundamenta-se no primado do trabalho, em busca da justiça social.

I – A todos é assegurado o direito ao trabalho com justa remuneração; o emprego é considerado bem fundamental à vida do trabalhador e ninguém o perderá sem causa justificada:

II – Todos têm direito à moradia, alimentação, educação, saúde, descanso, lazer, vestuário, transporte e meio ambiente sadio:

III – Todos são amparados pela seguridade social e têm direito ao usufruto do bem-estar social.

#### CAPÍTULO I

#### Dos Trabalhadores e Servidores Públicos

#### SEÇÃO I

#### Dos Trabalhadores

Art. 2º São assegurados aos trabalhadores urbanos e rurais, e aos servidores públicos, federais, estaduais, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, os seguintes direitos, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

I – garantia do direito ao trabalho.

XX – Saúde e segurança do trabalho:

XXI – proibição de trabalho em atividades insalubres ou perigosas, salvo lei ou convenção coletiva que, além dos controles tecnológicos visando a eliminação do risco, promova a redução da jornada e um adicional de remuneração incidente sobre o salário contratual;

XXII – proibição de qualquer trabalho a menor de 14 (quatorze) anos, e de trabalho noturno e insalubre dos menores de 18 (dezoito) anos;

XXX – seguro contra acidentes do trabalho;

#### SEÇÃO IV

#### Disposições Gerais

#### Art. 23. O reajuste periódico da ...

Art. 26. Indenização acidentária, devida nos casos a que se refere o inciso XXX do artigo 2º, não exclui o do direito comum, em caso de dolo ou culpa do empregador.

§ 1º É presumida a culpa do patrão ou comitente pelo ato culposos do seu preposto.

§ 2º A culpa se revela por meio de falta inescusável no tocante à segurança do empregado, ou a sua exposição a perigo no desempenho do serviço.

Art. 27. Os direitos que, previstos neste Título, dependam de lei para seu exercício, poderão ser objeto de ação direta de inconstitucionalidade por omissão, proposta por, no mínimo, 30 (trinta) entidades associativas.

#### CAPÍTULO II

#### Da Seguridade Social

Art. 38. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações, voltado para assegurar os direitos sociais relativos à saúde, previdência e assistência social.

#### SEÇÃO I

#### Da Saúde

Art. 50. A saúde é direito de todos e dever do Estado.

Art. 51. O Estado assegura o direito à saúde mediante:

I – implementação de políticas econômicas e sociais que visem à eliminação ou redução do risco de doenças e de outros agravos à saúde;

II – acesso universal, igualitário e gratuito às ações e serviços de promoção, proteção e recuperação da saúde, de acordo com as necessidades de cada um.

Art. 52. As ações e serviços de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um Sistema Único organizado de acordo com as seguintes diretrizes:

I – comando administrativo único e exclusivo em cada nível de governo:

II – atendimento integral e completo nas ações de saúde:

III – descentralização político-administrativa em nível de Estados e Municípios;

IV – participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações nos níveis federal, estadual e municipal,

Art. 53. O Sistema Único de Saúde será financiado com recursos do Fundo Nacional de Seguridade Social com recursos de receitas dos Estados e Municípios.

Art. 54. Compete ao Estado, mediante o Sistema Único de Saúde:

I – formular políticas e elaborar planos de saúde;

II – prestar assistência integral à saúde individual e coletiva;

III – disciplinar, controlar e estimular a pesquisa sobre medicamentos, equipamentos, produtos imunobiológicos e hemoderivados e outros insumos de saúde, bem como participar de sua produção e distribuição, com vistas à preservação da soberania nacional:

IV – fiscalizar a produção, comercialização, qualidade e consumo de alimentos, medicamentos e outros produtos de uso humano utilizados no território nacional;

V – controlar a produção e a comercialização dos produtos tóxicos inebriantes pelo abuso, e estabelecer princípios básicos para prevenção de sua utilização inadequada;

VI – controlar o emprego de técnicas e de métodos, nocivos à saúde pública e a ao meio ambiente, bem como a produção, comercialização e utilização de substâncias igualmente lesivas àqueles bens:

VII – controlar a qualidade do meio ambiente inclusive do trabalho;

VIII – controlar as atividades públicas e privadas relacionadas a experimentos com seres humanos, a fim de garantir o respeito aos valores éticos.

Art. 55. As ações de saúde são de natureza pública, cabendo ao Estado sua regulação, execução e controle.

Art. 56. É assegurada, na área da saúde, a liberdade de exercício profissional e de organização de serviços privados, na forma da lei e de acordo com os princípios da política nacional de saúde.

§ 1º É vedada a destinação de recursos públicos para investimento em instituições privadas de saúde com fins lucrativos.

§ 2º O setor privado de prestação de serviços de saúde pode participar de forma complementar

na assistência à saúde da população, sob as condições estabelecidas em contrato de direito público tendo preferência e tratamento especial as entidades filantrópicas.

§ 3º O Poder Público pode intervir nos serviços de saúde de natureza privada necessários ao alcance dos objetivos da política nacional do setor, bem como desapropriá-los.

§ 4º Fica proibida a exploração direta ou indireta, por parte de empresas e capital de procedência estrangeira, dos serviços de assistência à saúde no País.

Art. 57 A saúde ocupacional é parte integrante do Sistema Único de Saúde, sendo assegurada aos trabalhadores mediante:

I – medidas que visem à eliminação de riscos de acidente e doenças do trabalho;

II – informação a respeito de atividades que comportem riscos à saúde e dos métodos de controlá-los;

III – direito de recusa ao trabalho em ambientes sem controle adequado de riscos, com garantia de permanência no emprego;

IV – participação na gestão dos serviços internos e externos aos locais de trabalho, relacionados à segurança e medicina do trabalho, acompanhando a ação fiscalizadora do ambiente.

Art. 58. As políticas relativas à formação e utilização de recursos humanos, a insumos, a equipamentos, a pesquisas e ao desenvolvimento científico e tecnológico na área de saúde e de saneamento básico subordinam-se aos interesses e diretrizes do Sistema Único de Saúde.

#### Do Meio Ambiente

Art. 109. O meio ambiente ecologicamente equilibrado é bem de uso comum ao qual todos têm direito devendo os poderes públicos e a coletividade protegê-lo para as presentes e futuras gerações.

Art. 113. Proíbem-se a instalação e funcionamento de reatores nucleares para produção de energia elétrica, exceto para finalidades científicas.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Esta aberta a reunião.

A ata sucinta da reunião será elaborada pelo Prodasen que ainda não a apresentou à Mesa. De maneira que não há ata a ser distribuída agora aos Srs. Membros da Comissão.

**O SR. CONSTITUINTE BOCAUYUA CUNHA:** – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem a palavra, pela ordem, o nobre Constituinte Bocayuva Cunha.

**O SR. CONSTITUINTE BOCAUYUA CUNHA:** – Sr. Presidente, como Constituinte e como Membro do grupo de Engenharia e do seu Conselho Diretor, recebi a incumbência de dirigir ao Presidente Afonso Arinos e ao Relator Bernardo Cabral a preocupação do Clube de Engenharia, no que diz respeito à segurança do trabalho. De modo que peço a V. Ex.<sup>a</sup> a gentileza de receber esses dois ofícios, na Mesa, e encaminhá-los ao Presidente Afonso Arinos e ao Relator Bernardo Cabral.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – V. Ex.<sup>a</sup> pode encaminhá-los à Mesa.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem a palavra o nobre Constituinte Gerson Peres.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, o § 2º do art. 19 do nosso Regimento, diz:

"Ao anteprojeto poderão ser apresentadas emendas nos cinco dias que se seguirem à distribuição dos avulsos e que serão destinados à sua discussão, circunscritas essas emendas à adequação do trabalho apresentado com os anteprojetos oriundos das Comissões."

Este dispositivo ensejou uma interpretação do verbo "adequar" com que o requerente pretende defini-la de maneira que os direitos dos membros titulares desta Comissão não sejam restringidos.

O verbo "adequar" significa "amoldar", "acomodar", "proporcionar", "apropriar", "igualar", "conformar". Ao pé da letra, Sr. Presidente, pelo significado etimológico nada nos resta fazer, senão verificar se o douto Relator, Deputado Bernardo Cabral, fez ou não corretamente a adequação e, uma vez constatada a falha, apresentarmos emendas que o Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte denominou de adequação e aguardarmos o prazo aberto, em plenário, para apresentarmos as emendas sem restrições.

O direito dos titulares da Comissão de Sistematização está violentado. Explica-se: Todos os demais membros titulares ou não das demais Comissões e Subcomissões exerceram a prerrogativa de emendar os textos dos trabalhos à sua apreciação. Nós, porém, não podemos exercer-las, no âmbito da nossa Comissão, restando-nos somente a misericordiosa oportunidade quando o projeto estiver no período de discussão pela Assembléia Nacional Constituinte.

Ora, não se pode adequar artigos, parágrafos, alíneas ou incisos mal redigidos ou em dissonância com o princípio básico de outros. Para ilustrar apenas o que fazer-se ante à restrição ilegal a que estamos submetidos com o inciso IV do art. 6º do Anteprojeto, onde nunca se viu "tantas liberdades" num inciso só? O que fazer-se com as alíneas "b" e "d" do art. 13, para não sorrir-se com a preciosidade contraditória, inserida na alínea "a" do mesmo artigo? Como não permitir-se sistematizar-se com "fórceps" ou "boticão", mesmo pela eliminação, a colocação de "Conselhos" nele colocados como instrumentos eficazes de castração das prerrogativas do Congresso Nacional e suas "Comissões Técnicas Especiais".

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – (Fazendo soar as campanhas.)

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Vou terminar, Sr. Presidente.

É muito importante esta questão de ordem, porque quero ver se não venho nem mais aqui, se não vou fazer mais nada!

Se a Comissão de Sistematização esperou tanto o trabalho das demais, por que negar-lhe o direito de emendar, ampliar de maneiras irrestrita? Se os demais Constituintes ainda permanecem com as prerrogativas regimentais de participar da Comis-

são de Sistematização, emendando e discutindo, maior razão para garantir o direito dos seus titulares. Não podem os Constituintes ignorar estes dispositivos regimentais, e, se tiverem interesses em fiscalizar as teses vitoriosas, deverão, ou não, participar das nossas reuniões, interferindo nelas.

Se existem na nossa comissão membros natos, presidente e relatores de outras compondo um numero mais elevado de membros maior razão para "essa adequação" permitir a modificação, a adição, a substituição e a supressão de matérias sob sua apreciação. Mesmo porque ainda resta a instância superior do Plenário para aceitar, ou não, o resultado dos nossos trabalhos.

E, aliás a própria orientação desta Presidência que nos diz no expediente que nos encaminhou dia 28 de junho anteontem assinado pela ilustre Secretária Maria Laura Coutinho. "Quadro 7 – Texto justificção:" Antes do texto informar o tipo de emenda (supressiva, substitutiva, modificativa e aditiva, conforme conceito do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, art. 133. §§ 2º, 3º, 4º e 5º (anexo II):

Isto exposto, Sr. Presidente, solicito que esta douda Mesa da Comissão, por seu digno Presidente, considere adequadas todas as emendas apresentadas nesta Comissão, e os inconformados com a decisão democrática da mesma possuem o recurso da emenda em Plenário e o direito de destaque ao seu julgamento.

É esta a minha questão de ordem, Sr. Presidente, e que espero resposta dentro do prazo regimental.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – De acordo com o Regimento interno da Constituinte, as emendas são modificativas, supressivas, substitutivas e, no caso do art. 19, as emendas relativas aos trabalhos da nossa Comissão podem ser acrescidas de uma emenda que foi denominada de adequação.

A Presidência entende que os Srs. Membros da Comissão são absolutamente livres de apresentarem as emendas que entenderem procedentes, nos termos do Regimento da Constituinte e das normas de trabalho da nossa própria Comissão. As emendas terão de ser submetidas à apreciação do eminente Relator e depois também à apreciação do Plenário da Comissão. Então é o plenário desta Comissão que terá a última palavra sobre se a matéria constante da emenda se insere na classificação comportável em seus trabalhos de sistematização. Se, porventura, algum membro da Comissão sentir de suprimir determinada disposição que, a seu juízo, não mereça tratamento constitucional, cabe ao Relator se pronunciar a respeito, para que o Plenário decida se, na sua atribuição de adequar ou de compatibilizar se insere a de excluir, suprimir textos que, a seu critério não devam ser consignados no projeto da Constituição. Em face do exposto, passo a palavra a S. Ex.<sup>a</sup>, o Relator.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr. Presidente, V. Ex.<sup>a</sup> me permite uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Para ouvir o seu pensamento a respeito da questão de ordem proposta pelo nobre Constituinte Gerson Peres. Mas, antes de fazê-lo, concedo a palavra a V. Ex.<sup>a</sup> para a questão de ordem solicitada.



**O SR. CONSTITUINTE GASTONE**

**RIGHI:** – Agradeço muito, porque assim o Sr. Relator talvez possa se pronunciar sobre a questão de ordem que pretendo levantar.

Inicialmente, Sr. Presidente, para cumprimentá-lo pela decisão magnífica que ora tomou ao deslindar a questão de ordem levantada pelo cobre Constituinte Gerson Peres. Demonstra o descortino e o horizonte amplo, que esta Presidência tem, ao decidir sobre matéria tão relevante quanto esta.

Sr. Presidente, minha questão de ordem é muito simples. O Sr. Relator designou um grupo de relatores auxiliares, e acabaram-se, talvez, por identificação ou, quem sabe, por uma simbiose que naturalmente ocorreu, criando-se dois agrupamentos distintos. Um deles, nos quais se perfilharam relatores apenas ao PMDB, e o outro, que eu chamaria de grupo suprapartidário, que reuniu os demais relatores de diversos Partidos. E foram produzidos dois trabalhos. Um destes agrupamentos, mais estreitamente ligados à liderança do PMDB, e o outro que usou os demais relatores auxiliares fizeram um trabalho suprapartidário, sem a condução mais efetiva de qualquer liderança. Ocorre, Sr. Presidente, que o Sr. Relator, no alto da soberania do seu poder de decisão, entendeu de acolher o relatório ou o fruto do trabalho desses relatores, liderados pelo PMDB, desprezando o trabalho dos demais relatores. Até aí não há insurgência ou questão de ordem, ela começa daí para frente, Sr. Relator. Entendo que os membros desta Comissão e cada um de nós, individualmente, não podemos ter sonogado do nosso alcance o fruto do trabalho de elaboração dos dois agrupamentos. É indispensável e a Presidência da Comissão é que tem o dever funcional de zelar por isto que seja publicado também o trabalho dos demais relatores em conjunto, para que todos nós, componentes da Comissão, possamos avaliar o que já foi estudado, o que já foi esmiuçado e quais as alternativas propostas. Desta forma, nós estaremos enriquecendo o cabedal de conhecimento dos Srs. Constituintes, aqui nesta Comissão e estaremos tendo um procedimento absolutamente justo e ponderado, não só dando uma satisfação a esses relatores auxiliares que trabalharam, mas tornando todas as coisas transparentes, translúcidas, sem ocultações, sem desvios, sem possibilidade de opções que poderiam até demonstrar alguma suspeição.

Sr. Presidente, a minha questão de ordem é no sentido de que esta Presidência determine a publicação do trabalho a que aludi.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio**

**Campos):** – Ontem, na reunião noturna, foi levantada uma questão de ordem, no sentido de aguardarmos que o Prodasen apresentasse um trabalho de cruzamento e de indicação de todas as matérias que constavam e constam do anteprojeto.

Este trabalho ainda não foi concluído. Embora a reunião de hoje seja destinada a discutir exatamente aquele capítulo elaborado pelo Relator, que não foi apresentado pela 8ª Comissão Temática, nos só dispomos das informações do Prodasen relativas à parte referente à família. De maneira que a Presidência vai submeter à discussão, exatamente essa parte, e tenho a impressão de que o trabalho do Prodasen já foi distribuído aos Srs. Membros da Comissão, aqui no plenário.

Concedi a palavra ao Relator, e gostaria de saber se o Constituinte Paulo Ramos tem alguma questão de ordem.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO**

**RAMOS:** – Tenho uma questão de ordem, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes que compõem a Comissão de Sistematização. Logo depois da instalação da Assembléia Nacional Constituinte surgiu um movimento, nesta Casa, com o objetivo de estabelecer a soberania da assembléia Nacional Constituinte, e para que tal objetivo fosse atingido, julgaram alguns Constituintes que necessário seria a remoção do chamado entulho autoritário, e dentre as normas contidas em seu bojo, estava a Lei de Segurança Nacional. Peço esta questão de ordem, para lembrar aos membros da Comissão de Sistematização, que hoje no Estado do Rio de Janeiro encontra-se preso, nas dependências da Polícia Federal, com base na Lei de Segurança Nacional – que pretendamos arquivada um – cidadão brasileiro. E preciso que cada um de nós compreenda o que significa a prisão arbitrária de um brasileiro, no momento em que estamos elaborando a nova Carta Magna. Se não nos insurgirmos desde já, certamente outros brasileiros poderão igualmente estar presos, e certamente também esta Comissão terá dificuldades para desenvolver os seus trabalhos.

A minha questão de ordem, Sr. Presidente, tem o objetivo de solicitar à Presidência da Comissão de Sistematização que manifeste, ao Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, o repúdio e a revolta dos integrantes desta Comissão no Estado do Rio de Janeiro, de um brasileiro, pela prisão arbitrária, com base num instrumento da ditadura.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio**

**Campos):** – V. Ex.<sup>a</sup> não apresentou uma questão de ordem, mas apenas uma comunicação que, na condição de Constituinte, poderá fazê-la no plenário da Assembléia Nacional Constituinte, nas suas reuniões normais.

**A SRA. CONSTITUINTE SANDRA**

**CAVALCANTI:** – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio**

**Campos):** – Tem a palavra a Constituinte Sandra Cavalcanti, para uma questão de ordem. (Pausa.)

Gostaria de solicitar aos Srs. membros da Constituinte que não transformassem, com questões de ordem, o tempo mais precioso dos nossos trabalhos. Concedo a palavra V. Ex.<sup>a</sup>.

**A SRA. CONSTITUINTE SANDRA**

**CAVALCANTI:** – Esta questão de ordem se prende exatamente à definição das emendas, que nós poderemos apresentar, diante dos casos que estamos encontrando, à medida em que vamos estudando o texto. Por exemplo: eu encontrei, no anteprojeto, o art. 307, que define o que é empresa nacional. E no índice, na última página, há informação de que este artigo é originário do **caput** do art. 3º do anteprojeto da Comissão nº VI.

Dei-me ao trabalho de ler o art. 3º da Comissão nº. VI e verifiquei que o texto é completamente diferente na sua filosofia e na sua essência, não só nas palavras.

Então, a minha pergunta é: encontrando um episódio deste gênero, que tipo de emenda posso apresentar? Uma emenda supressiva, uma emenda modificativa ou na verdade, apenas uma solicitação para que a informação que consta do índice, que é uma informação correta de que o art. 307 é oriundo do art. 3º da Comissão nº VI, a fim de que um texto simplesmente coincida com o outro texto?

Todavia, eu não teria nada que emendar, a rigor, se tal iniciativa for tomada ou pela Comissão de Sistematização ou pelo próprio Relator.

O texto é bastante diferente. Há Pés ou quatro palavras-chaves que aqui estão diferentes. Se V. Ex.<sup>a</sup> quiser, posso passar até à mão do Relator, para que S. Ex.<sup>a</sup> possa emendar.

Era esta a questão, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio**

**Campos):** – A Mesa entende que o caso argüido por V. Ex.<sup>a</sup>, a seu juízo, pode ser enquadrado tanto como emenda de compatibilização como de adequação, de acordo com a natureza da matéria.

Vou passar a palavra ao Relator, porque S. Ex.<sup>a</sup> está na tribuna aguardando o pronunciamento decorrente da primeira questão de ordem argüida pelo Deputado Gerson Peres.

Tem a palavra o Sr. Relator.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):**

– Sr. Presidente, Srs. Constituintes, entendo que o Constituinte Gerson Peres tem suas razões no que suscita a esta Comissão.

S. Ex.<sup>a</sup> deve ter ouvido, como eu ouvi que haveria uma determinação da Presidência da Assembléia Nacional Constituinte, portanto, não de V. Ex.<sup>a</sup>, no sentido de que o trabalho apresentado pelo Relator, referente ao que deveria ter sido, feita na VIII Comissão, o que não aconteceu, quanto às emendas de mérito.

Ora, Sr. Presidente, se assim for, cai por terra o dispositivo que exige, como V. Ex.<sup>a</sup> bem referiu, as emendas de adequação.

Entendo também que, se for liberado para uma, que se libere para todas, que se apresentem emendas de mérito em todo o trabalho feito pelo Relator. Não me oporei, absolutamente, a que isto aconteça.

Quanto ao segundo ponto do Constituinte Gastone Righi, aplaudo e subscrevo o que S. Ex.<sup>a</sup> pediu. Não é possível que nesta Casa se escamoteie dos demais Constituintes o que nela se passa, o e por isso que se diz que este é um Poder aberto ao povo.

Quanto ao terceiro, creio que, se casa com a resposta dada ao eminente Constituinte Gerson Peres.

Agora, Sr. Presidente, peço permissão a V. Ex.<sup>a</sup> para ficar na tribuna por mais uns quatro minutos.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE**

**RIGHI:** – Só me permita uma interrupção, apenas para cumprimentá-lo, Sr. Relator. Sua atitude – aliás, nunca tive dúvida dela – demonstra não só seu alto saber, como a formação esmerada, sua postura lisa, bastante digna e honrada.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):**

– Sr. Presidente, Srs. Constituintes, trago ao conhecimento da Casa um assunto profundamente desagradável, desagradável porque não honra um colega Constituinte que fez uma denúncia sem ter o cuidado de verificar se ela estava embasada na realidade dos fatos.

O **Jornal do Brasil** de hoje, Sr. Presidente, traz a seguinte notícia com este título:

“Deputado denuncia ação de **lobby**”

Belo Horizonte – O Deputado José Elias Murad. PTB – MG. acusou o Relator da Comissão de Sistematização da Constituinte. Deputado Bernardo Cabral, PMDB – AM. de ter cedido à pressão de **lobbies** ao suprimir do anteprojeto da Constituição o art. 59 da proposta da Comissão da Ordem Social, que proibia propaganda de remédio, cigarro, bebida alcoólica e agrotóxico. Murad, que presidiu a Subcomissão de Saúde, estranhou a atitude do Relator, porque Cabral havia declarado que faria apenas a sistematização dos textos aprovados pelas Comissões. Outro exemplo que citou foi a exigência de aplicação de 10% do PIB no setor de saúde, também excluído. O Deputado Bernardo Cabral tirou um artigo importantíssimo aprovado pela Comissão da Ordem Social. Provavelmente ele sucumbiu ao **lobby** daqueles que trabalham pelas empresas que atuam no setor.

O Deputado Hélio Costa, PMDB: – MG, chegou a me dizer – palavras do Deputado Murad. “que a proibição de propaganda de tabaco iria pôr em risco a realização da Copa do Mundo no Brasil.”

Sr. Presidente, peço a atenção dos Srs. Constituintes para o art. 410. parágrafo único do anteprojeto. Aqui se diz que, apesar de aprovado não foi acolhido, o que não é verdade, nem chegou a ser aprovado. O Relator acolheu porque a sua consciência lhe ditava que este deveria ser o seu caminho.

O parágrafo único do art. 410 tem esta redação:

“É vedada a propaganda comercial de medicamentos, forma de tratamento de saúde, tabaco, bebidas alcoólicas e agrotóxicos.”

Sr. Presidente, não preciso dizer a V. Ex.<sup>a</sup> e a esta Casa que repudio a insinuação, além de mordaz, que me é atribuída, porque não reflete, Sr. Presidente, não só a minha postura nem a minha composição, não corresponde à verdade dos fatos.

O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI: – V. Ex.<sup>a</sup> me permite? (Assentimento do Relator.) Na qualidade de líder do PTB e sendo o Deputado José Elias Murad uma das figuras mais eccepcionais que tenho em minha Bancada, e conhecendo-o bem – como o conhecem os demais companheiros, inclusive os conterrâneos – tenho absoluta certeza de que a referência, se foi infeliz, e o foi, também, errônea e injusta, até porque o dispositivo se encontra em outro setor que não o da saúde. Só pode ter sido feita com um sentido bastante diverso do que V. Ex.<sup>a</sup> está sentindo ou esta compreendendo.

Tenho certeza de que, quando o Deputado José Elias Murad se referiu a **lobby**, o que S. Ex.<sup>a</sup> quis dizer é que a pressão dos veículos de comunicação é muito grande e que, é claro, poderiam ter influenciado numa decisão de subtração do dispositivo que S. Ex.<sup>a</sup> não encontrou no texto de sua Subcomissão ou da Comissão.

Tenho certeza de que, à primeira hora em que o Constituinte José Elias Murad aqui se encontrar – como é um cavalheiro, um homem fino, digno, educado – haverá de levar até V. Ex.<sup>a</sup> os protestos do seu respeito e, acredito, as suas escusas.

O SR. RELATOR (Bernardo Cabral): – Eu apenas diria ao Constituinte Gastone Righi, agradecendo as suas palavras, que o cuidado que eu tive de tirar daquele capítulo, é que eu quis ajustar de forma bem clara, bem nítida no capítulo de comunicação, para que se visse que a idéia era exatamente impedir que os veículos de comunicação fizessem...

O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES: – V. Ex.<sup>a</sup> me permite? Eu serei breve.

O SR. RELATOR (Bernardo Cabral): – Com muito prazer.

O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES: – Prepare-se, Constituinte e amigo, porque, daqui para a frente, a missão que V. Ex.<sup>a</sup> ocupa é muito árdua, muito difícil. Vai haver muita incompreensão, mas V. Ex.<sup>a</sup> é homem vivo e realizado, quer no sofrimento, quer nas alegrias. E nós que o conhecemos de perto, não de hoje, ao lermos esse noticiário – aliás, iríamos falar sobre isso hoje aqui – não nos perturbamos, porque o passado, a postura, a luta e a dignidade de V. Ex.<sup>a</sup> estão acima de tudo isso. Fique tranqüilo porque os que o conhecem não acreditaram nisso, e os que vão passar a conhecê-lo daqui para a frente também vão ter a certeza de que V. Ex.<sup>a</sup> é um homem correto. Pode ter falhas, pode às vezes não atender a interesses, mas V. Ex.<sup>a</sup> é um homem de decisão, vai ter que toma-la e pode desagradar. Agora, os verdadeiros democratas vão ter que se conformar com a decisão do Plenário, porque o trabalho de V. Ex.<sup>a</sup> é submetido a um julgamento de Plenário.

Aceite a minha modesta solidariedade.

O SR. RELATOR (Bernardo Cabral): – Muito obrigado.

O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES: – E acredite que isso não influencia em nada o nosso julgamento a respeito da postura e da dignidade de V. Ex.<sup>a</sup>.

O SR. RELATOR (Bernardo Cabral): – Muito obrigado a V. Ex.<sup>a</sup>.

O SR. CONSTITUINTE SIQUEIRA CAMPOS: – V. Ex.<sup>a</sup> me permite?

O SR. RELATOR (Bernardo Cabral): – Com muito prazer.

O SR. CONSTITUINTE SIQUEIRA CAMPOS: – Constituinte Bernardo Cabral, realmente discorreu muito bem o Constituinte Gerson Peres sobre os méritos de V. Ex.<sup>a</sup> V. Ex.<sup>a</sup> está acima de tudo isso. Essas coisas não atingem V. Ex.<sup>a</sup>, um homem de muita dignidade, um homem que tem um passado que o recomenda não somente a este Plenário, mas à Constituinte e à Nação.

V. Ex.<sup>a</sup> foi eleito para esta função que, em geral, é da escolha do Presidente. V. Ex.<sup>a</sup> é cercado de toda a consideração, de todo o apoio, de toda a solidariedade, não somente da Comissão de Sistematização, mas da Constituinte.

Tenho certeza de que deve ter havido algum equívoco. Eu não conheço, com intimidade, o

Constituinte José Elias Murad e não sei se ele sena realmente capaz de uma injustiça tão grande quanto esta cometida por essa matéria do **Jornal do Brasil**. Mas vamos aguardar que ele apareça, pois acredito que, homem digno que ele deve ser, vai ter alguma coisa para dizer.

V. Ex.<sup>a</sup> foi, neste dia, atingido duramente. Reclamar a sua ausência quando V. Ex.<sup>a</sup>, homem responsável que é, antecipadamente avisou ao Presidente da Comissão que não podia comparecer à Comissão se ela se reunisse no domingo, e pediu V. Ex.<sup>a</sup> que não fizesse a reunião, até porque ela poderia vir a acontecer – como de fato aconteceu – na Segunda-feira, porque V. Ex.<sup>a</sup> já tinha um compromisso em Recife.

O Partido Democrata Cristão solidariza-se inteiramente com V. Ex.<sup>a</sup> e sabe que isso aí não vai influir, que V. Ex.<sup>a</sup> é um homem experiente, é um homem seguro da sua decisão, e um democrata que procurou, nessa primeira fase, acatar todos os anteprojeto das comissões que lhe vieram às mãos, totalizando esses anteprojeto no anteprojeto que está aí, que não é de autoria de V. Ex.<sup>a</sup>, mas dessas comissões, aprovados que foram por elas. Agora, nós vamos fazer realmente esse trabalho de sistematização sob o comando e a coordenação de V. Ex.<sup>a</sup> Há tempos, é assim mesmo que se procede, não há outra forma e não adianta querer pressionar e atingir a honra de V. Ex.<sup>a</sup>, que ninguém vai conseguir.

O PDC está ao seu lado, a Sistematização está ao seu lado, a Constituinte está ao seu lado e o País espera muito de V. Ex.<sup>a</sup>.

O SR. RELATOR (Bernardo Cabral): – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos): – Encontram-se em discussão os Capítulos III, IV, V e VII do Título XIX do anteprojeto. E a matéria referente à Comissão Temática nº VIII, que não apresentou em tempo o seu anteprojeto e foi redigida por S. Ex.<sup>a</sup> o Relator. O destaque foi ontem solicitado pela Constituinte Sandra Cavalcanti e atendido pelo Prof. Afonso Arinos. Concedo a palavra a S. Ex.<sup>a</sup> para iniciar a discussão da matéria, esclarecendo que dentro em pouco chegará do Prodasen o trabalho por ela ontem solicitado, segundo estou sendo informado pela secretária da Comissão.

Se S. Ex.<sup>a</sup> quiser iniciar a apreciação da matéria, nós iremos ganhar algum tempo.

Solicito-lhe que ocupe a tribuna.

A SRA CONSTITUINTE SANDRA CAVALCANTI: – Sr. Presidente. Sr.<sup>a</sup> e Srs. Constituintes a Comissão nº VIII tinha objetivos bastante variados, pois tratava da família, da educação, da cultura e desportos, da ciência e tecnologia e da comunicação.

Essa Comissão, como é fato conhecido, não chegou a aprovar um texto, muito embora durante os seus trabalhos tivesse sido organizados dois projetos e, ao final, o Presidente da Comissão tivesse enviado ao Presidente da Comissão de Sistematização relatório contendo substitutivo que logo na primeira fase de apresentação, foi rejeitado; igualmente na segunda fase de apresentação foi rejeitado, acompanhou-o um documento assinado pela maioria dos integrantes daquela comissão, onde se consubstanciava a opinião daquela eventual maioria.

O trabalho em si esbarrou em alguns pontos conflitantes. Tenho a impressão de que o Relator Bernardo Cabral tentou – ao elaborar o texto nos termos do Regimento Interno – conciliar, da forma mais adequada, as duas correntes de opinião e os dois grupos que, na Comissão, não chegaram a se entender.

Li o trabalho do Relator com toda a consideração que S. Ex.<sup>a</sup> me merece, e gostaria que qualquer análise, qualquer crítica e qualquer observação fosse sempre encarada por S. Ex.<sup>a</sup> como, muito mais que uma crítica e uma análise, um desejo leal e honesto de ver sair desta Casa um texto constitucional consagrando princípios na área da educação, da família, da ciência e tecnologia e da comunicação, à altura não só dos méritos dos que aqui vieram trazidos pela vontade do povo, mas à altura, principalmente, das perspectivas que se abrem para este País. logo após esse processo de conquista de uma Carta constitucional legítima, oriunda de fato do trabalho dos representantes do povo.

Começaria. Sr. Presidente, por uma observação que me parece pertinente: o Relator utilizou como base do seu trabalho exatamente o substitutivo que foi rejeitado pela Comissão. o que à primeira vista pode dar a impressão de ter sido uma atitude extremamente peemedebista e facciosa, de vez que o relatório tinha sido obra de correligionário seu.

Na verdade, o Relator convocou para o seu trabalho de elaboração desta etapa do anteprojeto, pelo menos, um Relator da Subcomissão de Educação, segundo estou informado. Lamento profundamente que não me tivessem convocado nem uma vez e não convocou algumas outras figuras que, integrantes de outros partidos que não o PMDB, lá estavam e lá haviam trabalhado. No entanto, vejo que no resultado final S. Ex.<sup>a</sup>, no capítulo da Educação, adotou e aceitou algumas das posições que, naquela oportunidade, nós havíamos defendido e o grupo majoritário havia consagrado.

Questiono – e vou usar provavelmente a oportunidade regimental mais tarde – a redação do art. 1º. Acho que poderemos ter um artigo 1º um pouco mais rico, em que o artigo seja substantivo e não o parágrafo, como aparece aqui, em que o artigo é muito curto, muito direto: e cabe ao parágrafo dar ao artigo todas as nuances de novas conquistas e de uma nova filosofia na área da Educação.

Este assunto realmente não chega a ser motivo para separar grupos ou para criar obstáculos. Corrigiria, sim, no item 7 do art. 3º – e já o fiz através de manda enviada à Mesa – a expressão “auxílio suplementar ao ensino fundamental através de programas de material didático-escolar, transporte, alimentação, assistência médico-odontológica, farmacêutica e psicológica”, porque me parece que no texto original de uma das emendas apresentadas na Subcomissão havia uma referência que aqui fica fazendo muita falta, qual seja, a de que esse auxílio suplementar é destinado ao aluno do ensino fundamental. Porque aluno do ensino fundamental não dispõe de exame médico, de dentista, ou de remédios. E o aluno que mais precisa desse auxílio. Então, essa palavrinha “aluno” no inciso 7. do art. 3º, faz falta e dá uma outra visão para o objetivo do artigo, que sabemos qual é.

Também compatibilizando o capítulo da Educação com o restante que vem no anteprojeto dos textos que aparecem em outros locais acho a expressão utilizada em outra parte do anteprojeto, “língua portuguesa”, muito mais correta do que “idioma nacional”.

Idioma nacional todos os Países têm o seu. Nós falamos português. Então, no art. 4º. “o ensino em qualquer nível será ministrado na língua portuguesa, asseguradas às nações indígenas também” – este também é desnecessário – “o emprego de suas línguas e processos de aprendizagem”. E o art. 4º, e estou usando a página 7, do nosso avulso, onde aparece o trabalho do Relator; daqui, então, foram tirados alguns artigos para serem compatibilizados em outra parte.

Vamos apresentar uma emenda também ao parágrafo único do art. 5º, que na nossa opinião deve ter uma outra redação: “O ensino religioso sem distinção de credo constituirá disciplina facultativa”. E isto um princípio, que vem acompanhando todas as Constituições brasileiras, e no anteprojeto e no relatório surge como parágrafo único do art. 5º, que se refere exclusivamente ao ensino fundamental, e não aos demais.

Com isto, de forma muito sutil, fica assegurado o ensino religioso apenas a nível fundamental, como uma disciplina facultativa, quando na verdade é uma aspiração antiga do povo brasileiro, segundo a qual, mesmo nos estabelecimentos públicos, mesmo nos estabelecimentos oficiais a nível de segundo, e até de terceiro grau, o ensino religioso possa estar presente como disciplina facultativa.

Vamos apresentar uma emenda que eu chamarei de adequação, apenas para retirar este ensino religioso do único patamar em que ele foi permitido aqui, que é do ensino fundamental.

Resulta de um grande entendimento – que terminou felizmente como a Batalha de Itararé. se mortos e se feridos, depois de passarmos aqui pelos maiores vexames em termos de galeria, de insultos, de jogarem coisas em cima de nós – no qual se declara que as verbas públicas serão destinadas às escolas públicas, podendo as verbas excepcionais nas condições da lei, serem dirigidas a escolas confessionais, filantrópicas ou comunitárias, desde que provenham finalidade não lucrativa, reapliquem excedentes financeiros em educação, prevejam a destinação do seu patrimônio a outra escola da mesma qualificação, ou ao Poder Público, em caso de encerramento de suas atividades; e que declarem, o que é também muito importante, que o ensino é livre à iniciativa privada, que o ministrará sem ingerência do Poder Público, salvo para fins de autorização, reconhecimento, credenciamento de cursos e supervisão de qualidade.

Vou apresentar, também, uma emenda de adequação a esse texto, retirando dela a expressão “e em casos excepcionais”, pelo simples motivo de que são destinadas às escolas públicas, podendo, nas condições da lei, ser dirigidas a escolas confessionais, não havendo necessidade de as condições da lei ainda terem que ser somadas a casos excepcionais; esses casos, se não forem definidos em lei, ficarão no arbóreo de qualquer autoridade, que poderá achar que, embora esteja na lei, não seja excepcional, tomando-se portanto, não um princípio, e sim uma forma de se tomar

inócuo todo o art. 10. Esta supressão da expressão “em casos excepcionais” é exatamente para adequar o texto ao espírito do Relator, que conciliou no mesmo artigo, as duas grandes correntes que aqui se defrontaram nas batalhas prévias da Subcomissão.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Permita-me V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

**A SRA. CONSTITUINTE SANDRA CAVALCANTI:** – Com o maior prazer.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Gostaria de chamar a atenção do Sr. Relator e dos Srs. Constituintes. Membros da Comissão, e da ilustre Constituinte Sandra Cavalcanti para uma das questões mais importantes da educação que precisa ser resolvida na Comissão de Sistematização: o seu financiamento, através do salário-educação.

**A SRA. CONSTITUINTE SANDRA CAVALCANTI:** – Chegaremos lá.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – O salário-educação é uma contribuição de 2.5%, que incide sobre a folha dos empregados de uma empresa. O art. 342, que está nesse texto, dispõe que a folha de salário é base exclusiva da seguridade social e, sobre ela, não poderá incidir qualquer outro tributo ou contribuição. No art. 339, estabelece que a seguridade social compreende um conjunto integrado de ações, voltado para assegurar o direito social relativo à saúde, à Previdência e Assistência Social.

**A SRA. CONSTITUINTE SANDRA CAVALCANTI:** – E os artigos 494 e 495 amarram ainda mais um pouco.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Portanto, significa e é este o alerta que faço, e mais o parágrafo único do art. 343, que diz que toda contribuição social, instituída pela União, destina-se exclusiva e obrigatoriamente a tal Fundo que, se permanecer como está, a Constituição acaba, extingue o salário-educação, através de suas quotas federal e estadual. De modo que estamos preparando emendas, com vários companheiros, tanto do setor da saúde, como da educação, para ressaltar o salário-educação e não permitir a sua extinção, através de dispositivo constitucional.

Aproveito as considerações excelentes de estudo, de minúcia que V. Ex.<sup>a</sup> está fazendo para fazer este alerta.

**A SRA. CONSTITUINTE SANDRA CAVALCANTI:** – Muito obrigada.

O aparte de V. Ex.<sup>a</sup> foi muito oportuno. A medida que estamos avançando na análise dos artigos, chegaremos exatamente lá. Hoje mesmo, já enviamos emenda nesse sentido, porque esses dois artigos são absolutamente incompatíveis com o art. 389. do nosso anteprojeto, onde, no Capítulo III, “Da Educação e Cultura”, estabelece:

Art. 389. As empresas comerciais e industriais são obrigadas a assegurar a capacitação profissional dos seus trabalhadores, inclusive a aprendizagem dos menores, em cooperação com o Poder Público, com associações empresariais, trabalhistas e com sindicatos.

E com o art. 386, também definindo, da mesma forma, aquilo que nós, no Brasil, nos acostumamos a conhecer com os nomes de SESC, SENAI, SESI, e outros estabelecimentos que tanto têm ajudado este País, e que, por esses dois desastrosos artigos que estão mais lá atrás, cuja supressão solicitamos, por serem incompatíveis com o Capítulo da Educação, tão bem compatibilizado pelo Relator-Geral; eles têm que ser eliminados. A compatibilizarão, nesse caso, é a pura e simples eliminação dos arts. 342, 495 e 496.

Mas, continuando na análise que vínhamos fazendo, após esse capítulo sobre as verbas públicas, na hora oportuna, mais adiante, nós vamos querer acrescentar a essa destinação de verbas públicas e vamos compatibilizar isso com as responsabilidades dos Tribunais de Conta, e vamos compatibilizar isso com as responsabilidades dos juizes encarregados de acompanhar as contas de fundações, de autarquias; nós vamos ter que incluir, em alguma parte, um dispositivo, estabelecendo uma fiscalização muito maior sobre as verbas públicas destinadas para entidades públicas, principalmente entidades públicas de 3º grau. Até porque, o sistema vigente no Brasil, em que essas verbas públicas destinadas ao 3º grau, são sob forma de dotações globais, elas sempre correm o risco – e isso tem acontecido com bastante frequência – de serem malbaratadas, malversadas e de criarem, muitas vezes uma forma dolorosa de prejuízos nos nossos orçamentos públicos.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – V. Ex.<sup>a</sup> tem ainda três minutos para concluir.

**A SRA. CONSTITUINTE SANDRA CAVALCANTI:** – Vou tentar. Essa generosidade mantida já veio do substitutivo do meu nobre colega, meu caro amigo Artur da Távola, já veio no primeiro substitutivo, passou no segundo e foi objeto de vários debates; essa generosidade – na destinação das verbas públicas, com exclusividade só para as entidades públicas – se chocava. o tempo todo, dentro do próprio texto, com uma imensa liberdade na hora de destinar verbas públicas para várias entidades privadas na área cultural. Estamos solicitando, Sr. Presidente – para compatibilizar, para que o espírito e a filosofia da nossa constituição seja só em relação à severidade no uso das verbas públicas – uma mudança na redação do art. 394, parágrafo único, inciso II, onde está dito:

Parágrafo único – A União, os estados, o Distrito Federal e os municípios destinarão, anualmente, recursos orçamentários para a proteção e difusão do patrimônio cultural, assegurando, prioritariamente: então, vêm os incisos –

“I – a conservação e a restauração dos bens tombados de sua propriedade e sob sua responsabilidade;”

II – a criação, manutenção e apoio ao funcionamento de bibliotecas, arquivos e museus – até aí, perfeito, mas em seguida, entra a liberalidade – espaços cênicos, cinematográficos, audiográficos, videográficos, musicais e outros espaços a que a coletividade atribua significado.”

Então, as verbas públicas sairão, com a maior facilidade desde que a coletividade, que ninguém

sabe exatamente quem é, um ser vago, fluido, fantasmagórico, chegue e diga: “Este espaço eu acho muito significativo”. Atribua significado. Então, o espaço cinematográfico, audiográfico, videográfico, cênico, musical, ou outro qualquer vai poder receber a verba pública que uma escola organizada, confessional, filantrópica tem que provar; para poder receber este dinheiro suado do povo, tem que provar que ela não visa fins lucrativos que o seu patrimônio, se ela fechar, deveria ser entregue para uma outra instituição similar. Essa generosidade, no trato do dinheiro público, tem que ser compatibilizada com uma emendazinha em que, eu imagino, a filosofia de todo anteprojeto é a do resguardo do dinheiro do povo.

Sr. Presidente, sou advertida pela Presidência de que o meu tempo esta esgotado, e, na próxima oportunidade de que dispuser, gostaria de fazer a análise do Capítulo “A Família”, porque este capítulo também tem que ser totalmente compatibilizado com o que vem no começo do anteprojeto, ou melhor, adequado, porque a Família que vem no começo do anteprojeto não é a família que aparece depois, no capítulo da Educação. Mas eu não gostaria de encerrar sem chamar a atenção para o art. 13 do anteprojeto, quando o Relator adota o que foi votado na Comissão dos Direitos e Garantias Individuais, na alínea a. Ele terá que compatibilizar a alínea a com a alínea I. A alínea I é uma das mais belas declarações de princípios da nossa Constituição, e tenho até um pouco de orgulho de ter colaborado para que aquilo esteja ali, com uma emenda que mandei há tempo, logo no começo, na fase das sugestões.

E aquela que fala sobre a tortura, a violência, como a mais terrível e a mais insuportável agressão à vida e aos direitos de todos nós. Essa emenda se transformou na alínea I do art. 13, inciso I: a mais grave ofensa à vida, à existência digna e à integridade física e mental é a tortura, crime de lesa-humanidade, a qualquer título, insuscetível de fiança, prescrição e anistia, respondendo por ele os mandantes, os executores, e os que podendo evitá-lo se omitirem, e os que, tomando conhecimento dele, não comunicarem, na forma da lei.

Pois bem, todos os brasileiros ficarão cobertos por esta belíssima declaração de princípios, menos o feto, no ventre materno, até o último dia de sua presença no ventre materno, porque a alínea a diz que só se adquire a condição de sujeito de direitos à vida, pelo nascimento com a vida, o que não é nem progressista, nem moderno, nem verdadeiro. O direito à vida começa a partir do momento da concepção, e o feto tem que estar igualmente protegido da tortura, da violência que é um aborto provocado, pela mesma alínea que, amanhã, vai proteger o adolescente, o moço e o adulto.

Para compatibilizar este texto, a alínea a terá que ter uma outra redação: “adquire-se a condição de sujeito, de direito à vida desde a concepção.”

E aí vêm os itens todos que se seguem.

Eram estas, Sr. Presidente, as observações iniciais que gostaria de fazer sobre este capítulo, querendo registrar, para que a Relator até se sinta consolado das muitas críticas que ainda vão surgir, dizendo o que S. Ex.<sup>a</sup> fez neste capítulo. E realmente se ficou de fato registrado aqui o seu

pensamento, um trabalho de boa vontade, de conciliação, digno de todos os elogios. (Muito bem! Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Gerson Peres.

A Presidência adverte que se encontra sobre a mesa a lista de inscrição.

**O SR. CONSTITUINTE SIQUEIRA CAMPOS:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem, com a permissão do constituinte Gerson Peres.

Só queria encaminhar à Mesa, porque mandei um telex ao **Jornal do Brasil** que hoje publica na sua terceira página, uma matéria me atribuindo declarações que eu não prestei.

Teria dito sobre a contradição que existe entre artigos, uns que criam uma Comissão de Redivisão Territorial e outros que criam Estados. Não poderiam ter dito isso, Sr. Presidente, porque até eu fui o autor dessa emenda que a Subcomissão dos Estados aprovou, e eu era o Relator, criando a Comissão de Redivisão Territorial para o País, para que ela estudasse com maior amplitude uma mudança neste setor, mas após a Constituição promulgada. E esses Estados que estão inseridos nas Disposições Transitórias dos anteprojeto das Subcomissões dos Estados, confirmado pela Comissão da Organização do Estado, de maneira que não poderia haver contradição numa matéria de que eu mesmo fui o autor e que a aprovei como Relator, e que foi confirmada na Comissão “Mãe”.

Eu encaminho a V. Ex.<sup>a</sup> porque é uma confusão que o jornal fez, porque eu não declarei absoluta-mente nada e quero encaminhar ao nobre Relator para que ele saiba que eu não encontrei contradição. Ao contrário, ajusta-se muito bem à criação da Comissão de Revisão Territorial de País para estudar novas propostas, não estas que estão inseridas nos anteprojeto que já mencionei.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A Presidência receberá o encaminhamento de V. Ex.<sup>a</sup>.

Eu pondero ao nobre orador que a matéria em discussão é o Capítulo Terceiro do título 9º do anteprojeto, e solicitaria, não só a S. Ex.<sup>a</sup> como aos outros demais inscitos, que se cingissem à matéria que está sendo discutida.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Eu vou abordar o capítulo referente à Ordem Social. Sr. Presidente. E o que está no ternário que me foi entregue, mas nem por isso vou deixar de aproveitar o art. 13, aqui citado pela nobre Constituinte Sandra Cavalcanti, para corrigi-lo: ainda mais ele que já parece ser um número de azar, está tendo muitos equívocos na sua redação.

Vejamos, por exemplo – e eu gostaria que o Relator prestasse atenção para estas duas letras do art. 13, em que encontramos uma desincompatibilização – o primeiro é afirmativo, alíneas “a” e “b” e a alínea “d” reflete como que uma negação, uma dúvida sobre um princípio básico constitucional inserido na alínea “b”.

Vejamos:

“São direitos e liberdades individuais e invioláveis:”

a) .....

b) – a alimentação, a saúde, o trabalho e sua remuneração, a moradia, o saneamen-

to básico, a seguridade sócia.. o transporte coletivo e a educação consubstanciam o mínimo necessário ao pleno exercido do direito à existência digna e garanti-los e o primeiro dever do Estado.”

Agora vejam a alínea d:

d) – na impossibilidade comprovada de exercer, imediata e eficazmente, a garantia prevista na alínea “b”. O Estado tem o dever de estabelecer programas e organizar planos para a erradicação da pobreza absoluta. hipótese em que a exigibilidade do direito a existência digna se circunscreve à execução tempestivas das etapas previstas nos aludidos planos e programas.

E uma verdadeira contradição. Ora, se e o primeiro dever do Estado assegurar aqueles princípios básicos. a alínea “d” não tem por que colocar dúvidas sobre este dever constitucional. Ela delimita todo o resto. Logo, não pode haver “impossibilidade comprovada de exercer” E em seguida a existência de que o Estado estabeleça programas para a consecução desses objetos inseridos na alínea “b”: eles não se compatibilizam. Portanto, acho que a alínea “d” deveria ser excluída deste artigo.

Era essa mais uma consideração que eu faria ao art. 13.

Agora, Sr. Presidente e prezados colegas de Comissão, a ordem social é uma das mudanças que se pretende fazer na nova Constituição. Diga-se de passagem, é um capítulo inteligentemente bem elaborado e que se entrelaça com outros artigos, em capítulos como o da educação, da saúde e etc.

Pois bem, acontece que o douto Relator desta matéria, o eminente companheiro e amigo do Pará, Senador Almir Gabriel, pretende introduzir no País o princípio da seguridade social exclusiva. Ora, num País de dimensões continentais como e o Brasil, quase que se torna impossível que esse princípio seja aplicado de maneira centralizada, onde o Estado passa a ter o absolutismo sobre o seguro social; num País como o nosso, de princípio capitalista na sua economia, e ditado até pelos próprios princípios gerais da livre empresa, do livre mercado etc, vamos verificar que este princípio da seguridade exclusiva vai se chocar com a realidade já implantada em nossos dias.

Vejam o que diz o art. 343, já lembrado pela minha antecessora. Constituinte Sandra Cavalcante, e pelo eminente Constituinte Carlos Sant’Anna:

“A folha de salários e base exclusiva de seguridade social e sobre ela não poderá incidir qualquer outro tributo ou contribuição.”

Ora, temos o Sesc, o Senai, o Senac: o Sesi, e o Sesc são entidades que tratam da parte assistencial, mantidas com contribuições compulsórias; a incidência é de 1 a 2% sobre o montante da folha de pagamento dos empregados pagos, ou a contribuição paga pelos empregadores. Este princípio foi instituído à época de Getúlio Vargas, vinha da Revolução de 30 a preconização de que se deveria estabelecer, de início, na legislação, uma harmonia entre o capital e o trabalho. A iniciativa privada, empolgada, elevou o seu modelo ao governo e este, por um decreto, estabeleceu a contribuição compulsória para estas entidades

que foram criadas pelos sindicatos patronais: Confederação Nacional do Comércio; Confederação Nacional da Indústria. Caminharam, primeiramente, no âmbito ferroviário. Depois penetraram no setor industrial. De início, o lema era, por exemplo: “O Senai é o órgão da indústria, a serviço da indústria”, mas ganhou uma amplitude tal que o lema passou a ser: “O Senai é um órgão da indústria a serviço do Brasil”. “Fiquemos no Senai”, por exemplo. O Senai, só ele, abriga cerca de 600 unidades ... (Soa a campanha.)

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – V. Ex.<sup>a</sup> dispõe de 2 minutos.

**O SR. GERSON PERES:** – Sr. Presidente, eu disponho de 20 minutos, Sr. Presidente, de 20 minutos pelo Regimento.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Não. De 10 minutos.

**O SR. GERSON PERES:** – Dez minutos? Já se foram, Sr. Presidente?

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Dez minutos que são concedidos somente ao Relator e ao autor da proposição.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON**

**PERES:** – Está bem. Sr. Presidente, o Senai treina e profissionaliza cerca de 5 milhões de brasileiros. Este organismo prepara mão-de-obra qualificada para a indústria, com os recursos dos empregadores, sem nenhuma contribuição do Estado: detém as melhores escolas profissionais da América Latina, as quais são comparadas com as da Europa. O seu modelo profissional é eminentemente nacionalista, e este modelo, foi criado através de séries metódicas onde as tarefas são compatíveis com a realidade das tarefas que se processam nas indústrias, nas empresas e até nos serviços públicos. Pois bem, este organismo, que goza do mais alto conceito internacional, passará praticamente a desaparecer do mapa. Perguntaria o que o Estado tem para garantir a sobrevivência de uma entidade como essa? Por que o Estado não a imita ou não faz outros tipos de Senai para cobrir o déficit de mão-de-obra qualificada para a indústria brasileira?

Ora, o Serviço Nacional de Aprendizagem Indústria – Senai – serviu de modelo para organismos internacionais, tal a sua eficiência e a sua eficácia no campo da formação profissional. Pois bem eu citaria apenas o seguinte: Na Venezuela, existe o Ince, que é o Instituto de Capacitação Executiva: na Colômbia, o Sena, que imita até o nome: no Peru, o Senat; no Chile, o Inacap; no Uruguai, a Universidade do Trabalho; na Costa Rica, o INA – Instituto Nacional de Aprendizagem. Todos estes organismos têm a estrutura baseada, copiada no nosso Senai do Brasil.

Pois bem, este dispositivo da “Ordem Social” elimina estas entidades e outras, tais como aquelas que amparam os associados do Banco do Brasil, do Banco da Amazônia e vai até aos institutos parlamentares, tirando a oportunidade da segurança de muitos brasileiros, sem que eles necessitem de, utilizarem outros institutos ou o próprio Instituto da Previdência.

Portanto, gostaria de me deter mais nos outros artigos da Organização Social. Vou apresentar uma emenda a esse dispositivo. Sr. Presidente não para suprimir.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Peço a V. Ex.<sup>a</sup> que encerre sua exposição porque ria muitos oradores inscritos.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Vou encerrar.

Gostaria de excetuar as entidades assistenciais e educacionais.

E, para terminar, lembraria ao Relator que o art. 343 faz uma remissão ao art. 40. Não está correto. O art. 40 diz:

“As contribuições sociais a que se refere o art. 40 e os recursos provenientes do orçamento da União comporão o fundo Nacional de Seguridade Social na forma da lei.”

Não se refere ao art. 40, que não tem nada a ver com isso.

**O SR. CONSTITUINTE OCTÁVIO ELÍSIO:** – Já existe errata nesse sentido.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Agradeço a informação.

Eram estas as modestas considerações que eu faria, e voltarei amanhã sobre este tema. Sr. Presidente, inscrevendo-me, porque ainda tenho que dizer alguma coisa sobre essa nova modalidade de seguridade social exclusiva, que Constituinte Almir Gabriel pretende implantar no Brasil.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Com a palavra o Constituinte Octávio Elísio.

Aproveito a oportunidade para informar ao nobre Constituinte Wilson Martins que foi distribuído aos Srs. Membros da Comissão o documento que S. Ex.<sup>a</sup> apresentou a esta Mesa.

**O SR. CONSTITUINTE OCTAVIO**

**ELÍSIO:** – Sr. Presidente. Sr.<sup>a</sup> e Srs. Constituintes:

O Capítulo “Da Educação preparado pelo eminente Relator Bernardo Cabral, procurou seguir o documento que foi produto da negociação que naquela comissão se desenvolveu entre os dois grupos em que ela se dividiu”.

Foram nomeados três Constituintes de cada lado e, na área de educação, chegou-se a um texto bem próximo deste apresentado pelo Constituinte Relator Berrado Cabral, e que não foi aprovado na Comissão Temática devido à intransigência de outro grupo. A eminente Constituinte Sandra Cavalcanti manifestou sua opinião com relação ao texto e, evidentemente, percebeu – e nós também percebemos através das suas colocações – que esse texto se adequou muito mais à proposta que a eminente Constituinte, e o seu grupo, trouxeram a Comissão nº VIII, especialmente naquilo que de fato constituiu o tema mais polêmico da Subcomissão de Educação que foi aquele da exclusividade do uso dos recursos de Governo para as escolas públicas.

Esse princípio que eu, pessoalmente defendi na Subcomissão e na Comissão, está inteiramente ligado aquilo que foi a grande motivação de todos nós, na subcomissão, qual seja, o desejo de fazermos um anteprojeto que marcasse, neste fim de século 20, um compromisso de tato deste País com a educação, que leva à separação do analfabetismo ao equilíbrio da oferta e da demanda ir de vagas escolares em todos os níveis, e que a educação não continue a ser, como é até hoje, a vergonha nacional.

Para todos nós, este País precisa ter escolas públicas e escolas particulares. Deve ser livre a organização da escola particular. mas nos achamos que a superação do grande déficit escolar que hoje existe em termos de atendimento escolar do filho do trabalhador. do habitante da periferia, o jovem e a criança que são atendidos essencialmente pela escola pública, vai-se fazer na medida em que venhamos a garantir uma escola pública de boa qualidade para todos. Tanto nós que defendemos ardorosamente os recursos públicos exclusivamente para a escola pública, como aqueles que entendem que os recursos públicos devem ser utilizados também para a escola particular. estávamos e estamos comprometidos com a elaboração de um texto constitucional que faça com que este País melhore a sua educação, o seu quadro educacional, o seu atendimento escolar.

O texto que foi elaborado pelo eminente Relator padece de alguns defeitos. Alguns deles foram apontados, aqui, pela Constituinte Sandra Cavalcanti. Concordo plenamente com a proposta de S. Ex.<sup>a</sup>, no que se refere ao art. 379. inciso VII e já havia apresentado, inclusive no âmbito da Comissão. uma emenda dizendo que este auxílio suplementar se refere, evidentemente, ao aluno, e não ao ensino fundamental. Com relação à questão do ensino religioso, desde que acolhido pela Comissão em respeito à tradição constitucional, entendo que deva constituir disciplina facultativa apenas nas escolas públicas, podendo – e, às vezes, até devendo – ser não facultativa nas escolas particulares, especialmente as confessionais.

No que se refere ao § 4º do art. 383, há aí uma comissão lamentável. Esse parágrafo diz que os municípios só poderão atuar em outros níveis de ensino, quando as necessidades do ensino fundamental estiverem plenamente atingidas. Não é possível omitir-se aí. O pré-escolar, hoje, está em grande parte sob a responsabilidade dos municípios. E se não incluirmos o pré-escolar e também as creches no art. 3º acredito que estaremos tirando da responsabilidade dos municípios duas responsabilidades que eles vêm tendo, e quase com exclusividade. porque o pré-escolar e as creches têm sido assumidos. em termos públicos, pelos municípios. muito pouco pelos Estados e quase nada pela União.

No que se refere ao art. 384, tanto no caput quanto no seu parágrafo, foi evidentemente retirado a palavra “público”. Nós tínhamos previsto e colocado que a União aplicará anualmente nunca menos de 18% e os Estados e os Municípios nunca menos de 25% dos impostos e transferências, e que esses recursos serão utilizados no ensino público. Dentro da filosofia que marcou o substitutivo ou o anteprojeto do Relator Bernardo Cabral, foi retirada a expressão “exclusivamente”, conforme definido na Subcomissão. para caracterizar o uso dos recursos unicamente para as escolas públicas.

No que se refere a essa vinculação de recursos, eu quero ressaltar aqui a tradição constitucional brasileira que desde 1934. vincula recursos orçamentários para a educação. Apenas em período autoritário é que não se estabeleceu este vínculo ao nível de União, Estados e Municípios, mas, mesmo assim, manteve a vinculação obrigatória com relação ao ensino fundamental.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** Fazendo acionar a campainha. V. Ex.<sup>a</sup> dispõe de 2 minutos.

**O SR. CONSTITUINTE OCTÁVIO ELÍSIO:** – Peço a V. Ex.<sup>a</sup> que tenha condescendência comigo, como teve com os dois Constituintes que me antecederam. e ficarei imensamente grato. Mas serei breve e procurarei concluir rapidamente.

Creio que teremos que ter uma luta, aqui em Plenário, no sentido de garantir tanto no que se refere à vinculação dos recursos quanto no que se refere à questão do salário-educação que foi tratado aqui anteriormente. De um lado, com relação àqueles que na Comissão de tributos não aceitaram vinculação de recursos orçamentários e, de outro lado, para derrubar as restrições estabelecidas nos arts. 342, 343, 344 e 345, onde está definido o Fundo Nacional de Seguridade Social. criado pela Comissão da Ordem Social, e que impede. que proíba contribuições sociais específicas, como é o caso do salário-educação.

Quanto ao art. 386. onde cai a “exclusividade” das verbas públicas, à eminente Constituinte Sandra Cavalcanti ainda quer que caia, também, a “excepcionalidade” do seu uso para algumas escolas particulares. Neste caso. eminente Constituinte, a minha proposta é que alteremos esta redação; as verbas públicas serão destinadas às escolas públicas, podendo. “excepcionalmente, conforme estabelecido em lei, ser dirigidas às escolas confessionais. etc.”

Entendo, portanto, que o que está como parágrafo tem que ficar como artigo. A expressão “O ensino e livre à iniciativa privada etc.” não tem sentido ficar como parágrafo de alguma coisa a que esta referido no **caput** do artigo.

No que se refere ao salário-educação, em coerência com a proposta do Relator, estabeleceu-se, praticamente a redação que temos hoje definida a nível constitucional. Já fizemos referência às restrições que temos que reiterar do Fundo Nacional de Seguridade Social, que impede o salário-educação, para compatibilizar o texto constitucional e torna-lo coerente neste aspecto.

Entretanto, Sr. Presidente. Sr.<sup>a</sup> e Srs. Constituintes. há dois artigos nas disposições transitórias, que desejo comentar. Um deles termos que retirar; outro. temos que corrigir. Não é possível que esta Constituinte não estabeleça também para a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional um prazo para a sua realização. Para todas as outras leis, como o Código Civil, etc. estabeleceu-se doze meses. Para a educação, acredito que por esquecimento, não se colocou no art. 500, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação entre aquelas leis que devem ser, em doze meses, elaboradas pelo Congresso Nacional. Portanto, estou apresentando emenda nesse sentido.

Com relação ao art. 486, é profundamente lamentável que esta Constituinte venha a estabelecer, aqui, o direito de que os Adjuntos-IV das instituições de ensino superior, sejam, por decreto, transformados em titulares. último nível da carreira universitária, quando esse mesmo projeto de Constituição estabelece que o acesso tanto ao nível inicial público. Quanto ao nível final da carreira isto tem que se fazer por concurso público. E é lamentável que esse artigo, que não veio nem da Subcomissão da Educação, Cultura e

Esportes. nem da Comissão Temática, mas da Comissão de Ordem Social. tenha sido incorporado aqui. isso é um trem da alegria incompatível com a seriedade da Assembléia Nacional Constituinte. Portanto, a minha proposta é que se suprima, porque não é possível que por Constituição façamos titulares em todas as instituições de ensino superior neste País. Se tal propósito é abominável, eu diria também que não é assunto para a Constituição.

Essas as observações que queria fazer e agradeço a tolerância do ilustre Presidente e a paciência dos colegas constituintes. Muito obrigado. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Comunico ao ilustre Presidente da Comissão, Senador Afonso Arinos. que a Presidência se encontra à disposição de V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE AFONSO ARINOS:** – A Presidência está perfeitamente entregue nas mãos honradas e competentes de V. Ex.<sup>a</sup> Quando chegar no momento oportuno, subirei a Mesa.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Com a palavra o eminente Constituinte Artur da Távola.

**O SR. CONSTITUINTE ARTUR DA TÁVOLA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, gostaria de trazer algumas palavras, motivado pelo brilhante discurso da Constituinte Sandra Cavalcanti que, de certa forma, honrou o Relator da Comissão VIII com atenção sobre o seu trabalho e algumas considerações, como sempre inteligentes e, hoje. até algo irônicas. Mas a ironia e, também, o apanágio das inteligências e é uma forma suave de manifestar a discordância. que é sempre grata para quem a recebe.

Gostaria de trazer, aqui, aos Srs. Constituintes. com toda a tranquilidade deste fim de noite – em que o País se agitou, e há pouca atenção para os temas da educação – algumas reflexões. talvez redundantes.

Fui para a elaboração do substitutivo, referente à 8ª Comissão, com animo do entendimento e da conciliação.

O prazo do Regimento, na fase da Comissão. é muito cruel com o Relator, no período da Comissão. Pode ser que na próxima Assembléia Nacional Constituinte, que esperamos seja no dia de “São Nunca”, se corrija este aspecto. Mas agora já não há mais hipótese de correção. Entre o substitutivo do Relator e a votação, nem 24 horas mediam. O relatório, praticamente, saiu do prelo para a votação. E mais, entre o primeiro e o segundo substitutivo, há para o Relator um pequeno espaço de reflexão, de correção de rumos, de ajustes.

Procurei realizar esses ajustes e tive a surpresa de entrar no período de votação, com as posições da maioria dos Srs. Constituintes tomadas em função do primeiro substitutivo e não do segundo. Notei, observei que não pôde haver tempo hábil de consideração do trabalho feito, além de que – não sou ingênuo – havia manobras de outro teor, de outra natureza; mas eram manobras de um pequeno grupo de Constituintes interessados nos seus assuntos particulares, das emissoras de rádio da qual são proprietários. que é um assunto respeitável, porém, particular, não era o assunto da Comissão. Houve, também, um certo movimento de aproveitamento, de posição não toma-

da, para jogar sobre o relatório a eiva de ser um relatório radical, estatizante. Assisti à entrevista dos Constituintes João Calmon e Álvaro Valle na televisão, entrevistas que de certa forma me magoaram, do ponto de vista pessoal, porque muito pouco verazes em relação ao texto substitutivo. Traduzia um ânimo, que esse País já viveu, um ânimo de radicalização, que não era a pretensão do Relator.

O tema, fundamental, em discussão no capítulo da educação e, evidentemente, o da destinação das verbas públicas; todos os demais encontram formas de entendimento e de aceitação, têm uma ou outra interpretação, mas não estão presos a uma visão de mundo, a uma postura filosófica. São temas casuísticos, de certa forma, no bom sentido da palavra.

O tema da destinação das verbas públicas foi abordado no Substitutivo, tema este sobre o qual gostaria de comentar para os Srs. Constituintes. Item I) Tratei – e, quando digo tratei, quero dizer tratamos, porque não é obra pessoal – de, em primeiro lugar, fazer uma distinção bem clara entre o ensino de natureza confessional, filantrópica e comunitária e o ensino privado de natureza puramente empresarial. Esta era, do ponto de vista filosófico e do ponto de vista político, uma distinção importante. O ensino confessional, o filantrópico e o comunitário passaram por grandes transformações de conteúdo, de qualidade no Brasil. O ensino confessional, desde logo – pelas alterações profundas que sacudiram a própria Igreja Católica, e sacudiram a cristandade em geral – atingiu também os movimentos religiosos evangélicos e os movimentos religiosos espiritualistas.

A mudança de qualidade profunda do ensino confessional determinava uma posição que nos deveria levar a uma atitude diversa daquele antagonismo frontal do qual eu, então jovem, participei em 1959, quando foi discutida e votada a Lei de Diretrizes e Bases. Naquela ocasião polarizaram-se as duas correntes, a corrente que defendia a exclusividade das verbas públicas para a escola pública e a corrente privaticista.

E foi Santiago Dantas, na sua sabedoria, quem estabeleceu, naquele momento, o texto chamado de "conciliação", que acabou por ser o texto com trânsito no Congresso da época. Acompanhei muito de perto aquela luta – era pessoalmente muito ligado a Anísio Teixeira, um homem que ajudou em profundidade a minha formação; talvez não seja título para ele, mas o é para mim: Anísio Teixeira foi a influência mais marcante de minha vida; ele é o homem que me ensinou o sentido revolucionário da democracia – e senti, aqui, 20 e tantos anos depois, que a natureza profunda do processo era outra.

É verdade que nestes 22 anos aconteceu outro fato social, concreto, objetivo, que o Brasil – depois do Estado autoritário implantado em 1964 – colocou o Estado a serviço do capital, e passamos a viver uma dupla ditadura neste País, a ditadura do capital, instrumentada diretamente pelo Estado autoritário: este processo provocou um esvaziamento gradativo e crescente da escola pública, com o empobrecimento de sua qualidade. Hoje, 20 e tantos anos depois, o grande argumento contra a escola pública é o da queda da qualidade. Argumento extremamente solerte, extremamente perverso, porque a escola que foi

deliberadamente derruiria, e que sofreu as consequências dessa demolição, vem a ser hoje inquinada como uma ma escola que se quer dar ao povo brasileiro. E mais, a escola pública precisa ser considerada conforme o modelo do Estado que a mantém, a escola pública de um Estado totalitário, sim! Esta será uma escola determinada a levar, a conduzir, a funcionar como um aparelho ideológico de um Estado totalitário. A escola pública de um estado democrático é, por essência e natureza, a escola democrática, a escola que contém dentro de si pluralidade do real, a composição heterogênea da sociedade na própria posição dos professores. Um país cristão terá professores Cristãos na escola pública: um país leigo, budista, terá professores budistas. Os professores não são diferentes dos deputados, das pessoas, dos cidadãos, são plurais. Portanto, alguns elementos haviam mudado daquela luta de 59 para a discussão de hoje, na Constituinte de 1987.

Primeiro a mudança de conteúdo da escola confessional, as alterações profundas ocorridas na posição política da cristandade que hoje está engajada diretamente em uma luta de transformação social, sem perda dos seus valores transcendentais. Surgiria, no País, nesses últimos 25 anos, outro tipo de escola privada, pequena parte de boa qualidade e enorme parte de má qualidade, os chamados balcões de ensino, que se beneficiaram da fuga dos recursos para a escola pública, criando verdadeiras instituições tão poderosas que chegaram a transformar, por exemplo, a estrutura profunda do ensino médio.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Esta presidência está ouvindo com muito prazer a sua brilhante exposição, mas é forçada a advertir que V. Ex.<sup>a</sup> só dispõe de 10 minutos.

**O SR. CONSTITUINTE ARTUR DA TÁVOLA:** – Vou concluir, Sr. Presidente.

Em vista dessas mudanças, o Relator procurou um caminho que lhe pareceu o indicado para este momento, e ainda o deixo para reflexão dos Srs. Constituintes.

No artigo 10, justamente tratamos da escola privada pura. Nele se abre, como até então não se abriu jamais, para a escola privada de natureza empresarial a liberdade da tutela esmagadora do Estado sobre ela. Em todos os setores os empresários reclamam da excessiva influência do Estado.

Foi este Relator acusado de estatizante, que abriu para a escola privada a reinvidicação que os empresários têm em relação à atividade empresarial, liberdade do Estado.

Tenho certeza de que a escola privada, liberta das teias enormes que hoje todam o seu movimento, vai poder ser mais criativa mais livre, e alguma escola privada de boa qualidade vai surgir, como este País já teve escolas de excelente qualidade no nível privado.

Em seguida, no artigo 11 do Substitutivo, vinha a colocação do princípio geral, através do qual a educação pública deste País deveria nortear-se no sentido de que as verbas públicas se destinam exclusivamente ao ensino público. E estava, ali, muito claramente. Portanto, não havia a contradição levantada, com muito brilho, pela Constituinte Sandra Cavalcanti, qual seja, a idéia de que o texto se contradizia. A expressão era "escola pública", e não "escola estatal".

A escola pública e aquela que representa a pluralidade do social, que pode ser mantida pelo Estado ou por outras formas de organização em função da manutenção do princípio da exclusividade de verbas públicas para escolas públicas, princípio republicano, no qual não estamos sendo inovadores, criativos. Os fundadores da República já tinham esta concepção da educação, partindo da idéia de que é a única forma pela qual a escola, principalmente a escola fundamental, deve ser comum a todos os brasileiros, porque é a escola democrática, da base. A única forma de atingir a todos e a da escola pública, porque ela é, por natureza, gratuita, universal e leiga. Todas as outras formas são respeitáveis, porém inevitavelmente, não têm o conteúdo do atingimento igualitário. Assim ali se estava garantindo a exclusividade da verba pública para o ensino público, porém, considerando os casos e os locais nos quais o Estado e o ensino público ainda não atingiram a plenitude.

Essa outra escola, a escola confessional, a escola comunitária e a escola filantrópica, desde que provado o seu teor não lucrativo, mereceriam o amparo da autoridade pública.

Vou concluir. Sr. Presidente, e agradeço a V. Ex.<sup>a</sup> a tolerância. Portanto, foi uma forma de abordar o problema de maneira mais ampla possível: garantir as escolas privadas condições para o seu funcionamento, garantir a exclusividade da verba pública para a escola pública, porque não haverá escola pública no País se não houver exclusividade da verba pública; é até um truismo, e este texto só é necessário no Brasil. A França teve uma discussão parecida, mas de outra natureza. E se criar para a escola confessional filantrópica e comunitária, a possibilidade da existência, desde que provada a inexistência do sentido lucrativo, que é inerente à escola confessional de boa qualidade.

Esta foi uma posição em que se encaminhava tudo para um acordo. No entanto, ela apareceu fora do âmbito da nossa Comissão como uma posição que era radical, estatizante; isto foi dito do Relatório, foi dito contra o Relator, um Relator que tem talvez, quem sabe, um cédula um pouco mais sensível, pois é um homem que foi posto para fora da vida de seu País por 18 anos, por equívocos desta ordem, como tantos outros brasileiros, equívocos dos quais até não reclama, porque está vivo, e outras pereceram nesse caminho; e curiosamente posto para fora da vida brasileira quase sempre pelas mesmas forças e pelas mesmas vozes que, nesta hora levantam contra uma proposta assim ampla, uma posição contrária. Não havia um grama de pensamento estatizante, porque não é da filosofia do PMDB. Pois bem, isso não foi aceito.

Felizmente o Relatório do Constituinte Bernardo Cabral abrigou em espírito esse material.

Deixar com os Srs. Constituintes essa idéia geral.

É evidente que a forma da redação jurídica e pequenas minúcias realmente merecem o aperfeiçoamento que são interessantes. Houve, realmente, no caso do ensino religioso, a idéia de que só seria garantido no ensino primário, mas era apenas porque é o ensino fundamental da garantia constitucional, e o que tem a maior parte das escolas públicas.

Para finalizar, deixo uma palavra apenas sobre a questão das universidades, porque este foi outro



ponto sobre o qual acusações incidiram, exatamente porque, no Capítulo "Da Educação", havíamos mantido o princípio da exclusividade da verba pública para a escola pública; no Capítulo "Da Ciência e Tecnologia" estava a forma encontrada de auxílio ao labor universitário, particularmente nas áreas de pesquisa e pós-graduação.

O grande problema de escolas importantes de nível universitário, como a Pontifícia Universidade Católica, algumas universidades metodistas de boa qualidade, que há no País, é que o investimento em pesquisa, no nível superior e no nível de pós-graduação, é hoje um investimento de tal porte que se torna inviável. Não há mais na universidade brasileira, na era tecnológica, aquela antiga relação custo e aluno, mensalidade e rendimento da atividade, pelo menos para funcionar.

Hoje, o que as PUCs, por exemplo, investem em pesquisa é algo muito sério e muito além da sua capacidade de absorver. Acontece que as pesquisas realizadas pelas universidades são fundamentais para o desenvolvimento econômico do País. Justamente por isso, no Capítulo "Da Ciência e Tecnologia" – não leio agora, para não abusar da generosidade do Presidente – estava previsto, inteiramente, e chamo a atenção dos Srs. Constituintes – o auxílio a esse tipo de atividade da universidade que leva o pesquisador para estudos em outros Estados, porque o País não se pode dar ao luxo de ter centros de pesquisa diferenciados em todos os Estados – há poucos centros de pesquisa – ou fora do Brasil.

Isso estava inteiramente abrigado no texto, e nele está mantido, conforme veio da Comissão, razão pela qual, já que este vem sendo um dos temas centrais de ataque aquela posição, chamo a atenção dos Srs. Constituintes, pois o texto é absolutamente claro, no sentido, inclusive, do dever de o Estado auxiliar essas entidades, sempre que idôneas, motivo também de uma observação da Constituinte Sandra Cavalcanti, a quem convoco para encontrar uma forma um pouco mais precisa, e estarei de acordo com S. Ex.<sup>a</sup>, no sentido de que a forma que ali estava não era boa.

Cabe ao Poder Público, realmente, na distribuição desse tipo de verba, discernir o que é idôneo do que não é idôneo. A forma pode, talvez, não ter sido aideal, porém, acredito que o espírito mereça a consideração dos Srs. Constituintes.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Pondera V. Ex.<sup>a</sup> que o nobre Constituinte Eraldo Tinoco está pacientemente aguardando a oportunidade de ocupar a Tribuna.

**O SR. CONSTITUINTE ARTUR DA TÁVOLA:** – O que fará em seguida, Sr. Presidente. Obrigado a V. Ex.<sup>a</sup> (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Eraldo Tinoco.

**O SR. CONSTITUINTE ERALDO TINOCO:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a sorte não me tem favorecido neste Plenário, desde quando é a segunda vez que subo à tribuna após a palavra brilhante, sempre muito equilibrada, do ilustre Constituinte Artur da Távola.

Entendo, e este foi mencionado, que o Regimento desta Assembléia Nacional Constituinte, na sua metodologia, tem sérias incoerências, tal-

vez a principal delas seja o tempo destinado à discussão e a votação de matérias, e o desconto ao trabalho dos Relatores. Enfrentei este problema na Subcomissão, e foi agravado nas comissões temáticas, e, mais ainda, o trabalho do Relator da Comissão de Sistematização, que tem que produzir, num tempo absolutamente limitado, um trabalho de grande amplitude.

Quero crer, Sr. Presidente, que esse fator tempo foi a principal determinante para que a Comissão Temática nº VIII não tivesse chegado a um denominador comum e não tivesse aprovado um texto que orientasse o trabalho da Comissão de Sistematização.

Em nenhum momento, entretanto, se pode negar o esforço, o trabalho de profundidade realizado pelo Relator Artur da Távola. O processo de votação e determinadas falhas no Regimento fizeram com que o seu parecer fosse duas vezes derrubado pela maioria daquela Comissão, sem isso significar, entretanto, uma discordância com a quase totalidade do seu parecer, dos seus anteprojeto e dos seus substitutivos. É que justamente nos pontos onde houve discordância se temia que esse atropelamento do Regimento fizesse com que esses pontos não fossem convenientemente apreciados por aquela Comissão. A prova eloquente disso, Sr. Presidente, é que, verificando-se o substitutivo do Relator que foi encaminhado, na sua íntegra, por um grupo da Comissão Temática, bem como o trabalho encaminhado pela maioria daquela Comissão coincide em quase todos os aspectos dos seus artigos e dos seus parágrafos. O que há de diferenças decorre de emendas que foram apresentadas, e que, pela sistemática de votação, e por um prazo fatal, teriam que ser votadas sem ter a garantia de que poderiam ser examinadas e, se fosse vontade da maioria da Comissão, seriam incorporadas ao texto. Houve um esforço de negociação, e disse muito bem o Constituinte Octávio Elísio, que este texto, apresentado pelo Relator da Comissão de Sistematização, referente à educação, traduz, praticamente, todos aqueles aspectos que foram negociados, e onde mais uma vez o tempo foi o grande ditador. Como tive a honra de participar daquele esforço, no último dia, para se chegar a um denominador comum, pude verificar que apenas o tempo impediu que pequenas questões fossem acertadas, para que o texto, na sua totalidade, pudesse ser objeto de um acordo entre a maioria dos Constituintes, integrantes daquela Comissão, e por isso viesse a ser aprovado.

Entretanto, Sr. Presidente, alguns aspectos quero considerar porque desejo manifestar a minha opinião pessoal.

Com referência à polêmica do ensino público **versus** ensino privado, pessoalmente concordo por completo na utilização dos recursos públicos para o ensino público. E até não poderia ser de outra forma, eis que minha formação, tanto a nível secundário quanto a nível universitário, foi sempre em escola pública, inclusive estudando à noite, porque dependia de trabalhar para a minha própria manutenção e pude acompanhar esta queda da qualidade do ensino público. Não vejo, entretanto, na sua totalidade, razão para a apreciação do ilustre Constituinte Artur da Távola. Acho que isso não tenha sido, exclusivamente, um processo deliberado, pois até mesmo o crescimento

vertiginoso da oferta do ensino público contribuiu para o seu desgaste, desde quando esse processo de crescimento acelerado não correspondeu, por exemplo, a uma preparação adequada de professores para ministrar o ensino público.

O fato desta amplitude de oferta, num tempo relativamente curto, fez com que este fator contribuisse também, decisivamente, para a queda da qualidade do ensino público, e já é tempo dessa qualidade ser retomada.

Mas, nessa questão da aplicabilidade das verbas, ocorre-me uma preocupação que, para mim, é básica e fundamental: à a preocupação com o aluno, que deve ser o centro das preocupações de todo o sistema educacional.

Em muitas e muitas localidades deste País afora, não temos, ainda, uma oferta de ensino público. Sabemos que o texto constitucional aprovado, mesmo com a destinação de verbas no montante, no percentual aqui previsto, não redundará, imediatamente, na construção, na instalação, na criação de escolas públicas, em todos os pontos do território nacional, para atendimento ao alunado.

Se tivermos uma limitação desta ordem, nos defrontaremos com uma séria dificuldade. O Poder Público está obrigado a atender a toda a demanda; num espaço curto de tempo este atendimento não poderá ocorrer em escolas públicas ou confessionais, ou filantrópicas, ou comunitárias. O que fazer com o aluno carente, se ele não puder, por exemplo, receber uma bolsa de estudos?

Vejam, Senhores, que no próprio texto, mais precisamente no § 2º do art. 379 há um dispositivo muito salutar que diz:

"O Chefe do Executivo competente poderá ser responsabilizado por omissão, mediante ação civil pública, se não diligenciar para que todas as crianças em idade escolar, residentes no âmbito territorial de sua competência, tenham direito a ensino fundamental obrigatório e gratuito."

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, essa determinação não poderá ser atendida, por exemplo, num município onde o Estado não disponha de escolas de 5ª à 8ª série, e que o Estado não tenha condição de construir e instalar num tempo **record**, e que no ano letivo de 1988, já na vigência desta Constituição, um aluno não possa ser atendido porque naquela comunidade, dispondo de uma escola particular, esse aluno não poderá ter acesso a uma bolsa de estudo, porque esta condição não está prevista no texto constitucional.

É evidente que não desejamos uma norma permanente para atender a uma circunstância transitória, mas entendo que no texto deveríamos ter algum tipo de exceção para o atendimento ao aluno carente naquelas localidades, onde a oferta do ensino público não seja, ainda, suficiente, mesmo que se estabeleça um prazo para que o Poder Público instale escolas e possa executar a sua missão constitucional.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – V. Ex.<sup>a</sup> ainda dispõe de três minutos, mas se pedir uma prorrogação justificada, concedo com muito prazer.

**O SR. CONSTITUINTE ERALDO TINOCO:** – Muito obrigado, Sr. Presidente, mas tentarei usar o tempo a mim destinado.

Então, vejam que não se trata, em absoluto, de uma discordância com um princípio geral: o princípio geral da utilização das verbas públicas para as escolas públicas, um princípio que deve ser acatado por todos, mas este princípio tem que ser compatibilizado com outras normas da própria Constituição, para que não tenhamos depois, na prática, o não atendimento dos dispositivos constitucionais com a própria desmoralização do texto constitucional, como tem sido de praxe na área da educação; o princípio, por exemplo, de que a educação é obrigatória e gratuita dos 7 aos 14 anos, é um princípio constitucional muito antigo e nem por isso o País deixa de ter mais de 7 milhões de crianças fora da escola. Estamos prevendo aqui o mandato de injunção, estamos prevendo aqui a responsabilidade civil do Chefe do Poder Executivo, mas temos que ter os mecanismos, mesmo que transitórios, para que este atendimento ao aluno, e aí não se trata em absoluto de destinarmos subvenções, de destinarmos auxílios para a instalação de escolas privadas, mas temos que ter a ótica do aluno carente que precisa ser atendido. Isso é verdade, também, com relação ao ensino universitário.

O dispositivo constitucional prevê, muito corretamente, que o ensino público deve ser gratuito em todos os níveis. O que fazer, por exemplo, Sr. Presidente, com um aluno carente, que atravessou uma longa batalha, até alcançar um nível de prestar exames vestibulares, consegue aprovação, mas, em decorrência das dificuldades naturais, ele tem acesso a uma escola privada. Então, o Poder Público não pode auxiliar aquele aluno, para que ele cumpra, de uma forma adequada, os seus estudos universitários, porque estamos vedando aqui, até mesmo o instituto da bolsa de estudos. E isso, a meu ver, contradiz com o art. 403, que foi lembrado pelo Ilustre Constituinte Artur da Távola, quando diz que:

"A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios propiciarão, na forma da lei, incentivos específicos às instituições de ensino e pesquisa, às universidades, empresas nacionais e pessoas físicas, que realizarem atividades destinadas à ampliação do conhecimento científico."

Vejam, um pouco atrás, quando se define a universidade, diz-se, com muita propriedade, que o ensino, a pesquisa e a extensão são princípios indissolúveis. Não se pode falar em pesquisa científica, em desenvolvimento tecnológico, no ensino universitário, dissociando-se da função de ensino. Mas, pelo texto constitucional, no primeiro texto que aparece, nós estamos vedando a aplicação de recursos públicas, até mesmo para a bolsa de estudo, para o apoio ao ensino em universidades, quando o aluno carente necessitar desse apoio.

É evidente, Sr. Presidente, que essas questões não estão fora, em absoluto, do princípio geral. São questões, a meu ver, transitórias, que podem perfeitamente merecer uma atenção especial de uma redação que permita corrigir essas distorções.

**O SR. CONSTITUINTE ARTUR DA**

**TÁVOLA:** – Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. CONSTITUINTE ERALDO**

**TINOCO:** – Pois não, ilustre Constituinte.

**O SR. CONSTITUINTE ARTUR DA**

**TÁVOLA:** – Se o texto da lei induz à conclusão de V. Ex.<sup>a</sup>, eu serei o primeiro a modificá-lo. Mas, parece-me que não. Eu gostaria de traduzir para V. Ex.<sup>a</sup> o espírito desse texto: se destinadas as verbas educacionais, estatais, específicas exclusivamente para a escola pública, nada impede que o permitido no artigo citado por V. Ex.<sup>a</sup> seja destinado também, não especificamente da verba educativa direta, para as universidades visando à alta capacitação científica, ao desenvolvimento à autonomia tecnológica do País. O princípio pelo qual foi colocada, neste capítulo, essa matéria, é o de que a leitura de todo o texto de ciência e tecnologia levará qualquer pessoa à seguinte percepção, a de que o legislador procurou ali, no caso da ciência e tecnologia, garantir esses três princípios citados: o do desenvolvimento da pesquisa pura, o do desenvolvimento da pesquisa aplicada a atividade empresarial e a da capacidade tecnológica, como conduto para autonomia tecnológica do País. Partindo-se do princípio de que, na sociedade moderna, um dos imperativos da soberania de um País é a autonomia tecnológica, a própria idéia desta autonomia tecnológica tem a ver com a soberania do País. Esse é um conceito muito novo ligado à antiga idéia de soberania, já que no mundo contemporâneo, na chamada sociedade industrial, não se terá jamais qualquer forma de soberania, sem autonomia tecnológica.

Então, é por esta razão que ali está colocado o incentivo direto às atividades de natureza privada, universitárias e outras, sempre que elas estejam inseridas nesse contexto de independência tecnológica e capacitação científica. Portanto, não há um choque frontal. Esse dispositivo não está subordinado pela destinação do outro. Ele tem a ver diretamente com o desenvolvimento científico do País. Científico, na área social, científico, na área das ciências chamadas objetivas, em suma, está até colocado com preocupação de que a expressão "científico" seja uma expressão que abarque todo o universo.

Essa foi a idéia. Agora, não estaria aqui este ex-Relator para defendê-la, se não estivesse profundamente convencido de que abriu, realmente, a possibilidade de auxílio à universidade privada, àquelas que tenham capacitação técnica. Porque é evidente, também, que existem muitas instituições de nível superior que ficam à cata de recursos, sem a capacitação técnica e fazem uma espécie de invenção de projeto de pesquisa que, a rigor, não são projetos sérios de pesquisa das grandes e das principais universidades do País.

Obrigado a V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE ERALDO**

**TINOCO:** – Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup> pela intervenção.

Só para esclarecer esse aspecto e concluir as minhas observações, entendo que o texto constitucional deva ser o mais claro possível e deva ser destinado ao entendimento de uma pessoa de inteligência e conhecimento médios.

Diz o art. 382:

"As universidades gozam, nos termos da lei, de autonomia didático-científica, administrativa, econômica e financeira, obedecendo os seguintes princípios:

I – Indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão;

Desenvolvimento tecnológico, em universidade, só se pode fazer através da conjugação desses três princípios: do ensino, da pesquisa e da extensão, que não podem estar dissociados. Eles são, como diz o texto constitucional e como todo conceito de universidade diz, indissociáveis.

Se temos o princípio de que os recursos públicos só poderão ser destinados a escolas públicas, devemos fazer, pelo menos, a remissão: "Exceto nos casos previstos no artigo mencionado", para que não pareça dúvida ao homem comum, que vai examinar o texto constitucional, de que há uma contradição no mesmo. Parece-me que isso resolveria o assunto.

A última observação que faço, Sr. Presidente, é quanto ao § 1º do art. 384, que diz:

"Para efeito do cumprimento do disposto no **caput** deste artigo, serão considerados os sistemas de ensino federal, estaduais e municipais, excluído o auxílio suplementar aos educandos."

O artigo que trata da destinação dos 18% da União e 25% dos Estados e Municípios. Ora, mais atrás, no art. 379, diz: "O dever do Estado com o ensino público efetivar-se-á mediante a garantia de..." No inciso VII, diz: "Auxílio suplementar ao ensino fundamental..." Não entendo, não compreendo como retirar o auxílio ao educando. Por exemplo: material didático. Quantas e quantas vezes, como Secretário da Educação, cheguei em escolas e encontrei o aluno sem a possibilidade de ter um caderno para acompanhar os seus exercícios. Isso não é despesa com a educação? Deve ficar fora dos 18%? Entendo o contrário. Entendo que se trata de uma despesa tão nobre, tão importante quanto o equipamento escolar, quanto o pagamento dos professores, enfim, como qualquer despesa para atender ao ensino de modo geral.

**O SR. CONSTITUINTE OCTAVIO**

**ELÍSIO:** – Peço permissão ao nobre Constituinte. Serei bastante breve no meu aparte.

**O SR. CONSTITUINTE ERALDO**

**TINOCO:** – Se a Mesa estiver de acordo, concedo o aparte a V. Ex.<sup>a</sup>, com toda a honra.

**O SR. CONSTITUINTE OCTAVIO**

**ELÍSIO:** – Não gastarei mais do que um minuto. A nossa preocupação, eminente Constituinte, é a de que, como hoje acontece, no futuro, venhamos a colocar, debaixo das verbas da educação, aqueles recursos que são transferidos para as escolas sim, mas, porque, hoje, essas escolas cobrem uma dívida social imensa que tem este País com o aluno carente. A questão da merenda escolar é muitíssimo maior, mais pesada, em termos orçamentários do que a questão do livro didático.

Questão como, eventualmente, a de auxílio ao educando no que diz respeito a uniforme, a transporte, a alojamentos etc. No que diz respeito a material didático, tenderia a concordar com V. Ex.<sup>a</sup>. Acho que temos que, na lei ordinária específica, determinar esforços muito sérios em termos de canalização de recursos, para que este País tenha uma produção competente em termos de material didático, e um compromisso de que esse material didático não seja renovável a cada ano, obrigando as famílias, anualmente, a comprarem novos livros, que são, após passado este período, através de respostas que são feitas no próprio

livro, lançados nas latas de lixo. Entretanto, a nossa preocupação é que, hoje, o orçamento do Ministério da Educação para o ensino fundamental vai, quase que exclusivamente, para estas duas rubricas: livro didático e merenda escolar. E não é possível que os recursos, que deveriam ser canalizados, de fato, para a escola, para ela exercer a função única, que é dela, que é educação escolar, sejam transferidos para a merenda escolar. A responsabilidade e o compromisso deste País devem ser de permitir com que, através do trabalho para todos e do salário justo, todos tenham direito a ter a sua boa refeição em casa, e não na escola. Estas são as observações que faço.

**O SR. CONSTITUINTE ERALDO TINOCO:** – Concordo inteiramente, ilustre Constituinte Octávio Elísio, só que nesse caso nós não poderíamos colocar este item 7, do art. 379. Porque, veja o que está dito aqui:

"O dever do Estado, com o ensino público, efetivar-se-á mediante garantia de: auxílio suplementar ao ensino fundamental, através de programas de material didático-escolar, transporte, alimentação, assistência médica, odontológica, farmacêutica e psicológica."

Então, esse apoio ao aluno é ou não é ensino. Se ele não é ensino, como V. Ex.<sup>a</sup> argumenta, com o qual eu concordo, isso é uma atividade de apoio, que é importante, mas não se caracteriza como uma atividade de ensino. Então, não deveria figurar no inciso VII. Para que ele figure aqui não pode ter exceção, lá, do § 1º, do art. 384; este é o meu juízo. Quer dizer, talvez pudéssemos dizer que, enquanto devesse suprir as carências do aluno, etc., o Estado deveria dar a ele um apoio suplementar, mas não caracterizar isso como atividade de ensino, ressaltando que o dever do Estado atender ao ensino público no que diz respeito a essa modalidade de apoio ao aluno.

Sr. Presidente, agradeço a compreensão pelo tempo, a mim concedido, bem como as brilhantes intervenções aqui proferidas. Muito obrigado aos Senhores. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Não havendo mais oradores inscritos, comunico que amanhã teremos reunião à mesma hora, neste local, porque muitos companheiros não foram ainda avisados de que a partir da próxima quinta-feira poderemos realizar reuniões pela manhã e a noite, extraordinariamente, pois entrarão em recesso o Senado e a Câmara dos Deputados a partir de amanhã.

**O SR. CONSTITUINTE ARTUR DA TÁVOLA:** – Sr. Presidente, peça a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Pois não.

**O SR. CONSTITUINTE ARTUR DA TÁVOLA:** – Não ficou claro aqui para nós se a próxima reunião da Comissão de Sistematização é amanhã pela manhã, conforme nos informaram na Secretaria, ou à noite.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Estou avisando exatamente que será amanhã à noite, porque vários companheiros, em vista de já estar marcada esta reunião amanhã à noite, assumiram compromisso pela manhã, mas, a partir da próxima quinta-feira, as reuniões serão pela manhã.

neste mesmo local, a partir das 9 horas e 30 minutos.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 22 horas e 45 minutos.)

### 7ª Reunião Extraordinária

Ao primeiro dia do mês de julho do ano de mil novecentos e oitenta e sete, às vinte horas e vinte e dois minutos, no Plenário da Câmara dos Deputados, reuniu-se a Comissão de Sistematização, sob a Presidência do Senhor Constituinte Aluizio Campos, Primeiro Vice-Presidente, no exercício da Presidência, presentes os seguintes Senhores Constituintes: Rodrigues Palma, Nilson Gibson, Nelson Jobim, Gerson Peres, Francisco Dornelles, Edme Tavares, Francisco Pinto, Inocêncio Oliveira, Milton Reis, Theodoro Mendes, Paulo Ramos, Francisco Rossi, Siqueira Campos, José Lins, Fernando Bezerra Coelho, Celso Dourado, Raimundo Bezerra, João Calmon, Wilson Martins, Carlos Mosconi, Haroldo Sabóia, Francisco Benjamin, Antônio Carlos Mendes Thame, Nelson Friedrich, Aloysio Chaves, Luis Eduardo, Sigmaringa Seixas, Ademir Andrade, Haroldo Lima, Arnaldo Prieto, Sandra Cavalcanti, Antônio Carlos Konder Reis, Adolfo Oliveira, Bernardo Cabral, Manoel Moreira, Egidio Ferreira Lima, Renato Vianna, José Santana de Vasconcellos, José Maurício, Pimenta da Veiga, José Geraldo, Mário Lima, Carlos Sant'Anna, Prisco Vianna, Christóvam Chiaradia, Paulo Pimentel, Joaquim Bevilacqua, Nelson Cameiro, José Luiz Maia, Artur da Távora, Gastone Righi, José Serra, José Ignácio Ferreira, Oswaldo Lima Filho, Afonso Arinos, Fernando Gasparian, Octávio Elísio, João Natal, Paes Landim, Ottomar Pinto, Marcos Lima, Rose de Freitas, José Tinoco, Aldo Arantes, Adylson Motta, Euclides Scalco, João Agripino, José Costa, Chagas Rodrigues, Daso Coimbra, Michel Temer, Jonas Pinheiro, Ziza Valadares, Aécio Neves, Albano Franco, Enoc Vieira e Antônio Mariz. Estiveram presentes, também, os Senhores Constituintes Nelson Aguiar, Antônio Ferreira, Antônio Câmara, Arolde de Oliveira, Ronaldo César Coelho, Farabulini Junior, Chico Humberto, Adhemar de Barros Filho, Doreto Campanari, Carlos Alberto Caó, Ismael Wanderley, Mendes Botelho, Raimundo Rezende, Fernando Gomes, Jairo Carneiro, Sílvio Abreu, Sólton Borges dos Reis, José Carlos Sabóia e Augusto Carvalho. Deixaram de comparecer os Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Alfredo Campos, Almir Gabriel, Cid Carvalho, Cristina Tavares, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Lyra, Ibsen Pinheiro, João Hermann Neto, José Fogaça, José Freire, José Paulo Bisol, José Richa, José Ulisses de Oliveira, Severo Gomes, Virgildásio de Senna, Alcení Guerra, Carlos Chiarelli, Eraldo Tinoco, José Jorge, José Thomaz Nonô, Marcones Gadelha, Mário Assad, Oscar Corrêa, Osvaldo Coelho, Ricardo Fiúza, Darcy Pozza, Jarbas Passarinho, Virgílio Távora, Brandão Monteiro, Lysâneas Maciel, Luis Ignácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Roberto Freire, Jamil Haddad e Antônio Farias. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, anunciando a distribuição de cópia das Atas das reuniões realizadas nos dias vinte e nove e trinta do corrente mês, que foram aprovadas, unanimemente. A seguir, o Senhor Presidente anun-

ciou a matéria constante da Ordem do Dia: continuação da discussão do Anteprojeto de Constituição apresentado pelo Relator, Constituinte Bernardo Cabral. Às vinte horas e cinquenta minutos, deixa a Presidência o Constituinte Aluizio Campos, assumindo-a o seu titular Constituinte Afonso Arinos. Os Senhores Constituintes José Costa e Aldo Arantes apresentaram questão de ordem enfocando o noticiário de "A Voz da Constituinte", segundo o qual estaria sendo preparado pelos Assessores do Presidente da República um projeto de Constituição, e consultaram sobre o comportamento da Comissão diante de tais insinuações. Em resposta, o Senhor Presidente, como o próprio Relator da Comissão asseguraram desconhecer os fatos narrados, negando-lhes qualquer fundamento ou cunho de verdade. Falaram, a seguir, pela ordem, os Senhores Constituintes: 1) Theodoro Mendes – comentando em linhas gerais o anteprojeto e assegurando que, apesar de sujeito o documento a emendas, o seu texto constituía-se num "verdadeiro escárnio à consciência jurídica nacional"; 2) Francisco Dornelles – analisando tópicos e aspectos relacionados com matérias de natureza fiscal e tributária; 3) Gerson Peres – enfocando o Título "Da Ordem Social" 4) Haroldo Lima – que disse falar pela primeira vez sobre o anteprojeto e abordando linhas gerais do documento, tendo destacado, entre outros tópicos, que "o Capítulo da Ordem Econômica, na verdade, constrange a imaginação e envergonha o trabalho constitucional que estamos fazendo"; 5) Bernardo Cabral – entendendo que, sobre as emendas de mérito, se admitidas para as matérias referentes à Comissão Oitava poder-se-ia, igualmente, adotar o mesmo critério para o restante das matérias e defendeu que a Presidência da Comissão poderia colocar o assunto à deliberação do Plenário; 6) Joaquim Bevilacqua – manifestando-se sobre a competência da Comissão e defendendo a ideia de que a real extensão dos termos "adequar", "compatibilizar" e "sistematizar" **lato sensu**, deveria ser submetida à apreciação do Plenário, como sugerido pelo Relator; 7) Nelson Aguiar – abordando, longamente, as questões relacionadas à área social, especialmente a situação do menor abandonado e do trabalhador desassistido e apelando para a consciência dos que trabalham o texto da futura Constituição do País no sentido de que não se fujam às altas responsabilidades que a Nação aguarda ve-las cumpridas. Com a palavra, o Senhor Constituinte Gerson Peres, em análise do anteprojeto, levantou questão de ordem sobre o cabimento ou não de emendas de mérito ao texto apresentado pelo Relator, bem como sobre a quem caberia explicar a natureza dessas emendas, sugerindo que fosse submetida à apreciação ao Plenário da Comissão a matéria. O Senhor Presidente esclareceu então que não podia acolher a sugestão do Senhor Constituinte Gerson Peres em face do § 2º do art. 19 do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte e da recomendação da Presidência da mesma Assembléia, no sentido de não discutirmos matéria de mérito nesta fase dos trabalhos. Em seguida a esta colocação do Senhor Presidente, o Senhor Constituinte Oswaldo Lima Filho, elogiando a decisão que acabava de ser proferida, requereu cópia da mesma. "...pela sua fidelidade aos ideais democráticos." Nesta reunião o Senhor Consti-

tuíte Wilson Martins apresentou Requerimento acompanhado de índice, que elaborou, do anteprojeto de Constituição, solicitando o seu lançamento nas notas taquigráficas e distribuição aos integrantes da Comissão. O Requerimento foi deferido pelo Senhor Presidente. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente convocou reunião ordinária para o dia dois próximo do corrente mês, às nove horas e trinta minutos, no mesmo local, encerrando os trabalhos às vinte e duas horas e vinte e dois minutos. O inteiro teor desta reunião foi gravado, devendo ser publicado no *Diário da Assembléia Nacional Constituinte* e constituir-se-á na Ata circunstanciada dos trabalhos. E, para constar, eu, Maria Laura Coutinho,

Secretária, lavrei a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação.

Exmº Sr. Presidente da Comissão de Sistematização.

Nos termos do art. 11 do Regimento da Comissão de Sistematização, requeiro se digne V. Ex.<sup>a</sup> de acolher o índice anexo, do anteprojeto da Constituição, que elaborei, mandando lançá-lo nas notas taquigráficas, para distribuição aos nobres Srs. Constituintes.

Sala das Sessões, 1º de julho de 1987. – **Wilson Martins**, Constituinte.

## ÍNDICE

<b>TÍTULO I – Dos Princípios Fundamentais</b>	<b>1º</b>	<b>12</b>
<b>TÍTULO II – Dos Direitos e Liberdades Fundamentais</b>		
Capítulo I – Dos Direitos Individuais	13	
Capítulo II – Dos Direitos Sociais	14	16
Capítulo III – Dos Direitos Coletivos	17	18
Capítulo IV – Da Nacionalidade	19	22
Capítulo V – Da Soberania Popular	23	26
Seção I – Dos Direitos Políticos	27	28
Seção II – Dos Partidos Políticos	29	30
<b>TÍTULO III – Das Garantias Constitucionais</b>	<b>31</b>	<b>42</b>
<b>TÍTULO IV – Da Organização do Estado</b>		
Capítulo I – Organização Política Administrativa	43	45
Capítulo II – Da União	46	49
Capítulo III – Dos Estados Federados	50	57
Capítulo IV – Dos Municípios	58	61
Seção única – Fiscalização	62	63
Capítulo V – Do Distrito Federal e Territórios	64	65
Capítulo VI – Das Regiões de Desenvolvimento Econômico das áreas Metropolitanas e das Micro-Regiões	66	69
Capítulo VII – Da intervenção	70	72
Capítulo VIII – Da Administração Pública	73	79
Seção I – Disposições Gerais	80	83
Seção II – Dos Servidores Públicos Civis	84	93
Seção III – Dos Servidores Militares	94	
<b>TÍTULO V – Do Legislativo</b>		
Seção I – Do Congresso Nacional	95	97
Seção II – Das Atribuições do Congresso Nacional	98	105
Seção III – Da Câmara dos Deputados	106	
Seção IV – Do Senado Federal	107	
Seção V – Dos Deputados e dos Senadores	108	112
Seção VI – Das Reuniões	113	
Seção VII – Das Comissões	114	115
Seção VIII – Do Processo Legislativo	116	
Subseção – Da Emenda à Constituição	117	120
Subseção II – Disposições Gerais	121	131
Subseção III – Do Projeto de Lei Orçamentária	132	134
Seção IX – Da Fiscalização Financeira, Orçamentária, Operacional e Patrimonial	135	149
Seção X – Da Defensoria	150	154
Capítulo II – Do Executivo		
Seção I – Do Presidente da República	155	161
Seção II – Das Atribuições do Presidente da República	162	
Seção III – Da Responsabilidade do Presidente da República	163	165
Seção IV – Do Conselho da República	166	167
Capítulo III – Do Governo		
Seção I – Da Formação do Governo	168	179
Seção II – Do Primeiro-Ministro	180	183
Seção III – Do Conselho de Ministros	184	186
Seção IV – Dos Ministros de Estado	187	189
Seção V – Da Procuradoria Geral da União	190	

Capítulo IV – Do Judiciário		
Seção I – Disposições Gerais	191	203
Seção II – Do Supremo Tribunal Federal	204	207
Seção III – Do Supremo Tribunal de Justiça.	208	209
Seção IV – Dos Tribunais Regionais Federais e dos Juízes Federais	210	214
Seção V – A Justiça Agrária	215	
Seção VI – Dos Tribunais e Juízes do Trabalho	216	222
Seção VII – Dos Tribunais e Juízes Eleitorais	223	229
Seção VIII – Dos Tribunais e Juízes Militares.	230	232
Seção IX – Dos Tribunais e Juízes dos Estados e do Distrito Federal e territórios.		233
Capítulo V – Do Ministério Público	234	238
Capítulo VI – Da Defensoria Pública e da Advocacia.	239	240
<b>TÍTULO VI – Da Defesa do Estado e das Instituições Democráticas</b>		
Capítulo I – Do Estado de Defesa	241	
Capítulo II – Do Estado de Sítio	242	250
Capítulo III – Das Forças Armadas	251	256
Capítulo IV – Da Segurança Pública	257	261
<b>TÍTULO VII – Da Tributação e do Orçamento</b>		
Capítulo I – Do Sistema Tributário Nacional		
Seção I – Dos Princípios Gerais	262	268
Seção II – Das Limitações do Poder de Tributar	269	274
Seção III – Dos Impostos da União	275	276
Seção IV – Dos Impostos dos Estados e do Distrito Federal	277	
Seção V – Dos Impostos dos Municípios.	278	
Seção VI – Da Repartição das Receitas Tributárias	279	286
Capítulo II – Das Finanças Públicas		
Seção I – Normas Gerais	287	290
Seção II – Dos Orçamentos	291	305
<b>TÍTULO VIII – Da Ordem Econômica e Financeira</b>		
Capítulo I – Dos Princípios gerais, da Intervenção do Estado, do Regime de Propriedades do Subsolo e da Atividade Econômica	306	324
Capítulo II – Da Política Agrícola, Fundiária e da Reforma Agrária.	325	334
Capítulo III – Do Sistema Financeiro Nacional.	335	337
<b>TÍTULO IX – Da Ordem Social</b>		
Capítulo I – Disposição Geral	338	
Capítulo II – Da Seguridade Social	339	348
Seção I – Da Saúde	349	360
Seção II – Da Previdência Social	361	368
Seção III – Da Assistência Social	369	376
Capítulo III – Da Educação e Cultura	377	399
Capítulo IV – Da Ciência e Tecnologia	400	403
Capítulo V – Da Comunicação	404	412
Capítulo VI – Do Meio Ambiente	413	422
Capítulo VII – Da Família, do Menor e do Idoso	423	430
Capítulo VIII – Do Índio.	431	436
Capítulo IX – Disposição Transitória	437	501

Estado é o instrumento da Nação, para realização do bem-estar social".

Mais adiante, o art. 7º, inciso II, diz que dentre as tarefas fundamentais do Estado está a de:

"Assegurar a participação organizada do povo na formação das decisões nacionais, defender a democracia política e econômica e fazer respeitar a constitucionalidade e a legalidade."

É evidente que se fazem respeitar a Constituição e as leis, não a constitucionalidade e a legalidade.

Pelo art. 13, inciso I, alínea "I", temos a definição da mais grave ofensa à vida, à existência digna e à integridade física e mental como sendo a tortura. Acrescento, Sr. Presidente, através de emenda modificativa:

"As mais graves ofensas à vida, à existência digna e à integridade física e mental são a tortura e o terrorismo contra a população civil, crimes de lesa-humanidade, a qualquer título, insusceptíveis de fiança, prescrição e anistia, respondendo por eles os mandantes, os executores, os que poderiam evitá-los e os que, tomando conhecimento deles, não os comunicaram na forma da lei".

Grave ofensa, Sr. Presidente, não é apenas a tortura, mas também o terrorismo praticado contra a população civil, sempre vítima de extremismos de todos os lados. Dispensáveis, portanto, Sr. Presidente, se me afiguram maiores razões para justificar a emenda.

A seguir, o inciso III, alínea "e", do mesmo artigo, dispõe que "o homem e a mulher são iguais em direitos e obrigações..." Creio, Sr. Presidente, que apenas isto já garante a igualdade do homem e da mulher, sendo, pois, desnecessária a exceção que ali se contém relativamente à gestação, ao parto e ao aleitamento. Obviamente – e já fiz exclusão da responsabilidade do Relator logo no início do meu pronunciamento – nenhum homem, baseado na igualdade dos sexos, pleitearia, por exemplo, licença à gestante; portanto a exceção, no caso, é completamente desnecessária.

Ainda no art. 13, inciso IV, alínea "e", item 1 diz o seguinte:

"As distorções e os espetáculos públicos, incluídos os programas de televisão e rádio, ficam sujeitos às leis de proteção da sociedade, que não terão caráter de censura."

Sempre defendi a diferença entre censura de opinião e de costumes. A primeira é inadmissível. Todavia, Sr. Presidente, a censura de costumes é um meio de proteção da sociedade, na medida em que evita que uns poucos, com acesso aos meios de comunicação, imponham seus padrões ético-morais, ao arrepio do padrão médio da sociedade. Por isso, apresentei também emenda, com vistas a suprimir a parte final desse dispositivo, ou seja, a expressão "...que não tenham caráter de censura".

No mesmo sentido, sugiro uma modificação no item III, letra "e", inciso IV do mesmo art. 13. Diz referido dispositivo:

"É vedada a supressão, ainda que parcial, de espetáculo ou programa, ressalvados os incitamentos à violência..."

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Havendo número regimental, declaro aberta a reunião.

As atas das reuniões dos dias 29 e 30 de junho foram distribuídas. Os membros da Comissão que quiserem emendá-las poderão remeter suas proposições à Mesa.

A presente reunião destina-se à discussão de anteprojeto da Constituição. Ontem foi iniciada a discussão sobre os Capítulos III, IV, V e VII do Título IX, referentes à educação, à cultura, às comunicações, à família, ao idoso e ao menor. Essa discussão poderá versar matéria de mérito, porque o relatório e o anteprojeto foram inseridos no texto, pelo Relator, em virtude de não nos ter sido remetido o anteprojeto da respectiva comissão temática.

Dando início aos debates, concedo a palavra ao Constituinte Theodoro Mendes.

**O SR. CONSTITUINTE THEODORO MENDES:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, tem sido objeto de preocupação de nossa parte – e, creio,

de todos os Constituintes – a atual fase de elaboração da nova Carta Magna. Examinando o anteprojeto que chegou às nossas mãos, ressaltando-se, no caso, o esforço do Sr. Relator, nobre Constituinte Bernardo Cabral, concluímos ter-se transformado o documento em verdadeiro mostrengo. Resultado do trabalho de uma comissão temática, esse esboço de texto constitucional, se bem que ainda dependente das emendas a serem apresentadas na própria Comissão de Sistematização ou pelo Plenário, é um verdadeiro escárnio à consciência jurídica nacional. Nem por isso, no entanto, deixaríamos de apresentar-lhe emendas. E foi o que fizemos, com relação a vários de seus dispositivos.

Observe-se, por exemplo, que o art. 3º do anteprojeto diz que "o Estado e o instrumento e a mediação da soberania do povo". Ora, Sr. Presidente, "mediação" significa o ato ou o efeito de mediar. Ora, o Estado não pode ser ato ou efeito de mediar. Seria – isso sim – um mediador, ou mediano. Por isso, apresentamos emenda modificativa, determinando simplesmente, que "o

Aí, através de emenda aditiva, acrescento os relativos aos padrões e costumes, tendo em vista os mesmos argumentos já expendidos quanto ao artigo anterior.

Mas, Sr. Presidente, não apenas nesses aspectos sugerimos modificações ao anteprojeto por meio de emendas apresentadas perante a Comissão de Sistematização. Há, ainda o art. 61 do anteprojeto, segundo o qual "os subsídios do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Vereadores serão fixados pela Câmara Municipal, no fim de cada legislatura, para a legislatura, seguinte." Contudo, Sr. Presidente, algumas Câmaras Municipais esperam os resultados das eleições para somente após conhecidos estes fixar esses subsídios para a legislatura seguinte. Isso, a meu ver, dá margem a todo tipo de discriminações, de perseguições políticas. Exatamente por esta razão acrescento a obrigatoriedade de que a fixação dos subsídios dos Prefeitos e Vereadores se dê antes de realizadas as eleições municipais, para, assim, evitar eventuais perseguições políticas.

Como se sabe, não se trata de algo incomum. Temos visto, em vários municípios do Brasil, os projetos de fixação de subsídios serem elaborados depois de conhecidos os resultados eleitorais, dando margem, desta forma, a perseguições políticas. Se são eleitos os meus candidatos, fixo subsídios condignos, mas, se os meus adversários é que são eleitos, procuro reduzir até à indignidade os subsídios do Prefeito e do Vereador.

Gostaria, ainda, de chamar a atenção do nobre Relator para o problema de declaração de inconstitucionalidade de lei municipal. A este respeito, apresentamos emenda ao art. 53, inciso II, determinando que a representação de inconstitucionalidade de norma municipal caberá ao Procurador-Geral da Justiça do Estado, procurando, deste modo eliminar o acúmulo de atribuições do Procurador-Geral da República.

Cremos que os Tribunais de Justiça do Estado vinham julgando representação de inconstitucionalidade de norma municipal argüida tanto pelo Procurador-Geral da Justiça, nos casos de representação interventiva, quanto pelo Procurador-Geral da República, nos demais casos. Mas o Supremo Tribunal Federal passou a recusar as arguições não-interventivas, sob o fundamento de que essa representação de inconstitucionalidade não está prevista na Constituição da República. Fixou, assim, a maior parte das normas inconstitucionais dos municípios sem controle jurisdicional por ação direta.

É de absoluta conveniência, portanto, que as normas municipais tenham controle judicial de inconstitucionalidade, como ocorre com as normas federais e estaduais. Sugere-se apenas que a inconstitucionalidade das leis e dos atos municipais seja julgada, em única e última instância, pelo Tribunal de Justiça do Estado, para não sobrecarregar o Supremo Tribunal Federal.

Sr. Presidente, sugerimos, ainda – para concluir –, uma modificação no art. 99, inciso XVI, alínea "a" para determinar que "competem ao Congresso Nacional aprovar a realização de obras e serviços de valor superior a 5% do orçamento federal".

A presente proposição, que pretende incluir entre as atribuições privativas do Congresso Nacional a aprovação prévia de realização de obras

e serviços públicos, inspirou-se na obstinação do Ministério dos Transportes em realizar, urgentemente, a despeito da grave crise econômica que assobinha o País, a Ferrovia Norte Sul, que alcançara custo elevadíssimo, estimado em 2,5 bilhões de dólares, o que equivale a mais de 100 bilhões de cruzados. Tal despesa representaria mais de 13% do Orçamento elaborado para o exercício financeiro de 1987, fixado pela Lei nº 7.544 em quinhentos e noventa e um bilhões de cruzados.

Ora, um comprometimento tão significativo de recursos orçamentários, notadamente numa fase de extrema dificuldade financeira como a que estamos atravessando, só deveria ser admitido após prévia manifestação do Congresso Nacional, o que, por certo, contribuiria para maior segurança do investimento e para a escolha do momento oportuno para sua efetivação, como convém ao interesse público.

Sr. Presidente, haveria outros aspectos a abordar, mas, tendo em vista a presidência alertar-me para o fato de que meu tempo está esgotado, concluo dizendo que tenho certeza absoluta de que, após haver reunido os anteprojeto aprovados pelas Comissões Temáticas, o Sr. Relator haverá de fazer um trabalho de profundidade e espancar do novo texto as incoerências, as incompatibilidades, enfim tudo aquilo que nada tem a ver com uma Constituição e que deve ser relegado à legislação ordinária. Assim, haveremos de obter um texto escorreito, conciso e claro, para discutir não só na Comissão de Sistematização, como também em plenário.

Pelo que consta deste anteprojeto, Sr. Presidente, parece haver a preocupação de que a nova Carta se transforme em verdadeiro compêndio de conceitos filosóficos, distante da realidade nacional, com dificuldades em termos de hermenêutica e até de estabelecer-se o direito líquido e certo que cada cidadão tem de opor-se à vontade do Estado.

Era o que tinha a dizer.

**O SR. CONSTITUINTE JOSE COSTA:**

– Permita-me, Sr. Presidente.

Requeiro a V. Ex.<sup>a</sup>, na forma do art. 58, § 1º, inciso III, do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, a oportunidade de formular uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Com a palavra o nobre Constituinte José Costa, para uma questão de ordem.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ COSTA:**

– Sr. Presidente, Srs. Constituintes, hoje, na parte da tarde, manifestei ao Presidente Ulysses Guimarães minhas apreensões a respeito de amplo noticiário que vem sendo divulgado, a partir da produção de matérias pela Empresa Brasileira de Notícias e pela Radiobrás, que as distribui, contra a Assembléia Nacional Constituinte. Precisamente às 7 horas da manhã, ouvi, em uma emissora do Distrito Federal, o noticiário intitulado "A Voz da Constituinte" – aliás, até o título confunde a opinião pública, porque faz parecer que se trata de informativo da Assembléia Nacional Constituinte –, a que começava com pretensas afirmações do Sr. Presidente da República, José Sarney, criticando o Anteprojeto produzido pelo eminente Constituinte Bernardo Cabral. Segundo o noticiário, uma Constituição elaborada a partir desse documento.

ou à sua feição, faria do País uma nação ingovernável.

O mais grave, porém, Sr. Presidente, é que essa notícia era complementada com uma informação que me preocupou: o Consultor-Geral da República, eminente constitucionalista Saulo Ramos, elaborava, com a cumplicidade de alguns Senadores e Deputados Constituintes, uma nova Carta Constitucional, colocando, perante a opinião pública, não apenas a Comissão de Sistematização, mas a própria Assembléia Nacional Constituinte, como um colegiado de incompetentes e despreparados, que teriam conseguido levar a bom termo a missão que o povo brasileiro lhes havia confiado, qual seja, a de elaborar uma nova Constituição calcada na realidade brasileira e adequada às nossas necessidades.

A essa notícia, Sr. Presidente, seguiu-se amplo noticiário na imprensa. Inclusive, li, hoje, no **Correio Braziliense**, reportagem confirmando a elaboração desse novo texto, pelo Palácio do Planalto.

Referindo-se ao Anteprojeto da Comissão de Sistematização, o art. 19, § 2º, do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte diz, expressamente:

"Ao anteprojeto poderão ser apresentadas emendas nos 5 (cinco) dias que se seguirem à distribuição dos avulsos, e que serão destinadas à sua discussão, circunscritas, essas emendas, à adequação do trabalho apresentado com os anteprojeto oriundos das Comissões."

Sr. Presidente, para minha tranquilidade, gostaria de ouvir a manifestação da Mesa – sobretudo do Sr. Relator. A Mesa receberia emendas contendo capítulos ou títulos inteiros? Pretende-se com essas emendas montar um novo anteprojeto de Constituição inspirado pelo Palácio do Planalto? Regimentalmente, isto é absolutamente impossível. Do ponto de vista institucional, trata-se de uma ameaça.

Pessoalmente, mantenho o melhor relacionamento com o Presidente José Sarney. Acho que a é obrigação nossa ajudá-lo a viabilizar essa transição do autoritarismo para o estado de direito democrático. É absolutamente intolerável contudo, esse comportamento, que representa uma ingerência nos assuntos desta Comissão.

Peço, portanto, à Presidência e ao eminente Relator uma manifestação a respeito dessa notícia divulgada no rádio, na televisão e nos jornais. Quero saber se a Presidência da Comissão de Sistematização acolherá essas emendas e se o relator lhes dará guarida.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – As questão de ordem levantada por V. Ex.<sup>a</sup> e repetição de outra já esclarecida na reunião de ontem. A apresentação de emendas nesta fase de discussão do Anteprojeto se restringe à compatibilização e à adequação das matérias nele contidas, conforme dispõe o próprio art. 19, citado por V. Ex.<sup>a</sup>. Somente abrimos exceção ontem, para discutirmos matéria de mérito, em virtude da não apresentação do Relatório por parte de uma das comissões temáticas e de ter sido deferido ao Relator a competência de elaborar o anteprojeto da referida Comissão. Admitiu-se, pois, com a concordância do Sr. Relator, fossem aprovadas matérias

de mérito sobre os Capítulos III, IV, V e VII do Título IX do Anteprojeto.

A Presidência da Comissão e, creio, a própria Presidência da Constituinte não podem, evidentemente, impedir quem quer que seja de elaborar um texto, emendas ou mesmo um substitutivo e de, oportunamente, apresentá-los. Só que, nos termos do Regimento, a apresentação de substitutivo cabe exclusivamente à Comissão de Sistematização, depois de emendado o Anteprojeto enviado ao plenário e recebidas as emendas apresentadas pelos Srs. Constituintes. Esta orientação, a meu ver, será cumprida tanto pela Mesa da Comissão de Sistematização como pela própria Mesa da Constituinte.

Tem a palavra o Constituinte Francisco Dornelles.

#### O SR. CONSTITUINTE GERSON

**PERES:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem, de acordo com o Regimento da Comissão.

#### O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos)

– Constituinte Gerson Peres, a Presidência pede a V. Ex.<sup>a</sup> paciência.

Faço um apelo aos Srs. Constituintes para que não apresentem questões de ordem enquanto se encontrar um orador na tribuna, salvo se relativa a matéria sobre a qual S. Ex.<sup>a</sup> estiver expondo, e com sua permissão.

Peço, pois ao Constituinte Gerson Peres que aguarde que o Constituinte Francisco Dornelles faça seu pronunciamento, para depois apresentar sua questão de ordem.

#### O SR. CONSTITUINTE FRANCISCO

**DORNELLES:** – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Constituintes, o anteprojeto referente ao sistema tributário, elaborado pela Comissão específica, baseado nos trabalhos dos Constituintes Fernando Coelho e José Serra, atendeu a todos os anseios da sociedade brasileira. De fato, fortaleceu as finanças dos Estados e Municípios; permitiu maior distribuição regional da renda, através do aumento do Fundo de Participação dos Estados; abriu caminho para que a União e os Estados utilizassem seu sistema fiscal para tornar mais progressivo seu sistema tributário; estabeleceu direitos e garantias individuais que assegurassem ao contribuinte uma posição de igualdade no seu relacionamento com o Estado.

Entre esses direitos individuais, ficou claro, ficou transparente o princípio da anterioridade, o princípio da não-retroatividade econômica. E também foi inserido um dispositivo que vedou a criação de novos tributos que tenham como fato gerador bases de cálculo idênticas às dos tributos existentes e que não tenham sido criados por lei aprovada pela maioria do Congresso e, mais ainda, que não sejam cumulativos.

O anteprojeto da Comissão do Sistema Tributário incorporou, ademais, princípios doutrinados que hoje entendem que o que diferencia o tributo e os impostos não é sua denominação jurídica, mas suas características econômicas – a base de cálculos e a hipótese de incidência. Na medida em que se estabelece que o Imposto Predial, por exemplo incide sobre o valor do imóvel, qualquer incidência sobre o valor do imóvel é imposto predial, qualquer que seja o nome que se dê a essa incidência: quando se estabelece que o fato gera-

dor da renda e o recebimento de um acréscimo patrimonial, qualquer incidência sobre o acréscimo patrimonial é Imposto de Renda.

Se houve cuidado no campo fiscal, Sr. Presidente e Sr. Relator, ocorreu, no entanto, ao se tratar da parte relacionada com a seguridade social, não se levou em consideração a importância e a necessidade de preservar alguns desses direitos. De fato, o art. 341 estabeleceu que a União poderá criar contribuições cujos recursos se destinam a um fundo de seguridade. Não disse, porém, que essas contribuições não poderão ter base de cálculo e hipótese de incidência iguais às de tributos existentes, eis que, se isso ocorrer, deixarão de ser contribuições para tornarem-se apenas adicional de impostos existentes.

Por isso, Sr. Presidente, Sr. Relator, considero importante que as garantias estabelecidas no art. 266, para cobrança de tributos, sejam também inseridas no capítulo sobre contribuição, para que se dêem mais garantias a todos os que possam ser alcançados pelas normas que criem esse tipo de incidência.

No mesmo capítulo estabeleceu-se a possibilidade de serem criadas contribuições sobre o faturamento, o lucro, a renda e o patrimônio, que constituem bases de impostos e que seriam adicionais de impostos e não novas contribuições. Conseqüentemente, estou apresentando emenda de adequação, estabelecendo que os princípios do art. 266, que determinam limitações à criação de tributos, sejam também inseridos para estabelecerem limitações à criação dessas contribuições.

Sr. Presidente, Sr. Relator, queria abordar outro problema, que considero bastante complexo e que se prende à definição dada ao conceito de empresa nacional. No mundo existe hoje uma tendência muito acentuada no sentido de os Estados tentarem aumentar seu poder extraterritorial, para atingir pessoas, situações, negócios já situados ou que se localizam fora de suas fronteiras. Exemplo prático: o nacional americano que mora no Rio Grande do Sul e recebe toda sua renda no Paraná está sujeito ao imposto americano; uma empresa americana que obtém lucros no Brasil paga Imposto de Renda nos Estados Unidos, ainda que esses lucros para lá não sejam remetidos.

O que impede, portanto, esses países de exercerem seu poder dentro do território brasileiro é o fato de estarmos conceituando como empresas nacionais algumas empresas organizadas de acordo com a lei brasileira, com sede no Brasil, mesmo que seu capital seja controlado por pessoas residentes ou domiciliadas no exterior. Se desejássemos uma definição abrangente e nacionalista de empresa nacional, teríamos de dizer que a matriz, no exterior, é empresa nacional porque controla uma subsidiária no Brasil. No momento em que se afirma que uma subsidiária, no território nacional, não é empresa brasileira, permite-se que o país onde está situada sua controladora exerça seu poder econômico, financeiro e fiscal sobre essa empresa – organizada de acordo com as leis brasileiras –, sem que exista qualquer tipo de ganho político, econômico e administrativo para o Estado brasileiro.

Acho que tal definição, Sr. Presidente e Sr. Relator, deveria ser pensada com muito cuidado. A lógica eu me curvo. Se ficar provado que existe

uma só vantagem em dizer-se que uma empresa, organizada de acordo com as leis brasileiras e que tem sua sede e sua direção no Brasil, não é brasileira, estou disposto a voltar atrás, a mudar minha posição. Acho que a intenção do legislador foi a de dizer que a empresa brasileira controlada por residentes ou domiciliados no exterior não pode receber incentivos, favores ou subsídios do Governo brasileiro. Esta, a intenção, ou seja, fazer com que uma empresa controlada pelo capital estrangeiro não venha a ter vantagens creditícias, fiscais e econômicas. Mas, para isto, não é preciso tirar-lhe a nacionalidade brasileira, porque, ao fazê-lo, simplesmente estamos permitindo que essa empresa, que deixa de ser brasileira, se situe no âmbito do poderio econômico, financeiro e fiscal do país onde esteja situada sua controladora.

Sr. Presidente, Sr. Relator, são essas as emendas que estou apresentando. Pediria que fossem examinadas, porque acredito serem de adequação e representarem desprezíveis contribuição ao trabalho de grande profundidade realizado por V. Ex.<sup>a</sup>

Muito obrigado.

(Assume a Presidência o Sr. Constituinte Afonso Arinos.)

#### O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos)

– Tem a palavra o nobre Constituinte Gerson Peres.

#### O SR. CONSTITUINTE GERSON

**PERES:** – Sr. Presidente, Sr. Relator, conforme prometi ontem, após fazer uma análise comparativa do art. 342, constante do Título "Da Ordem Social", com o parágrafo único do art. 343 e o art. 494, que constam do capítulo sobre a educação, trago uma emenda que visa a compatibilizar os conceitos inseridos nesses dispositivos.

O art. 342 diz:

"A folha de salários é base exclusiva da seguridade social e sobre ele não poderá incidir qualquer outro tributo ou contribuição."

Acrescentamos a seguinte exceção, neste dispositivo, por força de uma afirmação que contraria o disposto no de nº 343 e no de nº 494:

"...exceto a destinada às instituições de formação profissional e de assistência social sem fins lucrativos."

Esta é a exceção, com vistas a resguardar a tranquilidade e a existência de entidades que prestam relevantes serviços ao País, com contribuições compulsórias pagas por empregadores, não por empregados. É o caso, por exemplo, do Senai, do Sesi, do Senac, do Sesc, do Fundo de Portos e Canais, do Incra, do Fundo Aeroviário e do Salário-Educação.

Ora, para haver uma compreensão do que dispõe o art. 344, temos de inserir também a mesma exceção, pois vai beneficiar o salário-educação. Todas as contribuições sociais instituídas pela União destinam-se, exclusiva e obrigatoriamente, ao Fundo a que se refere este artigo, ao qual acrescentamos:

"...excetuada a destinada a instituição de formação profissional e de assistência social sem fins lucrativos."

O mesmo se dá com o art. 494:

"Todas as contribuições sociais existentes até a data da promulgação desta Constitui-



ção..." – e aí vem o acréscimo que estamos sugerindo – "...com exceção daquelas destinadas a instituições de formação profissional e de assistência social sem fins lucrativos, passarão a integrar o Fundo Nacional de Seguridade Social."

Compatibiliza-se, deste modo, a matéria constante dos dois dispositivos inseridos no capítulo sobre educação com a do capítulo referente a ordem social.

Nossa justificativa, despretensiosa, e a seguinte: a redação proposta visa precipuamente a compatibilização com outros dispositivos do anteprojeto. Gostaria, pois, de ser honrado, especialmente a propósito desse trecho, com a atenção do eminente Relator, já que se trata de assunto da mais alta indagação que, na realidade, Sr. Presidente, está a reclamar uma meditação profunda para que não soçobrem, ao sabor da pressa, entidades tão importantes para o desenvolvimento educativo, profissional e assistencial do País.

Nobre Relator, quanto ao disposto no art. 18 inciso IV, letra "p", que assegura a participação tripartite de Governo, trabalhadores e empregadores nas entidades de orientação, de formação profissional, cultural, recreativa, e de assistência social, dirigidas aos trabalhadores, e no art. 270, inciso II, alínea "c" que proíbe a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios de instituírem impostos sobre o patrimônio, a renda ou os serviços das instituições de educação e de assistência social sem fins lucrativos, isto já está previsto no anteprojeto. De acordo com os dispositivos supra, a lei fundamental reconhece a importância e o valor das entidades de formação profissional e de assistência social na vida brasileira. Tanto assim que, além de garantir a participação do Poder Público, dos empregadores e dos empregados, garante a essas entidades total imunidade de impostos em todas as esferas.

Ora, as instituições de formação profissional e de assistência social sem fins lucrativos a que se refere o anteprojeto são o Sesc, o Senac, o Sesi, o Senai, além das outras que citei, constantes do quadro III da legislação trabalhista que se encontra anexa à própria justificativa, entidades essas que há mais de quarenta anos vêm cumprindo seu valoroso papel graças à contribuição dos empregadores, calculada sobre a folha de salários.

Dessas entidades – hoje existentes em todos os Estados brasileiros – sai o trabalhador formado, aperfeiçoado e preparado para a vida profissional, contribuindo assim para o pleno funcionamento das empresas e, conseqüentemente, para o enriquecimento da Nação. Por outro lado, a esses trabalhadores e suas famílias são oferecidas condições de total integração social, além de atendimento que permite o aprimoramento de seu padrão de vida e aperfeiçoamento moral e cívico. Essas entidades representam a contribuição do empresariado nacional para o desenvolvimento do homem em face do trabalho e para o bem-estar dos trabalhadores e suas famílias.

São entidades de direito privado – repetimos – criadas, mantidas e administradas pelos empresários do comércio e da indústria e voltadas para a promoção do bem-estar social dos trabalhadores. Atuando no campo social, essas entidades, contudo, não repetem nem reproduzem a

ação do Estado. Seus serviços e atividades atendem àquelas áreas não cobertas pelos órgãos públicos ou que sejam insuficientemente mantidas pelo Estado, com função essencialmente educativa. Além dos representantes das categorias econômicas do comércio e da indústria, também os representantes do Ministério do Trabalho, do IAPAS e dos trabalhadores participam das entidades.

Os recursos do Sesc, do Senac, Sesi e do Senai, como eu disse, provêm da contribuição dos empregadores, calculada sobre a folha de salários de cada empresa. Não obstante a folha de pagamento ser utilizada como base de cálculo, conforme prevê o art. 342 da Ordem Social, essa contribuição é exclusiva das empresas, não incidindo qualquer desconto, a título de contribuição, sobre os salários dos empregados. Isso é o mais importante.

A arrecadação dos recursos é realizada através do IAPAS e, posteriormente, são eles repassados às entidades. Estas prestam contas da destinação desses recursos, apresentando, anualmente, suas respectivas propostas de orçamento-programa a Seplan, sendo suas prestações de contas submetidas à apreciação do Tribunal de Contas da União.

Seus serviços e atividades destinam-se prioritariamente ao trabalhador de baixa renda e à sua família, notadamente os residentes nas grandes e médias cidades, a partir de programas sociais de formação profissional, cultural e de saúde. A maioria desses trabalhadores recebe menos de três salários mínimos mensais e tem escolaridade de 1º e 2º graus. Predominantemente urbanos, vivem e sofrem os problemas da cidade brasileira, com suas dificuldades de transporte, moradia, saúde e educação, além do difícil e oneroso acesso à informação, à cultura e à participação social.

Para o desenvolvimento de seus programas, dispõem as entidades de ampla rede física de instalações e equipamentos para atendimento aos trabalhadores em suas diferentes necessidades de formação profissional, alimentação e saúde. São bibliotecas, ginásios, teatros, auditórios, cinemas, colônias de férias, gabinetes médicos e odontológicos, restaurantes, escolas, hospitais e maternidades.

Além do mais, essas instituições de formação profissional e de assistência social sem fins lucrativos preocupam-se ainda com a comunidade em geral, notadamente a da periferia das cidades, a quem oferecem trabalhos de assessoria, numa tentativa de encontrar soluções viáveis para os problemas detectados, inclusive junto aos idosos, velhos e aposentados.

Não confrontamos o espírito que norteou a criação de um sistema de seguridade social – deixo isto bem claro ao Sr. Relator. Ao contrário, apenas entendemos que, para o sucesso de tal sistema, há que se adequá-lo a uma realidade já existente, eis que as entidades de formação profissional e assistência social sem fins lucrativos, existem há quase meio século e, portanto, devem ser preservadas, sob pena de estarmos interrompendo o avanço sócio-cultural e educativo de milhões de trabalhadores.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem a palavra o Sr. Constituinte Haroldo Lima.

**O SR. CONSTITUINTE HAROLDO LIMA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, é a primeira oportunidade em que o Partido Comunista do Brasil faz uma apreciação a respeito do anteprojeto de Constituição apresentado a esta Comissão pelo Relator Bernardo Cabral. O referido Relatório tem recebido muitas críticas, de diversos setores, algumas formais, relacionadas ao tamanho do texto e à sua heterogeneidade. Na verdade, o texto é longo, mas não somos favoráveis à idéia de um texto muito sintético. As Constituições modernas têm um caráter mais analítico e, portanto, são mais condizentes com a necessidade de se contemplar um elenco maior e mais variado de problemas do mundo moderno. Contudo, uma Constituição muito detalhada terminaria por imobilizar o Poder Legislativo e a legislação brasileira, eis que, para mudar certos preceitos constitucionais, teríamos de contar com **quorum** qualificado, o que poderia torná-los anacrônicos em curto espaço de tempo.

Além das críticas formais que têm sido levantadas em torno do Relatório do Constituinte Bernardo Cabral, algumas de conteúdo também são externadas. Uns dizem que o Relatório está muito à esquerda; outros, que está muito à direita. Na nossa opinião, não diz respeito ao mérito o conteúdo desse Relatório do Constituinte Bernardo Cabral. Pelo próprio mecanismo regimental não cabia ao nobre Relator apresentar um trabalho que pudesse ser considerado como "o Relatório do Constituinte Bernardo Cabral", mas sim uma sistematização dos diversos relatórios chegados às suas mãos, oriundos das diversas Comissões. Por isso, a nosso ver, como o texto incorpora os relatórios vindos das Comissões temáticas, os quais são heterogêneos – pois contemplam aspectos relativamente avançados e também bastante atrasados –, não poderia o anteprojeto do Relator Bernardo Cabral fugir a esse condicionamento geral, razão pela qual considero o seu texto, ora em discussão nesta Comissão, bastante inadequado. Nele predominam aspectos reacionários em decorrência dos relatórios das Comissões temáticas, resultado do pensamento que compõe a maioria daquelas comissões: determinadas correlações de forças e certos ajustamentos terminaram levando ao anteprojeto o predomínio de posições superadas.

Pelo exposto, Sr. Presidente, e Sr. Relator, em nossa opinião, o capítulo "Da Ordem Econômica" na verdade constrange a imaginação e envergonha o trabalho constitucional que estamos elaborando. Ele não defende os preceitos básicos da soberania nacional. Pelo contrário, abre mão da defesa da soberania brasileira em aspectos fundamentais. Trata o Estado como uma espécie de inimigo da economia brasileira, quando hoje diversos setores louvam-se na notícia de que somos a oitava economia do mundo. Ora, se somos a oitava economia do mundo é porque o Estado interveio, ao longo de décadas, criando a Petrobrás, a Eletrobrás, a Companhia Vale do Rio Doce, a Companhia Siderúrgica Nacional – esta em Volta Redonda – e tantas outras estatais, que são as principais responsáveis por esse sentimento de orgulho, expresso por alguns, diante da situação do Brasil na economia mundial.

Contudo, de agora em diante, pelos preceitos contidos neste anteprojeto, a intervenção do Estado será absolutamente limitada e circunscrita a situações emergenciais. A existência do monopólio estatal na economia, em algum ramo específico, está contemplada, mas a Petrobrás conseguiu salvar-se neste anteprojeto temporariamente, porque, segundo o art. 309, § 1º, o monopólio pode existir até que as condições que o determinaram sejam superadas pelas condições da empresa privada. Na verdade, a empresa nacional não existe de forma decidida.

Ainda há pouco, o Constituinte Francisco Dornelles expressou o seu ponto de vista, que nos parece ser absolutamente antinacional. Para S. Ex.<sup>a</sup> o que lá foi defendido é correto, porque, não fosse assim, teríamos de definir a matriz da multinacional como empresa brasileira. Na nossa opinião também estão abertas as portas da nacionalidade para que empresas multinacionais, com alguns arranjos, em função de certas dificuldades secundárias que foram introduzidas pelo Constituinte Bernardo Cabral, possam implantar aqui as suas filiais como se fossem empresas brasileiras. Pergunta o Constituinte Francisco Dornelles: qual seria o risco que isso traria? Respondo a S. Ex.<sup>a</sup> entre outros riscos, há o de entregarmos nossas jazidas minerais, a soberania nacional, as fronteiras e territórios indígenas à exploração de empresas pretensamente brasileiras mas que, na verdade, são multinacionais.

No capítulo "Da Ordem Econômica" também se aniquila, de uma vez e para sempre, a temática da reforma agrária. As forças democráticas lutaram pela idéia de se estabelecer um limite máximo para a reforma agrária, e isso não foi feito. Pelo contrário, o art. 325 estabelece preceitos determinantes da função social da terra. E aí aparece um fato efetivamente ridículo e grotesco: tem função social aquela propriedade que é ou está em vias de ser produtiva.

Ora, Sr. Presidente, se até hoje, com a definição um pouco mais precisa de função social, não se consegue desapropriar um latifúndio porque não há como provar que aquela terra não tem função social. Imagine V. Ex.<sup>a</sup> se existisse a hipótese remota de vir a ter tal função, definindo-se aquela terra como produtiva, com o que, por conseguinte, ficaria à margem ou inacessível ao plano da reforma agrária. Jamais seria feita a desapropriação de semelhante propriedade.

Sr. Presidente, esse relatório tem um capítulo referente às Forças Armadas, reproduzindo toda a doutrina militarista brasileira, que vem desde 1934 presidindo as Constituições do nosso País. De forma destacada encontra-se o estado de defesa, que só recentemente surgiu no cenário brasileiro através do mecanismo das medidas de emergência. Pois bem, depois que se derrotou a ditadura militar na hora da restauração democrática, resgata-se justamente esse preceito ditatorial, que é introduzido, de forma límpida, no art. 241, sob-título diferente, pois não são mais medidas de emergência, como quis o Presidente Geisel na época do seu governo, mas estado de defesa, o que, no conteúdo, é a mesma coisa.

Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Constituintes, teríamos outros aspectos de conteúdo a levantar, mas o tempo de que dispomos não nos permite fazê-lo. Entretanto, gostaríamos de chamar a atenção de V. Ex.<sup>a</sup> para um fato que diz respeito

propriamente à compatibilização, a sistematização no texto: embora nos pareça que o texto do Constituinte Bernardo Cabral se atem às questões postas pelos relatórios atrasados das comissões temáticas, em alguns aspectos, entretanto, ele não se cinge às hipóteses mais avançadas que poderia utilizar. Darei alguns exemplos, rapidamente, em face da exiguidade do tempo.

O art. 28 do anteprojeto estabelece que o sufrágio é universal, e o voto, direto e secreto. Todavia, se considerarmos a Comissão nº 1 – art. 5º, inciso I, alínea "c" – veremos que essa mesma formulação estava posta de forma diferente, pois lá estava dito que "o voto seria universal, secreto, respeitada a proporcionalidade nas eleições para cargos legislativos".

Na formulação contida no art. 5º, inciso I, alínea "c", também da Comissão nº I, o voto proporcional era indicado como uma alternativa concreta. Então, o Sr. Relator, quando examinou a questão do sistema eleitoral, ateve-se à única formulação que indicava o voto distrital misto: o art. 10 da Comissão nº IV, justamente a Comissão que elaborou o papel das Forças Armadas, a mais atrasada e que tinha uma composição de direita.

Pois justamente aí o Sr. Relator foi buscar inspiração para escolher o tipo de sistema eleitoral que prevaleceria no Brasil, abandonando as formulações da Comissão nº III e da Comissão nº I, onde ficou também explícito o voto proporcional para a Câmara dos Deputados e demais cargos legislativos.

Sr. Presidente, nesta medida se introduziu uma questão extremamente complexa, difícil e altamente prejudicial à liberdade de organização partidária em nosso País.

Sou representante do Partido Comunista do Brasil, um partido pequeno em termos parlamentares. Esta Casa, pela Constituição atual, com as emendas aprovadas por este Congresso e pelo Congresso passado, conseguiu fazer que aqui estivessem representadas cerca de onze partidos.

Sr. Presidente, a prevalecer esse ponto de vista, estar-se-á introduzindo no Brasil o bipartidarismo. Poderá até ser um tripartidarismo ou coisa semelhante, mas se estará aniquilando do cenário político nacional a representação popular e ideológica dos pequenos partidos. Aliás, para isso atentou o conhecido articulista responsável pela "Coluna do Castelo", examinando as consequências práticas deste preceito: habilmente se está introduzindo o sistema do bipartidarismo, sem prejuízo da possibilidade de existência dos demais partidos, mas sem representação parlamentar.

Sr. Presidente, à Constituição da ditadura militar apresentamos emendas nesta Casa e conseguimos introduzir, na cena política brasileira, uma feição de pluripartidarismo. Seria absolutamente esdrúxulo e inaceitável se, por esse mecanismo, aniquilássemos a representação popular e democrática e restringíssemos o elenco das forças políticas brasileiras representadas neste Parlamento a dois ou três partidos políticos.

Sr. Presidente, teria outras questões a abordar para demonstrar que o trabalho do Sr. Relator não foi dos melhores, embora ressaltando que, no geral, S. Ex.<sup>a</sup> se ateve ao que as Comissões elaboraram e elas, sim, não o fizeram a contento. Poderia indicar diversos pontos, sobre os quais apresentei emendas de compatibilização, em que,

como aqui demonstrei, haveria possibilidade de o Sr. Relator escolher ao deparar-se com duas questões incompatíveis, a melhor. E não entendi por que, em alguns pontos fundamentais, escolheu S. Ex.<sup>a</sup> a posição mais atrasada, a mais reacionária, a que mais prejudica as forças democráticas e progressistas de nossa terra.

Concluo aqui minhas palavras, Sr. Presidente. Muito obrigado.

**O SR. CONSTITUINTE ALDO ARANTES:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Concedo a palavra a V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. CONSTITUINTE ALDO ARANTES:** – Sr. Presidente, os jornais de hoje veicularam, de forma detalhada – e imagino que V. Ex.<sup>a</sup> teve oportunidade de lê-los –, que haveria articulações no sentido de se apresentar um substitutivo na Comissão de Sistematização. Falava-se inclusive, que o Sr. Saulo Ramos estaria articulando esse substitutivo. Considero grave este problema. Penso que a Comissão de Sistematização precisa ter uma posição muito clara. Fui membro da Subcomissão de Reforma Agrária, e lá o Regimento Interno foi rasgado; fui membro da Comissão de Ordem Econômica e, também lá, o Regimento Interno foi rasgado, rasgado com o objetivo de fazer com que determinadas posições conservadoras prevalecessem na Subcomissão de Reforma Agrária e na Comissão de Ordem Econômica.

Nós, integrantes da Comissão de Sistematização, temos o maior respeito por V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Presidente. Sabemos que uma decisão desta natureza, se não contar com a convivência do Presidente, não tem condições de passar. Infelizmente, na Subcomissão e na Comissão contou com a convivência dos seus Presidentes, que, de forma facciosa, terminaram por levar a um resultado extremamente grave. Entendo – espero que assim seja e confio na atitude de V. Ex.<sup>a</sup> – que o Regimento Interno deve ser respeitado, pelo menos desta vez.

O Regimento Interno é muito claro ao estabelecer que na Comissão de Sistematização, nesta fase dos nossos trabalhos, só são possíveis emendas que impliquem compatibilização. Desejo saber como a Presidência interpreta o Regimento Interno, até porque não caberia uma decisão de Plenário, já que o Plenário da Comissão de Sistematização não pode sobrepor-se ao da Assembléia Nacional Constituinte, que definiu o Regimento Interno. Quero saber, portanto, os pontos de vista de V. Ex.<sup>a</sup> e do Relator Bernardo Cabral sobre esta questão, para que nós, membros da Comissão de Sistematização, possamos ter tranquilidade para o desenvolvimento dos nossos trabalhos.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Gerson Peres para contraditar a questão de ordem.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, louvo o nobre colega pela sua preocupação, mas lembro a S. Ex.<sup>a</sup> que o Consultor-Geral da República, Dr. Saulo Ramos ou qualquer outro Parlamentar não poderá apresentar substitutivo nesta Comissão. A única pessoa que ainda teria um embasamento regimental para fazê-lo

– e acredito que não o fará porque a oportunidade que terá para apresentar o substitutivo será justamente no grande debate do plenário, quando receber o maior volume de emendas; senão teria um duplo trabalho, faria um agora e outro depois – seria nosso Relator. Ele é a única pessoa que poderia fazê-lo. Portanto isso não deve causar preocupação alguma, sobretudo porque está na Presidência um douto jurista e eminente parlamentar que saberá cumprir o Regimento.

Esta a contestação que faço à questão de ordem do eminente colega Aldo Arantes.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Pondero, em primeiro lugar, que não se trata de questão de ordem, e sim de pedido de informação. A contestação se referia também a um pedido de informação e não a uma questão de ordem. De maneira que, respondendo ao pedido de informação de V. Ex.<sup>a</sup> – comentado pelo nobre Constituinte –, tenho a dizer que não há fundamento algum nessa assertiva, nem ela partiu do Poder Legislativo ou de qualquer de suas instâncias. Partiu de uma suposição relacionada com o Poder Executivo. Falou-se e ouvi da imprensa – que qualquer iniciativa seria tomada na área do Poder Executivo, tanto que a pessoa mencionada para levar a efeito a tentativa de redação de um substitutivo é o Consultor-Geral da República, que nada tem a ver com a Assembléia Nacional Constituinte.

Posso tranquilizar V. Ex.<sup>a</sup>, respondendo ao seu pedido de informação, dizendo que não há fundamento algum nas notícias veiculadas pela imprensa.

Continua a discussão.

**O SR. CONSTITUINTE ALDO ARANTES:** – Sr. Presidente, peço a palavra para um esclarecimento mais preciso.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Concedo a palavra a V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. CONSTITUINTE ALDO ARANTES:** – O Constituinte Gerson Peres, na verdade, tentou confundir minhas palavras. Levantei a possibilidade de apresentação de substitutivos. Obviamente, ninguém está levantando a possibilidade de apresentação de substitutivo pelo Executivo. Mas sabemos que vários integrantes desta Comissão interpretam o ponto de vista do Poder Executivo. Isso é primário. O que estou levantando é a possibilidade de apresentação de emendas que alterem o conteúdo. Não é nem o problema do substitutivo, questão que o colega Gerson Peres quis driblar. Quero saber se é possível ou não apresentar emendas que impliquem alteração de conteúdo. No meu entender, pelo Regimento isso não é possível.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Respondo a V. Ex.<sup>a</sup> De acordo com a orientação do Presidente da Assembléia Nacional Constituinte sobre este assunto, é possível apresentação de emenda no tocante a um único caso, o da Comissão nº VIII que não teve todo seu processo esgotado. Naquele caso, segundo a opinião do Presidente Ulysses Guimarães, é possível a apresentação de emendas. Em todos os outros casos não é possível, porque o material que recebemos vem das Comissões e das Subcomissões temá-

ticas. A única intervenção da nossa Comissão diz respeito à acomodação do material.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Peço a palavra a V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – V. Ex.<sup>a</sup> tem a palavra.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, gostaria de fixar minha posição, na qualidade de Relator, nesta matéria.

Sr. Presidente, respeito a decisão que, sei não é de V. Ex.<sup>a</sup> e sim do Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, que me comunicou hoje à tarde que, em verdade, adotaria o critério de permitir a apresentação de emendas, no mérito, quanto ao resultado da Comissão VIII.

Quanto à minha posição, Sr. Presidente – e disse isso ao eminente Presidente Ulysses Guimarães, não hoje, mas ontem, daquela tribuna, já havia registrado quando a Comissão temática não apresenta seu trabalho no prazo previsto no Regimento, esta circunstância passa a ser deferida ao Relator. Consequentemente, o trabalho do Relator, junto com o das sete Comissões temáticas, enquadrará num só bloco toda matéria. Malgrado este meu entendimento, o qual, evidentemente, talvez não seja dos melhores no campo jurídico, parece-me que, não tendo o Regimento previsto a possibilidade de apresentação de emenda quanto ao mérito em relação à VIII Comissão Temática, ou o Regimento deve ser respeitado e, portanto, só cabem emendas de adequação, ou se abrirá o precedente de, em se permitindo a apresentação de emendas, quanto à VIII Comissão, de mérito, permitir-se tudo. Acho que isso possibilitará um equívoco.

Acabo de ouvir o Constituinte Aldo Arantes registrar uma particularidade que, confesso, ainda não me havia ocorrido, da qual me socorro e me valho, de que esta Comissão temática não poderá sobrepor-se ao que decidiu a Assembléia Nacional Constituinte quando, no seu Regimento Interno, que passou a ser a lei da nossa Casa, estabeleceu claramente que só cabem emendas de adequação. Parece-me que isso tem um sentido lógico.

Devo confessar que na reunião com os líderes partidários e com o Presidente da Assembléia Nacional Constituinte fiz logo ver meu ponto de vista, de se evitar um duplo trabalho. Se a celeridade e a economia processuais ditam que nos devemos ater a uma maior rapidez dos nossos serviços, como ficará a situação do Relator? Receberá emendas de adequação e, depois, receberá emendas de mérito. Quando essas emendas de mérito vierem depois com parecer, vão sofrer novas emendas de adequação e depois voltarão novamente. Tenho a impressão de que, se isso ocorrer, de forma deplorável – e por isso quero registrar a minha posição pessoal – a Assembléia Nacional Constituinte não verá, dentro dos prazos que lhe cabem, concluídos os trabalhos.

Mais ainda, V. Ex.<sup>a</sup>, sem dúvida alguma, um dos maiores juristas que o País possui e a quem a História fará justiça mais adiante, não pode nem deve receber dos seus Constituintes senão uma palavra de respeito, de carinho e de afeto. O tempo de V. Ex.<sup>a</sup> pode não ser mais precioso do que o dos demais Constituintes, que assim poderão imaginar. Para mim o é. V. Ex.<sup>a</sup> tem, com a gravi-

dade com que preside a Comissão de Sistematização, o direito de ver, ainda este ano, os seus trabalhos concluídos.

Por isso, Sr. Presidente, talvez fosse mais adequado e mais consentâneo que submetêssemos o fato à votação do Plenário da Comissão de Sistematização. Hoje, ao que suponho, não existe número suficiente. Sugiro que o façamos amanhã, mas que não permaneça uma decisão duvidosa, de que para uma espécie de premeditação contra alguém.

Era o registro que queria fazer.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem a palavra o Constituinte Gerson Peres, para uma questão de ordem.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Ontem à noite, levantei uma questão de ordem fundamentada em dispositivos regimentais – V. Ex.<sup>a</sup> não presidia a reunião – se levantei uma questão de direito. Os membros titulares da Comissão de Sistematização, se adotada a tese de que o Anteprojeto não pode ser emendado quanto ao mérito, terão seu direito violentado quanto ao poder de emendar, no âmbito de sua própria Comissão. Os demais companheiros tiveram esse direito e participaram da elaboração do texto, emendando, discutindo e votando. Nós, titulares – e refiro-me aos titulares, porque os membros natos da Comissão são os Relatores e os Presidentes de Comissões – participamos de uma Comissão apenas simbolicamente, e não podemos exercer o direito inalienável de emendar o anteprojeto, simplesmente porque o Regimento resolveu adotar a nova expressão legislativa de "emenda de adequação". Pela primeira vez, na minha vida, ouço essa expressão nos processos legislativos.

Pois bem, Sr. Presidente, este foi o primeiro fundamento. O segundo é o de que, mesmo assim, todos os Parlamentares Constituintes podem participar da Comissão de Sistematização, podem fiscalizar e seus trabalhos estão ou não sendo sabotados, podem emendar e discutir – só não podem votar. Não vejo, portanto, razão para subsistir esse artigo regimental, de difícil interpretação jurídica, mesmo porque a expressão "adequar" significa compatibilizar, acomodar, arrumar, propiciar e até barganhar.

Dessa forma, Sr. Presidente, e com esses fundamentos, solicitei que a Mesa da Comissão de Sistematização desse parecer, e o Presidente que substituíra V. Ex.<sup>a</sup> delegou a palavra ao douto Relator.

Vou ler para V. Ex.<sup>a</sup> as notas taquigráficas da fala do eminente Relator, por ocasião do esclarecimento da questão de ordem.

Diz o eminente Constituinte Bernardo Cabral:

"Sr. Presidente, Srs. Constituintes, entendo que o Constituinte Gerson Peres tem suas razões no que suscita a esta Assembléia."

Aliás, abro um parêntese: S. Ex.<sup>a</sup> foi bem claro aqui colocando-se de maneira coerente com o que disse ontem por ocasião deste debate.

"S. Ex.<sup>a</sup> deve ter ouvido, como eu ouvi, que haveria uma determinação da Presidência da Assembléia Nacional Constituinte" – portanto não de V. Ex.<sup>a</sup> – "no sentido de que

o trabalho apresentado pelo Relator, referente ao que deveria ter sido, não foi da VIII Comissão: caberiam emendas de mérito. Ora, Sr. Presidente, se assim for, cai por terra o dispositivo que exige, como V. Ex.<sup>a</sup> bem se referiu, as emendas de adequação. Entendo também que, se for liberado para uma, que se libere para todas e que se apresentem emendas de mérito em todo o trabalho feito pelo Relator. Não me oporei absolutamente a que isto aconteça."

Essa a definição do Relator, que tem até lógica, porque, Sr. Presidente, no exato momento em que levantei a questão de ordem, S. Ex.<sup>a</sup> disse que esse relatório fazia parte do anteprojeto — já que anteriormente eu havia solicitado informação ao douto Relator sobre se o relatório da Comissão de Educação, como veio, era o mesmo que apresentava à Comissão ou se ele havia elaborado algum outro, compatibilizando a matéria ali existente.

Ora, se o anteprojeto constitui-se de um todo, essa peça, que não foi votada nas Comissões temáticas, passa a ser parte integrante do todo. A decisão do Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, para ser válida, tem que abranger o todo do anteprojeto. Não posso emendar no mérito apenas parte integrante do todo, no que estarei cometendo grave erro com relação a lógica e ao raciocínio que se podem adaptar ao princípio aqui debatido.

Portanto, Sr. Presidente, pediria a V. Ex.<sup>a</sup> que, ao convocar a reunião da Comissão de Sistematização para amanhã, submetesse a decisão do Plenário. Em nada haveria de se dizer que estaríamos pisando o Regimento, mesmo porque o Presidente da Assembléia Nacional Constituinte — sem querer dizer que S. Ex.<sup>a</sup> esteja violando o Regimento — já tomou decisões por cima dele, quando aumentou o número das Comissões em 4, sequer obedecendo à proporcionalidade nesse aumento. Isso feriu, frontalmente, o valor numérico estabelecido na norma regimental.

Ante essas considerações, poderíamos adequar a decisão do Presidente à norma regimental e facilitar o trabalho do Relator e de todos os Parlamentares que têm desejo de ver aqui, na Comissão, restabelecidas as suas idéias vencidas em outras Comissões Temáticas.

Essas as considerações que submeteria ao douto julgamento de V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** — O art. 19, do Regimento, diz o seguinte:

"Na Comissão de Sistematização os anteprojotos recebidos das Comissões serão distribuídos em avulsos a todos os seus membros, devendo o Relator, no prazo de 10 (dez) dias, apresentar relatório fundamentado concluindo por anteprojeto."

E é sobre o § 2º do citado art. 19 que peço a atenção dos doutos colegas:

"§ 2º — Ao anteprojeto poderão ser apresentadas emendas nos 5 (cinco) dias" — e é este o prazo que estamos criando —

"que se seguirem à distribuição dos avulsos, e que serão destinados à sua discussão,

circunscritas essas emendas à adequação do trabalho apresentado com os anteprojotos oriundos das Comissões:

Isto é letra expressa do Regimento, em seu art. 19, § 2º. A parte de exceção que foi aqui mencionada e consentida o foi por determinação do Presidente da Assembléia Nacional Constituinte. Não sou S. Ex.<sup>a</sup>, devo cumprir os Regimentos da Comissão e da Assembléia Nacional Constituinte aos quais estamos submetidos. Lamento profundamente que meu prezado colega e amigo Constituinte Gerson Peres me proponha uma solução que não posso aceitar. Não posso, pessoalmente, concordar com a opinião de S. Ex.<sup>a</sup>, ou seja, levar-me a tomar uma providência que, para meu juízo, na minha consciência, na minha maneira de ser, não posso aceitar, não posso adotar, não posso cumprir. Conscientemente, não posso cumprir uma missão que se contrapõe à minha interpretação do papel de Presidente da Comissão. Lamento profundamente.

**O SR. CONSTITUINTE JOAQUIM BEVILÁQUA:** — Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** — Tem a palavra V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. CONSTITUINTE JOAQUIM BEVILÁQUA:** — Sr. Presidente, sobre este assunto, temos no Regimento — e V. Ex.<sup>a</sup> frisou muito bem — duas palavras-chaves, dois verbos que comandam: adequar e compatibilizar. Entretanto, V. Ex.<sup>a</sup> jurista notável que é, sabe muito bem que as palavras, os termos, os comandos podem merecer uma interpretação **stricto sensu**. Convocados pelo nobre Relator Bernardo Cabral para adequar e compatibilizar, na forma do art. 19, os anteprojotos das Comissões Temáticas, a exceção da Comissão VIII, adotamos o critério **stricto sensu**. Disso resultou, no nosso trabalho de contribuição a S. Ex.<sup>a</sup>, e em virtude de o próprio processo de elaboração ter sido multifacetado, um texto inorgânico, sem técnica legislativa, sem compatibilização jurídico-constitucional, como seria de se exigir de um texto de projeto constitucional. Daí por que coloco à reflexão de V. Ex.<sup>a</sup> o seguinte: não seria o caso de darmos uma interpretação mais ampla a estas duas palavras-chaves — adequar e compatibilizar? Parece-me. Sr. Presidente, seja também trabalho de adequação, sistematização e compatibilização dar organicidade a um projeto que será submetido a um Plenário de quase 600 Constituintes. Ademais, haverá centenas de destaques, bem como discussões e votações acaloradas sobre temas polêmicos. E o projeto, na forma como está, vem merecendo críticas. Aliás, elas são injustas, porque não foi o Relator o redator desse texto. S. Ex.<sup>a</sup>, interpretando **stricto sensu** o Regimento, tão-somente o compatibilizou. Assim pois, ao texto pode-se fazer crítica adjetiva, mas não substantiva, porque o que é substantivo, veio das Subcomissões e das Comissões Temáticas.

Sr. Presidente, este é o assunto que coloco à reflexão de V. Ex.<sup>a</sup>. Conheço o espírito democrático de V. Ex.<sup>a</sup> e sei que naturalmente acatará a sugestão do Relator no sentido de submeter ao plenário da Comissão este critério. Mas entendo que devamos, nós da Comissão, e V. Ex.<sup>a</sup>, sobretudo, interpretar, **lato sensu**, esses comandos regimentais: adequar, compatibilizar e sistematizar.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** — Agradeço ao nobre Constituinte as ponderações.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** — Oportunamente darei a palavra a V. Ex.<sup>a</sup>. Primeiramente responderei ao Constituinte Joaquim Beviláqua.

A formulação do nobre Constituinte, ou seja, a maneira como colocou o problema deve ser dependente da interpretação factual, ou melhor, da consideração do fato de como se apresenta o problema no momento em que se está debatendo, discutindo e votando a questão. Não se podem formular regras genéricas para situações que são, por si mesmas, indefinidas e vagas. V. Ex.<sup>a</sup> chamou a atenção para um problema, mas quanto à sua solução, reconhece que não há resposta precisa. E não pode haver, pois ela depende da matéria, de como a situação é apresentada do conteúdo dessa matéria e do julgamento do Presidente, que deve submeter sua decisão sempre à ratificação dos seus companheiros de Comissão; portanto nunca tomará uma decisão dessas sozinho. Assim, não posso de antemão saber como me comportar diante de uma situação que visceralmente indefinida. A situação que V. Ex.<sup>a</sup> apresentou existe, mas é indefinida. Não posso, pois de antemão, nortear a minha conduta diante de situações que não são precisas.

Concedo a palavra ao Constituinte Gerson Peres, para uma questão de ordem.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** — Não desejo importunar V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Presidente, mas é preciso que este problema fique bem claro.

Vou considerar o próprio raciocínio de V. Ex.<sup>a</sup>, com o respeito que tenho por sua brilhante inteligência, mas a questão é tão indefinida que V. Ex.<sup>a</sup> colocou um problema de fato: para cada situação haverá uma colocação é uma decisão posteriores, porque é difícil saber o que é uma situação de mérito dentro de um projeto desses.

Aplico o próprio expediente de V. Ex.<sup>a</sup> — Instruções para Apresentação de Emendas —, que nos orienta relativamente ao uso do papel das emendas desta forma, no quadro sétimo.

"Texto justificção — Antes do texto, o Constituinte deve informar:

a) o tipo de emenda (supressiva, substantiva, modificativa e aditiva), conforme conceito do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, art. 133, §§ 2º, 3º, 4º e 5º"

Ora, Sr. Presidente, o art. 133 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados assim preceitua:

"Art. 133. Emenda é a proposição apresentada como acessório de outra.

§ 1º .....

§ 2º Emenda supressiva é a proposição que manda erradicar qualquer parte de outra.

§ 3º Emenda substitutiva é a proposição apresentada como sucedânea a outra, que tomará o nome de "substitutivo", quando a alterar, substancialmente, em seu conjunto.

§ 4º Emenda aditiva é a proposição que se acrescenta a outra.

§ 5º Emenda modificativa é a que altera a proposição sem a modificar substancialmente."

Ora, ficamos confusos ao tentar saber se uma emenda supressiva e de adequação, ou não, pelo próprio conceito da expressão. Quando uma emenda supressiva e de adequação? Quando uma emenda modificativa e de adequação? Gostaria que V. Ex.<sup>a</sup> me explicasse quem vai dizer isto. É o Presidente da Comissão de Sistematização, o Relator ou o Plenário da Comissão de Sistematização, que é o poder soberano de toda esta Comissão?

V. Ex.<sup>a</sup> recusa a minha argumentação baseado na lógica, mas não posso entender, eminente mestre, que o Relator coloque um relatório de Comissão Temática não aprovado dentro de um anteprojeto, considerando-o integrante desse anteprojeto, enquanto o Sr. Presidente Ulysses Guimarães, com sua atribuição de Presidente, diz: "Pode-se emendar o fim do anteprojeto mas não se pode tocar no começo. Para mim, no exato momento em que este tema se integra ao anteprojeto, ele já não é mais relatório em separado; é parte de um todo. A decisão ou é para o todo, ou não é para nenhum dos artigos. Este é o meu raciocínio e sei que V. Ex.<sup>a</sup> o entendeu.

Como V. Ex.<sup>a</sup> é um homem que se apegava à rígida expressão da Lei, não querendo ultrapassar os limites do que está escrito neste Regimento, levanto alguma coisa que está em contradição com a lógica. É isto que queremos que fique bem claro: quem vai dizer que a emenda de adequação é supressiva, substitutiva, modificativa ou aditiva?

E o Presidente da Comissão de Sistematização, o Relator ou o Plenário? Esta definição me basta, hoje à noite, porque vamos discutir o problema. Poderemos apresentar emenda de mérito, ou não? Em caso afirmativo, seria ela remetida à apreciação do Plenário? Era isso o que gostaria de ouvir de V. Ex.<sup>a</sup>, não mais pretendendo importuná-lo e pedindo desculpas por tê-lo incomodado.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** — Sou de opinião, quanto à minha própria conduta, de que tenho de raciocinar diante de fatos concretos e não diante de hipóteses gratuitas. Diante de fatos concretos, no dia em que esta Presidência emitir sua decisão, e se houver resistência do Plenário da Assembléia Constituinte, submetê-la-ei à vontade da maioria. Este, sim, é um princípio inabalável na formação do próprio espírito da democracia representativa. Assim, esta Presidência nunca hesitará em apresentar a sua decisão, desde que posta à consideração final da maioria.

Hoje não temos **quorum** para votação, mas eis que recebo advertências um tanto severas, rigorosas. Contudo já estou habituado a ouvi-las na minha vida de lutas dialéticas — para empregar a expressão parecida com a de V. Ex.<sup>a</sup> porque a lógica nem sempre é dialética, no sentido da contradição; dialética, como digo, essencial ao debate. Estou, pois, dando uma resposta dialética, não uma resposta lógica, porque nem sempre a lógica vale como base de raciocínio. Formulo a decisão; se notar que há número para votação e que há resistência a esta decisão, a Presidência submete ao princípio majoritário, democrático, representativo, que já é originário da democracia ateniense, e chegou até nós depois de algumas evoluções, que me escuso de apresentar aos eminentes colegas, pois certamente já são do conhecimento de V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE OSVALDO LIMA FILHO:** — Sr. Presidente, pela ordem. Com a permissão do orador, peço a palavra.

A decisão que V. Ex.<sup>a</sup> acaba de tomar me parece de tal relevância e de tal modo expressa os princípios basilares da democracia, sobretudo aqueles aplicáveis à atividade parlamentar que, se for compatível com o Regimento, requeiro a V. Ex.<sup>a</sup> que a Mesa nos forneça posteriormente o texto da sua decisão. Por contrastar, pela sua fidelidade aos ideais democráticos, com as lamentáveis atitudes praticadas pelos ilustres Constituintes José Lins e Edison Lobão, parece-me indispensável que nos seja fornecido como um documento para a Constituinte.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** — Peço a Comissão que não suponha que tínhamos combinado este aparte e as minhas declarações, mas estou pronto a atender a V. Ex.<sup>a</sup>, dizendo, entretanto, que os meus julgamentos de valor, quanto às decisões proferidas anteriormente pelos Constituintes José Lins e Edison Lobão, nem sempre se coincidem. É possível que eu esteja em desacordo com as conclusões de V. Ex.<sup>a</sup>, meu querido e velho amigo, filho de um velho e querido amigo.

Continua o debate. Tem a palavra o Deputado Nelson Aguiar.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON AGUIAR:** — Sr. Presidente. Srs. Constituintes. gostaria de tratar deste assunto com a presença de pelo menos metade dos membros desta doughty Comissão, mas está no recinto, pelo menos um ilustre co-Relator. Já conversamos a respeito da matéria e parece haver um entendimento no sentido de que se processe a necessária adequação — não é um direito novo — de um preceito que garanta o direito do menor.

Na Subcomissão da Família. do Menor e do Idoso, que tivemos a honra de presidir, apresentamos uma proposta que foi transformada em preceito, infelizmente não acolhido no texto. Vamos insistir através de emendas, e já temos a garantia de que será apreciada, mesmo porque este item está no âmbito da VIII Comissão.

O anteprojeto, na questão do Direito do Menor, insere a seguinte proposta, que consta do art. 426:

"É dever do Estado e da sociedade proporcionar ao menor assistência especial, caso esteja em situação irregular, sem prejuízo da responsabilidade civil ou penal dos pais ou responsáveis."

Ora, só quem pode declarar a situação irregular do menor é o Juiz de Menores, através de sentença de acautelamento judicial. Hoje temos, de acordo com estatísticas de que dispomos, embora imprecisas, cerca de seis milhões de menores que sequer têm registro. Temos um universo, talvez, de oito milhões de menores abandonados. São os habitantes das ruas, das calçadas, das palafitas. Esses menores não são cidadãos.

O Constituinte Nelson Jobim, meu amigo, dizia que o direito a respeito do qual estamos falando já está contemplado no Capítulo "Dos Direitos e Garantias Individuais". Disse-lhe que não, porque lá se fala do direito do cidadão — e o menor, que não é registrado, não é cidadão. O registro é o documento informador da cidadania. Nele

constam o local e a data do nascimento, o nome da pessoa, a sua filiação. Se o menor não tem registro, não tem sequer o documento informador da cidadania. Então, esses milhões de menores, que se encontram entre o estado de abandono e a sentença do juiz, não têm direitos. Neste País não temos nenhuma lei que declare que esse menor é sujeito de direito, nem mesmo a Constituição Federal.

Fui presidente da Funabem e uma de minhas primeiras providências foi reunir a nossa assessoria jurídica, quando lhe perguntamos de qual legislação dispúnhamos para defender o direito do menor. Não havia. Há o menor em situação irregular, que está sob a jurisdição do Juiz de Menores, e a sua expectativa de direitos começa com a sentença do referido juiz, depois do estudo do seu caso.

Apresentamos, então, proposta estabelecendo que é dever do Estado e da sociedade proteger o menor, garantindo-lhe direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à habitação, à profissionalização e à convivência familiar e comunitária. Acrescentamos o direito à assistência social, sendo ou não seus pais contribuintes do sistema previdenciário: como também direito à assistência especial, caso esteja em situação irregular, como é o caso, por exemplo, do menor que vai ser adotado.

Propusemos — e o Relator acolheu essa proposta, o que foi motivo de grande alegria para nós — a instituição da figura do acolhimento. Adoção já temos. Creio que o instituto do acolhimento será a grande inovação. O acolhimento é, para mim, o mais extraordinário gesto de solidariedade humana. A adoção não o seria tanto, porque na maioria dos casos, visa a atender, primeiramente, ao interesse emocional do casal. O acolhimento, não: este estará escoimado de quaisquer interesses: será um gesto de extraordinária e profunda solidariedade humana.

Estamos determinando, então, que o Estado subsidie, que estimule o gesto do acolhimento. Fazemos, portanto, um apelo — e contamos com a garantia dos Relatores a esse respeito — no sentido de que seja revisto esse assunto. Queremos atribuir ao Estado e à sociedade a responsabilidade por esses milhões de meninos e meninas que existem de fato, mas não de direito. São filhos de ninguém, abandonados pela família, que já não existe para eles; abandonados pela sociedade, que o marginaliza; abandonados pelo Estado, que não assume a sua situação — esses menores não existem por este País afora.

Conhecemos as muitas instituições que estão dando certo, trabalhando de forma extraordinária. Mas o seu sucesso vem dependendo muito mais — e quase sempre — da solidariedade, da abnegação das mãos caridosas que as dirigem do que da responsabilidade do Estado e da sociedade.

Tenho visto exemplos tristes de instituições, como uma do meu Estado, que os nobres Constituintes João Calmon e José Ignácio Ferreira conhecem, o Lar Espírito-Santense da Criança, em Alegre, ES. Quando de propriedade e sob o comando do Pastor Collares funcionou maravilhosamente, significou extraordinário abrigo para milhares de menores capixabas. Morto o Pastor Collares, assumiu a direção daquela entidade um filho perdulário que a abandonou. Hoje o aban-

dono é o instituto. Por quê? Porque a lei não determina a responsabilidade nem do Presidente, nem do Governador do Estado do Espírito Santo, nem do Governo Federal para levar avante tal projeto. Existia na dependência do coração abnegado que estava a sua frente.

O que se quer agora é criar uma responsabilidade. É preciso que a sociedade e o Estado respondam pelos menores abandonados, porque – como estou dizendo – são filhos de ninguém. Vim para a Constituinte com essa missão especial.

No horário da sessão Constituinte, tive até um momento de angústia, cheguei a experimentar um momento de revolta com os Srs. Relatores, cheguei a tratar esse projeto de "brega e chique". Eu dizia "chique", porque às vezes trata de expectativas de direito para uma sociedade perfeita, uma sociedade do futuro; e "brega", quando deixa milhões de menores baterem de frente com a vida por aí fora. Cheguei a dizer: "O Cabral que conheço é o outro". Desculpe-me meu amigo Constituinte Bernardo Cabral, desculpem-me meus amigos co-relatores e desculpe-me a assessoria. Acho que há tempo de consertarmos tudo. Afinal de contas, ninguém é o dono da verdade. Os donos da verdade constituem uma classe de gente com a qual não consigo conviver. É difícil conviver com um dono da verdade. Estamos diante de uma sociedade perplexa ante tantos, gravíssimos e tão complexos problemas. Acho que estamos no momento certo e no foro apropriado para aprofundarmos debates e discussões em torno desses problemas.

Quero lembrar aos meus queridos amigos e colegas desses trabalhos que – repito isso aqui e o repetirei tantas vezes quantos forem necessárias –, quando: uma nação chega ao ponto de abandonar sua infância, é porque ela atingiu a escala mais degradante da sua existência, chegou à escola mais baixa do ponto de vista moral e social. Temos a nossa infância, os filhos da mãe brasileira, do trabalhador brasileiro atirados às ruas deste País, debaixo das marquises, nos caixotes de lixo, vítimas de perversões de toda ordem, matando, sendo mortos, prostituídos, vendidos.

Temos até, Srs. Constituinte, hoje, o comércio e a negociação da adoção. Estrangeiros estão envolvidos nessa questão, transferindo os filhos desta terra, a quem se negou o direito originário à cidadania; para outras nações. E nós sequer temos o controle de suas vidas nos países para onde foram. E faço então uma pergunta política a todos os presentes: que direito tenho eu de lançar mão de uma criança brasileira, seja a que pretexto for, e entregá-la, através da adoção, para um país estrangeiro, tirar a sua cidadania originária de brasileiro e transformá-la em alemã, francesa, italiana ou judia? Que direito tenho eu?

Mas, pior que isso é a observação que estamos fazendo. A criança abandonada nos coloca diante do mundo como uma das sociedades mais injustas e mais perversas, porque, se somos a oitava economia do mundo capitalista, ao mesmo tempo estamos colocados no 87º lugar no trato das questões da criança. Isso ocorre porque está aberto um fosso entre o bem-estar que construímos para nós e os deserdados da Pátria. De modo que deixamos aqui o nosso apelo, nascido do nosso coração, nesse sentido.

Gostaria mesmo, se o pudesse conseguir, que esta Constituição começasse, no seu preâmbulo, com a Declaração Universal dos Direitos da Criança. Estaríamos inovando de forma extraordinária, ainda que tecnicamente isso pareça não ser possível. Tenho certeza de que o mundo todo aplaudiria o Brasil, se começássemos o preâmbulo da Constituição com a Declaração Universal dos Direitos da Criança, da qual somos signatários.

Aqui fica este apelo de um homem, pai de quatro filhos, de um trabalhador, filho de homem da roça e de mãe analfabeta. Não sei por que equívoco da história estou aqui ocupando uma cadeira na Constituinte. (Não apoiado.) Tenho que perguntar por que circunstância histórica ou social o menor abandonado de hoje não é Nelson Júnior, Flávia, Fernanda ou Tiago, meus filhos. Não sei por que, já que o trabalhador do campo, sem-terra, poderia ser eu e a lavadeira poderia ser minha mulher. Esta é a dura realidade que está colocada diante de nós.

Tenho dito aos meus companheiros, por exemplo, que a questão da reforma agrária é fundamental para a solução dos problemas deste País. E porque sei que jamais resolveremos o problema da criança sem fazermos uma reforma agrária. Ocorre que essa que se propõe aqui é uma miserável reforma agrária capitalista. Não se está fazendo uma reforma agrária coletivista ou corporativista, mas uma pobre reforma agrária distributivista, que, portanto, vai fortalecer o sistema capitalista, na medida em que aumenta o número dos proprietários, isto é, o número dos defensores da propriedade.

Ora, lembro-me do que aconteceu na Nicarágua. Num centro estavam os reformadores, como nós, pedindo que os que tinham demais cedessem alguma coisa para os que tivessem um pouco ou para os que não tinham nada. De um lado estavam os revolucionários e, do outro, os que não queriam ceder nada. Terminaram perdendo tudo. Muitos perderam a cabeça, como o próprio ditador. Outros perderam a liberdade. Quarenta por cento das terras da Nicarágua, que pertenciam à família do ditador, hoje estão nas mãos do povo.

É isso o que estamos pregando. Somos reformadores; ainda não somos revolucionários. Não sei o que pode acontecer se frustrarmos esta Nação com uma Constituição "chique" do ponto de vista formal e "brega" do ponto de vista fundamental. Tenho compromissos. Depois da promulgação da nova Constituição estarei comprometido com a minha gente, com a minha terra, com as áreas periféricas que os Srs. Constituintes conhecem: Itanenga, Flexal, Rio Marinho, Sossego, Ilha dos Aires, São Pedro, os que moram na lama e os que têm os filhos comendo nada, expostos à perversão, às noites frias dos barracos, da picada do inseto; são os que ficam nas filas do INPS e dos hospitais do Estado, aqueles cujos filhos morrem nos braços das mães. Então, quem sabe se, depois da promulgação desta Constituição, eu não serei obrigado a sair daqui como ontem: desencantado, frustrado, traído e pregando uma revolução popular constitucional? Sim, por que não? Porque eu direi que o homem e a mulher pobres, o homem sem terra, o homem da lama, o pescador que não tem direito a seu pescado nada tem a perder! Nada! Nenhum regime pode-ria fazer algo pior com ele do que este, que produz

sepulturas sem cruzes na vastidão deste País. É um regime que atira no fundo da grade a criança inocente, a criança marcada por um único crime, o de haver nascido nesta Pátria. Quero ressaltar, aqui o que ocorre no meu Estado, hoje um dos melhores da Federação: o Estado do Espírito Santo. Lá, nas fazendas do norte, está o gado tomando banho em currais iluminados e o filho do vaqueiro, com sua mãe, morando em barracos, na mesma fazenda, onde sequer existe um sanitário para satisfazer às suas necessidades. Até quando, Srs. Constituintes, neste País o filhote da vaca valerá mais do que o filho do vaqueiro?

Alguns colegas me incluem em seus discursos como xiita, como comunista. Não. Sou um cristão evangélico com a consciência política forjada nos pés da cruz, mas com a indignação de Isaías, quando diz no Capítulo X – está na Bíblia – versículos 1 e 2 do seu livro:

"Ai daqueles que votam leis iníquas para roubarem o órfão e a viúva e subtraírem o direito do meu povo."

Acho que temos de refletir agora, porque, depois que for promulgada, a Constituição será a lei e, se for injusta, irá tutelar o direito daqueles que adquiriram privilégios e direitos, não raro à sombra da ilegalidade e do arbítrio. Será a lei, mas não sei se será justa, e estamos aqui, antes de mais nada, com um compromisso com a justiça.

Era o que tinha a dizer. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Não há mais oradores inscritos.

Consulto o Plenário se há algum Constituinte que deseje usar da palavra. (Pausa.)

Não havendo quem deseje usar da palavra, declaro encerrada esta reunião, convocando a próxima para amanhã, neste plenário, às 9h30min.

Está encerrada a reunião.

## 9º Reunião Ordinária

Aos dois dias do mês de julho do ano de mil novecentos e oitenta e sete, às dez horas e dois minutos, no Plenário da Câmara dos Deputados, reuniu-se a Comissão de Sistematização sob a Presidência do Senhor Constituinte Aluizio Campos, Primeiro Vice-Presidente, no exercício da Presidência, presentes os Senhores Constituintes: Aloysio Chaves, Sigmaringa Seixas, Wilson Martins, Raimundo Bezerra, José Maurício, Carlos Sant'Anna, Nilson Gibson, Haroldo Sabóia, Gerson Peres, Mário Lima, Ademir Andrade, Egidio Ferreira Lima, Bernardo Cabral, Alcenio Guerra, Adolfo Oliveira, José Lins, Antônio Carlos Konder Reis, Paulo Pimentel, Carlos Mosconi, Gastone Righi, José Paulo Bisol, Theodoro Mendes, Oscar Corrêa, Siqueira Campos, Antonio Farias, Plínio de Arruda Sampaio, Luiz Eduardo, Darcy Pozza, Francisco Rossi, Joaquim Bevilacqua, Eraldo Tinoco, Christóvam Chiaradia, José Tinoco, João Agripino, José Tavares, José Carlos Grecco, Jonas Pinheiro e Euclides Scalco. Estiveram presentes, também, os Senhores Constituintes não-membros: Antônio Câmara, Moisés Pimentel, Raimundo Rezende, Mello Reis, Vivaldo Barbosa, Ruy Nedel, Basílio Vilani, Davi Alves Silva, Fernando Gomes, Virgílio Guimarães, José Mendonça de Moraes, Heráclito Fortes e Chico Humberto. Deixaram de comparecer os Senhores Constituintes:

Abigail Feitosa, José Ignácio Ferreira, Alfredo Campos, Almir Gabriel, Artur da Távola, Celso Dourado, Cid Carvalho, Cristina Tavares, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Gasparian, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Ibsen Pinheiro, João Calmon, João Herrmann Neto, José Fogaça, José Freire, José Geraldo, José Richa, José Serra, José Ulysses de Oliveira, Manoel Moreira, Milton Reis, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nelson Friedrich, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Prisco Viana, Renato Vianna, Rodrigues Palma, Severo Gomes, Virgildásio de Senna, Afonso Arinos, Arnaldo Prieto, Antônio Carlos Mendes Thame, Carlos Chiarelli, Edme Tavares, Francisco Dornelles, Francisco Benjamim, Inocencio Oliveira, José Jorge, José Santana de Vasconcelos, José Thomaz Nonô, Marcondes Gadelha, Mário Assad, Osvaldo Coelho, Ricardo Fiúza, Sandra Cavalcanti, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia, Virgílio Távora, Brandão Monteiro, Lysáneas Maciel, Luis Ignácio Lula da Silva, Haroldo Lima, Roberto Freire Jamil Haddad. Havendo numero regimental, o Senhor presidente declarou abertos os trabalhos, anunciando que a Ata da reunião do ultimo dia primeiro seria apresentada na próxima oportunidade: em seguida, anunciou a distribuição de copia do Ato nº 1, de 1987, do Presidente da Comissão, datado de primeiro de julho corrente que "dispõe sobre a substituição eventual do Relator da Comissão", tendo lido o inteiro teor do documento; comunicou, ainda, a existência de lista sobre a Mesa para inscrições dos oradores e informou que ate as vinte e quatro horas do dia corrente seriam recebidas as emendas ao Anteprojeto de Constituição, naquele momento já alcançando elas a casa das novecentas e cinquenta. Passando a Ordem do Dia, constante dela a continuação da discussão do Anteprojeto de Constituição, falaram os Senhores Constituintes: José Lins. Siqueira Campos, Paulo Pimentel, Virgilio Guimarães e José Mauricio, tendo este último Parlamentar demonstrado sua total discordância quanto ao Ato nº 1787 do Presidente da Comissão, que acabava de ser anunciado. O Senhor Presidente, respondendo ao Senhor Constituinte Jose Mauricio, esclareceu que a eventual designação do Relator-Substituto se enquadra na competência do Presidente da Comissão, pelo que o citado Ato mereceu a concordância do Senhor Relator Bernardo Cabral, além de estar fundamentado nos Regimentos Internos da Assembléia Nacional Constituinte. Comissão de Sistematização e Câmara dos Deputados. Não convencido o Senhor Constituinte José Mauricio afirmou que apresentaria recurso ao Presidente da Assembléia Nacional Constituinte sobre a matéria. Prosseguindo, o Senhor Presidente declarou que o recurso seria recebido e encaminhado ao Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, informando, na oportunidade, que seria elaborado calendário para as próximas reuniões, destinadas a apreciar o Parecer do Relator cujo prazo começava a fluir no dia seguinte. E, nada mais havendo a tratar, declarou encerrada a discussão do Anteprojeto de Constituição apresentado pelo Relator. Constituinte Bernardo Cabral, e encerrou os trabalhos às dez horas e cinquenta e cinco minutos. O inteiro teor desta reunião foi gravado, devendo ser publicado no Diário da Assembléia Nacional Constituinte e constituir-se-á na Ata circunstanciada dos traba-

lhos. E, para constar, eu, Maria Laura Coutinho, secretaria, lavrei a presente Ata que, depois de ida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e ira à publicação.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Havendo número regimental, declaro aberta à reunião.

A Ata da reunião de ontem será distribuída na próxima vez.

Esta sendo distribuída para os Srs. Membros da Comissão copia do Ato nº 1. da Mesa, que está assim redigido:

“ATO Nº 1 DE 1987”

#### **Dispõe sobre a substituição eventual do Relator da Comissão.**

O Presidente da Comissão de Sistematização, no uso das atribuições que lhe confere o art. 3º da Resolução nº 1/87-CS, considerando a necessidade de assegurar o bom andamento e evitar a solução de continuidade dos trabalhos do Órgão, com a concordância dos demais membros da Mesa e do eminente Relator, resolve:

Art. 1º Para substituir o Relator da Comissão, nas suas faltas e impedimentos, o Presidente designara Relator Substituto pelo prazo que estabelecer.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Comissão de Sistematização, 1º de julho de 1987. – Constituinte **Afonso Arinos**, Presidente.

Eventualmente, por motivos imprevistos, pode-se verificar a ocorrência e, assim, fica disciplinada a matéria para efeito de substituição do Relator.

A lista de oradores se encontra sobre a mesa, para que os presentes possam inscrever-se e discutir as matérias relacionadas com o anteprojeto.

O recebimento de emendas será atendido ate às 24 horas de hoje, de maneira que foram apresentadas até ontem à noite cerca de 950 emendas. E provável que, hoje, este número exceda a mil. Os Srs. Constituintes que ainda tiverem emendas a apresentar poderão fazê-lo, como disse, até as 24 horas de hoje.

A presente reunião destina-se a discussão do anteprojeto, ficando facultada a palavra àqueles que dela queiram usar.

Concedo a palavra ao nobre Constituinte José Lins.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Sr. Presidente, já estamos na fase final do período de apresentação de emendas a esta Comissão.

O que me traz, neste momento, à tribuna e a necessidade de solicitar a V. Ex.<sup>a</sup> alguns esclarecimentos quanto à sistemática do funcionamento desta Comissão.

O Regimento da Constituinte, no seu art. 19, diz claramente que:

“Na Comissão de Sistematização os anteprojetos recebidos das Comissões serão distribuídos em avulsos, como foram a todos os seus membros, devendo o Relator, no prazo de 10 dias, apresentar relatório fundamentado, concluindo por anteprojeto.”

Admite-se que o documento apresentado, a titulo de consolidação dos relatórios aprovados nas comissões, representa exatamente o cumprimento do que dispõe o art. 19, em seu § 1º:

§1º “Na elaboração do anteprojeto, a Comissão de Sistematização compatibilizará as matérias aprovadas nas comissões.”

Uma tarefa, Sr. Presidente, que talvez merecesse interpretação: o que seria, na realidade, essa compatibilização? Seria uma compatibilização meramente literária ou caberia a esta Comissão, além disso, fazer uma compatibilização de natureza doutrinária, política, de modo que o documento final representasse a imagem de uma organização estatal coerente?

Do jeito que o relatório foi apresentado, praticamente com absoluto respeito aos documentos advindos das Comissões, na realidade, não conseguimos essa unidade doutrinária desejável no caso de um projeto de Constituição; ao contrário. o que me parece e que alguns capítulos são, evidentemente, de tendência socialista; outros, de tendência liberal democrática; outros, parlamentaristas: outros objetivam um governo presidencialista – em suma, o que nós temos é aquele retrato, pintado por solicitação de alguém. Pede que lhe fosse representada uma imagem – não disse se a imagem era de um homem ou de uma mulher; de um preto ou de um branco mas atribuiu a diversos a tarefa de pintá-lo. A alguém pediu que pintasse a cabeça: a outro, os olhos, a mais outro, um braço direito e o esquerdo; àquele outro, pediu a perna direita, o fígado, e, no final das contas, quando esses pedaços se juntaram, os órgãos não se encaixaram bem, como aliás era o que se deveria esperar.

Esta é uma cogitação que faço e acredito que a Mesa já tenha um pensamento sobre isso, que essa compatibilização talvez não se estenda – como não se estendeu no primeiro relatório a unidade doutrinária do trabalho apresentado.

Diz o § 2º do art. 19: “Ao anteprojeto poderão ser apresentadas emendas” – é nesta fase que estamos e que certamente se encerrará hoje – “nos cinco dias que se seguirem à distribuição dos avulsos, e que serão destinados a sua discussão, circunscrita essas emendas à adequação do trabalho apresentado com os anteprojetos, oriundos das Comissões”.

Sr. Presidente, pelo texto que acabei de ler, as emendas deverão se referir, pura e unicamente, à questão da compatibilização. Simplesmente as emendas devem aprimorar o trabalho de compatibilização, feito pelo Relator, naturalmente, com os seus auxiliares que foram muitos, cerca de doze, se não me engano.

Sr. Presidente, ocorre-me uma dúvida – e é para isso que peço a atenção de V. Ex.<sup>a</sup> Diz o art. 20:

“Encerrada a discussão” – discussão que se vai encerrar hoje – “o Relator terá cinco dias para emitir parecer sobre as emendas, concluindo por projeto de Constituição que, uma vez aprovado, será encaminhado à Mesa para deliberação.”

Significa, Sr. Presidente, que, compulsando essas emendas, o Relator vai sobre elas dar parecer e, finalmente, emitir um projeto de Constituição.

A dúvida que me assalta é o que esta Comissão vai votar. Pelo que entendo – já que o trabalho a partir do primeiro objetivo do Relator, foi compa-



tabilizar os projetos vindos das Comissões e se prolonga na apresentação de emendas que só dizem respeito ao problema da compatibilização – o que vamos votar e se a Comissão compatibilizou, a seu modo, o trabalho das Comissões Temáticas. Em suma, não votaremos, nesta Comissão, nenhuma matéria de mérito. E a pergunta que faço à Mesa e acho de fundamental importância é: se não vamos votar o mérito, votaremos, pura e simplesmente, a compatibilização feita nesta Comissão de Sistematização se ela foi ou não eficiente, e todo o mérito deverá, então, ser analisado na fase posterior do trabalho da Constituinte?

Esta pergunta é importante. Sr. Presidente, porque acredito que há muitos colegas que estão preparando emendas e vão entrar no mérito da matéria: outros colegas também estão em dúvida quanto ao que vamos votar na fase final dos trabalhos da Comissão.

Eu gostaria que a Mesa esclarecesse ao Plenário ou, pelo menos, a mim quanto a isso.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A indagação de V. Ex.<sup>a</sup> já foi formulada em reuniões anteriores. As emendas normalmente apresentadas, pela tradição parlamentar, são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas. Tratando-se, porém, de processo de elaboração constitucional, o Regimento Interno da Constituinte adicionou ou deu outras denominações. O § 1º do art. 19 do Regimento, invocado por V. Ex.<sup>a</sup> fala em compatibilização e o § 2º, em emendas de adequação. O conceito de compatibilização não pode ser, evidentemente, determinado pela Mesa. Quem vai, afinal, a nível de Comissão, definir o que possa ou não ser compatibilizado é o Plenário da Comissão, assim como o conceito de adequação.

A Mesa acha que os Constituintes, no desempenho da sua missão constitucional e da sua iniciativa como Constituintes, são inteiramente livres de apresentar as emendas, fundamentando-as e justificando-as, como acharem conveniente.

Essas emendas serão distribuídas ao eminente relator, que, por sua vez, emitirá a sua opinião e quem vai decidir é o Plenário sobre a aceitação dessas emendas – até agora, já apresentadas cerca de mil, aproximadamente – e muitas delas propõem determinadas supressões – outras, a consolidação de várias disposições em um menor número de artigos – supressões estas solicitadas por se entender que a matéria não é de natureza constitucional e o poder de decidir o que é ou não constitucional, na fase de elaboração, nesta fase dos nossos trabalhos, cabe, em primeiro lugar, ao Plenário da Comissão de Sistematização e, depois, ao Plenário da Assembléia Nacional Constituinte. O conceito objetivo de constitucionalidade vai resultar, afinal, no que se incluir ou não na Constituição; o que se incluir na Constituição é o que foi considerado constitucional: o que não se incluir é porque, a juízo do Plenário da Comissão, da maioria da Constituinte, se entendeu que essa matéria só deveria ser tratada em lei complementar ou pelo Direito comum.

Então, a Mesa não pode, nem tem atribuições de fazer uma apreciação preliminar sobre o conteúdo das emendas. De sorte que a orientação que não podemos deixar de adotar e a de receber todas as emendas que forem apresentadas. distri-

Bui-las ao eminente Relator para que as aprecie: depois do seu parecer e que o seu anteprojeto passará a ser convertido no Projeto da Comissão de Sistematização – de acordo com o art. 20 do Regimento Interno – que será remetido ao Presidente da Constituinte, para discussão e recebimento de emendas em plenário.

Se, porventura o Relator pelo número de emendas apresentadas e pelo trabalho que desejar, afinal, apresentar ao nosso Plenário entender – fazendo ampla revisão do texto do anteprojeto dentro do qual ele apenas, até agora, se limitou a compatibilizar – que poderá fazer nova redação desse projeto em função das emendas apresentadas, e o prazo for insuficiente, poderá pleitear prorrogação do prazo para apresentar o trabalho, com base no Regimento Interno da Câmara dos Deputados, por tratar-se de matéria relevante. E nada mais é relevante do que a elaboração de uma Constituição. E, então, a Mesa pedirá o apoio do Plenário para a concessão desse prazo que, porventura, for solicitado pelo eminente Relator.

O fato de o Regimento estabelecer um prazo de cinco dias para matéria de tal relevância, não impede que, em função de emendas apresentadas, se possibilite a S. Ex.<sup>a</sup> um estudo mais aprofundado de todo o material, para que saia daqui um projeto de Constituição tecnicamente melhor elaborado do que o anteprojeto atual, porque a nossa missão, na Comissão de Sistematização, e técnica, qual seja coordenar e apresentar à Assembléia Nacional Constituinte um projeto bem elaborado.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem a palavra V. Ex.<sup>a</sup>, pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS (PFL – CE. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, refiro-me ainda à interpretação dos artigos 19 a 20.

V. Ex.<sup>a</sup> acaba de dizer que o Plenário é livre para apresentar emendas, ou membros da Constituição são livres para fazê-lo. Nesse caso a interpretação é completamente diferente. É que a compatibilização poderia avançar no campo doutrinário, e vamos ficar na dependência, certamente, do Relator ou da Mesa para aceitar ou não este tipo de modificação.

E neste caso, Sr. Presidente, se o Sr. Relator entender de apresentar, como exige o art. 20 do Regimento Interno da Constituinte, o seu projeto de Constituição, este deverá ser aqui aprovado.

Dentro dessa interpretação mais alta da compatibilização, neste caso, acho que a Mesa deveria combinar com o Sr. Relator e talvez com o Presidente da Constituinte no sentido de que aquele apresentasse o seu novo parecer consolidando o Projeto de Constituição e recebesse emendas a essa parecer, oferecendo, naturalmente, um prazo aos membros da Comissão para que, afinal de contas, se pudesse votar conscientemente o tal Projeto.

Isso, evidentemente, no caso de se adotar a interpretação lata que V. Ex.<sup>a</sup> deu a entender, que é perfeitamente possível de ser adotada pela Comissão.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Peço a atenção de V. Ex.<sup>a</sup> para o art. 23, §§ 3º e 4º

da nossa Resolução nº 1 que disciplina os trabalhos desta Comissão. Depois do Sr. o Relator apresentar o seu parecer, teremos 5 dias para discutir-lo e votá-lo. Nesta oportunidade os membros da Comissão poderão apresentar os destaques que quiserem.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Refiro-me à emenda. Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Depois da apresentação, porque já esclareci a V. Ex.<sup>a</sup> que são duas as fases que estamos agora desempenhando.

Pelo Regimento Interno da Constituinte o Relator recebeu a incumbência de compatibilizar os anteprojetos da Comissão de Sistematização e apresentar um anteprojeto de Constituição.

Esse anteprojeto não mais será de autoria do Relator, e sim da Comissão, da responsabilidade do seu Plenário, do órgão colegiada, logo após este último apreciar e emitir parecer sobre as emendas que estão sendo apresentadas até hoje à zero hora. Aí, sim, o anteprojeto se converterá em projeto para ser remetido ao Plenário da Assembléia Nacional Constituinte.

Na discussão e votação desse projeto, nos termos do § 3º do art. 23 do Regimento Interno aqui da nossa Comissão, os Srs. Constituintes poderão discutir e pedir os destaques destinados a suprimir o que porventura entenderem que não deva ser mandado para que o Plenário decida.

Este o procedimento que está sendo adotado. Agora já estou anunciando aqui para o conhecimento de nossos companheiros que, se o Relator entender, pelo número de emendas apresentadas, ele precisa de um prazo maior, poderá pleitear uma prorrogação que será concedida, caso o Plenário assim julgar necessário.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ MAURÍCIO:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra, pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ MAURÍCIO:** – Estou apresentando uma questão de ordem para que aqui fique registrado o meu protesto quanto ao ato baixado pelo Sr. Presidente da Comissão de Sistematização; porque é mal articulado, desatendendo a preceitos – com precedentes já definidos nesta Comissão, quando de questão de ordem suscitada pela nobre Constituinte Sandra Cavalcanti – relativos à Resolução nº 1/87, desta Comissão, que defere ao seu Presidente o poder e a competência de designar Relator-Substituto. V. Ex.<sup>a</sup> há de se lembrar da questão suscitada pela Constituinte Sandra Cavalcanti, quando da designação do brilhante Constituinte Nelson Jobim para, eventualmente, substituir o Constituinte Bernardo Cabral. Eis que, senão quando, vem a lume agora uma resolução como norma, com efeito de definição, por parte da Presidência desta Comissão, contra o que nos insurgimos.

Entendemos que o Presidente pode – invocando essa disposição do art. 3º, combinado com o art. 4º do Regimento Interno da Comissão de Sistematização – coordenar e supervisionar os trabalhos. Não pode, todavia, nomear ou designar Relator-Substituto. Se assim fosse nós estaríamos quebrando um princípio democrático no que diz respeito à competência do Plenário desta Comis-

são de Sistematização. Por isso, invoco a V. Ex.<sup>a</sup>, ouvido o Plenário, que no art. 1º deva se inserir que é vedado, e não cabe ao Presidente, tampouco à Mesa Diretora da Comissão de Sistematização, designar relator-substituto sem a concordância, sem anuência do Plenário desta Comissão. Eu oponho neste efeito, a nossa insurgência, a nossa irrisignação a essa decisão da Mesa e da Comissão de Sistematização.

**O SR. CONSTITUINTE SIQUEIRA CAMPOS:** – Peço a palavra para contraditar, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Tem a palavra, para contraditar, o Constituinte Siqueira Campos.

**O SR. CONSTITUINTE SIQUEIRA CAMPOS:** – Sr. Presidente, falecem razões ao meu nobre amigo Constituinte José Maurício para questionar a decisão de V. Ex.<sup>a</sup>. E de praxe em todas as Comissões de todas as Casas Legislativas o Presidente designar relatores-substitutos, sub-relatores, seja que nome tenha ao designado para exercer essa função. A nossa Comissão, como sabe V. Ex.<sup>a</sup>, tem uma tarefa grandiosa, tem trabalhos por demais intensos.

Por outro lado o Relator tem atividades fora desta Comissão às quais não se pode furtar como dever seu. Chamado por todas as entidades representativas de segmentos da sociedade, o Relator tem-se deslocado para todos os recantos deste País. E deve fazê-lo porque esta Constituição efetivamente deve ser elaborada, como é o espírito reinante, também com a contribuição dos diversos segmentos da comunidade. S. Ex.<sup>a</sup> não é nenhum super-homem e se o fosse não daria conta dessa tarefa de estar presente em toda parte ao mesmo tempo. S. Ex.<sup>a</sup> não é Deus; apesar de ser um homem de muita energia, de muitas condições físicas e intelectuais, S. Ex.<sup>a</sup> não poderia estar presente ao mesmo tempo em vários lugares. O dom da onipresença S. Ex.<sup>a</sup> não tem. De modo que faz muito bem V. Ex.<sup>a</sup>, o Regimento lhe dá poderes para isso, não há como ser questionada a decisão de V. Ex.<sup>a</sup> e a Comissão, tenho certeza, está plenamente de acordo com V. Ex.<sup>a</sup>. V. Ex.<sup>a</sup> agiu muito bem dentro do Regimento, e tenho certeza que contará com o apoio e a compreensão, inclusive, do Constituinte José Maurício. Precisamos não criar problemas...

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ MAURÍCIO:** – Se V. Ex.<sup>a</sup> me permitir...

**O SR. CONSTITUINTE SIQUEIRA CAMPOS:** – Não se pode conceder apartes neste período. Se for possível, concederei com imenso prazer, nesta contestação. Ao Presidente cabe decidir. Não se pode permitir apartes, mas se puder, concedo, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – A Presidência vai decidir a questão levantada pelo nobre Constituinte. V. Ex.<sup>a</sup> levantou uma questão de ordem que foi contraditada...

**O SR. CONSTITUINTE SIQUEIRA CAMPOS:** – Sr. Presidente, não tinha concluído. Consulte V. Ex.<sup>a</sup> se a Presidência permitia dar apartes, mas não concluí, embora esteja concluindo. S. Ex.<sup>a</sup> apenas me solicitou um aparte e eu disse que dependia da autorização de V. Ex.<sup>a</sup> porque entendia que não poderia ser concedido aparte.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – V. Ex.<sup>a</sup> está contraditando uma questão de ordem e não são permitidos apartes em questões de ordem, a não ser com a concordância do orador.

**O SR. CONSTITUINTE SIQUEIRA CAMPOS:** – Então, darei o aparte, com imenso prazer, ao Constituinte José Maurício.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ MAURÍCIO:** – Nobre Constituinte Siqueira Campos, V. Ex.<sup>a</sup> labora num equívoco. V. Ex.<sup>a</sup> disse que é de praxe a designação de substitutos para Relatores...

**O SR. CONSTITUINTE SIQUEIRA CAMPOS:** – E é em todas as Casas Legislativas.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ MAURÍCIO:** – Praxe. Entrementes, V. Ex.<sup>a</sup> me permitiu dialogar, e é o que pretendo fazer.

**O SR. CONSTITUINTE SIQUEIRA CAMPOS:** – E, com muito prazer, acolho.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ MAURÍCIO:** – Praxe não é norma. Ex.<sup>a</sup>. Há um precedente nesta Comissão, invocado pela nobre Constituinte Sandra Cavalcanti, quanto ao efeito da substituição ainda no domingo, no início das atividades da nossa...

**O SR. CONSTITUINTE SIQUEIRA CAMPOS:** – V. Ex.<sup>a</sup> deve lembrar-se que o Presidente disse que ia estudar melhor a questão para depois decidir em definitivo, e o está fazendo...

**O SR. CONSTITUINTE SIQUEIRA CAMPOS:** – Não pode, todavia, decidir sem auscultar o Plenário. Não pode ficar ao alvellido do Presidente a designação do relator sem anuência do Plenário sem a concordância do Plenário.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Está encerrado o prazo para a apresentação da questão de ordem.

**O SR. CONSTITUINTE SIQUEIRA CAMPOS:** – Sr. Presidente, o meu Partido e pessoalmente este Membro da Comissão estão perfeitamente de acordo com a legalidade do ato de V. Ex.<sup>a</sup>, que é inquestionável, além do mais, objetiva tornar nossos trabalhos mais práticos, e que tenham um maior rendimento.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Esclareço ao nobre Constituinte José Maurício que dentre as prerrogativas da Presidência da Câmara dos Deputados, da Assembléia Nacional Constituinte e da Comissão de Sistematização, se insere a da indicação de relator e de seu Substituto. Isso está previsto no Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, está previsto aqui, indiretamente, no Regimento da Comissão de Sistematização, cujo art. 3º dispõe:

"Os trabalhos serão conduzidos e a sua ordem estabelecida pelo Presidente."

Assim, portanto, reza o Regimento da Câmara dos Deputados. O Constituinte Siqueira Campos participou durante muito tempo da Comissão de Constituição e Justiça; sabe que era constante a indicação de Relator, e por uma questão de ordem prática é evidente que em qualquer circunstância, se, por motivo de doença, se, por uma ausência imprevista, o Relator não pode estar presente aos trabalhos, há de haver uma solução para alguém substituí-lo, e o ato baixado ontem

pela Mesa exatamente resolve o problema, deixando que o Presidente, usando da prerrogativa regimental que é de S. Ex.<sup>a</sup>, sem precisar consultar o Plenário, possa eventual e naturalmente por curto prazo, indicar o relator-substituto. O relator não será alguém predeterminado, mas aquele que, pela natureza da matéria que estiver sendo discutida a juízo da Mesa, possa desincumbir-se da tarefa que lhe for cometida. Ademais, o problema é completamente diferente do caso da questão de ordem levantada pela nobre Constituinte Sandra Cavalcanti, porque, no momento, o Relator que elaborou o anteprojeto iria fazer a exposição das razões pelas quais adotou o texto que foi distribuído aos Membros da Comissão de Constituição e Justiça. Então, esta matéria, pela sua relevância, é completamente distinta da indicação de um relator eventual para substituir o Relator-Geral da Comissão.

Infelizmente, a Presidência não pode atender à solicitação de V. Ex.<sup>a</sup> embora, democraticamente, sempre tenha agido de acordo e dando prevalência à audiência do Plenário. Também não irá a Mesa indicar, evidentemente, o Relator-Substituto sem ouvir preliminarmente, por uma questão de deferência e por uma questão de nacionalidade, o próprio Relator-Geral.

Fica, desta forma, respondida a questão de ordem de V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ MAURÍCIO:** – Sr. Presidente, não concordo com a decisão de V. Ex.<sup>a</sup>, tampouco com a comparação, porque me parece semelhante com o caso citado pela Constituinte Sandra Cavalcanti, pois V. Ex.<sup>a</sup> dissera que naquele efeito não poderia o Constituinte Nelson Jobim extrapolar o pensamento do eminente Relator Bernardo Cabral. Também assim entendo que no seguimento de interpretações posteriores, tal não ocorra.

Por esta razão, recorro da decisão de V. Ex.<sup>a</sup> para o Plenário da Comissão de Sistematização.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Não há recurso ao Plenário. No entanto, V. Ex.<sup>a</sup> pode recorrer ao Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, e o seu recurso será encaminhado.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ MAURÍCIO:** – Quanto ao meu recurso ao Plenário, V. Ex.<sup>a</sup> está equivocado, há recurso ao Plenário. O Plenário é soberano ante as decisões do Presidente. V. Ex.<sup>a</sup> se equivoca. Basta ler o Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte – e não terei que invocar o dispositivo, porque é norma geral – e V. Ex.<sup>a</sup> encontrará que há o recurso ao Plenário, é uma norma consuetudinária.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Peço a atenção de V. Ex.<sup>a</sup> para o seguinte dispositivo do nosso Regimento:

"Da decisão da Presidência, em questão de ordem caberá, com apoioamento de no mínimo 3 (três) Membros da Comissão, recurso escrito, sem efeito suspensivo, à Presidência da Assembléia Nacional Constituinte."

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ MAURÍCIO:** – V. Ex.<sup>a</sup> quer um apoioamento de três Membros da Comissão?

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Recebo o recurso de V. Ex.<sup>a</sup>, para efeito de encami-

nhá-lo, de acordo com nossas normas de trabalho que ia foram aprovadas pelo Plenário da nossa Comissão.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ MAURÍCIO:** – Já tenho o apoio mínimo. Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Paulo Pimentel.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO PIMENTEL:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, na minha vida publica a vaidade não pode mais existir. Já nesta altura dos acontecimentos falo menos e procuro agir mais.

Venho a tribuna, hoje pela manhã, na Comissão de Sistematização, para manifestar aos Constituintes aqui presentes a minha profunda angústia com os fatos ocorridos no País nos últimos dias, especialmente com as críticas que a opinião pública vem fazendo ao nosso anteprojeto. Os jornais já puxam os seus editoriais das suas páginas internas para primeira página, a fim de criticar o nosso Anteprojeto, até ao ponto de ridicularizá-lo.

Sr. Presidente, informo a V. Ex.<sup>a</sup>, nesta oportunidade, que os caminhos da nossa frágil, da nossa tênue Assembléia Nacional Constituinte constituem para o povo uma preocupação enorme. Alguns Membros desta Casa já estão anunciando até a suspensão dos nossos trabalhos. Segundo a imprensa, a informação fornecida para alguns Constituintes vem de entidades estranhas à Assembléia Nacional Constituinte. Há intervenções indevidas nos nossos trabalhos; as críticas violentas que recebemos por vezes partem de homens que deveriam estar conosco, responsáveis que são pela normalidade dos trabalhos desta Comissão, dos trabalhos desta Assembléia Nacional Constituinte.

Ninguém sabe, ninguém pode prever, nenhum de nós pode adivinhar o que vai acontecer no dia de amanhã. A Assembléia Nacional Constituinte pode estar com os seus dias contados. Por esta razão, venho à tribuna, neste instante, para dizer aos meus Colegas de Comissão e à Presidência desta Casa que apresentarei todas as minhas emendas, tanto aquelas que tenham aspecto constitucional como também as que, por conterem dispositivos não-constitucionais, possam não caber nesta fase dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte. Vou apresentar todas as emendas, quer sejam aditivas, quer sejam modificativas, quer sejam supressivas, quer sejam até substitutivas de grande parte do Anteprojeto tão criticado.

Temo que o registro da minha participação na Assembléia Nacional Constituinte, como também o registro da participação de todos os Srs. Constituintes neste momento, possa parar em algum instante e não possamos, assim, concluir os nossos trabalhos.

Por isso registro, para efeito histórico, que apresentarei 103 emendas hoje ao Anteprojeto da Constituição. O Relator poderá dar-lhe 2 o destino que julgar conveniente, é claro. Se o trabalho da Assembléia continuar, como pedimos a Deus que continue, eu às reapresentarei mais adiante, no Plenário da Constituinte. Hoje deixarei todas elas registradas, para mostrar aos meus eleitores o que fiz por eles nesta tumultuada Assembléia Nacional Constituinte. Ao que parece, todos desejam

o seu insucesso, todos torcem para o seu desacerto. Ninguém vibra com os seus acertos nem com os seus bons propósitos.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, apenas este registro, que apresentarei todas as minhas emendas na Comissão de Sistematização e as que forem repelidas pelo Relator serão reapresentadas lá na frente. Muito bem! (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte João Agripino. (Pausa.)

Não se encontrando em Plenário o nobre Constituinte João Agripino, concedo a palavra ao nobre Constituinte Virgílio Guimarães.

**O SR. CONSTITUINTE VIRGÍLIO GUIMARÃES:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, um assunto que acabou tomando conta das preocupações do público que acompanha os nossos trabalhos e as páginas dos jornais, infelizmente, foi a proposta, um tanto esdrúxula, partida de um dos nossos Colegas Constituintes, o Senador José Rinha, sobre a suspensão dos nossos trabalhos, para que as duas Casas do Congresso – a Câmara dos Deputados e o Senado Federal – possam debruçar-se sobre os gravíssimos problemas conjunturais enfrentados pelo País.

Sem dúvida, a preocupação é justa porque os problemas são enormes e o Governo José Sarney já demonstrou, sobejamente, a sua incapacidade e a sua falta de vontade política de enfrentá-los. Apresenta soluções econômicas que passam inteiramente ao largo das necessidades do nosso povo; simplesmente se curva, mais uma vez, aos ditames do Fundo Monetário Internacional, do capital financeiro, dos grandes monopólios nacionais, não atacando as raízes das questões econômicas, não aprofundando a reforma agrária, sequer acenando com uma solução de fundo para o problema da dívida externa ou da dívida interna. Daí os problemas econômicos serem apenas aprofundados, enquanto a crise política é a crise de Governo, um Governo sem rumo, um Governo que se aparenta como uma biruta de aeroporto, que a cada instante aponta para o Norte ou para o Sul. De fato, este Governo demonstra a sua incapacidade total para resolver os problemas do país. Entretanto, daí preconizar-se a suspensão dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte vai um enorme passo e mais um equívoco nesse rosário de erros do Governo e dos dois Partidos de sustentação principal da Aliança Democrática da Nova República.

Por isso, Sr. Presidente, ocupo a tribuna neste instante para manifestar a minha adesão às preocupações com a crise e a minha profunda discordância com essa proposta do Senador José Rinha.

Esta Comissão, ao contrário de suspender os seus trabalhos, deve aprofundá-los, trazendo para a Assembléia Nacional Constituinte os temas conjunturais que andam de mãos dadas com soluções de longo prazo.

Há, também, na Assembléia Nacional Constituinte, uma discussão sobre a dívida externa, uma discussão sobre a reforma agrária, uma discussão sobre a dívida interna e o sistema financeiro, uma discussão sobre as crises políticas, porque elas tocam todos os assuntos que envolvem esta Assembléia.

Quanto a soluções conjunturais, será com o povo nas ruas, com a sociedade civil mobilizada,

que conseguiremos imprimir os rumos de que o País precisa para fazer com que esta Constituinte se aproxime do povo. Não será suspendendo os nossos trabalhos – mas, pelo contrário, dando-se continuidade a eles e de mãos dadas com o povo, com a mobilização popular, com a convocação imediata das diretas para Presidência da República, que estará nas mãos também desta Assembléia Nacional Constituinte – que o País encontrará o rumo das soluções dos seus problemas. Não será enfiando a cabeça na areia que contribuiremos para o processo democrático. Pela contrário, saindo para as ruas, para o debate público assumindo as suas responsabilidades os que estão aqui nesta Comissão neste Plenário, é que esta Constituinte irá conseguir, a longo prazo, aquilo de que o povo precisa – a solução dos seus problemas conjunturais.

(Muito bem! Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Não há mais oradores inscritos. Antes de declarar encerrada a reunião, iremos, agora, organizar o calendário das próximas reuniões, porque amanhã vai-se iniciar o prazo para que o eminente Relator faça o exame e profira o parecer sobre as emendas que forem apresentadas.

De maneira que a Presidência se reserva a atribuição de convocar a reunião depois de verificar quando existirá matéria que concretamente deva ser apreciada pelos Srs. Membros da Comissão de Sistematização. Assim ficam encerradas a presente reunião e a discussão do Anteprojeto, nesta primeira fase.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente. haverá reunião hoje à noite?

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Não. Só convocaremos agora através de comunicação aos Srs. Membros da Comissão de Sistematização.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 10 horas e 55 minutos.)

## 8º Reunião extraordinária

Aos nove dias do mês de julho do ano de mil novecentos e oitenta e sete, às dezenove horas e quinze minutos, no Plenário da Câmara dos Deputados, reuniu-se a Comissão de Sistematização, sob a Presidência do Senhor Constituinte Nelson Carneiro, por estarem ausentes, na abertura da reunião, os Membros da Mesa e por ser o mais idoso dentre os presentes. Estiveram presentes os Senhores Constituintes: Ademir Andrade, Adolfo Oliveira, Afonso Arinos, Alcení Guerra, Alfredo Campos, Aluizio Campos, Antônio Carlos Konder Reis, Arnaldo Prieto, Artur da Távola, Brandão Monteiro, Carlos Chiarelli, Carlos Mosconi, Carlos Sant'Anna, Celso Dourado, Christóvam Chiaradia, Cid Carvalho, Edme Tavares, Eraldo Tinoco, Fernando Bezerra Coelho, Francisco Pinto, Francisco Rossi, Gastone Righi, Gerson Peres, Haroldo Lima, Ibsen Pinheiro, Jamil Haddad, João Calmon, Joaquim Bevilacqua, José Geraldo, José Ignácio Ferreira, José Lins, José Maurício, José Paulo Bisol, José Santana de Vasconcellos, Luis Eduardo, Lysâneas Maciel, Manoel Moreira, Mário Lima, Milton Reis, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nelson Friedrich, Oscar Corrêa, Osvaldo Coelho,

Paulo Pimentel, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Plínio de Arruda Sampaio, Prisco Viana, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Rodrigues Palma, Sandra Cavalcanti, Sigmaringa Seixas, Siqueira Campos, Virgildásio de Senna, Wilson Martins, Aécio Neves, Bonifácio de Andrada, Chagas Rodrigues, João Agripino, João Menezes, Jonas Pinheiro, José Carlos Grecco, José Genoino, José Tinoco, Luiz Salomão, Marcos Lima, Mozarildo Cavalcanti, Ottomar Pinto, Paes Landim, Roberto Balestra e Vicente Bogo – todos integrantes da Comissão e mais os Senhores Constituintes não-membros: Moisés Pimental, Vivaldo Barbosa, Chico Humberto, Antonio de Jesus, Átila Lyra, Mário Maia, Edmilson Valentim, Geraldo Campos, Domingos Leonel, Carlos Cotta, Cardoso Alves e Antônio Câmara. Deixaram de comparecer os Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Almir Gabriel, Aloysio Chaves, Antonio Farias, Antoniocarlos Mendes Thame, Bernardo Cabral, Cristina Tavares, Darcy Pozza, Egídio Ferreira Lima, Fernando Gasparian, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Lyra, Francisco Benjamin, Francisco Dornelles, Haroldo Sabóia, Inocêncio Oliveira, Jarbas Passarinho, João Herrmann Neto, José Fogaça, José Freire, José Jorge, José Luiz Maia, Jose Richa, José Serra, José Thomaz Nonô, José Ulisses de Oliveira, Luis Inácio Lula de Silva, Marcondes Gadelha, Mário Assad, Nilson Gibson, Oswaldo Lima Filho, Ricardo Fiúza, Roberto Freire, Severo Gomes, Theodoro Mendes e Virgílio Távora. Havendo número regimental o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, anunciando a distribuição de cópia das Atas das reuniões realizadas nos dias primeiro e dois de julho corrente, que foram aprovadas, unanimemente. O Senhor Presidente, em seguida, leu Requerimento do Senhor Constituinte Nilson Gibson, solicitando "seja convidado o líder dos metalúrgicos Luiz Antonio Medeiros, Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo – SP, a fim de prestar informações a respeito dos direitos dos trabalhadores", que não chegou a ser apreciado na reunião. Em seguida foi anunciada a Ordem do Dia, que constou da discussão e votação das seguintes matérias: 1) **Projeto de Decisão nº 4, de 1987** – do Senhor Constituinte Paulo Ramos, que "Veda, sob qualquer fórmula, a conversão da dívida externa, no todo ou em parte, em capital de risco em território nacional"; 2) **Projeto de Decisão nº 5, de 1987** – do Senhor Constituinte Iram Saraiva, que "Torna obrigatória a transmissão, através de televisão e do rádio, das votações nominais realizadas no plenário da Constituinte". Sobre os assuntos em pauta o Senhor Presidente leu o Ofício nº R011/87, do Senhor Relator Bernardo Cabral, solicitando à Presidência da Comissão a designação de Relator-Substituto para a leitura e consequente explicação sobre os pareceres que emitiu aos referidos projetos. Atendendo ao pedido, o Senhor Presidente Afonso Arinos designou o Senhor Constituinte Milton Reis para substituir o Relator, tendo o Parlamentar indicado feito a apresentação do Relatório referente ao Projeto de Decisão nº 4/87-ANC, que conclui pela rejeição da proposição, por falta de respaldo regimental, e sugere que a Comissão oficie "ao Poder Executivo, solicitando informações detalhadas a respeito do assunto, para conhecimento de todos os Senhores Constituintes e eventuais tomada de providências no futuro, se for o caso". Discutiram a matéria

os Senhores Constituintes: Gerson Peres, Celso Dourado, José Genoino, Paulo Ramos, Luis Salomão, Jamil Haddad, Haroldo Lima e Lysâneas Maciel. Em votação, pelo processo nominal, a requerimento do Senhor constituinte Gerson Peres, a matéria deixou de ser apreciada por insuficiência de número para deliberação. A seguir, diante da evidente falta de quorum, o Senhor Presidente convocou nova reunião para continuar a apreciação das matérias constantes da Ordem do Dia, às quatorze horas, no mesmo local, tendo encerrado os trabalhos às vinte e uma horas. O inteiro teor desta reunião foi gravado, devendo ser publicado no **Diário da Assembléia Nacional Constituinte** constituir-se-á na Ata circunstanciada dos trabalhos. E, para constar, eu, Maria Laura Coutinho, Secretária, lavrei a presente Ata que, depois de lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro):** – Havendo número regimental, declaro aberta a presente reunião.

A Presidência recebeu do ilustre Constituinte Bernardo Cabral o seguinte ofício:

"Ofício nº R-011/87

Brasília, 9 de julho de 1987

Sr. Presidente,

À vista da minha total impossibilidade de estar presente à reunião de hoje da Comissão de Sistematização, quando serão discutidos e votados os Projetos de Decisão nº 4 e nº 5/1987, de autoria dos eminentes Srs. Constituintes Paulo Ramos e Iram Saraiva, respectivamente, peço se digne V. Ex.<sup>a</sup> de designar Relator Substituto para a leitura e consequente explicação sobre os pareceres por mim emitidos e que a este acompanham.

Agradecendo as providências dessa ilustre Presidência, aproveito para apresentar-lhes as minhas

Cordias saudações – Constituinte **Bernardo Cabral**, Relator.

Em consequência, a Presidência designou como Relator Substituto o nobre Constituinte Milton Reis.

A Ata da reunião anterior foi distribuída e será dada por aprovada se não houver nenhuma manifestação em contrário. Os pedidos de alteração podem ser encaminhados oralmente ou por escrito. (Pausa).

Não havendo quem impugne a Ata, declaro-a aprovada.

Avisamos aos Srs. Constituintes que amanhã, sexta-feira, às 18h30min, haverá neste plenário uma reunião destinada ao início da discussão do projeto de Constituição, o qual será entregue pela manhã.

A Presidência comunica aos Srs. Constituintes que estão sendo distribuídas cópias do ofício que nos foi encaminhado pelo ilustre Relator Bernardo Cabral e que acaba de ser lido.

Há sobre a mesa requerimento de convocação de autoria do Sr. Constituinte Nilson Gibson, solicitando seja convidado o Sr. Luis Antônio Medeiros, Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo – São Paulo, para prestar informações a respeito dos direitos dos trabalhadores.

De acordo com o art. 12, parágrafo único, do Regimento Interno desta Comissão, coloco a ma-

teria em votação. Não havendo quem se oponha, declaro o requerimento aprovado.

Apreciação do Projeto de Decisão nº 4, do Sr. Constituinte Paulo Ramos, do seguinte teor: "veda, sob qualquer fórmula, a conversão da dívida externa, no todo ou em parte, em capital de risco em território nacional".

Em discussão.

**O SR. CONSTITUINTE BOCAYUVA**

**CUNHA:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson**

**Carneiro):** – Pela ordem, concedo a palavra a V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE BOCAYUVA**

**CUNHA:** – Sr. Presidente, qual foi o requerimento que V. Ex.<sup>a</sup> deu por aprovado?

**O SR. PRESIDENTE (Nelson**

**Carneiro):** – O requerimento de convocação do Sr. Luis Antônio Medeiros, Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo.

**O SR. CONSTITUINTE BOCAYUVA**

**CUNHA:** – Sr. Presidente, acho que esse requerimento deve ser discutido.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson**

**Carneiro):** – O requerimento foi colocado em votação e ninguém se pronunciou sobre o mesmo.

**O SR. CONSTITUINTE BOCAYUVA**

**CUNHA:** – Peço o adiamento da votação desse requerimento, porque o plenário não tomou conhecimento de seu teor.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson**

**Carneiro):** – Acabei de lê-lo. Quem não prestou atenção não pode responsabilizar a Mesa pelo ocorrido.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ**

**GENOINO:** – Sr. Presidente, é preciso que haja verificação de **quorum**.

**O SR. CONSTITUINTE BOCAYUVA**

**CUNHA:** – Não gostaria de pedir verificação de **quorum**, porque, como não há, iríamos suspender a reunião. Exatamente para evitar o pedido de verificação de **quorum**, solicitaria a V. Ex.<sup>a</sup> que fosse adiada a votação desse requerimento, porque houve, sem dúvida, um equívoco do plenário, que não percebeu a gravidade da aprovação dessa matéria.

**O SR. CONSTITUINTE HAROLDO**

**LIMA:** – Sr. Presidente, insisto junto a V. Ex.<sup>a</sup> no encaminhamento feito pelo Deputado Bocayuva Cunha, porque, na verdade, eu próprio, que estava atento ao desenvolvimento dos trabalhos, não percebi, em sua inteireza, o que estava sendo posto em votação. Somente quando V. Ex.<sup>a</sup> precisou melhorar os dados percebi que não podemos aprovar semelhante proposição sem uma apreciação mais justa. De sorte que reitero a V. Ex.<sup>a</sup> o pedido de que adie a votação, para evitar que suspendamos a reunião. Seria muito inconveniente, para o desenvolvimento dos trabalhos, pedirmos verificação de **quorum**.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ**

**GENOINO:** – Sr. Presidente, acho que a Presidência da Comissão pode perfeitamente tornar tal decisão. Na Ordem do Dia consta a apreciação dos Projetos de Decisão nº 4 e 5. Estávamos atentos aos dois projetos, inclusive lendo-os. Esse requerimento

tem implicação política muito grande. Todos nós temos conhecimento das declarações que estão sendo feitas pelo Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. E o requerimento apareceu misteriosamente, quando estávamos acompanhando os dois projetos de decisão. É recomendável que V. Ex.<sup>a</sup> adie a votação, para que a reunião da Comissão se processe tranquilamente.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro):** – Tenho a consciência de que li pausadamente o requerimento para o plenário, que tomou conhecimento do mesmo, mas, não sendo o titular da Presidência, quero colaborar com os ilustres colegas que dele divergiram. Por isso, vou transferir para a próxima reunião o exame desse requerimento ou ao menos para o fim da presente reunião, se houver tempo após o debate das duas proposições.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOINO:** – Muito obrigado. Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro):** – Então, vamos passar à discussão.

**O SR. CONSTITUINTE BOCAYUVA CUNHA:** – Como autor da proposta acolhida por V. Ex.<sup>a</sup>, quero agradecer-lhe o espírito democrático com que preside os nossos trabalhos. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro):** – Nobre Deputado Bocayuva Cunha, com V. Ex.<sup>a</sup> aprendi, nesta Casa, a ser liberal. Muito obrigado a V. Ex.<sup>a</sup>.

Para debater o Projeto de Decisão nº 4, do Constituinte Paulo Ramos, dou a palavra ao primeiro inscrito, o Constituinte Gerson Peres.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, preferiria alterar a ordem de inscrição se o autor do projeto, Constituinte Paulo Ramos, quisesse dar-nos a honra de iniciar a discussão, mesmo porque poderá elucidar alguns pontos. Portanto, eu ficaria em segundo lugar.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro):** – Antes de atender a solicitação de V. Ex.<sup>a</sup>, já que o Constituinte Paulo Ramos não se inscreveu, darei a palavra ao ilustre Relator Substituto, Milton Reis, para que S. Ex.<sup>a</sup> promova a leitura do parecer do Relator Bernardo Cabral.

**O SR. RELATOR (Milton Reis):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, fui designado Relator...

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOINO:** – Sr. Presidente, interrompendo brevemente o Relator Substituto, na medida em que o relatório foi entregue a todos os Constituintes – temos uma cópia – solicitamos que seja dispensada a leitura do mesmo e passemos diretamente à discussão.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro):** – Acho que é melhor, para constar nos Anais, que seja lido o parecer, pois o mesmo é pequeno.

Poderá V. Ex.<sup>a</sup> continuar a leitura.

**O SR. RELATOR (Milton Reis):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, fui designado Relator Substituto do nobre Constituinte Bernardo Cabral para o que diz respeito aos Projetos de Decisão nºs 4 e 5, respectivamente de autoria dos Srs. Constituintes Paulo Ramos e Iram Saraiva.

Lamento tomar o tempo dos Srs. Constituintes, fazendo a leitura do relatório, mas assim designou a Presidência dos trabalhos.

## "PROJETO DE DECISÃO

Nº 4, de 1987

**Veda, sob qualquer fórmula, a conversão da dívida externa, no todo ou em parte, em capital de risco, em território nacional.**

Autor: Constituinte Paulo Ramos

Relator: Constituinte Bernardo Cabral

## Relatório

Visa o presente projeto de decisão ao objetivo enunciado em sua ementa, sob o argumento de que estaria em curso, segundo notícias veiculadas na imprensa, um processo tendente à desnacionalização da economia brasileira, pela conversão da dívida externa em capital de risco, especialmente mediante a aquisição, por parte dos credores internacionais, de ações das mais importantes empresas nacionais.

Entendem os ilustres signatários da proposta, consoante se infere da fundamentação oferecida no projeto, que os vários problemas que envolvem a dívida externa brasileira sugerem, com respeito à sua virtual conversão em capital de risco, uma imediata tomada de posição da Assembléia Nacional Constituinte, visando a proibir que tal hipótese venha a se concretizar.

Compete-nos, regimentalmente, apreciar a matéria e a seu respeito emitir parecer.

O que se pretende neste projeto de decisão é o estabelecimento de uma medida acautelatória para segurar o País contra uma eventual decisão, no âmbito do Poder Executivo, que tenda à efetivação da conversão retroferida.

Com todo o respeito que devo aos ilustres companheiros signatários da proposta, aos quais hipoteco a mais profunda solidariedade em relação às suas preocupações com os rumos da questão de nosso endividamento externo, o que se objetiva nesta proposição não encontra respaldo na Lei Fundamental da Assembléia Nacional Constituinte.

Só se justifica a propositura de projeto de decisão que se destine "a sobrestar medidas que possam ameaçar os trabalhos e as decisões soberanas da Assembléia Nacional Constituinte" (§ 7º, art. 49, do RIANC).

A teor das informações conhecidas, aquelas consignadas no próprio projeto sob exame, nenhuma medida efetiva estaria sendo tomada, no âmbito do Poder Executivo, a respeito da matéria ora enfocada que justificasse seu sobrestamento. Não teria sentido sobrestar, apenas, a iniciativa da imprensa em dar cobertura ao assunto.

Por outro lado, ainda que a medida já tivesse sido adotada pelo Poder Executivo, só mesmo depois de conhecermos sua extensão e alcance poderíamos avaliar se tal medida constituiria ameaça aos trabalhos ou as decisões soberanas da Assembléia Nacional Constituinte.

Dessa forma, ausentes esses pressupostos, o projeto encontra óbice intransponível

a sua tramitação, cabendo-nos curvar ante a imposição regimental e votar por sua rejeição.

Sala das Reuniões – Constituinte  
**Bernardo Cabral. Relator."**

ADENDO AO PARECER AO PROJETO DE  
DECISÃO Nº 4/87

Sem prejuízo de nosso posicionamento pela rejeição do Projeto de Decisão nº 4/87, entendemos de todo recomendável, diante das graves notícias trazidas no bojo de referida proposta, que esta Comissão se decidisse por oficial ao Poder Executivo solicitando informações detalhadas a respeito do assunto, para o conhecimento de todos os Srs. Constituintes e eventual tomada de providências, no futuro, se for o caso.

É a proposta que submeto ao plenário.

Brasília, 9 de julho de 1987. –  
Constituinte **Bernardo Cabral. Relator.**

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro):** – Lido o parecer do eminente Relator, dou a palavra ao primeiro inscrito. Constituinte Gerson Peres.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o nobre Relator Bernardo Cabral, que não deu em seu parecer uma decisão conclusiva, remete o projeto para outra fórmula, alegando ser o mesmo anti-regimental.

Assinamos este projeto de decisão e queremos, preliminarmente, justificar nossa assinatura. Entendemos que assuntos de mais alta gravidade devem ser discutidos, mas o apoio não significa um voto de aprovação quanto ao mérito.

A denúncia feita pela imprensa de que poderia ocorrer uma vedação, sob qualquer fórmula, da conversão da dívida externa, no todo ou em parte, em capital de risco, em território nacional, através de um projeto de decisão, é um assunto de mais alta gravidade. Ocorre, porém, que o tema, no nosso entendimento, não cabe nos dispositivos expressos do Regimento. O nobre Relator dá um adendo político ao projeto: "sem prejuízo" – diz S. Ex.<sup>a</sup> – "do nosso posicionamento pela rejeição do projeto, entendemos de todo recomendável, diante das graves notícias trazidas no bojo da referida proposta", que se peça informações, naturalmente, a quem de direito, no caso o Poder Executivo.

Ora, Srs. Constituintes, achamos desnecessário que este adendo faça parte do parecer. Seria muito mais correto que o douto Relator concluisse que o projeto é anti-regimental e fizesse seus dispositivos.

Quanto ao mérito, achamos que a preocupação do ilustre Constituinte Paulo Ramos é válida, mas não poderá ocasionar o que prevê o caso. A atual Constituição torna impossível ocorrer esta vedação, uma vez que um de seus dispositivos impede qualquer tipo de investida de capital estrangeiro nas sociedades de economia ou capital mistos, em que o Estado detenha a maioria das ações. A definição de empresa nacional na atual Constituição impede que tal fato possa ocorrer. Não haveria possibilidade de acesso, a não ser que a Constituinte incluisse na nova Constituição um dispositivo sobre esse tipo de intervenção estrangeira, no capital nacional, de empresas estatais.

Portanto, é válida a preocupação quanto ao mérito mas constitucionalmente qualquer investida dessa natureza não resistiria a uma proposição levada aos tribunais. E, por certo, sabendo disso, as empresas estrangeiras jamais correrão o risco de adquirir essas empresas ou de enfraquecê-las com a aquisição de maior volume de ações que integrem seu capital.

Eram estas, Sr. Presidente, as minhas considerações, pedindo permissão ao ilustre autor da matéria para discordar de S. Ex.<sup>a</sup>, embora tenha dado apoio à proposição para ver discutido seu ponto de vista nesta Comissão.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro)** – Tem a palavra o nobre Constituinte Celso Dourado.

**O SR. CONSTITUINTE CELSO DOURADO** – Sr. Presidente, tenho dito constantemente que a dívida externa, nas proporções atingidas torna-se um perigo e um risco para a segurança nacional. Acho até que esta Comissão deve agilizar o processo de votação, para evitar qualquer risco nesta área. Não aceitaria de maneira alguma esse tipo de negociação, sobretudo porque o Congresso Nacional e a própria Constituinte ainda não tomaram uma decisão clara e objetiva no sentido de estudar e fazer uma auditoria rigorosa da dívida externa. Por que aceitar e permitir a discussão nesta hora, quando ainda não estudamos o essencial? Faz-se necessário, em primeiro lugar, uma auditoria da dívida externa. Por isso mesmo, o projeto do nobre Constituinte Paulo Ramos tem razão de ser, é regimental e tem que ser aprovado na Comissão de Sistematização, a fim de salva-guardar os interesses das gerações futuras.

Tivemos oportunidade de falar, em sessão da Assembléia Nacional Constituinte, sobre o problema da política mineral. É necessário que este País tome uma decisão, porque nas últimas décadas essa questão esteve absolutamente livre. Nenhuma democracia coloca em prática a política mineral que o País praticou nestas últimas décadas, nem mesmo as democracias mais liberais do mundo. Algumas potências estão colocando claramente em prática a política colonialista, recuperando suas economias, enquanto o Terceiro Mundo se escraviza e nações que já davam passos largos para afirmar sua soberania se enfraquecem.

Este projeto tem razão de ser, pois realmente nos chama a atenção para o perigo que corremos. Assinei o projeto não apenas para vê-lo discutido, mas aprovado nesta Comissão. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro)** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte José Genoíno.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO** – Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, em primeiro lugar, faço aqui uma rápida correção no parecer do nobre Relator, quando, para justificar o seu relatório, cita o § 7º do art. 59 do Regimento Interno, que tem dois aspectos a serem considerados. O primeiro – o Relator fundamenta o seu parecer apenas baseado no primeiro aspecto – é no sentido de sobrestar medidas que possam ameaçar os trabalhos. Isso é verdade. É necessário sobrestar medidas que possam ameaçar os trabalhos. Os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte nesse sentido não estão ameaçados pelo objetivo do Projeto de Decisão do nobre

Constituinte Paulo Ramos. Mas existe uma segunda parte que é fundamental – o Projeto de Decisão encontra-se amparado pelo Regimento interno – "e pelas decisões soberanas da Assembléia Nacional Constituinte". O Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte permite a aceitação do Projeto de Decisão, pois as decisões soberanas da Assembléia Nacional Constituinte ficarão ameaçadas, caso esse projeto não seja aprovado.

Tenho outra questão regimental. Trata-se de uma questão de mérito. O acaso regimental nos proporciona, hoje, uma bela coincidência. Estamos apreciando na Comissão de Sistematização projeto de decisão sobre um assunto e, no mesmo dia, o **Jornal do Brasil**, publica matéria sobre a exposição pelo assessor especial para assuntos econômicos, financeiros e internacionais da Presidência da República, de um programa econômico para o País. Um dos itens do seu programa econômico exatamente o item VI do documento do **Jornal do Brasil**, diz o seguinte:

"Liberação de dívida externa para conversão em capital de risco, estimulando-se suas aplicações em investimentos considerados básicos".

Trata-se, Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, de programa econômico divulgado e assumido pelo assessor especial da Presidência da República.

A Assembléia Nacional Constituinte não pode ignorar esse fato. Está aqui o documento, transcrito na íntegra pelo citado jornal. Um dos itens trata exatamente do conteúdo da matéria que estamos apreciando. Portanto, diz respeito à soberania da Assembléia Nacional Constituinte e das suas decisões. Devemos adotar hoje, exatamente hoje, uma posição favorável a esse Projeto de Decisão, como resposta a esse ponto do programa econômico, divulgado pelo assessor Jorge Murad, da Presidência da República, pessoa íntima da família do Planalto.

Há outra questão, Sr. Presidente, também de mérito. Pergunto às Sr.<sup>as</sup> e aos Srs. Constituintes qual a soberania que a Assembléia Nacional Constituinte terá na hora de deliberar sobre o conceito de empresa nacional, se esse ponto do programa, divulgado pelo assessor Jorge Murad, já está sendo aplicado? Qual a soberania que a Assembléia Nacional Constituinte tem para deliberar sobre as relações econômicas do Brasil com os demais países? Já existe um plano econômico sendo aplicado, conforme divulgado hoje pelos jornais? Qual a soberania que uma decisão da Assembléia Nacional Constituinte terá para apreciar as relações internacionais do Brasil se, na prática, o Executivo já define e aplica uma política de relações internacionais, comprometendo a soberania deste País no tratamento e na negociação da dívida externa? Não vamos tapar o sol com a peneira. O Regimento Interno nos permite tomar esse deliberação. Esta é a minha primeira discordância do parecer do nobre Relator da Comissão de Sistematização, pois o § 7º, do art. 59, é claro:

"Os Projetos de Decisão destinam-se a sobrestar medidas que possam ameaçar os trabalhos e as decisões soberanas da Assembléia Nacional Constituinte".

Portanto, regimentalmente esta Comissão terá que se posicionar favoravelmente ao Projeto de Decisão do nobre Constituinte Paulo Ramos. Mas fiz questão de frisar aqui – e estou repetindo-o para concluir meu pronunciamento – o mérito do Projeto de Decisão. Vamos entrar no mérito. Não vamos usar artifícios regimentais, pois seria "forçar a barra". Vamos aplicar o Regimento Interno sobre aquilo que permite a decisão soberana e entrar na discussão do mérito. Essa questão está ameaçando as decisões soberanas da Assembléia Nacional Constituinte.

Por isso, Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, encaminho favoravelmente o Projeto de Decisão do nobre Constituinte Paulo Ramos e peço aos membros desta Comissão que se posicionem da mesma forma. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro)** – Com a palavra o Constituinte Paulo Ramos.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS** – Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, ao longo dos trabalhos desenvolvidos na Assembléia Nacional Constituinte, verificamos que, paralelamente, algumas medidas vêm sendo adotadas pelo Governo, pressionado que está pelos credores internacionais, no sentido de levar nossa economia à mais completa desnacionalização. Sabemos, de antemão, que o Brasil não tem sido, ao longo de sua História, um país soberano, não obstante ser um país extremamente rico, com potencialidades e com possibilidades de dar a seu povo a desejada felicidade, através da justiça social, na medida em que nosso modelo econômico estivesse voltado para os interesses dos brasileiros.

Já houve quem dissesse que o Brasil é administrado pela dívida. Perdemos a oportunidade, nesta Assembléia Nacional Constituinte, por decisão ainda pendente na Comissão de Sistematização, de promover a mais rigorosa auditoria da dívida externa brasileira, fiscalizada pelo Poder Legislativo. Não uma auditoria que fosse promovida e executada simplesmente por aqueles que são aliados até dos credores internacionais. De qualquer maneira, resolvi – em função da velocidade com que verificava o tratamento dispensado à nossa dívida externa, quando os credores pretendem converter uma dívida reconhecidamente fraudulenta em capital de risco – apresentar o projeto de decisão ora em discussão.

Sabemos – e faço questão de frisar que a dívida foi contraída de forma comprovadamente fraudulenta – que não haverá a entrada em nosso País de nenhum capital. Disse, na exposição de motivos, que eles pretendem investir a fraude, e isto significa dizer ampliá-la.

O ilustre Relator da Comissão de Sistematização argui uma preliminar, dizendo que só se justifica a proposição de projetos de decisão que sejam destinados a sobrestar medidas que possam ameaçar os trabalhos e as decisões soberanas da Assembléia Nacional Constituinte. O Ante-projeto do Relator da Comissão de Sistematização, objeto de emendas e que será discutido a partir de sábado, diz o seguinte:

"O Estado é o instrumento e a mediação da soberania do povo."

Diz, ainda, em seu art. 7º:

"São tarefas fundamentais do Estado:

I – garantir a independência nacional pela preservação de condições políticas, econômicas, científicas, tecnológicas e bélicas que lhe permitam rejeitar toda tentativa de interferência estrangeira na determinação e consecução dos seus objetivos internos."

Fico a me perguntar: quais são os objetivos do povo brasileiro? Tenho certeza absoluta de que, se consultado, o povo há de dizer que o seu objetivo interno é a preservação da independência e da soberania nacional.

Diz ainda o art. 10:

"Art. 10. A inviolabilidade desta Constituição" – é importante este aspecto – "rege as relações internacionais do Brasil, à luz dos princípios constantes de Declarações Internacionais de Direito de que seja signatário, com ênfase nos seguintes:

I – O da independência nacional;

III – O do direito dos povos à soberania e auto-determinação".

Sabemos que hoje, o Brasil, em função da dívida externa, não tem possibilidades de autodeterminar-se. O Brasil é um país dominado, um país colônia. E é em função disso que não temos condições de implantar um regime democrático.

Diz o inciso II, do art. 11, do Anteprojeto:

"II – a instauração de uma ordem econômica justa e equitativa, com a abolição de todas as formas de dominação de um Estado por outro."

Os textos que acabei de ler, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, fazem parte do anteprojeto em discussão, que certamente redundará na Carta Magna a reger a vida deste País. Portanto, as decisões da Assembléia Nacional Constituinte correm o risco de previamente estarem sendo sobrestadas em função da conversão de uma dívida em capital de risco, dívida impagável por todos os títulos, dívida escusa, contraída comprovadamente através das mais descamadas formas de corrupção.

A Câmara das Deputados, na Sessão Legislativa anterior, aprovou a Constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para tratar exclusivamente da dívida externa. Na sua conclusão, a Comissão determinou que deveria ser feita uma rigorosa auditoria da dívida externa. Até hoje, o povo brasileiro não teve força política para exigir o cumprimento dessa determinação, e o Poder Legislativo encontra-se desrespeitado e desmoralizado porque a decisão dessa Comissão Parlamentar de Inquérito ainda não foi cumprida.

De qualquer maneira, ainda existe um mérito. Diz o nobre Relator que para que tal crime seja perpetrado – o crime da conversão da dívida externa em capital de risco – há necessidade de um início de execução. Afirma o nobre Relator que as preocupações, não só do autor mas de todos os signatários do Projeto de Decisão, se fundamentam nas notícias de jornal. Talvez imagine ou pretenda o Relator que as medidas sejam tomadas para, então, em função até da avaliação das suas consequências, a Assembléia Nacional Constituinte se posicionar.

Sabemos, também, que o Poder Executivo, na área econômica, tem tomado inúmeras iniciativas que sequer passam pelo crivo do Congresso Nacional. Uma dessas iniciativas, que não só não passou pelo Congresso Nacional, mas também sequer passou pelo partido que deveria, na inte-

gra, dar sustentação política ao Governo – e não o faz porque o Governo não cumpre o seu programa –, foi o Plano Bresser, que não recebeu qualquer consulta ou qualquer opinião do Poder Legislativo. Sabemos que o Ministro da Fazenda desceu do seu pedestal simplesmente para trazer aqui uma exposição do indefensável, já que o Plano de S. Ex.<sup>a</sup> não só arrocha o salário do trabalhador, mas já inicia a abertura, abre perspectiva à intromissão maior do capital multinacional no nosso País.

De qualquer forma, o objetivo dos credores internacionais consiste na desnacionalização total da nossa economia já combatida, que não poderia resistir a uma conversão desse tipo, mesmo mínima, considerando o volume da dívida.

Fizemos questão de distribuir a todos os integrantes da Comissão de Sistematização – e espero que o tenham lido – artigo publicado no **Jornal do Brasil**, de autoria do jornalista Barbosa Uma Sobrinho, homem de vida pública conhecida, homem cujas posições em defesa dos interesses nacionais não podem sequer ser colocadas sob suspeição. Diz Barbosa Lima Sobrinho:

"Vai crescendo o número dos que defendem a transformação da dívida externa do Brasil em investimentos do capital estrangeiro."

Diz mais:

"Para muitos, a idéia merece aplausos, como o meio de nos libertarmos do peso enorme da dívida externa. Mas vamos convir que essa proposta exige mais números do que palavras."

Diz, ainda, em outra parte:

"Suponhamos que a alienação das ações do Governo brasileiro não desse senão para reduzir de dez bilhões a dívida externa que não conseguimos pagar. Que significaria isso? Que continuávamos a dever quase cem bilhões de dólares, num país empobrecido pela alienação de seu patrimônio público. O que não poderia deixar de agravar a posição do devedor, forçado, mas uma vez, a mendigar dinheiro novo para o pagamento de juros vencidos, em face de uma dívida externa marcada pela eternidade."

Vejam bem V. Ex.<sup>as</sup> que dez bilhões correspondem a menos de 10% da nossa dívida. Fiz questão de distribuir a todos os membros da Comissão de Sistematização uma nota de artigo publicada no **Jornal do Brasil**, onde se diz que, comprovadamente, dez bilhões de dólares seriam suficientes para comprar todas as empresas nacionais aqui existentes.

Diz, então, o Relator que precisamos esperar uma iniciativa de execução, já que ela não existe.

Mas hoje, quinta-feira, 9 de julho, o Assessor direto do Presidente da República, Sr. Jorge Murad, além de já propor a conversão da dívida em capital de risco sugere outras medidas.

É preciso que os membros da Comissão de Sistematização detenham-se na leitura do artigo publicado hoje no **Jornal do Brasil**, onde é transcrita a proposta entreguista, desnacionalizante, impatriótica, do Sr. Jorge Murad.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, tive a oportunidade de dizer em reunião da Comissão de Siste-

matização, quando era apreciado o projeto de decisão de auditoria da dívida externa, que o povo brasileiro espera que os seus representantes na Assembléia Nacional Constituinte sejam pelo menos patriotas.

Temos divergências ideológicas, certamente, de posições, mas não podemos tê-las no momento de defender os mais altos interesses nacionais.

Espero, sinceramente, que os membros da Comissão de Sistematização pelo menos permitam que essa questão seja discutida pelo Plenário da Assembléia Nacional Constituinte, que é o foro mais amplo e que, há de expressar a vontade nacional. Que esse projeto não seja truncado através de preliminares que não se justificam.

Estrio convencido de que o Governo brasileiro estará mais fortalecido para negociar com os credores internacionais se, porventura, a Assembléia Nacional Constituinte der uma demonstração de que pretende fazer prevalecer os mais altos interesses nacionais. Não tenho dúvida de que esta dívida esta-se eternizando e a sua conversão em capital de risco em território nacional há de ser mais uma forma de dominação.

Apelo aos Srs. Constituintes no sentido de que ponham a mão na consciência e meditem sobre isso. O povo brasileiro, por demais explorado, não pode mais continuar sendo explorado pela ação daqueles que aqui estão para defendê-lo. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro)** – Concedo a palavra ao Constituinte Luiz Salomão.

**O SR. CONSTITUINTE LUIZ SALOMÃO** – Sr. Presidente. Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, o projeto de autoria do Deputado Paulo Ramos é sobretudo, extremamente oportuno. Estamos assistindo a uma onda de entreguismo e alienação da soberania nacional que talvez não tenha paralelo em toda a história econômica do País. É importante frisar que o companheiro Paulo Ramos procura obstar uma tentativa clara, que esta articulada na política do Poder Executivo, como em algumas iniciativas a que assistimos na Comissão da Ordem Econômica, de simplesmente internacionalizar a economia brasileira. Não se trata de retomar uma linha neocolonialista de entregar determinados interesses setoriais ao capital estrangeiro. É uma tentativa de, simplesmente, derrubar as fronteiras econômicas e equiparar as subsidiárias das multinacionais às empresas genuinamente brasileiras.

Vejam os Srs. Constituintes que esta proposta, consubstanciada na entrevista do secretário particular Jorge Murar, desligada de uma política industrial, visa tão-somente a oferecer ao capital estrangeiro mais incentivos, melhores condições de dominação das empresas nacionais.

Numa discussão de caráter mais técnico com o nobre Constituinte Paulo Ramos, procurei mostrar-lhe que as condições de conversão da dívida em capital de risco existem hoje. Durante o período da ditadura militar o czar da economia, nobre Constituinte Delfim Netto, que àquela altura era Ministro, procurou os grandes grupos Interacionais e ofereceu-lhes a possibilidade de converter a dívida em participação acionária. Esses grupos jamais tiveram interesse em fazê-lo. Por que? Porque dispunham de um mecanismo de segurança que a dívida contratada lhes assegurava. Qualquer



que seja o resultado econômico-financeiro de um exercício de uma empresa devedora, ela tem o compromisso de pagar os juros, as amortizações, os **spreads** e todos os adicionais cobrados nas operações de crédito dessa natureza. Nunca houver interesse do capital estrangeiro em associar-se a economia nacional para correr os riscos da atividade econômica normal em nosso País. Ele sempre preferiu, sobretudo com os incentivos da legislação da bitributação, valer-se da segurança que as operações de crédito lhe garantiam, sobretudo no momento em que o País gerava saldos comerciais e divisas necessárias aos pagamentos.

Essa proposição está contida na entrevista, ela embute, de forma sorrateira, as escondidas, a concessão de novas vantagens ao capital estrangeiro para permitir a redução do grau de endividamento da economia brasileira. Dissociada de uma política industrial e agropecuária, que tem sido defendida por alguns Constituintes nesta Assembléia, essa proposta, como aquelas apresentadas e vencedoras na Comissão da Ordem Econômica, torna as empresas nacionais absolutamente equipadas as empresas estrangeiras, com acesso aos incentivos fiscais, ao crédito favorecido. Isso vinha sendo proposto no Plenário da Comissão da Ordem Econômica e esta contido nessa entrevista, só que simplesmente internacionalizando a economia brasileira num grau ainda mais profundo do que o atual. O que significa isto? O suicídio do capital genuinamente brasileiro: a entrega das empresas, sobretudo as mais endividadas, públicas e particulares, aos grupos econômicos capitalizados do estrangeiro; significa, necessariamente, a alienação da soberania nacional, a derrota de anos e anos das bandeiras de lutas do nacionalismo e da reafirmação dos interesses desta Nação frente ao capital estrangeiro.

De modo que, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, a proposta do Constituinte Paulo Ramos é oportuna absolutamente essencial, na medida em que visa a criar uma barreira a essa investida desassombrada, que cooptou importantes assessores do Presidente da República, que feriu, no centro do poder nacional, a nossa soberania. Introduzindo sorrateiramente, pela porta dos fundos do Palácio, defensores do capital estrangeiro num grau nunca visto na história econômica do País.

De outra parte, e fato de estar sob ameaça a própria soberania nacional torna claro que a soberania da Assembléia Nacional Constituinte também está ameaçada. É por isto que o projeto do Constituinte Paulo Ramos tem de ser apreciado essencialmente no seu mérito e muito menos do ponto de vista formal do Regimento, ponto de vista que, no parecer do nobre Constituinte Bernardo Cabral, não está fundamentado nos reais princípios que serviram de base ao Regimento Interno da Constituinte. O que está em jogo e a soberania nacional e, como um corolário desta, a soberania da Assembléia Nacional Constituinte. O que está em jogo é a entrega das empresas nacionais, do patrimônio público e privado genuinamente brasileiros à sanha, aos interesses e ambições do capital internacional.

Sr. Constituintes, é fundamental examinarmos com espírito público a proposta do Constituinte Paulo Ramos; precisamos, sobrepondo-nos a camisa-de-força do Regimento, examinar, no mérito, a sua oportunidade e relevância para, finalmente

decidirmos pelo seu encaminhamento ao Plenário da Assembléia Nacional Constituinte. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE Nelson Carneiro** – Com a palavra o nobre Constituinte Jamil Haddad.

**O SR. CONSTITUINTE JAMIL HADDAD** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, venho à tribuna hipotecar solidariedade ao Constituinte Paulo Ramos, que apresentou em boa hora esse projeto de resolução.

Aprofundei-me no estudo da dívida externa brasileira. Fiz vários pronunciamentos sobre o assunto, desde que assumi o mandato no Senado da República. Hoje sou membro da Comissão que apura as origens da dívida externa brasileira, no Senado da República.

Sr. Presidente, de 1970 a 1986 o País captou no exterior, em números redondos, 200 bilhões de dólares. Desses 200 bilhões de dólares – levantamento feito pelo Banco Central – cerca de 184 bilhões de dólares voltaram como pagamento do serviço da dívida externa brasileira. Apenas 16 bilhões de dólares foram contabilizados internamente, e ainda devemos 110 bilhões de dólares, de acordo com essa matemática, que não dá para se entender.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o Brasil não decretou moratória; o Brasil estava falido. O País tinha um superávit de 1 bilhão e 200 milhões de dólares mensais, que contabilizavam, anualmente, cerca de 12 a 13 bilhões de dólares, para pagar os juros da dívida externa. A partir do momento em que esse superávit caiu a apenas 140 milhões de dólares mensais, não houve como pagar os juros da dívida. Então foi decretada, com pompas e honrarias, a moratória da dívida externa brasileira.

Hoje há euforia por parte do Ministro Bresser Pereira, porque o País voltou a ter um superávit de 1 bilhão e 200 milhões de dólares na balança comercial e está pronto para recomençar o mesmo esquema: 1 bilhão mensal, 12 bilhões anuais para pagamento do serviço da dívida. E continuamos devendo 112 bilhões de dólares! Não devemos nada, esta é uma realidade.

Tivemos na história política do Brasil fatos contristadores, a exemplo da **Light**, cujo patrimônio reverteria ao País três anos após a compra do seu acervo pelo Governo do Presidente Geisel. E hoje, Sr. Presidente, vemos o Presidente da República declarar, reiteradamente, que reserva de mercado só existe no campo da informática e do petróleo. Mas, na Constituinte, tentaram derrubar o monopólio estatal do petróleo, conseguido numa luta de anos, da qual tive a honra de participar.

Nada devemos, no entanto queremos entregar ao capital internacional o controle total da economia brasileira. As autoridades declaram que temos de abrir nossas empresas aos grandes capitais internacionais, capitais que chegam aqui porque a mão-de-obra é barata – neste momento, o salário-mínimo é de Cz\$ 1.969,92, e uma cesta básica, por baixo, e de Cz\$ 1.700,00. Pagam **royalties** ao exterior pela fabricação do produto no Brasil: remetem o lucro indiscriminadamente, sem controle, através da rede bancária, e nós continuamos sendo um país de 40 milhões de brasileiros que vivem em estado de miserabilidade.

com uma criança morrendo de inanição no Noroeste, de quarenta em quarenta segundos.

Sr. Presidente, a história das multinacionais, hoje conhecidas como trilaterais, e por demais conhecida. Verifico, contristado, que a chamada Nova República é mais entreguista do que os governos autoritários e ditatoriais. Diz-se às escâncaras, às claras: é preciso deixar entrar o capital internacional para salvar a economia nacional.

Sr. Presidente e Srs. Constituintes, esse capital é muito barato, porque vem em dólar e compra qualquer empresa brasileira na hora que desejar. Se não tivermos acuidade e sentimento de nacionalidade – nós, que continuamos sendo colônia – seremos uma colônia muito mais miserável do que fomos no passado. Dizem que Cabral, ao chegar ao Brasil, às costas de Porto Seguro, disse "Terra a vista!", e estamos pagando até hoje. É uma realidade. A terra a vista a que ele se referia, no sentido figurado, estamos pagando a prazo desde 1500, neste País. A dívida externa brasileira, inicialmente com o poder colonialista inglês, vem-se arrastando. Em determinados momentos houve impressão de que o Brasil caminharia no sentido de sua libertação econômica, e estamos vendo que, infelizmente, fatos contristadores vêm ocorrendo, trazendo o desespero, a desilusão à população brasileira.

Faço apelo aos nobres Constituintes no sentido de que aproveemos o projeto do nobre Constituinte Paulo Ramos, a fim de que possamos dar esperança ao povo brasileiro. Neste momento, nós, Constituintes, estamos defendendo nosso País. Não sou contra os Estados Unidos e as grandes capitais internacionais, porque eles tentam, na realidade, tirar as suas vantagens. Sou contra, sim, os brasileiros que abrem nossas portas no sentido de que se implantem monopólios e oligopólios dentro de nosso País.

Eram essas. Sr. Presidente, as considerações que queria deixar registradas neste momento em que discutimos o Projeto de Resolução nº 4, do nobre Constituinte Paulo Ramos.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro)** – Concedo a palavra ao Constituinte Haroldo Lima.

**O SR. CONSTITUINTE HAROLD LIMA** – Sr. Presidente, aproveito a oportunidade para externar aos Constituintes aqui presentes meu ponto de vista a respeito do Projeto de Decisão que, em boa hora, o Constituinte Paulo Ramos apresentou.

Diz S. Ex.<sup>a</sup> que se trata de um projeto para vedar, a qualquer título, a conversão da dívida externa, no todo ou em parte, em capital de risco, e que a proposição se volta para a defesa dos interesses nacionais.

O Projeto de Decisão, pelo que consta no Regimento Interno, destina-se a sobrestar medidas que possam ameaçar os trabalhos e as decisões soberanas da Constituinte. Visa a sustar algumas medidas que estão sendo encaminhadas pelo Executivo e que, se adotadas, prejudicarão decisões que estão sendo discutidas na Constituinte.

O anteprojeto em elaboração nesta Comissão tem um capítulo relacionado com a soberania nacional. Precisamente, verifica-se no País que a soberania nacional está sendo esmagada. À medida que se está discutindo, proposta pelo ilustre Constituinte Paulo Ramos, é parcial, limitada e insuficiente. Seria o mínimo, porém, que nós,

Constituintes, perdêramos fazer para sustar esse processo, que, na verdade, e desconhecido no Brasil. Não temos conhecimento de que no Brasil tenham existido proposições tão deslavadamente entreguistas como as que estão sendo feitas hoje pelo Governo do José Sarney. Por conseguinte, providências desse tipo visam a sustar algumas medidas que, se tomadas, prejudicarão em definitivo proposições ainda em fase de discussão na Constituinte.

Levo, pois, ao conhecimento dos membros da Comissão – evidentemente os Srs. Constituintes já receberam os avulsos – algumas considerações a respeito do assunto.

O Sr. Jorge Murad, secretário particular do Presidente Jose Sarney, trouxe a público o documento. **Estratégia para o Desenvolvimento** do qual alguns artigos seriam importante salientar. Em um determinado ponto desse documento o Sr. Jorge Murad diz que é necessário incentivar os Investimentos estrangeiros nas áreas de informática, microeletrônica, novos materiais e biotecnologia. Ora, Sr. Presidente, precisamente a questão de reserva de mercado na área de informática ainda esta sendo discutida na Assembléia Nacional Constituinte. Não se pode, por conseguinte, aceitar decisão do Executivo que venha a prejudicar aberta, acintosa e frontalmente as proposições que aqui estamos discutindo e especialmente, as decisões que, ao que tudo indica, tomaremos, a prevalecer o sentimento patriótico e não o ponto de vista antinacional e entreguista.

Mais adiante, Sr. Presidente, diz o documento da lavra do secretário particular do Sr. Presidente da Republica, conforme publicação do **Jornal do Brasil** de hoje, dia 9 de julho, que é necessário estabelecer liberdade para instalação de qualquer empreendimento no País, não necessitando de licenças ou autorizações do Governo Federal, exceto quando tais investimentos demandarem subsídios ou incentivos federais

Ou seja, os grupos estrangeiros que pretenderem assaltar o País poderão fazê-lo: não precisarão mais de licenças, a não ser que careçam de ajuda do nosso Governo. Ai, sim, será preciso discutir, pois os incentivos federais não mais irão subsidiar os assaltantes estrangeiros que chegam ao País.

Prossegue o documento, no item VI:

“Liberação da dívida externa para conversão em capital de risco, estimulando suas aplicações em investimentos considerados básicos.”

Ora, Sr. Presidente, o próprio documento repete o que diz o Constituinte Paulo Ramos em sua proposição, ao citar que, nas condições atuais, bastariam 10 bilhões de dólares para a aquisição das 50 maiores empresas brasileiras ou para seu controle acionário.

Sr. Presidente, em outro trecho, no item III, diz o documento do Sr. Jorge Murad:

“Não há restrição de credito de organismos financeiros nacionais a qualquer empreendimento que tivesse metade do controle em mãos de residentes no País.”

E aqui retorno á temática relacionaria com que se está tentando empulhar esta Constituinte, isto é, considerar-se-á empresa nacional aquela cujo

dono resida no Brasil – ou seja, qualquer **ilegível** da Volkswagen, da Shell, da Esso **ilegível** alemão, americano, qualquer estrangeiro que aqui resida. Se a pessoa fixou residência aqui digamos, na semana passada, sua empresa será considerada nacional, segundo o documento do Sr. Jorge Murad, da Presidência da República.

Sr. Presidente, com toda sinceridade, eu diria que a proposta do Constituinte Paulo Ramos, embora deva ser aprovada, e absolutamente insuficiente para conter esse assalto do País. O documento do Sr. Jorge Murad representa, em verdade um ato de traição nacional. Digo-o com toda responsabilidade. Num país sério, ou seja, na França, no Estados Unidos, quem fizesse seria preso de mediato, e o Presidente da República, caso não tivesse exonerado esse cidadão, no dia seguinte poderia ser considerado traidor da pátria e sofrer um processo de **impeachment**.

Isso é o que estamos vivendo, companheiros. Se agora, na hora da votação dessa medida elementar de defesa da nacionalidade brasileira, os Srs. Constituintes se retirarem do recinto para não dar **quorum**, estarão compactuando com esse entreguismo, com a atmosfera antinacional que toma conta deste Congresso e que só se distingue do período da ditadura militar, da época mais negra de Delfim Netto, em um aspecto: e mais estúpida, mais abertamente deslavada. Delfim Netto, em termos de entreguismo, era mais inteligente, mais retocado. Não se encontrava um documento de Delfim Netto, que fosse tão estúpido, tão imbecil, tão entreguista, tão escrito no estrangeiro como este.

E preciso que a Constituinte se conscientize de que a Pátria brasileira, que aqui representamos, esta posta em questão. Os interesses nacionais estão sendo agudamente contrariados. E preciso que pelo menos em medidas elementares, insuficientes como que agora estão sendo propostas, estejamos a altura dos interesses do nosso povo. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro)** – Com a palavra o Sr. Constituinte Lyzâneas Maciel.

**O SR. CONSTITUINTE LYZÂNEAS MACIEL** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, dizíamos, há pouco, que a Comissão de Sistematização ate agora nada de substancial aprovou em beneficio do País. Nas questões primordiais, nas questões fundamentais, não se passou das preliminares, mesmo assim em reuniões exaustivas e com várias manobras. Na verdade, o País sente que este importante órgão pode torna-se a grande farsa da Assembléia Nacional Constituinte.

Hoje vamos assistir o mais um capitulo desta farsa. Temos certeza absoluta de que nada será aprovado; temos certeza absoluta de que este verdadeiro assalto consentido às empresas nacionais passará em brancas nuvens e a Assembléia Nacional Constituinte nada fará. É uma profecia tristemente célebre. Esta Comissão de Sistematização. Sr. Presidente, Srs. Constituintes, nada aprovara de interesse para o País. Irá apenas resguardar-se para homologar o que foi determinado pelo poder constituído e sua eventual maioria.

Em 1966, o Sr. Roberto Campos, hoje Senador da República, apresenta um projeto de lei muito semelhante a essa tentativa de impostura, a essa verdadeira safadeza política – não há outro nome

**ilegível** Sr. Presidente. Qual é **ilegível** Murad? Genro do Presidente da Republica **ilegível**, o título maior do economista que quer entregar este País através de propostas como esta. O Sr. Roberto Campos, repito, apresentou, em 1966, projeto semelhante, que, entre outras coisas, dizia que a que criava o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço se destinava a atrair o capital estrangeiro, com isenção de quaisquer ônus e encargos sociais. Essa impostura que estamos vendo hoje aqui, e que o Projeto Paulo Ramos em boa hora tenta repelir, repete a mesma proposta, castigada, velha, cínica, feita pelo atual Senador Roberto Campos, em 1966.

Naquela época, visava-se a atrair o capital estrangeiro com a senão dos ônus e encargos sociais e trabalhistas. Agora pretende-se promover a desnacionalização de empresas nacionais. Tudo isso se insere em um elenco de providências que fará com que este País, já tão espoliado e roubado, seja definitivamente emasculado na sua soberania.

Sr. Presidente recentemente foi preso nos Estados Unidos o Sr. Tony Gebauer, estelionatário e banqueiro internacional. É bom que se lembre esse episódio todas as vezes em que se falar em dívida externa, por tratar-se de um verdadeiro batedor de carteiras, que, no Morgan Trust, recebia comissões em dólares desses mesmos brasileiros que hoje estão sentados ao nosso lado e que, à época, negociava a dívida externa – os mesmos brasileiros que ocupavam postos-chaves desta Republica.

Tony Gebauer está preso nos Estados Unidos. Até ai, nada de mais. Sr. Presidente! Nada há de mais em que um banqueiro seja estelionatário, em que um banqueiro tenha recebido comissões em dólares de outros puniguistas nacionais, que, repito, tem assento aqui nesta Assembléia Nacional Constituinte. Ele está preso. E dizem que ladrão que rouba ladrão tem cem anos de perdão! O grave, sério, triste, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, é que ele foi quem conduziu as negociações de nossa dívida externa de 1981 e 1987! Talvez fosse ele o interlocutor ideal, agora, do Sr. Murad, talvez fosse ele o interlocutor ideal, agora, dos atuais detentores da política econômica, Sr. Presidente, Vemos, no entanto, aqui, esta Assembléia Nacional Constituinte verdadeiramente inerte, impotente ante esse assalto consentido.

O que fazer, Sr. Presidente? Só o tempo e a história poderão dizê-lo. Estamos conscientes da inteira inocuidade dessa proposta, mas sabemos que um dia, neste País, ao compulсар nossos textos históricos, alguém irá constatar essa falta de vergonha, essa impostura, esse cinismo com que são conduzidos os interesses nacionais. Um dia vamos ser julgados por isto, Sr. Presidente.

Com essa desesperança, com esse verdadeiro ceticismo, que hoje contagia também grande parte do povo brasileiro, sabemos antecipadamente o que acontecera daqui a pouco: ninguém atentarà para a gravidade desse fato, ninguém ouvirà nossas denúncias, nossas preocupações. E o País será cada vez mais entregue, com o sorriso cínico de quem fala: não adianta falar, não adianta protestar: temos o rolo compressor; maioria é maioria. Como ocorreu há pouco, quando um ilustre Constituinte, ainda cultor do salazarismo, dizia que

maioria e maioria em cima dessas pobres manifestações.

Todavia. Sr. Presidente, Srs. Constituintes, há Algo que eles realmente não podem fazer. Tenho dito sempre que o entreguismo pode fazer tudo, Sr. Presidente. Pode quebrar o monopólio do petróleo: pode até fazer retroagir, no tempo e na história, a reforma agrária; pode esmagar o relatório da Comissão de Educação; pode votar certas matérias que teriam até pudor de votar em uma situação normal: pode até distribuir dez mil cargos. Sr. Presidente, para conseguir resultados aqui. A propósito, eu soube até que há grupos de Constituintes que até perguntam ao Presidente José Sarney – o último bônico deste País. Se S. Ex.<sup>a</sup> quer cinco ou seis anos de mandato. Fazer esse tipo de indagação ao Presidente da República! Inclusive, pessoas que até pouco tempo condenavam o entulho autoritário agora o invocam, como se a lei de Segurança Nacional, essa excrecência que envergonharia qualquer país democrático do mundo, pudesse agora ser novamente invocada! Tudo isso para prejudicar os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte. O Secretario de Segurança desta cidade, depois que a polícia espalheou bancários e parlamentares, teve o desplante de na mesma noite, ir a televisão aos meios de comunicação, dizer que a ação da polícia foi brilhante. Anteontem, diante daquela magnífica demonstração de cinismo, de preocupação com a devolução do direito primário de se eleger o primeiro mandatário deste País, declarou S. Ex.<sup>a</sup> “Não vamos usar misseis; vamos usar apenas cassinetes, cães de caça e gás lacrimogêneo”. Isto acontece aqui, na Capital do País. E cremos, no entanto, que nada há a obstar o funcionamento normal desta Assembléia Nacional Constituinte.

Sr. Presidente aqui se diz claramente, através de um órgão de imprensa: vamos entregar as empresas nacionais. O curioso é que não há mais disfarce. O Ministro da Fazenda, numa atitude amolecada, sentou-se nesta mesa, virou seu traseiro para o Presidente da Assembléia Nacional Constituinte e, com o mesmo cinismo do genro do Presidente, disse “aumentamos o salário dos trabalhadores.”

Nada disso, porem nos impressiona. Sr. Presidente, nada disso nos comove ou fez desmover essa escadada para entregar o País. Então, que fazer? Temos que continuar lembrando com indignação, mas até com humildade, que um dia seremos julgados neste País, assim como essas eventuais maiorias.

Estamos aqui, sem ingenuidade, na certeza de que o Projeto Paulo Ramos, como disse muito bem o Líder Haroldo Lima, não é completo, acabado, mas uma simples tentativa de colocar um parapeito nisso. Mas não será aprovado. Sr. Presidente. Num senta-levanta meio despudorado, vamos negar aprovação a esse projeto. E, como não esta sendo alterada aquela necessidade de sobrestar medidas que visem ao funcionamento normal da Assembléia Nacional Constituinte, de que vale o apego a um termo regimental? A letra da lei é fria, o que vivifica e seu espírito. E, se entregarmos essas empresas nacionais, de que adianta cumprir o Regimento?

Estamos realmente numa posição muito difícil. Apelamos para os Srs. Constituintes no sentido de que não se repita, em 1987, a proposta cínica

e entreguista de Roberto Campos, feito agora pelo genro do Presidente – este o seu título maior para que não se repita em 1987, o cinismo que fez com que chegassemos a situação atual; para que não se repitam em 1987, aquelas medidas infelizes tornadas por homens as vezes inteligentes e brilhantes, mas totalmente sem escrúpulos e sem a menor parcela de dignidade para com os anseios e interesses do País! (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro)** – Não havendo mais oradores inscritos, concedo a palavra ao nobre Constituinte Milton Reis.

**O SR. CONSTITUINTE MILTON REIS** – Sr. Presidente. Sras e Srs. Constituintes. Pouco antes das 19:00h telefonou-me o Presidente desta Comissão. Prof Afonso Arinos, comunicando-me que eu havia sido designado Relator-substituto do ilustre Constituinte Bernardo Cabral quanto aos relatórios que produziu, referentes aos Projetos de Decisão de nº 4 e 5, respectivamente, dos nobres Constituintes Paulo Ramos e Iriam Saraiva.

Quero deixar claro, de início, que o ilustre Relator Bernardo Cabral e eu, quanto ao conteúdo deste projeto de decisão, esposamos a tese defendida arduamente pelas ilustres Constituintes signatários aqui presentes. Tão somente quanto ao aspecto regimental, esbarra no § 7º do art. 59, o Projeto de Decisão do Constituinte Paulo Ramos, que honra a nossa Assembleia Nacional Constituinte, pelo seu esforço, pelo seu talento, pela sua coragem cívica e, sobretudo, pelo seu alto espírito publico.

Preciso dizer, entretanto, que quando houve o golpe de estado de 1º abril de 1964 o Presidente João Goulart foi deposto, a dívida brasileira era tão-somente de 3 bilhões e 500 milhões de dólares. O que quer dizer que, de 15 de novembro de 1889 ate 1º de abril de 1964, ao longo de 75 anos de vida da República, o Brasil devia, somente 3 bilhões e 500 milhões de dólares. Em pouco mais de vinte anos de regime militar e discricionário, essa dívida se elevou para 108 bilhões de dólares.

Por outro lado é necessário esclarecer que a Nova Republica não contraiu empréstimo algum desde a sua instalação, a 15 de março de 1985 a não ser por algumas poucas renovações contratuais. Quero dizer ainda que antes da II Guerra Mundial, logo após a vitória da Aliança liberal que sacudiu o Brasil pelas teses que defendia, Oswaldo Aranha assumiu o Ministério da Fazenda, e a libra esterlina era a moeda universal, aquele tempo. Oswaldo Aranha mandou proceder a uma auditoria na dívida brasileira, que montava, até meados de abril de 1931, em torno de 110 milhões de libras esterlinas; depois da auditoria, essa dívida foi reduzida para pouco mais de 50 milhões de libras esterlinas.

Acredito. Sr. Presidente. Srs. Constituintes, que, se efetivarmos uma auditoria na dívida externa brasileira, por certo ela será reduzida em torno da metade.

Desta maneira, o nobre Relator Bernardo Cabral, e eu designado há pouco, somos favoráveis ao conteúdo do projeto de decisão do nobre Constituinte Paulo Ramos. No entanto, regimentalmente, o art. 59. em se § 7 não nos permite que o aprovemos.

No que se refere as críticas feitas a Nova República, ou a pessoas que a integram, a mim não me cabe defende-la, até por que não ficaria bem fazer a sua defesa quando se ache presente a esta reunião o nobre Líder do Governo, Deputado Carlos Sant'Anna.

Sr. Presidente: deixo a tribuna, dizendo aos Srs. Constituintes que nos alinharmos aos discursos que ouvimos quando ao mérito do projeto. Mas a lei, lamentavelmente a lei, o Regimento, lamentavelmente o Regimento, nos permite que aproveemos este projeto de decisão tão próprio, que objetiva impedir a desnacionalização do País. Sem dúvida alguma, ficaremos satisfeitos quando encontrarmos um **modus faciendi** para que possamos julga-lo no mérito em algum momento da Assembléia Nacional Constituinte ou quem sabe? – do Congresso Nacional. (Muito bem! Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro)** – Estão presente, conforme me consta do livro respectivo, 75 integrantes da Comissão de Sistematização. Há, assim, número para a votação.

Vou proceder à votação na forma regimental.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES** – Sr. Presidente, pediria a V. Ex.<sup>a</sup> que procedesse a votação nominal, nos termos do Regimento.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro)** – V. Ex.<sup>a</sup> necessita, para isso, do apoio de três membros da Comissão. (Pausa). Convoco o nobre Constituinte Artur da Távola para proceder à chamada.

Devo esclarecer que o parecer a pela rejeição do Projeto de Decisão. Os Srs. Constituintes que estiveram de acordo votarão “sim”, isto é favoráveis ao parecer; os Srs. Constituintes que não estiverem de acordo votarão “não” – ou seja, contrários ao parecer.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOINO** – Permita-me. Sr. Presidente. Quem votar “não” estará votando a favor da soberania do País.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro)** – Quem votar “não” estará votando a favor do Projeto Paulo Ramos.

(Procede-se a chamada.)

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro)** – Encerrada a votação, vou proclamar o resultado: vinte e seis votos “não”, sete votos “sim”. Total de votos: trinta e três. Não houve número.

Na forma regimental, convocamos uma reunião para amanhã, as 14:00h, a fim de continuarmos a votação. O Projeto nº 5 entrará em discussão. A falta de número para votação não impede a discussão da proposição seguinte, o Projeto de Decisão nº 5. A inscrição esta aberta. Concedo a palavra ao Sr. Relator substituto, para que proceda a leitura do parecer do Relator Bernardo Cabral.

**O SR. CONSTITUINTE HAROLDO LIMA** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro)** – Tem a palavra, pela ordem, o nobre Constituinte Haroldo Lima.

**O SR. CONSTITUINTE HAROLDO LIMA** – Sr. Presidente, esta criada uma situação de fato. Assim, pela evidência da falta de **quorum** solicito a V. Ex.<sup>a</sup> que encerre a reunião.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro)** – Atendendo ao apelo generalizado dos membros da Comissão de Sistematização, declaro encerrados os trabalhos da presente reunião, convocando outra para amanhã, às 14:00h, a fim de que tenhamos a quarta oportunidade de apreciação do projeto de autoria de nobre Constituinte Paulo Ramos.

Está encerrada a reunião.

### 9º Reunião extraordinária

Aos dez dias do mês de julho de mil novecentos e oitenta e sete, às quatorze horas e trinta minutos, no Plenário da Câmara dos Deputados, reuniu-se a Comissão de Sistematização, sob a Presidência do Senhor Constituinte Aluizio Campos, Primeiro Vice-Presidente, no exercício da Presidência, presentes os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Alcení Guerra, Aloysio Chaves, Antônio Carlos Konder Reis, Antônio Carlos Mendes Thames, Arnaldo Prieto, Artur da Távola, Carlos Mosconi, Carlos Sant'Anna, Celso Dourado, Cristóvam Chiaradia, Cid Carvalho, Cristina Tavares, Edme Tavares, Fernando Bezerra Coelho, Francisco Pinto, Haroldo Lima, Francisco Rossi, Gastone Righi, Gerson Peres, Haroldo Sabóia, Ibsen Pinheiro, Inocêncio Oliveira, Jamil Haddad, João Calmon, Joaquim Bevilacqua, José Fogaça, José Jorge, José Lins, José Maurício, José Paulo Bisol, José Thomaz Nonô, José Ulisses de Oliveira, Lysáneas Maciel, Manoel Moreira, Marcondes Gadelha, Mário Lima, Milton Reis, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nilton Friedrich, Osvaldo Coelho, Osvaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Plínio de Arruda Sampaio, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Sigmaringa Seixas, Siqueira Campos, Virgildásio de Sena, Wilson Martins, Aécio Neves, Aldo Arantes, Antônio Mariz, Bocayuva Cunha, Bonifácio de Andrada, Chagas Rodrigues, Délio Braz, Enoc Vieira, Hugo Napoleão, João Menezes, João Agripino, João Natal, José Carlos Grecco, José Costa, José Genoino, Luiz Salomão, Michel Temer, Octávio Elísio, Paes Landim e Vicente Bogo. Estiveram presentes, também, os Senhores Constituintes Luiz Soyer, Rosa Prata, Ruy Nedel, Edmilson Valentim, Cardoso Alves, Lídice da Mata, Antônio de Jesus, Raimundo Rezende, Adroaldo Streck, Átila Lira, Matheus Jensen e Horácio Ferraz, não lembro da Comissão. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, anunciando a distribuição de cópias da Ata da reunião anterior, que foi aprovada, unanimemente. Passando à Ordem do Dia, o Senhor Presidente anunciou a seguinte pauta: 1) continuação da votação do Projeto de Decisão nº 4 de 1987 – do Senhor Constituinte Paulo Ramos, que “Veda, sob qualquer fórmula, a conversão da dívida externa, no todo ou em parte, em capital de risco em território nacional”; 2) discussão e votação do Projeto de Decisão nº 5, de 1987 – do Senhor Constituinte Iram Saraiva, que “Torna obrigatória a transmissão, através da televisão e do rádio, das votações nominais realizadas no plenário da Constituinte”. Diante da insuficiência de número para votação do Projeto de Decisão nº 4/87-ANC (item dois da pauta), o Senhor Presidente colocou em discussão o Projeto de Decisão nº 5/87-ANC. Com a palavra, o Senhor Relator Substituto, Constituinte Milton Reis, leu o Parecer

que conclui pelo encaminhamento do Projeto à Presidência da Assembléia Nacional Constituinte, propondo seja o mesmo transformado em Projeto de Resolução modificativo do Regimento Interno da Assembléia. Discutiram a matéria os Senhores Constituintes: Paulo Ramos, José Genoino, Celso Dourado, Ademir Andrade, Cardoso Alves, Osvaldo Lima Filho, Ibsen Pinheiro, Virgildásio de Senna, Nilton Friedrich, Lysáneas Maciel, Gerson Peres e José Maurício. Encerrada a discussão das matérias constantes da pauta, o Senhor Constituinte Osvaldo Lima Filho apresentou requerimento pedindo que a votação das matérias se desse pelo processo nominal, sendo o mesmo aprovado. Para proceder à chamada nominal, o Senhor Presidente convocou o Senhor Constituinte Antônio Mariz. Procedida à votação nominal do Parecer do Relator sobre o Projeto de Decisão nº 4/87-ANC, a matéria não foi deliberada em razão da insuficiência de **quorum**. O Senhor Constituinte Hugo Napoleão, em questão de ordem, durante a votação, argumentou que a votação deveria ser decidida por maioria absoluta, de conformidade com o disposto no artigo 21 do Regimento Interno da Assembléia, e não com base no artigo 33 do mesmo Regimento, por referir-se o primeiro dispositivo às Comissões e Subcomissões, e o segundo ao Plenário da Assembléia. Resolvendo, o Senhor Presidente indeferiu a questão apresentada. Diante da falta de **quorum**, o Senhor Presidente convocou reunião para julho corrente, em horário a ser definido, destinada à apreciação final das matérias constantes da Ordem do Dia desta reunião. Sobre esta decisão da Presidência, levantaram questão de ordem os Senhores Constituintes Gerson Peres, José Genoino, Ademir Andrade e Brandão Monteiro, tendo permanecido a decisão do Presidente sobre a matéria. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encenou a reunião às dezesseis horas e trinta e oito minutos. Deixaram de comparecer os Senhores Constituintes: Adolfo Oliveira, Afonso Arinos, Alfredo Campos, Almir Gabriel, Antonio Farias, Bernardo Cabral, Fernando Lyra, Carlos Chiarelli, Darcy Porta, Egidio Ferreira Lima, Eraldo Tinoco, Fernando Gasparian, Fernando Henrique Cardoso, Francisco Benjamin, Francisco Dornelles, Jarbas Passarinho, João Herrmann Neto, José Freire, José Geraldo, José Ignácio Ferreira, José Luiz Maia, José Richa, José Santana de Vasconcellos, José Serra, Luiz Eduardo, Luis Ignácio Lula da Silva, Mário Assad, Nilson Gibson, Oscar Corrêa, Paulo Pimentel, Prisco Viana, Ricardo Fiúza, Roberto Freire, Rodrigues Palma, Sandra Cavalcanti, Severo Gomes e Theodoro Mendes. O inteiro teor desta reunião foi gravado, devendo ser publicado no Diário da Assembléia Nacional Constituinte e constituir-se-a na Ata circunstanciada dos trabalhos. E, para constar, eu, Maria Laura Coutinho, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos)** – A lista de presença acusa o comparecimento de número regimental de Srs. Constituintes.

Está aberta a reunião.

Foi distribuída a Ata do dia 9 de julho, ontem, aos Srs. Membros da Comissão. Não havendo quem apresente reclamação ou requerimento sobre a Ata, a mesma está aprovada.

Na reunião de ontem, foi discutido o Projeto de Decisão nº 4, não tendo havido. Entretanto, número para a votação.

Não havendo, também, na presente reunião número para votarmos a matéria, vai-se inverter a Ordem do Dia, começando-se pelo parecer do eminente Relator e, depois, ficara aberta à discussão a matéria.

Tem a palavra o Constituinte Milton Reis, para proferir a leitura do parecer emitido pelo eminente

Constituinte Bernardo Cabral.

**O SR. CONSTITUINTE MILTON REIS** (Para emitir parecer) – Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

“Duzentos e quatorze membros desta Assembléia, liderados, na iniciativa, pelo nobre Constituinte Iram Saraiva, que encabeça a lista de signatários da respectiva proposição, submetem ao exame preliminar desta Comissão o Projeto de Decisão nº 5 de 1987, objetivando tornar obrigatória a transmissão, através da televisão e do rádio, das votações nominais realizadas no Plenário da Constituinte.

Consoante a justificação apresentada a teor de convencer sobre a pertinência da proposição ora sob exame, tem ela em vista permitir maior amplitude na divulgação da situação desta Constituinte, tomando transparentes os posicionamentos dos representantes do povo, em relação aos grandes temas nacionais geradores das expectativas as mais relevantes da Nação neste momento, mediante a transmissão obrigatória, pelo rádio e pela televisão, da manifestação do voto nas deliberações de Plenário.

É o Relatório.

Inegável – e desnecessário seria mesmo frisá-lo a inteira conveniência de criarem-se meios para a ampla divulgação dos trabalhos constituintes, notadamente quando eles se refiram ao processo decisório, que marca, de maneira incontestável, a posição de cada um de nós neste momento tão significativo do viver de nossas instituições, quando se fazem ecoar as mais importantes manifestações do mais elevado foro de debates e decisões da Nação brasileira.

Ocorre, na entanto. Senhores, que a apreciação de presente iniciativa neste Órgão, como Projeto de Decisão, encontra o embaraço intransponível do óbice legal inscrito no § 71 do art. 59 do Regulamento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, eis que, como de todos nos é sabido, as proposições a que se refere o preceito regimental retro-apontado se limitam às que tenham como objetivo “sobrestar medidas que possam ameaçar os trabalhos e decisões soberanas da Assembléia Nacional Constituinte.

Mas o empecilho regimental a que nos acabamos de referir não impedirá, no entanto, tome esta Assembléia a decisão buscada com a apresentação do presente projeto de decisão, pelas seguintes razões.

O Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, em seu art 76, já prevê a obrigatoriedade da divulgação dos trabalhos constituintes pelas emissoras de rádio e televisão. Ora, se assim é, a iniciativa apropriada à edição do comando legal objetivado

com a apresentação do presente Projeto de Decisão deveria ser tomada através de projeto de resolução intentando alterar referido Regimento.

Como, de outra parte, o presente Projeto de Decisão satisfaz, com largueza, ao requisito do número de assinaturas mínimo, necessário à propositura de modificação do Regimento da Assembléia, a teor da exigência constante do item II do art. 81 desse repertório legal, a nossa proposição, alternativa, que desejamos submeter a esta Comissão neste momento, é no sentido de que seja o Projeto de Decisão em causa remetido à Presidência da Assembléia Nacional Constituinte, requerendo a sua transformação em Projeto de modificação do Regimento interno da Assembléia Nacional Constituinte,

A presente alternativa, se adotada, trará dois proveitos óbvios, a saber, a eliminação do obstáculo regimental a tramitação e aprovação da iniciativa que ora estamos a examinar e uma tramitação mais célere para e mesma desde quando, recebida a proposição liderada pelo nobre Constituinte Iram Saraiva, como Projeto de Resolução de modificação regimental, caberá a Mesa da Assembléia emitir parecer sobre ela, indo diretamente ao Plenário da Constituinte, para deliberação definitiva.

VOTO:

Pelas precedentes razões, o meu voto – e neste sentido proponho – e pela remessa do Projeto de Decisão nº 5, de 1987, à Presidência da Assembléia Nacional Constituinte, a fim de que o mesmo seja transformado a em Projeto de Resolução modificativo do Regimento Interno.

Este, o nosso parecer, salvo melhor juízo.

Sala da Comissão, 9 de julho de 1987. – Constituinte **Bernardo Cabral**, Relator da "Comissão de Sistematização."

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A lista de inscrição acusa dois oradores inscritos.

Concedo a palavra ao Constituinte Jamil Haddad, para discutir a matéria.

**O SR. CONSTITUINTE JAMIL HADDAD** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Em boa hora o Senador Iram Saraiva apresentou este Projeto de Decisão, ora em debate no plenário, que recebeu o nº 5.

Nós políticos, devemos na realidade, ter a consciência do nosso papel, catamos pontos políticos divergentes dos nossos e achamos que cada um deve, livremente, manifestar a sua opinião através do voto e para que não pairam dúvidas sobre o voto de cada Constituinte neste plenário, acho de extrema validade aprovarmos este projeto de resolução, para que estações de rádio e televisão possam mostrar ao País a votação nominal de cada um dos Srs. Constituintes.

O político deve obrigações ao eleitor, e, como tal, deve cumprir as promessas de campanha; prometer e não cumprir não deve ser a norma do político que elabora uma Constituição que será a Carta Magna do País.

Sr. Presidente, nobres Constituintes, o parecer do nobre Relator é favorável ao encaminhamento

do projeto ao plenário, para que haja modificação do Regimento Interno. A tramitação dos projetos de decisão, na realidade obedece este rito: a Comissão de Sistematização aprova ou rejeita, dentro de um prazo estipulado pelo Regimento. Se aprovado, ira a Plenário, e o Plenário, então, soberanamente, decidirá a questão.

Então, o voto do nobre Relator, encaminhando ao Plenário para que haja modificação do Regimento é um voto favorável, já que não será arquivado na Comissão de Sistematização, e não irá para o arquivo.

De modo que concordo, na realidade, com o projeto do nobre Constituinte Iram Saraiva, e não tenho dúvida de que todos os Constituintes votarão favoravelmente a esse projeto na Comissão de Sistematização.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos)** – Embora o segundo inscrito seja autor do projeto, concedo a palavra ao Constituinte Paulo Ramos.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS** – Sr. Presidente, Srs. e Sras. Constituintes:

Ao longo dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, uma das grandes preocupações que verificamos na sociedade é a dificuldade de o povo tomar conhecimento do que acontece nesta Casa. Sabemos que a Assembléia Nacional Constituinte foi a grande reivindicação de toda a sociedade, quando já se verificava esgotado o modelo autoritário. Entretanto, a falta de um acompanhamento por parte dos veículos de comunicação de tudo o que ocorre nesta Casa, faz com que a sociedade não seja devidamente inteirada dos procedimentos de seus representantes. É importante que o povo saiba, que a população dos diversos Estados o que aqui se passa, população que escolheu representantes para a elaboração da Carta Magna, que há de orientar, que há de enquadrar, que há de ser o instrumento para que a sociedade possa, vivendo num regime de liberdade, vivendo numa democracia, ter a possibilidade de viver em um modelo de distribuição da riqueza.

Sabemos que o Brasil é um País marcado por graves contrastes: enquanto uma minoria se beneficia e se locupleta de tudo aquilo que e produzido em benefício do progresso, uma grande maioria, incluída nesta maioria a classe que produz os bens, vive totalmente destituída da possibilidade de usufruir dos benefícios que ela própria cria.

Acredito, que o Constituinte, Senador Iram Saraiva, sensibilizado por essas questões, apresentou um projeto de decisão que tem o maior alcance e que deve ser defendido por todos os membros da Comissão de Sistematização.

Estou convencido de que todos aqueles que aqui estão, representando parcela da população, estão interessados em dar ciência aos seus eleitores do seu comportamento nesta Casa.

Não acredito que tenhamos, nesta Casa, alguém que pretenda se utilizar do conhecido e tradicional anonimato, quando o comportamento aqui verificado não chega ao conhecimento da sociedade.

Estou convencido de que todos os Constituintes, pelas responsabilidades que têm, estão dispostos a assumir, diante do seu eleitorado e diante da sociedade as posições aqui defendidas.

Estou certo de que, responsáveis que são, os Constituintes aprovarão o Projeto de Decisão do Constituinte Iram Saraiva. Quero manifestar a minha satisfação pessoal por verificar que o nobre Relator opina, favoravelmente, ao encaminhamento do Projeto de Decisão ao Plenário da Assembléia Nacional Constituinte.

Projeto de Decisão que não se destina a criar qualquer tipo de embaraço para o sistema de poder que hoje domina este País, como aliás, todos os outros projetos de decisão apresentados a esta Comissão Mas, me congratulo como nobre Relator pelo seu descortino e por endossar a preocupação do autor do Projeto de Decisão.

Espero que, apoiando o parecer do Relator, os Membros da Comissão de Sistematização, mesmo aqueles que, na últimas reuniões, vêm encarando, de forma inversa, o interesse nacional e não entendem que a aprovação desse projeto de decisão poderá servir de instrumento, como se fosse uma espécie de precedente a fazer com que a Assembléia Nacional Constituinte seja realmente livre e soberana, como nós do PMDB defendemos em praça pública. A Assembléia Nacional Constituinte será livre e soberana, quando assumir a responsabilidade de fazer com que toda a sociedade tome conhecimento do que se passa nesta Casa

Para terminar, faço questão de dizer que, hoje, a sociedade tem voltadas suas preocupações para a Assembléia Nacional Constituinte, mas só terá os seus olhos voltados para a mesma quando os meios de comunicação estiverem sendo exercidos e desenvolvendo as suas atividades para dar a possibilidade da sociedade de ver o que acontece nesta Casa. Que cada um assuma, diante da sociedade, a responsabilidade pelos atos que pratica. Acredito que esta será a vontade da Comissão de Sistematização e também a de todo o Plenário da Assembléia Nacional Constituinte. Muito obrigado. (Muito bem! Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos)** – Com a palavra o Constituinte José Genoíno.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO** – Sr. Presidente. Srs. Constituintes:

O parecer do nobre Relator remete o Projeto de Decisão nº 5 para apreciação do Plenário da Assembléia Nacional Constituinte.

É claro que o parecer não entrou no mérito do Projeto de Decisão nº 5. A. nosso ver, é importante que isto ocorra. Temos consciência da importância dos posicionamentos e das votações que teremos no Plenário da Assembléia Nacional Constituinte, fazendo com que chequem ao conjunto da população brasileira. Desta forma, poderemos estabelecer uma relação de transparência entre as decisões da Assembléia Nacional Constituinte e o conjunto da população brasileira.

Alguns Constituintes consideram exagerada a obrigatoriedade de transmissão de todas as votações e que elas sejam nominais e registradas nos Anais da Assembléia Nacional Constituinte. Esse registro, certamente, valerá para a História, mas queremos um registro que tenha efeito no presente. Queremos um registro que chegue ao conjunto da população, inclusive a que não lê jornais, a que não tem acesso aos Anais da Assembléia Nacional Constituinte, ao **Jornal da Constituinte**, a que não tem acesso aos avulsos da Consti-

tuíte. E o trabalhador, e a dona-de-casa que, na sua residência, ao ligar o seu canal de televisão terá oportunidade de saber como estão votando os 559 Constituintes, quais as questões de fundo, de mérito, que estão pautando as discussões dentro da Assembléia Nacional Constituinte. Aí, sim, a relação da Assembléia Nacional Constituinte com a população não será apenas uma relação de consciência e de saber como estamos fazendo. Mas, a partir do momento em que a população brasileira souber, através da televisão, que questões são essas e como estão sendo votadas evidentemente vai-se mobilizar, vai-se interessar, vai agir, porque perceberá que questões fundamentais estarão sendo debatidas dentro da Assembléia Nacional Constituinte.

Este é o sentido democrático do Projeto de Decisão nº 5.

**O SR. CONSTITUINTE IBSEN PINHEIRO:** – Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Com muita honra.

**O SR. CONSTITUINTE IBSEN PINHEIRO:** – Constituinte José Genoíno, sempre que divirjo de V. Ex.<sup>a</sup> me obrigo, por dever de justiça, a reconhecer e proclamar que as motivações de V. Ex.<sup>a</sup> seguem sempre o mais alto espírito público. Por isso, sinto-me à vontade para dizer que V. Ex.<sup>a</sup>, neste caso, lamentavelmente, se equivocou. À sua preocupação é, sem dúvida, saudável. Mas imagino que a idéia que a transmissão direta por rádio e televisão de todas as votações nominais nesta casa tem que considerar o caráter e a duração que essas votações muitas vezes alcançam, nobre Constituinte. Eu atendo o apelo de V. Ex.<sup>a</sup> venço a preliminar e passo a examinar o mérito. Penso que este projeto tem vícios quanto ao mérito, na medida em que a idéia da transmissão direta de votações nominais, que muitas vezes envolvem horas constituem, na verdade, uma proposta impossível e que deixa de lado uma idéia plausível, palpável e realizável, que talvez se possa negociar no bojo de um projeto de resolução no Plenário da Assembléia Nacional Constituinte, que signifique a ampliação dos atuais espaços de televisão e rádio, na cobertura da Assembléia Nacional Constituinte, para que se possa levar, na fase das votações, o resumo não apenas das votações, mas das discussões e dos encaminhamentos, que muitas vezes são tão importantes, senão mais importantes que o voto lançado. Por isso, nobre Constituinte, eu examino o mérito, venço a preliminar e penso que este projeto é inconveniente no mérito, pela sua impossibilidade até mesmo física de assegurar a transmissão de votação que, as vezes, dura 6, 8, 10 ou 12 horas consecutivas, como vimos nas Comissões Temáticas. E que nos alinhemos no esforço de, alterando o atual Regimento Interno, se possa duplicar ou mesmo triplicar os espaços disponíveis para a Assembléia Nacional Constituinte, de tal modo que todas as decisões cheguem à opinião pública, que todas as informações sobre o debate cheguem à opinião pública e, quem sabe, examinemos a hipótese de as emissoras estatais, essas sim, transmitirem integral e diretamente as votações. Mas que sejamos realistas, não temos condições e nem falo das legais, falo das práticas, de impor transmissões que, por inviáveis, nos des-

viam do caminho de obter um avanço plenamente possível, que seria uma melhor utilização dos espaços da forma como agora e feito.

**O SR. JOSÉ GENOÍNO:** – Nobre Constituinte Ibsen Pinheiro, eu prefiro o realismo da necessidade histórica do conjunto da população brasileira, sentir analisar e refletir que os rumos da sua vida, os rumos do País, o rumo dos seus interesses individuais e coletivos estarão sendo decididos pela Assembléia Nacional Constituinte; prefiro o realismo daqueles que dizem que, se a Assembléia Nacional Constituinte está deliberando sobre o conjunto das relações globais da sociedade brasileira, esta sociedade tem que acompanhar o processo de votação, principalmente quando já sabemos que, até fisicamente, o espaço da Assembléia Nacional Constituinte não poderá garantir que um grande número de representantes do povo possa acompanhar a votação, ainda mais agora, quando criaram alguns obstáculos para que a população penetre por esses tapetes, por esses salões ou por essas galerias, para enfeitar com faixas a democracia das multidões contra a feiúra da democracia do capital e dos lobbies, que não precisam de trazer faixas, porque trazem no bolso os dólares e os cruzados. Certamente, para a ABERT – Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão, essa não é uma proposta conveniente, o que seria somente para as emissoras estatais; certamente não é conveniente para os interesses da ABERT. O problema não é ver aqui o que é factível, o que é realismo, o que é possível para o interesse de um determinado grupo econômico. Nós temos que ver o que é factível, o que é razoável para o conjunto da população brasileira. Por isso, o Projeto de Decisão merece ser aprovado quanto ao mérito – e eu já estou adiantando a minha posição em relação ao voto nominal que deveremos ter no plenário da Assembléia Nacional Constituinte.

Se nós acompanhamos a transmissão que alguns canais de televisão estão fazendo da Assembléia Nacional Constituinte, ela devia servir, pelo menos, como um chamamento a que os Constituintes votassem a favor desse Projeto de Decisão.

Que as emissoras de rádio e de televisão e os jornais façam uma crítica nos editoriais, façam as avaliações quanto ao mérito e se posicionem, nós achamos certo. O que não está certo é faltar com a verdade, é esconder o que está acontecendo na Assembléia Nacional Constituinte. Vou citar dois exemplos recentes: o carnaval que estão criando de maneira falsa, fictícia, em relação ao anteprojeto da Comissão de Sistematização, não corresponde à verdade; e a maneira como se transmitiu o comício das diretas em frente ao Congresso Nacional não correspondeu à verdade. Que critiquem as diretas, que critiquem a campanha, mas não omitam ou deformem a verdade que chega à população: está havendo deformações.

Como podemos resolver o problema? Tomando obrigatória a transmissão de alguns momentos cruciais da Assembléia Nacional Constituinte. Nós vamos viver dois momentos básicos: a primeira votação do Projeto de Constituição em plenário e a segunda votação também em plenário. Serão dois momentos em que a televisão transmitirá ao vivo as votações nominais de cada Constituinte.

O nosso mandato representa uma delegação do povo brasileiro, e ele deve ser exercido através da posição e do voto de uma maneira transparente, de uma maneira direta, nós não podemos estabelecer um mecanismo que possa dificultar o relacionamento transparente dos interesses da população brasileira com os interesses que estão em jogo aqui dentro, pois sabemos que muitas votações poderão ter resultados diferentes se a maioria do povo brasileiro puder assistir ao nosso posicionamento em cada votação, através da televisão.

Para concluir, Sr. Presidente, não podemos ficar aqui discutindo o que é possível, o que é factível para a ABERT, para as emissoras de televisão: nós temos que ver o que é necessário para o povo brasileiro, e é necessário que ele participe do processo de elaboração da Constituição.

Devemos considerar que o povo não elegeu os Constituintes na eleição de 86, a partir de um debate centrado na Constituinte, nos temas constitucionais, elegeu-os centrado na eleição para Governador. Agora que a população está começando a perceber a discussão aqui da estabilidade, das 40 horas semanais, da reforma agrária, do conceito de empresa, dos direitos individuais, a questão da família e por aí afora...

Como poderemos remediar essa situação de fato, produzida pela convocação da Constituinte, com aquele tipo de eleição? Tomando uma medida avançada em prol da população, que não pôde participar democraticamente na escolha dos Constituintes, porque lhe foi negado o direito de debater os temas constitucionais.

Quando da eleição dos Constituintes, aos partidos foram concedidos tempos desiguais: um partido dispunha de 30 minutos para falar que era necessário votar nos que defendiam o congelamento – e agora está tudo descongelado, só está congelado o salário – e outro partido, que era contra aquilo só dispunha de 3 minutos, como foi o caso do nosso.

Esse foi o tipo realizado de eleição, Sr. Presidente, e nós estamos vendo a população hoje numa situação de perplexidade, de desesperança, de não confiar em ninguém.

Então, vamos adotar um projeto como este, que busca levar, inclusive, o conteúdo das decisões da Assembléia Nacional Constituinte à casa, a vida de cada trabalhador, de cada pai de família e de cada dona-de-casa. É uma decisão corajosa, é uma decisão política da maior importância para que a Assembléia Nacional Constituinte possa, aí sim, buscar legitimidade para o conteúdo das suas deliberações e pela maneira como estão sendo tratados, aos olhos da opinião pública, os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte.

Quando se aprovam, quando se deliberam assuntos e matérias que não interessam às elites e aos governantes, elas são negadas, são deformadas junto à opinião pública, porque há o interesse direto, patronal que une grandes grupos econômicos nacionais e estrangeiros e certos canais de televisão; não vamos esconder o sol com a peneira.

Portanto, Sr. Presidente, esse projeto é correto, principalmente, no seu mérito. O Relator já adotou o parecer e remeteu o projeto ao Plenário da Constituinte. Nós temos que decidir sobre o mérito do projeto, e esse mérito têm que ser discutido

aqui por cada Constituinte, porque é uma questão de democracia na relação da Assembléia Nacional Constituinte com a população brasileira. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** — Com a palavra o nobre Constituinte Celso Dourado.

**O SR. CONSTITUINTE CELSO DOURADO:** — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes. Esta Assembléia se caracteriza, sem dúvida nenhuma, pela heterogeneidade: há representantes de diversos setores da sociedade brasileira. Noto que tem havido uma tendência, por parte da Imprensa, de rotular os Constituintes de acordo com a sua posição ideológica, diante de determinados assuntos, na hora da votação.

Entendo que o Projeto de Decisão coloca as coisas de uma maneira mais clara. Temos falado muito que a democracia precisa de transparência, sem dúvida nenhuma que sim. Naturalmente, os eleitores votaram pensando no papel que cada um de nós deveria desempenhar aqui; basta que eles tomem conhecimento da nossa atuação, do nosso voto para que saibam realmente como estamos desempenhando o nosso papel.

Entendo, Sr. Presidente, que esta possibilidade de comunicação com o público, de tornar clara a posição de cada um, é benéfica à democracia. A transparência, a sinceridade, a democracia exige: não podemos ter comportamentos camuflados, comportamentos difíceis de serem explicados diante do próprio público.

O voto televisionado, apresentado ao povo, sem dúvida, em princípio, parece bastante significativo. Naturalmente, teríamos alguns problemas: há reuniões desta Comissão e do próprio Plenário da Constituinte em que a presença é bastante diminuta, e bastante reduzida. Imaginem V. Ex.<sup>as</sup> a televisão mostrando a dificuldade de termos a presença, o número suficiente de Constituintes para a votação? Então, eu estaria a favor daquela posição de que em determinados momentos seria necessário a apresentação deste voto, não de um modo generalizado, porque isso poderia se tornar até muito monótono para o público e interferir, quem sabe, nos seus hábitos, terminando por provocar uma reação negativa por parte do público.

Mas entendo válida a apresentação em determinados momentos, especialmente quando discutimos assuntos significativos para a vida do nosso povo, para a vida do trabalhador, em termos da própria soberania nacional, a questão da política agrária, da política mineral, a questão da dívida externa. Já deixei bem claro aqui que não admito discutir nem negociar a dívida externa enquanto não for realizada uma auditoria dessa dívida. Mas acho que em determinados momentos e absolutamente necessário que esse voto seja revelado, seja público, sincero, sem cera, com toda clareza, com toda transparência para que essa relação, esse diálogo entre a Constituinte e o público, entre os Constituintes e o seu eleitor cada dia se torne mais íntima mais transparente, mais objetivo e mais concreto. Estou de pleno acordo com o mérito deste Projeto de Decisão. Creio que o Relator encontrou uma saída diplomática, porque todas as vezes que se apresentam projetos de decisões, esbarramos no próprio Regimento. Entretanto, o Relator sugere a modificação do próprio Regimento — pena que esta sugestão tenha che-

gado um pouco tarde, ela deveria ter sido realizada logo no início. Entendo que em determinados momentos, na hora de se decidirem assuntos importantes, que são absolutamente essenciais para o futuro deste País, o voto deve ser comunicado ao povo de uma maneira direta e pessoal: cada Constituinte mostrando claramente o papel que desempenha na hora de falar, na hora de tomar decisões que são significativas para a vida do nosso País. Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** — Concedo a palavra ao nobre Constituinte Ademir Andrade.

**O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE:** — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, Srs. Integrantes da Comissão de Sistematização:

Este é o quinto projeto de decisão que passa pela avaliação desta Comissão. Como todos os outros, um grande setor dos componentes desta Comissão entende que ele não atende ao requisito da insegurança, do perigo em que determinados temas colocariam o funcionamento da Assembléia Nacional Constituinte.

Creio, entretanto, que esta forma de avaliar os importantes projetos de decisão, que por aqui já passaram — o primeiro deles de autoria do Constituinte Hermes Zaneti, que suspendia o pagamento da dívida externa por seis meses e a submetia a uma Comissão de investigação: o segundo do Constituinte Brandão Monteiro, que suspendia, também por seis meses e dividia em vinte e quatro meses seguintes o pagamento das microempresas em todo o Brasil que estivessem com débitos nos bancos até o valor de 500 mil cruzados.

Ontem, discutimos aqui o Projeto de Decisão do Constituinte Paulo Ramos, que impede, se aprovado fosse pela Assembléia Nacional Constituinte, que o Poder Executivo deste País pudesse entregar as ações das empresas nacionais, constituídas ao longo da nossa História, com tanto sacrifício e com tanta luta, ao imperialismo internacional, aos banqueiros internacionais para pagamento deste cancro brasileiro chamado dívida externa.

Agora, estamos a discutir o Projeto de Decisão do Constituinte Iram Saraiva, que estabelece a necessidade de as votações, neste plenário da Assembléia Nacional Constituinte, serem transmitidas de pronto pelas rádios e televisões brasileiras.

Entendo, Sr. Presidente e Srs. Constituintes que todos os projetos de decisões, aqui apresentados, seriam, se aprovados fossem, da maior importância para a Nação brasileira. O que percebemos é que o Poder Executivo teria a obrigação e o dever de cumprir com esse desejo da Nação brasileira, o de cumprir com uma posição política nacional independente, de cumprir com a suspensão do pagamento da dívida externa, de não aceitar as imposições do Fundo Monetário Internacional — e, portanto, não colocar, como está colocando, este País na mais absoluta recessão, provocando o arrocho salarial, buscando conter o consumo do povo brasileiro, para que sobre mercadoria para a exportação, para que com esses dólares possamos vencer os juros do pagamento da nossa dívida externa.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Bezerra):** — A Presidência informa a V. Ex.<sup>a</sup> que a discussão é sobre o Projeto nº 5, que trata da transmissão dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte.

**O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE:** — Sr. Presidente, temos que fazer uma análise da situação de todos os projetos de decisão que aqui já foram discutidos e avaliados, pois a deliberação sobre esses dois que tomaremos agora, está intrinsecamente relacionada com os anteriores. Creio que, se o Poder Executivo não assume a responsabilidade que lhe cabe por não ter mais compromissos com o povo brasileiro, mas, sim, compromissos apenas com o imperialismo internacional, com o Fundo Monetário Internacional, cabe à Assembléia Nacional Constituinte tomar essa providência, que podem ser tomadas através dos projetos de decisão, que é o único instrumento que resta ao Poder Legislativo para dar uma resposta à Nação. Mesmo porque se fôssemos colocar essa questão a nível da legislação ordinária, a nível da legislação comum, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal se impediram eles mesmos, por vontade própria, de legislar. E a Câmara dos Deputados e o Senado Federal, hoje, legislam apenas e exclusivamente naquelas matérias que são encaminhadas a esta Casa pelo Poder Executivo. O que é um verdadeiro absurdo, uma verdadeira incoerência. Entregamos o nosso Poder de legislar ao Poder Executivo e fechamos as nossas portas a qualquer possibilidade desta oportunidade. Por esta razão é que entendemos que só a Assembléia Nacional Constituinte, através de seus projetos de decisão, poderia aprovar questões importantes e que, aprovadas pela Assembléia Nacional Constituinte, teriam que, imediatamente, ser cumpridas pelos outros três Poderes desta República. É portanto, de muita responsabilidade esta nossa decisão. Ficar jogando essa questão para diante, ficar dizendo que não podemos votar determinadas questões, porque elas não trazem perigo ao funcionamento da Assembléia Nacional Constituinte, é uma incoerência. Eu diria até que neste último caso, que estamos discutindo agora no Plenário, para que a população brasileira assista à votação nominal no mesmo momento, este realmente não é um caso que traz perigo ao funcionamento da Assembléia Nacional Constituinte.

Mas, nos outros casos, no caso da venda das nossas empresas nacionais, para pagamento da nossa dívida, no caso da suspensão do pagamento da dívida externa, no caso da suspensão do pagamento das microempresas, todos eles, realmente, trazem instabilidade, podem trazer instabilidade à Assembléia Nacional Constituinte.

Creio que, neste momento, devemos pensar na nossa responsabilidade maior de dar uma resposta à população brasileira. Nós estamos, até agora, apenas trabalhando para elaborar uma nova Constituição para este País. Mas, até o momento, não fomos capazes, em momento algum, em instante algum, de dar uma resposta ao sofrimento concreto, à situação de instabilidade, de insegurança por que passa o povo brasileiro. Acredito que este seria o momento da votação na Comissão de Sistematização. Aprovando estes dois projetos de decisão, poderíamos reapresentar os três outros que não foram rejeitados; nenhum deles foi rejeitado. Não houve **quorum** para



votação, porque, infelizmente, determinados setores, que representam os interesses do Governo nesta Comissão, retiraram os Parlamentares do plenário, para que não houvesse número e a votação não se processasse. Isso ocorreu ontem, novamente. Espero. Sr. Presidente, que hoje haja número para votar. Caso contrário, precisaremos realizar mais uma reunião amanhã, para que esta questão seja encaminhada ao Plenário.

Eu concluo, colocando o meu voto e minha integral solidariedade ao brilhante e oportuno projeto de decisão apresentado pelo Constituinte Paulo Ramos e, também, ao projeto de decisão apresentado pelo Constituinte Iram Saraiva, que torna mais fácil à população brasileira acompanhar o sofrimento daqueles que realmente a representam nesta Casa, que defendem, realmente, os seus interesses; acompanhar quem são aqueles que querem as transformações sociais e quem são aqueles que compraram o voto popular, para se fazerem parlamentares e defenderem os interesses das classes dominantes internacionais, aliadas as classes dominantes nacionais, para a continuidade da exploração do suor e do sangue do povo brasileiro. Muito obrigado.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem a palavra o nobre Constituinte Cardoso Alves.

**O SR. CONSTITUINTE CARDOSO ALVES:** – Sr. Presidente, nobres Srs. Constituintes:

É extremamente oportuna a discussão desta matéria. Tem, realmente, o povo o direito de conhecer em profundidade o pensamento até dos seus Constituintes. Eu, particularmente, julgo que o homem público deve ter uma transparência absoluta. O cidadão que aqui chegou, como mandatário do povo, tem o dever de prestar ao seu mandante todas as satisfações.

Creio que o sentido moderno da ação política exige que o povo conheça todos os passos, não apenas de seu representante, mas de todos aqueles agentes públicos que exerçam, de uma forma ou de outra, funções que vão influir nos destinos de cada cidadão, de cada grupo da sociedade, do povo, afinal.

Creio que desapareceram da concepção moderno de política os passes de mágica de grande habilidade de fazer com que as palavras ocultem o pensamento. Acho que o grande componentes da ação política, da política como ciência, como arte, como virtude do bem comum, é a verdade. O mínimo que o homem público está no dever de oferecer ao seu concidadão, ao seu mandante, àquele que era representante, é a verdade. Este é um valor absolutamente insuscetível de ser subtraído do conhecimento do povo. Modernamente, a grande virtude do homem público é ser verdadeiro, é ser franco, é ser claro, é ser transparente, é ser meridianamente identificável pelas suas ações, pelos seus atos e pelas suas obras.

Mas, Sr. Presidente, esta concepção de obrigar o cidadão a assistir a programas de televisão infundáveis, de incrível monotonia, em que "A" vota "Sim", "B" vota "Não", e o alfabeto multiplica-se por mais de vinte vezes, é absolutamente inaceitável! E uma tese de um autoritarismo indizível fazer com que todas as estações de televisão, simultaneamente em todo o País, que todas as retransmissoras em todas as regiões da Pátria,

em todos os municípios, em todos os lares, transmitam o voto de fulano ou de sicrano neste Parlamento; é, pelo menos, um orgulho de inteligência, é, pelo menos, uma grande pretensão, mas é, sobretudo, um ato de autoritarismo indizível.

Não entra na minha cabeça que se queira obrigar a todo cidadão, que more desde o Sul até o Norte, desde o Leste até o Oeste, a ligar a televisão e topar com um episódio monótono, constante, demorado, de assistir ao voto do seu representante e do representante de outras gentes. Que pretensão, Sr. Presidente! Como impormos um espetáculo de tamanho mau gosto – em nome da transparência, da franqueza, da verdade, da lealdade, da precisão, da representação popular – ao povo brasileiro! É de muito mau gosto uma coisa destas! Eu admitiria até que se tentasse impor às televisões, às estações de rádio, às retransmissoras, a lista dos votos dos representantes do povo; que houvesse um momento em que esses votos fossem transmitidos. O Constituinte Plínio Arruda Sampaio votou sim, o Constituinte Carlos Sant'Anna votou não, o Constituinte Nelson Carneiro se absteve, o Constituinte José Genoino apareceria a toda a hora votando, da maneira que gosta de votar. Seria até interessante! Seria um episódio que faria bem à democracia. Mas, obrigar o cidadão brasileiro a ligar a televisão e assistir aos seus representantes votarem "sim" ou "não", em todas as televisões, em todos os canais, em todas as estações de rádio, em todas as cidades, em todos os lares é muita pretensão, Sr. Presidente! Que coisa incrível! Que terrível ato de autoritarismo, de imposição! E se eu não quiser saber como vota determinado Constituinte? E se eu não quiser tomar conhecimento?

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOINO:** – Permite-me V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. CONSTITUINTE CARDOSO ALVES:** – V. Ex.<sup>a</sup> não perde por esperar. Conheço a sua compulsão de falar e nunca negaria o aparte a V. Ex.<sup>a</sup>. Eu lhe darei o aparte, daqui a instantes.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOINO:** – Estou esperando que V. Ex.<sup>a</sup> me conceda o aparte, nobre Constituinte.

**O SR. CONSTITUINTE CARDOSO ALVES:** – Mas, que coisa de mau gosto, Sr. Presidente: obrigar o povo brasileiro a não ter outra alternativa. A ligar a televisão e topar com o Constituinte José Genoino falando. Desliga e liga em outro canal, e o Constituinte José Genoino continua falando. Desliga e liga em outro canal e ainda está lá o Constituinte José Genoino falando! Parece que é brincadeira, mas não é. É um ato de pretensão e de autoritarismo.

Vamos procurar uma fórmula para fazer com que a transparência seja o apanágio da Câmara dos Deputados e do Senado Federal

Vamos procurar um jeito de fazer com que todo aquele cidadão que queira conhecer o voto de seu representante ou de outros representantes tenha meios para conhecê-lo. Mas, não vamos obrigar todo cidadão a conhecer o que ele não quer conhecer, a conhecer o que quer conhecer, e a conhecer o que ele quer desconhecer, até porque existe Constituinte que faço questão de não saber como é que ele vota, porque me sinto imediatamente, compelido a votar contra.

Vou conceder o aparte ao nobre Constituinte José Genoino.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos. Fazendo soar a campainha.):** – Lembro ao nobre orador que dispõe de 2 minutos para concluir.

**O SR. CONSTITUINTE CARDOSO ALVES:** – Vou pedir a boa vontade de V. Ex.<sup>a</sup> para dividir esse tempo generoso com o nobre Constituinte José Genoino, caso contrário S. Ex.<sup>a</sup> poderá adoeecer.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOINO:** – Não, nobre Constituinte Cardoso Alves, o meu aparte a muito breve. É apenas para lembrar a V. Ex.<sup>a</sup> que se o cidadão, ou V. Ex.<sup>a</sup>, estiver em casa e não quiser ouvir o pronunciamento deste ou daquele Constituinte, um ato rápido, automático, de desligar apenas o botão da televisão e V. Ex.<sup>a</sup> não ira vê-lo. A outra questão: quer dizer que V. Ex.<sup>a</sup> prefere o autoritarismo das telenovelas, dos enlatados? Esse autoritarismo que esta aí, as telenovelas, os enlatados, as mentiras que a televisão prega, com toda esse xaropada na cabeça do povo brasileiro? Prefiro que a verdade da Constituinte vá para lar da família brasileira em vez dos enlatados.

**O SR. CONSTITUINTE CARDOSO ALVES:** – Confesso a V. Ex.<sup>a</sup> que nem sempre, mas de vez em quando prefiro ver a programa "Viva o Gordo" a ouvir V. Ex.<sup>a</sup>. Tenha V. Ex.<sup>a</sup> certeza disto.

Sr. Presidente, vamos fazer com que o povo nos conheça, respeitando-o. Quando o povo não quiser ouvir o veto do Constituinte José Genoino ele desliga a televisão e vai, sim, ouvir o rádio-teatro, isto é, pelo menos, um respeito à liberdade de cada um.

**O SR. CONSTITUINTE PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO:** – Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. CONSTITUINTE CARDOSO ALVES:** – Vou conceder a V. Ex.<sup>a</sup> trinta segundos, para que dê o seu aparte.

**O SR. CONSTITUINTE PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO:** – Se V. Ex.<sup>a</sup> se dedicasse à caricatura seria realmente um sucesso, seria talvez o caricaturista mais louvado deste País, porque tem uma inegável capacidade, uma inegável verbosidade para transfigurar a realidade, transformá-la em algo hilariante e, com isso, tirar o efeito que conseguiu nesta Casa hoje. Mas o que V. Ex.<sup>a</sup> precisaria, com a responsabilidade de um Constituinte que é, é pensar no problemas na sua profundidade e, nesse sentido, venho dar uma contribuição a V. Ex.<sup>a</sup>. Acho que podemos fazer neste projeto, transformado em projeto de resolução, uma emenda permitindo que o trabalho de mostrar ao povo o que se fez aqui dentro seja tecnicamente trabalho e se insira na programação geral, deixando opção para o telespectador, mas sendo obrigatória para a televisão, que é concessionária do serviço público, a cessão de um horário para que possamos mostrar o que estamos fazendo aqui.

**O SR. CONSTITUINTE CARDOSO ALVES:** – Eu recebo o aparte de V. Ex.<sup>a</sup> como uma contribuição que enriquece o meu pronunciamento. Adoto o aparte de V. Ex.<sup>a</sup> e, desde logo, me ofereço a V. Ex.<sup>a</sup> para respaldar esta emenda que atende ao interesse público. Quanta a primeira parte do aparte de V. Ex.<sup>a</sup>, eu quero dizer que, de vez em

quando, eu não consigo esconder o meu sangue latino e minha descendência romana: romana no Direito, romana na língua, romana na Religião; e lembro a V. Ex.<sup>a</sup> que **Ridendo castigat mortes**, nobre Constituinte.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem a palavra o nobre Constituinte Oswaldo Lima Filho.

**O SR. CONSTITUINTE OSWALDO LIMA FILHO:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, tendo sido daqueles Constituintes que sufragaram o nome do nosso companheiro, Deputado Bernardo Cabral, para Relator do projeto de Constituição e desta Comissão, lamento vir a tribuna para discordar de dois pareceres de S. Ex.<sup>a</sup>. Aquele que ofereceu aos Projetos de Decisão nº 4, de 1987, do Sr. Constituinte Paulo Ramos, que veda, sob qualquer forma, a conversão da dívida externa no todo, ou em parte, em capital de risco no território nacional. E o Segundo, sobre o Projeto de decisão nº 5, do Sr. Constituinte Iran Saraiva, que torna obrigatório a transmissão, através da televisão e do rádio, das votações nominais realizadas no Plenário da Constituinte.

Em relação ao primeiro projeto, Sr. Presidente, quero salientar algumas reflexões. Não é possível que a Assembléia Nacional Constituinte, eleita por voto direto e secreto pela maioria ou pela unanimidade do povo, brasileiro, com a missão de elaborar o seu pacto social fundamental, esteja a se embarçar nessas lutas regimentais, e esteja a se imaginar enredada, com o gigante Gulliver nas praias de Liliput, amarrado a cordéis do próprio regimento: "A Constituinte não pode fazer isso: a Constituinte não pode fazer aquilo porque o regimento que ela mesma fez lhe impede".

Acho que deve ficar a juízo da maioria da Constituinte, da maioria da Comissão de Sistematização julgar ou não quanta à aplicação dos projetos de decisão.

A Constituinte, em Último análise, é o Parlamento na sua mais ampla decisão, na sua mais ampla concepção, naquilo que os parlamentares ingleses definiam ao dizer que o parlamento faz do preto o branco, e do quadrado o redondo: só não faz do homem, mulher. Pois o Parlamento que foi concebido, na sua origem, com este poder soberano, aqui está sendo diminuído, está sendo apequenado, está sendo humilhado, e a cada dia se diz que a Constituinte não pode fazer isso, e não pode fazer aquilo. E já surgiu até quem sugerisse que a Constituinte suspendesse os seus trabalhos.

Sr. Presidente, a matéria sobre o que versa o projeto do Sr. Constituinte Paulo Ramos é matéria de extrema gravidade; não adiantará nada ao Brasil estarmos aqui a fazer uma Constituição para o seu futuro se o nosso País for vendido aos nossos olhos, e o que se esta pretendendo é vender o Brasil loteado. Essa história de conversão da dívida externa, permitindo a aplicação de capitais de risco para aquisição de empresas nacionais na Bolsa, é a mais deslavada ofensiva que já se tentou contra a soberania nacional. A dívida externa monta a 108 bilhões de dólares, hoje; os juros devidos no exercício de 1986 montam a mais de 12 bilhões de dólares que não puderam ser pagos graças à moratória, em muito boa hora, decretada pelo Senhor Presidente da República,

a quem só faria um apelo, para que Sua Excelência mantenha a sua posição patriótica, de decretação da moratória a dela não recue pela pressão dos áulicos e dos interesseiros que querem prejudicar o seu Governo.

Pois, então, Sr. Presidente, se permitir essa conversão, esses 12 bilhões de dólares vão ser aplicados pelas companhias estrangeiras, pelos bancos credores na aquisição de parte da Petrobrás, da Eletrobrás da Vale do Rio Doce, de tudo aquilo que o povo brasileiro construiu com o seu sangue, com o seu suor e com o seu sacrifício. E tem mais: já se sabe hoje que os títulos da dívida brasileira, depois da decretação da moratória e depois de certas medidas tomadas pelo Citibank e outros bancos americanos têm sido negociados na bolsa de Nova Iorque com o deságio de 40% em favor do comprador.

Srs. Constituintes, isso iria permitir que os compradores desses títulos, com esse deságio, comprassem 12 bilhões de dólares de títulos, de ações, de empresas nacionais com uma vantagem de 40% e liquidar com a soberania nacional.

**O SR. CONSTITUINTE VIRGILDÁSIO DE SENNA:** – Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. CONSTITUINTE OSWALDO LIMA FILHO:** – Passo a ouvir o nobre Constituinte Virgildásio de Senna.

**O SR. CONSTITUINTE VIRGILDÁSIO DE SENNA:** – Nobre Constituinte Oswaldo Lima Filho. V. Ex.<sup>a</sup> tem assumido nesta Casa, com muita honra para nós, o papel de acicatar as consciências que ficam dormidas diante dos graves casos e do descaso com que os interesses nacionais são tratados.

**O SR. CONSTITUINTE OSWALDO LIMA FILHO:** – É uma luta que partilho com muitos companheiros, inclusive V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE VIRGILDÁSIO DE SENNA:** – Nobre Constituinte, vejo esta questão da conversão da dívida externa, da internacionalização da dívida externa brasileira, nos montantes que já estão disponíveis no Banco Central e que já somam, não os 12 bilhões que V. Ex.<sup>a</sup> se reporta, mas acerca de 20 bilhões de dólares...

**O SR. CONSTITUINTE OSWALDO LIMA FILHO:** – É muito mais grave.

**O SR. CONSTITUINTE VIRGILDÁSIO DE SENNA:** – ...quase um trilhão de cruzados, como uma das maiores ameaças que o povo brasileiro, ao longo de sua história, jamais passou. Quando leio e os jornais publicam como balão de ensaio, um documento como este, que foi reproduzido no **Jornal do Brasil** de ontem, que toda uma trama aparece à luz meridiana sem nenhuma pudor, creia V. Ex.<sup>a</sup> que é preciso a coragem que tem V. Ex.<sup>a</sup>, o seu passado de lutas, o seu espírito nacionalista para, serenamente como esta V. Ex.<sup>a</sup>, acicatar a consciência desta Casa, que não se esconda farisaicamente atrás de um Regimento, como quem lava as mãos como Pilatos (muito bem!), para que a Nação seja entregue, não seja vendida com comissões, nobres Constituintes, porque o deságio de 40% dos títulos brasileiros na internacionalização de nossa dívida abre espaços à maior corrupção da história deste País, que está embutida nesta transação que a Casa – e

me perdoe falar com a indignação que estou fazendo procure esconder-se atrás do Regimento, para não dizer que a Nação foi vendida, porque o Regimento não permitia que a Assembléia Nacional Constituinte, livre e soberana, adotasse uma decisão em defesa dos interesses nacionais. Continue V. Ex.<sup>a</sup> falando para que a Nação saiba que nem todos nesta Casa estão comprometidos com isto, que ainda há muita gente com vergonha. (Muito bem! Palmas)

**O SR. CONSTITUINTE OSWALDO LIMA FILHO:** – Nobre Constituinte Virgildásio de Senna, V. Ex.<sup>a</sup>, um estudioso de economia e finanças nesta Casa, que sempre tem ouvido com religiosa atenção, traz uma colaboração valiosíssima porque aprofunda a questão dos limites desse atentado que se está querendo praticar contra a Nação brasileira.

Indago, Srs. Constituintes: se amanhã, por desgraça, esta Nação fosse invadida nas suas fronteiras por um exército estrangeiro, nós iríamos discutir aqui o Regimento Interno? Porventura, o Congresso Nacional discutiu o Regimento Interno quando se tratou de declarar impedido o Sr. Presidente Carlos Luz para empossarmos o Sr. Nereu Ramos na Presidência da República e, conseqüentemente, assegurarmos a posse do Presidente Juscelino Kubitschek? Ninguém cogitou de Regimento. Como é que hoje, diante de um fato dessa gravidade, vem o meu prezado amigo Relator Bernardo Cabral dizer que não pode dar parecer porque o Regimento impede? Afinal de contas, esta Assembléia não deveria temer nem os regimentos armados, muito menos as leis internas que ela mesma fez.

Por tudo isso, Sr. Presidente, não compreendo como a Assembléia Nacional Constituinte não posse e nem deva aprovar o Projeto de Decisão nº 4, de autoria do Sr. Constituinte Paulo Ramos. Se tivéssemos outra forma de solução, se o Congresso Nacional estivesse funcionando na sua normalidade, então seria o caso de invocarmos o Regimento e dizermos que a matéria seria disciplinada em lei ordinária, em regime de urgência, que os Partidos representados nesta Casa certamente teriam a hombridade e o patriotismo de propor.

Sr. Presidente, se não temos nenhuma alternativa, o melhor e voltarmos ao velho princípio romano: **Salus populi supreme lex esto** – "Que a salvação do povo seja a suprema lei". O interesse da Nação brasileira é o de votar este projeto para pôr um dique aos que querem vender o Brasil, vender as empresas nacionais e que estão conspirando aí, segundo noticiam os jornais, como se sabe nas negociações da bolsa, do comércio, da indústria. Pois bem, os que querem defender a Nação brasileira, e que os seus filhos construíram ao longo de década de suor de sacrifício, votarão com o projeto do Sr. Constituinte Paulo Ramos. E vamos requerer verificação nominal, para que aqueles que, farisaicamente, querem como bem lembrou o nobre Constituinte Virgildásio de Senna, esconder-se atrás do biombo do Regimento, fiquem marcados perante a História Nacional. (Muito bem! Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Com a palavra o nobre Constituinte Nilton Friedrich.

**O SR. CONSTITUINTE NELTON FRIEDRICH:** — Sr. Presidente, ilustres Constituintes, em 1946, o Brasil ao reencontrar o processo democrático, conclui os trabalhos da sua Assembléia Nacional Constituinte. Passam-se 30 anos, a Nação brasileira, ansiosa por mudanças estruturais, buscando uma nova ordem constitucional que pudesse produzir uma nova ordem política, econômica e social, consagra no último pleito a presença dos Constituintes como operários dessa obra, delegados dos cidadãos e das cidadãs brasileiras.

Quando nesta hora se discute, para em seguida votarmos a transmissão obrigatória por emissoras de televisão e rádio de todas as votações nominais realizadas no Plenário da Assembléia Nacional Constituinte, entendemos ser de fundamental importância este procedimento, porque se passaram 40 anos, talvez outros 40 anos se passarão até que outra oportunidade tenhamos de realizar um trabalho como este. E é preciso que, na hora da decisão, do voto nominal, que construirá artigo por artigo do novo texto constitucional, a Nação possa acompanhar o que seus delegados estão fazendo.

Tem sido normal em nosso País muitos políticos, na campanha eleitoral fazerem a pregação do social e, na hora dos votos no Congresso Nacional, manterem a estrutura de marginalização e de injustiça existente entre nós.

Quantos são aqueles que na praça pública, nas campanhas, nas ruas, nas universidades, nos sindicatos e nos palanques fazem a defesa das mudanças profundas e desejam construir uma sociedade mais justa e, aqui, acabam reproduzindo as regras que efetivamente apenas multiplicam os problemas da mesma estrutura, da mesma sociedade.

Portanto, é fundamental que possamos desnudar os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte no seu momento mais decisivo, que é o do voto, para que o cidadão e a cidadã possam saber como e que o seu representante votou, ao lado de quem esta, com quem se comprometeu realmente e que tipo de proposta avaliza.

Ouvimos aqui que seria autoritarismo obrigar o cidadão a assistir à transmissão. Será que é autoritarismo o Tribunal Regional Eleitoral obrigar os meios de comunicação a publicar, a produzir os materiais dos partidos políticos a desses candidatos que vem aqui, agora, acusar isso de autoritarismo? O horário político gratuito não é autoritário, não obriga o cidadão a dele participar. Não deve a Nação ser obrigada a assistir ao voto na Assembléia Nacional Constituinte, que não é um voto que servira para um período pós-eleitoral, mas que talvez ira reproduzir um trabalho que durara décadas.

O que é mais grave. Sr. Presidente, é que nem se lê a fundo a proposta, porque se o art. 1 diz:

"É criada a obrigatoriedade de transmissão de televisão e de rádio de todas as votações nominais realizadas no Plenário da Assembléia Nacional Constituinte."

O parágrafo único desmonta todos aqueles que aqui vieram negar a possibilidade de a Nação testemunhar o voto dos seus representantes, porque o parágrafo único diz que "As transmissões deverão ser efetuadas ao vivo, na sua totalidade ou em **flashes**", e no que se refere à televisão também em videoteipe. É preciso ler, ir a fundo

ao art. 1º e seu parágrafo, porque é no parágrafo que abre a possibilidade para ajustar a programação das próprias redes de rádio e televisão, que possibilita à televisão fazer o teipe, mas, registrar a votação. Quem votou em favor da exploração mineral nas mãos das multinacionais? A televisão registrará em videoteipe, para a história deste País, para os cidadãos brasileiros, como e que se votou, por exemplo, a questão da reforma a agrária. E não está aí uma proposta que é pior do que a que foi gerada na maternidade da ditadura, o Estatuto da Terra? Cem vezes pior é a proposta de reforma agrária que se tem hoje do que aquela que o Marechal Castello Branco outorgou aos brasileiros.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** — V. Ex.<sup>a</sup> dispõe de 2 minutos para concluir.

**O SR. CONSTITUINTE NELTON FRIEDRICH** — Será que não se quer, na verdade, evitar que as rádios desta País possam levar aos mais distantes rincões o registro de como é que votou o Constituinte na questão da escola pública, da escola comunitária, da escola sem fins lucrativos? E como votou o Constituinte na questão tecnológica, da reserva de mercado, que é o novo nome da soberania nacional? Será que, na verdade, não é muito mais isso do que se deseja? Ou, caso contrário. Sr. Presidente, esse parágrafo único não está sendo compreendido, porque — insisto — possibilita aos meios de comunicação adequar a sua programação ao registro das votações; possibilita a instantaneidade do rádio de promover os **flashes**; possibilita, portanto, o registro histórico do momento do voto de cada Constituinte.

Falece, portanto, a argumentação de que se procura aqui tergiversar no sentido de se obter uma forma de imposição, como se autoridade fosse a transmissão direta, quando — insisto — é normal que num momento histórico como este tivéssemos uma cadeia de rádio e televisão a fazer os registros, e, mais ainda, com essa faculdade que o parágrafo único registra.

A liberdade entre nós é uma liberdade capenga, porque é muito mais para aqueles que dispõem de dinheiro para comprá-la. O caráter público dos instrumentos de comunicação vem-se perdendo neste País.

Até nos Estados Unidos, que muita gente quer copiar, mais exatamente os pontos de sua exploração, os próprios meios de comunicação têm um caráter mais público na medida em que a renovação de suas concessões são de cinco anos e para o nosso País sequer quinze, trinta anos.

Por isso, eu faço este registro, Sr. Presidente. Não pretendia nem falar mais. Mas estou até preocupado, porque ou se lê a proposta no todo ou estarão se enganando, inclusive, os Constituintes que aqui estão presentes.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** — Tem a palavra o nobre Constituinte Gerson Peres.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON**

**PERES:** — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, peço que V. Ex.<sup>as</sup> não se aborçam comigo, mas vou ler o § 7º do art. 5º do Regimento da Constituinte, que diz:

"Os projetos de Decisão destinam-se a sobrestar medidas que possam ameaçar os trabalhos e as decisões soberanas da Assembléia Nacional Constituinte."

Pelo amor de Deus! Como mostrarmos ao povo, na televisão, o que poderá afetar ou não a soberania e os trabalhos da Constituinte? Com todo o respeito que tenho pelo autor da proposição, dileto companheiro desta Casa, mas o caminho não é este. Por isto é que dizem que, aqui na Assembléia Nacional Constituinte, as coisas não são bem colocadas, são mal feitas. Mas onde é que uma televisão, colocada neste Plenário, focando o rosto do eminente Líder Pimenta da Veiga ou do Sr. Mário Covas, ou do ilustre Constituinte Iram Saraiva ou do Constituinte Paulo Ramos ou de outros tantos, vai afetar a soberania e os trabalhos da Constituinte? Eu gostaria até de votar nesta proposição, mas é contraproducente, fere a nossa inteligência. Por isto, alerto os colegas, ansiosos para votar nesta proposição, que escolham outro caminho, um projeto de resolução, como diz o Relator. Ele remete este trabalho para o Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, a fim de que S. Ex.<sup>a</sup> mande elaborar um projeto de resolução e nos mande esse projeto para que possamos vota-lo.

O Regimento Interno, no art. 76, já prevê um programa de televisão chamado **Diário da Constituinte** que, alias, é uma boa propaganda da Assembléia Nacional Constituinte, mas que deveria merecer uma atenção melhor, para que todos os Constituintes pudessem aparecer nesse programa, apresentando suas idéias, seus pensamentos e se interrogados por um repórter, pudessem declarar se seriam ou não a favor da estabilidade do trabalhador, das 40 horas, das férias em dobro etc. Ai sim, nesse programa todos os Constituintes deveriam aparecer. Porém, o que está acontecendo é que quem está aparecendo no Diário da Constituinte é o Sr. Renato Archer. Ministro da Ciência e da Tecnologia, o Sr. Paulo Brossard. Ministro da Justiça, que não têm nada a ver com a Constituinte: sempre aparece um "gaiato" para criticá-la; aparece a convenção do PMDB. Esse é o **Diário da Constituinte** que está sendo apresentado nos televisores das nossas casas todos os dias. Penso que estou falando a verdade. Na minha vida pública, acostumei-me a falar sempre a verdade. Diziam-me que falar a verdade não é a um favor que se faz, mas um dever que se cumpre diante de Deus e da sociedade. Portanto, o **Diário da Constituinte** precisa ser ajustado a este projeto, para que todos possam aparecer e dizer o que pensam sobre as matérias inseridas no anteprojeto que estamos votando.

Peço permissão ao meu eminente colega Iram Saraiva para discordar e a tantos outros que vão votar, para não acompanhar S. Ex.<sup>a</sup>. Pelo bom-senso, peço aos colegas que acompanhem o Relator. Por que vamos bancar os incoerentes, os contraditórios? Vamos ferir o regimento ao votar um projeto desse. Depois, um projeto que não ecoa bem na sociedade. Ninguém vai querer olhar para a nossa cara durante quatro horas, aqui, para dizer sim ou não a uma determinada matéria. Nem a televisão foi instalada para esses fins. A televisão pode se ocupar de transmitir o fato em si, o resultado em si, mas um por um, como se fôssemos militarizados; vamos entrar em fila e a câmera de televisão vai ter que nos enfocar para que todo Brasil saiba como eu votei em determinada matéria. Isto é patrulhamento através da comunicação, é cerceamento da liberdade, é

pressão indevida que fere os princípios naquilo que estamos propondo na nossa Carta Política.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ MAURÍCIO:** – Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Com muita honra, nobre Constituinte,

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ MAURÍCIO:** – Constituinte Gerson Peres, V. Ex.<sup>a</sup> me parece que caminha em bases falsas na linha do seu raciocínio. V. Ex.<sup>a</sup> começa por confessar a inoportunidade, a inadequação e a superação do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte. Sucede que, por outro lado, V. Ex.<sup>a</sup> identifica no Projeto de Decisão que estamos a discutir um patrulhamento que, possivelmente, seja um patrulhamento ideológico. Não veja V. Ex.<sup>a</sup> patrulhamento algum numa hora em que as coisas neste País precisam ser claras, cristalinas, translúcidas. Ou V. Ex.<sup>a</sup> acaso teme, receia pelo voto que vai proferir durante a votação da nossa Constituição? Acaso V. Ex.<sup>a</sup> estaria de acordo, pelo outro lado, em convalidar, entregar, em submeter, em tornar cada vez mais dependente o povo brasileiro, rejeitando o Projeto Decisão do Deputado Paulo Ramos? Sinceramente, Ex.<sup>a</sup>, não concordo, não aceito e **data vênia**, parece que eu estou a ver que V. Ex.<sup>a</sup> está retroagindo no encaminhamento desta discussão.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Recebo o aparte de V. Ex.<sup>a</sup>, embora com ele eu não possa concordar. Se a imprensa do meu País não fosse livre, V. Ex.<sup>a</sup> teria razão, eu teria medo de votar, se eu não fosse um homem livre para dizer desta Tribuna o que penso, talvez V. Ex.<sup>a</sup> tivesse razão.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Comunico a V. Ex.<sup>a</sup> que seu tempo está esgotado: peço a V. Ex.<sup>a</sup> que conclua.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Vou concluir, Sr. Presidente, mas permita que responda o aparte senão fico sem deixar nos Anais a resposta devida ao meu brilhante colega.

Repetindo, portanto, se eu não fosse um homem livre, então eu poderia até concordar com V. Ex.<sup>a</sup> Temer o que, nesta Constituinte? Jornalistas estão todos aí, a imprensa está aí a nos olhar, o povo a ler os jornais. Então, eu não estou dizendo que estou contra, no mérito, ao trabalho do Deputado Paulo Ramos, que aliás se aborreceu, há pouco, comigo. Mas estimo o meu nobre colega, acho-o um colega idealista, brilhante. No mérito, o seu trabalho é muito bom para proteger a empresa brasileira contra o avanço do capital estrangeiro, só que a proteção da empresa brasileira contra o avanço do capital estrangeiro não ameaça esta Constituinte, porque, se tudo ameaça esta Constituinte, ela não terá dignidade, não terá poder constituído para elaborar uma carta política onde até se pode inserir uma norma constitucional que se compatibilize com o que deseja o nobre Constituinte Paulo Ramos.

Portanto, nobre colega, o aparte de V. Ex.<sup>a</sup> é muito oportuno, para justificar a inoportunidade deste projeto de que o meu retrato e o de V. Ex.<sup>a</sup> vão ameaçar os trabalhos e a soberania da Assembléia Nacional Constituinte. Isto, nobre colega, se não dá para rir perdoe-me, com todo o respeito que tenho com o nobre colega, dá para chorar.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Está encerrada a discussão. Foi invertida a Ordem do Dia, porque, inicialmente não havia número para votação do Projeto de Decisão nº 4, referente a vedação, por qualquer fórmula, para conversão da dívida externa no todo e em parte em capital de risco.

Sobre a mesa, requerimento do Constituinte Oswaldo Lima, pedindo votação nominal.

Os Srs. Constituintes que aprovam a votação nominal queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Convido o nobre Constituinte Antônio Mariz para proceder a chamada dos votos.

**O SR. CONSTITUINTE HUGO NAPOLEÃO:** – Sr. Presidente, peço a palavra, para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem a palavra V. Ex.<sup>a</sup> para uma questão de ordem.

**O SR. CONSTITUINTE HUGO NAPOLEÃO:** – Sr. Presidente, o art. 21, § 2º do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte estabelece que as deliberações nas Comissões e Subcomissões exigirão maioria absoluta de votos.

Segundo informações colhidas neste plenário, a Mesa teria intenção de louvar-se no art. 33 do mesmo Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, que determina que as deliberações sobre matéria constitucional serão sempre tomadas pelo processo nominal, e por maioria absoluta de votos dos membros da Assembléia; as demais serão tomadas por maioria simples de votos, adotando-se o processo simbólico, salvo disposição regimental expressa ou deliberação do Plenário em outro sentido.

Gostaria de aduzir na questão de ordem, Sr. Presidente, que entendo que o art. 33 do Regimento da Assembléia Nacional Constituinte refere-se exclusiva e precipuamente às votações em plenário, mas não as votações nas Comissões, dentre as quais avulta, evidentemente, a de Sistematização.

Era o questionamento de ordem que queria formular a V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Vou responder à questão de ordem.

A questão de ordem manifestada por V. Ex.<sup>a</sup> menciona um artigo.

**O SR. CONSTITUINTE HUGO NAPOLEÃO:** – Artigo 21, § 2º.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Parágrafo 2º que se refere exclusivamente a matéria Constitucional, quando trata do funcionamento das Subcomissões.

O outro, art. 33, diz expressamente que, não sendo constitucional, a matéria pode ser deliberada por maioria absoluta, e esta Comissão já adotou esta opção de votar projetos de decisão por maioria simples.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Concedo a palavra, pela ordem, a V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – Sr. Presidente, gostaria que, em obediência ao próprio Regimento Interno, a votação fosse simbólica, em primeiro lugar, para, depois, ser feita a verificação normal.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Mas já foi aprovada pelo Plenário a votação nominal.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – E que V. Ex.<sup>a</sup> submeteu, primeiramente, a apreciação do requerimento.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A votação simbólica, evidentemente fica prejudicada porque houve um requerimento de votação nominal que já foi aprovado pelo plenário.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – É que eu estou pedindo uma questão de ordem para que V. Ex.<sup>a</sup> reformule a decisão, na medida em que não pode uma preliminar levantada atropelar o Regimento Interno desta Casa. A votação primeiro, há de ser feita pelo processo simbólico para, depois, uma vez seja feita a solicitação, com o apoio de mais três Constituintes, ser feita pelo processo nominal.

Eu peço a V. Ex.<sup>a</sup> que reformule a decisão e faça primeiro a votação pelo processo simbólico.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – V. Ex.<sup>a</sup> está se referindo a uma hipótese que não ocorreu, que é a verificação de voto. V. Ex.<sup>a</sup> está confundindo verificação de voto com votação nominal.

O requerimento sobre a mesa pede a votação nominal e não verificação de votos.

Indefiro, portanto a questão de ordem de V. Ex.<sup>a</sup>

Vamos proceder à chamada dos Srs. Membros da Comissão para votação do Projeto de Decisão nº 4 desta Comissão.

Tem a palavra o Constituinte Antônio Mariz. Peço a S. Ex.<sup>a</sup> que vá anunciando os votos a favor e os votos contra.

(Inicia-se a votação.)

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FOGAÇA:** – Para um esclarecimento, Sr. Presidente, sobre o processo de votação.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Está em votação o Projeto de Decisão nº 4.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FOGAÇA:** – É que me parece que não está claro, Sr. Presidente, como os membros da Comissão de Sistematização devam votar "não" ao parecer e "sim" ao parecer.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – O parecer foi contrário ao projeto. Os que votam "não", votam contra o parecer e a favor do projeto; os que votam "sim" votam com o parecer.

(Procede-se a votação.)

**O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA:** – Sr. Presidente, uma questão de ordem. (Assentimento do Presidente.)

Estão sendo chamados os suplentes? Não é pela ordem de inscrição no livro?

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Está sendo feita a chamada pela ordem nominal de todos os Srs. Constituintes.

(Prossegue a votação.)

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Vai ser feita a apuração. (Pausa.) Votaram "sim", 4 Constituintes e "não", 44. Total: 44 votos.

Não havendo **quorum** para votação, fica encerrada esta reunião.

*(Levanta-se a reunião às 16 horas e 40 minutos.)*

### 10ª Reunião Extraordinária

Aos dez dias do mês de julho do ano de mil novecentos e oitenta e sete, às dezenove horas e cinco minutos, no Plenário da Câmara dos Deputados, reuniu-se a Comissão de Sistematização, sob a Presidência do Senhor Constituinte Aluizio Campos. Primeiro Vice-Presidente, no exercício da Presidência, presentes os Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Aloysio Chaves, Antonio Carlos Konder Reis, Carlos Mosconi, Celso Dourado, Chistovam Chiaradia, Edme Tavares, Fernando Gasparian, Gerson Peres, Francisco Rossi, Haroldo Sabóia, Jarbas Passarinho, João Calmon, José Fogaça, José Geraldo, José Lins, José Mauricio, José Paulo Bisol, José Ulisses de Oliveira, Lysâneas Maciel, Manoel Moreira, Paulo Pimentel, Paulo Ramos, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Severo Gomes, Sigmaringa Seixas, Virgildásio de Senna, Bocayuva Cunha, Bonifácio de Andrada, Délio Braz, Enoc Vieira, Hugo Napoleão, João Alves, Jonas Pinheiro, José Tavares, José Tinoco, Mozarildo Cavalcanti, Nelson Wedekin, Octávio Elísio, Ottomar Pinto, Paes Landim e Vicente Bogo. Estiveram presentes, também, os Senhores Constituintes, não-membros: Nelson

Aguiar, Carrel Benevides, Chico Humberto e Moema São Tiago. Deixaram de comparecer os senhores Constituintes: Adolfo Oliveira, Afonso Arinos, Alcení Guerra, Alfredo Campos, Almir Gabriel, Antonio Farias, Antonio Carlos Mendes Thame, Arnaldo Prieto, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Brandão Monteiro, Carlos Chiarelli, Carlos Sant'Anna, Cid Carvalho, Cristina Tavares, Darcy Pozza, Egidio Ferreira Lima, Eraldo Tinoco, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Lyra, Francisco Benjamin, Francisco Dornelles, Francisco Pinto, Gastone Righi, Haroldo Lima, Ibsen Pinheiro, Inocêncio Oliveira, Jamil Haddad, João Herrmann Neto, Joaquim Bevilacqua, Jose Freire, José Ignácio Ferreira, Jose Jorge, José Luiz Maia, José Richa, José Santana de Vasconcellos, José Serra, José Thomaz Nonô, Luis Eduardo, Luis Ignácio Lula da Silva, Marcondes Gadelha, Mário Assad, Mário Lima, Milton Reis, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nelton Friedrich, Nilson Gibson, Oscar Corrêa, Osvaldo Coelho, Osvaldo Lima Filho, Pimenta da Veiga, Plínio de Arruda Sampaio, Prisco Viana, Ricardo Fiúza, Roberto Freire, Rodrigues Palma, Sandra Cavalcanti, Siqueira Campos, Theodoro Mendes, Virgílio Távora e Wilson Martins. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, anunciando que a reunião se destinava a iniciar a discussão do Projeto de Constituição oferecido pelo Senhor Relator, Constituinte Bernardo Cabral. Entretanto, considerando que não

havam sido distribuídos os avulsos do documento a ser discutido, até aquele momento, o Senhor Presidente convocou reunião ordinária para o dia onze de julho corrente, às dez horas, no mesmo local, com a mesma pauta (discussão do Projeto de Constituição), declarando encerrada a reunião às dezenove horas e seis minutos. O inteiro teor da reunião foi gravado devendo ser publicado no **Diário da Assembléia Nacional Constituinte** e constituir-se-a na Ata circunstanciada dos trabalhos. E, para constar, eu, Maria Laura Coutinho, secretária, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá a publicação.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Há número regimental para abrir a reunião, mas a Presidência da Comissão ainda não recebeu o parecer de S. Ex.<sup>a</sup> o Sr. Relator, que nem mesmo foi distribuído aos seus Membros, por motivos que até agora desconhecemos, mas estão vinculados à impressão da matéria. Como esse parecer diz respeito à Ordem do Dia estabelecida para início da discussão, declaro encerrada a presente reunião, convocando outra para amanhã às 10 horas, neste mesmo local.

Está encerrada a reunião.

*(Levanta-se a reunião às 19 horas e 4 minutos.)*

### Ata da 11ª Reunião Extraordinária Comissão de Sistematização

Aos onze dias do mês de julho do ano de mil novecentos e oitenta e sete, às dezesesseis horas e trinta e quatro minutos, no Plenário da Câmara dos Deputados, reuniu-se a Comissão de Sistematização, sob a Presidência do Senhor Constituinte Aluizio Campos. Primeiro-Vice-Presidente, no exercício da Presidência, presentes os Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Adolfo Oliveira, Afonso Arinos, Alcení Guerra, Almir Gabriel, Aloysio Chaves, Antonio Carlos Konder Reis, Arnaldo Prieto, Antonio Carlos Mendes Thame, Artur da Távora, Bernardo Cabral, Brandão Monteiro, Carlos Mosconi, Carlos Sant'Anna, Celso Dourado, Christóvam Chiaradia, Cid Carvalho, Cristina Tavares, Edme Tavares, Egidio Ferreira Lima, Eraldo Tinoco, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Gasparian, Fernando Henrique Cardoso, Francisco Dornelles, Francisco Benjamin, Francisco Pinto, Francisco Rossi, Gastone Righi, Gerson Peres, Haroldo Lima, Haroldo Sabóia, Ibsen Pinheiro, Inocêncio Oliveira, Jamil Haddad, Jarbas Passarinho, Joaquim Bevilacqua, José Fogaça, José Geraldo, José Ignácio Ferreira, José Jorge, José Lins, José Luiz Maia, José Mauricio, José Paulo Bisol, José Richa, José Santana de Vasconcelos, José Serra, José Thomaz Nonô, José Ulisses de Oliveira, Luiz Eduardo, Lysâneas Maciel, Ma-

noel Moreira, Marcondes Gadelha, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nelton Friedrich, Nilson Gibson, Oscar Corrêa, Osvaldo Lima Filho, Paulo Pimentel, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Plínio de Arruda Sampaio, Raimundo Bezerra, Renato Viana, Ricardo Fiúza, Roberto Freire, Rodrigues Palma, Sandra Cavalcanti, Severo Gomes, Sigmaringa Seixas, Siqueira Campos, Virgildásio de Senna, Virgílio Távora, Wilson Martins, Aécio Neves, Aldo Arante, Antônio Mariz, Bocayuva Cunha, Bonifácio de Andrada, Chagas Rodrigues, Daso Coimbra, Délio Braz, Enoc Vieira, Euclides Scalco, Hugo Napoleão, João Agripino, João Menezes, João Natal, José Carlos Grecco, José Genóino, José Maria Eymael, José Tavares, José Tinoco, Luiz Henrique, Luiz Salomão, Mozarildo Cavalcanti, Nelson Wedekin, Octávio Elísio, Ottomar Pinto, Paes Landim, Vicente Bogo e Vilson Souza. Compareceram, também os Senhores Constituintes não membros da Comissão: Nelson Aguiar, Mauro Borges, Cardoso Alves, Florestan Fernandes, Raimundo Rezende, Ademar de Barros Filho, Edmison Valentin, Amaury Müller, Matheus Iensen e Lídice da Mata. Deixaram de comparecer os Srs. Constituintes: Alfredo Campos, Antonio Farias, Carlos Chiarelli, Darcy Pozza, Fernando Lyra, João Calmon, João Herrmann Neto, José Freire, Luis Inácio Lula da Silva, Mário Assad, Mário Lima, Milton Reis, Osvaldo Coelho, Prisco Viana e Theodoro Mendes. Havendo número regi-

mental o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, anunciando a distribuição da Ata da reunião anterior, por cópia, que foi aprovada unanimemente; anunciou, também, a leitura, procedida pela Secretária, do Ofício GP-0/375/87-ANC, datado do dia dois do corrente mês, do Senhor Presidente da Assembléia Nacional Constituinte e dirigido ao Presidente da Comissão, contendo esclarecimentos sobre o tratamento a ser dispensado às emendas de mérito oferecidas ao Anteprojeto de Constituição do Relator. A reunião se destinou à discussão e votação do Parecer do Relator, com o seu Projeto de Constituição. Com a palavra, o Senhor Constituinte Fernando Henrique Cardoso abordou os entendimentos havidos entre as lideranças partidárias, que concluiu pela aprovação do Projeto do Relator, sem discussão, e pelo envio das emendas excluídas, qualquer que tenha sido o motivo do não-acolhimento, ao Presidente da Assembléia, para renumeração e apreciação da fase próxima, quando do retorno da matéria (Projeto e emendas) a esta Comissão, para novo parecer. Falaram, em seguida, enfocando matérias jornalísticas alusivas aos trabalhos da Comissão, os Senhores Constituintes Virgildasio de Senna e Cristina Tavares, tendo o Senhor Relator, Constituinte Bernardo Cabral, lido nota sobre o assunto, com a assinatura de todos os Líderes partidários presentes, bem como da Senhora Constituinte Sandra Cavalcanti, indicada como autora de algumas críticas aos trabalhos desenvolvidos na Comissão; a nota negou a versão dos fatos apresentada na imprensa. Em seguida, falaram, também, sobre o Projeto de Constituição e o acordo anunciado, os Senhores Constituintes Bernardo Cabral, Alcení Guerra, Gastone Righi, Virgílio Távora, Plínio de Arruda Sampaio, Jamil Haddad, Mauro Borges, Haroldo Lima, Roberto Freire, Brandão Monteiro, Gerson Peres, Fernando Henrique Cardoso, José Lins, Siqueira Campos, Bocayuva Cunha, Oscar Corrêa, Aluizio Campos, José Costa, José Genoino, Adolfo Oliveira, Eraldo Tinoco, Francisco Dornelles Hugo Napoleão, Paes Landim, Ademir Andrade, Paulo Ramos, Vicente Bogo, Fernando Bezerra Coelho, Francisco Benjamim, Antonio Carlos Mendes Thame, Luís Eduardo, Nelson Friedrich, Oswaldo Lima Filho, Carlos Sant'Anna, Inocêncio Oliveira, Mário Covas, José Maria Eymael e Joaquim Bevilacqua. Em pronunciamentos feitos por todos os Senhores Líderes partidários presentes e outros Senhores Constituintes, à exceção do Senhor Constituinte Antonio Farias, líder do PSB, ausente, houve unanimidade quanto ao encaminhamento sugerido no acordo de lideranças. Às dezessete horas e quarenta minutos assume a Presidência o seu titular, Constituinte Afonso Arinos, permanecendo até o final da reunião. Tendo havido, mediante o acordo celebrado, a supressão da fase destinada à discussão da matéria, o Senhor Presidente anunciou que submeteria a votação o Projeto, ressalvadas as emendas e os destaques existentes, informando que, para a consagração do acordo, havia a necessidade de que os autores de requerimentos de destaques ou de emendas se manifestassem sobre o assunto. Foram retirados, então, os Requerimentos de destaques, à exceção do apresentado pelo Senhor Constituinte Gastone Righi, este com o apoio dos Senhores Constituintes Inocêncio Oliveira, Antonio Carlos Mendes Thame, Brandão Monteiro e Oswaldo Lima Filho, com o sentido de votar, separadamente, o art. 336 do Projeto de Constituição apresentado. Em votação, pelo processo nominal, o Projeto foi aprovado por setenta e seis votos favoráveis e quinze contrários. Votaram "sim" os Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Almir Gabriel, Aluizio Campos, Artur da Távora, Bernardo Cabral, Carlos Mosconi, Carlos Sant'Anna, Celso Dourado, Cid Carvalho, Cristina Tavares, Egidio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Gasparian, Fernando Henrique Cardoso, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, Ibsen Pinheiro, José Fogaça, José Geraldo, José Ignácio

Ferreira, José Paulo Bisol, José Richa, José Serra, José Ulisses de Oliveira, Manoel Moreira, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nelson Friedrich, Nilson, Gibson, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Severo Gomes, Sigmaringa Seixas, Virgildasio de Senna, Wilson Martins, Antonio Mariz, Daso Coimbra, Euclides Scalco, João Natal, José Carlos Grecco, José Costa, José Tavares, Nelson Wedekin, Octávio Elísio, Vilson Souza, Afonso Arinos, Alcení Guerra, Aloysio Chaves, Antonio Carlos Mendes Thame, Arnaldo Prieto, Christóvam Chiaradia, Edme Tavares, Inocêncio Oliveira, José Jorge, Marcondes Gadelha, Paulo Pimentel, Antônio Carlos Konder Reis, Gerson Peres, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia, Virgílio Távora, Hugo Napoleão, Mozarildo Cavalcanti, Bonifácio de Andrada, Brandão Monteiro, José Maurício, Lysâneas Maciel, Plínio de Arruda Sampaio, Adolfo Oliveira, Siqueira Campos, Haroldo Lima, Roberto Freire e Jamil Haddad. Votaram "não" os Senhores Constituintes: Oswaldo Lima Filho, Délio Braz, Eraldo Tinoco, Francisco Benjamim, Francisco Dornelles, José Lins, José Thomaz Nonô, Luiz Eduardo, Oscar Corrêa, Ricardo Fiúza, Sandra Cavalcanti, Paes Landim, Francisco Rossi, Gastone Righi e Joaquim Bevilacqua. Passando-se à votação do Requerimento de destaque ao art. 336 do Projeto, o mesmo foi rejeitado, por setenta e oito votos contrários e seis favoráveis. O Senhor Constituinte Oswaldo Lima Filho, após considerações sobre seus pedidos de destaque, comunicou ao Presidente que os retirava para não atrapalhar o encaminhamento proposto no acordo de lideranças. Apresentaram declaração de votos os Senhores Constituintes: José Lins, Hugo Napoleão, Daso Coimbra, Roberto Freire, Nelson Friedrich, Vilson Souza, Arnaldo Prieto, Inocêncio Oliveira, Plínio de Arruda Sampaio, José Genoino, Haroldo Lima, Brandão Monteiro, Oswaldo Lima Filho, Oscar Corrêa, Francisco Benjamim, Sandra Cavalcanti, Ricardo Fiúza, José Thomaz Nonô, Eraldo Tinoco, José Santana de Vasconcellos, Luís Eduardo, Enoc Vieira, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia, Antônio Carlos Konder Reis, Bonifácio de Andrada, Gerson Peres, Ademir Andrade e José Maria Eymael. Proclamados os resultados das votações, o Senhor Presidente leu e submeteu ao plenário Requerimento do Senhor Relator – Constituinte Bernardo Cabral – solicitando a dispensa de redação final do Projeto de Constituição, considerando que não houve alteração no texto apresentado e votado. Em votação, o requerimento foi aprovado, unanimemente. Antes de encerrar a reunião, o Senhor Presidente convocou uma reunião extraordinária, a seguir, destinada à votação dos Projetos de Decisão de números 4/87-ANC e 5/87-ANC. Em seguida, o Senhor Presidente, em rápidas palavras, disse que chegava-se ao final de uma fase dos trabalhos, confessando-se extremamente sensibilizado não apenas com a colaboração brilhante dada por todos, como também pela soma das experiências parlamentares e de conhecimentos que foram fortemente exigidos pela intervenção de tantos Constituintes; lamentou não haver o conhecimento suficiente da opinião pública nacional do que se realizava, em termos sem precedentes na história constitucional do Brasil, ressaltando que "se desenvolve, com a participação de todos, uma ação concertada, norteada no sentido de coordenar, estimular, recriar iniciativas que já vinham das Subcomissões e Comissões Temáticas", chamando a atenção para o fato de que naquele instante ali eram menos de cem, mas lá fora havia mais de cem milhões aguardando a conclusão da obra que se está erigindo, diante das carências, das esperanças, das decepções e dos sofrimentos de toda uma geração. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião, às dezenove horas e cinquenta e quatro minutos. O inteiro teor desta reunião foi gravado, devendo ser publicado no Diário da Assembléia Nacional Constituinte, constituindo-se na Ata circunstanciada dos trabalhos. E, para constar, eu, Maria Laura Coutinho, Se-

cretária, lavrei a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Havendo número regimental, declaro aberta a reunião. A Ata da reunião de ontem foi distribuída aos Srs. membros da Comissão. Se houver alguma reclamação, peço a gentileza de ser enviada à Mesa para as devidas retificações.

O Presidente Afonso Arinos deixou sobre a mesa ofício, já enviado ao Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães, que passa a ser lido, nos termos, pela Secretária da Mesa.

(Leitura do Ofício).

**O SR. CONSTITUINTE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem a palavra S. Ex.<sup>a</sup>, pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, desde ontem à tarde e hoje pela manhã, as lideranças de todos os Partidos aqui representados estiveram reunidas com o Presidente Afonso Arinos e com o Relator Bernardo Cabral, no esforço de chegar a um entendimento quanto à forma de encaminharmos os nossos trabalhos nesta Comissão de Sistematização. Considerando vários argumentos advindos de setores os mais diversos dos nossos partidos; considerando que, nesta fase, a Comissão de Sistematização, por força de dispositivo existente no Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, deve cingir-se à apreciação de emendas de adequação formal; considerando, finalmente, que dentro de poucos dias o Plenário da Assembléia Nacional Constituinte iniciará a discussão do projeto e apresentará novas emendas, muitas das quais tornando sem eficácia as emendas de adequação formal ora eventualmente aprovadas e, mais ainda, modificando a fundo a substância do texto constitucional, pareceu-nos, aos Líderes presentes a essas reuniões, que seria de inteligência política e de economia de tempo trazer à consideração do Plenário da Comissão de Sistematização a possibilidade de, hoje, ao recebermos e acolhermos o relatório apresentado pelo Constituinte Bernardo Cabral, que introduz cerca de trezentas modificações em seu próprio texto, anteriormente trazido ao nosso conhecimento, darmos como bom o trabalho de adequação feito. Levando-se em conta, ainda mais, que os limites entre o que seja emenda relativa à adequação formal e o que seja emenda relativa ao mérito são freqüentemente tênues e objeto de interpretação – portanto, contém algo de subjetivo – ao invés de nós, pura e simplesmente, depois de aprovarmos o projeto, ao contrário de considerarmos algumas emendas como rejeitadas, e, portanto, desclassificadas, e outras como aproveitadas, que enviemos o conjunto das emendas, tenham sido elas classificadas como de mérito ou de forma, sem entrarmos na discussão, para a Mesa da Assembléia Nacional Constituinte.

O Presidente da Assembléia, Constituinte Ulysses Guimarães, uma vez aprovado o acordo ora em fase de complementação entre as lideranças partidárias, aceitará todas essas emendas, que terão de ser obviamente reenumeradas e adequadas ao texto novo do projeto. Elas terão seu curso normal no decorrer dos próximos trinta dias e serão objeto de consideração, novamente, por esta mesma Comissão de Sistematização, quando aí, sim, tendo vindo estas emendas do Plenário da Assembléia Nacional Constituinte, caberá a nós discutirmos todas elas em face do relatório do Constituinte Bernardo Cabral, para então tomarmos uma posição definitiva sobre se serão ou não aceitas.

Sendo assim, peço a consideração do Sr. Presidente, bem como a vênua do Relator – e aproveito a oportunidade para louvar S. Ex.<sup>a</sup> pelo imenso trabalho que desempenhou, pela probidade absolutamente exemplar com que se houve nesta matéria, pelas vistas largas e o espírito aberto e tolerante com que aceitou a colaboração de todos os Constituintes – e a consideração dos membros desta Comissão para que dêem sustentação a este entendimento, fruto inicialmente, de uma proposta do Constituinte Carlos Chiarelli, do PFL, e com a inestimável colaboração do Constituinte Vivaldo Barbosa, do PDT.

Espero que as Lideranças dos partidos que participaram das conversas desta manhã possam reafirmar, de viva voz, aquilo que acabo de trazer ao conhecimento desta Casa. Muito obrigado a V. Ex.<sup>as</sup>

**O SR. CONSTITUINTE VIRGILDÁSIO DE SENNA:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem a palavra o Constituinte Virgildásio de Senna.

**O SR. CONSTITUINTE VIRGILDÁSIO DE SENNA:** – Sr. Presidente, desejo fazer uma reclamação, com fundamento no art. 55, inciso II, do Regimento Interno desta Casa.

Os jornais da manhã noticiam ocorrência de fraude na Comissão de Sistematização, denúncia que ontem agitou o Congresso Nacional. À Constituinte Sandra Cavalcanti, do PFL, afirmou ter havido má-fé na definição do mérito de 5.460 emendas. E, mais ainda: os jornais da manhã de hoje descem a detalhes – a respeito do ante-projeto do nobre Relator Bernardo Cabral – que não são do conhecimento da maioria da Assembléia Nacional Constituinte.

A reclamação que trago a V. Ex.<sup>a</sup> tem o seguinte teor: como é possível que somente alguns poucos Constituintes tomassem conhecimento do assunto, se apenas hoje foi distribuído o projeto?

Pergunto a V. Ex.<sup>a</sup> nesta reclamação formal, se o assunto foi tratado diretamente pelo Relator com alguns Constituintes, ou se o projeto de S. Ex.<sup>a</sup> vazou a ponto de somente alguns poucos dele tomarem conhecimento.

Evidentemente, Sr. Presidente, os assuntos relativos à Assembléia Nacional Constituinte não podem ser objeto de tratamento por grupos isolados nem divulgados apenas para limitado número de constituintes. Gostaria de saber de V. Ex.<sup>a</sup> como foi possível a alguns constituintes, de modo especial os colegas Sandra Cavalcanti e Francisco Pinto, nominalmente citados pelos jornais, tomarem conhecimento, em detalhes, do projeto apresentado pelo Relator, sem que os demais sequer soubessem do seu conteúdo. Foi o assunto diretamente vazado pelo Relator, ou seus assessores passaram informações a terceiros, sem conhecimento dos demais constituintes?

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Informo ao ilustre Constituinte Virgildásio de Senna que já existe sobre a mesa nota de esclarecimento sobre a matéria, subscrita pelos Líderes dos diversos partidos. Como o assunto envolve o Sr. Relator, passo a palavra a S. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, hoje, pela manhã, na reunião das Lideranças, este assunto foi devidamente tratado, inclusive porque o noticiário dos jornais registrou que a Constituinte Cristina Tavares teria tido, por parte do Relator, a aprovação de 14 emendas. Quero registrar, para conhecimento dos Srs. constituintes, que a Sra. Constituinte Cristina Tavares apresentou 29 emendas, das quais 24 foram consideradas de mérito e 5 rejeitadas. Logo, S. Ex.<sup>a</sup> não recebeu qual-



quer favoritismo do Relator. Daí a razão da nota firmada por todas as Lideranças – e, cabe fazer justiça, pela própria Constituinte Sandra Cavalcanti – nos seguintes termos:

"Nota de esclarecimento.

Considerando que as notícias de alguns jornais e da TV, a respeito da atuação do Constituinte Bernardo Cabral, Relator da Comissão de Sistematização, bem como de sua assessoria, distorcem totalmente os fatos e ferem gravemente a imagem da Constituinte na opinião pública, representando além disso graves injustiças ao Relator e seus assessores, os Constituintes abaixo-assinados, representantes de seus partidos na referida Comissão, resolveram:

1 – em face das amplas explicações oferecidas pela Deputada Sandra Cavalcanti, negando a autoria das declarações estampadas na imprensa, prestar integral solidariedade ao Relator e sua assessoria e repelir, como inverídicas e aleivosas, as referências feitas a seu trabalho na forma divulgada:

2 – tendo em vista que as notícias foram amplamente divulgadas e o esclarecimento do episódio deu-se no âmbito de uma reunião interna da Constituinte, solicitar ao Presidente da Assembléia Nacional Constituinte a requisição de horário para leitura desta notícia e demais informações destinadas a elucidar plenamente a opinião pública.

Brasília, 11 de julho de 1987."

Firmam o documento todos os Líderes partidários, o Senador Mário Covas e a própria Constituinte Sandra Cavalcanti, dando-se, assim, por encerrado o episódio.

**O SR. CONSTITUINTE ALCENI GUERRA:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Com a palavra o nobre Líder do PFL, Constituinte Alcení Guerra.

**O SR. CONSTITUINTE ALCENI GUERRA:** – Sr. Presidente, o Partido da Frente Liberal participou, inicialmente, com seus Líderes José Lourenço e Carlos Chiarelli, da discussão da matéria cujo acordo final foi assentado hoje, pela manhã, e relatado pelo Constituinte Fernando Henrique Cardoso.

Queremos comunicar que estamos de acordo com o que propôs aqui o nobre Constituinte Fernando Henrique Cardoso, ressalvadas, naturalmente, eventuais declarações de voto dos Srs. Constituintes.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem a palavra o nobre Constituinte Gastone Righi, Líder do PTB.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr. Presidente, foi anunciada pelo ilustre Constituinte Fernando Henrique Cardoso a possibilidade da existência de um acordo entre as Lideranças, através do qual as emendas existentes na Comissão de Sistematização seriam encaminhadas diretamente ao Plenário da Constituinte e votado o Projeto do Sr. Relator.

Vou repetir aqui a posição de meu partido, já expandida perante a reunião de Líderes. O PTB, pela unanimidade de sua bancada, exige o estrito cumprimento do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte e da Comissão de Sistematização. Votaremos o Projeto do Sr.

Relator, ressalvados os destaques de artigos ou dispositivos previamente declarados e das emendas cujos autores, com apoio de outros cinco membros desta Casa, peçam destaque para votação em separado.

Esta é a posição do PTB, que a manterá até o final.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Esclareço à Constituinte Cristina Tavares, que solicita a palavra neste instante, ter havido proposta do Líder do PMDB sobre pronunciamento dos Líderes dos demais partidos. Em seguida concederei a palavra a V. Ex.<sup>a</sup>

Com a palavra o Constituinte Virgílio Távora, pelo PDS.

**O SR. CONSTITUINTE VIRGÍLIO TÁVORA:** – Sr. Presidente, o PDS, partido democrático, respeitando vozes discordantes que eventualmente existam no seio da sua representação nesta Comissão, apóia integralmente o acordo.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Peço aos Srs. Líderes dos demais partidos que se pronunciem sobre a matéria.

Concedo a palavra ao ilustre Constituinte Adolfo Oliveira.

**O SR. CONSTITUINTE ADOLFO OLIVEIRA:** – Sr. Presidente, demais membros da Comissão de Sistematização, o Partido Liberal, empenhado desde o início na elaboração da Carta Magna do nosso País, não poderia deixar de concordar com a proposta encaminhada hoje pelo ilustre Constituinte Fernando Henrique Cardoso e que nasceu de amplos entendimentos entre todas as correntes partidárias, ressalvado sempre o direito individual de cada Constituinte oferecer sua contribuição fora do acordo.

Na verdade, este acordo é necessário para que, desde logo, nos preparemos para o grande debate no plenário da Constituinte, recebendo as emendas de mérito, as aditivas e até as supressivas, em respeito ao esforço desenvolvido pelas oito Comissões Temáticas.

Esta, a posição do Partido Liberal.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Com a palavra o Constituinte Plínio Arruda Sampaio, pelo PT.

**O SR. CONSTITUINTE PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO:** – Sr. Presidente, a bancada do Partido dos Trabalhadores manifestou, hoje de manhã, sua concordância com a proposta de que abreviássemos esta etapa, pois todas as emendas de mérito poderão ser renovadas na fase seguinte, com vistas a um processo mais econômico, mais rápido e racional. Como não houve acordo, fizemos alguns destaques. Mas estamos dispostos a abrir mão deles em arras de um entendimento que permita o consenso em torno da rápida superação desta etapa.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Com a palavra o Constituinte Jamil Haddad, pelo PSB.

**O SR. CONSTITUINTE JAMIL HADDAD:** – Sr. Presidente, na reunião dos Líderes realizada hoje pela manhã, nosso partido aceitou os termos do acordo. Portanto, votará favoravelmente a ele.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Com a palavra o Constituinte Mauro Borges, pelo PDC.

**O SR. CONSTITUINTE MAURO BORGES:** – Sr. Presidente, o PDC confirma o acordo feito entre os Líderes dos partidos, para que se proceda da forma estabelecida.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Com a palavra o Constituinte Haroldo Lima, pelo PC do B.

**O SR. CONSTITUINTE HAROLD LIMA:** – Sr. Presidente, o PC do B participou das reuniões realizadas com os diversos partidos e considera absolutamente indispensável, neste processo constituinte, que se resguarde a in-

teireza no cumprimento do Regimento Interno. Segundo o PC do B, o acordo proposto hoje de manhã pelos Líderes de todos os partidos não fere o Regimento Interno. Visa a encaminhar o processo de discussão, respeitando em sua integralidade o Regimento Interno. Nesse sentido, o PC do B apóia o acordo feito. O partido apresentou pouquíssimas emendas de destaque, mas, a prevalecer o acordo, delas abrirá mão, certo de que, em tempo útil, voltará a apresentá-las – isto é, no momento de decisão final e de discussão do mérito dos destaques.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Roberto Freire, que falará pelo PCB.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, segundo o que foi acertado hoje de manhã, caso prevaleça a hipótese de não haver solicitação de destaques por parte dos Srs. Constituintes, estaremos também de acordo, retirando dois destaques apresentados.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Brandão Monteiro, que falará pelo PDT.

**O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO MONTEIRO:** – Sr. Presidente, a posição do PDT é pela ratificação do acordo. Evidentemente, esperamos que este seja integralmente cumprido. Nessa hipótese, o PDT não apresentaria destaques.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Já se pronunciaram quase todos os Líderes dos diversos partidos representados nesta Constituinte, faltando apenas o nobre Líder do PMB, o Constituinte Antônio Farias, que não se encontra presente.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Gostaria de informar a V. Ex.<sup>a</sup> que primeiramente ouvirei o Relator sobre o pronunciamento dos Líderes.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente, de acordo com o Regimento Interno.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Pergunto a V. Ex.<sup>a</sup> se a questão de ordem é sobre a matéria de que se está tratando.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – O assunto se encaixa no que foi deliberado pelas lideranças.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Então, tem a palavra V. Ex.<sup>a</sup> pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, conhecendo bem, hoje, o mecanismo da Constituinte, temos que nos prevenir com relação a este acordo. Com ele concordamos e não criaremos nenhum problema. Mas é preciso esclarecer alguns pontos.

Primeiro, gostaria de ouvir da Mesa, para que fosse taquigrafado e ficasse transcrito para análise posterior e decisão de cada Constituinte, o que entrará no novo funil de elaboração do projeto, se a etapa que vamos queimar, para ganhar tempo, se somará ao prazo anteriormente estipulado, isto é, ao prazo que a Comissão de Sistematização terá para apreciação do Substitutivo do Relator quanto ao mérito.

Em segundo lugar, quero referir-me a numeração das nossas emendas. No computador, a numeração é a do anteprojeto emendado pelo Relator. Houve redução no número de artigos. Perguntaria, então, como será feita a compatibilização numérica.

Esses dois pontos precisam ficar bem claros, para que, depois, não parem dúvidas sobre o trabalho do Sr. Relator nem sobre a decisão da Mesa

Era a colaboração que queria prestar.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A Mesa esclarece a V. Ex.<sup>a</sup> que, depois de ouvido o Relator, comunicará exatamente os termos em que está sendo proposto o acordo para ser submetido ao Plenário, quando esclarecerá devidamente esses pontos. Desde já, no entanto, antecipa que as emendas serão renumeradas para se adequarem à nova redação do anteprojeto. Além disso, se o Plenário aprovar o acordo, o projeto será enviado com todas as emendas à Presidência da Constituinte, que, depois, o submeterá à apreciação do Plenário, recebendo, posteriormente, a numeração feita pela Mesa da Constituinte.

Tem a palavra o nobre Relator Bernardo Cabral.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, ao que entendi, os eminentes Líderes, naturalmente autorizados pelos seus respectivos liderados, acabam de compor-se para facilitar os trabalhos da Comissão de Sistematização, no sentido de que as emendas consideradas de mérito, aquelas que foram rejeitadas, aquelas que foram tidas como prejudicadas, passem para o Plenário da Assembléia Nacional Constituinte. E não seria este Relator que se oporia a tal composição. Até porque o acordo visa à celeridade dos nossos trabalhos, à economia processual. E, mais, este acordo demonstra a pacificação entre as Lideranças credenciadas na Comissão de Sistematização e, conseqüentemente, na Assembléia Nacional Constituinte.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – V. Ex.<sup>a</sup> me prestaria um esclarecimento?

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Com muito prazer.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Eu continuo sem entender o acordo proposto. Desejaria que V. Ex.<sup>a</sup> esclarecesse o seguinte: o seu projeto será colocado em votação na Comissão, ressaltados os destaques de artigos ou dispositivos para votação em separado?

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – É exatamente isto.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – As emendas admitidas como de compatibilização e adequação, mas rejeitadas, para as quais forem solicitadas destaques, serão também votadas?

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Ao que entendi, as Lideranças se compuseram no sentido de que todo este material fosse para o Plenário da Assembléia Nacional Constituinte. Este é o entendimento.

Inclusive, indago do autor da proposta, o Constituinte Fernando Henrique Cardoso, se foi este o propósito de S. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. CONSTITUINTE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO:** – De forma explícita, o acordo havido foi precisamente no sentido de nos esforçarmos para que não haja destaques. Obviamente, estes podem ser solicitados. As Lideranças pedirão aos Srs. Constituintes que retirem seus destaques. Se não os retirarem, se insistirem na sua apresentação, as Lideranças votarão contra.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Então, como não há voto de liderança na Comissão, quero crer que nós todos nos empenhamos neste sentido. Declaro ter feito um único pedido de destaque para uma emenda e dois pedidos de destaque para votação em separado de artigo do projeto do nobre Relator. Isto, então, será votado?

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – A decisão, aí, cabe à Presidência. Acho que sim. Não vejo nenhum inconveniente. Deste modo, Sr. Presidente, expressando minha concordância, retiro-me da tribuna.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – A minha dúvida permanece, Sr. Presidente. Disse que não tinha entendido e verifico que o Sr. Relator também não entendeu bem. É apenas para fixar uma posição. O projeto será votado – o Sr. Relator concorda comigo – ressalvados os destaques de artigos ou dispositivos, para votação em separado. Em seguida, seriam votadas as emendas com parecer contrário e para as quais foram formulados pedidos de destaque. Serão votadas assim pela Comissão?

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Segundo a proposição do Constituinte Fernando Henrique Cardoso, o acordo tem por objeto considerar aprovado o último parecer do Volume II, com o encaminhamento à Presidência da Assembléia Nacional Constituinte, acompanhado de todas as emendas que receberam parecer do Relator, para que a matéria passe a tramitar diretamente em plenário e todos os Constituintes possam apreciá-la amplamente.

Este acordo foi comunicado...

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr. Presidente, permite-me?

(Sinal de assentimento)

É que o assunto está fugindo à minha compreensão, dada a velocidade do raciocínio de V. Ex.<sup>a</sup>. São justamente as suas luzes e o seu auxílio que estou implorando.

Sr. Presidente, o que desejo saber é se o projeto será votado, ressalvados os destaques de artigos ou dispositivos e destaques de emendas consideradas de compatibilização e adequação, mas que foram rejeitadas. Só quero saber se é sim ou não, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Nobre Constituinte, o projeto será submetido ao Plenário, com ressalva dos destaques e das emendas. Mas há um apelo da Liderança para que...

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr. Presidente, não falamos em apelo.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – ...seja votado como manda o Regimento, com ressalva dos destaques e das emendas.

Aproveito a oportunidade para completar o esclarecimento sobre a questão de ordem levantada pelo Constituinte Gerson Peres, quanto ao prazo.

Recebido o Projeto pela Presidência da Assembléia Nacional Constituinte, o prazo, naturalmente, será aquele determinado pelo Regimento da Assembléia Nacional Constituinte, a não ser que haja modificação do Regimento.

Está, então, respondida a questão de ordem de S. Ex.<sup>a</sup>. Concedo a palavra ao Constituinte José Lins.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Sr. Presidente, o mínimo que o Plenário deseja é entender o acordo que parece ter sido feito. Se não entendermos como é o acordo, certamente não vamos poder cooperar. Nesse sentido, gostaria de lembrar que votar o projeto, ressalvados os destaques, é normal. Para isso não é preciso acordo.

Segundo, gostaria de ser esclarecido pelo Sr. Relator quanto às remendas que S. Ex.<sup>a</sup> diz seriam também encaminhadas ao Plenário – o que não é novidade, porque qualquer um poderá reapresentar a sua emenda em plenário. Pergunto: Com que parecer do Relator iriam essas emendas? Iriam com pareceres contrários, da mesma for-

ma como estão aí, hoje, ou seja, rejeitadas por entrarem no mérito? Isso também não representaria novidade alguma.

Então, é preciso esclarecer o Plenário sobre o que realmente está sendo proposto. No caso de serem encaminhadas sem parecer do Relator, este deixaria de cumprir sua obrigação fundamental, que é a de dar o parecer sobre as emendas. Ou S. Ex.<sup>a</sup> o daria a **porteriori**?

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Sr. Constituinte, o acordo visou a submeter, com a concordância do próprio Relator, todas as emendas, indistintamente, ao conhecimento do Plenário da Assembléia Nacional Constituinte, exatamente para poupar os Srs. Constituintes da necessidade de representá-las, de reelaborá-las. O parecer do Sr. Relator, segundo entendi, proferido a favor ou contra as emendas, será também encaminhado à Assembléia Nacional Constituinte, para que a matéria seja amplamente discutida no Plenário, uma vez que a Comissão de Sistematização, pelas limitações regimentais, não pode exercer plenamente sua atribuição, supostamente a principal, qual seja, a de elaborar um projeto de Constituição agora.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Sr. Presidente, no caso, o acordo é vazio e ainda acusa o Sr. Relator de não ter cumprido a sua obrigação.

De modo que acho que seria conveniente que as Lideranças estudassem melhor essa proposta. Dizer que essas emendas serão encaminhadas ao Plenário é praticamente dizer nada, é cair no vazio, uma vez que cada um de nós tem o direito de representá-las em Plenário. Por outro lado, dizer que o Sr. Relator não ofereceu parecer sobre elas é depor contra S. Ex.<sup>a</sup>. Se vamos votar o parecer, ressalvados os destaques das emendas e dos artigos, não vejo onde se esteja facilitando coisa alguma.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – A questão levantada por V. Ex.<sup>a</sup> é se vamos receber no Plenário desta Comissão pedidos de destaque e resolvê-los. O apelo que o Sr. Relator acabou de fazer é no sentido de que seja evitada a apresentação de destaques, uma vez que toda matéria vai ser encaminhada ao Plenário, onde os destaques poderão ser feitos, sem necessidade, portanto, de os membros da Comissão perderem tempo na discussão de assuntos que serão novamente examinados pelo Plenário da Constituição.

Esta a proposta que foi aprovada por todos os Srs. Líderes.

Passo a palavra ao eminente Relator, porque a questão diz respeito principalmente ao seu parecer. É preciso que S. Ex.<sup>a</sup> concorde com a proposição, em todos os seus termos, para que seja devidamente esclarecida e submetida à aprovação deste Plenário.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Presidente, sobretudo pela última conclusão, no sentido de pedir esclarecimentos ao Sr. Relator e às Lideranças.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, ou aqui tratamos os assuntos com seriedade, ou estamos todos perdendo tempo. O Relator já emitiu parecer e se submeteu, em seguida, ao que ficou decidido, por uma questão de coesão, no acordo com os Srs. Líderes.

O projeto será colocado em votação ressalvados os destaques. Superada esta fase, ou V. Ex.<sup>a</sup> Sr. Presidente, encerra, ou então, continuamos os trabalhos. O que não é possível é ultrapassarmos o capítulo colocando em votação o projeto e, em seguida, darmos seqüência aos destaques e continuarmos com o problema do levantamento de

questões de ordem. É completamente dispensável confirmar o que já foi dito. O Relator cumpriu sua missão.

**O SR. CONSTITUINTE SIQUEIRA CAMPOS:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem a palavra, pela ordem, o Constituinte Siqueira Campos.

**O SR. CONSTITUINTE SIQUEIRA CAMPOS:** – Sr. Presidente, o Partido Democrata Cristão entende que todas as emendas apreciadas pelo Relator – as acolhidas, as rejeitadas e as prejudicadas – estão no Substitutivo e poderão ir a Plenário. Na volta da matéria à Comissão, o Relator se manifestará. É simples. O Relator só poderá apreciar as emendas após retornarem do Plenário, a não ser no caso das que já estiverem no corpo do projeto.

Sr. Presidente é preciso que se cumpra o acordo feito à unanimidade das Lideranças. Para isso o Partido Democrata Cristão retira o requerimento de destaque que apresentou.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Muito obrigado a V. Ex.<sup>a</sup>.

Vamos agora votar o Projeto, ressalvadas as emendas e os destaques. Para efeito de cumprimento do acordo das Lideranças, a votação será nominal, na forma do Regimento.

**O SR. CONSTITUINTE BOCAYUVA CUNHA:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem a palavra o Constituinte Bocayuva Cunha.

**O SR. CONSTITUINTE BOCAYUVA CUNHA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, evidentemente, a palavra do PDT já foi dada. Mas é muito importante que se registre, neste momento, a definição que o art. 310 oferece ao monopólio da União sobre o petróleo nacional, conquista do povo brasileiro e da nossa geração. Este monopólio está desfigurado, do jeito como foi redigido o art. 310. Está faltando o monopólio pela Petrobrás da importação e exportação do petróleo.

Registro a omissão do monopólio da importação e da exportação. O PDT manifesta o seu desacordo e a necessidade de que isso seja restabelecido.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – O Constituinte Bocayuva Cunha levantou questão de ordem sobre o art. 310 do projeto.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**A SRA. CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES:** – Sr. Presidente, desde o princípio da reunião pedi a V. Ex.<sup>a</sup> a palavra, pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – A questão de ordem tem prioridade.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Depois de dar a palavra à nobre Constituinte Cristina Tavares, darei a palavra a V. Ex.<sup>a</sup>.

**A SRA. CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES:** – Sr. Presidente, a Constituinte Sandra Cavalcanti, utilizando-se da grande imprensa, em entrevista publicada na primeira página do jornal *O Globo*, que tem uma tiragem diária de 500 mil exemplares, em declarações gravadas pelos repórteres e jornalistas, afirmou que estaria havendo fraude nesta Casa, falsidade documental, inclusive envolvendo o meu nome, com pelo menos 14 emendas.

Ora, Sr. Presidente, vejo uma linha muito nítida em todos esses acontecimentos. A princípio, tentou-se – sempre as mesmas pessoas, sempre os mesmos órgãos de divulgação – desmoralizar a Assembléia Nacional Constituinte. A imagem desta Assembléia, para a opinião pública nacional, é de uma porção de Parlamentares que, além de não trabalhar, ganham imensos subsídios. Com isso se tenta fazer com que a Nação se afaste da Assembléia Nacional Constituinte. Novamente os mesmos jornais, as mesmas pessoas, a partir do momento em que foram escolhidos os Relatores das Comissões e Subcomissões, desencadearam verdadeira campanha nacional, tentando desacreditar a Assembléia Nacional Constituinte. Essas mesmas pessoas e esses mesmos órgãos de divulgação, posteriormente, com relação ao Relator Bernardo Cabral – que nada mais, nada menos fazia em seu relatório a não ser a adequação do que havia sido votado, de bom e de ruim, nas Comissões – tentaram construir uma imagem de que a Constituinte não teria autonomia, maturidade e responsabilidade para elaborar a Carta Constitucional. Foi proposto, então, o Substitutivo José Sarney.

Agora, Sr. Presidente, a Constituinte Sandra Cavalcanti, dentro desse mesmo espírito de desacreditar a Assembléia Nacional Constituinte, vem denunciar fraudes. Gostaria que S. Ex.<sup>a</sup> negasse o que disse, aqui, perante esta Comissão de Sistematização. Não basta a nota que foi lida. Interpelo a Constituinte Sandra Cavalcanti – e gostaria que S. Ex.<sup>a</sup> identificasse, inclusive, sua voz na fita dos gravadores dos repórteres – se houve falsificação de sua voz, quando deu tais declarações.

Não me considero ultrajada, mas, sim, a Assembléia Nacional Constituinte, por declarações irresponsáveis de quem quer desacreditá-la perante a Nação brasileira.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A Mesa comunica aos Srs. Constituintes que estamos em processo de votação do projeto apresentado pelo eminente Relator Bernardo Cabral. Não poderão ser aceitas questões de ordem a não ser sobre a matéria da votação.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, V. Ex.<sup>a</sup> está colocando em votação Projeto que a Comissão de Sistematização batizou de "Cabral-1" e "Cabral-2". São os dois volumes. Mas nós não discutimos o projeto. Não o apreciamos nem dele fizemos uma análise crítica. Não mostramos onde o Relator acertou na adequação e onde errou, onde poderíamos dar a nova contribuição a S. Ex.<sup>a</sup> para que, depois, na segunda etapa, pudesse melhor conduzir os seus trabalhos. Encerramos, pura e simplesmente, por determinação de V. Ex.<sup>a</sup>, quando mandou que se votasse o projeto, sem que fosse discutido.

Pergunto, portanto, em que artigo do Regimento V. Ex.<sup>a</sup> se baseou para cortar a discussão e submeter à votação o projeto, mesmo havendo acordo no sentido de não apresentarmos destaques.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Informo a V. Ex.<sup>a</sup> que o acordo consistiu exatamente em se apreciar de imediato a proposta de votação, sem eliminá-la completamente e não ampliando a discussão. A respeito do assunto já falaram os oradores que antecederam V. Ex.<sup>a</sup>. Este é o objetivo do acordo. E estamos colocando em votação o projeto, exatamente porque, com a anuência do Relator, ficou estabelecido que se votaria o projeto para efeito de encaminhamento, com todas as emendas, à apreciação do Plenário.

**O SR. CONSTITUINTE OSCAR CORRÊA:** – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra para encaminhar a votação.

**O SR. CONSTITUINTE OSCAR CORRÊA:** – Sr. Presidente, parece-nos este o momento adequado para a declaração de voto em separado de determinados Constituintes. É o que passo a ler:

#### Voto em separado

Votamos contrariamente ao Projeto de Constituição, de autoria do ilustre Deputado Bernardo Cabral, pelas razões que a seguir expomos:

Determina o nosso Regimento que à Comissão de Sistematização, nesta fase de seus trabalhos, compete integrar todos os textos oriundos das diversas Comissões Temáticas, ou redigi-los, se for o caso, na inexistência de algum, de modo harmônico, ordenado, sistematizado, através da elaboração de um anteprojeto."

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Permita-me, Sr. Presidente.

Já houve votação? A declaração de voto por escrito tem de ser entregue diretamente à Mesa. Não houve votação e, no entanto, o nobre Constituinte está lendo uma declaração de voto.

**O SR. CONSTITUINTE OSCAR CORRÊA:** – Sr. Presidente, como se trata de uma declaração de voto de vários Constituintes, seria interessante que a Comissão, antes da votação, tomasse ciência de seu inteiro teor, razão pela qual continuo a lê-la:

"Não nos compete – segundo o Regimento – discutir o mérito das matérias ali contidas, tarefa que o legislador, sabiamente, deixou a critério do soberano Plenário da Constituinte. No entanto, ao apreciar emendas que diziam respeito ao texto original, o nobre Relator defrontou-se, de plano, com a definição dos critérios que distinguiriam o mérito da simples adequação, da sistematização.

Não chegaríamos a ponto de exigir que S. Ex.<sup>a</sup> apresentasse os mesmos limites conceituais que os de nós outros na distinção que se lhe apresentava. Nada mais injusto. Nada mais descabido. Mas faltaram, ou melhor, ainda faltam razões que nos expliquem, e a toda a sociedade, o método utilizado pelo nobre Deputado Bernardo Cabral na classificação das emendas. E o incontável número de recursos, instrumento utilizado pelo nobre Presidente Afonso Arinos para procurar sanar as deficiências técnicas, originárias de conceituações inadequadas, é bem o exemplo da insatisfação geral dos Constituintes.

Com certeza, no nosso entendimento, dentre tantas emendas tidas como de mérito, várias foram consideradas como de sistematização ou de adequação. E aí, a nosso ver, o trabalho do ilustre Relator deixou a desejar.

Não temos dúvida em salientar o esforço do Relator para melhorar o texto inicial. E, mais ainda, ressaltamos publicamente o alto espírito público e isenção total de S. Ex.<sup>a</sup>; atropelado pelo Regimento, imperfeito como são aqueles que o elaboraram, procurou desempenhar da melhor maneira possível sua missão regimental.

Por estes motivos e, fundamentalmente, por não considerar exato o método de seleção utili-

zado pelo Relator na apreciação dos milhares de emendas apresentadas, voto contrariamente ao Projeto do Constituinte Bernardo Cabral."

Este, o nosso voto.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Em votação a matéria. Vamos proceder à chamada nominal.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Peço a palavra como Líder, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra, como Líder.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, assumo à tribuna para esclarecer algo que me parece de fundamental importância. Vamos votar um projeto sem discussão, sem encaminhamento de votação, a partir de um suposto acordo, que não ocorreu. Na verdade, todas as emendas seriam rejeitadas e apenas os Srs. Constituintes não precisariam datilografá-las de novo, já que serão enviadas ao plenário.

Srs. Constituintes, ao votarmos o projeto, quero registrar dois destaques que fiz. O primeiro refere-se ao artigo que estabelece a proibição de incidência na folha de pagamento salarial de qualquer tributo ou contribuição. Se aprovado esse hediondo dispositivo, na forma do projeto do ilustre Sr. Relator, teremos extintas no País entidades com as quais jamais poderíamos deixar de coexistir. Aponto por exemplo, a caso das cooperativas de consumo de trabalhadores, que têm seu apoio no desconto em folha de pagamento, assim como dos sindicatos, das associações de classes etc. O mais importante, ou seja, o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço, estaria extinto, já que a contribuição não mais poderia ser cobrada. De igual modo, o Sesi, o Senai, o Sesc e o Senac estariam extintos. Por fim, o próprio Governo inviabilizaria a arrecadação do Imposto de Renda, que não mais seria descontado na fonte.

Não podemos, portanto, votar o projeto sem contemplar o destaque que estou pedindo para esse artigo. É necessário que o extirpemos da proposição.

Finalmente, outro destaque que estou pedindo refere-se a uma anomalia, a um autêntico ente teratológico que se contém no trabalho apresentado pelo Sr. Relator. Trata-se do art. 349 do projeto, segundo o qual o poder público poderá intervir nos serviços de saúde e até desapropriá-los, sem qualquer indenização. Isso é confisco, é espoliação! E sabem V. Ex.<sup>as</sup> o que são os serviços de saúde? São os gabinetes dentários, os consultórios médicos, os laboratórios, as farmácias, os hospitais, os ambulatórios, as santas casas.

Como permitir ao poder público que, a seu talante, intervenha na propriedade privada? Quem mais, neste País, haverá de colocar um único tijolo num hospital particular? Quem mais, neste País, haverá de importar aparelhos de raios-X ou instalar laboratórios de análises, sob risco de intervenção, de desapropriação, sob o arbítrio do poder público, sem a contrapartida de uma justa indenização em dinheiro?

É preciso, portanto, extirpar do projeto esse artigo.

Neste sentido, em nome da liderança do meu partido, conclamo esta egrégia Comissão a acolher os dois destaques que solicitei, com vistas a retirar do projeto essas aberrações.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A Presidência informa aos Srs. Constituintes que o acordo, feito para minimizar a discussão, só poderá ser executado através da orientação da Mesa se todas as lideranças concordarem em que o projeto seja imediatamente votado. Se uma

liderança, como a do PTB, insistir na discussão de projeto, o acordo estará vulnerado.

**O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO MONTEIRO:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO MONTEIRO:** – Não podemos abrir este precedente, ou seja, não se pode votar um projeto, aqui, sem se efetuar a discussão. Não houve discussão, mas uma colocação por parte do Relator e uma exposição do Constituinte Fernando Henrique Cardoso. Esse precedente é anti-regimental.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – De acordo com nosso Regimento, o processo de discussão do parecer do Relator que concluiu pelo projeto de Constituição inicia-se exatamente hoje, porque somente ontem foi o projeto recebido e está sendo nesta reunião, submetido à apreciação dos membros da Comissão. Como sabe V. Ex.<sup>a</sup>, no Regimento da Comissão de Sistematização está esclarecido muito bem este ponto. Depois de dar-se parecer sobre as emendas o processo da discussão é iniciado. Mas um acordo foi feito.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – O acordo não é sobre isso, Sr. Presidente. Digo mais: foi distribuído aos Srs. Constituintes o cronograma da Comissão de Sistematização que informava ser a primeira reunião destinada à discussão. E é esta a primeira reunião. Então, agora, deve ter início a discussão. O acordo feito não foi no sentido de que não tivéssemos discussão, mas para aprovarmos o substitutivo ou rejeitá-lo. Alguns Constituintes, que não estão entendendo que no substitutivo não se está discutindo o mérito, dizem que são contra questões de mérito. É evidente que somos contra várias questões de mérito desse substitutivo ou desse relatório, mas aqui está-se não discutindo isso. Aqui se discute compatibilização e aspectos formais. E, para queimar essa etapa e discutirmos o mérito, fizemos o acordo, mas **a posteriori**, após terem sido efetuadas a discussão e a votação não para subtrair do Plenário a discussão do relatório. Sobre isso não houve acordo. E mais: de acordo com o cronograma distribuído, a primeira reunião seria a de apresentação do relatório e deveria tratar da discussão do mesmo.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Resolverei a questão de ordem apresentada pelo Constituinte Roberto Freire. De acordo com o Regimento, temos hoje iniciado o processo da discussão. Então, a discussão está sendo realizada.

A Presidência pede aos Srs. Constituintes que se inscrevam para discutir o projeto.

**O SR. CONSTITUINTE ADOLFO OLIVEIRA:** – Pela ordem, peço a palavra. Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Com a palavra, pela ordem, o Sr. Adolfo Oliveira.

**O SR. CONSTITUINTE ADOLFO OLIVEIRA:** – Não creio que V. Ex.<sup>a</sup> tenha resolvido as questões de ordem, basta ler o art. 20 de Regimento da Assembléia Nacional Constituinte. Ou rasga-se este Regimento e ele não será mais cumprido ou ele terá de ser observado e respeitado. A discussão foi encerrada com a apresentação das emendas – é o que diz o art. 20. Tanto isso aconteceu que as emendas foram apresentadas durante a discussão. Encerrada a mesma, vão as emendas ao Relator, que conclui por um projeto, que será votado. Se V. Ex.<sup>a</sup> quiser revogar esse artigo e reabrir a discussão, terá de aceitar novas emendas, e vou exigir prazo para apresentar também as minhas. (Palmas).

**O SR. CONSTITUINTE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem. Reforço à questão de ordem do Constituinte Adolfo Oliveira, já que S. Ex.<sup>a</sup> tem plena razão. Estamos na fase de votação, e não há emendas a serem apresentadas, de acordo com o art. 20 do Regimento Interno. Peço a V. Ex.<sup>a</sup> á que aplique o Regimento.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – O art. 20 do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte dispõe:

"Encerrada a discussão, o Relator terá cinco dias para emitir parecer sobre as emendas, concluindo por Projeto de Constituição".

Relator recebeu as emendas e apresentou seu Projeto de Constituição. O artigo foi disciplinado no Regimento Interno da Comissão de Sistematização nos seguintes termos...

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ COSTA:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem. Sugiro a V. Ex.<sup>a</sup> que suspenda a reunião por 15 minutos para que possa estudar melhor o Regimento.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – No Regimento aprovado pela Comissão de Sistematização, consta a seguinte disposição:

"Encerrada a discussão, o Relator terá cinco dias para emitir parecer sobre as emendas, concluindo por Projeto de Constituição..."

Foi exatamente o que fez o Relator. Estabelece ainda: "Nos cinco dias subseqüentes, o Projeto será discutido e votado".

Projeto foi discutido; iniciei a votação, quando os Constituintes Brandão Monteiro e Roberto Freire levantaram questão de ordem, ponderando que a discussão deveria prosseguir. Então estamos cumprindo o Regimento da Comissão. Se os Constituintes Roberto Freire e Brandão Monteiro retirarem a questão de ordem, poderemos prosseguir. Queremos iniciar a votação, e achamos que com isso estamos ganhando tempo.

**O SR. CONSTITUINTE HAROLDO LIMA:** – Sr. Presidente, para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE HAROLDO LIMA:** – Sr. Presidente, hoje, pela manhã, todos os líderes estiveram reunidos com o objetivo de facilitar a tramitação regimental do relatório do Constituinte Bernardo Cabral. Ainda há pouco, o Líder Roberto Freire declarou que o acordo foi feito no sentido de facilitar a votação, ou seja, havendo acordo, a votação deveria ser feita sem destaques. O Regimento é absolutamente límpido e claro: o encaminhamento de votação deve ser precedido da discussão. Assim sendo, Sr. Presidente, o que poderemos falei é começar a discussão, que não pode, sob hipótese alguma, ser suspensa, a partir do fato de quatro oradores terem falado. Havendo proposta no sentido de se suspender a discussão, regimentalmente essa proposta poderá ser examinada pelo Sr. Presidente. O que não pode ocorrer é passarmos por cima do Regimento. Tudo o que foi feito até agora foi no sentido de se respeitar o Regimento para facilitar a tramitação do projeto. Assim, exigimos que o Regimento seja respeitado, ou seja, que a votação seja precedida da discussão. Estabelecida a discussão, poderemos suspendê-la e promover a votação.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOINO:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – As questões de ordem não devem ser superpostas.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOINO:** – Sr. Presidente, a minha questão de ordem é importante. Existe a necessidade de que esta Comissão entenda que o acordo de Lideranças não tem o sentido de alterar o Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, mas de aplicá-lo juntamente com o da Comissão de Sistematização. Os Regimentos Internos da Assembléia Nacional Constituinte e da Comissão de Sistematização são claros: o período de apresentação e de discussão de emendas encerra-se com o oferecimento do Projeto de Constituição que o Relator apresentou nesta reunião.

Portanto, Sr. Presidente. V. Ex.<sup>a</sup> tem de proceder imediatamente à votação do Projeto de Constituição, porque o cronograma foi resolvido conforme acordo das Lideranças. (Palmas).

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – O acordo de Lideranças foi exatamente no sentido de se eliminar ou se reduzir a etapa dos cinco dias subsequentes. De maneira que vamos iniciar a votação.

Dou a palavra ao Constituinte Adolfo Oliveira para proceder à chamada.

(Procede-se à votação).

**(DURANTE A VOTAÇÃO ASSUME A PRESIDÊNCIA O SR. CONSTITUINTE AFONSO ARINOS).**

**O SR. SECRETÁRIO (Adolfo Oliveira):** – Votaram noventa e um integrantes da Comissão, sendo setenta e seis "sim", e quinze "não".

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Aprovado o projeto.

Há sobre a mesa numerosos destaques, cerca de cem. Declaro à Casa que vou considerar que os destaques podem ser retirados por seus autores, salvo declaração expressa em contrário. Assim, será facilitada a votação.

**O SR. CONSTITUINTE ERALDO TINOCO:** – Sr. Presidente, sou autor de vários pedidos de destaque, dos quais quero abrir mão.

Entretanto, desejo apresentar justificativa para esta posição, inclusive a razão do meu voto contrário ao projeto. Discutindo a matéria, tive oportunidade de dizer, nesta Comissão e no Plenário da Assembléia Nacional Constituinte, que considero o Regimento Interno bastante falho, quando deixa ao Relator um tempo muito pequeno para a apresentação de matéria de tamanha envergadura. A apreciação de cinco mil e tantas emendas, para que o Relator possa oferecer seu parecer, num tempo tão curto é tarefa inteiramente impossível.

Sr. Presidente acho que algo deveria ter sido feito nesta Casa, neste dia: não um acordo para a aprovação do Projeto na forma em que está, mas, sim, um acordo que permitisse reformular certos dispositivos do Regimento Interno, para possibilitar ao Relator tempo adequado ao desenvolvimento do seu trabalho e, com isso, oferecer um Projeto que pudesse honrar a Nação brasileira, esta Assembléia Nacional Constituinte e a tradição de juristas de renome do ilustre Constituinte Bernardo Cabral.

São milhas as matérias alvo de reclamação. Apresentei emenda sobre o Capítulo da Família, do Menor e do Idoso, que foi desclassificada como sendo de mérito. Vários dispositivos aprovados pela Subcomissão foram modificados e, alguns, deslocados. No entanto, conformei-me

inicialmente com a decisão. Ocorre que hoje, examinando apressadamente o Projeto, já que este documento foi apresentado apenas no dia de hoje, verifico que uma outra emenda tratando de um dos artigos daquele capítulo, sobre o menor, mereceu acolhimento: a Emenda nº 1.663, do Constituinte Nelson Aguiar. Quanto ao mérito minha emenda, deveria ser considerada, assim como o foi a acima citada. Não sendo de mérito a emenda acolhida, a minha tampouco deveria ser classificada como tal.

Naturalmente não quero culpar, não culpo e não culpei em nenhuma oportunidade o Relator Bernardo Cabral, por entender que as limitações decorrentes do Regimento não lhe permitiram um trabalho diferente, especialmente por causa do tempo. De sorte, Sr. Presidente, que acato este acordo de Liderança. Vou apresentar novamente as emendas, mas – repito – entendo que o que deveria ser acordado, hoje, seria a mudança de certos termos deste Regimento absurdo, que se atém apenas a prazos políticos, em detrimento da elaboração de uma Constituição à altura do povo brasileiro. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Muito obrigado a V. Ex.<sup>a</sup>. Tem a palavra o nobre Constituinte Francisco Dornelles.

**O SR. CONSTITUINTE FRANCISCO DORNELLES:** – Sr. Presidente. Sr. Relator, Srs. Constituintes, apresentei vários pedidos de destaque procurando suprimir artigos que, no meu entender, ferem mortalmente as escolas privadas, a Pontifícia Universidade Católica, fundações de ensino da maior tradição. Apresentei destaques procurando eliminar artigos que acabam com a medicina privada, com a previdência privada: que criam dupla tributação sobre os rendimentos e sobre a renda dos agricultores; que cria o imposto que vai atingir até as cadernetas de poupança, com o nome de contribuição social: que estabelece um conceito de empresa nacional que vai inviabilizar grande parte das exportações brasileiras, gerando desemprego no País.

Entretanto, Sr. Presidente, o ilustre Relator Bernardo Cabral informou-me que não aceitou as minhas emendas e os pontos que apresentei na Comissão de Sistematização porque se tratava de matéria de mérito – ele se ateve apenas à matéria própria de adequação – e afirmou que terei oportunidade de novamente apresentar essas emendas, no momento oportuno.

Por esses motivos, Sr. Presidente, retiro todos os meus pedidos de destaque. (Palmas).

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Obrigado a V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. GERSON PERES:** – Sr. Presidente, também sou autor de vários destaques e, no intuito de contribuir com as Lideranças, quero retirá-los, reapresentando-os, na ocasião devida. (Palmas).

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Obrigado a V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE HUGO NAPOLEÃO:** – Sr. Presidente, eu mesmo apresentei o destaque nº 102, porque achava que havia um lapso no Projeto quanto à circunstância de as Constituições estaduais adaptarem seus sistemas de governo ao sistema de governo da União Federal. Isto estava previsto no art. 127 da Comissão de Organização de Poderes e Sistemas de Governo, mas, tendo em vista o entendimento global e o acordo de Liderança, retiro também meu pedido de destaque. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Com a palavra o nobre Constituinte Paes Landim.

**O SR. CONSTITUINTE PAES LANDIM:** – Sr. Presidente, apresentei também vários destaques, entre eles um



que me parece da maior relevância. O eminente Relator, no Projeto, aceita o princípio de que o concurso público é norma fundamental, tanto para o serviço público como, sobretudo, para o acesso às universidades. No entanto, Sr. Presidente, parece-me da maior gravidade que nas Disposições transitória conste que os atuais Professores Adjuntos IV são promovidos, sem concurso, à condição de titular.

Sr. Presidente, trata-se de uma incompatibilidade muito séria, até porque as universidades brasileiras – se as queremos cada vez mais produtivas e eficientes – jamais poderão aceitar dispositivo dessa natureza. Mas em razão do acordo de Liderança firmado, retiro este e todos os demais destaques apresentados a Mesa. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Muito obrigado ao nobre Professor.

Com a palavra o nobre Constituinte Virgílio Távora.

**O SR. VIRGÍLIO TAVORA:** – Sr. Presidente, temos a satisfação de informar que toda a nossa bancada, honrando o compromisso assinado, retirou os destaques apresentados a esta Mesa. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Muito obrigado a V. Ex.<sup>a</sup>.

Com a palavra o nobre Constituinte Ademir Andrade.

**O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE:** – Sr. Presidente, apresentamos à Mesa dois destaques e um deles se refere à combatibilização do capítulo da reforma agrária. Não concordamos com a posição do ilustre Relator. Entretanto, considerando o acordo de Lideranças e a possibilidade de reapresentarmos as nossas emendas, retiro os destaques.

Mas gostaria de deixar claro, no plenário desta Comissão que, na fase seguinte, que será a fase de mérito, definitiva, apresentaremos destaques individualmente ou com companheiros desta Comissão, ocasião em que em hipótese alguma – seja para facilitar, seja por outra razão qualquer – aceitaremos mais acordos de Lideranças para retirada de destaques. Fazemos isto agora porque entendemos que há um período para transformar ou trazer de volta aquilo que desejaríamos neste momento, mas, na segunda fase, não aceitaremos apelos neste sentido. Quero deixar nossa posição registrada no plenário desta Comissão. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Obrigado a V. Ex.<sup>a</sup>.

Tem a palavra o Constituinte Haroldo Lima.

**O SR. CONSTITUINTE HAROLDO LIMA:** – Sr. Presidente a bancada do Partido Comunista do Brasil encaminhou, por meu intermédio, a esta Comissão, vários destaques para votação em separado de suas emendas. De acordo com o entendimento efetuado pelas Lideranças, concordamos em retirar o conjunto dos nossos destaques.

Entretanto, ressaltamos que esta nossa posição não significa qualquer compromisso com a íntegra do Projeto do Relator e nossa disposição de continuar lutando no plenário da Constituinte para alterar aspectos que reputamos fundamentais, de modo a obtermos uma Constituição efetivamente democrática e progressista. Apesar de conter alguns aspectos positivos, notadamente no que diz respeito aos direitos sociais, como a estabilidade de emprego, as 40 horas semanais, aos direitos e as garantias individuais e ao sistema de governo, apresenta o Projeto graves e preocupantes deformações, que arranham a democracia representativa e aviltam a soberania nacional.

Assim sendo, reafirmamos nossa posição programática continuar lutando para derrubar o voto distrital misto; as restrições à liberdade e à organização; os dispositivos

que impedem e inviabilizam a realização da reforma agrária e a democratização da estrutura fundiária do País: o conceito de empresa nacional, que afronta a soberania nacional, e os dispositivos relativos ao papel constitucional das Forças Armadas, que acentua o poder dos militares para interferir na política externa e mantém inalteradas as restrições às liberdades democráticas e às garantias Constitucionais, entre outros, todos mantidos no texto.

A nossa retirada dos destaques efetivamente não significa um compromisso em bloco com o texto ora aprovado. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Muito obrigado ao nobre Deputado Haroldo Lima.

Concedo a palavra ao Constituinte Roberto Freire.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Sr. Presidente, o Partido Comunista Brasileiro apresentou dois destaques: um deles tratava da questão relativa ao voto distrital, adotado pelo ilustre Relator e que desejávamos ver derrotado, aceitando-se aquilo que foi determinado pelo relatório do Senador José Paulo Bisol. Era uma questão de mérito na adequação e na sistematização. O outro dizia respeito à unicidade sindical, prevista e aprovada na Comissão de Ordem Social, com o Relator preferindo adotar o que foi aprovado na Comissão dos Direitos e Garantias Individuais. Esta questão também era de mérito na sistematização e adequação do projeto. Estes os dois destaques que ora retiramos.

Queremos salientar que este Projeto, apesar de todos os problemas, mesmo porque foi mera junção do que foi aprovado nas Comissões, tem aspectos que merecem ser resguardados ao lado de outros que precisam ser rejeitados. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Concedo a palavra ao Constituinte Plínio Arruda Sampaio.

**O SR. PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO:** – Sr. Presidente, os termos da argumentação que expedi na reunião de Líderes e da declaração de voto, por escrito, que entreguei à Mesa, a bancada do Partido dos Trabalhadores desiste dos pedidos de destaque que havia feito. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem a palavra o nobre Constituinte Paulo Ramos.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – Sr. Presidente, todo o esforço tem sido feito no sentido de agilizar os trabalhos da Comissão de Sistematização. Há dois Projetos de Decisão, os de n<sup>os</sup> 4 e 5, subscritos por mais de cento e noventa Constituintes, que devem ser votados na segunda-feira, às 14 horas e 34 minutos. Entretanto, sabemos que, uma vez encerrados os trabalhos, hoje, na Comissão de Sistematização, dificilmente teremos a oportunidade de fazer com que esta mesma Comissão assuma a sua plena responsabilidade de votar. Peço a V. Ex.<sup>a</sup>, com o apoio dos Líderes e de todos os Constituintes aqui presentes, que os Projetos de Decisão n<sup>os</sup> 4 e 5 sejam votados hoje.

**O SR. CONSTITUINTE SIQUEIRA CAMPOS:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Concedo a palavra ao Sr. Constituinte Siqueira Campos.

**O SR. CONSTITUINTE SIQUEIRA CAMPOS:** – Sr. Presidente, o Partido Democrata Cristão, conforme já declarou anteriormente à votação, retira o único pedido de destaque que apresentou e não se sente comprometido com o Projeto de Constituição nem o atribui ao nobre Relator. V. Ex.<sup>a</sup> é um democrata que soube acolher os ante-

projetos das oito Subcomissões que estamos remetendo ao Plenário. Tenho certeza de que as emendas apresentadas nesta fase, que serão também enviadas ao Plenário, serão bem analisadas pelo Sr. Relator, juntamente com as demais propostas a serem apresentadas. Iremos aperfeiçoar sobremaneira o projeto. Esta Comissão remeterá a Plenário um substitutivo à altura não somente da cultura jurídica do Sr. Relator, do seu preparo, do seu patriotismo, mas também das aspirações nacionais.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Muito obrigado.

**O SR. CONSTITUINTE VICENTE BOGO:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – V. Ex.<sup>a</sup> tem a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. CONSTITUINTE VICENTE BOGO:** – Sr. Presidente, havia apresentado algumas emendas no sentido de adequar melhor o texto, especialmente na parte referente à ordem econômica, as quais o Sr. Relator houve por bem rejeitar, por entender serem de mérito. Mas, em razão do ocorrido, retiro os meus pedidos de destaque.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Muito obrigado ao nobre Constituinte.

**O SR. CONSTITUINTE FERNANDO BEZERRA COELHO:** – Sr. Presidente, votei favoravelmente ao Projeto do Sr. Relator Bernardo Cabral, mas gostaria de manifestar minha discordância com a opção feita pelo nobre Relator em relação ao art. 341. A Emenda nº 3.121, de minha autoria, infelizmente não foi acolhida. Em sua justificativa, afirmava:

“O art. 341, ao definir o financiamento da seguridade social, dá um tratamento de tal forma amplo as contribuições sociais, que implica romper, totalmente, a rigidez e a racionalidade do sistema tributário, com graves implicações como as competências privativas da União, dos Estados e dos Municípios, e para as garantias dos contribuintes.

As contribuições sociais consubstanciam mecanismo de captação de recursos em benefício dos trabalhadores, para atender sua aposentadoria, a formação de um patrimônio individual, a instituição de um fundo de garantia por tempo de serviço etc. São recursos pertencentes aos trabalhadores.

Diversamente, as contribuições tributárias são exigidas pelo Estado para atender suas finalidades, especialmente as despesas públicas que lhe compete realizar. Os recursos, aí, pertencem ao Estado.

Ora, na medida em que se pretende destinar recursos das contribuições sociais para tender despesas públicas – saúde pública e assistência social – desaparece o ponto de distinção entre contribuições sociais e contribuições tributárias. E, quando o § 2º do art. 341, na sua atual redação, chega ao ponto de autorizar a criação de quaisquer contribuições sociais para atender a despesas públicas no campo da saúde e da assistência social, desaparece todo o sentido na construção do sistema tributário complementar, harmônico e rígido, em que cada ente público possui um campo privativo para instituir impostos, com total impossibilidade de invasão de competências e com o estabelecimento de garantias específicas para o cidadão-contribuinte. Não fica aí a dificuldade. O art. 342 praticamente impede a retenção do imposto de renda na fonte. A medida proposta desmonta todo o esforço

feito na história jurídico-constitucional brasileira, representando um retrocesso jamais imaginado.

Como se vê, trata-se, no caso, de compatibilizar com dois anteprojetos: o da Comissão de Ordem Social e o da Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças.”

Infelizmente, o Relator fez opção pelo anteprojeto da Comissão da Ordem Social. Mas, sem prejuízo do acordo feito entre as Lideranças, voltaremos a apresentar esta emenda em plenário com a certeza de que o Relator Bernardo Cabral a acolherá, reparando este grave retrocesso em que estamos incorrendo.

**O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO MONTEIRO:** – Sr. Presidente, em nome da bancada do Partido Democrático Trabalhista, queremos, em virtude do acordo efetuado, retirar os nossos destaques requeridos para o projeto do Relator Bernardo Cabral, deixando bem claro que, na oportunidade em que se discutirá o seu mérito, iremos apresentar nossas propostas, que em muitos pontos são divergentes do Projeto.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Muito obrigado a V.Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE FRANCISCO BENJAMIM:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem a palavra pela ordem, o nobre Constituinte Francisco Benjamim.

**O SR. CONSTITUINTE FRANCISCO BENJAMIM:** – Sr. Presidente, também subscrevi destaques para votação de emendas e quero, em função do acordo feito, manifestar o meu desejo de retirá-los.

Antes, porém, quero dizer que o fato a que assistimos nesta reunião, os episódios que estamos vivendo na Comissão de Sistematização são bem o exemplo de que nenhuma matéria constitucional foi aqui discutida, sob nenhum aspecto sob nenhuma circunstância. Esta Comissão aprovou aquilo que a Casa sabe ser o lixo constitucional. O digno Constituinte Bernardo Cabral não é o Relator dos projetos que foram submetidos à apreciação desta Comissão.

Sr. Presidente, manipularam os Constituintes desta Comissão, porque nós, que não participamos das Comissões temáticas nem das Subcomissões não tivemos a oportunidade de dar contribuição efetiva, de fazer parte do debate e da discussão constitucional. Triste o país em que se faz um acordo simplesmente para continuar um processo que não se iniciou e que não se sabe que caminhos vamos percorrer. Quem hoje, aqui, de sua consciência, pode dizer qual é o regime de governo que esta Constituinte discutiu e vai aprovar? Quem pode dizer se vamos escolher um texto constitucional sintético ou analítico?

Ninguém, Sr. Presidente.

Foi demais ao que aqui se assistiu. O povo haverá de nos julgar por isso, porque o nosso compromisso maior não é com os nossos partidos nem conosco mesmos mas com o Brasil, com esta grande Nação. Desejo ressaltar aqui que o Relator Bernardo Cabral, na realidade, não expôs as suas idéias, jungido ao Regimento adrede construído pelos que antes negaram os pacotes, pelos que hoje manipulam as consciências, induzindo de boa-fé todos desta Comissão à adoção de uma posição que nada constrói para o País. Votamos o nada, votamos o lixo, votamos aquilo que não vai servir para o País, para a Nação brasileira. (Palmas.)

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Sr. Presidente, peço a palavra apenas para dar um esclarecimento à Casa e particularmente ao Constituinte Francisco

Benjamim, no sentido de que esta Comissão nem qualquer de seus membros abdicaram de discutir o Projeto. Ao contrário, abrimos mão de discuti-lo formalmente para podermos discuti-lo seu mérito. Que não se confundam as coisas, até porque, dá forma como foi exposto pelo Constituinte Francisco Benjamim, parece que queremos abdicar um direito que é nosso, como Constituintes como cidadãos, de discutir aquilo que vamos aprovar. Que fique bem claro que estamos querendo antecipar o início da fase da discussão do mérito do anteprojeto para podermos votar mais rapidamente aquilo que é fundamental.

Não se trata de aqui estarmos abdicando de votar o Projeto, que em momento algum significa algo desprezível, porque foi um trabalho dos Srs. Constituintes, e queremos analisá-lo quanto ao seu mérito o mais rapidamente possível.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Com a palavra o Constituinte Antônio Carlos Mendes Thame,

**O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO CARLOS MENDES THAME:** – Sr. Presidente, há pouco votei favoravelmente ao Projeto de Constituição elaborado pelo Relator Bernardo Cabral. E, naquele momento, apresentei minha declaração de voto, ou seja, declarei que votava com restrições.

Na realidade, na minha opinião, o Regimento da Constituinte, que todos aprovamos – e, evidentemente, naquela oportunidade, não podíamos prever todos os caminhos e descaminhos por que hoje trilhamos é o grande culpado, por maiores que tenham sido nossos esforços, de não conseguirmos nesta fase resultado satisfatório.

Na minha opinião, são inúmeros os pontos que devem ser tratados de forma diferente. Por isso, apresentei vinte e seis emendas. Em função desse acordo, quero retirar todas elas, à exceção de uma, que coincide com o pedido de destaque do nobre Constituinte Gastone Righi, de votação em separado do art. 336

Como o Constituinte Gastone Righi já manifestou seu desejo de manter o pedido de destaque, também o faço. O destaque se refere ao art. 336, que dispõe:

“A folha de salários é base exclusiva da Seguridade Social e sobre ela não poderá incidir qualquer outro tributo ou contribuição.”

Portanto, no caso de o Constituinte Gastone Righi retirar os destaques, eu o acompanharei; não apresentarei nenhum pedido de destaque ou de votação em separado das minhas emendas.

Era o que queria declarar.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Gastone Righi.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr. Presidente, ouvi atentamente o apelo de V. Ex.<sup>a</sup> e acompanhei o esforço que fez no sentido de que os trabalhos sejam conduzidos dentro do maior consenso possível. Anteriormente, eu atendera a um apelo do ilustre Líder, meu amigo Mário Covas, no sentido de darmos celeridade a esta Comissão. Meu partido, que registra mais de trezentas emendas oferecidas a este Projeto, concordou em reduzi-las, para que se mantivesse também esse mínimo de dignidade e de participação. Assim sendo, só destacamos uma emenda e pedimos votação em separado de dois dispositivos. A emenda concede aos Municípios o ISS – Imposto Sobre Serviços – e os dispositivos são o famigerado art. 336, que proíbe descontos ou contribuições em folha de serviços, incompatibilizando várias entidades, e o art. 349, § 3º, que permite ao Poder Público o confisco, a espoliação e a desapropriação, através de intervenção em todos os

estabelecimentos de serviços de saúde, sem indenização. Isso, é o mínimo, para registrar uma posição formal do meu partido. Devo declarar que não vou abrir mão dessa posição. O PTB já votou contrariamente aos projetos, porque não havia como registrar nosso protesto contra tamanha algaravia, em relação a tanta distorção quanto essas propostas enunciavam. É claro que o Sr. Relator não poderia ter feito nada diante da escravização ao Regimento Interno. Como reagimos perante um Regimento Interno improfícuo, errôneo e mal elaborado, diante de um projeto teratológico como esse? Só votando não, e assim o fizemos.

Portanto, Sr. Presidente, vamos manter apenas o destaque de emenda e de dois dispositivos do Projeto, atendendo ao apelo que o ilustre Líder Mário Covas nos formulou e, em verdade, também corroborando o apelo que V. Ex.<sup>a</sup> neste momento nos dirige.

**O SR. CONSTITUINTE LUIS EDUARDO:** – Sr. Presidente, retirarei os pedidos de destaque que fiz com referência a algumas emendas que não foram consideradas de compatibilização. E justifico por que as apresentei: acho o Projeto ruim na forma, péssimo no conteúdo e na prática certamente seria um desastre.

**O SR. CONSTITUINTE NELTON FRIEDRICH:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE NELTON FRIEDRICH:** – Sr. Presidente, também encaminhamos mais de oito pedidos de destaque e queremos retirá-los, em razão do acordo de Lideranças. Ao mesmo tempo, na própria declaração de voto que emitimos, fazemos referência às contradições existentes no trabalho apresentado pelo ilustre Relator, especialmente quanto à questão da independência e soberania nacional, inspirados até numa discussão com o ilustre Constituinte Oswaldo Lima Filho, principalmente se compararmos os arts. 4º, 6º e 494, com referência à reforma agrária, ao instituto da desapropriação, à enfiteuse, à questão das minas, às jazidas de recursos minerais, energéticos e de toda ordem.

Portanto, entendemos fundamental a correção dessas contradições. Ao mesmo tempo, no intuito de preservar o que de bom temos, devemos dizer que avançamos, por exemplo, no título da Ordem Social. Agradecemos a V. Ex.<sup>a</sup> e pedimos, portanto, a retirada dos destaques.

**O SR. CONSTITUINTE JAMIL HADDAD:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE JAMIL HADDAD:** – Sr. Presidente, votei favoravelmente ao Projeto, com declaração de voto. Discordo, no mérito, de inúmeros artigos do Projeto do Constituinte Bernardo Cabral. Apresentei 56 emendas. Achei por bem não solicitar destaques, aguardando o momento exato de o Projeto vir a plenário, para, então, apresentar minhas emendas no mérito, no sentido de modificar os artigos que, a meu ver, contrariam o pensamento do Partido Socialista Brasileiro.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – O Sr. Constituinte Oswaldo Lima Filho mantém os destaques?

**O SR. CONSTITUINTE OSWALDO LIMA FILHO:** – Mantenho.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – O Sr. Constituinte Paulo Ramos mantém os destaques?

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – Sr. Presidente, embora discordando profundamente de muitos ar-

tigos discordando quase que completamente da questão da ordem econômica, discordando também da injustiça praticada com os militares, que, pelo Projeto, não podem concorrer a cargos eletivos desde que estejam no serviço ativo, apesar de todas as discordâncias, com o objetivo de contribuir para que seja mantido o acordo de Lideranças, retiro meus destaques.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Obrigado a V. Ex.<sup>a</sup>.

Nos termos regimentais, devemos passar à apreciação dos destaques não retirados. O primeiro que se apresenta é o do Constituinte Oswaldo Lima Filho ao art. 301.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem sobre o processo de votação, no que se refere a destaques.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem a palavra V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Sr. Presidente, tenho entendido que esta fase da Comissão de Sistematização, sendo de adequação e não de mérito, não comportou e não comporta discussão nem deliberação sobre mérito. Se a Mesa da Comissão colocar em destaque emendas supressivas de artigo, estará colocando em deliberação o mérito. Neste caso, nós, que aceitamos o acordo, vamos sentir-nos logrados, porque, então, poderemos destacar para suprimir todos os artigos com os quais não concordamos, e até mesmo títulos e, talvez o projeto. Mas, como se trata de uma fase de adequação, fizemos o acordo e votamos, não quanto ao mérito, mas quanto à adequação. Desta forma, se V. Ex.<sup>a</sup> colocar em votação destaques para supressão de artigos, o acordo estará profundamente comprometido e terá de ser revisto. (Palmas.)

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr. Presidente, permita-me contraditar a questão de ordem.

O problema da votação foi referido apenas em termos abstratos e teóricos. No que concerne aos meus destaques, minha emenda foi recebida e, portanto, admitida como de adequação. Ela é de adequação e assim vou votá-la. No caso, trata-se de beneficiar os municípios com a receita do ISS, que o Projeto optou por transferir ao Estado. Quero que fique com os municípios, como se dá atualmente. Portanto, é emenda de adequação.

Quanto aos outros dois destaques pedidos, não se trata de emenda. Pedi, ao votar o substitutivo, fossem ressaltados os artigos destacados com os quais não concordava. E são artigos para os quais invoquei a necessidade de compatibilização. Logo, não se aplica ao caso vertente o exposto pelo ilustre Líder do Governo, Constituinte Carlos Sant'Anna.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem a palavra o ilustre Constituinte Roberto Freire.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Sr. Presidente, estamos numa fase em que se discute apenas a adequação. Tanto que, com a apresentação das emendas, houve, por parte da Presidência da Comissão e do Relator, um esforço de caráter disjuntivo, para fixar quais eram as emendas de mérito e quais eram as supressivas ou modificativas, enfim, de adequação, na fase de mera sistematização formal. Tanto que foram apresentadas mais de cinco mil emendas e apenas pouco mais de mil foram aceitas. E sobre elas o Relator da Comissão se pronunciou e deu parecer.

Portanto, esta votação refere-se somente às emendas aceitas para esta fase, porque não eram de mérito,

e apenas sobre elas caberia o destaque. Para qualquer outra, portanto, não caberia o destaque, por ser de mérito, não se enquadrando, pois, nesta fase, devendo ser apreciada na etapa posterior.

E mais: pedir supressão do artigo significa suprimir no mérito. Assim, não se estaria adequando, a não ser que se tratasse de uma supressão por se tratar de um artigo inovador que contrariasse algo já aprovado pela Comissão de Sistematização.

Por conseguinte seria importante salientar que as propostas de destaque que não contemplarem emendas que receberam parecer do Relator devem ser parcialmente aprovadas ou rejeitadas, não cabendo destaque nesta fase.

**O SR. CONSTITUINTE INOCÊNCIO OLIVEIRA:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem a palavra o nobre Constituinte Inocêncio Oliveira.

**O SR. CONSTITUINTE INOCÊNCIO OLIVEIRA:** – Sr. Presidente, o Partido da Frente Liberal participou do acordo e pede destaque para apenas duas emendas: uma, de um membro do partido, Antônio Carlos Mendes Thame, a respeito do art. 336, e a outra, do nobre Constituinte Gastone Righi.

O Sr. Presidente, o Partido da Frente Liberal encampa esses dois pedidos de destaque.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Ouvi com muita atenção a exposição dos Srs. Constituintes, especialmente a do Líder do meu partido, Constituinte Inocêncio Oliveira.

Entretanto, ocasionalmente na Presidência desta reunião, sou levado a não acolher o que nos é solicitado, já que tive contatos diretos com o Presidente da Constituinte o Deputado Ulysses Guimarães, não só por intermédio de documentos escritos, mas também pessoalmente, sendo por S. Ex.<sup>a</sup> instruído no sentido de que não aceitássemos as emendas de mérito.

De maneira que, por estar convencido de que o assunto trata de mérito, deixo de aceitar o recurso apresentado quanto à intervenção do Constituinte Gastone Righi.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr. Presidente, não captei bem a decisão de V. Ex.<sup>a</sup>, porque meu destaque é para emendas que V. Ex.<sup>a</sup> considerou de adequação e não de mérito.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – A emenda será votada. Referi-me à outra emenda, peço desculpa a V. Ex.<sup>a</sup>.

Tem a palavra o nobre Relator.

**O SR. CONSTITUINTE BERNARDO CABRAL:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, está ocorrendo um equívoco que precisa ser reparado. A emenda do Constituinte Gastone Righi não foi considerada de mérito, porque S. Ex.<sup>a</sup> pretendeu adequá-la ao art. 2º, inciso IV, do Relatório aprovado na Comissão II. O Relator apenas preferiu, na hora da compatibilização, o texto aprovado na Comissão, do Constituinte José Serra. S. Ex.<sup>a</sup> apresentou sua emenda nitidamente de adequação, e pretende agora que o texto seja adequado àquela da Comissão II.

Sr. Presidente, o parecer do Relator foi pela rejeição e, regimentalmente, quando o parecer é pela rejeição, cabe aos Srs. Constituintes pedir destaque. O nobre Constituinte o pediu; logo, cabe à Comissão aceitar ou não o destaque de S. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Vai-se proceder à chamada. O voto afirmativo aprova o destaque; o voto negativo o rejeita.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ SERRA:** – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar contrariamente à emenda do nobre Constituinte Gastone Righi.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Nobre Constituinte José Serra, já estamos em processo de votação. Não é possível o encaminhamento.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ SERRA:** – Sr. Presidente, peço a palavra para contraditar a proposta do nobre Constituinte Gastone Righi.

**O SR. CONSTITUINTE MÁRIO COVAS:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem a palavra o nobre Constituinte Mário Covas.

**O SR. CONSTITUINTE MÁRIO COVAS:** – Sr. Presidente, gostaria de declarar, embora não seja membro da Comissão de Sistematização, mas na qualidade de líder, com todo o respeito que o nobre Constituinte Gastone Righi me merece – e com relação ao mérito da emenda manifesto-me, desde logo, a favor, para votá-la no momento oportuno –, gostaria de declarar, repito, que esta é a emenda que estamos votando que não consta do acordo. Portanto, nestas condições, o PMDB vota "não". (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem a palavra o nobre Constituinte Inocêncio Oliveira, na condição de Líder do Partido da Frente Liberal.

**O SR. CONSTITUINTE INOCÊNCIO OLIVEIRA:** – Sr. Presidente, a Frente Liberal é a favor do acordo. No entanto, vota favoravelmente à emenda do nobre Líder do PTB.

**O SR. CONSTITUINTE FRANCISCO DORNELLES:** – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Com a palavra V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE FRANCISCO DORNELLES:** – Sr. Presidente, tenho grande respeito pelo Líder do PTB, mas não concordo com a emenda apresentada por S. Ex.<sup>a</sup> Deste modo, não aceito o voto do Líder do PFL, já que não existe essa figura entre nós. Cada Constituinte tem seu voto. Em que pese ao respeito que tenho por S. Ex.<sup>a</sup>, não concordo com a proposta do Constituinte Gastone Righi, pois implicará, se aprovada, perda de recursos para os municípios. Sou municipalista e, assim, não posso aceitar algo que implique prejuízo para os municípios.

**O SR. CONSTITUINTE INOCÊNCIO OLIVEIRA:** – Sr. Presidente, o Líder do PFL vota "sim". No entanto, ficam liberados os demais membros do Partido nesta Comissão.

**O SR. CONSTITUINTE PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO:** – Sr. Presidente, estamos tentando construir um acordo a partir de uma convivência democrática, própria de uma Assembléia Constituinte. E uma das regras do jogo é que os acordos sejam cumpridos. **Pacta sunt servanda!** Consegui que meu Partido renunciasse ao direito de fazer a população brasileira conhecer nosso voto sobre o mérito nessa etapa.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Roberto Freire.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, acredito que ficou muito claro,

no acordo, que não discutiríamos o mérito, uma vez que estamos numa fase em que há apenas a questão da adaptação formal. Todos os Srs. Constituintes, provavelmente, teriam destaques a apresentar para adequar, sistematizar e até mesmo discutir o mérito da decisão do Relator. Fez-se, porém, um acordo no sentido de resolver a questão do mérito e não apresentar destaques nesta fase.

No entanto, o Sr. Constituinte Gastone Righi, figura **sui generis**, de raro oportunismo político, coloca a questão do mérito. Não vamos entrar nela. Esta questão deverá ser discutida oportunamente, e, aí sim, nos posicionaremos quanto ao mérito.

Agora, em respeito ao acordo, votaremos contra. Não tem sentido, porém, por estarmos favoráveis ao mérito – como estamos e assim iremos votar na etapa seguinte –, premiar um companheiro que não quis participar de um processo racional e que ficará privilegiado frente aos demais, porque aparecerá perante a opinião pública como o defensor dos municípios, enquanto os outros Partidos aparecerão como contrários, como, aliás, já está dizendo aqui o Constituinte Roberto Cardoso Alves.

Quero deixar claro que votaremos contra a emenda do Constituinte Gastone Righi, sem prejuízo da apreciação da proposta na etapa seguinte. Votaremos favoravelmente ao mérito.

É bom deixar claro que, ao se fazer um acordo, terá de ser cumprido. Peço, pois, à Liderança do PMDB que seja absolutamente Adamantina ao fixar sua posição, a fim de que possa ter aliados nas futuras votações da Casa. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Com a palavra o Constituinte Jamil Haddad.

**O SR. CONSTITUINTE JAMIL HADDAD:** – Sr. Presidente, na realidade, estas intrigas que nos fazem parecer antimunicipalistas fazem parte de um jogo divisionista. Houve um acordo e, para mim, palavra é palavra. Defino-me cem por cento a favor do ISS nos municípios. Fui Prefeito da cidade do Rio de Janeiro e sei o que isso representa. Na hora exata votarei a favor. Neste momento, apesar da reclamação, da atitude e do sorriso gentil do Constituinte Roberto Cardoso Alves, votarei contra, em razão do acordo preestabelecido.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ MARIA EYMAEL:** – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação pela Democracia Cristã.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem a palavra V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ MARIA EYMAEL:** – No momento em que foi estabelecido o acordo, houve, por parte dos vários partidos políticos presentes, um ato de renúncia. Há temas que nós, da Democracia Cristã, julgamos da maior relevância. Para nós, representa sacrifício abstermo-nos de discuti-los, neste momento, sob a forma de destaque. Todavia, com base no critério do acordo celebrado, orientamos nossa bancada no sentido de votar contra o destaque, para, desta forma, sermos coerentes com a postura assumida. Desde já queremos assinalar, porém, que entre as preocupações da Democracia Cristã está a valorização dos Municípios. Posteriormente, na fase de análise do mérito, votaremos, portanto, ao assunto.

No momento, votamos contra.

**O SR. CONSTITUINTE ALUÍZIO CAMPOS:** – Sr. Presidente, os que apóiam o acordo devem ser coerentes. Entendi que poderia votar a matéria de mérito que estava submetida à discussão. Retifico, pois, o meu voto. Peço ao escrutinador que faça a retificação.

**O SR. CONSTITUINTE HAROLDO LIMA:** – Peço a palavra, Sr. Presidente, para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE HAROLDO LIMA:** – Sr. Presidente, entendemos que está em pauta a forma de executar o acordo e de cumpri-lo devidamente. Assim consideramos que a Emenda apresentada pelo Constituinte Gastone Righi, que repõe o ISS para os Municípios, corresponde a uma emenda apresentada a esta Casa pelo próprio PC do B. Entretanto, o nosso partido, em respeito ao acordo feito, não pediu destaque especial para esta questão, como poderia fazê-lo.

Nesse sentido, mantemos a mesma posição favorável ao conteúdo desta proposta, que defenderemos em plenário, no devido momento, quando as questões decisivas estiverem postas. Neste preciso instante, no entanto, defendendo o acordo, votamos não.

**O SR. CONSTITUINTE JOAQUIM BEVILACQUA:** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE JOAQUIM BEVILACQUA:** – Sr. Presidente, participando da reunião desta manhã, deixei claro que endossava a linha de conduta que o Constituinte Roberto Freire salientou, qual seja, a de procurar não obstruir os trabalhos nesta fase e encaminhá-los para a seguinte. Entretanto, o Constituinte Gastone Righi, Líder do meu partido, já havia saído e o Constituinte Francisco Rossi e eu salientamos que apresentaríamos os destaques, como de fato apresentamos. Salientei também que deveria ser feito um esforço no sentido de que se apresentasse um mínimo de destaques, uma vez que seria absolutamente impossível dois, três ou meia dúzia de Constituintes, ainda que Líderes partidários, decidirem pela totalidade da Comissão de Sistematização.

Ora, no instante em que se votou o projeto, com restrições, com ressalvas, com votos favoráveis e contrários, também houve a retirada dos destaques. Não apresentei os destaques e tampouco o companheiro Francisco Rossi. É um direito do Constituinte Gastone Righi, como de qualquer outro Constituinte, manter os destaques dentro daqueles parâmetros mínimos estabelecidos hoje de manhã.

Apenas desejava registrar este esclarecimento, já que o Constituinte Gastone Righi não estava presente ao se fixarem as bases desse acordo de cavalheiros.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr. Presidente, peço a palavra, para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem a palavra o Constituinte Gastone Righi, para uma questão de ordem.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr. Presidente, fui mencionado reiteradas vezes e de forma até ofensiva pelo insigne Líder do PCB. Quero entender que o Sr. Constituinte Roberto Freire tenha cometido apenas um erro de sinonímia ou um lapso verbal. Não posso sequer imaginar que se entenda por oportunismo a apresentação de uma emenda por um Constituinte legitimamente eleito, membro desta Comissão, Líder de partido, cuja emenda nada esconde. É clara, límpida e reta.

Meu raciocínio é cartesiano. Não aceitei, em momento algum, acordo com ninguém. Declarei isso várias vezes à imprensa e perante V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Presidente. Não concordei com esse tipo de acordo, ao qual não quero referir-me com a linguagem apropriada, para não denegrir quem dele participou. Ninguém pode transigir com seus direitos e

deveres nesta Assembléia Constituinte. Fui eleito para comparecer a esta Comissão, apresentar emendas, discutilas e votá-las, e não para negociar este direito, transferindo para outra etapa esse esforço. Trata-se de queimar uma etapa, liquidar uma oportunidade que tenho de fazer prevalecer minha idéia, meu pensamento. E isso deixei claro em todos os instantes.

Portanto, Sr. Presidente, o que fiz foi colaborar com V. Ex.<sup>a</sup> e com o ilustre Líder Mário Covas. Enxuguei ao máximo minhas propostas, de maneira consciente. E somente a minha consciência e a meus eleitores devo satisfações. Que o Líder Roberto Freire se dirija a seus eleitores, cometa a indignidade que desejar em sua própria área de atuação, não na minha frente e nem à minha pessoa. Sobram-me dignidade e honra para não ser chamado de oportunista. Sou municipalista. Tenho compromissos com os Municípios brasileiros – e meu partido, também. Que o ISS continue beneficiando-os, que se lhes concedam mais recursos ainda do que os pobres impostos que lhes foram atribuídos.

Portanto, Sr. Presidente, ao apresentar esta emenda insistir na sua votação, cumprio um dever e exercito um direito, do qual não abro mão para ninguém.

E mais não posso entender este autêntico procedimento pueril e incongruente, de votar-se contra algo a que se é favorável. Não há como explicar isto. Como votar contra, hoje, sob a promessa de votar a favor amanhã? Que aberração! É-se contra ou a favor. Vamos acabar com este engodo! Se, como dizem, a culpa é do Regimento Interno, revogue-se o Regimento Interno! Vamos reformá-lo! o que não é possível é continuar nesse processo aos trancos e barrancos. Que se faça acordo, sim, mas com uma posição de alto nível, translúcida, que corresponda aos nossos anseios, às nossas propostas, à nossa dignidade e à nossa consciência, Sr. Presidente.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Senhor Presidente, pela ordem. Fui citado nominalmente.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Atenção! O Presidente deseja fazer uma declaração.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Mas fui citado nominalmente, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Darei a palavra a V. Ex.<sup>a</sup> Antes, porém, gostaria de fazer uma pequena declaração.

Acredito estar interpretando o pensamento da Casa no momento em que digo que não se deve dar uma interpretação radical, caluniosa e ofensiva à expressão utilizada pelo nobre Constituinte Roberto Freire, Houve a expressão "oportunismo", que, no entanto, tem dois sentidos nitidamente diversos. O primeiro, o de uma posição de facilidade moral com referência à obtenção de vantagens pessoais. Isso é um tipo de oportunismo. Há, no entanto, outro tipo de oportunismo, que diz respeito a uma certa habilidade de adotar uma técnica estratégica, ou seja, certa habilidade estratégica, com a que se observa, por exemplo, nos campos de batalha, nas assembléias e em quaisquer oportunidades de decisão coletiva no caso, trata-se de alguém servir-se de determinada oportunidade para obter vantagens, sem que isto, contudo, implique qualquer comprometimento moral por parte da pessoa. Portanto, é uma decisão oportuna sem ser oportunista.

Então, oportunismo compreende as duas acepções a que me referi. Não quis, jamais, o Constituinte Roberto Freire, ao referir-se ao Constituinte Gastone Righi, acusá-lo de oportunismo moral.

A Presidência está aqui interpretando sentimentos unânimes. Se estou errado, que alguém se manifeste neste sentido. Tenho certeza de que interpreto o sentimento do ilustre Líder em relação ao Constituinte Gastone Righi, ao dizer que oportunismo é apenas uma posição de habilidade estratégica nesta batalha. Este embate parlamentar tem os seus Bonapartes e também os que não são Bonapartes.

O Presidente está convicto de que oferece esta definição em nome de todos os demais Constituintes.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Senhor Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Concedo a palavra a V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Senhor Presidente, gostaria de agradecer a V. Ex.<sup>a</sup> por haver tentado minimizar algo que evidentemente não deveria ter começado. Mantenho, porém, o que disse. Houve oportunismo por parte do Constituinte Gastone Righi, ao tentar manter um destaque que esta Comissão talvez viesse a aprovar no mérito. Só que não caberia, neste momento, solicitar o destaque, uma vez que a Assembléia, em peso, havia abdicado de discutir méritos de emendas ao Projeto do Constituinte Bernardo Cabral.

É oportunismo político. Mantenho a expressão. Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup> por querer retirar-lhe qualquer caráter pejorativo. Não era esta a minha intenção. Agora, também quero dizer ao Constituinte Gastone Righi que S. Ex.<sup>a</sup> pode entender da forma como V. Ex.<sup>a</sup> quis demonstrar ou como quiser. Não retiro a expressão "oportunismo político" em relação ao Constituinte Gastone Righi.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Muito obrigado.

Passa-se à votação.

(Procede-se à votação.)

**O SR. SECRETARIO (Adolfo Oliveira):** – Sr. Presidente, 84 integrantes da Comissão votaram, sendo seis "Sim" e 78 "Não".

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – O destaque foi rejeitado.

Sobre a Mesa o seguinte requerimento:

"Sr. Presidente, tendo em vista que o Projeto de Constituição foi aprovado sem qualquer modificação, requeiro a V. Ex.<sup>a</sup> a dispensa da respectiva redação final. Sala das Reuniões, 11 de julho de 1987. – **Bernardo Cabral**, Relator."

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem a palavra, pela ordem, o nobre Constituinte Oswaldo Lima Filho.

**O SR. OSWALDO LIMA FILHO:** – Sr. Presidente, estranho esse requerimento, porque apresentei três pedidos de destaque que não foram votados. Não pretendo que a Comissão os aprecie, mas exijo que ela pelo menos ouça os motivos dos destaques requeridos. Atendendo às solicitações dos Líderes do meu partido, os Senadores Mário Covas e Fernando Henrique Cardoso, retirarei os destaques, mas, antes de fazê-lo, quero manifestar aqui, a fim de que conste nos Anais da Assembléia Nacional Constituinte o meu protesto.

Inicialmente, reclamo contra o ato imperial de Vossa Excelência, pessoa a quem sempre rendi as maiores homenagens ao rejeitar três emendas de minha autoria, que eram de simples compatibilização. No art. 494 está incluí-

da uma das maiores indignidades que já se viu nesta Casa do Congresso Nacional. É o artigo que diz:

"Serão mantidas as atuais concessões, cujos direitos de lavra prescreverão decorridos cinco anos sem exploração em escala comercial..."

Sr. Presidente, este dispositivo é altamente suspeito, porque se sabe que no Governo Figueiredo três mil concessões de lavra foram concedidas à British Petroleum, à Brascam, à Hanna Corporation e a diversas outras empresas. Esse dispositivo não foi discutido, é quase ignorado, mas está no Projeto de Constituição. Este foi um dos motivos pelos quais votei contra ele, por que apresentei uma emenda tentando compatibilizar esse dispositivo, atentatório e lesivo aos interesses nacionais, com o admirável artigo 6º do anteprojeto do Senador José Bisol, incluído no anteprojeto, que diz:

"(...) garantir a independência nacional pela preservação de condições políticas, econômicas, científicas, tecnológicas e bélicas que lhe permitam rejeitar toda tentativa de interferência estrangeira na determinação e consecução de seus objetivos internos."

Além do mais, o art. 4º dispõe também que "o Estado brasileiro exercerá soberania política e econômica permanente sobre todos os recursos naturais que se encontram no seu território..."

Ora, Sr. Presidente, as disposições desses artigos estão em contradição evidente, notória, factual, com o artigo 494 que acabei de ler. No entanto, a emenda que ofereci, procurando suprimi-lo, o antigo art. 501, foi por V. Ex.<sup>a</sup> jogada na vala do esquecimento e arquivada.

Há outros erros graves no Projeto. O nobre Constituinte Bernardo Cabral é um jurista eminente, que sempre contou com a minha admiração. Não sei os caminhos que S. Ex.<sup>a</sup> tomou para a elaboração do Projeto, Senhor Presidente, não os conheço. Mas sei que o conceito de desapropriação definido no trabalho aprovado pela Comissão Temática que teve como relator o nobre Constituinte José Paulo Bisol, no seu art. 12, nº XIII, alínea d, é radicalmente oposto ao que está incluído no art. 318 do atual Projeto. Por conseguinte, o Projeto está indo para o Plenário recheado das mais flagrantes e absurdas contradições e algumas, como é o caso do art. 494, representando um atentado ao interesse nacional.

Sr. Presidente, se fosse uma questão menor não ocuparia a Constituinte nem V. Ex.<sup>a</sup> com meus destaques. Mas já que é uma deliberação de todos os partidos recusar os destaques, quero salientar que os nobres Constituintes Mário Covas e Fernando Henrique Cardoso – a quem demonstrei necessidade do destaque – asseguraram-me que irão lutar no Plenário pela supressão desse dispositivo. Invoco esses nomes, porque são de homens com os mais sérios, os mais graves, os mais dignos compromissos para com o povo brasileiro. Por isso, Sr. Presidente, retiro o destaque apresentado.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – O meu eminente colega, Constituinte Oswaldo Lima Filho, velho amigo, acaba de provocar em mim uma reação psicológica muito forte. Colocou V. Ex.<sup>a</sup> de tal maneira o problema – que eu ignorava totalmente – e expôs uma luz tão inesperada em fatos que eu desconhecia, em conteúdos que não havia lido, que fiquei profundamente tocado pelo assunto, pela situação.

Então, estou inclinado a rever a decisão que V. Ex.<sup>a</sup> atribui a mim, quando ela foi consequência do acordo firmado e dos seus resultados inevitáveis. Farei isso facilmente, porque, de repente, V. Ex.<sup>a</sup> me coloca diante de um problema pessoal de consciência, que não posso



deixar de atender. Sinto-me extremamente confuso, perturbado e preocupado. Peço a V. Ex.<sup>a</sup> que me dê a fórmula pela qual eu possa rever a decisão que tanto o preocupa.

**O SR. CONSTITUINTE OSWALDO LIMA FILHO:** – Apresentei requerimento de revisão da decisão de V. Ex.<sup>a</sup>, que deve estar na secretaria da Comissão.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Não a recebi.

**O SR. CONSTITUINTE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO:** – Senhor Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Fernando Henrique Cardoso, pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO:** – Quero apenas, em abono ao que disse o Constituinte Oswaldo Lima Filho, agradecer a V. Ex.<sup>a</sup> por ter atendido ao apelo da Liderança e reafirmar o meu compromisso no sentido de lutarmos juntos pela matéria.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ SERRA:** – Peço a palavra, pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Eu pediria ao eminente Constituinte José Serra que me facultasse, Sr. Presidente, usar da palavra. Preciso prestar um esclarecimento ao eminente Constituinte Oswaldo Lima Filho, já que S. Ex.<sup>a</sup> me honrou com a citação.

(Sinal de assentimento.)

O Constituinte Oswaldo Lima Filho, Sr. Presidente, tem margem extensa para saber – uma vez que fomos cassados no mesmo dia durante dez anos estivemos com os direitos políticos suspensos – que jamais seria de minha autoria dispositivo dessa natureza. S. Ex.<sup>a</sup> não inclua apenas o Senador Mário Covas e o Senador Fernando Henrique Cardoso. Faça a gentileza de incluir-me também.

Mas gostaria que S. Ex.<sup>a</sup> atinasse para um ponto. O dispositivo, Sr. Presidente, quando compatibilizado, sofreu o mesmo processo que os demais. Quando havia uma regra e uma exceção, não poderíamos deixar, Sr. Presidente, de admiti-la, como o fizemos, nesse caso. Entretanto, isso não implica que, na apresentação da emenda de mérito, permaneça como está. Ou será que o Plenário tem dúvida de que muitas coisas serão extirpadas do anteprojeto?

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ SERRA:** – Sr. Presidente, Relator que fui da Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças, quero aqui prestar breve esclarecimento a respeito da matéria há pouco posta em votação, referente ao Imposto Sobre Serviços de qualquer natureza. O Constituinte Gastone Righi apresentou emenda que colocava o imposto sob a competência dos Municípios. De acordo com o projeto da Comissão do Sistema Tributário, acolhido na sua quase totalidade pelo Relator da Comissão de Sistematização, todas as simulações feitas indicam um ganho da receita dos Municípios brasileiros, no conjunto, de aproximadamente o dobro de quaisquer contas que se faça dos quadros dos Estados.

Quero também, esclarecer, que menos de 10% dos Municípios brasileiros hoje cobram o ISS. Feitas as mudanças, a participação dos Municípios no ISS seria da ordem de 50% e a participação no ICM ficaria ampliada em cerca de 25%, ou seja, correspondente à quarta parte. O ICM ampliado constitui-se, agora, de cerca de sete impostos, inclusive os impostos únicos.

Por outro lado, de acordo com outras disposições o ISS poderia ser cobrado pelos Estados, inclusive em con-

cessões de serviços públicos, em relação aos quais hoje existe proibição para cobrança.

Estamos absolutamente seguros de que a mudança para integração de sete impostos em um único, o ICM, traz ganho para os Municípios, e não prejuízo. Portanto, quando a Casa votou contrariamente, fê-lo não apenas em face do acordo que visava a abreviar o trabalho de discussão de mérito. Mas pode ficar tranqüila, porque votou a favor dos Municípios.

Por outro lado, uma mudança nesse aspecto desfaría todo o arcabouço organizado e estruturado consensualmente pela Comissão do Sistema Tributário, inclusive levando-nos a alterar obrigatoriamente as parcelas do Fundo de Participação dos Estados e dos Municípios, já consideraremos ampliadas.

Portanto, estamos tranqüilos de que o novo sistema tributário tem um componente fundamental na descentralização de receitas para os Estados e principalmente para os Municípios.

Os Municípios, que hoje têm na parte de serviços importante fonte de receita, não perderão; pelo contrário, terão ganho, inclusive, em decorrência das transformações realizadas.

Queria deixar o esclarecimento, mas vou-me permitir, numa próxima oportunidade, aqui voltar para maiores explicações e discussão mais detalhada.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Peço a V. Ex.<sup>a</sup> que seja breve.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr. Presidente, estou tentando usar da palavra desde que V. Ex.<sup>a</sup> leu o ofício que lhe foi dirigido pelo Sr. Relator.

Entendi – e esclareci-me desde o início com V. Ex.<sup>aa</sup> e principalmente com o Presidente anterior – que o projeto seria votado, ressalvados os destaques de emendas e dispositivos. Apresentei dois requerimentos de destaque a dois dispositivos. Os dois dispositivos para os quais pedi destaque dizem respeito à compatibilidade do projeto. Vou esclarecer melhor. O art. 336, do qual peço exclusão, é incompatível com outros dispositivos do próprio projeto – onde se prevêem Imposto de Renda na fonte, contribuição sindical, a hipótese de cooperativas, contribuições de seguridade ou para implemento de empresas privadas. Declarei anteriormente que nenhuma contribuição tributária além daquela pode incidir sobre a folha de pagamento – seria negar todo o arcabouço anterior, que prevê, inclusive, Imposto de Renda na fonte, pensão para mãe e filho. Tudo isso é incompatível com o dispositivo. Daí a razão do destaque. Quero excluí-lo por incompatibilidade. Quando se elabora emenda ou requerimento de compatibilidade ou adequação, ela pode ser ou não de mérito. O importante é que haja compatibilidade.

O segundo dispositivo, § 3º do art. 349, é mais incisivo porque, nos princípios gerais, no início da Constituição, diz-se que o poder público poderá desapropriar, por interesse público ou por objetivo social, desde que pague prévia e justa indenização em dinheiro. Vem esse dispositivo, o § 3º do art. 349, dizer que o Estado pode mais. Pode, por exemplo, intervir em estabelecimentos de saúde, e inclusive desapropriá-los, sem qualquer indenização. Ora, há incompatibilidade flagrante. Não é, portanto, apenas questão de mérito, mas, sim, de compatibilizar-se o texto

com o dispositivo geral que cria para o Estado uma obrigação.

Finalizando, Sr. Presidente, quero dizer que a exposição do ilustre Constituinte José Serra parece muito com a do Ministro Bresser Pereira, a nos dizer que, ao se tirar o ISS dos municípios estes estarão recebendo vantagens. Quero que tenham essas vantagens mais o ISS.

Evidentemente, a economia do futuro terá 80% de sua base nos serviços. Se hoje o ISS é pequeno é porque bancos, instituições financeiras e outras entidades, como as seguradoras, não pagam ISS, em virtude de lei federal. Mas a partir da Constituição serão devedoras.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Em votação o requerimento do Relator. (Pausa.) Aprovado. (Palmas.)

Senhores, estamos terminando uma fase dos nossos trabalhos. Fiquei extremamente sensibilizado não apenas com a contribuição brilhante dada por todos aqueles que tomaram parte desta reunião, como também com a soma de experiências parlamentares e de conhecimentos que aqui foram fortemente exibidos pela intervenção de tantos Constituintes. O pessimismo, as críticas, a descrença, até mesmo a agressividade que às vezes se manifestam contra os trabalhos da Constituinte são inteiramente improcedentes, infundados para quem deles aqui toma conhecimento. O que a Presidência lastima, lamenta, deplora é que não haja conhecimento suficiente da opinião nacional acerca do que existe de positivo neste trabalho, que se realiza em termos sem precedentes na história constitucional do Brasil. (Muito bem!) Aqui desenvolve-se uma ação concertada, norteadas no sentido de coordenar, estimular, recriar iniciativas tomadas por Comissões Temáticas e Subcomissões, numa atmosfera a que faltou, na opinião modesta do Presidente, a orientação de um plano inicial, o que não deixou de existir em todas as Constituintes democráticas brasileiras. Tudo isso faz com que o trabalho aqui levado a efeito pelos nobres Constituintes não seja uma tarefa de simples construção. É, isto sim, um trabalho de planejamento e de construção.

Ao que estamos assistindo? A Constituinte está planejando e construindo a obra que pretende erigir, que está levada a erigir, que está sendo exigida a erigir, em face das carências, das esperanças, das decepções, dos sofrimentos de toda uma geração.

Então, o que está acontecendo aqui é digno de atenção. Chamo especificamente a atenção daqueles que não estão aqui. Aqui somamos menos de cem; lá fora há mais de cem milhões. Assim, pois, na medida das fracas possibilidades de divulgação dos trabalhos desta Assembléia, quero chamar a atenção da justiça que existe no coração dos homens, da justiça imanente que habita a boa vontade dos homens para com o desenvolvimento do seu País e o bem-estar do seu povo. Chamo a atenção para isto: V. Ex.<sup>as</sup> estão fazendo um trabalho sem precedentes, estão planejando e construindo uma obra, em conjunto, de grande envergadura.

E é com estas palavras, Senhoras e Senhores, que quero agradecer profundamente a presença de todas as Senhoras e Senhores aqui presentes.

Convocarei uma reunião extraordinária para atender às deliberações anteriormente tomadas. Acatando a opinião do meu técnico e assessor em matéria parlamentar, que é um profissional respeitável em todo o Brasil, desejo apenas ouvir constituintes sobre a possibilidade de convocarmos imediatamente uma reunião extraordinária – em condições de funcionar, evidentemente.

Convoco então uma nova reunião, a iniciar-se dentro de cinco minutos. O Presidente não está muito seguro de a ela poder assistir, dado que é notória a sua avançada idade, que tem sido objeto de tantos comentários. Mas vou fazer o possível. Vou retirar-me e descansar durante cinco minutos e, se puder, voltarei à Presidência. Caso contrário, um dos meus sucessores assumirá esta banca. Farei, porém, todo o possível para aqui voltar. Consultarei a mim mesmo para ver se consigo.

Está encerrada a reunião.

## 12ª Reunião Extraordinária da Comissão de Sistematização

Aos onze dias do mês de julho do ano de mil novecentos e oitenta e sete, às dezenove horas e quarenta minutos, no Plenário da Câmara dos Deputados, reuniu-se a Comissão de Sistematização, sob a Presidência do Senhor Constituinte Aluísio Campos, Primeiro Vice-Presidente no exercício da Presidência, presentes os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Almir Gabriel, Arnaldo Prieto, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Brandão Monteiro, Carlos Mosconi, Celso Dourado, Cristina Tavares, Egídio Ferreira Lima, Fernando Gasparian, Fernando Henrique Cardoso, Francisco Dornelles, Francisco Pinto, Francisco Rossi, Gastone Righi, Gerson Peres, Haroldo Lima, Haroldo Sabóia, Ibsen Pinheiro, Inocêncio Oliveira, Jamil Haddad, José Fogaça, José Maurício, José Paulo Bisol, José Richa, José Ulisses de Oliveira, Lysâneas Maciel, Manoel Moreira, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nelson Friedrich, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Plínio de Arruda Sampaio, Raimundo Bezerra, Roberto Freire, Severo Gomes, Sigmaringa Seixas, Virgildásio de Senna, Aldo Arantes, Antônio Mariz, Bonifácio de Andrada, Euclides Scalco, João Agripino, João Natal, José Carlos Greco, José Genoíno, José Maria Eymael, José Tavares, Mozarildo Cavalcanti, Nelson Wedekin, Octávio Elísio, Ottomar Pinto, Vicente Bogo e Vilson Souza. Deixaram de comparecer os Senhores Constituintes: Adolfo Oliveira, Afonso Arinos, Alcení Guerra, Alfredo Campos, Aloysio Chaves, Antonio Farias, Antônio Carlos Konder Reis, Antônio Carlos Mendes Thame, Carlos Chiarelli, Carlos Sant'Anna, Christóvam Chiaradia, Cid Carvalho, Darcy Pozza, Edme Tavares, Eraldo Tinoco, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Lyra, Francisco Benjamin, Jarbas Passarinho, João Calmon, João Hermann Neto, Joaquim Bevilacqua, José Freire, José Geraldo, José Ignácio Ferreira, José Jorge, José Lins, José Luiz Maia, José Santana de Vasconcellos, José Serra, José Thomaz Nonô, Luiz Eduardo, Luiz Ignácio da Silva, Marcondes Gadelha, Mário Assad, Mário Lima, Milton Reis, Nilson Gibson, Oscar Corrêa, Osvaldo Coelho, Paulo Pimentel, Prisco Viana, Renato Vianna, Ricardo Fiúza, Rodrigues Palma, Sandra Cavalcanti, Siqueira Campos, Theodoro Mendes, Virgílio Távora e Wilson Martins. Havendo número regimental o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, anunciando que a reunião destinava-se à votação do Projeto de Decisão nº 4/87 do Senhor Constituinte Paulo Ramos, "que veda, sob qualquer fórmula, a conversão da dívida externa, no todo ou em parte, em capital de risco no território nacional". Prosseguindo, o Senhor Presidente informou que, nos termos regimentais, o projeto seria votado pelo processo simbólico, podendo entretanto ser requerida a votação nominal, o que foi imediatamente feita pelo Senhor Constituinte Gerson Peres. Os Senhores Constituintes Gastone Righi e Gerson Peres solicitaram ainda verificação de **quorum** por entenderem que não havia número suficiente para realizar-se a votação, ao que esclareceu o Senhor Presidente ser impossível atendê-los, uma vez que só se procede à verificação de **quorum** após a votação

da matéria. Não havendo até aquele momento nenhum requerimento sobre a mesa, passou-se à votação, pelo processo simbólico, do Parecer do Senhor Relator, Constituinte Bernardo Cabral, propondo a rejeição do referido projeto e sugerindo o seu encaminhamento à Mesa da Assembléia Nacional Constituinte, a fim de que possa ser transformado em Projeto de Resolução modificativo do Regimento Interno: o referido parecer foi rejeitado, ficando aprovado o projeto. Anunciado o resultado, o Senhor Constituinte Gerson Peres solicitou verificação da votação, no que foi atendido pelo Senhor Presidente, que determinou a realização da chamada nominal. Em continuação, o Senhor Constituinte Ademir Andrade pediu a palavra, pela ordem, levantando a impossibilidade de se retirarem do Plenário, durante o processo de verificação de **quorum**, o autor do respectivo requerimento, Senhor Constituinte Gerson Peres, e os Senhores Constituintes Gastone Righi e Inocêncio Oliveira, que o apoiaram. O Senhor Constituinte Gerson Peres, respondendo, esclareceu que sairia do Plenário, por entender que não infringiria as normas regimentais. O Senhor Presidente, em seguida, anunciou que procederia à chamada para votação nominal, informando que representaria manifestação favorável ao projeto o voto "sim", e o voto "não" significava a sua rejeição. O Senhor Constituinte Ademir Andrade, naquele momento, levantou duas questões de ordem, a saber: a primeira enfatizando ter, na reunião anterior, ficado estabelecido que o Constituinte votando "não" estaria se manifestando contrariamente ao Parecer do Relator e, portanto, favoravelmente ao projeto, pelo que, da mesma forma e naquele momento, os que estivessem a favor do projeto deveriam votar "não": a segunda, pleiteando a fixação pela Presidência do entendimento de que o constituinte requerente de verificação de votação e os que o apoiassem deveriam ser considerados como presentes no Plenário e, em consequência, registrados os respectivos votos. O Senhor Constituinte Gerson Peres, contestando, informou não admitir patrulhamento quanto à sua liberdade de votar, e mais, que se ausentaria do Plenário para evitar o **quorum** suficiente à aprovação da matéria. Em continuação, o Senhor Presidente, respondendo às questões de ordem do Senhor Constituinte Ademir Andrade, esclareceu que S. Ex.<sup>a</sup> tinha razão, no tocante à primeira questão, quanto à forma de votação, mas, quanto à segunda, não havia como obrigar os senhores constituintes a permanecerem em Plenário, sendo válido o direito de obstrução, que é tradicional no âmbito parlamentar: se, porém, estivessem presentes no recinto a Mesa computaria a respectiva presença, declarando "abstenção" para aqueles que não quisessem manifestar o seu voto. Solicitou, então, o Presidente ao Senhor Secretário que procedesse à chamada para verificação de votação. O Senhor Constituinte Paulo Ramos solicitou a palavra, informando que o Senhor Constituinte Gerson Peres estava presente no Plenário, havendo a necessidade de ser computado o seu voto, no que foi apoiado pela Senhora Constituinte Cristina Tavares. Prosseguindo, o Senhor Presidente solicitou àquele Constituinte que proferisse o seu voto; não havendo sido atendido determinou ao escrutinador que o anotasse como "abstenção", havendo o Senhor Gerson Peres informado que recorria da decisão da Presidência. Dando continuidade à chamada nominal votaram, com declaração de voto, os Senhores Constituintes Fernando Gasparian, Nelson Carneiro, José Maria Eymael e Fernando Henrique Cardoso, havendo o Senhor Constituinte José Ulisses de Oliveira, que secretariara a reunião, anunciado o resultado da votação nos seguintes termos: 42 votos "não", 6 votos "sim" e 1 "abstenção", perfazendo um total de 49 votos. O Senhor Presidente proclamou, então, o resultado, no sentido da rejeição do Parecer do Senhor Relator Bernardo Cabral, declarando que, de consequência, re-

sultava aprovado o Projeto de Decisão nº 4/87. Votaram "sim" os seguintes Senhores Constituintes: Aluizio Campos, Bernardo Cabral, Francisco Rossi, Gastone Righi, Bonifácio de Andrada e José Maria Eymael; votaram "não" os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Almir Gabriel, Artur da Távola, Carlos Mosconi, Celso Dourado, Cristina Tavares, Egídio Ferreira Lima, Fernando Gasparian, Fernando Henrique Cardoso, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, Ibsen Pinheiro, José Paulo Bisol, José Ulisses de Oliveira, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nelton Friedrich, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Raimundo Bezerra, Severo Gomes, Sigmaringa Seixas, Virgildásio de Senna, Brandão Monteiro, José Maurício, Lysâneas Maciel, Plínio de Arruda Sampaio, Haroldo Lima, Roberto Freire, Jamil Haddad, Antonio Mariz, Euclides Scalco, João Agripino, João Natal, José Carlos Greco, José Tavares, Nelson Wedekin, Octávio Elísio, Vicente Bogo, Vilson Souza e José Genoíno; absteve-se de votar o Senhor Constituinte Gerson Peres. Em continuação, o Senhor Presidente informou que passaria à votação do Projeto de Decisão nº 5/87, do Senhor Constituinte Iram Saraiva, "que torna obrigatória a transmissão, através da televisão e do rádio, das votações nominais realizadas no Plenário da Constituinte", com parecer contrário do Senhor Relator Bernardo Cabral com a sugestão da remessa do Projeto à Presidência da Assembléia Nacional Constituinte, a fim de que o mesmo fosse transformado em Projeto de Resolução modificativo do Regimento Interno. Solicitaram a palavra, levantando questões de ordem os Senhores Constituintes José Genoíno – sobre o Parecer do Relator que considerou o projeto como matéria regimental, e Gerson Peres, este informando que apresentaria, por escrito, recurso pedindo a nulidade da votação que acaba de ser realizada. O Senhor Presidente respondeu às questões de ordem e, em seguida, concedeu a palavra ao Senhor Constituinte Paulo Ramos que, ao ensejo, declarou já haver se iniciado o processo de votação do projeto. Em seguida, com a palavra, o Senhor Constituinte Gerson Peres reclamou da Presidência sobre o seu recurso, sendo-lhe esclarecido, então, que o mesmo já havia sido recebido. Em continuação, o Senhor Presidente anunciou que usaria o processo simbólico, colocando em votação o Parecer do Relator, que foi aprovado. O Senhor Constituinte Gerson Peres solicitou a verificação da votação, sendo de imediato feita a chamada nominal, cujo resultado apresentou 36 votos "não" e 6 "sim", perfazendo um total de 42 votos, número insuficiente para deliberação sobre a matéria. O Senhor Constituinte João Agripino solicitou ao Senhor Presidente que computasse o voto do Senhor Gerson Peres pelo fato de o mesmo estar presente e haver solicitado a verificação da votação, ao que o Senhor Presidente respondeu que aquela matéria já havia sido decidida anteriormente. Não havendo **quorum**, o Senhor Presidente adiou a votação, convocando uma reunião para segunda-feira dia 13 às 14 horas e trinta minutos, encerrando os trabalhos às 20 horas e vinte e quatro minutos. O inteiro teor desta reunião foi gravado, devendo ser publicado no **Diário da Assembléia Nacional Constituinte**, e constituir-se-á na Ata circunstanciada dos trabalhos. E, para constar, eu, Maria Laura Coutinho, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A presente reunião extraordinária destina-se, exclusivamente, à votação de dois Projetos de Decisão. O de nº 4, de autoria do nobre Constituinte Paulo Ramos, consta de apenas um artigo, vazado nos seguintes termos:

"Fica vedada, sob qualquer fórmula, a conversão da dívida externa, no todo ou em parte, em capital de risco, no território nacional."

Nos termos do Regimento, a matéria poderá ser votada simbolicamente e aprovada por maioria simples, a não ser, é claro, que haja algum requerimento para votação nominal, o que até agora não ocorreu.

Vamos passar à votação. Segundo estou informado, há número regimental para iniciá-la.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, requeiro a V. Ex.<sup>a</sup> que a votação seja nominal.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Peço ao nobre Constituinte Gerson Peres que envie à Mesa seu requerimento, por escrito. De acordo com o Regimento, a votação nominal deve ser solicitada por escrito. Não haverá discussão nem encaminhamento, e o requerimento deverá ser submetido à apreciação do Plenário da Comissão, conforme o disposto no art. 12 do Regimento da Comissão de Sistematização. Portanto, se V. Ex.<sup>a</sup> ou qualquer outro membro da Comissão desejar que a votação seja nominal deverá encaminhar imediatamente à Mesa requerimento por escrito.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr. Presidente, peço verificação de **quorum**, já que, aparentemente, não há número suficiente para votação.

**O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE:** – Existe **quorum**, Sr. Presidente. Estão presentes mais de 58 Srs. Constituintes.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Fazemos a verificação.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, estamos pedindo verificação de **quorum**.

**O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE:** – Coloquemos em votação a matéria, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Passa-se à votação dos Projetos de Decisão.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Não, Sr. Presidente, primeiro deve ser feita a verificação de **quorum**.

**O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE:** – Verificação de **quorum** se faz após o resultado da votação. Então, Sr. Presidente, V. Ex.<sup>a</sup> deve proceder à votação. Se houver pedido de verificação, posteriormente o **quorum** será apurado.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, V. Ex.<sup>a</sup> faz a votação simbólica e, depois, pediremos a verificação de **quorum**.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Como não há requerimento escrito para votação nominal, a Mesa vai proceder à votação simbólica dos referidos projetos. Peço aos Srs. Constituintes que tomem seus lugares para que se possa realizar a votação. (Pausa.)

Em votação o Projeto de Decisão nº 4. Os Srs. Constituintes que aprovam o projeto queiram conservar-se como se encontram. (Pausa.) – Aprovado. (Muito bem! Palmas.)

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Peço verificação de **quorum**, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Solicitada verificação de **quorum**, vai-se proceder à chamada nominal.

**O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem a palavra, pela ordem, o nobre Constituinte Ademir Andrade.

**O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE:** – Sr. Presidente, é preciso registrar o nome dos Constituintes

que pediram verificação de **quorum**, para que não se ausentem deste plenário. O procedimento que ora sugiro está previsto em nosso Regimento. E os Srs. Constituintes a que me refiro são os seguintes: Gastone Righi, Gerson Peres e Inocêncio Oliveira. Estes não podem ausentar-se do plenário.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Vai-se proceder à chamada nominal, para verificação de **quorum**.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, voto contra e vou sair, para não haver **quorum**, porque não voto contra o Regimento. Os dois projetos contrariam o próprio Regimento Interno. Sairei por isso. Veremos o que o povo brasileiro irá fazer comigo nas próximas eleições. Com certeza me enviará novamente para cá.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Proceder-se-á à chamada dos Srs. Constituintes, para votação nominal. Os que estiverem a favor do projeto responderão "sim"; os que estiverem contra responderão "não".

**O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Nobre Constituinte Ademir Andrade, estamos em processo de votação.

**O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE:** – Sr. Presidente, é sobre o processo de votação. Gostaria de deixar as coisas bem claras. São duas as questões de ordem que desejo levantar.

Na reunião anterior, quando da apreciação deste projeto, quem votava "não" manifestava-se contrariamente ao parecer do Relator e, portanto, favoravelmente ao projeto. Assim, entendo que quem estiver favorável ao projeto deve votar "não".

A segunda questão de ordem é a seguinte: o Regimento estabelece que quem pede verificação de **quorum** ou a apóia é considerado presente no plenário. Então, V. Ex.<sup>a</sup> teria que registrar os nomes dos Constituintes que deram apoio ao pedido de verificação de **quorum**, para que sejam considerados presentes.

Eram estas as questões de ordem.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, peço a palavra para contestar a questão de ordem, conforme o Regimento.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem a palavra V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, até que, quanto à primeira questão de ordem, o ilustre Constituinte, conterrâneo e amigo Ademir Andrade não deixa de ter razão. Quanto à obrigatoriedade de o Constituinte que pede verificação estar presente no plenário, aí já se trata de algo chamado "patrulhamento". Devo dizer que ninguém interfere na minha liberdade de votar. Não há Regimento, não há Presidente, amigo, pai ou mãe que possa dizer como devo votar. O voto é meu. Em assim sendo, Sr. Presidente, o que vale é o voto. Contará V. Ex.<sup>a</sup> os votos. Não estando eu presente, não será computada minha presença e terá que ser considerado o **quorum** existente. Vou retirar-me, para que não haja **quorum**. Estou sendo sincero ao declarar que sairei para que não haja número, a fim de que o projeto não seja aprovado.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Vou responder à questão de ordem do Constituinte Ademir Andrade.

S. Ex.<sup>a</sup> tem razão quanto à forma de voto. O parecer do Relator é contra a aprovação do projeto. Então, aque-

les que quiserem aprovar o projeto terão que votar "não" ao parecer do Relator.

Quanto a computar-se a presença dos Srs. Constituintes, a Mesa não dispõe do poder de mantê-los no plenário. Ademais, o direito de obstrução é válido, é tradicional no âmbito parlamentar. Se os Srs. Constituintes não quiserem votar o projeto, não quiserem dar número, terão o direito de retirar-se do recinto. Se estiverem presentes, a Mesa, naturalmente, computará a abstenção ou o voto contra.

Está resolvida a questão. Peço ao Sr. Secretário que proceda à chamada para verificação de **quorum**.

(Prossegue à chamada.)

**O SR. CONSTITUINTE FERNANDO GASPARIAN:** – "Não", com declaração de voto, porque acho que o projeto, se fosse para o Plenário, deveria ser emendado, a fim de que pudesse realmente servir aos interesses do País.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – "Não", nos termos do pronunciamento do Constituinte Fernando Gasparian.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – Permita-me, Sr. Presidente.

O Constituinte Gerson Peres está presente e, assim, é preciso que S. Ex.<sup>a</sup> manifeste seu voto. Se se pretende imprimir seriedade aos trabalhos desta Comissão, não se pode permitir esse tipo de deboche.

**A SRA. CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES:** – Permita-me, Sr. Presidente.

Sr. Presidente. Srs. Constituintes, esta Comissão é séria. O Constituinte Gerson Peres está presente. Pode abster-se, mas esta Comissão é séria, esta votação é muito séria. Não podemos permitir deboche aqui dentro. E deboche é o que está ocorrendo. Peço, pois, a V. Ex.<sup>a</sup> que garanta a seriedade dos trabalhos da Comissão de Sistematização, fazendo registrar a presença do Constituinte Gerson Peres.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Já declarei, antes de iniciada a votação, que os votos dos Constituintes que solicitaram verificação e estivessem presentes seriam computados como "não" ou "abstenção". Na hora em que o nome do Constituinte Gerson Peres foi chamado. S. Ex.<sup>a</sup> se havia retirado do recinto. Agora, como S. Ex.<sup>a</sup> está presente, peço a S. Ex.<sup>a</sup> que declare seu voto.

**A SRA. CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES:** – Senhor Presidente, o Constituinte Gerson Peres está presente. Por favor, Sr. Constituinte, não quebre a seriedade da votação.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, peço a palavra, para uma questão de ordem.

**A SRA. CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES:** – Sr. Presidente, quem está ausente não pode levantar questão de ordem. É um raciocínio primário.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, respeitando o nervosismo de minha dileta e querida companheira, a Constituinte Cristina Tavares, devo lembrar que é praxe, é norma, nesta Comissão, em momento de votação, o Congressista, não estando presente, votar ao final, se quiser. O Parlamentar é responsável por seu próprio voto. Vou, portanto, esperar o final da votação. A lista tem que ser seguida, de acordo com a norma regimental. O Regimento tem de ser cumprido, acima das paixões e dos interesses de quem quer que seja.

**A SRA. CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES:** – V. Ex.<sup>a</sup> está presente e deve manifestar sua opção. É pre-

cio imprimir seriedade aos trabalhos da Comissão de Sistematização.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Peço ao Constituinte Gerson Peres que manifeste seu voto, ou seja, se será "abstenção" ou "não", caso não esteja de acordo com o projeto. **(Muito bem. Palmas.)** V. Ex.<sup>a</sup> tem que declarar seu voto.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, nem V. Ex.<sup>a</sup>, com todo o respeito que lhe dedico por ser o Presidente desta reunião, pode impor-me sua vontade ou cercear meu direito de votar na hora em que pretendo fazê-lo. Vou votar ao final, porque na hora em que fui chamado não estava presente. V. Ex.<sup>a</sup>, de acordo com a listagem, tem que prosseguir a votação. Esta é a regra, a prática. Cumpra V. Ex.<sup>a</sup> o Regimento, para que eu possa continuar respeitando V. Ex.<sup>a</sup>.

**A SRA. CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES:** – Isso é um desrespeito, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Peço ao escrutinador que anote o voto do Constituinte Gerson Peres como "abstenção". **(Muito bem! Palmas.)**

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, V. Ex.<sup>a</sup> não é um fascista para me impor a sua vontade.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A questão já está decidida. V. Ex.<sup>a</sup> se quiser, pode recorrer da minha decisão.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, era só o que faltava, V. Ex.<sup>a</sup> toma essa decisão. Recorro da decisão de V. Ex.<sup>a</sup> para o Plenário da Constituinte. V. Ex.<sup>a</sup> não pode impor a sua vontade sobre a oportunidade em que desejo externar o meu voto.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Retornamos ao processo de votação.

(Prossegue a votação.)

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ MARIA EYMAEL:** – Sr. Presidente, a democracia cristã estará sempre presente para firmar suas posições em um ou em outro sentido. Nunca recorreremos à saída de plenário, embora reconheçamos que é uma medida regimental. Votamos "Sim", acompanhando o Relator. **(Palmas.)**

**O SR. CONSTITUINTE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO:** – Sr. Presidente, embora eu considere que o projeto, nos termos em que está, não atende aos interesses da economia nacional, como posso fazer emendas no plenário da Assembléia Nacional Constituinte, voto "Não". **(Palmas.)**

**O SR. SECRETÁRIO (José Ulisses de Oliveira):** – Votaram 49 Srs. Constituintes, sendo uma "abstenção", seis votos "Sim" e 42 "Não". **(Palmas.)**

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A Mesa proclama a aprovação do projeto.

Vamos passar, agora, à votação do Projeto nº 5, de autoria do nobre Constituinte Iram Saraiva. O projeto também é de um só artigo, com um parágrafo único – aliás, deveria ser de artigo único.

"É criada a obrigatoriedade de transmissão, por emissoras de televisão e de rádio de todas as votações nominais realizadas no plenário da Assembléia Nacional Constituinte".

Parágrafo único. As transmissões deverão ser efetuadas ao vivo, na sua totalidade, ou em **flashes**,

e no que se refere à televisão, também em **vídeo tape**."

O parecer do Relator, no mérito, também é contrário ao projeto, mas há uma sugestão adicional de que a matéria pode ser apresentada na Assembléia Nacional Constituinte, no sentido de uma mudança do Regimento.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOINO:** – Sr. Presidente, parece-me que o parecer do Relator é no seguinte sentido: considera S. Ex.<sup>a</sup>, que o projeto de decisão é matéria regimental, já que o Regimento da Assembléia Nacional Constituinte estabelece o horário da divulgação dos nossos trabalhos em rede nacional. O Relator, no seu parecer, envia o Projeto de Decisão, como Projeto de Resolução, para o Plenário da Assembléia Nacional Constituinte. Esta é a questão de ordem que formulo.

Portanto, ele o aprova e o envia ao plenário da Assembléia Nacional Constituinte."

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Sobre o mérito, o parecer é o seguinte:

"Inegável – e desnecessário seria mesmo frisá-lo – a inteira conveniência de criarem-se meios para a ampla divulgação dos trabalhos constituintes, notadamente quando eles se refiram ao processo decisório, que marca, de maneira incontestável, a posição de cada um de nós neste momento tão significativo do viver de nossas instituições, quando se fazem ecoar as mais importantes manifestações do mais elevado foro de debates e decisões da Nação brasileira.

Ocorre, no entanto, senhores, que a apreciação da presente iniciativa neste órgão, como Projeto de Decisão, encontra o embaraço intransponível do óbice legal inscrito no § 7º do art. 59 do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, eis que, como é de todos nós sabido, as proposições a que se refere o preceito regimental retro-apontado se limitam às que tenham como objetivo "sobrestar medidas que possam ameaçar os trabalhos e decisões soberanas da Assembléia Nacional Constituinte."

Então, quanto ao mérito, o projeto é contrário. E está aqui o Relator para confirmá-lo. S. Ex.<sup>a</sup> apenas achou conveniente fazer uma sugestão.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem a palavra V. Ex.<sup>a</sup> para uma questão de ordem.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Diz o § 4º do art. 177, que só poderão ser feitas e aceitas reclamações quanto ao resultado da votação antes de ser anunciada a discussão ou votação de nova matéria.

Portanto, encaminho a V. Ex.<sup>a</sup>, – e posteriormente o farei por escrito, dentro do prazo regimental – recurso pedindo a nulidade daquela votação, baseado na iniciativa de V. Ex.<sup>a</sup> de ter votado por mim, incluindo no **quorum** uma abstenção inexistente. Este é o primeiro argumento. O segundo, que alinharei em meu recurso, será o da infringência flagrante ao dispositivo do Regimento Interno, com a prévia audiência do Relator, para que verifique se a matéria atinge a soberania e os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte.

Baseado nestes dois fundamentos de ordem legal – um, privativo do meu direito de Constituinte, que V. Ex.<sup>a</sup> usurpou; outro, baseado na infringência flagrante ao dispositivo regimental da Assembléia Nacional Constituinte,

que não poderá **ab initio** apreciar matéria que lhe foge à competência, conforme determina o Regimento Interno declarado pelo nobre Relator – estarei encaminhando a V. Ex.<sup>a</sup>, na próxima segunda-feira, por escrito, um recurso anulando o procedimento legal desta votação.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – V. Ex.<sup>a</sup> será atendido e o seu recurso encaminhado ao eminente Presidente da Assembléia Nacional Constituinte.

Concedo a palavra ao nobre Constituinte Paulo Ramos, pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – Sr. Presidente pedi a palavra pela ordem simplesmente para registrar que V. Ex.<sup>a</sup> já havia dado início à votação do Projeto de Decisão nº 5, de autoria do Constituinte Iram Saraiva tendo inclusive feito a sua leitura e dito que tomaria os votos por chamada nominal.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Concedo e palavra, para uma questão de ordem, ao nobre Constituinte Gerson Peres.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, para contraditar quero dizer que gritei no microfone justamente para buscar meu direito no Regimento, V. Ex.<sup>a</sup>, mais uma vez, não me atendeu. Aliás, para encerrar definitivamente a minha intervenção...

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Mas estou acolhendo o recurso de V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – ...estranho profundamente o procedimento de V. Ex.<sup>a</sup>, a quem tenho na mais alta conta um homem de bem, um democrata, um grande companheiro. Mas como em política este é o jogo e a lei é o remédio, nela vou buscar o remédio porque ainda acredito na lei e na respeitabilidade dos homens que presidem e dirigem a Assembléia Nacional Constituinte.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Vamos proceder à votação simbólica, na forma do Regimento.

Peço aos Srs. Constituintes que tomem os seus lugares.

Os Srs. Constituintes que votam com o projeto, contra o parecer do Relator, permaneçam como se encontram.

A votação simbólica é pela aprovação do projeto.

Concedo a palavra ao nobre Constituinte Gerson Peres.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, peço verificação nominal de votação – e tenho apoio de três Constituintes – para que se cumpra bem o Regimento e se saiba quem votou no que é certo e no que é errado.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – O Regimento permite o pedido de verificação com o apoio de três Constituintes presentes. Peço ao companheiro José Ulisses que proceda à chamada nominal dos votantes, (Procede-se à votação.)

**O SR. SECRETÁRIO (José Ulisses de Oliveira):** – Votaram 42 Constituintes: 36 "sim" e 6 "não".

**O SR. CONSTITUINTE JOÃO AGRIPINO:** – Sr. Presidente, pela ordem. Acho que deve ser computada a abstenção de voto do Constituinte Gerson Peres nesta votação também, porque S. Ex.<sup>a</sup> estava aqui e pediu verificação.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A matéria já foi decidida anteriormente.

Não houve **quorum**. Fica adiada a votação.

**Convocamos nova reunião para segunda-feira, às 14h30min.**

**13ª Reunião Extraordinária  
da Comissão de Sistematização**

Aos treze dias do mês de julho do ano de mil novecentos e oitenta e sete, às quinze horas e vinte e oito minutos, no Plenário da Câmara dos Deputados, reuniu-se a Comissão de Sistematização, sob a Presidência do Senhor Constituinte Afonso Arinos, presentes os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Adolfo Oliveira, Alcení Guerra, Aluísio Campos, Antônio Carlos Konder Reis, Arnaldo Prieto, Bernardo Cabral, Carlos Sant'Anna, Celso Dourado, Christóvam Chiaradia, Cid Carvalho, Egídio Ferreira Lima, Eraldo Tinoco, Fernando Gasparian, Francisco Rossi, Gerson Peres, Haroldo Sabóia, Inocêncio Oliveira, Joaquim Bevilacqua, José Geraldo, José Lins, José Luiz Maia, José Maurício, José Paulo Bisol, José Richa, Luiz Eduardo, Luiz Inácio Lula da Silva, Lysâneas Maciel, Marcondes Gadelha, Mário Assad, Mário Lima, Nelson Jobim, Nelson Friedrich, Nilson Gibson, Paulo Pimentel, Paulo Ramos, Plínio de Arruda Sampaio, Prisco Viana, Rodrigues Palma, Sigmaringa Seixas, Siqueira Campos, Virgildásio de Senna, Adylson Motta, Antonio Mariz, Beth Azize, Daso Coimbra, Délio Braz, Enoc Vieira, João Menezes, José Costa, José Lourenço, José Maria Eymael, Octávio Elísio, Paes Landim, Vilson Souza e Ziza Valadares – todos membros da Comissão, e ainda, os Senhores Constituintes, não integrantes deste Órgão, Agassiz Almeida, Raimundo Rezende, Ruben Figueiró, Amaral Netto, Ruy Nedel, Valmir Campelo, Hermes Zaneti, Ubiratam Spinelli, Israel Pinheiro, Matheus Iensen, Benedito Gama, Furtado Leite, Geraldo Fleming, Juarez Antunes. Deixaram de comparecer os Senhores Constituintes: Alfredo Campos, Almir Gabriel, Aloysio Chaves, Antonio Farias, Antônio Carlos Mendes Thame, Artur da Távola, Brandão Monteiro, Carlos Chiarelli, Carlos Mosconi, Cristina Tavares, Darcy Pozza, Edme Tavares, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Lyra, Francisco Benjamim, Francisco Dornelles, Francisco Pinto, Gastone Righi, Haroldo Lima, Ibsen Pinheiro, Jamil Haddad, Jarbas Passarinho, João Calmon, José Fogaça, João Herrmann Neto, José Freire, José Ignácio Ferreira, José Jorge, José Santana de Vasconcellos, José Serra, José Thomaz Nono, José Ulisses de Oliveira, Manoel Moreira, Milton Reis, Nelson Carneiro, Oscar Corrêa, Osvaldo Coelho, Osvaldo Lima Filho, Pimenta da Veiga, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Ricardo Fiúza, Roberto Freire, Sandra Cavalcanti, Severo Gemes, Theodoro Mendes, Virgílio Távora e Wilson Martins. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declarou iniciados os trabalhos, informando que em face do grande volume de matérias tratadas na última reunião, a ata respectiva estava em fase de elaboração, motivo pelo qual não foi distribuída. Em seguida, informou que a reunião destinava-se à votação do parecer do Senhor Relator Bernardo Cabral ao Projeto de Decisão nº 5/87, do Senhor Iram Saraiva, "que torna obrigatória a transmissão, através de televisão e rádio, das votações nominais realizadas no plenário da Assembléia Nacional Constituinte". Naquela oportunidade, o Senhor Constituinte Carlos Sant'Anna formulou questão de ordem, apresentou reclamação e pediu reconsideração, tudo por escrito, sobre a legalidade da convocação da reunião e processo de votação que redundaram na aprovação do Projeto de Decisão nº 4/87, havendo sido contraditado pelo Senhor Constituinte Paulo Ramos. O Senhor Presidente procedeu à leitura do disposto no § 4º, do art. 20 do Regimento Interno da Comissão, e informou sobre o encerramento da discussão da matéria objeto desta reunião. Quanto à reclamação do Senhor Constituinte Carlos Sant'Anna, declarou que a res-

ponderia mais adiante. O Senhor Constituinte José Lourenço argumentou que a matéria tratada pelo Projeto de Decisão nº 4/87 não se adequava ao disposto no Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte em seu art. 59, § 7º e, por esse motivo, deveria ter recebido do Senhor Presidente o despacho "arquite-se". O Senhor Constituinte Aluísio Campos, Vice-Presidente, sugeriu que o Plenário da Comissão se manifestasse sobre a constitucionalidade, ou não, do Projeto de Decisão nº 4/87, para que ficasse estabelecido se o processo de votação por maioria simples teria sido o correto para sua aprovação. Prosseguindo, o Senhor Constituinte Lysâneas Maciel levantou questão de ordem sobre a competência regimental da Presidência da Comissão para decidir sobre o recurso apresentado pelo Senhor Constituinte Carlos Sant'Anna, bem como o Senhor Constituinte Ademir Andrade sobre o decurso do prazo estabelecido para a tramitação do Projeto de Decisão nº 5/87 e sobre o **quorum** exigido para aprovação de projetos de decisão, e ainda o Senhor Constituinte Adolfo Oliveira sobre a organização da Ordem do Dia (art. 4º, XII). O Senhor Constituinte, Vice-Presidente, por ter sido citado pelo Senhor Constituinte Ademir Andrade apresentou justificativa da convocação da reunião que naquele momento se realizava. O Senhor Constituinte Gerson Pores abordou aspectos da questão do **quorum** exigido para aprovação de projetos de decisão e sobre o não enquadramento do Projeto de Decisão nº 4/87 no dispositivo regimental pertinente. Insistiu, ainda, para que fosse despachado seu recurso sobre a nulidade da votação ocorrida na reunião do dia 11 do corrente, quando foi rejeitado o parecer do Relator dado ao Projeto de Decisão nº 4/87. O Senhor Constituinte Nilson Gibson discorreu sobre a nulidade do processo de votação do Projeto de Decisão nº 4/87, por infringência de normas processuais concernentes ao **quorum**. Em continuação, com a palavra o Senhor Constituinte Celso Dourado, abordou aspectos da negociação da dívida externa brasileira e criticou a forma vagarosa para decidi-la, tendo o Senhor Constituinte Virgildásio de Senna discutido os aspectos negativos da conversão da dívida externa brasileira em capital de risco. O Senhor Constituinte Marcondes Gadelha defendeu a aplicação do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte em todos os seus pontos, como fato automático; criticou a apresentação de projetos de decisão que não se enquadram no texto regimental, afirmando que as matérias neste sentido devem ser apresentadas ao Congresso Nacional. Durante o pronunciamento do Senhor Constituinte Marcondes Gadelha o Senhor Presidente ameaçou encerrar a reunião em virtude de tumulto no Plenário. Naquela oportunidade, o Senhor Constituinte Paulo Ramos defendeu a apresentação do Projeto de Decisão nº 4/87, de sua autoria, com apoio de mais de cento e noventa Constituintes, como assunto de mais alta relevância nacional, ao que respondeu o Senhor Constituinte Marcondes Gadelha informando que apoiaria, na sua totalidade, qualquer proposição sobre a matéria que fosse apresentada no fórum adequado – o Congresso Nacional. O Senhor Constituinte José Lourenço, tendo sido citado, defendeu a sua condição de brasileiro nato e, por conseguinte, seu direito legítimo de participar da Assembléia Nacional Constituinte, como Constituinte eleito pelo Estado da Bahia. O Senhor Presidente, Constituinte Afonso Arinos respondeu às questões formuladas pelo Senhor Constituinte Carlos Sant'Anna, afirmando a legalidade da convocação da reunião extraordinária realizada em 11 do corrente; declarou estranhar a falta de debates eficazes sobre problemas constitucionais, tanto no Plenário como na Comissão de Sistematização; decidiu pelo encaminhamento de todo o material, ou seja, do Projeto de Decisão nº 4/87, e dos recursos interpostos sobre a apreciação da



matéria, ao Presidente da Assembléia Nacional Constituinte para que determine a orientação a ser seguida sobre o fato em análise Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião às dezessete horas e doze minutos. O inteiro teor desta reunião foi gravado, devendo ser publicado no **Diário da Assembléia Nacional Constituinte** e constituir-se-á na Ata circunstanciada dos trabalhos. E Para constar, eu, Maria Laura Coutinho, Secretária, lavrei a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação...

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Presentes vinte e sete Srs. Membros da Comissão.

Havendo número legal, declaro aberta a reunião.

Tendo em vista o grande volume de matéria tratadas na última reunião, a Ata respectiva está sendo elaborada, razão pela qual ainda não foi distribuída aos Srs. Constituintes.

Esta reunião destina-se à votação do Parecer do Sr. Relator ao Projeto de Decisão nº 5, de 1987, de autoria do Sr. Constituinte Iram Saraiva, que torna obrigatória a transmissão, através de televisão e rádio, das votações nominais realizadas no plenário da Assembléia Nacional Constituinte.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Sr. Presidente, peço a palavra, para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Concedo a palavra a V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem fazer uma reclamação e pedir uma reconsideração.

Quanto a projetos de decisão; o Regimento da Assembléia Nacional Constituinte, no § 7º do art. 59, dispõe:

"Os projetos de decisão destinam-se a sobrestar medidas que possam ameaçar os trabalhos e as decisões soberanas da Assembléia Nacional Constituinte, necessitando ter o apoio de 1/3 (um terço) dos Constituintes, e serão encaminhados à Comissão de Sistematização, que, num prazo de 5 (cinco) dias, emitirá parecer prévio, sendo arquivado definitivamente o projeto que dela receber parecer contrário. Caso tenha parecer favorável, a decisão final será proferida pelo Plenário, por maioria absoluta de votos, em dois turnos de discussão e votação."

Ora. Sr. Presidente, Srs. Constituintes, vejam o privilégio que este Regimento dá ao projeto de decisão e o quorum especialíssimo que lhe confere, qual seja, um terço de assinaturas para que se lhe dê entrada e um terço para que haja tramitação, exigindo-se, para que seja aprovado dois turnos de discussão e votação no Plenário da Assembléia Nacional Constituinte. De igual modo, o Regimento, no art. 33, trata de matéria constitucional e diz que as deliberações sobre matéria constitucional serão sempre tomadas pelo processo nominal e por maioria absoluta de votos dos membros da Assembléia Nacional Constituinte.

Não há a menor dúvida de que o Regimento deu aos projetos de decisão tratamento igual ao dispensado às deliberações sobre matéria constitucional. Tanto há esse nível de importância que exigiu, como exige, que a aprovação do Plenário se dê por maioria absoluta de votos para os projetos de decisão, como por maioria absoluta de votos para a matéria constitucional. Não fosse isso, mas apenas uma questão menor, não constitucional do mérito das tratativas nas Comissões, teríamos ainda o § 2º do art. 21 do Regimento maior,

o da Assembléia Nacional Constituinte, que diz claramente que as deliberações nas Comissões e Subcomissões exigirão maioria absoluta de votos".

Diante dessas circunstâncias. Sr. Presidente, como primeira questão de ordem, solicito a V. Ex.<sup>a</sup> que considere rejeitado o Projeto de Decisão nº 4/87, por não ter obtido a votação mínima favorável. Quero declarar, na questão de ordem que estou levantando, que, em termos práticos, a nosso juízo os projetos de decisão, para aprovação na Comissão de Sistematização, pela condição extremamente especial que se lhes deu, requerem um mínimo de 47 votos favoráveis dos Constituintes que a integram, sendo considerados sem aprovação os que não alcançarem esse número.

É absolutamente inconsistente invocar-se o art. 14 do Regimento Interno desta Comissão, porque, primeiro ele não se reporta aos projetos de decisão, já que é o art. 17 desse mesmo Regimento que se refere a esse assunto; e ainda que o art. 14 tratasse desse assunto, colidiria com um artigo do Regimento maior. Se houver colisão entre artigos do Regimento da Comissão de Sistematização e do Regimento da Assembléia Nacional Constituinte, pela hierarquia das normas há que prevalecer, de forma soberana, o que dispõem os artigos do Regimento da Assembléia Nacional Constituinte.

Sr. Presidente cabe ainda uma reclamação contra a forma estranha como foi o Projeto de Decisão nº 4/87 incluído na pauta da reunião desta Comissão no sábado, dia 11 de julho próximo passado, uma vez que tal reunião havia sido especificamente convocada com a finalidade exclusiva de apreciar o projeto de Constituição, coordenado pelo Constituinte Bernardo Cabral. O requerimento de alteração da pauta com a referida inclusão não foi previamente anunciado em nenhum momento da reunião, tendo sido deferido ao término da reunião de sábado, quando já se havia retirado quase a metade dos 91 integrantes Constituintes que dela participaram, conhecedores de que tal projeto já estava com reunião convocada para segunda-feira, hoje, às dez horas da manhã, conforme amplamente noticiado.

E há mais, Sr. Presidente: o art. 17 do Regimento desta Comissão trata dos projetos de decisão. O seu § 3º diz o seguinte:

"A reunião destinada a apreciar a matéria de que trata o caput deste artigo" – projetos de decisão – "realizar-se-á no terceiro dia após a designação do relator e, não havendo quorum" – peço a atenção dos Srs. Constituintes – "no quarta e quinto dias, excluídos os sábados, domingos e feriados."

Donde se infere que nesses dias não se poderia convocar reunião para tratar de projetos de decisão. Certo ou errado, assim dispõe o § 3º do art. 17, e não seria de se imaginar que, em uma reunião que tinha por finalidade extraordinária tratar de matéria constitucional, se fosse, ao final dela, ao arrepio do que determina o Regimento, sem constar da pauta, num deferimento absolutamente anti-regimental, colocar na pauta, subitamente, para votação, um assunto dessa magnitude.

Por essas razões, apresento minha reclamação. Por outro lado. Sr. Presidente, gostaria de pedir a V. Ex.<sup>a</sup> – no requerimento escrito que lhe dirijo estão colocadas essas questões de ordem – seja dirimido um dos assuntos mais palpitantes desta Casa, que motivou, inclusive, depois de profundo debate, um acordo político, a fim de que pudesse a matéria ser votada resolvendo-se definitivamente essa questão do quorum qualificado que

os projetos de decisão requerem; reclamo também contra a forma nela qual a pauta foi modificada; e peço vênia a V. Ex.<sup>a</sup> para solicitar que reconsidere a decisão da (estação do Projeto de Decisão nº 4, ocorrida no final da reunião realizada sábado próximo passado.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – Sr. Presidente peço a palavra para contraditar a questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Concedo a palavra ao Constituinte Paulo Ramos, para contraditar a questão de ordem.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, causa-me espécie que o Sr. Constituinte Carlos Sant'Anna, Líder do Governo na Assembléia Nacional Constituinte, arvore-se em defensor do Regimento Interno.

Esta Casa tem visto, ao longo de seus trabalhos, procedimentos os mais lamentáveis daquele que se intitula Líder do Governo, contrariando frontalmente não só o que dispõe o Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, como também o decoro parlamentar.

Todos nós temos gravado na memória o episódio ocorrido quando da votação do Projeto de Decisão nº 1, em que a Assembléia Nacional Constituinte foi exposta à sociedade como algo que não correspondia às expectativas de seriedade esperada pela própria sociedade.

Sabemos perfeitamente que houve uma apuração do episódio. O próprio Presidente da Assembléia Nacional Constituinte já se certificou de que o que ocorreu contrariou o Regimento Interno, fato que o levou a um posicionamento: ter de decidir quando encaminhará ao plenário da Assembléia Nacional Constituinte o Projeto de Decisão nº 1, que trata da auditoria da dívida externa. Sabemos que a questão da dívida externa é assunto que envolve profundamente os interesses nacionais. Os mais legítimas e relevantes interesses nacionais estão vinculadas à dívida externa.

Entretanto, hoje, superado o episódio, ao que tudo indica, agora o Líder do Governo, invocando equivocadamente o cumprimento do Regimento, age dentro da Assembléia Nacional Constituinte, como disse, em uma feliz expressão, o saudoso Senador Lucena, promovendo a conspiração auricular, na medida em que, todas Às vezes...

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Vossa Excelência deveria usar argumentos...

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – Não estou concedendo apartes a V. Ex.<sup>a</sup>

Sr. Presidente gostaria que me fosse garantido o direito à palavra, sem qualquer interferência.

Senador Fábio Lucena, da tribuna desta Assembléia Nacional Constituinte, denunciou o Líder do Governo de tentar promover a "conspiração auricular", visto que corria atrás de outros Constituintes falando nos seus ouvidos, solicitando que os mesmos se retirassem do plenário.

Ao que tudo indica, não foi possível ao Líder do Governo fazer, no último sábado a "conspiração auricular" a que está habituado a praticar. Perdeu a oportunidade de realizá-la e, em perdendo a oportunidade, hoje, constata que o Projeto de Decisão nº 4, que atende aos mais relevantes interesses nacionais, foi aprovado pela Comissão de Sistematização. Não há por que, nesta altura dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, argumentar, procurar torcer as verdades regimentais, visto que o nosso próprio Regimento Interno, no mesmo sábado em que o Projeto de Decisão nº 4 foi votado, estava sendo contornado, através de acordos de Lideranças.

No momento em que me dirigi a V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Presidente, com o objetivo de desanuviar a pauta da Assembléia Nacional Constituinte, para que os trabalhos pudessem ser agilizados, formulei uma solicitação no sentido de que os Projetos de Decisão nºs 4 e 5 fossem votados naquela mesma reunião.

Respondeu V. Ex.<sup>a</sup> que convocaria uma reunião extraordinária logo após. Naturalmente, o Líder do Governo, não estando atento aos trabalhos que se desenvolviam nesta Casa, ausentou-se do plenário e, em se ausentando, agora procura intempestivamente apresentar o seu recurso. Todos sabemos que, de acordo com o Regimento, os recursos devem ser apresentados antes de iniciada a votação seguinte. E hoje, S. Ex.<sup>a</sup> apresente um recurso de forma intempestiva, descumprindo, assim, o Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte. Quanto a esse recurso, devemos considerar a grande importância do Projeto de Decisão nº 4, a relevância de ser submetido ao Plenário da Constituinte já aprovado pela Comissão de Sistematização e, acima de tudo, que não se pode, no atual momento, invocar detalhes, realizar alianças entre regimentos, de modo a fazer com que a Comissão de Sistematização seja, isto sim, desmoralizada na Constituinte, desmoralizada diante da sociedade. Na Assembléia Nacional Constituinte votou-se de acordo com o Regimento Interno.

Não podemos, de forma alguma, permitir que aquele que tem feito tudo – e conseguido – com o seu procedimento, para levar a Assembléia Nacional Constituinte a uma grande desmoralização diante da sociedade, possa ainda, no dia de hoje, se atrever, diante da imprensa, diante de todos os Constituintes, diante dos poucos brasileiros que estão presentes nas nossas galerias, continuar procedendo dessa forma que lhe é usual. Estou convencido de que V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Presidente, não irá curvar-se diante de mais um procedimento que adjetivo como recurso porque contraria o Regimento e os interesses nacionais procedimento que, partindo de quem parte, não nos causa qualquer surpresa. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Peço a atenção dos nobres Constituintes, primeira, para o fato de que as questões de ordem devem ser formuladas em um prazo determinado, que é exíguo. Provavelmente deixarei transpô-lo, mas com certa limitação. Não se pode usar questão de ordem para proferir discurso paralelo.

Em segundo lugar, quero chamar a atenção dos meus prezados colegas para o art. 20, § 4º da Comissão de Sistematização que determina o seguinte:

"Encerrada a discussão, será dada a palavra ao autor, por 5 (cinco) minutos, e, em seguida, por até 15 (quinze) minutos ao Relator, que poderá conceder apartes, passando-se à votação do parecer, sem encaminhamento."

A norma contida no art. 20, § 4º, atinge perfeitamente a situação em que nos encontramos, porque a discussão foi encerrada na reunião anterior. Requeri uma reunião extraordinária, mas sobre essa parte, objeto de reclamação do nobre Líder da Maioria, responderei depois.

Quero pedir a atenção e a colaboração dos meus ilustres colegas para essa determinação do Regimento.

Concedo a palavra ao Líder do Partido da Frente Liberal, que a solicitou há 5 minutos.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LOURENÇO:** – Sr. Presidente. Srs. Constituintes parece-me que todos estamos, antes e acima de tudo, tutelados por um Regimento Interno. E esse regimento tem de ser seguido. Não podemos, de forma alguma, pisoteá-lo, porque fora dele não chega-

remos a qualquer conclusão e não faremos a Constituição que o País tanto deseja, e reclama de nós. Parece-me que no contexto desta Assembléia Nacional Constituinte existem parlamentares Constituintes que por não quererem seguir o regimento e por falta talvez de maior criatividade para participar de outra forma dos trabalhos ano aqui se realizam, têm o hábito – diria criativo em acesso – de trazerem para o âmbito desta Comissão, matérias que aqui não devem ser, de forma alguma avaliadas.

Regimento Interno é claríssimo. Sr, Presidente e Srs. Constituinte: na definição de projeto de decisão. Aliás, devo dizer a V. Ex.<sup>a</sup> e todos sabem muito bem disso que a matéria foi motivo de debates acalorados, para que pudéssemos chegar a este artigo, que significa o consenso de todos os partidos com assento nesta Casa. Portanto, todos nós até pelo consenso, isto é, porque aceitamos participar da redação deste artigo, estamos obrigados a obedecê-lo. Mas o que diz o artigo? O art. 59, no teu 7º, diz o seguinte:

"Os projetos de decisão destinam-se a sobrestar medidas que possam ameaçar os trabalhos e decisões soberanas da Assembléia Nacional Constituinte, necessitando ter o apoio de 1/3 (um terço) dos Constituintes. São encaminhados à Comissão de Sistematização que, no prazo de 5 (cinco) dias, emitirá parecer prévio, sendo arquivado definitivamente o projeto que dela receber parecer contrário. Caso tenha parecer favorável, a decisão final será proferida pelo Plenário, por maioria absoluta de votos, em dois turnos de discussão e votação."

Parece-me claro que o projeto em análise não vai sobrestar o bom funcionamento da Assembléia Nacional Constituinte. Portanto, seu Presidente deveria despachar dizendo "arquite-se", e, de imediato, indeferir-lo, porque aqui ele não poderia ter chegado. Assim, evitaria que perdêssemos tempo, de tanta valia para o prosseguimento dos trabalhos que o Constituinte reclama. Desta forma, digo a V. Ex.<sup>a</sup> que aprovamos o que não deveria ser aprovado, e votamos o que não deveria ser votado. Nenhuma instância, nenhum órgão governamental, nem o Governo Federal nem o Banco Central estão obrigados a obedecer aquilo que, no mínimo, não está de acordo com o Regimento da Constituinte. Portanto, votamos no que nada vale, na demagogia, e com quem não quer dar contribuição maior para os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Peço a licença para dizer que o Vice-Presidente Aluizio Campos pediu a palavra. S. Ex.<sup>a</sup> tem preferência, como membro da Mesa. Os Srs. Constituintes estão me alertando que está encerrada a discussão. Sei disto, mas não vou encerrá-la, porque quero dar a palavra a todos aqueles que manifestarem opiniões passíveis de serem aprovadas.

**O SR. VICE-PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Sr. Presidente, Srs. membros da Comissão na reunião de sábado último, estava eu no exercício da Presidência desta Comissão, e o autor do projeto, eminente Constituinte Paulo Ramos, apresentou pedido para votarmos, naquele dia, o Projeto de Decisão nº 4, de sua autoria. Permite-me indeferir seu requerimento e designar a reunião de hoje para essa votação, exatamente porque, segundo o Regimento da Comissão, não poderíamos votá-la no sábado ou no domingo, por não se tratar de matéria constitucional. Porém, na reunião de sábado S. Ex.<sup>a</sup> apresentou outra solicitação, de natureza diferente: requereu a V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Presidente, que, encerrada a reunião relativa ao projeto de Constituição – que foi rapidamente votado.

em virtude do acordo de lideranças – fosse convocada uma sessão extraordinária, na qual se realizaria a votação do seu projeto.

Essa reunião voltou a ser presidida por mim. O Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte dispõe no seu art. 21, que os projetos relativos a matéria constitucional devem ser votados por maioria absoluta. Mas o art. 33 do Regimento Interno permite que a votação seja por maioria simples quando a matéria não for de natureza constitucional. Anteriormente, nos projetos de decisão que não eram evidentemente relativos a matéria constitucional adotamos o critério de votá-los por maioria simples. Ocorre, entretanto – quero aqui me penitenciar por ter aceito o resultado da votação – que os projetos de decisão podem ser ou não matéria constitucional. Quando os projetos por sua natureza, são de matéria constitucional em virtude do disposto no próprio art. 33 do Regimento Interno da Constituinte, a votação deve ser por maioria absoluta. E o projeto apresentado pelo nobre Deputado Paulo Ramos dispõe que se inclua na Constituição uma disposição proibitiva da conversão de qualquer parcela da dívida externa em capital de risco. Esse é o objetivo do projeto. Então, esta Comissão deixou de apreciar se, por sua natureza, esse projeto versa, ou não matéria constitucional.

Acho que a Comissão deveria ter-se pronunciado sobre essa matéria, porque o projeto de decisão, quando não versa matéria constitucional, pode, evidentemente, ser aprovado, no meu entender, por maioria simples. Mais quando objetiva incluir na Constituição uma disposição para prever, suspender, proibir ou conceder alguma coisa, contra ou a favor de alguém, essa matéria passa a ser constitucional.

Num processo de elaboração constitucional, evidentemente é constitucional tudo aquilo que a maioria da Constituinte decidir deva ser incluído na Constituição e inconstitucional aquilo que a maioria excluir dessa decisão.

Sr. Presidente, a sugestão que me permito fazer a V. Ex.<sup>a</sup> é considerar este aspecto da constitucionalidade, ou não, do Projeto Paulo Ramos, para que o Plenário da Comissão se manifeste, autônoma e soberanamente, sobre este aspecto. Se este Plenário entender que a matéria é de natureza constitucional, a consequência óbvia será anular a votação realizada anteriormente, por maioria simples para submeter a proposição, novamente, à apreciação dos Srs. Constituintes, dentro do critério que for, então estabelecido pela maioria.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem a palavra o Sr. Constituinte Lysaneas Maciel.

**O SR. CONSTITUINTE LYSANEAS MACIEL:** – Sr. Presidente, veja V. Ex.<sup>a</sup> as dificuldades com que se defronta a Comissão de Sistematização. Até agora, não aprovamos sequer um projeto não prosperaram aqui quaisquer diligências, quaisquer auditorias. Na primeira vez em que esta Comissão teve a dignidade de aprovar uma decisão de interesse nacional, procura-se, por pressões, das quais desconhecemos a origem, anular essa decisão, tomada soberanamente, a fim de modificá-la.

Desejo, Sr. Presidente chamar a atenção de V. Ex.<sup>a</sup> eminente constitucionalista, para um aspecto interessante. Por que essa adoração por um Regimento, que, aliás, foi seguido? A votação foi expressiva e esmagadora. Não houve, como alegou o Líder do Governo, desaprovação por parte do eminente Relator. S. Ex.<sup>a</sup> a acompanhou, dizendo que, no mérito, estaria de acordo com a proposta. Seu parecer foi lido aqui. Apenas S. Ex.<sup>a</sup> achou que talvez

não se enquadrasse nesta fase. Mas surgiu a hipótese da remessa ao Plenário da Constituinte.

Estamos, portanto, procurando firulas regimentais, interpretações como essa, em matéria de transformação da dívida externa em capital de risco. Com apenas 10% do valor da dívida, Sr. Presidente, pode-se cuidar de todas as empresas nacionais.

A esta altura, no entanto, é mais importante para esta maioria, que talvez não tenha sensibilidade ficar pesquisando dispositivos regimentais quando o que está em jogo é algo muito mais importante. A lei, o Regimento, tudo isso visa a fazer entender os fins sociais a que se destinam. Mas o que se quer proteger aqui, neste caso é a empresa nacional, cujo assalto se iniciou em 1966 com a famosa Lei Roberto Campos, que, ao mesmo tempo em que instituiu o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, também visava a atrair o capital estrangeiro, sem quaisquer ônus ou encargos sociais e trabalhistas. E isto aqui é uma continuidade desse processo. Agora estamos esquecendo que durante vinte anos foi utilizado um imenso arsenal de arbítrio e violência para consagrar o assalto consentido à empresa nacional.

Já há decisão tomada, após discussão longamente praticada, em três ou quatro reuniões desta Comissão de Sistematização, das quais V. Ex.<sup>a</sup> participou. O que se deveria buscar aqui, a partir de mecanismos jurídicos e legais, é a proteção de um bem jurídico maior. Que bem jurídico maior é este? A resposta é clara para todos os patriotas, para todos aqueles que não têm interesses nem vinculações com empresas multinacionais: o que se está procurando proteger é a empresa nacional, não um Regimento autoritário e mal feito, que tem sido constante-mente violado e que, a esta altura, teve uma única decisão favorável. Esta Comissão, Sr. Presidente, ficaria virgem se não tivesse tido a dignidade de apoiar e aprovar, pela primeira vez, um projeto que visa ao interesse nacional.

A questão de ordem, então, é a seguinte: em primeiro lugar, tenho a impressão de que falece a V. Ex.<sup>a</sup> competência para decidir esta questão. Os recursos devem ser dirigidos muito mais ao Presidente da Assembléia Nacional Constituinte do que ao Plenário da Comissão de Sistematização. Portanto, esta não é uma questão que possa ser decidida aqui e agora.

Este, o aspecto fundamental: que visa a lei? O Regimento, que deve visar? Será que é sua finalidade estancar o interesse nacional? Será que deve atender ao desejo de uma maioria – não se sabe ligada a quem – Sr. Presidente?

Este, o principal aspecto. Parece que nos apegamos demasiadamente a um dispositivo regimental, em detrimento do interesse nacional. Tenho a impressão de que o que está sendo posto em xeque aqui – confio na cultura e na reputação de V. Ex.<sup>a</sup> – é a decisão entre um dispositivo espúrio e menor de um Regimento e o interesse nacional. É isto que está em jogo, Sr. Presidente.

Não podemos permitir que uma interpretação de última hora anule uma decisão soberana da Comissão de Sistematização; do contrário, esta encerrará seu trabalho sem que tenha aprovado um só projeto. Criou-se, então, uma farsa. E esta Comissão seria inútil, caso não tivesse tido a dignidade de aprovar um projeto que atende ao interesse racional.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem a palavra o nobre Constituinte Adolfo Oliveira, inscrito com antecedência.

**O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE:** – Sr. Presidente, eu gostaria de levantar uma questão sobre algo que me causou surpresa.

**O SR. CONSTITUINTE ADOLFO OLIVEIRA:** – Sr. Presidente, concordo em ceder o aparte a S. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE:** – Muito obrigado, Constituinte Adolpho Oliveira.

Sr. Presidente causou-me enorme surpresa a convocação desta reunião para hoje, porque, pelo nosso Regimento, esta reunião não poderia, em hipótese alguma, ser convocada para discutir o Projeto de Decisão nº 5.

O Regimento é muito claro. O Relator tem dois dias para dar seu parecer. Durante três reuniões consecutivas em dias alternados, discutem-se os projetos de decisão. Se não houver **quorum** no primeiro dia, convoca-se para o segundo; se não houver quorum no segundo dia, convoca-se para o terceiro. Os Projetos de Decisão nºs § 4 e 5 sofreram discussões e votações na quinta-feira, na sexta-feira e no sábado. Portanto, cumpriu-se o Regimento. Houve **quorum** para votação do Projeto de Decisão nº 4, que foi aprovado. Na votação do Projeto nº 5 não houve **quorum** e, portanto, a proposta já deveria ter sido encaminhada ao Plenário, conforme determina o Regimento.

Estranhei muito mas agora estou vendo por que razão esta reunião foi convocada. Creio que não o tenha sido por V. Ex.<sup>a</sup> Imagino que o Vice-Presidente, ou alguém que não estivesse atento a este fato, a tenha convocado o próprio Vice-Presidente hoje na tribuna desta Comissão, chegou a duvidar da questão de quorum. Ora, a questão foi amplamente discutida, e S. Ex.<sup>a</sup> sabe disso. A Comissão de Sistematização definiu a questão de maneira clara, lógica e objetiva, em inúmeras discussões. Apelo para o testemunho do nobre Constituinte Adolfo Oliveira mesmo o do Sr. Relator, Constituinte Bernardo Cabral. Decidimos, nesta Comissão, que projeto de decisão seria aprovado por maioria simples. Para votação seria exigida a presença da maioria absoluta, mas a aprovação se daria por maioria simples.

Sr. Presidente, minha questão de ordem é no sentido de que V. Ex.<sup>a</sup> leve em consideração esses fatos. Esta reunião foi convocada de maneira irregular. Não sei quem provocou sua convocação, mas não tem cabimento a realização desta reunião, tampouco qualquer requerimento no sentido de tentar fazer voltar atrás uma decisão tomada pela Comissão. Isto, sim, é um absurdo, um achincalhe, uma desmoralização que se está querendo promover contra a Comissão de Sistematização. E confio na dignidade na tradição do trabalho de V. Ex.<sup>a</sup>, homem que certamente não se deixará dobrar por manobras escusas e mal intencionadas, com as que aqui se fizeram para provocar a convocação desta reunião e apresentando requerimento para que esta Comissão volte atrás em sua decisão.

Sr. Presidente, isto é um absurdo inominável, e espero que V. Ex.<sup>a</sup> não aceite!

**O SR. CONSTITUINTE NILSON GIBSON:** – Sr. Presidente, peço a palavra para contestar a questão de ordem levantada pelo nobre colega.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – A Presidência deseja fazer uma rápida comunicação: há uma questão de ordem, levantada pelo nobre Constituinte Ademir Andrade, insere numa outra questão de ordem que ainda

não está decidida. De maneira que não posso desembaraçar a segunda questão de ordem sem que a primeira esteja resolvido. Peço ao Constituinte Ademir Andrade que tenha paciência. Posteriormente examinaremos sua questão de ordem. De minha parte considero que S. Ex.<sup>a</sup> tenha infringido o Regimento, ao levantar, paralelamente, uma questão de ordem, antes que a outra fosse decidida.

Tem a palavra o nobre Constituinte Adolfo Oliveira.

**O SR. CONSTITUINTE NILSON GIBSON:** – Senhor Presidente, peço a palavra para contestar a questão de ordem argüida pelo Constituinte Ademir Andrade.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – V. Ex.<sup>a</sup> poderá fazê-lo após a primeira ter sido decidida. Só então passaremos a examinar esta última questão de ordem. Seria ilógico, após haveremos questionado o direito do Senhor Constituinte Ademir Andrade de levantar questão de ordem, conceder a palavra a alguém para contestar a questão de ordem que estou a questionar.

Tem a palavra o Sr. Constituinte Adolfo Oliveira.

**O SR. CONSTITUINTE ADOLFO OLIVEIRA:** – Senhor Presidente, em primeiro lugar, desejo escusar-me perante a Casa pela veemência muito pouco habitual, que utilizei ao falar no último sábado, quando começava a reinar certa confusão no Plenário em face da iminência de uma reabertura da discussão do projeto de Constituição. Não creio que me haja excedido na linguagem, mas usei um tom que não é o que habitualmente orienta minhas intervenções.

Sr. Presidente venho à tribuna não para suscitar uma questão de ordem muito menos para encaminhar a votação do Projeto de Decisão nº 5. De duas uma: ou o projeto é arquivado por decurso de prazo, devendo ser encaminhado à Presidência da Assembléia Nacional Constituinte para deliberação – se computarmos o sábado como foi feito para o Projeto nº 4 – ou esta reunião não poderia ter sido convocada por não ter sido observado dispositivo – para o qual talvez os colegas não tenham atentado bem – incluído em nosso Regimento por iniciativa do combativo, ilustre e digno colega, Constituinte Roberto Freire. Trata-se do art. 4º, inciso XII, que diz o seguinte:

"São atribuições do Presidente além de outras previstas nesta Resolução quanto às reuniões da Comissão:...

XII – organizar e designar a Ordem do Dia, com a colaboração de um representante de cada partido com assentos a Comissão."

E por que, Sr. Presidente? Receava o nobre Constituinte Roberto Freire que, eventualmente, a Presidência pudesse receber pressão de um ou outro representante, um ou outro Líder, e convocasse reunião extraordinária sem o conhecimento e a preparação dos demais. Acolhemos as iniciativas do Constituinte Roberto Freire, que consta, assim, do Regimento. Nenhum de nós, representantes de outros partidos que não aquele que porventura haja provocado a realização desta reunião de hoje, como, de resto, daquela reunião extraordinária de sábado à noite, foi consultado sobre a organização da Ordem do Dia. Se existe este dispositivo do Regimento, é para ser cumprido.

Quero deixar registrado meu protesto. Se esta reunião prosperar, dela não poderei participar já que para ela não pude preparar-me por não haver sido consultado sobre a organização de sua Ordem do Dia.

**O SR. CONSTITUINTE ALUÍZIO CAMPOS:** – Peço a palavra, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE ALUÍZIO CAMPOS:** – Sr. Presidente, fui mencionado pelo nobre Constituinte Ademir Andrade como tendo convocado irregularmente a reunião que deveria ser realizada hoje prazo estabelecido para votação dos projetos de decisão é de cinco dias. O projeto entrou na Comissão de Sistematização no dia 6, tendo sido distribuído ao Relator, para que S. Ex.<sup>a</sup> prolatasse o seu parecer. Sexta-feira, dia 10 foi o quarto dia. Como no sábado e domingo houve votação e não corre o prazo na Comissão – a reunião foi convocada para hoje, a fim de serem votados os dois projetos de decisão cujas discussões haviam sido encerradas exatamente na sexta-feira. Acontece que, através de requerimento de convocação extraordinária, no sábado, o Sr. Presidente Afonso Arinos decidiu atender à convocação. E foi feita a votação do Projeto nº 4, por maioria simples. Então na Presidência, convoquei a reunião de hoje, para votação do Projeto nº 5, dentro do prazo estabelecido pelo Regimento. Em todas essas duas reuniões encontrava-se presente o nobre Constituinte Ademir Andrade. E não levantou S. Ex.<sup>a</sup> nenhuma questão de ordem a respeito da matéria, nem se manifestou contrário a que realizássemos a reunião de hoje para a votação das duas matérias.

Então, estranho muito que somente agora, em virtude da circunstância de ter sido votado o Projeto de Decisão nº 4, S. Ex.<sup>a</sup> se haja lembrado de fazer uma impugnação, o que deveria ter ocorrido na devida oportunidade.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Gerson Peres.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente. Srs. Constituintes, desejo prestar um ligeiro depoimento a bem da verdade.

Fomos o autor da questão de ordem que suscitou dúvida sobre o quorum na Comissão de Sistematização. Fundamentamo-nos no § 2º do art. 21 do Regimento da Assembléia Nacional Constituinte, que diz:

"As deliberações nas Comissões e Subcomissões exigirão maioria absoluta de votos."

Este capítulo refere-se às Comissões, mas a minha Comissão, por maioria, resolveu jogá-lo fora do Regimento, e foi buscar no capítulo referente ao quorum da Assembléia Nacional Constituinte as razões da inversão do Regimento. Então, com base no art. 33, esta Comissão decidiu que eu não tinha razão e, por isso, o quorum seria de maioria simples.

Diz o art. 33:

"As deliberações sobre matéria constitucional serão sempre tomadas pelo processo nominal e por maioria absoluta de votos dos membros da Assembléia. As demais serão tomadas por maioria simples de votos, adotando-se o processo simbólico salvo disposição regimental expressa ou deliberação do Plenário em outro sentido."

Mas o art. 33 está colocado no Capítulo II, que dispõe sobre discussão e votação do Projeto de Constituição, enquanto o art. 21 se insere no capítulo referente às Comissões, que disciplina a votação e o comportamento normativo das Comissões.

Não me conformei; fui derrotado. Firmou-se o princípio e inseriu-se no regimento da Comissão de Sistematização essa aberração – no meu entendimento, salvo melhor juízo. Portanto, hoje, projeto de decisão é votado por

maioria simples. Não deveria sê-lo. Como é possível um projeto de decisão não tratar de matéria de ordem constitucional, mesmo quando aborda o assunto genericamente, como é o caso da proposta do Deputado Paulo Ramos, que atinge matéria financeira, de ordem econômica e intervenção na iniciativa privada? Abuso de poder econômico é matéria de ordem constitucional! Entretanto, nossos colegas acharam por bem discordar. É maioria simples, no seu entender, por não ser matéria de ordem constitucional. A intervenção do Estado, através do Congresso, na ordem econômica contra o abuso das empresas estrangeiras, no que diz respeito a investimento no capital de empresas nacionais não é matéria de ordem constitucional? É Aí está o eminente Prof. Afonso Arinos, uma das maiores culturas do Direito Constitucional brasileiro que pode dizer se seu discípulo está errado ou não.

Este é o primeiro argumento.

Na reunião de sábado, porém, o ilustre Presidente em exercício resolveu tomar uma atitude inusitada. Retiramo-nos, então, do plenário, para não dar quorum. E fomos sinceros ao afirmar que estávamos obstruindo por não se tratar de matéria que afete a soberania da Constituinte. Estávamos de acordo com o parecer do Relator, o Constituinte Bernardo Cabral, que – e aqui não uso a expressão "talvez", utilizada pelo Constituinte Lysâneas Maciel, porque não é "talvez" – concluiu negando provimento ao projeto, dando-lhe outra direção. S. Ex.<sup>a</sup> era contrário porque feria o art. 59 do Regimento da Assembléia Nacional Constituinte. Nós acompanhamos a opinião do Sr. Relator, que julgou a matéria improcedente. Mas aqui vieram outras expressões do cenário político brasileiro, inclusive o eminente Constituinte Fernando Henrique Cardoso, que me surpreendeu S. Ex.<sup>a</sup>, considerado o "príncipe da sociologia brasileira", disse: "Eu vou votar, mas no plenário vou corrigir o projeto. Não entendi o que S. Ex.<sup>a</sup> queria dizer, e me retirei. Foi feita a votação nominal, e meu nome foi ultrapassado. Depois, voltei ao plenário. Os Constituintes Paulo Ramos, Lysâneas Maciel e Ademir Andrade exigiram do Presidente que eu declarasse meu voto durante a votação. E eu contestei dizendo que estava amparado pelo Regimento. O Sr. Presidente não me atendeu, porém, e obrigou-me a votar. Declarei na oportunidade, que só votaria no fim, de acordo com o que preceitua o Regimento da Assembléia Nacional Constituinte. Segundo esta lei interna, encerrada a votação, os que não tenham sido chamados no exato momento da votação se dirigirão ao microfone, dirão o nome, o partido a que pertencem e como votam. E S. Ex.<sup>a</sup> disse: "Se V. Ex.<sup>a</sup> não vota, determino ao escrutinador que consigne em Ata o voto de abstenção do Constituinte Gerson Peres".

Ora, com todo o respeito que tenho pelo Constituinte Aluizio Campos, homem de bem, companheiro exemplar nesta Casa, respondi-lhe que repelia o ato de S. Ex.<sup>a</sup>, por estar exercitando um direito que era meu, eis que iria votar por mim, e que eu recorrería ao Plenário. Democráticamente, S. Ex.<sup>a</sup> aceitou o recurso, de que dei entrada hoje nesta Comissão – já deve estar chegando às mãos do ilustre Prof. Afonso Arinos – justamente argüindo meu direito regimental e pedindo a nulidade, por vício daquela votação, uma vez que o Presidente não tem atribuição regimental para votar em meu nome. S. Ex.<sup>a</sup> não sabia como eu iria manifestar-me. No final, eu iria ocupar o microfone – não me omitiria – e iria votar contra, porque não concordo em se querer defender o interesse nacional violentando a lei.

Não posso, pois, aceitar os argumentos do eminente Constituinte Lysâneas Maciel, que quer defender o nosso País, o interesse nacional, valendo-se, todavia, de uma ilegalidade. Não há respaldo, nem interna, nem externamente,

para essa atitude. Não poderemos expulsar o capital estrangeiro que invade a economia ou a riqueza das nossas empresas sob o signo da ilegalidade, porque aí está o Supremo Tribunal Federal para apreciar a legalidade de nossos atos. Temos, sim, é que defender a empresa brasileira dentro da lei, como quis o eminente Relator, Constituinte Bernardo Cabral, que, baseado no Regimento da Assembléia Nacional Constituinte, deu solução legal ao problema. Os colegas, entretanto não quiseram ouvir o Relator; por excesso de paixão política, ou ideológica, quem tinha a maioria dos votos revolveu "na marra" considerando o Regimento uma balela, algo insignificante dentro desta Assembléia.

Portanto, Sr. Presidente, mantenho meu recurso, pedindo a nulidade da reunião por vício de votação e infringência regimental.

Data vênia, não concordo em que se utilize aqui o dispositivo regimental que refere a sábados e domingos, porque ele diz respeito à contagem de prazos, não impedindo, pois, que se convoque a Assembléia Nacional Constituinte nesses dias, em caráter extraordinário. É este o meu modesto entendimento.

Quanto à idéia de que o Regimento permite que se vote por outro Constituinte, trata-se de uma infringência pela norma legal, de direito, que não pode prevalecer nem garantir a limpidez e a lisura de uma decisão da Comissão de Sistematização.

Eram estas Sr. Presidente, as considerações que desejava fazer. Solicito a V. Ex.<sup>a</sup> que de curso à reunião, para exame ao Projeto de Decisão nº 5, e aprecie, no prazo, o meu recurso, para declarar, ao final, se são ou não válidas as minhas modestas considerações.

Era o que tinha a dizer. (Palmas.)

**O SR. CONSTITUINTE NILSON GIBSON:** – Senhor Presidente, Prof. Afonso Arinos, nobres Constituintes, lei levantado pelo eminente Líder do Governo, o Constituinte Carlos Sant'Anna, através de reclamação, o problema relativo à nulidade que ocorreu em face da discussão e votação de Projeto de Decisão que tomou o nº 4/87. Argüi o nobre Constituinte Carlos Sant'Anna duas nulidades – não se trata de anulabilidade, mas de nulidade.

Argüi S. Ex.<sup>a</sup>, primeiro, que, efetivamente, na votação de projeto de decisão que trate de matéria constitucional, há necessidade de quorum privilegiado. É o que se entende cio art. 33 do nosso Regimento:

"As deliberações sobre matéria constitucional serão sempre tomadas pelo processo nominal e por maioria absoluta de votos dos membros da Assembléia."

Esse dispositivo Sr. Presidente, nobre Constituinte Afonso Arinos, tem que ser interpretado conjuntamente com o § 2º do art. 21, que também dispõe que as deliberações nas Comissões exigirão maioria absoluta de votos.

Está comprovado, materialmente, que, de fato, não houve esse quorum privilegiado. É o primeiro aspecto a ser trazido à discussão.

O outro trazido à tribuna, pelo nobre e ilustre Constituinte Adolfo Oliveira, refere-se ao inciso XII do art. 4º, que dispõe o seguinte:

"Art. 4º São atribuições do Presidente, além de outras previstas nesta Resolução, quanto às reuniões da Comissão:

XII – organizar e designar a Ordem do Dia, com a colaboração de um representante de cada partido com assento na Comissão;"

São estas as duas nulidades argüidas pelo nobre Constituinte Carlos Sant'Anna. A nosso ver, a grande dificuldade que se levanta para a cultura e a inteligência de V. Ex.<sup>a</sup> – um dos mais eminentes constitucionalistas e também mestre em matéria de Direito Processual – é a conduta que V. Ex.<sup>a</sup> deve adotar para declarar a nulidade do ato. Esta, a grande dificuldade com que V. Ex.<sup>a</sup> depara.

Por que? Porque, quanto à nulidade, teríamos que os efeitos dos atos seriam **ex nune** e, no caso, se fossem declarados anuláveis, os efeitos seriam **ad nune**. É a grande diferença.

Todavia, há um assunto a ser trazido aqui à discussão.

Primeiro todos os fatos e atos jurídicos processuais de chamamento, de convocação, para serem acionados, constituem-se em matéria de ordem pública, como o são também, em Direito, todas as matérias de prazo.

Logo, data vênua, a dificuldade que V. Ex.<sup>a</sup> poderia hoje vislumbrar é que não se trata de ato anulável, mas sim, de declaração de ato nulo.

Logicamente, o ilustre Presidente da Assembléia Nacional Constituinte poderá declarar, com a maior tranqüilidade jurídica, dados os seus altos conhecimentos doutrinários, a nulidade daquela votação, reconhecendo de ofício que foram infringidas normas processuais concernentes ao chamamento para que os Constituintes comparecessem à reunião, a fim de discutir a matéria que estava em pauta, bem como a necessidade do quorum qualificado regimental.

Poderia citar inúmeras e reiteradas decisões cio Excelso Pretório nesse sentido, quando se discute matéria constitucional. Poderia até lembrar um caso ocorrido quando da apreciação de processo oriundo do Rio Grande do Sul, em que no Excelso Pretório, através do Ministro Pedro Lessa, foi erguida, na oportunidade, a nulidade da decisão por não ter sido adotada com obediência ao **quorum** qualificado regimental, muito embora já houvesse aquela Corte até decidido, na oportunidade, tal julgamento. Foi o julgamento declarado nulo de ofício.

Acredito que, com os ensinamentos que sempre nos trouxe à Assembléia Nacional Constituinte, pode V. Ex.<sup>a</sup>, com a maior tranqüilidade jurídica, declarar nula **ipso facto e pleno jure** a decisão referente ao Projeto de Decisão nº 4/87.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Concedo a palavra ao Constituinte Celso Dourado.

**O SR. CONSTITUINTE CELSO DOURADO:** – Senhor Presidente, entendo que as leis, as normas e os regimentos são importantes. Aliás, posso dar um testemunho de caráter pessoal. Faço questão de cumprir leis, normas e atender a regimentos. São pontos da minha formação e tradição, além da consciência humana bem sensível de que acima das leis, dos regimentos e normas estão as situações existenciais, significativas e decisivas para a vida do ser humano. Esse Projeto de Decisão foi analisado em três reuniões.

Muitos Constituintes deveriam estar presentes aqui. A Comissão de Sistematização é constituída de 93 membros. Esperávamos que todos aqui estivessem para decidir esta questão importantíssima, que – assim entendo – está acima das normas e do próprio Regimento, porque é decisiva para a vida de milhões de brasileiros.

Sr. Presidente lutei para que este projeto fosse aprovado, pois acredito que a negociação da dívida por ações de empresas ou por empresas nacionais é sumamente importante e decisiva para a vida do nosso povo. Usei o

argumento de que não aceitaria discutir a negociação da dívida antes de apreciar a conveniência de sua auditoria. Tivemos um projeto de decisão analisado por esta Comissão a respeito da necessidade, da premência e da urgência de uma auditoria. Depois esses mesmos argumentos regimentais, essas mesmas questões e normas foram levantados e, até hoje, ela não foi realizada. Temos sido muito ágeis em defender o Regimento, mas não temos tido presteza e firmeza para tomar uma decisão importantíssima para o futuro do nosso povo, fazendo uma auditoria e um estudo da dívida.

Temos sido maus negociadores. Cheguei a dizer ao Presidente da Assembléia Nacional Constituinte que talvez devêssemos abrir mão dos Ministros da Fazenda com extrema capacidade teórica, dos economistas, de nomes respeitados pela comunidade nacional e internacional, e escolher um bom negociador. O Brasil está precisando de um bom negociador. que possa, sobretudo, ter conhecimento prévio daquilo que irá negociar: a dívida externa. Ela é meio enrolada, ninguém tem dúvida a esse respeito, porque em torno de sua história fortunas surgiram e desapareceram. Chegou o momento de se tomar uma decisão. Alguns fizeram fortunas muito rapidamente. Lembro-me de que uma figura do regime autoritário foi apresentada, em uma revista alemã, como a que foi contemplada com o maior enriquecimento pessoal do mundo em um curto espaço de tempo.

Isso tudo tem a ver com a dívida, e não estamos preocupados com a auditoria que a ela diz respeito, mas, sim, com a obediência ao Regimento e às normas, que entendo serem muito importantes. Faço questão de atender ao Regimento de cumprir normas e leis em todos os sentidos. Mas coloco sempre acima da lei as questões humanas e as questões essenciais.

Srs. Líderes, este é um momento de reflexão. V. Ex.<sup>as</sup> têm responsabilidade, porque esse projeto é decisivo para milhões de brasileiros, sobretudo os brasileiros marginalizados que não discutem a dívida, não discutem o Regimento, que sequer se preocupam com a lei, pois, de tão marginalizados que estão, a sua voz, os seus anseios e os seus interesses nunca são levados em consideração.

Ouçó, com prazer o Constituinte Nilson Gibson.

**O SR. CONSTITUINTE NILSON GIBSON:** – Nobre colega, até agora não se discutiu, em hipótese alguma, a maneira de conduzir processualmente a matéria que está em discussão. V. Ex.<sup>a</sup> argüi com bastante inteligência e cultura – e por isso o aplaudo – a matéria do mérito. Concorro integralmente com o nobre Constituinte. Todavia V. Ex.<sup>a</sup> dá uma colocação tão exata ao problema e um destaque tão grande que efetivamente reconhece ser o assunto de extrema importância. Somente ajustando-o à hipótese do art. 33 e ao § 2º. O do art. 22 poderíamos apreciar a matéria, com aquele quorum privilegiado que V. Ex.<sup>a</sup> argüi com tanto brilhantismo. Realmente, quanto aos argumentos aduzidos por aqueles que demonstram a nulidade do ato, V. Ex.<sup>a</sup> não os contestou. Por isso, quero parabenizá-lo.

**O SR. CONSTITUINTE CELSO DOURADO:** – Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup> o aparte, mas estou preocupado com um aspecto. Mais uma vez, o nobre colega chama a atenção para o fato de que todos estamos de acordo com o mérito. Porém, somos muito vagarosos para tomar as decisões precisas na hora certa, com urgência para decidir um problema que diz respeito ao futuro do nosso País. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Concedo a palavra ao Constituinte Virgildásio de Senna.



**O SR. CONSTITUINTE VIRGILDÁSIO DE SENNA:** – Sr. Presidente, quero dirigir-me de modo especial a V. Ex.<sup>a</sup>, que foi convocado a resolver uma questão de ordem intempestivamente apresentada pelo nobre Constituinte Carlos Sant'Anna.

A matéria em discussão não se reporta clara e exclusivamente a questões de ordem. Não é o Regimento que está em causa, nem é a sua discussão que me traz a esta tribuna, mas, sim, a causa nacional, a razão do Brasil, o que aqui está exposto e precisa ser defendido. Entretanto, não pode sê-lo, na medida em que uma parcela de seus mandatários pretende colocar-se atrás do biombo e das cortinas do Regimento, escusando-se de discutir, em profundidade, a matéria que V. Ex.<sup>a</sup> é chamado a resolver.

Esta Casa está tratando de uma das maiores negociatas já montadas neste País para furtá-lo, para comprometer o seu futuro, desnaturá-lo, desnacionalizá-lo, vendê-lo.

Este, Sr. Presidente, o motivo, a razão de ser do Projeto de Decisão nº 1, apresentado a esta Casa pelo nobre representante do Estado do Rio de Janeiro.

Sr. Presidente, aqueles que acompanharam a história do PMDB, que sustentaram e sustentam as suas bandeiras sempre consideraram que o Congresso Nacional é o caminho apropriado para o enfrentamento e a resolução da questão da dívida externa brasileira. A conversão da dívida externa em cruzados e a internalização desta dívida constituem um dos pontos fundamentais na discussão desse tema.

Nesta Casa, os nobres Constituintes que se sentam à direita, comprometidos historicamente com o endividamento do País, que silenciaram durante tantos anos, permitindo que o País fosse postejado, dividido, ficou endividado, sacrificado, esses mesmos – naquilo em que Jesus, quando discutia o problema dos que lavam as mãos antes das refeições, que rezam todas as noites ao dormir, que fazem o rito, mas não têm o mérito da questão, deu-lhes o nome de túmulos caiados – procuram sempre esconder-se atrás de questões preliminares, de normas regimentais quando se discute o futuro do nosso País.

V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Presidente, é um homem que a Nação – inclusive todos nós – se acostumou a admirar, a respeitar. E a palavra de V. Ex.<sup>a</sup>, nos desvios a que querem conduzir a Nação, sempre, e em todos os momentos, foi capaz de discernir e de decidir no sentido do interesse nacional.

Esta a causa que hoje é trazida a V. Ex.<sup>a</sup>. Não se trata – como quiseram embair a boa fé de V. Ex.<sup>a</sup> – de questão constitucional. O que propõe o nobre Constituinte Paulo Ramos não é que se inclua na Constituição disposição proibitiva da conversão da dívida externa em capital de risco, mas que a matéria venha a esta Casa para ser decidida no bojo global da dívida externa.

Aqueles que estão aqui levantando questões de ordem, defendendo que a decisão seja revogada, diziam que o Presidente José Sarney – que corajosamente foi capaz de, em determinado instante, em ato unilateral, decretar a moratória – não sustentaria nem mais um mês a situação do País, porque a retaliação dos credores internacionais iria destruir o Brasil, que estes iriam apossar-se dos nossos bens no exterior, que a Nação ficaria desprovida de suprimentos externos, e não mais se agüentaria. Pois bem. O que esta proposição demonstra é a necessidade de que a conversão da dívida se faça no bojo de uma negociação global; que o Congresso Nacional, quando estiver funcionando, possa, de fato, manifestar-se sobre o assunto e que este não seja decidido por ministros do PMDB ou do PFL, mas discutido e decidido pela Nação, por todos os seus órgãos, pelo Executivo, que mandará

proposta a esta Casa para ser discutida pelo Legislativo, com o Congresso funcionando, para examinar se nessa conversão, não estão embutidos interesses escusos, chantagem, ou comissões. O que está embutido nisto, Sr. Presidente, é um diferencial de 40%, que é hoje o deságio dos títulos brasileiros no exterior. O que propõe muitos é comprar, hoje, por sessenta centavos, o dólar no exterior, no dia seguinte comparecer ao Banco Central para receber em cruzados 100% daquele dólar adquirido por sessenta centavos. Não há como, Sr. Presidente, resolver-se essa questão de forma soberana, limpa, correta e decente sem passar pelo Congresso Nacional. V. Ex.<sup>a</sup> tem em mãos altíssima responsabilidade, neste instante. Não se atenha a firulas, nem a normas secundárias. Sabe V. Ex.<sup>a</sup> que o Regimento é um instrumento a serviço da vontade nacional, da nossa soberania e da nossa independência. Não é instrumento que atrele, que junte, que coloque imóvel a Nação para que seja espoliada, roubada, sacrificada. V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Presidente – sei, porque a sua história nos assegura – dará ao assunto a solução mais conseqüente, lógica e prática, decisão do interesse nacional. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Marcondes Gadelha.

**O SR. CONSTITUINTE MARCONDES GADELHA:** – Sr. Presidente, havia solicitado a palavra para me posicionar a respeito da pauta da reunião de hoje e não sobre a de sábado.

Vejo, entretanto, que há uma ou duas questões de ordem ainda pendentes. A primeira é sobre a nulidade ou não da votação do Projeto de Decisão nº 4 e a segunda sobre a própria realização da reunião de hoje. Então, eu ficaria em dificuldade para avançar com a discursão a respeito do Projeto de Decisão nº 5, que versa sobre a obrigatoriedade de transmissão dos processos de votação no seio da Assembléia Nacional Constituinte pelas emissoras de rádio e de televisão. Assim, Sr. Presidente, aguardarei que V. Ex.<sup>a</sup> resolva as questões de ordem pendentes para, então, pronunciar-me se me for facultado pelo Regimento.

Para não dizer que não falei de flores, quero declarar o meu espanto e surpresa em relação a algumas objeções suscitadas neste Plenário sob a forma de questões de ordem. Entendo que questão de ordem envolve interpretação do Regimento Interno e não sua aplicação ou não. É curioso como se tem questionado se V. Ex.<sup>a</sup> deve ou não aplicar o Regimento. Este foi criado para defender as minorias. Assim como a lei e qualquer forma de disciplinamento foram concebidas para amparar o direito das minorias; seja diante das majorias, seja diante da autoridade por elas investidas, o Regimento é um mecanismo de defesa do Plenário. Portanto, não cabe a este mesmo Plenário dizer a V. Ex.<sup>a</sup> se deve aplicar o Regimento quando determinados interesses estejam em causa. A aplicação do Regimento Interno é um fato automático, inelutável e irrecorrível. Pode-se questionar a maneira de V. Ex.<sup>a</sup> interpretar o Regimento, mas não a categoria absoluta de V. Ex.<sup>a</sup> na aplicação ou não da nossa Lei Interna.

Digo mais, Sr. Presidente: não podemos brincar nesta Constituinte de apresentação de projeto de decisão quando não esteja em jogo, efetivamente, o funcionamento desta Casa. Se abrirmos esse precedente, sob qualquer pretexto, não conseguiremos apresentar um texto constitucional a este País até o fim do ano ou até que se expirem as chamadas calendas gregas. Repito, não podemos proceder dessa maneira, pois isso criará um precedente extremamente perigoso, por uma razão muito simples: a conjuntura é muito viva, muito versátil e muito forte. Ela penetra em todos os desvãos da Assembléia Nacional Constituinte. Se aceitarmos um projeto de decisão que não

visse à preservação dos interesses de funcionamento da Assembléia Nacional Constituinte, estaremos, como disse, criando precedente para apresentação de "n" projetos de decisão sob o argumento de defesa do interesse nacional, da soberania nacional ou de qualquer outra nobre motivação de que estejam imbuídos os Srs. Constituintes.

Se porventura a inflação disparar mensalmente, alguém tem dúvida se para 30% ou 40%, não teremos projeto de decisão sobre matéria de natureza econômica? Alguém duvida se greves gerais eclodirem neste País, que esta Constituinte não será solicitada a apresentar projetos de decisão regulamentando a matéria? Alguém tem dúvidas, se qualquer acidente ou incidente institucional turbar a vida desta Nação, de que esta Assembléia Nacional Constituinte não será transformada em um mecanismo de elaboração de editos, de proclamações, de ucases ou de coisa que o valha? Sr. Presidente, temos um compromisso com este País, que é o de votarmos uma Constituição. Não podemos deixar que a conjuntura invada nossas obrigações e nossas responsabilidades para com a Pátria.

Ouçõ V. Ex.<sup>a</sup>, Constituinte Lysâneas Maciel.

**O SR. CONSTITUINTE LYSÂNEAS MACIEL:** – V. Ex.<sup>a</sup> está descrevendo a tragédia do cotidiano, e ela não impressiona nem sensibiliza V. Ex.<sup>a</sup>. É claro que, se a inflação atingir os níveis a que V. Ex.<sup>a</sup> se refere, se tivermos acontecimentos como os que V. Ex.<sup>a</sup> acabou de repetir, é claro que esta Assembléia Nacional Constituinte não poderá ficar discutindo o Regimento; ela terá de entrar na apreciação dessa conjuntura. V. Ex.<sup>a</sup> está proclamando que devemos ignorar a tragédia do povo brasileiro. O Ministro do Exército declarou, hoje de manhã, que se for votada a lei de anistia ele não a obedecerá. Esse é ou não um acontecimento relevante que impede o comportamento normal desta Assembléia Nacional Constituinte?

**O SR. CONSTITUINTE MARCONDES GADELHA:** – Constituinte Lysâneas Maciel. V. Ex.<sup>a</sup> e todos os demais Constituintes deste País dispõem de todos os foros para incidir sobre a conjuntura. V. Ex.<sup>a</sup> se esquece de que existe um Congresso Nacional ainda em funcionamento neste País, que é o foro natural para tratar dessas questões. (Palmas.) Se essas matérias são relevantes, não há por que fazê-las competir com a elaboração constitucional; se elas são importantes, o Congresso Nacional haverá de se pronunciar sobre elas com a mesma força que tem a Assembléia Nacional Constituinte.

**(O Sr. Presidente faz soar os tímpanos.)**

Digo mais, Sr. Presidente: há inúmeros outros foros para se discutir a conjuntura. Tenha a gravidade que tiver, não há matéria que não seja do alcance do Congresso Nacional, isto é, das duas Casas, que, ao que me consta, até esse momento não tiveram cerradas suas portas.

Ouçõ com prazer o nobre Constituinte Paulo Ramos.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – Agradeço ao Constituinte José Lourenço, Líder do PFL, a interferência para que V. Ex.<sup>a</sup> não me concedesse o aparte. Faço questão de dizer que o projeto de decisão é do mais relevante interesse nacional, e certamente o Constituinte José Lourenço, por não ser brasileiro nato, não compreende isso, mas há de ser levado a essa compreensão pelos trabalhos a serem desenvolvidos nesta Casa.

**(Tumulto.)**

**(O Sr. Presidente faz soar os tímpanos.)**

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – A Presidência apela aos Srs. Constituintes para que mantenham a calma necessária ao prosseguimento dos nossos trabalhos. A Mesa invoca as tradições do Parlamento brasileiro. Nos

momentos mais delicados e graves sempre mantivemos a nossa dignidade. Atenção...

**(O Sr. Presidente faz soar os tímpanos.)**

A Mesa não quer suspender a reunião, mas o fará se continuar esta situação.

Peço aos Srs. Constituintes que me dêem o direito de prosseguir a reunião, sem o que terei de suspendê-la. Atenção... Sr. Deputado Lysâneas Maciel, apelo a V. Ex.<sup>a</sup> para que restabeleça a calma no Plenário. Apelo a V. Ex.<sup>a</sup> como amigo, patricio mineiro, que restabeleça a paz no recinto a fim de que possamos continuar com os nossos trabalhos e não se veja a Presidência obrigada a suspender a reunião. Apelo pessoalmente a V. Ex.<sup>a</sup>. Muito obrigado.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – Sr. Presidente, posso prosseguir no aparte que, aliás delicadamente, fazia ao Constituinte Marcondes Gadelha? S. Ex.<sup>a</sup>, em sua explanação, dizia que não estamos aqui para brincar de elaborar projetos de decisão. Faço questão de esclarecer ao nobre Constituinte que o projeto de decisão por mim redigido foi subscrito por mais de 190 Constituintes, que certamente não estão brincando nesta Casa. S. Ex.<sup>a</sup> pode externar suas próprias opiniões, mas não dizer que os Constituintes que apresentaram projetos de decisão não estão compreendendo a seriedade do momento. Vejam, por exemplo, aqueles que apresentaram o Projeto de Decisão sobre auditoria da dívida externa. V. Ex.<sup>a</sup>, nobre orador, antigo integrante do **Grupo dos Autênticos** nesta Casa, ao tempo em que o então MDB resistia no regime autoritário, surpreendeu a mim e a muitos outros no Rio de Janeiro – eu ainda não tinha mandato, mas acompanhava a atuação parlamentar de V. Ex.<sup>a</sup> – quando estranhamente assumiu posições contrastando com todas as outras adotadas anteriormente e que sensibilizaram o Brasil inteiro. V. Ex.<sup>a</sup> sabe que hoje nesta Casa vivemos os momentos mais difíceis da vida do País, e não estamos aqui brincando com a apresentação de projetos de decisão. Fiz referência ao Líder do PFL, Constituinte José Lourenço, dizendo que S. Ex.<sup>a</sup> não está preparado para compreender as questões de interesse nacional por não ser brasileiro nato. Faço questão de dizer a todos os Constituintes aqui presentes que vou denunciar S. Ex.<sup>a</sup> à colônia portuguesa do Rio de Janeiro. Quero que todos os portugueses residentes no Brasil saibam como se comporta nesta Casa um representante não brasileiro que aqui está por uma concessão, pelo sentimento fraterno que une brasileiros e portugueses. Quero concluir o meu aparte dizendo ao Constituinte Marcondes Gadelha que este projeto de decisão tem duas características: a primeira delas é em relação a todos os atos que possam sobrestar os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, a outra é sobre aquilo que possa sobrestar as decisões soberanas da Constituinte.

A decisão soberana da Assembléia Nacional Constituinte há de ser a entrega de um texto constitucional ao povo brasileiro, e certamente a conversão da dívida externa em capital de risco – dívida contraída de forma fraudulenta e escusa, em muitos casos já comprovados – que corresponde simplesmente a inviabilizar o futuro do Brasil, não permitindo que se cumpra aquilo que for estabelecido em qualquer texto constitucional. Saiba V. Ex.<sup>a</sup>, saiba o Sr. Presidente e todos os Constituintes que hoje estamos decidindo aqui o que há de mais relevante para a História do País e não podemos permitir que alguns despossuídos da nacionalidade interfiram sugerindo a V. Ex.<sup>a</sup> que não me conceda aparte.

**O SR. CONSTITUINTE MARCONDES GADELHA:** – Sr. Presidente, vou encerrar, mas não posso deixar de responder ao aparte do nobre Constituinte Paulo Ramos.

Quero dizer que comungo com todas as preocupações de S. Ex.<sup>a</sup> com relação à dívida externa do Brasil. Já houve uma proposta, através de projeto de decisão, relacionada com o problema da dívida externa, no sentido de realizar-se uma auditoria. Há também outra, relativa ao problema da negociação quanto à sua transformação em **debt to equity swaps**.

Poderão surgir outros projetos de decisão, eis que são inumeráveis os processos de negociação e, como se sabe, em qualquer negociação há sempre risco de dano ou lesão aos interesses nacionais. Mas não se trata apenas do problema da soberania nacional. Há inúmeros outros pontos que podem ser trazidos à colação e que também colocam em risco a soberania nacional.

Quero dizer a V. Ex.<sup>a</sup> que apoiarei, em gênero, número e grau, qualquer proposição desse tipo ou de outra natureza apresentada no fórum adequado – o Congresso Nacional. Tem ele, tantos poderes quanto a Assembléia Nacional Constituinte, ou até mais, para lidar com a conjuntura.

Agora, devo dizer a V. Ex.<sup>a</sup>, quando rememora minha participação no grupo autêntico do então MDB, que isso foi uma passagem na minha vida que muito me honra e envaidece. O ato de criação do grupo autêntico do MDB, naquele tempo, foi precisamente a decisão tomada em Recife, em 1971, de se convocar a Assembléia Nacional Constituinte. Lutando nesse sentido há 16 anos, Excelência, eu não abrirei mão de um milímetro da participação intensiva no propósito de se dotar o País de uma Constituição escoreta, à altura de nossos filhos. Esta é a posição da qual não abdicarei, sem prejuízo de outras posições, em todos os campos em que esteja em jogo a soberania do País.

Não vejo, contudo, por que um assunto possa competir com outro. Também não vejo sentido em que a defesa dos interesses do País deva competir com o andamento da construção constitucional. Sabe muito bem V. Ex.<sup>a</sup> que, se for aprovado projeto de decisão à revelia, ao arrepio do Regimento, outros virão e não teremos Constituição lavrada no País.

Sr. Presidente, não era esse o tema da minha fala. Eu ia falar sobre o assunto da pauta de hoje. Se o Regimento me facultar, gostaria que V. Ex.<sup>a</sup> mantivesse minha inscrição para o ato seguinte. Peço ainda a V. Ex.<sup>a</sup> que decida a questão de ordem sobre o problema de interpretação do Regimento. O que não é aceitável, sob qualquer título, é que se questione o direito de V. Ex.<sup>a</sup> aplicar o Regimento ou que esse Regimento possa ser aplicado apenas casuisticamente, ao sabor dos acontecimentos, quando o interesse de determinada matéria relacionar-se sobre a vida desta Nação.

Assim sendo, Sr. Presidente, a aplicação do Regimento é fato inerente à sua responsabilidade e atributo inescusável. Não se pode questionar, em momento algum, não digo o direito, mas obrigação de V. Ex.<sup>a</sup> de aplicar o Regimento. Pode-se questionar a interpretação de V. Ex.<sup>a</sup>

Não tenho a menor idéia sobre a interpretação que, neste momento, está sendo elaborada por V. Ex.<sup>a</sup>. Mas, seja qual for, há um fato do qual não se pode fugir: V. Ex.<sup>a</sup> deve aplicar o Regimento e decidir sobre os resultados da reunião de sábado e sobre a existência ou não desta reunião, da qual, surrealisticamente, estamos participando.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LOURENÇO:** – Sr. Presidente, tendo sido citado pelo orador que antecedeu o Constituinte Marcondes Gadelha, peço a V. Ex.<sup>a</sup> que me conceda a palavra.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LOURENÇO:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, há tempos discute-se, não apenas no âmbito da Constituinte, mas também da Câmara dos Deputados para a qual fui eleito em 1978, o assunto que passo a citar. Inclusive, houve alguém que achou que eu não reunia as qualidades legais para me encontrar no meio dos que aqui se encontram. O assunto foi levado ao Tribunal Superior Eleitoral, e, por sete votos a zero, minha condição de brasileiro nato foi reconhecida, como reconhecida é a de outros eminentes Parlamentares, Constituintes nesta Assembléia, e que também não nasceram no Brasil – alguns até do partido daquele que contestava minhas origens. Mas não foi eu que redigi – sabe bem V. Ex.<sup>a</sup> – a Constituição que me outorgou esse direito.

Em função do direito de aqui estar, do amor que tenho por este País, em função do fato de que determinadas pessoas, que não pensam como nós e gostam de partir para a agressão, para o questionamento frontal, medidas numa redoma que os cerca e lhes põe no rosto antolhos que não lhes permitem ver os lados por onde passa a grande maioria do País, onde está a maioria desta Nação, eles seguem em frente, destemidos, para agredir... Não têm a visão geral dos problemas do País, não sabem o que se faz hoje e o que ocorre no mundo.

O capital de risco, hoje, na China, Sr. Presidente, é estimulado para investimentos, com anos e anos de isenção de imposto de renda. O capital de risco, hoje, é procurado em todo o mundo, porque é base de sustentação do processo de desenvolvimento interno dos países. Aqui, no entanto, existe uma minoria vesga – aliás, não é vesga, é sem visão alguma – que tem como fonte de inspiração uma Albânia qualquer e que nos pretende reduzir ao tamanho geográfico de um país que quase todos aqui desconhecem. De acordo com essa minoria, temos que ser iguais ao menor de todos, aos que são menores em espaço e no campo das idéias. Quanto a esses, contestamos não a nacionalidade, mas sim, a capacidade de análise das condições nacionais.

Por isso, sinto-me atingido quando não reconhecem em mim e que a Constituição do País reconheceu, qual seja, o direito de participar da Assembléia Nacional Constituinte. Porém, sinto-me mais atingido quando vejo alguns tentando inviabilizar este grande País.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Obrigado a V. Ex.<sup>a</sup>.

Considero encerrada a questão. Peço ao Constituinte João Menezes, que havia pedido a palavra anteriormente, que dela faça uso posteriormente. (Pausa.)

**O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE:** – Permita-me, Sr. Presidente. Estou inscrito.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Peço também ao Constituinte Ademir Andrade que use da palavra oportunamente, por favor, pois, por motivo de força maior, terei que ausentar-me desta Casa.

**O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE:** – Sr. Presidente, houve muitas argumentações aqui e gostaria de ter a oportunidade de, mais uma vez, argumentar também.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Peço a V. Ex.<sup>a</sup> que use da palavra, posteriormente, pelos motivos já citados.

Constituinte Carlos Sant'Anna, quero dirigir-me a V. Ex.<sup>a</sup>. Sua questão de ordem versou sobre assuntos de extrema complexidade e altamente variável. O primeiro, se não estou enganado, refere-se à interpretação do art. 59, que impõe determinadas soluções para o problema da votação da maioria absoluta.

Sr. Constituinte Carlos Sant'Anna, a matéria foi acrescida de uma reclamação. Tomei nota do discurso de V. Ex.<sup>a</sup> – como me compete, quando tenho a honra de ser interpelado pelo Líder do Governo – quando citou a forma estranha do art. 6º, referente à convocação da sessão extraordinária. Fiz algumas consultas e posso afirmar a V. Ex.<sup>a</sup> que não houve forma estranha alguma. A reunião extraordinária foi convocada porque a anterior havia terminado. Encerrada uma reunião – inclusive por mim – tínhamos a possibilidade de convocar reunião extraordinária. Não houve qualquer anomalia no fato.

Como terceiro assunto, solicitou V. Ex.<sup>a</sup> fosse considerada rejeitada a decisão tomada sobre a questão da dívida externa, objeto do debate de hoje. O Presidente deseja fazer algumas ligeiras considerações sobre o assunto.

Primeiro, não sou conhecedor de matéria econômica; assim, não posso manifestar-me sobre o conteúdo da decisão. Mas sinto que minha função, extremamente delicada, é a de manter o equilíbrio nas reuniões – e hoje ele foi um pouco variável quanto à serenidade nos debates e à sua eficácia. Desta maneira, nem sempre pretendo manifestar-me de acordo com o que penso, mas, sim, de acordo com meu dever de Presidente, que é o de assegurar a tranqüilidade, a eficiência, o progresso dos debates, sempre visando ao interesse geral deste País.

Todavia, como professor de Direito Constitucional, pretendo dizer que me parece realmente muito estranho que a Constituinte, ao fim de cinco meses de funcionamento, não tenha debatido, eficaz e profundamente, nenhum problema constitucional. (Muito bem!) Ao freqüentar o plenário e ao presidir esta Comissão, tenho observado debates brilhantes, do ponto de vista parlamentar, com eloqüência e, às vezes, até com certa agressividade, que me parece um tanto excessiva. Mas, enfim, há uma movimentação digna de atenção. Contudo, ainda não se tratou profundamente do debate essencial que convocou nossa presença aqui. E o País todo nos observa, angustiado. O País não está negando a qualidade dos projetos – a opinião pública não tem condições para penetrar no âmago dos projetos e saber se são eficientes ou não – mas, no fundo, está estranhando que não estejam sendo promovidos debates constitucionais. Não é uma coisa frívola, não é uma coisa ligeira, não é uma coisa acadêmica, não é uma coisa de exibição de erudição, não é nada disto. É o que se reclama de nós, que fomos eleitos para isso. Então, não tem havido – permitam ao velho professor dizê-lo – nem no Plenário, nem nesta Comissão, o debate constitucional autêntico que o País está esperando de nós. (Muito bem!) Nada disso houve. É para isso que chamo a atenção desta Comissão.

Temos esta responsabilidade. E é para esta responsabilidade que apelo com todas as nuances. Sou um homem que viveu crises, as mais terríveis, de conflitos ideológicos, neste País, terríveis momentos de massacre, de mortes, de assassinatos, de perseguições, de torturas, perpetradas pelas forças do poder ou da oposição. Passamos por essas fases. Vivemos esses momentos. Sofremos esses momentos. Um homem como eu sofreu e assistiu a tudo isso, de maneira que está sentindo que não é mais o momento de prosseguirmos nesse debate estéril, nessa discussão eterna, que não terminará nunca, que não poderá jamais chegar a resultados satisfatórios.

Apelo, pois, ao espírito desta Comissão, que é a grande Comissão da Constituição, por mais que queiram negar... É daqui que vão sair as observações, as sugestões, os impulsos, as esperanças, para que se possa fazer realmente um texto uno, necessário, absorvente, correspondente ao que precisamos fazer.

O que decido – e não sei se isto está ou não no Regimento, e aí estou de acordo com todos aqueles que negaram o Regimento é o seguinte: vou enviar todo o material ao Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, para que S. Ex.<sup>a</sup> dele tome conhecimento e dê realmente uma orientação que possa servir a todos nós e nos possa juntar a todos na esperança, que isso é o que está faltando a este povo. Muito obrigado.

Está encerrada a reunião.

#### 14ª Reunião Extraordinária da Comissão de Sistematização

Aos treze dias do mês de julho do ano de mil novecentos e oitenta e sete, às dezessete horas e cinqüenta e dois minutos, no Plenário da Câmara dos Deputados, reuniu-se a Comissão de Sistematização, sob a Presidência do Senhor Constituinte Aluizio Campos, Primeiro Vice-Presidente, no exercício da Presidência, presentes os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Antônio Carlos Konder Reis, Bernardo Cabral, Gerson Peres, José Lins, Mário Assad, Nelson Jobim, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Rodrigues Palma, Beth Azize e João Agripino. Deixaram de comparecer os Senhores Constituintes: Ademir Andrade, Adolfo Oliveira, Afonso Arinos, Alcení Guerra, Alfredo Campos, Almir Gabriel, Aloysio Chaves, Antônio Farias, Antônio Carlos Mendes Thame, Arnaldo Prieto, Artur da Távola, Brandão Monteiro, Carlos Chiarelli, Carlos Mosconi, Carlos Sant'Anna, Celso Dourado, Christóvam Chiaradia, Cid Carvalho, Cristina Tavares, Darcy Pozza, Edme Tavares, Egídio Ferreira Lima, Eraldo Tinoco, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Gasparian, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Lyra, Francisco Benjamim, Francisco Dornelles, Francisco Pinto, Francisco Rossi, Gastone Righi, Haroldo Lima, Haroldo Sabóia, Ibsen Pinheiro, Inocêncio Oliveira, Jamil Haddad, Jarbas Passarinho, João Calmon, João Herrmann Neto, Joaquim Bevilacqua, José Fogaça, José Freire, José Geraldo, José Ignácio Ferreira, José Jorge, José Luiz Maia, José Maurício, José Paulo Bisol, José Richa, José Santana de Vasconcellos, José Serra, José Thomaz Nonô, José Ulisses de Oliveira, Luís Eduardo, Luiz Inácio Lula da Silva, Lysâneas Maciel, Manoel Moreira, Marcondes Gadelha, Mário Lima, Milton Reis, Nilton Friedrich, Nilson Gibson, Oscar Corrêa, Osvaldo Coelho, Paulo Pimentel, Pimenta da Veiga, Plínio de Arruda Sampaio, Prisco Viana, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Ricardo Fiuza, Roberto Freire, Sandra Cavalcanti, Severo Gomes, Sigmaringa Seixas, Siqueira Campos, Theodoro Mendes, Virgildásio de Senna, Virgílio Távora e Wilson Martins. O Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, anunciando que a reunião destinava-se à votação do Projeto de Decisão nº 05/87, do Senhor Iram Saraiva "que torna obrigatória a transmissão, através da televisão e do rádio, das votações nominais realizadas no Plenário da Constituinte". Havendo sido constatada a falta de **quorum** entre os Constituintes presentes, o Senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos às dezessete horas e cinqüenta e três minutos. O inteiro teor desta reunião foi gravado, devendo ser publicado no **Diário da Assembléia Nacional Constituinte** e constituir-se-á na Ata circunstanciada dos trabalhos. E, para constar, eu, Maria Laura Coutinho, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Está aberta a reunião convocada, conforme estabelecido na Ordem do Dia, para votação do Projeto de Decisão nº 5.

Não havendo **quorum**, está encerrada a reunião.

### 10ª Reunião Ordinária da Comissão de Sistematização

Aos vinte e três dias do mês de julho do ano de mil novecentos e oitenta e sete, às dez horas e trinta minutos, no Plenário da Câmara dos Deputados, reuniu-se a Comissão de Sistematização, sob a Presidência do Senhor Constituinte Aluizio Campos, 1º Vice-Presidente, no exercício da Presidência, presentes os seguintes Senhores Constituintes: Aloysio Chaves, Antônio Carlos Konder Reis, Arnaldo Prieto, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Brandão Monteiro, Christóvam Chiaradia, Cid Carvalho, Francisco Benjamim, Haroldo Lima, Haroldo Sabóia, José Lins, José Luiz Maia, José Maurício, Manoel Moreira, Nilson Gibson, Plínio de Arruda Sampaio, Prisco Viana, Raimundo Bezerra, Ricardo Fiúza, Roberto Freire, Sandra Cavalcanti, Sigmaringa Seixas, Aldo Arantes, Wilson Martins, Bocayuva Cunha, Chagas Rodrigues, Hugo Napoleão, Israel Pinheiro, Jonas Pinheiro, José Genoíno, José Tinoco, Luiz Salomão, Paes Landim, Oscar Corrêa, Adolfo Oliveira, Nelson Carneiro, Ademir Andrade, João Herrmann Neto, João Calmon, Theodoro Mendes, Lysâneas Maciel, Nelson Friedrich, Rose de Freitas, Octávio Elísio e Vilson Souza. Estiveram presentes, também, os Senhores Constituintes não integrantes da Comissão: Átila Lira, Eliel Rodrigues, Irma Passoni, Arnaldo Faria de Sá, Carlos Alberto Caó e Antônio Gaspar. Deixaram de comparecer os Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Afonso Arinos, Alcení Guerra, Alfredo Campos, Almir Gabriel, Antônio Farias, Antônio Carlos Mendes Thame, Carlos Chiarelli, Carlos Mosconi, Carlos Sant'Anna, Celso Dourado, Cristina Tavares, Darcy Pozza, Edme Tavares, Egídio Ferreira Lima, Eraldo Tinoco, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Gasparian, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Lyra, Francisco Dornelles, Francisco Pinto, Francisco Rossi, Gastone Righi, Gerson Peres, Ibsen Pinheiro, Inocêncio Oliveira, Jamil Haddad, Jarbas Passarinho, José Fogaça, José Freire, José Geraldo, José Ignácio Ferreira, José Jorge, José Paulo Bisol, José Richa, José Santana de Vasconcellos, José Serra, José Thomaz Nonô, José Ulisses de Oliveira, Luís Eduardo, Luiz Inácio Lula da Silva, Marcondes Gadelha, Mário Assad, Mário Lima, Milton Reis, Nelson Jobim, Osvaldo Coelho, Oswaldo Lima Filho, Paulo Pimentel, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Renato Vianna, Rodrigues Palma, Severo Gomes, Siqueira Campos, Virgildásio de Senna e Virgílio Távora. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, anunciando a distribuição da Atas das reuniões realizadas nos dias onze e treze de julho corrente, por cópia, que foram unanimemente aprovadas. A reunião se destinou ao exame preliminar da Proposta de Emenda Popular nº 00004-1, apresentada pelas entidades: Associação Interconfessional de Educação de Curitiba, Conselho de Igrejas para Educação Religiosa e Instituto Regional de Pastoral de Mato Grosso, dispondo que "a educação religiosa será garantida pelo Estado no ensino de 1º e 2º graus, como elemento integrante da oferta curricular, respeitando a pluralidade cultural e a liberdade religiosa". A seguir, o Senhor Presidente anunciou que já haviam sido recebidas e indeferidas – por não atenderem aos requisitos regimentais – as seguintes Propostas de Emendas Populares: 1 – direitos da criança; 2 – eliminação da censura; 3 – criação de delegacias de defesa dos direitos do cidadão. A Proposta de Emenda Popular nº 4, constante da Ordem do Dia, foi a única, dentre as apresentadas, que satisfaz às exigências regimentais para a tramitação. Em seguida, falaram, pela ordem, os seguintes Senhores Constituintes, que manifestaram a intenção de subscreverem Emendas Populares eventualmente indeferidas, para evitar tenham a tramitação sustada: 1) Nilson Gibson e Haroldo Lima – Proposta nº 1; 2) José Genoíno – Proposta nº 2; 3) Chagas Rodrigues – outras que vierem a ser indeferidas. A Senhoria Constituinte Irma Passoni apresentou su-

gestão para que o teor dessas Emendas sejam comunicadas aos Senhores Constituintes, para possibilitar-lhes melhor avaliação e estudo. O Senhor Presidente, esclarecendo, informou que a Mesa da Comissão providenciaria não só a distribuição, como a publicação antecipada das matérias a serem examinadas. Falando em seguida, o Senhor Relator – Constituinte Bernardo Cabral teceu considerações sobre as Emendas Populares, apresentadas e indeferidas, sobretudo diante das manifestações de vários Constituintes pela subscrição dessas propostas. Em idêntica intervenção, o Senhor Constituinte Luiz Salomão enfocou a questão das Emendas Populares, cobrando da Mesa da Assembléia Nacional Constituinte providências no sentido de maior divulgação a respeito do Projeto de Constituição, com vistas a orientar as pessoas e entidades interessadas na apresentação dessas propostas populares. Esclarecendo, o Senhor Presidente assegurou que a Mesa da Comissão iria atender à sugestão apresentada e contatar com a Presidência da Assembléia quanto ao trabalho de divulgação a respeito das Emendas Populares, a fim de possibilitar o seu amplo emendamento, se for o caso. Prosseguindo, foi concedida a palavra ao Senhor Relator, Constituinte Bernardo Cabral, que apresentou Parecer sobre a Proposta de Emenda Popular nº 4, concluindo favoravelmente ao seu recebimento, por atender às exigências regimentais. Discutiram a matéria os Senhores Constituintes Roberto Freire, José Genoíno, Haroldo Lima, Sandra Cavalcanti, Nilson Gibson, Francisco Benjamim, Cid Carvalho, Manoel Moreira, Artur da Távola e Eliel Rodrigues. Em votação, o Parecer foi aprovado, unanimemente, sendo a Proposta considerada recebida. O Senhor Constituinte José Lins, com a palavra, enfocou a questão do emendamento ao texto do Projeto de Constituição, bem como os prazos estabelecidos no Regimento da Assembléia, na primeira fase de Plenário, apresentando sugestão no sentido de que seja alterado o Regimento Interno e comunicando o envio de Ofício de sua autoria ao Presidente Ulysses Guimarães, propondo a alteração do § 2º do art. 26 do aludido Regimento Interno. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião às onze horas e cinquenta e três minutos. O inteiro teor desta reunião foi gravado, devendo ser publicado no **Diário da Assembléia Nacional Constituinte** e constituir-se-á na Ata circunstanciada dos trabalhos. E, para constar, eu, Maria Laura Coutinho, lavrei a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Havendo número regimental, declaro aberta a reunião, convocada para decidir sobre recebimento de Emendas Populares, podendo os Srs. Membros da Comissão abordarem outros assuntos, se entenderem conveniente.

A Ata da reunião do dia 11 de julho e das três subseqüentes já foram distribuídas. Os Srs. Constituintes que tiverem alguma observação a fazer poderão fazê-la por escrito à Mesa da Comissão.

Até agora foram recebidas quatro Emendas Populares.

**O SR. CONSTITUINTE NILSON GIBSON:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem a palavra V. Ex.<sup>a</sup>, pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE NILSON GIBSON:** – Sr. Presidente; ao iniciar a reunião, quero, na forma do § 2º do art. 16 do nosso Regimento, muito embora não discuta o problema do mérito, mas desejando realmente que tramite com normalidade regimental, fazer-me signatário da Emenda Popular nº 00001-6, que diz: "Toda criança tem direito à vida, a um nome, a uma família, à saúde, ao

lazer, à moradia, à alimentação, à segurança social e afetiva."

Faço isso para que o ilustre e eminente Relator examine a proposição em seu mérito. Na oportunidade, também me pronunciarei sobre o mérito dessa Emenda Popular. Quero que V. Ex.<sup>a</sup>, desde logo, aceite-me como signatário da emenda formalizada pela Comissão Nacional da Criança e Constituinte.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Peço a V. Ex.<sup>a</sup> a gentileza de comparecer à Comissão e assinar a emenda do seu interesse. A Mesa registra a questão de ordem de V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE NILSON GIBSON:** – Queria deixar logo caracterizado este meu interesse e farei o que V. Ex.<sup>a</sup> propõe na primeira oportunidade.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – É emenda sobre o direito da criança?

**O SR. CONSTITUINTE NILSON GIBSON:** – Exatamente. Com base no § 2º do art. 16. Obrigada, Sr. Presidente.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ MARANHÃO:** – Sr. Presidente, a mesma questão de ordem formulo à Presidência da Comissão de Sistematização em relação à Emenda Popular nº 00002-4, que diz o seguinte:

"Não poderá ocorrer censura a espetáculos públicos ou a programas de telecomunicações, nem a supressão, ainda que parcial, do espetáculo ou programa."

Subscrevo, também, essa Emenda Popular para que possa ser debatida e apreciada em seu mérito. Há um despacho do Presidente da Comissão de Sistematização, o nobre Constituinte Afonso Arinos. E, como fez o nobre Constituinte Nilson Gibson em relação à Emenda Popular nº 1, pretendo subscrever a Emenda Popular nº 2, sobre a abolição da censura, com o objetivo de que ela possa ser apreciada quanto ao seu mérito.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – V. Ex.<sup>a</sup> poderá aqui comparecer para apor sua assinatura. Com o fato de a Mesa considerar essas duas emendas como subscritas por V. Ex.<sup>as</sup>, por economia processual já poderemos discutir o seu recebimento nesta reunião.

**O SR. CONSTITUINTE HAROLDO LIMA:** – Peço a palavra, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Com a palavra o nobre Constituinte Haroldo Lima.

**O SR. CONSTITUINTE HAROLDO LIMA:** – Sr. Presidente, desejava apor a minha assinatura na Emenda Popular nº 1, sobre a criança, nos termos em que está apresentada, para facilitar-lhe a tramitação.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – É a mesma emenda que vai ser subscrita pelo Constituinte Nilson Gibson. É preciso que V. Ex.<sup>as</sup> se coordenem com as entidades que apresentaram as emendas, para que elas aceitem essas subscrições, e possamos discuti-las.

**O SR. CONSTITUINTE CHAGAS RODRIGUES:** – Sr. Presidente, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem a palavra o Constituinte Chagas Rodrigues.

**O SR. CONSTITUINTE CHAGAS RODRIGUES:** – Sr. Presidente, os nobres Constituintes se anteciparam ao meu pronunciamento, pois entendo que qualquer proposição oriunda do povo, sob a forma regimentalmente chamada Emenda Popular, não poderá deixar de ter tramitação por algum óbice de natureza técnica.

Sr. Presidente, todas as emendas que chegarem aqui com a assinatura de 30 mil cidadãos deverão, a meu ver, ser objeto de apreciação na forma regimental. Acredito que não faltará quem deseje subscrevê-las, apenas para que tenham tramitação normal.

Sr. Presidente, de antemão, quero dizer a V. Ex.<sup>a</sup> que, qualquer que seja o conteúdo das emendas, sem que haja nisso, de nossa parte, o compromisso de votá-las a favor, se porventura algum dos Srs. Líderes, por qualquer motivo, deixar de subscrevê-las, por uma decisão democrática, aporei a minha assinatura nas Emendas Populares para que tenham, nesta Constituinte, uma tramitação normal.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Vou concluir a exposição que vinha fazendo sobre as emendas recebidas. Foram apresentadas cinco emendas populares. A primeira, já mencionei, é sobre os direitos da criança; a segunda, sobre censura; a terceira, sobre a criação de delegacias de defesa dos direitos do cidadão; e a quarta é sobre educação religiosa obrigatória no 1º e 2º graus. Uma outra foi recentemente apresentada. São, portanto, cinco. Esta última versa sobre direito territorial do índio. Apenas a quarta emenda, sobre educação religiosa obrigatória no 1º e 2º graus, preencheu os requisitos regimentais, pelo que foi convocada a reunião de hoje, a fim de apreciar o seu recebimento. Nos termos do Regimento, cabe à Comissão manifestar-se sobre o recebimento das Emendas Populares.

A presente reunião foi convocada, portanto, para discutirmos o recebimento da Emenda nº 4. As outras emendas não cumpriram as exigências regimentais, todas elas relacionadas com a sua subscrição. As subscrições eram incompletas, e a Secretaria apresentou essa informação ao Presidente Afonso Arinos, que indeferiu o seu recebimento.

Nos termos do Regimento, quando não ocorre o recebimento, será admitido recurso para o Plenário da Assembléia Nacional Constituinte com o apoio de 56 Constituintes. Mas outra disposição do Regimento declara o seguinte: se a proposta receber, unanimemente, parecer contrário da Comissão, será considerada prejudicada e irá ao arquivo, salvo se subscrita por um Constituinte, caso em que irá a Plenário no rol de emendas com parecer contrário.

Como aqui Constituintes se manifestaram interessados em subscrever as emendas que foram recusadas, a Presidência lhes solicita que aponham suas assinaturas nessas emendas e se coordenem com as entidades que tiveram a iniciativa de apresentá-las, para que possamos, então, numa outra reunião, depois de preenchidos esses requisitos, ter condições de nos manifestarmos sobre o seu recebimento.

Tem a palavra a Constituinte Irma Passoni.

**A SRA. CONSTITUINTE IRMA PASSONI:** – Sr. Presidente, está difícil a qualquer Constituinte acompanhar o processo. Primeiro, quando nos dirigimos ao Plenário não temos em mãos a Ordem do Dia. Não sabemos do conteúdo das propostas. Portanto, nós, Constituintes que não estamos diretamente ligados à Comissão de Sistematização, temos dificuldade em avaliar o conteúdo delas para um possível posicionamento.

De modo que considero essencial que a Comissão faça essa comunicação por escrito, através da distribuição da Ordem do Dia ou simplesmente de uma comunicação da Secretaria da Comissão de Sistematização com certa antecedência, de pelo menos algumas horas ou de um dia – o ideal seria isto – para que nós, Constituintes, possamos saber das propostas, dos seus conteúdos e, resumidamente, das alegações que nortearam a sua aceitação. Isso possibilitaria ao Constituinte, sabendo, com antecedência, da

pauta da reunião, tomar uma posição conscientemente. Essas medidas nos poderão ajudar a participar com uma posição mais clara. Por exemplo, eu, que desejaria subscrever algumas dessas proposições que já foram para o arquivo, não tenho elementos para avaliar as propostas e os motivos por que foram rejeitadas. Sinto-me incapacitada para tomar posições.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A questão abordada por V. Ex.<sup>a</sup> é pertinente. A Mesa irá providenciar a distribuição aos membros da Comissão do texto das emendas que forem apresentadas, com esclarecimento das razões que justificam o indeferimento ao nível da Presidência. V. Ex.<sup>a</sup> tem razão, e essa providência será adotada.

**A SRA. CONSTITUINTE IRMA PASSONI:** – Perdão, Sr. Presidente. Só que não sou membro da Comissão. Como fica a situação para nós outros Constituintes?

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Além disso, iremos providenciar também a publicação das emendas antes da reunião da Comissão.

Concedo a palavra ao Relator Bernardo Cabral.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, na esteira do pedido da palavra pela ordem da Constituinte Irma Passoni, aproveito para esclarecer ao Plenário o motivo por que as três primeiras emendas não lograram êxito. Quanto à primeira, havia uma emenda da Constituinte Abigail Feitosa, que, acolhida, já faz parte do texto do projeto de Constituição. A segunda era apenas um abaixo assinado, subscrito por menores, e não estava configurada a exigência regimental. Foi explicado isso à primeira signatária, a entidade, que pediu a sua retirada, dizendo que já estaria providenciando a sua apresentação como emenda. A terceira, sobre a censura, já estava também no projeto.

O que faltou e o que continua a faltar – daí a razão assistir à Constituinte Irma Passoni – é terem os Constituintes um aviso prévio. Por exemplo, acabo de ouvir o Senador Chagas Rodrigues, nosso Constituinte, declarar que subscreveria as três primeiras emendas, que foram indeferidas. S. Ex.<sup>a</sup> desconhecia esse aspecto: uma delas já está no projeto de Constituição. Portanto, seria inútil que a subscrevêssemos para mandar ao Plenário, pois a matéria já foi decidida pelo próprio Plenário; a segunda foi retirada pela própria entidade do menor; a terceira também é uma Emenda Popular que já consta do projeto de Constituição. Quer dizer, é preciso que os Srs. Constituintes sejam informados disso, para que não aponham assinaturas em matérias cuja discussão depois vai ser inútil.

Esse, o esclarecimento que queria fazer.

**O SR. CONSTITUINTE LUIZ SALOMÃO:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem a palavra V. Ex.<sup>a</sup>, pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE LUIZ SALOMÃO:** – O Regimento Interno da Constituinte, Sr. Presidente, previa a ampla distribuição do projeto às entidades, às Câmaras de Vereadores, às Assembléias Legislativas, aos Sindicatos etc., como uma forma de, com a sua divulgação, evitar esse trabalho inútil que está sendo feito por um conjunto de entidades.

Queria relatar aos membros desta Comissão que, na semana passada, estive em São Gonçalo, em um congresso de aposentados, que pleiteando uma série de direitos, colhia assinaturas para uma proposta de Emenda Popular, embora a questão já estivesse absolutamente contemplada no projeto do Relator. Isso nos leva a crer que, tendo havido uma falha da Mesa da Constituinte no sentido de

enviar a todas as entidades arroladas no Regimento o projeto da Comissão, estamos levando a população organizada, a sociedade organizada a colher assinaturas em vão, seja porque não há uma orientação suficiente sobre os procedimentos a serem adotados na coleta das assinaturas.

Recomendaria a V. Ex.<sup>a</sup> que, juntamente com a Mesa da Constituinte, promovesse uma ampla divulgação do projeto e eventualmente reconsiderasse o prazo, que, se não me falha a memória, se esgota no dia 13, o que vai significar um prazo bastante exíguo para as entidades interessadas na apresentação de Emendas Populares possam se articular e objetivamente emendar o projeto do Relator Bernardo Cabral. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A Mesa vai atender a sugestão de V. Ex.<sup>a</sup>, negociando com a Presidência da Assembléia Nacional Constituinte providências que ampliem a divulgação das Emendas Populares e possibilitem o seu amplo emendamento, se for o caso.

Agora, devemos passar à votação da matéria. Trata-se da Emenda nº 4.

Vou conceder a palavra a S. Ex.<sup>a</sup>, o Relator, para o seu parecer sobre a matéria.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, esta Emenda Popular já havia sido tratada em termos de emenda pela Constituinte Sandra Cavalcanti. Agora vem a esta Comissão de Sistematização esta Emenda Popular sobre a normalização da educação religiosa. O parecer, Sr. Presidente, é o seguinte:

"Visa a presente emenda incluir no texto constitucional a garantia da educação religiosa no ensino de 1º e 2º grau, como elemento integrante da oferta curricular, respeitadas a pluralidade cultural e a liberdade religiosa. A proposta, subscrita por sessenta e seis mil, seiscentos e trinta e sete eleitores, e apresentada pelas entidades associativas acima mencionadas, atende, segundo as informações prestadas pela Secretaria desta Comissão, às exigências regimentais (art. 24, Regimento Interno) para sua regular tramitação.

Diante do exposto, reservando-me para apreciação de mérito na ocasião própria, meu parecer é no sentido de que esta Comissão se manifeste pelo recebimento da Emenda Popular nº PE-4."

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Aberta a discussão sobre a matéria, inscrito encontra-se o Deputado José Genoíno, a quem concedo a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Pela ordem, tem a palavra o Constituinte Roberto Freire. Estamos em processo de discussão. O primeiro inscrito é o Deputado José Genoíno. Se V. Ex.<sup>a</sup> quer discutir a matéria...

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Não, acho que não cabe nem discussão da matéria. Seria apenas cumprir a formalidade para tramitar. Acho que o Relator fez muito bem quando, ao final, disse que se reserva para apreciação do mérito. E é para essa questão que nos vamos reservar, porque, paradoxalmente, para sermos favoráveis à liberdade religiosa, temos que no mérito ser contra esta emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Com a palavra o Constituinte José Genoíno.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENÓINO:** – Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, é óbvio que devemos aprovar o parecer do Relator, porque ele trata exclusivamente do preenchimento das condições regimentais para que a Emenda Popular possa tramitar pela Assembléia Nacional Constituinte.

Mas devemos, Sr. Presidente, mesmo nos posicionando favoravelmente à tramitação da Emenda Popular nº 4, manifestar-nos sobre duas questões, que envolvem o mérito, sim. É importante chamarmos a atenção para essas duas questões. A primeira envolve a questão da liberdade religiosa. A emenda popular fere a liberdade religiosa. Ao estabelecer a obrigatoriedade da educação religiosa no 1º e 2º grau, está ferindo a própria liberdade religiosa, porque não pode ser uma imposição do Estado a administração da educação religiosa nesses estabelecimentos.

A segunda questão, que também é importante, envolve a separação da Igreja do Estado, a separação da Religião do Estado. Por que o Estado é obrigado a garantir a educação religiosa do 1º e 2º grau? Isso não pode ser uma garantia do Estado, não pode ser uma obrigação do Estado. Trata-se de um pensamento retrógrado, um pensamento, inclusive, que no final do século XVIII era uma questão resolvida, a famosa bandeira da separação entre a Religião e o Estado, entre a Igreja e o Estado. Aqui, no Brasil, essa questão tem sido tratada de uma maneira conservadora e reacionária.

Portanto, Sr. Presidente, é um absurdo, quanto ao mérito, essa emenda ser defendida por membros da Assembléia Nacional Constituinte. É mais absurdo ainda é ela ser defendida com a bandeira da liberdade religiosa. E eu pergunto: e os que não têm religião? Se for garantir a educação religiosa para todas as religiões, como é que vai ficar? Porque, a partir da aprovação dessa emenda, todas as religiões, todas as minorias, terão garantida a obrigatoriedade do Estado na administração do ensino religioso.

Sr. Presidente, nós nos posicionamos favoravelmente ao parecer do Relator – considera ele que a Emenda Popular preenche os requisitos regimentais. Mas não poderia deixar de levantar essas duas questões de mérito, que ferem a liberdade religiosa e ferem também a bandeira, que é secular, da separação entre a Religião e o Estado, entre a Igreja e o Estado.

Esse, o pronunciamento que desejava fazer.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Esta Presidência solicita aos ilustres membros da Comissão que evitem apreciar, no momento, o mérito da proposição, que deve ser discutido em Plenário. A nossa missão, agora, se resume em receber a emenda para enviá-la à discussão.

De maneira que faço esse apelo aos Srs. Constituintes. Concedo a palavra ao Sr. Constituinte Haroldo Lima.

**O SR. CONSTITUINTE HAROLDO LIMA:** – Sr. Presidente, quero, por um lado, pronunciar-me favoravelmente ao parecer do Relator, considerando que a emenda deve tramitar. Mas, Sr. Presidente, não poderia deixar de fazer uma consideração com relação ao mérito, mesmo sabendo do apelo de V. Ex.<sup>a</sup>, porque, por outro lado, estamos atentos ao nosso papel de, como Constituintes, também ir ajudando a criação da opinião pública nacional a respeito das questões que estão em debate, fazendo com que o debate prolifere mais aqui nesta Casa, que, aliás, está muito sequiosa por um debate mais substancial, mais aprofundado. Nesse sentido, queria rapidamente dizer que somos eminentemente contra esta Emenda Popular, no seu mérito, porque ela consubstancia a intransigência religiosa.

Sr. Presidente, em 1946 foi a bancada do Partido Comunista do Brasil, através do Constituinte Jorge Amado, que apresentou uma emenda pela liberdade de prática e de organização religiosa no Brasil. Foi a bancada do Partido Comunista do Brasil. Foram os comunistas que defenderam esta posição que está contida na Constituinte de 1946, através do Constituinte Jorge Amado. Por quê? Porque desde aquela época nunca fomos sectários com relação à religião. Acharmos que a questão de religião uma questão de consciência, do ponto de vista individual. O Estado não deve ter religião, nem deve ter religião Constituição do Brasil.

Sr. Presidente, nós, inclusive, registramos que nesta Constituinte está havendo intransigência e sectarismo religioso. Por exemplo, na mesa em que V. Ex.<sup>a</sup> preside a reunião existe uma Bíblia aberta. Isto foi inserido aqui nas caladas da noite, quando a Constituinte não pôde deliberar a respeito do assunto com maior amplitude. E isto significa uma intransigência, digamos assim, uma violência à liberdade de consciência. Eu, por exemplo, não me oriento pela Bíblia, respeito-a e a quem se orienta por ela. Eu como diversos outros membros desta Constituinte não concordamos com aqueles que pediram que se colocasse a Bíblia aí, como não deveria estar aí também O Capital nem deveria estar aí o livro de Maomé. A questão do Estado, a questão da organização Constituinte deve ser arreligiosa, deve ser aconfessional.

Nesse sentido, somos contrários especialmente a essa idéia de o Estado guarnecer, assegurar e financiar a educação de uma determinada religião.

Gostaria de colocar ainda que, sendo de Salvador, a religião predominante na Bahia não é precisamente esta, mas, sim, a religião dos negros, a religião do Candomblé. E que está aqui gravemente preterida.

Imagine, Sr. Presidente, se agora, na Bahia, as escolas tivessem de ensinar aos negros, àqueles que desde o seu nascimento praticaram o candomblé, uma determinada religião que não exatamente aquela.

Sr. Presidente, nesse sentido, em defesa de uma verdadeira e autêntica liberdade religiosa e não em defesa de certos preceitos que, no fundo, querem finanças públicas para garantir o exercício de certas religiões, seremos grave e veementemente contra esse tipo de Emenda Popular que ora está sendo apresentada, embora estejamos de acordo com o parecer do Sr. Relator de que deve ter uma tramitação regular.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A Presidência novamente apela aos membros da Comissão no sentido de que podem até manifestar-se de acordo com o parecer do Sr. Relator, ressaltando a discussão do mérito pelo Plenário da Assembléia Nacional Constituinte.

Concedo a palavra à nobre Constituinte.

**A SR.<sup>a</sup> CONSTITUINTE SANDRA CAVALCANTI:** – Sr. Presidente, essa Emenda Popular chega ao nosso Plenário cumprindo todas as exigências de ser fiel intérprete das chamadas bases populares, uma das grandes conquistas da Assembléia Nacional Constituinte. A Emenda Popular, que é uma inovação, tem esse significado histórico. É a primeira vez que o povo, através da coleta de assinaturas, dessa movimentação, chega até aqui e consegue expor um ponto de vista e uma aspiração. Portanto, o parecer para que a emenda seja recebida e passe a integrar o elenco daquelas que vão a debate é um parecer perfeito, que merece de nós inteiro apoio.

Gostaria de acrescentar, para facilitar posteriormente a discussão, que o teor da emenda é muito claro, escrito



até em muito bom Português. Ele declara que a educação religiosa será garantida pelo Estado no ensino de 1º e 2º graus, como elementos integrantes da oferta curricular. Portanto, toda essa discussão em torno de financiamento, em torno de privilégio não tem nenhum sentido. O que se quer aqui é uma coisa muito mais simples. É que as famílias que no Brasil não dispõem de recursos financeiros para estudarem em entidades particulares ou pagarem o ensino de seus filhos em escolas confessionais e que colocam os seus filhos em escolas chamadas da rede pública tenham o direito de exercer um princípio que o Projeto de Constituição vem consagrando: o de que a educação se faz com a participação e a colaboração da família, o que significa que os pais têm o direito e o dever de transmitir para os seus filhos os seus valores éticos e morais. E é através da oferta curricular de uma oportunidade para ensino religioso nas escolas oficiais que isso vai poder acontecer.

Quando comentei aqui, no Plenário da Câmara, o Relatório do Relator feito para a Comissão VIII, que não havia terminado o seu trabalho – e elogiei o trabalho de compatibilização feito pelo Relator naquele segmento – chamei a atenção para a necessidade de alteração de apenas um dispositivo. O que havia ficado como consagrado no anteprojeto estava, em termos de um parágrafo, ligado exclusivamente ao ensino fundamental e seria necessário transferir esse direito de ter um espaço nas disciplinas oferecidas nas escolas públicas também ao 2º grau. É isso o que se pretende. Aqui, a responsabilidade de se ensinar é da Igreja, que vai ocupar, ou não, a oferta curricular que lhe é feita e lhe é garantida.

Trabalhei muitos anos como professora de Português e de Literatura no Instituto de Educação, no Rio de Janeiro, quando vigorava o texto da Constituição de 1946, que garantia aula de Religião para aqueles que assim o quisessem – naquela época para aquelas, pois a escola era só para normalistas. Havia no horário, uma hora vaga, e estava escrito "aula de Religião"; as alunas protestantes tinham um espaço reservado, lá ia um pastor e dava aula de Religião para as evangélicas: os espíritas tinham o seu espaço reservado e lá mandavam o seu professor; havia um rabino que ia também; e eu, que era católica, encarreguei-me, voluntariamente, sem onerar ninguém, de dar aula de Religião para minhas alunas. Isso é democracia. Não me espanta nem um pouco que as palavras, até agora, erguidas contra esse projeto venham de companheiros nossos, da Assembléia Nacional Constituinte, que integram uma bancada que tem conhecidas e difíceis relações com todas as Igrejas. Não é em um país totalitário como a Rússia, ou como Cuba, que vamos buscar um modelo de liberdade religiosa para adotarmos no Brasil.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Com a palavra o nobre Constituinte Nilson Gibson.

**O SR. CONSTITUINTE NILSON GIBSON:** – Sr. Presidente, nobre e ilustre Relator, evidentemente V. Ex.<sup>a</sup>, com a capacidade cultural e jurídica de que é portador, eminente Relator, examinou os pressupostos processuais para a tramitação da Emenda Popular; examinou a legitimidade; os preenchimentos das exigências legais, isto é, o direito de agir; as exigências que vêm contidas no art. 24 do Regimento. E V. Ex.<sup>a</sup>, com grande habilidade, dentro dos altos conhecimentos culturais e jurídicos que tem, fixou uma posição, dizendo que recebe a emenda para que tenha tramitação normal; todavia explicitou: "reservo-me para que, no mérito, na ocasião própria, possa examinar a matéria em debate."

Religiosamente, Sr. Presidente, estamos com o nobre Relator.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Com a palavra o ilustre Constituinte Francisco Benjamim.

**O SR. CONSTITUINTE FRANCISCO BENJAMIM:** – Sr. Presidente, estou inteiramente de acordo com a manifestação do eminente Relator, que recebe a Emenda Popular. Mas quero discordar, sem desobedecer à orientação da Presidência, quanto à manifestação que se possa fazer nesta Casa e quanto ao mérito da questão.

Estamos sendo acusados, Sr. Presidente, de não discutirmos nada nesta Casa. E V. Ex.<sup>a</sup> sabe que o projeto de Constituição, que está recebendo emendas, não recebeu um minuto sequer de discussão, sobre qualquer natureza de seus aspectos constitucionais, da Comissão de Sistematização. De sorte que lamento dizer a V. Ex.<sup>a</sup> que entendi que seria esta a oportunidade, recebida a emenda evidentemente, para que o Relator, ouvido o debate no plenário, pudesse manifestar-se posteriormente. Quando iremos discuti-la, Sr. Presidente? Quando vamos ter a oportunidade de discutir os temas da Constituição? O que se há de colocar aqui, em primeiro lugar, no meu modo de entender, é a questão de uma coerência de raciocínio e de colocação das questões. Quem é favorável à liberdade, a liberdade como princípio fundamental do homem, há de ser, Sr. Presidente, no seu todo, não em parte.

Quero dizer isso, porque tenho uma opinião formada a respeito do assunto, uma opinião formada dentro da minha racionalidade, de que quem prega, de que quem adota o princípio de liberdade política, de liberdade econômica, de liberdade social, há também de pregar o de liberdade religiosa. O que não se pode é se estar aqui a defender ora a liberdade política, ora a liberdade social, ora a liberdade religiosa.

Quero dizer também que a Bahia não é como disse o eminente colega e amigo, nobre Deputado Haroldo Lima, um Estado que adota a religião somente dos negros, dos umbandistas. Todos os negros da Bahia têm, realmente, esse sincretismo religioso, de que Jorge Amado, aliás, fala tão bem nos seus livros. Nós somos um misto, um pouco de católico, um pouco de cristão, um pouco também de umbandista. De sorte que essa é a Bahia, que é a fusão, essa mistura racial, essa situação plurissocial que a Bahia tem e que dá uma demonstração, portanto, diferente e não pode servir como parâmetro.

O que defendo é que, no ensino religioso, se dê a opção, como disse a nobre Constituinte Sandra Cavalcanti, para que se ofereça a possibilidade a alguém que deseje receber o ensino religioso de tê-lo nas escolas oficiais, não como obrigação do Estado, mas como uma possibilidade, como uma opção real. Quem deseje dela se servir poderá fazê-lo, porque está exercendo o seu direito de cidadania.

Quero dizer mais, Sr. Presidente, que essa colocação ideológica atual da religião está superada, porque aquela frase, aquele anátema de que a religião era o ópio do povo, dita pelos socialistas e pelos comunistas, está hoje já inteiramente derogada. É a nova situação da União Soviética, de convivência, de aproximação com a Igreja Católica e Cristã, ou a reversão de situações novas que da impressão de que estamos não na transição do Brasil, mas na transição do mundo, buscando alternativas novas de convivência humana, que não podem estar bitoladas por regras de "messias" ou dos que apareceram para falar em nome de uma humanidade, que não falam, e que precisava sempre conviver para poder falar.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Com a palavra o nobre Constituinte Cid Carvalho.

**O SR. CONSTITUINTE CID CARVALHO:** – Sr. Presidente, embora V. Ex.<sup>a</sup> tenha orientado para a fixação

na preliminar do parecer, parece-me que, de qualquer forma, a discussão sobre o mérito vai até dando orientações ao Sr. Relator para a fase posterior.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Desejo esclarecer a V. Ex.<sup>a</sup>, para que haja a mais ampla liberdade de discussão, que me cingi ao parecer do nobre Relator, que se propôs à discussão do mérito. Mas nada impede que, segundo o Regimento, que estive agora examinando, os membros da Comissão ingressem no mérito da proposta para discutir a nível da Comissão.

**O SR. CONSTITUINTE CID CARVALHO:** – Sr. Presidente, quanto à preliminar, estou inteiramente de acordo com o parecer do Relator. Mas convém salientar que a separação da Igreja do Estado é um marco da maior importância na vida republicana deste País.

Entendo, Sr. Presidente, que a garantia plena da liberdade religiosa está exatamente em não definir preferências. Daí fazer restrições à emenda, no seu mérito, porque entendo até que os ensinamentos das diversas igrejas – isso é o que vem acontecendo – são pertinentes às escolas de ensino religioso. Nós não devemos embutir na escola pública ou mesmo na escola privada a Religião, como um currículo, mesmo que facultativo, embora julgue que nada impeça que se efetive, na prática, em colégios religiosos, seja de qualquer religião, sob o aspecto facultativo. Mas na medida em que isto seja uma norma do texto constitucional, ela não deixa de marcar uma tendência, uma inclinação, em última instância, em prejuízo da própria liberdade religiosa.

Essa, a minha opinião. Na oportunidade a defenderei com maior detalhamento.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Manoel Moreira.

**O SR. CONSTITUINTE MANOEL MOREIRA:** – Sr. Presidente, demais membros da Comissão de Sistematização, julgo ter alguma legitimidade para abordar este assunto, uma vez que, desde a minha tenra infância, sou evangélico. Aos 14 anos de idade me tornei membro das Igrejas Evangélicas Assembléia de Deus. Como disse um colega meu, essa questão já foi decidida. Esperava que fosse de forma definitiva, porque não é pelo fato de estarmos num momento constituinte que vamos esquecer todos os valores ou todas as conquistas do passado.

Na Carta de 1891 essa questão já foi decidida, quer me parecer, Srs. Constituintes, de forma cristalina, quando ficou estipulada a separação do Estado da Igreja. Se é que os Constituintes de 1986 não querem ser oficiosamente, e não oficialmente, desinformados, o texto constitucional agora teria de consignar a separação do Estado das Igrejas; quando oficialmente se considera que a Igreja é separada do Estado, já há certa oficialidade em se considerar que essa é a Igreja Católica Apostólica Romana. Eu e os evangélicos brasileiros, em geral, damos muitas graças a Deus, porque, se no Brasil nós temos muitos males, não temos o da dissensão ou o da guerra religiosa. Não estamos aqui, como Deputado evangélico que sou, para propagar ou difundir qualquer dissensão. Mas achamos que esta proposta é um pouco capciosa.

Nós, os evangélicos das Assembléias de Deus, queremos liberdade de ir e vir, de convidar, de ensinar, especialmente nos nossos templos, inclusive nas praças públicas, àqueles que acudirem ao nosso chamamento, ao chamamento do Santo Evangelho, de nosso Senhor Jesus Cristo. Não queremos a capa de oficialidade ou uma semi-oficialidade, que talvez seja a razão de ser daqueles que não se emprestam à tarefa evangelizadora e, por isso, querem o caminho mais fácil, que é a porta das escolas públicas, para passa-

rem a ensinar sua doutrina. Temos muita clareza em relação a essa questão. Queremos a liberdade de culto, a liberdade de processar nosso culto. E, inclusive, não de forma absoluta. Neste texto de proposta constitucional há um absurdo, quando se torna constitucional a oficialização do rito. Isto é uma questão grave. Com todo respeito que tenho àqueles que consideram, por exemplo, o candomblé como uma religião, acho que oficializar a ritualidade dos cultos é um grave erro, porque pode alguém invocar que faz parte do seu culto sacrificar crianças primogênicas com um ano de idade. Desde que esteja na sua consciência religiosa e ele achar que isto faz parte do seu rito, poderemos estar oficializando coisas hediondas, voltando à idade da barbárie. Não falo pela bancada, porque não temos aqui bancada evangélica, temos pessoas que são evangélicas, como é o caso do Constituinte Eliel Rodrigues, do Pará. Sou evangélico, membro da Igreja Evangélica Assembléia de Deus, de Campinas. Meu sogro é Pastor-Presidente daquela igreja. E o que queremos aqui é propugnar pelas liberdades democráticas. Quando há liberdade democrática, há liberdade para tudo, inclusive para professar o ensino religioso. Não queremos certa facilidade para evitar que aqueles que não se emprestaram ou não continuam buscando a evangelização busquem algo na forma de querer introduzir esta matéria como garantida pelo Estado. Portanto, sou contra.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Esta Presidência solicita a permanência dos Srs. Constituintes em plenário para que possamos votar o parecer.

Dou a palavra ao Constituinte Eliel Rodrigues.

**O SR. CONSTITUINTE ELIEL RODRIGUES:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, em relação à Emenda Popular nº 4, de que estamos tomando conhecimento nesta manhã, devemos ter certo cuidado ao analisar o mérito da questão.

Preocupa-me um pouco a possibilidade de o Estado intervir no ensino religioso e, amanhã ou depois, por lei ordinária ou complementar, declarar-se que o Estado tem obrigação de remunerar os professores dessa matéria nos ensinos de 1º e 2º graus.

Achamos que, da forma como está redigido no projeto de Constituição, o texto por si já satisfaz nossos anseios evangélicos, ao determinar, no parágrafo único do art. 376, que "o ensino religioso, sem distinção de credo, constituirá disciplina facultativa".

Creemos que essa liberdade de culto e de expressão deve ser mantida – é essencial – mas vinculá-la ou jungi-la ao Estado, sob qualquer forma, é tornar um pouco vulnerável a questão do princípio da separação entre Igreja e Estado, em relação ao qual sempre concordamos com a posição adotada em nosso País.

Por conseguinte, em que pese ao sentimento religioso de nosso povo, expressado no desejo de garantir a educação religiosa, integrada no currículo do ensino de 1º e 2º graus, julgamos que, no caso, a facultatividade será mais democrática e atenderá aos anseios de todas as comunidades religiosas deste País.

Era o que tínhamos a dizer.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Concedo a palavra ao Sr. Constituinte Artur da Távola.

**O SR. CONSTITUINTE ARTUR DA TÁVOLA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a matéria referente ao ensino religioso foi tratada na Subcomissão da Educação, Cultura e Esporte e na respectiva Comissão Temática, a Comissão VIII, do que resultou a consagração do princípio de que cada escola pública brasileira deve ter a faculdade

de atender aos anseios religiosos das comunidades a que serve.

O texto da Emenda Popular nº 4 tem uma redação um pouco diversa e torna, de certa forma, compulsivo este tipo de ensino. A meu juízo, está eivado de uma imperfeição de redação – não de conteúdo – já que o ensino religioso deve ser deferido nas escolas em respeito à natural tendência do ser humano e das famílias de buscarem edifícios éticos segundo sua visão religiosa. Tal imperfeição, a meu ver, se encontra na expressão "...será garantida pelo Estado". O texto diz:

"A educação religiosa será garantida pelo Estado no ensino de 1º e 2º graus como elemento integrante da oferta curricular, respeitando a pluralidade cultural e a liberdade religiosa."

Justamente, Sr. Presidente, o cerne dos debates na Comissão Temática era a obrigatoriedade ou não do Estado de manter no currículo escolar matéria religiosa. O grande argumento contrário a essa manutenção foi o fato de que, a partir da aprovação de uma obrigatoriedade, cada escola seria obrigada, para manter também a democratização da oferta, ou seja, para respeitar a pluralidade cultural e a liberdade religiosa, a manter um professor de cada religião. O que, evidentemente, entupiria o corpo docente das escolas com um sem-número de professores, vinculados à rede educacional, tanto quanto os demais professores, cercando essa matéria de uma subjetividade sem fim. O budismo, por exemplo, não é uma religião em grande voga no Brasil, não obstante seja a religião com mais adeptos em todo o mundo. Uma família budista, por esse artigo, teria direito a que houvesse um professor de budismo na escola primária brasileira, inserido, como os de mais professores, na oferta curricular, conforme aqui está escrito. O mesmo ocorreria – e isto, sim, é um problema no Brasil – com as religiões dos segmentos classicamente dominados na sociedade brasileira, particularmente os negros. Os segmentos negros conseguiram manter sua religiosidade através da tradição oral, que jamais se traduziu na organização institucional de igreja constituída, à despeito da não-institucionalidade de seu credo religioso; ao contrário, era uma religião que brotava da experiência individual da transmissão oral familiar. As religiões de fundo negro se disseminaram no Brasil, e aí estão hoje relativamente institucionalizadas, porém ainda com um grau de desinstitucionalização muito alto. Ora, essas religiões do povo negro brasileiro não teriam também formas objetivas de se institucionalizar, até porque não estão organizadas na forma tradicional, institucional das religiões brancas, digamos assim, ocidentais, particularmente a católica e a protestante. Evidentemente, as famílias de extratos negros da sociedade, que são a principal clientela da escola pública – por motivos históricos e sociais, correspondeu ao negro injusta situação subalterna, do ponto de vista econômico – não teriam como institucionalizar-se, inclusive pelo fato de essas religiões não terem uma só entidade a organizá-las.

Veja, portanto, Sr. Presidente, a profundidade do tema e sua complexidade. Se cada Constituinte, mesmo aquele que não professe religião, está aberto a que se garanta ao ensino religioso pluralidade e oportunidade – já que um País com tal religiosidade, como o Brasil, não pode ser freado no impulso de dar às crianças, desde cedo, noções de uma ordem transcendente tão profundamente arraigada no ser humano e de princípios éticos tão importantes para a organização da própria personalidade –, ainda assim não teríamos como traduzir, na prática, a obrigação de incluir no currículo o ensino de todas as religiões. A pluralidade aqui prevista desapareceria, na prática, uma vez que apenas as religiões institucionalizadas teriam como

apresentar-se de modo oficial, para fins de inclusão no currículo escolar.

Parece-me, pois, Sr. Presidente – e deixo esta sugestão para que sobre ela meditem os Srs. Constituinte –, que devemos aprovar o princípio da garantia do ensino religioso com pluralidade e liberdade. Esta garantia do ensino religioso deve estar presente tanto nas escolas públicas como nas escolas privadas. Apenas não creio deva ser mantida a expressão "garantida pelo Estado", porque a dubiedade nela contida implica que o Estado seria obrigado a garantir, do ponto de vista da contratação, professores de cada religião existente, o que, na prática, se torna impossível. Acredito que deveria existir – ainda ontem conversava sobre isso com a nobre Constituinte Sandra Cavalcanti – a indicação, para o ensino religioso, feita pelas religiões. As religiões se encarregariam de dotar as escolas de professores que ministrariam a devida religião, de acordo com a vontade dos pais e, se possível, de acordo com a vontade das crianças, que, em toda a história da educação, até então – ou na história da humanidade – tem sido só e apenas massa de manobra de todos os que pretendem aprisionar desde cedo o pensamento humano.

Agradeço a V. Ex.<sup>as</sup>

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Com a palavra o Constituinte Roberto Freire.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, serei breve, até porque algo de importante, nesta manhã, a Assembléia Nacional Constituinte ouviu. Trata-se de discussão que não é nova, mas sempre apaixonante, sobre a questão da separação entre Igreja e Estado.

No fundo, é esta a questão que estamos discutindo. E o que é melhor, ela não está sendo colocada com parâmetros ideológicos. Aqui estão colocando posições os comunistas, contra o mérito da emenda, mas, ao mesmo tempo, os evangélicos e protestantes. É um fato significativo e que merece ser ressaltado. Até para que esta campanha não chegue às ruas, à imprensa e à opinião pública como algo patrocinado pelos comunistas. Ao contrário, tem que chegar às ruas e à opinião pública como um movimento generalizado de defesa da real e verdadeira liberdade religiosa no Brasil.

Isto porque, paradoxalmente, aprovando-se uma proposta como esta, estaríamos restringindo e limitando a liberdade religiosa dos grupos que não são hegemônicos. A realidade comprova isso. Quando vamos para as escolas. E digo isso porque, por exemplo, um comunista, um ateu vê seus filhos receberem ensino religioso não por opção – por serem crianças, não têm ainda capacidade de decidir, como bem disse o Deputado Artur da Távola – ou porque os pais assim determinem, mas por indução. Indução, inclusive, de um calendário baseado em datas estabelecidas pela religião hegemônica, da Igreja Católica Apostólica Romana. Conheço alguns protestantes que colocam seus filhos em escolas laicas, mas que, em virtude dos calendários que as próprias escolas adotam, vêem, constrangidos, seus filhos criarem contradições em suas mentes, pelo fato de, em casa, receberem uma educação religiosa totalmente diferente da recebida na escola, que segue a orientação da igreja hegemônica.

**A SRA. CONSTITUINTE SANDRA CAVALCANTI:** – Na Polônia é assim.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – A Deputada Sandra Cavalcanti tem a preocupação de querer transformar essa discussão numa questão ideológica. Eu acho que, como católica, S. Ex.<sup>a</sup>, deveria procurar

os teólogos católicos, que, inclusive, estão visitando os países socialistas, para com eles discutir. Comigo, não! Não estou aqui discutindo problemas ideológicos, não estou discutindo marxismo, não estou discutindo a questão da religião nos países socialistas! V. Ex.<sup>a</sup> que vai discutir com Leonardo Boff e outros que têm ido lá e que pertencem à sua Igreja. Estou aqui discutindo um texto constitucional – e com clareza. Não podemos transformar isso numa questão ideológica. Vamos transformar isso numa questão de liberdade, de liberdade para todos, e não tentar impingir-se uma religião através da escola pública, privatizando a igreja hegemônica – é isso que se pretende.

Disse bem o Deputado Artur da Távola: o Estado não pede garantir nem assegurar todas as religiões que existem no País com igual liberdade, com igualdade e com garantia para todos. Não é preciso incluir em currículo, não é preciso estarmos aqui falando apenas das hegemônicas, das brancas, da Europa, daquelas que para cá vieram e que são hoje professadas pela classe dominante. Não se pode garantir, mesmo para os protestantes, a igualdade de liberdade religiosa que se garante para os católicos, a não ser que se garanta a liberdade de que a questão religiosa seja uma questão da família e das igrejas. Aí, sim, cabe ao Estado garantir plena liberdade para que a família se autodetermine e para que a Igreja exerça suas atribuições, aumentando seus rebanhos.

É isso o que temos que defender. Acredito que, paradoxalmente, a liberdade religiosa estará garantida se não se admitirem emendas como a que foi apresentada.

E – é bom que se saliente – esta não é uma posição apenas dos comunistas.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Encerrada a discussão e não havendo número regimental, passamos à votação. Os que aprovam o parecer do nobre Relator queiram conservar-se como se encontram. (Pausa.) Aprovado o parecer.

Tem a palavra o Deputado José Lins.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Sr. Presidente, trago hoje à Comissão de Sistematização assunto que reputo da maior importância. Como V. Ex.<sup>a</sup> e os nobres Colegas sabem, o texto do Projeto de Constituição – o que atualmente está sendo discutido e recebendo emendas do Plenário – resulta, nada mais nada menos, de uma justaposição dos textos isolados de cada uma das Comissões Temáticas. Eu até diria que esse texto é, talvez, uma das maiores contradições em termos de elaboração de um documento da importância de uma Constituição. Um dos capítulos é socialista, outro é parlamentarista, outro é presidencialista. Não há, portanto, unidade doutrinária no texto do Projeto de Constituição que está sendo discutido.

O espírito do Regimento era que a Comissão de Sistematização, ao receber o material fragmentário das diversas comissões, desse unidade ao texto, oferecesse não só um texto isento de contradições, isto é, com proposições compatíveis entre si, mas também com uma certa uniformidade doutrinária. Acontece que a prática revelou, claramente, que a Comissão de Sistematização foi incapaz de proceder a essa compatibilização do conteúdo dos diversos textos oriundos das oito Comissões Temáticas. De tal modo que a Comissão de Sistematização foi incapaz de proceder a esta compatibilização que o texto entregue pela Comissão de Sistematização à Mesa da Constituinte o foi mais em razão de um acordo de lideranças do que propriamente de uma concordância e de um julgamento sobre o texto.

Na realidade, Sr. Presidente, estamos diante de um problema muito sério. O texto está desestruturado e, a meu ver, é impossível, através mesmo de um número exagerado de emendas, à Constituinte corrigir e aprimorar Projeto que aí está. Por isso, achamos fundamental que os constituintes possam opinar e apresentar emendas ao texto que nos próximos vinte dias deverá ser apresentado pelo Sr. Relator. Digo isto porque tenho absoluta certeza de que, em vista da incongruência patente entre os diversos capítulos e títulos do atual Projeto, certamente o Relator vai optar pela apresentação de um substitutivo, tal o volume de emendas supressivas e aditivas que o Relator teria de juntar ao texto atual. Em minha opinião, S. Ex.<sup>a</sup>, por certo, vai concluir por um texto substitutivo.

Aí, então, teremos um texto coerente e a possibilidade de apresentar emendas a um projeto realmente compreensivo e compreensível. No momento, é impossível corrigir texto apresentado através de emendas, segundo o meu ponto de vista. Mas o texto do Relator, este sim, certamente muito mais coerente, com muito mais unidade doutrinária, poderá ser melhorado, apreciado através de emendas. E, talvez, até com poucas emendas, porque até o volume excessivo de emendas que aí está, veio das subcomissões das Comissões Temáticas, sendo que, quanto às atualmente apresentadas em Plenário, constituem um volume tão grande, que nem o Sr. Relator nem outro Sr. Constituinte terá condições de apreciá-las, julgá-las e tentar integrá-las num texto razoável.

Por isso, Sr. Presidente, tomamos a liberdade de remeter ofício ao Sr. Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, o Constituinte Uysse Guimarães, sugerindo que, semelhança do que foi adotado em relação aos pareceres dos relatores das Comissões Temáticas, seja admitida a apresentação de emendas, mesmo de mérito, ao parecer do Relator, a ser apresentado a esta Comissão de Sistematização.

O § 2º do art. 26 representa uma verdadeira cassação do direito ou até da obrigação institucional, legítima e inalienável, do Constituinte, de tentar influenciar o texto constitucional, eis que estabelece o seguinte:

"Concluindo o Parecer pela apresentação de substitutivo" – no caso, pelo Relator desta Comissão –, "os Constituintes terão, a contar da sua publicação, o prazo de 48 (quarenta e oito) horas para apresentar emendas, permitidas somente quando incidirem sobre dispositivos em que o substitutivo houver inovado em relação ao Projeto e às emendas anteriores."

Trata-se, portanto, de uma verdadeira cassação do direito dos constituintes, de opinarem sobre o texto do Relator. Em função disso, Sr. Presidente, tomei a iniciativa, repito, de fazer um ofício ao Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, solicitando que S. Ex.<sup>a</sup> analisasse a possibilidade de ajustar o Regimento ou, pelo menos, de interpretar o Regimento de modo a permitir que os constituintes possam não só ler, conhecer e deleitar-se a leitura do texto do Relator, mas também apresentar sugestões, que poderão ser aceitas ou não. Será o único momento em que realmente poderemos tentar influenciar um texto coerente. Porque, até agora, por maior que seja nosso esforço, será impossível termos a convicção de estarmos influenciando algo, no sentido de seu aperfeiçoamento.

Peço, pois, a V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Presidente, que receba esse expediente e o submeta à Comissão de Sistematização. Por tratar-se de assunto que merece tratamento sério e imediato – quem sabe? – Poderá até contar com a unanimidade dos membros desta Comissão. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Aluízio Campos):** – A Presidência consulta o nobre Relator sobre se concorda em emitir sua opinião sobre a proposta do Constituinte José Lins. S. Ex.<sup>a</sup> encaminhou um ofício ao Presidente Ulysses Guimarães e pede o apoio da Comissão para o que propõe em relação ao Regimento, por entender que o prazo de 48 horas para emendar o substitutivo a ser produzido pelo Relator é extremamente exíguo para que os Constituintes possam utilizar sua capacidade de colaboração no período que será mais decisivo para a elaboração constitucional, exatamente aquele iniciado com a apresentação do substitutivo. (Pausa.)

O Constituinte Bernardo Cabral diz que nada tem a opor. Desta forma, submeto à apreciação dos presentes o ofício que S. Ex.<sup>a</sup> acaba de resumir da tribuna, para que possamos encaminhar ao Presidente a comunicação do apoio do Plenário da Comissão à iniciativa do Constituinte José Lins. Os Srs. Constituintes que concordam com a proposição permaneçam como estão. (Pausa). Fica aprovada, então, pelo Plenário, a sugestão do Constituinte José Lins.

Aliás, a Presidência deseja aproveitar a oportunidade para comunicar que a Mesa desta Comissão, altamente preocupada com o mesmo problema, já manteve entendimentos com S. Ex.<sup>a</sup> o Sr. Relator e com o Sr. Presidente

Ulysses Guimarães, no sentido de serem fixadas normas que possibilitem à Comissão discutir mais amplamente o substitutivo, emendá-lo, a nível da Comissão. Inclusive, suprimindo a ida do Substitutivo a Plenário apenas para receber emendas e voltar à Comissão. Isto porque, como se fez até agora, a Comissão poderá receber diretamente essas emendas em prazo mais amplo, e o Relator poderá pronunciar-se também sobre as emendas apresentadas à Comissão. Deste modo, suficientemente discutido, a nível da Comissão de Sistematização, o Projeto já poderá ir a Plenário apenas para ser votado em primeiro turno.

Desejo informar que estamos aprofundando esses entendimentos, já que a dúvida até agora oposta pelo Presidente da Constituinte é a de que, se formos desencadear um processo de reforma do Regimento, isto possibilitará um emendamento mais amplo, e essa matéria poderá ter até prevalência sobre a própria discussão constitucional. Mas não sei como poderemos, por exemplo, alterar esse prazo de quarenta e oito horas sem modificar o Regimento. Se, no entanto, o Presidente concordar, S. Ex.<sup>a</sup> o adotará, e esta Presidência comunicará o fato aos membros da Comissão. Até chegamos a preparar um texto de modificação do Regimento, que talvez seja conveniente distribuir aos integrantes deste órgão para receber sugestões.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a reunião.

### COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO 11ª Reunião Ordinária

Aos seis dias do mês de agosto do ano de mil novecentos e oitenta e sete, às dez horas e vinte minutos, reuniu-se a Comissão de Sistematização, sob a Presidência do Senhor Constituinte Afonso Arinos, presentes os seguintes Senhores Constituintes: Ademir Andrade, Adolfo Oliveira, Alcení Guerra, Aloysio Chaves, Aluizio Campos, Arnaldo Prieto, Bernardo Cabral, Brandão Monteiro, Carlos Mosconi, Carlos Sant'Anna, Celso Dourado, Cid Carvalho, Cristina Tavares, Edme Tavares, Eraldo Tinoco, Fernando Gasparian, Fernando Henrique Cardoso, Francisco Benjamin, Gastone Righi, Gerson Peres, Haroldo Lima, Inocêncio Oliveira, Haroldo Sabóia, Jamil Haddad, João Calmon, José Freire, José Geraldo, José Lins, José Luiz Maia, José Maurício, José Santana de Vasconcellos, Luís Eduardo, Lysâneas Maciel, Manoel Moreira, Marcondes Gadelha, Mário Assad, Mário Lima, Milton Reis, Nelson Carneiro, Nelton Friedrich, Nilson Gibson, Oscar Corrêa, Osvaldo Coelho, Osvaldo Lima Filho, Paulo Pimentel, Paulo Ramos, Plínio de Arruda Sampaio, Prisco Viana, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Roberto Freire, Rodrigues Palma, Sandra Cavalcanti, Severo Gomes, Sigmaringa Seixas, Siqueira Campos, Virgílio Távora, Wilson Martins, Adylson Motta, Bocayuva Cunha, Bonifácio de Andrada, Chagas Rodrigues, Enoc Vieira, Hugo Napoleão, Israel Pinheiro, João Menezes, Jonas Pinheiro, José Carlos Grecco, José Genoino, José Lourenço, José Maria Eymael, José Tavares, José Tinoco, Luiz Salomão, Marcos Lima, Miro Teixeira, Nelson Wedekin, Octávio Elísio, Paes Landim, Ricardo Izar, Rose de Freitas, Uldurico Pinto, Vicente Bogo e Vilson Souza. Estiveram presentes, ainda, os Senhores Constituintes não integrantes da Comissão: Virgílio Guimarães, Cardoso Alves, Adhemar de Barros Filho, Fábio Raunheitti, Edimilson Valentim, Erico Pegoraro, Raimundo Rezende, Arnaldo Faria de Sá, Francisco Küster, Vivaldo Barbosa, Jutahy Júnior, Chico Humberto e Eduardo Bonfim. Deixaram de comparecer os Senhores Constituintes Abigail Feitosa, Alfredo Campos, Almir Gabriel, Antonio Farias, Antônio Carlos Konder Reis, Antonio Carlos Mendes Thame, Artur da Távola, Carlos Chiarelli, Christóvam Chiaracchia, Darcy Pozza, Egídio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Lyra, Francisco Dornelles, Francisco Pinto, Francisco Rossi, Ibsen Pinheiro, Jarbas Passarinho, João Hermann Neto, Joaquim Bevilacqua, José Fogaça, José Ignácio Ferreira, José Jorge, José Paulo Bisol, José Richa, José Serra, José Thomaz Nonô, José Ulisses de Oliveira, Luiz Inácio Lula da Silva, Nelson Jobirn, Pimenta da Veiga, Ricardo Fiúza, Theodoro Mendes e Virgildásio de Senna. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, anunciando a distribuição, por cópia, da Ata da reunião anterior, que foi unanimemente aprovada e, igualmente, de cópia do Sumário da correspondência recebida pela Comissão e da pauta dos trabalhos. A seguir o Senhor Presidente informou que foram indeferidas as Propostas de Emendas Populares de nºs 05 – Educação; 06 – Direitos Humanos; 15 – Serviço Público; 16 – Direitos do Homem e da Mulher; 17 – Plantas medicinais e medicina não alopática – todas em razão de não atenderem a requisito essencial à sua tramitação. Dessas Propostas, foram subscritas por Constituintes, com vistas à transformação em Emenda de Plenário, as de nºs: 05 – Senhor Constituinte Mello Reis, e 15 – Senhor Constituinte Roberto D'Ávila. A reunião se destinou a apreciar as seguintes matérias: 1) Pareceres do Senhor Relator – Constituinte Bernardo Cabral, favorável ao recebimento das Propostas de Emendas Populares nºs: 07 – Direitos da Família do Menor e do Idoso; 08 – Educação, Cultura e Esportes; 09 – Direitos do Trabalhador e Moradia; 10 – Educação; 11 – Família; 12 – Liberdade Religiosa;

13 – Ordem Econômica; 14 – Prática de Mediunidade; 18 – Saúde Pública; 2) Parecer do Senhor Relator – Constituinte Bernardo Cabral ao Projeto de Resolução nº 14/87 (ANC) – do Senhor Constituinte Brandão Monteiro, que "Regulamenta e disciplina a consulta plebiscitária sobre o sistema de governo e duração do mandato de transição" – opinando pela rejeição; 3) Parecer do Senhor Relator – Constituinte Bernardo Cabral ao Projeto de Resolução nº 15/87 (ANC), do Senhor Constituinte Virgílio Guimarães, que "Disciplina a consulta plebiscitária prevista nos arts. 59 e 61 da Resolução nº 2, de 1987, da Assembléia Nacional Constituinte (Regimento Interno)" – opinando pela rejeição. Não havendo quem quisesse discutir os Pareceres do Senhor Relator, favoráveis ao recebimento das Propostas de Emendas Populares nºs 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14 e 18 – o Senhor Presidente submeteu a matéria à votação, pelo processo simbólico, tendo sido unanimemente aprovados os Pareceres sobre todas elas. Em seguida, o Senhor Presidente anunciou o início da discussão, para posterior votação, dos Projetos de Resolução nºs 14/87 – (ANC) e 15/87 (ANC). O Senhor Constituinte Virgílio Guimarães, na condição de autor da proposição, requereu, oralmente, obtendo aprovação unânime, a retirada de pauta do Projeto de Resolução nº 15/87 (ANC) e o conseqüente adiamento de sua apreciação. Passou-se então, à discussão do Projeto de Resolução nº 14/87 (ANC). Discutiram a matéria os Senhores Constituintes Nilson Gibson, José Genoino, Brandão Monteiro, Bernardo Cabral, Virgílio Guimarães, Carlos Sant'Anna, Oscar Corrêa, Osvaldo Lima Filho, Marcondes Gadelha, Gerson Peres, Hugo Napoleão, Haroldo Lima, Nelson Carneiro e Adylson Motta. Encerrada a discussão, a requerimento do Senhor Constituinte Haroldo Lima, passou-se à votação, pelo processo nominal, por solicitação do Senhor Constituinte Adylson Motta, que exerceu a função de escrutinador, a convite do Senhor Presidente. Feita a chamada nominal, responderam 31 Senhores Constituintes, sendo computados 19 votos "sim" (favoráveis ao Parecer do Relator) e 12 votos "não" (contrários ao Parecer do Relator e favoráveis ao Projeto de Resolução nº 14/87 (ANC). Diante do resultado – com número insuficiente para a apreciação da matéria, o Senhor Presidente convocou nova reunião para o dia 7 de agosto corrente, às 15 horas, no Plenário da Câmara dos Deputados, destinada à votação do aludido projeto de resolução. O Senhor Constituinte Paulo Ramos, em questão de ordem, consultou ao Senhor Presidente sobre a posição atual do Projeto de Decisão nº 4/87 (ANC), de sua autoria e com parecer favorável da Comissão, tendo sido informado de que contatos seriam feitos com a Presidência da Assembléia para o esclarecimento oportuno sobre a matéria. Com a palavra, em seguida, o Senhor Constituinte José Genoino indagou sobre quando entraria em apreciação, na Comissão, o Projeto de Decisão nº 6/87. (ANC), de autoria do Senhor Constituinte Arnaldo Faria de Sá, sobre o qual foi informado pelo Senhor Presidente que o mesmo se encontrava na pauta da reunião marcada para o dia 11 de agosto corrente, às 9 horas e trinta minutos, no Plenário da Câmara dos Deputados. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião, às treze horas e seis minutos. O inteiro teor desta reunião foi gravado, devendo ser publicado no **Diário da Assembléia Nacional Constituinte** e constituir-se-á na Ata circunstanciada dos trabalhos. E, para constar, eu, Maria Laura Coutinho, lavei a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos da reunião da Comissão de Sistematização.

A ata da reunião anterior foi distribuída e será considerada aprovada se não houver manifestação em contrário. **(Pausa.)**

Aprovada.

As correções que porventura houver poderão ser encaminhadas à Mesa através de requerimento oral ou escrito, de acordo com o art. 7º, parágrafo único, do Regimento.

Estão sendo distribuídas cópias do sumário da correspondência recebida pela Comissão e da pauta dos trabalhos da reunião.

Informo aos Srs. Constituintes que foram indeferidas cinco propostas de emendas populares, por não estarem de acordo com o Regimento: as de nº 5, sobre a Educação, subscrita pelo Sr. Mello Reis; nº 6, sobre Direitos Humanos, subscrita pelo Sr. Aluizio Campos; nº 15, sobre Serviço Público, subscrita pelo Sr. Roberto D'Ávila, e de nº 17, sobre Prática da Medicina não alopática, que não encontrou subscritor entre os Srs. Constituintes.

Vamos submeter à votação simbólica, em bloco, o parecer do Sr. Relator, pelo recebimento das Propostas de Emendas Populares de nº 7, sobre Direito da Família, do Menor e do Idoso; nº 8, sobre Educação, Cultura e Esporte; nº 9, sobre Direitos do Trabalhador e Moradia; nº 10, sobre Educação; nº 11, sobre Família; nº 12, sobre Liberdade Religiosa; nº 13, sobre Ordem Econômica; nº 14, sobre a Prática de Mediunidade e de nº 18, sobre Saúde Pública.

Pergunto ao Sr. Relator se autoriza a colocação em votação simbólica de todas essas emendas.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – De acordo, porque são todas favoráveis.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – o Relator informa que concorda com a votação simbólica e que o parecer é favorável a todas essas emendas que foram enumeradas. Estão, portanto, em votação as emendas cujo enunciado acabo de manifestar. Os Srs. Constituintes que tenham opinião favorável, que aprovam essas emendas, queiram ter a bondade de permanecer como se encontram. **(Pausa.)**

Estão aprovadas.

Passamos, agora, à discussão e votação dos Projetos de Resolução nº 14 e 15, de 1987.

**O SR. CONSTITUINTE ADYLSO MOTA:** – Peço a palavra para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Concedo a palavra a V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. CONSTITUINTE ADYLSO MOTA:** – Sr. Presidente, estão sendo submetidos à apreciação do Plenário dois projetos de resolução, e quero apenas pedir a V. Ex.<sup>a</sup> que faça distribuir cópias das emendas que foram apresentadas ao projeto de resolução do Constituinte Virgílio Guimarães, porque, embora a emenda seja uma peça acessória e não obstante o parecer contrário do Relator, Constituinte Bernardo Cabral, creio que elas devem acompanhar o principal. Uma das três emendas é de minha autoria e estranho que não estejam acompanhando – há apenas uma rápida referência no parecer do Relator.

Embora prejudicadas, evidentemente, pelo Relator, a verdade é que o projeto está sendo submetido a uma decisão que, se for favorável, é evidente que gostaríamos que as emendas também tivessem o conhecimento do Plenário. Nesse sentido, peço a V. Ex.<sup>a</sup> que, antes de qualquer decisão sobre o projeto de resolução de autoria do Constituinte Virgílio Guimarães, sejam distribuídas cópias das três emendas sobre o referido projeto de resolução.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Fui informado pela senhora assessora da Mesa que mandará tirar cópias, imediatamente, para fazer distribuir essas peças a que V. Ex.<sup>a</sup> se refere.

Em discussão o Projeto de Resolução nº 14, que regulamenta e disciplina a consulta plebiscitária sobre o sistema de governo e duração de mandato, do Sr. Brandão Monteiro.

**O SR. CONSTITUINTE NILSON GIBSON:** – Sugeriria que o Relator lesse o projeto, para depois começarmos a discussão.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – V. Ex.<sup>a</sup> tem razão. Peço ao Relator que se manifeste.

**O SR. CONSTITUINTE NILSON GIBSON:** – Pedi a V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Presidente, numa questão de ordem, que, se pudesse, esclarecesse à Comissão de Sistematização da viabilidade ou não da anexação dos dois projetos de resolução. Evidentemente existe ligeira diferença entre um e outro em face de fundamentações e, também, independentemente de determinados requisitos. Todavia, para que a Comissão de Sistematização ficasse orientada dentro desse posicionamento, que trata de matéria conexa e correlata, peticiono a V. Ex.<sup>a</sup> se há ou não viabilidade de anexarmos os dois projetos.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Para contraditar, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem a palavra V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Sr. Presidente, para contraditar a questão levantada pelo nobre Constituinte Nilson Gibson. Evidente que os dois projetos de resolução, conforme Regimento Interno, arts. 59 a 61, tratam da matéria que estabelece a possibilidade de regulamentação da consulta plebiscitária, mas os dois Projetos de Resolução, de nºs 14 e 15, são de natureza diferente. O Projeto de Resolução nº 14 em seu conteúdo, em uma essência, explicita um assunto concreto a ser submetido a um plebiscito: já o Projeto de Resolução nº 15 não entra no mérito do que vai ser submetido a plebiscito, regulamenta a forma plebiscitária temática, portanto, não sugere, não propõe um conteúdo concreto a ser submetido a plebiscito. O Projeto de Resolução nº 14, é diferente, ele propõe concretamente. São matérias de conteúdos diferentes, portanto, é a minha opinião, para contraditar a questão de ordem levantada pelo nobre Constituinte Nilson Gibson, que os dois projetos sejam tratados separadamente, e não como matérias conexas para possibilitar a anexação na tramitação na Comissão de Sistematização. Muito obrigado.

**O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO MONTEIRO:** – Sr. Presidente, pela ordem. Para contraditar a questão de ordem levantada pelo Constituinte Nilson Gibson, que alega conexão existente nas duas proposições. Todos sabemos e as lições de Direito nos ensinam que conexão existe quando há o mesmo objeto e causa de pedir ou requerer, o que não ocorre nos dois projetos em causa; por que um, além da formalização do plebiscito, especifica as matérias que dariam causa ao plebiscito, e o outro não o faz. Por isso, não tem fundamento a questão de ordem levantada pelo nobre Constituinte Nilson Gibson.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Muito obrigado a V. Ex.<sup>a</sup>. Encontro aqui no Regimento, art. 124, § 5º, o seguinte:

"Os projetos que versem matéria análoga ou conexa à de outro já em tramitação serão a ele anexados pelo Presidente da Câmara, de ofício, ou mediante requerimento da Comissão ou de Deputado."

É claro que isso é o Regimento da Câmara, mas ele é elemento subsidiário para interpretação aqui. Mas como está na tribuna o Relator, eu pediria a S. Ex.<sup>a</sup> que desse a sua opinião a respeito da controvérsia que aqui foi suscitada.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, estava exatamente conversando com o Sr. Constituinte Virgílio Guimarães e ele me dizia que a sua proposta incide numa proposta plebiscitária temática, portanto diversa da do Sr. Constituinte Brandão Monteiro; eu dizia rue S. Ex.<sup>a</sup> tem razão.

A proposta do Sr. Constituinte Virgílio Guimarães não encontra, a meu ver, amparo regimental, porque trata de consulta plebiscitária temática, diverge da do Constituinte Brandão Monteiro. De modo, Sr. Presidente, que a minha sugestão é no sentido de que V. Ex.<sup>a</sup> determine a discussão e votação separadamente dessas propostas; até por esta razão é que emiti parecer isolado para cada uma.

**O SR. CONSTITUINTE VIRGÍLIO GUIMARÃES:** – A minha proposta é no mesmo sentido. Retiro meu pedido de inscrição.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – De acordo com o parecer do eminente Relator, colocarei em discussão o Projeto de Resolução nº 14, do Sr. Constituinte Brandão Monteiro. Está em discussão.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, o Sr. Constituinte Nilson Gibson pediu que eu lesse o parecer para que fosse submetido a discussão. V. Ex.<sup>a</sup> atendeu à solicitação. Pergunto a V. Ex.<sup>a</sup> se passo à leitura do parecer. (Assentimento do Sr. Presidente.)

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 14, DE 1987

**"Disciplina a consulta plebiscitária sobre o sistema de governo e duração do mandato de transição."**

Autor: Constituinte **Brandão Monteiro**

Relator: Constituinte **Bernardo Cabral**

#### Relatório

De acordo com o preceito sugerido como art. 2º do Projeto de Resolução nº 14, de 1987, infere-se que constitui objetivo do nobre Constituinte Brandão Monteiro, ilustre autor da respectiva proposição e com respaldo no Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, pelo seu art. 61, submeter a consulta plebiscitária a opção pelo presidencialismo ou pelo parlamentarismo como forma de governo e por um mandato de quatro ou cinco anos para o "atual Presidente da República".

A par dessa proposição e dirigindo-se exclusivamente a ela, traça o projeto em causa, em diversos articulados, as regras a serem observadas na realização da respectiva consulta.

Ao projeto foram oferecidas duas emendas, ambas da iniciativa do nobre Constituinte Gerson Camata. Essas proposições acessórias cuidam: uma delas da fixação, em 15 de novembro de 1988, da consulta plebiscitária; a outra, objetivando se restrinja a medida à decisão popular sobre se presidencialista ou parlamentarista a forma de governo a ser adotada.

A nosso entender a data vênica do posicionamento fixado pelos ilustres autores das proposições ora relatadas, a consulta plebiscitária prevista no Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte não tem a destinação que as proposições em causa lhe querem conferir desde que, aceitar-lhes com tal alcance importaria, primeiro, traçar condicionamento para a decisão que vier a tomar a Assembléia sobre o texto constitucional em etapa ulterior, segundo, em fazer prevalecer a decisão tomada em apenas um turno de votação, como é o caso da deliberação sobre os projetos de resolução, sobre a realizada em dois turnos (matéria constitucional).

De considerar, por outro lado, é que a Assembléia Nacional Constituinte, nos termos em que convocada, e por ratificados pelo povo no momento da escolha de seus

membros, teve como única condicionante no exercício do mandato recebido para promulgar uma nova Constituição para o Brasil, a de que a sua deliberação a respeito, definitiva, final, se desse pelo voto expressivo da maioria de seus membros, manifestado em dois turnos.

A renúncia do mandato plenipotenciário recebido do povo, para a edificação de uma nova ordem jurídica para o País, afigura-se, no entanto, admitida por esta Assembléia, ao prever, no art. 61 de seu Regimento a possibilidade de consulta plebiscitária. Mas esta renúncia e atendendo ao espírito da preceituação regimental que a traduz só se explicaria após aprovado o texto destinado à promulgação, quando fixado o posicionamento dos Senhores Constituintes, que então prevendo a renúncia no próprio texto aprovado, viessem a admitir para ele como um todo ou para partes dele, a manifestação popular consagratória ou não da deliberação tomada em nome dos consultados.

A eleição prévia de temas a serem levados à manifestação popular, antes que fixado o posicionamento da Assembléia Nacional Constituinte, em dois turnos de votação, como determinado na Emenda Constitucional nº 26, de 1985, não se coaduna, assim, pelas razões retroapontadas, com o objetivo por que se previu, no art. 61 do Regimento Interno, a consulta plebiscitária, que é de ser entendida somente viável quando o próprio texto constitucional votado a prever para a sua integralidade ou para parte dele.

#### Voto

Pelas precedentes razões, o nosso parecer – e, conseqüentemente o nosso voto – é no sentido de que esta Comissão se manifeste contrariamente à aprovação do Projeto de Resolução nº 14, de 1987, e também e de conseqüência, desfavoravelmente às proposições acessórias sobre ele incidentes.

Sala da Comissão, \_\_\_\_\_ de agosto de 1987. – Constituinte **Bernardo Cabral**, Relator.

É o voto, Sr. Presidente, previamente anunciado, do Relatório.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Parecer contrário, continua a discussão.

**O SR. CARLOS SANT'ANNA:** – Sr. Presidente, uma questão de ordem.

Sr. Presidente, o art. 59, do Regimento da Assembléia Nacional Constituinte, diz no seu § 1º que os projetos de resolução destinam-se a regular matéria de caráter administrativo ou de natureza regimental ou, ainda relativa a consulta plebiscitária, nos termos do art. 61 deste Regimento.

Palavras minhas agora: portanto os projetos de resolução se destinam a regular alguma matéria, seja de natureza administrativa, seja de natureza regimental ou seja de natureza constitucional.

Agora leio, art. 61 do mesmo Regimento:

"O Projeto de resolução que vise a regulamentar e disciplinar a consulta plebiscitária poderá ser apresentado dentro de 10 (dez) dias, contados da publicação dos avulsos do Projeto de Constituição."

E contém ainda os parágrafos 1º e 2º que não leio, por não me parecerem tão importantes agora, para a questão.

Portanto, o projeto de resolução não visa a propor, a criar, tal como enfatizou no seu parecer muito bem posto, o ilustre Relator, mas estou colocando a questão de outra forma, em questão de ordem.



Ele visa a regulamentar alguma matéria constitucional que já esteja disposta. Ora, esta Comissão aprovou, em globo, e é o art. 458 do Projeto de Constituição que está em discussão no Plenário, sobre o mandato do Presidente da República.

No art. 458 diz, inclusive, quando será a eleição como primeira proposta de discussão, antes de votação. A minha questão de ordem é a seguinte: como acolher um projeto de resolução que, ao invés de regulamentar uma decisão plenária constituinte esta é a questão de ordem – como aceitar que o projeto de resolução crie algo para inovar uma disposição que é matéria constitucional e tem que ser aprovada como matéria constitucional.

Ademais disso, e nos termos que está no Regimento, nos parágrafos 1º e 2º que li, o projeto de resolução sai aprovado desta Casa pela decisão da Comissão de Sistematização – nós somos 93. Ora, como pode uma consulta plebiscitária sair da resolução de uma comissão de 9, quando temos uma Assembléia Nacional Constituinte de 559? O que a Comissão de Sistematização pode fazer é regulamentar uma decisão, por exemplo, sobre consulta plebiscitária, tomada por todo o Plenário da Constituinte. Uma vez tomada essa decisão, após votação em dois turnos, como manda o Regimento da Constituinte, aí a Comissão de Sistematização poderá regulamentá-la nos termos do que dispõem os artigos que acabo de citar.

A minha questão de ordem é no sentido de que V. Ex.<sup>a</sup> esclareça como pode um projeto de resolução propor uma consulta plebiscitária e, ao mesmo tempo, a Comissão de Sistematização, apenas por 93 Constituintes, aprovar uma matéria que é eminentemente de natureza constitucional.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOINO:** – Para contraditar, Sr. Presidente, a questão de ordem. **(Assentimento do Sr. Presidente.)** A questão de ordem levantada pelo nobre Líder do Governo, Constituinte Carlos Sant'Anna, não procede, por duas questões básicas: a primeira é porque existe um Projeto de Constituição exposto na Assembléia Nacional Constituinte. Este Projeto de Constituição exposto foi aprovado pela Comissão de Sistematização, e ele se chama, exatamente, Projeto de Constituição, e é esse projeto que será submetido ao Plenário. Está exposto à Nação brasileira, às críticas, ao apoio, ao debate e as emendas: contém, no seu mérito, a questão do mandato do Presidente José Sarney e a questão do regimento de governo.

A primeira questão de ordem levantada pelo nobre Líder Constituinte Carlos Sant'Anna não procede, porque é um projeto constitucional que está com matéria exposta, senão não teria sentido a aprovação pela Comissão de Sistematização do Projeto de Constituição; senão não teria sentido estarmos emendando o Projeto de Constituição: senão não teria sentido o que vamos fazer em seguida na votação, em plenário, a partir das emendas, e dos dois substitutivos apresentados pelo nobre Relator Constituinte Bernardo Cabral.

O segundo ponto levantado pelo nobre Constituinte Carlos Sant'Anna fere abertamente o § 2º do art. 61, porque não é a Comissão de Sistematização, composta por 93 Constituintes, que vai deliberar de maneira definitiva sobre o projeto de decisão. E o § 2º, que o nobre Constituinte Carlos Sant'Arna não leu, diz exatamente o seguinte:

"O parecer deverá ser publicado dentro de 24 (vinte e quatro) horas de sua aprovação pela Comissão, sendo a matéria imediatamente incluída em Ordem do Dia, em caráter prioritário."

Portanto, não é a Comissão de Sistematização que vai deliberar, 93 membros por 559, sobre o projeto de decisão, são os 559 Constituintes que vão deliberar sobre o projeto

de resolução, a partir da deliberação da Comissão de Sistematização. Isso é claro, é questão resolvida conforme o § 2º do art. 61.

Finalmente, Sr. Presidente, é necessário levantar as obviedades, porque para algumas pessoas elas não são tão óbvias, porque não há Constituição nenhuma, em nenhum país do mundo, que deixe de tratar do mandato e do regime de governo. Isso é matéria que vai ser necessariamente tratada no texto constitucional. Portanto, o Projeto de Resolução nº 14 não está antecipando aprioristicamente uma situação de fato. Está regulamentando uma matéria específica, que será necessariamente matéria do texto constitucional. Uma prova disto é que o projeto hoje exposto como Projeto de Constituição já trata da matéria que o Projeto de Resolução nº 14 propõe a regulamentação plebiscitária.

Essa, a contradição que faço à questão de ordem do nobre Líder Constituinte Carlos Sant'Anna.

**O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO MONTEIRO:** – Sr. Presidente, pela ordem. **(Assentimento do Sr. Presidente)**

Esta Casa é palco de muitas manobras e interpretações regimentais de acordo com os interesses, não direi mesquinhos, mas interesses específicos de grupos de pessoas e até do Governo. A questão de ordem levantada pelo Líder do Governo, que o é no Congresso Nacional, mas que também o é na Assembléia Nacional Constituinte, e não deveria sê-lo, na verdade não encontra respaldo nem político, nem moral, nem técnico.

Diz o ilustre Líder do Governo que não caberia à Comissão de Sistematização, neste período e a esta época, discutir projetos de resolução. Mais uma vez se quer rasgar o Regimento desta Casa, como, aliás, já foi rasgado por iniciativa do Líder do Governo, quando das decisões e das discussões do Regimento Interno da Casa, em que foi rasgado de forma a se encontrar um meio de composição entre os partidos que constituem a maioria desta Casa.

Diz ainda o nobre Líder do Governo que não seria a destempo, hoje, a Comissão de Sistematização discutir projetos de resolução. E mais: alega em seu favor o art. 61, e de forma muito inteligente, porém, que não pode prosperar: e se exime de ler ou discutir os parágrafos que fazem o corpo do **caput** do art. 61; e se exime de ler o projeto de resolução que é claro. Nós temos, hoje, um anteprojeto que, por decisão dos partidos desta Casa, em consenso, foi aprovado sem discussão na Comissão de Sistematização, que chamaram até de "Bernardo Cabral II" – sempre faço justiça ao Constituinte Bernardo Cabral, nesse particular, e muitos Constituintes não o fazem exatamente no **lobby** de desmoralizar a Assembléia Nacional Constituinte, em especial, o Relator Constituinte Bernardo Cabral.

No art. 1º é claríssima, aliás, a consulta plebiscitária; e aqui, com apoio do que prescreve o art. 61. O art. 59 especifica matéria administrativa, matéria disciplinar regulamentar e matéria plebiscitária. Fica extremamente claro que a consulta plebiscitária de que trata o art. 61 da Resolução 2, de março de 1987, será realizado a 60 dias após a publicação do texto definitivo do Projeto de Constituição.

O que se quer é mais uma vez, com artifícios regimentais, sem nenhum apoio, volto a dizer, na questão política, na questão moral e na questão regimental anular qualquer possibilidade de a Comissão de Sistematização vir a resolver qualquer questão séria nesta Casa.

Sr. Presidente, nós estamos contraditando a questão de ordem do Constituinte Carlos Sant'Anna, ilustre Líder do Governo, que mais uma vez busca, de forma explícita, clara, liquidar com quaisquer perspectiva desta Assembléia Nacional Constituinte e da Comissão de Sistematização,

máxime quando informa a esta Casa que esse projeto de resolução seria decidido por 93 Constituintes, quando é evidente que o Regimento estabelece no § 2º, art. 61, que aprovado o parecer, a proposição será incluída na Ordem do Dia, em caráter prioritário.

É lógico que é na Ordem do Dia da Assembléia Nacional Constituinte.

**O SR. CONSTITUINTE OSCAR CORRÊA:** – Peço a palavra para discutir, Sr. Presidente. (Assentimento da Presidência.)

Indago de V. Ex.<sup>a</sup> se o projeto está em discussão. Se estiver, gostaria de me inscrever para discutir o assunto.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Vou responder à questão de ordem. Estive aqui em conversa com o Relator.

**O SR. CONSTITUINTE OSCAR CORRÊA:** – Peço a V. Ex.<sup>a</sup>, então, que me inscreva para discutir o projeto.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – É opinião da Presidência, ouvido o Relator, que existe fundamento no projeto de resolução, porque, segundo o art. 61, ele visa a regulamentar e disciplinar a consulta plebiscitária; entretanto, a matéria será incluída, imediatamente, na Ordem do Dia em caráter prioritário. A decisão aqui é circunstancial e transitória. Vamos decidir pelo projeto de resolução, que será imediatamente devolvido ao Plenário da Constituinte. De maneira que, salvo engano da Presidência, e ela tem apoio na opinião que me foi dada pelo Relator, é procedente a proposta. Assim, é possível abrimos a discussão.

Passo à discussão.

Tem a palavra o nobre Constituinte Nilson Gibson.

**O SR. CONSTITUINTE NILSON GIBSON:** – Sr. Presidente, um dos mais renomados juristas do País, o nobre Constituinte Afonso Arinos, eminente e douto Relator, uma das culturas jurídicas que nós temos no País, para tranqüilidade nossa, é Relator na nova Carta Constitucional; Srs. Constituintes, Membros da Comissão de Sistematização:

Efetivamente, salvo melhor juízo, era totalmente desnecessário acrescentar qualquer argumento, qualquer outro ponto de vista ou tese ao que foi já trazido pelo Relator, referente ao Projeto de Resolução nº 14, do corrente ano, de autoria do não menos ilustre Constituinte Brandão Monteiro, concernente à disciplina, consulta plebiscitária, sobre o sistema de Governo e duração de mandato da transição.

Ao projeto foram apresentadas emendas, do nobre Constituinte Gerson Camata – apenas aduzi para argumentar, para trazer à discussão uma posição política –, que acredito estejam dentro do tecnicismo mais elementar de Direito Constitucional. Abstraído vamos ficar, dentro da discussão, das colocações excelente e elaboradas pelo Relator concernentes ao problema da consulta plebiscitária prevista no Regimento da ANC, de que não há destinação para as proposições em causa. Uma segunda colocação, do nobre Relator, é traçar condicionamento para decisão que vier a tomar a Assembléia sobre o texto constitucional. E terceiro, é fazer prevalecer a decisão tomada em apenas um turno de votação, quando é elementar o problema de dois turnos. Mas antes de trazer uma consideração – firmamos ponto de vista no sábado passado, calçado no entendimento que também é esposado por esse eminente Relator, o Jurista Bernardo Cabral, que foi divulgado pela Imprensa de Brasília, através do jornalista Haroldo de Holanda – eu traria também o seguinte: os projetos de resolução, na conformidade do § 1º do art. 59, regulam matéria de caráter administrativo, ou de natureza regimental, ou ainda relativo à consulta plebiscitária nos termos do art. 61.

O art. 61 trata da maneira processual, dos requisitos dos pressupostos, da capacidade de agir daquele que movimenta o projeto de resolução. Reza o art. 61:

Art. 61. Projeto de resolução, que vise a regulamentar e disciplinar a consulta plebiscitária poderá ser apresentado dentro de 10 (dez) dias, contados da publicação dos avulsos do Projeto de Constituição.

§ 1º Ao projeto poderão ser apresentadas emendas...  
E finalmente:

"§ 2º O parecer deverá ser publicado..."

Quer dizer, são pressupostos processuais, requisitos que a lei disciplina à maneira de se conduzir o projeto de resolução. Então – caberia a nós examinarmos – seria possível, seria viável, quando da apresentação do Projeto de Constituição, pretender, desejar interrogar o povo brasileiro sobre uma disciplina, uma consulta plebiscitária, sobre sistema de governo e duração de mandato de transição? Claro que não! É como já disse, com bastante ênfase e autoridade jurídica, o próprio Relator. Mas não poderíamos, em hipótese alguma, fixar normas de uma consulta plebiscitária enquanto Assembléia Nacional Constituinte – apenas estou discutindo para argumentar, para trazer o assunto, por amor à discussão, por amor à análise. Poder-se-ia trazer isso à baila nesta ocasião, nesta oportunidade? Por hipótese alguma. Nós não sabemos ainda qual a inclinação dos 559 Constituintes concernente ou não a uma posição do parlamentarismo ou do presidencialismo.

Evidentemente, os Srs. Constituintes notaram que não me referi ao segundo item, porque considero um problema, com minha modéstia e pequeno conhecimento que tenho das Ciências Jurídicas, como um representante de Pernambuco, Procurador do INCRA, aqui nesta Casa, sem conhecimento jurídico. Não entendo como é que se queira discutir um fato preexistente, um direito adquirido – como sabe o nobre e ilustre Relator e o Presidente desta Casa, que são renomados juristas – dentro da Assembléia Nacional Constituinte.

Parece-me que, ante os ensinamentos dos excelentes doutrinadores constitucionais que temos no País – não quero só me referir ao meu conterrâneo Pinto Ferreira, que demonstra, patentemente, a inviabilidade de, numa Assembléia Nacional Constituinte, se perquirir sobre o direito preexistente – sobre o fato constituído do direito, isso que está aqui, muitas vezes preocupa a Assembléia Nacional Constituinte; umas vezes, com relação a projetos de decisão, outras vezes são os brizolistas que vêm com o Projeto de Resolução nº 14 apenas para assanhar, fugindo dos princípios mezinhas do Direito Constitucional. S. Ex.<sup>as</sup> vêm aqui, na Assembléia Constituinte, tumultuar o andamento do processo.

Trouxe aqui, no sábado, a discussão da matéria. Quero crer, Sr. Presidente, que quem realmente estuda Direito Constitucional sabe que ela não se restringe ao Direito nosso, nacional, mas também ao Direito Comparado. V. Ex.<sup>a</sup> tem conhecimento, Sr. Presidente – há poucos momentos conversávamos sobre a matéria –, de que dentro do Direito Francês, dentro do Direito Espanhol, não cabe, por hipótese alguma, o fato constituído, o direito preexistente ser modificado por uma Assembléia Nacional Constituinte. Aqui é grande o número de Constituintes que não sabem Direito, mas se arvoram de saber.

V. Ex.<sup>a</sup> conhece Direito, Constituinte Oswaldo Lima Filho, porque é Procurador do Incra, como eu também sou. Quero dizer que V. Ex.<sup>a</sup> entrou no Incra como eu entrei: por concurso público.

**O SR. CONSTITUINTE OSWALDO LIMA FILHO:** – Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO MONTEIRO:** – Nobre Constituinte Nilson Gibson, não é por aí a discussão, V. Ex.<sup>a</sup> quer discutir no baixo nível. Estou muito agradecido pela grande aula de Direito Constitucional que V. Ex.<sup>a</sup> dá a esta Casa.

**O SR. CONSTITUINTE NILSON GIBSON:** – Sr. Presidente, não houve aparte, houve apenas elogios à minha pessoa, o que muito me honrou.

Concluo, Sr. Presidente, dizendo que a colocação excelente no final do magnífico parecer do Relator é realmente muito importante e é prevista no nosso Regimento, é concernente ao problema da renúncia do mandato plenipotenciário recebido do povo, que é também permitido. Quer dizer, isto cabe dentro de uma negociação no decorrer dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte. Estou, Sr. Presidente com o magnífico, excelente, parecer do ilustre e nobre Relator. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE Afonso Arinos):** – Obrigado a V. Ex.<sup>a</sup>.

Tem a palavra o Sr. Constituinte Marcondes Gadelha.

**O SR. CONSTITUINTE MARCONDES GADELHA:** – Sr. Presidente, nobres Srs. Constituintes, o Constituinte Brandão Monteiro é um parlamentar operoso, brilhante e diligente que tem lastreado as suas ações sempre por uma profunda boa-fé e uma marcante honestidade intelectual.

Acredito, Sr. Presidente, e louvo os elevados propósitos de S. Ex.<sup>a</sup> de tentar obter dos trabalhos desta Assembléia Nacional Constituinte uma pureza quase química, que não pudesse ser tísada por qualquer dúvida que fosse, insusceptível de qualquer questionamento. Nesse campo específico do seu projeto de resolução, entretanto, Sr. Presidente, o Constituinte Brandão Monteiro constrói o seu raciocínio sobre uma tal teia de sofismas, nos quais acaba se enredando todo o seu arrazoado, e acabam esses sofismas, essas falácias militando contra os propósitos do nobreparlamentar.

Se não, vejamos, Sr. Presidente: basicamente na sua justificativa, o Constituinte apela para quatro princípios gerais. Logo no início, diz S. Ex.<sup>a</sup> que a consulta plebiscitária significa o reconhecimento de que a soberania da Assembléia Nacional Constituinte tem uma limitação, a vontade popular em cujo nome devem agir os Constituintes. Particularmente entendo, Sr. Presidente, que o povo delegou poderes a esta Assembléia Nacional Constituinte e que não estabeleceu qualquer condicionamento no seu mandato, na sua outorga, na sua delegação. Ao assumir esta Assembléia Nacional Constituinte, os Srs. Parlamentares vieram imbuídos de que esteé um colegiado soberano, com capacidade de erigir a nova ordem econômica e social, o novo modelo de convivência política sem preocupações, a **priori** pelo menos.

Mas admitamos, Sr. Presidente, que S. Ex.<sup>a</sup> tivesse razão e que o povo tenha estabelecido limites, freios, tenha determinado pontos nos quais não confia nos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, qualquer que seja o resultado desse trabalho. Então me valho do argumento ou do sofisma do nobre constituinte Brandão Monteiro: se a vontade popular é uma categoria absoluta, acima do bem e do mal, universal, como pode Constituinte Brandão Monteiro, ou qualquer dos Constituintes, se arvorar de intérprete desta vontade popular determinar ao Plenário quais são os pontos nos quais a vontade popular confia ou não na coerência, na dignidade na elevação de princípios dos Srs. Constituintes? Se a vontade popular é este oráculo difuso, que tem de ser consultado a cada passo desta Assembléia Nacional Constituinte, por que não também o Constituinte Brandão Monteiro a ela se reportar na hora de estabelecer os pontos sobre os quais deve haver plebiscito? Deveria,

então, no caso, a Constituinte primeiro consultar a vontade popular para saber quais são os pontos que devem ser colocados como objeto de plebiscito e de consulta **ad futuro**.

Logo em seguida, Sr. Presidente, o Constituinte Brandão Monteiro se louva no fato de existirem duas correntes inconciliáveis em que se divide a Assembléia Nacional Constituinte, em torno desses temas polêmicos: sistema de governo e duração do mandato presidencial. Aí, Sr. Presidente, há falência completa da razão.

Sr. Presidente, existem correntes inconciliáveis sobre todos os temas nos quais se debruça a Assembléia Nacional Constituinte. Existem correntes inconciliáveis sobre temas como reforma agrária, educação, ordem econômica, política tributária, sobre Estados e Municípios etc. Imagine, Sr. Presidente, se tivéssemos que fazer uma consulta plebiscitária sobre todos os pontos onde existem correntes inconciliáveis! São, neste momento, cerca de 400 artigos e teríamos que fazer, pelo menos por um princípio de isonomia, de igualdade de tratamento, teríamos que fazer 400 plebiscitos, para que a Constituição tivesse então, o seu texto devidamente legitimado, referendado e devidamente aceito acima de qualquer questionamento; acima de qualquer dúvida, como a mulher de César.

Esse é o tratamento pelo absurdo, Sr. Presidente. Mas se nós aceitarmos, a **priori**, o estabelecimento de uma consulta plebiscitária sobre esse ponto ou sobre qualquer ponto, porque não há como se afirmar sobre os quais pairam dúvida quanto à vontade popular. A vontade popular, nesse momento, se divide, também, sobre os diversos temas desta Assembléia Nacional Constituinte. Teríamos forçosamente que aceitar também toda a demanda, a solicitação e todo o apelo para a consulta plebiscitária a respeito de todos os outros assuntos, entre os quais se dilacera a nacionalidade na hora presente.

O terceiro ponto, da justificação do nobre Constituinte Brandão Monteiro, Sr. Presidente, diz que o povo tem o direito inalienável de se manifestar sobre a forma de governo que deseja para o País, pois esse é o mais fundamental dos direitos de qualquer povo livre. Estamos de acordo neste ponto. Sr. Presidente; o povo tem o direito de se manifestar não só sobre a forma de governo, mas sobre quaisquer pontos. No momento em que o Sr. Brandão Monteiro aceitou ser Constituinte, S. Ex.<sup>a</sup> aceitou um princípio fundamental de organização dos povos, que é o constitucionalismo, sobre o qual se ergue o que chamamos de democracia representativa ou democracia indireta.

S. Ex.<sup>a</sup> pretende voltar aos tempos da Agora e quer colocar todo o povo no meio da rua, para decidir sobre qualquer ponto pendente, porque é um direito inalienável – sim, sem dúvida – é um direito inalienável, mas é também um direito delegável. No momento em que o povo delega a atribuição não está alienando, Sr. Presidente, está aceitando como forma de convivência até por questão técnica, até por impossibilidade de colocar 140 milhões com freqüência na rua, para decidir sobre questões agudas de interesse nacional.

Quarto e último ponto.

S. Ex.<sup>a</sup> argumenta que a questão da forma de governo, parlamentarismo ou presidencialismo, não foi objeto dos debates eleitorais, não podendo os Constituintes saberem qual a forma de governo que o povo deseja.

Sr. Presidente, não sei de que instrumental sobrenatural, especial, dispõe o Constituinte Brandão Monteiro que lhe deu o dou da ubiqüidade, da onipresença para saber em todos os rincões da Pátria, o que foi ou não discutido durante a campanha para a eleição da Assembléia Nacional Constituinte, ou pelo menos, o que não foi discutido suficientemente para ir em socorro à tese de S. Ex.<sup>a</sup>.

Genericamente, concordo que a discussão foi insuficiente. Esta geração de políticos desperdiçou um privilégio **ilegível**.

**O SR. CONSTITUINTE NILSON GIBSON:** – Permito, nobre Ministro Oswaldo Lima Filho, com bastante prazer. Queria apenas concluir, para terminar o meu raciocínio. Um exemplo que cito aqui, apenas para refrescar, para terminar o meu raciocínio. Um exemplo que cito aqui apenas para reavivar determinadas condições.

Vamos admitir que um catedrático fez concurso para a Universidade Federal do Rio de Janeiro, com todos os seus direitos adquiridos: não pode, evidentemente, a Assembléia Nacional Constituinte dispor que aquele catedrático vá perder a sua cátedra, a não ser por morte ou por aposentadoria. É o caso citado por Cláudio Pacheco lembrando, vamos admitir para argumentar, para facilitar, para reavivar a memória de alguns que não entendem de Direito, do Supremo Tribunal Federal, que tem onze Ministros. Vamos admitir que a Assembléia Nacional Constituinte ao invés de aumentar para quinze cargos reduzisse para nove. Aqueles Ministros não poderiam ser demissíveis evidentemente.

**O SR. CONSTITUINTE OSWALDO LIMA FILHO:** – Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. CONSTITUINTE NILSON GIBSON:** – Isto é claro.

Concedo o aparte a V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. CONSTITUINTE OSWALDO LIMA FILHO:** – Nobre Constituinte Nilson Gibson, é possível que V. Ex.<sup>a</sup> tenha se abeberado em outras fontes de Direito, que eu não tenha perlustrado. Mas defendo com base em todos os modestos estudos de Direito Constitucional que fiz. Se nós nos filiarmos assim ao pensamento jurídico, filosófico de Kelsen ou mesmo dos jurisnaturalistas, ou mesmo na tradição do Direito Constitucional Positivo, vamos encontrar conclusões radicalmente opostas àquele ponto de vista que V. Ex.<sup>a</sup> defende. A Constituinte, e o próprio nome criado pelos estados gerais franceses em 1789 o diz, pode tudo, nobre Constituinte. Os ingleses que viram nascer os parlamentos, a Inglaterra que é chamada de "mãe dos parlamentos, já dizem há séculos que o Parlamento pode tudo, pode fazer do preto, branco, e do quadrado, redondo: só não pode fazer do homem, mulher. Com isso eles queriam dizer que só os fatos naturais não podiam ser alterados pela legislação, mas os fatos jurídicos, esses estão todos *in fieri*.

**O SR. CONSTITUINTE NILSON GIBSON:** – Exatamente. Mas não os direitos preexistentes.

**O SR. CONSTITUINTE OSWALDO LIMA FILHO:** – Todos. Não existe direito preexistente diante da Constituinte, nobre Constituinte. A Constituinte é soberana, ela pode fazer o que lhe aprouver. Os estados gerais, veja V. Ex.<sup>a</sup>, que não foram convocados como Constituintes, foram convocados para regular impostos, terminaram decapitando o Rei.

**O SR. CONSTITUINTE NILSON GIBSON:** – V. Ex.<sup>a</sup> está dando exemplos com os quais, evidentemente, concordo plenamente.

**O SR. CONSTITUINTE OSWALDO LIMA FILHO:** – Perdoe-me. V. Ex.<sup>a</sup> está agora no caminho da maior erronia constitucional que já vi.

**O SR. CONSTITUINTE NILSON GIBSON:** – Obrigado, (nobre Constituinte Oswaldo Lima Filho. Para mim o aparte de V. Ex.<sup>a</sup> engrandece o meu modesto e humilde pronunciamento. Vou concluir, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – A Presidência agradece a colaboração do orador e pede licença para informar que o prazo já foi excedido. Devemos observar os prazos regimentais para que possamos chegar a alguma conclusão ainda na sessão matutina, senão teremos que convocar uma outra, porque temos apenas cinco dias para resolver esses assuntos. Muito obrigado.

V. Ex.<sup>a</sup> continua com a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE NILSON GIBSON:** – Muito obrigado, para mim é uma honra.

Concedo o aparte a V. Ex.<sup>a</sup>, nobre Constituinte Brandão Monteiro, autor do projeto.

**O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO MONTEIRO:** – Nobre Constituinte Nilson Gibson, estou muito feliz hoje porque consegui, nesta Casa, receber a mais brilhante aula de Direito Constitucional que já tive a oportunidade de ouvir, até mesmo sendo aluno do Professor Afonso Arinos. V. Ex.<sup>a</sup> traz, hoje, posições novas e bastante inovadoras do Direito Constitucional.

**O SR. CONSTITUINTE NILSON GIBSON:** – Isto para mim é bastante lisonjeador.

**O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO MONTEIRO:** – V. Ex.<sup>a</sup> que se colocou claramente contra a soberania da Assembléia Nacional Constituinte...

**O SR. CONSTITUINTE NILSON GIBSON:** – Contra quê?

**O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO MONTEIRO:** – V. Ex.<sup>a</sup>, que no debate do Regimento Interno, se alinhou contra a soberania da Assembléia Nacional Constituinte, busca hoje, mais uma vez, retorcer os fatos de acordo com os seus interesses. V. Ex.<sup>a</sup> agride um Constituinte, seu par, que nunca o agrediu, dizendo que os brizolistas querem causar confusão. Devo dizer que muito me honra estar na legenda do PDT. Talvez V. Ex.<sup>a</sup> não tenha possibilidade de dizer o mesmo porque um trânsito que foi do PDS, lambia bota de militar aqui e defendia...

**O SR. CONSTITUINTE NILSON GIBSON:** – Continuo defendendo.

**O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO MONTEIRO:** – a prisão de companheiros, hoje, mais uma vez...

**O SR. CONSTITUINTE NILSON GIBSON:** – V. Ex.<sup>a</sup> está esquecido de que recentemente escrevi um pronunciamento para o Ministro do Exército. Não deixei a minha posição de ser leal e amigo deles. V. Ex.<sup>a</sup> está se omitindo.

**O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO MONTEIRO:** – com a sua vocação, vocação de dedo-duro, pretende deslustrar o constituinte José Tavares porque foi Delegado de Polícia, por profissão.

**O SR. CONSTITUINTE NILSON GIBSON:** – Defendi o Ministro Leônidas Pires Gonçalves, como V. Ex.<sup>a</sup> acusou aqui alguém de ter praticado incorreção na Casa da Moeda. Por três vezes contestei pronunciamento, de V. Ex.<sup>a</sup> continuarei a fazê-lo reiteradamente, em todas as oportunidades possíveis.

**O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO MONTEIRO:** – V. Ex.<sup>a</sup> realmente, não tem tranquilidade, nem para vir à tribuna, nem para conceder aparte. V. Ex.<sup>a</sup> não tem tranquilidade, e a Casa está vendo.

**O SR. CONSTITUINTE NILSON GIBSON:** – Muito obrigado.

**O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO MONTEIRO:** – É muito difícil provar o improvável. V. Ex.<sup>a</sup> não consegue provar a sua fidelidade a legenda do PMDB porque ontem era um homem do PDS que saiu fugindo do PDS para o PMDB de Pernambuco, porque sabia que não se elegeria pelo PDS.

**O SR. CONSTITUINTE NILSON GIBSON:** – V. Ex.<sup>a</sup> que era ruim de voto. Mesmo no partido adversário cheguei à Casa. Sou bom de voto. Sem ser Secretário dos Transportes e sem ter sido, muitas vezes, acusado lá no Rio de Janeiro, de problemas que não condizem, evidentemente, com a vida pública. Sou bom de voto.

**Ilegível** histórico que outras Assembléias Nacionais Constituintes não tiveram: o de dispor de um tempo suficiente elástico para o debate pré-constituente.

Diferentemente das outras Assembléias Nacionais Constituintes, esta, da hora presente, da nossa geração, teve um tempo de pelo menos dois anos, para uma discussão ampla, para o debate, para a capilarização, a todos os níveis da sociedade, dos temas que interessam a este País de agora por diante.

Mais do que tempo, esta geração dispôs de meios de comunicação em profusão. Estamos sob o fastígio da mídia eletrônica. O País hoje tem todo o seu território cruzado por informações que, a todo instante, bombardeiam os cinco sentidos do cidadão.

Não obstante, Sr. Presidente, ao início desta Assembléia Nacional Constituinte, o povo do Rio de Janeiro e de São Paulo – vejam bem, não me estou referindo ao matuto da Paraíba ou ao peão do Mato Grosso ou ao curicoca do Amazonas –, supostamente os dois centros mais politizados e mais civilizados do País, não sabia sequer o que significava a expressão Assembléia Nacional Constituinte.

Não estou adivinhando nem imaginando. Estou baseado em pesquisas concretas feitas pelo Gallup, que mostravam que 75% da população do Rio de Janeiro e de São Paulo, a mais atingida pelos meios de comunicação, não sabia sequer o que significava Assembléia Nacional Constituinte.

Indago ao nobre Constituinte Brandão Monteiro se era o caso de não se reunir a Assembléia Nacional Constituinte, porque o povo não sabia o que ela significava.

Sr. Presidente, por todas essas razões e por acreditar insubsistentes as justificativas trazidas pelo eminente Líder, Constituinte Brandão Monteiro, ao qual reitero a minha mais profunda admiração, proclamo-me contrário a esta proposição. Quando muito, ela levaria apenas ao tumulto dentro desta Casa e a uma sucessão de outros projetos de resolução do mesmo jaez, estabelecendo uma desconfiança na população para com esta Assembléia Nacional Constituinte e, o que é pior, dando o aval da Assembléia a esta desconfiança que, por todos os lados, se pretende inocular.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Muito obrigado ao nobre orador.

Tem a palavra o Sr. Constituinte Gerson Pares.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, lamentavelmente, a Assembléia Nacional Constituinte, por via indireta, admitiu o plebiscito, para posterior julgamento dos seus atos. Ela mesma limitou a sua soberania, quando, pelo art. 61, declara que o projeto de resolução que visa a regulamentar e disciplinar a consulta plebiscitária poderá ser apresentado dentro de 10 dias, contados da publicação dos avulsos do Projeto de Constituição.

Nesse ponto, o Constituinte Brandão Monteiro tem toda a razão em buscar a consulta plebiscitária.

Agora, vamos verificar se S. Ex.<sup>a</sup> está certo, regimentalmente. Tenho por V. Ex.<sup>a</sup>, nobre Constituinte, uma admiração dos nossos primeiros dias nesta Casa e no dia-a-dia vejo-o sempre brilhar aqui, na tribuna. V. Ex.<sup>a</sup>, porém, cometeu um lapso, o que não é muito comum da parte de V. Ex.<sup>a</sup>, ou seja, não esperou o avulso do Projeto de Constituição que não existe. Se não existe, V. Ex.<sup>a</sup> não pode propor projeto de resolução para regulamentar a matéria. Neste ponto, tem razão o douto e brilhante Relator. É aí que discordo de V. Ex.<sup>a</sup> Aliás, particularmente, discordo de plebiscito parcial. Se esta Nação, Deus nos livre e guarde, fosse fazer dez plebiscitos parciais, o custo seria, elevadíssi-

mo; na crise em que vivemos, como iríamos operacionalizar isso num País tão grande? Seriam métodos eleitorais inflacionários, que iriam aprofundar mais a crise financeira em que o País vive. Poder-se-ia admitir até o plebiscito total da Carta Política. Depois que ela estivesse pronta, seria submetida ao povo, para ver se realmente receberia uma aprovação média da sociedade. No entanto, interrogo-me: para que fomos eleitos? O que estamos fazendo aqui? O que o povo nos delegou? Foi para escrevermos a Carta por ele. E esta tarefa cabe exclusivamente a nós. Lamentavelmente, a Assembléia Nacional Constituinte inseriu no seu Regimento a consulta plebiscitária, o que poderia ter sido evitado. Não podemos perder muito tempo. Aqui, há uma comunidade bem mesclada, cidadãos possuidores de conhecimento os mais variados, quer no campo da Sociologia, do Direito, do Comércio, da Indústria, enfim, dos diversos setores do conhecimento e que estão aptos a apropriar a média das aspirações da sociedade brasileira em uma Carta de princípios que não deve ser longa, mas de princípios. O que vem depois sim, é longo – são as leis ordinárias, complementares, que regulamentarão esses princípios dentro da linha das aspirações dos nossos tempos. Portanto, o Projeto do Constituinte Brandão Monteiro não limita a soberania, porque, na realidade, nós mesmos delegamos poderes aos Constituintes para apresentar projetos de resoluções que visem a regulamentar matéria administrativa ou regimental. Ora, se no Regimento consta a consulta plebiscitária, este projeto, por certo, está pretendendo regulamentar o Regimento. Trata-se de um projeto bem vasto, misturado de artigos que vão desde o princípio constitucional ao Código Eleitoral, até a determinação do tempo a ser utilizado pelos meios de comunicação, a fim de que todos os partidos possam ocupá-los e ali defender as suas idéias.

Sr. Presidente, comungamos do ponto de vista do princípio que o Relator adotou. Precisamos deixar bem claro que o projeto não procede, não é tanto pelo seu mérito. Ele deveria ser indeferido pela Mesa, que já se acostumou a mandar para esta Comissão projetos, sem avaliá-los detidamente quanto ao Regimento. Deveria ser indeferido **in limine**, porque ele está colocado aqui intempestivamente. Se não existe o Projeto de Constituição, não há por que existir um projeto de resolução, que venha a regulamentar a consulta plebiscitária, porque a consulta plebiscitária só é admitida após a publicação em avulso do Projeto de Constituição. É este o cerne da questão, e é por isto que votamos contra o Projeto Brandão Monteiro, que é anti-regimental, pois prevê a regulamentação de um dispositivo do Regimento. Não cabe, portanto, a esta Comissão apreciar este projeto. Ele é intempestivo, inoportuno, e que venha em outro tempo, em outra época.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Oscar Corrêa.

**O SR. CONSTITUINTE OSCAR CORRÊA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a lista de inscrição é sempre cruel para com os oradores inscritos para falar no final. Já me encontro nessa situação, e pouco mais poderia acrescentar ao que foi dito pelos nossos ilustres antecessores. Eu gostaria de citar, em particular, as considerações tecidas pelo Constituinte Gerson Peres, sobre o projeto em discussão. Se aqui estivesse presente um juiz, com certeza ele definiria a sua sentença no exame da preliminar da matéria, e essa é também a minha intenção, Sr. Presidente. Imagino e me arrisco a dizer a V. Ex.<sup>a</sup> tenho a impressão de que este projeto fica eivado de defeitos na sua preliminar, em que pese ao esforço do ilustre Constituinte Brandão Monteiro em defender as suas teses, S. Ex.<sup>a</sup> parece-nos extrapolar sobremaneira na iniciativa do projeto de resolução que leva o número 14.

Gostaria de recorrer, inicialmente, ao Dicionário de Aurélio Buarque de Holanda como fonte primeira das mi-

nhas palavras. Diz o Dicionário Aurélio que plebiscito é uma resolução submetida à apreciação do povo; é o voto do povo através do sim ou do não, sobre uma proposta que lhe é apresentada. S. Ex.<sup>a</sup>, o nobre Constituinte Brandão Monteiro, toma a iniciativa de, antecipando-se a uma deliberação da Assembléia Nacional Constituinte, propor à consideração da população brasileira a sua opinião sobre dois temas polêmicos e contraditórios, e usa ainda S. Ex.<sup>a</sup>, na sua argumentação, a justificativa de que se torna – e faço minhas as palavras do nobre Constituinte – importante aprovar o plebiscito antes de se saber qual será a decisão final da Assembléia Nacional Constituinte, pois, uma vez aprovada uma forma de governo, ou a duração do mandato presidencial, os que sustentam a posição aprovada tentarão impedir o plebiscito.

S. Ex.<sup>a</sup> divide esse seu parágrafo, essa sua análise e consideração, em dois pontos distintos e diversos. O primeiro S. Ex.<sup>a</sup> reconhece que se antecipa, através da apresentação desse projeto, a uma decisão que a Assembléia Nacional Constituinte não tomou. S. Ex.<sup>a</sup> coloca o problema da forma de governo, do mandato do Presidente José Sarney como fatos ou como propostas que já estariam resolvidas, encaminhadas e solucionadas pelo Plenário soberano desta Assembléia Nacional Constituinte.

Esquece, no entanto, que formas de governo existem várias e, eventualmente, nós, no decorrer dos nossos trabalhos, poderíamos imaginar que outras formas que não as aludidas por S. Ex.<sup>a</sup> merecessem ou viessem a ter a simpatia da maioria desta Casa.

Imaginemos, por exemplo, que outras formas fossem as escolhidas por nós e nesse caso parece-nos que a proposta da opção que S. Ex.<sup>a</sup> nos deixa é absolutamente descabida e intempestiva, razão pela qual não nos caberia encaminhar a discussão sobre essa matéria. E mais ainda: S. Ex.<sup>a</sup> faz um julgamento de valor que nos parece extremamente precipitado, imaginando que há segmentos desta Casa que poderiam impedir que posições que o nobre Constituinte Brandão Monteiro imagine devessem ser as vitoriosas, viessem a ser, eventualmente, ou prejudicadas ou inutilizadas por outras decisões que se lhe viessem suceder.

É por esta razão, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, que me manifesto, na preliminar, pela intempestividade da proposta do ilustre autor e peço a V. Ex.<sup>a</sup> que nem ao menos examine o seu mérito, já que, se não o considero oportuno na preliminar, nem ao menos tecerei análises e comentários sobre o mérito da matéria. Por esta razão me manifesto contrariamente à proposta, que vem, precipitadamente, à consideração da nossa Comissão de Sistematização e da Assembléia Nacional Constituinte. São essas as minhas considerações.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Obrigado a V. Ex.<sup>a</sup>.

O Presidente pede a atenção da Casa para o fato de que há vários oradores inscritos e gostaria que, se fosse possível, diminuíssemos o tempo da discussão, porque hoje temos sessão da Assembléia Nacional Constituinte, aqui, às 14 horas e 30 minutos. De maneira que será necessária, talvez, que a nossa reunião não se prolongue demasiadamente, lembrando ainda que o tempo destinado a cada um dos Srs. Constituintes é de 10 minutos, mas, se fosse possível reduzir um pouco, todos poderiam falar. Há vários outros oradores inscritos.

Tem a palavra o nobre Constituinte Oswaldo Lima Filho.

**O SR. CONSTITUINTE OSWALDO LIMA FILHO:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes o Projeto de Resolução de autoria do nobre Deputado Constituinte Brandão Monteiro e a Emenda de autoria do Sr. Senador Constituinte Gerson Camata visam a estabelecer, quanto ao

Projeto de Resolução nº 15, de 1987, a instituição, organização e realização de consultas plebiscitárias.

A matéria, como esta inicialmente formulada, parece-me realmente, merecer reparos. Acredito que a Assembléia Nacional Constituinte não poderia, nem deveria, suspender praticamente os seus trabalhos e aguardar que se realizasse uma consulta plebiscitária para decidir a forma de Governo – se presidencialista ou parlamentarista. Aquilo que, Sr. Presidente, os Constituintes mais preocupados com o sentimento popular, em atenderem as aspirações gerais da Nação brasileira têm sustentado é que as decisões da Assembléia Nacional Constituinte que forem controvertidas, que não obtiverem um consenso geral, devem, por isto mesmo, ser submetidas não a um plebiscito – o que seria uma forma imprópria do ponto de vista técnico – mas ao referendo popular.

Ninguém, nos tempos modernos, defendem mais a tese do mandato imperativo. Nenhum de nós veio ao Plenário da Assembléia Nacional Constituinte com uma delegação expressa para votar desta ou daquela forma, para apoiar este ou aquele princípio, para defender esta ou aquela instituição. Todavia, os que aqui compõem a Assembléia Nacional Constituinte, defenderam princípios durante a campanha eleitoral. Há uma generalizada, imperfeita e incorreta afirmação de que não se discutiu a forma de Governo. Não posso falar pela maioria da Assembléia Nacional Constituinte. De minha parte, sempre que me manifestei sobre as eleições de novembro de 1986, o fiz defendendo o sistema parlamentar de Governo, que de resto defendo desde a minha mocidade.

Por isso, Sr. Presidente, o apelo que deixo aqui às Lideranças responsáveis pela condução de votação da matéria é no sentido de que meditem sobre as emendas em boa hora apresentadas pelo nobre Constituinte Jorge Hage.

O ilustre representante da Bahia, na sua Emenda nº 1, prevê de forma absolutamente correta, no meu parecer, que

"A Assembléia Nacional Constituinte poderá determinar à Justiça Eleitoral a organização e realização de consulta plebiscitária, objetivando a deliberação acerca da nova Constituição."

E ainda de forma, no meu entender, mais pertinente, e ai sim, de uma maneira indiscutivelmente própria, e que pode ser inclusive objeto de emenda que deveremos defender e que já consta de algumas emendas populares, na sua Emenda nº 2, sustenta que:

"Mediante requerimento subscrito por 1 % dos eleitores do País, a Assembléia Nacional Constituinte determinará obrigatoriamente à Justiça Eleitoral a organização de consulta plebiscitária, submetendo a referendo popular artigos, seções, capítulos ou títulos da Nova Constituição."

E no parágrafo único determina a dispensa de exigências estabelecidas nos demais artigos do projeto.

A iniciativa do Sr. Constituinte Brandão Monteiro parece-me válida no seu aspecto teleológico, na sua preocupação de consultar a aspiração que vem das ruas, do povo. Ainda há poucos dias tive a oportunidade de citar no Plenário da Assembléia Nacional Constituinte a lição desse eminente mestre de todos nós, o Professor Paulo Bonavides afirmando que a Constituinte só cumpriria os seus objetivos e o seu mandato se encontrasse forma de expressar a soberania do povo no poder, as aspirações do povo no poder.

Ora, é evidente que – isso se tem dito muito aqui – os Srs. Constituintes foram eleitos para elaborar o pacto social, o pacto jurídico-constitucional brasileiro.

Mas, também, é evidente, que muitos têm – se desviado de seus compromissos afirmados durante a campanha eleitoral. Ouvi muito, afirmado, durante as campanhas eleitorais, por ilustres Constituintes, que eram representantes do Movimento Democrático Brasileiro e que se enfileiravam na doutrina, nos princípios do Partido pelo qual concorriam a uma representação na Assembléia Nacional Constituinte.

Hoje, vejo, nesta Assembléia, alguns desses representantes acorrerem pressurosos ao ouvirem as recomendações de S. Ex.<sup>as</sup> e os Constituintes Roberto Campos, do Sr. Alysson Paulinelli ou do Sr. Delfim Netto, para decidirem como vão votar sobre matérias que estão definidas programaticamente pelo nosso partido há muito tempo, em convenções, em reuniões e em congressos. Por todas estas divergências que se vão estabelecendo entre os delegados da Constituinte e o pensamento nascido da vontade popular, nada, portanto, mais justo do que aferir, do que verificar, comprovar essa vontade popular essa, aspiração, levando ao referendo popular as decisões da Assembléia Nacional Constituinte.

Se somos representantes do povo, se estamos exercendo um mandato popular, nada mais digno que submeter o resultado do nosso trabalho aos nossos mandantes.

Profissional da advocacia durante toda minha vida, nunca deixei de exercer as principais atividades de minha profissão, sem conferir permanentemente com os mandantes e com os termos da procuração recebida o exercício que dava a profissão; sobretudo, em se tratando de um mandato tão alto como o de elaborar a Constituição que deve pelos tempos agora regular a vida do povo brasileiro.

Esse cuidado, de submeter os textos controvertidos ao referendo popular, deve estar na mente de todos nós e deve ser também objeto de reflexão. Se isto não for feito, a Constituição votada, se mantiver textos altamente controvertidos e não submetidos a esse referendo, terá uma vida extremamente curta e sem dúvida terá o desapareço popular.

**O SR. CONSTITUINTE HUGO NAPOLEÃO:** – Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte.

**O SR. CONSTITUINTE OSWALDO LIMA FILHO:** – Com muito prazer.

**O SR. CONSTITUINTE HUGO NAPOLEÃO:** – Como o aparte pode ser de contestação ou pelos termos tradicionais de indagação, venho à tribuna para fazer a indagação. Não tenho ainda posição firmada quanto à questão plebiscitária. Em princípio creio que não deveríamos promovê-la, uma vez que recebemos o mandato constituinte. Gostaria de indagar a V. Ex.<sup>a</sup>, se, por hipótese, em plebiscito, o povo viesse a rejeitar a decisão tomada soberanamente pela Assembléia, qual seria a consequência?

**O SR. CONSTITUINTE OSWALDO LIMA FILHO:** – A forma pela qual muitos de nós defendemos e à qual me filio, que está expressa na emenda do Sr. Constituinte Jorge Hage, não é a do plebiscito, que é uma decisão prévia à nossa decisão. É a do referendo pela qual a Assembléia Nacional Constituinte submeteria os textos controvertidos e não todo resultado do trabalho Constituinte, o que seria uma demasia e poria em risco toda a ordem constitucional. Os textos controvertidos seriam submetidos à consulta popular pelo referendo.

Evidentemente, se não houvesse confirmação pelo referendo, a forma natural e tradicional do referendo, essa decisão estaria nula e obrigaria a Assembléia Nacional Constituinte a redigir o novo texto constitucional.

Essa é a tradição do referendo nos países mais civilizados, que usam o instituto como uma forma nova do Direito, de há muito inserida na elaboração constitucional e mesmo da lei ordinária.

**O SR. CONSTITUINTE HUGO NAPOLEÃO:** – Agradeço os esclarecimentos. Estou de acordo com V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE OSWALDO LIMA FILHO:** – É uma honra que, a nossa corrente já conte com o apoio da valia e da qualificação política e moral de V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE HUGO NAPOLEÃO:** – Quanto à tese, sem dúvida alguma, se viéssemos a concordar com o referendo, deveria haver o retorno à Assembléia Nacional Constituinte.

**O SR. CONSTITUINTE OSWALDO LIMA FILHO:** – Do contrário, o texto constitucional estaria imperfeito e inacabado.

Deixou aqui esse apelo às Lideranças, sobretudo a do Partido do Movimento Democrático Brasileiro na Assembléia Nacional Constituinte, e também a S. Ex.<sup>a</sup> o nobre Líder do Governo nesta Casa, o Sr. Constituinte Carlos Sant'Anna, a quem pessoalmente também já transmiti esta preocupação.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem a palavra o Sr. Constituinte Haroldo Lima.

**O SR. CONSTITUINTE HAROLDO LIMA:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, a discussão do projeto de resolução apresentado pelo nobre Líder do PDT, Constituinte Brandão Monteiro, suscitou algumas questões por parte de diversos Constituintes que aqui se pronunciaram.

O Constituinte Nilson Gibson levantou uma questão de importância e que diz respeito ao suposto direito adquirido pelo Presidente da República, com relação à extensão do seu mandato presidencial.

O Constituinte Oswaldo Lima Filho já deu uma resposta pronta e categórica a respeito dessa questão. Mas a nós parece que nunca é demais acentuar que, efetivamente, esse tipo de argumento não tem procedência. A esta altura, seu objetivo é confundir a discussão de um assunto importante.

Na verdade, não existe direito adquirido contra a Nação brasileira. A Assembléia Nacional Constituinte está constituindo a Nação brasileira no que diz respeito a sua legislação máxima, a sua Lei Magna, que está sendo elaborada. Não há nada, portanto, que possa constituir um direito previamente assegurado frente a essa Lei Magna que aí está estabelecendo os direitos do cidadão, dos políticos, das instituições e dos trabalhadores brasileiros.

Por conseguinte, esse tipo de argumento, que às vezes se repete, objetiva confundir a opinião pública. Na Assembléia Nacional Constituinte, talvez ele não tenha mais qualquer repercussão; mas é bom acentuar a falta de solidez desse argumento, porque ele vai-se divulgando frente a opinião pública, que passa, assim, a acreditar que existe esse suposto direito adquirido pelo Presidente da República.

A chamada Constituição atual prevê um mandato de seis anos, não pelo mecanismo constituinte. Na verdade, é uma decisão do regime militar anterior a estipulação de seis anos de mandato para o Presidente da República. Isso nem sequer foi considerado por todos os setores que encaminham esses processos políticos. Inclusive, o próprio Presidente Tancredo Neves, como é mais do que sabido, já tinha se pronunciado claramente pelo seu mandato de transição, interpretando que a transição no Brasil teria uma duração que ele supunha ser de quatro anos; a respeito do mesmo assunto o próprio Presidente José Sarney também já tinha se pronunciado.

Esse tipo de argumento não tem nenhuma procedência, merece ser repellido de forma clara, enérgica mais uma vez, simplesmente porque ele repercute na opinião pública. Tenho feito algumas viagens e tenho sentido em alguns debates populares que, de repente, algumas pessoas pouco

informadas levantam essa idéia, mas não existiria um prévio direito do Presidente da República, já adquirido, já estabelecido em letras da Constituição, quando, na verdade, esse argumento carece de qualquer consequência, mais séria.

Têm levantado outros argumentos nesta discussão o Constituinte Marcondes Gadelha e o Constituinte Gerson Peres, mas, na maneira pela qual S. Ex.<sup>a</sup> criticaram a iniciativa do Constituinte Brandão Monteiro, terminam questionando a própria idéia do plebiscito. É claro que não defendem isso abertamente, mas condicionam tanto, colocam tantas ressalvas frente a idéia do plebiscito, enumeram e estabelecem com tanta rigidez a idéia do direito delegável que os Constituintes receberam, que têm que cumprir e não podem a qualquer instante estar consultando.

Que não se pode a qualquer instante estar consultando, muito bem, ninguém está propondo que a qualquer instante se consulte o povo: o que se está propondo é que se consulte num determinado instante, a respeito de uma questão concreta. Não é a qualquer instante e a respeito de tudo, esse é um tipo de argumento que visa a desmoralizar a proposta concreta que está em curso, que é a proposta para se consultar num instante determinado e sobre um tema concreto.

Penso que deveríamos resgatar aqui a idéia de que o poder delegado a esta Casa, de elaborar a Constituição nova do País, não se contrapõe à idéia de que a própria Casa, depois de elaborada esta Constituição, consulte o povo brasileiro para saber se o trabalho que ela desempenhou, por outorga deste povo, está satisfatório e se o povo o apóia. Longe disso, sem qualquer coisa que signifique uma recusa de se exercer um mandato recebido pelo povo, isso é um exercício do mandato recebido do povo de uma forma democrática, ou seja, concluído esse trabalho o povo deve ser consultado para verificar se o mandato foi corretamente cumprido.

O meu partido – Partido do Brasil – esta de acordo com a consulta plebiscitária.

Devo dizer, Srs. Constituintes, que a proposta ora em pauta, do Constituinte Brandão Monteiro é também a outra proposta do Deputado Virgílio Guimarães – que em seguida discutiremos –, ambas estão relacionadas com este objetivo básico que nos parece justo: consultar o povo depois de concluído o nosso trabalho.

A nossa opinião é que talvez essas propostas concretas em torno das quais votaremos a favor, damos o nosso apoio e votaremos favoravelmente, talvez esses trabalhos estejam carecendo de um melhor apoio, estejam muito detalhados. Talvez nós tenhamos que fazer uma formulação um pouco mais ampla, não entrando em muitas minúcias, porque isso dificulta o trânsito das próprias propostas e pode criar em certos setores uma certa animosidade. Caberia, sim, ao Tribunal Superior Eleitoral, tomada a decisão política de que uma determinada consulta plebiscitária vai ser feita, regulamentar a forma prática de se fazer esta dita consulta. Porque em se apresentando um número muito vasto de artigos para regulamentar, isso cria uma certa dificuldade na tramitação da proposta que, entretanto, é justa na sua essência e merece o nosso apoio.

Temos a dizer também que somos favoráveis a que uma consulta plebiscitária seja feita após a elaboração da Constituição, antes de ela ser promulgada na sua totalidade. O povo brasileiro, após os Constituintes votarem o Projeto de Constituição, o povo deve dar sua opinião a respeito da Constituição. Penso que o projeto da consulta plebiscitária deveria ter um caráter de referendo: o povo deve dar o seu referendo básico. Sem dúvida, poderíamos acrescentar a essa consulta fundamental ao povo,

aspectos localizados sempre em números pequenos; a idéia que está expressa na proposta do Constituinte Virgílio Guimarães de serem nove os temas, a nós parece um número elevado.

Sabemos, especialmente pela experiência de nordestinos que somos, como é difícil o nosso povo distinguir entre dois, três assuntos, quanto mais em nove, dez... Pensamos que deve existir uma consulta plebiscitária ao povo brasileiro sobre o resultado do trabalho da Constituinte. A Constituinte terminando, aprovando-se a Constituição, o povo estará ou não de acordo?

Segunda questão, ele poderia se identificar com uma ou duas questões, como quer o Constituinte Brandão Monteiro, e S. Ex.<sup>a</sup> ressalta uma ou duas questões de enorme importância, para, então, haver uma consulta localizada a esse mesmo povo. Somos de opinião, Srs. Constituintes, de que se o povo brasileiro delibera, se o povo brasileiro vota contrariamente ou rejeita esta Constituição, cria uma situação de fato para a Constituinte: é que o resultado do seu trabalho não foi aprovado pelo povo, ou melhor, o povo rejeitou o trabalho da Constituinte.

O que fazer em seguida? A Constituinte retorna às suas reuniões, para reelaborar uma nova Constituição? Pensamos que esta é uma questão complexa, que demanda um exame mais acurado, porque a nossa opinião é a de que se o povo rejeita a Constituição, se ele desaprova, isto significa uma desautorização da própria Assembléia que elaborou aquele projeto rejeitado pelo povo. E, por conseguinte, haverá a necessidade de novas eleições no País, para que o próprio povo eleja uma nova Constituinte mais sintonizada com os anseios da população e que essa Constituinte possa então elaborar uma nova Constituição brasileira.

Era esse, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, o ponto de vista que queríamos expressar aqui, reiterando que a despeito de se fazer ressalvas à forma pela qual esses projetos de resolução estão feitos, nós, em essência, os aprovamos.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Muito obrigado, nobre Constituinte.

Com a palavra o nobre Constituinte José Genoino.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOINO:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, quero aqui ressaltar, neste debate sobre o referendo ou consulta plebiscitária, a questão que me parece essencial e que no meu entender está incorporada ao processo do Direito Constitucional moderno, ao processo de elaboração das constituições modernas, que é quem faz a Constituição.

No meu entender, as constituições modernas incorporaram dois elementos essenciais e elas têm intrinsecamente estes dois elementos: o elemento da representação dos Constituintes, dos que vão fazer a Lei, e essa representação incorpora a delegação e a ação direta do eleitor, do cidadão em relação à feitura das leis.

Mas existe uma outra que está associada à questão da representação: as constituições modernas assimilaram a consulta, assimilaram a vontade direta da população na feitura das leis como elemento importante no processo de democratização da elaboração das leis.

Achamos que a possibilidade, aberta no Regimento, é avançada, inclusive na história do processo de elaboração das Constituições brasileiras: e ela é avançada em relação a processos constitucionais de outros países, porque complementa, dá totalidade a representação da delegação e, ao mesmo tempo, àquela exercida diretamente pelos cidadãos.

No que diz respeito à Constituição, acho importante que a questão central não é a discussão de direitos pre-



existentes, porque sabemos que ao longo da história política de vários países, inclusive da nossa, os direitos preexistentes foram comumente negados por atos de força e não atos constitucionais.

A questão da consulta à população, além da democracia moderna, renovada, que tem um elemento importante, traz uma outra questão que acho não está aqui dividindo, nesta Comissão e na Constituinte, posição de esquerda, de centro e de direita. Dou um exemplo aqui: certas posições que posso considerar como de direita e de centro podem numa determinada tese ganhar no plebiscito. E vamos ser francos no debate. Numa sociedade como a nossa, as posições defendidas por este Constituinte – e tenho consciência disso –, as posições socialistas elas não são majoritárias, até por que não conseguimos ter força no nosso trabalho, na nossa organização para transformá-las em posições hegemônicas. E chamo a atenção para o problema do processo plebiscitário temático. Eu, pessoalmente, sempre opinei, no Partido dos Trabalhadores e no nosso projeto inicial de consulta plebiscitária – e quero dar a minha opinião pessoal aqui – que a consulta plebiscitária para a totalidade da Constituição oferece dois riscos mortais: o primeiro risco é de fundo. Por exemplo: se quero questionar uma constituição que legitima uma determinada ordem, eu vou entrar numa desvantagem, numa consulta plebiscitária da totalidade do texto constitucional, porque as posições hegemônicas, com a televisão, com o rádio, com os meios de comunicação, farão passar o sim àquelas dentro da ordem vigente, porque elas são majoritárias, são hegemônicas e têm o poder na mão.

Podemos ter também outro elemento complicador no plebiscito da totalidade da Constituição: entrarão fatores de avaliação que não são os de mérito no conteúdo do texto constitucional. Do mérito em si da ordem econômica, da ordem social, a questão do regime de governo, a questão do aborto, da pena de morte etc. Questões onde a incidência programática dos interesses populares, no texto constitucional, não estão transparentemente expostas perante a população. Eu chamo a atenção para isso.

Normalmente, essas questões de fundo estão enrustidas, na maioria das vezes, por uma formalidade que dificultará o juízo criterioso e direto da população. Por isso chamo a atenção desta Comissão e da Assembléia Nacional Constituinte para a importância do plebiscito, da consulta plebiscitária temática, porque ela tem uma incidência direta sobre determinados temas, na avaliação, no critério e no julgamento da população. Ela incide diretamente, politiza, esclarece e aí, sim, Sras e Srs. Constituintes, a consulta plebiscitária vem no sentido de complementar um elemento importante da democracia formal, porque incidindo sobre determinadas questões da Constituição, ela vai, naqueles pontos, ser a posição majoritária em relação àquilo que foi deliberado pela Assembléia Nacional Constituinte. Nós estamos incorporando um elemento novo nesse processo de consulta plebiscitária. E não estamos caindo naquelas preocupações levantadas pelo nobre Constituinte Hugo Napoleão, do julgamento *in totum* da Constituição.

Vamos limpar a discussão. Nós temos que aprovar o princípio da consulta plebiscitária, isto é importante, em seguida, vamos discutir o plebiscito para certos temas, em terceiro, vamos discutir a questão do plebiscito para a totalidade do texto constitucional. São elementos importantes para que possamos produzir, nesta Comissão de Sistematização e no Plenário, uma proposta que incorpore, na feitura do texto constitucional, esse elemento novo da democracia fiscalizadora, daquele elemento que o nobre Constituinte Oswaldo Lima falou muito bem aqui.

Nós, que recebemos uma delegação, devolvemos, àqueles que nos delegaram, o direito de opinar decisoramente sobre determinadas questões, que julgamos, pela enverga-

dura desses temas, necessário ouvir a posição majoritária da população brasileira. É o elemento central para o qual eu chamo, eu apelo, eu convido a Comissão de Sistematização a aprovar a consulta plebiscitária.

O Projeto de nº 14 incide sobre duas questões que têm uma predominância muito grande na vida política do País. E, pela envergadura dessas questões, a Assembléia Nacional Constituinte não está transferindo delegação, ela está dizendo: nós decidimos, mas, pela envergadura desses temas, queremos consultar a população.

Veja bem V. Ex.<sup>as</sup> como esta questão é contraditória para os membros da Assembléia Nacional Constituinte que têm uma posição favorável ao mandato de cinco anos para o Presidente José Sarney e que podem ver nessa consulta plebiscitária sobre o mandato do Presidente José Sarney uma situação desfavorável.

Há uma outra questão, que é o presidencialismo. Segundo os dados e pesquisas de opinião pública, há uma posição majoritária em relação ao presidencialismo. Então, as posições parlamentaristas nesta Constituinte estariam em posição de desvantagem. A norma plebiscitária que nós devemos aprovar não está dividindo simplesmente campos ideológicos dentro da Assembléia Nacional Constituinte: a divisão dos campos ideológicos vai-se explicitar no mérito das posições que vão ser objeto do sim ou do não, na hora dessa consulta, na hora desse plebiscito.

O Projeto de Resolução nº 15 resolve, em nosso entender, questão, porque ele regulamenta a consulta plebiscitária temática, simplesmente não indica um tema, e a Assembléia é que vai indicar os temas e deliberar quais são eles.

Por isto, chamo a atenção desta Comissão de Sistematização e de todos os Constituintes para que possamos encontrar no nosso debate e nas nossas conversas, um caminho, para que não enterremos essa possibilidade avançada de incluir a consulta plebiscitária na feitura do texto constitucional.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Muito obrigado ao nobre Constituinte José Genoíno.

**O SR. CONSTITUINTE VIRGÍLIO GUIMARÃES:** – Sr. Presidente peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Virgílio Guimarães para uma questão de ordem.

**O SR. CONSTITUINTE VIRGÍLIO GUIMARÃES:** – Previdente, Srs. Constituintes.

Após conversar com algumas Lideranças, inclusive com o Constituinte Carlos Sant'Anna e o próprio Relator, o Constituinte Bernardo Cabral, e com Lideranças de outros partidos, percebi que, em torno do nosso Projeto, o de nº 15, há uma possibilidade de avançar os entendimentos para que esta Comissão possa deliberar de uma forma mais madura, acolhendo inclusive algumas emendas, algumas modificações que viessem no sentido de aperfeiçoá-lo e viabilizá-lo como uma forma de democratização das decisões da Assembléia Nacional Constituinte.

Neste sentido, requeiro a V. Ex.<sup>a</sup> a retirada do projeto da pauta de hoje e a prorrogação por cinco dias da discussão desse tema na Comissão de Sistematização, pelo menos no que diz respeito ao Projeto nº 15.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Pelas informações da assistente parlamentar, pela opinião que me foi também manifestada pelo Relator, a Presidência não tem condições de atender o pedido de V. Ex.<sup>a</sup> baseado em que, segundo sou informado, o prazo de emendas do plenário está esgotado.

Elas vieram para a Comissão, e o Relator já deu o seu parecer. Esta é a informação que recebo e que torna

inviável a proposta de V. Ex.<sup>a</sup>. Não estou tomando nenhuma atitude que não seja fundada em informações regimentais.

**O SR. CONSTITUINTE VIRGÍLIO GUIMARÃES:** – Sr. Presidente, posteriormente, inclusive, poderíamos encaminhar por escrito, se for esta a dificuldade, o requerimento no sentido de retirar o projeto da pauta de hoje. Há uma concordância das Lideranças de todos os partidos pelo menos de todos os partidos consultados aqui, no sentido de avançarmos no entendimento, sem ferir o Regimento Interno, abrindo espaço para um amadurecimento maior da questão no sentido de incorporar o parecer e de se chegar a uma conclusão mais madura e mais consensual.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – O Relator é de opinião agora, diante das novas explicações de V. Ex.<sup>a</sup> que se pode remeter para o Plenário a decisão sobre a solicitação que V. Ex.<sup>a</sup> acaba de fazer. De maneira que transfiro para o Plenário esta decisão.

Peço a V. Ex.<sup>a</sup> que da tribuna explique do que se trata para o Plenário poder votar.

**O SR. CONSTITUINTE VIRGÍLIO GUIMARÃES:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a proposta, o pedido que V. Ex.<sup>a</sup> agora transfere para a deliberação soberana do Plenário da Comissão, fundamenta-se, em primeiro lugar, na compreensão de que os dois projetos são diferenciados. O que está em discussão neste momento é o Projeto de Revolução nº 14, de autoria do nobre Constituinte Brandão Monteiro. O de nº 15 se distingue, apesar de tocar no mesmo assunto, no mesmo tema: regulamentação de consulta plebiscitária. Assim, estas proposições são diferenciadas.

O projeto de nossa autoria, o de nº 15, regulamenta a questão de forma genérica, não define os temas e, por isto mesmo, haveria necessidade de uma compatibilização dessa regulamentação genérica com algumas exposições que já haveria no texto constitucional. Percebeu-se isto e há concordância do próprio Relator e das várias Lideranças com esse entendimento – citei nominalmente o Constituinte Carlos Sant'Anna, mas também o Líder do PCB, Roberto Freire, o do PT e de vários outros partidos – no sentido de se abrir um prazo maior, sem ferir o Regimento, para viabilizar os entendimentos, a fim de que não haja uma votação de afogadilho, no sim ou no não, e houvesse um aperfeiçoamento, levando em conta algumas emendas apresentadas ou não, para que o resultado que saísse fosse mais amadurecido, mais correto, mais adequado às propostas da Assembléia Nacional Constituinte.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Vai-se proceder à votação da matéria que foi aqui anunciada pelo nobre Constituinte. Esta votação será simbólica, a não ser que haja pedido de verificação de votação.

Os Srs. Constituintes que estão de acordo com o que foi solicitado pelo nobre Constituinte, queiram permanecer sentados. **(Pausa.)**

Aprovado.

Em virtude de disposições regimentais, a Presidência da Comissão remeterá a matéria ao Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, porque houve uma adaptação, em virtude da votação de um dispositivo regimental. Estou certo de que o Presidente decidirá favoravelmente, visto que o nobre Líder da Maioria, o Constituinte Carlos Sant'Anna, não se opôs ao que aqui foi decidido. Presumo que a decisão também será acatada pelo próprio Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, porque, há uma ligeira divergência no tocante ao texto escrito no Regimento.

Leio o requerimento do Sr. Constituinte Haroldo Lima: "Com base no § 2º art. 20 do Regimento Interno da Comissão de Sistematização, já havendo falado sete oradores, requeiro ao Sr. Presidente, o encerramento da discussão e o encaminhamento da votação. Haroldo Lima, Líder do Partido Comunista do Brasil".

**O SR. CONSTITUINTE VIRGÍLIO GUIMARÃES:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE VIRGÍLIO GUIMARÃES:** – O art. 28, § 2º, do Regimento Interno, assegura ao autor da proposição, o direito de a ela se referir. Apesar de o Constituinte José Lourenço, em palavras não pouco candentes neste plenário dizer estar com fome – o povo brasileiro está com fome há séculos esperando soluções do Constituinte José Lourenço e minhas –, espero que, pelo menos, mantenhamos a dignidade da Assembléia Nacional Constituinte.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Está em votação o requerimento, de acordo com o art. 12, que assim dispõe:

"Serão escritos, não terão discussão nem encaminhamento, e dependerão de deliberação do Plenário da Comissão, os requerimentos que solicitem:

IV – solicitarem encerramento da discussão, tendo usado a palavra pelo menos seis oradores, sendo três a favor e três contra, assegurada ao autor a oportunidade de falar."

As condições estão preenchidas, porque já falaram três Constituintes a favor e três contra. Assim, ponho em votação o conteúdo do art. 12, que é o encerramento da discussão.

**O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO MONTEIRO:** – Sr. Presidente, levantei uma questão de ordem a respeito de assegurar-me, como autor da proposição, o direito de falar. Evidentemente que não estou aqui para causar dissabores ou divisões. Lamento, entretanto, que os requerimentos, especialmente o requerimento do Constituinte Virgílio Guimarães, tenham-se processado durante a discussão do projeto de resolução de minha autoria, que, por si só, já esvazia a sessão da Comissão de Sistematização, mas não quero abrir mão do direito de falar. Ele me é assegurado pelo Regimento.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Está em votação.

Os Srs. Constituintes que estiverem a favor da proposição, tal como ela foi enunciada pela Mesa, queiram permanecer sentados. **(Pausa.)**

Está aprovada. De maneira que, de acordo com os requisitos regimentais citados, a discussão terá requerimento de adiamento por escrito, após usarem da palavra seis oradores, três a favor e três contra. Estão preenchidos os requisitos. A Mesa não tem outra forma de proceder senão declarando que está aprovado este assunto. Esta encerrada a votação.

**O SR. CONSTITUINTE VIRGÍLIO GUIMARÃES:** – Sr. Presidente, para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem a palavra V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE VIRGÍLIO GUIMARÃES:** – Sr. Presidente, o requerimento é de minha autoria e se fundamenta no § 2º do art. 20, que diz:

"É facultada a apresentação de requerimento de encerramento de discussão, após falarem seis

oradores, três favoráveis e três contrários, assegurada sempre a palavra ao autor."

O que levanto, como questão de ordem a V. Ex.<sup>a</sup>, é que estão preenchidas as condições: três favoráveis, três contra. Cabe, então, o requerimento de encerramento de discussão, como cabe, também, ouvirmos agora o autor e encerrarmos, por conseguinte, a discussão.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Minha culpa, minha máxima culpa. V. Ex.<sup>a</sup> tem razão. Eu não tinha lido; não conhecia o artigo e V. Ex.<sup>a</sup> acaba de demonstrar que a palavra do autor está assegurada. Tem a palavra o autor do projeto.

**O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO MONTEIRO:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, eu não vou discutir a minha proposição, sem antes, publicamente, interpelar o Constituinte Nilson Gibson pelas expressões que usou aqui, no microfone, e que não tive oportunidade de ouvir: quero saber do Constituinte Nilson Gibson qual a insinuação que fez a respeito de minha passagem pela Secretaria de Transportes. Quero que S. Ex.<sup>a</sup> diga, de viva voz, pois eu tenho uma honra a preservar e os Srs. Constituintes me conhecem. E desafio S. Ex.<sup>a</sup> ou qualquer Constituinte...

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – A Presidência solicita moderação no debate...

**O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO MONTEIRO:** – ... que levante qualquer dúvida a respeito de minha honra pessoal. Gostaria que V. Ex.<sup>a</sup> a levantasse.

**O SR. CONSTITUINTE NILSON GIBSON:** – Sr. Presidente, ilustre e nobre Relator, Sras. e Srs. Constituintes. É com grande prazer e com grande satisfação que recebo, não a interpelação, já que não é motivo, V. Ex.<sup>a</sup> entende bem de Direito Processual e sabe que não cabe isto, cabe um esclarecimento.

Realmente, eu disse a V. Ex.<sup>a</sup>, quando afirmava que eu era vezeiro e costumeiro em lamber as botas dos militares – esqueci até de dizer uma coisa: que V. Ex.<sup>a</sup> é também, habituado, não como eu, que jamais o fiz, a tomar os restos do chimarrão daqueles que vivem nos pampas –, disse a V. Ex.<sup>a</sup> que sou bom de voto; mudei de partido, sai de imposições, V. Ex.<sup>a</sup> disse aqui, autoritárias e militares. Fui eleito por outro partido, que sempre combati. Mas, com grande empenho, após ter assinado a sua ficha, defendo o programa e o estatuto do PMDB, com a maior honra e envergadura. Disse que V. Ex.<sup>a</sup>, realmente foi Secretário de Transportes do Rio de Janeiro e, evidentemente, chegou com facilidade à Câmara dos Deputados. Eu, realmente, tive grandes dificuldades em chegar ao Congresso Nacional.

**O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO MONTEIRO:** – Não vou entrar no mérito das colocações de V. Ex.<sup>a</sup> Queria saber se V. Ex.<sup>a</sup> tinha levantado qualquer dúvida sobre a questão de minha honra pessoal quando passei pela Secretaria, porque aí eu não vou para a Justiça. V. Ex.<sup>a</sup> ia engolir, neste plenário, as suas palavras. V. Ex.<sup>a</sup>, se repetir, vai engolir. Se V. Ex.<sup>a</sup> levantar, vai engolir, e levante! V. Ex.<sup>a</sup> ou qualquer um! Levante! V. Ex.<sup>a</sup> foi para o microfone e não levantou, senão ia engolir suas palavras...

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Atenção. Está suspensão a reunião.

A Presidência lamenta o ocorrido. O Constituinte Brandão Monteiro tinha o direito de falar porque era o Relator, conforme reconheci, mas eu ignorava que o assunto derivasse para um problema que não é extremamente dignificante para o prosseguimento dos nossos trabalhos.

Então, de acordo com a decisão anterior e também com o Regimento, está assegurada a palavra ao nobre Constituinte Brandão Monteiro, para encerramento e discussão. Assim, terminaremos os nossos trabalhos, nesta fase da reunião.

Tem a palavra o meu querido amigo, Constituinte Nelson Carneiro.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – Foi exatamente isso que pedi a V. Ex.<sup>a</sup>, para que, depois de ouvirmos o Constituinte Brandão Monteiro, encerrássemos a reunião por evidente falta de número.

**O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO MONTEIRO:** – Sr. Presidente, gostaria de saber se está assegurada a minha palavra.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO MONTEIRO:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, não vou mais me ater aos fatos lamentáveis que aqui ocorreram, mas esta Casa me conhece, sabe a forma como tenho trabalhado aqui e o trato que dispensei aos meus pares. Evidentemente, todo homem tem o direito de não deixar passar qualquer questão em relação a sua honra pessoal. O assunto está superado e pretendo agora ater-me à questão do projeto de resolução do qual sou autor.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, por estes fatos e sobretudo pela descrença que a cada dia me acompanha neste Parlamento, na vida pública brasileira, a cada dia mais se acerca de mim a vontade de abandonar este Parlamento e esta Assembléia Nacional Constituinte porque, a rigor, o que ocorre aqui sempre é exatamente o desrespeito ao Regimento na forma política mais mesquinha dos interesses pessoais. Este Parlamento e este País vivem um momento extremamente lamentável; os escândalos se desenvolvem e nada acontece.

Quando propus este projeto de resolução não foi para atender aos interesses do meu partido, como alguns quiseram insinuar. Restringi-me à liberdade que me permitia o Regimento.

Devo lembrar as grandes discussões que aqui se travaram à época da elaboração do Regimento Interno. Não é à toa que esta Casa recebe diariamente milhares, e por que não dizer, milhões de emendas populares, o que constitui um avanço em relação aos processos constitucionais anteriores do País. Não foi sem razão que discutimos, diuturnamente, nesta Casa, sobre a possibilidade de consulta plebiscitária.

Respeito todos os Parlamentares e Constituintes que me antecederam, contrariamente à minha proposição, especialmente o nobre Constituinte Marcondes Gadelha, por quem tenho especial admiração. Mas, na verdade, todos os argumentos aqui usados não procedem em relação à questão central que estamos discutindo.

Uns falam que não há Projeto de Constituição e eu trago à tribuna Projeto de Constituição expedido pela Gráfica do Senado, a partir da aprovação, pela Comissão de Sistematização, enviada ao Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, que abriu prazo, de acordo com os artigos 20, 21 e 22, e estamos neste período, das emendas, e o Regimento é explícito a respeito desta questão.

É inegável que neste País se discute um conjunto de questões que estão a preocupar a sociedade brasileira e os partidos políticos. Evidentemente, utilizamos o prazo do Regimento, fazendo a nossa proposição e temos de reconhecer, inclusive, que a própria redação do Regimento é confusa. Certamente diria o nobre Constituinte Carlos Sant'Anna que, se não a fizéssemos nesse período, poderia haver interpretações outras que a inquinariam de uma proposição a destempo, e visto que a redação é extremamente confusa. Utilizamos esse direito, entendo que, com a abertura que se deu à Assembléia Nacional Constituinte, através de emendas populares, através da possibilidade de consulta plebiscitária, é extremamente positivo darmos ao povo o direito de resolver aquelas questões que hoje são

extremamente controversas. E não são só as questões referentes a mandatos ou a sistemas de governo. Por isso, apoio a proposição do Constituinte Virgílio Guimarães.

A questão aqui é política. A minha proposição é política, para decidir uma questão que tem, inclusive, levado esta Casa às páginas dos jornais, como uma Casa escandalosa. Não vou acusar ninguém. Mas, diuturnamente, vemos nos jornais que o Presidente da República, utilizando os cargos de que dispõe, estaria negociando com Constituintes desta Casa para fixação do seu mandato de cinco anos. Não digo que seja verdade, mas não vi ninguém vir à tribuna para desmentir estas informações.

Neste sentido, pensamos que as questões mais polêmicas da Assembléia Nacional Constituinte deveriam ser resolvidas não por uma minoria escassa, o que vai acontecer nesta Casa: vencedores ou vencidos terão, nesta Casa, uma minoria escassa para a formulação de um texto constitucional que, esperamos, tenha uma duração relativa dentro da realidade constitucional e política do País.

Os parlamentaristas, que jamais discutiram a questão do sistema de governo em praça pública, ou os presidencialistas que jamais o fizeram em praça pública, não porque quisessem esconder as suas posições, mas porque o próprio processo eleitoral não permitia, em face de uma convocação de Assembléia Nacional Constituinte, vinculada a uma eleição de Governador, onde o carro-chefe dessa campanha era composto dos candidatos a Governador, de repente, quem nunca discutiu sobre sistema de governo terá a autoridade de aqui chegando, definir-se e definir para o povo brasileiro este ou aquele sistema de governo.

Em relação ao mandato presidencial – não vou nem usar as expressões que todos usam – foi o próprio Presidente da República quem mandou para esta Casa, ao convocar a Assembléia Nacional Constituinte, expressamente, a sua redação, quando dizia que, apesar de a Constituinte optar por seis anos, entendia que o mandato do seu governo deveria ser de quatro anos.

É evidente que as posições mudam, os interesses se avolumam. Posteriormente, o Presidente da República vai à televisão e diz que abre mão de um ano do seu mandato, passando para cinco anos.

Por isso, entendo, embora sem crença, que a Comissão de Sistematização até hoje, nobre Presidente, tem-se notabilizado por discussões estérteis, sem soluções sérias. Na verdade, alguns falam em soberania da Constituinte e autolimita da soberania da Constituinte, como afirmou o Constituinte Marcondes Gadelha. Discutimos, diuturnamente, nesta Casa, e os partidos de oposição, sobretudo, manifestaram-se inequivocamente a respeito da soberania da Assembléia Nacional Constituinte. Arranjaram uma redação, fizeram um acordo político, onde colocaram a soberania sob estreitos limites, como está expresso no art. nº 57, § 9º, da Constituinte. Ali a questão da soberania da Assembléia Nacional Constituinte estava restrita a atos que ferissem a sua soberania ou que impedissem o seu funcionamento. Mas os argumentos nesta Casa valem a qualquer tempo, a qualquer hora, de acordo com os interesses. Os que votaram dessa forma vêm à tribuna colocar-se contra o projeto de resolução, porque ele feriria a soberania **lato sensu** da Assembléia Nacional Constituinte.

Não estamos aqui para defender posições partidárias. Estamos aqui para avançar no processo democrático deste País e a grande discussão, como dizia o nobre Constituinte Vivaldo Barbosa, estabelece-se hoje nesta Casa: se uma democracia simplesmente representativa ou uma democracia participativa e representativa.

Que belo espetáculo seria, Sr. Presidente, a convocação de um plebiscito para decidir o mandato e V. Ex.<sup>a</sup>, com o seu vigor, com a sua experiência, com as suas

convicções, desse ao povo brasileiro a aula que deu ao Plenário da Assembléia Nacional Constituinte, discutindo na defesa da sua tese, esclarecendo o povo e possivelmente ganhando muitas consciências para a sua tese. O que queremos, aqui, é nos enfeixarmos nesta Casa, até a possibilidade de o povo ouvir o que temos a dizer para eles, a quem recorreremos à época da campanha, alguns, com santinhos, outros com promessas vãs, outros com camisas. Mas, na hora de o povo vir ouvir o que temos a dizer nesta Casa, até isto se cerceia na Assembléia Nacional Constituinte.

O que estamos defendendo é uma democracia participativa, é dar ao povo o direito de resolver os impasses que aqui surgem. Impasses que não serão resolvidos pelo consenso na Assembléia Nacional Constituinte, impasses que deixam perplexidade nesta Casa em relação a um conjunto de temas. Evidentemente, consideramos que o principal problema deste País, a par da questão social e da questão econômica, é a questão democrática. Somos uma sociedade autoritária desde o seu início, desde o tempo em que éramos colônia até a nossa independência. Dessa maneira, não resolveremos os impasses da sociedade brasileira se, neste período, não avançarmos e não definirmos a questão democrática.

Os democratas que falam em democracia, que acusam os partidos de oposição de esquerdismo, de comunismo ou de totalitarismo, na hora em que estão à prova a respeito das suas convicções democráticas mínimas, negam, negam sistematicamente. Enfeixam-se nos limites de um parlamento luxuoso, confortável os Constituintes, que nada têm a ver com o Brasil faminto e miserável, do qual nos falava o Constituinte Amaury Müller que, há pouco, recebia trabalhadores da CONTAG. Uma mulher, sessenta anos de idade, quase chorando, dizia a S. Ex.<sup>a</sup> que trabalha e não tem horário de trabalho: trabalha por tarefa e ganha quinze cruzados por dia, quando cumpre a sua tarefa. Ainda falam em propriedade, em democracia e representatividade. Como não creio que daqui saia alguma coisa séria, e estou muito tranqüilo para dizer isto, quis usar a tribuna para trazer as minhas inquietações. Sei que não passará projeto de decisão e, quando passa, como passou o do Constituinte Paulo Ramos, o Presidente da Casa o engaveta, até hoje não mandou esse projeto para a decisão do Plenário da Assembléia Nacional Constituinte.

Quero pedir desculpas aos companheiros pelos meus excessos, nelas minhas angústias, pelas minhas depressões, mas não vou pedir desculpas pelo ato que tomei em defesa da minha honra.

Muito obrigado àqueles que tiveram, pelo menos, a gentileza de me ouvir. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Em votação o parecer do Sr. Relator ao Projeto de Resolução nº 14 de 1987. (Pausa.)

**O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO MONTEIRO:** – Opino pela rejeição do projeto. Peço ao Plenário que se manifeste simbolicamente, permanecendo os Srs. Constituintes como se acham.

**O SR. CONSTITUINTE ADYLSO MOTA:** – Peço a palavra, pela ordem.

(Assentimento do Presidente.)

Sr. Presidente, pediria a V. Ex.<sup>a</sup> que procedesse à votação nominal ou à verificação de **quorum**, pela evidente falta de número para decisão.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Está requerida a votação nominal. Vamos proceder à chamada. Proponho ao Sr. Constituinte Adylson Motta, que fez a proposta de verificação, que tenha a bondade de vir à Mesa para ser o escrutinador.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem a palavra, pela ordem, o nobre Líder.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Creio que é o art. 61, mas a votação dos projetos de resolução requer maioria absoluta. Por conseguinte, não há como submetê-los à votação simbólica. Obrigatoriamente, a votação terá de ser nominal.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup> a informação, mas está em execução a votação nominal.

Em votação o parecer do Sr. Relator, ao Projeto de Resolução nº 14, de 1987.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem a palavra o nobre Constituinte.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – A respeito da votação. Estou entendendo que, quem votar assim, está aprovando o parecer do Relator e, por conseguinte, está pela rejeição do projeto de resolução.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Exatamente, Sr. Constituinte. Assim se procederá. O parecer do Relator é contrário ao projeto, conseqüentemente, votar a favor do parecer do Relator contraria o projeto. Podemos proceder à votação.

(Procede-se à votação.)

Vai ser feita a apuração. (Pausa.)

Votaram, **sim**, 19 Srs. Constituintes e **não**, 12.

Não houve abstenção.

Resultado: 31 votos.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Não há número.

A. Mesa convoca outra reunião neste Plenário para amanhã às 15 horas.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – Sr. Presidente, antes de encerrar a reunião, gostaria, por uma questão de ordem, de solicitar a V. Ex.<sup>a</sup>, como Presidente da Comissão de Sistematização, uma solução a respeito do Projeto de Decisão nº 4 por que, conforme todos sabemos, foi aprovado pela Comissão de Sistematização e aguarda a decisão do Presidente da Assembléia Nacional Constituinte para ser encaminhado ao Plenário. A minha preocupação. Acredito, é procedente, em face do que temos verificado através da imprensa, isto é, o Poder Executivo, através do Ministério da Fazenda, em flagrante desrespeito à Assembléia Nacional Constituinte, hoje único Poder legítimo neste País, já desenvolve trabalho no sentido de promover a conversão da dívida externa em capital de risco. Gostaria de solicitar a V. Ex.<sup>a</sup> informações a respeito, já que V. Ex.<sup>a</sup> preside a nossa Comissão.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENUÍNOS:** – Sr. Presidente, V. Ex.<sup>a</sup> já responde às duas informações de uma só vez. Também solicito informações a V. Ex.<sup>a</sup> se já existe alguma previsão concreta de apreciação por esta Comissão de projeto de decisão do nobre Constituinte Arnaldo Faria de Sá, sobre a questão da eleição direta para Presidente da República em 1988.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Quanto a primeira recomendação, tenho a honra de informar ao nobre Constituinte que tomarei hoje mesmo a iniciativa de procurar S. Ex.<sup>a</sup>, o Sr. Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, e, posteriormente, na primeira reunião que tivermos devo ter os elementos necessários para responder a V. Ex.<sup>a</sup>.

Quanta à segunda solicitação do nobre Constituinte, estou informado de que deveremos ter uma reunião terça-feira próxima, às 9 horas e 30 minutos, neste Plenário.

Está encerrada a reunião.

**(Levanta-se a reunião às 13 h. e 6 min.)**

### 15ª Reunião Extraordinária

Aos sete dias do mês de agosto do ano de mil novecentos e oitenta e sete, às 15 horas e trinta minutos, no Plenário da Câmara dos Deputados, reuniu-se a Comissão de Sistematização, sob a Presidência do Senhor Constituinte Afonso Arinos, presentes os seguintes Senhores Constituintes: Ademir Andrade, Aloysio Chaves, Carlos Sant'Anna, Celso Dourado, Edme Tavares, Egdio Ferreira Lima, Fernando Gasparian, Francisco Dornelles, Gerson Peres, Inocêncio Oliveira, João Calmon, José Geraldo, José Luiz Maia, José Ulisses de Oliveira, Manoel Moreira, Nelson Carneiro, Nilson Gibson, Plínio de Arruda Sampaio, Prisco Viana, Raimundo Bezerra, Rodrigues Palma, Wilson Martins, Adylson Motta, Aldo Arantes, Antônio Mariz, Chagas Rodrigues, Enoc Vieira, Fernando Santana, Israel Pinheiro, José Tinoco, Marcos Lima, Paes Landin, Rose de Freitas, Vicente Bogo, Vilson Souza, Estiveram presentes também, os Senhores Constituintes não integrantes da Comissão: Antônio de Jesus, Messias Góis, Humberto Souto, Virgílio Guimarães e Vivaldo Barbosa. Deixaram de comparecer os seguintes Constituintes: Abigail Feitosa, Adolfo Oliveira, Alcení Guerra, Alfredo Campos, Almir Gabriel, Aluizio Campos, Antônio Farias, Antônio Carlos Konder Reis, Antônio Carlos Mendes Thame, Arnaldo Prieto, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Brandão Monteiro, Carlos Chiarelli, Carlos Mosconi, Christóvam Chiaradia, Cid Carvalho, Cristina Tavares, Darcy Pozza, Eraldo Tinoco, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Lyra, Francisco Benjamin, Francisco Pinto, Francisco Rossi, Gastone Righi, Haroldo Lima, Haroldo Sabóia, Ibsen Pinheiro, Jamil Haddad, Jarbas Passarinho, João Herrmann Neto, Joaquim Bevilacqua, José Fogaça, José Freire, José Ignácio Ferreira, José Jorge, José Lins, José Mauricio, José Paulo Bisol, José Richa, José Santana de Vasconcellos, José Serra, José Thomaz Nonô, Luiz Eduardo, Luiz Inácio Lula da Silva, Lysâneas Maciel, Marcondes Gadelha, Mário Assad, Mário Lima, Milton Reis, Nelson Jobim, Nelson Friedrich, Oscar Corrêa, Osvaldo Coelho, Osvaldo Lima Filho, Paulo Pimentel, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Renato Vianna, Ricardo Fiúza, Roberto Freire, Sandra Cavalcanti, Severo Gomes, Sigmaringa Seixas, Siqueira Campos, Theodoro Mendes, Virgildásio de Senna e Virgílio Távora. Havendo número regimental o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, comunicando ao Senhor Constituinte Carlos Sant'Anna que, de acordo com informações do Senhor Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, foi encaminhada ao Senhor Constituinte Mauro Benevides. Questão de Ordem suscitada por S. Ex.<sup>a</sup>, na reunião do dia 13 de julho do corrente, sobre o Projeto de Decisão nº 4/87, devendo haver uma decisão sobre o assunto nos próximos dias. Informou, ainda, ao Senhor Constituinte Virgílio Guimarães que enviou, no dia seis próximo passado, ofício ao Senhor Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, solicitando prorrogação do prazo para discussão do Projeto de Resolução nº 15/87, de sua autoria. Em seguida, o Senhor Constituinte Carlos Sant'Anna lembrou que, havendo sido convocada reunião, para o próximo dia 11 do corrente, destinada a apreciar o projeto de Decisão nº 6/87 (ANC), do Senhor Constituinte Arnaldo Faria de Sá, será muito importante a definição urgente do **quorum** necessário para a aprovação do referido projeto, antes daquela data. O Senhor Constituinte Gerson Peres, em aparte, informou que a questão levantada pelo Senhor Constituinte Carlos Sant'Anna envolvia matéria vencida, porquanto ele próprio já havia abordado o assunto anteriormente. Em continuação, o

Senhor Ademir Andrade ressaltou que o problema do **quorum** para os Projetos de Decisão fora amplamente debatido durante a discussão do Regimento Interno da Comissão, tendo ficado estabelecido o de maioria simples; nesta intervenção o parlamentar foi contra-argumentado pelo Senhor Constituinte Carlos Sant'Anna. Falaram, ainda, sobre o assunto os Senhores Nilson Gibson e Inocêncio Oliveira, ambos defendendo que os trabalhos da Comissão deveriam reger-se pelo Regimento da Assembléia Nacional Constituinte, cujo art. 33 dispõe que matérias constitucionais deverão ser votadas através de **quorum** qualificado, de maioria absoluta. Prosseguindo, o Senhor Presidente anunciou que a reunião destinava-se à votação do Parecer do Senhor Relator ao Projeto de Resolução nº 14/87, do Senhor Constituinte Brandão Monteiro, cuja discussão havia sido encerrada, colocando em votação o parecer pela rejeição ao projeto. O Senhor Constituinte Ademir Andrade solicitou que a votação fosse feita pelo processo nominal, tendo sido convidado pelo Senhor Presidente para proceder à chamada nominal, cujo resultado apresentou vinte e oito votos, sendo vinte e três "sim" (favoráveis ao Parecer do Relator) e cinco "não" (contrários ao Parecer). Não perfazendo o **quorum** exigido de maioria absoluta, e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente convocou nova reunião para o próximo dia dez do corrente mês, às dez horas, naquele Plenário, destinada à votação da matéria. O inteiro teor desta reunião foi gravado, devendo ser publicado no Diário da Assembléia Nacional Constituinte e constituir-se-á na Ata circunstanciada dos trabalhos. E, para constar, eu, Maria Laura Coutinho, lavrei a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação. — **Afonso Arinos**.

#### Comissão de Sistematização

Reunião do dia 7-8-87 — Nº 304/87.

Início: 15h36min.

Término: 16h2min.

Local: Plenário da Câmara dos Deputados.

Presidente: Afonso Arinos.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** — Havendo número regimental, declaro aberta a reunião.

A Ata da reunião anterior está sendo elaborada, razão pela qual sua cópia não foi hoje distribuída aos Srs. Constituintes, mas o será na próxima semana.

Desejo comunicar ao eminente Líder, Deputado Carlos Sant'Anna, que hoje conversei com o Presidente da Assembléia Nacional Constituinte sobre a questão de ordem levantada por S. Ex.<sup>a</sup> na última reunião, a respeito do projeto de decisão sobre a dívida externa.

Fui informado pelo Presidente Ulysses Guimarães de que a matéria estava com o Constituinte Mauro Benevides, cujo parecer deverá ser dado na semana que vem.

Informo, ainda, ao Sr. Constituinte Virgílio Guimarães, que ontem retirou o projeto da votação, que encaminhamos ofício ao Presidente da Assembléia solicitando a prorrogação do prazo para discussão do Projeto de Resolução nº 3/87, de sua autoria, cuja cópia lhe foi enviada.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** — Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** — Concedo a palavra a V. Ex.<sup>a</sup>, pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** — Sr. Presidente, pelo que estou informado, na próxima terça-feira haverá reunião da Comissão de Sistematização para exame do projeto de decisão apresentado pelo Constituinte Arnaldo Faria de Sá. Ora, a questão de ordem que

levantei suscita um tema importantíssimo, qual seja, o de que os projetos de decisão, em geral, requerem, na Comissão de Sistematização, para aprovação, por **quorum** privilegiado. Eles só são aprovados quando receberem quarenta e sete votos positivos.

Levantei uma outra questão. No caso, o projeto em tela, do ilustre Constituinte Paulo Ramos, se referia a matéria constitucional. Além de ser um projeto de decisão, trata de matéria constitucional e, assim, mesmo que não fosse projeto de decisão, o **quorum** deve ser qualificado.

Ora, na terça-feira haverá discussão e votação do projeto de decisão do Constituinte Arnaldo Faria de Sá. Será a mesma coisa, porque se trata de projeto de decisão que versa sobre matéria constitucional. Deste modo, é muito importante sabermos qual será o **quorum** para aprovação do projeto: se o de 47 votos, como me parece ser o caso, ou se apenas o **quorum** simples da maioria dos presentes, havendo número.

Estou apenas, portanto, sugerindo a V. Ex.<sup>a</sup> que seria interessante lembrar ao Presidente Ulysses Guimarães que a decisão da questão de ordem deveria chegar antes de termos de enfrentar outra discussão e votação de projeto desse tipo.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** — Isto ocorrerá antes de terça-feira. Farei chegar a S. Ex.<sup>a</sup> a preocupação do seu Líder. Se não conseguir uma resposta satisfatória e oportuna, verei, para resolver o assunto, entregá-lo à decisão da maioria desta Comissão.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** — Trata-se de matéria já vencida. Quem primeiramente levantou questão de ordem sobre este assunto, nesta Comissão, fui eu. E fui vencido! A Presidência decidiu abrigar a decisão desse tipo de matéria à sombra do art. 33 do Regimento, e não do art. 21, § 2º que estabelece maioria absoluta. Foi a decisão, embora com ela não tenham concordado. Fiz o recurso, mas fui vencido.

Acho que o § 2º do art. 21 é o que trata especificamente do **quorum** das Comissões temáticas e, inclusive, da de Sistematização. O art. 33 trata do **quorum** do Plenário da Assembléia Nacional Constituinte. São questões distintas. Mas o Presidente da Assembléia Nacional Constituinte e V. Ex.<sup>a</sup> indeferiram minha questão de ordem e optaram pelo que determina o art. 33.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** — Vou-me permitir não voltar ao problema, por me parecer um pouco emaranhado. Sobre tudo, considero que a decisão tomada sobre a questão suscitada por V. Ex.<sup>a</sup>, a quem respeito e estimo, não é final. Pode ser interlocutória. Não tem caráter definitivo e, em consequência, o assunto pode ser resolvido através de novas conversações com o Presidente da Assembléia.

Essa, a explicação que desejava dar a V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** — Muito obrigado.

**O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE:** — Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** — Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE:** — Sr. Presidente, gostaria de cientificar V. Ex.<sup>a</sup> de que esta questão de ordem iniciou-se na primeira discussão do projeto que trata da dívida externa, em que houve aquela votação — V. Ex.<sup>a</sup> lembra bem —, no começo do dia, se queria fosse de apenas 27 o **quorum** daquela primeira etapa da Comissão. A questão foi amplamente debatida durante a votação do nosso Regimento Interno. V. Ex.<sup>a</sup> não participou desse debate. Presidia a reunião o Constituinte Aluizio Campos.

Isto está muito claro para nós. Nada justifica a sua contestação ou apresentação aqui como questão de ordem, embora seja matéria constitucional. O que a Comissão de Sistematização tem de fazer é decidir se o assunto deverá ou não ser submetido à apreciação do Plenário, que deve decidir com **quorum** de maioria absoluta, conforme estabelece a Constituição. A Comissão de Sistematização tem de decidir apenas se a questão de projeto de decisão deve ir a Plenário. Essa questão foi amplamente debatida e aprovada pela maioria desta Comissão, ou seja, no caso de projeto de decisão era voto de maioria simples – presentes 47, votado por maioria, o projeto deve ir a Plenário.

Não posso, pois, concordar, de forma alguma, com a questão de ordem levantada pelo Constituinte Carlos Sant'Anna. Quero apenas lembrar a V. Ex.<sup>a</sup> que, por ter sido decisão desta Comissão, não podemos, a meu ver, voltar atrás.

Era a manifestação que queria fazer.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Muito obrigado, nobre Constituinte.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Para contestar, Sr. Presidente.

Na hierarquia das normas da Constituinte há um Regimento, o da Assembléia Nacional Constituinte. Este Regimento diz que as decisões da Assembléia e das Comissões são tomadas por maioria absoluta de votos. Um artigo facilmente localizável no Regimento também estabelece que toda questão relativa a matéria constitucional só será decidida pela Comissão, qualquer que seja, por maioria absoluta de votos. Na verdade, não se esperava o expediente que vem sendo usado de se invocar projeto de decisão para matérias constitucionais. Mas se o expediente é utilizado e a Mesa da Assembléia Nacional Constituinte passa para a Comissão de Sistematização a matéria que o projeto de decisão contém, ainda que rotulada de projeto de decisão, se é constitucional não perde sua condição de matéria constitucional e, como tal, tem de ser tratada na Comissão, ainda que rotulada de projeto de decisão.

Por exemplo, o projeto de decisão do Deputado Iram Saraiva versava sobre a transmissão pelo rádio das sessões da Assembléia Nacional Constituinte. Esse é um tipo de projeto de decisão que necessariamente não é matéria constitucional. Sobre esse projeto ninguém pode invocar que, não sendo matéria constitucional, precisa de **quorum** qualificado. Mas toda vez que um projeto de decisão contiver, na sua essência, matéria de natureza constitucional, este fato – especialmente sendo de uma Comissão de Sistematização Constituinte – é de tal magnitude, que tem de levar o **quorum** para o privilégio da votação de matéria constitucional que é a maioria absoluta. Daí por que ter feito a questão de ordem, inclusive por escrito. Muito obrigado a V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem a palavra o nobre Constituinte Nilson Gibson, pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE NILSON GIBSON:** – Sr. Presidente, nada mais havia a acrescentar aos conceitos e argumentos expedidos pelo ilustre Constituinte Carlos Sant'Anna, Líder do Governo. Todavia, apenas por amor à interpretação, principalmente por respeito e admiração a V. Ex.<sup>a</sup>, uma das maiores culturas jurídicas do País, queria trazer à colação a interpretação do art. 33 do nosso Regimento, que diz o seguinte: "As deliberações sobre matéria constitucional..."

O primeiro ponto a se perquirir é se o objeto da discussão e votação é matéria constitucional. É. Necessita de quê? Primeiro, de ser apreciada por processo nominal. Segundo requisito: problema processual – os pressupostos da exigência do dispositivo legal e maioria absoluta de votos dos membros da Assembléia.

Então, culto, inteligente e nobre jurista Afonso Arinos, sendo a matéria constitucional, desde que assim seja reconhecida, há necessidade implícita de dois requisitos: primeiro a adoção do processo nominal; segundo, que seja aprovada por maioria absoluta. Isso está bastante expresso em matérias de Direito Constitucional. Evidentemente, temos de interpretar restritivamente, não tem sentido amplo.

Aliás, peticionei nesse sentido por saber que na próxima terça-feira estaremos diante de um projeto de decisão que trata do mandato do atual Presidente da República. Primeiramente, precisamos saber se efetivamente a matéria é constitucional. Obstruída a discussão, se o processo de decisão está equivocado, inepto, não atinge os pressupostos nem a capacidade de agir. Por último, precisamos saber se realmente seria um caso de emenda constitucional e não de projeto de decisão. Sabe V. Ex.<sup>a</sup>, muito mais que eu, modesto admirador de V. Ex.<sup>a</sup>, que é matéria constitucional porque realmente pretende, através de um projeto de decisão, reformar uma Constituição que é um **aberratio ictus**. Mas vamos admitir, para argumentar, que é matéria constitucional. Então, temos de preencher os requisitos do art. 33. A meu ver, isso não implica a aplicação do Regimento Interno da Comissão, mas, sim, o Regimento da Assembléia Nacional Constituinte.

**O SR. CONSTITUINTE INOCÊNCIO DE OLIVEIRA:** – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE INOCÊNCIO DE OLIVEIRA:** – Meu caro Presidente, apesar de o nobre Constituinte Gerson Peres, um dos membros desta Comissão que mais entende do Regimento, dizer que era matéria vencida, reafirmo que devemos reger-nos pelo Regimento da Assembléia Nacional Constituinte. Este é claro quando dispõe que, ao se tratar de matéria constitucional, o **quorum** deve ser de maioria absoluta, não de maioria simples.

Sr. Presidente acredito que a questão de ordem do nobre Constituinte Carlos Sant'Anna é procedente. Assim, peço a V. Ex.<sup>a</sup> que a leve em consideração.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Destina-se esta reunião à votação do parecer do Sr. Relator ao Projeto de Resolução nº 14, de 1987, que foi ontem aqui discutido. O parecer do Sr. Relator é pela rejeição do projeto de resolução. O voto "sim" significa concordância com o parecer do Sr. Relator – portanto, rejeita o projeto – e o voto "não", a aprovação do projeto.

Em votação.

**O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE:** – Sr. Presidente, solicito a V. Ex.<sup>a</sup> que proceda à votação nominal.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Peço a V. Ex.<sup>a</sup> que venha proceder à votação.

(Procede-se à votação).

**O SR. CONSTITUINTE EGIDIO FERREIRA LIMA:** – "Sim", com declaração de voto.

Acho que a matéria deve ser definida, mesmo quanto à consulta popular, na elaboração da Carta. Definido o sistema de Governo, decidir-se-á, na oportunidade, se deve ou não ser feita à consulta popular. Não é oportuno que se vote, antecipando a Constituição, pelo referendo.

(Prossegue a votação).

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Proclamo o resultado da votação: de vinte e oito votantes, vinte e três votaram "sim", ou seja, pela rejeição do projeto; cinco votaram "não", ou seja, pela aprovação do projeto.

Estando manifesta a ausência de **quorum**, convoco outra reunião para segunda-feira, às 10 horas da manhã neste plenário.

Estou sendo advertido pela Mesa de que esta é a última reunião, dado o esgotamento do prazo, para a votação do Projeto. Muito obrigado, Srs. Constituintes.

Está encerrada a reunião.

### Termo de Reunião

Aos dez dias do mês de agosto de mil novecentos e oitenta e sete, às dez horas e trinta e cinco minutos, a Comissão de Sistematização deixou de reunir-se, por falta de **quorum**. Aguardando-se o decurso de prazo por trinta minutos, e persistindo a insuficiência de número regimental, às onze horas e cinco minutos, o Senhor Constituinte Fernando Santana, no exercício da Presidência, declarou que aquela reunião destinada à votação do Projeto de Resolução nº 14/87-ANC, do Senhor Brandão Monteiro, que regulamenta e disciplina a consulta plebiscitária sobre o sistema de governo e duração do mandato de transição, cujo prazo esgotava-se naquela oportunidade, deixava de se realizar. Compareceram os Senhores Constituintes Adolfo Oliveira, José Ignácio Ferreira, José Luiz Maia, Carlos Sant'Anna, Nilson Gibson, Rodrigues Palma, José Paulo Bisol, Gerson Peres, Cristina Tavares, José Santana de Vasconcelos, Lysâneas Maciel, Ademir Andrade, Nelson Wedekin, Otomar Pinto e Paes Landim. E para constar, eu, Maria Laura Coutinho. Secretária. Lavrei o Presente Termo.

### 12ª Reunião Ordinária

Aos onze dias do mês de agosto do ano de mil novecentos e oitenta e sete, às nove horas e cinqüenta e dois minutos, no Plenário do Senado Federal, reuniu-se a Comissão de Sistematização, sob a Presidência do Senhor Constituinte Aluizio Campos. Primeiro-Vice-Presidente, no exercício da Presidência, presentes os Senhores Constituintes; Abigail Faltosa, Afonso Arinos, Alcení Guerra, Brandão Monteiro, Carlos Sant'Anna, Celso Dourado, Christóvam Chiaradia, Darcy Pozza, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Lyra, Gastone Righi, Gerson Pares, Haroldo Lima, Haroldo Sabóia, Inocência Oliveira, Jamil Haddad, Joaquim Bevilacqua, José Freire, José Geraldo, José Ignácio Ferreira, José Jorge, José Luiz Maia, José Thomaz Nono, José Ulisses de Oliveira, Luís Eduardo: Lysaneas Maciel, Marcondes Gadelha, Nelson Carneiro, Nelton Fridrich, Nilson Gibson, Oscar Corrêa, Osvaldo Coelho, Paulo Ramos, Plínio de Arruda Sampaio, Raimundo Bezerra, Rodrigues Palma, Sigmaringa Seixas, Siqueira Campos, Adylson Motta, Chagas Rodrigues, Cleonânio Fonseca, Enoe Vieira, Fernando Santana, João Menezes, Jonas Pinheiro, José Genoino, José Maria Eymael, José Tinoco, Luiz Salomão Octávio Elísio, Ottomar Pinto, Rorerto Brant, Rose de Freitas, Simão Sessin, Vicente Boga e Vilson Souza. Estiveram presentes ainda, os Senhores Constituintes não integrantes da Comissão: Arnaldo Faria de Sá, Mário Cavas e Virgílio e Guimarães. Deixaram de comparecer os Senhores Constituintes: Ademir Andrade Adolfo Oliveira, Alfredo Campos, Aluir Gabriel Aloysio Chaces, Antonio Farias, Antoniocarlos Konder Reis, Antoniocarlos Mendes Thame, Arnaldo Prieto, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Carlos Chiarelli, Carlos Mosconi, Cid Carvalho, Cristina Tavares, Edme Tavares, Egídio Ferreira Lima, Eraldo Tinoco, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Gasparian, Francisco Benjamin, Francisco Dornelles, Francisco Pinto, Francisco Rossi, Ibsen Pinheiro, Jarbas Passarinho, João Calmon, João Hermann Neto, José Fogaça, José Lins, José Maurício, José Paulo Bisol, José Richa, José Santana de Vasconcelos, José Serra, Luiz Inácio Lula da Silva, Manoel Moreira, Mário Assad, Mário Lima, Milton Reis, Nelson Jobim, Oswaldo Lima Filho, Paulo Pimentel, Pimenta da Veiga, Prisco Viana, Renato Vianna, Ricardo Fiúza, Roberto Freire, Sandra Cavalcanti,

Severo Gomes, Theodoro Mendes, Virgildásio de Senna, Virgílio Távora e Wilson Martins. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declarou abertas os trabalhos anunciando encontrarem-se sobre a Mesa as seguintes Propostas de Emendas Populares, com Pareceres favoráveis ao recebimento, sob os nºs: 10/87 – Aposentadorias as donas-de-casa: 20/87 – Direitos das Mulheres; 21/37 Participação Popular, 22/87 – Participação Popular; 23/87 – Aposentadoria da mulher aos 25 anos: 14/87 – Telecomunicações; 25/87 – Cooperativismo: 26/87 – Criação do Estado do Tocantins; 27/87 – Imposto de Renda. Não havendo quem se oferecesse para discutir as matérias o Senhor Presidente submeteu à votação, em bloco, pelo processo simbólico, os pareceres do relator, que foram unanimemente aprovados e, em consequência, recebida "as propostas pela comissão. O seguir, o Senhor Presidente, em razão de impedimento momentâneo do Senhor Relator, Constituinte Bernardo Cabral, designou o Senhor Constituinte José Thomaz Nono para proceder à leitura do Parecer ao Projeto de Resolução nº 6/87 (ANC) de autoria do Senhor Constituinte Arnaldo Faria de Sá, que "determina fixação as eleições para Presidente". Com a palavra, em questão de ordem, o Senhor Constituinte Carlos Sant'Anna, referindo-se a questionamento que fez em oportunidade anterior, defendeu que o **quorum** para as deliberações sobre projeto de decisão devem-se dar por maioria absoluta de votos, no que foi contraditado pelo Senhor Constituinte José Genoino. A questão de ordem foi deferida pelo Senhor Presidente, que definiu o **quorum** de maioria absoluta de votos para a votação do Projeto de Decisão nº 6/87 (ANC), tendo o Senhor Constituinte José Genoino recorrido dessa decisão. As dez horas e doze minutos assumiu a Presidência dos trabalhos o seu titular, Constituinte Afonso Arinos. Lido o parecer do Relator, passou-se a sua discussão, tendo falado sobre a matéria os seguintes Senhores Constituintes: Paulo Ramos, Nilson Gibson, José Genoino, Oscar Corrêa, Carlos Sant'Anna, Brandão Monteiro, Fernando Lyra, Fernando Santana, Rose de Freitas, Arnaldo Faria de Sá, José Thomaz Nonô, Gastone Righi, Jamil Haddad, Aluizio Campos, Lysâneas Maciel, Haroldo Lima, Celso Dourado, Marcondes Gadelha e Adylson Motta. Com a palavra, o Senhor Presidente informou haver sobre a Mesa requerimento do Senhor Constituinte Carlos Sant'Anna, solicitando o encerramento da discussão, considerando já terem falado três oradores contra e três favoravelmente à matéria. Antes de submeter à votação o aludido requerimento, o Senhor Presidente comunicou ao Plenário o recebimento do Ofício nº 435/87, do Senhor Presidente Ulysses Guimarães, em resposta afirmativa à consulta formulada sobre o pedido de prorrogação do prazo, por mais cinco dias, pena a apreciação do Projeto de Resolução nº 15/87 (ANC) de autoria do Senhor Constituinte Virgílio Guimarães, a contar de onze de agosto corrente. Em votação, o requerimento de encerramento da discussão, de autoria do Senhor Constituinte Carlos Sant'Anna, deixou de ser apreciado, por insuficiência de número, verificada em votação nominal requerida pelo Senhor Constituinte Nilson Gibson. O Senhor Constituinte Brandão Monteiro, referindo-se ao vazio no qual se tornavam as reuniões da comissão, apelou ao Senhor Presidente Afonso Arinos no sentido de serem feitos esforços com o objetivo de tornar mais produtivos os trabalhos desta comissão. Em resposta, o Senhor Presidente lembrou que o desinteresse observado não era somente no Plenário da Comissão de Sistematização, porquanto o fato, também, se registrava, diariamente, no Plenário da Assembléia Nacional Constituinte, creditando a situação a ausência de um projeto de Constituição que pudesse servir de modelo inicial para o trabalho de elaboração do texto da futura Constituição; produto, também, de um erro inicial que devem todos reconhecer, ressaltando que "nunca houve neste País Uma Constituinte que trabalhasse sem um modelo inicial, para que seus membros pudessem, realmente, concatenar, reu-



nir, concentrar e confluir no seu trabalho." Ressaltou, ainda, o Senhor Presidente concluindo: "tudo isso é complexo, é muito complicado! Não é um fenômeno político; é um fenômeno histórico. Estamos atravessando uma fase histórica, extremamente delicada e todos devemos esquecer nossas divergências, as dissidências, as antinomias e até as antipatias – que podem chegar até, a ser pessoais – para nos unirmos, nos unirmos daquele fogo sagrado que é a dedicação à causa que o povo nos entregou". Em intervenção oral, pela ordem, o Senhor Constituinte José Maria Eymael indagou da Presidência sobre o **quorum** de presença e de votos exigidos para as deliberações da comissão, ao que foi esclarecido de que o de maioria simples seria utilizado para vocações de matérias não constitucionais, e o de maioria absoluta para matérias constitucionais. O Senhor Constituinte Paulo Ramos, a propósito do Projeto de Decisão nº 4/87 (ANC), de sua autoria, reiterou pedido de informações ao Senhor Presidente, sobre a posição atual da proposição. Em resposta, o Senhor Presidente informou ter mantido contato com o Senhor Presidente Ulysses Guimarães, de quem recebeu o esclarecimento de estar a matéria em vias de ser colocada em apreciação nesta semana. Prosseguindo, o Senhor Presidente convocou reunião para o dia treze de agosto corrente, às nove horas e trinta minutos, no Plenário da Câmara dos Deputados, para continuar a apreciação do Projeto de Decisão nº 6/87 (ANC), tendo esclarecido, ainda, que o Projeto de Resolução nº 15/87 (ANC) ficou com o prazo de apreciação prorrogando por mais cinco dias, a contar desta data. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião às treze horas e trinta e quatro minutos. O inteiro teor desta reunião foi gravado, devendo ser publicado no **Diário da Assembléia Nacional Constituinte** e constituir-se-á na Ata circunstanciada dos trabalhos. E para constar, eu Maria Laura Coutinho, Secretária, lavrei a Presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Havendo número regimental, declaro aberta a reunião.

Encontram-se sobre a mesa nove emendas populares que preenchem os requisitos exigidos pelo Regimento. Referem-se à aposentadoria das donas-de-casa, ao direito das mulheres, à participação popular à aposentadoria da mulher aos 25 anos de trabalho, às telecomunicações, ao cooperativismo, à criação do Estado do Tocantins e ao imposto de renda.

Como a competência da comissão é apenas declará-las recebidas formalmente, a fim de tramitarem em Plenário, podemos fazer uma votação em globo.

Submeto o recebimento das nove emendas, com pareceres favoráveis e declarados de acordo com as exigências regimentais ao Plenário.

Os Srs. Constituintes que as aprovam queiram conservar-se como estão. **(Pausa).**

Aprovado o recebimento das emendas.

Designo o Constituinte José Thomaz Nonô para substituir, provisoriamente, o Relator Bernardo Cabral. Concedo-lhe a palavra para ler o parecer do relator sobre o Projeto de Decisão nº 6/87, do Constituinte Arnaldo Faria de Sá, que determina a fixação de eleições para Presidente da República.

#### PROJETO DE DECISÃO Nº 6, DE 1987

**"determina a fixação de eleições para Presidente".**

Autor: Constituinte **Arnaldo Faria de Sá**; Relator: Constituinte **Bernardo Cabral**, a quem substituo e cujo **relatório** passo a ler.

#### Relatório

Objetiva o nobre Constituinte Arnaldo Faria de Sá, com o presente projeto de decisão, fixar, para vigorar em

Disposições Transitórias da futura Constituição, a data de 15 de novembro de 1988 para a próxima eleição para Presidente da República.

Segundo se infere da justificação da iniciativa sob exame, a antecipação da decisão sobre o assunto, na forma proposta, se faz necessária, uma vez que as crescentes preocupações dos Srs. Constituintes a este respeito estariam a ameaçar "... os trabalhos constituintes e as decisões soberanas da Assembléia Nacional Constituinte" circunstâncias que, na visão do ilustre proponente, autorizariam o remédio extremo previsto no art. 59, § 7º, do Regimento Interno.

Preliminarmente, cumpre-me registrar que a proposição atende ao requisito do apoioamento regimental estabelecido no dispositivo retro-mencionado, uma vez que subscrita por cento e noventa e dois companheiros Constituintes. Resta, pois, examiná-la quanto ao aspecto de sua destinação à luz de nossa Lei Interna, tarefa que demanda, necessariamente, a apreciação de seu mérito.

O assunto tratado na proposta, ao contrário do que sugere sua justificação, não se acha indefinido nos trabalhos constituintes. Encontra-se, na verdade, **sub judice** no processo constitucional.

Com efeito, a teor do Projeto de Constituição, o mandato do atual Presidente da República extinguir-se-á a 15 de março de 1990 (art. 464), estando a data da próxima eleição presidencial fixada para 15 de dezembro de 1989, segundo deflui da redação expressa do **caput** do art. 157, **in verbis**:

"Art. 157. A eleição para Presidente da República dar-se-á... noventa dias antes do término do mandato presidencial".

Essa diretriz, diga-se de passagem, acha-se aprovada por esta Comissão de Sistematização, após ampla oportunidade de emendamento por todos os Srs. Constituintes, configurando, ainda que em caráter provisório, um consenso a respeito desse assunto, resultante, aliás, da prévia definição de duas comissões temáticas cujos anteprojetos, no particular, foram inteiramente convergentes. Refiro-me à Comissão da Organização dos Poderes e Sistema de Governo (art. 144) e à Comissão de Organização Eleitoral, Partidária e Garantia das Instituições (art. 45).

Diante dessa realidade, a eventual adoção da data de 15 de novembro de 1988, como se propõe, teria por consequência uma antecipação muito grande para a realização do pleito presidencial – contrariamente à nossa tradição constitucional e à boa técnica eleitoral – ou a fixação do término do atual mandato do Presidente da República para 15 de fevereiro de 1989, em desacordo com a orientação, ora vigente, do art. 464 do Projeto de Constituição.

Admitindo ser a segunda das hipóteses acima mencionadas o propósito perseguido pelo Autor – já que a primeira seria tecnicamente desaconselhável –, não vejo em que o assunto estaria a ameaçar os trabalhos constituintes, muito menos de modo a justificar a adoção do remédio extremo previsto no art. 59, § 7º, do Regimento Interno, pois a matéria, como já foi mencionado, encontra-se **sub judice** no processo constituinte.

Diante do exposto, não se justifica a antecipação proposta que, a par de desnecessária – já que ausente o pressuposto da ameaça regimentalmente prevista – significaria uma prévia vinculação dos Srs. Constituintes numa matéria que, como as demais do futuro texto constitucional, deverá ser votada segundo o calendário previsto para nossos trabalhos.

O caminho natural para aqueles companheiros que, a exemplo do nobre Autor, divirjam do Projeto de Constituição, no ponto aqui abordado ou em outros tópicos

é o do oferecimento de emendas ao seu texto, nesta ou em outras fases do processo constituinte, nada obstando, por oportuno, se assim o desejarem os ilustres Subscritores da proposta, que se requeira à douta Mesa da Assembléia Nacional Constituinte a reclassificação da presente proposta como de emenda ao referido Projeto de Constituição.

#### Voto do Relator

Ante o exposto, meu parecer – e, de consequência o meu voto – é pela rejeição do Projeto de Decisão nº 6, de 1987.

Sala da Comissão, 10 de agosto de 1987. – Deputado **Bernardo Cabral**, Relator.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Concedo a palavra ao Constituinte Carlos Sant'Anna, para uma questão de ordem.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Sr. Presidente, a respeito dos projetos de decisão, em geral, tive oportunidade de apresentar uma questão de ordem, por escrito, sobre o **quorum** para aprovação desses projetos. O ilustre Constituinte Afonso Arinos, Presidente desta Comissão, remeteu a questão de ordem ao Presidente Ulysses Guimarães, que, pelo que sei, até agora não a devolveu com a necessária resposta. Mas, sobre o projeto de decisão cuja discussão será iniciada, o parecer do Relator diz, claramente, à certa altura, à terceira página:

"Nada obstando por oportuno, se assim o desejarem os ilustres subscritores da proposta, que se requeira à douta Mesa da Assembléia Nacional Constituinte a reclassificação da presente proposta como de emenda ao referido Projeto de Constituição".

Vale dizer, a matéria de que trata este projeto, independente de ele ser considerado projeto de decisão ou de vir a ser considerado projeto de decisão, é constitucional. E, em sendo matéria constitucional, sua aprovação nesta Comissão, como em qualquer outra, requer **quorum** de maioria absoluta, no meu entendimento.

Por isso, gostaria que ficasse bem definido se trata ou não de matéria constitucional, embora apresentada sob a forma de projeto de decisão. O próprio Relator reconheceu que seria melhor transformar-se em emenda ao Projeto de Constituição do que num projeto de decisão. Gostaria, então, que se estabelecesse que o **quorum** para a possível aprovação de emenda dessa natureza fosse de maioria absoluta.

Essa, a minha questão de ordem.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENÓINO:** – Sr. Presidente, peço a palavra para contraditar.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem a palavra V. Ex.<sup>a</sup> para contraditar.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENÓINO:** – Sr. Presidente, a Comissão de Sistematização, numa de suas deliberações sobre projeto de decisão que dispunha sobre auditoria da dívida externa, definiu claramente que o **quorum** de deliberação para projeto de decisão seria o de maioria simples, desde que, evidentemente, se obtivesse **quorum** para votação. Isso foi objeto de sessão polêmica, tumultuada. Essa foi, portanto, a decisão da Comissão de Sistematização.

Na verdade, todo projeto de decisão implica, direta ou indiretamente, matéria constitucional. Por exemplo, um projeto de decisão, aprovado na Comissão de Sistematização, que vise a impedir a transformação da dívida externa em capital de risco, também poderia ser enten-

dido como matéria constitucional. E a Comissão de Sistematização deliberou por maioria simples, obtendo-se o **quorum** de maioria absoluta para proceder à votação.

Quanto à discussão do mandato do Presidente da República, a questão apresenta os dois aspectos embutidos – é matéria constitucional o seu conteúdo. Há outro aspecto a se considerar, no que se refere ao projeto de decisão do Deputado Arnaldo Faria de Sá. O projeto propõe à Comissão de Sistematização e ao Plenário da Assembléia Nacional Constituinte uma antecipação da deliberação sobre o mandato do Presidente da República. Não se trata aqui especificamente do mérito do mandato presidencial, mas, sim, do fato de o projeto de decisão propor a antecipação da decisão antes do texto constitucional. Aliás, esta era a opinião de algumas figuras do Governo e do próprio Presidente da República em alguns momentos do período da instalação da Assembléia Nacional Constituinte, ou seja, favorável a que a decisão sobre seu mandato ocorresse antes das deliberações sobre o texto constitucional.

Portanto, na medida em que incide concretamente num momento em que a Constituinte deve deliberar sobre o mandato do Presidente da República, o projeto de decisão, sob este aspecto não é matéria constitucional. O objetivo e o alcance do projeto de decisão não são matérias constitucionais.

Desse modo, entendo que a questão de ordem levantada pelo nobre Constituinte Carlos Sant'Anna, Líder do Governo, não incorpora esse aspecto do projeto de decisão, que é fundamental. O projeto de decisão – repito – está propondo a antecipação da deliberação sobre o mandato presidencial. Ele visa a discutir o momento dessa deliberação: é o momento de deliberar e votar. E não é isso que o projeto busca atropelar. Ele objetiva definir o momento de votação dessa matéria. Portanto, o projeto de decisão encontra-se de acordo, tanto com o Regimento da Assembléia Nacional Constituinte, quanto com o da Comissão de Sistematização.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Já foi apresentada a questão de ordem e contraditada. Agora, a Mesa vai decidi-la. A presidência defere a questão de ordem de V. Ex.<sup>a</sup>

Em outra oportunidade, quando eu estava na Presidência da reunião que examinava proposição sobre a dívida externa, entendi que a questão não era de natureza constitucional. Por isso admiti a votação por maioria simples. Mas a matéria referente ao projeto do nobre Constituinte Arnaldo Faria de Sá é evidente, clara e notoriamente constitucional. A votação deve, pois, ser feita por maioria absoluta de votos, como determinam o Regimento Interno da Constituição e o Regimento da Comissão de Sistematização. De maneira que podemos apenas discutir a matéria, por liberalidade, podendo três Srs. Constituintes se pronunciarem a favor e três contra. Aqui já estão as inscrições.

Concedo a palavra ao nobre Constituinte Paulo Ramos para falar sobre a matéria.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENÓINO:** – Sr. Presidente, recorro da deliberação de V. Ex.<sup>a</sup> ao Plenário da Assembléia Nacional Constituinte.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Recebo o recurso de V. Ex.<sup>a</sup> que será encaminhado ao Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, Ulysses Guimarães. Peço a V. Ex.<sup>a</sup> que o encaminhe por escrito.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, em face da decisão tomada pela Presidência, quero dizer que há um grave equívoco, ao se considerar qualquer matéria tratada em pro-

jetos de decisão como matéria constitucional. A bem da verdade, esse aspecto não merece ser observado, na medida em que o projeto de decisão tem uma finalidade específica, qual seja, de impedir medidas que posam sobreestar os trabalhos e decisões soberanas da Assembléia Nacional Constituinte. Na realidade, não há de se considerar, na apreciação do projeto de decisão, se a matéria é ou não constitucional, mas, sim, se eu objeto constitui algo que possa sobreestar esses trabalhos e essas decisões.

Com relação ao mandato do Presidente da República, verificamos dois aspectos: um deles talvez seja o moral, visto que o político e o partido político têm a responsabilidade do cumprimento das promessas feitas em praça pública e também dos compromissos programáticos. O Presidente da República, por ocasião da convocação de eleições diretas para a Presidência da República, disse textualmente, em cadeia de rádio e televisão, que ao convocá-las admitia que caberia à Assembléia Nacional Constituinte a fixação do período de duração do seu mandato. Declarou também que o mandato de quatro anos era o que pessoalmente reivindicava. Entendia que aquele seria o período necessário para a conclusão da transição democrática, ou seja, a ponte entre o ciclo autoritário e a democracia que todos almejamos para o Brasil. Este é o aspecto moral. O outro é aquele que fere a soberania da Assembléia Nacional Constituinte: o fato de o Sr. Presidente da República ter dito, recentemente, também em cadeia de rádio e televisão, que o seu mandato seria de cinco anos. Como se não bastasse essa afronta à Assembléia Nacional Constituinte, há questão de 72 horas o Sr. Presidente da República ocupou mais uma vez os meios de comunicação de massa e falando à Nação, fez questão de frisar que ainda dispunha de dois anos de mandato.

Sabemos, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, que o projeto de decisão, versando ou não matéria constitucional, tem uma destinação específica, e o Presidente da República, com o seu pronunciamento, desrespeitou os trabalhos e as decisões que certamente serão tomadas pela Assembléia Nacional Constituinte.

Estou convencido hoje de que esta Assembléia há de corresponder aos anseios da Nação, fixando em quatro anos o mandato do Presidente da República. Estou solidário com o recurso que será apresentado pelo Constituinte José Genoíno, visto que a decisão do Presidente da Comissão de Sistematização não corresponde ao que estabelece o Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte. O projeto de decisão trata sim, de matéria constitucional, mas não há que se considerar se o objeto da proposição é ou não matéria constitucional. O que estabelece o Regimento Interno diz respeito ao sobrestamento ou ao fato de a decisão soberana da Assembléia Nacional Constituinte poder ser sobrestada. Muito obrigado.

(DURANTE O DISCURSO DO SR. PAULO RAMOS ASSUME A PRESIDÊNCIA O SR. AFONSO ARINOS).

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem a palavra o Sr. Constituinte Nilson Gibson.

**O SR. CONSTITUINTE NILSON GIBSON:** – Sr. Presidente, nobres e eminentes Constituintes, estou, efetivamente, de acordo com o parecer do nobre e culto Relator, Constituinte Bernardo Cabral. Todavia, Sr. Presidente, gostaria de trazer à discussão o entendimento que já firmamos referente à interpretação do projeto de decisão, às suas exigências processuais. Atenho-me ao texto da lei, porque se trata da Comissão de Sistematização eminentemente técnica e jurídica. O ilustre Relator argui a preliminar de estarem cumpridos as formalidades e certos requisitos, mas só se refere realmente ao apoio de 192 Sr. Constituintes. A meu ver, ela teria que ser examinada pelo eminente e culto Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, Deputado Ulysses Guima-

rães, ou mesmo pelo nobre Relator. Ela diz respeito ao problema da ameaça prevista no art. 59, § 7º do Regimento. E há até uma coincidência. O próprio Relator, no final do seu parecer, aliás muito bem exposto pelo Constituinte José Thomaz Nonô, diz:

"Diante do exposto, não se justifica a antecipação da proposta que, a par de desnecessária, já que ausente o pressuposto da ameaça regimental prevista..."

A meu ver, Sr. Presidente, Constituinte Afonso Arinos, temos que enfrentar preliminarmente as exigências legais, pelas quais veremos ou não o cabimento do projeto de decisão, se ele preenche as exigências regimentais. É por isso argüi S. Ex.<sup>a</sup> estar cumprida a preliminar da exigência do apoio de 192 companheiros Constituintes. Todavia, no final do relatório, o Sr. Relator Bernardo Cabral, categoricamente, refere-se à ausência do pressuposto regimental. E V. Ex.<sup>a</sup> sabe, mais do que eu – humilde e modesto advogado de província do interior de Pernambuco – que há necessidade, na preliminar, de ser abordado o problema dos pressupostos processuais.

Há ainda outro detalhe, que chamamos, em Direito Processual Civil, de petição inepta, ou seja, quando há realmente um confronto entre a capacidade de agir e o que se pretende atingir, isto é, o fim colimado dentro do processo do remédio.

O relator, já na última linha, pretendendo aproveitar o projeto de decisão, arremata fazendo menção à reclassificação da presente proposta como emenda ao referido projeto de Constituição.

Todos sabemos que a matéria é realmente assunto de emenda constitucional. Isso constitui outro grave defeito que encontramos no projeto de decisão do nobre e ilustre Constituinte Arnaldo Faria de Sá, aliás uma das gratas revelações da Assembléia Nacional Constituinte.

Sr. Presidente, nobres Constituintes, quanto ao mérito, evidentemente venho-me posicionando contrariamente, mas desnecessário é abordarmos o assunto nesta ocasião, por acreditarmos que não prosperará em decorrência das preliminares que estamos argüindo. Peço, portanto, ao nobre e ilustre Presidente que examinemos as preliminares, colocando-as em votação antes de pretendermos apreciar o mérito da demanda.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem a palavra o Constituinte José Genoíno.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, há duas questões embutidas nesse projeto de decisão. Recorri da decisão da Presidência desta comissão por entender que, tanto em relação ao mérito, quanto em relação ao momento, está o projeto de decisão adequado ao que dispõe o Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, pois o § 7º, do art. 59 diz claramente:

"Os projetos de decisão destinam-se a sobrestar medidas que possam ameaçar os trabalhos das decisões soberanas da Assembléia Nacional Constituinte. (...)"

Não está dito, ali, se o propósito é sobrestar medidas ou decisões de natureza constitucional ou não. Há uma questão maior, exatamente a natureza intrínseca de determinadas matérias que podem interferir na soberania da Assembléia Nacional Constituinte.

Ora, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, é óbvio que a discussão do mandato do Presidente da República interfere nas decisões soberanas da Assembléia Nacional Constituinte. As articulações feitas em torno dessa questão e o próprio pronunciamento do Presidente da República

interferiram frontalmente na soberania da Assembléia Nacional Constituinte. S. Ex.<sup>a</sup> dirigiu-se ao País e disse: "Meu mandato é de cinco anos. Estou abrindo mão de um ano". S. Ex.<sup>a</sup> não podia fazer isso. Feriu a soberania da Assembléia Nacional Constituinte. Então, a resposta da Assembléia Nacional Constituinte é dizer que ela pode deliberar, sim, sobre o mandato do Presidente da República, antes da aprovação do conjunto do texto constitucional.

Portanto, esse projeto de decisão busca preservá-la, é um projeto de defesa da Assembléia Nacional Constituinte, já ferida na sua soberania quando o Presidente da República tomou tal atitude. Mais do que isso, a partir daquele discurso articulou-se na Assembléia Nacional Constituinte um bloco parlamentar pró cinco anos, com motivações ideológicas e fisiológicas.

Então, Sr. Presidente, esse projeto de decisão tem cabimento, do ponto de vista de seu mérito, porque o Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte não faz distinção relativamente a projetos de decisão. Alguns não contém matéria constitucional; outros tratam de matéria constitucional. Não trata do assunto o § 7º do art. 59 do Regimento Interno. Isto está claro. E esta comissão já deliberou, em duas ocasiões, sobre projeto de decisão que poderia ser entendido como matéria constitucional, e a deliberação foi em sentido diferente.

**O SR. CONSTITUINTE OSCAR CORRÊA:** – Permite-me V. Ex.<sup>a</sup> um aparte, nobre Constituinte José Genoíno?

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Ouço V. Ex.<sup>a</sup> com muito prazer.

**O SR. CONSTITUINTE OSCAR CORRÊA:** – Caro Constituinte José Genoíno, é sempre com atenção redobrada que ouvimos as considerações de V. Ex.<sup>a</sup>

Permito-me fazer uma pequena consideração em relação ao que V. Ex.<sup>a</sup> disse, e aproveito para fazer uma indagação.

Os projetos de decisão, notoriamente, têm por intenção a decisão sobre medidas que possam impedir ou prejudicar o funcionamento da Assembléia Nacional Constituinte. E aí, exatamente, faço uma distinção – e tenho a impressão de que possa vir, inclusive, a esclarecer essa dúvida de V. Ex.<sup>a</sup>

Certas medidas interferem no funcionamento da Assembléia, enquanto outros vão merecer nossa decisão quanto ao procedimento a ser adotado. Por isso, quando faz referência ao mandato do Presidente José Sarney, V. Ex.<sup>a</sup> não pode nivelar esse procedimento – não vou entrar no mérito da questão – não pode defini-lo da mesma forma que o faria em se tratando, eventualmente, da dívida externa brasileira, por exemplo, que exige um tipo de medida que não merece uma definição nossa em matéria constitucional, não diz respeito a texto constitucional. Entendo, sim, como matéria constitucional a definição do mandato de Presidente da República.

O projeto de decisão tem cabimento, a meu ver, quando se tratar de medidas que venham a impedir o funcionamento da Assembléia.

Não nos cabe, porém, definir antecipadamente sobre matérias sujeitas a definição de natureza constitucional. Toda medida que, de algum modo – e V. Ex.<sup>a</sup> bem sabe disso – venha a interferir em nossos trabalhos merecem antecipadamente uma consideração de nossa parte, cabendo, no caso um projeto de decisão. Mas não me parece adequado utilizar-se um mandato de decisão para uma medida, fruto de trabalho constitucional de uma emenda constitucional ou de texto constitucional que, a curto, médio ou longo prazos, vamos elaborar. Parece-me, pois, haver uma distinção entre medidas que possam interfe-

rir e medidas que merecem um tratamento diferenciado por serem matéria estritamente constitucional.

Essa a observação que gostaria de fazer a V. Ex.<sup>a</sup>, homem preocupado e cioso com filigranas que, eventualmente, possam suscitar pontos de vista divergentes.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Agradeço ao ilustre Constituinte Oscar Corrêa o aparte.

O § 7º refere-se a medidas que possam ameaçar os trabalhos desta Assembléia Nacional Constituinte. A matéria em questão não ameaça o funcionamento da Assembléia Nacional Constituinte. Neste ponto V. Ex.<sup>a</sup> tem razão. Mas o § 7º determina que as decisões soberanas da Assembléia Nacional Constituinte são medidas constitucionais e têm uma relação entre o conteúdo e o momento.

Ao contraditar a questão de ordem do nobre Líder Carlos Sant'Anna, eu disse que o projeto de decisão incide fundamentalmente no momento de decisão desta questão. Inclusive, o próprio Presidente da República, em declarações por ocasião da instalação da Assembléia Nacional Constituinte, disse ser favorável à fixação do seu mandato antes da deliberação do texto constitucional...

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. CONSTITUINTE OSCAR CORRÊA:** – Seguindo-se a linha de pensamento de V. Ex.<sup>a</sup>, seria o caso de, em relação aos temas ditos polêmicos, em todos eles, utilizar o projeto de decisão como instrumento para, de algum modo, esclarecê-los ou resolvê-los a curto prazo. Seria o caso da questão urbana, da própria reforma agrária etc. Enfim, todos esses pontos ditos polêmicos poderiam vir a ser tratados como projeto de decisão, o que me parece não deve ser o nosso procedimento.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – É óbvio, Constituinte Oscar Corrêa. Não podemos banalizar o projeto de decisão. E essa banalização do projeto de decisão, ao se discutir a questão da reforma agrária, ou da reforma urbana, ou das 40 horas semanais, ou da estabilidade de emprego, no aparte de V. Ex.<sup>a</sup> é um artifício de polemista, buscando exagerar para contraditar o essencial.

**O SR. CONSTITUINTE OSCAR CORRÊA:** – Não! Desejo apenas argumentar.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Não é verdade. Estamos numa polêmica, numa discussão. De fato, o problema é esse. Não podemos banalizar uma questão de fundo, como a do mandato presidencial.

E há uma incidência na Constituinte sobre a duração do mandato presidencial. Os campos se dividem. O próprio Poder Executivo assumiu posição de afrontar à soberania da Assembléia Nacional Constituinte, quando definiu o mandato do Presidente da República. Isso não poderia ser feito. Trata-se, portanto, de projeto de decisão que visa à defesa da soberania da Assembléia Nacional Constituinte em relação a essa questão.

E – terminarei de responder ao aparte de V. Ex.<sup>a</sup> e, em seguida, ouvirei o nobre Constituinte Carlos Sant'Anna – o § 7º não qualifica, não faz distinção entre projeto de decisão de matéria constitucional ou inconstitucional.

"§ 7º Os projetos de decisão destinam-se a sobrestar medidas que possam ameaçar os trabalhos e as decisões soberanas da Assembléia Nacional Constituinte..."

E, no que diz respeito às decisões soberanas, a questão da duração do mandato do Presidente da República tem uma ligação direta com a segunda parte, ou seja, "as decisões soberanas da Assembléia Nacional Constituinte".

O projeto de decisão busca trazer para a Assembléia Nacional Constituinte uma deliberação desta matéria an-

tes da deliberação do texto Constitucional. Essa é a incidência que tem o projeto de decisão.

Concedo o aparte ao nobre Líder Carlos Sant'Anna.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – O chamado Projeto de Decisão nº 6, do Constituinte Arnaldo Faria de Sá, diz o seguinte:

“Requeiro, com base no art. 59, inciso V e seu § 7º do Regimento Interno da ANC, que nas Disposições Transitórias fique estabelecida a data da eleição presidencial. Proponho a data de 15 de novembro de 1988.”

Ora, evidentemente, isto é matéria constitucional e, por conseguinte, o procedimento correto seria o Constituinte Arnaldo Faria de Sá apresentar sua proposição até o dia 13 – depois de amanhã – como emenda ao Projeto de Constituição. Pediria destaque dessa emenda aqui, na Comissão de Sistematização, e tentaria, pelo debate e pela discussão, aprová-la ou não, incorporando-a, se aprovada, ao texto do projeto de decisão nas Disposições Transitórias, que evidentemente vão ao Plenário.

Agora, valer-se do recurso de um projeto de decisão que nada tem a ver com isso, para tentar fazer passar algo que, necessariamente, no máximo, é uma emenda constitucional, é forçar demais o Regimento da própria Comissão de Sistematização.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Nobre Líder Carlos Sant'Anna, o projeto de decisão do Constituinte Arnaldo Faria de Sá refere-se a um dispositivo constitucional que será tratado nas Disposições Transitórias. Tem por finalidade e mérito trazer a matéria para uma deliberação antecipada da Assembléia Nacional Constituinte. É claro que o assunto em si é constitucional. O projeto de decisão, no entanto, busca definir o momento dessa deliberação: e, aí, sim, este não é matéria constitucional. E pode ser feito, porque o projeto de decisão não faz diferença entre o que é matéria constitucional e não constitucional. O projeto de decisão tem um objetivo mais abrangente, em relação a fazer-se destaque para uma ou outra emenda, já porque a Assembléia Nacional Constituinte – este, o sentido do meu projeto – poderá deliberar antecipadamente sobre tema dessa relevância, o mandato do Presidente da República.

**O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO MONTEIRO:** – Concede-me V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Com prazer, nobre Constituinte.

**O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO MONTEIRO:** – Nobre Constituinte José Genoíno, temos que examinar a velha discussão: o que é constitucional e o que não é constitucional. Recordo-me de que antes não era comum que nas Constituições constassem questões econômicas e sociais. Para mim, constitucional, no sentido mais amplo, é tudo aquilo que estará na Constituição. Na verdade, o art. 59, § 7º, do Regimento Interno é claro quando dispõe que os projetos de decisão se destinam a sobrestar medidas que possam ameaçar os trabalhos e as decisões soberanas da Assembléia Nacional Constituinte.

É pública e notória a posição do Palácio do Planalto, pois o próprio Chefe do Gabinete Civil diz que o Governo tem alguns milhares de cargos para distribuir com aqueles que rezem pela sua cartilha, que estejam de acordo com o mandato de cinco anos. Evidentemente, é um processo conhecido na vida brasileira tentar, de alguma forma, barganhar votos. E estas questões têm causado constrangimento à Assembléia Nacional Constituinte, como há pouco ocorreu – e não quero entrar no mérito da questão – quando da falsificação de assinaturas. Ainda hoje estive na televisão, e vi o Constituinte Maurílio Ferreira Lima afirmar que aqueles que não estão de

acordo com o mandato de cinco anos – e S. Ex.<sup>a</sup> dava o exemplo do Senador Ruy Bacelar e da Deputada Raquel Capiberibe – têm sofrido sanções por parte do Governo, que busca barganhar os cinco anos de mandato com cargos ou perseguições. É evidente que isto ameaça, no exato e estrito limite do art. 59, as decisões soberanas da Assembléia Nacional Constituinte.

E o que estamos discutindo, no caso do projeto de decisão do Constituinte Arnaldo Faria de Sá, é esta questão, preliminarmente, para tirar da Assembléia Nacional Constituinte o peso das ameaças, das trocas e, muito mais do que isso, limpar a face desta Assembléia. Discutida e resolvida esta questão – se o Presidente da República terá quatro ou cinco anos de mandato – muito provavelmente essa barganha, que não é ética nem política, desaparecerá da Assembléia Nacional Constituinte. Em consequência, é perfeitamente factível, nos termos do art. 59, § 7º, pelas razões aqui expendidas, discutir-se a questão que ameaça a soberania da Assembléia Nacional Constituinte. Esta não se ameaça apenas quando se colocam tanques nas ruas: a soberania é ameaçada também de forma subliminar. E é o que tem acontecido neste País.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup> o aparte.

**O SR. CONSTITUINTE FERNANDO LYRA:** – Permite-me V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Pois não.

**O SR. CONSTITUINTE FERNANDO LYRA:** – Nobre Constituinte José Genoíno, é a primeira vez que comento, na Assembléia Nacional Constituinte, o mandato do Presidente da República. E confesso que, para nós, que ajudamos a construir a transição democrática, que participamos ativamente da postura que redundou na formação da Aliança Democrática, que fomos escolhido Ministro do Presidente Tancredo Neves – depois ratificado pelo Presidente José Sarney – é vergonhoso assistir ao que ocorre hoje no País. O regime de transição foi construído com a finalidade específica de fazer o País passar do autoritarismo para a democracia. É vergonhoso que no âmbito da Assembléia Nacional Constituinte tenhamos que tecer comentários como o que vou fazer agora. É lamentável que o Presidente José Sarney, eleito através de um Colégio Eleitoral espúrio, para ser, posteriormente, substituído do Presidente Tancredo Neves, componente da Aliança Democrática – formada dos dissidentes do PDS para, junto com o PMDB e outras forças democráticas deste País, tentarem esta solução negociada – vá à televisão e use, na Assembléia Nacional Constituinte, companheiros do PMDB e da própria Frente Liberal para tentar aliciar Deputados e Senadores Constituintes para lutarem por um mandato de cinco anos. É vergonhoso – repito – que S. Ex.<sup>a</sup>, o Sr. Presidente da República, tenha este comportamento, que não condiz com quem a nós se aliou para fazer a transição democrática e, muito menos, com quem quer comandá-la.

Quero deixar bem clara a minha posição. Luto por um mandato de quatro anos, pelo fim da transição democrática, pela concretização dessa passagem do autoritarismo para a democracia, com o mesmo ela com que comecei a tentar construir, em março de 1983, esta Aliança, que já terminou há muito tempo, que vive hoje, infelizmente, apenas à custa da corrupção, do aliciamento indevido, aéctico, e que não merece o nome de Aliança Democrática.

Era o aparte que queria dar ao Constituinte José Genoíno. (Palmas).

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – A Presidência pede licença aos Constituintes para dirigir algumas palavras à Comissão.

Transformamos a reunião de hoje em um belo espetáculo de discussão, de debate. Mais do que um diálogo platônico, eu diria que é uma espécie de reunião, de assembléia, para debater temas jurídicos interessantes. Sob este aspecto, é uma contribuição importante que a Comissão oferece ao debate deste tema. No entanto, o Presidente pede permissão para chamar a atenção para o fato de que o processo foi irregular. Não se pode mais permitir que a discussão de um só tema, através de apartes, transforme-se em uma assembléia acadêmica de debates constitucionais e jurídicos. Permiti, porque o espetáculo tinha sido iniciado e eu não poderia interromper algum orador sem cometer injustiça para com aqueles que ainda não falaram, quando todos os outros já o fizeram.

De maneira que aplaudo, de certa maneira, o que houve, mas peço permissão para, como Presidente, não mais consentir que isso ocorra.

Gostaria, portanto, de dizer que concedi a palavra ao nobre Constituinte Fernando Lyra, porque se tratava de aparte e contava colocar em movimento a lista de inscrições. Há ainda sete inscrições individuais que devo respeitar, a fim de que possamos chegar ao final da reunião e do tempo a ela reservado.

Dou a palavra, portanto, ao primeiro Constituinte inscrito, a Deputada Rose de Freitas.

**O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO MONTEIRO:** – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Brandão Monteiro, pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO MONTEIRO:** – Sr. Presidente, nos termos do art. 61, do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, gostaria que V. Ex.<sup>a</sup> decidisse uma questão que me parece não está clara, à luz do Regimento.

Em minha residência, no Rio de Janeiro, recebi um telegrama convocando-me para a reunião da Comissão de Sistematização de ontem, segunda-feira. No bojo desse telegrama ficava claro que seria a última oportunidade para votação do Projeto de Resolução nº 14, sob pena de, em não havendo **quorum**, segundo informava a mensagem da Comissão de Sistematização, o projeto ser arquivado.

Ora, Sr. Presidente, não vejo amparo no Regimento Interno para que projetos de resolução, não sendo votados em cinco dias, sejam arquivados. Gostaria, pois, de solicitar a V. Ex.<sup>a</sup> que, em nome da Presidência da Comissão de Sistematização, esclarecesse a matéria. O art. 61 é claro. Os projetos de resolução diferem, basicamente, dos de decisão. Lembro-me, inclusive, de que a própria afirmação do projeto de decisão teve seu substrato na urgência das medidas que feririam a Assembléia Nacional Constituinte e explicitariam cinco dias, sob pena de arquivamento, desde que não fosse aprovado o relatório pela Comissão de Sistematização. A luz do Regimento parece-nos que não há qualquer similitude entre projeto de resolução e projeto de decisão. Esta é a questão de ordem que levanto a V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. CONSTITUINTE ALUÍZIO CAMPOS:** – Sr. Presidente, peço a palavra, para contraditar.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem a palavra V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. CONSTITUINTE ALUÍZIO CAMPOS:** – Não é, propriamente, uma contradição, Sr. Presidente, mas um esclarecimento ao nobre Constituinte Brandão Monteiro. Pela tradição da Mesa da Comissão de Sistematização, os projetos, quando não votados, retornam ao Presidente da Constituinte. Não ficam arquivados nesta Comissão. Por

esse meio, atinge-se o objetivo fundamental do autor do projeto, ou seja, o debate a nível de Plenário.

**O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO MONTEIRO:** – Sr. Presidente, espero que a tradição da Mesa da Comissão de Sistematização não fira o Regimento. As tradições são sempre muito bem recebidas pelo povo de uma nação, mas não a ponto – pelo menos no Brasil – de a tradição ferir o texto constitucional.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Vou examinar a questão de ordem de V. Ex.<sup>a</sup> Não tenho elementos suficientes para dar uma resposta precisa, mas o farei no momento oportuno, consultados os assessores da Mesa.

**O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO MONTEIRO:** – Muito obrigado.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem a palavra o nobre Constituinte Paulo Ramos.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – Sr. Presidente, tive oportunidade de solicitar a V. Ex.<sup>a</sup> informações a respeito da data em que o Projeto de Decisão nº 4, aprovado pela Comissão de Sistematização, seria encaminhado pelo Presidente da Assembléia Nacional Constituinte para a devida votação. Na ocasião em que formulei a questão de ordem, V. Ex.<sup>a</sup> nos disse que daria tal informação na reunião seguinte da Comissão de Sistematização. Esta já é a terceira reunião, e eu gostaria de saber se V. Ex.<sup>a</sup> já tem resposta à questão de ordem por mim formulada.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Nobre Constituinte, falei, ao telefone, com o Presidente Ulysses Guimarães, conforme relatei em reunião anterior. Mas há uma ligeira divergência entre nossas recordações. S. Ex.<sup>a</sup> não fixou a data da votação. Disse-me que o assunto seria resolvido esta semana. Foi essa a informação que transmiti à Comissão – creio que consta da Ata.

De maneira que vou reiterar hoje essa chamada ao Presidente da Constituinte, e prometo a V. Ex.<sup>a</sup> que, oportunamente, lhe darei uma resposta. Recordo-me muito bem que S. Ex.<sup>a</sup> me disse que seria esta semana e recordo-me, também, que eu disse à Comissão que seria no decorrer desta semana.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – Muito obrigado a V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. CONSTITUINTE FERNANDO SANTANA:** – Sr. Presidente, peço a palavra para um rápido esclarecimento.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem a palavra V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. CONSTITUINTE FERNANDO SANTANA:** – Antes de V. Ex.<sup>a</sup>, o Presidente em exercício era o nosso companheiro Aluizio Campos, da Paraíba. Antes de deixar a presidência, S. Ex.<sup>a</sup> anunciou que durante a discussão desse projeto fariam três oradores a favor e três contra. Não sei se isso é regimental. Confesso minha inteira ignorância em relação ao Regimento. Gostaria de saber, porém, se realmente são apenas três a favor e três contra, porque acredito que esse número já foi excedido.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tenho a informação de que, no caso, não existe a regra dos três favoráveis e dos três contrários. Falarão os inscritos.

Aproveito a oportunidade, que já tarda um pouco, para dar a palavra a nobre Constituinte Rose de Freitas.

**A SRA. CONSTITUINTE ROSE DE FREITAS:** – Sr. Presidente e demais companheiros da Comissão de Sistematização, não vou entrar no mérito dessa questão de legalidade e de encaminhamento do projeto de decisão; vou apenas argumentar politicamente.

Entendo que a maior discussão que travamos no início dos trabalhos da Constituinte foi exatamente em torno da sua soberania. Conversamos durante longos dias sobre como seria a redação, no sentido da defesa dos trabalhos, enfim, da soberania dos trabalhos da Constituinte. Parece-me que o projeto de decisão do Constituinte Arnaldo Faria de Sá cabe exatamente no que dispõe o art. 59, § 7º, do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte. Isto porque, em todas as declarações dadas pelo Sr. Presidente da República e em todas as ações oriundas do Palácio do Planalto e trazidas à Assembléia Nacional Constituinte, tem sido clara a intenção de interferir, incomodar e, de certa forma, pressionar os trabalhos desta Assembléia. O Sr. Presidente da República, por exemplo, vai à televisão, em pleno processo de elaboração constitucional – ele, que havia declarado publicamente sua intenção de respeitar a deliberação sobre seu mandato, através do trabalho que estamos executando no momento – e de público diz que aceita que seu mandato seja de cinco anos. Isto, no momento exato em que os Constituintes estão trabalhando, discutindo e ouvindo a população – pelo menos parte dos Constituintes – para deliberar sobre o assunto com respaldo popular, se não com respaldo nos compromissos assumidos pelo saudoso Tancredo Neves, sob a égide do mesmo partido, o PMDB, integrante dessa famigerada Aliança Democrática, e ainda respaldados pelas próprias declarações do então já Presidente da República, Sr. José Sarney.

Entendo que ameaça a soberania da Constituinte o procedimento claro do Sr. Presidente da República. E não só o de S. Ex.<sup>a</sup>, como também o de alguns Srs. Governadores, que se reúnem constantemente e declaram à imprensa que têm intenção de influir na Assembléia Nacional Constituinte, gerenciando os assuntos aqui tratados constantemente.

O Sr. Presidente da República diz que é difícil suportar a Aliança Democrática. Tem sido muito mais difícil para nós agüentar uma aliança como essa, porque temos a responsabilidade de redigir um texto constitucional, com vários porta-vozes do Planalto constantemente a dizerem qual é a intenção do Sr. Presidente da República quanto à fixação de seu mandato, quanto à dívida externa, à ordem econômica, à reforma agrária e por aí afora.

Tendo sido cumpridas as exigências legais, temos que cuidar desse projeto de decisão do Constituinte Arnaldo Faria de Sá, dado seu grande conteúdo político e pelo fato de, inclusive, estar amparado no Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte. Devemos ter liberdade para trabalhar e soberania para executar tarefa tão difícil. Parece-me que a questão do mandato do Presidente José Sarney deve ser tratada agora. Senão, não haveria razão alguma de o Sr. Presidente da República declarar, na televisão, sua intenção em relação ao seu mandato, dizer qual o período desejado e ter seus porta-vozes trabalhando permanentemente nessa negociação, com base na sua filosofia.

Gostaria de dizer, ainda, que, além de apoiar o projeto de decisão, vamos esforçar-nos para que, nos próximos dias, a proposição seja votada e esse anseio concretizado.

Ouç o ilustre Constituinte Arnaldo Faria de Sá.

**O SR. CONSTITUINTE ARNALDO FARIA DE SÁ:** – Nobre Constituinte Rose de Freitas, neste meu aparte a V. Ex.<sup>a</sup> gostaria de dizer que, na verdade, o momento é extremamente importante, dentro do aspecto político. Quero agradecer ao Líder do Governo Carlos Sant'Anna a lição de Constituição que dá a todos nós, ao dizer que esse projeto, dito de decisão, deveria ser uma emenda e que, ao apresentar o tema através desse projeto, eu estaria forçando demais.

Lamentavelmente, S. Ex.<sup>a</sup> está usando aquilo que conhece, que é a força. A meu ver, S. Ex.<sup>a</sup> é que força demais – certamente não pela sua pessoa, que admiro, mas, talvez, em função do cargo que ocupa e exerce.

Lembrava o nobre Constituinte Fernando Lyra que este é um governo de transição. Peço permissão a S. Ex.<sup>a</sup> para corrigi-lo: este não é um governo de transição, mas de transação. E a transação está aí, á vista de todo mundo. É só atravessarmos a rua e encontraremos não aquilo que V. Ex.<sup>as</sup> pensaram, mas um bazar chamado Planalto, com as prateleiras repletas de cargos e empregos vergonhosamente colocados á disposição de pessoas que aqui estão com mandato popular e que certamente se estão esquecendo de que deverão voltar à praça pública logo mais para pedir novamente o voto popular. Procuram demonstrar que seis anos são um direito adquirido do Presidente Sarney no aspecto constitucional. Não sei se o povo agüentaria.

Mas há um detalhe: S. Ex.<sup>a</sup> abriu mão de um ano. Se abriu mão de um ano, abriu mão do princípio. E quem abre mão do princípio abre mão do todo, desde que os membros desta Casa tenham vergonha e assumam esta posição, a mesma vergonha que alguns têm, e outros haverão de ter, sem demorar muito tempo. Quando os defensores do mandato do Presidente tentam alegar que isso não é matéria constitucional, não sei se têm formação moral para dizer o que é constitucional. Choca, neste momento, sabermos que a pressão governamental não busca cinco anos. Falam em cinco anos, mas, na verdade, querem seis, para continuar usufruindo as vantagens e as benesses que este Governo lhes oferece. Choca, nobre Constituinte Rose de Freitas, neste momento, sabermos que se joga com a vida de todo um povo à custa de mais um cargo ou de menos um cargo. Como dizia o nobre Constituinte Brandão Monteiro, sem entrar no mérito da questão, tem-se feito até falsificação de assinatura para se conseguir alguma coisa, quando se sabe que nem isso seria preciso; bastaria dirigir-se ao nobre Líder do Governo, Deputado Carlos Sant'Anna, que teria a oportunidade de resolver o problema sem falsificar assinatura alguma.

É verdade que neste momento se tenta jogar duro e pesado. Só que com um detalhe: não se joga duro e pesado com a Constituinte; joga-se duro, pesado e tudo o mais em relação ao povo.

Desculpe-me ter tomado tanto de seu tempo, nobre Constituinte Rose de Freitas.

**A SRA. CONSTITUINTE ROSE DE FREITAS:** – Agradeço o aparte ao nobre Constituinte Arnaldo Faria de Sá.

Gostaria de dizer-lhe que tenho o maior apego à luta de meu partido, o qual ajudei a construir – agora, evidentemente, desfigurado e descaracterizado, tomado de assalto, até pelas grandes negociações que o próprio PMDB fez. A postura crítica que tenho é em relação a atual transição democrática, que, historicamente, foi considerada errada. O PMDB, pelo processo em que se vinha mantendo, ganharia a eleição tranqüilamente no País e chegaríamos ao poder. Para não se perderem alguns anéis, contudo, foi celebrado um grande acordo com as elites econômicas do País. Essa transição, portanto, foi a grande traição que se fez ao meu partido.

Tento resgatar isso, atuando de forma permanentemente coerente com o projeto, com as palavras e com os compromissos assumidos nessa transição da qual também participei.

Quero parabenizar V. Ex.<sup>a</sup> e dizer que traz um projeto de decisão extremamente importante, que merecia ter agora maior número de participantes para debatê-lo.

Talvez, aliás, seja esse um dos grandes problemas da Constituinte.

Sr. Presidente, realizam-se agora, simultaneamente, uma sessão do Congresso, uma reunião do grupo do Consenso, outra mais adiante, e uma na Comissão de Sistematização. Por isso, não podemos imprimir no trabalho constitucional a qualidade que gostaríamos. Apesar de dever participar de uma reunião de vice-líderes, estou aqui para discutir o que acho ser o assunto mais importante deste País. Nesta Nação não se pode dar um passo à frente, dada a inércia política, a ambigüidade desse Governo, que não representa nem a Aliança, nem a transição, e só procura representar a si mesmo e a um pequeno gueto de políticos que, dentro do PMDB, continuam caracterizando a luta da antiga Arena e do antigo PDS.

Portanto, acho que esse projeto de decisão está acima de qualquer outra discussão nesta Casa, pois vem ao encontro da expectativa do meu povo. Onde quer que eu caminhe, no meu Estado ou através do País, todos perguntam quando vai acabar essa transição. Porque a transição veio para o nada. Representa o momento de traição histórica de uma luta partidária. O PMDB, que se transformou no maior partido do Brasil, com tantas propostas reformistas, hoje me parece um partido inerte, imobilizado. Enamorou-se do poder e nele só conseguiu fazer algumas coisas que sempre foram feitas no passado pelo PDS ou pela Arena. Mas, como disse muito bem o nobre Constituinte Arnaldo Faria de Sá, suas grandes transações políticas visam a conseguir uma parcela de poder aqui, assegurar projetos de seu Estado ali e benefícios mais adiante.

Queria dizer, igualmente, que, no meu entendimento, a permanência do Presidente José Sarney no poder ameaça a continuidade dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte. Não podemos tirá-lo de lá agora, mas podemos delimitar a área desse jogo espúrio que constantemente tem servido de instrumento de pressão para o retrocesso econômico e político neste País – e o que é sobretudo alarmante – a sustentação desse caos social gerado por essa política de onda, que o PMDB ainda cisma de manter com atitudes ambíguas, omissas e profundamente contrárias ao nosso programa e à nossa luta.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Concedo a palavra ao Constituinte José Thomaz Nonô.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ THOMAZ NONÔ:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, após ouvir atentamente as ponderações dos companheiros desta Comissão, parece-me que há duas questões distintas: a discussão do mandato do Presidente José Sarney e o debate do projeto apresentado pelo Constituinte Arnaldo Faria de Sá, embora este tenha como objeto a própria discussão do mandato presidencial.

Vou atender às ponderações do Presidente desta Comissão, Constituinte Afonso Arinos, e apreciar tecnicamente o projeto de decisão, até porque me parece que a questão mandato presidencial será discutida bem antes de cumpridos os quatro anos de governo pelo Presidente José Sarney, quer acatemos ou não esse projeto de decisão. A Assembléia Nacional Constituinte, até a presente data, cumpriu todo seu cronograma, e tenho a convicção de que antes do término deste ano legislativo a questão do mandato de S. Ex.<sup>a</sup>, o Sr. Presidente da República, será definitivamente decidida por quem de direito, ou seja, pela totalidade dos membros da Assembléia Nacional Constituinte no plenário desta.

Gostaria, pois, de retornar à discussão, aquilo que constitui o fulcro da reunião de hoje – o cabimento do projeto de decisão.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Permite-me V. Ex.<sup>a</sup> um rápido aparte?

**O SR. RELATOR (José Thomaz Nonô):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> o aparte.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – É que, inclusive, a antecipação da discussão desse tema, ou seja, a duração do mandato do Presidente da República, conforme enfatizou o Constituinte José Genoíno, pode ser feito através de pedido de destaque. No momento exato do início da discussão, basta que se peça o destaque e este seja aprovado para que, por antecipação, a questão seja discutida, da mesma forma como se fosse uma mera antecipação do debate do tema. O projeto não proporia a data de 15 de novembro de 1988. Sugeriria apenas a antecipação do debate da questão.

**O SR. RELATOR (José Thomaz Nonô):** – Gostaria de dar o testemunho de que fiz parte de uma pequena comissão que discutiu, na época, com o Constituinte Fernando Henrique Cardoso, exatamente a amplitude e o âmbito de incidência dos projetos de decisão. Naquela oportunidade, ficou bem claro que esses projetos se destinavam sobretudo a impedir o cerceamento, ou melhor, a ameaça de superveniência de um evento que, a **posteriori**, colocasse em risco o próprio funcionamento da Assembléia Nacional Constituinte, inclusive, o texto do art. 59 é sobremaneira claro, quando destaca dois elementos que são fundamentais para a interpretação do dispositivo legal. Primeiro ele se refere a "sobrestar medidas". Então, é evidente, na exegese do § 7º do art. 59, que há medidas que têm de ser sobrestadas, ou seja, houve superveniência de um fato novo, que precisa cessar. O segundo requisito é que essas mesmas medidas ameacem os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte.

Ora, no projeto oferecido pelo Constituinte Arnaldo Faria de Sá, não me parece que tenha havido medida alguma. Não houve procedimento administrativo ou político novo. Houve, quando muito, um pronunciamento do Sr. Presidente da República. Para esses fins, S. Ex.<sup>a</sup> é um cidadão igual a qualquer um de nós.

**O SR. CONSTITUINTE FERNANDO LYRA:** – Permite-me V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. RELATOR (José Thomaz Nonô):** – Permitirei tão logo conclua, nobre Constituinte.

Assim, temos de ver a ameaça aos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte. Este me parece, salvo engano, o ponto fundamental da questão. Foi o entendimento que esposamos quando discutimos o outro projeto de decisão.

**O SR. CONSTITUINTE FERNANDO LYRA:** – Se V. Ex.<sup>a</sup> me permite, acho que está exagerando, desmerecendo demais a figura do Presidente da República. Condeno o abuso de poder, a forma atrabiliária como agiu S. Ex.<sup>a</sup> Entendo que é totalmente estapafúrdio o Presidente da República sair em defesa de um mandato que lhe foi conferido. Tudo isso admito. Agora, dizer que não tem importância a palavra do Presidente da República acho que é demais. S. Ex.<sup>a</sup> convoca a rede nacional de televisão, diz claramente que quer cinco anos, e V. Ex.<sup>a</sup> acha que a palavra de S. Ex.<sup>a</sup> não tem importância. Acho que aí V. Ex.<sup>a</sup> está exagerando um pouco. Na hora em que o Ministro do Exército também defende cinco anos, em que pese à importância, hoje "relativa", do Ministro do Exército – e é bom que a Taquigrafia use aspas, para que a ironia fique bem explícita – na hora em que a Convenção do PMDB se reúne para nada e discute a duração do mandato de Presidente, V. Ex.<sup>a</sup> acha que isso não é atrapalhar a Constituinte? O que é atrapalhar a Constituinte? O que é sobrestar a Constituinte? O que é tentar tumultuar um problema que poderia ser resolvido pela Constituinte na hora apazada, se o Presidente da República não tivesse provocado o problema?

**O SR. RELATOR (José Thomaz Nonô):** – Nobre constituinte Fernando Lyra, não faço dos companheiros do partido de V. Ex.<sup>a</sup> o mesmo juízo que V. Ex.<sup>a</sup> faz.



**O SR. CONSTITUINTE FERNANDO LYRA:** – Não falei em termos de julzo. Falei sobre o Presidente da República.

**O Sr. Relator (José Thomaz Nonô):** – Entendo que nenhum dos 559 companheiros que têm assento na Assembléia Nacional Constituinte eleitos em 15 de novembro último, de forma democrática, haverá de se curvar ante um pronunciamento ou seja lá o que for, feito pelo Presidente da República, por mais importante que seja a figura de S. Ex.<sup>a</sup> Melhor do que ninguém, conhece V. Ex.<sup>a</sup> a extensão dos poderes do Presidente da República, uma vez que fez parte do seu gabinete de Ministros por mais de um ano.

**O SR. CONSTITUINTE FERNANDO LYRA:** – Eu e o Constituinte Carlos Sant'Anna ficamos onze meses. Não nos toleraram tanto tempo.

**O SR. RELATOR (José Thomaz Nonô):** – Pois, exatamente nesse período de gestação de hipopótamo, V. Ex.<sup>a</sup> e o nobre Constituinte Carlos Sant'Anna participaram do Governo José Sarney.

**O SR. CONSTITUINTE FERNANDO LYRA:** – Aí V. Ex.<sup>a</sup> irá me dizer qual foi o hipopótamo gerado por uma razão muito simples. Eu o admiro há muito tempo, porque V. Ex.<sup>a</sup> é um rebelde que inclusive, criou condições para que hoje, pudéssemos discutir como estamos fazendo, V. Ex.<sup>a</sup> foi um dos que se rebelaram contra a podridão que existia antes. V. Ex.<sup>a</sup> saiu e realmente conseguiu ajudar nessa luta que hoje travamos. Agora, V. Ex.<sup>a</sup> há de convir, não tenho nada com os hipopótamos gerados a **posteriori**. Estou falando com base nos onze meses em que fui Ministro – lembro com muito orgulho que fui colega do Constituinte Carlos Sant'Anna. Até aí me responsabilizo pela parcela que me toca. A partir do momento em que, infelizmente, S. Ex.<sup>a</sup> entendeu de deixar a transição, de abandonar os compromissos e assumir o Governo José Sarney, não tenho responsabilidade. Tenha paciência. Tenho responsabilidade no Governo formado por Tancredo Neves para concretizar a Aliança Democrática. A partir daí, não. Até porque, a partir dessa data, não somente eu, mas todos os companheiros do PMDB e do PFL nada têm a ver, a não ser o Ministro Dilson Funaro que adotou aquele plano – que depois foi dado como dele e não era, segundo os pais do Cruzado – cuja paternidade hoje é desconhecida. Todos discutem a paternidade do Cruzado. Ninguém quer mais assumir. A paternidade do fracasso ninguém assume. Então, não temos mais nada com isso. Graças a Deus, hoje eu estou na oposição, diferentemente do meu caro e ilustre colega, o ex-Ministro Carlos Sant'Anna, que teve a honra de ser escolhido pelo Presidente Sarney para ser Líder do Governo. Aí é outro departamento. Não tenho nada a ver com isso. Inclusive não posso ser líder daquilo que V. Ex.<sup>a</sup> diz que foi gerado no Governo. Pois bem, quero dizer a V. Ex.<sup>a</sup> que não fiz julgamento algum a respeito de colegas do PMDB. O espírito do meu aparte – desculpe-me alongar – foi apenas para reparar um equívoco de V. Ex.<sup>a</sup>, quando disse que a palavra do Sr. Presidente da República José Sarney não tinha nenhuma importância. Acho que V. Ex.<sup>a</sup> exagerou: tanto tem importância que hoje a estamos discutindo, exatamente porque S. Ex.<sup>a</sup> provocou um debate totalmente inoportuno, quando tocou na duração do seu mandato.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. RELATOR (José Thomaz Nonô):** – Com o maior prazer, nobre Constituinte. Antes porém, concederei o aparte ao nobre Constituinte Jamil Haddad.

**O SR. CONSTITUINTE JAMIL HADDAD:** – Nobre Constituinte, estou sendo informado de que serei o próximo orador. Se confirmar este fato, prefiro não apartear V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – V. Ex.<sup>a</sup> será próximo orador.

**O SR. CONSTITUINTE JAMIL HADDAD:** – Então, dispense o aparte.

**O SR. RELATOR (José Thomaz Nonô):** – Concedo o aparte ao nobre Constituinte Gastone Righi.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Nobre Constituinte, ao apartear V. Ex.<sup>a</sup>, desejo, primeiro, sair do jardim zoológico, para recolocar as coisas juridicamente. O PTB tem uma posição coesa e unânime, em que pese ao fato de a proposta em discussão ser de um dos mais ilustres, talentosos e combativos Constituintes da minha bancada. É claro que aí há duas questões distintas. Nossa bancada tem uma posição unânime: entende que é impossível a fixação de um mandato presidencial sem que previamente se estabeleça qual o sistema de governo, quais as atribuições do Presidente da República e dos Ministros, para, com base nisso, podermos fixar o período de mandato. No entanto, apesar de tudo, o que está em debate é se é cabível, ou não, um projeto de decisão e se existe, ou não, uma ameaça concreta, em termos de medidas que possam obstaculizar o desenvolvimento e a liberdade da Assembléia Nacional Constituinte. Não me posiciono como o denodado Constituinte Fernando Lyra, mas, por outro lado, vejo ameaças quando os comícios se estabelecem, as passeatas se verificam, o povo é recrutado nas ruas e o PMDB, que é o grande partido nacional, reúne-se em convenção. Evidentemente, isto gera um clima de pressão, que não se sabe a que ponto chegar. Eventualmente, pode conduzir a Assembléia Nacional Constituinte a um nível de pressão do qual ela não se livre e ao qual tenha de se submeter. Não é isso o que se quer de uma Constituinte. A decisão do mandato do Presidente da República há de ser um ato livre da Constituinte. Para que isso ocorra é preciso que se evitem as pressões, que podem ser inevitáveis. Diante disso, verificamos que há medidas de pressão, sim: as convocações de comícios, de passeatas, os artigos reiteradamente publicados pela imprensa, os ataques e o clamor que se elevam pela televisão, pelo rádio e pelos jornais, e também a convocação da convenção do PMDB. É claro que não podem prevalecer essas medidas de pressão no sentido de que esta Constituinte aceite, predeterminadamente, certo mandato. Portanto, que há oportunidade não tenho dúvida; que o projeto de decisão se enquadra no pressuposto do Regimento Interno. Também não tenho dúvidas. Quanto às outras preliminares de mérito, só poderíamos aferi-las depois que o projeto fosse a plenário e recebesse emendas – porque recebe emendas – no sentido de que a Constituinte antecipe a decisão quanto ao sistema de governo, prazo de mandatos etc. Mas isso só será possível após o projeto chegar a plenário. Daí nossa posição de dicotomia, ao aceitar a oportunidade do cabimento de um projeto de decisão ao analisar o corpo deste projeto, seu conteúdo, que, a nosso ver, carece de fundamento maior, porque precisaria ser complementado e não poderia, em verdade, prevalecer na forma em que se encontra exposto a esta Comissão. Eram as observações que queria fazer e agradeço muito a V. Ex.<sup>a</sup> pela liberalidade de ter-me permitido o pronunciamento.

**O SR. RELATOR (José Thomaz Nonô):** – Parece-me, nobre Constituinte Gastone Righi, que o objetivo maior desta Comissão e desta Casa como um todo é exatamente facultar o debate democrático e construtivo.

Concedo o aparte ao nobre Constituinte Paulo Ramos.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – Não poderia deixar de dizer que lamento profundamente que o Líder do PTB, Constituinte Gastone Righi, por quem temos grande apreço, considere inoportuna a manifestação popular através de comícios. O povo foi cerceado, ao longo de vinte anos, do direito de se manifestar. Estamos em Assembléia Nacional Constituinte e, evidentemente, é muito salutar que o povo se expresse em praça pública,

com o objetivo de fazer com que o seu clamor ressoe aqui, na Assembléia Nacional Constituinte. O que não é pertinente é que o Presidente da República, abusando dos poderes de que dispõe, utilize-se inclusive de mecanismos de aliciamento para influenciar a posição dos membros da Assembléia Nacional Constituinte. Não podemos conceber, por outro lado, que um Ministro militar, que fala em nome próprio, na medida em que não tem procuração para fazê-lo em nome da tropa, nem da força que comanda venha a público dizer que não cumprirá uma decisão de anistia, que certamente será votada na Assembléia Nacional Constituinte, de modo a restabelecer os direitos daqueles que foram os legalistas na época. Não podemos permitir isso. Hoje o que há de salutar e democrático é exatamente a manifestação popular, e digo isso com o máximo respeito não só a V. Ex.<sup>a</sup>, como também ao Líder do PTB.

**O Sr. Relator José Thomaz Nonô:** – Parece-me que em uma Casa onde todos vêm de um processo eleitoral legítimo é evidente que a manifestação popular não pode denotar qualquer tipo de coação. A meu ver, o jogo político livre de pressões e contrapressões é absolutamente democrático e válido em todas as instâncias e casos.

Gostaria de reconduzir o debate ao seu ponto original e interessante, até porque não nos cumpre agora discutir posicionamentos subjetivos em relação à duração de mandato ou coisa semelhante. Reitero o que foi dito anteriormente: não há qualquer medida superveniente nem fato juridicamente novo que enseje sobrestamento, que é pré-requisito para cabimento do projeto de decisão, e muito menos essas medidas ameaçam os trabalhos de decisão da Assembléia Nacional Constituinte. A evidência disso é o próprio discurso democrático, cotidianamente vivido dentro e fora deste Plenário, na formação dos grupos de trabalho que aqui e em outros lugares têm discutido um entendimento no sentido do avanço no processo de feitura constitucional.

Por todo o exposto, parece-me que realmente decidi muito bem o nobre Relator Bernardo Cabral ao dizer desnecessária a iniciativa do projeto de decisão do nobre Constituinte Arnaldo Faria de Sá.

Quero dizer que a sociedade brasileira será absolutamente tranqüilizada com a definição do mandato do Presidente da República muito antes dos quatro anos. No momento oportuno, aqueles que querem quatro, cinco ou seis anos de mandato terão oportunidade de se manifestar livremente, em Plenário, onde teremos uma oportunidade extremamente ímpar de, perante toda a sociedade brasileira, definirmos, no momento oportuno e na forma legítima, a duração do mandato presidencial.

**O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO MONTEIRO:** – Permita-me V. Ex.<sup>a</sup> um aparte. Apenas desejo explicitar, pois me parece que isso deve ficar claro. O projeto de decisão nada decide, em termos de Comissão de Sistematização pois aprovada aqui, a proposição irá a Plenário. Em sendo aprovada, não há qualquer impossibilidade de o projeto ir a Plenário, onde se decidirá a questão definitivamente, onde se debaterá, e as posições ficarão clarificadas.

**O SR. RELATOR JOSÉ THOMAZ NONÔ:** – Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup> o aparte, que me parece robustecer o entendimento que temos. É necessário que nós, em que pese a todo o nosso espírito democrático, também sejamos um tanto quanto disciplinados em relação às normas que nós próprios votamos. Foi esta Comissão que instituiu o projeto de decisão da forma como está inscrito, fruto de árdua e desgastante negociação prévia. Se nós mesmos, que fazemos as leis e os regimentos, somos os primeiros a desrespeitá-los, nobre Constituinte Brandão Monteiro, por mais elevadas e profícuas que sejam as motivações que inspiram esses atos políticos, não conseguiremos le-

gislar com proficiência e competência para a sociedade brasileira.

**O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO MONTEIRO:** – Constituinte Aluísio Nonô...

**O Sr. Relator José Thomaz Nonô:** – José Thomaz.

**O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO MONTEIRO:** – Desculpe, Constituinte José Thomaz Nonô.

**O Sr. Relator José Thomaz Nonô:** – Veja que V. Ex.<sup>a</sup> já realizou um milagre: trouxe a este Plenário o meu pai, que foi cassado pela Revolução e está afastado desta Casa.

**O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO MONTEIRO:** – Com muita honra para V. Ex.<sup>a</sup> e para o Plenário. Queria só dizer a V. Ex.<sup>a</sup> que, quando existe uma norma, há dois aspectos fundamentais. Um deles é o da interpretação que se dá à determinação objetiva da norma; o outro é decorrente dessa interpretação objetiva dos fatos que ocorrem na sociedade, fruto inclusive da interpretação subjetiva do que ocorre. Evidentemente, ao discutir-se o texto do § 7º do art. 59, fica muito claro: "os projetos de decisão destinam-se a sobrestar medidas que possam ameaçar os trabalhos..."

Portanto, entendemos, diferentemente de V. Ex.<sup>a</sup>, ao acharmos que neste momento a Assembléia Nacional Constituinte sofre a pior ameaça, que é a do jogo, da tentativa de ganhar pessoas – e não vou dizer de chantagem, porque não seria bem o termo – e de ganhar votos. A principal discussão que se estabelece no País hoje é a política. Ela não é uma discussão eminentemente constitucional ou regimental; é política, é a respeito do mandato do Presidente da República. Fizemos vários esforços, inclusive nesta Comissão, utilizando este Regimento, para buscar um projeto de resolução que permitiria ao povo ser o grande juiz dessa questão, discutindo, através de plebiscito, que tipo de mandato queria. Aí vêm as interpretações e as colocações, que são políticas. "Bem, nós somos eleitos para decidir e abrir mão de nossa soberania." V. Ex.<sup>a</sup>, que foi um lutador, sabe que muito lutamos pela característica central e fundamental de todas as Constituintes do mundo, que seria a sua soberania. Foi preciso, por força de acordos e negociações do Palácio do Planalto, também encontrar uma forma restritiva de se afirmar a soberania da Assembléia Nacional Constituinte, com o art. 5º § 7º. Posteriormente, os fatos objetivos da vida, do dia-a-dia, demonstraram que S. Ex.<sup>a</sup> o Presidente da República, além de ir à televisão, poderia chamar as lideranças que o sustentam para dizer: "Minha posição é esta e quero o apoio de V. Ex.<sup>as</sup>." E, mais do que isso, disse que abria mão para um mandato de cinco anos. Hoje se ouvem – e V. Ex.<sup>a</sup> não é daqueles que concordam com isso – denúncias de todo tipo. Quem não apóia um mandato presidencial de cinco anos é punido, como os Constituintes Raquel Capiberibe e Ruy Bacelar, que compõem a Aliança Democrática; e quem se compromete com um mandato presidencial de cinco anos recebe cargos em troca de votos. Isto fere a soberania e a moral política e ética da Assembléia Nacional Constituinte. Precisamos modificar essa relação profundamente desagradável para nós, perante o povo, que em nós confiou, e para melhorar a própria imagem do Presidente da República.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Constituinte Brandão Monteiro. V. Ex.<sup>a</sup> não acha que pior do que essa foi a pressão de cercar o ônibus do Presidente da República, agredi-lo e até tentar matá-lo? Isso aconteceu. Estão sendo despertados fatores psicossociais que podem transformar-se em coação irresistível sobre a Assembléia Nacional Constituinte. Pode a Assembléia Nacional Constituinte resistir a dez ou mil pessoas que lhe invadam as dependências ou teremos de convocar o Exército, a Marinha e a Aeronáutica para evitar esse tipo de pressão? Alguém não convocou essas medidas? Não importa quem

e não estou acusando alguém especificamente. Mas está sendo despertado, a título de diretas-já, todo o clamor popular pelo descontentamento com a conjuntura, com a inflação, com os baixos salários, enfim, a opinião pública está canalizada em relação às diretas-já. E esse descontentamento pode gerar uma coação irresistível, que deverá ser resolvida através de um projeto de decisão.

**O Sr. Relator José Thomaz Nonô:** – Deputado Brandão Monteiro, permite-me V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO MONTEIRO:** – O Constituinte Gastone Righi resolveu fazer um aparte do aparte. Na hora em que eu estiver inscrito para falar – a fim de não roubar o tempo de V. Ex.<sup>a</sup> – farei minha análise a respeito das considerações do Constituinte Gastone Righi.

**O Sr. Relator José Thomaz Nonô:** – Gostaria de atender às ponderações da Presidência e retornar o ritmo normal dos trabalhos. Por isso, deixei de conceder o aparte ao nobre Constituinte Jamil Haddad, que, agora, pela ordem, exporá seus pensamentos.

Encampo em gênero, número e grau as idéias do nobre Relator. Meu voto se houver **quorum**, será pela rejeição do projeto.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Constituinte Aluizio Campos.

**O SR. CONSTITUINTE ALUÍZIO CAMPOS:** – Sr. Presidente, o Regimento da Comissão dispõe que "é facultada a apresentação de requerimento de encerramento da discussão, após falarem seis oradores. três favoráveis e três contrários, assegurada sempre a palavra ao autor". Reportei-me a essa disposição quando presidia a reunião. Como já falaram mais de três oradores a favor e mais de três contra – a saber falaram contra os Constituintes Carlos Sant'Anna, Nilson Gibson, José Thomaz Nonô e Oscar Corrêa –, levanto questão de ordem para solicitar a V. Ex.<sup>a</sup> que, após ouvirmos o Constituinte Jamil Haddad a quem já foi concedida a palavra, V. Ex.<sup>a</sup> se digne concedê-la ao autor do projeto, o Constituinte Arnaldo Faria de Sá e depois considere encerrada a discussão, para passarmos à votação se houver **quorum**.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup> a atenção.

**O SR. CONSTITUINTE ARNALDO FARIA DE SÁ:** – Peço a palavra para contraditar, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Antes que V. Ex.<sup>a</sup>, contradite, quero referir-me ao artigo do Regimento que S. Ex.<sup>a</sup> citou.

Segundo o art. 12, serão escritos e submetidos à votação, os requerimentos que solicitarem encerramento da discussão.

Parece-me, em primeiro lugar, que não há requerimento. Segundo, se submetermos a matéria à votação, provavelmente não haverá **quorum**. Então, encerraremos a reunião, em prejuízo da discussão. É esse o apelo que faço ao querido amigo, Constituinte Aluizio Campos, no sentido ele solicitar por escrito o encerramento da discussão para ser a matéria submetida à votação.

**O SR. CONSTITUINTE ALUÍZIO CAMPOS:** – Dentro do espírito democrático de abrimos a discussão, por ser uma forma, de certo modo, de atendermos ao objetivo fundamental do projeto do nobre Constituinte Arnaldo Faria de Sá, qual seja, exatamente fermentar a discussão do problema do mandato presidencial.

Atendendo ao apelo de V. Ex.<sup>a</sup>, retiro minha questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup> atenção.

Tem a palavra o Constituinte Jamil Haddad.

**O SR. CONSTITUINTE JAMIL HADDAD:** – Sr. Presidente. Srs. Constituintes, na realidade tentei conseguir o número de assinaturas necessárias à apresentação de projeto de decisão idêntico ao que apresenta, neste momento, o nobre Constituinte Arnaldo Faria de Sá. E não consegui, naquela época, o número suficiente de assinaturas, enquanto S. Ex.<sup>a</sup> em muito boa hora, levantou-as, propiciando agora o debate, na Comissão de Sistematização desse projeto de decisão a respeito do tempo de mandato do Presidente da República.

Há necessidade de uma emenda constitucional que modifique o tempo do mandato do Sr. Presidente da República. Mas S. Ex.<sup>a</sup> deu um murro na mesa, declarando que havia jurado seis anos, abria mão de apenas um. Portanto, governará o País sem emenda constitucional, sem consulta à Assembléia Nacional Constituinte. Isto, só porque S. Ex.<sup>a</sup> decidiu que quer governar o País por cinco anos, quebrando um compromisso de campanha, quanto a um projeto de transição.

Admira-me o fato de o nobre Constituinte Gastone Righi achar que povo na rua é provocação. Por que S. Ex.<sup>a</sup>, ardoroso defensor dos cinco anos de mandato do Presidente da República, não arregimenta a população para ir às ruas e pedir um mandato de cinco anos? É um direito que lhe cabe. Que S. EX.<sup>a</sup> mobilize a opinião pública a favor de cinco anos, que faça comícios, que vá para as portas das fábricas e peça, na realidade, que a população o apóie.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Não disse nada disso. V. Ex.<sup>a</sup> não pode pôr em minha boca o que não falei. Eu disse que a pressão é evidente.

A população já elegeu seus representantes. Se V. Ex.<sup>a</sup> não foi eleito, e por isso tem algum complexo de consciência, não é o meu caso.

**O SR. CONSTITUINTE JAMIL HADDAD:** – V. Ex.<sup>a</sup> não me atinge quando diz isso, porque eu mesmo refutei, várias vezes, a possibilidade de ser Constituinte. Sou suplente.

**O SR. GASTONE RIGHI:** – Devia ter renunciado, por não ter sido eleito. V. Ex.<sup>a</sup> é "biônico" na Constituinte.

**O SR. CONSTITUINTE JAMIL HADDAD:** – Não vou renunciar e não sou "biônico", porque me foi concedido pela Assembléia Nacional Constituinte, o direito de ser um Constituinte. Do contrário, não estaria aqui.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – O Sr. Fábio Lucena não fez isso. S. Ex.<sup>a</sup> foi buscar o mandato na Constituinte.

**O SR. CONSTITUINTE JAMIL HADDAD:** – Não entendi bem o que V. Ex.<sup>a</sup> acabou de dizer.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – V. Ex.<sup>a</sup> me irritou ao colocar em minha boca o que não disse.

**O SR. CONSTITUINTE JAMIL HADDAD:** – Se o irritei é um direito que me assiste, porque V. Ex.<sup>a</sup> também me irritou, a partir do momento em que declarou que a mobilização popular é um movimento de agitação. Já vi esse filme em 1964 e em 1969.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Eu disse que é um movimento de pressão.

**O SR. CONSTITUINTE JAMIL HADDAD:** – Mas V. Ex.<sup>a</sup> nada diz quando se reúne o Alto Comando. E se declara presidencialista ou, então, contra a anistia.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Eu não disse isso.

**O SR. CONSTITUINTE JAMIL HADDAD:** – V. Ex.<sup>a</sup> acha que esta pressão é válida.

**O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO MONTEIRO:** – Concede-me V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Então, V. Ex.<sup>a</sup> é contra o projeto de decisão?

**O SR. CONSTITUINTE JAMIL HADDAD:** – Sou a favor.

Constituinte Brandão Monteiro dar-lhe-ei o aparte, com prazer, no momento oportuno.

Quero deixar bem claro que S. Ex.<sup>a</sup>, o Presidente da República, provocou o debate sobre o tempo do seu mandato, quando, não cumprindo a Constituirão, que lhe concedia seis anos, deu um murro na mesa e disse, sem qualquer modificação na Constituição, que iria ficar cinco anos. E reiterou isso no pronunciamento que fez sexta-feira, quando disse: "Tenho mais dois anos para cumprir meu plano de governo".

Então, a Constituinte não está sendo sobrestada? Não está havendo coação, pressão em cima da Assembléia Nacional Constituinte?

Ouçõ, com muita satisfação, o nobre Constituinte Brandão Monteiro.

**O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO MONTEIRO:** – Constituinte Jamil Haddad, ouvi a exposição do Constituinte Gastone Righi, que me aparteou, muito preocupado, porque diz S. Ex.<sup>a</sup> que há uma pressão, por parte dos comícios das diretas, por parte do povo, e que essa é uma pressão ilegítima. S. Ex.<sup>a</sup> poderia apresentar um projeto de decisão impedindo que o povo se manifeste a respeito do mandato do Presidente da República.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Fico contente em julgar esse projeto de decisão.

**O SR. CONSTITUINTE JAMIL HADDAD:** – Obrigado a V. Ex.<sup>a</sup>.

Quero dizer a V. Ex.<sup>a</sup>, nobre Constituinte Gastone Righi, que muito me orgulho de meu passado político. Tive meu mandato cassado – com muita honra – e nunca mudei meu posicionamento político. V. Ex.<sup>a</sup>, que no passado teve o apoio de forças políticas radicais de esquerda, neste momento assume uma postura que eu não entendo.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – V. Ex.<sup>a</sup> não ponderou que essas forças políticas é que podem ter mudado de posição. Foi o que ocorreu.

**O SR. CONSTITUINTE JAMIL HADDAD:** – Ouçõ, com muito prazer, o nobre Constituinte Lysâneas Maciel.

**O SR. CONSTITUINTE LYSÂNEAS MACIEL:** – Queria fazer apenas uma referência, na condição de companheiro de V. Ex.<sup>a</sup> no Rio de Janeiro. Esta tem sido sua tradição: apesar de suplente, sempre foi eleito. Não é um biônico nem conseguiu eleições à troca de benesses, como é feita a política hoje em dia, em relação a quase todos os partidos que compõem o Governo.

Faço esta observação porque o que foi dito é uma injustiça ao passado socialista de V. Ex.<sup>a</sup>.

A segunda observação é a de que para caracterizar os exageros que estão ocorrendo, o próprio Presidente da República, talvez convencido da farsa que se montava com base na Lei de Segurança Nacional – alguns a condenavam no passado e agora prazerosamente a aceitam, sendo que há pouco foi insinuado que o motivo de sua aplicação seria para conter a desordem popular, já que a opinião pública deseja eleições diretas o mais rápido possível – e, entendendo S. Ex.<sup>a</sup> que a montagem inicial daquele "atentado" – entre aspas – na cidade do Rio de Janeiro, jamais prosperaria, mesmo com a utilização da Lei de Segurança Nacional, inventou essa anistia capenga,

pretensamente hábil, esperta, cuja mensagem será recebida hoje pelo Congresso Nacional.

Tem razão V. Ex.<sup>a</sup>, ao colocar nos devidos termos aquilo que significa anseios populares e aquilo que significa a posição de um congresso profundamente comprometido com esse episódio espantoso da troca de cargos, do oferecimento de vantagens, considerado pelo Líder do Governo, aqui presente, um ato de rotina na construção do novo arcabouço constitucional. É ato de rotina dar cargos. Por que não, por trás disso, dar, também, outras vantagens não confessadas? Essa foi confessada: é um ato de rotina distribuir cargos para mudar os votos dos Senadores e dos Deputados. Para nós, não o é; para muitos, não é ato de rotina. Para muitos, é um ato que incomoda.

V. Ex.<sup>a</sup> faz uma defesa aí, com base, precisamente, em um mandato legítimo de antigo socialista sempre eleito mês pelo povo e que foi golpeado pelas espadas dos mesmos atores que aí estão no comando da República. Muitas pessoas deveriam envergonhar-se dessa companhia mas não se envergonham. Estão aí, no entanto, com os mesmos atores, a praticar os mesmos atos.

V. Ex.<sup>a</sup> tem autoridade pessoal, política e moral para falar, eleito que foi, várias vezes, pelo povo do Rio de Janeiro.

**O SR. CONSTITUINTE JAMIL HADDAD:** – Agradeço-lhe as palavras, nobre Constituinte Lysâneas Maciel.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Nobre Constituinte Jamil Haddad, permita-me um aparte, para em solidarizar-me com o nobre Constituinte Lysâneas Maciel, em relação ao que diz de V. Ex.<sup>a</sup>, por quem tenho o maior apreço.

Solidarizo-me com as palavras aqui proferidas a respeito de S. Ex.<sup>a</sup>. No calor dos debates evidentemente, os termos às vezes chegam a ser cruéis. E não desejo que isto aconteça.

Desejo ressaltar que V. Ex.<sup>a</sup> fala – é curioso – de uma pressão, e não fala da outra. Acho que ambas as pressões chegam a concluir o quadro de medidas que, na verdade, podem ameaçar os trabalhos desta Constituinte. Apenas isso.

Agora, não entendi se V. Ex.<sup>a</sup> é a favor da tramitação do projeto de decisão, ou não. Eu sou a favor.

**O SR. CONSTITUINTE JAMIL HADDAD:** – Agradeço o aparte ao nobre Constituinte Lysâneas Maciel, homem de passado e presente de lutas.

O nobre Constituinte Gastone Righi está cansado de saber do meu posicionamento, porque fui o primeiro a levantar um projeto de decisão a respeito do mandato de quatro anos para o Presidente da República.

O que há, na realidade – e isto precisa ser dito com todas as letras, já que V. Ex.<sup>a</sup> aludiu ao episódio do Rio de – é que num país civilizado e altamente democrático toda a segurança do Presidente – o Chefe do SNI, o Chefe da Casa Militar e outras – teria caído. Que segurança é esta, que não vê chegar uma pessoa com uma picareta de alpinista, e quebrar o vidro do ônibus onde esta o Presidente? Por que nada aconteceu? Por que também não se descobriu, em Brasília, a identidade dos autores do "badernaço" da Rodoviária, como não se vão descobrir os do Rio de Janeiro? Porque são elementos infiltrados da direita, interessados na desestabilização do processo democrático! Como tal, jamais serão descobertos! E o fato de terem sido anistiadas os companheiros Maurício Pencack e Danilo Graff evidencia que nada há contra eles. Era uma farsa montada para fazer parecer que a esquerda tinha montado o atentado.

**O SR. CONSTITUINTE HAROLDO LIMA:** – V. Ex.<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. CONSTITUINTE JAMIL HADDAD:** – Ouço, com satisfação, o nobre Constituinte Haroldo Lima.

**O SR. CONSTITUINTE HAROLDO LIMA:** – V. Ex.<sup>a</sup> traz à baila um aspecto que está sendo muito cogitado nas esferas políticas. Inesperadamente, o Presidente da República resolve anistiar pessoas que ainda não foram sequer condenadas e cuja culpa ainda não estava sequer formalizada. A medida foi adotada de forma muito inesperada, e de certa maneira suspeita, porque o que começamos a constatar é que de vez em quando se cria uma suposta subversão da ordem e vai-se investigar melhor quem é o tal responsável. Exemplo típico foi o "badernaço" de Brasília. O Ministro da Justiça foi à televisão e quase assombrou a Nação, ao dizer que existiria um plano, estaria em pauta algo absolutamente dramático em Brasília: a "esquerda" estava por aí!

A insinuação, há algum tempo, seria literal: "Os comunistas estavam por trás do episódio". De repente, cria-se uma comissão que começa a investigar de forma parcimoniosa, lenta, sem sentido oficial mas o suficiente para descobrir que, longe de ser a "esquerda", era a "direita" que estava por trás. Quando se esperava que o Ministro da Justiça, coerente com seus pronunciamentos, dissesse que fossem de "direita", fossem de "esquerda", os culpados seriam enquadrados na tal legislação – e o Código Penal seria o mais correto – S. Ex.<sup>a</sup> já não disse mais nada, esqueceu-se do assunto.

Os autores do famoso "badernaço de Brasília" já estão identificados pelos organismos oficiais: é a "direita", é o SNI. Precisamente por isso, o Ministro e o Governo não dizem mais nada. Suspeitadamente, também, vem à tona uma anistia, quando estava em curso a investigação que apontava como principais responsáveis pessoas ligadas à "direita", ao SNI. Por isso o Presidente apressou-se a mando do General Leônidas Pires Gonçalves e do General Ivan de Souza Mendes, em dizer: "Anistia logo, não mexe nesse assunto". Foi assim no episódio do Riocentro.

Quando se descobre, como disse há pouco o General Figueiredo, de forma aberta, que os responsáveis pelo atentado do Riocentro eram os órgãos de segurança, diz-se, de público: "Não mexa mais neste assunto: isso está encerrado."

Então, a anistia do Presidente é para os órgãos da direita. Essa anistia deve ser repelida, assim como a tentativa de se utilizar da Lei de Segurança Nacional, legislação fascista. Mas deve ser repelida a anistia que procura acobertar as indicações que somente foram feitas nesta Casa pela Constituinte Sandra Cavalcanti, que afirmou ter visto a pessoa a que V. Ex.<sup>a</sup> faz referência com a dita picareta de alpinista. Diz S. Ex.<sup>a</sup> que se tratava de pessoa estranha, alta, robusta e com cabelo cortado à moda militar. Só que não sabemos de ninguém da esquerda que tenha cabelo cortado dessa maneira. Em princípio, seria um militar. Não o estou afirmando, já que não investiguei. Mas levanta-se a suspeita de que logo nas primeiras investigações e, de repente, pode ter-se descoberto que tal pessoa existe mesmo. Pode ter sido perguntado à Constituinte Sandra Cavalcanti se confirmava isso. S. Ex.<sup>a</sup> não é pessoa de voltar atrás, mas de confirmar: "Vi mesmo." Disse-me que não falou de público que era um militar, mas que o cabelo era cortado naquele estilo utilizado pelos militares.

Não estamos satisfeitos, de forma alguma, com esse tipo de comportamento do Governo. É um comportamento desonesto que ameaça a Constituinte.

Não estou de acordo com a opinião do nobre Relator, de que não existe ameaça. O pronunciamento do Presidente da República em rede nacional de rádio e televisão levou a mudanças de posição dentro desta Casa, nesta Assembléia, que considera o fato uma ameaça. Ameaça,

sim! Muitos Deputados e Senadores, pressionados por seus eleitores, pelas suas bases, deixarão ou já deixaram de ir aos comícios das diretas, com receio de perder cargos em seus Estados. Há um governador que não está indo aos comícios das diretas com esse receio, além de um prefeito de capital. Sabemos disso. No devido momento traremos a público alguns nomes. Estamos buscando a autorização dessas pessoas para revelar que não estão indo ao comício das diretas para 1988 por saberem que imediatamente serão aliadas nas suas relações com o Governo Federal. Este Governo comporta-se, pois da forma a mais aviltante com relação à Assembléia Nacional Constituinte. Se me permite V. Ex.<sup>a</sup> um minuto mais, gostaria de fazer apelo ao nobre Constituinte Afonso Arinos Presidente desta Comissão de Sistematização, no sentido de que Sua Excelência, com a autoridade moral que possui, mais do que com autoridade formal, faça prevalecerem as decisões desta Comissão. É que a Comissão de Sistematização já discutiu seis projetos de decisão. O nobre Constituinte José Thomaz Nonô disse ainda há pouco a seguinte frase: "Sejamos um tanto quanto disciplinados com as leis que fazemos." É afirmação literal – dela tomei nota quando S. Ex.<sup>a</sup> falava. Estou de pleno acordo com essa afirmação. Precisamente por isso é que V. Ex.<sup>a</sup> deveria lutar: para que sejamos um tanto quanto disciplinados com as leis que fazemos. Esta Comissão, que já apreciei seis projetos de decisão, aprovou apenas um, sempre por preliminares. Esta tem sido a forma tática para derrubá-los. Só um projeto de decisão foi aqui aprovado até agora: o do Constituinte Paulo Ramos. Agora, há mais de vinte dias, o Presidente Ulysses Guimarães não cumpre a lei.

Sejamos um tanto quanto disciplinados com as leis que fazemos! Nós, na Comissão de Sistematização, ficamos meio abobalhados, meio inermes e sem forças. O que podemos fazer para que a lei seja cumprida? Em nome do meu partido, levantei mais de um protesto, na Câmara. E o Presidente Ulysses Guimarães ouviu, mas não diz absolutamente nada. Na verdade, a lei não está sendo cumprida.

O apelo que dirijo a V. Ex.<sup>a</sup>, nobre Presidente Afonso Arinos, que tem uma tradição de legalidade em nossa Pátria, é no sentido de que encaminhe ao Presidente da Assembléia Nacional Constituinte medidas que permitam que aquilo que foi ou venha a ser decidido na Comissão de Sistematização seja encaminhado. Não pode S. Ex.<sup>a</sup> obstruir a tramitação normal do que é aqui decidido; caso contrário estaremos aqui representando um papel completamente marginal. Diz o Presidente Ulysses Guimarães que não leva à Assembléia o que aqui aprovamos porque isso não interessa ao Estado nem ao Governo.

Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup> a oportunidade do aparte, desculpando-me por me haver alongado em demasia.

**O SR. CONSTITUINTE JAMIL HADDAD:** – Nobre Constituinte Haroldo Lima, aprovamos o projeto do Constituinte Paulo Ramos. Outro dia, na Comissão que estuda a dívida externa, de que faço parte, o Ministro da Fazenda e o Presidente do Banco Central declararam, textualmente, estar havendo uma negociação no sentido de transformar nossa dívida em capital de risco.

Então, nada existe; nada valem. Decidimos, aqui, remeter o assunto ao Plenário para que este, soberanamente, tome uma decisão. E S. Ex.<sup>a</sup> vem aqui, ao próprio Parlamento, e diz que estamos trabalhando ao contrário.

O que existe, na realidade, é o seguinte: S. Ex.<sup>a</sup>, o Sr. Presidente da República, sem que tenha sido apresentada emenda constitucional, disse que vai ficar cinco anos. S. Ex.<sup>a</sup> jurou seis; legalmente, teria de ficar seis anos. Depois deu um murro na mesa e disse: "Não quero saber de Constituição. Não quero saber de emenda constitucional. Não quero saber o que vocês vão decidir. Vou ficar cinco anos."

Se isso não é pressão em cima do Congresso, então não entendo mais nada. O que é pressão? É entrar com as Forças Armadas dentro do Congresso? É só essa a pressão que se admite, ou existe esse outro tipo de pressão? É estranho que S. Ex.<sup>a</sup>, o Ministro do Exército, declare que, se for aprovada a anistia, não pagará aos anistiados. Parece-me que a chave do cofre fica com o Ministro da Fazenda, não com o Ministro do Exército.

Sr. Presidente, há muitos parlamentares que ainda não se conscientizaram de que estamos tentando o retorno ao regime democrático, a prevalência do poder civil, em que deve haver respeito, autonomia e independência entre os Três Poderes. Os vinte anos de ditadura levaram determinados parlamentares à imagem de que temos de ser tutelados e de que estamos aqui apenas para dizer amém, para criticar mas sem nenhum poder de decisão.

Não posso admitir, Sr. Presidente, que se fuja do debate sobre o tempo do mandato do Presidente da República. S. Ex.<sup>a</sup> declarou, textualmente, sexta-feira próxima passada: "Terei muito o que fazer nestes dois anos que me restam de Governo" Todos viram S. Ex.<sup>a</sup> afirmar na televisão – e os jornais o publicaram – que o seu mandato será de cinco anos, sem que nada tenha sido decidido por esta Assembléia, que é, na realidade, o Poder Legislativo, o Poder Constituinte. Aliás, diz muito bem o Constituinte Brandão Monteiro que "deveria ser", já que inúmeros companheiros, infelizmente, ainda não se conscientizaram do papel que deveriam representar.

Concedo o aparte ao nobre Constituinte Nilson Gibson.

**O SR. CONSTITUINTE NILSON GIBSON:** – Nobre Constituinte Jamil Haddad, temos grande admiração pelo comportamento de V. Ex.<sup>a</sup> e pelo trabalho que desenvolve na Assembléia Nacional Constituinte. Todavia, não poderíamos, deixar de defender um dos homens que efetivamente mais trabalha para esta Assembléia atinja seus objetivos. Refiro-me ao Presidente do meu partido, ao Presidente da Câmara dos Deputados e da Assembléia Nacional Constituinte.

Quero esclarecer aos menos avisados que foi levantada uma questão de ordem após a votação da primeira sessão que examinou o projeto de decisão do ilustre Constituinte Paulo Ramos. Em decorrência, o Presidente enviou a matéria para exame do Presidente da Assembléia Nacional Constituinte.

Acredito ser este o assunto que V. Ex.<sup>a</sup> Sr. Presidente, está examinando, para que posteriormente o assunto volte à Comissão de Sistematização, a fim de que seja enviado ao Plenário, se assim o entender o Presidente da Assembléia Nacional Constituinte.

Faço este reparo para testemunhar que o ilustre Presidente da Assembléia Nacional Constituinte está fazendo um magnífico trabalho, desde a elaboração do primeiro Regimento Provisório até o envio do Projeto de Constituição ao Plenário.

**O SR. CONSTITUINTE JAMIL HADDAD:** – Sr. Presidente, este é um problema de conotação eminentemente político. Por isso, faço um apelo aos que são favoráveis aos cinco anos de mandato, para que votem favoravelmente à aprovação do projeto de decisão, a fim de discuti-lo em Plenário. Isso é democracia. Vamos colocar a matéria em votação. Aqueles que são favoráveis aos cinco anos devem arregimentar forças populares. Nós, arregimentaremos forças a favor dos quatro anos, democraticamente. Vamos procurar saber, na realidade, o que o povo quer. A classe trabalhadora, por exemplo, está "satisfeitíssima" com o abono que lhe foi concedido na sexta-feira. Foi aumentada a passagem de ônibus no Rio de Janeiro em um cruzado, o que representa, no fim do mês, 60 cruzados – ida e volta. Então, ainda restam 200 cruzados. Ai, aumento o preço do arroz, do suco de tomate e de uma

série de outros produtos. Quer dizer, não houve abono. No entanto, o Ministro da Fazenda disse que, infelizmente, era o que poderia conceder. Mas ninguém se lembra de taxar o capital. S. Ex.<sup>a</sup> disse que vai mandar fazer uma rigorosa investigação sobre o preço das consultas médicas no Rio de Janeiro, pois, está irritado, porque os meus colegas estão cobrando muito por uma consulta. S. Ex.<sup>a</sup> não diz que vai mandar fiscalizar a rede bancária, mas acha que o profissional liberal está, ao cobrar determinada quantia, "achatando" a população. No entanto, os balanços dos bancos, nesses meses, foram escorchantes. O Sr. Fernando Millet declarou, ontem, que as taxas de juros estão caindo e que não podemos permitir tal coisa. Devemos levantá-las novamente, caso contrário haverá consumismo.

Ora, Sr. Presidente, onde estamos? Quando o povo vai para as ruas a favor de quatro anos, ele o foi em razão desses fatos, porque não acredita mais num governo que se comprometeu a defender a questão social e, que na reavisa a estruturas capitalistas selvagens a ele aliadas.

Ouçõ, com muita satisfação, o nobre Constituinte Carlos Sant'Anna.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Nobre Constituinte Jamil Haddad, farei apenas um reparo ao que V. Ex.<sup>a</sup> falou quanto ao fato de a Assembléia Nacional Constituinte e os Constituintes se estarem negando a debater o tempo de duração do mandato do Presidente. Lembro a V. Ex.<sup>a</sup> que o mandato do Presidente, não só do atual como do futuro, já foi tema de discussão e votação na Subcomissão do Poder Executivo e na Comissão da Organização dos Poderes e Sistema de Governo. O assunto foi discutido também na Subcomissão do Poder Legislativo e aqui, e, embora sem entrarmos no mérito, foi aprovado o tempo do mandato do Presidente, de acordo o que foi proposto. A partir de 14 de setembro, quando o projeto do Relator Bernardo Cabral, que será o Projeto de Constituição, estiver em votação na Comissão de Sistematização, qualquer emenda, por exemplo, que proponha dois, três ou quatro anos poderá ser destacada, e esta Comissão poderá discutir isoladamente a questão do mandato do Presidente. No Plenário, somente a partir de 20 de setembro. Estamos cumprindo todos os cronogramas e debatendo exaustivamente o problema. A própria convenção do meu partido soberanamente decidiu que este é um assunto da Constituinte, a ser deliberado pela Constituinte. De modo que a questão tem sido, está sendo e continuará sendo discutida até o momento da sua votação, quando já saberemos o resultado da votação relativa ao sistema de governo: se presidencialista, parlamentarista ou parlamentarista misto. Então, não está havendo cerceamento com relação à discussão da matéria.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Quero apenas registrar, nobre Constituinte. Jamil Haddad, minha solidariedade e a de meu partido a sua posição, no que diz respeito às taxas de juros. V. Ex.<sup>a</sup> tem toda a razão.

**O SR. CONSTITUINTE JAMIL HADDAD:** – Nobre Constituinte Carlos Sant'Anna, quem precipitou a discussão do assunto foi o Presidente da República, que declarou – dando um muro na mesa – sem que ninguém houvesse perguntado: "Jurei seis anos, mas quebro a minha jura e ficarei cinco." S. Ex.<sup>a</sup> fez esta declaração sem propor uma emenda constitucional, sem trazer o problema a debate na Assembléia, sem discussão. Foi esse fato que precipitou o debate da questão, porque, na realidade, há necessidade de se sobrestar uma posição de pressão do Poder Executivo sobre o Poder Legislativo Constituinte. O problema terá de ser discutido.

Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Presidente,...

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – V. Ex.<sup>a</sup> merece.

**O SR. CONSTITUINTE JAMIL HADDAD:** – ...por eu ter permitido ultrapassar o meu tempo. Agradeço, também aos apartantes que abrilhantaram meu pronunciamento.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Antes de conceder a palavra ao próximo orador, informo ao nobre Constituinte Haroldo Lima que o Presidente Ulysses Guimarães, a meu pedido, examinou a questão relativa ao projeto de decisão e me comunicou que a havia entregue a um Constituinte, a fim de que este a relatasse e nos oferecesse uma decisão bem ponderada. S. Ex.<sup>a</sup> me disse que o acúmulo de matéria que lhe chegam a cada dia o impediam de decidir imediatamente.

De acordo com a informação da assistente parlamentar, S. Ex.<sup>a</sup> entregou ao Constituinte Mauro Benevides a incumbência de estudar o assunto e disse que nesta semana apresentaria uma decisão.

Era o que tinha a dizer a V. Ex.<sup>a</sup>, agradecendo a confiança a mim manifestada.

Tem a palavra o Constituinte Celso Dourado.

**O SR. CONSTITUINTE CELSO DOURADO:** – Sr. Presidente, a atitude do Presidente da República, quando lançou a público a discussão sobre o seu mandato, foi realmente infeliz. Temos gasto tempo em demasia, na Comissão de Sistematização e na Assembléia Nacional Constituinte, na discussão do assunto, que tem sido supervalorizado. Acredito que o trabalho da Assembléia Nacional Constituinte, o seu compromisso maior, é com a elaboração da Constituição. Mas esse assunto tem sido valorizado de tal maneira que horas são gastas numa discussão interminável e ao final, não chegamos a uma conclusão. A própria convenção do PMDB entendeu ser o assunto da competência da Constituinte e que, portanto, sobre ele não deveria tomar uma decisão isolada, que seria realmente inócua.

Sr. Presidente. Srs. Constituintes, realmente temos de nos preocupar com esse assunto, pois nós, que vivemos a transição democrática aprendemos, durante o regime ditatorial, o quanto a democracia é importante. É um regime que também não é perfeito, porque tudo o que o homem faz tem falhas, mas nunca se criou nada melhor do que a democracia, que precisa ser preservada.

É necessário que façamos essa transição o mais rápido possível, e não é discutindo eternamente a duração do mandato presidencial – se quatro ou cinco – que iremos alcançar o sucesso desejado. A construção democrática é responsabilidade de cada um de nós. Tenho ouvido várias acusações de que o Poder Executivo está exercendo muita pressão, mas devo dizer que, talvez porque eu seja apenas um graveto isolado a que ninguém presta atenção, nunca fui procurado por quem quer que seja do Governo para saber se sou a favor do mandato de quatro ou de cinco anos. Nunca fui pressionado. O Líder do Governo na Assembléia Nacional Constituinte, que é do meu Estado, nunca me perguntou qual a minha posição sobre esse tema. Há muitas afirmativas que me parecem exageradas.

Ouçõ o nobre Constituinte Haroldo Lima.

**O SR. CONSTITUINTE HAROLD LIMA:** – Nobre Constituinte Celso Dourado, gostaria de fazer apenas um reparo à intervenção de V. Ex.<sup>a</sup>, porque o coordenador da bancada do PMDB da Bahia, Estado a que nós dois pertencemos, Constituinte Jutahy Júnior, por mais de uma vez foi objeto de pressões por parte do Presidente da República pelo fato de estar defendendo os quatro anos, a tal ponto de ter tido uma pequena alteração, dizendo que, se for assim, se for para ele defender os cinco anos, prefere perder todas as posições que tem no Governo. O próprio Constituinte Jutahy Júnior disse de

público, na televisão, e reafirma a qualquer instante, que tem sido alvo de pressões.

**O SR. CONSTITUINTE LYSÂNEAS MACIEL:** – Nobre Constituinte Celso Dourado, permite-me V. Ex.<sup>a</sup> um ligeiro aparte?

**O SR. CONSTITUINTE CELSO DOURADO:** – Pois não, Constituinte Lysâneas Maciel. Com muita satisfação concedo o aparte a V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE LYSÂNEAS MACIEL:** – Cestas propostas não são feitas a alguns parlamentares conhecidos pela sua dignidade. Às vezes não se tem coragem de fazê-las a determinados Parlamentares, pois não lhes dariam curso sequer.

**O SR. CONSTITUINTE CELSO DOURADO:** – Não creio que seja o meu caso, Constituinte Lysâneas Maciel, porque sou um desconhecido. Provavelmente as pessoas não avaliaram meu comportamento e minha atitude no tocante a essa questão. Mas posso dizer firmemente que cevemos assumir um compromisso sério na elaboração da Constituição. Precisamos aproveitar o tempo. Às vezes nos emocionamos, nos envolvemos, perdendo muito tempo, e decisão precisa ser rápida. O compromisso é com a democracia. Se desviarmos nossas atenções para questões ate mesmo ideológicas, que são muito importantes, se gastarmos tempo discutindo aspectos emocionais dos problemas, correremos o perigo de nos sentirmos frustrados. Essa questão dos quatro ou cinco anos será definida na devida hora pela própria Constituinte. Não podemos, de maneira alguma, passar uma manhã toda aqui ouvindo apartes prolongados e discursos emocionais. Um parlamentar pede um aparte apenas para fazer uma intervenção, que, entendo, deve ser uma pergunta ou uma observação rápida, e faz um discurso às vezes mais longo do que o do próprio orador, Assim não nos sentiremos.

Concedo o aparte ao Constituinte Arnaldo Faria de Sá.

**O SR. CONSTITUINTE ARNALDO FARIA DE SÁ:** – V. Ex.<sup>a</sup> certamente não foi procurado pelo Governo, porque sua posição a favor de cinco anos é conhecida.

**O SR. CONSTITUINTE CELSO DOURADO:** – Acho que há um engano da sua parte, pois nunca revelei minha posição.

**O SR. CONSTITUINTE ARNALDO FARIA DE SÁ:** – Apesar de V. Ex.<sup>a</sup> não a ter revelado, depreende-se que sua posição, por presunção, é de cinco anos. Se V. Ex.<sup>a</sup> tomar uma posição clara a favor dos quatro anos, certamente será procurado ao final desta reunião.

**O SR. CONSTITUINTE CELSO DOURADO:** – Nobre Constituinte, acho que há um engano da sua parte. A respeito desse assunto, temos dado respostas à imprensa nos termos em que o fazemos aqui. A responsabilidade é da Constituinte. Estamos vivendo um momento de transição, e a duração do mandato será a que a Constituinte determinar. Esta tem sido nossa posição, muito clara e objetiva, aliás. Nunca nos definimos por cinco anos. Realmente, se nos atrasarmos muito neste trabalho, terminaremos fazendo a transição em cinco, seis anos ou não sei em quanto tempo.

É preciso que cada um cumpra o compromisso assumido quando fomos eleitos Constituintes. Este é o momento de trabalharmos com seriedade. Passamos o fim de semana em reunião. Estive presente às sessões de sábado e domingo porque entendo que este é o trabalho principal. O essencial é elaborarmos a Constituição. Se queremos livrar-nos do entulho autoritário, da Lei de Segurança Nacional, de toda a herança maldita de vinte anos, é preciso que nos concentremos com seriedade no assunto, sem nos preocuparmos até com nossas posições ideológicas. Não será a ideologia de cada um que se re-

flitirá na Constituição, mas, sim, o compromisso de fazer a História deste País.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Está inscrito o Constituinte Adylson Motta.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Sr. Presidente, ela ordem. Sem prejuízo da Presidente, palavra que será dada ao Constituinte Adylson Motta, eu solicitaria a V. Ex.<sup>a</sup> que, após, encerrasse a discussão, para que passássemos à votação, uma vez que o assunto já foi suficientemente discutido.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – De acordo com o Regimento, V. Ex.<sup>a</sup> deverá apresentar o requerimento por escrito. Dei esta explicação ao Constituinte Aluizio Campos.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Sr. Presidente, *data venia*, o § 2º do art. 20 diz:

"É facultada a apresentação de requerimento de encerramento da discussão, após 6 (seis) oradores, 3 (três) favoráveis e 3 (três) contrários, assegurada sempre a palavra ao Autor."

E não diz que é por escrito. Poderei fazê-lo, todavia.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Diz o art. 12:

"Serão escritos, não terão discussão nem encaminhamento, e dependerão de deliberação do Plenário da Comissão, os requerimentos que solicitem:

IV – encerramento de discussão, tendo usado da palavra pelo menos 6 (seis) oradores, sentado 3 (três) a favor e 3 (três) contra, assegurada ao Autor a oportunidade de falar."

Então, salvo melhor juízo, V. Ex.<sup>a</sup> terá que apresentar um requerimento por escrito, que será votada sem discussão nem encaminhamento porque se trata de encerramento de discussão, segundo o art. 12, item IV.

**O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO MONTEIRO:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem. Gostaria que a Mesa informasse quantos oradores já usaram da palavra a favor, nos estritos termos do Regimento a que V. Ex.<sup>a</sup> se refere.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Segundo informação do Constituinte José Thomaz Nonô, que está atento ao desenvolvimento dos trabalhos, apenas dois oradores falaram a favor.

**O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO MONTEIRO:** – Não há, pois amparo regimental ao requerimento do Constituinte Carlos Sant'Anna.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Falta mais um orador para, conseqüentemente, se apreciar o requerimento de encerramento da discussão.

Alguém quer falar a favor?

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Posso falar a favor, não há, problema algum.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Vou manter a ordem dos inscritos. Estou apenas seguindo o Regimento Interno, no que diz respeito à lista de oradores.

Há alguém que fale a favor?

**O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO MONTEIRO:** – E que se inscreva para falar?

**O SR. CONSTITUINTE MARCONDES GADELHA:** – Sr. Presidente, informo a V. Ex.<sup>a</sup> que estou inscrito para falar a favor.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Então, esperamos até que V. Ex.<sup>a</sup> faça uso da palavra.

Concedo a palavra ao nobre Constituinte Adylson Motta.

**O SR. CONSTITUINTE ADYLSON MOTTA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, essa discussão é muito importante, porque, entre, outras razões, diz respeito à posição de cada um de nós em assunto que me parece fundamental.

Inicialmente quero dizer a V. Ex.<sup>a</sup> que, apesar do liberalismo da proposta do Deputado Arnaldo Faria de Sá, vou votar com ela, porque havia apresentado um projeto de decisão no qual o mandato do atual Presidente da República deveria findar-se seis meses após a promulgação da Constituição.

São duas coisas completamente distintas: fixação do atual e dos futuros mandatos de Presidente da República. Até porque os futuros mandatos estariam intimamente vinculados ao regime de governo a ser adotado. Mas, agora, trata-se da fixação do mandato do atual Presidente da República, até para restaurar aquela legitimidade, diria hoje contestada e colocada em dúvida pelas circunstâncias em que ocupou o Palácio do Planalto o Presidente José Sarney. No primeiro momento, o Sr. Presidente da República declarou que reconhecia o seu Governo como um período de transição, e uma transição não pode caracterizar-se por prazos muito longos. O próprio Presidente – embora sua palavra hoje não mais valha no País – declarou, de público. Que sua opinião já estava exposta e defendia um mandato de quatro anos. Mais adiante, o Presidente da República vem, de público, comunicar, não fazer uma sugestão, que resolveu ficar cinco anos no Palácio do Planalto. Se, S. Ex.<sup>a</sup> afirma que vai ficar cinco, sete ou nove anos, como o seu colega do Chile, para mim tem o mesmo valor, porque não se trata de uma regra de direito disponível. É irrelevante à vontade do Presidente, se ele quiser aumentar ou diminuir seu mandato, porque isso só poderá ser feito se houver à vontade da Nação, expressa, por meio de emenda constitucional.

Então, aquilo que no começo foi uma fixação de posição, passou a ser uma afronta ao Poder Legislativo no Brasil, ferindo a soberania, se ainda existe, da Assembléia Nacional Constituinte. No momento em que se sabe que é característica do Poder Constituinte ser inicial, incondicional, autônomo, soberano e, no dizer de alguns, ilimitado, uma afirmação do Presidente nesse sentido é uma provocação. Se outras razões não tivéssemos para debater esse assunto, esta seria suficiente.

Sr. Presidente, não se trata apenas de fixar o mandato, que até certo ponto é contestado, mas de restaurar a dignidade desta Casa, que dia a dia está sendo afrontada, no momento em que o Presidente e os Ministros dizem que não vão acatar as decisões aqui tomadas.

Voto pelos quatro anos, porque não há medida que reduza mais o mandato. Estamos num período anormal, de exceção; estamos numa ditadura. No momento em atribui que o Poder Executivo se confunde e assume as atribuições do Poder Legislativo, governando através de decretos-leis, o que temos, Sr. Presidente? Um período de exceção, que continua.

Por todas essas razões, consciente, voto pelos quatro anos e acredito que esta proposta se insere perfeitamente em uns projeto de decisão. Aliás, nesse sentido eu havia apresentado uma proposta, mas não tive sucesso, porque aqueles que defenderam as diretas já – são do PMDB partido majoritário – se recusaram a assiná-la. Portanto, muito me surpreende. Hoje a classe política está desacreditada exatamente em função da linguagem de palanque, contraditada pelos atos concretos do governo. Fim do decreto-lei, diretas já, eliminação da Lei de Segurança Nacional, do decurso de prazo, tudo passou a ser uma balela. Hoje estamos sendo julgados como políticos pelas promessas feitas nos palanques eleitorais e não cumpridas.



Por esta razão, minha proposta é no sentido de que o Presidente Sarney fique o menor tempo possível no Palácio do Planalto para felicidade deste País. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Concedo a na palavra ao nobre Constituinte Lysâneas Maciel.

**O SR. CONSTITUINTE LYSÂNEAS MACIEL:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, lamentamos que essa liturgia quase folclórica a que estamos assistindo na Comissão de Sistematização não tenha realmente maior significado para o povo que está lá fora, distante dos problemas que temos enfrentado. Podemos até, como profetas, fazer o prognóstico de que esta Comissão não vai aprovar sequer um projeto no decurso dos seus trabalhos. Disse isto no início dos nossos trabalhos e agora repito esta previsão sombria para o regime democrático.

Na verdade, o que está ocorrendo nas discussões? Qual a característica principal desse projeto que se discute hoje e de outros submetidos à apreciação da Assembléia Nacional Constituinte? O que está contido nesse projeto e em outros? Notamos que estamos sendo incapazes de assimilar a vontade popular; de entender o que é prioritário para o povo, e fixarmos regras e normas que não constituem objeto primeiro e primário das preocupações populares. Estamos, enfim, Sr. Presidente, descumprindo a idéia básica, insculpida na Constituição, de que o povo é a fonte do poder.

O que está por trás dessa proposta, que hoje, infelizmente, será recusada? O que se pretende por meio dessa proposta, Sr. Presidente, é devolver ao grande ausente, o povo brasileiro, o direito de se manifestar, e não a demonstração de uma virilidade desconhecida do Sr. José Sarney, que hoje ocupa a Presidência da República. O Sarney que conhecíamos de longa prática, aqui, é o que assinava as cassações, fazia demonstrações de amor ao regime autoritário e à falta de democracia. Não há SNI ou manifestação de ventriloquismo militar que possa torná-lo um democrata, um homem interessado em estabelecer um regime democrático. O que há por trás dessas manifestações e afirmações pomposas, aparentemente provocadoras e desafiadoras, completamente desconhecidas na personalidade desse político, é que quem está falando através dele são os Ministros militares, ainda ligados às mesmas forças, aos mesmos fatores que tantos problemas trouxeram à sociedade brasileira. Depois da utilização de um arsenal de violência, de prepotência, com cassações, prisões e torturas, essa parcela de militares que quer manter-se as no poder se mostram totalmente incapazes de resolver as contradições da sociedade brasileira. O Sr. José Sarney, que até há pouco tempo era um apavorado político, vem agora dizer que seu mandato é de seis anos, para cumprir seu desiderato no período ele transição, o qual "generosamente", reduziu para cinco anos.

Sr. Presidente, todos nós queremos, de certa forma, encontrar soluções para os problemas brasileiros. Queremos elaborar uma Constituição que não signifique apenas o atendimento desses grupos que demonstraram incapacidade para conduzir os destinos deste País. Mas não vejo como isso possa ser feito se utilizados esses métodos de compra de votos, que, aliás, não impressionam muitos Deputados. O Líder da maioria disse que se trata de um ato de rotina, que recai, como disse o eminente Deputado Adylson Motta, não apenas sobre aqueles que recebem empregos, empréstimos e benesses, mas sobre toda Constituição democrática. Poder Legislativo, pela construção de uma Constituição democrática.

Vejo isso com muita preocupação. Sr. Presidente.

V. Ex.<sup>a</sup> disse com muita propriedade, outro dia, que estamos em um período muito crítico para a Constituinte: ou construímos uma Constituição séria, verdadeira, afinada com as aspirações populares e com os interesses do

País, ou nada construiremos, não haverá período de transição, mas a simples manutenção do **status quo**. Ou seja, o estatuto da classe dominante, que não se envergonha de utilizar certos métodos para atingir fins menos nobres e menos constitucionais.

Observo que o Projeto do Deputado Arnaldo Faria de Sá pretende não reduzir o mandato de um Presidente que se revelou incapaz... Porque, na verdade, se esse Presidente se tivesse revelado incapaz em nome do sofrimento do novo brasileiro, até concordaríamos. Agora, quando o Presidente erra, o faz em favor do setor dominante, dos banqueiros, contra os bancários. Quando se estabeleceu o Plano Cruzado, o Conselho Monetário Nacional reuniu-se várias vezes para tratar dos interesses dos banqueiros, – várias vezes, repito – mas não se reuniu sequer uma vez para tratar do problema dos 750 mil bancários atingidos por aquele plano.

Agora, Sr. Presidente, vem nova proposta, um novo Plano, o Plano Bresser. Seria tão simples se realmente se tivesse à intenção de contestar o projeto do Deputado Paulo Ramos, o primeiro projeto aprovado nesta Comissão: se quisessem fazer capital de risco, não o façam sobre as empresas nacionais normalmente constituídas; façam-no empresas a serem criadas, sem capital de risco. Por que colocar este dinheiro? Uma solução tão simples! Coloquem esse capital de risco em novos empreendimentos, não nas empresas já existentes. Há soluções simples e patrióticas que podem ser tomadas. Não vai dar certo. E quem paga?

Dá-se uma gorjeta, ou uma bofetada no trabalhador, que não dá para ele tomar um cafezinho por dia. É um verdadeiro acinte, que vai criando uma sementeira de violência. As próprias igrejas estão alertando as autoridades sobre a possibilidade de uma insurreição, uma luta armada se este indiferentismo e esta insensibilidade continuarem. Uma gorjeta de 250 cruzados. Gorjeta, acinte, cinismo, impostura, bofetada na cara dos trabalhadores brasileiros!

Diria a V. Ex.<sup>a</sup> e aos demais Constituintes aqui presentes que o essencial da proposta do projeto que está aqui é devolver ao grande ausente o direito de escolher seu presidente e participar politicamente daquilo que sempre lhe foi negado. Brasileiros de 45 anos jamais votaram para presidente da República. E, agora, querem afastar por mais alguns anos a possibilidade desse ato mínimo e elementar de democracia, que é o eleitor escolher quem deva ter o presidente da República.

O que há no fundo da proposta é exatamente fazer o povo o principal sujeito de um projeto, ou seja, fazer restabelecer o princípio de que todo poder emana do povo e com o povo deve ser exercido.

Concedo o aparte ao nobre Constituinte Adylson Motta.

**O SR. CONSTITUINTE ADYLSÓN MOITA:** – Nobre Constituinte, gostaria de apartear-lo apenas a título ilustrativo porque V. Ex.<sup>a</sup> antecipou as minhas palavras. Dos 130 milhões de brasileiros, 112 ainda não votaram para Presidente da República. Dos 23 milhões de brasileiros que teriam condições de fazê-lo, certamente a metade se compõe de analfabetos, de soldados ou está entre os que não têm direito à cidadania. Hoje pode firmar-se que apenas 10 milhões já votaram algum dia Para Presidente da República. Esse é um argumento que me parece importante, no momento em que se quer devolver ao povo o direito de escolher o seu mandatário.

**O SR. CONSTITUINTE LYSÂNEAS MACIEL:** – Agradeça o aparte a V. Ex.<sup>a</sup> Estamos discutindo se o cidadão brasileiro é de segunda, terceira ou de primeira categoria. Mas, Sr. Presidente, termino chamando a atenção...

**O SR. CONSTITUINTE CELSO DOURADO:** – Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. CONSTITUINTE LYSÂNEAS MACIEL:** – Pois não.

**O SR. CONSTITUINTE CELSO DOURADO:**

— Constituinte Lysâneas Maciel, concordo perfeitamente em que a aspiração do povo é votar, escolher seu presidente, participar das decisões políticas deste País, ser o agente principal da história, mas é preciso que nesta hora reflitamos bastante para não transmitir ao povo que a idéia de eleger um presidente, escolher uma figura carismática ou um caudilho qualquer venha a ser solução para os nossos problemas. Precisamos de trabalhar e ter a coragem de nos reunirmos com o povo, a fim de dizer-lhe, claramente, que as soluções dependem dele mesmo, da sua participação, da sua organização. As soluções estão lá. Presidente algum vai resolver os problemas deste País. Devemos dar ênfase à organização popular, à participação, às associações, às cooperativas, para que a democracia tenha raízes profundas.

Acho perigosa a idéia de que uma escolha de presidente resolverá nosso problema maior. Sei que este não é o seu ponto de vista. Faço apenas um comentário, porque me preocupa demais essa idéia. Desde os períodos mais remotos da História deste País, sempre tem havido a esperança de que vai surgir um carismático, um chefe político, alguém que dará a diretriz e resolverá nossos problemas cruciais. Não. Precisamos da participação do povo, desde as camadas mais simples.

Devo dizer, nobre Constituinte Lysâneas Maciel, que tenho procurado este Governo para discutir os problemas do Nordeste. Não o procuro buscando benesses, mas para discutir problemas da minha gente, que vive em condições precárias; não visando ao interesse particular pessoal, mas de toda uma região que tem sido marginalizada. E, na medida em que este Governo demonstrar sensibilidade e interesse no sentido de solucionar os problemas das camadas mais humildes e marginalizadas, ele até poderá ter meu apoio. Não o terá, porém, se estiver distante desta realidade, da realidade de milhões que não têm direito de escolher e de votar, que não têm direito de discutir salário mínimo, que não têm direito de participar de coisa alguma neste País, porque foram marginalizados, devido a essa estrutura perversa, porque este é um País muito bem organizado para garantir os direitos das mesmas pessoas.

Nesse sentido, estou ciente de que, como Constituinte, representante da região nordestina, devo bater às portas dos ministérios e do Governo, a fim de buscar soluções imediatas, porque nosso povo nem sequer tem condições de esperar as eleições em 1988. Precisa de soluções urgentes.

**O SR. CONSTITUINTE LYSÂNEAS MACIEL:**

— Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup> o aparte.

Apenas observaria que, na verdade, os chamados conservadores e progressistas se unem, numa prática condenável. Os conservadores tentam conservar isso que aí está, porque é o que lhes convém. Por que mudar se, até o momento, estão conseguindo eleger-se, se estão elegendo os cargos no Executivo, os parlamentares, dentro desse sistema viciado e corrompido em que vivemos? Também os chamados progressistas incorrem em alguns erros, que se assemelham aos dos conservadores, em função de dois elementos que considero muito importante: primeiro, em função de uma herança populista que todos recebemos, que talvez esteja subjacente na condenação do Constituinte Celso Dourado, e também por uma leitura inadequada da conjuntura em que vivemos.

Creio que tudo isso contribui para levar-nos a uma prática Política que converge para os mesmos defeitos, as mesmas deficiências, que concluiria no quadro que estamos destacando. A prática democrática, inclusive eleitoral — esta, é claro, não vai resolver todos os problemas, assim como a Assembléia Nacional Constituinte também não será a grande panacéia — levará ao aper-

feiçoamento político, que é o que todos nós desejamos. O que não se pode admitir é o conservadorismo e a manutenção do **status quo**. Provaram ser arbitrários, violentos, torturadores, corruptos, corruptores e, sobretudo, incompetentes para resolver as contradições da sociedade brasileira.

Então, ao condenar esta intromissão militar — e aqui não digo militarista porque há que se distinguir entre militar e militarismo — quero lembrar o direito que têm os militares, inclusive, de participar, não como corporação, mas como cidadãos comuns, do processo político do País. O que estamos querendo dizer é que, para a elaboração de uma Constituição livre e soberana, isto tem que ser proibido. E, mais do que isso, é necessário se devolva ao povo o direito de plena participação política e democrática, combatida ferozmente, e não subliminarmente.

Tenho aqui as manifestações que deram origem a esta atitude do Sr. José Sarney. Houve interferência nos trabalhos da Constituinte, até mesmo antes da sua instalação. O Ministro do Exército enviou um recado para esta Constituinte, antes da instalação dos nossos trabalhos, dizendo que o mandato do Presidente Sarney seria de seis anos. E considerou que seria impertinência da Constituinte se, por acaso, fosse tomada decisão em sentido contrário a esse entendimento. Depois dessas "advertências" — entre aspas — começou a falar sobre orçamento, direito de voto, sobre quem podia votar ou não — praça-de-pré, por exemplo, não podia votar —, estabilidade do trabalhador salários etc. Terminou por falar sobre a questão da energia atômica — um País com 30 milhões de pessoas, que vivem em estado de miséria absoluta — dizendo que não poderíamos mexer no projeto atômico, ao ensejo da construção de um submarino nuclear ou mesmo de artefatos atômicos na Serra do Cachimbo. Disse textualmente o Sr. Ministro do Exército — não através do seu ventríloquo preferido, o Sr. Presidente da República — que, se fosse adotada determinada norma pela Constituição em relação à anistia, os ministros militares não a cumpririam.

Veja, Sr. Presidente, a que ponto estamos chegando! Será que vamos poder falar novamente em alguns assuntos que não estejam abrangidos nessas matérias chamadas polêmicas? Não há assunto polêmico, nem controverso para esta Constituinte deliberar. Soberania e liberdade são como dignidade; não podem ser entendidos como meia dignidade, meia soberania ou meia liberdade. Este projeto tem de ser apreciado não apenas no que se refere ao mandato do Presidente da República. É a possibilidade de o povo, o grande ausente, exercer plenamente aquele princípio que nenhuma ditadura — e V. Ex.<sup>a</sup> combateu duas — conseguiu arrancar das Constituições brasileiras, de que todo o poder emana do povo e em seu nome será exercido.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):**

— A Presidência deseja, antes de conceder a palavra ao nobre Constituinte Marcondes Gadelha, informar que S. Ex.<sup>a</sup> será, de acordo com o Regimento, o terceiro a falar em apoio ao parecer.

**O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO MONTEIRO:** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem. Salvo equívoco, fui o sétimo orador inscrito.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):**

— Nobre Constituinte Brandão Monteiro, o nobre Constituinte Marcondes Gadelha está na ordem, antes de V. Ex.<sup>a</sup> Logo a seguir darei a palavra a V. Ex.<sup>a</sup>. Quería apenas acentuar que S. Ex.<sup>a</sup> completa a lista daqueles cujos pronunciamentos permitirão à Casa decidir se encerra ou não a discussão.

Tem a palavra o nobre Constituinte Marcondes Gadelha.

**O SR. CONSTITUINTE MARCONDES GADELHA:** – Sr. Presidente, nobres Constituintes, a intensidade e a paixão com que este tema tem sido discutido, o caráter ominoso, funesto e catastrófico com que se procura revestir o tema da duração do mandato presidencial contrastam – violentamente com a falta absoluta e total de qualquer razão clara e objetiva. O próprio autor do projeto de Decisão que tanta cealema gerou foi extremamente econômico em suas razões.

O Constituinte Arnaldo Faria de Sá foi suficientemente somítico, zeloso e ciumento, tentando guardar para si próprio escondendo do conhecimento da Casa, as preciosas razões que o moveram a apresentar esta proposta. Pela gravidade com que procura enfocar o problema, esperávamos razões mais alentadas. Quando se fala em estabilidade, em risco para a transição, para a paz e até para a segurança da Assembléia Nacional Constituinte, esperávamos que o nobre Constituinte gastasse um pouco mais da sua tinta e do seu papel e – para usar seus próprios adjetivos – com clareza meridiana e solar mostrasse onde está o fundamento de tanta preocupação e de tão tamanha tensão com que procura dourar sua propositura. No entanto Sr. Presidente, o Constituinte Arnaldo Faria de Sá dedicou a este tema, que reputo de grande relevância, apenas três parágrafos, nos quais não disse absolutamente nada quanto à regimentalidade e ao mérito da questão.

O primeiro parágrafo fala sobre a justiça da aspiração do povo em eleger seus supremos mandatários. Quero crer que ninguém, nesta Assembléia Nacional Constituinte, jamais ergueu o dedo, a palavra contra esta idéia, universalmente aceita, de que o povo brasileiro deve eleger seus mandatários. O nobre Constituinte Arnaldo Faria de Sá não fez qualquer menção sobre as razões pelas quais pretende antecipar a eleição para Presidente da República.

Em seguida mais um parágrafo, no qual S. Ex.<sup>a</sup> apenas diz, num profetismo apocalíptico, que a discussão vem-se constituindo – transcrevo as palavras de S. Ex.<sup>a</sup> – num "crescendo ritmo de ameaça, cuja medida tem que se sobrestar." O nobre constituinte Arnaldo Faria de Sá procura fazer um exercício de adivinhação sobre o que se passa na consciência, na alma e no espírito dos nobres Constituintes a respeito da sua tranqüilidade, quanto ao evoluir da sociedade brasileira, em relação a este tema do mandato presidencial. No entanto, não diz uma palavra para justificar por que este ponto ameaça a estabilidade do País ou a segurança desta Assembléia Nacional Constituinte.

Quanto à questão da não-superação do problema da regimentalidade, não me vou estender, porque o Sr. Relator já foi muito claro. Vão querer entrar no mérito da questão, sobre o qual o Deputado Arnaldo Faria de Sá não expendeu um milímetro sequer do seu juízo, não escreveu sequer, uma linha ou um parágrafo.

Ouçõ V. Ex.<sup>a</sup>, antes de prosseguir.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Nobre Senador Marcondes Gadelha, talvez o Deputado Arnaldo Faria de Sá, quando usar a tribuna, apresente as razões que V. Ex.<sup>a</sup> cobra. Há, porém, uma razão meridiana, solar, óbvia entre as várias obviedades: é que o Poder Executivo – e aí não precisaríamos de um parágrafo, talvez de uma frase – veio à Nação e disse que o mandato é de cinco anos. Quem conferiu essa atribuição ao Presidente Sarney? Quem lhe deu essa legitimidade? Quem lhe deu essa atribuição legal para dizer que seu mandato é de cinco anos? S. Ex.<sup>a</sup> não disse que era uma opinião. Disse: "Meu mandato é de cinco anos".

Portanto, a Assembléia Nacional Constituinte não precisa de razões maiores, talvez, para convencer V. Ex.<sup>a</sup>, nobre Senador... E é estranho, porque já ouvi V. Ex.<sup>a</sup>,

em outras épocas, propor a derrubada da ditadura, quando integrava o grupo autêntico. Hoje, contudo, está retardando a eleição direta para Presidente da República. Queremos eleição direta em 1988, e vamos decidir essa questão antes da votação do projeto constitucional. É algo simples, não precisa de muitas argumentações.

**O SR. CONSTITUINTE MARCONDES GADELHA:** – Muito obrigado a V. Ex.<sup>a</sup>, nobre Deputado José Genoíno.

Sobre a primeira parte da sua observação, devo dizer que ao Presidente José Sarney compete – como a qualquer cidadão, inclusive a V. Ex.<sup>a</sup> – abrir mão do seu mandato por quanto tempo queira. O Presidente José Sarney quis abrir mão de apenas um ano de seu mandato, mas poderia abrir mão de dois, três anos... Poderia até renunciar no primeiro momento em que assumiu, como agora, recentemente, acabou de renunciar o Ministro do Interior. V. Ex.<sup>a</sup> mesmo poderá renunciar ao seu mandato.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Mas ele não renunciou!

**O SR. CONSTITUINTE MARCONDES GADELHA:** – V. Ex.<sup>a</sup> indaga onde está a base legal ou legítima para o Presidente José Sarney abrir mão de um ano de seu mandato e fixá-lo em cinco. É da sua vontade! Poderia fazê-lo, se isso interessa a V. Ex.<sup>a</sup>.

Mas é um protesto que V. Ex.<sup>a</sup> deve encaminhar ao Presidente José Sarney, no sentido de que o Presidente não deve abrir mão de um ano mas permanecer seis anos.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Não! Acho que ele deveria sair já! (Risos)

**O SR. CONSTITUINTE MARCONDES GADELHA:** – V. Ex.<sup>a</sup> deve dirigir-se ao Presidente José Sarney. Adiante tentarei explicar por que o Presidente entende que cinco anos é um tempo ótimo, em um sistema presidencialista – é a tese que S. Ex.<sup>a</sup> defende e eu não – para execução de um trabalho administrativo, à luz de princípios democráticos e de uma convivência social sadia.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – V. Ex.<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. CONSTITUINTE MARCONDES GADELHA:** – Com muito prazer.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – Naturalmente, constato, em suas últimas palavras, uma certa incoerência, na medida em que sugere ao Constituinte José Genoíno que consulte o Presidente da República sobre as razões pelas quais renunciou a um ou dois anos. Logo a seguir, porém, V. Ex.<sup>a</sup> diz que vai explicar por que o Presidente da República pretende também, com base na necessidade de desenvolver uma administração profícua, permanecer cinco anos. Seria o caso, igualmente, de nos socorrermos da palavra do próprio Presidente da República e não termos aqui uma espécie de intermediação.

De qualquer maneira, em outra oportunidade fiz essa observação e a reiterei dizendo que não somente eu, que estou no exercício do primeiro mandato, mas também o povo brasileiro recorda com certa angústia, tem em sua memória a atuação do Constituinte Marcondes Gadelha, integrante do grupo autêntico do PMDB, quando, ombreando-se com companheiros que hoje estão aqui, e também com vários outros que foram cassados, torturados, lutava arduamente pela derrubada do regime autoritário, para que o Brasil pudesse reencontrar-se, para que pudéssemos ter o restabelecimento da tão almejada e tão retardada democracia.

O projeto de decisão apresentado pelo nobre Constituinte Arnaldo Faria de Sá tem, naturalmente, pertinência, em face do Regimento da Assembléia Nacional Constituinte. Será que precisaremos, para exercitar o projeto

de decisão, qualquer que seja, que o Congresso seja invadido pelas tropas? A Assembléia Nacional Constituinte vem sendo reiteradamente desrespeitada, e não só pelo próprio Presidente da República, que, sem manifestar qualquer apreço ao Poder Constituinte – hoje único poder legítimo neste País, – fixa o seu mandato, dizendo, inclusive, que não pretendia que qualquer dos seus subordinados tratasse mais desse assunto. E mandou mensagem a todos os Ministros. Logo depois, os Ministros militares começaram a divulgar que não respeitarão a anistia a ser votada pela Assembléia Nacional Constituinte, e que não pagarão pela anistia. Em seguida – isso está acontecendo hoje, segundo a imprensa notícia – esta Comissão de Sistematização aprovou um projeto de decisão que proíbe a conversão da dívida externa em capital de risco. Entretanto, antes sequer do posicionamento do plenário da Assembléia Nacional Constituinte, o Ministro, o genro do Presidente da República e outros menos respeitados começam a divulgar que as negociações estão sendo feitas que a conversão já se concretiza. E mais: o Presidente da República desrespeita o partido ao qual diz pertencer. A Convenção Nacional do PMDB deliberou que qualquer medida de conversão deveria previamente ser submetida à apreciação do Congresso Nacional. Infelizmente, hoje, no Brasil, o único poder legítimo, o Poder Constituinte, não se faz respeitar.

**O SR. CONSTITUINTE MARCONDES GADELHA:** – Nobre Constituinte Paulo Ramos, não tenho nenhuma objeção quanto à duração do seu aparte. Só peço que o Sr. Presidente assegure o meu tempo, porque quero discutir a matéria. V. Ex.<sup>a</sup> entrou numa discussão paralela – a discussão da dívida – que absolutamente não me seduz. Já discutimos isso em outra reunião.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – Não. Estou citando simplesmente os exemplos. Não estou fazendo qualquer divagação. Só quero dizer que a Assembléia Nacional Constituinte hoje se permite desrespeitar pela ação, inclusive, de vários Constituintes, que, em assim se comportando, traem o compromisso que assumiram em praça pública. Hoje o povo brasileiro espera que a Assembléia Nacional Constituinte se afirme diante de todo e qualquer poder espúrio, que se afirme como um poder soberano, e legítimo.

O Projeto de Decisão apresentado pelo Constituinte Arnaldo Faria de Sá guarda pertinência com todas as normas regimentais da Assembléia Nacional Constituinte. E não adianta! O povo está atento! Qualquer que seja a alquimia, qualquer que seja o argumento, hoje, se a Comissão de Sistematização porventura recuar mais uma vez, de assumir a responsabilidade de votar um projeto de decisão pertinente, na verdade estará contribuindo para que a Assembléia Nacional Constituinte continue a ser desrespeitada.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ:** – Nobre Constituinte Marcondes Gadelha, V. Ex.<sup>a</sup> havia me prometido um aparte anteriormente e o concedeu ao Constituinte Paulo Ramos, esquecendo-se do meu pedido.

**O SR. CONSTITUINTE MARCONDES GADELHA:** – Concederei o aparte a V. Ex.<sup>a</sup>, mas, primeiro, responderei ao nobre Constituinte Paulo Ramos.

E tanto não tem pertinência este projeto de decisão, que o autor nem sequer se deu ao trabalho de justificá-lo. Nem mesmo tentou. Fez afirmações, que restam ser provadas de que há uma ameaça, um risco, mas não declina quais são contrariando, frontalmente, a lógica. Aceitar essa tese, nobre Deputado, seria contrariar o passado. V. Ex.<sup>a</sup> faz um levantamento circunstanciado sobre o meu passado a cada reunião. Quero dizer-lhe, ao me posicionar a respeito do assunto, que pretendo ser rigorosamente coerente com o meu passado e – V. Ex.<sup>a</sup> há de perceber isso.

A primeira atitude de coerência é não aceitar absolutamente nada que fuja à racionalidade.

Mesmo quando pertencia ao grupo autêntico desta Casa, defendi teses que estavam absolutamente de acordo com os meus sentimentos, com meus princípios, com meus valores, e com meu posicionamento político. E fi-lo com todo ardor e empenho que a causa merecia. Quando pertencia ao grupo autêntico, jamais aceitei o maniqueísmo, a tese do sim ou do não, do contra ou a favor, do branco ou do preto. Jamais aceitei que tivéssemos de admitir teses preterracionalistas baseadas apenas na emoção ou com a finalidade de agradar à opinião pública. Tenho um compromisso com o meu País e o coloco sempre à frente de cada posição que assumo.

Segundo ponto: V. Ex.<sup>a</sup> sabe muito bem que a tônica do grupo autêntico era combater o casuísmo, exigir a validade da legislação, exigir o caráter permanente dos princípios, e não que eles fossem ajustados a cada circunstância.

Como é, Sr. Presidente, que eu poderia, sem qualquer explicação, neste momento em que nos reencontramos com a democracia, no primeiro ato que depende de minha vontade, aceitar, referendar, avaliar e avalizar um ato que é puro e mero casuísmo? Casuísmo, sim, o ato de se tentar pinçar, na constelação de mandatos que existem em vigor hoje no País, especificamente o mandato do Presidente da República, para amputar-lhe dois anos ou cassar-lhe dois anos e, o que é pior, sem qualquer explicação ou justificativa. V. Ex.<sup>a</sup> toda esta Casa sabem que os mandatos ora em curso no Brasil, todos eles, dos Vereadores, aos milhares, Prefeitos, Governadores de Estado, aos Deputados e Senadores, são oriundos da mesma fonte que se propõe espúria – e por certo é espúria – mas a única fonte de juridicidade, quando os políticos deste País postularam mandatos eletivos. Todos eles são frutos e filhos do mesmo ventre execrando, a Constituição de 1967. Portanto, a carência de legitimidade que atinge um desses mandatos atinge, indiscutivelmente, todos os outros.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – E o voto?

**O SR. CONSTITUINTE MARCONDES GADELHA:** – Responderei sobre o voto.

Certamente há de se dizer que o mandato do Presidente da República é ilegítimo, porque não veio das urnas, da vontade do povo, como o mandato dos Constituintes Arnaldo Faria de Sá, Marcondes Gadelha etc., ou de qualquer um dos Governadores ou Prefeitos que atualmente exercem o seu múnus.

**O SR. CONSTITUINTE ARNALDO FARIA DE SÁ:** – V. Ex.<sup>a</sup> conceder-me-á o aparte?

**O SR. CONSTITUINTE MARCONDES GADELHA:** – Em breve, nobre Constituinte.

Toda a Nação sabe que àquele tempo o Presidente José Sarney não tinha qualquer opção que não o Colégio Eleitoral, ao qual estava destinado inapelável e irreCORRIVELMENTE no momento em que passou a compor a chapa com o saudoso Presidente Tancredo Neves. Era a mesma fonte de juridicidade, a mesma Constituição espúria de 1967, que assegurou e ainda assegura os mandatos dos atuais parlamentares, e que rezava, mandava e obrigava que a escolha se processasse através do Colégio Eleitoral, tal como adotado pelo Presidente Tancredo Neves. Dir-se-ia que Tancredo Neves optou por quatro anos de mandato – e esta foi uma interpretação pessoal do saudoso Presidente, sobre a qual não há que se questionar quanto à duração de um mandato presidencial e ao termo que se faz necessário para o exercício desta nobre função e para o entendimento das reais necessidades deste País. Insisto em que foi uma interpretação pessoal da história, da administração e do Governo, uma interpretação da lavra do Presidente Tancredo Neves, pelo qual temos o mais absoluto respeito. Por

outro lado, o Presidente José Sarney optou por cinco anos e, em seguida, explicarei essa opção.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOINO:** – Mas, antes S. Ex.<sup>a</sup> optou por quatro anos opinando que era a favor de quatro anos.

**O SR. CONSTITUINTE ARNALDO FARIA DE SÁ:** – Gostaria que fosse concedida a palavra...

**O SR. CONSTITUINTE MARCONDES GADELHA:** – Sr. Presidente, concederei quantos apartes se façam necessários, mas quero que se estabeleça uma ordem, para que eu saiba a quem estou respondendo.

**O SR. CONSTITUINTE ARNALDO FARIA DE SÁ:** – Acho que V. Ex.<sup>a</sup> me concedeu um aparte.

**O SR. CONSTITUINTE MARCONDES GADELHA:** – Concedo a V. Ex.<sup>a</sup> o aparte.

**O SR. CONSTITUINTE ARNALDO FARIA DE SÁ:** – Inicialmente, quero refutar algumas acusações que V. Ex.<sup>a</sup> fez à minha pessoa, quando disse que escondi algo.

**O SR. CONSTITUINTE MARCONDES GADELHA:** – Não acusei V. Ex.<sup>a</sup> de nada.

**O SR. CONSTITUINTE ARNALDO FARIA DE SÁ:** – V. Ex.<sup>a</sup> disse que, escondi algo, quando quis apresentar esse projeto de decisão.

**O SR. CONSTITUINTE MARCONDES GADELHA:** – Ex.<sup>a</sup> escondeu suas razões quando não as escreveu.

**O SR. CONSTITUINTE ARNALDO FARIA DE SÁ:** – Não as escondi, porque elas são claras e meridianas.

**O SR. CONSTITUINTE MARCONDES GADELHA:** – V. Ex.<sup>a</sup> as escreveu neste papel? V. Ex.<sup>a</sup>, então, faça a gentileza de lê-las para esta Casa, a fim de constataremos se são claras.

**O SR. CONSTITUINTE ARNALDO FARIA DE SÁ:** – Elas são tão claras e meridianas que não há necessidade de esconder nada. Não tenho compromissos como muitos o têm e precisam esconder suas razões. Por não necessitar escondê-las, apresento-as de maneira clara e meridiana. V. Ex.<sup>a</sup> disse que talvez eu precisasse gastar mais tinta da caneta, mas, na verdade, quem está gastando tinta da caneta são os que estão do outro lado, como V. Ex.<sup>a</sup>, gastando tinta para nomear e desnomear. V. Ex.<sup>a</sup> quase foi ministro na semana passada, quando o ex-Ministro Joaquim Cavalcanti deixou de sê-lo em uma atitude digna e altaneira, demonstrando que no PFL ainda existem algumas pessoas que se posicionam dentro do mais alto espírito democrático. V. Ex.<sup>a</sup> disse que os compromissos eleitorais assumidos nas campanhas são diferentes do que vemos hoje. Logicamente, V. Ex.<sup>a</sup> participou da campanha de 83 e não esteve nos debates populares nem nos palanques para sentir os anseios populares.

**O SR. CONSTITUINTE MARCONDES GADELHA:** – V. Ex.<sup>a</sup> não me acompanhou, como o seu colega o fez, e não sabe que fui candidato ao Governo do Estado. Participei dos debates conduzindo-os na qualidade de candidato a Governador do Estado.

**O SR. CONSTITUINTE ARNALDO FARIA DE SÁ:** – O mandato que V. Ex.<sup>a</sup> exerce é oriundo de 82 e não...

**O SR. CONSTITUINTE MARCONDES GADELHA:** – Não tenho sido tão honrado por V. Ex.<sup>a</sup> como...

**O SR. CONSTITUINTE ARNALDO FARIA DE SÁ:** – ...oriundo do processo constituinte. Até tomo a liberdade de dizer que V. Ex.<sup>a</sup> foi desautorizado pelo povo, porque, se tivesse o respaldo popular, seria hoje o Governador do seu Estado, não ficando a reboque de um mandato estepe, como esse, de quatro anos.

**O SR. CONSTITUINTE MARCONDES GADELHA:** – Acho que o povo me queria na Constituinte.

**O SR. CONSTITUINTE ARNALDO FARIA DE SÁ:** – V. Ex.<sup>a</sup> disse que essa discussão não o seduz, mas certamente foi seduzido por alguma outra que talvez esteja escondida entre os muros e não possa ser trazida a este plenário. V. Ex.<sup>a</sup> disse que estou com profetismo apocalíptica mas talvez o povo brasileiro também esteja com o mesmo profetismo, quando clama por uma mudança de posições. V. Ex.<sup>a</sup> disse que o Presidente Sarney foi eleito pelo Colégio Eleitoral por não haver outra alternativa. Não havia, sim, outra alternativa, até porque V. Ex.<sup>a</sup> concorreu para que não houvesse, pois votou contra a Emenda Dante de Oliveira.

**O SR. CONSTITUINTE MARCONDES GADELHA:** – V. Ex.<sup>a</sup> está muito equivocado. Desculpe-me, mas sua grosseria chega ao ponto de ignorar a História do País. V. Ex.<sup>a</sup> não sabe que a matéria não foi votada no Senado?

**O SR. CONSTITUINTE ARNALDO FARIA DE SÁ:** – Não estou cometendo grosseria alguma com o nobre Constituinte. Se V. Ex.<sup>a</sup> não chegou a caracterizar seu voto contra, certamente trabalhou contra e, já naquela época, era cobrado pelas posições autênticas.

**O SR. CONSTITUINTE MARCONDES GADELHA:** – V. Ex.<sup>a</sup> me está lembrando as razões do lobo na fábula do lobo e o cordeiro, que são as seguintes: "Se não foi você, foi seu pai". V. Ex.<sup>a</sup> disse que, se eu não participei, trabalhei contra, ou coisa desse tipo. Essa imaginação fértil de V. Ex.<sup>a</sup> deveria ter sido usada para defender a sua proposta e não para fazer concepções muito pessoais a respeito do seu colega.

**O SR. CONSTITUINTE ARNALDO FARIA DE SÁ:** – Jamais iria envolver os progenitores de V. Ex.<sup>a</sup> nessa discussão, como também não tenho a intenção de envolver seus filhos, pois acho que a única pessoa alvo dessa discussão é V. Ex.<sup>a</sup>, que me tentou fazer alvo, também desnecessariamente, de uma condição que certamente não é a mesma de V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE MARCONDES GADELHA:** – Não fiz referência pessoal a V. Ex.<sup>a</sup>. Discuti apenas o que escreveu... Aliás, o que deixou de escrever.

**O SR. CONSTITUINTE ARNALDO FARIA DE SÁ:** – V. Ex.<sup>a</sup> me concedeu um aparte e gostaria de concluí-lo. V. Ex.<sup>a</sup> disse que eu não havia falado absolutamente nada. Creio que disse o necessário. Não gosto de dizer além do que é preciso. Certamente não tenho a vivência política de V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE MARCONDES GADELHA:** – A concisão é um dom. V. Ex.<sup>a</sup> é muito conciso.

**O SR. CONSTITUINTE ARNALDO FARIA DE SÁ:** – Talvez eu não tenha esse dom. Talvez ele seja de V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE MARCONDES GADELHA:** – Nobre Constituinte Arnaldo Faria de Sá, não consegui alcançar suas razões.

**O SR. CONSTITUINTE ARNALDO FARIA DE SÁ:** – V. Ex.<sup>a</sup> tem o dom de, na mesma oportunidade, ser a favor e contra, ser autêntico e inautêntico, estar aqui e ali. Esse dom, graças a Deus, não tenho nem quero tê-lo. Queria apenas dizer a V. Ex.<sup>a</sup> que nada escondi e nada tenho a esconder. Estou pronto a mostrar as razões daquilo que, certamente, todo o povo quer, ou seja, votar imediatamente para Presidente da República, e não continuar essa discussão fisiológica que vai atropelar o debate de temas constitucionais muito mais importantes para toda a população brasileira e que, ao invés de privilegiar apenas uma pessoa, que é aquela que ocupa hoje, eventualmente, aquela cadeira no Palácio do Planalto, iria privilegiar toda a população. Não escondi, não escondo e jamais esconderei qualquer coisa, nobre Constituinte Marcondes Gadelha.

**O SR. CONSTITUINTE MARCONDES GADELHA:** – Nobre Constituinte Arnaldo Faria de Sá, não vou alongar

essa discussão com V. Ex.<sup>a</sup>. Só espero que o ilustre colega não me tenha interpretado mal, pensando que, quando falei em esconder, me estava referindo a qualquer atitude subalterna. Quando referi a palavra esconder, queria dizer razões jurídicas, técnicas, filosóficas. Disso V. Ex.<sup>a</sup> realmente poupou esta Comissão, que muito se beneficiaria com suas luzes. V. Ex.<sup>a</sup> ficou com essas razões só para si. Todavia, respeito sua decisão, que é um direito de manter sua privacidade. V. Ex.<sup>a</sup> pode guardar o que quiser.

**O SR. CONSTITUINTE ARNALDO FARIA DE SÁ:** – Nobre Constituinte Marcondes Gadelha, não fiquei com essas razões só para mim, porque cento e noventa Constituintes assinaram esta proposta. Então, eles também teriam escondido essas razões a que V. Ex.<sup>a</sup> se refere. Só é cego aquele que não quer ver.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – Nobre Constituinte Marcondes Gadelha, conceda-me V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. CONSTITUINTE MARCONDES GADELHA:** – Nobre Constituinte Paulo Ramos, peço a V. Ex.<sup>a</sup> que aguarde um instante, pois gostaria de prosseguir no meu pronunciamento. Depois, eu lhe concederei o aparte.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – Nobre Constituinte Marcondes Gadelha, peço-lhe que me conceda o aparte agora, porque, do contrário, ele perderia a oportunidade. O Presidente da República, quando enviou ao Congresso Nacional a mensagem convocando eleições diretas, disse – esse documento está expressamente assinado – que a Assembléia Nacional Constituinte fixaria a duração do seu mandato. Trata-se de um documento escrito e que S. Ex.<sup>a</sup> assinou. Que S. Ex.<sup>a</sup> tenha dito, em certa época, em cadeia de rádio e televisão, que permaneceria no governo quatro anos e agora diga que ficará cinco, tudo bem. Mas há um documento assinado por S. Ex.<sup>a</sup>, que é a mensagem enviada ao Congresso Nacional convocando eleições diretas para Presidente da República, em que afirma que a Assembléia Nacional Constituinte, no seu poder soberano, fixaria a duração do seu mandato. Que não acreditemos nas suas palavras, mas não acreditar na assinatura de S. Ex.<sup>a</sup> já é demais.

**O SR. CONSTITUINTE MARCONDES GADELHA:** – Nobre Constituinte Paulo Ramos, não vou discutir esse ponto, porque tenho absoluta convicção de que o Presidente Sarney jamais exigiria que esse tema não fosse decidido pela Assembléia Nacional Constituinte.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – Vou fazer chegar às mãos de V. Ex.<sup>a</sup> esse documento.

**O SR. CONSTITUINTE MARCONDES GADELHA:** – Não vou discutir esse assunto, porque absolutamente não tem consistência. O Presidente sabe que a duração do seu mandato será fixada por esta Assembléia Nacional Constituinte. Não vou entrar em questões que contrariam a lógica. Pode ser que V. Ex.<sup>a</sup> esteja dizendo a verdade; pode até ser que o Presidente Sarney tenha feito uma avaliação; pode ser que o Presidente tenha sido influenciado pela posição do Presidente Tancredo Neves. Não quero discutir essas razões. Vi o Presidente dizer na televisão que abria mão de um ano do mandato que a Constituição lhe garante. Por que o Presidente Sarney pensou em cumprir cinco anos? A minha idéia, Sr. Presidente, é que o Presidente Sarney se louvou...

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – A Mesa quer fazer uma, comunicação à Casa. Já passa de 13 horas e teremos uma sessão neste plenário às 14 horas. Esclareço a V. Ex.<sup>a</sup> que terá tempo para terminar suas palavras. Quero apenas levar ao conhecimento da Casa que há sobre a mesa requerimento do Constituinte Carlos Sant'Anna, Líder da Maioria, que diz o seguinte: "nos termos do que dispõe o art. 12, item IV, e o art. 20, § 2º, solicito o encer-

ramento da discussão sobre o Projeto de Decisão nº. 6, de 1987".

Logo após V. Ex.<sup>a</sup> ter terminado suas considerações, colocarei em votação esse requerimento.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – Sr. Presidente, quero esclarecer, com todo respeito, que o Constituinte Carlos Sant'Anna não é Líder da Maioria, mas Líder do Governo no Congresso Nacional, porque na Assembléia Nacional Constituinte não existe a figura de Líder do Governo.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Peço desculpas a V. Ex.<sup>a</sup> pelo meu engano.

**O SR. CONSTITUINTE MARCONDES GADELHA:** – Sr. Presidente, dizia eu que o Sr. Presidente José Sarney optou pelos cinco anos louvando-se na história recente da vida administrativa deste País. Talvez o Presidente da República se tenha mirado no mandato exemplarmente cumprido pelo Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira. Justiça seja feita, em cem anos de história do presidencialismo brasileiro, foi o Governo que se desincumbiu com o maior descortino e competência, realizando taxas de crescimento do produto Interno Bruto superiores a 10% ao ano, durante cinco anos consecutivos, dentro de um regime de absoluto respeito à liberdade e ao direito, em uma democracia aberta, tão aberta que S. Ex.<sup>a</sup> concedeu anistia três dias depois do levante de Aragarças.

Ora, Sr. Presidente, temos que nos orientar pelo que de melhor a História deste País pode oferecer. Esta Casa não tem parâmetros para fixar o mandato em quatro, seis, sete ou oito anos, embora em outros países isso seja aceito sem maiores contestações. Na França são sete anos; nos Estados Unidos, oito anos; em outros países, quatro anos; e assim por diante. Temos que nos louvar em nossa própria evidência histórica. O mandato que melhor atendeu às expectativas da Nação foi o cumprido pelo Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira foi um mandato irretocável, redondo e pleno como um ovo, que consagrou o período de cinco anos, pelo menos no entender do Presidente Sarney. **(Risos.)** O mandato presidencial, redondo e pleno como um ovo ... Acho isso divertido, porque certamente obriga os companheiros a refletirem sobre o assunto – redondo no sentido de que não falta nada; o adjetivo pleno é que se refere à palavra ovo. Dizia, então, Sr. Presidente, que esse mandato, que se cumpriu em toda a plenitude, hoje deve ser o paradigma escolhido pelo Presidente José Sarney.

Agora, Sr. Presidente, o que causa espécie é se quer encurtar o mandato do Presidente, precisamente no instante em que esta Casa se define, majoritariamente, pelo sistema parlamentar de governo. Ora, no parlamentarismo já há uma transferência natural de poder do Executivo para o Legislativo, através do Primeiro-Ministro. Ai então, mais uma vez, se mostra, com toda clareza, a falácia dessa argumentação da legitimidade do poder do Presidente da República. Porque pretendemos agora o parlamentarismo, onde o poder se concentra na mão de um Primeiro-Ministro, que é eleito por um Colégio Eleitoral e que apenas acrescenta o fato de que o titular desse direito deve, previamente, ser ungido pelo voto popular? Essa era precisamente a situação em que se encontrava o Sr. José Sarney, quando convocado para Presidente da República.

Sr. Presidente, o que se pretende é além da retirada natural de poderes, como acontece com o parlamentarismo, eivar a figura do Presidente como estigma da eleição. Ora, Sr. Presidente, o sentimento de justiça é inato a todo cida-

dão e a toda a Nação, não apenas a um parlamentar. Esse sentimento de justiça apela para a isonomia, para o princípio da igualdade.

**O SR. JOSÉ GENOINO:** – A isonomia não existe, porque nós fomos eleitos e Sarney é um dos "biônicos".

**O SR. MARCONDES GADELHA:** – O sentimento de justiça, de que todo homem é portador, induz a uma aceitação pacífica do princípio estabelecido constitucionalmente de que a igualdade é para todos. Essa é a norma basilar sobre a qual há de se assentar o constitucionalismo brasileiro. Se começarmos a introduzir previamente casuísmos na vida constitucional deste País, não haverá qualquer segurança, qualquer tranqüilidade para o cidadão que se sinta ao amparo da lei, exatamente por esse condicionamento que ela estabelece, que é a igualdade. E é em nome dessa igualdade, em nome desse princípio de isonomia que rejeitamos a idéia casuística de se poder amputar, de cassar direito, mandato, especificamente, de um cidadão titular de direito, delegado por todos nós.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Antes de colocar em votação o requerimento do nobre Constituinte e Líder Carlos Sant'Anna, quero transmitir uma comunicação do Presidente da Assembléia Nacional Constituinte Ulysses Guimarães, que diz o seguinte:

"O Projeto de Resolução nº 15/87, do ilustre Constituinte Virgílio Guimarães, constou da pauta da reunião realizada por esta Comissão no dia seis deste mês. Naquela oportunidade, o autor da proposição requereu a retirada da pauta desta matéria e pediu a prorrogação do prazo de sua apreciação por cinco dias. Aprovado unanimemente o pedido, esta Presidência, mediante Ofício nº. 048/87, da mesma data, encaminhou sua consulta à Presidência da Assembléia Nacional Constituinte sobre a possibilidade de atendimento ao pleito, em razão da ausência de expressa disposição regimental neste sentido."

Recebi, ao final da tarde de ontem, dia 10, o Ofício nº. 435/87, do Sr. Presidente Ulysses Guimarães, que passo a ler. Lerei apenas a parte final, para não prolongar esta explicação:

"(...) do plenário, para o adiamento da discussão e votação do projeto de resolução que disciplina a consulta plebiscitária prevista nos arts. 59 e 61 da Resolução nº. 2, de 1987, da Assembléia Nacional Constituinte, Regimento Interno, pelo prazo de cinco dias. Como se trata de completar votação iniciada, esta Comissão poderá dispor sobre a matéria.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Ex.<sup>a</sup> protesto de apreço. Constituinte Ulysses Guimarães."

Assim, esta Presidência, de acordo com a interpretação dada pelo nobre Presidente da Constituinte, acredita que se deva contar a partir de hoje o prazo de cinco dias mencionado no Regimento.

Passo à votação do requerimento de S. Ex.<sup>a</sup> o Constituinte Carlos Sant'Anna.

**O SR. CONSTITUINTE NILSON GIBSON:** – Sr. Presidente, requeiro que a votação seja nominal.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Então, farei a votação nominal, entendido que não é exigida a Maioria absoluta, porque não se trata de matéria constitucional.

Vai-se fazer a votação nominal. Conclamo V. Ex.<sup>a</sup> a fazer a verificação, aqui, junto à Mesa da Comissão.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Sr. Presidente, de acordo com itens regimentais, requeri en-

cerramento da discussão. O que está em votação é o meu requerimento. Quem estiver a favor do encerramento da discussão votará "sim"; quem for contra, votará "não".

(Chamada nominal)

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Vou proclamar o resultado da votação: 20 Srs. Constituintes votaram, dos quais 11 votaram "não" e 9 votaram "sim". Portanto, o requerimento do nobre Líder foi rejeitado.

A Presidência se encontra na situação de ter de adiar esta matéria, porque haverá ainda nesta tarde, sessão do Senado neste Plenário.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Sr. Presidente, houve **quorum** para deliberação com somente vinte presentes?

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Acho que não.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Portanto, não houve decisão.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem a palavra, pela ordem, o nobre Constituinte Carlos Sant'Anna.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – No meu entender, estando apenas vinte Constituintes presentes não é possível qualquer deliberação. E a votação, no caso, nada significa senão a demonstração de que não houve **quorum**. Por conseguinte, não houve deliberação alguma a favor ou contra.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ MARIA EYMAEL:** – Sr. Presidente, o Regimento da Comissão de Sistematização é claro a este respeito. O mesmo número exigido para o início das sessões é o necessário para a deliberação sobre assuntos que não são de ordem constitucional. Portanto, foi válida a decisão.

Esta é a única interpretação possível. Foi rejeitado o requerimento apresentado pelo Constituinte Carlos Sant'Anna. O **quorum** exigido é o mesmo para o início da sessão, quando não se trata de matéria constitucional. O que o ilustre Constituinte Carlos Sant'Anna deveria ter cogitado antes da apresentação do seu requerimento, era da possibilidade de ser derrotado. Agora, como o foi, tenta evitar a derrota com essa suposição.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra, pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – Sr. Presidente, se porventura for válido o argumento apresentado pelo Constituinte Carlos Sant'Anna, a matéria não foi apreciada. Não houve **quorum** também para aprovação.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – O Presidente deseja fazer uma pequena reflexão.

O **quorum** exigido para abertura dos trabalhos não corresponde a qualquer decisão. É uma tradição que não precisa estar escrita. Em todos os parlamentos do mundo, pelo menos naqueles que visitei – e visitei vários parlamentos europeus e americanos –, não existe essa questão de se qualificar ou de se atribuir ao início da sessão a possibilidade de se tomar uma decisão.

Parece-me e posso estar errado – que não se pode fazer essa comparação. A sessão que se inicia com cinco, seis, sete Parlamentares vai aos poucos ganhando a consistência necessária para que possa haver uma decisão. Não é lógico nem razoável que se compare uma possibilidade de votação no início de uma sessão com a possibilidade de votação ao termo de uma sessão.

Assim, o Presidente lamenta, mas não acolhe a interpretação do nobre Deputado.

**O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO MONTEIRO:** – Sr. Presidente, minha questão de ordem era no sentido de solicitar à Mesa da Comissão de Sistematização, especialmente a V. Ex.<sup>a</sup>, que fizesse um apelo às lideranças dos partidos. Na verdade, a Comissão de Sistematização nada produziu até hoje. Há visível desinteresse por esta Comissão, que foi tão disputada pelos partidos, especialmente os majoritários. Lamento a total falta de interesse as repetidas ausências na Comissão de Sistematização, especialmente do PFL, partido que se tem notabilizado pela ausência quase total de seus Constituintes.

Meu requerimento é no sentido de que V. Ex.<sup>a</sup> faça ver isto ao Presidente da Casa e às lideranças dos partidos, porque aqueles que se interessam por discussões na Comissão de Sistematização acabam prejudicados no seu trabalho diário, por aqui estarem presentes, enquanto a maioria, sistematicamente, não comparece.

É o apelo que faço a V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Em resposta ao nobre Constituinte Brandão Monteiro, Vice-Presidente desta Comissão, desejo acentuar que o mesmo desinteresse se manifesta no Plenário da Constituinte.

O que está acontecendo é que a marcha da Constituinte está profundamente perturbada, a meu ver – é um ponto de vista pessoal – pela falta de um projeto inicial de Constituição. Então, formou-se, através das Comissões Temáticas, às quais devoto todo o respeito, e das Subcomissões que aqui trabalharam, apesar do insano, ingente e profícuo trabalho que fizeram, uma espécie de montagem de um **puzzle**, no sentido horizontal. Não houve uma concatenação prévia, não houve entendimento entre os partidos quanto à substância do que seria aprovado.

De maneira que, nesta Constituinte, é uma injustiça atribuir-se à Comissão de Sistematização, a ela só, uma posição negativa, ineficiente e tardia, que leva ao desrespeito esta Comissão. E a própria Constituinte não merece esse desrespeito. O que houve foi um erro inicial, que devemos hoje reconhecer. Dever-se-ia discutir a questão com o Presidente da Constituinte. Não digo que discutir o assunto com o Presidente da República, mas aludi, depois, ao fato de não haver sido enviado, de acordo com toda a tradição constitucional brasileira, democrática, um modelo inicial. Nunca houve neste País uma Constituinte que trabalhasse sem um modelo inicial, para que seus membros pudessem realmente concatenar, reunir, concentrar e confluir no seu trabalho. Então, ficou um jogo disperso.

Por isso estão aparecendo os grupos extrapartidários. Não por omissão dos partidos, mas por falta de organização por específica da Assembléia para tomar decisões majoritárias.

Defendo a minha Comissão, os meus companheiros de Comissão. E digo que o que está acontecendo é apenas a projeção resumida do que está acontecendo lá. Meu Deus do Céu, tenho comparecido às reuniões daquela Assembléia, dia e noite! Não há sequer 100, 50 ou 40 pessoas presentes! Isso é algo muito grave, muito sério!

Estes grupos estão sendo formados para corresponder às poucas esperanças, às necessidades do País. Se não chegarmos ao fim deste trabalho com qualquer coisa que seja assimilável, algo concreto, correspondente às conveniências, às necessidades, às exigências do nosso povo, teremos fracassado em nossa missão. E somos portadores de dezenas de milhões de votos. É para este fato que chamo sempre a atenção, também, dos amigos com quem converso. Esta irrupção enorme na democracia participativa é a correspondência do desaparecimento da democracia representativa. Aqui, reunidos nesta sala – 20 ou 30 – temos milhões de votos. Mas 40 mil pessoas que se

reúnem em qualquer ponto podem dar a impressão à opinião nacional de que não há ninguém com milhões de votos que possa representar o País e, sim, 40 mil que podem representá-lo em situações extremamente delicadas.

Tudo isso é complexo, é muito complicado! Não é um fenômeno político. É um fenômeno histórico. Estamos atravessando uma fase histórica extremamente delicada e todos devemos esquecer nossas divergências, as dissidências, as antinomias e até as antipatias – que podem chegar até a ser pessoais – para nos unirmos, nos unirmos daquele fogo sagrado que é a dedicação à causa que o povo nos entregou.

Era isso o que eu queria dizer.

**O SR. CONSTITUINTE ARNALDO FARIA DE SÁ:** – Sr. Presidente, gostaria de saber quando, a que horas e em que local será realizada a próxima reunião.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Nobre Constituinte, sou informado pela nossa Secretaria que amanhã haveria problemas quanto ao local a ser realizada nossa reunião. Os plenários estarão ocupados pela manhã e pela tarde. De maneira que a reunião da Comissão só poderá ser realizada na quinta-feira.

**O SR. CONSTITUINTE ARNALDO FARIA DE SÁ:** – Sr. Presidente, serei prejudicado, porque para a tramitação desse projeto são contados os dias normais. Se amanhã não houver sessão, será contado o dia. Então, eu gostaria...

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Eu não farei isso.

**O SR. CONSTITUINTE ARNALDO FARIA DE SÁ:** – Mas o Regimento assim estabelece.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Não contarei o dia, porque há impossibilidade física de funcionamento.

**O SR. CONSTITUINTE ARNALDO FARIA DE SÁ:** – Obrigado a V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO MONTEIRO:** – Sr. Presidente, eu sugeriria que nos reuníssemos na Comissão de Relações Exteriores.

**O SR. CONSTITUINTE ARNALDO FARIA DE SÁ:** – No Auditório Nereu Ramos também há espaço.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Estou aberto a qualquer sugestão que seja viável, mas não sei se a decisão pode ser tomada pelo número de presentes.

**O SR. CONSTITUINTE ADYLSO MOTA:** – Sr. Presidente, também foi anunciado que está sendo contado o prazo, a partir de hoje, para a apreciação do Projeto de Resolução nº 15. Pelos meus cálculos, isso ocorreria no sábado. Pergunto a V. Ex.<sup>a</sup> se a reunião da Comissão de Sistematização seria realizada no sábado.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Prefiro realizá-la na segunda-feira.

**O SR. CONSTITUINTE ADYLSO MOTA:** – Sr. Presidente, segunda-feira pela manhã?

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – A Sra. Secretária informa que a discussão desse projeto de resolução, começando sua tramitação a partir de hoje, iniciará-se na quinta-feira – terceiro daí, segundo o Regimento Interno.

**O SR. CONSTITUINTE ARNALDO FARIA DE SÁ:** – A próxima reunião será quinta-feira. Em que local e em que horário?

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Será quinta-feira, segundo informação que a Sr.<sup>a</sup> Secretária acaba de fornecer, no plenário da Câmara dos Deputados às 10 horas da manhã.



**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ MARIA EYMAEL:** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ MARIA EYMAEL:** – Sr. Presidente, ouvi, com a costumeira atenção e carinho, as explicações de V. Ex.<sup>a</sup> quanto à questão de ordem que levantamos. Não vamos voltar ao assunto nem contestar V. Ex.<sup>a</sup>, pois, além de não ser regimental, seria uma indelicadeza que não cometeríamos.

Todavia, Sr. Presidente, solicitaria a V. Ex.<sup>a</sup> que, para a próxima reunião, fizesse a especial deferência de debruçar-se sobre o texto do Regimento e nos desse, depois, uma orientação, sob sua ótica, a respeito do **quorum** necessário para decisões de matérias não constitucionais, bem como sobre o devido embasamento regimental que servirá de berço à orientação e à interpretação de V. Ex.<sup>a</sup>.

Reafirmando minha admiração e carinho por V. Ex.<sup>a</sup>, agradeço-lhe a oportunidade desta questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Agradeço milito a V. Ex.<sup>a</sup> as referências feitas. Quero apenas dizer que o **quorum** deve corresponder à metade do número de componentes da Comissão. São 93 integrantes, segundo a Sr.<sup>a</sup> Secretária. Então, o **quorum** tem de ser de 47 Constituintes.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ MARIA EYMAEL:** – Exatamente, Excelência. Como não encontrei tal informação no Regimento, peço a V. Ex.<sup>a</sup> que se debruce sobre a questão, para orientar esta Comissão. Talvez a minha leitura apressada não tenha tornado possível esta compreensão. Desta forma, peço socorro a V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Está encerrada a reunião.

### 13ª Reunião Ordinária

Aos treze dias do mês de agosto do ano de mil novecentos e oitenta e sete, às dez horas e quatro minutos, no Plenário da Câmara dos Deputados, reuniu-se a Comissão de Sistematização, sob a Presidência do Senhor Constituinte Aluizio Campos – 1º-Vive-Presidente, no exercício da Presidência, presentes os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Aloysio Chaves, Antônio Farias, Antônio Carlos Konder Reis, Arnaldo Prieto, Bernardo Cabral, Brandão Monteiro, Carlos Moscon, Carlos Sant'Anna, Christóvam Chiaradia, Cristtina Tavares, Eraldo Tinoco, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Lyra, Francisco Benjamin, Francisco Rossi, Gastoni Righi, Gerson Peres, Haroldo Lima, Haroldo Sabóia, Inocêncio Oliveira, Jamil Haddad, João Calmon, Joaquim Baviacqua, José Geraldo, José Jorge, José Luiz Maia, José Paulo Bisol, José Thomaz Nonô, José Ulisses de Oliveira, Luis Eduardo, Luiz Inácio Lula da Silva, Lysâneas Maciel, Manoe Moreira, Mário Lima, Milton Reis, Nelson Carneiro, Nelton Friedrich, Nilson Gibson, Oscar Corrêa, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Plínio de Arruda Sampaio, Prisco Viana, Raimundo Bezerra, Rodrigues Palma, Sandra Cavalcanti, Severo Gomes, Sigmaringa Seixas, Virgildásio de Senna, Adylson Motta, Aldo Arantes, Bocayuva Cunha, Euclides Scalco, João Agripino, José Carlos Grecco, José Genoíno, José Maria Eymael, José Tavares, José Tinoco, Luiz Salomão, Márcio Braga, Marcos Lima, Miro Teixeira, Nelson Wedekin, Octávio Elísio, Ottomar Pinto, Ricardo Izar, Rose de Freitas, Simão Sessin, Uldurico Pinto e Ziza Valadares. Estiveram presentes os seguintes Senhores Constituintes, não integrantes desta Comissão: Arnaldo Faria de Sá, Virgílio Guimarães, Matheus Iensen, Cunha Bueno, Francisco Küster, Edmilson Valentim, Nelson Aguiar, José Mendonça de Moraes, Florestan Fernandes, Antônio Câmara e Átila Lira. Deixaram de comparecer os Senhores Constituintes: Adol-

fo Oliveira, Afonso Arinos, Alcení Guerra, Alfredo Campos, Almir Gabriel, Antonio Carlos Mendes Thame, Artur da Távola, Carlos Chiarelli, Celso Dourado, Cid Carvalho, Darcy Pozza, Edme Tavares, Egídio Ferreira Lima, Fernando Gasparian, Fernando Henrique Cardoso, Francisco Dornelles, Francisco Pinto, Ibsen Pinheiro, Jarbas Passarinho, João Herrmann Neto, José Fogaça, José Freire, José Inácio Ferreira, José Lins, José Maurício, José Richa, José Santana de Vasconcellos, José Serra, Marcondes Gadelha, Mário Assad, Nelson Jobim, Osvaldo Coelho, Osvaldo Lima Filho, Paulo Pimentel, Renato Vianna, Ricardo Fiúza, Roberto Freire, Siqueira Campos, Theodoro Mendes, Virgílio Távora e Wilson Martins. Havendo número regimental, o Senhor Presidente anunciou a distribuição, por cópia, da Ata da reunião anterior, que foi unanimemente aprovada. A reunião se destinou à apreciação da seguinte pauta: 1) Parecer do Relator – Constituinte Bernardo Cabral, pela rejeição ao Projeto de Decisão nº 6/87 (ANC), do Senhor Constituinte Arnaldo Faria de Sá, que "determina fixação de eleições para Presidente"; 2) Parecer do Relator – Constituinte Bernardo Cabral, pela rejeição ao Projeto de Resolução nº 15/87 (ANC), do Senhor Constituinte Virgílio Guimarães, que "disciplina a consulta plebiscitária prevista nos arts. 59 e 61 da Resolução nº 2, de 1987, da Assembléia Nacional Constituinte Regimento Interno"; 3) Pareceres do Relator, Constituinte Bernardo Cabral, opinando favoravelmente ao recebimento das seguintes Propostas de Emendas Populares: nº 32/87 – Criação do Estado de Iguaçu; nº 33/87 – Tratamento espiritual; nº 35/87 – Livre iniciativa; nº 36/87 – Preservação das entidades Sesi e Senai; nº 37/87 – Formação de mão-de-obra profissional; nº 38/87 – Polícia Rodoviária Federal; nº 39/87 – Nações indígenas; nº 40/87 – Populações indígenas; nº 42/87 – Previdência privada sem fins lucrativos; nº 43/87 – Dispõe sobre o desarmamento nuclear. O Senhor Presidente comunicou terem sido indeferidas as seguintes Propostas de Emendas Populares, por não atenderem a requisitos essenciais à sua tramitação: nº 28/87 – Educação básica; nº 30/87 – Cidadania; nº 31/87 – Concurso público; nº 34/87 – Proventos da aposentadoria; nº 41/87 – Saneamento básico; nº 44/87 – Município – indenização por extração. Em seguida, o Senhor Presidente, atendendo a solicitação do Plenário, inverteu a ordem das matérias da pauta, no sentido de serem apreciados, preferencialmente, os pareceres sobre as Propostas de Emendas Populares, esclarecendo que as matérias, por serem de natureza constitucional, exigem o **quorum** de maioria absoluta de votos dos membros da Comissão. O Senhor Constituinte José Genoíno, diante do esclarecimento do Senhor Presidente, sobre o **quorum** anunciado para a votação dos pareceres do Relator às Propostas de Emendas Populares, levantou questão de ordem defendendo que a votação dessas matérias dever-se-ia realizar pelo processo simbólico, por se tratar apenas do recebimento das mesmas. Respondendo à questão de ordem do Senhor Constituinte José Genoíno, o Senhor Presidente, considerando que na reunião anterior haviam sido aprovadas, em bloco e pelo referido processo (simbólico) pareceres do Relator, favoráveis ao recebimento de outras propostas da mesma natureza, deferiu o pedido, colocando em votação os pareceres constantes do item número 3 (três) da pauta, os quais foram unanimemente aprovados. Falando, em seguida, o Senhor Constituinte Nilson Gibson informou que iria subscrever as Propostas de Emendas Populares nºs 31/87 – Concurso público, 41/87 – Saneamento básico, e 44/87 – Municípios – indenização por extração. Prosseguindo, o Senhor Presidente colocou em votação o requerimento de autoria do Senhor Constituinte Carlos Sant'Anna, pedindo o encerramento da discussão do parecer ao Projeto de Decisão nº 6/87 (ANC), pelo processo nominal, atendendo a solicitação do Constituinte Nilson Gibson. Para proceder à

chamada nominal, a convite do Senhor Presidente, serviu de Secretário o Senhor Constituinte João Agripino. A Senhora Constituinte Cristina Tavares, apoiada pelo Constituinte Arnaldo Faria de Sá, solicitou a suspensão da reunião, por dez minutos, a fim de possibilitar a convocação, pelas campanhas da Casa, de maior número de integrantes da Comissão, no que foi atendida pelo Senhor Presidente, às dez horas e quatorze minutos. Reaberta a reunião, às dez horas e vinte e quatro minutos, o Senhor Presidente concedeu a palavra, pela ordem, ao Senhor Constituinte Carlos Sant'Anna, que foi aparteado pelo Senhor Constituinte Arnaldo Faria de Sá. Passando-se à chamada nominal, votaram 41 Senhores Constituintes, sendo 26 votos "não" (rejeitando o requerimento) e 15 votos "sim" (aprovarando o requerimento). Não havendo decisão sobre o requerimento de encerramento da discussão, o Senhor Presidente deu prosseguimento à reunião, tendo o Senhor Constituinte Carlos Sant'Anna, em questão de ordem, pedido o encerramento da reunião, pela falta de **quorum** já verificada, no que obteve indeferimento. Às dez horas e trinta e seis minutos deixou a Presidência dos trabalhos o Senhor Constituinte Aluizio Campos, 1º-Vice-Presidente, no exercício da Presidência, assumindo o 2º-Vice-Presidente, Constituinte Brandão Monteiro. Discutiram as matérias em pauta os Senhores Constituintes José Genoíno e Nilton Friedrich. Com a palavra, pela ordem, o Senhor Constituinte Arnaldo Faria de Sá solicitou à Presidência que determinasse a transmissão, pelo Serviço de Som, dos trabalhos plenários da Comissão de Sistematização às demais dependências da Casa, o que foi deferido pela Presidência, com o encaminhamento imediato de ofício à Presidência da Assembléia Nacional Constituinte formalizando a solicitação, por competir àquela instância a autorização pleiteada. Falaram, também, durante a reunião, os Senhores Constituintes: Joaquim Bevilacqua, Gerson Peres, Paulo Ramos, Cristina Tavares, Haroldo Lima e Brandão Monteiro, este após deixar a Presidência dos trabalhos, às onze e quarenta e quatro minutos, tendo-a reassumido o 1º-Vice-Presidente, Constituinte Aluizio Campos. Com a palavra, pela ordem, falaram, ainda, os Senhores Constituintes Sólton Borges dos Reis e José Maria Eymael, este último parlamentar, em questão de ordem, solicitando à Mesa, nos termos regimentais, fosse submetido à deliberação do plenário da Comissão requerimento de sua autoria visando tornar possível a irradiação dos trabalhos da Comissão, pelo Serviço de Som, às demais dependências do Congresso Nacional. Respondendo às colocações do Senhor Constituinte José Maria Eymael, o Senhor Presidente deu conhecimento ao Plenário do texto do ofício que foi encaminhado ao Presidente Ulysses Guimarães, com o objetivo que coincidia com os propostos pelo Parlamentar, tendo encerrado a reunião às doze horas e dezessete minutos. O inteiro teor desta reunião foi gravado, devendo ser publicado no **Diário da Assembléia Nacional Constituinte** e constituir-se na Ata circunstanciada dos trabalhos. E, para constar, eu, Maria Laura Coutinho, Secretária, lavrei a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Havendo número regimental, declaro aberta a reunião.

Foi distribuída aos membros desta Comissão a Ata da reunião do dia 11 de agosto. Os Srs. Constituintes que pretenderem fazer alguma retificação façam o obséquio de enviá-lo por escrito à Mesa.

A pauta de nossa reunião de hoje compreende o recebimento das Emendas Populares nºs 32 a 43 sobre: criação do Estado de Iguazu; tratamento espiritual; livre iniciativa; preservação das entidades Sesi e Senai; formação de mão-de-obra profissional; Polícia Rodoviária Federal; nações indígenas; populações indígenas; previ-

dência privada sem fins lucrativos e desarmamento nuclear.

Essas emendas têm parecer favorável do Relator. Tratando-se de matéria constitucional, o **quorum** necessário para votação é o de maioria absoluta dos membros da comissão.

Não há **quorum** para votação das emendas. Fica, pois, adiado seu recebimento para à próxima reunião.

As outras emendas – sobre educação básica, cidadania, concurso público, proventos de aposentadoria, saneamento básico e indenização aos municípios – por extração de minerais – receberam parecer contrário do Relator. Alguns membros da Comissão têm-se proposto a subscrever emendas com parecer contrário, para facilitar sua tramitação. Se algum Sr. Constituinte pretender fazê-lo no caso presente, tais emendas terão a devida tramitação.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Pela ordem, tem a palavra o Sr. Constituinte José Genoíno.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Sr. Presidente, a questão de ordem que formulo a V. Ex.<sup>a</sup> é a seguinte: não estamos, neste instante, apreciando o mérito das emendas populares, mas apenas verificando se essas emendas preenchem as exigências regimentais. Em todas as outras reuniões da Comissão de Sistematização procedeu-se a uma votação simbólica, por maioria simples, porque se tratava simplesmente de recebimento, cumpridas as exigências do Regimento Interno quanto às assinaturas e às entidades que as patrocinam. Essa foi a regra utilizada em outras reuniões.

Portanto, como não estamos apreciando-lhes o mérito, as emendas populares com parecer favorável poderão ser recebidas. As demais têm parecer contrário, por não preencherem as exigências regimentais.

**O SR. CONSTITUINTE NILSON GIBSON:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Nilson Gibson, para contraditar.

**O SR. CONSTITUINTE NILSON GIBSON:** – Sr. Presidente, com o maior prazer, requeiro a V. Ex.<sup>a</sup> a subscrição da emenda que dispõe sobre concurso público, como exigência para ingresso no Serviço Público, e da que diz respeito ao saneamento básico nos Municípios.

Pediria também que a Secretaria da Comissão de Sistematização providenciasse os respectivos documentos, como já foi feito das vezes anteriores, para que eu possa assinar essas emendas que foram indeferidas.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Em reunião anterior, esta Comissão aprovou, em bloco, as emendas que receberam parecer favorável, e realmente não se exigiu a maioria absoluta para seu recebimento. Como se trata de emendas com parecer favorável do Relator quanto ao recebimento e não quanto ao mérito, defiro a questão de ordem de V. Ex.<sup>a</sup> e coloco em votação, em bloco, as emendas com parecer favorável.

Em votação. Os Srs. Constituintes que votam a favor queiram permanecer como se encontram. (Pausa.) Aprovado o recebimento.

As seis emendas com parecer contrário ficam à disposição dos Srs. Constituintes que quiserem subscrever-las.

Na reunião anterior, o Constituinte Carlos Sant'Anna apresentou requerimento sobre o encerramento da dis-

cussão do Projeto de Decisão nº 6, de autoria do Constituinte Arnaldo Faria de Sá.

Em votação o requerimento.

**O SR. CONSTITUINTE NILSON GIBSON:** – Sr. Presidente, requeiro seja feita votação nominal.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Com a palavra o Constituinte Luiz Salomão.

**O SR. CONSTITUINTE LUIZ SALOMÃO:** – Antes de passar à votação, peço a V. Ex.<sup>a</sup> que considere meu endosso às emendas referentes a proventos da aposentadoria, saneamento básico e indenização por extração de minérios aos Municípios.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – V. Ex.<sup>a</sup> pode subscrevê-las.

Em votação o requerimento do Constituinte Carlos Sant'Anna, sobre encerramento da discussão do Projeto de Decisão nº 6.

**O SR. CONSTITUINTE NILSON GIBSON:** – Sr. Presidente, requeiro a V. Ex.<sup>a</sup> que a votação seja nominal.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – O nobre Constituinte Nilson Gibson requer votação nominal para o requerimento do Constituinte Carlos Sant'Anna.

Convido o Constituinte João Agripino para servir de escrutinador na chamada dos Srs. Membros da Comissão.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Sr. Presidente, pela ordem, sobre o processo de votação.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem a palavra V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Entendo, Sr. Presidente – e quero que V. Ex.<sup>a</sup> ratifique meu entendimento –, que quem votar "sim" estará votando pelo encerramento da discussão, passando-se, portanto, ao processo de votação; quem votar "não" estará votando pelo prosseguimento da discussão.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Os Constituintes que votam "sim" apóiam o requerimento de encerramento da discussão; votam; os que votam "não" estão contra o encerramento da discussão.

**A SRA. CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES:** – Sr. Presidente, pela ordem.

Pediria a V. Ex.<sup>a</sup> que, diante do pequeno número de Constituintes presentes à Comissão, suspendesse a reunião por dez minutos e acionasse as campanhas, a fim de que os membros da Comissão de Sistematização que se encontram na Casa possam comparecer ao plenário.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – V. Ex.<sup>a</sup> requer seja suspensa a reunião para nova chamada. Vamos suspender a reunião, por cinco minutos, embora já tenhamos...

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Permita-me, Sr. Presidente, pela ordem.

A reunião foi marcada para as 9 h 30 min. Já são 10 h 14 min. Portanto, houve tempo mais do que suficiente para todos os membros da Comissão chegarem ao plenário. Não creio, assim, ser necessária a medida proposta pela Constituinte Cristina Tavares.

**O SR. CONSTITUINTE ARNALDO FARIA DE SÁ:** – Sr. Presidente, pela ordem, para contraditar.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem a palavra V. Ex.<sup>a</sup>, como autor do projeto.

**O SR. CONSTITUINTE ARNALDO FARIA DE SÁ:** – Gostaria de lembrar ao nobre Líder Carlos Sant'Anna que a reunião foi convocada para o Auditório Nereu Ramos.

Por conseguinte, a mudança de local pode ter gerado mal-entendidos, impedindo alguns membros de aqui estarem.

Portanto, reitero o pedido da Constituinte Cristina Tavares e rogo a complacência de V. Ex.<sup>a</sup> no sentido de atendê-la.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A Presidência providenciará a convocação dos membros da Comissão.

Concedo, agora, a palavra a V. Ex.<sup>a</sup>, nobre Constituinte Arnaldo Faria de Sá, autor do projeto, para continuar a discussão, já que, antes de encerrada esta, é direito de V. Ex.<sup>a</sup> falar por último. V. Ex.<sup>a</sup> dispõe de vinte minutos.

Enquanto isso, convocaremos a presença dos demais companheiros da Comissão de Sistematização.

**O SR. CONSTITUINTE ARNALDO FARIA DE SÁ:** – Sr. Presidente, há oradores inscritos antes de mim. Deste modo, solicito a V. Ex.<sup>a</sup> seja-lhes concedida a palavra em primeiro lugar.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Apelaria para a compreensão de V. Ex.<sup>a</sup>, pois há um requerimento de encerramento da discussão a ser votada. Se V. Ex.<sup>a</sup> não falar agora, provavelmente não terá mais oportunidade de pronunciar-se sobre seu projeto. Por isso, gostaria de contar com a colaboração de V. Ex.<sup>a</sup> no sentido de usar da palavra neste momento. V. Ex.<sup>a</sup> disporá de vinte minutos para fazê-lo.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE ARNALDO FARIA DE SÁ:** – Sr. Presidente, gostaria de reiterar o pedido anterior. Sendo eu o autor, se vier a fazer uso da palavra, estarei prejudicando os outros inscritos.

Dentro do espírito democrático que certamente norteia o funcionamento de nossos trabalhos, este Constituinte, autor do projeto, deseja que as discussões ocorram da forma mais ampla possível e, acima de tudo, que seja garantida, a palavra aos demais inscritos.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Constituinte Carlos Sant'Anna.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Sr. Presidente, já que V. Ex.<sup>a</sup> acaba de conceder prazo para convocação dos integrantes da Comissão, está suspensa a votação do requerimento sobre o encerramento da discussão, nos termos do que dispõe o Regimento da própria Comissão de Sistematização. Mas o que o art. 20, § 4º, do Regimento Interno da Comissão de Sistematização diz é que, "encerrada a discussão, será dada a palavra ao autor, por 5 (cinco) minutos, e, em seguida, por até 15 (quinze) minutos ao Relator, que poderá conceder apartes, passando-se à votação do parecer, sem encaminhamento."

Isto significa que o autor não estará prejudicado, se encerrada a discussão, porque, como o Sr. Relator, terá, em seguida, o direito de usar da palavra. Portanto, o que se tem a fazer é suspender a reunião pelo tempo que V. Ex.<sup>a</sup> julgar necessário, até que os integrantes venham ao plenário, ou, simplesmente, submeter a votação o requerimento.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Já está sendo feita a convocação, em consequência do pedido para suspensão por cinco minutos, feito pela Constituinte Cris-

tina Tavares. Assim, vamos aguardar até as 10 h 25 min, para recomeçar a reunião.

**(É suspensa a sessão.)**

**(Abre-se a sessão.)**

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Peço ao Constituinte João Agripino que proceda à chamada nominal dos membros da Comissão.

Os Srs. Constituintes que aprovarem o requerimento votarão "sim" e os que não o aprovarem votarão "não".

**(Chamada nominal.)**

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Votaram 41 membros da Comissão: não – 26; sim – 15.

Pela ordem de inscrição, encontra-se em primeiro lugar o Constituinte Nilson Gibson.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Sr. Presidente, para qualquer deliberação há necessidade de **quorum** mínimo, que é de 47 integrantes. Não tendo, pois, havido a presença de 47 membros, a Comissão não tem condições de deliberar. Por conseguinte, praticamente nada resultou da votação exatamente por falta de **quorum** de deliberação.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Não tendo havido **quorum** para a votação do requerimento, continua a discussão do projeto até que se esgote a lista de inserção. (Palmas.)

Com a palavra o Sr. Constituinte Nilson Gibson. Antes de S. Ex.<sup>a</sup> iniciar, solicito ao nobre Constituinte Brandão Monteiro que assuma a Presidência, porque preciso retirar-me em virtude de um compromisso.

**O SR. CONSTITUINTE NILSON GIBSON:** – Sr. Presidente, discuti a matéria. O Regimento não permite que eu retorne à discussão.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Já concedi a palavra a V. Ex.<sup>a</sup> para discutir a matéria.

**O SR. CONSTITUINTE NILSON GIBSON:** – Gostaria de esclarecer a V. Ex.<sup>a</sup> que já o fiz. Eu havia me inscrito pensando tratar-se de matéria de outra natureza.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem a palavra o Sr. Constituinte José Genoíno.

(Assume a Presidência o Sr. Constituinte Brandão Monteiro.)

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, esta Comissão não pode deixar de votar esta matéria. A tática de empurrar o projeto de decisão sem entrar no mérito não é o melhor caminho para a Comissão de Sistematização nem para a Assembléia Nacional Constituinte, principalmente quando hoje os jornais divulgam – e estou aqui com a matéria do **Jornal de Brasília** – a seguinte manchete: "Os cargos serão preenchidos com rapidez."

Já dissemos – e isto é óbvio – que o Presidente José Sarney, a partir do pronunciamento em que fixa seu mandato em cinco anos, está a ferir a Assembléia Nacional Constituinte. Este é o fato político. E o projeto de decisão é em defesa da soberania da Constituinte, das decisões soberanas da Constituinte contra esse fato, contra essa ameaça concreta.

Mas a posição do Executivo não parou no famoso e trágico discurso de 18 de maio. Está em andamento uma política para materializar a posição do Executivo, de cinco

anos, com o fisiologismo, para costurar uma maioria pró-Sarney, ou seja, cinco anos, nesta Assembléia Nacional Constituinte. E os jornais, como os de hoje divulgam que o Governo acelera a distribuição de cargos, talvez preocupado em ter tranqüilidade para a posição em defesa dos cinco anos. Assim, se esta Comissão e a Assembléia Nacional Constituinte não deliberarem sobre o mandato do Presidente da República com a rapidez que propõe o projeto de decisão, é óbvio, é evidente que os atos soberanos desta Assembléia estarão ameaçados. Estarão, sim, porque há uma ação concreta do Executivo no sentido de ferir as decisões soberanas da Constituinte no caso concreto do mandato de Presidente da República.

Os representantes do Governo podem até dizer que essas notícias que saem nos jornais não são verdadeiras. Entretanto, seria necessário uma declaração oficial afirmando que elas não correspondem à verdade. Não temos até agora, nenhum desmentido em relação ao fisiologismo com que o Governo busca costurar a sua maioria parlamentar na Constituinte.

Ontem foi distribuído, na Assembléia Nacional Constituinte, um jornal da Fenarj que divulga uma relação de Constituintes que, nos últimos meses, receberam concessões de rádio e de televisão. Está lá divulgado o fato, citando nome por nome, o partido, a cidade, o local. Como uma Assembléia Nacional Constituinte pode conviver com a decisão política do Executivo de fixar o mandato presidencial em cinco anos? Como ela pode conviver com essa prática do fisiologismo que está divulgado, está provado em todos os jornais, em todos os documentos, e não assume a posição de decidir soberanamente sobre o mandato Presidencial?

Portanto, Sr. Presidente, não devemos nos prender aos meandros de uma questão regimental. Devemos entrar no mérito, na essência da questão política que hoje, concretamente, para a Assembléia Nacional Constituinte, constitui a decisão sobre a duração do mandato do Presidente da República. É uma questão que diz respeito à sua soberania, aos seus atos soberanos, nessa matéria que vai constar das Disposições Transitórias.

Portanto, neste pronunciamento, faço apelo a todos os membros desta Comissão, àqueles que me estão ouvindo nos seus gabinetes, nos corredores desta Casa, no sentido de que venham à Comissão de Sistematização, pois precisamos de **quorum** para deliberar sobre essa questão. Não podemos aceitar que a decisão sobre a matéria seja ampuçada, através do esvaziamento, da falta de número. Não é admissível que, ao resolver um problema dessa envergadura, com todos os fatos que o envolvem, a Assembléia Nacional Constituinte, através de uma posição de dissimulação, de omissão, não opine sobre matéria que diz respeito diretamente à sua soberania. Aliás, já é tarde. Sr. Presidente, porque a Assembléia Nacional Constituinte, que não teve a coragem, a ousadia de declarar ser soberana para decidir sobre o mandato do Presidente da República, depois daquele discurso de 18 de maio, aceitou essa tutela do Executivo, como tantas que aqui estão sendo colocadas. Parece que quanto mais tutela se coloca sobre a Constituinte, mais ela se curva. Foi o discurso do Presidente da República, foram os pronunciamentos dos chefes militares, e a Assembléia Nacional Constituinte aceitou essas tutelas pacificamente, baixando a cabeça.

Vamos tomar uma decisão política. Vamos aprovar este projeto de decisão, fixando a eleição de Presidente da República para novembro de 1088. Estabelece o § 7º do art. 59 do Regimento Interno que a Assembléia Nacional Constituinte pode deliberar sobre projeto de decisão que vise a impedir medidas que ameacem seu funcionamento e suas decisões soberanas. O § 7º não estabelece diferença entre matéria que será tratada nas Disposições Transitórias e a que será tratada no texto constitucional. O

projeto de decisão versa exatamente sobre medidas, sobre atitudes, sobre posições políticas que a Assembléia Nacional Constituinte tomará sobre fato concreto, sobre fato acontecido, de maneira preventiva ou de maneira antecipada, para preservar a sua soberania.

Neste caso, repito, a Assembléia Nacional Constituinte estaria tomando uma posição de defesa da sua soberania, após a posição do Presidente da República, assumida no seu discurso do dia 18 de maio, e após a atitude do fisiologismo das concessões dos cargos, das concessões que aceitam os integrantes da maioria pró-mandato cinco anos para o Presidente José Sarney, dentro desta Constituinte.

Sr. Presidente, quero encerrar minha oração reafirmando apelo no sentido de que os membros desta Comissão venham aqui para votar este projeto de decisão. É uma vergonha que ainda falte **quorum** nesta Comissão de Sistematização, aqui, no Plenário da Assembléia Nacional Constituinte. Já vimos o que ocorreu quando foram nomeados os membros da Comissão de Sistematização, que, aliás, não deveriam ser 93, mas sim 89, pelo Regimento Interno. Aconchavaram o Regimento Interno e decidiram que dela constariam 93 membros. Recorri da decisão da Mesa; foi uma briga terrível para a indicação dos nomes que faltavam. E até agora, Sr. Presidente, poucas foram as reuniões da Comissão de Sistematização em que houve **quorum** qualificado para deliberação; pouquíssimas. Em quase todas as reuniões faltou **quorum**, com exceção daquela em que se aprovou o Projeto de Constituição que veio das Comissões Temáticas. E sobre o mandato do Presidente da República, sobre a eleição do Presidente da República esta Comissão não pode deliberar. Será que vencerá o prazo de apreciação deste projeto de decisão sem o **quorum**, sem o número legal para que esta Comissão se pronuncie?

Isso não é só negociar, baixar a cabeça diante da soberania da Assembléia Nacional Constituinte, isso é uma atitude vergonhosa. É uma atitude indigna para esta Comissão e para a Assembléia Nacional Constituinte não apresentarem **quorum** para deliberar a matéria. Essa atitude de empurrar as decisões, de fazer de conta que se toma uma deliberação, sem na verdade tomá-la, não é o melhor caminho para a Assembléia Nacional Constituinte, que, no mínimo, deve estabelecer alguma criatividade diante das aspirações e das expectativas da população brasileira. Vamos deliberar, vamos votar. Conclamo todos os membros desta Comissão, os seus suplentes, para que venham aqui apreciar este projeto de decisão. Digam aqui o que queiram deste projeto de decisão. Vamos nos posicionar. Faço um apelo particularmente aos membros desta Comissão que são favoráveis ao mandato de quatro anos no sentido de que venham para cá. Vamos votar. A pior coisa para a Assembléia Nacional Constituinte, e espero que isto seja divulgado, é uma decisão contrária a essa matéria sem na verdade ter sido deliberada. Seria uma vergonha, Sr. Presidente. Isso significaria aceitarmos o decurso de prazo, que nós mesmos estaríamos fazendo o nosso decurso de prazo.

Vamos votar. Vamos votar por eleições diretas em 1988. Esse é o único caminho para que a Assembléia Nacional Constituinte reconquiste sua soberania em relação a seus atos e decisões, quando formos tratar da questão como matéria constitucional nas Disposições Transitórias. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Nelson Friedrich.

**O SR. CONSTITUINTE NELTON FRIEDRICH:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, eram estas as promessas de Tancredo Neves, sufragadas nos comícios, nas reuniões, nos encontros:

"Trago uma mensagem de mudança, da transformação para acabar com a fome, a recessão e o

desemprego. Venho para realizar urgentes e corajosas mudanças políticas, sociais e econômicas, indispensáveis ao bem-estar do povo. Vim para promover as mudanças, mudanças políticas, mudanças econômicas, mudanças sociais, mudanças culturais, mudanças reais, efetivas, corajosas, irreversíveis."

E com sabedoria dizia Tancredo Neves:

"Nunca o País dependeu tanto da atividade política. A primeira tarefa do meu governo é a de promover a organização institucional do Estado. Se para isso devemos recorrer experiência histórica, cabe-nos também compreender que vamos criar um Estado moderno, apto a administrar a Nação no futuro dinâmico que está sendo construído."

Sr. Presidente, desse extrato da pregação de Tancredo Neves um ponto dos mais expressivos é este: "nunca o País dependeu tanto da atividade política." Tancredo Neves sempre afirmava que seu mandato deveria ter o caráter da transitoriedade e da temporariedade. Inclusive em repetida entrevista, como a de agosto de 1984, consolidava essa idéia de que o seu mandato seria de dois ou quatro anos, e nunca de cinco ou seis anos.

Mais uma vez trai-se o discurso, o compromisso e a proposta levados às ruas, às praças, às universidades, aos sindicatos e ao povo brasileiro. E essa traição é mais recente porque o Presidente José Sarney, no dia 7 de maio de 1985, ao assinar mensagem restabelecendo eleições diretas para Presidente da República, sob os aplausos do General Rubens Bayma Denys, do Senador José Fragelli, do Deputado Ulysses Guimarães e do Ministro Fernando Lyra, disse que a data a ser marcada para a eleição do sucessor do atual Presidente seria atribuição da Assembléia Nacional Constituinte que se iria convocar, e desde logo manifestou o seu ponto de vista de que o mandato deveria ser de quatro anos. Aliás, esta é uma fotografia que deveria ser exibida permanentemente nos gabinetes daqueles que defendem o mandato de cinco anos, porque é o registro, para a História, de um compromisso coerente com o de Tancredo Neves. E ele foi firmado no dia 7 de maio de 1985.

Por isso, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, viemos à tribuna para manifestar apoio a este projeto de decisão do Constituinte Arnaldo Faria de Sá, não só pela afirmação de Tancredo Neves – José Sarney, Presidente da República, no dia 7 de maio de 1985, ratificava coerente com os compromissos de Tancredo Neves, confirmava o óbvio, isto é, que seu mandato seria decidido por esta Assembléia Nacional constituinte, apesar de em seguida ter afirmado o seu ponto de vista de que deveria ser de quatro anos – mas também porque o compromisso das reformas não foi respeitado. Insisto – e já me tornei repetitivo: onde estão as reformas propostas por Tancredo Neves?

Entusiasmo-mo-nos em repetir o seu compromisso em todos os cantos deste País. A reforma agrária ficou no aceno, a reforma tributária não existe, o que obriga prefeitos e Governadores a aceitarem o desejo político a fim de terem acesso aos cofres da ditadura tributária que a União tem, volumosos. Onde está a reforma administrativa? Quantas vezes ouvimos Tancredo Neves dizer da impossibilidade de se estabelecer um Governo chamado Nova República sem a reforma administrativa, que significa realmente descentralizar as decisões, democratizar o poder a fim de se constituir o chamado poder local, que é a espinha dorsal do estabelecimento de uma forte democracia. Não há democracia forte sem poder local: não há Nova República sem o novo municipalismo, sem a distribuição de renda do poder, da União, do centralismo que é preciso desmontar neste País. Onde estão a reforma

educacional, a reforma financeira e a reforma bancária, em um país onde o primeiro Governo da Nova República estabelece um conluio em que o poder financeiro tudo pede? Entretanto, nenhuma medida foi tomada por esse Governo com relação aos banqueiros e à exploração do sistema financeiro. As reformas não vieram. Portanto, não se atendem ao compromisso de Tancredo Neves, nem quanto ao mandato, muito menos quanto às reformas necessárias.

O que dizer da dívida externa? Onde está a auditoria? Ficamos roucos de pedir que se verificasse a natureza dos compromissos assumidos em nome do País, sem consulta à população, a este Congresso. Nenhuma auditoria foi feita, e no relacionamento com os credores internacionais não há o mínimo respeito. O PMDB, na sua recente convenção partidária, tomou uma atitude em relação a proposta econômica, e o Ministro da Fazenda não respeita essa resolução do seu partido.

O que dizer da estrutura do chamado corpo funcional, em que 85% dos cargos de que dispõe o Presidente Sarney são preenchidos por componentes que, direta ou indiretamente, fizeram parte dos governos da Velha República? Segundo cruzamento de dados feito por uma agência de serviços, informações e publicidade, apenas 15% das funções principais na Nova República são exercidas por pessoas que não têm compromissos com a Velha República.

E o que é mais grave, Sr. Presidente e ilustres Constituintes, estabeleceu-se um novo critério da verdade neste País: a quem está com quatro anos resta o fogo do inferno; e quem está com cinco anos tem o critério da verdade; está no paraíso. E aí as nomeações, os benefícios, as vantagens se multiplicam, e tudo se consegue. O inverso deveria ser em tudo. Quem está com quatro anos, portanto, vive o critério da verdade. Isso é grave, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, porque o falso critério da verdade coloca-nos diante de uma situação que justifica exatamente este projeto de decisão do Constituinte Arnaldo Faria de Sá, ou qualquer outra proposta que possa viabilizar o fim da transição.

Antes de continuar, gostaria de ouvir, com prazer, o autor dessa proposta.

**O SR. CONSTITUINTE ARNALDO FARIA DE SÁ:** – Nobre Constituinte Nelson Friedrich, V. Ex.<sup>a</sup> fez uma série de indagações certamente respondíveis por quem está de plantão no Palácio do Planalto e também pelos seus séquitos e por seus asseclas. Mas faço uma nova indagação: será que esta Casa quer definir o prazo do mandato do Presidente da República? É uma dúvida cruel, atroz. Num momento importante como este, esta Casa deveria estar apinhada de parlamentares, certamente comprometidos com as promessas feitas em palanques, em praças públicas. É duro, Constituinte Nelson Friedrich, V. Ex.<sup>a</sup> é um companheiro de trincheira, ao lado de quem preside a sessão neste momento, com muito brilho e dos Constituintes José Genoíno, Lysâneas Maciel, Miro Teixeira, Aldo Arantes, Joaquim Bevillacqua, José Maria Eymael, Ademir Andrade, Uldurico Pinto, Plínio Arruda Sampaio, Haroldo Sabóia, Octávio Elísio, Sigmaringa Seixas, Paulo Bisel, Gerson Peres – só que este número é pequeno. Não citei o nobre companheiro Inocêncio Oliveira porque sei das suas convicções, demonstradas ao longo de seis anos de mandato. Não acredito que os integrantes da Aliança Democrática, com exceção dos companheiros do PMDB avançado, queiram cinco anos. É mentira! É mentira! É mentira! Querem seis anos, jogam com cinco, para ganharem mais um.

Então, companheiros que escutam pelo sistema de som, que estão nos seus gabinetes, acordem enquanto é tempo! Ou quatro agora, ou seis anos negros para todos nós. O povo, certamente, não está presente agora, mas nos ouvirá, saberá qual posição deverá adotar.

Estou com V. Ex.<sup>a</sup>, Constituinte Nelson Friedrich. Vamos lutar! Ainda há tempo. Senão, seremos colocados, todos, na vala comum dos covardes. V. Ex.<sup>a</sup> não quer, os companheiros presentes citados não querem. E aqueles que não estão aqui ainda têm tempo de correr até este plenário, para não ficarem na vala comum dos covardes. Obrigado.

**O SR. CONSTITUINTE NELTON FRIEDRICH:** – Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup> o aparte, que, de maneira contundente, expressa seu sentimento. Trata-se, acima de tudo, da angústia de quem é autor do projeto e gostaria de vê-lo vitorioso, para se confirmar a transição brasileira entre nós.

**O SR. CONSTITUINTE ARNALDO FARIA DE SÁ:** – Constituinte Nelson Friedrich, permita-me, rapidamente, incluir o Constituinte José Carlos Grecco – S. Ex.<sup>a</sup> estava aqui, no momento, e não o citei –, que, certamente, é um dos companheiros dessa trincheira.

**O SR. CONSTITUINTE NELTON FRIEDRICH:** – Eu gostaria, Sr. Presidente e ilustre Constituintes, de comentar exatamente a não-aplicabilidade dos compromissos. Tancredo Neves fazia as afirmações que aqui reproduzi. Insistentemente, dizia que nunca o País dependeu tanto da atividade política. Quando as reformas não são realizadas, quando os compromissos não são cumpridos, o mais grave de tudo, Sr. Presidente, é que isso opera a desmoralização da atividade política.

Evidentemente, nós, cada vez mais, nos colocamos num universo de freio à própria transição, uma transição inconclusa, que começa a gerar dúvidas entre tantos.

A propósito, trago a este Plenário a opinião, por exemplo, do cientista político argentino Guillermo O'Donnell, segundo quem "a transição brasileira está estancada por não ter produzido até agora instituições fortes e por não ter desenvolvido um sentido republicano no País". Diz, ainda, esse cientista, respeitado em toda a América Latina e fora deste Continente, que vê, no Brasil, "o maior grau de continuísmo das transições que conhece" e que considera a transição uruguaia a mais bem sucedida na América Latina.

Esse cientista afirma o que todos nós começamos a sentir, ou seja, que essa transição está estancada e que, portanto, há culpados por esses óbices. De maneira sábia, diz que está muito preocupado com a transição brasileira. E prossegue:

"Isso não é exatamente pessimismo. Por exemplo, um problema que só aparece quando os processos são analisados comparativamente, e que eu acho importante, que é um pacto, um acordo uma concordância dos atores políticos e também sociais, engajados, comprometidos, numa visão mais moderna, mais republicana – no sentido que o sujeito que governa tem o direito de administrar, mas não é o dono arbitrário da regra, o sujeito é a regra, contra concepções políticas. Isso traz à tona técnicas clientelistas, personalistas. Há uma coisa fundamental: essas duas últimas são antagônicas com a criação e implantação de uma lógica da representação que, por um lado, implica idéias e avanços da cidadania e, por outro lado, implica a problemática estratégia da consolidação das instituições, em que os interesses das entidades podem entrar em conflito, do tipo que define uma característica da democracia. Nos outros países, com exceção do Uruguai, não chegamos a isso."

Técnicas clientelistas e personalistas criam complicadores para se estabelecer a lógica da representatividade. E tantos outros fatores, implicam, efetivamente, deixar a Assembléia Nacional Constituinte conduzir com soberania o seu destino, com a definição do mandato de transição,

para consolidar as instituições. Por isso, temos que aplaudir esses projetos de decisão, porque, realmente, como diz o nosso Regimento Interno, destinam-se a sobrestar medidas que possam ameaçar os trabalhos e as decisões soberanas da Constituinte.

Concedo o aparte ao nobre Constituinte Arnaldo Faria de Sá.

**O SR. CONSTITUINTE ARNALDO FARIA DE SÁ:** – Permito-me interromper a brilhante alocução de V. Ex.<sup>a</sup> para fazer um pedido à Mesa; que seja autorizada a transmissão desta reunião para toda a Casa, pois estamos falando apenas para o Plenário, o que é lamentável, uma vez que o sistema de som dos gabinetes não está funcionando.

**O SR. CONSTITUINTE NELTON FRIEDRICH:** – Prossigo, Sr. Presidente.

“O grau de continuísmo da transição brasileira é o maior que conheço” – sentencia o cientista político argentino. Precisamos, pois, refletir, inclusive com o Líder da maioria – não no Congresso Nacional, mas na Constituinte – e com os demais políticos, brasileiros que têm um mandato de tanta importância.

Interrompendo o raciocínio do cientista a que me referi, eu diria que a transição está estancada e que, efetivamente, o grau de continuísmo é o maior de todos que ele conheceu. Poderemos aqui exercitar nossa cidadania e, na Assembléia Nacional Constituinte, decidir, sem qualquer ingerência, inclusive o modelo econômico que queremos. E isto sem anúncios precipitados, como o que ouvimos do Presidente da República, que, em entrevista coletiva, propôs um modelo de desenvolvimento com plataforma, de exportação, a partir de experiências como a de Hong Kong ou – quem sabe? da Coreia. Exatamente no instante em que a Assembléia Nacional Constituinte se propõe a discutir uma nova ordem econômica, ocorrem essas intervenções. Portanto, não há apenas ingerência quanto à questão do mandato do Presidente da República, mas, igualmente, sobre questões de mérito. A Assembléia Nacional Constituinte não pode estar a serviço de governos transitórios, temporários. A Assembléia Nacional Constituinte há de propor rumos permanentes, como os partidos políticos, que são permanentes e não transitórios. Os governos são transitórios e os partidos permanentes. A Assembléia Nacional Constituinte há que propor o permanente, não o transitório.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Nobre Constituinte Nelson Friedrich, quero informá-lo de que, infelizmente, o tempo de V. Ex.<sup>a</sup> está esgotado.

**O SR. CONSTITUINTE NELTON FRIEDRICH:** – Concluo, Sr. Presidente.

O que me assusta é exatamente essa distância, esse afastamento com que certos políticos consideram a vontade do País.

Mas não é só isso. Também me preocupam a natureza e o conteúdo da própria Assembléia Nacional Constituinte, eis que o Palácio do Planalto mais determina do que realmente exercita suas convicções e seus compromissos, como os da Aliança Democrática, os compromissos de Tancredo Neves. Não só os das reformas não realizadas, mas os compromissos de um governo de transição – aliás, os compromissos do próprio Presidente José Sarney, exaltados no dia 7 de maio de 1985.

Isto me preocupa muito, porque há desmoralização da atividade política quando a incoerência se estabelece. E a incoerência política é vizinha próxima da prostituição política. Há risco para nossas instituições democráticas ao não se permitir o fortalecimento dessas instituições pelo exercício da soberania da Assembléia Nacional Constituinte. Mas, mais do que isso, quando se vê arquitetada uma ação, quando se vêem governadores de Estado, lideranças

expressivas deste País sendo queimadas e descaracterizadas. E, quando se queimam lideranças civis, colocam-se também em risco as instituições democráticas do País.

Termino, Sr. Presidente, dizendo que, por questão de coerência, os compromissos de Tancredo Neves, os compromissos da Nova República, ou seja, os compromissos e o caráter de um Governo de transição, devem ser cumpridos. A Assembléia Nacional Constituinte deve concluir com soberania seus trabalhos, estabelecendo eleições diretas para 1988.

Daí, a procedência desse projeto de decisão. Até porque não podemos continuar divididos – como ocorre com boa parte dos Constituintes – entre os que são favoráveis a um mandato presidencial de quatro anos os que defendem cinco anos. Temos que estabelecer, sim, o fim dessa transição.

Como seria bom – e histórico – se, num gesto de grandeza, o Presidente José Sarney, inspirado numa figura de estadista como a de Adolfo Suárez se tornasse o grande magistrado da transição, o grande árbitro da fase de temporariedade deste nosso Governo! Como Adolfo Suárez, S. Ex.<sup>a</sup> poderia administrar, neste grande palco de atores políticos, a fase de transição. Ele próprio convocaria a Nação para, no conflito democrático, estabelecer o Governo que aplicaria o que viesse a ser determinado pela *Assembléia Nacional Constituinte*.

Ainda há tempo para o Presidente José Sarney fazer isso. Oxalá seus seguidores, aqui, possam também compreender isso e ter este gesto de grandeza histórica. Como Adolfo Suárez, a figura do supremo magistrado conduziria a transição, sem intromissões na Assembléia Nacional Constituinte, convocando este País a que, promulgada a nova Constituição, num prazo determinado, a 15 de novembro de 1988, legitimasse o novo governo, para concretização das diretrizes da nova ordem econômica, social e política soberanamente estabelecida pelos Constituintes.

**O SR. CONSTITUINTE ARNALDO FARIA DE SÁ:** – Peço a palavra para uma questão de ordem, Sr. Presidente. Gostaria de ver resolvida por esta Presidência a pendência levantada no sentido de que fosse autorizada a transmissão desta importante reunião da Comissão de Sistematização para toda a Casa.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Defiro o requerimento de V. Ex.<sup>a</sup> (palmas), embora já tenha recebido informações de que as reuniões da Comissão de Sistematização até hoje não foram transmitidas pelo Serviço de Som. Defiro-o, ainda, porque a Comissão de Sistematização é importante e porque o requerimento é democrático.

Com a palavra o Constituinte Joaquim Bevilacqua.

**O SR. CONSTITUINTE JOAQUIM BEVILACQUA:** – Sr. Presidente, nobres companheiros da Comissão de Sistematização, Sras. e Srs. Constituintes, estamos examinando o Projeto de Decisão nº 6/87, do ilustre Deputado Arnaldo Faria de Sá. A rigor, nele não se tipifica o disposto no § 7º do art. 59 do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, como de resto acontece em quase todos os projetos de decisão aqui apresentados. Acolhi apenas um, de iniciativa de V. Ex.<sup>a</sup>, Deputado Brandão Monteiro – ao qual, inclusive, ofereci emenda – que cuidava do parcelamento de débitos bancários das micro e pequenas empresas, porque se configurava, naquele instante, grave risco à estabilidade do sistema econômico e social, com falências e maciço desemprego a ameaçarem, em tese, os trabalhos constituintes.

Por outro lado, o citado projeto de decisão não deixa de configurar um instituto de legítima defesa da Assembléia Nacional Constituinte. E a Comissão de Sistematização funciona, por força regimental, tal como a Comissão

da Justiça dos Paramentos, cabendo-lhe emitir parecer antes da apreciação do Plenário.

Tendo sido Presidente da Comissão de Justiça da Câmara Municipal e Vice-Presidente da Comissão de Justiça da Câmara dos Deputados, jamais emiti pareceres ou votos com sentido restritivo. Sempre busquei alargar o caminho do Poder Legislativo, estreitado no período autoritário. Assim, inclino-me sempre à liberalidade permissiva do prosseguimento de proposições que, nem sempre adequadas do ponto de vista jurídico ou da técnica legislativa, devam, pelo seu conteúdo político ou importância conjuntural, merecer apreciação de foro mais amplo.

Tal é o caso. Embora não tipificado regimentalmente, o projeto de decisão do Deputado Arnaldo Faria de Sá merece acolhimento preliminar, para que, de imediato, seu mérito possa ser examinado pelo Plenário.

Quanto ao mérito, devo registrar que minha posição, desde a campanha eleitoral, é clara e única: a duração do mandato presidencial está intimamente ligada a sistema de governo — questão a ser enfrentada, simultaneamente, pela Assembléia Nacional Constituinte. O projeto que estamos apreciando não cuida do sistema de governo. E sob este aspecto não nos cabe supri-lo.

Por isso, reservando-me o direito de examinar mais adiante a questão do mandato e do sistema de governo, voto pelo acolhimento preliminar da proposição. No sentido, aliás, de reiteradas manifestações públicas do nobre relator que, em seu relatório, não me oferece outra escolha senão abrir caminho para a decisão soberana do Plenário, pelas razões expostas.

Assim, Sr. Presidente, embora não estejamos ainda no processo de votação, já deixo consignada, na Ata dos trabalhos desta Comissão, meu voto favorável ao projeto de decisão do nobre Constituinte Arnaldo Faria de Sá.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** — Com a palavra o nobre Constituinte Gerson Peres.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** — Sr. Presidente, ilustres membros da Comissão de Sistematização, nosso propósito, aqui, não é apreciar o mérito de mandatos de quatro, cinco ou seis anos, para Presidente da República, mas, sim, procurar convencer os colegas de que estamos reunidos para praticar um ato anti-regimental, um ato até contraditório.

Vamos ao cerne da matéria: primeiro, esta é uma matéria apresentada pelo autor da proposição sob a égide da contradição. Diz S. Ex.<sup>a</sup> que os trabalhos dos Constituintes e as decisões soberanas da Assembléia Nacional Constituinte estão ameaçados pela matéria referente ao estabelecimento do mandato para Presidente da República. "Este assunto está ameaçando os nossos trabalhos" — diz o autor da proposição. Nós contra-argumentamos: ninguém ameaça a si próprio, salvo quando se verifica tentativa de suicídio ou o próprio suicídio. Esta matéria é inerente à elaboração da Constituição. Tem que ser discutida e votada pelos Constituintes. Logo, não pode ser fator ameaçador aos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte. É um absurdo raciocinar desta maneira! Nada que se integre à formação das normas constitucionais pode constituir ameaça à elaboração da própria Constituição.

Este, portanto, o primeiro argumento para mostrar a improcedência e a inoportunidade da proposição.

Há um outro ponto a destacar. Trata-se de matéria de Direito. E aí surge a parte controvertida da discussão. Pergunta-se: o Presidente José Sarney tem direito adquirido em face do que prevê a atual Constituição? Poder-se-ia até admitir que sim. Há argumentos para isso.

Primeiro, quando a própria Constituição prescreve a existência do direito adquirido; segundo, quando se verifica que esta Constituinte está elaborando a Carta política com o funcionamento dos poderes preexistentes: o Legislativo e o Executivo. Eles estão funcionando, seus atos estão vigendo, prosperando, com o Poder Judiciário decidindo sobre matéria de Direito — inclusive constitucional. Conseqüentemente, nós nos encontramos diante da seguinte indagação: terá o Presidente José Sarney direito adquirido sobre o seu mandato?

O terceiro problema é de ordem regimental. O Regimento que aprovamos não autoriza uma prévia decisão quanto as partes da futura Carta. Nenhum dos artigos do Regimento autoriza o Constituinte a propor normas parciais. Não pretendo ironizar, mas, se admitirmos essa atribuição, estaremos elaborando uma Carta pelo processo do "pinga-fogo" e fabricando peças para a montagem de um quebra-cabeças. Ou seja, hoje eu aprovo o artigo sem número e o deixo no canto, esperando a aprovação dos demais, para depois arrumá-lo e agrupá-lo no capítulo correspondente. Então, estaríamos nos antecipando.

Ainda há um outro argumento fundamental: se aprovássemos proposições dessa natureza, antecipando-nos à hora regimental da votação da matéria, estaríamos infringindo direitos de terceiros que, como o Regimento Interno prevê, participam da elaboração da Carta Política.

Para ilustrar, leio o § 1º do art. 23 do Regimento Interno:

"Nos 30 (trinta) primeiros dias, serão recebidas emendas dos Constituintes, as quais deverão ser apresentadas em formulário definido pela Mesa, podendo ser fundamentadas da tribuna, durante o prazo que os seus autores tiverem para discutir o projeto, ou enviadas à Mesa, com justificação escrita."

O Regimento Interno também prevê o recebimento de propostas de emendas populares e dos Constituintes, dentro de prazo que se encerra hoje. Se admitíssemos que esta proposição fosse aprovada ontem, anteontem ou hoje, estaríamos cerceando o direito de apresentação de novas propostas, porque seria matéria liquidada. O Plenário teria que se reunir porque a Comissão de Sistematização deu parecer favorável. Se tivéssemos um prazo próprio, e então, aprovaríamos aquele artigo, e as demais emendas apresentadas dentro do prazo regimental para serem apreciadas seriam abandonadas e não mais apreciadas. Com isso, estaríamos cometendo uma infringência regimental, no meu modesto entendimento, cerceando o direito à tramitação normal daquelas proposições que têm prazo para serem apresentadas.

Meu raciocínio fundamenta-se no que já existe no Projeto de Constituição, em seu art. 458, devidamente acolhido pelo Relator e aprovado pelas Comissões Temáticas. Insurgimo-nos, inclusive, contra a aprovação da matéria pela Comissão Temática. Estabelece o art. 458:

"Art. 458 — O mandato do atual Presidente da República terminará em quinze de março de 1990."

Ora, esta Comissão tem o prazo exato para emendar o projeto, que deverá seguir os trâmites normais. Não podemos determinar, fora do prazo normal, o mandato do Presidente, salvo se quisermos infringir o Regimento.

O nobre Constituinte, autor da proposição, diz que esta Assembléia não quer votar o mandato do Presidente. A Assembléia quer votar e tem de fazê-lo. Porém, não vejo por que tanta pressa. Qual o interesse nisso tudo? Quem tem convicções e princípios, na hora exata votará a favor de quatro, cinco ou seis anos. Se o Presidente José Sarney sentir-se ferido no seu direito em face da preexistência do poder, poderá recorrer ao Judiciário, que verificará se tem competência ou não para apreciar matéria oriunda



de uma Constituinte. Esse será um problema do Judiciário. E não sei se ele entrará nesses caminhos tortuosos. Acredito que se colocará no devido lugar e respeitará esse poder maior, transitório, que o povo outorgou a todos nós para a elaboração da nova Carta e nos dará o merecido lugar nesse processo de transição. Portanto, somos contra esta proposição. Acompanhamos o voto do Sr. Relator.

Mas não queria deixar esta tribuna sem dizer que em princípio defendemos a introdução, na Constituição, do mandato de quatro anos para o Presidente da República, sem apreciarmos ainda no mérito, o do atual Presidente. Nosso País ainda não alcançou um grau de estabilidade, quer de natureza política, quer de natureza econômica, para perpetuar cidadãos na direção mais alta dos negócios da República e dos Estados. Um período mais curto é salutar porque os brasileiros estão precisando de um treinamento profissional, ou seja, de votarem mais continuamente, mais às urnas, acostumam-se a votar, para conscientizarem-se de que aí é que repouso toda a vantagem do sistema de governo democrático. Um curto período é necessário para conseguirmos consolidar o sistema de governo democrático no Brasil.

Se ampliarmos o período de governo, pelas tradições que ele tem, de sempre usurpar atribuições, de ir além dos limites, estaremos contribuindo para o surgimento de novas crises, de novos tipos de governo que não são os da nossa índole natural. A índole natural dos brasileiros assenta-se no sistema democrático de governo, que tem por base a liberdade, os princípios da livre iniciativa, enfim, uma série de normas que realmente cercam todas as atividades da nossa sociedade.

Portanto, comungo desse princípio. Vamos reduzir, num período de trinta ou quarenta anos, a direção do mandato presidencial para quatro anos. O mandato do Presidente José Sarney é um tema que se está discutindo, que ainda se vai discutir muito e que vai depender ainda de vários fatores externos que, por certo – não nos vamos iludir – exercerão influências nos nossos posicionamentos na Assembléia Nacional Constituinte. Vamos ter uma visão melhor ou maior no decurso do tempo em que estivermos discutindo as normas dessa Constituição. Não julgo que essa matéria seja relevante. Para quê? O que ela significa, sendo votada 30 ou 40 dias antes do prazo que o Plenário da Assembléia Nacional Constituinte tem para votar o projeto? O que isso representará? A imposição de que somos realmente poderosos e soberanos, o Presidente da República terá, sabendo que podemos nos antecipar à decisão os seus desejos...

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – A Mesa informa ao nobre orador que o seu tempo já se esgotou.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Concluo, Sr. Presidente. Será que queremos responder à interferência indevida do Presidente da República nos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte? Por esse processo, não. Vamos responder pelas nossas posições, pelas nossas decisões na hora exata, porque, pela antecipação, parecerá que estamos usando um processo de emulação nada compatível com a seriedade que os estudos inspiram para a elaboração de uma nova Carta política.

Portanto, Sr. Presidente, com esses argumentos modestos, sem maiores pretensões, acho essa proposição inoportuna e que não cabe na espécie. Por isso, voto contra ela.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Concedo a palavra ao Constituinte Paulo Ramos.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes...

**O SR. CONSTITUINTE NILSON GIBSON:** – V. Ex.<sup>a</sup> já discutiu.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – Já tive oportunidade de discutir essa matéria, e por deferência especial da Mesa o estou fazendo novamente. Espero que a mi-

nha presença na tribuna não incomode V. Ex.<sup>a</sup>, nobre Constituinte Nilson Gibson, que, nesta Casa, tem tido inúmeras oportunidades de fazer uso da palavra, inclusive – na minha interpretação – algumas vezes de forma inconveniente. No entanto, não tenho procurado cercar o direito de V. Ex.<sup>a</sup>

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, ocupo a tribuna, primeiro, para fazer referência a algo de suma importância, que deve ser objeto de preocupação de todos aqueles aqui presentes, dotados de espírito público e que compreendem o significado maior da Assembléia Nacional Constituinte. Refiro-me à anistia, que deveria ter sido ampla, geral e irrestrita, principalmente para aqueles que defenderam a legalidade. Entretanto, sabemos que ela só foi ampla, geral e irrestrita para aqueles que se utilizaram da força e romperam com a ordem constitucional vigente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, não é possível que permitamos que a anistia não contemple os brasileiros que viveram, durante o regime autoritário, a grande amargura de terem suas carreiras suprimidas e suas vidas mutiladas simplesmente porque sempre defenderam a legalidade. A Assembléia Nacional Constituinte há de conceder a todos aqueles que foram cassados anistia ampla, geral e irrestrita. Não podemos nos distanciar um milímetro sequer da concessão de uma anistia que repare todos os danos causados àqueles que defenderam a legalidade.

De qualquer maneira, sabemos inclusive que a anistia ampla, geral e irrestrita deveria ter antecedido o processo constituinte. Hoje, deveríamos estar aqui, todos os brasileiros, irmanados, reconhecendo que o passado significa algo de muito negro na História do Brasil.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, em segundo lugar felicito o Constituinte Arnaldo Faria de Sá pela iniciativa de apresentar um projeto de decisão que procura restabelecer algumas verdades e, acima de tudo, eliminar qualquer tipo de pressão na Assembléia Nacional Constituinte. Hoje, sabemos que as decisões soberanas da Assembléia Nacional Constituinte correm sérios riscos, porque tudo tem sido feito, não só por parte do Executivo, mas também por parte dos Ministros militares e de outros que são comprometidos com a ditadura, no sentido de interferir no processo constituinte. E o mandato do Presidente da República há de ser decidido com a maior urgência possível, de modo a que possamos dar curso ao nosso trabalho sem qualquer outro tipo de interferência.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, ocupo a tribuna principalmente para que seja transcrita a Mensagem nº 31, de 1985, que foi remetida ao Congresso Nacional exatamente pelo Presidente da República, o Sr. José Sarney.

A mensagem diz:

"Excelentíssimos Senhores Membros do Congresso Nacional:

Tenho a honra de dirigir-me a Vossas Excelências para encaminhar, inclusa, Proposta de Emenda à Constituição, que restabelece o sufrágio universal e o voto secreto e direito na escolha de Presidente e Vice-Presidente da República.

Realizo, ao tempo que restauro norma de nossa tradição republicana, justa aspiração de nosso Povo, expressa nas praças públicas de todo o País."

O Presidente da República se referia às manifestações cívicas do povo brasileiro, exigindo as "diretas-já".

"É de ressaltar-se, por oportuno, que a devolução à soberania popular do direito de eleger seus supremos mandatários inscreveu-se como objetivo primeiro do "Compromisso com a Nação" – produto do ajuste de forças políticas reunidas na

Aliança Democrática, que empolgou a sociedade brasileira e levou à vitória a chapa liderada pelo imperecível Presidente Tancredo Neves.

De conformidade com entendimento consagrado em acordo político nacional, a Assembléia Nacional Constituinte, a ser eleita em 1986, haverá de, no exercício do seu poder constituinte originário, fixar data da eleição do meu sucessor."

Essas são as palavras do Presidente da República, o Sr. José Sarney.

Assumo à tribuna e fico a meditar em que José Sarney devemos acreditar: naquele que enviou mensagem ao Congresso Nacional, no dia 7 de maio de 1985, ou no Sr. José Sarney, que, assumindo poderes imperiais, tenta mutilar a soberania da Assembléia Nacional Constituinte, impondo a fixação do seu mandato em cinco anos, à revelia do único poder legítimo que temos neste País, o Poder Constituinte.

Prossegue S. Ex.<sup>a</sup>:

"Ao oferecer, portanto, a referida alteração constitucional ao exame dos ilustres Congressistas, empreendemos vigoroso passo no sentido de efetivar, em sua plenitude, o processo democrático e cumprir inequivocamente postulado indispensável à edificação da Nova República.

Renovo a Vossas Excelências a expressão de meu mais alto apreço e manifesto a certeza de contar, mais uma vez, com a necessária compreensão e o elevado discernimento dos eminentes Membros do Congresso Nacional, no exame dessa providência de transcendente significação para as instituições políticas do País, em razão por que requeiro seja atribuído caráter preferencial para recebimento da proposta que, nos termos do art. 47, item II, da Constituição, ora envio à deliberação do Congresso Nacional."

Sr. Presidente, nobres colegas temos encontrado, na Comissão de Sistematização, vários Constituintes que, talvez sendo Constituintes de gaveta, alguns deles, movem as suas consciências muito mais pelos acenos de cargos do Poder Executivo do que pelo compromisso assumido nas praças públicas e, muito mais, pelo compromisso da Aliança Democrática.

Está aqui o documento, e vou entregá-lo a V. Ex.<sup>a</sup>, para que conste dos Anais da Comissão de Sistematização, isto para que nenhum outro membro desta Casa venha dizer que o Presidente da República, Sr. José Sarney, não assumiu o compromisso expresso, diante da Nação brasileira, de delegar à Assembléia Nacional Constituinte, livre e soberana, poderes para fixar a duração do seu mandato.

Tivemos oportunidade, na reunião anterior, em debate com o ilustre Constituinte Marcondes Gadelha, de dizer que esta mensagem existia. Entretanto, S. Ex.<sup>a</sup>, movido naturalmente de boa fé, declarou que a desconhecia. Faço questão, então, de trazê-la a público, para que nenhum outro membro da Comissão de Sistematização alegue tal fato.

É preciso que a Comissão de Sistematização, hoje, assumo o processo votando em favor do mandato de quatro anos, porque também o Presidente da República, em cadeia nacional de rádio e televisão, ao encaminhar ao Congresso a referida mensagem, disse que o seu mandato deveria ser esse e, assim como Tancredo Neves, que se submeteria ao mandato a ser fixado pela Assembléia Nacional Constituinte. Ao fazer essa afirmação S. Ex.<sup>a</sup> deixou implícito que a Assembléia Nacional Constituinte poderia até fixar um período menor.

Ouçoo o nobre Constituinte Arnaldo Faria de Sá, e depois concluirei, Sr. Presidente.

**O SR. CONSTITUINTE ARNALDO FARIA DE SÁ:** –

Pediria ao nobre Constituinte que, antes de entregar esse documento à Mesa, providenciasse tantas cópias quantas necessárias para distribuir a todos os membros não apenas da Comissão de Sistematização, mas a todos os demais Constituintes, para que dele tomem conhecimento, até porque, lamentavelmente, esta brilhante comunicação de V. Ex.<sup>a</sup> está caindo no vazio já que o sistema de som desta Casa não está ligado, e quem está nos gabinetes ou nos corredores não se está inteirando da informação prestada por V. Ex.<sup>a</sup>. Parece até que o fato foi adrede preparado, existindo algo para torpedear esse projeto de decisão. Sinceramente, nobre Constituinte Paulo Ramos, não me sinto derrotado, como V. Ex.<sup>a</sup> e outros Srs. Constituintes não se sentem derrotados. Na verdade, quem deve sentir-se derrotado, a partir deste momento, é todo o povo brasileiro, vergonhosamente prostrado por atitudes lamentáveis tomadas, é verdade, em espaço restrito. Mas atitudes como as de V. Ex.<sup>a</sup> devem ter a publicidade necessária, devem extravasar e chegar ao conhecimento do povo brasileiro. Se o povo não pode cassar o voto que outorgou a algum daqueles que esperava fosse defendê-lo, terá a oportunidade de, no próximo pleito, saber em quem está votando, saber que aquele que conquistou o mandato popular o negocia vergonhosamente por mais um cargo, por mais um emprego. É esse o aparte que dou a V. Ex.<sup>a</sup>, depois de saber que a Presidência da Comissão de Sistematização não foi ouvida, mas algum funcionário subalterno desta Casa, que se intimidou, e certamente muitos outros estão intimidados. V. Ex.<sup>a</sup> não está intimidado, também não estou intimidado, alguns Srs. Constituintes aqui não estão intimidados, mas a intimidação é grande e muitos estão a serviço dessa intimidação.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – Agradeço ao nobre Constituinte o aparte.

Concedo, rapidamente, à nobre Constituinte Cristina Tavares o aparte, com muita honra.

(DURANTE O DISCURSO DO CONSTITUINTE PAULO RAMOS REASSUME A PRESIDÊNCIA O SR. CONSTITUINTE ALUIZIO CAMPOS.)

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Comunico ao nobre orador que o seu tempo está esgotado.

**A SRA. CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES:** – Não poderia deixar, com sua permissão, Sr. Presidente, de fazer um rápido registro, dizendo que o Constituinte Paulo Ramos, ao ocupar esta tribuna, o faz em um momento histórico. Os Parlamentares que foram aos Estados Unidos a convite do governo americano, pessoas das mais insuspeitas posições políticas e ideológicas, voltaram afirmando que a desnacionalização da economia brasileira, a brutal corrupção que está ocorrendo, os gastos do deságio só são defendidos aqui, neste País. Nos Estados Unidos, Deputados, Senadores e até membros do Executivo sabem que se está cometendo um crime contra o Brasil. E se isto teve um paradeiro, recentemente, há duas semanas, foi em virtude do projeto de S. Ex.<sup>a</sup>. Queria, ao dar-lhe este aparte, associar-me ao bravo e patriótico projeto que V. Ex.<sup>a</sup> apresentou na Assembléia Nacional Constituinte.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – Encerro, Sr. Presidente, respondendo, primeiro, ao nobre Constituinte Arnaldo Faria de Sá que o povo brasileiro ainda não foi derrotado e, mesmo sofrendo as amarguras de todos os sacrifícios que lhe são impostos, de todo o sacrifício de um modelo econômico desnacionalizante, exportador, corrupto e até repressor, ainda está nas ruas, não perdeu a sua fibra e espera que os membros da Assembléia Nacional Constituinte cumpram os compromissos assumidos em praça pública. Que os membros da Assembléia Nacional Constituinte compreendam que 1987 é o ano da Constituinte e o de 1988 há de ser o ano da conclusão

desse ciclo, há de ser o ano do encerramento do regime autoritário, com a escolha, pelo voto direto e secreto, do primeiro mandatário da Nação: 1987, Constituinte, 1988, eleições diretas.

Quero dizer à Constituinte Cristina Tavares que estamos conscientes de que está sendo desencadeado um sério processo para a desnacionalização da nossa economia, e estou convencido de que hoje, não só em relação ao compromisso pelas eleições diretas em 1988 como também em relação a uma luta que todos vamos travar, independentemente de sigla partidária, todos nós de todos os partidos estaremos juntos para lutar pela soberania nacional, preservando os interesses do povo brasileiro. O compromisso é nosso, o compromisso é de toda a geração de 1987, mas o compromisso maior é que todos os Constituintes, mesmo divergindo de posição, se unam quando estão em jogo os interesses nacionais e a soberania nacional. Muito obrigado. (Palmas.)

**O SR. CONSTITUINTE HAROLDO LIMA:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Com a palavra o nobre Constituinte Haroldo Lima para uma questão de ordem.

**O SR. CONSTITUINTE HAROLDO LIMA:** – Sr. Presidente, há poucos instantes o Constituinte Arnaldo Faria de Sá encaminhou à Mesa um requerimento solicitando que as campanhas fossem acionadas nos gabinetes para permitir que os diversos Parlamentares que estão na Casa se sentissem convocados a participar desta reunião da Comissão de Sistematização.

Foi também requerido que o sistema de som fosse acionado com esse mesmo objetivo. Eu mesmo estava no meu gabinete, na expectativa de ser chamado e aqui vir de imediato. Mas achei que estava demorando, e resolvi aqui vir sem que o som fosse acionado. Ao chegar aqui, tomei conhecimento de que o Presidente em exercício havia deferido o pedido do Constituinte Arnaldo Faria de Sá, ou seja, havia acolhido o requerimento encaminhado há poucos instantes.

Eis que tomo conhecimento de que os mecanismos da administração interna da Câmara resolveram não acatar a deliberação do Presidente da Comissão de Sistematização, posto que não havia autorização superior.

Sr. Presidente, estamos sendo muito chacoteados nesta Casa. Não podemos admitir que, de repente, funcionários, mesmo sendo graduados, deliberem dizendo não contar com ordem superior à do Presidente da Comissão de Sistematização. Isso é muito grave.

Apelo a V. Ex.<sup>a</sup> para que, de pronto, interfira pessoalmente na questão e providencie que a decisão tomada ainda há pouco pelo Constituinte Brandão Monteiro seja posta em execução, não permitindo que nenhum funcionário desta Casa insubordine-se às decisões tomadas pelos órgãos deliberativos da Constituinte.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Informo a V. Ex.<sup>a</sup> que o requerimento há pouco apresentado ao Constituinte Brandão Monteiro, quando na Presidência, já foi V. Ex.<sup>a</sup> que o requerimento há pouco apresentado ao Constituinte. Iremos reiterar providências para que as reuniões da Comissão de Sistematização sejam transmitidas como as sessões das duas Casas do Congresso Nacional.

**O SR. CONSTITUINTE ARNALDO FARIA DE SÁ:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem. Sou o autor do requerimento. Certamente não adianta esperar burocraticamente pela decisão. Toma-se a decisão ou não, ou, ainda, suspende-se a sessão. Se esperarmos o encaminhamento do ofício, a que horas chegará esta decisão? V. Ex.<sup>a</sup> manda ou não? Tem poder ou não?

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Estou comunicando a V. Ex.<sup>a</sup> que a decisão já foi tomada. Mas, pelo Regimento da Assembléia Nacional Constituinte, dispõe a Presidência da Comissão do poder de solicitar ao Presidente da Constituinte a determinação das providências. Isso será feito mais uma vez. A solicitação já foi feita, apenas vou reiterá-la. Posso assegurar a V. Ex.<sup>a</sup> que as providências serão adotadas para preservar a autoridade da Mesa da Comissão de Sistematização.

**O SR. CONSTITUINTE ARNALDO FARIA DE SÁ:** – Gostaria de saber de V. Ex.<sup>a</sup> em qual artigo se ampara a decisão de V. Ex.<sup>a</sup>. Onde, no Regimento Interno da Constituinte, está escrito que depende de autorização a ligação do som? Não entendo em que se ampara a informação de V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – O Regimento dispõe que o Presidente da Assembléia Nacional Constituinte...

**O SR. CONSTITUINTE ARNALDO FARIA DE SÁ:** – Qual o artigo?

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – ...é que solicitará às duas Casas do Congresso Nacional, à Câmara e ao Senado, que materialmente dêem cobertura aos trabalhos da Constituinte.

**O SR. CONSTITUINTE ARNALDO FARIA DE SÁ:** – Gostaria de que V. Ex.<sup>a</sup> consultasse o Regimento, pois desejaria saber em qual artigo se embasa a informação de V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – V. Ex.<sup>a</sup> será informado do artigo a que se refere a matéria.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ MARIA EYMAEL:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> apalavra, para uma questão de ordem.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ MARIA EYMAEL:** – Sr. Presidente, desejo informar à Presidência que dentro de instantes estaremos entregando à Mesa – e já o fazemos, neste momento, verbalmente, com base no parágrafo único do art. 12 – requerimento a ser submetido à decisão do Plenário da Comissão de Sistematização, solicitando que os nossos trabalhos, a partir deste momento, possam ser transmitidos pelo serviço de som do Congresso Nacional.

Gostaria de ouvir a resposta à questão de ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – O requerimento apresentado já foi encaminhado ao Presidente Ulysses Guimarães.

**O SR. CONSTITUINTE HAROLDO LIMA:** – Sr. Presidente, para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra, para uma questão de ordem.

**O SR. CONSTITUINTE HAROLDO LIMA:** – Sr. Presidente, peço desculpas a V. Ex.<sup>a</sup> por retornar ao assunto, mas estamos desejosos apenas de que a Comissão de Sistematização funcione democraticamente. O que queremos não é que sejam aprovados quatro ou cinco anos de mandato do Presidente da República, mas apenas que sejam convocados os Parlamentares que se encontram na Casa para aqui comparecerem. Que a Presidência tome a iniciativa devida, para que sejam convocados ao Plenário.

Se V. Ex.<sup>a</sup> me permite, a providência adotada é tão demorada que, quando for feita a convocação, já não existirá tempo útil para que aqui cheguem e deliberem como queremos. Esperamos que a Comissão de Sistematização, através da Presidência da V. Ex.<sup>a</sup>, tome decisão

enérgica a respeito do assunto. O que está posto em causa é a questão de autoridade.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – O requerimento encaminhado por V. Ex.<sup>a</sup> foi deferido às 10 h 15 min. Foi suspensa a reunião e feita a convocação para os membros da Comissão comparecerem ao Plenário.

Não podemos é continuar interrompendo a reunião para dar número, o que não foi observado pelos membros da Comissão.

A convocação já foi feita pelos alto-falantes durante cinco minutos.

**O SR. CONSTITUINTE HAROLDO LIMA:** – Informo a V. Ex.<sup>a</sup> que o serviço de som, até agora, não foi ligado e, a esta altura, segundo diz V. Ex.<sup>a</sup>, contra sua posição. Mais do que isso, informo a V. Ex.<sup>a</sup> que acabo de chegar de lá, de conversar com diversos Parlamentares, e deliberando-se independentemente da posição de V. Ex.<sup>a</sup>, o serviço de som não está ligado.

Apelo a V. Ex.<sup>a</sup> para que tome consciência de que a Casa está sendo desmoralizada. O Presidente da Comissão de Sistematização delibera – V. Ex.<sup>a</sup> agora acaba de fazê-lo – no sentido de que o serviço de som convoque os Parlamentares, simplesmente para dar **quorum**. Mas este mesmo serviço de som não é acionado, na minha opinião, por uma sabotagem direta, para impedir que haja **quorum** e que se votem as matérias que queremos deliberar com autoridade e autonomia. Apelo a V. Ex.<sup>a</sup> para que, imbuído do desejo de manter elevada a dignidade desta Casa, reitere a decisão no sentido de que o serviço de som seja ligado imediatamente.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A única coisa que a Presidência pode fazer, para atender a V. Ex.<sup>a</sup>, é suspender a reunião até que o serviço de som, para transmitir os trabalhos da Comissão, seja acionado. Se V. Ex.<sup>a</sup> concordar com a providência e subscrever requerimento neste sentido, suspenderei a reunião.

Realmente, constitui desrespeito à Comissão de Sistematização a não transmissão dos seus trabalhos. Concorro com V. Ex.<sup>a</sup> (Palmas.)

**O SR. CONSTITUINTE ARNALDO FARIA DE SÁ:** – Pela ordem, Sr. Presidente. Insisto, novamente sobre a decisão de V. Ex.<sup>a</sup>, quanto à questão de ordem levantada por mim – em que V. Ex.<sup>a</sup> diz que a Presidência da Assembléia Nacional Constituinte é que deve decidir sobre o serviço de som. Consulte o Regimento e não consta de qualquer artigo, item, subitem ou parágrafo, a informação dada por V. Ex.<sup>a</sup>.

Lamentável é que discussão da mais alta importância que se trava nesta Casa esteja circunscrita apenas ao Plenário. Lá fora, nos corredores ou nos gabinetes, não se escuta o que aqui se está discutindo. Certamente isso é uma vergonha para esta Casa e para quem decide, por não decidir-se.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – O Regimento da Câmara dos Deputados aplica-se supletivamente ao da Constituinte e dispõe, no art. 17, que são atribuições do Presidente, além das expressas no Regimento, ou que decorram da natureza de suas funções e prerrogativas, autorizar a divulgação das sessões.

Mas tenho lembrança – porque a assessoria não me está indicando, infelizmente – de que no próprio Regimento da Constituinte está escrito que os Presidentes da Câmara e do Senado atenderão as solicitações do Presidente da Constituinte para o funcionamento normal da Assembléia Nacional Constituinte. Assim, tendo em vista esse amplo poder que se concede ao Presidente, que por coincidência, é também o Presidente da Câmara dos Deputados, podemos apenas, numa atitude de protesto con-

tra a não divulgação, suspender a reunião para só recomeçá-la quando o serviço de som estiver funcionando. Isso posso fazer, desde que algum Constituinte formule requerimento escrito neste sentido.

**O SR. CONSTITUINTE ARNALDO FARIA DE SÁ:** – Sr. Presidente, formularei o requerimento, até por que, pelo que me consta, esta é uma reunião da Constituinte e não de macumba. Encaminharei o requerimento.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – V. Ex.<sup>a</sup> encaminhe o requerimento que a Presidência atenderá, suspendendo a reunião, até que seja providenciada a divulgação, pelos alto-falantes, dos seus trabalhos.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ MARIA EYMAEL:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem a palavra V. Ex.<sup>a</sup>, pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ MARIA EYMAEL:** – Sr. Presidente, agradeço a V. Ex.<sup>a</sup> a deferência da palavra para uma questão de ordem. Entregamos nas mãos de V. Ex.<sup>a</sup>, neste momento, o seguinte requerimento:

"Senhor Presidente:

Com base no parágrafo único do art. 12 do Regimento Interno da Comissão de Sistematização, solicito a Vossa Excelência que submeta à decisão do Plenário o seguinte requerimento:

– Considerando a importância, o significado e a necessária integração de todos os membros da Assembléia Nacional Constituinte com os trabalhos da Comissão de Sistematização;

– Considerando que o Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte nada dispõe em contrário;

– Considerando os interesses maiores da Nação e de brasilidade, decide o Plenário da Comissão de Sistematização, que os seus trabalhos sejam transmitidos através do serviço de som do Congresso Nacional."

Solicito a V. Ex.<sup>a</sup> que coloque em votação a proposição.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Informo a V. Ex.<sup>a</sup> que já foi transmitido ao Presidente Ulysses Guimarães, assinado pelo Constituinte Brandão Monteiro, o seguinte ofício:

"Ofício nº P-053/87.

Brasília, 13 de agosto de 1987

Senhor Presidente:

As reuniões plenárias da Comissão de Sistematização têm-se realizado ora no Plenário da Câmara dos Deputados, ora no Plenário do Senado Federal, por serem as únicas instalações adequadas e disponíveis aos nossos trabalhos.

Nesta fase da elaboração dos trabalhos constitucionais, é inegável a significação dos debates que vimos realizando, porquanto muito do que aqui foi discutido e votado terá peso nas decisões da própria Assembléia Nacional Constituinte.

Ocorre que, reunida nesses plenários, os debates da Comissão não estão sendo transmitidos pelo serviço de som que serve às demais instalações e dependências da Casa, sobretudo os Gabinetes Parlamentares.

Desta forma, atendendo a veementes apelos dirigidos pelo Plenário deste Órgão a esta Presidência, vimos solicitar a urgente autorização de V. Ex.<sup>a</sup> para que, a partir desta data, inclusive a presente reunião, sejam transmitidos os traba-

lhos plenários pelo serviço de som desta Assembléia a todas as suas dependências.

Agradecendo as determinações de V. Ex.<sup>a</sup>, reiteramos nossos protestos de apreço e distinta consideração. – Constituinte **Brandão Monteiro**, 2º Vice-Presidente, no exercício da Presidência."

Mesmo sem submeter ao plenário o assunto, a Mesa já tomou a decisão de solicitar ao Presidente da Constituinte e da Câmara dos Deputados a ligação do serviço de som para essa finalidade. O que posso fazer é suspender a reunião, atendendo a requerimento do autor do Projeto de Decisão nº 6, Constituinte Arnaldo Faria de Sá. Logo que o receba, tomarei essa providência.

Concedo a palavra ao Constituinte José Maria Eymael.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ MARIA EYMAEL:** – Sr. Presidente, de acordo com o Regimento Interno da Comissão de Sistematização, apresentado um requerimento à Mesa, regimentalmente amparado, este requerimento deve ser submetido a plenário. É fundamental que esta seja uma decisão da Comissão de Sistematização. A Mesa entendeu assim, neste momento, e poderá entender de forma diferente em outra ocasião.

**O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO MONTEIRO:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO MONTEIRO:** – É lamentável esse acontecimento aqui na Assembléia Nacional Constituinte. Quando discutíamos – e, talvez, não seja agora o momento de se lembrar o fato – a questão da Presidência da Constituinte e da Presidência da Câmara dos Deputados, em que defendíamos houvesse um outro Presidente, a Casa entendeu de forma diversa. Nós o lamentamos, pela importância de que se reveste a Comissão de Sistematização. Relembro, inclusive, a grande luta que houve, nos partidos, para que os Constituintes viessem a figurar na Comissão de Sistematização. Deferimos o requerimento. Mas o Secretário-Geral da Mesa da Câmara dos Deputados – agora, também, da Constituinte – declara que só tomará a providência com ordem expressa do Sr. Presidente. É o fim da Comissão de Sistematização. Se o Constituinte Ulysses Guimarães ficar doente, a Constituinte não funcionará. Esse é o problema. Acho que temos de tomar uma decisão. Para suspender a reunião, penso – se assim entender V. Ex.<sup>a</sup> – que deveremos resguardar o prazo do projeto de decisão, que é estritamente fatal, de acordo com o Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Nobre Constituinte Brandão Monteiro, V. Ex.<sup>a</sup>, como eu, é membro da Mesa da Comissão de Sistematização. E, se estamos de acordo em que esta providência seja tomada, poderemos, então, tomá-la. Convoco a colaboração de V. Ex.<sup>a</sup> para isso, ou seja, no sentido de nos dirigirmos diretamente aos órgãos administrativos da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, solicitando que a transmissão seja feita. Mas acontece que V. Ex.<sup>a</sup> já encaminhou ofício ao Presidente Ulysses Guimarães e, desta forma temos o dever ético de aguardar a resposta de S. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE SÓLON BORGES DOS REIS:** – Sr. Presidente, este episódio não é tão superficial como parece. Ele é altamente significativo porque estão em causa a autonomia e a autoridade de cada Constituinte da própria Assembléia Nacional Constituinte, no seu todo, e também dos órgãos que a compõem. Não podemos – e este episódio é altamente significativo – submeter-nos, por mais brilhante, capaz e prestigiado que seja o Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, a quem rendo minhas homenagens, pela sua vida pública e pelo seu mérito, ao seu poder unipessoal.

A Nação já se encontra sob o tacão do poder unipessoal na área do Executivo, onde o Governo federal, ditatorialmente, no regime presidencialista em que nos encontramos, usa e abusa de suas prerrogativas, põe e dispõe sobre os destinos do povo e da Nação. Esta Constituinte, com o mandato popular que lhe foi outorgado e a alta responsabilidade que tem, não pode aceitar o que ocorre com o Poder Executivo, onde o regime presidencialista outorga, a uma única pessoa o poder sobre tudo e todos.

Acho que o deslinde da questão de ordem levantada perante V. Ex.<sup>a</sup> tem muita extensão e profundidade, porque vai revelar o grau de independência com que atuam os parlamentares, os órgãos da Constituinte e a própria Constituinte. Não se trata de fato esporádico, mas, sim, de uma passagem altamente significativa, pois a decisão da questão de ordem irá revelar se vamos continuar submissos a um poder unipessoal ou não. Já na VIII Comissão Temática, para se tomarem decisões de ordem interna, foi preciso procurar, *urbi et orbe*, onde se encontrava o Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, porque, sem seu beneplácito, sem o seu "faça-se", sem o seu *nihil obstat* nada se poderia fazer naquela Comissão. Espero que esta Comissão, a de mais alta responsabilidade na Assembléia Nacional Constituinte, faça deste episódio a oportunidade para, erguendo a cabeça e assumindo suas responsabilidades, negar-se a submeter-se ao poder unipessoal do Presidente da Assembléia, por mais respeitável, brilhante, querido, estimado e aplaudido que S. Ex.<sup>a</sup> seja.

**O SR. CONSTITUINTE NILSON GIBSON:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma reclamação.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Concedo a palavra a V. Ex.<sup>a</sup> para uma reclamação.

**O SR. CONSTITUINTE NILSON GIBSON:** – Sr. Presidente, segundo o inciso X do art. 4º, combinado com o art. 13 do Regimento Interno desta Comissão, é permitida a reclamação, desde que fundamentada.

Inscrevi-me para discutir a matéria, como já o havia feito na reunião anterior e já que esta sessão era a continuação da passada. V. Ex.<sup>a</sup> determinou que, de acordo com o art. 20, eu não poderia voltar a discutir a mesma matéria, renovar meu pronunciamento. Evidentemente, eu me curvei à decisão da Mesa. Posteriormente, o Constituinte que assumiu os trabalhos, em substituição a V. Ex.<sup>a</sup>, apesar do meu protesto, permitiu que o ilustre Constituinte Paulo Ramos, que iniciou a discussão da matéria, voltasse a discuti-la. Fiz o reclamo e esclareci ao nobre orador que estava na tribuna que S. Ex.<sup>a</sup> contrariava disposição regimental. Infelizmente, não fui atendido.

Peço, então, a V. Ex.<sup>a</sup> que firme ponto de vista, nesta Comissão, sobre se é ou não possível o mesmo Constituinte discutir a mesma matéria seguidas vezes. Peço a V. Ex.<sup>a</sup> que verifique o assunto, para fim de se uniformizar a matéria.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Vou decidir a matéria encaminhada pelo Constituinte José Maria Eymael. S. Ex.<sup>a</sup> pede seja submetida ao Plenário a proposta de transmissão dos trabalhos da Comissão pelo serviço de som do Congresso Nacional. Mas acontece que, quando presidida esta sessão, Constituinte Brandão Monteiro já decidiu encaminhar ao Presidente da Constituinte uma solicitação de providência nesse sentido. Desta feita, portanto, decido que esse requerimento está prejudicado, uma vez que o objetivo já foi atingido. Não há, pois, necessidade da aprovação do Plenário. É uma providência de ordem administrativa. Se o objetivo é esse – e quanto a isso já me manifestei favoravelmente –, peço a V. Ex.<sup>a</sup> que atenda a esta solicitação da Mesa de retirar o requerimento, porque este não tem mais razão.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ MARIA EYMAEL:** – Ouvi com muita atenção as ponderações de V. Ex.<sup>a</sup>, aliás,

sempre judiciosas. Ocorre, Sr. Presidente, que esta é uma matéria de fundo, e entendo que a reunião não deve ser suspensão, porque a providência já foi tomada.

Com relação ao requerimento, Sr. Presidente, devo dizer que ele tem uma extensão muito maior, porque se projeta no futuro. O que buscamos com esse requerimento não é atender ao incidente fático de agora, mas estabelecer para a Comissão de Sistematização uma norma do seu Plenário que independa de decisão da Mesa.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A Mesa atende a solicitação de V. Ex.<sup>a</sup>, e, como se trata de providência administrativa, decide atendê-la sem consultar o Plenário. Não vejo conveniência em submeter à decisão do Plenário a medida que V. Ex.<sup>a</sup> propõe e que a Mesa está atendendo de pronto, exatamente para acelerar sua execução.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ MARIA EYMAEL:** – Aceitamos esta decisão.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem a palavra o Constituinte Carlos Sant'Anna, pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Sr. Presidente, são dois fatos distintos que estão sendo colocados aqui e que devem ser salientados. V. Ex.<sup>a</sup> suspendeu a sessão por cinco minutos para que os demais membros da Comissão fossem convocados pelos alto-falantes a acorrerem ao Plenário da Câmara, porque estamos reunidos. Decerto houve a convocação pelo serviço de som. O outro fato é o seguinte: os trabalhos da Comissão de Sistematização não estão sendo irradiados para os gabinetes pelo Serviço de som, simplesmente, Sr. Presidente, porque nunca o foram – nem os da Comissão de Sistematização nem os de nenhuma outra Comissão. O que a Mesa da Assembléia Nacional Constituinte determinou é que somente os trabalhos Plenário da Assembléia Nacional Constituinte seriam transmitidos para os gabinetes pelo serviço de som. Portanto, essa regalia, esse privilégio a Mesa da Assembléia Nacional Constituinte decidiu não estender aos trabalhos das Comissões.

Sou favorável a que se atenda ao requerimento do ilustre Constituinte e que esta Comissão faça o pleito ou decida que, pela sua importância, suas reuniões sejam transmitidas pelo serviço de som para todos os gabinetes todas as vezes que, tecnicamente, isso possa acontecer. Agora, o que não se pode dizer é que hoje, agora, neste momento, esteja havendo uma manobra para que o som deste Plenário, aqui e agora, não seja ouvido nos gabinetes. Nunca o foi! Isso nunca aconteceu! Nenhuma vez a reunião da Comissão de Sistematização foi retransmitida para todos os gabinetes.

Faço estas observações, ressaltando a importância da questão de determinarmos que essa irradiação seja feita, uma vez que até agora a Comissão de Sistematização tem-se reunido sem que haja a transmissão de seus trabalhos pelo serviço de som.

**O SR. CONSTITUINTE ARNALDO FARIA DE SÁ:** – Sr. Presidente, gostaria de fazer uma observação.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Desejo esclarecer ao Constituinte Carlos Sant'Anna que seu ponto de vista coincide com o da maioria das manifestações. O que se está solicitando é que, a partir disto dada a importância que terá o trabalho da Comissão de Sistematização – na verdade, ela irá funcionar, até a apresentação de substitutivo do Relator, como um segundo Plenário da Assembléia Nacional Constituinte –, seus trabalhos serão adiados.

A Presidência irá encerrar esta sessão e só retomará os trabalhos depois de conhecer o ponto de vista do Presidente da Câmara dos Deputados e da Assembléia Nacional Constituinte...

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE ARNALDO FARIA DE SÁ:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Em resposta ao ofício do eminente Segundo-Vice-Presidente, Constituinte Brandão Monteiro.

Declaro encerrada a reunião.

### 16ª Reunião Extraordinária

Aos quatorze dias do mês de agosto do ano de mil novecentos e oitenta e sete, às quinze horas e trinta e seis minutos, no Plenário da Câmara dos Deputados, reuniu-se a Comissão de Sistematização, sob a Presidência do Senhor Constituinte Nelson Carneiro, na forma regimental, art. 6º, parágrafo único, RI-ANC, presentes os seguintes Senhores Constituintes: Ademir Andrade, Aloysio Chaves, Aluizio Campos, Antonio Carlos Konder Reis, Arnaldo Prieto, Carlos Sant'Anna, Christóvam Chiaradia, Cid Carvalho, Eraldo Tinoco, Francisco Rossi, Gerson Peres, Haroldo Sabóia, Inocêncio Oliveira, João Calmon, José Freire, José Geraldo, José Lins, José Ulisses de Oliveira, Luis Eduardo, Lysâneas Maciel, Manoel Moreira, Mário Lima, Nilson Gibson, Oscar Corrêa, Pimenta da Veiga, Plínio de Arruda Sampaio, Prisco Viana, Raimundo Bezerra, Rodrigues Palma, Sigmaringa Seixas, Siqueira Campos, Virgildásio de Senna, Aldo Arantes, Bocayuva Cunha, Délio Braz, Enoc Vieira, Israel Pinheiro, João Natal, José Carlos Grecco, José Costa, José Genoíno, José Tinoco, Octávio Elísio, Ottomar Pinto, Paes Landim e Vicente Bogo. Estiveram presentes, ainda, os Senhores Constituintes: Adroaldo Streck, Jutahy Júnior, Ivo Lech, Matheus Iensen e Átila Lira. Deixaram de comparecer os Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Adolfo Oliveira, Afonso Arinos, Alcení Guerra, Alfredo Campos, Almir Gabriel, Antonio Farias, Antonio Carlos Mendes Thame, Artur da Távora, Bernardo Cabral, Brandão Monteiro, Carlos Chiarelli, Carlos Mosconi, Celso Dourado, Cristina Tavares, Darcy Pozza, Edme Tavares, Egídio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Gasparian, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Lyra, Francisco Benjamin, Francisco Dornelles, Francisco Pinto, Gastone Righi, Haroldo Lima, Ibsen Pinheiro, Jamil Haddad, João Herrmann Neto, Joaquim Bevilacqua, José Fogaça, José Ignácio Ferreira, José Jorge, José Luiz Maia, José Maurício, José Paulo Bisol, José Richa, José Santana de Vasconcellos, José Serra, José Thomaz Nonô, Luiz Inácio Lula da Silva, Marcondes Gadelha, Mário Assad, Nelson Jobim, Milton Reis, Nelton Friedrich, Osvaldo Coelho, Osvaldo Lima Filho, Paulo Pimentel, Paulo Ramos, Renato Vianna, Ricardo Fiúza, Roberto Freire, Sandra Cavalcanti, Severo Gomes, Theodoro Mendes, Virgílio Távora e Wilson Martins. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, convidando o Senhor Constituinte Nilson Gibson para substituir o Relator, Constituinte Bernardo Cabral, na leitura de seus pareceres durante a reunião. Na pauta dos trabalhos constaram as seguintes matérias: 1 – Parecer do Relator, Constituinte Bernardo Cabral, opinando pela rejeição ao Projeto de Resolução nº 15/87 (ANC), do Senhor Constituinte Virgílio Guimarães, que "disciplina a consulta plebiscitária prevista nos arts. 59 e 61 da Resolução nº 2, de 1987, da Assembléia Nacional Constituinte (Regimento Interno)". 2 – Pareceres do Relator, Constituinte Bernardo Cabral, opinando favoravelmente ao recebimento das seguintes Propostas de Emendas Populares: nº 45/87 – Proteção do Consumidor; nº 49/87 – Ensino Público Gratuito; nº 50/87 – Saúde e Reforma Sanitária; nº 51/87 – Regime de Governo; nº 52/87 – Reforma Agrária, Política Agrícola e Fundiária; nº 53/87 – Reforma Agrária e Política Agrícola; nº 54/87 – Direito dos Trabalhadores;

nº 55/87 – Ordem Econômica e Social; nº 56/87 – Participação Popular; nº 59/87 – Pensionistas e Aposentados da Previdência Social; nº 60/87 – Administração das Empresas; nº 61/87 – Proventos de Aposentadoria; nº 62/87 – Imposto de Renda; nº 63/87 – Reforma Urbana; nº 64/87 – Direito da Criança e do Adolescente; nº 65/87 – Saúde da Mulher; nº 66/87 – Direitos dos Trabalhadores; nº 67/76 – Criação do Estado do Triângulo; nº 68/87 – Desenvolvimento Regional; nº 71/87 – Sistema Nacional de Saúde; nº 77/87 – Excepcionais; nº 80/87 – Dívida Externa; nº 82/76 – Estabilidade no Emprego; nº 83/87 – Ensino Gratuito. O Senhor Presidente, a seguir, comunicou que foram indeferidas as seguintes Propostas de Emendas Populares, por não atenderem a requisitos essenciais fixados no Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte: nº 48/87 – Ciência, Tecnologia e Comunicação; nº 58/87 – Escolas Comunitárias; nº 69/87 – Excepcionais; nº 73/87 – Creche; nº 74/87 – Direitos do Trabalhador; nº 75/87 – Poder Judiciário; nº 76/87 – Reforma Agrária; nº 78/87 – Direito à Vida; nº 79/87 – Serviço Público Federal; nº 81/87 – Arte. Com a palavra, o Senhor Constituinte José Genoíno expressou, em seu nome e no da Liderança do Partido dos Trabalhadores (PT), manifestações de pesar pelo falecimento do jornalista Cláudio Abramo, dirigindo-as aos seus familiares, aos jornalistas e ao jornal **Folha de S. Paulo**, "pelo papel que o profissional desenvolveu na imprensa brasileira, com exemplos de dignidade, coragem e amor à verdade". O Senhor Presidente, Constituinte Nelson Carneiro, reportando-se ao fato, disse que a Mesa da Comissão acreditava, naquele momento, interpretar o pensamento de todo o Colegiado ao acolher o voto de pesar que manifestava José Genoíno, porque "todos os que acompanharam a trajetória do jornalista desaparecido, Cláudio Abramo, a sua imparcialidade, a capacidade de apreender os fatos e expor as divergências e convergências que marcam a vida pública brasileira, hão de estar, neste momento, partilhando do mesmo sentimento expresso pelo ilustre representante de São Paulo". Em seguida, o Senhor Constituinte Ivo Lech, referindo-se à Proposta de Emenda Popular nº 112/87, sobre "a medicina alternativa natural", apelou para que fosse a mesma recebida, como emenda popular, mesmo não atendendo a requisito essencial à sua tramitação (insuficiência do número de assinaturas exigidas), tendo apresentado requerimento juntando lista de assinaturas de Constituintes. Sobre o assunto, o Senhor Presidente, Constituinte Nelson Carneiro, informou que encaminharia a solicitação ao titular do cargo, Constituinte Afonso Arinos, para a competente apreciação. Em prosseguimento à reunião, o Senhor Constituinte Enoc Vieira solicitou a inversão na ordem das matérias em pauta, com vistas a possibilitar fossem apreciados, preliminarmente, os pareceres do Senhor Relator, Constituinte Bernardo Cabral, opinando favoravelmente ao recebimento das propostas de emendas populares, tendo o Senhor Presidente, com a aquiescência do Plenário, atendido ao pleito, fazendo, em seguida, a leitura das matérias a serem apreciadas na reunião, e colocando para votação, pelo processo simbólico, os referidos pareceres pelo recebimento daquelas propostas, os quais foram aprovados, unanimemente. Prosseguindo, o Senhor Constituinte Nilson Gibson, com a palavra na condição de designado pela Presidência para a leitura do parecer do Relator, fez a exposição da matéria que concluiu opinando contrariamente à aprovação do Projeto de Resolução nº 15/87 (ANC), bem como das emendas a ele oferecidas. Discutiram a matéria os Senhores Constituintes José Genoíno e Carlos Sant'Anna. Esgotada a lista de oradores, encerrou-se a discussão do assunto e, não havendo número suficiente à sua votação, o Senhor Presidente convocou reunião extraordinária para o dia dezessete do corrente mês, às dezenove horas, no Plenário da Câmara dos Deputados, destinada à votação do projeto

cujas discussões se encerrou, bem como dos pareceres do Relator sobre o recebimento das últimas propostas de emendas populares. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião às dezesseis horas e trinta e três minutos. O inteiro teor desta reunião foi gravado, devendo ser publicado no **Diário da Assembléia Nacional Constituinte** e constituir-se na Ata circunstanciada dos trabalhos. E, para constar, eu, Maria Laura Coutinho, Secretária, lavrei a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro):** – Havendo número regimental, declaro aberta a presente reunião.

Convido, na ausência do Relator Bernardo Cabral, para ocupar a cadeira respectiva, o Constituinte Nilson Gibson.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro):** – Tem a palavra o Sr. Constituinte José Genoíno.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Sr. Presidente, pela ordem, desejo expressar aqui, em nome da Liderança do Partido dos Trabalhadores, os nossos pesares, as nossas lamentações, a nossa dor pelo falecimento do companheiro jornalista Cláudio Abramo. Estendemos os nossos pesares aos seus familiares, aos jornalistas, ao jornal **Folha de S. Paulo**. Entendemos que o papel de Cláudio Abramo na Imprensa brasileira foi um exemplo de dignidade, de coragem, de amor à verdade.

Todas as suas colunas no jornal **Folha de S. Paulo** expressavam uma opinião imparcial, séria, e, em muitos momentos, através de sua coluna, os leitores brasileiros viam nela um jornalismo independente, um jornalismo que buscava expressar opiniões desvinculadas com os interesses e com o oficialismo.

Lamentamos o falecimento de Cláudio Abramo e achamos que este fato pesa para o conjunto dos jornalistas brasileiros, para o conjunto dos meios de comunicação de massa, que perdem um grande valor, um homem digno, de grande carreira e um exemplo que ficou e ficará marcado na Imprensa brasileira.

A nossa Imprensa tem tido personalidades que marcam sua história. Cláudio Abramo marcou profundamente a Imprensa brasileira e, em especial, a de São Paulo: através de suas colunas representava o perfil de uma atitude democrática e de uma atitude séria. Mesmo os que discordavam de Cláudio Abramo sempre leram as suas colunas com respeito e admiração diante do grande jornalista que foi Cláudio Abramo.

Esse é o comunicado que fazemos, na instalação desta reunião da Comissão de Sistematização, e já expressamos as nossas opiniões aos seus familiares e ao jornal **Folha de S. Paulo**. Muito obrigado. Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro):** – A Mesa acredita interpretar o pensamento de toda a Comissão de Sistematização ao acolher o voto de pesar que acaba de ser manifestado pelo nobre Constituinte José Genoíno. Todos os que acompanharam a trajetória do jornalista Cláudio Abramo, sua imparcialidade, a capacidade de apreender os fatos e expor as divergências e as convergências que marcam a vida pública brasileira, hão de estar, nesse momento, partilhando do mesmo sentimento expresso pelo ilustre representante de São Paulo.

**O SR. CONSTITUINTE IVO LECH:** – Sr. Presidente, apesar de não ser membro desta Comissão, solicito a V. Ex.<sup>a</sup> que me conceda a palavra para breve consideração sobre matéria que considero da maior relevância.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro):** – V. Ex.<sup>a</sup> tem a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE IVO LECH:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, ontem, à noite, foi encaminhada Emenda Popular abordando formas alternativas terapêuticas e de medicina natural que recebeu o nº PE00112-8, com a seguinte redação:

"Art. – O Poder Público assegura o pleno direito de acesso às terapias e métodos alternativos de assistência, preservação e recuperação da saúde, individual e coletiva, através da utilização de modalidades, princípios, métodos e técnicas específicas."

§ 1º É livre o ensino, a pesquisa, a aplicação, o exercício e a organização profissionais de terapias e métodos alternativos de assistência à saúde.

§ 2º A ação própria para garantia desse direito é de rito sumário, inclusive quando se destinar à defesa do meio ambiente.

§ 3º O Estado assegura apoio técnico e financeiro às terapias e métodos alternativos de assistência à saúde."

Se peço a palavra, o faço coerente com os compromissos assumidos não só perante meu eleitorado, como frente a toda a população desatendida, na área de saúde, em especial aquela que vive no meio rural.

Desde o início dos trabalhos desta Constituinte e em todas as fases, seja na Subcomissão ou na Comissão, empunhei com ardor a bandeira em defesa de formas e métodos alternativos e naturais de ações e serviços de saúde.

É fundamental que sejam efetivadas tais ações em nosso Sistema Nacional de Saúde, através de ensino profissionalizante ou universitário, quando for o caso, mas certamente com gastos bem menores do que os despendidos na aquisição de medicamentos, a maioria das vezes responsáveis por intoxicações e efeitos colaterais, típicos infelizmente à alopatia, e que nos são impostos pelas indústrias farmacológicas estrangeiras.

Poderia, é certo, subscrever simplesmente a emenda, na medida em que não preenche as exigências relativamente à parte de assinaturas. Essa subscrição, aliás, tem sido facultada aos Parlamentares, em interpretação justa e de alto significado democrático, pelos insígnies Presidente e Relator desta Comissão de Sistematização. Se me eximo, pois, de fazê-lo, agora, é porque conheço os anseios de quantos representantes de dezenas de entidades e organizações que nos têm procurado (em nome de bem mais do que as meras 30 mil subscrições exigidas) e, assim, sinto-me na obrigação de insistir em seu recebimento como Emenda Popular, nos termos do que entendi ser permitido pelo item III, do art. 24 do Regimento Interno desta Assembléia Nacional Constituinte.

Sei, outrossim, não ser este o momento apropriado para interposição do recurso, posto que, talvez a Emenda Popular ainda não tenha recebido o indeferimento decorrente da falta de cerca de 10 mil assinantes, que me perdoem os ilustres colegas Constituintes. Creio ser procedente, mesmo assim, a questão levantada relativamente ao encaminhamento do anexo requerimento de juntada de mais de 56 assinaturas de Parlamentares.

Por tudo isso, solicito a juntada das anexas assinaturas que, acima de qualquer outra coisa, visam melho-

rar, facilitar e reduzir os custos da medicina em nossa Nação.

Grato, Sr. Presidente e Srs. Constituintes.

#### DOCUMENTO A QUE SE REFERE O CONSTITUINTE IVO LECH EM SEU DISCURSO

Ao Excelentíssimo Senhor Constituinte  
Senador Afonso Arinos  
Presidente da Comissão de Sistematização

#### PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL Nº , DE 1987

Substitua-se o art. 358, do Anteprojeto de Constituição, da Comissão de Sistematização, renumerado no Projeto de Constituição dessa Comissão, pelo que se segue:

Art. – O Poder Público assegura o pleno direito de acesso às terapias e métodos alternativos de assistência, preservação e recuperação da saúde, individual e coletiva, através da utilização de modalidades, princípios, métodos e técnicas específicas.

1º É livre o ensino, a pesquisa, a aplicação, o exercício e a organização profissionais de terapias e métodos alternativos de assistência à saúde.

2º A ação própria para garantia desse direito é de rito sumário, inclusive quando se destinar à defesa do meio ambiente.

3º O Estado assegura apoio técnico e financeiro às terapias e métodos alternativos de assistência à saúde.

Subscrevemos a proposta acima a ser apresentada à Assembléia Nacional Constituinte, nos termos do art. 24, de seu Regimento Interno, como Emenda ao Projeto de Constituição apresentado pela Comissão de Sistematização, sem prejuízo da possibilidade de alguns de seus parágrafos terem sido incorporados a esse projeto.

Nós, Parlamentares da Assembléia Nacional Constituinte, por meio desta, comunicamos a Vossa Excelência nosso recurso e interposição nos termos do art. 24, item III, do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, em favor da emenda supracitada. – Seguem-se assinaturas.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro):** – A Presidência encaminhará ao ilustre Constituinte Afonso Arinos a solicitação de V. Ex.<sup>a</sup>, e certamente S. Ex.<sup>a</sup> decidirá como for de direito.

Muito obrigado a V. Ex.<sup>a</sup> pela comunicação.

**O SR. CONSTITUINTE ENOC VIEIRA:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro):** – Tem a palavra o nobre Constituinte Enoc Vieira, pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE ENOC VIEIRA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, estamos agora iniciando esta reunião para apreciar a pauta que nos foi distribuída. É evidente que não temos ainda o **quorum** necessário para a aprovação de matéria constitucional, os projetos de resolução que versam sobre consulta plebiscitária, que têm sido amplamente defendidos aqui.



Requeiro a V. Ex.<sup>a</sup>, a fim de podermos dar andamento aos trabalhos desta tarde, a inversão da pauta, e poderíamos deliberar sem o **quorum** constitucional, tempo naturalmente necessário, enquanto os demais membros desta Comissão adentrariam neste recinto, e apreciaríamos então a matéria do item 1.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro):** – O requerimento de V. Ex.<sup>a</sup> é deferido.

Antes, porém, de passarmos à finalidade da reunião, devo dar conhecimento à Casa do expediente que há sobre mesa.

(É lido o expediente.)

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro):** – A finalidade da reunião consta da pauta de trabalho, do conhecimento dos ilustres colegas.

Atendendo à solicitação do ilustre Constituinte Enoc Vieira, a Presidência, se assim convier aos colegas e membros desta comissão, vai inverter a Ordem do Dia para que sejam votados simbolicamente os pareceres apresentados pelo Sr. Relator.

As propostas de Emendas Populares que receberam pareceres favoráveis são as de nº 45, 49 a 56, 59 a 71, 77, 80, 82 e 83.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Constituintes que os aprovarem queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovados os pareceres sobre as referidas emendas.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem. (Assentimento do Presidente.)

A Emenda Popular contra a divisão da Bahia não está arrolada entre as que mereceram parecer do Sr. Relator. É bem verdade que há várias emendas no mesmo sentido; inclusive, eu próprio tenho, como Constituinte, emenda neste teor. Ontem o Governador da Bahia e todas as bancadas entregaram ao Presidente 433 mil assinaturas de uma emenda popular.

Elas não estão arroladas aqui. Peço à Secretaria da Comissão que esclareça, por favor. (Pausa.)

Sr. Presidente, vários companheiros estão me avisando que não está sendo esgotada a totalidade das emendas, que há outras mais; portanto, retiro a colocação que fiz.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro):** – As que não constam da presente pauta serão objeto de deliberação na segunda-feira, às 19 h, na reunião que está sendo convocada neste momento.

Tem a palavra o Sr. Constituinte Nilson Gibson para ler o parecer do Relator Bernardo Cabral, sobre o Projeto de Resolução nº 15, de 1987, do ilustre Constituinte Virgílio Guimarães.

**O SR. CONSTITUINTE ENOC VIEIRA:** – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro):** – Pela ordem, tem a palavra o nobre Constituinte Enoc Vieira.

**O SR. CONSTITUINTE ENOC VIEIRA:** – Secundando a minha solicitação anterior, de que houvesse a inversão da pauta para apreciação, em primeiro lugar, dos pareceres

do ilustre Relator, V. Ex.<sup>a</sup> submeteu a apreciação e já a votação o item II, que se refere às emendas que receberam parecer favorável. Mas o item III tem parecer também de S. Ex.<sup>a</sup> o Relator, sobre as propostas que foram indeferidas. Acrescentaria ao meu requerimento anterior que fosse votada também a parte final do parecer do Relator quanto às matérias que não tiveram parecer favorável.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro):** – Na forma regimental, as emendas com parecer contrário do Relator não são postas a votos, porque foram indeferidas. Não houve nem parecer: foram indeferidas pelo Presidente, porque não atenderam aos requisitos regimentais. Figuram aqui apenas para conhecimento dos interessados.

**O SR. CONSTITUINTE ENOC VIEIRA:** – Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro):** – Tem a palavra o Sr. Constituinte Nilson Gibson, para ler o parecer.

**O SR. RELATOR (Nilson Gibson):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, inicialmente, gostaria de agradecer penhoradamente ao ilustre e nobre Constituinte Nelson Carneiro pela honrosa designação para substituir momentaneamente o nobre Relator da Constituinte Bernardo Cabral.

Sr. Presidente, nobres Srs. Constituintes, o parecer apresentado pelo nobre e culto Constituinte Bernardo Cabral, refere-se ao Projeto de Resolução nº 15, de 1987, que "disciplina a consulta plebiscitária prevista nos arts. 59 e 61 da Resolução nº 2, de 1987, da Assembléia Nacional Constituinte (Regimento Interno)".

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 15, DE 1987

**"Disciplina a consulta plebiscitária prevista nos arts. 59 e 61 da Resolução nº 2, de 1987, da Assembléia Nacional Constituinte (Regimento Interno)."**

Autor: Constituinte **Virgílio Guimarães**

Relator: Constituinte **Bernardo Cabral**

Com o presente projeto de resolução, objetiva seu Autor, o nobre Constituinte Virgílio Guimarães, traçar regras sobre consulta plebiscitária destinada à manifestação popular a respeito do texto da redação final do Projeto de Constituição e, ainda, "sobre os temas que forem objeto de requerimentos específicos por parte dos Constituintes."

Ao projeto foram oferecidas três emendas, duas da autoria do Sr. Constituinte Jorge Hage e uma do Sr. Constituinte Adylson Motta.

A consulta plebiscitária ora proposta teria por suporte, consoante expresso na respectiva emenda, disposições pertinentes previstas no Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, especialmente as constantes do seu art. 61.

A nosso entender, a previsão inscrita nesse dispositivo regimental não se presta aos objetivos perseguidos pelo ilustre Constituinte pelo Estado de Minas Gerais, uma vez que, a aceitar a linha de entendimento extraído dessa iniciativa, o mínimo que poderíamos considerar seria a própria negação da soberania da Assembléia Nacional Constituinte para promulgar o novo texto constitucional após haver deliberado nos termos da Emenda Constitucional nº 26, de 1985, que não prevê outro condicionamento para a decisão final e definitiva sobre o texto constitucional, senão a da votação por maioria absoluta e em dois turnos.

De outra parte e **data venia** do Sr. ilustre Autor da presente propositura, não vemos como o resultado de uma

deliberação pelo voto da maioria absoluta dos Constituintes, tomada em dois turnos de votação, possa ficar condicionado à vontade manifestada por apenas cinquenta e seis membros desta Assembléia, como será o caso em que tal contingente deste Egrégio Colegiado resolva que este ou aquele assunto, um ou outro tema, só possa vir a ser promulgado se obtiver a ratificação popular através de plebiscito.

A consulta plebiscitária temática, por outro lado, constitui particularidade não prevista no Regimento Interno, e a aceitação da proposição sob exame, nessa parte, importaria em agasalhar iniciativa tomada ao arrepio do Regimento eis que, importando ela, ao fim e por via oblíqua, alteração do Regimento, não tem como lograr tramitação regular porque não proposta pelo número mínimo de Constituinte fixado no item II do art. 81 de nossa Lei Interna.

Não vemos ademais, e **data venia** do ilustre Autor do presente projeto, como o resultado de uma deliberação tomada pelo voto da maioria absoluta dos Constituintes e em dois turnos de votação possa ficar condicionado à vontade manifestada por apenas cinquenta e seis membros desta Assembléia, como será o caso em que tal contingente deste Egrégio Colegiado resolva que este ou aquele assunto, um ou outro tema, só possa vir a ser promulgado se obtiver a ratificação popular através de plebiscito.

Cabe, ao fim, esclarecer que a previsão regimental da consulta plebiscitária, inobstante não condicionada a ela a Assembléia Nacional Constituinte nos termos em que convocada, foi inserida em nossa Lei Interna apenas com o objetivo de fixar qual o tipo de legislação e o **quorum** de sua aprovação, na hipótese em que o texto do Projeto de Constituição, numa espécie de renúncia dos Constituintes ao seu poder definitivo de decisão, viesse a consagrar que a promulgação da Constituição ou de parte ou partes dela só se daria após o referendo popular.

Outro não deve ser o entendimento do art. 61 do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, pois, aceitá-lo com o alcance e à luz da visão do nobre Autor do presente projeto, importaria, por exemplo, em que, num só turno de votação, que é o correspondente ao processo de decisão sobre as Resoluções, se viesse, previamente, a traçar os rumos para uma deliberação a ser tomada em dois turnos de votação, como ocorre com a matéria constitucional.

### Voto

Assim e porque a viabilidade da consulta plebiscitária se acha inexoravelmente imbricada na circunstância da existência de preceito do Projeto de Constituição, prevendo-a para o texto total ou parte dele, de concluir é que a respectiva proposição só seja considerada oportuna e pertinente em face da existência de tal previsão, expressamente fixada no corpo do texto constitucional a promulgar.

Pelas precedentes razões o nosso parecer – e, conseqüentemente, o nosso voto – é no sentido de que esta Comissão se manifeste contrariamente à aprovação do Projeto de Resolução nº 15, de 1987 e das três emendas a ele oferecidas.

Sala da Comissão, 6 de agosto de 1987. – **Bernardo Cabral**, Relator.

É esse o voto, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, do ilustre e culto Relator, Constituinte Bernardo Cabral.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro):** – Iniciando o processo de discussão, concedo a palavra ao nobre Constituinte José Genoíno, primeiro inscrito.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, ao defender o Projeto de Resolução nº 15/87, do nobre Constituinte e companheiro de bancada, Virgílio Guimarães, faço-o, em primeiro lugar, com o objetivo de defender uma linha que inovou numa

questão crucial na história da feitura das nossas Constituições incorporar o povo brasileiro na elaboração das leis.

Entendemos que a feitura das leis não é obra apenas daqueles que são eleitos através do voto, mas que o povo pode complementar com a sua iniciativa. Hoje, registramos na Casa que treze milhões de pessoas – treze milhões, Sr. Presidente, quase 1/4 da população eleitoral brasileira –, com nome, endereço e título eleitoral, assinaram proposta para a Constituinte. Isso é um número significativo. Aliás, ninguém chamou a atenção ainda para esse dado extremamente importante sob o ponto de vista político – todo mundo viu como foi difícil colherem-se essas assinaturas, pegar o título de eleitor etc.

Isso revela o que, Sr. Presidente? Que há um desejo da população brasileira de participar do processo constituinte.

O nosso projeto de consulta plebiscitária dá prosseguimento a essa linha inovadora que abrimos na elaboração da Constituição brasileira. E essa linha inovadora não contraria, como diz o nobre Relator Bernardo Cabral, na página 6 do seu parecer, que "a consulta plebiscitária temática constitui particularidade não prevista no Regimento Interno".

É claro que a consulta plebiscitária não está prevista no Regimento Interno. Mas o Regimento Interno da Constituinte prevê a possibilidade de se regulamentar a consulta plebiscitária temática no seu art. 61. Portanto, era necessário que o nobre Relator deixasse claro que não estamos propondo uma consulta plebiscitária ao arrepio do Regimento; estamos incorporando, na forma de resolução, uma possibilidade que o Regimento nos oferece para apresentar essa consulta plebiscitária temática. Foi assim que o Regimento Interno nos possibilitou tratar essa questão, porque, quando foi elaborado, discutimos o assunto já no sentido de colocá-lo claramente no Regimento Interno. E foi aberto um momento, no Regimento Interno, em que regulamentaríamos, como projeto de resolução, essa consulta plebiscitária.

Faltou essa observação no parecer do nobre Relator. Não estamos ferindo o Regimento Interno. Pelo contrário, estamos usando uma possibilidade que ele nos oferece para regulamentar a consulta plebiscitária temática.

Fazemos a consulta plebiscitária temática, Sr. Presidente, de uma maneira diferente de uma consulta plebiscitária geral da Constituição.

Concordo, e já me manifestei a respeito aqui, em que fazer uma consulta plebiscitária sobre o texto constitucional, no seu conjunto, não é o mais correto. Primeiro, porque não vamos, através dessa consulta geral, medir a vontade popular em torno de questões de conteúdo, pela dimensão e pelo conteúdo da matéria contida no texto constitucional e porque o plebiscito se expressa em termos de "sim" ou "não".

Em segundo lugar, concordo com os que dizem que um plebiscito dessa natureza estaria preso a fatores circunstanciais, favoráveis a uma situação do **status quo**, no caso, se a população estivesse numa atitude pró-Governo; ou favoráveis a uma situação contrária, uma situação de descontentamento.

Não caímos nesse equívoco. Propomos uma consulta de temas, onde a população prenderia a sua atenção. Ela seria chamada a opinar "sim" ou "não" sobre um determinado tema importante da Constituição.

No nosso entender, isso não nega a representação que recebemos do povo para elaborar a Constituição, porque estamos dando a ele a possibilidade de se pronunciar sobre esse ou aquele tema.

O outro lado do problema, a que chamo a atenção desta Comissão, refere-se a que a consulta plebiscitária

temática não é necessariamente uma questão que divida campos ideológicos. Pode ser que a uma posição progressista interesse um tema a ser submetido à consulta plebiscitária. E, pode ser que a uma outra posição, no sentido de direita, interesse um plebiscito temático, que vença.

Veja bem, Sr. Presidente, acho que o nosso projeto de resolução busca democratizar o processo de feitura da Constituição.

Por outro lado, o argumento do nobre Relator sobre o equívoco de 56 Constituintes apresentarem um requerimento de uma consulta plebiscitária temática ferindo a vontade majoritária da Assembléia Nacional Constituinte, no nosso entender, não procede. Não procede por que, Sr. Presidente? Porque estamos estabelecendo que somente um Constituinte assinará um requerimento de consulta plebiscitária. Nós não estaríamos dando a esses 56 Constituintes a possibilidade de estabelecer, com a minoria, uma vontade acima da maioria da Assembléia Nacional Constituinte. E na medida em que a própria Assembléia Nacional Constituinte aprove, através do seu Plenário, que 56 dos seus membros podem assinar um requerimento e só um apenas, nós teríamos apenas dez temas para serem submetidos a uma consulta plebiscitária. Nós não banalizaríamos, nós não vulgarizaríamos, nós não cairíamos no sentido vulgar do plebiscito. Teríamos, assim, junto à população, temas básicos – no máximo dez temas – para uma consulta plebiscitária incidindo naquelas questões que a Assembléia Nacional Constituinte iria avaliar. E esta maneira de estabelecer os 56 é exatamente para garantir uma relação de maioria com uma relação de corrente de pensamento dentro da Assembléia Nacional Constituinte. Seria impossível se formar um bloco e somente aquele bloco fazer a consulta plebiscitária, seja minoritário, seja majoritário. Possibilitaríamos que as várias correntes expressas na Assembléia Nacional Constituinte, pelo menos uma vez, num número específico de 56, propusessem ao povo a opinião sobre um tema ou sobre outro.

Achamos que o Projeto de Resolução nº 15 abriria essa possibilidade. Tentamos, inclusive, estabelecer algumas negociações em torno desta matéria. Encontramos boa vontade com quem conversamos, com as várias Lideranças, inclusive com o Líder do Governo Carlos Sant'Anna, no entanto, essas negociações não conseguiram produzir uma forma adequada de resolver o problema de uma consulta à população.

O projeto de resolução é o único meio regimental que temos. Não podemos fazer como projeto de decisão, não podemos fazer como disposição transitória, porque a disposição transitória seria, evidentemente, após o texto constitucional. Não poderíamos aprovar nas disposições transitórias algo que valesse para um processo permanente, porque incida só sobre aqueles temas da Constituição, essa consulta plebiscitária seria antes da promulgação do texto constitucional. Portanto, o único recurso regimental que temos é o projeto de resolução.

Entendo, para concluir, Sr. Presidente, que o Projeto de Resolução nº 15, que ora sustento aqui, é um projeto que objetiva democratizar o processo de feitura da Constituição.

Acho muito importante quando vemos um desejo da população brasileira de participar da feitura da Constituição. Nada mais democrático do que, após esta Assembléia elaborar o texto constitucional, não o texto constitucional como um todo, mas alguns temas, no máximo dez, à população, para que ela manifeste, através de um plebiscito, a sua opinião – se é ou não a favor de uma determinada posição política. Por isso, eu defendo o Projeto de Resolução nº 15. Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro):** – Antes de conceder a palavra ao segundo orador inscrito, desejo infor-

mar ao nobre Constituinte Carlos Sant'Anna que a pauta de hoje termina com a referência Emenda Popular nº 86. A emenda oferecida pela Associação Baiana de Imprensa com 434 mil e 316 assinaturas – a Bahia não se divide – tem o nº 85, assim como tem – e acredito que seja, também, do interesse de S. Ex.<sup>a</sup> – 31 mil e 237 assinaturas a Emenda nº 113 da Associação dos Moradores do Bairro de São Caetano, criando o Estado de Santa Cruz. As duas emendas serão trazidas ao exame do plenário na próxima segunda-feira.

Com a palavra o segundo orador inscrito, o nobre Constituinte Carlos Sant'Anna.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o projeto de resolução do Constituinte Virgílio Guimarães diz, no seu art. 1º:

"A Assembléia Nacional Constituinte determinará à Justiça Eleitoral, por intermédio da Mesa, a organização e realização de consulta plebiscitária objetivando a deliberação, pela população, a cerca da nova Constituição do Brasil."

Fez alusão às questões de mérito o ilustre Constituinte José Genoíno; vou-me referir a uma questão formal extrínseca, que coloco para os Srs. Constituintes. Pode a consulta plebiscitária ser criada por um projeto de resolução, aprovado por esta Comissão de Sistematização e que vá depois, num único turno de discussão e votação, ser submetido ao Plenário da Constituinte?

Porque o art. 59 do Regimento da Assembléia Nacional Constituinte dispõe, e o faz com absoluta clareza, o seguinte:

"Art. 59 .....

§ 1º Os projetos de resolução destinam-se a regular a matéria de caráter administrativo, ou de natureza regimental, ou ainda relativa à consulta plebiscitária, nos termos do art. 61 deste Regimento."

Sr. Presidente Srs. Constituintes, o que diz o art. 59, § 1º, é que os projetos de resolução destinam-se a regular matéria relativa à consulta plebiscitária.

Dispõe o art. 61:

"Art. 61. Projeto de resolução que vise a regulamentar e disciplinar a consulta plebiscitária poderá ser apresentado dentro de 10 (dez) dias contados da publicação dos avulsos do Projeto de Constituição."

Portanto, o que o projeto de resolução poderá fazer é regulamentar e disciplinar alguma coisa que haja sido criada em termos de consulta plebiscitária. Não pode, aliás, como já explicitiei inúmeras vezes não só ao ilustre Relator este meu pensamento, a minha opinião, até aconselhei-o – estou certo que S. Ex.<sup>a</sup> o fez – a transformar o seu projeto de resolução em emenda constitucional. Segunda S. Ex.<sup>a</sup> me disse, apresentou no prazo correto para que seja submetido a deliberação, logo mais, na Comissão de Sistematização, na época oportuna.

Por conseguinte, os projetos de resolução não podem criar matéria constitucional. A consulta plebiscitária deverá ser criada no Projeto de Constituição quando aprovado pelo Plenário da Constituinte. No momento em que do Projeto de Constituição conte, seja porque consta do relatório do parecer do relator, seja porque através de emenda destacada e aprovada pela Comissão de Sistematização ou pelo próprio Plenário da Constituinte, a consulta plebiscitária aprovada, aí poderá caber a esta Comissão de Sistematização a iniciativa de regulamentar e disciplinar.

Portanto, no tocante à questão que estamos discutindo, o equívoco do ilustre Constituinte Virgílio Guimarães foi de pensar que pode um projeto de resolução criar ma-

téria constitucional, criando a figura da consulta plebiscitária. Não. A consulta plebiscitária é matéria constitucional a ser aprovada pelo Plenário da Constituinte e a ser, portanto, transformada em matéria constitucional pelo Plenário da Assembléia Nacional Constituinte. O que pode o projeto de resolução fazer não é criar, não é como diz no seu art. 1º o Projeto de Resolução nº 15, do ilustre Constituinte Virgílio Guimarães, que a Assembléia Nacional Constituinte determinará à Justiça Eleitoral, por intermédio da Mesa, a organização e a realização de consulta plebiscitária. Não. O projeto de resolução não pode determinar que a Assembléia Nacional faça; não pode determinar que a Justiça Eleitoral proceda. Não. Diante de uma consulta plebiscitária aprovada pela Constituinte, o projeto de resolução poderá, então, regulamentar e disciplinar esta consulta plebiscitária. Daí por que está absolutamente correto no conteúdo, como na forma, o parecer do ilustre Relator Bernardo Cabral. Porém, isso não prejudica a discussão da matéria no seu entendimento, no seu âmago, na sua profundidade, pelas circunstâncias de que, segundo me consta, pelo que disse o ilustre proponente, o nobre Constituinte Virgílio Guimarães, S. Ex.<sup>a</sup> apresentou como emenda ao anteprojeto de Constituição, que está em discussão, todo o inteiro teor do seu projeto de resolução, o que permitirá que S. Ex.<sup>a</sup>, entre os dias 14, 17 ou 19 de setembro, época oportuna de destaques, discussão e votação das emendas, destaque a sua emenda com esse conteúdo.

Ao destacá-la, poderemos amplamente discutir o seu mérito e, após isso, aí sim, emenda destacada, discutida o seu mérito e submetida à aprovação desta Comissão de Sistematização, se aprovada, a consulta plebiscitária poderá se incorporar ao texto do anteprojeto de Constituição.

Desta forma, coloco-me a favor do parecer do Sr. Relator e, portanto, contra a aprovação do projeto de resolução, pelas razões que acabo de explicitar, que são quase que idênticas à do próprio relator. Sem embargo de ficar bem entendido que a matéria poderá ser reaberta num momento oportuno, quando a Comissão de Sistematização irá discutir no mérito as emendas, no teor das quais poderemos reabrir o amplo debate sobre a questão das consultas plebiscitárias e dos referendos.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro):** – Na lista de presença consta o nome de 47 Srs. Constituintes. Não há, assim, número para a votação de matéria constitucional.

Antes de encerrar a reunião, convoco outra para o dia 17, segunda-feira, às 19 horas, neste plenário, para votação dos pareceres das últimas emendas populares, bem como para votação do Projeto de Resolução nº 15, de 1987, por ser o quinto e último dia para a sua apreciação nesta Comissão.

Está encerrada a reunião.

**(Encerra-se a reunião às 16 horas e 23 minutos.)**

### 17ª Reunião Extraordinária

Aos dezessete dias do mês de agosto do ano de mil novecentos e oitenta e sete, às vinte horas e trinta e sete minutos, no Plenário da Câmara dos Deputados, reuniu-se a Comissão de Sistematização, sob a Presidência do Senhor Constituinte Aluizio Campos – 1º-Vice-Presidente, no exercício da Presidência, presentes os seguintes Senhores Constituintes: Ademir Andrade, Aloysio Chaves, Antonio Carlos Konder Reis, Arnaldo Prieto, Brandão Monteiro, Carlos Sant'Anna, Christovam Chiaradia, Cid Carvalho, Eraldo Tinoco, Fernando Gasparian, Francisco Benjamin, Gerson Peres, Haroldo Sabóia, Inocêncio Oliveira, João Calmon, José Freire, José Geraldo, José Lins, José Ulisses de Oliveira, Luis Eduardo, Manoel Moreira, Mário Lima, Nelson Carneiro, Nilson Gibson, Oscar Corrêa, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Prisco Viana, Raimundo

Bezerra, Rodrigues Palma, Sandra Cavalcanti, Sigmaringa Seixas, Siqueira Campos, Adylson Motta, Aldo Arantes, Bocayuva Cunha, Délio Braz, Enoc Vieira, Euclides Scalco, Israel Pinheiro, João Natal, José Costa, Octávio Elísio, Ottomar Pinto, Vicente Bogo e Ziza Valadares. Estiveram presentes, ainda, os seguintes Senhores Constituintes: Antônio Câmara, Virgílio Guimarães, Chico Humberto, Átila Lira, Paulo Delgado, Ivo Lech e Luis Alberto Rodrigues. Deixaram de comparecer os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Adolfo Oliveira, Afonso Arinos, Alcení Guerra, Alfredo Campos, Almir Gabriel, Antônio Farias, Antônio Carlos Mendes Thame, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Carlos Chiarelli, Carlos Mosconi, Celso Dourado, Cristina Tavares, Darcy Pozza, Edme Tavares, Egidio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Lyra, Francisco Dornelles, Francisco Pinto, Francisco Rossi, Gastone Righi, Haroldo Lima, Ibsen Pinheiro, Jamil Haddad, Jarbas Passarinho, João Herrmann Neto, Joaquim Bevilacqua, José Fogaça, José Ignácio Ferreira, José Jorge, José Luiz Maia, José Maurício, José Paulo Bisol, José Richa, José Santana de Vasconcellos, José Serra, José Thomaz Nonô, Luis Inácio Lula da Silva, Lysâneas Maciel, Marcondes Gadelha, Mário Assad, Milton Reis, Nelson Jobim, Nilton Friedrich, Osvaldo Coelho, Osvaldo Lima Filho, Paulo Pimentel, Plínio de Arruda Sampaio, Renato Vianna, Ricardo Fiúza, Roberto Freire, Severo Gomes, Theodoro Mendes, Virgildásio de Senna, Virgílio Távora e Wilson Martins. Havendo número regimental o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, avisando que cópia da Ata da reunião anterior estava sendo distribuída aos Srs. Constituintes e solicitando que qualquer retificação desejada poderia ser remetida à Mesa, para as providências cabíveis. Prestou esclarecimento a seguir sobre a questão de ordem formulada pelo Sr. Constituinte José Maria Eymael quanto ao **quorum** para a deliberação sobre matéria não constitucional, informando que o interessado, ausente, poderia, mais tarde, se ela não lhe fosse favorável, recorrer da decisão prolatada pelo Sr. Presidente Titular da Comissão, Constituinte Afonso Arinos, a qual foi lida. O Sr. Constituinte Paulo Delgado com a palavra apresentou requerimento, apoiado pelo Sr. Constituinte Aldo Arantes, solicitando fossem os formulários de propostas de emendas populares colocados à disposição das respectivas entidades patrocinadoras, para recolhê-los ou não, explicando que o objetivo do requerimento era evitar sua incineração. O requerimento foi recebido para posterior apreciação. A seguir, o Sr. Presidente anunciou a pauta da reunião que constou da apresentação de emendas populares, citando 15 (quinze) indeferidas pelo Sr. Presidente Titular, em virtude de não preencherem os requisitos regimentais (nºs 90/87; 92/87; 94/87; 97/87; 99/87; 103/87; 104/87; 106/87; 107/87; 108/87; 109/87; 112/87; 114/87; 120/87; 121/87) e 29 (vinte e nove) com pareceres do Sr. Relator pelo recebimento, que foram aprovados unanimemente (nºs 29/87; 46/87; 57/87; 72/87; 84/87; 85/87; 86/87; 88/87; 89/87; 91/87; 93/87; 95/87; 96/87; 98/87; 100/87; 101/87; 102/87; 105/87; 110/87; 111/87; 113/87; 115/87; 116/87; 117/87; 118/87; 119/87; 122/87). Como último item, da pauta constou o Projeto de Resolução nº 15/87-ANC, de Autoria do Sr. Constituinte Virgílio Guimarães, que "disciplina a consulta plebiscitária prevista nos arts. 59 e 61 da Resolução nº 2, de 1987, da Assembléia Nacional Constituinte (Regimento Interno), com parecer do Sr. Relator contrário à sua aprovação, tendo discutido a matéria, ainda, os Senhores Constituintes Nilson Gibson, Adylson Motta, Aldo Arantes e Virgílio Guimarães (este como autor da proposição) e Carlos Sant'Anna. Encerrada a discussão a votação deixou de ser realizada por falta de **quorum**, como Sr. Presidente informando a existência de mais dois Projetos de Decisão, já distribuídos à Comissão para apreciação, em data que seria oportunamente marcada, declarando encerrada a reunião, às vinte e uma horas e vinte minutos. O inteiro

teor desta reunião foi gravado, devendo ser publicado no Diário da **Assembléia Nacional Constituinte** e constituir-se-á na Ata circunstanciada dos trabalhos. E, para constar, eu, Maria Laura Coutinho, Secretária, lavrei a presente que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Havendo número regimental, declaro aberta esta reunião da Comissão de Sistematização. Distribuída aos Srs. Constituintes cópia da Ata da reunião anterior, aquele que tiver alguma questão a retificar poderá enviar o respectivo pedido à Mesa, para as devidas providências.

Começo a reunião prestando esclarecimento sobre questão de ordem formulada pelo Constituinte José Maria Eymael, sobre o **quorum** necessário para as deliberações a respeito de matérias não constitucionais. S. Ex.<sup>a</sup> não se encontra presente, mas terá direito de recorrer da decisão da Mesa, caso esta não lhe seja favorável. O pronunciamento a respeito foi feito pelo Presidente da Comissão Constituinte. Afonso Arinos. Passo a ler o inteiro teor da referida decisão, para conhecimento de todos:

#### "COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO

Decisão sobre a questão de ordem formulada pelo Constituinte José Maria Eymael, a respeito do **quorum** necessário para as deliberações de matérias não constitucionais":

1. O § 2º do art. 21, do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, estabelece que "as deliberações nas Comissões e Subcomissões exigirão maioria absoluta de votos".

Tal dispositivo regimental está inserido na Seção II do Capítulo I do Título IV, que trata da elaboração do projeto de Constituição e, por conseguinte, regula deliberação sobre matéria constitucional, não havendo, a nosso juízo, possibilidade de entendimento diferente do disposto no supracitado § 2º do art. 21, do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte.

2. No que diz respeito ao **"quorum** exigido para as deliberações de matérias não constitucional objeto da presente questão de ordem, esta Presidência tem-se valido da disposição contida no art. 48 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, por força do disposto no art. 83 do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, que dispõe:

"Art. 83. Na resolução de casos omissos neste Regimento, a Presidência poderá valer-se, subsidiariamente, do estabelecido nos Regimentos da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal. (RIANC)

"Art. 48. As Comissões deliberarão por maioria de votos, presente a maioria absoluta dos seus membros, salvo quanto à aprovação da Ata, que independerá de **quorum**. (RICD)

3. Em termos práticos, o **quorum** exigido na Comissão de Sistematização para deliberação de matéria não constitucional é de 47 Srs. Constituintes que a integram, podendo uma proposição ser aprovada com qualquer número de votos favoráveis, desde que estes sejam superiores aos votos contrários."

Constituinte **Afonso Arinos**, Presidente.

Essa é, realmente, a norma que vem sendo adotada pela Comissão. Fica, portanto, registrada a decisão do Presidente Afonso Arinos a respeito da questão de ordem do Constituinte José Maria Eymael. Vamos enviar cópia

desta decisão a S. Ex.<sup>a</sup> para que, se quiser, exercite o seu direito de recorrer.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO DELGADO:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem a palavra V. Ex.<sup>a</sup>, pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO DELGADO:** – Sr. Presidente, apresento à Comissão de Sistematização o seguinte requerimento:

#### "REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

Foram apresentadas a esta comissão mais de uma centena de propostas de emendas populares, totalizando milhões de assinaturas de eleitores brasileiros, que buscaram, através desse mecanismo democrático, influir no processo de elaboração da nova Constituição.

Em virtude de não haver nenhuma previsão regimental acerca do destino a ser dado aos formulários de emendas populares apresentadas, vimos, através deste, requerer a Vossa Excelência, após a devida contagem por parte desta Comissão, sejam eles colocados à disposição das entidades patrocinadoras respectivas, para que, até o final dos trabalhos da Constituinte, manifestem seu interesse ou não em recolher tais originais.

Sala das Sessões, 17 de agosto de 1987. – Constituinte. **Paulo Delgado.**"

Objetivo, com o requerimento, cobrir essa lacuna do Regimento, que não define o destino dos formulários das emendas populares, evitando-se assim sua incineração, pelo que elas têm de documento e de importância na participação popular nesta Constituinte. É o requerimento que passo à Mesa, para o qual peço deferimento.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Nobre constituinte Paulo Delgado, nos termos do art. 13, § 2º, do Regimento Interno da Comissão de Sistematização, os Srs. Constituintes que não são membros da Comissão de Sistematização, não podem apresentar requerimento ou emenda. Mas no curso dos trabalhos das comissões, não só das comissões temáticas como da própria Comissão de Sistematização, esse dispositivo foi liberalizado, admitiu-se até a apresentação de emendas. Em todo caso, para maior legitimidade do seu requerimento, gostaria que V. Ex.<sup>a</sup> solicitasse a algum Constituinte, membro desta comissão, a subscrição dele para que pudéssemos providenciar sua tramitação e decisão.

**O SR. CONSTITUINTE ALDO ARANTES:** – Sr. Presidente, comunico a V. Ex.<sup>a</sup> que subscreverei o requerimento do nobre Constituinte Paulo Delgado.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Como o Constituinte Aldo Arantes subscreverá o requerimento de V. Ex.<sup>a</sup>, a Mesa irá apreciá-lo e obter o parecer do relator, a fim de que seja submetido à deliberação do Plenário.

A pauta de hoje diz respeito à apresentação de emendas populares.

#### PROPOSTAS DE EMENDAS POPULARES INDEFERIDAS PELO SENHOR PRESIDENTE

EP Nº 90/87 – Previdência social dos servidores públicos.....	13
EP Nº 92/87 – Municípios – recursos financeiros saúde.....	19
EP Nº 94/87 – Polícias civis.....	23

EP Nº 97/87 – Forças Políticas e Corpo de Bombeiros.....	26
EP Nº 99/87 – Direitos da família.....	30
EP Nº 103/87 – Organização sindical.....	34
EP Nº 104/87 – Populações negras.....	40
EP Nº 106/87 – Tributação e orçamento.....	44
EP Nº 107/87 – Organização do Estado.....	46
EP Nº 108/87 – Direitos e liberdades fundamentais...	49
EP Nº 109/87 – Transporte coletivo de massas.....	51
EP Nº 112/87 – Medicina alternativa natural.....	54
EP Nº 114/87 – Direitos dos empregados domésticos	60
EP Nº 120/87 – Monopólio estatal do petróleo.....	63
EP Nº 121/87 – Ensino público gratuito.....	66

Essas emendas, em número de 15, foram liminarmente indeferidas pelo Sr. Presidente, por não preencherem os requisitos regimentais.

As demais emendas mereceram parecer favorável do relator por preencherem as exigências regimentais. Estão sendo enviadas ao Plenário para o recebimento na forma regimental. O total das emendas populares apresentadas à Comissão de Sistematização foi de 122, das quais apenas 39 foram liminarmente indeferidas.

As emendas com parecer favorável pelo recebimento são as seguintes:

#### PROPOSTAS DE EMENDAS POPULARES COM PARECER FAVORÁVEL DO SENHOR RELATOR PELO RECEBIMENTO

* EP Nº 29/87 – Municípios – criação, incorporação, fusão e desmembramento.....	68
* EP Nº 46/87 – Polícia mineral.....	71
EP Nº 47/87 – Polícia de abastecimento.....	75
* EP Nº 57/87 – Supremo Tribunal Federal.....	82
EP Nº 72/87 – Previdência nas estatais e previdência parlamentar.....	86
EP Nº 84/87 – Manutenção da censura.....	93
EP Nº 85/87 – Não-divisão do Estado da Bahia.....	98
EP Nº 86/87 – Deficientes físicos.....	103
EP Nº 87/87 – Estabilidade no emprego.....	109
EP Nº 88/87 – "Diretas-já".....	114
EP Nº 89/87 – Ordem econômica e social.....	119
EP Nº 91/87 – Meios de comunicação.....	125
EP Nº 93/87 – Criação do Estado de São Francisco.....	131
EP Nº 95/87 – Formação de mão-de-obra – Sesi – Senai.....	137
* EP Nº 96/87 – Direitos e garantia da criança e do adolescente.....	143
EP Nº 98/87 – Política agrícola e reforma agrária.....	146
EP Nº 100/87 – Fixa eleição presidencial para 15-11-88	150
* EP Nº 101/87 – Aposentadoria dos trabalhadores.....	156
* EP Nº 102/87 – Polícias militares.....	159
EP Nº 105/87 – Previdência social para trabalhador rural.....	163

EP Nº 110/87 – Proíbe intermediação de mão-de-obra.....	168
EP Nº 111/87 – Aposentadoria aos bancários e securitários.....	173
EP Nº 113/87 – Criação do Estado de Santa Cruz.....	183
EP Nº 116/87 – Transporte coletivo.....	188
EP Nº 117/87 – Forças Armadas.....	192
EP Nº 118/87 – Voto proporcional.....	196
EP Nº 119/87 – Monopólio estatal do petróleo.....	200
EP Nº 122/87 – Preservação do Sesi, Sesc, Senai, Senac.....	205

Essas emendas mereceram, como já foi esclarecido, parecer favorável. Estamos adotando o critério de submetê-las a votação em bloco. Os Srs. Constituintes que se manifestam de acordo com o seu recebimento, nos termos do parecer do relator, queiram conservar-se como se encontram. (Pausa.) Aprovado o recebimento das emendas.

O último item da Ordem do Dia diz respeito ao projeto de resolução que disciplina a consulta plebiscitária previstas nos termos dos arts. 59 e 61 da Resolução nº 15/87, da Assembleia Nacional Constituinte. Esta é uma proposta do nobre Constituinte Virgílio Guimarães. Houve prorrogação de prazo a pedido de S. Ex.<sup>a</sup> e foram apresentadas três emendas em Plenário ao projeto de resolução. O parecer do relator é contrário à aprovação da proposta de admissão do plebiscito, para aprovação total ou parcial da Constituição, através de projeto de resolução.

Eis a conclusão do parecer:

"Assim e porque a viabilidade da consulta plebiscitária se acha inexoravelmente imbricada na circunstância da existência de preceito do Projeto de Constituição, prevendo-a para o texto total ou parte dele, de concluir é que a respectiva proposição só seja considerada, oportuna e pertinente em face da existência de tal previsão expressamente fixada no corpo do texto constitucional a promulgar".

Pelas precedentes razões, o parecer e o voto do Relator são no sentido de que esta comissão se manifeste contrariamente à aprovação do Projeto de Resolução nº 15, de 1987.

Pelas precedentes razões, o parecer e o voto do relator **quorum** para a votação do projeto, havendo, todavia, inscritos para discutir a matéria.

Antes, porém, concedo a palavra ao nobre Constituinte Nilson Gibson, para uma questão de ordem.

**O SR. CONSTITUINTE NILSON GIBSON:** – Sr. Presidente, peticiono à Mesa para subscrever a Emenda nº 121, referente ao ensino público gratuito.

Fui alertado pelo Deputado Raimundo Bezerra para o fato de que a Emenda nº 120 é idêntica a Emenda nº 119/87, ambas referentes ao monopólio estatal do petróleo. Eu, então, me daria o privilégio de subscrever também esta, para que corra paralelamente com a outra, anexada, o que já foi autorizado.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – V. Ex.<sup>a</sup> poderá subscrevê-la para ser encaminhada ao Plenário da Constituinte.

Com a palavra o nobre Constituinte Adylson Motta.

**O SR. CONSTITUINTE ADYLSO MOTA:** – Sr. Presidente, quero, preliminarmente, dizer que sou contrário ao plebiscito e ao **referendum**. O plebiscito é até aceitável em alguns pontos. Mas já me manifestei da tribuna e rati-

fico aqui a minha posição contrária ao **referendum**, porque acredito que ela significa para nós, nas circunstâncias em que fomos convocados, a própria negação da nossa legitimidade.

Venho, no entanto, à tribuna, Sr. Presidente, justificar a emenda que apresentei a este projeto de resolução, apesar de ser contrário ao projeto e à adoção do **referendum**. Cabe estabelecer a diferença entre consulta, plebiscito e **referendum**, institutos que, apesar de completamente distintos, estão sendo tratados da mesma forma. Um é apenas uma auscultação; o outro é uma decisão que implica um compromisso de ordem jurídica; já o **referendum** é a ratificação ou não de uma decisão. Minha emenda tem o sentido de se recusado o texto constitucional, ser complementada a proposta indagando quem seria o responsável pela feitura da nova Constituição. Parece-me que isto é muito importante, porque, se o produto do nosso trabalho não servir, evidentemente não vai servir também quem o fez. E é uma definição que deve vir por ocasião do **referendum**: a quem caberá a feitura do novo texto constitucional.

Este é o sentido que dei à minha emenda: ela visa esta complementação. É de se imaginar a confusão que se vai criar dentro desta Assembléia Nacional Constituinte se for o nosso trabalho, através do **referendum**, rejeitado, ficando essa indefinição sobre quem será o responsável pelo trabalho de elaborar um novo texto. Neste sentido, repito, apresentei minha emenda ao projeto de resolução.

E vou mais longe, Sr. Presidente: acho que isto é apenas um alerta. Fomos eleitos com dupla finalidade: como Constituintes e legisladores ordinários. Uns como Deputados, outros como Senadores. A nossa tarefa constituinte exaure-se no momento em que completarmos o nosso trabalho de elaboração do novo texto constitucional. A partir do momento da promulgação da Constituição não seremos mais Constituintes. Terminará a nossa missão e o nosso mandato de Constituintes. Mas, como legisladores ordinários, temos assegurado, pela Constituição, um mandato determinado no tempo, de quatro anos para Deputado Federal e de oito, para Senador. Desta forma, aquela história de os mandatos se encerrarem seria cabível no que diz respeito ao trabalho constituinte. Quanto ao aspecto de exercermos um mandato com tempo determinado, estabelecido pela Constituição atual, parece-me que é um ponto que deve ser dissociado daquele outro.

Levanto esta questão com a necessária antecedência porque, mais adiante, este assunto irá aflorar. É bom estarmos preparados para, no momento oportuno, termos definida uma posição em torno desta questão que, parece-me, será bastante polêmica e muita celeuma haverá de ocasionar neste plenário, na imprensa e na opinião pública brasileira. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Aldo Arantes, pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE ALDO ARANTES:** – Sr. Presidente, ouvi as palavras do Constituinte Adylson Motta. S. Ex.<sup>a</sup> afirma que o plebiscito colocaria em xeque a legitimidade desta Casa, bem como o **referendum**. Na minha opinião nem um nem outro coloca em xeque a legitimidade dos representantes desta Casa, porque, dada a importância e o significado de uma nova Constituição e partindo do princípio democrático de que o poder emana do povo, é claro que este é a fonte legítima do poder. Nesse sentido não há nenhuma contradição entre a representação que temos para elaborar a Constituição e a consulta plebiscitária para aferir se cumprimos bem nossa função.

Isso se torna, no meu entender, mais importante, necessário e imprescindível na medida em que o povo brasileiro, na verdade, não participou do processo constituinte no momento em que se elegeram os Deputados e Senadores. A verdade é que a tônica da eleição foi a escolha dos governadores. A polarização que se deu em todos os Esta-

dos não foi em torno da escolha de Deputados e Senadores constituintes, o que equivale dizer que os grandes temas racionais não foram objeto de discussão e de posicionamento da opinião pública brasileira. Essa é uma razão a mais no sentido de justificar a realização de um plebiscito.

É claro que nós vamos defrontar com um problema, caso seja aprovada a realização do plebiscito – e o meu partido, o PC do B, defende a sua realização. Mas, caso a opinião pública se manifeste contra o texto constitucional que elaborarmos, concordo com o Constituinte Adylson Motta, estaremos diante de um problema. E o PC do B já apresentou uma emenda no sentido de que, ao se caracterizar essa situação, inevitavelmente deveriam ser convocadas novas eleições constituintes. Não há outra solução a se dar coerência à realização de um plebiscito. O voto contra implica necessariamente um voto contra quem participou dessa Constituinte. Seria, portanto, irracional que aqueles mesmos que produziram tal resultado ficassem novamente com esta função.

Queria apenas ressaltar que a posição do meu partido, o Partido Comunista do Brasil, é favorável à realização do plebiscito, que consideramos um mecanismo democrático e, sobretudo, levando-se em conta, como já disse, que no processo eleitoral essas questões não foram suficientemente debatidas. Então, para que esta Assembléia Nacional Constituinte atenda às aspirações da grande maioria do povo, deverá deliberar pela realização de um plebiscito nacional em torno do resultado dos seus trabalhos.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Como não há mais oradores inscritos, dou a palavra ao autor do projeto. Constituinte Virgílio Guimarães, para encerrar a discussão.

**O SR. CONSTITUINTE VIRGÍLIO GUIMARÃES:** – Sr. Presidente, demais membros da Comissão de Sistematização, uso a tribuna, muito menos com a intenção de discutir um projeto que não mais será votado, mas muito mais pela importância que dou à formação da opinião dos Constituintes interessados neste assunto, porque de certa forma acredito que a compreensão deste tema ficou bastante prejudicada à medida que esse debate se travou quando as atenções da Assembléia Nacional Constituinte estava concentradas nas discussões, nos acordos e na elaboração constitucional de uma série de outros pontos de enorme importância para o País.

O nosso Regimento Interno definia como período para o debate deste tema exatamente a mesma época que os grupos de trabalho organizavam-se de uma maneira informal, porém intensa, para acertar pontos de vista com relação à reforma agrária, à definição de empresa nacional, ao sistema eleitoral, ao sistema partidário, ao sistema de governo e a outros temas polêmicos que absorveram as atenções desta Assembléia Nacional Constituinte.

E agora vemos que os projetos de resolução que visam definir e disciplinar a consulta plebiscitária deveriam ser apresentados uns dez dias após a publicação do Projeto de Constituição.

Esse dispositivo do nosso Regimento tem uma razão de ser. E fico muito à vontade para falar sobre ele porque participei da elaboração, fui um dos signatários da emenda ao projeto de Regimento Interno, exatamente a que foi aprovada e acolhida pelo Relator, estabelecendo essa fórmula de disciplinar a consulta plebiscitária naquela época. Por que consulta plebiscitária? Porque havia então um intenso debate sobre se seria plebiscito ou **referendum**, uma discussão que de certa forma volta agora. E naquela ocasião descobriu-se esse termo: consulta plebiscitária, como um termo genérico que pudesse definir qualquer tipo de consulta feita diretamente ao eleitorado acerca da nova Constituição. Não se queria dizer com isso, já no Regi-

mento, que a consulta seria global, um sim ou um não à Constituição, ou se colocaria em debate algum tema específico. O termo era genérico consulta plebiscitária.

Mas me parece que muitas vezes esse assunto volta, inclusive o Relator incorreu nesse tipo de equívoco, querendo dizer que a regulamentação deveria ser feita ao final das Disposições Transitórias. Não. Naquela ocasião, definiu o Regimento Interno com muita sabedoria, que a regulamentação deveria ser feita agora. Por quê? Porque as Disposições Transitórias de uma Constituição só produzem efeito depois da sua promulgação. Ora, promulgada uma Constituição, passou o momento adequado para se proceder a consulta temática, uma vez que, aprovadas ou rejeitadas, dependem de uma nova sistematização, de uma adequação de artigos e palavras, para ajustar a redação da nova Constituição àquelas emendas aprovadas ou rejeitadas diretamente pelo público. Portanto, para ser viável, a consulta plebiscitária temática deveria ser necessariamente realizada antes da promulgação da nova Constituição, seria a forma mais adequada. Assim, a regulamentação dessa consulta deverá ser feita não nas Disposições Transitórias, mas agora, num projeto de resolução, nesse prazo.

A proposta que apresentamos reflete uma discussão ampla, feita entre vários partidos, e conseguiu já uma primeira grande vitória, um consenso apreciável entre as pessoas que defendiam a consulta global e aquelas que defendiam uma consulta temática. Conseguimos organizar uma fórmula que viabilizasse, numa única consulta à população, numa única ida ao eleitorado, num único comparecimento do eleitor às urnas, a resposta a duas grandes questões: a consulta global e a consulta temática em torno dos pontos mais importantes o tema sobre o que fazer com a nova Constituição, caso ela venha a ser rejeitada pelo público, o que não me parece o caminho mais provável, uma vez que propomos os dois tipos de consulta: o chamado plebiscito e o chamado **referendum**, ou seja, a consulta global e a consulta temática possibilitarão que o próprio eleitor participe da elaboração constitucional, com o que tenderá, evidentemente, a aprovar esta Constituição. Mas, nessa hipótese, o nosso projeto define que a própria Assembléia Nacional Constituinte terá um prazo de dez dias para deliberar sobre o que fazer, sobre qual o melhor caminho a seguir.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – V. Ex.<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. CONSTITUINTE VIRGÍLIO GUIMARÃES:** – Com muito prazer, nobre Constituinte Carlos Sant'Anna.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Ilustre Constituinte, na sua ausência, infelizmente, na sexta-feira passada tive a oportunidade de levantar um raciocínio sobre o qual gostaria de ouvir sua opinião. A consulta plebiscitária tem de ser criada como matéria constitucional e neste caso o caminho não é o projeto de resolução. O art. 59, quando se refere, no seu § 1º, ao projeto de resolução, diz muito claramente que tais proposições destinam-se a regular matéria relativa à consulta plebiscitária, quer dizer, regular e não criar. V. Ex.<sup>a</sup> sabe disso, pois pessoalmente já lhe expus esses argumentos, mas repito-os só para constar. Da mesma maneira o art. 61 textualmente diz: "Projeto de resolução que vise a regulamentar e disciplinar a consulta plebiscitária ..." Portanto, o projeto de resolução não cria a consulta plebiscitária. Ele a regula ou a disciplina. Para regulamentar ou disciplinar é preciso que a consulta plebiscitária exista. Acontece que no Projeto de Constituição que está em discussão não há referência à consulta plebiscitária, ela não consta em local algum. Só pode existir um projeto de resolução para regulamentar e disciplinar algo que esteja pelo menos no texto do Projeto de Constituição, o que não é o caso. Daí ter sugerido a V. Ex.<sup>a</sup> transformar seu projeto de resolução em emenda do Projeto de Constituição. As-

sim, talvez, através de destaque, na Comissão de Sistematização, na época própria, pudesse V. Ex.<sup>a</sup>, no debate, conseguir aprovar ou não a emenda. Mas, de qualquer sorte, seria um grande instante constitucional se poder introduzir a consulta plebiscitária ou **referendum** no texto constitucional. Concluindo, minha única discordância é quanto à oportunidade e ao mecanismo.

Um projeto de resolução não pode criar a consulta plebiscitária, que se trata de matéria constitucional.

O projeto de resolução, se criada constitucionalmente a consulta plebiscitária, poderá, sim, regulamentar e disciplinar a matéria. Muito obrigado a V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. VIRGÍLIO GUIMARÃES:** – Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup> o aparte, nobre Constituinte Carlos Sant'Anna. Inclusive a partir das ponderações feitas tivemos o cuidado de elaborar emenda constitucional nesse sentido, sem, contudo, abrir mão da regulamentação imediata, pois o Regimento é bem claro. Entre os itens da regulamentação, parece-me que seria próprio o projeto estabelecer como se deveria proceder à regulamentação.

Regulamentar significa dizer como poderá ser acionada. Porque nenhum artigo ou parágrafo do Regimento Interno diz que a criação da consulta plebiscitária deverá ser feita através de dispositivo constitucional. Inclusive o espírito daqueles que elaboraram a emenda ao projeto de Constituição, do qual participei, era no sentido de que poderia ser feita antes da promulgação, exatamente para abrigar a possibilidade da consulta plebiscitária.

Conforme disse, no início do meu pronunciamento, o termo consulta plebiscitária teve o intuito de superar a divergência conceitual entre plebiscito e **referendum**. Visou também o nome geral a que, no momento oportuno da regulamentação – no debate do projeto de resolução –, a Assembléia Nacional Constituinte viesse a se definir por uma forma de consulta global, pela temática, pelas duas ou – quem sabe? – por nenhuma delas.

Parece-me, então, que se pode dizer que o projeto, com suas possíveis imperfeições tenham dado um passo à frente, ao definir a existência da consulta plebiscitária global. Talvez devesse ser regulamentado não por um mecanismo constitucional, mas pela Assembléia Nacional Constituinte, uma forma para sua convocação – aí caberia ao projeto de resolução dizer como isso deveria ser feito. Mas há, emenda do nobre Constituinte Jorge Hage que supera a possibilidade de crítica ao projeto, definindo a convocação pela Assembléia Nacional Constituinte. Uma crítica à proposta vem sendo insistentemente colocada: dizem que o número de 56 Constituintes para a definição de um tema alvo de consulta temática ao eleitorado é excessivamente pequeno. O próprio Relator foi da mesma opinião.

Na realidade, o que procuramos, depois de exaustivos debates sobre esse assunto – e no meu entender conseguimos –, foi evitar o risco de banalização da consulta temática. Poderia haver multiplicidade excessiva de temas a serem levados aos eleitores, inviabilizando os debates, a divulgação nos meios de comunicação e até a elaboração de cédula a ser usada pelos eleitores em geral. Seria impossível isso se levássemos à consulta 15, 20, 30, 40 temas. Apenas limitamos a possibilidade de se levarem temas em excesso à consulta. Evidentemente não deveria ser a maioria, porque na Assembléia Nacional Constituinte a maioria aprova, ela própria, todos os temas e faz valer seu ponto de vista. Então seria útil definir uma minoria que fosse capaz de colocar temas em consulta, sem, no entanto, banalizá-la. Esse o problema que tínhamos em mãos. Alguns companheiros pensavam em definir que as emendas que conseguissem 40% iriam à consulta popular. Mas haveria o risco da banalização e de nem sempre



serem os temas mais importantes os de votação apertada. Muitos temas secundários, que a ninguém ocorresse serem fundamentais, poderiam ter votação extremamente apertada. Então, a fórmula encontrada parece-me ser sábia. Cada Constituinte votaria nos temas que achasse que se deveria levar à consulta.

Portanto, os temas mais votados seriam, por hipótese, os mais importantes. A fórmula aqui consagrada, de requerimentos de 56, exatamente 10%, define um piso de assinaturas. Seria um voto a descoberto, para ser discutido, conchavado às claras. Haveria negociação em Plenário ou fora dele que levassem a uma aglutinação de forças, de tal maneira que os temas mais importantes fossem levados à consulta plebiscitária, porque seriam alvo de requerimentos assinados por um mínimo de 10%. Com o estabelecimento de 10% visou-se exatamente a colocar um limite ao número de temas. Se todos assinassem um requerimento, teríamos um limite teórico de nove temas, e evidentemente na prática isso jamais seria alcançado. Ficaríamos por volta de cinco, seis temas, que me parecem números mais desejáveis. De fato, os temas mais importantes estariam sendo levados a público.

Parlamentarismo e presidencialismo, evidentemente, seriam temas contemplados, bem como outros, alvo de pressões populares, de argumentações de especialistas nas discussões havidas aqui. Essa seria uma fórmula para viabilizar.

Uma vez que haveria a consulta, os 56 Constituintes não estariam impondo o plebiscito, pois seria deliberação em conjunto da maioria. Estariam apenas regulamentando a fórmula do voto de cada Constituinte, para não se paralisar a consulta. Apor-se-ia assinatura no requerimento, fazendo, portanto, com que os temas mais importantes, mais candentes fossem levados à apreciação direta da população.

Ao final os temas voltariam ao Plenário. A Assembléia Nacional Constituinte, soberanamente, promulgaria a Constituição, incorporando as consultas populares. Esta Assembléia soberana, que já deu uma lição ao mundo, acolhendo a iniciativa popular, daria também a marca, não do desprendimento da sua soberania, mas a marca de que a soberania popular faz parte das suas preocupações. Seria a demonstração de que não há conflito entre a soberania da Constituinte e a vontade do povo, porque a vontade soberana da Constituinte é exatamente a de se amoldar, da melhor maneira possível, da forma mais próxima possível, à vontade do povo.

A proposta visa exatamente a descobrir os caminhos, para que possa haver o afunilamento da soberania da Constituinte, da soberania do povo e da manifestação da vontade, da justa posição dos pontos de vista da Constituinte com os pontos de vista da população sobre os temas mais importantes. Não há como se falar, portanto, em contradição.

A Constituinte iria, inclusive, responder às preocupações do nobre Constituinte Adylson Motta: discutir, no momento concreto, adequado, o que fazer.

Uma rejeição em globo do Projeto de Constituição parece-me difícil, uma vez que o eleitorado está manifestando sua vontade nos pontos essenciais. O que importa nesta conjuntura é que a Constituinte defina qual o melhor caminho a seguir – não agora, a frio, fora do contexto. Poderíamos até decidir que ela recomece os trabalhos ou mesmo se dissolva, convocando-se então nova eleição para nova Assembléia Nacional Constituinte. Mas, na realidade, o importante é o debate preciso, que deve ser travado no momento adequado, no fogo da batalha, dentro de dada conjuntura política, diante de avaliações políticas sobre os porquês da rejeição da população a este Projeto de

Constituição e frente ao pronunciamento popular, no conjunto das emendas apresentadas a seu juízo.

Por isso mesmo, Sr. Presidente, parece-me seja este o momento para uma reflexão maior sobre este tema: a consulta plebiscitária. Oxalá, possamos, já não mais na Comissão de Sistematização, mas no conjunto da Assembléia Nacional Constituinte, consagrar uma maneira mais precisa elaborar a nova Constituição brasileira. Que encontremos, enfim, os verdadeiros caminhos para incorporar no texto da nova Carta a soberania popular, a fim de inscrevermos na História que esta Assembléia Nacional Constituinte, que tanto reclamou sua soberania, colocou acima de tudo essa soberania subordinada e ajustada à soberania de todo o povo.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Está encerrada a discussão. Infelizmente, não há **quorum** para submetermos o projeto de decisão do Deputado Virgílio Guimarães à votação.

Desejo informar aos Srs. Membros da Comissão que a Presidência recebeu mais dois projetos de decisão e deverá ser convocada nova reunião para a apreciação dos pareceres do Relator, a realizar-se na próxima quinta-feira, quando os Srs. Membros da Comissão de Sistematização receberão comunicação da Secretaria sobre o local e o horário da próxima reunião. O horário, portanto, será confirmado por comunicação escrita.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a reunião.

### Termo de Reunião

Aos vinte dias do mês de agosto de mil novecentos e oitenta e sete, às nove horas e trinta minutos, a Comissão de Sistematização deixou de reunir-se, por falta de **quorum**. Aguardando-se o decurso do prazo, por trinta minutos, e persistindo a insuficiência de número para deliberação, às dez horas, o Senhor Constituinte Aluizio Campos, Primeiro Vice-Presidente, no exercício da Presidência, declarou que a reunião destinada a dar continuidade à discussão e votação do Projeto de Decisão nº 7/87 (ANC) que "suspende a vigência da Lei de Segurança Nacional durante os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, do Senhor Brandão Monteiro, e do Projeto de Decisão nº 8/87 (ANC) que "submete à decisão da Assembléia Nacional Constituinte todos os Acordos e Contratos referentes à dívida externa do Brasil e dá outras providências", do Senhor João Cunha, deixava de se realizar, convocando, em seguida, nova reunião extraordinária para o dia vinte e um do corrente mês, às quinze horas, no Plenário da Câmara dos Deputados, com a mesma Ordem do Dia. Compareceram os Senhores Constituintes: Antônio Carlos Konder Reis, Aloysio Chaves, Brandão Monteiro, Francisco Benjamin, José Thomaz Nonô, Mário Lima, Nelson Carneiro, Nilson Gibson, Oscar Corrêa, Plínio de Arruda Sampaio, Israel Pinheiro, José Genoino e Octávio Elísio. E, para constar, eu, Maria Laura Coutinho, Secretária, lavrei o presente Termo.

### 18ª Reunião Extraordinária

Aos vinte e um dias do mês de agosto do ano de mil novecentos e oitenta e sete, às quinze horas e trinta e seis minutos, no Plenário da Câmara dos Deputados, reuniu-se a Comissão de Sistematização, sob a Presidência do Senhor Constituinte Afonso Arinos; presentes os seguintes Senhores Constituintes: Antônio Carlos Konder Reis, Brandão Monteiro, Carlos Sant'Anna, Cid Carvalho, Eraldo Tinoco, Haroldo Lima, Haroldo Sabóia, Inocêncio Oliveira, José Maurício, José Ulisses de Oliveira, Marcondes Gadelha, Nilson Gibson, Plínio de Arruda Sampaio, Prisco Viana, Roberto Freire, Sandra Cavalcanti, Sigmaringa Seixas, Siqueira Campos, Virgildásio de Senna, Adylson Motta, Bocayuva Cunha, Bonifácio de Andrada, José Costa, José Genoino, José Lourenço, Octávio Elísio, Paes Landim e

Uldurico Pinto. Estiveram presentes os seguintes Senhores Constituintes, não integrantes desta Comissão: Ruy Nedel, Olívio Dutra, Nelson Aguiar, Antônio Câmara e Jutahy Júnior. Deixaram de comparecer os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Adolfo Oliveira, Alcení Guerra, Alfredo Campos, Almir Gabriel, Aloysio Chaves, Antônio Farias, Antonio Carlos Mendes Thame, Arnaldo Prieto, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Carlos Chiarelli, Carlos Mosconi, Celso Dourado, Christóvam Chiaradia, Cristina Tavares, Darcy Pozza, Edme Tavares, Egídio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Gasparian, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Lyra, Francisco Benjamin, Francisco Dornelles, Francisco Pinto, Francisco Rossi, Gastone Righi, Gerson Peres, Ibsen Pinheiro, Jamil Haddad, Jarbas Passarinho, João Calmon, João Herrmann Neto, Joaquim Bevilacqua, José Fogaça, José Freire, José Geraldo, José Ignácio Ferreira, José Jorge, José Lins, José Luiz Maia, José Paulo Bisol, José Richa, José Santana de Vasconcellos, José Serra, José Thomaz Nonô, Luiz Eduardo, Luís Inácio Lula da Silva, Lysâneas Maciel, Manoel Moreira, Mário Assad, Mário Lima, Milton Reis, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nelson Friedrich, Oscar Corrêa, Osvaldo Coelho, Oswaldo Lima Filho, Paulo Pimentel, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Ricardo Fiúza, Rodrigues Palma, Severo Gomes, Theodoro Mendes, Virgílio Távora e Wilson Martins. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos e pôs em votação as Atas das reuniões dos dias treze e quatorze de agosto corrente. O Senhor Constituinte Plínio de Arruda Sampaio, em seguida, levantou questão de ordem sobre o calendário dos trabalhos, para reordená-lo, lembrando que o prazo de seis dias, de vinte e cinco a trinta de agosto, para apresentação de emendas ao Substitutivo do Relator da Comissão, ao Projeto de Constituição, parecia-lhe exíguo, pois só permitirá que cada partido disponha de seis ou sete minutos diários para discuti-lo. Sugeriu, portanto, que durante os citados seis dias não houvesse sessões ordinárias da Assembléia Nacional Constituinte e que alguns outros prazos, sobretudo administrativos, fossem modificados, dedicando-se mais tempo à discussão, especialmente à das emendas populares, subscritas por três milhões de brasileiros. O Senhor Presidente prometeu dedicar a devida atenção ao pedido, já que não se configurava uma questão de ordem. Sobre o assunto falou, também, o Senhor Constituinte Bocayuva Cunha, apoiando a solicitação e apelando para que não se incluísse na proposta alteração do prazo total, com vistas ao melhor rendimento dos trabalhos. Passou-se a seguir, à Ordem do Dia, da qual constava a discussão e votação dos Projetos de Decisão nºs 7/87, do Senhor Constituinte Brandão Monteiro, e 8/87, do Senhor Constituinte João Cunha. O primeiro, que suspende a vigência da Lei de Segurança Nacional durante os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, obteve parecer favorável, com emenda, do Senhor Relator Bernardo Cabral, e o segundo, que submete à decisão da Assembléia Nacional Constituinte todos os acordos referentes a dívida externa brasileira, com parecer do Relator Substituto, Constituinte Nelson Carneiro, pela sua rejeição. Aberto os debates, usaram da palavra os Senhores Constituintes José Genoino, Haroldo Lima, Brandão Monteiro, Eraldo Tinoco, Nilson Gibson e Carlos Sant'Anna. Encerrada a discussão e não havendo **quorum** para deliberação, o Senhor Presidente convocou reunião para o dia vinte e quatro de agosto, às dezenove horas, no mesmo Plenário, encerrando os trabalhos às dezesseis horas e vinte minutos. O inteiro teor da presente reunião foi gravado, devendo ser publicado no **Diário da Assembléia Nacional Constituinte** e constituir-se-á na Ata circunstanciada dos trabalhos. E, para constar, eu, Maria Latira Coutinho, Secretária, lavrei a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Havendo número regimental, declaro aberta a presente reunião da Comissão de Sistematização.

Foram distribuídas cópias das Atas das reuniões dos dias 13 e 14.

Em votação as Atas.

**O SR. CONSTITUINTE PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem a palavra V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO:** – Sr. Presidente, estou preparando um ofício para entregar a V. Ex.<sup>a</sup> com algumas reflexões sobre o calendário dos nossos trabalhos e sugestões para uma reordenação deste mesmo calendário.

Vou resumir, rapidamente, a situação de fato para V. Ex.<sup>a</sup>.

De acordo com o ofício que nos foi enviado, o prazo para apresentação de emendas ao Substitutivo do Relator, que será lida hoje à tarde, é de seis dias, começando a correr a partir do dia 25 de agosto. Nesse mesmo período devem ser realizadas sessões para discussão do Substitutivo e das Emendas Populares.

Estive verificando que na Comissão de Sistematização existem 83 Emendas Populares, com oradores designados pelos subscritores. Isto representa, admitindo-se os 20 minutos para cada orador, 27 horas de trabalho, que terão de ser distribuídas pelos seis dias. Supondo-se que a Comissão realize duas sessões diárias de três horas de duração, de manhã e à noite, teremos 36 horas de debate, incluindo-se o sábado e o domingo, que são dias absolutamente inconvenientes para se fazer esse trabalho.

Assim sendo, vamos reservar para os membros da Comissão de Sistematização apenas nove horas, a fim de que participem das discussões. Se dividirmos nove horas por seis dias, teremos aproximadamente uma hora e meia diária para que os membros da Comissão discutam o Substitutivo. Se distribuírmos esse tempo entre os partidos para depois se fazer a proporcionalidade, cada partido terá direito à palavra durante seis a sete minutos por dia, com o que será realmente impossível a discussão. Podemos simplesmente dizer que não haverá debate.

Outras sugestões aventadas, parecem-me, colocam o carro diante dos bois, como a que sugere que o Relator Bernardo Cabral elabore o segundo Substitutivo, enquanto se discute a matéria. Seria mais ou menos como fazer as alegações enquanto o juiz prola a sentença.

Pretendemos sugerir – estive conversando com alguns Constituintes – modificação no calendário, mantendo praticamente – talvez, apenas, com a diferença de um ou dois dias – o atual período, abreviando alguns prazos, sobretudo administrativos, e aumentando o prazo da discussão. Basicamente, Sr. Presidente, a nossa idéia é fixarmos do dia 25 ao dia 30 do mês em curso o prazo para apresentação de emendas, mas com a discussão sendo realizada do dia 25 de agosto ao dia 4 de setembro, sem usar o sábado e o domingo. Suspenderíamos as sessões ordinárias da Assembléia Nacional Constituinte, nesse período, para nos dedicarmos inteiramente à discussão das Emendas Populares e do Substitutivo Bernardo Cabral aqui no plenário da Comissão de Sistematização.

Se encurtássemos em um dia o prazo do parecer do Relator, dependendo de S. Ex.<sup>a</sup> aceitar; se encurtássemos em um dia o da publicação do avulso, para o que nos poderíamos preparar; se encurtássemos em um dia o prazo para a ordenação da matéria – o que também poderíamos preparar até com a ajuda do computador, porque

para isso ele existe: teríamos o mesmo prazo, dia 18 ou, a menos que queiramos diminuir um dia no prazo da votação, dia 17. Teríamos, assim, oportunidade de prestar uma homenagem a três milhões de pessoas que assinaram as Emendas Populares, e a centenas de entidades que se movimentaram pelo País inteiro designando pessoas, as mais ilustres, para virem depor e defender suas idéias nesta Casa.

De modo que encaminho o requerimento a V. Ex.<sup>a</sup> pedindo uma solução, com a brevidade possível e a antecipação necessária, para que possamos organizar o debate. Toda vez que o debate condensa-se, organiza-se bem, a Casa cresce; e, todas as vezes que entramos na rotina regimental, hoje ultrapassada, a Casa empequenece.

Era meu requerimento a V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Muito obrigado.

O nobre Constituinte Plínio Arruda Sampaio solicita de fato, através de questão de ordem, uma decisão sobre novos prazos de tramitação das Emendas Populares por esta Comissão, tornando-os compatíveis com as conveniências que S. Ex.<sup>a</sup> considera essenciais para o andamento da matéria.

Nessas condições peço a S. Ex.<sup>a</sup> que remeta o requerimento à Mesa, porque o pedido será apreciado como tal e não como questão de ordem. Equivale dizer que não tenho condições, no momento, de decidir, porque não se trata de resposta à questão de ordem, mas, sim, de decisão sobre um requerimento. Farei o estudo com a maior boa vontade, para que possamos chegar à conclusão que a mim me parece mais acertada, com referência à abertura do debate de emendas populares, o que é uma inovação no Direito Constitucional brasileiro, porque corresponde, pela primeira vez, à aplicação do funcionamento de normas de democracia direta.

Peço a V. Ex.<sup>a</sup> que remeta o requerimento à Mesa, e o farei examinar pelos assessores com competência em matéria regimental, para que, no fim da sessão, eu possa oferecer alguma tentativa de resposta à solicitação de V. Ex.<sup>a</sup>, que considero do maior relevo e da maior importância.

**O SR. CONSTITUINTE PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO:** – Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE BOCAYUVA CUNHA:** – Sr. Presidente, peço a palavra para tratar do requerimento.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE BOCAYUVA CUNHA:** – Desde já, quero declarar-me inteiramente de acordo com a magnífica idéia do Constituinte Plínio Arruda Sampaio, experimentado Parlamentar. Mas gostaria de fazer um apelo público a S. Ex.<sup>a</sup>, no sentido de limitar, dentro da sugestão do novo esquema de trabalho da Comissão de Sistematização, o prazo, suprimindo um dia, para ficarmos exatamente dentro do prazo previsto hoje. Isto é muito importante, tendo em vista que o brasileiro é bastante indisciplinado. Aliás, todos nós, parlamentares. Se não tivermos um prazo rígido, nosso trabalho não terá o rendimento desejado.

Esse é o apelo público nobre Constituinte Plínio Arruda Sampaio, rio sentido de se ajustar o cronograma proposto por S. Ex.<sup>a</sup> – para o Substitutivo – aos prazos ora vigentes no projeto.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Pergunto ao Constituinte Bocayuva Cunha se considera necessário o envio por escrito do pedido. Caso o seja, como é o complemento do requerimento do companheiro, juntaria as duas peças para a decisão ser tomada com a inovação sugerida.

**O SR. CONSTITUINTE BOCAYUVA CUNHA:** – Creio que não há necessidade, já que o Constituinte Plínio de Arruda Sampaio considera possível, neste instante, enviar à Mesa o requerimento e obedecer ao limite de prazo.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Está perfeito. Muito obrigado.

Consta da Ordem do Dia de hoje, em primeiro lugar a discussão e votação do Projeto de Decisão nº 7/87, do Sr. Constituinte Brandão Monteiro, que "suspende a vigência da Lei de Segurança Nacional durante os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, tendo parecer do Sr. Relator, Bernardo Cabral, pela aprovação do projeto, com emenda."

Em segundo lugar, a discussão e votação do Projeto de Decisão nº 8/87, do Sr. Constituinte João Cunha, que submete à decisão da Assembléia Nacional Constituinte todos os acordos e contratos referentes à dívida externa brasileira, tendo parecer do Sr. Relator Substituto, Constituinte Nelson Carneiro, pela rejeição do projeto.

Iniciaremos a discussão com o parecer do Sr. Relator, Bernardo Cabral, a respeito do primeiro projeto de decisão.

Informo à Casa que recebi comunicado, na abertura da sessão, do Sr. Relator Bernardo Cabral, escusando-se perante os colegas pela impossibilidade de aqui se encontrar presente no momento, por estar preso aos trabalhos de redação do Substitutivo que deverá apresentar nos próximos dias.

Convido o Sr. Constituinte José Genoino para proceder à leitura do parecer ao Projeto de Decisão nº 7/87, do Sr. Brandão Monteiro.

**O SR. RELATOR (José Genoino):** – É o seguinte o parecer do nobre Relator Bernardo Cabral:

#### PROJETO DE DECISÃO Nº 7, DE 1987

**"Suspende a vigência da Lei de Segurança Nacional durante os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte."**

Autor: Constituinte **Brandão Monteiro**

Relator: Constituinte **Bernardo Cabral**.

#### Relatório

Objetiva o presente projeto de decisão suspender "a vigência da Lei de Segurança Nacional (Lei Nº 7.170/83) durante os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte", determinando, por outro lado, que os processos e inquéritos com base nela instaurados sejam "redistribuídos à Justiça Comum, aplicando-se o Código Penal para a sanção dos delitos hoje tipificados no referido diploma legal".

Fundamentando a iniciativa no art. 59, § 7º, do Regimento Interno (RIANC), o seu nobre autor, Constituinte Brandão Monteiro, justifica a adoção da medida proposta ao argumento, entre outros, de que:

"Durante os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte a vigência desse instrumento autoritário significa uma grave e permanente ameaça a todos os Constituintes, pois, pode a qualquer momento, ser invocado para suspender o exercício de mandatos parlamentares, executar prisões sem ordem judicial e para manter cidadãos incomunicáveis, a critério de autoridades policiais."

Prossegue afirmando:

"A Lei de Segurança Nacional pode ser invocada pelo Procurador-Geral da República para suspender o exercício do mandato parlamentar, como está previsto no § 5º do art. 32 da Constituição Federal."

"Nos crimes contra a Segurança Nacional, poderá o Procurador-Geral da República re-

cebida a denúncia e considerada a gravidade do delito, requerer a suspensão do exercício do mandato parlamentar, até a decisão final de sua representação pelo Supremo Tribunal Federal."

É o relatório.

A proposta sob exame atende ao requisito de apoioamento previsto no art. 59, § 7º, do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte.

No mérito, deve ser acolhida pelas próprias razões invocadas por seu ilustre autor para sua propositura, analisadas à luz do dispositivo retrocitado.

Com efeito, como mandatários do povo e com poderes constituintes, nossos trabalhos não podem ser desenvolvidos sob a ameaça, ainda que potencial, de sermos atingidos por medidas arbitrárias, sendo de toda prudência e oportunidade que esta Assembléia se posicione, cautelarmente, sobre essa importante e delicada questão, de modo a evitar futuros desdobramentos indesejáveis ante eventuais fatos consumados.

Antes de emitir meu voto, faço apenas uma leve observação de caráter técnico. O projeto, em seu art. 2º, ao prever a aplicação do Código Penal para a sanção dos delitos hoje tipificados na Lei de Segurança Nacional, não estabelece nenhuma regra quanto ao respectivo processamento. Para evitar dúvidas na exegese do futuro texto legal, creio necessária a menção de que este se fará de acordo com o Código de Processo Penal, consoante sugiro em minuta anexa.

#### Voto do Relator

Diante do exposto e observada a emenda oferecida em anexo, meu voto é pela aprovação do Projeto de Decisão nº 7/87.

Sala da Comissão. – Constituinte **Bernardo Cabral**, Relator.

#### EMENDA AO PROJETO DE DECISÃO Nº 7, DE 1987

Dê-se ao art. 2º do projeto a seguinte redação:

"Art. 2º Os processos e os inquéritos já instaurados com base na Lei de Segurança Nacional serão redistribuídos à Justiça Comum, aplicando-se-lhes o Código de Processo Penal e o Código Penal, respectivamente, quanto ao processamento, tipificação e sanção dos fatos delituosos."

Sala da Comissão, – Constituinte **Bernardo Cabral**, Relator.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Está em discussão o parecer. A Comissão está ciente das suas conclusões. Há uma lista de inscrição. Em primeiro lugar está inscrito o Sr. Constituinte Haroldo Lima, a quem dou a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE HAROLDO LIMA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o Projeto de Decisão nº 7, de autoria do nobre Constituinte Brandão Monteiro, toca uma questão central que diz respeito à construção da democracia no Brasil. Nos vinte anos de ditadura militar – todos sabemos – uma doutrina foi elaborada, desenvolvida e aplicada no País. De certa forma, ela foi a expressão legislativa da ditadura militar. Trata-se da doutrina de segurança nacional.

A origem dessa doutrina, como sabemos, não é propriamente brasileira. Ela é oriunda de cursos tipo Escola Superior de Guerra, promovidos nos Estados Unidos da América.

Os norte-americanos formaram em suas escolas todo um grupo de oficiais das forças armadas latino-americanas, e, como fruto desse centro propulsor de ideologia

alienígena, aqui começaram a desenvolver a doutrina de segurança nacional.

De resto, sua origem mais anterior remonta ao período do General Goes Monteiro, que já externava idéias a respeito da questão da segurança nacional. Mas é no período da ditadura militar que toda essa doutrina termina por consolidar-se na esfera legislativa, sintetizando-se na chamada Lei de Segurança Nacional – uma lei abertamente fascista. Depois, num período mais recente, essa lei viria a sofrer algumas modificações, sem perder, contudo, sua índole fascizante.

Sob essa lei, a liberdade, a democracia no País foi gravemente aviltada, golpeada. Como eu, muitos foram presos e julgados. Fui condenado a dez anos de prisão, tive meus direitos políticos cassados por vinte anos, exclusivamente porque sempre fui, e continuo sendo, um ardoroso defensor da nacionalidade brasileira, dos interesses nacionais contra os das multinacionais, das empresas imperialistas, que querem explorar o nosso País, os nossos trabalhadores, aviltando os interesses dos camponeses, dos posseiros, dos pobres, de todo o povo brasileiro, de maneira geral. Precisamente por essa razão, e não por outra, é que não só eu, mas um número muito grande de brasileiros, foram julgados com base dessa malsinada Lei de Segurança Nacional. Ela é, então, a expressão mais lídima do arbítrio em nosso País.

Mas eis que é instalada a Constituinte, depois de um processo complicado de discussão a respeito do que seria a sua soberania. De forma limitada, conclui-se por definir essa soberania como sendo a possibilidade de esta Assembléia sobrestar medidas que, sendo aplicadas, poderiam prejudicar o funcionamento pleno da própria Constituinte. Pois bem. A partir desse entendimento, já limitado, do que seria um projeto de decisão da Constituinte, melhor dizendo, do que seria a coisa máxima que a Constituinte poderia fazer além da elaboração da Constituição e enquanto elaborando a Constituição, o Constituinte Brandão Monteiro encaminha a esta Comissão este projeto.

Parece-me que o projeto toca precisamente uma questão que fere abertamente a soberania desta Constituinte. Por conseguinte, essa seria uma questão meridianamente clara a ser sobrestada para não pairar como espada de Dâmocles sobre a cabeça da Constituinte.

Sei que a maioria dos que aqui estão presentes participam desse acordo de votar favoravelmente a este projeto de decisão, mas sei também que ninguém é ingênuo a ponto de imaginar que ele irá para frente, terá sucesso.

Sr. Presidente, ao tempo em que defendo e reafirmo o meu ponto de vista favorável à aprovação deste projeto de decisão, não só quanto ao mérito, como também quanto ao método, aproveito os minutos que me restam para chamar a atenção de V. Ex.<sup>a</sup> e dos Srs. Constituintes membros desta Comissão para um mecanismo frustrador que terminou nos impingindo nesta Constituinte e, especialmente, nesta Comissão de Sistematização. É que a Comissão de Sistematização, que já está quase concluindo os seus trabalhos, que já está para definir essencialmente o projeto de Constituição, tinha por pré-requisito apreciar projetos de decisão. Oito projetos de decisão, ao que me consta, foram até agora encaminhados a esta Comissão. Na verdade, ao que me lembro, nenhum projeto contraria os interesses do povo. Pelo contrário, esses projetos, em sua maioria ou quase totalidade, salvo engano, são positivos, progressistas, eis que defendem a nacionalidade brasileira, os interesses da democracia e da liberdade. Talvez precisamente por isso nenhum desses projetos foi aqui aprovado, com a exceção de apenas um, votado com muita dificuldade. Trata-se do projeto de decisão do Constituinte Paulo Ramos, que proíbe a conversão da dívida externa em capital de risco, uma vez

que estamos discutindo na própria Constituinte o que fazer quanto à dívida externa brasileira. Estamos discutindo aqui como vai ser a relação entre a Nação brasileira e o capital estrangeiro, o que será uma empresa nacional e qual o mecanismo institucional brasileiro a ser aplicado nos contratos e acordos internacionais. Há diversos projetos que estabeleçam que os acordos de empréstimos com bancos internacionais só poderão ser feitos se tiverem o aval do Congresso Nacional.

Por conseguinte, no momento em que estamos discutindo questões de vital importância para a soberania nacional, o projeto de decisão encaminha um processo para sustar medida que, se tomada, prejudicaria as decisões que ainda estão sendo discutidas aqui. Foi aprovado, mas o Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, Constituinte Ulysses Guimarães, tendo decorrido quase um mês, não cumpriu, em nossa opinião, com o dever que tinha, qual seja, o de encaminhar ao Plenário da Constituinte esse projeto de decisão, para ser decidido em última instância aqui e não em outro setor.

Então, Sr. Presidente, nós, Constituintes jovens, sobretudo se comparados com a vasta experiência de V. Ex.<sup>a</sup>, ficamos frustrados. Chegamos aqui animados com a idéia de defender a democracia, defender a liberdade, defender a soberania nacional e tomamos a iniciativa de fazer esforços e articulações para que a Comissão presidida por V. Ex.<sup>a</sup> aprovasse o chamado Projeto de Decisão nº 4, esperando, quando fosse ao Plenário da Constituinte, podermos – quem sabe? – convocar um grande movimento objetivando aprová-lo. Dessa forma, a Constituinte poderia tomar uma decisão, a primeira e única que influenciaria a vida política do País. Pensávamos que estas coisas poderiam acontecer, mas não está acontecendo absolutamente nada.

Ao defender aqui o Projeto de Decisão, de autoria do Constituinte Brandão Monteiro, devo dizer: este projeto é justo, legítimo e oportuno. Mas não tem nenhuma condição de ser aqui aprovado, porque a direita nesta Casa está forte, organizada, não dá espaço para um projeto desses, progressista. Devo dizer mais: se for aprovado, não chegará à Constituinte, porque o Constituinte Ulysses Guimarães não quer.

Não estou levantando hipóteses, estou raciocinando em cima de dados concretos. S. Ex.<sup>a</sup> não quis, até agora, que chegasse à Constituinte um único projeto que já foi aprovado aqui, desrespeitando esta Comissão e, em minha opinião, desrespeitando S. Ex.<sup>a</sup> o Presidente desta Comissão, Constituinte Afonso Arinos, que não conseguiu fazer com que nenhum projeto desses fosse encaminhado à Constituinte, porque o Constituinte Ulysses Guimarães assim não queria.

Mais do que isso, nem o Constituinte Afonso Arinos nem nós, Constituintes desta Comissão, conseguimos aprovar aqui nenhum outro projeto, exceto esse fatídico Projeto nº 4. Esta Comissão se vê, então, ao final dos trabalhos, frustrada. É uma questão, que foi, de certa forma, driblada. A cúpula dirigentes da Constituinte nos demonstrou aqui – embora imaginássemos diferentemente – que o principal mesmo é o poder unitário da cúpula que, em nossa opinião, procedeu de uma maneira antidemocrática, burlando as regras do jogo, fazendo com que se implantasse na Constituinte uma regra marginal, porque se delibera não com o Regimento Interno, mas, sim, de acordo com a vontade de algumas poucas pessoas.

Estamos agora preocupados, Sr. Presidente, porque a própria Constituição também está sendo vítima desse imunológico, desse plano, dessa trama. Enquanto nós, nas Subcomissões e Comissões Temáticas, discutíamos uma série de assuntos, os líderes dos partidos estavam idealisticamente animados de que aqueles temas iriam ser objeto de discussão, talvez de negociação; quem sabe te-

ríamos até que ceder em alguns pontos. Nada disso aconteceu, porque o Constituinte Bernardo Cabral, que até agora tinha nos merecido respeito, encontrou um grupo de iluminados, saiu da Casa onde a Constituinte se reúne, instalou-se no 24º andar do Banco do Brasil e elaborou a Constituição à margem de uma discussão conosco.

Eu, que sou Líder do PC do B, não fui ouvido para absolutamente nada, bem como os Líderes do PDT, PT e PSB. Estamos sendo convocados para irmos agora à tarde até lá escutar o que ele vai nos dizer, ou seja, o que o grupo iluminado fez. Queremos, antecipadamente, dizer: menosprezaram a nossa capacidade de luta, porque essa Constituição à direita não sairá fácil daqui.

A nossa capacidade de luta agora é que se vai fazer medir. Até agora temos optado pela tática da negociação, do diálogo respeitoso e da busca de melhorar o Projeto de Constituição, mas, dependendo do que ouvirmos hoje – e já temos fartos rumores – a nossa tática, a dos democratas, dos progressistas do PMDB, PC do B, PT, PDT, PSB de todos os outros setores, seguramente vai mudar. A nossa tática será desmascarar a direita aqui dentro, desmascarar esse projeto direitista, que até uma sinistra empresa brasileira de capital estrangeiro quer-nos impor. Quer nos impor a sistema eleitoral misto, da época do Imperador Pedro II e do início da República. Há pouco tempo, li que o Deputado Ulysses Guimarães se expressou de forma contundente contra isso, na mesma oportunidade em que o Senador Tancredo Neves o fez, e agora não mais faz absolutamente nada.

Ouço, com prazer, o nobre Constituinte Brandão Monteiro.

**O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO MONTEIRO:** – Nobre Constituinte Haroldo Lima, quero, em nome da Liderança do PDT, trazer minha solidariedade a V. Ex.<sup>a</sup>, lembrando que nesta Casa temos discutido o processo constituinte há mais de seis meses. Aqui, discutiu-se a possibilidade de se fazer uma comissão constitucional, como tradicionalmente o Direito Constitucional brasileiro o fez, quando da elaboração das Constituições. O próprio Presidente da Comissão de Sistematização fora convocado para fazer um anteprojeto de Constituição junto com ilustres juristas do País e pessoas do povo. Nada disso foi aprovado. Entretanto, depois de muita discussão, elabora-se no Banco do Brasil aquilo que o povo já está chamando de "Bernardão". Queremos trazer nossa solidariedade a V. Ex.<sup>a</sup> e dizer que temos cumprido nossa obrigação. Lamentamos que a Comissão de Sistematização periodicamente não tenha tido número para discutirmos, do que resulta um profundo desprestígio da Comissão, dos seus membros e, sobretudo, da própria Constituição. Temos cumprido nossa obrigação. Elaboramos três projetos de resolução. Infelizmente, nunca houve **quorum** para votação. Sistemáticamente, alguns partidos aqui não se fazem presentes. Somos testemunhas de que muitos Constituintes chegaram a ter atritos nos seus partidos porque desejavam participar da Comissão de Sistematização. Todos os projetos são da maior importância para o País. Por exemplo, o nosso projeto previa novo reescalamento da dívida para as microempresas. Foi aprovado na preliminar, mas não houve número para votação no que diz respeito ao mérito. Hoje, recolhemos dados: só no Rio de Janeiro 960 microempresas foram à falência. Há também o projeto que prevê o plebiscito; discute-se, agora, o parlamentarismo, o presidencialismo e o mandato do Presidente. Já se está instituindo o parlamentarismo, o voto distrital misto e já se fala em mandato de seis anos para o Presidente da República, num total desrespeito ao povo brasileiro. Também não houve número para sua votação. Agora, surge um projeto de decisão que prevê a suspensão da vigência da Lei de Segurança Nacional que, como outros projetos que aqui foram trazidos, é tratado como se não tivesse a menor importância. O Presidente Afonso Arinos e os membros desta Comissão que aqui vêm sabem

que temos cumprido a nossa obrigação. Aqueles que se ausentaram, aqueles que aqui não estão deixarão nos Anais desta Casa, para a História do País, o seu triste papel no Parlamento, na Constituinte e na Comissão de Sistematização.

**O SR. CONSTITUINTE HAROLDO LIMA:** – Muito obrigado, nobre Constituinte Brandão Monteiro.

Sr. Presidente, encerro a minha intervenção reafirmando o meu ponto de vista. Sou favorável à aprovação do projeto de decisão em pauta. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – O Presidente se permite chamar à atenção, quanto ao próprio e brilhante discurso do nobre orador, e quanto ao aparte que a ele foi acrescido pelo nobre Constituinte Brandão Monteiro, para o fato de que deve figurar nos Anais que a razão principal se não da omissão, mas da relativa insuficiência dos trabalhos, depende do número de presentes. O número é uma imposição regimental. De maneira que não cabe responsabilidade nenhuma à Mesa da Comissão nem à Comissão de Sistematização, tomada como uma entidade genérica. É preciso que nos compenetrems de que esse fato é devido à ausência dos Srs. Constituintes que fazem parte da Comissão de Sistematização. Quanto aos presentes, suas intervenções serão inscritas nos Anais históricos da nossa Assembléia Nacional Constituinte. Não se pode responsabilizar a Comissão de Sistematização, que é uma entidade genérica e imponderável enquanto que os Constituintes que fazem parte dela são pessoas físicas. Então, a ausência desses Constituintes, que perfazem a maioria, é que faz com que, infelizmente, a Comissão não possa tomar decisões em matérias dessa gravidade.

Essa é a declaração que o Presidente desejaria que constasse também da sessão de hoje, a fim de que fique inscrita nos Anais da Assembléia Nacional Constituinte.

**O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO MONTEIRO:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO MONTEIRO:** – Quero, neste momento, fazer minhas as palavras de V. Ex.<sup>a</sup>, que são extremamente verdadeiras.

Como autor da proposição que aqui discutimos e em virtude da falta de número para prosseguimento da discussão, nós queremos solicitar a V. Ex.<sup>a</sup> o encerramento da sessão, haja vista que haverá agora inclusive a apresentação, pelo Presidente da Casa e pelo Relator Bernardo Cabral, do tão falado anteprojeto do Relator.

Como o último prazo para votação, segundo o Regimento, será na segunda-feira, solicitaria a V. Ex.<sup>a</sup> que convocasse para essa data a próxima reunião para discussão e votação dos projetos de resolução da nossa autoria e do Constituinte João Cunha. Segunda-feira será o prazo fatal. Mas que a reunião seja à noite, haja vista que, pela amanhã, provavelmente teremos menos membros da Comissão do que nesta oportunidade. Era a questão de ordem que levaria à Mesa.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOINO:** – Sr. Presidente, antes de V. Ex.<sup>a</sup> responder à questão de ordem, acho importante também que fique consignado nos Anais desta Comissão, a propósito do esvaziamento das suas reuniões, que tem sido uma constante, a preocupação de V. Ex.<sup>a</sup> Eu não o conhecia, conhecemos aqui, mas a sua dedicação em presidir a maioria das reuniões, de sempre convocá-las e de prestigiar a Comissão de Sistematização nós temos que registrar neste momento em que precisamos notar vários projetos de decisão e não há **quorum**. Mas o que dependeu de V. Ex.<sup>a</sup>, em termos de comunicação, de conversar com os Constituintes, de vir aqui, é importante registrar que ocorreu. Não foi por causa

de V. Ex.<sup>a</sup> o esvaziamento, pelo contrário, foi enorme o seu empenho para que esta Comissão funcionasse plenamente. É importante fazer este registro.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – O Presidente agradece muito a V. Ex.<sup>a</sup> e fará também constar isso dos Anais, a fim de que seja um galardão à sua longa vida pública.

**O SR. CONSTITUINTE ERALDO TINOCO:** – Antes que V. Ex.<sup>a</sup> responda à questão de ordem levantada pelo ilustre Constituinte Brandão Monteiro, quero solicitar uma informação. O prazo do Relator Bernardo Cabral para apresentar o Substitutivo deverá esgotar-se neste final de semana. Conseqüentemente, deveríamos ter, na primeira oportunidade possível, tão logo S. Ex.<sup>a</sup> complete seu trabalho, uma sessão desta Comissão, para apresentação do seu parecer e do seu Substitutivo, isto para que a matéria possa começar a tramitar e inclusive começar a correr o prazo de apresentação de emendas.

Gostaria, portanto, que V. Ex.<sup>a</sup>, antes de encerrar esta sessão, nos esclarecesse quando a Comissão de Sistematização terá a apresentação do parecer do ilustre Relator Bernardo Cabral.

**O SR. CONSTITUINTE NILSON GIBSON:** – Sr. Presidente, antes que V. Ex.<sup>a</sup> decida, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE NILSON GIBSON:** – Sr. Presidente, gostaria de deixar registrada minha opinião sobre as acusações assacadas contra o ilustre e emérito Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, em face do projeto de decisão de autoria do nobre Constituinte Paulo Ramos.

Eu, que participei constantemente das reuniões da Comissão de Sistematização, divirjo totalmente dessas acusações. V. Ex.<sup>a</sup>, acatando uma questão de ordem, encaminhou à Presidência da Assembléia Nacional Constituinte o exame da matéria. O Presidente distribuiu-a ao ilustre Constituinte Mauro Benevides, a fim de examinar o assunto. Entrará a matéria na próxima reunião da Mesa, o que já foi cientificado aos Constituintes que participam da Assembléia Nacional Constituinte. As acusações, **data venia**, do ilustre e nobre Constituinte Haroldo Lima, um dos homens de maior capacidade de trabalho que temos nesta Assembléia, não podem ser endereçadas ao nobre Presidente da Assembléia Constituinte.

Concordamos com a petição formulada pelo nobre Líder do PDT, solicitando o encerramento da reunião, por falta de **quorum**. Continuaremos a discussão e votação do projeto de decisão de sua autoria em outra oportunidade.

Eram as colocações que gostaria de trazer.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup> Esta Presidência gostaria de juntar algumas palavras de adesão, não de crítica, às observações enunciadas pelo Constituinte Haroldo Lima, apenas como um testemunho. Ainda hoje, recebi telefonema do Presidente da Constituinte solicitando que comparecesse à reunião de líderes, a fim de prestar colaboração ao andamento geral da questão. Respondi a S. Ex.<sup>a</sup> que eu não tinha a honra de figurar como líder de nenhuma corrente política, mas S. Ex.<sup>a</sup> me disse que, como Presidente da Comissão, deveria estar presente, porque a Comissão na discussão desse assunto tem fundamental importância. Disse-me também que, após a reunião, se eu não pudesse comparecer, faria um relato do que acontecera, a fim de que a Comissão de Sistematização fosse ao corrente do debate e da conclusão da reunião de líderes. Uma vez que esta sessão será encerrada, comparecerei à reunião, a convite do Sr. Presidente, a fim de acompanhar os trabalhos que, segundo S. Ex.<sup>a</sup>, repercutirão profundamente nos trabalhos da Comissão de Sistematização.

Tenho a argumentar aos companheiros aqui presentes que o pedido de encerramento da discussão está sujeito a uma regra do Regimento, que diz ser necessário que falem três oradores a favor e três contra. A Presidência toma a si a responsabilidade de dispensar essa exigência, porque é evidente que todos desejamos comparecer à reunião a que me referi. Conseqüentemente, se os presentes não se manifestarem contra, decidirei que, apesar da disposição regimental, não será necessário que façamos agora a audiência de mais cinco intervenções na tribuna. (Pausa.) O silêncio dos Srs. Constituintes presentes autoriza-me a crer que posso encerrar a reunião.

**O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO MONTEIRO:** – Até porque o requerimento que fiz foi sobre o encerramento da sessão e o Regimento fala em encerramento da discussão. Estou pedindo o encerramento da sessão e não da discussão, por evidente falta de **quorum**.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Pergunto, então, ao nobre Líder Carlos Sant'Anna, que acaba de chegar, se tem mais alguma colocação a fazer.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Consultei V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Presidente, e a Secretária, profunda conhecedora do Regimento, se é necessária a presença de 18 Constituintes para que haja, pelo menos, a possibilidade de funcionamento da sessão. Não há 18 Constituintes presentes.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Não podemos também tomar decisão independentemente. Segundo o requerimento do nobre Constituinte Brandão Monteiro, na segunda-feira, dia 24, às 19 horas, realizará uma nova sessão, para continuar a discussão interrompida hoje.

**O SR. CONSTITUINTE ERLDO TINOCO:** – Sr. Presidente, solicitei informação a respeito da sessão para leitura do parecer do Relator Bernardo Cabral. Indaguei à Mesa quando estaria marcada a reunião da Comissão de Sistematização para leitura do parecer do Substitutivo do Relator Bernardo Cabral.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Vamos examinar a questão para saber qual é a melhor data para esse fato.

**O SR. CONSTITUINTE ERLDO TINOCO:** – Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Oportunamente darei a V. Ex.<sup>a</sup> a resposta. Está encerrada a reunião.

### 19ª Reunião Extraordinária

Aos vinte e quatro dias do mês de agosto de mil novecentos e oitenta e sete, às dezenove horas e vinte minutos, no Plenário da Câmara dos Deputados, reuniu-se a Comissão de Sistematização, sob a Presidência do Senhor Constituinte Aluísio Campos – 1º Vice-Presidente, no exercício da Presidência, presentes os seguintes Senhores Constituintes: Ademir Andrade, Aloysio Chaves, Antônio Carlos Konder Reis, Arnaldo Prieto, Artur da Távola, Brandão Monteiro, Carlos Sant'Anna, Celso Dourado, Christóvam Chiaradia, Cristina Tavares, Darcy Pozza, Egídio Ferreira Lima, Eraldo Tinoco, Fernando Bezerra Coelho, Gastone Righi, Gerson Peres, Haroldo Sabóia, Ibsen Pinheiro, Inocêncio Oliveira, Jamil Haddad, José Luiz Maia, José Santana de Vasconcellos, Luiz Eduardo, Lisâneas Maciel, Manoel Moreira, Nelson Carneiro, Nelton Friedrich, Nilson Gibson, Oscar Corrêa, Oswaldo Lima Filho, Paulo Pimentel, Paulo Ramos, Plínio de Arruda Sampaio, Prisco Viana, Raimundo Bezerra, Rodrigues Palma, Sigmaringa Seixas, Siqueira Campos, Virgildásio de Senna, Adylson Motta, Chagas Rodrigues, Enoc Vieira, Fernando Santana, Jonas Pinheiro, José Genoino, José Maria Eymael, José Tavares, Luiz Salomão, Miro Teixeira, Paes Landim e Vicente Bogo.

Estiveram presentes os seguintes Senhores Constituintes não integrantes desta Comissão: José Mendonça de Moraes, João Cunha, Chico Humberto, Luiz Alberto Rodrigues e Vivaldo Barbosa. Deixaram de comparecer os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Adolfo Oliveira, Afonso Arinos, Alcení Guerra, Alfredo Campos, Almir Gabriel, Antônio Farias, Antonio Carlos Mendes Thame, Bernardo Cabral, Carlos Chiarelli, Carlos Mosconi, Cid Carvalho, Edme Tavares, Fernando Gasparian, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Lyra, Francisco Benjamin, Francisco Dornelles, Francisco Pinto, Francisco Rossi, Haroldo Lima, Jarbas Passarinho, João Calmon, João Hermann Neto, Joaquim Bevilacqua, José Fogaça, José Freire, José Geraldo, José Ignácio Ferreira, José Jorge, José Lins, José Maurício, José Paulo Bisol, José Richa, José Thomaz Nonô, José Ulisses de Oliveira, Luiz Inácio Lula da Silva, Marcondes Gadelha, Mário Assad, Milton Reis, Nelson Jobim, Osvaldo Coelho, Pimenta da Veiga, Renato Vianna, Ricardo Fiúza, Roberto Freire, Sandra Cavalcanti, Severo Gomes, Theodoro Mendes, Virgílio Távora e Wilson Martins. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião e determinou a leitura da Ata da reunião anterior, que foi aprovada, unanimemente: a seguir informou que, de acordo com solicitação do Senhor Relator, Constituinte Bernardo Cabral, o Presidente titular, Constituinte Afonso Arinos, determinara a reformulação no calendário, estabelecendo que, nos três dias anteriores à publicação do parecer do Relator Bernardo Cabral, ou do seu substitutivo, a partir de quarta-feira, poder-se-ia discutir as Emendas Populares, com a determinação de que fossem convocados os representantes das entidades apresentadoras das referidas emendas, e fixando para o dia seguinte a entrega do cronograma com as matérias e os nomes dos expositores aos Senhores membros da Comissão. O Senhor Presidente, prosseguindo, prestou as informações: que na próxima quarta-feira, dia 26, seriam realizadas duas reuniões, uma pela manhã, e outra à noite; mais duas na quinta; e outras duas na sexta-feira, para discussão das Emendas Populares apresentadas. Passando a Ordem do Dia, convidou o Constituinte Antônio Carlos Konder Reis para funcionar como relator, **ad hoc**, sobre o Projeto de Decisão nº 7/87-ANC, do Senhor Constituinte Brandão Monteiro que suspende a vigência da Lei de Segurança Nacional, durante os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, em substituição ao Relator Bernardo Cabral. Com a palavra o Sr. Constituinte Plínio de Arruda Sampaio que apresentou requerimento solicitando a extensão do prazo de discussão do substitutivo e das emendas populares até o dia 6 de setembro, ao que o Senhor Presidente respondeu estar sendo reexaminado o cronograma de trabalho, pelo qual pretende-se começar a discussão das emendas no dia seguinte, observando não prejudicá-las antes a exigüidade de tempo. Formularam questões de ordem, prontamente decididas pelo Senhor Presidente, os Constituintes: Gerson Peres e Paulo Ramos. Não havendo inscritos para discutir o Projeto de Decisão do Senhor Constituinte Brandão Monteiro, o Senhor Presidente respondeu à questão de ordem formulada pelo Senhor Constituinte Carlos Sant'Anna sobre o processo de votação do Projeto em tela, passando-se à votação do mesmo, tendo respondido sim 32 Senhores Constituintes, e não 2, perfazendo um total de 34 votos. Por falta de **quorum**, deixou o Projeto de ser apreciado, tendo o Senhor Presidente informado que o mesmo seria remetido à Mesa da Assembléia Nacional Constituinte. Em seguida, o Senhor Presidente convidou o Constituinte Nelson Carneiro a proceder à leitura do seu parecer ao Projeto de Decisão nº 8/87-ANC, respondendo, antes, às questões de ordem formuladas pelos seguintes Senhores Constituintes: Fernando Santana, Gastone Righi e Brandão Monteiro. Após a leitura do Parecer sobre o Projeto, o Senhor Presidente concedeu a palavra ao Senhor Constituinte João Cunha, como autor da proposição, para se pronunciar sobre a matéria, o qual foi seguido pelos Senhores Constituintes Oswaldo

Lima Filho, Fernando Santana e Paulo Ramos. Em seguida, usou da palavra o Senhor Relator, Constituinte Nelson Carneiro, que defendeu o seu parecer. Em razão da insuficiência do número para a votação da matéria discutida e nada mais havendo a tratar, às vinte e uma horas e vinte minutos o Senhor Presidente encerrou a reunião, antes informando que, por se ter esgotado o prazo para votação dos Projetos de Decisão número 7/87-ANC e 8/87-ACN, naquela data, os mesmos seriam remetidos ao Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, tendo convocado os Senhores Constituintes para a próxima reunião a ser realizada na quarta-feira, dia vinte e seis, às dezenove horas, para a votação das propostas de emendas populares. O inteiro teor desta reunião foi gravado, devendo ser publicado no **Diário da Assembléia Nacional Constituinte** e constituir-se-á na Ata circunstanciada dos trabalhos. E, para constar, eu, Maria Laura Coutinho, Secretária, lavrei a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Havendo número regimental, declaro aberta a reunião.

Foi apresentado, na reunião anterior, dia 21, requerimento do nobre Constituinte Plínio Arruda Sampaio, sobre alterações no calendário da Comissão de Sistematização. Como S. Ex.<sup>a</sup> o Relator Bernardo Cabral solicitou a prorrogação do prazo para apresentação do seu parecer, prometendo fazê-lo na próxima quarta-feira. O Presidente Afonso Arinos determinou se fizesse a reformulação no calendário anteriormente estabelecido e combinou que, nesses três dias antecedentes à publicação do parecer do Relator Bernardo Cabral, ou do seu Substitutivo, poderíamos dedicar-nos, a partir de quarta-feira, à discussão das Emendas Populares.

Então, foi determinada a convocação dos representantes das entidades apresentadoras das emendas e, amanhã, o cronograma, com as matérias e os nomes dos expositores, será distribuído aos Srs. Membros da Comissão. Na próxima quarta-feira, teremos duas reuniões, uma pela manhã e outra à noite. Na quinta-feira, outras duas e na sexta-feira, mais duas, para serem discutidas Emendas Populares que foram apresentadas em plenário, ao nível de Comissão.

Convido, para funcionar como Relator *ad hoc* sobre o projeto de decisão do nobre Constituinte Brandão Monteiro, que suspende a vigência da Lei de Segurança Nacional, durante os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, o nobre Constituinte Antônio Carlos Konder Reis em substituição ao Relator Bernardo Cabral.

**O SR. CONSTITUINTE PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO:** – Peço a palavra, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Concedo a palavra a V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. CONSTITUINTE PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO:** – Eu queria recorrer, ao Plenário da Comissão, da decisão da Mesa, que estabelece o calendário para debate – entendo que o calendário está extremamente apertado – porque é impossível realizá-lo nesse tempo, a menos que se queira fazer de novo um "pinga-fogo" na Comissão de Sistematização, agora o "pinga-fogo" das Emendas Populares. Se nós vamos fazer o debate, é preciso que haja tempo normal para isso. Já tivemos aqui a experiência das reuniões noturnas, em que era impossível manter os Constituintes, na Casa, depois das 21 h. Isso é uma experiência. Eu só posso entender que essa decisão tem um sentido – o de evitar que as emendas sejam discutidas.

Todos sabem que a imprensa tem um prazo para fechar o noticiário. Se jogamos a discussão para o período das 19 às 23:30 h, sabemos que não queremos que as emendas, depois das 20 h, sejam noticiadas.

Queria que essa matéria fosse submetida ao Plenário da Comissão. Quero alertar aqui os meus colegas de que novamente vamos fazer o seguinte: cerca de 4 ou 5 milhões de pessoas se mobilizaram, no País inteiro, para assinar essas emendas: cerca de 150 a 200 entidades patrocinaram essas assinaturas. De acordo com o Regimento, prometemos à Nação que quem conseguisse 30 mil assinaturas teria o direito de trazer uma pessoa para falar, por 20 minutos, e ser ouvida pelos Srs. Constituintes. Eu estou registrando aqui, antecipadamente, o que vai acontecer; estou descrevendo: vai estar aqui o Deputado Adylson Motta, que é um homem pontual; vão estar dois ou três que o PMDB designa, para sofrer até essa madrugada. Agora, não vai estar o Deputado Jorge Arbage; vai estar V. Ex.<sup>a</sup> ou o Deputado Brandão Monteiro, que vai presidir a sessão, e mais ninguém. E isso é a frustração do objetivo da medida. Apenas queria que os meus colegas de Comissão tomassem uma decisão consciente, uma decisão clara. Isso fica para a população que, a pretexto de uma angústia de prazos e a pretexto de normas regimentais de discutível validade e de evidente deficiência de interpretação, nós estamos impedindo a discussão das Emendas Populares, respaldadas por milhares e milhões de assinaturas. De modo que não sei como, regimentalmente, encaminhar esse recurso. Faço-o aqui, agora, e vou encaminhá-lo, por escrito, a V. Ex.<sup>a</sup>, em seguida.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Gostaria de esclarecer ao Constituinte Plínio Arruda Sampaio que não houve nenhum indeferimento da sua proposta. Ela se encontra sob exame, e o Presidente Afonso Arinos ainda não se manifestou contra a proposição de V. Ex.<sup>a</sup> para estender o prazo da discussão do Substitutivo e das emendas até o dia seis de setembro. Nós estamos examinando o cronograma, a partir da entrega do Substitutivo na quarta-feira, e, para não prejudicar a discussão das Emendas Populares, pretendemos começar amanhã a sua discussão. Mas as pessoas consultadas e que deveriam falar em nome das entidades alegaram que não poderiam comparecer amanhã e, por isso, fomos forçados a iniciar essa discussão na próxima quarta-feira, para ganhar tempo. O propósito da Mesa da Comissão é fazer o máximo esforço para que sejam discutidas todas as Emendas Populares, no curso da discussão do Substitutivo, começando agora. Creio que não há matéria ainda definida para possibilitar o recurso de V. Ex.<sup>a</sup> Assim, eu solicitaria a V. Ex.<sup>a</sup> que aguardasse a solução, até amanhã, do seu requerimento.

**O SR. PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO:** – Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Concedo a palavra ao nobre Sr. Constituinte Plínio Arruda Sampaio.

**O SR. PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO:** – Sem nenhum ânimo de polemizar com V. Ex.<sup>a</sup>, e não vou fazê-lo, mas, se faz um calendário, evidentemente, quando se aprovar o meu calendário, ele estará prejudicado; não há um indeferimento à minha petição, mas há uma providência que torna prejudicada a minha proposta. De modo que o efeito real é o mesmo. Eu não tenho uma negativa formal, mas tenho uma orientação que, simplesmente, anula a minha proposta. O que eu queria é que os meus colegas percebessem isso. Só queria denunciar e deixar claro que, aprovando-se esse calendário, se está inviabilizando uma proposta, que foi tecnicamente feita, estudada e fundamentada e que permitiria um maior tempo para esse debate. De modo que quero consignar que não aceito a idéia de que o meu projeto não foi ainda decidido. Aqui, é uma questão de fato, e há o elemento tempo. A mesma coisa aconteceu no debate por temas, quando se tomou a decisão, ela era perfeitamente inócua.

Eu só estou avisando agora, antes que isso aconteça.

**O SR. GERSON PERES:** – Pela ordem, Sr. Presidente, para uma indagação à Mesa.



**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem a palavra, pela ordem, o nobre Constituinte Gerson Peres.

**O SR. GERSON PERES:** – Sr. Presidente, fomos surpreendidos com a alteração dos prazos para a tramitação do Substitutivo do Relator. Primeiramente, infringimos a norma regimental, mas fatores alheios à nossa vontade determinaram providências do Presidente da Assembléia Nacional Constituinte a dilatar o prazo. Eu perguntaria se V. Ex.<sup>a</sup> pode nos esclarecer se este prazo, que agora foi alterado, será computado posteriormente, para que a Comissão de Sistematização não fique privada de debater amplamente a matéria, quando aqui chegar.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Esclareço a V. Ex.<sup>a</sup> que o propósito da Mesa da Comissão é o de possibilitar a ampla discussão do Substitutivo, tanto assim que quando solicitou ao Presidente da Assembléia Nacional Constituinte a exclusão do prazo para apresentação de emendas ao Substitutivo, fê-lo com o propósito de ele ser bem debatido. Depois desse prazo de seis dias, o relator ainda disporá de oito dias para apresentar o seu parecer sobre as emendas enviadas a respeito do Substitutivo, e somente após a apresentação desse seu parecer é que nós iremos votar, ao nível da Comissão, provavelmente até o dia 17, o Substitutivo com as emendas que tiverem recebido parecer. Depois do dia 17, de acordo com o Regimento Interno da Constituinte, ainda haveria um prazo de 48 horas, que foi convertido em seis dias para facilitar o trabalho de todos os Srs. Constituintes, e ainda um prazo a ser definido pela Mesa da Assembléia Nacional Constituinte, que permitirá que a redação final do Substitutivo possa ser discutida e votada a nível desta Comissão.

Naturalmente, nós teremos de cumprir a nossa tarefa, que é, na verdade, a mais importante agora da Assembléia Nacional Constituinte, porque depois da discussão na Comissão de Sistematização, não haverá mais oportunidade de ser discutido o Substitutivo no Plenário da Constituinte, que chegará apenas para ser votado. Por isso, dada a importância da elaboração do texto do Substitutivo, estamos fazendo um esforço para possibilitar o seu amplo emendamento e debate ao nível da Comissão.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> palavra pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – Sr. Presidente, na última reunião dos trabalhos da Comissão de Sistematização, fomos informados de que hoje seria fixada a data para que o Projeto de Decisão nº 4 fosse levado ao Plenário da Comissão de Sistematização para votação. Gostaria de saber de V. Ex.<sup>a</sup> se há a data fixada, conforme informação do Constituinte Mauro Benevides, tendo em vista notícia publicada hoje, na imprensa, atribuída ao Presidente da Comissão de Valores Mobiliários, Sr. Luís Octávio da Motta Veiga, que se constitui, na verdade, numa espécie de desafio à soberania da Assembléia Nacional Constituinte, quando o Sr. Motta Veiga diz que "a conversão de dívida através de bolsa e fundos sai em setembro". No teor de toda a notícia, verificamos que o Governo, o Poder Executivo, já está agilizando providências no sentido de promover a conversão da dívida em capital de risco em território nacional, contrariando decisão da Comissão de Sistematização e que aguarda envio ao Plenário.

Gostaria de saber de V. Ex.<sup>a</sup> se há data fixada, conforme nos informou, decidindo questão de ordem, S. Ex.<sup>a</sup> o Senador Mauro Benevides, membro desta Assembléia Nacional Constituinte.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – O projeto de decisão de V. Ex.<sup>a</sup>, aprovado pela Comissão, no dia imediato à aprovação, foi remetido ao Presidente da Assembléia Nacional Constituinte. S. Ex.<sup>a</sup> não nos comunicou –

creio que não precisava fazê-lo – a inclusão do projeto na Ordem do Dia da Assembléia. Logo, esta Presidência entende que a reclamação de V. Ex.<sup>a</sup> deve ser formulada ao Presidente Ulysses Guimarães, porque o projeto já se encontra em seu poder, desde o dia imediato àquele em que foi aprovado nesta Comissão de Sistematização.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – Sr. Presidente, igual questão de ordem foi levantada em reunião anterior, quando o Plenário da Comissão de Sistematização recebeu a informação de que, hoje, segunda-feira, a data seria marcada. Acredito que o nobre Constituinte Mauro Benevides tenha sido induzido a esse equívoco, já que, até o momento, não recebemos nada.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A Comissão de Sistematização não recebeu nenhuma informação a respeito da matéria.

Concedo a palavra ao nobre Constituinte Antônio Carlos Konder Reis para proceder à leitura do parecer do Constituinte Bernardo Cabral. **(Pausa.)**

A Secretária está me informando que, na reunião anterior, já foi lido o parecer. De maneira que devemos submeter à discussão o projeto de decisão do nobre Constituinte Brandão Monteiro:

#### PROJETO DE DECISÃO Nº 7, DE 1987

(Do Sr. Brandão Monteiro)

**Suspende a vigência da Lei de Segurança Nacional durante os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte.**

(À Comissão de Sistematização)

Art. 1º Fica suspensa a vigência da Lei de Segurança Nacional (Lei nº 7.170/83) durante os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte.

Art. 2º Os processos e inquéritos instaurados com base na Lei de Segurança Nacional serão redistribuídos à Justiça comum, aplicando-se o Código Penal para a sanção dos delitos hoje tipificados no referido diploma legal.

Art. 3º Esta decisão constitucional, depois de assinada pelos Constituintes presentes, será promulgada pela Mesa da Assembléia Nacional Constituinte e entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 16 de julho de 1987. – Constituinte **Brandão Monteiro.**

#### Justificação

A Lei de Segurança, subproduto da doutrina de segurança nacional, constitui, inequivocamente, o mais perigoso entulho autoritário que subsiste na ordem jurídica do País. Sua revogação constitui um dos compromissos básicos da Aliança Democrática, em virtude de sua incompatibilidade com o Estado de Direito.

Ociosos transcrever inúmeros pronunciamentos do saudoso Presidente Tancredo Neves e do Presidente da Assembléia Nacional Constituinte contra a Lei de Segurança Nacional.

Como decorrência da aprovação da futura Constituição, essa malsinada lei será substituída por um novo diploma legal, que colocará a defesa do Estado de Direito e dos poderes constitucionais como o centro e objeto da tutela jurídica.

A Lei de Segurança Nacional tem, ainda, uma pequena sobrevida. Durante os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte a vigência desse instrumento autoritário significa uma grave e permanente ameaça a todos os Constituintes, pois pode a qualquer momento, ser invocado para suspender o exercício de mandatos parlamentares, executar prisões sem ordem judicial e para

manter cidadãos incomunicáveis, a critério de autoridades policiais.

É unânime o repúdio da consciência jurídica nacional e da opinião pública à vigência da Lei de Segurança Nacional, enquanto prosseguem os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte.

A Nação, reunida através de seus representantes para a definição de uma nova ordem jurídica, não pode ser afrontada pela existência, em mãos do Poder Executivo, de instrumentos capazes de coagi-la.

A Lei de Segurança Nacional pode ser invocada pela Procuradoria-Geral da República para suspender o exercício do mandato parlamentar, como está previsto no § 5º do art. 32, da Constituição Federal:

"Nos crimes contra a Segurança Nacional, poderá o Procurador-Geral da República, recebida a denúncia e considerada a gravidade do delito, requerer a suspensão de exercício do mandato Parlamentar, até a decisão final de sua representação pelo Supremo Tribunal Federal."

A suspensão da vigência dessa lei da ditadura durante os trabalhos é, portanto, condição essencial para que a Assembléia Nacional Constituinte possa exercer em toda a plenitude a sua soberania.

Nos recentes episódios ocorridos no Rio de Janeiro, o Ministro da Justiça determinou a aplicação da Lei de Segurança Nacional contra os manifestantes que vaiaram o Presidente da República. Cidadãos tiveram seus lares invadidos, foram presos sem mandato judicial e mantidos incomunicáveis.

A crise política e social poderá provocar protestos populares, levando o Poder Executivo a utilizar a Lei de Segurança Nacional, sob o pretexto de manter a lei e a ordem. Essas medidas poderão atingir Constituintes eventualmente envolvidos em incidentes preparados por provocadores, agravando o conflito entre o Executivo e a Assembléia Nacional Constituinte, como ocorreu na Constituinte de 1946, quando diversos parlamentares foram presos ao prestar solidariedade a grevistas.

A Assembléia Nacional Constituinte deve-se antecipar, tomando as decisões necessárias para evitar a ocorrência destes incidentes que ameaçam a normalidade de seus trabalhos.

O § 7º do art. 59 do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte dispõe expressamente:

"§ 7º Os projetos de decisão destinam-se a sobrestar medidas que possam ameaçar os trabalhos e as decisões da Assembléia Nacional Constituinte, necessitando ter o apoio de 1/3 (um terço) dos Constituintes, e serão encaminhados à Comissão de Sistematização, que, num prazo de 5 (cinco) dias, emitirá parecer prévio, sendo arquivado definitivamente o projeto que dela receber parecer contrário. Caso tenha parecer favorável, a decisão final será proferida pelo Plenário, por maioria absoluta de votos, em dois turnos de discussão e votação."

Pelos motivos expostos e com fundamento no citado dispositivo do Regimento Interno, espera-se a compreensão dos Constituintes para aprovação deste projeto de decisão, necessário à tranquilidade dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte.

Sala das Sessões, 16 de julho de 1987. – Constituintes Brandão Monteiro – Roberto Freire – Affonso Camargo – Vivaldo Barbosa – Adhemar de Barros Filho – Florestan Fernandes – Plínio Arruda Sampaio – Virgílio Guimarães – José Tavares – Aldo Arantes – Amaury Müller – Maurílio Ferreira Lima – Pimenta da Veiga –

Waldyr Pugliesi – Robson Marinho – Lídice da Mata – Hélio Duque – Arnaldo Faria de Sá – Nelson Seixas – Paulo Delgado – Vítor Buiaiz – Luiz Salomão – Carlos Cardinal – Fernando Gasparian – Haroldo Sabóia – Celso Dourado – Dirce Tutu Quadros – Irma Passoni – Rose de Freitas – Domingos Leonelli – Vicente Bogo – Nelson Aguiar – José Costa – Floriceno Paixão – Ruy Nedel – Rospide Netto – Eduardo Bonfim – Cardoso Alves – Mário Bouchardet – Hélio Rosas – Luiz Viana – Agassiz Almeida – Vilson Souza – Osmir Lima – Gabriel Guerreiro – Olívio Dutra – Paulo Macarini – Arnaldo Martins – Osvaldo Sobrinho – Joaquim Sucena – Louremberg Nunes Rocha – Francisco Küster – Eduardo Moreira – Jalles Fontoura – José Freire – Ruberval Pilotto – Ivo Mainardi – José Viana – José Dutra – José Carlos Martinez – Ivo Lech – Edésio Frias – Benedicto Monteiro – Joaci Góes – Moema São Thiago – Maurício Fruet – Roberto D'Ávila – Ottomar Pinto – Aluizio Bezerra – Jairo Carneiro – Luiz Gushiken – Renato Bernardi – Mello Reis – Jonas Pinheiro – Onofre Corrêa – Bonifácio de Andrada – Nestor Duarte – Ibsen Pinheiro – Adroaldo Streck – Victor Fontana – José Maria Eymael – César Maia – José Genoíno – Milton Lima – José Carlos Grecco – Ruy Bacelar – Luís Inácio Lula da Silva – Percival Muniz – Chico Humberto – José Maurício – Doreto Campanari – Lúcio Alcântara – Carlos Alberto Caó – Iberê Ferreira – Raquel Cândido – Sigmaringa Seixas – Paulo Roberto – Wilson Campos – Sandra Cavalcanti – Fábio Feldman – João Paulo – Ricardo Fiúza – Raimundo Bezerra – Mário Maia – Farabulini Júnior – Paes Landim – Benedita da Silva – Manoel Moreira – José Fernandes – Lysâneas Maciel – Harlan Gadelha – João Machado Rollemberg – Antonlocarlos Mendes Thame – José Luiz de Sá – Plínio Martins – Orlando Bezerra – Aécio de Borba – Ivo Vanderlinde – Ziza Valadares – João Agripino – Koyo Iha – Nion Albernaz – Haroldo Lima – Nelson Wedekin – Ronaldo Carvalho – Jairo Azi – Fernando Gomes – Cunha Bueno – João Carlos Bacelar – Aírton Cordeiro – Hermes Zaneti – Ismael Wanderley – Ubiratan Spinelli – Leur Lomanto – Dionísio Hage – Roberto Torres – Mendes Botelho – Márcia Kubitschek – Djenal Gonçalves – Joaquim Bevilacqua – José Carlos Sabóia – Milton Reis – Wilma Maia – Mauro Campos – José Melo – Bocayuva Cunha – Giovanni Masini – Nelton Friedrich – Juarez Antunes – Antônio Britto – Gidel Dantas – Santinho Furtado – Flávio Rocha – Paulo Marques – Leite Chaves – Luiz Freire – Noel de Carvalho – Márcio Braga – Augusto Carvalho – Antonio Mariz – Antonio Perosa – Luiz Marques – João Herrmann Neto – Paulo Pimentel – Júlio Campos – Sílvio Abreu – Célio de Castro – Victor Faccioni – José Guedes – Valter Pereira – Ademir Andrade – Wagner Lago – Ronan Tito – Sólon Borges dos Reis – Siqueira Campos – José Jorge – Manoel Castro – José Carlos Vasconcellos – Carlos Cotta – Bezerra de Melo – Nilso Sguarezzi – Davi Alves Silva – Leopoldo Bessone – França Teixeira – Jayme Santana – Sotero Cunha – Jutahy Júnior – José Moura – Raul Ferraz – Álvaro Antônio.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Não há nenhum Constituinte inscrito. Há a inscrição do Constituinte João Cunha, que naturalmente deseja falar sobre seu projeto de decisão, e do Constituinte Nilson Gibson, que também quer falar sobre o outro projeto.

Não havendo mais quem queira discutir o projeto de decisão do Constituinte Brandão Monteiro, podemos passar à votação do projeto.

Em seguida, será procedida a leitura do parecer do Constituinte Nelson Carneiro, sobre o projeto de decisão do Constituinte João Cunha.

A votação da matéria será feita por maioria simples, por não se tratar de assunto constitucional.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Sr. Presidente, pela ordem, sobre o processo de votação.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem a palavra o nobre Constituinte.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Votar **sim** significa aprovar o parecer do Relator?

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – O parecer do Relator é favorável ao projeto. Estamos submetendo à votação o parecer, ressalvada a emenda do Sr. Relator, porque o parecer conclui por uma emenda do Relator Bernardo Cabral, de forma que estamos submetendo à votação o parecer que conclui pela emenda.

A emenda é a seguinte:

"Os processos e os inquéritos já instaurados com base na Lei de Segurança Nacional serão redistribuídos à Justiça comum, aplicando-se-lhes o Código de Processo Penal e o Código Penal, respectivamente, quanto ao processamento, tipificação e sanção dos fatos delituosos."

Então, o parecer conclui pela emenda.

Quem votar a favor do parecer estará votando a favor da emenda.

(Procede-se à votação.)

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Votaram **sim** 32 Srs. Constituintes, e **não**, 2. Total de votos: 34.

Não havendo **quorum**, o projeto deixa de ser aprovado e será remetido ao Plenário, como tem feito a Comissão, para a decisão do Sr. Presidente da Assembléia Nacional Constituinte.

Agradeço a colaboração do Constituinte, Deputado Antônio Carlos Konder Reis, e convido o nobre Senador Nelson Carneiro a proceder à leitura do seu parecer a respeito do Projeto de Decisão nº 8.

Antes, porém, vai-se proceder à leitura do referido projeto:

#### PROJETO DE DECISÃO Nº 8, DE 1987

(Do Sr. João Cunha)

**Submete à decisão da Assembléia Nacional Constituinte todos os acordos e contratos referentes à dívida externa do Brasil e dá outras providências.**

(À Comissão de Sistematização.)

A Assembléia Nacional Constituinte decreta:

Art. 1º Todos os acordos e contratos referentes à dívida externa do Brasil deverão ser submetidos, a partir da vigência desta decisão, ao conhecimento e decisão da maioria absoluta da Assembléia Nacional Constituinte.

Art. 2º O Poder Executivo e seus agentes não poderão constituir obrigações contratuais, firmar acordos com órgãos do Sistema Financeiro Internacional ou firmar qualquer ato em relação à dívida externa atribuída ao Brasil, sem a prévia audiência e decisão da Assembléia Nacional Constituinte.

Art. 3º A Assembléia Nacional Constituinte promoverá auditoria sobre todos os atos, ações e valores constituidores da dívida externa brasileira.

Art. 4º A Assembléia Nacional Constituinte designará, a partir da vigência desta decisão, uma Comissão Especial para acompanhar todos os atos e negociações da dívida externa.

Art. 5º O Poder Executivo deverá oferecer todos os meios e recursos indispensáveis ao exercício dessa função fiscalizadora da Assembléia Nacional Constituinte.

Sala das Sessões, 9 de março de 1987. – Deputado **João Cunha**, Constituinte.

#### Justificação

A Assembléia Nacional Constituinte é independente e soberana, com poderes atribuídos pelo povo para formular uma Nova Ordem Constitucional, expressiva da vontade, sonhos e aspirações de todos os brasileiros.

Tem poderes acima do Ordenamento Jurídico e, nesse sentido, não só está capacitada como se lhe impõe o dever, no curso de seus trabalhos, de interferir, eficazmente, impedindo que erros, equívocos ou ações dolosas possam, constituindo direitos, comprometer os interesses gerais do povo.

2. A dívida externa, constituída à revelia do povo, em duas décadas de regime ditatorial, não pode continuar entravando o desenvolvimento econômico, autônomo e soberano do País, servindo de instrumento de alienação de patrimônios nacionais e de chantagem a serviço de interesses externos.

3. Essa dívida, no curso destes anos, foi sendo constituída à revelia do povo e do Congresso Nacional, gerenciada pelos detentores do Poder Executivo autoritário e, àquela época incontestável. Hoje, instalada pela vontade do povo, esta Assembléia Nacional Constituinte, ao tempo em que o Sr. Presidente da República decreta a moratória política da dívida externa, tem o direito e a obrigação de submeter todos os acordos e contratos dessa dívida às suas decisões independentes e soberanas.

4. O Poder Executivo e seus agentes não podem continuar agindo solitariamente, apenas informando de seus atos quando decididos e, lamentavelmente, comunicados a esta Assembléia por via da Imprensa, colocando no ridículo as lideranças partidárias e diante de fato consumado os soberanos e independentes Constituintes. A Nação não quer assim!

5. Cabe-nos, pois, por esta resolução, proibir a constituição de contratos, o oferecimento de avais, a assinatura de qualquer acordo com o sistema financeiro internacional, público ou privado, determinando para esses e outros casos afins a audiência e decisão desta Assembléia Nacional Constituinte, repito, independente e soberana.

6. Todos os acordos e contratos já firmados deverão ser postos imediatamente ao conhecimento desta Assembléia Nacional Constituinte, para que o povo possa saber o que e como foi constituída essa dívida externa.

7. A Assembléia Nacional Constituinte, que exerce independentemente e soberanamente poderes emanados da fonte primária do Poder, o povo, tem a obrigação de determinar, cautelarmente, no interesse do povo e da Nação, a auditoria sobre todos os atos, fatos, ações e valores, constituidores dessa dívida externa.

8. Impõe-se, em nome da valorização do Poder Legislativo, compondo-se, desde pronto, essa prática, determinando a Assembléia Nacional Constituinte, independente e soberana, o acompanhamento, por comissão especialmente designada, de todas as negociações a respeito dessa dívida.

9. Ao propor estas medidas, Srs. Constituintes, temos consciência de estar servindo à Nação brasileira, adotando valores e comportamentos que integrarão os mecanismos da democracia, que estamos procurando construir neste instante. Não podemos permitir doravante que práticas autoritárias, corruptas, antipatrióticas continuem a conviver com a realidade da Nova República, nascida de

sacrifícios, miséria, fome, torturas, assassinatos de mártires do trabalho político e da vontade do povo.

10. Temos afirmado que esta Assembléia Nacional Constituinte é livre, independente e soberana. A retórica apenas não basta. A liberdade, a soberania e independência desta Assembléia somente podem ser firmadas pela prática de atos que, efetivamente, preservem, assegurem e promovam os interesses e direitos de povo brasileiro.

Façamos isso, e urgentemente.

Façamos isso, já, sob pena de sermos julgados omissos e irresponsáveis perante a História.

Pela Pátria, sempre.

Sala das Sessões, 9 de março de 1987. – Chico Humberto – José Carlos Grecco – Mauro Sampaio – Assis Canuto – Siqueira Campos – Paulo Mincarone – Vicente Bogo – Jorge Vianna – José Fernandes – Nelson Seixas – Luiz Salomão – Bocayuva Cunha – Ivo Mainardi – Milton Reis – Antonio Perosa – Miro Teixeira – Haroldo Sabóia – Carlos Mosconi – Ziza Valadares – Raimundo Rezende – Nelson Aguiar – Nyder Barbosa – Luiz Freire – Ibsen Pinheiro – José Tavares – Nestor Duarte – Waldyr Pugliesi – Ruy Nedel – Domingos Leonelli – Santinho Furtado – Basílio Villani – Del Bosco Amaral – Roberto Rollemberg – Osmir Lima – Geraldo Alckmin – Irajá Rodrigues – Mendes Ribeiro – Caio Pompeu – Anna Maria Rattes – José Freire – Gonzaga Patriota – Maurício Fruet – José Carlos Coutinho – Bezerra de Melo – Michel Temer – Jorge Hage – Ismael Wanderley – Carrel Benevides – Waldeck Ornélas – Vilson Souza – Alécio Dias – Ruben Figueiró – Domingos Juvenil – Nion Albernaz – Iberê Ferreira – Eduardo Moreira – Gustavo de Faria – Fábio Raunheitti – Márcio Braga – Pedro Canedo – Etevaldo Nogueira – Luiz Soyer – Luiz Viana Neto – José Carlos Vasconcelos – Tadeu França – Narciso Mendes – Wagner Lago – Walmor de Luca – Manoel Moreira – Francisco Rossi – Marcelo Cordeiro – Enoc Vieira – Vladimir Palmeira – Roberto Vital – Costa Ferreira – Koyu Iha – Milton Barbosa – Pereira Muniz – Augusto Carvalho – Hilário Braun – Joaquim Sucena – Vasco Alves – França Teixeira – Alexandre Puzyna – Moisés Pimentel – Geraldo Melo – Paulo Marques – João Agripino – Agripino de Oliveira – Aloísio Vasconcelos – Iram Saraiva – Leite Chaves – Cid Sabóia de Carvalho – Nelson Wedekin – Meira Filho – Pompeu de Sousa – Rospide Netto – Lézio Sathler – José Dutra – Ézio Ferreira – Adhemar de Barros Filho – Rodrigues Palma – Gabriel Guerreiro – César Maia – Darcy Pozza – Joaquim Bevilacqua – Antoniocarlos Mendes Thame – Antonio Salim Curiati – Adolfo Oliveira – Renato Bernardi – Giovanni Masini – José Carlos Martinez – Raquel Capiberibe – Maluly Neto – Aduino Pereira – Antoniocarlos Konder Reis – Djenal Gonçalves – Plínio Martins – Celso Dourado – João da Mata – Plínio Arruda Sampaio – Vingt Rosado – Renato Vianna – Gidel Dantas – Jonas Pinheiro – Harlan Gadelha – Nilson Gibson – Furtado Leite – Maurício Ferreira Lima – José Maranhão – José Ulisses de Oliveira – Francisco Sales – Salatiel Carvalho – Antero de Barros – Manuel Viana – Fernando Cunha – Érico Pegoraro – Matheus Iensen – Átila Lira – José Melo – Jalles Fontoura – Aécio de Borba – Flávio Rocha – Vinícius Cansanção – Osmar Leitão – Bernardo Cabral – José Elias Murad – José Fogaça – Arnaldo Martins – Borges da Silveira – Alcení Guerra – Cid Carvalho – Ivo Lech – Francisco Amaral – Fábio Feldmann – Israel Pinheiro – Manoel Castro – Virgílio Guimarães – Mussa Demes – Cláudio Ávila – João de Deus Antunes – Fausto Fernandes – José Thomaz Nonô – Raquel Cândido – Lúcia Vânia – Sérgio Spada – César Cals Neto – Virgildásio de

Senna – Agassiz Almeida – Robson Marinho – Ivo Vanderlinde – Raul Ferraz – Inocêncio Oliveira – Jesus Tajra – Victor Fontana – Wilson Campos – Octávio Elísio – Antonio Mariz – Valmir Campelo – Mello Reis – José Queiroz – Samir Achôa – Affonso Camargo – Ademir Andrade – José Maria Eymael – José Guedes – Ubiratan Spinelli – Edivaldo Motta – Alarico Abib – Henrique Eduardo Alves – Benedicto Monteiro – Nabor Júnior – Paulo Silva – Teotônio Vilela Neto – Márcio Lacerda – Ivo Cersósimo – Cristina Tavares – Mauro Campos – Rose de Freitas – João Machado Rollemberg – Hélio Rosas – Evaldo Gonçalves – Denisar Arneiro – Antonio Câmara – Joaci Góes – Milton Lima – Doreto Campanari – Edmilson Valentim – Célio de Castro – Cleonânio Ferreira – Geovani Borges – Ângelo Magalhães – Paulo Zarzur – Mendes Botelho – Aldo Arantes – Mário Maia – Bonifácio de Andrada – Ronaldo Aragão – Luiz Marques – Sílvio Abreu – Roberto Balestra – Benedita da Silva – Expedito Júnior – Onofre Correia – Marluce Pinto – Bosco França – Maria Lúcia – Arnaldo Moraes – Amílcar Moreira – Annibal Barcellos – Geraldo Campos – Raimundo Bezerra – Vitor Buaiz – Mozarildo Cavalcanti – Maria de Lourdes Abadia – Leur Lomanto – Paulo Macarini – Francisco Küster – Roberto Jefferson – Vieira da Silva – Geraldo Bulhões – Sigmaringa Seixas – Mário Assad – Márcia Kubitschek – Beth Azize – Jesualdo Cavalcanti – José Serra – Antonio Ferreira – Genebaldo Correia – Mário de Oliveira – Roberto Torres – Eduardo Bonfim – José Carlos Sabóia – Pimenta da Veiga – Hélio Costa – Alysson Paulinelli – Osvaldo Sobrinho – Vivaldo Barbosa – Lysâneas Maciel – Marcos Lima – Ruberval Pilotto – Jairo Azi – Valtér Pereira – Ailton Sandoval – Maquito Vilela – Victor Faccioni – Aloysio Teixeira – José Moura – Paulo Roberto – Jairo Carneiro – Paulo Paim – José Jorge – Orlando Bezerra – Oswaldo Lima Filho – Jayme Santana – José Camargo – Nilso Sguarezi – Hélio Duque.

**O SR. CONSTITUINTE FERNANDO SANTANA:** –

Peço a palavra para sua questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Tem a palavra o nobre Constituinte Fernando Santana.

**O SR. CONSTITUINTE FERNANDO SANTANA:** –

Queria pedir ajuda a V. Ex.<sup>a</sup> na seguinte questão: se não há número para deliberar, por que continuar a reunião? É regimental essa continuação? Não houve número, não há número...

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos.):** – Pode acontecer que, durante a discussão do projeto do Constituinte João Cunha, haja comparecimento de outros Srs. Membros da Comissão e nós possamos votar.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr. Presidente, para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Tem a palavra uma questão de ordem, o nobre Constituinte Gastone Righi.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr. Presidente, a Comissão não dá início aos seus trabalhos com a presença da maioria? Se não há maioria, como é que podemos dar início aos nossos trabalhos, a discussão, a pareceres e a relatórios?

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Para os trabalhos da Comissão serem desenvolvidos, de acordo com o nosso Regimento, só precisamos da presença de 18 membros da Comissão. Como estão 34 presentes, nós podemos iniciar a discussão do Projeto de Decisão nº 8.

Com a palavra o nobre Constituinte Nelson Carneiro, para proferir parecer.

**O SR. BRANDÃO MONTEIRO:** – Sr. Presidente, para uma questão de ordem.

(Aqui escência da Presidência)

Nós verificamos no livro de assinaturas que há **quorum** para a votação, pois cinquenta e poucos Constituintes assinaram o livro de votação. Há, inclusive, uma decisão sobre questão de ordem formulada pelo Constituinte José Maria Eymael, que fora decidida sobre a questão das deliberações nas Comissões, com a maioria absoluta de votos. Eu levantaria a questão de ordem para indagar a V. Ex.<sup>a</sup> se, em havendo número, não seria considerada abstenção a ausência à reunião daqueles que assinaram o livro de presença.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Durante a votação, é necessária a presença física dos Srs. Membros da Comissão em Plenário. Infelizmente, não posso contar votos de Constituintes que não se encontram presentes na hora da votação. É um direito, inclusive reconhecido por V. Ex.<sup>a</sup> e por todos nós, dos que não quiseram votar o projeto retirarem-se.

Concedo a palavra ao nobre Constituinte Nelson Carneiro, para proferir o parecer.

**O SR. NELSON CARNEIRO:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

#### Parecer:

I – O § 7º do art. 59 do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte está assim redigido:

"Os projetos de decisão destinam-se a sobrestar medidas que possam ameaçar os trabalhos e as decisões soberanas da Assembléia Nacional Constituinte, necessitando ter o apoio de 1/3 (um terço) dos Constituintes, e serão encaminhados à Comissão de Sistematização, que, num prazo de 5 (cinco) dias, emitirá parecer prévio, sendo arquivado definitivamente o projeto que dela receber parecer contrário. Caso tenha parecer favorável, a decisão final será proferida pelo Plenário, por maioria absoluta de votos, em dois turnos de discussão e votação."

O projeto contém 268 assinaturas de Constituintes, conforme parecer do nobre Senador Mauro Benevides. Seria, entretanto, excessivo afirmar que a aceitação da proposição viria "sobrestar medidas que possam ameaçar os trabalhos e as decisões soberanas da Assembléia Nacional Constituinte". Nem o proclama a vibrante justificação, que profliga a atuação governamental que, através do tempo, vem "entravando o desenvolvimento econômico, autônomo e soberano do País, servindo de instrumento e de alienação de patrimônios nacionais e de chantagem a serviço de interesses externos".

A rigor, não haveria, destarte, como transpor a preliminar, ainda que sumamente relevante seja, para os debates desta Comissão, o exame que o projeto suscita. Mas, por isso mesmo, e numa Assembléia Nacional Constituinte, seria ainda mais grave encerrar, preliminarmente, discussão que o povo brasileiro, todo ele, acompanha com interesse e, todo ele, sofre as consequências.

Inimigo declarado de preliminares, quando sepultam problemas de singular relevância como o ora em apreciação, máxime numa casa de representantes do povo, prefiro adentrar o mérito do Projeto de Decisão nº 8, de 1987.

II – A Constituição de 1891, em seu art. 34, nº 12, atribuía exclusivamente ao Congresso Nacional "resolver definitivamente sobre os tratados e convenções com as nações estrangeiras". A de 1934 assim dispunha: "É da competência exclusiva do Poder Legislativo resolver definitivamente sobre tratados e convenções com as nações estrangeiras, celebrados pelo Presidente da República, inclusive os relativos à paz" (art. 40, a). A redação de

1946 não divergia: "resolver definitivamente sobre os tratados e convenções celebrados com os Estados estrangeiros pelo Presidente da República" (art. 66, I). A Constituição de 1967 também previa a competência exclusiva do Congresso Nacional para "resolver definitivamente os tratados celebrados pelo Presidente da República" (art. 47, I).

Certo que a Constituição de 1981, em seu art. 34, nº 2 – repetindo o § 2º do Decreto nº 510, de 22 de junho, e nº 914-A, de 23 de outubro de 1890 –, deferia privativamente ao Congresso Nacional "autorizar o Poder Executivo a contrair empréstimos e a fazer outras operações de crédito", o que levaria João Barbalho a escrever: "Esta importante atribuição do Congresso Nacional arma o poder público de meios precisos para ocorrer as dificuldades da situação financeira do País. Se dela se tem muito abusado, com prejuízo do crédito do Estado e das gerações futuras que muita vez, terão de pagar juros e amortização da dívida contraída sem proveito seu nem do País, e para despesas que uma administração mais sábia e prudente poderia ter evitado – todavia é essa uma atribuição imprescindível." (**Comentários**, pág. 105.) Com o decorrer do tempo, esse dispositivo acabou por aplicar-se apenas às dívidas externas negociadas por Estados e Municípios.

Curiosamente a redação que mais se aproxima da elaborada pelos Constituintes de 1891, e que reproduzia o texto do Projeto de Comissão do Governo Provisório ("autorizar o Poder Executivo a contrair empréstimos, estabelecer meios para pagamento, arrecadação e distribuição das rendas nacionais") é o art. 44, I, da Carta Constitucional de 1969, **in verbis**: "É da competência exclusiva do Congresso Nacional resolver definitivamente sobre os tratados, convenções e atos internacionais celebrados pelo Presidente da República." Ao interpretá-lo, como ensina a boa hermenêutica, devo fazê-lo em harmonia com o art. 45, assim redigido: "A lei regulará o processo de fiscalização, pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, dos atos do Poder Executivo, inclusive os da administração indireta." Destarte, a consequência é que "os acordos e contratos referentes à dívida externa", como atos internacionais que são, estão sujeitos à aprovação do Congresso Nacional, afastada no caso a distinção entre atos de império e atos de administração ou de Governo. A Carta vigente refere-se a atos internacionais, e consequentemente são todos. Resta indagar o instante em que devem ser apreciados pelo Congresso Nacional, ou seja, fixar os dois momentos: o da celebração e o da ratificação. Aquele, de responsabilidade do Presidente da República, na qualidade de Chefe do Governo, pouco importando, no regime presidencialista, que tenha sido firmado por um Ministro de Estado, p. ex., antecede, em toda a ordem constitucional brasileira, melhor dito, é contemporâneo do ato internacional, ou seja, à contratação da dívida e à realização de qualquer operação de crédito externo. A intervenção do Congresso Nacional é posterior.

Ao estudar a Constituição de 1946. Carlos Maximiliano ensina: "Um tratado pode envolver perda, aquisição ou troca de território, compromissos de sangue e de dinheiro, questões que interessam à propriedade, à honra e à vida de um povo. Deve ficar sob a responsabilidade do chefe de Estado, porém sujeito ao **referendum** parlamentar." (**Comentários**, 5ª ed., nº 353, págs. 149/150.)

Assim, a meu ver, seria restringir a ação do Congresso Nacional, no fiscalizar e referendar, ou não, o ato internacional praticado pelo Chefe do Governo, pessoalmente ou por alguém por ele autorizado. declarar que, "a partir da vigência desta decisão", ou seja, da aprovação do Projeto de Decisão nº 8, de 1987, os acordos e contratos ficariam sujeitos à apreciação do Congresso Nacional.

Ocorre que, em meu modesto entender, esta apreciação não pode ser prévia. Há de ser posterior ao ato interna-

cional praticado, enquanto a futura Constituição não torne realidade, através da instituição de novo regime, a autorização antecipada do Poder Legislativo, evitando que, só depois de consumado, tome o Parlamento prévia ciência dos termos de negociação externa, que possa, e repito Carlos Maximiliano, interessar "à honra e à vida de um povo". Restaria na melhor hipótese, e sujeito a interpretações várias, no atual sistema presidencialista, imputar a quem exercesse a Presidência da República crime de responsabilidade, de difícil configuração e, salvo erro, de previsível insucesso.

III – Não creio, por outro lado, que à Assembléia Nacional caiba promover auditoria "sobre todos os atos, ações e valores constituidores da dívida externa", sob pena de desviar-se de sua destinação específica e fraudar, pelo retardamento e dispersão, a expectativa popular, já tão gravemente prejudicada pela campanha orquestrada contra as mudanças que o novo texto requer. Essa tarefa compete às Comissões de Inquérito da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, que podem continuar a tarefa legislativa, após o encerramento dos trabalhos desta Assembléia.

IV – Presidente do Parlamento Latino-Americano, coube-me há três anos, em companhia de delegados de vários Congressos da América Latina, a missão pioneira de sustentar o caráter nitidamente político e instituído arbitrariamente pelos credores, não só perante autoridades do Governo dos Estados Unidos, da presidência do Fundo Monetário Internacional, de Comissões do Senado e da Câmara dos Representantes, de dirigentes das principais instituições bancárias, que têm o estranho privilégio de aumentar quando queiram e quanto queiram, juros e **spreads**. A todos, tive oportunidade de afirmar, em nome dos congressistas latino-americanos, que, enquanto os credores e seus governos lutavam por interesses sempre maiores, esqueciam-se de que, se não abrirem os olhos no pouco tempo que lhes resta, muito breve chegará o dia em que as populações amotinadas e famintas da América Latina somente serão contidas, se o forem, com armas e vidas perdidas. Justo é recordar que, naquela oportunidade, contou a delegação parlamentar latino-americana com a valiosa compreensão do Embaixador Perez de Cuellar, Secretário-Geral da ONU, e da direção do Grupo dos 77, sediada em New York.

V – Ao relembrear este fato, quero deixar consignado meu aplauso à iniciativa do ilustre Deputado João Cunha, e lamentar, pelas razões expostas, que, no mérito, meu voto, **s.m.j.**, como relator designado pelo eminente Senador Afonso Arinos, seja pela rejeição do Projeto de Decisão nº 8, de 1987.

Sala da Comissão de Sistematização, 19 de julho de 1987. **Nelson Carneiro**, Relator.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Com a palavra o nobre Constituinte João Cunha, para se pronunciar sobre o parecer do Relator. S. Ex.<sup>a</sup> disporá de 20 minutos.

**O SR. CONSTITUINTE JOÃO CUNHA:** – Sr. Presidente, Srs. Membros da Comissão de Sistematização, houve um tempo aqui, Srs. Constituintes, nesta Casa, e neste País, em que tínhamos, insistentemente, que lembrar as palavras sentidas de Raul Pilla: fazer o diálogo das pedras; falar com as pedras. E gritar e bradar permanentemente, e fazê-lo sem cansaço, sob pena de transformar-mos este País, que é um País de surdos, num País de surdos-mudos. Depois de duas décadas, assistindo à desfaçatez da ditadura, à irresponsabilidade com que foi tratado o conjunto dos interesses nacionais; depois de termos visto a alma de colono dos que, vestindo farda e com as patentes de generais, sendo que cinco deles ocupando os espaços do poder, agudizaram o comprometimento externo do Brasil e a sua própria economia; depois de termos visto o patriotismo, enrolado na farda verde, servindo de bal-

ção para a entrega das riquezas nacionais, para o comprometimento da soberania deste País, para a inviabilização do seu sonho de grande nação e depois de termos visto a destruição da universidade brasileira, de termos visto a quebra do sistema educacional deste País, nas duas pontas, na criança e no jovem, o comprometimento definitivo, tomara que não seja da Nação brasileira; depois de termos participado – e tenho sempre presente, invocado, aquele que foi o meu líder espiritual na luta de resistência, o Constituinte Lysâneas Maciel – chegamos carregados de cicatrizes, marcados por feridas profundas à possibilidade de uma transição histórica que não fosse resgatada pelo sangue. É claro que pagamos com o sangue dos nossos para chegarmos aqui; é claro que pagamos com as torturas dos nossos para chegarmos aqui; é claro que tivemos o tributo dos cassados, violentamente arrancados da vida pública, e a infelicitização de duas gerações, que perderam a oportunidade do exercício democrático e, por ele, da formação das lideranças organizadoras da consciência nacional.

Mas chegamos aqui e o processo de transição se deu. Confesso, Srs. Constituintes, que não sou dos pessimistas, pelo contrário, acho que fui um dos maiores otimistas dessas duas décadas. Praticamente envelheci aqui, gastando os melhores anos da nossa vida nesta luta, sem a possibilidade de termos estabelecido a preocupação do nosso desenvolvimento pessoal e da nossa riqueza pessoal. E chegamos aqui, pensando que a Assembléia Nacional Constituinte, que assim foi contada e cantada ao povo – é claro que não falo dos que têm os currais eleitorais comprados na base das fortunas – cada um, em cima de cada planície desta Nação, dizendo ao povo, aos olhos de milhões de pessoas que foram às praças públicas, colocando olhos de esperanças em cada um de nós. Milhões de pessoas acreditaram que vínhamos aqui para estabelecer uma nova ordem, para fixar os rumos de um novo tempo, para definir uma nova caminhada, para, enfim, resumirmos num documento a soma de todos os sonhos nacionais, mergulhados na desesperança desses 22 anos.

Para minha surpresa, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, e talvez aí, de minha parte, um dos que mais falaram nessas duas décadas, e falei tanto que por quatro vezes a ditadura quis-me submeter ao processo da Lei de Segurança Nacional, nos seus indiciamentos. E denunciei tanto que ajudei a derrubar o formidável esteio de uma ditadura sistêmica; mostrar como era corrupto o Sr. Ernesto Geisel, como era entreguista a sua alma, como ele se transformou de general em empregado da **Union Carbide**, no Pólo Petroquímico de Camaçari, e que até agora infelicitiza a Nação brasileira, desviando-nos do projeto do álcool e atolando-nos no projeto da petroquímica e do petróleo, e da dependência internacional.

E o noticiário nacional, das emissoras de rádio e televisão, que compõem o quadro do entreguismo brasileiro, anunciou agora que o Rio de Janeiro vai ganhar um pólo petroquímico, como se esta fosse a melhor busca e o melhor interesse do povo brasileiro.

Sr. Presidente e Srs. Constituintes, a lembrar essas questões, pensei que fosse possível aqui, nesta Assembléia Nacional Constituinte, efetivamente, propormos um trabalho ao povo brasileiro. No entanto, o noticiário nacional nos mostra, assim como a Rede Globo de Televisão, todos os dias este órgão que serviu tão bem à ditadura, por duas décadas, e serve tão bem à Nova República, na sua nova forma de governo e a grande Imprensa Nacional, todos os dias nós lemos a discussão que se trava – e me permita e me desculpe, Carlos Sant'Anna, – entre o Carlos e o Mário Covas, entre o Covas e o Luiz Henrique, entre o Luiz Henrique e o Fernando Henrique, e o Sarney que também diz, e o Bernardo Cabral que conta as suas coisas! Esse é o noticiário nacional, e discutimos o presidencialismo ou o parlamentarismo.

Enquanto isso, 40 toneladas de ouro são arrancadas, em contrabando, do Amazonas; enquanto isso, no rio Araguaia, os japoneses bateiam o rio, comprometem a fauna e a flora e levam as nossas riquezas embora; enquanto isso, o povo brasileiro sofre um saque como sofreu, um estelionato como sofreu, a 1º de março, e eu denunciei isto à consciência do País, que não pôde ouvir, porque não foi publicado pelo jornal **O Estado de S. Paulo**, pelo jornal **Folha de S. Paulo**, pela TV Globo e pela TV Manchete, por ninguém que recebe na publicidade a corrupção do sistema financeiro em cima da liberdade de Imprensa.

Quando denunciei que 105 bilhões de cruzados, 7 bilhões e meio de dólares, foram dados pelo Sr. Pêrsio Arida, pelo Sr. Dílson Funaro, pelos economistas que vestiram a camisa do PMDB para confundir a Nação e estragar este partido, deram de presente ao setor financeiro e às multinacionais, e os patriotas não se manifestaram. Nós continuamos a ouvir dizer que o Presidente José Sarney quer cinco anos de mandato, mas há um grupo que quer 4 anos e um outro que quer o parlamentarismo; e há um outro grupo que não sabe se elege o Covas ou o Fernando Henrique, ou o prefeito de São Paulo, ou governador ou Presidente da República. E o que a Nação tem com isso? Com as reuniões do Dr. Ulysses Guimarães na casa do lago, fazendo notícia, onde coloca as caras dos Líderes nacionais, que não dizem nada para a fome, para a miséria, para a habitação popular, para a Previdência, para a saúde do povo brasileiro; que não têm uma resposta para a questão do homem do dia-a-dia.

Enquanto isso, o Sr. Bresser Pereira, remendando o Cruzado II, que foi traído, monta todo um sistema, tentando salvar a cara da Nova República, que não consegue mais dominar a sua política monetária. Perdeu o controle e não dominará, porque não quer mudar.

Do Sr. Castello Branco, primeiro ditador desses 22 anos, através da mão do Sr. Roberto Campos, empregado de interesses internacionais há 50 anos, até o último, Bresser Pereira, todos são da mesma escola, todos. Daqui a pouco acabarão os economistas, e o Brasil, talvez, se acabe com eles.

Na dívida externa, em que pese ao parecer, que me honra com algumas palavras de elogio, desta figura que aprendi a respeitar e a amar ao longo da História, Senador Nelson Carneiro, a respeitar pela atitude, pela coerência, pela honradez, pela dignidade, pela decência, pela participação permanente com a oposição brasileira, por ter sido uma das estacas de resistência do povo brasileiro; em que pese à manifestação de S. Ex.<sup>a</sup>, não vejo por que a Assembléia Nacional Constituinte, que tem para si o encargo que aqueles milhões de olhos de brasileiros e de brasileiras sustentaram com sua confiança, que tem a obrigação dada por eles, de reorganizar uma nova ordem, de acabar com o que foi feito até aqui, vem pedir que a Nação caia no que já foi, de estabelecer uma época de responsabilidade, uma época de decência, uma época de patriotismo, uma época em que as almas de colonos, dos entreguistas, dos gerentes de interesses internacionais, dos assalariados que aqui vieram em nome do povo, mas fazem o **lobby** de interesses internacionais.

A Nação espera que esta Assembléia pague essa dívida externa, constituída pelo Sr. Geisel e pelo Sr. Figueiredo, na administração infeliz, particularmente, daquele que fez o milagre brasileiro, o Sr. Delfim Netto, que escapou das malhas da Justiça outro dia. E o último cidadão que defendi, e ladrão de galinha no meu Estado, embora eu o defendesse bem, está gozando de **sursis** com um ano e meio de cadeia.

Os que assaltaram a Pátria, que em qualquer nação seriam fuzilados, os que assaltaram a Nação são colegas deste Parlamento, e por obra do meu partido até dirigiram

a Comissão de Economia, a mais importante das Comissões.

A dívida externa, Sr. Relator e Sr. Presidente, é fruto de todo um conluio do entreguismo interno da ditadura, com um sistema financeiro internacional safado, corrupto e também corruptor.

A manipulação dos juros externos pelo sistema financeiro, o sistema de trocas que infelicitas as nações pobres como a nossa, num jogo de interesses, fizeram com que a pequena dívida contraída no passado se transformasse, de uma hora para outra, em 120 bilhões de dólares. E uma Nação de 8 milhões e 500 mil km<sup>2</sup>, o 8º PIB do mundo, uma Nação com 140 milhões de patriotas, uma Nação com esse tamanho ficar assediada por 100 banqueiros internacionais, levar pito do Sr. Rockefeller dos Estados Unidos, submeter um Ministro de Estado, tipo Bresser Pereira, que não encontra saída, onde se fazem os estouros do sistema financeiro e acusam as estatais, põem os marajás na boca da imprensa, de jornalistas mal-avisados, a maioria deles contratados nesta Casa, fazem o jogo dos marajás, como se os 5 ou 10 mil marajás deste País fossem a causa da desgraça nacional!

De 1º de março deste ano a 31 de maio – documentos que tenho do Banco Central – além dos 105 bilhões de cruzados, esta Nação pagou 65 bilhões de cruzados, na ciranda financeira, para o sistema financeiro. Foram 170 bilhões de cruzados, em 90 dias! São quase 10 bilhões de dólares!

Ouçó o nosso Relator, o digno Constituinte Nelson Carneiro, dizer que esta Constituinte não pode perder tempo com essas coisas, porque o povo pede que ela seja feita depressa. Esta é uma impressão do Poder, esta é uma impressão do Dr. Ulysses Guimarães, esta é uma impressão de quem está sentado no Palácio do Planalto, esta é uma impressão das Lideranças. Desculpe-me, Sr. Presidente desta Comissão, mas há uma expressão que o povo usa, e a minha educação manda pedir desculpas: o povo está "de saco cheio"! Com esta brincadeira, com o seu destino! O povo não quer saber se o Mário Covas vai ser Presidente ou se o Fernando Henrique Cardoso tem jeito para tanto!... O povo não quer saber se o Dr. Ulysses vai ser Presidente ou não. O povo quer saber da solução dos seus problemas. E um deles passa por essa dívida externa. Quem aqui conhece os valores reais dessa dívida? Quem aqui sabe a destinação desses dólares, ao longo do tempo? Onde eles foram aplicados? Quem aqui sabe dos jogos internacionais, um deles que eu denunciei aqui, quando o Sr. Delfim Netto assinou, em Nova Iorque, um documento que abria mão da soberania nacional, permitindo que os banqueiros, inclusive, expropriassem bens nacionais quando em território estrangeiro, se assim o entendessem?

Estamos aqui para fazer o jogo das classes dirigentes e estamos desagradando à direita e à esquerda e não estamos agradando ao centro nem ao povo. A UDR está aí, braba. Estão aí os camponeses brabos, estão brabos os operários e desencantados até com as suas centrais sindicais, e os empresários gritando: "Sou poder"! Os Líderes, reunidos em torno do Dr. Ulysses Guimarães, tomando **poire**, é que sentem que estão bem. Parecem Maria Antonieta na véspera da Queda da Bastilha. É pena que esta Nação não tenha feito a sua trajetória pela violência. Ao invés de sair para a violência urbana, de brasileiros roubando e matando brasileiros, se saísse para a violência da justiça, do restabelecimento de uma fisionomia de uma grande Nação e fizéssemos uma revolução, é bem certo que deste Poder aqui não se salvaria quase nenhum de nós.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – O tempo de V. Ex.<sup>a</sup> já está esgotado.

<b>O SR. CONSTITUINTE</b>	<b>JOÃO CUNHA:</b>	<b>–</b>
Vou encerrar, Sr. Presidente.	Quando	
propus, com o apoio de	268	Srs.

Constituintes, que tivéssemos o conhecimento dessa dívida, que tivéssemos o poder de determinar uma auditoria sobre ela, que constituíssemos uma comissão para acompanhar as tratativas da dívida, eu não queria ver na Assembléia Nacional Constituinte um caráter de permanência na sua existência, mas um caráter cautelar, pois estamos legislando...

O art. 99, por exemplo, do Projeto de Constituição, da Comissão de Sistematização, diz que:

"Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente:

XVIII – limites globais e condições para as operações de crédito externo...;

XIX. – limites e condições para a concessão de garantia da União em operações de crédito externo...;

XX – estabelecimento, na forma de lei complementar, de:

b) limites e condições para as operações de crédito externo..."

Estamos dizendo que vamos estabelecer esses limites. O que acontecerá com a próxima ida do Sr. Bresser Pereira a Nova Iorque? E não é nada pessoal com o Sr. Bresser, que é até meu amigo. E o Sr. Milliet, que está assessorado pelo Sr. Fernão Bracher? E este que é um assecla do Banco Bradesco e que deu o maior golpe da História desta Nação e de toda a história dos países capitalistas, de um povo inteiro? Chamo-o de estelionatário da Nação. Como advogado criminalista convidado ao pleito de um processo-crime, assim como chamo de estelionatário do povo brasileiro o Sr. Dilson Funaro, que era a exceção da verdade num pleito judicial. Pois bem, há situações de fato e de direito que poderão constituir-se internacionalmente em nome da Nação.

Encerro, Sr. Presidente, lendo o Sr. Relator que lembrava Maximiliano: "Um tratado pode envolver perda, aquisição ou troca de território..." O que já não saiu de riqueza deste País em cima disto? Que projetos não estão vindo por aí, submetendo as nossas estatais? Porque a liberdade privada é um fato, defendo-a; a iniciativa privada, defendo-a, também. Agora, o Brasil é o único País em que se quer ser capitalista com o dinheiro do Estado – que é do povo – e dividir, como se diz, os prejuízos com o povo, também.

"Um tratado pode envolver perda, aquisição troca de território; compromisso de sangue e de dinheiro; questões que interessam à propriedade, à honra e à vida de um povo."

Como podemos permitir que fiquem soltos, fazendo acordos internacionais, que são legítimos, porque é a Nova República, com toda a legitimidade de um Congresso Constituinte aberto? E o Presidente da República, que é um homem respeitável, mas malissimamente mal-assessorado, afirmou-me que não conhece economia!? Que foi submetido a um assaltante tipo Pérsio Arida, que o enganou e que fez com que a Nação inteira fosse enganada e estelionatada.

Como podemos permitir que essa gente, a nível internacional, sem o nosso conhecimento, sem o controle de um conjunto de homens, que sei existirem aqui, honrados, dignos e patriotas, como permitir que eles constituam situações de fato e de direito até o final deste ano, comprometendo o próprio futuro da Nação e tornando piada uma Constituição que possamos forjar, aqui, dos nossos trabalhos?

Sr. Presidente, é o apelo que faço, não evidentemente à votação, porque há um mecanismo de saída e de entrada no interesse da votação ou não de um projeto, nesta Comissão. Tenho tudo na vida, menos a condição do idiota, mas quis deixar registrado, para o conhecimento futuro, e falando para homens honrados que estão aqui presentes, que um patriota como eu lamentou, terrivelmente, ter estado aqui ao tempo desta Constituinte. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Oswaldo Lima Filho.

**O SR. CONSTITUINTE OSWALDO LIMA FILHO:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros da Comissão de Sistematização, ao examinar o Projeto nº 8, de 1987, projeto de decisão de autoria do Constituinte João Cunha, sobre os acordos e contratos referentes à dívida externa do Brasil, poderíamos, em grande parte, secundar muitos dos conceitos expressos com indignação pelo ilustre representante paulista sobre os Ministros que negociaram a dívida externa. Eles já estão, de resto, julgados pela opinião brasileira, em grande parte, e até pelo Congresso Nacional na Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a dívida externa, onde, depondo, S. Ex.<sup>a</sup>, o Sr. General Sílvio Frota, com a responsabilidade do seu cargo de General-de-Exército e de ter ocupado o Ministério, confirmou, e todos os Constituintes que estavam nesta Casa na legislatura passada, que assistiram àquela sessão da Comissão da CPI sobre Dívida Externa –, recordam que S. Ex.<sup>a</sup> relatou como recebera uma denúncia do Coronel Saraiva, adido militar em Paris, acerca de comissões recebidas pelo então embaixador brasileiro, na França, sobre dívidas realizadas, empréstimos realizados pelo Governo brasileiro. Por isso, em relação a esses Ministros, que na Velha República, realizaram os empréstimos dessa dívida monstruosa de 112 bilhões de dólares, eu...

**O SR. CONSTITUINTE FERNANDO SANTANA:** – 60 bilhões de juros.

**O SR. CONSTITUINTE OSWALDO LIMA FILHO:** – 60 bilhões de juros, como lembra o Constituinte Fernando Santana; com acuidade, eu repetiria, sem dúvida, os adjetivos que, com indignação patriótica muito justa, o Constituinte João Cunha acabou de expressar.

Tenho, Sr. Presidente, pelo nobre Constituinte Nelson Carneiro, o maior apreço, a maior estima e muitas afinidades. Inclusive, lutamos, há muito tempo, pelo parlamentarismo, no Congresso Nacional. Reconheço que há uma impropriedade no projeto de autoria do Sr. Constituinte João Cunha, quando determina, no art. 2º, uma obrigação prévia – audiência da Assembléia Nacional Constituinte – sobre a constituição de empréstimos externos, quando é sabido, como bem salienta o parecer, que essa obrigação constitucional deve ser exercida em relação ao Congresso e não à Assembléia Nacional Constituinte.

Tivesse eu poder para votar o Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, evidentemente, não o teria feito com as limitações com que ela votou o seu Regimento Interno. Constituinte, por sua própria natureza, significa poder soberano, poder de fazer, como o parlamento inglês se intitula, sem uma Constituição escrita, poder de fazer do preto o branco e do quadrado o redondo.

A noção de Constituinte de que, parece-me, fomos instituídos é a de exercer todo o poder para instituir o direito novo. Mas, enfim, a maioria da Assembléia Nacional Constituinte não aceitou isso que era uma decorrência natural, inelutável, do mandato que o povo lhe havia conferido. Mas, mesmo assim, não vejo como um Relator do talento do nobre Senador Nelson Carneiro não tivesse preferido oferecer uma emenda que corrigisse essa impropriedade, porque, na realidade, estou de acordo com o pensamento, com o objetivo fundamental do autor do projeto, Sr. Cons-



tuente João Cunha. Entendo que, enquanto nós estamos aqui votando a futura Constituição brasileira e procurando dispor sobre as novas formas, os novos institutos, sobre os empréstimos, como eles serão, os empréstimos externos regulados, qual será a atribuição das duas Casas do Congresso em examiná-los, homologá-los, prévia ou **a posteriori**, os negociadores brasileiros estão percorrendo os bancos estrangeiros e procurando solução.

O ilustre Ministro Bresser Pereira, a quem não cesso de render as minhas homenagens pela sua cultura acadêmica, chegou a propor uma série de tratativas aos credores internacionais. Ora, é convicção de grande número de Constituintes que, sobre essa dívida, se deveria estabelecer uma auditoria para que apurássemos, na realidade, o que aqui ingressou, sob forma de credo efetivo, e aquilo que sob a forma dos **suplies credit**, dos empréstimos, sob formas de venda de material, representou um verdadeiro saque aos cofres brasileiros.

Por tudo isso, Sr. Presidente, votarei contra o parecer do Relator, porque, embora reconheça algumas impropriedades no projeto de decisão do Sr. Constituinte João Cunha, entendo que esse era o dever do nobre Relator, isto é, corrigir essas impropriedades, para que fique positivado que a Assembléia Nacional Constituinte deve-se manifestar sobre a questão da dívida externa. Nós não podemos, em sã consciência, tratar levianamente de uma matéria que diz respeito a uma dívida nacional de mais de 100 bilhões de dólares, e diante do povo brasileiro, colocarmos uma bacia de Pilatos e dizermos: "Não, o Regimento Interno não nos permite tratar do assunto." E lavarmos nessa nova bacia de Pilatos, que eu chamaria a bacia do Senador Fernando Henrique Cardoso, evitando de discutirmos a questão da dívida externa. Não, Srs. Constituintes! O problema é grave demais. Ele diz respeito à soberania Nacional. Se há um problema que diz respeito à soberania da Nação é este da dívida externa. Então, por que não deve a Assembléia decidir sobre ele?

Vou concluir, Sr. Presidente, mas não quero fazê-lo antes de lembrar à Assembléia Nacional Constituinte que, enquanto nesta Casa alguns Constituintes, aos quais chamo de apátridas, vêm aqui reclamar o pagamento da dívida externa e dizer que o Brasil não pode se comprometer com o calote, enquanto isso ocorre, no Congresso dos Estados Unidos, como nos relatavam, há pouco, os Srs. nobres Constituintes Fernando Gasparian, Pimenta da Veiga e Hélio Duque, que ali assistiram a numerosas discussões sobre a dívida externa, Senadores, como o Senador Bill Bradley, do Estado de New Jersey, dirigente da Comissão que investiga os problemas das dívidas externas no Congresso americano, afirmavam, em discurso, que deve ser meditado pela Assembléia Nacional Constituinte do Brasil...

**O SR. CONSTITUINTE FERNANDO SANTANA:** – Eu pediria a V. Ex.<sup>a</sup> que mandasse traduzi-lo.

**O SR. CONSTITUINTE OSWALDO LIMA FILHO:** – Vou fazê-lo, nobre Constituinte. Mas, recebi hoje o trecho desse discurso que mandei reproduzir para distribuir entre os Srs. Constituintes.

Diz o Senador Bill Bradley que o problema da dívida externa é um problema político, que deve ser decidido politicamente, que a dívida externa foi, toda ela, nos países latino-americanos, inclusive no Brasil, constituída por ditadores militares. É texto expresso em seu discurso. (O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

Estou concluindo, Sr. Presidente. Peço a V. Ex.<sup>a</sup> que me assegure um pequeno prazo para a conclusão.

E que a nova democracia instituída no Brasil não pode submeter o povo brasileiro às inenarráveis dificuldades da pobreza, para pagar uma dívida externa que ele mesmo considera pouco legítima. E mais, adianta que a

recessão econômica imposta a toda a América Latina, como efeito dessa dívida externa imposta aos países latino-americanos, está tendo um reflexo altamente negativo na economia dos Estados Unidos da América. E anuncia mais, que essa recessão latino-americana, provocando a redução das importações da América Latina, já determinou quatrocentos mil novos desempregados na indústria norte-americana, e, por isso mesmo, clama ele por uma solução política, porque, sem esta, vê ele uma ameaça de catástrofe para as relações comerciais do mundo democrático.

Sr. Presidente, nós nos batemos há muito, durante todo o período da ditadura, contra os ministros que vendiam lá fora o Brasil a troco de comissão, contra nós, que mesmo depois da cassação, aqui voltamos ao Congresso Nacional, para questionar a dívida externa, constituída por esses ministros responsáveis por crimes contra o Brasil. Se a nossa palavra não for ouvida, como não o foram as abjurgatórias veementes dos nobres Constituintes João Cunha, Fernando Sant'Anna, Paulo Campos e tantos companheiros nesta luta, que fiquem as palavras do senador norte-americano, Bill Bradley, representante do Estado de New Jersey, para que a Assembléia Nacional Constituinte medite sobre ela e reivindique para a dívida externa um tratamento político que liberte o povo brasileiro de pagar com a sua fome a dívida externa ilegítima, constituída pela ditadura. (Muito bem! Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Fernando Santana.

**O SR. CONSTITUINTE FERNANDO SANTANA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, neste sábado passado, dia 22, fomos convidados para um almoço, no Rio de Janeiro, com antigos dirigentes da União Nacional dos Estudantes e com a nova diretoria da UNE.

Era um almoço de velhos, como eu, e de jovens, e lá encontrei um velho companheiro de 1942, Euclides Aranha Neto, filho do ex-Ministro da Fazenda, Oswaldo Aranha, que foi, na sua juventude, um grande lutador pela construção da União Nacional dos Estudantes.

Disse-me de que, há pouco tempo, entregou ao arquivo que a Sra. Moreira Franco vem organizando um documento escrito pelo ex-Ministro Aranha.

Quando ale discuti a dívida externa brasileira, naquelas duas oportunidades em que o Presidente Vargas pediu moratória, numa delas, Sr. Presidente, um banqueiro internacional, depois de concluídas as negociações, pediu a alguém que solicitasse do Ministro Aranha o número da sua conta. O ministro foi cientificado e pediu então que o cidadão o fizesse por carta. E o banqueiro disse que aqueles assuntos nunca foram tratados por cartas, eram assuntos tratados confidencialmente. O assunto era o seguinte: era que o banqueiro queria depositar na conta do ministro uma quantia vultosa, que habitualmente os negociadores recebem. Como o ministro não recebeu a carta, ele mesmo fez uma dirigida ao Sr. banqueiro, Fulano de Tal, pedindo que ele depositasse aquela quantia que queriam oferecer-lhe na conta do Banco do Brasil a crédito da União, a crédito do Brasil, e não a crédito de Oswaldo Aranha.

Isso mostra, Sr. Presidente, que as negociações dos contratos das dívidas têm sempre um "por fora" que a malandragem vai levando.

Não é sem razão que o **The Washington Post**, um dos jornais mais conceituados dos Estados Unidos, em abril passado – se não me falha a memória, pelo dia 6 –, dava, em manchete, que 10.4 bilhões da dívida do Brasil não entraram, ficaram depositados em bancos suíços e americanos, como comissões. E ninguém protestou contra essa manchete do **The Washington Post**. Nem em Wallz

Street nem aqui. Do mesmo modo, não protestaram aqueles que foram defraudados pelo Gebauer, falsificando cheques, porque eram dólares contrabandeados.

Vejam bem os nobres Constituintes. Durante quantos anos o Sr. Gebauer foi o gerente da dívida externa brasileira, em nome do Citicorp, que é a empresa **holding** do Citibank? Por vários anos. E este homem, hoje, está preso como ladrão, falsificador de cheque.

Pois bem. O que não imaginar deste homem fazendo contratos e negociando com 600 bancos a dívida externa brasileira? Se ele teve capacidade de falsificar assinaturas para sacar dólares, milhões de dólares em contas de particulares, que coragem não teria o Sr. Gebauer de, sabendo como é a nossa burocracia, que não tinha tempo nem de permanecer aqui, sempre em viagem daqui para lá e de lá para cá, nessa dança infundável da discussão da nossa dívida?

Então, Sr. Presidente, ao ler o parecer do meu conterrâneo e amigo Nelson Carneiro, a princípio, a impressão que S. Ex.<sup>a</sup> me dava era que iria aprovar o projeto de resolução. Mas, depois, S. Ex.<sup>a</sup> nega em nome de que tudo isso deveria ter sido feito pelo Congresso, que o Congresso deveria participar sempre e não somente agora. Mas, no meu raciocínio de engenheiro, porque não sou advogado, se o Congresso não participou antes, então por que agora não auditar essa dívida, que nós consideramos que nela estão embutidos bilhões de dólares que nós não recebemos? E assim o disse o **The Washington Post** em abril do ano passado. Então, por que não fazer uma auditoria dessa dívida? O próprio Oswaldo Aranha, em 34 – há aqui documento na Câmara, não foi apenas o fato de ele ter-se negado a receber uma propina, uma comissão, como o chamam, e pedindo ao banqueiro que a depositasse na conta do País e não na sua própria conta – narra, num comunicado que fez à Assembléia Nacional Constituinte da época, que, nas negociações com a Casa Rothschild, Valentim Bouças, que o ajudava nisso e que era o homem que conhecia profundamente a nossa dívida, conseguiu provar de tal maneira à Casa Rothschild que havia um débito no extrato de 30 milhões de libras. Vejam bem, 30 milhões de libras, naquela época, era dinheiro que nem o diabo agüentava.

O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos) – (Faz soar a campanha.)

O SR. CONSTITUINTE FERNANDO SANTANA: – Sr. Presidente, eu terminarei. São fatos históricos que merecem ser lembrados aqui, neste instante, nesta hora.

Pois bem, a Casa Rothschild, depois de toda uma documentação oferecida pelo Ministro Oswaldo Aranha e Valentim Bolças, que era o seu auxiliar na questão teve de entregar os bilhetes quitados de 30 milhões de libras esterlinas e estornar os juros, desde a época em que os vinha cobrando, embora ela já estivesse paga.

Naquela época, o Brasil devia a muito poucos bancos internacionais, e mesmo assim, nós fomos surrupiados. Quando se descobriu, já foi, talvez, um pouco tarde, trinta milhões de libras! E o que se vinha há longos e longos anos, há séculos, pagando na base de nenhuma averiguação?

Creio que devo lembrar 64. Uma das razões que motivaram o movimento militar, entre elas estava a de que a dívida externa era uma ameaça à segurança do País. Lembro-me como hoje, porque estava nesta Casa. As razões fundamentais do golpe militar eram: a ameaça da soberania pela dívida externa; a instalação de uma república sindicalista em que nunca ninguém pensou; o perigo comunista e a corrupção. Em todos os Governos sempre há corrupção, mas que me recorde, daquela época, a corrupção era de vintém, em relação à de hoje, a cor-

rupção que se passa e que se passou nesta dívida de milhões e milhões de dólares no período ditatorial.

Pois bem, se a dívida era uma ameaça à segurança nacional, que era apenas de 3 bilhões e 200 milhões de dólares, porque o Presidente João Goulart, mesmo com todas as dificuldades, pagou 200 milhões da dívida, que era de 3.4 bilhões. O que diremos hoje da segurança nacional, se essa dívida já alcança a casa de 112 bilhões de dólares, Sr. Presidente? Significa que, em termos aritméticos, a nossa segurança está, hoje, em 1/36 avos do que era em 1964.

O SR. PRESIDENTE (Faz soar a campanha.)

O SR. CONSTITUINTE FERNANDO SANTANA: – Sr. Presidente, não querendo ouvir mais tanta sineta em meus ouvidos, vou concluir, dizendo aos nobres colegas aqui presentes que a questão da dívida é realmente uma questão de segurança, hoje, porque ela atingiu um nível tão alto, que nós, a cada dia, estamos entregando mais soberania. Basta lembrar um exemplo que vale a pena sempre ser dado: na Constituição de 37 só brasileiros natos ou empresas constituídas de acionistas 100% brasileiros tinham direito à mineração no solo brasileiro.

Sr. Presidente e Srs. Constituintes, hoje nós temos 60 milhões ou mais de hectares sob o controle das empresas internacionais; 70% das concessões no setor mineral estão entregues a multinacionais.

O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS: – Quatrocentos e um mil quilômetros!

O SR. CONSTITUINTE FERNANDO SANTANA: – Muito obrigado, colega.

BRSCAN, British Petroleum, Oil Union e outras tantas, mancomunadas com alguns brasileiros. Inclusive, como denunciemos aqui sobre a questão de minas, nióbio, de que possuímos 92% da reserva mundial, e tudo isso está nas mãos do senhor banqueiro. Presidente do Unibanco – até esqueci o nome dele, como é nome? Moreira Sales, exatamente –, que recebeu de presente 92% das reservas mundiais de nióbio e está sambando sobre isso, pois só com esse nióbio poderíamos faturar 560 bilhões de dólares. Creio que o Sr. Moreira Sales tem mais crédito internacional do que o próprio País, hoje, apenas com essa reserva que ele teve gratuitamente dada pelo Departamento de Produção Mineral do País.

Sr. Constituinte João Cunha, adicione ao problema da dívida o problema do setor mineral, que, a nosso ver, é muito mais importante para os destinos deste País do que essa dívida que vamos acabar não pagando. Porque o próprio candidato, hoje, do Partido Democrata dos Estados Unidos já diz coisas que os nossos conterrâneos, os nossos companheiros brasileiros, temem dizê-lo. O candidato do Partido Democrata diz o seguinte: que os bancos centrais dos países credores devem comprar a dívida com o deságio em que ela já está – e a do Brasil tem um deságio de 45%, isto é, compra-se um título da dívida brasileira por 55% do seu valor nominal – que esses bancos centrais comprem essas dívidas e os países devedores passem a pagar aos bancos centrais dos países credores sem juros e a prazo de água.

O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos) (Fazendo soar a campanha.): – Lembro a V. Ex.<sup>a</sup> que ainda há oradores inscritos.

O SR. CONSTITUINTE FERNANDO SANTANA: – Quando estive aí só havia o Constituinte Fernando Santana inscrito. Mas isto não tem importância, os outros inscreveram-se depois.

Sr. Presidente, concluindo, quero dizer a V. Ex.<sup>a</sup> que é dever de todos nós, pelo menos, garantirmos às gerações do futuro um país que não seja escravo. Porque, em verdade, estamos é colonizando o Brasil; o Governo de-

cretou a moratória, que deve ser mantida e extensiva como foi ao Clube de Paris. E esta moratória só deve ser suspensa, ao nosso ver. Sr. Presidente, depois que tivermos acumulado 10 ou 15 bilhões de dólares como reserva, e discutido a dívida nos termos da proposta do candidato do Partido Democrata dos Estados Unidos. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Com a palavra o nobre Constituinte Paulo Ramos.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, temos assistido, nesta Casa, a discussões as mais acaloradas sobre temas diversos. Temos visto, inclusive, manifestações indignadas sobre temas que não alcançam a dimensão e o significado da dívida externa. Inclusive, já assistimos, nesta Casa, a cenas de Constituintes que quase chegaram à luta corporal, em função de temas menores.

Hoje, infelizmente, com o plenário vazio, da Comissão de Sistematização, estamos discutindo e não vamos votar um projeto de decisão que assume o mais alto significado para a vida do Brasil, porque trata da questão da dívida externa, uma dívida, que sabemos, contraída de forma fraudulenta – e as provas são mais do que contundentes – e contraída, lamentavelmente, com a participação de brasileiros, alguns deles integrando, hoje, o Poder Constituinte. Estão nesta Casa, ex-Ministros do regime autoritário, um regime implantado a parti de 1964, apoiado na chamada ideologia da Segurança Nacional, que fez do povo brasileiro inimigo do povo brasileiro. A figura do inimigo interno foi estabelecida aqui dentro, muito mais com o objetivo de perseguir aqueles que compreendiam o momento histórico e lutavam contra um regime que, por mais de 20 anos, não só infelicitou a vida do povo brasileiro mas, acima de tudo, comprometeu a soberania nacional quase que de forma irreversível. Mas ainda acreditamos que o povo brasileiro há de pressionar a Assembléia Nacional Constituinte para que, dos trabalhos desta Constituinte, saia uma Constituição que represente, acima de tudo, as aspirações libertárias do Povo brasileiro.

Mas a dívida externa, contraída de forma fraudulenta, hoje, precisa ser enfrentada com coragem pelo Plenário da Assembléia Nacional Constituinte, por aqueles que aqui estão representando o povo brasileiro, por aqueles nos quais o povo brasileiro depositou a sua confiança.

Vamos citar, aqui, alguns dados que são do conhecimento de todos os Constituintes, porque são dados que estão presentes, hoje, na Imprensa: o Banco Central se recusa a divulgar o nome de empresas que fraudaram o Brasil, remetendo dólares para o exterior. O Banco Central diz que são duas empresas mas se recusa a divulgar os nomes. Afinal de contas, o Banco Central representa que país: o Brasil ou o país das empresas multinacionais que praticam as fraudes?

Hoje, esta Comissão de Sistematização da Assembléia Nacional Constituinte, teve dificuldades para aprovar o Projeto de Decisão nº 1, que tratava exatamente de uma auditoria da dívida externa. Esse Projeto não foi votado, e os fatos que determinaram a não-apreciação de um projeto de decisão de suma importância são de todos conhecidos. Por quê? Porque um Governo, hoje, que não é um Governo legitimado pela vontade popular, um Governo que deveria ser de transição, que se utiliza dos mesmos expedientes da ditadura para permanecer, esse mesmo Governo coloca na Assembléia Nacional Constituinte líderes que não representam a vontade popular, líderes que correspondem a todo esforço para manipulação dos trabalhos sérios da Assembléia Nacional Constituinte, líderes que não se envergonham de trair os mais elevados interesses nacionais e permanecem nesta Casa lutando para que o interesse nacional não prevaleça, inclusive através de expedientes, os mais escusos.

A Imprensa está noticiando, nos dias de hoje, que a usina nuclear que não vai funcionar em Angra I, tem da-

do ao Brasil um prejuízo diário de 4 milhões de dólares! Um programa como a usina nuclear, que deveria ter sido construída, embora sem o crivo, sem a manifestação da vontade do povo brasileiro, ao custo de 380 milhões de dólares, saiu ao custo de 1 bilhão e 800 milhões de dólares, simplesmente por equívocos de uma empresa americana chamada **Westinghouse**.

Furnas está processando, nos tribunais dos Estados Unidos, a empresa **Westinghouse**. Sabemos hoje – e é preciso ser denunciado aqui – que as nossas usinas nucleares já instaladas não vão funcionar por erro de fabricação. Este dado já está mais do que comprovado, e o Governo brasileiro não assume a responsabilidade política de dizer à Nação que as usinas nucleares já instaladas não vão funcionar, porque o Governo que ainda está aí também é cúmplice de tudo o que foi feito no passado. E ainda pratica, no presente, atos iguais aos que foram praticados durante o regime autoritário.

Esta Comissão de Sistematização aprovou um projeto de decisão, que encontra resistência para ser encaminhado ao Plenário da Assembléia Nacional Constituinte, que proíbe a conversão da dívida externa – essa dívida fraudulenta – em capital de risco em território nacional. Sabemos que essa conversão não pretende transformar nada em capital de risco. É mais uma forma de manipulação para preservar a dependência do Brasil.

Mas, hoje, o **Jornal do Brasil**, assim como outros, publica as palavras do Sr. Luís Octávio da Motta Veiga, Presidente da Comissão de Valores Imobiliários, que, assumindo poderes legiferantes, em detrimento dos poderes da Assembléia Nacional Constituinte, independente dos poderes do Congresso Nacional e afrontando a decisão da Convenção do PMDB, diz que a conversão de dívida através de bolsa e fundos sai em setembro. Essa é a afirmação do Sr. Luís Octávio da Motta Veiga, que possivelmente, com os demais corruptos da ditadura, se alinha aos aliados internos da Constituinte, para promover a entrega do Brasil por três dinheiros. Nem Judas são, porque Judas ficou execrado ao longo da história da humanidade, mas os Judas do povo brasileiro, aqueles que estão aqui dentro traindo o povo brasileiro, certamente contarão com a impunidade, porque a impunidade está numa lei da ditadura de 1974, de nº 6.024, que protege aqueles que praticaram fraudes nas instituições financeiras, porque estabelece a prescrição e concede a anistia passados cinco anos. Só serão responsabilizados, só responderão com seus próprios bens, os gerentes, os diretores, os presidentes dos últimos cinco anos.

Então, hoje, o sistema jurídico que prevalece neste País é um sistema estabelecido pela ditadura, é um sistema que recebe a sua continuidade da Nova República, mas é um sistema para proteger os corruptos e para entregar o Brasil. Precisamos ser possuídos da mesma indignação expressa aqui pelo Constituinte João Cunha, mas precisamos dos companheiros que ainda não compreenderam que o Brasil é um País colonizado, assim como toda a América Latina. Precisamos da autocrítica dos companheiros, porque ainda é tempo para que aqueles que até hoje não compreenderam, não se posicionaram em defesa dos mais altos valores do Brasil, possam reformular as suas posições, possam se ombrear e possam estar juntos com aqueles que há mais tempo compreenderam tudo o que é feito contra o Brasil.

O povo brasileiro está atento e, certamente, se não cobrar agora, chegará o dia em que ele, o povo brasileiro, fará a cobrança, e esta há de ser séria. Aqueles que estão hoje ao lado do povo, certamente continuarão ao lado do povo, porque a resposta do povo virá. É necessário que esta Assembléia Nacional Constituinte, que tem uma séria responsabilidade que reúna hoje no seu bojo as esperanças do povo, não o traia. Precisamos pelo menos estar juntos na defesa dos mais elevados interesses nacionais.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Com a palavra o nobre Relator, Constituinte Nelson Carneiro.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – Sr. Presidente. Srs. Constituintes, no começo da minha vida profissional, nos longes de 1930, advogava eu perante o Supremo Tribunal Federal. Ao meu lado, estava um grande mestre: Levy Carneiro. Havia dado um parecer exatamente contra meu ponto de vista. Eu ia defender perante o Supremo Tribunal Federal, muito moço, uma causa que tinha a seu favor um parecer de Levy Carneiro. E, naturalmente, com a reverência do aluno diante do mestre, disse: "Mestre, desta vez vou divergir". E ele me respondeu: "Meu filho, eu dei o parecer, ele que se defenda". E fui para a tribuna combater, o seu parecer. É nesta situação que me encontro agora. Poderia dizer que o meu parecer responde a todas as críticas que aqui foram feitas. Ocupo a tribuna para agradecer as referências elogiosas que me foram feitas pelos que tiveram a gentileza de ocupar esta tribuna e criticar as conclusões de meu trabalho.

Quero dizer que fui convocado na tarde do dia 19, às 15 horas, para relatar esse parecer com prazo certo de devolvê-lo pronto e datilografado até às 18 horas. Não sendo possível fazer o parecer no Sanado Federal, fui a casa para ver os livros e estudar o problema. Daí, as citações que incluí no trabalho. Trata-se de um trabalho de um homem acostumado a opinar como advogado, como estudioso do Direito e não apenas como um político que vê o problema com outras características e de outra maneira que o homem que estuda constantemente os livros de Direito.

Focalizo aqui dois pontos, e quando sustento que a Assembléia Nacional Constituinte não é o foro próprio para fazer uma auditoria, é porque todos sabemos que uma auditoria sobre uma longa dívida externa do Brasil demorará muitos meses. Atravessará a Assembléia Nacional Constituinte, sem que ela possa ter terminado essa auditoria, por mais ativos que sejam os seus auditores. Essa missão do Congresso Nacional que funciona é permanente; funciona agora, funcionará no próximo ano e nos anos seguintes. A auditoria deve ser feita, mas pelo Congresso Nacional, podendo ser feita ou através do próprio Congresso, como uma Comissão Geral, ou através das suas comissões de inquérito. Por essa razão sustentei que a Assembléia Nacional Constituinte não era o local apropriado para essa investigação, que aconselhei, que aplaudi e que aplaudo.

Quanto ao fato de o art. 2º, já focalizado especialmente pelo nobre Constituinte Oswaldo Lima Filho, determinar prévia audiência da decisão da Assembléia Nacional Constituinte, para que o Poder Executivo e seus agentes possam constituir obrigações contratuais, firmar acordos com órgão do Sistema Financeiro Internacional, ou firmar qualquer ato em relação à dívida externa, que digo eu? Digo que não é preciso.

Aqui está escrito, precisamente, no parecer – digo eu – citando que todos os atos internacionais, não só esses, todos os atos internacionais estão sujeitos ao exame do Congresso, e digo, art. 44, I da Carta Constitucional de 69, **in verbis**:

"É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

I – resolver definitivamente sobre os tratados, convenções e atos internacionais celebrados pelo Presidente da República."

Ao interpretá-lo, como ensina a boa hermenêutica, devo fazê-lo em harmonia com o art. 45, assim redigido:

"A lei regulará o processo de fiscalização, pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, dos atos do Poder Executivo, inclusive os da administração indireta, e concludo, destarte, a consequência que os acordos e con-

tratos referentes à dívida externa, como atos internacionais que são, estão sujeitos à aprovação do Congresso Nacional, afastada, no caso, a distinção entre atos de império e atos de administração ou de governo, são todos os atos. A Carta vigente refere-se a atos internacionais e, conseqüentemente, são todos.

Não exclui nenhum ato da apreciação do Legislativo, mas tinha que me basear em algum texto constitucional, para concluir se esta apreciação tinha que ser prévia ou posterior. Não encontrei – nem na Constituição de 1891 essa autorização. Lembrei a frase de Carlos Maximiliano, que quero repetir:

"Um tratado pode envolver, desde a aquisição ou troca de território, compromisso de sangue e de dinheiro, questões que interessam à propriedade, à honra e à vida de um povo. Deve ficar sob a responsabilidade do chefe de Estado, porém sujeito a **referendum** parlamentar."

Ora, o **referendum** parlamentar é um ato posterior à celebração do acordo ou do ato internacional. Não poderia fugir – como estudante de Direito que continuo a ser – dos princípios que nortearam a minha formação, apenas para atender a um impulso do político que não recebeu influência de quem quer que seja, não conversou com ninguém e retirou-se apenas para sua residência para redigir esse parecer.

Quero dizer, finalmente, que antes que aqui desta tribuna ou deste País fosse dito que era preciso levar aos credores o protesto da consciência dos países devedores, uma delegação do Parlamento Latino-Americano, que tive a honra de presidir, compareceu perante o Congresso americano, a Câmara de Representantes e o Senado Federal, perante o FMI, perante os bancos credores e a um departamento de Estado, para lhes dizer que esta era uma dívida política, e que os países devedores só poderiam assim reconhecê-la, como uma dívida política, e se eles não tivessem sensibilidade para assim compreender, amanhã teriam que assistir à revolta das populações famintas da América Latina contra a brutalidade desse crédito, que cada vez aumenta mais, à revelia dos devedores. Isso eu digo com todas as letras no parecer; o que eu não podia era concluir diferentemente, a menos que eu rasgasse o meu título de bacharel, conquistado há 55 anos na velha Faculdade da Bahia. Agi como um homem público, mas um homem público tendo em vista as lições do Direito. Não posso, por amor às minhas convicções políticas, dar um parecer contrário àquilo que a ciência do Direito me ensinou. Por isso, o meu parecer, como diria o Levy Carneiro, ele mesmo responde por ele próprio. Entrego-o, portanto, à consciência dos meus colegas e agradeço as palavras generosas, embora veementes críticas com que ele foi acolhido. Muito obrigado. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Informo aos Congressistas da Comissão de Sistematização que hoje se esgotou o prazo para a votação dos dois Projetos de Decisão de nºs 7 e 8, que serão remetidos ao Presidente da Assembléia Nacional Constituinte.

Convoco reunião da Comissão para a próxima quarta-feira, às 19:00h, com o objetivo de iniciarmos a discussão de projetos de emendas populares.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 21:00h e 20 min.)

## 20ª Reunião Extraordinária

Aos vinte e seis dias do mês de agosto do ano de mil novecentos e oitenta e sete, às dezenove horas e trinta minutos, no Plenário da Câmara dos Deputados, reuniu-se a Comissão de Sistematização, sob a Presidência do Senhor Constituinte Afonso Arinos, presentes os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Alcení

Guerra, Aloysio Chaves, Aluizio Campos, Antonio Carlos Konder Reis, Arnaldo Prieto, Bernardo Cabral, Brandão Monteiro, Carlos Sant'Anna, Celso Dourada, Cristovam Chiaradia, Cid Carvalho, Cristina Tavares, Edme Tavares, Egídio Ferreira Lima, Eraldo Tinoco, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Henrique Cardoso, Gastone Righi, Gerson Peres, Haroldo Lima, Haroldo Sabóia, Ibsen Pinheiro, Inocêncio Oliveira, Joaquim Bevilacqua, José Fogaça, José Lins, José Luiz Maia, José Maurício, José Thomaz Nonô, Luis Eduardo, Luiz Inácio Lula da Silva, Lysâneas Maciel, Manoel Moreira, Mário Lima, Milton Reis, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nilton Friedrich, Nilson Gibson, Oscar Correa, Paulo Pimentel, Paulo Ramos, Plínio de Arruda Sampaio, Prisco Viana, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Roberto Freire, Rodrigues Palma, Sandra Caalcanti, Severo Gomes, Sigmaringa Seixas, Siqueira Campos, Virgílio Távora, Adylson Motta, Aldo Arantes, Beth Azize, Bonifácio de Andrada, Chagas Rodrigues, Euclides Scalco, Israel Pinheiro, João Natal, Jonas Pinheiro, José Genoíno, José Maria Eymael, José Tinoco, Luiz Salomão, Márcio Braga, Miro Teixeira, Mozarildo Cavalcanti, Octávio Elísio, Ottomar Pinto, Ricardo Izar, Roberto Balestra, Roberto Brant, Rose de Freitas, Simão Sessin e Uldurico Pinto. Estiveram presentes, ainda, os Senhores Constituintes não integrantes da Comissão: Chico Humberto, Pedro Canedo, Eduardo Bonfim, José Mendonça de Moraes, Rui Nedel. Antônio Câmara, Farabulini Júnior, Jorge Hage, Raquel Capiberibe, Arnaldo Faria de Sá, Cunha Bueno, Robson Marinho, Benedita da Silva, Raimundo Rezende, Lídice da Mata, Ronaro Corrêa, Moema São Thiago, Augusto Carvalho, Paulo Delgado, Vítor Buaziz, Darcy Deitos, Homero Santos, Fernando Gomes, Walmor de Luca, Virgílio Guimarães, Dirce Tutu Quadros, Anna Maria Rattes, Davi Alves Silva, Heráclito Fortes, Rubem Medina, Jairo Carneiro, João Lobo, Alexandre Puzyna, Sólón Borges dos Reis, Guilherme Afif Domingues, José Carlos Sabóia, Vivaldo Barbosa, Raquel Cândido, Marluce Pinto e Vladimir Palmeira. Deixaram de comparecer os Senhores Constituintes: Adolfo Oliveira, Alfredo Campos, Almir Gabriel, Antonio Farias, Antonio Carlos Mendes Thame, Artur da Távola, Carlos Chiarelli, Carlos Mosconi, Darcy Pozza, Fernando Gasparian, Fernando Lyra, Francisco Benjamin, Francisco Dornelles, Francisco Pinto, Francisco Rossi, Jamil Haddad, Jarbas Passarinho, João Calmon, João Hermann Neto, José Freire, José Geraldo, José Ignácio Ferreira, José Jorge, José Paulo Bisol, José Richa, José Santana de Vasconcellos, José Serra, José Ulisses de Oliveira, Marcondes Gadelhas, Mário Assad, Osvaldo Coelho, Osvaldo Lima Filho, Pimenta da Veiga, Ricardo Fiuza, Theodoro Mendes, Virgílio de Senna e Wilson Martins. Havendo número regimental o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, agradecendo a presença dos membros da Comissão e informando que se iniciavam naquela oportunidade, os debates sobre as Emendas Populares, de acordo com o artigo 24 do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte. Anunciando as Emendas constantes da Ordem do Dia, o Senhor Presidente Afonso Arinos ressaltou que a iniciativa correspondia a um avanço considerável na história constitucional da República, tecendo considerações sobre outra experiência já vivida em nosso País, nesse particular, ainda na Constituinte Imperial de 1823, embora em circunstâncias sumamente adversas e politicamente delicadas; lembrando o discurso do Constituinte de então, Antonio Carlos Ribeiro de Andrada e formulando seu apelo no sentido de que o fato servisse de exemplo, de exaltação e de decisão para defenderem a presente Assembléia. Pede o Senhor Presidente as bênçãos de Deus e sua proteção para que os trabalhos ora em desenvolvimento pudessem prosseguir, de forma compatível com as responsabilidades que o futuro aguarda de todos. O Senhor Constituinte Gerson Peres, com a palavra, pela ordem, consultou à Presidência sobre a forma de condução dos debates das Emendas Populares, ao que o Senhor Presidente respondeu que a discussão seria conduzida na forma prescrita no Regimento Interno da Assem-

bléia, com a exposição dos oradores a os apartas por eles concedidos. A seguir, foi concedida a palavra aos oradores inscritos para a defesa das respectivas Emendas Populares indicadas: 1ª) PE-020 – Direitos da Mulher – defensora: Moema Viezzer – Coordenadora da Rede Mulher: 2ª) PE-023 – Aposentadoria da Mulher – defensor: Constituinte Del Bozco Amaral. Apertes: Constituintes Farabulini Júnior, Bernardo Cabral e Nelson Carneiro: 3ª) PE-065 – Saúde da Mulher – defensora: Maria Amélia de Almeida Teles – Secretária-Geral da União de Mulheres de São Paulo Apartes: Constituintes Virgílio Guimarães, Dirce Tutu Quadros, Mário Maia, José Genoíno e Gerson Peres: 4ª) PE – Direitos da Família – defensor: Sr Francisco Massá Filho – Presidente da Comissão Arquidiocesano de Acompanhamento Constitucional – Rio de Janeiro. Apartes: Constituintes Gerson Peres, Chico Humberto e Lídice da Mata: 5ª) PE-019 – Aposentadoria das Donas-de-Casa – defensora: Lúcia Pacífico Homem. Aparte: Constituinte Victor Faccioni: 6ª) PE-011 – Família – defensor: Dom Benedito de Ulhoa Vieira – Arcebispo de Uberaba e Membro da Comissão Episcopal de Diálogo com a Constituinte. Aparte: Constituinte Gerson Peres. As vinte e uma horas e quarenta e cinco minutos, esgotada a Ordem do Dia e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião. O inteiro teor desta reunião foi gravado, devendo ser publicado no **Diário da Assembléia Nacional Constituinte** e constituir-se-á na Ata circunstanciada dos trabalhos. E, para constar, eu, Maria Laura Coutinho, Secretária, lavrei a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação.

#### **O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos): – Atenção!**

Agradecendo a presença dos Srs. Constituintes, membros da Comissão de Sistematização, de acordo com o Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, arts. 24 e 16, do Regimento da Comissão de Sistematização, declaro aberta a presente reunião, que tem por finalidade a discussão das seguintes Emendas Populares:

##### **Primeira – Direitos da Mulher.**

Entidades responsáveis: Rede Mulher. São Paulo: Serviço de Informação da Mulher, Mato Grosso do Sul; SOS Corpo. Pernambuco.

Número de assinaturas: 42.444.

Expositora: Moema Viezzer, coordenadora da "Rede Mulher".

##### **Segunda – Aposentadoria da Mulher.**

Entidades responsáveis: Sindicato dos Operários dos Serviços Portuários de Santos, São Vicente, Guarujá e Cubatão; Sindicato dos Motoristas em guindastes de Santos; Sindicato dos Empregados da Administração dos Serviços Portuários de Santos.

Número de assinatura: 32.040.

Expositor: Constituinte Del Bosco Amaral.

##### **Terceira – Aposentadoria das donas-de-casa.**

Entidades responsáveis: Federação das Associações de Bairros de Salvador; Associação dos Moradores de Plataforma; Associação de Mulheres de Cosme de Farias.

Número de assinaturas: 132.528.

##### **Quarta – Saúde da Mulher.**

Entidades responsáveis: Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde; União de Mulheres de São Paulo; Grupo de Saúde Nós Mulheres do Rio.

Número de assinaturas: 32.995.

Expositora: Maria Amélia de Almeida Teles, Secretária-Geral da União de Mulheres de São Paulo.

Quinta – Direitos de Família.

Entidades responsáveis:

Grupo de Saúde Nós Mulheres do Rio.

Número de assinaturas: 32.995.

Expositora: Maria Amélia de Almeida Teles,  
Secretária-Geral da União de Mulheres de São Paulo.

Sexta – Direitos de Família.

Entidades responsáveis: Mitra Arquiepiscopal do Rio Janeiro; Caritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro; Imperial Irmandade de Nossa Senhora da Glória do Outeiro.

Número de assinaturas: 34.240.

Expositor: Francisco Massá Filho, Presidente da Comissão Arquidiocesana de Acompanhamento Constitucional do Rio de Janeiro.

Sétima – Família.

Entidades responsáveis: Conferência Nacional dos Bispos do Brasil; Associação de Educação Católica do Brasil; Caritas Brasileira.

Número de assinaturas: 515.820.

Expositor: Dom Benedito de Ulhoa Vieira.

Srs. Constituintes, a reunião que hoje se inicia concerne à apresentação das emendas populares previstas no Regimento desta Assembléia.

Esta iniciativa corresponde a um avanço considerável na história Constitucional da República.

Anteriormente, tivemos uma experiência digna de nota, neste particular. Com efeito, no Regimento da Constituinte, a primeira Constituinte brasileira, a Constituinte Imperial, de 1823, previa a remessa de propostas, como eram chamadas, pois eram, de fato, iniciativas populares e poderiam ser até apresentadas por uma só pessoa, mas deveriam ser recebidas, na Assembléia Constituinte e encaminhadas à deliberação. Várias dessas propostas foram apresentadas naquela ocasião. E acontece que essas circunstâncias contribuíram, de certa maneira, para que se criasse uma situação de dificuldades na Assembléia Constituinte de 1823. Na verdade, a presença popular naquela Assembléia talvez fosse superior à capacidade de acolhimento material do recinto. Existem gravuras, em livros de viajantes estrangeiros, da época, sobre o recinto da Assembléia. E lá se tem a impressão da sua exigüidade, e mesmo de uma espécie de divisão de madeira que separava o recinto dos Constituintes do espaço reservado aos assistentes.

Houve, naquela noite, chamada de Noite de Agonia, a noite de 11 para 12 de novembro de 1823, uma situação delicada criada pela presença excessiva de populares, fossem ou não autores das propostas que tinham sido encaminhadas à consideração da Constituinte.

Esse precedente é interessante para nosso conhecimento; ocorreu, então, a invasão do recinto da Constituinte pelos populares que se aglomeravam em número talvez excessivo, e essa invasão determinou a atitude do Imperador, que se encontrava no Palácio fronteiro, no Paço da Cidade, ainda hoje existente, graças à preservação do Patrimônio Histórico e Artístico. O Imperador que assistiu de fato, a essa situação, à convocação da força armada que cercou a Assembléia terminou por dissolvê-la.

Há um discurso notável na sessão daquele dia, na famosa Noite de Agonia, do Constituinte Antônio Carlos Ribeiro de Andrada. O discurso de Antônio Carlos tem a significação que teria, hoje o discurso de qualquer dos Srs. Constituintes que tivesse a convicção, o sentimento, o impulso de defender a representação popular contra uma repressão que não era indispensável, que não era

necessária, que poderia ter sido evitada ou adiada. Esse discurso do Deputado Antônio Carlos é uma peça que deve ser rememorada, respeitada, exaltada, neste dia em que praticamos atos semelhantes, ou seja, que iniciamos uma fase das Constituintes brasileiras em que vamos tomar conhecimento, diretamente, das iniciativas populares.

É portanto, utilizando essas lembranças e formulando esses augúrios, para que esses fatos nos sirva de exemplo, de exaltação e de decisão para defender esta Assembléia, que não é nossa, a Assembléia que aqui está reunida em função da vontade popular, expressa lidimamente nas urnas, é que peço as bênçãos de Deus, a proteção de Deus, para que possamos prosseguir os nossos trabalhos, de forma compatível com as responsabilidades que nos cabem e com o futuro que nos aguarda.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES** – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem a palavra, pela ordem V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, uma indagação à Mesa. Vamos dar início, segundo a programação, a emendas populares, discussão e debates sobre elas. Perguntaria a V. Ex.<sup>a</sup>: vamos debater com os expositores o que eles vão trazer como contribuição à elaboração da nova Carta, ou vamos ouvir apenas exposições dos temas aqui propostos? Queria, apenas, para me situar, saber se vai haver conferência apenas, ou debate sobre o tema.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – A questão de ordem de V. Ex.<sup>a</sup> é respondida pelo art. 20, § 1º, do Regimento desta comissão.

Passaremos a ouvir os Srs. Expositores que terão o prazo de 20 minutos, improrrogáveis, descontados os apartes até um minuto. Não há referência a debates, há exposição por parte dos defensores ou representantes dos assinantes, dos signatários da emenda, e terão direito a apartes de até um minuto. Espero que tudo corra bem.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Obrigado a V. Ex.<sup>a</sup>.

Concedo a palavra a Sr.<sup>a</sup> Moema Viezzer Coordenadora da Rede Mulher, que falará sobre os Direitos da Mulher.

**A SRA. MOEMA VIEZZER** – Exm.<sup>a</sup> Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, dirijo-me a V. Ex.<sup>as</sup> na qualidade de representante da Iniciativa Popular Direitos da Mulher, escolhida pela Coordenação Nacional que organizou a proposta e responsabilizou-se pela coleta de assinaturas sobre este tema.

Quero comunicar que tal iniciativa emergiu como resultado de um trabalho coletivo que, durante mais de um ano, envolveu centenas de grupos de mulheres da maioria dos Estados do País, que estiveram discutindo sobre a participação da mulher na Constituinte e o direito da mulher na nova Constituição Brasileira.

Parece-me oportuno esclarecer que estou defendendo uma iniciativa denominada popular, não somente porque foi proposta por cidadãs e cidadãos não eleitos para a Assembléia Nacional Constituinte, mas porque contém a expressão de interesses e necessidades da maioria das mulheres brasileiras, que são as mulheres das camadas populares: trabalhadoras assalariadas da cidade e do campo, agricultoras, bóias-frias, pequenas proprietárias, lavadeiras, costureiras, empregadas domésticas e donas-de-casa dos bairros pobres das periferias e das favelas das grandes cidades.

Esta proposta não está tratando de um detalhe apenas, que poderia eventualmente ser diluído entre as

grandes questões a serem abordadas na nova Carta Constitucional. Tratamos de questões que dizem diretamente respeito a mais de 50% (cinquenta por cento) da população deste País e que têm uma função determinante na sua formação econômica, social, cultural e ideológica.

Defender os Direitos da Mulher significa, portanto, pensar em novas formas de organização e convívio para toda a sociedade brasileira. Esse é o conceito básico que orientou a nossa iniciativa e que defendemos em nossa proposta, expressa nos 12 artigos da emenda apresentada.

#### – Direitos e Garantias Individuais

Para nós é inconstitucional aceitar o fenômeno social da subordinação da mulher ao homem. A discriminação sexual que atravessa as diversas classes sociais é anterior a outras discriminações que existem, como, por exemplo, a de cor, de etnia ou religião. Por isso, queremos que conste, no texto da nova Constituição, desde o prólogo até o último artigo, em que são tratados os princípios gerais de cidadania, a igualdade de todos perante a lei, sem distinção de sexo.

Esse princípio básico de isonomia traz à tona uma série de outros princípios a serem claramente definidos na nova Constituição, para não dar margem a pseudo-interpretações legais, costume tão inerente a uma estrutura de desigualdades econômicas e sociais como a de nosso País.

Os outros princípios, aceitos pelos que subscreveram a proposta que defendo, nesta iniciativa, são os seguintes:

Consideramos inconstitucional a situação em que vive a maioria da população brasileira que não tem onde morar e não tem terra para trabalhar. Todas as mulheres e homens das camadas populares querem a reforma urbana e agrária como condição **sine qua non** para viverem humanamente.

E nós, mulheres, insistimos numa reforma agrária que beneficie igualmente mulheres e homens, levando em consideração, entre outros aspectos, o grande número de mulheres que são chefes de família e mulheres que vivem sozinhas. Queremos igualdade total de direitos e sanções definidas para aqueles que, através de interpretações distorcidas da lei, ou fazendo valer a força de costumes retrógrados, negam a igualdade de direitos da mulher ao homem, no que se refere à posse e à titularidade da terra, sem discriminação de sexo ou estado civil.

#### – Trabalho assalariado

Consideramos inconstitucional a discriminação no trabalho por sexo; não se pode continuar a admitir que as mulheres brasileiras sejam discriminadas no mercado de trabalho pelo fato de serem mulheres e de serem mães das mulheres e dos homens deste País.

Reivindicamos, em nossa emenda, a declaração do direito ao trabalho com dignidade, salário igual para trabalho igual e as condições de trabalho requeridas por nossa condição de reprodutoras biológicas. Isso traz como consequência o fim das pressões sobre as mulheres casadas e, em particular, sobre as mulheres grávidas. E, por outro, a legitimidade do tempo e das condições necessárias para gerar e cuidar dos novos cidadãos e cidadãs.

#### – Trabalho doméstico

É inconstitucional para nós a aceitação do trabalho doméstico "invisível" que representa, neste País, milhões de horas usadas diariamente para reproduzir a força de trabalho, através de serviços não remunerados que, devido à divisão sexual do trabalho, recaem quase exclusivamente sobre a responsabilidade das mulheres.

Com isso não queremos a consagração do trabalho do lar, através da aposentadoria pura e simples para as

donas-de-casa. Queremos melhores condições para realizar os afazeres domésticos. Não podemos aceitar, por exemplo, que milhares de mulheres deste País, onde está o maior pólo industrial do continente, tenham que gastar diariamente horas, andando quilômetros a pé para conseguir um pouco de água para cozinhar os alimentos.

Queremos, por parte do Estado e da sociedade, a criação de creches, cooperativas de consumo, refeitórios e lavanderias populares, transformando em serviços o cuidado com as crianças, o abastecimento, a alimentação e a limpeza, tarefas que, hoje, recaem individualmente sobre os ombros de cada dona-de-casa. Tudo isso permitirá a muito mais mulheres o acesso ao mercado de trabalho assalariado, à educação, ao lazer, à vida social e política.

E, com toda a evidência, nós, mulheres, queremos para este País um sistema previdenciário que não castigue, com a falta de benefícios, aquelas pessoas que, por motivos diversos, não tiveram acesso ao mercado de trabalho.

Tudo isso é o que significa para nós "reconhecer como atividade econômica aquela exercida no recesso do lar".

#### – Saúde

Para nós, mulheres, é inconstitucional a situação de fome, de miséria, de desnutrição e de falta de serviços básicos de saúde para a população brasileira, frutos da falta de acesso a condições de satisfação das necessidades básicas do ser humano.

Queremos um sistema nacional único de saúde pública que formule, execute e controle a prestação de bons serviços em todo o território nacional. E queremos um tratamento adequado à nossa condição de mulheres em todas as fases de nossa vida e não somente uma precária assistência "materno-infantil".

Como parte de nossa saúde física, psicológica e mental, reivindicamos o direito ao reconhecimento da maternidade e da paternidade como função social, com garantia de meios para a criação e educação dos filhos. No mesmo sentido, reivindicamos o direito de ter o número de filhos que desejarmos, sem ingerência de entidades particulares nacionais e estrangeiras ou do Estado. A este compete assegurar o acesso e a ampla informação sobre o uso e os efeitos dos meios contraceptivos e impedir o controle da população, através da esterilização em massa das mulheres e o uso do corpo da mulher brasileira para a comprovação da eficácia de novas tecnologias reprodutivas.

#### – Família

Consideramos, ainda, que é inconstitucional a situação de dependência jurídica em que a mulher é mantida no Brasil. Embora hoje já não seja "propriedade" do homem, ainda é, por lei, submetida à autoridade patriarcal. As leis que regem a relação familiar não acompanharam a evolução econômica, tecnológica e social do País.

Insistimos em que a mulher maior de idade tenha garantidos todos os direitos e deveres no exercício de sua cidadania e na plena igualdade dos direitos e deveres dos cônjuges, em tudo o que se refere à sociedade conjugal: fixação de domicílio, titularidade e administração dos bens do casal, "pátrio" poder, registro dos filhos e cuidados relativos à criação e educação deles.

#### – Violência

Enfim, consideramos inconstitucional qualquer ato de violência atentatório à vida, aos sentimentos e à dignidade da mulher.

Essa violência que acontece tanto em surdina, no recesso do lar como no ambiente de trabalho e nas relações sociais, origina-se na educação diferenciada que estabelece padrões estereotipados para homens e mulheres e é transmitida através das instituições tradicionais: famí-

lia, igreja, escola. reforçada pelos meios de comunicação e por preceitos legais.

São inúmeros os casos – abuso sexual nas relações de trabalho, espancamentos, violações e estupro bem como de publicidade atentatória à imagem da mulher, mantidos em silêncio com a cumplicidade da sociedade e do Estado.

Insistimos em que a sociedade se pronuncie e que o Estado reconheça essa situação criando mecanismos para criminalizar a violência contra a mulher em todas as suas formas.

Sras. e Srs. Constituintes, gostaria de concluir a defesa da iniciativa popular "Direitos da mulher" com as seguintes considerações: não podemos prever até onde esta Assembléia Nacional Constituinte conseguirá garantir que as nossas propostas sejam incluídas na nova Constituição. De qualquer forma, não aceitamos nenhum retrocesso em relação às conquistas já alcançadas, como também não aceitamos o progresso tecnocrata patriarcal, que não leva em consideração a qualidade de vida pela qual lutamos.

Queremos que a nova Constituição seja transparente na afirmação da igualdade de todos os cidadãos e cidadãs perante a lei, recomendo e aceitando as diferenças de gênero. Mas também queremos lembrar que, ao elegê-los, não os escolhemos somente para redigir a nova Carta Constitucional. Nós, mulheres, estamos atentas à criação de mecanismos que assegurem o cumprimento integral desta Constituição que queremos, e para que nenhuma lei, decreto ou disposição possa contrariá-la sob pena de anulação.

Por isso, estaremos aqui mais vezes, posteriormente, acompanhando a reformulação das leis ordinárias existentes e a criação de novas leis, para assegurar o andamento da iniciativa popular que, hoje, vim defender.

Muito obrigada. (Palmas.)

#### DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SRA. MOEMA EM SEU PRONUNCIAMENTO

#### **Proposta Popular de Emenda ao Projeto de Constituição**

#### **Emenda: Dispõe sobre direitos e garantias da mulher. Inclua-se na Constituição brasileira onde couber:**

Art. 1º Todos são iguais perante a lei. Homens e mulheres possuem a mesma dignidade pessoal e social, não podendo ser prejudicados, privilegiados ou tratados de forma discriminatória por ato de qualquer natureza, em razão de nacionalidade, raça, cor, sexo, religião, convicção política ou filosófica, deficiência física ou mental, idade, grau de instrução, atividade profissional, estado civil, classe social e condições de nascimento.

Art. 2º São direitos fundamentais dos trabalhadores e trabalhadoras:

I – proibição de diferença de salário e de critério de admissões por motivo de sexo, cor ou estado civil;

II – licença remunerada da gestante, antes e depois do parto, ou no caso de interrupção da gravidez, com período não inferior a 180 (cento e oitenta) dias, sem prejuízo do emprego e do salário;

III – garantia de manutenção de creche e escola maternal pelos empregadores, para os filhos e dependentes de seus empregados, até no mínimo 6 (seis) anos de idade;

IV – extensão dos direitos trabalhistas e previdenciários aos trabalhadores e trabalhadoras rurais e empregados e empregadas domésticas.

Art. 3º Considera-se atividade econômica aquela exercida no recesso do lar.

Art. 4º Ao Sistema Nacional de Saúde Pública competirá formular, executar e controlar a prestação de serviços de saúde em todo o território nacional e, em especial, a prestação de assistência integral e gratuita à mulher nas diferentes fases de sua vida.

Art. 5º A família, constituída de direito ou de fato, tem direito à proteção do Estado, que é obrigado a adotar todas as medidas que permitam a realização pessoal de seus membros.

Art. 6º É assegurada pela lei a plena igualdade de direitos e deveres dos cônjuges, no que diz respeito à sociedade conjugal, ao pátrio poder, ao registro de filhos, à fixação do domicílio da família e à titularidade e administração dos bens do casal.

Art. 7º O Estado reconhece à maternidade e à paternidade função social, garantindo aos pais os meios necessários à alimentação, saúde, segurança e educação dos filhos.

Art. 8º É assegurada a assistência médica e psicológica à mulher vítima de violência sexual.

Art. 9º A todos é assegurada a liberdade de determinar livremente o número de filhos, sem interferência do poder público ou de entidade privada. É também assegurado, sob o controle do Estado, o acesso e a ampla informação sobre o uso e os efeitos de métodos contraceptivos.

Art. 10. É garantido a homens e mulheres o direito individual da posse e da propriedade da terra, qualificada como bem necessário à manutenção de uma vida digna para o indivíduo e os familiares que dele dependem.

Art. 11. É vedada a veiculação em todo e qualquer meio de comunicação formal e/ou informal de atos ou mensagens que incitem à violência, que firam a dignidade ou propaguem a discriminação contra a mulher.

Art. 12. A lei punirá como crime inafiançável qualquer discriminação atentatória aos direitos de homens e mulheres.

#### **Exposição de Motivos**

A carta Constitucional em vigor, ao dispor que "todos são iguais perante a lei", não assegura instrumento para garantir essa mesma igualdade, relativamente aos direitos da mulher e, por igual, nas relações entre homens e mulheres, buscando corrigir as discriminações existentes.

Na sociedade brasileira, a maioria das mulheres sofre dupla opressão: enquanto participante dos setores populares e enquanto mulher. É por essa razão que, como cidadãs, lutamos pelo direito à terra, ao trabalho, à moradia, educação, saúde, transporte, lazer e segurança, particularmente através das reformas agrária, urbana e administrativa do Estado. Concomitantemente, lutamos pela extinção de todo tipo de discriminação em todas as formas nas quais se materializa, em particular contra a subordinação da mulher ao homem.

Essa subordinação se manifesta através da discriminação nos salários e nas condições de acesso ao trabalho; na falta de serviços para atender à mulher na sua condição de reprodutora biológica da espécie humana: assistência à maternidade e à criança. Manifesta-se também através da inferioridade da mulher em relação ao homem na partilha das responsabilidades do lar e no cuidado dos filhos e em relação à participação social e política.

Durante dois anos, centenas de grupos de mulheres de todo o País realizaram um trabalho conjunto através de um projeto denominado "Nós e a Constituinte". Como resultado de encontros, seminários e assembleias, foi elaborado um Dossiê de Propostas, cuja síntese está contida na presente emenda sobre os "Direitos da Mulher" que



desejamos ver assegurados na nova Constituição brasileira.

Esta iniciativa popular reforça outras iniciativas populares que insistem numa Constituição que garanta o acesso à igualdade de direitos para cidadãos e cidadãs e o cumprimento das leis que assegurem essa igualdade. O conteúdo desta iniciativa se restringe a assuntos relativos à Constituição federal e será retomado quando da elaboração das Constituições estaduais e leis municipais, bem como das leis ordinárias.

O presente abaixo assinado foi assumido por grupos de mulheres que se responsabilizaram pela coleta de assinaturas e contaram com o apoio de muitas entidades nacionais e estaduais.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Com os agradecimentos da Mesa à Sra. Viezzer, que inaugurou esta série de sustentação das Emendas Populares, dou a palavra ao Constituinte Del Bosco Amaral, que vai defender a Emenda Popular nº 23, referente à aposentadoria da mulher.

**O SR. CONSTITUINTE DEL BOSCO AMARAL:** – Sr. Presidente da Comissão de Sistematização, Constituinte Afonso Arinos, Sr. Relator Bernardo Cabral, Srs. que contribuíram para feita do trabalho hoje apresentado e que será submetido ao Plenário, Srs. Membros da Comissão, Sras. e Srs. defensoras e defensores dos direitos das mulheres, curiosamente, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, as mulheres que pedem direitos iguais não se aperceberam que, no **ilegível** desta luta, existe uma violação aos direitos da mulher, qual seja a de estabelecer, nas relações de trabalho, as suas diferenças biológicas, sociais, econômicas e culturais, que deveriam ser apartadas para um estudo de lei ordinária. Mas, a mulher que trabalha no emprego e no lar não pode ser tratada da mesma forma que um homem, por razões que vou expor. E seria até interessante que as companheiras Constituintes e as que vieram aqui defender os interesses da mulher prestassem atenção menos ao orador, mas essencialmente ao que ocorre à mulher, e ela própria não se apercebe. Estão, talvez, fazendo festa antes do tempo; estão, talvez, não pensando seriamente que a libertação da mulher começa com a aposentadoria do trabalho aos 25 anos, como **ilegível** acontecer com as professoras, que simplesmente representam um pequeno segmento de uma imensa maioria de 23 milhões de mulheres obreiras, intelectuais ou operárias, que estão gastas, que estão afinadas, que estão chupadas, que estão, simplesmente esmagadas por um regime de trabalho no emprego, e um regime de trabalho quase que escravo no próprio lar.

Sr. Presidente, Sr. Relator e Srs. Constituintes, o Brasil possui uma população feminina, pelo Censo de 80, de 59.868.219 mulheres. Isto, corrigido para maior, dá às mulheres uma supremacia, dá às mulheres uma maioria em relação à população nacional.

O Ministério do Trabalho atualmente registra uma população economicamente ativa de mulheres brasileiras, totalizando dezoito milhões, quatrocentos e setenta e três mil, cento e vinte e três mulheres que trabalham, a maioria em subempregos.

Tive o cuidado, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, de ouvir algumas mulheres, de trazer o histórico de mulheres que atuam no mercado de trabalho brasileiro. Uma "Maria", faxineira, acorda às quatro horas da manhã, sai de sua casa às cinco, deixando prontos o café e o almoço para seus quatro filhos. É viúva. Exerce o papel de pai e mãe. Traz seu almoço de casa. Possui uma hora de almoço. Permanece no trabalho devido a distância, que não permite que vá até a sua casa, para completar seu baixo salário de Cz\$ 2.250,00. Sai às vinte horas do trabalho, chegando a casa por volta das vinte e duas horas. Lava

a roupa de casa à noite. Nos fins de semana faz salgados e doces sob encomenda e, às vezes, trabalha como servente de pedreiro. Trabalha fora desde 1964. Sua maior preocupação é a alimentação e o estudo de seus filhos.

Sr. Presidente, uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra, pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE DEL BOSCO AMARAL:** – Sr. Presidente, insisto, pelo respeito que os 60 milhões de mulheres brasileiras merecem, que a sessão se proceda em ordem, sem aplausos, mas em silêncio, para que eu possa ler para as mulheres que estejam interessadas em que suas companheiras obreiras possam se aposentar aos 25 anos. Esta Constituinte abriu um espaço a essas entidades, não para que façamos um figurino ou um pano de fundo para a televisão, rádio ou jornais, mas para que cheguemos a conclusões. Desta forma, enquanto tomo minha água, solicito a V. Ex.<sup>a</sup> que peça a atenção que a Constituinte merece, da mesma forma que a Constituinte deu voz ao povo na palavra de uma cidadã.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – O orador solicita ao Plenário um pouco de atenção que é devida a quem está ocupando a tribuna. Compreendo o regozijo, a alegria, as manifestações que se seguem no plenário, mas também compreendo a posição do orador, que está defendendo a causa que o Plenário apresenta: a causa das mulheres brasileiras: está defendendo com brilhantismo o problema da aposentadoria da mulher. Peço ao Plenário o obséquio de atentar nas palavras sábias, oportunas e prudentes do orador que se encontra na tribuna.

**O SR. CONSTITUINTE FARABULINI JÚNIOR:** – Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. CONSTITUINTE DEL BOSCO AMARAL:** – Sr. Presidente, solicitem-me uma questão de ordem. Pergunto a V. Ex.<sup>a</sup> se nesta exposição cabem apartes.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Cabem apartes, limitados a um minuto. Não há debates.

**O SR. CONSTITUINTE DEL BOSCO AMARAL:** – Darei o aparte e. V. Ex.<sup>a</sup> em seguida à leitura desses depoimentos: Raimunda, faxineira, separada, mãe de dois filhos menores que, às vezes, ficam com a vizinha, mas normalmente ficam sozinhos, porque não tem com quem deixar. Lava suas roupas à noite e faz comida quando a tem, antes de vir para o trabalho. Deixa seu lar às 6 horas da manhã para começar a trabalhar às 7. Seu ex marido não a ajuda nem mesmo com a pensão para os seus filhos. Trabalhou na roça até se casar e há anos trabalha fora. Subsistem com salário de Cz\$ 2.250,00.

Vanda, bancária em cargo de chefia, casada, mãe de família. Deixa seu lar por volta das 6 horas, diariamente. Almoça normalmente em 45 minutos, devido ao acúmulo de serviços que sua atividade exige. Tem preocupações diversas com a administração da casa. Encarrega-se das compras de supermercado, açougue e feira nos fins de semana, bem como dos pagamentos diversos. Seu expediente na semana encerra-se às 19 horas e 30 minutos. Em seguida, cursa uma faculdade.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, sou um homem casado, filho de uma mulher que trabalhou até à aposentadoria aos 70 anos. Conheço as mulheres operárias que são a esmagadora maioria desses 18 milhões de mulheres que trabalham em subemprego neste País. Estão gastas, porque aos sábados e domingos aos operários é lícito tomar uma cerveja, jogar um futebol e até assistir a ele, quando têm dinheiro. Mas a tarefa da mulher, no sábado e domingo, é no fogão e no tanque de lavar roupa. A mulher é uma escrava de nascença. A mulher não pode ter uma aposentadoria aos 30 anos e sim aos 25 anos, pois, inegavelmente, a mulher brasileira gasta-se no trabalho, porque

é subempregada, e, pior do que isto, gasta-se muitas vezes com o companheiro, ou com filhos, porque é à mulher que os filhos procuram e não ao marido.

A mulher que não compreender que se deve aposentar aos 25 anos é uma marani; e o homem que não compreender que a mulher deve se aposentar aos 25 anos, esse homem é antipatriótico, para não dizer um machista inútil.

**O SR. CONSTITUINTE FARABULINI JÚNIOR:** – Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. CONSTITUINTE DEL BOSCO AMARAL:** – Com prazer, nobre Constituinte.

**O SR. CONSTITUINTE FARABULINI JÚNIOR:** – Constituinte Del Bosco Amaral, eu o cumprimento. V. Ex.<sup>a</sup>, sem arroubos de retórica, enfrentando um plenário, assim, agreste, que V. Ex.<sup>a</sup> poderia talvez interpretar como repulsivo muito ao contrário, é um plenário que acata V. Ex.<sup>a</sup> e também a tese que defende. Homens e mulheres, Deputados e Senadores Constituintes, aqui, acolhemos a tese de V. Ex.<sup>a</sup>, porque entendemos que mulher dever-se-á aposentar aos 25 anos; isto é iniludível. Neste minuto, aproveito para cumprimentá-lo, primeiro, porque ocupou a tribuna em condições, assim, excepcionais; segundo, pela questão de ordem que levantou e, finalmente, para cumprimentá-lo pela iniciativa popular, que realmente estabelece, na linha constitucional brasileira, o modelo que, realmente, deve trazer a esta Casa o grande convencimento. A emenda popular, nobre Constituinte, é a emenda que serve para convencer os Constituintes – tenho certeza disto.

**O SR. CONSTITUINTE DEL BOSCO AMARAL:** – Agradeço o aparte de V. Ex.<sup>a</sup> e gostaria de falar aos jornalistas, aqueles que formam e informam a opinião pública. Vou falar de uma jornalista, pode ser uma Maria, pode ser uma Sônia, pode ser uma Arlete, jornalista que trabalha em expediente integral.

Mãe de dois filhos e cumpre suas tarefas domésticas mesmo antes de sair para o trabalho, às 7 horas da manhã. Entre suas tarefas consta alimentação, levar os filhos à escola, limpeza e administração do seu lar. Se nós todos os que temos consciência de que a mulher, realmente, é alguém que deve ser tratado de uma forma diferenciada, quando a mulher pede igualdade, a igualdade deve ser nas oportunidades. Mas, quanto à aposentadoria, não é possível, porque sei que se minha companheira trabalha, quando chego a casa, ela também é uma empregada minha que vem trazer tudo aquilo que quero; se meu filho adocece, quem o trata é a mulher, se meus filhos precisam de algo, procuram a mãe. A mãe é o símbolo, também, da doce escravidão.

É desta forma que eu quero dizer a V. Ex.<sup>a</sup> que a mulher brasileira precisa se libertar, a começar pelas que trabalham.

**O SR. CONSTITUINTE BERNARDO CABRAL:** – Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. CONSTITUINTE DEL BOSCO AMARAL:** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> o aparte.

**O SR. CONSTITUINTE BERNARDO CABRAL:** – Constituinte Del Rosco Amaral, quero dizer a V. Ex.<sup>a</sup> que, no Substitutivo que fiz a entrega, hoje, às 17 horas, ali ficava registrado o que foi um hábito neste País ao longo de sua história: a aposentadoria da mulher aos 30.

Ao ouvir V. Ex.<sup>a</sup>, agora, com os argumentos que expendeu, sem que isso represente senão o reconhecimento à mulher brasileira, aquela que foi condicionada ao nada pode e tudo deve. A esta mulher que engrandeceu este País, e à sua emenda quero dizer que como relator eu a acolho e já o digo por antecipação.

**O SR. CONSTITUINTE DEL BOSCO AMARAL:** – Creio que o meu discurso tem que ser, agora, voltado agrade-

cendo a Deus, a Deus e aos 30 mil e 700 brasileiros que trouxeram uma emenda popular para que um democrata deste nível, para que um homem de sensibilidade jurídica, um homem das ciências humanas, tome uma atitude destas que é um compromisso formal junto à Nação, junto ao povo brasileiro. Tenho a impressão que a palavra não é mais minha, a palavra não mais me pertence, a palavra pertence a este Plenário, pertence às mulheres, mas antes, ao brilhante Constituinte Nelson Carneiro que vai com a sua capacidade, com a sua ciência dizer: Vamos libertar a mulher, porque S. Ex.<sup>a</sup> foi o homem que libertou a mulher, a mulher que era escrava de casamentos injustos.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. CONSTITUINTE DEL BOSCO AMARAL:** – Com muito prazer.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – Muito obrigado a V. Ex.<sup>a</sup>. Queria apenas me congratular com o nobre Constituinte Bernardo Cabral que acolhe a justa reivindicação de que V. Ex.<sup>a</sup> é intérprete. Sou autor de emenda considerando, exatamente, os 25 anos de aposentadoria para a mulher. E vejo que a minha iniciativa soma-se à iniciativa das mulheres. Lembro-me que em 1967 coube-me reduzir para 30 anos a aposentadoria da mulher que trabalha nas várias atividades. É com júbilo e com regozijo que quero somar-me a V. Ex.<sup>a</sup>, ao exaltar a posição assumida publicamente por esse homem sensível, atento à realidade, preocupado com o desenvolvimento do lar e da Pátria que é o Constituinte Bernardo Cabral. V. Ex.<sup>a</sup> despertou aqui um tema que é a aspiração de todos que acompanham a luta da mulher pela sua redenção, mas a redenção pelo tabalho, pela dignidade e pelos seus deveres de mãe, de mulher, de esposa. Essa é uma vitória da Assembléia Nacional Constituinte, que a marcará com um dado branco entre tantos dados pretos que a imprensa divulga por aí. Muito obrigado a V. Ex.<sup>a</sup> e parabéns pela sua intervenção.

**O SR. CONSTITUINTE DEL BOSCO AMARAL:** – Constituinte Nelson Carneiro, levo as palavras de V. Ex.<sup>a</sup> aos signatários, aos líderes sindicais, ao Vereador Camarozano, da Câmara de Santos, a todos aqueles que no cais, nos locais de trabalho, entre as margaridas da Prefeitura, entre as catadoras de lixo, conseguiram essas assinaturas populares.

Este povo sabe o que faz; este povo, quando fez esta Constituinte, deu a cada um o poder de usar sua própria consciência. Constituinte Bernardo Cabral, esse Relator, esse Presidente emérito, que aí está, Afonso Arinos, por Deus, hoje é uma vitória que redime a mulher brasileira, porque acolhido isso, ninguém terá coragem de votar contra tal conquista. (Palmas.)

(DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. CONSTITUINTE DEL BOSCO AMARAL)



ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE  
COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS POPULARES

ETIQUETA

PE 00023-7

DATA

06 / 09 / 97

ENTIDADES: ENTIDADES ASSOCIATIVAS:  
SINDICATO DOS OPERÁRIOS DOS SERVIÇOS PORTUÁRIOS DE SANTOS, SÃO VICENTE, GUARUJÁ E CUBATÃO

ENTIDADES: ENTIDADES ASSOCIATIVAS:  
SINDICATO DOS OPERÁRIOS DOS SERVIÇOS PORTUÁRIOS DE SANTOS, SÃO VICENTE, GUARUJÁ E CUBATÃO

### Dados estatísticos

Estimativamente, o Brasil possui 50.080.943 mulheres com idade acima de 10 anos. Teoricamente, esta faixa etária compreende as pessoas em condições de disputar o mercado de trabalho.

A população economicamente ativa de mulheres brasileiras totaliza 18.473.123.

Atualmente, 17.774.004 mulheres trabalham fora de suas casas e os restantes 699.119 estão à procura de emprego.

A predominância de mulheres que trabalham fora engloba a faixa etária de 30 a 39 anos de idade.

Fonte: Assessoria Técnica do Ministério do Trabalho.

A população feminina do Brasil foi estimada em 59.868.219, conforme censo realizado em 1980.

Fonte: IBGE – Censo 1980

Dados, hoje, substancialmente modificados. As mulheres constituem, indiscutivelmente, a maioria da população brasileira.

### Histórico de mulheres atuantes no mercado de trabalho brasileiro.

#### Dados obtidos entre mulheres que trabalham diferenciadas nos aspectos social, econômico e cultural.

1) Maria, faxineira, acorda às 4 horas da manhã. Sai de sua casa às 5 horas, deixando pronto o café, almoço para seus quatro filhos. É viúva, exerce papel de pai e mãe. Traz seu almoço de casa, possui uma hora de almoço. Permanece no trabalho devido à distância que não permite que vá até sua casa. Para completar seu baixo salário de Cz\$ 2.250,00, sai às 20 horas do trabalho, chegando à casa por volta de 22 horas. Lava a roupa da casa à noite, nos fins de semana faz salgados e doces sob encomendas, e, às vezes, trabalha como servente de pedreiro. Trabalha fora desde 1964; sua maior preocupação é a alimentação e estudo dos seus filhos.

2) Raimunda, faxineira, separada, mãe de dois filhos menores que, às vezes, ficam com a vizinha e normalmente ficam sozinhos, pois não tem com quem deixar. Lava suas roupas à noite e faz comida, quando tem, antes de vir para o trabalho. Deixa seu lar às 6 horas da manhã, entra no serviço às 7 horas. Seu ex-marido não a ajuda nem mesmo com a pensão para os filhos. Trabalhou na roça até casar e há anos trabalha fora. Subsiste com salário de Cz\$ 2.250,00.

3) Ana, bancária, casada, mãe de família. Deixa seu lar por volta das 7h 30min diariamente. Normalmente almoça em 45 minutos devido ao acúmulo de serviço que sua atividade exige. Tem preocupações diversas com a administração da casa. Nos fins de semana encarrega-se das compras de mercado, açougue e feira, assim como pagamentos diversos. Seu expediente na semana encerra-se às 19h 30min, em seguida cursa a faculdade de direito até às 23 horas.

4) Elisabete, secretária, casada, tem uma filha de um ano, 26 anos. Trabalho fora desde 16 anos de idade. Trabalho para ajudar no orçamento familiar. Tenho preocupações e atividades de esposa, mãe, dona-de-casa. Cabem-me as compras de mercado, feira, açougue. Diariamente deixo minha residência às 8 horas da manhã, quando já aproveitei alguns minutos para estar com minha filha, preparar o seu e o nosso café da manhã e dar orientações para o almoço e jantar. Meu expediente de trabalho inicia-se às 9 horas, com intervalo de uma hora e trinta minutos irregulares, sempre que possível passados em casa. Normalmente, deixo o local de trabalho

às 19 horas. Nos fins de semana aproveito para fiscalizar a organização da minha casa.

5) Vera, funcionária pública, trabalha em horário integral. É casada e mãe de dois filhos com idade acima de 20 anos. Leciona à noite no Departamento de Economia da Faculdade UDF. Concomitantemente exerce a função de dona-de-casa, esposa e mãe.

6) Sônia, jornalista que trabalha em expediente integral, mãe de dois filhos e cumpre suas tarefas domésticas mesmo antes de sair para o trabalho às 7 horas da manhã. Entre suas tarefas consta alimentação, levar os filhos à escola, limpeza e administração de seu lar.

Faz-se necessário observar que, em termos de tarefas e obrigações, os homens, de modo geral, encerram as suas ao término do expediente de suas atividades profissionais, enquanto suas mulheres, após exaustiva jornada de trabalho, e até mesmo durante esta, devem dedicar-se às tarefas domésticas, principalmente nos fins de semana em que os homens entregam-se a seus esportes prediletos e descontraem-se na companhia de seus amigos e a indispensável cervejinha, enquanto suas mulheres têm de cozinhar, cuidar de filhos, ir às compras e proceder à organização de seus lares, inclusive limpeza.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Passamos agora a considerar a Emenda nº 65, saúde da mulher.

A expositora é a Sra. Maria Amélia de Almeida Teles, Secretária-Geral da União de Mulheres de São Paulo.

**A SRA. MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES:** – Exmo. Sr. Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, Exmas. Sras. e Srs. Constituintes, em nome do movimento de mulheres, conscientes de seus direitos, e representando mais de 30 mil signatários da Emenda Popular de nº 65, venho fazer a defesa da reivindicação de assistência integral à saúde da mulher e do direito ao abortamento, até hoje considerado crime pela lei penal.

Pela justiça de nossa proposta, de norte a sul fomos às ruas e nos articulamos num movimento unificado para propor que a futura Constituição contenha os seguintes artigos:

Art. 1º Compete ao Poder Público prestar assistência integral à saúde da mulher, nas diferentes fases de sua vida, garantir a homens e mulheres o direito de determinar livremente o número de filhos, sendo vedada a adoção de qualquer prática coercitiva pelo poder público e entidades privadas, assegurar acesso à educação, informação e aos métodos adequados à regulamentação da fertilidade, respeitadas as opções individuais.

Art. 2º A mulher tem o direito de conceber, evitar a concepção ou interromper a gravidez indesejada, até noventa dias de seu início. Compete ao Estado garantir esse direito através da prestação de assistência integral às mulheres na rede de saúde pública.

Parágrafo único. Serão respeitadas as convicções éticas, religiosas e individuais.

É de extrema importância a aceitação dessa proposta porque qualquer mulher, independentemente da classe social a que pertença, pode ser surpreendida por uma gravidez indesejada. Isto porque o desenvolvimento da ciência ainda não descobriu métodos contraceptivos inteiramente eficazes.

Essa situação se torna ainda mais grave, frente à realidade brasileira, onde existem mais de 70 milhões de famintos, 30 milhões de analfabetos, onde o serviço de saúde pública, em muitas regiões do Brasil, não oferece recursos nem para salvar vidas de crianças vítimas de diarreia, sarampo ou qualquer outra infecção comum nessa faixa etária.

O que podemos dizer do atendimento à mulher, em idade fértil, na rede de saúde pública, quando procura evitar filhos? Na rede de saúde pública, não se implantou até hoje uma política de saúde onde a mulher seja atendida, do ponto de vista integral. O programa de assistência integral à saúde da mulher, que é uma conquista a nível de princípios, na prática, esbarra em entraves políticos que impedem a sua aplicação. Milhares de mulheres recorrem ao aborto mesmo clandestino. Quem pode pagar até 60 mil recebe atendimento de luxo, com material descartável e remédios numa das muitas clínicas particulares das grandes cidades. Mas a maioria fica mesmo entregue a aborteiros sem perícia ou assepsia e muitas vezes acaba nos hospitais públicos para tratar das complicações, chegando mesmo à morte. Nas duas clientelas – pobre ou rica – a decisão é sempre difícil, sempre um último recurso.

Ora, a mulher, hoje, tanto pelo trabalho dos grupos organizados de saúde, como através dos meios de comunicação de massa, vem conquistando o direito à informação sobre métodos contraceptivos, sua eficácia, vantagens e desvantagens. Entretanto, quando ela vai procurar esses métodos no posto de saúde, ela não os encontra. Onde existe diafragma, só se encontra o de nº 70, e as geléias estão vencidas. Receita-se a pílula, mas não se faz o acompanhamento médico. Os DIU aprovados pela Dimed não existem à disposição. Nem sequer o papanicolau (teste preventivo de colo de útero) é feito na maioria dos postos de saúde, como exame de rotina como deveria ser.

Os postos de saúde oferecem atendimento precário ao pré-natal, não se tem a garantia de leito – maternidade, para as mulheres. O atendimento à saúde mental da mulher é um ideal muito longe de ser praticado.

Nós mulheres podemos afirmar, com toda a certeza – e temos a certeza de que contamos com o apoio de todos os senhores – que a grande maioria das mulheres, que querem evitar filhos, não recebe nenhum tipo de atendimento, orientação ou informação a esse respeito. Ficam à mercê da própria sorte, sozinhas e desesperadas. São obrigadas a recorrer a meios abortivos, que as violentam e colocam em risco a própria vida. São diversos os métodos usados pelas mulheres para fazerem o aborto: agulha de tricô, talo de mamona, gargalo de garrafa, garrafadas de ervas tóxicas e medicamentos tóxicos, e tudo o mais que coloca em risco, não só a sua vida, mas também a vida de toda a sua família.

**O SR. CONSTITUINTE VIRGÍLIO GUIMARÃES:** – Permite-me V. S.<sup>a</sup> um aparte?

**A SRA. MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES:** – Concedo o aparte ao nobre Constituinte Virgílio Guimarães.

**O SR. CONSTITUINTE VIRGÍLIO GUIMARÃES:** – O meu aparte é no sentido de saudar a sua coragem e lucidez de colocar aqui o dedo na ferida de uma das maiores hipocrisias que existem no Brasil, que é o aborto clandestino. (Palmas.) Todo mundo sabe os endereços das clínicas, principalmente as clínicas de Botafogo que têm fama nacional e, quem sabe, na América Latina. É um segredo que todo mundo sabe. Nas principais capitais existem essas clínicas, o acesso a quem pode pagar e, no entanto, milhares de mulheres morrem pela violência do aborto clandestino. E ainda existem alguns que falam contra a legalização do aborto em defesa da vida, quando a vida de dezenas de mulheres está sendo colocada em risco pela hipocrisia da legislação brasileira. (Palmas.) Concluo o aparte, dizendo que as suas colocações com relação aos direitos da mulher são completas; e além do direito de decidir sobre a concepção ou não, o direito à vida, quando se exigem os direitos de creche, de aleitamento, de assistência, há o direito da mulher ser mãe, porque este não está existindo no Brasil, pois a mulher que hoje engravida é demitida da empresa. Acho que a sua proposta é bastante completa: o direito de

interromper a gravidez e decidir sobre a maternidade, o direito de assistência para para poder ser mãe em boas condições – coisa que não está existindo no Brasil.

**A SRA. MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES:** – Sras. e Srs. Constituintes, estudo recente da ONU mostrou que, no Brasil, para cada 100 partos se realizam 50 abortos. Um cálculo conservador aponta a realização de 4 milhões de abortos anualmente no Brasil, que provocam a morte de 400 mil mulheres e levam 800 mil a sofrerem seqüelas gravíssimas, como a esterilização.

O aborto é a quarta **causa mortis** de mulheres em idade fértil.

A professora Hildete Pereira de Melo, em pesquisa para a Fundação Carlos Chagas e INAMPS, mostra que o aborto provocado é a causa de 2% de todas as internações do INAMPS e ocupa 40% dos leitos destinados à Ginecologia e Obstetrícia, apresentando um ônus econômico para o Estado muito maior do que seria a prática do abortamento legal.

**A SRA. CONSTITUINTE DIRCE TUTU QUADROS:** – Permite V. S.<sup>a</sup> um aparte?

**A SRA. MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES:** – Com muito prazer.

**A SRA. CONSTITUINTE DIRCE TUTU QUADROS:** – Eu gostaria de saudar V. S.<sup>a</sup> e agradecer, em nome das mulheres, a sua presença aqui, tentando quebrar o preconceito, o tabu que sempre cercou as mulheres brasileiras, atrasando a Nação democraticamente; democraticamente porque toda vez que o Estado tem força suficiente para dizer à mulher o que ela faz com o corpo dela, o Estado não é democrático. Esta é uma parte também muito séria a ser lembrada. (Palmas.)

**O SR. CONSTITUINTE MÁRIO MAIA:** – Permite V. S.<sup>a</sup> um aparte?

**A SRA. MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES:** – Um momentinho só, nobre Constituinte Mário Maia.

Muito obrigado, nobre Constituinte Dirce Tutu Quadros.

Estes são apenas alguns dados da triste realidade que enfrenta a mulher brasileira. Entretanto, as mulheres com alto poder aquisitivo fazem o aborto com menos risco de vida. Pagam até 60 mil cruzados para as clínicas particulares, – como disse o Constituinte Virgílio Guimarães – que existem em abundância, nas principais cidades do País, com a conivência de autoridades venais, corruptos. Essas clínicas são sobejamente conhecidas, o que faz com que a prática do aborto seja ilegal, mas não tão clandestina. Mantêm uma clientela definida economicamente e, sem dúvida, formam a rede paralegal do aborto. As clínicas são clandestinas, mas todo mundo sabe que existem, o que fazem e onde ficam.

Ouçõ o aparte do nobre Constituinte Mário Maia.

**O SR. CONSTITUINTE MÁRIO MAIA:** – Quero dar a minha opinião na exposição de V. S.<sup>a</sup> e o meu depoimento perante a Assembléia Nacional Constituinte acerca desse palpitante assunto. Mas quero falar, principalmente, como médico, cirurgião, ginecologista, obstetra, anestesiológico e como médico de aldeia, que trabalhou e ainda trabalha nos adentrados de nosso País. Quero dizer que, ao longo dos meus 32 anos de atividade médica, nunca surpreendi uma mulher que engravidasse com a intenção de depois abortar. A mulher, às vezes, é levada pelas circunstâncias a praticar o aborto de uma gravidez indesejável, mas ela, previamente, não desejou e não teve nunca a maldade de querer engravidar pelo simples fato de depois abortar. (Palmas.) Acho que isso é muito importante para a apreciação desse problema, pois quando se conceitua a vida, nós perguntamos: é uma situação, é um con-

ceito criado pelo homem quando começa a vida? Estabelecemos, dentro da nossa moral ocidental, que a vida começa no momento da concepção. Entretanto, o óvulo é uma célula viva que vai gerar vida; o espermatozóide é também uma célula viva que vai gerar vida. Quando se coloca a camisa-de-vênus não se está evitando também a vida? Não se está abortando a vida, antes da concepção? (Palmas.) De modo que este assunto é muito delicado. Para resolvê-lo precisamos ter a coragem de dizer que a mulher é a juíza do seu corpo, (palmas) a mulher é que vai decidir a concepção, porque ela é que sabe quando deve conceber e levar adiante. E digo mais, a mulher é o ser perfeito, é a encarregada da reprodução da espécie, ela é o estojo da vida, ela é a responsável pela reprodução da espécie humana; o homem entra com uma pequena parcela porque, fisiologicamente e até anatomicamente, o óvulo é duzentas vezes maior do que o espermatozóide. Também, anatomicamente, na evolução ontológica, a mulher tem o seu organismo mais perfeito do que o homem, porque o homem nasceu com o seu elemento reprodutivo e ainda tem um resquício de cloaca, e a mulher não tem mais a cloaca. O espermatozóide e a urina saem pela mesma via, quando a mulher já tem, anatomicamente, fisiologicamente, a natureza já distinguiu os lugares adequados para a reprodução da espécie. A mulher é que é a juíza da vida, porque é nela e dentro dela é que se reproduz a espécie humana. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – O Presidente se permite chamar atenção dos Srs. Constituintes, que o Regimento prevê um minuto para os apartes. De maneira que eu pediria o favor de, tanto quanto possível, serem fiéis a essa determinação.

**O SR. JOSE GENOÍNO:** – V. S.<sup>a</sup> me permite um aparte?

**A SRA. MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES:** – Pois não.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOINO:** – Este aparte é breve para expressar, aqui, o nosso apoio e o nosso compromisso com essa emenda popular que é um fato histórico na Assembléia Nacional Constituinte. Encontra-se na tribuna uma líder das mulheres, levantando uma questão crucial para ser discutida por esta Assembléia Nacional Constituinte, e, neste aparte, faço uma proposta a esta Comissão: o respeito que devemos ter a essas Emendas Populares é permitir que elas cheguem ao Plenário da Assembléia Nacional Constituinte, para que ele ouça esses argumentos, faça as opções, e ao discutir os direitos da mulher não passe à margem de uma questão crucial para a libertação das mulheres no Brasil e no mundo. Todo o nosso apoio a essa Emenda Popular. Muito obrigado. (Palmas.)

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Permite V. S.<sup>a</sup> um aparte?

**A SRA. MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES:** – Eu pediria que V. Ex.<sup>a</sup> falasse depois, porque estou preocupada, pois tenho que colocar ainda uma série de questões. Peço que V. Ex.<sup>a</sup> me aparteie um pouco mais adiante. Talvez, alguma idéia que V. Ex.<sup>a</sup> queira colocar já esteja em meu discurso.

Continuo o meu discurso, entusiasmada com o pensamento democrático e progressista que encontro aqui nesta Constituinte, continuo, feliz, dizendo que esta perversa prática paralegal ou clandestina, garante, contudo, para algumas poucas mulheres, o direito à sua opção individual de não ter filhos indesejados, subordinando assim, mais um direito democrático ao poder econômico.

Nós, do movimento de mulheres, nos recusamos a aceitar o aborto como método contraceptivo – porque isso está acontecendo agora no nosso País – e por isso queremos vê-lo tratado dentro de uma política global de assis-

tência à saúde, onde homens e mulheres possam determinar livremente o número de filhos.

Queremos que o aborto seja legalizado, desde que a sua escolha seja feita pela própria mulher, com seu livre consentimento e sem nenhuma imposição de terceiros.

Entretanto, setores conservadores da sociedade estão forçando a criminalização do aborto na futura Constituição, usando como único argumento a defesa abstrata da vida.

Sabemos que nas igrejas – onde o poder é masculino – alimenta-se de uma discussão manipulada a respeito da vida, seu começo e fim, sendo fácil às autoridades eclesásticas impor aos fiéis a sua posição, através do domínio espiritual e religioso. Entretanto, não se pode afirmar que tal pregação tenha sido inteiramente assimilada pelos seus seguidores.

Dos 4 milhões de mulheres brasileiras que praticam o aborto anualmente, quantas não serão católicas, protestantes, umbandistas ou evangélicas etc.?

As crenças jamais impediram a prática do aborto, apenas reforçam, na consciência das mulheres, o sentimento de culpa por não conseguirem conciliar seus princípios religiosos com o cotidiano de suas vidas.

Defendemos a legalização do aborto como um direito humano, social e político e não como uma questão ética religiosa. Visto assim como um direito, o aborto deve ser retirado do Código Penal. Dessa forma, o nosso direito se aproximará da moderna tendência da ciência penal que, cada vez mais, distingue os conceitos de delito e pecado.

Também defendemos a vida. Mas isto só não basta. É necessário defender a qualidade da vida, a luta pela legalização do aborto faz parte da luta pela maternidade livre que, por sua vez, integra a luta pela dignidade da vida humana.

Como parte dessa luta é necessário evitar que muitas mulheres tenham que recorrer ao aborto. É dever do Estado, através de seus serviços de saúde, colocar à disposição das mulheres as informações e os meios anticoncepcionais eficazes para evitar a gravidez indesejada.

Como parte dessa luta, é necessário coibir o abuso de patrões que não respeitam as leis trabalhistas e dispensam empregadas grávidas, exigem o teste de gravidez antes da admissão e não implantam creches nas suas empresas.

Como parte dessa luta, é necessário combater o racismo, bem como as inúmeras discriminações que enfrentam as mulheres negras no seu ingresso no mercado de trabalho.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – V. S.<sup>a</sup> pode me dar um aparte?

**A SRA. MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES:** – Pois não.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – O tempo já se está esgotando eu gostaria de inserir, talvez até contra a vontade de V. S.<sup>a</sup>, uma opinião de um cidadão brasileiro que aqui chegou, com algumas dezenas de milhares de votos livres, para representá-los nesta Constituinte. Não posso concordar com a tese que V. S.<sup>a</sup> expõe com relação à utilização do nome da liberdade para, com ela, transferir à mulher o direito de abortar a hora que bem entender e como entender, ao seu livre arbítrio, porque a mulher, na hora que engravida, não o faz unilateralmente. Ela recebe do seu parceiro uma parte na concepção e os cientistas, não quero falar nada sobre o aspecto religioso...

**A SRA. CONSTITUINTE DIRCE TUTU QUADROS:** – Um aparte, nobre Constituinte.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Não posso dar o aparte. Ela é quem dá o aparte. Eu citaria um cientista dos Estados Unidos que cometeu trezentos mil abortos. Os cientistas provam que no exato momento da ovulação dá-se a vida. Ora a mulher tem o direito de usar o seu corpo e tem a liberdade de utilizá-lo como bem entender, dormir com quem quiser, fazer o que bem entender. Só não tem o direito – o Estado tem que preservar a vida de todos – é de eliminar uma vida, ainda sem a mentalidade de dispor, por ela mesma, em ovulação, no ventre de sua mãe. Ai, não! Ai, ela tem que respeitar as normas do Estado para preservar aquela vida. É aí que discordo de V. S.<sup>a</sup>.

**A SRA. MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES:** – Eu queria continuar, porque creio que V. Ex.<sup>a</sup> já esclareceu o seu ponto de vista.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Vou terminar. V. S.<sup>a</sup> veio aqui para debater com os Constituintes e vai ter que ouvir as opiniões dos Constituintes.

**A SRA. MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES:** – Vim, mas eu não tenho tempo...

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Então, vai ter que ouvir as opiniões dos Constituintes. (Vaias.) Veja bem, um outro falou: "Deus colocou a cabeça acima do coração, para que a inteligência dominasse as paixões", e não discutissem com vaias e, sim com a inteligência, com a cabeça. Os que vão não sabem e não percebem a discussão pela cabeça.

**A SRA. MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES:** – O tempo de V. Ex.<sup>a</sup> já acabou e eu queria continuar a minha exposição.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Eu queria dizer a V. S.<sup>a</sup> que a ciência prova, hoje, que se pode muito bem impedir a concepção pelos meios científicos...

**A SRA. MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES:** – Mas, não há método científico...

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – ...sem que a mulher recorra à violência do assassinato intra-uterino, violentando o primeiro direito da Constituição, que é a garantia da vida.

**A SRA. MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES:** – V. Ex.<sup>a</sup> não prestou atenção no que eu coloquei aqui.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Acho que a tese que V. S.<sup>a</sup> expõe contraria a maioria da população brasileira e as tradições da maioria do povo brasileiro.

**A SRA. MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES:** – Sr. Presidente da Mesa, eu queria que fosse respeitado o meu direito a trazer emenda popular aqui e fazer a sua defesa.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – A Presidência pede licença para chamar a atenção da oradora e da Casa, porque o tempo concedido, pelo Regimento, está esgotado. De forma que solicita, muito respeitosamente, a atenção da oradora para que termine as suas palavras.

**A SRA. MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES:** – Bem, continuando, eu só queria aqui reforçar que não existe nenhum método científico 100% eficaz, como eu coloquei de início. Portanto, o problema da gravidez indesejada realmente é um problema ainda para nós mulheres.

E continuando, eu queria dizer o seguinte: que a nossa luta pela legalização do aborto é a luta também de combate ao arrocho e à discriminação salarial, para que as mulheres possam sustentar, com dignidade, os filhos que desejarem. É preciso uma reforma agrária que garanta terra para quem nela trabalha e soberania nacional, para evitar as interferências estrangeiras

decisões do povo. É preciso mudar a mentalidade da sociedade que não apóia a mulher no exercício da maternidade, porque, até hoje, o exercício da maternidade tem sido um ônus apenas para nós mulheres, mas que a maternidade seja encarada como uma função social.

A luta pela questão do aborto já passou por diversas vezes aqui nesta Casa. Sabemos que vários Parlamentares já fizeram os seus pronunciamentos, defendem a discriminação do aborto, a legalização do aborto; chamamos a atenção ainda dos Srs. e das Sras. Constituintes para o fato de que a lei existente não tem função prática – o aborto clandestino é prático, corrente, a repressão policial só é usada não para o cumprimento da legislação, mas sim para o valor do suborno. E no caso da gravidez resultada de estupro, o encaminhamento legal é extremamente moroso e inviabiliza a sua prática. Se por um lado existe uma omissão ao cumprimento da lei, por outro lado crescem na prática os abusos da esterilização, consequência da falta de uma política que normatize criteriosamente os casos indicados como necessários. E a esterilização em massa é mais que um crime, é um genocídio, que atinge principalmente as mulheres pobres e não-brancas. Há cidades no Brasil em que o percentual de mulheres esterilizadas em idade fértil, atinge a espantosa cifra de 80%. Portanto, é hipócrita uma sociedade que a pretexto de defender a vida do feto, arruína a vida da mulher e não adota medidas públicas que atendam às plenas condições para o exercício do direito à vida dos seus cidadãos, como direito à saúde, o direito à educação pública e gratuita, ao trabalho, à segurança, a salário e à aposentadoria dignos.

A criminalização do aborto não o coíbe, apenas o coloca na clandestinidade.

Para finalizar, a mulher deve ter o direito de decidir livremente a sua vida procriativa. Esse direito não significa uma imposição. As pessoas devem agir conforme sua consciência, sua formação religiosa e moral. As pessoas e, particularmente, as mulheres brasileiras, têm suficiente capacidade para tomar suas decisões.

Senhoras e Senhores, acreditamos que não basta defender a vida. É necessário defender a qualidade de vida...

Por último, eu queria dizer o seguinte: direito não é dever, não é imposição, não é obrigação. Portanto, aquelas pessoas que têm uma formação religiosa, ou que por uma questão moral não queiram fazer o aborto, vão continuar sem fazer o aborto. O direito não é uma imposição, mas sim uma liberdade que as pessoas têm de decidir sobre o seu próprio corpo, sobre o seu livre arbítrio o que é melhor para ela.

Muito obrigado. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Agora vamos à Emenda nº 7. Entidades responsáveis: Mitra Arquiepiscopal do Rio de Janeiro, Caritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro, Imperial Mandado da Ordem de Nossa Senhora da Rosa. Expositor, Francisco Massá Filho, Presidente da Comissão Arquidiocesana de Acompanhamento Constitucional do Rio de Janeiro. Tem a palavra o Sr. Francisco Massá.

**O SR. FRANCISCO MASSÁ FILHO:** – Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Sistematização, Srs. Constituintes, na verdade, não poderíamos começar esta breve exposição sem ressaltar a importância da participação popular através do oferecimento de emendas ao projeto da futura Constituição.

Esta participação, ao invés de restringir ou diminuir a importância dos Srs. Constituintes, traz, dentro de si, ao contrário, uma forma de procurar colaborar e aprimorar o texto constitucional de acordo com os anseios e as aspirações da comunidade.

Nessa tarefa, nós gostaríamos de ressaltar o trabalho exercido pela Comissão de Acompanhamento Constitucional, fruto da clarividência de nosso Pastor Dom Eugênio de Araújo Sales, Arcebispo de São Sebastião do Rio de Janeiro. Pelos leigos da referida Arquidiocese, pelas instituições religiosas que propiciaram as propostas, qual seja, a Mitra Caritas e, especialmente, a minha Irmandade, a Imperial Irmandade de Nossa Senhora da Glória do Outeiro, que representa, na verdade, todas as 79 irmandades, ordens terceiras e confrarias existentes naquela cidade.

Desse trabalho, resultaram cinco propostas. Uma, sobre Direito de família, menor e idoso; uma outra, sobre educação, cultura e esportes, que terá a sustentá-la a figura impar do Professor Cândido Mendes; uma terceira, sobre direitos dos trabalhadores, a ser defendida nesta tribuna pelo eminente jurista. Dr. Carlos Roberto Siqueira. Mais duas propostas, que não obtiveram, entretanto, o quorum de trinta mil assinaturas, sobre a, admissão no serviço público e sobre garantias dos direitos do homem, incluindo o sistema penitenciário, foram felizmente endossadas pelo Constituinte Roberto D'Ávila, e, em função disso, serão submetidas ao exame deste Plenário.

Finalmente, ainda, colaboramos com o Plenário Nacional Pró-Participação Popular na Constituinte, apoiado pela CNBB, na proposta sobre instrumentos de participação popular.

No caso específico da proposta sobre o Direito de família, gostaríamos, de início, de frisar o primeiro dispositivo nela inserto e que contém matéria exatamente oposta àquela que foi discutida até aqui, nesta noite. E exatamente esta dualidade de opiniões, é exatamente a beleza de posições divergentes que há de levar, no debate sadio e elevado, que há de conduzir esta nossa Nação a melhores dias, respeitando-nos uns aos outros, defendendo cada um aquilo que entende como de direito, como verdadeiro e correto.

Nós, leigos da Arquidiocese do Rio de Janeiro, entendemos que o direito ao aborto é uma coisa que não deve figurar na nossa Constituição; que não se deve admitir a prática do aborto deliberado, porque, na verdade, o que significa esta atitude é simplesmente retirar de um ser indefeso o direito de viver.

Os argumentos aqui expostos pelos ilustres oradores que nos antecederam, nenhum deles considerou essa circunstância elementar, insofismável, indiscutível, insuperável, de que com o aborto se está negando o direito à vida. O que se alegou, aqui, a favor do aborto – e eu anotei – foram argumentos, tais como "a mulher é a juíza do seu corpo". Mas que corpo? Porque a criança que está no seu ventre não é o seu corpo, é um ser que ali está sendo gerado, que ali se está formando. Nada de corpo de mulher, nada do direito de ter direito sobre o seu corpo em relação ao aborto.

Argumentaram, também, com as mulheres que morrem.

Ora, as mulheres que morrem! E as crianças que morrem? E as crianças que têm cerceada a sua vida?

Afirmou-se, ainda, que a vida não nasceria com a concepção, contrariando, data vênua, tudo que existe a respeito dessa matéria no campo científico.

E, finalmente, chegou-se a dizer, aqui, Sr. Presidente, que esta matéria é matéria de pecado, é matéria que diz respeito apenas a quem é católico. Quem quiser ficar com a Igreja, que não aceite o aborto!

Meu Deus do Céu! Onde estamos, se não entendemos que estamos tirando, no momento de abortar, o direito de viver, que é o direito inalienável, inquestionável, insuperável e que permite estarmos aqui, hoje, e estarmos séculos afora, ainda, discutindo os problemas que nos afligem e afligem nossa comunidade?

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES** — Permite V. S.<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. FRANCISCO MASSA FILHO:** — Pois não.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** — Em primeiro lugar, quero me associar aos argumentos brilhantes com que V. S.<sup>a</sup> contesta a tese dos que defendem o aborto a ser inserido na Constituição. Aliás, acredito que, no dia em que uma constituição inserir esse tema como válido, ela estará diminuída perante a maioria do povo brasileiro. A Constituição tem que retratar o sentimento do País, da Nação, das mães, das mulheres, da família. Eu queria apenas alinhar a estes brilhantes argumentos – porque V. S.<sup>a</sup> esta tratando do problema da família – como seria a família brasileira, discutindo, diariamente, se a esposa deveria ou não abortar? Ela casada, com compromissos morais, vínculos sólidos. Não quero nem discutir sob o aspecto religioso, não! É sob o aspecto social que estamos discutindo.

**O SR. FRANCISCO MASSA FILHO:** — Eu não estou discutindo sobre o aspecto jurídico.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON FERES:** — Como seria esta família perante seus filhos, vendo este tema de aborto ser debatido, se o aborto é um crime que se pratica a uma vida indefesa. como muito bem disse V. S.<sup>a</sup>, a uma vida que alguém tem quer proteger. E quem protege esta vida é a Constituição, é o Estado, só ele pode impedir que as pessoas abusem das outras vidas. Meus parabéns. Congratulo-me com a tese que expõe, e acho que V. S.<sup>a</sup> está expendendo pontos de vista que coincidem com a maioria das famílias brasileiras, embora respeite democraticamente, e quero que estas pessoas vivam um milhão de anos, defendendo com liberdade as suas teses, mas quero que elas saibam que a maioria dos brasileiros é contra o aborto. Muito feliz é a exposição que V. S.<sup>a</sup> está fazendo para nós.

**O SR. FRANCISCO MASSA FILHO:** — Muito obrigado. Eu queria prosseguir, fazendo uma ponderação. Na verdade, não pretendemos tripudiar sobre as mulheres, não pretendemos tripudiar sobre os problemas de muitas mulheres que ficam grávidas. Não pretendemos desconhecer estas dificuldades, apenas não aceitamos, **data venia**, a solução com a morte de um ser, com a retirada da vida de um, ser que está no ventre materno, E, a propósito de alguns argumentos que aqui foram lançados, eu me permitiria fazer referência às palavras sempre oportunas de Dom Eugênio, na revista do clero, de junho do ano passado, em que Sua Eminência diz:

"A propaganda antinatalista se relaciona com a luta pela legalização do aborto e há uma lição a aprender. Ambas vão contra a dignidade do nascituro e se assemelham à hipocrisia dos argumentos alegados."

**O SR. CONSTITUINTE CHICO HUMBERTO:** — Permite V. S.<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. FRANCISCO MASSA FILHO:** — Pois não.

**O SR. CONSTITUINTE CHICO HUMBERTO:** — Estou ouvindo, com muito atenção, o que V. S.<sup>a</sup> hoje traz a esta Casa. Acho que aqui não há ninguém contra a vida. Todos nós queremos a vida. Mas aqui, agora, além de falar o parlamentar, fala o médico O médico que, apesar de não ser da sua especialidade, a ginecologia-obstetrícia, convive com o drama da família brasileira, do cidadão brasileiro e do doente no Brasil. Temos um quadro, hoje, onde são praticados mais de 3 milhões e meio de abortos clandestinamente. Clandestinamente, porque a lei não prevê o aborto. Existem dois criminosos nesta história: a mulher numa ponta e, às vezes, o médico na outra. Desses 3 milhões e meio de abortos, temos um índice de mais de 10% de óbitos, temos mais de 40% de complicações graves: perfurações uterinas que levam a histerec-

tomia, portanto levam a mulher à esterilidade; e mais complicações com perfurações intestinais, até. Pois bem, não sendo só aí. Temos o enriquecimento ilícito por parte desses que praticam o aborto em fundo de quintal. Temos uma economia surda, sendo praticada no Brasil, hoje, e não podemos mais continuar com essa legislação que aí está. Não podemos mais permitir que as nossas mulheres sejam jogadas em porões, em fundo de quintal, não sendo tratadas com dignidade através dos institutos da previdência, através dos hospitais, através dos médicos que são credenciados para isso. Portanto, não estamos aqui para defender aborto nenhum, muito pelo contrário, somos espiritualistas, somos defensores da vida, mas não podemos mais conviver com essa situação que aí está...

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – De acordo.

**O SR. CONSTITUINTE CHICO HUMBERTO:** – ... tampando o sol com a peneira, porque, se existe, na verdade, uma realidade sendo praticada, não podemos conviver agora com a mentira e com a farsa, principalmente no momento em que estamos para elaborar uma nova Carta Constitucional para esta Pátria. Muito obrigado.

**O SR. FRANCISCO MASSA FILHO:** – O argumento de V. Ex.<sup>a</sup>, se me permite, Sr. Constituinte, me faz lembrar o mesmo argumento que se teria que usar, ou que se usa, para se tolerar outras coisas que fazem também mal a massa comunidade: faz-se uma campanha contra a descriminalização da maconha, a pretexto de que a maconha é usada por muitos. Já se inseriu na nossa comunidade, admite-se escandalosamente em todos os rincões desta Pátria...

**A SRA. CONSTITUINTE LÍDICE DA MATA:** – Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. FRANCISCO MASSA FILHO:** – Depois darei o aparte, Sra. Constituinte.

Admite-se escandalosamente, tolera-se o jogo em todos os rincões desta Pátria, degenerando, apodrecendo, tornando indigna a vida numa comunidade, trazendo para a lícitude uma coisa que não pode, de forma alguma, ser admitida diante da lei. O argumento de V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Constituinte, estaria inclusive respondido. E eu prosseguo na leitura do que dizia Dom Eugênio, quando fala...

**A SRA. CONSTITUINTE LÍDICE DA MATA:** – Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. FRANCISCO MASSA FILHO:** – Gostaria de terminar, porque daqui a pouco acaba o meu tempo.

**A SRA. CONSTITUINTE LÍDICE DA MATA:** – que eu gostaria de participar do debate.

**O SR. FRANCISCO MASSA FILHO:** – Só vou ler este trecho e depois darei o aparte a V. Ex.<sup>a</sup> Diz Dom Eugênio:

Entre eles, a liberalização do aborto resolveria os riscos para a saúde, atenderia os pobres, que teriam os mesmos direitos que as mulheres ricas, evitaria os efeitos negativos que oneram, inclusive, os hospitais do Inamps e outros, na correção de seqüelas. Ora, a Lei nº 194, na Itália que oficializou a morte do feto (é duro de dizer, mas é verdade) às custas do erário público, nem fez desaparecer a clandestinidade e aumentou impressionantemente os abortamentos. Os oito anos de aplicação dessa lei confirmam rigorosamente tudo que foi denunciado pelos defensores da vida, na luta contra a aprovação da mesma. Será que no caso brasileiro do controle da natalidade faremos o mesmo e criminosamente fechamos os olhos para as conseqüências que afligem outros países que nos antecederam no emprego de anovulatórios?

É a pergunta de Dom Eugênio.

Concedo o aparte à nobre Constituinte.

**A SRA. CONSTITUINTE LÍDICE DA MATA:** – Muito obrigada. Em primeiro lugar, eu gostaria de expressar a minha opinião de que sempre se discute a questão do aborto no Brasil, busca-se colocar a coisa enevoada pelo misticismo e pelo preconceito de se discutir abertamente a realidade brasileira, que já foi aqui ressaltada, de 4 milhões de abortos clandestinos no Brasil e 400 mil mortes de mulheres anualmente. Nós mesmos o 2º País no mundo em abortos clandestinos e em morte de mulheres causadas pelo aborto. No entanto, ignora-se esse fato social e resvala-se para a discussão no plano, sim, moral e religioso, como V. S.<sup>a</sup> aqui colocou...

**O SR. FRANCISCO MASSA FILHO:** – V. Ex.<sup>a</sup> vai acabar com o aborto ou quer que se faça aborto?

**A SRA. CONSTITUINTE LÍDICE DA MATA:** – ... na falaciosidade da defesa da vida que é, acima de tudo, defendida neste País pelas mulheres brasileiras que sustentam os seus filhos, apesar da ignorância completa do Estado e dos homens brasileiros, que as abandonam e as transformam em mães solteiras que sustentam, cada uma delas, oito, cinco, seis filhos, nas invasões de terras em cada uma das grandes cidades.

No entanto, a questão do aborto é colocada como se estivéssemos a discutir não a Constituição brasileira, mas, a se estabelecer um código, um estatuto moral para a sociedade onde se impõe, acima de tudo, através desta emenda aqui apresentada, a proibição, em primeiro lugar, do aborto, e não a discussão ímpar dentro da sociedade brasileira, sobre o que se fazer com esta realidade, com este fato social que enfrentam diariamente as mulheres, não com a exigência de que o Governo, um governo que hoje tem, neste País, por morte de aborto, um número muito maior do que aquele de morte por AIDS, e que não desenvolve nenhuma campanha de combate, de assistência à saúde integral da mulher, de planejamento, de acesso que as mulheres possam ter aos métodos contraceptivos, à informação, à educação, ao conhecimento do seu corpo, mas se combate apenas a idéia do aborto. Não vejo nenhuma dessas entidades, nas ruas, buscando exigir assistência integral à saúde da mulher, dando oportunidade para que a mulher não tenha como única, ou como última solução, o abortamento. Mas vejo todo um ataque furioso, e até frenético, no sentido de combater e colocar a questão do aborto como uma questão moral, como se tivéssemos quatro milhões de assassinas, quatro milhões de criminosas no País, e não de mulheres e mães desesperadas diante da miséria, que enfrentam diariamente, com a hipocrisia daqueles que continuam a sustentar esta miséria, porque não admitem a discussão aberta do problema social. Não estamos aqui para redigir leis que não levem em consideração a realidade do nosso povo, a realidade das nossas mulheres. Não estamos também aqui para fazer apenas a abordagem e a propaganda de fé de alguns princípios religiosos ou morais. Estamos aqui para expressar a realidade nas leis e quebrar a dissonância existente, hoje, entre as leis retrógradas deste País, no que diz respeito à garantia dos direitos da mulher e, efetivamente, à realidade que temos na nossa Nação.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Não pode V. Ex.<sup>a</sup>, fazer um discurso paralelo. Tenha a bondade de terminar o seu aparte.

**A SRA. CONSTITUINTE LÍDICE DA MATA:** – Pois não, Sr. Presidente, vou finalizar. Exatamente por isto, entendo que à Constituição hoje, cabe mais estabelecer a discussão e chamar a sociedade a participar, do que estabelecer até a liberação ou a proibição do aborto. (Palmas.)

**O SR. FRANCISCO MASSA FILHO:** – Sr. Presidente e Srs. Constituintes, vejam que incongruência, que contradição, pretender defender as vítimas do aborto, autorizando-o, ensejando que mais abortos se pratiquem. Sinceramente, não consigo vislumbrar nesse argumento nenhuma



lógica – me perdoem – daquilo que se está pretendendo discutir, no que tange aos defensores do aborto.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – O orador já em seu tempo terminado: a Mesa não permitirá outros apartes. Tenha a bondade de concluir.

**O SR. FRANCISCO MASSÁ FILHO:** – Vou concluir, Sr. Presidente, aludindo rapidamente a um outro assunto da nossa proposta, que diz respeito à indissolubilidade do casamento, porque o projeto admite a dissolução do casamento de forma ilimitada. E a nossa emenda, ao contrário, sustenta a indissolubilidade do matrimônio, essa união íntima, já que é dom recíproco de duas pessoas, que exige do mesmo modo que o bem dos filhos, a inteira fidelidade aos cônjuges e a indissolubilidade de sua união.

Quem diz isso, Sr. Presidente, não é este modesto orador, que veio do Rio de Janeiro à Capital do seu País, honrado com a oportunidade que os Srs. nos estão dando de falar desta tribuna do povo. Quem disse isso foi Sua santidade o Papa João Paulo II. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Está, agora, em discussão a Emenda nº 19, cuja expositora é a Sra. Lúcia Pacífico Homem. Presidente das Entidades de Donas de Casa de Minas Gerais.

**A SRA. LÚCIA PACÍFICO HOMEM:** – Sr. Presidente da Mesa, Senador Afonso Arinos, Srs. e Sras. Constituintes, estou aqui representando as donas-de-casa de todo o Brasil, e quando trouxemos a proposta de que a dona-de-casa tivesse acesso à Lei da Previdência Social, nada mais fizemos do que representar 70% da população brasileira em idade entre 12 e 65 anos.

Portanto, recolhemos assinaturas desde o dia 8 de abril, numa campanha que se estendeu a nível de todo o Brasil, e trouxemos triunfalmente, no dia 5 de agosto, data da entrega oficial, assinaturas recolhidas com o dedo, com a mão, com a cabeça, com o coração, como bem diz a Deputada Mabili Almeida, da Bahia.

Recolhemos essas assinaturas em todos os segmentos da sociedade e nada mais pretendemos do que fazer com que a Lei da Previdência Social se estenda também às donas-de-casa, porque é um direito que lhes cabe, de acordo com a Lei de Seguridade Social.

Já nos estudos constitucionais, o Senador Afonso Arinos se preocupava com a situação da dona-de-casa. Nada mais injusto do que, depois de ter dado toda uma vida de trabalho de infra-estrutura familiar, a mulher chegue à velhice e não tenha o apoio da Lei da Previdência Social para sua aposentadoria, direito este dado a todo cidadão brasileiro.

Portanto, Srs. Constituintes, não queremos aposentadoria caída do céu por descuido. Queremos que a Lei da Previdência Social seja estendida também a nós, donas de casa. Imaginem os Srs. se, algum dia, as donas-de-casa de todo o País resolvessem fazer greve. O que seria desta Nação? (Palmas.)

Não quero reforçar, aqui, como algumas pessoas entenderam, a condição machista de que lugar da mulher é na cozinha. Muito pelo contrário. Em todas as nossas andanças pelo Brasil, em todas as nossas campanhas educativas, em nossas campanhas esclarecedoras – são mais de 20 fitas gravadas e as tenho aqui –, mostramos às donas de casa o seu valor como gente, como mulher, como cidadã brasileira.

Pedimos, portanto, aos Srs. Constituintes que, "Nós, donas-de-casa e cidadãs brasileiras, considerando o momento histórico da elaboração da nova constituição, o processo de redemocratização, a participação popular que objetiva alcançar a"

justiça social e garantir os direitos humanos no Brasil:

Considerando que pela Lei da Seguridade Social, todos tem direito a ela e que é dever do Estado organizar, coordenar e manter um sistema de seguridade social, eliminando desigualdades;

Considerando que o trabalho desenvolvido pelas donas-de-casa se reveste da maior importância na vida econômica, política e social do País, embora não tenha sido ainda medido estatisticamente – é uma estatística que ainda não foi, infelizmente, computada pelo PIB, como nos países desenvolvidos;

Considerando que a profissão de "dona-de-casa", embora reconhecida para o preenchimento de documentos em geral, não o é para quaisquer benefícios de aposentadoria, como acontece em todas as demais profissões;

Considerando, ainda, que este benefício ora pretendido e estendido às donas-de-casa se revestirá de um reconhecimento da família, da sociedade e do Estado pelos trabalhos não-remunerados às donas-de-casa;

Dirigimo-nos à Assembléia Nacional Constituinte para reivindicar que seja estendido às donas-de-casa o direito, meus senhores de contribuir, como autônomas, para a Previdência Social, para fins de aposentadoria."

Portanto, não pedimos privilégio: exigimos justiça.

Represento, aqui, uma luta antiga de donas-de-casa. Esta bandeira, levantada em Minas Gerais, e que se tornou nacional, é, portanto, uma bandeira antiga. São associações de donas-de-casa de todo o País, de norte a sul, do Rio de Janeiro, de São Paulo, da Bahia, enfim, todas pedindo, querendo que os 25 anos incluídos no Substitutivo do nosso Relator sejam também estendidos às donas de casa. Queremos participar da Previdência Social, queremos pagar o nosso INPS, e termos direito, condignamente, à nossa aposentadoria. Tenho, aqui, ainda dados estatísticos que eu gostaria de ler, que são fontes do IBGE:

Os dados apresentados nas tabelas 1 a 7 (anexas), retiradas na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE, evidenciam que, no Brasil, a população feminina representa cerca de 50,4% do total (tabela 1).

As mulheres economicamente ativas, ou seja, as que trabalham fora (1), crescem de 14.849.187, em 1981, para 18.473.123, em 1985. (tabelas 2 e 3), representando o aumento de sua participação relativa de 31,27%, para 33,53%.

Cabe observar que as mulheres não economicamente ativas por opção ou por todo um contexto social não tiveram acesso ao mercado de trabalho, porque, infelizmente, esse contexto inclui a falta de instrução, a miséria, a ignorância; enfim, são fatores incluídos neste conceito social, que não deixaram, muitas vezes, que as mulheres fossem à luta, ao mercado de trabalho e essas mulheres economicamente ativas representam cerca de 73% da pesquisa, somando um expressivo contingente de 30 milhões, 607 mil e 820 pessoas, em 1985. Quero dizer, assim, que os dados estatísticos aqui estão para serem observados, para serem examinados por qualquer dos Constituintes. E, mais uma vez, eu diria que várias vezes esse assunto já foi ventilado por grandes Constituintes, como o nosso grande amigo do Rio Grande do Sul, e também por Constituintes de Minas Gerais, mas, enfim, não foram ainda agraciados. Portanto, pediria mais uma vez aos nossos Constituintes, que assinaram, inclusive, a nossa proposta, que a defendam e que votem a favor da inclusão da dona-de-casa como contribuinte do INPS.

**O SR. CONSTITUINTE VICTOR FACCIONI:** – Permite V. S. a um aparte

**A SRA. LÚCIA PACÍFICA HOMEM:** – Pois, não Sr. Constituinte.

**O SR. CONSTITUINTE VICTOR FACCIONI:** – Não poderia deixar de trazer a minha manifestação de reiterada solidariedade à proposta que, de forma tão brilhante, esta sendo defendida na tribuna da Assembléia Nacional Constituinte. As mulheres de Minas Gerais estão dando um exemplo de iniciativa, de ação, de proposição, de trabalho e de participação. Lá no meu Estado, o Rio Grande do Sul, também é assim, as mulheres se movimentam nesse mesmo sentido. E foi em função, inclusive, de um movimento das mulheres, no Rio Grande do Sul, que apresentamos, já em 1979, um projeto de lei nesse sentido. Repetimos em 1983, estendendo também com o Projeto nº 74, de 1983, à mulher camponesa o direito da filiação à Previdência Social. E novamente, com o Projeto nº 2.606, à dona-de-casa da área urbana. Mas agora, na Constituinte, inclusive sensibilizado por um movimento das mulheres de Minas Gerais, que V. S.<sup>a</sup> liderou e lidera...

**A SRA. LÚCIA PACÍFICA HOMEM:** – Obrigada.

**A SR. CONSTITUINTE VICTOR FACCIONI:** – ...em manifestações, inclusive, anteriores à Constituinte, apresentamos propostas nesta Assembléia, por entender que, aquilo que a lei ordinária não soube contemplar, a lei maior deverá fazê-lo, é o momento para fazê-lo. As estatísticas aqui citadas por V. S.<sup>a</sup> são suficientemente claras para mostrar a valiosa contribuição da mulher no esforço de redenção nacional inclusive na área da produção. E a mulher não pode ficar marginalizada como está, na Previdência Social, por todos os motivos. Creio que este é o grande momento. Não o foi antes, lamentavelmente, desgraçadamente, mas felizmente será agora, principalmente se as mulheres de Minas Gerais e de todos os Estados do Brasil continuarem ativas aqui dentro da Constituinte, representadas que estão por brilhantes mulheres de diversos Estados e Partidos que dão, por assim dizer uma síntese da vontade da mulher brasileira e por mulheres como V. S.<sup>a</sup> que, fora da Constituinte ou dentro, mobilizam a sociedade para que a decisão venha a ser a expressão da vontade da sociedade brasileira. E nosso reiterado apoio e o desejo que uma proposta ou outra – não importa ambas querem o mesmo objetivo – venha a ser acolhida pela Assembléia Nacional Constituinte.

**A SRA. LÚCIA PACÍFICA HOMEM:** – Muito obrigada.

Como estamos defendendo as propostas pertinentes aos direitos da mulher, gostaria de encerrar, recitando uma poesia que bem diz toda a nossa posição. É de uma poeta desconhecida, Dayse Puget Oliva, e diz assim:

#### **PALAVRAS AO HOMEM NO DIA INTERNACIONAL DA MULHER**

**Dayse Puget Oliva**

Dizes que nasci da tua costela.  
Mas, a todo o momento nasces do meu ventre.  
E em nome dos milhões e milhões  
De vezes em que te dei a luz  
É que te falo neste momento.  
Não quero calar  
Quero ser ouvida  
Não quero confundir  
Quero ser compreendida  
Não quero a guerra  
Quero a paz.  
Não quero ser violentada  
Quero ser amada  
Não quero ser estuprada  
Quero ser consolada  
Não quero estar nua nas revistas.  
Pra que me uses no teu prazer solitário.

Quero estar nas manchetes de jornais  
Como sua atuante  
Não! Não quero estar no altar para ser venerada  
Quero estar na terra e ser respeitada  
Não quero ser boneca para adorno do teu lar  
Quero estar nas ruas como gente de carne e osso  
Não quero ser prostituta  
Por falta de amparo  
Não quero ter vergonha de mostrar  
O ventre crescido de um filho sem pai  
Mas quero ser mãe zelosa dos filhos  
Que geramos juntos  
Quero tua mão nesta luta  
Que também é tua  
Não dormimos na mesma cama?  
Não comemos o mesmo pão?  
Não pisamos o mesmo chão  
Deste País tão belo e tão sofrido  
Não te quero do outro lado Mas do meu lado, lutando  
Por nosso Brasil, por nossa Amazônia  
Tão devastada,  
Pelas nossas crianças renegadas  
Por nossos velhos abandonados,  
Pelas sarjetas jogados.  
Pelos negros marginalizados  
Por este mundo de injustiças  
Dá-me a tua mão, te peço,  
Não quero gritar mais alto  
Mas quero gritar contigo  
Esta revolta que é tão nossa  
Não quero lutar sozinha  
Mas quero lutar por ti  
Por um mundo melhor para nós  
Mas quero ser antes de tudo MULHER.  
Muito obrigada. **(Muito bem!)**

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem a palavra o último orador. Trata-se da Emenda nº 11, referente à família. Entidades responsáveis: Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, Associação da Educação Católica no Brasil, Caritas Brasileiras. Número de assinaturas: 515.820. Expositor: Dom Benedito de Ulhoa Vieira, Arcebispo de Uberaba, membro da Comissão Episcopal de Diálogo com a Constituinte.

Tem a palavra Sua Eminência Dom Benedito de Ulhoa Vieira.

**O SR. DOM BENEDITO DE ULHOA VIEIRA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, em nome da CNBB, saúdo os Srs. Constituintes e agradeço o acolhimento que esta Assembléia está dando às emendas por nós apresentadas e patrocinadas.

A CNBB tem outras propostas como a da reforma agrária, com mais de um milhão de assinaturas, de defesa do índio e outras do mesmo teor, e é nesse contexto, da defesa dos mais fracos, que venho, hoje, em nome dessa entidade, apresentar a Emenda da Família.

Desejaria que os Srs. Constituintes vissem nesta nossa presença o apreço e a esperança que os Bispos do Brasil depositam nos trabalhos da elaboração da nova Constituição do Brasil. Não vimos impor, nem condenar a ninguém, mas dar testemunho de como nós, Bispos, que somos pastores, enxergamos a vida e vemos o Brasil.

De início, ainda, quero dizer que reconhecemos, sem dificuldades, que vivemos numa sociedade pluralista, mas a CNBB se sente no dever moral de trazer sua contribuição, não emocional, racional, posição esta apoiada, neste assunto que estou tratando, por 515.820 eleitores.

A emenda sobre o direito da família, que ora pretendo justificar, tem três importantes pontos, expostos em cin-

co formulações. em forma de artigos. O primeiro ponto, de como se constitui a família.

Defendemos que a, família se constitui pólo casamento indissolúvel, e reivindicamos o direito das garantias do Estado para a família assim legalmente constituída, como também para as uniões estáveis, mesmo que não legalmente constituídas. Que as crianças não sofram discriminação por não serem seus pais lealmente unidos pela lei civil.

Não podemos, pois, deixar de pretender que o Estado ofereça amparo social ao casal unido estavelmente, mesmo não legalmente, e aos seus filhos. Mas acrescentamos que a verdadeira defesa da família não só se fará pela lei do casamento indissolúvel, mas se fará também com a defesa da estabilidade do trabalho, com a reforma agrária corajosa. pacífica e cristã, com um salário digno, com um sindicato livre. com tudo isto se fará a defesa da família. Mas entendemos também, nesse sentido, que a família deve ser estável.

Haverá, como a experiência mostra – e aqui outros também falaram nesse sentido – os que não aceitam essa indissolubilidade do casamento civil; por motivos vários que aqui não me cabe polemizar.

Defendemos a permanência do casamento porque aceitamos, porque acreditamos no amor e não no fracasso.

Parece-nos dever do legislador defender que o amor do homem pela mulher e vice-versa, não obstante as vicissitudes do tempo, pode e deve ser recriado num desafio constante. É arte renovar a vitalidade do amor à medida que o tempo passa: à medida que a instituição permanece estável, ela se torna testemunho de quanto o amor é necessário à vida social. Legislar em favor do fracasso é favorecer a cultura do descartável, onde a dissolução do casamento aparece como solução.

Além disso, na posição que defendemos, os filhos terão mais benefícios e assistência, evitando-se os traumas que todos conhecemos na vida pastoral, quando se dá a separação.

Não obstante as opiniões contrárias, aqui recentemente expostas e ouvidas por expositores e por alguns apartes, peço a atenção democrática desta Casa para o que vou dizer neste segundo ponto.

O segundo ponto de nossa proposta é a preservação da vida. A defesa da vida, que é dom de Deus, se torna mais necessária na nossa sociedade, onde os processos de morte passam a ser usados com frequência e chegam a nos acomodar diante da destruição, da tortura, da eutanásia. E cremos que a defesa da vida pela legislação se torna mais indispensável ainda lá onde ela é mais ameaçada, e totalmente incapaz de defender-se antes do nascimento. Por aí vêm, claramente, os Srs. Constituintes, que a emenda que apresentamos tem um caráter profundamente humanístico e fortemente positivo. Assim como não aceitamos a tortura, que é contra a dignidade humana, não aceitamos a morte premeditada e diretamente provocada do nascituro, do velho, do doente. Assim como não podemos aceitar o genocídio, também por força dele, princípio étnico, não aceitamos a morte do inocente. Esta a razão de termos incluído no texto da proposta a intransigente defesa à preservação da vida.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Permite V. Revm.<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. DOM BENEDITO DE ULHOA VIEIRA:** – Se for dentro do Regimento. Tem V. Ex.<sup>a</sup> o tempo de um minuto.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – "O Senhor é o meu Pastor...". Sou um pobre pecador, católico, talvez não mereça ser tachado de um católico praticante, mas sou um católico medíocre. Mas, **bonus Pastor dat**

**vitam suam pra ovibum suis.** Queria indagar de V. Revm.<sup>a</sup>, pois, ouvindo a exposição, não pude perceber, em uma só vez, a condenação do aborto em si, mas perguntaria se V. Revm.<sup>a</sup>, é a favor ou contra o aborto? V. Revm.<sup>a</sup> abordou o tema da preservação da vida, da espécie, da criatura, etc., mas não abordou o problema do aborto provocado, do aborto institucionalizado. Eu queria ouvir a opinião de V. Revm.<sup>a</sup> á se é a favor ou contra o aborto no que diz respeito a sua constitucionalização ou não. Qual é a opinião da CNBB sobre este tema em si. porque é um tema que está ligado à família e é o tema que V. Revm.<sup>a</sup> a debate agora conosco.

**O SR. DOM BENEDITO DE ULHOA VIEIRA:** – Duas respostas: a primeira é que a proposta da CNBB diz isto que V. Ex.<sup>a</sup> está dizendo: A lei deve garantir a preservação da vida de cada pessoa desde a concepção, em todas as fases da sua existência, não se admitindo a prática do aborto deliberado, da eutanásia e ela tortura esta a proposta que estou defendendo. Segundo: a palavra que eu disse, um pouco acima, eu releio para V. Ex.<sup>a</sup>, nobre Constituinte Gerson Pares.

Cremos que a defesa da vida pela legislação se torna mais indispensável ainda onde ela é mais ameaçada e totalmente incapaz de defender-se: antes do nascimento. Acho que está claro.

O terceiro ponto é menos difícil de ser aceito: a proteção do menor. Embora menos difícil de ser aceito, é mais fácil de não ser cumprido. Nosso intento é que o menor seja efetivamente amparado. O seu desenvolvimento físico e psíquico, moral e social, sua educação e sua profissionalização devem merecer, na Lei Maior, espaço de especial cuidado. Não se pode brincar com o amanhã da Pátria. Se não se derem condições reais de crescimento à criança brasileira, em todos os campos, estaremos cavando a desgraça de nosso País. A dramática morte de Pixote é um alerta para todos nós!

Essas são, Sr. Presidente, as posições que três entidades – a CNBB, a AEC/BR e a Caritas Brasileira – apresentam e foram subscritas por 515.820 eleitores. Poucos dos Srs. Constituintes atuais terão conseguido na sua eleição última, igual ou maior número de votos do que esta proposta.

Creio, pois, não extrapolar de minha honrosa missão, aqui, diante da Constituinte, insistir junto à Comissão de Redação para que nossas proposições sejam acolhidas, estudadas e aceitas na constituição brasileira pela qual somos todos responsáveis. Muito obrigado. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Com a palavra o Relator, se desejar manifestar a sua posição ou se tiver alguma observação a fazer. (Pausa.)

Como S. Ex.<sup>a</sup> nada tem a acrescentar, informo à Casa que está esgotada a Ordem do Dia prevista para a nossa reunião. Algum dos Srs. Constituinte deseja usar da palavra para qualquer matéria? (Pausa.)

Ninguém pedindo a palavra, declaro encerrada a reunião, convocando outra para amanhã, dia 27, às 9 h.

**(ENCERRA-SE A SESSÃO ÀS 21H45MIN.)**

#### **14ª Reunião Ordinária**

Aos vinte e sete dias do mês de agosto de mil novecentos e oitenta e sete, às nove horas e cinquenta e seis minutos. no Plenário da Câmara dos Deputados, reuniu-se a Comissão de Sistematização, sob a Presidência do Senhor Constituinte Aluizio Campos, Primeiro Vice-Presidente, no exercício da Presidência, presentes os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Afonso Arinos, Almir Gabriel, Aloysio Chaves, Antonio Carlos Konder Reis, Antonio Carlos Mendes Thame. Arnaldo Prieto, Artur da Távola. Bernardo Cabral, Bran-

dão Monteiro, Carlos Sant'Anna, Celso Dourado. Christóvam Chiaradia. Darcy Pozza, Egídio Ferreira Lima, Eraldo Tinoco, Fernando Gasparian, Francisco Benjamin, Francisco Pinto, Gastone Righi, Haroldo Sabóia, Inocência Oliveira. Jarbas Passarinho. Joaquim Bevilacqua, José Lins, José Luiz Maia, José Mauricio, José Santana de Vasconcellos, Luiz Eduardo, Luiz Inácio Lula da Silva, Lysâneas Maciel, Manoel Moreira. Mário Assad, Mário Lima, Milton Reis, Nelson Carneiro. Nelton Friedrich, Nilson Gibson. Oscar Corrêa, Osvaldo Coelho, Paulo Pimentel, Paulo Ramos, Prisco Viana. Raimundo Bezerra, Renato Vianna. Ricardo Fiuza, Roberto Freire, Rodrigues Palma, Severo Gomes. Sigmaringa Seixas, Siqueira Campos, Virgildásio de Senna, Virgílio Távora, Wilson Martins, Adilson. Motta, Antônio Maria, Bonifácio de Andrada, Chagas Rodrigues, Délio Braz, Enoc Vieira, Fernando Santana, Israel Pinheiro, João Agripino, Jonas Pinheiro, José Genoíno, José Maria Eymael, José Tavares, José Tinoco, Luiz Salomão, Octávio Elisio, Ottomar Pinto. Paes Landim, Lidar-Isa Pinto, Vicente Bogo, Victor Faccioni, Vilson Souza e Ziza Valadares. Estiveram presentes os seguintes Senhores Constituintes, não integrantes desta Comissão: Sólon Borges dos Reis. Augusto Carvalho, Pedro Canedo, Roberto D'Ávila, Ervin Bonkoski, Vladimir Palmeira, Cunha Bueno, Vitor Buaiz, Antônio Câmara. Adhemar de Barros Filho, Antônio Brito, Heráclito Fortes, Virgílio Guimarães, Benedita da Silva, Arnaldo Faria de Sá, Matheus Iensen, Vivaldo Barbosa, Furtado Leite, Ruy Nadei, Jutahy Júnior. Paulo Delgado, Tito Costa, Darcy Deitos, Humberto Souto. Ivo Vanderlinde. Cardoso Alves, Benito Ga-ma. Osmundo Rebouças, Chico Humberto, Edmilson Valentim e Luiz Alberto Rodrigues. Deixaram de comparecer os seguintes Senhores Constituintes: Adolfo Oliveira, Alcení Guerra. Alfredo Campos. Antônio Farias, Carlos Chiarelli, Carlos Mosconi, Cid Carvalho. Christina Tavares, Edme Tavares, Bernardo Bezerra Coelho, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Lyra, Francisco Dornelles, Francisco Rosai. Haroldo Lima, Ibsen Pinheiro. Jamil Haddad. João Calmon, João Herrmann Neto. José Fogaça, José Freire. José Geraldo, José Ignácio Ferreira, José Jorge, José Paulo Bisol, José Richa, José Serra, José Thomaz Nonô, José Ulisses de Oliveira. Marcondes Gadelha, Nelson Jobim, Oswaldo Lima Filho. Pimenta da Veiga. Plínio de Arruda Sampaio. Sandra Cavalcanti e Theodoro Mendes. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos. Deixou de ser lida a Ata da reunião anterior, por impossibilidade de ordem material. A reunião se destinou à discussão das Propostas de Emendas Populares a seguir indicadas, com os respectivos defensores: 1ª) PE-009 – Direitos do Trabalhador – defensor: Professor Carlos Roberto Siqueira de Castro, com apartes dos Senhores Constituintes Farabulini Júnior. Antônio Câmara, Benedita da Silva e Roberto D'Ávila; 2ª) PE-054 – Direitos do Trabalhador – defensor: Constituinte Paulo Paim, com apartes dos Senhores Constituintes Adhemar de Barros Filho, Mário Lima, Farabulini Júnior, e da Senhora Luci Choinaski; 3ª) PE-066 – Direitos do Trabalhador – defensor: Dr. Ulisses Riedel de Resende – Diretor Técnico do DIAP, com apartes do; Senhores Constituintes Adhemar de Barros Filho, Mário Lima e Abigail Faltosa; 4ª) PE-101 – Aposentadoria dos Trabalhadores – defensor: Dr. Adib Jorge, com apartes dos Senhores Constituintes Virgílio Guimarães e Juarez Antunes; 5ª) PE-105 – Aposentadoria do Trabalhador Rural – defensor: Deputado Estadual/MG José Duarte, com apartes dos Senhores Constituintes Farabulini Júnior e Juarez Antunes; 6ª) PE-059 – Direitos e Garantias dos Pensionistas e Aposentados – defensor: Constituinte Farabulini Júnior, com apartes dos Senhores Constituintes Arnaldo Faria de Sá, Victor Faccioni, Jorge Ueque e Bernardo Cabral; 6ª) PE-061 – Proventos de Aposentadoria e PE-062 – Imposto de Renda sobre Salários – defensor: João Botelho – da Associação Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil, com apartes dos

Senhores Constituintes Jorge Ueque, Adylson Motta, Victor Faccioni e Darcy Deitas. Às dez horas e cinquenta e dois minutos, deixa a Presidência o Senhor 1º Vice-Presidente. Aluizio Campos, assumindo-a o Senhor Constituinte. José Tavares. Finda a primeira parte da lista de oradores. o Senhor Presidente, Constituinte José Tavares, agradeceu a presença de todos os membros e dos senhores expositores e suspendeu os trabalhos às doze horas e dezoito minutos, anunciando o seu prosseguimento a partir das 19 horas, no mesmo dia e local. O Senhor Constituinte José Tavares, no exercício eventual da presidência dos trabalhos, foi cumprimentado pelos Senhores Constituintes Adylson Motta e Darcy Deitos. Às dezenove horas e trinta minutos foi reaberta a reunião, pelo Senhor Presidente Afonso Arinos, que concedeu a palavra inicialmente ao Senhor Constituinte Aluizio Campos, que informou ter requerido à Presidência da Comissão, para submissão ao Plenário, proposta de cronograma de trabalho alternativo ao proposto pelo Senhor Presidente Ulysses Guimarães. Com a palavra, pela ordem, o Senhor Constituinte Francisco Benjamin pronunciou-se de acordo com o calendário proposto pelo Senhor Constituinte Aluizio Campos, no sentido de dar-se mais dois dias ao prazo de discussão do parecer do Relator sobre as Emendas. A proposta foi apoiada, também, pelo Senhor Constituinte José Lins. O Senhor Constituinte Cunha Bueno contraditou a proposta Aluizio Campos, considerando que a mesma diminuiria demasiadamente o prazo de discussão das Emendas Populares. O Senhor Constituinte Vladimir Palmeira, em seguida, solicitou esclarecimentos sobre se estaria sendo violado o Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, tanto pelos novos prazos do Presidente Ulysses Guimarães como pelo calendário da Comissão, no que foi esclarecido pelo Senhor Presidente Afonso Arinos que o Plenário da Assembléia Nacional Constituinte funciona-ria, segundo as novas determinações da Presidência da Assembléia, apenas às segundas e quartas-feiras. Após ouvir as ponderações a respeito dos prazos na Comissão o Senhor Presidente leu o inteiro teor do Ofício GPO/443/87-ANC do Senhor Presidente Ulysses Guimarães, dispondo sobre os novos dias e horários de funcionamento do Plenário da Assembléia Nacional Constituinte e da Câmara dos Deputados, e sobre os pedidos de destaques na Comissão, admitidos tanto para as emendas dos trinta primeiros dias (emendas de plenário) como àquelas dos seis dias (Comissão de Sistematização), ao Substitutivo do Relator Bernardo Cabral. Em seguida, diante da proposta do Senhor Constituinte Aluizio Campos, o Senhor Presidente Afonso Arinos, com o apoio do Plenário da Comissão, deixou para responder à questão colocada após ouvir o Presidente da Assembléia sobre o assunto. Retornando à pauta da Ordem do Dia, foi concedida a palavra aos seguintes Senhores oradores, para defesa de Emendas Populares indicadas: 1ª) PE-111 – Aposentadoria: Bancários/Securitários – defensor: Constituinte Augusto de Carvalho; 2ª) PE-082 – Estabilidade no Emprego – defensor: Dr. Luiz Carlos Mandelli, aparteado pelos Senhores Constituintes Paulo Paim e Edmilson Valentim; 3ª) PE-087 – Estabilidade para os Servidores Públicos Celetistas – defensor: Constituinte Adylson Motta, com apartes dos Senhores Constituintes Virgílio Guimarães e Cardoso Alves; 4ª) PE-060 – Participação no Lucro e Democratização da Administração das Empresas – defensor: Prof. José Flávio Berçotti; 5ª) PE-063 – Re-forma Urbana – defensora: Sra. Ermíria Maricato; 6ª) PE-116 – Transporte Coletivo – defensor: Vereador João Basco da Silva, com apartes dos Senhores Constituintes Virgílio Guimarães e Lysâneas Maciel; 7ª) PE-115 – Moradia Popular – defensora: Dra. Dalva Stela Rodrigues de Medeiros, com apartes dos Senhores Constituintes Fernando Gasparian e Joaquim Bevilacqua. Finda a lista de oradores e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente convocou reunião para as quinze horas do dia vinte e oito do corrente mês, no mesmo local, des-

tinada à continuação da discussão de outras propostas de Emendas Populares, encerrando a reunião às vinte e duas horas e trinta minutos. O inteiro teor desta reunião foi gravado, devendo ser publicado no Diário da Assembléia Nacional Constituinte, e constituir-se-á na Ata circunstanciada dos trabalhos. E, para constar, eu, Maria Laura Coutinho, Secretária, lavrei a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Declaro aberta a reunião desta manhã da Comissão de Sistematização destinada à discussão das seguintes emendas populares: Emendas nºs 9, 54 e 66, relativas a direitos do trabalhador; Emendas nºs 101 e 105, referentes à aposentadoria dos trabalhadores; Emendas nº 59 e 61, referentes a direitos e garantias dos pensionistas e aposentados e dos proventos de aposentadoria; e a Emenda nº 12, referente a Imposto de Renda sobre salários. primeiro representante inscrito é o Prof. Carlos Roberto Siqueira Castro, que defenderá a Emenda no 9, relativa à primazia do trabalho sobre o capital e o tratamento que deva, a juízo da emenda, ser regulado na Constituição. O nobre orador disporá do prazo de vinte minutos, podendo conceder apartes. Concedo a palavra a S. S.<sup>a</sup>

Aproveito a oportunidade para comunicar aos Srs. Membros da Comissão que hoje à noite deveremos submeter ao Plenário o cronograma dos trabalhos da Co-missão durante o período de elaboração do substitutivo apresentado pelo Relator.

**O SR. CONSTITUINTE SÓLON BORGES DOS REIS:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem a palavra V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. CONSTITUINTE SÓLON BORGES DOS REIS:** – Sr. Presidente, gostaria de saber se há realmente um substitutivo já oferecido pelo nobre Relator Bernardo Cabral ou apenas a expectativa de sua apresentação. Os jornais anunciam a existência de vários textos e consta que houve uma cerimônia de entrega simbólica do documento ao Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, mas não se tem a notícia de quando esta Comissão conhecerá seu inteiro teor. Se é que existe, porque há muita notícia sobre ele. Temos conhecimento de que um grupo de Parlamentares estaria trabalhando com o Relator para apresentar esse substitutivo. Esta a indagação que faço a V. Ex.<sup>a</sup>, ou seja, se realmente existe o substitutivo e quando chegará ele às mãos da Comissão e dos demais Constituintes. Permito-me indagar, ainda, se esse substitutivo ignora totalmente os milhares de emendas que os Constituintes apresentaram, se essas emendas que agora vão ser discutidas estão à margem do substitutivo se são anteriores ou posteriores a ele. Como não consegui entender o mecanismo de funcionamento da Comissão de Sistematização, tomo a iniciativa de pedir a V. Ex.<sup>a</sup> esse esclarecimento.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – O nobre Relator fez a entrega oficial do substitutivo ontem, às 17 horas, ao Presidente Ulysses Guimarães. A Mesa, tendo a mesma curiosidade de V. Ex.<sup>a</sup>, procurou a direção do Prodasen – inclusive estive lá pessoalmente, até meia-noite, quando começaram a sair os primeiros exemplares do substitutivo que serão distribuídos no domicílio de todos os Srs. Constituintes. Hoje, às 16 horas, receberemos exemplares do texto revisto na Comissão de Sistematização em quantidade suficiente para atender aos membros da Comissão.

Concedo a palavra ao Dr. Carlos Roberto Siqueira de Castro.

#### O SR. CARLOS ROBERTO SIQUEIRA DE CASTRO:

– Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes permitam-me V. Ex.<sup>as</sup>, ao dar início à sustentação dessa emenda popular fazer a melhor e mais sincera homenagem a este egrégio Plenário representativo do povo brasileiro. E o faço, Sr. Presidente, invocando a figura e o exemplo ímpares do Presidente da Comissão de Sistematização, Professor e Constituinte Afonso Arinos de Melo Franco, de quem tive a subida honra de ser assessor, ao ensejo dos trabalhos da Comissão de Estudos Constitucionais. Por sua estatura moral e intelectual, o Professor Afonso Arinos de Melo Franco atingiu, sem favor algum os píncaros do merecimento humano.

A mesma homenagem dirijo ao eminente e prezado Constituinte Bernardo Cabral, Relator da Comissão de Sistematização, Ex-presidente da valorosa Ordem dos Advogados do Brasil. S, Ex.<sup>a</sup> tem prestado laborioso ofício e contribuição a esta Casa do povo. Suas noites indormidas, seu espírito democrático e sua inexcedível dignidade pessoal têm sido, sem dúvida, fator decisivo para que esta Constituinte cumpra, com assiduidade e alto entendimento interpartidário, os compromissos e prazos regimentais.

Sr. Presidente, agradeço às entidades promotoras desta emenda, a partir da Arquidiocese do Rio de Janeiro, na pessoa do Reverendíssimo Cardeal D. Eugênio Sales, pela suprema honra com que me distinguiram para defendê-la neste plenário.

A emenda que a mim cabe defender nesta manhã de trabalho e reflexão se desdobra em dois objetivos básicos. Primeiro, defende os direitos dos trabalhadores no que diz respeito à primazia do trabalho sobre o capital. Trata-se de trazer para nossa ordem constitucional o primado do trabalho sobre o capital. É o mesmo caminho já trilhado pelas melhores e mais bem inspiradas Constituições da época contemporânea, as quais se serviram das mais legítimas aspirações populares, sobretudo daquelas representadas pela classe trabalhadora, para oferecer aos povos de seus países, num rasgo de generosidade e de inspiração cristã, o fundamental para a ordem econômica e social – o primado de trabalho sobre o capital.

Não é demasiado lembrar, à guisa de preâmbulo, que o Brasil é um campeão de miséria, em termos da paga mínima à classe trabalhadora. Salário mínimo, no Brasil, hoje, mal chega aos 40 dólares mensais, o que contrasta, para vergonha nossa, com nações que não ocupam o galardão de oitava economia mundial, sediadas até mesmo no Terceiro Mundo e na América Latina. E a distribuição da renda, no Brasil, terá de passar, sem dúvida, em primeiro lugar, pelo alargamento do salário mínimo, de tal modo a que ele possa efetivamente servir às suas finalidades constitucionais, como sejam as de conferir ao homem que trabalha, a seus dependentes, à sua família uma existência digna e dotada de condições de habitação, transporte, alimentação e do merecido lazer.

Lembro, também, que a adoção do princípio do primado do trabalho sobre o capital é de superlativa importância exegética. Trata-se de um princípio sobre o qual irá radicar toda a legislação infraconstitucional. Os intérpretes e aplicadores da Constituição no futuro, terão em linha de conta este cânone primacial: a primazia do trabalho sobre o capital, de tal sorte que a legislação bancária, a trabalhista, a de mercado de capitais, a comercial e a civil – todas elas – deverão render homenagem e ceder espaços àquela que há de mais fundamental: a ordem econômica e social, o direito ao trabalho e o primado da remuneração digna do trabalhador contra toda sorte de especulações que aviltam o trabalho produtivo em nosso País.

Essa emenda, portanto, vai ao encontro, c se afina na justa medida, desta lúdima aspiração da nossa gente.

Por outro lado, a emenda popular patrocinada pela Arquidiocese do Rio de Janeiro e pelas nossas comunidades eclesiais de base volta-se para o indispensável direito a moradia. Já assegurado a título de verdadeira invariável axiológica pelas normas internacionais mais generosas e promissoras.

Trago à colação, com a permissão de V. Ex.<sup>as</sup>, a Declaração Universal de Direitos do Homem, de 1948, patrocinada pelas Nações Unidas, e também o Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e do Trabalho da ONU, de 1966. Um e outro asseguram, em beira hora e na justa e indispensável medida, o direito à moradia. O nosso País é signatário desses documentos internacionais.

Nada justifica, portanto, que, no momento em que se instala uma Constituinte para traçar a receita de paz social ao futuro das famílias de brasileiros, não incorporem em matrizes constitucionais o direito à moradia, a proclamado pelo nosso País nos foros internacionais.

O Brasil tem uma tradição verdadeiramente acanhada no que concerne à proteção da moradia. Estampamos o princípio clássico que vem desde a Constituição de 1891, segundo a qual o lar é o asilo inviolável do indivíduo uma norma majestosa na sua redação, mas de precária, diria precaríssima, utilidade social. Remonta à velha máxima medieval inglesa de que "my home is my castle". O Constituinte do passado partiu do pressuposto de que todo brasileiro tem lar, todo brasileiro tem moradia e, portanto, um asilo inviolável. Como bem se sabe, as estatísticas insuspeitas dos organismos internacionais e nacionais estão a demonstrar que os brasileiros não têm moradia, não têm lar, não têm asilo inviolável. Portanto, é de superlativa importância, é rigorosamente indispensável que se assegure em sede constitucional o direito à moradia.

Peço licença para ler trecho do documento da Pastoral das Favelas do Rio de Janeiro, que tenho a honra de representar nesta ocasião. Afirma esse documento:

"O direito de morar quase que se confunde com o direito de viver. Terá sido sempre assim, desde o troglodita que procurava uma caverna.

Hoje, porém essa quase identificação entre os dois direitos impõe-se como uma evidência dramática, especialmente nos grandes centros urbanos, como no Rio de Janeiro.

Tanto vale dizer que o direito de morar é um direito vital neste sentido bem preciso, que é mortal ser privado da concretização desse direito".

Quem tem condições de compreender é o casal com três filhos, que vive debaixo do viaduto do Túnel Santa Bárbara. E esse casal simboliza a situação de milhões e milhões de brasileiros.

Foi decidido, Srs. Constituintes desde as Subcomissões, nas Comissões Temáticas no primeiro relatório da Comissão de Sistematização, já agora no substitutivo do eminente Constituinte Bernardo Cabral, o direito à existência digna para todos os brasileiros. E existência digna tem como ante-sala, como premissa maior o direito à moradia. Ninguém pode ter uma existência digna sem lar familiar. O estado de orfandade que vitima milhões de crianças e de famílias brasileiras perpassa sobretudo a negação do direito à moradia, que é, na raiz, a própria negação de uma existência digna. E a emenda proposta pela Arquidiocese do Rio de Janeiro antevê o processo de deterioração da vida em nosso País. Sabemos daquele quadro' vislumbrado por Euclides da Cunha no começo do século, que identificava dois Brasis neste País continental: de um lado, o Brasil litorâneo, aquinhado pelos favores oficiais dos governos; de outro, um País miserável, do interior e do Nordeste, órfãos das benesses governamentais.

Hoje, a pobreza tomou conta de todo o País. O estado de miserabilidade ampliou-se de forma impiedosa nos últimos anos, em que o regime autoritário vitimou a Nação. A concentração de capital, a descompaixão para com os humildes a impiedade para com os despossuídos fizeram com que, do campo às cidades, se vislumbresse o pesadelo da miséria incontida.

Pois bem. Neste ambiente de desafio nacional, que é um desafio da Constituinte e do povo brasileiro, mister se faz que incluamos na Carta Constitucional advéncia o direito à moradia. A proposta da Arquidiocese do Rio de Janeiro é um referencial de grande sabedoria e de grande inspiração. Em primeiro lugar, adota o instituto do usucapião constitucional, determinando que na data da promulgação da futura Constituição todo grupo familiar que habite as favelas do Brasil receba naquele dia, naquele instante histórico o domínio e a posse do pequeno espaço que ocupa. E o instituto do usucapião constitucional não é novo para a história constitucional brasileira. A Constituição de 1946, no Ato das Disposições Adicionais, já previra em boa hora o usucapião constitucional tom relação à terra dos índios. Por que não se fazer o mesmo com relação aos milhões e milhões de favelados? Não estou a dizer, evidentemente, que a situação de favela seja a ideal, em termos de qualidade. Mas a emenda proposta será, sem dúvida, um fator de segurança e de tranquilidade para que o pai de família, a criança e a mulher faveladas não continuem sob o estigma da insegurança do despejo iminente, já que essas terras pertencem ou ao domínio público ou a particulares, com titulação duvidosa. Além do mais, em se adotando esta emenda, garantindo-se a segurança daquele pequeno e modestíssimo espaço, teremos já aberto a grande avenida para a construção futura, para a urbanização das favelas e – quem sabe? – mercê de Deus, para a edificação de moradias populares próximas aos respectivos locais de trabalho do favelado trabalhador.

Concedo o aparte ao nobre Constituinte Farabulini Júnior, o qual é muito bem-vindo.

**O SR. CONSTITUINTE FARABULINI JÚNIOR:** – V. S.<sup>a</sup> traz à colação um dos problemas palpitantes desta Cessa, o dos favelados. Trago de São Paulo a notícia de que a grande reivindicação dos favelados é exatamente esta: contar com o domínio e a posse das áreas que habitam. Em contando com o domínio pleno e a posse, que já detêm, os favelados poderão administrar esse bem que, na verdade, lhes pertencerá por inteiro. E, administrando-o, na evidência e no fato, poder-se-á promover o melhor aproveitamento do solo, uma reforma urbanística moto-próprio, diria. Enfim, aí está também um incentivo para que os favelados possam produzir. Hoje, não o podem fazer porque estão sempre à margem de qualquer atenção governamental e inseguros, como bem disse V. S.<sup>a</sup> Parabenizo-o pelo trabalho que traz a esta Casa.

**O SR. CARLOS ROBERTO SIQUEIRA DE CASTRO:** – Agradeço ao nobre Constituinte o aparte.

A emenda coloca também ao superior exame desta Casa a questão do usucapião especial urbano, que avança em relação à legislação infraconstitucional em vigor, adotando o usucapião especial de terrenos urbanos em dois anos. Não há por que dilatar-se o prazo do usucapião urbano. O terreno urbano abandonado por mais de dois anos já deixou, há muito, de cumprir a sua função social. (Palmas.) E a família necessitada, desafortunada e desassistida que ocupa a terra urbana nessas condições deve ser titular para sempre daquele espaço de terra, porque isto é um resgate que a própria sociedade faz ao trabalha-dor, que não teve, pelo sistema concentrador de riquezas, condições, ele próprio, de adquirir a sua moradia, o seu tato familiar, pela via da aquisição contratual. É de fundamental importância, neste particular aspecto, que essa

aquisição sucapienda se faça acompanhar da proibição da sua alienação. Trago à colação o exemplo da Capital da República – Brasília – projetada por Lúcio Costa e Oscar Niemeyer, gênios mundiais do urbanismo e da arquitetura, que nela idealizaram a socialização urbana, onde a grande autoridade, investida de competência institucional, residisse em condições em tudo idênticas à do mais modesto servidor público, como o agente de portaria, por exemplo.

Pois bem, Sr. Presidente, infelizmente aquele projeto ambicioso, generoso, aquele sonho de Brasil grande, de Brasil justo, vislumbrado por Lúcio Costa e Oscar Niemeyer, não se perpetuou em toda linha na Capital da República. E por que tal não aconteceu? Porque aquele modesto funcionário, que recebeu sua moradia do poder público, teve de vendê-la para manter sua própria sobrevivência e de sua família, superlotando as cidades satélites, ainda carentes dos serviços públicos que oferecia o Plana Piloto. Portanto, essa moradia adquirida pelo usucapião especial ou pelos favelados de todo o Brasil não pode ser objeto da ganância especulativa e imobiliária. Essas famílias não podem ser aliciadas pelos arautos do ganho fácil e do lucro imediato, que são as empresas imobiliárias dos grandes centros urbanos. É preciso que o Constituinte tenha boa reflexão e a intuição de proteger aquele a quem está outorgando o seu espaço de moradia.

Por fim, Sr. Presidente, permita-me uma consideração sobre teoria constitucional. Considero que a discussão que se tem feito ultimamente no Brasil, em termos de uma Constituição alongada, uma Constituição analítica e uma Constituição contida, curta na declaração de direitos, é uma falsa questão, absolutamente despidiende em relação ao que há de mais dramático no terreno da vida, porque uma Constituição não deve ser longa ou curta; deve sim, ser dotada de suficiência constitucional para plasmar o que há de dialético e de dramático na vida social e no embate dos poderosos contra os mais fracos. Por isso, esta Constituição não deve ter comedimento ou parcimônia ao declarar os direitos fundamentais, como, no caso, o são os dos favelados à moradia e o dos trabalhadores ao primado do trabalho sobre o capital.

**O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO CÂMARA:** – Congratulo-me com V. S.<sup>a</sup> pelo oportuno e brilhante pronunciamento que faz nesta Casa Constituinte. Fala-se muito dos direitos dos trabalhadores, que realmente são legítimos – e sabemos que ainda há vários outros que precisam ser conquistados. Dá-se grande ênfase aos direitos dos trabalhadores urbanos. Imagine V. S.<sup>a</sup> a situação dos trabalhadores rurais, que não têm, hoje, sequer 1/3 dos direitos adquiridos pelos trabalhadores urbanos. Aqueles habitam casas de taipa e de chão batido, não têm escolas, nem assistência médica. É preciso que lutemos, como estamos lutando, pelos direitos dos trabalhadores urbanos, sem esquecer, no entanto, dos trabalhadores rurais.

**O SR. CARLOS ROBERTO SIQUEIRA DE CASTRO:** – Concluindo, Sr. Presidente, afirmo a minha irrestrita confiança no trabalho desta Constituinte. Tenho a mais lúdima certeza de que este tribunal do povo não vai efetuar o derrame das esperanças populares e que do produto final desta Constituinte muito se orgulharão as gerações futuras.

**A SRA. CONSTITUINTE BENEDITA DA SILVA:** – Sr. Presidente, gostaria de apartear o orador brevemente.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Encareceria a V. Ex.<sup>a</sup> que aguardasse, porque o próximo orador falará exatamente sobre a mesma matéria e o tempo do Dr. Carlos Roberto Siqueira de Castro já está esgotado. A não ser que o nobre orador concorde em concluir a sua exposição imediatamente após o seu aparte.

**O SR. CARLOS ROBERTO SIQUEIRA DE CASTRO:**

– Para mim é uma grande honra ouvir a nobre Constituinte Benedita da Silva.

**A SRA. CONSTITUINTE BENEDITA DA SILVA:** – Gostaria de intervir exatamente nesta exposição de V. S.<sup>a</sup> por entender o compromisso que se tem de, neste momento constitucional, fazer valer o direito daqueles que estão, de uma maneira ou de outra, menos favorecidos na sociedade, mas que contribuem para que esta possa ser uma sociedade livre, com uma construção maior, forte. Quero ressaltar, dentro dos direitos dos trabalhadores, na questão da habitação, que é exatamente esta mão-de-obra barata, que contribui para a economia deste País, que mora em piores condições, e para nós é importantíssima a questão do usucapião. Diria, numa posição mais radical, que nós deveríamos garantir na Constituição que o usucapião se configurasse a partir do primeiro ano de moradia do trabalhador. E digo isto porque nas mais de quatrocentas favelas existentes no Rio de Janeiro os trabalhadores é que têm contribuído para o seu saneamento, já que não há assistência a nível de política de governo. Através de mutirões – que V. Ex.<sup>a</sup> bem conhece – os favelados têm contribuído para o saneamento básico, sem qualquer remuneração, quando não vejo morador algum da Delfim Moreira, por exemplo, tapar os buracos daquela rua. Os favelados fazem todo o serviço de segurança, pagam transportes caros – a Rocinha, por exemplo, é muito mal servida em vários setores. Enfim, a contribuição dos favelados tem sido valorosa. No entanto, ainda não se tem conhecimento de que, neste momento constituinte, o usucapião esteja incluído na questão da reforma agrária. Em busca de melhores condições de vida, temos visto o homem do campo vir para as grandes cidades. Aliás, uma característica das favelas do Rio de Janeiro é serem elas habitadas, na sua grande maioria, por pessoas oriundas de Minas Gerais, do Ceará etc. Por isso, entendemos que o usucapião não deveria configurar-se a partir dos 5 anos, como está colocado. Espero que nós, Constituintes, possamos refletir sobre o assunto, diante da exposição de V. S.<sup>a</sup> no desejo de fazer avançar esse processo e garantir esses direitos, para que o usucapião seja considerado a partir de um ano de moradia. É isso que propomos, e esperamos que os Constituintes reflitam sobre a exposição de V. S.<sup>a</sup> Esse é o desejo de quem, hoje também Constituinte, tem sua experiência vivida na favela e quer contribuir o máximo para que tenhamos o avanço necessário. Obrigada pelo aparte.

**O SR. CARLOS ROBERTO SIQUEIRA DE CASTRO:** – Sr. Presidente, agradeço a oportunidade de falar em nome de um segmento tão esquecido e tão importante do meu Estado natal. Venho lembrar aos Srs. Constituintes, e o faço como advogado acostumado às lides forenses, que este tribunal do povo é uma instância única, irrecorrível, inapelável, e que os seus julgados, as suas deliberações só poderão ser revistas pela história e pelas gerações futuras.

Por isso, acredito firmemente, com rigorosa confiança e esperança que a Assembléia Nacional Constituinte do meu País satisfará as aspirações do povo brasileiro.

**O SR. ROBERTO D'AVILA:** – Nobre orador antes que V. S.<sup>a</sup> termine, gostaria de cumprimentá-lo, em nome do PDT, pela brilhante exposição.

**O SR. CARLOS ROBERTO SIQUEIRA DE CASTRO:** – Muito obrigado. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Concedo a palavra ao representante das entidades apresentadoras da Emenda nº 54. O nobre Constituinte Paulo Paim disporá igualmente de vinte minutos, com direito a aparte.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO PAIM:** – Sr. Presidente, Sras. Srs. Constituintes, os direitos da classe trabalhadores foram encaminhados à Assembléia Nacional Constituinte através de emendas populares com milhares de

assinaturas. A emenda que passo a defender conta com a assinatura de 630.714 cidadãos e teve o patrocínio da Central Única dos Trabalhadores – CUT, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e da Comissão Pastoral da Terra – CPT.

Esta emenda, que circulou por todo o País, representa a vontade de milhões de trabalhadores do campo e da cidade. As suas propostas são conhecidas de todos. Questões como estabilidade no emprego, redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais, férias em dobro, direito de greve, aposentadoria integral, liberdade e autonomia sindical, entre outras, constituem as principais reivindicações da classe trabalhadora.

Embora pareça repetitivo vir a esta tribuna reiteradas vezes para defender as mesmas questões, isto se faz necessário tendo em vista a incompreensão de certo número de Constituinte e, principalmente, do Sr. Relator Bernardo Cabral, que insistem em não aceitar os avanços sociais que precisam ser garantidos no novo texto.

Dentre as questões polêmicas temos a destacar a estabilidade no emprego. Sabemos da importância dessa estabilidade, pois sentimos no dia-a-dia a consequência da atitude arbitrária dos empresários, que despedem sem justa causa milhões de brasileiros. Devemos dizer que a luta pela estabilidade no emprego é muito antiga e foi tratada pela primeira vez em 1923, com a Lei das Caixas de Pensões e Aposentadorias. A Constituição de 1946 incorporou ao seu texto a estabilidade, consagrando o princípio da CLT, que previa a garantia do emprego aos 10 anos.

Infelizmente, em 1966 foi criada a opção pelo Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, que acabou com a estabilidade por imposição dos empresários nacionais e multinacionais.

A Organização Mundial do Trabalho – OIT, em sua convenção de 1982, estabeleceu o princípio de considerar nula a dispensa arbitrária, apontando para a necessidade de conquistas sociais na relação de emprego.

O que queremos instituir na nova Carta já é hoje uma realidade em inúmeros países. A estabilidade no emprego está contemplada por 16 países da Europa Ocidental, 7 países da Europa Oriental, 24 países da África e países árabes, em 6 países da Ásia e Pacífico e em 10 países das Américas, portanto, a defesa da estabilidade no emprego não se caracteriza por nenhum casuísmo, mas sim como uma consequência do desenvolvimento de um país, o Brasil, que tem avançado no aspecto econômico e regredido no campo social.

Aos nossos argumentos acrescentem-se os elevados índices da rotatividade da mão-de-obra. Segundo os dados do Ministério do Trabalho, coletados a partir das RAIS, já em 1985 a média de permanência de um empregado no emprego não ultrapassava 1 ano e 10 meses. Esse mecanismo da demissão imotivada tem gerado índices de rotatividade que alcançaram no mesmo ano de 1985, na cidade de São Paulo, 99,61 no setor da construção civil, 56,89 no setor do comércio, 33,62 na indústria da transformação. Tudo isso com o único objetivo de arrochar ainda mais o salário da classe trabalhadora.

Por isso, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, é que a estabilidade no emprego deve ser considerada e inserida na Constituição de forma clara, para que somente a justa causa comprovada judicialmente possa ensejar a rescisão do contrato de trabalho.

É preciso ainda dizer que não se pode mais aceitar que a cada crise sazonal milhões de trabalhadores sejam demitidos. É sabido que muitos empresários demitem os trabalhadores, deixando de investir no processo produtivo para especular no mercado financeiro, com a conivência

do Governo. E o trabalhador continua sendo apenas uma peça descartável.

A estabilidade existe hoje no Brasil em várias áreas e setores. São os servidores públicos, os empregados de estatais e de empresas de economia mista, os empregados de autarquias e, também, os militares.

Aliás, em relação aos militares – que têm dito publicamente à grande imprensa que são contra a estabilidade e às 40 horas –, gostaria de registrar que possuem estabilidade no emprego a partir do momento em que são declarados aspirantes e cumprem uma jornada que não alcança as 40 horas semanais. (Palmas.)

A redução da jornada para 40 horas é pleiteada porque possuímos uma das mais longas do mundo. A CLT de 1943 e a Constituição de 1946 previram a jornada de 48 horas, que permanece até hoje. Naquela época, os empresários disseram que a economia não resistiria e que o País iria ao caos. Só que foram consagradas as 48 horas e o País não foi ao caos.

**O SR. CONSTITUINTE ADHEMAR DE BARROS**

**FILHO:** – Permite-me V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. CONSTITUINTE PAULO PAIM:** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> o aparte.

**O SR. CONSTITUINTE ADHEMAR DE BARROS**

**FILHO:** – Nobre Constituinte Paulo Paim, em primeiro lugar quero congratular-me com V. Ex.<sup>a</sup> pela brilhante defesa que faz da Emenda Popular nº 54, relativa aos direitos dos trabalhadores. Ao analisar os 31 itens que compõem o artigo que elenca os direitos sobre os quais V. Ex.<sup>a</sup> está discorrendo, não encontrei nada sobre o direito – que entendo quase natural – de o trabalhador organizar-se sob forma cooperativa, seja na área urbana, seja na rural, seja do ponto de vista de cooperativa econômica, seja do ponto de vista de cooperativa social. Perguntaria a V. Ex.<sup>a</sup>, que convive com toda essa problemática no nível do seu partido, como vê, pessoalmente, a inclusão do trigésimo segundo item, no qual ficaria configurado que é direito do trabalhador organizar-se sob a forma de cooperativa, seja ela urbana, seja rural, de maneira a poder organizar-se, no campo quando, amanhã receber terras em virtude da reforma agrária ou na área urbana para o artesanato.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO PAIM:** – Nada temos contra isso. Concordamos com a própria argumentação de V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. CONSTITUINTE ADHEMAR DE BARROS**

**FILHO:** – Muito obrigado, nobre Constituinte Paulo Paim.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO PAIM:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, é preciso que se diga que a redução da jornada de trabalho criará mais um emprego para cada cinco empregados.

Lembramos alguns países do mundo onde a redução da jornada de trabalho foi assegurada:

1º) Jornada média em outros países, segundo a OIT:

Austrália	36,1	Alemanha	40,7
Canadá	37,6	Japão	41
Hungria	38,2	Inglaterra	42,6
Itália	38,6	Bélgica	43,1
França	38,9	Tchecoslováquia	43,1
Porto Rico	38,9	Venezuela	43,9
Nova Zelândia	39,2	El Salvador	44,2
Estados Unidos	40,1	Equador	45
Irlanda	40,5	Guatemala	47,5



Brasil – Mais de 50 horas.

2º) Jornada legal em alguns países da América Latina, segundo o DIEESE:

Equador	40	Colômbia	45
Paraguai	40	Argentina	46
Peru	40	Venezuela	46
Panamá	44	Brasil	48
Uruguai	44		

Como podemos observar, a jornada de trabalho brasileira assusta e envergonha, pois não condiz com a realidade de 8ª potência econômica do mundo, 3º exportador de alimentos, o 9º na indústria automobilística, enfim, um dos países mais ricos deste planeta.

A redução da jornada de trabalho é a maneira de redistribuir os postos de trabalho, já que o avanço tecnológico é poupador de mão-de-obra.

A necessidade da redução se impõe até como forma de evitarmos a asfixia da economia, pois mais emprego também significa mais consumo. Os grandes países capitalistas do mundo já entenderam isto e hoje suas jornadas já oscilam entre 40 e 30 horas semanais.

A elevação dos custos alegados pelos empresários com a implantação da jornada de 40 horas não corresponde à verdade. É sabido publicamente que a mão-de-obra na formação do custo oscila de 1% a 12%, segundo o DIEESE nos informa. Sendo assim, a repercussão no preço final do produto não poderia ser superior a 1 ou 2%.

Assim a contrariedade dos empresários em reduzir a jornada tem no fundo uma conotação política. E eu digo por que os empresários não querem proporcionar aos empregados a disponibilidade de tempo: não querem que o trabalhador tenha tempo para pensar, que o trabalhador possa discutir e refletir a sua realidade, que o trabalhador possa participar, possa fazer política e influir no destino de seu País.

Da mesma forma, assume uma relevância social a implementação das férias pagas em dobro. Na verdade, as férias não passam de uma ilusão da forma como está prevista atualmente. O trabalhador recebe as suas férias e fica depois sessenta dias sem receber o seu salário, o que inviabiliza qualquer descanso mais merecido. O gasto extra pode significar o comprometimento do orçamento familiar e muitas vezes o trabalhador acaba tendo de vender suas férias. Aliás, em relação às férias é oportuno lembrar o documento da FIESP de 1926, quando se discutiam as férias de 15 dias. O documento dizia que "era um absurdo o trabalhador ficar parado 15 dias, pois buscaria o vício nas ruas, por não gostar do lar".

Concedo o aparte ao Constituinte Mário Lima, Relator da Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos

**O SR. CONSTITUINTE MARIO LIMA:** – Nobre Constituinte Paulo Paim, trabalhamos juntos na Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos. Acompanhei de perto a atuação firme e dedicada de V. Ex.<sup>a</sup> na defesa dos interesses dos trabalhadores. A exposição de V. Ex.<sup>a</sup> é de uma clareza meridiana. Lembraria a esta Casa que a Constituição de 1934, há exatamente 53 anos, já fixava a jornada de trabalho em oito horas e admitia que essa jornada pudesse ser reduzida. Se voltarmos no tempo, verificaremos que em 1934 o Brasil era um País que tinha menos da metade da população atual, quase sem indústria, muito ao contrário de hoje, a oitava economia do mundo. Lembraria também, para oferecer modesta contribuição ao discurso de V. Ex.<sup>a</sup>, que até o Chile, a ditadura de Pinochet, trabalha quarenta horas; o Paraguai, a ditadura de Stroessner, trabalha quarenta horas; mas esta potência maravilhosa, a oitava economia

do mundo, que é o Brasil, não pode fazê-lo. V. Ex.<sup>a</sup> está com toda a razão. No Brasil, o trabalhador ainda é um objeto descartável: o empresário pensa em tudo, menos na importância do valor humano do seu trabalhador. A Casa conhece a posição de V. Ex.<sup>a</sup>. Eu, pessoalmente, faço questão de registrar que foi V. Ex.<sup>a</sup>, na Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores, uma das peças mais importantes para que fizéssemos um trabalho que considero justo e que justifica a nossa presença na Constituinte. Como presidente de sindicato, quero dizer e deixar registrado nos Anais desta Casa que V. Ex.<sup>a</sup> é realmente um trabalhador autêntico, merece o nosso respeito e terá de todos os trabalhadores brasileiros gratidão para sempre.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO PAIM:** – Agradeço o aparte do nobre Relator da Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos, que, junto conosco, brigou por tudo aquilo que hoje deveria estar no texto do Relato: Bernardo Cabral, mas que ele, no meu entendimento, arbitrariamente retirou.

Complementando a argumentação sobre redução de jornada, devo dizer que para nós, trabalhadores, a redução de jornada está também ligada, pela estafa, aos acidentes no trabalho, e, nesse sentido. Srs. Constituintes, o Brasil é campeão mundial de acidentes no trabalho. Infelizmente meu Estado, o Rio Grande do Sul – que para mim tem o empresariado mais reacionário deste País – é o campeão nacional em acidentes no trabalho, e vou citar alguns números rapidamente.

Nos últimos cinco anos, foram assassinados dentro das fábricas 22.400 trabalhadores segundo os dados do próprio INPS, o que significa a morte de um trabalhador a cada duas horas. Os acidentes típicos assim considerados feriram e mutilaram 5,5 milhões de trabalhadores. Nesse contexto, um milhão e 700 mil trabalhadores perderam as mãos e os dedos, 150 mil ficaram incapacitados e inválidos permanentemente e 16 mil doenças profissionais foram registradas. (Fonte: DIEESE.)

Concedo o aparte ao Constituinte Farabulini Júnior.

**O SR. CONSTITUINTE FARABULINI JÚNIOR:** – Sr. Constituinte Paulo Paim. V. Ex.<sup>a</sup> está de parabéns. Quero voltar ao tema da jornada de trabalho, se me permitir. O assunto acidentes no trabalho é da mais alta importância. Não sei como V. Ex.<sup>a</sup> vê a transferência da questão para o Ministério da Saúde. O sistema único de saúde abarcou, não sei se V. Ex.<sup>a</sup> se apercebeu, o tratamento dos acidentados no trabalho. Contesto o conteúdo do substitutivo. Tudo que tanja a esse setor, daqui para frente, segundo o projeto, será tratado pelo Ministério da Saúde, pois foi retirado do âmbito do Ministério do Trabalho. Não sei como V. Ex.<sup>a</sup>, que é especialista, vê essa matéria, mas já contestei até emenda alterando totalmente o sistema. No que tange à jornada de trabalho, basta verificar na história, como disse bem V. Ex.<sup>a</sup>, e examinar a luta que se tramou para a conquista das oito horas de trabalho. Essa é uma nova luta. Nós, que tratamos de racionalização do trabalho, verificamos que a máquina subsiste, mas ela deve subsistir para atender ao homem e não ao contrário. Portanto, estou de pleno acordo em que se reduza a jornada de trabalho. Também no que se refere à estabilidade, ela é, acredito eu, o único patrimônio que o trabalhador pode contar como firme e valioso.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO PAIM:** – Muito bem. Fico satisfeito com o aparte do nobre Constituinte. Gostaria apenas de fazer um destaque. Foi aprovado também na Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e servidores públicos, e sumiu do texto do substitutivo, por obra e arte do Sr. Constituinte Bernardo Cabral, o pleno direito de greve.

Queríamos registrar, como denúncia, o que está acontecendo em Volta Redonda, onde já foram demitidos mais

de 80 trabalhadores, dentre os quais mais de 13 dirigentes sindicais, inclusive o nobre Constituinte Juarez Antunes, do PDT, preso no dia da greve geral. Estamos sabendo que neste momento o Exército está ocupando o quinto andar da sede do sindicato, em Volta Redonda. É lamentável que não tenhamos direito de greve e que haja, ainda, a interferência do Estado e do Exército quando os trabalhadores se mobilizam em torno dos seus direitos.

Gostaria de registrar ainda que li no jornal esta semana que, em São Paulo, os trabalhadores também foram à greve. Depois de duas semanas, foram demitidos em massa. Foram reprimidos pela polícia de São Paulo. As empresas não pagaram os 37,4% que os trabalhadores ganharam na Justiça, mas, aproveitando-se do fato de a greve ter sido declarada ilegal, demitiram os trabalhadores.

Srs. Constituintes, desejo agora abordar um ponto que entendo também fundamental – a questão dos trabalhadores do campo. Nesse sentido, gostaria, de antemão, de conceder um aparte à nossa companheira Luci Choinaski que veio do Estado de Santa Catarina especificamente para participar deste debate.

**A SRA. LUCI CHOINASKI:** – Nobre Constituinte Paulo Paim, em relação aos trabalhadores rurais, principalmente quanto à questão da aposentadoria, há um segmento da sociedade – a mulher rural – que não tem aposentadoria. Acho que é o único segmento que não tem aposentadoria garantida. O homem aposenta-se aos 65 anos. Srs. Constituintes, como um trabalhador neste País, onde a média de vida é de 55 anos de idade, vai conseguir a aposentadoria? Então, para nós é fundamental que esta Constituinte garanta o direito da aposentadoria para a trabalhadora e o trabalhador rural aos 25 e 30 anos de serviço, respectivamente. A questão é mais ampla. A mulher trabalhadora, camponesa, neste País nem é considerada cidadã. Isso é lamentável num país desenvolvido, onde a mulher participa da produção e de todo o trabalho. A discriminação é tão violenta, tão grande que ela nem é considerada na sua categoria, na sua profissão, como trabalhadora. Há ainda a dupla jornada da mulher trabalhadora rural, que trabalha em casa e na roça e não tem a garantia de uma aposentadoria ou de um auxílio natalidade. Não são dadas à mulher camponesa as mínimas condições de trabalho. Levanto essa voz no sentido de que a Constituinte não esqueça e não discrimine a mulher trabalhadora rural, porque seria um pecado inadmissível que, neste País, esse segmento fosse deixado de lado, com seus direitos esquecidos.

Outra questão fundamental é a necessidade de creches. A mulher trabalhadora rural precisa de creches para colocar seus filhos. Ela os deixa sozinhos em casa porque precisa acompanhar o marido na roça, pois precisa produzir. O valor apurado na venda do produto não é suficiente para eles se só o marido trabalhar. Ela não tem com quem deixar seus filhos. Inclusive eles não podem estudar. É importante que se garanta à mulher creches para seus filhos, a fim de que ela trabalhe sossegada.

Esse é o apelo que faço em nome de todas as trabalhadoras deste País, e esperamos ansiosas que este direito lhes seja garantido na Constituição. Que elas não saiam esquecidas, pois será cobrado dos Constituintes caso lhes neguem esse direito.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO PAIM:** – Agradeço à companheira a participação. Gostaria ainda de lembrar, pegando a visão do campo, que, infelizmente, os dados mostram que, até 1985, era assassinado no campo um trabalhador a cada dois dias, e hoje é assassinado um trabalhador a cada dia. Por outro lado, tenho em mãos dados mostrando que infelizmente existem ainda no campo cerca de duzentos imóveis com trabalho escravo. Um dado interessante é que todas as fazendas que estão usando o trabalho escravo – é importante para mim deixar regis-

trado isso nos Anais da Constituinte – pertencem a grupos como Bradesco, Banco Mercantil, Atlântica-Boa Vista etc. E não é só o trabalho escravo: além de não pagar os trabalhadores, temos aqui seis casos de denúncia em que eles matam, deceparam e cortam a língua dos trabalhadores, conforme os dados comprovam. Temos inclusive a fonte.

Como o meu tempo está concluindo, gostaria de dizer a todos que, na verdade, a posição do Sr. Relator desta Comissão, Constituinte Bernardo Cabral, fere e desrespeita tudo aquilo que foi discutido na Subcomissão que tratou dos direitos dos trabalhadores e na própria Comissão da Ordem Social. Questões como estabilidade, quarenta horas semanais de trabalho, direito de greve, aposentadoria para o homem e para a mulher, tanto no campo como na cidade, respeitando o tempo de serviço e não a idade, foram aprovadas por unanimidade.

Gostaria de perguntar, se estivesse presente, ao Relator Bernardo Cabral onde colocou as decisões aprovadas, por unanimidade, na Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos e na Comissão da Ordem Social. E mais: no meu entendimento, esse relatório apresentado é fruto do **lobby** do capital, dos latifundiários e dos grandes empresários. Ele não representa em nada os interesses da classe trabalhadora.

**(DURANTE O DISCURSO DO SR. CONSTITUINTE PAULO PAIM ASSUME A PRESIDÊNCIA O SR. CONSTITUINTE JOSÉ TAVARES.)**

**O SR. CONSTITUINTE AUGUSTO CARVALHO:** – Permite-me V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. CONSTITUINTE PAULO PAIM:** – Pois não, nobre Constituinte.

**O SR. PRESIDENTE (José Tavares):** – Informo ao nobre Constituinte que o seu tempo já se esgotou há quatro minutos. Infelizmente não é possível conceder mais apartes.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO PAIM:** – Gostaria de fazer um apelo à Mesa. O Constituinte que me antecedeu ultrapassou em dez minutos o tempo regimental – marquei no relógio – no seu pronunciamento e o Presidente foi benevolente. Solicitaria que também o fosse conosco.

**O SR. CONSTITUINTE JUAREZ ANTUNES:** – Permita-me V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. PRESIDENTE (José Tavares):** – Solicito a compreensão de V. Ex.<sup>a</sup> e dos demais colegas, porque temos aqui uma relação muito extensa de pessoas que ainda terão de usar a palavra e temos horário para terminar. Acho que os colegas terão oportunidade de apartear os próximos oradores. Já se esgotou há cinco minutos o tempo do orador que ocupa a tribuna. Gostaria que S. Ex.<sup>a</sup> concluísse o seu pronunciamento para que a Presidência possa conceder a palavra ao próximo orador inscrito.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO PAIM:** – Sr. Presidente, permita-me conceder ao menos um minuto ao companheiro Juarez Antunes, Deputado Federal e Constituinte, que foi preso durante a greve geral no Rio de Janeiro. Fiz citação, no meu discurso, à usina de Volta Redonda, ocupada neste momento pelo Exército. Concederia um minuto a S. Ex.<sup>a</sup> se fosse possível.

**O SR. PRESIDENTE (José Tavares):** – Quero, mais uma vez, apelar para V. Ex.<sup>a</sup> no sentido de que entenda que o seu tempo já foi ultrapassado em cinco minutos. Temos aqui mais oito oradores inscritos. Por gentileza, gostaria que me compreendesse. É evidente que em um minuto V. Ex.<sup>a</sup>, nobre Constituinte Juarez Antunes, não terá condições de discorrer sobre o assunto.

**O SR. CONSTITUINTE JUAREZ ANTUNES:** – Sr. Presidente, tenho condições, porque sou sindicalista e não

daqueles que defendem o patronato com um monte de palavras, como aconteceu ontem, aqui, quando o Ministro da Previdência gastou meia hora numa resposta. Dos vinte inscritos. S. Ex.<sup>a</sup> só respondeu a cinco, porque gastava quarenta minutos numa resposta.

**O SR. PRESIDENTE (José Tavares):** – Concedo a palavra a V. Ex.<sup>a</sup> por um minuto. Por gentileza, não ultrapasse esse tempo, para que possamos prosseguir com os trabalhos da nossa Comissão.

**O SR. CONSTITUINTE JUAREZ ANTUNES:** – Congratulo-me com o companheiro Paulo Paim. Somos dirigentes sindicais e estamos estarecidos com essa poda feita pelo Relator Bernardo Cabral nos direitos dos trabalhadores, um vexame. S. Ex.<sup>a</sup> e seu grupo não estão pensando numa nova Constituição, mas numa já ultrapassada. Nunca se viu nesta Casa indivíduo com horizonte tão estreito como o de Bernardo Cabral, muito afinado com seu partido, que hoje é contraopovo. É de estarrecer! Nós, que defendemos os trabalhadores de quaisquer partidos, temos que nos reunir para tomar uma posição, porque é uma vergonha o que se passa nesta Casa. Tudo foi cortado. Está pior do que a Constituição anterior. É o que há de mais retrógrado e obscurantista. E é o compromisso de Bernardo Cabral e seus pupilos da Comissão de Sistematização. Era o que tinha a dizer a V. Ex.<sup>a</sup>, nobre Constituinte Paulo Paim, que está fazendo muito bem uma dissertação sobre aquilo que os trabalhadores almejam, que não é absurdo algum. O empresariado é muito estúpido! Ora, se com a jornada de trabalho de 40 horas – não é preciso esconder aqui – o preço do produto será onerado, é claro que o povo é quem vai pagar e não o empresariado. Até neste ponto o empresariado é de uma estreiteza de horizonte a toda prova. Muito obrigado.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO PAIM:** – Sr. Presidente, antes de concluir, gostaria de lembrar que é absurda a argumentação que tenho ouvido de alguns Constituintes do próprio relator no sentido de que a redução da jornada de trabalho não é assunto para a Constituição. Então, como é que a Constituição de 1946 consagrou a jornada de 48 horas semanais? Por que os militares não tiveram a ousadia de retirar esse preceito?

Os trabalhadores têm clara a importância deste momento histórico. Se de fato o direito do trabalhador sumir, como sumiu neste projeto de Constituição, será uma prova de que a maioria dos parlamentares brasileiros não é séria dança ao som da orquestra do latifúndio, do empresário dos banqueiros. (Palmas.) Mas a classe trabalhadora saberá cobrar de cada um dos Constituintes, porque não pagaremos a festa. A luta há de continuar – queiram ou não –, seja no campo ou na cidade.

Muito obrigado. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (José Tavares):** – Tem a palavra próximo orador inscrito, Sr. Ulisses Riedel de Resende, Diretor Técnico do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar – Diap, que falará sobre os direitos dos trabalhadores. De acordo com o Regimento, S. S.<sup>a</sup> disporá de 20 minutos na tribuna.

**O SR. ULISSES RIEDEL DE RESENDE:** – Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, meus Companheiros, creio que, se fizermos um instante de silêncio e tivermos os ouvidos bem apurados, seremos capazes de ouvir o esposar de champanha na sede da Fiesp, da CNI, da CNA de outros órgãos comprometidos com os interesses da classe empresarial, de poder econômico selvagem. É só prestar bem atenção, pois iremos perceber que eles estão em festa; uma vez que aquilo que se conseguiu a duras penas, através do trabalho de V. Ex.<sup>as</sup> em debates cuidadosos, em exposições minuciosas, em votações sentidas emocionadas, tornadas na Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos, na Comissão da Ordem Social, com o apoio das mais expressivas lideranças

do Congresso Nacional, numa única penada foi suprimido do texto do projeto que nos é agora apresentado.

No entanto, penso que eles se enganam. Não vou perder a esperança e não me colocarei numa posição pessimista, achando, como alguns, que o poder de decisão estará nas mãos de alguns grupos e algumas elites. Lembro aos eminentes Parlamentares que a decisão final dependerá do voto de V. Ex.<sup>as</sup>, de quem será cobrado o comportamento. Não se enganem nem imaginem que alguém vai poder dizer que foi por causa de uma cúpula, de um agrupamento e esconder-se atrás de votos e de posições desconhecidas, porque, na verdade, as nossas propostas, seja através da emenda popular, seja através daquelas já apresentadas pelos Constituintes, deverão ser votadas, e será cobrado o voto "não". (Palmas.)

Ouçó, com prazer, o nobre Constituinte Adhemar de Barros Filho. Porém, considerando o tempo diminuta de que disponho, peço a S. Ex.<sup>a</sup> seja breve.

**O SR. CONSTITUINTE ADHEMAR DE BARROS FILHO:** – Ouvi V. S.<sup>a</sup> referir-se às manifestações de alegria que certamente estarão ocorrendo nos órgãos da classe patronal em decorrência da retirada no Substituto Cabral de direitos do povo trabalhador. Queria apenas lembrar a V. S.<sup>a</sup> que o Constituinte Bernardo Cabral é representante de um partido majoritário nesta Casa e que, neste momento, através do Constituinte José Tavares, ocupa a Presidência da Comissão de Sistematização. Refiro-me ao PMDB e ao PFL, que formam a Aliança Democrática. Os dois, em conjunto, estão realmente retirando direitos. Diz bem V. S.<sup>a</sup> que vamos para o confronto final neste plenário, com voto em aberto e descoberto, e cada um de nós terá de se posicionar. Nós, do PDT, nos posicionaremos claramente em defesa dos direitos que menciona. Outros vão manter o interesse e o casuísmo de um grupo que quer permanecer no poder a qualquer preço, porque tem medo de votos e, além de excluir os direitos do trabalhador, exclui também o direito da consulta à opinião pública sobre a eleição presidencial. Então, veja V. S.<sup>a</sup> que não é apenas o patronato, mas o amplo espectro de poder eleito pelo voto enganado da opinião pública nas eleições de novembro do ano passado que agora exclui e retira do Projeto de Constituição direitos que todos reconhecemos como claros, lúcidos e certos.

**O SR. ULISSES RIEDEL DE RESENDE:** – Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup> o aparte. Gostaria de destacar um ponto que penso todos devem considerar com clareza, porque é importante. O DIAP – Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar – apresentou esta proposta de emenda popular conjuntamente com a CUT e a CGT, a qual também é subscrita e apoiado por todas as confederações nacionais de trabalhadores. Representando, portanto, uma posição unitária da classe trabalhadora independentemente de partidários políticos. Quero ressaltar que o nosso enfoque é saber quem tem sensibilidade para com essa grande dívida social com a classe trabalhadora e quem não tem. A dívida social com a classe trabalhadora é maior do que a dívida externa. Vivemos num País gigantesco, rico, imensamente rico. No entanto, é um país miserável, de favelas, de mocambos; é o país do menor salário mínimo do mundo, dos grandes marajás, da grande concentração de riquezas e da grande pobreza; é um país de 8,5 milhões de km<sup>2</sup> de área e de 8,5 milhões de bóias-frias. Nossa atuação é de defesa dos interesses dos trabalhadores, independentemente de posição partidária. Por isso, para mostrar que não temos nenhum óbice em relação a pessoas, a quem quer que seja, mas que nos preocupamos única e exclusivamente no que diz respeito aos interesses dos trabalhadores, queremos reverenciar e homenagear alguns dos nomes que tiveram atuação decisiva e marcante na Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos e na Comissão da Ordem Social. Começamos mencionando os Senadores Almir Gabriel, Ronan

Tito, Mansueto de Lavor, Teotônio Vilela Filho; Deputados Mário Lima, Geraldo Campos, Célio de Castro, Francisco Küster, Vasco Alves, Domingos Leoneili, Raquel Capiberibe, Carlos Cotta, Jorge Uequed, Júlio Costamilan, todos do PMDB. Da mesma forma, homenageamos, por sua participação, Mendes Botelho e Jorge Murad, do PTB; do PFL, Edme Tavares, Maria de Lourdes Abadia e Raquel Cândido, que sempre votaram com os interesses dos trabalhadores; do PDS, Wilma Maia; do PT, os companheiros Paulo Paim, Eduardo Jorge e Benedita da Silva; do PDT, Juarez Antunes, Floriceno Paixão e Nelson Seixas; do PC, Augusto Carvalho; e do PC do B, Edmilson Valentim.

Tenho certeza de que faço injustiça omitindo alguns nomes, porque fiz essa lista de memória; evidentemente, devo ter esquecido algum companheiro. Mas faço o destaque para mostrar que a nossa posição não é partidária, mas sim em defesa do interesse do trabalhador, e saberemos cobrar devidamente os votos.

Considero uma oportunidade extraordinária de V. Ex.<sup>as</sup>, ilustres e nobres Constituintes, neste momento histórico, não mais permitir que exista este País de miséria e de grandiosidade ao mesmo tempo. Espero que V. Ex.<sup>as</sup> possam honrar as suas plataformas e os compromissos assumidos em praça pública para realmente transformar esta coletividade e esta sociedade. Saberemos, como regra de ouro, sempre aplaudir aqueles que estiverem conosco, mas também saberemos criticar e apurar aqueles que não tenham sensibilidade para com os interesses da classe trabalhadora.

Concedo, com muita honra, um aparte ao nobre Constituinte Mário Lima, a quem pediria apenas fosse breve.

**O SR. CONSTITUINTE MÁRIO LIMA:** – Dr. Ulisses Riedel de Resende, milito no movimento sindical há quase trinta anos e considero que o surgimento do DIAP – Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, do qual V. S.<sup>a</sup> é o ilustre diretor técnico – constitui-se num dos fatos mais importantes na luta do trabalhador brasileiro por melhores dias. Como Relator da Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos, recebi do DIAP, e particularmente do advogado sindicalista Ulisses Riedel de Resende, a mais importante contribuição para o meu trabalho. Conhecendo a sua dedicação, o seu empenho em favor das causas operárias – o que, em último caso, significa a luta em favor da justiça e da paz social neste País –, compreendo a revolta, a indignação democrática que toma conta do seu coração e da sua mente. Esteja certo de que aquele grupo de Parlamentares que trabalhou lado a lado com V. S.<sup>a</sup> continuará solidário. Vamos fazer um trabalho juntos, sob sua orientação e inspiração, porque ainda há tempo de retornarmos ao texto constitucional esses avanços sociais, pois se não forem ali colocados, a Constituição será promulgada praticamente sem nenhuma validade para todos aqueles que viver do trabalho e do esforço neste País.

**O SR. ULISSES RIEDEL DE RESENDE:** – Constituinte Mário Lima, agradeço a V. Ex.<sup>a</sup> o aparte. Afirmando que não perdi a esperança, mesmo em relação a esta fase que estamos vivendo. Espero que o Constituinte Bernardo Cabral tenha sensibilidade para perceber os pontos incriminados, com relação ao modo como estão colocados no projeto. Procuramos acreditar que talvez V. Ex.<sup>a</sup> não tenha sido corretamente assessorado. Talvez tenha sido mal-informado e possa reformular o seu texto. Buscaremos atuar neste sentido. Finalmente, caso isso não seja passível, teremos de lutar pela vitória, buscando o voto dentro, do plenário.

Concedo o aparte ao nobre Constituinte Luiz Gushinken.

**O SR. CONSTITUINTE LUIZ GUSHINKEN:** – Em primeiro lugar, registro minha satisfação em ouvi-lo nessa tribuna, defendendo os interesses dos trabalhadores. Gos-

taria de aproveitar a oportunidade e chamar a atenção da Casa para um fato: o Sr. Relator Bernardo Cabral, em recente entrevista à televisão, transmitiu a idéia de que a estabilidade no emprego, tal como constava no projeto que S. Ex.<sup>a</sup> modificou, era uma estabilidade quase que absoluta. Ora, o nobre Relator Bernardo Cabral não tem o direito de ir à televisão e defender ponto de vista contrário àquele que ele próprio sistematizou. Chamo a atenção para esse fato porque S. Ex.<sup>a</sup> está fazendo o jogo do grande capital. A estabilidade no emprego, tal como estava redigida no projeto que S. Ex.<sup>a</sup> sistematizou, não era absoluta nem vitalícia. Agora, sim, S. Ex.<sup>a</sup> faz modificações a tal ponto que a estabilidade no Brasil é igual da CLT, ou seja, não há nenhuma estabilidade. Tivesse ilustre Relator sua vida pregressa ligada ao capital, até compreenderia as modificações que introduz no projeto que apresenta hoje. Entretanto, Presidente que foi da OAB em tempos difíceis, o nobre Constituinte Bernardo Cabral deveria ter estatura moral para manter aquilo que exige setor majoritário da sociedade, que são os trabalhadores. É um absurdo mudar absolutamente tudo o que foi discutido na Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos. Acreditava que o ilustre Constituinte tivesse estatura moral, que S. Ex.<sup>a</sup> pudesse assumir a responsabilidade de introduzir na Constituição aquilo que com toda a justiça reclama o setor majoritário da sociedade. E o que S. Ex.<sup>a</sup> fez foi atender a interesses de minorias abastadas, minorias que neste País se apropriam da riqueza nacional, deixando de lado a maior parte da população.

Dr. Ulisses Riedel de Resende, além da estabilidade, gostaria de destacar a jornada de trabalho e a aposentadoria. Países economicamente mais débeis do continente sul-americano têm jornada de trabalho menor do que a nossa. É o caso do Peru, do Equador e do Paraguai. Com referência à aposentadoria, no projeto anterior procurava-se garantir que o salário do aposentado seria igual, no mínimo, ao maior salário percebido pelo trabalhador nos últimos doze meses da ativa. Hoje vejo, estarrecido, que S. Ex.<sup>a</sup> mudou completamente a sua posição. A norma que introduz é exatamente a mesma que está em vigor em nosso País, ou seja, o aposentado sai da ativa para passar fome. Pior ainda, S. Ex.<sup>a</sup> manteve os 35 anos de serviço e criou o limite de 53 anos de idade para alguém ser aposentado. Fiquei pensando comigo mesmo como é que S. Ex.<sup>a</sup> chegou a esse número, 53? Parece-me que o Sr. Relator somou a idade para se alcançar a maioridade, 18 anos, mais 35 anos de trabalho, o que dá 53. Ora, se no Brasil os trabalhadores comessem a mourejar a partir dos 18 anos, poderia ser até compreensível a atitude de S. Ex.<sup>a</sup>. Se os Constituintes que aqui vão aprovar a Carta Magna pudessem garantir que o cidadão começará a trabalhar apenas a partir dos 18 anos e que até então terá direito à vida, à educação, ao lazer e a tudo o mais, não haveria qualquer problema. É um absurdo, todavia, o limite de tempo que o Sr. Relator, Constituinte Bernardo Cabral, introduziu neste projeto. E – absurdo maior ainda – como ficam as categorias que têm aposentadoria especial? Não poderão mais ter o seu benefício. Vão perdê-lo em função do limite de tempo, ou seja, o Constituinte Bernardo Cabral está introduzindo elementos neste projeto que criam enormes problemas para a classe trabalhadora, maiores que os que ela já enfrenta.

Por isso mesmo, volto a repetir: S. Ex.<sup>a</sup> não está tendo estatura moral para conduzir os trabalhos da Comissão de Sistematização. Pior ainda – e chamo a atenção dos Parlamentares do PMDB para este fato – se o Constituinte Bernardo Cabral representa o PMDB, então é o PMDB que, hoje, aliado ao PFL, está contrariando todo o seu programa, historicamente lançado à sociedade. Aproveito a oportunidade para imputar a devida responsabilidade às respectivas pessoas e partidos, em que pese ao

fato de entender que há no PMDB elementos aliados aos interesses das classes trabalhadoras.

**A SRA. CONSTITUINTE ABIGAIL FEITOSA:** – Parabenizo o Prof. Ulisses Riedel de Resende pelo seu desempenho, assessorando os Constituintes que têm compromisso com os trabalhadores, discutindo, trazendo sua experiência, o ânimo de que a luta continue, dizendo que, se, neste instante, esse relatório não está de acordo com o que solicitamos, continuará a mobilização dos trabalhadores no sentido de se conseguir reverter de algum modo o que aí está. Quero parabenizá-lo também pelo trabalho que desenvolve à frente do DIAP.

**O SR. ULISSES RIEDEL DE RESENDE:** – Muito obrigado. Gostaria de ressaltar que consultamos os mais renomados juristas do País, a quem solicitamos pareceres jurídicos sobre a questão da estabilidade, pareceres esses que começaram a ser distribuídos a V. Ex.<sup>as</sup> no dia de ontem. Fases trabalhos foram obtidos de eminentes titulares da cadeira de Direito do Trabalho de várias Universidades do País, como Délio Maranhão, do Rio de Janeiro; José Martins Catharino, da Bahia; Wagner Giglio, de São Paulo, e Sayão Romita, do Rio de Janeiro. Solicitamos a V. Ex.<sup>as</sup> uma leitura atenta desses trabalhos, porque ali vão encontrar não o pronunciamento de representantes do capitalismo selvagem, ou de autoridades comprometidas com os seus interesses, mas de pessoas sérias que de forma jurídica examinam a questão. Mencionaria aqui o parecer do Prof. José Martins Catharino, titular da cadeira de Direito do Trabalho da Universidade da Bahia, quando, examinando o texto da Comissão Social, tão bem elaborado pelo Senador Almir Gabriel, diz:

"O texto é moderado, principalmente porque abre várias exceções à estabilidade, de natureza individual, geral e em casos de redução coletiva de pessoal da empresa."

Já Wagner Giglio, titular da cadeira de Direito do Trabalho da Universidade de São Paulo, diz:

"O Projeto preparado pela Comissão de Sistematização adota a garantia de emprego com medidas muito mais flexíveis do que as atualmente previstas na Consolidação das Leis do Trabalho.

A proposta do Projeto não cria nenhuma novidade, portanto, mas ao contrário se inspira simplesmente nas lições do Direito Internacional e do Direito Comparado."

E arremata:

"Em síntese, a proposta de regulamentação da garantia do emprego, contida no projeto de Constituição ora em debate, atende aos superiores interesses da sociedade brasileira, aos legítimos interesses dos trabalhadores e até aos interesses econômicos dos empregadores. Liberar os despedimentos imotivados para atender aos interesses egoísticos e caprichosos de maus empregadores, à custa da infelicidade e do desespero dos empregados e de sua família, como pretendem os que inadvertidamente combatem o projeto, é inquestionavelmente injusto e profundamente desumano."

**O SR. ARION SAYÃO ROMITA,** Professor Titular de Direito do Trabalho na Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, em parecer também elaborado especificamente sobre o Projeto da Comissão de Sistematização, afirma:

"Não basta incluir a estabilidade no elenco de direitos sociais enunciados pela Constituição... É necessário que essa norma constitucional seja auto-aplicável."

E o Prof. JOSÉ MARTINS CATHARINO, nesse ponto afirmou:

"A par disso, imprescindível é que os direitos e garantias assegurados na nova Constituição entrem em vigor assim que seja promulgada. Que não se tornem letra morta, frustrando o povo brasileiro, caso em que não será possível falar em Carta Magna ou em Lei Maior. Que isso seja evitado, como já o foi pela Constituição de Portugal."

Acrescentando:

"Essencial é que o direito do empregado à estabilidade – tal como ficar na Constituição – tenha eficácia plena. Para tanto – e não estames cansados de insistir a respeito – o correspondente dispositivo não deve depender de regulamentação. Deverá ser imediatamente aplicado..."

Para concluir, Srs. Constituintes, os trabalhadores esperam, sincera e profundamente, não serem frustrados pela Assembléia Nacional Constituinte, pois isso tem ocorrido seguidamente, em várias oportunidades. Este é um momento histórico em que esta gigantesca dívida social deve ser resgatada.

Encerrarei meu pronunciamento apresentando a V. Ex.<sup>a</sup> a alguns cartazes que, na Itália, circulam em favor da campanha das trinta e cinco horas de serviço semanais. Enquanto nós, aqui, último País a conquistar a abolição da escravatura, continuamos também semi-escravos, através de uma jornada excessiva de trabalho e de um salário mínimo ridículo, vergonhoso, que deveria fazer corar as autoridades da Nação. Nos outros países, mais pobres que o nosso, porém mais decentes quanto a seus direitos sociais, a campanha é no sentido de uma proposta mais justa e humana para os trabalhadores, com a redução da carga horária para 35 horas semanais. (Muito bem. Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (José Tavares):** – Concedo a palavra ao orador Adib Jorge, Coordenador do Fórum Nacional da Terceira Idade.

V. Ex.<sup>a</sup> disporá de 20 minutos regimentais.

**O SR. ADIB JORGE:** – Sr. Presidente da Mesa, Constituinte José Tavares, envio as minhas saudações, através de V. Ex.<sup>a</sup>, ao Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, Ulysses Guimarães.

Srs. Constituintes e companheiros,

Aqui chego em nome de dez milhões de idosos e de sessenta milhões de trabalhadores das cidades e dos campos, no topo de 32.475 assinaturas. Em nome e pelas mãos do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e de seus 450.000 trabalhadores; em nome e pelas mãos da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas e Farmacêuticas do Estado de São Paulo e de seus 250.000 membros; em nome do Eng<sup>o</sup>. Allen Habert, Presidente do Sindicato dos Engenheiros do Estado de São Paulo; em nome do Sindicato dos Advogados de São Paulo, pelo seu diretor Casar Caiana; em nome dos 250.000 moradores das Cohab I e II de Itaquera, São Paulo; em nome da União de Mulheres de São Paulo e do Movimento Negro; em nome do Conselho de Mães da Cidade Líder, em Guaianazes, São Paulo. Por fim, mas não por último, em nome do Fórum Nacional da Terceira Idade, por todos os seus membros.

Em nome de todos quanto trabalharam na coleta de assinaturas para esta emenda constitucional, as mulheres guerreiras como Ophelia Cassolatto, da Freguesia do Ó Aurora Antunes, aposentada da Caixa Econômica Federal em São Paulo; Zezé, Maria Antonieta Gigliotti (da União de Mulheres); Cecília Martinelli, do Sesc, Olinda de Barros Martins e Paula Sapir Febrot. Menção especial para a Irmã Maria Luisa Nogueira, das Marillac e a sua Cidade

dos Velhinhos. E essa negra valente que é Ligia Amaral. Helena Maria Rogê Ferreira, Lola da Cosipa e tantos outros.

Nosso Líder, Mário Covas, com sua presença carismática foi a força telúrica desta campanha. Mais uma dívida que os idosos e os trabalhadores contraem com seu líder maior. Marcos Mendonça seu companheiro de chapa, presença diuturna nos nossos mutirões.

Senhores, esta emenda popular à Constituição traz em eu beijo o direito que o trabalhador brasileiro quer ver consagrado na Carta Magna: o direito a uma aposentadoria digna, pelo valor do salário mais alto do último ano de trabalho.

Senhores Constituintes, todos os servidores neste País aposentam-se com os vencimentos integrais, **data venia** o caso dos militares (que nem sequer contribuem para qualquer tipo de instituição previdenciária), que quando reformados são promovidos e recebem o salário da promoção. Todas são contemplados, menos os trabalhadores.

Na outra ponta da linha, o trabalhador brasileiro, que contribui durante trinta e cinco anos para o INPS, e se constitui na espinha dorsal da economia deste País, do seu progresso, do seu desenvolvimento, do seu PIB, das suas exportações de bilhões de dólares e é tratado como o paria desta sociedade. É o pediente, o esmoler, aquele a quem tudo se nega. Desde um salário mínimo, vergonha nacional, que não dá sequer para comprar meia cesta básica de alimentos, que custa 5.670 cruzados, nega-se ao trabalhador o direito de morar, de se vestir, de pagar a condução. Não tem sequer o direito de viver. Até, por que não, a doação da própria vida na conquista do seu salário: O trabalhador brasileiro amarga uma jornada mínima de doze horas, provocada pela deterioração das condições de vida, pois é obrigado a morar além da periferia, pelas distorções do mercado imobiliário – quando não, em favelas, outrora reduto de marginais –, sendo uma constante a sua doação de sangue, suor e lágrimas. Sangue que derrama nas máquinas, vítima da insegurança no trabalho e que confere ao Brasil um dos seus títulos mais tristes: o de **campeão de acidentes no trabalho**; suor que se inicia na sua luta pela condução e só termina no seu retorno ao lar, doze horas mais tarde: e lágrimas, quando, ao fim de 35 anos de sacrifícios, os mais ingentes, passa a receber uma aposentadoria de fome.

Essa discriminação contra aquele que deveria ser o alvo das atenções governamentais é que provoca as distorções mais ofensivas à sua condição de ser humano. – "Todos são iguais perante a lei". Que lei é essa. Senhores, que discrimina o que trabalha, que privilegia o que ganha mais, que atinge apenas aquele que trabalha em condições subumanas naquilo que ele tem de mais sagrado; o repouso do guerreiro.

As raízes dessas distorções se situam no labirinto das contradições mais espúrias, dos interesses os mais contraditórios no submundo e nos porões da "imprevidência" social, que, para serem superados, exigem uma mudança na sua direção, que deverá ser exercida por um Colegiado no qual trabalhadores e aposentados estejam representados.

Criada como uma das legislações sociais mais avançadas do mundo na sua época, foi-se deteriorando ao longo dos anos por força da ingerência governamental numa área que deveria dizer respeito exclusivamente ao trabalhador. Do tripé de contribuições destaca-se o sistemático-calote do Governo, que, além do estelionato praticado contra o INPS, ainda desvia os recursos dos trabalhadores para cobrir os rombos das estatais, financiar campanhas eleitorais e alimentar mordomias.

No diploma original da Previdência, a Assistência Médica ao trabalhador não havia sido contemplada. Há que

se devolver os encargos de saúde para o Ministério que leva o seu nome e que seja reajustada a aposentadoria de dez milhões de homens e mulheres que após 35 e 30 anos de trabalho encontram-se abandonados no desvio da incapacidade e do caráter lasso dos responsáveis pelos destinos da nossa Pátria. Será que temos que parafrasear Dante na sua Divina Comédia: Trabalhadores do Brasil **"Lasciate ogni speranza voi que entrate"**!

Na medida em que a Emenda Constitucional contemple a aposentadoria nos termos propostos, há que se voltar os olhos para os trabalhadores do campo, hoje aposentados com 50% do salário mínimo. Há que se atentar contra a violência que atinge a mulher trabalhadora em todos os níveis, inclusive sob a forma de discriminação de funções e de paridade salarial para a mesma função.

Esta Constituição não pode implementar a teoria de Darwin às avessas, devolvendo o ser humano ao macaco.

Srs. Constituintes, a aposentadoria integral pelo salário mais alto do último ano não é um favor, não é benesse, não é uma esmola; é um direito que deverá ser incorporada à nova Carta.

Pela fidelidade ao mandato recebido, os Srs. Constituintes não podem lavar as mãos como Pilatos no Credo, porque não haverá nenhuma Lígia para assombrar como aconteceu quando a água em que Pilatos lavava as mãos se transformou em sangue, como que consubstanciando o assassinato de Jesus Cristo. Agora, os trabalhadores é que serão assassinados, como o idoso, brutalizado no final da vida relegado ao abandono mais doloroso, às vezes até pela própria família, após haver contribuído durante 35 anos para desfrutar de uma aposentadoria digna. Exemplos os há à saciedade; na maioria dos países do mundo os velhos recebem um tratamento adequado e reservado àqueles que já deram o melhor de si durante toda a vida. Menos no Brasil, que nem sequer cuida da criança.

A seguridade social é a responsável pela terapia ocupacional dos aposentados. Evidentemente, estas considerações serão objeto de lei ordinária, mas nem por isso menos importantes na medida em que os recursos terão que ser obrigatoriamente fornecidos pelo INPS.

**O SR. CONSTITUINTE VIRGÍLIO GUIMARÃES:** – Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. CONSTITUINTE ADIB JORGE:** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> o aparte.

**O SR. CONSTITUINTE VIRGÍLIO GUIMARÃES:** – É uma questão de urgência. Peço desculpas pelo fato de aparte ter apenas relação com o direito dos trabalhadores, mas a questão é urgente. Neste instante, na frente do Congresso Nacional, há uma manifestação pacífica de trabalhadores rurais da cidade de Iturama, que, há mais de um ano, tinham uma imissão de posse. Houve, por parte da Justiça, permissão para que o antigo proprietário, latifundiário, recuperasse suas terras. O gado foi colocado lá, e as roças daqueles companheiros foram destruídas. Agora, por falta de condição, os trabalhadores estão fazendo uma manifestação, exigindo solução para o problema. A polícia, neste instante, acaba de cercá-los lá fora, tendo dado vinte minutos para que se retirem, dez dos quais já se transcorreram. Faço esta denúncia e, ao mesmo tempo, solicito às Lideranças dos Partidos que designem companheiros para que se dirijam neste instante a frente do Congresso Nacional, dando proteção a esses companheiros, trabalhadores rurais, a fim de impedir que sejam atacados pela polícia, como está acontecendo agora. Isso também faz parte dos direitos dos trabalhadores. Solidarizo-me com V. Ex.<sup>a</sup> pelo pronunciamento que faz em defesa dos direitos dos aposentados e também dos ativos.

**O SR. CONSTITUINTE ADIB JORGE:** – E essa mesma policia não cercou o desfile da UDR.

Ouçõ, com prazer, o nobre Constituinte Juarez Antunes.

**O SR. CONSTITUINTE JUAREZ ANTUNES:** – V. Ex.<sup>a</sup> toca em ponto muito importante, que diz respeito a uma grande parcela da população. Ficamos admirados como esta Casa não percebe isso. São mais de 10 milhões de aposentados, pensionistas e viúvas – quase 10% da população. Uma enorme parcela do povo brasileiro é esquecida. As defesas dos aposentados aqui são esporádicas, deste ou daquele parlamentar, neste ou naquele partido.

Ainda ontem esteve aqui o Sr. Ministro da Previdência Social para se defender da compra de trezentos vinte e oito apartamentos sem concorrência. Tudo é muito fácil por meio de palavras, acerta-se tudo, mas não se toca na prioridade. Na semana passada, na cidade de Barra Mansa, no Estado do Rio de Janeiro, presenciei algo lamentável: uma fila de aposentados esperando o banco abrir, o guichê do lado de fora, porque são tratados como cachorros e ficam do lado de fora. O empresário do bancário não os tem como clientes de banco. Eles recebem o seu dinheiro na chuva e no sol. A fila de aposentados dobrava o quarteirão, e o rabo dela já estava perturbando o seu início, como uma cobra enrolada em torno de uma árvore. O Ministro da Previdência Social vem aqui, faz uma série de considerações e sai tudo bem. Seus amigos do PMDB vieram aplaudi-lo. Os que queriam fazer perguntas quase não puderam, pois as respostas eram quilométricas, exatamente para evitar perguntas. O nobre Constituinte toca em um ponto esquecido por esta Casa. Os aposentados só servem para votar. Congratulamo-nos com o companheiro e fazemos aqui, neste momento, um apelo para que nós, de qualquer partido, olhemos para o aposentado, cujos direitos não estão incluídos na Constituinte. Nela fala-se em direito à aposentadoria, mas teremos que esperar que os dez milhões de aposentados morram para que o problema seja sanado. No dia 28 de setembro teremos um encontro com os aposentados de todo o Brasil aqui, no Auditório Petrônio Portella, às 11 horas. Pedimos encarecidamente a todos os Constituintes que atentem para esse grave problema. Nas gavetas desta Casa dormitam alguns projetos. Esperamos – como recolhemos no outro dia cento oitenta e oito assinaturas – ver votado o Projeto nº 5.438, que trata da paridade salarial dos aposentados. E não venha o Ministro da Previdência dizer que essa medida acarreta despesa. Ora, se quisermos aumentar o lucro da Previdência Social, bastará reduzir o salário dos aposentados; bastará matá-los de fome para que o lucro seja total.

Gostaríamos que esta Casa enxergasse – V. Ex.<sup>a</sup> está tocando na ferida – esses problemas seríssimos.

**O SR. PRESIDENTE (José Tavares):** – Lembro ao nobre orador que, lamentavelmente, o seu tempo já está esgotado.

**O SR. ADIB JORGE:** – Vou concluir, Sr. Presidente.

Os olhos dos trabalhadores, Srs. Constituintes, estão neste momento voltados para o Congresso Nacional, revestido ela condição de altar da Pátria, eis que as suas melhores esperanças estão nas mãos de V. Ex.<sup>as</sup> (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (José Tavares):** – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, o eminente Deputado Estadual por Minas Gerais, José Duarte, Consultor Jurídico da Associação dos Aposentados e Pensionistas do Alto Paranaíba, que falará sobre a aposentadoria do trabalhador rural e urbano. V. Ex.<sup>a</sup> disporá de vinte minutos regimentais.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ DUARTE:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a emenda a que nos propusemos a

defender nesta tribuna inspirou-se no primeiro Projeto de Constituição apresentado. Mas, pelo que estamos notando, parece que o substitutivo poderá alterar alguns artigos que constam nesta emenda. Em razão disso, gostaríamos que, se porventura tais artigos não vierem a fazer parte dos novos projetos, que eles sejam apresentados ou inseridos nas disposições e nos lugares competentes.

Temos aqui um projeto de emenda popular vazado no seguinte teor:

"Acrescente-se ao art. 356 o seguinte parágrafo:

Parágrafo único. O trabalhador rural será aposentado voluntariamente aos 60 (sessenta) anos de idade, se do sexo masculino, e aos cinquenta e cinco anos, se do sexo feminino.

Acrescente-se à Seção II do Capítulo II do Título IX do seguinte artigo:

Art. O benefício da pensão por morte corresponderá à totalidade da remuneração mensal do empregado falecido."

2. Acrescente-se no Título X (Disposições Transitória) o seguinte texto:

"Acrescente-se às Disposições Transitórias o seguinte artigo:

Art. O disposto nos arts. 356 e 357 aplica-se aos que, na data da promulgação desta Constituição, já eram aposentados ou pensionistas."

### Justificação

As disposições ora propostas em emenda popular refletem o mais alto espírito de justiça social, pois os trabalhadores em geral sempre estiveram em condição de inferioridade na hora de sua aposentadoria: seja quanto à idade limite, seja quanto à definição de seus proventos mensais. Por outro lado, a questão das pensões sempre foi considerada uma vergonha nacional, que bota os beneficiários em condição quase que subumana ou de mendicância disfarçada.

Qualquer medida constitucional sobre aposentadorias e pensões somente será justa se determinar que o seu valor não será inferior ao que o trabalhador ganhava em atividade ou em vida. E será mais justa ainda se estender esse preceito aos aposentados e pensionistas existentes na data da promulgação da nova Constituição.

Esse quadro é ainda mais alarmante quando se pensa no trabalhador rural, que tem sido a mão-de-obra mais injustiçada do País em todos os tempos. Dele sempre tomaram tudo e nada lhe deram em troca. Segundo a boa doutrina social, o trabalhador rural exerce trabalho penoso, sujeito a toda sorte de risco e de desgaste físico que lhe provocam a velhice prematura. E por ser o seu trabalho penoso é que o trabalhador rural se enquadra nas exceções que merecem aposentadoria com idade mais reduzida.

Por isso mesmo a Emenda Popular que ora submetemos à respeitável Assembléia Nacional Constituinte é da mais cristalina justiça e representará, se adotada, um avanço considerável e um exemplo para os demais países em processo de desenvolvimento.

Autor: Wellington César de Oliveira e outros (31.500 subscritores.)

Sr. Presidente, estamos notando neste plenário que existe uma preocupação muito grande com relação aos aposentados, parcela considerável da população brasileira que está vivendo uma vida subumana e precaríssima. São em torno de 11 a 12 milhões de aposentados, sendo que na zona rural temos aproximadamente 3 milhões e 700 mil

aposentados. Em Minas Gerais, meu Estado, tínhamos, até dezembro de 1986, 451 mil aposentados recebendo apenas dois salários mínimos mensais. É realmente um quadro vexatório, penoso, e o momento de acertar-se a vida esse segmento da comunidade é exatamente este.

Durante a campanha que fizemos junto aos aposentados e para esclarecimento a toda a Nação, fomos auxiliados pelos universitários de Belo Horizonte, que, sensibilizados com o problema, também passaram a participar da coleta de assinaturas, através da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Mas também não faltou a ajuda daqueles que sempre questionavam coma a Previdência arranjar tanto dinheiro para pagar um salário mínimo para o trabalhador rural, uma pensão de 100%, ao invés de 60%, e uma aposentadoria correspondente ao maior salário dos 12 últimos meses de atividade. Ora, a Previdência Social tem, hoje, um orçamento da ordem de 500 bilhões de cruzados. É dez vezes mais que o Orçamento do Estado de Minas Gerais. Além do mais, é preciso que a Previdência faça a cobrança dos débitos da União, dos Estados e dos Municípios, que, ao invés de aplicarem o dinheiro nesse segmento da nossa sociedade que está passando as maiores dificuldades, direcionam os recursos financeiros para os grandes empreendimentos e as grandes empresas, através de concorrências inclusive dirigidas, o que é da maior gravidade neste País.

**O SR. CONSTITUINTE FARABULINI JÚNIOR:** – Permite-me V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. DEPUTADO JOSÉ DUARTE:** – Com muito prazer, nobre Constituinte Farabulini Júnior.

**O SR. CONSTITUINTE FARABULINI JÚNIOR:** – Nobre Deputado José Duarte, V. Ex.<sup>a</sup> traz à colação, senão o mais importante, um dos mais importantes problemas deste País, que é o trato das aposentadorias. Quero lembrar a V. Ex.<sup>a</sup> que inúmeros Constituintes de todas as bancadas apresentaram várias emendas – foram no mínimo 1.500 – nas Subcomissões até nas Comissões Temáticas sobre a questão dos aposentados. As Federações de aposentados e pensionistas de todos os Estados e a sua Confederação têm instado os Constituintes para que coloquem em pauta os problemas, e estes o colocam. O fato é que este é um sistema presidencialista, nobre Deputado José Duarte de Belo Horizonte, em que os Deputados, quer do Congresso Nacional, quer do Congresso Constituinte, podem muito pouco, porque é um sistema exacerbado, em que o poder central comanda o espetáculo e o Ministério da Previdência Social atende a tudo e a todos, menos aos aposentados e pensionistas, como V. Ex.<sup>a</sup> acaba de se referir com muita propriedade. Por isso, quero cumprimentá-lo, primeiro, por ter trazido à Casa esta emenda popular e, segundo, por estar-se conduzindo com tanto brilho na tribuna.

**SR. DEPUTADO JOSÉ DUARTE:** – Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup> o aparte. V. Ex.<sup>as</sup> já perceberam que a oportunidade de uma manifestação popular através desta tribuna é da maior importância. Por outro lado, isso está gerando uma grande responsabilidade para o Congresso Constituinte, qual seja, de despertar a esperança nesses segmentos que estão altamente sacrificados e que estão tendo a oportunidade de vir aqui, através de representantes, manifestar as suas esperanças por melhores condições de vida. Portanto, entendo que foi uma feliz iniciativa dar a oportunidade a todos de participar, através de suas assinaturas, dessas emendas populares, colocando o número do seu título de eleitor para dar autenticidade e cumprir todas a formalidades de uma emenda popular. Com isto, criou-se uma grande esperança e expectativa naqueles que esperam um posicionamento, uma palavra e um respaldo em relação às aspirações desse segmento da comunidade brasileira que se está manifestando aqui através de seus representantes.

Os aposentados – repito – estão passando as maiores dificuldades.

Perguntamos a V. Ex.<sup>as</sup> como pode uma família continuar sobrevivendo com meio salário mínimo. Há pouco mais de 60 dias, um aposentado da zona rural recebia 402 cruzados, e agora está na expectativa de receber meio salário mínimo, ou seja, novecentos e poucos cruzados. Isso é desumano e incompreensível. Nós, que temos uma parcela de responsabilidade neste País, não podemos perder esta oportunidade de inserir na nova Constituição os proventos mínimos para a sobrevivência dessa considerável camada da população brasileira, que, a partir de agora, está conscientizando-se do seu valor, porque, até então, não havia necessidade do seu voto. Elegia-se o Presidente da República através do Colégio Eleitoral, mas nas próximas eleições os aposentados irão às urnas eleger os próximos Presidentes da República. Ora, com doze milhões de aposentados no País, cada um tendo quatro votos na sua família, teremos, aí, quarenta e oito milhões de votos. Canalizados esses votos para um único nome, não tenham dúvida, os aposentados elegeriam, se quisessem, o próximo Presidente da República. Eles estão-se conscientizando da sua importância no concerto político da Nação.

Então, termino as nossas considerações, fazendo um apelo aos Srs. Constituintes: não percam esta oportunidade magnânima de inserir na nova Constituição dispositivos que assegurem aos já aposentados e pensionistas do País os mesmos direitos daqueles que irão se aposentar, porque esta é realmente a nossa grande preocupação.

Ao nos depararmos com o projeto que seria submetido a esta Casa, no qual não se mencionava os já aposentados, fomos tomados de um temor, qual seja, o de a Previdência Social alegar na Justiça, futuramente, que os direitos previstos na nova Constituição só viriam a beneficiar os aposentados, isto é, os que irão se aposentar de agora para frente, ou seja, mais de doze milhões de aposentados na data da promulgação desta Constituição. Pedimos a atenção dos Srs. Constituintes para este fato.

Ouç o nobre Constituinte Juarez Antunes.

**O SR. CONSTITUINTE JUAREZ ANTUNES:** – Nobre orador José Duarte, todas as emendas, nas várias fases da Constituinte, a respeito de benefício a aposentados foram sistematicamente recusadas pelo Relator Bernardo Cabral. Quer dizer, S. Ex.<sup>a</sup> quer ser mais realista do que rei. Não só quer prejudicar os trabalhadores, mas também beneficiar os empresários. Numa questão como esta far-se-ia justiça a essa grande parcela da população sem que o empresariado fosse prejudicado. A última emenda que ele podou foi a relativa à aposentadoria. Por conseguinte, voltamos àquele sistema antigo: o trabalhador morre dentro da fábrica, ou já sai com o salário defasado. Mais de um milhão de brasileiros estão hoje trabalhando nas fábricas, porque o cálculo da aposentadoria é injusto. Abrir-se-iam vagas para mais de um milhão de brasileiros nas fábricas. Se o Ministro da Previdência Assistência Social criasse um cálculo justo de aposentadoria para os trabalhadores da ativa e não esse dos 36 meses, num país inflacionário, com pequeno fator de correção, que não chega a nada, muitos trabalhadores se aposentariam. Mas não se faz isso. S. Ex.<sup>a</sup> é empresário quer ver saldo positivo no caixa da Previdência, como se ela fosse uma fábrica de parafusos. Tem que dar lucro no fim do mês. É fácil se fazer isso. Se S. Ex.<sup>a</sup> matar os aposentados todos, o lucro será integral. É só manter a máquina burocrática e as mensalidades que ai estão e não haverá fila em porta de banco. Com isso, S. Ex.<sup>a</sup> terá caminho aberto para o lucro total. É isso o que se constata. Se hoje tivéssemos cálculos mais justos, teríamos menos 1 milhão de desempregados nas ruas. No entanto, a Previdência precisa juntar dinheiro para comprar apartamentos sem concorrência. Isso foi explicado aqui. O



Constituinte Ulysses Guimarães concorda com isso. S. Ex.<sup>a</sup> queria mudar, mas só a ditadura poderia fazê-lo, ninguém mais. S. Ex.<sup>a</sup> só era contra a ditadura, nada mais do que isso. Era uma espécie de birra que tinha contra ela. Não se quer mudar mais nada. Agora está tudo bem. Ele abaixa a cabeça e caminha por aí, como se este País estivesse uma maravilha. Os trabalhadores estão mortos de vergonha. Nunca se viu tanto marajá. Só um Coronel da PM, em São Paulo, recebe 600 mil cruzados por mês. A Justiça de São Paulo não se digna em mostrar os seus marajás. E os escândalos vão por aí afora. O Tribunal de Contas está fiscalizando a Companhia Siderúrgica Nacional. Hoje, foram ao meu gabinete para pedir que eu lhes mostrasse onde o Tribunal de Contas deveria atuar, e eu o fiz: em compras, vendas e empreiteiras. O povo está envergonhado com tudo isso. Não se sabe o que vai acontecer. Peço aqui aos Srs. Constituintes que atentem para o problema dos aposentados, já que, diretamente, ele não atinge interesses de grupos, de banqueiros e de latifundiários, porque esses possuem muitos defensores nesta Casa. Isso tudo vai cair em cima do povo: meio por cento no produto bruto das empresas, ou do Finsocial, etc. No dia 28 de setembro haverá um encontro de aposentados no Auditório Petrônio Portela e vamos ver se conseguimos a votação de um projeto de paridade que acarretará despesa para o Inamps. Se não for para acarretar despesa, ele fica como está. O nobre Constituinte está de parabéns pela defesa desta tese. Sou Presidente do Sindicato de Trabalhadores Metalúrgicos de Volta Redonda. No ano passado, trouxemos aqui dois mil aposentados.

**O SR. PRESIDENTE (José Tavares):** – O tempo de V. Ex.<sup>a</sup> está esgotado. Temos mais dois oradores inscritos.

**O SR. CONSTITUINTE JUAREZ ANTUNES:** – Sr. Presidente, peço a atenção de V. Ex.<sup>a</sup>, já que a Casa está tão tranqüila. Ninguém vai ouvir isso, pois aposentado não dá ibope, não dá manchete e não tem direito à greve; só pode, ser manipulado pelo voto. Se nós, Constituintes, nos dispuséssemos a mudar uma coisa, todas as outras seriam mudadas neste País – é só questão de tempo: eleições limpas, sem manipulação, sem influência do poder econômico, da Rede Globo de Televisão. Assim, esta Casa iria representar o povo condignamente. Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (José Tavares):** – Lamento informar ao nobre orador que V. Ex.<sup>a</sup> dispõe somente de três minutos na tribuna.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ DUARTE:** – O ilustre Constituinte que me aparteu fez observações válidas, principalmente quando se refere à falta de credibilidade nos homens públicos. O que estamos realmente constatando – e tive oportunidade de ouvir isso, de viva voz, dos estudantes da Pontifícia Universidade Católica de Belo Horizonte, quando da nossa peregrinação pelas salas de aula – é o questionamento sobre a conduta dos homens públicos. Em Minas Gerais, estamos desenvolvendo um trabalho na Assembléia Legislativa do Estado, que, no nosso entender, restabeleceria a credibilidade nos homens públicos, principalmente mineiros. Não temos dado tréguas em nossa luta, afirmando abertamente que os homens públicos não são desonestos nem vocacionados para a corrupção como dizem. Estamos mostrando que o grande empresariado nacional é que está levando este País para o caos e para a miséria, haja vista o lucro obtido pelo Bradesco no ano passado, instituição privada que obteve o lucro superior ao do Banco do Brasil. Com tudo isso, os privilégios continuam.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, é que nós, da classe política, estamos tão deprimidos perante a opinião pública. V. Ex.<sup>as</sup> têm o dever, neste momento histórico de formulação da nova Constituição, de dar respostas às grandes indagações nacionais. Precisamos, realmen-

te, de ter um pouco mais de consideração para com o social, não apenas com palavras, mas sim com ações, e o momento é exatamente este que estamos vivendo.

Sr. Presidente, agradeço a oportunidade que me foi dada em nome da Federação dos Aposentados e Pensionistas de Minas Gerais, da Associação dos Aposentados e Pensionistas do Alto Paranaíba e da Associação dos Aposentados de Uberlândia, que me delegaram poderes para falar em seus nomes, reivindicando dos Srs. Constituintes o mínimo que se pede para o aposentado.

**O SR. PRESIDENTE (José Tavares):** – A Presidência é que agradece a V. Ex.<sup>a</sup> a colaboração.

Concedo a palavra ao Constituinte Farabulini Júnior, que disporá de vinte minutos regimentais e abordará emenda sobre direitos e garantias dos pensionistas e aposentados.

**O SR. CONSTITUINTE FARABULINI JÚNIOR:** – Sr. Presidente, antes de iniciar o meu pronunciamento, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (José Tavares):** – Concedo a V. Ex.<sup>a</sup> a palavra pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE FARABULINI JÚNIOR:** – Sr. Presidente, trata-se de uma reunião ordinária programada pela Comissão de Sistematização, a Comissão que preparará o Texto Constitucional que haverá de dar à Nação brasileira o melhor ordenamento jurídico, econômico e social. Sr. Presidente, nas reuniões ordinárias da Comissão de Sistematização não cumpre que esteja presente o relator da matéria ou o seu substituto legal?

De que forma os discursos aqui pronunciados chegarão ao conhecimento do ilustre relator?

**O SR. PRESIDENTE (José Tavares):** – Nobre Constituinte Farabulini Júnior, realmente, o Regimento prevê a presença do relator nas reuniões ordinárias da Comissão de Sistematização. Todavia, o eminente Relator Bernardo Cabral, por motivo de força maior, não pôde estar presente. Mas levarei ao conhecimento de S. Ex.<sup>a</sup> o inteiro teor da sua questão de ordem e, evidentemente, na sessão ordinária da Comissão de Sistematização, que será realizada à noite, o relator, com certeza, estará presente.

Portanto, lamento profundamente não poder, agora, atender à sua inquietação.

**O SR. CONSTITUINTE FARABULINI JÚNIOR:** – Se V. Ex.<sup>a</sup> levar, como diz, ao Sr. Relator um resumo desta ópera, estou convicto de que provavelmente parte dela poderá vir a ser inserida no Texto Constitucional, tal a veemência dos oradores que me antecederam.

A verdade, Sr. Presidente, nobres Constituintes, é que há uma emenda popular para ser discutida. Ela foi urdida, patrocinada, preparada com todo o carinho e cuidado.

Concedo o aparte ao nobre Constituinte Arnaldo Faria de Sá.

**O SR. CONSTITUINTE ARNALDO FARIA DE SÁ:** – Nobre Constituinte, o preâmbulo de sua colocação é dos mais lógicos. V. Ex.<sup>a</sup> devia aprofundar-se mais no assunto e recusar-se a fazer a defesa desta emenda com o Plenário vazio, exigindo que a Mesa marque outra data para fazer a defesa de tema tão importante – aposentados e pensionistas. Até parece que o relator, ausente, nunca vai ser um aposentado, porque tirou as poucas vantagens existentes no projeto, e no substitutivo foi mais draconiano do que a própria lei em vigor. Então, proponho ao nobre companheiro baluarte na defesa dos aposentados e pensionistas que se recuse a continuar fazendo a defesa dessa emenda e exija que a Mesa designe outra data. Falar para meia-dúzia de presentes não vai resolver

e, além de tudo, a presença do relator, figura principal, que poderia ser certamente convencido pelos nossos argumentos, pelos apartes que poderíamos oferecer, é imprescindível neste momento. Então, proponho que, em protesto ao descaso aos aposentados do País – certamente não nos esquecendo de que o Presidente desta Comissão já é um aposentado nato – e ao desrespeito do relator. V. Ex.<sup>a</sup> não se manifeste mais. O que está ocorrendo é uma vergonha, é pouco caso, estão brincando com a senilidade. Sugiro a V. Ex.<sup>a</sup>, repito, que requeira à Mesa designe outra data – ai sim, com a presença dos doutos representantes desta Comissão, sem demérito daquele que a preside e que certamente é um dos baluartes da Constituinte – a fim de que V. Ex.<sup>a</sup> não passe pelo vexame de falar para as paredes e as cadeiras vazias. Pouco importa se o Sr. Relator esteve até altas horas da noite confabulando ou não. Sua obrigação era estar aqui presente. Muito obrigado.

**O SR. CONSTITUINTE FARABULINI JÚNIOR:** – Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup>, Constituinte Arnaldo Faria de Sá, o aparte. A verdade é que, quando falamos da tribuna, o fazemos para a Nação. Pouco importa que haja no Plenário circunstâncias ouvintes. O que importa é que o ponto de vista do Constituinte seja consignado nos Anais. Só faço questão, repito, da presença do relator; mas o Presidente, Constituinte José Tavares, levará ao conhecimento de S. Ex.<sup>a</sup> os fatos ocorridos nesta reunião.

**O SR. CONSTITUINTE ARNALDO FARIA DE SÁ:** – Constituinte Farabulini Júnior, informo a V. Ex.<sup>a</sup> que o Relator já está presente no Plenário.

**O SR. CONSTITUINTE FARABULINI JÚNIOR:** – O nobre Relator Bernardo Cabral já está presente. Vejam Se o Sr. Relator não estiver presente, não poderemos fazê-lo sentir as aflições, necessidades e problemas daqueles que aguardam da Constituinte não uma panacéia, mas soluções mais adequadas. Com o Sr. Relator presente, posso – quem sabe? – deter-me mais objetivamente nos V. Ex.<sup>as</sup> que a preocupação da Presidência da Casa era pertinente, pois S. Ex.<sup>a</sup> já estava chegando ao Plenário, problemas mais palpitantes.

Mas dizia, Sr. Presidente, na origem do meu discurso, que esta Emenda Popular foi urdida, preparada com calor e entusiasmo por líderes que trabalham realmente em defesa dos aposentados e dos pensionistas, há muito tempo, na área nacional e estadual, no Estado de São Paulo, de onde vim.

Refiro-me à Federação dos Aposentados e Pensionistas do Estado de São Paulo, sob o comando de Enon Amorina, invulgar líder político do Partido dos Trabalhadores, e de Oswaldo Lourenço, um legítimo representante da classe, ex-deputado pelo Partido Comunista, que foi cassado e é prócer do Partido Democrático Trabalhista. Há também a União dos Aposentados em Transportes Coletivos e Cargas de São Paulo, representada por Antônio Pereira dos Santos, que foi quem trouxe a esta Casa a Emenda Popular, sobraçando papéis e mais papéis, com a assinatura de 58.000 aposentados de São Paulo. Parece-me que chovia naquela tarde e embaixo d'água estava lá esse líder para trazer à consideração da Assembléia Nacional Constituinte as aflições que cabem notar, no que tange aos aposentados do País. Existe também a Associação dos Aposentados e Pensionistas de Ribeirão Preto, representada por Antônio Giroto; Associação dos Trabalhadores e Aposentados de Limeira, do Estado de São Paulo, representado por Waldimir Jorge Schinor, intinorato batalhadores das causas daquela comarca a nível de aposentados e pensionistas; Associação dos Aposentados e Pensionistas de Piracicaba, representada por Antônio Dorgival Trevisan; Associação dos Trabalhadores Metalúrgicos Aposentados de Piracicaba, representada por Gerônimo Rodrigues.

Então. Sr. Presidente, Sr. Relator, agora vêm as emendas absolutamente indispensáveis. Trata-se agora de proposta de trabalho que atenderá aos aposentados. Em primeiro lugar, Srs. Constituintes, não se pode dar aos aposentados, que mourejaram e trabalharam durante trinta e cinco anos, o mesmo salário que recebiam enquanto na ativa! Agora, estimulando a erosão e a defasagem, dão ao aposentado a migalha e a lentilha. Não podemos admitir nem permitir migalhas e lentilhas. O que se deve é pagar o justo salário aos aposentados, que não podem receber um ceitil a menos do que recebiam na ativa.

Essa é a primeira das funções e, no entanto, Sr. Relator, no Projeto de Constituição anterior ao que foi apresentado ontem a V. Ex.<sup>a</sup> estabelecia um critério, **data venia**, aceitável, no art. 356, que diz:

"É assegurada a aposentadoria com proventos de valor igual à maior remuneração dos últimos 12 meses de serviço, verificada a regularidade dos reajustes salariais nos 36 meses anteriores ao pedido..."

V. Ex.<sup>a</sup> assegurava o salário do último ano. E agora, pelo novo projeto? O novo Projeto de Constituição diz o seguinte:

"É assegurada a aposentadoria nos termos da lei, garantidos os reajustamentos para preservação do seu valor real, calculando-se a concessão do benefício sobre a média dos 36 últimos salários do trabalhador corrigidos mês a mês, de acordo com a lei, obedecidas as seguintes condições..."

Vejam V. Ex.<sup>as</sup> que houve uma retrogradação, não houve avanço. Quem teria influenciado nisso? É a grande questão que se levanta. O fato é que os dez milhões de aposentados deste País, Sr. Relator Bernardo Cabral, não irão aceitar esse retrocesso. Ao contrário, pretendem avançar, pretendem dizer que não receberão um ceitil a menos daquilo que recebiam enquanto na ativa. Mais do que isso, há outras postulações, que não se encontram nem no projeto anterior, nem no atual. O projeto anterior diz que o aposentado tem direito a votar e a ser votado nos sindicatos. No atual, é retirado esse direito do aposentado. Desta tribuna parlamentar temos dito que não mais queremos ver o aposentado com olhos diferentes daqueles que vemos no homem da ativa. São iguais. Uns trabalham agora; outros trabalharam ontem; os de agora serão aposentados amanhã. É esta a linha horizontal que queremos ver sem rebuços.

Sr. Relator Bernardo Cabral, demais membros da Comissão de Sistematização, dêem aos aposentados o direito legítimo de sobrevivência e às viúvas também. À viúva do aposentado que se lhe dê a mesma esteira que pertencia ao marido, enquanto aposentado e vivo. E vivo como? Por conta dele mesmo, porque o legislador tem-se esquecido demais dele. O Constituinte não pode persistir no erro. Ao contrário, o que ocorre são mais postulações. Para os aposentados queremos órgãos colegiados, de que participarão representantes de empregados da ativa, aposentados e empresários em geral, para a competente fiscalização de todos os recursos da Previdência Social. Os recursos da Previdência Social vêm da contribuição dos trabalhadores e da folha do empregador.

Portanto, provém do trabalho. Se provém do trabalho – e aí se origina a Previdência Social –, é preciso que o trabalhador aposentado e o da ativa façam parte do colegiado que haverá de tratar dos altos interesses da Previdência Social. Portanto, não se pode permitir ao Ministro de Estado o despalte de adquirir apartamentos pelo preço que desejar, de promover obras como se públicas fossem – embora sejam faraônicas – desviando recursos da Previdência Social. Os trabalhadores aposentados querem participar da Mesa em que se discutem

as questões relativas aos investimentos que devam ser feitos. Já não estou dizendo da assistência médico-hospitalar, que é obsoleta; já não estou falando da assistência aos aposentados que precisam de hospitais e de postos de saúde, porque estes não existem. Filas intermináveis, como foi dito aqui, de aposentados "miseráveis", entre aspas porque miseráveis é como querem ver os aposentados, esses governantes inescrupulosos, destacadamente aqueles que ocupam o Ministério da Previdência e da Assistência Social e o Presidente da República. Por que retirar do Presidente esta responsabilidade? Por que? O Presidente da República nada sabe do fato social brasileiro; não conhece coisa alguma e os seus Ministros também – são quase todos incompetentes. E este Congresso Constituinte haverá também de ser incompetente, Sr. Relator Bernardo Cabral? Pretendemos que esta Constituinte tenha aquele estofo moral, aquela dignidade, sem ouvir alguém capaz de se demitir, para afinal dizer que a Previdência Social está estocada de recursos, mas o aposentado passa fome.

E mais, quero dizer que os aposentados também não concordam, Sr. Relator Bernardo Cabral, com os limites de idade estabelecidos. Para dar um exemplo, eu, aos sete anos de idade, já trabalhava. Outros aos quatorze, aos dezesseis. Milhões de trabalhadores brasileiros no campo trabalham aos oito anos de idade. Por que teriam que esperar aos cinquenta e três para aposentar-se, se já deram o seu suor e sangue com trinta e cinco de trabalho? E por que trinta e cinco, Sr. Relator? Por que não trinta para o homem e vinte e cinco para a mulher? Por que querem V. Ex.<sup>as</sup> urdir um programa em que o sangue do trabalhador esteja a serviço de grupos econômicos capazes de enriquecer, de se projetar às custas do trabalho obreiro nos campos e nas fábricas? Por que, Sr. Relator, alterar, agora, o texto? Por que estabelecer limites de idade? Por quê? Quero saber de onde veio a alternativa. Estou certo de que veio dos reacionários, dos grupos econômicos que pretendem ter mão-de-obra mais fácil e à sua disposição por mais tempo. E esta é a grande realidade.

Ouçõ com prazer o nobre Constituinte Victor Faccioni.

**O SR. CONSTITUINTE VICTOR FACCONI:** – Nobre Constituinte Farabulini Júnior, V. Ex.<sup>a</sup> teve o privilégio de ler o relatório e o parecer do nobre Relator-Geral, Constituinte Bernardo Cabral. Ainda não pude fazê-lo, mas espero ter acesso agora a esse relatório. V. Ex.<sup>a</sup> manifesta preocupação com o que considero um retrocesso no que diz respeito aos direitos dos trabalhadores, mormente dos aposentados. Sou, como V. Ex.<sup>a</sup>, um lutador por essa causa, porque a considero das mais justas. A oportunidade em que V. Ex.<sup>a</sup> levanta o problema é muito singular, porque temos aqui presente inclusive o nobre Relator-Geral Bernardo Cabral, que deverá sensibilizar-se com os seus argumentos, no reexame de propostas como a que V. Ex.<sup>a</sup> fez, que também fizemos, e que vamos recolocar. Recoliquemos juntos, inclusive, essas propostas, para que na próxima etapa, na Comissão de Sistematização ou no plenário, sejam acolhidas, de pleno direito, aquilo que já deveria estar assegurado plenamente: a irredutibilidade de vencimento do aposentado, o direito da mulher dona-de-casa, da mulher camponesa de contribuir e de se filiar à Previdência Social, o direito do aposentado a participar da luta sindical e também da administração tripartite da Previdência Social, onde nem os trabalhadores da ativa têm presença – se tivessem, outras seria a política da Previdência Social. Seguramente V. Ex.<sup>a</sup> ouviu o Ministro da Previdência Social ontem aqui, nesta Casa. S. Ex.<sup>a</sup> falou sobre uma Previdência Social hipotética, não a real, que vivemos. Desconversou, inclusive, no que diz respeito à lei que assegurou o reajuste da aposentadoria com base no salário mínimo, conforme emenda votada nesta Casa. Está aqui o nobre Constituinte Jorge Uequed, que preside o Comitê Nacional em Defesa dos Aposentados. Depois o Governo,

por decreto lei, fixou o piso salarial, diferenciado do salário mínimo, sobre o qual não incide a correção dos direitos dos aposentados. É uma luta nobre e justa a que V. Ex.<sup>a</sup> desenvolve. Quero solidarizar-me com V. Ex.<sup>a</sup> dizer que juntamos nossa voz e nosso esforço ao de V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE FARABULINI JÚNIOR:** – Quero. Sr. Presidente, nobre Constituinte Bernardo Cabral, nobres Srs. Constituintes, em nome desses milhões de aposentados de São Paulo que represento agora, o voto constitucional de utilização das receitas da Previdência Social para fins que se não refiram, primeiro, ao custeio; segundo, aos benefícios; e terceiro aos serviços. Não quero permitir, de forma alguma, desvios de verbas que pertençam à Previdência Social.

Ouçõ V. Ex.<sup>a</sup>, Constituinte Jorge Uequed.

**O SR. CONSTITUINTE JORGE UEQUED:** – Constituinte Farabulini Júnior, V. Ex.<sup>a</sup> tem-se consagrado nesta Casa por posições que sempre merecem o respeito daqueles que têm o dever da representação popular. No que tange aos interesses dos aposentados e pensionistas, V. Ex.<sup>a</sup> está na primeira linha de batalha, de combate na defesa desses que foram abandonados pela antiga e pela Nova República. Acompanho V. Ex.<sup>a</sup> quando estranha o fato de o Relator ter omitido, nas Disposições Transitórias a luta de todo o PMDB, de toda esta Casa e de quase todos os partidos políticos por restabelecer o valor real e original das aposentadorias e benefícios calculados com base no salário mínimo desde a época de seu primeiro recebimento. Nobre Constituinte, os juizes de primeira instância e do Supremo Tribunal Federal já estão dando essa conquista aos aposentados. O Sr. Presidente da República já reconhece que houve vigarice da Previdência Social contra os aposentados e pensionistas quando calculava seus reajustes com base no salário mínimos anterior e lhes tirou 55% do poder aquisitivo. Como posso entender, nobre Constituinte, que o Relator da Comissão de Sistematização, ao receber as emendas nesse sentido, mantenha-se insensível diante do que a Justiça já decidiu e o Presidente da República já aceitou? Mas o Relator se nega, sistematicamente, a reparar, através das Disposições Transitórias, a vergonha da Nação em relação aos aposentados e pensionistas. Estranho, também, o que V. Ex.<sup>a</sup> acaba de denunciar, ou seja a exigência de 53 anos de idade para a aposentadoria, penalizando o trabalhador pobre, punindo-o por começar a trabalhar cedo. V. Ex.<sup>a</sup> diz, e sabe muito bem, que aos 50 anos de idade começa a grande faixa de desemprego, e aí vão abaixar as aposentadorias, porque o cidadão desempregado não irá conseguir novo emprego nos mesmos níveis, sendo, então, penalizado.

**O SR. CONSTITUINTE FARABULINI JÚNIOR:** – Ilustre Constituinte Jorge Uequed, é no art. 265 que está o crime; é no inciso a que está consagrado o delito. Está aqui escrito:

"Após 35 anos de trabalho" – forçado, aqui não está escrito isso, mas é forçado – "para o homem, e trinta anos de trabalho" forçado "para a mulher, desde que contem, pelo menos, respectivamente, cinquenta e três e quarenta e oito anos de idade."

Estabelece um limite odioso, que não podemos aceitar, porque não estamos aqui para fabricar mão-de-obra para empresários gananciosos que querem ver o homem e a mulher trabalhando todo o tempo, não lhes permitindo sequer o lazer e uma aposentadoria melhor e em mais breve tempo.

**O SR. CONSTITUINTE JORGE UEQUED:** – Constituinte Farabulini Júnior – para concluir – quem trabalha vai ser penalizado. As aposentadorias serão sempre miseráveis, porque aos cinquenta anos começa o desemprego e o cidadão vai correr de porta em porta para

buscar novo emprego, sempre com um salário menor; e na hora de se fazer o cálculo de seus benefícios, receberá um salário menor. Louvo o pronunciamento de V. Ex.<sup>a</sup> O Plenário vai mostrar que a sociedade não quer essas injustiças, que está com vergonha do que os governos fizeram com os aposentados e pensionistas e da insensibilidade do Sr. Relator no que tange a esta matéria.

**O SR. CONSTITUINTE FARABULINI JÚNIOR:** – Sr. Presidente, encerro aqui e agradeço, destacadamente, aos ilustres Constituintes Arnaldo Faria de Sá, Jorge Ueued e Victor Faccioni, os apartes. Aproveito, ainda, já me despedindo destes pobres vinte minutos que a lei me permite, para lembrar ao nobre Relator Bernardo Cabral que nós o temos na mais alta conta, como alguém que, na verdade, estabelece, na sua esteira de interpretação do fato social, principalmente o que mais convém à Nação brasileira.

Sei, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, que o nobre Relator não vai sofrer injunções que levarão o nosso pobre nome, como Constituintes, à exacração da opinião pública, destacadamente no que tange aos aposentados. viúvas e pensionistas.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Permite-me V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. CONSTITUINTE FARABULINI JÚNIOR:** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> o aparte.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Eminente Constituinte Farabulini Júnior, o critério adotado pressupõe que o trabalho começa aos 18 anos. Se começa aos 18 anos, e 35 anos depois se adquire a aposentadoria, evidentemente ela é atingida aos 53 anos. Se a mulher começa aos 18 anos e tem 30 anos de trabalho, aposenta-se aos 48 anos. Este foi o critério adotado, o que não exclui, de forma alguma, que eu esteja atento ao que declararam os Constituintes Farabulini Júnior e Jorge Ueued. Farei o registro para que, na fase que se aproxima, uma vez que esse substitutivo não será votado, mas sim emendado, eu possa ter a oportunidade de corrigir os senões, os defeitos aqui apontados, com veemência – nem sempre com compreensão – no sentido de que se faça justiça, como reclama V. Ex.<sup>a</sup>. Mas é preciso que a Casa compreenda que o papel de um Relator não é o de um cidadão que não comete equívoco algum, por melhor que seja a sua assessoria. E cometerá tantos mais se os nobres Constituintes não suprirem as lacunas, não contribuirão com ele, como o fez, nesta manhã, o nobre Constituinte Farabulini Júnior.

**O SR. PRESIDENTE (José Tavares):** – Esta Presidência concede a palavra ao último orador inscrito, o Sr. João Botelho, Vice-Presidente da Associação Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil, que defenderá as Emendas de nos 61 e 62.

V. S.<sup>a</sup> disporá de igual tempo, ou seja, vinte minutos regimentais para a sua defesa.

**O SR. JOÃO BOTELHO:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, Senhoras e Senhores, nunca é demais enfatizar a relevante importância que se dá à defesa das Emendas Populares. Não podemos, por outro lado, deixar de nos solidarizar com o nobre Constituinte Arnaldo Faria de Sá quando se refere ao pequeno número de Constituintes aqui presentes. Se por um lado se concede ao povo brasileiro um direito ímpar de vir aqui registrar as suas aspirações, por outro se tem o desalento de dizer que isso é para poucas pessoas. Se tal fato choca S. Ex.<sup>a</sup> o nobre Constituinte Arnaldo Faria de Sá, que se dirá de nós, que não temos experiência nas lides parlamentares; que se dirá dos nossos representados?

Quero crer que essa particularidade não deva diminuir o brilho, o interesse e a expectativa de que os Constituintes tomarão conhecimento das nossas posições e haverão

de levá-las na devida consideração, quando da discussão em plenário.

A Associação Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil, a União Nacional dos Acionistas Minoritários do Banco do Brasil e a Associação dos Antigos Funcionários do Banco do Brasil colocam-me o peso elevado – ainda que correspondido de elevada honra – de defender aqui duas emendas populares. Objetivam as proposições trazer uma contribuição a essa discussão nacional, de forma a propiciar uma melhoria nas relações de capital-trabalho e cidadão-Estado.

Temos ouvido inúmeras discussões sobre o tamanho da Constituição. O primeiro orador desta sessão ordinária registrou, com muita propriedade, que a nossa Constituição não deve ser nem tão longa nem tão curta, mas tão somente suficiente. Há aqueles que argumentam que os temas que vamos abordar não são matéria de nível constitucional. Não podemos nos esquecer, entretanto, da vontade política de nossos governantes, que fica no mais das vezes subjugada a interesses e questões outras. Se não tivermos garantias constitucionais mínimas para entender preceitos que aqui vamos defender, se não tivermos a certeza de que estas questões serão perenemente tratadas no correr do tempo, não haverá qualquer garantia da motivação para que o trabalhador venha trazer a sua contribuição – como sempre o fez – em favor de uma nação mais justa, de um Estado mais desenvolvido. A primeira delas é sobre os proventos da aposentadoria. A Legislação Trabalhista tutela e protege de uma forma muito veemente a questão salarial. Temos na atual Consolidação das Leis do Trabalho inúmeros dispositivos que visam a preservar, a defender o salário. Peço, aliás, permissão para citar que o salário está protegido contra o próprio empregado na medida em que é feito o pagamento no local de trabalho. Está protegido contra seus próprios familiares, no sentido de que estes não recebam o salário em seu nome. Está protegido, finalmente, contra os credores do próprio empregado. Mas essa mesma legislação trabalhista que protege o salário é prejudicada por outras legislações. Por exemplo, a legislação previdenciária estabelece que os proventos da aposentadoria são equivalentes aos salários na ativa e, portanto, têm a mesma função social do salário, a qual seja, de manutenção do poder aquisitivo ou do **modus vivendi** do trabalhador: habitação, alimentação, transporte, lazer, educação. E o que vemos? Vemos os proventos da aposentadoria, desde o início, reduzidos de uma forma tal que o aposentado passa a ser descartado, como foi colocado hoje aqui, nesta tribuna. O trabalhador é um objeto descartável: quando completa aquele tempo em que não mais tem o vigor para dar em favor do País é descartado. Temos acompanhado pela imprensa os conceitos que S. Ex.<sup>a</sup> o Ministro da Previdência Social vem emitindo sobre a questão da aposentadoria. E eu me permitiria traduzir, numa linguagem mais simples, tudo o que S. Ex.<sup>a</sup> apregoou: que a aposentadoria nada mais é do que propiciar condições para os funerais do trabalhador. Porque S. Ex.<sup>a</sup> apregoou que os proventos de aposentadoria não devem ser entendidos como um prêmio por uma vida de trabalho, como a retribuição por uma vida de trabalho, mas apenas no sentido de propiciar a subsistência àqueles que não têm mais o vigor físico.

Aqui, hoje, já foram inúmeras vezes colocado que, por uma situação nacional de extrema pobreza, as crianças são levadas ao trabalho no campo a partir dos oito anos de idade, e dos 10, 12 anos, em atividades urbanas. Há que se conseguir a busca da equidade. Há que se garantir, na Constituição, os proventos mínimos de aposentadoria que correspondam no mínimo, ao último salário do ativo. Temos visto o efeito perverso do sistema vigente, principalmente quando caminha junto a uma inflação avassaladora. Pegamos o salário do aposentado dos últimos 36 meses, tiramos uma média e vamos fixar o provento desse apo-

sentado. Basta dizer, numa inflação de 300, 500% ao ano, isso nada representa. Se não dermos as mínimas garantias constitucionais para os proventos dos aposentados, estaremos negando àqueles que edificaram o Brasil de hoje o reconhecimento por toda uma vida de trabalho e estaremos criando um problema um tanto quanto mais sério, porque estaremos desestimulando os trabalhadores de hoje a que dêem o seu suor, tendo em vista que não terão uma aposentadoria, a mínima necessária, para aproveitarem um pouco de lazer, uma velhice tranqüila e condigna com a condição humana.

**O SR. CONSTITUINTE JORGE UEQUED:** – Permita V. S.<sup>a</sup> que me incorpore à sua linha de raciocínio, que é a que preside o espírito da coletividade brasileira. A guisa de dizer-se que a partir de 1990 grande número de trabalhadores vão chegar à aposentadoria em função de que com o avanço industrial da década de 50 e com o implemento da industrialização do Governo Juscelino, esses trabalhadores agora estariam aptos a ingressar com as suas aposentadorias e, conseqüentemente, a despesa da Previdência aumentaria muito, alguns estão fazendo o raciocínio de que a Previdência é para punir o trabalhador e não para protegê-lo. Dizer que o trabalhador tem que ter 55 ou 53 anos no mínimo para aposentar-se é negar a realidade brasileira de que, aos 12, 13, 14 ou 15 anos, filho pobre tem que sair para o mercado de trabalho, em busca de sua sobrevivência, com salários miseráveis, com longas jornadas de trabalho, com má alimentação e sem recursos da Previdência na área médica, hospitalar e de medicamentos. Quando dizem que a expectativa média de vida dos brasileiros está aumentando nos últimos anos, refere-se apenas às elites, porque estão bem tratadas, bem nutridas, num país excepcionalmente bom para aqueles que dispõem de bons recursos ou bons empregos. Isto não é verdade para os trabalhadores. Tendo por base o Sindicato dos Metalúrgicos, na minha região; vi, nas suas fichas de filiação, que a expectativa média de vida não chega aos 55 anos de idade. O que é mais grave e doloroso é que estão propondo aos trabalhadores que trabalhem até a morte, sem nunca ter a expectativa da aposentadoria. Se o trabalhador tiver a felicidade de uma expectativa média de vida maior do que 55 anos, sua aposentadoria será sempre pequena, porque aos 45, 48 ou 50 anos começa desemprego em massa dos trabalhadores, pois já não têm a vitalidade necessária para dar o seu sangue e suor para arrancar a grandeza da terra para entregar às multinacionais. Quando começa a fase do desemprego, ele passa a perambular em busca de um emprego, mas nunca conseguirá um com o mesmo nível salarial: será sempre menor. Na segunda etapa da punição, com salário menor cálculo de sua aposentadoria também será menor, além de diminuir o padrão de vida que levava.

Quem propõe – e o digo na linha de raciocínio de V. S.<sup>a</sup> – 53 ou 55 anos como idade mínima para o cidadão aposentar-se está penalizando o trabalhador, o mais pobre, dando mau exemplo à sociedade brasileira.

**O SR. JOÃO BOTELHO:** – Nobre Constituinte Jorge Uequed, agradeço a V. Ex.<sup>a</sup> o aparte, que enriqueceu a minha argumentação.

Além dessa equidade que devemos buscar, dessa proteção dos proventos da aposentadoria como extensão dos salários, enfrentamos no País uma outra dificuldade. Trata-se dos privilégios. Temos aposentadoria integral em algumas categorias: os funcionários públicos estatutários, os militares – entre outros. Clamamos e temos registrado em todas as nossas Constituições que todos são iguais perante a lei. Iguais, até que não se envolvam interesses de aposentadorias e outros interesses diretamente ligados à classe trabalhadora.

Temos, particularmente no caso do Banco do Brasil, uma aposentadoria complementada, aposentadoria esta

que é objeto de críticas às vezes as mais despreparadas de segmentos da sociedade, e às vezes da imprensa, esquecendo-se esses segmentos de que para ter a aposentadoria complementar o funcionário do Banco do Brasil contribui mensalmente com valores que chegam a mais de três vezes a contribuição para a Previdência oficial.

E há ainda um problema maior com, essa contribuição exacerbada. Temos exemplos. Trago aqui documentos neste sentido, ou seja, de casos em que, para um funcionário do Banco do Brasil aposentar-se com o salário que detinha na ativa, teria que trabalhar quarenta anos. Considerando que nesses quarenta anos ele estará também contribuindo para essas entidades de Previdência, temos a equiparação da aposentadoria com proventos de ativa como uma utopia no sistema vigente. Se vamos levar quarenta anos para conseguir essa equiparação, são dez anos adicionais contribuindo para a Previdência.

Termos na emenda aqui apresentada que defender a necessidade da aposentadoria dos bancários aos vinte e cinco anos. Hoje, temos aposentadoria aos trinta anos de serviço. O relatório apresentado preconiza aposentadoria aos trinta e cinco anos ou trabalho até a morte, como bem observou o nobre Constituinte.

Os bancários – os funcionários do Banco do Brasil, da Caixa Econômica Federal, do banco privado e todos os demais bancários – manipulam somas altíssimas de dinheiro. Eles vêem a riqueza passar por suas mãos diariamente e ser acumulada nas mãos de poucos. Eles têm uma atividade estafante e estão propensos a contrair doenças funcionais, com estatísticas assustadoras no que se refere a doenças psíquicas, cardiovasculares e ao alcoolismo. Eles têm vida sedentária e de pressão com horário de trabalho fixado em seis horas, mas, se trabalharem apenas as seis horas, não conseguirão sobreviver. Na prática o bancário trabalha 10, 12 horas por dia e, depois de trinta anos, sai do banco para o cemitério.

Temos que analisar as coisas com a frieza da realidade de cada caso. Não se trata de perseguir privilégios corporativistas, porque devem atender a toda uma categoria. Precisamos estabelecer para o bancário uma aposentadoria aos 25 anos de trabalho, não para instituir o privilégio, mas para corrigir uma distorção. Na maioria das vezes, o bancário não chega ao tempo de se aposentar e, quando o faz, tem uma sobrevida máxima de cinco anos – ele, que viu a riqueza passar diariamente por suas mãos!

Ouçõ com muita prazer, o nobre Constituinte Adylson Motta.

**O SR. CONSTITUINTE ADYLSON MOTTA:** – Nobre orador João Botelho, quero primeiro registrar minha presença aqui, já que houve esse xingamento geral à não participação nos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte. Gostaria que meu nome ficasse registrado como presente a esta reunião e até sugeriria ao Presidente que o fizesse também com o dos demais Constituintes presentes, para que não ficasse essa página negra na história da Constituinte e que se fizesse pelo menos justiça aos que estão aqui neste momento. Quero apenas fazer uma pergunta ao nobre orador sobre uma colocação que fez. Qual é a posição de V. S.<sup>a</sup> em relação à Previdência complementar?

**O SR. JOÃO BOTELHO:** – Eu a defendo.

**O SR. CONSTITUINTE ADYLSON MOTTA:** – Fui uma das raras vozes dentro desta Casa que defenderam a Previdência privada, por uma questão de convicção e até porque sou de um partido que aposta na iniciativa privada, evidentemente dentro das limitações da nossa realidade. Defendi a iniciativa privada porque é um direito de cada um complementar os seus proventos. Ele vai pagar a uma entidade privada para ter uma aposentadoria melhor. É

aquele que procura o **status**, que tem melhores condições financeiras. Existe também a aposentadoria dos grupos fechados, onde se enquadra o Banco do Brasil – que estaria condenada ao desaparecimento, segundo uma tendência geral que havia na Constituinte. Houve, então, uma mobilização em todo o Brasil, através das entidades de classe, para que se mantivessem os grupos fechados. Confesso que eu era contra esses grupos, mas fui sendo sensibilizado e acabei convencido da necessidade de sua permanência, estabelecendo-se apenas uma limitação na participação do dinheiro público. Isso porque havia casos, como o da Vale do Rio Doce, em que, para cada parte paga pelo funcionário, havia sete partes bancadas pelo Poder Público. Parece que na Constituinte já se chegou a um por um no caso das contribuições. Mas para mim o princípio da aposentadoria complementar é válido enquanto não houver outro caminho. Digamos que o ideal seria o trabalhador se aposentar com vencimentos correspondentes aos de quando em atividade.

V. S.<sup>a</sup> até falou que existem classes privilegiadas. Acho que não. Existem classes que procedem corretamente, com justiça, como é o caso do funcionário público. Esse é o caminho certo; não é um privilégio, apenas. Acho que os outros também têm direito a um tratamento adequado: ganharem na inatividade o mesmo que ganhavam na atividade. Penso que é uma forma de tratar com dignidade o trabalhador de qualquer setor. Gostaria de ouvir V. S.<sup>a</sup> a este respeito, pois acredito que devemos chamar a atenção desta Casa para alguns temas, entre os quais o que está defendendo. Embora não seja o objetivo precípuo da sua apresentação hoje, é um tópico que se me afigura muito importante: conscientizar os Constituintes da necessidade da manutenção do instituto da aposentadoria complementar, para a qual há uma contribuição pessoal dos trabalhadores. Agradeço a V. S.<sup>a</sup> a oportunidade do aparte e fico mais convicto de que estou no caminho certo.

**O SR. JOÃO BOTELHO:** – Acato a ponderação de V. Ex.<sup>a</sup> de que não se trata de um privilégio no sentido mais perfeito da palavra, mas de um privilégio no sistema que temos hoje, porque diferenciado para melhor.

A colocação de V. Ex.<sup>a</sup> suscita também a abordagem de uma questão da maior relevância para nós, que ao longo de 179 anos edificamos o Banco do Brasil que aí está. E já mencionei anteriormente que não estamos buscando nenhum interesse corporativista, mas os exemplos bons devem ser seguidos.

O que existe hoje em termos de previdência complementar sem dúvida teve sua origem em experiências vitoriosas do Banco do Brasil.

Concordo também com V. Ex.<sup>a</sup> quando afirma que não há cabimento em a participação do Estado equivaler a até sete vezes a do contribuinte. Todavia, acredito haver um meio-termo ideal, como é o caso do Banco do Brasil, que contribui com o dobro da contribuição do funcionário. Há que se ressaltar que essa complementação dada ao funcionário quando de sua aposentadoria poderia, de certa forma, corresponder a valores atuariais da própria contribuição deste.

Há outro aspecto relevante: o Estado interveio na questão do funcionário do Banco do Brasil. Nossa Caixa de Previdência foi edificada desde 1907, com recursos, interesse e vontade dos próprios funcionários. Com o correr do tempo, nossa previdência privada, fechada, passou a ser administrada pelo Conselho Monetário Nacional, que nos diz quanto devemos aplicar de nossas reservas técnicas para custear o Fundo Nacional de Desenvolvimento e manter o nível de rentabilidade das Bolsas de Valores.

Antes de conceder novo aparte ao Constituinte Adylson Motta, quero situar outra questão, para que S. Ex.<sup>a</sup> possa abordá-la. Trata-se do poder de polícia do Estado para

tutelar e garantir que a entidade de previdência privada assegure ao contribuinte a contraprestação na hora da aposentadoria. Esse sentido do poder de polícia foi extrapolado. Veja que não há garantia maior de que o caixa da Previdência possa retribuir na hora oportuna do que aplicar esses valores aos seus beneficiários em empréstimos garantidos pela consignação dessas mensalidades na folha de pagamentos, em empréstimos imobiliários, que, além de subsidiar a carente situação de imóveis no País, tem a garantia da consignação na folha de pagamento e a garantia real sobre o imóvel. Que outro poder de polícia o Estado está querendo no nosso caso?

**O SR. CONSTITUINTE ADYLSON MOTTA:** – Quero apenas dizer a V. S.<sup>a</sup> que conheço a situação do funcionário público – por isso falei, aqui – mas quero dizer também que fui bancário, com muita honra para mim, e aprendi a admirar o Banco do Brasil, apesar de ter trabalhado em um banco privado. Há duas instituições que considero modelares: o Banco do Brasil e a Portobrás. Apesar de o primeiro ter sofrido um certo aviltamento na parte salarial nos últimos tempos – a segunda não sei como se encontra em termos salariais – são instituições que honraram este País. São modelos nos quais nos devemos espelhar em termos de eficiência de trabalho. Digo isso para reforçar os argumentos de V. S.<sup>a</sup>, egresso exatamente do Banco do Brasil. Tenho profundo respeito por aquela instituição bancária. Dai a minha atenção ao pronunciamento que, sei, é de uma instituição que trabalha com seriedade e, certamente, tem nos seguros complementares algo de sério. Por isso, quero congratular-me com V. S.<sup>a</sup> pela sua manifestação e dizer que sou um aliado na luta que vem desenvolvendo.

**O SR. JOÃO BOTELHO:** – Agradeço novamente a V. Ex.<sup>a</sup> o interesse, que realmente muito engrandece o nosso discurso.

**O SR. CONSTITUINTE VICTOR FACCIONI:** – Permite-me V. S.<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. JOÃO BOTELHO:** – Com muito prazer.

**O SR. CONSTITUINTE VICTOR FACCIONI:** – Quero também fazer minhas as palavras do Constituinte Adylson Motta e destacar a importância do tema que V. S.<sup>a</sup> traz ao debate e, conseqüentemente, da proposta colocada a consideração desta Assembléia Nacional Constituinte. Concordo com as colocações feitas; inclusive fiz propostas similares na defesa do direito do cidadão brasileiro de ter acesso a um sistema de previdência complementar e do direito de organização do sistema privado de previdência. Isto, evidentemente, não exclui a obrigatoriedade do Estado, do sistema oficial de previdência. É complementar. Mas por que o Estado vai impedir que os cidadãos do Brasil, os trabalhadores se organizem num sistema de cooperação mútua? Seria ilógico. Quanto aos percentuais de contribuição, esse é um problema de cálculo atuarial, que deverá provar a sua viabilidade. Caso contrário, irá à falência o sistema. Não é problema da Assembléia Nacional Constituinte, porque ela não vai resolver de forma diferente aquilo que a matemática dispõe de forma clara e precisa. Temos que assegurar o direito do sistema de previdência complementar e do sistema de previdência privada. O Estado não pode limitar o cidadão. O contrário seria uma limitação dos direitos do cidadão, do trabalhador. Os exemplos aqui citados são muito evidentes e merecem efetivamente o destaque como o do funcionamento do próprio sistema de previdência complementar do Banco do Brasil e da própria atividade do Banco do Brasil em si. Lamentavelmente, o Banco do Brasil vem sendo esvaziado nas suas atribuições, mormente agora, neste período da Nova República. Os funcionários do Banco do Brasil também vêm sendo prejudicados nos seus salários, como de resto há um achatamento salarial de um modo geral, em todos os setores da atividade de trabalho no Brasil. É pre-

ciso que isso seja revisado. O Banco do Brasil é efetivamente um modelo de organização e de equipe de trabalho, bem como a Petrobrás. Vejam que não se tem notícia de grandes escândalos nessas duas instituições. Algumas irregularidades devem ocorrer, mas a própria instituição sabe sanear-las. A Petrobrás é hoje, efetivamente, uma garantia da soberania nacional. Fui visitar, na semana passada, uma das plataformas de alto-mar da bacia de Campos e lá vi o que estão realizando os técnicos e funcionários da Petrobrás, atendendo a uma necessidade do povo brasileiro. Mas o tema é a previdência privada e a previdência complementar. Elas se justificam. A proposta popular aqui apresentada merece o exame, a acolhida e aprovação desta Casa, e a presença de V. S.<sup>a</sup> defendendo-a de forma tão objetiva, evidentemente, tornará mais clara essa evidência para os Constituintes.

**O SR. JOÃO BOTELHO:** – Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup> as honrosas palavras.

**O SR. PRESIDENTE (José Tavares):** – Informo ao nobre orador que dispõe ainda de oito minutos, pois se propôs a defender dois temas.

**O SR. JOÃO BOTELHO:** – Consulto à Mesa se esses oito minutos que me sobram decorrem dos 40 minutos?

**O SR. PRESIDENTE (José Tavares):** – Exatamente. Decorrem dos 40 minutos.

**O SR. JOÃO BOTELHO:** – Concedo o aparte ao nobre Constituinte Darcy Deitos.

**O SR. CONSTITUINTE DARCY DEITOS:** – Quero cumprimentar V. S.<sup>a</sup> pela defesa da pretensão dos bancários de se aposentarem aos 25 anos de serviços prestados. Sem dúvida essa é uma atividade desgastante. Esses trabalhadores brasileiros, que lidam com bilhões de cruzados durante as suas vidas e vêem os conglomerados enriquecerem, se aposentam, como bem disse V. S.<sup>a</sup>, às vezes, em estado de plena miséria. Desejo apenas, na parte em que V. S.<sup>a</sup> se refere aos vencimentos integrais, dizer que também concordo em que o trabalhador brasileiro deve aposentar-se com o último salário que recebia quando estava exercitando o seu emprego. A lei há também quer regular o sistema como um todo. Há casos, de cidadãos que trabalham em entidades privadas e nos últimos dois ou três meses que antecedem à sua aposentadoria têm seu salário aumentado para daí, terem um benefício maior. A lei efetivamente deve determinar um prazo. O prazo aqui está estipulado em 36 meses e ela ainda vai estabelecer os parâmetros de como se dará esse reajustamento, para evitar que irregularidades se cometam nessas aposentadorias. Ao longo desses anos, fazendo parte da minha atividade, vi empresários, nos últimos dois anos, aumentarem a contribuição dos seus funcionários para que a aposentadoria fosse maior; depois viam que todo aquele esforço não era compensado no valor final da aposentadoria. Aqui se falou em previdência privada e no próprio texto constitucional, no art. 255, prevê-se o seu funcionamento. Mas a lei há que estabelecer também penas severas para que falcaturas não sejam cometidas como o foram ao longo da história deste País nos últimos anos, em cima da economia popular, quando víamos uma picaretagem imensa de previdências privadas serem montadas, o povo ser lesado, e o que é pior, ninguém ser punido por isso. Não sou contra que haja complementação da previdência privada, mas há que, no termo da lei, se preservar a economia popular. Chega de picaretagem, causada especificamente pelo sistema financeiro nacional e pelas previdências privadas nacionais, porque não vimos, ao longo desses anos, ninguém, ser punido por ter roubado o povo, como é do conhecimento de V. S.<sup>a</sup> e de toda a Nação. Finalmente, gostaria de dizer que, ao se prever para aposentadoria, no termo constitucional, a idade de 53 anos para os homens e 48 anos para as mulheres, após 35 anos de serviço

comprovado para os homens e 30 para as mulheres, parece-me que há se fazer um ajuste. Temos que reconhecer também a oportunidade da equiparação da previdência para os trabalhadores rurais brasileiros, que só se aposentam hoje, de acordo com a lei, com 65 anos de idade. Já há este avanço aos trabalhadores rurais brasileiros que vêm encolhido em 12 anos, pelo menos, o seu direito de adquirir a aposentadoria. Parece-me que estamos exatamente nesta fase de ajuste do Projeto de Constituição final, a ser submetido à apreciação da Assembléia Nacional Constituinte. Entendo de alta valia sua presença neste debate, que vem engrandecer a Assembléia Nacional Constituinte.

**O SR. JOÃO BOTELHO:** – Muito obrigado, Constituinte Darcy Deitos.

O outro tema que nos traz aqui, a outra emenda que defendemos é sobre o Imposto de Renda. Como na questão da aposentadoria, temos também a legislação trabalhista, que tutela o salário, sendo atropelada pela legislação tributária. Essa prática remonta aos primeiros anos deste milênio em todo o mundo; é algo uniforme nas constituições atuais de todos os países. Temos esse princípio nas Constituições brasileiras, inclusive na vigente, quanto à legalidade do tributo e quanto à anterioridade da lei que o fixa. Porém esses princípios basilares do Direito Tributário são mudados por uma instrução normativa do Executivo, que tira o direito do legislador e calcula com seus critérios, aumentando a tributação sem qualquer observância do princípio da legalidade e, muitas vezes, até sem observância do princípio da anterioridade da lei tributária.

Para que V. Ex.<sup>as</sup> tenham apenas uma noção do que estou afirmando, de 1983 a 1987, a tabela de retenção do Imposto de Renda na fonte foi majorada em 4.189%. No mesmo período, o IGP variou em 11.130% e a OTN em 45.000%. Toda vez que se corrige a tabela de retenção na fonte aquém dos índices inflacionários, o Executivo está usurpando uma função precípua do Legislativo, aumentando os impostos. No período de 1979 a 1987, tivemos as tabelas relativas à declaração do Imposto de Renda majoradas em 45.000%; o IGP, nesse mesmo período foi majorado em 113.000%. Através das instruções normativas da Receita Federal, o Executivo tem legislado em matéria tributária, não respeitando o princípio da legalidade e, muitas vezes, ferindo também o princípio da anterioridade da lei tributária. Precisamos garantir que descalabros como esse não sejam cometidos sob a égide desta Constituição. O Estado tem grande facilidade de controlar e arrecadar o Imposto de Renda sobre os salários e proventos de qualquer natureza, o que é muito fácil, pois o desconto na fonte é compulsório. No entanto, não tenta aprimorar os sistemas de arrecadação do tributo de algumas categorias privilegiadas da economia paralela, não oficial, como, por exemplo, dos agricultores, cujo controle é de difícil execução. Os salários e proventos aí estão, a atender à voracidade do Estado, com esse poder de legislar em matéria tributária. Se conseguirmos eliminar os privilégios e evitar que determinadas categorias passem ao largo desse ônus, poderemos criar um limite para a tributação do Imposto de Renda Sobre os Salários. Ainda assim, a arrecadação do Estado será a mesma ou até maior. Se por um lado, o Estado tem que aprimorar o sistema de controle e arrecadação desse imposto, por outro lado, isso acarretará a correção dos privilégios. Nesse aspecto da tributação, no caso das pessoas jurídicas, as empresas deduzem todas as ilimitadas despesas, mas para o trabalhador, as alíquotas ou margens de dedução são extremamente limitadas. Atribuem-se quinhentos a setecentos cruzados por dependente, quando o próprio Estado reconhece que essa importância não dá para manter sequer o leite das crianças, nos dias de hoje. A necessidade de se estabelecer limites para a tributação do Imposto de Renda sobre o salário decorre exatamente

da necessidade de se coibir essa prática de o Executivo legislar em matéria tributária e se corrigir as distorções, eliminando-se os privilégios.

Há outro problema ainda mais grave que quero denunciar, ou seja, o do Imposto de Renda que incide sobre algum direito de descanso que o trabalhador converte em espécie. Os salários estão aviltados, todos sabemos disso. Às vezes, o trabalhador se vê compelido a vender ao empregador sua licença-prêmio, seu período de férias. Que acontece? Esse direito seria em descanso. O País precisa de trabalho: o trabalhador vai trabalhar, vendendo seu direito legítimo. E o Imposto de Renda, além de incidir sobre esse direito, aumenta a alíquota incidente sobre o salário. Fizemos um cálculo simples: se, hipoteticamente, com um salário de Cz\$ 50.000,00, um funcionário passar um mês em licença-prêmio, pagará ao final do mês Cz\$ 5.270,00 de Imposto de Renda. Se, no entanto, ele vender sua licença-prêmio ao empregador e for trabalhar ao final do mês pagará de Imposto de Renda Cz\$ 19.624,00. O que fizemos aí? Premiamos o ócio. Oneramos o trabalho, num período em que a redenção econômica deste País passa pelo crivo do aumento da produtividade, pela motivação do trabalhador e, efetivamente, pelas horas de trabalho. O trabalho daquele empregado, nesse mês em que tinha direito ao descanso, além do mais foi aviltado, porque ele recebeu por trinta dias menos que o seu próprio salário.

Com apartes tão bem conduzidos, que enriqueceram nossa defesa, V. Ex.<sup>as</sup> demonstraram estar convencidos da necessidade de introduzirmos uma limitação nesse poder, nessa voracidade do Estado. Precisamos fixar, assim, um limite para a tributação do Imposto de Renda; precisamos inserir na Constituição preceitos que resguardecem ao trabalhador a faculdade de não ver onerada sua contra-prestação por um mês de trabalho, quando tinha direito ao ócio.

Agradeço a oportunidade, em nome dos funcionários do Banco do Brasil, em nome dos bancários e dos trabalhadores deste País, na expectativa de que essas simples palavras não caiam no vazio; que, ao contrário, encontrem guarida nesta Assembléia Nacional Constituinte, para que os trabalhadores se sintam recompensados e reconhecidos pelo papel primordial que desempenham, de contribuir para o engrandecimento deste País.

**O SR. PRESIDENTE (José Tavares):** – A Presidência agradece a presença aos Srs. Constituinte, sejam ou não membros da Comissão de Sistematização, em especial aos expositores, que aqui trouxeram suas idéias e promoveram a defesa das teses de acordo com suas consciências.

Agradece também a presença e a participação a todos os servidores e servidoras, em especial a nossa Secretária, e suspenderá esta reunião, marcando seu prosseguimento para as 19 horas, quando teremos depoimentos, pronunciamentos, exposições de pessoas que aqui virão defender seus pontos de vista relacionados com emprego, trabalho, estabilidade e previdência.

**O SR. CONSTITUINTE ADYLSON MOTTA:** – Sr. Presidente pela ordem. Apenas para registrar meus aplausos pela maneira correta, eficiente e imparcial com que V. Ex.<sup>a</sup> presidiu esta reunião.

**O SR. CONSTITUINTE DARCY DEITOS:** – Sr. Presidente, pela ordem. Quero também cumprimentar V. Ex.<sup>a</sup>, meu conterrâneo do Estado do Paraná, por ter dirigido tão bem esta reunião da Comissão de Sistematização. Parabéns a V. Ex.<sup>a</sup>, nobre Constituinte José Tavares.

**O SR. PRESIDENTE (José Tavares):** – Muito obrigado a V. Ex.<sup>as</sup> pelas manifestações de carinho.

Está suspensa a reunião.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Havendo número regimental, está reaberta a reunião.

Daremos agora prosseguimento à reunião iniciada pela manhã, para continuarmos a discussão das Emendas Populares. Antes de iniciarmos, colocarei em votação requerimento do Sr. Deputado Aluizio Campos sobre novo calendário dos trabalhos desta Comissão, que já foi distribuído aos Srs. Constituintes e demais presentes à reunião. Tem a palavra o Deputado Aluizio Campos.

**O SR. CONSTITUINTE ALUÍZIO CAMPOS:** – Sr. Presidente, demais membros da Comissão de Sistematização, sem dúvida, estamos, agora, começando realmente a elaborar o verdadeiro Projeto da Constituição. Amanhã, começara a correr o prazo para apresentação das emendas ao Substitutivo do Relator e, agora, a Comissão terá de exercer, efetivamente, a responsabilidade que lhe foi cometida: preparar o Substitutivo a ser enviado ao Plenário para a votação em primeiro turno.

O Presidente Afonso Arinos recebeu um ofício do Presidente Ulysses Guimarães, recomendando a adoção de um determinado esquema para o procedimento da Comissão neste período.

Mas as sugestões de S. Ex.<sup>a</sup> limitam-se a alcançar apenas o período da publicação e distribuição do parecer do Relator, quando o mais importante será, realmente, a votação do que se chama o segundo substitutivo, depois de o primeiro haver recebido as emendas, que naturalmente terão de ser objeto de discussão, através do parecer apresentado pelo Relator sobre elas.

Requeri ao Presidente Afonso Arinos, e S. Ex.<sup>a</sup> deferiu, o que submetemos ao Plenário: um cronograma para completar o exame do Substitutivo, sua discussão e votação. Esse cronograma da Comissão de Sistematização foi distribuído a todos os membros e está assim concebido: dia 26, ontem, recebemos o Substitutivo elaborado pelo Relator, que, hoje, foi publicado e distribuído. Amanhã, iniciar-se-á sua discussão e apresentação de emendas, num prazo de seis dias. A discussão será prorrogada até o término do prazo concedido ao Relator para se pronunciar sobre elas. Esse prazo terminará no dia oito de setembro. Publicado e distribuído o parecer, propusemos que ele fosse discutido na Comissão e depois recebidos os destaques dos Srs. Constituintes, pois poderão ser feitos não apenas pelos membros da Comissão, mas também por todos os que apresentaram emendas em Plenário. Embora elas sejam numerosas – 20 mil 700 e poucas –, vão ser admitidas destaques para as emendas apresentadas ao Substitutivo durante seis dias. Apesar do número, pareceu-nos mais democrático o recebimento de destaques a nível da Comissão, porque esta será a última oportunidade concedida aos membros da Constituinte para a discussão do Projeto de Constituição. Em primeiro turno, ele será votado. Depois, a discussão limitar-se-á às emendas apresentadas ao projeto já aprovado em primeira discussão. Aí, teremos um prazo para a redação final. De acordo com o cronograma, a redação final do Substitutivo deverá ser remetida ao Presidente Ulysses Guimarães, para efeito de votação, em primeiro turno, em dois de outubro. Para isso, aproveitamos os prazos do art. 23, §§ 2º e 3º do Regimento Interno, um deles já absorvido nesses seis dias, e o outro a ser definido pela Mesa da Constituinte, a fim de que o Relator possa apresentar o parecer. Simplificamos o processo, apesar da importância da matéria. Com efeito é nossa oportunidade que vai surgir o verdadeiro embrião da Constituição; é aqui do trabalho atual, que está sendo feito, depois da apresentação das emendas e da discussão do Substitutivo, que surgirá a nova Carta, pois não acreditamos que o que for apresentado possa ser muito modificado por uma maioria de 280 Constituintes. Então, por esta razão, tivemos a cautela de preparar um cronograma que permita à Comissão trabalhar com relativa tranquilidade, embora os prazos me pareçam exíguos.



Com estas explicações, requeiro ao Sr. Presidente se digne submeter à votação o cronograma que acabo de mencionar e que foi distribuído aos membros da Comissão.

**O SR. CONSTITUINTE FRANCISCO BENJAMIM:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem a palavra V. Ex.<sup>a</sup> pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE FRANCISCO BENJAMIM:** – Sr. Presidente, o nobre Constituinte Aluizio Campos se referiu aos nossos trabalhos constituintes, à participação efetiva, sobretudo da Comissão de Sistematização, que se inicia hoje, neste momento. Por isto, Sr. Presidente, solicito a V. Ex.<sup>a</sup>, bem como ao Constituinte Aluizio Campos, que examinou e montou o cronograma, que permitiam dilatar mais o prazo da discussão do Substitutivo, que está aqui com um prazo de seis dias. Poderíamos, reduzindo em um dia o prazo da discussão do parecer sobre a emenda, possivelmente obter mais um ou dois dias, suficientes para a avaliação de um trabalho que envolve 350 artigos e que agora vai merecer a nossa análise e maior reflexão.

É esta a colocação que gostaria de fazer, solicitando ao eminente companheiro. Constituinte Aluizio Campos, que examine a possibilidade de rever este cronograma, ampliando o prazo da emenda em Plenário.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Muito obrigado a V. Ex.<sup>a</sup>.

Tem a palavra o nobre Constituinte José Lins.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Sr. Presidente, desejo apoiar a proposta do nobre Constituinte Aluizio Campos, nosso Vice-Presidente, porque realmente o tempo está-me mostrando absolutamente exíguo.

Como V. Ex.<sup>a</sup> sabe, eu mesmo já havia proposto anteriormente que o prazo de apresentação de emendas e até a natureza das emendas apresentadas ao parecer do Relator fossem revistos.

Presidente Ulysses Guimarães aquiesceu, e hoje temos o privilégio de apresentar emendas ao Plenário, com relação ao parecer do Relator ao primeiro Substitutivo, mesmo porque este é o primeiro documento apresentado de modo coerente, traduzindo o pensamento da Constituinte sobre a futura Constituição. Se não pudéssemos emendá-lo, certamente frustraríamos grande parte dos Constituintes, que não teriam oportunidade de opinar sobre o texto do Substitutivo do Relator.

É preciso levar em conta que, se formos discutir as Emendas Populares, teremos que dedicar de acordo com o Regimento, 20 minutos a cada uma delas. Como são 122 o número de emendas, levaríamos um total de 2.400 e tantos minutos corridos. Mas, se levarmos em consideração o tempo que se perde entre uma discussão e outra, gastaríamos pelo menos 3 mil minutos, o que levaria à necessidade de 50 horas só para a discussão dessas Emendas Populares. Isso significa trabalhar cinco dias, com a discussão e apresentação dessas emendas pelos seus líderes, durante dez horas. Veja V. Ex.<sup>a</sup> que realmente o prazo é extremamente exíguo.

De modo que quero apoiar a sugestão do nobre Constituinte Aluizio Campos.

**O SR. CONSTITUINTE CUNHA BUENA:** – Sr. Presidente, peço a palavra para contraditar.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE CUNHA BUENO:** – Sr. Presidente o ilustre Constituinte que acaba de levantar a questão de ordem diz serem 122 as Emendas Populares. Na realidade, aprovadas pela Comissão para serem discutidas, são 83. Com a reunião de amanhã a vigésima oitava Emenda

da Popular já estará discutida. Portanto, faltam apenas 55 para serem discutidas no Plenário da Comissão de Sistematização.

Se adotarmos o mesmo critério de sete emendas por sessão, teremos necessidade de oito sessões para discutirmos as 55 emendas que ainda restam. Como o calendário preparado pela Comissão de Sistematização só prevê a discussão até amanhã, gostaria de, contraditando a questão de ordem, perguntar a V. Ex.<sup>a</sup> em que dia se realizarão as outras oito sessões, para termos oportunidade de ouvir os apresentadores das outras 55 Emendas Populares, que, quero entender, deverá ter o mesmo direito de defesa que tiveram os que defenderam as 28 Emendas Populares discutidas.

V. Ex.<sup>a</sup> sabe que muitos desses populares que vêm a este plenária discutir as sessões não residem na cidade de Brasília e, muitas vezes, precisam se deslocar de Estados distantes. Para isso, necessitam ser previamente avisados, a fim de que se encontrem em Brasília no dia da defesa da Emenda Popular.

**O SR. CONSTITUINTE VLADIMIR PALMEIRA:** – Sr. Presidente, peço a palavra para dar esclarecimentos ao Constituinte Cunha Bueno.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Responderei, oportunamente, na medida das possibilidades, à questão de ordem do nobre Constituinte Cunha Bueno.

Tem a palavra V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. CONSTITUINTE VLADIMIR PALMEIRA:** – Sabemos que esta Casa, ultimamente, tem tido presidentes com características imperiais. Por isso mesmo, gostaria de saber, em relação ao prazo para votação final, que passou do dia 17 para o dia 26 de novembro, na Comissão de Sistematização, se está havendo violação consciente do Regimento Interno, já que este estabelecia 25 dias para discussão. Reza o § 2º do art. 25 que, "encerrada a discussão, o projeto e as emendas serão enviados à Comissão de Sistematização, que terá 25 dias para emitir parecer sobre as emendas".

Gostaria de saber se há uma violação consciente do Regimento, por parte da Presidência da Comissão de Sistematização, ou se é uma ordem da Presidência da Assembléia Nacional Constituinte, que tem violado o Regimento algumas vezes.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Dou a palavra ao Constituinte Aluizio Campos, que conhece bem a questão, para que a examine.

**O SR. CONSTITUINTE ALUÍZIO CAMPOS:** – Posso esclarecer tanto o Constituinte Cunha Bueno quanto o Constituinte Vladimir Palmeira. O cronograma foi feito com absoluto respeito ao Regimento Interno da Constituinte, no que diz respeito às discussões das Emendas Populares.

Pelo cronograma, teremos 14 dias para discuti-las. Para isso, pretendemos fazer duas sessões por dia, porque, segundo o Presidente Ulysses Guimarães anunciou, o Plenário da Constituinte, neste período, vai-se confundir com o Plenário da própria Comissão de Sistematização, onde o Substitutivo vai ser discutido por todos os Constituintes, emendado, podendo, ainda, ser requeridos destaques.

Daí o porquê do Presidente Ulysses Guimarães, resolvendo questão de ordem que lhe foi submetida, determinar o funcionamento do Plenário da Constituinte às segundas e quartas-feiras; e às terças, quintas e sextas-feiras funcionar, no plenário da Câmara dos Deputados, a Comissão de Sistematização, à tarde.

Mesmo que o Presidente Ulysses Guimarães não tivesse determinado a utilização desses dias para o funcionamento do Plenário da Constituinte, poderíamos –

antecipo-me à pergunta que suponho vá ser levantada pelo nobre Constituinte Amaury Müller – fazer reuniões na Comissão pela manhã e à noite, e nessas duas reuniões, se admitidos quatro representantes das entidades apresentadoras das Emendas Populares, tranqüilamente acabaríamos de discuti-las, dando-lhes preferência, por ocasião da discussão do Substitutivo.

A metodologia que pretendemos adotar é a de se fazer, de amanhã em diante, a discussão das Emendas Populares dentro dos temas do Substitutivo que forem submetidos à discussão, por títulos ou capítulos.

De acordo com a natureza das Emendas Populares, elas serão enquadradas preferencialmente na Ordem do Dia. Quero dizer, são quatro oradores. Falarão primeiro os oradores que representam as entidades apresentadoras dessas emendas. Em seguida, os Constituintes entram no debate do Substitutivo.

Estas providências estão aqui previstas, porque ontem começamos a discutir as Emendas Populares e, até amanhã, serão discutidas cerca de 26 a 28 emendas.

Então, sobrarão 50 e poucas, que, nos onze dias restantes, poderão tranqüilamente ser discutidas sem qualquer prejuízo para os seus apresentadores nem para a expectativa da opinião pública nacional. Quanto à dilatação do prazo, gostaria de lembrar ao Constituinte Vladimir Palmeira que o Regimento Interno da Constituinte estabelece o prazo da 35 dias para apresentação do Substitutivo. Mas, depois da apresentação, nos §§ 2º e 3º do art. 26 do Regimento Interno, há um prazo suplementar de 48 horas para apresentação de emendas, prazo este que antecipadamente convertemos em seis dias, durante o início da discussão. Depois desse prazo, a Mesa da Assembléia Nacional Constituinte ainda deverá definir outro, não definido pelo Regimento, para apresentação final do parecer do Relator sobre as emendas ao Substitutivo. Já solicitamos ao Presidente Ulysses Guimarães que fixe um prazo complementar, indefinido pelo Regimento, para atender à necessidade expressa no cronograma. O que não podemos fazer é submeter a discussão do projeto constitucional a uma camisa-de-força, porque os prazos devem ser compatibilizados com o volume da matéria a ser discutida. Não fomos condenados a fazer uma Constituição à base de trabalhos forçados, como tem sido feito até agora. Desse procedimento adotado resultou o primeiro "projeto", totalmente descoordenado, porque as Comissões Temáticas não puderam realizar um trabalho de sistematização consentâneo com a técnica de formulação que poderíamos ter adotado inicialmente.

Com estes esclarecimentos, creio que o melhor que podemos fazer é procurar, agora, quando na verdade vamos começar a produzir o Projeto de Constituição, utilizar o tempo de que pudermos dispor, compatibilizando-o com o volume de emendas e trabalho que tivermos a discutir. Do contrário, o projeto sairá novamente mal elaborado.

**O SR. CONSTITUINTE VLADIMIR PALMEIRA:** – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE VLADIMIR PALMEIRA:** – Sr. Presidente, não entrei sequer no mérito da questão para saber se o prazo deveria ser dilatado ou não. Os §§ 2º e 3º do art. 26 citados pelo nobre Constituinte são aplicados depois que o Substitutivo chega ao Plenário. Então, ter-se-ia quarenta e oito horas após a chegada do Substitutivo ao Plenário. Quando o Presidente Ulysses Guimarães ampliou o prazo na Comissão de Sistematização, S. Ex.<sup>a</sup> o fez por vontade própria. No entendimento de S. Ex.<sup>a</sup>, este prazo está cancelado, mas ele é regimental e não diz respeito à Comissão de Sistematização. Entendo que, cabe ao Ple-

nário da Constituinte modificar um parágrafo regimental. Portanto, é necessário que se esclareça se violou conscientemente o regimento e quais as pretensões de novas violações, para que os Constituintes saibam pelo menos a que se ater. Porque, se de um lado é natural que queiramos discutir o projeto da forma mais profunda possível, de outro esses prazos foram aprovados pelo Plenário da Assembléia Nacional Constituinte.

Ora, sem dúvida nenhuma teremos uma série de discussões no plenário, bastante ardorosas e até emocionais. Então é preciso que o Regimento fique claro aos olhos dos Constituintes, para que amanhã não seja violado em outros dispositivos, complicando a vida parlamentar e tumultuando a ordem normal dos trabalhos constitucionais. Gostaria que a Presidência esclarecesse efetivamente se irá ou não obedecer ao Regimento, para que o meu partido e os demais possam tomar uma posição a respeito dos fatos: se a violação do Regimento é consciente ou não, porque flagrante ela é. A minha indagação é no sentido de saber se a violação é ou não realizada de forma consciente, para que os partidos políticos possam saber como encaminhar esta questão no próprio plenário da Constituinte.

**O SR. CONSTITUINTE ALUIZIO CAMPOS:** – A única diferença que existe é que o partido de V. Ex.<sup>a</sup>, como os demais, em vez de dispor apenas do prazo de 48 horas irá dispor de um prazo de seis dias.

**O SR. CONSTITUINTE VLADIMIR PALMEIRA:** – Não. Não é verdade. V. Ex.<sup>a</sup> está cometendo um equívoco, pois este prazo de dois dias é para a plenária da Constituinte e não para a Comissão de Sistematização. A diferença reside no fato de que este prazo passa para o dia 26, quando normalmente a discussão seria encerrada no dia 17. Esta é a diferença real. O que vier depois para o plenário é outro departamento. Não é este assunto que estamos discutindo aqui. O que estamos discutindo é a duração do trabalho de votação na Comissão de Sistematização. Desta forma, gostaria de obter essa informação para não se dizer amanhã que seremos compensados com dois ou três dias. Não estou discutindo a compensação dos prazos, tampouco o conteúdo ou a boa vontade de V. Ex.<sup>a</sup>. Desejo saber se as normas regimentais serão aplicadas ou não: se esta não-aplicação é algo consciente, ou se a Presidência pretende rever estes prazos em função do caráter anti-regimental neles contidos.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – A Presidência, antes de responder, deseja dar conhecimento aos Srs. Constituintes do seguinte ofício que acaba de receber do Presidente Ulysses Guimarães e que diz respeito à matéria. Não gostaria que o assunto fosse resolvido sem que os Srs. Constituintes tenham conhecimento desse despacho, que não é do meu conhecimento, mas que diz respeito à matéria em tramitação.

O ofício diz o seguinte:

"Brasília, 27 de agosto de 1987"

GP - 0/443/87 - ANC

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que foi acolhido pelo Plenário da Assembléia Nacional Constituinte proposta da Comissão de Sistematização no sentido de que, até o dia 17 de setembro, a referida Comissão realize as suas reuniões plenária "em todos os dias da semana, com exceção de segunda-feira, à tarde, quando se reúne a Câmara dos Deputados, e quarta-feira, à tarde, quando se reunirá a Assembléia Nacional Constituinte".

Esclareço que poderão ser realizadas sessões, no mesmo período, tanto da Assembléia Nacional Constituinte, quanto da Câmara dos Deputados,

para tratarem de assunto determinado, mediante convocação do Presidente ou a requerimento de lideranças que representem um terço dos Constituintes.

Por outro lado, informo a Vossa Excelência que, decidindo questão de ordem levantada pelo nobre Constituinte Floriceno Paixão, ficou esclarecido que poderão ser admitidos destaques, na Comissão de Sistematização e na Assembléia Nacional Constituinte, às emendas oferecidas durante os primeiros trinta dias da discussão do Projeto de Constituição e àquelas oferecidas durante os seis dias, ao Substitutivo do Relator, nos termos do Regimento Interno.

Aproveito o ensejo para renovar a Vossa Excelência os meus protestos de consideração e apreço. – Constituinte **Ulysses Guimarães**, Presidente da Assembléia Nacional Constituinte."

Pergunto ao Sr. Constituinte Aluizio Campos qual o sentido que tem essa comunicação no concernente aos debates que aqui estão sendo travados.

**O SR. CONSTITUINTE ALUÍZIO CAMPOS:** – O Constituinte Floriceno Paixão levantou uma questão de ordem para que o Presidente Ulysses Guimarães informasse se as emendas ao Substitutivo, apresentadas durante os seis dias na Comissão de Sistematização, além de poderem ser destacadas a nível da Comissão também poderiam sê-lo depois no Plenário da Constituinte. O Presidente Ulysses Guimarães respondeu que poderiam ser destacadas na Comissão e depois no Plenário da Constituinte, e aproveitou a oportunidade para ponderar que também poderiam ser destacadas na Comissão todas as emendas apresentadas em Plenário e remetidas à Comissão para serem apreciadas pelo Relator, antes de elaborar o Substitutivo. No cronograma que propusemos, já prevíamos essa solução. Aqui está dito que, dos dias 15 a 26 haverá votação do Substitutivo e dos destaques pelos membros da Comissão, podendo ser destacadas emendas apresentadas em Plenário, desde que obedeçam às normas do Regimento da Comissão. O que o Presidente Ulysses Guimarães sugeriu coincide, portanto, com o nosso cronograma. Apenas, no primeiro ofício que enviou à Mesa da Comissão, S. Ex.<sup>a</sup> se limitou a estabelecer prazos até o dia 17, mas depois da votação do Substitutivo. Este terá de retornar ao Relator para inclusão das emendas que forem aprovadas e redação final. Esta redação final terá, obviamente, de ser apreciada pelo Plenário da Comissão e votada, antes de remeter-se o Substitutivo para votação em primeiro turno.

Quanto às ponderações do nobre Constituinte Vladimir Palmeira, esclareço ao Sr. Presidente que acredito que S. Ex.<sup>a</sup> se preocupava com a exigüidade do prazo. Procuramos ser mais práticos. O Regimento da Constituinte não determina expressamente que a apresentação daquelas emendas, em 48 horas, fossem feitas em Plenário. Solicitamos então que fossem apresentadas diretamente à Comissão, porque seria perda de tempo e de material subir Substitutivo a Plenário apenas para ser emendado, voltando depois à Comissão para receber parecer do Relator. Assim, as emendas serão apresentadas diretamente na Comissão. O Relator dará o parecer final e sobre ele é que se vai efetuar a última e definitiva votação, a nível de Comissão. Então não tem procedência a questão de ordem do nobre Constituinte Vladimir Palmeira.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Confesso a minha perplexidade em face da questão suscitada, porque curiosamente os problemas constitucionais têm sido debatidos com maior proveito e menor dificuldade do que os problemas regimentais. Tem havido uma dificuldade muito grande para se traçarem normas pelas quais a Constituinte deva proceder. Sinto, pessoalmente, essa dificuldade porque

a decisão do Presidente foi reiterada num ofício que S. Ex.<sup>a</sup> enviou hoje.

O Ofício do Presidente da Assembléia Nacional Constituinte declara positivamente:

"Esclareço que poderão ser realizadas sessões no mesmo período, tanto da Assembléia Nacional Constituinte quanto da Câmara dos Deputados, para tratar de assunto determinado, mediante convocação do Presidente, no sentido de que até o dia 17 de setembro a referida Comissão realize as reuniões plenárias em todos os dias da semana, com exceção de segunda-feira."

Portanto, o Presidente da Constituinte manteve o dia 17 de setembro. Sinto-me em dificuldade para resolver o problema, porque realmente não tenho condições para fazê-lo. Assim, pergunto à Comissão, que ouviu, interpretar e acompanhou os debates se seria uma solução razoável consular o Presidente da Constituinte e os Líderes de partidos que têm representação aqui, a fim de que possamos resolver esse assunto sem a sensação de estarmos decidindo obscuramente, sem uma idéia muito clara do caminho que estamos tomando.

Solicito como colega e amigo mais velho, que S. Ex.<sup>a</sup> as ajudem neste momento. Está certo o que estou querendo fazer? Voltar a questão ao Presidente, para que ele a examine?

Meu apreço, admiração e simpatia pelo colega Aluizio Campos não precisam ser reiterados. Mas como Presidente, sinto-me incapaz para decidir essa questão e tenho receio de resolvê-la com mau resultado. Peço à Comissão que me apóie nesse ponto. Vamos retardar isso. Voltarei ao Presidente da Comissão, e verei também se é possível, com as lideranças dos partidos, chegarmos a essa conclusão, a fim de que todos tenham conhecimento de que estão decidindo uma questão, não por mim, mas por eles.

Transfiro à Comissão e aos partidos a decisão desse assunto. Peço desculpas ao Constituinte Aluizio Campos, mas não me sinto capaz de decidir essa questão de ordem.

V. Ex.<sup>as</sup> estão de acordo? Interpreto o silêncio da Comissão como sendo de apoio. Fica, portanto, resolvida desta forma a questão.

Muito obrigado a todos.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem a palavra o nobre Constituinte Augusto Carvalho, para falar sobre as aposentadorias dos bancários e securitários, numa continuação da discussão das emendas populares.

**O SR. CONSTITUINTE AUGUSTO CARVALHO:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a aposentadoria é direito já consagrado do trabalhador brasileiro. Referenda-o projeto da nova Constituição, já apresentado pelo Relator da Comissão de Sistematização, Constituinte Bernardo Cabral, conforme se pode ler no inciso XX do art. 7º de seu projeto. Mas a Consolidação das Leis da Previdência Social, em seu art. 38, prescreve a necessidade de aposentadorias em caráter especial para todos aqueles trabalhadores que desempenhem tarefas penosas, perigosas, insalubres.

Tal preocupação vem de ser assumida pelo mencionado Projeto de Constituição da Comissão de Sistematização quando reconhece a necessidade de menor permanência na ativa para aqueles servidores públicos no exercício de atividades consideradas também penosas, também insalubres, perigosas. É o que está registrado no § 2º de seu art. 65. E essa mesma preocupação retorna aos cuidados do Sr. Relator do projeto, que, na alínea b do art. 265, repete a mesma necessidade de que se reduzam os prazos de permanência do trabalhador em serviço ativo desde que comprovada sua participação em tarefas penosas, perigosas, insalubres.

Tais tarefas, de um lado, representam perigo de vida constante no cotidiano dos trabalhadores ou, por outro lado, quando insalubres e penosas, reduzem-lhe a expectativa de vida, colocando-a a níveis evidentemente inferiores à média nacional, que já é das mais baixas do mundo.

A proposta do Partido Comunista Brasileiro é simples e pode ser resumida em poucas palavras: o que se pretende é devolver ao trabalhador parte daquele tempo de vida que ele perdeu no desempenho de tarefas que lhe ameaçavam a vida, de imediato, ou a reduziam pelo esforço, pelo ambiente de trabalho, pelas horas trabalhadas ou, coisas e tais.

De fato, quando se montam as equações atuariais para definir a relação custo/benefício, faz-se necessário considerar desigualmente as variáveis respeitantes à duração média de vida para os que se aposentam, quando esses aposentados, na ativa, estiveram sempre ou majoritariamente envolvidos com tarefas que a lei definiu como penosas, perigosas, insalubres.

E é o que tem sido feito, conforme o prescreve o já citado art. 38 da Consolidação das Leis da Previdência Social. Mas isto tem sido feito de forma incompleta e, portanto, injusta, eis que estão excluídos dessa relação alguns trabalhadores que, desempenhando, no entanto, tais tarefas penosas, têm sua aposentadoria por tempo de serviço igualada à de todos os demais. Entre esses trabalhadores não contemplados com aposentadoria especial estão os bancários e securitários. E nossa proposta, aqui, é defender para nossos companheiros de profissão a aposentaria aos 25 anos de serviço, fundamentado na minha experiência de quinze anos nesse trabalho, do qual somente me afastei para ocupar a Presidência do Sindicato dos Bancários de Brasília e, agora, para trazer essa minha experiência para a elaboração da Constituição da República.

Já diante de suas condições de trabalho, os bancários têm sua jornada diária de seis horas. Isto não é nenhum privilégio, nem se poderia considerar privilegiado um trabalhador que, depois de seu último aumento salarial (data-base em 1º de setembro de cada ano), e ainda com cinco disparos do chamado "gatilho", não consegue receber remuneração que alcance os seis mil cruzados, que é quanto recebem 600.000 dos 800.000 bancários brasileiros.

E essa redução de jornada não é respeitada. Os banqueiros, na sua sede insaciável de lucros, obriga-os, sob ameaça de demissão imediata e gratuita, a jornadas que, no mais das vezes, varam a noite, nada obstante a vigilância continuada dos sindicatos mais atuantes, numa atividade, no entanto, que se vê frustrada, dada a impotência, quando não a conivência das autoridades a quem compete fiscalizar esses desmandos.

A conquista de uma menor jornada de serviço pelos bancários teve por base, primordialmente, a verificação, pelo cadastro do antigo Instituto de Aposentadorias e **Pensões dos Bancários – IAPB**, da elevada incidência, na categoria, de doenças tais como a tuberculose e as nervosas, de que decorrem as úlceras, as neuroses e um trágico rol de outras moléstias, algumas mesmo irreversíveis.

É fato que o sistema financeiro do País sofreu uma ampliação sem precedentes frente aos demais ramos de produção. Alguns bancos da rede privada já contam suas agências em milhares de unidades, e seus lucros, conforme se verificou no primeiro semestre deste ano, em nenhum caso foram inferiores a um bilhão de cruzados.

A modernização do sistema é outra questão relevante. Os programas computadorizados de contabilidade, de comunicação e informação já atingem a praticamente todo o País e trazem junto a si – isto é apenas um exemplo – o acréscimo desmedido da profissão de digitadores, para

que os bancos e a clientela tenham, ao dia, as informações de que necessitam. E para esses digitadores, dada a atividade febril a que se entregam, por força mesmo desse crescimento do sistema, dessa multiplicidade de tarefas de que se incumbem os bancos e os bancários, está reservada a triste incidência de nova moléstia, a tenossinovite, também de caráter irreversível.

Mas não é penosa a tarefa dos bancários apenas por estas poucas questões aqui afloradas. Poucas, mas sérias, mas perversas. Possivelmente nenhuma outra categoria profissional, de mesmo nível, enfrente uma rotatividade de mão-de-obra tão elevada como a dos bancários. Em alguns casos, essa taxa de rotatividade pode atingir os 30%.

Ano passado, e debaixo da desculpa da implantação do Plano Cruzado I, os banqueiros disso se aproveitaram e fecharam 1.000 agências bancárias, demitindo, do mesmo passo, mais de 150.000 bancários, conforme o anuncia o próprio boletim mensal editado pela Fenaban, a Federação patronal.

Pedimos permissão para nos determos nesses dados. As demissões aqui apontadas indicam média superior a 130 bancários por agência que tenha tido encerradas suas atividades. Ora, a existência de uma agência bancária com mais de 150 funcionários é fato raro, praticamente só encontrável nas capitais e em algumas poucas cidades. O Bradesco e o BB – sirvam-nos os exemplos – com 150.000 e 120.000 servidores, respectivamente, e com mais de 3.000 pontos de serviço, estão a indicar que a média de servidores por filial fica beirando os 40 a 50 bancários.

Assim, é de concluir-se, sem maiores especulações, que os banqueiros demitiram bancários em número infinitamente superior ao que seria legalmente justificável, isto é, superior às demissões que se entendem por legítimas, diante do encerramento de negócios de uma empresa ou de uma filial.

Essa rotatividade, assim desmedida, assim desumana, gera dos mais sérios problemas físicos e mentais dentro da categoria dos bancários: a insegurança. Essa incerteza que acompanha os bancários, notadamente os da rede particular, que não podem prever seu futuro, o futuro de suas famílias, já que não podem assegurar, para si e para os seus, a certeza de um emprego estável. De um emprego estável e de um salário decente.

A defesa que fazemos de uma aposentadoria aos 25 anos para os bancários não tem por base a conquista de qualquer privilégio, o que repudiamos por princípio filosófico, o princípio filosófico da igualdade entre todos os homens, que forma a doutrina de Partido ao qual pertencemos.

É uma questão sumamente humana. É uma questão de salvação.

Também vale dizer – e honra seja feita a esses meus nobres colegas, cujos nomes e trabalhos terei o orgulho e o prazer de citar – também vale dizer, repetimos, que preocupação como a que acabamos de expor não nos é exclusiva.

Muito ao contrário.

Já em 1979, o Constituinte Hélio Duque, então Deputado, apresentou à Câmara Federal projeto de lei que recebeu o nº 1.668-A, propondo se estendesse aos bancários, à atividade bancárias, a caracterização de atividade penosa. E justifica assim essa sua proposta o nobre colega.

"Cremos que a atividade profissional dos bancários pode e deve ser considerada penosa, pois ele trabalha sob tensão nervosa constante, em tarefas de grandes responsabilidade. Dele é exigido um desempenho isento de erros ou equí-

vocos. Assim, o bancário sofre desgaste e está sujeito a desequilíbrios psíquicos...”

O projeto do Deputado Hélio Duque transitou pelas diversas Comissões da Câmara. A de Constituição e Justiça deu pela constitucionalidade, pela juridicidade e técnica legislativa. Aprovou-o a Comissão de Finanças, como também o fez a de Trabalho e Legislação Social, agregando-lhe um substitutivo exatamente para reconhecer a atividade do bancário como penosa.

Tal projeto, já considerado legal, já considerado legítimo, dormita, contudo, nas gavetas do Congresso, sem a necessária e urgente aprovação.

Segue-o, na proposta, o nobre Deputado Renato Bernardi, do PMDB do Paraná, com seu Projeto de nº 6.655/85.

E temos ainda por respaldo projeto apresentado por esse grande batalhador das causas trabalhistas, o nobre Constituinte Floriceno Paixão, que propõe, com seu Projeto nº 8.133, de 1986, que se considera desde já a atividade bancária como penosa e que se lhe conceda, ao bancário, a aposentadoria aos 25 anos.

A só presença desses eminentes pares e companheiros, a cuja luta tenho o orgulho de me unir, para ela trazendo a experiência que adquiri enquanto líder, enquanto Presidente de Sindicato dos Bancários essa presença, repito, já garante e enobrece a justeza de nossa proposição.

Uma proposição, é importante ressaltar, vem de ser apresentada, na forma de emenda popular, e assinada por 43.000 cidadãos, tudo com o patrocínio de entidades profissionais da categoria, sob a orientação da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Crédito, a Contec.

Por isso mesmo, por entenderem aí uma das medidas de salvação e de reconhecimento de seu trabalho como profissionais, os trabalhadores bancários, País afora, passaram a uma mobilização sem precedentes, no sentido de fazer chegar até esta Constituinte o eco de sua reivindicação, uma reivindicação justa, que, esperamos, merecerá o apoio, dada a sensibilidade que, tenho certeza, conquistaremos no Plenário desta augusta Assembléia Nacional Constituinte.

Muito obrigado.

**(Durante o discurso do Sr. Constituinte Augusto Carvalho, assume a Presidência o Sr. Constituinte Aluizio Campos.)**

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Passaremos agora à discussão da Emenda nº 82, que trata da estabilidade de emprego.

Concedo a palavra ao representante das entidades apresentadoras, Dr. Luiz Carlos Mandelli, Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul.

**O SR. LUIZ CARLOS MANDELLI:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, ao saudar a classe política brasileira, gostaria de dizer que se hoje me encontro neste plenário, representando a classe empresarial do Rio Grande do Sul, é porque os Constituintes adotaram realmente instrumentos democráticos para a elaboração de nossa nova Carta Magna. A instituição da possibilidade de influir concretamente no texto constitucional através de emendas populares significa, antes de qualquer análise teórica, que os políticos do Brasil não só lutam pela democracia, mas a praticam em todos os momentos da ação parlamentar. Esse exemplo há de ficar marcado na nossa História.

Cumpre também destacar a estrutura eficaz que foi criada visando à mais ampla divulgação dos temas aqui debatidos. Da mesma forma, os meios de comunicação de

massa do País têm contribuído decisivamente para a plena interação entre a sociedade e os Constituintes, numa constante troca de informações que certamente obterá a retribuição merecida ao lermos, nos próximos meses, um texto constitucional de caráter duradouro e progressista, vislumbrando o Brasil do futuro com base na realidade presente.

Como resultado desse processo de interação, analisamos detidamente o relatório da Comissão da Ordem Social desta Assembléia Nacional Constituinte. O documento tocava em pontos da maior importância para a empresa privada, como estabilidade no emprego, jornada semanal de 40 horas, restrições ao trabalho noturno, entre outras questões prejudiciais à economia nacional e à própria sociedade. Para testar nossas conclusões, decidimos programar uma reunião das entidades empresariais do Rio Grande do Sul. A reunião foi marcada para o dia 23 de junho, e lá compareceram 105 entidades, representando mais de 300 mil estabelecimentos empresariais dos setores agrícola, industrial, comercial e de prestação de serviços. Com o apoio destas entidades, formamos o movimento pela liberdade empresarial.

O objetivo desse movimento era e é o de valorizar os Constituintes brasileiros no sentido de iniciá-los com informações, dados e opiniões do empresariado, a fim de corrigir aquelas distorções que víamos no citado relatório. Duas semanas depois daquela reunião, realizamos uma concentração de empresários no Parque de Exposição Assis Brasil, onde participaram 5.700 empresários de 180 Municípios gaúchos, num evento inédito no meio empresarial.

Imediatamente, partidos para a coleta das 30 mil assinaturas necessárias à apresentação de emenda popular que elegemos como instrumento legítimo da demonstração de que o empresário é um integrante da sociedade e por ela luta na correção de medidas que comprometam a geração e distribuição da riqueza da nossa Pátria. No dia 13 do corrente mês, acompanhados de uma comitiva de 190 empresários, entregamos formalmente a emenda popular a esta Assembléia Nacional Constituinte. Atendendo ao Regimento Interno, devíamos limitar-nos a um único tema, e escolhemos como assunto a “estabilidade”. Hoje, na qualidade de presidente do Centro das Indústrias do Rio Grande do Sul, com muita honra compareço a este plenário para defender as convicções que estão plenamente identificadas não só com a posição da iniciativa privada rio-grandense, mas sim pelos contatos que mantivemos, identificam-se de forma coerente com os princípios progressistas do empresariado nacional.

O movimento pela liberdade empresarial se constitui, então, numa prova inequívoca de que os empresários estão conscientes da necessidade de contemplar avanços sociais, tendo como paradigmas a liberdade do trabalho, a liberdade de empreender e a liberdade de contratar, nesta visão, a estabilidade no emprego contradiz esses paradigmas essenciais e representa uma norma autoritária e generalizada para todos os portes de empresas, ficando em descompasso com o objetivo maior de construirmos um Brasil próspero, democrático e moderno. A iniciativa privada, como atividade de risco, não encontra correlação lógica no emprego estável. Em suma, a estabilidade sem a contrapartida, de garantia dos negócios é uma equação insolúvel.

A economia é um processo dinâmico e, como tal, seus diversos agentes precisam estar libertos de amarras artificiais para que possam crescer, encolher temporariamente, expandir-se, e enfim adaptar-se às variações do processo econômico. Romper essa flexibilidade tornando rígida a relação de emprego é ferir a evolução natural da economia do País. Além disso, retira do trabalhador a saudável e estimulante possibilidade de ascensão social calcada em seus valores individuais. Ao generalizar, a estabilidade nivela os mais e os menos capazes, os dedicados e os desinteressados, anulando decisivamente as leis na-

turais da convivência e os fundamentos básicos do sempre desejável aprimoramento profissional.

As micro e pequenas empresas, que são as maiores geradoras de empregos, ficariam inibidas de se instalar e crescer. Cada empregado admitido, cada novo posto de trabalho criado, significaria uma decisão irremovível para às nascentes organizações. Como resultado, haveria forte rejeição à geração de empregos, ou redução aos níveis mínimos, apenas satisfatórios para a sobrevivência do empreendimento. Não haveria estímulo ao aproveitamento de oportunidades de mercado ou realização de investimentos visando a projeções futuras. E neste caminho chegaríamos a outro grave problema: a estabilidade seria fator de expansão geométrica do mercado informal de trabalho, onde o empregado perderia as garantias mínimas que deve possuir, e ficaria marginalizado de todo e qualquer sistema previdenciário. Esse não é o Brasil que queremos para nossos filhos. O que desejamos, isto sim, é uma nação desenvolvida, na qual sejam estimulados sistematicamente seus legítimos agentes de multiplicação e distribuição de resultados, que são as empresas privadas.

Por tudo isso, estamos aqui para corrigir o erro de, a pretexto de uma exagerada e inadequada proteção ao trabalhador, comprometer a geração de emprego, a expansão da livre iniciativa e limitar inexoravelmente as chances futuras de um equilibrado desenvolvimento econômico e social para o País. A nossa emenda, entretanto, não tem o propósito simplista de supressão da estabilidade. Oferecemos, isto sim, alternativas progressistas àquela norma autoritária. Substituímos a estabilidade por uma garantia no emprego, onde a relação de trabalho deixa de ser indissolúvel, mas a dispensa de funcionários seguirá parâmetros determinados, prevendo uma indenização proporcional e progressiva a ser definida em lei ordinária.

Esta emenda resultou do entendimento de que nossa história já provou inviável qualquer sistema que, aparentando proteger o trabalhador, acabe por criar uma rigidez do mercado de trabalho que prejudique e afronte a liberdade de trabalhar e de empreender. Uma imposição legal dessa ordem desafia todo o ordenamento jurídico universal, de vez que retira de uma das partes contratantes o exercício de seu ato de liberdade. Vejam a incoerência de possibilitar ao empregado o rompimento de seu vínculo com a empresa, enquanto ao empregador caberá o ônus da manutenção perpétua de seu quadro funcional.

Além disso, em confronto com legislações de outros países, conclui-se que a estabilidade absoluta pretendida para o Brasil é extremamente singular, a começar por integrar o texto constitucional, conforme o pretendido. Nações como a França, Itália, Bélgica e Alemanha deixam às partes a adoção de cláusulas garantidoras de uma boa relação empregatícia através de convenções coletivas. A própria direção geral da Organização Internacional do Trabalho (OIT) em Genebra, segundo relatório da Confederação Nacional da Indústria, manifestou estranheza por se estar discutindo, via constituinte, questões como estabilidade e jornada de trabalho. A estranheza se explica porque nas democracias modernas esses temas são tratados de modo mais flexível, via negociação entre emissários e trabalhadores, e raramente constam sequer de legislação ordinária. Já a "Union Industriale del Lavoro (UIL)", que é uma das três centrais de trabalhadores na Itália, informou que não há nada na Constituição italiana sobre estabilidade e jornada de trabalho. As formas de proteção são definidas e ajustadas entre as próprias partes. Desta maneira, e com o testemunho do direito comparado, temos a demonstração eloquente de que a imposição da estabilidade, através de lei ordinária ou da Carta Magna, se constitui em retrocesso jurídico e social, desmotivador da livre iniciativa e virtualmente provocador de prejuízos incalculáveis. A imposição de norma desse tipo no nosso País ou em qualquer nação do mundo

de características semelhantes acabaria reduzindo o número de empresas e, como resultado direto, menor geração de empregos. A estabilidade ainda condenaria fatalmente à falência um número incalculável de micro e pequenas empresas ou as jogaria, junto com seus empregados, na marginalidade econômica.

Estamos convictos de que o melhor para o Brasil não é retroceder, e sim avançar. Neste sentido entendemos que os benefícios merecidos pelos trabalhadores devem ser fruto da livre negociação entre as partes, ou seja, devem ser conquistas em vez de imposições. Mesmo assim, e já que temas desta ordem foram e estão sendo debatidos na elaboração do novo texto constitucional, não nos poderíamos omitir da discussão. Em vez da estabilidade, então, propomos esta emenda que prevê a garantia da relação de emprego, com ressalva de cinco hipóteses.

A primeira delas é a existência de contrato a termo. Trata-se de necessidade de economia, particularmente na demanda de serviços altamente especializados com objetivos fixados dentro de determinado período.

A segunda é a ocorrência de falta grave. O empregador dava dispor desta alternativa de dispensa a fim de preservar a disciplina e a harmonia interna de seu quadro funcional. Este também é um instituto contemplado em todos os ordenamentos jurídicos.

A terceira ressalva consiste em ter firmado contrato de experiência. Esta é uma prerrogativa indispensável para os objetivos de eficiência da atividade empresarial. Ela permite a necessária constatação da capacidade profissional do contratado.

A quarta ocorrência diz respeito ao fato econômico intransponível, técnico ou de infortúnio da empresa. Como atividade de risco, cabe conferir à empresa mobilidade razoável para o enfrentamento de problemas transitórios, visando à preservação da atividade empresarial. Essas ocorrências, logicamente, precisam ser devidamente demonstradas pelos próprios fatores inerentes a variáveis do universo no qual o empreendimento está inserido.

A quinta e última ressalva consiste no pagamento de indenização. Entendemos que cabe ao empregador a responsabilidade de pagamento de indenização proporcional e progressiva ao tempo de serviço. Esta é a única medida adequada capaz de compensar o empregado pelo período de sua dedicação à empresa, sem, no entanto, inviabilizar a organização.

Estas são as ocorrências e compensações que temos a convicção de substituírem estabilidade absoluta com vantagens inquestionáveis, tanto para o trabalhador quanto para a iniciativa privada. Outras formas de garantias também estão sendo estudadas, e já começamos a conversar com a classe trabalhadora sobre a instituição de um sistema de seguro-desemprego privado. O objetivo desse sistema é assegurar condições dignas de vida ao empregado que temporariamente seja excluído do mercado, mas que através da remuneração, via seguro, continue com o seu padrão de vida preservado, até sua nova oportunidade de trabalho. A administração do seguro seria bipartite, ou seja, trabalhadores e empresários coordenariam o sistema desde sua concepção até sua operação.

O importante é deixar claro, então, que há alternativas progressistas apresentadas pelo empresariado e que substituem a retrógrada estabilidade. A posição apregoada pela iniciativa privada não se limita à voz única de um setor da sociedade. Há lideranças lúcidas dos trabalhadores que também são contrárias a esse instituto. O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, que é a maior organização sindical da América Latina, tem afirmado e reafirmado que incluir na Constituição a estabilidade no emprego "é pura demagogia". Luiz Antônio Medeiros entende também que "num período de

crescimento da economia, a estabilidade se transforma em instrumento contra o trabalhador". O mesmo líder sindical classifica essa pretensão como uma "bandeira do impossível". Tal posicionamento reforça sobremaneira a emenda popular apresentada à Assembléia Nacional Constituinte, e mais do que isso, vem indicar que a harmonia entre capital e trabalho não é abstrata, mas sim algo concreto e atingível.

Assim, o texto constitucional precisa refletir esse propósito de integração de interesse, porque os interessados são as partes diretamente envolvidas nas questões da relação de emprego. Trabalhadores e empresários podem e devem construir o Brasil dos nossos sonhos, com mais garantias aos empregados, mas com maiores estímulos aos empreendimentos produtivos. Por isso, em nome do bom senso, somos obrigados a rechaçar propostas artificiais. Precisamos conscientizar-nos de que está prestes a ter início uma fase de entendimento entre empresários e trabalhadores. O sinal dos trabalhadores veio de São Paulo, através daquele líder metalúrgico. O sinal dos empresários é sintetizado na emenda popular que defendemos. A convergência será apenas uma questão de tempo, e disso podem ficar certos os senhores Constituintes.

É evidente que a nossa pregação contra a estabilidade, juntamente com o oferecimento de alternativas progressistas, vale também contra a adoção de fórmulas eufemísticas que conduzam ao mesmo resultado negativo. Fala-se, por exemplo, em proibição da despedida arbitrária ou imotivada. Pois estes dispositivos somente terão validade se não vierem carregados da intenção de se vincular nisso uma estabilidade travestida, uma forma oblíqua e escamoteada de impingir a estabilidade que repudiamos.

Neste sentido, alertamos para a necessidade de uma profunda análise de todas os dispositivos em debate, porque corre-se o risco de aceitar concepções bem fraseadas, vestidas em pele de cordeiro, mas que escondem o lobo que poderá decretar a mortalidade de grande universo das empresas e, conseqüentemente, a extinção de postos de trabalho.

O texto do substitutivo apresentado ontem pela Comissão de Sistematização da Assembléia Nacional Constituinte contém no art. 13, inciso I, a seguinte proposição:

"São Direitos Sociais dos Trabalhadores – 1) Contrato de trabalho protegido contra despedida imotivada ou sem justa causa, nos termos da lei;"

Numa primeira leitura, há a concessão de uma relativa estabilidade no emprego levando a que as dispensas de pessoal só ocorram por justa causa. O mesmo artigo, sem seu inciso 3, considera como direito social do trabalhador o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. A conjugação desses dois incisos permite o seguinte raciocínio:

"O trabalhador jamais terá acesso ao FGTS, ressalvados alguns mecanismos legais de menor significação para os empregados, quando deixar emprego. Desaparece, por exemplo, a aplicação do conhecido Código AM 01 (Autorização para Movimentação) que flexibiliza o benefício do Fundo.

A norma que se quer estabelecer, portanto, não será benéfica ao empresariado e nem mesmo ao trabalhador, porque lhe veda o acesso aos depósitos do FGTS, considerando o aspecto de que o fundo não poderá ser movimentado pela dispensa por justa causa e nem pela dispensa voluntária do empregado."

O movimento pela liberdade empresarial, nascido no Rio Grande do Sul, mas já identificado plenamente com importantes setores da sociedade ao nível nacional, tem

pelo seu próprio nome o objetivo de lutar pela liberdade econômica. Desta forma, o que se pretende é a consagração dos princípios democráticos em todas as atividades e áreas de relacionamento da economia brasileira. A proposta que trazemos, portanto, é aplicar a democracia na integração capital e trabalho. Por isso, não é possível concordar com a estabilidade e outras formas disfarçadas de ditadura das relações trabalhistas. Esta é a nossa convicção e confiamos no discernimento dos prezados Constituintes, sobre os quais pesa a responsabilidade histórica de definir o Brasil econômico e social das futuras gerações. (Palmas. *Apupos nas galerias.*)

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – As galerias não podem manifestar-se. Peço que ajam com respeito durante os debates.

V. S<sup>a</sup>, agora poderá conceder os apartes.

Tem a palavra o Constituinte Paulo Paim para formular seu aparte.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO PAIM:** – Sr. Presidente, gostaria de dirigir-me ao meu conterrâneo do Estado do Rio Grande do Sul, Luiz Carlos Mandelli, Presidente da FIERGS, primeiro para dizer que discordo da sua argumentação. Trago, inclusive, a informação – citada em meu pronunciamento de hoje à tarde – de que 63 países já têm assegurada a garantia no emprego e a proibição da demissão imotivada. Segundo, devo dizer que a própria OIT, a partir de 1982, também repudia toda e qualquer demissão imotivada. E, terceiro, que aquele sindicalista promovido pelo empresariado já recebeu hoje sua primeira lição a nível nacional. Os metalúrgicos do Rio de Janeiro – o segundo maior sindicato metalúrgico do País – com a presença de Luiz Antônio nas portas das fábricas apoiando a Chapa 1, disseram que esta não ganharia as eleições, porque Luiz Antônio Medeiros é contra a jornada de 40 horas e a estabilidade no emprego. (Palmas.) No primeiro turno perdeu as eleições, e o sindicato do Rio de Janeiro voltou para a mão dos trabalhadores.

Tenho certeza de que Luiz Antônio Medeiros subiu rápido e descerá da mesma forma, em questão de dias. E digo mais: em Caxias do Sul, no nosso estado, acontece a mesma coisa: a chapa apoiada por Luiz Antônio Medeiros já no primeiro turno perdeu as eleições. (Palmas nas galerias.) Faço questão, ainda, de lembrar ao Presidente da FIERGS que tenho aqui matéria da **Gazeta Mercantil**, que diz: "No Sul, pressão sobre os empregados." E aqui as palavras do Sr. Luiz Carlos Mandelli, "confirmado, em parte, pelo Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul, Luiz Carlos Mandelli". Declarou ele a esse jornal que empresas do interior do estado pressionaram seus funcionários para assinarem listas contra a estabilidade no emprego. Gostaria que o Sr. Mandelli me explicasse, não isso, porque já passou, mas como a emenda dos empresários – contra a estabilidade, contra a jornada de 40 horas semanais, o direito de greve e a aposentadoria integral – não passou na Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos e na Comissão da Ordem Social, recebeu 33 mil assinaturas – no meu entendimento, com a pressão dos operários – e é contemplada no texto do Relator Bernardo Cabral, enquanto a posição dos trabalhadores pelas 40 horas semanais, pela estabilidade e pelo direito de greve, foi aprovada por unanimidade nas duas Comissões, e que chega ao Plenário com quase 700 mil assinaturas, não está contemplada no texto. (Palmas nas galerias.) Será, Sr. Presidente da FIERGS, que o avião fretado no nosso Estado, o Rio Grande do Sul, com 190 empresários, trouxe argumentação tão forte, capaz de fazer com que o relator Bernardo Cabral botasse por água abaixo o trabalho de seis meses da Constituinte, cedendo ao inte-

resse do grande capital? Era o que gostaria de registrar. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Concedo a palavra ao Constituinte Edmilson Valentim.

**O SR. CONSTITUINTE EDMILSON VALENTIM:** – Não gostaria de repetir as colocações feitas aqui pelo Constituinte Paulo Paim, mas quero contraditar o expositor.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Lembro a V. Ex.<sup>a</sup> que, regimentalmente, os apartes devem ser curtos. V. Ex.<sup>a</sup> dispõe de um minuto. Tenho sido longânimo com os apartes.

**O SR. CONSTITUINTE EDMILSON VALENTIM:** – Cooperando com a Presidência, serei breve e objetivo. V. S.<sup>a</sup> disse em seu pronunciamento que a estabilidade, resultante do trabalho da Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos, da Comissão da Ordem Social e, por conseguinte, da Comissão de Sistematização, seria absoluta e amarraria as empresas. Quero lembrar apenas que há 99 anos, quando libertaram os escravos, esse tipo de argumentação também foi usado bem objetivamente. (Palmas.) Nós que defendemos essas propostas, não entendemos assim, e procuramos colocar que a estabilidade absoluta, tão propalada, na realidade não existe. Vejo que a proposta faculta a demissão por justa causa, o período de experiência por 90 dias, o contrato a termo por dois anos, e também abraça o fato econômico que impede a empresa de manter suas atividades, desde que comprovado judicialmente que ela se encontra nesta situação. É neste sentido que essa marca da estabilidade absoluta não poderemos aceitar de maneira nenhuma. Quanto à questão da jornada de trabalho, também procuramos fazer um estudo para argumentar, de maneira responsável e concreta, que hoje o País precisa de trabalho. Sem dúvida nenhuma, temos a certeza de que nosso Brasil precisa de empregos. Avaliamos o crescimento do fator trabalho de 1960 a 1980 e verificamos que em diversos setores da indústria houve crescimento de potência instalada do trabalhador de até 900%. Em contraposição, em 1984 o percentual da renda nacional que cabia ao trabalho, que em 1960 tinha um percentual de 52% contra 48% para o capital, era de apenas 43% contra 57% para o capital. Ou seja, houve muito trabalho no País nesse período, mas, em compensação, a riqueza gerada foi tomada pelo capital.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem a palavra o nobre Constituinte Luiz Carlos Mandelli, para terminar o seu pronunciamento, já que o tempo destinado a S. Ex.<sup>a</sup> está esgotado.

Lembro que ainda temos quatro emendas populares a discutir.

**O SR. LUIS CARLOS MANDELLI:** – Sr. Presidente, o Regimento desta Assembléia Nacional Constituinte limitou a apresentação de emendas populares a um tema. Portanto, por coerência, devo limitar-me ao tema, não comentando aspectos eleitorais ou sindicais que não dizem respeito ao nosso pronunciamento.

Não posso, entretanto, deixar de registrar a matéria publicada na “Gazeta Mercantil” e lida pelo Constituinte Paulo Paim. A declaração corresponde à realidade, e o Constituinte Paulo Paim, que me conhece bem há muito tempo, sabe que faço da verdade uma tônica em todos os meus pronunciamentos. Em 32 mil assinaturas, tivemos efetivamente uma folha assinada por empregados forçados a fazê-lo por um empresário. Embora reconhecendo isto, declaro que esse incidente não invalida todo o trabalho feito; ele é a exceção que confirma a regra. No mais as listas foram colocadas à disposição dos empresários do Rio Grande do Sul. E, para surpresa nossa, nobre Consti-

tuinte, inúmeros funcionários, operários, não apenas executivos, fizeram questão de assiná-las.

Respondendo ao nobre Constituinte, que nos indaga por que somos tão radicalmente contrários à estabilidade, quando o projeto da Comissão já previa o fato econômico, cabe-nos esclarecer o seguinte: em primeiro lugar, sabemos que um fato econômico, necessitando de comprovação judicial, na prática, torna isto absolutamente impossível. A empresa que for à Justiça e declarar que precisa demitir seus empregados, porque se encontra em situação econômica difícil, no dia seguinte terá extinta toda a sua linha de crédito, todo o seu conceito comercial, pois ela, *a priori*, terá tornado públicas suas dificuldades. Essa declaração de dificuldade da empresa seguramente inviabilizaria isso.

Quanto à jornada de trabalho via Constituinte, defendemos que ela deve ser estabelecida via negociação. Ahamos que este País é muito grande para uma rigidez, via texto constitucional, de uma jornada de 40, 44 ou 48 horas.

Ahamos que as realidades são diferentes. O trabalhador que está empregado em uma empresa de informática; de produtos de alta densidade econômica, poderá trabalhar menos horas com uma produção considerável. Agora, os trabalhadores que estão em outras regiões do País, que produzem produtos de baixa densidade econômica, seguramente precisam trabalhar mais, sob pena de inviabilizar os artigos que produzem e, conseqüentemente, as suas empresas.

Portanto, não somos a favor de nenhum limite constitucional, a não ser o limite máximo – e seria este o sentido da nossa proposta – de até 48 horas.

Por fim, quanto à geração de empregos que adviria de uma jornada reduzida, discordamos desse dado porque temos o exemplo histórico de que a redução de jornada incentiva, isto sim, a mecanização e a robotização. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Com a palavra o nobre Constituinte Adylson Motta, que defenderá a Emenda Popular nº 87, referente à estabilidade para os servidores celetistas.

**O SR. CONSTITUINTE ADYLSO MOTA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes e demais integrantes desta sessão da Comissão de Sistematização, fui indicado para surpresa e ao mesmo tempo para honra minha, para defender aqui uma emenda de iniciativa popular, cujo texto me permito ler:

“Inclua-se onde couber no Título X, Disposições Transitórias, o dispositivo seguinte:

São estáveis os servidores regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho da União, dos Estados e dos Municípios, da Administração Direta e autarquias, que à data da promulgação desta Constituição contem pelo menos cinco anos de serviço público.

Parágrafo único. Lei ordinária criará cargos para efeito de lotação.”

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, uma das grandes preocupações hoje em nosso País é quanto à moralização da Administração pública. E para que isto aconteça, principalmente no que respeita aos servidores públicos, temos que adotar uma série de medidas, que não são muitas, indispensáveis para que este objetivo colimado seja atingido.

Em primeiro lugar, temos que exigir, para o ingresso na função pública, concurso público. E defendo que ele seja restrito à prova pública de conhecimento, dispensando-se, para o primeiro provimento, a prova de títulos, por que é através dela que ocorrem as grandes “marmeladas” nos concursos públicos.



Em segundo lugar, que se dê ao funcionário público uma expectativa, ou seja, que ele seja organizado em cargos de carreira.

Em terceiro lugar, que se estabeleçam um piso e um teto salarial para evitar esses escândalos afrontosos à sociedade brasileira, como o dos cognominados “marajás”.

Em quarto lugar, defendo que se restrinjam ao mínimo possível esses cargos demissíveis **ad nutum**, os cargos de confiança, que, pela natureza subjetiva que os cerca, confiança de quem nomeia, evidentemente podem ser providos ou desocupados na hora em que bem se entender.

São situações que têm que ser corrigidas, para que se ordene a função pública. Temos que, para alcançar este objetivo, tomar algumas medidas. Uma delas seria a unificação do regime jurídico do funcionário. Temos, hoje, na Administração Pública, o funcionário estatutário e, ao lado dele, o celetista. Temos o extranumerário, contratado para uma tarefa efêmera, eventual, transitória e que, com o passar do tempo, transformou-se numa tarefa duradoura. Embora sem um contrato formal, um vínculo empregatício foi criado pelo contrato tácito, que foi gerado a partir da aceitação desse empregado e da sua constância no serviço. Teríamos ainda – não sou muito familiarizado com a terminologia do Serviço Público Federal – o caso dos servidores que exercem função de assessoramento superior, que eram quotas que existiam para preenchimento de funções nos Ministérios e coisas desta ordem.

Chegamos, então, a uma conclusão: temos um verdadeiro festival de situações jurídicas hoje, vinculando as pessoas à função pública. Desta forma, o primeiro passo que precisamos dar é ordenar isto, para depois tomar outras medidas. Parece-me que a primeira coisa que temos a fazer é estabelecer uma distinção, até porque há uma incorreção nesta emenda, entre vitaliciedade, estabilidade e efetividade. Vitaliciedade é uma estabilidade em grau absoluto, que é reservada mais à Magistratura, ao Tribunal de Contas e outros casos especificados em lei. A estabilidade vincula o servidor ao Serviço Público, não ao cargo: a efetividade vincula o servidor ao cargo público. Isso significa dizer que nem sempre aquele que é efetivo é estável e a recíproca também é verdadeira. O servidor pode ser efetivo e não ser estável, pode ser estável e não ser efetivo e, ainda, não ser estável nem efetivo. Vou citar um exemplo: um funcionário que faz concurso público tem dois anos de estágio probatório. Ele é efetivo, mas não tem estabilidade durante esses dois anos. Temos um funcionário que se estabilizou através de uma lei, mas não é detentor de cargo, ele não é efetivo. Temos aquele que não é detentor de cargo nem tem estabilidade, que são esses casos a que me referi há pouco. Precisamos ordenar as coisas neste País. Temos a situação desse pessoal que está agregado à função pública sem uma definição: um é contratado CLT, outro é extranumerário. Estas as situações que se foram criando. Existem dois caminhos: ou mandar essa gente para a rua, ou colocá-la dentro. Opto nela segunda hipótese, evidentemente, dentro de algumas limitações. Essa preocupação não é minha, é uma tradição do Direito Constitucional Brasileiro.

Vou referir-me aqui a alguns aspectos que vêm corroborar as afirmações que estou fazendo. A Constituição de 1891 não tratou do assunto, até pela peculiaridade, pela situação da época. Mas o art. 125 da Lei nº 2.924 dizia:

“O funcionário ou empregado público federal, salvo os funcionários em comissão” – os casos dos funcionários demissíveis **ad nutum**, como falei – “que contar 10 ou mais anos de Serviço Federal, sem ter sofrido penas no cumprimento de seus deveres, só poderá ser destituído do mesmo cargo em virtude de sentença judicial ou mediante processo administrativo.”

Isto em 1915.

A Constituição de 1934 reza no seu art. 169:

“Os funcionários públicos, depois de dois anos, quando nomeados em virtude de concurso de provas e em geral depois de 10 anos de efetivo exercício, só poderão ser destituídos em virtude de sentença judiciária ou mediante processo administrativo, regulado por lei na qual lhe será assegurada a plena defesa.

Parágrafo único. Os funcionários que contarem menos de 10 anos em serviço efetivo não poderão ser destituídos de seus cargos senão por justa causa ou por motivo de interesse público.”

A Constituição de 1937 – Constituição, inclusive, de cunho fascista, a famosa “polaca”, que foi preparada para um estado totalitário – diz o seguinte:

“Art. 156, letra C: os funcionários públicos, depois de 2 anos, quando nomeados em virtude de concursos de provas e, em todos os casos” – quer dizer, independente de concurso – “depois de 10 anos de exercício, só poderão ser exonerados em virtude de sentença judiciária ou mediante processo administrativo em que sejam ouvidos e possam defender-se.”

A Constituição de 1946, no art. 188, diz o seguinte:

“Depois de dois anos de exercício os funcionários efetivos nomeados por concurso serão estáveis.”

Inciso III: “Depois de cinco anos de exercício os funcionários efetivos nomeados sem concurso.”

A Constituição de 1967 estabelece no art. 99:

“São estáveis após dois anos os funcionários quando nomeados por concurso.”

§ 1º “Ninguém pode ser efetivado ou adquirir estabilidade como funcionário se não prestar concurso público.”

Chamo a atenção para a proibição da estabilidade.

A mesma Constituição, nas Disposições Transitórias, no art. 177, § 2º, diz o seguinte:

“São estáveis os atuais servidores da União, dos Estados e dos Municípios, da administração centralizada ou autárquica que, à data da promulgação desta Constituição, contem pelo menos 5 (cinco) anos de serviço público.”

Repõe aqui o que foi negado no artigo anteriormente citado. Quero demonstrar com isto que existe uma tradição no Direito Constitucional Brasileiro. Todas as Constituições, as últimas, consagraram o princípio da estabilidade, na exigência de um período de tempo àqueles que foram agregados à função pública sem concurso. Devemos partir para um novo ordenamento neste País. Desejamos que não mais exista esta dualidade ou esta diversidade de situações e vínculos jurídicos. Queremos a unificação do regime jurídico. Mas temos de optar e resolver, então, essa atuação dos servidores, que hoje estão ao desamparo.

Apresentei no Rio Grande do Sul uma idéia que se transformou em lei. Creio que foi um dos melhores serviços que prestei ao Rio Grande – dentre outros. Preocupado com um fim a essa situação de contratados, sugeri um projeto, aprovado na Assembléia Legislativa, que hoje está sendo questionada no Supremo Tribunal Federal, já que eu mesmo reconhecia sua inconstitucionalidade quando o defendi, pois penso que o sentido social justificava um pequeno arranhão na Constituição, tantas vezes jogada na lata de lixo deste País. Mas alguém a questionou, num direito seu, e ela está sendo hoje julgada. Por essa lei, quem atingisse dez anos na função pública teria a estabilidade e depois seria efetivado.

Aqui, na Assembléia Nacional Constituinte, fiz uma emenda de sentido estático: aos dez anos o servidor seria considerado estável. Tal emenda foi rejeitada pelo relator. Parti para uma segunda emenda, que corre paralelamente a esta, propondo que com cinco anos o servidor seja considerado estável.

Hoje, falando com o relator, ocorreu-me outra idéia, pois creio que essa emenda é muito frágil e tem de ser complementada e aperfeiçoada. Acho que a partir da promulgação da Constituição, à medida que completarem cinco anos não teremos mais na função pública essa figura do empregado sem estabilidade, e que seria num segundo momento efetivado.

Mas alega-se: “E esses funcionários que não têm condições de trabalho?” Existe um prazo: até a promulgação da Constituição – num aspecto altamente otimista, daqui a leis meses – os atuais governadores e detentores do poder farão uma triagem, dispensando aqueles que eles julgarem inconvenientes à função pública. Depois disso, começa a ser acionado esse dispositivo de efetivar o servidor à medida que completar cinco anos. Então, teremos uma categoria funcional definida.

Todos serão iguais perante a lei na função pública: primeiro, pela estabilidade, depois, pela efetivação. Poderá, então, ser criado um plano de carreira, acenando-se com promoções, dando-se ao funcionário aquilo que não tem hoje. Muitas vezes ele é um ocioso, porque não lhe deram uma expectativa na função pública. Ele sabe que se trabalhar um ou trinta anos terá o mesmo tratamento. No momento em que se obrigar – aliás, não está no atual texto da Constituição – a criação de uma carreira, ele haverá de ter uma motivação maior, um entusiasmo maior, um melhor desempenho e haverá de honrar a função pública, e haveremos de moralizar o serviço público.

Ouçõ o ilustre Constituinte Virgílio Guimarães.

**O SR. CONSTITUINTE VIRGÍLIO GUIMARÃES:** – Nobre Constituinte Adylson Motta, há poucos minutos o Presidente de uma Federação patronal, que antecedeu V. Ex.<sup>a</sup>, veio aqui com atitude de bom moço, como empresário, colhendo assinaturas na rua, discutir abertamente, quando sempre ouvimos falar que os empresários se relacionam mais através de telex da rede bancária com todos os escalões. S. S.<sup>a</sup>, com postura de bom moço aqui esteve para apresentar uma emenda garantindo estabilidade no emprego, mas, quando fomos verificar as ressalvas ali constantes, vimos que a garantia na prática caiu completamente. Usou uma bela palavra para coroar o fim total da estabilidade, de qualquer garantia para o trabalhador, inclusive propondo como ressalva a manutenção dessa esdrúxula forma do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. Ele quer, na verdade, manter o império do capital, através de belas palavras, numa atitude de bom moço inteiramente falsa. Agora, vem V. Ex.<sup>a</sup> propor estabilidade para o servidor público após cinco anos de serviço. Mais uma vez, são belas palavras escondendo atitudes altamente discutíveis, para não dizer condenáveis, porque a estabilidade, Constituinte Adylson Motta, devia ser estendida a todos os trabalhadores. Não sei por que colocar nessa emenda a estabilidade restrita aos trabalhadores públicos após cinco anos de serviço. (Palmas.) E mais: por que isentar do concurso público esses servidores se nós sempre temos combatido os “panamás”, os “trens da alegria”? Quer dizer, esta Constituinte viria estabelecer o maior “trem da alegria” da história, um verdadeiro “comboio”, com todos esses funcionários contratados, ao bel-prazer da politicagem, que constituem a grane maioria que está aqui, inclusive inchando os gabinetes de todos os rincões deste País, sendo agora brindados com a estabilidade, excluindo os demais trabalhadores. Só eles seriam capazes de obter essa vantagem. É um verdadeiro “comboio”. São dezenas e centenas de trens da alegria propostos em uma pancada só. Nobre Consti-

tuante Adylson Motta, não sou contra os servidores celetistas...

**O SR. ADYLSO MOTA:** – V. Ex.<sup>a</sup> está sendo contra.

**O SR. VIRGÍLIO GUIMARÃES:** – ...que foram admitidos mediante contrato, porque o serviço público não realizou concursos, e grande parte dos órgãos públicos não faz essa espécie de seleção há muito tempo. A maneira de sanar isso não pode ser através de uma medida burocrática e impositiva como essa, mas por intermédio de um ato sério e discutido inclusive com os próprios servidores públicos. Poderíamos criar um sistema único para servidor público que viesse incorporar, mediante a observância de determinados critérios, inclusive com fiscalização das entidades dos servidores públicos, esses celetistas, aos quadros de funcionários, para que não se reproduzissem atividades condenáveis no sentido de se favorecer perantes, “marajás” e outros tipos de sanguessugas do erário público, que aí estão para desmoralizar a classe dos servidores públicos, da qual faço parte. Os servidores públicos, que efetivamente trabalham, são aqueles que sofrem com baixos salários e não apóiam uma emenda burocrática e autoritária como essa. (Palmas nas galerias.)

**O SR. CONSTITUINTE ADYLSO MOTA:** – Sr. Presidente, de certa forma, não me fiz entender pelo ilustre Constituinte Virgílio Guimarães. S. Ex.<sup>a</sup> fez uma série de alegações, exatamente por não ter ouvido o que disse anteriormente. Jamais viria a esta tribuna para patrocinar qualquer medida que não fosse no sentido de moralizar a função pública. Inclusive, sou autor de uma emenda altamente moralizadora nesse Projeto de Constituição – e só pode fazer isso quem tem atrás de si o exemplo dado na Administração Pública – proibindo emprego de parentes em cargos de confiança. Patrocinei essa medida porque quero ajudar a moralizar a função pública. O que estou propondo não é nenhuma novidade ou inovação, atende apenas às peculiaridades que cercam a função pública. Nós temos que estabelecer uma distinção. Não é elitismo, é a natureza das atribuições. O funcionário público tem que entrar no emprego por concurso, tem que ser organizado em carreiras e cumprir uma série de pré-requisitos. Agora, de uma maneira simplista, primária e até ignorante, não reconhecer essa diferenciação faz com que o debate se torne inexequível. Vim aqui propor algo sério, que é parte da tradição constitucionalista brasileira. Referi-me à Lei de 1915, Sr. Constituinte Virgílio Guimarães, leia as Constituições de 1934, 1937, 1946 de 1967 e V. Ex.<sup>a</sup> verá que o que proponho não é nenhuma imposição burocrática: apenas, mais uma vez, lamentavelmente, recorre-se ao recurso do texto constitucional para se tentar impor ordem a algo que está numa situação caótica, hoje, neste País. É preciso fazer isso para, depois, se implantarem as outras medidas que se quer implementar, como limitação de vencimento, piso salarial etc. Agora, negar que se parta de um princípio sadio, como o que se pretende aqui, é não querer fazer coisa séria aqui nesta Constituinte.

Aliás, tenho dúvidas sobre alguns comportamentos aqui. Vim a esta tribuna, para esta Casa, meu caro Constituinte, imbuído do melhor dos propósitos. Se tiver que sacrificar o meu futuro político, é um preço que pagarei tranquilamente por essa atitude. Não vou cometer violência. Vou seguir a minha tradição política, vou lutar com as minhas convicções. Não me interessa se agrado a V. Ex.<sup>a</sup> ou se desagrado a fulano, vou fazer o que a minha consciência determina. E a minha experiência de trinta e cinco anos de função pública, onde exerci cargos de expressão, está a me indicar que, para ordenar a função pública, temos primeiro que uniformizar a situação desses que estão aí jogados ao léu, por irresponsabilidade de governos que não fizeram concursos, burlando a lei. Inclusive na Constituição de 1969 colocou-se um adendo

ao princípio do concurso público, estabelecendo: “salvo os casos estabelecidos em lei”, que foi a porta de entrada para burla, onde se contrabandeou muita coisa. Muita gente não fez concurso, amparada não por dispositivos constitucionais, mas por portarias e decretos-leis, baixados ali no Planalto, e esta Casa sequer tem tido a dignidade de apreciá-los aqui no Plenário, como aconteceu, recentemente, quando foram criados 9.700 cargos para efetivar funcionários sem concurso público.

É contra isso que V. Ex.<sup>a</sup> tem que protestar. Não contra uma intenção séria e sadia como essa que estou trazendo aqui, para normalizar a vida administrativa e moralizar a função pública neste País.

Ouçõ com prazer o nobre Constituinte Cardoso Alves.

**O SR. CONSTITUINTE CARDOSO ALVES:** – Quero congratular-me com o pronunciamento de V. Ex.<sup>a</sup>, que é cheio de sabedoria e de bom senso. O crescimento desmesurado do Estado inúmeras vezes reclamou a admissão de celetistas, de extranumerários, de gente fora dos quadros normais. V. Ex.<sup>a</sup> no início do seu pronunciamento colocou muito bem a questão ao dizer que não está aumentando vencimentos de ninguém, não está efetivando ninguém. V. Ex.<sup>a</sup> está pura e simplesmente dando tranqüilidade ao chefe de família, ao trabalhador, ao servidor público que há mais de cinco anos exerce as suas funções. Durante esse tempo o Estado já teve oportunidade de medir a produtividade, a eficiência, e as condições gerais desse servidor para permanecer no serviço público. O ato de V. Ex.<sup>a</sup> é de justiça quando quer estabilizar esses celetistas. E, mais do que justiça, o ato de V. Ex.<sup>a</sup>, manifestando-se favorável a esta emenda, insere-se nas tradições constitucionais do País. V. Ex.<sup>a</sup> se mostra preocupado em preservar as tradições brasileiras e os costumes dos nossos constitucionalistas. Por isso, neste instante quero manifestar minha alegria em vê-lo defendendo uma causa justa e conformada aos costumes de nossa gente.

**O SR. CONSTITUINTE ADYLSON MOTTA:** – Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup> o aparte. Estou ajudando a fazer uma Constituição que, tenho a esperança – talvez seja uma ilusão – seja duradoura. Tenho também a esperança de que neste País se comece a encarar com mais seriedade as leis, que se faça uma Constituição para ser respeitada e aplicada, e não apenas letra morta para figuras de retórica em véspera de eleições. Quero que seja uma Constituição que trate seriamente dos graves problemas da Nação.

E através da nossa proposta queremos terminar, neste País, com a entrada de gente pela janela na função pública. Estamos oferecendo a porta por onde se deve entrar. É neste sentido que estou defendendo não um “Panamá”, não uma acomodação, mas um ordenamento, uma disciplina, uma moralização nesse caos que hoje existe na Administração Pública brasileira. É através desse passo inicial que implementaremos os seguintes: primeiro, dentro de cinco anos, através da última proposta por mim sugerida, não haverá outro vínculo jurídico se não o estatutário; segundo, só se entrará no Serviço Público através de concurso público; terceiro, será obrigação do Governo estabelecer, em todos os setores, um plano de carreira para o funcionário público; quarto, é necessário estabelecer-se um piso salarial e também um teto salarial; quinto, temos, definitivamente, de terminar com a figura execrável do nepotismo neste País, onde ministros assumem Pastas e acomodam sua família nos ministérios, como se aquilo fosse propriedade pessoal de cada um. Também os demais cargos de confiança devem ser restringidos ao mínimo possível, devendo existir apenas nos gabinetes ministeriais.

Eram essas as colocações que queria fazer e pelas quais vou lutar aqui com toda a convicção, com toda a

força que puder, porque só luto por aquilo em que acredito.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Agora será discutida a Emenda nº 60, sobre a participação dos trabalhadores nos lucros e na administração das empresas.

Com muito prazer concedo a palavra ao representante das entidades, Profº José Flávio Berçotti, porque sua emenda é semelhante a minha, infelizmente não incluída no substitutivo. (Risos.)

**O SR. JOSÉ FLÁVIO VENTRIC BERÇOTTI:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, Sras. e Srs. nossa emenda popular, com 42.266 assinaturas, trata da participação nos lucros e da democratização nas empresas. Tem o seguinte teor:

“Inclua-se entre os dispositivos relativos à ordem econômica o seguinte artigo e respectivos parágrafos:

“Fica assegurada a participação do trabalhador no lucro real das empresas ao final de cada exercício financeiro.

§ 1º As empresas públicas, as sociedades de economia mista e as empresas privadas terão, pelo menos, um cargo de diretoria e uma vaga no seu conselho administrativo a ser ocupada por representante de seus empregados.

§ 2º Esse representante será escolhido em eleição direta pelos funcionários, presente a maioria absoluta deles.

§ 3º A lei definirá a forma de participação nos lucros, prevista no **caput** deste artigo.”

Talvez, Srs. Constituintes, estejamos falando do óbvio quando reforçamos a argumentação de que os trabalhadores têm participação nos lucros das empresas. Digo óbvio, porque a Constituição de 69, que está vigindo, em seu art. 225, inciso III, trata do assunto. O art. 160, inciso III, fala da função social da propriedade. O art. 160, no inciso II, refere-se à valorização do trabalho como condição da dignidade humana; e o art. 165, inciso V, fala da integração na vida e no desenvolvimento da empresa – permitam-me, agora, destacar – “com participação nos lucros e, excepcionalmente, na gestão, segundo for estabelecido em lei”.

Esta Constituição está em vigor. Os Senhores estão aqui para elaborar uma nova e progressista Carta, que não retroaja, que não permita ainda a perda dos direitos adquiridos anteriormente. O Substitutivo do Relator Bernardo Cabral contempla a participação no lucro das empresas no seu art. 225, inciso III, mas omite a gestão nas empresas. Antes, em caráter excepcional, hoje não a temos mais.

É estranho, mas estamos caminhando para trás, quando sabemos perfeitamente que, em primeiro lugar, a participação nos lucros significa um avanço econômico, porque, naturalmente, induz a uma maior produtividade, a um trabalho mais eficiente, mais participativo, porque redundam em benefícios imediatos para o trabalhador. Também, por outro lado, é um avanço social, na medida em que estabelece uma cultura de co-responsabilidade empresarial. Se a empresa vai mal, os trabalhadores farão algo a fim de que ela melhore sua atuação, seu desempenho. Da mesma forma, não podemos continuar insistindo em teses simplistas de paternalismo. O Estado tem deveres e obrigações, e os cidadãos também. Os exemplos mundiais, hoje, mostram-nos com transparência e clareza o benefício desse tipo de atitude. Lembremo-nos do Japão, da Inglaterra e da própria França. Os exemplos demonstram claramente isso quando participam do lucro das empresas, pois significa um avanço econômico importante.

Mas, Srs. Constituintes, viemos aqui para falar praticamente do óbvio, do que a Constituição de 1969 já contempla, do que o relatório do Deputado Bernardo Cabral também o faz. Mas, simplesmente, isso não vem sendo executado. A letra já nasceu morta. A idéia desta emenda está morta. Através de artifícios muito bem engendrados, como o PIS e o Pasep, o Poder Executivo busca passar um verniz na letra da Constituição. Com PIS e Pasep os trabalhadores não participam de lucro algum. A participação tem de ser sobre o lucro real. É esse o resultado do esforço do trabalhador.

Em direitos assegurados – permitam-me aqui divagar um pouco – quando se fala nas grandes teses da Constituição, fala-se também na função social da propriedade. Ora, se a propriedade tem uma função social, nada mais justo do que a sociedade participar dela de forma tranqüila, participativa e redistributiva. Sentimos que as forças de pressão do capital são exageradamente fortes. As grandes e ilustres teses desses representantes da sociedade brasileira padecem diante das pressões capitalistas. Se o capital tem força, o trabalho deve tê-la, no mínimo, idêntica.

Vejam a situação econômica nacional. As empresas eficientes, no Brasil, geram o crescimento econômico e o desenvolvimento. Essa eficiência está intimamente vinculada à participação direta e à co-responsabilidade dos trabalhadores das empresas.

Concedo o aparte ao nobre Constituinte Aluizio Campos.

**O SR. CONSTITUINTE ALUÍZIO CAMPOS:** – Congratulo-me com V. Ex.<sup>a</sup>, pois como já anunciei, apresentei emenda semelhante a sua, com a única diferença de que já estabelece o teto mínimo de participação anual de 20% para o trabalhador da empresa. Participo inteiramente da fundamentação de V. S.<sup>a</sup> porque desenvolve o princípio de negociação e entendimento, assim como de participação na administração, o que leva os trabalhadores a se transformarem em associados da empresa. A base dessa participação dará maior estabilidade aos interesses comuns, que devem ser os objetivos reais de uma democracia social a qual estamos tentando implantar neste País.

**O SR. JOSÉ FLAVIO BERÇOTTI:** – Agradeço ao nobre Constituinte o aparte.

Participar dos lucros não é o suficiente. É necessário que o trabalhador participe da gestão da empresa porque, se a empresa for incompetentemente administrada, este padecerá dos resultados empresariais, sendo em vão todo o esforço para que ela redunde em melhores resultados. O trabalhador tem de estar presente na administração empresarial, a fim de sugerir, criticar, alterar rumos e dar melhor andamento à empresa. A participação social por si não é suficiente. É necessário que o trabalhador participe da gestão das empresas de duas maneiras claras e eficientes dentro do conselho de administração da empresa e na diretoria executiva da mesma. No nosso caso particular, o Banco do Brasil agora passa a viver um estatuto moderno, social, pois trará para dentro do seu Conselho de Administração um funcionário do banco eleito pelos próprios funcionários. Nossa empresa sempre andou na frente, porque queremos dar o exemplo de eficiência, competência e de compromisso com uma causa séria ao País. Queremos ver o nosso exemplo difundido para todas as demais empresas, pois o passado é extremamente positivo.

Os senhores são testemunhas disso.

Srs. Constituintes, estivemos aqui, hoje, pela manhã, e ouvimos um Constituinte dizer que a sociedade brasileira está descrente. Coloco a questão diferentemente: o povo brasileiro está cansado. É um cansaço cívico, porque ele não está acreditando em mais nada e em ninguém. Entretanto, 140 mil funcionários do Banco do Brasil mo-

bilizaram a sociedade para essas emendas populares, porque ainda acreditam nesta Assembléia Nacional Constituinte. Acreditam não só na intenção dos homens que estão aqui a fazer as coisas como a sociedade quer, mas acreditam firmemente que os senhores saberão, daqui para frente, mudar os rumos de nosso País. Jamais poderá o Executivo, por mais forte que seja, sobrepor-se ao Legislativo. Esta é a Casa do povo, é a vontade do povo; é o Legislativo que tem de ter a voz mais forte. O Legislativo não pode permitir que o Executivo, através de artifícios, manipule textos muito bem elaborados constitucionalmente. A Constituição tem de ser elaborada baseada nesta discussão, que temos acompanhado com muito carinho. Nenhum lance aqui ocorrido nos escapa. Esta Constituição tem de vir para ficar e para mudar. Não poderá ser como das outras vezes.

A Constituição, Senhores, me permitam, tem de ser realmente o nosso destino. Nós, brasileiros, que pretendemos um País melhor, um País grande, que traga benefícios para nossa futuro, desejamos ardentemente que Deus nos ilumine, que nossa consciência fale mais alto e que nossa vontade popular, emanada da representação do povo, diga realmente a este País que ele tem que nascer de novo. Senhores, vamos trabalhar para ressuscitar nosso País.

Muito obrigado. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Ouviremos a representante das entidades que apresentaram a Emenda nº 63, referente à reforma urbana, acesso à moradia, transporte público, saneamento e outros benefícios que devam ser concedidos às comunidades das cidades. Concedo a palavra à Diretora do Sindicato dos Arquitetos, Ermínia Maricato.

**A SRA. ERMÍNIA MARICATO:** – Senhores, muito se tem dito sobre a realidade urbana e muito se fala sobre o crescimento das cidades. Procura-se criar uma idéia de que caminhamos no ano 2000 para um apocalipse em virtude da migração campo/cidade no Brasil. Porém, é necessário compreender que esse crescimento urbano realmente marca uma nova realidade brasileira. E nós nos perguntamos quantos dos Constituintes e dos executivos municipais, estaduais e federais têm realmente consciência de que o nosso País possui uma população predominantemente urbana. Mais de 70% dos habitantes vivem nas cidades, e esta situação pode agravar-se porque os índices migratórios não têm diminuído na década de 80. Trinta por cento da população brasileira habitam três áreas metropolitanas: quase 50% da população brasileira localizam-se em áreas metropolitanas, e o que percebemos entre os Parlamentares, nas políticas públicas e até mesmo nos partidos políticos, é a consciência de que ainda somos um País agrário. Não que a questão agrária não seja fundamental. Ela realmente é indispensável para a solução dos problemas urbanos, mas não é suficiente para a solução dos problemas urbanos hoje no Brasil. O Brasil vive uma crise urbana que tende a agravar-se. Esta crise manifesta-se particularmente nos setores de habitação e transporte. Ela não é apenas uma crise social, mas também uma crise que tem o seu lado econômico, porque as cidades têm hoje um papel na economia brasileira muito maior do que o campo.

A questão da habitação, a mais grave hoje dentre os problemas urbanos, se faz sentir para a maior parte da população brasileira, fora do mercado imobiliário privado.

Isto é muito importante, porque alguns Constituintes têm combatido a nossa emenda, inclusive pelo jornal **Folha de S. Paulo**, dizendo que estamos pretendendo eliminar o capital privado da produção de habitações. Isso não é verdade. A maior parte da população brasileira não constitui mercado para o capital imobiliário privado. A maior parte da população brasileira está nas favelas,

nos mocambos e na periferia desurbanizada. (Palmas nas galerias.)

É muito interessante vermos políticas públicas como a do Sr. Jânio Quadros, em São Paulo, ou a do Governador do Distrito Federal, de erradicação de favelas. Mas pergunto: como é possível erradicar um quarto da população de Belo Horizonte, um terço da do Rio de Janeiro e metade da população de Fortaleza ou de Salvador? Esta é a condição da população brasileira hoje: em grande parte, favelada.

Não acreditamos que os recursos arrecadados pelo Governo e colocados na mão do capital privado financeiro e de incorporação resolvam o problema da habitação no Brasil. (Palmas nas galerias.) O problema da habitação no Brasil exige políticas públicas massivas. E quando falamos em habitação, Srs. Constituintes, não falamos, como o capital imobiliário ou as autoridades, em números, porque a casa é uma unidade que necessita de transporte, água, esgoto e equipamento de coleta de lixo. A habitação na cidade necessita de toda a infra-estrutura. É preciso ter um plano de política urbana e habitacional. Em contraste com esta situação de favelamento, de encortçamento e, hoje, de crise habitacional que atinge também a classe média, devido ao colapso do Sistema Financeiro de Habitação desde 1982, o que acontece com as terras urbanas? Srs. Constituintes, 50% das terras urbanas de Belo Horizonte estão vazias; 40% da área urbana de São Paulo estão vazias; 70% da área urbana de Campo Grande, em Mato Grosso do Sul, estão vazias; e 70% da área metropolitana de Fortaleza estão vazias. Poderíamos continuar com estes dados, porque no Rio de Janeiro há 99 mil lotes vazios. Acontece que a terra urbana no Brasil é muito mais rentável do que muitos setores produtivos.

Em contraste com o congestionamento habitacional, a falta de habitação e o alto custo da mesma neste País, grande parte das terras urbanas são ociosas e permanecem assim para a valorização. A retenção de terras vazias tem como consequência não apenas o alto preço da moraria, mas também o aumento dos custos da infra-estrutura, porque a malha urbana no Brasil, permeada de vazios, impede muitas vezes que o poder público, mesmo com vontade política, estenda as redes de infra-estrutura, uma vez que elas irão atravessar as terras vazias. Dessa forma, o investimento público que se faz é carregado para o bolso dos proprietários de terra através da valorização imobiliária. Então, todos nós pagamos e poucos se beneficiam dessa valorização.

A Emenda Popular de Reforma Urbana trata o problema da terra urbana como a questão central. Não sei se V. Ex.<sup>as</sup> têm dados sobre isto, porém, mais de 50% dos trabalhadores de São Paulo passam mais de três horas de seu dia nos transportes. Isto, somado a uma jornada de trabalho longa – no Brasil é uma das maiores – provoca uma dilapidação da força de trabalho. Além do mais, acreditamos que a retenção das terras vazias não interessa nem mesmo ao capital produtivo imobiliário, nem deveria interessar à indústria da construção, que necessita de terrenos para sua atividade. Portanto, ela não é interessante para o capital produtivo e para quem deseja um maior controle do poder público sobre o planejamento do solo urbano. Por isso ela é uma questão central na nossa emenda de reforma urbana.

Acreditamos que a terra tem uma função social muito mais importante do que a de ser objeto de extração de lucro. (Palmas.) Enquanto que para seus proprietários ela é um objeto de extração de lucro, para o povo é uma necessidade da vida cotidiana.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Lembro à oradora de que o seu tempo está prestes a se esgotar.

**A SRA. ERMÍNIA MARICATO:** – Mas eu estou falando há apenas 10 minutos, Sr. Presidente. Estou marcando no relógio. (Palmas.) E sinto imensamente falar de um problema tão sério para apenas três Constituintes presentes. (Palmas.)

O que propomos em nossa emenda de reforma urbana, Srs. Constituintes, são instrumentos de coibição da retenção de estoques de terras especulativas. Esses instrumentos estão presentes em qualquer país capitalista civilizado. Muitas pessoas nos têm acusado de socialistas ou comunistas. Não que eu seja contra o socialismo ou o comunismo. Mas esses instrumentos já existem em países que ordenaram melhor o solo urbano e onde a população vive melhor. Propomos uma mudança no direito de propriedade imobiliária. Propomos o imposto progressivo imobiliário, o imposto sobre a valorização imobiliária e a urbanização compulsória. Queremos que aqueles que têm terrenos vazios particularmente em área urbanizada, construam em suas áreas. Se não construírem para a venda, podem passar pela possibilidade da desapropriação. Estamos propondo facilidades de desapropriação por parte do Poder Público, sempre ressaltando aqueles que têm apenas uma habitação, uma casa própria. Estamos propondo instrumentos de regularização fundiária. Não sei se os Srs. Constituintes têm conhecimento, mas a situação fundiária das cidades deste País é um verdadeiro caos, em termos legais. Isso já seria uma grande reforma: a regularização fundiária. Para tanto, não precisaríamos dos recursos que os governantes estão cansados de dizer que não os têm. Precisamos da aplicação, da discriminação de terras públicas, para que o Poder Público se aproprie delas, pois passaram para mãos privadas, como é o caso de Salvador e de Fortaleza. Grandes fortunas se fizeram na apropriação indébita de terras públicas. Essa situação é muito diferente das invasões que hoje o povo faz por causa da situação de desespero em que se encontra.

Estamos propondo o usucapião especial urbano, a equivalência salarial nos aluguéis e o financiamento da casa própria. Estamos propondo a eliminação dos agentes financeiros privados em programas de habitação popular. (Palmas.) Estamos propondo, Srs. Constituintes, a eliminação do lucro privado na exploração dos serviços públicos, como se faz na maior parte dos países capitalistas centrais: a participação na gestão urbana, entre outros instrumentos, com a possibilidade de apresentação de projetos e vetos.

Os movimentos de reforma urbana, até agora, mantiveram-se dispersos e desarticulados. A possibilidade de apresentação de emenda por iniciativa popular colocou os engenheiros, os arquitetos, os geógrafos, os advogados, através de suas entidades representativas, favelados, mutuários, posseiros urbanos, participantes de movimento de transportes, juntos, nessa proposta de reforma urbana.

Tenho certeza de que os Srs. Constituintes vão ouvir falar muito desse movimento de hoje em diante no Brasil. A questão urbana é séria e veio para ficar. O que estamos pedindo é o fim da especulação imobiliária. Acreditamos que a especulação imobiliária deve ser varrida do cenário brasileiro, assim como o empreguismo, a ineficácia administrativa, a corrupção e o latifúndio agrário. O que queremos é um País do século XX. Queremos eliminar o que é arcaico neste País. Era o que tinha a dizer. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A Dra. Ermínia Maricato, na verdade representou as entidades em substituição à D. Nazaré Fonseca, que havia sido inicialmente indicada.

Agora transmito a palavra ao Dr. João Bosco da Silva, que substitui também o Sr. Claudiomiro Pereira Soares, para defesa da Emenda nº 116, relativa ao transporte coletivo. O Dr. João Bosco é Vereador e Presidente da Confederação Nacional das Associações de Moradores. (Palmas.)

**O SR. JOÃO BOSCO DA SILVA:** — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, declinando da condição de doutor, que não sou, por delegação das Federações Estaduais de Associações de Moradores, que patrocinaram a coleta de assinaturas na proposta de emenda popular elaborada pela Conam, entidade que presidimos, sobre transporte coletivo, cabe-nos, nesta oportunidade, defender a referida proposta e debatê-la.

De início, gostaríamos de ressaltar que o anseio maior do povo organizado pelo local de moradia, através das treze mil associações de moradores e sociedades amigos de bairros, vilas, favelas, cortiços, mocambos, ocupações e conjuntos habitacionais de todo o País, é o de que esta Assembléia Nacional Constituinte seja absolutamente fiel ao seu justo desejo de mudanças.

A Constituinte foi convocada no bojo da luta do povo brasileiro para pôr abaixo o autoritarismo, o regime militar, e, conseqüentemente, para a conquista de um regime de liberdade e progresso social.

A nossa proposta, sem dúvida nenhuma, é a expressão desta manifestação de vontade em torno de um assunto que hoje interessa a 80% da população urbana que se utiliza do transporte coletivo para se locomover. Ela foi elaborada levando-se em conta o conhecimento e a experiência acumulados pelo movimento comunitário ao longo dos anos, na luta por preços acessíveis e melhorias quantitativas e qualitativas dos serviços de transporte coletivo.

No Brasil, até hoje, o que se tem verificado é a implementação de uma política de transporte que assegura e privilegia o monopólio e o lucro das empresas particulares (**palmas**), sacrificando cada vez mais a população com o alto preço das passagens.

A Constituição em vigor favorece este procedimento, pois assegura mais os interesses dos empresários, garantindo, por exemplo, a fixação de tarifas que permitam a justa remuneração do capital “e a “... revisão periódica das tarifas”, conforme o seu art. 167.

Comparando-se a este texto, o Projeto de Constituição, Substitutivo do Relator, Constituinte Bernardo Cabral, apresenta ligeiro avanço, principalmente por consignar um artigo, o de nº 240, tratando especificamente da questão do transporte coletivo urbano, onde prevê a criação de um Fundo de Transportes Urbanos, para subsidiar a diferença entre o custo do transporte e o valor da tarifa.

No entanto, mesmo este Substitutivo ainda não contempla a nossa principal reivindicação, que é a fixação de diretrizes que viabilizem a estatização progressiva dos serviços de transporte coletivo urbano. (**Palmas**.)

De que valeu, Srs. Constituintes, a nossa participação nas audiências públicas das Subcomissões?

A Conam se fez representar perante seis Subcomissões, inclusive em audiência na Subcomissão da Questão Urbana e Transporte, da Comissão da Ordem Econômica, na sessão do dia 6 de maio, quando apresentamos as nossas reivindicações relativas ao transporte coletivo. Naquela oportunidade, nós já denunciávamos que a população vinha gastando mais de 25% de seu salário com transporte, sendo obrigada a andar a pé ou a reduzir outras despesas essenciais, como com alimentação, para poder continuar deslocando-se para o trabalho.

As entidades de movimento comunitário, repetimos agora, consideram o transporte coletivo urbano um assunto da mais alta prioridade e que deve ser entendido como um dever do Estado e não como uma fonte de lucro. (**Palmas**.)

É isto o que queremos ver escrito na nova Constituição:

“Art.... O transporte coletivo é um direito do cidadão e um dever do Estado.

Parágrafo único. A despesa individual do cidadão com o transporte coletivo urbano não deverá ultrapassar 6% do valor do salário mínimo.

Art.... O Poder Público concederá subsídio ao usuário do transporte coletivo nos seguintes termos: passe livre para idosos e tarifa especial, com desconto para os operários, aposentados, inativos, desempregados, estudantes e pessoas deficientes.

Art.... O transporte coletivo urbano é considerado serviço essencial, de responsabilidade do Poder Público Municipal ao qual caberá garantir qualidade, quantidade e tarifa acessível aos usuários, em especial aos que residem na periferia das cidades.”

Por certo, alguns dirão que nossa proposta é, digamos assim, muito prolixa, que ela se estende muito e não fixa apenas o princípio geral, mas avança discriminando os direitos que se quer implementar. Acharmos que os direitos do trabalhador devem ficar consignados com clareza na atual Constituição para não dar margem a interpretações dúbias. Esta Constituição deve ser um instrumento destinado a ordenar realmente a vida jurídica, política, econômica, social e cultural do País. Deve ser inserido na Constituição o que for preciso, com todas as letras do alfabeto.

Ouçó, com muito prazer, o nobre Constituinte Virgílio Guimarães.

**O SR. CONSTITUINTE VIRGÍLIO GUIMARÃES:** — O pronunciamento de V. Ex.<sup>a</sup> bem como a emenda popular que defende refletem de fato uma aspiração de milhões de brasileiros, daqueles que vivem e sofrem nas cidades. Em Belo Horizonte, por exemplo, cidade onde moro, às 6 horas e 30 minutos algumas avenidas próximas do centro — se alguém chegar desprevinido, não estiver habituado a andar nesse horário — mostram um aglomerado de pessoas, como se fosse uma passeata. Quem chegar ao túnel Concórdia — Lagoinha verá algo que parece uma grande manifestação pública, e de fato o é, tão grande é o número de trabalhadores que vão a pé para o trabalho, porque não têm como pagar a condução. Os grandes conflitos urbanos se dão diariamente, como é a luta pelo transporte. Esta emenda vem realmente atender à aspiração popular e coloca bem a questão urbana e dos recursos públicos. No entanto, companheiro João Bosco, tenho algumas dúvidas quanto a forma que foi apresentada aqui esta emenda. Eu próprio apresentei duas emendas, com relação às tarifas de transporte, que têm algumas semelhanças e algumas distinções quanto a essa emenda popular. Trata-se basicamente do parágrafo único: “a despesa individual do cidadão com transporte coletivo urbano não deverá ultrapassar a 6% do salário mínimo”. Isto me pareceu um pouco obscuro. Pode-se entender, por exemplo que, se o cidadão gastou 6% do salário mínimo, passa a ir a pé? Não é essa a intenção, mas alguns poderia entender assim. E não fixa com clareza o número de viagens, como que é feito. Parece-me que a pretensão dos companheiros não está contemplada neste parágrafo. Inicialmente, fiz uma emenda que tinha esse mesmo espírito. A crítica, porém, não é por aí; é no sentido de melhor direcionar a luta torná-la mais compreensível para o público e para os legisladores. Fiz, inicialmente, uma emenda que dizia o seguinte: “não poderá ultrapassar 6% para os deslocamentos para o trabalho”. Foi um pouco mais limitativa; aqui é ampla, é o somatório de todos os deslocamentos do cidadão ao longo de um mês. As despesas com o deslocamento para o trabalho não poderá ultrapassar 6%; o que ultrapassar o empregador é responsável. Será uma espécie de generalização do vale-transporte, não passaria disso, e torná-lo-ia obrigatório a todas as categorias. Posteriormente, discuti o assunto com companheiros do movimento. Participo ativamente do movimento, e em

Belo Horizonte fizeram uma remodelação, onde apresentamos outra emenda relativa ao preço da tarifa: 0,1% do salário mínimo. O preço de cada passagem não poderia ultrapassar 0,1% do salário mínimo, e quem responderia por isso seria o Governo, através exatamente de uma perspectiva de estatização gradativa do serviço público. Inicialmente, por intermédio de uma câmara de compensação e depois de um processo gradativo de estatização. Quero congratular-me com V. S.<sup>a</sup> pela defesa brilhante da Emenda Popular. Deveríamos procurar não lamentar tanto a ausência dos Constituintes. Acho que nosso alvo é quem está lá fora e depende do transporte coletivo. (Palmas.) O ideal seria que esse pronunciamento, essa fundamentação fosse traduzida de forma popular, através dos meios de comunicação, em folhetos, a fim de que pudesse atingir o grande público usuário, para transformar esta emenda numa bandeira de luta unificada, de norte a sul do País. Parabéns companheiro João Bosco, parabéns a todos aqueles que se estão mobilizando para fazer desta emenda popular uma realidade.

**O SR. JOÃO BOSCO SILVA:** – Agradecemos a V. Ex.<sup>a</sup> o aparte e desejamos que ele venha contribuir para o debate. Quando propomos que o cidadão não deve gastar mais do que 6% do salário mínimo com transporte, também propomos que o poder público deverá subsidiar o transporte. Então, a diferença, o que o cidadão gastar além disso deve ser subsidiado pelo poder público municipal. De que forma? Através de isenção de tarifa para os idosos e tarifa especial para os operários, aposentados, inativos, desempregados, estudantes, pessoas deficientes – que constituem a grande massa que se utiliza o transporte coletivo urbano. Então, a diferença, o que seria gasto a mais, seria subsidiado pelo poder público, através de tarifa especial, de desconto. Essa é a nossa pretensão. É claro que a redação da emenda pode ser adaptada. Trata-se de uma linguagem uma redação que reflete um esforço popular de elaboração legislativa. Ela deve ser entendida dentro desse contexto. O mais importante é o espírito da matéria, o que pretendemos atingir e ninguém melhor do que V. Ex.<sup>as</sup> para aprimorarem a redação, tornando-a mais escorreita.

Colhemos assinaturas em nossas emendas em todos os estados da Federação. num trabalho realizado de casa em casa, nos bairros e nas vilas. Cada cidadão que a subscreveu consignou, através dela, a sua esperança no sentido de contar com o necessário apoio de V. Ex.<sup>as</sup> Não decepcionem o povo brasileiro. V. Ex.<sup>as</sup> podem elaborar uma Constituição mais progressista. Quando V. Ex.<sup>as</sup> inseriram no Regimento Interno da Constituinte a possibilidade de participação direta do povo no processo constituinte, abriram-lhe, a perspectiva de interferir no conteúdo da nova Constituição. Agora, é preciso dar seqüência prática a essa possibilidade. (Palmas.) Por favor, não percam esta oportunidade histórica, mesmo porque a paciência do povo tem limites.

**O SR. CONSTITUINTE LYSÂNEAS MACIEL:** – V. S.<sup>a</sup>, me permite um aparte?

**O SR. JOÃO BOSCO DA SILVA:** – Com muito prazer, nobre Constituinte.

**O SR. CONSTITUINTE LYSÂNEAS MACIEL:** – Tenho a impressão de que essa forma bastante débil, tênue de participação popular representa um avanço, porque o companheiro está fazendo uma análise muito boa, representando tantos brasileiros que querem manifestar a sua preocupação legítima a esta Constituinte. Estou um pouco desanimado com a possível falta de interesse para com esse dispositivo. Mas a tentativa de desmoralização do Poder Legislativo não é acidental. A imprensa, os militares e o Governo não têm interesse em que haja uma verdadeira participação popular. (Palmas.) O que significa isso? Que esta Constituinte está sendo feita de costas

para o povo e agora, prezado companheiro, está sendo feita também de costas para os próprios Constituintes. Talvez V. S.<sup>a</sup>, não saiba, mas esta Constituição está sendo feita no Banco do Brasil no Hotel Carlton e em vários apartamentos. Nem mesmo o Presidente desta Comissão – que ora está presente – ontem, quando almoçamos juntos, tinha conhecimento do projeto que foi apresentado. Este fato é desanimador? Não, isso é para que o povo comece a se manifestar, a se organizar e a exigir seus direitos, porque, se esperar alguma atitude do poder público, dos militares e mesmo até de alguns parlamentares, não haverá mudança neste País. (Palmas.) O fato novo que está acontecendo é a participação popular. O povo organizado é que pode fazer com que este País marche. As forças progressistas devem submeter à sanção do povo o projeto de Constituição aqui aprovado. O que significa isso, prezado companheiro João Bosco? Significa que vamos submeter à apreciação do povo o que estamos fazendo ou deixando de fazer aqui. Se o povo repelir nosso projeto de Constituição, então devemos perder nossa condição de Constituinte, pois não seremos mais depositários da confiança popular. (Palmas.) Plebiscito sim, mas com sanção. Então, vamos saber como votou o Constituinte Fernando Gasparian, aqui presente, como votou o Constituinte Edmilson Valentim, aqui presente, o Líder do PTB, aqui presente, com relação às reformas agrária e urbana e ao direito dos trabalhadores à estabilidade, temas que estão sendo discutidos pelos militares, mas não estão sendo discutidos na Assembléia Nacional Constituinte. Não desanime, companheiro, porque esse é um fenômeno novo, que está ocorrendo aqui: a presença e a participação do povo – única forma de fazer com que o País realmente mude. O mundo tem mudado. O Brasil vai mudar. Para que haja essa mudança, dependemos exatamente de que o povo empurre este processo constitucional. (Palmas.)

**O SR. JOÃO BOSCO DA SILVA:** – Agradecemos à Presidência por alertar este orador sobre a exiguidade do tempo. Vamos, então, cuidar para que o nosso pronunciamento chegue ao seu final, não sem antes, evidentemente, dizer ao nobre Constituinte que nos acaba de apartear que também temos consciência das limitações da participação popular dentro deste Parlamento. Os canais que foram abertos são instrumentos que devemos utilizar. Não temas dúvida de que a nova Constituição, para refletir o verdadeiro anseio de mudança do povo brasileiro, terá de ser escrita com a participação do povo organizado, mobilizado e lutando.

Mas, conforme ia dizendo anteriormente, por favor, não percam esta oportunidade histórica – a paciência do povo tem limites.

A incapacidade dos governantes em dar resposta às reivindicações do povo e a limitação da legislação atual quanto ao transporte coletivo têm feito com que o povo se exaspere e se revolte, lançando mão de formas vigorosas e pouco ortodoxas de protesto. Foi assim, recentemente, no Rio de Janeiro. O povo carioca se rebelou contra o aumento escorchantemente no preço da passagem, possibilitado por um juiz, barrando o absurdo aumento. Também em Goiânia e João Pessoa, a revolta contra os maus serviços prestados pelas empresas e os aumentos abusivos das tarifas trouxe como saldo centenas de ônibus depredados e, o que é mais importante, a diminuição do preço.

Srs. Constituintes, se V. Ex.<sup>as</sup> não encaminharem, através da nova Constituição, a solução definitiva para os problemas do transporte coletivo urbano, o povo continuará a exasperar-se e a tentar conquistar na luta os seus direitos. Muito obrigado. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Vamos passar agora ao debate da Emenda Popular nº 115, sobre

direito à moradia, que se insere no tema já anteriormente discutido. Esta emenda é patrocinada por várias confederações das associações de moradores de diversos Estados da Federação: Mato Grosso, Santa Catarina, Minas Gerais e Ceará, e quem vai defender a proposta é a Dra. Dalva Stela Rodrigues Medeiros, Secretária da Confederação Nacional das Associações de Moradores e Presidente da Federação das Associações de Moradores de Belo Horizonte. Tem a palavra S. S.<sup>a</sup>.

**A SRA. DALVA ESTELA RODRIGUES DE MEDEIROS:** — Ex.mo Sr. Presidente, Ex.mos Srs. Constituintes. O momento em que as entidades populares vêm a este plenário defender suas propostas, apresentadas através das Emendas de Iniciativa Popular à Assembléia Nacional Constituinte, é histórico, já que pode representar um passo efetivo no sentido da incorporação destes anseios populares à futura Constituição Brasileira. Temos observado apreensivos, os debates travados nesta Casa, pois temos visto afastados deles inúmeras reivindicações da população brasileira, mais particularmente das populações urbanas carentes. Por isto, achamos que esta oportunidade, criada regimentalmente por V. Ex.<sup>as</sup> com o objetivo mesmo de dar aos movimentos populares espaço de aqui se manifestarem, poderá ser profícuo ao trazer à tona questões que implicam nas condições de vida e do exercício da cidadania de milhões de brasileiros. A questão urbana, e em especial a questão da moradia popular no Brasil é dos problemas sociais mais graves e que tem penalizado contingentes cada vez maiores de cidadãos.

Dai, Srs. Constituintes, a preocupação das Associações de Moradores organizados em torno da Conan – Confederação Nacional das Associações de Moradores, representando cerca de treze mil associações de moradores de bairros, vilas, favelas e conjuntos habitacionais em todo o País, de trazerem à Assembléia Nacional Constituinte, a sua proposta de emenda à nova Carta Magna.

Neste momento, o povo brasileiro espera que a futura Constituição assegure a dignidade plena a todos os cidadãos, dignidade esta que implica no reconhecimento de seus direitos fundamentais. E o direito à moradia é fundamental para que todos possam usufruir a sua cidadania no sentido mais amplo, incorporando à cidadania política a cidadania social, sem o que a própria existência democrática estaria ameaçada.

Que prática democrática podem ter Senhores, as multidões famintas, sem teto, sem saúde, sem escolas? E é desta maneira que atualmente vivem grandes massas de trabalhadores em todas as cidades brasileiras. Famílias inteiras alijadas de todos os seus direitos, vivendo em condições subumanas, onde o sobreviver a cada dia é um milagre de resistência e obstinação. Temos hoje 70% da população do País vivendo nas cidades, num fenômeno que nas últimas duas décadas trouxe profundas mudanças culturais, sociais e econômicas, com a inversão do perfil eminentemente agrário existente até então. Mas não houve, concomitantemente a este processo, o alargamento proporcional das fronteiras políticas da cidade, os processos urbanos foram ignorados, e principalmente os moradores das cidades foram deixados de lado no estabelecimento das grandes metas de atuação dos poderes públicos. Temos hoje no País um déficit estimado em dez milhões de moradias, isto sem falar nas 14,5 milhões de habitações urbanas sem as mínimas condições de habitabilidade.

Mesmo considerando-se a hipótese de uma taxa de crescimento mais baixa que a atual, o Brasil terá, por volta do ano 2000, uma população urbana de aproximadamente cento e sessenta milhões de habitantes. Serão oitenta milhões de novos brasileiros nas cidades, serão cerca de quatro milhões por ano, num horizonte de vinte anos. Mantidas as condições atuais, serão contingentes intermináveis de cidadãos de quinta categoria, morando em condições absolutamente precárias, segregados nas

periferias das grandes cidades, vivendo numa oposição absurda entre a cidade dos ricos e a cidade dos pobres. Sofrendo no seu cotidiano as conseqüências do processo de acumulação e concentração de riquezas, que da maneira mais perversa possível, e com a conivência e anuência, ou até mesmo a intervenção dos poderes públicos, reservou aos trabalhadores os piores terrenos, as localizações mais distantes, os loteamentos clandestinos, as favelas, as infra-estruturas urbanas inexistentes, os transportes precários. É nas grandes cidades brasileiras que se tornam mais visíveis as condições desiguais de ocupação. Os benefícios básicos da urbanização, tais como energia, canalização de rede de água, esgotos, transportes, etc. – não contemplam seus habitantes como um todo. As cidades brasileiras não têm propiciado o acesso da maior parte de suas populações à distribuição e posse dos bens e serviços gerados pela industrialização.

A grande desculpa da rapidez do processo de urbanização do País esconde uma outra realidade, a de que os critérios que orientam os investimentos em equipamentos e infra-estrutura urbana obedecem, de modo geral, às exigências de uma racionalidade econômica que se baseia na rentabilidade e no retorno dos capitais investidos, beneficiando os usuários de níveis de renda mais elevada. A cidade é de quem pode pagar por ela e no quadro da espoliação dos trabalhadores e da distribuição de renda brasileira, é cada vez menor o número daqueles que podem pagar, gerando assim, pela exclusão, a formação de espaços periféricos, ocupados por uma população socialmente segregada.

Morar nas periferias, em favelas, loteamentos clandestinos, conjuntos habitacionais invadidos é uma contingência social a que seus moradores se submetem como forma de exercerem, de forma precária, o seu direito à cidade, e, em particular, à moradia.

A moradia, nestas condições significa tão-somente o aspecto físico e individualizado da casa, despojada de todos os bens e serviços necessários à satisfação das necessidades sociais de seus moradores.

A ação do Estado diante dessas questões, mesmo em seus organismos oficiais e específicas ligados à habitação, não fugiu a esta lógica: os 67% de famílias de baixa renda que integram nossa população urbana receberam apenas 34% dos recursos disponíveis no extinto BNH durante o tempo da sua duração. Interesses financeiros e interesses imobiliários lograram assumir posição de destaque na orientação destas ações. Os poucos programas alternativos propostos somente foram capazes de melhorar as condições habitacionais de pequenos grupos. Acresça-se a este quadro a questão do autoritarismo, quando foram criadas extensas redes burocráticas e afastada a participação dos municípios e comunidades no equacionamento destas questões.

As leis sobre o uso do solo urbano vigorantes, por seu lado, contribuem decisivamente para privilegiar a especulação abrindo brechas para que se estoquem terrenos, façam-se construções sem as mínimas condições e, o que é mais grave, se expulsem as populações carentes para áreas cada vez mais distantes.

Ao elaborar a nova Constituição brasileira, esta Casa tem o dever histórico de articular os interesses favoráveis à reversão desta situação da população brasileira diante do acesso à moradia, como tem também o compromisso de superação dos interesses contrários. – Interesses daqueles que se têm privilegiado com esta situação de espoliação, obtendo lucros fabulosos com a retenção especulativa das propriedades imobiliárias, com a monopolização do uso do solo urbano, com a apropriação privada dos investimentos públicos nas cidades, e com a exploração também monopolizada dos transportes coletivos.



Para tal, é preciso modificar profundamente dois pilares que sustentam esta situação de injustiça social: os conceitos superados de propriedade, que, advindos ainda do Direito Romano, desconhecem sua função social primeira; e a falta de compromisso do Estado em estabelecer uma política urbana que assegure o direito de moradia a todo cidadão, numa visão mais ampliada, moradia inserida no contexto das relações urbanas, e não apenas de forma isolada, através da produção de unidades.

Ouçó o nobre Constituinte Fernando Gasparian.

**O SR. CONSTITUINTE FERNANDO GASPARIAN:** – Estou acompanhando com muita atenção a exposição de V. S.<sup>a</sup>, na qual defende emenda popular que tem motivação muito positiva. Poderíamos discutir, talvez, as porcentagens colocadas na proposta. Penso que o fato de se colocar por parte dos Estados e Municípios, uma porcentagem maior do que a União não é algo que se justifique. Justamente por isso quero fazer uma pequena intervenção. Os Municípios no Estado de São Paulo, como o caso de São José do Rio Preto, têm feito trabalhos milagrosos ajudados pela comunidade, através de mutirões. O Prefeito do Município de São José do Rio Preto, Manoel Antunes, conseguiu que houvesse esgoto e água em todo o Município, praticamente em 100% dele. Além disto, desapropriou áreas centrais nas quais foram feitos loteamentos distribuídos de graça às pessoas mais carentes, de forma correta, e vi essa distribuição de 500 lotes ser feita em maio desse ano. Estive em minha cidade na semana retrasada e assisti ao milagre que as pessoas que receberam esses lotes fizeram com uma pequena ajuda material da prefeitura. Em 3 ou 4 meses, na base do mutirão construiu-se quase que uma cidade. Evidentemente que um empreendimento desse tipo só funciona se a cidade der infraestrutura, água, esgoto etc. Colocando as famílias fora do centro da cidade, longe do trabalho, ajudando a fazer especulações a favor de quem vive dos terrenos em volta, que ficam mais valorizados, resultará nos exemplos negativos que temos visto. É o Município, mais do que a União e os Estados, que terá de fazer esse grande esforço se efetivamente colocarmos na Constituição dispositivos que ancoragem e dêem parâmetros para essas realizações. Muito obrigado a V. S.<sup>a</sup> pela oportunidade do aparte.

**A SRA. DALVA ESTELLA RODRIGUES DE MEDEIROS:** – Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup> a contribuição, e na continuidade do meu discurso vou abordar a questão do Município. Considero da maior importância a participação destacada do Município brasileiro.

A Conam considera, ainda, fundamental que o município – unidade básica do exercício da cidadania – volte a ter a prerrogativa da autonomia política e do retorno dos tributos, fruto do produto do trabalho dos seus habitantes, podendo e devendo, assim, atuar de maneira mais positiva no equacionamento das questões ligadas à moradia popular.

**O SR. JOAQUIM BEVILÁQUA:** – Permita-me V. S.<sup>a</sup> um aparte. Estou acompanhando atentamente a exposição e a defesa que V. S.<sup>a</sup> faz da proposta da emenda e projeto de Constituição, representando diversas entidades, dentre as quais a Conam, da qual V. S.<sup>a</sup> é Diretora. Evidentemente, como filho de São José dos Campos, quero também registrar aqui que o Presidente dessa entidade é o ilustre Vereador de nossa cidade, o Líder do PCB, Vereador João Bosco da Silva, que ainda há pouco fez uma bela exposição sobre o problema do setor público que, evidentemente, está relacionado com as condições de moradia. Coloca V. S.<sup>a</sup> com muita propriedade, que a moradia não é só o problema da telha e do teto, mas está inserida num contexto de infra-estrutura urbana: de médico, de farmácia, de hospitais, de transporte, de policiamento, de segurança, enfim, dentro de um contexto da vida cidadina. Congratulo-me com V. S.<sup>a</sup> com relação a este aspecto da sua expo-

sição, embora divergindo no tocante ao conceito de propriedade quando ainda há pouco citou que os conceitos superados de propriedade, advindos do direito romano, desconhecem, a função social. Diria que a função social da propriedade é que, nos últimos anos, tem virado uma disfunção administrativa por falta de políticas adequadas no tocante à questão urbana. Há poucos dias tive oportunidade de ocupar a tribuna que V. S.<sup>a</sup> ora ocupa para debater o grave problema da questão urbana. Naturalmente, ao debater essas emendas populares, estão vindo à tona esses índices elevadíssimos que temos hoje e o aumento cada vez maior das populações citadinas, já hoje em torno de 70% da população brasileira. De forma que a função social da terra existe, ainda que se preservando a propriedade privada – tradição do Direito brasileiro – apenas não exercitada com políticas adequadas. Vem V. S.<sup>a</sup> na mesma linha de Vancouver, da Conferência de Medellín e da CPI da Especulação Imobiliária que promovemos nesta Casa há dez anos – começou em 77 e terminou em 78, quase um ano de trabalho – quando chegamos à conclusão de que havia necessidade de estabelecermos o imposto progressivo, que está aí – pelo menos estava – consagrado e naturalmente permanecerá na nova Carta. O imposto progressivo será uma das formas, mesmo sem confiscar a propriedade privada, de instituir um ônus àquele que quer ter o uso privilegiado e ociosa dessa propriedade, portanto, descaracterizando a função social da mesma. Está aí o usucapião urbano previsto com prazo mais curto para aqueles que detenham a posse da terra urbana, implícito o direito do cidadão à moradia, que todos nós defendemos, como um direito subjetivo da pessoa humana. Ao fazer esta intervenção gostaria apenas de registrar que, no tocante à questão do transporte, aqui exposta pelo Vereador João Bosco da Silva, – à época meu correligionário – em São José dos Campos, em 1980, tivemos a iniciativa pioneira – com todo apoio da Câmara Municipal – de instituir o passe gratuito para os maiores de 65 anos. Não costumo dizer "idosos", porque conheço várias pessoas com mais de 65 anos mais jovens do que eu; chamo de terceira idade. Ao instituímos esse passe, em 1980, tivemos oportunidade de gerar o exemplo seguido pela Capital de São Paulo, em 1982, e por vários outros Municípios do País. Tivemos também a oportunidade de criar uma empresa municipal de transporte por entendermos que transporte coletivo urbano é da mais alta importância para o conceito amplo de moradia, defendido por V. S.<sup>a</sup> e com o qual repito, concordo, mas não no tocante à questão da propriedade.

**A SRA. DALVA STELA RODRIGUES MEDEIROS:** – Agradeço a intervenção a V. Ex.<sup>a</sup>, mas gostaria de reafirmar que diante da inversão que vemos do ponto de vista da sociedade brasileira há grande predominância da questão da propriedade sobre a questão social, sendo da maior importância para os movimentos sociais e para a população brasileira que se assegure a precedência e maior predominância do direito à moradia. (Palmas nas galerias.)

Continuando, gostaria de, após a exposição aqui feita, colocar os artigos propostos pela entidade reunida no Conam, quanto à moradia popular:

"Art.... O direito à moradia precede e predomina sobre o direito de propriedade".

Art.... O acesso à moradia digna e adequada é garantido a todos pelo Poder Público e, prioritariamente, aos trabalhadores assalariados de baixo rendimento.

§ 1º A dimensão da unidade habitacional deverá corresponder às necessidades básicas da família, garantindo-se um mínimo de 10m<sup>2</sup> de área construída útil por pessoa.

§ 2º Entende-se como moradia digna e adequada não apenas casa, mas também o acesso aos serviços públicos essenciais, como saneamento básico, educação, saúde, transporte coletivo e lazer.

Art.... A União destinará, anualmente, no mínimo 15% de sua receita tributária para a implementação de programas de habitação popular. Os Estados, Distrito Federal e Municípios destinarão no mínimo 25% para esse fim.

Art.... O Poder Público deverá construir unidades habitacionais populares para serem alugadas, com o objetivo de regular o mercado imobiliário de locação.

Art.... O Poder Público deverá desapropriar terras urbanas ociosas destinando-as à construção de moradia popular, a serem pagas com título a dívida pública, em prazos coincidentes com o retorno das prestações, nunca inferiores a quinze anos.

Parágrafo único. Do valor pago pela desapropriação será descontado o valor do investimento público em infraestrutura.

Art.... Todo aquele que ocupa propriedade urbana, unidade habitacional ou terreno alheio, tem o direito de nela permanecer até seu pleno e integral atendimento, através de programas governamentais de construção de moradia popular.

Parágrafo único. Serão legalizadas as posses urbanas constituídas há mais de dois anos, desde que o usuário não disponha de outra propriedade."

Srs. Constituintes, estes são os pontos que gostaríamos de ver incluídos na nova Carta Constitucional brasileira, para que a população sofrida de nossas cidades possa ter nela respaldo e perspectivas de solução para os graves problemas de moradia que os aflige em todo o País.

Ou, senão, será o caos, ou será o desalento daqueles que nada têm, e os conflitos serão inevitáveis, já que as situações de penúria são insustentáveis e que basta tão-somente a leitura dos jornais para se ter idéia do quadro de gravidade social e comoção em curso.

A cidade democrática, lugar de exercício das práticas democráticas de seus habitantes, deve ser um direito assegurado a todos, não uma mercadoria vendida a poucos.

Os olhos do País estão neste momento voltados para esta Casa, de onde esperamos, através da sensibilidade dos Senhores Constituintes para com as questões aqui expostas, será firmado um compromisso com o direito à moradia, como parte da cidadania social a que todos os brasileiros aspiram.

Saudações comunitárias e muito obrigada. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Amanhã, às 15 horas, neste mesmo local, teremos reunião para debate de outras emendas populares, relativas à saúde pública, direito dos deficientes, previdência privado e plano de previdência das estatais e parlamentar.

Declaro encerrada a reunião de hoje.

## 21ª Reunião Extraordinária

Aos vinte e oito dias do mês de agosto do ano de mil novecentos e oitenta e sete às dezenove horas, no Plenário da Câmara dos Deputados, reuniu-se a Comissão de Sistematização, sob a Presidência do Senhor Constituinte Nelson Carneiro (art. 6º, parágrafo único, RI-ANC); presentes os Senhores Constituintes: Abigail Faltosa, Ademir Andrade, Adolfo Oliveira, Afonso Arinos, Almir Gabriel, Aluizio Campos, Artur da Távola, Bernardo Cabral,

Carlos Sant'Anna, Celso Dourado, Christóvam Chiaradia, Cristina Tavares, Eraldo Tinoco, Fernando Gasparian, Gastone Righi, Gerson Peres, Haroldo Lima, Inocêncio Oliveira, Joaquim Bevilacqua, José Fogaça, José Lins, Lysâneas Maciel, Mário Lima, Nilson Gibson, Plínio de Arruda Sampaio, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Severo Gomes. Sigmaringa Seixas, Siqueira Campos, Virgildásio de Senna, Wilson Martins, Adylson Motta, Aldo Arantes, Euclides Scalco, Israel Pinheiro, Itamar Franco, João Natal, Jonas Pinheiro, José Genoíno, José Tavares, José Tinoco, Mozarildo Cavalcanti, Octávio Elísio, Ottomar Pinto, Uldurico Pinto, Vicente Bago, Victor Faccioni e Vilson Souza. Estiveram presentes, ainda, os seguintes Senhores Constituintes não integrantes desta Comissão: Vitor Buaiz, Augusto Carvalho, Cardoso Alves, Ruy Nedel, Antônio Câmara, Eduardo Bonfim, Matheus Iensen, Ivo Lech, Benito Gama, Virgílio Guimarães, Ruben Figueiró, Plínio Martins, Chico Humberto, Florestan Fernandes, Jutahy Júnior, Furtado Leite, Jorge Hage, Humberto Souto, Lúcio Alcântara, Luis Roberto Ponte, Doreto Campanari e Manoel Castro. Deixaram de comparecer os seguintes Senhores Constituintes: Alcení Guerra, Alfredo Campos, Aloysio Chaves, Antonio Farias, Antônio Carlos Konder Reis, Antônio Carlos Mendes Thame, Arnaldo Prieto, Brandão Monteiro, Carlos Chiarelli, Carlos Mosconi, Cid Carvalho, Darcy Pozza, Edme Tavares, Egídio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Lyra, Francisco Benjamin, Francisco Dornelles, Francisco Pinto, Francisco Rossi, Haroldo Sabóia, Ibsen Pinheiro, Jamil Haddad, Jarbas Passarinho, João Calmon, João Herrmann Neto, José Freire, José Geraldo, José Ignácio Ferreira, José Jorge, José Luiz Maia, José Maurício, José Paulo Bisol, José Richa, José Santana de Vasconcellos, José Serra, José Thomaz Nonô, José Ulisses de Oliveira, Luis Eduardo. Luiz Inácio Lula da Silva, Manoel Moreira, Marcondes Gadelha, Mário Assad, Milton Reis, Nelson Jobim, Nilton Friedrich, Oscar Corrêa, Osvaldo Coelho, Oswaldo Lima Filho, Paulo Pimentel, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Prisco Viana, Ricardo Fiúza, Roberto Freire, Rodrigues Palma, Sandra Cavalcanti, Theodoro Mendes e Virgílio Távora. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, avisando que a reunião se destinava a continuar a discussão das emendas populares, concedendo a palavra pela ordem, aos oradores inscritos para a defesa das propostas a seguir indicadas: 1ª) PE-118 – Saúde Pública – defensor: Deputado estadual pelo Estado do Mato Grosso do Sul, André Puccinelli; 2ª) PE-050 – Saúde – defensor: Dr. Sérgio Arouca, Secretário de Saúde do Estado do Rio de Janeiro. Apartes: Constituintes Artur da Távola, Carlos Sant'Anna, Ruy Nedel e Cristina Tavares. Ao final da exposição do primeiro orador, a Senhora Constituinte Cristina Tavares, em questão de ordem, lê a transcrição, nos Anais, de nota pública, com o apoio dos Senhores Constituintes Abigail Faltosa, Hermes Zaneti e outros, sobre o pronunciamento do Ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves, em reunião ministerial e transmitida pela imprensa, sobre os trabalhos constituintes. O Senhor Presidente, respondendo, informou que o assunto seria submetido ao Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, na forma regimental. Em seguida, deu prosseguimento à reunião, ouvindo os oradores seguintes; 3ª) PE-071 – Sistema Nacional de Saúde – defensor: Constituinte Gastone Righi; 4ª) PE-077 – Salário Mínimo para Deficientes – defensora: Sra. Lourdes Vanilda Chemello Favieiro. Apartes: Constituintes Cunha Bueno e Chico Humberto. Ao final desta exposição o Senhor Presidente, Constituinte Nelson Carneiro, ressaltou a lição de vida que a oradora acabava de dar aos Senhores Constituintes presentes e que, certamente, seria levada aos que não puderam lá estar. Concedeu, em seguida, a palavra ao orador inscrito; 5ª) PE-086 – Direitos dos Deficientes – defensor: Messias Tavares de Souza, Coordena-

nador da Organização Nacional de Entidades de Deficientes Físicos (Onedef). Aparte: Constituinte Humberto Souto; 6ª) PE-042 – Previdência Privada – defensor: Dr. Paulo Mente, Presidente da Associação Brasileira de Entidades Fechadas de Previdência Privada; 7ª) PE-072 – Plano de Previdência das Estatais e Parlamentar – defensor: Dr. Archimedes Pereira Franco, Presidente da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil. Apartes: Constituintes Virgildásio de Senna e Manoel Castro. Ao final da exposição do último orador da reunião, o Senhor Presidente, Constituinte Nelson Carneiro, agradecendo a sua participação lembrou ter sido, na juventude, examinado pelo seu genitor, quando estudante no ginásio da Bahia, tendo acompanhado com interesse a participação ativa do Dr. Archimedes Franco na política baiana. Nada mais havendo a tratar, encerrou a reunião, às vinte horas vinte minutos. O inteiro teor desta reunião foi gravado, devendo ser publicado no **Diário da Assembléia Nacional Constituinte** e constituir-se-á na Ata circunstanciada dos trabalhos. E, para constar, eu, Maria Laura Coutinho, lavrei a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro):** – Está aberta a reunião da Comissão de Sistematização, para prosseguimento dos debates sobre as emendas populares.

Tenho o prazer de convidar o Sr. André Puccinelli, Deputado Estadual pelo Mato Grosso do Sul, para ocupar a tribuna durante vinte minutos.

**O SR. ANDRÉ PUCCINELLI:** – Sr. Presidente, Sras. Srs. Constituintes, 32.521 pessoas assinaram um dispositivo para que, aqui, em nome de três associações: Associação Médica de Mato Grosso do Sul, Associação dos Cirurgiões Dentistas e Associação dos Sanitaristas, pudesse ser apresentada uma proposição para a área de saúde, que passo a ler:

Diante dos debates e das conclusões até então apresentadas por todos os grupos que se propuseram a discutir aspectos de saúde, ficou evidente que as modificações necessárias à reestruturação do setor vão muito mais além da simples alteração administrativa ou financeira.

É imprescindível uma reformulação mais profunda que implica, principalmente, arranjo institucional adequado e revisão criteriosa da legislação, no que diz respeito à promoção, proteção e recuperação da saúde.

A profundidade dessa reformulação é decorrência do fato de se considerar o conceito de "saúde" de forma muito mais ampla que aquele normalmente utilizado.

Ao se afirmar que a saúde "é direito do cidadão e dever do Estado", fica delineada uma questão social bastante complexa.

A saúde resulta de um conjunto de condições que vão desde a alimentação adequada até o acesso e posse da terra. "É, assim, antes de tudo, o resultado das formas de organização social da produção, as quais podem gerar grandes desigualdades nos níveis de vida".

Ter direito à saúde, significa ter, por parte do Estado, a garantia de condições dignas de vida e de acesso universal e igualitário aos serviços prestados.

"Esse direito não acontece simplesmente pela sua formalização no texto constitucional. Há, simultaneamente, necessidade de o Estado assumir explicitamente uma política de saúde conseqüente e integrada às demais políticas econômicas e sociais, assegurando os meios que permitam efetivá-las. Entre outras condições, isso será garantido mediante o controle do processo de formulação, gestão e avaliação das políticas sociais e econômicas pela população."

As limitações e obstáculos do direito à saúde são de natureza estrutural. A sociedade brasileira exibe características de concentração de renda e acentuada estratificação. O resultado é o aparecimento das desigualdades sociais e regionais tão conhecidas e, mesmo assim, tão presentes e marcantes.

Ao desconhecer essas diferenças e tentar atuar com um sistema de saúde ineficaz e até mesmo anárquico, o Estado termina por negar o direito à saúde.

O verdadeiro "emaranhado" de instituições públicas e privadas que atuam no setor, tem conseguido tão-somente a superposição de atividades e conseqüente dispersão de recursos, sem sequer avizinhar-se do objetivo a que se destina.

O perfil de saúde resultante desses fatos, é desolador:

- das quase 4 milhões de crianças que nascem por ano, no Brasil, cerca de 350 mil morrem antes de completar o primeiro ano de vida, quase a metade desse número, durante o primeiro mês de vida.

- Taxa de Mortalidade Infantil – 87,0% (87 por mil), à Unicef e OMS aceitável é a taxa 20 por mil. (Vide gráfico.)

- cerca de 50% das crianças com menos de 5 anos sofrem risco nutricional compartilhado pelo restante de suas famílias que percebem tão-somente até 1 salário mínimo mensal;

- 70% das mortes dos menores de 1 ano têm causas profundamente relacionadas com desnutrição, doenças infecciosas e falta de saneamento básico;

- 50% das mortes ou seqüelas causadas por doenças infecciosas têm como origem 6 entidades nosológicas – difteria, tuberculose, tétano, coqueluche, poliomielite e sarampo – que podem ser evitadas através de imunização.

- 85% dos hansenianos da América Latina estão no Brasil;

- 17.000 (dezessete mil) casos novos de Hansen (Lepra) por ano.

- temos 8 milhões de brasileiros com Doença de Chagas e quase 7 milhões infestados pela esquistossomose;

- anualmente, cerca de 1,2 milhão de pessoas apresentam infecção por malária, ou seja, 100.000 novos casos por mês em decorrência principalmente da falta de saneamento;

- as gastroenterites atingem mais de 80% da população em geral;

- 75 milhões de brasileiros são portadores de parasitoses intestinais, muitos com mais de uma entidade;

- sabendo-se que em 1907, Oswaldo Cruz, em condições técnicas inferiores e adversas, conseguiu erradicar o mosquito vetor (Aedes) no Rio de Janeiro, hoje 1986/87 nos envergonhamos de admitir que a febre amarela está reurbanizada e epidemias de dengue grassam pelo País;

- 100 novos casos de AIDS por mês e o avanço projeta-se geométrico;

- a tuberculose avança rapidamente e mata, enfim, somos um povo doente!

- Conseguimos nos colocar como a 8ª Nação quanto ao crescimento econômico, mas as condições de saúde não acompanharam o mesmo ritmo: somos o 67º país quanto aos aspectos sanitários.

Paradoxalmente, investimos apenas 3% do nosso Orçamento nesse setor e gastamos US\$ 33,00 por habitante/ano em saúde (infinitamente menos que outros países em melhores condições sociais).

O investimento no setor social é decisivo para mudar esse quadro!

Um grande passo foi dado quando, em 1986, o Senado aprovou a emenda João Calmon, estabelecendo percentuais adequados para os investimentos em educação. Passo este ainda mais importante, quando se conclui pela necessidade de um orçamento social integrado: "uma adequada política de saúde requer que o sistema educacional promova, ao nível básico, as medidas de educação sanitárias para a população, indispensáveis para evitar a transmissão de endemias e para garantir a saúde em todos os aspectos relacionados à higidez. Da mesma forma, é em conjunto com o sistema educacional que serão formados os quadros de nível técnico e superior que ocupam o interior das instituições de saúde".

Por que não tomar a mesma providência para a Saúde? Sim, porque a reversão pretendida jamais será alcançada, como já foi dito, na vigência das condições atuais.

É necessário que, juntamente a outras medidas de caráter estrutural e ideológico, se redefinam critérios de financiamento da Saúde no Brasil.

"Embora a reforma sanitária deva ser entendida como um longo processo de conquistas da sociedade em direção à democratização da saúde", seria um erro ignorar a necessidade da adoção de posturas imediatas que, até mesmo, funcionem como mola propulsora na busca dos resultados esperados.

Nossa proposta:

Art. – É dever dos poderes públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios a organização e a promoção da defesa da saúde pública.

Parágrafo único – Anualmente a União aplicará nunca menos de 13% (treze por cento), e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, da receita resultante de impostos, na manutenção e desenvolvimento de programas destinados à proteção da saúde pública.

Tal qual a Emenda Calmon de outrora, já modificada no Substitutivo apresentado, conseguimos que, **pari passu**, educação e saúde devam caminhar, para que se possa fazer prioridade da saúde do brasileiro. Esta proposta aumenta a participação da União no financiamento dos serviços de saúde mas, principalmente, envolve os Estados e Municípios na mesma luta.

A idéia é instrumentalizar aqueles que, convivendo com o quadro sanitário deplorável que já abordamos, pouco podem fazer, muitas vezes por falta de recursos!

Através desse aumento considerável de valores e cujas possíveis fontes de receita também deverão ser objeto de estudo, será possível a universalização pretendida no Sistema Único de Saúde e a extensão de cobertura dos serviços prestados, para toda a população, sem qualquer espécie de discriminação.

O maior volume de recursos permitiria, também, assegurar condições dignas de remuneração aos profissionais de todas as classes de trabalho, de saúde, outro pré-requisito para a reforma sanitária.

Também o melhor equipamento da rede básica de saúde, aumentando a resolutividade de cada local de atendimento, estaria mais próximo de ser alcançado com a nova política de alocação de recursos.

A própria política de insumos e tecnologia seria melhor viabilizada, com os recursos financeiros adequados.

Vamos, pois, estabelecer compromissos orçamentários ao nível da União, estados e municípios para o adequado financiamento das ações de saúde.

Vamos caracterizar a saúde de cada brasileiro como de interesse coletivo.

Vamos caracterizar a saúde de cada brasileiro como e a todos os habitantes do território nacional!

De acordo com as próprias palavras de Sua Excelência o Presidente José Sarney, em março de 1986, por ocasião da 8ª Conferência Nacional de Saúde, "o Governo, que fez da opção social sua meta prioritária, portanto, tem a obrigação de fazer da saúde dos cidadãos um bem tutelado pelo Estado e pela sociedade. O Governo, que colocou o bem-estar da sociedade acima de quaisquer outros interesses, tem o dever de zelar pelas condições de saúde da população".

Queremos desta forma, não só dizer, mas fazer da Saúde a prioridade que dela o povo brasileiro necessita, e a responsabilidade nesta hora, transferimo-la às mãos dos Srs. Constituintes para que digam "SIM" a esta emenda proposta pelo povo de Mato Grosso do Sul, ao povo brasileiro, no aspecto saúde.

Quer-se, ante este quadro delenado, em quaisquer índices que se aborde saúde, que nós brasileiros estamos aquém de países que têm um percentual de Produto Interno Bruto menor que o nosso, países que têm Produto Interno Bruto maior que o nosso, países que aplicam, apesar de terem percentuais menores, maiores índices para o setor saúde, comprovados no decorrer da última década, melhorias acentuadas em relação às melhorias que o nosso País apresenta. Nós, na última década, na América do Sul, apresentamos um percentual maior de melhoria dos índices de saúde, tão-somente em relação à Argentina, perdendo-se para todos os outros países da América do Sul neste aspecto.

E é por isso que apresentamos uma proposição, para que a par das proposições de destinação de percentual para a área de educação, se possa fazer verdadeiramente, deste País um gigante pela sua própria natureza. Muito obrigado. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro):** – Acredita a Presidência que não quebra o Protocolo, nem o Regimento, consignar o seu aplauso à clara e ilustre exposição que acaba de ser feita pelo Deputado, nosso colega da Assembléia Legislativa de Mato Grosso do Sul, André Puccinelli.

S. Ex.<sup>a</sup> focalizou, com clareza, uma triste realidade do Brasil, para a qual nós, os Constituintes, devemos ter os nossos olhos voltados, em favor não só da nossa geração, mas das gerações que hão de vir.

Com a palavra o eminente Professor Sérgio Arouca, que representa, nesta oportunidade, o Conselho Federal de Medicina do Rio de Janeiro, a Federação Brasileira de Nutrição de São Paulo e o Sindicato de Engenharia do Distrito Federal, através de uma emenda popular de 56.615 assinaturas, sendo o Professor Sérgio Arouca Secretário de Saúde do Estado do Rio de Janeiro.

**O SR. SÉRGIO AROUCA:** – Exm.<sup>o</sup> Sr. Presidente Nelson Carneiro, Exm.<sup>os</sup> Srs. Constituintes, aliado a esse dramático quadro de saúde, cuja emenda popular que aqui estamos defendendo soma-se à anterior que demonstra que, infelizmente, a nossa Nação vem perdendo, de uma forma insofismável, a batalha pelas melhores condições de saúde da população brasileira: mortalidade infantil alta, não conseguimos controlar as grandes endemias – xistosomose, chagas – ao mesmo tempo em que enfrentamos novos problemas da maior seriedade, como as intoxicações ligadas às condições de trabalho, às condições de poluição do meio ambiente, a esse novo problema grave de saúde pública, que é a questão da AIDS. Não conseguimos, Srs. Constituintes, infelizmente, resolver problemas tão simples do ponto de vista da saúde pública, como controlar, ainda, em nosso País, as doenças não prevenidas por imunização.

Nós ainda não conseguimos controlar a paralisia infantil, o tétano, a difteria e, além disso, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, que sistema de saúde, nos últimos vinte anos, foi montado para enfrentar o problema? Um sistema de saúde mal distribuído, concentrado nas regiões urbanas, estabelecendo uma verdadeira dicotomia entre a assistência rural e a urbana: estabelecendo uma verdadeira dicotomia e uma separação dramática entre a nossa população da região Nordeste e a região Sudeste; estabelecendo mecanismos de mercantilização sobre a nossa saúde, que são verdadeiramente inaceitáveis. E chegamos ao ponto dramático, Sr. Presidente, de mudar, inclusive, a epidemiologia das doenças.

Hoje, a mercantilização que se faz sobre o banco de sangue fez que a doença de Chagas, que era rural, ligada a condições de habitação, passasse a ser urbana, por esses novos vampiros que traficam sobre a questão do sangue do povo brasileiro. E junto com Chagas, se está transfundindo **aids**, se está transfundindo hepatite, se está transfundindo a sífilis, através de mecanismos que são criados por um sistema de saúde, completamente incompetente; um sistema de saúde que quase conseguiu erradicar com as amígdalas neste País; fez de uma maneira dramática que um parto normal, neste País, passasse a ser um parto cesariana; que faz com que, neste momento, medicamentos de saúde pública que faltam para nossa população sejam eufemisticamente chamados de "medicamentos órfãos".

Medicamento órfão, Sr. Presidente, é quando uma empresa entende que não resulta mais lucro produzi-lo. No entanto, são medicamentos utilizados para o tratamento da filariose, que são utilizados para o tratamento da lepra, que são utilizados para o tratamento da tuberculose.

É esse sistema mal coordenado, desconexo, que não conseguiu resolver os impactos, mal distribuídos, desumanos, não conseguindo que o cidadão brasileiro tenha nome e sobrenome.

Há poucos dias, no nosso Estado do Rio de Janeiro – estado desenvolvido – uma pobre moça de 18 anos, depois de fazer o circuito desse sistema perverso, de ser atendida no setor privado e não receber a atenção desejada, de passar pelo setor municipal e de novo não ter a atenção desejada, foi, finalmente, engessada de uma maneira equivocada, o que levou a que, dois dias depois, essa pobre moça de 18 anos morresse de gangrena, revelando a incompetência desse sistema.

O que esse movimento está defendendo? Não estamos entrando numa simples discussão entre o setor privado e o setor público. Não é isso o que nos interessa, não é esse o tema central e fundamental do debate nacional, neste momento, sobre a questão de saúde.

A 8ª Conferência Nacional, convocada pelo Senhor Presidente da República, por indicação do então Ministro da Saúde, Carlos Sant'Anna, provocou um grande debate nacional. Mais de 5 mil participantes entre associações de moradores, pacientes, índios, mulheres, profissionais de saúde, sindicatos de médicos, cirurgiões, enfermeiras, sociólogos, reuniram-se aqui em Brasília durante cinco dias, preparando o ideário de um novo sistema de saúde. Um sistema de saúde que está baseado numa experiência internacional, mas não está baseado em nenhum modelo importado. Ele está baseado na experiência acumulada nos municípios brasileiros que conseguiram criar impacto e formas simplificadas sobre o sistema de saúde. Ele está baseado na luta dos sindicalistas, ele está baseado num movimento rural, ele está baseado em todos aqueles que denunciaram, durante a ditadura, esse sistema de saúde incompetente. E aproveitar essa experiência fundamental, experiência tropical nacional, própria, não importada, pois o que estão propondo é algo absolutamente lógico, sim-

ples e linear. O que é isso? Um sistema de saúde único, que coordene a nível federal todas as instituições, atualmente absolutamente descoordenadas. Saúde do índio, na Funai; saúde do trabalhador, no Ministério do Trabalho; hospitais e terciários, no Ministério da Educação; saneamento básico, no Ministério do Interior; hospitais nas Forças Armadas; instituições de saúde por todos os lados e sem nenhum comando único. Queremos que exista uma coordenação e um comando único ao nível do Governo Federal. Mas que esse sistema de saúde, para ser democrático, não seja centralizado, temos que acabar com esse monstro hipertrofiado, que seja municipalizado, regionalizado, colocando o controle da prestação de serviços cada vez mais próximo do usuário, a partir do efetivo controle social. A sociedade brasileira deve caber o direito, Srs. Constituintes, de controlar a execução desse sistema de saúde, controlando dessa maneira a fraude, a intervenção desnecessária, o uso dos recursos que não estejam baseados em prioridades bastante definidas. Esse sistema deve ter mecanismos próprios de financiamento, não deve ser um sistema baseado em financiamentos, que dependam simplesmente de boa vontade, ele tem que estar baseado na necessidade da população brasileira; ele tem que dar a resposta de maneira efetiva à competência nacional na questão de imunobiológicos. Não podemos ficar dependentes de que medicamentos básicos sejam ou não sejam produzidos, dependendo das regras de mercado. A doença e a saúde não ensinaram ainda as regras de mercado. Uma pessoa doente deve receber o medicamento na hora da sua necessidade, ao custo que seja, porque é indigno que, no Brasil, ainda isso esteja acontecendo. Temos que fazer um sistema, Sr. Presidente, em que os nossos profissionais de saúde sejam tratados também de uma forma honesta, que tenham trabalho digno com planos de cargos e salários, com isonomia para os mesmos exercícios que possibilitou numa capacitação profissional, e que, além disso, conheçam o que acontece neste País. A reforma sanitária que essa proposta da 8ª Conferência, e essa emenda popular defendem pressupõe também uma verdadeira reforma universitária. O objetivo é formar profissionais que conheçam diarreia, que conheçam o sarampo, que saibam fazer um diagnóstico de dengue, que conheçam doenças infecciosas e saibam tratar esses casos com a tecnologia disponível neste País; mas que, ao mesmo tempo, tenham a cabeça aberta e inteligência para pensar e desenvolver o que existe de mais competente em nível da pesquisa internacional. Essa é a proposta que mais de 160 entidades hoje estão trazendo, e que não é nova; foi a proposta da 8ª Conferência Nacional de Saúde; foi a proposta aprovada na Convenção Nacional do PMDB; foi a proposta aprovada pelo Presidente Tancredo Neves – estava no seu programa de governo – é a proposta que faz parte do ideário dos partidos comunistas; é a proposta aprovada pelo Partido dos Trabalhadores; é uma proposta que vem aqui fundamentada pela CUT, CGT, pela Confederação Nacional das Associações de Moradores, por sindicatos de médicos, de enfermeiras, de psicólogos, de arquitetos, de nutricionistas. Essa proposta, Sr. Presidente, pretende representar uma verdadeira transformação desse sistema para que possamos um dia dizer, de forma absolutamente tranqüila, que a paralisia infantil vai ser eliminada deste País; que vamos fazer com que a difteria e o tétano se reduzam a zero; que ninguém seja internado simplesmente por mecanismos de mercado; que nenhum brasileiro deixe de receber medicamento porque o preço não está na forma adequada; que os nossos pesquisadores possam desenvolver uma ciência competente e capaz; que o nosso sistema de saúde seja democratizado, municipalizado, que o controle social represente uma forma honesta, ideal às nossas esperanças. E quando um brasileiro chegar num posto, num centro de saúde em qualquer lugar deste País, que seja atendido com nome, sobrenome e competência por-

que é um sistema de saúde brasileiro e que representa o País que nós queremos construir. Muito obrigado. (Palmas.)

**O SR. CONSTITUINTE ARTUR DA TÁVOLA:** – Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte Dr. Arouca?

**O SR. SÉRGIO AROUCA:** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> o aparte.

**O SR. CONSTITUINTE ARTUR DA TÁVOLA:** – Dr. Arouca. V. Ex.<sup>a</sup> acaba de fazer um belíssimo pronunciamento e eu lhe pediria que, usando todas as prerrogativas parlamentares, utilizasse a plenitude do seu tempo para que possamos ainda continuar ouvindo-o. V. Ex.<sup>a</sup> colocou com muita clareza, aquilo que no campo da saúde e da educação são uma realidade que deve fazer meditar os Srs. Constituintes. Realmente essas duas matérias, em que pese viver o País numa sociedade de mercado, não são, por definição, matérias nas quais o mercado deva existir na plenitude de suas leis, mas sim, matérias nas quais o mercado com suas leis, além da ingente necessidade pública, necessidade social, sirvam de sistema de freios e contrapesos para que as energias positivas desse mercado, unidas ao sentido reitor da atividade do Estado, possam, efetivamente dar a este País no campo da saúde, como no campo da educação, as condições básicas para essa mudança. Em vista da profundidade, seriedade do pronunciamento de V. Ex.<sup>a</sup>, e o digo como representante do Rio de Janeiro, que honra o nosso Estado com a sua presença à frente da Secretaria de Saúde, pois tenho acompanhado de alguma forma o esforço de V. Ex.<sup>a</sup>, cientista renomado que é, homem político também, eu gostaria de lhe pedir que não deixasse a tribuna, já que ainda tem tempo, e que concluísse sua fala, acrescentando aos conceitos estabelecidos essa minha indagação. Como vê V. Ex.<sup>a</sup>, do ponto de vista estritamente legislativo, já que estamos entrando na fase final da Constituinte, se é que teve conhecimento do Substitutivo apresentado pelo Relator Bernardo Cabral, diante da letra da lei concreta do citado Substitutivo, ajustar pontos para que esse programa comum de saúde possa ser traduzido por um texto legal, efetivo e claro. Em outras palavras, se V. Ex.<sup>a</sup> já leu o substitutivo, o que teria a dizer a respeito e que sugestões nos traria nessa matéria, porque estamos em fase de emendas e as sugestões de V. Ex.<sup>a</sup> nessa hora seriam de extrema oportunidade. Muito obrigado a V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. SÉRGIO AROUCA:** – Muito obrigado meu caro Constituinte do Estado do Rio de Janeiro.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. SÉRGIO AROUCA:** – Com muito prazer ouço V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Professor Sérgio Arouca eu o vejo com muita satisfação. V. Ex.<sup>a</sup> está a defender um tema que é o resumo ou é a síntese atual da luta do setor saúde, durante décadas. Tive a felicidade, quando estive no Ministério da Saúde, de poder contar com a extraordinária e lúcida colaboração de V. Ex.<sup>a</sup> como Presidente de uma das instituições mais importantes que este País tem na pesquisa, no ensino que é a FIOCRUZ. Também vivemos juntos os anseios que vinham do tempo da repressão, do tempo do Governo autoritário militar, onde a saúde foi sucateada, onde a atenção médica foi fragmentada, eu não diria apenas em cinco, sete ou oito Ministérios, mas foi pulverizada, o que permitiu, no modelo econômico injusto, discriminativo e concentrador que se gerou, ao longo das duas décadas do regime autoritário, as distorções violentas de saúde, que V. Ex.<sup>a</sup> tão bem verbera e que estão consignadas inclusive no extrato da palavra que V. Ex.<sup>a</sup> nos dirige. V. Ex.<sup>a</sup> bem sabe e viveu nos pródromos da Nova República os esforços que fizemos em reuniões, simpósios, na Comissão de Saúde, nas reuniões dos Secretários de Estado de Saúde, para que o setor de saúde conseguisse, suprapartidariamente, independentemente da coloração partidária de qualquer dos

integrantes do setor, ter uma palavra uniformizada, uma ação conjunta, creio que som prejuízo do que outros setores fizeram. Talvez o setor saúde tenha sido o que melhor se organizou para esta Constituinte. Depois de dezessete conferências regionais, que V. Ex.<sup>a</sup>, como Presidente da Comissão organizadora tanto nos ajudou, e eu, na qualidade de então Ministro de Estado, escolhido pelo Presidente Tancredo Neves e mantido pelo Presidente José Sarney, tive a ocasião de convocar a VIII Conferência Nacional de Saúde que V. Ex.<sup>a</sup> presidiu e registrou as conclusões. A luta aqui dentro, na Constituinte, continua. Devo destacar para V. Ex.<sup>a</sup> que, também na parte da saúde há quase que uma unidade extra-suprapartidária. Se não conseguimos vitórias ainda do molde e na extensão das desejadas, acredito, entretanto, que o texto contém essencialmente várias das proposições da VIII Conferência, especialmente aquela que diz que a saúde "é um direito inalienável de todos e um dever do Estado", a que propugna pelo sistema unificado de saúde, a que defende a universalidade do atendimento e da descentralização, a que aloca recursos na condição de percentual sobre um fundo que está sendo criado, de 30%, sobre o Fundo Nacional de Seguridade. É claro que a Constituição não está pronta ainda e há muito trabalho a desenvolver. Mas quero louvar o esforço popular de trazer, como emenda popular, sobre o setor saúde, através da expressividade dos seus cinco mil delegados e através, também, do esforço dos Constituintes do setor que aqui têm lutado e batalhado para que a saúde se transforme realmente num direito de todos e num dever do Estado.

**O SR. SÉRGIO AROUCA:** – Muito obrigado pelo aparte de V. Ex.<sup>a</sup>.

Sr. Presidente, gostaria de dizer que, efetivamente, todo esse movimento da área de saúde, movimento suprapartidário, e que durante esses dois últimos anos, principalmente, vem construindo esse projeto, esse ideário, essa proposta concreta e objetiva na área da saúde, tem contado, aqui, nesta Casa, e entre os Srs. Constituintes, com apoio substantivo. Diria que, inclusive, em um certo instante, esse próprio movimento de entidades sentiu quase a necessidade ou a não necessidade de apresentar uma emenda popular, já que entendia que, também, esse mesmo movimento suprapartidário estava se dando dentro desta Casa e estava se dando ao nível da Comissão da Ordem Social, com o Relator Almir Gabriel, com a Comissão de Saúde e com as várias propostas que foram preparadas, elaboradas e que configuram diferentes propostas em torno do que foi o ideário da VIII Conferência Nacional de Saúde.

Esse movimento, com Constituintes, aqui, na sua liderança, como os Constituintes Eduardo Jorge, Almir Gabriel, Euclides Scalco, entre outros, que fizeram e deram uma força substantiva a esse debate, nos pareceu também que era fundamental, que além do que já estava configurado, enquanto proposta na Comissão da Ordem Social, que aquelas conclusões que foram tiradas em uma assembléia memorável de mais de 12 horas, durante a VIII Conferência Nacional de Saúde, em que se discutiu, de uma forma aprofundada, e com todas as entidades da sociedade civil, o que deveria ser o sistema de saúde brasileiro. E depois desdobrou-se em encontros nacionais de saúde da mulher, de saúde do trabalhador, de ciência e tecnologia, de política, de formação de recursos humanos, e realmente mais 12 encontros durante todo o ano que chegaram, então, a se materializar nesta proposta que, efetivamente, consideramos hoje uma das propostas de reforma sanitária mais acabadas, já existentes, e que não é uma proposta técnico-burocrata; não é uma proposta feita a partir de gabinete sem nenhuma sensibilidade social. É uma proposta muitas vezes conflitiva mas que está sendo construída no debate com a sociedade e pela sociedade. Acreditamos que o substantivo das propostas

**ilegível** da Organização Nacional de Entidades de Deficientes Físicos (Onedef). Aparte: Constituinte Humberto Souto: 6ª) PE-042 – Previdência Privada – defensor: Dr. Paulo Mente, Presidente da Associação Brasileira de Entidades Fechadas de Previdência Privada; 7ª) PE-072 – Plano de Previdência das Estatais e Parlamentar – defensor: Dr. Archimedes Pereira Franco, Presidente da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil. Apartes: Constituintes Virgildásio de Senna e Manoel Castro. Ao final da exposição do último orador da reunião, o Senhor Presidente, Constituinte Nelson Carneiro, agradecendo a sua participação lembrou ter sido, na juventude, examinado pelo seu genitor, quando estudante no ginásio da Bahia, tendo acompanhado com interesse a participação ativa do Dr. Archimedes Franco na política baiana. Nada mais havendo a tratar, encerrou a reunião, às vinte horas e vinte minutos. O inteiro teor desta reunião foi gravado, devendo ser publicado no **Diário da Assembléia Nacional Constituinte** e constituir-se-á na Ata circunstanciada dos trabalhos. E, para constar, eu, Maria Laura Coutinho, lavrei a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro):** – Está aberta a reunião da Comissão de Sistematização, para prosseguimento dos debates sobre as emendas populares.

Tenho o prazer de convidar o Sr. André Puccinelli, Deputado Estadual pelo Mato Grosso do Sul, para ocupar a tribuna durante vinte minutos.

**O SR. ANDRÉ PUCCINELLI:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, 32.521 pessoas assinaram um dispositivo para que, aqui, em nome de três associações: Associação Médica de Mato Grosso do Sul, Associação dos Cirurgiões Dentistas e Associação dos Sanitaristas, pudesse ser apresentada uma proposição para a área de saúde, que passo a ler:

Diante dos debates e das conclusões até então apresentadas por todos os grupos que se propuseram a discutir aspectos de saúde, ficou evidente que as modificações necessárias à reestruturação do setor vão muito mais além da simples alteração administrativa ou financeira.

É imprescindível uma reformulação mais profunda que implica, principalmente, arranjo institucional adequado e revisão criteriosa da legislação, no que diz respeito à promoção, proteção e recuperação da saúde.

A profundidade dessa reformulação é decorrência do fato de se considerar o conceito de "saúde" de forma muito mais ampla que aquele normalmente utilizado.

Ao se afirmar que a saúde "é direito do cidadão e dever do Estado", fica delineada uma questão social bastante complexa.

A saúde resulta de um conjunto de condições que vão desde a alimentação adequada até o acesso e posse da terra. "E, assim, antes de tudo, o resultado das formas de organização social da produção, as quais podem gerar grandes desigualdades nos níveis de vida".

Ter direito à saúde, significa ter, por parte do Estado, a garantia de condições dignas de vida e de acesso universal e igualitário aos serviços prestados.

"Esse direito não acontece simplesmente pela sua formalização no texto constitucional. Há, simultaneamente, necessidade de o Estado assumir explicitamente uma política de saúde conseqüente e integrada às demais políticas econômicas e sociais, assegurando os meios que permitam efetivá-las. Entre outras condições, isso será garantido mediante o controle do processo de formulação, gestão e avaliação das políticas sociais e econômicas pela população."

As limitações e obstáculos do direito à saúde são de natureza estrutural. A sociedade brasileira exibe características de concentração de renda e acentuada estratificação. O resultado é o aparecimento das desigualdades sociais e regionais tão conhecidas e, mesmo assim, tão presentes e marcantes.

Ao desconhecer essas diferenças e tentar atuar com um sistema de saúde ineficaz e até mesmo anárquico, o Estado termina por negar o direito à saúde.

O verdadeiro "emaranhado" de instituições públicas e privadas que atuam no setor, tem conseguido tão-somente a superposição de atividades e conseqüente dispersão de recursos, sem sequer avizinhar-se do objetivo a que se destina.

O perfil de saúde resultante desses fatos, é desolador:

- das quase 4 milhões de crianças que nascem por ano, no Brasil, cerca de 350 mil morrem antes de completar o primeiro ano de vida, quase a metade desse número, durante o primeiro mês de vida.

- Taxa de Mortalidade Infantil – 87,0% (87 por mil), à Unicef e OMS aceitável é a taxa 20 por mil. (Vide gráfico.)

- cerca de 50% das crianças com menos de 5 anos sofrem risco nutricional compartilhado pelo restante de suas famílias que percebem tão-somente até 1 salário mínimo mensal;

- 70% das mortes dos menores de 1 ano têm causas profundamente relacionadas com desnutrição, doenças infecciosas e falta de saneamento básico;

- 50% das mortes ou seqüelas causadas por doenças infecciosas têm como origem 6 entidades nosológicas – difteria, tuberculose, tétano, coqueluche, poliomielite e sarampo – que podem ser evitadas através de imunização.

- 85% dos hansenianos da América Latina estão no Brasil;

- 17.000 (dezessete mil) casos novos de Hansen (Lepra) por ano.

- temos 8 milhões de brasileiros com Doença de Chagas e quase 7 milhões infestados pela esquistossomose;

- anualmente, cerca de 1,2 milhão de pessoas apresentam infecção por malária, ou seja, 100.000 novos casos por mês em decorrência principalmente da falta de saneamento;

- as gastroenterites atingem mais de 80% da população em geral;

- 75 milhões de brasileiros são portadores de parasitoses intestinais, muitos com mais de uma entidade;

- sabendo-se que em 1907, Oswaldo Cruz, em condições técnicas inferiores e adversas, conseguiu erradicar o mosquito vetor (Aedes) no Rio de Janeiro, hoje 1986/87 nos envergonhamos de admitir que a febre amarela está reurbanizada e epidemias de dengue grassam pelo País;

- 100 novos casos de AIDS por mês e o avanço projeta-se geométrico;

- a tuberculose avança rapidamente e mata, enfim, somos um povo doente!

Conseguimos nos colocar como a 8ª Nação quanto ao crescimento econômico, mas as condições de saúde não acompanharam o mesmo ritmo: somos o 67º país quanto aos aspectos sanitários.

Paradoxalmente, investimos apenas 3% do nosso Orçamento nesse setor e gastamos US\$ 33,00 por habitante/ano em saúde (infinitamente menos que outros países em melhores condições sociais).

O investimento no setor social é decisivo para mudar esse quadro!

Um grande passo foi dado quando, em 1986, o Senado aprovou a emenda João Calmon, estabelecendo percentuais adequados para os investimentos em educação. Passo este ainda mais importante, quando se conclui pela necessidade de um orçamento social integrado: "uma adequada política de saúde requer que o sistema educacional promova, ao nível básico, as medidas de educação sanitárias para a população, indispensáveis para evitar a transmissão de endemias e para garantir a saúde em todos os aspectos relacionados à higidez. Da mesma forma, é em conjunto com o sistema educacional que serão formados os quadros de nível técnico e superior que ocupam o interior das instituições de saúde".

Por que não tomar a mesma providência para a Saúde? Sim, porque a reversão pretendida jamais será alcançada, como já foi dito, na vigência das condições atuais.

É necessário que juntamente a outras medidas de caráter estrutural e ideológico, se redefinam critério de financiamento da Saúde no Brasil.

"Embora a reforma sanitária deva ser entendida como um longo processo de conquistas da sociedade em direção à democratização da saúde", seria um erro ignorar a necessidade da adoção de posturas imediatas que, até mesmo, funcionem como mola propulsora na busca dos resultados esperados.

Nossa proposta:

Art. – É dever dos poderes públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios a organização e a promoção da defesa da saúde pública.

Parágrafo único – Anualmente a União aplicará nunca menos de 13% (treze por cento), e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, da receita resultante de impostos, na manutenção e desenvolvimento de programas destinados à proteção da saúde pública.

Tal qual a Emenda Calmon de outrora, já modificada no Substitutivo apresentado, conseguimos que, **pari passu**, educação e saúde devam caminhar, para que se posa fazer prioridade da saúde do brasileiro. Esta proposta aumenta a participação da União no financiamento dos serviços de saúde mas, principalmente, envolve os Estados e Municípios na mesma luta.

A idéia é instrumentalizar aqueles que, convivendo com o quadro sanitário deplorável que já abordamos, pouco podem fazer, muitas vezes por falta de recursos!

Através desse aumento considerável de valores e cujas possíveis fontes de receita também deverão ser objeto de estudo, será possível a universalização pretendida no Sistema Único de Saúde e a extensão de cobertura dos serviços prestados, para toda a população, sem qualquer espécie de discriminação.

O maior volume de recursos permitiria, também, assegurar condições dignas de remuneração aos profissionais de todas as classes de trabalho, de saúde, outro pré-requisito para a reforma sanitária.

Também o melhor equipamento da rede básica de saúde, aumentando a resolutividade de cada local de atendimento, estaria mais próximo de ser alcançado com a nova política de alocação de recursos.

A própria política de insumos e tecnologia seria melhor viabilizada, com os recursos financeiros adequados.

Vamos, pois, estabelecer compromissos orçamentários ao nível da União, estados e municípios para o adequado financiamento das ações de saúde

Vamos caracterizar a saúde de cada brasileiro como de interesse coletivo.

Vamos caracterizar a saúde de cada brasileiro como e a todos os habitantes do território nacional!

De acordo com as próprias palavras de Sua Excelência o Presidente José Sarney, em março de 1986, por ocasião da 8ª Conferência Nacional de Saúde, "o Governo, que fez da opção social sua meta prioritária, portanto, tem a obrigação de fazer da saúde dos cidadãos um bem tutelado pelo Estado e pela sociedade. O Governo, que colocou o bem-estar da sociedade acima de quaisquer outros interesses, tem o dever de zelar pelas condições de saúde da população".

Queremos desta forma, não só dizer, mas fazer da Saúde a prioridade que dela o povo brasileiro necessita, e a responsabilidade nesta hora, transferimo-la às mãos dos Srs. Constituintes para que digam "SIM" a esta emenda proposta pelo povo de Mato Grosso do Sul, ao povo brasileiro, no aspecto saúde.

Quer-se, ante este quadro delineado, em quaisquer índices que se aborde saúde, que nós brasileiros estamos aquém de países que tem um percentual de Produto Interno Bruto menor que o nosso, países que têm Produto Interno Bruto maior que o nosso, países que aplicam, apesar de terem percentuais menores, maiores índices para o setor saúde, comprovados no decorrer da última década, melhorias acentuadas em relação às melhorias que o nosso País apresenta. Nós, na última década, na América do Sul, apresentamos um percentual maior de melhoria dos índices de saúde, tão-somente em relação à Argentina, perdendo-se para todos os outros países da América do Sul neste aspecto.

E é por isso que apresentamos uma proposição, para que a par das proposições de destinação de percentual para a área de educação, se possa fazer verdadeiramente, deste País um gigante pela sua própria natureza. Muito obrigado. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro):** – Acredita a Presidência que não quebra o Protocolo, nem o Regimento, consignar o seu aplauso à clara e ilustre exposição que acaba de ser feita pelo Deputado, nosso colega da Assembléia Legislativa de Mato Grosso do Sul, André Puccinelli.

S. Ex.<sup>a</sup> focalizou, com clareza, uma triste realidade do Brasil, para a qual nós, os Constituintes, devemos ter os nossos olhos voltados, em favor não só da nossa geração, mas das gerações que hão de vir.

Com a palavra o eminente Professor Sérgio Arouca, que representa, nesta oportunidade, o Conselho Federal de Medicina do Rio de Janeiro, a Federação Brasileira de Nutrição de São Paulo e o Sindicato de Engenharia do Distrito Federal, através de uma emenda popular de 56.615 assinaturas, sendo o Professor Sérgio Arouca Secretário de Saúde do Estado do Rio de Janeiro.

**O SR. SÉRGIO AROUCA:** – Exm.<sup>o</sup> Sr. Presidente Nelson Carneiro, Exm.<sup>os</sup> Srs. Constituintes, aliado a esse dramático quadro de saúde, cuja emenda popular que aqui estamos defendendo soma-se à anterior que demonstra que, infelizmente, a nossa Nação vem perdendo, de uma forma inofismável, a batalha pelas melhores condições de saúde da população brasileira: mortalidade infantil alta, não conseguimos controlar as grandes endemias – xistosomose, chagas – ao mesmo tempo em que enfrentamos novos problemas da maior seriedade, como as intoxicações ligadas às condições de trabalho, às condições de poluição do meio ambiente, a esse novo problema grave de saúde pública, que é a questão da AIDS. Não conseguimos, Srs. Constituintes, infelizmente, resolver problemas tão simples do ponto de vista da saúde pública, como controlar, ainda, em nosso País, as doenças não prevenidas por imunização.



**Illegível** da VIII Conferência, numa redação sintética, efetivamente está sendo contemplado. Preocupa-nos se esta proposta que está sendo colocada não for assegurados a ela mecanismos financeiros, concretos e objetivos que façam com que efetivamente a área de saúde seja financiada com uma série de mecanismos financeiros, tal como foi proposto, pela Comissão da Ordem Social garantindo que saúde não seja simplesmente financiada com taxações sobre o salário, mas por um conjunto de mecanismos financeiros garantindo que, mesmo nos momentos mais difíceis, essa questão possa ser mantida, liberando-se os recursos de taxação sobre o salário para que possam ser dedicados aos benefícios sobre os trabalhadores. Acreditamos que, neste instante, não é efetivamente um debate sobre privatização e estatização que deve conduzir o que é substantivo da construção do Sistema Nacional de Saúde. Porque nós não queremos nem um setor público tal como ele está organizado como resultado desse sucateamento, como nós também não queremos um setor privado da maneira como ele resultou depois de todas essas distorções.

A proposta que se está colocando é um Sistema Nacional de Saúde Pública competente, eficiente e bem distribuído, mas que simultaneamente também garanta a possibilidade do exercício liberal na forma independente, autônoma e necessária. Mas que o Sistema é público, esse sim, seja exercido segundo regras, critérios e competências que sejam controladas pelo Poder Público.

**O SR. CONSTITUINTE RUY NEDEL:** – Permite V. S.<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. SERGIO AROUCA:** – Com prazer.

**O SR. CONSTITUINTE RUY NEDEL:** – V. S.<sup>a</sup> é um profundo conhecedor das ações integradas de saúde. Tenho a convicção de que é uma bela idéia que pode nos trazer brilhantes resultados, mas que também envolve sérios riscos. Estamos caminhando na fase inicial da integração interinstitucional, mas se demorarmos um pouco sequer na integração intersocial e na integração estrutural, a "vaca vai pro brejo" e perderemos toda a brilhante idéia, a excelente idéia que pode, efetivamente, fazer essa transformação tão almejada. E aí, nobre debatedor Sérgio Arouca, minha pergunta. Notamos que na integração social, muitas vezes, lá na ponta da linha social existem verdadeiras ações intrigadas e não integradas. Se, numa pequena ou média cidade ou num bairro, determinada liderança domina – e em geral há um tipo de lideranças que procura dominar – segue um rumo. Se outra liderança tem um poder maior, o rumo é outro. Então, vemos em municípios pequenos: se porventura o Sindicato dos Trabalhadores Rurais tem preponderância sobre o prefeito, segue um trilho e o cinturão de miséria da cidadezinha e as partes urbanas sofrem o prejuízo. Se o prefeito tem o domínio, ele, muitas vezes, exerce um domínio sobre as ações integradas de saúde lá no seu município e prejudica muito; em outros setores os médicos têm o domínio e exercem-no seu domínio. Não está havendo integração, social. E a integração estrutural parece-me que está muito deficiente, e aí por culpa do poder público. Em certos Estados há um verdadeiro direcionamento de gerar o conflito entre o ambulatório e o hospital, e aí nós vamos ao desastre. Eu gostaria de ouvir de V. S.<sup>a</sup> como entende que se poderia eliminar esses defeitos, e o quanto antes, para que uma brilhante idéia não redunde em fracasso.

**O SR. SÉRGIO AROUCA:** – Muito obrigado, nobre Deputado. Eu estou plenamente de acordo com as suas colocações. Acho que essa extremamente interessante idéia que fora o programa de ações integradas ela, até o presente momento, vem acontecendo de uma forma, que eu diria, muito heterogênea no País. E, efetivamente, eu acho que vem acontecendo da maneira como o Sr. descreveu. Vem ainda dependendo muito de composições poli-

ticas, ainda vem dependendo e muito de quais são as forças que estão, em que direções estão sendo impulsionadas as ações integradas da saúde. Nós estamos acreditando que esse programa da reforma sanitária teria que representar necessariamente um passo além do que foi o avanço das ações integradas até o presente momento. E esse passo além nós entendemos que a reforma fique não simplesmente num repasse de recursos aos Municípios, mas que esse repasse dos recursos seja simultaneamente feito com a programação da utilização desses recursos, e que a programação da utilização desses recursos seja feita segundo às necessidades de saúde daquele Município. E que a manutenção dos repasses se faça a partir de medida de desempenho financeiro, mas também em desempenho em termos de indicadores sociais.

Significam esses indicadores sociais, em nossa compreensão, que a mortalidade por internação seja diminuída; que as taxas de infecção hospitalar sejam controladas; que aos recursos seja associada uma cobertura do parto e da pensão ao pré-natal às nossas gestantes; que as crianças daquele município sejam efetivamente vacinadas, mesmo que o recurso não seja previamente distribuído para a vacinação, mas seja associado ao recurso distribuído à responsabilidade da cobertura vacinal; que se estabeleça um programa de educação sanitária e de puericultura. Ou seja, que o repasse dos recursos aos municípios seja seguido de um conjunto de indicadores que possa medir o desempenho da utilização desses recursos. Efetivamente, isso não se faz de um dia para o outro. É necessário que esses municípios possam ganhar competência técnica, não só na programação, mas na utilização desses recursos.

Nesse instante, então, as instituições que temos hoje – federais, estaduais – deveriam mudar o seu âmbito, transformando-se em instituições assessoras, técnicas, acompanhadoras, formadoras de recursos humanos, para que esse trabalho centralizado efetivamente pudesse ser executado. Ou seja, que as ações integradas, estão, no meu entendimento, acabando seu tempo de vida útil, que foi simplesmente o repasse de dinheiro. Ao repasse de dinheiro tem que se associar à programação, controle da eficiência e do desempenho do recurso repassado. Nesse instante, então, não se trata simplesmente de um processo de "prefeiturização" das ações de saúde, mas um processo de municipalização, em que o controle desse dinheiro efetivamente seja feito pelas forças sociais que estão no município, mas a partir de um programa onde existam, efetivamente, metas de desempenho que sejam controladas. E as metas de desempenho em nosso entendimento, são condições de saúde da população.

**A SRA. CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES:** – Permite um aparte?

**O SR. SÉRGIO AROUCA:** – Concedo a V. Ex.<sup>a</sup> o aparte, nobre Constituinte Cristina Tavares.

**A SRA. CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES:** – Eu gostaria de dizer, Dr. Sérgio Arouca, que a presença do companheiro, do cientista, do médico, do batalhador da saúde, honra e engrandece a Assembléia Nacional Constituinte. De fato, a história do Direito Constitucional vai registrar que, pela primeira vez, uma Assembléia Constituinte acolhe emendas populares e abre as suas tribunas para que a Nação, que participa, venha dar a sua opinião, ainda que, na hora da votação, muita gente não preste atenção aos apelos da Pátria e vote ide acordo com outros interesses. Na questão da saúde, como na da educação, Dr. Sérgio Arouca, esta Assembléia reflete as contradições do País. Há o dinheiro público, o recurso público, ou seja, do povo brasileiro em geral, da Nação brasileira. E há quem, Dr. Sérgio Arouca, em nome de uma suposta liberdade de iniciativa, quer usar os recursos públicos para os seus hospitais privados, e chamam a isto de desestatização da saúde; há quem quer usar o recurso público para

o aumento do patrimônio das suas escolas privadas, e chamam a isto de liberdade de ensino. Não sou contra – e acredito que ninguém, nesta Assembléia Nacional Constituinte – ninguém é contra hospitais e escolas privados; o que somos é contra o uso dos recursos públicos que são insuficientes, (palmas) para que se cuida da Nação pública, e que vão engordar os hospitais e escolas privadas. Eu gostaria de ouvir V. S.<sup>a</sup> quanto a este ponto fundamental, capital, para o esclarecimento desta Assembléia Nacional Constituinte, porque a hipocrisia e o **lobby** dos hospitais privados, que têm muito dinheiro, e muito dinheiro retirado da Previdência Social, e muito dinheiro fruto da corrupção em cima da Previdência Social, esse **lobby** dos hospitais privados e esse **lobby** das escolas privadas estão plenamente em avanço nesta Assembléia Nacional Constituinte. Gostaria de ouvir V. S.<sup>a</sup> a esse respeito.

**O SR. SÉRGIO AROUCA:** – Muito obrigado, cara Constituinte Cristina Tavares. Efetivamente, em todas as análises técnicas que são feitas, comparadas, de sistema de saúde na América Latina, os especialistas internacionais, hoje, não têm dúvida alguma de que o sistema de saúde brasileiro passou, nos últimos anos, por um intenso processo, de privatização do seu exercício. Esse intenso processo que, aparentemente, seria contraditório, é explicado pelos especialistas em sistema de saúde de que no Brasil houve uma concentração estatal dos recursos financeiros e uma apropriação privada na execução e apropriação desses recursos.

Então, o sistema de saúde brasileiro, resultante desses últimos 20 anos de políticas sociais, é um sistema de concentração financeira pública, estatal, mas de apropriação e execução privada. E essa apropriação e execução privada se fez absolutamente fora de qualquer tipo do que poderia ser considerado como regras de mercado. Não houve competição por competência, não houve investimento e riscos na execução desses serviços, mas se trabalhou, efetivamente, nessa apropriação e execução privada a partir de uma clientela e de um mercado cativo, definido através de uma política social.

O que nossa proposta defende é a irrestrita liberdade da instalação, execução de serviços privados da área de saúde, que o faço disputando mercados, segundo as regras de mercado, pela competência, com investimento, correndo riscos, captando clientela, e subordinado às fiscalizações legais que o Estado e a lei conferem.

Por outro lado, entendemos também que o setor público, naquilo que é da sua responsabilidade, deve se organizar para fazê-lo da forma mais correta, eficiente, competente, digna e humana possível. E, ao fazê-lo assim, deve assumir completamente as suas responsabilidades, e acabando com esse conjunto de distorções que se acumularam nos últimos anos. Porque entendemos, também, que pelas características do desenvolvimento técnico-científico que se deu na área de saúde, onde o custo do investimento, na área de saúde, cresceu, e cresceu de forma universal, em uma velocidade muito maior do que tem crescido a produção de riqueza em qualquer tipo de país, cresceu também numa velocidade muito maior do que tem crescido o poder aquisitivo em qualquer país, faz com que investimento na área social só possa ser garantido pelo poder público. Os exemplos disso estão efetivamente aí, seja para enfrentar questões como AIDS, pelo custo que está representando o leito-dia de um paciente, seja para o desenvolvimento da tecnologia, no seu enfrentamento, seja para enfrentar o câncer, seja para enfrentar a terapia intensiva, seja para se trabalhar em equipes multidisciplinares e seja efetivamente para conseguir uma interiorização da saúde de uma forma competente e através de um trabalho multidisciplinar.

A proposta que a nossa emenda traz é assumindo que cabe e deve ser garantida a defesa do exercício pri-

vado liberal da medicina com livre escolha, mas baseado na defesa do mercado; e simultaneamente deve ser garantido o exercício num sistema público, competente, baseado em regras de eficiência, em regras de custo; não é o sistema público que está aqui que estamos defendendo, mas um sistema público que existe e que podemos perceber na entrelinha; onde a melhor terapia intensiva do País é feita no sistema público; onde a melhor qualidade de terapia, nas neoplasias e em todas as cardiopatias, é feita no sistema público; onde as melhores qualidades de cirurgia, de intervenção tecnológica são feitas no sistema público. Somos contra, sim, aquele sistema público ocioso, incompetente, vazio, sujo, onde se faz acordo com profissionais que não trabalham, em pactos absolutamente perversos de pagar mal e não cobrar o trabalho. Isso não é público, porque não atende ao povo. É uma distorção de uma burocracia governamental. (Palmas.)

A proposta que estamos trazendo, aqui, é a de um setor público competente, humano, submetido ao controle social efetivo. É o que estamos defendendo.

Muito obrigado, Sr. Presidente, e muito obrigado a todos os Srs. Constituintes. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro):** – A Mesa não olhou para o relógio, para não interromper a brilhante intervenção do Prof. Sérgio Arouca, nos trabalhos desta Assembléia Nacional Constituinte e nesta Comissão de Sistematização. Foi a homenagem da Comissão de Sistematização a esta contribuição valiosa, através de uma emenda popular, que traz a todos nós a palavra autorizada do grande cientista e médico, atual Presidente da Fundação Oswaldo Cruz e Secretário de Saúde do Estado do Rio de Janeiro. As palavras do Plenário e das galerias demonstram a satisfação com que todos ouvimos a palavra erudita, clara, fácil, do Professor Sérgio Arouca.

**A SRA. CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES:** – Sr. Presidente, peço a palavra com base no item 18 do art. 5º do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro):** – V. Ex.<sup>a</sup> tem a palavra.

**A SRA. CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES:** – Sr. Presidente, apenas desejo ler uma nota pública, que diz o seguinte:

#### Nota Pública

Movimento da Unidade Progressista do PMDB, que se assume como parte da esquerda brasileira, disciplinada e ativa na defesa dos interesses nacionais, repele o descabido ataque do General Leônidas Pires à Assembléia Nacional Constituinte e exige do Presidente Ulysses Guimarães o cumprimento do disposto no item XVIII, art. 5º do Regimento Interno da ANC.

Pressionar a Constituinte é um direito de qualquer brasileiro, inclusive do cidadão Leônidas Pires Gonçalves. Ameaçá-la, no entanto, é um desrespeito ao povo que a elegeu. Esta Constituinte representa, aliás, uma resposta histórica aos vinte anos da ditadura de uma minoria, esta sim, radical na defesa dos seus privilégios e interesses antipátria. E os militares sustentaram essa ditadura que elevou a dívida externa de 3,2 para mais de 100 bilhões de dólares, eliminou a estabilidade dos trabalhadores e realizou a desumana política salarial que colocou o salário dos brasileiros dentre os mais baixos do mundo.

Mas os militares revelaram também, em alguns casos, patriotismo e sensibilidade para os interesses nacionais. A defesa da reserva de mercado da informática, a preocupação com questões da geopolítica, com a pesquisa tecnológica e com a exploração do mar como fonte de riquezas e alimentos, são alguns exemplos.

A nós da esquerda democrática e nacionalista interessa o diálogo, a convivência construtiva e a integração com todos os cidadãos civis e militares preocupados com o Brasil e com a elaboração da nova Constituição brasileira. Mas devolveremos insultos e ameaças a todo aquele que pretenda reduzir ou desrespeitar a soberania da Assembléia Nacional Constituinte, eleita pelo povo, para escrever a Carta Magna a que todos – sem nenhuma exceção – devemos obediência e respeito. (Muito obrigado. Palmas.)

Brasília, 28 de agosto de 1987. – Seguem-se assinaturas.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro):** – A questão de ordem será submetida ao Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, na forma do art. 5º, nº 18, do Regimento Interno.

Tem a palavra o nobre Constituinte Gastone Righi, que representa a Federação Nacional dos Estabelecimentos de Saúde de São Paulo, a Associação Brasileira de Medicina de Grupo de São Paulo, A Federação Brasileira de Hospitais de São Paulo, através da Emenda Popular nº 71, com 72.500 assinaturas.

DISCURSO DO SENADOR GASTONE RIGHI, PROFERIDO NA REUNIÃO DA SISTEMATIZAÇÃO DO DIA 28-8-87, ÀS 19:00 H, RETIRADO PARA REVISÃO DO ORADOR.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Sejam as minhas primeiras palavras de agradecimento à Federação Nacional de Estabelecimentos de Serviços de Saúde; à Associação Brasileira de Medicina de Grupo; à Federação Brasileira de Hospitais; ao Instituto de Estudos dos Problemas Contemporâneos da Comunidade; e à Associação Brasileira de Hospitais, entidades promotoras desta emenda popular, que me distinguiram com a indicação para que a sustentasse, eu que endosso integralmente esta proposta.

Aqui assistimos oradores que me antecederam, nacional e internacionalmente reconhecidos como técnicos-especialistas em matéria de saúde. E aqui vem, para sustentar a terceira das emendas, que abrange a área da saúde, um advogado, professor e político e que não é, por óbvio, um técnico, um especialista no assunto; mas, talvez até por isso mesmo, seja importante um pronunciamento e um enfoque de alguém que não se situa dentro dos contornos das configurações que fecham o arcabouço do sistema de saúde que vem sendo aceito e posto em prática no País.

A emenda que sustento é simples e, a meu ver, reflete com perfeição, com exatidão, os anseios populares brasileiros. Tenho certeza de que a maioria do povo brasileiro deseja e aspira que sejam postos em prática os princípios aqui estabelecidos.

É esta a emenda:

O Sistema Nacional de Saúde deve respeitar os princípios:

- a) Universalidade do atendimento;
- b) Pluralismo de sistemas médico-assistenciais;
- c) Livre exercício profissional;
- d) Livre opção do indivíduo entre diversos sistemas.

Se qualquer paciente brasileiro, se qualquer cidadão brasileiro fosse perguntado, haveria de querer a universalidade do atendimento no Sistema Nacional de Saúde, o pluralismo de sistemas, o livre exercício profissional na

área médica e a livre opção dele, que é o objeto final do atendimento, em relação aos diversos sistemas que estejam à sua disposição.

Tem-se erigido a saúde falsamente, como um tema ideológico. Não o é. A saúde é muito mais do que isso. A saúde é um tema de natureza humanitária, que diz respeito ao desenvolvimento do povo, ao crescimento nacional. E para um País como o nosso, ainda subdesenvolvido e com bolsões de miséria – são dezenas e dezenas de milhões de criaturas que se enfileiram entre os desassistidos, que morrem, adoecem e sucumbem à mingua de recursos do atendimento médico, hospitalar ou farmacêutico. Para que este País se desenvolva é necessário que haja um Sistema Nacional de Saúde implantado através do esforço hercúleo, de todos indiscriminadamente, onde se reúnam todas as forças que tenhamos e mais as que quiserem colaborar para podermos pelo menos, minimizar esse sofrimento cruel e desumano imposto às nossas populações mais carentes.

Dizia eu que, com impropriedade, o tema vem sendo tratado com passionalismo ideológico. Alguns, arvorando-se em representantes da esquerda, se declaram em posições hermeticamente fechadas, em termos da estatização absoluta e o Sistema Nacional de Saúde, arrancando, erradicando, varrendo dele, a livre iniciativa e até o livre exercício profissional nesta área.

Disse eu que não é uma questão ideológica. Quem atua assim não é de esquerda, quando muito é "anarquista pirotécnico" ou não tem amor ao seu povo e ao seu País. (Palmas das galerias.)

É tão calamitosa a situação, da saúde nacional que temos que reunir tudo que possuímos e temos que suplicar por mais, onde for, porque a cada minuto que passa é uma criança que morre, é um brasileiro que perece por causa da inércia estatal e do nosso falido sistema de atendimento. Não se trata, portanto, de erradicarmos a livre iniciativa, precisamos contar com ela também. É indispensável a pluralidade do sistema médico-hospitalar e – repito – não é uma questão ideológica; é humanitária. Vou tentar, com alguns poucos dados, demonstrar isto: no Brasil, há cerca de 500 mil leitos hospitalares. Desses 500 mil leitos hospitalares, 80 mil são públicos e 420 mil leitos pertencem à rede privada. Como estatizar o setor e dispensar a livre imprensa?

O INAMPS, em mais ou menos 4.500 hospitais existentes no País, detém uma rede de 35 hospitais. O custo para o INAMPS, na rede privada, de uma diária hospitalar de um paciente, é de aproximadamente 200 cruzados. Mas, para ele, INAMPS, nos seus hospitais, para cada refeição fornecida, dispense 250 cruzados e são 4 as refeições diárias. Um doente, que ocupe um leito hospitalar da rede pública, custa mais de 6 vezes o que custa na rede privada. Não bastasse isso, queremos erradicar a livre empresa e, assim, fazer desaparecer os parâmetros que podem nos levar a julgar da eficiência da administração Pública em matéria hospitalar.

Não havendo mais o hospital privado, nem o médico liberal-profissional, não haverá mais o que cotejar. Faremos o cotejamento entre burocratas, que haverão de acabar, evidentemente, picados pela mosca azul dos marajás nababescamente plantados na sinecura ociosa de altos cargos e elevados salários. Não é essa a forma de resolvermos o problema de saúde do Brasil, nem mesmo vale a pena estabelecermos polêmicas inúteis, que não aproveitarão ao nosso povo, à nossa gente. É unindo esforços, é unindo recursos, inteligências e capacidades, que poderemos chegar a uma solução. É a união da totalidade dos brasileiros e não o debate encarniçado de natureza ideológica, que separe brasileiros entre si e onde acabe prevalecendo as minorias, que mais esbravejadamente proclamem "as suas verdades".

Em relação à extinção da rede privada que se pretende, eu desejaria lembrar dois exemplos do Estado do Rio de Janeiro. O Hospital da Lagoa, com 220 leitos, tem a bagatela de 760 médicos; o Hospital Cardiológico de Laranjeiras, com 60 leitos, tem a insignificância de 370 médicos – esta é a eficiência que o Estado tem demonstrado. Claro que não queremos afastar o Estado do Sistema Nacional de Saúde. Ao contrário, queremos o Estado controtando esse Sistema Nacional de Saúde; queremos que ele entre de corpo e alma orçamentariamente, com os recursos que puder. Mas o que não desejamos é ver o Estado sozinho nisso, porque, senão, estaremos sendo autores, aqui, de uma tentativa de genocídio contra a gente brasileira. O Estado precisa intervir? Sim, precisa e deve! Precisa policiar e fiscalizar; precisa acabar com a infecção hospitalar, que mata e mata mais do que qualquer moléstia neste País – Levou-nos até Tancredo Neves! E ela mais comum e prolifera mais nos hospitais públicos; mas deve ser fiscalizado o hospital particular também, para que funcione com perfeição e atenda bem os pacientes. Todos falam e discutem ideologicamente, como se saúde fosse uma questão de posição de esquerda, direita ou centro. Mas eu não vi, em nenhum instante, oradores se referirem a um ponto fundamental – a liberdade do indivíduo de opção. Não sou tão velho, mas pertenço a uma geração, que foi assistida pelo médico da família, escolhido livremente, bem como utilizava os hospitais que escolhesse. E, na minha terra, Santos, ali nasceu o primeiro hospital de todo o hemisfério sul do mundo e que ainda hoje existe, exuberante, com mais de 1.200 leitos, que é a Santa Casa da Misericórdia de Todos os Santos, de cujo nome nos apossamos para designar a cidade, Santos. Esta Santa Casa só vive em dificuldades, porque o Poder público não lhe paga, ou lhe paga mal. De resto, tem sido a salvação da gente santista, que nos permitiu atravessar os surtos de febre amarela, de tifo e tantas outras pestes que se abateram naquela minha região tão insalubre.

Imaginem adotar simplesmente a estatização e acabar, por este Brasil todo, com as milhares e milhares de Santas Casas, ou de hospitais privados, como por exemplo o Alberto Einstein, modelo de hospital e de assistência médica, não só no Brasil, mas no mundo; acabar com a Beneficência Portuguesa de São Paulo, que, como livre empresa, criou as duas grandes equipes de cardiologia, que promovem o Brasil mundo a fora. É preciso parar com essa mania de estatização.

Eu, Deputado na Primeira Legislatura, quando fui cassado, em 1968, fui à Inglaterra, para conhecer aquela maravilha do universo que era o sistema de saúde inglês. O império britânico – onde, então, jamais o sol se punha – arrecadava de todo o mundo e investia naquilo que chamavam de sistema exemplar de saúde, apenas na ilha da Grã-Bretanha. Realmente, todos eram atendidos, mas já se notava, isto há vinte anos, que havia uma deterioração no processo de atendimento, no desenvolvimento científico. Os médicos, em êxodo, saíam de lá para clinicar na Europa Continental; abandonavam a Inglaterra para ir aos Estados Unidos. As pesquisas caíam e a Inglaterra já começava a não ocupar mais a posição de destaque, de avanço, que detinha no cenário internacional. Por outro lado, só no setor da saúde, a Inglaterra despendia o correspondente a uma vez e meia o orçamento público brasileiro.

Depois, fui cassado e os anos se seguiram. E está aí a Inglaterra, hoje, a permitir a livre empresa no setor médico, os consultórios a abrirem no centro de Londres e se repõe esta tão desejada concorrência, através de cuja emulação, o homem consegue ascender na escala de conhecimento, na esfera técnica, no trabalho, na descoberta, no desempenho científico. Portanto, não posso concordar com aqueles que querem estrangular a iniciativa privada. Vejo dispositivos que chegam ao desplane de ferir todo o arcabouço mínimo liberal, que se pretende dar

a esta Nação. É permitida a intervenção, a desapropriação e a expropriação de estabelecimentos dos serviços de saúde. Isto é uma loucura que não pode passar pela cabeça de nenhum homem sensato.

Quem neste País, colocará um tijolo numa construção hospitalar sob o risco confisco. Quem, neste País, importará uma bomba de cobalto, ou um aparelho de Raio-x, podendo ser expropriado, confiscado, ou sofrer intervenção? Pobre do cirurgião-dentista, ou médico que, na pequenina cidade, fizer oposição ao prefeito! De repente, o prefeito resolve intervir no consultório médico, que é um estabelecimento do serviço de saúde, ou no consultório dentário. Mas que loucura é essa? Por que se castigar tão impiedosamente aqueles que resolvem investir na área de saúde? Em vez de condecorações, Sr. Presidente, damo-lhes castigo. Invistam no mercado de capitais, em boates, em motéis que o Governo financia. Em hospitais, não, é crime. O supérfluo, o deletério, o ocioso, aí, o Estado pode financiar; pode ajudar, mas, no setor de saúde e de educação, não. Não compreendo. É preciso que alguém me explique. Por que é pecaminoso investir em ensino e saúde? É pecaminoso por causa do resultado? É pecaminoso educar, curar?

Portanto, Isso, Sr. Presidente, não é ideologia, e sim bom senso, racionalidade. É o apelo que venho aqui fazer. Esses que se dizem, ou que dizem falar pelo povo brasileiro, mas não falam, porque se o fizessem iriam perguntar aos empregados de mais da metade das quinhentas maiores empresas brasileiras que são assistidos pelas entidades de medicina de grupo. Quarenta por cento dos metalúrgicos brasileiros estão vinculados às sociedades de medicina de grupo. Perguntem-lhes se querem sair, se querem ir para as filas ignomíniósas do Inamps.

Será que esses arautos de um mundo novo, que não certo no Oriente, desejam transformar toda de a nossa população em um rebanho, em gado que, em vez de caminhar para a salvação, para a cura, para o aperfeiçoamento, sejam tangidos para o matadouro onde, fatalmente, sua vida se extinguirá?

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO JEFFERSON:** – Permite-me V Ex.<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Tem o aparte o ilustre Constituinte Roberto Jefferson.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO JEFFERSON:** – Constituinte Gastone Righi, para cumprimentá-lo pelo pronunciamento que faz em defesa da emenda de saúde e para aduzir ao discurso de V. Ex.<sup>a</sup> somente duas informações: uma, que visa a desmistificar essa VIII Conferência Nacional de Saúde, financiada pelo Governo Federal e feita por profissionais, até, que não pertencem à área de saúde no Brasil, lembrando uma denúncia feita à população pela Federação Brasileira de Hospitais, de estabelecimentos de saúde, pela Associação Brasileira de Hospitais, de que na VIII Conferência Nacional de Saúde, eles, que detêm 80% do atendimento médico-hospitalar do País, tiveram reservados apenas 2% dos votos que resultaram nessa... (Palmas.) E mais, dentro da discussão professoral e acadêmica, tenho em mãos o discurso do Professor Nelson Proença. Presidente da Associação Médica Brasileira, onde ele repete a linha de pensamento desenvolvida por V. EX.<sup>a</sup> Deputado Constituinte Gastone Righi, dizendo o seguinte: A VIII Conferência Nacional teve conclusões extremamente radicais decidindo aprovar a tese de estatização dos serviços médicos e hospitalares. A VIII Conferência Nacional de Saúde confirmou tudo aquilo que prevíamos à véspera de sua realização. Foi um ferem político e não técnico e, sendo político, teve acentuada predominância das participações ligadas à CUT, PT, Conclat e PCs. As discussões, conduzidas muito mais pelo que estão acostumados a agitar problemas do que a resolvê-los, acabaram desaguando na formulação de teses, de carácter geral que representam, sobretudo, uma definição política

e não um programa de Governo para aplicação imediata. E mais, sendo esmagadora a maioria dos participantes ligados às correntes ideológicas de esquerdas e não pertencentes à área de saúde, a tese estava aprovada por antecipação. Eu ouvi antes de V. Ex.<sup>a</sup>, com todo o respeito ao cientista, o Secretário de Saúde do Rio, o Dr. Sérgio Arouca, e ele mesmo confessa que é um técnico, e V. Ex.<sup>a</sup> bem coloca no discurso político, e ele tem a visão do problema sanitário, o combate às doenças endêmicas e epidêmicas como atividade primária da medicina. Então, nós vamos falar de alimento, transmissão de doenças por mosquito e todas essas doenças que existem. E ele até bem-intencionado, quero crer, advoga essa municipalização da saúde em ações integradas de saúde. Constituinte Gastone Righi, já iniciaram esse processo e, infelizmente, o dinheiro está sendo entregue ao prefeito, e dinheiro, Constituinte Gastone Righi, não do orçamento próprio para a medicina sanitária, dinheiro tirado do aposentado, do trabalhador da Previdência Social, está sendo entregue ao prefeito, que usa esse recurso não para matar mosquito ou para combater doença de Chagas ou dengue, ou AIDS, mas para pintar a Prefeitura, para somprar caminhão, para compor a folha de pagamento, para fazer rede de esgoto, para dar emprego. Não podemos, num País de dimensões continentais como o Brasil, adotar – até acreditando na pureza de intenções do Dr. Sérgio Arouca – essa tese que ele ajudou a implantar na Nicarágua, que é um País menor do que o Acre, com uma população menor do que a do Rio Grande do Norte, 8 milhões de habitantes. E lá, hoje, o Ministério da Saúde já confessa, dentro desse programa, que é a síntese da emenda do Dr. Sérgio Mouca, aplaudida e incorporada já ao texto de Bernardo Cabral, hoje, o Ministério da Saúde da Nicarágua diz que não está dando certo, porque no cotejo com a medicina privada o povo foge da ação integrada de saúde e vai procurar um tratamento onde ele tenha mais respeito e mais consideração, e, partindo para a segunda etapa do projeto, estatizar todo estabelecimento de saúde privado na Nicarágua, fechar todo consultório médico particular. Então, quero aplaudir V. Ex.<sup>a</sup> desmistificando, inclusive na palavra do Professor Nelson Proença, essa VIII Conferência Nacional de Saúde, que foi sem dúvida mais uma conquista da esquerda que tem, realmente, abalado os alicerces de um Governo até hoje fraco e até agora Impotente para reagir as suas pressões, que é Governo do Presidente José Sarney, apesar de muito bem intencionado. (Palmas.)

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Muito obrigado a V. Ex.<sup>a</sup>, que com o seu aparte dá algum brilho à palidez do meu discurso.

**O SR. CONSTITUINTE CUNHA BUENO:** – Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte, nobre Constituinte Gastone Righi?

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Com muita honra, Constituinte Cunha Bueno.

**O SR. CONSTITUINTE CUNHA BUENO:** – Nobre Constituinte Gastone Righi, não acredito que haja alguém contra o Sistema Nacional de Saúde. Nós Queremos, inclusive, que o Sistema Nacional de Saúde seja implantado, funcione e possa resolver os problemas brasileiros. O que não entendo, como V. Ex.<sup>a</sup> também não entende, e acabou de dizer no seu pronunciamento que vai ao fundo do problema, é porque perseguir àqueles que fizeram com o seu esforço, com a sua inteligência, com o seu trabalho e com o seu capital os hospitais que hoje têm atendido à população brasileira? Acredito que a maior liberdade, nobre Constituinte, é a liberdade da livre escolha, que cada qual possa fazer aquilo que deseja e ser consultado pelo médico que lhe dê confiança, lhe dê apoio e lhe dê efetiva assistência. Por que é que um sindicato, Sr. Constituinte, quando das dispensas coletivas em massa, como acontece no Estado de São Paulo, todos eles fazem questão de, num acordo de dispensa, colocarem que as suas famílias ficarão durante dois, três, quatro, cinco ou seis meses a receber assistência médica: não a assistência médica oficial, que é deficiente, mas a assistência médica particular. Por-

tanto, faço votos, Sr. Constituinte, de que o Sistema Nacional de Saúde funcione, e é preciso que ele funcione, porque, até aqui, quem tem cuidado da saúde pública, no Brasil é a iniciativa privada, quer através das Santas Casas de Misericórdia, quer através dos hospitais de beneficência, quer através dos profissionais de saúde que exercem legalmente sua medicina, por todo esse Brasil de dimensões continentais.

**O SR. CONSTITUINTE GATUNE RIGHI:** – Muito obrigado.

**O SR. CONSTITUINTE MANUEL VIANA:** – V. Ex.<sup>a</sup> permite um aparte? (Assentimento do orador.) De início, quero parabenizá-lo por sua bela exposição, mas eu gostaria de acrescentar, como membro desta Casa e médico, algumas coisas, ao seu belo discurso. O que estamos vendo no Brasil é um achincalhamento dirigido contra os diretores dos hospitais, contra os proprietários dos hospitais. Um achincalhamento dirigido, transformando os diretores dos hospitais em ladrões, em todas as páginas de jornais. O que temos visto no Brasil, é essa tentativa de eliminar a iniciativa privada dentro da saúde brasileira; o que temos visto no Brasil, constituinte Gastone Righi, é que nos últimos cinco anos, de tanto ocorrer essa perseguição em cima da iniciativa privada, não há mais investimento, não tem mais ninguém querendo investir, com medo de ter os seus bens cassados; o que temos visto no Brasil é o "sucateamento" de todo o parque hospitalar, que tem milhões e milhões de cruzados investidos, construído com sangue, suor e lágrimas dos médicos brasileiros. Quase todo diretor de hospital, no Brasil, é um médico que cresceu na sua profissão, que progrediu na sua clínica e que a transformou em hospital; o que temos visto, no Brasil, é a tentativa de esmagar essa iniciativa privada. E V. Ex.<sup>a</sup> colocou muito bem em seus discurso. Quero parabenizá-lo, dizendo que o sistema nacional de saúde tem que existir, mas também tem que coexistir com a iniciativa privada conjuntamente, para dar saúde ao povo brasileiro.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Muito obrigado a V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. CONSTITUINTE CARDOSO ALVES:** – Antes que V. Ex.<sup>a</sup> prossiga, nobre Constituinte Gastone Righi, eu gostaria de pedir permissão a V. Ex.<sup>a</sup> para fazer minhas todas as palavras do seu competente e formoso discurso; sábio, no fundo e belo na forma. E, igualmente, pedir aos Constituintes Roberto Jefferson, Cunha Bueno e Manuel Viana que façam coro com eles, nos apensos que apuserem à margem de seu pronunciamento.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Muito obrigado.

Mas, Sr. Presidente, para concluir, eu gostaria de desmistificar um fato que veio à baila, no instante dos apartes, ou seja, o de que a rede privada se valesse dos recursos públicos de investimento para sua expansão ou para o seu crescimento. O FAS, que é o programa do Governo de empréstimos para investimentos e ampliações hospitalares, realizou, nos últimos 10 anos, um financiamento de 41 mil leitos: destes 41 mil leitos, somente 19 mil foram financiados à rede privada de fins lucrativos; os outros 32 mil, foram financiados à rede pública, 26 mil, e seis mil a entidades de benemerência.

(Conclui o Sr. Gastone Righi.)

E, por fim, Sr. Presidente, deixo no ar uma última pergunta. É exequível o sistema nacional de saúde apenas governamental, totalmente estatizado? Digo que não. Hoje investimos 4% do Produto Interno Bruto do Brasil na área de saúde, quando deveríamos estar investindo próximo aos 10%. E desses 4%, a rede privada, a livre empresa, investe 58%, se erradicarmos a livre empresa teremos percentual sobre o PIB de um, vírgula qualquer coisa, por cento apenas. Ou seja, acabaremos de matar todo este

pobre povo que tem tido a infelicidade de alguns maus representantes.

Muito obrigado. (Muito bem! Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro):** – A Mesa agradece a compreensão do nobre Constituinte Gastone Righi e dá a palavra à Sr.<sup>a</sup> Lourdes Vanilda Chamello Favieiro. Presidente do Círculo de Pais e Mestres da Escola Especial de Canoas. Ela representa a Associação Canoense de Deficientes Físicos, a Escola Especial de Canoas, a Liga Feminina de Combate ao Câncer, de Sapucaia do Sul, Rio Grande do Sul.

A emenda popular está subscrita por 48.877 pessoas. Tem a palavra V. S.<sup>a</sup>

**O SR. GASTONE RIGHI PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE A REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.**

**A SRA. LOURDES VANILDA CHAMELLO FAVIEIRO:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, Sr. Relator Bernardo Cabral:

Foi-me dada a oportunidade de expor a V. Ex.<sup>as</sup> a justificativa da apresentação da nossa parte, Emenda Popular nº 77, que visa a concessão de um salário mínimo para o deficiente mental.

Depois de um exaustivo trabalho, conseguimos que 46 mil pessoas assinassem esta proposta, apoiando uma justa reivindicação.

Tive a felicidade de entregar em mãos, no dia 12 deste mês, ao nosso Presidente da Constituinte, Dr. Ulysses Guimarães, que nos deu especial atenção e carinho.

Prometeu-me pessoalmente que iria dar especial atenção a esta emenda. Sensibilizado, pois me acompanhava, naquele momento, meu filho excepcional de 28 anos.

Sou uma simples mãe de família, tenho sete filhos, sendo o terceiro excepcional. Tenho uma longa experiência das dificuldades que enfrenta uma família onde haja um excepcional, Srs. Constituintes.

Somente quem passa por este problema sabe avaliar o trabalho, as lutas e as humilhações a que sofre uma família que tem um excepcional. Discriminada, a sociedade não o aceita, pois tudo o que é feio não deveria existir. Mas, feliz ou infelizmente, o nosso querido excepcional brasileiro existe, apesar da separação, da diferença com que a sociedade o trata.

Encontramos, nas APAES das cidades de todo o Brasil uma importante contribuição para melhorar a vida dessas pessoas que não tiveram culpa de nascer com essa deficiência.

Quero contar uma de minhas experiências vivida ao longo desses anos. Quando resolvi enfrentar o mundo, com o meu filho nos braços – na época era chamado de aleijado, hoje, temos um nome mais bonito: é excepcional – foi muito difícil, Srs. Constituintes. Não foi nada fácil nem agradável, pois quando eu entrava num ônibus, as pessoas se afastavam como se fosse doença contagiosa. Foi muito difícil, realmente. As pessoas, as senhoras grávidas, os parentes, os esposos evitavam olhar para uma criança excepcional, porque era muito feio e perigava a criança nascer com problemas também, era o que diziam.

Muitos me perguntavam se eu não tinha vergonha de sair com o meu filho e mostrá-lo ao público, ao que eu respondia que não, pois, se Deus me tinha dado um filho excepcional. Ele sabia o porquê.

Foram muitas as humilhações. Passaram, graças a Deus. Não foi e não é fácil relatar esses pequenos episódios de minha vida. Graças a Deus, Flávio se encontra aqui, no plenário, hoje com 28 anos um homem já treinado e educado.

Nos consultórios médicos, éramos maltratados e até tocados para fora. Hoje, vemos falar nas dificuldades que a Medicina encontra, mas à época era muito pior. Eles diziam: "O que você quer com essa coisa? Não vê que não tem o que fazer com ele?" E eu dizia: "Mas o Sr. pode dar um remédio que amenize as dores dele." Os que tinham mais dinheiro eram tratados com mais carinho, mas, como naquela época eu não tinha recursos, eles diziam: "Vá embora, ele não tem cura mesmo. O que mais você quer?"

O médico que o tratou por muitos anos, um médico muito caridoso, Dr. Dércio Martins Costa, fundador de um hospital pediátrico em Porto Alegre, disse: "Minha filha não te preocupe, ele não atinge os sete anos de vida, cuida dos outros." Na época era difícil evitar filhos, eu tive o privilégio de ter sete e ele se penalizava muito comigo e dizia: "Fica em casa, cuida mais do Flávio, não te preocupe tanto, porque não temos remédio". Pois bem, o tempo ia passando! Infelizmente, quando o meu filho tinha cinco anos de idade, o Dr. Dércio foi ao aeroporto receber um amigo, teve um colapso e faleceu.

Então, comecei a confiar mais em Deus, e sempre digo que na frente de Deus ninguém vai. Se Deus colocou o Flávio assim, ele sabe o porquê. Assim foi a minha caminhada.

Srs. Constituinte desse calvário pelo qual passam muitas mães de excepcionais, tenho bastante experiência. Devemos tentar minorar o sofrimento daqueles que cuidam dos excepcionais, das mães que precisam trabalhar fora.

Por que o salário mínimo para o excepcional? Nós que estamos em constante conhecimento dos problemas dos pais dos excepcionais, vemos que dentre eles existem pessoas abastadas, mas há também muitas que talvez não tenham o mínimo para a sua sobrevivência, além de enfrentarem o problema emocional da tristeza de ver aquele que tanto amam naquela situação de isolamento da sociedade, ainda tem o dissabor de saber que o seu filho nem sequer tem o direito de uma alimentação digna e assistência mais eficaz. Muitas mães desses excepcionais precisam trabalhar fora, para ajudar os seus maridos no orçamento familiar. Com quem deixar o seu filho? Isto acarreta despesa, pois a mãe terá de deixar o seu filho com uma empregada ou uma babá, coisa que o seu orçamento não permite.

Há muitos anos Srs. Constituintes, o nosso querido excepcional – alguns dos Srs. devem se lembrar porque viram contar – eram sacrificados ou, quando não, trancados num quarto, numa cela escura, pois eram motivo de vergonha para a família, o pai se envergonhava, como chefe da família, de ter reproduzido uma pessoa deficiente. Pobres crianças! As que sobreviviam sofriam bastante. Mas, eu digo a V. Ex.<sup>a</sup> que o excepcional é portador de uma sensibilidade e de um amor muito grande, no coração.

Há pessoas que pensam que ele não entende nada, mas ele entende tudo, Srs.: um pequeno gesto, um pequeno olhar, ele sabe que hora é, ele se constrange e se limita, às vezes. a ruídos e gemidos. Peço desculpas se me emociono de vez em quando, mas não é fácil relatar em público essas dores que guardamos no coração.

Srs. Constituintes, não deixem fugir esta oportunidade. Confio muito nesta Constituinte e 46 mil brasileiros, gaúchos, lá em Porto Alegre, estão confiando. Estamos na "Semana do Excepcional", na qual tive vários encontros com as mães. Ainda ontem, uma delas me abraçava e dizia: "Vanilda, você que aprendeu a falar e a caminhar, vai lá e diz para essa gente que precisamos de salário mínimo, que não podemos deixar passar esta oportunidade". Ficou bem documentada a minha presença, aqui em Brasília, no dia 12 deste mês. Tenho várias fotografias ao lado do nosso querido Presidente da Constituinte, como também o **Diário da Constituinte** no qual aparecem o Flávio e eu. Elas me disseram que eu havia prometido vir à

Constituinte e entregar nas mãos do Presidente, mas que elas não acreditaram. Eu respondi que nem eu acreditava, porque é tão difícil chegar ao Presidente. Mas não cheguei, fui carregada no colo, porque nas orações de todas elas – vocês chegaram até Deus. Necessitei de 3 ônibus para chegar a Brasília. No dia 9, sai de Porto Alegre e foi muito difícil, pois não tinha mais ônibus direto para Brasília. Chegando aqui, o meu filho disse-me para não vir ao Senado, não ir atrás de política, pois ainda tenho os outros filhos para cuidar. Disse, ainda, que havia um Senador acompanhando as assinaturas da emenda, que havia se proposto a facilitar a minha chegada até o Presidente da Constituinte.

No final da tarde, por volta das cinco horas, meu filho me comunicou que o Senador não poderia mais me acompanhar, pois estava muito ocupado. Pedi, então, que me trouxessem até aqui. Caso não o quisessem, viria a pé com meu filho Flávio. Trouxeram-me, mais ou menos às sete e pouco da noite, quando não tinha quase mais ninguém. Mas, tive a felicidade de conversar com uma pessoa que me avisou que o Presidente se encontrava na Casa. Contei-lhe que havia duas noites que não dormia, que 46.000 pessoas me confiaram essas assinaturas e que eu lhes havia proposto entregar, em mãos, para o Presidente da Constituinte. Explicou-me o caminho, mas, chegando na escadaria, os seguranças me barraram, dizendo que não podia falar como Presidente, porque não tinha entrevista marcada e, além disso, o meu filho estava sem gravata e sem terno.

Felizmente, um Deputado – cujo nome não me recordo, acho que é Benedito – pediu que me deixassem chegar ao Presidente, dado o trabalho que já havia tido para chegar até aqui. Tive a felicidade de chegar até S. Ex.<sup>a</sup>, que olhou cuidadosamente as assinaturas e pediu para ser tirada uma xerox do material e colocada em sua pasta prata que ele iria, acompanhar de perto.

Eu disse: Sr. Presidente, infelizmente, aqui nesta terra, um por um vai para o outro lado. Agora, na Constituinte, enquanto é cedo, vamos deixar alguma coisa para o nosso querido excepcional, que não é lembrado em parte alguma, que ainda continua bastante esquecido. A culpa não nossa nem dos Senhores. Foi um costume criado há muitos anos.

**O SR. CONSTITUINTE CUNHA BUENO:** – Dona Vanilda, gostaria de dar um aparte às palavras da Senhora. (Assentimento da oradora.) As palavras que a Sra. traz nesta tarde aos Constituintes é a palavra da dona-de-casa, da mãe de família, da pessoa que tem sofrido, ao longo dos anos, as agruras de ter um filho excepcional. Milhares e milhares de lares brasileiros passam o que a Sra. tem passado. Quero cumprimentá-la, nesta tarde, por ter vindo de tão longe, por ter-se preocupado, não com si, mas com uma gama imensa de famílias brasileiras que têm sofrido e se preocupam com o futuro de seus filhos pela condição em que eles nasceram. Nós nos sensibilizamos com o seu apelo, que traduz o apelo de milhões de pessoas. E tenha a certeza de que entre os discursos preparados, que aqui todos os dias nós ouvimos a simplicidade da sua palavra toca no fundo do coração de cada um dos brasileiros que a escutam. Tenha a certeza que não só eu, mas muitos outros Constituintes lutarão por aquilo que a Sra. veio pleitear como brasileira e como mãe.

**A SRA. LOURDES VANILDA CHAMELLO FAVIEIRO:**  
– Muito obrigada.

Gostaria de dizer tanta coisa, mas acho que o mais importante já foi dito. Quero, entretanto, salientar aqui, mais um problema. Quando nasce um excepcional numa família, embora, hoje, as pessoas sejam mais evoluídas, ainda assim, ele não é muito bem aceito. Atualmente é comum os pais se separarem, alegando o problema do excepcional. "Culpam-se mutuamente. Aí é mais triste

ainda! Não sei se era mais triste quando ele era sacrificada, quando era fechado numa cela, ou se agora quando é rejeitado por um e por outro. Aí aquela infeliz mãe é obrigada a sair às ruas para trabalhar. Creio que não preciso enumerar aqui mais problemas.

Na falta dos pais, as mães me perguntam: "Será que só vai receber salário aquele excepcional bem pobrezinho, bem miserável; porque quem garante, na nossa falta, que os cunhados e cunhadas vão tomar conta do excepcional?" E sempre respondo que o meu apelo na Constituinte é para que todos tenham direito, sem distinção de posse, de cor ou de raça. Que todo excepcional tenha direito a um salário mínimo, porque na falta dos pais ricos o excepcional fica pobre. Sempre há aquele mais inteligente na família que toma conta e se beneficia dos bens do excepcional. E, ele é jogado no manicômio como doente mental, louco. A preocupação de todas as mães da minha idade é esta: com quem vai ficar o meu filho? Então, após várias reuniões, onde muito se conversou sobre o assunto, concluímos que seria um alento, um alívio grande o salário mínimo para o excepcional.

Agora, quando estava colhendo assinaturas, chegou um senhor e me disse assim: "Eu não concordo que um excepcional tenha um salário mínimo. O País está em crise." Eu respondi que concordava com ele, mas que sempre houve crise no mundo, desde que o mundo é mundo. Ele disse: a senhora sabe que eu concordo em aplicar num pobre inteligente. Eu respondi, que concordava com ele e acrescentei: aproveitando a ocasião de estar falando com alguém de um QI elevado como o seu, o que é que o senhor acha de se pegar todo os excepcionais e jogar numa câmara de gás? Ele disse: não, aí é demais! Eu lhe perguntei então se não queria assinar. E ele respondeu: a senhora me convenceu, realmente é necessário um salário mínimo para o excepcional brasileiro, a senhora tem razão, vai diminuir até a mendicância no País. Sim, eu disse: vai dar mais vontade de as famílias sobreviverem, terão mais amor com o excepcional. Não será mais aquele que fica pegando as migalhas da família, aqui, uma roupa velha, um calçado velho. Quantos dos Srs. aqui, que pensando bem longe num parente ou amigo, não conhecem um excepcional. Sempre lá, na cidade do interior, tem um excepcional vizinho. Eu gostara de dizer mais mil palavras, mas penso que basta sintetizar nessa frase: vamos dar um salário mínimo ao nosso querido excepcional brasileiro!

Quero agradecer aqui, de público, ao patrono da APAE de Canoas, o Sr. Geraldo Ludwig. Hoje o seu substituto é o Presidente Pitinini – Lidivino Pitinini. Estive conversando com o Sr. Ludwig ontem, ele e o seu filhinho – ele tem um filho excepcional, o qual frequentou o colégio junto com o meu filho. O meu filho não o via há uns 18 anos, pois há 22 anos frequenta o colégio. Ele nem conseguia segurar a cabeça, e eu o levava para o colégio, pois entendia que ele deveria aprender alguma coisa. E ontem abraçando o amiguinho, o filho do Sr. Ludwig, ele perguntou por que que ele não tinha ido mais a colégio? Eu disse: "Mas Flávio, faz tanto tempo que o Beto não vai mais à aula!" Ele disse: "Mas eu me lembro dele quando ia ao colégio". O Sr. Ludwig ficou surpreso de ver dois excepcionais se encontrarem com tanto carinho, foi um abraço tão amigo, tão cordial que ele parou e me disse: "Nesses dois não há maldade, não existe egoísmo" Eu disse: "O mundo deles é bonito, não é Sr. Ludwig? O nosso é que é brabo pela sobrevivência. O mundo seria bom e maravilhoso, se todos pensassem sem maldade".

Quero agradecer também ao Sr. Carlos Enguele, Diretor da Varig, um grande colaborador da APAE de Canoas; ao Sr. Sérgio Zambiasi, um Deputado humilde do Estado do Rio Grande do Sul, que reparte o salário que recebe na assembléia; por incrível que pareça, sou testemunha desse fato.

**O SR. CONSTITUINTE CHICO HUMBERTO:** – D. Lourdes Vanilda, a Sr.<sup>a</sup> permite um aparte?

**A SRA. LOURDES VANILDA CHAMELLO FAVIEIRO:** – Pois não.

**O SR. CONSTITUINTE CHICO HUMBERTO:** – Acompanhei, com atenção, a manifestação que trouxe nesta tarde a esta Casa. O drama por que passam as mães de excepcionais brasileiros. A Sr.<sup>a</sup> conseguiu fazer esta Casa ficar em silêncio; a Sr.<sup>a</sup> conseguiu arrancar lágrimas dos olhos de muitos daqueles que aqui estão. Lamento que este Plenário não esteja repleto para ouvir o seu testemunho. Mas nós, que aprendemos com Saint Exupéry, no seu "Pequeno Príncipe", num diálogo travado com a rosa, em que diz que o ser humano só ama aquilo que ele sofre, ou por quem ele sofre, sabemos que o depoimento que traz a esta Casa é um depoimento de amor. Nós, que conhecemos de perto, porque já lidamos algumas vezes com excepcionais, em virtude de nossa profissão, sabemos o que passam as mães de excepcionais neste Brasil. Mas não é só no pedido e no clamor de se conseguir, através desta Constituinte um salário mínimo que nós iríamos reparar um direito dos excepcionais. Creio que muito mais do que o salário mínimo, teríamos que dar, também, a assistência necessária, na qual o Governo seria obrigado a prestar assistência aos excepcionais. Um excepcional precisa no mínimo de três cidadãos, três elementos para que ele possa ter condições de vida. O excepcional é um ser humano que não pede, que não implora, que não reivindica, que jamais exige. E é um ser humano que existe, que sofre, que ama, como a senhora mesmo nos trouxe em seu depoimento. Portanto, eu acho que a obrigação do Estado, enquanto Estado, enquanto soberano, é dar a assistência necessária, a mínima condição de vida, de habitação, de alimentação a todos os excepcionais, a todo o deficiente físico, a todo cidadão brasileiro. Um país como o Brasil não respeita nem o salário mínimo para dar condições de sobrevivência e nega o salário mínimo para a assistência do excepcional. Desta Casa tenho certeza que a senhora vai levar, se não da maioria daqueles que aqui estão, nesta Assembléia Nacional Constituinte, pelo menos a simpatia e o amor de nós todos. Muito obrigado pela sua vinda.

**A SRA. LOURDES VANILDA CHAMELLO FAVIEIRO:** – Muito obrigada. O que V. Ex.<sup>a</sup> falou aí eu confirmo. O excepcional nada pede. Eu, como mãe de sete filhos, transformei a missão que Deus me deu em amor. Eu parto do princípio: se Deus me dá limão, eu vou fazer limonada. Nunca reclamei por que é que eu tenho Flávio assim. Consegui dar estudo aos outros. Já tenho três filhos formados. Tenho uma com pós-graduação. Então, tem gente que me diz: "Mas há vinte e dois anos tu levas o Flávio para o colégio..." Sim, é ele que me dá forças para criar os outros. Algumas mães na minha cidade que me procuram: "Vanilda, tu, apesar de tudo, achas graças da vida? Tu ris, tens prazer de viver? Eu respondo que a vida é maravilhosa, é boa. Por que vocês acham que a vida é ruim? – pergunto-lhes, e elas me respondem que é porque estão com problemas. "Mas é tão fácil, minhas filhas, é só fazer assim". Elas então me dizem que Chico Xavier falou em uma entrevista que a mãe do excepcional é escolhida. Não sei se ela é escolhida ou premiada, não sei por quê. Sei apenas que quando temos um problema muito grande, podemos torná-lo pequeno, não se lamentando tanto ou se lamuriando. V. Ex.<sup>a</sup> falou e eu confirmo: realmente, o excepcional não pede nada, numa ocasião, faz anos, perdi meu pai e oito dias depois minha mãe. Naturalmente, senti bastante. Meus pais eram os que me davam apoio, eram os que olhavam Flávio com dignidade e o compreendiam melhor do que todos na época. Fiquei muito desolada com a falta deles e não me dava conta de que não me alimentava mais. Passaram-se alguns dias, Flávio me olhou e disse: "Mãe, a senhora não come mais?" Ninguém na minha família havia percebido que eu não me alimentava mais, somente Flávio percebeu. Numa outra ocasião,

todos os filhos estavam reclamando. V. Ex.<sup>as</sup> sabem que, atualmente, é só reclamar. Estavam na fase da adolescência e reclamavam que queriam roupa moderna, tênis de marca. Flávio disse assim: "Ah! Chiquinho! E se nós não tivéssemos a mãe para fazer a nossa comidinha? Quem é que ia fazer?" Deixou todos em silêncio. O excepcional tem resposta na hora certa.

Se aprendêssemos a conviver melhor com os excepcionais, eles nos dariam lições de vida maravilhosas.

Agradeço a paciência que tiveram em me ouvir. Lastimo muito se fiz derramar lágrimas, mas não era a minha intenção.

Peço a V. Ex.<sup>as</sup>, se possível, falarem com os Srs. Constituintes não presentes a essa sessão, desse pedido fervoroso, desse apelo de quarenta e seis mil familiares, amigos, padrinhos e vizinhos de excepcionais que conhecem a causa de perto. O meu muito obrigado.

Se o Sr. Presidente me permite, gostaria de terminar o agradecimento a esse senhor de Porto Alegre que muito contribui com os excepcionais. Trata-se de um radialista que prometeu, se fosse eleito, distribuiria o seu salário. Pode-se ver de perto, na Rádio Farroupilha, S. Ex.<sup>a</sup> faz isso. Distribui seu salário em muletas, cadeiras de rodas, aparelhos ortopédicos e remédios.

Temos também o "Chimarrão da Amizade", na Matias Velho, organizado por D. Nair Oliveira, uma senhora que se destinou a atender aos excepcionais – não tem filhos excepcionais. D. Nair começou com um terço semanal em sua casa e, hoje, existe uma grande comunidade na Matias Velho, onde as pessoas se reúnem, trocam experiências e tomam um simples chimarrão. Lá, às vezes, são distribuídas bolachas, pequenas quantidades de alimentos. Sempre digo: o nosso País não é pobre. Na minha simplicidade penso que é um País rico. Talvez, não esteja lá muito bem distribuída a nossa riqueza. Confio, porém, na nova Constituinte, nos novos dirigentes, por um Brasil melhor.

Temos, também, em Canoas, a Sr.<sup>a</sup> Lorena Zambunin, diretora da escola do meu filho; temos o Sr. Armando Viri, muito interessado no ensino especial de Canoas, Diretor do Pestalozzi e Diretor da Faculdade canoense – muito orientou na minha caminhada, praticamente foi um professor que me educou para eu educar meu filho, até aqui; pessoas maravilhosas que não dá para enumera-las todas, aqui, no momento.

O meu muito obrigada a todos que me ouviram pacientemente. Obrigada, mesmo!

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro):** – Agradecemos a Dona Lourdes Vanilda essa lição de vida que acaba de dar aos Constituintes aqui presentes e que certamente será levada aos que aqui não puderam estar.

**A SRA. LOURDES VANILDA CHAMELLO FAVIEIRO:** Se me permite, gostaria de apresentar o Flávio, aqui, aos Srs., como apresentei para o nosso Presidente. Ele caminhou aos 16 anos – não caminhava, simplesmente engatinhava – e até os 19 anos não tinha condições de levar o alimento à boca. mas digo aos Srs.: valeu à pena! Valeu à pena, mesmo

(É apresentado o jovem Flávio ao Plenário.)

(Aplausos.)

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro):** – Concedo a palavra ao Dr. Messias Tavares de Souza, Coordenador da organização Nacional de Entidades de Deficientes Físicos, representantes de 32 mil e 899 pessoas, que falará sobre os Direitos dos Deficientes. Dr. Messias representa aqui a Organização de Entidades de Deficientes Físicos de São Paulo um movimento pelos Direitos das Pessoas Deficientes de o Paulo e a Associação Nacional dos Autimizados.

**O DR. MESSIAS TAVARES DE SOUZA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:



Gostaria de dizer que, não obstante estarmos aqui representando como Coordenador da Organização Nacional de Entidades de Deficientes Físicos a, ONEDEF, os portadores de deficiências físicas, nós também, aqui, defendemos o direito das pessoas portadoras de deficiência em geral, não apenas dos deficientes físicos.

Todo nosso esforço, até aqui, na luta pela inserção social, conquistas dos direitos do cidadão burguês, mínimo necessário à nossa dignidade contemporânea, tem sido bloqueado pela insensibilidade de uma sociedade hostil, violenta e insensata. Mas uma vez verificamos nossas conquistas darem alguns passos para frente e outros para trás. A sociedade brasileira, representada pelas suas autoridades, realmente se recusa a compreender a importância de nossa luta, que não é absolutamente nossa, mas dela (dessa sociedade) como um todo.

Gostaríamos de lembrar que a nossa luta por cidadania não é separada de nenhum segmento igualmente injustiçado. Tanto que nem gostaríamos de chamar a atenção para o fato de que ninguém é cidadão cercado de meio-cidadão, por todos os lados: "É impossível ser feliz se os outros não o forem", dizia Hegel.

A Polis Gega, antiga, fundamenta a cidadania na escravidão, onde os cidadãos são iguais, mas nem todos são cidadãos. A Polis romana segue o mesmo caminho. O mundo feudal não possui cidades nos seus 1.000 anos de obscurantismo e lenta acumulação de capital. O burgo, fruto das trocas, impostos por esta acumulação milenar, criará a cidade, o indivíduo, a família burguesa, o cidadão que é aquele que pode ir e vir, neste território sem dono particular. É nesse território, burgo ou cidade, que se exercerá a cidadania burguesa, a liberdade abstrata, conquistada pela revolução industrial inglesa, em termos econômicos, e pela revolução política francesa com a Queda da Bastilha, Liberdade abstrata, porque pode-se ser ou ter, apenas no papel, ou na imaginação, mas o modo de produção e distribuição não permite que isto se realize, de fato. O cidadão socialista não é escravo dos particulares capitalistas, mas é da universidade do Estado. Há que se encontrar no socialismo autogestionário, ou no capitalismo de bem-estar social, o respeito, a identidade e a diferença. Há que se construir uma Constituição sob o pano de fundo da necessidade contemporânea de se respeitar o ser humano, nos seus aspectos universais, particulares e singulares, sob pena de não se respeitar o cidadão, em todas as suas dimensões.

É por isto que nós, portadores de deficiência, aceitamos ser iguais, bem como exigimos o respeito às nossas particularidades e mesmo singularidades, que não é privilégio nosso, mas um atributo próprio de todos os seres.

### **A Constituinte e os Portadores de Deficiência**

A organização de entidades de cunho assistencial e paternalista, no Brasil, começa há mais de 30 anos. Cabe a ela, historicamente e ainda hoje, desafogar a consciência pesada, coletiva, do sistema "feudal" e capitalista emergente, provocada pela miséria progressiva e a crescente perda do valor do ser humano, em prol do culto à máquina, ao capital.

No decorrer dos anos 50 e 60, a miséria causada pela pobreza e deficiências se organiza nos grandes centros. A esmola disfarçada ou o subemprego, como a venda organizada de balas, vêm criar as primeiras iniciativas de organização, sem liberdade ou visando à exploração, o que perdura até hoje.

Na década de 70, os portadores de deficiência, bem como os negros, as mulheres e outros grupos da sociedade civil, resolvem se organizar, por uma questão de sobrevivência. O abandono e a atomização, pelos quais passam as minorias, chegam a um grau insuportável. Surgem, então, pelos recantos mais politizados do País, associações

que, ainda usando o lazer como pretexto, promovem a conscientização, comandadas, por líderes eventuais e raros. Implantam-se então as discussões regionais, sem que cada um saiba da existência dos outros.

De 1979 até nossos dias, formam-se as organizações nacionais de cegos, hansenianos, portadores de deficiências físicas, surdos os atomizados, talassêmicos, diabéticos, renais crônicos, paralisados cerebrais, entre outros, sem que haja uma representação geral destes segmentos, como resposta a uma necessidade que já se faz sentir.

Entretanto, surgem algumas conquistas de poder governamental, que já não é eventual, nos vários tipos e níveis, mas se esboça como início de uma conquista sistemática, era resposta à consciência da necessidade de se ocupar o poder, para se alterar a realidade.

O trabalho integrado entre o movimento nacional dos portadores de deficiência e alguns representantes do Governo permite uma preparação para a Constituinte. Em todas as regiões do País se trava uma discussão, tendo como objetivo a Constituinte.

A primeira polêmica se estabelece em torno da forma como a Constituição deveria tratar do assunto. Seria em um espaço especial em que tudo que dissesse respeito ao segmento fosse contemplado, criando-se assim a marginalização magna? Ou se colocaria as especificidades em cada artigo ou assunto a elas relacionados? Ou conservadores, reacionários e desinformados queriam a "facilidade" das "tutelas especiais", os progressistas queriam compatibilizar a identidade com a diferença, caso a caso.

Em outubro de 1986, realizou-se em Belo Horizonte a "III Reunião de Entidades Nacionais, Conselhos e Coordenadorias das Pessoas Portadoras de Deficiência" em que se fundiram, em plenário, duas propostas longamente trabalhadas: uma, realizada sobre a coordenação do Cenesp – Centro Nacional de Ensino Especial – e Instituto Benjamin Constant, que trazia o tom do movimento nacional de cegos; e outra coordenada pelo MDPD – Movimento pelos Direitos das Pessoas Deficientes de São Paulo – e defendida pelo Programa de cultura e Portadores de Deficiência do Ministério da Cultura, que trazia um tom do movimento nacional dos portadores de deficiência física. A fusão dessas propostas trabalhadas em plenário originou um documento de 14 itens com inúmeros signatários, que conseguiu substancial aceitação, sendo finalmente ratificado, em Brasília, na "IV Reunião de Entidades Nacionais, Conselhos e Coordenadorias de Pessoas Portadoras de Deficiência", em março de 1987. Este documento, que deveria ser entregue ao Presidente da Assembléia Nacional constituinte, acabou sendo oficialmente entregue ao Presidente da Subcomissão do Negro, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias, Constituinte Ivo Lech, em razão do não comparecimento do Constituinte Ulysses Guimarães.

O Relatório inicial da Subcomissão acima citada tinha o tom do relatório da Federação Nacional das Apaes – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais. Estava em jogo a vitória do passado assistencialista e paternalista e o presente de luta por direitos burgueses, mínimos e necessários à cidadania, à possibilidade de sermos sujeitos, além de objetos, das políticas da sociedade e do governo.

Vieram a Brasília, mais uma vez, as lideranças mais significativas do movimento nacional de portadores de deficiência para pressionar os Constituintes, ou antes, esclarecer seus argumentos e a imperiosa necessidade de mudança.

Dezesseis páginas de emendas foram propostas e aceitas em sua maioria, o que trouxe como resultado um relatório avançado, sem, no entanto, desmerecer as reivindicações assistenciais.

O Substitutivo da Comissão da Ordem Social ratificou a tendência em se manter a luta por cidadania ou

direitos, como objetiva os 14 itens da proposta do movimento nacional dos portadores de deficiências. Representou, além disso, um corte substancial nos artigos assistencialistas e paternalistas, que permaneceram no relatório da Subcomissão das Minorias. Retirou-se, contudo, o artigo que protege o portador de deficiência, realmente pobre e incapaz de prover sua subsistência, e isenta de tributos todas as instituições que lidam com a questão dos portadores de deficiência. Ambas as incorreções deverão ser objeto de emendas no decorrer do processo constitucional. Mesmo assim, o Substitutivo da Ordem Social mostra um avanço que as forças progressistas não esperavam.

Agora, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, queremos falar, depois de todo esse processo até o ambiente em que tivemos o relatório da Comissão da Ordem Social, de uma grande frustração para nós que fazemos o Movimento Nacional dos Portadores de Deficiência. Chamamos a essa parte do nosso pronunciamento de "o retrocesso".

O Substitutivo do Relator Constituinte Bernardo Cabral, de agosto de 1987, representa um golpe rude em quase todas as nossas conquistas na Constituinte. Anos, décadas de discussões, avanços, crescente consciência, transformação do preconceito em conceito se esvai, frustrando compromissos unânimes dos Parlamentares que, em Assembléia, tecem a Constituição.

Eis as perdas:

1 – a) Nos Direitos Individuais voltamos a deixar de existir juridicamente, constitucionalmente, para retornarmos ao campo aberto das injustiças e discriminações.

b) A prevenção das deficiências escapa novamente da responsabilidade do poder público.

c) Não há mais atribuições de responsabilidades impostas por lei, àquelas que produzem, em larga escala as deficiências, no trabalho desprotegido, na violência das políticas atentas ao ativo e fugidias ao passivo, que elas acarretam.

E o que seria isso? Seria, nada mais nada menos do que, quando o Governo se preocupa em realizar uma obra, nem sempre se lembra de que, no ativo da realização daquela obra, deixa um tremendo passivo de uma realização, para nós, bastante desagradável – gostaríamos que fosse desagradável para toda a sociedade – que é uma fábrica, muitas vezes, de pessoas deficientes.

2 – Dão-nos um presente de grego, quando querem que os "deficientes físicos" se eximam do voto. Muito obrigado, mas os portadores de deficiência, portam-se apenas, como diz a terminologia adequada, e somos suficientemente eficientes para votar, se os acessos e os processos de votação não forem deficientes: o voto, para nós, é um direito não um dever.

3 – Ter que tolerar a assistência social para quem já tomou consciência de seus direitos civis é um incômodo, pois ela tem um ranço do paternalismo e assistencialismo, que não está sendo repugnado apenas em nosso discurso, mas nas seqüelas que nos marcam dia a dia: o assistencialismo é o creme hipócrita que procura esconder as responsabilidades políticas. Mesmo assim, com o caráter de habilitação e reabilitação, com vistas à integração na vida econômica e social do país, este assistencialismo ainda era palatável: dava para ser digerido. No entanto, no Novo Relatório ele se torna restrito à habilitação e fala em integração à vida comunitária. Não queremos as festinhas para nos alegrar, como fazem, também de forma distorcida, com os velhos, queremos e vamos participar da, vida econômica e social do País.

4 – Um dos primeiros direitos, de qualquer animal, ainda mais do ser humano é o direito natural do ir e vir. É um direito que tem que ser constitucional. Como se poderá viver, se não se pode locomover-se? Até isto nos retiraram neste Novo Relatório.

5 – As isenções de tributos à pesquisa, ensino, habilitação e reabilitação e tratamento relativos aos portadores de deficiência não são privilégio, é sim uma pequena compensação às 24 horas de preconceito, nos 365 dias do ano, ao longo de toda a nossa história. É um pequeno reparo às múltiplas injustiças, que nos fazem exilados internos dos palácios, das ruas, das instituições, de nossas próprias casas.

6 – No que se refere à educação, queremos dizer que não temos por meta a educação especial, mas as técnicas especiais de educação. A educação deve ser uma só, não deve haver duas educações, mas particularidades na sua transmissão, o que significaria métodos e técnicas especiais para uma mesma educação formal.

Na esperança de que nossa indignação seja direcionada para a correção dos recentes descaminhos que a Constituição tomou, em relação aos portadores de deficiência, confiamos na competência, seriedade e compromisso social dos Srs. Constituintes. – **Messias Tavares de Souza**, Coordenador da Organização Nacional de Entidades de Deficientes Físicos.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, nós, em nossa fala, possivelmente, apresentamos uma feição, não sei se ingrata, não sei se azeda...

**O SR. CONSTITUINTE HUMBERTO SOUTO:** – Verdadeira!

**O SR. MESSIAS TAVARES DE SOUZA:** – ...mas achemos que ela deve ter destoadado bastante da representante da Associação Canoense de Deficientes Físicos, e creio que não seria o momento de pedir desculpas pela maneira diferente de nos posicionarmos. É que gostaríamos de deixar patente que o nosso discurso, que a defesa que fazemos é, primeiro e acima de tudo, pelo direito à cidadania. Muitas vezes ou na maioria das vezes acham as pessoas, acham os governantes, acham até muitos Parlamentares não bem informados, nos permitam dizer, do que se passa com os portadores de deficiência em nosso País, acham sobre o que se passa em toda a dialética, em toda a discussão do que é a pessoa portadora de deficiência, do que ela é antes de tudo como pessoa, do que ela é enquanto cidadão. Falam apenas nas coisas concretas, objetivas de, atendendo-se a uma pessoa deficiente, dando-lhe algum equipamento, uma cadeira de rodas, uma muleta, uma prótese qualquer, dando-lhe algum tipo de educação, e um mínimo de reabilitação – o que não acontece para a esmagadora maioria das pessoas portadoras de deficiência – que com isso pensam essas pessoas que já fizeram tudo. Pois não fizeram!

Se não estiver escrito na Carta Magna o nosso direito de cidadania, se não estiver escrito que temos, como todas as outras pessoas, igualmente, o direito de ir e vir – e aqui queríamos fazer uma crítica à maneira como foi construída esta Casa, este Plenário, pois tomei o cuidado, Sr. Presidente, de perguntar a um funcionário da Casa se todas as pessoas que vêm defender emendas populares, mesmo não sendo parlamentares, têm acesso àquele microfone? – e faça questão de dizer "àquele", pois estou à distância. A mim que foi dada a honra de representar os portadores de deficiência do nosso País, na defesa desta emenda popular, não me foi dado o direito de chegar até ali, porque, também aqui, o direito de ir e vir me é negado, como é negado aos meus companheiros.

Pois eu pediria que a grande maioria dos outros Constituintes que aqui não estiveram que, tomando conhecimento, quem sabe, do nosso pronunciamento, mesmo nos achando ou nos tachando de ingratos, pensem que o que estamos querendo aqui é, nada mais nada menos, sermos inseridos na sociedade, na vida econômica e social do nosso País e sermos, simplesmente, cidadãos brasileiros iguais, em direitos e deveres, a todos os demais.

Muito obrigado. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro):** – A Mesa agradece a contribuição trazida pelo Dr. Messias Tavares de Souza, especialmente, pelos comentários feitos a respeito do trabalho elaborado pelo Relator da Comissão de Sistematização e sobre as críticas que serão, certamente, apreciadas por S. Ex.<sup>a</sup>, para dar o atendimento necessário.

A Presidência concede a palavra ao Dr. Paulo Mente, Presidente da Associação Brasileira de Entidades Fechadas de Previdência Privada, que representam aqui 353.258 assinaturas, para a defesa da Emenda Popular nº 42, apresentada pela Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Privada – São Paulo, Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social do Rio de Janeiro, Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil do Rio de Janeiro.

**O SR. PAULO MENTE:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, parece estranho que, depois de tão brilhantes defesas do sistema de saúde e da assistência social, no caso dos excepcionais, venha alguém fazer a defesa da imunidade tributária das entidades fechadas de previdência privada. Todavia, não é tão estranho assim. Se alguns se preocupam com a saúde, outros, com a assistência aos excepcionais, nós nos preocupamos com os idosos, com a velhice daqueles que trabalharam tanto tempo que, depois de tantos anos de trabalho, dependem de alguma renda para sobreviver.

É problemático, quando verificamos que a proteção dada pela Previdência Social ao trabalhador idoso é de cerca de 1,5 salário mínimo no meio urbano e meio salário mínimo no meio rural. Isso relega os nossos velhos, relega os nossos trabalhadores idosos às subcondições de sobrevivência na velhice. Encostam-nos nos cantos dos asilos, nos quartos de fundo das casas ou, apenas, os colocam à beira das calçadas, em jogos de azar.

O nosso sistema fechado de previdência complementar preocupa-se muito com isso. Somos um sistema jovem, regulamentado pelo próprio Congresso Nacional, a partir de 1977, e que, de pouco mais de 1 dezena de entidades lá existentes, já somos, hoje, mais de 180 autorizadas a funcionar no País, protegendo 1 milhão e 700 mil trabalhadores, abrangendo, portanto, uma população, unindo esses trabalhadores aos seus dependentes, de cerca de 6 milhões de pessoas.

Essas 180 entidades, ao contrário do que muitos pensam, de que estejam criadas e sobrevivendo através das empresas estatais e do meio público, na verdade, é um sistema constituído já, em sua maioria, por empresas privadas. Temos 755 empresas que tutelam, hoje, planos de benefícios complementares aos da Previdência Social aos seus empregados, sendo que mais de 500 dessas empresas são do meio privado. E se o sistema iniciou-se, através dos planos constituídos nas empresas mantidas pelo Poder Público, é porque, historicamente, cabe ao Estado dar o exemplo; a iniciativa cabe ao Poder Público.

Incomoda-nos, sobremaneira, esse enfoque de que o sistema talvez seja pujante pelos seus 300 bilhões de cruzados que acumulam, porque talvez se esqueçam aqueles críticos de que esses 300 bilhões, na verdade, são poupanças acumuladas que serão revertidas em rendas vitalícias futuras, para o sustento da velhice daqueles que contribuem durante a fase ativa de suas vidas. E temos procurado demonstrar, também, que o sistema, hoje, já é um sistema que volta às suas vistas para a proteção dos aposentados. Se no passado, há 10 anos, quando tivemos a regulamentação pelo Congresso Nacional, através da Lei nº 6.435, tínhamos pouco mais de 2.000 aposentados no sistema, protegidos pela Previdência Privada, temos, hoje, já mais de 300.000. São mais de 300.000 aposentados que, com suas famílias, podem viver dignamente com rendas adicionais àquelas que o Estado lhes garante através do Sistema Ofi-

cial de Previdência. É nossa intenção fazer esse sistema crescer; é nosso intuito revestirmos o sistema de regras estáveis, de condições adequadas, para que ele continue crescendo e protegendo, cada vez mais, um número maior de brasileiros. É triste sabermos que apenas 1.700.000 são protegidos por esse sistema, quando 10.700.000 pessoas são atendidas pela precariedade do sistema oficial, ganhando, 1.1/2 salário mínimo, no meio urbano, ou 1/2 salário mínimo, no meio rural. É preciso que tenhamos regras estáveis, que possam fazer esse setor crescer e, cada vez mais, abranger um número maior de brasileiros. E, por isso, então, venho defender a questão da imunidade tributária na, acumulação dessas poupanças.

O Sistema de Previdência Privada não é inventado pela sociedade brasileira; ele encontra exemplos em vários países do mundo, mais desenvolvidos. Praticamente, toda Europa Ocidental, os Estados Unidos, o Canadá, dispõem de planos privados de previdência, em complementação, em alguns deles, à obrigação do Estado. Em todos os países do mundo, Sr. Presidente, as reservas acumuladas não são tributadas. O Brasil é o único país que tributa a acumulação de reservas do Sistema Privado de Previdência Complementar. É preciso que invertamos essa ordem. E o Congresso Nacional, Srs. Deputadas, Srs. Senadores, sensível foi a essa questão no passado, porque, quando da edição da Lei nº 6.435, que regulamentou a atividade, no nosso País, as entidades fechadas de previdência, aquelas sem finalidade lucrativa que representam, e que são constituídas, no âmbito das empresas, tinham a sua imunidade garantida. Essa imunidade foi ofendida por um decreto-lei do Poder Executivo. Através do Decreto nº 2.065, a imunidade garantida pelo Constituição vigente e ratificada pela legislação regulamentadora da atividade da Previdência Privada foi ofendida e retirada.

O Sistema de Previdência Complementar representa o mais importante instrumento de formação de poupança institucional neste País. São recursos acumulados que, enquanto não reverterem em renda para os aposentados, são utilizados em prol do desenvolvimento nacional. Carreamos hoje 30% dos recursos acumulados ao Fundo Nacional de Desenvolvimento; as outras aplicações financeiras dos fundos de pensão, ou das entidades de Previdência privada fechadas são feitas de acordo com regras estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional. Portanto, servem ao desenvolvimento do País, segundo políticas traçadas pelo próprio Governo. Não há por que tributarmos esta acumulação de poupança, se a renda futura, que corresponderá a sua reversão na renda do aposentado, já é tributada.

Aquilo que foi imposto pelo Decreto-Lei nº 2.065 foi uma bitributação. Tributa-se a acumulação de poupanças hoje, para tributar-se a renda do aposentado amanhã. Repito, é o único País do mundo que tem esse de procedimento.

Não é justo que o trabalhador, contribuindo para a formação dessas poupanças, tenha esta tributação imposta pelo Poder Executivo. É preciso que os trabalhos desenvolvidos pelos Srs. Constituintes na redação da nova Carta possam levar isso em consideração e garantir a continuidade da imunidade tributária, que já foi objeto da legislação reguladora da atividade e da atual Constituição ofendida por um decreto do Legislativo.

Ante o exposto, Sr. Presidente, comprovado o compromisso das entidades fechadas de previdência com a paz social, através da valorização do homem como cidadão, a ABRAPE, Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Privada vem trazer ao Plenário da Assembléia Nacional Constituinte uma emenda popular, subscrita por mais de 350 mil pessoas, todas beneficiárias do sistema, pedindo que seja inserido na nova Constituição, além da imunidade já garantida às entidades de assistência social, a garantia de imunidade às entidades de previdência privada complementar sem fins lucrativos.

Esperamos que este nosso pedido possa ser acolhido pelos Srs. Constituintes, pela Comissão de Sistematização, para que possamos, desta forma, incentivar o empresariado privado a criar novas entidades e, assim, garantir este sistema a um número maior de trabalhadores brasileiros. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro):** – A Mesa agradece ao Sr. Paulo Mente a colaboração e dá a palavra ao último orador, Dr. Archimedes Pedreira Franco, Presidente da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil, que aqui representa o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Extração de Petróleo no Estado da Bahia, Associação dos Trabalhadores Portuários da Cidade de Candeias, na Bahia, e, através da Emenda Popular nº 72, subscrita por 4.188 eleitores.

**O SR. ARCHIMEDES PEDREIRA FRANCO:** – Exm.<sup>o</sup> Sr. Presidente desta sessão, Senador Constituinte Nelson Carneiro, Exm.<sup>os</sup> Srs. Deputados e Senadores Constituintes. Honra-me representar considerável parcela de trabalhadores brasileiros, agrupados em associações, sindicatos, fundações e outros órgãos que visam à defesa da sua categoria.

Há pouco, deixou esta tribuna o Dr. Paulo Mente, para tratar de matéria correlata à que, neste momento, tenho a honra de abordar. O nobre antecessor e Presidente da Associação de Empresas de Previdência Privada pleiteou, desta augusta e soberana Assembléia Nacional Constituinte, a imunidade tributária para as empresas de um sistema que representa. Venho aqui pleitear, juntamente com essa alocação do Dr. Paulo Mente, tratamento igualitário para as entidades de previdência fechada do setor estatal.

Foi abordado, neste plenário, que a atual criação, organização e funcionamento das entidades de previdência privada são regidas pela Lei nº 6.435, de 15 de junho de 1977, votada pelo Congresso Nacional. Sob a égide desta lei, as entidades de previdência privada existentes no País reorganizara-se e outras tantas foram criadas.

Sabe V. Ex.<sup>a</sup> nobre Senador Constituinte Nelson Carneiro, como sabem S. Ex.<sup>as</sup> os nobres Senadores e Deputados Constituintes, que a Previdência Oficial neste País anda, sofrendo de mal muito grave. Não são minhas as palavras, mas do atual Ministro da previdência Social, S. Ex.<sup>a</sup> o Sr. Raphael de Almeida Magalhães, em entrevista concedida, no início desta semana, aos órgãos da imprensa nacional, de que agora recebera uma pesquisa que havia encomendado e S. Ex.<sup>a</sup> chegou à dolorosa conclusão de que o caos na Previdência Social é muito maior do que S. Ex.<sup>a</sup> imaginava.

Mencionou o Dr. Paulo Mente há poucos instantes, que as aposentadorias e pensões na área urbana são da ordem de um e meio salário mínimo e que na área rural este valor se reduz a meio salário mínimo.

Complementaria esta informação, dizendo que as aposentadorias, porque sofrem um processo de apuração com base no recolhimento das 36 últimas contribuições e porque não possuem a correção monetária dos 12 últimos meses, reduzem-se, no caso dos pequenos salários, a apenas 40% do salário que percebia o aposentado, se na ativa estivesse, e no caso dos maiores salários este percentual chega ao ponto de 20%.

Ora, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, o serviço público brasileiro abriga duas modalidades de servidores: uns, os estatutários, regidos por uma legislação própria, que lhes assegura, no momento da aposentadoria, a integralidade dos seus salários e vantagens, ainda que, no curso do tempo, haja consideráveis reduções pela ocorrência de processos de classificação e reclassificação de cargos, o que representa também uma grave injustiça, que merece ser corrigida por esta Assembléia Nacional

Constituinte. Mas aqueles que, também servindo ao Estado, trabalham em empresas, em fundações e autarquias diversas ficam submetidos ao processo da previdência oficial e sofrem, como os demais trabalhadores brasileiros, essa grave perda salarial que, no momento em que mais necessitam, na velhice, quando é maior a necessidade de um amparo, uma radical perda do seu poder aquisitivo que sequer permitiria que comprassem os remédios necessários a manutenção da velhice. Pois o anteprojeto, que deu início aos trabalhos desta Assembléia Nacional Constituinte, em um dos seus artigos, a princípio 360 e depois 359, acrescentava uma norma que proibia, indiretamente, a atual participação dos órgãos públicos pela redução dessa participação na contribuição das entidades fechadas que estão vinculadas às estatais.

**O SR. CONSTITUINTE VIRGILDÁSIO DE SENNA:** – Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. ARCHIMEDES PEDREIRA FRANCO:** – Com muito prazer.

**O SR. CONSTITUINTE VIRGILDÁSIO DE SENA:** – Sr. Presidente, nobre expositor, Deputado pela Assembléia Legislativa da Bahia por várias legislaturas, membro do PMDB, um dos seus fundadores naquele Estado, Presidente da Associação dos Funcionários públicos do Estado da Bahia, Presidente da Associação Nacional dos Servidores Cíveis do Brasil, foi oportuno que a Assembléia Nacional Constituinte abrisse espaços para ouvir contribuições como a que V. Ex.<sup>a</sup> traz esta noite a esta reunião da Assembléia, Nacional Constituinte. Embora o objetivo primordial de sua exposição seja, de fato, matéria vencida, porque já corrigida na proposta provisória, encaminhada pelo nobre relator à nossa comissão para a sua deliberação, a exposição de V. S.<sup>a</sup> tem toda a pertinência, porque se trata de matéria ainda **sub judice**. Mas o que me traz à Tribuna é assinalar o que, para nós, representa a sua presença, nesta hora e nesta casa, a contribuição do seu esforço, do seu trabalho, da sua vida política em meu Estado, evidentemente que com concordâncias e, em alguns instantes, divergências, mas sempre motivado pelo serviço público, pelo amor à causa pública e por uma longa vida, uma longuíssima tradição de luta em favor da classe dos funcionários públicos, dos serventuários deste País, dos servidores públicos, a quem V. S.<sup>a</sup> tem dedicado toda a sua atenção, todo o seu trabalho, todo o seu estudo. Cumprimento V. Ex.<sup>a</sup> pela sua presença nesta Tribuna e me sinto particularmente gratificado por vê-lo ocupando-a. Muito obrigado a V. S.<sup>a</sup>.

**O SR. ARCHIMEDES PEDREIRA FRANCO:** – Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup>, nobre Constituinte Virgildásio de Senna, de quem fui modesto auxiliar, quando da sua pequenina, porém, profícua gestão, na Prefeitura, Municipal de Salvador, e também como seu admirador.

De modo que, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, retomando a exposição que pretendemos em breve concluir, eu diria a V. Ex.<sup>a</sup> e à Casa que o projeto, o anteprojeto inicial abrigava norma que restringia a participação do poder público na vida destas organizações de previdência fechada, relativamente às estatais e também às caixas de previdência parlamentar. Organizações sindicais as mais diversas, associações e fundações, como disse, buscaram, ao lado de nobres Constituintes, retirar do texto do anteprojeto a norma que se afigurava injusta. Dentre eles, aqui presente o nobre Deputado Manoel Castro, autor de uma das emendas, e aqui nós, nesta tribuna, para nossa honra, e atendendo a um imperativo dos companheiros, na luta que estamos defendendo, a proposta que tomou o nº 72, que se resume numa emenda supressiva. É bem verdade, que, como assinalou o nobre Deputado, Constituinte Virgildásio de Senna, a matéria já não consta do atual texto ou do atual anteprojeto; dele ela foi afastada, escoimada. Mas a matéria continua **sub judice**. Não é o texto atual do anteprojeto, seguramente, aquele que será promulgado e vi-

ger para o futuro neste País. Muitas e profundas modificações a este texto, seguramente, serão introduzidas. E, é lógico, que aqui não compareci para trazer, aos nobres Constituintes, quaisquer lições. Mas é preciso que, em momentos como este em que se abriu à participação popular a Assembléia Nacional Constituinte, participação que já estava deferida através do voto nas eleições de 15 de novembro passado, comandados e outorgados para este fim, mas, não obstante, com a permissão da augusta e soberana Assembléia, o povo aqui se manifesta. E é por esta razão que ousamos lembrar que a matéria sob a argumentação não é pertinente, do ponto de vista jurídico, para conter-se num texto constitucional. Mais do que qualquer um de nós, os Constituintes sabem que as matérias pertinentes a uma Constituição são aquelas que definem princípios. Não são matérias que venham carecer de regulamentações, de discussões e de aprimoramentos. Quanto menor o texto da Constituição maior a sua possibilidade de sobrevivência.

Não é por outro motivo que a Constituição dos Estados Unidos da América do Norte está completando 200 anos. Ao longo de 200 anos, salvo equívoco, recebeu apenas 25 emendas, das quais 24 são vigentes. E é um texto apenas de seis artigos.

Sr. Presidente, e Srs. Constituintes, se a matéria não envolve problema relativo à ordem econômica, se não diz respeito à ordem social, se não está ligada aos direitos essenciais, ou, muito menos, trate de questões de Estado, evidentemente, a matéria é impertinente, além do fato já mencionado, de ser altamente injusta. E por que é injusta? Exatamente, porque atinge a objetivos sociais que estão se desenvolvendo de maneira plena e satisfatória.

É com esta contribuição do Estado para as empresas, onde trabalhadores a seu serviço, serviço do Estado, trabalham, que eles podem ter, no momento das aposentadorias, a manutenção dos salários que percebiam em atividade. Mas, além disto, há fundações que proporcionam outros planos, tais como aqueles de assistência à saúde, matéria exaustivamente debatida, na tarde e noite de hoje, nesta Assembléia Nacional Constituinte, e que nos deixou e nos deixa a todos perplexos, ante a complexidade do problema e as graves divergências existentes entre os grupos orientadores da saúde, pois este grupo, que trabalha para as estatais, recebe, em muitas das suas fundações, uma complementação de assistência à saúde que envolve o contribuinte e os seus familiares. E se o Dr. Paulo apresentou dados relativos à participação, hoje, de 180 empresas, congregando cerca de 1 mil e 700 contribuintes, ela envolve, efetivamente, mais do que os 6 milhões de beneficiários; cerca de 7 milhões e meio de beneficiários dessa assistência.

Mas é preciso que se assinale que, cerca de 120 empresas ou fundações, melhor dizendo, fundações, existem hoje, na área estatal. Mas as origens dessas fundações são distintas, não há uma regra única na formação delas, há empresas ou fundações em que as entidades de direito público, também chamadas de patrocinadoras, contribuíram integralmente para a formação do seu patrimônio. E elas têm patrimônios sólidos e, provavelmente, a regra que se pretendia estabelecer na Constituição, não as afetaria e, provavelmente, os seus contribuintes continuariam a gozar plenamente os seus direitos daqui para o futuro. Mas há outras que se formaram apenas para a contribuição paritária de empregados e empregadores, o que resultaria, para estes trabalhadores, num grave prejuízo e numa grave perda.

Seria uma norma altamente injusta, porque trataria de maneira igual situações absolutamente diferentes. E é por isso que aqui estamos, para pedir a S. Ex.<sup>a</sup> os Srs. Constituintes, que tenham em mente o exame desta matéria se porventura ela venha a ser objeto de novas cogitações, o que não acreditamos, porque a exclusão do texto

primitivo é uma demonstração ao nosso entendimento de que S. Ex.<sup>a</sup> o Sr. Deputado Constituinte. Relator e os membros da Comissão de Sistematização perceberam, não só pela emenda popular que ora defendemos, mas pelas dezenas de emendas dos Srs. Constituintes, que realmente a matéria era impertinente ao texto.

É óbvio que no futuro, na vigência da nova Carta Constitucional que esta augusta Casa vai outorgar à Nação, comportará uma nova regulamentação, um novo exame, uma modificação substancial na vigente Lei nº 6.435, de 15 de julho de 1977.

Buscando finalizar, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, eu lembraria um artigo publicado na revista **Visão**, exatamente no dia 15 de julho deste ano, data em que se comemoravam os 10 anos de vigência da multicitada Lei nº 6.435, de 15 de julho de 1977, onde, entre outros, manifesta-se o Dr. Rio Nogueira, figura das mais conhecidas deste País e tido como o mais competente dos nossos atuais. Dizia o Dr. Rio Nogueira, em outras palavras, que era um absurdo fazer com que esse sistema de previdência fechada, que é absolutamente perfeito, sofresse qualquer tropeço. Seria um dos grandes absurdos que se praticariam neste País.

Por isso mesmo é que todos nós estamos convencidos de que esta augusta e soberana Assembléia vai manter definitivamente afastado do texto a norma que, no início, no seu primeiro e segundo anteprojetos, estava configurada.

**O SR. CONSTITUINTE MANOEL CASTRO:** – Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. ARCHIMEDES PEDREIRA FRANCO:** – Com a permissão ele V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Presidente, concedo um aparte ao nobre Constituinte Manoel Castro.

**O SR. CONSTITUINTE MANOEL CASTRO:** – Meu caro amigo e grande defensor das causas ligadas aos servidores públicos neste País, o nobre colega Virgildásio de Senna já falou a respeito de V. Ex.<sup>a</sup> e, com a permissão dos Colegas Constituintes e do Sr. Presidente, gostaria de aduzir à sua brilhante defesa do tema que V. Ex.<sup>a</sup> se propôs defender nesta Casa, dois argumentos extremamente importantes, pois, durante todo esse processo de debate em relação ao art. 360 do penúltimo texto da Comissão de Sistematização, tantos são as razões de ordem jurídica, social e econômica, tantos são os argumentos, que pontos importantes também ficam de fora. E sobre esses pontos é que eu queria me referir mais precisamente. O primeiro deles é que as organizações empresariais, estatais ou não, mas principalmente as estatais, que adotaram esse sistema, tiveram, em contrapartida, uma política extremamente importante da um outro tema tão debatido nesta Casa, que é a questão da estabilidade do trabalhador. E foi justamente a existência de um grupo de trabalhadores, conscientes não só do seu papel, mas do papel das organizações a que eles pertenceram, que permitiram que ao longo da vida e da existência dessas entidades, instituírem benefícios como esse a que estamos nos referindo. Isso possibilitou atrair e manter nas empresas, organizações das quais eu citaria duas, pelos relevantes serviços prestados à Nação brasileira: a Petrobrás e o Banco do Brasil, que ajudaram, a eles, permanecerem nessas organizações. Portanto, essa é um forma inteligente e competente de se adotar, com vistas ao problema da instabilidade, não apenas nas organizações estatais, mas quando nós falamos, quando nós defendemos o princípio da participação dos trabalhadores nos lucros das empresas, quando nós falamos na necessidade de estabilidade, nós temos que buscar mecanismos permanentes do tipo desse que se encontram nessas organizações.

O segundo aspecto é que não é apenas o interesse desses trabalhadores, mas é o de que essa situação possibilitou muito mais dinamismo, muito mais consciência,

muito mais dedicação, muito mais envolvimento, com resultados óbvios a nível das organizações empresariais. Certamente, os trabalhadores dessas organizações – voltando a me referir ao Banco do Brasil e Petrobrás, como exemplos maiores de todas elas que estão enquadradas neste contexto – foram responsáveis pelo crescimento, pelo fortalecimento, pelo engrandecimento, pela presença internacional dessas organizações. Portanto, nada mais justo, além de tudo o que foi dito, que fosse impedida a permanência da proposição que felizmente nós derrubamos, mas que merecerá ainda a nossa atenção, para que até o final seja garantido, como está agora, o seu afastamento do novo texto constitucional. Muito obrigado.

**O SR. ARCHIMEDES PEDREIRA FRANCO:** – Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup> nobre Constituinte Manoel Castro, não só do ponto de vista pessoal, mas pela importante contribuição que trouxe à nossa modesta explanação.

Para concluir, Sr. Presidente, eu diria a V. Ex.<sup>a</sup> e aos demais membros desta Assembléia Nacional Constituinte que as contribuições que são realizadas por essas empresas estatais não oneram o público, pois são retiradas da produtividade dos próprios trabalhadores e se configuram numa forma indireta de salário, que será pago não naquele momento da atividade mas, seguramente, por ocasião da aposentadoria. Sem essas atividades e contribuições, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, seguramente as grandes empresas estatais deste País, aquelas, dentre outras, referidas pelo nobre Constituinte Manoel Castro, a Petrobrás e o Banco do Brasil, não poderiam manter, como mantêm, mão-de-obra de alta qualificação, que honra os trabalhadores brasileiros.

Muito obrigado a V. Ex.<sup>a</sup> á e à Assembléia Nacional Constituinte. (Palmas).

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro):** – A Presidência agradece a contribuição do Dr. Archimedes Pedreira Franco, que me leva aos dias distantes da juventude quando, no velho Ginásio da Bahia, fui examinado por seu pai, cuja vida acompanho com interesse, pela sua participação ativa na política baiana.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro):** – Nada mais havendo a tratar, vou encerrar os trabalhos da presente reunião.

Está encerrada a reunião.

**(Encerra-se a reunião às 20 horas e 20 minutos.)**  
**22.ª Reunião Extraordinária**

Aos trinta e um dias do mês de agosto do ano de mil novecentos e oitenta e sete, às dezenove horas e trinta e cinco minutos, no Plenário da Câmara dos Deputados, reuniu-se a Comissão de Sistematização, sob a Presidência do Senhor Constituinte Aluizio Campos, Primeiro-Vice-Presidente, no exercício da Presidência, presentes os seguintes Senhores Constituintes: Ademir Andrade, Alcení Guerra, Aloysio Chaves, Artur da Távola, Brandão Monteiro, Celso Dourado, Christóvam Chiaradia, Darcy Pozza, Fernando Gasparian, Gerson Peres, Haroldo Lima, Jamil Haddad, João Calmon, José Freire, José Thomaz Nonô, Luís Eduardo, Mário Lima, Nelson Carneiro, Oscar Corrêa, Osvaldo Coelho, Paulo Ramos, Prisco Viana, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Sandra Cavalcanti, Sigmaringa Seixas, Siqueira Campos, Theodoro Mendes, Adylson Motta, Israel Pinheiro, Itamar Franco, João Natal, Miro Teixeira e Paes Landin, Estiveram presentes os seguintes Senhores Constituintes, não integrantes desta Comissão: Ronaldo Aragão, Vitor Buaiz, Matheus Lensen, Nelson Aguiar, Edmilson Valentim, Jalles Fontoura, Afif Domingos, Manoel Castro, Fábio Feldmann, Cunha Bueno, Lezio Sathler, Humberto Souto e Roberto D'Ávila. Deixaram de comparecer os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Adolfo Oliveira, Afonso.

Arinos, Alfredo Campos, Almir Gabriel; Antônio Farias, Antôniocarlos Kondar Reis, Antôniocarlos Mendes Thame, Arnaldo Prieto, Bernardo Cabral, Carlos Chiarelli, Carlos Mosconi, Carlos Sant'Anna, Cid Carvalho, Cristina Tavares, Edme Tavares, Egídio Ferreira Lima, Eraldo Tinoco, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Lyra, Francisco Benjamin, Francisco Dornelles, Francisco Pinto, Francisco Rossi, Gastone Righi, Haroldo Sabóia, Ibsen Pinheiro, Inocência Oliveira, Jarbas Passarinho, João Herrmann Neto, Joaquim Bevilacqua, José Fogaça, José Geraldo, José Ignácio Ferreira, José Jorge, José Lins, José Luiz Maia, José Maurício, José Paulo Bisol, José Richa, José Santana de Vasconcellos, José Serra, José Ulisses de Oliveira, Luís Inácio Lula da Silva, Lysâneas Maciel, Manoel Moreira, Marcondes Gadelha, Mário Assad, Milton Reis, Nelson Jobim, Nelton Friedrich, Nilson Gibson, Oswaldo Lima Filho, Paulo Pimentel, Pimenta da Veiga, Plínio de Arruda Sampaio, Ricardo Fiúza, Roberto Freire, Rodrigues Palma, Severo Gomes, Virgildásio de Senna, Virgílio Távora e Wilson Martins. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, concedendo a palavra, pela ordem, aos oradores inscritos para a defesa das Emendas Populares indicadas: 1ª) PE-117 – Forças Armadas – defensora: Sra. Gisele Mendonça – Presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE). Apartes: Constituintes Edmilson Valentim e Celso Dourado; 2ª) PE-057– Supremo Tribunal Federal – defensor: Sr. Antônio Marimoto – Presidente da Sociedade de Desenvolvimento de Rondônia; 3ª) PE-102 – Juizado de Instrução – defensor: Constituinte José Freire; 4ª) PE-038 – Polícia Rodoviária Federal – defensor: Dr. Ulysses Guedes. Apartes: Constituinte Cunha Bueno, Siqueira Campos e Paulo Ramos; 5ª) PE-043 – Desarmamento Nuclear – defensor: Físico Nuclear e Professor José Goldemberg – Presidente de Honra da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. Apartes: Celso Dourado e Fábio Feldmann; 6ª) PE-015 – Mediunidade – defensor: Milton Felipeli, esgotada a lista de oradores inscritos e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, após esclarecer que o último inscrito, apresentador de televisão Augusto César Vanucci, por motivos técnicos em avião que o conduzia a Brasília, não pôde estar presente, convocou nova reunião destinada a continuar a discussão das emendas populares, para o dia primeiro de setembro, no mesmo local, às dez horas, tendo encerrado os trabalhos às vinte e uma horas e trinta minutos. O inteiro teor desta reunião foi gravado, devendo ser publicado no **Diário da Assembléia Nacional Constituinte** e constituir-se-á na Ata Circunstanciada dos trabalhos. E, para constar, eu Maria Laura Coutinho, lavrei a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Havendo número regimental, declaro aberta a reunião.

Hoje várias Emendas Populares serão defendidas por representantes de diversas entidades.

Passo a palavra a D<sup>a</sup> Gisele Mendonça, Presidente da União Nacional de Estudantes.

**A SRA. GISELE MENDONÇA:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes. Muito nos honra o fato de termos sido indicados para defender, perante esta Assembléia Nacional Constituinte, a Emenda Popular que trata do papel das Forças Armadas em nosso País. Como presidente da União Nacional do Estudantes, que acaba de comemorar cinquenta anos de fundação, a satisfação é redobrada. É significativo que uma entidade como a **UNE**, que representa milhões de jovens brasileiros, seja incumbida dessa tarefa, pois são os olhos da juventude que mais vislumbra o futuro.

É grande a ansiedade do povo brasileiro. E enorme a expectativa em relação aos resultados dos debates que

levarão a um novo texto constitucional. Os brasileiros aguardam mudança. E a juventude brasileira, mais do que ninguém, sonha com um Brasil novo, democrático. Um Brasil onde o simples exercício da vida não seja uma tarefa árdua e dolorosa. Um Brasil onde o bem-estar, a saúde, a educação, o progresso, enfim, seja para todos.

Não viemos aqui para defender nenhuma tese acadêmica sobre a história das Forças Armadas em nosso País. Viemos, isto sim, para defender, com base em fatos, evidências e opiniões, o afastamento dos militares da vida política e institucional de nosso País. É esse o anseio da juventude brasileira. É essa a aspiração do nosso povo.

É isso que a Constituinte deve garantir. É essa a intenção da emenda que, respaldada por milhares e milhares de assinaturas, está agora em debate aqui na Assembléia Nacional Constituinte.

O hábito dos militares brasileiros de tentarem influir, de modo direto e ostensivo, na vida política do País não é algo novo. Vem desde a Independência. Já no Império, mesmo que ostentando posições dúbias, contraditórias, as Forças Armadas procuraram exercer influência sobre os rumos da nossa história. Eram contra a abolição da escravidão, sob a alegação de que aquela era uma imposição da Inglaterra. Alienígena, portanto. Mas não se negaram a cometer as atrocidades que marcaram a Guerra do Paraguai a serviço dos interesses do Império Britânico.

É bom deixar claro, desde logo, que tampouco aqui viemos para desfechar agressões gratuitas às Forças Armadas. Apenas pretendemos repor a verdade histórica, que aponta para uma constatação óbvia e grave: historicamente, no Brasil, as Forças Armadas têm fugido daquelas que seriam suas funções. Mesmo quando, eventualmente, se possa ter identificado algum papel progressista em algumas de suas ações.

O Movimento Tenentista, como era chamada a corrente de oficiais que se rebelou, especialmente após a Proclamação da República, contra as oligarquias, é um exemplo. Ideologicamente, o tenentismo era um movimento dentro das Forças Armadas que representava as aspirações e os interesses da burguesia. Eram interesses que divergiam das oligarquias rurais. Essa foi a essência de movimentações patrocinadas pelos militares, ou por eles desencadeadas, contra os detentores do Poder na Velha República. Essa foi, também, a essência da Revolução de 1930, apoiada pelo tenentismo.

Adeptos do Positivismo – e, portanto, contaminados pelas contradições dessa corrente filosófica — os partidários do tenentismo juntaram-se às forças liberalizantes que defenderam a Revolução de 30. Mas o tenentismo morreu ali. Esse movimento, por si mesmo, era uma maneira encontrada para se interferir na vida do País. O gosto pelos golpes militares, a arrogância e prepotência já eram as marcas do pensamento e das ações dos militares.

A participação na Segunda Grande Guerra, cerrando fileira com as forças aliadas, contra o nazi-fascismo, foi uma imposição da opinião pública, uma inevitável resposta a um forte clamor do povo brasileiro. Ainda assim, não se haverá de negar que os soldados brasileiros ajudaram a derrotar as forças do Eixo, na grande frente formada pela União Soviética, Estados Unidos e um grande número de outros países que se posicionaram contra o avanço do nazismo e do fascismo.

A questão que está colocada agora, aqui na Assembléia Nacional Constituinte e em todos os cantos do País, é justamente a de se definir, de uma vez por todas, o papel que deve ser desempenhado pelos militares. Não estamos defendendo a extinção das Forças Armadas. Estamos apenas defendendo que os militares deixem de ser uma categoria especial de cidadão, que tem mais

direitos que as demais, que se arvora a guardiã dos interesses do País.

Não nos prendemos a fatos e episódios históricos esporádicos, espaços, dissociados. O que nos preocupa é uma trajetória secular, que muito tem a contribuir para o debate que hoje se trava. Um ponto de partida importante para se compreender a realidade das Forças Armadas brasileira é o da sua submissão, especialmente após a Segunda Guerra, aos Interesses norte-americanos. O golpe militar de 1964 e o regime implantado no Brasil desde então são as evidências mais claras de caráter antinacional assumidos pelas Forças Armadas brasileira.

Cabe ressaltar que nessa época, para as Forças Armadas, o fundamental era defender-se contra o inimigo interno, o que resultou um saldo de milhares e milhares de assassinatos.

Durante esses anos todos, sob um regime de exceção, as Forças Armadas se ocuparam, diretamente ou dando abrigo a grupamentos paramilitares, da repressão aos setores democráticos, aos movimentos de trabalhadores, de estudantes, de todos aqueles que buscam uma sociedade mais justa e moderna.

Essa usurpação do poder não ocorreu apenas no Brasil. Em vários países da América Latina, da África e da Ásia, golpes militares, seguidas de regimes violentos e autoritários, marcaram as últimas décadas. Na Argentina, por exemplo, os militares foram mestres em reprimir, prender e matar cidadãos comuns e até crianças. Quando foram chamados, porém, a defender as fronteiras do País, cometeram o fiasco das Malvinas.

O que a emenda popular que ora defendemos prega é a definição cristalina das atribuições e deveres das Forças Armadas. Os militares devem se ocupar da defesa das fronteiras nacionais contra ameaças externas. A proteção das instituições é atribuição de toda a sociedade e a manutenção da ordem pública é tarefa das polícias, vinculadas aos governos locais.

O que a maioria dos brasileiros deseja – e isto é evidenciado por pesquisas de opinião pública – é que a Constituinte estabeleça claramente os limites de atuação das Forças Armadas. Não se trata apenas de uma questão formal, como defendem alguns. A sociedade brasileira quer uma garantia de que os militares não voltarão a se intrometer na vida política do País. Quer a garantia de que soldados de qualquer das três forças se ocupem da repressão a trabalhadores, sejam colocados contra a sociedade. E essa garantia deve ser assegurada pela nova Constituição que está sendo elaborada.

Em pronunciamento aqui mesmo na Constituinte, o Coronel e Professor Geraldo Lesbat Cavagnari Filho, da Universidade de Campinas, afirmou que a visão golpista permanece viva no seio das Forças Armadas brasileiras. Profundo conhecedor da questão militar, o professor defendeu a limitação do papel das Forças Armadas, como nós também queremos, como quer a maioria dos brasileiros.

A primeira Constituição da República, a de 1891, estabelecia em seu art. 14 que as Forças Armadas se destinavam a "defesa da Pátria no exterior e a manutenção das leis no interior". Na Constituição de 1934, essa formulação foi alterada, passando a dizer que as Forças Armadas se destinavam "a defender a Pátria e a garantir os poderes constitucionais, a ordem e a lei".

Foi ali, em 1934, que ocorreu o que podemos caracterizar como um marco na deformação do papel constitucional das Forças Armadas em nosso País. As Constituições elaboradas posteriormente, quase todas sob regimes de força, mantiveram a defesa "da ordem e da lei" como uma função das Forças Armadas. Foi também em 1934

que a expressão "segurança nacional" foi utilizada, passando a utilizar uma doutrina elaborada nos Estados Unidos.

Todos nós sabemos que aquilo que é definido como "segurança nacional" nada tem a ver com a defesa dos interesses nacionais. Os sucessivos governos que se revezaram no poder desde 1964 são os exemplos mais nítidos disso. Nunca o Brasil foi tão espoliado, nunca o Brasil foi tão humilhado, nunca o Brasil foi tão ostensivamente entregue aos estrangeiros do que nesse período. E o que diziam os militares? Diziam que estavam defendendo a segurança nacional.

As formulações contidas nas Constituições passadas dão margem a que as Forças Armadas excedam suas funções. Dão margem a que os militares se considerem um poder paralelo ao Estado, com o direito de interferir sobre o próprio Estado. É certo que, pela tradição golpista que têm, os militares brasileiros não se incomodam de rasgar Constituições quando resolvem tomar o poder. Os números são claros. Desde a Proclamação da República os militares subverteram a ordem constitucional dezenove vezes. Os brasileiros não se esquecem disso.

Ainda hoje, na era da chamada Nova República, é evidente que os militares exercem muito mais poder do que a sociedade gostaria que exercessem. Basta ver que seis cargos de ministros de Estado são ocupados por militares.

Basta ver que o Ministro do Exército, General Leônidas Pires Gonçalves, exerce abertamente os mais diversos tipos de pressão sobre a Constituinte, sem ter, no entanto, a mínima legitimidade para assim agir, tentando dessa forma aviltar a todo o momento a soberania desta Casa e a soberania dos Deputados eleitos pelo povo, de garantir a Constituição que o povo deseja. Basta ver que os tanques e as baionetas continuam sendo usados contra trabalhadores, contra a sociedade.

Tivemos exemplos claros disso, tanto no comício das diretas para 1988 realizados aqui, em frente ao Congresso Nacional, como na última greve geral, nas quais os militares, que se arvoraram em defensores da ordem interna, vieram trazer a desordem, reprimindo os trabalhadores e os estudantes que participavam dessas manifestações, aspiração do povo brasileiro.

Temos a consciência, porém, de que a sociedade brasileira evoluiu, modernizou-se. A sociedade brasileira não aceita mais o militarismo. A sociedade brasileira não precisa e não quer a tutela dos militares. A sociedade quer as Forças Armadas nos quartéis, preparando-se para quando for chamada a defender as fronteiras. A sociedade quer, enfim, que as Forças Armadas fiquem nos seus lugares. Nada mais.

Estas são, de maneira geral e concisa, as razões que levaram a União Nacional dos Estudantes a ser uma das entidades que elaboraram e coletaram assinaturas para a apresentação da Emenda Popular das Forças Armadas. O que propomos não é nada de extraordinário. O que queremos é algo óbvio, cristalino. E o fazemos através da Assembléia Constituinte porque consideramos ser este o momento mais apropriado para tanto. É a nova Constituição, fruto da própria luta antimilitarista que se travou no Brasil nas últimas décadas, que deve desmilitarizar o País.

As Forças Armadas não podem continuar sendo um poder paralelo que se sobrepõe ao próprio Estado brasileiro. E o primeiro passo é fazer com que o texto constitucional não dê margem a golpes, não permita que as Forças Armadas interfiram na vida política e institucional do País. O resto a sociedade brasileira se encarregará de fazer.

A juventude brasileira e todo o nosso povo clamam por um Brasil livre, independente e democrático. Clama por um Brasil que cuide dos seus verdadeiros interesses, um Brasil com justiça, um Brasil moderno. Nós temos plena convicção de que o militarismo, a tutela das Forças Armadas sobre a sociedade e sobre o Estado é fator de entrave para o progresso do nosso País.

Temos certeza de que a definição do papel das Forças Armadas nesta Assembléia Nacional constituinte é fator determinante para a consolidação e o aprofundamento da democracia em nosso País. Acreditamos que, se os militares continuarem intervindo nesta Constituinte, pela força das armas ou pela sua vontade, teremos falhado numa questão fundamental. A instalação da Assembléia Nacional Constituinte foi fruto de grande luta, durante vários anos de regime militar, em que se impunha a necessidade de uma nova Constituição que assegurasse a democracia e a liberdade aos brasileiros.

Ouç o nobre Constituinte Edmilson Valentim.

**O SR. CONSTITUINTE EDMILSON VALENTIM:** – No transcorrer do seu discurso, um Constituinte que aqui se encontrava perguntou sobre qual assunto discorria V. S.<sup>a</sup> Respondi-lhe que era sobre as Forças Armadas. Disse ele, então: "Este é um assunto perigoso. Deixe-me ir embora." Realmente, este é um assunto perigoso, se a Constituição não colocar no seu texto qual o papel que a instituição Forças Armadas deve exercer.

É perigoso, sim, como verificamos no último episódio da greve geral do dia 20. As Forças Armadas ocuparam a Companhia Siderúrgica Nacional, onde os trabalhadores legitimamente faziam uma greve – a greve de protesto democrático, protesto cívico, de insatisfação com o regime econômico do Governo Federal. É perigoso o papel das Forças Armadas, a continuar como estão, intrometendo-se em qualquer manifestação política do povo brasileiro, seja de trabalhadores, seja de representantes da sociedade civil, seja de estudantes. Durante muitos anos as Forças Armadas intervieram na atividade estudantil. Por isso, nós, do Partido Comunista do Brasil, temos semelhante proposta e nos solidarizamos com a União Nacional dos Estudantes, que hoje traz suas preocupações a esta tribuna. Queremos chamar a atenção daquele Constituinte que saiu daqui dizendo que este é um assunto perigoso. Realmente, este é um assunto que o povo brasileiro deseja seja bem analisado pelos Constituintes que aqui o representam, de maneira concreta, analítica e democrática, respeitado o papel das Forças Armadas, no sentido de garantir a democracia e a ordem, mas colocando-as no seu lugar, que é o de proteger o Brasil e não o de atacar os brasileiros.

**A SRA. GISELE MENDONÇA:** – É preciso ressaltar que a ação intervencionista dos militares na vida política do País trouxe saldos extremamente negativos e graves.

A União Nacional dos Estudantes, em setembro do ano passado, publicou um livro em que exprimia a luta dos estudantes brasileiros contra os órgãos de informação e contra a intervenção dos militares na vida política do País. Esse livro "A UNE Contra o SNI", veio trazer documentos – assinados inclusive pelos militares responsáveis – que comprovam práticas de tortura e assassinatos dentro dos quartéis do nosso País, de onde deixaram de voltar para suas famílias às milhares de pessoas que até hoje estão desaparecidas.

Para que a União Nacional dos Estudantes jamais tenha que voltar a reclamar punição para os assassinos, ou que a sociedade brasileira jamais tenha de voltar a se envergonhar de anos e anos de arbítrio em nosso País, exigimos que esta Assembléia Nacional Constituinte faça aquilo que hoje é a aspiração da democracia e do povo brasileiro: defina o papel das Forças Armadas como simples guardiã das fronteiras do nosso País e jamais permita que elas voltem a influir na vida política e insti-



tucional, pois, quando o fazem, geralmente não é para garantir a democracia e a segurança, mas para trazer a insegurança, a infelicidade, a tortura e a morte aos brasileiros.

**O SR. CONSTITUINTE CELSO DOURADO:** – Em homenagem à jovem representante da UNE, que faz parte da história de luta pela democracia neste País, gostaria de fazer algumas observações. Neste momento de construção democrática a instituição das Forças Armadas também tem de experimentar o processo de democratização. Não estamos aqui para negar o papel importante que as Forças Armadas desempenham neste País, aliás, um papel histórico. Se analisarmos a história das Forças Armadas do Brasil, do Exército brasileiro, descobriremos momentos na História deste País em que o Exército era um fator de crescimento social para grande parte das famílias pobres. O soldado brasileiro tinha sua origem nas camadas mais baixas. A semelhança da Igreja, as Forças Armadas eram um estímulo, uma motivação ao crescimento social. Há outros momentos de elitização das Forças Armadas. Talvez estejamos vivendo momento mais agudo, em que o soldado está sendo tratado de forma pouco democrática. Ele não tem muitas oportunidades de crescimento dentro da própria instituição, porque há verdadeiras castas, há grupos que dominam dentro das próprias Forças Armadas. O perigo, nos regimes autoritários, é que as Forças Armadas são usadas para satisfazer o regime. Essa questão do relacionamento das Forças Armadas com as instituições políticas também passa pela democratização do próprio País. Devemos democratizar. É preciso lutar pela democracia. Cremos na democracia. Embora tenha falhas e imperfeições, é o melhor regime que os homens já criaram. É preciso ter sensibilidade. As Forças Armadas desempenham importante papel na democracia. Não concordo com V. S.<sup>a</sup>, quando diz que elas devam ficar limitadas ao quartel. Se insistirmos nessa tese correremos sempre sérios riscos de golpe, porque Forças Armadas limitadas ao ambiente do quartel têm suas frustrações. É preciso que vivam a realidade da vida neste País, participem do esforço da construção, no sentido de trabalharem junto ao povo. Estou de pleno acordo com a necessidade de ficarem distantes da instituição política, quando interferem, pressionam ou agem no sentido de desrespeitar a própria instituição democrática. Acho que dessa maneira daríamos ao papel que desempenham as Forças Armadas um sentido democrático, que ajudaria extraordinariamente a vida do País.

**A SRA. GISELE MENDONÇA:** – Agradeço o aparte do nobre Deputado. Ressalto que, para que aconteça a democratização das Forças Armadas, é necessário que elas estejam fundamentalmente submetidas ao Estado democrático. É isso que buscamos e esperamos seja consagrado por esta Constituição.

São estas as nossas razões, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Permito a palavra ao Sr. Antônio Morimoto, Presidente da Sociedade de Desenvolvimento de Rondônia, que defenderá a Emenda nº 57, que versa sobre ação de inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal. A proposição inclui entre os que têm poderes de iniciativa, além dos partidos políticos, as federações e confederações sindicais.

**O SR. ANTÔNIO MORIMOTO:** – Sr. Presidente da Comissão de Sistematização, eminentes Constituintes, quis o destino que, ainda que por breves momentos, voltasse eu à tribuna parlamentar, que em duas legislaturas de atuação modesta, embora perseverante, procurei honrar. Suplente de Senador da República, pelo PMDB de Rondônia, só viria ter aqui, no caso de impedimento do brioso companheiro, que exerce com grande responsabilidade e espírito público, a titularidade da representação.

Mas não é na qualidade de Suplente de Senador que aqui retorno. Nem de eventual ocupante de uma Secretaria de Estado. O que faz sobremaneira gratificante esta oportunidade de privar com aqueles sobre cujos ombros pesa a tarefa de elaborar uma carta constitucional que corresponda aos anseios do povo brasileiro, uma lei básica que coordene as linhas mestras de uma sociedade mais livre e mais justa, é que o faço na condição de homem comum, de simples eleitor, ao qual os co-estaduanos cometeram a tarefa de sustentar, de viva voz, uma emenda constitucional popular.

Abordarei, nesta sustentação, dois aspectos. O primeiro deles, o de ordem política: trata-se da única emenda popular que teve origem no Estado de Rondônia. Não contou com os recursos proporcionados por poderosas associações de classe. Não teve qualquer apoio oficial apesar de ter, como seu primeiro signatário, o Cidadão Número Um do Estado, que é o Governador Jerônimo Santana, a quem todos aprenderam a respeitar nesta Casa Legislativa como um desassombrado combatente em prol dos oprimidos e dos injustiçados, indiferentes às ameaças dos regimes de exceção.

Mas o governador, à frente de uma equipe que tem por lema a austeridade, não pôde dar apoio material à campanha. Antes preferiu deixá-la por conta do espírito cívico do povo de Rondônia, no que acertou em cheio. A falta de recursos financeiros – eis que os poucos disponíveis estão mobilizados para fazer frente a situação de alta prioridade, nas áreas de Saúde, Educação, Energia, Estradas e tantas outras – o Governador Jerônimo Garcia de Santana ofereceu o exemplo de seu nome honrado a encabeçar um rol de assinaturas, que, afinal, atingiu praticamente a casa dos quarenta mil. Foi uma mobilização extensa e espontânea, que abrangeu todo o Estado. Já ao final da campanha, que durou apenas duas semanas, uma grata surpresa nos aguardava: rondonienses radicados em outros Estados da Federação, especialmente em São Paulo, estavam remetendo, diretamente para Brasília, listas de assinaturas que haviam coletado, utilizando formulários remetidos por amigos e parentes.

Se os Srs. Constituintes folhearem as listas, verão que muitas delas estão manchadas de suor e poeira. Muitas assinaturas são apenas desenhadas, e muitas são feitas com o dedo polegar. E tudo isto é muito bonito. É a marca autêntica de um povo de desbravadores, que quer pôr o seu polegar, também, à nova Carta Constitucional.

Agora, os aspectos técnicos propriamente ditos.

Sabe-se que na Constituição autoritária ainda em vigor somente o Procurador-Geral da República pode representar ao STF, arguindo a inconstitucionalidade de uma lei ou ato normativo, ou para esclarecer dúvidas de interpretação de lei ou ato normativo, federal ou estadual.

No anteprojeto, tal como foi inicialmente divulgado pela Comissão de Sistematização, há, em parte, sensível melhora, pela abertura que dá, para que determinadas autoridades e entidades representativas da sociedade possam propor a ação direta de inconstitucionalidade. Neste aspecto, a emenda por que propugnamos – nós, o povo de Rondônia – abre mais o leque, uma vez que incluímos à mesa das Assembléias Legislativas, as Federações e não apenas as Confederações Sindicais, e os Conselhos Estaduais da OAB e não apenas o Conselho Federal, isso com a finalidade de permitir uma ação mais pronta da Sociedade, ao reagir contra a ilegalidade. Também retiramos do texto original a restrição, que nos pareceu iníqua, limitando a autoria da ação direta de inconstitucionalidade aos partidos políticos com assento no Congresso. E não esqueçamos de que o PMDB é o meu Partido e o Partido da simpatia da maioria do povo rondoniense. Mas não é possível discriminar entre partidos políticos legalmente constituídos, desde que com existência legal; deve um partido político

estar apto a exercer a representação de seus adeptos, que são uma parcela do povo.

Apresenta o anteprojeto, porém, um retrocesso que não pode prosperar, na medida que exclui da apreciação do STF a interpretação de lei ou ato normativo estadual; tal como figura na Constituição atual. Também aqui outra abertura, da emenda cuja defesa ora sustento, em nome do povo rondoniense. A emenda estende a todas as pessoas e entidades competentes para propor a ação direta de inconstitucionalidade a condição de partes legítimas para representar ao STF, pedindo a interpretação de lei, ato normativo ou ato administrativo, federal ou estadual.

Um destaque especial, para a grande novidade que apresenta esta proposta de emenda popular, é a inclusão do ato administrativo, até então excluído do crivo do STF pela via proposta, ou seja, a arguição de inconstitucionalidade ou a representação com vistas a espantar dúvidas de interpretação. Ora, é no ato administrativo, ou seja, na aplicação da lei ao caso concreto que ela vai ferir diretamente os direitos individuais do cidadão ou os interesses da sociedade, quando eivada de inconstitucionalidade ou aplicada incorretamente pelo administrador público.

Lembramos, como exemplo, entre um sem número de casos, o da flagrante inconstitucionalidade do Tribunal de Justiça de Rondônia, provocada pela irresponsabilidade e arbitrariedade do ex-Governador, que nomeou – Ato Administrativo – inconstitucionalmente a maioria dos desembargadores. Argüida a inconstitucionalidade pelo Ministério Público local, o Procurador-Geral da República determinou o seu arquivamento, sob o argumento de tratar-se de Ato Administrativo. Aliás, o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, julgando a Representação de nossa autoria, considerou o TJ (RO) totalmente inconstitucional.

O que nós queremos evitar é a frustração do próprio magistrado, do emérito julgador, quando vislumbra, ele próprio, a injustiça, vê ele mesmo, no seu duto discernimento, que a parte tem razão, que o direito exposto é bom, mas que um obstáculo constitucional não permite que ele tome conhecimento, por ser da exclusiva competência do Procurador-Geral da República, ou por se tratar de ato de natureza administrativa. Seja esta uma homenagem, ainda que póstuma, ao gesto angustiado e patético do sempre lembrado Ministro Adauto Ludo Cardoso, também originário desta Casa, que, ao apreciar uma representação por inconstitucionalidade, exasperado porque o tolhia a limitação constitucional iníqua, rasgou, em público, a própria toga! Este relato, vem, aliás, muito a propósito. O autor da representação era o contestável da nossa Nova República, o ínclito Deputado Ulysses Guimarães. O facho que ele agora empunha à luz do ambiente democrático ele o elevava por entre as penumbras de uma ditadura sombria. E pretendi a do Supremo que daquela Casa insigne se abrisse uma janela, mas a janela estava pregada firmemente por uma Constituição injusta. E o povo brasileiro não viu a luz. Adauto, o grande Adauto, o democrata Adauto, então chegou ao desespero, e Ulysses, derrotado, foi, ao mesmo tempo, um vencedor incontestado. Para o regime impopular, sobrou uma vitória de Pirro.

Eis, em síntese, eminentes Parlamentares Constituintes, a essência da emenda que o povo de Rondônia me determinou viesse aqui defender. Continuarão a velar para que ela prospere. Entre os muitos Parlamentares já sensibilizados pelo conteúdo da emenda, os eminentes Senadores Ronaldo Aragão e Olavo Pires, e os eminentes Deputados José Viana e José Guedes, que foram também seus signatários. Nas mãos de V. Ex.<sup>as</sup>, portanto, a colaboração dos rondonienses. Cumprida a missão, volto ao convívio de meus coestaduanos, aos quais transmitirei a impressão que me deixou o espírito de trabalho que impera nesta Casa. No que depender de V. Ex.<sup>a</sup> – disso tenho certeza

e isso eu direi aos rondonienses – teremos a melhor de nossas Constituições, a Constituição da esperança, a Constituição do terceiro milênio, a Constituição do desafio do desenvolvimento, a Constituição de um Brasil grande e próspero! (Pausas.)

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte José Freire, que defenderá a Emenda nº 102, referente ao Juizado de Instrução. S. Ex.<sup>a</sup> representa entidades vinculadas à Polícia Militar do Estado de Goiás, à Associação dos Militares Inativos daquele Estado e ao Clube de Oficiais da Polícia Militar. S. Ex.<sup>a</sup> disporá de 20 minutos para seu pronunciamento.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FREIRE:** – Srs. Constituintes, sinto-me profundamente honrado em haver sido integrante desta Assembléia Nacional Constituinte escolhido para a defesa da Emenda Popular nº 102, patrocinada pela Polícia Militar do Estado de Goiás, pelo Clube dos Oficiais da Polícia Militar e pela Associação dos Militares Inativos de Goiás.

Maior ainda é a minha satisfação ao notar, uma vez mais, que lutam os policiais militares do meu Estado, como os de todas as demais unidades da Federação, não pela satisfação de interesses classistas, não pela inclusão no futuro texto constitucional em elaboração de vantagens e/ou prerrogativas de interesse particular e sim pela introdução de mecanismo capaz de assegurar ao cidadão melhores condições de defesa dos seus direitos, ao Poder Judiciário a plenitude de sua atividade na consecução da justiça, ao Ministério Público a independência para acompanhar desde o início a realização dos procedimentos autorizativos da propositura, da ação penal, aos advogados a igualdade de oportunidades para a promoção da defesa, à Polícia, seja trajada com uniformes ou em trajes civis, a realização do policiamento ostensivo ou dos trabalhos de investigação criminal, tornando-se, assim, melhor empregados os recursos atualmente escassos e fracionados de maneira irracional, medievalesca, para uma finalidade única de agilização da aplicação da legislação penal, e de todos os dispositivos legais que tenham como objetivo a promoção da paz e tranqüilidade públicas.

Os promotores desta emenda constitucional não estão sozinhos nesta luta que vêm encetando, já, há longo, persistente e insistente tempo. Com eles estão os países mais adiantados de toda a Europa, os países norte-americanos, grande e incontável número de países sul-americanos e africanos. Com os promotores desta emenda popular estão grandes juristas da nossa Pátria como Hélio Bastos Tornaghi, Sebastião Rodrigues Lima, ex-Secretário-Geral do Instituto dos Advogados Brasileiros, Dr. Carlos Alberto Dunshee de Abranches, o processualista Paula Pessoa, o Dr. João Mendes, o inesquecível Astolpho de Rezende, o renomado criminalista Laércio Pellegrino, o ex-Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Dr. Eduardo Seabra Fagundes, entre tantos outros que também pugnam pela eliminação, pela substituição por instrumento mais condizente com o Direito e com a dignidade humana, que este que tem sido o sustentáculo de todas as oposições e campanhas encetadas para a desmoralização do aparelhamento que dá ao Estado a possibilidade de promover a manutenção e a preservação da ordem pública.

Estamos falando, prezados Constituintes, deste instrumento gerado pela Idade Média, pela Inquisição, a que se dá o nome de Inquérito Policial.

O eminente Jurista Vicente Ráo, de saudosa memória, já em 1936, há mais de meio século, preconizava eliminação dessa figura esdrúxula que é o inquérito policial, e pela implantação do Juizado de Instrução. Modernamente o Jurista Hélio Bicudo, em sua obra *Violência, Criminalidade e nosso Sistema de Justiça Crimi-*

nal, afirma, com ênfase e profundo conhecimento do assunto:

"Quando se pensa que a prova, nos processos penais, está toda ela na dependência da maior ou menor eficiência policial, compreende-se o porquê da conclusão de que é a polícia e não o Poder Judiciário que faz a Justiça Penal em nosso País. É que a prova, a qual deveria ser promovida pelos órgãos de Justiça Pública, que é o Ministério Público, na verdade, se cristaliza nas delegacias de polícia, ao critério da violência e da corrupção."

Na exposição de motivos ao Código de Processo Penal, em 1941, o Dr. Francisco Campos, então Ministro da Justiça, defendia a manutenção do inquérito policial como meio suficiente e capaz de fornecer os elementos de que necessita o Ministério Público para a propositura da ação penal, na visão de um país que, àquela época, era carente de vias e meios de comunicação, de homens capacitados tecnicamente ao exercício da atividade judicial instrutória em perdidas e longínquas localidades. Era uma visão apropriada àquela época que, nos dias de hoje, onde a comunicação se faz instantânea com qualquer localidade, já não faz mais sentido algum. Hoje, graças ao desenvolvimento atingido pela Pátria, sobram profissionais do Direito em todos os recantos, por mais perdidos que sejam.

É preciso, quanto antes, colocar um ponto final às arbitrariedades, à violência e à corrupção ensejadas através dos famigerados inquéritos policiais, onde um delegado de polícia, com o aparato legal que o Estado lhe conferiu, faz a triagem daquilo que deve ou não ser levado ao conhecimento do Poder Judiciário, utilizando, na maioria das vezes, meios que a própria legislação qualifica como abuso de autoridade e que amesquinham o cidadão em se lhe tolhendo o direito de defesa, que o substitutivo apresentado pelo ilustre relator da Comissão de Sistematização inscreve como direito individual fundamental do cidadão (art. 6º, § 31).

É urgente que se dê ao Ministério Público a plena e total capacidade de agilizar, desde a investigação criminal, as condições que lhe permitam a propositura da ação penal. Como hoje se encontra, acha-se amesquinhada a ação do Ministério Público, seja porque dependente inocente de atos que foram praticados sem a sua participação, seja porque tais atos representam uma total perda de tempo, materiais e recursos, uma vez que serão repetidos em sua quase totalidade quando da realização da instrução perante o Poder Judiciário.

Srs. Constituintes, nenhuma Constituição tratou explicitamente, até hoje, deste monstro jurídico denominado inquérito policial. Lamentavelmente, todavia, o Substitutivo apresentado pelo Relator Bernardo Cabral agora o inscreve no texto produzido, mais uma vez menosprezando a capacidade e a cultura dos integrantes do Ministério Público, subordinando-os aos delegados de polícia, tolhendo-lhes a iniciativa, o poder de sua missão maior de fiscal da lei, ao determinar que uma das funções desse tão importante órgão constitui a "requisição da instauração de inquérito policial." Tal se acha no art. 180, inciso VI.

Vicente Ráo, que em 1936 era Ministro da Justiça, ao encaminhar projeto de Código de Processo Penal, no qual preconizava a eliminação do Inquérito Policial e a introdução do Juizado de Instrução em nossa legislação, demonstrava, de maneira inequívoca, a sua estupefação ante a seguinte constatação:

"A apuração da responsabilidade criminal não se procede, ainda hoje, em juízo, mas perante a polícia. Esta, ao invés de se limitar às funções de investigações e manutenção da ordem, forma o conteúdo de processo e, antecipan-

do-se às autoridades judiciárias, pratica atos inequivocamente processuais, como, por exemplo, as declarações do acusado e depoimento das testemunhas, que toma por escrito. É o que se chama inquérito, ou seja, a peça de onde o Ministério Público, raramente colaborador de sua feitura, extrai os elementos para a sua denúncia."

O Dr. Sebastião Rodrigues Lima, ex-Secretário do Instituto dos Advogados Brasileiros, em artigo publicado pela Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal, na **Revista de Informações Legislativas**, ano 17, nº 65, jan./mar.-80, págs. 179 e seguintes, afirma de forma categórica:

"É cansativamente sabido que, desde o Império, se reclama entre nós a abolição de tal sistema, anacrônico, arcaico, famigerado, substituindo-o por um processo sumário, dirigido por magistrados que se revezem em plantões durante as 24 horas do dia, como se pratica há muitos anos entre os povos democráticos e de aprimorada cultura jurídica."

Prossegue o ilustre articulista:

"Uma das tradições mais lamentáveis do nosso tempo, quando se anseia romper os grilhões da ditadura e se persegue uma abertura política — que graças a Deus vem chegando, ainda que de mansinho — é a permanência de focos de atraso, obscurantismo e inflexibilidade em face de questões essenciais."

Essa luta de mais de um século, para a eliminação dessa aberração jurídica, tem sido uma constante a todos os que propugnam contra a tortura, a crueldade de tratamento, ao aviltamento do ser humano, bem como à sua degradação. Lamentavelmente, uma vez mais, esse mesmo substitutivo do ilustre Relator Bernardo Cabral, que repudia a tortura, as penas cruéis, o tratamento desumano e degradante, que considera a prática da tortura crime inafiançável, imprescritível e insuscetível de graça ou anistia (art. 6º, § 7º), constitucionaliza o instrumento que possibilita a prática do desrespeito tão duramente reprimível. Não é, todos sabemos, perante o Poder Judiciário ou sob sua proteção que se dão as torturas, o aviltamento do ser humano, o tratamento cruel e degradante; todos sabemos que isso ocorre no dia-a-dia dos trabalhos executados pelas delegacias de polícia, onde, algumas vezes, o resultado de uma simples e possível detenção resulta na morte do infeliz que se vê, sozinho e indefeso, frente à truculência de "inquisidores" ansiosos por uma confissão. Em 22 de junho de 1979 Aézio da Silva Fonseca foi detido e encaminhado a uma Delegacia de Polícia da capital, a 16ª, do Rio de Janeiro; retirado do seu próprio local de trabalho, dois dias após sua família foi avisada de que ele estava morto, que havia se suicidado com a utilização das próprias calças. Tal caso causou furor jornalístico, porém, até hoje, nada mais se fala a respeito. O **Jornal do Brasil**, em 3 de julho de 1979, 1º caderno, folha 18, noticia com destaque o "suicídio" ocorrido com esse humilde operário.

Aézio é um exemplo. Fatos como esse são absolutamente comuns quando a autoridade policial despreparada, munida da truculência de auxiliares despreparados, com o poder arbitrário ilimitado de deter para investigações, vai além daqueles deveres que lhe impõe o Estado e busca, a qualquer custo, uma confissão capaz de dar ao Ministério Público as condições de prosseguir o trabalho necessário ao equilíbrio social. Quanta ignomínia existe por detrás dos trabalhos realizados nas delegacias de polícia!

Trago comigo a experiência de haver exercido a função de Secretário de Segurança Pública do meu Estado, onde constatei a total falência desse sistema inquisitorial que amesquinha a ser humano, que avilta o profissional

honesto e que promove a corrupção, o descrédito da Justiça e a desconfiança do cidadão quanto à seriedade das instituições que, embora tenham por missão a defesa da sociedade e dos que a integram, utiliza métodos que nem Dante, com a fertilidade de sua imaginação, poderia e teria coragem de descrever.

Reprimimos, àquela época, os excessos cometidos. Porém, sem que se assegure, em sua plenitude, possibilidade de defesa ao cidadão, torna-se impossível conter os mecanismos colocados à disposição da denominada Polícia Judiciária, em detrimento dos mais elementares princípios tanto de direito quanto de humanidade, ou de solidariedade para com aquele que tem a infelicidade de ser suspeito de qualquer delito.

O inquérito policial, combatido há mais de um século, por homens que honraram a ciência jurídica, que antes se inscrevia unicamente na legislação ordinária, pasmem os Srs. Constituintes, no Projeto da Comissão de Sistematização, já divulgado, passa a ter a condição de preceito constitucional.

É a consagração do absurdo jurídico, do desrespeito ao ser humano, do achincalhe ao progresso intelectual da nossa Pátria! É a volta à Idade Média, à prática de atos contra o ser humano que nem a Santa Inquisição teve coragem de fazer quando reinava absoluta entre todos os povos!

Ao invés de avançarmos no aprimoramento, no aperfeiçoamento das instituições jurídicas, realizamos um retrocesso de séculos! Ao invés de agilizarmos a aplicação das medidas para a realização da Justiça e do Direito, inscrevemos na nossa Carta Política em elaboração o meio mais eficiente e capaz para procrastinar-lhe a sua modernização, o qual, entre os povos civilizados e modernos, já se acha abolido há muito tempo. O inquérito policial deve ser encaminhado ao museu, a fim de que, valorizando-se o cidadão, possamos todos os brasileiros, em todo o nosso território, voltar a ter confiança nas instituições, nos poderes constituídos, nos homens que protegem e garantem a segurança dos cidadãos e dos seus bens e, sobretudo, na liberdade que nos anima a lutar pelo progresso deste imenso Brasil.

A Emenda Popular apresentada pela Polícia Militar do Estado de Goiás, pelo Clube dos Oficiais daquela PM e pela Associação dos Militares Inativos de Goiás, que recebeu o número 102, e para cuja defesa fui convidado, tem o seguinte teor, que se reclama seja inscrito na seção que trate dos Direitos e Garantias Individuais:

"Art. ...

§ ... – Ninguém poderá ser preso senão em flagrante de delito, ou por ordem escrita de juiz competente. Qualquer preso deverá ser encaminhado, no máximo até 12 horas após efetivada a prisão, ao juiz criminal, que iniciará a instrução, garantindo-lhe a mais ampla defesa."

Estudando-se o substitutivo apresentado pelo ilustre Relator da Comissão de Sistematização, tal preceito poderia, pela sua precisão e propriedade técnico-jurídica, substituir o que se acha inscrito no § 18 do art. 6º, eliminando-se, em consequência, o art. 142, que versa sobre mesmo assunto.

Lamentavelmente, como se vê no art. 142 do digno Relator da Comissão de Sistematização, se, por um lado, cria o Juizado de Instrução "para o julgamento e a execução de pequenas causas cíveis e infrações penais de pequena gravidade", por outro cria e constitucionaliza o inquérito policial que se pretende, com a emenda, extirpar de uma vez por todas da vida dos que lutam para o engrandecimento deste País. Não se pode permitir que a vida e a liberdade do cidadão, permaneçam ao alvedrio, à vontade da denominada Polícia Judiciária, que, infelizmente, algumas vezes, como no caso do trabalhador Aézio,

vai muito além das atividades que lhe são permitidas pela legislação.

Não se pretende, de maneira alguma, a extinção da Polícia Civil, enquanto adstrita unicamente às atividades de investigação dos delitos. Tanto a Polícia Militar, que realiza o serviço policial ostensivo, quanto a Polícia Civil, que realiza as investigações necessárias a apontar os infratores das normas legais, exercem uma mesma e única atividade, de caráter exclusivamente administrativo, muito embora, na atualidade, esta última, à qual o Código de Processo Penal delegou atividades que deveriam cometer unicamente ao Poder Judiciário tenha para si atos que deveriam ser cometidos exclusivamente ao Judiciário.

A polícia pode e deve ser una, evitando-se a dicotomia atualmente existente, impondo-se uma análise mais aprofundada da conjuntura, para uniformização de doutrina e estruturação, levantamento das limitações e, sobretudo, reordenamento da legislação a fim de delimitar, de forma racional, eficiente e menos onerosa possível, as atividades que devem ser realizadas por cada um dos ramos da organização policial.

O que não pode mais perdurar é, sem dúvida alguma, essa intromissão de órgãos do Poder Executivo na atividade do Poder Judiciário, como ocorre, no caso das contravenções penais, com a iniciativa do processo em uma Delegacia de Polícia.

O que não pode mais perdurar é a atividade exercida por homens que, a pretexto de dar cumprimento à lei, desrespeitam-na, submetem cidadãos "suspeitos" a prisões sem qualquer respaldo legal, sem qualquer possibilidade mínima que seja de defesa, subtraindo-se-lhes qualquer forma de poder manter-se com dignidade ante as afrontas que as "autoridades" querem impingir-lhes, seja através da prisão, na maioria das vezes ilegais, seja através da intimidação pela tortura, pela violação dos direitos que a legislação lhes assegura.

O Ministério Público não deve requisitar que alguma autoridade policial realize inquérito a fim de que possa aprofundar-se no seu trabalho; não deve, de forma alguma, respaldar as arbitrariedades que são cometidas na elaboração dos hediondos inquéritos policiais. Ele é fiscal da lei. Ocorrida a sua violação, no interesse da consecução da ação penal que lhe cabe promover, por ser titular absoluto, deve acompanhar desde o início as investigações, providenciá-las e agilizá-las, quando as investigações encontrem obstáculos que não possam ser contornados pela própria Polícia Criminal. Como falar na independência do Ministério Público se, para qualquer atividade que lhe cumpra executar, na órbita penal, sempre está a necessitar da requisição da Polícia Judiciária, porque lhe faltam condições e meios para impor-se? A Polícia Judiciária, nos nossos dias, é um órgão no qual se acham confundidas as atividades do Judiciário, uma vez que só remete àquele Poder o que julga necessário; é um apêndice do Ministério Público, que dela depende para poder oferecer a denúncia; é o próprio Poder Judiciário, ao dar iniciativa aos processos contravenacionais.

A denominada Polícia Judiciária constitui, há mais de século, um organismo híbrido, que sempre trabalhou à mercê dos políticos, das influências partidárias, fazendo com que a impunidade seja a regra geral, e não a exceção. É necessário que o Ministério Público possa acompanhar, desde o início, os trabalhos de investigação, orientando, fiscalizando o fiel cumprimento da lei, ensejando a defesa e, sobretudo, impedindo a inútil e desnecessária queima de recursos com a elaboração, de forma anacrônica, dos inquéritos policiais, que, devido à inidoneidade na obtenção das provas que para ele são carregadas, têm todos os seus procedimentos repetidos quando da Instrução Criminal perante o Poder Judiciário.

O **Diário do Congresso Nacional**, de 29 de novembro de 1979, Seção II, publicou o Projeto de Lei do Senado nº 365, que eliminaria, caso houvesse sido aprovado, uma vez por todas, a figura do Inquérito Policial, substituindo-o pelo Juizado de Instrução pretendido pelos eleitores que deram respaldo à apresentação da Emenda Popular nº 102, que ora defendemos. O Projeto de Lei nº 365/79 foi aprovado pelo Instituto dos Advogados Brasileiros e apresentado pelo ilustre Senador, hoje Constituinte, Nelson Carneiro.

Não são novidades as que implicitamente estão contidas na emenda popular que defendo. É necessário que a Assembléia Nacional Constituinte, que pretende inovar e elaborar uma Carta Política da qual se orgulhem todos os brasileiros, repense o sistema de segurança social que vivemos até hoje. É preciso coragem cívica para romper os laços, para atender aos reclamos de uma população que clama por justiça, que a cada dia menos esperanças e fé demonstram para com as instituições às quais se delegou a competência para protegê-la assegurando-lhe tranqüilidade para progredir e para assegurar, com o seu trabalho, o desenvolvimento harmonioso dessa nossa Pátria comum.

É necessário que os que hoje estão trabalhando a desoras, na elaboração da Nova Constituição, eliminem do Poder Executivo ao qual se subordina a atual Polícia Judiciária, as tão famigeradas cadeias públicas, para onde são levados, na maioria das vezes sem qualquer conhecimento do Poder Judiciário, e quase sempre sem que o Ministério Público sequer seja informado, a possibilidade de privarem o cidadão de um dos seus mais elementares bens: a liberdade.

Conquanto possa parecer onerosa, à primeira vista, a solução proposta na Emenda Popular nº 102, tal não ocorre, todavia, hoje, com a expansão da cultura jurídica nacional e com a proliferação dos cursos jurídicos, poucas são as unidades da Federação que não contam com os bacharéis em Direito, seja na própria Polícia Judiciária, seja no âmbito do seu território, para suprir todos os municípios com, pelo menos, um Juiz de Instrução capacitado a permanecer diuturnamente na sede dos municípios, para a iniciação da instrução criminal de maneira mais condizente com o nosso foro de gente civilizada.

É necessário que frisemos, mais uma vez, que não nos move o sentimento de simplesmente extinguir as polícias judiciárias. Elas são necessárias, devem conviver ao lado e em comum acordo com as polícias militares. O que não se deve e nem se pode admitir é a continuidade dessa figura denominada Delegado de Polícia, que tem à sua disposição um cárcere e a possibilidade de, como tem sido usual ao longo de sua existência como autoridade, privar a liberdade de um inocente, torturar um cidadão que lhe pareça suspeito e, algumas vezes, retirar do homem o mais importante de todos os seus bens: a própria vida.

Somos um dos poucos países que ainda têm no procedimento inquisitorial os meios de dar ao Ministério Público as condições de oferecimento da denúncia que inicia a ação penal.

Precisamos deter esse atraso secular, adotando mecanismos mais condizentes com a nossa cultura. Precisamos fazer com que o cidadão, qualquer que seja a camada social onde esteja inserido, volte a acreditar na autoridade e na Justiça. Tudo que se faz numa delegacia de polícia, esse submundo que denigre as consciências verdadeiramente democráticas, é novamente repetido em juízo; somos uma nação pobre; não podemos dar-nos ao luxo de criar encargos que oneram os cofres públicos, sem qualquer utilidade, mesmo porque não têm os atos praticados perante o Delegado de Polícia qualquer valor quando chegam ao Judiciário. É preciso agilizar a Justiça, dignificar o Ministério Público e, sobretudo, fazer com que o povo volte a confiar naquele que primeiramente enfrenta os que procuram perturbar-lhe o sossego e a tranqüilidade.

Os mais de 39.000 eleitores que subscreveram a Emenda Popular nº 102 certamente esperam dos senhores que elaboram o novo texto político nacional que voltem para o problema da segurança pública as suas atenções, com a isenção capaz de aprimorar o que já existe, de aproveitar a experiência de povos mais desenvolvidos neste setor. É preciso preservar o cidadão, onde quer que ele se encontre, do arbítrio e da arrogância de um Delegado de Polícia, que, da maneira como hoje trabalha, ao invés de gerar a tranqüilidade, faz justamente o oposto, com funestas conseqüências para a atividade de toda a polícia.

Em se aceitando a proposta apresentada, um avanço enorme se terá dado para efetivamente promover a garantia dos cidadãos, dos seus bens, restituindo-se-lhes a confiança e a certeza de que as instituições que oneram o seu bolso realmente estão ao seu serviço.

Srs. Constituintes, agradeço aos eleitores do meu Estado que subscreveram a Emenda Popular apresentada, às organizações que me deram a honra de representá-las nesta Assembléia, a clareza, precisão e concisão com que ela foi redigida:

"Art. —

§ Ninguém poderá ser preso senão em flagrante de delito, ou por ordem escrita de juiz competente. Qualquer preso deverá ser encaminhado, no máximo, até 12 horas após efetivada a prisão, ao juiz criminal, que iniciará a instrução, garantindo-lhe a mais ampla defesa."

Encerro meu pronunciamento na certeza de que esta Assembléia Nacional Constituinte levará em consideração esta pretensiosa peça que produzi nesta noite. Muito obrigado. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** — Concedo a palavra ao nobre advogado Dr. Ulysses Guedes, que defenderá a Emenda nº 38, a qual declara a Polícia Rodoviária Federal Órgão da Segurança Pública.

**O SR. ULYSSES GUEDES:** — Exm.º Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o Brasil atravessa, neste momento, um instante histórico que, por certo, marcará sua trajetória de País evoluído e democrático, que poderá servir de exemplo para o mundo.

Pela sua potencialidade, pelo seu tamanho, pela sua importância, tudo o que aqui se fizer hoje terá reflexo num futuro que há de ser grandioso e de paz para todos os brasileiros.

... **A priori**, devemos invocar a presença de Deus para que ilumine os homens que, pela sua competência, foram escolhidos para escrever o nosso mais importante documento: a nossa Carta Magna.

Felizmente, tivemos um início auspicioso, porque o povo, razão direta de tudo o que se faz, está podendo participar desse trabalho através de moções, abaixo-assinados, cartas, telegramas etc.

Era exatamente isso que esperávamos dos nossos Constituintes: que houvesse também a participação popular.

Inicialmente, queremos expressar o agradecimento da Casa do Inspetor da Polícia Rodoviária Federal aos Srs. Constituintes, que em tão boa hora usaram o bom senso e fizeram constar do texto constitucional a permanência da Polícia Rodoviária Federal como órgão indispensável ao patrulhamento das nossas estradas federais.

Nesta oportunidade que nos é oferecida pelos ilustres Constituintes é importante que se ratifique aqui por que a Polícia Rodoviária Federal deve continuar a cumprir sua relevante missão de diuturnamente zelar pelo fluxo do trânsito e pela segurança dos usuários das estradas brasileiras, onde o policial rodoviário federal fica sujeito

às mais adversas condições climáticas, como chuvas, muitas torrenciais, calor sufocante e abrasador, períodos de frio intenso, que sempre põem em risco a sua integridade física; ao confronto com marginais e traficantes; ou então empenhado no atendimento às vítimas de acidentes de trânsito, e ainda aí corre risco, pois essas pessoas podem ser portadoras de várias doenças, ou mesmo quando, no interior longínquo do País, presta socorro àquelas que residem às margens das rodovias.

Além do policiamento das estradas, a Polícia Rodoviária Federal ainda exerce papel exponencial no âmbito nacional.

Srs. Constituintes, o nosso propósito, é sensibilizá-los no sentido de nos ajudar a fortalecer esse órgão. Ele precisa do apoio de cada um dos senhores para que possa ser reestruturado e melhor cumprir a sua missão de polícia de trânsito.

A malha federal, apesar de sua curta extensão no quadro da rede rodoviária nacional, movimenta a maior parte dos fluxos (veículos/km) que circulam pelas rodovias do País.

Além disso, a modalidade rodoviária exerce a primazia do setor de transportes do Brasil, já que, através dos veículos motorizados, se faz a movimentação de 60% das cargas em termos de toneladas/km a 95% dos usuários medidos em passageiros/km.

Não é de se pressupor, todavia, que a rede federal, com apenas 6% da rede nacional, transporte, proporcionalmente, pessoas e bens, eis que sua participação no sistema rodoviário atinge 70% dos fluxos (veículos/km) exercitados no País, em função de seu caráter troncal. A rede federal é, portanto, de fundamental importância para a Nação, porque através dela se faz as ligações interestaduais e internacionais, além da alimentação das principais estações de transbordo – portos e terminais ferroviários.

É preciso, por consequência, garantir a uniformidade da atuação e a certeza de tratamento igualitário ao longo de toda a sua extensão.

Isto só será conseguido com unidade de comando e integração biunívoca na operação rodoviária.

O País, apesar de ter uma rede reduzida frente às suas dimensões continentais, atingiu um acervo razoável de vias arteriais, exigindo agora prioridade para a operação que, até o presente, vinha sendo encarada com superficialidade.

É preciso, portanto, dar ênfase especial à movimentação dos veículos com segurança, fazendo com que a manutenção de via e o respeito às regras de circulação ganhem a atenção das autoridades.

O crescimento da frota nacional que, nos últimos cinco anos vem evoluindo na base de 7% ao ano, acompanhado do alarmante índice de acidentes, exige que os esforços sejam dirigidos para este setor.

A experiência mundial tem demonstrado que se faz necessária uma íntima colaboração entre a engenharia rodoviária que planeja e opera a rodovia e o policial que faz cumprir as determinações, com vistas a otimizar o seu uso. A maximização dos benefícios só ocorrerá quando, na rodovia, o usuário tiver um comportamento compatível com o esperado ao se projetar a via pública. Da mesma forma, eventuais distorções do sistema devem ser detectados e analisados pelos agentes que vivem o dia-a-dia da estrada, em permanente diálogo com os operadores e administradores da estrada.

Os aspectos do trânsito dessa forma devem merecer prioridade, embora a colaboração com as demais autoridades não deva ser descartada.

Essa filosofia, de âmbito nacional, vem sendo adotada ao longo da última década com absoluto sucesso,

pois, além da garantia do comportamento uniforme ao longo das rodovias pavimentadas, alcançou os melhores resultados em termos de segurança. Além disso, a mentalidade do policial rodoviário está voltada para uma política de defesa do usuário, no sentido de estimulá-lo a diminuir o índice de mortalidade nas rodovias federais, que apresentam uma marca bastante expressiva: a segurança, aí, é 2,17% maior do que nas demais rodovias fiscalizadas pelas polícias militares.

Recentemente a Polícia Rodoviária Federal realizou em várias estradas, principalmente na Rodovia Presidente Dutra, uma fiscalização onde se integrava com os policiais engenheiros de segurança, médicos, enfermeiros e psicólogos. Cada motorista que era abordado tinha que preencher um formulário. E o resultado acusou a opinião geral de que as rodovias federais eram melhor conservadas, policiadas. Muitos estrangeiros, na sua totalidade argentinos, elogiaram a idéia da Polícia Rodoviária Federal em procurar conhecer melhor os usuários das estradas.

Como já afirmamos, esse órgão não quer perder a sua característica nata de polícia de trânsito, mas se acha na obrigação de cuidar da integridade física e da segurança dos cidadãos, e, secundariamente, colaborar com as demais polícias na repressão ao crime de qualquer espécie, como aliás, vem fazendo, no que é desestimulada pelo próprio DNER, que não ministra aos seus membros treinamento neste sentido.

Essa assertiva é comprovada pelo grande número de patrulheiros mortos no cumprimento do dever nas estradas.

Ouçó V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. CONSTITUINTE CUNHA BUENO:** – Estamos ouvindo com atenção a exposição que V. S.<sup>a</sup> nos traz na defesa da emenda popular. Quero não só cumprimentá-lo, mas também fazer uma observação. Aqueles que querem subordinar a Polícia Rodoviária Federal à ação dos governos estaduais, primeiro, desconhecem totalmente a realidade do Brasil, segundo, seria um retrocesso terrível para os usuários das rodovias federais. Entendo que não só deveríamos manter a estrutura da Polícia Rodoviária Federal, mas, inclusive, passá-la para o âmbito do Ministério da Justiça, para trabalhar juntamente com a Polícia Federal.

Hoje, no DNER, sabemos que a Polícia Rodoviária Federal sofre uma série de restrições, sem o que poderiam em muito ajudar no policiamento das rodovias federais. Portanto, conte não só com nosso apoio, mas com nosso entusiasmo, o qual não é só meu, mas de milhares de brasileiros que tiveram oportunidade de, em alguns dias, subscrever a emenda popular que V. S.<sup>a</sup> hoje aqui defende. Devemos, além de preservar a Polícia Rodoviária Federal, fazer com que ela passe ao âmbito do Ministério da Justiça para juntamente com a Polícia Federal, ter uma atividade ainda maior do que aquela que hoje exerce no âmbito do Ministério dos Transportes. Cumprimento V. S.<sup>a</sup> pela oportunidade de sua intervenção. No que se refere ao nosso voto pessoal, pelo que senti no plenário da Assembléia Nacional Constituinte, teremos não só a preservação da Polícia Rodoviária Federal, mas, com certeza, a sua integração, juntamente com a Polícia Federal, ao âmbito do Ministério da Justiça.

**O SR. ULYSSES GUEDES:** – Obrigado, nobre Constituinte.

Ouçó o Constituinte Siqueira Campos.

**O SR. CONSTITUINTE SIQUEIRA CAMPOS:** – Fico muito satisfeito em vê-lo defendendo a emenda popular que visa a outorgar à Polícia Rodoviária Federal as condições a que ela tem direito, pela sua dedicação, pelo devotamento do seu pessoal de alto nível ao trabalho, cuidando com eficiência das rodovias federais há dezenas de

anos por este Brasil afora, sempre num relacionamento estreito, cordial, até afetivo, com os usuários dessas rodovias. Lamenta-se que o DNER não tenha condições para que se dê atenção, apoio, assistência devida e que não destine recursos necessários à Polícia Rodoviária Federal no sentido de esta prestar melhores serviços ao País, como esta apta a fazer, como deseja o seu pessoal. Lamenta-se que esteja ela subordinada a engenheiros sem a menor sensibilidade. Precisamos de engenheiros eficientes na construção de estradas modernas, que não provoquem tantos acidentes, como vem ocorrendo nas estradas com curvas defeituosas, tecnicamente imperfeitas; engenheiros que não promovam essa perseguição contra os integrantes da Polícia Rodoviária Federal, não permitindo a sua transferência – desejada hoje por todos – para o seu lugar, que é o Ministério da Justiça. Informo a V. S.<sup>a</sup> que apresentei, como diversos Parlamentares o fizeram, emenda favorecendo a Polícia Rodoviária Federal – não a ela, mas a nós – dando-lhe condições para prestar melhores serviços, isto é permitindo sua transferência do Ministério dos Transportes para o da Justiça. Agradeço a oportunidade que V. S.<sup>a</sup> me concede, enaltecendo a atitude que teve em defender aqui uma causa que não é só sua, mas de todos nós e, também, aplaudindo-o pelo brilho com que V. S.<sup>a</sup> o está fazendo.

**O SR. ULYSSES GUEDES:** – Muito obrigado. Concedo o aparte ao nobre Constituinte Paulo Ramos.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – Sou oriundo da área de Segurança Pública. Conquistei o mandato de Deputado Federal pelo Rio de Janeiro depois de exercer a profissão de policial militar, fui oficial da Polícia Militar do Rio de Janeiro. Conheço de perto todos os problemas enfrentados pela Polícia Rodoviária Federal, e quero corroborar as palavras ditas pelos ilustres Constituintes Cunha Bueno e Siqueira Campos. É preciso que os membros da Assembléia Nacional Constituinte saibam que os nossos policiais rodoviários são submetidos ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho, não dispõem da mínima garantia de emprego e enfrentam todas as dificuldades inerentes à Segurança Pública. Até hoje sempre foram injustiçados. Estamos a par da emenda que os beneficiam e do esforço desenvolvido pelo pessoal da Polícia Rodoviária para nos trazer uma proposição subscrita por mais de cento e setenta mil populares. Façamos justiça aos patrulheiros rodoviários colocando-os em sua real destinação, como uma força isolada da Polícia Federal, responsável pelo policiamento das estradas federais, ou como integrantes da própria Polícia Federal. Só assim teremos oportunidade de formar um sistema único de Polícia Federal, principalmente para que o crime organizado possa ser combatido com a participação da Polícia Rodoviária. Muito obrigado.

**O SR. ULYSSES GUEDES:** – Obrigado a V. Ex.<sup>a</sup> Prossigo Sr. Presidente.

Srs. Constituintes, o Policial Rodoviário, mesmo sem o preparo adequado, porque não tem para isso o respaldo do DNER, combate o crime, a droga e tem como ponto de honra garantir as estradas do País, no combate direto, marginalidade, inclusive internacional. São servidores públicos que fazem da sua profissão um verdadeiro sacerdócio. E esse poder de polícia vem sendo exercido há 60 anos com a maior eficiência possível. Sem contar, porém, com o apoio do DNER.

A bem da verdade, é bom que se esclareça algo sobre o poder de polícia, tema que tem sido ventilado com certa dose de contraditório por aqueles que desejam semear a confusão.

Incumbe à polícia, **lato sensu**, o exercício legal do Poder de Polícia outorgado para salvaguardar os direitos coletivos e individuais. Tendo-se em vista os vários as-

pectos que envolvem o exercício desse Poder, foi-se ampliando, como ensina o mestre Cretela Jr., o conceito de policial, até abranger toda a atividade da administração, quer dirigida a prevenir os males, as desordens da sociedade, quer no sentido de zelar, através dos serviços públicos, pelo bem-estar físico, econômico e intelectual da população.

Da prevenção dos males e das desordens sociais cuida a polícia administrativa. Da investigação dos crimes cuja prática foi impossível evitar através de ação preventiva trata a polícia judiciária.

Considerando-se que a prevenção atinge toda a sociedade, enquanto a repressão apenas indivíduos que, por infringirem os deveres de convivência social, vêm a merecer a sua reprovação e conseqüente repressão, chega-se à conclusão de que, se queremos diminuir essa última, temos que criar dispositivos eficientes de prevenção, para coibi-la.

E a Polícia Rodoviária Federal é um desses organismos que tem de existir para não só reprimir os abusos, mas para prevenir os acidentes de trânsito. E, segundo as estatísticas oficiais, a conduta do homem contribui como fator decisivo para isso, não obstante serem quatro os componentes dos acidentes: 88% são provocados pelo homem, 7% pelo veículo e 5% pela via e o ambiente. Daí dizer-se que a velocidade que emociona é a mesma que mata.

Embora a Polícia Rodoviária Federal seja uma corporação especializada em trânsito rodoviário, ela extrapola essa função ao exercer também atividades, em certos casos, como polícia judiciária, civil.

Ela é sempre solicitada por usuários para auxiliá-los quando roubados, assaltados, quando têm seu veículo arrombado, e mesmo por comerciantes instalados próximo à faixa de domínio. Na fiscalização rotineira são constantes os encontros com ladrões de automóveis, contrabandistas, traficantes de tóxicos e de escravas brancas. E os roubos de cargas? E o combate às quadrilhas internacionais? Tudo isso exige a existência de uma Polícia Rodoviária Federal forte e bem equipada.

A Polícia Rodoviária Federal foi criada através do Decreto nº 18.323, de 24 de julho de 1928, mas em 9 de dezembro de 1927 o Presidente Washington Luiz Pereira de Souza baixou o Decreto nº 5.372, aprovando regulamento que estabelecia regras para a circulação de automóveis no território brasileiro, para sinalização, segurança do trânsito e policiamento das estradas de rodagem de acordo com as últimas convenções internacionais. Inicialmente, o órgão teve o nome de Polícia de Estradas – isso até 1939. Posteriormente, passou a denominar-se Polícia de Tráfego e, finalmente, Polícia Rodoviária Federal, nome que mantém até hoje.

O mais importante, no momento, não é extinguir a Polícia Rodoviária Federal, que conta com 60 anos de excelentes serviços prestados ao País, mas, sim, fortalecê-la, para que ela possa cumprir cada vez melhor o seu trabalho.

Hodiernamente, o órgão está sob a jurisdição do ministério dos Transportes, através do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem. Existe um grande movimento no sentido de que passe para a estrutura do Ministério da Justiça. Nesse sentido o Ministro da Justiça, Paulo Brossard de Souza Pinto, baixou a Portaria nº 474, de 2 de setembro de 1986, cujo art. 1º diz o seguinte:

“Constituir Comissão para coordenar a transferência da Polícia Rodoviária Federal, ora vinculada ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem do Ministério dos Transportes, para a estrutura do Ministério da Justiça”.

No art. 2º o Ministro constitui a Comissão encarregada desse estudo, e no art. 3º estabelece o prazo de 120 dias para a Comissão coordenar os trabalhos.

Em 25 de maio de 1987, a Comissão enviou a S. Ex.<sup>a</sup> parecer a respeito dessa transferência da Polícia Rodoviária Federal para o Ministério da Justiça, intitulado “Diretrizes Gerais Orientadoras do Processo de Transferência da Polícia Rodoviária Federal do Ministério dos Transportes para o Ministério da Justiça”.

Esse trabalho, em 15 laudas datilografadas, esmiúça o assunto, e na primeira conclusão é dito o seguinte:

“É tipicamente enriquecedor para ambas as partes – PRF e Ministério da Justiça, as quais terão suas competências ampliadas, conjugadas e dirigidas ao esforço comum do verdadeiro exercício de supervisão, coordenação e controle da execução da Polícia Nacional de Trânsito.”

Diz ainda:

“Portanto, é deveras oportuno o tratamento da transferência da PRF para o Ministério da Justiça, por assimilação através do Departamento Federal de Trânsito aqui proposto.”

Para que essa operação se realize é sugerido:

a) a segurança interna é área de competência do Ministério da Justiça, conforme consta do Decreto-Lei nº 200, de 28-2-67;

b) os acidentes de trânsito, em face da sua dimensão e do que representam em termos sócio-econômicos e existenciais humanos, enquadra-se nas questões de segurança interna;

c) os roubos e furtos de veículos e cargas de igual modo enquadram-se nas questões de segurança interna;

d) falsificação dos chamados “documentos de trânsito enquadra-se nas questões de segurança interna”;

e) a segurança de trânsito, como condição necessária e suficiente ao exercício de ir e vir de todo cidadão, enquadra-se nas questões de segurança interna.”

Sugere ainda a douta Comissão que seja criada o Fundo Nacional de Trânsito no âmbito do Ministério da Justiça, a ser gerido pelo Departamento Federal de Trânsito. Que esse Departamento tenha representatividade e presença em todo o território nacional, sua jurisdição conforme consta da legislação em vigor. Para tal, continua a Comissão, “é necessário que o Departamento seja contemplado com uma estrutura organizacional adequada a esse fim, ou seja, possua unidades centrais, com sede na Capital da República, e unidades descentralizadas, sediadas nas unidades da Federação”.

A Comissão destaca ainda “que o objetivo principal dessa mudança aqui proposta é possibilitar um funcionamento da organização pautado por padrões ou critérios que permitam melhorar os níveis de segurança e eficiência do sistema de trânsito. Que sejam transferidas, integralmente, as competências da PRF para as competências gerais e específicas do Departamento Federal de Trânsito”.

A Comissão ainda afirma que dessas análises deverão redundar, pelo menos, propostas de três decretos, a saber:

1 – alteração de dispositivos da estrutura básica do Ministério da Justiça;

2 – nova denominação do Departamento Nacional de Trânsito e transferência da Polícia Rodoviária Federal para o âmbito do Ministério da Justiça;

3 – alteração de dispositivos do Regulamento do Código Nacional de Trânsito. No item 8, a Comissão recomenda “que se efetive a transferência da lotação da categoria funcional de patrulheiro rodoviário federal e, evidente-

mente, as atribuições das respectivas classes para o Departamento Federal de Trânsito”. Recomenda a transferência de todo o acervo da PRF para o Departamento Federal de Trânsito. Enfim, a Comissão tratou de todos os detalhes, inclusive de salários e de toda Organização. E, por fim recomenda, como uma das finalidades, a ação direta da PRF nas rodovias federais e em situações de declarada emergência, a critério do Conselho Nacional de Trânsito, em quaisquer vias terrestres públicas ou órgãos de trânsito.

Inclusive o próprio Presidente da República tem interesse nessa transferência do órgão para o Ministério da Justiça. Tanto assim que, conforme publicação do **DOU** do dia 21-2-86, foi inserido o seguinte despacho do Presidente José Sarney: “Consultoria Geral da República – Exposição de Motivos nº SR 01 de 17-2-86 – Proposta de coordenação dos estudos e providências entre os Srs. Ministros dos Transportes e Justiça. “De acordo”.

Os sessenta anos de existência da Polícia Rodoviária Federal, sua magnífica folha de serviços prestados à Nação, os milhares de telegramas, moções de Prefeitos e Vereadores, bem como as 175.000 assinaturas colhidas na emenda popular, juntamente com a disposição do Ministério da Justiça e do próprio Presidente da República em transferi-la para o âmbito do Ministério da Justiça representam o alto grau de credibilidade dessa organização, que só tem prestado relevantes serviços ao Brasil.

Além do mais é grande o número de parlamentares que subscreveram emendas visando a acrescentar, na Carta Magna, disposição a respeito da Polícia Rodoviária Federal, que havia sido esquecida.

Por tudo isso é que fazemos um apelo aos Srs. Constituintes para que sintam o peso da sua responsabilidade e dêem seu apoio às diversas emendas parlamentares já apresentadas, bem como à emenda popular que reconhece o trabalho prestado ao Brasil pela Polícia Rodoviária Federal. A nossa reivindicação é de que se inclua dispositivo nesse sentido, no Capítulo de Segurança Pública, compatibilizando este com o art. 31.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Concedo a palavra ao Prof. José Goldemberg, Presidente de honra da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência e representante da entidade, assim como da Sociedade Brasileira de Física e da Associação Brasileira de Antropologia. S. Ex.<sup>a</sup> defenderá a Emenda nº 43, sobre desarmamento nuclear.

**O SR. JOSÉ GOLDEMBERG:** – Sr. Presidente, Sras e Srs. Constituintes, compareço aqui na qualidade de Presidente de honra da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, que congrega 16 mil cientistas brasileiros, para defender a emenda popular subscrita por 62 mil pessoas e cuja redação é a seguinte:

“Compreendendo que a perspectiva da guerra nuclear põe em risco a continuidade da vida sobre a terra, a Nação brasileira se compromete com um esforço continuado pelo desarmamento nuclear mundial e desde já proíbe a fabricação, armazenamento e transporte de armas e bombas nucleares em seu território, assim como a participação brasileira em projetos que visem ao desenvolvimento ou uso de tais armas”.

Srs. Constituintes, o problema da energia nuclear aparece pela primeira vez na Constituição brasileira. Em nenhuma das Constituições anteriores constou uma só palavra sobre o assunto por uma razão muito simples: essa é uma tecnologia que se desenvolveu durante a Segunda Guerra Mundial e só começou a ser relevante no Brasil nos últimos 15 ou 20 anos. Considero uma omissão o fato de a Constituição de 1967 não ter tratado dessa matéria. Mas, felizmente, isso estão prestes a ser remedia-



do com a sua introdução na Constituição que esta em elaboração.

A proposta da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência tem origem em uma informação de caráter tecnológico que gostaria de explicar em poucas palavras. Não existe diferença fundamental entre a energia nuclear para fins pacíficos e a energia nuclear para fins militares. As tecnologias são muito parecidas e apenas uma decisão política é que pode impedir um país que domina uma tecnologia nuclear para fins pacíficos de fazer armas nucleares. Essa situação já foi enfrentada por diversos países, como o Canadá, a Suécia e o Japão, que, seguramente, têm tecnologia suficiente para produzir armas nucleares e decidiram não produzi-las. As razões pelas quais esses países decidiram não produzir armas nucleares têm origens diversas. No caso do Japão, isso consta de dispositivo constitucional da Carta japonesa e está ligado evidentemente ao resultado da Segunda Guerra Mundial. Mas no caso da Suécia, por exemplo, que certamente tem tecnologia para produzir armas nucleares, isso se deve ao fato de que a posse de armas nucleares não aumentaria a segurança do país, segundo seus dirigentes, mas aumentaria a insegurança, porque a Suécia se tornaria imediatamente um alvo das grandes potências: e por mais armas nucleares que a Suécia tivesse – e não poderia ter muita – elas evidentemente não poderiam constituir uma ameaça real às armas que as grandes potências possuem. Portanto, a aspiração de ter armas nucleares como sinal de poder, como indicação de poderio, foi considerado, na realidade, uma tentativa vã pelo Governo sueco já no fim da década de 50. Ela abandonou, portanto, essa pretensão.

Vários outros países seguiram por esse caminho. Tanto que apenas cinco potências efetivamente possuem armas nucleares nos dias de hoje. Todos esses países têm graves envoltimentos internacionais e a sua segurança e mesmo a sua preservação como potência independente estão intimamente ligadas à posse das armas mais sofisticadas. Há alguns países, como Israel, Índia e Paquistão, que também se esforçam para conseguir o domínio de armas nucleares. Mas esses países têm problemas de sobrevivência até como nação, o que não é o caso do Brasil. Por essas razões é que a SBPC propôs esta emenda.

Na realidade, a emenda constitui a parte final da proposta. A parte inicial é composta de considerandos um pouco discursivos e que provavelmente no texto enxuto da Constituição precisariam ser reescritos.

Repito para V Ex.<sup>as</sup> a redação, que é a seguinte: “Compreendendo que a perspectiva da guerra nuclear põe em risco a continuidade da vida sobre a terra, a Nação **brasileira se compromete com um esforço continuado** pelo desarmamento nuclear mundial...”

Estas são declarações de intenção que talvez não coubessem numa Carta constitucional, mas os itens seguintes certamente caberiam. Seriam a proibição de fabricação, o armazenamento e o transporte de armas nucleares em seu território, assim como a participação brasileira em projetos que visem ao desenvolvimento ou uso de tais armas.

Srs. Constituintes, observem que esta redação não proíbe o desenvolvimento da energia nuclear no Brasil para fins pacíficos. Por conseguinte, ela representa uma contribuição que a SBPC e as demais sociedades signatárias levam em conta na aprovação do texto final da Constituição.

Antes de concluir, tomo a liberdade de lembrar a V Ex.<sup>as</sup> que no Substitutivo do Relator Bernardo Cabral o art. 31, item XXII, na parte de competência da União, estabelece o seguinte:

“XXII – Explorar os serviços e instalações nucleares de qualquer natureza e exercer monopólio estatal sobre a pesquisa, a lavra, o enri-

quecimento e reprocessamento, a industrialização e o comércio de minérios nucleares e seus derivados, atendidos os seguintes requisitos:”

a) toda atividade nuclear em território nacional somente será admitida para fins pacíficos, mediante aprovação do Congresso Nacional;

b) sob regime de concessão ou permissão é autorizada a utilização de radioisótopos para a pesquisa e usos medicinais, agrícolas, industriais e atividades análogas;

c) a responsabilidade por danos nucleares independe da existência de culpa.”

**O SR CONSTITUINTE CELSO DOURADO:** – Permita-me, Professor José Goldemberg, V. S.<sup>a</sup> trata de um assunto de suma importância e de extraordinária relevância para o País e o mundo. Sou Presidente do Conselho Brasileiro da Paz, Secção da Bahia. Este assunto precisa realmente ser analisado pela Assembléia Nacional Constituinte, para que a nossa Constituição firme de maneira clara e objetiva uma posição que reflita a decisão política que V Ex.<sup>a</sup> acentua em seu discurso. É grande honra para esta Assembléia ter sua palavra de especialista, professor e homem comprometido com a paz, ainda que seja cientista de renome nessa área. Professor José Goldemberg, realmente o Brasil não pode entrar nessa corrida louca. Infelizmente, nós, políticos, já estamos atrasados, já perdemos um pouco as rédeas. O País se tornou, num espaço muito curto, um dos grandes produtores e exportadores de armas. É preciso realmente, neste ano, tomarmos uma decisão, porque o mundo está numa corrida louca. Segundo dados da ONU, o mundo gasta hoje 3 bilhões de dólares por dia com armamentos. Bateremos, neste ano de 1987, o trágico recorde do ano passado, quando foram gastos mais de 800 bilhões de dólares com armamentos. Temos ressaltado, nesta Assembléia Nacional Constituinte, que essa corrida armamentista, esses gastos exorbitantes com as armas constituem, sem dúvida alguma, o grande responsável pela crise econômica que estamos vivendo no mundo. Os homens, de uma hora para outra, decidiram construir a paz com a ameaça das armas. Parece que há uma decisão política entre as grandes nações. Temos de garantir a paz com a ameaça da arma mais poderosa e mais incontrolável que possamos construir. Parece-me até que cientistas têm defendido essa tese de que é possível garantir a paz por esse caminho das armas poderosas. Não acreditamos nisso. A paz é, sobretudo, o anseio constante da alma humana de viver bem, de manter a comunhão com o seu semelhante, que deve ser a comunhão entre todos os povos, mas também a paz precisa da justiça. Não há, paz sem justiça. Não adianta armazenar armas, se milhares de bombas estão armazenadas. E o mundo tem vivido, nessas últimas décadas, períodos constantes de guerras. Centenas e milhares de guerras já foram realizadas nessas últimas décadas depois da Segunda Guerra Mundial. Chegou o momento de tomarmos uma decisão política, porque o mundo não pode viver sob a ameaça do medo: o medo constante entre as nações, entre as pessoas e entre os povos. Parabenizo-o pelo seu discurso.

**O SR CONSTITUINTE FÁBIO FELDMANN:** – Queria, em primeiro lugar, saudar o Professor Goldemberg, que tem tido uma liderança muito importante em defesa da classe dos cientistas deste País. Enquanto Presidente da Sociedade Brasileira de Física, foi uma das pessoas que liderou o movimento que discutia, à época, o Programa Nuclear Brasileiro. Quero saudar também a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, que, nesses últimos anos, tem sido um dos principais canais da sociedade civil e cuja voz se tem manifestado em todas as oportunidades em que ela se fez necessária. Gostaria de ressaltar, Professor Goldemberg, que, para nós, ecologistas – e represento esse segmento na Assembléia Na-

cional Constituinte – existe enorme preocupação com relação à questão nuclear e a maneira pela qual ela está sendo tratada aqui. A emenda popular, subscrita por milhares de brasileiros e liderada pela Sociedade Brasileira de Física, pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, pede, expressamente, a proibição dos artefatos bélicos nucleares. E esse dispositivo foi, inclusive, aprovado na Comissão da Ordem Social, vindo, depois, a ser eliminado do texto na Comissão de Sistematização. Sabe V Ex.<sup>a</sup> que muitos daqueles que defendem a bomba atômica dizem que ela é um instrumento de paz, na medida em que aqueles países que a possuem estarão menos vulneráveis do que aqueles que não a tem. Portanto, a redação, tal qual se encontra hoje no Substitutivo elaborado pelo Constituinte Bernardo Cabral, não nos atende. Sabemos, inclusive, que, sob a alegação de que estamos protegendo o País de ameaças externas, poderemos estar fabricando artefatos bélicos nucleares ou mesmo importando-os. Gostaria de deixar registrado nos Anais da Assembléia Nacional Constituinte que o Programa Nuclear Brasileiro continua, ainda hoje, sendo tratado como matéria de segurança nacional, e a sociedade científica da qual V S.<sup>a</sup> faz parte ainda não teve acesso a todas as informações. A sociedade brasileira ainda não parou para discutir o Programa Nuclear Brasileiro, que, a meu ver, tem finalidades bélicas indiscutíveis. Caso contrário, não precisaríamos estar adquirindo usinas nucleares obsoletas, ou mesmo construindo reatores nucleares, como está ocorrendo em Iperó, para submarinos. Portanto, Prof. Goldemberg, gostaria de deixar registrado aqui que muito nos preocupa a redação que consta do Substitutivo, porque, como eu disse há pouco, sob a alegação de estarmos defendendo o País e a paz, estaremos realmente construindo a bomba atômica brasileira. Se não tivesse o Programa Nuclear Brasileiro finalidades bélicas, haveria transparência nas informações e ele estaria sendo discutido aqui. Hoje, recebemos a Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU, que foi saudada pelo eminente Constituinte Raimundo Bezerra. Uma das preocupações expressa por esta comissão diz respeito à proliferação nuclear. Enquanto o mundo gasta milhões e milhões de dólares, esse montante poderia estar sendo investido em alimentos, para tirar a humanidade da miséria em que se encontra. Tenho certeza de que V Ex.<sup>a</sup>, defensor da paz que é, cientista renomado, nacional e internacionalmente, estará conosco nesta luta, para dotar o Programa Nuclear de maior transparência, conseqüentemente abrindo as portas deste Congresso para uma discussão mais ampla sobre quais as finalidades do Programa Nuclear Brasileiro. Saúdo V Ex.<sup>a</sup>, mais uma vez, dizendo que, eu, particularmente, sinto-me honrado de tê-lo aqui defendendo uma emenda que diz respeito aos interesses da população brasileira, dos seres que vivem neste planeta e das futuras gerações. Muito obrigado em nome dos ecologistas do Brasil.

**O SR JOSÉ GOLDEMBERG:** – À guisa de conclusão, gostaria de fazer uma observação sobre o texto que consta do Substitutivo do Relator, o qual, na realidade, é muito importante e não consta da proposta da SBPC, mas a enriquece, quando diz que as atividades nucleares necessitarão da aprovação do Congresso Nacional. Sob esse ponto de vista, este pedaço da frase vai mais longe do que a proposta, da SBPC, porque submete as atividades de energia nuclear, tanto para fins pacíficos como, presumivelmente, para fins militares, à aprovação do Congresso Nacional, que será uma garantia evidente de que não haverá desvios dessas atividades, uma vez que, do ponto de vista tecnológico, essa distinção não existe e poderá ser feita, única e exclusivamente, por representantes do povo ou do seu Governo. Muito obrigado. (Palmas.)

**O SR PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Muito obrigado a V Ex.<sup>a</sup>.

Concedo a palavra ao Sr. Milton Felipeli, representante das entidades espíritas junto à Associação Nacional.

Falará S S.<sup>a</sup> em nome de vários centros espíritas e do Grupo Espírita Paulo e Estevão, do Estado de São Paulo.

A proposta é apresentada com assinatura de 62.309 subscritores.

**O SR MILTON FELIPELI:** – Exmo. Sr. Presidente, Ex.<sup>mos</sup> Srs. Constituintes, a proposta de emenda ao projeto da futura Constituição do Brasil, que trazemos com muita honra à digna consideração de V Ex.<sup>a</sup> transitou por todo o território nacional, merecendo exame, estudo e discussão do assunto em mais de novecentas entidades doutrinárias, culturais e científicas que desenvolvem atividades espíritas em quase setecentas cidades de vinte e um Estados, e que aprovaram a sua forma regimental, propondo a inserção de artigo no Capítulo de Direitos e Garantias, garantindo o direito ao exercício e a prática da mediunidade, com finalidades de assistência espiritual e recurso auxiliar no tratamento de enfermidades psíquicas, espirituais e físicas, inclusive, através de passes, desde que exercida gratuitamente sem constituir-se em causa de danos.

Com efeito, nobres Constituintes, pode-se afirmar, justificando a essência da proposta, que o Brasil é um grande e inesgotável celeiro de médiuns. Em todas as partes de nosso País encontram-se médiuns formando uma gama muito expressiva dos mais variados tipos mediúnicos. Médiuns que através do processo de vidência registram a presença marcante de espíritos em nossa vida. Médiuns que através da influência ostensiva trazem, por meio da palavra oral, o pensamento dos espíritos. Médiuns que servem à captação das mensagens pela escrita. Médiuns que fazem refletir no campo da arte, pela pintura e pela música, o extraordinário potencial de suas mensagens.

Mais especialmente, desejamos destacar os que atuam mediunicamente, voltando o seu trabalho, feito graciosamente, no da assistência espiritual e ao atendimento às enfermidades físicas e desajustes psíquicos. Centenas de milhares de pessoas buscam diariamente os recursos da mediunidade para a solução dos mais variados problemas que afligem o homem em nossos dias. Um número altamente significativo de Instituições abre a sua portas, igualmente, para receber, amparar e orientar aqueles que as procuram. É a mediunidade, aplicada segundo as orientações contidas nas obras máximas de estudos, apresentada em nossos dias.

E o que é a mediunidade senão o instrumento de interligação entre os planos da vida? O canal de percepção, de recepção que o homem possui, a permitir um perfeito relacionamento com aqueles que se encontram em outro lado da vida. A mediunidade, por esse fato, como faculdade natural da criatura humana, apresenta-se desde os primórdios da História da humanidade. Assim, é justa a afirmativa de que em todos os tempos o homem registrou os chamados fenômenos mediúnicos, mas que no passado de sua História recebera as mais diferentes denominações.

Se desejarmos buscar, em destaque, o registro histórico de sua existência, bastaria, para efeito de informação e conhecimento, a leitura de alguns desses livros considerados importantes para a nossa História, enfeixados como a Bíblia. Assim, desde o “Gênesis”, o “Números”, “Job”, até os apontamentos mais recentes no Novo Testamento iniciados por Mateus até as anotações em “Atos”, pode-se destacar com exata interpretação o significado de todos os fenômenos que não receberam o adequado estudo e entendimento, segundo as leis naturais que regem a nossa vida e que, por desconhecimento, foram tidos como milagres ou foram lançados à galeria das superstições; relegados a um plano inteiramente secundário na ordem de importância a que se destinaram.

Os personagens cujas vidas foram registradas nesses livros – todos eles – direta ou indiretamente, passaram por momentos de contato com a mediunidade.

Lembramos que não encontramos na Bíblia a palavra mediunidade e nem médium, e sim, palavras equivalentes.

Ali, é alguém que tem diante de si a presença de um ser, cujas características não são as mesmas de nossa vida física e, deslumbrado ante o fenômeno inusitado, não sabe explicá-lo. Mais adiante, é alguém que constata fenômenos que igualmente escapam ao seu conhecimento, na movimentação de objetos e de pessoas vivas, desafiando as leis conhecidas. Mais longe, surgem para fazer a admiração geral àqueles que multiplicando todos os recursos conhecidos, acrescentados das possibilidades não conhecidas, chegam a ponto de realizar verdadeiros “prodígios”, principalmente em relação às curas, na restituição de saúde física e mental a um número considerável de criaturas padecentes de todos os males.

Mediunidade, em todos os tempos, a ligar homens e espíritos, num vínculo sólido e profundo de auxílio mútuo.

Na esteira do tempo e nos anais de todas as nações, há fatos que testemunham – incontestavelmente – que os homens sempre se relacionaram com os espíritos.

O mais antigo código dos hindus – os Vedas – afirma a existência dos espíritos. Igualmente, entre os chineses, os egípcios, os hebreus, gregos. Esses fatos salientaram-se também nos Estados Unidos, Alemanha, Inglaterra e França.

Em todos esses períodos, médiuns notáveis marcaram indelevelmente a sua existência.

Esses fenômenos até aqui referidos, à guisa de rememoração de nossa História, chamaram mais de perto a atenção na França, do notável professor e pesquisador Denisard Hippolyte Leon Rivail, que no século passado dedicou-se à observação cuidadosa de sua causa, e foram por ele estudados, examinados, catalogados e classificados à luz do método científico.

Allan Kardec – esse o seu pseudônimo – passou à história dos chamados fenômenos psíquicos como grande missionário, pelo magistral trabalho de pesquisa, realizado com inteligência e segurança, obedecendo ao rigor do método científico, por ele criado peculiarmente para experimentar, observar e concluir sobre tal categoria de fatos.

O resultado de todas essas experiências culminou com a publicação da mais importante obra no gênero: “O Livro dos Espíritos”, em 1857, seguida de outras de grande significação para o estudo do assunto.

Posteriormente, outras celebridades científicas como Wallace, o grande naturalista, que acompanhou em paralelo os importantes estudos de Darwin; Frederich Zollner, o astrônomo e cientista; o grande físico William Crooks – merecedor de destaque pelo prêmio Nobel – Alexandre Aksakof, conselheiro particular do Czar da Rússia; Paul Gibier, estudioso dos fenômenos psicológicos; Roberto Hare e tantos outros cientistas cujos nomes foram registrados nas páginas de nossa história dedicaram boa parte de suas vidas para as experimentações, observações e conclusões dos fenômenos mediúnicos.

O Brasil – já o dissemos – é um grande reduto de médiuns. Aqui, chamam a atenção e o interesse do mundo inteiro os fenômenos que comprovam a imortalidade. Ainda agora, poderemos assistir, ouvir e ler importantes comunicações resultantes do trabalho incansável, eloquente e indispensável de Francisco Cândido Xavier, o grande médium brasileiro, mensagens essas destinadas à iluminação dos corações e orientação de tantas criaturas que buscam em suas obras uma nova visão da vida.

Voltando ao codificador da Doutrina Espírita, Allan Kardec, entre os seus livros editados, mister a referência ao “O Livro dos Médiuns”, um verdadeiro tratado sobre Mediunidade, a oferecer em repertório minucioso e abrangente a fenomenologia mediúnica e não-mediúnica, dando

exatas explicações científicas, a fim de dirimir todas as dúvidas até então existentes. Essa obra, pela sua importância, vem sendo hoje detidamente estudada por médiuns sensitivos e os chamados paranormais. Em países como a União Soviética, nas pesquisas da bioenergia, da kirliangrafia e tantos outros campos, posto que à medida que a ciência avança, constatando a veracidade, desses fenômenos, é na obra de Kardec que encontramos as explicações simples para a sua existência.

A mediunidade – segundo a obra de Allan Kardec – tem como finalidade primordial a instrução espiritual da humanidade. Nesse sentido, impõe-se constatar que esse é o trabalho desenvolvido por todas as instituições doutrinárias destinadas ao esclarecimento, orientação e formação do homem, com vistas à sua realidade espiritual.

Através da mediunidade, os espíritos, somando os seus recursos com os recursos dos médiuns, podem promover a elevação e o equilíbrio do homem, que circunstancialmente, utilizando-se dessa colaboração, pode até mesmo receber, com recurso auxiliar e coadjuvante, o tratamento para a cura de diversas enfermidades.

Com efeito, a História está repleta de casos comprovados, de cura pela mediunidade.

No Brasil, milhares de entidades desenvolvem atividades voltadas à cura mediúnica.

Os passes, por exemplo, visam a ajudar as pessoas no tratamento que fazem. Trata-se de combinação dos fluidos dos espíritos com os dos médiuns. O fluido como agente terapêutico vem juntar-se aos recursos da medicina convencional. Não para substituí-los e sim para auxiliá-los.

Amparar a mediunidade, constitucionalmente, dessa forma, Srs. Constituintes, muito mais que um princípio de justiça, torna-se necessário, para configurar o foro de legalidade, desde que baseada inteiramente no desejo de fazer o bem e desde que também de maneira gratuita e sem que constitua em causa de danos.

Garantindo-se esse exercício gratuito, coíbe-se a exploração da mediunidade pelos inescrupulosos e ampara-se pela lei aqueles que, pelo amor ao próximo e pela abnegação, dedicam-se a essa causa.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – O último orador inscrito deveria ser o apresentador de televisão Augusto César Vanucci, mas, por motivos técnicos, o seu avião não chegou a tempo.

Fica convocada uma reunião para amanhã, neste mesmo local, às 10 horas, a fim de continuarmos o debate das emendas populares.

Está encerrada a reunião.

### 15.ª Reunião Ordinária

Ao primeiro dia do mês de setembro do ano de mil novecentos e oitenta e sete, às dez horas e vinte e seis minutos, no Plenário da Câmara dos Deputados, reuniu-se a Comissão de Sistematização, sob a Presidência do Senhor Constituinte Afonso Arinos, presente os Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Alcení Guerra, Aloysio Chaves, Antônio Carlos Mendes Thame, Arnaldo Prieto, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Brandão Monteiro, Carlos Chiarelli, Carlos Mosconi, Carlos Sant’Anna, Celso Dourado, Christóvam Chiaradia, Darcy Pozza, Edme Tavares, Eraldo Tinoco, Fernando Gasparian, Fernando Henrique Cardoso, Francisco Rossi, Gastada Righi, Haroldo Lima, Haroldo Sabóia, Ibsen Pinheiro, Jamil Haddad, João Calmon, Joaquim Bevilacqua, José Freire, José Luiz Maia, José Paulo Bisol, José Thomaz Nonô, José Ulisses de Oliveira, Luis Eduardo, Luis Inácio Lula da Silva, Marcondes Gadelha, Mário Assad, Mário Lima, Nelson Carneiro, Nilson Gibson, Osvaldo Coelho, Roberto Freire, Severo Gomes, Sigmaringa Seixas, Siqueira Campos, Theodoro

Mendes, Adylson Motta, Aécio Neves, Délio Braz, Enoc Vieira, Itamar Franco, João Natal, José Carlos Grecco, José Genoino, Márcio Braga, Miro Teixeira, Mozarildo Cavalcanti, Octávio Elísio, Ricardo Izar, Roberto Balestra, Rose de Freitas e Vilson Souza. Estiveram presentes, ainda, os Senhores Constituintes não integrantes da Comissão: Cunha Bueno, Osvaldo Macedo, Virgílio Guimarães, Ruy Nedei, Ivo Lech, Roberto D'Ávila, José Carlos Coutinho, Salatiel Carvalho, Carlos Cardinal, Irma Passoni, Paulo Delgado, Paulo Paim, Roberto Campos, Célia de Castro, Amaury Müller, Heráclito Fortes, José Elias, Mauro Miranda, Wagner Lago, Benedita da Silva, Gerson Camata, José Elias Murad, Cardoso Alves, Matheus Iensen, Evaldo Gonçalves, Fábio Feldmann, Maguito Vilela, Valter Pereira, Percival Muniz, Vítor Buaiz, Mário de Oliveira, Fernando Gomes, Jalles Fontoura, Valmir Campelo, Atila Lira, Chico Humberto, Paulo Zarzur, Ismael Wanderley, Homero Santos, Arnaldo Faria de Sá, Roberto Rollemberg, Gustavo de Faria, Antônio Perosa, Maurício Fruet, Ubiratan Spinelli, Olívio Dutra, Benito Gama, Gilson Machado, Humberto Souto, Orlando Pacheco, Feres Nader, Adroaldo Streck e Pedro Canedo. Deixaram de comparecer os Senhores Constituintes: Adolfo Oliveira, Alfredo Campos, Almir Gabriel, Aluizio Campos, Antônio Farias, Antônio Carlos Konder Reis, Cid Carvalho, Cristina Tavares, Egídio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Lyra, Francisco Benjamin, Francisco Dornelles, Francisco Pinto, Gerson Peres, Inocência Oliveira, Jarbas Passarinho, João Herrmann Neto, José Fogaça, José Geraldo, José Ignácio Ferreira, José Jorge, José Lins, José Maurício, José Richa, José Santana de Vasconcellos, José Serra, Lysáneas Maciel, Manoel Moreira, Milton Reis, Nelson Jobim, Nelson Friedrich, Oscar Corrêa, Osvaldo Lima Filho, Paulo Pimentel, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Plínio de Arruda Sampaio, Prisco Viana, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Ricardo Fiuza, Rodrigues Palma, Sandra Cavalcanti, Virgildásio de Senna, Virgílio Távora e Wilson Martins. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos. (A reunião se destinou a continuar a discussão das Emendas populares, a seguir indicadas, com os respectivos defensores: 1.<sup>a</sup>) PE-021 – Participação Popular – defensor: Prof. Dalmo de Abreu Dallari. Antes de conceder a palavra ao orador, o Senhor Presidente Afonso Afinas fez declaração pessoal a respeito de Dalmo Dallari, como seu velho admirador e amigo a quem acompanha ao longo da carreira sempre ascensionar, no magistério público, professor titular por concurso e autor consagrado em nossas letras jurídicas constitucionais, figura importante do pensamento católico; saúda-o, no momento em que assoma à tribuna. (Ao término de sua exposição o orador foi aparteado pelos Constituintes Irma Passoni e Virgílio Guimarães; 2.<sup>a</sup>) PE-022 – Participação Popular – defensor: Constituinte José Paulo Bisol. Apartes: Constituintes Irma Passoni e Paulo Delgado; 3.<sup>a</sup>) PE-036 – Participação Popular – defensor: Sr. José Gomes Pimenta – Representante do Comitê Pró-Participação Popular na Constituinte da Terra de Minas Gerais. Apartes: Constituintes Virgílio Guimarães, Octávio Elísio, Abigail Feitosa e João Paulo. O Presidente Afonso Arinos, ao final da exposição do orador, expressando seus cumprimentos pela fala, destacou a alegria por vê-lo representante de Minas Gerais, mas não apenas isto, porque ele representava ali o modelo, o personagem dos retratos desenhados pelos eminentes oradores que o antecederam, quando falou um ilustre professor, um ilustre Constituinte e, finalmente, o personagem social e histórico que representava aquelas reclamações, os protestos e as reivindicações, como as esperanças enumeradas e esclarecidas pelos oradores, fato que o fazia rejubilar-se por ser ele – ali presente – um operário mineiro, das Minas do Morro Velho, que cheiram à sua infância e de quem conhece, de criança, as histórias e a atmosfera da cidade, com o sofrimento daqueles operários, razão por que seu júbilo da plenitude do coração com a reunião que se rea-

lizava; 4.<sup>a</sup>) PE-118 – Voto Proporcional – defensor: Vereador João Bosco da Silva Presidente da Confederação das Associações dos Moradores de São Paulo. (Apartes: Constituintes Joaquim Bevilacqua e José Genuíno; 5.<sup>a</sup>) PE-051 – Plebiscito sobre o Regime de Governo – defensor: Sr. Fernando Batista Bolzoni – Membro do Instituto Brasileiro de Estudos Monárquicos. (Apartes: Presidente Afonso Arinos, que cumprimenta o jovem orador, ressaltando a sua presença na Casa, para o registro histórico, e destacando a sua alocação; 6.<sup>a</sup>) PE-088 – Diretas Já – defensor: Constituinte Luis Inácio Lula da Silva – Presidente do Partido dos Trabalhadores. Apartes: Constituintes Miro Teixeira, Abigail Feitosa, Haroldo Lima e Jamil Haddad. (Ao término do seu pronunciamento, o orador solicitou ao Presidente Afonso Arinos que fizesse a entrega ao Presidente Ulysses Guimarães de documentos relativos à Campanha Direta Já; 7.<sup>a</sup>) PE-033 – Assistência Espiritual – defensor: Jornalista Augusto César Vanucci – Diretor da Rede Bandeirante de Televisão e criador do programa Terceira Visão. A reunião foi suspensa, às treze horas e trinta e quatro minutos, para ter continuidade às quinze horas, no mesmo dia e local. (Às quinze horas e vinte e seis minutos, sob a Presidência do Senhor Constituinte Nelson Carneiro (art. 6.<sup>o</sup>, parágrafo único, RI-ANC), foi reaberta a reunião, tendo sido concedida à palavra aos oradores inscritos para a defesa das emendas populares indicadas: 1.<sup>o</sup>) PE-085 – Divisão Territorial da Bahia – defensor: Deputado Estadual Coriolano Sales – Presidente da Assembléia Legislativa do Estado da Bahia. (Apartes: Constituintes Fernando Gomes, Mário Lima, Domingos Leonelli, Haroldo Lima e Carlos Sant'Anna; 2.<sup>a</sup>) PE-113 – Criação do Estado de Santa Cruz – defensor: Professor Léo São Mateus – Economista e Professor da Universidade de Santa Cruz. Apartes: Deputado Coriolano Sales e Constituintes Mário Lima, Haroldo Lima e Fernando Gomes. (Nesse instante deixa a Presidência dos trabalhos o Senhor Constituinte Nelson Carneiro, assumindo-a, na forma regimental, o Senhor Constituinte Celso Dourado, que passou a palavra ao orador seguinte; 3.<sup>a</sup>) PE-032 – Criação do Estado de Iguaçu – defensor: Dr. Osmar Lautenschleiger. (Aparte: Constituinte Osvaldo Macedo; 4.<sup>a</sup>) PE-026 – Criação do Estado do Tocantins – defensor: Dr. Darcy Martins Coelho – Juiz de Direito. (Apartes: Constituintes José Freire, Siqueira Campos e Fernando Gomes, bem como o Deputado Coriolano Sales; 5.<sup>a</sup>) PE-093 – Criação do Estado do São Francisco – defensor: Professor Expedito Mendonça. (Aparte: Constituinte Virgílio Guimarães; 6.<sup>o</sup>) PE-067 – Criação do Estado do Triângulo – defensor: ex-Deputado Federal Hugo Rodrigues da Cunha. (Apartes: Constituintes Virgílio Guimarães, Marcondes Gadelha e Chico Humberto; 7.<sup>o</sup>) PE-029 – Competência Estadual para Legislar sobre a Criação de Municípios – defensor: Sr. Wilson Mário Roseiro – Presidente da Frente Distrital Paulista de Emancipação. Apartes: Constituintes Maquito Vilela e Hélio Rosas. Nesta oportunidade, o Senhor Constituinte Farabulini Júnior apresentou questão de ordem sobre o tratamento dispensado a emendas de sua autoria por parte do Senhor Relator, Constituinte Bernardo Cabral. Respondendo, o Senhor Presidente informou que encaminharia o assunto a quem de direito para, em tempo hábil, serem adotadas as providências apuradoras dos fatos narrados e oferecida a devida resposta. Esgotada a lista de oradores inscritos, o Senhor Presidente Celso Dourado considerou que, após uma reunião carregada de emoções e muita movimentação, a Comissão sentia-se honrada com a presença de ex-deputados, de líderes estudantis, deputados estaduais, presidentes de Assembléias e representantes de associações e movimentos que se pronunciaram através de emendas populares. Em seguida, nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente convoca nova reunião da Comissão para o dia três de setembro, às dez horas, destinada a dar continuidade à discussão das emen-

das populares, e declara encerrados os trabalhos às dezoito horas e quarenta e quatro minutos. O inteiro teor desta reunião foi gravado, devendo ser publicado no **Diário da Assembléia Nacional Constituinte** e constituir-se-á na Ata circunstanciada dos trabalhos. E, para constar, eu, Maria Laura Coutinho, Secretária, lavrei a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Havendo número regimental, está aberta a sessão, que se destinará à continuação das discussões sobre as emendas populares apresentadas.

A Comissão está ciente de que o Regimento, infelizmente, impõe certas normas cronológicas ao funcionamento das sessões. A importância dos debates poderá exigir da Mesa uma natural flexibilidade de interpretação desses dispositivos, mas um deles deve prevalecer, porque inscrito no Regimento: vinte minutos para exposição de defesa, tendo os apartes a duração regimental de um minuto.

Na sessão de hoje, iniciamos por dar a palavra ao Prof. Dalmo de Abreu Dallari, Diretor e Professor Titular da gloriosa Faculdade de Direito de São Paulo.

Permito-me uma declaração pessoal a respeito do orador.

Sou seu velho admirador e amigo, tenho-lhe acompanhado a carreira, sempre ascensional, no magistério público – professor titular, por concurso, autor consagrado em nossas letras jurídicas constitucionais, figura importante do pensamento católico.

Saúdo, pois, S. S.<sup>a</sup>, no momento em que assoma a tribuna para prestar sua colaboração aos nossos trabalhos.

Concedo a palavra ao Prof. Dalmo de Abreu Dallari.

**O SR. DALMO DE ABREU DALLARI:** – Exm.<sup>o</sup> Sr. Presidente, eminente Constituinte e notável jurista Prof. Afonso Arinos de Melo Franco, ilustres Srs. Constituintes, é uma honra excepcional poder usar da palavra nesta oportunidade, sobretudo por estar na presença de pessoas que decidem sobre questões fundamentais para a História do Brasil. E, mais ainda, por estar na presença de um dos mais eminentes juristas brasileiros, Constituinte de 1946, cuja presença na história política e jurídica do Brasil é extraordinariamente marcante.

Srs. Constituintes, a História julgará esta Constituinte, e neste julgamento será decisivo o conteúdo, modernizador, tímido ou passadista, que a Constituição abrigar.

A admissão de propostas populares é uma inegável demonstração de sensibilidade política e de vocação democrática desta Constituinte. Este é, sem dúvida alguma, um ponto altamente positivo para o registro da História. A possibilidade de iniciativas populares, de **referendum**, de uma participação mais intensa do povo no processo legislativo, aparece como novidade na história constitucional brasileira. Entretanto, pode-se dizer que é uma "novidade antiga". É, na realidade, uma "novidade antiga", em termos de história constitucional, mas, sem dúvida alguma, um instrumento que, agora, no Brasil, tem um sentido modernizador de excepcional importância.

Na realidade, já em 1776, nos Estados Unidos da América, Thomas Jefferson, um dos grandes líderes da construção do Estado norte-americano, propunha que se utilizasse amplamente o **referendum** e se ouvisse permanentemente o povo. De início, apenas o Estado de Massachussets acolheu sua proposta. Entretanto, já a partir de 1820, inúmeros Estados norte-americanos incluíram nas suas Constituições a iniciativa e o **referendum**. Hoje, nada menos do que vinte e seis Estados da Federação norte-americana contêm esses institutos. Numa verificação estatística, constata-se que a expressão prática da iniciativa é muito significativa. No ano de 1982, no conjunto dos legislativos

norte-americanos, em nível estadual e federal, vamos encontrar cinquenta e uma propostas de iniciativa popular. Dessas, vinte e uma foram convertidas em lei. É um dado altamente expressivo, demonstrando o interesse do povo e o respeito dos parlamentos pela iniciativa popular e também o fato de que esta, de maneira alguma, diminuiu e, menos ainda, anulou os parlamentos.

No Brasil, a questão vem sendo discutida já há alguns anos. Na década de 50, o eminente jurista brasileiro, Constituinte Gofredo Telles Júnior, em trabalho intitulado "Lineamentos para uma Constituição Democrática e Realista para o Brasil", já suscitava a idéia da participação popular. Agora, depois que a Assembléia Nacional Constituinte abriu ao povo a possibilidade de participação, o que se verificou foi uma demonstração de extraordinário interesse. Posso mesmo dar um testemunho pessoal, informando aos eminentes membros da Constituinte que criei, na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, a Sala da Constituinte, destinada a transmitir ao povo as informações básicas sobre esta Assembléia e dele receber opiniões, propostas e adesões. Milhares de brasileiros tem passado por ali, manifestando seu efetivo interesse. Uma demonstração significativa, comprobatória desse interesse é o fato de que mais de quatrocentos mil brasileiros assinaram propostas no sentido de que a Constituição agasalhe a iniciativa popular, o **referendum**, ou outras formas de participação do povo no processo constituinte.

Realmente, esse instituto da iniciativa popular é fortalecedor do Parlamento, ao mesmo tempo em que tem o sentido democratizante. De fato, trabalhando junto com o povo, o Parlamento terá no povo o seu primeiro defensor. Sentindo-se aliado do Parlamento, seu verdadeiro companheiro de trabalho, o povo será um defensor intransigente da independência e das prerrogativas de que o Parlamento necessita. Além disso, trabalhando junto com o povo, o Parlamento terá condições para externar com maior autenticidade a vontade popular.

Já em 1324, um dos grandes pensadores da história da humanidade, Marcílio de Pádua, indicava o povo como o primeiro legislador. É necessário que isso não se perca de vista, porque as teorias democráticas modernas confirmaram Marcílio de Pádua. E é esta uma das missões fundamentais do Parlamento na atualidade: captar a vontade do povo e transpô-la para os textos da legislação. Além disso, a participação do povo implica, na realidade, a defesa da autonomia dos parlamentos, reforçando-a e ampliando a autoridade dos parlamentares.

De forma alguma se poderá dizer que a iniciativa popular ou o **referendum** diminui o Parlamento. Ao contrário, o Parlamento preserva integralmente seu poder de decisão e terá a última palavra a respeito das normas que deverão ser positivadas e incorporadas ao texto da Constituição ou ao sistema legislado da ordem jurídica brasileira.

De maneira que não há qualquer perda para o Parlamento. Pelo contrário, haverá, sem dúvida alguma, um aumento de autoridade, em decorrência da presença maior do povo e da certeza de maior autenticidade nas decisões.

Por esses motivos, o Plenário do Pró-Participação Popular, de São Paulo, a Comissão Pontifícia Justiça e Paz e tantas outras organizações empenharam-se ativamente para que o povo tomasse conhecimento das propostas e tivesse possibilidade de dar-lhes sua adesão. Na verdade, há uma interligação necessária entre participação popular, legislação mais justa e construção da paz. De fato, como já foi observado por John Stuart Mill, um dos grandes nomes do liberalismo, autor do século XIX, a participação popular implica um papel moral de extrema relevância. É muito difícil interessar o povo nas questões públicas, se não se der ao povo qualquer papel ativo. É esse o papel moral mencionado por John Stuart Mill. Diz ele, em seu clássico texto sobre a Teoria da Representação,

que a participação do povo funciona como verdadeira escola de espírito público.

E, mais recentemente, o grande Papa João XXIII ressaltava a necessidade de as legislações e as ordens jurídicas e sociais serem justas, para que, deste modo, se consiga construir a paz. Dizia João XXIII que a justiça é um novo nome da paz e que não se há de confundir a paz apenas com a ausência de guerra. Porque é necessário, além de se evitar a mobilização militar, que haja paz nas consciências e que as pessoas vivam sem medo, que sejam felizes, para que, dessa maneira, se tenha a verdadeira paz.

Sr. Presidente, ser Constituinte é um privilégio raro, mas é também uma responsabilidade excepcional. O Brasil é um País reconhecidamente rico, mas extremamente perturbado pelas discriminações, pelos desníveis gigantescos e pelas injustiças. A riqueza do Brasil não tem dado felicidade a seu povo. É responsabilidade da Constituinte superar as barreiras que estão impedindo o povo de gozar plenamente o potencial de riqueza brasileiro e de conquistar a felicidade. Contribuindo para reduzir as injustiças, os Constituintes estarão construindo um Brasil novo e, assim, afirmando-se como agentes da História e mensageiros da paz.

**A SRA. CONSTITUINTE IRMA PASSONI:** – Conceda-me V. S.<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. DALMO DE ABREU DALLARI:** – Com prazer, nobre Constituinte.

**A SRA. CONSTITUINTE IRMA PASSONI:** – Eminentíssimo jurista Dalmo de Abreu Dallari, V. S.<sup>a</sup> tem demonstrado, por sua atuação, ao longo de sua vida, aquilo que diz agora, como professor e jurista reconhecido nacional e internacionalmente.

É lamentável que hoje muitos Constituintes estejam ocupados em reuniões, elaborando emendas, e não tenhamos o plenário repleto para ouvi-lo.

Gostaria de ressaltar algumas observações feitas por V. S.<sup>a</sup>, raramente são ouvidas aqui. Primeiro, que a Assembléia é responsável por dar também à Nação a soberania popular e que o povo acrescenta e garante a democracia, o povo respalda e valoriza o Parlamento – não o diminui, pelo contrário, o fortalece – e, principalmente, que este caminho leva à paz e à justiça.

A questão da paz é tão pouco discutida aqui, que durante este ano não me lembro de momentos significativos de discussão sobre o tema. E não percebemos que esta questão está vinculada à questão social, no sentido de fazer acontecer na Constituição o processo democrático. O que percebemos são muitos melindres de parte daqueles que detêm a força, que a detiveram por muitos anos e agora ainda querem garantir – por todos os meios – sua força de dominação e não acreditam que a democracia e a paz são construídas com base na soberania popular. A questão da iniciativa popular na Constituição é, para mim, fundamental. Por que estamos no Parlamento e na Constituinte? Concorro plenamente com V. S.<sup>a</sup>: para garantir a soberania do povo, para que o povo seja atendido, a fim de que tenhamos uma instituição que privilegie e garanta a vida do País. Infelizmente, em nome não sei de quem – é o que me pergunto – diz-se que a democracia, a iniciativa popular, a soberania popular são propostas daqueles que não estão falando em nome do povo. Somos acusados de estarmos falando em nome de uma minoria – o povo brasileiro. Quero cumprimentá-lo pelo pronunciamento que faz e deixar aqui registrada a importância das emendas populares e do fato de elas serem defendidas por homens como V. S.<sup>a</sup>, jurista e advogado. Quero agradecer-lhe pela presença e pela defesa dessa emenda de iniciativa popular.

**O SR. DALMO DE ABREU DALLARI:** – Agradeço as palavras extremamente generosas da ilustre Constituinte Irma Passoni.

Quando preparava minha exposição, sabendo da limitação do tempo e querendo enfatizar os pontos que me pareciam essenciais, tive o cuidado de ir à raiz da iniciativa popular moderna, para demonstrar exatamente que não se trata, na verdade, de uma iniciativa radical e iconoclasta. A origem está na criação do Estado norte-americano. E quis também demonstrar que na prática política norte-americana a participação popular, através da iniciativa e do **referendum**, tem um papel fundamental.

**O SR. CONSTITUINTE VIRGÍLIO GUIMARÃES:** – Permite-me V. S.<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. DALMO DE ABREU DALLARI:** – Pois não.

**O SR. CONSTITUINTE VIRGÍLIO GUIMARÃES:** – Prof. Dalmo Dallari, a proposta que V. S.<sup>a</sup> defende tem a importância de incorporar a iniciativa popular em todo o processo legislativo e político do País, após a promulgação da futura Constituição. No entanto, há outro elemento que me parece muito importante e ligado à sua exposição: o **referendum**, a consulta plebiscitária sobre a Constituição que estamos elaborando. Além de trazer em seu bojo a consagração da soberania popular através da consulta, seria oportuno que ela própria passasse também pelo crivo da consulta popular. E todos os argumentos que V. S.<sup>a</sup> levanta parecem extremamente relevantes para o debate sobre a questão do **referendum** e do plebiscito para esta Constituição. Alguns Constituintes questionam, levantam uma interrogação: o plebiscito sobre a Constituição não estaria colocando em questão a legitimidade e a soberania da Assembléia Nacional Constituinte? Isso não seria um fator de crises? Não seria uma proposta de minorias radicais que não conseguem impor suas idéias e propostas aqui e estariam querendo virar a mesa, levando essas propostas para o conjunto do povo? Essas viradas de mesa – se é que existem – seriam feitas por alguém que não representasse a maioria do povo e estivesse conseguindo, de alguma forma, passar essas propostas aqui. Enquanto, tudo o que V. Ex.<sup>a</sup> observou e analisou sobre o processo de participação popular na vida futura do País parece-me que se aplica inteiramente ao momento atual. Chamo a atenção para esse aspecto, porque as palavras de V. S.<sup>a</sup> se encaixam como uma luva no momento atual, de debates sobre a possibilidade de uma consulta plebiscitária global e temática sobre a Constituição que estamos elaborando.

Parabéns pelas suas palavras. Quero estendê-las a todos os Constituintes que porventura estejam ouvindo o debate nos gabinetes ou que, depois, a elas terão acesso através do **Diário da Constituinte**, retirando subsídios para debater na Assembléia Nacional Constituinte.

**O SR. DALMO DE ABREU DALLARI:** – Fico grato a V. S.<sup>a</sup> pela generosidade de suas palavras.

Peço licença ao Sr. Presidente para fazer breves considerações em resposta ao que me foi dito.

Chamo a atenção de V. Ex.<sup>as</sup> para alguns aspectos que são de interesse relevante da Constituinte, em relação aos quais, na própria condição de professor de Direito, militante da Comissão de Justiça e Paz, tenho a possibilidade de me pronunciar.

Existe uma discussão que percorre o Brasil inteiro a respeito da extensão que deverá ter a nova Constituição. Tenho insistido muito em dizer que essa discussão é completamente equivocada. Quem afirma que a Constituição norte-americana tem apenas sete artigos demonstra que não a conhece. Na verdade, a Constituição norte-americana é extremamente longa, muito mais longa do que o anteprojeto preparado por esta Constituinte, porque ela contém não só os artigos iniciais, mas vinte e sete

emendas, além de decisões da Suprema Corte, que permanentemente acrescenta dispositivos à Constituição norte-americana. Chamo a atenção para este ponto exatamente porque é grande equívoco pretender que a Constituinte possa fazer uma Constituição tão breve, tão curta, para que todo o povo a decore. Isto, na realidade, não existe.

O que se há de pretender é exatamente que o povo conheça as linhas fundamentais da Constituição, que ele esteja informado a respeito de suas diretrizes básicas, dos direitos e responsabilidades fundamentais que ela consagra. O caminho é exatamente o de submeter o projeto aprovado pela Constituinte ao referendo popular. Não seria necessário dizer, porque é conhecido por todos, mas vou relembrar, apenas para ênfase, que a Espanha procedeu exatamente assim. A Constituinte espanhola aprovou o texto da Constituição, que depois foi distribuído amplamente a todos os espanhóis, inclusive aos que moravam no exterior. Em relação a isso posso também dar um testemunho, porque eu tinha um aluno espanhol residindo em São Paulo e que recebeu, pelo correio, o texto aprovado pela Constituinte com um convite para que em determinada data comparecesse ao Consulado espanhol e desse seu voto, isto é, dizendo se aprovava ou não aquele texto. Pude sentir claramente seu entusiasmo pela atenção que lhe estava sendo dada e pude verificar que, por esse caminho, embora não decorando a Constituição, não conhecendo cada linha e cada vírgula dela, ele, como todos os espanhóis, conhecia perfeitamente o espírito da Constituição, os direitos e garantias fundamentais que a Carta consagrava.

Desta maneira, a participação popular é, na verdade, uma forma de integração do povo nas decisões do Parlamento. Trata-se de uma garantia de democracia e de justiça para a conquista da paz.

Muito obrigado. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem a palavra o segundo orador inscrito, o nobre Constituinte José Paulo Bisol.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ PAULO BISOL:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, insigne Professor Dalmio Dallari, pessoas representativas do povo brasileiro, espero que minha inteligência me conceda a possibilidade de ser simples. Uma Constituição é linguagem; uma Constituição é um discurso. Isso supõe que ela seja um sistema de relações de conceitos. Isso supõe, por sua vez, que cada conceito tenha o seu lugar lógico, onde ele adquire a plenitude de sua força semântica. Pensando nessas coisas simples, nós, da Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher, escolhemos uma lógica simples, ontológica. Preocupamo-nos em iniciar a Constituição com o ser humano, sua liberdade e dignidade, porque ele é um pressuposto ontológico da comunidade, da sociedade civil, do povo. Então, o nosso primeiro tratamento constitucional voltou-se para a dignidade do homem, que se realiza como liberdade.

Isto estabelecido, passamos para o segundo dado ontológico: a sociedade civil, o povo e sua soberania. Queríamos colocar, ali, o poder. E nos preocupamos, porque o povo é o pressuposto ontológico do Estado.

Somente em terceiro lugar nos preocupamos com o Estado e sua instrumentalidade, porque o Estado é a mediação da soberania e porque não podemos pensar no Estado sem antes pensar na sociedade civil, no povo, no homem, sua dignidade e sua liberdade. Era uma lógica, antológica que tinha sua expressão axiológica valorativa. Valorizávamos o homem acima de tudo, o povo acima do Estado e, somente depois o Estado como instrumento desse povo.

Sr. Presidente, foi justamente na Comissão de Sistematização, onde a preocupação funcional primordial é exatamente estabelecer o sistema de relações dos conceitos, para que a linguagem tenha a sua significação

contextual... Ninguém ignora que no contexto o conceito adquire significações que, isoladamente, ele não tem. Qual foi a lógica – não queríamos ditatorialmente impor nossa lógica? Não sei se minha inteligência não percebe, mas o processo é meramente cumulativo de conceitos. Não há nenhuma preocupação em se estabelecerem, sistematicamente, as relações entre esses conceitos. O resultado é que o Estado está, no art. 2º, antes do homem, sua dignidade e liberdade, e antes do povo e de sua soberania. Parece algo inocente, mas no sentido contextual, embora se fale **a latere**, em soberania do povo, na verdade, a soberania está sendo colocada no Estado. E a grande tragédia nacional é a abismal distância que existe entre o Estado, o homem e seu povo.

Onde estão os conceitos de soberania? É verdade que no parágrafo único do art. 1º do Substitutivo voltamos ao conceito tradicional: "Todo poder emana do povo e em seu nome será exercido". Tomamos o conceito apenas na sua dimensão genética. O povo é a fonte do poder, mas não é o poder, nem exerce o poder. Deus do céu! O que nos conta a História do Brasil sobre esse conceito lindo "Todo poder emana do povo"? A História do Brasil – para ser sintético, já que se gosta tanto de síntese – mostra que esse conceito é o mais triste dos conceitos constitucionais jamais elaborados, porque ele é a justificação ideológica dos golpes de Estado.

Sr. Presidente, nós insistíamos na soberania do povo, e no nosso texto definíamos essa soberania como um pertencimento da sociedade civil. E definíamos a soberania de tal forma, que colocávamos em termos exigentes a legitimidade do poder. Só pelas formas, de manifestação da vontade do povo previstas nesta Constituição é lícito assumir, organizar e exercer os poderes de Estado. Este texto, do ponto de vista da eficácia da normatividade – perdoem-me a modéstia –, é mil vezes superior ao texto demagógico e genético da emanção do poder.

Sr. Presidente, tínhamos uma ordem de sucessão que punha claramente a filosofia constitucional, colocando o Estado no art. 2º, todos os conceitos advindos **a latere** sobre soberania popular perdem sua força semântica, porque estão fora do seu lugar lógico e porque não há uma estruturação, uma sistematização dos conceitos. Deslocada a soberania do povo, foi fácil apagar todos os conceitos que havíamos cuidadosamente elaborado sobre visibilidade do poder, transparência do poder, em suma, o acesso do povo à informação a respeito das políticas de procedimento, dos planejamentos e da execução dos planos. Fácil ficou eliminar o conceito de participação popular, promessa da cidadania inerente ao conceito de cidadania. E tivéssemos também esse cuidado, porque, enquanto, tradicionalmente, as Constituições se preocuparam em marcar o aspecto particularista da cidadania, que é o acesso ao Estado, para que o Estado proteja seus direitos, demarcávamos outra dimensão não menos importante – quiçá mais – da cidadania, segundo a qual ela seria a expressão individual da soberania, isto é, a participação de cada um e de todos, no processo político e social do País. Este aspecto da cidadania foi eliminado. E foi fácil eliminar também a corregedoria do poder.

Pois bem, Sr. Presidente, estes três conceitos, a visibilidade do poder, a participação do povo e a corregedoria do poder, são conceitos magníficos e profundamente elaborados pela ciência política moderna. No espaço deste pronunciamento, cito apenas. Norberto Bobbio, que, em uma das suas obras, já traduzida para o português, marca como promessas incumpridas da democracia justamente a promessa do poder transparente, a promessa da participação do povo e a promessa da fiscalização, do controle, da corregedoria do povo. Felizmente, emendas populares trouxeram de volta esta temática relevante. Relevante para quem for Constituinte, não para quem for um mero ajustador do sistema. (Palmas.) O ajuste constitucional do sistema é a afirmação do sistema. O que

se quer com o ajuste constitucional do sistema é a sobrevivência e a perpetuidade do sistema, Constituinte, não!

Constituinte, por definição, constitui uma nova ordem e um novo sistema. Constituinte, por definição, desconstitui a ordem existente. Porque a única explicação ontológica e sociológica da convocação de uma Constituinte é o pressuposto da insuportabilidade do sistema.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, por que razão convocamos uma Constituinte? Para afirmar o sistema máquina, através de um ajuste? Convocamos uma Constituinte porque tínhamos sentimento e a consciência da insuportabilidade da ordem social, econômica, política e jurídica existente em nosso País. Para isso convocamos uma Constituinte, não para simples ajustes. E constituir é isto. É atender às promessas da democracia que não foram atendidas.

E aqui estão as emendas populares. E aqui estou eu, em nome da OAB, Seção do Rio Grande do Sul, em nome da Ação Democrática Feminina Gaúcha, em nome do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Papel, Papelão e Cortiça de Guaíba, em nome deles e de todo o povo brasileiro, queremos desconstituir o Estado existente e constituir um outro que seja visível, e – daí, a emenda da visibilidade do poder – que seja aberto à participação de cada um e de todo o povo – e aí está a emenda da participação popular – que esteja constantemente sujeito à corregedoria e à fiscalização populares.

Ouçõ a Constituinte Irma Passoni.

**A SRA. CONSTITUINTE IRMA PASSONI:** – Sr. Senador José Paulo Bisol, esta Casa ainda não conseguiu captar culturalmente a grandeza e o conteúdo da proposta que V. Ex.<sup>a</sup> apresenta. Parece-me que nós ainda não conseguimos assimilar a profundidade de uma proposta que coloque a pessoa humana, o cidadão acima de qualquer poder. É lamentável que nós, cidadãos, tenhamos que dizer isso a nós mesmos, perceber que o Estado, as instituições têm de estar acima do ser humano. Isto significa que não temos capacidade de nos autodirigir e que existem alguns iluminados no País que estão com a máquina do Estado na mão e que têm que impor-nos suas decisões e o seu comando. Não acreditamos no ser humano, na pessoa humana, nas instituições civis. Então, temos o Estado de força. Queria cumprimentá-lo, porque esta Assembléia, os Constituintes, enfim, a sociedade brasileira, de maneira geral, cometeu uma profunda injustiça com V. Ex.<sup>a</sup>, com o seu parecer, na Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da mulher, e que agora V. Ex.<sup>a</sup> retoma na defesa da emenda popular. É uma pena que esta Assembléia não se debruce sobre a proposta profunda de V. Ex.<sup>a</sup> Simplesmente fazem críticas vazias e levianas a algo profundo e sério, como o que V. Ex.<sup>a</sup> refere agora em seu pronunciamento e que tem embasamento histórico na sua vida profissional. V. Ex.<sup>a</sup> tem conhecimento do que está propondo. Lamentavelmente, porém, neste debate se despreza algo fundamental, como se fosse algo exótico da Assembléia Nacional Constituinte. Quero cumprimentá-lo, nobre Senador, valorizar seu pronunciamento, suas propostas, seu relatório inicial e sua defesa, e deixar registrado que a Assembléia Nacional Constituinte e o povo brasileiro precisam levar mais a sério e analisar com mais seriedade as propostas de V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE (José Paulo Bisol):** – Agradeço à Constituinte Irma Passoni suas generosas palavras.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, em nosso texto tínhamos grandes inovações. Dentre as inovações, queríamos estabelecer a mediação entre o Estado e a sociedade civil, para isso servindo-nos do trabalho do eminente Presidente e de sua Comissão. Inserimos a Defensoria do Povo e, ao lado da Defensoria do Povo, o Tribunal Constitucional. Curiosamente, a questão do Tribunal Constitucional e a da Defensoria do Povo foi justaposta à questão do Supre-

mo Tribunal e do Ministério Público. Pouca gente se deu conta de que no nosso texto a Defensoria do Povo e o Tribunal Constitucional não se incorporavam à máquina estatal. Não eram instituições do Estado. Eram instituições sociais remuneradas pelo Estado e para realizar a mediação entre a sociedade e o Estado. Sem apreciar sob este ângulo, jamais perceberemos a necessidade lógica e axiológica do Tribunal Constitucional e da Defensoria do Povo. Assim como a Defensoria está, sem a participação da sociedade no recrutamento dos defensores, não alcançaremos nenhum resultado. Será preferível, então, permanecer exclusivamente no Ministério Público. Vamos retornar às origens. Não estamos escrevendo esta Constituição com negociismo. Não são as negociações que são definitivas. Definitivo é o fato de que estamos escrevendo esta Constituição com lágrimas e sangue de um povo marginalizado e sacrificado, onde oitenta milhões de brasileiros são pobres, quarenta milhões dos quais não alcançam sequer a condição ética de existência: a condição moral. É com o suor e com o sangue destes que estamos escrevendo a Constituição.

E haveremos de encontrar uma saída para estabelecer definitivamente a participação popular e a visibilidade da administração. Vamos chegar lá. Mas é indispensável, para isso, que recuperemos uma lógica. Pode ser que meus olhos não alcancem, pode ser que minha inteligência não perceba, mas gostaria que o nobre Relator nos explicasse qual foi a lógica adotada no que concerne à soberania do povo e aos direitos fundamentais, sobretudo quanto aos direitos sociais, totalmente banidos do texto. Não sei se me engano, mas nós, brasileiros, temos uma apreciável vocação para a política conjuntural, mas somos falhos e carentes de uma vivida criatividade em matéria de política estrutural. Constituinte não faz política de conjuntura. Constituinte não questiona mandatos individuais. Constituinte não resolve problemas acidentais e transitórios. O que temos de decidir é definição de princípios. Precisamos sair desta Casa com nossas filosofias desnudadas. Nossos princípios precisam ser revelados. O povo precisa conhecê-los. Não vamos discutir a Presidência da República. Não tem sentido isso. Vamos discutir qual o mandato adequado, que tempo é conveniente, dentro de nossa singularidade e atendida a nossa índole, doa a quem doer.

O princípio do referendo popular não precisa apenas ser inserido nas Disposições Transitórias. Precisamos inserir o instituto no corpo da Constituição e o lugar lógico dessa inserção é na conceituação de soberania. Precisamos acrescentar ao dispositivo uma definição adequada de soberania e como o povo a exerce. E, ao descrevermos as modalidades constitucionais do exercício da soberania, devemos inserir o referendo popular, a iniciativa popular em matéria de emendas constitucionais, em matéria de leis. E devemos fazê-lo na conceituação de soberania, antes de conceituar Estado. Porque, sem definir a soberania popular, toda definição de Estado é uma distorção, pois desloca a soberania do seu lugar de origem para um lugar de subsidiariedade. O subsidiário passa a ser o principal, o acessório adquire mais significação do que o substancial. Substancial, Sr. Presidente, é a sociedade civil, não a de outros países, mas a sociedade civil brasileira e sua miséria, a sociedade civil brasileira e sua tragédia, a sociedade civil brasileira e nossa vergonha.

Ouçõ o Constituinte Paulo Delgado.

**O SR. PAULO DELGADO:** – Senador José Paulo Bisol, cheguei a esta Constituinte eleito pela juventude do meu Estado, de minha região, pelos meus colegas, professores e membros do meu partido, partido novo, o Partido dos Trabalhadores. Vi, no relatório produzido por V. Ex.<sup>a</sup> a única visão moderna, nova, avançada, generosa do Brasil que queremos, a única peça coerente, a única visão de uma Constituição para esta massa de deserdados que temos na sociedade brasileira. Quando ouço



V. Ex.<sup>a</sup> afirmando o princípio fundamental da soberania do povo, que, segundo eu e meu partido, é o que justifica estarmos aqui elaborando uma Constituição, e quando leio declarações, por exemplo, como a do atual Consultor-geral da República, de que falta lógica numa elaboração constitucional que privilegia o povo e procura controlar o Estado, vejo uma das principais razões da instabilidade institucional permanente neste País. Exatamente homens como esse são consultores do príncipe. Imaginem o que pensa o príncipe com consultores desse tipo, que acham que o povo tem que estar sempre em posição subalterna, controlada, diminuída na história deste País, como vem tendo. Este meu aparte é para associar à posição do ilustre Senador a minha posição pessoal e a do meu partido, como já foi dito pela companheira Irma Passoni. Encontramos no Relatório da Comissão da Soberania dos Direitos e Garantias Individuais, produzido pelo Senador José Paulo Bisol, tudo aquilo que defendemos durante a campanha eleitoral. O mandato que temos não nos pertence, é um mandato delegado e não de outorga de poder, que sempre pertence a quem vota e não a quem é votado. Por isso, quando ouço a discussão do princípio da soberania popular, do princípio do povo como agente do poder político, do qual germina a soberania do Estado, é como se houvesse um oásis nesta Constituinte. Espero que a secura do ar de Brasília não contamine esse oásis e acabe com o único momento de lucidez já visto aqui, consubstanciado nas posições do Senador José Paulo Bisol, que nos devem contaminar a todos.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ PAULO BISOL:** – Agradeço as bondosas palavras do nobre Constituinte Paulo Delgado.

Para encerrar, Sr. Presidente, gostaria de lembrar a todos que a História, como repetiu aqui o insigne Prof. Dalmo Dallari, nos julgará. Mas não será a história dos príncipes, não será a história das elites do poder, aliás, da única existente no País, e não será a história dos militares. Será a história que recentemente começou a ser escrita, a história da nacionalidade e do povo.

É fácil dizer que o povo brasileiro não tem condições de decidir sobre o seu destino. Mas, para dizer isso é preciso esquecer a definição minimal da democracia. Onde quer que se possa usar com dignidade a palavra "democracia", luta-se por um sistema, por um conjunto de normas que viabilize a elaboração das decisões nacionais pela maioria. Isso é o mínimo para se legitimar o uso da palavra "democracia". Então, esse povo, com sabedoria e ignorância, é quem deve decidir, mesmo nessa questão fundamental dos princípios básicos. O povo não aprenderá jamais se não participar.

Sr. Presidente e Srs. Constituintes, há uma velha e conhecida frase de Lequier, que lembrarei, para concluir: "Fazer, e em fazendo, fazer-se."

É assim que se constrói uma nacionalidade, é assim que se organiza um povo: deixando que ele decida, faça, vigie e construa. Porque é em fazendo que o povo faz a si mesmo – a si mesmo e a dignidade de cada um de nós. Muito obrigado. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – O Presidente se permite acentuar sua admiração e sua satisfação pelo decorrer da sessão desta manhã, em que o eminente professor e o ilustre Constituinte encheram a sala pela sua eloquência e seu pensamento. A Comissão de Sistematização, na voz de seu Presidente, rejubila-se com o fato e espera que possamos continuar trabalhando no mesmo ritmo e no mesmo nível, para que possamos cumprir os deveres que a Constituinte nos impõe.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Concedo a palavra ao terceiro orador. Emenda nº 056. O expositor é o Sr. José Gomes Pimenta, representante do Comitê Pró-participação popular na Constituinte da terra do Estado de Minas Gerais. Tem a palavra S.S.<sup>a</sup>

**O SR. JOSÉ GOMES PIMENTA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, senhores convidados, meus irmãos que se encontram nas galerias, sou um operário que trabalhou durante trinta anos dentro das minas de Morro Velho. Hoje sou operário da construção civil e aqui estou em nome do Comitê Pró-Participação na Constituinte dos Movimentos Populares de Minas Gerais, para tentar apresentar a posição do nosso povo, do povo brasileiro, não na dimensão colocada pelo Prof. Dalmo de Abreu Dallari e pelo Senador e Constituinte José Paulo Bisol, uma vez que sou um simples operário, mas fundamentada na luta e no trabalho, pela construção de uma nova sociedade que pretendemos criar neste País a partir da participação do povo, não só em termos de construção de sua riqueza, de movimentação da alavanca do progresso, mas também a partir da sua participação na vida política.

Nós, trabalhadores, temos pago caro, com doença, ignorância e morte, o lucro que encaminhamos para aqueles que nos exploram – e até mesmo para o exterior. Não é justo que, no momento em que o País escreve a nova Carta Constitucional, que deve ditar novos princípios para a vida social e econômica brasileira, fiquemos afastados. Estamos aqui, portanto, para defender, em nome da sociedade brasileira, uma participação mais efetiva do povo, para que este não seja meramente instrumento de continuidade dessa exploração.

É possível que V. Ex.<sup>as</sup> estejam percebendo minha insegurança, sentimento natural de um pai de família sofrido, acabado, acostumado a produzir e nunca a participar. Mas meu caso não é o pior. Tenho 66 anos e conheço milhares de irmãos de 30 e 35 anos que estão mais decadentes do que eu, apesar da silicose contraída nas minas de Morro Velho.

Não é essa a participação que nós, o povo, os trabalhadores, queremos, não é essa a participação que o povo brasileiro deve querer para seus irmãos, os que trabalham na indústria, no campo, dentro das minas – trabalho duro – sem terem, sequer, condições de alimentar sua família.

Estamos saindo de duas décadas de opressão permanente, que, após a instituição do regime militar, em 1964, as lideranças sindicais foram cassadas, os sindicatos tornaram-se instrumentos do Governo. Aqueles que eram combativos foram tomados por juntas governativas, impostas pelo Governo e pelas empresas. O sindicalismo brasileiro perdeu sua expressão, sua força. Tornou-se, simplesmente, instrumento governamental. Quase todos os movimentos sindicais perderam sua consistência, sua participação na luta e tornaram-se instrumentos fáceis nas mãos daqueles que manobravam os sindicatos – conseqüentemente, em favor do governo.

O sentido que estamos impondo à iniciativa de participação popular é o de fortalecer as instituições brasileiras, ajudar o Congresso Nacional, bem como os Legislativos estaduais a readquirirem suas prerrogativas. O povo, na sua participação, não quer intrometer-se nos assuntos maiores, que pertencem aos legisladores; queremos ser fonte de alimentação destes, para que possamos realmente ter força nas nossas comunidades, fortalecendo, inclusive, as decisões dos legisladores, dos representantes políticos. Não queremos assumir lideranças políticas, queremos contribuir com nossa força de trabalho, com nossa inteligência, com nossas organizações para o fortalecimento das instituições democráticas.

**O SR. CONSTITUINTE VIRGÍLIO GUIMARÃES:** – Companheiro Dazinho, antes de mais nada, desejo esclarecer aos companheiros aqui presentes que poucas pessoas, neste País, têm tanta autoridade moral para falar sobre o parlamento, sobre as prerrogativas das instituições democráticas quanto o orador. Para aqueles que não o conhecem, Dazinho é mineiro da mina de Morro Velho, em

Nova Lima, onde foi líder operário. Por sua liderança junto aos mineiros – ele fez, inclusive, a memorável Marcha de Nova Lima sobre Belo Horizonte foi eleito Deputado Estadual em 1962. Mas teve mandato curto, porque foi o primeiro cassado no Brasil. A Assembléia Legislativa de Minas Gerais, antes mesmo da decretação dos atos institucionais pelos generais, talvez no momento mais baixo de todo o Legislativo brasileiro, tomou a iniciativa de cassar o mandato de Dazinho, que em nenhum momento abandonou o fundo da mina para exercê-lo. Por isso foi cassado, passando anos nos cárceres da ditadura. Hoje, S. S<sup>a</sup> se apresenta aqui como operário da construção civil. E é verdade. Deixou de ser mineiro, tornando-se operário da construção civil, porque cassado seu direito de estar presente na mina, com seus companheiros. Sustentou essa luta. E, neste momento, companheiro Dazinho, ganham mais força suas palavras quando se refere ao Legislativo, por saber muito bem o que é um Legislativo amesquinhado, cabisbaixo diante de generais e de outras forças, como o poder econômico – às vezes não tão visíveis quanto os generais. Ao apresentar aqui a proposta de fortalecimento do Legislativo, ao lado do fortalecimento da iniciativa e da soberania popular, ela ganha força muito maior partindo de quem parte, de um companheiro que manteve e mantém a dignidade e a luta até hoje, apesar da idade, apesar das perseguições, apesar das torturas, apesar dos problemas que o companheiro e sua família viveram, mantendo viva a chama, viajando por todo o interior do Estado, fazendo um trabalho de formação política junto às comunidades da Igreja, trabalho que repercute em todo o Estado de Minas Gerais. V. S<sup>a</sup> engrandece esta Assembléia Nacional Constituinte. Quero dirigir-me ao Sr. Presidente, que, ao referir-se aos dois primeiros oradores que ocuparam a tribuna, fez deste um momento maior desta Comissão de Sistematização. Desejo acrescentar que o orador que ora ocupa a tribuna – e todos os mineiros sabem muito bem disto – é também um ponto alto desta Comissão de Sistematização e faz desta uma manhã ímpar da Assembléia Nacional Constituinte.

**O SR. CONSTITUINTE OCTÁVIO ELÍSIO:** – Sr. José Gomes Pimenta, permite V. S<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. JOSÉ GOMES PIMENTA:** – Perfeitamente.

**O SR. CONSTITUINTE OCTÁVIO ELÍSIO:** – Prezado amigo e companheiro José Gomes Pimenta, nosso amigo Dazinho, quero fazer minhas as palavras do companheiro Virgílio Guimarães. Sua presença nesta Assembléia Nacional Constituinte significa, acima de tudo, o testemunho de quem colocou toda a sua vida na defesa do trabalhador e da participação popular. Ninguém melhor do que V. S<sup>a</sup>, ao lado de Dalmo Dalari e de José Paulo Bisol, para encaminhar a esta Constituinte a emenda de participação popular. E esta Constituinte, prezado Dazinho, não fará jus ao esforço e à luta de pessoas como V. S<sup>a</sup>, que acreditaram na Constituinte, se não acolher aquilo que de fundamental existe nessas emendas que reivindicam a participação popular. Se não ocorrer a mudança das relações do Estado com a sociedade, a possibilidade efetiva de que o povo, o trabalhador de modo especial, participe através de iniciativa de lei, através do controle do Estado, prezado Dazinho, muito pouco mudará em termos do que queremos que esta Constituição represente e do que o povo dela espera.

Portanto, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, quero manifestar minha satisfação, na qualidade de conterrâneo e amigo de Dazinho, em vê-lo aqui, hoje, como homem público, trabalhador e mineiro de Nova Lima que é, mas, acima de tudo, como um homem que entendeu ser necessário fazer política, para que, através da ação política, a sociedade assuma de fato as condições de realizar as transformações que este País tanto deseja. Meus cumprimentos ao Dazinho por defender aqui, em nome do

Comitê de Participação Popular na Constituinte, ao qual pertencem em nosso Estado, a emenda de participação popular.

**O SR. JOSÉ GOMES PIMENTA:** – Agradeço aos companheiros Virgílio Guimarães e Octávio Elísio as palavras elogiosas à minha pessoa.

Prosseguindo, Sr. Presidente, quero dizer que, reconhecemos que, ao originar-se aqui, com base no Regimento Interno, a questão da iniciativa popular, isto já nos traz algumas esperanças de participação.

É claro que o povo, de um modo geral, no Brasil inteiro, não acredita muito em que a Constituição lhe vá fazer justiça, já que o passado que os políticos deixaram na carne e na vida do povo o aconselha a ter um pouco de desconfiança. Mas estamos firmes na luta, tentando encaminhar, da melhor maneira possível, a mobilização e organização no meio dos trabalhadores, a fim de que possamos trazer nossa contribuição, para que a Assembléia Nacional Constituinte faça uma Constituição à altura dos anseios do povo brasileiro. Não será apenas com as emendas de iniciativa popular, porque sabemos que os trabalhos que estão sendo feitos na Comissão de Sistematização decorrem de negociações sobre os pontos mais polêmicos, que têm de ser discutidos e levados em conta, porque a grande maioria desta Casa não tem interesse em fazer uma Constituição que atenda aos anseios mais sentidos de nosso sofrido povo, responsável pela manutenção da riqueza da Pátria.

Não queremos leis que sejam uma ficção, feitas para não serem cumpridas, mas leis exequíveis, para que o povo possa exigir o seu cumprimento. Queremos leis que possam servir aos trabalhadores do campo, aos obreiros urbanos, à sociedade brasileira como um todo. Precisamos de pessoas que estejam comprometidas com o povo, que conheçam a vida do brasileiro, que não permitam que os trabalhadores continuem a morrer de fome nas fábricas. (Palmas.) Se uma família composta de cinco pessoas tomar de manhã cinco cafezinhos, na hora do almoço mais cinco e na hora do jantar outros cinco, só aí já teremos Cz\$ 75,00 por dia, o que representará Cz\$ 2.250,00 por mês. Conseqüentemente, quantia maior que o salário mínimo vigente no Brasil! Portanto, o trabalhador que recebe salário mínimo não tem condições de sobreviver, pois, mesmo que ele e sua família se alimentem apenas com três cafezinhos diários, seu salário não dará para isso.

Infelizmente, o pedreiro, o torneiro, o mineiro das Minas do Morro Velho, o agricultor que trabalha de sol a sol, na chuva e no frio, não têm condições de levar um pouco de alimento para seus filhos, a não ser macarrão e farinha, que é o que contém a totalidade das marmitas que vemos no nosso dia-a-dia, nas mãos dos operários, na construção onde trabalhamos.

Sabemos da insensibilidade da maioria dos companheiros que têm assento nesta Casa. Por isso, afirmo: Nós, trabalhadores, não queremos tomar a riqueza de ninguém. Queremos até que os ricos fiquem cada vez mais ricos! Mas que a miséria do povo não aumente, que o trabalhador ganhe o suficiente para manter sua família. Hoje, o salário que ele ganha mal dá para sua alimentação. Que dizer da educação, da saúde e das coisas mais elementares e necessárias à sobrevivência de uma família?

**A SRA. CONSTITUINTE ABIGAIL FEITOSA:** – Permite-me V. S<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. JOSÉ GOMES PIMENTA:** – Pois não.

**A SRA. CONSTITUINTE ABIGAIL FEITOSA:** – Congratulo-me com V. S<sup>a</sup> pelas palavras que estamos ouvindo, saídas de sua alma, com toda a ênfase, traduzindo o sofrimento do trabalhador brasileiro pelo miserável salário que percebe, que sequer dá para seu sustento, quanto mais para manter sua família. Referiu-se V. S<sup>a</sup>

à insegurança, à questão da estabilidade no emprego, às quarenta horas semanais. Diz V. S<sup>a</sup> que espera sensibilizar os Srs. Constituintes para a necessidade de melhorar as condições de vida do povo brasileiro. O salário que um trabalhador recebe no Brasil é, hoje, dos mais baixos do mundo. Jamais conseguiremos construir um país estável, digno de viver, enquanto o trabalhador brasileiro continuar vendo seus filhos morrendo de fome, sem escolas, sem assistência médica e sem perspectiva de vida, correndo, inclusive, o perigo de se transformarem nos "pixotes" da vida. Parabéns a V. S<sup>a</sup>.

**O SR. JOÃO PAULO:** – V. S<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. JOSÉ GOMES PIMENTA:** – Peço a V. Ex<sup>a</sup> apenas que me permita responder à nobre Constituinte.

Gostaria de dizer à nobre Constituinte Abigail Feitosa que nós, trabalhadores, já tínhamos perdido grande parte de nossas conquistas. Por exemplo: logo após a Revolução de 1964, perdemos o direito à estabilidade, o que representou enorme prejuízo para nossa classe. É preciso que se restabeleçam aquelas prerrogativas a questão da estabilidade no emprego, quarenta horas semanais, salário mínimo adequado e condições de vida digna para os trabalhadores brasileiros.

Ouç o nobre Constituinte João Paulo.

**O SR. CONSTITUINTE JOÃO PAULO:** – Companheiro José Gomes Pimenta, queremos registrar nos Anais desta Constituinte a importância da presença de V. S<sup>a</sup> nesta Casa, pela sua trajetória de luta, pela sua coerência cristã, pela luta que desenvolveu ao longo da sua vida, apesar de toda a repressão que desabou sobre V. S<sup>a</sup>, traduzida em prisões, espancamento, torturas, perseguições à sua família, e, muito mais, pelo que V. S<sup>a</sup> simboliza, na luta pelo exercício pleno da cidadania, pela participação do povo nas decisões do Governo, pela autonomia das entidades sindicais e pelos direitos dos trabalhadores. Interesses poderosos, escusos e inconfessáveis condenaram V. S<sup>a</sup> a um período de afastamento da vida pública e de prisão, singularmente os mesmos interesses que nos levaram a 20 anos de repressão política, de obscurantismo e de expropriação de nossas riquezas. Hoje, publicamente se levantam contra nós os mesmos que golpearam este País ao longo do tempo, a proferir ameaças através da televisão, como o Gen, Leônidas Pires Gonçalves, virtual Presidente da República, que nos ameaça, como antes. Esta Casa tem por obrigação elaborar uma Constituição que impeça que vozes ilegítimas e espúrias venham de público defender interesses inconfessáveis. Que se consagrem no texto da Constituição que estamos aqui escrevendo aqueles direitos pelos quais temos lutado toda a nossa vida. Era o que tinha a dizer.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Lamento informar ao nobre orador que o seu tempo já está esgotado. S. S<sup>a</sup> pode continuar com a palavra. Quero apenas prevenir ao plenário que não serão mais admitidos apartes.

**O SR. JOSÉ GOMES PIMENTA:** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, quero dizer que me sinto muito feliz de estar aqui com V. Ex.<sup>as</sup> e poder dar meu recado de trabalhador, de membro do Comitê Pró-Participação Popular na Constituinte. Devo lembrar-lhes que a História gostaria de julgar os Constituintes de hoje numa medida de cem por cento como peso de representação. Mas, se isso não puder ser feito, ela irá julgá-los segundo a medida que V. Ex.<sup>as</sup> mesmos merecerem.

Acrescentaria ainda que nós, trabalhadores, nós, o povo brasileiro, não estamos mendigando; estamos exigindo. Queremos, e vamos conseguir – pode não ser para mim ou para meus filhos – a transformação, porque o povo é mais do que o Estado; o povo é o grande soberano, e um dia haveremos de ter soberania, custe o que custar, porque a primavera do povo há de florir com as chuvas que chegarão. Muito obrigado. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – O Presidente se permite juntar seus aplausos, seus cumprimentos e sua satisfação com o êxito alcançado pelo nobre orador que acaba de deixar a tribuna. Específica, particularmente, sua alegria, por ser ele, como salientei a princípio, um representante de Minas Gerais. Mas não é apenas um representante de Minas Gerais. Ele é o modelo, o personagem dos retratos aqui feitos pelos eminentes oradores anteriores. Tivemos um ilustre professor, um ilustre Constituinte e temos, finalmente, o personagem social e histórico que representa aquelas reclamações, aqueles protestos, aquelas reivindicações e aquelas esperanças enumeradas e esclarecidas pelos oradores anteriores. O Presidente se rejubila com o fato de ser ele um operário, mineiro das minas de Morro Velho, que cheiram à sua infância, Morro Velho está ao lado de Belo Horizonte. De maneira que para nós, de Belo Horizonte, Morro Velho é um subúrbio. Conhecemos muito bem as suas minas, a atmosfera daquela cidade e o sofrimento daqueles operários. É com a plenitude do coração que me rejubilo com V. Ex.<sup>as</sup> pela sessão de hoje. Nossa Comissão, até agora, vem preenchendo de maneira espetacular os propósitos regimentais.

Tem a palavra o Vereador João Bosco da Silva, expositor das entidades que reclamaram o voto proporcional: Confederação Nacional das Associações dos Moradores de São Paulo, União da Juventude Socialista de São Paulo, Associação de Moradores de Brasília e o Instituto de Cultura Operária Popular de São Paulo.

Tem a palavra o Sr. João Bosco da Silva, Presidente da Confederação das Associações dos Moradores de São Paulo.

**O SR. JOÃO BOSCO DA SILVA:** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, de início quero dizer, como o Senador Tancredo Neves, que sou favorável ao sistema de representação proporcional. Faço minhas as palavras ditas pelo ilustre Presidente desta Assembléia Nacional Constituinte, Constituinte Ulysses Guimarães, proferidas quando da sua participação em um debate em 1982, na Universidade de Brasília. E o nobre Deputado Ulysses Guimarães fazia esta colocação tendo em vista uma intervenção que havia sido feita pelo saudoso Tancredo Neves, que, discorrendo para aquela plateia selecionada, estabeleceu conceitos judiciosos sobre a importância e a necessidade, para a democracia brasileira, do voto proporcional. Lerei aqui um trecho do pronunciamento do saudoso Presidente Tancredo Neves:

"Se algum dia vier a ser implantado o distrito, não seriam mais eleitos para o Congresso Nacional os grandes vultos que imprimem diretrizes ou que apresentam uma contribuição nova para a solução dos problemas políticos do Brasil."

Mais adiante afirmava S. Ex.<sup>a</sup>:

"Com a área eleitoral delimitada, o Governo e o poder econômico dispõem de mil e um instrumentos para tornar inelegível e impedir a eleição de um representante do povo que venha a tornar-se incômodo não só para os interesses do Governo, como para os interesses do poder econômico nacional."

Busco nas palavras de Ulysses Guimarães e do saudoso Tancredo Neves a inspiração necessária para, desta tribuna, poder defender a aspiração justa, legítima e maior do povo organizado por locais de moradia, representado pela Confederação Nacional das Associações de Moradores, a Conam; busco, através das palavras desses ilustres homens públicos, a inspiração necessária para representar – e bem – o anseio da juventude organizada na União da Juventude Socialista, a UJS; busco também essa inspiração para bem expressar o justo anseio de mudança dos operários organizados através do Instituto de Cultura

Operária e Popular – entidades que coordenaram a coleta de dezenas de assinaturas nesta proposta de emenda popular sobre a manutenção do voto proporcional em nosso País.

Srs. Constituintes, compulsando o Substitutivo elaborado pelo ilustre Relator, o Constituinte Bernardo Cabral, constatamos, no preâmbulo do seu Substitutivo, o seguinte:

"O voto é secreto, direto e obrigatório e as minorias terão representação proporcional no poder político."

No entanto, no art. 74, que é o que verdadeiramente consigna no texto constitucional o sistema eleitoral, o que prevalece é a afirmativa de que a eleição dos Deputados será feita através do sistema misto, majoritário e proporcional.

Ora, Srs. Constituintes, eis aí uma clara contradição. Se no preâmbulo, nas disposições que fixam as diretrizes, os princípios gerais que norteiam os trabalhos da Constituinte, diz-se que o voto seria permitido através do sistema eletivo, da participação proporcional e da representação das minorias, quando se escreve o texto legal inviabiliza-se essa possibilidade através do sistema misto, majoritário e proporcional.

Nas Disposições Transitórias dessa peça encontra-se o art. 49, que possibilita a participação, nas próximas eleições ou na primeira eleição após a promulgação desta Constituição, dos candidatos a deputado federal e estadual, tanto pelo voto misto como pelo voto proporcional.

Vê-se que há uma vacilação por parte da Constituinte, ou por parte do Relator, porque, se assim não fosse, S. Ex.<sup>a</sup> não colocaria de forma tão incoerente no seu substitutivo a abordagem da questão, de fundamental importância para o futuro da democracia em nosso País.

Conforme disse, do preâmbulo consta que o voto vai ser proporcional e que se garantirá a participação das minorias. No entanto, no texto constitucional, a votação será feita pelo sistema misto, majoritário e proporcional, enquanto nas Disposições Transitórias se possibilita, nas próximas eleições, como uma situação excepcional, a disputa dos candidatos tanto no distrito como pelo sistema proporcional.

Nós, do Movimento do Povo Organizado pelo Local de Moradia, entendemos que a questão do sistema eleitoral diz respeito ao futuro da democracia em nosso País. Acharmos que o voto distrital misto é que permitirá a prevalência dos interesses das oligarquias políticas, das elites do poder econômico. Dou um exemplo. No Estado de São Paulo, meu Estado de origem, na última eleição, para eleger-se um deputado federal eram precisos 238 mil votos, pelo sistema proporcional. A prevalecer o sistema misto, um candidato pelo sistema proporcional precisaria do dobro de votação, pelo menos, para poder eleger-se deputado federal. Isto, é claro, dificulta a representação, no Parlamento, dos candidatos populares e progressistas e possibilita que uma eventual maioria, digamos, de 51%, possa prevalecer sobre uma minoria "majoritária", minoria representativa de 49%.

Entendemos que o sistema distrital misto está caduco. Vigorou em nosso País há anos, mas foi colocado na lata do lixo da História do Brasil, exatamente porque não trazia no seu bojo as condições necessárias e suficientes para garantir ao novo Parlamento uma Assembléia que refletisse o conjunto da sociedade. E esta Assembléia tem realmente de refletir o conjunto da sociedade. E para sê-lo precisa garantir a participação e a representação de todos os segmentos, de todas as forças políticas organizadas e presentes no seio da sociedade. E somente o voto proporcional pode garantir isso.

Concedo o aparte ao ilustre e nobre Constituinte Joaquim Bevilacqua.

**O SR. CONSTITUINTE JOAQUIM BEVILACQUA:** – Nobre Vereador João Bosco da Silva, estou acompanhando atentamente a ardorosa defesa que V. Ex.<sup>a</sup> faz do voto proporcional, fundado em emenda popular encaminhada a esta Assembléia Nacional Constituinte. Devo dizer a V. Ex.<sup>a</sup> que este assunto realmente tem sido polêmico nesta Casa, a exemplo do que ocorre com a questão do sistema de governo. Temos aqui ardorosos defensores do parlamentarismo e do presidencialismo, como também aqueles que defendem o voto proporcional puro, ou o voto proporcional misto, ou distrital misto, como V. Ex.<sup>a</sup> enumera na sua brilhante oração. Parece-me que as premissas das quais V. Ex.<sup>a</sup> parte para fulminar o voto proporcional não estão calcadas na realidade político-eleitoral e partidária do nosso País. Veja V. Ex.<sup>a</sup> que atualmente, mercê do pacote de abril de 1977, um eleitor no Ceará ou no Acre vale muito mais, tem muito mais cidadania, mais representatividade eleitoral do que um brasileiro nascido no Ceará ou no Acre e que mora, por exemplo, no nosso Estado de São Paulo. Dizem "os paulistas", "o Estado de São Paulo"... E por aí segue uma série de discriminações, quando, na verdade, não é o paulista, é o brasileiro de São Paulo. Com certeza, boa parte – talvez a metade – da população de São Paulo é constituída de brasileiros de outros Estados, que, por assim dizer, têm uma cidadania menor, uma representatividade menor, embora dentro do sistema do voto proporcional. Veja V. Ex.<sup>a</sup> que essa premissa de que o voto proporcional pode permitir – como bem diz o termo – uma melhor representatividade não é verdadeira. Na realidade, os eleitores de outros Estados têm mais representatividade do que os eleitores de São Paulo. Esse é o primeiro aspecto. O segundo, nobre Vereador João Bosco da Silva, é o de que, a rigor, precisamos – para haver representação no Parlamento e nos diversos níveis de governo de todos os segmentos de pensamento da multi-facetada população brasileira – muito mais do fortalecimento dos partidos políticos. Na medida em que se fortaleçam os chamados partidos ideológicos – os partidos ditos pequenos –, na medida em que se fortaleçam os outros partidos, sejam de centro, sejam de esquerda, sejam de direita – dentro do aspecto que se convencionou designar em termos de pensamento ideológico mundial – se esses partidos estiverem fortalecidos, poderão perfeitamente vencer as eleições, mesmo com o sistema majoritário. Entretanto, coloco-me na linha daqueles que defendem o sistema misto. Por quê? Porque, atendendo exatamente ao argumento de V. Ex.<sup>a</sup>, através do voto proporcional teremos representatividade, inclusive, nos pequenos grupos que representam pensamentos minoritários na sociedade brasileira e, através do sistema majoritário, teremos uma representação mais forte – até porque, necessariamente, e como diz a própria expressão, será majoritário no Distrito.

Acho que se, ao invés de chamarmos de voto distrital misto, chamássemos de voto proporcional misto, não estaríamos escamoteando a verdade. Em qualquer das duas hipóteses, o mais importante é o fortalecimento do quadro partidário, porque este, a meu ver, é que propicia a representatividade, a democracia representativa. Até porque – V. Ex.<sup>a</sup> há de convir comigo -- não se poderá chamar, a todo instante, a sociedade a decidir sobre questões importantes. A sociedade não terá condições para referendá-los a cada instante, sob pena de vivermos um regime de assembleísmo, que é a própria nulificação da representatividade, daquilo que os representantes por ela eleitos estão decidindo. Era apenas essa colocação que gostaria de fazer à brilhante defesa que V. Ex.<sup>a</sup> faz do voto proporcional, lamentando que, principalmente em nosso País, os partidos políticos não estejam devidamente for-

talecidos para poderem representar o povo, seja no voto distrital, seja no voto proporcional, seja no sistema misto. Muito obrigado.

**O SR. JOÃO BOSCO DA SILVA:** – Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup> aparte porque ele nos dá a oportunidade de colocar, num primeiro nível, um aspecto que achamos fundamental: dependendo do tipo de sistema a ser adotado por esta Constituinte, poderemos garantir até a manutenção de determinadas conquistas que foram consagradas na nova Constituição, ou poderemos até perdê-las pela eleição de um Congresso conservador, de um Congresso que não expresse com fidelidade o sentimento de mudança, de modernidade da sociedade brasileira, exigida pelo povo.

Achamos que o sistema distrital, a partir do momento em que circunscreve a possibilidade do candidato ser escolhido por uma região muito delimitada, acaba fazendo com que o eleito se transforme mais num despachante de luxo, e, com isso, vai amesquinhar, no nosso entendimento, a função do Deputado Estadual, do Deputado Federal, uma vez que ele vai acabar tendo que preocupar-se quase que exclusivamente com os problemas locais, para poder, digamos, sensibilizar o seu eleitorado e obter, conseqüentemente, os votos de que precisa para se eleger. Depois de eleito, ele vai ter que dar uma resposta àquelas expectativas que gerou, isto é, da solução dos problemas locais.

Temos consciência de que os problemas locais não podem, na maioria das vezes, ser resolvidos no âmbito de uma localidade específica. Eles estão relacionados com questões de interesse mais geral do povo. Achamos que os Parlamentares eleitos pelo sistema proporcional são obrigados a ter uma visão de conjunto da sociedade. Os que são eleitos para Assembléia Legislativa têm que ter compreensão da realidade do seu Estado. Eles têm que comprometer-se com amplos setores da sociedade. No sistema distrital, não. No sistema distrital, o que acaba prevalecendo são os interesses daqueles setores que detêm, digamos assim, o controle político daquela, área. Ou seja, o distrito nada mais será do que o curral eleitoral. Além do que fica mais fácil, num limite de eleitores, a influência do poder econômico, que passa a ser decisivo, no sentido de determinar quais os que, serão alcançados para representar o povo nas Assembléias Legislativas e na Câmara Federal.

Se o voto distrital misto, conforme está sendo proposto pela Constituinte, viesse a vigorar, quem nos garantiria que contaríamos com figuras de expressão nacional, como o próprio Deputado Ulysses Guimarães, que teve votos de todos os municípios do Estado de São Paulo e que não tem uma área eleitoral localizada, pois representa vários setores da sociedade de São Paulo? Ou como Luiz Inácio Lula da Silva, que também teve votos de todos os municípios do Estado e que, possivelmente, teria dificuldades de se eleger se existisse tal sistema eleitoral. Talvez não Lula, porque S. Ex.<sup>a</sup> tem um peso político muito específico, mas outros candidatos progressistas populares que têm assento nesta Casa sem dúvida alguma teriam dificuldades de eleger-se. Principalmente no caso de São Paulo, onde o quociente eleitoral seria quase da ordem de 500 mil votos. Os grandes partidos teriam condições de eleger seus candidatos, mas os pequenos, especialmente os chamados partidos ideológicos, teriam dificuldades em fazê-lo.

Aliás, esta constatação não é apenas minha; o próprio Deputado Ulysses Guimarães, quando participava do debate a que fiz menção, na Universidade de Brasília, disse o seguinte:

"É preciso que se diga aqui que o sistema distrital é adotado contra as minorias, principal-mente as minorias ideológicas."

Gosto de recorrer aos expoentes da vida política nacional para mostrar que são argumentos alicerçados em

homens que têm a estrutura política de um Ulysses Guimarães, ou seja, experiência parlamentar, experiência política, e que realmente trazem argumentos que se somam preocupação das entidades populares, que fizeram questão de colher assinaturas no sentido de que esse assunto não passasse, como se vem configurando até momento, no substitutivo do Relator.

**O SR. JOAQUIM BEVILACQUA:** – Nobre Vereador João Bosco da Silva, concordo com os argumentos de V. Ex.<sup>a</sup> em relação ao voto distrital puro. Acho que nossa extensão territorial, nossa gênese sociológica, ética, política, enfim, nosso quadro político-econômico realmente não permitiria que implantássemos neste instante, o voto distrital puro. Entretanto, a sensibilidade dos Constituintes fez com que a representação das minorias ficasse assegurada no sistema misto. V. Ex.<sup>a</sup> ainda não atentou para mais um fato: a possibilidade de coligações partidárias, na medida em que estamos vivendo um sistema pluripartidário. Havendo programas de partidos, que em determinadas regiões podem ser mais fracos, mas afins com programas de partidos que são mais fortes nessa região, é possível a coligação. E, naturalmente, a legislação regulamentadora da Constituição fará com que a sabedoria e a sensibilidade dos representantes do povo prevejam essa hipótese. Estou de acordo com V. Ex.<sup>a</sup> com relação ao voto distrital puro, mas, com relação ao proporcional misto, ou distrital misto – como proferiu – acredito que atenderá a gregos e troianos,

**O SR. JOÃO BOSCO DA SILVA:** – Srs. Constituintes e nobre aparteante, naturalmente, no sistema misto a possibilidade de eleição dos candidatos populares e progressistas das representações minoritárias fica prejudicada, porque se foram candidatos do distrito será eleito o mais votado. Levam vantagem os candidatos dos maiores partidos. No sistema proporcional, os candidatos populares e progressistas levam desvantagem, porque aumenta-se o quociente eleitoral, a quantidade de votos necessários para eleger-se o candidato.

O voto distrital misto, conforme disse o nobre aparteante, é um sistema que dificulta a representação parlamentar das minorias. Procura-se fazer aqui uma salada, digamos, mas o gosto fica indigesto, pois não se traz uma contribuição para o processo democrático do nosso País. Entendemos que essa questão é fundamental, precisa ser tratada com carinho, com a clarividência necessária, porque intimamente relacionada com o futuro da democracia em nosso País.

De nada adiantará obtermos determinadas conquistas no plano econômico, social e cultural na Constituinte, se não garantirmos que os futuros parlamentos tenham uma composição mais democrática para assegurar essas conquistas e avançarmos no campo democrático em nosso País.

Ouçó, com satisfação, o ilustre Constituinte José Genoíno.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – O meu aparte prende-se a algo que considero essencial: a questão do voto proporcional. Diz respeito a uma maneira correta de se medir a vontade da população brasileira, da população de um país, que pelo sistema do voto proporcional, se divide em várias opções político-ideológicas. O sistema distrital cria uma camisa-de-força para impedir as várias opções político-ideológicas da população. A diferença básica entre o sistema proporcional e o majoritário é que este último mede a vontade absoluta da população para uma determinada finalidade. Já a representação proporcional é o contrário, ou seja, tem que representar um espelho na conformação político-ideológica da sociedade. V. Ex.<sup>a</sup> tem razão quando diz que essa questão é decisiva. Diria, até, que é uma questão de vida ou morte para uma democracia verdadeiramente representativa. Como se po-

derá medir, nos distritos divididos de cada Estado, a vontade da população em relação, por exemplo, às posições socialistas, comunistas, pró-capitalistas ou posições conservadoras? Não se tem como medir isso com o voto majoritário, na medida em que este define a vontade do eleitor em relação à lista proporcional. Então, o voto proporcional é a medida mais correta para representar a vontade da população. E, por último, V. Ex.<sup>a</sup> tem toda a razão quando diz que o sistema distrital consagrará o conservadorismo amarrado, nas aldeias dos distritos, no caciquismo e no clientelismo. As próximas mudanças do Congresso Nacional, em nível de lei ordinária, serão muito mais difíceis. Essa questão é necessária, porque após a promulgação da Constituição teremos que adequá-la à legislação ordinária. Com o Congresso eleito pelo sistema distrital misto teremos, aí sim, um conservadorismo certamente maior do que o que hoje predomina na Assembléia Nacional Constituinte. Muito obrigado.

**O SR. JOÃO BOSCO DA SILVA:** – Agradecemos a V. Ex.<sup>a</sup> o aparte. Sabemos que o tempo está-se esgotando.

Para reforçar esse entendimento, diria que, ao longo da vida política de nosso País, esse assunto também foi objeto de iniciativa da ditadura militar. Os militares, que tanta infelicidade trouxeram ao nosso povo ao longo dos vinte e um anos que comandaram nosso País, propuseram, através da Emenda Constitucional nº 22, patrocinada pelo General João Baptista Figueiredo, o voto distrital misto.

Está mais do que evidente que a instauração do voto distrital misto só interessa mesmo às forças de direita reacionárias, contrárias ao progresso social e à elevação do nível de participação política do nosso povo.

Sabemos que alguns dos Srs. Constituintes, por certo, haverão de refletir melhor sobre seu posicionamento em cima dessa questão de máxima importância e saberão ombrear lado a lado com setores populares, com o povo organizado por local de moradia, com os estudantes e com os operários para instaurarmos em nosso País uma democracia representativa, forte, através de um sistema eleitoral de voto proporcional.

Entendemos que é dever desta Assembléia Nacional Constituinte assegurar regras que permitam a justa expressão de todos os segmentos da sociedade dentro do Parlamento e, sem dúvida alguma, a representação proporcional é a que melhor responde a esse imperativo de ordem democrática.

Era o que tínhamos a dizer, muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – A Comissão de Sistematização passa agora a ouvir a exposição do Sr. Fernando Batista Bolzoni, membro do Instituto Brasileiro de Estudos Monárquicos. A Emenda é a de nº 51.

Concedo a palavra a S. S.<sup>a</sup>

**O SR. FERNANDO BATISTA BOLZONI:** – Sr. Presidente, estudante de Direito, honra-me especialmente aqui a presença de V. Ex.<sup>a</sup>, nosso mestre, Senador e Constituinte Afonso Arinos.

Eis a proposta:

"A 15 de novembro de 1993, o eleitorado definirá, através de plebiscito, qual o regime de governo adequado para o País: República Presidencial, República Parlamentar ou Monarquia Parlamentar.

Parágrafo único. Será assegurada gratuitamente a livre divulgação destes sistemas através dos meios de comunicação de massa cessionários de serviço público, na forma que a lei determinar."

Sr presidente, Srs. Constituintes, eis, na íntegra, a proposta que defendemos. Quarenta e quatro mil seiscentos

e trinta e dois brasileiros conferiram este mandato de 20 minutos para que viéssemos aqui expor as razões que justificam a utilidade, para não falar na necessidade, de consultar o povo sobre qual a forma de governo sob a qual deseja que o Brasil cruze o século.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, por que o plebiscito? O plebiscito, segundo a doutrina moderna, é uma votação popular sobre assuntos de relevância constitucional. É a única maneira de se conhecer a vontade popular, sem desvios nem confusões. É um recurso que nos diz se uma tese terá, além da mera maioria parlamentar, o efetivo respaldo popular, sem o qual nenhuma instituição cria raízes.

Além da vantagem prática já citada, o plebiscito tem uma influência muito grande na politização do eleitorado. Se fizermos o povo participar na discussão das teses, ao invés de simplesmente conferir mandatos, ele adquirirá responsabilidade e passará a votar mais conscientemente. Assim, a educação política decorrente da participação fará com que a representação eleita melhore de nível e se pareça mais com ele. Benjamim Constant já se preocupava com o isolamento da classe política em relação à opinião pública. Assim, geralmente a vontade popular era mais avançada que as assembleias que a representavam. A convocação de um plebiscito mostraria que a sua representação política não está se encastelando em Brasília, na "Ilha da Fantasia", mas está preocupada com a sua opinião e quer ouvi-la. Nestes tempos em que a atividade política é tão criticada por alguns, tal decisão faria um grande bem.

É óbvio que a democracia direta não se aplica ao Brasil de hoje. Nem nós estamos aqui para dizer o contrário. A consulta direta ao povo, atualmente, só é possível e desejável em questões genéricas e fundamentais. É aqui que a nossa proposta se enquadra. A definição sobre o sistema de governo é um ponto fundamental. É o alicerce sobre o qual vai ser construído todo o nosso ordenamento jurídico futuro. É algo tão básico que modela todo o resto. É uma decisão extraordinária e espera-se definitiva. Exatamente por isso, qualifica-se para ser plebiscitada.

A convocação da Assembléia Nacional Constituinte pressupõe a soberania da mesma. Esta é soberana porque escolhida pelo único detentor do poder constituinte originário – o povo. Por não poder exercer diretamente a sua soberania, o povo delegou poderes a esta Assembléia. Por este princípio, todo cidadão é titular do poder soberano e, portanto, tem o direito de participar do seu exercício. Assim, é consequência lógica a intervenção do povo no processo constituinte.

Por outro lado, a própria Assembléia deu um passo importante no processo de participação popular com as próprias emendas populares, como esta. Curiosamente, as emendas populares não são uma invenção nova. No Brasil mesmo já tivemos experiência semelhante, com a variante de que não se necessitava de 30 mil assinaturas para propor a emenda, mas tão-somente uma assinatura. E qual foi esta Constituinte tão participativa? Terá sido a de 34? Ou a de 46? Nenhuma delas. Foi a nossa primeira, a Constituinte do Império, a de 1823.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, se efetivamente desejamos democratizar o poder, a simples participação popular em emendas de sua autoria é um passo importante, mas que não esgota o princípio. Em termos de evolução efetiva na participação popular, a novidade é o plebiscito. E quem é que, se dizendo democrata, vai poder se colocar contra a convocação de um plebiscito? A menos, é claro, que ache que o povo não sabe escolher. Mas quem pensa assim não merece o mandato que tem. O que queremos dizer com isto é que, se admitimos a participação popular através de emendas, por que não podemos admiti-la através de plebiscito?

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, após todas as considerações, a pergunta deixou de ser "por que fazer um plebiscito" e passou a ser "por que não fazer-se um plebiscito?"

Chegou-se a argumentar que a convocação de um plebiscito é inoportuna, uma vez que este mesmo povo acabou de eleger uma Assembléia Constituinte. O argumento não procede, em vista de que temos de considerar que, em uma democracia, sempre haverá alguém que esteja exercendo um mandato eletivo, no qual foi investido pelo povo. Assim, contestar o plebiscito sob este argumento equivale a descrever dele como útil recurso de democracia.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o argumento final é histórico. Este plebiscito é uma dívida da República para com a Nação. Este plebiscito foi prometido no decreto de proclamação pelo Governo que, sabendo-se golpista e, portanto, ilegítimo, se dizia "provisório". Através desse plebiscito veríamos se a República era, como pregavam seus propagandistas, o desejo da maioria do povo. Por saber que jamais veriam o seu golpe legitimado pela Nação, a República fingiu que esqueceu o plebiscito, e em todas as malfadadas constituições que escreveu, jamais deixou de colocar um preceito que proibia a votação de emenda que tendesse a abolir a República.

Não vamos esquecer que a democracia é como um jogo que aceita colocar em discussão as próprias regras. Se não o faz, já é outra coisa, mas não democracia.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, por que Parlamentarismo? A resposta, óbvia, baseia-se na análise dos efeitos do presidencialismo no Brasil. O ilustre Senador Afonso Arinos nos mostrou, no dia 4 de agosto, como o presidencialismo nasceu nos Estados Unidos e só para os Estados Unidos. Já o presidencialismo brasileiro tendeu sempre para a ditadura, bem de acordo com a tese positivista em que se inspirou. No espírito de alguns militares positivistas, golpistas, que derrubaram a monarquia constitucional, a democracia era indesejável, porque...

"toda a escolha dos superiores pelos inferiores é profundamente anárquica..."

Dessa forma, a República Presidencialista brasileira mostraria, em seus quase 100 anos, que jamais seria adequada à democracia.

República não é sinônimo de democracia.

Se quisermos um bom sinônimo para presidencialismo, esse sinônimo é crise. Pois foi só o que este sistema nos deu, crises. Chegamos ao cúmulo de ter na crise não a exceção, mas a regra, nestes 96 anos de Presidencialismo, podemos contar 54 de crises, golpes, ditaduras, estado de sítio, revoltas militares, cassações, tortura, exílio, guerras civis! Quanto sangue foi vertido em nome da tacanha e egoísta manutenção do poder absoluto presidencialista... É vital que lembremos que ninguém renuncia voluntariamente ao poder e não o reparte se não obrigado. A chance para instituir um regime de divisão de responsabilidades, o parlamentarismo, é agora. Talvez não haja outra. Se falharmos, a história não nos perdoará.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, como chegamos a isto? Como aceitamos continuar neste sistema?

Desde o golpe de 15 de novembro até a eleição de Washington Luis, apenas Campos Salles governou sem usar o estado de sítio. Artur Bernardes conseguiu a façanha de exercer todo o mandato sob estado de sítio, no melhor estilo de Pinochet... De 1926 para cá, apenas um presidente civil conseguiu completar seu mandato, Juscelino Kubitschek, embora tenha enfrentado duas revoltas militares. Nunca é demais lembrarmos que a Revolução de 1930 veio para acabar com a chamada "eleição a bico de pena". E o que mudou?

Em defesa da tese parlamentarista, invoco o testemunho insuspeito de Leonel Brizola, em aparte a Raul Pilla:

"Nobre Deputado, o parlamentarismo já se faz mister. Não podemos mais nos aventurar neste regime presidencialista que, para mim, não passa de um fantasma, porque enterrado quando do sepultamento do nosso grande chefe nacional, Dr. Getúlio Vargas. O presidencialismo está enterrado e temos um fantasma a nos atormentar, Sr. Deputado. O parlamentarismo é uma fórmula alta, capaz de operar a verdadeira união nacional. Através dele, vamos conseguir essa união (...) Ao povo brasileiro interessa a fórmula parlamentarista".

Convicção esta já formada desde seu voto em favor do Parlamentarismo na Constituinte gaúcha de 1947.

Uma das vantagens, senão a maior, do regime parlamentarista, é proporcionar a distinção perfeita entre Governo e Estado. No presidencialismo, ambos são dirigidos pelo mesmo órgão, o que faz com que aquele que se coloca contra o Governo acaba se colocando – ainda que não queira – contra o Estado. Isto impossibilita a distinção entre oposição e subversão, o que inviabiliza qualquer tentativa de convivência democrática, legal e pacífica. Os Srs. Constituintes aqui presentes que foram cassados, presos e torturados, sabem o que isto significa.

Uma vez que tantos constituintes são parlamentaristas, e, por certo, saberão defender o Parlamentarismo melhor do que nós, e considerando a exigüidade do tempo, vamos de imediato para o assunto seguinte.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, por que monarquia?

Se não por outras razões, a Constituinte de 1987 ficará famosa por ter, pela primeira vez em nossa história republicana, através da Emenda Cunha Bueno, admitido a discussão da tese da monarquia. Sua emenda lançou as bases do debate que ora se trava. A opção monárquica não se justifica através de um pretensão direito divino, muito menos por nostalgia de um tempo que já passou. Antes disso, a monarquia é uma alternativa política a qual não devemos ter medo ou pudor de recorrer. Disse Einstein, certa vez: "É mais fácil quebrar um átomo do que um preconceito". Pois estamos aqui para provar que a monarquia não é proposta anacrônica, mas uma alternativa capaz de nos trazer estabilidade política com democracia.

A primeira avaliação que se deve fazer refere-se ao método de sucessão na chefia de Estado. O que é melhor; a sucessão eletiva ou a sucessão hereditária?

Antes, porém, vamos considerar e que se procura em um chefe de Estado: suas características fundamentais devem ser a independência e a imparcialidade, não? Isto posto, pergunta-se: é mais fácil encontrar estas qualidades em um presidente, que fez centenas de promessas para eleger-se ou em um rei, que não deve seu cargo a ninguém? A opção pela chefia eletiva parece a mais racional, mas é contraditória à própria noção de chefia de Estado. O chefe de Estado deve ser o representante de toda a Nação. Porém, uma vez eleito, torna-se apenas o representante da maioria que votou nele.

A idéia da sucessão hereditária repugna a muitos pelo fato de parecer injusto que uma família só tenha o direito de encarnar a Nação. Aqui, entretanto, deixou-se de lado as considerações sobre o que é justo em face das considerações sobre o que dá certo. O método hereditário é uma criação empírica. Nasceu das experiências de vários povos, que chegaram à mesma conclusão: a sucessão hereditária é superior. Todo ofício não requer a sabedoria da experiência e da continuidade? E o ofício de chefe de Estado, por acaso não requer? Exigimos estágio para o advogado, residência para o médico, centenas de horas de

vão para o piloto, anos de estudo para o engenheiro... Por que, então, fazemos questão de improvisar o chefe de Estado? Por que não exigir preparo dos chefes? Mas como preparar chefes de Estado na República? Apenas com a hereditariedade, vale dizer, com a monarquia, é possível educar os futuros chefes de Estado. Na monarquia não se improvisa, porque chefia de Estado não é brincadeira.

Sobre o assunto, escreveu José Maria dos Santos, em sua "Política Geral do Brasil":

"Na América pós-colonial, onde a ficção da investidura divina chegou tarde demais para ter crédito, nunca pode o despotismo dispensar os atavios da liberdade. O esforço principal e constante dos publicistas nesta parte do mundo, tem quase exclusivamente consistido em demonstrar, entre duas violências, quanto o poder pessoal absoluto se coaduna e identifica com a mais perfeita democracia, desde que, transmissível a períodos certos, não possa fundar-se em direitos hereditários (...) O essencial é que todo o filho do Novo Mundo possa julgar-se legalmente habilitado a vir um dia a tyrannizar também os seus concidadãos. Neste igualitário princípio é que se concretizam e resumem todos os fundamentos da liberdade americana..."

Efetivamente, a forma eletiva de sucessão parece mais justa, por permitir, em tese, que qualquer um possa vir a ser chefe de Estado. Este princípio, buscado nas doutrinas igualitárias e individualistas da Revolução Francesa não era aplicado na antiguidade não por ser a antiguidade necessariamente antidemocrática, mas pelo fato de já haver sido testado e falhado. Com efeito, os primeiros estados nacionais nasceram não sob a monarquia, mas sob a república vitalícia. Esta, porém, sempre apresentava problemas no momento da sucessão. Todos julgavam-se iguais; logo, todos queriam ser chefe. Buscou-se resolver isto com o patrocínio da sucessão pelo próprio chefe, ainda em vida. O resultado foi que os pretendentes passaram a brigar antes da sucessão, ao invés de depois da vacância. Para evitar que a luta sucessória dividisse o grupo, viu-se que era necessário encontrar um candidato que reunisse condições extraordinárias, capazes de colocá-lo, de pronto, acima dos outros. Chegou-se à conclusão de que o único que preenchia esses requisitos era o filho do chefe, por conhecer os problemas do Estado, pelo prestígio que sua linhagem lhe concedia, enfim, pelo consenso geral, foi investido. Assim é que nasceu o princípio da hereditariedade. Como simples busca do consenso, que vivemos procurando na República, na forma de "candidatos suprapartidários", conclamamos à união nacional, e tanta coisa mais. Nada mais é do que o reconhecimento, ainda que tácito, da excelência do princípio que é a característica da monarquia em todo o mundo e a razão da sua excelência.

Consenso. Esta é a palavra-chave da monarquia. Este é o regime do consenso. É exatamente pelo consenso que a monarquia passa a ser quase um seguro antigolpe. É nas monarquias modernas que vemos a menor tradição de intervencionismo militar. Na verdade, é nas monarquias que vemos que o poder militar está diretamente subordinado ao poder civil, na pessoa do monarca, comandante-em-chefe das Forças Armadas. Nos regimes presidencialistas, é raridade o país que não cai em ditadura. Nos regimes parlamentaristas, é raro o país que cai na ditadura. Nas monarquias, o Poder Moderador é neutro. Este poder não é criação da Constituição do Império, mas apenas uma manifestação do Estado. Nas monarquias, a Coroa desempenha este papel com brilhantismo; nas repúblicas, as forças armadas suprem esse vácuo de poder. A tradição latino-americana nos mostra bem o quanto é perigoso este intervencionismo militar. Na Espanha, em 1981, um grupo golpista prendeu os parla-

mentares e o Primeiro-Ministro no Parlamento. O que fez o Rei? Convocou todos os espanhóis a cerrarem fileiras em torno de si e salvou a democracia espanhola, abortando o golpe sem derramamento de sangue. Esta é a segurança que a monarquia nos dá. É essencialmente isto que justifica a adoção da monarquia entre nós. A garantia da estabilidade das instituições e da manutenção da democracia, e a subordinação das forças armadas ao poder civil: eis duas características de todas as monarquias que nossa República nunca foi capaz de nos dar.

Monarquia não é um anacronismo. É um regime plástico, capaz de adaptar-se às mudanças do dia-a-dia da política. Só para exemplificar, a Constituição do Império não era parlamentarista. Todavia, a evolução institucional brasileira não foi tão natural e tranqüila, que passamos a praticar um parlamentarismo à européia enquanto os países vizinhos viviam sob ditaduras militares. Se os países mais avançados do mundo são as monarquias – e já trilhamos esse caminho – podemos ver que tudo não é apenas coincidência.

Vão suceder-me nesta tribuna os ilustres Constituintes Luiz Inácio Lula da Silva e Mário Covas. Os dois, candidatos naturais por seus partidos à Presidência da República.

Atrevo-me a lembrar um trecho do discurso eleitoral de Rui Barbosa, o pai do presidencialismo, e tradutor da Constituição de 1891, feita à imagem e semelhança da Constituição norte-americana. Assim ele falava em Juiz de Fora, em 1919:

"Ora, trinta anos há que o povo brasileiro se acha condenado a este regime (o da República Presidencialista). Na Monarquia havia vozes (...) Mas a nossa Revolução estabeleceu o silêncio. A República aferrolhou, trancou e chapeou a porta por onde entrara, não sei se para que por ela também não a pusessem, algum dia, no olho da rua". E clamava, decepcionado, o já então republicano de 70 anos: "Com o governo parlamentar, as Câmaras Legislativas constituem uma escola. Com o presidencialismo, uma praça de negócios".

Vamos repetir o erro?

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, conclamo a todos para que tragamos nosso passado em socorro do nosso futuro. Vamos alinhar o Brasil entre os grandes países, não entre os países grandes. Vamos abandonar o passado de golpes e avançar para o futuro glorioso do desenvolvimento e da paz interna. Temos a chance de mudar o Brasil. Não percamos!

Vamos restaurar nosso futuro!

Muito obrigado. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – A Mesa deseja também congratular-se com o jovem orador, que deu um colorido particular à sessão de hoje. Os futuros historiadores da Assembléia Nacional Constituinte convenceram-se da variedade dos temas aqui tratados, da vastidão e da liberdade com que nossa Assembléia, tão criticada, tão pouco compreendida e apoiada ultimamente, cumpriu sua missão.

Hoje assistimos a um espetáculo que mostra bem o quanto a Assembléia Nacional Constituinte é representativa, não apenas dos fatos, mas dos sentimentos, das aspirações, das teorias e até das tradições nacionais.

O jovem orador que acaba de falar – em que eu revia, comovido, um dos meus seis netos – trouxe à tribuna tema que debateu com brilhantismo, não apenas apelando para fatos históricos, mas também mencionando acontecimentos recentes, como o plebiscito que decidiu sobre o regime monárquico da Espanha, muito recentemente, através de um dos maiores dramas da História: a vida espanhola no século XX. Não estou de acordo com as suas



conclusões. Quero salientar o que há de vitalizante, de próspero, de estimulante, na liberdade com que está funcionando esta Assembléia, de que esta Comissão é uma expressão realista e legítima. (Palmas.)

Tenho a honra de conceder a palavra, neste momento, ao Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva, que vai defender o tema "Diretas-Já". S. Ex.<sup>a</sup> tem o apoio do Partido dos Trabalhadores – o seu partido – do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e da Central Única dos Trabalhadores, CUT, São Paulo. Como se vê, trata-se de assunto que está sendo apresentado e sustentado não apenas por uma marcante personalidade política do nosso tempo, mas também por entidades que representam lididamente a classe dos trabalhadores.

**O SR. CONSTITUINTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, companheiros e companheiras, confesso a V. Ex.<sup>as</sup> que, depois de percorrer o Brasil defendendo para já as eleições diretas para Presidente da República e depois de em cada cidade encontrar-me com milhares e milhares de pessoas em praça pública, sinto certo constrangimento em defender a tese das eleições diretas num plenário tão vazio. Penso até que a tese é muito mais importante do que alguns podem imaginar. Por isso, só a defesa da tese das eleições diretas, feita por mim e pelo Constituinte Mário Covas, poderia abrir a cabeça de alguns Constituintes para a importância do tema e para a necessidade de urgentemente permitirmos ao povo brasileiro que escolha seu Presidente.

É bem verdade que muita gente se esquece com facilidade daquilo que se fala em praça pública. É bem verdade que o discurso feito no dia 14 de novembro, às vésperas das eleições, é esquecido no dia 16, na comemoração, na posse de muitos eleitos. As pessoas podem imaginar que o povo não se lembra do que elas disseram, mas não tenho dúvida de que a História, que registra alguns fatos inegáveis, pode reviver, na cabeça de cada um dos cento e quarenta milhões de brasileiros, aquilo que algumas pessoas disseram em praça pública e nesta tribuna.

Eu até gostaria de tentar ler parte do meu discurso. Toda vez que termino de falar um companheiro da Taquigrafia vem pedir o texto do discurso escrito que eu teria lido, e eu nunca o tenho, porque tive mais facilidade de aprender a falar do que de aprender a escrever. Prefiro sempre falar de improviso, porque, assim, tenho menos possibilidade de errar. No entanto, vou tentar ler apenas um pedaço de um discurso:

"Pela décima sexta vez caminhei pelo Brasil entre multidões. Mais uma vez vi a pavorosa geografia da fome, do medo e da revolta das afrontosas desigualdades sociais.

As praças e ruas do Brasil se encheram de colossais e sonoras assembléias de protesto e repúdio ao Governo.

Vi milhões de homens e mulheres desempregados e subempregados pela insânia da recessão, reclamando o direito de ajudarem a construir a propriedade da Nação.

Vi os trabalhadores rejeitando o confisco da lei salarial desumana, que os obriga a pagar, com a deterioração dos seus ganhos, os custos de uma pretensa política de combate à inflação.

Vi, também, a força da mulher brasileira, cidadã trabalhadora e dona de casa, reivindicando igualdade, educação pública, moradia decente, custo de vida suportável. Vi brasileiros de regiões mais pobres, sobretudo os nordestinos, exigindo o fim de escândalo das hegemonias estaduais, pela regionalização inaceitável e concentradora do desenvolvimento.

Vi os estudantes, um milhão e quinhentos mil deles universitários, reclamando novos empregos e acesso à educação, numa economia roída pelo câncer de cinco milhões de desempregados, doze milhões de subempregados, quarenta milhões de seres em miséria absoluta, até 60% de máquinas desocupadas, inviabilizando o estratégico setor de bens de capital e penalizando o capital de risco com a falência e a concordata, enquanto..."

Enquanto premia o capital especulativo no cassino da jogatina com as ORTN, o **overnight** e o **open-market**.

Vi os artistas, as Igrejas, os jornalistas, os escritores, os professores, deixarem o palco, nas novelas, os púlpitos, os prelos e as cátedras pelos palanques do povo.

Vi minorias determinadas em romper as algemas da discriminação, negros forçando as portas da igualdade de oportunidade, índios, os donos originais da terra hoje sem terra, reconhecidos e delirantemente aplaudidos na figura autóctone e reivindicatória de Juruna.

Vi o amarelo vestir de esperança o Brasil; vi a história brotar nas ruas e na garganta do povo; vi pela onipotência de voto direto a ressurreição da participação política e das pressões legítimas pelos preteridos e injustiçados;

Vi o maior movimento de homens, mulheres, jovens e instituições dos quase quinhentos anos de nossa existência; vi legiões de democratas armarem suas tendas de luta, não em torno de líderes carismáticos ou legendas partidárias, mas para a conquista de governos que lhes sejam o irmão aliado e não o carrasco.

Vi o povo nascer da massa, vi raiar o arco-íris da aliança entre os trabalhadores e a Democracia; vi os desgraçados, os despossuídos e os desempregados convencerem-se de que não há direito nem bem-estar sem cidadania e a se conscientizarem de que a má política os destrói e só uma boa política pode salvá-los.

Acautelem-se os detentores do poder. As massas injustiçadas podem decidir – empurradas pelo desespero – ser mais conseqüente e glorioso, entre morrer de fome, doença desassistida, assaltando ou assaltado, lutar e até morrer por governos de que tenham o controle pela origem, pelos benefícios e pela temporariedade.

É o povo, não a horda. Brada pela vida, não por vingança. Marcha sem ódio, mas também sem medo, para o convívio do amor e da paz. Desalojado da política pela força, condenado à abstinência da liberdade e da justiça social, o sofrimento ensinou o povo a distinguir a Democracia, com a inevitável precariedade de homens que elegem homens para governar homens, corrigível pela periodicidade de mandatos, da magia dos demagogos, que prometem transformar fatos em prodígios, ou da jactância providencialista dos golpes armados, que acenam com milagres, que na realidade se tornam calamidades para flagelo do povo.

Enfim, o povo sabe que "diretas já" não são solução para tudo, mas que sem elas não há solução para nada.

Um governo com povo pode errar e ser pacificamente destituído pelo "impeachment" ou substituída pelas urnas, enquanto um governo sem povo erra corrompendo, corrompido pela incompetência, mas é indefinidamente mantido pela força,

ainda que com feições supostamente civis, como o Colégio Eleitoral."

Este discurso, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, não é do Deputado Luiz Inácio Lula da Silva, mas do atual Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, proferido nesta Casa no dia 24 de abril de 1986. Gostaria de perguntar aos nobres Constituintes e ao Dr. Ulysses Guimarães: o que mudou? Se S. Ex.<sup>a</sup> disse que, naquela época viu o povo passando fome e a miséria tomando conta, e não está vendo mais, não é porque a vida do povo melhorou, mas porque S. Ex.<sup>a</sup> se encastelou no poder e não foi mais para a rua sentir as agruras e o sofrimento do nosso povo.

O que mudou não foi a situação do povo. O que mudou, na verdade, foi a cabeça do Dr. Ulysses Guimarães, de quando era oposição para quando passou a ser o grande monarca deste País. É importante atentarmos para o fato de que, quando o PMDB conquistou a primeira Prefeitura, dizia que não podia administrar bem porque não havia ganho os Estados. Quando ganhou os Estados, dizia que não podia administrar bem, porque não havia ganho o Governo Federal. Ganhou o Governo Federal e continua não administrando bem! Porque não é o PMDB que governa este País!

A verdade é que a situação da sociedade brasileira, principalmente a da classe trabalhadora, continua, em setembro de 1987, tão ruim e tão angustiante como no dia em que o Dr. Ulysses Guimarães proferiu esse extraordinário discurso na Câmara dos Deputados.

É importante levarmos em consideração que o povo brasileiro continua, como naquela época, sendo vítima do desemprego, que o povo continua, como naquela época, sendo vítima da falta de uma política de habitação. Enquanto isso, o Ministro da Previdência aplica 1 bilhão de cruzados na compra de 328 apartamentos para alguns "marajás" que virão do Rio de Janeiro.

É importante lembrarmos que, enquanto o povo continua passando fome, o Presidente da República anuncia, para o próximo Orçamento, 8 bilhões de cruzados para começar a construção da Ferrovia Norte-Sul, que acarretará uma despesa de 2 bilhões e meio de dólares para este País.

É preciso estarmos atentos: se a vida mudou para nós, que fomos eleitos Constituintes, se a vida mudou para alguns privilegiados neste País, no conjunto da classe trabalhadora brasileira continua como antes.

Ouç o nobre Constituinte Miro Teixeira.

**O SR. CONSTITUINTE MIRO TEIXEIRA:** – Nobre Constituinte, congratulo-me com V. Ex.<sup>a</sup>, porque o discurso que pronuncia poderia ser subscrito por qualquer um daqueles que estiveram presentes nos palanques das Diretas. Em função desses discursos, emocionados, sinceros, o povo brasileiro foi às ruas e apoiou as mudanças. É teve tanta fé nessas mudanças, que apoiou também a participação no colégio eleitoral como forma capaz de acabar de uma vez por todas com a sucessão dinástica, autoritária, que conduziu o Brasil e os brasileiros a esta situação tão lamentável.

Agora pergunta V. Ex.<sup>a</sup> o que mudou. O que mudou na cabeça de tantos brasileiros que já estiveram com seu discurso de transformação? Todos sabemos que esses brasileiros mudaram. Mudaram para decepção nossa, mudaram para decepção de milhões de brasileiros que estiveram na praça, acreditando em um partido, em um conjunto de forças, em que ainda existe patriotismo e sentimento em pessoas da classe política e que essas pessoas são capazes de honrar seus compromissos. Mas certos segmentos da classe política estão demonstrando que os compromissos programáticos são feitos para iludir o povo. Como, aliás, afirmou, naquela tribuna, o Sr. Ministro da Fazenda, ao dizer que o programa de um partido político deve ser mu-

dado quando ele atinge o poder. Não concordamos com essa afirmação. Imaginamos que o programa de um partido político tem de ser a afirmação da sua fé, tem de ser algo em que o povo deve e pode confiar.

Creio que, a esta altura, Constituinte Lula, não devemos mais questionar se alguém mudou. Temos de começar a questionar por que essas pessoas mudaram. Lamentavelmente, mudaram, mas, felizmente – graças a Deus – temos parlamentares que, como V. Ex.<sup>a</sup>, vêm à tribuna e num discurso coerente, reafirmam todo o seu compromisso com o seu passado.

**O SR. LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA:** – Espero que, dentro do PMDB, não apenas o nobre Constituinte Miro Teixeira, mas outras centenas de Constituintes, até o dia da votação da emenda das diretas, possam ter refletido e se lembrem do Brasil que encontravam, em que, às vezes, emocionados, alguns até choravam; que possam continuar lembrando-se dos Estados da Paraíba, Sergipe, Pernambuco, Amazonas e Rondônia, onde mulheres famintas, homens desempregados, crianças pobres e maltrapilhas nos procuravam, querendo saber qual a resposta que tínhamos para este Brasil tão grande e potente.

E, hoje, Constituinte Miro Teixeira, quando abrimos os jornais e vemos que, no Brasil, 2 milhões e meio de meninas de dez a quinze anos de idade estão se prostituindo, que 8 milhões e meio de crianças são obrigadas a sair da escola porque não podem continuar estudando, ficamos pensando qual será a responsabilidade e o julgamento de cada um de nós ao terminarmos esta Constituição.

É importante que os Constituintes tenham a certeza de uma coisa: sou daqueles que acreditam no Brasil. Acho que este não é apenas um País de dimensões continentais e extensão territorial; acredito na capacidade de seu povo, na capacidade de trabalho que tem nossa sociedade, nas riquezas que este País possui. Não adianta uma máquina parada, como tampouco adianta um monte de riquezas. É preciso ter homens competentes administrando essas riquezas; é preciso ter homens competentes administrando todo esse conjunto de coisas, porque senão não serão úteis para a sociedade.

Ouç o nobre Constituinte Abigail Feitosa.

**A SRA. CONSTITUINTE ABIGAIL FEITOSA:** – Nobre Constituinte, V. Ex.<sup>a</sup> tem-se referido várias vezes ao PMDB no poder. Quero lembrar a V. Ex.<sup>a</sup> que o PMDB tem em torno de cinquenta parlamentares na campanha das diretas. E esses parlamentares têm compromisso com o socialismo. No nosso entender, o problema não é somente a sigla partidária. O PT também exerce cargo executivo no País. Há que se ter um compromisso maior, em termos de visão estrutural do País. Enquanto permanecermos no capitalismo o trabalhador vai continuar passando fome, recebendo baixos salários, nada vai mudar. Para se mudar esse quadro deverá haver o primeiro passo, que é a eleição direta do Presidente da República. Mas há que se mudar todas as estruturas. Somente com a instauração do socialismo no País e nos países do Terceiro Mundo o trabalhador vai deixar de sentir fome, de passar miséria, de viver a prostituição e o banditismo a que são levados seus filhos, pois com a estrutura imperialista dos países do Primeiro Mundo, explorando nossas riquezas, realmente não teremos futuro. Saúdo V. Ex.<sup>a</sup> Saúdo o Partido dos Trabalhadores, que, acredito, também está lutando pela implantação do socialismo no Brasil.

**O SR. CONSTITUINTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA:** – Nobre Constituinte, seria inabilidade da minha parte – por que não dizer – falta da cortesia não lembrar a existência de dois PMDB. Seria até deslealdade minha para com os companheiros que estão na luta pelas eleições diretas não lembrar que está conosco um conjunto de pessoas, por volta de cinquenta Constituintes do PMDB.

Possivelmente, até mais de 100 votarão na proposta para eleições diretas. É essa nossa tentativa.

É importante dizer ao público, fazê-lo saber que hoje há um PMDB que cumpre seu programa, que quer as quarenta horas semanais, a estabilidade no emprego, a reforma agrária. E há aquele que – quem sabe – mudou porque está vivendo das benesses do Palácio do Planalto, das benesses dos Ministérios, das benesses do poder.

Não é a primeira nem a última vez que ouviremos nesta Casa denúncias de empreguismo. Não é a primeira vez que ficamos sabendo que deputados têm dez, quinze mil empregos para distribuir para seus asseclas, em detrimento da vontade do povo. Não é a primeira vez que vemos o desfile de concessões de estações de rádio e televisão a parentes e a deputados amigos que falam a mesma língua do Governo. Não é a primeira vez, nem será, tampouco, a última, que ouvimos falar em fome, em miséria, em desemprego ou em prostituição.

Este País – todos sabem, mas poucos querem admitir – precisa de um governo que tenha credibilidade, legitimidade, que tenha, na verdade, a representatividade do voto que nós tivemos para aqui estar, conquistado em praças públicas. Sabemos que algumas medidas precisam ser tomadas, e só podem sê-lo por aqueles que têm representatividade.

Gostaria apenas de lembrar que, enquanto é publicada uma portaria, como resultado de uma reunião ministerial, mostrando que o Governo vai acabar com os "marajás", o Governo estampa, hoje, nos jornais, que vai continuar construindo a Ferrovia Norte-Sul. É importante que a opinião pública saiba que o dinheiro a ser aplicado nessa ferrovia poderia acabar com parte da fome, com parte das necessidades de habitação, poderia gerar os empregos necessários no País. Poderíamos evitar que continuassem a morrer trabalhadores rurais e padres, como está acontecendo no campo, na luta pela reforma agrária. A verdade é que, para se chegar ao poder via colégio eleitoral – embora a grande maioria deles não tenha participado – algumas pessoas fizeram acordos, compromissos, prenderam-se ao velho regime. Percebemos que antigamente era mais digno, porque um general falava pela própria boca e hoje fala pela boca do Presidente Sarney.

Ouç o nobre Constituinte Haroldo Lima.

**O SR. CONSTITUINTE HAROLDO LIMA:** – Gostaria, em primeiro lugar, em nome do Partido Comunista do Brasil, de manifestar nosso apoio e fazer nossa saudação ao discurso que V. Ex.<sup>a</sup> pronuncia hoje, nesta Assembléia Nacional Constituinte. V. Ex.<sup>a</sup> está levantando um tema da maior importância e oportunidade, ao fazer referência à grande campanha das diretas em 1984, quando diversas pessoas e lideranças, que ainda hoje estão na política brasileira, estavam nas primeiras filas daquela grande jornada. V. Ex.<sup>a</sup> fez referência a que, infelizmente, alguns dirigentes, especialmente os principais líderes daquela grande campanha, mudaram sua maneira de pensar e hoje já não estão participando da também memorável campanha que estamos encetando por esse Brasil afora. Por isso, nobre Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva, gostaria de salientar que, se por um lado alguns mudaram – isso faz parte também do processo de luta que se verifica no mundo e no Brasil –, outros, entretanto, não o fizeram. Chamo a atenção para o fato de que V. Ex.<sup>a</sup> tem dado sua contribuição destacada numa outra campanha que estamos realizando agora, assim como diversos Deputados do PMDB – como há pouco se referiu o nobre líder em exercício Miro Teixeira – do PDT, do PT, do PC do B, do PSB e do PCB, tentando resgatar e retomar aquela grande caminhada que fizemos no passado. Voltaremos às praças públicas de Belo Horizonte, de Recife, de Maceió e de Aracaju, palmilhando aquele caminho, levantando de novo aquela mesma bandeira das "diretas-já", logo após a promulgação da nova Constituição brasileira. Quero manifes-

tar a V. Ex.<sup>a</sup> nossa esperança de que esta campanha seja vitoriosa, de que desta vez chegaremos lá – por conseguinte revitalizando o poder político no Brasil. Vamos começar a escrever uma nova página em nossa História, lastreada na liberdade, e na qual a usurpação do poder político estará afastada. Muito obrigado.

**O SR. CONSTITUINTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA:**

– Nobre Constituinte Haroldo Lima, creio que a retomada da luta pelas diretas e os comícios que estão marcados até o dia 4 de outubro serão, na verdade, a demonstração inequívoca, para aqueles que acham que o povo já se esqueceu de que é preciso eleições diretas, de que o povo vai conquistá-las. E nós vamos ter a sorte de estar aqui, em local privilegiado, tentando conseguir 47 votos na Comissão de Sistematização e 280 neste plenário a favor da nossa tese. O importante é que o povo possa saber quem votou contra e quem votou a favor. O importante é que o povo possa ter conhecimento do que é o comportamento do deputado e do senador eleito. O importante é que possamos, a partir desses debates, criar uma consciência nacional e que o povo possa saber, concretamente, qual é o comportamento dos seus representantes. Antes de 1984 todos nós entendíamos que as eleições diretas eram a solução. Não é possível que as coisas tenham mudado tanto neste País, a ponto de hoje se achar que a figura de uma pessoa indesejável pela sociedade seja a solução para nossos problemas.

**O SR. CONSTITUINTE JAMIL HADDAD:** – Nobre

Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva, em nome do Partido Socialista Brasileiro quero congratular-me com V. Ex.<sup>a</sup> pela brilhante defesa que faz a favor das eleições diretas no próximo ano. Era um compromisso do Presidente Tancredo Neves que essa fase de transição se encerraria em 1988, compromisso esse ratificado pelo Vice-Presidente que assumiu a Presidência da República em decorrência do falecimento do Presidente Tancredo Neves. Agora, porém, S. Ex.<sup>a</sup> magnanimamente, dá um murro na mesa e diz: "Tenho um mandato; jurei seis anos, mas quebro a jura para ficar cinco anos." Nobre Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva, continuamos – e muito nos orgulhamos disso – junto do povo. Não temos medo de povo; vamos às praças públicas e nos entrelaçamos com a população brasileira, com o seu sentimento de poder votar livremente para Presidente da República. Temos um triste quadro: um cidadão de menos de 45 anos nunca votou para Presidente da República neste País. É uma realidade dolorosa; várias gerações não votaram para Presidente da República. Congratulo-me com V. Ex.<sup>a</sup>, que sabe que o Partido Socialista Brasileiro está engajado nesta luta participando de todos os comícios e irá até o fim, qualquer que seja o resultado. Se outros traíram os ideais de 1984, nós, V. Ex.<sup>a</sup>, seu partido e outros partidos progressistas estamos cumprindo e honrando nossos compromissos. Estaremos nas ruas, lutando pelas diretas em 88 e, dentro deste plenário, votando a favor dessas eleições.

**O SR. CONSTITUINTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA:**

– Não tenho dúvidas, nobre Constituinte, de que o PSB continuará nessa luta até a conquista das eleições diretas.

Mas gostaria ainda de dizer aos companheiros e companheiras Constituintes, ao Presidente da Comissão de Sistematização e ao povo brasileiro, através desta tribuna, que aquilo que o Dr. Ulysses Guimarães viu em 1984, andando pelas ruas deste País, nós vimos andando na periferia de Brasília e de São Paulo: mulheres passando fome, homens desempregados, índios sendo perseguidos, negros sendo destratados, crianças abandonadas aos milhões e o analfabetismo crescendo. Em síntese, a mesma situação de antes. Espero que, quando a Comissão de Sistematização, ou o Plenário desta Constituinte, votar a tese da emenda das diretas – e o Partido dos Trabalhadores não reivindica na emenda apenas eleições diretas para Presidente seis meses após a promulgação da Constitui-

ção, mas também eleições para o Congresso, para que haja uma recomposição das forças políticas deste País – possamos, de uma vez por todas, fazer com que o País se torne independente do ponto de vista político. Porque só assim será independente do ponto de vista econômico.

Estamos certos, ilustre Presidente Afonso Arinos, de que iremos consegui-lo. Estamos convencido de que não é lógico, não é normal um homem querer permanecer no poder contra a vontade da grande maioria de seu povo. Isso não é democracia, é ditadura da minoria sobre a maioria. Na medida em que o Partido dos Trabalhadores é um partido que defende a democracia, na concepção maior da palavra, entendemos que uma das formas de estabelecê-la em nosso País, de maneira definitiva, é escolher, o mais rápido possível, o Presidente da República. Que ele seja eleito pelo voto direto. Que não se tenha medo do Brizola, que não se tenha medo do Ulysses Guimarães, do Lula, do Covas, do Fernando Henrique Cardoso, de ninguém, porque qualquer um, Sr. Presidente, eleito pelo voto do povo, é mais legítimo do que aquele eleito pelo Colégio Eleitoral. (Palmas.)

É preciso permitir a esse povo o direito de pensar, de andar, de votar, e até de errar. Não se pode castrar uma sociedade em nome da ordem e da lei.

Lembro-me de uma resposta que o Dr. Ulysses Guimarães dava, em 1984, ao então Secretário do Presidente Figueiredo, Sr. caries Átila. S. Ex.<sup>a</sup> invocava a lei e dizia que a escravidão também era lei. Entendo que a lei pode determinar um instante. Mas, na medida em que a sociedade se conscientiza e faz com que essa lei se torne superada, é preciso mudá-la, e não o povo.

É preciso que tenhamos dignidade, nesta Constituinte, na Comissão de Sistematização, de uma vez por todas, de aprovar definitivamente as eleições para 1988. (Palmas.) Do jeito que as pessoas são chegadas a um golpe, neste País, se não discutirmos as eleições na Constituinte, se aprovarmos a Constituição sem definirmos sua época, é bem possível que se queira ficar até 1990. Sabemos – e o Dr. Afonso Arinos sabe, assim como cada um de nós, Constituintes – que a ingerência do Poder Executivo nesta Assembléia é algo assombroso. Eles não vêm aqui ao Plenário, como vem fazendo o movimento popular, mas agem através de recados.

O mais recente foi o do Ministro do Exército, General Leônidas Pires Gonçalves, que tenta insinuar que, do jeito que está, o projeto do Constituinte Bernardo Cabral não vai passar. É preciso que o Sr. Ministro Leônidas Pires Gonçalves, saiba de uma vez por todas, que o que se fala dele aqui não é provocação. Porque não são apenas eles que respeitam as Forças Armadas; todos nós as respeitamos. Condenamos, sim, erros de pessoas que fazem parte das Forças Armadas, cometidos neste País em nome de meia-dúzia de pessoas. E o papel das Forças Armadas não é superior ao da Assembléia Nacional Constituinte. Não são as Forças Armadas que determinam o comportamento da Constituinte. Esta é que tem de determinar o papel das Forças Armadas neste País (palmas), da mesma forma que a Constituinte tem de determinar o papel da sociedade, sua forma de organização, os direitos e deveres de cada um de nós.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes: termino meu pronunciamento esperançoso de que as cabeças dos Srs. Constituintes fiquem arejadas e possamos perceber com muita clareza que os direitos sociais neste País só serão efetivamente atendidos quando tivermos alguém com disposição política. Temos a reforma agrária desde 1964, aprovada pelo Estatuto da Terra. Estava na lei, mas não se tinha vontade política para implementá-la. Veio a Nova República e se criaram mil mecanismos. Mas continua faltando a vontade política de se fazer a reforma agrária. Enquanto isso, trabalhadores com cartucheiras enfrentam grileiros com metralhadoras, enfrentam grileiros com

armas de calibre doze, enfrentam grileiros com insânia e vontade de matar. Penso que somente um Presidente eleito pelo povo, com vontade política, será capaz não de resolver, mas de dar o primeiro passo no sentido de solucionar os problemas do Brasil.

Deixo a tribuna convencida de que vamos ganhar essa parada, convencido, nobre Deputado Miro Teixeira, de que dentro do PMDB não estarão apenas 50 Constituintes na campanha das diretas, e sim 200. Espero que cada um deles leia o programa do seu partido antes da votação e que perceba que o que ali está foi o motivo de fazê-lo chegar ao poder. E aí respeitará as propostas, o programa, não do PT ou do PDT, mas do próprio PMDB.

Ao finalizar, gostaria ainda de passar às mãos do Presidente Afonso Arinos alguns recortes de jornal e pedir a S. Ex.<sup>a</sup> que os faça chegar às mãos do Presidente Ulysses Guimarães, e, se passível, pedir ao Presidente do PMDB e da Constituinte, que qualquer dia desses, antes de dormir, dê uma lida no que falava há dois anos, para ver se volta a falar o mesmo em 1987. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Nobre Constituinte, farei o que V. Ex.<sup>a</sup> está solicitando. Farei chegar às mãos do Presidente Ulysses Guimarães estes recortes. Agradeço, a V. Ex.<sup>a</sup>.

O Presidente deseja salientar aquilo em que tem insistido durante esta brilhante sessão da nossa Comissão. É lamentável que as contingências regimentais façam com que nossas reuniões tão inesperadamente assumam a densidade e a importância da sessão de hoje precisamente numa ocasião em que nossa sala está muito pouco povoada de ouvintes e Constituintes. É o que está acontecendo nas discussões gerais da Assembléia e também, lamentavelmente, nesta Comissão.

Apelo para os meios de comunicação no sentido de que dêem o devido relevo ao que significou a sessão de hoje, não apenas pela palavra dos oradores que até agora falaram – como o admirável discurso do orador Luis Inácio Lula da Silva – mas também pelos apartes de alto conteúdo e ampla significação que aqui foram ouvidos.

De maneira que solicito aos meios de comunicação que dêem o devido relevo e ressonância ao fato de que numa sala quase deserta tenha aparecido uma enorme população de esperanças, de sonhos, de lembranças e de desejos ardentes (palmas das galerias).

Lá estão aqueles que nos manifestam solidariedade, que nos apóiam, mas não pertencem a esta Assembléia. São poucos.

Todos vivemos nesta manhã, realmente, um momento de alta significação e de profundas esperanças no futuro próximo desta Assembléia. Precisamos rever o que está havendo de insuficiente, de errado, para que possamos preencher lacunas com medidas eficazes, obtidas por consenso. A confrontação será um estorvo, um perigo, se tal se der nos prazos que ainda nos estão reservados. Espero que os líderes, os chefes políticos desta Assembléia, possam reunir-se e deliberar em conjunto, convergindo para um estuário que seja um grande rio de acordo nacional, em benefício do povo brasileiro.

Tem a palavra o Sr. Augusto César Vanucci, diretor da Rede Bandeirantes, criador do Programa "Terceira Visão". S. S.<sup>a</sup> falará sobre assistência espiritual.

**O SR. AUGUSTO CÉSAR VANUCCI:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes: durante vinte anos, como profissional de televisão, tentei realizar um programa que tratasse da mediunidade, da paranormalidade, assuntos que interessam de perto a todos os brasileiros, por uma razão muito simples e objetiva: não há no Brasil um lar, um homem, rico ou pobre, um artista que, em determinado momento, não tenha sido beneficiado pela paranormalidade ou pela me-

diunidade de um sensitivo. Esse socorro espiritual aconteceu em minha casa e em vários lares brasileiros.

Depois de fazer mil e oitocentos programas, não consegui realizar um velho ideal de jovem: falar de percepção. Somente neste ano, mudando de emissora, tive abertura para, num programa da Rede Bandeirantes – o "Terceira Visão" – discutir, através da razão e clareza de espírito, esse assunto palpitante que é a espiritualidade, a paranormalidade.

É evidente que o assunto também é da Constituinte. Mostramos os paranormais, as perseguições, a ciência, o atraso do Brasil com relação aos estudos da psicobiofísica, do amor, a retomada do Cristo no terceiro milênio, de que nós, espiritualistas, tanto falamos.

"Brasil, coração do mundo e pátria do Evangelho", diz Humberto de Campos através da paleografia de Chico Xavier. Muitas vezes paro para perguntar: por que "coração do mundo e pátria do Evangelho", se aqui, melhor do que eu, tantas pessoas brilhantes falaram da injustiça social, dos anseios do povo brasileiro? Que "coração do mundo e pátria do Evangelho," que terceiro milênio é este que vem anunciado através das intuições, das mediunidades brilhantes, dos que amam e fazem do amor a arma mais importante para socorrer e amparar pessoas?

E a oportunidade de fazer um programa que tratasse do assunto surgiu na Rede Bandeirantes, sem compromissos religiosos. Na verdade, pensamos que através dele poderíamos colocar uma coisa de justiça, um pequeno adendo de amor, ou seja, mediunidade como cura espiritual, desde que não remunerada. Porque no Brasil a paranormalidade é punida com cadeia.

Ouvi os oradores, e a emoção, por diversas vezes, tocou-me a sensibilidade. Médiun que sou, percebi a presença de Bezerra de Menezes, parlamentar e espírita brilhante que, hoje, no plano espiritual, comanda os destinos da própria Nação. Lembrei-me de Chico Xavier e da sua prisão, de Zé Arigó e da sua prisão, de Eurípides Barsanulfo e da sua prisão; lembrei-me de todos os paranormais brasileiros ou médiuns, como os chamo, que foram punidos com cadeia por praticarem uma coisa chamada amor. Nada por acaso.

Hoje, quando vinha para cá, cheio de ânsia e de vontade, recebi "O Caso Zé Arigó", através de discurso feito na Câmara Federal em 1962, pelo Deputado Romeu de Campos Vergal.

Se eu lesse esse discurso, estaria falando de tudo aquilo que essas pessoas assinaram, das que estiveram presentes, dos que foram levar a sua contribuição, dos que falavam da sua gratidão por terem, um dia, através das curas espirituais, encontrado a paz para o lar, visto desaparecer a doença do filho. Era um discurso bonito, porque dizia que um dia um homem, com um olhar sereno, calmo, que transmitia paz, desceu na Praça XV. Caminhou um pouco e viu uma mãe inconsolável, com um filho doente pela fome e pela miséria. Essa mulher, sensibilizada com seu olhar de bondade, pediu: "Será que o senhor não poderia olhar meu filho?" E o homem, com o olhar sereno, fitou a mulher, pôs suas mãos sobre a cabeça do seu filho. Este tomado de nova energia, retomou a vida. A mãe, contente, agradeceu. E esse homem foi até a Cinelândia, onde encontrou um homem obsseso, tomado de um espírito. E, novamente, seu olhar sereno foi chamado a intervir, expulsando o obsessor. E o homem saiu gritando: "Estou curado". Mais adiante, uma mulher disse: "Meu marido morreu. O senhor poderia ir a minha casa. Se o senhor quiser, meu marido poderá voltar à vida". Esse homem de olhos serenos caminhou até a casa da mulher e ordenou que o defunto levantasse. Ele levantou e caminhou. Mais adiante, algumas pessoas notavam a força desse homem e começavam a dizer que ele estava possuído do demônio e que tinha poderes es-

tranhos. E mais adiante, outro quartoirão, já com várias pessoas o acompanhando, ele foi preso.

O nome desse homem é Jesus Cristo, e a cidade onde ele foi preso é o Rio de Janeiro.

Se o Cristo retornasse hoje e exercitasse sua paranormalidade, curando o doente, fazendo o morto reviver, impondo suas mãos sobre as pessoas, expulsando o obsessor, no Brasil, ele seria punido com a prisão, como ocorreu com Bezerra de Menezes e vários espíritos presentes.

Lembro que uma vez encenei uma peça de Chico Xavier. Relutei muito antes de apresentar essa peça, porque tinha muitos compromissos, muitos programas na televisão. Desde que sai de Uberaba – sou de lá –, ele me falava da minha responsabilidade com a comunicação. Lembro-me de que demorei seis anos para encenar essa peça no Rio de Janeiro. Até que, um dia, o Chico me disse que estava na hora de encená-la. Respondi-lhe que ninguém veria a peça, que o teatro ficaria vazio. Eu achava que ninguém vai ao teatro ouvir falar de assuntos da alma, da transformação moral. Disse-lhe que a peça não seria assistida por ninguém. Ele me respondeu que não tinha importância, e que eu deveria representá-la assim mesmo, porque muitos espíritos a veriam.

Acredito, portanto, que, neste momento em que estou falando aqui, milhares de espíritos estão presentes – espíritos de Cristo.

Acredito neste homem claro, límpido, retornando através das profecias, através das intuições, através de milhares de médiuns brasileiros que estão em todos os quadrantes do País, do Oiapoque ao Chuí, curando com amor. Um médico me alertou sobre o charlatanismo. É por isso que a emenda se refere a curas espirituais não remuneradas ou paranormais ou o nome que seja. Embora seja espírita convicto, acredito que esta emenda tem a ver com o Cristo que quer falar das pessoas que usam a bioenergética, a energia bonita que faz os discursos mais patrióticos serem escutados, como hoje escutei, que faz a alma sentir a alegria e a presença da espiritualidade.

Homem de comunicação, fiquei em dúvida se o assunto teria tanta importância. Cheguei à conclusão de que tem, porque é um assunto altamente democrático, contra o totalitarismo espiritual, contra a ignorância espiritual que não deixa o homem transformar-se. Estamos tratando de democracia, de abertura espiritual. O umbandista, no Brasil, dependendo do bom humor do delegado, pode ser preso. Um espírita, Edison Queiroz, foi ameaçado de ser preso, dentro de um estúdio de televisão, assim como milhares de outros médiuns que usam o amor.

Não julgo pessoas – um pode ser melhor do que o outro – mas julgo esta coisa bonita que o Cristo nos deixou como herança: a espiritualidade, a convicção absoluta de que acima das religiões existe o amor, capaz de mover montanhas, de transformar e sensibilizar as pessoas, e até mesmo de curar, embora alguns médicos queiram negar isso.

Com duzentas peças de teatro e mil e oitocentos programas dirigidos não posso dizer que não esteja emocionado, eis que, neste instante, estou falando em nome de trinta milhões de brasileiros, espíritas e umbandistas, relegados a segundo plano. Qualquer delegado mal-humorado chamará de curandeirismo o amor de um Chico Xavier.

Com este apelo, de coração aberto, falo aos milhares de espíritos presentes e aos nobres Constituintes, em nome de Jesus. Tenho a certeza de que, lá no fundo do coração, todos nós pensamos nesta força energética bonita, que às vezes não entendemos, mas que é Deus manifestando-se através do discurso de Lula, do discurso do Miro.

Minha intenção é a de que aquele que distribui amor no Brasil não seja punido com cadeia. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Muito obrigado ao nobre orador.

Vamos suspender a presente reunião para continuarmos a discussão das emendas populares, hoje, às 15 horas, neste plenário, sobre a divisão territorial deste País.

Muito obrigado.

(É suspensa a reunião.)

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro):** – Srs. Constituintes, dando continuidade à reunião iniciada hoje pela manhã, passaremos à discussão das emendas populares. A primeira é a de nº 85, sobre a divisão territorial da Bahia, patrocinada pela Associação Baiana de Imprensa, de Salvador, pela Associação Comercial da Bahia, de Salvador, e pela Federação das Indústrias do Estado da Bahia, de Salvador.

Concedo a palavra ao ilustre Deputado Estadual Coriolano Sales, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado da Bahia.

**O SR. CORIOLANO SALES:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, honra-me muito estar nesta reunião da Comissão de Sistematização da Assembléia Nacional Constituinte para cumprir um dever que considero irrecusável; irrecusável na qualidade de Presidente da Assembléia Legislativa da Bahia e irrecusável em razão da delegação honrosa que me foi conferida pelas entidades que estou representando – a Associação Baiana de Imprensa, a Associação Comercial da Bahia, a Federação das Indústrias da Bahia, as Associações de Bairros da Bahia e todas as entidades que patrocinaram esta emenda popular, não propriamente contra a divisão da Bahia, mas em favor da unidade da Bahia, da sua integridade territorial, da indivisibilidade do seu território. A emenda, afinal, objetiva que a Bahia se mantenha íntegra, indivisível, talvez, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, para cumprir também seu destino, não apenas o que iniciou a civilização brasileira, a formação da nacionalidade e a construção deste País, mas – quem sabe? – o destino muito importante de ajudar o Brasil a conquistar sua libertação, a ser o grande timoneiro da América Latina.

Encontro-me aqui, Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, com o dever irrecusável de ratificar a manifestação política da Bahia em favor da sua unidade. Queremos, em primeiro lugar, elogiar a postura da Assembléia Nacional Constituinte no sentido de abrir este espaço para a manifestação da democracia direta, traduzido na formulação e apresentação de uma emenda popular que chega a esta Casa com mais de 400 mil assinaturas recolhidas livremente em apenas vinte dias, na qual há também a manifestação de ilustres personalidades deste País.

Recordo-me, Sr. Presidente, de que, na hora em que me encontrava nesta Casa dando ingresso à manifestação política direta do povo do meu Estado, V. Ex.<sup>a</sup> também, como baiano, fazia chegar aqui o seu clamor em favor da unidade territorial da Bahia. Pretendo agora, num outro momento, expressar perante esta Casa aquilo que a representação política baiana na Assembléia Nacional Constituinte deseja, ela que é formada por quarenta e dois Parlamentares – Deputados Federais Constituintes e Senadores Constituintes. Por quarenta dos seus representantes, expressou a esta Casa o desejo de manter-se unida. Então, a Bahia toda, na sua representação política proporcional e no voto majoritário do Senado, através de sua representação política nesta Casa, manifestou-se a favor da sua unidade. Quarenta dos seus quarenta e dois representantes eleitos em todas as regiões do Estado baiano manifestaram-se a favor da integridade territorial daquele Estado, a favor da indivisibilidade do território baiano. Não bastasse isso, pelo processo de democracia direta que esta Assembléia estabeleceu como um dos seus momentos maiores, como um dos seus pontos mais elogiáveis, a Bahia trouxe aqui, livre e espontânea-

mente, uma emenda popular em favor da sua unidade, com mais de quatrocentos mil assinaturas, colhidas em apenas alguns dias de circulação no Estado da Bahia.

E por que os baianos desejam que a Bahia se mantenha unida? Por que os baianos, na sua maioria, desejam que a Bahia se mantenha uma, indivisível, íntegra? Não apenas por saudosismo, pela História do Brasil, que conferiu à Bahia a condição de berço da civilização brasileira. Certamente que não, mas pelo que a Bahia ainda pode fazer na sua luta por este País e pelo que precisa fazer por suas regiões do extremo sul, do oeste, do sudoeste, da Chapada Diamantina. Pelo que ainda pode construir é que estamos, perante a Assembléia Nacional Constituinte, pugnando pela reflexão dos nobres Constituintes a fim de que a Bahia seja mantida íntegra e indivisível.

Reconhecemos que a Bahia passou por um momento difícil; reconhecemos que a Bahia passou por um momento político de profunda discriminação contra as regiões do sul, base da proposta separatista do eminente Constituinte Fernando Gomes. Reconhecemos isso, mas entendemos que não é a discriminação política eventualmente praticada por quem está no Governo que deva servir de base para qualquer projeto separatista, pois, se assim fosse, quem sabe se amanhã, constituído o Estado de Santa Cruz, também o seu governador praticasse a discriminação política em decorrência do que viria de outras regiões a propugnação pelas suas separações!

Então, o fato da discriminação política não é, nem nunca foi, para nós da maioria esmagadora da representação política da Bahia, um argumento capaz de nos convencer. A discriminação política, ao contrário, terá de ser respondida com uma luta política dos baianos que desejam que a Bahia conquiste cada vez mais um lugar importante na Federação e na vida política, econômica, social e cultural deste País.

Também não desejamos a Bahia dividida porque entendemos que o Estado de Santa Cruz não teria, hoje, uma chance econômica razoável de se firmar em relação àquilo que sobriaria do Estado da Bahia, que está sendo construído, formado e desenvolvido numa base industrial de tecnologia de ponta quem sabe se para propiciar o desenvolvimento industrial do sul, do extremo sul, do oeste, do sudoeste e da região da Chapada Diamantina? Eu diria das regiões várias da Bahia, porque não é apenas a região sul desse Estado, que é mais rica, que precisa ter a sua base industrial, pois, se essa região clama, hoje, por desenvolvimento, que dirá então a região pobre e paupérrima do nordeste da Bahia, do São Francisco da Bahia? Então, essa discriminação alegada, levantada e argumentada pelo sul da Bahia, da monocultura do cacau, jamais deve servir de base de fixação para a aprovação de um projeto separatista, divisionista.

**O SR. CONSTITUINTE FERNANDO GOMES:** – Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. CORIOLANO SALES:** – Com muito prazer, nobre Constituinte Fernando Gomes.

**O SR. CONSTITUINTE FERNANDO GOMES:** – Sr. Deputado Coriolano Sales, eu queria dizer a V. Ex.<sup>a</sup>, que ora defende a não-criação do Estado de Santa Cruz, que essa emenda popular, com mais de quatrocentas mil assinaturas, não espelha a verdade quanto a nosso projeto. Primeiro, porque V. Ex.<sup>a</sup> afirmou que ela foi feita livremente, e isso não é verdade. Vi muitos órgãos governamentais, até a polícia, colhendo assinaturas para essa emenda popular. Todos os órgãos do Governo da Bahia – Governo do PMDB, do qual faço parte e que ajudei a eleger – estavam nessa campanha. Então, ela não foi livre, porque até em São Paulo, no Viaduto do Chá, foram buscar essas assinaturas, além do que 99% das pessoas que assinaram essa emenda não têm conhecimento do que se passa na região sul da Bahia. Inclusive V. Ex.<sup>a</sup> que é de

Vitória da Conquista, cidade que, criado o Estado de Santa Cruz, ficará do nosso lado, não conhece bem o sul de nosso Estado. V. Ex.<sup>a</sup> não sabe que o sul da Bahia tem hoje o maior número de tuberculosos do Brasil e também o mais alto índice de analfabetismo do Estado? Quanto à História, V. Ex.<sup>a</sup> está totalmente desinformado. O Brasil foi descoberto em Porto Seguro e recebeu o nome de Terra de Santa Cruz, depois mudado para Estado de Santa Cruz. Ali se criou a Capitania de Porto Seguro. Após algum tempo, foi a primeira Capital do Reino, denominada Bahia de Todos os Santos. Transferida a Capital para o Rio de Janeiro, as, Capitânias de Porto Seguro e de Ilhéus foram anexadas à Bahia. Mas nós, do sul do Estado, sempre nos sentimos separados da Capital. Até hoje, no sul da Bahia, quando alguém vai a Salvador, diz: "Vou para a Bahia". Desta forma, expressamos nosso desejo de voltar ao que éramos antigamente, ou seja, a ser as Capitânias de Porto Seguro e de Ilhéus, que a Bahia tomou. V. Ex.<sup>a</sup> afirma, com propriedade, que o sul da Bahia está abandonado, embora ali existam riquezas, como a pecuária, o cacau e outros produtos da agricultura. Mas o sul da Bahia tem sido marginalizado. Pergunta-se: há quantos anos o Governo Federal não pensa no sul da Bahia? Sequer os governos estaduais passam por lá, depois que levaram bilhões de dólares, produto da venda de cacau. Atualmente, passamos pela maior crise da nossa História. Desde 1956, não se via seca como a que estamos enfrentando neste momento. Estivemos com o Governador da Bahia, pedindo socorro, e haveremos de consegui-lo junto ao Governo Federal.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro):** — Pelo Regimento, o orador dispõe de vinte minutos e o aparteante, de um minuto. Solicito a V. Ex.<sup>a</sup> que conclua o aparte.

**O SR. CONSTITUINTE FERNANDO GOMES:** — Sr. Presidente, concluo dizendo ao Deputado Coriolano Sales que tenho certeza de que esta Casa não criará qualquer Estado. Este assunto será resolvido em plebiscito. Deixaremos que o povo decida se quer, ou não, criar o Estado de Santa Cruz.

**O SR. CORIOLANO SALES:** — Sr. Presidente e Srs. Constituintes, o Constituinte Fernando Gomes não tem razão nas questões que levanta. Ele próprio estabelece a contradição quando diz que as assinaturas da emenda que aqui trouxemos não foram colhidas livremente, mas obtidas por intervenção da polícia. Ora, se o povo gostasse tanto da polícia, certamente teria outra posição: obteríamos então milhões de assinaturas.

Este argumento do Constituinte Fernando Gomes evidentemente não convence ninguém, S. Ex.<sup>a</sup> afirmou que tinham sido colhidas assinaturas no Viaduto do Chá. Não creio, em absoluto, que pudéssemos incorrer num erro dessa natureza. As cópias da emenda foram distribuídas através de postos em toda a Bahia. Elas estavam nas mesas das repartições, nos locais públicos, nas ruas, e as pessoas assinaram livremente, quando quiseram e entenderam.

Além disto, quando o Constituinte Fernando Gomes, levanta argumentos econômicos para sustentar o projeto separatista, começa a demonstrar a existência de uma grande contradição. Efetivamente, o eixo Ilhéus-Itabuna é rico. Nunca se escondeu essa realidade. Mas é preciso notar que, num levantamento da arrecadação do ICM a que procedemos no ano de 1986, pudemos verificar que 50% dessa arrecadação eram provenientes dos vinte e nove Municípios do eixo Ilhéus-Itabuna. Estes dados nos tornam conscientes da pobreza que existe nos outros Municípios da região. Excetuados os Municípios de Vitória da Conquista, Brumado, Jequié e Itapetinga, dificilmente teríamos respaldo econômico-financeiro dos outros Municípios para sustentar a pesada máquina administrativa, no seu tríplice aspecto: Executivo, Judiciário e Legislativo. E mais, a arrecadação seria, nessa região, tomado o ano de 1986 como referência, inferior a 20%.

É preciso atentar para o fato de que a arrecadação tributária na Bahia, em 1986, foi de 47,6% na indústria, de 45,5% no comércio e de 6,9% na agropecuária, sendo que, no total, o cacau dela participou com 6,9%. Pergunto se o Estado a ser criado poderia sustentar-se única e exclusivamente, pelo Cacau, sem ser comandado pelas bolsas de Londres ou de Nova Iorque.

Ouçó, com prazer, o Constituinte Mário Lima.

**O SR. CONSTITUINTE MARIO LIMA:** — Ilustre Deputado Coriolano Sales, incluo-me entre os quarenta Constituintes da Bahia que não concordam com a idéia de dividi-la. Mas gostaria, primeiro, de destacar que a Bahia houve por bem designá-lo para defender aqui essa emenda. Tem V. Ex.<sup>a</sup> todos os títulos para merecer tal honraria. Mas é preciso também lembrar que a Bahia de hoje não é a mesma do passado, que tinha apenas no cacau sua fonte de riqueza. Hoje a grandeza da Bahia compõe-se do pólo petroquímico, do petróleo, de Paulo Afonso e da agricultura que se desenvolve no oeste. Daí termos a certeza da vitória desse movimento, nascido na Bahia livre e que contou com a participação do ilustre Governador Waldir Pires, dos intelectuais, dos artistas e do povo, em geral, porque as mais de 400 mil assinaturas que o subscrevem são provenientes do povo humilde e livre da Bahia. Este aparte tem a finalidade de emprestar a V. Ex.<sup>a</sup> nossa solidariedade e dizer que acreditamos que a Bahia não será dividida. Não o será porque nós, seus líderes políticos, não queiramos, mas sim porque o povo baiano não concordará com essa divisão: suas tradições e a sua cultura não podem ser fragmentadas.

**O SR. CORIOLANO SALES:** — Sr. Constituinte Mário Lima, incorporo o aparte de V. Ex.<sup>a</sup> à defesa que formulo.

**O SR. CONSTITUINTE DOMINGOS LEONELLI:** — Permite-me V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro):** — Deputado Coriolano Sales, comunico a V. Ex.<sup>a</sup> que seu tempo já terminou. Como os apartes superaram o tempo que lhes é reservado, informo a V. Ex.<sup>a</sup> que ainda tem dois minutos para concluir seu pronunciamento.

**O SR. CORIOLANO SALES:** — Ouço o nobre Constituinte Domingos Leonelli.

**O SR. CONSTITUINTE DOMINGOS LEONELLI:** — Nobre Deputado Coriolano Sales, queira receber nossas congratulações. V. Ex.<sup>a</sup> e o Governador Waldir Pires comandam uma cruzada política e um movimento de massas que recusam a divisão do Estado da Bahia. Creio que dentre os argumentos mais poderosos, arrolados pelos que são contrários à divisão do nosso Estado, encontra-se aquele desenvolvido pelo Governador Waldir Pires, que demonstrou matematicamente que o novo Estado seria exportador de matérias-primas e, portanto, dependente internacionalmente. Isso em nada ajudaria o conjunto da Nação. Creio que a divisão do Estado da Bahia não só não interessa ao nosso povo, como é um desserviço à Pátria, à unidade nacional e ao esforço que o Nordeste vem realizando para superar sua condição de região exportadora de matérias-primas e dependente da economia nacional. Muito obrigado, nobre Deputado Coriolano Sales, e parabéns pelo seu esforço.

**O SR. CORIOLANO SALES:** — Incorporo o aparte de V. Ex.<sup>a</sup> ao meu pronunciamento.

**O SR. CONSTITUINTE HAROLDO LIMA:** — Nobre Deputado Coriolano Sales, permite-me V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. CORIOLANO SALES:** — Se o Presidente me permitir ouvir rapidamente o nobre Líder do PC do B, Haroldo Lima...

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro):** — Utilizando a generosidade que tem caracterizado o comportamento desta Presidência, permito que V. Ex.<sup>a</sup> ouça e responda a este último aparte.

**O SR. CORIOLANO SALES:** – Ouço, com prazer, o nobre Constituinte Haroldo Lima.

**O SR. CONSTITUINTE HAROLDO LIMA:** – Muito obrigado, nobre Presidente. Em primeiro lugar, agradeço ao nobre orador a delicadeza da concessão do aparte e ao nobre Presidente a tolerância dado o avanço do tempo. Nobre Deputado Coriolano Sales, rapidamente quero expressar o apoio do PC do B a essa campanha que V. Ex.<sup>a</sup> e o Governador Waldir Pires, juntamente com diversos outros democratas baianos, encetaram contra a divisão do Estado da Bahia. Estamos certos de que não corresponde aos interesses dos baianos, da população do sul do Estado, nem mesmo da do suposto Estado de Santa Cruz, essa hipótese de dividir a Bahia. Nosso Estado não só tem uma tradição como precisa de uma maior unidade, justamente para superar os problemas históricos que vêm afligindo a sua população há bastante tempo.

Não será com essa divisão que iremos superar os problemas do atraso ou teremos maiores recursos. V. Ex.<sup>a</sup> expressou muito bem a parcimônia dos recursos existentes, até para manter uma medíocre e fraca máquina estatal. Além do mais, V. Ex.<sup>a</sup> também fez referência ao fato de que o povo desses Municípios – supostamente participantes do Estado de Santa Cruz – sequer foi ouvido. Para encerrar, nobre Deputado Coriolano Sales, gostaria de dizer que eu mesmo sou da região que formaria o Estado de Santa Cruz e, portanto, deixaria de ser baiano. Sou da cidade de Caetitê. O nobre Deputado que defende a divisão do Estado sequer a conhece. A população de Caetitê, de Guanambi, da região do São Francisco, da qual faço parte, nem tem idéia de que esta discussão está sendo posta em termos de uma consequência maior. Na verdade, não queremos participar da divisão queremos, isto sim, empreender um esforço maior para manter a Bahia unida, juntamente com o Brasil. Só assim haveremos de conseguir melhor posição social, política e econômica em nossa Pátria.

**O SR. CORIOLANO SALES:** – Constituinte Haroldo Lima, incorporo ao meu discurso, com muito prazer, o aparte de V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Permita V. Ex.<sup>a</sup> um aparte. Eu me incorporo aos que estão contra a divisão do Estado da Bahia. Deputado Coriolano Sales, quero dizer a V. Ex.<sup>a</sup> que trago o apoio e a solidariedade de Constituinte – aliás, já expressa em emendas que apresentei – não apenas por ser contra a divisão do Estado da Bahia, mas por entender que o que deve constar da Constituição, de sua parte permanente são os critérios pelos quais os Estados podem separar-se, em circunstâncias especiais. Não devem as Disposições Transitórias permitir a criação de Estados, até porque, se o fizerem, será havida por inconstitucional, em relação ao que contém a parte permanente. Sr. Presidente, a Bahia é uma só. Muito bem disse Jorge Amado, quando lhe perguntaram o que achava sobre a divisão da Bahia – tendo ele nascido em Itabuna: "Nasci baiano e pretendo morrer baiano." Sr. Deputado Coriolano Sales, expresse, assim, a V. Ex.<sup>a</sup> a minha solidariedade e a certeza de que haverá um movimento global, não apenas o da Comissão de Sistematização, que impedirá a divisão da Bahia.

**O SR. CORIOLANO SALES:** – Sr. Presidente, para concluir, desejo deixar registrado, desta tribuna, a posição da Assembléia Legislativa da Bahia, expressa por sessenta e dois dos seus sessenta e três Deputados, contrária à divisão do Estado, ao fracionamento do território baiano, em favor da sua unidade territorial, da indivisibilidade da Terra de Todos os Santos.

Quero também deixar registrada a moção de apoio do Congresso Nacional de Deputados Estaduais, realizado em Salvador, no dia 20 de julho de 1987, que foi desfavorável à criação do Estado de Santa Cruz. Igualmente deixa registrada a moção de apoio à integridade territorial da Bahia,

assinada por 404 dos Delegados do PMDB, presentes à Convenção Nacional Extraordinária do PMDB, realizada aqui, em Brasília, neste exato local.

Pugnamos não por mera unidade territorial da Bahia, mas por sua unidade histórica, cultural, moral e social, pelo que ela ainda pode realizar em favor da libertação deste País, em prol do povo baiano e da conquista da sua verdadeira liberdade. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro):** – Concedo a palavra ao Prof. Léo São Mateus, economista, e Professor da Universidade de Santa Cruz, que defenderá a Emenda Popular nº 113, da criação do Estado de Santa Cruz, representando as entidades responsáveis: Câmara Municipal de Jussari/BA; Associação de Moradores do Bairro de São Caetano; Itabuna, e Associação de Moradores do Bairro de São Pedro, Itabuna. Número de assinaturas, 31.237.

**O SR. LÉO SÃO MATEUS:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, componentes da Comissão de Sistematização da Constituinte, recebemos a honrosa incumbência de vir aqui defender a proposta anunciada, em nome de uma parcela da população do Estado da Bahia, especificamente daquela que moureja no polígono do futuro Estado de Santa Cruz. Nesta feliz oportunidade, em medida que me pareceu de bom senso, a Assembléia Nacional Constituinte dá ao povo oportunidade de falar e mostrar as razões principais que sustentam a tese da criação do Estado de Santa Cruz.

É hora de revermos, com seriedade e objetividade, a necessidade de reduzir o gigantismo de muitos Estados do Brasil. Se, em verdade, tamanho fosse documento, ou elemento essencial ao desenvolvimento do nível de vida das populações, o Amazonas seria inegavelmente a maior potência de todo Brasil. Meu Estado natal, Sergipe, sequer teria oportunidade de se fazer presente a esta Casa. Muito menos o Estado do Espírito Santo, com 58 Municípios apenas, teria oportunidade de sobreviver altaneiramente, pelejando por melhor situação de vida do seu povo. E a Bahia gigante, crescida, com cerca de 10 milhões de habitantes, não apresenta um quadro relativo de pobreza maior do que o meu Estado, Sergipe, ou o Espírito Santo? Porventura algum dos Srs. Constituintes baianos, que têm o dever de defender a unidade da Bahia, sabem se no Espírito Santo há algum Município sem telecomunicação? Não há. Perguntem se todas as sedes dos Municípios do Espírito Santo não se encontram ligadas por estradas asfaltadas. É um fato. Não é possível que num polígono como esse – volto ainda a citar o Estado do Espírito Santo, vizinho do novo Estado de Santa Cruz – que tem como estrada principal a BR-101, a interligação entre suas comunidades não seja feita por estradas federais e, sim, por estradas do Governo estadual. E o que temos nesse polígono de 236 mil km<sup>2</sup>? Temos a BR-101, a BR-116 e a BR-415, cuja reconstrução, iniciada há dez anos, até hoje não foi concluída, porque o Estado não se fez presente nem se compenetrou do seu papel no desenvolvimento da região.

Caetitê, do Constituinte Haroldo Lima, foi um centro de cultura importante, um pólo de desenvolvimento, um bastião da região centro-oeste da Bahia. E que representa Caetitê, culturalmente, hoje, Srs. Constituintes? Está bem aquém na qualidade e quantidade de ensino. Isso porque, em verdade, esses serviços básicos, no Estado da Bahia, têm caído bastante de qualidade. Se o Deputado Coriolano Sales fala aqui em precários serviços da máquina estatal, perguntar-lhe-ia se precária é a Justiça da Bahia, com muitas comarcas sem juízes, se precária são a Segurança Pública e a saúde da Bahia.

E o que nos apresentam os ilustres políticos, inclusive os tradicionais, da Bahia? Apresentam-nos discursos em termos de unidade da história do País, da unidade cultural da Bahia, mas esquecem-se de comparar, no



tempo, o empobrecimento relativo dessa região. O Deputado Coriolano Sales, ao dizer aqui que o cacau representa apenas 6% da renda da Bahia, esqueceu-se de que, há 30 anos, ele representou 62% da formação do produto do Estado. Como pode a Bahia partir para o seu pólo petroquímico, para essa concentração absoluta de riqueza na região metropolitana senão por um processo de má administração das potencialidades da nossa própria região e do seu interior?

Ouvimos um Constituinte pregar a indivisibilidade da Bahia, do mesmo modo que alguns Ministros importantes deste País pregaram a necessidade de deixar crescer o bolo para, depois, repartir a renda nacional. E o que se fez neste tempo todo? Cresceu o bolo das regiões metropolitanas, a fim de empobrecê-las em termos relativos. Parte-se para uma indústria de tecnologia de ponta dizendo-se que, a partir daí, sobrá dinheiro para o desenvolvimento de regiões atrasadas como essa. Temos na lavoura cacauzeira, inegavelmente, um vetor importante dessa economia, porque são mais de 800 bilhões de dólares exportados. Esse, sim, é um vetor de desenvolvimento, o que não acontece só com o cacau. Temos, por exemplo, cerca de 4 milhões de bovinos, o que representa um bovino para cada habitante; temos lavouras de café, de algodão e um comércio intenso. E é essa a distribuição atual dessa região: 47% na formação do produto agrícola; 30% de serviços; e 23% de indústrias. Desse total, 47% da mão-de-obra empregada ainda estão no setor agrícola, fato que a emenda que propõe essa divisão quer desconhecer; dessa mão-de-obra, apenas 23% estão no setor industrial e o restante no setor de serviços.

Querem negar o papel do Estado como indutor, promotor e, até, responsável pelo atraso de desenvolvimento das populações. É muito importante que essa parcela da população baiana se organize social e politicamente, a fim de desenvolver suas potencialidades.

Não pensem V. Ex.<sup>as</sup> que entre os quatro milhões de habitantes que hoje vivem no polígono temos apenas um quadro de pobreza. E praticam uma injustiça contra o ilustre Constituinte Fernando Gomes quando dizem que esse projeto só tem objetivos de promoção pessoal. Talvez desconheçam os Srs. Constituintes que por trás desse movimento, desse despertar de consciência para a organização do seu povo e de suas potencialidades, como também de seu conseqüente desenvolvimento, existem nessa população mais de quatro mil profissionais de nível superior, dentre os quais mais de quatrocentos com curso de mestrado.

Essa região possui 60.000 km<sup>2</sup> de trópico úmido. Para V. Ex.as terem uma noção dessa grandeza, ela representa apenas 1% do trópico úmido existente na América Latina – um por cento apenas, repito – mas representa a maior produção de toda a América Latina em termos de trópico úmido. Esse 1% produz mais do que o restante do trópico úmido da América Latina. Isso, sim, nobres Constituintes, é cultura, uma cultura tropical ajustada a uma realidade. Nosso potencial, por excelência, destina-se a produzir óleos vegetais, alimentos nobres, a explorar nossos recursos minerais e nosso potencial camaronero na costa desse novo Estado. São cerca de 40 mil hectares de áreas próprias para o camarão que, se explorados, representariam mais de três bilhões de dólares. Só esta área representa muito mais do que todo o pólo petroquímico com a sua duplicação. Vejam bem que o cacau – como essa região tem servido para subsidiar a indústria de ponta que aí está se falando – nunca foi gravoso. Podemos assistir a um quadro de pobreza e conhecermos nossas potencialidades.

Ouç o Sr. Coriolano Sales.

**O SR. CORIOLANO SALES:** – Eminente expositor e amigo, antes de mais nada devo dizer-lhe que não me inscrevo entre aqueles que jogam pedra no Deputado Fernando Gomes. Muito pelo contrário, considero-o um ho-

mem de bem, um Parlamentar responsável. Em todos os debates dos quais tenho participado acerca desta questão tenho sempre emitido essa opinião com absoluta tranquilidade. V. Ex.<sup>a</sup> já pôde testemunhar minha posição acerca da opinião do eminente Constituinte Fernando Gomes. Quero inserir no pronunciamento de V. Ex.<sup>a</sup> uma opinião...

**O SR. LÉO SÃO MATEUS:** – Peço a V. Ex.<sup>a</sup> que seja rápido, porque meu tempo é curto.

**O SR. CORIOLANO SALES:** – O Constituinte Fernando Gomes aparteu-o durante três minutos.

**O SR. LÉO SÃO MATEUS:** – O tempo é meu e não de S. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CORIOLANO SALES:** – Mas V. S.<sup>a</sup> está defendendo o ponto de vista do eminente Constituinte Fernando Gomes.

**O SR. LÉO SÃO MATEUS:** – Estou defendendo antes de tudo um ponto de vista de consciência.

**O SR. CORIOLANO SALES:** – O que o Constituinte Fernando Gomes defende é o objeto da emenda.

**O SR. LÉO SÃO MATEUS:** – Estou apoiando a criação do novo Estado, mas, antes de querer ser um teleguiado do Constituinte Fernando Gomes, sou homem livre e independente e aqui estou com essa posição.

**O SR. CORIOLANO SALES:** – A questão de ser ou não teleguiado corre por conta de V. S.<sup>a</sup>. É uma **mea culpa** que V. S.<sup>a</sup> está fazendo da tribuna, e nada tenho a ver com isso.

**O SR. LÉO SÃO MATEUS:** – É uma presunção de V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CORIOLANO SALES:** – V. S.<sup>a</sup> pode falar com absoluta tranquilidade, porque tem uma postura educada. Estou-me dirigindo a V. S.<sup>a</sup> também de forma educada. Trate-me com respeito, da mesma forma como o faço com V. S.<sup>a</sup>.

**O SR. LÉO SÃO MATEUS:** – Respeito quem está pedindo sou eu, nobre Deputado.

**O SR. CORIOLANO SALES:** – Quero dizer que V. S.<sup>a</sup> está assumindo uma posição inteiramente equivocada.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro):** – Nobre orador, tendo concedido o aparte, V. S.<sup>a</sup> deve ouvir o aparteante, para depois responder a ele e manter o diálogo. Se V. S.<sup>a</sup> não quiser conceder o aparte muito bem, mas, se o conceder, deve ouvi o aparteante e depois contraditá-lo. Como o tempo de V. S.<sup>a</sup> se está esgotando, peço a S. Ex.<sup>a</sup>, o Deputado Coriolano Sales, que conclua o aparte.

**O SR. CORIOLANO SALES:** – Concluirei o aparte que o expositor não me deixou formular. S. S.<sup>a</sup> passou a adotar uma outra postura que não a da concessão. Mas queria que o expositor respondesse se é ou não verdade que a receita decorrente do cacau seria responsável, na receita tributária do novo Estado, pelo percentual de aproximadamente 60%.

**O SR. LÉO SÃO MATEUS:** – Em primeiro lugar, V. Ex.<sup>a</sup> compara dados. Mas, em uma das principais atividades daquela região, a pecuária bovina e a produção de leite, baixaram o ICM para 1%, em 1986. Dessa forma, o dado que V. Ex.<sup>a</sup> traz não serve de comparação. Esse é o primeiro ponto. Gostaria também de lembrar a V. Ex.<sup>a</sup> que não é só de ICM que vive um Estado. As transferências da União são hoje muito superiores à arrecadação do Estado da Bahia. E mais do que isso: o orçamento do Estado da Bahia é composto também pelo endividamento. E hoje é terceiro Estado mais endividado do País. Esse endividamento foi distribuído proporcionalmente às necessidades de cada região? As transferências dos recursos também foram feitas? Darei um exemplo aos Srs. Constituintes.

Quando no ano passado se distribuiu na Bahia a verba da LBA para a alimentação de crianças no Projeto Casulo, destinava-se a importância de 300 cruzados para cada criança, mas, em verdade, o Estado da Bahia só distribuía cerca de 20 cruzados. Para onde foi esse dinheiro? Não é apenas isso. Quanto ao ICM, se considerarmos a máquina arrecadadora lubrificada para ganhar uma eleição, verificaremos que no setor rural, setor primário, onde mais se sofre a pressão política dos caciques deste País e daquele Estado, é que se fizeram as maiores negociações.

Quero dizer a V. Ex.<sup>a</sup>, nobre Deputado, que, se o ilustre Governador procurasse organizar a máquina arrecadadora e empregasse melhor os recursos obtidos, garante que não precisaríamos endivinar-nos tanto. É o caso do novo Estado de Santa Cruz: quer tomar consciência das suas potencialidades porque assim, e isso ninguém pode negar. Mas temos de verificar que há 30 anos, quando o cacau representava de fato uma riqueza, houve um período de seca e esse setor entrou em dificuldades. Quando a União sacava, durante anos a fio, sobre o cacau um confisco cambial aterrador, o povo consciente dessa região pedia ao Governo Federal que criasse uma taxa para o produto, a fim de realizar seu próprio desenvolvimento. De quanto foi essa taxa, Srs. Constituintes? Quinze por cento do produto FOB. E o que fizeram o Estado da Bahia e a própria União? Ao retirar de um produto tão importante essa extraordinária contribuição, o que deram, em contrapartida, para desenvolver a região? Nada. Ao contrário, tanto a União como o Estado passaram a utilizar os recursos advindos da economia do cacau para instalar serviços básicos, como postos de saúde e a manutenção de inúmeras outras atividades.

O Instituto do Cacau, no Estado da Bahia, só este ano deve arrecadar cerca de trezentos milhões de cruzados, referente a 0,75% do cacau produzido. Para onde vai esse dinheiro? Para quê?

Na verdade, aquela região possui recursos geoeconômicos da melhor qualidade e tem uma população muito expressiva, pois a densidade demográfica daquela área é superior a vinte habitantes por quilômetro quadrado. Mesmo na região pobre, de que eles falam, há centros dinâmicos como Vitória da Conquista, Brumado, Caetité, Bom Jesus da Lapa e Santa Maria da Vitória. No sul da Bahia, com o qual o Deputado Coriolano Sales foi injusto, dizendo que não há potencial algum, encontra-se o maior povoado do mundo, com mais de cem mil habitantes. Não nos podemos esquecer das dinâmicas Itamaraju e Teixeira de Freitas e do berço da nacionalidade – Porto Seguro – com um potencial turístico impressionante. O Estado da Bahia gasta muito divulgando sua cultura de berimbau, mas não sabe valorizar o potencial turístico extraordinário, fonte de riqueza, constituído por Porto Seguro e todo o litoral. Devo dizer que respeito a posição do defensor da não-divisão da Bahia, quando diz que aquele Estado não pode enfraquecer-se politicamente. Pergunto aos Srs. Constituintes: é correto que se divida a Bahia para querer torná-la gigante em confronto com o gigantismo de São Paulo, de Minas Gerais ou de outros Estados, como fórmula de desenvolver a nacionalidade? Será que vamos estabelecer um confronto de potências como a União Soviética e Estados Unidos para, realizar nosso desenvolvimento? É errado pensar assim. Os Estados conscientes dos seus problemas precisam ter representação política preparada e digna para defender os interesses de suas populações.

Srs. Constituintes, acredito que para o Nordeste se desenvolver não há necessidade de a Bahia tornar-se a locomotiva, a fim de que depois os outros Estados possam fazê-lo. Precisamos somar, somando também o Estado de Santa Cruz, conscientes das nossas limitações e dificuldades, mas sobretudo determinados a fazer a grandeza e o bem-estar do nosso povo, da nossa gente.

Srs. Constituintes, não tenho dúvida de que a redução da burocracia do Estado da Bahia é o melhor ca-

minho para o primeiro passo da divisão do seu território. É o melhor caminho que temos para tornar eficientes os nossos serviços públicos, para termos melhor segurança, uma Justiça mais eficiente, mais educação, mais saúde e sobretudo uma renda mais bem distribuída. Vemos o Estado de Santa Cruz como um futuro complexo agroindustrial, em decorrência de sua dinamização e consciência. Mas é difícil enfrentarmos quarenta Constituintes da bancada baiana. Se os defensores da não-divisão da Bahia têm tanta convicção da hegemonia da vontade popular, nada mais justo do que se empenhem os Srs. Constituintes...

**O SR. CONSTITUINTE MÁRIO LIMA:** – Meu ex-colega Léo São Mateus, concede-me um aparte?

**O SR. LÉO SÃO MATEUS:** – Deixe-me concluir. É muito importante que os Srs. Constituintes entreguem esta decisão final a um plebiscito, a fim de que a população a ser emancipada possa livremente escolher se quer um novo Estado, ou se continua apenas com o Estado uno, indivisível da Bahia. Este é o desafio que fazemos à bancada baiana: que ela dê oportunidade ao povo para decidir livremente e encontrar a solução correta. (Palmas.)

Ouçó, com prazer, o nobre Constituinte Mário Lima.

**O SR. CONSTITUINTE MÁRIO LIMA:** – Meu caro Léo São Mateus, é com alegria que o revejo, utilizando, com o mesmo entusiasmo de estudante, a mesma tática para expor suas idéias e evitar o debate. O Pólo Petroquímico não foi mal administrado; ele está ali localizado porque tecnicamente é o local que lhe convém. A cultura do cacau dá-se no sul da Bahia porque ali as condições de clima e de solo lhe são propícias. Mas o que quero dizer ao colega é que não se trata de entusiasmo passageiro, nem essa decisão de dividir a Bahia é novidade. Ela já foi apresentada nesta Casa por um Deputado da UDN, Henrique Cardoso, e teve um fim melancólico. Mais uma vez constato que essa idéia não terá futuro. O povo da Bahia acredita que a grandeza do seu Estado é apurada pelo cacau, pelo petróleo, pelo pólo petroquímico e pelos grãos do São Francisco. Meu amigo São Mateus, junte-se V. Ex.<sup>a</sup> aos quarenta Constituintes da bancada baiana, e vamos defender o sul da Bahia, juntamente com toda a sua população.

**O SR. CONSTITUINTE HAROLDO LIMA:** – Caro expositor Léo São Mateus, não é necessário dizer que esposo seus pontos de vista, exatamente porque defendo a inoportunidade dessa divisão. V. Ex.<sup>a</sup>, entretanto, situa um problema que me parece deva ser ferido aqui, abertamente. V. Ex.<sup>a</sup> considera necessária a divisão, posto que está existindo desigualdade econômica naquela região e certo grau de deformação no desenvolvimento econômico da Bahia. Gostaria de dizer, prezado amigo São Mateus, que, na Bahia, como, de resto, no Brasil, existe um problema que está por trás de toda essa movimentação, da qual V. Ex.<sup>a</sup>, aqui e agora, é expressão. Existe atraso ou abandono no interior da Bahia por culpa de setores que, durante muito tempo, ficaram acostumados a gerir um negócio só visto nas áreas metropolitanas, fazendo com que regiões como as do sul e do oeste do Estado da Bahia ficassem relegadas ao esquecimento. Quanto a isto, estou de pleno acordo. Só discordo de V. Ex.<sup>a</sup> quando afirma que a solução para esse problema seria fracionar um conjunto que já é débil e, dividido, será ainda mais fraco. V. Ex.<sup>a</sup> faz referência à minha cidade, Caetité, que outrora teve uma tradição cultural e que hoje está abandonada, marginalizada do processo político. Encaro este fenômeno como fruto da política que os governos, especialmente nas últimas duas ou três décadas, seguiram: abandonar o interior da Bahia. Estou convencido, meu caro Léo Mateus, que a solução para esse problema é lutarmos por um governo democrático na Bahia e no Brasil e por uma política que não seja posta em prática ao arrepio dos setores interioranos nem das camadas mais simples da população baiana.

**O SR. LÉO SÃO MATEUS:** – Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup> o aparte. Ouço o nobre colega Fernando Gomes.

**O SR. FERNANDO GOMES:** – Meu prezado amigo Léo Mateus, desejo cumprimentá-lo pela explanação que faz e dizer da minha certeza de que os Constituintes que estão assistindo a ela, neste plenário e nos seus gabinetes, definirão sua posição sobre os projetos de criação – não de divisão de novos Estados. Queremos, não só na Bahia redividir o Brasil para melhor administrá-lo V. Ex.<sup>a</sup>, com muita propriedade, expõe os seus pontos de vista. Receba meus parabéns e tenha a certeza de que vamos vencer, pois queremos apenas que o povo, livre e soberano, através do plebiscito, diga sim ou não à criação do novo Estado, que tanto poderá ser o de Santa Cruz como o Estado da Bahia de Santa Cruz – há emenda nesse sentido – ou, ainda, a Bahia do Sul.

**O SR. LÉO SÃO MATEUS:** – Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup> o aparte.

Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, encerrarei minhas palavras reafirmando, como questão vital, e não de princípio, apenas, que é necessário reduzir o tamanho da burocracia do Estado neste País. Se é verdade que a União centraliza recursos excessivos de poder de decisão, é verdade também que os Estados, com ações intermediárias concentram muito mais poder. Não podemos admitir que se continue esmagando o potencial de um complexo agroindustrial nem o desenvolvimento harmônico em todas as regiões mais desconcentradas. Não podemos admitir, sobretudo no Estado da Bahia, que legiões de habitantes do interior trabalhem para o agigantamento das grandes regiões metropolitanas, tornadas megalópoles quase ingovernáveis. Não gostaríamos de ver a nossa Salvador – que V. Ex.<sup>a</sup> tão bem conheceu – bem como o Rio de Janeiro boêmio transformados em megalópoles ingovernáveis, onde a pobreza relativa se torna mais violenta do que a do próprio interior. Isso é o que está ocorrendo no País, em inúmeros Estados.

Em nome desta convicção – sendo o Estado o principal indutor, promotor e até agente do desenvolvimento – é preciso voltarmos ao interior. Tomemos uma nova posição, reorganizando o povo e a sociedade no seu aspecto social e político. Só assim poderemos dizer que entraremos no ano 2.000, se Deus quiser, enxergando alguma coisa melhor para este País, que se diz rico e industrializado, mas onde infelizmente, cada vez mais, a fome, a pobreza, a miséria e a marginalidade aumentam.

Isto é o que está ocorrendo no País, meus senhores. (Palmas.)

(Durante a exposição do Sr. Léo São Mateus, assume a Presidência o Sr. Constituinte Celso Dourado.)

**O SR. PRESIDENTE (Celso Dourado):** – Concedo a palavra ao Dr. Osmar Lautenschleiger, representante da Sociedade para o Desenvolvimento e Emancipação do Iguaçu, da Ordem dos Advogados do Brasil, Subseccional de Cascavel, e da Associação Comercial e Industrial de Cascavel.

**O SR. OSMAR LAUTENSCHLEIGER:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, em nome da sociedade subscritora da emenda popular que objetiva a criação do Estado do Iguaçu, cabe-nos a honrosa delegação de fazer sua apresentação, exposição e defesa. Esta emenda já foi proposta na Comissão da Organização do Estado por dois ilustres Constituintes da região e, no entanto, não teve acolhida, sob a alegação, por parte de Constituintes do Paraná e de Santa Catarina, de que a idéia era de poucos e não da população que visava se emancipar. Vale ressaltar que a região do Iguaçu constituía o antigo Território Federal do Iguaçu, que, por um ato da Assembléia Nacional Constituinte de 1946, nas suas Disposições Transitórias, foi pura e simplesmente extinto e incorporado aos Estados do Paraná e de Santa Catarina. Pois bem, diante da inverídica

alegação na Comissão Temática, de que não existia supor-te popular para a criação do Estado, partiram, então, os expansionistas iguaçuanos para a busca desse apoio, e em tempo recorde, em questão de poucas semanas – vindos até pelo Correio, porque não há uma estrutura política atrás disso; o que existe é uma base popular – juntaram 41.234 assinaturas, por mais 50 mil, hoje engrossadas – embora chegadas fora do prazo regimental, para serem apresentadas junto com a emenda. Chegamos, por assim dizer, a praticamente 100 mil assinaturas. Ora, dessa forma, está veemente demonstrada a inveracidade da afirmação de que a emancipação do Iguaçu é apenas idéia de alguns poucos.

A outra alegação do ilustre Relator da Comissão Temática foi a de que essa não é matéria constitucional, mas infra-constitucional. Daremos resposta a isso no decorrer de nossos trabalhos. O que desejamos demonstrar é que a vontade daquela população, de criar um novo Estado, é muito antiga, data de 1967, quando se constituiu uma sociedade pró-desenvolvimento e emancipação do Iguaçu, inconformados que estavam os iguaçuanos com a extinção do Território. Se não tivesse acontecida essa extinção, o Território ter-se-ia desenvolvido naturalmente, para se constituir em novo Estado, a exemplo do que ocorreu com os Territórios de Rondônia e do Acre.

Iguaçu, hoje, sem dúvida alguma, como demonstraremos a seguir pelos dados que temos em mãos, é o mais viável dos nossos Estados que se pretendem orlar. Digo isto sem menosprezar os demais. É um direito das populações o desejo de verem emancipadas suas áreas para constituírem novas Unidades da Federação, nessa anacrônica divisão territorial do Brasil. Rebelar-se contra isso e buscar sua autonomia é um direito de todos. Mas, como dizia, entendemos que, de todos os Estados que se pretendem criar, o mais viável, pela sua pujança econômica, pela sua população homogênea, pela sua capacidade de trabalho e de produzir, sem jamais ter dependido de benefícios oficiais dos respectivos Estados, sequer da União, é o Estado do Iguaçu.

Srs. Constituintes, faremos rapidamente um pequeno demonstrativo do que é o Iguaçu, quanto à sua área, à sua população e à sua economia. Quanto à sua área, o novo Estado terá uma superfície de 68 mil quilômetros quadrados. Ainda teremos três vezes o tamanho de Sergipe, mais de duas vezes o tamanho de Alagoas, e seremos maiores do que o Rio de Janeiro, o Espírito Santo, a Paraíba e o Rio Grande do Norte. Por conseguinte, mesmo em extensão territorial um Estado médio, mas com grande capacidade de se auto-sustentar e de se automanter.

Ouçõ com prazer, o nobre Constituinte Osvaldo Macedo.

**O SR. CONSTITUINTE OSVALDO MACEDO:** – Sr. Osmar Lautenschleiger, que aqui defende a criação do Estado de Iguaçu, sou paranaense, filho do norte do meu Paraná – como dizia uma música muito popular do tempo da colonização e do desbravamento do norte do Paraná. Além de paranaense, sou profundamente paranista e tenho um orgulho muito grande do meu Estado. Talvez V. Ex.<sup>a</sup> não conheça bem as raízes paranaenses, porque veio há pouco tempo do Rio Grande do Sul para o Paraná, mas sabe que o nosso Estado nos é muito caro; nossa história nos é muito importante. Já houve até quem quisesse propor a criação do Estado do Paranapanema, separando o norte do sul do Paraná. É inviável a proposta. Não sei por que dividir um Estado para enfraquecê-lo ainda mais. Agora se propõe a criação do Estado do Iguaçu. No oeste e no sudoeste do Paraná, ainda há muitos gaúchos e catarinenses que ajudaram a construir e a colonizar aquela terra. Uma parte de Santa Catarina faz fronteira com o Paraguai e com a Argentina. O Paraguai, por exemplo, é um país que não tem mar, utiliza-se do Porto de Paranaguá para exportação dos seus produtos.

Pretender dividir o Paraná é uma proposta inviável, antiparanaense e injustificada nas bases históricas, culturais e econômicas. V. Ex.<sup>a</sup> tem toda a oportunidade e é um direito seu, desta tribuna da Assembléia Nacional Constituinte, trazendo uma emenda popular, de defender sua idéia. Mas estou feliz, ao mesmo tempo, porque sei que esta idéia é inviável e que, pelo bem do Paraná, ela não passará.

**O SR. OSMAR LAUTENSCHLEIGER:** – Agradeço ao ilustre Constituinte o aparte, a que responderei no momento oportuno. Agora, pelo vênha para terminar a exposição de motivos que leva não apenas a minha pessoa – hoje defendo esta idéia – mas toda a população interessada na questão a reivindicar a realização de um plebiscito. Desafio V. Ex.<sup>a</sup>, se realizado hoje, na área emancipada, o plebiscito, seguramente teríamos 90% da população a favor, senão mais.

**O SR. CONSTITUINTE OSVALDO MACEDO:** – Aceito o desafio.

**O SR. OSMAR LAUTENSCHLEIGER:** – Continuando, Sr. Presidente em área territorial, teremos ainda um excelente Estado, com uma população de três milhões de habitantes. De todos os novos Estados que se pretendem criar, teremos a maior densidade demográfica. Se não me engano, o Estado de Santa Cruz, que se pretende criar no sul da Bahia, se criado, terá uma densidade demográfica de 15 habitantes por quilômetro quadrado; Iguaçu, 49 habitantes por quilômetro quadrado. Em números absolutos, ainda seria, de todos os Estados que se pretendem criar nesta Constituinte, o segundo, com três milhões de habitantes, numa estimativa de 1985. Há outro aspecto. As regiões do oeste catarinense e paranaense nada têm em comum, e suas populações nada têm de paranistas, porque nunca estiveram sob a proteção ou estímulo do Paraná e de Santa Catarina para colonizá-las.

O extinto Território Federal do Iguaçu, criado em 1946 por decreto-lei do Presidente Getúlio Vargas, visava justamente a proteger aquela área, cobiçada pelo Paraguai e Argentina, portanto palco de permanentes conflitos entre Brasil e Argentina.

Temos aqui o fato histórico de o Presidente Cleveland ter sido designado como árbitro em uma questão de limites entre o Brasil e Argentina. Inclusive temos hoje no Paraná a cidade de Clevelândia, em homenagem ao Presidente, depois do conflito entre Santa Catarina e Paraná. E digo ao ilustre Constituinte de Santa Catarina: essa região não pertencia a Santa Catarina...

**O SR. CONSTITUINTE OSVALDO MACEDO:** – Sou do Paraná.

**O SR. OSMAR LAUTENSCHLEIGER:** – ... na Guerra do Contestado, pois pertencia ao Paraná. Ela foi cedida em um acerto. Então, nada há de historicidade, de paranismo ou de catarinenses nessa região, que foi pura e simplesmente...

**O SR. CONSTITUINTE OSVALDO MACEDO:** – Permite-me V. S.<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. OSMAR LAUTENSCHLEIGER:** – Ao final, concederei o aparte a V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. CONSTITUINTE OSVALDO MACEDO:** – Apenas nesse ponto, é importante que eu diga que V. S.<sup>a</sup> desconhece a história do Paraná, porque as lutas pelo Contestado travaram-se sobretudo na legendária Lapa.

**O SR. OSMAR LAUTENSCHLEIGER:** – Em seguida, com todo o prazer concederei o aparte a V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. CONSTITUINTE OSVALDO MACEDO:** – É extremamente paranaense.

**O SR. OSMAR LAUTENSCHLEIGER:** – A região toda foi colonizada por iniciativa privada de agricultores provenientes do Rio Grande do Sul, muitas vezes vítimas da

exploração imobiliária, montada pelos Governos do Paraná e de Santa Catarina, com a finalidade de vender madeira e não de explorar a terra, para explorar a erva-mate e vendê-la aos argentinos.

Por isso, se a região foi colonizada, desenvolveu-se e tornou-se indiscutivelmente uma das mais ricas e prósperas do País, talvez com a maior renda **per capita** do Brasil. Isso se deve ao esforço dos agricultores que para lá se deslocaram por sua própria conta, enfrentando inclusive a malária. Os paranaenses e catarinenses não queriam essa área e chamavam pejorativamente de jacus os gaúchos que ali se instalavam. Exploravam-se as vendas imobiliárias em terras que não acreditavam cultiváveis. Essa a origem real do Oeste catarinense e paranaense.

Perguntáramos, hoje, por que não se dar o direito à população de se autodeterminar? A questão não pode ser colocada pura e simplesmente em termos de poderio de cada Estado. Estão aí os grandes Estados do Paraná, Minas Gerais e o grande Estado da Bahia. Nós, brasileiros, somos responsáveis, e os Srs. Constituintes, mais do que ninguém, perante a Nação, o povo e a população pelo que interessa à população. Veja o nobre Constituinte que me aparteu anteriormente se pode uma administração pública cuidar de São Miguel do Oeste ou de outras regiões de Santa Catarina e do Paraná distantes mais de mil quilômetros da capital, localizada no litoral? Ninguém pretende a criação pura e simples de um Estado via decreto. O que se pretende é dar ao povo a oportunidade de se manifestar em plebiscito. É isso, ou a democracia que pregamos não tem valor. Ou vale somente para algumas situações.

A população pede, em manifesto com milhares de assinaturas – reconhecido pelo Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte – um plebiscito; dezenas de Câmaras de Vereadores do Paraná e de Santa Catarina também o pedem, em manifestos que tenho em mãos e inclusive foram encaminhados à Comissão de Sistematização, podendo ser manuseados pelos Srs. Constituintes.

A Assembléia Legislativa do Paraná aprovou moção de apoio à criação do Estado de Iguaçu. Não se pode dizer, portanto, que a idéia é absurda e não é viável. Os iguaçuanos pleiteiam tão-somente isso, que a Assembléia Nacional Constituinte, na sua forma democrática e soberana de ser, garanta à população o plebiscito.

Sugiro aos ilustres Constituintes que hoje me apartei que se desloquem para a região do plebiscito e lutem contra a criação do Estado. Isso seria mais democrático. Mas não aqui, pura e simplesmente inviabilizar a idéia por meio de acertos e conchavos, como se violou o direito daquela população extinguindo o Território Federal de Iguaçu. Hoje, sem dúvida, por evolução natural dos fatos, seria um Estado.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, antes de conceder o aparte ao nobre Constituinte Osvaldo Macedo, gostaria, rapidamente, de focalizar um dos argumentos que se usa com muita freqüência contra a criação de Estado pela Constituinte. Como se a Assembléia Nacional Constituinte não fosse autônoma e soberana para decidir matéria dessa natureza, inventaram um termo que é uma heresia jurídica: matéria infraconstitucional. Ora, no dizer dos mestres, no dizer dos Hauriou, a Constituinte é uma super legalidade e não admite restrições de norma sou de competência preexistentes. É uma heresia jurídica, repito, dizer-se que a Assembléia Nacional Constituinte não pode criar soberanamente os Estados, Sabemos que na nova Constituição, que está sendo elaborada, existem dispositivos de caráter permanente, duradouro, não limitados no tempo, mas existem também – e em todas as Constituições sempre foi assim – as Disposições Transitórias. Exatamente nessas Disposições Transitórias a sabedoria do Constituinte pode manifestar-se reparando injustiças, saneando a mesma divisão territorial prevista pela Constituição de 1891.

**O SR. PRESIDENTE (Celso Dourado):** – V. S.<sup>a</sup> dispõe de apenas dois minutos.

**O SR. OSMAR LAUTENSCHLEIGER:** – Concluirei, Sr. Presidente. Então, o que estamos pedindo, neste momento, em nome de milhares de iguaçuanos – e tenho certeza de que em nome de irmãos de outras regiões que também pretendem a criação de outros Estados – é pura e simplesmente ter direito ao plebiscito. Aí ter-se-á oportunidade de comprovar se as lideranças que defendem a criação do novo Estado estão mentindo, ou se a verdade aparece com um maciço sim da população querendo sua emancipação.

Vejam V. Ex.<sup>as</sup> que o Brasil, em confronto com outras nações, encontra-se em terrível atraso quanto à redivisão territorial. Os Estados Unidos têm 52 estados em uma área geográfica mais ou menos igual a nossa; a Suíça, com apenas dois terços do território do futuro Estado de Iguaçu, possui 26 cantões autônomos; a França tem 55 departamentos.

Ora meus senhores, paramos no tempo. O pedido de consulta popular ou de plebiscito, que se faz neste momento, apenas faz parte de uma tese geral da redivisão territorial racional, lógica e correspondente à vontade popular.

Sr. Presidente, meu tempo já está esgotado, mas pediria a V. Ex.<sup>a</sup> tolerância para que eu possa ouvir, rapidamente, o nobre Constituinte Osvaldo Macedo.

**O SR. CONSTITUINTE OSVALDO MACEDO:** – Sr. Osmar Lautenschleiger, quero apenas dizer a V. Ex.<sup>a</sup> que defendo o direito da manifestação popular, na forma de plebiscito.

**O SR. OSMAR LAUTENSCHLEIGER:** – A emenda expressa claramente isso, nobre Constituinte.

**O SR. CONSTITUINTE OSVALDO MACEDO:** – Sei que a região na qual se pretende criar o Estado do Iguaçu tem hoje no mínimo um milhão de eleitores.

**O SR. OSMAR LAUTENSCHLEIGER:** – A região?

**O SR. CONSTITUINTE OSVALDO MACEDO:** – É.

**O SR. OSMAR LAUTENSCHLEIGER:** – A região tem três milhões de habitantes.

**O SR. CONSTITUINTE OSVALDO MACEDO:** – Refiro-me ao número de eleitores.

**O SR. OSMAR LAUTENSCHLEIGER:** – Eleitores, pode ser.

**O SR. CONSTITUINTE OSVALDO MACEDO:** – V. Ex.<sup>a</sup> trouxe uma emenda com assinaturas de 41 mil eleitores e fala em nome deles.

**O SR. OSMAR LAUTENSCHLEIGER:** – Respondo a V. Ex.<sup>a</sup> apenas o seguinte: foram apresentadas a favor das diretas duas emendas na Comissão de Sistematização, uma com 90 mil assinaturas e outra com 40 mil, colhidas em todo o território nacional. Isso não é uma demonstração de vontade popular?

**O SR. CONSTITUINTE OSVALDO MACEDO:** – Eu mesmo redigi a emenda das diretas, se V. Ex.<sup>a</sup> não sabe. Mas quero dizer que estou aqui para defender a sua integridade, a inteireza da luta que o Paraná teve para conquistar o Estado do Iguaçu.

**O SR. OSMAR LAUTENSCHLEIGER:** – V. Ex.<sup>a</sup> é um romântico, um lírico.

**O SR. CONSTITUINTE OSVALDO MACEDO:** – Eu, que tenho o umbigo enterrado em terras paranaenses, falo com autoridade, parece-me, ao querer ver o Paraná inteiro, valente e forte como sempre foi.

Muito obrigado a V. Ex.<sup>a</sup> pela atenção em conceder-me o aparta.

**O SR. OSMAR LAUTENSCHLEIGER:** – Sr. Presidente, se for criado o Estado do Iguaçu, tenho certeza, pela homogeneidade de sua população, pela excelência do seu regime fundiário, cuja terra é quase toda usada pelos proprietários, que possuem a média de trinta hectares para cada um, jamais será necessário fazer uma reforma agrária naquela região. Segundo um estudo abalizado feito por professores, todos a nível de mestrado, da Universidade de Santa Maria, que foi entregue à Comissão de Sistematização e está à disposição de V. Ex.<sup>as</sup>, o Estado emancipando tem uma população predominantemente jovem: 80% da população têm menos de quarenta anos e temos apenas 1,7% de pessoas acima de setenta anos – isso é uma realidade populacional – e 60% dessa população estão empregados no setor primário da agricultura. Então, é preciso que se dê a essa região a oportunidade de criar um novo modelo de administração pública. Queria apenas trazer um exemplo tirado desse estudo; 1,70% da população da área emancipada do Iguaçu dedicam-se à função pública, são funcionários públicos; os demais, todos, são trabalhadores da terra, da indústria, com alta produtividade.

Tenho certeza de que a Assembléia Nacional Constituinte, no seu senso democrático, na sua justiça, não negará a essa população uma consulta popular, que será imparcial, que pode ser a favor da emancipação ou contra. Isso é democracia, isso é liberdade, esse é realmente o papel popular da Assembléia Nacional Constituinte.

Muito obrigado. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Celso Dourado):** – Concedo a palavra ao Sr. Darcy Martins Coelho, que defenderá a Emenda Popular nº 26, que trata da criação do Estado do Tocantins. (Palmas.)

**O SR. DARCY MARTINS COELHO:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, Srs. Deputados Estaduais, Srs. Prefeitos, demais autoridades do meu Estado, prezados companheiros da Conorte e do Comitê, senhoras e senhores: a despeito das opiniões contrárias às emendas populares admitidas pelo Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, mantiveram elas o interesse nacional sobre os trabalhos constituintes e, em particular, a Emenda Popular nº 26/87, que dispõe sobre a criação do Estado do Tocantins, expressa objetivamente a vontade dominante da população do Estado de Goiás e de todos os representantes dos seus poderes constituídos.

Trago a confirmá-lo moção unânime dos 41 Deputados da Assembléia Legislativa e manifestação expressa do Governador do Estado, Dr. Henrique Santillo. Ao mesmo tempo invoco o testemunho dos Constituintes da então Subcomissão dos Estados, mediante a unidade observada, quando em reunião pública, em Goiânia, aprovaram sugestão de norma considerada pelo seu Relator, o Constituinte José Wilson Siqueira Campos.

Neste exato momento, a matéria de criação do Estado de Tocantins e de outros Estados tem o destaque do art. 6º das Disposições Transitórias, assim redigido:

"Na eleição de 15 de novembro de 1988, será realizada consulta popular nos Estados de Goiás, Bahia, Minas Gerais, Maranhão, Pará e Amazonas e nos Territórios de Roraima e Amapá, para a criação, respectivamente, dos Estados de Tocantins, Santa Cruz, Triângulo, Maranhão do Sul, Tapajós, Juruá, Roraima e Amapá.

Parágrafo único. Estará automaticamente criado o Estado onde for favorável o resultado da consulta, ocorrendo sua instalação na data da posse do Governador eleito no pleito de 1990."

Afasta-se de uma solução pronta para uma causa, cuja conveniência e oportunidade se tornaram indiscutíveis, frente ao consenso alcançado no Estado interessado.

A **vacatio** do fato criador consubstanciado na consulta plebiscitária é uma protelação sob todos os títulos nociva, a partir da constatação de que o processo legislativo mesmo da criação do Estado do Tocantins inibe as iniciativas do Governo do Estado de Goiás e dos Municípios da área, até por endividamento, enquanto que protela o quadro de angústia, e expectativa para as administrações e o povo dos Municípios envolvidos, num doloroso e prolongado vácuo político, administrativo, social, econômico e financeiro.

O argumento forjado por alguns de que a criação de Estados-membros não é matéria constitucional não condiz com a tradição republicana brasileira. Não há no Direito Constitucional interno distinção entre matéria constitucional de conteúdo material ou formal. A distinção somente existiu na Constituição do Império (art. 178 da Constituição de 1824):

"É só constitucional o que diz respeito aos limites e atribuições respectivas dos Poderes Políticos, e aos Direitos Políticos e individuais dos cidadãos; tudo o que não é constitucional pode ser alterado, sem as formalidades referidas, pelas Legislaturas ordinárias."

O constitucionalista pátrio José Afonso da Silva sintetiza o pensamento quase unânime de que:

"A ampliação do conteúdo da Constituição gerou a distinção, já vista, entre constituição em sentido material e constituição em sentido formal. Segundo a doutrina tradicional, as prescrições das constituições, que não se refiram à estrutura do Estado, à organização dos poderes, seu exercício e aos direitos do homem e respectivas garantias, só são constitucionais em virtude da natureza do documento a que aderem; por isso, diz-se que são constitucionais apenas do ponto de vista formal. Quase a unanimidade dos autores acolhe essa doutrina. A despeito disso, permitimo-nos ponderar que esse apego ao tradicional revela incompreensão das dimensões do Direito Constitucional contemporâneo. Tal fato se verifica, além do mais, em consequência de não se arrolarem os fins e os objetivos do Estado entre os elementos essenciais que o constituem. Ora, concebida que a finalidade (fins e objetivos a realizar) se insere entre os elementos constitutivos do Estado e, considerando a ampliação das funções estatais atualmente, chegaremos à conclusão inelutável de que o conceito de Direito Constitucional também se ampliou, para compreender as normas fundamentais da ordenação estatal, ou, mais especificamente, para regular os princípios básicos relativos ao território, à população, ao governo e às finalidades do Estado e suas relações recíprocas. Diante disso, perde substância a doutrina que pretende diferenciar constituição material e constituição formal e, pois, direito constitucional material e direito constitucional formal" (Curso de Direito Constitucional Positivo, 4ª ed., RT, p. 13).

Visto que adotamos a democracia representativa, este Congresso representa os Estados e suas populações e está investido de plenos poderes, inclusive para desmembrar Estados, fundi-los e incorporá-los territorialmente e o Ato das Disposições Transitorias não interfere na concisão nem na síntese do texto constitucional, mesmo porque contempla temas reservados a uma solução temporária ou condicionalmente determinada.

O texto, porém, da criação do Estado do Tocantins, como está no Substitutivo Bernardo Cabral, deixa ainda o processo de criação sob o fatalismo de legislação complementar futura, pois não há como criá-lo e instalá-lo sem as disposições atinentes aos recursos necessários e à

formação de seus quadros administrativos e legislação pertinente.

Dá-se, com esse texto, à criação de Estados, tratamento similar ao de criação de Municípios, que se assenta em realidade político-administrativa diversa.

Por outro lado, o elastério do processo de emancipação destinado aos Estados criados nas Disposições Transitorias, faz com que o clima de sintonia político-administrativa que os conduz – no caso específico do Tocantins, com unidade de pensamento da bancada constituinte de Goiás, do seu Governador e de sua Assembléia Legislativa – seja quebrado após o resultado favorável da consulta popular, pelo refreamento da ação administrativa e longa inibição da máquina fazendária estadual, possivelmente estimulada por ação político-partidária fisiológica, já visando à composição do governo da unidade nascente, num processo desestabilizador da ação dos governos federal e do Estado-matriz, prejudicial ao bom êxito da transição político-administrativa.

Bastam, pois, os dois aspectos: o dos efeitos administrativos, políticos, fiscais, econômicos, sociais e financeiros nocivos e o do risco da quebra da harmonia do processo emancipacionista deflagrado nas unidades contempladas no texto ora debatido, para recomendar o acolhimento da emenda popular que ora defendo, por conter os instrumentos legais suficientes para a pronta instalação do Estado do Tocantins, mediante a justificação incorporada ao seu texto.

Com muita honra, concedo o aparte ao nobre Constituinte José Freire.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FREIRE:** – Nobre expositor Darcy Martins Coelho, V. S.<sup>a</sup> faz uma exposição brilhante a respeito da motivação que levou os habitantes da região do Tocantins a proporem à Assembléia Nacional Constituinte esta emenda popular, estribada no art. 24 do Regimento Interno desta Assembléia.

E aqui quero congratular-me com V. S.<sup>a</sup> pelo papel importante que tem desempenhado à frente do Comitê Pró-Criação do Estado do Tocantins. A coleta de assinaturas e a publicidade que se deu ultimamente através desse comitê, conjugadas com a Conorte, que há mais tempo vem prestando excelentes trabalhos no Tocantins, foram coroados de êxito, o que evidentemente, nos estimula, a mim e ao Deputado Siqueira Campos, a continuar nesta luta pela criação do Estado do Tocantins. O que consta no substitutivo do Deputado Bernardo Cabral já é o fruto daquela Emenda Siqueira Campos/José Freire, apoiada pelos ilustres Constituintes de Goiás, que, sem distinção de cor política-partidária, estão colaborando para a criação do Estado do Tocantins. Quero dizer ainda, não a V. S.<sup>a</sup>, porque tem conhecimento dos fatos, mas ao Presidente da Casa e aos Srs. Constituintes, que o Estado do Tocantins é diferente. Nele não há aqueles aspectos há poucos instantes expostos da tribuna e do microfone de apartes. Todos os partidos políticos existentes em Goiás dão apoio à criação do Estado do Tocantins. As bancadas federal e estadual, seus Senadores e Deputados, enfim, todos estão de acordo com a criação do Estado do Tocantins.

O Governador Henrique Santillo, que já se tinha manifestado favoravelmente, através da imprensa e de um documento, teve oportunidade de fazer aquele brilhante pronunciamento, quando os membros da Subcomissão dos Estados, que estudava o problema, estiveram em Goiânia. Os Deputados Estaduais da Assembléia Legislativa, composta de 41 parlamentares, dão apoio integral à criação do Estado do Tocantins. É uma área que ocupa 46% do Estado de Goiás, praticamente a metade, com um milhão de habitantes e mais de 500 mil eleitores, onde há uníssona opinião a favor do Estado do Tocantins. Prefeitos, Vereadores e líderes políticos estão todos de acordo. Não

veja por que esta Casa, que já deu duas vezes demonstração de apoio à criação do Estado do Tocantins, não dê novamente apoio a esta luta libertária dos vales do Araguaia e do Tocantins, que têm quase duzentos anos de existência. A presença aqui de líderes políticos da Conorte e de todos os segmentos da sociedade de Goiás, de Deputados Estaduais e de Secretários de Estado, é uma demonstração patente e inequívoca de que Goiás quer a criação do Estado do Tocantins. Cumprimento o nobre orador pela exposição brilhante que faz. Parabéns. Viva o Estado do Tocantins! (Muito bem! Palmas.)

**O SR. DARCY MARTINS COELHO:** – Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup> o aparte.

Ouçó, com muito prazer, o nobre Deputado Estadual Coriolano Sales.

**O SR. CORIOLANO SALES:** – Nobre expositor Darcy Martins Coelho, na qualidade de expositor e também de Deputado Estadual, Presidente da Assembléia Legislativa da Bahia, quero prestar a nossa solidariedade, já manifestada quando uma representação da Assembléia Legislativa de Goiás participava, na Bahia do I Congresso de Deputados Estaduais. Naquela oportunidade, a representação de Goiás também manifestou sua solidariedade em favor da unidade da Bahia. Estamos também manifestando agora a nossa solidariedade à criação do Estado do Tocantins. (Palmas.) Como disse há pouco um aparteante, é uma causa justa, e como tal recebe a solidariedade do Brasil inteiro, como disseram o Deputado Totó Cavalcanti e outros Deputados Estaduais de Goiás, quando estiveram na Bahia, podemos constatar aqui na Assembléia Nacional Constituinte, em todos os instantes da tramitação dessa proposta, que esta é uma causa que recebe o apoio total dos Constituintes e de todo o Brasil. Quero, pois, neste aparte manifestar a nossa solidariedade, que sei que é de todos os Deputados Federais Constituintes da Bahia. Tenho certeza de que tenho do Constituinte Celso Dourado, representante da Bahia que está a presidir esta sessão, o assentimento para fazer esta manifestação de solidariedade à criação do Estado do Tocantins. (Palmas.)

**O SR. DARCY MARTINS COELHO:** – Agradeço ao nobre Deputado da Bahia a solidariedade.

**O SR. CONSTITUINTE SIQUEIRA CAMPOS:** – Permite-me V. S.<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. DARCY MARTINS COELHO:** – Com muita honra, concedo o aparte ao nobre constituinte Siqueira Campos.

**O SR. CONSTITUINTE SIQUEIRA CAMPOS:** – Dr. Darcy Martins Coelho, causam muita emoção esta sessão e a presença de V. S.<sup>a</sup> na tribuna. Isso me leva às páginas da história da luta libertária da altiva frente morena que habita as belas e ensolaradas paragens do Tocantins e do Araguaia, luta que chega aos 178 anos. A sua presença e o magistral discurso que profere levam-me de volta ao passado, evocando a extraordinária e heróica figura de Joaquim Teotônio Segurado, primeiro Ouvidor Geral, titular da Comarca do Norte, criada por Dom João VI, instalada a 9 de março de 1809, data do início da luta autonomista da região norte-nordeste de Goiás. Foi o Desembargador Joaquim Teotônio Segurado o primeiro magistrado a deixar as garantias e as regalias de uma posição destacada para se unir ao povo nortense na luta emancipacionista. E ele, rebelando-se contra os Capitães-Generais, chefes das oligarquias goianas, fundou o Governo autônomo do Tocantins, a 15 de setembro de 1821, cem anos antes da Independência do Brasil. A partir de 1950, o Juiz de Direito do Porto Nacional, Feliciano Machado Braga, colocou em risco a sua sólida posição de magistrado conceituado para assumir a direção da luta pela criação do Estado do Tocantins, redigindo, conjuntamente a Osvaldo Ayres da Silva e Fabrício Cezar Freire, o "I Manifesto à Nação pela Criação do Estado do Tocan-

tins," divulgado a 13 de maio de 1954. Agora, V. S.<sup>a</sup> empolga-se pela causa e, jovem, ainda, requer aposentadoria do alto cargo de Juiz Federal, abandona regalias e vantagens e atira-se na luta, ao lado de João da Rocha Ribeiro Dias, Júlio Resplande de Araújo, Adão Bonfim Bezerra, José Maia Leite, José Carlos Leitão e tantos outros abnegados tocaninenses na bela, campanha da emenda popular pela criação do Estado do Tocantins, colhendo assinaturas de homens e mulheres que têm como última esperança, abaixo de Deus, os luminosos caminhos que nos abre a luta libertária pela autonomia. V. S.<sup>a</sup> repete aquelas excelsas figuras, que hoje enriquecem a história do nosso povo: entre ficar na cômoda e confortável posição de Juiz Federal e os sacrifícios das duras lutas pela criação do Estado do Tocantins, Darcy Martins Coelho não pensou duas vezes e aqui está ao lado do nosso povo. Ao exaltar o importante papel que V. S.<sup>a</sup> passou a desempenhar, este ano, numa opção clara e destemida, desejo homenagear a Justiça goiana, na, pessoa de V. S.<sup>a</sup>, dos eminentes magistrados Osmar José da Silva, Júlio Resplande de Araújo, João Batista de Castro Neto, José Ronaldo Queiroz, Dr. Glycon Wantinil de Paula e tantos outros que, ao longo destes 178 anos se dedicaram à causa maior do nosso povo. Desejo homenagear todos os devotados nortenses que se entregam de corpo e alma à luta pela ambicionada autonomia.

Muitos deles, exatamente os mais destacados, estão presentes a esta sessão histórica, na qual V. S.<sup>a</sup> defende com brilho a Emenda nº 26, que propõe a criação do Estado do Tocantins. Ressalto a importância das presenças da extraordinária figura da Primeira Dama de Gurupi, Secretária de Estado, em Goiás, Dr.<sup>a</sup> Maria das Dores Nunes, esposa do Prefeito Jacinto Nunes, que está sempre presente nesta luta; do Dr. Adão Bonfim Bezerra; dos Drs. José Carlos Leitão e José Maria Leite, dirigentes da Conorte; dos ilustres Deputados Estaduais João Ribeiro, Hagaús Araújo, Brito Miranda e Totó Cavalcanti, que têm lutado como leões; do Dr. José Edgar, Diretor Administrativo do Mirad; dos Prefeitos José Guilherme, de Araguatins, e Antônio Luiz Lustosa, de Lizarda; do grande radialista Mascarenhas de Moraes, "embaixador de Goiás" e do Tocantins; do Dr. José Freire Júnior; do Dr. Vagner Maia Leite; do Dr. Paulo Costa; dos jornalistas Márcia Elizabeth, Luiz Spada, Carlos Costa e Sandra Miranda; do suplente de Deputado Estadual Jorge Fernandes; do Dr. Jalles Marinho; do Dr. Francisco de Oliveira Nefri; de Ana Maria Mendonça e Laila Mackenzie, e dos Deputados Federais de Goiás, presenças que, sensibilizado, agradeço. Destaco, ainda, do Secretário do Interior de Goiás, Dr. Valterli Guedes, que representa o Governador Henrique Santillo. Dirijo-me ao Presidente desta sessão, Constituinte Celso Dourado, para dizer-lhe que todo o Estado de Goiás, de norte a sul, quer a criação do Estado do Tocantins, porque será ela benéfica a todas as regiões.

Parabenizo V. S.<sup>a</sup> pela decisão de ficar ao nosso lado, ao lado do povo, e pelo brilhante pronunciamento que profere. Senhores, o Estado do Tocantins, se Deus quiser, será criado por esta Assembléia Nacional Constituinte.

**O SR. PRESIDENTE (Celso Dourado):** – Solicito ao orador que conclua sua exposição.

**O SR. DARCY MARTINS COELHO:** – Peço ao nobre Presidente que me permita conceder um aparte ao nosso grande Deputado e amigo Fernando Gomes.

**O SR. CONSTITUINTE FERNANDO GOMES:** – Prezado orador, defensor do Tocantins, quero dizer a V. S.<sup>a</sup> que já votei duas vezes nesta Casa favoravelmente a criação do Estado do Tocantins. Votei por duas vezes e votarei pela terceira, e tenho a certeza de que agora não haverá o veto do Presidente da República, porque a Assembléia Nacional Constituinte é que irá decidir e o povo referendar, através do plebiscito. Quero aqui também até agradecer a lucidez do povo goiano; todos dão apoio, de um lado e de

outro, para esse projeto, o que não acontece na Bahia. Mas fiquei até alegre porque quem defendeu, aqui, a não-criação do Estado de Santa Cruz, a não-divisão da Bahia, o Deputado Estadual Coriolano Sales, foi favorável à criação do Tocantins. Acredito que este Congresso, todos nós, Constituintes, vamos fazer uma lei para um Estado, excluindo os outros Estados. S Ex.<sup>a</sup>, no seu aparte, praticamente retirou tudo que havia dito contra o Estado de Santa Cruz. Será criado não só o Estado do Tocantins, mas todos os outros cujos projetos tramitam nesta Casa. Após a Constituinte deveremos fazer, ainda, a redivisão territorial, para que o Brasil fique, como os Estados Unidos, com cinquenta Estados. Muito obrigado. (Palmas.)

O Governador Henrique Santillo, que já se tinha manifestado favoravelmente, através da imprensa e de um documento, teve oportunidade de fazer aquele brilhante pronunciamento, quando os membros da Subcomissão dos Estados, que estudava o problema, estiveram em Goiânia. Os Deputados Estaduais da Assembléia Legislativa, composta de 41 parlamentares, dão apoio integral à criação do Estado de Tocantins. É uma área que ocupa 46% do Estado de Goiás, praticamente a metade, com um milhão de habitantes e mais de 500 mil eleitores, onde há uníssona opinião a favor do Estado do Tocantins. Prefeitos, vereadores e líderes políticos estão todos de acordo. Não vejo por que esta Casa, que já deu duas vezes demonstração de apoio à criação do Estado do Tocantins, não dê novamente apoio a esta luta libertária dos vales do Araguaia e do Tocantins, que têm quase duzentos anos de existência. A presença aqui de líderes políticos da Conorte e de todos os segmentos da sociedade de Goiás, de Deputados Estaduais e de Secretários de Estado, é uma demonstração patente e inequívoca de que Goiás quer a criação do Estado do Tocantins. Cumprimento o nobre orador pela exposição brilhante que faz. Parabéns. Viva o Estado do Tocantins! (Muito bem! Palmas)

**O SR. DARCY COELHO:** – Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup> o aparte.

Ouçõ, com muito prazer, o nobre Deputado Estadual Coriolano Sales.

**O SR. DARCY MARTINS COELHO:** – Prossigo, Sr. Presidente.

Faz-se necessário ressaltar que o texto do substitutivo sobre a criação de novos Estados-membros exasperou a mecânica da consulta popular disposta no seu art. 28, § 3º, exigindo o plebiscito ao invés do referendo e, ainda, extensivo a toda a população do Estado a desmembrar, minimizando a vontade da população regionalmente interessada, como se o plebiscito fosse inarredável força supra-constituente.

O forte da criação do Estado do Tocantins é o móvel político-administrativo, segundo uma realidade que o presente espelha remontando a 173 anos, desde que a Coroa Portuguesa outorgou a criação da antiga Comarca do Norte da Província de Goyáz.

Enquanto isso, os povoamentos ao norte de Goiás, no hoje futuro Estado do Tocantins, são notados em 1740, decorrentes dos estímulos da mineração e mais numerosos que os do resto da então Província, inobstante inerciados no moderno processo de ocupação do Estado, a partir de Goiânia, e submetidos a injunções políticas e econômicas colonialistas as mais injustas e ainda fluentes.

A geopolítica do Estado de Goiás, com divisor teórico administrativo à altura do paralelo 13, demonstra o alto custo existencial para municípios que se distanciam de 500 a 1.567 quilômetros da Capital.

O Ministro Íris Rezende assim se expressou sobre esse quadro:

"Quando Governador, eu sempre afirmei que é exigir muito de um prefeito do interior, que tem

de deslocar-se 1.500 quilômetros para despachar com o Governo e seus auxiliares" (**O Popular**, abril/86).

As potencialidades geofísicas do Estado do Tocantins são privilegiadoras, assegurando rápida e comprovada resposta aos investimentos públicos e privados na área, a exemplo dos seguintes parâmetros:

O tão só advento da BR-153 e do complexo de comunicações via Embratel determinou o surto de 34 Municípios à margem esquerda do rio Tocantins, onde existiam dois municípios apenas, no início do corrente século. Este incremento é mais da metade dos atuais municípios que compõem a parte norte de Goiás.

A pecuária, em 1973 e 1974, expandiu-se 150,08% contra 126,88% no Estado de Goiás, sendo hoje um rebanho de 3.753.040 cabeças.

A agricultura, na mesma relação norte **versus** resto do Estado, cresceu 238% contra 97% na década passada, estando hoje na casa de 727.956 toneladas, somente as três principais culturas: arroz, milho e feijão, com uma participação relativa média, no Estado, de 21,29%, sendo que a exploração extrativa do babaçu é de 84,28% do Estado, com uma produção de 32.683.410 toneladas, em 1985; a de banana, já era de 58,9% e a de mandioca, de 45,1% sobre o Estado, em 1983, enquanto a fronteira de soja expande-se no médio norte, notadamente nos Municípios da micro-região 348, influenciada pelo Projeto Rio Formoso.

A elevação real do ICM esteve sempre acima da média nacional, com 16,93% contra 9%, no ano de 1980.

Em termos de modernização da agricultura, os indicadores potenciais são de uma extensão de 410.000 hectares de áreas irrigáveis e/ou drenáveis, numa participação relativa no Estado de Goiás de 68,08%, assegurando, nos atuais padrões de produtividade expressados regionalmente, 2.050.000 toneladas de grãos e um elenco inesgotável de alternativas conjugadas de produção, da bovinocultura intensiva à piscicultura, superando de muito a força produtiva real e potencial do resto do Estado.

A receita de ICM arrecadada regionalmente foi de Cz\$ 250.048.026,00, de janeiro a julho do corrente, ano, sendo de Cr\$ 3.280.179.031,51, o valor das operações não tributadas na fonte de produção, sem contar as isenções tributárias resultantes de convênios interestaduais de ICM. Valores comerciais referentes a operações tributadas, com diferimento, suspensão e isenção.

Em receita correntes, temos:		Cz\$	
Receita orçamentária tributadas na fonte .....	312.404.207,	**	
FPE.....	1.549.881.502,	*	
Outras receitas	2.967.774.824		
	4.830.860.533		

Em despesas correntes		Cz\$	
Pessoal – Cz\$ 69.683.532/mês	836.202.384		
Outros custeios	167.240.476	***	
Transferências correntes	62.480.841	****	
	1.065.923.701		
Superávit	3.764.136.832		

\* – cálculo conforme art. 88 do CTN e rateio publicado no **DO** de 12-8-87.

\*\* – receita arrecadada de 1986.

\*\*\* – relacionadas em 20% sobre as despesas de pessoal.

\*\*\*\* – 20% para os municípios sobre a receita de ICM. As transferências estão até elevadas, vez que o índice de 20% foi aplicado sobre o montante da receita orçamentária.



A renda "per capita" do Estado do Tocantins é apenas um pouco menor do que a do Estado de Goiás, comparativamente sobre o PIB/1986, de Cz\$ 12.000,00 contra Cz\$ 13.695,00.

**População** – O Estado do Tocantins tem a 20ª colocação dos atuais Estados, em termos de população.

**Serviços Públicos** – Os serviços públicos na área do Estado do Tocantins estão facilitados pela regionalização administrativa dos órgãos estaduais responsáveis pelas políticas de saneamento básico, energia, segurança, educação e rodovias, razão por que se sujeitarão a alterações na responsabilidade da prestação nos setores de segurança, educação e viação, afetos à administração direta, enquanto os demais se facilitam consideravelmente, após a emancipação, devido ao imediato interesse e já presença de organismos da administração federal, como acontece com a Fundação SESP, na área de saúde, atendendo 35 municípios do futuro Estado e com sua ação prontamente extensível aos demais municípios, pois atua em limites conveniados com a administração estadual e participa do programa das ações integradas de saúde.

**Saneamento** – A mesma Fundação SESP, com atividade também no campo de saneamento básico, atende 12 municípios da região, ilimitando-se na extensão, após a criação do novo Estado.

**Energia** – Os recursos hidroenergéticos levantados e com utilização programada para promoção da Hidrovia Tocantins/Araguaia são os maiores do País, só superados pelos Estados do Pará e do Amazonas, sendo que uma só usina programada para o Tocantins, em Porto Nacional (881,0 MW) tem 1,4 vezes mais potência que Cachoeira Dourada, ora a maior matriz de hidroeletricidade do atual Estado de Goiás e com sua capacidade distribuidora exaurida. Só na região do futuro Estado são vinte as usinas programadas, com uma potência prevista de 7.124,5 MW.

A existência do Estado do Tocantins, por si só, libera a União para os investimentos programados no campo hidrelétrico, com vantagens para o sistema nacional de energia e o uso racional dos potenciais silvoagropastoris da região Araguaia/Tocantins, numa imediação espantosa.

**Educação** – A educação de 1º e 2º graus já se encontram urbanamente aparelhada no futuro Estado do Tocantins, em termos de rede física, sendo a escola pública estadual representada por 1.200 salas de aula, atendendo a uma população de 2.635 alunos, na pré-escola; 102.090 no 1º grau e 6.052, no 2º grau, complementada pela iniciativa pública municipal, notadamente na zona rural, e uma incipiente escola universitária, limitada a cursos de licenciatura na área de Ciências Humanas presentes em apenas três centros urbanos: Gurupi, Araguaína e Porto Nacional.

Considerados os vários níveis de escolarização e organismos de ensino do futuro Estado do Tocantins, são mais de 200.000 os estudantes do pré-escolar ao 2º grau, carecendo o processo educacional apenas de melhor priorização à qualificação do pessoal docente e distribuição espacial das unidades educativas, em função de prevenir a evasão escolar em faixas de escolaridade ascendente, já que os números da frequência global exibem uma performance admirável.

O Estado do Tocantins possibilitará a interiorização do ensino, universitário num contexto em que não há uma só universidade, mas é comparável espacialmente ao Nordeste brasileiro, com universidades federais.

**Transportes** – A rede de transportes de passageiros e cargas do futuro Estado do Tocantins está assentada basicamente em rodovias, na maior parte sem asfaltamento, mas com implantação básica nas comunicações intermunicipais, já objeto de planejamento a nível de Estado e da União, sendo a BR-153 a principal artéria da mar-

gem esquerda do rio Tocantins e a GO-118, a mais importante via da parcela nordeste do novo Estado, em fase de pavimentação asfáltica.

A emancipação almejada dará Impulsão a convênios projetos que viabilizarão implantar e pavimentar as rodovias planejadas ou já existentes, considerando que estão implantados 1.466 quilômetros de rodovias federais, 6.358 quilômetros de rodovias estaduais e 14.979 quilômetros de municipais, enquanto são 2.036 quilômetros planejados de rodovias federais e 607 quilômetros de estaduais.

Com a iminente implantação da Ferrovia Norte/Sul e a recomendação técnica da Hidrovia Tocantins/Araguaia, o governo do Tocantins permitirá o ordenamento do sistema viário regional, com vista à integração intermodal de seus sistemas de transporte, bem como a resultados proveitosos para a navegação fluvial, abastecimento, distribuição energética e racionalização do uso dos imóveis urbanos e rurais, com profícuo poder de fixação do homem araguaio-tocantino.

**Habitação** – Devido às características do Sistema Financeiro de Habitação, inexistente fator inibitório para a expansão dos programas habitacionais no futuro Estado do Tocantins, bastando somente à ação localizada de governo, certo que em seu território atuam agentes financeiros oficiais e privados, com uma razoável distribuição interna.

**Turismo** – O potencial turístico do Tocantins é calcado em seus recursos hídricos e paisagísticos, facilmente desfrutáveis, devido à existência de muitos centros urbanos ribeirinhos do Araguaia e Tocantins, além de um sem-conta de afluentes e lagos nada desprezíveis.

Fora essa realidade, que importa mais de perto a seu povo, o Estado do Tocantins oportuniza a integração de esforço nacionais pelo desenvolvimento da Amazônia e do Brasil Central, aliando algumas dentre as muitas razões que o justificam: Carajás, Programa com 15 municípios integrantes do futuro Estado do Tocantins. Trará desdobramentos viários e populacionais, começando já um processo novo de ocupação demográfica com um universo de sete milhões de habitantes; mercado nascente que induz a organização produtiva, num contexto adequado à produção de alimentos e de indiscutível futuro como matriz energética.

**Ferrovia Norte/Sul e Hidrovia** – O Estado do Tocantins oferece estrutura organizacional e apoio logístico a planos de produção silvo-agropastoris otimizadores dos custos do transporte ferroviário dos minérios de Carajás e abre espaço à ação programática definida pelo Projeto de Desenvolvimento Integrado da Bacia do Araguaia/Tocantins.

Srs. Constituintes:

Ao aporem suas assinaturas nas listas que instruem a emenda popular, as pessoas se manifestavam orgulhosas por estarem ajudando a criar o seu Estado. Sentiam-se co-participes de uma grande obra – uma obra redentora.

Em nome de 73.000 cidadãos que subscreveram a emenda em nome daqueles que não tiveram a oportunidade de fazê-lo com o endosso da ilustrada Assembléia Legislativa, que aqui se faz presente por seus Deputados, incluído o Líder do Governo, em nome do Governador Henrique Santillo que me autorizou a reiterar aqui seu apoio franco e decidido, pedimos a criação do Estado do Tocantins, para o bem do Brasil.

Srs. Constituintes: O povo do Norte/Nordeste de Goiás confia em V. Ex.<sup>as</sup>

Rogamos que não frustrem as expectativas daquela brava gente que, apesar de tudo, ainda não perdeu a esperança.

**O SR. PRESIDENTE (Celso Dourado):** – Concedo a palavra ao Sr. Expedito Mendonça, para falar sobre a Emenda nº 93, criação do Estado do São Francisco, como coordenador do Movimento Pró-Estado do São Francisco.

**O SR. EXPEDITO MENDONÇA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a organização política do Brasil foi definida há quase um século pela Constituição de 1891, que conservou a divisão política que serviu ao colonialismo português por mais de 3 séculos. Ela é uma cópia do federalismo instalado, um século antes, nos Estados Unidos da América do Norte.

Apesar de toda a defasagem de tempo, que trouxe profundas transformações políticas, econômicas e sociais, a divisão territorial em 20 unidades federadas continua praticamente intacta, apenas, recentemente modificada com a criação dos Estados do Acre, de Rondônia e Mato Grosso do Sul, completando os atuais 23 Estados brasileiros.

Embora estivessem previstas, nas Constituições de 1824-91, 1934-37-48-67 e 69, normas específicas para a re-divisão política do Brasil, e mesmo com a existência de quase uma dezena de movimentos de emancipação política de novos estados, o desenho da organização política brasileira não se modificou. Até um projeto, aprovado pelo Congresso Nacional por duas vezes consecutivas, foi vetado pelo Poder Executivo sob a alegação de que a criação de novos estados implicaria ônus financeiro para a União.

Os regimes políticos fortes e concentradores de poder, as ditaduras, são regimes onde a re-divisão territorial encontra fortes resistências, pois a re-divisão é uma proposta de descentralização, de redistribuição de poder e, conseqüentemente, é uma proposta democrática que conduz ao crescimento econômico e ao desenvolvimento social. Vejamos o caso da União Soviética; o sistema vigente naquele país, forte e concentrador de poder, vem conduzindo à estagnação econômica e à recessão.

Em nosso País, de 1930 até nossos dias, sob regime de ditadura por quase 40 anos, entendemos que é natural encontrarmos fortes resistências à criação de novos estados. Mas entendemos, também, que a proposta política de democracia e descentralização do poder que norteia a Assembléia Nacional Constituinte haverá de permitir espaço para a re-divisão territorial do nosso País, a exemplo da boa acolhida que vem sendo dada à política tributária descentralizadora que haverá de beneficiar estados e municípios.

A materialização do processo de descentralização de poder e da transparência da administração pública depende diretamente de maior aproximação entre o cidadão o Governo permitindo-lhe tornar-se partícipe dos atos decisórios do poder público.

Mas como o cidadão pode participar de um governo que está sediado a até mais de 1.000 quilômetros do seu município, em que se leva até dois dias viajando de automóvel para chegar à capital? Esse é o caso de Belo Horizonte em relação a dezenas de municípios do noroeste, nordeste e norte do estado. Nessas condições, a participação política do cidadão se torna uma utopia.

Resultado é, invariavelmente, o abandono das áreas periféricas. Em Minas Gerais, 60% dos recursos provenientes da arrecadação estadual são aplicados na Grande Belo Horizonte e no vale do Aço, onde estão apenas 14 dos 722 municípios e onde se concentram 5 milhões de habitantes que deixam as áreas mais atrasadas e se aglomeram próximo à capital, onde exercem permanentes e intensas pressões políticas, econômicas e sociais.

A adoção de uma diretriz política que facilite a criação de novos estados é importante componente que deverá instalar-se com a vigência da nova Constituição, com

vistas a uma melhor distribuição de rendas públicas e à aproximação do cidadão dos pólos de decisão, invertendo uma situação histórica que prevalece há quase 500 anos.

A França, com área territorial equivalente ao Estado de Minas Gerais, está dividida em 75 estados. Os franceses não se arrependem, pois seu país ostenta os mais altos índices de produtividade e desempenho econômico. Os Estados Unidos, com superfície equivalente à do Brasil, são formados por 50 unidades federadas, contando com 91.000 unidades administrativas, municipais e distritais, enquanto o Brasil conta com apenas 12.000. A Argentina, com território equivalente a 1/3 do território brasileiro, encontra-se dividida em 20 estados e dois territórios. Portanto, a história vem demonstrando fartamente que a descentralização administrativa é reflexo da democracia e conduz ao desenvolvimento.

#### **Justificativa histórica para a criação do novo estado**

A criação do Estado de São Francisco, abrangendo a região mineira acima do Paralelo 18 e o sul da Bahia, com saída para o mar e tendo Montes Claros como capital, é a alternativa válida para o desenvolvimento de toda essa imensa área que apresenta os mais baixos níveis de qualidade de vida do País e do mundo.

Enganam-se os que pensam que Minas Gerais tenha tido a configuração geográfica atual há mais de 400 anos. O Estado de São Francisco corresponde à área da antiga Capitania de Porto Seguro, que, no início do Século XIX, por um casuísmo que servia aos interesses econômicos da Coroa portuguesa, teve suas fronteiras violadas e cortado seu acesso ao Atlântico, sendo incorporada ao Estado de Minas Gerais há pouco mais de um século.

Toda a extensa área sanfranciscana não nasceu mineira, uma área caracteristicamente nordestina pela cultura, pela história e até pelo clima. Só em 1826 a região sanfranciscana foi incorporada a Minas Gerais e de lá para cá encontra-se à margem do desenvolvimento, apresentando um quadro de estagnação econômica dos mais graves do País.

Em 1840, a região chegou a ser emancipada através de emenda aprovada pelo Senado do Império.

Desde 1947 o então Governador de Minas Gerais, Milton Campos, e seu colega da Bahia, Otávio Mangabeira, reconheceram válida a alternativa de desmembramento de parte do território do noroeste, norte e nordeste de Minas Gerais, anexando parte do sul da Bahia e formando um estado com saída para o Atlântico.

Milton Campos reconhecia que o Estado de Minas Gerais, ao norte do Município de Paraopeba, apresentava características que, por raízes históricas, étnicas, culturais, geográficas, econômicas e políticas, mais se identificava com o Nordeste.

Otávio Mangabeira dizia:

"O território da Capitania de Porto Seguro foi desmembrado através de um casuísmo político interpretado por muitos como sendo um equívoco que tem concorrido para a estagnação econômica de uma extensa área. Hoje, defendemos a sua unificação num estado que integre a sua cultura, suas tradições, sua gente e que seja ponte de ligação entre os dois brasis, o do Sul, rico, próspero, desenvolvido, e o do Norte, pobre e subdesenvolvido."

A região sanfranciscana não recebe a devida atenção do Governo estadual e, por fazer parte do Estado de Minas Gerais, da Região Sudeste, é também relegada pela Sudene.

A região sanfranciscana está entre dois fogos: faz parte de Minas Gerais como enteada e é rejeitada por seus irmãos nordestinos porque está acorrentada ao Sudeste. A região sanfranciseana, com a criação do novo

estado, irá ao encontro de suas origens históricas nordestinas.

**As disparidades político-econômico-sociais que penalizam as regiões norte, noroeste e nordeste de Minas Gerais.**

Minas Gerais é um estado de grande extensão territorial, populoso, rico e de grande peso nas decisões políticas nacionais. Sua arrecadação de tributos é 42 vezes a de Alagoas, 511 vezes a do Maranhão e 350 vezes a arrecadação do Acre. Entretanto, as regiões noroeste, norte e nordeste de Minas Gerais, que estão apartadas do centro das decisões políticas do estado, segundo o Relatório das Nações Unidas de abril de 1987, estão incluídas entre as oito áreas mais pobres do mundo. Ao lado do Laos, da Nigéria, de Bangladesh e da Etiópia. No noroeste, norte e nordeste de Minas, 63% da população são portadores de enfermidades e o mais grave é que cada pessoa é portadora de mais de duas doenças.

Com esse quadro de morbidade, em 58% dos municípios, onde vivem 70% da população regional, não há serviços hospitalares organizados.

O sistema de ensino é deficitário em 97% dos municípios e as taxas de analfabetismo são as mais altas do País e do mundo.

Essas brutais disparidades dentro de um estado rico e politicamente poderoso evidenciam o abandono em que se encontram suas regiões noroeste, norte e nordeste, o que exige efetivas providências. O nosso sentimento de humanidade e de brasilidade nesta hora deve colocar-se acima dos caprichos piegas de mineiridade. Não podemos admitir tão agressivas disparidades sem clamar, determinadamente, de forma contundente, por uma mudança. E essa mudança não ocorrerá enquanto não houver a re-divisão territorial. Essas disparidades são conseqüências do distanciamento da região sanfranciscana dos pólos de decisão do estado; são conseqüências da grande extensão territorial de Minas Gerais, que abriga enormes diversidades históricas, culturais e de vocação econômica.

O noroeste, norte e nordeste de Minas Gerais, acima do Paralelo 18, que correspondem ao Estado de São Francisco, estão identificados cultural, histórica e geograficamente com o Nordeste. Sua história, sua cultura, seu clima são nordestinos; entretanto, são governados pelas forças políticas do sul.

Há 150 anos o Palácio da Liberdade e a Assembléia Legislativa de Minas Gerais estão de costas para a região sanfranciscana. Dos cargos de confiança do Governo estadual de 1º, 2º e 3º escalões, 93% são entregues ao centro, sul e triângulo; das 53 vagas de deputados federais, 52 são também do triângulo e centro-sul; das 76 vagas de deputados estaduais, 6 apenas são da região sanfranciscana; das vagas de senadores, três são do centro, do sul e do triângulo.

O poder econômico do sul promove a prostituição do voto, levando, sem nenhuma barreira, 4/5 da votação, tirando o poder político do norte, inviabilizando o crescimento das lideranças próprias. Com a perda da representatividade política a nível estadual e federal, agrava-se a crise econômica e social na região. Mais alto do que as palavras falam os fatos.

Sr. Presidente, gostaria de mostrar aqui na Assembléia Nacional Constituinte de Montes Claros, hoje, já recebe os flagelados de aproximadamente 80 cidades que se encontram em estado de calamidade. A população de 80 cidades da região noroeste, norte e nordeste de Minas Gerais se encontra, no momento, ameaçada pela fome. O norte de Minas foi considerado, em recente pesquisa, como a região mais pobre do País. A cidade de Montes Claros vem sendo invadida por multidões de flagelados. Os produtores já se encontram em situação de desespero diante da seca. Em recente visita feita à região, Zilda

Arns, que permaneceu durante uma semana percorrendo os Municípios do norte de Minas, que há dois anos se encontram em estado de calamidade, constatou que as crianças da região estão sendo dizimadas pela fome. Os prefeitos da região, reunidos em Montes Claros, solicitam a prorrogação do estado de emergência. A cidade de Montes Claros se encontra, no momento, ameaçada por falta de água para suas necessidades.

**Viabilidade econômica**

Diante desse quadro sócio-econômico e político caótico, poderia surgir a dúvida: seria a região Sanfranciscana viável como Estado? Com esse desolador quadro de carências, como poderia esta nova unidade federada sustentar-se?

Só a emancipação político-administrativa poderá resgatar essa extensa região e esta numerosa população do abandono e do subdesenvolvimento.

A criação do novo Estado é a alternativa válida para o desenvolvimento de toda essa imensa área de grandes potencialidades.

A autonomia desta nova unidade federada representa importante passo no sentido da reorganização política e administrativa do Brasil, irá reparar traços inadequados de sua divisão política colonial, em grande parte responsável pelos efeitos adversos da estagnação econômica das extensas áreas afastadas dos pólos de decisão e com políticas de desenvolvimento inadequadas às suas peculiaridades.

O novo Estado terá uma área de 278.000 quilômetros quadrados e uma população de 2,782 milhões de habitantes, será o 9º em extensão territorial e o 14.º em população entre os Estados brasileiros. Terá 123 Municípios e, com a proteção das fronteiras fiscais, a arrecadação do ICM aumentará substancialmente, e o Estado de São Francisco terá autonomia financeira para manutenção do seu organograma administrativo e funcional e lhe estará assegurado o 15º lugar em arrecadação do ICM, 16º em IPI e 16.º em IR.

Esses dados podem ser confirmados nas estatísticas do IBGE.

As fontes de financiamento da implantação do novo Estado são, basicamente: a União, o Fundo de Participação dos Estados e Municípios, o ICM, os Projetos Especiais de Desenvolvimento.

Tendo como base os gastos com a implantação do Estado do Mato Grosso do Sul, corrigidos para o preço de hoje, estima-se em 840 milhões de cruzados o custo da implantação do Estado de São Francisco, com instalação dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, os quais serão destinados pela União.

O novo Estado passará a receber integralmente a parcela de participação dos Estados e Municípios que lhe é devida pela União, o que é cerca de 40% superior ao total de recursos que lhe são destinados pelo Estado de Minas Gerais.

Com a proteção das fronteiras fiscais, a arrecadação do ICM deixará de correr para o Centro-Sul de Minas.

O novo Estado, totalmente nordestino, integrado à glutona, terá seus projetos especiais de desenvolvimento e atrairá pequenos, médios e grandes investidores da iniciativa privada através de benefícios fiscais.

O Estado de São Francisco, ao incorporar pequena parte do Estado da Bahia, área baiana esta também afastada dos centros de decisão do Governo estadual, terá, novamente seu acesso ao mar. Isso lhe possibilitará inúmeras alternativas para o desenvolvimento das indústrias do turismo e da pesca.

O novo Estado terá Governo próprio, que estará próximo do cidadão. Por isso mesmo, possibilitará maior

transparência da administração pública e trabalhará objetivamente para impulsionar o próprio desenvolvimento, com planos compatíveis com as características e peculiaridades regionais.

Da mesma forma que Mato Grosso do Sul restituiu à União, em 10 anos, um montante de recursos 13 (treze) vezes maior do que aquele que recebeu do Governo Federal, para financiar sua implantação, assim também o Estado de São Francisco restituirá à União, a curto e médio prazos, todos os recursos que forem destinados à sua implantação.

#### **A tese da indivisibilidade de Minas**

O Estado de São Francisco é viável, sua criação é a alternativa válida para o desenvolvimento da extensa área sanfranciscana.

Caso os políticos mineiros continuem vetando o desmembramento, sob alegação de não abrir mão do poder de mando de Minas, do espaço político de Minas, na política nacional em futuro próximo, Minas Gerais, será o mais extenso, rico e poderoso Estado da Federação. Isso, para os políticos que aspiram à governança do Estado, é uma tese atraente, pois, teoricamente, ser governador do grande Estado de Minas seria o passaporte para a Presidência da República. Essa não deixa de ser uma grande motivação dos políticos tradicionais de Minas.

Para muitos, a hegemonia de Minas não representa motivos para preocupações. Os mineiros, pacíficos, conciliadores e hospitaleiros, não representariam qualquer ameaça à Federação.

Entretanto, é válida uma rápida recapitulação histórica. Em 1930, o Governador de Minas, Senador Olegário Maciel, homem de extraordinário talento político, insatisfeito com a vitória do candidato paulista Júlio Prestes à Presidência da República, liderou o movimento político-militar que impediu a posse do Presidente eleito, e depôs e exilou o Presidente Washington Luiz e deu posse ao seu ex-Ministro da Fazenda, Getúlio Vargas.

Em 1932, eclode em São Paulo a Revolução Constitucionalista pela queda da Ditadura. Novamente, Minas Gerais entra em cena, sufoca a revolução e assegura a continuidade da Ditadura.

Em 1964, novamente Minas Gerais, sob o governo do Banqueiro Magalhães Pinto, a pretexto de conter a onda de corrupção e subversão que estaria tomando conta do País, deflagrou o movimento político-militar, que resultou em 22 anos de ditadura.

Minas Gerais é poderosa, possui extraordinário poder econômico e político e quer conservá-lo e ampliá-lo. Mas a História mostra que muitos políticos mineiros – tirando honrosas exceções, como JK, Tancredo Neves, e outros – são reacionários, beligerantes e golpistas. E esses, exatamente, serão contra a criação do Estado de São Francisco.

Nos últimos 60 anos, os Governos de Minas Gerais conceberam, organizaram e promoveram 3 golpes de Estado. Esses movimentos político-militares custaram à Nação 60 anos de atraso técnico e cultural e uma dívida social alarmante.

Na América Latina de Língua Hispânica, os golpes de Estado são planejados e executados pelas Forças Armadas. No Brasil, eles foram articulados e financiados por Minas Gerais.

A Alemanha, com a exótica tese do espaço econômico ideal, defendida pelos teóricos do I, II e III Reich, levou o mundo à I e à II Grandes Guerras Mundiais e, se não tivesse ocorrido a divisão do seu território, por certo estaríamos na III ou IV Grande Guerra.

O equilíbrio de forças é fundamental para a democracia. Para que a família brasileira venha a dormir em paz, e para prevenir novos golpes de Estado, a divisão de Minas deve ser considerada pela Assembléia Nacional Constituinte um imperativo nacional.

Ouçó o aparte de V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. PRESIDENTE:** – O tempo do orador está esgotado. V. Ex.<sup>a</sup> tem um minuto para apartear-lo.

**O SR. CONSTITUINTE VIRGALIO GUIMARAES:** – Acompanhei o discurso de V. Ex.<sup>a</sup> e, depois de tantas denúncias sérias sobre a situação de pobreza e de dificuldades do povo da região norte e nordeste de Minas Gerais, não vi como a divisão do estado poderia solucionar esses problemas, num País que vive assolado pela dívida externa, pela falta de reforma agrária e por vários problemas estruturais. Vejo um pronunciamento sem base de estudo, sem técnica e sem consulta à população daquela região, inclusive com graves erros de informação. Diz V. S.<sup>a</sup> que, em Minas Gerais, há cidades que ficam a dois dias, de automóvel, distantes da Capital; que a região metropolitana tem 5 milhões de habitantes, que a França tem 75 estados e que a Grande Belo Horizonte e o vale do Aço têm 14 municípios. São erros factuais clamorosos, que não vieram acompanhados, em momento algum, de dados, de comprovação no sentido de que a criação desse estado pudesse resolver o que quer que fosse da miséria daquele povo.

Qual o apoio popular à proposta? Conheço profundamente essa região de Minas Gerais, porque sou de Curvelo, cidade limítrofe do que seria o proposto Estado de São Francisco. Em todos os lugares em que houve essa discussão, não ouvi apoio de qualquer integrante do movimento popular à proposta. Portanto, ela não encontra base técnica, do ponto de vista da soberania popular daquela região; é sustentada em análises completamente falsas, como a comparação feita com a divisão da Alemanha, que me parece inteiramente absurda. Aliás, é lamentável que se possa dizer isso: em termos de políticos mineiros, terminar dizendo que todos são beligerantes e déspotas. Parece-me profundamente contraditória a proposta de criação desse estado, o que dificilmente vai acontecer, porque não encontrará respaldo algum da população dessa região.

**O SR. EXPEDITO MENDONÇA:** – Respondo ao aparte de V. Ex.<sup>a</sup> Gostaria de mostrar-lhe a "Carta de Montes Claros, que é um documento subscrito por 88 prefeitos da região, nos dias 22 e 23 de maio do ano passado, com a presença do Ministro do Interior. Se V. Ex.<sup>a</sup> é daquela região, lamento que lá não tenha comparecido.

Agora, com relação ao fato de Minas Gerais ter patrocinado três golpes de Estado nos últimos sessenta anos, basta V. Ex.<sup>a</sup> consultar os textos de História para constatar essa realidade. Somente um Governador de Minas, Olegário Maciel, planejou e executou dois golpes: o de 1930, que impediu a posse do Presidente eleito, Júlio Prestes, depôs o Presidente Washington Luiz, e deu posse ao Secretário da Fazenda deste, que era Getúlio Vargas. Em 1932, Olegário Maciel sufocou a Revolução Constitucionalista de São Paulo. O movimento foi somente de Minas, e deu continuidade à ditadura. Em 1964, novamente Minas Gerais organizou e planejou outro golpe de Estado, executado pelo Governador Magalhães Pinto.

A comparação com a Alemanha é muito válida.

**O SR. PRESIDENTE (Celso Dourado):** – Chamo a atenção de V. Ex.<sup>a</sup> para o fato de que o seu tempo está esgotado.

**O SR. EXPEDITO MENDONÇA:** – O mundo somente pôde dormir em paz quando dividiu a Alemanha. Senão, estaríamos na terceira, quarta ou quinta guerra mundial. E só teremos condições de dormir em paz, no Brasil, no dia em que se dividir Minas Gerais...

**O SR. CONSTITUINTE VIRGÍLIO GUIMARÃES:** – Fui ao debate em Montes Claros e não vi apoio algum a essa proposta.

**O SR. EXPEDITO MENDONÇA:** – ...Porque hoje já se defende, e se continua defendendo, a teoria exótica do espaço político de Minas, que representa, em decorrência da sua posição geográfica no território nacional...

**O SR. PRESIDENTE (Celso Dourado):** – Ilustre orador, V. Ex.<sup>a</sup> já teve mais de cinco minutos.

**O SR. EXPEDITO MENDONÇA:** – Gostaria que V. Ex.<sup>a</sup> examinasse os textos da História do nosso Estado, para constatar todos estes fatos que acabamos de alegar.

A criação do Estado de São Francisco fora aprovada pelo Senado do Império. Teófilo Ottoni foi seu Governador por dois anos. Tivemos uma revolução, que foi sufocada por Caxias, em 1842. Durou quarenta dias a luta. Não sei se V. Ex.<sup>a</sup> tem conhecimento desses fatos. O Governador Milton Campos, na sua época, posicionou-se favoravelmente à emancipação daquela área, como também o Governador Otávio Mangabeira, da Bahia.

**O SR. CONSTITUINTE VIRGÍLIO GUIMARÃES:** – Mas o povo de lá não se posiciona favoravelmente a esta divisão.

**O SR. EXPEDITO MENDONÇA:** – Mas se tenho documento assinado por 88 prefeitos que está à disposição de V. Ex.<sup>a</sup>, como é que o povo não é favorável? Os líderes da região são os prefeitos.

**O SR. PRESIDENTE (Celso Dourado):** – Concedo a palavra ao Sr. Hugo Rodrigues da Cunha. S. S.<sup>a</sup> falará sobre a Emenda Popular nº 087, que dispõe sobre a criação do Estado do Triângulo, com 202.577 assinaturas,

**O SR. HUGO RODRIGUES DA CUNHA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, retorno a esta tribuna, em honrosa missão, cinco anos após ter cumprido meu mandato Câmara dos Deputados para trazer aos Srs. Constituintes a mensagem de confiança, solidariedade e, também de esperança de 202.577 triangulinos, em apoio à emenda de criação do Estado do Triângulo.

Por oportuno, lembraria aqui a nossa redivisão territorial: em 1534, D. João III criou as Capitanias Hereditárias, com 50 léguas de frente, fazendo fundos no meridiano de Tordesilhas. Em 1822, com a Independência, tínhamos 19 capitanias e o Município Neutro, Rio de Janeiro. Em 1824, as capitanias se transformaram em províncias. Houve a alteração, com autonomia de diversos Estados, como Pará e Paraná, e anexação do Acre. O Triângulo pertencia à Capitania de São Paulo, junto com Goiás, passando, em 1818, a pertencer a Minas Gerais.

Se, faço essa lembrança é porque julgo absolutamente oportuna e muito necessária a redivisão territorial do País.

O Governo Provisório da República, através do Decreto nº 510, depois confirmado pela Constituição em 1891, dividiu o Brasil em Estados. Houve, evidentemente, uma forte influência dos Estados Unidos da América do Norte.

Mas se o Estado é a Nação, com territórios, soberania e população, reconhecemos nos Estados Unidos da América do Norte à necessidade de reunir, num Estado composto ou federação, aqueles Estados já existentes, com governos determinados, alguns com Constituição e delimitação territorial.

No Brasil houve o inverso. Éramos um Estado simples, um país de colonização única, portuguesa. Sofremos as invasões holandesas, francesas e inglesas, que nada nos deixaram, nem influência étnica, de língua ou de costumes. Mas, com a República, certamente por influência dos Estados Unidos da América do Norte, deu-se ao Brasil o nome de Estados Unidos do Brasil. Transformou-se, então,

o Estado único em Estado composto, artificialmente. Essa divisão, porém, foi aleatória. Não se baseou nos rumos migratórios ou em estudos sócio-econômicos. Foi uma divisão feita a olho, grosso modo, como se diria. Alguns Estados foram muito aquinhoados em superfície territorial, enquanto outros, menos.

Chamo aqui a atenção dos prezados Constituintes para uma conclusão muito simples: os Estados pequenos não reclamam e nenhum quer se anexar ao outro para se tomar grande e poderoso. O problema existe nos Estados de grande superfície, porque se deseja sempre um Governo integrado, próximo. Dividir para conquistar, inclusive quanto aos problemas. Queremos a descentralização do Poder.

Fariamos aqui um retrospecto do sentimento de separação do Triângulo: passado para Minas em 1816, a partir de 1875 houve insatisfação. Tivemos diversos surtos inclusive um, por incrível que pareça, do Cel. Fortunato José Silva Botelho, que pretendia criar a República Independente do Araxá. O Triângulo chamava-se Julgado e Freguesia de Araxá e Desemboque. Passou a chamar-se Triângulo Mineiro, numa campanha que pretendia anexa-lo a São Paulo, mesmo por que, para ir do Triângulo a Capital de Minas, então Ouro Preto, tinha-se de ir a Campinas, Rio de Janeiro e cruzar a serra da Mantiqueira. O Governador de então, Portugal e Castro, em 1816, ter-se-ia oposto a essa anexação, porque o Estado de Minas Gerais já era demasiado grande para sua administração.

Temos, Srs. Constituintes, um respeito grande e uma verdadeira veneração por Minas Gerais, nossa mãe adotiva a partir de 1816. Vangloriamos-nos e embevecemo-nos em dizer que somos mineiros, não em detrimento dos nossos irmãos de outros Estados, mas por reconhecermos que Minas, na sua condição mediterrânea, tem sido muito pouco influenciado pelos costumes das migrações modernas. Mas o Triângulo sempre foi um apêndice geográfico de Minas Gerais. Seu desenvolvimento foi na rota do Anhanguera, no sentido sul-norte, de São Paulo, rota Goiás e Mato Grosso. Sofreram os triangulinos essa influência cultural, empresarial e social muito grande dos paulistas e goianos. Costumamos ver no mineiro o homem sofrido, muito mais do que nós, porque premido, pressionado, humilhado pelos acidentes geográficos e pelas tradicionais montanhas do Estado, enquanto no Triângulo temos os planaltos ligeiramente ondulante e as campinas. Nossos caminhos terminam sempre no céu, no horizonte. E, aí, vamos correndo, aí, vamos correndo, voando, com arrojo e com otimismo. O homem triangulino é mais aberto. Quer, afinal de contas, sua autonomia.

Se rememorei os desencontros que houve com o Estado de Minas, lembraria que até a década de 50 eles foram revanchistas. Houve interesses políticos e locais, mas, a partir de 1960, houve um sentimento diferente, de maioria. Já não estávamos contra Minas, mas a favor do Triângulo. Já tínhamos sentimento de maioria, como o filho que, aos dezoito anos, pede licença em casa para sair e fazer sua vida, casar e tocar seu negócio. Evidentemente, haverá alguma restrição. Talvez até muita restrição. Goiás, sabemos, não faz restrição a Tocantins, mas sabemos que a mãe mineira é mais ciumenta, pois não quer preparar o nosso farnel, recusando-nos o direito de sair da dependência. Mas esse é um direito, um sentimento de maioria acima de tudo, Gostaria de lembrar aqui a potencialidade do Triângulo. Sei que todos conhecem nossos estudos sócio-econômicos, porque a nossa região é bastante divulgada na imprensa.

Srs. Constituintes, o Estado que pretendemos, o Estado do Triângulo, reúne 74 municípios, com 2 milhões de habitantes em 133.000 quilômetros quadrados. População maior do que os Estados de Rondônia, Roraima, Sergipe, Mato Grosso. Acre, Amapá, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal. Arrecada-se quatro vezes mais do que ali se aplica,

são poucos os que estão nesta Constituinte colocando os interesses da Nação abaixo de interesses de grupos, de Famílias e de castas. Por isto mesmo, trinta e seis milhões desses que aí estão, treze e seis milhões, de acordo com as estatísticas de que dispomos, existem hoje à margem da sociedade, vítimas da fome, da violência, da prostituição, do crime e das prisões. Agora é a hora, este é o momento, este é o lugar em que temos de colocar a consciência, inteligência de todos os homens aqui para garantir um terço da Constituição Federal aos direitos da criança para que possamos resgatar o mais extraordinário patrimônio nacional que hoje está sendo destruído pela irresponsabilidade de uma Nação onde existe um capitalismo ateu, cruel, sujo, que coloca um Deus chamado "lucro" acima de tudo. Isto estamos vendo nos discursos dos homens da UDR, dos que fazem os grandes **lobbies** econômicos. O Deus deles é o lucro. Estão colocando o lucro acima de tudo; estão preocupados com as fazendas, com as vacas, com os bezerros, com os seus negócios; enquanto isto, o mais caro patrimônio da Nação, que é a sua infância, a sua querida infância, inocente, sem culpa, está atirada à vala comum da miséria, do abandono e da violência. Parabéns a V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. VITAL DIDONET:** – Muito obrigado. A veemência com que o Constituinte Nelson Aguiar expõe é porque está próximo das crianças. Nós o conhecemos e sabemos que é mais um aliado dos milhões de crianças brasileiras que estão precisando crescer como cidadãos, como seres humanos.

**O SR. CONSTITUINTE ERALDO TINOCO:** – Permite V. S.<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. VITAL DIDONET:** – Ouço o nobre Constituinte.

**O SR. CONSTITUINTE ERALDO TINOCO:** – Conheço o seu trabalho, a sua luta em prol da criança brasileira, o seu trabalho pré-escolar, e quero parabenizá-lo por esse pronunciamento e pelas preocupações que traz à Comissão de Sistematização da Assembléia Nacional Constituinte. Não falo apenas como Relator que fui da Subcomissão da Família, do Menor e do Idoso, mas falo também em nome da Bancada do meu partido, o Partido da Frente Liberal, para dizer que a Subcomissão da Família, do Menor e do Idoso levou em consideração as propostas do Movimento Criança e Constituinte. Incluímos no parecer daquela Subcomissão, que foi aprovado pela unanimidade dos seus membros, todas aquelas propostas que lhe foram encaminhadas, elaborando um texto conciso, um texto enxuto, mas colocando todos os direitos das crianças, inclusive aqueles consagrados pela Declaração Universal dos Direitos da Criança. Infelizmente neste processo de elaboração constitucional, no presente momento, o texto não se apresenta conforme o que foi aprovado na Subcomissão, e não se apresenta no que deseja a maioria do povo brasileiro, que é uma atenção especial pela criança brasileira – porque todo indivíduo consciente tem que reconhecer que a criança é o futuro deste País. E não podemos dar esse tratamento apenas no discurso e na retórica, temos de dá-lo na prática, com um texto constitucional que demonstre a vontade da Nação brasileira em olhar melhor para os problemas da criança, especialmente os problemas ligados à educação. Então, registro que a composição do meu Partido nesta Comissão estará inteiramente favorável para que se restabeleçam no texto constitucional todos aqueles princípios que foram aprovados na Subcomissão em que tive a honra de ser o Relator.

**O SR. VITAL DIDONET:** – Muito obrigado, nobre Constituinte Eraldo Tinoco. Temos conhecimento de que na Subcomissão, da qual V. Ex.<sup>a</sup> foi Relator, as propostas

encaminhadas pelo Movimento Nacional Criança e Constituinte foram quase na sua integridade conservadas, e ficamos também sentidos com a perda nesse processo.

Peço aos Srs. Constituintes que sejam o mais breve possível ao me apartear, porque gostaria de terminar a exposição.

**O SR. CONSTITUINTE CELSO DOURADO:** – Professor, apenas para me solidarizar com essa luta. Também tenho experiência de trabalho com a criança. Fui professor de crianças e sei como a criança na espécie humana nasce dependente, física, mental e culturalmente. O esquema mental da criança é afetivo, depende de todo cuidado, de toda a ternura e carinho dos pais. É lamentável que milhões neste País não recebam na fase de dependência este apoio, o apoio da alimentação, o apoio do carinho, o apoio da ternura, o apoio do amor e o apoio cultural, da escola. O ser humano depende do alimento para o seu corpo e também depende da escola. A espécie humana não tem futuro sem a escola. Nesta hora, as crianças deste País estão esperando que a Constituinte, os homens que estão aqui e que são pais e que têm sensibilidade – que todos estão comprometidos em criar um ambiente adequado, apropriado para todas as crianças deste País – possamos firmar um compromisso com as melhores das nossas intenções, mas também com um esforço concreto da nossa parte para que milhões de crianças encontrem nessa fase decisiva da vida, principalmente nos sete primeiros anos da existência, o apoio material, o apoio para o alimento, o pão de cada dia; o apoio do amor, do carinho e da ternura e o apoio para a escola. Muito obrigado. (Palmas.)

**O SR. VITAL DIDONET:** – Muito obrigado, nobre Constituinte.

Mais um aparte, ao nobre Constituinte Nelson Seixas.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON SEIXAS:** – prof. Vital Didonet, inicialmente, meus cumprimentos pelo trabalho que vem desenvolvendo "A Criança e a Constituinte". Como Presidente da Federação Nacional das APAESs, estou aqui solidário, como entidade apresentadora dessas propostas que temos aqui em mãos. No substitutivo atual, sentimos que a pessoa deficiente diminuiu de conquistas, inclusive foi excluído até a questão de barreiras arquitetônicas. Então, parabenizo-o por esse artigo, que seria o quarto da relação, onde está de uma maneira muito mais incisiva a política de educação, saúde, treinamento, acesso ao trabalho e, inclusive, eliminação de obstáculos, sejam preconceitos sociais ou arquitetônicos, para as pessoas deficientes. Parabenizo-o pela redação desse artigo que está constante da emenda popular do grupo. Entendo que a vinculação de recursos deveria permanecer na Constituição. Acho que a conquista de João Calmon, agora retirada, é o, retrocesso porque, sendo muito importante a educação, subindo de 13 para 18% na área federal, e mantendo os 25% nos Estados e nos municípios, estamos dando uma ênfase à educação, mesmo que isso iniba um pouco a administração dos governantes em relação à educação. Torna-a assim uma coisa obrigatória. E reclamaria, sendo 10% os deficientes, portanto, reservarem-se 10% à educação. E um comentário final, de um parágrafo que diz:

"Fica estabelecida a inimizabilidade penal até os 18 anos."

Entendo que essa inimizabilidade deveria ser muito mais referente à idade mental e não à cronológica porque, evidentemente, o indivíduo que tem 25 anos, mas tem uma mentalidade de 5 anos, ele não é um indivíduo responsável. De modo que essa seria uma observação que queria fazer. Parabenizo-o pelo brilhante trabalho que V. S.<sup>a</sup> comandou nesta Constituinte.

**O SR. VITAL DIDONET:** – Muito obrigado, Constituinte Nelson Seixas.

Gostaria de concluir minha exposição acentuando um princípio que considero essencial. Constitutivo da pessoa e da vida humana, a idade cria especificidades; assim as crianças são diferentes dos jovens, os jovens são diferentes dos adultos, como os idosos são diferentes de todas as idades. E a Constituição do País deve refletir a consciência da sociedade sobre essas diferenças e essas características próprias de cada período, do contrário ela perderia a originalidade, perderia a diversidade e nisso perderia também a riqueza do povo.

Como muito bem falou o nobre Constituinte Eraldo Tinoco, a maioria das nossas propostas encaminhadas à Assembléia Nacional Constituinte foram incorporadas nas Subcomissões e nas Comissões Temáticas, e parto delas continuam ainda presentes no anteprojeto de Constituição. Já a proposta popular de emenda que encaminhamos configuram alguns itens essenciais que gostaria de ler e fazer um rápido comentário sobre cada um.

"A lei coibirá a violência física, mental ou psicológica de adultos ou de instituições sobre a criança, garantindo-lhe sua integridade, e estabelecerá os meios processuais adequados para tal fim."

Estranhamente – e estou contente em ver o Relator Bernardo Cabral no plenário – o projeto não fala sobre a violência contra a criança. A violência contra a criança e adolescente é um crime que cresce em frequência e atrocidade no Brasil. Por que não dizer na Constituição que a sociedade brasileira repudia a agressão física, a agressão mental e cultural? Por que não estabelecer que uma lei caiba a sua existência?

O item II:

"A lei garantirá a inimizabilidade penal até os 18 anos."

Considerando o comentário do Constituinte Nelson Seixas, gostaria de dizer que embora a maturidade e a consciência de responsabilidade parecem chegar cada vez mais cedo na escala etária das gerações, é necessário atestar sempre, em relação à criança e ao jovem, a nossa consciência na educabilidade daquele ao qual se atribui alguma infração, conferindo-lhe os meios para a educação e reeducação.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – V. Ex.<sup>a</sup> permite um aparte?

**O SR. VITAL DIDONET:** – Com muito prazer, Constituinte Bernardo Cabral.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Prof. Vital Didonet, em primeiro lugar devo dizer a V. Ex.<sup>a</sup> da alegria em vê-lo neste plenário.

**O SR. VITAL DIDONET:** – Muito obrigado.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Uma das maiores conquistas que o povo brasileiro poderia ter era um dia que qualquer pessoa do povo ocupasse a tribuna que, pelo Regimento, só é permitido ao parlamentar. Só aí já terno uma grande conquista da Assembléia Nacional Constituinte. Em segundo, o problema da violência contra o menor não se encontra no capítulo específico porque eu o incluí nos Direitos e Liberdades Fundamentais. Há um artigo que proíbe toda e qualquer violência. Devo dizer mais, tenho um compromisso com o Constituinte Nelson Aguiar de que o que for possível inserir, incluir no nosso

substitutivo final em favor da criança e do adolescente – é bom que se corrija a palavra "menor" para criança e adolescente – esteja certo de que somarei os meus esforços aos esforços de todos os colegas Constituintes. Esse problema não é pequeno, é um problema enorme, e por ser desta envergadura, todos os homens têm que corrigir a frase: a criança não é o futuro deste País, a criança é o presente deste País. (Muito bem! Palmas.)

**O SR. VITAL DIDONET:** – Muito obrigado, Constituinte Bernardo Cabral, Relator da Comissão de Sistematização em quem nós depositamos imensa confiança de que os princípios em defesa da criança e adolescente, lá configurados no substitutivo atual, permaneçam no segundo substitutivo e vão até o final da promulgação da Constituição.

Quanto à proibição do trabalho aos menores de 14 anos, na nossa proposta de emenda nós estamos nos referindo ao ingresso do adolescente no mundo das relações formais do trabalho. Nela, entende-se que até aos 14 anos toda criança e adolescente brasileiro têm direito a uma boa escola, e não apenas a criança da classe média, a classe alta, porque a educação é um direito universal. Quanto mais cedo entra no mundo de trabalho, menos tempo ela tem para sua formação geral, que é substrato da sua formação e qualificação profissional, e que mais tarde, certamente, ficará como mão-de-obra barata.

Para concluir, gostaria de chamar a atenção sobre um ponto essencial, que é o da educação da criança menor de 7 anos. O Anteprojeto de Constituição, trazendo relatórios das subcomissões e das comissões temáticas, manteve o princípio da obrigação do Estado em oferecer educação para as crianças menores de 7 anos, porque isto está na compreensão fundamental da importância dos primeiros anos de vida para o desenvolvimento da criança.

Gostaríamos que este princípio permanecesse até o seu final, inclusive, procurando, Srs. Constituintes, uma formulação mais incisiva: é obrigação do Estado oferecer educação especializada e gratuita para as crianças de zero a seis anos, cujas famílias o desejarem. E é importante a palavra "gratuita", porque ela aparece em outros níveis de ensino. E a gratuidade é que vai possibilitar, para as crianças das camadas mais pobres, o acesso a esse tipo de educação, porque essas necessitam mais do que as outras, cujos pais têm possibilidade de oferecer, em casa, ou indo para a escola, a gratuidade.

Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs. Constituintes, as crianças e adolescentes deste País confiam em V. Ex.<sup>a</sup> Votem por elas, não apenas em dois ou três artigos, votem uma Constituição para a criança. A nova Constituição não pode ser um livro em branco, de uma história vazia, para suas vidas e esperanças. Esse é o tempo de uma nova História. Senhores autores, muito obrigado. (Muito bem! Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Com a palavra o Prof. Deodato Rivera, coordenador da campanha "Criança, Prioridade Nacional", que irá defender a Proposta nº 96, que trata dos direitos e garantias da criança e do adolescente.

Peço a atenção de V. Ex.<sup>a</sup> para este dado, que deveria compungir a consciência nacional.

Morreram no Brasil em 1986 400.000 crianças de menos de 5 anos, por doenças perfeitamente evitáveis. Isto equivale ao efeito devastador de cinco bombas de Hiroshima em apenas um ano. Nos últimos seis anos perdemos 2.200.000 crianças nessa faixa etária – o equivalente a 44 vezes as vidas que os Estados Unidos da América perderam em 7 anos de guerra no Vietnã.

Estaremos em guerra com as crianças brasileiras. (Palmas.)

Somos uma Nação que pratica anualmente um genocídio tão cruel quanto silencioso e banalizado, ao qual nos estamos acostumando e insensibilizando. E, no entanto as causas dessa tragédia anual são conhecidas, e os meios recursos para impedi-la nosso alcance. Faltamos apenas à vontade políticas e a mobilização nacional para encerrarmos essa guerra contra a nossa infância, para assinarmos um tratado de paz com as crianças brasileiras...

**O SR. CONSTITUINTE CELSO DOURADO:** – Permite V. S<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. DEODATO RIVERA:** – Com prazer, nobre Constituinte.

**O SR. CONSTITUINTE CELSO DOURADO:** – Professor, a sua mensagem chama a nossa atenção para uma realidade extremamente trágica na vida deste País. O tratamento que é dispensado à criança, aos milhões de crianças pobres, marginalizadas e abandonadas, deste País é realmente de estarrecer.

Professor, pouco adiantaria colocarmos na Constituição dispositivos que, mais tarde, não venham ao encontro das aspirações do povo. O que temos é que mudar a mentalidade e o comportamento no trato com a criança, no trato com o jovem. Com esta nossa tradição autoritária, a criança é vítima dentro do próprio lar, é vítima dos próprios pais, é vítima da escola, é vítima da sociedade.

É preciso mudar a mentalidade. Se este País não tomar consciência desta realidade – porque isso é, sobretudo, um ato de amor – não teremos dado nenhum passo à frente. Não bastam as leis. É preciso mudar esta mentalidade e este comportamento que lamentavelmente estão extremamente arraigados e alicerçados na nossa sociedade. Muito obrigado. (Muito bem! Palmas.)

**O SR. DEODATO RIVERA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, públicos presentes, representantes das crianças do Brasil:

Uma Nação que abandona sua infância e negligencia sua juventude é uma Nação sem futuro. É acerca do futuro deste País que a Assembléia Nacional constituinte estará deliberando ao considerar a Emenda Popular nº 096, sobre os direitos e garantias da criança e do adolescente.

Falo em nome de 85 mil e 700 eleitores que subscreveram essa emenda e, indiretamente, em nome de 65 milhões de cidadãos brasileiros que não votam, menores de 18 anos, cuja voz chega a esta Casa do povo com as emendas sobre a criança e o adolescente.

Apresentada pela Pastoral do Menor, da CNBB, pela Sociedade Brasileira de Pediatria, pela Federação Nacional das Sociedades Pestalozzi, pelo Movimento Nacional Meninos e Meninas de Rua, pela Frente Nacional de Defesa dos Direitos da Criança, pelo Serviço Nacional Justiça e Não-Violência e pela Associação Ação-Vida, esta emenda conseguiu em menos de 30 dias a adesão de 85.700 eleitores. O esforço principal pelas assinaturas concentrou-se nas cidades de Leopoldina e Muriaé, Minas Gerais, no Município de Campo Limpo Paulista, nas cidades de Niterói e Rio de Janeiro, e no Distrito Federal. Foram fundamentalmente meninos e meninas de escolas e colégios dessas localidades que recolheram as assinaturas, orientados por seus abnegados mestres.

Além disso, de todas as unidades da Federação chegaram adesões, de um total de 232 municípios que atenderam ao chamado do IBAM – Instituto Brasileiro de Administração Municipal –, o qual, juntamente com outras entidades, participa da Campanha “Criança, Prioridade Nacional, da qual esta emenda é uma etapa.

Assim, Srs. e Sras. Constituintes, há uma vontade nacional claramente manifestada no apoio a esta emenda: a esperança de que a nova Constituição brasileira não deixe de lado metade da nossa população, e consagre os 7 DIREITOS CAPITAIS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – o direito à vida, à sobrevivência digna, à infância e à juventude, ao futuro, à proteção especial, à dignidade e ao respeito e à liberdade.

Esses direitos fundamentais são negados hoje à grande maioria das nossas crianças e Jovens, principalmente aos 45 milhões de cidadãos menores de 18 anos que vivem em condições subumanas em nosso País.

### Em primeiro lugar o direito à vida

A negação desse direito comprova-se na vergonhosa taxa nacional de mortalidade infantil: 68,1 por 1.000 habitantes. No Nordeste temos 124,5 por 1.000 habitantes – uma das mais altas taxas de mortalidade infantil do mundo.

**O SR DEODATO RIVERA:** – Obrigado a V. Ex.<sup>a</sup> pelo aparte.

Essas mortes desnecessárias, essas vidas arrancadas prematuramente do convívio e do amor de milhões de mães, pais e outros familiares, esses futuros cidadãos que nos fazem tanta falta para a construção de uma grande Nação e são dizimados nos primeiros anos – tudo isso espelha a inexistência ou o fracasso das políticas públicas de desenvolvimento humano, de trabalho, salário, moradia, saúde, assistência social, higiene e saneamento básico. Esses números dolorosos revelam também a incompetência atual do Estado brasileiro e o “pecado social” do egoísmo das camadas privilegiadas da nossa sociedade, a falta de solidariedade e de prioridades adequadas na vida nacional.

Porque num País tão agraciado pela natureza como o nosso, esse genocídio é mais que um escândalo, é um crime coletivo pelo qual ninguém é culpado diretamente, mas por cuja repetição, ano após ano, somos todos responsáveis – principalmente os que fazemos parte das elites políticas, administrativas, econômicas, sociais, religiosas ou intelectuais.

### Em segundo lugar o direito à sobrevivência digna

Esse direito é negado à maioria das nossas crianças e adolescentes socialmente destituídos. Dezenas de milhões têm como quadro de vida a miséria rarefeita dos campos ou o amontoamento nas favelas, mangues, mocambos, alagados, “lixões”, “invasões”, cortiços e outras moradias degradadas em bairros sombrios e desaparelhados, insalubres e patogênicos das nossas cidades.

Por outro lado, estima-se oficialmente em 15 milhões o número de crianças e jovens desnutridos crônicos. Essa realidade afeta inclusive a defesa nacional, pois mais do 80% dos jovens chamados anualmente ao serviço militar são recusados por incapacidade física ou mental de algum tipo decorrente da subnutrição e suas conseqüências.

Do abandono a que está relegada a maioria da nossa infância em termos de alimentação, moradia, saúde e higiene poderá surgir o impulso extraordinário que necessitamos para a construção de uma grande Nação?



Faço um parêntese, neste momento, para saudar a presença, na Casa do Povo, de uma delegação representante das 300 famílias escoraçadas cruelmente de uma invasão em Brasília, no último dia 16. (Palmas.) Duzentas e oitenta crianças abrigadas, por um ato de solidariedade, numa paróquia de Brasília, sem terem recebido até agora das autoridades públicas sequer um copo d'água, Srs. Constituintes... (Palmas) em plena Capital da República, porque a criança ainda não é prioridade em nosso País.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON AGUIAR:** – V. S<sup>a</sup> me concede um aparte?

**O SR. DEODATO RIVERA:** – Com prazer, ilustre Constituinte.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON AGUIAR:** – Peço licença para fazer uma pequena inserção no pronunciamento do professor e amigo Deodato Rivera, para dizer aos Srs. Constituintes que não o conhecem, que Deodato Rivera é uma das mais incansáveis personalidades na luta diária do direito da criança. Digo mesmo que quando se escrever a história da luta do direito da criança, neste período da Assembléia Nacional Constituinte, é preciso fazer justiça a Deodato Rivera pela sua luta incansável sua busca constante de uma luz no final do túnel, no sentido de alertar a Assembléia Nacional.

Constituinte com respeito aos graves danos que vêm ocorrendo à criança brasileira.

Quero associar-me a V. S<sup>a</sup> no seu pronunciamento, e reafirmar o meu compromisso de lutar pela inserção desta emenda, da emenda que V. S<sup>a</sup> está defendendo, juntamente com muitas outras entidades, a começar pela Confederação Nacional dos Bispos do Brasil, que foi duramente criticada, recentemente, por haver firmado um convênio com o ministério da Previdência, de 71 milhões de cruzados, para que as Pastorais da Criança pudessem atender às crianças de todo o País.

Quero dizer a V. S<sup>a</sup> que participei de um seminário, no Ministério da Previdência, na discussão daquele convênio, e, digo mais, estou aqui para defender não um convênio de 71 milhões de cruzados, para que a Pastoral da Criança possa trabalhar com as crianças do País, mas de 71 bilhões. Veja bem V. S<sup>a</sup> que aquela entidade está provocando, neste País, o milagre da multiplicação; são milhares de voluntários nas barrancas dos rios, lá no Norte do País, lá no sertão do Nordeste, trabalhando com as crianças dentro dos barrancos, nos lares pobres com um profundo amor cristão, com profunda convicção de que este é o caminho. E a emenda que V. S<sup>a</sup> defende propõe exatamente a inovação.

Em 1964 o regime cometeu a loucura de instituir uma política do menor centralizada no sistema de internato. A emenda que V. S<sup>a</sup> defende propõe o caminho correto, que é a sociedade assumindo a execução das políticas específicas para a área e o Estado sendo instrumentalizado para apoiar a sociedade. A criança é o próprio povo, e as únicas instituições que devem cuidar da execução de políticas em apoio à criança são a família e a comunidade. Esta política de institucionalização do atendimento à criança é a coisa mais aberrante, mais cruel que tem sido feita neste País.

Parabéns pela sua luta, pelo seu trabalho, Estamos juntos, e ao promulgarmos a nova Constituição deste País estaremos defraudando esta bandeira verde e amarela com a criança sorrindo para o Brasil.

Muito obrigado. (Muito bem!) (Palmas.)

**O SR. DEODATO RIVERA:** – Agradeço as generosas palavras de V. Ex.<sup>a</sup> e os elogios imerecidos, por sua generosidade; eu os transmito a todas, aqueles que no Brasil lutam por essa causa inclusive a todos os Constituintes que a defenderão nas próximas etapas da elaboração constitucional.

#### EM TERCEIRO LUGAR, O DIREITO A INFÂNCIA E A JUVENTUDE

Também esse direito é negado a grande parte das nossas crianças e jovens. Além dos 9 milhões ou mais obrigados ao trabalho precoce e em geral pernicioso ao seu desenvolvimento biopsíquico alguns trabalhando desde as 5 ou 6 anos de idade – um enorme contingente se vê desprovido das condições para brincar, praticar esportes, divertir-se, estudar, criar, ter estímulos, experiências e oportunidades que lhes enriqueçam a vida, numa fase fundamental de formação como pessoa humana.

E no entanto a mesma sociedade que força crianças ao trabalho precoce nega-lhes a prevenção e a fiscalização da exploração e dos abusos, deixando-as em geral à mercê de pessoas mesquinhas e inescrupulosas – muita vez dos próprios familiares – no mercado legal ou clandestino de trabalho.

Se em plena Capital da República a atual Constituição é burlada toda noite em nossas superquadras, com a exploração do trabalho noturno de crianças e jovens, o que não dizer do resto do País, distante do Poder Central?

Ademais, calcula-se em mais de um milhão o número de famílias mantidas exclusivamente pelo trabalho de crianças e jovens, e mais de 66% dos trabalhadores mirins só recebem meio salário mínimo, embora a maioria realize tarefas, e cumpra horários de adultos, sem direitos previdenciários, sem proteção contra acidentes, sem indenização por insalubridade. No campo esse quadro assume aspectos dramáticos. A simples descrição de um dia de vida de um menino ou menina chamados "bóia-fria" faria tremer as pedras dos templos onde se cultua Aquele que disse "Deixai vir a, mim as criancinhas"... (Muito bem!) (Palmas!)

#### EM QUARTO LUGAR, O DIREITO AO FUTURO PELA EDUCAÇÃO

Educação equalizadora e compensadora das diferenças de nascimento, por oferta de oportunidade de acesso ao alfabeto e aos instrumentos de profissionalização e cultura.

Além dos oito milhões sem acesso à escola, Srs. Constituintes, 50% das crianças, anualmente matriculadas na 1<sup>a</sup> série primária não entram na 2<sup>a</sup> série. De cada cem matriculados, apenas treze concluem a 8<sup>a</sup> série. A educação pré-escolar constitui um privilégio de poucos.

Que cidadania estaremos construindo, se essa realidade persistir? Que futuro estamos preparando para a nossa Pátria, para as crianças que escapam do genocídio, na primeira infância, e da mutilação cerebral causada pela fome e pela subnutrição, mas não são ajudadas a ter acesso ao saber?

É o amanhã do Brasil que está em jogo, quando cerceamos o futuro útil e digno de milhões de crianças e adolescentes, excluídos da formação para a cidadania.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON SEIXAS:** – V. Ex.<sup>a</sup> me concede um aparte?

**O SR. DEODATO RIVERA:** – Com prazer.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON SEIXAS:** – Gostaria de cumprimentar o Prof. Deodato Rivera pelo trabalho

que fez em relação a essa emenda popular. Como disse ao Prof. Vital Didonet, hoje na condição de Presidente da Federação Nacional das APAEs, o maior movimento filantrópico do Brasil e o segundo do mundo, gostaria de me solidarizar aqui, publicamente, com as medidas solicitadas por esse grupo que V. S<sup>a</sup> dirigiu.

Entre os apontamentos de dados negativos no Brasil, temos sete milhões de portadores de deficiência sem atendimento especializado. Estamos atendendo apenas a 1 ou 2% das pessoas deficientes no Brasil.

Na medida em que o substitutivo traz a obrigatoriedade para a pré-escola do zero aos seis anos, está atendendo a boa parte dessas pessoas deficientes, porque é a fase em que se faz o diagnóstico e a detecção de muitos casos que passariam despercebidos, principalmente os de deficiência mental e auditiva, como V. S<sup>a</sup> sabe.

Temos que pensar também na evasão escolar e na repetência, frutos da falta de estimulação cultural, da má alimentação, do esforço para o trabalho, de problemas de aprendizagem, de dislexia e outros que V. S<sup>a</sup> conhece muito bem, de maneira que devemos costurar na Constituição uma obrigatoriedade muito mais firme do Estado para com a educação nacional. Parabéns a V. Ex.<sup>a</sup> (Palmas.)

**O SR. DEODATO RIVERA:** – Muito obrigado, Sr. Constituinte.

#### **EM QUINTO LUGAR, O DIREITO A PROTEÇÃO ESPECIAL**

Ele é negado a muitos milhões de crianças e adolescentes, vulnerabilizados por abandono, orfandade, deficiência de qualquer tipo, violência ou exploração sexuais, violência direta ou psicológica, pessoal, familiar ou institucional, exploração do trabalho, dependência de drogas, extravio ou fuga do lar, infração penal ou vitimização por qualquer tipo de degradação ou crueldade.

Temos mais de doze milhões de crianças e adolescentes abandonados. Temos mais de sete milhões de crianças e jovens vivendo nas ruas, submetidos a todo tipo de riscos. Temos sete milhões, como lembrou o ilustre Constituinte, de crianças e jovens portadores de deficiências em nenhuma assistência especializada, apesar do enorme esforço de pessoas e grupos em instituições privadas ou públicas, como as APAEs e as sociedades Pestalozzi, que cuidam dos poucos pequenos irmãos nossos com os míseros recursos alocados para isso.

Deixamos à mingua de atenção e amor os seres mais frágeis e vulneráveis deste País. (Palmas.) No entanto, esbanjamos perdulariamente recursos públicos e privados, que poderiam saciar muitas vezes a sua fome e sede de solidariedade!

Que nação construiremos se perdurar esta ominosa insensatez?

#### **EM SEXTO LUGAR, O DIREITO A DIGNIDADE**

Devemos falar baixo deste direito, porque ele nos constrange a todos nós, principalmente aos que acreditam em Deus e aos que pregam e rezam a solidariedade como um Deus crucificado.

Uma parte ponderável da nossa infância e juventude não tem esse direito respeitado. Temos 4,5 milhões de meninas lançadas à abjeção da prostituição neste País – essa chaga que nos devia envergonhar, mas ante a qual cruzamos os braços e fechamos os olhos, como se nada pudessemos fazer. Há estimativas de 2 milhões de prostitutas entre 10 e 15 anos. Quando jornais noticiam isso muita gente há que discute os números e não a

omissão coletiva ante esse escândalo evitável, freqüente a venda ou rapto de crianças para o lenocínio, principalmente para regiões de garimpo e nas grandes cidades. A prática da prostituição até de meninos e moços está em aumento; são extraordinariamente altos os índices de estupro e abusos sexuais contra crianças e adolescentes.

Um grande número de jovens se destrói anualmente pelo uso de entorpecentes, sendo com freqüência vítimas de abandono afetivo nas classes privilegiadas e de exploradores inescrupulosos. Que grande Nação construiremos, Srs. Constituintes, e essa realidade persistir?

Finalmente, o Direito ao Respeito e a Liberdade...

**O SR. CONSTITUINTE PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO:** – Permite V. S<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. DEODATO RIVERA:** – Com todo o prazer, querido amigo, Constituinte Plínio Arruda Sampaio.

**O SR. CONSTITUINTE PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO:** – Em primeiro lugar, meu caro amigo Deodato, para manifestar a nossa alegria de ver um velho companheiro de exílio, um velho companheiro de lutas, encanecido pelos anos e pela meditação, vir trazer a esta Casa este depoimento candente, esta denúncia fantástica da omissão total das nossas elites em relação à juventude. Quero que V. S<sup>a</sup> não interprete a desatenção e o vazio deste Plenário como uma desatenção da Casa (Palmas) ao problema que se está tratando. Na mecânica do nosso trabalho hoje é o “dia D”, o dia das emendas e os Srs. Constituintes já se habituaram há tempos a prestar atenção mesmo em duas. De o que preciso que os meninos aprendam coisas – porque nós estamos dando aqui até um mau exemplo um exemplo, desatenção, mas não é verdade (Palmas). Estamos aqui em uma Casa que é mal apresentada à população, porque não se entende que todos que estão aqui, aparentemente calmos e tranqüilos, estão seguramente trabalhando em cinco ou seis emendas que consideram cruciais para a sua presença política na Casa. Apesar desse sistema de trabalho, a Casa ouve com atenção e com respeito as suas palavras, e em nome do meu Partido, digo-lhe: a Bancada do Partido dos Trabalhadores não faltará com sua luta. E V. S<sup>a</sup> pode contar com o nosso apoio e o nosso voto para o seu trabalho. Muito obrigado. (Palmas.)

**O SR. DEODATO RIVERA:** – Muito obrigado, querido amigo e Constituinte Plínio Arruda Sampaio.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Prof. Deodato Rivera, interfiro para informá-lo que V. S<sup>a</sup> ainda dispõe de dois minutos.

**O SR. CONSTITUINTE HERMES ZANETI:** – Permite V. S<sup>a</sup> um aparte rápido?

**O SR. DEODATO RIVERA:** – Como não, nobre Constituinte.

**O SR. CONSTITUINTE HERMES ZANETI:** – Obrigado a V. S<sup>a</sup>. O que quero trazer aqui, rapidamente, advertido até pelo tempo, é o apoio ao pronunciamento de V. S<sup>a</sup>; minha disposição de votar aqui todas aquelas proposições que digam respeito aos interesses específicos da criança brasileira e todas aquelas proposições que digam respeito ao futuro deste País. Uma, coisa tem que ser dita aqui com toda clareza: nós não podemos só olhar as reivindicações da criança do ponto de vista de uma caridade com as crianças. É preciso ter a coragem de dizer que o futuro das crianças estará assegurado se tivermos a coragem de fazer transformações estruturais do ponto de vista político e econômico deste País. (Palmas.) É preciso transformar a sociedade; as crianças hoje são vítimas de uma estrutura

social, política e econômica, que faz das crianças brasileiras um contingente sem futuro. Então, muitas das intervenções que fizeram aqui são muito mais intervenções piegas, que é preciso ter a coragem de desmascará-las. É preciso que essa gente entenda que a reforma agrária tem a ver com as crianças, que a educação tem a ver com as crianças, que a exploração “safada” dos banqueiros internacionais tem a ver com o futuro das crianças brasileiras. Porque enquanto estamos engordando os bolsos dos banqueiros estamos cometendo o crime de assassinato contra as crianças deste País. Essas são as questões de fundo que têm que ser enfrentadas. E parlamentares de alguns partidos da direita que tem assento nesta Casa, se têm coragem de vir aqui dizer numa postura piegas as suas posições, têm que ter a coragem de dizer que vamos aproveitar a Constituinte para construirmos uma nova perspectiva de futuro para a Nação como um todo e, por isto mesmo, uma nova perspectiva para as crianças brasileiras. (Palmas.)

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO D'AVILA:** – Permite-me um aparte? (Assentimento do orador.) – Como Vossa Senhoria tem pouco tempo, serei breve, mas não poderia deixar, em nome do meu Partido, o PDT, de cumprimentá-lo pelo seu brilhante pronunciamento e dizer que nós do PDT, no Governo do Rio de Janeiro, pensamos muito nas crianças. Pensamos tanto nas crianças que investimos 40% do orçamento do Estado na educação, construindo grandes escolas onde as crianças entravam às sete da manhã, tomavam café, almoçavam, passavam o dia na escola. É esse o tipo de escola que queremos no nosso País, para que todas as crianças possam passar o dia estudando, trabalhando também na escola, praticando esporte, porque elas, realmente; são o futuro do nosso País. Muito obrigado. (Palmas.)

**O SR. DEODATO RIVERA:** – Obrigado a V. Ex.<sup>a</sup> Finalmente, Srs. e Sras. Constituintes...

### **O direito ao respeito e à liberdade**

As crianças e as adolescentes são as principais vítimas da violência causada por nossas mazelas sociais. Não há estatísticas sobre a violência doméstica, mas certamente milhões de crianças são espancadas ou torturadas por pais, parentes e padrastos. São freqüentes os casos de danos e mutilações graves, e mesmo de mortes.

Na vulnerabilidade das ruas e das favelas encena-se o drama da criança educada para a transgressão, induzida à violência, acuada à crueldade pela omissão, o abandono e o desamor dos “maiores”; a saga dolorosa desses milhares de “Pixotes” encurralados para a morte; esses vitimados-vitimadores que, no dizer de Nelson Hungria, “não conhecem da vida senão o que ela tem de sofrimento, de privação, de crueldade e de injustiça. Para eles o estigma, a violência cega da repressão destrutiva e, com freqüência arbitrária, as medidas contraproducentes do internamento, da “prisão cautelar”, da contaminação carcerária, o julgamento e a condenação de fato sem advogado, sem ampla defesa, sem instrução contraditória – recursos garantidos mesmo ao pior dos delinquentes adultos.

Centenas de milhares de crianças e adolescentes são deportados anualmente dos seus municípios e internados por infração às vezes o furto de iogurte num supermercado ou suspeita em estabelecimentos onde, em lugar da necessária recuperação, muitos mergulham definitivamente no círculo perverso da criminalidade, institucionalmente estimulada pelo Estado e seus agentes. Maus-tratos, torturas e mortes, são freqüentes nas ações repressivas, incluindo linchamentos e as crueldades mais aberrantes.

Srs. e Srs. Constituintes, o que fazemos com esses que são os mais fracos de todos os destituídos deste País – nas ruas, nas delegacias, nos juizados de menores, nos cárceres infantis onde até meninos de tenra idade são trancafiados, como em plena Capital da República – o que fazemos com esses infelizes é indigno de uma Nação minimamente civilizada!

Em documento recente, um ilustre membro do Ministério Público de São Paulo constatava que as instituições carcerárias para menores de idade no Brasil têm “desrespeitado sistematicamente os direitos das crianças e adolescentes nelas internados. Negam o direito à liberdade, negam o direito à integridade física, negam o direito a uma vida não-promiscua, negam o direito ao trabalho e, principalmente, negam o direito ao respeito”.

De negação em negação, o que restará de humano neste País?

Srs. e Sras. Constituintes, a Emenda Popular nº 096 é o primeiro passo de uma ampla mobilização para que a criança seja finalmente considerada prioridade nacional em nossa terra.

Ela sugere princípios e dispositivos que, incorporados à Carta Magna, significarão um grande avanço na direção da humanização do Brasil.

Srs. e Sras. Constituintes, para terminar, a Emenda Popular nº 096, Criança, Prioridade Nacional, é o primeiro passo de uma ampla mobilização para mudar a mentalidade deste País com relação à metade da sua população. Uma mobilização que seguirá o caminho da água, não o caminho do fogo – a água que dá a vida, pacífica e comovente. Essa emenda sugere dispositivos que, incorporados à Carta Magna, significarão um grande avanço na direção da humanização do Brasil.

Assim, em nome de 85 mil e 700 eleitores que a subscreveram, em 232 municípios deste País, mas principalmente em nome de 65 milhões de brasileiros que não votam, nossas crianças e adolescentes, instamos V. Ex.<sup>as</sup> a considerá-la com atenção, descortino e patriotismo, por ser justa, patriótica, socialmente humana, historicamente necessária. Confiamos em que a causa da Criança Prioridade Nacional será abraçada por V. Ex.<sup>as</sup> com o mesmo entusiasmo com que no século passado os melhores vultos da nacionalidade abraçaram o abolicionismo para nos libertarmos da mancha multissecular da escravidão. Sim, libertarás a nossa infância e juventude de uma realidade de genocídio, carência, subnutrição, abandono, marginalidade, indignidade, negligência, desrespeito, violência e crueldade! Eis a nova abolição desse final de século: a preparação do Brasil para ser a grande nação profetizada do século XXI, berço de uma nova era de paz e solidariedade na história da humanidade. Essa utopia é possível. Ela é a única alternativa à barbárie civilizada que nos ameaça. Por ela gritamos SIM! Como se inspirados por milhões de vozes do maior patrimônio desta Nação, que é a sua infância e juventude.

Confiamos V. Ex.<sup>as</sup> e na Assembléia Nacional Constituinte.

Sete vezes sim, 85 mil e 700 vezes sim, 65 milhões de vezes sim. Confiamos no Brasil. Obrigado! (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Para defesa da Emenda nº 10, da Educação, damos a palavra ao D. Cândido Padim, Coordenador da Comissão da CNBB de acompanhamento da Constituinte e Bispo de Bauri.

**O SR. DOM CÂNDIDO PADIN:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, a minha justificativa, neste momento, refere-se, como diz o Sr. Presidente, à Emenda classificada como nº 10 e que foi subscrita por 750 mil e 77 eleitores e que diz respeito ao capítulo da Educação, apresentada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, pela Associação de Educação Católica do Brasil e pela Associação Brasileira de Escolas Superiores Católicas.

Sr. Presidente, eu quero, antes de tudo, felicitar a Assembléia Nacional Constituinte pelo trabalho que até agora está realizando. E digo com toda a convicção – felicitar – porque, lamentavelmente, tem havido incompreensões quanto ao trabalho de V. Ex.<sup>as</sup> Após 20 anos de regime autoritário que sufocou a consciência política do nosso povo, não se poderia esperar que houvesse, desde o início do funcionamento de uma Assembléia Constituinte, textos bem acabados e elaborados. É evidente que a explosão de propostas e de aspirações que surgiram e que são consignadas em todos esses textos, significa um despertar da consciência política nacional e isto é sumamente louvável e louvável que a Assembléia Nacional Constituinte tenha recolhido essas aspirações e transcrito, simplesmente, como início de trabalho. Até agora, ainda, sequer houve uma votação da Comissão de Sistematização, muito menos do Plenário, portanto, ainda não existe um caminho para discernir entre todas essas propostas, aquilo que estritamente deve permanecer na Constituição e aquilo que deve ser encaminhado para a legislação ordinária. Quero parabenizar, principalmente, por uma novidade: o Sr. Relator, Deputado Constituinte Bernardo Cabral, certamente contribuiu muito para isto, inovou no Projeto de Constituição, criando o preâmbulo da Constituição. Desde o trabalho que humildemente venho realizando, de incentivo à participação popular na Constituinte, eu desejava, ardentemente, que houvesse um preâmbulo desse tipo, isto é, desde o início a Constituição deve dizer que sociedade desejamos para o nosso Brasil, quais são os ideais que devem marcar, realmente, a nossa ordem política, econômica e social. E é o que diz, exatamente, o preâmbulo que se apresenta neste substitutivo:

“Representantes do povo brasileiro, reunidos sob a proteção de Deus em Assembléia Nacional Constituinte, afirmam, no preâmbulo desta Constituição o seu propósito de construir uma grande nação, baseada na liberdade, na fraternidade e na igualdade, sem distinção de raça, cor, procedência, religião ou qualquer outra, certos de que a grandeza da Pátria está na saúde e felicidade do povo, na sua cultura, na observância dos direitos fundamentais da pessoa humana, na equitativa distribuição dos bens materiais e culturais de que todos devem participar.”

Afirmam, também, que isto só pode ser obtido como modo democrático de convivência e de organização estatal. Esta distinção é importante: o modo democrático de convivência e de organização estatal, o que significa que a organização do Estado deve ser coerente com o modo democrático que nem sempre acontece. Muitas vezes, defende-se, teoricamente, a liberdade dos cidadãos, mas não se organiza o Estado para que essa liberdade democrática seja realizada.

Nesta minha introdução, Sr. Presidente, quero justamente mostrar a importância desta virada de século, diria assim. O Brasil está, realmente, numa virada de século, isto é, estamos tentando criar uma nova sociedade brasileira. Para isto é necessário que os capítulos da Constituição sejam coerentes com esse preâmbulo, porque aquilo

que se definiu como sendo o ideal da nossa sociedade e, principalmente, o modo democrático de convivência e de organização estatal, que isso passe para todas as demais sistematizações dos princípios referentes aos vários temas que a Constituição deve abordar e regulamentar.

Tenho justamente uma certa frustração ao verificar que o capítulo da Constituição, nesse substitutivo, não está inteiramente coerente com o preâmbulo. Queria, então, rapidamente, mostrar a diferença do modo como foi criado esse capítulo e o que a emenda que defendo pretende apresentar. Antes de tudo, neste capítulo da educação falta a conceituação do ideal da educação, que deveria definir a qualidade educacional a ser exigida de todas as escolas e instituições educacionais, quer escolas mantidas pelo Estado, quer escolas mantidas por iniciativa da sociedade. Falta exatamente esta definição em sentido de qualidade educacional. E, por outro lado, mantém ainda a visão estatista de que o sistema de educação é dever e direito do Estado de ordenar em todos os sentidos, não apenas a rede escolar, mas, sim, toda a maneira de ordenar a educação.

**O SR. CONSTITUINTE SÓLON BORGES DOS REIS:**

– Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. DOM CÂNDIDO PADIN:** – Perfeitamente, Sr. Constituinte.

**O SR. CONSTITUINTE SÓLON BORGES DOS REIS:**

– Com as homenagens que todos prestamos a V. Ex.<sup>a</sup>, quero, a esta altura do seu pronunciamento, convidá-lo a uma reflexão sobre a importância da qualidade na educação. Realmente, tenho para mim que todo o nó górdio do processo educacional reside nos fins da educação. A queixa contra a qualidade e a convicção da decadência do ensino são generalizadas. Não ouço em parte alguma e não leio em lugar nenhum nada que não diga que o ensino está em decadência, que a educação caiu em qualidade. Então, me parece unânime o clamor geral contra a qualidade da educação e do seu braço escolar, o ensino. Mas me perguntaria, com a devida vênia – gostaria de conhecer a opinião de V. Ex.<sup>a</sup> – em que consiste essa qualidade? Não sei se V. Ex.<sup>a</sup> pode considerar a educação um processo natural ou um processo tecnológico. Eu o tenho como um processo teleológico. Mas, em qualquer condição, penso e talvez esteja equivocado que o que nos falta é uma definição de uma filosofia da educação. Educar para quê? Se me permite V. Ex.<sup>a</sup>, acrescentaria se a educação fosse onipotente, se os educadores, pais e mestres, tivessem todo o poder; se fosse possível a eles, aos educadores, pais e mestres – entre os mestres eu incluo a religião – e se fosse lícito fazer da infância e da juventude o que se quisesse, o que fariam os educadores da infância e da juventude Sábios, amorais, raquíticos, atletas, eruditos, revoltados, criaturas submissas conformadas, desleais, solitários, altruístas, agnósticos? Eu penso que reside na definição de uma filosofia da educação. E dado o alto nível da capacidade de V. Ex.<sup>a</sup>, inclusive neste campo e nesta área, é que tomei a liberdade de trazer este tema, porque ele é a meu ver, se não estou equivocado, o nó górdio de todo o processo educacional.

**O SR. DOM CÂNDIDO PADIN:** – Agradeço o seu aparte e a sua gentileza. Eu queria, justamente para responder a sua pergunta e até para justificar a minha posição a essa crítica que faço ao texto do substitutivo, ler o texto da emenda que apresentamos. Acharmos que o capítulo Educação deve começar por essa definição:

“A educação nacional, baseada nos ideais de uma democracia participativa, tem por finalidade o pleno e permanente desenvolvimento individual

e social da pessoa humana para o exercício consciente e livre da cidadania, mediante uma reflexão crítica da realidade, para a capacitação ao trabalho e para a ação responsável a serviço da sociedade, apta a criar uma convivência solidária, comprometida com a realização da justiça e da paz.”

Creio que, isto sim, daria uma qualidade da educação.

**O SR. CONSTITUINTE SÓLON BORGES DOS REIS:**

– Se V. Ex.<sup>a</sup> me permite, quero cumprimentá-lo por trazer a sua definição de uma filosofia da educação, que é o ponto de partida, porque o nosso projeto, este que está sendo anunciado, não sei se foi votado ou não na Comissão de Sistematização, descarta a definição de uma filosofia de educação. Isso é inadmissível, porque representa um recuo; se nós não definirmos, nada feito. Eu me permitiria acrescentar, e eu tenho emenda nesse sentido, como a um dos valores que, a meu ver, devem ser cultivados na educação brasileira, uma das maiores carências do nosso tempo, que é a responsabilidade pessoal, política e social. Obrigado a V. Revma. (Palmas.)

**O SR. DOM CÂNDIDO PADIN:** – Exatamente este conceito, Sr. Presidente, nós queremos que ele seja o orientador de toda a educação nacional, quer das escolas estatais, quer nas escolas de iniciativa da sociedade. O importante é isto. O Sr. Constituinte Sólon Borges dos Reis é um antigo educador e nós o conhecemos de muito na sua luta, mas V. Ex.<sup>a</sup> sabe perfeitamente que os educadores de escolas públicas não têm plena liberdade pedagógica, porque tudo vem regulamentado e já estabelecido, e falta aquela responsabilidade do corpo docente. Ora, isso tira a possibilidade de serem eles instrumentos de formação democrática.

**O SR. CONSTITUINTE SÓLON BORGES DOS REIS:**

– Sem querer interromper V. Ex.<sup>a</sup>, já que fui nominalmente citado, e me sinto honrado por V. Ex.<sup>a</sup>, eu entendo que, promulgada a Constituição, o Congresso Nacional deve se debruçar sobre a elaboração de uma nova Lei Nacional de Diretrizes e Bases da Educação, que não caia sobre as escolas como uma camisa-de-força, mas que, mantendo o espírito da unidade nacional, não uniformize a educação no Brasil, mas respeite as peculiaridades e as iniciativas regionais das unidades educacionais.

**O SR. CONSTITUINTE ARTUR DA TÁVOLA:** – Dom Cândido, estou, como toda a Casa, ouvindo com muita atenção V. Ex.<sup>a</sup>, a quem aprecio e admiro, e gostaria de formular, sob a forma de discordância, uma questão.

Do ponto de vista do conteúdo, concordo absolutamente com a definição de educação proposta por V. Ex.<sup>a</sup>, para abrir o capítulo respectivo. Pessoa de formação cristã em profundidade, eu adiro integralmente aos conceitos ligados aos ideais de promoção da pessoa humana, da liberdade individual, da formação integral do futuro cidadão e da sua destinação para a justiça e a paz. São, efetivamente, conteúdos resultantes de uma longa evolução do ser humano no processo educativo. São conteúdos altamente ecléticos, não são restritos. Porém, nada obstante a concordância de conteúdo, tenho dúvidas sérias a respeito de que deve o capítulo de abertura do tema “educação” conter uma definição de educação.

Quando relator da Comissão respectiva, fui o autor – e derrotado nesse mister, como devo ser derrotado novamente nesta posição agora – da idéia de que, no capítulo da educação, a abertura formule apenas a norma geral que preside a educação no País, não a definição de seu conteúdo. Em primeiro lugar, pelo caráter extremamente mutante dos conteúdos dentro da dinâmica social; em segundo lugar, porque quando se formula um prin-

cípio geral – é o que me parece mais adequado – a educação, direito de cada um, ou seja, garantindo-a como direito individual, é dever do Estado e da sociedade. Ao formular, desta forma, o princípio geral constitucional, estamos deixando a Nação livre para que as várias formas de concepção do processo educativo possam existir em plenitude, em variedade, o que enriquecerá o processo.

Uma definição filosófica do conteúdo da educação brasileira, por melhor que seja, ela de alguma forma cristaliza, paralisa, congela a realidade, que naquele instante constituinte foi realidade para os elaboradores da Lei Maior. Porém, dentro da dinâmica social e da extrema diversidade filosófica de um País, como o Brasil, ficaria sobrando, porque adstringiria o processo educativo e toda a orientação do processo educativo ou aquele particular.

Deixo essa reflexão com V. Revma., nada obstante – repito – concorde, pessoalmente, com o conteúdo da definição, apenas não concordo que a definição abra o capítulo relativo à matéria constitucional.

Agradeço a atenção dada ao meu aparte.

**O SR. DOM CÂNDIDO PADIN:** – Muito obrigado, Sr. Constituinte Relator da Comissão de Educação.

Queria responder, rapidamente, à sua intervenção neste sentido. É preciso distinguir entre as mutações que se apresentam na sociedade quanto aos aspectos culturais acidentais, e os valores da pessoa humana que constam do consenso universal da Carta dos Direitos do Homem da ONU. Essa carta não é de uma determinada filosofia, decorre da própria dignidade do ser humano. E essa enumeração das características responde a esse consenso universal, não é objeto de mudanças culturais, porque ser cidadão, ter consciência livre, participar, faz parte do ser humano, não mudará em qualquer época, mudará o modo como se vai exercer, mas não o direito de exercer, Caberia numa Constituição que quer definir o ideal da nova sociedade que ela pretende criar para o Brasil.

**O SR. CONSTITUINTE ARTUR DA TÁVOLA:** – Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. DOM CÂNDIDO PADIN:** – Pois não.

**O SR. CONSTITUINTE ARTUR DA TÁVOLA:** – Não acredita V. Ex.<sup>a</sup> que o ideal de uma sociedade é gestado por ela, sociedade, na sua dinâmica diária? As sociedades podem, inclusive, descobrir no seu trabalho permanente, valores novos que, muitas vezes, escapam ao texto constitucional por melhor que ele seja.

A minha colocação não analisa a essência da matéria; ela talvez seja até superficial, de sistemática constitucional, ou seja, a Constituição como algo que propicia à sociedade possibilidade de existir, variar, resolver-se na sua diversidade e não como propriamente algo com que tutelar-se a sociedade na sua dinâmica e no seu desenvolvimento, ainda que essa tutela viesse através dos mais elevados princípios eternos e permanentes do desenvolvimento humano.

**O SR. DOM CÂNDIDO PADIN:** – Eu apenas quero me reportar ao consenso universal, que foi consubstanciado nessa declaração. Portanto, isso corresponde ao que todas as nações consideraram básico e fundamental para o ser humano.

**O SR. PRESIDENTE (Plínio de Arruda Sampaio):** – Eu gostaria de lembrar ao orador que ele tem dois minutos ainda para terminar. De modo que eu pediria aos colegas que vão fazer a interpelação, que fossem relativamente rápidos para que não passemos e não tomemos lugar dos seguintes.

**O SR. CELSO DOURADO:** – Sr. Presidente, o assunto é de tão grande importância que vale a pena até prorrogar um pouco o tempo do professor.

Professor, em primeiro lugar, para prestar uma homenagem à sua tradição educacional neste País. A Igreja deu sempre uma grande contribuição e uma contribuição que ninguém pode negar nem pode impedir que ela continue a ser exercida neste País.

Mas nós temos que reconhecer, professor, que o modelo de educação neste País é um completo fracasso. Um País que adquiriu um desenvolvimento tecnológico admirável, um País que tem televisão colocada a nível das melhores do mundo e ainda possui Estados com 65% de analfabetos, tem que reconhecer que o seu modelo de educação é absolutamente fracassado.

A escola de iniciativa particular contribui e dá a sua contribuição com algumas distorções, que nós temos que refletir sobre isso e procurar uma saída.

A escola, chamada pública, a escola gratuita, que eu defendo com muito ardor e entusiasmo, também é um completo fracasso. Se a realidade é essa, 65% de analfabetos em alguns Estados e quase 50% no País, como um todo, nós temos que parar, refletir e buscar uma saída.

Para mim, a questão do analfabetismo não pode ser combatida com escolas burocráticas, escolas chamadas públicas, mas que estão prejudicadas por uma ação burocrática, eleitoreira, cabide de emprego e uma série de distorções que prejudicam, tremendamente, o trabalho. E pouco adianta aumentarem-se as verbas, se nós não mudamos a mentalidade.

Penso que temos que iniciar com um processo crítico desta realidade, para mudar essa mentalidade que está aí. Nós teremos que agir de uma maneira política. É claro que, sobretudo, depende de uma ação para desestruturar uma sociedade extremamente organizada, mas sempre para garantir os privilégios dos mesmos.

A nossa sociedade é elitista, muito organizada, perversamente organizada: nós temos que modificar essa mentalidade. Se a Igreja, em um determinado momento, deu uma contribuição extraordinária preparando talvez elites, hoje ela está refletindo e chegando à conclusão de que não pode, de maneira nenhuma, continuar com aquela prática do passado.

A escola pública também: não adiantam os discursos ideologicamente muito bem estruturados, se nós não mudamos essa mentalidade, se nós vamos jogar sempre mais dinheiro na escola pública para ela ser burocrática, preguiçosa, cabide de emprego, reivindicação sempre de mais direitos, mas sem cumprir a sua finalidade precípua, que é garantir a escola para todos, porque escola o é como o alimento de cada dia; não pode faltar, senão o nosso futuro não existe. Obrigado.

**O SR. CÂNDIDO PADIN:** – Eu agradeço a sua intervenção e queria, rapidamente, dar uma pequena resposta. É importante verificar que essa situação tão lamentável do ensino e da educação era geral, que temos no nosso Brasil, decorre exatamente da excessiva intervenção do Estado, que pretende regular inclusive a consciência.

Tivemos, durante vinte anos, uma Educação Moral e Cívica determinada nas mínimas particularidades e comandada por um Conselho Nacional de Educação Moral e Cívica, isto é, nem sequer os educadores eram reconhecidos como educadores, que tinha um pouco de moral e civismo para poder transmitir a seus alunos. Realmente, esse é um

defeito: permanece, ainda, a visão estatista da educação no substitutivo e quero, justamente, demonstrar isso.

Se me permite, só para terminar este aspecto, o substitutivo ainda estabelece a educação como direito e dever do Estado, não sabendo distinguir entre educação e rede escolar. O Estado é responsável por organizar os meios necessários para que todos os cidadãos tenham educação suficiente nas escolas, mas a educação como realização e conteúdo é direito e dever da família e da comunidade. Aqui, é ao contrário: o Estado é que realiza a educação e a família vem colaborar, simplesmente, para a educação. Quer dizer, alija-se a função dos pais e da comunidade daquele ponto central que é a formação do cidadão. Vão dizer: “mas a gente pobre não pode, realmente, ter sequer contato com seus filhos”. Sei, e este é o defeito, exatamente, de um sistema que, no campo econômico, não dá recursos àqueles que poderiam e deveriam educar seus filhos e, depois, no campo da educação, assume completamente todo o domínio e a imposição dos padrões educacionais.

Este é o aspecto estatístico que continua no substitutivo porque para existir uma escola não estatal é preciso ter autorização do Estado. É o que está aqui.

Admito que o Estado deva reconhecer a qualidade da educação da escola – isto sim – reconhecer se ela trabalha bem, se ela tem regularidade administrativa, se o seu ensino é ministrado por pessoas habilitadas, mas não autorizar. Reconhecer os títulos, sim, mas autorizar que exista uma escola? Então, não existe aquilo que diz o texto: “liberdade de aprender e ensinar, pluralismo de idéias e instituições.”

Ora, isto não existe, é o mesmo que eu dizer a uma pessoa: “você é livre para ensinar, depois que eu autorizar”. Isto é, evidentemente, uma contradição.

**O SR. CONSTITUINTE HERMES ZANETI:** – Eu cumprimento V. Ex.<sup>a</sup>, que está aqui representando a CNBB e, também, a AEC. Gostaria de conhecer a opinião dessas instituições, através de V. Ex.<sup>a</sup>, sobre uma matéria publicada no **Jornal do Brasil**, no primeiro caderno, página 2, de quinta-feira, 23 de julho, sob o título: “Cartilha diz que vale até agressões”.

Dei-me ao trabalho de conseguir a cópia dessa cartilha e nela, que é editada pela Fenen – Federação Nacional de Estabelecimentos de Ensino –, há algumas expressões, tais como: “precisamos de muita gente para encher as galerias; além de diretores, esperamos que cada sindicato traga uns seis funcionários para tropa de ocupação”. Depois, classifica alguns Constituintes como amigos e outros como “cubanos”. Prossegue dizendo, à página 7, sob o título “O que precisa ser feito”, “o mínimo de 200 pessoas, contratadas ou não, para encher as galerias” e, quando fala das tarefas dessas pessoas, diz simplesmente, o seguinte:

“Enfrentar nas galerias, do primeiro ao último minuto de votação, os grupos de pressão, onde vale grito, discussão, insulto, provocação, briga, expulsão, constrangimento e tudo o mais.”

Quero saber, porque já fiz esta indagação da tribuna e não obtive resposta, se essas entidades endossam as recomendações da Fenen.

Nós o estamos recebendo aqui como receberemos a todos, e vamos receber S. Ex.<sup>a</sup>, o Presidente da Fenen, com o máximo respeito. Fizemos um Regimento para que essas entidades tivessem oportunidade de falar, aqui, livremente, ajudando-nos, respeitosamente, a construir uma

nova Constituição para o nosso País. E essas entidades nos respondem dessa forma! Quero saber a opinião de V. S.<sup>a</sup> sobre este assunto.

**O SR. CÂNDIDO PADIN:** – Nosso modo de proceder não seria absolutamente esse; ao contrário, achamos que só é produtiva uma colaboração baseada numa reflexão sensata e, principalmente, num diálogo respeitoso. Só nessa base, creio, pode se criar realmente uma nova modalidade de vida política em nosso País.

**O SR. CONSTITUINTE HERMES ZANETI:** – Muito obrigado a V. S.<sup>a</sup>.

**O SR. CÂNDIDO PADIN:** – Eu quero terminar a minha intervenção, Sr. Presidente, apenas assinalando, como consequência desses pontos que toquei, a inadequação, eu diria, do modo como o substitutivo admite a possibilidade de destinação de verbas públicas para escolas não estatais: admite, caracterizando essas escolas, como confessionais, filantrópicas ou comunitárias.

Ora, Sr. Presidente, para nós o importante não é simplesmente o caráter confessional nem mesmo comunitário ou o caráter filantrópico. Para nós, a função do educado é uma função eminentemente humana e que atinge a consciência dos educandos; conseqüentemente, é uma atividade que se estabelece numa interação de pessoa a pessoa e, por isso mesmo, ela não pode nunca, nós não admitimos ser objeto de atividade comercial, de lucro. Ela só pode ser realizada e só é digna de ser realizada numa identificação de missão, de entrega, de dons educacionais do educador para o educando e, reciprocamente, porque o educador também é educado pelo educando. Por isso, o nosso ponto fundamental é que as escolas que queiram receber ajuda financeira é para beneficiar, exatamente, aquela população que não poderia ascender à escola em muitas regiões do Brasil. A nossa emenda diz exatamente isto, que o Estado garanta os recursos necessários àqueles grupos que se dispuserem a ministrar gratuitamente a educação escolar e fundamental. Queremos ampliar essa possibilidade de os pobres terem acesso. Há muitas regiões no Brasil onde a rede escolar, seja municipal ou estadual, não pode atingir os que mais necessitaria. Queremos ter esse direito, que os educadores que querem realizar isto por ideal educacional, que o possam fazer. É claro que os benefícios são para a sociedade, não são para a instituição. O educador está entregando toda sua colaboração para formar os nossos cidadãos e, por isso, o direito não deve ser caso excepcional, mas deve ser simplesmente um planejamento que inclua as necessidades do povo e, a partir dessas necessidades, então se distribuem os recursos, pois os recursos provêm da sociedade.

Sr. Presidente, agradeço a atenção, mas gostaria de pedir aos Srs. Constituintes que olhassem muito pela coerência do capítulo da educação com o preâmbulo da Constituição, excelente preâmbulo, mas que ele seja iluminador, que ele seja orientador e que, realmente, venha a ser o parâmetro fundamental para que a nova Constituição crie uma nova fase para este nosso querido Brasil. Parabéns, meus caríssimos Srs. Constituintes. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Plínio de Arruda Sampaio):** – Chamo à tribuna, para fazer a defesa da Emenda Popular nº 49 – Ensino Público e Gratuito – patrocinada pela Confederação dos Professores do Brasil, pela Associação Nacional dos Docentes do Ensino e pela União Nacional dos Estudantes, o Sr. Tomaz Wonghon (palmas), Presidente da Confederação dos Professores do Brasil.

**O SR. TOMAZ WONGHON:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, Senhoras e Senhores: A emenda que estamos defendendo é patrocinada pelo Fórum Nacional de Educação na Constituinte, como apoio e a participação efetiva, congregando neste Fórum, a Associação Nacional de Educação – Ande, a Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior – Andes, a Associação Nacional de Profissionais de Administração e Educação – Anpae, a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação – Anpe, a Confederação dos Professores do Brasil, o Centro de Estudos de Educação e Sociedade, o Cedes, a Central Geral dos Trabalhadores – CGT, a Central única dos Trabalhadores – CUT, a Federação das Associações dos Servidores das Universidades Brasileiras – Fasubra, a Federação Nacional dos Orientadores Educacionais – Fenoe, a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC, a Sociedade de Estudos e Atividades Filosóficas – Seaf, a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas e a União Nacional dos Estudantes. A Confederação dos Professores do Brasil, a qual presido, tem na sua base 1 milhão e 500 mil professores da rede pública de primeiro e segundo grau deste País.

Quero dizer aos Constituintes, à Mesa e aos populares que ocupam as galerias de que estarmos hoje aqui, na Assembléia Nacional Constituinte, na reunião da Comissão de Sistematização, significa para nós, entidades que compõem este fórum, um espaço privilegiado, mas que significou também um esforço ingente, um esforço desumano na coleta de assinaturas e na nossa presença nesta campanha pelo ensino público gratuito, porque evidentemente não temos os dados disponíveis para leiloar e manter as nossas entidades e a mobilização da sociedade brasileira. (Palmas.)

Estamos aqui com a dificuldade, com a luta do salário do professor de primeiro e segundo graus que hoje, neste País, é uma vergonha nacional. (Palmas.) Este espaço privilegiado da Assembléia Nacional Constituinte permite-nos registrar que 64,7% da população economicamente ativa recebe de 1 a 2 salários mínimos neste País, que 49,6% da população brasileira tem menos de 20 anos; que 52% desta população tem menos de 2 anos de escolaridade, e que neste País temos 30 milhões de analfabetos. Temos também um dado de que 85% das crianças de 2 a 6 anos, neste País, não têm nenhum atendimento de creche ou de pré-escola. Temos 8 milhões de crianças, na faixa etária de 7 a 14 anos, desatendidas. Temos 77% de jovens fora da escola de segundo grau.

Queremos dizer aos Constituintes, aos populares das galerias e a Mesa desta Comissão que não cremos numa revolução pela Constituição. Não acreditamos que se possa fazer, pela Constituição, uma revolução social neste País. No entanto, aqui na Assembléia Nacional Constituinte é o espaço privilegiado para criar mecanismos que permitam o avanço social. E como instrumento desta luta, deste avanço social, é preciso que se tenha a garantia do ensino público gratuito, laico e de boa qualidade, como direito de todos e dever do Estado. (Palmas.)

O ensino público, porque é o retorno ao cidadão brasileiro dos impostos, das taxas e as cargas tributárias estão, nos dias de hoje, aumentando terrivelmente, e isto é do conhecimento de todos os Senhores, este ensino público deve ser a retribuição dessas taxas e impostos com que esse cidadão contribui para este Estado.

O ensino deve ser gratuito porque se, evidentemente, essa taxa de impostos cobrada ao cidadão já lhe é passada pela União, é impossível que na rede pública se tenha qualquer tipo de pagamento de taxa em escolas previstas pelo Estado. Laico: aí, temos que demorar um pouco, porque sabemos que a quem interessa, essa confusão e discussão sobre a laicidade do ensino tem povoado páginas de jornais, folhetos, panfletos, cartilhas e uma série de instrumentos para colocar no povo brasileiro, nos Constituintes da Assembléia Nacional Constituinte a dúvida, a interrogação, a confusão daquilo que o cidadão brasileiro deve defender sua Constituição como uma prerrogativa do ensino. O ensino laico, a laicidade do ensino, defendida por quinze entidades formando esse Fórum Nacional de Educação, tem sido confundida com ateísmo. E não podemos confundir essas duas conceituações.

A Constituição de 1891, no art. 72, § 6º, já previa essa laicidade. Hoje, estamos discutindo com o sério risco de termos a regressão à anterior a 1891, em 1987.

O cidadão tem o direito de optar por religião, o que não pode ser confundido com que o Estado ministre essa religião, que o ensino público desse Estado – o Estado republicano não pode conviver com isto – tenha ministrado o ensino religioso nas suas escolas. Estado deve garantir o direito do cidadão optar por essa religião, livremente. Não é possível exigir-se da escola e do ensino públicos que não atenda a essa característica da laicidade do ensino. Há uma grande confusão também quando se diz que a educação tem de se dar de forma integral, da alma, do corpo, e a escola, como um instrumento privilegiado dessa educação.

É um espanto que educadores com tão larga experiência façam confusão entre a função da escola e a questão da educação. A educação, senhores educadores de tão larga experiência, não se dá única e exclusivamente dentro da escola; ela se dá também quando o cidadão tem opção por essa religião e freqüenta a sua igreja; ela se dá também quando o cidadão tem a sua opção partidária e freqüenta o seu partido; dá-se também quando esse cidadão tem uma opção por um clube de lazer e freqüenta esse clube; dá-se também em todas as instâncias, em todos os momentos em que essa sociedade tem como organismos vivos da sua organização e, conseqüentemente, em função de trocas, favorece a educação integral desse indivíduo.

A função da escola tem sido distorcida e desvirtuada. Se há dificuldade no trânsito, querem criar uma disciplina para educação para o trânsito; se há dificuldade quanto à saúde, querem criar uma disciplina para o programa de saúde, como obrigatória. A Moral e Cívica, já foi citada aqui, porque havia necessidade de o povo brasileiro receber orientações cívicas. Se há um descaso com ecologia neste Estado, tem de se criar uma disciplina ecológica, se há questão alarmante dos percentuais de utilização de tóxicos, há que se criar uma disciplina para a questão dos tóxicos, se há a questão sexual, também; e agora a AIDS. A escola está sendo considerada como a panacéia de todos os males da sociedade. E para cada ocorrência de uma evidência percentual de um mal dessa sociedade, a primeira atitude é criar-se uma disciplina para que a escola, no seu currículo, atenda essa necessidade. Temos até escolas que estão virando refeitórios, como se o lugar de fazer o café da manhã não fosse a casa desse cidadão, com mesa farta, com café da manhã, com almoço, com janta e com o pai desse aluno recebendo salário digno para ter habitação, transporte, lazer e para dar educação, etc, (Palmas.)

Ouçõ o Constituinte Artur da Távola.

Eu gostaria, antes que fique inoportuno, porque o seu discurso vai avançando e muito bem, de parar um pouquinho para refletir numa passagem da sua fala, que me pareceu extremamente oportuna e correta do ponto de vista social na atualidade brasileira.

Durante algum tempo, quando idéias totalitárias ganharam posição nos vários Estados, nos vários países, realmente, foi fácil confundir a idéia da escola do Estado, ou seja, da escola mantida pelo Estado, com a idéia da escola estatal. Tenho a impressão de que aí está o ponto fundamental de democratização do processo. O que o Brasil está fazendo hoje em dia, nesta Assembléia Nacional Constituinte, não é a criação das bases de um Estado totalitário. Este sim, mantém escolas totalitárias que só têm como forma, só têm como conteúdo Ideológico – e a escola é um aparelho ideológico, de qualquer natureza – a chamada ideologia de Estado. O Brasil não está construindo um Estado totalitário neste instante; ao contrário, o Brasil está saindo de um Estado autoritário, totalitário em muitas de suas manifestações, pela excessiva centralização, pelo excessivo poder do Executivo, e está tentando organizar um Estado democrático, que é o Estado caracterizado pela possibilidade de a sociedade permear as relações entre o próprio Estado e a cidadania; entre o indivíduo, o cidadão e o Estado. Portanto, quando se pretende uma escola pública e a destinação das verbas públicas para a escola pública, não se está querendo com isto garantir a destinação das verbas públicas para a escola estatal, no sentido totalitário do termo. Ao contrário, quer-se, isto sim, garantir a uma escola que exista na comunidade e que funcione graças ao profissional de ensino, que é o Professor, quer-se garantir a esta escola, que é a escola da sociedade brasileira, que é a escola plural, a base do sistema educacional, pelo fato de que cabe apenas ao Estado, a possibilidade de enfrentar o problema educativo. Não é que isto seja uma posição contrária à existência da escola privada. Apenas, é que se sabe que a escola privada, particularmente a escola privada mercantil, por sua própria natureza, não pode ter as características de gratuidade, de universalidade e de laicidade, como tão bem colocou o orador, necessárias a essa escola fundamental; apenas o Estado. Se fosse possível ao particular manter escolas com essas condições de gratuidade, de laicidade e de universalidade, tanto melhor. Porém, a iniciativa privada não investe em segmentos que não lhe são lucrativos. E a escola não é um empreendimento lucrativo. Ao contrário, a escola é um investimento social de uma nação. De maneira que eu queria, sem interrompê-lo mais, parabenizá-lo pela magnífica colocação e enfatizar este ponto: não estamos tentando criar aqui a escola do Estado totalitário; estamos tentando criar, ao contrário, a garantia de que o Estado democrático permita às crianças do seu País estudar sem qualquer forma de discriminação. Agradeço e parabenizo V. S.<sup>a</sup> pelo seu pronunciamento.

**O SR. TOMAZ WONGHON:** – Obrigado, Excelência.

**O SR. CONSTITUINTE GUMERCINDO MILHOMEM:** – Prezado companheiro, permita-me um aparte?

**O SR. TOMAZ WONGHON:** – Pois não, Excelência.

**O SR. CONSTITUINTE GUMERCINDO MILHOMEM:** – Prezado companheiro, Presidente da Confederação de Professores do Brasil, da qual tenho muita honra e orgulho de ter participado como membro dirigente também, considero de fundamental importância esta discussão que estamos realizando, como considero de fundamental importância que nos tenhamos envolvido na coleta de assinaturas que atingiu um número aproximado de 20% do elei-



torado do Brasil e que, portanto, tem que ser muito considerado pelo Plenário da Assembléia Nacional Constituinte. Muitas destas assinaturas foram conquistadas por pessoas que têm posicionamentos bastante diferentes com relação ao mesmo assunto. Mas é certo que conseguimos com esse procedimento de ir à consulta, de ir à base, e esses 20% do eleitorado brasileiro, sem dúvida nenhuma, estão muito interessados no que vai acontecer com aquilo que era pretensão de cada um daqueles que colocou a sua assinatura, o seu nome no papel, ou seja, de construir a Constituição do Brasil.

Com relação a este tema que está sendo abordado, eu gostaria também de oferecer uma posição para reflexão. Sem dúvida nenhuma, na Igreja, no Brasil, podemos contar com setores expressivos que têm sido de importância muito grande para o avanço das lutas populares no Brasil. É impossível se pensar hoje, por exemplo, no problema da reforma agrária sem se pensar na ação da Igreja. Mas é importante que se diga também, e quero levar aos meus companheiros que lutam inclusive dentro da Igreja, uma reflexão no sentido de que não podemos ter a pretensão e esses setores progressistas não podem ter a pretensão de estarem interferindo dentro de um pluralismo de idéias, criando a escola específica para um determinado setor. Então, a escola da Igreja, a escola do partido não sei o quê, a escola do agrupamento não sei o quê... Não, não é isso, é na escola pública, com as características que estão sendo aqui apontadas pelos assinantes das emendas populares, pelo fórum nacional da educação, como foi apontado pelo Relator da Comissão de Educação, nosso Constituinte Artur da Távola. Infelizmente, enquanto membro da Comissão não tivemos oportunidade de apresentar para a Comissão de Sistematização um trabalho final, porque os setores conservadores impediram. Então, queria chamar a atenção desses progressistas que atuam dentro da Igreja, para que lutemos a fim de que exista uma escola pública que permita o debate plural das idéias e não que nós criemos guetos e que levemos as verbas públicas, que são arrancadas de toda a população, especialmente da população pobre, para financiar projetos de parcelas da população que já são muito bem aquinhoadas, porque podem pagar e, especialmente, permitirmos que a educação seja um espaço que permita a obtenção do lucro, quando temos mais de 8 milhões de crianças em idade escolar e que são os pobres que não estão freqüentando as escolas. Muito obrigado. (Palmas prolongadas.)

**O SR. TOMAZ WONGHON:** – Peço a palavra, apenas para avançar um pouco o raciocínio, aos dois Constituintes que se apresentam para apartes, pois, talvez, até possam, nesses argumentos, colocar a sua contribuição.

Defendemos, também, como o Fórum Nacional da Educação na Constituinte, que o ensino de 1º grau, com oito anos de duração, é obrigatório a partir dos 7 anos, cabendo ao Estado a chamada até no mínimo 14 anos e garantindo-se acesso a quem não teve na idade própria.

**O SR. PRESIDENTE (Celso Dourado):** – Lembro ao nobre orador que dispõe de três minutos.

**O SR. TOMAZ WONGHON:** – Obrigado. Com isto, imputamos a responsabilidade por esses 8 milhões de crianças de 7 a 14 anos, fora da escola; por 77% em idade de 2º grau e os 30 milhões de analfabetos, às instituições de ensino e pesquisa, que devem ter garantido um padrão de qualidade para cumprir o seu papel de agente da soberania nacional, soberania cultural, científica, artística e tecnológica do País. Para tanto, é necessário garantir autonomia pedagógica, científica, administrativa e financeira, porque, Srs. Constituintes e Srs. populares, não

será pelos recursos financeiros deste Estado e não será pelo seu recurso militarista que este País terá assegurada a sua soberania.

A questão dos percentuais. Em 1934 foi a primeira vez que tivemos percentuais fixados em texto constitucional, em 1946 garantidos novamente e em 1967 e 1969. Da lembrança de ninguém se afasta esse período de 21 anos de obscurantismo. Nesse período, o texto constitucional foi castrado em seus percentuais de gasto para a educação e é também verdade que foi nesse período que tivemos o menor gasto em educação e o maior gasto em militarismo neste País.

Alguns setores dizem que, se for destinado percentual à educação deve ser também destinado a outros setores como, por exemplo, a saúde. É preciso fazer uma reflexão muito grande. Se a política de saúde que é levada hoje neste País é uma política de saúde, que tem uma previsão de que os brasileiros sejam saudáveis e tenham essa condição de saúde, ou se é o gasto nas corrupções dos esquemas de saúde, ou se é o gasto na profilaxia, numa saúde profilática como é aqui utilizada.

A verba pública para a escola pública. A rede de escolas públicas deste País, do Oiapoque ao Chuí, apresenta uma uniformidade, a do desmantelamento, a da carência de material, de teto, de vidro, de sala, a carência total da rede pública.

A questão da filantropia para a definição da verba pública para a escola pública ou para a escola privada. A filantropia, Srs. Constituintes, se faz com o excesso. Há organizações que fazem: Lions, Rotary etc. É impossível se querer mascarar com a questão da filantropia a oferta de um produto, cobrando do Estado um preço alto por esse produto e tendo um lucro muito alto com a questão que é da educação. (Muito bem. Palmas.)

Defendemos o salário-educação destinado, única e exclusivamente, para o desenvolvimento do ensino de 1º grau. Defendemos a produção, seleção, edição e distribuição de material didático sob controle social e democrático da comunidade. Não é possível que o Estado brasileiro – isso tem que estar garantido no texto – produza, edite e distribua sem que tenha da sociedade uma definição.

Desta tribuna, faço uma denúncia muito grave: o Ministério da Educação e Cultura, a FAE, que deveria assistir ao educando, patrocina uma revista da Abril Cultural, chamada **Nova Escola**, mandando diretamente às escolas brasileiras. Os professores, alunos e escolas brasileiras não pediram esse material, até porque não foram consultados se esse material deveria ou não ser remetido às escolas. No entanto, se essa revista fosse vendida em banca, não teria sucesso algum de venda; mas tem seu sucesso de edição garantido, porque a verba pública esta sendo destinada a garantir um número considerável de exemplares que são distribuídos gratuitamente nas escolas. Os estabelecimentos de nível nacional, princípios básicos de uma carreira nacional do magistério.

Não é possível, Srs. Constituintes, que um componente das gloriosas Forças Armadas receba o mesmo salário em qualquer lugar do País, e que um professor tenha carreira, vantagens, deveres e salários tão distorcidos. Um professor que leciona no Rio Grande do Sul, Acre, Amazônia, Piauí, onde quer que seja, recebe diferente, tem tarefas diferentes e não tem uma carreira nacional.

É preciso garantir concurso público, salário digno, porque 95% dos professores municipais da Paraíba não recebem nem um salário mínimo. Dos professores muni-

cipais do Ceará, Maranhão e Piauí, 93% não recebem um salário mínimo. Dos professores municipais de Alagoas, 90% não recebem um salário mínimo. É preciso garantir o direito à sindicalização desses funcionários públicos, que são os professores, aposentadoria com proventos integrais aos 25 anos.

Gostaríamos que o Relator, o Constituinte Bernardo Cabral, estivesse aqui, porque um dado do IBGE, editado em 1985, diz que uma família brasileira, tendo por renda **per capita** 1/4 do salário, tem a esperança de vida, para cada um de seus membros, de 57 anos e 3 meses. O que significa dizer que no texto atual, como o Relator, o Constituinte Bernardo Cabral, propõe, o trabalhador brasileiro teria 4 anos de aposentadoria antes de sua morte.

Queremos dizer que nós, professores públicos – entidades que compõem esse fórum – se hoje não estamos atuando aqui é pela dificuldade de mobilização, pela dificuldade de recursos, porque não temos recursos financeiros que têm os outros setores dessa sociedade ligada a outros interesses. Porém, estaremos nas ruas, na votação da Comissão de Sistematização e na votação em Plenário, conferindo para que os dados dessa emenda que defendemos tenha uma garantia no texto constitucional.

**A SRA. CONSTITUINTE ABIGAIL FEITOSA:** – Permite-me V. S.<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. TOMAZ WONGHON:** – Com prazer, nobre Constituinte.

**O SR. PRESIDENTE (Celso Dourado):** – Chamo a atenção dos apartantes de que o tempo do orador está esgotado, mas em homenagem aos dois que estão esperando há algum tempo, terão um minuto cada um.

**A SRA. CONSTITUINTE ABIGAIL FEITOSA:** – Gostaria de prestar uma homenagem ao orador, porque fui aluna de colégio público e nas décadas de 40 e 50 todos tínhamos orgulho de pertencer a essas entidades. Naquele período, a escola pública era melhor, o professor tinha auto-estima, não assistíamos falar dos baixíssimos salários de hoje. Ouvimos falar, pelo interior do País, quanto ganham essas professoras leigas para ensinar as crianças a ler. Ridículo! As professoras, inclusive, não têm chance para uma reciclagem natural, para que mantenham acesa o interesse e a alegria de ensinar. Na pessoa de V. S.<sup>a</sup>, rendo a homenagem aos professores das escolas públicas. Inclusive, tenho uma emenda, que foi apresentada na Subcomissão de Educação, para que a verba pública fosse exclusivamente para as escolas públicas. (Palmas.) Não poderíamos assistir o desinteresse que tem a criança brasileira hoje com a qualidade do ensino. Num período em que o homem põe o pé na lua, a criança brasileira continua decorando coisas, fazendo do ensino um massacre, sem ter a alegria de pesquisar e abrir um horizonte. O ensino brasileiro precisa ser renovado e só pode ser renovado se for valorizado o professorado. Obrigada. (Palmas.)

**O SR. CONSTITUINTE (Hermes Zaneti):** – Eminentíssimo Presidente da Confederação dos Professores de Brasília, quero cumprimentar V. S.<sup>a</sup> pelo brilhante pronunciamento que traz a esta Casa e pela representação de um conjunto expressivo de entidades que traz neste pronunciamento, quero cumprimentá-lo, especialmente, por haver coordenado essas entidades no conjunto de assinaturas que possibilita a estes Constituintes apreciarem as propostas que são trazidas a esta Assembléia e dizer que manifestamos nossa plena concordância com todas elas. Por outro lado, destacamos, especialmente, que algumas dessas teses não estão acolhidas no texto do Substitutivo do Relator Bernardo Cabral. Já estivemos com S. Ex.<sup>a</sup> e temos de S. Ex.<sup>a</sup>

a concordância de que a vinculação de verbas públicas, tal como vem ocorrendo desde o nosso trabalho na Subcomissão de Educação, Cultura e Esportes, capitaneado pelo eminente Senador João Calmon, será devolvido no texto do próximo Substitutivo. Mas, há problemas como o da aposentadoria especial, como o da carreira nacional, enfim, um conjunto de problemas que V. Ex.<sup>a</sup> tão bem abordou aqui. Quero, por isto, neste rápido aparte, dizer a V. Ex.<sup>a</sup> e às entidades que estão aqui, neste Plenário, ouvindo, que irá absoluta necessidade de mobilização e de pressão legítima – sabem os Srs. Constituintes – para garantir que desta Assembléia Nacional Constituinte possa emergir um grande projeto nacional de educação. Nenhuma proposta de construção da democracia brasileira, do futuro deste País, terá sucesso se não formos capazes de fazer emergir desta Assembléia um projeto nacional de educação que garanta a integração à cidadania de 30 milhões de analfabetos, dos 8 milhões de crianças que estão fora da escola e, especialmente, que garanta salários dignos aos professores brasileiros, Sr. Presidente. Na semana passada estive num congresso de 5 mil professores em Alagoas e, lá, vi o contracheque de professores que recebem 200 cruzados por mês. Desafio que uma pessoa com esse salário tenha condições dignas de sobrevivência. É um assassinato que este País comete contra a educação e contra o seu futuro (Palmas.)

**O SR. TOMAZ WONGHON:** – Sr. Presidente da Mesa, Srs. Constituintes, Srs. populares, encerrando o nosso pronunciamento, queremos dizer que se os dados iniciais que apresentamos são percentuais alarmantes à luta pela educação pública, pela escola pública, à luta pela transformação desta sociedade, deverá ser garantida – e, nisto, conscitamos a todos os Srs. Constituintes presentes bem como aos ausentes – para que a educação democrática deva estar baseada na liberdade de expressão, na soberania nacional, no respeito aos direitos humanos e, estando a serviço da construção de uma sociedade justa e livre. Obrigada. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Celso Dourado):** – Concedo a palavra ao Professor Roberto Geraldo de Paiva Dornas, Presidente da Federação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino, FENEN, e que vai sustentar a Emenda Popular nº 083 – Ensino Gratuito – sustentada pela Federação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino em Brasília, Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino no Estado de Minas Gerais, Sindicato de Estabelecimento de Ensino de Duque de Caxias – sustentada por 40 mil e 920 assinaturas.

**O SR. ROBERTO GERALDO DE PAIVA DORNAS:** – Exm.<sup>o</sup> Sr. Presidente, Exm.<sup>os</sup> Srs. Constituintes, nem sempre a frieza de um documento traduz a história, a emoção e o sentimento autêntico de como nasceu. Ao falar sobre a Emenda Popular nº 83, nos sentimos na obrigação de, como educadores que somos, que entramos para uma sala de aula há 14 anos e dela não nos retiramos até hoje para coisa alguma, apesar de vários apelos, e contar a esta Casa aquela emoção que um verdadeiro professor sente diante de uma criança e que sente diante de um adolescente. Fomos procurados por um pequeno grupo de estudantes, não na rua, não em passeata e não em protesto. Eles nos diziam que tinham uma idéia e uma reivindicação e que precisavam fazer com que chegassem à Assembléia Nacional Constituinte. Eles não tinham os meios e não tinham os caminhos.

Um deles nos dizia que a sua vontade era de fazer um curso técnico de eletrônica; no entanto, na sua pobreza de estudante, de turno da noite, não encontrava uma escola pública que pudesse acolhê-lo para que fizesse o curso desejado.

Um outro nos dizia que teria que se afastar de sua cidade para fazer um segundo grau porque, na sua falta de condição, ali não era propiciado a ele um segundo grau pela escola pública.

Um terceiro nos dizia que o seu sonho era fazer medicina. No entanto, não poderia fazê-lo, porque havia necessidade de trabalhar para se sustentar e uma escola de medicina exigiria dele o tempo todo.

Reclamava um outro que, infelizmente, tendo necessidade de se manter, a universidade pública estava e continua fechada, não propiciando ao estudante carente a condição de, no turno da noite, como nós estudamos, poder fazer o seu curso superior.

Ao lado, uma senhora humilde nos contava uma história. Dizia:

"Olha, moço, sou do norte de Minas. Tenho um filho que é a minha esperança. A duzentos quilômetros existe uma escola técnica agrícola, mantida com sacrifício por irmãos de caridade. Para lá quero enviar meu filho e não posso fazê-lo."

Voltamos ao estudante que pretendia o curso de medicina, que disse o seguinte:

"Quando nasci, meu pai era maestro e disse: "meu filho deve ser um Bethoven brasileiro."

Minha mãe, como católica, dizia que deveria ser criado nos princípios cristãos do catolicismo.

Na entanto, um avô integralista disse: "para este menino quero uma escola que traduza os princípios do Deus-Pátria e família" e a avó, ao lado, dizia: "preciso de um médico na família."

Um irmão, mais velho, disse: "vamos deixar o sonho, porque temos apenas uma escola rural, mantida pela Prefeitura, da dona Castorina. E como é que nós, pobres, podemos chegar e ter a mesma oportunidade dos outros?"

A educação – aprendi com o Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, de quem somos discípulos, através de seus livros – é direito natural do pai e do educando. Cada um educa conforme as suas crenças, suas convicções e suas conceituações de valores.

É evidente que o marxista vai querer que seu filho seja educado de uma forma marxista, porque esse é o valor em que ele acredita.

O católico vai querer o seu filho, criado com uma educação católica, porque é essa a sua crença e são esses os seus valores.

Eu, que não tive essa oportunidade de escolher, que tive que freqüentar a única escola pública que havia perto de minha casa sou de uma escola rural, onde uma fila era da primeira série, a outra era da segunda, a outra da terceira e a outra da quarta, com uma professora só! – Eu quis que meus filhos se matriculassem numa escola batista e tive recursos para isto. E a filha da minha lavadeira, também batista, dizia-me que, apesar da bolsa e dada ajuda que o colégio lhe fornecia, não suportava o seu filho na escola batista. Onde ela queria, e teria que

colocá-lo, seria na escola pública – o que não era de seu agrado, pois a criança teria que saltar um rio para lá chegar.

Só ao pai, à família e ao educando pertence o direito de escolher a escola que ele bem entende. E neste País se faz uma discriminação: quem tem poder aquisitivo paga duas vezes, paga através do imposto e através da escola particular. Posso pagar, então, meu filho vai para a Escola Batista. Conheço Constituintes de linhas progressistas que podem pagar e colocam seus filhos em escolas particulares também de linha progressista, mas, no entanto, se for o motorista, esse não pode.

Há, neste País, de sete a oito milhões de crianças de sete a quatorze anos sem o primeiro grau. Há, neste País, 29 milhões de crianças, de 0 a 7 anos, sem qualquer educação pré-escolar, perdidos nas favelas, na periferia, cheirando cola, e se comemora quando morre um "Pixote". E quantos "pixotes" há por aí? Há 32 milhões de crianças analfabetas, neste País – um quarto da população! O México já venceu isso há muito tempo. No entanto ao pobre se nega o direito de escolha da escola, da educação, segundo a sua conveniência, proximidade e qualidade de ensino que ele quiser, do curso técnico que queira ou não. A ele só se empurra a opção da escola pública. A Bélgica, a Espanha, a França, – o Governo Mitterrand – quiseram acabar, mas milhões de pessoas nas ruas não deixaram. Não vamos para a Europa, vamos para a Argentina e México, aqui perto; a criança escolhe a escola e o Governo paga por ela, respeita-se a sua opção e a sua crença. E esses jovens nos diziam: "temos idéia e não temos como levar". E eu sugeri a emenda popular...

**O SR. CONSTITUINTE HERMES ZANETI:** – Permite-me V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO GERALDO PAIVA DORNAS:** – Pois não!

**O SR. CONSTITUINTE HERMES ZANETI:** – V. Ex.<sup>a</sup> está levantando um dilema falso. V. Ex.<sup>a</sup> fala em liberdade de educação numa opção entre escola pública e escola privada. Liberdade de educação existirá no momento em que tivermos construído uma estrutura de escola pública de qualidade nacional, capaz de atender a toda a demanda de educação deste País. Não será com os lucros exorbitantes, que uma CPI do ensino pago, da Câmara dos Deputados provou, que vamos construir a liberdade de educação e muito menos iremos construir a educação que a Nação democrática, que queremos, precisa! É evidente que V. Ex.<sup>a</sup>, aqui, hoje, está representando os interesses daquelas grandes empresas de educação que lidam com uma mercadoria, porque assim é vista por essas instituições, chamada ensino e cujo objetivo, evidentemente, não é a qualidade de ensino, é o lucro que possam auferir desta atividade. Estamos na estrutura da Assembléia Constituinte, tendo consideração – como temos para com V. Ex.<sup>a</sup> – com todas as propostas que aqui chegam. Sou daqueles que defendem a destinação das verbas públicas exclusivamente para o ensino público e estamos discutindo a hipótese de apoio às escolas comunitárias confessionais ou filantrópicas. Há, um processo de discussão dentro um grupo expressivo de Constituintes nesse sentido. Mantenho a minha posição original e vamos votar aqui, primeiro por essa posição, e esperamos, quem sabe, vê-la vitoriosa. V. Ex.<sup>a</sup>, no entanto, defende esta empresa-escola com objetivo de lucro, e emitiu, através da sua instituição, conforme notícia o **Jornal do Brasil**, em exemplar que tenho em mãos...

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO GERALDO DE PAIVA DORNAS:** – Já conheço a posição e para ganhar tempo, respondo a sua pergunta.

**O SR. CONSTITUINTE HERMES ZANETI:** – V. Ex.<sup>a</sup> emitiu um documento onde, evidentemente, pretende manter este privilégio de termos aqui no Brasil empresas que possam auferir lucro desta mercadoria.

A proposta que V. Ex.<sup>a</sup> faz é antagônica à oportunidade que a Constituinte lhe dá hoje de estar aqui conosco e nós, aqui, respeitosamente, recebendo e ouvindo as suas ponderações.

De modo que, quem sabe parte dos lucros que estas organizações auferiram neste processo vão ser investidos na contratação das tropas de ocupação a que se refere essa cartilha e que, evidentemente, é um desrespeito à Assembléia Nacional Constituinte. De tal sorte que seria oportuno que esta Assembléia pudesse ouvir alguma coisa, um esclarecimento tão respeitoso quanto esta Assembléia recebe e acata os argumentos que V. S.<sup>a</sup> traz a respeito destas questões.

**O SR. ROBERTO GERALDO DE PAIVA DORNAS:** – Nobre Constituinte, pretendemos responder no momento oportuno. Creio que V. Ex.<sup>a</sup> não leu a emenda popular que estávamos apresentando, provavelmente porque não é nada disso que V. Ex.<sup>a</sup> está colocando. Preciso completar (palmas) para dizer que é preciso ler para se informar e ter as próprias opiniões. Defendo o direito de V. Ex.<sup>a</sup> pensar e achar de defender seu ponto de vista e que também cada um possa ser formado na sociedade plural, para que possamos ter exatamente a diversidade de opiniões.

Agora o que vimos dizer é que trabalhem pela emenda popular, porém somos poucos; não conseguimos número. Mas não tem importância. Número, entidade, associação bastam 30 mil. Há países em que alguém governa há quinze, vinte anos e nunca foi eleito. Há grandes potências em que 12 elegem o presidente e ele comanda.

Então, não é um problema de número; é um problema de idéia válida. E como idéia válida contará com o apoio da nossa entidade sim. O que diz essa emenda?

"O ensino será gratuito em todos os níveis, em qualquer estabelecimento para aqueles que demonstrarem aproveitamento e insuficiência de recursos."

Pregamos o ensino gratuito para o aluno. É preciso que se respeite a crença do aluno, sua convicção e o seu direito de opção. E nunca defendemos, Sr. Constituinte dinheiro para a escola, porque se há um meio de estatizar, e tornar a escola ruim, como está a escola pública, que a queremos boa – tivemos uma escola pública muito boa – é dar dinheiro à escola. Defendemos dinheiro para o carente, defendemos democraticamente que todos possam estudar naquela escola, segundo as suas convicções.

**O SR. HERMES ZANETI:** – Como V. S.<sup>a</sup> respondeu as questões de forma destorcida, gostaria poder colocar-me à sua disposição.

**O SR. ROBERTO GERALDO DE PAIVA DORNAS:** – Quero dar-lhe a resposta. Costumo dizer que as coisas têm a dimensão que lhes damos e assombrações e fantasmas existem na mente daqueles que vêm. Numa avaliação de 25 pessoas foi feito o relato do que aconteceu quando se discutia na comissão temática, onde irmãs de caridade, que dedicaram sempre as suas vidas à educação, foram agredidas, onde encontrávamos pessoas nos corredores dizerem: eu não recebi e tenho que ficar aqui até que horas?

Estamos acostumados a ver alunos e professores serem retirados de sala de aula para paralisações, estamos acos-

tumados a agressões. Há alguma coisa chamada direito de legítima defesa. O que significa, se sou agredido é legítimo meu direito também de responder pelos meios necessários – é um princípio basilar de direito. Se torceram, fica por conta de quem torceu e o fantasma aparece para quem nele acreditar.

Fico satisfeíssimo de colocar essa força que realmente não temos, pois a nossa força é de um princípio de uma sociedade plural, que tem como base uma educação plural, diversa, na opção, porque só assim iremos formar opiniões diferentes e não aqueles Estados em que o Estado impõe às gerações futuras a sua vontade e forma para que milhões e milhões sejam, às vezes, governados por um, eleitos por doze e que o partido e a imprensa são únicos, nisso realmente a nossa formação brasileira e cristã não concorda. (Palmas.)

**O SR. HERMES ZANETI:** – Apenas em função das citações feitas, eu gostaria de dizer a V. Ex.<sup>a</sup>... Li tão bem a emenda que V. Ex.<sup>a</sup> está defendendo, que percebi nela que V. Ex.<sup>as</sup> pretendem garantir o lucro das instituições por outro caminho: ao invés de dar diretamente para a escola, dará diretamente para o aluno, que vai levar para a escola. Estão colocando apenas uma intermediação como já vi em outros países.

Em segundo lugar, queria dizer uma questão que me parece absolutamente fundamental: trata-se de que V. Ex.<sup>a</sup> está aqui pretendendo manter o mesmo objetivo, escamoteando o caminho. E dizer mais: que V. Ex.<sup>a</sup> seguramente faz parte daqueles que trouxeram as irmãs de caridade, por aquelas que já temos um respeito e afeição muito grande pela sua tradição, porque são irmãs boazinhas que lidam com as crianças, tudo isso, e V. Ex.<sup>as</sup> as usaram colocando-as na frente dos Senhores lá na Comissão Temática 8, para depois poderem dizer que os Constituintes agrediram as coitadinhas das irmãs de caridade. As irmãs podem vir aqui que serão sempre muito bem-vindas. Porém, repudiamos profundamente que elas sejam trazidas aqui para serem usadas pelos senhores donos daquelas escolas que se constituem em empresas, escamoteando o grande objetivo da comercialização neste País. (Palmas.)

O SR. – Sr. Deputado, fico satisfeito...

O SR. – V. Ex.<sup>a</sup> me permite um aparte? Dada a polêmica, é sinal de que ela deve ter uma substância muito boa.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – A Mesa adverte o orador de que dispõe ainda de três minutos.

O SR. – Eu gostaria de solicitar um aparte assim que fosse possível.

**O SR. GUMERCINDO MILHOMEM:** – Estou entre aqueles Constituintes que foram apelidados pelo documento da Federação Nacional de Estabelecimento como "cubanos". Não sei exatamente qual era o objetivo desta qualificação, mas como tive a oportunidade de visitar aquele País e de lá verificar que não existem crianças fora da escola, no que diz respeito a este capítulo especialmente, fico muito honrado com essa qualificação.

Eu estava ouvindo o Sr. Presidente dizer que no Brasil pretende-se criar uma discriminação contra aqueles que já pagam impostos e que têm que pagar a escola para os seus filhos. Eu diria que esta colocação está invertida: a discriminação que se faz é com a maioria da população

que não pode pagar a escola e que paga impostos e que se pretende esses impostos sejam destinados também – pelo menos é o que sempre entendemos nas colocações que foram feitas neste capítulo da Educação – para aqueles que já são, primeiramente, privilegiados por poderem pagar a escola que pretendem que seja melhor para os seus filhos, e ainda assim querem também ser privilegiados pela destinação dos recursos públicos. No entanto, na Subcomissão de Educação, tive oportunidade de ouvir o Deputado Constituinte Bezerra de Melo dizer que os recursos que são destinados para a escola particular são tão poucos que fica mais caro ir atrás deles do que realmente recebê-los e que, portanto, ele, particularmente, se colocava contra a destinação dos recursos públicos para a escola particular.

Aqui ouvi também a colocação feita por V. Ex.<sup>a</sup> de que o que se pretende e que a escola seja gratuita. Se esses recursos são tão poucos e se se pretende a gratuidade da escola, indagaria se a sua colocação é também no sentido de se garantir que as verbas públicas sejam destinadas exclusivamente para as escolas públicas? É desta maneira que se pretende garantir a universalização da escola gratuita para a população que dela necessita no Brasil?

**O SR. ROBERTO GERALDO DE PAIVA DORNAS:**

– Sr. Constituinte, acho que houve um ruído de comunicação. Dissemos que existe uma discriminação para com o pobre. Demos a exemplo de quem sendo batista e querendo uma escola batista; ou sendo metodista e querendo uma escola metodista; ou o marxista, uma escola marxista, se ele tiver dinheiro, poderá pagar e ter essa opção. Mas o pobre, infelizmente, não tem dinheiro; só pode ter a escola pública. Foi isso que dissemos.

Dissemos também que a escola particular não reivindica um só tostão para si, para não virar uma dependência do poder público, quando ela se torna uma escola oficial da mesma forma, e corremos o mesmo risco.

Se em 1964 a escola tivesse sido estatizada, provavelmente não estaríamos, nesta Assembléia Nacional Constituinte, V. Ex.<sup>a</sup> e eu a defender cada um o seu ponto de vista. A Alemanha de Hitler se construiu através de uma escola única. É assim que se constrói um país totalitário.

Entendemos V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Constituinte. Apenas houve um ruído de comunicação. Não defendemos dinheiro para a escola, mas o dinheiro para o aluno pobre, a gratuidade do ensino, para que ele escolha a escola que quiser.

**O SR. CONSTITUINTE GUMERCINDO MILHOMEM:** – De que maneira se destinam os recursos para a criança?

**O SR. ROBERTO GERALDO DE PAIVA DORNAS:**

– Tanto faz o poder público gastar os recursos na escola pública ou na escola privada. E aqui corrigimos o que a Comissão Parlamentar de Inquérito demonstrou, ou seja, que no ensino público o custo chega a ser de seis a oito vezes maior do que na escola particular. O mesmo recurso que ele gasta numa escola pode gastar na outra. Ele deve dar o dinheiro ao aluno. Isso se faz na Bélgica e na China.

**O SR. CONSTITUINTE GUMERCINDO MILHOMEM:**

– Na China é para a escola particular também?

**O SR. ROBERTO GERALDO DE PAIVA DORNAS:**

– Para o aluno, Sr. Constituinte.

**O SR. CONSTITUINTE GUMERCINDO MILHOMEM:** – Para gastar na escola particular?

**O SR. ROBERTO GERALDO DE PAIVA DORNAS:**

– Para ele escolher a escola que quiser.

**O SR. CONSTITUINTE GUMERCINDO MILHOMEM:** – Através do salário dos pais dos alunos?

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – A Mesa adverte o orador, Prof. Roberto Geraldo de Paiva, que o seu tempo está encerrado. Gostaria que V. S.<sup>a</sup> concluísse o seu pronunciamento.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ MENDONÇA DE MORAIS:** – Solicito a V. Ex.<sup>a</sup> apenas um minuto, para fazer um aparte ao Sr. orador.

Coloco-me favoravelmente à pluralidade, à liberdade de escolha para o pobre, para o rico, para o remediado, quanto à sua formação. Sempre defendi essa posição. Estou sempre do lado da liberdade de escolha.

As esquerdas, nesta Assembléia Nacional Constituinte, querem implantar uma ditadura pela escola pública obrigatória "gratuita" para os que vão estudar. (Palmas.) Para o povo que paga verbas enormes para manter uma escola falida, que corrompe a liberdade do aluno de escolher. (Palmas.)

Os Srs. Constituintes que me antecederam são useiros e vezeiros em querer tapar o sol com a peneira, com a argumentação falsa de que a escola pública é gratuita. Isso não é verdade. Ela é paga pelo povo, principalmente pelo pobre, através dos enormes impostos, destinados a manter as escolas e uma estrutura administrativa falha. Toda a coisa pública neste País e em todo o mundo é falha. Quero louvar hoje a abertura de alguns países cansados desse fracasso da escola pública como Rússia, China e outros que querem agora privatizar e multiplicar, pluralizar a opção de escolha para os alunos. Louvo a coragem que a sua entidade tem de vir aqui enfrentar algumas onças "que querem engolir, lançar garganta abaixo teses que o povo não quer; o povo quer escolha, quer liberdade. E hoje na escola pública estudam os filhos dos ricos e tomam o lugar dos pobres, porque o pobre não tem mais opção, não pode pagar escolas privadas particulares e não tem lugar na escola pública para ele. O rico consegue fazer isso, inclusive, filhos de Deputados, que estão aqui sendo pagos pelo povo, estão estudando em escolas públicas tomando o lugar dos pobres. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Nós queremos advertir que a Mesa tem sido condescendente devido à importância do tema, mas é preciso que nós sejamos democráticos, de forma a permitir que todos usem o tempo dentro da racionalidade e do tempo colocado para cada um.

Eu gostaria que V. Ex.<sup>a</sup> fosse rápido para que o nobre professor terminasse o seu pronunciamento.

**O SR. BEZERRA DE MELLO:** – Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup> Sr. Presidente Roberto Dornas, ouvi com muita atenção a sua explanação e os fatos que no início da sua exposição V. Ex.<sup>a</sup> relatou. Estou de acordo com a sua tese, com a tese de que deve se dar ao aluno e à família o direito de escolher a educação que quer. Para isso é necessário realmente, e a tese está certa, que o Governo, o Estado ajude o aluno e a família nesta escolha. Terminando meu aparte quero dizer a V. Ex.<sup>a</sup> que aquelas grandes empresas educacionais a que se referiu um dos colegas Constituintes estão em situação pré-falimentar hoje, "essas grandes empresas educacionais" estão hoje falindo por falta de uma legislação que lhes dê a possibilidade de continuarem a ajudar a educação brasileira. Muito obrigado a V. Ex.<sup>a</sup> (Palmas.)

O SR. — Sr. Presidente, V. Ex.<sup>a</sup> me concede um minuto.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** — V. Ex.<sup>a</sup>, ao encerrar o aparte, vai encerrar o seu pronunciamento até porque ele já adentrou dez minutos do tempo do outro.

O SR. — 10 minutos do tempo do outro que vai expor.

O SR. — Já estou pretendendo encerrar, Sr. Presidente.

O SR. — Então eu dispenso a palavra.

**O SR. ROBERTO GERALDO DE PAIVA DORNAS:** — Sr. Presidente, vamos ser breve deixando um apelo aos Srs. Constituintes que, na singeleza dessa emenda, se atenda ao pobre no seu direito de ter crenças, convicções, conceituações, que ele possa ser educado conforme aquilo em que ele quer, como peça basilar da democracia para evitar a escola única típica dos países totalitários, deformadora e desrespeitadora da individualidade do ser humano, guardando gerações seguidas para aceitação passiva de regimes ditatoriais do partido único, da imprensa única, da opção única e da vontade única. E sobretudo para que se chegue nesse País e permaneça nesse País que, quando alguém defende um tipo de idéia diferente de outros, ele não seja massacrado pelo monopólio da palavra daqueles que não querem que defendam idéia contrária. Muito obrigado, Srs. Constituintes. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** — Seguindo a pauta dos trabalhos, deveria agora ser feita a defesa da Emenda nº 008 — Educação, Cultura e Esporte, que é patrocinada pela Mitra Arquidiocesana do Rio de Janeiro — Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro — Imperial Irmandade da Nossa Senhora da Glória do Outeiro do Rio de Janeiro. Foi indicado como representante, como defensor, o Professor Cândido Mendes, e posteriormente cancelado, e não foi indicado uma outra pessoa para fazer a defesa desta emenda. Portanto está prejudicada e infelizmente essa emenda não terá a oportunidade de ser defendida, hoje, aqui na Assembléia Nacional Constituinte.

Passamos, então, para a Emenda nº 004 — Ensino Religioso — patrocinada pelas entidades da Associação Interconfessional de Educação de Curitiba, Conselho de Igreja para Educação Religiosa de Florianópolis, Instituto Regional da Pastoral de Mato Grosso, Campo Grande, que contou com 66.637 assinaturas. Concedemos, então, a palavra ao Pastor Elias Abrahão, que irá fazer a defesa dessa emenda.

**O SR. ELIAS ABRAHÃO:** — Sr. Presidente da Mesa, Srs. Constituintes:

Estou plenamente consciente da gravidade do privilégio de representar, nesta hora, instituições em vários Estados brasileiros que se preocupam com a educação religiosa em escolas da rede oficial.

Gostaria de dizer, em primeiro momento, que esta proposta não pretende voltar à Constituição Republicana militarista e de posição positivista de 1891, que infelizmente foi lembrada há pouco pelo orador que nos antecedeu, que sem dúvida foi uma das piores Constituições que esse País já teve. Mas essa foi a única Constituição na qual o ensino religioso não foi contemplado; inclusive a das mais progressistas, que foi a de 1946, contempla esta possibilidade.

Acredito que a outorga que me é feita neste instante em representar todas estas instituições advém do fato de estar trabalhando, como pastor evangélico presbiteriano que sou, com a educação religiosa em escolas públicas desde o ano de 1973, quando experimentamos em Curitiba a organização de uma instituição que lidasse com este tema numa perspectiva interconfessional. Nasceu a Assintec — Associação Interconfessional de Educação de Curitiba, que tinha por finalidade colocar a criança em contato com o transcendente.

Tenho igualmente, como educador, convivido com o drama da fragmentação social dentro da própria escola. Aqui também encontramos um representante, igualmente pastor presbiteriano, de Florianópolis, Santa Catarina, que participa do CIER, "Conselho de Igrejas para Educação Religiosa", criado em 1974, e Frei Vicente Bohne, da Igreja Católica, fundador da Assintec.

Estas experiências nos levaram a um caminho diferente do que entendíamos por educação religiosa, que deixava aos não-católicos um gosto amargo de imposição religiosa, como sempre aconteceu no Brasil, em todas as Constituições que trataram deste assunto, fossem elas cartas outorgadas ou legitimamente constituídas: a religião católica, considerada oficial ou oficiosamente, era ensinada nas escolas públicas, de forma confessional e catequética. Isto sempre foi, era e continua sendo insustentável aos não-católicos, que sempre mantiveram uma posição avessa a educação religiosa na escola. Hoje, porém, a realidade é outra. Católicos e não-católicos encaminhamos, da base para cima, na forma de uma "emenda popular", uma proposta a fim de que se mantenha na Constituição, ora em elaboração, o seguinte:

"A educação religiosa será garantida pelo Estado no ensino de 1º e 2º graus como elemento integrante da oferta curricular, respeitando a pluralidade cultural e a liberdade religiosa."

Isto, Srs. Constituintes, não aconteceu gratuitamente, mas após sérios anos de trabalho conjunto, com o qual aprendemos o seguinte:

Primeiro, conhecer a História significa, antes de mais nada, entender os fatos e as leis de cada época no contexto de seus valores. Construir a História no presente, no hoje do Brasil, consistirá no esforço de identificar os verdadeiros valores do ser humano e ordenar a sociedade para edificar-se de acordo com os seus próprios ideais. Assim sendo, as diferentes confissões religiosas, quando desligadas e alienadas do todo da vida em sociedade, tornam-se instituições desintegradoras da própria vida em comunidade, com uma visão cada vez mais introvertida e exclusivista. Hoje, querem, as instituições preocupadas com a educação religiosa muito antes de fortalecerem-se a si mesmas, numa busca incessante de prosélitos e preocupadas com uma estranha e insensível busca de "crescimento a qualquer custo" (postura empresarial dentro da Igreja), fazer surgir uma sociedade solidária, fraterna, justa e aberta à visão do transcendente.

É a isto que devem conduzir nossos valores; não à edificação de dogmas e doutrinas, que é tarefa precípua e especial das próprias igrejas e nas próprias igrejas, mas sim à construção de uma nova ordem social, política, econômica, moral e legal, que possa conter um novo homem liberto e libertador.

**O SR. CELSO DOURADO:** — V. Ex.<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. PASTOR ELIAS ABRAHÃO:** — Com muito prazer.

**O SR. CELSO DOURADO:** – Pastor Elias Abrahão, a sua contribuição, através dessa emenda popular, é, sem dúvida, muito significativa, muito válida para a Assembléia Nacional Constituinte. Esse tema tem sido discutido em reuniões, inclusive em reuniões interpartidárias. Fico contente que os seus pontos de vista coincidem com os pontos de vista até de companheiros que não são de tradição religiosa alguma. Eles também concordam que o tipo de educação religiosa que foi praticada no passado era mais uma imposição e não havia aquele devido respeito e a devida sensibilidade à liberdade. A educação religiosa não pode ser realizada assim; o Estado não pode dar sustentação a esse tipo de prática porque o Estado não pode se identificar, se confundir com uma determinada fé religiosa. Nós somos de uma tradição que sustenta a liberdade. O Cristo morreu na cruz pela liberdade; morreu para garantir a liberdade de todos, daqueles que eram seus íntimos, os seus discípulos, e também dos seus algozes. Ele morreu na cruz para garantir essa liberdade. Essa contribuição que V. Ex.<sup>a</sup> traz é significativa porque abre novos horizontes e, sobretudo, porque traz a questão religiosa para o existencial, para a vivência de cada dia, para descobrir o seguinte: que mais importante do que os dogmas, do que os ensinamentos direcionados, é o testemunho, é a fé. Há muitos que pregam, que contam a história da fé, que ensinam, que professam, mas vivem como se não cressem; e há outros que até não falam muito, não se identificam muito com essa tarefa de transmitir, mas vivem como se cressem. Esta contribuição, sem dúvida alguma, tem muita importância e muita relevância para o trabalho da Constituinte. Não tenham dúvidas de que sua contribuição vai facilitar o entendimento que estamos trabalhando nos grupos interpartidários, para que encontremos uma saída justa, correta, respeitosa, a todas as tradições e a todas as culturas deste País. Muito obrigado.

**O SR. ELIAS ABRAHÃO:** – Sr. Constituinte, muito obrigado. Parece que V. Ex.<sup>a</sup> antecipou parte de nosso pensamento. Diríamos, ainda, que o que estamos tentando fazer aqui é uma redefinição daquilo que consideramos religioso. Assim como foi necessário que se redefinisse, há pouco, o que é que era laico, é necessário que, para nós, em nossa proposta, o religioso se defina, acima de tudo, como uma abertura para o transcendente e não para nós, na escola como uma prática absoluta do ensino de religião, que é competência exclusiva das igrejas confessionais.

**O SR. CONSTITUINTE OSVALDO SOBRINHO:** – V. S.<sup>a</sup> permite um aparte? (Assentimento do orador.) – Nobre orador, queremos congratular-nos com V. S.<sup>a</sup> pela tese que defende hoje na Assembléia Nacional Constituinte. Apresentei, na Comissão de Educação, Cultura, Ciência, Tecnologia e Esporte, da qual fui vice-presidente, uma emenda sobre educação religiosa. A emenda, de nossa autoria, pregava que era obrigatório para o Estado constar de seu currículo escolar a educação religiosa, porém, para os alunos, a matéria tornava-se facultativa. Nesse sentido, lutamos aqui, porque achamos que o Estado, o que é de mais importante e que podemos deixar de legado à nossa população, aos nossos filhos, à comunidade e à sociedade que aí está é o sentimento religioso, do Ente Superior, daquele que nos deu a vida e que fez essa estrutura de mundo que aí está. Acho que é importante que as escolas se humanizem através da religião e esta nossa emenda nós a estamos rerepresentando agora, para que, na verdade, tentemos conscientizar os nossos companheiros, a fim de que ela faça parte efetiva de nossa Constituição. Sou filho de batistas. Estudei em colégio batista,

colégio particular, por sinal, e aqui quanto à educação, não só religiosa, mas quanto a outras, não tive oportunidade de falar há pouco, quero dizer que também defendendo aqueles que querem fazer educação, seja dentro de Estado, seja fora do Estado, e me entristeço quando vejo aqui alguém dizer que é progressista falar que têm que ser os recursos somente para as escolas do governo, que pagam seis vezes mais do que uma escola que não é do governo. Se eu posso pagar cinco cruzeiros para colocar meu filho que tenha uma boa educação na escola, por que vou pagar trinta numa escola outra que vai receber educação igual ou pior? Eu não tenho escola particular, nem fui professor de escola particular. Fui Delegado de Educação e Cultura em Mato Grosso; sou professor há muitos anos, mas como economista também que sou, não entendo se é melhor pagar trinta ou não pagar trinta, se o dinheiro é do povo. Então, acredito que a mensagem de progressista ou retrógrado está muito confusa e temos que analisar melhor e denunciar ao povo, porque quer-se tomar o recurso do povo para uma atividade que se pode pagar bem mais barato.

**O SR. ELIAS ABRAHÃO:** – Agradeço ao nobre Constituinte o seu aparte. Prossigo:

É a isto, Senhores, que devem nos conduzir os nossos valores; não à edificação de dogmas e doutrinas, que é tarefa precípua e especial das próprias igrejas – e nas próprias igrejas – mas à construção de uma nova sociedade. Coibir tal empreendimento, ou negar que a ele se deva associar o Estado, é tirar da essência do próprio Estado o processo de realização plena da cidadania, que pensa no homem todo e em todo homem como um ser que se desenvolva em toda sua potencialidade.

Srs. não há possibilidade de se entender a educação como um processo neutro, porque toda e qualquer proposta de educação é uma proposta de valores que estabeleça um tipo de homem e de sociedade que ela espera como emergentes.

Assim é também nossa proposta:

"Cremos que educar é fazer o ser humano passar da consciência ingênua à consciência crítica da realidade na qual ele está imerso."

Educar é um processo de descoberta e redescoberta do ser em comunidade, uma vez que entendemos, como Paulo Freire, que ninguém ensina nada a ninguém, mas que descobrimos, juntos, maneiras de conviver em sociedade.

Quer a educação religiosa oferecer uma postura integradora da moderna sociedade brasileira, somando-se ao esforço de todos aqueles que buscam o bem comum, e não privilégios para poucos. Esta proposta Srs. visa levar educando a entender melhor, através da proposta já referida de dar-lhe uma consciência crítica, as próprias relações do saber e do poder querendo-os participativos e fraternos, levando-o a descobrir novas formas solidárias de intervir no processo social, transformando-o, como agente da História.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ MENDONÇA DE MORAIS:** – Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. ELIAS ABRÃO:** – Pois não.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ MENDONÇA DE MORAIS:** – Sou do Grupo Parlamentar Cristão do Congresso Nacional, já no segundo mandato. Sou católico apóstolico romano, e procuro, dentro de minhas forças, ser praticante consciente da ação renovadora do Evangelho na minha vida e na sociedade.

Partindo do princípio de que comungo também com V. S.<sup>a</sup> de que a escola deve formar o homem saindo de uma consciência ingênua para uma consciência crítica, entendo que a formação do ser é o objetivo maior da escola, e o ser todo, e todos os homens, conforme V. Ex.<sup>a</sup> mesmo acabou de afirmar. Estou de comum acordo com V. Ex.<sup>a</sup> nesta colocação.

Entendo também, que a escola, sendo a especialização que o poder tem para ajudar na formação do novo ser, a escola não pode omitir-se numa faceta importantíssima, qual seja, a formação do caráter, da consciência crítica, que a religião tem o papel preponderante.

Defendo a liberdade de ensino, a liberdade religiosa, a liberdade da prática religiosa, daquela que é construtora e não demolidora de princípios. Defendo, também, que a escola tem a obrigação de colaborar na formação da consciência crítica religiosa dos alunos, respeitando a convicção de cada um, mas permitindo que cada igreja possa, através dos recursos do próprio Estado, que é quem paga tudo, pagar também professores confessionais para lecionar para seus alunos na ficha de matrícula diz qual a religião batista, pentecostal, católico, romano, presbiteriano? E ali a ele sejam dadas, dentro da orientação cívica, as noções da religião. Nós nas nossas igrejas, nas nossas escolas dominicais, nas nossas reuniões de grupo, informamos mais a prática religiosa, quase que mais voltada para o Pai Criador, e muitas vezes ficamos a distância da vida horizontal, da vida comum. Então aí, acho que a religião deva entrar nas escolas para dar essa possibilidade de consciência crítica para o aluno, que desde pequeno começa a refletir.

**O SR. ELIAS ABRAHÃO:** – Agradeço profundamente o aparte.

Quero congratular-me a V. Ex.<sup>a</sup> pela colocação sóbria que traz as nossas considerações.

Antes de dar o aparte ao Constituinte Tadeu França, gostaria de prosseguir a leitura.

A dimensão religiosa marca significativamente nossa cultura e nossa história. Negar isto é desconhecer ambas. Muitas vezes ela se recheia infelizmente de superstições e outras vezes de pretensa superioridade científica. Isto também não pode ser negado. Mas de modo algum podemos reduzir o sentimento religioso a estas manifestações. Como toda comunidade histórica, a sociedade se firma em valores que sustentam sua unidade. O religioso é um valor cultural que sustenta essa unidade.

10. O Estado, portanto, não pode se omitir desta responsabilidade de garanti a unidade da Nação na busca de um autêntico desenvolvimento democrático e social. Assim o Estado, e conseqüentemente a escola, não tem a função específica de formar descrentes ou crentes das diversas confissões religiosas.

Para nós, portanto, a educação religiosa deve ser entendida como:

– Reflexão que visa favorecer a relação com o transcendente, para que, a partir dela, educandos e educadores possam dar um sentido mais profundo e radical à sua existência.

Oportunidade de abertura diante dos questionamentos existenciais nessa relação com o transcendente, que levem o educando e o educador a fazerem as perguntas: Quem sou? O que busco? Para quê existo?...

A alavanca transformadora do serem sociedade, uma vez que parte dos valores fundamentais da vida: a

busca do bem, da verdade, da justiça, da solidariedade, da fraternidade, da realização pessoal, da humanização, uma visão completa da história, cultura e povo.

Assim sendo, Srs. Constituintes preconizamos uma educação com sentido de esperança ao que a escola necessita acrescentar e ajudar a desenvolver: capacidade de observação, reflexão, criatividade, julgamento de valores, abertura para a transcendente comunicação, convívio cooperação, decisão e ação frente à realidade da vida.

**O SR. CONSTITUINTE TADEU FRANÇA:** – Pastor Elias Abrahão, com os nossos cumprimentos, externamos a dimensão a toda a Assintec, e particularmente ao nosso Paraná, que temos a satisfação de também representar nesta Casa. A Assintec nos deu a honra de propor nesta Assembléia Nacional Constituinte a primeira emenda popular, e, de nossa parte, entendemos que a verdadeira religião contribui efetivamente para a libertação do ser humano. Temos em nosso Paraná exemplos dos mais valiosos, pastores, sacerdotes que, imbuídos do espírito ecumênico da Assintec estão fazendo com que todos nós possamos ter uma nova ótica sobre esse verdadeiro compromisso e testemunho religioso que empurra nossas crianças e nossos jovens para a luta, a serviço da promoção humana. Quando recentemente, no Paraná, tivemos um dos pastores, Pastor Werber Fuchs, condenado por um tribunal militar, nós, mais uma vez, temos aí a marca do que é uma luta verdadeiramente apostólica selada pelo compromisso, quando tivemos a satisfação de, ainda no ano anterior, outorgar a Dom Pedro Casaldáliga o título de cidadão honorário do Paraná; nós o fizemos porque vemos nestas pessoas símbolos do espírito ecumênico de compromisso e promoção humana, que, através da Assintec, de todos aqueles que acreditam na religião como fonte de transformação social, é possível alcançar.

Nossos parabéns, nossos cumprimentos, nossa solidariedade, nós que também tivemos alegria desde a Subcomissão de Educação em batalhar e propor emendas nesse sentido, a favor de uma dimensão educacional religiosa autêntica, temo apenas a dizer: propostas como estas enobrecem esta Constituinte e, em particular, um abraço paranaense em nome do nosso Estado.

**O SR. ELIAS ABRAHÃO:** – Muito obrigado.

Pois não, Senador.

**O SR. CONSTITUINTE AFFONSO CAMARGO:** – Eu não queria deixar que V. S.<sup>a</sup> terminasse o seu discurso sem registrar o meu apoio por absoluta convicção à nossa proposta.

Eu, realmente, estou convencido de que é do preâmbulo, da base da nova Constituição, a construção da sociedade democrática, justa e solidária, o que significa uma sociedade de direitos, o direito à vida digna, que é o direito fundamental. Entendo que além daqueles direitos à vida em si mesma, que seria alimentação, segurança, assistência médica, penso que na hora de se buscar a dignidade da vida, o primeiro direito é o de busca da verdade.

Então não me parece que se possa pensar em busca da verdade sem aproveitar, exatamente, a hora da formação do aluno, de se dar oportunidade, que é um direito – não é obrigação, porque a matrícula será facultativa, de ele encontrar a verdade no transcendente, porque sem isso ele não vai encontrá-la de maneira completa. De modo que lhe dou apoio com absoluta convicção. Meus parabéns.

**O SR. PASTOR ELIAS ABRAHÃO:** – Muito obrigado, Sr. Senador.



Concluindo então, Sr. Presidente, quero apenas lembrar a esta Casa, que infelizmente por força de hora, de circunstâncias, já explicadas e esvaziadas neste momento, que nos vinte e um e quase vinte e dois anos de arbítrio que passamos, quando os partidos foram silenciados e dissolvidos, quando as escolas foram massacradas com Atos Institucionais 477 e outros do tipo, sem dúvida quem manteve a unidade desse País foi o púlpito que não se fez covarde, foi a Igreja que se manteve solidária com os sofrendores desse mundo. Portanto, esta é uma hora em que os partidos existem, os partidos estão soltos dizendo e gozando da liberdade. Ainda, infelizmente, os púlpitos sofrem coações, padres, pastores ainda são mortos no campo e na sociedade, Significa que a nossa luta não terminou. Significa que se lutamos por uma sociedade solidária, Sr. Presidente, é porque acreditamos que é isso que queremos construir e essa Constituição, pode nos dar isso.

Concluindo, Sr. Presidente, para nós, portanto, a educação religiosa não é entendida por nós, como tradicionalmente tem sido, ensino de uma religião, mas uma realidade mais ampla e muito mais rica, onde serem humanos se encontram compromissados com a vida, construtores de uma nova sociedade mais justa, fraterna e solidária. Muito obrigado, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Em defesa da proposta de Emenda nº 12, que trata de liberdade religiosa, com o patrocínio da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil; Associação de Educação Católica do Brasil, Cáritas Brasileira, que contamos com duzentas e doze mil quinhentas e cinquenta e oito assinaturas, nós passamos a palavra ao expositor, Dom Raymundo Damasceno de Assis, representante das entidades, e bispo auxiliar da Arquidiocese de Brasília.

**O SR. DOM RAYMUNDO DAMASCENO DE ASSIS:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Nosso propósito nesse curto espaço de tempo é justificar perante esta egrégia assembleia a proposta popular endossada por 212.462 eleitores e subscrita pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, a Associação de Educação Católica do Brasil e a Cáritas Nacional, que pede a inclusão do nome de Deus no preâmbulo da nova Constituição, a garantia do direito a livre opção de concepções religiosas, filosóficas políticas e a assistência religiosa às Forças Armadas e em estabelecimentos de internação coletiva.

É indubitável, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, o alto significado da religião cristã na história de nosso País desde o momento do seu descobrimento, atestado pelos nomes dados a nossa terra, no seu batismo; Terra de Vera Cruz e Terra de Santa Cruz.

A Cruz, símbolo do cristianismo, marcou toda a formação histórica de nossa gente.

Por esse aspecto e por muitos outros, os quais o tempo não nos permite agora abordar, podemos afirmar que a religião é um elemento fundamental de nossa cultura que "se manifesta nas atitudes próprias da religião de nosso povo, penetrados de um profundo sentimento de transcendência e ao mesmo tempo da proximidade de Deus. Traduz-se em uma sabedoria popular com expressões contemplativas que orienta o modo peculiar como o homem "brasileiro" vive sua relação com a natureza e com os outros homens, num sentido de trabalho e festa, de solidariedade, de amizade e parentesco. Traduz-se no sentimento de sua própria dignidade que não é diminuída pela vida pobre e singela que leva". (Puebla nº 4133.).

Isso se torna de uma evidência meridiana se considerarmos os seguintes dados colhidos do Anuário Estatístico do Brasil, 1985, relativos ao ano de 1980: de 119.002.706 (cento e dezenove milhões dois mil setecentos e seis habitantes) apenas 2.152.782 (dois milhões cento e cinquenta dois mil setecentos e oitenta e dois) se declaram sem religião ou se omitiram em relação a ela.

Todos os demais brasileiros professam a fé em Deus. Somos no Brasil 105.861.113 católicos, 7.885.846 evangélicos, 1.538.230 espíritas e 1.473.081 de outras religiões.

As cartas que regeram a vida política brasileira desde O Império, quase sempre refletiram a realidade da fé do povo brasileiro, invocando Deus em seus preâmbulos.

A Título de exemplo, mencionadas a Constituição política do Império do Brasil, de 1824, a Constituição da República de 1934, de 1946, 1967, bem como a Constituição de 1969, dada pela Emenda Constitucional nº 1.

Por outro lado, sabemos que a presença de Deus se faz notar, quotidianamente, nesta Casa através de Sua Palavra, consignada na Bíblia Sagrada, exposta por força regimental sobre a Mesa da Assembléia Nacional Constituinte, conforme art. 46 do Regimento Interno.

Aliás, este estatuto prevê também no art. 36, § 2º, que as sessões desta Assembléia se iniciem com as palavras: "Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro, iniciamos nossos trabalhos".

Palavras semelhantes são usadas na abertura das sessões do Senado Federal, conforme previsto no art. 180, § 1º, de seu Regimento Interno.

Tal manifestação de fé em Deus não ocorre apenas na Constituição brasileira. Igualmente, ela é observada nas cartas magnas de quase totalidade das nações americanas e de um sem-número de países europeus, dentre os quais gostaríamos de destacar a República Federal da Alemanha, a Grã-Bretanha, a Suíça, o Condado de Luxemburgo e a Noruega.

Esse Deus a que nos referimos é o nosso Criador e Pai de Nosso Senhor Jesus Cristo, que interferiu na História e veio promover ainda mais os direitos fundamentais da pessoa humana e revelar-lhe sua verdadeira dignidade.

Sabedor de que a preocupação dos Srs. Constituintes é elaborar uma Carta Magna que privilegie o aspecto social, anima-nos a proclamar que esse Deus é o Deus libertador do homem que inspirará a construção de uma sociedade mais justa e mais fraterna.

Graças a Deus, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, já não se trata mais de se pedir a inclusão do nome de Deus no novo texto constitucional. Ao contrário, trata-se de algo mais simples: a manutenção do texto proposto pelo eminente Sr. Constituinte Bernardo Cabral, Relator da Comissão de Sistematização a quem aplaudimos juntamente com os Srs. Relatores Adjuntos, por terem destacada o valor da transcendência no preâmbulo da nossa futura Carta Magna.

2 – No que diz respeito à liberdade de opção de concepções religiosas, filosóficas e políticas desejaríamos igualmente congratular-nos com o Sr. Relator.

Estamos cientes de que no capítulo relativo aos direitos individuais, art. 6º, §§ 42 e 43, se proclamam os direitos atinentes à crença religiosa, às convicções filosóficas e políticas.

A nós nos chama atenção a ênfase que a nova Carta confere aos direitos individuais, explicitando-os logo na abertura do texto constitucional.

Sentimos, contudo, a necessidade de ressaltar que esses direitos radicam-se na dignidade da pessoa que, em virtude de sua consciência e liberdade deve ter o poder de decidir, sem impedimentos interiores e exteriores, o seu fim, de pensar e de expressar, livremente, suas convicções religiosas, filosóficas e políticas.

Daí a, razão de termos preferido na enunciação de tal direito o destaque de que todos podem difundir publicamente suas convicções, desde que respeitem o direito e a liberdade dos demais.

Do ponto de vista da liberdade religiosa, a afirmação de tal princípio, como propomos, traduzir-se-á em liberdade de culto, liberdade dos que dividem a fé de formar associações regidas por suas próprias normas, liberdade de edificar templos, de adquirir e administrar bens de acordo com seus objetivos, testemunhar publicamente sua doutrina, exercer influência na vida pública com instituições educativas, culturais, caritativas e sociais. Além disso, compreende o direito de os pais organizarem livremente a vida religiosa em casa e determinar a forma de educação religiosa dos filhos.

Tem sido tradição das constituições brasileiras a inviolabilidade dessa liberdade e pedimos a explicitação, no futuro texto constitucional, de direito da pública difusão da crença religiosa, salvaguardando o bem comum dos cidadãos.

3 – Finalmente, no que tange à assistência religiosa, às Forças Armadas e aos estabelecimentos de internação coletiva, manifestamos nossa anuência com disposto no § 50 do art. 6º do nobre Relator que estatui a livre assistência religiosa às entidades civis, militares e de internação coletiva, prestada sempre que solicitada pelo interessado".

Nas regras mínimas para o tratamento de reclusos, promulgadas pela ONU, no nº 41, diz que "quando o número de reclusos justifique e as circunstâncias o permitem, o ministro religioso deverá prestar serviço em caráter permanente".

Julgamos, pois, conveniente tornar explícito no texto constitucional que o Estado garanta os meios necessários à concretização da assistência religiosa por parte dos ministros das diferentes confissões religiosas aos militares e aos estabelecimentos de internação coletiva.

A nossa proposta fundamenta-se na característica peculiar dos contingentes que compõem as Forças Armadas e os dos estabelecimentos de internação coletiva, que exigem uma pastoral especializada e dedicação exclusiva.

Do contrário, a liberdade afirmada pelo texto constitucional ficará apenas no papel, sem nenhum efeito prático.

Anima-nos a apresentação de tal proposição o exemplo de diversos países, onde a manutenção desses serviços é de responsabilidade do Estado.

Faço, pois, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, ao encerrar este meu pronunciamento um apelo aos presentes, para que vejam o alto valor destas propostas e as acolham no novo texto constitucional.

Era o que tinha a dizer.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ MENDONÇA DE MORAIS:** – Permite-me um aparte, antes de encerrar, Dom

Raymundo Damasceno de Assis. (Assentimento do orador.)

Primeiro, de solidariedade às colocações de V. Ex.<sup>a</sup> sobre o tema "Da Presença de Deus na nossa Carta Magna", depois, com referência às observações subseqüentes trazidas à nossa reflexão por V. Ex.<sup>a</sup> com referência ao direito que o cidadão tem de ter permanentemente assistência religiosa, naqueles casos de reclusos de internações coletivas, militares, etc.

Quero manifestar, também, a minha preocupação. Trago comigo que o Estado permite, no texto, mas não viabiliza, na prática. A minha preocupação é mais ou menos esta: é que vamos ser mais ou menos fariseus tentando tapar a Deus e ao povo, colocando na Carta Magna esses dispositivos que são simpáticos, rendem voto, manifestam simpatia nossa para com o povo e, conseqüentemente, do povo para com os políticos, quando, na realidade, na vida prática, no dia-a-dia, somos frustrados porque isso não acontece. Não, e muitas vezes aqueles coitados encarcerados, que erraram, que estão pagando pelos crimes cometidos são a representação do Cristo sofredor, do Cristo abandonado, do Cristo crucificado, colocado entre ladrões, como lá estão.

Então, essa minha advertência é feita mais no sentido de que refletamos todos juntos e também a nossa Igreja, a Igreja que V. Revma é um dos titulares máximos, porque é Bispo e a Ordem Episcopal é a ordem máxima dentro da Igreja Católica, que essas reflexões para nós sirvam de base para a mudança de comportamento social e que a Constituição não seja mais uma vez um papel morto que não leva a nada.

**O SR. RAYMUNDO DAMASCENO DE ASSIS:** – Muito obrigado, nobre Constituinte José Mendonça de Moraes, pelo apoio, pela intervenção que veio complementar as minhas colocações.

É importante, realmente, que no texto Constitucional se afirme a liberdade, e se dê condições para que, de fato, se concretize aquilo que se propõe porque, do contrário, seria uma liberdade sem efeito prático, inútil, e, digamos assim, se não há condições para essa assistência, se não há condições para a educação e assim tantas outras propostas do texto, Muito obrigado. Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – A história constitucional brasileira, por certo, fará justiça à Assembléia Nacional Constituinte que, pela primeira vez, entre tantas constituintes brasileiras, deu oportunidade a que o povo, através de emendas populares, tivesse acesso a esta Casa e pudesse discutir com os Srs. Constituintes.

Vamos suspender a reunião para continuarmos a discussão das emendas populares hoje, às 19 horas e 30 minutos, neste plenário, sobre o Sesi, Sanai e mão-de-obra profissional.

Está encerrada a reunião.

**(Levanta-se a reunião às 13 horas e 50 minutos.)**

**O SR. PRESIDENTE (Celso Dourado):** – Está aberta a reunião.

Daremos prosseguimento à reunião da manhã, com discussão das emendas populares.

Tem a palavra o Sr. Carlos Eduardo Moreira. Emenda Popular no 36, preservação do Sesi, Senai, Sesc, Senac, entidades que sustentam e Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, Centro das Indústrias do Estado de São Paulo, Federação das Indústrias de Brasília. Assinaturas: 423.678. Portanto, com a palavra o Sr. Carlos Eduardo Moreira.

**Pronunciamento de Carlos Eduardo Moreira Ferreira, em 2 de setembro de 1987, na Assembléia Nacional Constituinte na defesa da Emenda Popular (PE-36), em favor da preservação do Senai/Senac e Sesi/Sesc, nos moldes atuais.**

**O SR. CARLOS EDUARDO MOREIRA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Trouxe-me aqui um compromisso assumido, antes de mais nada, com quatrocentos e vinte e três mil, seiscentos e setenta e oito brasileiros, todos eleitores, e, portanto, no pleno exercício de sua cidadania.

Brasileiros estes que se preocuparam em subscrever uma emenda simples, que procura, apenas e tão-somente, segundo seus próprios termos, fazer com que "as entidades mantidas pela indústria e pelo comércio, destinadas à orientação, formação profissional, cultural, recreativa e de assistência social, dirigidas ao trabalhador e sua família, permaneçam "com sua estrutura, organização e fonte de receita atuais".

Mas venho, também, a este egrégio plenário, Srs. Constituintes, cumprir um dever com a minha própria consciência, e com a classe empresarial, a que tenho a honra de pertencer.

Dever que emana do passado, projetando a obra que a empresariado brasileiro conduziu até aqui, a partir das fontes inspiradoras do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, do Serviço Social da Indústria e do Serviço Social do Comércio.

Sim, percebo-me hoje, ao analisar, e apreender, o que ocorreu à época da criação dessas organizações, um dos herdeiros – ainda que modesto entre inúmeros outros companheiros – das tradições de meus antecessores.

E confesso orgulhar-me disto.

Pois, nessa análise da ação empreendedora, e do descortino dos homens que idearam tais entidades, noto uma rara capacidade de percepção de nossa realidade de então. E uma invulgar aptidão para viabilizar seu projeto, mediante uma lúcida análise da própria cultura e mentalidade brasileiras, onde até hoje, infelizmente, não estão enraizadas com a força e vitalidade, que seriam desejáveis, uma consciência e uma preocupação comunitária, de onde a necessidade de que, em face da magnitude da idéia, ela fosse implementada compulsoriamente.

A obra aí está, disseminada pelo País. E, nesta época de questionamento necessário, em que a sociedade se debruça sobre si mesma para analisar-se, fazendo vir à tona seus anseios mais profundos, e toda a Nação, por seus constituintes legitimamente eleitos para a grande tarefa, dedica-se à elaboração da Lei Fundamental que traçará os rumos futuros do Brasil, é consolador verificar que alguma coisa não precisa ser mudada. Que a vontade popular deseja que algo, pelo menos, permaneça como está, neste País de tantos erros, mazelas e omissões. E frisa-se que esta emenda, subscrita por quase quinhentos mil eleitores, é apenas uma, dentre cinco com praticamente os mesmos objetivos.

Tenho para mim que isto não se deva apenas àquilo que, materialmente, representam essas entidades, tampouco aos seus resultados efetivos, embora altamente positivos, seja no campo da formação de mão-de-obra profissional, seja no da assistência social, educação, alimentação e orientação ao trabalhador, seja mesmo naquilo que as entidades representam, e têm conseguido propiciar para a própria coletividade, como um todo, até no campo cultural e artístico, extravasando em muito o objetivo de também proporcionar recreação e lazer, no caso do SESC e do SESI.

Penso que isto se deva, além disso, ou até principalmente, aos princípios que embasaram essas entidades no seu nascedouro, e que teceram um espírito difícil de traduzir, e a peculiar cultura, própria dessas entidades, voltadas para a paz social.

Há de ser lembrado sempre que o movimento empresarial liderado por Roberto Simonsen, desde os anos 30, e que resultou, já na década seguinte, na criação do (Senai e do Sesi, pelo lado da indústria, e do Senac e Sesc, pelo do comércio, inspirou-se nos ideais da fraternidade, de servir o próximo e buscar a justiça e a paz sociais.)

Ideais estes em que, infelizmente, nestes dias que correm, somos levados, por vezes, a descrever, porque parecem ter caído em desuso, tal a preocupação puramente com aspectos imediatistas e materiais, que nos cercam e nos envolvem.

Das conclusões da notável e célebre Conferência das Classes Produtoras, realizada em Teresópolis, no mês de maio de 1946, realço uma determinação, que dá mostra do que aqui pretendo enfatizar.

Ao definir os objetivos a serem alcançados no campo da justiça social, o documento consubstanciando aquelas conclusões continha o seguinte objetivo básico:

"As classes produtoras aspiram a um regime de justiça social que, eliminando incompreensões e mal-entendidos entre empregadores e empregados, permita o trabalho harmonioso e recíproca troca de responsabilidades, a justa divisão de direitos e deveres e uma participação de todos na riqueza comum."

Desnecessário se faz prisar que, sem hesitações, a classe empresarial, tendo à sua frente Simonsen e outros notáveis líderes, como Euvaldo Lodi e Brasília Machado Neto, partiu imediatamente para a adoção de medidas concretas, resultantes na criação do Serviço Social da Indústria e do Serviço Social do Comércio.

Mas, é preciso que fique bem caracterizada a evolução desse movimento das classes empresariais, que, conforme já anotei, não nasceu repentinamente.

Na década de quarenta, o mundo vivia inquietações e se alterava o sistema econômico. Havia necessidade de mão-de-obra qualificada para atender ao desenvolvimento do País, mas as escolas profissionalizantes da rede federal não cumpriam essa exigência. Além disso, era preciso que houvesse um sistema de formação profissional capaz de garantir uma resposta que fosse, ao mesmo tempo, rápida e de qualidade.

Por outro lado, as alterações tecnológicas pediam flexibilidade para a ação, e as empresas sempre tiveram essa característica.

Assim é que, em 1942, já surgia o Senai, como organismo mantido e administrado pela Indústria, com o objetivo de formar, aperfeiçoar e especializar a mão-de-

obra para o setor secundário da economia. Mais tarde, em 1946, a Confederação Nacional do Comércio recebe encargo de organizar e administrar escolas de aprendizagem comercial, sendo criado o Senac. Para essas escolas foram previstos, também cursos de continuação ou práticos, para adultos do comércio, não sujeitos à aprendizagem.

A solução adotada pelo Governo e pelas lideranças empresariais, em criar sistemas cooperativos educacionais, revelou-se **sui generis** e saudável. Por esse caminho, os empresários têm os encargos de financiamento e de gestão, cabendo ao poder público fiscalizar as contas e cobrar resultados.

Foi, aliás, também, aproximadamente esta a solução encontrada para a criação do Sesi e do Sesc.

Entidades de direito privado prestam serviço de utilidade pública, atendendo às empresas e contribuindo para desenvolvimento.

É importante destacar que Senai e Senac operam com estruturas descentralizadas, mantendo sua unidade institucional. Atuando como sistemas, vêm assegurando uma escola aberta, versátil, flexível e capaz de atender às demandas dos setores econômicos.

Outra característica importante a destacar é que Senai e Senac vêm oferecendo uma escola de educação permanente. Ao lado da preparação imediata para o trabalho existe a possibilidade do aperfeiçoamento e da atualização, sempre visando à promoção social do trabalhador.

Senai e Senac vêm atendendo, assim, os seguintes objetivos de educação e treinamento para o trabalho:

- promover a aprendizagem a que estão obrigadas as empresas das respectivas categorias econômicas;
- colaborar com os empregadores na execução de programas de treinamento nos diversos níveis de qualificação e também na aprendizagem metódica oferecida no próprio emprego;
- proporcionar aos trabalhadores maiores de 18 anos a oportunidade de completar a sua formação profissional em cursos de curta duração;
- conceder bolsas de estudo e de aperfeiçoamento a pessoal de direção e a trabalhadores das empresas;
- participação do desenvolvimento de pesquisas tecnológicas que interessam aos setores da economia;

A partir de 1970, há um maior envolvimento nos grandes projetos do governo e em programas de cooperação técnica internacional. Um convênio firmado, em 1974, entre o Ministério das Relações Exteriores e o Senai, estabeleceu que a entidade brasileira preste cooperação técnica a países da América Latina, Caribe e África.

Na continuidade de sua obra, vemos o Serviço Nacional da Indústria responsabilizando-se por relevantes pesquisas sobre necessidades de mão-de-obra em setores fundamentais da economia, como energia elétrica e petroquímica, em associação com organismos governamentais.

Ao lado dessa atuação, houve a expansão e melhoria da rede física e formação de mão-de-obra para empreendimentos de infra-estrutura como os Projetos Carajás, Tucuruí e Itaipu.

Nos anos 80, cresce ainda mais a participação do Senai na vida brasileira, ampliando o seu atendimento às demandas das empresas, do Governo e de outras instituições.

## PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

Quanto às principais realizações do Senai, devemos destacar que suas atividades, propriamente ditas, foram iniciadas em São Paulo, em 1944, com cursos destinados a adultos. Já em 1949 era ampliada a sua ação, passando a atuar na área da formação de técnicos de nível médio. No final dos anos 40 já havia 103 unidades e duzentos e cinquenta e três mil, novecentos e cinquenta e quatro matrículas. Na década de 50 o Senai serviu de modelo para a criação de organismos de formação profissional em países como a Colômbia, a Venezuela e o Chile. No final dos anos 60, o Serviço Nacional da Indústria passa a integrar o Cinterfor, organismo de intercâmbio entre os países latino-americanos.

Atuando em sua rede de escolas, em centros específicos, e nas próprias empresas, o Senai prossegue o seu trabalho, desenvolvendo importantes atividades em vários ramos industriais e em diversas regiões do País.

Oportuno salientar que o Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Técnico, conduzido pelo Ministério da Educação, como meta governamental, previu, em 1986, convênios com o Senai e o Senac. Por esses acordos, que vêm sendo cumpridas, se pretende obter o aumento do número e oferta de vagas no ensino técnico.

O resultado do trabalho do Senai pode ser sintetizado em dois grandes números; setecentos e quarenta e nove mil, trezentas e setenta e quatro matrículas, em 1986, e onze milhões, setecentas e noventa e sete mil, cento e setenta e nove, desde 1944. Importante notar que esse número total de matrículas equivale à cerca de 85% dos trabalhadores atualmente empregados na indústria.

**O SR. CONSTITUINTE FRANCISCO ROSSI:** – Permite-me V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. CARLOS EDUARDO MOREIRA FERREIRA:** – Eu pediria, por favor, para conceder o aparte ao nobre Constituinte no final.

Criados posteriormente e também mantidos por uma contribuição mensal das empresas, o Sesi e o Sesc objetivam, em última análise, valorizar o homem, proporcionando-lhe condições de uma vida melhor, por meio da assistência à educação, saúde e lazer.

Sua ação é de âmbito nacional, como sabem os Srs. Constituintes, com departamentos regionais em todos os Estados da Federação, com marcada autonomia, tendo em vista uma descentralização administrativa e uma melhor adaptação às características, e peculiaridades, de cada região.

Para cumprir seus objetivos e suas diretrizes de atuação, o Sesi e o Sesc prestam serviços de assistência em medicina preventiva e curativa, mantendo clínicas médicas e clínicas especializadas em diversos ramos, assim como serviços odontológicos, e também preventivos e curativos, além do atendimento em nutrição, higiene e segurança do trabalho.

Sendo uma de suas metas prioritárias, o lazer compreende atividades de educação física e desportos, difusão artística e cultural, levando, inclusive, o lazer à empresa.

Também na área da educação, estas entidades atuam como grande empenho, proporcionando ao trabalhador e sua família educação pré-escolar, ensino regular de 1º grau, ensino supletivo, formação cultural e educação trabalhista, educação familiar e comunitária, capacitação funcional e atividades de biblioteca, Partindo do pressuposto de que a educação é um processo contínuo, neces-

sário durante toda a vida do homem, o Sesi procura, mediante diferentes graus de oferta, abrir campo ao desenvolvimento cultural do trabalhador e seus familiares, como forma de fazê-los alcançar melhor qualidade de vida.

Mais do que estes três objetivos básicos, o Sesi e o Sesc têm ainda atividades relacionadas com cooperação e assistência destinadas a outros aspectos da vida do trabalhador. Oferecem assessoria técnica a restaurantes e refeitórios destinados ao trabalhador, além de manterem cozinhas industriais fornecendo refeições cientificamente balanceadas a seus usuários.

O Sesi, particularmente, presta assistência econômica e financeira ao trabalhador, para aquisição de gêneros alimentícios, utilidades domésticas, produtos farmacêuticos, bem como lhe proporciona assistência jurídica.

Ainda, apenas, em relação ao Sesi, em nível nacional, vale a pena destacarmos alguns números, para que se tenha uma idéia da amplitude do universo atendido por esta entidade, no ano de 1986:

#### **Educação**

- Quatrocentos e trinta e sete mil, novecentos e noventa e nove alunos matriculados, em um mil, seiscentos e dezesseis unidades de ensino;

- Duzentas e trinta e duas bibliotecas, com um acervo de seiscentos e cinquenta e dois mil e cinco livros;

#### **Saúde**

- Seis milhões, quinhentos e sessenta e sete mil, cento quarenta e dois atendimentos médicos;

- Sete milhões, quatrocentos e quarenta e quatro mil, duzentos e trinta e sete atendimentos odontológicos;

#### **Lazer**

- Quatro milhões, trezentos e cinquenta mil, duzentos e dezenove participantes em atividades de lazer cultural esportivo;

#### **Alimentação e nutrição**

- Oito milhões, quinhentos e trinta e duas mil, quinhentas e oitenta e quatro merendas e refeições escolares fornecidas;

- Dezenove milhões, trezentas e oitenta e quatro mil, oitocentas e dezessete refeições fornecidas para empresas;

#### **Assistência econômica e financeira**

- Cento e quinze drogarias e farmácias, com atendimento de sete milhões, cento e dezenove mil, quinhentos e setenta pessoas;

- cento e setenta postos de abastecimento, com atendimento de vinte e cinco milhões, oitocentos e noventa e quatro mil, oitocentos e trinta e oito pessoas;

- trinta e quatro unidades de financiamento, com atendimento de quarenta e cinco mil, quatrocentos e trinta e três pessoas.

#### **Assistência jurídica**

- Cento e onze mil, cento e oitenta e sete atendimentos.

Srs. Constituintes;

Estou certo, porque as conheço, que estas entidades, mantidas pela indústria e pelo comércio, são paradigmas, não só em nosso País, como em quaisquer outros.

Oxalá seja possível, algum dia, que tal modelo seja atingido como regra geral, por todas as instituições e en-

tidades educacionais, e de assistência social, mantidas e administradas pelo Governo.

A verdade é que, por se tratar de entidades privadas e por serem geridas pelo empresariado, buscando a eficiência e a eficácia, ainda que, sem perder de vista seus objetivos sociais, o Sesi, o Sesc, o Senac e o Senai têm cumprido seus altos objetivos, ao longo desses últimos quase cinquenta anos, mantendo sempre uma desejável adequação entre receitas e despesas.

Não pretendo entrar, agora, na polêmica sobre a questão do papel e desempenho do Estado, ou mais particularmente do Estado brasileiro, como gestor. Só devo anotar a saudável situação patrimonial e econômico-financeira destas entidades privadas, que estão sob a responsabilidade do empresariado.

Não se há, também, de negar a importância do papel do Estado no ordenamento e condução dos assuntos inerentes à educação, saúde e assistência social. Mas, também, não compreendo por que este papel não possa e até deva ser cumprido, com a colaboração e o auxílio, de toda a comunidade, nela incluída, certamente, a iniciativa privada.

Aliás, creio que andaria melhor o Estado se dedicasse, com maior afinho, às suas finalidades precípuas, em vez de imiscuir-se, e interferir, geralmente com resultados negativos e como agente meramente econômico, em áreas que não lhe deveriam caber, mas, sim, serem deixadas à criatividade da livre iniciativa.

Esta e o Governo devem, isto sim, nos seus respectivos campos de atuação preponderantes, admitir a cooperação um do outro, até onde isto não seja prejudicial aos interesses maiores da sociedade.

No que tange à área social, é indispensável que se crie um compromisso de participação entre ambos, a fim de que suas ações sejam complementares e orgânicas, criando-se, assim, um vínculo indissolúvel, objetivando o bem comum.

Estou certo, nobres Constituintes, de que os Srs. com a agudeza de sua sensibilidade, saberão traduzir, no texto constitucional, com exatidão, também neste sensível ponto, a vontade popular.

E, deste modo, possibilitar que as forças do capital e do trabalho, unidas, em regime de liberdade, colaborem com o objetivo de construir um futuro melhor para o Brasil, onde imperam a paz social e a prosperidade econômica.

Muito obrigado.

**O SR. CONSTITUINTE FRANCISCO ROSSI:** – Sr. Presidente, eu gostaria de insistir na possibilidade de um aparte.

**O SR. PRESIDENTE (Celso Dourado):** – O tempo está esgotado, mas tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE FRANCISCO ROSSI:** – Cumprimento V. S.<sup>a</sup> pela oportuna defesa de entidades como o Sesi, Senai, Sesc e Senac. Como deputado por São Paulo, eu não sairia daqui tranquilo, se não deixasse consignado meu ponto de vista em relação a esse assunto. Só aos meus ouvidos, como uma verdadeira heresia, mesmo que longínqua, a possibilidade de extinção de entidades como Sesi, Senai, Sesc e Senac. O tempo que nos é dado é exíguo, mas queremos consignar esse ponto de vista e cumprimentar V. S.<sup>a</sup> pela brilhante defesa que faz das entidades. Quero dar o meu testemunho, como homem de uma cidade operária, que tem base política em uma cidade operária, como é o caso de Osasco, quando podemos dar

um testemunho vivo daquilo que representam o Sesi e o Sevai. e por que não mesmo o Sesc e o Senac, em relação à formação de mão-de-obra que serve às empresas que ali existem. Francamente, causou espanto, não só aos empresários, como aos próprios operários, a alguns que vieram do Sesi, do Senai, do Sesc, do Senac, essa longínqua possibilidade, mas que não seria tão longínqua, não fosse estarmos todos atentos para essa possibilidade que não é, afinal, tão remota assim. Eu gostaria de deixar claro que me posicionarei, como membro da Assembléia Nacional Constituinte e também como membro da Comissão de Sistematização de maneira bastante clara e veemente contra essa possibilidade. Mais uma vez, cumprimento V. S.<sup>a</sup> pela brilhante defesa dessas entidades – feita nesta noite – que já se incorporaram à História, à cultura e às tradições do povo brasileiro.

**O CONSTITUINTE JOAQUIM BEVILACQUA:** – Permite-me V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

**SR. CARLOS EDUARDO MOREIRA FERREIRA:** – Ouço V. Ex.<sup>a</sup>, com prazer.

**SR. CONSTITUINTE JOAQUIM BEVILACQUA:** – Peço a generosidade de V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Presidente, para registrar rapidamente, com a permissão do ilustre orador, atendendo ao Regimento Interno, o faço de pé. Cumprimento o Dr. Carlos Eduardo, porque S. S.<sup>a</sup> é um privilegiado, S. S.<sup>a</sup> o é, porque, nesta noite, teve a oportunidade de vir a esta Casa, que representa a comunidade brasileira, para defender e sustentar, não apenas uma, mas várias emendas que simbolizam exatamente aquilo que nós, imbuídos do espírito humanista e cristão, visualizamos na sociedade moderna, ou seja, o esforço, a comunhão da iniciativa privada com aqueles que produzem, trabalham, aqueles que são a força produtiva deste País, que é o trabalhador. Essas entidades são voltadas, essencialmente, para o trabalhador. É um esforço de união, portanto, entre o capital e o trabalho; é o capital moderno, social, em que há a participação, em que há doação recíproca e esse esforço nós louvamos. Dr. Carlos Eduardo, de tudo aquilo que o Sr. falou, eu poderia prestar o testemunho pessoal das entidades localizadas na cidade da qual tive a honra de ser prefeito, que é a minha cidade natal de São José dos Campos, onde fizemos convênios, e convênios alta-mente favorecedores da formação de mão-de-obra, desde a infância a juventude, como também tivemos oportunidade de colaborar para a implantação de centros de lazer de cultura. Portanto, os nossos cumprimentos e a certeza de que, evidentemente, não só pela firme sustentação que o Sr. fez esta noite da emenda apoiada por meio milhão de brasileiros, mas como, por certo, as demais emendas que aqui se apresentam, vão em direção ao sentido daquilo que pensa a esmagadora maioria da Assembléia Nacional Constituinte. Muito obrigado, Sr. Presidente, pela generosidade e meus parabéns ao nobre expositor.

**O SR. RICARDO IZAR:** – Sr. Presidente, no instante era que o Dr. Carlos Eduardo Moreira defende a emenda popular assinada pela Federação da Indústria do Estado de São Paulo, pelo Centro das Indústrias do Estado de São Paulo e pela Federação das Indústrias de Brasília, eu não poderia, de forma alguma, deixar de fazer uso da palavra, nem que fosse por alguns segundos. Primeiramente, para externar toda a minha satisfação e alegria de vê-lo, aqui, defender essas entidades que tantos benefícios trazem à nossa comunidade. Eu gostaria, também, de externar todo o meu apoio, não só na Sistematização, como no Plenário. O Sevai, o Sesi e todas as entidades terão, sem dúvida nenhuma, o meu voto; principalmente nós que moramos em São Paulo e conhecemos de perto o trabalho que realmente os Srs. estão fazendo. O nosso apoio integral a essas en-

tidades, que têm um objetivo nobre e digno e que só trabalham em benefício da nossa comunidade. Muito obrigado.

**SR. CONSTITUINTE ERALDO TINOCO:** – Sr. Presidente, com a sua benevolência?

**O SR. PRESIDENTE (Celso Dourado):** – Apesar de esgotado o tempo, mas como abrimos exceção e também em homenagem...

**SR. CONSTITUINTE ERALDO TINOCO:** – Prometo ser o mais rápido possível para cumprimentar o Sr. Carlos Eduardo Moreira, e dizer simplesmente o seguinte: quem tem alguma experiência em educação neste País, quem conhece, mesmo superficialmente, o trabalho que essas entidades realizam não podem, em absoluto, concordar com qualquer tipo de providência que venha a causar dificuldades, muito menos a extinção de entidades como o Sesc, Senac, Sesi e Senai. É um trabalho relevante que precisa ser apoiado e não merece qualquer tipo de oposição. Por isso, quero declarar todo o meu empenho e todo o meu apoio para que qualquer tentativa dessa ordem prevaleça nesta Assembléia Nacional Constituinte. Parabéns ao Sr. Carlos Eduardo pela sua brilhante exposição.

**SR. CARLOS EDUARDO MOREIRA:** – Muito obrigado.

**SR. PRESIDENTE (Celso Dourado):** – Concedo a palavra ao Sr. José Washington Coelho, Consultor Jurídico da Confederação Nacional do Comércio, que sustentará a Emenda Popular nº 68: "Preservação Sesi, Senai, Sesc, Senac", sustentados pelas entidades Confederação Nacional dos Trabalhadores do Comércio, Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial e Serviço Social do Comércio e com a assinatura de 628.338 pessoas.

**O SR. JOSÉ WASHINGTON COELHO:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Brasil, do momento presente, caracteriza-se pela perplexidade. E confesso-lhe que o meu sentimento é exatamente de perplexidade, ao vir aqui para defender instituições que cometeram apenas o crime de trabalhar bem, em favor de uma classe necessitada, adotando critérios da mais linda solidariedade.

Por isso mesmo, permitam-me os Srs. Constituintes que eu apenas procure fazer um retrato, através de alguns *flashes*, do que são essas instituições. Realmente, a mais sólida ponte lançada em busca da realização da paz social, da fala comum entre patrões e empregados, da busca tão desejada, do encontro que já deveria ter acontecido entre capital e trabalho.

Todos nós sabemos que com a falência do socialismo só o capitalismo, com as necessárias concessões do liberalismo, como já vem praticado, é que oferecerá, não para nós apenas, mas para o mundo inteiro, um caminho seguro para fazermos o amor e não a guerra, que são o Sesc e o Senso, sob o ponto de vista do controle da administração? Sempre repito que só a inventiva, o jogo de cintura notável da empresa privada, da dinâmica privatista, conseguiria realizar muito dentro de uma ilha cercada de controle por todos os lados. Sesc e Senac estão sujeitos ao controle governamental antes, durante e depois, permanentemente.

Antes, porque a peça básica de conduta da vida da instituição durante o exercício; o orçamento tem que ser aprovado pelo Sr. Presidente da República, através de um trabalho amplo de pesquisa da Seplan. Aprovado o orçamento, a execução orçamentária é acompanhada *pari passu*, através de um Conselho Fiscal onde o Gover-

no tem maioria – três membros do Governo e dois da iniciativa privada.

Nos órgãos de administração propriamente ditos, lá está o Governo representado, através do Ministério do Trabalho, do Ministério da Educação e do IAPAS, e também os trabalhadores, representados através das suas entidades de classe.

Terminado tudo isso, encerrada a gestão, surgem as contas entregues ao Tribunal de Contas, que também realiza, ao longo da própria execução orçamentária, repetidas inspeções. Isso configura exatamente uma ilha, uma porção de terra cercada de controle por todos os lados. Não se poderia, portanto, objetivar a estatização destes órgãos, porque eles seriam "papagaios soltos no ar". Qual seria a razão? Dizem as más línguas, através do terrível instituto da meia verdade, que está caminhando com mais rapidez do que nunca neste País, que essas instituições teriam dinheiro demais. Meia verdade, porque dito qual a arrecadação da instituição em âmbito nacional, realmente configura uma soma impressionista. Mas, quando nós apuramos não a meia verdade, mas a verdade inteira, e verificamos que essas instituições têm uma belíssima composição, federativa, com uma administração nacional e vinte e duas administrações regionais; quando nós verificamos que a maioria absoluta das administrações regionais não têm recursos nem para sobreviver, mas sobrevivem e realizam, porque a instituição pratica a mais bem arrumada das solidariedades federativas. Talvez, se, no âmbito político governamental, a mesma técnica federativa de solidariedade fosse praticada, não teríamos Brasil com módulos regionais distanciados pela riqueza e pela pobreza. Nós conseguimos, dentro das instituições, reduzir efetivamente as distâncias entre as administrações mais contempladas com recursos menos contemplados.

Vista, portanto, Sr. Presidente, sob o ângulo da realidade do que ocorre na receita, temos apenas a receita necessária para realizar menos do que nós realizamos. E aí entra o milagre, o primeiro, é o milagre da multiplicação das realizações. E como é que nós conseguimos o milagre da multiplicação das realizações? Na saudável política – há quem me dera que o Brasil acompanhasse! – de jamais ter conhecimento do que seja um déficit. No momento em que o déficit público nos assusta a todos, inclusive a mim pessoalmente – já não resisto mais ao drama do déficit como impulsionador de uma inflação que nos desgraça – como é confortador ver instituições desse porte, ao longo de 40 anos, nunca registrar um déficit! Somos a perfeição em termos de equilíbrio orçamentário.

Bom, se não temos uma receita tão grande como dizem, se não temos alternativas que nos permitam lançar títulos públicos para aumentar o endividamento, nem interno nem externo, se realizarmos muito, aí é que está nosso erro. É por isso que, em cima de instituições dessas, surgem, não dos céus, mas do inferno, uma proposta para a estatização, numa época em que se houver um plebiscito, qual é o inimigo público número um? Não tenham dúvidas os Srs. de que teremos uma resposta na ponta da língua do maior ao menor cidadão. É a estatização.

**SR. PAULO RAMOS:** – V. Ex.<sup>a</sup> me permite um aparte?

**SR. PAULO RAMOS:** – Estou acompanhando atentamente a sua explanação e faço questão de admitir que um plebiscito poderia surpreender aqueles que criticam

tanto a estatização. Defendo a livre iniciativa, defendo a economia de mercado, mas faço questão de dizer que hoje o Estado assumiu a administração de muitas empresas privadas para saná-las e, depois, restitui-las à iniciativa privada. Temos exemplos de empresas estatizadas que representaram para, este País o sinal da libertação como, por exemplo, a Petrobrás. Então, não faz justiça a afirmação de que o grande mal deste País é a estatização, que o grande mal deste País é a má administração tanto na iniciativa privada como na iniciativa estatal. É preciso ser dito que neste País principalmente a partir do modelo autoritário implantado em 1964, o lucro era privatizado e prejuízo era socializado. Nós estamos enfrentando, sim, aparentemente uma luta ideológica contra os interesses nacionais; precisamos compreender que a discussão sobre a privatização da economia não deve contemplar toda a economia. Há setores, como o da Informática, o da Petrobrás, e o da Eletrobrás que, ao contrário, fizeram com que este País tivesse a possibilidade de alcançar independência e **know-how** na área tecnológica, coisa que não acontecia antes. Então, não faz justiça a afirmação de que o grande mal, neste País, é a estatização. Faço questão, de imediato, de discordar, respeitosamente, dizendo que a má administração se tem verificado nas falências fraudulentas, contando, muitas vezes, com a convivência de setores do Governo, mas falências fraudulentas vindas da iniciativa privada. Muito obrigado.

**O SR. JOSÉ WASHINGTON COELHO:** – Agradeço imensamente a intervenção brilhante de V. Ex.<sup>a</sup> evidentemente que a tentativa de me situar no estuário da matéria que me trouxe aqui não me permitiria polemizar neste assunto, mesmo porque estamos em lados iguais. Nós dissentimos é quanto ao fato de que há vinte anos tínhamos cinquenta empresas públicas; hoje, temos quinhentas, e o déficit público caminha incontrolavelmente cutucando para a frente a inflação. Como a inflação me atinge, sou contra a causa da inflação, embora eu distinga – o nobre Constituinte se referiu à Petrobrás – mas eu diria a Vale do (Rio Doce e outras companhias. Concordo em que há muito mais facilidade da má administração em cima do dinheiro de ninguém, não tenha dúvida; o dinheiro meu é meu; o de V. Ex.<sup>a</sup> é de V. Ex.<sup>a</sup>, exceto quando ele é transferido para o Estado, porque ele passa a ser de ninguém. Aí é que começa a orgia, e esta é mais ou menos indiscutível, porque os jornais a estampam todos os dias.

Mas, o meu objetivo seria o de dizer o seguinte: o Sesc e o Serrai são modelares, sob o ponto de vista do equilíbrio orçamentário. Creio que quanto a isto V. Ex.<sup>a</sup> não tem qualquer reparo; ao contrário, merece elogios. Essa conduta não é a que caracteriza o poder público. E, mais ainda, nós servimos, no Brasil inteiro, através de uma rede gigantesca de restaurantes, refeições ao preço unitário de Cz\$ 13,90; nós prestamos serviços odontológicos ao custo efetivo de Cz\$ 246,00 e cobramos uma taxa de recuso efetivo de Cz\$ 246,00 e cobramos uma taxa de recuperação de Cz\$ 37,92. Todos nós sabemos qual é o custo dessa área, sobretudo no bolso do comerciante.

As nossas colônias de férias formam a maior rede da América do Sul e, inclusive, recebem o comerciante para a lua-de-mel, a preço quase de graça; nós temos uma rede de piscinas em todo o País; na área dos cursos do Senac, nos atendemos a uma gama imensa, estamos em cima da evolução hoje. Por exemplo, o Senac trabalha enormemente na Informática, para preparar o comércio para a Informática.

Pedira a V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Presidente, que quando chegasse no final do meu tempo me avisasse, pois sou cumpridor rigoroso dos horários.

Gostaria de continuar na linha filosófica de defesa do que é bom, na linha filosófica da defesa do princípio de que em time que está ganhando não se mexe, até para poder dizer que a razão maior da minha presença, aqui, é uma homenagem à Comissão de Sistematização, que teve a lucidez, a sensatez de eliminar a insensatez da proposta. Na verdade, eu cessaria minha fala, subindo aqui e dizendo à Comissão de Sistematização: minha homenagem especialmente ao Relator, Constituinte Bernardo Cabral, e aos que o auxiliaram no trabalho de afastar aquele erro enorme, que representava uma tentativa de esterilizar essas instituições.

São instituições com controles absolutos, são instituições com participação triplíce na administração, são instituições com um rol imenso de realização de serviços, são instituições que se constituem em modelos de equilíbrio orçamentário. O que faltaria nelas para merecer o aplauso e não o apuro? O que eu digo é da proposta. Faltaria a própria proposta, que gerou um movimento da parte dos seus usuários, através de um emenda coordenada por 199 Sindicatos dos Comerciantes e subscrita pelo Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio em defesa de que Sesc e Senac, Sesi e Senai permaneçam como estão, sejam o que são, para continuar produzindo aquilo que vêm produzindo.

**O SR. CONSTITUINTE MARIO LIMA:** – O Sr. me concede um aparte?

**SR. JOSÉ WASHINGTON COELHO:** – Com um prazer imenso.

**O SR. CONSTITUINTE MARIO LIMA:** – Estou à vontade para fazer esse aparte, porque sou Presidente de um Sindicato de Trabalhadores e de uma Federação Nacional de Trabalhadores. Ao ser concluída a primeira fase dos nossos trabalhos, a subcomissão que aprovou aquele artigo que inviabilizava o Sesi, Sesc e Senai, eu fiz uma emenda supressiva no sentido de preservar essas organizações. Tive, como orientador, o modelo dessas instituições no meu Estado, a Bahia, que funcionam muito bem.

**SR. JOSÉ WASHINGTON COELHO:** – Homenagem a Aderaldo Mota, se me permite V. S.<sup>a</sup>

**SR. CONSTITUINTE MARIO LIMA:** – Exatamente. Ele me inspirou, ele é o Presidente do Sesi na Bahia, Dr. Orlando Moscoso. O Sesi e o Senai, na Bahia, têm escolas que podem servir de modelo para qualquer escola particular ou pública, Sesi e Senai. Tive a oportunidade de ser convidado para assistir à inauguração de uma escola num bairro pobre e notei nas crianças um aspecto melhor, mais alimentadas, demonstrando mais saúde, e fiz questão de conhecer a escola. E digo se este País tivesse mais escolas naquele padrão do Sesi, este País seria outro. Então, sou daqueles que acham que só devemos mudar o que não está funcionando bem. Se o Sesi, o Sesc ou o Senai têm alguma coisa a ser melhorada, vamos melhorar. Agora, acabar seria um desserviço ao País. Então, eu pediria que juntasse à sua brilhante exposição este modesto depoimento de uma pessoa fique, talvez, não tenha uma visão acadêmica do problema, mas tem uma visão prática. Presido um sindicato de trabalhadores e presido uma federação de trabalhadores e considero que essas instituições podem eventualmente merecer um reparo nesse ou naquele aspecto, mas no fundamental, no importante, essas instituições têm prestado um grande serviço aos trabalhadores e ao País. Era o que eu tinha a dizer. Muito obrigado.

**O SR. JOSÉ WASHINGTON COELHO:** – Se V. Ex.<sup>a</sup> me permite, eu diria que, com o seu aparte, se nós nos jun-

tássemos, nós estaríamos juntando a "fome com a vontade de comer", porque V. Ex.<sup>a</sup> traz um depoimento notável daquele que se situa do lado dos beneficiários.

**SR. PRESIDENTE (Celso Dourado):** – Comunico a V. S.<sup>a</sup> de que dispõe ainda de 2 minutos.

**SR. CONSTITUINTE MIRO TEIXEIRA:** – Aproveito esta intervenção do Sr. Presidente para pedir a V. S.<sup>a</sup> um aparte e pedir a generosidade da Mesa para que desconte tempo do aparte, se ele for concedido.

**O SR. JOSÉ WASHINGTON COELHO:** Faço questão que não desconte como uma homenagem que sempre presto a V. Ex.<sup>a</sup>.

**SR. CONSTITUINTE MIRO TEIXEIRA:** – Quero dizer a V. S.<sup>a</sup> que esta discussão sobre Sesi, Senai e Sesc foi uma das raríssimas unanimidades desta Casa. Quando se percebeu o que havia sido produzido num primeiro momento de discussões da Assembléia Nacional Constituinte – porque há diversos momentos de discussões – houve uma série de reuniões em que Constituintes dos diversos matizes, aqui representados, manifestaram sua preocupação com essa ação. E hoje tenho a impressão que não há qualquer divergência. Não sei se teríamos condições de encontrar um outro tema que tivesse obtido tamanha unanimidade. Não sei se no elenco de medidas, disposições e idéias estudadas nesta Assembléia Nacional Constituinte, há alguma outra que possa, sequer, se aproximar do consenso que se obteve em torno da preocupação de manter o trabalho que essas instituições realizam.

**SR. JOSÉ WASHINGTON COELHO:** – Deus queira que esses caminhos sejam encontrados para os outros temas, principalmente os polêmicos.

**SR. CONSTITUINTE MIRO TEIXEIRA:** – Tenho certeza que se Deus estivesse entre nós, também teria muitas dificuldades. Ainda mais que as preocupações que norteiam hoje os trabalhos dos Constituintes não são, lamentavelmente, as preocupações daqueles que detêm o Poder, e que continuam pensando em construir estradas como a Norte-Sul, num País que precisa combater a barriga d'água das crianças que estão colocadas nas sarjetas. De maneira, Professor Washington, que tenho muito prazer em ouvi-lo aqui e dizer que a fala de V. S.<sup>a</sup>, a do Dr. Carlos Eduardo Moreira, assim como a dos outros oradores inscritos para defender as nossas instituições, vêm coroar uma preocupação que é de todos os Constituintes, de todos os Partidos. E penso que no rastro talvez desse trabalho, quem sabe, consigamos um consenso em outras matérias, porque todos nós estamos voltados para desenvolvimento do nosso País. Muito obrigado.

**A SRA. CONSTITUINTE ROSE DE FREITAS:** – Professor Washington, a generosidade do nosso Presidente vai permitir que eu apenas deixe aqui algumas palavras que acalmem o espírito de V. S.<sup>a</sup> Quando se fala em passar algo para a administração do Governo nós somos radicalmente contra e não queremos ajudar a destruir o que tão belamente foi construído. E quero dizer que este tema talvez tenha sido objeto do mais completo lobby que já vimos na Constituinte; embora tenha se instalado sem necessidade. Mas, as discussões trazidas por V. S.<sup>a</sup> e por outros companheiros, representantes dessas instituições, muito nos enriqueceram, pois reafirmaram os propósitos de V. S.<sup>as</sup> à frente dessas instituições; enriqueceram o debate que foi tão profícuo e produtivo a todos nós. Estou aqui apenas para dizer, como membro desta Comissão, que esta matéria, para nós, já é consensual.



Portanto, não há por que nos preocuparmos mais; estamos aqui apenas para ouvi-los, porque é uma troca de experiências. Quisera que tudo, desde o mandato do Presidente, até, quem sabe, o parlamentarismo, a reforma agrária, pudesse ter o clima de tranquilidade que estamos tendo diante dessa proposta. Se o Senac também fizesse, tão bem, uma propagação em torno dos 4 anos, estaríamos vitoriosos!

**SR. CONSTITUINTE ARNALDO PRIETO:** Permite V. S.<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. PRESIDENTE (Celso Dourado):** – Comunico a V. S.<sup>a</sup> que seu tempo está esgotado.

**SR. CONSTITUINTE ARNALDO PRIETO:** – Sr. Presidente, pediria um pouco mais de paciência de V. Ex.<sup>a</sup> para que eu possa apartear o nobre orador.

**SR. PRESIDENTE (Celso Dourado):** – A exceção já foi estabelecida, V. S.<sup>a</sup> dispõe ainda de um tempo, embora bastante reduzido.

**SR. JOSÉ WASHINGTON COELHO:** – É um braço da exceção.

**SR. CONSTITUINTE ARNALDO PRIETO:** – Serei breve. Não poderia permanecer em silêncio nesta reunião da Comissão de Sistematização, à qual me orgulho de pertencer, ouvindo a exposição do Dr. José Washington. Conheci-o há muitos anos. Era Ministro do Trabalho e ele brilhante advogado da Confederação Nacional do Comércio, vivendo, numa experiência de longos anos, a vida dessas entidades ligadas ao comércio: Sesc e Senac. Não poderia ficar em silêncio, Dr. José Washington, e deixar de cumprimentá-lo, neste momento, pela sua brilhante exposição. Já sabia que seria brilhante pelo conhecimento que tenho de sua inteligência, de sua formação e de sua capacidade intelectual. Mas quero trazer aqui, publicamente, o meu depoimento de quem conheceu essas 4 entidades de norte a sul do País, de quem teve a responsabilidade de ser Ministro do Trabalho e tê-las vinculadas ao seu Ministério, respeitando-as na sua integridade, respeitando a legislação sobre a matéria, mas sentindo os benefícios e os resultados que essas entidades trouxeram, trazem e trarão ao trabalhador brasileiro. Portanto, a V. S.<sup>a</sup> os meus cumprimentos pela brilhante exposição que faz, e que seria quase supérflua, porque é a defesa que todos gostariam de fazer neste momento.

**SR. PRESIDENTE (Celso Dourado):** – Comunico ao nobre orador que, embora seu tempo esteja esgotado, V. S.<sup>a</sup> pode concluir seu raciocínio.

**SR. JOSÉ WASHINGTON COELHO:** – Vou encerrar, mas pediria aos eminentes Constituintes que me apartearam que me permitissem invocar, com relação à mulher Constituinte, inteligentíssima, duas imagens que me são caras. São lindas, uma, do Luiz de Camões:

"Cessa tudo quanto a antiga musa canta quando um poder mais alto se alevanta."

E uma outra, com referência a todos os Senhores, mas aos pés da ilustre dama, a imagem do Victor Hugo, numa maravilhosa passagem, quando lhe prestaram uma homenagem, que o comoveu tanto quanto comoveram-me esses depoimentos, ao agradecer, ele disse, e peço que V. Ex.<sup>a</sup> a mulher Constituinte, a receba:

"Eu estou fisicamente de pé, mas minha alma está de joelhos."

Obrigado! (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Celso Dourado):** – Concedo a palavra ao Sr. Cássio Aurélio Branco Gonçalves, Presidente da Federação das Indústrias de Brasília, que falará sobre a Emenda Popular nº 122, fazendo uma fusão com a emenda que também será sustentada por S. Ex.<sup>a</sup>, nº 95, sobre Sesi, Sanai, Base, Senac, a primeira, com 80.000 assinaturas; e a segunda com 230.752 assinaturas. (Pausa.)

Com a palavra o Sr. Cássio Aurélio Branco Gonçalves.

**SR. CÁSSIO AURÉLIO BRANCO GONÇALVES** - Excelentíssimo Senhor Presidente da Comissão de Sistematização, Excelentíssimos Senhores Constituintes, minhas Senhoras e meus Senhores:

Num mundo onde a competição exige crescentes padrões de qualidade na produção dos bens de consumo, a presença destacada de qualquer país no comércio internacional somente poderá ocorrer na exata medida em que os setores de transformação, de trocas e de serviços mobilizem recursos humanos devidamente qualificados e permanentemente assistidos como força de trabalho, capacitada para um desempenho de altos ganhos em termos de produção e de produtividade.

Nos últimos quarenta e cinco anos, o Brasil percorreu uma escala de acesso entre os chamados povos do Terceiro Mundo, galgando a oitava posição entre as nações desenvolvidas, situando-se logo a seguir dos Estados Unidos, do Japão, da Alemanha Ocidental, da Inglaterra, da França, da Itália e do Canadá.

Esta ascensão não decorreu de circunstâncias fortuitas, nem de cortesias ou gentilezas. Muito ao contrário, ela é fruto de uma árdua batalha do nosso povo, na qual o capital e o trabalho, num processo solidário e participativo, tornaram possível a consolidação de uma ordem econômica e de uma ordem social em bases estáveis. Sobretudo entre os industriários e comerciários, dentro do enfoque que trouxe até esta augusta Assembléia Nacional Constituinte as emendas populares que mereceram o aval de mais de um milhão de brasileiros e que, nesta oportunidade, tenho a subida honra de defender, em nome da indústria nacional.

O trabalho vem sofrendo, ao longo da História, uma transformação constante, numa íntima associação com os meios e com os fins de sua instrumentação, tendo em mira uma produção em graus otimizados. Os recursos humanos, na exata medida em que têm sido reconhecidos e proclamados como a parte mais nobre da organização do processo laborativo e da sua dinâmica de produção, ofereceram uma resposta extraordinária com o força produtiva da nossa sociedade.

A divisão do trabalho é uma decorrente natural da produção social. Ela exige a repartição de tarefas como condição necessária para a obtenção de um maior rendimento. Quer quanto ao volume de produção, quer quanto à divisão dentro de um mesmo processo de produção.

Na década de 40, o Brasil, durante a Segunda Guerra Mundial, viu-se diante da necessidade de produzir bens manufaturados e enfrentar os desafios que a reconstrução da Europa e de grande parte da América colocou perante a humanidade.

A nossa economia, até então fundamentada no setor primário, ingressou num estágio de diversificação, com o segmento de transformação, abrindo espaços cada vez maiores, e por isso mesmo exigindo, de maneira crescente, a chamada divisão técnica do trabalho, base inalienável de uma sociedade industrial para atender satisfatoriamente

te à extrema complexidade que faz múltipla e eficiente a estrutura de produção.

Desde logo, uma lacuna se fez presente nos diversos obstáculos que se apresentavam como insuperáveis, dadas a sua extensão e a sua profundidade. A qualificação da mão-de-obra, mediante um processo racionalmente implantado e corretamente desenvolvido, tendo o seu objetivo maior a formação e a acumulação de recursos humanos treinados para atender à nova e diversificada gama de especializações.

O povo paulista ao ser convocado para escolher o titular da terceira senatória por São Paulo, em 1946, quando disputaram as eleições daquele ano o pintor Cândido Portinari, pelo Partido Comunista, e Roberto Simonsen, pelo Partido Social Democrático, optou por Simonsen, reconhecendo em sua liderança e na sua vida pública um autêntico e legítimo representante seu e que por sinal fora seu representante como Deputado Classista à Assembléia Nacional Constituinte de 1933/34.

Engenheiro, industrial e homem de idéias avançadas, Simonsen identificou na deficiência de mão-de-obra e na precariedade da assistência social às classes trabalhadoras, os pontos de estrangulamento que, fatalmente, poderiam comprometer o desenvolvimento nacional, em seu segmento de transformação.

Era preciso preparar o homem para torná-lo mais eficiente, promovendo-o socialmente e habilitando-o para produzir mais e melhor e conseqüentemente para ascender economicamente, mediante remuneração com melhores salários.

Dessa visão abrangente veio a solução consagradora. Nasciam, assim, o Serviço Social da Indústria e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial Senai – vinculados hierarquicamente à Confederação Nacional da Indústria e hoje com uma atuação, em todo o território nacional, reconhecida como modelar e com resultados inquestionáveis nos planos social e econômico.

Essas duas organizações desenvolvem um trabalho pioneiro, com presença marcante e ressonância internacional que projeta o nosso País, identificando na obra que realizam uma das mais completas no campo da promoção humana.

O Sesi e o Senai são entidades de direito privado, nos termos da lei civil, com sede e foro na Capital da República, cabendo a sua organização e direção à Confederação Nacional da Indústria.

Desde a sua criação o Sesi e o Senai refletem a crença dos homens da empresa no modelo econômico baseado na livre competição e na plena consciência de um dever indelével de assumir o ônus da prestação de serviços, na área social, em favor da força de trabalho, como parte integrante dos esforços empreendidos para alcançar, em graus máximos, a excelência nos índices de produção e de produtividade, complementando a ação do poder público.

Dentre os conceitos básicos que orientam as suas atividades, essas entidades se voltam para a valorização da pessoa humana do trabalhador e de sua família, capacitando-o para melhor aproveitar as oportunidades de ascensão na escala social, por seus méritos e esforços próprios.

Dentro desse objetivo essas instituições agem no sentido de, continuamente, melhorar as condições de educação, saúde, alimentação, lazer, habitação, circulação, convivência social, recreação e higiene.

Presente em 610 municípios brasileiros, o Sesi desenvolve um programa de assistência social através de 700 centros de atividades, 2.300 unidades operacionais e 237 unidades volantes, voltados, sobretudo, para a assistência preventiva, médica e odontológica, educação e lazer, numa distribuição espacial que praticamente cobre todo o Brasil e beneficia 13 milhões de trabalhadores e seus familiares. Esta entidade conta com 10.890 técnicos, dentre os quais 5.400 professores.

Na área educacional, a atuação da entidade é de complementaridade à ação governamental. Para os dependentes dos trabalhadores, funcionam, com regularidade e alto desempenho funcional e técnico, bem equipadas creches maternas, jardins de infância e cursos supletivos de primeiro grau. Em 1986 o Sesi registrou um total de 437 mil alunos matriculados em suas dependências escolares.

No campo do esporte, o Sesi tem sido o berço de atletas de nome internacional como Joaquim Cruz, medalha de ouro nos Jogos Olímpicos, Ivo Machado e Adalto Domingues, ambos medalha de ouro nos Jogos Pan-americanos, e Robson Caetano, medalha de prata também nos Jogos Pan-americanos, entre outros.

A assistência é total e dentro de um propósito cada vez mais aperfeiçoado o Serviço Social da Indústria procura o bem-estar dos industriários com atividades de assessoria jurídica, planejamento familiar, orientação e suprimento alimentar com o objetivo maior de atender suas necessidades e aspirações. Merece destaque a venda de gêneros alimentícios e de produtos farmacêuticos a preços de custo.

As estatísticas levantadas sem 1986 revelam que nos ambulatórios médicos e odontológicos foram prestados 13,6 milhões de atendimentos aos trabalhadores e seus familiares, dos quais 7 milhões e 500 mil somente na área odontológica.

O programa de alimentação, um dos mais completos e bem dirigidos do País, forneceu 28 milhões de refeições a preços subsidiados a operários e escolares durante o ano passado, numa contribuição inestimável em favor das classes assalariadas, ênfase especial vem sendo dada às atividades de fomento do artesanato, cujo objetivo principal é o aumento da renda familiar do trabalhador, aproveitando as vocações naturais e a extrema versatilidade da mulher brasileira no uso de seus dotes e habilidades. Desde 1982 figuram nas exportações brasileiras rubricas de responsabilidade de artesãos que integram os Centros de Produção e Formação Artesanal, existentes nas diversas capitais brasileiras, notadamente de procedência baiana.

Trabalhos de artesãos assistidos pelo Sesi participam com sucesso de feiras internacionais, a exemplo das mostras de Dusseldorf e Paris.

Hoje em dia o Sesi identifica também seu trabalho assistencial com as comunidades, atingindo um universo de aproximadamente 3,9 milhões de pessoas nas suas atividades de lazer, educação e cultura. Portanto, fora da sua área de atuação, somente junto a industriários. "

São essas, em linhas gerais, as principais "atividades de uma entidade em constante processo de evolução administrativa, buscando aperfeiçoar os meios e os fins de sua atuação, voltada, preferencialmente, em favor dos trabalhadores e de suas famílias.

O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial é, conforme já assinalamos, dirigido e administrado pela Confederação Nacional da Indústria.

Seu regimento, aprovado por decreto do então Presidente do Conselho de Ministros, Dr. Tancredo de Almeida Neves, e referendado pelo seu Ministro da Educação e Cultura, Oliveira Brito, tem por objetivos, entre outros:

- Realizar, em escolas mantidas pela instituição, ou sob a forma de cooperação, a aprendizagem industrial a que estão obrigadas as empresas de categorias econômicas sob sua jurisdição, nos termos de dispositivo constitucional e da legislação ordinária.

- Assistir os empregadores na elaboração e execução de programas gerais de treinamento de pessoal dos diversos níveis de qualificação e na realização de aprendizagem metódica, ministrada no próprio emprego.

- Proporcionar aos trabalhadores, maiores de 18 anos, a oportunidade de completar, em cursos de curta duração, a formação profissional parcialmente adquirida no local de trabalho.

- Conceder bolsas de estudo e de aperfeiçoamento a empregados de excepcional valor das empresas contribuintes, bem como a professores, instrutores, administradores e servidores do próprio Senai.

- Cooperar no desenvolvimento de pesquisas tecnológicas de interesse para, a indústria e atividades assemelhadas.

São recursos do Senai e do Sesi a receita proveniente das contribuições previstas em lei, destacando-se a contribuição de 1% para o Senai e de 1,5% para o Sesi, ambas calculadas sobre as folhas de pagamento das empresas industriais em geral e de transportes e comunicações, pagando ao IAPAS uma comissão de 1% da arrecadação, para efetuar essa cobrança; as doações e legados; as subvenções; as multas arrecadadas por inflação de dispositivos legais regulamentares; rendas provenientes de prestação de serviços e mutações patrimoniais, inclusive as de locação de bens de qualquer natureza.

O orçamento anual do Senai e do Sesi são submetidos à apreciação da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, que os aprova. Os resultados da sua gestão financeira são apreciados e aprovados pelo Tribunal de Contas da União.

Não existe desperdício e nem malversação de recursos. Lá também não existe espaço para níveis salariais de marajás. Regimentalmente o exercício de todas as funções assalariadas depende de provas de habilitação ou de seleção, salvo os contratos especiais para atividades de notória especialização.

**O SR. OCTANNY SILVEIRA DA MOTA:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes:

No começo do passado mês de julho, a imprensa divulgava o que era então a íntegra do anteprojeto da Constituição nova. E o texto alarmou o Senai – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – pois comprometia a sobrevivência da entidade ou, pelo menos, só lhe permitiria sobreviver à custa de uma desfiguração completa.

Com efeito, não poderia o Senai subsistir, nos moldes em que existente, atuante e eficaz há 45 anos, se prevalecessem certas disposições daquele texto, especialmente os arts. 342 e 343, parágrafo único, integrantes do Título IX – Da Ordem Social, Capítulo II – Da Seguridade Social e os arts. 494 e 495, que aparecem no Título X – Disposições Transitórias.

Recordemos a redação de tais artigos:

"Art. 342. A folha de salários é base exclusiva da Seguridade Social e sobre ela não poderá incidir qualquer outro tributo ou contribuição.

Art. 343.....

Parágrafo único. Toda contribuição social instituída pela União destina-se exclusiva e obrigatoriamente ao Fundo a que se refere este artigo (o Fundo Nacional de Seguridade Social).

Art. 494. Todas as contribuições sociais existentes até a data da promulgação desta Constituição passarão a integrar o Fundo Nacional de Seguridade Social.

Art. 495. Os programas sociais não vinculados à, Seguridade Social e atualmente custeados por contribuições sociais deverão ter revistas as suas fontes de financiamento, adequando-se ao disposto no parágrafo único do art. 343."

Em outras palavras, as contribuições para-fiscais pagas pelo empresariado, e exclusivamente pelo empresariado, para sustento do Senai, passariam a ser absorvidas pelo Fundo Nacional de Seguridade Social. Em vez de "absorvidas pelo Fundo Nacional de Seguridade Social", talvez devêssemos dizer desviadas para esse Fundo e sujeitas aos desvios que tão lamentável e freqüentemente vêm atingindo os dinheiros públicos. E a instituição, se permanecesse, estaria quase fatalmente condenada a transformar-se em mais uma de tantas agências públicas burocratizadas e ociosas; e o empresariado industrial continuaria a contribuir para teórica manutenção da entidade, mas já não a administrativa, perdido o controle do dinheiro que a esse fim se destina.

O perigo de corrupção e apodrecimento da entidade e de entidades assemelhadas – como o Senac, o Sesi e o Sesc – não foi visto apenas por ela própria, mas denunciado pela imprensa mais esclarecida, apontado por educadores, assinalado pelo empresariado e comoventemente percebido por uma legião de conhecedores do Senai, de alunos e ex-alunos a que a instituição proporcionou e proporciona meios de elevação social e que nela vêem instrumento de ascensão profissional e econômica para seus filhos.

Surgiu, em consequência, espontâneo e forte, um movimento de solidariedade, preocupado com a preservação do Senai. Esse movimento levou a entidade a pensar em coordenar a manifestação de repúdio à estatização, organizando um abaixo assinado de alunos, ex-alunos e seus familiares, que se mostravam dispostos a participar. Tal era, entretanto, a intensidade de inquietação existente e a disposição dos espíritos que em cinco dias apenas – entre 7 e 12 de julho – surgia, a par do abaixo assinado subscrito por mais de 350.000 amigos do Senai, uma lista firmada por mais de 200.000 eleitores para apresentação de emenda popular ao anteprojeto de Constituição, resguardando o Senai.

E surgiu a questão de como elaborar essa emenda. Eram vários – como já se lembrou – os dispositivos constitucionais ameaçadores. Importava cortar-lhes o efeito deletério da maneira a mais simples e direta possível. E optou-se por complementar um dispositivo constitucional que, embora com variantes, vem figurando em nossas Cartas Magnas desde 1946, dispositivo esse que, no texto a que nos vimos referindo, correspondia ao art. 384.

Dizia esse artigo:

"Art. 384. As empresas comerciais e industriais são obrigadas a assegurar a capacitação profissional de seus trabalhadores, inclusive a aprendizagem dos menores, em cooperação com poder público, com associações empresariais e trabalhistas e com sindicatos."

A emenda proposta dava a esse artigo a seguinte redação:

"Art. 384. As empresas comerciais e industriais são obrigadas a manter, em cooperação, escolas de aprendizagem para menores e cursos de qualificação e aperfeiçoamento para seus trabalhadores.

Parágrafo único. Excluem-se das disposições desta Constituição referentes a contribuições sociais, para todos os efeitos, as contribuições fixadas em lei para manutenção do sistema de educação para o trabalho, de que trata este artigo."

E já que se emendava, por acréscimo, a disposição constitucional, pareceu bem fazer-lhe outros reparos:

"a) deixa-se de falar em capacitação profissional (terminologia imprópria no campo do ensino profissional) e passa-se a falar em escolas de aprendizagem para menores e cursos de qualificação e aperfeiçoamento para trabalhadores, com o objetivo de realçar que o Senai não se limita a proporcionar treinamento profissional (ao extremo da caricatura de Carlitos em "Os tempos modernos"), mas proporciona educação para trabalho;

b) deixa-se, na redação proposta, de dizer expressamente que a educação para o trabalho se fará "em cooperação com o poder público, com associações empresariais e trabalhistas e com sindicatos". A nova redação não encerra o objetivo de excluir os trabalhadores da gestão da entidade, ainda porque no mesmo texto (art. 17, letra o) se dizia que, "nas entidades de orientação, de formação profissional, cultural, recreativa e de assistência social dirigidas aos trabalhadores, é assegurada a participação tripartite de governo, trabalhadores e empregadores". Apenas gostaria o Senai de não ver aumentada a presença de representantes governamentais, a ponta de essa presença fazer-se dominante e sinônima de uma estatização indesejável."

Aparentemente, a iniciativa do Senai alcançou êxito. De fato, já não aparecem na atual versão da Constituição as disposições ameaçadoras que se continham nos arts. 342, 343, parágrafo único, 494 e 495 da redação de início referida. E isso, em princípio, tornaria dispensável a exposição que ora se faz. De fato, por que insistir em uma solicitação já atendida?

Há uma razão e razão forte. O perigo que pairou sobre Senai/Senac, Sesi/Sesc sob a forma das disposições ora excluídas do texto constitucional não foi totalmente esconjurada. Se desse texto desapareceram dispositivos ameaçadores, desapareceu também dispositivo que escudava e concedia proteção àquelas entidades e tal dispositivo era exatamente aquele a que se propôs emenda, o art. 384.

Nesse artigo continha-se preceito cuja origem pode ser divisada na Constituição de 1937 e que, de lá para diante, freqüentou todos os textos constitucionais brasileiros. Acompanhemos:

Constituição de 1937, art. 129, parte final:

"É dever das indústrias e dos sindicatos econômicos criar, na esfera de sua especialidade, escolas de aprendizes destinadas aos filhos de seus operários ou de seus associados. A lei regulará o cumprimento desse dever e os poderes que caberão ao Estado sobre essas escolas, bem como os auxílios, facilidades e subsídios a lhes serem concedidos pelo poder público."

Na esteira desse primeiro dispositivo, em linguagem mais sintética, pondo clara uma dupla obrigação constitucional que passava a pesar sobre as empresas comerciais e industriais – a obrigação de ministrar ensino primário e a obrigação de ministrar ensino profissional – dizia a Constituição de 1946, em seu art. 168, incisos III e IV:

"III – as empresas comerciais, industriais e agrícolas, em que trabalhem mais de cem pessoas, são obrigadas a manter ensino primário gratuito para os seus servidores e os filhos destes;

IV – as empresas industriais ou comerciais são obrigadas a ministrar, em cooperação, aprendizagem aos seus trabalhadores menores, pela forma que a lei estabelecer, respeitados os direitos dos professores."

A Constituição de 1967 reiterou:

"Art. 170. As empresas comerciais, industriais e agrícolas são obrigadas a manter, pelo forma que a lei estabelecer, o ensino primário gratuito de seus empregados e dos filhos destes.

Parágrafo único. As empresas comerciais e industriais são ainda obrigadas a ministrar, em cooperação, aprendizagem aos seus trabalhadores menores."

Na Emenda Constitucional nº 1, de 1969, o assunto foi assim disciplinado:

"Art. 178. As empresas comerciais, industriais e agrícolas são obrigadas a manter o ensino primário gratuito de seus empregados e o ensino dos filhos destes, entre os sete e os quatorze anos, ou a concorrer para aquele fim mediante a contribuição do salário-educação, na forma que a lei estabelecer.

Parágrafo único. As empresas comerciais e industriais são ainda obrigadas a assegurar, em cooperação, condições de aprendizagem aos seus trabalhadores menores e a promover o preparo de seu pessoal qualificado."

12 – No anteprojeto da nova Constituição brasileira, aqui por nós comentado, esse preceito encontrou lugar no já lembrado art. 384, sustentáculo constitucional de organizações como o Senai.

Esse artigo foi exatamente o que propusemos sofresse a emenda ora defendida, para que ele, mais completo e explícito, pudesse constituir barreira a artigos que ameaçavam e, de outra forma, destruiriam entidades que não devem perecer: Senai/Senac, Sesi/Sesc.

13 – Eis que, no projeto de Constituição recentemente veiculado e algumas vezes denominado Cabral I, não mais figuram os artigos ameaçadores – o que é bom

e deveria trazer sossego –, mas também deixou de figurar o preceito que se continha no art. 384, o que é mau e preocupa. Preocupa, de vez que pode ser indício de não haver cessado o propósito de, por uma forma ou por outra, estatizar o Senai e entidades congêneres, como tem sido mais de uma vez tentado. Na supressão do art. 384 talvez esteja oculta a estratégia de buscar aquele mesmo propósito por outra via. Derrubado o apoio constitucional em que o Senai se ancora, passa ele a ter como base a legislação comum que, por comum, é suscetível de fácil mudança.

Temos, pois, que, se no anteprojeto havia disposições que ameaçavam o Senai e instituições do mesmo gênero, o texto que ora se discute põe aquelas instituições ao desamparo, de vez que elimina o específico dispositivo que lhes dava a sustentação da Lei Maior. E pior: quebra-se a tradição constitucional iniciada em 1937, podendo isso ensejar o entendimento perverso de que não mais se necessita, no País, de educação para o trabalho, de que não mais se fazem necessários, neste País, a qualificação e o aperfeiçoamento dos trabalhadores. E argumento forte em favor desse entendimento seria certamente o de que a Constituição agora omite o ponto, depois de dar-lhe guarida por cinquenta anos.

Do substitutivo do Relator, datado de 26 de agosto, já não constam, é verdade, os artigos que a emenda pretendia anular. Ostensivamente, estaria afastada a ameaça que sobre o Senai pesou.

Contudo, a leitura atenta do mencionado substitutivo mostra que ele disciplina a Seguridade Social, de forma a levá-la a abranger saúde, previdência e assistência social (art. 258); declara que a assistência social se voltará para a "promoção da integração ao mercado de trabalho (art. 268, III); prevê que as contribuições sociais incluirão contribuições dos empregadores incidentes sobre a folha de salários (art. 259, § 1º); admite que outras contribuições sociais venham a ser criadas para manutenção ou expansão da Seguridade Social (art. 259, § 2º); e diz que as mencionadas contribuições, somadas a recursos da União, "comporão o orçamento da Seguridade Social na forma da lei" (art. 260).

Dessa maneira, a ameaça que sobre o Senai pesava e residia no texto constitucional não estará desaparecida, mas apenas transferida para a esfera da lei comum, onde não deve ser permitido que se refugie.

O perigo de estatização deve ser afastado de vez. Assim sendo, com o apoio de milhares de subscritores da emenda popular ora defendida, que já mereceu o apoio de mais de 200 deputados, propõe-se que, no texto do substitutivo do Relator, datado do último dia 26 de agosto, seja inserido no Título IX – Da Ordem Social, Capítulo III – Da Educação e Cultura, onde melhor couber (possivelmente após o art. 283), um preceito com o inteiro teor da emenda popular ora apresentada:

Art. ... As empresas comerciais e industriais são obrigadas a manter, em cooperação, escolas de aprendizagem para menores cursos de qualificação e aperfeiçoamento para seus trabalhadores.

Parágrafo único. Excluem-se das disposições desta Constituição referentes a contribuições sociais, para todos os efeitos, as contribuições fixadas em lei para manutenção do sistema de educação para o trabalho, de que trata este artigo.

Era isso o que eu tinha a dizer. Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Celso Dourado):** – Concedo a palavra à Srª Celita Oliveira Souza, advogada trabalhista,

que defenderá a Emenda de nº 110 – Intermediação de Mão-de-Obra.

Entidades que sustentam: Federação dos Trabalhadores do Comércio do Estado de Goiás, Goiânia – GO; Federação Brasileira das Associações de Empresas de Asseio e Conservação, São Paulo – SP; Sindicato das Empresas de Asseio e Conservação de Brasília – DF – Nº de Assinaturas: 36.441.

**A SRA. CELITA OLIVEIRA SOUZA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

A presente emenda propõe que não conste da nova Constituição a proibição de intermediação de mão-de-obra. Conta com 141 assinaturas de empregados de empresas prestadoras de serviços e seus familiares, e de empresários de praticamente todos os Estados, e mais 17 entidades de classe, incluindo federações, sindicatos e associações que representam quase 2 milhões de trabalhadores de cerca de 5 mil empresas e ainda as assinaturas de 4 Constituintes, Membros desta douta Comissão de Sistematização, que são eles: Carlos Eduardo Mosconi, Luis Eduardo; Inocêncio Oliveira e Alarico Abib.

Na data da apresentação da presente proposta e registro, 13-8-87, a matéria a que diz respeito constava do art. 13, inciso XXV do Projeto de Constituição.

No projeto substitutivo do ilustre Relator, Deputado Bernardo Cabral, está constando no § 3º do art. 7º, com alterações, certamente em razão das várias emendas apresentadas, na época oportuna, por Constituintes que também não concordam com a inserção dessa matéria na nova Carta política.

O texto, tal como se encontra redigido atualmente, no projeto substitutivo do relator, permite a continuação de algumas das atividades de prestação de serviços, por já previstas em lei, mas inviabiliza outras tantas, integrantes do setor terciário da economia, desenvolvidas em grande escala e consolidadas pelos costumes sociais ou impostas pelo próprio crescimento e desenvolvimento do País. Sendo inconcebível essa inviabilização, pois que, virá contribuir para elevar o número de desemprego e prejudicar o avanço tecnológico, já experimentado e com perspectivas de expansão no Brasil. Seria um retrocesso econômico-social. Os Srs. Constituintes sabem que o momento é de muita reflexão e ponderação e isso certamente o farão com maestria, bem representando o povo brasileiro sofrido, mas esperançoso que os elegeram.

Sabemos que esse item veio para o projeto em consequência da ação de grupos, sustentando tratar-se de uma reivindicação dos trabalhadores. Ainda ontem, foi publicado na imprensa local uma nota das Confederações Sindicais de Trabalhadores, com o título "Carta Aberta dos Trabalhadores aos Constituintes", onde incluem o item proibição de intermediação de mão-de-obra, como sendo texto defendido pelos trabalhadores.

Essa afirmação não é verdadeira. Quando da divulgação do anteprojeto da Comissão da Ordem Social, foi distribuída para os Srs. Constituintes, e temos em nosso poder uma cópia da Carta Aberta aos Constituintes, do órgão nacional que congrega os Sindicatos dos Empregados de Empresas Prestadoras de Serviços de Asseio e Conservação, onde eles fazem a denúncia e dizem no final da carta: "propomos como liderança sindical que os Srs. Constituintes reconsiderem suas posições..." e acrescentam: "É mais fácil ceder e legislar sobre fatos reais do que amanhã procurar mecanismos jurídicos e outros, que justifiquem a violência contra uma classe trabalhadora em desespero".

Essas declarações dramáticas partem dos trabalhadores do setor de prestação de serviços, que possuem sindicatos e não concordam com a posição das confederações que se dizem falar em nome dos trabalhadores. Ora, em nome de quê trabalhadores essas entidades estão falando, se os próprios interessados desejam que a matéria deva ser regulamentada, mas por lei ordinária.

É indiscutível que não são os trabalhadores do setor que desejam que a nova Carta política do País proíba o funcionamento das empresas intermediadoras de mão-de-obra, e nem os seus dirigentes sindicais, mas as lideranças sindicais de outras categorias profissionais, como metalúrgicos, comerciários e outros, porque sabem que, com a extinção das empresas, os Sindicatos dos Empregadores de Asseio e Conservação, de prestação de serviços de assessoramento, perícias, informações e outros, deixarão de existir e, aí, os trabalhadores desses setores poderão recolher suas contribuições sindicais para estes sindicatos, bem como engrossarão as fileiras de suas representatividades. Infelizmente, essa é a grande verdade.

Dentre as muitas atividades que se desenvolvem mediante a intermediação de mão-de-obra, com contrato de locação, temos: conservação de jardins, manutenção e conservação de máquinas, equipamentos, e hoje, com o ingresso na era da informática – já em elevado número – a manutenção de computadores e equipamentos eletrônicos.

A questão é simples e, na prática, assim funciona, como todos sabem: os equipamentos elétricos, eletrônicos, as máquinas, os computadores, carecem de revisão normalmente, uma vez por mês e da presença do técnico quando da ocorrência de eventual defeito. Existem, no Brasil, empresas constituídas com a finalidade única de prestar esses serviços de assistência técnica, mediante locação. Tais empresas possuem nos seus quadros de empregados os vários técnicos especializados, contratados sob toda a proteção do direito trabalhista e que são colocados à disposição das empresas comerciais, industriais e órgãos públicos, numa típica atividade de intermediação de mão-de-obra remunerada, ou contratos de **know-how**, como sói acontecer em todo o mundo civilizado.

Agora, exigir-se, como está sendo feito no substitutivo, que a toda atividade de prestação de serviços tenha necessariamente que corresponder uma previsão na lei ordinária seria **data venia** uma demonstração de total insensibilidade para a palpitante realidade econômica contemporânea e mesmo, uma violência ao postulado da proibição, bem como o desconhecimento da designação adotada pela ciência do direito, relativamente às relações contratuais, a qual utiliza as palavras típica e atípica. Atípicas são aquelas não previstas em lei, cuja tendência é aumentar em face do crescimento e desenvolvimento do País. Constar da Constituição a proibição dessas atividades, significa, voltar-se para o imobilismo social, inadmissível especialmente na era da cibernética.

O postulado da proibição, definido por Máximo Daniel Monzon, segundo o qual o que não está proibido na lei é juridicamente permitido, sempre foi preservado no nosso País, como em diversos outros, notadamente em relação às atividades empresariais, que reposando-se no princípio da liberdade de iniciativa – princípio este que continua consagrado no projeto substitutivo – realizam-se independentemente de lei específica que as regulamentem, submetendo-se às normas trabalhistas, previdenciárias, fiscais, tributárias e econômicas, aplicáveis a todas as empresas.

Esse mesmo princípio que está sendo violentado, no projeto, é que serve de supedâneo às decisões dos juizes,

na formulação da jurisprudência que, não se limitando exatamente ao texto legal, mas ampliando-o ou adaptando-o ao fato social, concretizam soluções adequadas ao tempo e à realidade.

É de todo inconveniente proibir-se na Carta Magna as relações contratuais atípicas como se pretende. Cabe observar que a realidade vital se desdobra através de condutas que forem a uma catalogação tipológica, formando-se séries abertas, variáveis, não finitas. Com o passar do tempo a própria realidade existencial cria e impõe certas formas de relações vinculativas que acabam ingressando no sistema jurídico, ou outras que nem adentram o sistema jurídico no sentido de denominação ou tipologia, mas persistem e se realizam como situações de fato.

Como exemplo, cabe verificar que a bem pouco tempo – mercado de trabalho informal era uma expressão desconhecida – não se ouvia falar em mercado de trabalho informal, e hoje isso constitui-se numa realidade irreversível, e tão notável, que inclusive o Governo e outras entidades de educação e de assistência social como o SESC, SENAC e outros, estão dispensando recursos e previsões nos seus programas assistenciais anuais para assistirem as milhares de pessoas que procuram, por conta própria, buscar o seu sustento, que se coloca no mercado informal, como os vendedores ambulantes, vendedores de produtos vários e fabricantes em pequena escala; e artesanal de produtos como bombons, balas, guardanapos e outros tantos.

Certamente que a motivação da inserção dessa matéria – e foi aprovado na Comissão da Ordem Social – no Projeto tem em mira a busca, através da nova Constituição, de uma situação estável econômica, física e social, para o empregado; que constitui-se também na motivação de tentar adotar a estabilidade no emprego. No entanto, é necessário, nesse particular, corrigir o equívoco. O afã de proteção ao empregado virá, na prática, prejudicá-lo, reduzindo as oportunidades de empregos e de realização pessoal de profissional. Por outro lado, é evidente que a supressão dessa matéria, deixando livre a contratação de mão-de-obra, em nada prejudicará o trabalhador, quanto à aspiração de maior proteção, porque em qualquer empresa que ele estiver trabalhando estaria assegurada a sua estabilidade já que a estabilidade no emprego, será assegurada tanto na contratação direta quanto na indireta. Se o contrato de trabalho for celebrado com a empresa prestadora de serviços, o empregado terá estabilidade da mesma forma que na tomadora dos serviços e com uma vantagem: sem correr o risco de permanecer na empresa, ocioso ou realizando tarefas inúteis, gerando sobre a sua pessoa a impressão de ineficiência e irresponsabilidade, já que apenas uma vez ou duas por mês teria serviços de sua especialização para realizar. Um técnico – neste caso – um técnico de máquinas de computadores eletrônicos tem serviço dentro da empresa, justificando-se, pois, que haja as empresas prestadoras de serviço que contratam vários técnicos para colocá-los à disposição de outras.

"A relação de trabalho atípica tem raízes tão profundas e complexas que não seria realista esperar que medidas proibitivas, corretivas ou conjunturais possam eliminar o fenômeno no seu conjunto. Daí a necessidade de um novo conceito de estabilidade social, com a devolução às partes, da liberdade das formas da contratação".

Entendem os signatários, que deve haver menos interferência estatal nas relações particulares, defendem inclusive a livre negociação, não só das relações contratuais como dos salários; é preciso menos regulamentação para possibilitar o desenvolvimento e melhoria das condições de vida.

Finalizando, é forçoso concluir-se que caso não seja suprimida essa matéria, a nova Constituição ou ensinará a edição de um número incalculável de leis sobre o assunto, para regulamentar essas contratações até esgotá-las, o que acabaria por tornar o texto constitucional inócuo, desnecessário, ou então, seria um dispositivo fadado ao descumprimento, por já nascer obsoleto e divorciado da realidade social.

A regulamentação dessas relações contratuais é muito mais própria para a lei ordinária, mediante a comprovação da necessidade emergente e não numa verdadeira inversão da ordem jurídica, como consta do projeto em discussão.

A nova Constituição, alvo de grandes esperanças do povo brasileiro, deve ser um reflexo da realidade social do País que, assolado por gravíssimos problemas econômicos não pode correr o risco de aumentar a taxa de desemprego, inviabilizando atividades econômicas de característica de qualquer país moderno e civilizado.

Além do mais a lei fundamental e suprema do Estado deve lançar as bases da organização política e traçar os princípios fundamentais da ordem jurídica, sob pena de não ter longa duração. Como exemplo temos a Carta dos Estados Unidos da América, que sobrevive a quase dois séculos e meio, exatamente porque se limita a esses postulados, cabendo ao legislador ordinário, cuidar das questões mais particulares.

Desta forma, esperam os signatários que seja acatada a sua emenda para suprimir o § 3º do art. 7º, do projeto substitutivo, invocando desde já, o disposto no art. 24, inciso V, do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, quanto ao seguimento obrigatório para o Plenário, já que constam 4 assinaturas de Constituintes componentes dessa Douta Comissão, não tendo, assim, como alcançar a unanimidade contrária que resultaria no seu arquivamento.

**O SR. CONSTITUINTE MÁRIO LIMA:** – Permite V. Ex.<sup>a</sup> uma aparte?

**A SRA. CELITA OLIVEIRA SOUZA:** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> o aparte.

**O SR. CONSTITUINTE MÁRIO LIMA:** – Eu faria uma pergunta a senhora, para orientar meu raciocínio. A senhora é advogada das empresas ou dos trabalhadores?

**A SRA. CELITA OLIVEIRA SOUZA:** – Eu estou aqui defendendo a emenda popular, que conta com pouco mais de 36 mil e 400 empregados e empregadores.

**O SR. CONSTITUINTE MÁRIO LIMA:** – Mas a senhora, sendo advogada, é advogada dos trabalhadores ou dos empresários?

**A SRA. CELITA OLIVEIRA SOUZA:** – Eu sou advogada de entidade sindical patronal.

**O SR. CONSTITUINTE MÁRIO LIMA:** – Então, orientou-me no meu raciocínio.

Eu conheço de perto o problema dessas locadoras de mão-de-obra. Com raras e honrosas exceções, trabalhadores dessas empresas não têm equipamento, não têm alimentação. Normalmente, são empresas que têm uma duração duvidosa e, quando elas desaparecem, o trabalhador não tem a quem reclamar. Eu vi – ninguém me disse – um soldador da Petrobrás ao meio-dia, pedir resto de comida, porque a empresa não lhe dava comida. Esse problema é tão grave que as pessoas que intermediam, trabalham para essas companhias, recebem até 30% de comis-

são. Qual é a atividade que dá este lucro? Os agenciadores recebem até 30% de comissão! Normalmente, as empresas estatais são as que mais usam esse tipo de mão-de-obra. E a empresa estatal paga 100 por um determinado empregado e esses recebem quase sempre 30, e até menos por cento, do que essas empresas pagam. A Nação não pode permitir isto, tem que ser regulamentado. Não se pode aceitar que no século XX, o trabalho humano seja matéria de lucro excessivo. Está certo que determinadas atividades são transitórias, mas já há abuso. Há locadoras dessas em que o empregado está há dois anos, quando deveria ser um trabalho transitório. Ora, dois anos já caracteriza um trabalho permanente. Então, pelo menos nesses casos que caracterizam um trabalho permanente, é o agenciador. O sujeito vai, trabalha, as empresas, às vezes, estão instaladas em um modesto escritório, com instalações precárias e um talão de nota fiscal para faturar no fim do mês. Há muito abuso. Isso eu conheço de perto.

Se a Constituição não regulamentar, nós iremos tentar fazê-lo através de lei ordinária. O que não se pode permitir é que neste País o trabalho seja usado desta maneira. Há muito abuso e a senhora sabe disso. Se a senhora é advogada de empresa patronal, sabe que há muito abuso.

**A SRA. CELITA OLIVEIRA SOUZA:** – Sr. Presidente, eu poderia falar apenas sobre três pontos básicos que servem para o esclarecimento do que eu falei?

**O SR. PRESIDENTE (Celso Dourado):** – Perfeitamente.

**A SRA. CELITA OLIVEIRA SOUZA:** – O primeiro ponto enfocado por V. Ex.<sup>a</sup> é quanto à duração, quanto ao fato "estabilidade". Existe uma infinidade de empresas prestadoras de serviços neste País. Mas vamos falar mais de perto das maiores signatárias da emenda, junto com empregados e todos que trabalham nessa área de prestação de serviços de manutenção e conservação. Essa é uma atividade que foi prevista na Consolidação das Leis do Trabalho, quando da sua edição em 1943, ou seja, há quase meio século, e consta do regulamento fiscal. Existem empresas com 7, 8, 9 mil empregados, com os seus serviços médicos, odontológicos, e faço um convite aos Srs. Constituintes para visitarem essas empresas. Temos em Brasília muitas empresas enormes; em São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, no País inteiro, temos grandes empresas na área de prestação de serviços, de conservação, e deixo, aqui, formulado o convite.

Quanto a existirem no mercado empresas inidôneas ou que não cumprem com as obrigações trabalhistas, infelizmente, esse é um fenômeno que ocorre em todas as áreas, inclusive nas áreas profissionais. Temos maus profissionais, advogados, médicos e desculpem-me a franqueza, até Constituintes que, às vezes, não comparecem nas horas certas às reuniões. Esse problema de ser relapso existe em todas as áreas. (Palmas.) Estamos aqui defendendo uma emenda popular, trazendo graves denúncias, contando com dois Constituintes e o Sr. Presidente, com toda a sua paciência, para nos ouvir. Então, o problema de ser relapso no exercício da atividade existe em todo lugar. Não vou discordar do ilustre Constituinte. Realmente pode existir. Os Sindicatos e a Federação Nacional estão numa luta muito grande para acabar com esse problema de empresas, pequenas se constituírem e interferirem no setor, não porque queiram prejudicar ninguém, mas para preservar principalmente o interesse dos empregados e do próprio País. Logo, acredito que esses casos devam ser corrigidos.

No que se refere ao preço é também um problema sério. Os contratos de conservação e manutenção são fei-

tos colocando à disposição dos contratantes, enceradeiras, sabão, papel higiênico, detergente, aspirador de pó, etc., todo tipo de material de limpeza. A empresa faz o contrato dessa forma. Quando se pega o valor do contrato, lá está escrito que a empresa tem 400 empregados para realizar o serviço – uma hipótese: a Câmara dos Deputados – e no seu contrato está um valor imenso. Dividindo-o, não sei quantos milhões por empregados, significa que o empregado está recebendo um salário baixo, de dois, três mil cruzados e a empresa recebendo uma exorbitância. Mas a realidade não é bem essa.

Por isso, as categorias estão se organizando, não tanto para se defender, e sim para mostrar a realidade – e os órgãos públicos sabem disso. Recentemente, houve uma reunião no Ministério do Trabalho, convocada pelo Sr. Ministro Almir Pazzianotto, para que os órgãos públicos – S. Ex.<sup>a</sup> proibia essa atividade, alegando que isso não devia continuar – e, nessa reunião, os próprios administradores públicos mostraram a S. Ex.<sup>a</sup> que os contratos eram daquela forma, que não podiam concordar, porque não tinham condições de funcionar sem essas empresas, com contratos diretos.

O problema do valor é muito sério na interpretação. Vai para a imprensa, por isso !

Há pouco tempo, a Fundação Hospitalar, se fosse contratar diretamente, não teria recursos para comprar apenas enceradeiras que a empresa tem lá dentro. Então, a questão do valor é séria nesse sentido.

Os salários são realmente baixos, porque os empregados não têm qualificação profissional ou são semi-qualificados. Trata-se dos serventes, copeiros, etc. Os salários são baixos, não apenas na área de empresa de serviço. Logicamente, se se trata de pessoas sem qualificação profissional, os salários são baixos em qualquer outro setor, a menos que sejam empregados de indústrias especializada. Esse é outro aspecto.

Quanto à regulamentação por lei ordinária, a própria categoria patronal, unida com a de empregado, vem acompanhando e tentando um projeto de lei, que é o 8.174, que está em tramitação no Congresso, antes da instalação da Constituinte, regulamentando isso.

Quanto à regulamentação por lei ordinária, estamos de pleno acordo. Estamos lutando por isso. Já foram visitados vários parlamentares, na época oportuna, para que fosse compreendido disso. Acredito que, em alguns casos, deva se regulamentar.

**O SR. PRESIDENTE (Celso Dourado):** – Chamamos a atenção de V. S.<sup>a</sup>, que o período está esgotado, mas terá tempo suficiente para terminar o seu raciocínio.

**A SRA. CELITA OLIVEIRA SOUZA:** – Mas não na Constituição, porque se ela descer a detalhe de regulamentar contratos... Esta não é matéria própria para a Constituição. Por isto sustentamos que deva ser na lei ordinária, porque pode a situação ser modificada e precisar fazer uma alteração em benefício de trabalhador, do próprio País. Esta é a nossa posição.

Esperamos ter dado os esclarecimentos necessários e colocamo-nos à disposição para essa visita, caso o ilustre Parlamentar queira fazer a meia-noite de hoje, mas o prazo foi prorrogado em função de interesses da própria Casa e do próprio trabalho da Assembléia Nacional Constituinte.

A contribuição que os Srs. debatedores trouxeram a esta Casa, sem dúvida alguma, é de muita relevância e de muito significado.

O Deputado e o Senador, no exercício do seu mandato, têm constantemente muitos desafios. Foi uma atitude muito acertada da Constituinte a de abrir as portas para as emendas populares, para a presença de representantes de entidades aqui na Assembléia Nacional Constituinte.

Esta é a hora também de o povo falar, de todas as entidades e instituições deste País se apresentarem para falar, trazer suas reivindicações e discutir os problemas da vida deste País. É hora da democratização e na hora da construção democrática, o papel de cada um é de suma importância, cada um tem que cumpri-lo com responsabilidade, com zelo e com dedicação.

Encerramos, assim, a nossa reunião, convocando para amanhã às 9 horas a Comissão de Sistematização, quando teremos a oportunidade de discutir Reforma Agrária e Ordem Econômica e Social, especialmente. Várias emendas populares serão apresentadas nesse sentido.

Está encerrada a reunião.

**(Levanta-se a reunião às 21 horas e 30 minutos.)**

### 17ª Reunião Ordinária

Aos três dias do mês de setembro do ano de mil novecentos e oitenta e sete, às dez horas e oito minutos, no Plenário da Câmara dos Deputados, reuniu-se a Comissão de Sistematização, sob a Presidência do Senhor Constituinte Afonso Arinos, presentes os seguintes Senhores Constituintes: Ademir Andrade, Alcení Guerra, Aluizio Campos, Antônio Carlos Konder Reis, Artur da Távola Brandão Monteiro, Carlos Mosconi, Carlos Sant'Anna, Celso Dourado, Christóvam Chiaradia, Edme Tavares, Fernando Henrique Cardoso, Francisco Rossi, Haroldo Sabóia, Jamil Haddad, João Calmon, Joaquim Bevilacqua, José Fogaça, José Lins, José Luiz Maia, José Maurício, José Ulisses de Oliveira, Luis Eduardo, Luis Inácio Lula da Silva, Lysâneas Maciel, Manoel Moreira, Mário Assad, Milton Reis, Nelton Friedrich, Nilson Gibson, Oscar Corrêa, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Plínio de Arruda Sampaio, Renato Vianna, Roberto Freire, Sandra Cavalcanti, Adyson Motta, Albano Franco, Beth Azize, Chagas Rodrigues, José Braz, Euclides Scalco, Israel Pinheiro, José Carlos Grecco, José Costa, José Genoíno, José Maranhão, José Tinoco, Luiz Salomão, Michel Temer, Miro Teixeira, Mozarildo Cavalcanti, Paes Landim, Roberto Balestra, Rose de Freitas e Ulderico Pinto. Estiveram presentes, também, os seguintes Senhores Constituintes não integrantes desta Comissão: Maria de Lourdes Abadia, Sólton Borges dos Reis, Virgílio Guimarães, Vivaldo Barbosa, Matheus Iensen, Costa Ferreira, Arnaldo Faria de Sá, Edimilson Valentim, Carlos Alberto Caó, Koyu Iha, Robson Marinho, Hermes Zaneti, Nelson Aguiar, José Elias Murad, Cardoso Alves, Mário Covas, Ivo Vanderlinde, Geraldo Campos, Darcy Deitos, Olívio Dutra, Raquel Capibaribe, Max Rosenmann, Silvio Abreu, Milton Barbosa, Lídice da Mata, Ubiratan Spinelli, Dirce Tutu Quadros, Eraldo Trindade, Luis Roberto Ponte, Moema São Thiago, Anna Maria Rattes, Alexandre Puzyna, Adhemar de Barros Filho, João de Deus Antunes, Chico Humberto, Mauro Benevides, Homero Santos, Osmir Lima, Narciso Mendes, Maguito Vilela, Humberto Souto e Walmor de Luca. Deixaram de comparecer os seguintes Senhores Constituintes:



Abigail Feitosa, Adolfo Oliveira, Alfredo Campos, Almir Gabriel, Aloysio Chaves, Antonio Farias, Antônio Carlos Mendes Thame, Arnaldo Prieto, Bernardo Cabrail, Carlos Chiarelli, Cid Carvalho, Cristina Tavares, Darcy Pozza, Egídio Ferreira Lima, Eraldo Tinoco, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Gasparian, Fernando Lyra, Francisco Benjamin, Francisco Dornelles, Francisco Pinto, Gastone Righi, Gerson Peres, Haroldo Lima, Ibsen Pinheiro, Inocêncio Oliveira, Jarbas Passarinho, João Herrmann Neto, José Freire, José Geraldo, José Ignácio Ferreira, José Jorge, José Paulo Bisol, José Richa, José Santana de Vasconcellos, José Serra, José Thomaz Nonô, Marcondes Gadelha, Mário Lima, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Osvaldo Coelho, Osvaldo Lima Filho, Paulo Pimentel, Prisco Viana, Raimundo Bezerra, Ricardo Fiuza, Rodrigues Palma, Severo Gomes, Sigmaringa Seixas, Siqueira Campos, Theodoro Mendes, Virgildásio de Sauna, Virgílio Távora e Wilson Martins. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos da reunião destinada a continuar a discussão das Emendas Populares. Antes de conceder a palavra ao primeiro orador, Jornalista Barbosa Lima Sobrinho, o Senhor Presidente Afonso Arinos destacou que se encontrava presente o professor, acadêmico, ex-Governador de Pernambuco, ex-Presidente do Instituto do Açúcar e do Alcool, um dos maiores nomes da atualidade brasileira, Redator-Chefe do **Jornal do Brasil**, que engrandeceu o nosso País na defesa dos interesses brasileiros, muitas vezes postos em risco pela cobiça internacional. Acrescentou ainda que Barbosa Lima Sobrinho, na sua idade procveta, é, ainda, pelo vigor, pela energia intelectual, pela disposição permanente de servir à causa pública, um dos homens mais importantes deste País, razão por que, em homenagem e em atenção a esse velho amigo e companheiro da Academia Brasileira de Letras, do **Jornal do Brasil**, devia informar aos presentes e registrar nos anais que juntos receberam da egrégia Faculdade de Direito de Pernambuco, em Recife, terra natal do amigo, no mesmo dia e na mesma noite, o título de Professor Honorário. Passou-se, então, aos oradores, para a defesa das Emendas Populares indicadas: 1ª) PE-119 – Monopólio Estatal do Petróleo – defensor: Jornalista Barbosa Lima Sobrinho. Apartes: Constituintes Lysâneas Maciel, Jamil Haddad, Pompeu de Souza, Artur da Távola, José Maurício, José Genoíno e Edmilson Valentim. Neste instante, o Senhor Constituinte Adylson Motta, com a palavra, pela ordem, comunicou ao Plenário que acabava de falecer, em Brasília, no Hotel Nacional, o Senhor Constituinte Alair Ferreira, do PFL do Rio de Janeiro, apresentando suas condolências aos familiares do colega desaparecido e à Bancada daquele Estado, no que foi acompanhado pelos Senhores Constituintes José Maurício, Arnaldo Faria de Sá e Mozarildo Cavalcanti. O Senhor Presidente Afonso Arinos informou que tomara conhecimento do fato através do Senhor Presidente Ulysses Guimarães, recém-chegado àquela reunião, assegurando que adotaria as providências cabíveis com relação ao fato ocorrido, no sentido de fazer chegar aos parentes do colega desaparecido os sentimentos pesarosos de todos ali expressos. Prosseguiu-se à ouvida dos oradores inscritos. 2ª) PE-052 – Reforma Agrária – defensor: Sr. José Francisco da Silva – Presidente da CONTAG. Apartes: Constituintes Plínio de Arruda Sampaio, Luiz Salomão, Edmilson Valentim, Mário Covas, Roberto Freire e Roberto Cardoso Alves, com os cumprimentos, também, do Senhor Presidente; 3ª) PE-053 – Reforma Agrária – defensor: Deputado Estadual/Pará – Valdir Ganzer, Apartes: Constituintes José Genoíno, Plínio de Arruda Sampaio, Amaury Müller, Ademir Andrade e Nelson Friedrich. Nesta oportunidade, deixou a Presidência dos trabalhos o Senhor Constituinte Afonso Arinos, assumindo-a

o 2º Vice-Presidente Constituinte Brandão Monteiro; 4ª) PE-098 – Reforma Agrária – defensor: Flávio Teles Menezes – Presidente da Sociedade Rural Brasileira. Apartes: Constituintes Plínio de Arruda Sampaio, José Carlos Sabóia, Ademir Andrade, Cardoso Alves e Haroldo Sabóia; 5ª) PE-013 – Ordem Econômica – defensor: Dom Francisco Austragésilo Filho, Bispo de Juazeiro – BA. Apartes: Constituintes Plínio de Arruda Sampaio, José Carlos Sabóia e Olívio Dutra. Encerrada a primeira parte da lista de oradores inscritos, o Senhor Presidente suspendeu a reunião às quatorze horas e dois minutos, anunciando a sua continuação, a partir das quinze horas e vinte minutos, no mesmo local. Reaberta a reunião, às quinze horas e vinte e três minutos, pelo Senhor Constituinte Aluizio Campos, 1º Vice-Presidente, foi concedida a palavra aos oradores inscritos para a defesa das Emendas Populares indicadas: 1ª) PE-055 – Ordem Econômica e Social – defensor: Constituinte Olívio Dutra que, ao final do seu pronunciamento, pediu a transcrição nos anais da Comissão de pronunciamento feito pelo Constituinte Luiz Gushiken, a respeito do Sistema Financeiro Nacional; 2ª) PE-089 – Ordem Econômica e Social – defensora: Constituinte Lídice da Mata; 3ª) PE-035 – Livre Iniciativa – defensor: Dr. Mário Amato – Presidente da Fiesp. Apartes: Constituinte Paes Landim; 4ª) PE-080 – Dívida Externa – defensor: Dr. Inácio Arruda. Nesta ocasião deixou a Presidência o Senhor Constituinte Aluizio Campos, assumindo-a, nos termos regimentais, o Senhor Constituinte Lysâneas Maciel, que concedeu a palavra aos oradores seguintes: 5ª) PE-045 – Consumidor – defensor: Sra. Lúcia Pacifico Homem. Apartes: Constituintes Darcy Deitas, Adhemar de Barros Filho, Dirce Tutu Quadros e José Elias Murad. 6ª) PE-047 – Abastecimento – defensor: Sr. Manoel Henrique Farias Ramos. 7ª) PE-025 – Cooperativismo – defensor: Dr. Guntolf Van Kaick – Presidente em exercício das Organizações das Cooperativas Brasileiras. Apartes: Constituintes Adhemar de Barros Filho, Darcy Deitos, Olívio Dutra, Ivo Vanderlinde, Alcení Guerra, Paulo Roberto Cunha e Walmor de Luca. Às dezessete horas e cinquenta e oito minutos, deixa a Presidência o Senhor Constituinte Lysâneas Maciel, assumindo-a, nos termos regimentais, o Senhor Constituinte Alcení Guerra, que dá prosseguimento à ouvida dos oradores seguintes: 8ª) PE-070 – Planejamento Regional – defensor: Sr. Manoel Osório de Lima Viana. Apartes: Constituintes Mauro Benevides, Ademir Andrade e Ivo Vanderlinde. 9ª) PE-046 – Imposto único sobre Minerais – defensor: Constituinte Walmor de Luca. Apartes: Constituintes Adhemir Andrade e Ivo Vanderlinde. Encerrada a lista de oradores inscritos e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente Constituinte Alcení Guerra convocou reunião da Comissão, destinada a continuar a discussão para o dia quatro subsequente, às nove horas e trinta minutos, encerrando a reunião às dezenove horas e dois minutos. O inteiro teor desta reunião foi gravado, devendo ser publicado no **Diário da Assembléia Nacional Constituinte** e constituir-se-á na Ata circunstanciada dos trabalhos. E, para constar, eu, Maria Laura Coutinho, Secretária, lavrei a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

O primeiro tema marcado para hoje é a reforma agrária. O Presidente, entretanto, deseja comunicar à Comissão de Sistematização e aos Senhores e Senhoras presentes nas galerias que se encontra aqui o professor, acadêmico, ex-Governador de Pernambuco, ex-Presidente do Instituto do Açúcar e do Alcool, um dos maiores nomes da atualidade brasileira, Redator-Chefe do **Jornal do Brasil**; Barbosa Lima

Sobrinho, que engrandeceu este País, na defesa dos interesses brasileiros, muitas vezes postos em risco pela cobiça internacional. Barbosa Lima Sobrinho, na sua idade provecta, é, ainda, pelo vigor, pela energia intelectual, pela disposição permanente de servir à causa pública, um dos homens mais importantes deste País. Em atenção a esse meu velho amigo e companheiro da Academia Brasileira de Letras, do **Jornal do Brasil** – e devo informar-lhes que recebemos da egrégia Faculdade de Direito de Pernambuco, localizada no Recife, sua terra natal, no mesmo dia e na mesma noite, o título de Professor Honorário – e de geração – posso dizer assim, porque, muito reservadamente, S. S.<sup>as</sup> tem apenas nove anos a mais do que eu – e após consultar os membros desta Comissão, darei a palavra, em primeiro lugar, ao ilustre brasileiro Barbosa Lima Sobrinho, que falará sobre o monopólio estatal do petróleo e fará críticas aos chamados contratos de risco.

Tem a palavra o Sr. Barbosa Lima Sobrinho. (Palmas.)

**O SR. BARBOSA LIMA SOBRINHO:** – Sr. Presidente da Comissão de Sistematização, Senador Afonso Arinos, meu prezado companheiro da Academia Brasileira de Letras, Srs. Constituintes, minhas senhoras e meus senhores: Constituinte de 1946, eu nunca imaginaria que teria oportunidade de comparecer perante uma outra Constituinte, para defender uma emenda popular que não existia em 1946 e que agora surge para dignificar e prestigiar, cada vez mais, a democracia brasileira.

De certo, quem deveria estar aqui, no meu lugar, seria Euzébio Rocha, autor do Substitutivo que criou exatamente o monopólio estatal do petróleo, ou, então, Antônio Maciel Neto, ou Ricardo Maranhão, companheiros da Oepet – Organização dos Engenheiros da Petrobrás – que nos tem valido extraordinariamente, com seu auxílio e cooperação, em toda essa longa batalha que estamos travando há muito tempo.

Gostaria de ler um documento que, de certa maneira, é coletivo, porque foi elaborado sob a inspiração de Euzébio Rocha, com a cooperação dos engenheiros da Petrobrás e também com alguma coisa de minha atividade jornalística, quando tratava exatamente desse problema do contrato de risco.

Agradeço a oportunidade de falar sentado. Comoveram-me as palavras tão belas pronunciadas por Afonso Arinos. Não me admirou ouvi-las, porque conheço a generosidade de seu coração e sei que, de fato, é companheiro de todos nós, na Casa que freqüentamos.

Srs. Constituintes, a tese do monopólio do petróleo é suprapartidária: é dos civis e dos militares, dos estudantes, dos operários, dos profissionais liberais, enfim, de todo o povo brasileiro, que aspira à soberania, à liberdade e o desenvolvimento sócio-econômico. Do maior movimento popular da História brasileira – "O Petróleo é nosso!" – nasceu a Petrobrás e que se estabeleceu o monopólio estatal do petróleo. O substitutivo que deu origem à Lei nº 2.004, de autoria do ilustre brasileiro Euzébio Rocha, foi promulgado em 3 de outubro de 1953, para alegria de todos aqueles que defendem o interesse nacional.

Naquela época, os opositores da Petrobrás diziam ser impossível aos brasileiros conduzir sozinhos a indústria do petróleo. Era dura a nossa realidade, em 1953: produção de apenas 2.700 barris/dia (menos de 2% do consumo de então), 30 geólogos e menos de 100 engenheiros trabalhando no setor petróleo. Decorridos praticamente 34 anos, o sonho virou realidade. A PETROBRÁS cresceu e se tornou a 33ª maior empresa do mundo, com uma produção de 700

mil barris equivalentes/dia. Hoje, contamos com mais de 700 geólogos e 5.000 engenheiros, trabalhando diretamente na indústria petrolífera. Esses compõem o maior capital com que se construiu a Petrobrás, porque é a base, o fundamento de seus estudos, suas atividades e suas pesquisas.

Julgamos desnecessário citar os números que demonstram a grandeza e a importância da Petrobrás para a economia nacional. Todos os Constituintes conhecem perfeitamente esse assunto. No entanto, vale lembrar apenas que a PETROBRÁS, através da sua política de nacionalização, atingiu um patamar invejável de aquisições de materiais, equipamentos e serviços no País – 95%. Nos dias atuais, 25% da produção da indústria de bens de capital brasileira se destina à PETROBRÁS. Ela serve exatamente de base à formação de uma indústria naval que vem crescendo todos os dias.

São 80.000 empregos diretos no sistema PETROBRÁS e cerca de 3.000.000 indiretos.

Mesmo dando certo, e já enraizada no coração do povo, a PETROBRÁS e o monopólio estatal do petróleo continuam sendo alvos dos seus inimigos. Ontem, diziam que era um sonho impossível; hoje, dizem que a empresa está muito madura, consolidada, e que por isso não precisa mais do monopólio. Ora, como afirmava o General Horta Barbosa, "a indústria do petróleo ou é monopólio do Estado, ou é monopólio dos trustes". Esta é uma propriedade fundamental que não deve ser esquecida por nenhum brasileiro.

O fim do monopólio significa a desnacionalização imediata desse setor vital da nossa economia, o que não interessa no Brasil.

Julgamos ainda oportuno lembrar que a consolidação do monopólio estatal do petróleo não é suficiente. É necessário que a Constituição em elaboração inclua no seu texto uma proibição expressa aos contratos de risco. Essa é uma das teses fundamentais da emenda que foi apresentada com mais de cem mil assinaturas.

Na verdade, os contratos de risco foram introduzidos no Brasil de forma clandestina, já que não existe qualquer dispositivo legal que autorize a desobediência ao estabelecido na Lei nº 2.004. A justificativa anunciada pela televisão em 9 de outubro de 1975 foi baseada na ilusão de que as empresas estrangeiras resolveriam o nosso problema de produção de petróleo através de um aporte significativo de capital e de novas tecnologias.

Decorridos 12 anos, os contratos de risco não propiciaram a descoberta de nenhuma gota de petróleo. Apresentaram apenas a descoberta de um pequeno campo de gás natural na Bacia de Santos, cuja comercialidade, após mais de três anos de estudos, ainda não foi comprovada.

Não se pode dizer que as empresas do contrato de risco não tiveram boas condições para obter sucesso. Os 243 contratos firmados cobrem uma área de aproximadamente 1,5 milhão de quilômetros quadrados. Esta área corresponde às superfícies dos Estados do Ceará, Espírito Santo, Maranhão, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul e o Distrito Federal, ou aos territórios somados da Inglaterra, Japão, Suíça, Itália, Grécia e Portugal. Essa é a área que corresponde à bacia sedimentar do País. Mas nessa área da bacia sedimentar é triste verificar que 60% estão entregues propriamente à exploração dos contratos de risco e 40% à PETROBRÁS. De modo que, como os contratos de risco também constituem monopólio, chegamos a uma situação paradoxal, em que se fala do monopólio da PETROBRÁS. Mas, na

verdade, existem dois monopólios: e dos contratos de risco e o da PETROBRÁS, sendo que o da PETROBRÁS, representa 60% da área das bacias sedimentares do Brasil. Isto mostra que, de fato, com a admissão dos contratos de risco, houve uma inversão da situação total da política brasileira: ofereceu maiores vantagens, maiores possibilidades de êxito aos contratos de risco do que a própria PETROBRÁS. É verdade que esses contratos de risco até agora não encontraram um poço sequer de petróleo, enquanto a PETROBRÁS já teve oportunidade, no mesmo período de vigência dos contratos de risco, de abrir mais de 7 mil poços de petróleo.

Os contratos de risco foram adotados na suposição de que proporcionariam um grande fluxo de capital estrangeiro; no entanto, todos os investimentos realizados com base nos contratos de risco até agora não vão além de 2% dos investimentos totais da PETROBRÁS no mesmo período. Esse fato é uma demonstração da ilusão em que se constituíram os contratos de risco, porque na verdade eles não representaram senão 2% dos investimentos totais contra 20 bilhões de dólares representados pelos investimentos da PETROBRÁS. Ainda permanecem vigentes 66 dos 243 contratos de risco firmados por nossa empresa estatal. No momento, a PETROBRÁS está impedida de firmar novos contratos dessa natureza em função de uma orientação do ilustre Ministro das Minas e Energia, Sr. Aureliano Chaves, que, segundo suas próprias palavras, tomou essa decisão em respeito aos trabalhos em andamento na Constituinte e de acordo com suas convicções pessoais.

Vale destacar que no relançamento público da campanha "O petróleo é nosso", na ABI, no Rio de Janeiro, em 6 de julho do corrente ano, na presença de mais de mil pessoas, mais de vinte Constituintes, cerca de setenta entidades da sociedade civil, representantes de Governadores, entre outros, o Ministro Aureliano Chaves fez um pronunciamento inequívoco, firme, em defesa do monopólio estatal de petróleo e contra os contratos de risco.

Vale registrar que S. Ex.<sup>a</sup> foi imensamente aplaudido, na ocasião, por cerca de mil pessoas, solidárias com as atitudes de S. Ex.<sup>a</sup>, que defendia até o monopólio integral da PETROBRÁS. É, aliás, uma expressão do Ministro Aureliano Chaves que não podemos esquecer.

Os investimentos anunciados em 1975 também não vieram. Até maio de 1987 as empresas que celebraram contrato de risco investiram quantias insignificantes à vista das quantias com que contribuiu a PETROBRÁS, nesse mesmo período, para os contratos de risco.

O risco, Srs. Constituintes, não é dos contratantes, mas dos brasileiros, que a qualquer hora podem ser informados de que uma empresa estrangeira ficará com uma parcela considerável – cerca de 35% – de um campo de petróleo gigante, que a Petrobrás poderia ter descoberto. Imaginem se Marlin e Albacora tivessem sido encontrados pelos detentores dos contratos de risco – investimentos exploratórios de 250 milhões para uma descoberta que vale, hoje, 70 bilhões de barris de petróleo. Estou certo de que se os contratos de risco tivessem descoberto Albacora ou Marlin, os problemas internacionais que iriam surgir seriam da maior importância e gravidade para o Brasil.

Devemos abolir os contratos de risco, a fim de evitarmos aborrecimentos, caso grandes quantidades de petróleo venham a ser descobertas nos contratos de risco.

O exposto é suficiente para concluirmos que os contratos de risco são indesejáveis, econômica, política e tecnicamente. Vale acentuar, ainda, que, a meu ver, bastaria

a existência do monopólio do petróleo para o não surgimento de contratos de risco, porque a palavra monopólio, formada pelos vocábulos gregos "monos" e "polin" – esta significava exatamente vendedor – traduz e expressa a exploração exclusiva de uma única pessoa ou entidade. Tanto que, quando surge mais de uma entidade para exploração do petróleo ou de qualquer riqueza nacional ou estrangeira a palavra é duopólio, que significa um desdobramento do monopólio, com dois exploradores. E se são muitos exploradores, já existe a palavra "oligopólio", incorporada ao vocabulário não só do Brasil, mas de todos os países do mundo moderno que se dedicam às atividades dessa natureza. Assinalei muito – e é exatamente também um aspecto da minha contribuição para essa campanha – a significação da palavra "monos" e de todos os vocábulos em que ela se insere, porque, repito, "monos" significa exclusividade. Quem imaginaria mais de uma voz num monólogo? Quem imaginaria mais de uma roda num monociclo, que quando acrescentado mais de uma roda passa a ser bicicleta? Monociclo é veículo de uma só roda, Monóculo, por exemplo, era um complemento até elegante nas gerações antigas. Várias pessoas que conheci ainda se prevaleciam com o uso do monóculo. Se acrescentando de outra lente, porém, deixa de ser monóculo para se tornar binóculo. E assim ocorre com os vocábulos "monógamo", "monoplano", "monossílabo", "monoteísmo", "monocelular", "monópode" – o que tem um só pé – etc. O vocábulo "monarquia" é uma demonstração do prevalecimento do significado de "monos" em qualquer vocábulo a que este prefixo se acrescenta, já que se monarquia deixar de significar governo de um só, deixa de ser monarquia.

Assim também, se monopólio admitir o contrato de risco, deixa de ser monopólio para ser dopólio, com a presença da Petrobrás e dos contratos de risco. (Palmas.)

Gostaria de lembrar que a tese do monopólio do petróleo foi incorporada ao próprio programa do PMDB. Quando trata do capital estrangeiro, o PMDB condena os contratos de risco, por entender que eles são apenas uma cunha com que se provara destruir o próprio monopólio do petróleo.

A Lei nº 2.004/53 atribuiu à Petrobrás o monopólio da lavra e da pesquisa do petróleo, porque – e este é outro aspecto que se deve assinalar – o contrato de risco também envolve pesquisa. Assim, se admitirmos que outra entidade passe também a fazer pesquisa de petróleo, evidentemente estaremos desvirtuando o monopólio e cometendo um crime que a semântica não admitiria de maneira alguma, porque se trata exatamente de desvirtuar o sentido exato dos vocábulos adotados.

Aliás, quando da discussão da Lei nº 2.004 – este é um outro ponto também importante – no Congresso Nacional, em 1953, o Senador Isnard de Góes apresentou a chamada, Emenda nº 32, que era exatamente a brecha aberta para os contratos de risco. Essa emenda foi amplamente rejeitada. Os pareceres dos Deputados Lúcio Bittencourt e Gustavo Capanema foram claros no sentido de que a Emenda nº 32, acabava, na prática, com o monopólio estatal do petróleo.

Para acabar com a Petrobrás bastaria reduzir seus investimentos, enquanto se multiplicassem os contratos de risco, reforçados por algumas vantagens complementares.

Por tudo isso, solicitamos a V. Ex.<sup>as</sup> que aprove, na íntegra, o art. 234 e respectivo parágrafo, do Relatório do ilustre Deputado Bernardo Cabral, que mais uma vez, soube interpretar os legítimos interesses da sociedade brasileira e dignificar ainda mais seu mandato de Constituinte, outorgado pelo povo amazonense. Apoiando o art.

234 e respectivo parágrafo iremos alçar a norma constitucional o monopólio estatal do petróleo, dentro de seus limites atuais, e acabar definitivamente com os contratos de risco. É o que a maioria do povo brasileiro deseja (Palmas.)

Seria injusto se não referisse que no projeto da Comissão Afonso Arinos já estava também registrada essa medida que impedia o contrato de risco. Isto prova que também o Senador Afonso Arinos, na ocasião, defendendo até a apresentação da emenda fora do momento exato, mostrava o seu interesse e empenho para que fossem realmente evitados os contratos de risco.

Gostaria de citar, ainda, que a favor do nosso pronunciamento temos já a autoridade da própria Organização das Nações Unidas, que, num relatório sobre o futuro do petróleo, apresentado este ano, por técnicos da maior competência e da maior confiança da Petrobrás, afirma:

"As tendências das décadas de 60 e 70 tiveram como resultado, em 1970, maior participação do Estado. Isso, mesmo através de atos unilaterais de nacionalizações, como no caso da Argélia, em 1971, do Iraque, em 1972 e 1973, ou através de negociações, como no Irã, Kuwait, Venezuela e Arábia Saudita. Mesmo países que haviam monopolizado inteiramente a indústria do petróleo – e aí, evidentemente, faz-se alusão ao Brasil – "entretanto, freqüentemente admitiram assistência técnica e financeira de empresas privadas. Como foi o caso do Brasil, que revelou suas intenções de acabar com o monopólio estatal na exploração de seus depósitos de petróleo, estabelecido na Lei nº 2.004, de 1953, promulgando, em 1977, um modelo de contrato e de produção para ser adotado entre empresas privadas, e a Petrobrás, a empresa nacional que explora o óleo.

Entre outros países que relaxaram – gostaria de assinalar bem essa expressão – recentemente, o monopólio estatal do petróleo, está o Brasil, com os contratos de risco. Relaxaram na definição do monopólio a Síria, a Índia e o Sri Lanka. A despeito dessa tendência, contudo, uma participação maior, como afirmação de independência do Estado, na administração dos recursos, permanece como objetivo de muitos países, como consequência da sua ideologia política."

Mostra esse relatório da Organização das Nações Unidas que, de fato, a tendência é uma participação maior do Estado, em muitos países de todo o mundo. No Brasil, que adotou exatamente essa participação do Estado, criando o monopólio, por que voltar ao contrato de risco, relaxando o monopólio estabelecido na Lei nº 2.004 e na Constituição de 1967?

Uma das maiores surpresas que tive foi quando vi certa pessoa, com maiores responsabilidades no destino da Petrobrás, afirmar que era a favor do monopólio, mas admitia o contrato de risco, como se fosse possível a existência de um e outro.

É contra essa barbaridade que todos nos insurgimos. Com essa campanha e com a defesa dessa emenda popular, com mais de 100 mil assinaturas, não estamos mais do que procurando servir ao Brasil.

Estas são minhas palavras finais. Não me senti em condições de rejeitar o convite que me foi feito para defender essa emenda por achar que, aos noventa anos, ainda é tempo de servir ao Brasil. Muito obrigado. (Palmas.)

**O SR. CONSTITUINTE LYSÂNEAS MACIEL:** – Permita-me, Sr. Presidente. Falo não propriamente para formular questão de ordem, mas porque nessas oportunidades em que componentes dos diversos segmentos da sociedade brasileira aqui vêm defender suas posições, tem-nos sido permitido, a nós, Constituintes, apartear. Não interrompi, como desejava fazê-lo, a palestra, ou, mais do que isto, a declaração de compromisso com a Nação assumido pelo ilustre acadêmico Barbosa Lima Sobrinho. Quero proclamar aqui, como uma das maiores honras que já tive em minha vida, que S. S.<sup>a</sup> foi um dos meus eleitores no Estado do Rio de Janeiro. Ademais, desejo dizer o que significa a presença de Barbosa Lima Sobrinho, aqui, hoje.

Parece que a luta não terminou. Com a vitalidade de um jovem de vinte e cinco anos, como se estivesse apenas começando uma peregrinação patriótica, sua presença se reveste de um valor extraordinário.

No momento em que se tenta mostrar a desnecessidade do monopólio, através de declarações aparentemente "sadias", como a da incapacidade do Estado em geri-lo, a presença de V. S.<sup>a</sup> no Congresso Nacional na Assembléia Nacional Constituinte, tem o valor de revigorar a idéia de que a luta continua. Muitas pessoas lutaram – e até mesmo deram sua vida – pelo monopólio estatal do petróleo.

Agora, discute-se se elas têm ou não o direito de ser anistiadas – e esta Assembléia mostra muita tibieza para decidir sobre isto.

A presença de V. S.<sup>a</sup>, Dr. Barbosa Lima Sobrinho, tem o condão de revigorar esse tipo de luta. Pela primeira vez, em trinta e três anos, conforme assinalado por V. S.<sup>a</sup> e em vários documentos, a Petrobrás dá prejuízo – e poucos se apercebem do que há por trás dele. A quem isso beneficia? Quem se fortalece quando a Petrobrás começa a dar prejuízo? O que há por trás do fato de que o Estado não cumpre suas obrigações e as estatais não pagam à Petrobrás? Há, sem dúvida, por trás disso tudo, uma tentativa de provar que o Estado é incapaz de manter o monopólio, e, portanto, abrir espaço para que a Petrobrás fosse assimilada até mesmo nessa famosa conversão da dívida externa em capital de risco.

Quando presidente da Comissão de Minas e Energia, apresentei, em sessão permanente – até que fui cassado – denúncias sobre o contrato de risco, que visava a permitir o **sharing production**, ou seja, a divisão de responsabilidades, a divisão dos destinos do ouro negro no Brasil.

Quero, pois, deixar registrado que sua presença é absolutamente oportuna e demonstra uma vitalidade que muitos brasileiros não têm, porque a perderam ao longo do acesso ao poder, ou mesmo pela proximidade com o poder. Isto é, perderam a visão de um País que está sendo paulatinamente conduzido a perder aquelas coisas que lhe são fundamentais.

Louvo em V. Ex.<sup>a</sup> essa presença, essa luta, esse vigor juvenil, de intensidade patriótica. Sua presença, aqui, nos faz refletir sobre o seguinte: a quem interessa noticiar que a Petrobrás dá prejuízo? A quem interessas que esse prejuízo seja efetivo? Quais as forças que se beneficiam com isso?

Sua presença nos leva à reflexão sobre o assunto, Dr. Barbosa Lima Sobrinho, também pelo fato de esta Assembléia Nacional Constituinte não ter tido a coragem de colocar de maneira clara e inequívoca os dispositivos que beneficiam aqueles que lutaram, morreram e muito deram de si para que o monopólio ficasse nas mãos do Estado, ou seja, nas mãos dos brasileiros legítimos. Sua presença tem, assim, para nós, um sentido de luta permanente. Mocidade não é uma questão de idade, mas de vigor físico,

mental e patriótico, que V. S.<sup>a</sup> sempre demonstrou em sua luta. Muito obrigado. (Palmas.)

**O SR. BARBOSA LIMA SOBRINHO:** – Muito obrigado, nobre Constituinte Lysâneas Maciel.

**O SR. CONSTITUINTE JAMIL HADDAD:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Jamil Haddad.

**O SR. CONSTITUINTE JAMIL HADDAD:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes membros da Comissão de Sistematização, meu querido ídolo político, Barbosa Lima Sobrinho. Na condição de Presidente Nacional do Partido Socialista Brasileiro, quero dizer de nossa satisfação ao vê-lo participar da Assembléia Nacional Constituinte. Temos tido momentos extremamente desagradáveis, mas a presença de V. S.<sup>a</sup>, hoje, nesta Comissão, é motivo de orgulho e de satisfação para todos nós, que conhecemos sua luta, desde a juventude, em favor do nosso País.

Jamais poderíamos imaginar que, com o vigor de um jovem, V. S.<sup>a</sup> aos 90 anos de idade, tivesse que voltar ao Congresso Nacional para continuar a defender o monopólio do petróleo. Sabemos que existem interesses escusos tentando levar à falência a nossa Petrobrás. Apresentei, há poucos dias, requerimento de informações à Petrobrás, no sentido de que nos esclareça a situação real da empresa: que tipos de dívidas existem, quem não paga, o que ocorre lá dentro.

Neste momento, com a satisfação de ser, como já disse, Presidente do PSB, recordo-me de V. S.<sup>a</sup> no Governo de Pernambuco, tendo ao seu lado o Partido Socialista Brasileiro, da mesma forma como relembro a figura de V. S.<sup>a</sup>, respeitada e venerada pelo grande brasileiro que foi João Mangabeira, de quem tive a honra de ser discípulo.

Encerrando, quero dizer, em nome do meu Partido, que V. S.<sup>a</sup>, Dr. Barbosa Lima Sobrinho, com a juventude de suas idéias, nos dá, hoje, uma aula de democracia e de nacionalidade.

**O SR. CONSTITUINTE POMPEU DE SOUSA:** – Sr. Presidente, também apelo para o espírito de tolerância de V. Ex.<sup>a</sup>, a fim de que me permita uma ligeira intervenção agora, pois evitei interromper o discurso de Barbosa Lima Sobrinho quase que por uma questão de temor reverencial.

Dr. Barbosa Lima Sobrinho, quis prestar a V. S.<sup>a</sup>, companheiro queridíssimo da nossa ABI, de todas as horas e de todas as lutas, a homenagem do silêncio, porque achei que só a sua voz devia aqui ressoar neste momento histórico. Constituinte de 1946, V. S.<sup>a</sup> aqui retorna, nesta Constituinte, quarenta e um anos depois, para trazer o sinal da sua presença, permanente, já que nestes quarenta e um anos que decorreram desde 1946, como também nos cinquenta anos anteriores, V. S.<sup>a</sup> tem sido uma presença constante na vida deste País, na luta deste País por sua afirmação nacional, por sua afirmação de soberania, por sua afirmação de grandeza e por sua luta em prol da justiça social.

Meu caro amigo e companheiro Barbosa Lima Sobrinho, neste momento, V. S.<sup>a</sup> nos dá uma prova de vigor das idéias daqueles que não se rendem, daqueles que lutam, daqueles que confiam na mocidade deste País. E essa mocidade vê, no exemplo dos seus noventa anos de grandeza, de luta, a inspiração que há de marcar o futuro deste Brasil e há de fazer dele uma Nação realmente soberana, livre de todas as injunções. Sentimos que a luta pelo monopólio estatal do petróleo, conquistado na batalha do "Petróleo é nosso" – quando esta batalha significava enfren-

tar a Polícia Especial – não foi uma luta perdida. Hoje, continuamos a luta contra o contrato de risco – na verdade, o contrato da traição nacional. (Palmas.)

Meus caros colegas Constituintes, meu caro Presidente desta Comissão, meu caro Barbosa Lima Sobrinho, este é um momento de grandeza que o Brasil há de cultivar. (Palmas.)

**O SR. CONSTITUINTE ARTUR DA TÁVOLA:** – Sr. Presidente, gostaria de trazer, por delegação do Vice-Líder Euclides Scalco, uma palavra da bancada do PMDB, nesta Comissão de Sistematização, para saudar o nosso ilustre companheiro, amigo pessoal, figura admirada por todo o País, Barbosa Lima Sobrinho.

Gostaria de, ao lado da palavra oficial do partido, em meu nome pessoal, acrescentar alguns comentários.

Estamos vivendo, aqui, na Assembléia Nacional Constituinte, neste exato momento em que V. S.<sup>a</sup> traz a sua palavra a esta Casa, instantes decisivos e cruciais, que hão de determinar os rumos futuros da sociedade. Esta Assembléia surgiu de delegação da ordem jurídica que por ela será substituída. Esta estranha figura de uma Assembléia Nacional Constituinte que não nasceu de um movimento social propriamente dito, ou que não significa a formação de um novo Estado, ou seja, uma Assembléia que veio para revogar a ordem jurídica que a engendrou, esta estranha e anômala situação está, neste exato momento, determinando, de uma forma curiosa, porém perfeitamente previsível, que o sistema de poder que por ela será revogado se una na tentativa de impedir sua razão de ser: organizar a mudança e a transformação deste País.

A palavra de V. S.<sup>a</sup>, nesta hora, é muito importante, porque coincide, por exemplo, com a necessidade de resistência que deverá ter o Presidente desta Comissão de Sistematização na defesa da transformação da ordem institucional brasileira, para a qual esta Assembléia foi constituída. (Palmas.) A palavra de V. S.<sup>a</sup> chega na hora em que a defesa não apenas desta Comissão de Sistematização, mas da própria Casa, precisa ser feita pelo seu Presidente.

Coincidentemente, estão aqui diante de nós estas três cabeças brancas que encarnam hoje o movimento de resistência pela independência da Assembléia Nacional Constituinte. As forças de sempre, por um vício de poder, já estão unidas. O Poder Executivo, os setores militares e as macroforças que dominam este País estão unidos para impedir que esta Casa proclame sua independência, sua soberania e faça este País, enfim, caminhar pelo menos um pouco para a frente. (Palmas.)

A presença de V. S.<sup>a</sup> nesta hora, Dr. Barbosa Lima Sobrinho, é tônica para todos nós. As palavras de V. S.<sup>a</sup>, quando terminou sua fala – "porque aos 90 anos ainda me sinto apto a defender o Brasil" – ficarão ecoando em todos nós. Esta Casa está vivendo o momento da sua independência: ou a afirma agora, ou não o fará nunca. Esta Casa tem feito um esforço de consenso, um esforço de equilíbrio, na tentativa de fazer avançar o processo social, jurídico e institucional brasileiro, através da junção de suas principais lideranças. E o que tem encontrado? Uma sistemática desmoralização, por parte daquelas forças que não querem um Poder Legislativo suficientemente forte, suficientemente livre. Tem encontrado resistência na própria Presidência da República, que deveria estar ajudando no processo de transformação deste País. Como se esta Casa estivesse criando problemas para atual Presidente da República, que, ademais, lá está em função da mesma corrente de forças que engendrou

a maioria desta Casa! E o Presidente da República, convocado por todos nós para vir comandar o processo de transformação da sociedade brasileira, transforma-se hoje no principal obstáculo, por sentir-se ao invés de autor, vítima do processo de transformação.

Quando V. S.<sup>a</sup> e nós lutamos por aquilo que já foi consagrado na legislação brasileira, como o monopólio estatal do petróleo e a inexistência do contrato de risco; quando o Presidente Afonso Arinos luta pelo parlamentarismo como forma de transformação institucional brasileira e consolidação da base democrática neste País; quando outros companheiros lutam para que se criem instituições de saúde, de educação, de previdência e de seguridade; quando, enfim, estamos tentando colocar as bases mínimas da transformação social, jurídica e econômica, neste exato momento as forças da conservação, aqueles que querem uma Assembléia Nacional Constituinte que funcione para não mudar, novamente se juntam na mesma e diabólica tessitura da manutenção do **status quo**.

Saiba, Barbosa Lima Sobrinho, querido amigo, mestre, com quem tive a honra de trabalhar na diretoria da ABI – e com quem quanto mais se convive mais se admira –, que sua palavra, nesta hora, é tônico para todos nós, que seu exemplo de vida ficará ecoando em todos aqueles que ainda sonham com a independência deste País.

Muito obrigado a V. S.<sup>a</sup> por esta magnífica aula dada na manhã de hoje. (Palmas.)

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ MAURÍCIO:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, o eminente Líder da bancada do PDT delegou-me competência para que extrapolasse alguma manifestação quanto à presença, neste momento épico para a Assembléia Nacional Constituinte, do Sr. Barbosa Lima Sobrinho.

Diria, mestre, que nenhum país é soberano quando não pode contar com seus valores, valores maiores de exemplo, que são sua vida e sua obra, e, sobretudo, o estímulo que V. S.<sup>a</sup> nos vem trazer neste dia. Vem V. S.<sup>a</sup> manter, reiterar e ratificar um tipo de coerência de comportamento de homem público. Nós o encontramos na mesma trincheira, na mesma luta. E, a seu lado, por paradoxal que pareça, quando V. S.<sup>a</sup> nos vem transmitir lições, estão duas figuras magníficas do patrimônio brasileiro. Refiro-me ao Deputado Constituinte Eusébio Rocha, autor da Lei nº 2.004, que consagrou o monopólio da Petrobrás, e a Osny Duarte Pereira.

Permito-me dizer que esta Assembléia Nacional Constituinte, hoje, muito mais que ontem, tem que ter noção, clareza da sua soberania. Soberania e independência uma nação só obtém mercê dos seus valores. E seus valores, neste momento, para nós, Constituintes, Dr. Barbosa Lima Sobrinho, são sua coerência, sua lealdade e sua correção. Pena que este Plenário esteja vazio, o que impede que aqueles com mentes desavisadas, carcomidas e, às vezes, doentias, apreendam, assimilem os exemplos edificantes que V. S.<sup>a</sup> tem transmitido à sociedade brasileira.

Disse-nos, e muito bem, o Sr. Constituinte Artur da Távola, que esta Casa hoje se revigora. Sua palestra, sua palavra de estímulo, Dr. Barbosa Lima, dá a todos nós, àqueles envolvidos com a luta pela emancipação nacional, àqueles comprometidos com a soberania nacional, a convicção e a certeza de que estamos no caminho certo. Ansiamos por que suas palavras sirvam para abrir as mentes daqueles que ainda não compreenderam que o monopólio do petróleo, ao lado do resgate dessa enorme dívida social do Estado para com o povo brasileiro, cabe

a esta Casa manter na sua plenitude, e não apenas em razão de interesses que não são os interesses nacionais.

Congratulo-me com o Dr. Barbosa Lima Sobrinho, por sua presença. Ao ilustre Presidente Afonso Arinos devo dizer que esta Casa vive hoje um momento épico, quando S. S.<sup>a</sup> nos traz essa lição e quando se ouve aqui a defesa não só do monopólio estatal do petróleo, mas também da reforma agrária para milhões de brasileiros, irmãos nossos sem terra, que vivem perambulando na miséria, na fome e no desemprego neste País.

Devemos ter clareza e consciência quanto à importância deste momento. Ao saudar Barbosa Lima Sobrinho, estamos saudando o galdão maior deste País.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENÓINO:** – Sr. Presidente, em nome do Partido dos Trabalhadores, queremos saudar a presença de Barbosa Lima Sobrinho na Assembléia Nacional Constituinte na defesa dessa emenda popular. Congratulo-me com S. S.<sup>a</sup>, manifestando nosso total apoio às teses que apresentou na Comissão de Sistematização.

Desejo dizer, ainda, que a presença de V. S.<sup>a</sup> é também uma homenagem à Assembléia Nacional Constituinte. E essa homenagem deve ser encarada como um estímulo para aqueles que lutam pela soberania e independência desta Assembléia, a fim de que, ao definir os princípios da ordem econômica, social e política, possa consagrar uma Constituição que quebre o autoritarismo, a repressão, a dependência e crie uma sociedade em que haja liberdade política – que teve em V. Ex.<sup>a</sup> um dos seus defensores mais corajosos e dignos no período da repressão política – e, ao traçar os rumos das relações econômicas do Brasil com os demais países, consagre em seu texto a soberania política desta Nação.

Ao homenagear V. S.<sup>a</sup>, assumimos principalmente o compromisso de lutar por essas teses, a fim de que o texto constitucional não seja uma frustração para o sofrido e massacrado povo brasileiro.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Permita-me, Sr. Presidente.

Em nome do Partido Comunista Brasileiro, quero saudar a apresentação dessa emenda popular e, particularmente, esse grande brasileiro que a defende.

Mas desejo dizer, ainda, que a campanha "O petróleo é nosso", uma das maiores campanhas populares deste País, conseguiu, mesmo antes da apresentação dessa emenda popular, impedir aqueles que queriam a extinção desse monopólio, obter sucesso a nível das Subcomissões e Comissões Temáticas desta Constituinte.

Mesmo antes da retomada da campanha "O petróleo é nosso", que resultou na emenda de agora e, anteriormente, havia resultado na criação da Petrobrás, alguns objetivos ainda não haviam sido alcançados, os quais esta Constituinte está também discutindo.

O petróleo continuará sendo monopólio estatal; os contratos de risco, creio, não terão mais guarida na nossa realidade. É necessário que os que lutaram por essa campanha, que lutaram pela Petrobrás e que foram punidos sejam anistiados. É importante que toda essa defesa, toda essa história e tradição de luta se estenda a todos aqueles que, no Brasil, lutaram pela independência, pela liberdade. Porque a Petrobrás é um símbolo! (Palmas.)

**O SR. CONSTITUINTE ARNALDO FARIA DE SÁ:** – Sr. Presidente, em nome da bancada do Partido Traba-

lhista Brasileiro, não poderíamos deixar de trazer nossos cumprimentos ao eminente mestre Barbosa Lima Sobrinho, que, apesar da idade, continua com um vigor de juventude, brigando pela mais nacionalista das teses – "O petróleo é nosso".

Ao nos associarmos a essa defesa, feita com tanto brilhantismo nesta emenda popular, não poderíamos deixar de registrar um fato desagradável. Realmente, o petróleo é nosso. Todos estamos engajados nessa tese nacionalista, mas, lamentavelmente, há muito tempo a Petrobrás vem sendo manipulada, como se fosse um feudo, por determinado grupo. E este grupo que faz e desfaz na Petrobrás, têm que ser denunciado. Este foi o mesmo grupo que, em 1969, conseguiu impor a toda Nação brasileira os contratos de risco.

Assim, ao mesmo tempo em que cumprimentamos o eminente mestre Barbosa Lima Sobrinho, aqui deixamos registrado nosso repúdio ao grupo Geisel, que pensa que a Petrobrás é um feudo do seu grupo. (Palmas.)

**O SR. CONSTITUINTE EDMILSON VALENTIM:** – Sr. Presidente, peço a palavra. pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – A Mesa lamenta comunicar que já havia declarado, anteriormente, que o último aparte seria dado pelo Constituinte Arnaldo Faria de Sá, porque temos uma lista de dez oradores, e nosso tempo está terminado.

**O SR. CONSTITUINTE EDMILSON VALENTIM:** – Serei rápido e objetivo.

Sr. Presidente, não poderíamos deixar passar esta oportunidade, como Deputado mais jovem da Assembléia Nacional Constituinte, para prestar uma homenagem, em meu nome pessoal e no do Partido Comunista do Brasil, ao famoso jornalista Barbosa Lima Sobrinho, cuja experiência muito admiramos, pois sempre colocada a serviço do povo brasileiro.

Sem dúvida alguma, a presença do nobre orador, um brasileiro abnegado, transmite-nos, a nós, Constituintes, que hoje nos juntamos nesta luta em defesa da soberania do País – em especial, do monopólio estatal do petróleo e da Petrobrás – mensagem de fundamental importância, no sentido de que nunca é tarde para lutar.

Muito obrigado a V. S.<sup>a</sup> pela sua presença. Que fique registrada nos Anais, que seja divulgada pela "A Voz do Brasil" e por todos os meios de comunicação essa mensagem de fundamental importância para a futura Constituição brasileira. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Antes de encerrar esta fase da nossa sessão de hoje com tão comovente, significativa e justa homenagem prestada a Barbosa Lima Sobrinho, gostaria de lembrar Eusébio Rocha, como testemunho presidencial do esquecimento do meu partido, a gloriosa União Democrática Nacional, que foi quem tomou a iniciativa, na Câmara dos Deputados, de transformar a mensagem que, oriunda do Presidente Getúlio Vargas, vedava a presença de capital estrangeiro na formação da Petrobrás, na nacionalização da Petrobrás.

Poderia rememorar aqui todos os companheiros que estão mortos ou desaparecidos. Sirvo de testemunha de Eusébio Rocha, para dizer da luta empreendida por nossa geração, nosso partido, para instituir a Petrobrás monopolista. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Entraremos na discussão do primeiro item da Ordem do Dia.

**O SR. CONSTITUINTE ADYLSO MOTA:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma Comunicação de Liderança.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE ADYLSO MOTA:** – Senhor Presidente, quero comunicar a V. Ex.<sup>a</sup> e à Casa um triste acontecimento, qual seja, o falecimento de um integrante desta Assembléia. Registro, com o pesar da bancada do PDS, o falecimento do Constituinte Alair Ferreira, do Rio de Janeiro.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – A Mesa participa muito sinceramente do pesar por V. Ex.<sup>a</sup> manifestado. Já havíamos tomado conhecimento da infausta e triste ocorrência pela comunicação feita por S. Ex.<sup>a</sup>, o Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, o qual retirou-se daqui para tomar as providências necessárias decorrentes desse acontecimento tão lutooso. Pessoalmente também me associo a todas essas manifestações de pesar. Gostaria que constasse da Ata da presente sessão desta Comissão, em nome de todos os Constituintes, nossos sentimentos pelo desaparecimento do nosso ilustre Companheiro representante do Estado do Rio de Janeiro.

**O SR. CONSTITUINTE MOZARILDO CAVALCANTI:** – Sr. Presidente, gostaria de, em nome do Partido da Frente Liberal, registrar também nosso pesar pelo falecimento do companheiro de partido e Constituinte ilustre, Deputado Alair Ferreira.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Muito obrigado.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ MAURÍCIO:** – Sr. Presidente, em nome da bancada do Partido Democrático Trabalhista, queremos trazer à Casa nosso profundo pesar pelo falecimento do Deputado Alair Ferreira.

S. Ex.<sup>a</sup> nasceu politicamente no Município de Campos, no Estado do Rio de Janeiro. Mesmo com posições antagônicas às nossas, sempre manteve conosco um relacionamento fidalgo. Não podemos deixar de reconhecer que S. Ex.<sup>a</sup>, dentro de sua visão e de seus condicionamentos, sempre se portou aguerridamente, de forma a corresponder à confiança que o povo fluminense, por várias vezes lhe outorgou, remetendo-o a esta Casa. Assim, nós, do PDT, queremos deixar consignado nosso profundo pesar pelo falecimento do ilustre companheiro integrante da Assembléia Nacional Constituinte.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Muito obrigado.

**O SR. CONSTITUINTE ARNALDO FARIA DE SÁ:** – Sr. Presidente, em nome da Bancada do PTB, queremos registrar o nosso pesar e lamentar o passamento do Constituinte Alair Ferreira, solicitando à Presidência desta **ilegível**.

Não pode haver dois discursos: um, na praça pública, para ganhar votos, e outro, aqui, traindo os trabalhadores, porque a sociedade começa a se politizar. É dever da Contag, das entidades sindicais e daqueles que subscreveram essa emenda fazer justiça, fazer com que ela chegue em cada comunidade, para que se avalie o comportamento de cada integrante desta Constituinte, para se saber de qual lado ele se coloca, se ao lado da justiça, de uma sociedade mais justa, de uma sociedade brasileira que prima pelo fortalecimento da sua economia, pela distribuição da renda, se ao lado da reforma agrária, que vai criar milhões de empregos e estancar o êxodo rural,

ou ao lado das multinacionais, dos banqueiros e dos grandes empresários do FMI, que ficam desnacionalizando ainda mais nossa economia e repassando para a classe trabalhadora os ônus da crise. Os trabalhadores não têm responsabilidade para com essa crise.

É muito sério este momento. São essas as colocações que desejo fazer. Não sou brasileiro de última hora e, sim, sindicalista de primeira hora. Comecei no movimento sindical em 1963. Passei pela turbulência e pela repressão da ditadura em 1964, reorganizando o movimento da Contag na época da ditadura, empurrando e tentando abrir alguns espaços. Nunca abracei os extremos, mas também nunca me submeti à prepotência de governo, de ministro ou de parlamentares que não têm sabido lidar com os trabalhadores. (Palmas.)

Assim, esperamos desta Casa um posicionamento compatível com o que foi colocado nas praças públicas, a fim de garantir as conquistas sociais e aperfeiçoar os instrumentos jurídicos, para que, realmente, haja mudanças estruturais neste País, com os compromissos do Presidente da Comissão de Sistematização, do Deputado Ulysses Guimarães, dos Líderes dos Partidos que militam nesta Casa e dos demais Parlamentares. Nossa esperança é de que os discursos em praça pública combinem com os atos aqui assumidos e com os discursos aqui proferidos.

Muito obrigado. (Palmas.) Estou à disposição para prestar quaisquer esclarecimentos.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Não entendi a declaração do nobre orador, mas, quanto ao tempo de que dispõe, está terminado.

V. S.<sup>a</sup> produziu um testemunho, um convite à reflexão não apenas sobre o que diz respeito à situação do campo – o Presidente pede desculpas por essa intervenção, mas fui companheiro do nobre orador na Comissão de Estudos Constitucionais –, não apenas àqueles que têm em vista aos problemas urbanos, como os do morro de Santa Marta e da favela que se levantou um dia desses impedindo a passagem dos automóveis, mas, também, o problema econômico e social do campo.

Há uma integração, um confronto, uma confusão entre a situação gerada pela injustiça do trabalho do campo e aquela que aumenta, que vai inchando e tornando a vida nas grandes cidades brasileiras um problema social, que, em breve, será insolúvel.

A Presidência congratula-se com V. S.<sup>a</sup> pela exposição que fez, habituada que está à autoridade, serenidade e veemência com que muitas vezes se manifestou na Comissão de Estudos Constitucionais, mas não tem condições de manifestar sua posição na controvérsia. Por isso, apenas congratula-se com V. S.<sup>a</sup>, pelo testemunho que nos trouxe hoje e que será depois devidamente inscrito nos Anais e na história desta Assembléia Nacional Constituinte.

Concedo a palavra ao nobre Constituinte Plínio Arruda Sampaio.

**O SR. CONSTITUINTE PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO:** – Companheiro José Francisco, meu pronunciamento é para trazer a solidariedade da bancada do meu partido, o Partido dos Trabalhadores à luta dos sindicalistas rurais pela reforma agrária.

Quero também prestar uma homenagem à pessoa de José Francisco, por toda a luta por ele empreendida durante a ditadura, quando manteve uma luz acesa para

esperar a hora em que se pudesse trabalhar mais. A ele e a todos os seus companheiros, nossa solidariedade e nosso apoio.

Permito-me apenas fazer uma observação aos colegas que nos ouvem sobre o tom do discurso de José Francisco.

Quando se procura apresentar a reforma agrária como um ato de violência, como um ato desarrazoado, capaz de trazer a desordem, a guerra, S. S.<sup>a</sup> faz um discurso da paz e de tranqüilidade. E faz uma cobrança. Cobra do Dr. Tancredo Neves uma promessa, feita em campanha, mas que S. Ex.<sup>a</sup> não pôde levar a efeito, porque morreu. Mas cobra dos herdeiros do Dr. Tancredo o pagamento da promessa formal que fizeram. Cobra do Presidente da República a promessa feita por ocasião de sua visita ao Congresso dos Trabalhadores Rurais, no sentido da realização da reforma agrária. E agora, como José Francisco não foi ouvido pelo Presidente da República, vem pedir a nós, Constituintes, e cobrar de nós, que, em praça pública, prometemos realizar a reforma agrária, o cumprimento dessa promessa.

Acho que o tom do discurso de José Francisco devia ser bem entendido por esta Casa. S. S.<sup>a</sup> não vem fazer ameaças, não vem propor nada desarrazoado, mas apenas cobrar o que a elite política brasileira prometeu a este País inteiro. S. S.<sup>a</sup> é testemunha da promessa feita e está aqui cobrando seu cumprimento, com a sofrida figura de quem tem 30 anos de luta. (Palmas.)

**O SR. CONSTITUINTE LUIZ SALOMÃO:** – Sr. Presidente, em nome do Partido Democrático Trabalhista, queria também expressar nossa saudação, nossos cumprimentos e congratulações ao companheiro José Francisco da Silva, que abordou, com clareza e lucidez meridianas, a questão do campo neste País.

Estamos empenhados em produzir uma Constituição que, unanimemente, contemple três objetivos: encerrar a transição democrática, esse período tão longo que já se estendeu mais do que devia, para nos conduzir, definitivamente, à democracia; resgatar a soberania nacional não apenas no que diz respeito às nossas riquezas naturais, às nossas relações com o capital estrangeiro, mas, sobretudo, à soberania do povo brasileiro, e dar ao País um estatuto compatível com a sociedade moderna.

Nós, que temos esses objetivos, não podemos deixar de registrar o brilho do pronunciamento do companheiro José Francisco da Silva, que contemplou esses três aspectos. S. S.<sup>a</sup> se referiu à questão da dignidade do ser humano que vive no campo e é rebaixado e vilipendiado nas relações injustas entre o capital e o trabalho, entre a propriedade latifundiária e aqueles que nela vivem sem perspectivas. S. S.<sup>a</sup> falou também da questão da soberania, ligada à cidadania, que é negada aos sem-terra e também aos pequenos proprietários.

E, finalmente, referiu-se à questão da modernidade, de maneira feliz, destacando a polaridade entre a questão do campo e a cidade, entre a reforma agrária e a questão urbana, que está explodindo exatamente porque, até hoje, a elite brasileira não soube equacionar, de maneira adequada, a reforma agrária.

Companheiro José Francisco, os membros do Partido Democrático Trabalhista, irmanados com a bancada progressista desta Assembléia Constituinte, podem assegurar-lhe nossos esforços na busca de um entendimento de todo este Colegiado, no sentido de viabilizar instrumentos que



do tamanho da propriedade. Ao contrário do que muitos apregoam por aí, defendemos a preservação da pequena propriedade. O que se pretende com a reforma agrária é a multiplicação da quantidade de pequenas propriedades, organizadas em cooperativas ou não. Então, a proposta deixa muito claro: as propriedades até três módulos serão preservadas de desapropriação. Assim, no seu total, quase quatro milhões de pequenas propriedades – ou três milhões e oitocentas mil, para sermos mais precisos – serão preservadas de desapropriação. De três a sessenta módulos, o direito de propriedade fica condicionado ao cumprimento da obrigação social. E, acima de sessenta módulos, teremos – aí, sim – a desapropriação automática dessas propriedades e sua redistribuição a milhões de famílias que delas precisam para cultivá-las, sobreviver e progredir.

O dispositivo importante na emenda é o estabelecimento de medida na Constituição que assegure uma política agrícola diferenciada para o pequeno agricultor. O que se pretende é que os recursos do Banco do Brasil, do Banco do Estado e os recursos públicos, destinados à agricultura se destinem preferencialmente aos pequenos agricultores e não aos latifundiários, aos empresários rurais, porque esses já têm patrimônio e podem tocar a agricultura com seus próprios recursos. (Palmas.)

O que se pretende também é que, por ocasião dos contratos de financiamento, essas pequenas propriedades não sejam penhoradas. Essa idéia de dizer que a reforma agrária, nos moldes em que é proposta na campanha nacional da reforma agrária, desorganiza a produção, traduz a reforma agrária socialista. Digo que ainda não. Estamos propondo uma reforma agrária capitalista, para que seja absorvida por um sistema capitalista, não esse capitalismo selvagem que está querendo tomar conta do País, que não respeita a pessoa humana e que, para sobreviver e acumular lucros, mata centenas e centenas de trabalhadores, líderes sindicais, padres e advogados, por defenderem os trabalhadores, com base na legislação em vigor. (Palmas.)

Essa reforma agrária que estamos propondo não gera desorganização porque ataca preferencialmente o latifúndio, a propriedade que não desenvolveu sua função social; logo, aquela que está sendo mal explorada ou não está sendo explorada. E não desorganiza também, porque quem responde pela produção de alimentos é a pequena propriedade. Desafio que me provem serem as grandes propriedades que respondem pela produção de alimentos neste País. Não! São as propriedades de até 100 hectares que respondem por 80% da produção de alimentos. Quem ainda teima em produzir, sem crédito e sem apoio do Governo, para sustentar a cidade, são os pequenos agricultores, e não os grandes proprietários, com suas grandes propriedades. Isso é ilusão. Basta analisarmos os dados oficiais que estão aí e veremos que as propriedades pequenas respondem por 88% da produção de mandioca, 79% da produção de feijão, 68% da produção de milho, 66% de algodão, 47% de soja, 37% de arroz. São as propriedades de até 100 hectares ou menores que isso as grandes produtoras.

A quem interessa a reforma agrária? Exatamente àqueles que pensam numa sociedade mais justa, num país independente, que querem ver uma economia sólida, que não dependa dos países ricos, nem do FMI e dos banqueiros internacionais. A reforma agrária interessa à classe trabalhadora que está desempregada, subempregada, passando fome na cidade e sendo obrigada a furtar porque não tem outros meios de sobrevivência. A reforma agrária interessa aos camponeses que estão sendo expulsos da terra violentamente, como já se fez nos últimos

vinde anos, em que vinte milhões de pessoas foram expulsas do campo para a cidade.

Eis aí a cidade inchada. Este é o modelo que a ditadura traçou e que a transição não pôde mudar. Porque não há grandes alterações, a não ser nos discursos. Mas as medidas anunciadas ainda não foram suficientes para alterar a conjuntura econômica. (Palmas.) Um milhão de pessoas por ano incha a cidade. Os trabalhadores não têm vez no campo nem na cidade.

A reforma agrária coloca-se como um grande interesse da chamada classe média, porque o Governo, até agora, como não tem coragem para enfrentar os banqueiros internacionais, para dizer "não" ao FMI e para intervir no lucro dos banqueiros brasileiros e das grandes empresas, está acabando de sangrar a chamada classe média deste País do ponto de vista do desemprego. (Palmas.) É mais fácil tirar da classe média. Não há como tirar mais dos trabalhadores, sustar a ação dos banqueiros das multinacionais e dizer "não" à imposição externa a que o País está submetido.

A reforma agrária é um grande instrumento para a criação de milhões de empregos no campo. Pois temos terra e água. Precisamos apenas de financiamentos e apoio técnico. Com isso será possível estancar o êxodo rural, e, então, o homem do campo passará a consumir os produtos oriundos da cidade, começando a abrir espaço para a extensão do mercado e da indústria, não de uma indústria sofisticada, mas daquela que venha a ajustar-se à necessidade da reforma agrária e da população brasileira.

Não havendo inchamento das cidades, os companheiros que nelas vivem, além de terem alimentos de forma organizada e com preço acessível, poderão obter melhores empregos e melhores salários, livres da concorrência da mão-de-obra empurrada do campo. A reforma agrária interessa à sociedade.

Para resumir, é necessário que a Constituição assegure os instrumentos para desamarrar esse processo.

Os Srs. Constituintes têm grande responsabilidade para com o País, os trabalhadores, os desempregados, os camponeses e no combate à violência que se multiplica poderá aumentar muito mais, dependendo do conteúdo do texto constitucional, caso este retire direitos que nem a ditadura militar tirou, ou represente um retrocesso em relação a conquistas que aquele regime não teve coragem de castrar, como o caso do Estatuto da Terra e de algumas garantias trabalhistas. A partir desta Assembléia Nacional Constituinte pode haver, ainda, uma esperança ou uma tremenda frustração da sociedade. E a uma sociedade frustrada, a uma sociedade que não acredita no Executivo, no Presidente Sarney e na sua equipe de governo, a uma sociedade que não acredita mais nos partidos políticos, a uma sociedade que não acredita mais na Justiça, a uma sociedade que não tem emprego, a uma sociedade que está sendo violentada e assassinada no campo e na cidade, a uma sociedade que não tem comida e não acredita nas instituições do País, o que é que pode acontecer? Existe uma lei que é mais forte do que a Constituição, que é mais forte do que qualquer lei ordinária: a lei da sobrevivência, (Palmas.)

Ou os Srs. Constituintes têm sensibilidade para garantir um texto constitucional que represente uma expectativa e uma esperança para este País, ou não se sabe o que vai acontecer. Assim teríamos um estímulo através desta Constituição, através da publicação do texto constitucional. Quanto às ocupações desordenadas de terras, quanto à violência na cidade, às depreciações, quem é o culpado?

É o que não tem pão ou aquele que votou contra o interesse da classe trabalhadora? Não sabemos o que vai acontecer. É metralhando pessoas na rua, é matando o trabalhador, é sustentando o latifúndio à custa de armas? Isso contribui para a democracia? Isso contribui para se estabelecer uma sociedade justa neste País? Vidas humanas desaparecerão, pela insensibilidade daqueles que não souberam cultivar a esperança neste País, através do texto constitucional.

**Ilegível** missão que encaminhe à Presidência da Assembléia Nacional Constituinte e à Presidência da Câmara dos Deputados pedido de suspensão da próxima sessão da Câmara para, logo em seguida, prestarmos uma homenagem ao Constituinte falecido. É o mínimo que poderemos fazer pelo companheiro que não terá a honra de firmar, conjuntamente com todos os seus pares, esta nova Carta que, juntamente conosco, começou a elaborar.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Muito obrigado.

Continua a discussão das emendas populares. Ouviremos agora a defesa da Emenda nº 052, apresentada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura, Brasília; Associação Brasileira de Reforma Agrária, São Paulo; Comissão Pastoral da Terra, Goiás. – Expositor: José Francisco da Silva, (palmas) presidente da Contag.

Peço licença para saudar especialmente o orador, nosso companheiro na Comissão de Estudos Constitucionais, onde nos prestou sua assistência e muito serviço.

V. Ex.<sup>a</sup> tem a palavra. (Palmas.)

**O SR. JOSÉ FRANCISCO DA SILVA:** – Sr. Presidente da Comissão de Sistematização, Constituinte Afonso Arinos, com quem tive oportunidade e alegria de conviver durante bom tempo na Comissão Afonso Arinos, quando surgiu a primeira contribuição, por nós oferecida e colocada à disposição do congresso Nacional Constituinte, prezados participantes desta reunião, caros companheiros, trabalhadores rurais e sindicalistas aqui presentes.

Esta fase que a Comissão de Sistematização e a Assembléia Nacional Constituinte atravessam é tremendamente importante. O País inteiro está acompanhando este ano, etapa por etapa, o trabalho desta Casa. E uma das preocupações do movimento que subscreve a emenda popular sobre reforma agrária, composto pela Contag, CPT, ABRA, Ibase, CUT, Sem-Terra, enfim, todas as organizações que subscrevem a emenda popular sobre reforma agrária, é exatamente a forma como está-se dando a discussão das emendas populares nesta Casa, neste plenário.

Hoje é um dia um pouco diferente dos anteriores. Normalmente, os pronunciamentos daqueles que defendem as emendas populares neste plenário são feitos com o plenário vazio. Isso demonstra a falta de sensibilidade dos componentes desta Comissão para com o sacrifício de milhões de brasileiros e das organizações que foram à praça pública. (Palmas.) E o fizeram, exatamente por sentir a omissão desta Casa em relação aos principais temas de interesse da população brasileira, seja no que se refere à ordem econômica, ordem social ou a outros aspectos que envolvem esse texto constitucional. Foram à praça pública, colheram milhões de assinaturas e colocaram suas propostas nesta Casa, cobrando dela, da Comissão de Sistematização e, em seguida, do Plenário, que não limitem seu entendimento apenas à manutenção de determinadas conquistas sociais, mas que se empenhem no sentido de criar os instrumentos jurídicos necessários para que a sociedade avance nas suas conquistas trabalhistas, sindicais,

econômicas, sociais e, particularmente, na reforma agrária. (Palmas nas galerias.)

Quando ouvimos o pronunciamento de qualquer daqueles que aqui apresenta uma proposta popular, não podemos simplesmente pensar que se trata apenas de uma pessoa. Temos de nos fixar exatamente no conteúdo das propostas e, acima de tudo, em cada um dos milhões que as discutiram e as assinaram e que cobram desta Casa um atendimento ao seu conteúdo com o acatamento das propostas feitas; que cobram a colocação de dispositivos na Carta Magna que assegurem os avanços propostos.

No caso específico da reforma agrária – em seguida, falarão os companheiros da CUT e dos Sem-Terra – devo dizer que não há divisões entre nós. Os órgãos que subscreveram a proposta discutiram-na com mais de um milhão de pessoas colhendo também suas assinaturas. A emenda da reforma agrária, 17 ou 20 artigos, ostenta exatamente esse número de assinaturas.

Por que é necessária a reforma agrária para o País? Esta Casa já tem consciência da importância da reforma agrária para a sociedade brasileira; esta Casa sabe que 4% dos proprietários concentram 70% das terras cadastradas neste País; esta Casa sabe que 162 propriedades concentram 35 milhões de hectares de terras; esta Casa sabe que as propriedades de tamanho acima de 500 hectares concentram 400 milhões de hectares neste País; esta Casa sabe que, do outro lado, existem 2,5 milhões de pequenos proprietários minifundistas, que detêm apenas 25 milhões de hectares de terras, tamanho esse que já se torna insuficiente para a sobrevivência de suas famílias, e esta Casa também sabe que existem mais de 10 milhões de famílias neste País que não têm um palmo de terra para trabalhar.

É um absurdo que, num País de tamanho continental como o nosso, com tanta terra, com tanta água, com tanto braço querendo trabalhar, não se tenha oportunidade de conseguir uma parcela de terra. Reclamam aqui determinados reparos em relação ao que se está passando atualmente no País. Sei que não depende somente da lei ou de um texto constitucional. Sabemos que, se o Governo quisesse, mesmo com as limitações impostas pela legislação em vigor, o processo da reforma agrária estaria mais acelerado neste País. Este Poder, que também faz parte do Governo, exerce inibição sobre o Governo. Vários Parlamentares, embora às vezes façam discursos a favor da reforma agrária, quando chegam nos corredores, pedem que não sejam desapropriados determinados latifúndios, para não ferir interesses de companheiros ou daqueles que os apóiam por ocasião das eleições. O que se pretende não é apenas evitar um retrocesso em relação à questão agrária e ao Estatuto da Terra. O que se pretende são determinados avanços. É necessário que a sociedade absorva o entendimento de que o direito de propriedade deve estar subordinado a uma obrigação social. Terra é um bem de produção. Não se pode ter terra apenas pela propriedade em si, por vaidade ou para manter currais eleitorais. Se a pessoa até agora não provou possuir capacidade para ser empresário, não explorou racionalmente sua propriedade, atendendo aos requisitos da função social, o Estado tem o dever de intervir e retomar aquela terra, pagando conforme os requisitos legais, em títulos da dívida agrária, e repassando-a aos dez milhões de famílias que não têm terra para cultivar.

Outro aspecto importante são os critérios de indenização. Não podemos admitir que latifundiários adquiram mais terras, esperando sua valorização, para então vendê-las a um projeto de reforma agrária a preço de ouro. Os critérios de indenização são importantes e devem ser fixados no texto constitucional: nenhuma indenização de latifúndio expropriado – ou seja, aquela propriedade que não

cumprir sua função social – poderá ser superior ao valor declarado para fins de tributação.

Outro aspecto igualmente importante se refere à imissão imediata na posse. Não podemos ficar dependendo da burocracia da Justiça, despreparada neste País para a execução do processo de reforma agrária. (Palmas.) Nossa Justiça é despreparada porque não há uma decisão política do Governo no sentido de fazer a reforma agrária. Conseqüentemente, não há decisão política do Governo no sentido de aparelhar o Judiciário e fazer com que absorva ele o conteúdo e a filosofia de uma reforma agrária reclamada pela sociedade. É importante que a Constituição assegure imissão imediata na posse. Houve a desapropriação, imite-se imediatamente na posse e se executam os projetos de assentamento.

Outro aspecto também importante que a emenda popular da reforma agrária enfoca é exatamente a delimitação transforme a reforma agrária, de bandeira retórica, naquela realidade a que todo o povo brasileiro aspira. Muito obrigado. (Palmas.)

Concedo a palavra ao nobre Constituinte Edmilson Valentim.

**O SR. CONSTITUINTE EDMILSON VALENTIM:** – Permita-me, Sr. Presidente.

Além das características já identificadas no pronunciamento do companheiro José Francisco, gostaria de ressaltar mais uma, de fundamental importância no atual momento da discussão da matéria e próximo à votação pela Assembléia Nacional Constituinte: o desmascaramento, no pronunciamento de S. S.<sup>a</sup>, em relação à tese defendida por aqueles que são contra a reforma agrária. O companheiro José Francisco colocou muito bem a questão da produtividade e sua relação com o latifúndio neste País. Reforçando sua pergunta e seu desafio, apelaria para que, através de dados oficiais concretos, fosse mostrado a todos nós o que representa o latifúndio com relação à produção de alimentos no País. Propriedades de até 100 hectares são responsáveis pela grande maioria da produção de arroz, feijão e mandioca. Se as aumentarmos até 1.000 hectares, verificaremos que se toma a quase totalidade da produção de alimentos. Isto é falso, por constituir no argumento de quem não quer reforma agrária e, acima de tudo, de quem quer insuflar os conflitos para continuar mantendo essa arcaica instituição com a concentração de terras. E, mais, de quem está interessado em que continuem os conflitos e mortes dos trabalhadores rurais. Tais conflitos ocorrem entre trabalhadores sem armas, sem nenhuma estrutura para combater e defender a posse de terra, e capangas armados, de grandes fazendeiros e latifundiários, que contam, inclusive, com o apoio da polícia, como verificamos, na semana passada, no sul do Araguaia, ao visitarmos aquela região. Com grande pesar e revolta, constatamos a não realização, ontem, 2 de setembro, da reunião do Conselho Nacional de Direitos Humanos em Conceição do Araguaia. Isso porque o Sr. Ministro da Justiça, Paulo Brossard – na verdade, um Ministro das "injustiças" – ao ver o local tomado por trabalhadores rurais pedindo justiça, simplesmente retirou-se e não ouviu ninguém. (Palmas.) Voltou com sua comitiva, frustrando uma reunião de fundamental importância para a região, onde, sem dúvida, ocorre o maior número de conflitos de terras, hoje, no Brasil. O pronunciamento de José Francisco tem a característica de desmascarar os que negam a verdade, fornecendo, ainda, para quem quer, hoje, resolver o problema da terra, de fundamental importância para a democracia no País. (Muito bem. Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Com a palavra o nobre Líder da Assembléia Nacional Constituinte.

**O SR. CONSTITUINTE MÁRIO COVAS:** – Agradeço duplamente ao Sr. Presidente e ao nobre Líder Roberto Freire por me permitirem o aparte.

Quero trazer uma palavra, em nome do Partido do Movimento Democrático Brasileiro – talvez seja esta a primeira vez em que, nesta Assembléia Nacional Constituinte, eu possa declarar que aqui estou para falar em nome do Partido do Movimento Democrático Brasileiro...

Primeiro, uma palavra de profunda esperança, de profunda crença neste Poder, que, a rigor, pertence ao povo brasileiro. Poder que coloca frente a frente, nas galerias, os homens do campo e, na tribuna, talvez um dos mais significativos líderes sindicais deste País, não apenas pela expressão numérica da categoria que representa, mas pela densidade, pelo significado das suas aspirações, das suas esperanças. Ao lado disso, um Presidente capaz de, com enorme humildade, apartear essa liderança, na qualidade, de seu companheiro na Comissão de Estudos Constitucionais, engrandecendo com isso os nossos trabalhos e a todos nós comovendo pela dimensão que dá à sua posição.

Neste instante falo em nome do PMDB, levando em consideração o resultado de uma convenção feita por este partido na qual pelo menos dois dos temas a que V. Ex.<sup>a</sup> se referiu como absolutamente necessários para que uma reforma agrária se concretize neste País foram subscritos e avalizados por sua imensa maioria como definições e objetivos a serem alcançados durante esta Assembléia Nacional Constituinte.

O primeiro deles é de que a idéia de propriedade está associada à idéia de função social. A dissociação dessa idéia leva, desde logo, a propriedade à posição de ser desapropriada para fins de reforma agrária, a fim de que milhões de brasileiros que a ela possam dar uma função social tenham, efetivamente, condições de satisfazer suas aspirações, de se tornarem produtores autônomos, proprietários de suas próprias terras. (Palmas.)

O segundo é a necessidade de que se abrevie o processo pelo qual o objetivo anunciado como vontade política da Nação possa ser alcançado, através da imissão de posse imediata. É preciso esclarecer que se aqui ou ali um erro administrativo levar à conclusão de que se desapropriou uma terra que de fato cumpria sua função social, dar-se-á ao seu proprietário o mesmo tratamento que se dá, hoje, ao proprietário de área urbana. De forma que não há dano algum ou injustiça que possa significar a eliminação da possibilidade que, a rigor, deverá constituir-se em absoluta e total exceção, e não em regra geral, àquela consagrada na desapropriação de terras que não estejam cumprindo a sua função social.

Gostaria de dizer, em nome do meu Partido, que mantemos a crença em uma instituição que terá, não enquanto instituição, mas enquanto composição, os defeitos inerentes a esta extraordinária família que se chama sociedade humana, os defeitos de que os homens são portadores, os defeitos de que eu seja portador ou de que um dos Constituintes o seja, mas que preserva, na sua inteireza e no seu objetivo enquanto instituição, exatamente os instrumentos e os mecanismos para que este País, e particularmente o seu povo, possa atingir este objetivo.

A presença de V. Ex.<sup>a</sup> esta manhã na tribuna, pela dimensão da representação que possui, e sob a Presidência de uma figura da dimensão do Senador Afonso Arinos, enriquece a vida desta Nação e certamente nos coloca mais próximos dos amplos, profundos e justos anseios da classe trabalhadora brasileira. (Palmas.)

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Sr. Presidente da Contag, o assunto é realmente polêmico. V. S.<sup>a</sup> lembrou bem um aspecto fundamental quando, no início de sua exposição, falou da presença relativa de Constituintes – muito pouca, é verdade mas bem mais do que em outras sessões, e da presença, nas galerias, de pessoas comprometidas com o processo de transformação. O assunto é polêmico, como, aliás, o é tudo que trata da questão da propriedade. Essa questão permeia toda esta Constituinte. Não se trata apenas da propriedade fundiária, da propriedade agrária, mas de toda e qualquer propriedade, da propriedade dentro do sistema capitalista. Trata-se de discussão de sua função social dentro desse sistema da questão da maximização dos lucros, das questões, inclusive, no essencial, dos serviços públicos, de educação, de saúde, do problema da livre iniciativa, da propriedade das ações etc.

A propriedade é a base fundamental das nossas polêmicas, das nossas divisões. E estas vão continuar. No caso, particularmente, ela adquire conotações até explosivas, como foi bem salientado aqui no que se refere à violência no campo, que há muito a Contag vem denunciando. Apenas de termos superado o autoritarismo da ditadura militar, não conseguimos, ainda, superar o autoritarismo da sociedade brasileira, particularmente o autoritarismo das oligarquias rurais.

Constituinte iniciará alguns encaminhamentos, poderá resolver institucionalmente alguns desses problemas, mas quem os resolverá fundamentalmente será a luta de pessoas como as que compõem a Contag, particularmente daqueles que querem uma democracia no Brasil. (Palmas.)

**O SR. JOSÉ FRANCISCO DA SILVA:** – Concluo Sr. Presidente, requerendo que se incluam informações trazidas aqui ao meu depoimento para constar dos Anais da Casa. Nossa esperança é de que haja sensibilidade por parte dos Constituintes e se assegurem, através da Constituição, dispositivos que representem um avanço tanto em relação às questões de ordem econômica como às sociais. Nossa esperança é de que esta Casa não frustrasse mais uma vez a sociedade brasileira. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – A Presidência agradece ao companheiro José Francisco, da Silva, da Comissão de Estudo Constitucionais, pela impressionante exposição que fez durante a sessão de hoje. Agradece também aos outros Constituintes que debateram o conteúdo dessas informações, dessas reflexões, dessas conclusões. A Presidência vê nisso a possibilidade cada vez maior de uma aproximação entre posições que são diferentes, mas que não devem ser inconciliáveis. O nobre Constituinte Cardoso Alves está-me olhando e eu estou olhando para S. Ex.<sup>a</sup>.

Concedo a palavra ao nobre Constituinte Cardoso Alves.

**O SR. CONSTITUINTE CARDOSO ALVES:** – Sr. Presidente, sou um homem aberto ao entendimento. Tenho despendido o máximo de energia que posso na busca de entendimento em torno desse tema. Não acredito na reforma agrária, mas sou suficientemente generoso para julgar que esteja errado e buscar uma solução para este problema. (Apupos nas galerias.) Obviamente, o meu argumento não é a bazófia, a vaia. Pretendo discutir inteligente e racionalmente a matéria.

O nobre Constituinte Mário Covas, Líder do meu partido, afirmou que lutava por uma imissão de posse imediata. A propriedade que esteja cumprindo sua função social, que esteja produzindo, que seja fonte de vida e de alimento para o povo não deve ser desapropriada mediante pagamento em dinheiro. Não me conformo que um homem da inteligência do Constituinte Mário Covas se esforce e lute para transformar um produtor num capitalista.

Sr. Presidente, quero que seja tornada sem efeito a desapropriação. Quero que o produtor continue a produzir, porque julgo que a terra produtiva é um santuário intocável. Se a terra é improdutiva, façam com ela o que quiserem fazer. (Apupos nas galerias.)

Sr. Presidente, é lamentável. Não me ressinto da vaia, nem a ela me misturo. Sou um representante do povo, muito bem votado e em sétimo mandato; sou um homem muito respeitado neste Parlamento e admiro até a tolerância de V. Ex.<sup>a</sup> para com a vaia, a bazófia, a burrice e a falta de argumentação.

De modo que quero dizer a V. Ex.<sup>a</sup> que estou aberto a esse entendimento. Inscrevo-me, entre os Constituintes que têm recebido lições da sua sabedoria e do seu conhecimento, como, de resto, entre todos os Constituintes desta Casa, independentemente da sua colaboração política. Converso reiteradas vezes com Plínio Arruda Sampaio, José Genoíno, Luiz Inácio Lula da Silva e Roberto Freire. (Apupos nas galerias.)

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – O Presidente adverte as galerias para que não o levem a suspender a sessão. Se continuarem as manifestações que não permitam ao nobre orador e representante do povo de São Paulo falar, suspenderei a sessão. Quero ouvir até o fim o que S. Ex.<sup>a</sup> tem a dizer.

**O SR. CONSTITUINTE CARDOSO ALVES:** – Venho à sua presença, nobre Presidente, em resposta à mensagem que V. Ex.<sup>a</sup> me deferiu, declinando-me nominalmente, para expor o meu ponto de vista como sempre tem sido: sem temor, aberto à conversa e ao entendimento. Julgo que esta não deve ser a Constituição dos vencidos contra os vencedores, mas a Constituição da conversa, da negociação e da transação, que, de resto, correspondem à alma do Brasil: cordial, pacífica e contra a revolução. Sou pela reforma sim, mas contra a luta. Lamento profundamente a violência tanto no campo quanto na cidade. O campo não tem o privilégio da violência. Ele é menos violento até do que a cidade. Lamento tudo isso.

Quero que se encontre uma solução para o problema da reforma agrária. Desejamos obtê-la e estamos abertos ao entendimento. Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup> a tolerância, a bondade e a cordialidade com que me tem ouvido sempre nesta Casa. (Apupos.)

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – O Presidente chegou ao que queria: demonstrar que as posições aparentemente inflexíveis são suscetíveis de acomodação, de aproximação, de entendimento. Temos muito pouco tempo diante de nós para ultimar o Projeto de Constituição.

O Presidente, de propósito, fez a chamada do Constituinte Cardoso Alves, a quem admira pela firmeza das suas posições, pela franqueza das suas opiniões e também pela capacidade de compreensão dos pontos de vista adversários, coisa que manifestou hoje aqui. S. Ex.<sup>a</sup> disse algo que me parece muito importante. S. Ex.<sup>a</sup> não repele a negociação, apesar de ser considerado o representante da ala mais conservadora do pensamento nesta matéria. Quero, com isso, mostrar que entre nós, representantes do povo,

há sempre possibilidade de entendimento, a fim de que se possam introduzir no texto constitucional medidas que realmente solucionem um problema que não é só do campo – insisto neste ponto – mas também da cidade. A vida no campo está tornando impossível a vida na cidade. Esta é uma constatação elementar que ocorre a qualquer pessoa que habite uma grande cidade hoje no Brasil. Foi com essa intenção, com esse propósito, que fiz com que aqui se manifestassem correntes completamente antagônicas na maneira de considerar este assunto. E as vemos aqui em conversa, debatendo a matéria, conforme mostra perfeitamente o grupo que ali se encontra, composto pelo Líder do PMDB na Constituinte e pelos Constituintes Cardoso Alves e Miro Teixeira. Poderia chamar os Constituintes Luiz Inácio Lula da Silva, José Genoíno e todos aqueles que representam correntes diferentes. O que quero demonstrar é que, se não tivermos entendimento, não faremos a Constituição.

Quero relembrar que temos que fazer a Constituição. Essa é a nossa obrigação. A platéia pode não concordar, mas essa discordância é falta de informação. Não direi falta de conhecimento, porque seria uma descortesia de minha parte. O público não está informado de que é necessário seguir certos caminhos para se chegar a certos fins. Nós, que temos a função de presidir os órgãos da Constituinte, somos obrigados, a cada passo, a levar essa experiência adiante.

De maneira que me congratulo com o nobre Líder da Maioria, Constituinte Mário Covas, e com o Constituinte Cardoso Alves, que manifestou, no fim, a sua intenção de continuar a participar dos entendimentos que se tornarem possíveis.

Passo a palavra ao orador seguinte, Valdir Souza, que falará sobre a Emenda da Reforma Agrária.

**O SR. VALDIR GANZER:** – Sr. Presidente desta Comissão, Constituinte Afonso Arinos, demais Constituintes presentes, eu, como lavrador, que nasci e me criei na roça – talvez isto não seja novidade para muitos que, inclusive, hoje são membros efetivos da Constituinte – tive, juntamente com toda a minha família, dezenas e centenas de outras famílias, uma vida difícil no Sul.

Nos anos 70, o Governo, percebendo a realidade dos conflitos ocorridos no Sul, no Nordeste e na região Centro-Oeste, abriu novas fronteiras de colonização. Abriu a Transamazônica, a Santarém-Cuiabá, numa época em que ele – Governo – pregava com eficácia, como sempre o fez, o **slogan**: "A Amazônia, terra sem homem, para o homem sem terra". E o fez habilmente, trazendo centenas e milhares de famílias, oriundas das diversas regiões do País, para a Amazônia. Nessa época fui para essa região, juntamente com meus pais e meus irmãos. Depois, atuei no movimento. Hoje, sou Deputado Estadual. Sinto muita tristeza em saber que nesta Casa, hoje, num debate sério como este, a maioria dos Srs. Constituintes não está presente. Se eles pudessem passar alguns dias nas matas do sul do Pará, convivendo com os posseiros, no difícil dia-a-dia, talvez estivessem todos aqui.

Como diz um ditado antigo, "quem não sabe é como quem não vê". E muitos sabem perfeitamente que a realidade fundiária e agrária brasileiras é das mais difíceis da nossa história. A consequência da política agrícola, nos últimos 20 anos, revela-nos alguns dados, que trago aos Constituintes presentes. A todos os trabalhadores rurais, dirigentes sindicais, que seguramente deixaram seus familiares em casa, muitas vezes sem terem o que comer ou até com sua casa queimada; trago também um abraço

fraterno, porque acredito que assim é que vamos avançando nessa luta.

A maior parte dos módulos rurais, acima de 1.000 ha, pertence a 2% dos proprietários brasileiros, que ocupam em torno de 58,3% do total da terra neste País. Os módulos médios e pequenos, de até 100 ha, pertencem a 83,2 dos proprietários, perfazendo um total de 14% da terra na mão de um número extraordinariamente grande de trabalhadores. O êxodo rural é algo violento em nosso País. Nos anos 70, a população rural do País estava em torno de 2/3. Hoje, 1/3 da população brasileira vive na área rural. Nos últimos vinte anos, cerca de vinte milhões de brasileiros foram expulsos da terra, inchando as grandes cidades. O agravamento do conflito fundiário cresce assustadoramente. Em 1971, vinte lavradores foram mortos. De 1964 a 1985, houve 1.123 assassinatos no campo.

Esses dados são da CPT e os trago a este plenário para conhecimento de V. Ex.<sup>as</sup>.

A partir, então, da implantação da Nova República, cai a ditadura militar. Ocupa o poder no País a Nova República. Em 1985, foram assassinados 261 companheiros nossos. Em 1986, foram registrados 298 mortes. No primeiro semestre deste ano já temos o triste saldo de 99 líderes de trabalhadores rurais, índios, mortos no nosso País. Esses dados são do Mirad.

O papel fundamental nessa história é o papel de uma entidade que aglutina no seu centro os grandes empresários rurais deste País. Trata-se da chamada UDR – União Democrática Ruralista, que, no nosso ponto de vista, só tem democracia na sigla. Essa entidade tem provocado – e eu digo isto porque moro dentro de uma área de conflito, na Transamazônia, e convivo com a violência – disputas no que diz respeito à terra. Talvez seja difícil alguém imaginar, porque nunca viu, o que se passa por lá. Na semana passada, estive num dos Municípios do Pará, denominado Xinguara. Lá, 150 policiais, pistoleiros e donos de fazenda foram levados para dentro de uma fazenda para expulsar posseiros. Eles pegam o posseiro, batem nele e o obrigam a assinar uma declaração contendo o que bem entende o fazendeiro. Cito um exemplo: "Eu, posseiro, fulano de tal, estava na tocaia para matar um fazendeiro". E assina embaixo. Outro dia cheguei numa delegacia no momento em que um posseiro estava assinando uma declaração dessas. Perguntei a ele o que estava assinando. Ele olhou-me, perguntou-me quem era e, após me identificar, disse-me: "Olha Dr., eu não sei o que estou assinando". Perguntei a ele se ele estava sendo obrigado a assinar a declaração. Ele respondeu que não, mas que com um fuzil na cabeça qualquer um assina qualquer coisa. O que acontece depois? Depois, uma ação desse porte entra na Justiça e o posseiro, de saída, já está incriminado, do ponto de vista da lei. É duro, mas esta é a realidade que estamos vivendo, não apenas naquela região, mas no nosso Estado e em todo o País. O papel do poder público não é diferente. Vimos o que aconteceu ontem em Conceição do Araguaia. O Ministro da Justiça, Paulo Brossard, mandou telegrama para a Confederação dos Trabalhadores na Agricultura, para todos os sindicatos dos trabalhadores rurais do sul do Pará. Lá estavam presentes várias entidades representando os trabalhadores e todos os sindicatos rurais. Lá estavam representadas a UDR, a CUT, a CGT e demais entidades. As audiências públicas promovidas pelo Sr. Ministro, não fomos nós que as propusemos, mas sim, S. Ex.<sup>a</sup>. Havia uma comitiva de mais de cem pessoas. E junto com o Sr. Ministro estava o Superintendente da Polícia Federal, Romeu Tuma, que comandava pessoalmente a sua segurança. S. Ex.<sup>a</sup> chegou,

entrou no local do debate, tirou o chapéu, colocou-o na mesa, olhou para o povo, que gritou: "justiça, justiça, justiça!" Então, colocou o chapéu debaixo do braço e foi para o aeroporto. Isso demonstra a convivência do Ministro da Justiça. Precisamos deixar claro aqui que o que está acontecendo naquela região, a partir de hoje, deve ser creditado diretamente ao Ministério da Justiça, que deve ser responsabilizado, porque, inclusive estava presente naquela hora. (Palmas nas galerias.)

Tem o aparte o nobre Constituinte José Genoíno.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Será um breve aparte ao seu pronunciamento, que apoiamos integralmente, para registrar, em nome de um companheiro da bancada dos trabalhadores que estava acompanhando o Ministro da Justiça nessa audiência pública, um requerimento de informações que já encaminhou à mesa da Assembléia Nacional Constituinte sobre os fatos que S. Ex.<sup>a</sup> está relatando. Aproveito o aparte ao seu discurso para incluir o requerimento do nosso companheiro, Virgílio Guimarães, representante da bancada do Partido dos Trabalhadores, que estava lá, juntamente com o constituinte Ademir Andrade, do PMDB. Muito obrigado.

**O SR. VALDIR GANZER:** – Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup> o aparte. Os Constituintes Virgílio Guimarães, Ademir Andrade, Asdrúbal Bentes e todos os que estavam presentes se sentiram muito frustrados.

Os juízes – o Poder Judiciário é mal-aparelhado – recebem um salário abaixo do que merecem, para poder trabalhar com mais dignidade. Nunca vi um juiz que de fato apoiasse o trabalhador. O juiz está sempre junto dos ricos, do dinheiro. E como o trabalhador não tem dinheiro, o juiz sempre se coloca, ou se tem colocado em 99% das vezes, ao lado do latifundiário.

A Polícia Militar do Estado do Pará, as Polícias Militares de todos os Estados do Brasil estão sempre apoiando as desapropriações. Nunca vi a Polícia Militar defender o posseiro, o trabalhador. Ela está prestando um serviço que não é da sua competência. Ela deveria oferecer segurança e não participar dos assassinatos, das torturas que estão ocorrendo. Tenho em minhas mãos um dossiê – que teria sido entregue ontem ao Ministro da Justiça – que tem por base torturas e violências cometidas contra posseiros. Sempre nos acusaram de não termos provas, mas todos os dados que constam nesse dossiê têm laudo médico comprovando os fatos citados. Passo à Presidência da Casa o dossiê, a fim de que todos os Constituintes possam tomar conhecimento das denúncias e dos fatos nele contidos.

Os Governadores Hélio Gueiros, do Pará, Epitácio Cafeteira, do Maranhão e Henrique Santillio, de Goiás, deveriam estar ontem lá em Conceição do Araguaia, numa audiência nacional, mas nenhum deles compareceu. O Governador Hélio Gueiros, disse, em entrevista à televisão, que não são só posseiros que estão morrendo, os soldados também estão morrendo e, portanto, não iria à audiência em Conceição do Araguaia.

É importante também citar alguns dados. O Presidente José Sarney se comprometeu, ao assumir o Governo, a realizar a reforma agrária. S. Ex.<sup>a</sup> previa realizar, nos anos de 85/87, a localização, desapropriação e assentamento de 450 mil famílias. Foram assentadas 7.071 famílias, ou seja, 2% do objetivo que o próprio Governo traçou. O Governo diz que não pode realizar a reforma agrária porque não tem dinheiro, mas tem dinheiro para construir a Norte-Sul. (Palmas.)

É importante que fique claro, Srs. Constituintes, que não defendemos a violência. Defendemos a justiça, como ponto prioritário. Não é possível viver num País como o nosso – um dos primeiros colocados na economia mundial – onde estamos convivendo com uma violência pior que a da Etiópia; um país em que a riqueza existente não é colocada em função do povo que nele vive. Precisamos, paralelamente à reforma agrária, de uma política agrícola voltada para a produção, pois ou se produz alimentos ou a fome não será eliminada, ou se produz alimentos ou a marginalidade não será eliminada, ou se produz alimentos ou a prostituição não será eliminada. A produção de alimentos é a base de qualquer sociedade. Baseados nesses princípios, defendemos uma reforma agrária concreta, com a participação dos trabalhadores. Há uma proposta de reforma agrária que pretende colocar nas mãos do Governo do Presidente da República, a autoridade máxima para promovê-la. Ora, se somos nós, os trabalhadores rurais, que iremos sofrer as conseqüências, por que não participarmos também da equipe que vai planejá-la, que vai propor onde deverão ocorrer as desapropriações?

É preciso abrir estradas. Em nossa região, só no ano passado, apodreceram seguramente mais de 30 mil sacas de arroz, enquanto o Governo comprava arroz dos países vizinhos. O arroz apodreceu porque não há estradas para escoar a produção. Nós precisamos dar segurança ao trabalhador rural não é só distribuir a terra, como foi feito num projeto de colonização: implantou-se o projeto, o colono foi jogado lá sem condições de permanecer. Precisamos de preço mínimo garantido para os produtos, de financiamento adequado, de saúde para trabalhar com mais segurança, de educação para que nossos filhos não sejam analfabetos – a família deixa o campo rumo à cidade para colocar seus filhos na escola. Precisamos de uma técnica adequada a cada região. Promover a reforma agrária com a finalidade de aumentar a produção no País, este é o projeto que defendemos e não o inverso do que muitos aqui defendem, dizendo que estamos pregando algo inviável. Estamos pregando o ideal. Não estamos defendendo um projeto socialista; estamos defendendo um projeto viável para o desenvolvimento da sociedade brasileira; um projeto concreto, que viabilizará o desenvolvimento, que diminuirá a violência, que fará com que o povo do Brasil possa, pelo menos, comer. É com essa finalidade que se deve realizar a reforma agrária. É isso que estamos defendendo.

É importante que, neste momento, se diga quais os principais pontos da nossa proposta, que não tem divergências com a que José Francisco defendeu aqui. Nossa proposta tem 1 milhão e 200 mil assinaturas; tem mais assinaturas do que a campanha das Diretas realizadas no passado. É um momento de expressão nacional. (Palmas.) A proposta que será defendida logo após nossa intervenção tem 43 mil assinaturas. Não é possível expormos aqui todo o projeto da reforma agrária que defendemos, mas a obrigação social é o seu ponto básico. A situação da terra tem de ser regularizada a fim de que ela não se descaracterize, para que não aconteça o que está ocorrendo hoje, no Nordeste e na Amazônia, que serão, no futuro, grandes áreas, se não tivermos um projeto adequado de ocupação do solo.

É preciso que a terra tenha por base a obrigação social completa, a produtividade. Precisamos respeitar as leis que estão em vigor.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – A Mesa informa a V. Ex.<sup>a</sup> que dispõe de apenas dois minutos para concluir seu pronunciamento.

**O SR. VALDIR GANZER:** – Não deve acontecer o que está ocorrendo hoje, por exemplo na Fazenda Bamerindus: o trabalho escravo. A reforma agrária não permitirá que fatos como esse ocorram.

Defendemos, também, a indenização da terra com títulos da dívida agrária e não em dinheiro. Já que a terra não está cumprindo sua função social, não podemos pagá-la em dinheiro. Ela deve ser desapropriada, uma vez que não está servindo à Nação. Então, não dá para pagar em dinheiro uma terra que não está cumprindo sua missão social. É necessário, também, que a imissão na posse da terra seja automática. Hoje está acontecendo o seguinte: o Incra decide desapropriar a terra e dá um mês de prazo. Então, o latifundiário pode tirar toda a madeira, expulsar os posseiros e fazer verdadeiros absurdos nesse período. Precisamos garantir a imissão automática na posse da terra. Isso é fundamental para o avanço do que estamos propondo, que é o aumento da produção. Defendemos que toda propriedade tenha no máximo sessenta módulos rurais, o que corresponderia, hoje, no Pará, a seis mil hectares; que propriedades de até três módulos não sejam desapropriadas, para que não pensem que estamos querendo desapropriação, também das pequenas. É preciso desapropriar as improdutivas, a fim de que cumpram sua função social. Neste primeiro momento – repito – defendemos que não se mexa nas pequenas propriedades de cem a duzentos hectares. Propomos também a suspensão imediata dos despejos, porque, do contrário, a violência continuará.

Finalizando, Srs. Constituintes, quero lembrar-lhes que está nas mãos de V. Ex.<sup>as</sup> a possibilidade de haver mais ou menos sangue nessa luta dos trabalhadores rurais e do povo brasileiro. Defendemos o fim da mortandade. Mas temos que ter uma Constituição que possibilite isso, porque não há mais para onde ir. Quando toda a Amazônia estava desocupada, ainda era possível sair do Sul para ocupá-la. Mas hoje não há mais para onde ir. A resistência tem que continuar, senão todos morrerão de fome. Não há mais para onde ir. A Constituinte tem a responsabilidade de fazer com que a paz volte aos lares de todo o povo brasileiro, para que, ao fim do dia, possa voltar para casa e ter segurança para andar nas estradas sem preocupação com pistoleiros e latifundiários, que estão matando a toda hora.

Para concluir, gostaria de deixar na mão dos Constituintes a defesa deste projeto. A Constituição deve trazer vantagens e melhorias a toda classe trabalhadora brasileira, para que possa produzir com mais dignidade, justiça e segurança. A luta agrária não irá parar por mero decreto. Isto não ocorrerá, e o Governo terá que abrir presídios para colocar um ou dois milhões de pessoas. Não acredito nisso. Acredito é no bom senso dos Constituintes, que estão aqui representando, de uma forma ou de outra, o conjunto da sociedade brasileira. A reforma agrária precisa tratar exatamente dessa questão. Por exemplo, temos hoje grandes proprietários de terra que são donos da rede bancária. Pela lei, isso não poderia acontecer. Todos sabem que isso é contrário à legislação. Precisamos dar à terra a sua função social. Temos certeza de que, fazendo isso, teremos paz na terra brasileira. A paz na terra brasileira trará mais disposição de trabalho, mais alegria de vida, mais condições de crescimento econômico. Só assim, poderemos dizer que o Brasil deixou de ser atrasado, um Brasil que vivia sob o peso do assassinato, e passar a ser um País onde possamos andar com liberdade e viver com alegria. Acredito que é isso que todos os presentes nesta Casa desejem.

Concedo os apartes aos nobres Constituintes desta Casa. Proponho que esta Constituinte tome uma posição segura, madura, para que, assim, o conjunto dos trabalhadores presentes possa voltar daqui com mais segurança e possa acreditar que esta Constituinte irá, de fato, mudar alguma coisa no rumo da sociedade brasileira. (Palmas.)

Ouçó o nobre Constituinte Amaury Müller.

**O SR. CONSTITUINTE AMAURY MÜLLER:** – Como gaúcho, quero dizer que me orgulho da posição firme, decidida e coerente de V. Ex.<sup>a</sup>. O seu depoimento revela que há gaúchos e gaúchos. Um tipo de gaúcho é o ilustre Paulo Brossard de Sousa Pinto, que volta as costas para o povo e para a história – não obstante é Ministro da Justiça. Deve administrar a justiça, num País de flagrantes e violentas injustiças sociais. Outro tipo de gaúcho é V. Ex.<sup>a</sup>, que prefere o cheiro de povo e ocupar as primeiras e mais importantes trincheiras das grandes lutas históricas da sociedade brasileira. Por isso, quero dizer que me orgulho de V. Ex.<sup>a</sup>.

Endossamos, eu e meu Partido, integralmente, a proposta de emenda popular, com mais de 1 milhão e 200 mil assinaturas (Palmas.), e esperamos, honestamente, que os integrantes da Assembléia Nacional Constituinte, que orientaram o seu discurso eleitoral na defesa dos direitos do povo, tenham brio e dignidade para elaborar um texto constitucional coerente com a sua pregação eleitoral e, sobretudo, com os anseios e os direitos da sociedade brasileira. Do contrário, esta Constituição que está sendo escrita, se não corresponder a esses anseios e a esses direitos, certamente será jogada – e com muita razão – no lixo da História.

**O SR. VALDIR GANZER:** – Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup> o aparte.

**O SR. CONSTITUINTE PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO:** – Companheiro Valdir Ganzer, é para expressar a V. Ex.<sup>a</sup> o apoio irrestrito do Partido dos Trabalhadores à emenda popular sobre a reforma agrária, para manifestar o nosso respeito pela luta heróica dos sem-terra, da CPT e de todas as entidades que a patrocinaram, que estão tombando, vítimas dos pistoleiros do latifúndio e da reação, para emprestar a nossa integral solidariedade a este esforço. Como vários colegas devem fazer uso da palavra, quero ser breve e apenas ressaltar um ponto muito importante do seu discurso, da exposição admirável que fez para nós, qual seja o de que a reforma agrária que os sem-terra, a CPT, a Contag e o Movimento dos Trabalhadores rurais querem não é aquela que vá atingir o médio e o pequeno proprietário é uma reforma, agrária para atingir as terras ociosas no latifúndio. Estão semeando a intriga, no seio da população, de que a reforma agrária é para ser feita em terra improdutiva – o que é um conceito tecnicamente equivocado. V. Ex.<sup>a</sup> colocou isto com clareza aqui. Nossa reforma agrária não atinge o pequeno e o médio proprietário; ela se volta contra aquele que detém, de forma anti-social, um bem cujo direito só pode ser protegido, na essência do seu pensamento, se cumprir a obrigação social de produzir, de dar empregos, de pagar razoavelmente, de contribuir para o corpo social. Queria ressaltar este aspecto fundamental do discurso de V. Ex.<sup>a</sup>. Meus parabéns. (Palmas.)

**O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE:** – V. Ex.<sup>a</sup> me permite um aparte, nobre orador?

**O SR. VALDIR GANZER:** – Concedo o aparte a V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE:** – Deputado Valdir Ganzer, antes de mais nada, queríamos pres-

tar nossa solidariedade a V. Ex.<sup>a</sup>, ao companheiro Presidente da Contag, e dizer que, neste País, só não querem a reforma agrária aqueles que nenhuma compreensão têm a respeito desses processos, ou que têm no seu íntimo, apenas a usura, a ganância e o desejo de exploração do seu semelhante. (Palmas.) Tive a oportunidade de, há dois anos, a convite de dois deputados do Parlamento europeu, que levamos, inclusive ao sul do Pará, retribuindo suas visitas, de passar quinze dias na Bélgica e na França. E durante esses quinze dias naqueles dois países não fiz outra coisa a não ser visitar todo tipo de propriedade rural, de criador e plantador. Verificamos que ali a maioria das propriedades, na sua quase totalidade não possuíam além de quarenta hectares cada uma. Naquele ano, enquanto o Brasil produzia, com toda sua extensão territorial, cinquenta e cinco milhões de toneladas de grãos, a França, dezessete vezes menor do que o Brasil, produzia cinquenta e três milhões de toneladas de grãos. São esses latifundiários, que não pensam no Brasil e na sua gente, ligados aos interesses do imperialismo internacional – a classe dominante brasileira é extremamente ligada à classe dominante internacional – é essa gente que aqui luta contra a reforma agrária. Estamos diante de um impasse muito sério, que o companheiro da Contag aqui colocou, sobre os discursos dos Constituintes a respeito da reforma agrária. Há, infelizmente, muita gente que se elegeu e aqui está lutando hoje contra a reforma agrária, que não precisou nem dizer o que pretendia. Há muita gente que foi para o meio do povo, na política atrasada e no despreparo vivido pela nossa população, não por sua culpa, mas por culpa, motivação e criação da classe dominante, que só quer explorar o povo, que infelizmente não soube votar. Duvido que alguns desses latifundiários que estejam aqui hoje, nesta Casa, defendendo de maneira intransigente, grosseira e radical a não implantação da reforma agrária no Brasil, tenham sido eleitos com votos de latifundiários, de grandes proprietários. Na verdade, eles ludibriaram o povo, como aliás tem ocorrido na História da nossa Nação: 500 anos enganando a classe trabalhadora. Mas estamos avançando, Deputado Valdir Ganzer, e a prova disso é que temos hoje V. Ex.<sup>a</sup> nesta tribuna, trabalhador, lavrador, hoje Deputado Estadual pelo Estado do Pará, para muito orgulho do povo do Baixo Amazonas que elegeu V. Ex.<sup>a</sup> (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Quero apelar para a compreensão de V. Ex.<sup>a</sup>, haja vista que existem outros defensores de emendas populares, e já ultrapassamos mais de 10 minutos do tempo.

**O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE:** – Encerrarei, Sr. Presidente.

Gostaria apenas de dizer ao Deputado Valdir Ganzer que S. Ex.<sup>a</sup> tem razão. Está nas mãos desta Casa a continuidade ou a suspensão do derramamento de sangue. Em nenhum estado deste País a violência é tão grande como no Estado do Pará, e ela é praticada pela Polícia Militar, principalmente nestes últimos tempos. Creio que estamos diante de um impasse: ou colocamos na futura Constituição instrumentos que permitam a realização da reforma agrária, ou o morticínio e a violência hoje existentes no sul do Pará não cessarão. Ou esta Casa e o Governo encontram uma solução para estes problemas neste instante, ou serão os únicos culpados pelas mortes que não se conterão, porque ninguém conseguirá deter o anseio do trabalhador brasileiro por uma oportunidade na vida. (Palmas.)

**O SR. VALDIR GANZER:** – Agradeço o aparte do nobre Constituinte.

Encerrando, gostaria de dizer que o povo brasileiro – e por que não dizer os povos do mundo inteiro – estão acompanhando esta Constituinte. Talvez, em um outro espaço, em uma outra década, não sei daqui a quanto tempo, na realização de uma nova Constituição, seja necessário que todos os Constituintes conheçam não só a realidade de sua indústria ou de seu banco, mas também a realidade do favelado, do posseiro, do bóia-fria e dos cidadãos do País para o qual escreverão a nova Constituição. Acredito que essas dificuldades, a falta de conhecimento e, logicamente, o compromisso de classe determinarão os rumos da Constituinte.

Quero agradecer esta oportunidade que nos foi concedida por uma luta travada por vários Constituintes nesta Casa, quando se abriu historicamente um espaço no qual o povo brasileiro pudesse, através da emenda popular, expressar o seu ponto de vista na Constituinte. Estão aqui a CPT, a Central única dos Trabalhadores, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, a Contag dezenas de outras entidades, todo o povo brasileiro, esperançoso na possibilidade de que, após a assinatura final da Constituição brasileira, tenhamos a alegria de dizer que avançamos, no mínimo, um passo à frente. Esperamos que esta Constituinte não reduza o processo de avanço na democracia do País. Esperamos que esta Constituinte não devolva, não recue no processo histórico do qual fazemos parte. Esperamos, nobres Constituintes, que todos possam, ao final deste Congresso Constituinte, dizer que não vieram aqui para representar parcela de seu povo, porque acredito que todo aquele que for contra a reforma agrária pagará, mesmo que demore, pelo erro histórico cometido no processo que se desenvolve hoje no Brasil. Muito obrigado, até a próxima oportunidade. (Palmas.)

**O SR. CONSTITUINTE NELTON FRIEDRICH:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE NELTON FRIEDRICH (PMDB – PR. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem para fazer um registro oportuno e importante. Estão-nos visitando neste momento duas importantes lideranças do país vizinho, o Paraguai. E se nesta hora estamos vendo gestos como o do Ministro da Justiça que, infelizmente, não correspondem à sua investidura, é preciso também registrar aqui, que nossa luta é além-fronteiras. Faço este registro exatamente no instante em que recrudescer no país vizinho a histórica e medieval ditadura despótica de Alfredo Stroessner, estando presos, neste momento, líderes de partidos de oposição do nível de Miguel Saguier, Hermes Rafael Saguier, Maria Ligia Centurion, Beatriz Romero, Nestor Vera, Fernando Insau Ralde e Fernando Vera, presidentes e membros de diversos partidos como o Partido Febrerista e o Partido Liberal Radical Autêntico. Alguns, em locais desconhecidos. A repressão toma rumo cada vez mais violento. E o que é mais grave é que as autoridades brasileiras acabam de condecorar – no último dia 15 – militares paraguaios com a medalha do Mérito Militar.

Em nome da democracia, da liberdade, que não têm fronteiras nem limites geográficos, que queremos pedir, mais uma vez, que esta Assembléia Nacional Constituinte, especialmente os partidos políticos democráticos, venham somar-se em solidariedade aos políticos paraguaios, à luta do seu povo, Com satisfação, queremos registrar solidariedade à luta de Margarita Gonzales Casablanca, esposa do Presidente do Partido Colorado e Secretária para Assuntos Internacionais, e também a Sra. Elva Boiburu – ambas, insisto, do Movimento Popular Colorado – dissidente, desde 1959, do Partido Oficialista. Elas aqui



estão, num apelo patético, para que o Brasil, que tem um papel fundamental nas relações com o Paraguai sob todos os aspectos – econômicos, militares, políticos e democráticos – não permaneça na omissão em que se vem mantendo, na Nova República. Na verdade os ares da Nova República não chegaram ainda à nossa Embaixada e à diplomacia paraguaia da nossa representação. Muito obrigado. Faço o registro da presença dessas duas líderes paraguaias. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Para a defesa da Emenda Popular nº 98 sobre reforma agrária, que contou com 43.275 assinaturas patrocinadas pela Confederação Nacional de Agricultura e Organização das Cooperativas Brasileiras, concedo a palavra ao Dr. Flávio Teles Menezes, Presidente da Associação Rural Brasileira.

**O SR. CONSTITUINTE AMAURY MÜLLER (PDT – RS. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, gostaria apenas de registrar a solidariedade da liderança do PDT à manifestação do ilustre Constituinte Nilton Friedrich. O PDT, fiel ao princípio de autodeterminação, à solidariedade continental e à luta dos povos oprimidos, está com o povo paraguaio, que precisa oxigenar-se e restaurar a democracia e a liberdade para construir sua história.

Por isso, queria aproveitar o ensejo e endossar as palavras do ilustre Constituinte, em nome da Liderança do PDT. Estamos com os povos livres e contra todas as ditaduras opressoras e sanguinárias.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOINO (PT – SP. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidenta, peço licença para endossar, igualmente, em nome do Partido dos Trabalhadores, as palavras aqui proferidas pelo nobre Constituinte do Paraná. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Srs. Constituintes, entendo que, em função de a Câmara e a Assembléia Nacional Constituinte não estarem funcionando normalmente, o registro do Constituinte Nilton Friedrich é oportuno, na medida em que S. Ex.<sup>a</sup> traz a esta Casa o registro da presença de duas ilustres figuras paraguaias. A rigor, esta não é uma questão de ordem, mas simplesmente um registro que foi seguido pelos outros partidos.

Concedo a palavra ao Dr. Flávio Teles Menezes.

**O SR. FLÁVIO TELES MENEZES:** – Sr. Presidente, nobre Constituinte Brandão Monteiro, Srs. e Sras. Constituintes, em nome da Organização das Cooperativas Brasileiras, que congrega 1.200.000 associados; da Confederação Nacional da Agricultura, entidade de cúpula de todo o sindicalismo de produtores rurais do Brasil e das entidades civis da agricultura brasileira, sejam minhas palavras iniciais no sentido de comunicar a esta Comissão que o produtor rural, o profissional da agricultura brasileira sente-se, igualmente, preocupado, com toda a Nação brasileira, com os problemas que vivem o campo e a cidade do nosso País. É oportuno, pois, o desejo de fazer uso, democraticamente, como todas as entidades que nos precederam, de um direito aberto pelos Srs. nobres Constituintes, que é o de através de uma emenda popular, propor soluções para os graves problemas que afligem o campo e a cidade em nosso País.

Por que, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, criou-se esse clima em consequência do qual tem a difusa e generalizada sensação, no Brasil, de que é preciso fazer reforma agrária no campo? Por que todos os que conhecem os que não conhecem o problema pedem pela reforma agrária? Por que aqueles que são profissionais da agrí-

cultura, aqueles que são trabalhadores rurais, aqueles que são ligados aos movimentos sindicais desejam mudanças no campo?

Porque faz exatamente meio século que a agricultura vem transferindo renda e recursos humanos para a construção das cidades. Porque faz exatamente meio século que nosso País iniciou um processo de industrialização profundamente necessária à afirmação de sua soberania, porém dentro de um processo de rapidez e de consolidação tão fortes que subtraiu, exauriu os recursos com os quais se desenvolveria o campo brasileiro.

Srs. Constituintes, não há uma pedra no Porto de Santos e nesta Capital que não tenha sido paga com o dinheiro trazido da produção agrícola. Países com menor vocação agrícola que o Brasil, como o Japão por exemplo, quando tinha a renda **per capita** como a que o Brasil tem hoje, em torno de 1.800 dólares, dependia de sua agricultura em mais de 30% da formação de seu produto bruto. O Brasil, um país de tamanho continental, de vocação agrícola, infelizmente detém hoje apenas 11% do seu produto bruto na agricultura. É fácil fazer as contas: se 11% do produto bruto é agrícola e 30% da população vive no campo, a renda **per capita** do campo é 1/3 da renda **per capita** da cidade. É por isso que o agricultor – seja o pequeno proprietário, seja o lavrador, o trabalhador rural – vai para as cidades em busca das luzes que lá se acendem, em busca de uma situação previdenciária que, embora não sendo a melhor do mundo, é pelo menos duas vezes melhor que a de seu companheiro que ficou no campo, que nunca se aposenta e é condenado a viver – como se isso fosse possível – com metade do salário mínimo aos 65 anos de idade, quando a expectativa de vida no campo, no Brasil, é dez anos inferior à da cidade. Esses problemas constituem a base do sentimento difuso que a respeito se sente na sociedade brasileira.

Abro aqui um parêntese para lembrar que a agricultura, por ser a atividade econômica mais antiga da humanidade, proporciona a todos uma sensação de familiaridade. Mesmo os que jamais viram uma propriedade rural crêem que podem resolver os problemas do campo; mesmo aqueles que jamais se debruçaram sobre as verdadeiras causas do empobrecimento do campo brasileiro têm, até por sua generosidade, até por necessidade de defender, talvez egoisticamente, o seu futuro, a visão de que é preciso reformar o campo brasileiro, seja na relação de propriedade de terra, seja no tratamento desigual que o campo recebe em relação aos outros setores da economia.

Sr. Presidente, não faz um ano que se colocou no Brasil o milho importado dos Estados Unidos, com isenção de impostos, quando os produtores rurais brasileiros precisavam pagar mais de 20% de impostos para produzir esse cereal. É sobre essa realidade que se fala ao se pretender reformar as relações de propriedade no campo. É para o homem do campo que a sociedade tem que voltar os olhos. O mundo não é mais o do século XIV, o mundo da ideologia, mas do século XXI, o mundo da tecnologia. (Palmas.)

Se não fizermos a modernização do campo brasileiro, buscando prestigiar o profissional agrícola, seja ele mini, pequeno, médio ou grande – porque num País com 135 milhões de habitantes, qualquer produtor é indispensável à sobrevivência nacional – se não fizermos as reformas na agricultura, se não tivermos a coragem de separar o produtor rural do especulador imobiliário, o

legítimo possessor do invasor profissional de terras, não sabemos conduzir o Brasil ao seu destino.

É preciso, Sr. Presidente, lembrar que esse processo de transferência de renda, de recursos humanos não se faz impunemente. Num País com a diversidade de climas, de terras e de desenvolvimento econômico que o Brasil possui, todos têm verdades para contar aos senhores. Os que vêm do sul do Pará têm verdades para contar, mas os que vêm do norte do Paraná têm outras verdades, não menos verdadeiras das que são contadas no sul do Pará, mas igualmente importantes para o conhecimento de todos aqui.

Este País conseguiu, com graves dificuldades, tornar produtivos 60 milhões de hectares de terras agrícolas e 150 milhões de hectares de terras em pecuária e silvicultura. É preciso preservar, na reforma que se fará no Brasil, essas terras produtivas, porque o País delas depende economicamente; porque elas geram mais da metade da balança de comércio externo; porque são, em última análise, o tubo de oxigênio que ainda mantém sobrevivendo o País da moratória.

Porém, é preciso lembrar que centenas de milhares de pequenos agricultores, trabalhando em propriedades familiares, têm a sua função social mais importante do que a função econômica e que, no nordeste do Rio Grande do Sul, em Santa Catarina e em tantas outras regiões do Brasil, representam a formação de uma classe média sólida, e significam para o Brasil um fator de estabilidade social do qual a Nação não pode abrir mão.

O apelo que fazemos aos Srs. Constituintes, em nome de nossas entidades, é que descubram o que nos une e não o que nos separa.

Os objetivos básicos da nacionalidade são, no campo da agricultura, a preservação da propriedade produtiva e a abertura de um canal de desenvolvimento econômico social para o homem que ali está, através da formação do desenvolvimento dos recursos humanos, da criação da profissionalização do produtor e do trabalhador rural, do seu preparo para enfrentar a agricultura do futuro, que, já hoje, em alguns países, não depende sequer de terra para produzir – é possível, em pesquisas de laboratório, produzir-se a partir da agricultura hidrográfica.

A agricultura do mundo de hoje tem mais horas de pesquisa no desenvolvimento de uma semente de hortaliça do que numa espaçonave que vai em busca da lua. Esta é a realidade mundial; o mundo hoje está sufocado por uma montanha de alimentos.

Ouvi aqui a menção que se fez a alguns países da Europa Ocidental, onde existe fartura de alimentos. Quero completar a informação, que é correta, com uma outra: esses alimentos custam, de subsídios, entre 23 e 25 bilhões de dólares anuais, só na Comunidade Econômica Européia; custam aos consumidores quatro vezes mais do que paga o consumidor brasileiro. E nós, que poderíamos estar produzindo, exportando para esses países, somos objeto – aí, sim – do mais vil imperialismo.

Vivemos num mundo onde há liberdade de fluxo de capitais, mas não há liberdade de fluxo de produtos. Temos que pagar o que devemos, mas não podemos exportar para pagar o que devemos. E podemos produzir para pagar o que devemos, podemos dar emprego e, com isso desenvolver o interior deste Brasil. Quando isto foi possível, quando se implantaram algumas culturas no País e o produtor recebeu aporte de tecnologia, conseguimos superar, inclusive, as nações de onde vieram essas tecnologias e esses produtos.

O produtor de soja brasileiro – do Mato Grosso do Sul, do Rio Grande do Sul, de São Paulo, do Paraná, de Santa Catarina, de Goiás, de Minas Gerais e, agora, da Bahia – produz mais quilos por hectare do que o produtor norte-americano, embora pague para que o seu produto chegue à mesa do consumidor ou ao porto da exportação 30 dólares por tonelada, enquanto o produtor americano paga 8 dólares por tonelada.

Temos tudo por fazer no campo brasileiro, e podemos fazê-lo em comum. Não importa se alguém é de esquerda ou de direita, não pode ser contra o campo brasileiro. (Palmas.)

Estou à disposição dos Srs. Constituintes, se houver alguma pergunta.

**O SR. CONSTITUINTE PLÍNIO ARRUDA**

**SAMPAIO:** – Dr. Flávio Teles Menezes, quero manifestar o respeito que tenho por V. S.<sup>a</sup>, que defende ponto de vista contrário ao meu, mas o faz com correção, com uma linguagem escoreita, democrática.

Usando um mote do seu discurso, desejo buscar "algo que nos una e não algo que nos desuna" e fazer uma pergunta concreta. Na opinião de V. S.<sup>a</sup>, uma grande propriedade, de mil, dois mil, três mil, cinco mil, dez mil ou mais hectares – portanto, refiro-me à de mil hectares para cima, que deixe ociosos 70 a 80% da sua área útil, da terra produtiva – que, no conceito técnico, é uma terra que tem fertilidade natural, que pode ser cultivada por um, dois, três, cinco, dez, quinze anos, deve ser desapropriada ou não, para ser entregue a pessoas que não têm terra? E o seu proprietário tem o direito de receber o valor comercial dessa terra? Esse homem tem que receber à vista e, com isso, impedir que essa terra seja entregue a outro? O que se está buscando nesta Casa é um remédio para esses casos, embora a publicidade – não digo V. S.<sup>a</sup> – faça crer que o que se quer é entrar na terra de um virtuoso proprietário que está trabalhando dia e noite, de um operoso cidadão, a esbulhar essa propriedade. Não é isso o que estamos fazendo nesta Casa. O instrumental que queremos é para desapropriar essas grandes áreas mantidas ociosas. É a respeito disso que queremos a opinião de V. S.<sup>a</sup>.

**O SR. FLÁVIO TELES MENEZES:** – Nobre Constituinte Plínio Arruda Sampaio, gostaria de dizer que é com grande respeito e admiração que recebo a pergunta de V. Ex.<sup>a</sup>. Procurarei respondê-la, não sem antes dizer-lhe que o nosso conceito de propriedade, provavelmente, difere bastante. E na base de sua pergunta é preciso ser feita uma colocação fundamental, ou seja, que Constituição desejamos ter: uma Constituição clara que assegure regras jurídicas estáveis, ou uma Constituição obscura, que garanta, num determinado artigo, a propriedade em produção e que, no artigo seguinte, preveja que através da imissão imediata na posse ela possa ser desapropriada e paga em dinheiro, transformando aquele que estava produzindo em uma pessoa que terá recursos financeiros na mão para aplicação no mercado de capitais? É essa Constituição que queremos fazer? Uma Constituição que se contradiga entre um artigo e outro? Acho que não. Se não é esse o pensamento, então, temos que pôr claramente as posições.

Em primeiro lugar, o País precisa de uma Constituição que aprove, ao mesmo tempo, uma política agrícola e uma política fundiária com reforma agrária. É fundamental, portanto, que se crie nesta Constituição, pela primeira vez na História do Brasil, a possibilidade de uma política agrícola fundamentada, plurianual, com instrumentos e objetivos concretos.

Em segundo lugar, jamais V. Ex.<sup>a</sup> me verá defendendo a especulação imobiliária. O legítimo produtor rural, aquele que trabalha durante toda a sua vida, reinvestindo, produzindo mais, melhorando sua produção, receberá nosso apoio. Aquele que estiver com propriedade de terra com fins meramente especulativos pode e deve ser desapropriado pelo poder público com títulos da dívida agrária, para pagamento da terra nua, e em dinheiro pelas benfeitorias, segundo o valor de mercado.

Quero ir mais além. Temos no Brasil uma estrutura de valores de terra que não se compadece com a realidade agrícola. A terra por si só vale mais do que deveria valer pelo que produz. Por duas razões, nobre Constituinte. Primeiro, porque somos um País onde a minha geração não conhece a estabilidade monetária – e estou com 42 anos – e só se busca refúgio nos bens de raiz. A terra tem sido, não apenas para o produtor rural, mas também para o homem da cidade, para muitos dos que nós dois conhecemos, uma forma de defesa do capital contra a espoliação da correção monetária. Segundo, porque somos um País de cultura ibérica e, mais especificamente, portuguesa. Eu, que sou neto de portugueses e espanhóis, posso dizer que os outros países de cultura paternalista, que não se fundaram dentro do espírito acionário, têm sua fonte de vida nascida no campo. Portanto, há uma cultura atávica no Brasil pela terra.

Mas reconhecemos que este é um momento diferente da vida nacional e que é preciso abrir acesso à terra para aqueles que queiram e saibam produzir, porque não se pode fazer assistência social com recursos altíssimos. Assistência social pode ser feita diretamente, sem que se use a reforma agrária como pretexto.

É preciso que se abra a terra àqueles que queiram e saibam produzir, possibilitando-se, inclusive, o seu uso temporário, porque na mesma Bélgica citada pelo nobre Constituinte Ademir Andrade, 71% das propriedades são explorados por arrendatários, e na França, 50%. Num país, Constituinte, onde há política agrícola, não se precisa ser proprietário para sobreviver produzindo, num país onde não há terra, não adianta ser proprietário para viver dela.

**O SR. CONSTITUINTE PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO:** – Não pretendo polemizar com V. S.<sup>a</sup>, porque quebro uma norma da Casa. Quero apenas ressaltar no seu discurso o que é importante: a sua concordância em que terra de mil alqueires para cima, que fique 70% ociosas, tem que ser desapropriada, subdividida e entregue à população que não tenha terra. Quero saber se V. S.<sup>a</sup> concorda ou não com isso.

**O SR. FLÁVIO TELES MENEZES:** – V. Ex.<sup>a</sup> trocou um verbo na minha locução: o verbo poder pelo verbo ter. Eu disse que "pode" ser desapropriada. V. Ex.<sup>a</sup> disse que "tem" que ser desapropriada. E o verbo ter não tem nada a ver com o verbo poder.

**O SR. CONSTITUINTE PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO:** – Volto à questão: qual é a opinião de V. S.<sup>a</sup>? Uma propriedade de mil alqueires para cima, com 70 ou 80% de terras ociosas, por 5, 6, 8, 10 anos, tem ou não de ser desapropriada?

**O SR. FLÁVIO TELES MENEZES:** – Vou então ler, dentro da mensagem subscrita pelas nossas entidades, que "não aceitamos o limite de mil alqueires para desapropriação, pode ser menos, desde que não seja uma propriedade familiar":

"A reforma agrária, de exclusiva competência do Presidente da República, será feita em terras

que não cumpram função social, pela desapropriação por interesse social."

E segue o texto.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ CARLOS SABÓIA:** – Permite-me V. S.<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Informo ao nobre orador que V. S.<sup>a</sup> dispõe ainda de três minutos. Aproveito a oportunidade para louvá-lo, porque foi o primeiro dos oradores que não chegou a utilizar, durante sua alocução, o tempo que lhe era destinado.

**O SR. FLÁVIO TELES MENEZES:** – Ouço, com prazer, o nobre Constituinte José Carlos Sabóia.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ CARLOS SABÓIA:** – Gostaria de realçar, no depoimento em defesa da emenda popular feito por V. S.<sup>a</sup>, a clareza com que defendeu os interesses dos produtores rurais que V. S.<sup>a</sup> representa, no que diz respeito aos interesses da economia internacional. Para surpresa minha, representou uma posição clara, nítida, de uma burguesia nacional que produz e que percebe o confronto com os interesses internacionais que impedem o desenvolvimento deste País. No que diz respeito à análise feita por V. S.<sup>a</sup>, gostaria de fazer uma pergunta. V. S.<sup>a</sup> deve ter ouvido, analisado e deve conhecer bem o que significa esse conflito social, embrião de uma verdadeira guerra civil no campo. Foi citado pelo Presidente da Contag, pelo Avelino Ganzer, que só este ano cerca de cem lideranças de trabalhadores rurais foram assassinadas. Como V. S.<sup>a</sup> e suas entidades se posicionam frente a essa situação? V. S.<sup>a</sup> comunga ou não com aqueles que nesta Casa tentam impedir qualquer proposta de implantação de uma reforma agrária para atender às mais de oito milhões de famílias sem terra? Ou V. S.<sup>a</sup> é a favor de mudanças históricas profundas neste País e não defendem os interesses oligárquicos, os mais anti-históricos, que impedem qualquer possibilidade de modernidade deste País? Gostaria que V. S.<sup>a</sup> fosse claro na resposta.

**O SR. FLÁVIO TELES MENEZES:** – Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup> o aparte e vou sintetizar em três minutos, concedidos pelo nosso Presidente, um problema tão sério quanto este.

Esta é exatamente uma das manifestações mais claras de que, quando o Estado foge de sua finalidade precípua – assegurar a prestação de justiça a seus cidadãos – e envolve-se em outras atividades que não lhe são precípuas, como, por exemplo, a exploração de hotéis de turismo ou o policiamento da livre iniciativa, ele não faz nem uma coisa nem outra: nem garante a segurança nas regiões que V. Ex.<sup>a</sup> mencionou, nem consegue fazer a economia do País prosperar e progredir. Temos, melhor do que a minha resposta oral, um documento que foi entregue ao Sr. Presidente da República, no qual pedimos a atuação rápida e clara dos organismos fundiários nacionais nas áreas de conflito de terra, para que se proceda, através de discriminatória e clara determinação, quem é proprietário, quem é grileiro, quem é posseiro que está trabalhando com a sua família para o seu sustento, quem foi invasor de terra e foi indenizado, foi invasor de uma outra terra mais na frente e foi indenizado e, portanto, trata-se de um invasor profissional, para que haja uma definição clara de prestação do poder jurisdicional nestas áreas do País. Pedimos também a formação de Varas Especiais na Justiça Federal para dar maior celeridade aos processos que dizem respeito ao problema agrário. Esta é a nossa posição.

Quero condenar expressamente a violência, venha de onde vier, parta de onde partir, e lembrar que a aplicação da lei não é uma violência, porque é preciso deixar claro

que um despejo fundamentado num direito de propriedade não é uma violência. Violência é opor-se a um despejo fundamentado juridicamente. Há também violência do outro lado – não é de um lado só. É preciso que passemos a viver no Brasil sob o império da única força que pode ter violência: a justiça, o Poder Judiciário, que, espero, não seja por esta Casa condenada ao decurso de prazo, como esta Casa o foi durante tantos anos na formação das leis.

Tem a palavra o Sr. Constituinte Ademir Andrade.

**O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE:** – Sr. Flávio Teles, gostaria de dizer a V. S.<sup>a</sup> que da mesma forma como afirma que não são contra a reforma agrária, também nós não temos uma posição contra os produtores. Mas gostaria de conhecer a sua posição e lhe fazer algumas denúncias graves e, quem sabe, ter a interferência dos senhores para colaborarem para a solução de determinados problemas. Muitos dizem que se deve começar a reforma agrária pelas terras do Governo. Há, cerca de dois meses descobrimos três grandes empresas – a Sumil, a Madescar e a Impar – no Estado do Pará, que invadiram uma área de colonização – quer dizer, um projeto de colonização já existente há dois anos, que por falta de recursos não foi implantado – extraindo de lá toda a madeira, fazendo derrubadas imensas na região e agora querendo se impor ao Incra para não serem retiradas da área da União, destinada à colonização, com projeto definido, com terras já arrecadadas pela União. Hoje existe um impasse terrível, porque eles não querem e não aceitam sair, e estão brigando por isto. Este é um caso. Outro caso, por exemplo, é o do Banco Bamerindus, um grande banco, Chegou no Pará, arrumou uns títulos e ocupou uma área de sessenta mil hectares de terra – e está crescendo para oitenta mil hectares de terra. Recentemente, invadiu uma área de sete mil hectares – e conseguiu isso com a ajuda da polícia, sem absolutamente nenhuma ordem judicial. A Polícia Militar do Estado do Pará, a pedido do banco Bamerindus, foi aos povoados de Monte Santo e Paraúna fez uma verdadeira operação de guerra, estuprando mulheres, roubando todos os pertences daquela população, batendo, praticando toda espécie de crime. E agora, no dia 13 de agosto, esta mesma Polícia Militar assassinou, nesta mesma área, três trabalhadores rurais. V. Ex.<sup>a</sup> sabe – e já em outras discussões lhe afirmei isso – que existe o trabalhador escravo no sul do Pará. Isso foi comprovado, até era praticada pela Volkswagen do Brasil, quando era dona de uma fazenda, lá no sul do Pará que agora já passou adiante. O grande proprietário rural, neste País, é o que menos respeita o direito do trabalhador, a não ser onde há uma organização muito grande de trabalhadores. Pela experiência que tenho nas regiões Nordeste e Norte, este trabalhador rural é um homem absolutamente explorado, que não tem nenhum direito legal. Vejo nas fazendas que se abrem nas nossas regiões, na nossa Amazônia, que trabalhador é um bóia-fria que não tem absolutamente nenhum direito entra, trabalha, não recebe o sábado nem domingo e vai para fora sem receber um centavo – e não tem a quem recorrer. Isso, Sr. Flávio Teles, é feito pelas pessoas que integram o grupo ligado a V. S.<sup>a</sup>. É praticado pelas associações ou por pessoas, que, de certa forma, estão ligadas aos interesses de V. S.<sup>a</sup>, que talvez não sejam exatamente esses. Mas esta é a realidade. Eles estão associados a V. S.<sup>a</sup>, através da Associação Rural Brasileira e, agora, através de uma entidade extremamente violenta, fascista realmente, que se organiza neste País, que é essa tal União Democrática Ruralista. Tendo em vista esta realidade, como V. S.<sup>a</sup> se coloca diante desses fatos?

**O SR. FLÁVIO TELES MENEZES:** – Constituinte Ademir Andrade. V. Ex.<sup>a</sup> pede que eu seja juiz, ao citar casos

concretos que desconheço, e emita uma opinião. Como não pertencço ao Poder Judiciário, não conheço os fatos concretos que V. Ex.<sup>a</sup> relata, nem vim aqui para discutir problemas individuais ou particulares, somente lhe posso responder que as violências praticadas por proprietários ou por invasores são igualmente condenáveis e precisam ser debeladas. Precisamos agir para terminar com a causa dessas violências e não com cada uma das violências em si, esporadicamente. Como V. Ex.<sup>a</sup> fez, além dessa pergunta, uma afirmação – a de que a maioria dos proprietários rurais pratica trabalho escravo – não direi que conheço a maioria dos proprietários rurais, mas conheço grande número de produtores rurais. Muitos deles eram trabalhadores rurais antes de serem proprietários rurais. Posso assegurar-lhe se é que a minha palavra vale para V. Ex.<sup>a</sup> – que este não é o quadro legítimo da realidade agrícola brasileira.

Ela pode ser melhorada. Os direitos dos trabalhadores certamente ainda serão desenvolvidos, pois isso faz parte da história do progresso social de todos os países. O Brasil terá muito que progredir nesse sentido. Mas absolutamente não é verdade que a maioria dos produtores rurais trate seus trabalhadores como escravos. Muito ao contrário, se isso fosse verdade, já teríamos tido a revolução que há tanto tempo se apregoa no campo, o que realmente não aconteceu. Ao nível de empresa, se houvesse tal grau de ódio entre empregado e patrão, a revolução teria eclodido espontaneamente em cada uma das fazendas do Brasil, em cada uma das propriedades rurais produtivas.

Por último, citou V. Ex.<sup>a</sup> nominalmente empresa que tenho a honra de contar entre os associados da minha entidade, ligada ao Grupo Bamerindus. Tanto quanto conheço, suas propriedades do Paraná – não conheço as do Pará, nem as de Roraima – que já visitei, são modelos de eficiência produtiva. E serviriam de Modelo para uma série de outros produtores rurais do Brasil. Não posso deixar passar a menção a esse grupo econômico sem fazer sua defesa, porque eu o conheço pessoalmente. Não posso julgá-lo porque não sou juiz, mas posso defendê-lo porque o conheço.

Ouçó o Constituinte Cardoso Alves.

**O SR. CONSTITUINTE CARDOSO ALVES:** – Sr. Presidente, queria congratular-me com a Casa pela oportunidade que temos de ouvir o Dr. Flávio Teles Menezes e até mesmo reformular juízos que são feitos sobre a política de reforma agrária, que tanto tem empolgado nossos trabalhadores. Ouvi aqui vários oradores – e, dentre eles, quero destacar os eminentes Constituintes Plínio Arruda Sampaio e Ademir Andrade – travarem diálogo manso, pacífico, racional, esgrimindo idéias com o nobre Presidente da Sociedade Rural Brasileira. Todos os circunstâncias observaram que há pontos de vista fundamentais e coincidentes entre os interlocutores e que alguns deles têm sido aqui objeto de cavalo de batalha, justamente porque, ao invés de se procurar o diálogo, o que se traz para cá é a claqué, para vaiar, para agitar nossos trabalhos, para evitar um debate racional, como o que acabou de ocorrer neste instante nesta tribuna. A Casa fica devendo ao nobre Presidente da Sociedade Rural Brasileira, pelos esclarecimentos que prestou, novos dados, novas informações, que lhe serão preciosas; fica-lhe devendo, antes de tudo, o patronato do debate, que, tenho certeza, agora será racional e iluminará pensamentos, corações, cérebros, almas, para que possamos discutir em termos altos, respeitosos e cívicos aquilo que realmente interessa à agricultura, aos sem-terra, aos produtores e ao próprio povo brasileiro.

**O SR. FLÁVIO TELES MENEZES:** – Muito obrigado pelo aparte. Queria deixar uma última palavra, que é – agora, sim – ideológica. Com todo o respeito e admiração

que tenho pela corrente socialista nesta Casa, gostaria que esta reforma agrícola fosse feita no sentido do capitalismo moderno, para nos pouparmos de enfrentar problemas que países como a China tiveram de enfrentar durante vinte e poucos anos, desde que iniciaram a reforma pela volta ao capitalismo há nove anos, reinstituindo o mercado no campo. Parafraseando Churchill, creio que a única diferença verdadeira que há entre o capitalismo e o socialismo é que no capitalismo os resultados são melhores que as intenções de cada um, embora no socialismo sejam eles os inversos. (Palmas.)

**O SR. CONSTITUINTE HAROLDO SABÓIA:** – V. S.<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Nobre Constituinte, o ilustre orador – e por força dos apartes, até lhe fiz justiça – foi o único que, na defesa da emenda popular, não usou todo o seu tempo. Em função, no entanto, da importância do assunto, dos apartes e até do precedente que se criou nesta sessão, já ultrapassou seu tempo em dezessete minutos. Faço um apelo a V. Ex.<sup>a</sup>, nobre Constituinte Haroldo Sabóia, no sentido de que seja breve, porque ainda temos quatro defesas de emendas populares. Devemos ser os primeiros a dar o exemplo aos nossos convidados.

**O SR. CONSTITUINTE HAROLDO SABÓIA:** – O ilustre expositor defende, ao encerrar seu pronunciamento, a necessidade de a reforma agrícola ser feita nos moldes capitalistas.

**O SR. FLÁVIO TELES MENEZES:** – Nobre Constituinte Haroldo Sabóia, desculpe-me interrompê-lo, mas eu me referi à reforma do campo.

**O SR. CONSTITUINTE HAROLDO SABÓIA:** – Gostaria de perguntar ao nobre expositor se entende como capitalismo o fato de milhares de hectares de terras estarem sendo concedidas gratuitamente. No meu Estado, o Maranhão, por exemplo, o empresário Horácio Coimbra recebeu mais de cem mil hectares de terra. O capitalista Meira Lins, de Pernambuco, recebeu mais de oitenta mil hectares. É esse o capitalismo que V. S.<sup>a</sup> apregoa, onde o Estado fornece terras e aqueles que recebem essas doações não as tornam produtivas; ao contrário, promovem espancamentos, expulsões e assassinatos de trabalhadores rurais. Esta é a dura realidade. Para concluir, gostaria de saber a posição da Confederação que V. S.<sup>a</sup> representa com referência à imissão imediata na posse, no caso de desapropriação por interesse social.

**O SR. FLÁVIO TELES MENEZES:** – Sr. Presidente, procurarei ser o mais breve possível.

Quanto à primeira pergunta, escrevi um livro, publicado em 1981, cujo título é "Organização Fundiária e Desenvolvimento", em que condeno incentivos fiscais que transfiram a propriedade da terra pública para particulares, sem que haja uma contrapartida à altura do que foi dado de presente pelo Estado ao indivíduo. Aliás, é por isso que o capitalismo é malvisto no Brasil: porque é praticado de forma errônea, em que há dependência e proteção excessivas de parte do poder público.

Portanto, já tínhamos publicado isso no passado e apoiaremos emenda no sentido de que, na concessão de incentivos fiscais, estes sejam vinculados à destinação de uma parcela dessa área para assentamento de pequenos lavradores, para que não haja, no futuro, um sistema fundiário concentracionista, com patrocínio do Estado.

Quero dizer ainda que se a terra se concentrar, porque o mercado ou a tecnologia a determinou, defenderei

a concentração da mesma. O que não quero é que a terra se concentre por doação do Estado nas novas fronteiras, porque isto, sim, contraria a moral pública.

Com relação à outra pergunta, sobre imissão imediata na posse, queria lembrar que qualquer cidadão brasileiro, ainda que acusado do mais hediondo dos crimes, tem direito a julgamento, na Justiça, sobre o mérito e em duplo grau de jurisdição. Se o proprietário rural produtivo não tiver, pelo menos, o mesmo direito que um acusado de estupro tem, acho que não estaremos fazendo uma boa Constituição.

A imissão não é o caminho correto para a reforma agrária. É um incidente processual que está sendo usado para franquear o despreparo dos órgãos fundiários nacionais e a falta de recursos e meios do Poder Judiciário. Vamos reformá-los, isto, sim, e não reformar um princípio sobre o qual se assenta também o Estado de Direito. Muito obrigado. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Para a defesa da Emenda 13 – Ordem Econômica – patrocinada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, Cáritas Brasileira e Movimento de Educação de Base – MEB, – que contou com 284.604 assinaturas, passo a palavra a Dom Francisco Austregésilo Filho, membro da comissão da CNBB de acompanhamento da Constituinte e Bispo de Afogados, Juazeiro, Pernambuco.

**DOM FRANCISCO AUSTREGÉSILO FILHO:** – Exm.<sup>o</sup> Sr. Presidente da Mesa, Exm.<sup>os</sup> Srs. Constituintes, meus senhores e minhas senhoras, começo por dar os meus aplausos a esta Assembléia por permitir que o povo, aqui, como que diretamente, fale através das emendas populares. É um respeito ao povo, para o qual dou os meus aplausos.

Quero dizer que respeito todas as idéias que ouvi hoje, desde o princípio desta sessão, e me solidarizo **in totum** com as duas primeiras defesas, feitas pelo Presidente da Contag e por um Constituinte desta Casa, respeitando a idéia de todos. Quero que os fatos que aqui foram apresentados não me forcem a ter que enveredar por repeti-los. Ficaram conhecidos, se já não o eram. Espero, falando em nome da CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – do MEB – Movimento de Educação de Base e da Cáritas Brasileira, poder fazê-lo sem tecnicismos, sem emocionalismo, mas racionalmente, à luz dos fatos conhecidos e, sobretudo, dentro da doutrina social da Igreja. Também espero ser breve.

A Emenda que vou defender tem duas partes. A primeira é a seguinte:

"Art. Toda a organização da ordem econômica deve fundamentar-se no reconhecimento da primazia do trabalho sobre o capital. A lei assegurará a prioridade da remuneração do trabalho sobre a remuneração do capital, especificada aquela pelo atendimento das necessidades básicas do trabalhador e dos seus encargos familiares".

### Justificação

1. Pela lei natural, acolhida também na lei positiva de Deus e que deve igualmente ser incluída na Constituição, a organização da ordem econômica deve fundar-se na primazia do trabalho sobre o capital, tanto na organização da atividade produtiva, como na distribuição de seus frutos. (Of. **Laborem Exercens**, 12 e PNCC, 102)

a) De fato, o trabalho humano é que gera a riqueza e faz produtivo o capital. Pois todas as riquezas naturais, sem o trabalho, são riquezas apenas em potencial, não em ato. Só o trabalho humano as tornará riquezas concretas, úteis à sociedade. Assim, o terreno mais fértil, o petróleo mais abundante no subsolo, o parque industrial mais moderno e o próprio computador mais avançado permanecem improdutivos sem o trabalho humano, ficam inúteis à sociedade, de nenhum valor social imediato. Toda riqueza é fruto do trabalho, de fato e de direito, a menos que seja desonesto, fruto, então, do roubo ou da corrupção, da exploração ou da injustiça.

Na ordem natural das coisas, portanto, o trabalho precede a riqueza e o capital, como a causa ao efeito. É lei natural a primazia do trabalho sobre o capital.

b) Deus mesmo estabeleceu, também positivamente, o trabalho humano, como fonte de riqueza, quando, criando o homem e a mulher, à sua imagem e semelhança, deu-lhes a terra para cultivar e entregou-lhes a criação inteira, ordenando-lhes: "Crescei, multiplicai-vos e dominai a terra" (Gn. (1, 26-29; 2,15).

Aliás é o que vem fazendo a humanidade, séculos afora, gerando riquezas com o trabalho, através da técnica, das artes e da ciência, a começar pela colheita de frutas, a caça e a pesca, o pastoreio e a agricultura, o artesanato, a indústria e o comércio, até a informática, indo além do pouso lunar, em vôo espacial.

Consequência lógica desta primazia do trabalho sobre o capital é a prioridade da remuneração do trabalho sobre a do capital, como já acontece de alguma forma na atual Lei de Falências. Remuneração prioritária que, para não ser injusta, deve corresponder às necessidades básicas do trabalhador e de sua família. Pois é o meio de que dispõe, para isso, segundo o próprio preceito bíblico: "comerás o pão com o suor do teu rosto" (Gn 3,19; SL 128 (127), 2). É, portanto, lei positiva de Deus.

Tal ensinamento faz parte também da Doutrina Social da Igreja. E é ensino dos Papas, desde Leão XIII – "O trabalho é a fonte única, donde procede a riqueza das Nações" (**Rerum Novarum**, 51) – a João Paulo II – "O trabalho humano é uma chave, provavelmente a chave essencial de toda a questão social, se nós procurarmos vê-la verdadeiramente, sob o ponto de vista do bem do homem", e "O problema chave da ética social, neste caso, é o problema da justa remuneração" (**Laborem Exercens**, 3 e 19; Cf. também 6,18,20,22).

É preciso, pois, introduzir este princípio como lei brasileira, através da emenda proposta, em a nova Constituição".

"Art. Ao direito de propriedade de imóvel rural corresponde uma obrigação social".

Parágrafo único. O imóvel rural que não corresponde a obrigação social será arrecadado mediante a aplicação dos institutos da perda sumária ou da desapropriação por interesse social, para fins de reforma agrária.

## Justificação

2. O direito de propriedade vem sendo, abusivamente, através dos tempos, fator de dominação, de conflitos e de marginalização, mais do que de ordem e de concórdia. Principalmente a propriedade rural, como acontece ainda agora no Brasil, onde beneficia apenas alguns poucos, violando a lei natural da destinação universal dos bens.

O ensinamento da Igreja sobre o direito de propriedade é bem definido por Santo Tomás de Aquino, que o anuncia em dois princípios. Primeiro: Deus destinou os bens a todos os homens. Segundo: é necessária a partilha tanto para a boa gestão dos bens como para a paz, pois a falta de partilha é fonte de conflitos (15). Nesta perspectiva, vê-se que o primordial no direito de propriedade é garantir a distribuição dos bens e, portanto, da terra, para todos, e não sua concentração nas mãos de alguns." (CNBB – Solo Urbano e Ação Pastoral, nº 73.)

Não basta, portanto, afirmar a função social da propriedade privada. A hipoteca social que, conforme João Paulo II, pesa sobre ela, exige efetiva subordinação do direito de propriedade ao bem-estar da sociedade, como verdadeira obrigação social. O mero título formal de aquisição não deve bastar para garantir o direito de propriedade. É necessário que seu uso não prejudique o bem comum e proporcione benefícios sociais.

Sua utilização anti-social, ou seu desuso, privando a sociedade de uma fonte de trabalho ou de alimentos, é a negação de sua obrigação social: "O direito de propriedade nunca deve exercer-se em detrimento do bem comum, segundo a doutrina tradicional dos Padres da Igreja e dos grandes Teólogos" (**Populorum Progressio**, 23), "O direito de propriedade privada está subordinado à destinação universal dos bens" (**Laborem Exercens**, nº 14."

O único título legítimo para a posse dos meios de produção – e isto tanto sob a forma de propriedade privada como sobre a de posse de propriedade pública ou coletiva – é que ela sirva ao trabalho.

"Por isso, a propriedade rural sem utilização não corresponde à sua obrigação social e deve ser considerada em estado de abandono, passível de ser arrecadada pelo Estado, para fins de Reforma Agrária, mediante perda sumária (**Res derelictae primi occupantis**) ou desapropriação por interesse social".

A terra é algo de sagrado; não pode ser simples objeto de especulação.

Aliás, a Constituição de Portugal, sabiamente, determina que lei ordinária fixe o mínimo de produtividade para que um imóvel rural não seja tido como abandonado.

Um dos maiores males deste País, hoje, é a concentração da terra, da renda e do poder, impedindo a verdadeira democracia e bem-estar da Nação brasileira.

Quanto à terra, o Censo Agropecuário de 1975 revelou que 52,3% dos estabelecimentos rurais do País têm menos de 10 hectares e ocupam tão-somente a escassa área de 2,8% de toda a terra

possuída. Em contrapartida, 0,8% dos estabelecimentos têm mais de 1.000 hectares e ocupam 42,6% da área total. Mais da metade dos estabelecimentos agropecuários ocupam menos de 3% da terra e menos de 1% ocupa quase metade" (**Igreja e problemas da terra**", 8, Doc. 17 da CNBB).

Quanto à renda, conforme o senso de 1980, 72,09% ganhavam até dois salários e 84,73% da população brasileira, economicamente ativa, ganhavam até três salários mínimos mensais, sendo que 1,50%, mais de vinte salários.

Quanto ao poder, sem falar na hipertrofia do Executivo, os fatos provam que o poder concentrado no latifúndio continua dos maiores. Haja vista o caso da UDR, que derrubou o Plano Cruzado e quer impedi a reforma agrária.

Dispensável, por evidente e óbvio, dizer das vantagens, urgência e necessidade da reforma agrária. Pois, seguida de adequada política agrícola e de outras medidas indispensáveis, desconcentrar, ao mesmo tempo, a terra (20 latifundiários deste País têm 20.291.412,40 hectares, enquanto cerca de dez milhões de agricultores não possuem um palmo de terra), a renda e o poder, ajudando na solução dos nossos principais problemas sócio-econômicos:

- libertará da miséria e da opressão milhões de agricultores sem-terra, que, transformados em pequenos proprietários, devidamente assistidos, terão condições de vida e de cidadania, com voz e voto livres, para confirmar nossa frágil democracia;

- diminuirá as migrações forçadas, a inchação dos grandes centros urbanos e a violência, tanto no campo, como na cidade;

- aumentará a produção de alimentos, baixando o custo de vida e a inflação;

- evitará a recessão, oferecendo mas empregos, mesmo na indústria, mediante a ampliação do mercado interno de produção e de consumo;

- será fator de paz social e de verdadeira, segurança nacional inclusive propiciando maior tranquilidade para enfrentar a dívida externa.

Urge, pois, Senhores Constituintes, para evitar a exploração do trabalho, que é a exploração do próprio homem, e para dar cumprimento à obrigação social do imóvel rural, que as emendas propostas, assim justificadas, sejam aceitas e, aprovadas, integrem o novo texto constitucional, como o esperam os 283.381 eleitores que as subscreveram."

Encerrando, permito-me lembrar que conosco, para nós ou contra nós, a reforma agrária virá neste País. E aí de nós se ela vier contra nós! As entidades que subscreveram esta emenda, como a imensa maioria do povo brasileiro, não querem que a reforma agrária venha contra nós, através de revolução sangrenta. Querêmo-la mansa, ampla, justa.

Para isto está nas mãos de V. Ex.<sup>as</sup> a grande responsabilidade de resolver, através de acordos, os impasses e editar os instrumentos realmente capazes de instituir a reforma agrária ampla, justa e pacífica, de modo a tornar-se realidade em nosso País. Muito obrigado.

**O SR. CONSTITUINTE PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO:** – Permite V. S.<sup>a</sup> um aparte?

Dom Francisco Austregésilo, manifesto à CNBB, na pessoa de V. Ex.<sup>a</sup>, a integral solidariedade do Partido dos Trabalhadores com a tese que expressou na tribuna. Ficamos realmente satisfeitos de ver que os bispos do nosso País estão preocupados com a questão da reforma agrária vêm a esta Casa trazer o seu testemunho em favor dos homens do campo. Gostaria também de pedir desculpas a V. Ex.<sup>a</sup> pela nossa Casa devido à presença de poucos Constituintes à sessão. Eu queria que V. Ex.<sup>a</sup> levasse aos bispos do Brasil a idéia de que o caminho da reconstrução da democracia será difícil e demorado. Esta Casa foi envelhecida por vinte anos de ditadura e ela não se convenceu ainda de que aqui é onde se trava o debate nacional e não nos corredores. Mas, se criamos um regimento, um método de trabalho que obriga o Constituinte a ficar no corredor e não vir para o plenário, caímos naquele provérbio latino **ad impossibilia nemo tenetur**. De modo que a ausência de pessoas nesta Casa não é uma desconsideração por parte dos Constituintes a V. Ex.<sup>a</sup>; é uma impossibilidade criada por um Regimento que ainda representa um entulho autoritário. Muito obrigado.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ CARLOS SABÓIA:** – Permite-me V. Ex.<sup>a</sup>.

Gostaria de dizer a V. Ex.<sup>a</sup> o que significa para os Constituintes que lutam pela reforma agrária contar com a presença e o testemunho de todas aquelas entidades ligadas à Igreja Católica – CNBB, CPT e todas as demais – no sentido de fortalecer essa luta. Sou testemunha, no Estado do Maranhão do que significa a ação da Igreja no que diz respeito aos conflitos de terra, à matança de lavradores. Talvez se constitua em nossa última esperança. Gostaria de fazer uma homenagem a todos os homens da Igreja que lutam pela reforma agrária, a qual significará a conquista da dignidade, do direito à vida dos nossos agricultores. Se a Igreja continuar nessa luta, poderemos ter esperança de uma sociedade democrática. Tal como a OAB, a ABI, a luta da Igreja se fez, no pior período de tortura neste País. Não existe a menor diferença em termos de conquista de espaço democrático na sociedade brasileira, entre aquela outra luta e a que se faz hoje, a pela reforma agrária. Não haverá possibilidade alguma de progresso, no meu entendimento, se não fizermos a reforma agrária neste País. Solidarizo-me com aqueles que acreditam na luta da Igreja. Faço aqui uma homenagem ao padre Francisco Cavazutti, de Goiás, que há três dias foi vítima de um atentado, de uma pistolagem. Tendo sobrevivido, ficou cego. Em homenagem a esse padre e a todos os trabalhadores rurais, que no caso ele simboliza, fica o meu testemunho de que continuaremos lutando por uma reforma agrária, isto é, pela conquista da democratização de nossa sociedade no campo. Obrigado. (Palmas.)

**O SR. CONSTITUINTE OLÍVIO DUTRA:** – Dom Francisco Austregésilo, permita V. Ex.<sup>a</sup> um aparte? Ouvimos com a atenção o pronunciamento de V. Ex.<sup>a</sup> em nome da CNBB e de outras entidades que patrocinaram essa emenda de iniciativa popular, com milhares de assinaturas, dispendo sobre a ordem econômica e social do País. Um dos principais pontos dessa emenda é a necessidade de termos uma reforma agrária no País. Temos ouvido nesta Casa vários pronunciamentos de pessoas que, pensamos, têm o melhor propósito de trazer para cá o debate que se trava sobre a realidade vivida no dia-a-dia por milhões de brasileiros. Mas temos sentido também que não raramente esse debate assume características surrealistas. Sou gaúcho e fui convocado pelos trabalhadores rurais – não sou trabalhador rural, mas urbano, bancário, embora a origem de minha família seja de meeiros, – para essa luta e de peões do campo. Estivemos no Rio Grande do Sul há pouco e veri-

ficamos o drama vivido por centenas de famílias de trabalhadores rurais, que querem a terra para nela trabalhar, viver, morar e ter um futuro digno, porque são mão-de-obra especializada no trato da terra, mas esse desejo choca-se com a posição, não sei dos empresários do campo, os grandes fazendeiros e aqueles que estão investindo grandes capitais na lavoura capitalista, mas também com a de governos municipais, estaduais e federais, que patrocinam os interesses do latifúndio. Há pouco estive numa frente de luta de companheiros camponeses sem terra ou com pouca terra, em Cruz Alta, numa área que o INCRA já havia deliberado ser apropriada para a reforma agrária. Os fazendeiros devido à legislação que está aí – recorreram dessa decisão, obtiveram recursos, medidas liminares, e a terra continua inaproveitada. Lá quem protegia o fazendeiro era o Estado, a Unidade Federativa do Rio Grande do Sul, a nível global e o Governo Federal, através das suas forças repressivas.

Dom Francisco, o que está por trás de tudo isto, tanto da aliança cio empresário rural, do latifundiário rural, do Governo, do seu próprio braço repressivo, a nível ideológico, é o pensamento de que a reforma agrária é uma proposta socialista ou comunizante. Essa concepção prejudica inclusive os pequenos e os médios produtores rurais. Quero enfatizar aqui, Dom Francisco, que temos mais de 4 milhões de propriedades rurais no nosso País. Segundo estudos que tenho lido, elaborados pela CNBB, por outros organismos e pelo próprio Governo, se aplicássemos uma política de reforma agrária e uma política agrícola em apenas 80 mil desses 4 milhões e tanta propriedade rural, estaria resolvendo o problema de mais de 80% da população rural deste País, que precisa de terra para nela morar, viver e produzir com dignidade.

Existe a idéia, por parte de organismos patronais que têm o favorecimento do próprio Governo na sua divulgação, de que a reforma agrária proposta pela Igreja, pelos setores progressistas da sociedade, vista a atingir os pequenos e os médios produtores. Temos que deixar bem claro que a reforma agrária de que precisamos neste País é capitalista. O capitalismo brasileiro precisa desta reforma, no sentido de que precisamos ter muito mais proprietários de terra neste País do que o percentual mínimo que hoje se apresenta na maioria da terra agricultável. E isto que precisa ficar muito claro, para que não abramos flancos para a contrapropaganda daqueles que querem dizer que esta reforma agrária que está sendo proposta não é medida para um país capitalista como o nosso, que não deixará de ser capitalista em razão desta Constituinte. Temos de dizer que a reforma agrária que estamos propondo é feita dentro dos parâmetros da sociedade capitalista. Queremos um capitalismo com o mais amplo espectro de democracia possível. E para esse capitalismo moderno existir e ser justo, é preciso efetivamente que se faça a reforma agrária que a CNBB, a CPT e outras entidades populares pregam e que Dom Francisco defende aqui. Muito obrigado. (Palmas.)

**DOM FRANCISCO AUSTREGÉSILO FILHO:** – Muito agradecido.

Permita-me dizer a V. Ex.<sup>as</sup> que a reforma agrária irá realmente multiplicar a quantidade de propriedades e não suprimi-las. Queremos que a grande propriedade privada não impeça que as outras pessoas também tenham propriedade. Seria uma multiplicação da propriedade no campo e não a sua supressão. Muito obrigado. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – A Mesa suspende a presente reunião. Continuaremos a discussão das emendas populares, inclusive as de n.ºs 55 e 89, hoje, às 15:00 horas, neste plenário.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Havendo número regimental, declaro aberta esta reunião da Comissão de Sistematização, dando prosseguimento à reunião iniciada hoje pela manhã, durante a qual não pôde ser esgotada a pauta prevista.

Concedo a palavra ao nobre Constituinte Olívio Dutra, que defenderá a Emenda nº 55, referente à ordem social. S. Ex.<sup>a</sup> representa as entidades apresentadoras da proposição: Central única dos Trabalhadores, de São Paulo, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e Comissão Pastoral da Terra de Goiânia.

Tem S. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE OLÍVIO DUTRA:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, a emenda de iniciativa popular que tenho a honra de aqui defender, por indicação das entidades que a propõem e em favor da qual desencadearam uma campanha nas bases populares, conquistando mais de 200 mil assinaturas, é do mais alto interesse do povo brasileiro e, no nosso entendimento, deve merecer uma reflexão profunda desta Assembléia Nacional Constituinte.

A proposta popular da emenda ao projeto de Constituição que passamos a defender levanta cinco questões que dizem respeito à organização do Estado brasileiro, da sociedade brasileira, da economia brasileira, no interesse do povo brasileiro.

O regime de empresa na atividade econômica é o primeiro ponto da emenda. Entendemos que é dever do Estado regular a atividade econômica em todos os setores, a fim de preservar o poder aquisitivo da moeda nacional, bem como proteger os interesses dos consumidores, a saúde, a segurança e a moralidade pública.

Também cabe ao Estado explorar diretamente todas as atividades relacionadas com o sistema financeiro. Cabe aos órgãos de planejamento definir as áreas de empresas de propriedade privada, pública ou mista, para as distintas atividades econômicas. O Estado, numa sociedade de capitalismo periférico, como é o caso brasileiro, tem um papel importantíssimo. Entendemos que o Estado não pode ser técnico, burocrático, militar, como o de que temos tido conhecimento e do qual temos sido vítima nas últimas décadas. Defendemos maior intervenção do Estado na regulamentação da atividade econômica, porque defendemos também um Estado permeado pela sociedade civil, um Estado que tenha a governá-lo e a administrá-lo um Executivo, um Legislativo e um Judiciário, todos legitimados: o Executivo, pelo voto direto do povo, com amplo debate a respeito de programas políticos que devam ser executados; o Legislativo, com a recuperação de todas as suas prerrogativas, para que possa repartir as responsabilidades de administrar o Estado com o Executivo, e assim fiscalizá-lo em nome do povo: o Judiciário, com independência, autonomia, capacidade e soberania para não se dobrar ao Executivo, mas, ao contrário, junto com a sociedade e com o Legislativo, fiscalizar os seus atos e julgá-lo.

Defendemos, portanto, a existência de um Estado moderno, democrático, profundamente democrático; um Estado em que a sociedade civil possa organizar-se através de entidades representativas dos mais amplos setores; um Estado pluralista, um Estado em que os governantes sejam fiscalizados pelos governados, e não o contrário, como ocorre hoje no Estado brasileiro.

Queremos que esse Estado exerça maior intervenção na regulamentação da atividade econômica em todos os setores. Pretendemos que o Estado autoritário, imposto



pelo golpe militar de 64, ainda como herança do Estado conservador das elites brasileiras desde a época do nosso descobrimento, seja arquivado e substituído por um Estado moderno, democrático, social. Um Estado que absorva todas as atividades econômicas, sociais e políticas do País, mas que saiba regular, no interesse da sociedade, os seus serviços, para que a maioria do povo brasileiro seja beneficiária da riqueza que ela mesma produz.

Entendemos que esta Constituinte, no prazo em que foi convocada e em que está trabalhando, não pode ter a pretensão ou vender a ilusão de que o resultado do seu trabalho será a transformação do Estado capitalista em um Estado socialista. Não temos esta pretensão, nem vendemos esta ilusão. Achamos, no entanto, que o Estado brasileiro, em deixando de ser burocrático, militar, tecnocrático e autoritário nos parâmetros ainda da sociedade capitalista, pode e deve ser um Estado democrático, radicalmente democrático, como querem os trabalhadores do campo e da cidade, os setores médios da população brasileira, o pequeno comerciante, o micro-empresário, o pequeno produtor, o trabalhador liberal, o assalariado, os trabalhadores das mais diferentes categorias e o funcionalismo público.

As maiores brasileiras querem um Estado capaz de refletir os interesses do conjunto da sociedade e, em senado pluralista e democrático, na discussão que deva possibilitar ser travada pelas diferentes propostas existentes nesta sociedade, sem negar o conflito de classes que se opõem, pluralista e democrático esse Estado possa, por exemplo, defender que as riquezas minerais deste País, os demais recursos do solo e do subsolo, bem como os recursos potenciais de energia hidráulica devam ser objeto de propriedade da União e ser por ela explorados e administrados, direta ou indiretamente,

Entendemos que nem mesmo grupos nacionais potencialmente capazes pelo aporte de capital e muitos menos, grupos de capitais multinacionais e estrangeiros possam ter possibilidade ou permissão do Estado brasileiro para explorar as nossas riquezas do solo e do subsolo. Essas riquezas são patrimônio do povo brasileiro e, portanto, cabe ao Estado democrático estabelecer as formas da sua exploração em benefício do povo brasileiro.

Entendemos que o sistema financeiro brasileiro, para ser capaz de dar direcionamento social ao crédito, deverá ser estatizado. Hoje, 17 grandes banqueiros nacionais, com vinculações inclusive com o capital multinacional, dominam o sistema financeiro. O crédito, o financiamento para os setores primário, secundário e terciário, e cada vez mais difícil dê ser alcançado por aqueles que, efetivamente, dele precisam para produzir, para abrir novos postos de trabalho para 2 milhões de brasileiros desempregados e outros tantos empregados.

Entendemos que o sistema financeiro nacional deva ser estatizado, não só para que o crédito seja socialmente direcionado, mas para que também possamos ter uma posição ativa e soberana com relação ao tratamento da dívida externa. Se quisermos ter uma postura ativa no tocante à suspensão de pagamento da dívida externa, acompanhada de uma auditoria que radiografe a composição dessa dívida, naturalmente precisamos ter um sistema financeiro estatizado.

Sei que não basta apenas isso para enfrentarmos os países que se autodenominam nossos credores; precisamos ter também articulação com os demais países que os tais de nossos credores denominam de devedores a nível internacional. Precisamos ter com países como o

Peru, em que neste momento se trava uma séria e profunda discussão, em praça pública, a respeito da estatização de seu sistema financeiro. Precisamos, repito, ter, em relação a países como o Peru, México, Argentina, Venezuela e tantos outros países irmãos próximos de nós, da América Latina, e outros países nossos irmãos de sofrimento do Terceiro Mundo, um relacionamento muito mais do que o de troca, do toma-la, da-cá, um relacionamento cultural, econômico e político, que nos dê condições de enfrentarmos em bloco os países hegemônicos que nos consideram seus devedores.

Defendemos, portanto, alterações profundas a nível interno do relacionamento do Estado com a Nação nos parâmetros da sociedade capitalista, mas um Estado profundamente democratizado, que ainda não temos, ao mesmo tempo em que defendemos uma relação política dos nossos governantes, em nome do povo brasileiro, com legitimidade do voto popular brasileiro, constante e rico com tantos outros países que, como nós, sofrem o guante da exploração imperialista.

Entendemos que deve depender de autorização do Governo Federal e do seu controle, concedido em função das diretrizes e das prioridades do Plano Nacional de Desenvolvimento, a instalação de qualquer empresa sob controle direto ou indireto de pessoas físicas ou jurídicas, domiciliadas no exterior, bem como entendemos que a alienação a essas pessoas jurídicas e físicas, com domicílio no exterior, de pessoas jurídicas e físicas nacionais, deve depender, também, da autorização do Estado brasileiro.

Entendemos que o Estado brasileiro, neste País de capitalismo periférico, preciso ter presença efetiva e eficaz no controle e na regulamentação da atividade econômica. O poder público deve explorar, diretamente ou por meio de concessão, as atividades de interesse público, de prestação de serviços, de produção e distribuição de bens, de acordo com os interesses da sociedade e em benefício dessa mesma sociedade. O monopólio público desses serviços de interesse coletivo deverá ser criado por lei; se a empresa pública for da área federal, pelo Congresso Nacional; se a empresa pública por da área estadual, segundo as regras desta Constituição, pela Assembléia Legislativa; se a empresa pública for da área municipal, pelo Legislativo municipal.

Há áreas da mais alta importância e significado para a vida da maioria da população e para a melhoria de suas condições de vida, como a saúde, os transportes coletivos e o abastecimento. Entendemos que o Estado brasileiro, Estado democrático e não autoritário, técnico e militar, permeado pela sociedade civil e por ela fiscalizado, juntamente com este Congresso – pelo Congresso que esta Constituição há de definir com todas suas prerrogativas – tem compromissos sérios e tarefas importantes a serem executadas. Entendemos que a onda privatista que vem no discurso de vários ilustres Constituintes, representando aqui os interesses da iniciativa privada, tem conteúdos importantes e sérios que merecem a maior atenção da Constituinte. Mas entendemos que é equivocado neste momento pretender privatizar o público, fazer com que o Estado brasileiro seja um mero intermediário entre o recolhimento de recursos sociais da maioria do povo e um repassador desses recursos para a iniciativa privada. Mais do que isso, o Estado brasileiro tem uma função própria, específica e precípua: administrar e regulamentar atividades econômicas em setores essenciais. Defendemos as empresas estatais, não como cabides de emprego ou como elefantes brancos improdutivos, ineficazes ou emperrados;

preconizamos que as empresas públicas, que exercem atividades em setores essenciais da economia de base deste País, devam ser fortalecidas se não diminuídas no seu papel. A Petrobrás, o Banco do Brasil, a Embratel e tantas outras empresas, decorrentes de lutas históricas do povo brasileiro, estão constantemente ameaçadas pelos interesses do grande capital nacional e multinacional.

O poder público, em nosso entendimento—e esse "público" é o público mesmo, não o "público" retórico—é aquele que mantém a sociedade efetivamente organizada, que por sua vez reconhece-lhe esse caráter ide público e o fiscaliza.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):**— Peço a atenção de V. Ex.<sup>a</sup> para o fato de seu prazo já estar esgotado.

**O SR. OLÍVIO DUTRA:**— Obrigado, Sr. Presidente. Procurarei, em curto tempo, encerrar a defesa desta emenda.

Sr. Presidente, esta emenda de iniciativa popular, com mais de duzentas mil assinaturas, patrocinada pela Central única dos Trabalhadores, pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e pela Comissão Pastoral da Terra, defende também que somente sejam reconhecidos os empréstimos, financiamentos e outras modalidades de endividamento, público ou privado, junto a organismos, bancos ou instituições estrangeiras, desde que aprovados pelo Congresso Nacional, e que os empréstimos, sob qualquer modalidade, já contraídos, sejam objeto de revisão e avaliação, de acordo com a lei. E a posição que já enfatizamos anteriormente da suspensão do pagamento da dívida externa e da imediata abertura de uma auditoria para radiografar sua composição.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, as questões que estão no bojo desta emenda de iniciativa popular, teus certeza, não são tranquilas; são polêmicas, e até por isso mesmo devem ser tratadas com a maior franqueza e sinceridade, não apenas por nós, mas pelos demais Constituintes que tenham posições diferentes e defendam interesses de setores sociais também diferentes, representando-os nesta Constituinte. Estamos aqui defendendo os interesses de setores sociais objetivamente definidos na sociedade brasileira: os trabalhadores sem terra ou com pouca terra, os microempresários e os pequenos comerciantes, os trabalhadores urbanos, os assalariados e o funcionalismo público. É com esses que temos compromissos, e é com base nas suas reivindicações que esta proposta obteve as duzentas e tantas mil assinaturas. Poderia haver maior número se tivéssemos tido mais tempo eu até mesma mais capacidade de fazê-la chegar a tantos locais nos quais não pôde chegar.

Sr. Presidente, para que faça parte integrante do nosso pronunciamento, passo a ler a justificativa elaborada pelo Constituinte Luiz Gushiken, Deputado por São Paulo, membro da bancada do Partido dos Trabalhadores nesta Constituinte, a respeito da estatização do Sistema Financeiro, em que transmite a posição do Partido dos Trabalhadores e da sua bancada:

#### Justificativa

1. O Sistema Financeiro Nacional, pelo seu papel estratégico de intermediador dos fluxos financeiros entre poupadores e aplicadores, servindo de vasos comunicantes que levam a seiva dos recursos financeiros a todo sistema econômico, têm papel fundamental no desenvolvimento sócio-econômico do País. Dependendo, entretanto, da forma da propriedade do seu capital social que vai ser definido na futura Constituição, iremos ter um

serviço que vai atender à função social de intermediação financeira, harmônico e voltado para um maior equilíbrio dos agentes econômicos ou então, vamos continuar, como agora, assistir a uma concentração contínua do capital e da renda, beneficiando as atividades especulativas em detrimento do sistema produtivo e da sociedade em geral.

2. Em primeiro lugar, é preciso questionar se a função hoje atribuída ao nosso Sistema Financeiro Nacional se restringe, como se tem afirmado, a mero intermediário entre poupadores e aplicadores, exercendo um papel neutro nessa intermediação. Na verdade, tal não ocorre. Ao contrário dessa suposta e até apregoada neutralidade, o sistema financeiro atual, primando a sua atuação pelo objetivo do lucro, privilegia os setores menos importantes para o desenvolvimento econômico, direcionando, prioritariamente, os recursos para as atividades especulativas.

3. O sistema financeiro no seu papel de financiar o setor produtivo, não tem adequado os recursos às necessidades do ciclo produtivo das empresas, quer no financiamento dos investimentos, quer nos empréstimos para capital de giro. Esta falha decorre do posicionamento oportunista e imediatista do sistema, que só realiza operações de curtíssimo prazo, tanto de captação como de aplicação. Os bancos de investimento, criados especificamente para realizar operações de longo prazo, atuam hoje apenas no curto prazo.

4. Outra grande distorção provocada pelo segmento privado do sistema financeiro é a concentração funcional e regional da renda, na medida em que de um lado dirige o crédito, prioritária e privilegiadamente, aos mais afortunados economicamente e, de outro, capta recursos no interior e nas regiões mais pobres para aplicá-los nos centros mais desenvolvidos. Outra forma de concentração se dá através do deferimento prioritário de empréstimos às empresas ligadas ao grupo financeiro. As restrições regulamentares existentes nesse sentido são contornadas por empréstimos recíprocos entre os grupos econômicos. Além disso, as instituições financeiras oferecem sempre maior rentabilidade aos grandes poupadores e menores custos aos grandes tomadores.

5. O atual sistema financeiro tem se beneficiado, de forma sistemática, da política monetária do Governo. Uma política expansionista, tendente nos primeiros momentos a beneficiar todo o segmento da economia, privilegia as instituições financeiras, na medida em que elas dispõem de mais recursos para atender seus clientes, sempre ávidos, num país carente como o nosso, de mais empréstimos. Nas fases de contração monetária, quando o setor produtivo se prejudica com a menor disponibilidade de recursos, os bancos se beneficiam de forma ainda maior do que na fase de expansão, pela elevação extorsiva das taxas de juros.

6. A política levada a efeito para o setor financeiro, a partir do Governo Médici, de incentivar as fusões e incorporações com vistas a ganhos de economia de escala, não surtiu os efeitos desejados em termos de redução das taxas de juros. Os ganhos de escala obtidos com a redução do número de instituições não foram transferidos para a so-

cidade, mas retidos pelo próprio sistema financeiro, graças a seu poder oligopolista de manter elevada a diferença entre as taxas de captação e de aplicação.

7. Por outro lado, as intervenções que têm sido feitas pelo Governo no sistema, destinadas a sanar os problemas de instituições falidas – situações que normalmente têm sido causadas por administrações fraudulentas ou por realizações de operações com excessiva dose de risco no intuito de auferir lucros elevados a curto prazo – têm resultado sempre na socialização dos prejuízos, enquanto os lucros são sempre, tempestivamente, apropriados ou distribuídos aos acionistas.

8. Os subsídios que têm sido dados ao crédito para financiar determinadas atividades, consideradas essenciais ou de maior incidência de risco, têm resultado em maior concentração da propriedade, mormente no setor agrícola. Tal fato decorre da circunstância de que os créditos subsidiados, quando deferidos pelo sistema privado, são canalizados normalmente para os clientes preferenciais e de maior poder econômico. Com esse dinheiro barato, foram ampliadas as grandes propriedades rurais, mediante incorporações de pequenas unidades, as quais normalmente inferiorizadas, não desfrutam dos benefícios dos subsídios. Situação diferente prevalecerá num sistema estatizado, onde o crédito é deferido conforme o interesse social.

9. Outro grande malefício oriundo do sistema financeiro privado decorre do financiamento do déficit público, já que as instituições financeiras só se dispõem a adquirir títulos do Governo em montante adequado, mediante abertura das taxas de juros, com maiores custos para o Tesouro e, conseqüentemente, para a sociedade.

10. O alto índice de automação atingido pelo sistema financeiro – superior mesmo ao registrado em vários países desenvolvidos – longe de ter sido induzido por uma demanda do público usuário resultou, essencialmente, da utilização de incentivos e facilidades propiciadas pelo Governo, como reserva de mercado no campo da informática. O setor financeiro tornou-se proprietário da maioria das empresas de informática, ao tempo em que a própria Embratel presta, freqüentemente, serviços diretamente aos grandes bancos. Ademais, essa intensa automação do sistema financeiro contribuiu para alijar os pequenos bancos, favorecendo a concentração bancária.

11. Com referência ainda à automação bancária, especialistas nesta área sustentam que nesse processo os bancos não orientaram seus projetos com base nos custos/benefícios da automação, mas se preocuparam muito mais com o seu efeito-demonstração junto ao público usuário, diretriz que foi corroborada pelos elevados lucros auferidos pelo setor e pelos mencionados incentivos recebidos.

12. O atual sistema financeiro, por realizar um serviço de utilidade pública, depende, para seu funcionamento, de concessões do setor público. Entretanto, ao contrário do que ocorre com as demais empresas que prestam serviço de interesse

público, as instituições financeiras não têm, em geral, nem seus preços e nem seus lucros controlados pelo Governo. Mesmo quando se estabelecem eventuais e periódicos tabelamentos sobre as taxas de juros, esses tabelamentos se evidenciam ineficazes, em face de mecanismos de que dispõe o sistema para burlá-los, como as exigências de saldo médio/retenção de empréstimos, de realização de seguros, de compra de ações e outros títulos do grupo a preços superiores aos de mercado, e de outros artifícios, para elevar, ao nível desejado, a taxa real de juros.

13. Com relação à dívida externa, a tomada de empréstimo junto ao sistema financeiro internacional pelas instituições financeiras privadas representa um risco mais elevado e, conseqüentemente, elevações das taxas de juros, com maior custo para o País.

14. O sistema financeiro, com a estatização, vai ser simplificado, mediante eliminação dessa gama de diversos tipos de instituições especializadas em operar em diferentes segmentos do mercado, bem como vão ser extintos vários instrumentos de captação e intermediação de recursos, os quais só contribuem para estimular a ciranda financeira, e elevar a diferença entre remuneração do poupador e o custo do tomador final dos recursos, com reflexos desastrosos no custo final dos produtos.

15. A estatização do sistema financeiro, na medida em que reduz as taxas de juros, representa o interesse não apenas dos trabalhadores, mas também dos empresários não financeiros, principalmente pequenos e médios, haja vista as grandes pressões que, de um modo geral, têm sido feitas sobre os bancos por todo o setor empresarial não ligado ao setor financeiro.

16. A defesa do sistema privado, sob a justificativa de que ele, ao permitir a concorrência entre as instituições, resulta numa menor taxa de juros, não tem validade no caso brasileiro, na medida em que os bancos funcionam de forma cartelizada e não se permite a entrada de novos concorrentes no sistema. Por outro lado, se fosse permitido o livre ingresso de outras instituições, elas teriam, nesse quadro, poucas probabilidades de sobrevivência aumentando o risco de mercado.

17. Outra grande desvantagem do sistema financeiro privado reside no fato de que, por mais eficiente e rigorosa que seja a fiscalização, ela não consegue detectar e apurar grande parte das irregularidades do sistema financeiro privado, pelos artifícios (alguns antes mencionados) que as instituições movidas pelo interesse do lucro, utilizam para burlar a regulamentação. Com a estatização deixando de existir o conflito entre o interesse do sistema e a vontade do Governo, as irregularidades serão sensivelmente reduzidas.

18. Os defensores da iniciativa privada a qualquer preço irão, indubitavelmente, invocar contra a estatização, a situação atual na maioria dos bancos estaduais. Nesse caso, alguns fatores que não podem ser atribuídos como características de um sistema estatizado explicam essa precária situação dos bancos estaduais. Em primeiro lugar, está havendo um superdimensionamento dos pre-

juízos ocasionados pelos bancos estaduais em relação aos ocorridos com o saneamento dos bancos privados, uma vez que, no caso destes não foram dimensionados os custos sociais dos elevados subsídios creditícios envolvidos nos processos de liquidações, nos incentivos tributários, nos processos de incorporação e outros favores e concessões. De outro lado, a situação atual dos bancos estaduais decorreu do problema financeiro dos estados e, mais do que isso, da falta de moralidade pública dos governadores que, em certos casos, como ocorreu em 1982, foram estimulados a captar recursos a qualquer preço no mercado através de seu banco estadual, para financiamento de obras eminentemente eleitoreiras. E foi exatamente a partir de 1982 que teve início o crônico problema dos bancos estaduais. Por fim, faltou ao Banco Central a adoção de mecanismos para um efetivo controle dos bancos estaduais.

19. Outra grande vantagem da estatização é a maior garantia de êxito na execução de um planejamento econômico, já que o Governo vai ter controle sobre o sistema financeiro.

20. Por todos esses malefícios trazidos pelo controle privado do sistema financeiro e benefícios de um sistema estatizado é que se apresenta este anteprojeto de texto constitucional, estabelecendo que as instituições financeiras serão de propriedade exclusiva do poder público e a intermediação financeira atividade exclusiva dele.

21. A propriedade exclusiva do poder público, e não apenas o controle acionário, é necessário para não provocar conflitos entre a finalidade social dos serviços de intermediação financeira e o interesse de lucro dos acionistas minoritários.

22. Para que o sistema estatizado não venha pecar por ineficiência na prestação dos serviços, em decorrência da burocracia que, em geral, tende a prevalecer nas atividades públicas, e também para que sua atuação não seja ditada por interesses político-partidários, vai ser necessário estabelecer formas efetivas de controle social sobre o sistema, a serem definidas em legislação específica, sem as quais as vantagens da eliminação dos malefícios do sistema financeiro privado e da conquista dos benefícios da estatização poderão ser reduzidos pelas chagas da burocracia, da deficiência na prestação de serviços e dos favores políticos, em geral."

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Ouviremos agora a nobre Constituinte Lídice da Mata, que defenderá a Emenda nº 89, referente à desapropriação de propriedade rural e urbana em títulos da dívida pública.

**A SRA. CONSTITUINTE LÍDICE DA MATA:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, foi com grande satisfação que eu e meu Partido, o Partido Comunista do Brasil, recebemos a tarefa de defender a emenda popular encaminhada pelo Mosteiro de São Bento, Associação de Pais e Mestres da comunidade de Saramandais e pela Associação Comunitária União Paraíso, subscrita por trinta e três mil eleitores, a qual trata da questão urbana. Essa escolha representa para nós uma forma de reconhecimento do trabalho que desenvolvemos junto às popula-

ções carentes de moradia do nosso País e, em particular, da nossa querida Cidade de Salvador, Capital da Bahia.

Esta defesa também nos honra muito porque conhecemos a atuação de cada uma dessas entidades, particularmente a do Mosteiro de São Bento, que desempenhou um papel ímpar na luta pela democracia brasileira na Bahia, abrigando as forças democráticas no período de mais intensa repressão naquele Estado.

A emenda popular visa a incluir no Capítulo I do título VIII – Da Ordem Econômica e Financeira do Projeto de Constituição, o seguinte:

"Art. A União poderá promover a desapropriação da propriedade rural ou urbana, mediante pagamento de justa indenização fixada segundo os critérios que a lei estabelecer, em títulos especiais da dívida pública."

"Art. Todo brasileiro que, não sendo proprietário rural ou urbano, possuir imóvel como seu por três anos contínuos, como domicílio permanente seu e de sua família, sem oposição, adquirirá o domínio mediante sentença que servirá de título para transcrição no Registro de Imóveis."

Além disso, assegura apoio financeiro e técnico a pequenos proprietários rurais. Na justificativa da proposta, as entidades responsáveis por essa emenda popular consideram necessário que se defina na Constituição o direito de utilização do solo de acordo com o seu papel social, que se garanta a participação popular na execução da reforma urbana e que as desapropriações, tanto rurais quanto urbanas, objetivem garantir o direito à moradia digna e adequada para todos.

A apresentação de tal emenda nos obriga a retomar a discussão sobre a questão da habitação e da moradia no Brasil de forma mais profunda.

O desenvolvimento da sociedade brasileira se deu de forma desigual entre as suas regiões, em função do processo de industrialização desordenado e mal planejado. O êxodo rural, provocado pela procura de emprego nos grandes centros urbanos, e a monopolização da terra, que expulsou e expulsa o trabalhador, fizeram com que esses grandes centros urbanos se transformassem em grandes centros de miséria e desigualdades sócio-econômicas. A indústria implantada se baseia principalmente no capital estrangeiro e não tem condições de absorver toda a mão-de-obra disponível, que nesses grandes centros cresce de forma mais acelerada que a oferta de emprego.

O golpe militar de 1964 fez com que essa situação se agravasse na medida em que desenvolveu um modelo econômico concentrador de renda, que teve no arrocho salarial um dos seus principais pilares. Esse quadro levou a um aumento sem precedentes das populações faveladas e marginalizadas. Os grandes centros urbanos transformaram-se em imensas invasões, em grandes favelas, ocupadas por aqueles que não tinham onde morar.

Temos exemplos, como em Salvador, de favela, considerada uma das maiores do mundo – o antigo Alagados – desenvolvida durante o período ditatorial e que, mais tarde, ainda no Governo do período ditatorial, sofreu um processo de urbanização que mantém a velha invasão e, conseqüentemente, suas populações na miséria. Atualmente, cerca de 75% da população brasileira é urbana. Segundo projeções oficiais, essa situação agravar-se-á e corresponderá a 90% nos próximos trinta anos, o que significará nada mais nada menos do que 216 milhões de pessoas no ano 2020 morando nos centros urbanos.

Essa aglomeração populacional principalmente nas grandes cidades tem levado a um agravamento das condições de vida nesses locais de uma maneira geral. O quadro que temos é o de milhões de brasileiros amontoados em casebres, cortiços e todo tipo de habitação deficiente, sem saneamento básico, em locais distantes ou insalubres. A saúde pública, a falta de segurança, o abandono de menores, a violência generalizada se agravam em função de toda essa situação. A cidade de Salvador é um exemplo disso. Esta foi a primeira Capital do Brasil e disputa hoje com outras coisas, do descaso e do abandono a que foi relegada fome, da miséria, das invasões, em decorrência, entre outras coisas, do descanso e do abandono a que foi relegada pelos seus governantes, todos ligados à ditadura militar.

Vereadora que fui durante quatro anos, posso afirmar, sem exagero, que a crise de moradia de Salvador, como de todas as grandes cidades do País, é decorrente, fundamentalmente, da especulação imobiliária. As empresas de construção civil controlam milhares de imóveis urbanos, retêm grandes áreas não ocupadas, "engordam os terrenos", como diz na expressão popular. Além disso, a expansão ou renovação das áreas urbanas se dão também segundo os interesses da especulação imobiliária, articuladas com os governos municipais.

Diante desse quadro, como têm agido os governos ao longo desses anos para resolver tal situação? Tratam do caso como se fosse problema de polícia, expulsando o povo das áreas ocupadas sem criar alternativas de moradia, a exemplo do que ocorreu recentemente em Brasília, na SQN 110. O povo foi expulso de lá pelo Governo, sem que lhe fosse dada uma alternativa condigna de moradia, e hoje, na sua maioria, aquelas pessoas estão dormindo na rodoferroviária, embaixo dos viadutos etc. De forma geral, o povo tem respondido a essa situação com luta, com união. Tem sido assim em todos os locais, porém não basta a resistência popular heróica; é preciso que o Governo apresente soluções reais. Esse problema complexo que enfrentamos, como tantos outros, é de difícil solução e não será resolvido apenas nos marcos da reforma urbana.

Em que pese a exigir a questão urbana um tratamento específico, próprio, em função das suas particularidades, acredito que essa questão está intimamente ligada ao problema rural, à reforma agrária. Lá também enfrentamos o problema da monopolização da terra. A grave situação em que se encontram as populações rurais mostra a necessidade urgente de modificações profundas no sistema de propriedade da terra.

É necessária uma reforma agrária que, além de acabar com a chaga do latifúndio, fixe o homem no campo, contendo assim o êxodo rural e o crescimento desordenado das grandes cidades. Existem hoje mais de 12 milhões de camponeses sem terras, sem ter onde trabalhar, os quais passam a ver nas grandes cidades uma solução para os seus problemas.

Sr. Presidente, Sras e Srs. Constituintes, a reforma urbana não pode ser vista como algo abstrato. O problema da habitação está ligado à questão do uso do solo urbano e à questão do meio ambiente das cidades. O problema da habitação para ser resolvido deve levar em consideração o uso do solo urbano como um problema social que necessita de planejamento habitacional adequado ao crescimento das grandes cidades e que coloque o interesse da coletividade acima dos interesses privados. Nesse sentido, cabe ao Estado estabelecer uma política urbana que considere a habitação integrada ao contexto urbano, e não de forma isolada. É necessário garantir subsídios às populações de

baixa renda, que não podem arcar com os custos reais de habitação. É necessário garantir a construção em massa de habitações populares. É necessário que o poder público estimule a criação de cooperativas de moradores destinadas à construção de casa própria, e ajude o esforço de autoconstrução das populações pobres. É necessário, enfim, que a União, os Estados e os Municípios destinem dotações orçamentárias específicas para programas de moradia popular. Entendemos, portanto, que a emenda popular que visa à modificação do substitutivo do Relator Bernardo Cabral, fortalece este caminho de democratização do acesso à moradia as populações pobres de nosso País.

No que se refere à questão do usucapião, é necessário que se reduza seu tempo. Acreditamos que o prazo de cinco anos é demasiadamente elástico para isso. O usucapião é hoje uma das reivindicações mais fortes das populações faveladas, de baixa renda, e pode representar um golpe importante na especulação imobiliária. Existem comunidades em Salvador, como em todo o País, que ocupam áreas há mais de vinte anos e se vêem ameaçadas, dia e noite, de expulsão de suas casas. Temos exemplos disso nos bairros do Calabar, Vila Sabina, por estarem próximos às áreas novas e centrais da cidade, as quais continuam sem urbanização e sem tratamento para manter a possibilidade de expulsão e de utilização pelos grandes especuladores imobiliários. Isso na prática a inviabiliza. Lutamos para que essas desapropriações sejam pagas em títulos especiais da dívida pública como forma de facilitar o acesso do povo às terras. O dinheiro público deve ser utilizado para as benfeitorias nesses terrenos, e para isso se revertem em benefícios da coletividade.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, estamos enfrentando um grande desafio histórico: a nova Constituição da Nação. Infelizmente, a problemática urbana vem sendo tratada como uma questão secundária em toda essa discussão, em que pese ao número de emendas, tanto populares como de Constituintes, sobre o assunto. Quase não discutimos em plenário a profundidade do assunto, ou os relatórios anteriores não ofereceram textos que realmente expressassem a preocupação dos Constituintes com esta questão. O texto do novo substitutivo do Relator Bernardo Cabral significa um avanço no que diz respeito à questão urbana, porque pelo menos fala sobre a questão do usucapião, da desapropriação, do transporte coletivo, mas de forma insuficiente; mais uma vez tenta colocar as desapropriações em dinheiro para impedir que um poder municipal seja capaz de viabilizar realmente a reforma que as cidades grandes brasileiras necessitam no sentido de assentar os seus favelados, urbanizar e transformar as cidades brasileiras a fim de que os cidadãos possam viver e sobreviver dignamente, pondo fim aos grandes cinturões de miséria que vemos em todo o subúrbio de Salvador e na periferia das cidades brasileiras, como São Paulo, Rio de Janeiro e nas grandes favelas mundiais.

O crescimento e a organização, o planejamento urbano não pode privilegiar o interesse das grandes imobiliárias, de especuladores imobiliários locais, mas precisa apresentar solução para os problemas criados dentro de cada uma dessas cidades, as quais não têm tido o mínimo respeito dos governos estaduais, municipais e mesmo desta Constituinte, que continua a discutir os problemas nacionais como se não estivéssemos na era de um Brasil que tem milhões e milhões de habitantes morando em favelas nas grandes cidades, com os grandes problemas urbanos, para os quais não se oferece qualquer tipo de solução.

Ao lado, portanto, da grande discussão que travamos neste Plenário sobre a reforma agrária no Brasil, precisamos vincular a questão do assentamento do homem urbano nos seus bairros periféricos, da possibilidade de dar-lhe infraestrutura, respondendo aos interesses e aos anseios da maioria da população brasileira que hoje reside nas grandes cidades, advinda do campo, sem expectativa de solução para os seus problemas. Precisamos de uma reforma urbana que assente o homem no campo e lhe permita o desenvolvimento da produtividade em nosso País, dando também àquele que já está na cidade e que não voltará ao campo a possibilidade de uma sobrevivência condigna, que contribua para o desenvolvimento das grandes cidades brasileiras.

É nesse sentido, Sr. Presidente, que novamente voltamos a abordar a questão da reforma agrária no Brasil. A emenda popular aqui apresentada não visa a resolver o problema agrário nem o urbano, porém representa um avanço em relação ao que está posto no atual projeto de Constituição. O seu conteúdo apresenta interesses populares legítimos. O Brasil precisa romper de uma vez por todas com o monopólio da propriedade rural e urbana. Isso só será possível através de um processo de desapropriação que beneficie o trabalhador, o homem do povo. Precisamos reduzir o tempo necessário para a aplicação do direito do usucapião, como forma de garantia à população de baixa renda domicílio. O Brasil precisa assentar o trabalhador no campo como forma de aumentar a produtividade, acabar com o êxodo rural e pôr fim ao latifúndio.

O Brasil precisa, enfim, de uma Constituição voltada para a resolução dos seus principais problemas e não para a sua perpetuação; só assim teremos uma Constituição duradoura. A participação popular, que se dá, entre outras formas, através destas emendas populares, deve servir de parâmetro para estabelecer o casamento do anseio popular com a legislação atual. Esperamos, pois, que não percamos esta oportunidade de unir as reivindicações do nosso povo, que se expressou nesta Assembléia Nacional Constituinte através de emendas populares com cerca de 14 milhões de assinaturas. Não podemos deixar passar esse momento como se nada tivesse ocorrido no Brasil. Isto não é verdade. O povo está se mobilizando para discutir uma Constituição que possa expressar os seus anseios, os seus interesses e, particularmente, que possa abordar de forma profunda os principais problemas que enfrenta.

Não podemos, portanto, ao lado de toda a discussão que trazemos, como Constituintes, ignorar a existência destas emendas populares, que expressam organizações religiosas, associações de bairros, sindicatos, partidos políticos até e tantos outros segmentos da nossa sociedade que, por estarem fora do palco da Constituinte propriamente dito, desenvolvem um esforço de discussão junto à sociedade brasileira para aqui trazer seus interesses.

Nesse sentido, Sr. Presidente, aqui finalizo deixando a nossa posição de apoio à emenda popular trazida aqui pelo Mosteiro de São Bento e por outras entidades e associações de bairros do nosso Estado. Temos a certeza, de que ela expressa a opinião de centenas de milhares de brasileiros que hoje residem nas cidades sem a oportunidade de terem o direito à terra que utilizam, nem a uma habitação condigna. Precisamos de um Governo que se volte para a construção de casas populares, dando infraestrutura aos bairros populares, e que tenha como objetivo maior dar uma vida digna ao trabalhador brasileiro. Dispus-me a defender esta emenda do Mosteiro de São

Bento, apesar de não ter sido apresentada pelo meu partido nem ter identidade ideológica ou mesmo política, como uma homenagem a este Mosteiro e a essas associações que, percebendo a importância do momento constituinte, não ficaram omissas no processo de participação popular, trazendo a esta Casa o desejo de ter um País democraticamente livre, em que a democratização não se dê somente através do discurso político, mas de uma verdadeira democratização econômica, que permita ao trabalhador brasileiro sobreviver com dignidade. (Palmas).

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Agradeço à nobre Constituinte Deputada Lídice da Mata e passo a palavra ao industrial Mário Amato, Presidente da Federação das Indústrias de São Paulo, que dissertará sobre a livre iniciativa, objeto da Emenda nº 35.

**O SR. MÁRIO AMATO:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, nesse momento histórico para a Nação brasileira, em que os Srs. Constituintes escrevem a nova Carta – uma grave incumbência que conta com a participação ativa e patriótica dos mais diversos segmentos da sociedade – retomo o contato com esta Assembléia imbuído do mesmo espírito que os move, o de traçar os rumos para o futuro do nosso País.

E a segunda vez que venho a esta Casa neste período singular de nossa história. E a razão que me traz aqui tem, em sua essência, um único objetivo: sensibilizá-los para uma tese que a indústria paulista, em particular, e o empresariado em geral de meu Estado e do Brasil vêm defendendo firmemente: a manutenção e o fortalecimento da economia de mercado, o aperfeiçoamento do regime da livre empresa e, conseqüentemente, uma clara delimitação do campo de ação do Estado na economia.

Em abril deste ano, falando à Subcomissão de Princípios Gerais, Intervenção do Estado e Atividade Econômica, havíamos colocado uma posição muito clara a propósito dessas questões, e que, agora, volto a enfatizar no momento em que pleiteamos a inclusão, no capítulo da Ordem Econômica, de um artigo contendo dez princípios básicos: pretendemos, com essa colaboração, que se regule a atividade dos agentes econômicos em face das estruturas de mercado.

Com uma crença inabalável nos princípios que norteiam a livre iniciativa – princípios que se confundem com a própria liberdade de empreender, um direito inerente ao homem – nossa proposta visa a uma série de objetivos, todos eles voltados para o fortalecimento da economia por meio de um capitalismo moderno, comprometido com o bem comum, com a satisfação das necessidades da população brasileira.

A emenda aditiva, subscrita pela Federação do Comércio do Estado de São Paulo, pelo Centro das Indústrias do Estado de São Paulo e pelo Centro do Comércio do Estado de São Paulo, tem sua origem em um esforço conjunto de oito entidades empresariais do País, representantes dos segmentos da indústria, do comércio, transportes da agricultura e de bancos, que formam o Fórum Informal de empresários.

Este Fórum, criado há cerca de 1 ano, vem discutindo as grandes questões econômicas do País, procurando dar a sua contribuição ao trabalho que autoridades do Executivo e da área política vêm desenvolvendo no sentido de equacioná-las. Nessa tarefa, as questões conjunturais, com um peso específico, têm sido tratadas profundamente. Todavia, os aspectos que informam a elaboração de uma nova Carta envolvem a própria estrutura da economia e

da política e merecem atenção especial e um acompanhamento constante.

É que procuramos fazer, ao lançar, em maio deste ano, uma Carta de Princípios em forma de decálogo, em que nós, empresários, reafirmamos nosso compromisso com a democracia, com a transição política que visa à cristalização de um pluralismo político, a par de uma descentralização de decisões.

Reitero que esse nosso compromisso com a livre empresa decorre de uma profunda convicção: a de que só através da iniciativa privada alcançaremos uma economia mais forte e, conseqüentemente, uma sociedade mais justa, com a indispensável paz social.

Passo assegurar a V. Ex.<sup>as</sup> que a posição que voltamos a defender hoje é a expressão de uma doutrina aceita pelo povo brasileiro; não é uma opinião de grupos minoritários. Isto porque a idéia da livre iniciativa é algo que está arraigado na cultura brasileira.

Srs. Constituintes, em seus dois primeiros itens, a emenda aditiva prevê a ordem econômica estabelecida dentro dos princípios de liberdade de iniciativa, segundo as leis de mercado e do respeito à propriedade privada e aos direitos do trabalhador; reconhece a empresa privada como fator de bem-estar comum e social.

Hoje, é impossível separar o mundo econômico do político e do social. Daí o convite que faço a V. Ex.<sup>as</sup> para uma reflexão sobre o verdadeiro papel da empresa e do empresário na vida nacional, para que possamos reafirmar a nossa posição e, em conseqüência, os valores fundamentais da nossa atividade.

Essa reflexão é muito necessária para que possamos avaliar, no quadro atual, a perspectiva do sistema capitalista de produção, baseado na iniciativa privada, e a função social do empresário de produzir bens e riqueza para a sociedade.

No regime da livre iniciativa incumbe à empresa privada a missão de acionar o progresso e trabalhar pela prosperidade que beneficia a todos, propiciando melhor qualidade de vida ao povo, dentro dos princípios de justiça social.

A primeira responsabilidade do empresário, portanto, é com a boa gestão de sua empresa. Sociedade industrial significa a procura sistemática da eficiência econômica. Mas o empresário tem um compromisso com a coletividade e está consciente de que sua atividade deve ser dirigida à realização do bem comum. Sabe que deve esperar não só o seu desenvolvimento pessoal, mas contribuir com seu esforço para a prosperidade de todos os que com ele colaboram e tendo como objetivo maior a construção da riqueza nacional. Por isso ele pensa não apenas nos direitos do capital, mas também na justa retribuição do trabalho e no bem-estar social.

O empresário não pode ficar alheio aos desafios econômicos e institucionais com que se defronta o País. Este é o capitalista socialmente útil, e de sua atuação a coletividade não pode prescindir, mesmo porque, pela natureza de suas funções específicas, ele se encontra em uma posição que lhe dá uma perspectiva privilegiada para opinar sobre vários assuntos.

É preciso, portanto, que ele seja estimulado a exercer a influência que lhe cabe dentro do seu muito social e, dentro e fora de suas entidades de classe, contribua no encaminhamento de soluções para os problemas nacionais. Isto é válido, principalmente em um momento histórico

como este que vivemos em nosso País: o da consolidação do processo democrático baseado em instituições sólidas, livres, independentes e justas.

É o momento da reafirmação dos princípios da crença no indivíduo e na sua liberdade, estimuladora da inventividade e da responsabilidade, contra a ordem estatizante adepta do poder público hipertrofiado. É o momento de estabelecermos uma política regeneradora que elimine os entraves à privatização e possibilite a implantação do regime da eficiência, que decorre da utilização adequada dos meios da produção, visando ao desenvolvimento econômico e social do País.

O capital não deve ser considerado, portanto, apenas instrumento produtor de lucros, mas principalmente meio de expansão econômica e bem-estar coletivo. A economia representa uma força essencial ao progresso social. O progresso econômico sempre dependeu da vontade, da força, da competência das elites empresariais.

Foi a agilidade da resposta do setor privado o principal fator dos êxitos obtidos na conquista de mercados internacionais e dos saldos comerciais resultantes desse esforço, assim como na superação da crise recessiva que enfrentamos nestes últimos anos.

O empresário privado mostrou-se à altura da terrível contingência que colocou em risco a economia brasileira. Mobilizou-se, racionalizou a empresa, encontrou novos sistemas gerenciais, expurgou o supérfluo, assumiu mais riscos com a introdução de métodos modernos de produção, exerceu, enfim, a imaginação e a vontade e obteve como resultado, por via da competência, um grau de eficiência nunca antes alcançado. Esta força criativa não pode e não deve ser contida. Ela significa um novo padrão de crescimento que se irá estender a maiores parcelas da população e beneficiar mais regiões com os resultados do moderno industrialismo no Brasil.

Nos itens terceiro e quatro é prevista a rigorosa observância dos princípios do Estado de Direito e a limitação de atividade estatal no campo econômico.

Esperamos que a nova Constituição consolide a transição para um regime de economia de mercado, de competição franca e sadia, onde a competência e a eficiência substituam o sistema das decisões arbitrárias. É hora de ajustar o setor público, eliminando a ineficiência e a sua expansão, até aqui avassaladora, disciplinando o seu poder de interferir e reduzindo a sua participação na economia, onde exerce, não raro, o papel de concorrente privilegiado da empresa privada.

É preciso estatuir os princípios gerais e reordenar os órgãos oficiais, disciplinando sua ação e coibindo a sua interferência na economia para que esta possa atuar em estágio de alta eficiência, regida pelas leis de mercado.

Essa voragem acaba descapitalizando o próprio Governo, apesar do regime tributário draconiano que sofremos. E, como conseqüência, temos o Erário sempre exaurido na cobertura de resultados negativos das estatais e no pagamento dessa fantástica despesa com o custeio de um aparato burocrático obsoleto. Em conseqüência, o Governo se afasta do seu real papel de promotor de investimentos básicos essenciais, como educação, saúde, promoção humana, e de indutor do desenvolvimento econômico e social, para se transformar num mau patrão, desbaratando recursos que não são seus, mas do povo, da sociedade.

Os itens cinco e seis tratam da livre associação de capitais e pessoas para a exploração da atividade econô-

mica, da liberdade de concorrência, bem como da igualdade entre as empresas, não se permitindo discriminação entre elas, em virtude da origem do capital. São dispositivos fundamentais para que se possa pensar num Brasil moderno, em condições de participar de uma economia cada vez mais internacionalizada. Um Brasil capaz de competir no mundo desenvolvido, superando as distâncias tecnológicas, com sua indústria apta para gerar empregos em ritmo compatível com a sua força de trabalho. Só com a presença marcante da iniciativa privada na economia nacional será possível criar as condições necessárias à liberdade individual e ao aprimoramento da sociedade como um todo.

A Nação fez, há muito tempo, a opção pelo sistema de economia capitalista. E a livre iniciativa já deu mostras do que é capaz. Ela gerou novos padrões de desenvolvimento, cujos benefícios se estenderão, cada vez mais, a maiores parcelas da população, alcançando todas as regiões do País, como resultado do moderno industrialismo. É preciso, portanto, que a futura Constituição elimine os entraves à economia competitiva de mercado e estabeleça os princípios normativos que assegurem o prevalecimento do regime da livre concorrência, que exige eficiência na utilização adequada dos meios de produção.

Para tanto, há que se conter a tendência à regulamentação e desimpedir o caminho da liberdade de empreender, de tomar iniciativa, de correr riscos, de optar conforme a sua vocação, de se associar e agir dentro das regras de mercado. Nessas condições, não poderíamos jamais depreciar o papel da empresa brasileira de capital estrangeiro e do concurso dos investimentos externos.

Vale a lembrança de que o nosso processo de industrialização foi marcado, desde o início, pela associação entre o capital nacional, privado e público, com o estrangeiro, sem problemas de maior profundidade. E o País sempre se beneficiou com o aporte de investimentos e de tecnologia. As empresas que aqui se localizaram, algumas delas já centenárias, ou quase, desenvolveram-se e deram sua contribuição ao desenvolvimento econômico e social do Brasil. Podemos estar convictos de que os pontos de convergência sempre superaram, em muito, as eventuais divergências. Não obstante, há necessidade de se aperfeiçoar essa participação. Mesmo porque, temos de reconhecer, o Brasil carece desse investimento, da tecnologia que ele traz consigo, bem como de novas experiências gerenciais e de métodos de comercialização.

Em vista de todos esses fatores, colocamos à reflexão dos Srs. Constituintes a questão do capital estrangeiro, que exige detida análise, sem preconceitos nem sentimento xenófobo. Mesmo porque o Brasil precisa realizar investimentos em volumes muito superiores aos que lhe seria possível financiar apenas com a sua poupança interna. Assim, o desestímulo a entrada de novos capitais de risco vai provocar uma ruptura no processo de modernização, industrialização e crescimento da nossa economia.

Nos dois itens seguintes, temos a função social do capital, a repressão ao abuso de poder econômico, o direito de propriedade. Aqui novamente eu os concito à reflexão esclarecedora que assegure a manutenção dos princípios básicos das liberdades de iniciativa, de associação e de trabalho. Liberdades essas que se vinculam ao direito fundamental da propriedade, inclusive da terra, e ao sistema de livre mercado. Porque não há liberdade política sem liberdade econômica.

A classe empresarial aguarda dos Srs. Constituintes realismo e sinceridade no esforço para que sejam atendi-

das as exigências da cidadania pela ordem democrática. Não se trata de defender uma facção política ou um segmento econômico ou social. Mas, sim, de defender o País com a preservação da democracia dentro do império da lei e da ordem.

A congregação de líderes empresariais, adepta resoluta da liberdade de criar, da liberdade de investir, da liberdade de correr o risco e da liberdade de decidir, coloca a empresa não apenas com o objetivo do lucro, mas com uma finalidade social que, por isso mesmo, deve se expandir e se perpetuar.

Certamente, desse conceito virá a paz social que tanto almejamos, mas que só poderá ser alcançada com a efetiva implantação do capitalismo, com visão moderna, já existente em muitos países e, hoje, predominando também no Brasil. Ele se fundamenta na justiça social e é a antítese do capitalismo selvagem, pois se antecipa às reivindicações e as transforma em conquistas para os trabalhadores e a sociedade.

Quanto à repressão aos abusos de poder econômico, a emenda a prescreve, numa contribuição à futura Constituição Brasileira, com uma contrapartida da garantia do capital. Assim, aprova a repressão, especialmente quando caracterizado o abuso pelo domínio de mercados, a eliminação de concorrência e o aumento arbitrário dos lucros. É favorável, ainda, à instituição, por lei, de um sistema de proteção ao consumidor.

O item nono visa a impedir que a intervenção estatal no processo econômico resulte em limitação à rentabilidade da empresa privada e a sua livre gestão. Veda, também, a hipótese de o Estado dificultar o desenvolvimento tecnológico do setor privado.

No aspecto da rentabilidade da empresa, temos que enfrentar o juízo que, no Brasil, existe contra o lucro e a empresa bem sucedida. Ora, em qualquer país desenvolvido é reconhecido o nexó vital entre o lucro e o empreendimento econômico. Sem rentabilidade não há lucro. Sem lucro não há investimento, conseqüentemente, mal há emprego. Lucro, portanto, é a primeira responsabilidade do empresário da livre iniciativa: é o resultado da competência contra o risco do empreendimento. É o fruto do seu compromisso com a empresa, com seus empregados e a sociedade em geral, porque é a eficiência do setor privado o principal fator da superação das crises recessivas que vimos enfrentando nos últimos anos. O negócio, porém, não é apenas o lucro, mas algo que corresponde a um fim social. Esse compromisso com o social tem início dentro da empresa: é a responsabilidade do empresário para com o seu corpo de auxiliares, em todos os níveis.

Finalmente, o item dez prevê garantia ao trabalhador da participação no resultado da atividade econômica, sendo-lhe assegurada condição de trabalho e de vida compatíveis com a dignidade humana. Hoje, consolida-se a compreensão de que o empresário não deve cogitar apenas dos direitos do capital, mas igualmente da justa remuneração do trabalho. Ao trabalhador deve ser assegurado o direito a um salário justo. Devemos ter consciência de que é preciso respeitar sempre mais a dignidade humana, a começar pela melhora da qualidade de vida dos trabalhadores.

O embate entre empregador e empregado deve basear-se, cada vez mais, no diálogo franco, com regras definidas, balizando um comportamento ético e profissional que resulte, em prazo relativamente curto, numa melhora substancial nas relações de trabalho, além do respeito mútuo às leis, decisões judiciais e aos acordos.



Devemos encontrar o caminho para, sem concessões, estabelecer regras claras com as respectivas corporações, num esforço para a integração do trabalhador no processo de desenvolvimento da empresa, respeitado como pessoa humana e valorizado como profissional.

As últimas negociações diretas entre empregados e patrões mostram que já obtivemos um sensível avanço, quando se verifica que as partes não estão fechadas ao diálogo e podem se entender com franqueza e dignidade, promovendo um relacionamento melhor e mais digno entre o capital e o trabalho. Devemos, sem qualquer preconceito, conviver com as lideranças sindicais esclarecidas e, dentro dessa convivência, aceitar as suas legítimas aspirações. Promovendo o ambiente propício, pela criação de condições que assegurem o bem-estar material e a justiça social, através do melhor relacionamento entre capital e trabalho, o empresário torna-se ao mesmo tempo agente e principal fiador da ordem democrática organizada dentro do respeito à liberdade de iniciativa.

Srs. Constituintes, finalizando a emenda aditiva apresentada pelas lideranças empresariais contém uma proposta sincera, visando a reformas estruturais que venham atender aos anseios da sociedade por melhor qualidade de vida, por via do desenvolvimento nacional, com a estabilidade econômica e paz social. Uma nova ordem que, institucionalizada, corrija e discipline o poder tutelar do Estado sobre a sociedade, revertendo-o em um maior poder de controle da sociedade sobre o Estado. Ela sintetiza a consciência do empresariado da livre iniciativa sobre a sua grande responsabilidade para com a Nação.

O progresso econômico, base da evolução política e da estabilidade social, sempre dependeu da iniciativa, da competência do empresariado. Essa é a nossa maior e mais gloriosa responsabilidade da realidade presente, ajudar a construir o futuro, constituindo em nosso País uma sociedade estável, digna, livre e próspera. (Palmas).

**O SR. CONSTITUINTE PAES LANDIM:** — Sr. Presidente, permita-me. Quero apenas congratular-me com o ilustre Presidente da Federação da Indústria do Estado de São Paulo pelo seu pronunciamento nesta tarde. Acho que na transição democrática em que vivemos é importante que todas as lideranças do País, tanto as dos produtores quanto às dos empresários e sindicatos, se libertem da tutela do Estado e possam livremente expor, com plena convicção, suas doutrinas e suas posições, como foi feito, com muita competência, pelo Sr. Mário Amato nesta reunião da Comissão de Sistematização da Assembléia Nacional Constituinte. Sr. Presidente, é fundamental, que a empresa privada nacional seja cada vez mais forte e poderosa, porque não posso conceber a possibilidade de que seja construída uma sociedade democrática estável sem empresa privada forte. Temos a experiência do regime autoritário dos últimos 20 anos, quando, coincidentemente, o autoritarismo político levou também ao autoritarismo econômico, com exacerbação da presença do Estado na economia, atrofiando não só o sistema econômico, mas também o sistema político nacional. Saúdo, Sr. Presidente, o eminente Presidente da FIESP, pela sua liderança empresarial, que não se dobra às injunções e às conveniências do Estado, não aquela liderança de empresários que vivem às custas de subsídios ou incentivos e que perdem autoridade perante o Estado. Neste momento de transição democrática, é da maior importância que líderes como o Sr. Mário Amato e outras lideranças independentes da área sindical tenham voz firme e corajosa para ajudar a construção democrática deste País.

**O SR. MÁRIO AMATO:** — Agradeço ao ilustre Constituinte o apoio que deu ao nosso trabalho.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** — Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup>

Concedo a palavra ao Sr. Inácio Arruda, Diretor da Federação de Associações de Moradores de Fortaleza, que falará, em defesa da Emenda Popular nº 88, sobre a suspensão do pagamento da dívida externa e dos respectivos juros, representando a Confederação Nacional das Associações de Moradores de Brasília, a União Nacional dos Estudantes de São Paulo e a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas.

**O SR. INÁCIO ARRUDA:** — Sr. Presidente, Sras e Srs. Constituintes, o povo brasileiro deposita enorme esperança nos trabalhos desta Assembléia Nacional Constituinte. Há confiança em que os principais problemas nacionais sejam resolvidos com a elaboração da nova Constituição. A responsabilidade dos que foram eleitos para esta função é, portanto, redobrada. Tenho certeza de que, se os resultados destes meses de trabalho não acenarem ao povo com mudanças, a frustração será generalizada. A gente brasileira vive uma situação dramática. Os problemas que enfrentamos são os mais graves possíveis. As soluções que se apontam — quando apontadas — são as mais lentas e ineficazes. Essa gente, de Norte a Sul do País, ouviu atenta as promessas, feitas nas últimas eleições, de que o Brasil iria mudar, e agora quer que o Brasil mude. É este o compromisso daqueles que foram eleitos para nos representarem na elaboração da nova Constituição.

Estou aqui, hoje, perante esta Assembléia, também como representante do povo.

Fui indicado pela Confederação Nacional de Associações de Moradores e Federação de Associação de Moradores de Fortaleza, Ceará, para aqui defender uma emenda popular, respaldada por milhares e milhares de assinaturas.

Como representante da Conan poderia aqui falar sobre os sérios problemas que os brasileiros enfrentam em seu cotidiano. Poderia falar do déficit da moradia, problema que se agrava a cada dia e para o qual não vemos solução. Mesmo na Capital Federal a questão da habitação adquire proporções assustadoras.

Poderia tratar também do desemprego, que se torna cada dia mais grave. A perspectiva da falta de um emprego, de onde obter recursos para sustentar nossas famílias ronda os lares de todo o Brasil. Nossa gente sofre com a falta de atendimento de saúde, com a ausência de transportes eficientes e condizentes com a nossa realidade, com a falta de saneamento básico.

O acesso à educação é privilégio de poucos. Milhões de crianças abandonadas perambulam pelas ruas, esperando ser atingidas por um golpe de sorte ou por um tiro mortal da Polícia.

O que quero dizer é que problemas não nos faltam, mas venho falar daquele que talvez seja o maior de todos, hoje: a questão da dívida externa. Nosso argumento vem em defesa da emenda popular que, com a assinatura de perto de 50 mil brasileiros, propõe um tratamento mais enérgico e digno ao problema do nosso endividamento externo. Essa proposta foi apresentada, conjuntamente, por 22 entidades de peso nacional. Mais importante do que isso, porém, é que a emenda reflete o clamor da grande maioria dos brasileiros. É duro ver o trabalhador sacrificado, na penúria, enquanto o País paga bilhões de dólares, ao mês, a agiotas internacionais; é penoso para uma mãe de família ver seus filhos passarem fome, vivendo em barracos miseráveis, sem as mínimas condições, enquanto, só de juros e taxas, pagamos mais de um bilhão de dólares por mês a bancos estrangeiros. Não se trata de um ou outro

brasileiro desafortunado, trata-se da grande maioria do povo, pois a maior parte da nossa população vive em condições lastimáveis, em dificuldades, de fato, mal sobrevive.

O problema da dívida externa não é novo neste País, mas nunca, talvez, tenha havido um momento tão oportuno para resolvê-lo como agora, de modo que satisfaça aos anseios da nossa pátria, isto é, de que seja dado um basta na exploração desenfreada; que sejam colocados os pingos nos ii, esclarecendo-se que dívidas é essa que o Brasil acumulou, onde está esse dinheiro, quem emprestou, quem gastou e até quem roubou.

A rigor, o endividamento externo do Brasil teve início com a própria História do Brasil, desde que deixou de ser Colônia. É até folclórica a história de que o primeiro ato do Imperador D. Pedro I foi o de assinar um pedido de empréstimo à Inglaterra. É, portanto, um problema histórico crônico, mas que se agravou de maneira espantosa e irresponsável a partir do Golpe Militar de 64. Os militares assumiram o poder quando a dívida externa brasileira era de 2,5 bilhões de dólares e já se dizia que era um dos graves problemas que tínhamos. Durante toda a década de 60 a dívida externa brasileira oscilou entre três e quatro bilhões de dólares.

Foi no início da década seguinte, coincidindo com o período duro da ditadura militar e com o chamado "Milagre Econômico", que a dívida explodiu. Em poucos anos, saltou de quatro bilhões para mais de cinquenta bilhões de dólares. Só esse número nos dá a indicação sobre que "Milagre" era aquele que os governantes daquela época, usurpadores do poder, estavam fazendo. O resultado está aí: uma dívida de cento e quinze bilhões de dólares que envergonha a Nação, bloqueando o desenvolvimento do País.

A história do Sistema Financeiro Internacional é tão velha quanto a própria história do capitalismo. Quando as primeiras indústrias foram instaladas já havia os mais espertos, que, ao invés de trabalharem, buscavam o caminho mais fácil de viver de juros e às custas de quem trabalha, de quem produz. Nós todos sabemos que aquele capitalismo da livre concorrência nunca passou de mote romântico para os clássicos filmes de John Ford. Desde os primórdios, o capitalismo tendeu ao monopólio, à concentração e ao atrelamento ao capital financeiro.

No século passado, a rota do colonialismo era também a rota do capital financeiro. As potências coloniais, especialmente a Inglaterra, começavam a deixar de ser nações industriais para assumirem o papel de agiotas. Empréstava-se dinheiro para qualquer finalidade e na quantidade que fosse requerida: dinheiro para a construção de ferrovias ou para as orgias e ostentações dos governantes da época.

Não se pretenderá, é claro, que a Constituição ora em elaboração decreta o fim do capitalismo. É importante, porém, que saibamos com clareza que o sistema financeiro internacional é o braço mais forte, mais agressivo, mais violento e mais explorador do imperialismo. O simples tamanho da nossa dívida externa, portanto, já é suficiente para demonstrar a dimensão da dependência da nossa economia. Os débitos não são apenas indicativos isolados, mas a parte central de um conjunto de dependências econômica, tecnológica, científica e cultural.

Com o desastre econômico provocado pela Segunda Grande Guerra, as grandes nações do Ocidente, sob a coordenação dos Estados Unidos, resolveram dar um novo ordenamento ao sistema financeiro internacional. Em 1944, na célebre convenção de **Bretton Woods**, foram criados o FMI

e o Banco Mundial. Alegava-se que com essas duas entidades seria mais fácil a reconstrução do pós-guerra. O que vemos, no entanto, é que, especialmente no caso do Brasil, essas entidades se prestam apenas à destruição, ao embotamento do nosso desenvolvimento e ao sofrimento do nosso povo.

A base central do sistema financeiro são os grandes bancos internacionais, aos quais o Brasil deve cerca de 60% do total da sua dívida. São enormes conglomerados, verdadeiros agiotas que se alojam em Nova Iorque, Londres e Tóquio, mas que espalham seus tentáculos até os mais recônditos países do mundo.

O período do nosso mais acelerado endividamento, entre 1969 a 1973, coincide com o momento em que os grandes bancos europeus e norte-americanos tinham grande disponibilidade de dinheiro. Essa abundância de recursos criou uma situação em que a exportação de capital a título de empréstimo, não de investimentos, era absolutamente necessária. Os bancos saíram, então, atrás de otários que quisessem dinheiro emprestado e encontraram seus clientes entre os países pobres da América Latina, Ásia, África; e, entre esses países estava e está o Brasil.

Mas esse fato deixa claro, desde logo, que a culpa pelo fato de essas nações deverem tanta é de governantes irresponsáveis e corruptos, não negamos, mas é também, e principalmente, dos banqueiros internacionais. Esses mesmos bancos estão por detrás das empresas multinacionais que atuam no Brasil. Essas empresas são responsáveis diretamente por grande parte de nossa dívida. É dinheiro que essas empresas emprestam de suas matrizes, através de bancos, como forma de aumentar sua remessa de lucros. O entrelaçamento entre esses bancos e as multinacionais é tal que o Banco Central do Brasil alega não ter como identificar os empréstimos que representam essa burla à lei de remessa de lucros. Não seria, porém, tarefa muito difícil para uma auditoria. Por exemplo, todo o mundo sabe que a **Nippon Electric Corporation – NEC** – é subsidiária de um banco que empresta dinheiro à NEC no Brasil. Como já disse, pois, cada multinacional tem um banco por trás.

A situação é grave. Outros países com menor poder de barganha que o Brasil têm adotado atitudes muito mais firmes e dignas que a nossa Nação. Chega a nos envergonhar a maneira como o Governo chamado Nova República tem tratado essa questão. Os acordos e acertos feitos pelos Governos passados de completa submissão ao capital financeiro internacional estão sendo mantidos e renovados. Mesmo a moratória parcial que se decretou foi muito mais em função de disponibilidade de caixa do que de altivez. Agora o Ministro da Fazenda Bresser Pereira afirma que precisa tomar emprestado mais de sete bilhões de dólares para pagar os juros e taxas do que já devemos. Mantém-se a mesma política que era praticada pelos mesmos senhores que hoje estão no poder. Isso é um absurdo.

A Nação brasileira não pode aceitar uma atitude tão dócil e subserviente como essa.

De repente, nova e salvadora idéia desponta no horizonte das alternativas ditada pelos banqueiros internacionais e pelos técnicos á cata de solução capitulacionistas transformar os juros e o principal da dívida externa em capital de risco no Brasil. Esta idéia vem associada a um ajuste na estratégia de penetração do capital estrangeiro no Brasil, a de criação de zonas industriais voltadas exclusivamente para a exportação, verdadeiros enclaves coloniais na economia nacional.

A idéia é aparentemente simples: se os empréstimos são transformados em capital de empresas, não haverá mais juros a pagar. Na realidade, as coisas se processam de modo inverso. Como os juros são apenas parte do lucro advindo do emprego do capital emprestado, as taxas de juros nunca poderão ser maiores do que a taxa média de lucro do capital, sob pena de inviabilizar os empréstimos. Por isso, a médio e a longo prazo, os empréstimos convertidos em capital de risco, tenderão a pressionar, com remessas e lucros, em taxas superiores às dos juros anteriormente praticados. Do ponto de vista de solucionar a sangria de divisas, a conversão da dívida em capital de risco não passa de um paliativo que, longe de resolver, agravará o problema.

Mas, quanto a resolver o problema dos banqueiros internacionais e das empresas multinacionais, a conversão funciona eficientemente. Como estratégia de desnacionalização, a conversão é bastante eficiente. A transferência de bilhões de dólares em ações de empresas nacionais para o controle de multinacionais, num tempo relativamente rápido, criará um forte impacto desnacionalizador sobre a economia do País, de dimensões nunca vistas.

Da dívida externa, só a parte contratada com bancos privados estaria sujeita ao processo de conversão. No caso do Brasil, essa parte equivale, hoje, a cerca de 68 bilhões de dólares. E, como 70% desses empréstimos são devidos pelas estatais, seria para essas empresas que se dirigiriam os esforços principais da conversão. E mesmo com uma parcela minoritária desses empréstimos, se convertida em ações, seria possível comprar o controle acionário de todas as maiores empresas brasileiras, privatizando-as ao capital estrangeiro.

Fala-se muito nas consequências que uma atitude mais firme poderia ter; fala-se da represália, do boicote e de outros fantasmas. Basta que o Brasil, na eventualidade de represálias, dê o troco, encampando as empresas originárias dos países que fizeram boicote, instaladas em nosso território. Este é apenas um dos muitos exemplos que se pode dar para evidenciar o enorme cacife que o Brasil tem internacionalmente. O que nos falta é poder de barganha, não é cacife; o que nos falta é vergonha, é coragem e dignidade.

Esta emenda popular que chegou à Assembléia Nacional Constituinte propõe muito mais do que alguma disposição transitória para a nova Constituição. Propõe que nós, brasileiros, deixemos de ser humilhados; propõe que voltemos a olhar as demais nações de igual para igual, com dignidade, de cabeça erguida. A suspensão imediata do pagamento da dívida – aí entendido o seu principal, mais taxas e juros – é o clamor da maioria esmagadora dos brasileiros. Só não era a vontade daqueles representantes dos interesses do capital estrangeiro, que, em troca de benesses ou qualquer punhado de moedas, vendem sua consciência.

Propomos que seja instalada uma auditoria, sob a coordenação e direção do Congresso Nacional, para que os brasileiros e o mundo todo saibam qual a dívida que temos. Uma auditoria que nos mostre quem nos emprestou, onde foi aplicado o dinheiro – se é mesmo que o foi – quem levou comissão, quanto foi pago e quanto, efetivamente, falta pagar, e assim por diante. Com base numa auditoria deste porte, aí sim, teremos condições de adotar novas medidas.

Podemos ter a certeza de que, uma vez desfeita a névoa que envolve a questão, muito pouco restará a pagar.

E, para ilustrar, o Instituto Schiller, dos Estados Unidos, realizou um estudo sobre a dívida externa brasileira, publicado no livro "Integración Iberoamericana", 1986. De acordo com esse estudo, devido a uma sobrecarga de juros no período de 1968 a 1975, o Brasil pagou, além do que devia, 33,2 bilhões de dólares. As perdas, por termos injustos de intercâmbio, no mesmo período, chegaram a 91,1 bilhões de dólares. A fuga de capital, também no mesmo período, foi de 8,3 bilhões de dólares, e o pagamento de juros ilegítimos chegou a 27,9 bilhões. Descontando essas quatro parcelas, a conclusão do Instituto Schiller, dos Estados Unidos, é que os bancos estrangeiros estão devendo ao Brasil 58,6 bilhões de dólares.

Assim, a curto prazo, deveremos propugnar a suspensão do pagamento dessa dívida e a abertura de rigorosa auditoria. A longo prazo, devemos nos preparar para o único caminho conseqüente, com a pilhagem em curso: o de enfrentamento do sistema financeiro internacional, denunciando a dívida e declarando, com coragem, o seu não pagamento.

Não vamos aqui ignorar as diferentes origens da nossa dívida externa. Uma parcela, embora bem pequena, é dinheiro devido a pessoas amigas, fruto de transações legítimas, de igual para igual, sem exploração, mas esse montante tem pouco peso no total da nossa dívida. A quase totalidade é de pura agiotagem. São transações repletas de mistérios, com ar mafioso. Todos sabemos que boa parte do dinheiro sequer entrou no Brasil, e que outra parte repousa em contas secretas na Suíça.

O fundamental, após tomarmos essas medidas, é que a questão do endividamento externo deixe de ser assunto apenas de alguns gabinetes do Poder Executivo. Assunto de tal gravidade deve ser tratado pelo Congresso Nacional, com amplos debates que envolvam toda a sociedade. Só devemos, daqui para a frente, buscar dinheiro no exterior em casos extremos e após decisão amplamente debatida, após o consentimento de toda a Nação. O que não se pode tolerar é que o Brasil continue aumentando sua dívida para pagar o que já deve. Uma nação inteira trabalha e produz riquezas para sustentar um punhado de agiotas. Temos que parar com isso.

A emenda popular que tramita na Constituinte propõe que a solução para o problema seja dada agora. A responsabilidade que está nas mãos de V. Ex.<sup>as</sup>, Sras. e Srs. Constituintes, é muito grande. V. Ex.<sup>as</sup> ficarão com enorme débito para com o Brasil se não adotarem uma atitude firme neste momento que o País vive, em que se elabora a nova Constituição, pois, tenho certeza, se tivesse havido tempo para tanto, teríamos nesta emenda pelo menos 120 milhões e 990 mil assinaturas.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, queremos o progresso e o desenvolvimento do País. A dívida externa significa a total estagnação da economia e do desenvolvimento da nossa Pátria.

Por isso, defendemos, neste plenário, a suspensão do pagamento da dívida externa e dos seus respectivos juros.

Sr. Presidente e Srs. Constituintes, muito obrigado. (Palmas).

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tenho o prazer de transmitir a Presidência dos trabalhos ao nobre Constituinte Lysâneas Maciel, que os comandará até o final da presente agenda.

(ASSUME A PRESIDÊNCIA O SR. CONSTITUINTE LYSÂNEAS MACIEL)

**O SR. PRESIDENTE (Lysâneas Maciel):** – Prossequindo na defesa das emendas de iniciativa popular, concedo a palavra à D. Lúcia Pacífico Homem, representante das seguintes entidades: Movimento das Donas-de-Casa de Belo Horizonte, Movimento das Donas-de-Casa de Nova Lima e Associação Comunitária do Bairro de Santa Teresinha.

Os direitos coletivos em questão nunca foram tratados nas Constituintes anteriores. O Direito do Consumidor e do Contribuinte era muito disperso na legislação constitucional. Portanto, é da maior oportunidade ouvir agora V. S.<sup>a</sup> falar sobre o direito dos consumidores, o qual tem sido marginalizado nas Constituintes anteriores.

Concedo a palavra à Sr.<sup>a</sup> Lúcia Pacífico Homem.

**A SRA. LÚCIA PACÍFICO HOMEM:** – Exmo. Sr. Presidente da Mesa, Senador Afonso Arinos, Sras e Srs. Constituintes, em primeiro lugar, gostaria de dizer que me sinto realmente emocionada ao subir pela segunda vez a esta tribuna num curto espaço de tempo apenas oito dias – desta feita para defender a Emenda Popular nº 045, que diz respeito à proteção do consumidor na nova Constituição, emenda esta que consideramos da maior relevância social, política e econômica.

Os 140 milhões de consumidores brasileiros, representados pelas suas entidades civis com total apoio técnico do Conselho Nacional de Defesa ao Consumidor – CNDC/MJ e dos PROCONs estaduais, e por intermédio do Movimento das Donas-de-Casa de Minas Gerais, vêm perante V. Ex.as sustentar a necessidade de dispositivos constitucionais de proteção e promoção dos direitos e interesses dos consumidores brasileiros na futura Carta Magna do Brasil, tudo com base nas seguintes premissas e justificativas:

1 – O momento histórico de elaboração da nota Constituição, o processo de redemocratização, a participação popular, que objetiva alcançar a justiça social concreta, a economia social de mercado e a garantia dos direitos humanos e, sobretudo a democracia econômica do Brasil;

2 – As recomendações e diretrizes internacionais da Organização das Nações Unidas – ONU, notadamente a Resolução da ONU nº 39/248, de 9-4-85;

3 – Os direitos universais e fundamentais do consumidor, reconhecidos internacionalmente e pela ONU e que são: "direito ao consumo, direito à segurança, à escolha, à informação, a ser ouvido, à indenização, à educação para o consumo".

4 – Duas das mais modernas e avançadas Constituições, a portuguesa (art. 110) e a espanhola (art. 51), consagram expressamente dispositivos de defesa do consumidor;

5 – O consumidor é o maior segmento social e o que tem menor poder de influência nas decisões governamentais, empresariais e legislativas;

6 – A maior parte dos consumidores brasileiros ganham ínfimos salários, paga caro até impostos e serviços públicos, consome mal em qualidade e quantidade, fraudado que é em seus direitos e, não obstante, não encontra respaldo legal e institucional, tal é a parafernália institucional e normativa reinante no setor, o que só gera tumulto e desalento para o honesto empresário e para o consciente consumidor beneficiando apenas o "profissional" da fraude e dos ganhos fáceis.

São essas Srs. Constituintes, as razões históricas e as justificativas que fortalecem o anseio dos 140 milhões de consumidores brasileiros e a confiança de que a nossa futura Constituição assegurará ao menos os direitos universais e básicos do consumidor, como prenúncio de uma ampla atenção legislativa em prol de relações de consumo mais justas no Brasil.

As aproximadamente 100 mil assinaturas recolhidas em vários Estados algumas publicações esclarecedoras enviadas pelo Conselho Nacional de Defesa do Consumidor a todos os Srs. Constituintes nos levam à certeza de que alcançaremos aquele objetivo, qual seja, fazer constar da nova Constituição nossos direitos básicos de consumidores.

E, aproveitando os minutos que ainda me restam, gostaria de lembrar que o Presidente John Kennedy, nos anos 60, em sua campanha eleitoral, dizia que seria um lobista dos consumidores americanos, já que em todos os segmentos tem os seus lobistas. E nós donas-de-casa, somos as lobistas do direito do consumidor.

O saudoso Presidente Tancredo Neves, seguindo esse mesmo descortino, também comprometeu-se com os consumidores brasileiros. E o Presidente José Sarney veio realizar aquele compromisso, tanto assim que criou o Conselho Nacional de Defesa ao Consumidor, invocando mais uma vez o nome do saudoso e inesquecível Tancredo Neves, que, no seu brilhante depoimento na Comissão de Defesa do Consumidor na Câmara dos Deputados, em Brasília, em novembro de 1984, assim dissera:

"É nesse contexto das grandes transformações que teremos de inserir, com determinação e firmeza, o problema do consumidor. Não podemos entender um consumidor passivo, não-participante, pequenino e indefeso diante das forças da produção e da distribuição, inerte diante do Estado e sem capacidade de reação. Entendo o cidadão consumidor como personagem importante do processo econômico, ao qual o Poder Público tem o dever de oferecer estímulos e garantias que lhe permitam participar, atuar e influir".

Entretanto, não há defesa do consumidor que funcione se implantada apenas por decreto. É preciso que o consumidor se conscientize de sua força, que se organize, que prestigie as associações e entidades voltadas para sua classe, que reconheça o significado político do problema.

Sabemos, Srs. Constituintes, que a Carta Magna institui parâmetros de princípios e direitos e que a disciplina desses princípios deve ser feita por uma legislação complementar e adicional no sentido de que esses direitos sejam efetivamente regidos por lei ordinária. Quero estar de volta a esta tribuna cobrando dos Srs. Constituintes a elaboração da lei geral de proteção ao consumidor que substitua as 284 hoje existentes. É a organização da sociedade que dará garantia de avanços e conquistas, forçando o Poder Público a editar instrumentos normativos que, direta ou indiretamente, afeta o consumidor. Só a nível de Governo Federal, temos 31 organismos fiscalizadores. Não desejamos leis que não sejam cumpridas ou órgãos públicos que não funcionem. Chegou a hora do consumidor.

Finalizando, agradecemos ao Senador Afonso Arinos, ao Constituinte Bernardo Cabral, às Lideranças dos partidos e demais Constituintes, às funcionárias desta Casa, ao Dr. Flávio Bierrenbach, Presidente do Conselho Nacional de Defesa ao Consumidor, que viabilizou este momento de defesa popular nesta tribuna, ao grande amigo Dr. Luís Amaral, Secretário Executivo do Conselho Nacional

de Defesa do Consumidor, que me assessorou nesta defesa, e à professora e amiga Eliza Gonçalves Martins, Diretora Executiva do Procon do Distrito Federal.

**O SR. CONSTITUINTE DARCY DEITOS:** – Dona Lúcia, permita-me um aparte.

**A SRA. LÚCIA PACÍFICO HOMEM:** – Com prazer.

**O SR. CONSTITUINTE DARCY DEITOS:** – Quero parabenizá-la pela defesa desta emenda que contém importantes dispositivos constitucionais e prevê que lei complementar regulará uma legislação realmente forte em defesa do consumidor brasileiro. Afinal, este País é o paraíso das mentiras pregadas ao consumidor. Quantas e quantas vezes o consumidor compra uma mercadoria – nela está tudo escrito muito bonitinho, tem uma bela propaganda – e dois, três, quatro ou cinco dias depois, ou até horas, percebe que essa mesma mercadoria está dilacerada, estragada, não tendo nenhuma lei que lhe assegure o direito de ser ressarcido. É, pois, de fundamental importância a emenda que V. S.<sup>a</sup> está a defender. A Volkswagen do Brasil vendeu para os Estados Unidos 100 mil automóveis Voyage, tendo trocado seu nome para Fox – inclusive, eles ainda estão sendo entregues. Pois bem, para que esses automóveis pudessem entrar no mercado norte-americano, a Volkswagen teve de mudar dois mil itens na sua fabricação, tal é a força da legislação que preserva o direito do consumidor norte-americano. Só isto mostra que este País é o paraíso das multinacionais. Será que é diferente a vida do motorista norte-americano, uma vez que para entrar naquele mercado esse automóvel teve de ser equipado com uma cinta de aço para a proteção dos passageiros e do motorista? É diferente a vida do motorista ou da família brasileira que vai usar aqui o mesmo automóvel sem a mesma segurança exigida pela legislação do consumidor norte-americano? Cumprimento V. S.<sup>a</sup> pela relevante defesa que faz de uma emenda que entendemos fundamental para que doravante a economia popular seja respeitada neste País e para que seja preservado o dinheiro do povo, porque ele é roubado minuto a minuto, e o povo não tem a quem recorrer. Com a criação da defensoria do povo, esperamos que esse defensor do povo, que será eleito pelo Congresso Nacional, faça realmente valer a lei neste País, especialmente a lei dos consumidores brasileiros, que mais do que nunca precisam ser protegidos. Parabéns a V. S.<sup>a</sup> (Palmas.)

**A SRA. LÚCIA PACÍFICO HOMEM:** – Muito obrigada.

**A SRA. CONSTITUINTE DIRCE TUTU QUADROS:** – Permita-me um aparte, por favor. É um prazer tê-la nesta Casa pela segunda vez. Espero que V. S.<sup>a</sup> volte mais vezes. Quero não só hipotecar minha solidariedade a V. S.<sup>a</sup> mas também sugerir que a nível de Governo Federal o consumidor brasileiro tenha, como existe em vários países do mundo o Ministério do Consumidor. O povo brasileiro já exige isto, que seria uma medida muito boa. Naturalmente, todo mundo diz: "Mais um ministério!" Ora, a Alemanha conta com mais de oitenta ministérios, não sendo necessariamente os ministros marajás e não desperdiçando o dinheiro do povo. Esse Ministério, portanto, pode prestar muitos serviços à comunidade, oferecendo apoio e recursos ao consumidor brasileiro.

**O SR. PRESIDENTE (Lysâneas Maciel):** – Antes que a ilustre representante de cinquenta e seis mil assinaturas se retire, eu gostaria de lembrar um episódio relativo ao problema do consumidor. Quando este assunto era discutido na minha Comissão, surgiu um problema muito interessante. Discutíamos, naquela ocasião, uma série de medidas em relação, por exemplo, aos medicamentos, à pos-

sibilidade do monopólio na importação de insumos farmacêuticos, e alguém lembrou que o relator, que na ocasião era o Constituinte que ora preside esta sessão, havia apresentado um projeto que proíbe a venda e a importação de medicamentos proibidos nos seus países de origem, como Estados Unidos e Suíça. Então, as pessoas começaram a me perguntar se eu não poderia reapresentar aquele projeto, porque, na verdade, pagávamos **royalties** para nos envenenar. Portanto, ressalto este aspecto importante, que é esse direito novo que está sendo inserido na Constituição brasileira. E, naquela ocasião, alguém, no fundo da sala, observou: "V. Ex.<sup>a</sup> não falou no direito do consumidor, no preço do remédio, da mercadoria V. Ex.<sup>a</sup> também não lembrou que há trinta milhões de pessoas neste País que não têm possibilidade de acesso ao consumo. E o acesso ao consumo?"

**A SRA. LÚCIA PACÍFICO HOMEM:** – É o direito mais importante, o direito básico.

**O SR. PRESIDENTE (Lysâneas Maciel):** – Muitas vezes, regulamentamos o consumo o preço e a qualidade esquecemo-nos de que 36 milhões de pessoas não têm sequer acesso ao consumo.

Muito obrigado a V. Ex.<sup>a</sup> pela exposição.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ ELIAS MURAD:** – Nobre expositora, permita-me interrompê-la e chama-la de Lúcia, pois nosso conhecimento vem de longos anos de luta comum.

Parabenizo-a sinceramente pelo trabalho que desenvolve em favor de proteção ao consumidor e dos direitos da mulher. Também na questão que o Sr. Presidente abordou há pouco, a dos medicamentos no Brasil, nossa luta vem de muitos anos. S. Ex.<sup>a</sup> citou os medicamentos proibidos em outros países, cuja venda é livre no Brasil. E são muitos, ao contrário do que se pensa. Há ainda a questão dos alimentos, que discutimos há poucos dias. De 21 produtos testados na grande Belo Horizonte, 20 estavam contaminados por agrotóxicos, metais pesados, corantes, conservadores, aditivos; enfim, toda uma parafernália foi encontrada infectando os alimentos em nosso País. A mobilização do consumidor e esse trabalho que V. Ex.<sup>a</sup> vem fazendo têm tido, graças a Deus, o apoio desta Constituinte. Parabéns a V. Ex.<sup>a</sup>.

**A SRA. LÚCIA PACÍFICO HOMEM:** – Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Lysâneas Maciel):** – Agradeço a V. S.<sup>a</sup> a exposição.

Passarei a palavra ao próximo expositor, o Sr. Manoel Henrique Farias Ramos, que representa o Sindicato do Comércio Varejista de Carnes Frescas do Estado de São Paulo, o Sindicato de Comércio Varejista de Carnes Frescas, Gêneros Alimentícios, Frutas, Verduras, Flores e Plantas de Brasília e a União Nacional do Comércio Varejista Carnes e Derivados de São Paulo, S. S.<sup>a</sup> vai defender uma emenda popular que teve 45.546 assinaturas.

Tem a palavra o Sr. Manoel Henrique Farias Ramos.

**O SR. MANOEL FARIAS RAMOS:** – Sr. Presidente, a emenda que apresentamos à Constituinte resulta da constatação de que, após a segunda Guerra Mundial, a produção agrícola teve um crescimento próximo dos 4,5% ao ano, portanto acima da taxa de aumento da população brasileira. Contudo, nestas últimas quatro décadas, acentuou-se a subalimentação em nosso País. Isto porque, nesse mesmo período, as exportações do setor agropecuário cresceram ao ritmo de 17% ao ano, provocando a situação crítica hoje conhecida de todos: aumentamos paralelamente a produção e a fome; obtivemos divisas, e a dívida externa cresceu.

Entendemos ser função do Congresso Nacional analisar essas contradições, indicar soluções e definir políticas com objetivos nacionais. Os milhares de cidadãos que subscreveram esta emenda dão ao congresso o direito de decidir sobre a possibilidade, ou não, de exportar alimentos, o quanto exportar e o que exportar, porque estão certos de que os representantes do povo devem opinar decisivamente sobre fator tão relevante como é a sua alimentação. Acreditam que o Congresso dará ao assunto a transparência necessária e democrática, discutindo-o em termos globais, ao contrário do que ocorre hoje, quando alguns tecnoburocratas o decidem, atendendo aos interesses de grupos econômicos, ou às emergências imediatistas do Governo.

Ressaltam eles que o Executivo tem apoiado ostensivamente as exportações de alimentos, quer quando o Ministro Osvaldo Aranha assinou contrato com a indústria norte-americana, que resultou numa exportação cerca de 4 mil toneladas de enlatados, já em 1955, segundo dados do IBGE, ou com legislação, conforme a Lei nº 5.760, de 1971, do Governo Geisel, que obrigou os frigoríficos a prepararem-se com equipamentos exigidos pelo mercado externo, desnecessário ao abastecimento interno, mas que permitiram ao Brasil chegar hoje ao primeiro lugar como exportador de **corned beef**. Façam estas que podem ser vistas com ufanismo por lhes faltar análise mais profunda e discussão a nível nacional, que no nosso entender só são possíveis no Congresso.

Não temos dúvida de que a industrialização de alimentos onera o produto, limitando o acesso do consumidor brasileiro a ele como população que, segundo dados da FAO, tem a seguinte composição: 49% são "pobres"; 27% são considerados "miseráveis". Alcançamos desta forma um total de 76% da população brasileira sem poder aquisitivo que lhe permita alimentar-se devidamente.

Não somos contrários à industrialização de alimentos, mas desejamos que ela seja feita de forma adequada à nossa realidade; que a embalagem não custe mais do que o produto, e que o seu destino não seja o mercado externo. A exportação do **corned beef** e outros enlatados cárneos revela uma profunda contradição do modelo exportador: exportamos a carne de dianteiro, mais barata, mas com o mesmo valor protéico, ficando com a outra, inacessível ao nosso consumidor. A título de ilustração, se juntarmos todas as carnes, o nosso consumo **per capita** chega apenas a 1/3 do consumo argentino de carne bovina e fica abaixo do polonês, apesar de termos o terceiro maior rebanho bovino, o quarto rebanho suíno e a quarta produção de frangos do mundo.

A nível de concorrência, a Lei nº 5.760 proporcionou a oligopolização de do setor, na medida em que inviabilizou os pequenos e médios abatedouros, dadas as suas exigências, que acarretavam altos investimentos, acima das condições dos pequenos estabelecimentos frigoríficos.

Por outro lado, os grandes produtores têm suas monoculturas voltadas para o mercado externo; interessa-lhes mais os preços da bolsa em Nova Iorque do que as necessidades do abastecimento interno. Todavia, são as monoculturas que historicamente têm recebido os benefícios do Governo, enquanto a empresa agrícola familiar é a maior responsável pela produção de alimentos para o mercado interno. Segundo Eli Veiga, ela produz: 80% do feijão, 90% da mandioca, 75% da batata, 70% do milho, 76% dos ovos, 50% do leite, 46% da soja, 37% do arroz e praticamente 100% da horticultura.

Eis, senhores, um quadro da nossa realidade, que, uma vez mais, repetimos, cabe ao Congresso resolver, corrigindo

estas distorções através de um embasamento teórico que traduza as condições reais para atingir o bem-estar da sociedade.

Optamos pelo desenvolvimento econômico equilibrado, onde ocorra a volta ao mercado interno das micro e pequenas empresas, fundamentais para incorporarem ao processo histórico brasileiro os 76% da população marginalizada.

Quanto às condições para realizar o desenvolvimento brasileiro, não resta a menor dúvida de que são excelentes: dos 800 milhões de hectares de nossa superfície territorial, temos 70% de área boa para a agricultura, enquanto a média dos outros países não chega a 30%. Entretanto aproveitamos menos de 10% dessa área, ou seja, cerca de 60 milhões de hectares.

Com relação ao pescado, não atingimos nem o limite da pesca extrativa, uma vez que temos uma produção em torno de 900 mil toneladas/ano, para uma capacidade de captura estimada em 1 milhão e 400 mil toneladas/ano, numa faixa litorânea de até 200 metros de profundidade.

Portanto, Srs. Constituintes, o Brasil é um País viável, Cabe agora a V. Ex.<sup>as</sup> decidir sobre o seu futuro e de que maneira ele deverá realizar-se.

Era o que tinha a dizer. Muito obrigado. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Lysâneas Maciel):** – Vamos ter a oportunidade, agora, de ouvir o expositor que falará sobre o tema "Cooperativismo". Esta proposta teve o suporte e o apoio de 46.503 signatárias. Será expositor o Sr. Guntolf Van Kaick. Presidente em exercício das Organizações das Cooperativas Brasileiras. Com a palavra o Sr. Guntolf Van Kaick.

**O SR. GUNTOLF VAN KAICK:** – Sr. Presidente, Constituinte Lysâneas Maciel, Sras. e Srs. Constituintes, ao saudar os nobres Constituintes, representando neste ato mais de 3,5 milhões de patrícios e patrícias filiados ao sistema OCB, o faço com um sentimento de profunda admiração pelo enorme esforço democrático realizado até esta data pela Assembléia Nacional Constituinte, na busca da elaboração de uma Carta Magna ajustada à realidade brasileira e voltada para o bem comum. Foi estribado no desejo de efetiva participação desse esforço cívico da nacionalidade brasileira que cooperativistas e cooperativas de todos os tipos se reuniram nos mais distantes rincões da Pátria, das cidades ao campo, em seminários para debater os grandes temas e desafios econômicos e sociais de nossa atualidade. Desse esforço, o movimento cooperativista produziu uma emenda popular subscrita por mais de 46.000 assinaturas contendo três proposições julgadas basilares para assegurar à expressiva coletividade cooperativista o direito constitucional de continuar a crescer e prestar mais e melhores serviços ao quadro associativo e, por extensão, a toda a comunidade brasileira. Assim, na qualidade de Presidente em exercício da Organização das Cooperativas Brasileiras, tenho a honra de comparecer perante este Plenário para defender a proposta de emendas populares sobre cooperativismo, encaminhadas e protocoladas sob nº PE-025-3, no dia 6-8-87. Uma das finalidades da primeira proposta da emenda popular cooperativista é a de liberdade de constituição, atuação em todos os ramos da atividade humana, livre administração e autocontrole das sociedades cooperativas. Em quase todos os países, as cooperativas podem organizar-se e agir nos diversos setores da economia, o mesmo acontecendo no Brasil, cuja lei cooperativista vigente prevê que elas poderão adotar por objeto qualquer gênero de serviços, operação ou atividade. Quanto à liberdade de constituição, livre administração e autocontrole, o que se

pretende é a volta do cooperativismo às suas origens e aos seus princípios, destacando-se como o mais relevante da liberdade de decisão, altamente educativo e o único que se compadece com a sua índole essencialmente democrática. O controle estatal tem sido inócuo às cooperativas, diminuindo a responsabilidade dos associados, que, seguros de que o Estado controla eficazmente as suas atividades, diminuem o grau de participação na vida da entidade, com graves entraves ao seu normal desenvolvimento.

Em 1932, com a entrada em vigor do Decreto nº 22.239, o cooperativismo obteve uma legislação à altura de sua relevância social e econômica. Por esse decreto, havia plena liberdade de constituição, livre administração e autocontrole das cooperativas. Em 1943, entrou em vigor o Decreto-Lei nº 5.893, cujos dispositivos draconianos colocavam as cooperativas na posição de entidades totalmente dependentes do Governo. A situação se tornou tão intolerável que o Decreto-Lei nº 8.401, de 1945, baixado pelo Governo que sucedeu à ditadura do Estado Novo, colocou em evidência, em seu preâmbulo, que a revogação do Decreto-Lei nº 5.893 e o revigoramento do Decreto nº 22.239 resultavam de reivindicação do I Congresso Brasileiro de Cooperativismo. Atualmente, as cooperativas voltaram ao controle estatal, com graves prejuízos para o seu aperfeiçoamento, que somente é possível quando os associados sejam os únicos a decidirem sobre os seus interesses e as suas conveniências. Para evitar esses altos e baixos da liberdade de atuação das cooperativas, a emenda popular pretende que a futura Constituição coloque as cooperativas no mesmo pé de igualdade das demais sociedades, livrando-as do opressivo controle estatal, que vai desde a sua constituição até a sua extinção.

**O SR. ADHEMAR DE BARROS FILHO:** – Nobre expositor Guntolf Van Kaick, quero cumprimentá-lo pela exposição que faz nesta sessão da Comissão de Sistematização sobre a Emenda Popular nº 25, que trata do cooperativismo. A ela sou ligado por convicções pessoais, além de convicto de que também é uma pretensão do meu partido, o trabalhismo democrático. Mas confesso que vejo, no seio do projeto de Constituição, muito pouco no sentido de dar ao cooperativismo a força que precisa ter. Existe um único artigo sobre o assunto, e este, assim mesmo, no capítulo da ordem econômica, que fala em apoio, lei especial, lei complementar que definirá esquemas de incentivos e de apoio. Encontra, nas Disposições Transitórias, uma referência às cooperativas de crédito e, entre os últimos artigos do primeiro projeto da Constituinte, uma referência à lei agrícola, que, formulada até um ano depois da promulgação da Constituição, definirá mecanismos de apoio ao cooperativismo e ao associativismo. Então, vejo que aquilo que a Organização das Cooperativas defende a rigor não penetrou no seio da Constituição. E vamos, agora, para as decisões finais de votos nesta Comissão de Sistematização, e, depois, de voto em Plenário. Não sei se o drama seria decorrente dos erros e desacertos de cooperativas gaúchas, de história recente, ou se seria a desastrosa administração do Banco Nacional do Crédito Cooperativo. Sinto dificuldades em diagnosticar a causa do pouco apoio que a cooperativa recebe, no momento, do corpo constituinte. O nosso voto V. S.<sup>a</sup> terá; o do meu partido, possivelmente terá. Mas somos um pequeno partido de oposição. A decisão repousa nos partidos majoritários, no PMDB e no PFL. Se esses dois partidos não lhe derem apoio, a sua emenda popular será arquivada, como possivelmente acontecerá com a maioria delas. Desejo apenas, nesta oportunidade, manifestar o meu aplauso à sua presença, ao trabalho feito, às milhares de assinaturas de populares que subscrevem esta emenda popular e a trazem até aqui, a este

Plenário, e fazer votos de que, com alguma luz baixando na mente dos nossos companheiros Constituintes, eles dêem um apoio efetivo a esta emenda. Realmente, se não houver efetivo apoio a essa emenda, no seio desta Comissão de Sistematização, ela sequer irá a Plenário. Aqui fica, portanto, nosso aplauso à sua luta e, de uma certa forma, um apelo, para que V. S.<sup>a</sup> e os seus companheiros continuem a batalhar pelo cooperativismo, porque não considero seu esforço uma batalha perdida, considero-o, realmente, uma batalha extremamente difícil. Meus parabéns a V. S.<sup>a</sup>, e faço votos para que o cooperativismo chegue lá.

**O SR. GUNTOLF VON KAICK:** – Agradecemos a V. Ex.<sup>a</sup> o aparte e o voto de solidariedade, porque o sistema cooperativista, na verdade, como um movimento ecumênico, um movimento aberto a todas as correntes ideológicas, partidárias e religiosas, inclusive sem distinção racial, procura apoio junto aos Constituintes e junto a esta Casa.

Prossigo, Sr. Presidente.

A outra finalidade da primeira proposta de emenda popular prevê o apoio e o fomento ao cooperativismo e o seu acesso aos incentivos fiscais. Essa reivindicação está contemplada no Projeto, conforme se vê do art. 229, § 2º, que, no nosso entender, deveria constituir dispositivo autônomo, já que o **caput** trata também de funções de controle e fiscalização do Estado.

A segunda emenda cuida da imunidade fiscal do ato cooperativo, ou seja, daquele praticado entre a cooperativa e o associado, na consecução do objetivo social. A cooperativa é mero instrumento de seus associados. Não tem objetivo lucrativo. Todas as sobras pertencem aos associados, na proporção dos atos praticados com a cooperativa. Assim, o contribuinte é sempre o associado, jamais a cooperativa. O art. 129 do Regulamento do Imposto de Renda reconhece a não-incidência no ato cooperativo e determina que as cooperativas somente pagarão o imposto quando operam com não-associados, o que está correto. Em relação ao ICM, a Lei Complementar nº 24, de 1975, suspende a exigência do tributo nas operações dos associados com suas cooperativas e destas com as centrais de que sejam associadas. Quando a cooperativa vende o produto de seu associado, o imposto é pago em sua totalidade, visto que a venda do produto já não constitui ato cooperativo, isto é, trata-se de negócio entre a cooperativa e terceiros. Quanto ao imposto sobre serviços, o Supremo Tribunal vem decidindo que "o ISSQN pressupõe a finalidade lucrativa da atividade exercida por seus contribuintes, afastando-se a sua incidência se se trata de sociedade cooperativa, como a Autora, cujos objetivos não prevêm o lucro" (Rec. Extraordinário n.º 97.059-02-MG, Relator Ministro Oscar Corrêa).

Para se chegar ao entendimento de que as cooperativas não podem ser consideradas contribuintes e que contribuintes são os seus associados, que pagam a totalidade dos impostos federais, estaduais e municipais, não sendo razoável que eles próprios, como associados, venham a ser novamente tributados, através de suas cooperativas, é que a emenda popular pretende a aprovação de sua proposta, evitando-se os altos e baixos da legislação ordinária, que, quando influenciada pelos agentes do mercantilismo, tudo faz para impedir o livre trânsito das cooperativas em nossa economia, principalmente agropecuária.

Ouçó com prazer o nobre Constituinte Darcy Deitos.

**O SR. CONSTITUINTE DARCY DEITOS:** – Prezado Sr. Guntolf Van Kaick, nosso ilustre conterrâneo do Estado do Paraná, inicialmente, parabeno-o por ocupar a tribuna da Assembleia Nacional Constituinte na defesa dos legítimos interesses do cooperativismo brasileiro. Entendo que as três emendas propostas revestem-se do mais alto significado pelo apoio e incentivo que deve ter o cooperativismo nacional. As cooperativas foram fundadas no Sul do País e deram poderoso e necessário impulso à agricultura brasileira e a outras atividades em que se infiltrou. Mais especificamente na Região Sul, há que se reconhecer o trabalho desenvolvido pelo cooperativismo. Ele fez com que a região de Campo Mourão, no Centro-Oeste do Estado do Paraná, que represento nesta Casa, passasse a ter uma das mais fortes cooperativas do Brasil, que é a Coama, mostrando que a operação feita seriamente, preservando-se centavos a centavos do cooperado, dá certo. Portanto, há que se assegurar, na nova Constituição brasileira, o incentivo e o apoio ao cooperativismo brasileiro. Especificamente no tocante à tributação, também entendo que o cooperativismo precise ter um tratamento diferenciado, porque, como bem disse V. Ex.<sup>a</sup>, se assim não for, estará o cooperado sofrendo bitributação.

Quanto à última emenda, no tocante à faculdade do ensino cooperativista, entendo ser fundamental, porque o cooperativismo, na essência dessa palavra, na essência de sua filosofia, é a saída para os problemas brasileiros, especificamente na agricultura, na pecuária e em várias atividades setoriais deste País. Quero, portanto, dizer a V. Ex.<sup>a</sup> que as três emendas têm o meu apoio amplo, geral e irrestrito. Como não fazemos parte da Comissão de Sistematização, tenho certeza de que neste plenário iremos cerrar fileiras com os vários companheiros que também têm o mesmo pensamento de apoio e de defesa do cooperativismo brasileiro.

Cumprimento-o pela sua presença, nesta oportunidade, representando a OCB, órgão que consideramos fundamental para que o cooperativismo realmente seja reconhecido e tenha o respeito que merece do Governo constituído deste País. Parabéns a V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. GUNTOLF VAN KAICK:** – Agradeço o aparte ao nobre Deputado, que conhece o cooperativismo do Estado do qual sou originário e que, através desta manifestação, se solidariza com as emendas populares que a Organização das Cooperativas traz a esta Casa, com a preocupação de defender os reais interesses de seus três e meio milhões de associados e filiados.

**O SR. CONSTITUINTE OLÍVIO DUTRA:** – Nobre Presidente da OCB, permita-me um aparte. Queria transmitir ao nobre orador e ao Movimento Cooperativista Brasileiro, aqui representado por V. S.<sup>a</sup> na tribuna, a posição do Partido dos Trabalhadores e da sua bancada no Congresso Constituinte, posição favorável e de reforço às emendas que V. S.<sup>a</sup> tão brilhantemente está a defender. Entendemos que o cooperativismo é uma alternativa séria, conseqüente, que visa a atender aos interesses de milhões de pequenos produtores neste País. Sou do Rio Grande do Sul, onde a experiência cooperativista deitou raízes, não só na área de comercialização, mas também na de serviços e do consumo. Entendemos que há uma discussão muito rica no interior do movimento cooperativista. Penso que as emendas defendidas aqui pelo companheiro traduzem a necessidade de que as cooperativas tenham efetivamente a administração no interesse da maioria dos seus cooperativados, que são os pequenos produtores, particularmente no campo. Há críticas desses pequenos produtores contra o gigantismo de determinadas cooperativas e as

atividades temerárias por que têm passado várias cooperativas, exatamente porque o processo de consulta direção/ base não tem sido dos melhores em algumas dessas cooperativas. Entendemos, no entanto, que isso só pode nos estimular a aprofundar o processo democrático no interior das cooperativas e aprofundar, no processo produtivo do País, a experiência do cooperativismo. O Partido dos Trabalhadores saúda a sua presença neste plenário da Comissão de Sistematização e reforça as emendas levantadas por V. S.<sup>a</sup>. Estaremos lutando ao lado dos pequenos produtores rurais para que o cooperativismo se aprofunde e tenhamos cooperativas de produção neste País muito mais disseminadas do que hoje. Não precisamos ter cooperativas apenas de comercialização no campo. Precisamos de cooperativas que ensejem a produção solidária coletiva de famílias, por exemplo, numa mesma área, a compra e o uso de implementos agrícolas não a nível da propriedade particular, mas de propriedade solidária. Entendemos que esse tipo de cooperativa é um passo adiante na rica experiência de cooperativismo no nosso País. Temos certeza de que por esse caminho marcham os companheiros da OCB e do Movimento Cooperativista Nacional. Por isso têm nosso apoio. Muito obrigado a V. S.<sup>a</sup> pela gentileza do aparte.

**O SR. PRESIDENTE (Lysâneas Maciel):** – Gostaria de lembrar a V. S.<sup>a</sup> que, a rigor, o prazo já está esgotado. Mas, em face da importância do assunto, dilatarei o prazo para que os outros Constituintes que desejam apartear V. S.<sup>a</sup> possam fazê-lo.

**O SR. GUNTOLF VAN KAICK:** – Pediria licença aos nobres Constituintes para concluir minha propositura, a fim de transmitir a mensagem que aqui me foi delegada pelas nossas bases. Depois, então, facultarei os apartes.

Desejo focar a última proposta da emenda popular: "Art. O ensino do cooperativismo e do associativismo constituirá disciplina facultativa dos horários normais das escolas e instituições de ensino de todos os graus."

O movimento cooperativista, dentro de sua concepção moderna, como sistema sócio-econômico, vem atuando em todos os continentes, tendo-se evidenciado como um instrumento eficaz de organização democrática da sociedade, na forma adequada de distribuição de renda e alternativa eficiente na busca de equilíbrio entre o social e o econômico.

Ressaltamos que o próprio sistema cooperativista assumiu, desde seus primórdios, a educação e capacitação de seu quadro associativo, diretivo, funcional e técnico, consagrando como um de seus princípios básicos o da educação cooperativista.

Considerando os valores extraordinários de democracia, solidariedade, civismo e justiça social, incorporados pelo cooperativismo, pleiteamos que este sistema seja ensinado na teoria e exercitado na prática, como exigência constitucional, mesmo que facultativamente, em todos os níveis do ensino brasileiro, divulgando-se assim mais celeremente seus princípios e sua doutrina, como forma alternativa de organização sócio-econômica da sociedade para a satisfação de suas necessidades básicas e conquista da justiça social.

Diante da importância de que se reveste a educação cooperativista para um crescente número de pessoas desejosas em adotá-lo como sua filosofia de vida, mister se faz que a Carta constitucional também contemple o



ensino do cooperativismo e associativismo, a exemplo do ensino religioso, como disciplina facultativa.

Contando com o indispensável apoio dos eminentes constituintes que, com sua experiência e profundo conhecimento irão procurar, por certo, dotar o País de uma Constituição voltada aos superiores interesses do povo brasileiro. Agradecemos o honroso convite e o comparecimento de quantos nos honram com sua presença, levando a todos os agradecimentos dos cooperativistas brasileiros por tudo que farão em benefício da Nação, visto que o interesse do cooperativismo se confunde com o do povo brasileiro.

Ouçó, com prazer, o nobre Constituinte Ivo Vanderlinde.

**O SR. CONSTITUINTE IVO VANDERLINDE:** – Companheiro cooperativista Guntolf Van Kaick, ex-Presidente da Organização das Cooperativas do Paraná, com larga experiência, por dois mandatos, e que, nesta tarde, aqui representa o pensamento do cooperativismo brasileiro, quando defende, nesta Assembléia Nacional Constituinte, as emendas populares do cooperativismo, quero – e não poderia deixar de fazê-lo – cumprimentá-lo pela brilhante exposição e, por seu intermédio, cumprimentar também as lideranças do cooperativismo brasileiro que entenderam a importância de vir, através das emendas populares, reforçar as emendas apresentadas por inúmeros Constituintes nesta Casa. Gostaria de dizer que nós – os Constituintes que defendemos o cooperativismo, nesta Casa, e que coordenamos aqui um grupo de mais de 160 parlamentares defensores do cooperativismo – não estamos satisfeitos com aquilo que o texto, até este momento, contemplou: basicamente, apenas um parágrafo de um artigo reconhece o princípio do cooperativismo, dizendo que a lei irá estimular o cooperativismo através de mecanismos financeiros, fiscais e creditícios. Esperamos que o Relator Bernardo Cabral seja sensível às emendas ora apresentadas e às demais emendas que os Constituintes estão apresentando, destacando a importância do reconhecimento do ato cooperativo, da educação cooperativa. Num país que tem uma população ainda carente de educação, de cultura, faz-se mister que à educação cooperativa seja dada em todos os estabelecimentos de ensino, até para se criar uma consciência cooperativista neste País. Há também a questão do reconhecimento do papel do cooperativismo de crédito, até hoje negado – ou quase negado – pelo País. Foi através do cooperativismo de crédito, fundamentalmente, que o cooperativismo pôde desenvolver-se nos países mais avançados. Há muitas outras emendas que não vou aqui enumerar. Quero, pois, dizer que nós, os cooperativistas, estamos atentos para os problemas do setor. Vamos atuar, como hoje. Já o fizemos junto a um dos sub-relatores. Vamos atuar também junto ao Relator Bernardo Cabral para que, no seu relatório final, contemple melhor o cooperativismo e faça ouvidos, realmente, aos apelos do cooperativismo através de suas emendas e das dos nossos Constituintes. Esta é a nossa esperança. Vamos lutar. É preciso que façamos com que o Parlamento, a Constituinte e o Governo entendam que o cooperativismo é o melhor mecanismo que a sociedade poderá ter, desde que instrumentalizada, para corrigir as grandes injustiças sociais que ainda existem neste País. Meus cumprimentos ao ilustre cooperativista pela defesa que faz das emendas cooperativistas nesta tarde, na Constituinte.

**O SR. GUNTOLF VAN KAICK:** – Ouçó o nobre Constituinte Alcení Guerra.

**O SR. CONSTITUINTE ALCENÍ GUERRA:** – Ilustre paranaense Guntolf Van Kaick, a presença de V. S.<sup>a</sup>, hoje, à tarde, nesta tribuna, orgulha todos os paranaenses. Somos testemunha do esforço que o cooperativismo no Paraná, com V. S.<sup>a</sup> à frente, fez pelo progresso de toda a agricultura no Paraná. Poderíamos dizer que o Paraná não seria o que é hoje – e não seria, com certeza, o maior produtor de grãos do Brasil – não fosse pela nossa extraordinária estrutura cooperativista. De norte a sul, de leste a oeste, há a presença constante desse segmento, que impulsionou o Estado ao progresso. E V. S.<sup>a</sup> sempre esteve à frente desse movimento. É a bandeira do cooperativismo no Brasil, especialmente no Paraná. Eu o felicito pela clareza de sua exposição e por tão nobre luta em prol do cooperativismo, que não é de hoje. A presença de V. S.<sup>a</sup>, hoje nesta tribuna, coroa apenas um largo período de trabalho em prol do cooperativismo. Sabemos perfeitamente os Constituintes engajados neste trabalho – da insatisfação que grassa no meio do cooperativismo em função de ter sido tão pouco aquinhoadado nesse substitutivo apresentado agora pelo eminente Relator Bernardo Cabral. Mas saia desta Casa, Sr. Van Kaick, tranqüilo de que os Constituintes que defendem o cooperativismo saberão, nesse espaço de tempo que nos sobra, recolocar no seu lugar o seu setor.

Parabéns e obrigado pelo seu trabalho em prol do cooperativismo.

**O SR. GUNTOLF VAN KAICK:** – Muito obrigado, nobre Constituinte Alcení Guerra, pelo apoio manifestado nesta oportunidade.

Ouçó, com prazer, o nobre Constituinte Paulo Roberto Cunha.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO ROBERTO CUNHA:** – Caro Sr. Van Kaick, é com muito prazer que vejo aqui hoje um líder cooperativista ocupando a nossa tribuna. Quero lhe dizer do meu apoio pessoal. V. S.<sup>a</sup> já sabe de muitos anos pela nossa própria convivência, mas quero deixar aqui registrado também o apoio do Partido Democrata Cristão, que pensa como eu. Vamos procurar as soluções no campo, junto com o cooperativismo, para que ele possa realmente fazer com que cada região deste País possa desenvolver-se por conta própria, fazendo com que as riquezas ali geradas lá permaneçam e sejam distribuídas. Muitas vezes, vemos colocações como a do perigo de um certo gigantismo. É preciso entender-se que o crescimento das cooperativas é concomitante ao dos seus associados. Os associados da cooperativa são a causa da pujança que alcançam. Do mini ao grande produtor, todos recebem a mesma assistência e o mesmo tratamento. Quero deixar clara aqui, nesta Casa, a vantagem do sistema cooperativo junto às empresas mercantis. No sistema cooperativo, o voto é unitário e não por ação.

Então, as decisões são tomadas em assembléia, onde todos podem se pronunciar. Do menor ao maior produtor, todos têm o mesmo direito, o mesmo peso de voto. Isso é o que distingue o sistema dos demais. Vamos continuar a luta para que se implante neste País o cooperativismo de crédito, porque somente através dele é que teremos oportunidade de coibir a voracidade bancária que assola o Brasil. Por intermédio desse sistema, temos consciência de que os recursos gerados dentro de cada região ali permanecerão. Chamo a atenção para a luta que foi desenvolvida pelo sistema para colaborar na reforma agrária, que até o presente momento não foi reconhecida por esta Casa e não está sendo avaliada em seu devido valor. Esta luta deve permanecer. A partir das cooperativas, podemos fazer uma modificação de assentamento no País. Todos nós que somos oriundos do cooperativismo, temos

essa consciência e gostaríamos que esta Casa a tivesse também. Meus parabéns. Tenho certeza que vamos continuar trabalhando e a todo momento estaremos juntos.

**O SR. GUNTOLF VAN KAICK:** – Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup> a manifestação de solidariedade ao cooperativismo. Concedo aparte ao nobre Constituinte Walmor de Luca.

**O SR. PRESIDENTE (Lysâneas Maciel):** – Lembro aos ilustres apartes que o tempo do orador já se esgotou. Há outros expositores inscritos. Que seja o mais breve possível. Sei que o assunto é rico.

**O SR. CONSTITUINTE WALMOR DE LUCA:** – Agradeço a liberalidade da Mesa. Aliás, não poderia ser outra a postura do eminente Constituinte Lysâneas Maciel, pelo seu passado e pela sua tradição. A Nação o conhece. Sr. Guntolf, pedi o aparte tão-somente para cumprimentar V. S.<sup>a</sup> pela exposição que fez e, ao mesmo tempo, registrar o meu apelo ao Relator Bernardo Cabral e aos demais Constituintes membros da Comissão de Sistematização aqui não presente: tenham o cuidado de se debruçar sobre a exposição de V. S.<sup>a</sup>. Assim entenderão, como nós e outros colegas, inclusive, que me antecederam neste microfone de apartes, registrando a sua adesão e o seu apoio à luta pelo fortalecimento do sistema cooperativista. Venho do Estado de Santa Catarina. Nossa experiência lá é bastante profunda. Podemos dizer, inclusive, que é graças ao espírito cooperativista, que domina a quase totalidade dos produtores catarinenses, que estamos até a constituir um modelo de desenvolvimento um pouco diferente do resto do País. Lá, estamos provando que a pequena propriedade rural se torna economicamente viável exatamente através do mecanismo do cooperativismo. Pois bem, neste momento, rapidamente – encerrado, inclusive, as minhas palavras, atendendo ao apelo da Presidência – reitero aos demais Constituintes, aqueles, como disse, que pertencem à Comissão de Sistematização, e ao Relator Bernardo Cabral: não é possível fazer-se uma Constituição, por mais sintética que se queira, apenas fundada em um simples princípio. Como disse o nobre Constituinte Ivo Venderlinde, é muito pouco para quem realmente quiser valorizar e entender o cooperativismo como instrumento de emancipação da gente brasileira.

**O SR. GUNTOLF VAN KAICK:** – Queria, na qualidade, então de representante dos três milhões e meio de cooperativados deste País, dizer da nossa satisfação de termos podido trazer para debate esses temas que realmente preocupam as bases, e dizer da satisfação de ter passado esse desafio do cooperativismo a esta Assembléia Nacional Constituinte, para que possa gerar aqueles instrumentos fundamentais ao cooperativismo. Que ele se transforme num efetivo instrumento alternativo de desenvolvimento sócio-econômico de nosso País. Muito obrigado. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Lysâneas Maciel):** – Esta Casa sente-se bastante satisfeita com esse tipo de exposição. Gostaria apenas de lembrar que o artigo final da proposta aqui defendida pelo Sr. Guntolf Van Kaick diz respeito não apenas ao presente, mas também ao futuro, quando fala que o ensino do cooperativismo e do associativismo constituirá disciplina facultativa de horário normal das escolas, das instituições de ensino, em todos os graus. Quer dizer, está cogitando não apenas do presente, mas lançando uma proteção para o futuro.

Passamos agora à Emenda Popular nº 27, relativa ao Imposto de Renda, apresentada por 30 mil pessoas e pelas seguintes entidades: Associação Comercial e Industrial de Presidente Prudente – SP, Sindicato do Comércio Varejista de Presidente Prudente – SP, Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Presiden-

te Prudente – SP. Ela deveria ser defendida pelo Constituinte Fernando Gasparian.

Não estando S. Ex.<sup>a</sup> presente, passarei, então, à Emenda Popular nº 70, sobre Planejamento Regional, com um número de 40 mil assinaturas e apresentada pelas seguintes entidades: Associação dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil, de Fortaleza – CE; Associação dos Funcionários Aposentados do Banco do Nordeste do Brasil e Sindicato dos Empregadores em Estabelecimentos Bancários no Estado do Ceará – CE.

Vai fazer a exposição e defender este emenda o Vice-Presidente da Associação dos Funcionários do Banco do Nordeste, o Sr. Manoel Osório de Lima Viana, a quem passo a palavra.

(ASSUME A PRESIDÊNCIA O SR. CONSTITUINTE ALCENI GUERRA.)

**O SR. MANOEL OSÓRIO DE LIMA VIANA:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, devemos dar início às considerações sobre a Emenda Popular nº 70 manifestando a subida honra que é, para a Associação dos Funcionários do Banco do Nordeste – AFBNB – e para este seu humilde representante, terem a oportunidade de penetrar no recinto augusto da democracia, nesta Casa do povo brasileiro. Alegro-nos, também, com o fato de que, através das emendas populares, o nosso sistema democrático, além de representativo, se torna mais participativo.

A emenda popular que, acompanhada de milhares de assinaturas, apresentamos à consideração da Assembléia Nacional Constituinte propõe, fundamentalmente, um desenvolvimento econômico e social mais equilibrado entre as diversas regiões brasileiras e a restauração dos sistemas de planejamento nacional e regionais com seus complementares instrumentos de financiamento.

Reza, assim, seu primeiro artigo:

"As regiões cujas condições sociais e econômicas apresentem disparidades de desenvolvimento em relação às suas congêneres receberão tratamento diferenciado e prioritário por parte da União".

Ouç o nobre Constituinte Mauro Benevides.

**O SR. CONSTITUINTE MAURO BENEVIDES:** – Dr. Osório Viana, antes de mais nada, desejo expressar minha integral solidariedade a V. S.<sup>a</sup> pela defesa que agora inicia da emenda popular que, com o apoio de quase 44 mil nordestinos, foi apresentada sob a coordenação da Associação dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil. Tive o privilégio de acompanhar a Comissão na qual o orador era, sem dúvida, uma das figuras mais proeminentes. O ato formal de entrega da proposta, no gabinete do Presidente Ulysses Guimarães, foi um acontecimento da maior significação para a vida regional nordestina, porque houve, de fato, um trabalho de conscientização de entidades ali sediadas, com o apoio de milhares de pessoas. Essas entidades mostraram clarividência, lucidez, descortino e sobretudo ânsia de participação ao trazer à Assembléia Nacional Constituinte essa proposta de emenda. Diria a V. S.<sup>a</sup> Dr. Manoel Osório de Lima Viana, neste momento, que praticamente adotei esta proposição, por entender que o texto da emenda popular apresentada por quase quarenta mil nordestinos se revestia realmente da maior justeza e objetivava sobretudo corrigir as gritantes disparidades regionais já constatadas pelos Constituintes de 1946, quando, com o art. 198, pretenderam privilegiar o Nordeste com a aplicação de um percentual sobre a receita tributária da União. Trago-lhe a manifestação decidida do

meu apoio e torno pública minha convicção de que a Comissão de Sistematização, ora presidida pelo nobre Constituinte Alcení Guerra, terá sensibilidade bastante para mostrar-se receptiva a esse apelo que interessa a quarenta milhões de brasileiros – para reportar-me exclusivamente aos residentes no Nordeste – e aos de outras áreas que também têm sofrido essa discriminação através dos tempos. Apresento minha solidariedade e meu apoio a essa proposição.

**O SR. MANOEL OSÓRIO DE LIMA VIANA:** – Agradeço ao nobre Senador Mauro Benevides o aparte.

Prossigo, Sr. Presidente.

Uma visão puramente economicista e até cínica deste problema afirmaria que não se desenvolvem regiões e, sim, pessoas. Sua solução resumir-se-ia na mera transferência de populações para as regiões desenvolvidas... Uma visão humanista e, portanto, mais realista enfatiza o aproveitamento dos recursos disponíveis em todas as áreas do País e recomenda a criação e disseminação de diversos pólos de crescimento em pontos estratégicos do território nacional. A intercomunicação entre os vários pólos, tal como num espaço magnético, dará densidade econômica aos vazios interpolares. Este é um dos importantes aspectos do que se denomina integração industrial da economia, base para o crescimento auto-sustentado.

Por outra parte, o desenvolvimento das regiões retardatárias traz amplos benefícios para as regiões desenvolvidas pela intensa geração de novas trocas comerciais. A prova está na constatação de que a maior proporção do valer do comércio internacional se realiza entre os países ricos. Portanto, numa visão mais ampla, as regiões ricas nada têm a perder com o desenvolvimento das regiões pobres.

Para a operacionalização do **caput** deste artigo, alguns princípios são enunciados em seu parágrafo único:

"Como forma de diminuir as disparidades inter-regionais, a participação de cada região nos investimentos da União será feita na proporção inversa à sua renda e direta à respectiva população."

Estamos falando da distribuição regional dos investimentos públicos. Para tal divisão, todavia, a proposição ora exposta tem sido ponto de acaloradas controvérsias, chegando alguns a denominá-la "ridícula", sem considerarem, porém, que ridícula é a solução há muitos anos vigente que contradiz todas as boas intenções de ataque à questão regional. Num debate mais racional e democrático, algumas considerações são necessárias para alcançarmos, neste assunto, uma solução equilibrada, entre as alternativas extremas.

O primeiro extremo é a solução atual. É o que tem ocorrido na prática, ao serem seguidas as meras forças de um mercado imperfeito e oligopolizado: a participação das regiões nos programas de investimentos públicos tende a acompanhar sua participação no produto do País. Por exemplo, o Nordeste, que gera 12% do Produto Interno Bruto brasileiro, recebe 11,9% da formação bruta de capital fixo do setor público. Considerando a elevada população daquela região, seu investimento público **per capita** é, assim, menos da metade do estimado para o Brasil e um quarto do obtido pela região Sudeste.

O resultado é que o Nordeste não se pode desenvolver se o poder público não constrói as infra-estruturas necessárias para seu arranco. Imensas infra-estruturas físicas e sociais que o setor privado não irá construir e não

construiu nem nas regiões mais desenvolvidas do País. Portanto, a distribuição dos investimentos públicos de acordo com as tendências do mercado é a solução que tem conduzido à ampliação das disparidades regionais, sobretudo quando se examinam os seus efeitos não apenas nos setores econômicos, mas nas diversas classes sociais de cada área geográfica.

Argumentar-se-á que a Engenharia e a Economia têm as suas exigências para a construção de uma sociedade dinâmica. Isto é verdade. Mas é, também, verdade que a Sociologia e a Política têm as suas exigências para construirmos uma sociedade de cidadãos; uma sociedade sem marginais, sem violência e onde possamos, após o trabalho produtivo do dia, dormir tranquilamente à noite! Onde tenhamos a certeza de que não estamos transformando o País em uma verdadeira bomba de efeito retardado.

Ademais, aquela solução técnico-econômica nem pode ser considerada cientificamente eficiente, dada a precoce oligopolização da economia brasileira. Em suma, o que ela realmente representa é a política das disparidades crescentes nos níveis de bem-estar social entre as diversas regiões do País.

O pólo oposto seria a distribuição dos investimentos autônomos do Governo, proporcionalmente ao inverso do produto ou da renda de cada região. Seria, em tese, a política econômica da eliminação mais rápida possível das disparidades regionais. Mas, na prática, tenderia a ser prejudicada ou contraproducente pelas excessivas exigências que os aspectos sócio-políticos fariam em prejuízo dos aspectos tecno-econômicos.

Entre os dois extremos radicais ou tresloucados, há uma gama de possibilidades intermediárias, de acordo com o maior ou menor peso que a sociedade queira dar às exigências da Engenharia e da Economia ou às exigências da Sociologia e da Política.

Neste sentido, o princípio mais simples é o da distribuição do programa de investimentos públicos (ou até das despesas públicas totais) de acordo com as populações de cada região. Outro esquema, menos direto, é manter a taxa de crescimento dos investimentos públicos **per capita**, nas regiões carentes, superior à programada para as regiões desenvolvidas. Uma terceira alternativa intermédia é esta, explícita na proposta popular de emenda ao Projeto de Constituição, que ora defendemos, e cujos princípios gerais podem ser ponderados em lei complementar.

As regiões mais ricas devem reconhecer que nada perderão com uma distribuição dos programas de investimentos públicos nos termos aqui defendidos. Aliás, já se resguardaram muito bem contra quaisquer possibilidade de perda, nos prazos curto e longo, através das inclusões do § 1º, do item IV, do art. 209 e do **caput** do item II de seu § 2º do art. 213, no projeto de Constituição. Criaram aí um imposto de renda estadual e uma participação estadual no IPI, proporcionalmente às suas exportações industriais. Isto significa que as regiões ricas, que os estados fortes terão condições de caminhar principalmente com suas próprias pernas e poderão liberar recursos federais para a consecução de um desenvolvimento nacional mais equilibrado e para o resgate da imensa dívida social que a Nação tem para com as regiões mais pobres, os miseráveis, os analfabetos, os marginalizados deste País contraditório.

As regiões desenvolvidas beneficiar-se-ão em outros aspectos. Exemplo convincente apresentava a imprensa há duas semanas: com uma renda **per capita** em torno

de 4.000 dólares, as cidades Interioranas do Estado de São Paulo espantam-se ao sentir uma séria ameaça a seus padrões de qualidade de vida, quando começam a ser circundadas pela favelização de migrantes que ali aportam, oriundos de outras regiões do País. Para as classes abastadas, a pior poluição é a da miséria, com suas seqüelas de falta de educação e de hábitos distantes... Passa a ocorrer, no Brasil, o que tem acontecido nos Estados Unidos, com o afluxo de populações do México, da América Central e do Caribe. É fenômeno semelhante ao que se dá na França, na Suíça, na Alemanha, na Escandinávia, ao serem invadidas por hordas de migrantes africanos e árabes, num processo que tem gerado perturbações ecológicas, sociais e políticas, ocasionando um novo acirramento do racismo. Dentro de nossas fronteiras, não nos podemos furtar da busca sincera de uma solução preventiva para esta enfermidade social.

A fim de que tais fatos não se verifiquem, o melhor instrumento para se obter um processo de desenvolvimento harmônico ainda é o planejamento econômico e social. É o que recomenda o segundo artigo da emenda popular que defendemos: "o planejamento econômico e social nacional funcionará interativamente com o planejamento regional, de modo que se considerem as peculiaridades e necessidades de cada região".

O planejamento não é uma velha idéia ultrapassada, mas os sistemas de planejamento, no Brasil, foram praticamente desmontados nas últimas décadas, como efeito de forças que atuaram dentro e fora do País. Seria longo analisar tais forças perversas, que vão desde a ampliação e, por fim, a supremacia dos bancos internacionais privados sobre os bancos internacionais oficiais no financiamento aos países subdesenvolvidos e até centralização de poderes e recursos realizada pelo regime autoritário. O fato é que deixamos de planejar a médio e longo prazos, e a economia do País passou a ser dirigida segundo as corriqueiras ou prementes injunções do dia-a-dia. As mudanças de rumo, os tateamentos, a falta de orientação, a inexistência de política econômica racional eram uma constante.

É necessário, então, resgatar os sistemas de planejamento nacional e regionais, provendo-se de recursos e funções as instituições de planejamento e de financiamento do desenvolvimento. Nos planos nacionais e regionais, devemos adotar processos interativos, de modo que sejam elaborados num sobe-e-desce enriquecedor que, ao contemplar os grandes objetivos nacionais, não desconsidera as peculiaridades e necessidades de cada região.

A esta altura, devemos afirmar que as regiões mais carentes do Brasil não mais aceitam políticas e planos completamente elaborados nos gabinetes de Brasília, num total desrespeito à Federação, ou por pessoas que têm um conhecimento perfunctório, quando não preconceituoso, sobre as economias regionais.

Reconhecemos como direito nosso, em um País imenso e com tantas diferenças entre as regiões, que o poder central opere de forma descentralizada. Os próprios planos nacionais de desenvolvimento têm que ser basicamente regionalizados, em vez de se constituírem num conjunto de ações setoriais às quais, timidamente, se agrega um capítulo regional.

E já que sabemos que o enfoque correto para o encaminhamento destas questões é mais político do que técnico, desejamos, todos nós que assinamos esta emenda popular, que, na verdade, representa os mais justos anseios do regionalismo, que o representante máximo dos respectivos organismos regionais de planejamento econômico

e social tenha assento no Ministério ou no Conselho de Ministros, com igualdade de direitos e poderes nas decisões do colegiado. O acesso ao poder é a maneira eficiente e eficaz de transformarmos em realidade a antiga e interminável ladainha das boas intenções.

Sobre esta efetiva falta de prioridade para o problema regional, cabem, aqui, rápidos esclarecimentos: talvez, nas regiões desenvolvidas, algumas pessoas cheguem a afirmar que as regiões carentes são um poço sem fundo de desperdício dos recursos nacionais. Trata-se de falta de informação ou mesmo de um preconceito: no caso do Nordeste, por exemplo, os efeitos da ação do Governo Federal, através das políticas fiscal, monetária, creditícia e tarifária, têm, quase sempre, sido contrários à região. O estudo do saldo líquido dos fluxos de entradas e saídas de recursos indica a existência de vazamentos que provocam uma drenagem muito superior aos recursos que ingressam na região.

Outros alegam que nas regiões retardatárias prolifera a corrupção. A este preconceito respondemos rapidamente: na realidade brasileira, a corrupção há de grassar, principalmente, onde há muito dinheiro. Ora, nem os grandes investimentos públicos, nem os escandalosos estouros financeiros deste País têm ocorrido nas regiões pobres.

Finalmente, alguns tecnocratas das regiões mais desenvolvidas talvez reneguem o planejamento, hoje em dia. Esquecem-se, ademais, de que sua industrialização foi feita à base de confiscos cambiais, crédito subsidiado, construção de infra-estrutura pelo Governo Federal, tarifas e uma plethora de incentivos. É a velha história que se repete: quando lutava pelo poder, contra a aristocracia, a burguesia era uma classe revolucionária e fez revoluções; quando apanhou o poder, tornou-se conservadora e fez contra-revoluções...

O terceiro artigo da Emenda Popular nº 70 assim se expressa:

"A União assegurará recursos orçamentários anuais, que serão depositados nos bancos federais de fomento nacional e regionais, suficientes para o financiamento da execução dos planos e programas nacionais e regionais de desenvolvimento econômico e social."

O planejamento é complementado por seu financiamento. Da mesma maneira que queremos restaurar um sistema de planejamento regionalizado do desenvolvimento econômico e social, é hora, finalmente, de criarmos um sistema descentralizado de bancos de desenvolvimento para este imenso País. Estes bancos são mais do que simples instituições de crédito, pois têm um corpo de técnicos de alto nível, capazes de fazer pesquisas sobre as economias regionais, aptos a aplicar metodologias apropriadas nas análises de projetos de inversão e competentes na orientação e acompanhamento dos investimentos públicos e privados.

Com o fortalecimento de um sistema descentralizado de bancos federais de desenvolvimento, o Banco Central passará a cumprir mais eficazmente sua missão primordial de autoridade monetária, libertando-se dos inúmeros fundos de fomento que, ainda, não passaram definitivamente para o Tesouro Nacional e que, mais corretamente, deveriam ser distribuídos entre os bancos federais de desenvolvimento. O Banco do Brasil restringir-se-á a seu papel indispensável de grande banco comercial do Governo, transferindo para os bancos de desenvolvimento as atividades ditas de fomento, já que não tem estrutura para realizar pesquisas econômicas regionais, nem para

aplicar as metodologias de análise de projeto, ambas imprescindíveis para orientar as aplicações desenvolvimentistas de médio e longo prazos. O sistema do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), com suas subsidiárias, não deverá constituir-se no único banco de desenvolvimento do País, concentrando a quase totalidade dos fundos de fomento. Pois isso traria efeitos nocivos para as regiões mais afastadas geográfica e economicamente do centro econômico nacional. As necessidades específicas dessas áreas e de suas populações tenderiam a ser descartadas; suas políticas econômicas e creditícias seriam basicamente subalternas e, em vez dos objetivos regionais, tenderiam a predominar, de modo excludente, os grandes objetivos nacionais que têm sido simplesmente os aqueles das regiões mais desenvolvidas.

É necessário, por conseguinte, restituir a missão do sistema federal de bancos de desenvolvimento e redistribuir eqüitativamente, entre eles, o acervo de recursos dos inúmeros fundos de fomento presentes e futuros. Estas instituições são o complemento essencial de um sistema regionalizado de planejamento.

O quarto artigo da emenda popular que subscrevemos diz o seguinte :

"Cumprirá à União, aos estados e aos Municípios a criação de mecanismos que possibilitem o amplo acompanhamento popular da aplicação administração de todos os recursos financeiros postos à sua disposição, discriminando as fontes, tributárias ou não, e as formas de aplicação".

O presente artigo é auto-explicativo. Trata da maior democratização, da participação, do controle popular sobre os gastos públicos. Consideramos inadiável a adoção de tal procedimento, não apenas nas regiões deprimidas, mas por todas as regiões do País, a fim de que avaliações sistemáticas e periódicas possam ser feitas sobre o destino a aplicação dos recursos públicos, de modo a se corrigirem eventuais distorções. Que o povo tenha maior voz no controle do dinheiro do povo.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, o planejamento nacional regionalizado trará inquestionáveis benefícios para o País e para todas as suas regiões. A emenda popular que apresentamos a esta augusta Assembléia Nacional Constituinte não é privativa das regiões retardatárias do País; pode ser aplicada em todas as regiões, com imensos benefícios para a construção de uma sociedade mais harmônica e feliz, menos selvagem e desumana. Nesta construção, as regiões mais desenvolvidas só terão que perder as favelas, o crime e a violência.

Estamos comemorando a Semana da Pátria. Mas, como podemos edificar uma Pátria sadia, sem construirmos as enormes infra-estruturas físicas e sociais de que necessitam as regiões deprimidas? Como poderemos construir uma Pátria promissora, com milhões de migrantes famintos, enfermos, analfabetos, que não têm nenhuma profissão, que não têm nenhuma capacitação? Como poderemos construir uma Pátria feliz, com mais de 30 milhões de crianças carentes, com mais de sete milhões de meninas e meninos abandonados em nossas cidades inchadas e seguindo, nas ruas, a universidade do crime? Que Pátria construiremos conosco, mas também com aqueles que, segundo os estudos do Prof. Néilson Chaves, no Recife, já estão com cérebro definhando? Que Pátria construiremos? Que democracia edificaremos?

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, o poder central tem uma enorme dívida que se sintetiza na construção de infra-estruturas físicas e sociais para ativar, para impulsionar as regiões deprimidas. Em suma: tem

que lá fazer o mesmo que antes construiu nas regiões desenvolvidas do País.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, terminaremos com esta parábola: sabe o grande mar que, a bem da permanência da vida, não deve quebrar o contínuo ciclo das águas que, subindo às nuvens, se vão derramar por distantes e desconhecidas paragens...

Muito obrigado. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Alceni Guerra):** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Walmor de Luca. S. Ex.<sup>a</sup> falará sobre a Emenda Popular nº 46, que versa sobre o Imposto Único sobre Minerais, que conta com 31.239 assinaturas. S. Ex.<sup>a</sup> representará, na tribuna, a Associação Brasileira de Cidades Mineradoras de Itabira, Minas Gerais; a Associação dos Municípios da Região Carbonífera, de Criciúma, Santa Catarina; e a Prefeitura Municipal de Itabira, Minas Gerais. S. Ex.<sup>a</sup> disporá de 20 minutos.

**O SR. CONSTITUINTE WALMOR DE LUCA:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, coube-me a grata e honrosa deferência de falar em nome das entidades que subscrevem esta emenda popular que traz a assinatura de quase 32 mil pessoas. Objetiva ela tratar da questão mineral e do imposto decorrente desta atividade de forma mais justa, equânime, e que contemple sobretudo o município onde se exerce a atividade mineradora.

Em 1975, chegava eu a esta Casa, e o objeto das minhas preocupações era exatamente a busca dessa eqüidade. Projeto de minha autoria tramitou alguns anos nesta Casa, obtendo inclusive o apoio dos Srs. Deputados, mas posteriormente foi rejeitado no Senado.

A atual Constituição determina que o Imposto sobre Minerais compete à União. O anteprojeto do nobre Relator Bernardo Cabral tratou a matéria de forma bastante diversificada. Aliás, S. Ex.<sup>a</sup> tão-somente se valeu daquilo que recebeu da Comissão temática que cuidou da matéria. Na Subcomissão do Sistema Tributário, o nobre Relator Fernando Coelho acolheu emenda de nossa autoria que fazia essa distinção. Em se tratando de uma atividade mineral, extrativa, S. Ex.<sup>a</sup> fez distribuição desse imposto equanimente entre o Estado e o Município. Isso agora desaparece, no texto do nobre Relator.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, existe uma filosofia tributária, e tenho certeza de que hoje predomina entre todos nós, membros da Assembléia Nacional Constituinte, a idéia de se fazer uma redistribuição da renda tributária neste País, concentrada nas mãos da União. Há de se repassá-la em maior escala aos Estados, e por que não também aos Municípios? É exatamente este o objetivo desta emenda. Ela nasce da angústia daqueles que vivem nos Municípios e têm na atividade mineral sua principal fonte de trabalho. A atividade mineral difere enormemente de qualquer outra. O minério, como já se disse e se repetiu várias vezes, é aquela riqueza que não tem duas safras. A medida que uma mina cresce e desenvolve seus trabalhos, mais próximo está seu fim. É um paradoxo. Podemos constatar isso não apenas na minha Criciúma no sul do Estado de Santa Catarina, mas nas cidades que hoje têm na economia do carvão a sua principal atividade econômica. Podemos sentir isso ainda melhor nas nossas Minas Gerais, ou aqui no velho Goiás, para não termos de recorrer ao exemplo que os filmes faroestes nos mostram com tanta clareza, isto é, as cidades que cresceram no apogeu do ciclo do ouro em que, quando o minério terminou, restou o desemprego; o povo ficou sem outra alternativa de trabalho e as cidades começaram a desaparecer.

Poderíamos sentir a angústia em que vivem hoje, por exemplo, os moradores de Itabira. Foi exatamente das

entranhas dessa terra que nasceu talvez a maior empresa nacional: a Companhia Vale do Rio Doce, da qual tanto nos orgulhamos. Foi do minério ali extraído que a Vale retirou verbas para, hoje, manter o majestoso projeto Carajás.

Sr. Presidente, Itabira tem mais 30 anos de atividade mineral. Hoje, cerca de 7 mil pessoas ali trabalham. E no dia em que o minério terminar, aonde irão essas pessoas? Por acaso colocarão suas casas nas costas e seguirão junto com a Vale para o distante Pará em busca de trabalho? Certamente não. É impossível fazer isso.

Daí por que, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, há necessidade de se encontrar uma solução para esses municípios que vivem o drama do dia de amanhã, quando certamente estarão empobrecidos, poluídos – porque não há atividade mineral alguma que não seja predatória, que não comprometa o meio ambiente, umas mais, outras menos. Sr. Presidente, o que se objetiva com essa emenda e com as proposições aqui apresentadas é exatamente criar mecanismos para que esses municípios tenham recursos ao seu alcance por meio dos quais sua própria comunidade possa criar alternativa de desenvolvimento. Desta forma quando o minério se esaurir, a população não ficará desempregada e desesperada. Esses municípios não podem conviver com o fantasma do amanhã. Não é justo que os nossos mineiros sofram, quando é sabido que exercem uma atividade reconhecida por lei como penosa, insalubre, perigosa. Afinal, eles extraem da terra uma riqueza importante para o País. E exatamente quando ela termina, o fruto do seu trabalho, eles ficam desempregados. É refletindo sobre essa realidade tão trágica que aqueles que vivem nessas cidades estão clamando aos Constituintes por um tratamento equânime.

Poderíamos, desta tribuna, discutir alguns aspectos que envolvem mais de perto o sistema tributário, o que tem prevalecido no documento até agora elaborado pela Assembléia Nacional Constituinte; poderíamos lembrar que é correto dizer-se que se transfira ao Estado e se retire da União, como se pretende, hoje, no texto, mas, por outro lado, não nos podemos esquecer – e o texto consagra isso – de que o minério é riqueza que pertence a todos, pertence à União, e só ela pode autorizar a sua lavra. A União autoriza, determina e, inclusive, obriga que o Município aceite a mina. Pois deixemos à União o imposto, a responsabilidade de comprar e indenizar justamente esse Município. Isto é exatamente o que propõe a emenda; ou seja, que se mantenha entre os impostos da União o imposto sobre mineral. Aliás, o Sr. Relator, no texto em que discorre sobre os tributos e a sua competência, não trata o minério de forma diferente, mas o coloca, inclusive, no bojo do Imposto de Circulação de Mercadorias. Confunde, naturalmente, uma atividade que é peculiar com outras, e até com o oposto. Por exemplo, uma indústria ou uma atividade comercial, na medida em que cresce, tende a dar mais empregos e também a produzir mais impostos, e, na medida em que ela cresça, que se solidifique, a tendência também é se tornar perene. É, exatamente como falei no início, o oposto da mina, que vive a trágica situação de que, quanto mais se desenvolve, mais próxima está do seu fim.

A partir da conceituação de que o minério não dá duas safras, de que a atividade da mineração é diferente de uma atividade fabril, comercial ou agrícola, é que se dá a ela um tratamento também diferenciado na questão tributária. A proposta objetiva, em primeiro lugar, distribuir equanamente o imposto incidente sobre os minérios; em segundo lugar, criar um fundo de exaustão, que há de compensar os Municípios exatamente no momento

em que, aberto o buraco, ali só fica a cratera, só aqueles que estão desempregados, aqueles que construíram a sua própria desgraça.

Sr. Presidente, é tão verdade que se tem de fazer um tratamento diferenciado que, no que concerne exatamente à concessão da lavra mineral, o próprio Relator reconhece a necessidade de se indenizar o proprietário do solo.

No art. 231, § 2º, do anteprojeto constitucional, o nobre Constituinte Bernardo Cabral assegura a seguinte redação:

"É assegurada ao proprietário do solo a participação nos resultados da lavra em valor não inferior ao imposto sobre minerais; a lei regulará a forma da indenização".

Veja, Sr. Presidente, é reconhecida ao proprietário da terra o direito a uma indenização daquilo que é riqueza do subsolo. Segundo, reconhece a necessidade de se ter um imposto sobre minerais. Aliás, cria a expressão "im distribuir o tributo que há de ser inserido sobre a lavra, posto sobre minerais". No entanto, exatamente na hora de não faz a diferenciação.

Antes de concluir, concedo o aparte, com prazer, ao nobre Constituinte Ademir Andrade, do Pará, que, certamente, lá do Carajás, consegue entender melhor esse drama. Ouço V. Ex.<sup>a</sup>.

#### **O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE: –**

Queríamos manifestar a V. Ex.<sup>a</sup> o apoio a esta emenda. Entendemos que não apenas o Município que possui o bem mineral deve ter uma participação maior na exploração desses recursos, assim como quem conceder o direito a essa exploração.

Na proposta de V. Ex.<sup>a</sup>, ou das entidades que V. Ex.<sup>a</sup> defende, há o entendimento de que a arrecadação deveria ser feita pela União, a quem caberiam 10% desse imposto, com o restante dividido: 45% para o Município e 45% para o Estado. Ora, vê-se que o Relator não acatou isso. S. Ex.<sup>a</sup> colocou o Imposto Único sobre Minerais como uma atribuição do Estado e, pior que isso, destina aos Municípios – não ao Município que contém o mineral – apenas 25% do total desta arrecadação. Realmente, é um problema muito sério e grave, inclusive porque essas explorações minerais trazem muitas consequências ao Município: produzem a migração de um contingente populacional muito grande. Este contingente populacional exige a criação de infra-estrutura básica – esgotes, escolas, ruas, energia e tantas outras coisas – e sem uma quantidade maior de recursos fica praticamente impossível para a Prefeitura local atender às necessidades da população. Exemplo claro disso – como V. Ex.<sup>a</sup> citou – é o Projeto Carajás, com uma imensa população totalmente abandonada vivendo em sua periferia. Há, hoje, à beira do Projeto Carajás, uma cidade chamada Paraopebas, que nasceu há menos de três anos e que já tem mais de 70 mil habitantes, sem qualquer infra-estrutura, e a Prefeitura de Marabá não tem a mínima condição de atender àquela população. É, portanto, muito importante a emenda de V. Ex.<sup>a</sup>. Eu até concordaria com o Relator em que a arrecadação fosse feita pelo Estado, mas que ao Município produtor do minério fossem destinados, como está aqui, 60% do tributo arrecadado, como propõe a emenda defendida por V. Ex.<sup>a</sup>, e que o Município realmente tivesse acesso à exploração desse recurso mineral. Eu não sei, Deputado, se V. Ex.<sup>a</sup> e nós, que também defendemos este pensamento, seremos vitoriosos nesta luta, mas creio que deveria haver sensibilidade de todos quanto a isso. Empenhar-nos-emos até o fim para garantir esses recursos aos Municípios que

possuem minérios na nossa Pátria. Era esta a contribuição que desejava dar ao brilhante pronunciamento de V. Ex.<sup>a</sup> Muito obrigado. (Palmas.)

**O SR. CONSTITUINTE WALMOR DE LUCA:** – Deputado Ademir Andrade, V. Ex.<sup>a</sup> é que, com brilho, ilustra e engrandece, com o seu pronunciamento, o meu discurso. V. Ex.<sup>a</sup>, com a vivência que possui, tem autoridade para dizer que é necessário esse tratamento diferenciado.

Estamos certos, Sr. Presidente, de que o nobre Relator haverá de meditar sobre essa contradição, quando, de um lado, reconhece a necessidade de se indenizar o proprietário pelo estrago e, de outro, se esquia de indenizar o Município. Ou seja, a população que ali vive, que criou a riqueza, há que ser sacrificada. Sr. Presidente, aqui fica não apenas essa proposta, naturalmente inserida em um contexto em que se estabelecerá o imposto cobrado pela União. Já o Constituinte Ademir Andrade lembra que, se mantida essa filosofia tributária de se entregar ao Estado toda a responsabilidade desse imposto, há que se fazer justiça ao Município, entregando-lhe uma participação equânime do tributo.

Antes de conceder o aparte ao nobre Constituinte Ivo Vanderlinde, permito-me relatar o que está escrito, hoje, no anteprojeto. Nele prevê-se que a União poderá, na forma da Lei, isentar de qualquer tipo de imposto – e deverá fazê-lo – o minério destinado à exportação. E não há compensação alguma nem ao Município nem ao Estado. Note bem, Sr. Presidente, a União poderá isentar do IPI, do Imposto sobre Importação... Isto está previsto no anteprojeto. Estabelece ainda o anteprojeto que, para o IPI sobre produtos exportados, haja isenção por um fundo de compensação, com o que estamos todos de acordo.

Pois bem, Sr. Presidente, para a isenção no caso do minério não há qualquer compensação. É muito mais trágico, nobre Constituinte Ademir Andrade. Hoje, os Municípios têm de se contentar com apenas 20% desse tributo; a União com 10; e o Estado com 70. É possível que daqui a pouco não tenha sequer isso.

Hoje, por exemplo, Itabira, Carajás e Marabá usufruem 20% sobre 7,5, que representa a alíquota do Imposto sobre Importação. Amanhã, poderá ser zero esse imposto. Em consequência, também será zerada a participação do Município. Daí a necessidade de tratamento diferenciado. Mais uma vez há essa necessidade, mormente quando sabemos que grande parte do minério extraído é exportado. Gostaria que não o fosse, que todo ele aqui se beneficiasse e se transformasse em bem industrializado. Mas também sabemos que isso demandará muito tempo. Talvez, mesmo, nunca nossa economia suportasse totalmente isso.

De qualquer forma, tenho certeza, Sr. Presidente, de que o nobre Relator, embora ausente, e os eminentes Constituintes, membros da Comissão de Sistematização, haverão de se debruçar sobre esse clamor popular, proveniente das cidades que hoje já sofrem o drama e dão seu testemunho nesta emenda. Através da sua assinatura, trazem seu clamor à Assembléia Nacional Constituinte.

Concedo o aparte ao nobre Constituinte, meu companheiro de bancada e Estado, Ivo Vanderlinde.

**O SR. CONSTITUINTE IVO VANDERLINDE:** – Ilustre Constituinte Walmor de Luca, muito me honra apartear-lo para dizer que V. Ex.<sup>a</sup> foi escolhido para defender essa proposta, até por um ato de justiça. Por certo, ninguém melhor do que V. Ex.<sup>a</sup> poderia representar os signatários

dessa emenda popular na Assembléia Nacional Constituinte, pois tem sido V. Ex.<sup>a</sup> um estudioso do assunto nesta Casa há muitos anos, como bem se referiu.

V. Ex.<sup>a</sup> representa, com muita altivez, a região mineradora do nosso Estado que, por coincidência, é também minha terra natal. Não sou um estudioso da matéria, mas sei do rastro que fica atrás de uma mineração. Temos o exemplo de Criciúma, Siderópolis e Lauro Müller. Por isso também sou daqueles que entendem que a matéria precisa ser revista. O ilustre Relator precisa debruçar-se sobre a questão e dar-lhe, no seu relatório, um tratamento diferente do que foi dado até aqui.

Quero, pois, como catarinense e colega de bancada – e muito me honro disso – congratular-me com V. Ex.<sup>a</sup> pela defesa que faz, nesta tarde, desta proposta popular. Conclamo o ilustre Relator e os colegas Constituintes para que tenhamos a sensibilidade e a compreensão necessárias para com a matéria. Que não percamos a oportunidade de corrigir a injustiça hoje cometida contra os Municípios que detêm a riqueza do minério, e contraditoriamente, os que menos se beneficiam. Quando o minério acaba, ficam desprotegidos e empobrecidos. Aceite meus cumprimentos, Constituinte Walmor de Luca, pela brilhante defesa que faz do assunto. Tenho a certeza de que tanto o Relator como todos nós, Constituintes, saberemos corresponder à expectativa daqueles que, tão oportunamente, foram signatários da proposta, contando com nossa sensibilidade para o problema.

**O SR. CONSTITUINTE WALMOR DE LUCA:** – Sr. Constituinte Ivo Vanderlinde, agradeço a V. Ex.<sup>a</sup> em meu nome, mas sobretudo em nome, tenho certeza, daqueles que vivem nas cidades que hoje mineram e nas que já não mais o fazem. Tenho a certeza de que, neste momento, as palavras do eminente Constituinte refletem com exatidão não apenas o pensamento dos catarinenses do sul do Estado que vivem em Siderópolis, Lauro Müller, Criciúma, Urussanga, Içara, Morro da Fumaça, a que o nobre Constituinte tão bem se referiu, mas também de Diamantina, Goiás Velho, Arroio dos Ratos no Rio Grande do Sul e de muitos Municípios espalhados por todas as Minas Gerais, como disse inicialmente.

Devemos também nos lembrar de testemunhos de entidades que apoiaram essa emenda, tais como a Associação dos Municípios do Sul de Santa Catarina; a Associação dos Municípios das cidades mineradoras; a Prefeitura de Itabira; a Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Mineração, que, através do seu Presidente, o Geólogo Nelson Sales Guerra Guzo, expressa o total apoio à proposta; da Coordenação Nacional dos Geólogos, que, representando naturalmente o setor técnico, seguramente melhor do que nós, conhece essa realidade; Instituto Brasileiro de Mineração – Ibram, que também endereçou correspondência a este Parlamentar e registra seu apoio a esta proposta pela palavra de seu Presidente, Sr. João Sérgio Marinho Nunes.

Finalizando, Sr. Presidente, já que meu tempo se esgota, e tão-somente a bondade de V. Ex.<sup>a</sup> me permite concluir, esta é hora de justiça, de reparar erros, de criar instrumentos para uma nova sociedade mais justa e equânime. É hora de olhar também para essa injustiça tão flagrante com a qual convivemos tantos anos. Ao lado de tantas outras soluções, precisamos diminuir esses conflitos. E esta proposta certamente se insere na busca de soluções que permitam à comunidade, ali onde ela vive, decidir sobre seu futuro e seu presente, principalmente, tendo em vista seu hoje e seu passado, bem como o passado daqueles que, já tendo sofrido muito o problema,

não podem mais se livrar do mal trazido pela atividade mineradora.

Portanto, Sr. Presidente, nós, que escrevemos um documento para o futuro, para a posteridade, vamo-nos espelhar exatamente nesta lição do passado, e não deixar que os futuros filhos das cidades mineradoras, que os filhos de Carajás sofram o mesmo drama daqueles brasileiros que vivem nessas cidades que um dia foram prósperas, mas que hoje são miseráveis; que um dia tiveram trabalho, e hoje não o têm mais. Entreguemos este instrumento, esta proposta à sociedade. Ela decidirá o que fazer com esses recursos. Que sejam propiciadas alternativas econômicas, que sejam dados instrumentos, incentivos fiscais – por que não? – para outras atividades, de tal sorte que a cidade não pare de existir, que o Município não desapareça unicamente por ter desaparecido o minério, a sua riqueza original.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Alceni Guerra):** – Não havendo mais oradores inscritos, vou encerrar a reunião. Antes, porém, convoco para amanhã, às 8 horas e 30 minutos, sessão desta Comissão de Sistematização.

Está encerrada a reunião.

### 23ª Reunião Extraordinária

Aos quatro dias do mês de setembro do ano de mil novecentos e oitenta e sete, às dez horas e trinta minutos, no Plenário da Câmara dos Deputados, reuniu-se à Comissão de Sistematização, sob a presidência do Senhor constituinte Afonso Arinos, presentes os seguintes Senhores Constituintes: Ademir Andrade, Adolfo Oliveira, Alceni Guerra, Aluisio campos, Arnaldo Prieto, Artur da Távola, Carlos Sant'Anna, Edme Tavares, João Calmon, José Freire, José Luiz mala, Mário Lima, Nelton Friedrich, Renato Vianna, Roberto Freire, Sigmaringa Seixas, Siqueira Campos, Adylson Matta, Antonio Mariz, Délio Braz, Enoc Vieira, Euclides Scalco, José Lourenço, José Tinoco, Luiz Salomão, Mozarildo Cavalcanti e Rose de Freitas. Estiveram presentes, também, os seguintes Senhores Constituintes não integrantes desta Comissão: Sólon Borges dos Reis, Mário Covas, Olívio Dutra, Nelson Aguiar, Gerson Camata, Humberto Souto, Heráclito Fortes, Amaury Müller, Valter Pereira, Antônio Brito, Marcelo Cordeiro, Wagner Lago, Carlos Alberto Caó, Edmilson Valentim, Anna Maria Rattes, Maria de Lourdes Abadia, Chico Humberto, José Carlos Sabóia, José Dutra e Gabriel Guerreiro. Deixaram de comparecer os Senhores Constituintes: Abigail Faltosa, Alfredo Campos, Almir Gabriel, Aloysio Chaves, Antonio Farias, Antônio Carlos Konder Reis, Antônio Carlos Mendes Thame, Bernardo Cabral, Brandão Monteiro, Carlos Chiarelli, Carlos Mosconi, Celso Dourado, Christóvam Chiaradia, Cid Carvalho, Cristina Tavares, Darcy Pozza, Egídio Ferreira Lima, Eraldo Tinoco, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Gasparian, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Lyra, Francisco Benjamin, Francisco Dornelles, Francisco Pinto, Francisco Rossi, Gastone Righi, Gerson Peres, Haroldo Lima, Haroldo Sabóia, Ibsen Pinheiro, Inocêncio Oliveira, Jamil Haddad, Jarbas Passarinho, João Herrmann Neto, Joaquim Bevilacqua, José Fogaça, José Geraldo, José Ignácio Ferreira, José Jorge, José Lins, José Maurício, José Paulo Bisol, José Richa, José Santana de Vasconcellos, José Serra, José Thomaz Nonô, José Ulisses de Oliveira, Luís Eduardo, Luis Inácio Lula da Silva, Lysâneas Maciel, Manoel Moreira, Marcondes Gadelha, Mário Assad, Milton Reis, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nilson Gibson, Oscar Corrêa, Osvaldo Coelho, Oswaldo Lima Filho, Paulo Pimentel, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Plínio de Arruda Sampaio, Pris-

co Vianna, Raimundo Bezerra, Ricardo Fiuza, Rodrigues Palma, Sandra Cavalcanti, Severo Gomes, Theodoro Mendes, Virgildásio de Senna, Virgílio Távola e Wilson Martine. Havendo número regimental o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, anunciando que a reunião seria a última destinada à discussão das Emendas Populares, encerrando uma série que perfazia um total de oitenta e um expositores. A seguir, concedeu a palavra, pela ordem, aos oradores inscritos para defenderem as Emendas Populares indicadas: 1ª) PE-100 – Fixa data para as próximas eleições presidenciais – defensor: Constituinte Mário Covas, Apartes: Constituintes José Lourenço e Olívio Dutra; 2ª) PE-024 – Monopólio Estatal das Telecomunicações – defensor: Dr. Paulo Fernandes Gomes – Presidente da Associação dos Empregados da Embratel. Apartes: Constituinte Carlos Alberto Caó; 3ª) PE-091 – Democratização dos Meios de Comunicação – defensor: Dr. Armando Sobral Rolemberg – Presidente da Federação Nacional dos Jornalistas. Apartes: Constituinte Artur da Távola, Carlos Alberto Caó e Rose de Freitas. As onze horas e trinta minutos, deixa a Presidência dos trabalhos o seu titular, Constituinte Afonso Arinos, assumindo-a, nos termos regimentais, o Senhor Constituinte Alceni Guerra, que dá seguimento à reunião concedendo a palavra aos oradores seguintes: 4ª) PE-084 – Censura – defensor: Juiz de Direito e Professor Universitário, Jorge Vchoa Mendonça – Presidente da Associação Brasileira dos Juizes e Curadores de Menores. Apartes: Constituinte Nelson Aguiar; 5ª) PE-040 – Populações Indígenas – defensor: Ailton Krenak – Coordenador da Campanha dos Índios na Constituinte. Apartes: Constituintes José Carlos Sabida, Amaury Müller, Olívio Dutra, Edmilson Valentim e Rose de Freitas; 6ª) PE-039 – Nações Indígenas – defensor: Júlio Marcos Germany Gaiger – Assessor Jurídico e Representante do Conselho Indigenista Missionário – Cimi. Apartes: Constituinte José Dutra. Esgotada a lista de oradores e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, Constituinte Alceni Guerra, comunicou aos presentes que naquela oportunidade se encerrava a fase destinada à discussão das Emendas Populares na Comissão de Sistematização, fase em que 81 expositores defenderam essas propostas populares ausentes apenas 2, por motivos de ordem superior. Destacou, ainda, o Senhor Presidente, que foi grande a satisfação do órgão em receber os representantes dos mais diversos segmentos da sociedade brasileira, na defesa de seus interesses e dos interesses do País junto à Assembléia Nacional Constituinte. A reunião foi encerrada às quatorze horas e cinco minutos. O inteiro teor desta reunião foi gravado, devendo ser publicado no **Diário da Assembléia Nacional Constituinte** e constituir-se-á na Ata circunstanciada dos trabalhos. E, para constar, eu, Maura Laura Coutinho, lavrei a presente Ata que, depois de lida, e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Havendo número regimental, declaro aberta a presente reunião para continuarmos a discussão das emendas populares. Esta será a última reunião com esta finalidade.

Ouvimos, até agora, um total de 81 expositores sobre este assunto – emendas populares. É uma contribuição extremamente importante da nossa Comissão aos trabalhos gerais da Assembléia Nacional Constituinte. Hoje, teremos o prazer de ouvir o eminente Constituinte Mário Covas, Líder do PMDB no Senado Federal e na Assembléia Nacional Constituinte. A sua presença – foi adiada por uma reunião conforme combinado na reunião passada, porque ele cedeu o seu tempo ao Prof. Barbosa Lima, que aqui veio fazer exposição a respeito da inconveniência da manutenção dos contratos de risco.



Nessas condições, como estava determinado desde ontem, tem a palavra o eminente Constituinte Mário Covas, Líder da Assembléia Nacional Constituinte. Ele vai falar sobre a Emenda nº 100, que fixa a data para as próximas eleições presidenciais.

As entidades promotoras deste encontro são: a Federação Nacional dos Jornalistas Profissionais, de Brasília; o Instituto de Arquitetos do Brasil, de Brasília; e a Federação das Associações de Engenheiros Agrônomos do Brasil, de Brasília.

Tem a palavra o Constituinte Mário Covas.

**O SR. CONSTITUINTE MÁRIO COVAS:** – Sr. Presidente da Comissão de Sistematização, nobre Constituinte Afonso Arinos, quero declinar inicialmente que é para mim motivo de profunda honra poder vir a esta tribuna, sob a presidência de V. Ex.<sup>a</sup> Tive a oportunidade de dizer outro dia, num aparte, da minha profunda admiração por V. Ex.<sup>a</sup> e, mais do que isso, da autoridade com que V. Ex.<sup>a</sup> vem-se desincumbindo da tarefa da Presidência da Comissão de Sistematização e, mais do que isso, da colocação dos seus pontos de vista e da defesa daquilo que, no momento, parece-me, o substrato mais significativo deste instante da vida nacional: a efetiva e real igualdade e independência entre os vários poderes de que se constitui a República.

Confesso a V. Ex.<sup>a</sup> que, a despeito de ter sido eleito Senador com um número de votos que superou totalmente a minha expectativa e que, certamente, supera o meu merecimento, ainda assim, no instante em que aqui compareço para tentar traduzir a expectativa de cerca de 100 mil pessoas que subscreveram esse documento, a emenda que preconiza eleições diretas para Presidente da República no próximo ano, faço-o portando uma emoção e uma preocupação no sentido de exaurir, com absoluta fidelidade e lealdade, esta tarefa na dimensão do que ela significa em termos de presença popular, o que ela significa em termos de mudança de método nas aspirações democráticas desta Nação e, sobretudo, o que ela significa depois de 10 dias e tão-somente 10 dias de trabalho, de adesão popular à tese das diretas. Aquilo de que sou portador, enquanto delegado de 7 milhões e 600 mil eleitores de São Paulo, por mais significativo que seja, coloca-me menos à vontade ou mais à vontade do que a tarefa ingente de procurar, num rápido intervalo de tempo, traduzir o que sinto de profundo, de extraordinário, de vocação libertária, na subscrição desta emenda que ora defendemos. Ela teve a sustentá-la a presença de três entidades: a Federação Nacional dos Jornalistas, o Instituto de Arquitetos do Brasil e a Federação das Associações dos Engenheiros Agrônomos do Brasil. Ela é profundamente simples, eu diria, ela chega a ser singela:

Substitua-se a redação do art. 458 do Projeto de Constituição pela seguinte: "A eleição do próximo Presidente de República será realizada no dia 15 de novembro de 1988, com a posse do eleito no dia 15 de março de 1989, quando se encerra o mandato do atual titular do cargo."

Ela é tão simples, Sr. Presidente, quanto simples seria se neste País, com a mesma facilidade com que se contraem os compromissos, fosse possível resgatar esses mesmos compromissos.

No instante em que vejo que grande parte do que está em jogo na consolidação e na construção da democracia que queremos, passa, inclusive, pela existência de um Poder Legislativo que não pretende outra coisa senão a sua faixa de influência, de igualdade com qualquer outro

Poder da República, parece-me claro que a simples satisfação de compromissos anteriormente assumidos, mínimo que se possa esperar do exercício da vida pública, nos colocaria na linha justa deste objetivo.

Em 5 de agosto de 1984, esta figura extraordinária que se chamava Tancredo Neves – um homem com uma dimensão tão extraordinária que, sem sequer ter tocado o poder, foi capaz de devolver a este País a dignidade de seu povo, a verticalidade de sua atitude e a independência deste País, tendo sido recebido em sua viagem, logo após as eleições, como certamente um dos maiores estadistas daquele momento na cronologia histórica – oferecia uma entrevista ao jornal **Estado de S. Paulo** e a última das perguntas era a seguinte:

"O Senhor é acusado pelos seus adversários de ocultar uma questão crucial: a extensão e durabilidade do seu mandato". **Tancredo:** "Tenho sido muito franco, tenho dito que o mandato razoável é de 4 anos, de acordo com a tradição republicana. Não aceito mandato de dois anos, deixei isso muito claro. Agora, o Poder Constituinte é quem realmente vai fixar esse mandato. Ele pode ampliá-lo e até reduzi-lo. Nós temos o caso do Presidente Dutra, que foi eleito para o mandato de 6 anos e a Constituinte o reduziu para 5 anos. Ora, quem reduz para 5 anos, pode reduzir para 4. Não posso me sobrepor à Constituinte que é quem vai realmente fixar o mandato do Presidente da República."

O destino e a vontade de Deus, levou-nos Tancredo. Assumiu, então, o Vice-Presidente José Sarney. E José Sarney, em determinado instante, cumprindo talvez o primeiro dos compromissos nos quais o processo que o levava ao poder se sustentava, encaminhou, em 8 de maio de 1985, à consideração do Congresso Nacional a emenda que, aposentando definitivamente este organismo espúrio chamado Colégio Eleitoral, devolvia, pelo menos a nível de processo, o mecanismo do sufrágio direto, universal e secreto para escolha do Presidente da República. A notícia da **Folha de S. Paulo**, desse dia, dá conta, na síntese, de que:

"A emenda propõe ainda que sejam realizadas eleições cento e vinte dias antes do término do mandato presidencial, mas não estabelece mandato para o pleito, Sarney afirmou que é favorável a uma duração de quatro anos para seu mandato e anunciou para breve a convocação da Assembléia Nacional Constituinte".

Isto está traduzido na própria mensagem; em determinado instante a mensagem diz:

"Como acabo de dizer perante o Ministério embora considerando que a duração do atual mandato e data a ser marcada para a eleição do sucessor do atual Presidente seja uma atribuição da Assembléia Nacional Constituinte, que iremos convocar, desde mandato logo manifesto o meu ponto de vista de que o mandato deva ser de quatro anos"

No mesmo dia o Presidente operou duas reuniões, a primeira no seu Ministério quando anunciou o envio da mensagem, e a segunda com os líderes do Congresso Nacional. Na reunião do Ministério, diz Sua Excelência textualmente:

"Por outro lado, iniciaremos imediatamente consultas com vistas a formulação de um projeto político integrado para a Nova República; quero anunciar à Nação que em seguida, na presença

dos Presidentes da Câmara e do Senado, dos Presidentes dos Partidos e dos Líderes perante o Congresso Nacional, assinarei mensagem encaminhando proposta de emenda à constituição restabelecendo as eleições diretas e acabando com o Colégio Eleitoral, que se reuniu em 15 de janeiro exatamente para que fosse extinto. É o que estamos fazendo. Embora a duração do mandato presidencial deva ser objeto de deliberação soberana da Assembléia Nacional Constituinte, manifesto de logo a minha posição de que este mandato deva ser de quatro anos."

Esta a palavra da História, Sr. Presidente. Este o compromisso não apenas do Sr. Tancredo Neves, como também do Presidente José Sarney, traduzindo aquilo que em determinado instante, a nível de pacto partidário, com o objetivo concreto da promoção da transição democrática, efetivou-se neste País. Eram coerentes essas palavras, Sr. Presidente? Sem dúvida alguma. E por quê? Porque a rigor o mandato, a passagem, a gênese, a construção daquilo que finalmente determinou a presença dos Srs. Tancredo Neves e José Sarney, como Presidente e Vice-Presidente da República, nasceram de um processo que brotou, germinou, cresceu a partir da vontade das ruas, canalizando-se na maior epopéia, na maior saga política já assistida por esta nação em termos de movimento de massa, na busca de um objetivo político e não da construção de uma candidatura, e que se chamou "Diretas Já". Movimento que se derramou pelo País, consolidando; em seu mecanismo, a totalidade das lideranças nacionais, os movimentos sociais, os sindicatos, os estudantes, os jovens, as mulheres: que se, desarmou por este País com a consciência nítida e clara de que a passagem do regime até então prevalecente para uma nova ordem de natureza institucional e política far-se-ia de plano, instantaneamente, na medida em que o povo fosse o destinatário da decisão sobre a disputa do poder. As eleições diretas – se viabilizadas – teriam transposto a transição democrática no próprio instante de sua realização. Todavia, dentro deste Congresso, um grupo de Constituintes sem grande vinculação com a vontade popular inviabilizou aquilo que, a rigor, somava a totalidade desta Nação e, ainda uma vez, remeteu ao Colégio Eleitoral a tarefa da decisão e da escolha do novo Presidente.

Inviabilizadas as diretas, parece-me claro que – e não é por outra razão que palavras como essas montadas nesse compromisso, às vezes, até sem ser escrito, têm o significado, a dinâmica e a dimensão de um fato popular dessa envergadura – o povo está extremamente, e sempre, na sua profunda capacidade de análise das coisas. Na sua quase intuição de conteúdo democrático de cada decisão, o povo nos determinou, a nós políticos, que, ainda uma vez, em se tratando do destino deste País no prato da balança, a ida ao Colégio Eleitoral era um mal menor do que a permanência do regime. Foi a alta sabedoria popular que não apenas nos indicou, como determinou a ida a este caminho. Mas no mesmo instante em que o fez, com a competência que lhe é peculiar, com a sabedoria que nasce dos seus mais recônditos anseios, disse-nos igualmente que aqueles que haviam resistido ao regime durante todo este tempo estavam até, para efeito da construção democrática, autorizados a fazer uma aliança com uma dissidência nascida do próprio regime para que esta aliança permitisse, e até por isto, por ser como foi, a transição democrática que o País invocava.

Pois bem, Sr. Presidente. A autorização e a determinação oferecida, o cumprimento aconteceu; e até para destruir o Colégio Eleitoral, como repete o Presidente

José Sarney em sua mensagem, foi o Colégio Eleitoral que permitiu, acompanhado desta definição, através do Colégio Eleitoral que permitiu a eleição de Tancredo e de José Sarney. Mas o povo, ao fazê-lo, não esgotou a sua determinação na autorização para que fôssemos ao Colégio Eleitoral.

Ele nos disse com absoluta clareza, concomitantemente a esta autorização, que sua condenação pela passagem pelo Colégio Eleitoral não poderia ser mais explícita em face do imenso movimento que se fez nas "Diretas Já". A aliança com o setor dissidente do próprio regime significa, como contrapartida, que este Governo, que ora se instala, está limitado no tempo e o seu mandato sequer será fixado cronologicamente. Não se trata de dizer que o mandato de Tancredo e Sarney será expresso em dias, em semanas, em meses ou em anos; ele é expresso em função de um objetivo: aquele mesmo que nos permitiu enquanto povo, defensores das diretas, querermos superar rapidamente a fase autoritária, mas sabedores de que, não sendo possível, é mais competente popularmente esta passagem transitória. Todavia, a legitimidade que ora lhes oferecemos se esgota no instante em que foi ultrapassada a transição; neste momento acaba-se a tarefa deste Governo.

Quanto dura essa transição? Dura exatamente o tempo necessário para fazê-la. Nunca coloquei – e não creio que os que foram signatários desta emenda o fizeram – o mandato atual em termos de tempo cronológico. Ele há de ser expresso necessariamente assim. É inescapável. Mas a rigor, o que cumpre observar é que na autorização popular o que se dizia era que, esgotada a tarefa de transição, esgotava-se igualmente a legitimidade do Governo.

Pois bem, Sr. Presidente, aquele pacto de natureza política produziu seus efeitos. Medidas foram adotadas, particularmente na ordem política. Houve liberdade de organização partidária; produziram-se eleições dos Prefeitos das capitais; abriu-se o processo político e, particularmente, convocou-se este grande encontro da Nação consigo própria, que se chama Assembléia Nacional Constituinte.

Terminada esta, Sr. Presidente, não há nenhum argumento, nem nenhuma razão que nos possa levar a admitir que aquilo que chamamos de transição – fato que o povo teria preferido cumprir ou ultrapassar, as eleições diretas – não esgote, por definitivo, a fase de transição democrática. E se esta se esgota, pouco importa o tempo. O que importa é que, como fato conseqüente, lógico e definitivo, a partir daí o Poder há de ser necessariamente colocado em disputa. Atentos não apenas à determinação, mas à vontade popular, cumpre que, no próximo ano, ao final da Assembléia Nacional Constituinte, e com o prazo razoável, para que uma campanha não atropele os trabalhos desta Assembléia, façamos a partir daí a eleição de Presidente da República.

Estes fatos, Sr. Presidente, são absolutamente incontestáveis. Esta conduta da opinião pública, esta vontade do povo brasileiro, está de tal maneira gravada em todos os passos, que no primeiro instante cada um de nós, inclusive as Lideranças que receberam a delegação específica para o exercício da Presidência e da Vice-Presidência não titubearam em afirmar que na sua convicção estaria esgotada essa transição num prazo de quatro anos.

Sr. Presidente, portanto não vejo, como não vêm cem mil signatários desta emenda, outra alternativa senão aquela de que tenhamos eleições no próximo ano. Ouço dizer que o Presidente da República foi eleito sob o quante de uma Constituição que lhe preconizava seis anos de

mandato. É verdade. Esta Constituição também preconizava que os Prefeitos das capitais seriam indicados pelos Governadores dos estados, esta Constituição também limitava a vida partidária, esta Constituição está exatamente sendo superada na sua ordem constitucional, através do que nós fazemos, na construção de uma nova, e, por sinal, tem recebido, no meu modo de entender, críticas que ultrapassam os limites daquilo que a Nação aqui faz no esforço de conciliar-se consigo própria.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LOURENÇO:** – Concede-me um aparte?

**O SR. CONSTITUINTE MÁRIO COVAS:** – Com todo prazer.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LOURENÇO:** – Nobre Constituinte Mário Covas, acho que V. Ex.<sup>a</sup> coloca a questão dentro da sua óptica, da sua avaliação, e pela qual temos o maior respeito; se assim não fosse, não seríamos democratas. Mas, concordo com V. Ex.<sup>a</sup>. Nós que fizemos alteração na Constituição em vigor para permitir eleição dos Prefeitos de Capitais, de Municípios, de áreas de segurança nacional, poderíamos também fazer – ou deveríamos então, já que V. Ex.<sup>a</sup> defende esta tese – uma emenda na Constituição em vigor sobre os mandatos existentes daqueles que foram eleitos sob esta Constituição. Nós, por exemplo, V. Ex.<sup>a</sup>, eu, os Prefeitos, Vereadores e o Presidente da República. Então, a emenda teria de ser feita sobre a Constituição em vigor, mas acho que o mandato de V. Ex.<sup>a</sup> o mandato do Presidente da República, o meu mandato, esses foram gerados na Constituição como está e fixado o período – período este que não contestamos quanto ao nosso mandato, só contestamos quanto ao mandato do Presidente da República. Parece-me, nobre Constituinte Mário Covas, que o aspecto e aquilo que mais se identificaria com a vontade da Nação é uma proposta, aliás já feita pela nobre Constituinte Sandra Cavalcanti: por que todos nós não abdicamos do que resta do nosso mandato, o que nos falta completar do nosso mandato, e não realizamos eleições gerais neste País, em março de 1988, de Vereador a Presidente da República, todos, todos? Acho que esta proposta, de fato, vai ao encontro daquilo que anseia a Nação. Era hora de também conferirmos se os nossos mandatos ainda se identificam com a vontade do povo. Mas querermos mexer no mandato do Presidente sem mexermos no nosso próprio, na minha avaliação, nobre Constituinte Mário Covas, acho que nos poderá faltar a base política e até a base moral para diminuirmos o mandato do Presidente. Mas o nosso, não, esse é intocável. Então, vamos à minha proposta, que é de mexermos em todos, de limitarmos todos, de fazermos eleições gerais depois de concluída a nova Constituição do País: eleição de Vereador a Presidente da República em março de 1988. (Palmas.)

**O SR. CONSTITUINTE MÁRIO COVAS:** – Diria a V. Ex.<sup>a</sup> que, em primeiro lugar, eu não passei por um Colégio Eleitoral para chegar aqui, (palmas), nem nenhum dos Constituintes que aqui estão. Mas quando se mudou o regime, eu era um Prefeito biônico, embora Deputado Federal eleito com 300 mil votos, e indicado por um Governador eleito. Todavia, fui ao meu Partido para reivindicar que ele tomasse a iniciativa para que se mudasse a Constituição e se fizessem eleições diretas dos Prefeitos das Capitais, e não pedi que V. Ex.<sup>a</sup> perdesse o mandato por isso, ou que V. Ex.<sup>a</sup> fosse obrigado, como Prefeito da Capital, a passar por um novo teste. Mas, para que não palre dúvida para V. Ex.<sup>a</sup> – e aí falo em meu nome pessoal –, sem dúvida nenhuma, nobre Constituinte, que votarei o projeto apresentado por V. Ex.<sup>a</sup> para que haja eleições gerais neste País. (Palmas.)

Não peço para mim, nem peço para que a este Legislativo se ofereçam regras privilegiadas em relação a qualquer outro poder. A minha visão do que significa aquilo que hoje é moda, a devolução das prerrogativas do congresso Nacional, passa em primeiro e, talvez, exclusivo caminho de que este Poder tenha consciência de que no mínimo ele é um poder da mesma altitude de qualquer outro e, portanto, não deve relação de subordinação a quem quer que seja. Isso é que está na essência da devolução das prerrogativas do Congresso Nacional, é ele saber que a sua decisão e a sua relação com o Poder Executivo não nasce do fato de maior ou menor dose de agressão, não nasce do fato da desnecessidade da negociação política, mas será feito sempre no pressuposto de que o Poder Executivo, no máximo, tenha uma dimensão, enquanto Poder, que o coloque em igualdade de condições com o Poder Legislativo. É preciso de uma vez por todas que nós retiremos de nossas costas essa canga autoritária que é uma deformação nascida da nossa cultura, que afinal, coloca cada um de nós, Senadores e Deputados, às vezes até mesmo como figuras subalternas do Poder Executivo, numa posição em que nem sempre a dimensão e o significado deste Poder são colocados em toda a sua latitude e em toda a sua grandeza. É preciso que definitivamente nós nos libertemos de um profundo ranço autoritário, do qual todos nós somos vítimas, e que nos coloca, desde logo, a partir do instante em que o Executivo, ao qual devemos o respeito que temos o direito de exigir em troca, em absoluta igualdade de condições, e coloca-nos numa quase relação de dependência, em relação à posição deste próprio Executivo. Houve tempo em que isso, dizia-se, se devia ao tipo de regime. Hoje, eu que não estou aqui para julgar o Governo José Sarney, até porque pertenço a um Partido político que não abre mão da sua responsabilidade com este Governo, porque esta responsabilidade sequer se esgota no limite deste Governo, mas vai ao extremo da responsabilidade com a transição e com a democracia, eu que não abro mão de dizer isto, sem que signifique qualquer desrespeito, devo, em cada caso, concordar com a vontade e as definições nascidas do próprio Executivo. Ouço, aqui e ali, dizer que o mandato do Presidente era de 6 anos, quando ele foi eleito. Vejo quem sustente que vamos viver sob uma nova ordem institucional, que atinge a todos os setores e que, portanto, permite, tal qual aconteceu com o Presidente Dutra, que a Constituinte, na sua soberania, defina esse mandato segundo suas convicções. No meu entender, essas convicções decorrem de uma análise política que nasce da crença de que a única fonte legítima de poder é o povo, e ao determinar que fôssemos ao Colégio Eleitoral, identicamente, nos discerniu a dimensão deste mandato.

Mas, Sr. Presidente, não posso crer que entre os 4 e os 6 anos esteja a solução da definição do mandato presidencial, tese que até entendo em sua teoria, uma delas sustentada na letra da Constituição, referente ao momento em que os Presidentes Tancredo Neves e José Sarney chegaram ao Governo, ou a tese de uma eleição mais próxima em face deste argumento, o que não chego a entender; por que, ao invés de 4 ou 6 anos, devem ser 5 anos? A não ser pelo fato de que 5 está no meio de 4 e de 6, ou a não ser pelo fato de que, em determinado instante – no seu modo de entender, imperialmente – o Presidente da República foi à televisão e disse: "o meu mandato é de 6 anos, todavia, abro mão de 1 e exercitarei 5 anos de mandato." Mandato, Sr. Presidente, é direito, sim, mas mandato é dever. Se o Presidente da República tem a convicção de que tem o direito a 6 anos, o povo brasileiro até que tem o direito de exigir o dever de exercitá-lo pelos 6 anos. Não há como alguém dizer: o meu mandato é de 6 anos, todavia,

abro mão de 1 ano. Não se abre mão daquilo que, sendo um direito, é, simultaneamente, um dever. (Palmas.) Não se abre mão daquilo que afinal não tendo sido dado, segundo os ditames da vontade popular, ainda assim, obedecendo ao critério da Velha República e invocado como direito adquirido, o que desde logo nos coloca perante o problema de termos que abrir mão de uma mudança no sistema de governo, porque se há direito adquirido quanto a mandato, há direito adquirido quanto ao regime de governo. Portanto, não há que pensar em parlamentarismo e, portanto, não há que pensar naquilo que vi tão coletivamente defendido nesta Casa, ao longo de sua instalação, qual seja, o critério da soberania desta Constituinte.

**O SR. CONSTITUINTE OLÍVIO DUTRA:** – Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. CONSTITUINTE MARIO COVAS:** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> o aparte.

**O SR. CONSTITUINTE OLIVIO DUTRA:** – Muito obrigado. Nobre Senador Mário Covas, o seu pronunciamento, a sua linha de raciocínio está colocando um aspecto seriíssimo que toca no fulcro desta Constituinte. É da soberania da Constituinte a definição do mandato do Presidente da República, dos Presidentes da República. Portanto, no corpo da Constituição deverá estar definido o que a Nação e a Constituinte entendem como período de mandato a ser exercido pelo Presidente da República eleito. Nas disposições transitórias deverá ficar estabelecida a data para as eleições a serem realizadas ao término do mandato do atual Presidente da República. Portanto, em dois, momentos, em duas partes, em dois capítulos; um, no corpo da Constituição, deverá esta Constituinte se definir sobre o mandato dos Presidentes da República, nas disposições transitórias, definindo a data das próximas eleições. É da soberania da Constituinte definir esta questão, nestes dois momentos do corpo da Constituição. Está dizendo muito bem o nobre Constituinte Mário Covas: é um anseio nacional e é o momento de efetivamente se dar fim a uma transição que, na verdade, já deveria ter acabado e não há como definir o final, desta transição senão por um processo realmente democrático que legitime aquele que exerce o poder no País e em nome dele que é o Presidente da República. O Partido dos Trabalhadores tem, junto com outras entidades, também uma emenda de iniciativa popular, apresentada ao Congresso Constituinte, sobre o mesmo tema e que reforça a posição aqui defendida pelo Constituinte. Ouvimos também com atenção o pronunciamento, num aparte ao discurso de V. Ex.<sup>a</sup>, do nobre Líder José Lourenço, do PFL. É preciso dizer que concordamos num aspecto, só que não tivemos o nobre Líder e o seu partido assinando esta nossa emenda de iniciativa popular (aplausos), em que defendemos a fixação da data da eleição do próximo Presidente da República até seis meses após a promulgação da Constituição; não só do Presidente da República como do Vice-Presidente e a renovação do Congresso Nacional. Então nós teríamos, seis meses após a promulgação do texto constitucional, eleições para Presidente da República, Vice-Presidente da República e de todos os integrantes do novo Congresso a ser definido por esta Constituinte. Para que não haja a regionalização ou a municipalização da eleição para Presidente da República é que na nossa emenda ainda admitimos que a eleição nos estados, nos Municípios, nas Assembléias e nas Câmaras, possa ainda se dar no final do ano, no dia 15 de novembro. Portanto, entendemos que a legitimidade do poder, tanto o nosso, dos parlamentares, como o do Presidente e do Vice-Presidente da República, tem que se dar via eleição direta, seis meses após a promul-

gação da Constituição. É um requisito indispensável para o final desta transição, já tão demorada e para a instauração definitiva do processo de representação direta e profundamente democrático que a Nação exige. Portanto, reforçamos a posição do nobre Constituinte e trazemos estes argumentos na expectativa de que aqueles que defendem as eleições diretas, como V. Ex.<sup>a</sup> e nós, também se, somem a todos nós e povo, nos comícios que a Nação já está fazendo por eleições diretas para o ano de 88. Muito obrigado. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos. Fazendo soar a campainha.):** – Atenção, a Presidência solicita aos senhores membros da Comissão absterem-se de apartes e lamenta informar que o tempo do nobre orador e Líder da Constituinte já se encontra esgotado. Não ignoro que desde o tempo da dialética antiga conhecido é o preceito de que a isonomia não é a igualdade de tudo. A isonomia pressupõe que muitas vezes é injusto tratar igualmente assuntos desiguais. Então, tem que haver uma certa tolerância no tocante à preferência e à precedência dos assuntos mais importantes e que despertem maior atenção.

O Presidente está atento a esse princípio de interpretação liberal da isonomia, mas solicita ao nobre orador que atente no fato de que o seu tempo está esgotado. Ele poderá servir-se na hora para os objetivos que estiver em vista, mas sem que se desrespeitem as normas regimentais.

Continua com a palavra o nobre Líder da Constituinte.

**O SR. CONSTITUINTE MÁRIO COVAS:** – Tentarei terminar, Sr. Presidente, até porque tenho convicção e certeza que a tolerância de V. Ex.<sup>a</sup> nasce da bondade e da generosidade. E sei que certamente o Plenário, que julga muito mais pela razão, não terá a mesma tolerância. De forma que, permita-me apenas que, para encerrar; eu adite três rápidos argumentos.

O primeiro deles é o argumento de que o mandato do atual Presidente depende do regime de governo que se escolher para este País.

A mim me parece, Sr. Presidente, totalmente desprovido de sentido esse argumento. O regime de governo escolhido para este País define a duração do mandato dos futuros Presidentes da República. Se tivermos parlamentarismo, a tendência é um mandato maior. Se tivermos presidencialismo, a tendência é um mandato menor. Mas, tudo isso vale para o futuro Presidente da República. A legitimidade do atual Governo nasceu da sua origem, nasceu do instante em que foi feito e tem que ser limitada por esta legitimidade, não pelo tipo de regime, agora escolhido, que definirá, isto sim, os mandatos dos futuros Presidentes da República.

Há um segundo argumento, Sr. Presidente, que me parece dosado num profundo cinismo. Diz-se, porque aí ninguém se coloca, e diz-se, como salientava Sacha Guittre, o diz-se é o imbecil ao qual debitamos as idéias que não queremos assumir. Diz-se que o mandato do atual Presidente vai ter a dimensão limitada pelo maior ou menor insucesso do seu Governo. Eis aí um argumento absolutamente desprovido de lógica e de procedência. No instante em que estamos fazendo uma Constituição, e um pouco como nos convocar para colocar uma disposição, nesta mesma Constituição, onde se diga o seguinte: os mandatos dos futuros Presidentes serão de quatro anos, salvo quando a inflação ultrapassar 15%.

É evidente que o mandato, na medida em que se admita que há uma fonte legítima de poder, que é o povo, não pode estar condicionado à maior ou menor eficácia do Governo.

Finalmente, Sr. Presidente, há um último argumento, que, às vezes, com carta dose de cinismo é usado: é aquele de dimensionar o mandato em função da conveniência partidária.

Ora, Sr. Presidente, se ao longo do tempo continuarmos a usar casuísmos dessa natureza, teremos aprendido com o regime ditatorial tudo aquilo que ela tinha de negativo e, certamente, não teremos sido dignos da construção que queremos fazer neste instante.

Por fim, Sr. Presidente, quero dizer a V. Ex.<sup>a</sup> e que este Congresso, além das suas funções tradicionais, é, hoje, o organismo da dimensão de um Congresso Constituinte, é uma instituição que supera, pela sua dimensão, a todos os limites. Sejam dignos da história deste País. Sejam dignos da simplicidade de uma proposta como esta. Mais do que isto, sejamos dignos do fato tão simples de que compromissos nascem exatamente para serem cumpridos. Muito obrigado, Sr. Presidente! (Muito bem! Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Passamos, agora, ao debate da Emenda Popular nº 24, que tem por objetivo o monopólio estatal das telecomunicações.

As entidades promotoras dessa emenda são a Federação Interstadual dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadores de Mesas Telefônicas de Belo Horizonte; Associação de Empregados da Embratel do Rio de Janeiro; Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadores de Mesas Telefônicas do Município do Rio de Janeiro, em 11.472 assinaturas.

Expositor: Sr. Paulo Fernandes Gomes, Presidente da Associação dos Empregados da Embratel. (Palmas.)

**O SR. PAULO FERNANDES GOMES:** – Ilustríssimo Sr. Presidente da Comissão de Sistematização, Srs. Constituintes presentes, trabalhadores em telecomunicações, jornalistas que aqui nos acompanham na defesa das teses que nos levaram às ruas em busca de assinaturas.

Esta emenda foi construída não ao longo dos últimos meses. Esta emenda foi construída ao longo de vinte e dois anos, em que trabalhadores em telecomunicações, trabalhadores em Correios e Telégrafos construíram o atual sistema de telecomunicações do nosso País. Não é, portanto, o resultado apenas de um esforço dos últimos dias, é o resultado de um trabalho consciente ao longo de muitos anos e que nos levou, ao sentirmos o monopólio estatal das telecomunicações ameaçado, a coletar as assinaturas que nos trouxeram aqui hoje para defendê-lo.

Queremos dizer não têm, normalmente, uma noção exata da importância das telecomunicações. Ao longo do tempo, especialmente ao longo dos últimos vinte e dois anos, o Brasil pôde falar entre si, o Brasil pôde esquecer o que foi estar mudo e ter um País isolado de Norte a Sul, de Leste a Oeste, exatamente porque o sistema de telecomunicações foi eficiente ao longo desses anos. Se ao contrário fosse, provavelmente, o País, teria necessidade de um sistema eficiente de telecomunicações:

Queremos, nas nossas colocações iniciais, fazer algumas reflexões em conjunto com os Srs. Constituintes e com o Sr. Presidente da Comissão de Sistematização. Queremos defender, inicialmente, a idéia de que o monopólio das telecomunicações é um monopólio natural pela sua própria natureza. Vamos explicar rapidamente por que.

Existem serviços de utilidade pública para os quais não se concebe a competição, a concorrência, sob pena de ser-

vir mal ao usuário, sob pena de servir mal ao cidadão. Poderíamos imaginar, para fins de comparação, uma cidade como Brasília, que tivesse duas Companhias de água a fornecer água aos seus edifícios e às suas empresas. Não se conceberia tivéssemos duas empresas, duas tubulações de água e que as pessoas pudessem escolher de qual companhia teriam a água para consumir. Vale a mesma coisa para o gás, vale a mesma coisa para a eletricidade. Não se concebe a redundância de investimentos, a redundância de recursos em setores que por si só se definem como prestação e monopólio natural. Esta é uma primeira consideração que gostaríamos de fazer e as telecomunicações não fogem a esta situação.

As telecomunicações, no mundo inteiro, ao contrário do que discursam os opositores desse monopólio, as telecomunicações em todo o mundo Ocidental – que é o mundo em que nós nos acostumamos mais a ter como referência, não só no mundo Oriental, mas como no mundo Ocidental – se desenvolveram sob o regime de monopólio. Na Alemanha Ocidental, através do correio alemão, é lá desenvolvido em regime de monopólio; na França, através da administração de telecomunicações francesas, também em regime de monopólio estatal; na Inglaterra, e até bem pouco tempo, e nós vamos discutir isso depois, também se desenvolveu em regime de monopólio estatal; Estados Unidos, exceção a essa regra no que diz respeito à natureza do monopólio, também se desenvolveu em regime de monopólio, só que pelas características da economia americana sob o monopólio privado.

É inquestionável, portanto, a natureza da prestação e exploração dos serviços de telecomunicações. É um serviço que deve ser explorado sob o regime de monopólio, assim como demonstram todos os países que têm serviços de telecomunicações desenvolvidos.

Também, no Brasil, com base na Constituição de 1946, tínhamos um monopólio e tivemos esse monopólio até 62, só que o monopólio que tínhamos até 62, era um monopólio da iniciativa privada multinacional. Gostaríamos de fazer reflexões com os Constituintes e com o Sr. Presidente sobre o que significou as empresas canadenses, americanas, explorarem as telecomunicações no Brasil até 1962. Cidades como o Rio de Janeiro e Niterói, separadas apenas por uma baía, ficávamos horas e horas nas filas para poder nos comunicar. Estados distantes do Brasil, do Amazonas ao Rio Grande do Sul, ficávamos dias e dias à espera de recursos e de facilidades para que pudéssemos nos comunicar.

Essa era a situação antes de 1952, quando tínhamos a exploração desses serviços em monopólio privado e sob controle das empresas multinacionais que operavam no Brasil. E foi com o Código de 1962, e foi com a criação da Embratel, em 1965, e foi logo depois a criação do ministério das Comunicações, e logo depois com a criação da Empresa Telebrás, **holding** do sistema, que se processou uma transformação, a partir desses momentos, que levou o Brasil, em 1987, a ter um dos mais importantes sistemas de telecomunicações do mundo, explorado sob o regime de monopólio através das empresas do sistema Telebrás, da Embratel como integradora, e da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. Esta é a situação.

Não vamos mostrar, indicadores financeiros que não pudessem ser interessantes neste momento. Apelamos apenas e tão-somente para a reflexão dos Srs. para lembrar o que houve antes de 62, e para saber o que é hoje o sistema de telecomunicações construído por brasileiros nas empresas estatais do sistema Telebrás.

Cabe, entretanto, que façamos um balanço, apesar de não pretendermos nos reter ou nos deter em indicadores financeiros, ou indicadores de número de terminais e de portes das nossas redes. Queremos apenas fazer um pequeno balanço do que foi, durante esses anos, o monopólio estatal do serviço de telecomunicações.

Temos, de Norte a Sul do País, do Oiapoque ao Chuí, todos os serviços de telecomunicações ao alcance, um verdadeiro processo de integração nacional, de anulação ou minimização das desigualdades regionais, sociais e econômicas, temos todos os serviços das empresas do sistema Telebrás, prestados com igual qualidade, seja na Av. Paulista, em São Paulo, seja no interior do Amazonas, onde a iniciativa privada nunca foi, e foi através das empresas do Sistema Telebrás. Temos, portanto, integração nacional através desse sistema estatal e temos qualidades de serviços prestados igualmente em todas as partes do País, seja serviços de telefonia, seja serviços de telefonia básica nacional, internacional, telex e dado apesar das restrições, que cegamente nos impõem os órgãos de planejamento do sistema. Promovemos, ao longo desse tempo, na área de desenvolvimento científico e tecnológico, um dos maiores processos de aquisição de tecnologia e de desenvolvimento de equipamentos próprios. Apenas para citar alguns exemplos, para os brasileiros que estão neste momento – já que para os outros nós estamos levando essas idéias, já há algum tempo – temos no Centro de Pesquisa da Telebrás, em Campinas, em conjunto com as Universidades de São Paulo, Unicamp e PUC, no Rio, desenvolvido uma série de sistemas e equipamentos que nos colocam entre os centros mais desenvolvidos em pesquisa em todo o mundo. Apenas para citar um exemplo, o Projeto Trópico, de Centrais Controladas por Programa Armazenado, tem, do Laboratório da Administração Francesa de Telecomunicações o conceito de um dos mais avançados projetos do mundo. Segundo os conceitos da administração francesa, o Projeto Trópico, desenvolvido pelo Centro de Pesquisas da Telebrás, é o terceiro melhor projeto do mundo, feito por brasileiros, dentro das fronteiras do Brasil, já repassado, em boa parte, à indústria nacional. (Palmas.)

Na área de telex e de comunicação de texto temos, atualmente, a quarta rede de telex do mundo. Tínhamos na época no início da vida da Capital, em 1961, alguns poucos milhares de aparelhos de telex. Hoje, temos mais de setenta e estamos para dobrar esta rede em mais alguns anos. Já somos, hoje, a quarta rede de telex do mundo.

Implantamos serviços de comunicação de dados que, colocados através da Embratel ao alcance de pequenos e grandes usuários, pequenas e médias empresas, o que tem possibilitado, tem alavancado o desenvolvimento de empresas de serviços na área de informática e na área de desenvolvimento de processos.

Não são apenas o Bradesco ou o Itaú que podem usar os serviços de telecomunicações da Embratel – podem também usá-los os pequenos e médios empresários, que os têm à disposição em qualquer parte do Brasil. Toda e qualquer universidade tem acesso a esses serviços, como uma alavanca indispensável ao desenvolvimento da nossa economia e do próprio setor.

Gostaríamos de não falar sobre nós mesmos e vamos falar sobre o que os outros falam de nós, desse sistema Telebrás.

A revista Exame – uma revista anual de análise, de balanço e de saúde financeira das empresas estatais e

das empresas privadas deste País, é da Editora Abril, uma empresa privada que, com profissionais, possibilita essa análise – instituiu, em 1976 um prêmio que, quatro anos depois em 1980, a Embratel conquistava, de "Empresa Pública nº. 1" deste País, prêmio essa que voltou a conquistar em 84, 85, 86, sendo que, em 86, dos 60 pontos máximos daquela pesquisa, a Embratel foi a melhor empresa deste Brasil entre as 50 empresas estatais e entre as 500 empresas privadas. (Palmas da galeria.) Os nobres Constituintes que desejarem ter acesso a esses dados, Sr. Presidente, eles estão aqui.

A Embratel foi a melhor empresa segundo essa análise. Não somos nós que estamos falando de melhor empresa entre as 550 maiores empresas do País, entre privadas e estatais. E não é apenas simpatia; são índices puramente econômicos: receita bruta, crescimento, rentabilidade, liquidez, produtividade, capitalização; a Embratel obteve 51 pontos do máximo de 60, sendo que a segunda colocada, um grande grupo econômico do setor de alimentos, conseguiu apenas 46 – diriam os Senhores, e é uma questão que pode estar passando pela cabeça dos Constituintes e do Sr. Presidente da Comissão – mas a Embratel e as empresas do Sistema Telebrás exploram esse serviço sob regime de monopólio. Sim, é verdade – diriam os Srs. –, sob o regime de monopólio é difícil haver comparações, já que não temos parâmetros de comparação para que possamos aferir a produtividade ou não das empresas do Sistema Telebrás. Pois temos como fazer comparações! Vamo-nos comparar às empresas congêneres no mundo inteiro; vamo-nos comparar à British Telecom; vamo-nos comparar à KDB japonesa; vamo-nos comparar à ATT americana, e vamos analisar que comparação ou que resultados são possíveis de se tirar dessa análise. A Embratel, em relação à ATT americana, no ano findo de 1986, enquanto tínhamos 17% na relação lucro operacional ou receita operacional, a ATT americana tinha 8.6. Uma grande empresa americana – MCI – tinha 8.6; a KDB japonesa tinha 14.2, e a British Telecom tinha 25.

Em relação ao lucro, sob a receita operacional, a Embratel tinha 31%; a ATT americana, 7.3; a KDB americana e a British Telecom, 20.1.

Esses dados comparativos, retirados de revistas financeiras internacionais, estão também à disposição dos Srs. Constituintes para comparação. Apenas queremos registrar que essa produtividade, alcançada pelas empresas do Sistema Telebrás, em particular pela Embratel, da qual tiramos os dados, faz-se com o seguinte dado adicional: o lucro na Embratel por empregado 13 mil dólares, enquanto o lucro da British Telecom por empregado é de 6.7 dólares.

Gostaríamos de, nesse balanço, fazer algumas reflexões que vamos jogar para depois.

Enquanto o salário médio anual na Embratel, no ano findo de 1986, girava em torno de 7.5 mil dólares, esses mesmos salários na British Telecom inglesa, recentemente privatizada, estavam exatamente ao dobro dos salários praticados aqui no Brasil pelos trabalhadores que fizeram este sistema eficiente como é hoje.

Mais recentemente, para continuarmos a falar sobre o que os outros falam de nós, no último exemplar de julho de 87 também à disposição dos Srs. Constituintes, o Business Week coloca a Embratel como a 15ª empresa do mundo, entre mil empresas de mais de 80 países, excluídos os Estados Unidos, coloca a Embratel com maior margem de lucro. (Palmas da galeria.) Também esses dados estão à disposição dos Srs. Constituintes.

Mais recentemente os trabalhadores em empresas estatais e, em particular, os trabalhadores em empresas de telecomunicações de Norte a Sul do País ouviram o Sr. Ministro do Planejamento Aníbal Teixeira referindo-se à responsabilidade das empresas estatais na geração de 95% do déficit público deste País. E se não tinham capacidade de gerar e de organizar os seus orçamentos por incompetência, queremos dizer – esses dados também estão à disposição dos Srs. Constituintes – que a Embratel e as empresas do Sistema Telebrás estarão devolvendo ao Governo, em dividendos, e sob o ISSC, Imposto Sobre Serviços de Comunicação, nada mais nada menos do que 570 milhões de dólares. Que aponte o Sr. Ministro do Planejamento onde está a incompetência das empresas do Sistema Telebrás ou das demais empresas estatais. (Palmas das galerias. Muito bem!)

Este é o balanço que gostaríamos de fazer muito rapidamente sobre o que foi o monopólio durante estes anos.

Sr. Presidente e Srs. Constituintes, gostaríamos, neste momento, de defender a emenda em si e justificar o por que de, na visão dos trabalhadores em telecomunicações, isso ser algo que muito contribuirá para a manutenção desse sistema sobre o controle do Estado, com esse de papel de integração nacional e sobre o ponto de vista, de desenvolvimento tecnológico do nosso País.

O primeiro artigo é muito simples; constitui pura e simplesmente o monopólio do Estado, constituído o monopólio do Estado, a implantação, manutenção e exploração dos serviços públicos de telecomunicações, comunicação de dados, inclusive transfronteira, comunicação postal e telegráfica. E tem no seu § 1º:

"Os serviços privados de telecomunicações poderão", como o são hoje, "ser implantados, desde que se utilizem das redes públicas de telecomunicações, exploradas pelo Estado em regime de monopólio."

É uma questão muito simples, já explicitamos no início. É a maneira de nós, um País pobre e do Terceiro Mundo podermos precaver-nos contra a melhor utilização – sem redundância – dos recursos públicos.

§ 2º.

"É assegurada a prestação de serviços de informação por entidades de Direito Privado, através das redes públicas de telecomunicações."

Este é mal ponto muito importante que está sendo interpretado erradamente. Cabe às empresas do sistema Telebrás, Sr. Presidente, às concessionárias ou à Embratel ser a viabilizadora do transporte de som, imagem e dados.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos. Fazendo soar as campainhas):** – Apenas para advertir o Expositor, lamentando, que o seu tempo está-se aproximando do fim.

**O SR. PAULO FERNANDES GOMES:** – Necessitarei de mais algum tempo para terminar e farei um esforço para ser breve. Gostaria de apelar, entretanto, para V. Ex.<sup>a</sup>, apesar de reconhecer que é difícil falar sobre isonomia ou tratamentos iguais em relação a temas desiguais. O nobre Senador Mário Covas, experiente em falar ao plenário, gastou na sua intervenção 42 minutos. Gostaríamos que nós, que temos dificuldades, e desenvolvemos um trabalho durante um longo tempo para chegar aqui e levar as nossas considerações a V. Ex.<sup>a</sup> e aos Constituintes, tivéssemos neste caso, apesar de tratamento diferente, de temas

diferentes, gostaríamos de ter tratamentos iguais, se fosse possível. (Palmas da galeria.)

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – A Mesa aceita as ponderações de V. S.<sup>a</sup>, mas solicita a sua ajuda. Como há outros temas a serem tratados, limite a seu tempo a 30 minutos. Dou-lhe mais 10 minutos do tempo regulamentar. Pode continuar com a palavra. (Palmas.)

**O SR. PAULO FERNANDES GOMES:** – Muito obrigado.

Como estava dizendo, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, cabem às empresas do Sistema Telebrás apenas o transporte das informações. No caso da telefonia, as empresas do Sistema Telebrás entregam um telefone na casa do cidadão e não têm responsabilidade sobre o conteúdo das conversações que estão sendo transportadas através desses meios de telecomunicação. Também na área de televisão, as empresas do Sistema Telebrás entregam às concessionárias dos serviços de radiodifusão os meios, mas, também, não são elas responsáveis pelo transporte, pelo conteúdo das imagens que são transmitidas. Não é esse o papel do Estado ao explorar, em regime de monopólio, as telecomunicações, assim como cabe ao Estado prover os meios para transporte de dados sem se preocupar, entretanto, com o conteúdo desses dados. Isso é responsabilidade dos usuários. Não nos cabe analisar ou entrar no mérito do conteúdo, apenas reivindicamos e continuamos defendendo o monopólio para que continuemos a dar esses meios a toda sociedade como um todo.

Num próximo artigo propomos que "a implantação, manutenção e exploração dos serviços públicos de telecomunicações pelo Estado em regime de monopólio servirão obrigatoriamente de oportunidade a que empresas e entidades genuinamente nacionais sejam agentes do desenvolvimento científico, tecnológico e industrial deste País. Isso é uma maneira concreta de, através dos nossos centros de pesquisa, colocarmos produtos desenvolvidos por brasileiros. Portanto, sem envio de **royalties** para o exterior, que nos mantêm submetidos aos interesses estrangeiros. É a maneira concreta de usarmos o poder do Estado para interferir no desenvolvimento e na alavancagem do desenvolvimento científico, tecnológico e industrial do nosso País, como já feito hoje pelo sistema Telebrás, convivendo com multinacionais aqui dentro.

Um dado adicional é que na nossa visão existe a necessidade de constituição do Conselho Nacional de Comunicações, composto por representantes do Estado e da sociedade civil, na forma da lei.

Uma das competências da nossa visão para o Conselho será mais detidamente analisada e aprofundada pelo Companheiro Armando Rollemberg, que nos sucederá.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS ALBERTO CAÓ:** – Permita-me V. S.<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. PAULO FERNANDES GOMES:** – Pois não.

**O SR. CONSTITUINTE ALBERTO CAÓ:** – Sr. Presidente, Senador Afonso Arinos; nobre Companheiro Presidente da Fenatel, Paulo Fernandes Gomes, quero expressar a minha satisfação pessoal e a solidariedade e apoio do meu Partido, o Partido Democrático Trabalhista, às posições que V. S.<sup>a</sup> assume, através de uma exposição lúcida, clara e corajosa. Na verdade, V. S.<sup>a</sup> está repondo diante de nós, Constituintes, alguns conceitos clássicos elementares de que o Estado em qualquer circunstância histórica, busca exercer e praticar a soberania. E como V. S.<sup>a</sup> bem disse ao longo de sua lúcida exposição, as atividades de telecomunicações tocam no cerne da soberania nacional. Portan-

to, elas devem ser objeto de monopólio estatal. O meu Partido, Partido Democrata Trabalhista, subscreve não apenas na Constituinte, mas historicamente já subscreveu a defesa do monopólio estatal na área de telecomunicações através da ação corajosa e intrépida do seu Presidente ex-Governador Leonel Brizola, quando no Rio Grande do Sul encampou a Bond and Share e a ITT – International Telegraph & Telephone. Ali se dava um grande grito de alerta para preservarmos e defendermos a soberania nacional. Como bem disse V. S.<sup>a</sup>, apesar de todas as maquinações, algumas encobertas e outras à luz do dia, a Embratel tem provado, sem perder de vista os seus objetivos sociais, que é uma empresa rentável e com um padrão de desempenho igual e similar a de qualquer outra no seu nível de atividade. Portanto, eu, pessoalmente, e o meu Partido subscreveremos a emenda da Fenatel de preservação do monopólio estatal de telecomunicações, porque estamos apreensivos na medida em que observamos que o texto do Substitutivo do respeitável Relator Bernardo Cabral tem certas ambigüidades que precisamos corrigir. É monopólio estatal ou não? Queremos que isso seja inscrito com toda clareza na Constituição que pretende criar as bases para a formação de um estado de direito democrático.

**O SR. PAULO FERNANDES GOMES:** – Não tenho nada a acrescentar às colocações do nobre Constituinte Carlos Alberto Caó. Gostaríamos, rapidamente, de colocar algumas coisas para terminar a nossa defesa.

Por que os trabalhadores em telecomunicações fizeram ou se mobilizaram para ter uma emenda popular, sendo defendida na Assembléia Nacional Constituinte? Porque, apesar de não ser um assunto de domínio popular, nós trabalhadores em telecomunicações temos a responsabilidade, em nome da sociedade brasileira que é responsável e proprietária das nossas empresas, de analisar a conjuntura internacional na qual estamos trabalhando, na qual estamos operando. Observamos que a partir da primeira gestão do Governo Reagan, nos Estados Unidos, o Departamento de Estado, desde os primeiros meses, identificou claramente, em trabalhos desenvolvidos e anos mais tarde tornados públicos, que os Estados Unidos estavam perdendo a verdadeira batalha tecnológica, que se travava a partir daquele momento, primeira gestão Reagan, com o Japão, pelo avanço e pelo domínio da tecnologia digital. O Departamento de Estado americano assim percebeu. E percebeu mais, que a integridade, a proximidade, a semelhança, que se vinha atingindo, nas áreas de informática e telecomunicações, estava fazendo com que os Estados Unidos, por terem um gigante na área de telecomunicações – a ATT, e outro gigante na área de informática, IBM, esses dois gigantes, pela proximidade das tecnologias desenvolvidas, estavam começando um verdadeiro processo antropofágico entre si, estavam-se mutilando internamente, em relação ao mercado mundial, perdendo a batalha para o Japão.

O Departamento de Estado do Governo americano, percebeu que deveria imediatamente promover a chamada desregulamentação dos serviços de telecomunicações nos Estados Unidos, que já encontrou alguns tolos seguidores no Mundo. O sistema e a desregulamentação acontecida nos Estados Unidos foi para regular, adequar a entrada no mercado mundial da IBM, fornecendo serviços de informática e de telecomunicações, e para possibilitar a entrada da ATT no mercado mundial em serviços tradicionais de telecomunicações e em serviços de informática.

Não é à-toa que em função dessa política pressões são sistematicamente exercidas sobre o Brasil, para derrocada da Lei de Informática, já aprovada por este Con-

gresso; não é à-toa que mesmos medidas tentam nos impedir que informática e telecomunicações no Brasil coloquem, num futuro bem próximo, o nosso País como um dos mais avançados neste campo.

Apenas para se ter uma idéia, organismos internacionais apontam, Sr. Presidente, que na virada do século teremos, de toda a produção industrial mundial, 40% na área de telecomunicações e de informática, mercado esse que chega ao montante de mais de 2 trilhões de dólares. É desse mercado que nos querem alijar, torpedeando a Lei de Informática e torpedeando o monopólio estatal das telecomunicações que tem possibilitado o desenvolvimento de equipamentos nacionais, fabricados por empresas nacionais neste País.

No plano interno, para sairmos do contexto externo, essas ações desencadeadas pelos Estados Unidos encontram aqui dentro o seu apoio. Durante o ano passado, uma associação entre o Sr. Roberto Marinho, das Organizações Globo, e o Sr. Amador Aguiar, do Grupo Bradesco, foi constituída a firma Victor Comunicações Internacionais, com a finalidade – e há documentos entregues ao Ministério das Comunicações e ao Departamento Nacional de Telecomunicações – com a finalidade de quebrar o monopólio estatal das telecomunicações, na área de comunicação de dados. Isso é concreto: os agentes e representantes e aliados desses Interesses internacionais estão aqui dentro. É por essa razão que esses senhores, que esses interesses econômicos se apresentam aqui dentro, se articulam para mostrar a inviabilidade da manutenção da comunicação de dados como um monopólio estatal da Embratel.

Essas ameaças levaram, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, os trabalhadores em telecomunicações a ir às ruas colher assinaturas e trazer um de seus representantes à presença desta Assembléia Nacional Constituinte.

Para finalizar, Sr. Presidente, é comum em alguns adversários desse monopólio estatal nas telecomunicações, alguns desses adversários que ocuparam, durante todo o monopólio estatal, postos importantes no Ministério, como o Sr. Rômulo Vilar Furtado (Palmas), é normal, e ouvimos na Sucesu, há dois dias, que há necessidade de quebrar o monopólio e de privatizar as telecomunicações, é porque corria-se o sério, risco de interferência política nas empresas do sistema Telebrás; e disse mais, que essa interferência política acarretaria a desprofissionalização do nosso setor. Não concordamos que durante a ditadura tenhamos desenvolvido com eficiência esse monopólio, e justo na hora de começarmos a construir a democracia no nosso País, venha-se dizer que dos políticos não se espera nada a não ser os cargos nas empresas estatais. (Palmas.). Dizemos, não! Acreditamos no fortalecimento do poder político, não vemos, nada demais que a Embratel, ou a Telebrás, seja presidida por nenhum estadista, um grande político. Estaremos ao seu lado na condução de nossa empresa e das nossas empresas.

Não podemos concordar com a crítica que hoje se faz aos políticos e mais porque também reivindicamos – e é uma prática de nossas entidades representantes de trabalhadores – a democratização das empresas estatais, porque com isso e o fortalecimento do poder político poderemos estar construindo as condições concretas do desenvolvimento autônomo, independente e soberano do País, no qual a área de telecomunicações tem o seu componente importante de contribuição.

Acreditamos, os trabalhadores em telecomunicações, Sr. Presidente, que os Srs. Constituintes, nesta oportunidade histórica, haverão de escrever uma Constituição que



não seja rasgada, depois, pelos trabalhadores nas ruas do nosso País. (Muito bem! Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos. Fazendo soar a campainha):** – Atenção! Entra em debate a Emenda Popular nº 91, "Democratização dos Meios de Comunicação".

As entidades promotoras são: a Federação Nacional dos Jornalistas Profissionais, Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior de Brasília e Central única dos Trabalhadores, de São Paulo. São 34.420 assinaturas. Expositor Armando Rollemberg, Presidente da Federação Nacional dos Jornalistas.

**O SR. ARMANDO SOBRAL ROLLEMBERG:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes.

Na condição de Presidente da Federação Nacional dos Jornalistas, tenho a imensa honra de assomar a esta tribuna, a mais alta do Brasil, para defender a proposta de emenda popular que prega a democratização dos meios de comunicação em nosso País.

Sras. e Srs. Constituintes, companheiras e companheiros jornalistas aqui presentes, amigas e amigos funcionários desta Casa, chefes indígenas aqui presentes, venho hoje falar perante a Comissão de Sistematização do lastro de um movimento que abrangeu não apenas a categoria dos jornalistas, dos professores e estudantes de Comunicação de todas as regiões do País, mas contou também com o apoio de diversos setores da sociedade brasileira, representados pelas entidades que, juntamente com a Federação Nacional dos Jornalistas, patrocinaram a emenda pela democratização dos meios de comunicação.

Contamos com o apoio expresso da Central única dos Trabalhadores, da Central Geral dos Trabalhadores, da Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior, da Federação das Associações dos Servidores das Universidades Brasileiras, da União Nacional dos Estudantes, da Federação Interestadual dos Telefônicos, da Associação dos Empregados da Embratel, da Federação Nacional dos Engenheiros, da Federação Nacional dos Arquitetos e da Federação Nacional dos Médicos. Cito o nome destas entidades com certo orgulho, com grande satisfação, porque com a nossa Federação empunham a bandeira da democratização nos meios de comunicação, numa prova eloquente de que este não é um tema setorial, corporativista que interesse apenas à fração da sociedade brasileira.

A democratização dos meios de comunicação interessa a todos. A discussão sobre a posse e o uso dos meios de comunicação, na verdade, é essencial à própria natureza do regime, que esta Constituição, que V. Ex.<sup>as</sup>, têm a incumbência de redigir, irá moldar.

Uma questão inteiramente nova, diga-se de passagem, o fenômeno dos meios de comunicação de massa é um fenômeno moderno, desconhecido dos Constituintes de 23, de 91, de 34 e de 46.

A proposta que ora defendo possui um grande mérito. Ela representa a posição expressa pelos jornalistas brasileiros em encontros e congressos convocados para esta finalidade e contou, ao longo do processo da sua elaboração, com o valioso concurso de diversos outros setores que democraticamente discutiram a questão no âmbito da Frente Nacional de Lutas por Políticas Democráticas de Comunicação.

Passo a referir-me aos pontos principais da proposta.

Queremos amplas liberdades de informação e de opinião, entendidas como partes indissociáveis e imprescindíveis do direito de todos à comunicação.

Rejeitamos qualquer tipo de censura.

Defendemos o monopólio estatal do serviço de telecomunicações e da comunicação postal.

Somos frontalmente contrários à ameaça aqui denunciada pelo Presidente da Associação dos Empregados da Embratel de privatização dos serviços de satélite.

Acreditamos que a informação deve ser considerada como um bem social e que, para isso, os veículos devem ser controlados por fundações ou sociedades civis sem fins lucrativos.

A informação como bem social não pode ser manipulada, como se fosse uma mera mercadoria, condicionada diretamente e exclusivamente aos interesses do capital que dominam as grandes empresas do setor de comunicação. Reivindicamos a formação de conselhos editoriais nas redações para democratizar o processo de decisão sobre o que deve ou não ser divulgado à opinião pública. Propomos não apenas o direito de resposta, como o direito de antena, extensivo aos partidos, organizações e entidades da sociedade civil. Queremos construir uma sociedade pluralista em nosso País e achamos que o direito de antena, com a importância que, hoje, a mídia eletrônica tem no cotidiano das pessoas, é essencial para a preservação desse pluralismo. Defendemos o fim da concentração da propriedade no setor de comunicações do nosso País e queremos desmontar as grandes e futuras oligopolistas que, hoje, dominam o setor. Queremos, finalmente, a criação de um instrumento – o Conselho Nacional de Comunicação – através do qual a sociedade possa participar, efetivamente, da definição de política democrática de comunicação.

Esses 7 itens, aqui apresentados, resumem a essência da nossa proposta, uma proposta, sem dúvida nenhuma, polêmica que, sem a pretensão de ser perfeita, transformou-se em marco referencial das discussões travadas nas primeiras etapas da Assembléia Nacional Constituinte. Mais do que isto, a proposta da Fenaj cumpre o papel histórico de se contrapor às deformações, aos verdadeiros descalabros que dominam, hoje, o setor de comunicação do nosso País.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, venho aqui, com a responsabilidade de Presidente da Federação Nacional dos Jornalistas, tratar de um tema tabu, deveras incômodo, pois atinge poderosos interesses, arraigados na velha República e muito bem consolidados na chamada Nova República, e o faço no cumprimento de um dever, no desempenho de um mandato que me foi conferido em pleito memorável pelos jornalistas de todas as partes deste País.

Devo denunciar o tráfico de influência, a prática do compadrio, a corrupção pura e simples que domina o setor de comunicações, numa acintosa agressão à consciência democrática da Nação. Sejam os razoáveis, sejam honestos, sejam patriotas, temos que admitir que há algo de errado num País cujo Presidente da República presenteia seu próprio filho com concessões de canais de televisão; temos que admitir, se formos sinceros, que há algo de errado num País cujo Ministro das Comunicações, sem qualquer constrangimento, se autobeneficia, concedendo a uma televisão de sua família mais de 80 repetidoras espalhadas pelo Estado da Bahia; temos que admitir, se formos honestos, que há algo de podre num País em que o Secretário-Geral do Ministério das Comunicações, com a sua poderosa influência, consegue para a sua própria esposa canais de rádio e TV, no Estado de Rondônia.

Ah, Sr. Presidente, que pena que este plenário está tão vazio! Queria olhar direto no olho de cada um dos líderes desta Constituinte e perguntar-lhes o que acham disso. Começaria pela direita, indagando ao Constituinte Amaral Neto, líder do PDS, por que este assunto não é tratado; perguntaria ao PFL, na figura do seu líder José Lourenço, o que ele teria a declarar sobre essa denúncia que ora trago. De forma muito especial, gostaria de ouvir uma palavra dos homens do PMDB, o maior de todos os Partidos e, por isso, o principal responsável pelo advento da chamada Nova República. Mas esse parece ser um tema tabu também dentro do PMDB.

Sr. Presidente e Srs. Constituintes, de forma muitíssimo especial, gostaria de ter diante de mim, aqui neste recinto, sentado em algumas dessas poltronas, o ex-Senador Paulo Brossard. Então, eu que, como jornalista político, assisti ao desmontar da ditadura dos Presidentes militares da tribuna do Senado Federal, iria perguntar-lhe o que acha disso. Iria perguntar o Ministro da Justiça da Nova República se concorda com esse tráfico de influência, com essa corrupção desbragada, instalada logo ali, apenas a alguns metros do seu gabinete de trabalho. Ou será que mudou o Governo, e a corrupção que antes era corrupção deixou de ser corrupção?

Para ilustrar o que estou dizendo, basta observar que o ex-Presidente Figueiredo concedeu nos seis anos do seu mandato 598 novas concessões; em apenas dois anos, o Presidente José Sarney já deu 327. E o critério do ex-Presidente Figueiredo e o do Presidente José Sarney é o mesmo: é o tráfico de influência, é o compadrio, é a barganha política.

Queria ter tido a grande honra de ver, aqui hoje neste plenário, a inconfundível figura do Dr. Ulysses Guimarães, o comandante da transição, ex-Senhor das Diretas, a quem aprendi a admirá-lo, quando o acompanhei, como repórter a **Veja** e do **Jornal do Brasil**, em diversas peregrinações pelo interior deste grande Brasil. Ah, Dr. Ulysses; V. Ex.<sup>a</sup> certamente se sentiria incomodado com as minhas denúncias! Afinal, elas são verdadeiras e V. Ex.<sup>a</sup> sabe disso.

Mas sem querer exorbitar, tenho que lamentar também a ausência do Presidente da Comissão de Sistematização, Sr. Senador Afonso Arinos. Queria valer-me das suas luzes de mestre incomparável do Direito, para fazer-lhe uma simples indagação. Iria pedir-lhe o seu socorro, para entrar na parte mais delicada do problema, indagando a V. Ex.<sup>a</sup> se, por acaso, não é princípio do Direito que representante do Poder Público não deve ser concessionário no serviço público.

Não sou jurista, sequer advogado, sou um simples jornalista. Mas acho que, antes de ser norma de Direito, aquele princípio decorre do bom senso, pois o que vemos em torno de nós é exatamente o fim daquele princípio, num contra-senso clamoroso que está a exigir de todos uma séria reflexão. Como decorrência do poder imperial que se deu ao Presidente da República de conceder canais de rádio e televisão, gerou-se essa deformação. Quantos Deputados e Senadores são hoje proprietários de emissoras de rádio e televisão? Quantos novos pedidos repousam na Mesa do Presidente da República e nos escaninhos do Ministério das Comunicações? É sempre difícil saber com precisão essa resposta.

**O SR. CONSTITUINTE ARTUR DA TÁVOLA:** – Permite-me V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. ARMANDO SOBRAL ROLLEMBERG:** – Com todo o prazer, nobre Constituinte Artur da Távola.

**O SR. CONSTITUINTE ARTUR DA TÁVOLA:** – Estou ouvindo o ilustre companheiro, apreciando a sua fala, discordando de algumas coisas que me parecem radicais, concordando com grande parte. Mas queria apenas dizer que nesse exato momento, nesses dias de emenda, estou apresentando à Casa uma emenda ao Projeto Bernardo Cabral, no sentido de incluir entre as proibições que cabem aos parlamentares, Deputados e Senadores, a de receber, em concessão, serviço de rádio e televisão.

Eram as considerações que eu queria fazer. (Palmas.)

**O SR. ARMANDO SOBRAL ROLLEMBERG:** – Devo, na condição de Presidente da FENAJ, louvar a iniciativa do Constituinte Artur da Távola e esperar que ela tenha melhor guarida do que teve a mesma proposta que fez na Comissão Temática, na condição de Relator, num apelo público ao Ministro das Comunicações, para que durante os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte não fosse outorgada qualquer concessão de rádio ou televisão. Mas a resposta do Ministro foi o escárnio; ele escarneceu de toda a Comissão e disse simplesmente que iria continuar a conceder – como de fato – continuou fazendo. Espero que a emenda do Constituinte, que vem em boa hora, tenha melhor sucesso do que o pedido formulado naquela oportunidade.

Mas é sempre difícil saber dessas coisas em nosso País. Elas são feitas de forma sub-reptícia, não são claras, não são cristalinas, pouco se sabe, pouco se publica, muito é feito através de portarias que só são divulgadas meses e meses depois.

É neste contexto que o capítulo do direito à comunicação está sendo escrito, sob o fogo intenso dos grandes interesses que detêm hoje a hegemonia do setor.

Analisando o substitutivo apresentado pelo eminente Relator Bernardo Cabral, não poderia lamentar o não aproveitamento da maior parte das nossas propostas, da quase totalidade delas, especialmente no que diz respeito à formação dos conselhos editoriais e ao direito de antena, que permitiria o acesso das entidades da sociedade civil à mídia eletrônica.

De forma muito especial, temos a lamentar a configuração dada ao Conselho Nacional de Comunicação no texto apresentado. Como está formulado no substitutivo, em vez de "instrumento" para modificar, mesmo que gradualmente, a situação escabrosa hoje existente, ele servirá apenas para convalidá-la.

Insistimos, o poder concedente deve sair da mão do Poder Executivo, passando ao Conselho Nacional de Comunicação; deveria ser integrado por representantes da sociedade civil subordinado apenas e exclusivamente ao Congresso Nacional.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, foi a força dessa denúncia que me trouxe hoje aqui. Essa denúncia que é pouco falada que é censurada e não aparece na grande Imprensa, é uma denúncia que alcançou repercussão nacional. As 34 mil assinaturas obtidas pela nossa emenda têm a força dessa denúncia, a marca dessa denúncia. Saio desta tribuna – não vou nem usar os meus 20 minutos – um pouco mais leve; afinal, pesava sobre os meus ombros a incumbência de levantar esse véu, de tocar nessa ferida, de trazer essa denúncia. Sigo com a sensação reconfortante da obrigação cumprida. Oxalá as palavras aqui solenemente ditas pelo Presidente da Federação Nacional dos Jornalistas sirvam de subsídio para V. Ex.<sup>as</sup> elaborarem uma Carta Magna que corresponda aos anseios e às aspirações do sofrido povo brasileiro.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS ALBERTO CAÓ:** – O nobre Presidente da Fenaj jornalista, Armando Rollemberg, nos concede um aparte?

**O SR. ARMANDO SOBRAL ROLLEMBERG:** – Ouço Ex.<sup>a</sup> com muito prazer.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS ALBERTO CAÓ:** – Sr. Presidente da Fenaj, meu companheiro jornalista Armando Rollemberg, seria até desnecessário classificar de corajosa a intervenção e a exposição que V. Ex.<sup>a</sup> acaba de fazer sobre um tema, que não é um tema apenas significativo, é o centro, ele constitui e representa o epicentro de qualquer Estado democrático. A informação, como bem disse V. Ex.<sup>a</sup>, deixou de ser, no mundo moderno, simplesmente um bem social para se transformar numa arma política, e numa poderosa arma política. V. Ex.<sup>a</sup> está pondo à reflexão dos Constituintes uma questão que diz respeito à própria Constituição do Estado democrático, em nosso País. Já se disse entre vários teóricos no campo da ciência política, que nós poderemos ter um regime plural do ponto de vista partidário. Nós poderemos ter um regime político pluralista, mas se não conseguirmos alcançar a pluralidade dos meios de informação a democracia não se exercerá na sua plenitude. Eis por que a questão da democratização das informações, dos meios de comunicação de massa em nosso País não é uma questão que apenas interesse ao exercício da profissão de jornalista. Passando por cima de siglas partidárias, que constituem demarcação política ou ideológica, diante desse tema temos dever de rever, temos o dever de reformular totalmente a estrutura de comunicação em nosso País, pois toda ela, por mais moderna que seja, foi construída para defender e sustentar os interesses do regime autoritário, e sob sua inspiração, do regime militar que em boa hora já se foi. Portanto, caro jornalista Rollemberg, Presidente da Federação Nacional dos Jornalistas – permita-me dizer: da minha Federação Nacional dos Jornalistas, quero expressar a minha satisfação pessoal e o apoio do meu Partido, o Partido Democrático Trabalhista, à emenda apresentada pela Federação Nacional dos Jornalistas. Acharmos que nos seus traços essenciais, principalmente abrindo os meios de comunicação de massa, os meios de informação ao controle da sociedade, esta emenda merece o apoio substantivo de todas as forças democráticas que militam no interior da Assembléia Nacional Constituinte. Partilho da observação do ponto de vista de V. Ex.<sup>a</sup> de que o substitutivo do ínclito e respeitável Constituinte Bernardo Cabral na verdade, embora mencione a criação do Conselho Nacional de Comunicação Social, deixa tudo como está e é como se nada se tivesse a modificar no Quartel de Abrantes. É preciso, portanto, que tenhamos a clara noção de que este Conselho Nacional de Comunicação nada tem de um instrumento que venha a romper com a própria estrutura econômica do País, nada tem a ver com qualquer **ilegível** que se pretenda jogar dentro da nossa economia, dentro da estrutura do Estado, porque trata-se de um mecanismo largamente utilizado por outros países: os Estados Unidos da América do Norte, como modelo de liberalismo, a França a Inglaterra e outros tantos países. Isto, sim, este Conselho é um mecanismo capaz de realizar aquela grande transformação necessária na estrutura dos meios de comunicação de massa. Por fim, ao concluir a nossa intervenção, o nosso aparte, quero parabenizar V. S.<sup>a</sup> pessoalmente e pela representação autêntica e combativa que traz de milhares de jornalistas, dizer a V. S.<sup>a</sup> que o nosso Partido – e creio que junto com ele as outras forças democráticas – estarão unidos para fazer aprovar na Assembléia Nacional Constituinte esse novo modelo, o modelo democrático de comunicação. Devo informar a V. S.<sup>a</sup> que – ao contrário de outros tantos que se manti-

veram omissos diante dessa questão "comunicação", que acumula medo, temor e, em alguns casos, ódio dentro da Assembléia Nacional Constituinte – o nosso Partido, através de nossa pessoa, apresentou um projeto de comunicação, que recolheu mais de 150 adesões, determinando que as concessões, as outorgas, autorizações e permissões de canais de rádio e televisão realizadas desde 1º de fevereiro sejam sobrestadas até que a Constituinte aprove uma nova Constituição que defina uma política democrática de comunicação. Estamos juntos com S. S.<sup>a</sup> para dizer que, ou se resolve, ou se criam mecanismos democráticos de comunicação em nosso País, ou, então, as instituições políticas e os Partidos Políticos vão perder gradativa e progressivamente faixas, espaços de exercícios de atividade política para os oligopólios dos meios de comunicação de massa e entre eles, o maior de todos: as Organizações Globo.

**O SR. ARMANDO SOBRAL ROLLEMBERG:** – Caro Constituinte Carlos Alberto Caó, queria, publicamente, agradecer o empenho de V. Ex.<sup>a</sup> na árdua luta pela defesa da democratização dos meios de comunicação. O que está colocado hoje ao exame dos Srs. Constituintes é um dilema cuja solução terá, sem dúvida alguma, reflexos no futuro de toda Nação brasileira. Não há país no mundo, não há – desafio qualquer Constituinte, qualquer Ministro de Estado, a me dizer se há algum país democrático deste mundo onde os meios de comunicação estejam tão concentrados em tão poucas mãos. A situação hoje vivida pelo nosso País é grave, se queremos, de fato, construir um regime pluralista em nosso País, devemos refletir sobre essa deformação, criada e alimentada no período mais negro da nossa História, que colocou na mão de poucos grupos um poder imensurável.

Como negar que, hoje, a organização Globo representa na vida concreta, no cotidiano concreto das pessoas, um poder maior do que essa própria instituição aqui representada? Como negar que hoje o poder de informação está concentrado e condicionado por interesses específicos, claros, interesses de facção, interesses de grupos econômicos? Como negar? Se queremos, de fato, construir um regime democrático e plural em nosso País, devemos nos debruçar, com coragem, com desassombro, sobre esta questão.

**O SR. CONSTITUINTE ARTUR DA TÁVOLA:** – Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. ARMANDO SOBRAL ROLLEMBERG:** – Concedo um aparte ao nobre Constituinte Artur da Távora.

**O SR. CONSTITUINTE ARTUR DA TÁVOLA:** – Peço licença a V. S.<sup>a</sup> para uma outra interrupção, apenas para participar da reflexão que V. Ex.<sup>a</sup> vem conduzindo aqui de modo tão percuciente. Estou convencido, Presidente Armando Rollemberg, que a democratização dos meios de comunicação não depende exclusivamente da modificação na política dos órgãos concedentes; em outras palavras, na simples passagem da decisão do Poder Executivo, como é hoje, para um conselho ou para o Poder Legislativo. Creio que essa é parte da democratização, parte importante, porém parte. Estou convencido de que a democratização dos meios de comunicação depende igualmente dos critérios de concessão, ou seja, observo que há um empenho justificado, porém unilateral dos setores profissionais, progressistas, na direção exclusiva do conselho, que é importante, que deve existir, porém não é o único ponto no qual a luta pela democratização se fere, e para tal chamo atenção dos Srs. Constituintes. O critério para as concessões é outro ponto fundamental, tanto que no substitutivo, provindo da Comissão, e em parte abrigado no substitutivo Cabral, está um dos princípios que deveria nortear a concessão de canais, que é o da complementariedade.

dade dos sistemas público, privado e estatal. No substitutivo Bernardo Cabral atual foram cortadas as expressões "na concessão de serviços de rádio e televisão". Agora, estou apresentando uma emenda para devolver essa redação que dá plena clareza ao dispositivo. Portanto, eu convocaria também para essa participação na idéia de que os critérios para a concessão são tão importantes quanto à modificação nos órgãos concedentes. Estamos de acordo que a existência de um conselho é fundamental para retirar de um só poder o arbítrio em relação a essa matéria. A matéria de concessão de comunicação hoje envereda por campos inusitados na vida dos povos e das sociedades. Ela envereda na vida pelo campo da educação; ela envereda pelo campo da liberdade de informação, ela envereda pelo do desenvolvimento científico e tecnológico. Portanto, ela é uma matéria de alta relevância. Razão pelo qual acredito que se nós, nesta Constituinte, decidirmos que este País não terá apenas o sistema privado, ou apenas o sistema estatal, falso dilema em que tantos países se afundam, porém, o sistema privado, o sistema estatal e o sistema público, que possam garanti-lo a corporações, a entidades de serviço público, independente tanto do Estado quanto do capital, aí sim, teremos uma oferta diversificada na matéria, e conseqüentemente a sua democratização.

Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup> a gentileza do aparte e à Mesa a tolerância com uma matéria de tal relevância.

**O SR. ARMANDO SOBRAL ROLLEMBERG:** – Antes de concluir o meu pronunciamento, quero rapidamente comentar as palavras do Constituinte Artur da Távola e conceder depois o aparte à eminente Constituinte Rose de Freitas.

A tese da complementaridade, defendida com brilhantismo pelo Constituinte Artur da Távola, é sem dúvida alguma uma tese respeitável. Ela seria mais respeitável na França, na Itália do que certamente no Brasil, porque aqui não há muito que complementar. O setor já está inteiramente dominado por grandes grupos econômicos que possuem a completa hegemonia do setor. Nós, também, consideramos essencial a definição de critérios democráticos de concessão, mas achamos crucial que se dê esse poder a um órgão que tenha composição democrática e que tenha autonomia para definir esses critérios, sob pena de escrevermos na lei a tese da complementaridade e na prática continuar tudo como está. Concedo o aparte à nobre Constituinte Rose de Freitas.

**A SR.<sup>a</sup> CONSTITUINTE ROSE DE FREITAS:** – Consultaria ao Presidente se terei oportunidade de fazer o aparte, tendo em vista o tempo do orador se achar esgotado.

**O SR. PRESIDENTE (Alceni Guerra):** – O tempo do orador está esgotado a cinco minutos.

**A SR.<sup>a</sup> CONSTITUINTE ROSE DE FREITAS:** – Pergunto a V. Ex.<sup>a</sup> se me permite ainda fazer uma pequena observação? (Assentimento do Presidente.) Jornalista Armando Rollemberg, somos companheiros de uma jornada de trabalho. E V. S.<sup>a</sup> sabe que trata-se de um assunto mais polêmico desta Casa, depois da questão do sistema de governo. Lutar contra o imperialismo da comunicação é lutar contra o imperialismo, a mentalidade autoritária que perdura neste País há muitos anos e que no arcabouço dessa semidemocracia estamos tentando desalojá-lo. Fui autora da proposta da tribuna livre que V. S.<sup>a</sup> ocupa, com muito prazer para nós, no dia de hoje. Para mim tenho claro que estamos vivendo uma transição e que nessa transição temos que lutar pelos ganhos que sejam possíveis conquistar nesta constituição. Não teremos jamais uma Constituição ideal, mas podemos ter uma Constituição real. Parece-me que a cada instante que, temos uma con-

quista, temos em seguida, quando se fecham as portas de um escritório qualquer para se rever o texto constitucional e as emendas, um grande retrocesso. Por isso, quero dizer a V. S.<sup>a</sup> que acho que esse Conselho Nacional defendido de várias formas, colocado há pouco pelo companheiro do meu Estado, como o jornalista Robson, é a maneira mais viável de enfrentarmos essa hegemonia que considero o maior imperialismo que há neste País. E falo com liberdade, porque a minha presença neste Congresso não se dá por patrocínio de nenhum grupo de comunicação, não se dá por grupo econômico algum, se dá pela livre e espontânea vontade de um povo.

Quero dizer que V. S.<sup>a</sup> tem que saber que nessa pequena reta final que temos – e por isso que a sua presença é importante – é que caberá a conquista desse pequeno espaço onde possamos acolher hoje o Conselho Nacional de Comunicação, representado por estas entidades, a patronal e por profissionais da área, por todo esse processo de pesquisa em torno da comunicação. Quero muito que exista este espaço nesta Casa. Agora, V. S.<sup>a</sup> tem que saber que temos um prazo curto para conseguir isso e temos que trabalhar arduamente nesses dias em cima desse relatório final que, já estamos sabendo, está quase pronto, sem nenhuma oportunidade de modificação. Por isso, coloco-me à disposição, por pertencer também ao seu setor, de lutar para o destaque desta emenda, porque a emenda não estará no Relatório, mas o destaque tem acolhida necessária aqui dentro da Comissão de Sistematização onde ainda, no time de reserva, estamos efetivando nosso trabalho. Parabéns pela sua presença, pela sua luta ao lado desse grande companheiro e Constituinte Carlos Alberto Caó.

**O SR. ARMANDO SOBRAL ROLLEMBERG:** – Concluo meu pronunciamento, agradecendo as palavras da eminente Constituinte. Faço votos que os Constituintes do meu País tenham discernimento para perceber que por trás dos poucos grupos que dominam a comunicação em nosso País há uma outra realidade, a da opinião pública brasileira, que espera desta Constituição um texto que garanta o seu amplo direito à comunicação. Obrigado. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Alceni Guerra):** – Concedo a palavra ao Sr. Jorge Uchoa Mendonça, Presidente da Associação Brasileira dos Juizes e Curadores de Menores. S. Ex.<sup>a</sup> falará sobre a Emenda Popular nº 84, que versa sobre a censura. Na tribuna estará representando a Associação Nacional dos Censores Federais, a Associação Nacional dos Servidores do Departamento de Polícia Federal e a Associação dos Delegados de Polícia Federal. V. Ex.<sup>a</sup> tem a palavra por 20 minutos.

**O SR. JORGE UCHOA MENDONÇA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, minhas primeiras palavras são de homenagem a esta Casa e a cada um dos seus integrantes, e de orgulho por me receberem e permitirem que traga a manifestação do meu pensamento e a manifestação, também, do pensamento de inúmeras pessoas; milhares de brasileiros que assinaram esta emenda popular; e quiseram demonstrar que, por trás de algumas maiorias que atuam de maneira intensa, há maiorias silenciosas que não são tão modernas quanto essas minorias e que não podem fazer chegar aos ouvidos das autoridades as suas angústias e as suas dificuldades.

Tomo alguns segundos de V. Ex.<sup>a</sup> também para lembrar, desta tribuna, que anteontem, enterrado ontem, depois de 15 anos de sacrifício, de angústias, de desilusões, de decepções à frente do Juizado de Menores da Capital do Rio de Janeiro, faleceu o Dr. Antônio Joaquim de Oliveira Campos Neto que por não ter junto aos órgãos

de comunicação tanto prestígio quanto o Meio-Quilo, não teve quatro dias de noticiário da imprensa, apenas obteve o registro de uma pequenina nota – permita-me o galicismo – no interior de um jornal, embora, nos 15 anos que atuou, tenha sido sempre considerado como um homem-notícia.

O que fazemos aqui, nesta tribuna? Defendemos o direito da expressão. Por que concordamos em vir aqui? Porque entendemos que é odiosa qualquer forma de censura que atinja e restrinja a idéia, a criação, a arte ou que, de alguma maneira, impeça que o autor tenha liberdade na criação e na veiculação da expressão do seu ato de criar.

Mas, se é verdade que aqui estamos para defender o ideal da liberdade de criar, o ideal da liberdade da idéia, o ideal da liberdade da religião, é verdade, também, que temos que analisar a situação do Brasil nos dias de hoje; analisar com conhecimento de causa, que todos verão quase que íntegro e, nesta análise, tentar estabelecer para os Senhores, e Deus me dará as palavras certas com certeza, qual a diferença exata que encontramos, a cada instante, entre o ideal de criar, entre o ideal de escrever, entre o ideal de pensar, e entre o comércio de divulgar, entre o comércio da criação, entre o comércio da veiculação.

Faz-se necessário que, por alguns minutos, e são tão poucos os minutos de que disponho para esta apresentação, façamos uma análise do que é a situação do Brasil, nos momentos atuais.

Nós estamos, Srs. Constituintes, num País onde 65% dos seus habitantes têm idade inferior a 25 anos. Estamos num País onde 49,8% dos seus habitantes têm menos de 18 anos e, por conseguinte, estão em pleno desenvolvimento da sua formação global, estão formando a sua personalidade, estão desenvolvendo a sua capacidade de caráter, estão-se preparando para formar a Nação do futuro. Quando verificamos que cerca de 50% dos brasileiros têm menos de 18 anos, começamos a fazer uma análise da situação geral deste País. Vamos encontrar, como primeiro exemplo para apresentar nesta reunião, a situação do Estado do Rio de Janeiro, onde 77% da população está residindo em apenas 8% do seu território. Repito: 77% da população do Rio de Janeiro reside em apenas 8% do seu território. Esses 77% estão amontoados, sem infra-estrutura, sem condições de sobrevivência, sem hospitais, sem escolas suficientes, em 8% do território do Estado do Rio de Janeiro, envolvidos na desgraça de um índice de violência e criminalidade que não tem precedentes na História do Brasil.

Num estudo da situação deste País, vamos traçar uma comparação para aqueles que poderiam dizer: "a miséria humana, o salário mínimo, o índice **per capita**, são os únicos responsáveis por isto"? Devemos dizer que ali, no Nordeste do Brasil, onde os bolsões de miséria são em muito superiores à miséria que grassa no Estado do Rio e no Estado de São Paulo, o índice de criminalidade, o índice de violência é muitas vezes inferior ao do Rio de Janeiro.

Estudando as causas desta consequência natural, nós vamos ainda discutir o índice **per capita** e analisar essas dificuldades econômico financeiras como um dos fatores mas não o fator principal. O fator principal está, com certeza absoluta, sem qualquer natureza de dúvida, no nível baixíssimo a que chegou a educação no Brasil. São cerca de 10 milhões os brasileiros que sequer têm nome; são cerca de 10 milhões os brasileiros que não têm cidadania, que não têm um registro de nascimento com que possam recorrer à Previdência Social ou se matricular numa escola. E a

escola, principalmente a escola pública, atingiu níveis de decadência que realmente nos envergonham.

Todos os órgãos que contribuem para esse nível de educação – porque estabelecemos, no Brasil, que a lei não deve ser a lei se há uma força coletiva qualquer que possa deixar de lado a segurança de sua aplicação, vamos verificar que todos aqueles veículos que contribuem para esse nível de educação também atingiram um nível de decadência, principalmente no que concerne aos valores éticos, de tal maneira que não se encontra na cidade, não se encontra nas ruas, a não ser 20 ou 30 artistas que vivem da comunicação, que ganham somas enormes da comunicação, que ganham fortunas com esse lixo chamado literário que, muitas vezes, levam à nossa casa; a não ser 20 ou 30 artistas que vêm para o Congresso e depois vão para os jornais – como está em **O Globo**, de hoje – falar mal dos congressistas porque não se submeteram às suas idéias. O povo, este está seriamente preocupado porque aquela mulher simples do subúrbio de Duque de Caxias não tem a condição que tem a mulher de Ipanema, que serviu de parâmetro para a campanha da AIDS, não tem como explicar à sua filha de 7 anos o que é camisinha, para que serve e como é usada. No meio de tudo isto, a veiculação das prioridades torna-se tão chocante e vergonhosa que o Dr. Sabin, dos Estados Unidos, vem a público e diz: "interesses comerciais levaram as sociedades a erigir este mal como o mal do século". Mas, por quê? Porque são atingidas, por este mal, pessoas que estão nos grandes centros, pessoas que estão nas televisões, nos jornais, que têm um poder aquisitivo alto; ou estaríamos com todo o povo do mundo gritando, desesperado, por campanhas de 35 bilhões que evitassem que, no caso do Brasil 400 mil crianças morressem, por ano, vítimas de sarampo, de coqueluche e de doenças que já estão erradicadas em grande parte dos países do mundo. E aí ainda vêm os veículos de comunicação, vem a propagação da criação. Será que um Juiz de Direito, um Bacharel em Direito poderia, em algum momento, admitir a possibilidade de se restringir o poder de criar? Será que nós não estamos tentando um engodo com o povo, com os parlamentares, querendo confundir o controle do direito que esses senhores têm de ganhar dinheiro, com o direito que as pessoas têm de manifestar o seu pensamento? Será aceitar a peça de teatro a que assisti, ontem, na cidade do Rio de Janeiro, em que as personagens cheiram cocaína, abertamente, em todo o curso da peça em que uma mulher se proclama, para um jovem de quinze anos, como bissexual; em que o jovem de quinze se proclama interessado em fazer a sua iniciação sexual com sua própria mãe; em que o jovem de quinze anos chega a experimentar a cocaína por indução do próprio pai, que cheira cocaína na sua presença e que está liberada para crianças de dez anos que estavam no auditório?

Vejam, Srs. Constituintes, que é preciso, é necessário, é inquestionável que se distinga bem o que é que a Constituinte deve entender por liberdade de expressão e o que é que a Constituinte deve entender por liberdade de comunicação.

Leio aqui palavras grifadas, divulgadas na **Folha de S. Paulo** do dia 30-7-87, há pouco mais de um mês, atribuídas ao Sr. Johnny Saad, quando o Sr. Ministro da Justiça, Paulo Brossard, fazia um apelo a representantes de emissoras de televisão para que não veiculasse tanta violência. E ele diz: "não podemos desobedecer as leis do mercado num país capitalista". E diz essas palavras depois que o Sr. Luciano Calegari, um dos representantes do poderio do Sr. Silvio Santos esclarecia que não apresentava filmes ou publicações boas porque essas custariam 50 mil dólares a hora, enquanto, o lixo de violência que eles divulgam diariamente, em horários nobres, este lixo custava apenas 14

mil dólares. Por que brasileiros pagariam 14 mil dólares por aquele lixo para influir na mente e na formação das nossas crianças é que resta a dúvida a esclarecer.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON AGUIAR:** – Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. JORGE UCHOA MENDONÇA:** – Ouço V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON AGUIAR:** – Sei que seu tempo é curto, mas pedi o aparte para saudá-lo. Às pessoas que não conhecem o Dr. Jorge Uchoa Mendonça, Presidente da Associação Nacional de Juizes e Curadores de Menores, com quem tive a ocasião de trabalhar, quando Presidente da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, quero dizer que o Dr. Jorge Uchoa faz um trabalho extraordinário, não apenas como Juiz em Niterói, mas S. Ex.<sup>a</sup> próprio com a sua instituição, cuidando das crianças, que são colocadas à sua frente, no seu escritório, para julgamento, e S. Ex.<sup>a</sup> não tem para onde mandá-las. S. Ex.<sup>a</sup> tem feito um trabalho extraordinário cuidando dessas crianças, não apenas acautelando os processos, dando a elas os diferentes destinos que juiz tem obrigação de dar, num País que abandona a sua infância. Quero, por intermédio de V. Ex.<sup>a</sup>, apresentar minhas especiais condolências pelo falecimento do Dr. Antônio Campos Neto, com quem trabalhamos também, dizer a V. Ex.<sup>a</sup> que estou solidário numa parte do raciocínio de V. Ex.<sup>a</sup> quanto à questão da liberdade para produzir lixo para que a sociedade nossa consuma, em nome da cultura, em nome da arte, em nome da liberdade de comunicação. Recebi em meu Gabinete a visita de um representante da Editora Abril, que reclamava o fim absoluto e completo da censura e depois de conversarmos algum tempo chegamos à conclusão de que nós dois éramos contra a censura, mas por razões diferentes. Quando falamos que estávamos defendendo a instituição do Conselho de Ética, formado por representantes da sociedade civil que deveria trabalhar, este Conselho de Ética, junto aos meios de comunicação e de informação, aí ele ficou contrário, porque ele não quer a presença da sociedade junto à produção do lixo, da revistinha de sexo explícito que ele coloca nas bancas ao alcance das mãos das nossas crianças. Ele quer liberdade para produzir esta literatura que não informa, não instrui, não educa, não civiliza, não coloca civismo no coração de ninguém, na consciência de ninguém. Mas, ele quer liberdade para produzir porque a sua preocupação é a satisfação do seu interesse de industrial do setor, está ele, também, satisfazendo o interesse do comerciante do setor, às custas da desgraça de um povo sucumbido pela fome e pela miséria de um capitalismo ateu, selvagem que vem destruindo esta Nação. Acho que V. Ex.<sup>a</sup> e nós temos que ter o compromisso com uma questão de fundo, que é o de trabalharmos no sentido de abolir o capitalismo que temos implantado neste País, o sistema capitalista, porque ele sim é que vem destruindo esta Nação através das diferentes formas de produção e de violência que têm colocado para a sociedade brasileira.

**O SR. JORGE UCHOA MENDONÇA:** – Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup> pelo aparte, principalmente no que diz respeito ao Dr. Campos Neto.

Nós não temos, realmente, nos órgãos de comunicação, em todos os órgãos de comunicação, o pensamento representado por aqueles senhores, que, hoje, no **O Globo** agrediam, inclusive, o Sr. Senador Mário Covas porque não os receberam, porque não assinaram a emenda que eles impunham. Aqui está da lavra de Rui Nunes:

"Nem existem pessoas que ignoram o significado da honestidade do pudor do recato; seja porque nunca receberam a educação conveniente, seja por terem renunciado aos padrões da própria morali-

dade natural, então mais do que nunca cabe ao Estado exercer o seu papel educativo..."

Assim se pronuncia o **Correio do Povo**, do dia 30 de abril, assim se pronuncia o Sr. Cardeal Arcebispo do Rio de Janeiro, Dom Eugênio de Araújo Sales:

"Não se deve ignorar a periculosidade de certas mensagens transmitidas, até mesmo nas horas de maior audiência de público juvenil, camufladas numa publicidade cada vez mais a descoberto e agressiva ou propostas em espetáculos..."

O jornal **O Globo**, em artigo de fundo, publicado no dia 1º de agosto último, também se opondo tenazmente, o articulista, à censura que eu condeno, à censura da idéia, à censura à liberdade de pensamento, à liberdade de religião, neste jornal, depois de condenar a censura da idéia, o articulista vem e diz:

"A censura relativa aos costumes é outra coisa."

Pois bem, Srs. Constituintes, vamos tirar da Constituição, agora, neste momento histórico do Brasil, o princípio de que não se pode veicular, de maneira nenhuma, propaganda relativa à discriminação racial; vamos tirar da Constituição, neste momento, a matéria que impõe a todos o respeito à proibição terminante de se fazer propaganda de guerra através dos veículos de comunicação; vamos deixar na Constituição estes princípios e, depois, vamos tirar a possibilidade de o Estado manter os seus veículos de controle?

A mensagem da televisão é instantânea. Depois que ela produz o seu mal, muitas vezes pouco se pode reparar. Tínhamos argumentos tipo "desligue a televisão", "deixemos que os pais controlem". Esses são os pais de Ipanema, esses são, talvez, os pais dos ricos, esses são, talvez, as governantas dos artistas ricos.

**O SR. PRESIDENTE (Alceni Guerra).** Fazendo soar a campanha).

**O SR. JORGE UCHOA MENDONÇA:** – Sr. Presidente, deixe-me apelar para aqueles quinze minutos que foram dados aos outros.

**O SR. PRESIDENTE (Alceni Guerra):** – A Mesa pede a compreensão de V. Ex.<sup>a</sup>, porque temos mais dois oradores inscritos e o tempo de V. Ex.<sup>a</sup> se encontra esgotado há quatro minutos. Peço que conclua o seu raciocínio.

**O SR. JORGE UCHOA MENDONÇA:** – Peço a V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Presidente, que me conceda pelo menos os dez minutos, porque seria exceção nesse caso. Porque todos tiveram algum tempo e outros tiveram, pelo menos, quinze minutos a mais. Peço a V. Ex.<sup>a</sup> que me conceda, pelo menos, dez minutos para encerrar.

V. Ex.<sup>a</sup> me concede os dez minutos?

**O SR. PRESIDENTE (Alceni Guerra):** – A Mesa não pode conceder os dez minutos, mas será tolerante num prazo menor, para que V. S.<sup>a</sup> conclua o seu raciocínio.

**O SR. JORGE UCHOA MENDONÇA:** – Vejam os Srs., quando alguém me diz: "O pai deve controlar, o pai deve desligar a televisão", não está se referindo à maioria do povo brasileiro, que é constituída de homens e mulheres que saem juntos para o trabalho e que não podem ficar em casa vigiando aquele veículo de comunicação, como se ele fosse um mal necessário, uma cobra criada dentro de casa para ferir e ferir mortalmente, porque é ferir na mente, no caráter, na personalidade e na formação dos seus próprios filhos.

Há aqueles que dizem; "Não tenham televisão."

Há poucos minutos eu ouvia uma profissional de televisão me dizendo: "Quero trancar a minha televisão no meu quarto, para que o meu filho não a veja".

Quem teria, de sã consciência, a coragem ou a dignidade de vir aqui na Constituinte e pedir a ela que determinasse que os aviões não tivessem mais controle legal, que as empresas não cumprissem as datas para exame dos seus pilotos, a data para mudança de mecanismos cansados e que as pessoas que não viajassem se não quisessem correr o risco de morrer.

Estamos com uma emenda que, deixemos claro, não visa em absoluto a liberdade de pensamento, a liberdade de escrever, a liberdade de criar; ela visa, isto sim, submeter, como todos nós estamos submetidos, os Deputados estão submetidos a controle na sua atividade básica, os juízes estão, os militares estão, os comerciantes estão. Mas não podemos criar uma classe de privilegiados que querem estar absolutamente sem qualquer tipo de controle na sua atividade, porque se fizermos isto nós vamos possibilitar a que o "Meio-Quilo", o "Escadinha" e tantos outros marginais criados, se proliferem muitas vezes, pelos veículos de comunicação.

Há poucos dias ouvíamos o proprietário daquela empresa, cujo helicóptero foi usado na tentativa de fuga, e ele dizia: "Aquele helicóptero não poderia concluir a fuga", "acontece" – disse ele – "que os presos estão vendo muito a televisão".

Sr. Presidente, falarmos que devíamos atribuir aos jornais e às televisões o que se chama de autocontrole; no Brasil onde se pergunta a uma pessoa: "fulano de tal é honesto?", e a pessoa responde: "Mais ou menos"; no Brasil, onde uma pessoa para dizer que é honesta acrescenta "modéstia à parte"; no Brasil, onde o Conselho Federal de Censura libera uma peça para às 21:00 horas, quando a Lei Federal em vigor determina que, naquelas circunstâncias, ela não poderia ser liberada, senão a partir de 00:00 hora; no Brasil, onde cumprir a lei é privilégio único e exclusivo do "pé inchado"; no Brasil, onde a dignidade das pessoas deixou de ter valor, porque o lucro se sobrepõe e se antepõe a todos os interesses que digam respeito à dignidade moral desse povo, à formação moral desta Nação.

Num momento em que pudermos ter os veículos de comunicação como estão agora, fazendo a proclamação e a exaltação do homossexualismo, fazendo a proclamação e a exaltação do crime, quando essas cidades já não servirem mais para os nossos netos, para os nossos filhos viverem, pouco teremos o que fazer, porque todos estamos vendo as dificuldades que estamos tendo, agora, para recuperar todo esse tempo perdido em matéria de educação, de formação e de orientação do nosso povo.

Não se diga Srs. que isto é desenvolvimento, porque acabo de ir aos Estados Unidos e de lá voltei e durante os 20 dias que passei, em viagem de estudos e de trabalho, não vi na televisão um só anúncio em que estivesse uma mulher com um maiô fio dental; não vi um só anúncio em que se usasse a nudez de uma mulher para fazer propaganda de um relógio; não vi um só anúncio em que se despissem crianças para fazer propaganda em uma demonstração cabal de que a criatividade está sendo substituída pelo apelo.

Presto, finalmente, uma homenagem a um cidadão conhecido como Pixote.

Em um debate realizado, Sr. Presidente, na Universidade Federal Fluminense, um dos produtores desse filme, há 8 anos, teve a coragem de afirmar de público que não

teve compromisso com a verdade, que teve compromisso com a emoção do povo e com a bilheteria: apanhou um menino de 10 anos, treinou esse menino, ensaiou esse menino para ser um marginal, abandonou à própria sorte enquanto alguns ganhavam dinheiro e lucravam com aquele lixo que se chamou de arte. E o resultado aconteceu, por coincidência há uma semana. O Pixote, o personagem, por falta de proteção, de orientação de atendimento, enquanto outros auferiam lucros, absorveu o Pixote, ser humano, que acabou sendo assassinado num tiroteio com a Polícia depois de cometer diversos assaltos.

Atentem para esses fatos. Não me digam que não conhecem esses números porque eles estão divulgados por um órgão do Governo, que é a Fundação IBGE.

Não me digam que não sabem que enquanto em Aracaju se namora no escuro da praia com segurança, no Rio de Janeiro as mulheres deixaram, já há mais de três anos, de usar cordões de ouro ou anéis, porque a própria aliança é roubada às três horas da tarde.

Não me digam que não estão enxergando que os homens de bem estão presos atrás de grades, enquanto os bandidos estão cometendo assaltos cada vez mais técnicos, cada vez mais ousados, cada vez mais preparados, mais burilados, numa demonstração efetiva do que dizia aquele piloto.

Os marginais, as crianças, os jovens, os presos estão vendo muita televisão. Lembrem-se de que as trinta pessoas, a que eu me referia, se opõem setenta e seis mil pessoas, que não foram todas as pessoas que quiseram assinar, mas apenas aquelas pessoas tinham à mão o seu título de eleitor. E quando se convencerem desta realidade, vão ver que não é a palavra censura, tão desmoralizada durante os anos da ditadura, que vai assustar homens de bem; o que vai assustar os homens de bem é, realmente, a responsabilidade que cada um de nós tem. Não é só o povo lá fora – são alguns Deputados, Senadores e juízes que, neste momento, estão angustiados, porque sabem que seus filhos foram induzidos ao uso de tóxicos, muitas vezes por um programa de televisão; foram induzidos ao homossexualismo, muitas vezes por um programa de televisão, foram induzidos ao crime e tornaram-se verdadeiros molambos do que foi o centro do amor, do carinho e da dignidade de cada um de nós.

Não há receita mágica para um filho sofrer e não transmitir sofrimento ao pai.

Muito obrigado aos Srs. pela atenção e desculpem-me pela veemência, mas eu tinha que ser veemente, porque isto não é matéria que se possa tratar com muita tranquilidade. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Alceni Guerra):** – Concedo a palavra ao Sr. Ailton Krenak, coordenador da campanha dos índios na Constituinte.

S. S.<sup>a</sup> falará sobre a Emenda Popular nº 40, que versa sobre populações indígenas. Na tribuna estará representando a Associação Brasileira de Antropologia, de São Paulo, a Coordenação Nacional dos Geólogos, de Goiânia e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, de São Paulo.

V. S.<sup>a</sup> tem a palavra por 20 minutos.

**O SR. AILTON KRENAK:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, eu, com a responsabilidade de, nesta ocasião, fazer a defesa de uma proposta das populações indígenas à Assembléia Nacional Constituinte, havia decidido, inicialmente, não fazer uso da palavra, mas de utilizar parte do tempo que me é garantido para defesa de nossa proposta numa manifestação de cultura com o significado

de indignação – e que pode expressar também luto – pelas insistentes agressões que o povo indígena tem indiretamente sofrido pela falsa polêmica que se estabeleceu em torno dos direitos fundamentais do povo indígena e que, embora não estejam sendo colocados diretamente contra o povo indígena, visam atingir gravemente os direitos fundamentais de nosso povo.

Não estamos chegando agora a esta Casa. Tivemos a honra de, desde a instalação dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, sermos convidados a participar dos trabalhos na Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias. Essa Subcomissão teve a competência de tratar da questão indígena e, mais tarde, tivemos também a oportunidade de participar da instalação dos trabalhos da Comissão da Ordem Social.

Ao longo desse período, a seriedade com que trabalhamos e a reciprocidade de muitos dos Srs. Constituintes permitiram a construção, a elaboração de um texto que provavelmente tenha sido o mais avançado que este País já produziu com relação aos direitos do povo indígena. Esse texto procurou apontar para aquilo que é de mais essencial para garantir a vida do povo indígena. E muitas das pessoas que estiveram envolvidas nesse processo de discussão aqui, na Assembléia Nacional Constituinte, se sensibilizaram a ponto de levar além dos limites das paredes desta Casa o trabalho relativo aos direitos indígenas, como foi na visita à área dos índios Caiapó, no Gorotire. Ouvindo ali, e tirando a impressão dos índios que estavam na aldeia acerca do que sentem, do que desejam para si, das inquietações que nós, indígenas, colocamos no sentido de ter um futuro, no sentido de ter uma perspectiva. Assegurar para as populações indígenas o reconhecimento aos seus direitos originários às terras em que habitam – e atentem bem para o que digo: não estamos reivindicando nem reclamando qualquer parte de nada que não nos cabe legitimamente e de que não esteja sob os pés do povo indígena, sob o habitat, nas áreas de ocupação cultural, histórica e tradicional do povo indígena. Assegurar isto, reconhecer às populações indígenas as suas formas de manifestar a sua cultura, a sua tradição, se colocam como condições fundamentais para que o povo indígena estabeleça relações harmoniosas com a sociedade nacional, para que haja realmente uma perspectiva de futuro de vida para o povo indígena, e não de uma ameaça permanente e incessante.

Os trabalhos que foram feitos até resultar no primeiro anteprojeto da Constituição significaram lançar uma luz na estupidez e no breu que tem sido a relação histórica do Estado com as necessidades indígenas. Avançou no sentido de avançar a perspectiva de um futuro para o povo indígena.

E, neste momento, insisto; eu havia optado mesmo por estar aqui e à semelhança da manifestação de luto pela perda seja de um parente, seja da solidariedade, seja de um amigo e, sobretudo, pela perda de um respeito que o nosso trabalho aqui dentro construído, o respeito que para com esta Casa e que pudemos identificar também nas pessoas que se sensibilizaram com essa questão. Queremos manifestar a nossa indignação com os ataques que estamos sofrendo e alertar esta Casa de que ainda somos os interlocutores dos Srs., e que não confundam uma eventual campanha e possíveis agressões ao povo indígena, com polêmicas que são construídas à nossa revelia.

Os Srs. sabem, V. Ex.<sup>a</sup> sabem que o povo indígena está muito distante de poder influenciar a maneira que estão

sugerindo os destinos do Brasil. Pelo contrário. Somos talvez a parcela mais frágil nesse processo de luta de interesse que se tem manifestado extremamente brutal, extremamente desrespeitosa, extremamente aética. Espero não agredir, com a minha manifestação, o protocolo desta Casa. Mas acredito que os Srs. não poderão ficar omissos. Os Srs. não terão como ficar alheios a mais esta agressão movida pelo poder econômico, pela ganância, pela ignorância do que significa ser um povo indígena. (O Sr. Krenak inicia processo de caracterização – pintura facial.)

O povo indígena tem um jeito de pensar, tem um jeito de viver, tem condições fundamentais para a sua existência e para a manifestação da sua tradição, da sua vida, da sua cultura, que não coloca em risco e nunca colocaram a existência, sequer, dos animais que vivem ao redor das áreas indígenas, quanto mais de outros seres humanos. Creio que nenhum dos Senhores poderia jamais apontar atos, atitudes da gente indígena do Brasil que colocaram em risco, seja a vida, seja o patrimônio de qualquer pessoa, de qualquer grupo humano neste País. Hoje somos alvo de uma agressão que pretende atingir, na essência, a nossa fé, a nossa confiança. Ainda existe dignidade, ainda é possível construir uma sociedade que saiba respeitar os mais fracos, que saiba respeitar aqueles que não têm dinheiro, mas mesmo assim, mantêm uma campanha incessante de difamação. Um povo que sempre viveu à revelia de todas as riquezas, um povo que habita casas cobertas de palha, que dorme em esteiras no chão, não deve ser de forma nenhuma contra os interesses do Brasil ou que coloca em risco qualquer desenvolvimento. O povo indígena tem regado com sangue cada hectare dos oito milhões de quilômetros do Brasil. V. Ex.<sup>as</sup> são testemunhas disso.

Agradeço à Presidência, aos Srs. Constituintes, espero não ter agredido com as minhas palavras os sentimentos dos presentes neste plenário. Obrigado. (Palmas prolongadas. O orador é cumprimentado.)

**O SR. CONSTITUINTE JOSE CARLOS SABÓIA:** – Sr. Presidente, não posso pedir aparte a Ailton Krenak, mas gostaria de levantar uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Alceni Guerra):** – Concedo a palavra a V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ CARLOS SABÓIA:** – Sr. Presidente, gostaria de deixar bem claro o significado do gesto de Ailton Krenak em nome de todos os índios que compareceram a esta Assembléia Nacional Constituinte e que aqui trouxeram, talvez, as suas últimas esperanças.

V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Presidente, que foi Relator da Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e das Minorias, sabe, mais do que todos nós, o significado de cada palavra que foi colocada naquele Relatório, sabe o que significa o desespero de um povo vítima de genocídio. Esse desespero foi muito bem simbolizado, hoje, pelo luto, pelo protesto e pela quase falta da perda de esperança na gestão de Ailton Krenak.

Se nesta Casa não formos sensíveis às reivindicações das populações indígenas, se dermos ouvido à campanha que está sendo movida pelo jornal **O Estado de S. Paulo**, contra os interesses das populações indígenas, e que diz fundamentalmente aos interesses das multinacionais, nunca aprenderemos a fazer justiça àqueles que são minorias, vítimas do genocídio em nosso País e nunca tiveram um ato do Estado em reconhecer seu direito à vida.



Sr. Presidente, se não formos capazes de reconhecer os direitos à terra, não reconheceremos o direito à vida das populações indígenas – seriam 12 milhões hoje, neste País. São 220 mil. Se não tivessem sido vítimas do genocídio seriam uma grande nação, contribuindo com o povo brasileiro. Hoje, são poucos, e os poucos que existem estão com seu direito à vida ameaçado – faço, pois, um apelo à consciência dos Constituintes, à consciência da sociedade: "Não é possível se construir um País democrático sem respeitar o direito das minorias".

No Brasil, o direito das minorias indígenas nunca existiu. Nesta Casa, pela primeira vez, talvez esteja sendo reconhecido o direito à expressão, à reivindicação, à indignação dessas populações.

Se não atentarmos ao que significam os interesses maiores das multinacionais, no que diz respeito ao subsolo das populações indígenas, nunca iremos fazer justiça a esses povos e, conseqüentemente, nunca nos tornaremos uma nação soberana e democrática.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Muito bem!) (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Alceni Guerra):** – Não há questão de ordem para ser decidida.

Pergunto ao nobre orador, já que possui ainda 5 minutos do seu tempo, se deseja concluir o seu discurso.

**O SR. AILTON KRENAK:** – Muito obrigado, Sr. Presidente. Estou encerrando.

**O SR. CONSTITUINTE AMAURY MÜLLER:** – Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. AILTON KRENAK:** – Pois não, nobre Constituinte Amaury Müller.

**O SR. CONSTITUINTE AMAURY MÜLLER:** – Em nome da Liderança do PDT e penso que em nome de todos os brasileiros que procuram preservar o direito da pessoa humana, quero manifestar a minha solidariedade ao seu justo e válido protesto. Afinal, se queremos construir uma nova Nação com justiça social, com participação, com o povo sendo o centro de todas as grandes decisões, temos o dever elementar de respeitar os donos desta terra que são os índios. Meus cumprimentos, meus parabéns e a nossa solidariedade ao protesto que V. S.<sup>a</sup> expressou aqui.

**O SR. CONSTITUINTE OLÍVIO DUTRA:** – Permite V. S.<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. AILTON KRENAK:** – Pois não, nobre Constituinte Olívio Dutra.

**O SR. CONSTITUINTE OLÍVIO DUTRA:** – Companheiro orador, em nome do Partido dos Trabalhadores e da sua bancada, quero expressar aqui a nossa solidariedade ao ato, ao gesto, à ação e à luta dos companheiros índios e de todas as entidades que os apóiam. Entendemos que enquanto não reconhecermos o direito dos companheiros de serem nação, com terra, com território, com os seus hábitos, com seus costumes, com as suas culturas, não os estaremos respeitando na sua vida e não seremos dignos de nos considerarmos uma nação democrática, soberana.

A solidariedade do Partido dos Trabalhadores e de sua bancada. Obrigado, companheiro.

**O SR. CONSTITUINTE EDMILSON VALENTIM:** – Companheiro Ailton Krenak, em nome da bancada do Partido Comunista do Brasil também gostaria de somar a nossa solidariedade aos que aqui já se manifestaram e colocar também que a luta dos índios, aqui dentro da Assembléia Nacional Constituinte, se assemelha às lutas dos

operários, dos camponeses, dos oprimidos neste País, daqueles que são realmente maioria no nosso País, no nosso Brasil. Muitos que estão aqui e que foram eleitos não para representar essa maioria do povo, que não têm sensibilidade com os problemas dos índios, com os problemas dos operários, camponeses, com o problema deste povo, não se sensibilizam, porque a sensibilidade deles é outra, fica, em outro lugar, não está no coração, não está na cabeça, está no bolso, a esses não temos que simplesmente deixar que manipulem, que usem, que levem adiante seus propósitos. Assim como os índios, que vêm na luta defendendo o que é de direito, e que vêm a esta Casa esperando que os Constituintes tenham ao menos a sensibilidade de respeitar o povo que foi o nascedouro da Nação brasileira, não nos devemos desanimar por esta realidade, por hoje ou por este momento de luta. Pelo contrário, acreditamos que para acabar com esse tipo de negociata que paira nesta Casa – tão bem denunciada aqui, em diversas propostas populares –, só a luta do povo brasileiro, em todas as instâncias, em todas as camadas sociais, principalmente nas que representam genuinamente o povo brasileiro. Sem dúvida nenhuma, nós, os democratas, os progressistas, que somos sensíveis à causa do povo, não vamos deixar, de mão beijada, que denigrem, que levem esta Constituição a não solucionar ou não representar um mínimo de avanço necessário para o nosso povo. Somemos a luta dos índios, dos operários, dos camponeses, enfim, daqueles que são maioria desse povo. Só através da luta, da organização desse povo é que vamos conseguir mudar este País, seja na Constituição ou não. Muito obrigado.

**A SRA. CONSTITUINTE ROSE DE FREITAS:** – Permite V. S.<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. AILTON KRENAK:** – Com prazer.

**A SRA. CONSTITUINTE ROSE DE FREITAS:** – Os índios se encontravam representados por 35 caciques nesta Casa, há quatro dias sistematicamente trabalhando em cima de propostas para esta Constituição. O Capítulo dos índios é uma vergonha, todo ele traz, de maneira subliminar, a proposta que sempre ficou evidenciada em todos os textos, e até mesmo no Estatuto do índio, o paternalismo, a indiferença com que se trata esta questão das comunidades indígenas. Só quero dizer a V. S.<sup>a</sup> que o mais avançado que tem neste texto está no art. 302, que foi discutido durante três dias pelas comunidades indígenas que aqui compareceram. Não fui da Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias; minha Comissão era a do Sistema Tributário e Orçamento e Finanças. Sou suplente desta Comissão de Sistematização. Mas fiquei sensibilizada quando vi recorrer ao Relator desta Comissão os caciques que aqui vieram para discutir, para quererem entender o que estávamos escrevendo a respeito de suas vidas. Aqui vieram muitos representantes das comunidades, das missões, falar sobre o índio. Mas poucos foram os que discutiram com as comunidades indígenas, como se eles não tivessem pensamento próprio, voz própria sobre este texto constitucional que aqui está. Se V. S.<sup>a</sup> sabe e tomou conhecimento, deve ter dito no seu discurso, que isto aqui é um retrocesso, é uma indignidade e é um paternalismo exacerbado de quem não quer ter nenhum compromisso com minoria nenhuma neste País. Só um texto que me chamou a atenção, e que foi colocado pelos Caciques Damião, Luís e Alexandre, também no art. 305. O art. 302 diz o seguinte:

"Será reconhecido aos índios seus direitos originários sobre as terras de posse onde se acham permanentemente localizadas, sua organização social, seus usos, costumes, línguas, crenças, tradições, competindo à União a proteção desses bens."

E num dos parágrafos diz:

"...A exploração das riquezas minerais em terras indígenas só pode ser efetivada com autorização destes e do Congresso Nacional, e obriga a destinação de percentual sobre o resultado de lavra em benefício das comunidades indígenas e do meio ambiente, na forma da lei."

Consultar quem? Os índios? De que forma? O Presidente da Funai é imposto a eles todos os dias e horas e os desrespeita, maltrata e os humilha! Não se discute com os índios sequer o orçamento destinado à Funai! O índio para ser atendido, na porta da Funai, fica dez dias! Como se vai discutir, inclusive, a exploração da mineração nas suas terras? Como se vai reservar percentual? A quem? A comunidade indígena? De que forma? Se hoje não se escuta o grito do índio a respeito do tratamento que lhe é dado até na questão da saúde, questão elementar; os índios continuam morrendo... Aliás, este texto – para mim – é uma forma de acabar definitivamente com as comunidades indígenas.

O art. 305 – que, para surpresa minha, eu não havia observado – diz:

"...Os direitos previstos neste capítulo não se aplicam aos índios com elevado estágio de aculturação, que mantenham uma convivência constante com a sociedade nacional e que não habitem terras indígenas..."

É uma forma de enclausurar o índio no seu contexto, colocá-lo longe da civilização, fazer com que ele continue completamente sem cultura, isolado, sem a convivência com a sociedade nacional, porque aí ele continuará desconhecendo completamente os seus direitos. Quer dizer, extinguem a cultura do índio, isolam-no, massacram o índio, discriminam o índio. E não me falem que o estão defendendo neste capítulo, pois isto é uma vergonha! Eles não estão aqui, agora, apesar de estarem nesta Casa, sob o protesto, sob essa forma indigna, porque todo mundo fala em índio, todo mundo quer ser fotografado com índio, todo mundo defende o índio, nos discursos os índios sempre estão presentes, mas nas leis – permita-me – estão sempre colocados no lugar que historicamente essa sociedade brasileira, que grita tanto por direitos humanos e democracia, sempre o colocou. (Palmas prolongadas.)

**O SR. AILTON KRENAK:** – Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Alceni Guerra):** – Esta Presidência recebe com muito respeito a manifestação de V. S.<sup>a</sup> e se alia às palavras dos Srs. Constituintes que o apartearam, sensibilizados com essa chaga viva que é a forma com que a sociedade brasileira, através dos tempos, tratou do problema da sua raça.

Pede licença ao Sr. Ailton Krenak para conceder a palavra ao próximo orador inscrito, Júlio Marcos Germany Gaiger, que falará sobre a Emenda Popular nº 39, que versa sobre as nações indígenas.

S. S.<sup>a</sup> estará representando o Conselho Indigenista Missionário – CIMI, sediado em Brasília; Associação Nacional de Apoio ao Índio – ANAI, sediada em Porto Alegre, Rio Grande do Sul; e o Movimento de Justiça e Direitos Humanos, também sediado em Porto Alegre, Rio Grande do Sul.

Essa emenda popular foi apresentada à Casa por 44.948 brasileiros.

Tem V. S.<sup>a</sup> a palavra por 20 minutos.

**O SR. JÚLIO MARCOS GERMANY GAIGER:** –

Exmo. Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Em 1554 os "encomenderos" do Peru enviaram ao rei Carlos V um procurador, para propor a compra perpétua das "encomiendas". O grande historiador latino-americano Sérgio Bagú ensina que a "encomienda" era o instituto pelo qual os espanhóis obrigavam os índios à prestação de serviços ou pagamento de produtos ou em dinheiro, em favor do "encomendero". Geralmente se a outorgava vitaliciamente ao favorecido, sem, contudo, supor o domínio das terras, aldeias ou pessoas, cuja vinculação permanecia ao rei.

Na proposta dos "encomendadores" do Peru, porém, incluía-se a transferência da jurisdição cível e criminal, e a própria terra, pelo preço de 5 milhões de ducados. Argumentava-se que assim o rei ficaria livre dos encargos da administração do vice-reinado, responsabilizando-se os "encomenderos" pela manutenção da ordem e da paz, pelos serviços necessários ao desenvolvimento da terra e gentes, incluindo-se a difusão da fé e da fidelidade ao próprio rei, e recebendo este dos mesmos "encomenderos" os tributos devidos. A coroa, portanto, acenavam-se somente vantagens.

O rei encarregou uma junta de teólogos, juristas e políticos para dar um parecer, que resultou favorável por dez votos a dois. A decisão favorável ao negócio foi mantida mesmo contra a opinião dos membros do Conselho das Índias; em 1556, o novo rei, Felipe II, ordenava que o Conselho se abstivesse de discutir a questão, e constituía uma comissão executiva, que chegou ao Peru em 1559.

Todavia, a partir daí as negociações começaram a arrastar-se em ritmo cada vez mais lento.

Ocorre que em 20 de julho de 1559, os caciques indígenas do Peru, reunidos, haviam constituído seu procurador o Bispo de Chiapa, Frei Bartolomé de Las Casas, para que os representasse diante da Corte para evitar a consumação do negócio, permitindo que os índios continuassem perpetuamente submetidos diretamente à Coroa espanhola.

Desincumbindo-se do mandato, Bartolomé de las Casas escreveu uma das mais esplêndidas obras, hoje mundialmente reconhecida como primeira sistematização dos princípios básicos do Direito Internacional: **De Imperatoria Seu Regia Potestate**, publicada primeiramente na Alemanha, em 1571. Com este tratado, Las Casas colocou-se junto a Francisco de Vitória como os virtuais fundadores do moderno Direito Internacional.

Contudo, a intenção de Las Casas era sustentar, a favor dos índios do Peru, que a proposta dos "encomenderos" implicaria para o rei a perda das índias, e o regime das "encomiendas" significava, para os índios, método de opressão e extermínio. Para isto, desenvolveu as teses da mais atual e profunda democracia, partindo do pressuposto de que os índios do Peru eram livres, não havendo nenhum título que justificasse a perda dessa liberdade natural – nem mesmo a doação pontifícia. Em seguida, afirmou que qualquer limitação à liberdade daquelas gentes estava fundada em seu próprio querer voluntário, e não em força ou violência que a elas se fizesse. Portanto, o próprio poder do Rei sobre seus vassallos, assim incluídos os índios, também funda-se no consentimento voluntário dos súditos, razão pela qual, uma vez consentindo na submissão a um senhor, não podem os súditos, à revelia de sua própria vontade, ser colocados sob outro senhorio ou submissão.

Especificamente sobre a "encomienda", sustentou que era um sistema ilegal e antipolítico, pelo dano às pessoas e prejuízo à própria Coroa; que era injusto, por ser tirânico

e terrível; e intrinsecamente mau, por ofender a lei de Deus, causando tantos males que desacreditaria a fé que era dos próprios opressores. Por isso, mesmo que a ele quisessem os índios submeter-se – o que, no entanto, não era o caso – esta vontade seria nula e de nenhum valor. Assim, ao Rei somente restava desterrar a "encomienda".

Retomando a mesma primeira linha de raciocínio, no tratado Las Casas parte da liberdade natural de todos os homens, definindo o poder político como serviço à defesa e promoção dos direitos dos cidadãos. Assim, a soberania do Rei limitava-se por este pacto dos súditos com o soberano, de modo que a origem do poder político é essencialmente democrática, e o povo sua causa eficiente. Os súditos não se submetem propriamente ao Rei, mas sim às leis livremente consentidas, conquanto estas objetivem o bem comum. Ao Rei se concede a potestade apenas para promover o bem do povo, e o Rei é então o administrador que somente exerce sua autoridade em função deste bem.

Avançando em suas teses, Las Casas sustentou que se não quiser degenerar em abuso de poder, o Rei governará de acordo com as condições estabelecidas no momento de sua ascensão, e, sem o consentimento expresso dos cidadãos diretamente afetados, não pode impor o sacrifício de uma cidade ou território para o bem-estar de todo o reino, tampouco pode sacrificar um reino contra a vontade dos cidadãos deste, para socorrer a outro reino. Em suma, não pode o Rei governar pelo medo ou terror, nem dispor arbitrariamente dos bens dos povos a ele submetidos; não pode alienar sua jurisdição, dispor dos bens dos súditos ou vender os ofícios ou empregos públicos, nem os bens do Estado. O direito de reinar, concluiu Las Casas, estriba-se na vontade popular.

Há, portanto, em **De Regia Potestate**, a afirmação reiterada de três dogmas democráticos: o poder político provém do povo; é outorgado aos governantes para que estes sirvam ao mesmo povo, sob controle deste povo.

A fonte de tudo o que acabo de afirmar, Sr. Presidente, é a edição crítica bilíngüe (latim/espanhol) do Conselho Superior de Investigações Científicas de Madrid, de 1969, da obra **De Regia Potestate**. Trata-se do volume VIII da coleção **Corpus Hispanorum de Pace**, editada sob a direção de Luciano Pereña.

Por aí se vê que, muito antes de tratar daquilo hoje destinado à cogitação do Direito Internacional, Frei Bartolomé de Las Casas assentou os princípios básicos e essenciais da democracia, afirmando condições que ainda hoje lutamos para vermos praticadas no Brasil...

Hoje, Sr. Presidente, o que se discute nesta reunião? A que vem a lembrança de Las Casas?

Por incrível que nos pareça, 500 anos depois de Las Casas, nesta Assembléia Nacional Constituinte, debatemo-nos com problemas idênticos aos que ele enfrentou, em sua defesa comprometida dos direitos dos índios do Peru.

Neste ano de 1987 as mineradoras privadas, latifundiários e toda uma coorte de interesses econômicos fazem à Assembléia Constituinte proposta igual à que fizeram os "encomenderos" do Peru, em 1554. Propõe-se a alienação do subsolo das terras indígenas, dos bens naturais destas mesmas terras e da mão-de-obra indígena; em troca, o Estado brasileiro ficará livre dos encargos de prestar assistência a estas populações, cuja brasilidade e desenvolvimento serão assegurados pelas mesmas empresas.

Não sei sob bênção de que junta de juristas, teólogos e políticos, o ilustre Relator desta Comissão, Constituinte Bernardo Cabral, aceitou a proposta – como, em 1554 e 1556 o fizeram os reis Carlos V e Felipe II –, consagrando-a no seu Substitutivo ao Projeto de Constituição.

Ali, ignorou-se todo o debate precedente ocorrido na Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias, e na Comissão da Ordem Social, fazendo tábula rasa das decisões aprovadas pelo voto dos Srs. Constituintes e contrariando a orientação fundamental que, a respeito dos direitos indígenas, norteou a atividade constituinte precedente.

Juridicamente falando, o Substitutivo retroagiu ao regime de 1934, quanto às terras indígenas; involuiu para além de 1916, quanto à capacidade civil dos índios; e a 1554, quanto aos seus demais direitos, que foram reduzidos e alienados. Moralmente, involuiu-se muito mais, ao estabelecer que os índios "em adiantado estágio de aculturação" já não fazem mais jus a quaisquer dos direitos especiais consignados, mutiladamente, no Capítulo VIII do Título IX do Substitutivo. A perspectiva assim subjacente ao texto do Substitutivo é a de que os índios, enquanto tais, um dia fatalmente desaparecerão.

Sr. Presidente! Quisera neste momento um mínimo de inspiração do espírito de Las Casas, para enfrentar à altura a ameaça que paira sobre o futuro dos índios no Brasil. Melhor, porém, será confiar em que a escassez de meus conhecimentos se compense com os suprimentos da sensibilidade e sentimento de justiça das Sras. e Srs. Constituintes.

Não tenho, como a teve Las Casas, procuração outorgada pelos caciques; tenho somente o mandato de mais de 40 mil cidadãos eleitores brasileiros que subscreveram a Emenda Popular nº 39, sobre as Nações Indígenas.

Contudo, não seria necessário que me pusesse a falar em nome dos índios brasileiros.

Por um lado, precedeu-me nesta tribuna, falando pelos índios, um índio, filho da nação Krenak, habitante do Vale do Rio Doce, atual território de Minas Gerais.

Por outro, em mais de uma ocasião, desde o histórico dia 22 de abril deste ano, os próprios índios vieram a esta Assembléia, em delegações representativas de povos que habitam os mais distantes recantos da Pátria, para manifestar, sem intermediários, seus sofrimentos, aspirações e reivindicações. A Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias esteve na aldeia dos Kayapó do Gorotire, onde também, sem intermediários nem mediações, escutou a voz indígena.

Esta voz fez-se ouvir em audiência pública diante da Subcomissão, no dia 29 de abril e no dia 5 de maio. E no dia 7 de maio, perante a Subcomissão da Nacionalidade, da Soberania e das Relações Internacionais, o cacique Raoni, dos Mentukitire, pronunciou discurso antológico.

Permitam-me lembrar trechos da alocação de Raoni, naquele 7 de maio. É ele quem fala:

"Toda a terra do meu povo tá ocupada. Lá tem garimpo, tem madeireira, tem fazendeiro, que tava mexendo na terra do meu povo, dentro da área". (...) Vocês tão pensando que avô seu nasceu primeiro aqui? Vocês tão pensando isso? Nós nasceu primeiro, aqui. Brasil inteiro (...) Eu não quero que acaba a vida do nosso índio, eu não quero que acaba a cultura do índio. Eu quero que o índio continua a vida do avô, o pai, a mãe... (...) Eu sei que vocês têm muita força, têm muita gente; nós tamo acabando na mão de vocês. Eu tou querendo que vocês têm que deixar nossa terra. Nós é dono da terra..."

Sr. Presidente, eu falo em nome de mais de 40 mil cidadãos brasileiros eleitores, que vêm a esta Assembléia

secundar e apoiar a voz indígena. São os súditos não-indígenas que vêm a este órgão soberano dizer, juntamente com os súditos indígenas, que não desejam, que repudiam as restrições que se querem impor aos índios.

E esta manifestação se realiza através deste sadio e oportuno instrumento, preconizado naqueles tempos por Las Casas, que é a consulta popular, em nosso caso revestindo a forma de Proposta de Emenda Popular ao Projeto de Constituição.

Nesta proposta, os cidadãos eleitores brasileiros pleiteiam que se renuncie ao colonialismo que desde 1500 caracterizou as relações entre o Estado e os índios.

Retomo Las Casas **De Imperatoria vel Regia Potestate**, na obra citada):

"Há efetivamente reis que desejando comprazer a palacianos e cortesãos e a seus parentes que suspiram por esta sorte de doações, e sem ter em conta, como deveriam, as angústias e sofrimentos intoleráveis dos habitantes do seu reino, alegam em sua defesa razões especiosas com as quais se empenham em justificar, ou ao menos mitigar, tais alienações."

É o que se tem feito na prática, Sr. Presidente. Para favorecer interesses particulares, que sempre se apresentam como confundidos com os interesses do próprio País, espoliaram-se os índios, expropriando-lhes as terras e violentando-lhes os direitos. Na expressão do Rei português Dom José I, isto se fez "cavilando-se sempre pela cobiça dos interesses particulares às disposições destas leis", observando-se que o Rei referia-se, no preâmbulo da lei de 6 de junho de 1755, às determinações anteriores que ordenavam preservar a liberdade das pessoas e bens dos índios.

O mal é, portanto, tão antigo quanto o é a chegada dos primeiros europeus nestas terras brasileiras.

Nessa mesma lei de 1755, aduzia o Rei:

"... não bastaria (...) que os índios fossem restituídos à liberdade das suas pessoas na sobredita forma, se com ela se lhes não restituíssem também o livre uso dos seus bens, que até agora se lhes impediu com manifesta violência; ordeno que a esse respeito se execute logo a disposição do parágrafo 40 do Alvará do primeiro de abril de 1680, cujo teor é o seguinte:

"E para que os ditos Gentios (...) melhor se conservarem nas Aldeias, hei por bem que sejam senhores de suas fazendas, como o são do sertão, sem lhes poderem ser tomadas nem sobre elas se lhes fazer moléstia. (...) nem serão obrigados a pagar foro, ou tributo algum das ditas terras, ainda que estejam dadas em sesmarias a pessoas particulares, porque na concessão destas se reserva sempre o prejuízo de terceiro, e muito mais se entende, e quero se entenda ser reservado o prejuízo e direito dos índios, primários e naturais senhores delas..."

Leio, Sr. Presidente, trechos do texto transcrito pelo Desembargador Antônio Delgado da Silva, na Coleção da Legislação Portuguesa desde a última compilação das Ordenações, legislação de 1750 a 1762, publicada em Lisboa, em 1830.

Inobstante estas providências régias, que inclusive mais de uma vez foram tão expressas quanto inutilmente reiteradas, o que nos apresenta a história deste País, de 1500 até hoje, é um saldo de mais de 5 milhões de índios

mortos, sendo que, segundo Darcy Ribeiro, apenas de 1900 a 1957, foram completamente extintos 87 grupos tribais!

Poderíamos entregar-nos à compunção sentimental se não houvesse mais índios. Não teríamos escolha.

Ocorre, Sr. Presidente, que para glória do espírito humano os índios conseguiram sobreviver. Aí estão conosco, ainda, mais de 170 nações indígenas, somando cerca de 250 mil pessoas, clamando pelo final deste morticínio, reivindicando respeito às suas pessoas, bens e cultura, e manifestando sua firme determinação de preservar suas identidades próprias.

O brado indígena impõe-nos um desafio.

Estamos superando mais de 20 anos de autoritarismo. Os brasileiros esperam que a chamada transição leve-nos a bom porto, o porto da democracia plena, o porto da reconciliação.

Não, porém, reconciliação com a injustiça, com as desigualdades sociais ou com a opressão aos índios; mas reconciliação com a justiça, com o verdadeiro patriotismo, que exige a reparação dos males, a responsabilização dos que os causaram e o estabelecimento das garantias que inibam sua repetição futura.

E nesta transição esta Assembléia Nacional Constituinte desempenha papel principal. Aqui é que se determinarão as bases fundamentais para esta jornada, e são os Senhores quem possuem o mandato popular para estabelecer os princípios e objetivos para a restauração do Brasil.

Neste contexto, o desafio que nos impõe o brado indígena é a opção entre as duas únicas alternativas que se nos apresentam. Ou deixamos tudo como está, cerrando os olhos ao genocídio e etnocídio historicamente praticados contra as populações indígenas, pretextando evitar o sentimentalismo e, com isto, coonestando a aplicação de um darwinismo social tão anacrônico quanto injusto, tão imoral quanto vergonhoso; ou renunciemos a este passado e dispomos-nos a resgatar esta dívida histórica contraída junto aos índios, para usar expressão do Marechal Rondon.

Não nos iludamos, Sr. Presidente; já em 1755 o Rei português constata a inoperância das leis, e em 1987 a constatação guarda atualidade. Não basta, portanto, que se repitam, em bisonha falta de criatividade, as disposições hoje vigentes. Elas não têm logrado impedir a opressão imposta aos índios.

É preciso avançar e inovar, decididos a suprir aquelas lacunas e omissões, corrigir os desvios que deixam espaço à continuidade desta situação. Esta inovação, Sr. Presidente, pensávamos se pudesse dar com o reconhecimento formal de que nosso País é um Estado Plurinacional, pois conosco, brasileiros de origem advéncia, convivem ainda, sobreviventes ao massacre secular, mais de 170 nações indígenas.

Preciso, agora, fazer parênteses.

É do conhecimento de todos que nos últimos dias um jornal de razoável circulação veiculou em suas páginas uma pretensa denúncia sobre uma conspiração contra o Brasil. Tal conspiração consistiria em obter desta Assembléia, através do reconhecimento do caráter pluriétnico da nossa sociedade, a possibilidade de fracionar o território brasileiro, aplicando-se um tal conceito de soberania restrita.

Ao jornal muitos fizeram coro, inclusive nesta Casa. O que porém agora já se sabe, Sr. Presidente, é que a alardeada denúncia prestava-se ao fim de confundir não só a opinião pública, mas principalmente os Constituintes, criando-se as condições para, a partir da desqualificação da proposta ora em discussão, desacreditar tudo o que, até agora, fora votado sobre direitos indígenas nesta Assembléia.

Os alvos da manobra eram as restrições contidas nos textos pré-constitucionais anteriores, sobre a exploração do subsolo em terras indígenas. Para isso, imaginou-se uma fantástica articulação entre oligopólios internacionais de minérios e o Conselho Indigenista Missionário, uma das entidades que co-patrocina esta Emenda Popular nº 39. Como alegada comprovação do que se denunciava, apontava-se o fato de se propor, através desta emenda, o reconhecimento do Brasil como Estado Plurinacional.

Já desmentidas às acusações assacadas pelas reportagens a que me referi, e já em andamento providências inclusive policiais e judiciais para restabelecer a verdade, constata-se que a trama urdida por interesses antiindígenas continua repercutindo na voz dos seus áulicos, dentro e fora desta Casa, entre os últimos personagens reveladamente contaminados pelo ranço do autoritarismo. Nós, porém, Sr. Presidente, repudiamos tais tentativas de se impor a esta Assembléia o obscurantismo como horizonte único ao debate das idéias.

Portanto, em benefício da verdade e da clareza, lembro que de há muito a doutrina jurídica fez as devidas distinções entre os conceitos de Estado e Nação; entre cidadania e nacionalidade.

Valho-me das lições de Vasco Taborda Ferreira, em "A Nacionalidade", publicada em Lisboa, em 1950; em De Plácido e Silva, no seu "Vocabulário Jurídico", publicado pela Forense, neste ano; e principalmente na erudição de Benjamin Akzin, em "Estado Y Nación", publicado pelo Fondo de Cultura Económica do México, em 1968. Estes autores, entre tantos outros, esclarecem que nação refere-se a uma coletividade cujos componentes trazem consigo as mesmas características raciais, mantendo-se unidos pelos hábitos, tradições, língua e religião e por um "querer viver coletivo", pela consciência de sua nacionalidade, ou, na expressão de Hauriou, em seu "Précis de Droit Constitutionnel", por uma mentalidade comum.

Esclarece Vasco Taborda Ferreira que a nação impõe-se ao homem independentemente de sua vontade, e De Plácido e Silva ensina que, portanto, encontram-se nações dispersas em mais de um Estado, assim como encontram-se Estados que abrigam mais de uma nação.

É que o Estado vem a ser, precisamente, a forma política, adotada por uma nação ou por várias nações, para que se submetam a um poder político soberano, emanado de sua própria vontade, que lhes vem dar unidade política.

E a doutrina italiana, com Cavaglieri, Gaetano Morelli e outros, propõem que, ficando o termo nacionalidade adstrito à vinculação do indivíduo com sua nação, empregue-se o termo cidadania para designar o vínculo do indivíduo com o Estado. A atual Constituição italiana, por sinal, em nenhum momento refere-se senão aos cidadãos da Itália, da forma como, aliás, o fazia a primeira Constituição Republicana brasileira, em 1891.

Mais tarde, na esteira da doutrina francesa e estadunidense – para quem tais distinções ou não tinham

sentido prático ou não estavam na ordem do dia – é que se adotou para o Brasil a equivocada sinonímia entre Nação e Estado.

Benjamin Akzin adverte que tal doutrina tem sido utilizada justamente para beneficiar a ideologia da supremacia de uma nação sobre outras, identificando-se a nação dominante com o próprio Estado, como se apenas esta fosse detentora do patriotismo ou da chamada consciência nacional. É o que muitos têm afirmado em relação ao Brasil, opondo-se de antemão à Proposta que agora se debate. Akzin, todavia, insiste em alertar que esta mal-disfarçada xenofobia é responsável pelas piores barbaridades da história, tais como as cometidas durante o regime nazista; e, acrescentaria eu, como o massacre perpetrado contra os índios no Brasil.

A Emenda Popular nº 39 afirma, categoricamente, que o reconhecimento das nacionalidades específicas dos membros das nações indígenas não afeta a sua cidadania brasileira. E é isto que importa à soberania do Estado: que se mantenha intacta a filiação política. Por outro lado, porém, admitir o caráter plurinacional do Brasil implica renunciar ao colonialismo interno e abdicar da assimilação forçada como destino único oferecido às populações indígenas.

Não se diga, Sr. Presidente, que a assimilação é futuro inevitável para os índios. A conclusão dos que assim afirmam é fruto de observação muito superficial. Os elementos conformadores das culturas indígenas – como, de resto, de qualquer cultura – são extremamente complexos, e não é a renúncia a algum traço cultural em particular que define o abandono da cultura de origem. Nós, brasileiros de origem européia, temos muito mais em comum com os alemães ou italianos que com os índios. Contudo, nem por isso se dirá que não temos uma cultura brasileira, distinta das culturas alemã ou italiana.

Da mesma forma, não é o uso do rádio de pilha, do relógio ou do trator – ou de qualquer técnica nova – que desindianiza os índios.

Darcy Ribeiro tem, a propósito, estudos paradigmáticos que confirmam nossas afirmações. O máximo a que se chega, conquanto não se elimine fisicamente os índios, é a perda de suas especificidades culturais que distinguem os índios Kaingang dos índios Xokleng. Índios, contudo, sempre se manterão, porque a filiação a uma nacionalidade, como diz Vasco Taborda Ferreira, é algo que escapa à vontade humana.

Assim, o que os homens escolhem é a vinculação ao Estado, através da cidadania, esta sim passível de alteração. No rigor científico, o que se distingue são os cidadãos natos dos cidadãos não-natos, os que adquirem determinada cidadania; e se distinguem os cidadãos apenas titulares dos direitos de cidadania dos que também chegam ao exercício de tais direitos.

Erradamente, alguma doutrina reserva o termo cidadão para os que exercem os direitos inerentes à cidadania; contudo, assim como toda pessoa é sujeito de direitos desde o nascimento, embora não os possa exercer, também há os cidadãos que, antes do implemento de determinadas condições, não podem exercer os direitos da cidadania.

Não há, assim, Sr. Presidente, nenhum trauma, sequer mesmo muita novidade, em se propor ao Brasil o reconhecimento do seu caráter plurinacional.

Tampouco se veja aí o início de uma progressão cujo ápice futuro seja, fatalmente, eventual movimento de su-

cessão. As mais de 170 nações indígenas são, em realidade, micronações; nem separada, nem conjuntamente, reúnem os elementos mínimos a que algum dia possam pleitear mais que o respeito a suas identidades nacionais próprias. Jamais tal reivindicação terá conotação política.

Nem se pretende – e em nenhum momento se o afirma, sequer implicitamente – a adoção do tal conceito de soberania restrita em prol das nações indígenas.

Criou-se, ou tenta-se criar, uma cortina de fumaça que obscureça o debate sobre a proposta concreta e real, para com isto efetivamente atingir os demais direitos que se propõem às populações indígenas. A trama nem mesmo é original: há três anos, na Venezuela, usou-se do mesmo expediente em vã tentativa de acobertar os interesses de um invasor da terra dos índios Piaroa.

Lá, porém, o Congresso respondeu à altura, rejeitando a acusação de que a Igreja estaria propondo a adoção daquele conceito; e, no final da história, o invasor que dera origem a toda celeuma foi obrigado, por determinação governamental, a abandonar suas pretensões sobre as terras indígenas.

Aqui, porém, os interesses na alienação dos direitos indígenas têm maior fôlego, e sem dúvida contam com maior número de acólitos.

Quando se elaborou a presente proposta de emenda popular, Sr. Presidente, imaginava-se haver condições para um debate sereno e desapassionado sobre o aspecto em questão. Serenidade e isenção que, inobstante, não se poderia traduzir em descompromisso com o destino das populações indígenas.

Hoje, porém, força-me a reconhecer que, talvez, as condições ideais para esta discussão encontram-se comprometidas. Na Comissão da Ordem Social, em votação memorável, decidiu-se que o reconhecimento das formas de organização próprias das nações indígenas, estabelecido no item V do art. 1º do anteprojeto daquela Comissão, não apresentava nenhum risco à soberania do Estado brasileiro. Mas, ao contrário, significava fixar uma baliza primeira à atuação do Estado junto às nações indígenas, legislando-se para lhes garantir o direito à autopreservação física e cultural, e não mais para apenas administrar sua integração à sociedade dita "a nacional". De fato, que desejo teriam os índios de se integrar à sociedade das filas do INPS, das favelas, de tantas e tão gritantes desigualdades sociais? Que interesse teriam os índios de se assimilar a uma sociedade que não preza o meio ambiente que os mesmos índios souberam manter intacto por milênios?

Não quer isto dizer que as sociedades indígenas se manteriam em redomas. A situação de contato – ou, para utilizar a terminologia científica, a fricção interétnica – é um fato. Contudo, a inter-relação entre as sociedades indígenas e a nossa sociedade pode dar-se em condições de respeito mútuo. E o respeito implica, para nós, conduzirmos segundo normas que evitem a agressão, intencional ou não, às sociedades indígenas.

Aliás, com a farta literatura especializada hoje disponível, não se cogita de agressões não intencionais. A toda ação corresponde um resultado cientificamente previsível, quanto às sociedades indígenas. Cabe-nos apenas optar entre evitá-los ou não.

Há poucos anos um Ministro do Interior dizia que o progresso da Amazônia não se devia deter por causa dos índios. No início do século, um jornal de Santa Catarina pregava ações militares para o extermínio dos índios, apontados como obstáculos ao desenvolvimento da região.

Sr. Presidente, que progresso é este que em quase meio milênio de história sempre cobra seu preço aos índios?

Tal modelo de progresso supõe a prática deliberada do que se denominou etnocídio, e é isto que se tem feito no Brasil. Etnocídio que, em relação a incontáveis sociedades tribais, resultou na sua completa destruição. Confira-se, a respeito, a excelente obra de Jaulin, "La Paix Blanche", editada pela Seuil de Paris, em 1970.

Renunciar ao etnocídio, à integração compulsória, ao colonialismo interno, este é o objetivo que se tem em mente quando se propõe o reconhecimento do caráter plurinacional do Estado brasileiro.

Se, contudo, as circunstâncias impedem a discussão serena deste aspecto, e se a pretexto da cortina de fumaça que se levantou sobre ele, arrisca-se causar prejuízo ao debate sobre os direitos essenciais à sobrevivência física e cultural das sociedades indígenas brasileiras, deixamos de tributar relevância a este avanço conceitual.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ DUTRA:** – V. Ex.<sup>a</sup> me concede um aparte?

**O SR. JÚLIO MARCOS GERMANY GAIGER:** – Pois não.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ DUTRA:** – Estou ouvindo com muita atenção o pronunciamento de V. S.<sup>a</sup> e atrevo-me a apartear-lo para tentar colocar a minha posição com relação problema importante que V. S.<sup>a</sup> enfoca neste instante. E faço questão de proclamar a V. S.<sup>a</sup>, à Presidência e aos meus colegas Constituintes, que falo, neste instante como descendente, em 5ª geração, de índios, dos Saterês-Mauês, situados na fronteira entre os Estados do Amazonas e do Pará. Gostaria de dizer a V. Ex.<sup>a</sup>, em primeiro lugar, que a ser seguida a tese que V. S.<sup>a</sup> levanta, não poderia estar nunca aqui na Assembléia Nacional Constituinte, mas sim, eu teria que estar confinado a uma das malocas dos Saterês-Mauês, lá no meu Município de Barreirinha, no Estado do Amazonas. Em segundo lugar, não posso admitir, de forma alguma, a tese que V. S.<sup>a</sup> levanta, quando prega a condição do Estado brasileiro como plurinacional. Por que, Dr. Gaiger? Temos 500 anos de História, história de sofrimento, de luta, de amargura, de mortes para que se pudesse manter o Estado brasileiro nas fronteiras não dos 8 mil quilômetros quadrados, como V. S.<sup>a</sup> proclamou, mas 8 milhões e meio de quilômetros quadrados. Não posso, de forma alguma, admitir que se insira dentro do contexto nacional qualquer instituição, qualquer outra nação que venha ferir a soberania brasileira, de forma alguma. Isso seria negar a luta, seria negar todo o passado de luta de nossos ancestrais, daqueles como os bandeirantes, que invadiram o Oeste, buscando dilatar a nossa fronteira, preservando os nossos interesses, para que hoje tivéssemos um País deste tamanho, falando a mesma língua, o mesmo idioma, de norte a sul e de leste a oeste. Não posso concordar com V. S.<sup>a</sup>, perdoe-me pela veemência, mas como homem que não tem sangue de estrangeiro nas veias, homem que conduz nas veias apenas o sangue índio, não posso de forma alguma coonestar, sem o meu protesto contra a tese que V. S.<sup>a</sup> levanta.

**O SR. JÚLIO MARCOS GERMANY GAIGER:** – Agradeço e entendo a opinião de V. Ex.<sup>a</sup>, mas penso já ter antes produzido os esclarecimentos doutrinários necessários ao deslinde da questão. (Palmas prolongadas.)

Retomo a leitura:

O que importa aos mais de 40 mil signatários da Emenda Popular nº 39 é que se garantam aos índios os direitos essenciais que lhes possibilitem o futuro.

O fundamental, nesta concepção, é que se estabeleçam no texto constitucional, de forma adequada, os direitos mínimos sem os quais o etnocídio simplesmente prosseguirá com o nosso beneplácito.

Retornando a Bartolomé de Las Casas, recorde-se que em sua condição de homens livres os índios têm, efetivamente, direito às suas terras e ao respeito às suas culturas. Na lei, isto nunca foi negado; contudo, na forma e limitações em que até hoje foram vazadas, as leis não têm bastado.

Por isso, Sr. Presidente, a justiça impõe-nos reconhecer aos índios seus direitos territoriais, estabelecendo-se, na esteira de copiosa doutrina jurídico-antropológica e na memorável lição do Ministro Victor Nunes Leal que a terra indígena define-se não sob critérios meramente econômicos, mas contemplando-se em primeiro lugar os critérios culturais das próprias sociedades indígenas. A terra é para o índio o espaço também das atividades produtivas, mas antes disso a base para o exercício e reprodução de sua cultura.

Dir-se-á que, assim, as terras indígenas ocuparão proporção muito elevada do território brasileiro. As estimativas mais extremadas – justamente as cifras oficiais – situariam esta proporção em torno dos 9% da superfície do País. Lembre-se, porém, que muito mais que isto está hoje concentrado em pouquíssimas mãos, para quem a terra é exclusivamente fator de produção, bem de mercado ou de especulação. (Palmas.) Suponho que ontem, ao se discutirem as Emendas Populares sobre a reforma agrária se tenham fornecido alguns dados sobre a concentração fundiária existente no Brasil.

Além disso, esta proporção ideal de terra indígena é similar à proporção idealmente possível em outros países onde há também, sociedades indígenas minoritárias. Segundo dados de Petersen, em "Aboriginal Land Rights: a Handbook", editado em Canberra, Austrália, em 1981, a proporção da terra aborígine na Austrália chegaria a 9,35% do território australiano, para uma população aborígine de 1,19% da população total daquele país.

Nos Estados Unidos, segundo Curtis Berkey, do Indian Law Resource Center, as terras indígenas poderão chegar a 8,4% do território, excetuando-se o Alasca desta projeção e a população indígena é 0,5% da população total.

Outro aspecto importante é o da exploração do subsolo das terras indígenas. O texto da Emenda em discussão, coerente com sua abordagem inicial, propõe que os índios sejam proprietários das terras e dos bens que nelas se contêm, cuja exploração será por eles decidida, quando e como lhes convier.

Têm sido divulgadas informações profundamente distorcidas sobre o potencial mineral contido nas terras indígenas. Não se ignora que na Amazônia há incidência de ouro e estanho, principalmente, em terras ocupadas por sociedades indígenas, mas sua proporção não é maior que a do potencial seguramente existente fora das terras dos índios.

Admite-se, contudo, que o eventual interesse do País determine a necessidade de se explorar minérios em tais terras. Queremos, neste momento, expressar nosso inteiro apoio à formulação aprovada pela Comissão da Ordem Social a este respeito, cuja origem é proposta não nossa, mas do IV Encontro de Sindicatos de Engenheiros, posteriormente adotada também pela Coordenação Nacional dos

Geólogos, através de cujo Presidente chegou à Assembléia Nacional.

A formulação, a que nos referimos, restringe a exploração mineral em terras indígenas a quatro condições básicas: interesse do País, inexistência do bem mineral em questão em outras partes do território brasileiro, privilégio da União na sua execução e aprovação do Congresso Nacional, caso a caso. Mantidos estes critérios, que compatibilizam os interesses do País como um todo com o indeclinável dever de zelar pela integridade física e cultural das populações indígenas afetadas e do meio ambiente em que vive, cremos não haver risco maior a temer. Se, contudo, for aceita a proposta das mineradoras privadas, ávidas pelas possibilidades de locupletação ainda maior que lhes significa a exploração das terras indígenas, estará sendo aceita concessão idêntica à que propuseram, nos idos do século XVI, os "encomenderos" do Peru.

Há, ainda, que se respeitar e proteger as culturas indígenas como um todo, incluindo seus usos, costumes, línguas, crenças e tradições.

As garantias especiais necessárias à compensação da desigualdade historicamente imposta às sociedades indígenas não podem ter contraprestação na imposição de anacrônica e odiosa **capitis diminutio**, como se os índios só pudessem ter direitos especiais na medida em que sejam considerados menos capazes que as demais pessoas. Por isso, deve ficar estabelecida a sua plena capacidade para todas as iniciativas necessárias à defesa de seus direitos e interesses, independentemente de qualquer tutela civil.

Por último, devem-se transpor os limites conceituais do igualitarismo apenas liberal. Os direitos especiais assinalados aos índios não o são visando homogeneizá-los com outra sociedade, supostamente superior e, por isso, colocada como estágio mais avançado e desejável para os mesmos índios.

Ao contrário, deve-se legislar para garantir aos índios os direitos à preservação de suas próprias identidades culturais. O pluralismo cultural, assim como o político, é enriquecedor; a homogeneização é empobrecedora. Os índios devem ter assegurado o direito de construir seu próprio futuro, livres de pressões assimilacionistas de qualquer ordem.

Sr. Presidente, no início do século, proferindo palestra no Instituto dos Advogados, Inglês de Souza clamava contra a omissão da Constituição de 1891, que nada fizera constar sobre os índios. Dizia ele que daquele milhão de brasileiros – população indígena estimada na época – não cogitara o legislador, como de matéria vil que, após ter dado assunto para romances fora de moda, melhor é que desaparecesse, antes que da sua existência se convencesse a Europa, para desdouro nosso... Transcrevo literalmente as palavras do insigne jurista pátrio.

Pois de um milhão de eram, no início do século, os índios são agora 250 mil... Desde 1934, o legislador constituinte tem cogitado deles, mas de forma evidentemente insuficiente e ineficaz.

O resultado do trabalho desta Assembléia fechará o século e o milênio, Sr. Presidente, e por isso não se pode furtar de cogitar, com mais empenho, dos índios. Às tantas queixas havidas, mercê do abaixo-assinado da juventude católica austríaca, respondo apenas que, como previa Inglês de Souza, deixamos que a Europa se convencesse da existência dos índios brasileiros. Pode-se, porém, dar resposta à altura à preocupação solidária e humana da juventude

da Áustria. Basta que o futuro texto constitucional inclua entre seus preceitos as garantias essenciais à sobrevivência digna das sociedades indígenas, reproduzindo os dispositivos que já constaram do Anteprojeto da Comissão da Ordem Social. Assim, e somente assim, à entrada do terceiro milênio não haverá razões a ninguém para lamentar omissões.

Cumpra a esta Assembléia lançar os fundamentos para que seja cessada a guerra inclemente movida aos índios. Para as futuras gerações de brasileiros, índios e não-índios, pode esta Assembléia legar a paz nunca antes obtida.

Não a paz dos cemitérios, Sr. Presidente, mas a paz da democracia étnica, a verdadeira democracia para um País que tem a fortuna de abrigar, ainda, tantas sociedades e variedades culturais.

Além do clamor indígena, é a reivindicação que fazem estes mais de 40 mil eleitores brasileiros – não ao Rei, como no tempo de Las Casas, mas ao órgão soberano, que por isso mesmo deve ser expressão máxima da vontade popular, que é esta Assembléia Nacional Constituinte.

Muito obrigado. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Alceni Guerra):** – Comunico aos Srs. Constituintes que está encerrada a fase destinada à discussão das emendas populares na Comissão de Sistematização.

Informo, ainda, que dos 83 expositores inscritos, para defenderem as respectivas emendas, somente 2 não compareceram; portanto, tivemos a satisfação de receber 81 pessoas, que aqui vieram defender os seus interesses junto à Assembléia Nacional Constituinte, que terão, com certeza, a atenção dos Srs. Constituintes.

**O SR. PRESIDENTE (Alceni Guerra):** – Está encerrada a reunião.

(Encerra-se a reunião às 14 horas e 5 minutos.)

#### 24ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos oito dias do mês de setembro de mil novecentos e oitenta e sete, às quatorze horas e trinta e dois minutos, no Plenário do Senado Federal, reuniu-se a Comissão de Sistematização, sob a Presidência do Senhor Constituinte Aluizio Campos, Primeiro Vice-Presidente, no exercício da Presidência, presentes os seguintes Senhores Constituintes: Ademir Andrade, Afonso Arinos, Carlos Sant'Anna, Edme Tavares, Egídio Ferreira Lima, Eraldo Tinoco, Fernando Gasparian, Gastone Righi, Gerson Peres, Inocêncio Oliveira, João Hermann Neto, Manoel Moreira, Nelson Carneiro, Nilson Gibson, Osvaldo Coelho, Prisco Viana, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Rodrigues Palma, Siqueira Campos, Virgildásio de Senna, Bocayuva Cunha, Chagas Rodrigues, Enoc Vieira, Fernando Santana, João Agripino, Jonas Pinheiro, José Genoíno, José Tavares, José Tinoco, Mozarildo Cavalcanti, Octávio Elísio, Ottomar Pinto e Vilson Souza. Estiveram presentes os seguintes Senhores Constituintes, não integrantes desta Comissão: Nelson Aguiar, Ruy Nedel, Chagas Duarte, Átila Lira, Jorge Hage, Florestan Fernandes, Manoel Castro, Eliel Rodrigues, Francisco Carneiro, Luiz Viana Filho e Davi Alves Silva. Deixaram de comparecer os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Adolfo Oliveira, Alceni Guerra, Alfredo Campos, Almir Gabriel, Aloysio Chaves, Antonio Farias, Antônio Carlos Konder Reis, Antoniocarlos Mendes Thame, Arnaldo Prieto, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Brandão Monteiro, Carlos Chiarelli, Carlos Mosconi, Celso Dourado, Christóvam Chiaradia, Cid Carvalho, Cristina Tavares, Darcy Pozza, Fernan-

do Bezerra Coelho, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Lyra, Francisco Benjamin, Francisco Dornelles, Francisco Pinto, Francisco Rossi, Haroldo Lima, Haroldo Sabóia, Ibsen Pinheiro, Jamil Haddad, Jarbas Passarinho, João Calmon, Joaquim Bevilacqua, José Fogaça, José Freire, José Geraldo, José Ignácio Ferreira, José Jorge, José Lins, José Luiz Maia, José Maurício, José Paulo Bisol, José Richa, José Santana de Vasconcellos, José Serra, José Thomaz Nonô, José Ulisses de Oliveira, Luis Eduardo, Luis Inácio Lula da Silva, Lysâneas Maciel, Marcondes Gadelha, Mário Assad, Mário Lima, Milton Reis, Nelson Jobim, Nelson Friedrich, Oscar Corrêa, Oswaldo Lima Filho, Paulo Pimentel, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Plínio de Arruda Sampaio, Ricardo Fiúza, Roberto Freire, Sandra Cavalcanti, Severo Gomes, Sigmaringa Seixas, Theodoro Mendes, Virgílio Távora e Wilson Martins. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos e prestou informações sobre o calendário destinado à nova etapa da elaboração constitucional, na Comissão, esclarecendo que se estava iniciando nova fase de discussão do Substitutivo apresentado pelo Senhor Relator, Constituinte Bernardo Cabral, juntamente com emendas a ele oferecidas. O Senhor Constituinte Gerson Peres, com a palavra, pela ordem, solicitou da Presidência informações sobre se o Senhor Relator estaria ou não presente às reuniões programadas para os debates, na Comissão, ressaltando que, embora não fosse possível a presença reclamada em todas as reuniões, pelo menos houvesse um canal de acesso àquele Constituinte visando possibilitar-lhe o conhecimento das preocupações e das sugestões que viessem a ser apresentadas nessas discussões. Nesta questão, foi o Constituinte Gerson Peres apoiado pelo Constituinte José Genoíno. O Senhor Presidente Aluizio Campos, aduziu novos esclarecimentos sobre prazos e procedimentos previstos para os trabalhos da Comissão, informou que transmitiria as preocupações todas, naquela oportunidade apresentadas pelos eminentes pares, ao Senhor Relator. Falaram, ainda, sobre a necessidade ou não da presença do Senhor Relator, no Plenário da Comissão, os Senhores Constituintes Carlos Sant'Anna, José Genoíno, José Tavares, Gastone Righi, Chagas Rodrigues e Egídio Ferreira Lima. Às quatorze horas e cinquenta e seis minutos, deixou a Presidência dos trabalhos o Senhor Constituinte Aluizio Campos, assumindo-a o seu titular Constituinte Afonso Arinos. O Senhor Constituinte José Tavares apresentou Requerimento solicitando a presença do Senhor Relator, Constituinte Bernardo Cabral, durante as reuniões plenárias da Comissão, quando da defesa das emendas por seus respectivos autores, com a sugestão de que fossem marcados dias e horários específicos, ante as dificuldades naturais daquele Relator fazer-se presente a todas as convocações. Discutiram o Requerimento os Senhores Constituintes Nilson Gibson, Gastone Righi, Carlos Sant'Anna, Chagas Rodrigues, Egídio Ferreira Lima, Aluizio Campos e Nelson Carneiro. Em votação, o Requerimento foi aprovado, unanimemente. Com a palavra, pela ordem, o Senhor Constituinte José Genoíno, em seu nome e no do Partido dos Trabalhadores, referindo-se à morte do Senhor Giocondo Dias, Presidente do Partido Comunista Brasileiro, lembra a vida desse brasileiro que, segundo afirmou, falecera no dia anterior, sete de setembro, deixando sua marca pelas lutas que travou em defesa de seus ideais políticos, ressaltando a dedicação, a coerência e, sobretudo, a resistência demonstrada ao longo de sua vida, na busca de concretizar os objetivos almejados, embora para isso tenha enfrentado muitas violências, a prisão, o exílio e as incompreensões. Finalizando, o parlamentar estendeu sua solidariedade à família do desaparecido e aos seus companheiros de partido. Usaram da



palavra, ainda, para homenagear o Senhor Giocondo Dias, líder comunista brasileiro falecido, os Senhores Constituintes Bocayuva Cunha, Fernando Santana, Chagas Rodrigues, Pompeu de Sousa, Virgildásio de Senna, Luiz Viana Filho e Nelson Carneiro. O Senhor Presidente Afonso Arinos associou-se, também, às manifestações havidas em homenagem a Giocondo Dias, lembrando não o ter conhecido, pessoalmente, mas ter sido amigo de muitos dos seus companheiros de pensamento naquela geração; recordou, ainda, o Senhor Presidente episódios ocorridos e do qual foi protagonista em defesa da liberdade política e de pensamento, tendo combatido as medidas arbitrárias as perseguições ideológicas que à época eram endereçadas à geração fundadora do Partido Comunista Brasileiro, destacou seus amigos Caio Prado Júnior, Barreto Leite e Astrogildo Pereira. Finalizando, o Senhor Presidente Afonso Arinos confessou: "eu, ainda hoje, congratulo-me com essa evolução, porque nós estamos chegando a uma fase da vida social do Ocidente em que as razões que determinavam talvez uma confrontação violenta entre as idéias estão desaparecendo e partimos para um futuro em que as forças sociais que representam todos os interesses de uma sociedade possam se convergir, se juntar na defesa do progresso do povo e da felicidade geral". Não havendo mais oradores inscritos e nada mais a tratar, o Senhor Presidente comunicou que as reuniões da Comissão, previstas para quarta e quinta-feira, pela manhã, realizar-se-ão no Auditório Nereu Ramos, permanecendo as da tarde no Plenário do Senado Federal. A reunião foi encerrada às dezesseis horas e doze minutos e o seu inteiro teor foi gravado, devendo ser publicado no Diário da Assembléia Nacional Constituinte e constituir-se-á na Ata circunstanciada dos trabalhos. E, para constar, eu, Maria Laura Coutinho, lavrei a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Havendo número regimental, declaro aberta a reunião.

Na verdade, no dia de hoje, a Comissão inicia a discussão do substitutivo apresentado pelo eminente Relator, cujo emendamento, nesta Comissão, alcançou a apresentação de cerca de quinze mil emendas que, somadas às anteriores, apresentadas na primeira fase e depois em Plenário, totalizam um pouco mais de trinta e cinco mil emendas. Então, durante o prazo que ainda resta ao Relator, até o dia 15 do corrente, para a apresentação de seu parecer apreciando essas emendas, ou então fazendo a apresentação de um novo substitutivo, toda matéria constitucional poderá ser discutida, nesta Comissão, pelos seus membros. Assim, passaremos a ter, de amanhã até o dia 17, diariamente, duas reuniões, uma pela manhã, a iniciar-se às 9 horas, com previsão de término para as 13 horas. A reunião da tarde iniciar-se-á às 14 horas com seu término previsto para as 19 horas. Na parte da tarde, as reuniões serão mais longas. Para os debates das matérias da preferência de cada Sr. Constituinte, as inscrições estarão abertas em livro próprio, que ficará sobre a mesa e no qual constarão as matérias que deverão ser objeto de apreciação pelos senhores membros desta Comissão.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, eu queria fazer uma indagação à Mesa se, por ocasião destes debates sobre as novas emendas, o Relator da matéria estará presente à Comissão. Porque nos parece

assim é que consta do seu substitutivo. Por exemplo: por que ele quer a Zona Franca com prazo estabelecido nas Disposições Transitórias? Por que ele quer a reforma agrária com deferimento de plano para o juiz singular e não permite o prosseguimento do processo? Por que ele quer uma ordem econômica da maneira como ele escreveu? Ele é que tem que nos explicar isso, porque quem vai fazer a Constituição somos nós, que fomos eleitos pelo povo, e não aqueles advogados que estão lá com ele no escritório redigindo os artigos.

Então, pediria a V. Ex.<sup>a</sup> que trouxesse o Relator para os debates desta Comissão, porque sem a presença dele vamos fazer aqui discursos inúteis que serão taquigrafados, publicados e arquivados, depois serão jogados no lixo.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – V. Ex.<sup>a</sup> há de convir que o tempo reservado para a discussão da matéria constitucional é exatamente aquele de que dispõe o Relator para a elaboração do seu parecer sobre as emendas. Parece que ele não pode ter o dom da ubiqüidade. Acho que ele pode ficar eximido de comparecer a todas as reuniões da Comissão, enquanto se processa apenas a discussão, porém, sem muito interesse se ele não estiver presente. Penso que esta Comissão deve forçar o Relator a, pelo menos, ir aperfeiçoando esse seu substitutivo, porque ele não vai alterar nada daquilo que está ali, a não ser algumas distorções, algumas contradições, erros de redação, o que é natural num trabalho volumoso como este. Mas, a minha sugestão é que fosse feito um convite ao Relator para que ele estivesse presente aos debates das emendas, para, inclusive, ter uma idéia exata do pensamento de quem as redigiu e como compatibilizá-las com as que ele vai exprimir no substitutivo. Seria interessante que nós tivéssemos aqui o Relator, membro que é desta Comissão, porque, do contrário, vamos ficar falando aqui e ele, lá, trabalhando com assessores, advogados estranhos à Constituinte. Há nesta Comissão, enfim, homens públicos que podem dar uma contribuição muito melhor para o acabamento do texto da Constituição do que o que ele está elaborando no seu laboratório fechado. Foi assim que fizemos o nosso Regimento. Ele o aperfeiçoou, corrigiu muita coisa, inclusive conseguiu conciliar toda a corrente política, todos os grupos, todas as lideranças dentro desta Comissão, e que podem extrair, daí, os modelos e encontrar fórmulas em torno dos temas mais polêmicos.

Desta forma, gostaria de ter uma resposta se o Relator vai participar dos debates ou não, porque o que vamos ficar aqui discutindo nada impede que ele indique relatores substitutos. Nesse sentido, podemos conversar com ele, depois de ouvir o Presidente, Senador Afonso Arinos, para acompanhar as discussões e transmitir a S. Ex.<sup>a</sup> uma resenha do que está acontecendo no Plenário da Comissão, o que também não impede que aqueles grupos que se formarem para a obtenção de consenso, em virtude das negociações que naturalmente serão desenvolvidas nesse período, possam levar a S. Ex.<sup>a</sup> diretamente o resultado dos seus entendimentos.

Creio que com esse procedimento atende-se à preocupação justa de V. Ex.<sup>a</sup>, sem, entretanto, perturbar o trabalho de elaboração do Relator.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem a palavra, pela ordem, o nobre Constituinte José Genoíno.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Sr. Presidente, na linha da questão levantada pelo nobre Constituinte Gerson Peres.

Entendo ser agora a fase principal, primordial, essencial e crucial de a Comissão de Sistematização existir enquanto Comissão de Sistematização, a partir do material do substitutivo, do material das Comissões, das emendas apresentadas. No entanto, hoje, estamos abrindo um debate, vamos prosseguir-lo a partir de amanhã, um debate sobre o projeto, sobre emendas ou sobre pontos concretos do projeto, e, na verdade, a Comissão de Sistematização existe de fato, mas não esta Comissão aqui. A Comissão de Sistematização está existindo. Não sei onde. Em alguma escola, em algum banco, em algum palácio, em algum ministério, mas não está existindo aqui. Então, vamos fazer uma discussão na Comissão de Sistematização correndo o risco de cair no vazio porque o trabalho essencial devia ser aqui agora: o Relator aqui, os Líderes aqui, os membros efetivos da Comissão, para buscar a elaboração do segundo substitutivo – inclusive entendo que o segundo período do prazo regimental concedido pelo Presidente Ulysses Guimarães para apresentar o segundo substitutivo, a partir das emendas que apresentamos até sábado, era exatamente para trazer, para confluir, para que a Comissão de Sistematização condensasse essas iniciativas, esses debates e produzisse o substitutivo. No entanto, isso não está ocorrendo.

Nós vamos debater, eu estou inscrito, vou debater, vou defender minhas opiniões; agora, o projeto de Constituição, onde é que está sendo feito? Não é na Comissão de Sistematização. Então, no dia 15, no dia 18, no dia 17, nós teremos um projeto, o segundo substitutivo, e não passou pela Comissão de Sistematização.

A Comissão de Sistematização vai votar diretamente, a partir dos destaques, e este debate feito aqui, a partir de hoje, corre o risco de ser um debate inútil, um debate óbvio do que já realizamos no plenário da Constituinte, nos temas específicos, no período noturno, e vamos prosseguir este debate, inclusive seria importante que quando um Constituinte subisse à tribuna para falar de uma ou outra emenda, de outro aspecto, o Relator estivesse aqui, porque o Relator vai fazer o substitutivo. Como vou falar sobre uma emenda que apresentei, se o Relator não está presente? Sei que, pelo Regimento Interno, o Relator tem um poder incrível para elaborar o substitutivo.

Endosso a reclamação do Constituinte Gerson Peres, chamo a atenção da Presidência, nesta questão de ordem, essas observações à Presidência da Comissão de Sistematização, para buscarmos uma forma de resolvermos este problema. Inclusive discutir com o Relator, o que nós vamos fazer até o dia 17; discutir emendas e o projeto, se o substitutivo está sendo feito aqui? onde está sendo feito? Como vai ser? Para que vão adiantar as nossas idéias, as nossas propostas, as nossas palavras? Nós vamos cumprir uma formalidade, quando, na verdade, o substitutivo está sendo feito não na Sistematização, quando devia ser aqui a feitura do substitutivo.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Acontece que estamos seguindo o Regimento Interno, elaborado e aprovado pela Assembléia Nacional Constituinte, de cuja prática vem resultando os equívocos que têm sido salientados, inclusive no seio desta Comissão.

No próprio Regimento Interno da Comissão de Sistematização para exercitar o prazo de vinte e cinco dias muito exíguo, que lhe foi estabelecido para o preparo do parecer e apresentação do substitutivo, determinou-se que nos primeiros dez dias, seria feita a discussão e, em seguida, seria feita a votação da matéria, isto depois de apresentado o parecer do Relator.

Na verdade, o que seria racional é que o Relator tivesse tempo suficiente para apresentação do seu parecer, depois o parecer fosse discutido e, por último, votado. Acontece que está correndo prazo para apresentação do parecer. Depois que esse segundo parecer for apresentado, pelo Regimento, existe ainda uma possibilidade de emendamento que, entretanto, através de um acordo, foi praticamente cancelado, para se poder estender, aos Constituintes, uma oportunidade maior de apresentar parecer neste período. Era um prazo de quarenta e oito horas, de que trata o § 2º, do art. 26, do Regimento Interno, que foi alongado para, na verdade, dez dias, que terminaram, durante os quais se fez apresentação das emendas.

Agora, depois da apresentação do parecer, acredito que se algum Constituinte, membro da Comissão, desejar restabelecer o uso desse prazo de quarenta e oito horas para apresentação de emendas ao parecer que o Relator está elaborando, podendo concluir por um novo substitutivo, é um direito de levantar esta questão, a fim de que na própria Comissão seja resolvido. Então, depois disso, ainda existe a previsão de um prazo, estabelecido pela Mesa da Assembléia Nacional Constituinte, para que o Relator apresentasse o seu parecer final sobre todo o resultado dessa discussão.

Na verdade, o que estamos fazendo é o início do debate constitucional, dentro de uma metodologia que foi negociada pelas Lideranças com o Presidente da Assembléia Nacional Constituinte. Mas penso que a Constituinte é inteiramente soberana, para se, oportunamente, entender que se deva modificar o Regimento para tornar os prazos mais compatíveis com a conveniência do desempenho da elaboração constitucional, assim possa fazer.

O que estamos obedecendo é ao que foi estabelecido pela Presidência da Assembléia Nacional Constituinte e acatado pelo eminente Presidente da Comissão de Sistematização, para que o Relator, dentro de dez dias, apresente o seu parecer sobre as 35 mil emendas apresentadas ao primeiro substitutivo, podendo concluir por um novo substitutivo. Só então é que – creio – será oportuna uma questão de ordem, como a que acaba de ser argüida pelo nobre Constituinte José Genoíno, porque só então teremos disponível o segundo e último parecer da Comissão que, na verdade, será responsável, perante a Nação, pela apresentação do projeto de Constituição que irá ser votado em plenário e, aí é que a Comissão deverá considerar as questões que agora estão sendo argüidas, a meu ver, com certa antecipação.

Seria melhor que aproveitássemos esse tempo para debatermos realmente o substitutivo e as emendas que cada um apresentou para que, depois dessa discussão, passássemos a examinar o parecer que ainda vai ser examinado pelo Relator.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ TAVARES:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem a palavra, para uma questão de ordem o nobre Constituinte José Tavares.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ TAVARES:** – Sr. Presidente, pedi a palavra pela ordem – não sei se não serei redundante aqui ao que disseram os Constituintes Gerson Peres e José Genoíno – mas dentro dessa mesma linha de raciocínio espero não ser tão redundante, para que V. Ex.<sup>a</sup> me ajude a esclarecer algumas dúvidas que tenho.

O que será feito com os pronunciamentos ocorridos, na Sistematização, dos Srs. Constituintes, a partir desse

novo período que o nobre Relator Bernardo Cabral tem para falar sobre as emendas? Por exemplo, inscrevi-me para defender as emendas que apresentei. Caso o Relator Bernardo Cabral, em razão dos seus múltiplos compromissos, não possa estar presente por ocasião da defesa que pretendo fazer, o que vai ser feito com o pronunciamento ou com a fundamentação das emendas feitas por mim? Qual o destino que é dado a esses pronunciamentos?

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – O destino que será dado às emendas de V. Ex.<sup>a</sup>, ou de qualquer Constituinte, é de serem os debates relacionados com a sua discussão, publicados no **Diário da Assembléia Nacional Constituinte** para que o Relator tenha conhecimento do que está acontecendo e inclua ou não aquelas que merecem parecer favorável, pois essa é a praxe parlamentar.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ TAVARES:** – Vai ser encaminhado a S. Ex.<sup>a</sup>?

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A sorte da emenda de V. Ex.<sup>a</sup>, como a de qualquer outro, vai depender do segundo período, que é o da votação. Quando V. Ex.<sup>a</sup> conseguir vencer em Plenário, elas serão incluídas no Projeto; se não forem... Esse é o destino de todas as emendas.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ TAVARES:** – Sr. Presidente, até aqui, o que temos visto – com todo o respeito – é que todas as emendas, a esmagadora maioria, têm ido diretamente para o Arquivo e lá adormecem **ad aeternum**. Estamos retomando um novo período de análise, até com mais tempo para o Relator – acho isso justo; mas estou preocupado com as emendas que tenho de defender agora – e que não são muito diferentes das outras que apresentei e foram para o Arquivo – pois temo que elas tenham o mesmo destino das outras por mim apresentadas. Acredito que, no mínimo, nós, membros da Sistematização, temos o direito, pelo menos, de ter a presença do Relator a fim de que S. Ex.<sup>a</sup> possa ouvir as nossas defesas, já que S. Ex.<sup>a</sup> não é super-homem, não tem tempo de analisar emenda por emenda; entendemos isso, mas que, pelo menos, S. Ex.<sup>a</sup> esteja presente numa demonstração até de consideração a nós, membros desta Comissão, porque senão, Sr. Presidente, com todo o respeito, esta Comissão não tem razão de existir.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Antes de V. Ex.<sup>a</sup> chegar ao plenário, o Constituinte Gerson Peres já havia levantado uma questão semelhante.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ TAVARES:** – Eu estava aqui, Sr. Presidente, é que V. Ex.<sup>a</sup> não me viu!

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Então, se V. Ex.<sup>a</sup> estava presente, pôde ouvir a questão respondia pela Mesa. A única coisa que a Mesa pode fazer é transmitir a S. Ex.<sup>a</sup>, o Sr. Relator, a preocupação do plenário e solicitar, depois de ouvir o Presidente Afonso Arinos, aqui presente, que sempre designe relatores-substitutos, seus auxiliares, para acompanharem a discussão. Enquanto S. Ex.<sup>a</sup> processa a elaboração do seu parecer, não poderá estar presente a todas as nossas reuniões.

Com a palavra o Constituinte Carlos Sant'Anna, para uma questão de ordem.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Sigo na mesma trilha dos companheiros anteriores. Esta é a Comissão de Sistematização. Nesta reunião, deveríamos, por exemplo, estar discutindo como a Comissão se subdividiria em trabalhos de grupo para o estudo e a análise das emendas apresentadas.

Todavia, estranhamente, vejo que há uma outra Comissão de Sistematização, fazendo um trabalho não regimental e que é nosso. A própria imprensa, quando se manifesta, noticia que a Comissão de Sistematização se reuniu aqui e alhures para fazer o trabalho específico do exame, análise e separação das emendas. Entretanto, não são os membros, ou pelo menos alguns poucos, desta Comissão de Sistematização que estão participando. Isso é evidentemente estranho. A Comissão foi escolhida assim, para ter este papel que não está tendo.

Outro registro: o Congresso Nacional é imenso; tem a dimensão quase de uma cidade. Não entendo por que o trabalho constituinte precise sair do âmago do Congresso Nacional, que abriga hoje a Assembléia Nacional Constituinte, e adquira um caráter de verdadeira confidência, de verdadeiro conciliábulo. Nós, membros da Comissão de Sistematização e os demais Constituintes, sequer sabemos onde estão reunidos os membros dessa Comissão de Sistematização não regimental, para cuidar de um assunto que seria de nossa competência e que deveria ser feito no recinto da Assembléia Nacional Constituinte e não fora deste recinto.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Integralmente de apoio com o Líder.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Faço este registro especialmente porque estou vendo a figura ilustre do Constituinte Afonso Arinos presente e ao mesmo tempo dirigindo-me a V. Ex.<sup>a</sup>, que preside esta reunião. Mas, aqui, é uma questão suprapartidária, todos os Partidos estão se manifestando da mesma forma e expressando evidentemente um reclamo que me parece de mais alta justiça.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Peço ao eminente Presidente Constituinte Afonso Arinos para assumir a Presidência, porque dada a relevância das questões que estão sendo levantadas S. Ex.<sup>a</sup> é que deverá decidi-las. Aproveito a oportunidade para informar ao Constituinte Carlos Sant'Anna que esta é uma preocupação geral, inclusive a minha própria e por causa dela já solicitamos ao Presidente Ulysses Guimarães que durante todo esse período o Plenário da Constituinte se confundisse com o Plenário da própria Comissão de Sistematização, já que todos nós, todos os Constituintes estaremos debatendo a matéria constitucional e não haveria por que funcionarem os dois plenários separadamente. S. Ex.<sup>a</sup> acolheu essa sugestão nossa, com o apoio do eminente Presidente Afonso Arinos, que já foi resolvido.

Agora, eu lembraria ao Constituinte Carlos Sant'Anna aos outros companheiros que levantaram essas questões que se manifestassem, que fizessem uma proposição à Mesa da Comissão de Sistematização, indicando qual a metodologia que S. Ex.<sup>as</sup> preferem seja adotada para o desempenho dos nossos trabalhos, a fim de que o Presidente Afonso Arinos possa apreciar essa proposição.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem a palavra o nobre Constituinte José Genoíno.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Sr. Presidente, na minha questão de ordem levantada anteriormente, eu insistia no ponto de vista da que na feitura do segundo substitutivo e na apreciação das emendas – neste sentido há uma concordância – o leito tem que ser a Comissão de Sistematização.

Na resposta à questão de ordem, o nobre Constituinte Aluizio Campos, Presidente em exercício apreciou um outro problema que estava embutido na minha questão de ordem, que é o problema do prazo de 48 horas. Não cabe agora, evidentemente, nenhuma mudança no Regimento Interno, porque o Regimento Interno é claro. Se o substitutivo inovar, temos 48 horas para emendar aquela matéria que ele inovou. Isso é claro, porque é o direito do Constituinte apresentar emenda naquilo que ele conhece. Não podemos apresentar emenda naquilo que não conhecemos. Na medida em que o substitutivo acrescenta partes, capítulos, títulos que não são do conhecimento da Casa, o direito de emendar não pode ser subtraído do Constituinte. Então, teremos o prazo de 48 horas para emendar aquilo que ele inovou. Isso é claro no que diz o Regimento Interno na tramitação do projeto de Constituição. Isso até foi objeto de uma emenda do nobre Constituinte Aluizio Campos, uma emenda polêmica, intensamente debatida no Plenário da Constituinte; inclusive, temos as cópias taquigráficas dessa sessão em que ficou claro que o direito de emendar é naquilo que inovar, partindo do entendimento de que o Constituinte não pode emendar o que ele não conhecia e se é acrescentado algo novo, ele tem de ter um prazo para emendar aquele algo novo. Parece-me que esta é uma questão resolvida, no Regimento Interno, é claro. Não cabe, portanto, nenhuma alteração no Regimento Interno em relação a isto. A dilatação do prazo para apresentar dois substitutivos não pode subtrair esse direito de emendar em 48 horas, só naquilo que o substitutivo inovar. Esse é o entendimento, que é claro, do Regimento Interno. Essa questão foi antecipada em função da resposta à minha questão de ordem anterior. Podemos até sugerir, como proposta, agora, que a Comissão de Sistematização, reunida nesta tarde, leve ao Presidente da Assembléia Nacional Constituinte a proposta de que, a partir de amanhã, o Relator esteja presente em pelo menos uma reunião da Comissão de Sistematização, no período da manhã ou no período da tarde – se não puder nas duas, pelo menos numa das reuniões – e que o trabalho de apreciação das emendas seja transferido para a Comissão de Sistematização, talvez na forma desta proposta encaminhada pelo nobre Constituinte Carlos Sant'Anna em apreciarmos em grupos, para que a Comissão de Sistematização seja o **forum** adequado e principal desse debate. Isso porque, ontem, eu estava assistindo a um noticiário que dizia o seguinte: "O Dr. Ulysses Guimarães, Presidente da Constituinte, vai-se reunir, às 5 horas da tarde, com a Comissão de Sistematização". Mas, como? Vai-se reunir com a Comissão de Sistematização – é um negócio estranho, não é? É importante que o debate venha para cá, justamente para tirar o caráter de confraria e de, conciliábulo; e que seja público dentro da Comissão de Sistematização.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ TAVARES:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Constituinte Gerson Peres.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES (Pela ordem. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, fui o primeiro a levantar a questão da presença do Relator. Acho que o Relator não tem o dom de estar aqui e estar acolá, mas o lugar onde ele deve estar agora é na Comissão de Sistematização, seja durante 4, 6, 8 ou 10 horas. Quem vai elaborar o projeto de Constituição a ser levado a plenário da Assembléia Nacional Constituinte, pelo Regimento In-

terno é a Comissão de Sistematização. O próximo substitutivo não terá mais o timbre de Bernardo Cabral, terá o timbre da Comissão de Sistematização.

Sr. Presidente, não queremos ter o dissabor de ouvir e ler críticas terríveis sobre colocações mal apropriadas no substitutivo, redações erradas, postulações criticáveis. Queremos dar o máximo do nosso esforço, da nossa colaboração, para que saia um substitutivo nosso, porque até agora temos assistido pela imprensa e pela televisão à crítica mordaz, ferina e muitas vezes injusta aos Constituintes. Só que a maioria dos Constituintes não têm participado da elaboração formal do projeto de Constituição.

A metodologia que V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Presidente, levantou aí, está escrita aqui, aprovada por nós. Estranho, ao entrar agora nesta Comissão, receber a notícia de que disponho de 10 minutos para falar sobre minhas emendas. Isto aqui não é o plenário da Assembléia Nacional Constituinte, onde vou para a tribuna fazer um discurso para meia dúzia ouvir, isto aqui é o plenário de debate e de discussão permanente, constante, sobre todos os artigos, parágrafos, que foram redigidos pelo Constituinte Bernardo Cabral.

Eu, como Constituinte, representante do povo brasileiro gostaria de fazer inúmeras indagações ao que está escrito no substitutivo Bernardo Cabral, e só posso fazê-las no fórum competente, não posso fazê-las na sede do Banco do Brasil, porque lá ninguém vai me ouvir e nem vão me deixar entrar. A importância é muito pequena para nós. Quero falar onde tenho importância, que é nesta cadeia, que é minha. Mas gostaria de indagar e não vamos ter esta oportunidade, vamos receber tudo mastigado, feito por meia dúzia de pessoas e ainda ter o dissabor de ouvir na televisão, como ouvimos, um advogado de São Paulo dizer que a maior alegria dele era poder ter a felicidade de inserir alguns artigos na Constituição e eu me perguntei: qual foi o povo que te elegeu para tu vires fazer aqui a Constituição.

Então, nisto é que precisamos ser sinceros, Sr. Presidente. Queremos de V. Ex.<sup>a</sup> uma posição solidária a esta Comissão, queremos que V. Ex.<sup>a</sup> traga para cá o Relator com o substitutivo e vamos abrir aqui artigo por artigo e discuti-lo:

A minha sugestão está formalizada, sem o que estaremos infringindo o Regimento e estamos incorrendo num erro imperdoável.

São estas as considerações, sem pretender irritá-lo ou magoá-lo, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – V. Ex.<sup>a</sup> não me magoa. Ao contrário, fico muito interessado no debate que aqui se processa.

Começo saudando meus companheiros de Comissão e hoje nós nos reunimos já numa nova etapa dos nossos trabalhos. De maneira que não queria deixar passar a oportunidade de saudar fraternalmente a todos os companheiros que aqui se encontram, dizendo que o Presidente é o mais modesto, o mais dubitativo, o mais hesitante deles. Precisa muito aprender com a lição, a experiência, os conselhos daqueles que estão reunidos em torno dela.

É com o auxílio de todos os Srs. que a Presidência pode resolver certas questões, desembaraçar-se de certos problemas, desprender-se de certas dificuldades. Sem o auxílio de todos, seria muito difícil que o Presidente pudesse resolver as questões aqui suscitadas, principalmente porque elas são novas. E como o nosso trabalho é novo, a Comissão de Sistematização é nova, todas essas experiências são sem precedentes no Direito Constitucional brasileiro. Estamos inaugurando um novo processo, uma

nova forma, uma nova composição de que participam as emendas populares. Enfim, todos esses problemas vêm historicamente enriquecer a feitura das leis básicas do nosso País. Mas faremos sempre que tivermos, ou faremos com melhor qualidade, ou com maior presteza, sempre que tivermos o espírito de colaboração, de boa vontade dos nossos companheiros. É o que o Presidente solicita.

O Presidente não veio aqui para ditar ordens, para decidir questões, para julgar pleitos, ele veio para pedir apoio, para pedir a boa vontade, para pedir ajuda e tivermos a má sorte de começarmos a trabalhar no meio das hesitações, das dúvidas, das reclamações, das confrontações, aí, sim, não chegaremos a resultado nenhum. Estou exercendo, apenas não tanto o meu direito de Presidente, como a minha tradição de mineiro: estou pedindo que sejamos capazes de colaborar uns com os outros, a fim de que cheguemos ao resultado razoável.

Sobre o assunto em questão, não quero dar explicações nem sugerir rumos; apenas quero relatar fatos.

O fato é o seguinte: na hora do almoço o Presidente da Assembléia Nacional Constituinte telefonou-me de onde S. Ex.<sup>a</sup> se encontrava – não tenho muita certeza, sei que S. Ex.<sup>a</sup> estava numa reunião em companhia do Relator e demais líderes do partido – dizendo que eles estavam no trabalho de desbastar o texto, quer dizer, falta-me até a palavra exata em português, eu diria em francês **débroniller**, desbastar o texto a fim de que esse texto pudesse ser apresentado na sua integridade substancial sem excessos formais. De maneira que o Relator estava junto, assim como Líderes do partido, e o Relator não tinha outro lugar onde estar senão junto a S. Ex.<sup>a</sup> porque é evidente que o Relator tendo sido levado pelas circunstâncias que conhecemos, pela acumulação de material que se foi fazendo contra a minha vontade, porque eu disse ao Presidente da República que seria conveniente Sua Excelência remeter o projeto que mandou fazer – projeto da Comissão de Estudos Constitucionais –, mas o Presidente me disse que não poderia fazer isso porque não queria influir nas decisões da Constituinte, depois mudou um pouco de opinião. Enfim, não foi mandado para cá aquilo que teria sido a repetição de tudo que se deu no Brasil desde a Constituinte de 23, um tema, uma tese, um escrito sobre o qual trabalhar. Desde 23 foi assim. A Carta outorgada de 24 não quer dizer que não houvesse um projeto anterior, todos nós sabemos disso. Estou querendo apenas amainar com estas palavras, passar um algodãozinho sobre essas feridas que estavam meio abertas, fazer com que elas se cicatrizem, e dizer que temos de trabalhar juntos. Se não trabalharmos juntos não vamos fazer nada. Estamos na véspera de fazer grandes coisas. Às vésperas se sucedem sem que jamais raia amanhã, estamos sempre na véspera e amanhã nunca raia, nunca aparece, nunca surge.

Queria continuar. A conversa pelo telefone foi a seguinte: S. Ex.<sup>a</sup> disse que estava naquele momento em companhia do Relator e de líderes de partidos – talvez a minha memória não tenha guardado perfeitamente, mas tenho certeza que havia alguém além dos líderes – ou aqueles Relatores adjuntos que têm trabalhado no projeto, e que o esforço a que eles estavam se dedicando era oferecer um texto mais palatável, mais resumido, menos farfalhado, menos gordo, para o trabalho da Comissão de Sistematização; sem alteração do conteúdo mas com o desbastamento da forma. Foi isso o que ele me disse pelo telefone, acerca de uma emenda.

Era isso o que tinha de relatar, apenas com uma observação que o Relator não poderia estar lá junto com S. Ex.<sup>a</sup> fazendo este trabalho e junto conosco fazendo aquilo que V. Ex.<sup>a</sup> com toda razão exige.

Espero que com esta narrativa tenha tranqüilizado os espíritos mais cálidos, temperamentos mais afoitos, e que perdoem ao Presidente essa longa fala. Daqui por diante vou seguir rigorosamente o Regimento.

**O SR. CONSTITUINTE JOSE TAVARES:** – V. Ex.<sup>a</sup> permite-me fazer uma sugestão?

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Perfeitamente, com os meus respeitos pessoais.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ TAVARES:** – Sr. Presidente, com a minha admiração por V. Ex.<sup>a</sup> eu me permito fazer uma sugestão. Acho que é consensual a necessidade da presença do nobre Relator em nosso meio, e não podendo ele estar aqui e lá ao mesmo tempo, gostaria de sugerir o seguinte: que, pelo menos, a Mesa da Sistematização coordene faça o levantamento dos Srs. Constituintes inscritos para os debates a partir de amanhã que queiram defender emendas, e o nobre Sr. Relator esteja presente nesta hora, pelo menos no momento da defesa das emendas, porque é algo direto, concreto e objetivo a respeito de projeto. Entretanto, quem quiser fazer um ou outro pronunciamento global a respeito do projeto no seu todo, evidentemente ficaria difícil para a análise do nobre Relator. Então, fica aqui a minha sugestão – não sei se meus colegas concordam – para que S. Ex.<sup>a</sup> esteja presente por ocasião da defesa das emendas. Repito: que a Secretaria da Mesa faça um levantamento dos Srs. Constituintes que se inscreveram para defender as suas emendas e comunique isso ao Sr. Relator, para que S. Ex.<sup>a</sup> esteja presente por ocasião dessas defesas.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Acho a sugestão de V. Ex.<sup>a</sup> extremamente aceitável; sobretudo, ela já tinha sido aventada ainda hoje. Mas eu pediria a V. Ex.<sup>a</sup> o obséquio de mandá-la por escrito porque assim eu a submeteria à apreciação dos Srs. Constituintes presentes ainda que não haja número, mas acho importante que os presentes se manifestem sobre ela.

**O SR. CONSTITUINTE NILSON GIBSON:** – Sr. Presidente, peço a palavra, para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Nilson Gibson, para uma questão de ordem.

**O SR. CONSTITUINTE NILSON GIBSON:** – Se, porventura, não for acatado esse entendimento do nobre Constituinte José Tavares, colocaria V. Ex.<sup>a</sup> em recesso a Comissão de Sistematização, até que a outra comissão de sistematização encaminhasse o substitutivo para nós?

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Não posso fazer isso porque eu não tenho poderes para colocar em recesso a Comissão de Sistematização. Entendo que isso acaba hoje, pelo que estive me falando o Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, meu velho amigo Ulysses Guimarães. Eu não poderia colocar em recesso, não está entre as minhas atribuições.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem sobre o mesmo assunto.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem V. S.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** — Sr. Presidente a manifestação de todos e mesmo a exposição de V. Ex.<sup>a</sup> demonstram a preocupação de toda a comissão de sistematização no sentido de podermos manter entendimentos de expormos as nossas idéias, para que o resultado do trabalho do Sr. Relator reflita efetivamente a contribuição da Comissão; senão, estaríamos aqui laborando em coisa vazia, sem nenhum resultado nem mediato nem imediato. Estaríamos sustentando emendas que ninguém ouviria, pelo menos aqueles diretamente interessados não as ouviriam, os Srs. Relatores-auxiliares não estão aqui, o Sr. Relator desta Comissão não está aqui, então, para que iríamos subir à tribuna sustentando emendas, princípios, ou idéias que não teriam nenhuma repercussão? A não ser para aqueles poucos presentes ouvirem, aplaudirem, ou até mesmo variarem. Então, Sr. Presidente é indispensável que haja alguma forma de ligarmos, de unirmos o pensamento do Sr. Relator com o pensamento do Srs. Constituintes, pelo menos os membros da Comissão. Isso V. Ex.<sup>a</sup> deverá criar. Eu estou há dias procurando um contato com o Sr. Relator e não consigo. Então, peço uma orientação da Mesa de como proceder. Ou eu posso falar ou dizer a S. Ex.<sup>a</sup> do meu pensamento aqui da tribuna, ou posso fazê-lo pessoalmente. É preciso que se encontre algum conduto, algum caminho para se estabelecer um entendimento. O que não é possível é que continue essa coisa que os jornais divulgam diariamente. Um grupo de trinta, outro grupo de vinte e seis outro de vinte e quatro; eles se reúnem aqui e acolá, e tudo isso afrontando o Regimento, do qual V. Ex.<sup>a</sup> é guardião! Na verdade, temos um Regimento Interno que não se cumpre, porque não há presença em plenário daqueles que precisam ouvir as perorações e as sustentações.

Estamos, aqui, representando um papel ridículo, absolutamente despido de importância! Isto é altamente ofensivo aos nossos mandatos e às nossas designações como membros desta Comissão! Cabe a V. Ex.<sup>a</sup> velar por isto.

Evidentemente, não quero carregá-lo com um ônus maior do que aqueles que já tem. Sei que V. Ex.<sup>a</sup> tem um sentido de responsabilidade muito profundo, muito acendrado, mas vou formular um apelo: é preciso que se busque uma forma de normatizar o funcionamento desta Comissão, de tal sorte que não fiquemos aqui apenas como personagens de um cenário vazio e numa representação unicamente para as máquinas fotográficas ou, quiçá, para as máquinas de televisão. Precisamos ter um trabalho que seja proficiente, que resulte em alguma coisa e isto só pode acontecer desde que tenhamos a reunião, entre nós, de todos aqueles que são responsáveis pelo resultado do trabalho.

O Sr. Relator há, que ser desaguadouro da Comissão. S. Ex.<sup>a</sup> não é a Comissão! Não está acima dela, não está acima de seus membros e muito menos os outros, que sequer são Constituintes e que têm vozes muito mais fortes! Vozes que se fazem ouvir a todo instante, que requisita o Sr. Relator para onde quiserem, conversam com S. Ex.<sup>a</sup> às dez horas ou quando bem entendem! Só nós não conseguimos o contato! Só nós não conseguimos colocar os nossos pensamentos, as nossas posições e a nossa contribuição!

Sr. Presidente, é preciso por um paradeiro a isso! Compreendemos o trabalho do Sr. Relator. Nós próprios fomos autores de pedido ao Presidente da Assembléia para dilatar o prazo do Sr. Relator, preocupados com o acúmulo de seu serviço. Ora, a resposta a isso é a absoluta ignorância de nossa contribuição e, portanto, peço a V. Ex.<sup>a</sup> que tome uma decisão, de alguma forma, enérgica e definitiva.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** — Muito obrigado a V. Ex.<sup>a</sup> Tem a palavra o Constituinte Carlos Sant'Anna.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** — Sr. Presidente, V. Ex.<sup>a</sup>, ainda há pouco, disse que não tinha condições, como Presidente, de tomar as providências que vários de nós estamos reclamando. Com a devida vênia e admissão que tenho por V. Ex.<sup>a</sup>, quero divergir: acho que V. Ex.<sup>a</sup> tem.

Esse trabalho que estamos desenvolvendo agora é um trabalho eminentemente da Comissão de Sistematização é absolutamente inadequado — e creio que é um desprimor para com esta Comissão — que esteja havendo um trabalho complementarmente fora, em paralelo, por componentes que, às vezes, nem Constituintes são, mas se Constituintes forem, vários, na sua maioria, não são membros da Comissão. Enquanto isso estamos aqui reunidos numa espécie de tertúlia; tertúlia onde se trata de tudo, mas o Sr. Relator não nos ouve; os Srs. Relatores adjuntos não nos ouvem; o trabalho que nos compete sobre as emendas, sobre a seleção, a reparação, a definição das emendas não é feito por nós e estamos aqui fazendo discursos e divagando. Enquanto isso...outra coisa estranha, que acho V. Ex.<sup>a</sup> tem competência para acabar. A Constituinte tem, como recinto, o Congresso Nacional. Não há por que essas reuniões que estão fazendo fora da Constituinte com o objetivo Constituinte. Que elas se façam com outros objetivos, ou como coisa privada, de grupos, etc, tudo bem, mas como assunto pertinente à Comissão de Sistematização... Outra coisa é que constitui um desprimor. É como está sendo noticiado que a Comissão de Sistematização está se reunindo fora daqui! Na verdade, não é isto, porque não estamos sendo convocados e sequer temos acesso, sequer sabemos onde essas reuniões estão acontecendo. Creio que V. Ex.<sup>a</sup>, como Presidente da Comissão de Sistematização, numa etapa dos trabalhos da Constituinte, etapa que está inserida na Comissão de Sistematização, V. Ex.<sup>a</sup> tem esse poder, para que os trabalhos da Constituinte relativos à Comissão de Sistematização venham para o corpo e o sangue da Comissão de Sistematização. E que venham para o fórum de onde nunca deveriam ter saído, que venham para a Assembléia Nacional Constituinte, para a sua sede, que é exatamente a sede do Congresso Nacional!

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** — Muito obrigado a V. Ex.<sup>a</sup>

Eu queria apenas acentuar que preferiria que o debate se prolongasse, se difundisse, se ampliasse com menos nacionalismo, porque os vocábulos empregados até agora, como ridículo, ofensivo, desprimoroso, são expressões que, em geral, correspondem a situações socialmente, externamente mais dramáticas do que as que podem surgir no bojo de uma Comissão interna do Congresso. Isto corresponde a grandes movimentos de massa, a agitações terríveis, a confrontações inevitáveis e insolúveis. Nada disso está se dando. Estamos numa reunião de companheiros, de colegas, e não convém que o debate por si só seja um material combustível das palavras. No fundo, se examinarmos o que estamos debatendo aqui, veremos que o debate está se incendiando com as palavras e não com os assuntos. Os assuntos são absolutamente hostis à idéia de dramaticidade. Ao contrário. Eles são suficientemente tediosos para não serem dramáticos, porque só é dramático o que não é tedioso. Esse assunto de Regimentos e suas interpretações, como o de oportunidades regimentais, é no fundo uma coleção de chateações. Essa idéia de fazer desse tipo de material uma atmosfera da Constituinte francesa de 1793, acho que está um pouco exagerado do ponto de vista da ênfase histórica.

Peço aos meus queridos companheiros, a quem reitero as minhas expressões mais afetuosas de estima, que reflitam sobre isso. Não devemos aparecer nos noticiários, nos meios de comunicação, como excitados e transportados por indignações cívicas a respeito de interpretações regimentais. Não fica bem para a Comissão. Aí sim, não fica bem para a Comissão. Temos que discutir isso com aquela tranquilidade, aquela serenidade, aquela boa vontade, aquele espírito de concessão recíproca para resolver os problemas.

Estou convencido de que a Comissão tem razão, Mas a questão é que a Comissão tem razão daqui a pouco, porque o Substitutivo não está pronto. Pelo Regimento, o Substitutivo tem que vir à Comissão. Por que o Substitutivo ainda não está pronto? Pela maneira pela qual ele foi elaborado, não é culpa do Relator. Tenho aqui que defendê-lo. O Relator recebeu o produto de uma visão horizontal e assistemática da sociedade brasileira, comportada em oito comissões temáticas, vinte e quatro subcomissões, quer dizer, recebeu um material absolutamente insolúvel, um material incapaz de ser coordenado, isso não foi culpa do Relator. Era impossível que o Relator conseguisse transformar...

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Ninguém está culpando o Relator.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Então temos que culpar o destino porque, eu insisto naquele ponto, o erro primordial foi não ter havido um anteprojeto, isso foi o erro primordial, e é isso que está-se refletindo sobre a Constituinte, não é sobre a Comissão não, é sobre a Constituinte. A Constituinte está sendo a vítima desse processo de que ela não foi iniciada. Peço desculpas por insistir nessas posições e acreditem o que eu quero é resolver; para resolver tenho que ter o apoio de todos os Senhores.

Eu pedi o requerimento – D. Laura que é uma figura petrarquiana, desde Petrarca que aparecem as Lauras – eu direi aqui o que diz o Deputado: O requerimento está aqui, Dona Laura me conduz esterlamente ao destino petrarquiano.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ TAVARES:** – Se precisar de ajuda para interpretar o meu requerimento, estou às ordens.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – V. Ex.<sup>a</sup> poderia lê-lo, é muito importante. Leia até da tribuna, se V. Ex.<sup>a</sup> quiser.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ TAVARES:** – Sr. Presidente, o meu requerimento é simples. Eu digo o seguinte:

"Exmo. Sr. Senador Afonso Arinos, DD. Presidente da Comissão de Sistematização.

Regimentalmente e com o objetivo de colaborar com os trabalhos dessa Comissão, requeiro e ao mesmo tempo sugiro que o Sr. Relator, Deputado Bernardo Cabral, se faça presente a este plenário por ocasião da defesa, por parte de seus autores, das emendas apresentadas ao seu Substitutivo.

Brasília, 8 de setembro de 1987. – Constituinte José Tavares."

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – De acordo com o art. 12, parágrafo único, coloca em votação o requerimento apresentado pelo Constituinte José Tavares, solicitando a presença do Relator na reunião que será realizada a defesa das emendas apresentadas.

**O SR. CONSTITUINTE CHAGAS RODRIGUES:** – Peço a palavra, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Para encaminhar a votação. Tem a palavra o Sr. Constituinte Chagas Rodrigues.

**O SR. CONSTITUINTE CHAGAS RODRIGUES:** – Sr. Presidente, Srs. membros da Comissão de Sistematização, em princípio estou de pleno acordo com o requerimento do nobre Constituinte que traduz, como se viu, o pensamento geral da Comissão. Mas gostaria de dizer, Sr. Presidente, se me fosse permitido, que nós, no prazo regimental, oferecêssemos as nossas emendas. Os grandes debates já foram feridos na realidade, seria mais um apelo, porque nós devemos agora é trazer ao conhecimento da Comissão as emendas que tivemos oportunidade de oferecer objetivando aprimorar o Substitutivo do nobre Relator. O ideal é que S. Ex.<sup>a</sup> aqui esteja para ouvir e debater, porque, na realidade, o seu Substitutivo vai sair daqui como Substitutivo da Comissão, e, conseqüentemente, terá que receber a colaboração de toda a Comissão. O ideal é que S. Ex.<sup>a</sup> aqui esteja e que estejamos todos nós, mas se S. Ex.<sup>a</sup>, por qualquer motivo, inclusive, se invocar a razão, porque tem tempo regimental, e dentro desse tempo, desse prazo, está obrigado a apreciar as emendas e a oferecer, o que certamente ocorrerá, o segundo substitutivo, então o que restaria? Suspender os trabalhos? Não. Se S. Ex.<sup>a</sup> o nobre Relator não puder aqui estar presente, nós é que vamos decidir sobre as emendas.

Então, Sr. Presidente, seria o caso de continuarem as reuniões para que tomássemos conhecimento das emendas oferecidas a fim de, no momento azado, aceitarmos essas emendas desde que elas, realmente, ou do ponto de vista técnico, ou do ponto de vista das idéias de cada um, viessem a aprimorar o trabalho.

Estou de acordo, mas faço este apelo: continuemos aqui, que cada um debata as suas emendas, traga ao conhecimento dos demais colegas, porque conhecendo as idéias de cada um nós estamos em melhores condições para, oportunamente, apreciarmos os destaques caso S. Ex.<sup>a</sup> não queira acolher essas emendas no seu segundo Substitutivo.

Então, Sr. Presidente, estou de acordo, reforço esse apelo, que S. Ex.<sup>a</sup> venha se puder, se disser que o seu tempo é para apreciar as emendas e redigir o novo substitutivo, então, que tome conhecimento, pelo menos, através das notas taquigráficas, da colaboração de cada um de nós e que essa Comissão continue tomando conhecimento.

Porque, Sr. Presidente, se eu não sei e nem poderia saber qual o pensamento de S. Ex.<sup>a</sup> o nobre Relator, sobre as emendas, também, ignoro as emendas de cada um dos Srs. membros dessa Comissão, que pelo menos, teve a oportunidade de apresentar.

Encerro as minhas palavras: estou de pleno acordo, mas se não for possível o comparecimento do nobre Relator, se não for possível o comparecimento de algum representante ou relator-adjunto de S. Ex.<sup>a</sup> continuemos nós os nossos trabalhos, cada um tomando conhecimento das emendas dos outros companheiros, porque a responsabilidade última e maior não é do nobre Relator, vai sair daqui para o plenário um Substitutivo que será da Comissão de Sistematização.

**O SR. CONSTITUINTE EGIDIO FERREIRA LIMA:** – Peço a palavra, Sr. Presidente, para encaminhar a votação.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem a palavra o nobre Constituinte Egídio Ferreira Lima.

**O SR. CONSTITUINTE EGÍDIO FERREIRA LIMA:** – Sr. Presidente Senador Afonso Arinos, permita-me V. Ex.<sup>a</sup>, inicialmente, a ousadia de lhe corrigir. V. Ex.<sup>a</sup> não está procedendo como mineiro, V. Ex.<sup>a</sup> está procedendo como homem que alcançou a ventura de chegar à sabedoria. Seria muito merecimento para os mineiros concluir como V. Ex.<sup>a</sup> concluiu.

Quero dizer a V. Ex.<sup>a</sup> que o Regimento da Constituinte ainda está para ser julgado. Somente na conclusão dos trabalhos é que poderemos, com segurança, afirmar se tomamos o bom caminho. Desconfio de que o procedimento foi correto. Isto não evita nem afasta a tensão, a preocupação de que não tenha sido, mas creio que, ao final, todos os Constituintes, e o que é mais importante, a Nação vai reconhecer que a inovação correta e que teremos uma Constituição modernizante.

Entendo, Sr. Presidente, que em um colegiado de quase 600 (seiscentos) Constituintes nenhum outro método, nenhum outro procedimento, teria ensejado tanto a participação como o Regimento da Constituinte tem permitido. Tivemos 24 subcomissões no primeiro semestre, com debates amplos – essas comissões alcançaram todo o corpo Constituinte.

Tivemos, depois, uma segunda rodada, com as comissões temáticas, abrangendo e alcançando o universo inteiro da Constituinte. Estamos, agora, no seio da Comissão de Sistematização que, pelo seu nome, pelo seu objetivo, teria que ter exatamente este trabalho. Houve uma preocupação do Presidente da Constituinte, assim como de V. Ex.<sup>a</sup>, no sentido de não reprimir participação, ampliando além do Regimento, permitindo emendas não só de membros de subcomissões, de comissões temáticas e depois da Comissão de Sistematização, mas emendas de todo universo Constituinte.

Nesta hora seria exigir do Relator Bernardo Cabral que fosse onipresente e onisciente, se pudesse, a um só tempo, estar aqui e, nesta mesma hora estar examinando cada uma das milhares de emendas que foram apresentadas. Acho que, quando muito, S. Ex.<sup>a</sup> poderá, liturgicamente, fazer uma ou outra passagem pelo plenário desta Comissão durante esses debates até o dia 18. Não poderá se postar ao lado de V. Ex.<sup>a</sup> para ouvir os debates inteiros em toda a sua extensão. Devemos ser concessivos. E não é concessão, é ter bom senso, é ser objetivo em querer melhor para o Relator, no sentido de produção, para que S. Ex.<sup>a</sup> fique debruçado sobre as emendas, ouvindo as lideranças, os grupos e cada um dos Constituintes se assim puder fazer, se para isso tiver tempo. Acho que a presença de S. Ex.<sup>a</sup> aqui, nesta hora e neste momento não seria a mais produtiva para o resultado final.

Nem por isto o trabalho desta Comissão deixará de ser profícuo e deixará de ter utilidade. Aqui, as questões são suscitadas, são comentadas e divulgadas pela imprensa; encontramos uns e outros, todos Membros da Comissão ou integrantes da Constituinte, conversando, discutindo, clarificando temas. A partir do momento que venha a ser oferecido substitutivo, teremos, então, esse trabalho do Relator e, em cima dele, com os destaques, selecionaremos aqueles temas mais cruciantes. Até porque, Sr. Presidente, a esta altura, a triagem, a limpeza geral, a seleção dos temas mais importantes, que afinal vão formar o corpo da nova Constituição, começam a surgir e vir à tona. Já não estamos agora como nos primeiros meses do ano, como em maio, quando se reuniram as Subcomissões. Todos os Constituintes que aqui estão

nesta Comissão de Sistematização – a imprensa e a população – já começam a saber quais os temas cruciantes, quais os temas vitais, aqueles que ainda não se tornaram pacíficos e esses pontos não são em número elevado. Creio que devemos, como sugeriu o Constituinte Chagas Rodrigues prosseguir com os debates, pois têm a sua utilidade, sem a, exigência obsessiva da presença do Relator nesta comissão, nesta parte, nesta oportunidade...

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Permite-me V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. CONSTITUINTE EGÍDIO FERREIRA LIMA:** – S. Ex.<sup>a</sup>, seguramente, estará – e é isto que se espera de S. Ex.<sup>a</sup>, é isto que quer o Regimento, é isto que exige a sociedade – pondo o melhor de sua força, dos seus propósitos no sentido de que tenhamos um bom substitutivo.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Permite-me V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. CONSTITUINTE EGÍDIO FERREIRA LIMA:** – Pois não.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Ouço V. Ex.<sup>a</sup> com muita atenção e gostaria de dizer que, em nenhum momento, me referi desairosamente ao Sr. Relator, ao contrário. Destaquei até que fui um dos que me empenhei para que S. Ex.<sup>a</sup> tivesse o prazo prorrogado, porque compreendia a excessiva carga de trabalho que lhe pesava às costas. Mas quero esclarecer e divergir de V. Ex.<sup>a</sup>. Quando apelo para que haja um debate em que compareça o Sr. Relator e essa figura nova que apareceu, de correlator, é por uma razão muito simples: uma Constituição não é um dispositivo isolado que eu possa simplesmente destacar, ao final, votar e vê-la aprovada. Vou, por exemplo, demonstrar a V. Ex.<sup>a</sup>: pretendo que o ISS fique com os municípios. Muito bem! Se eu simplesmente destacar uma emenda para que o ISS fique com os municípios, poderá estar descompensando os Estados em outras verbas. Assim terei que montar o arcabouço e fazer o desenvolvimento e a prova intelectual, pelo menos, de que é compatível a modificação, de que se permite, em percentagens, aquele tipo de alteração. Sem esse debate, sem ouvir do Relator por que S. Ex.<sup>a</sup> passa e quais suas razões, eu seria atropelado; de nada adiantaria a minha participação. Eu poderia enumerar vários outros casos em direitos sociais, como se paga e quem paga a conta do direito social estabelecido. É preciso demonstrar-se que há formas de se estabelecer direitos sociais, seguridade social ou previdência e que há correspondência de recursos. O sistema não é de uma emenda só; é toda uma articulação, que requer debate, que não pode ser feita simplesmente em destaques de emendas ao final. Esta oportunidade não tivemos jamais. Tivemos uma oportunidade meramente retórica de expor da tribuna algumas idéias, que pareceram mais ou menos brilhantes, mas sem uma conclusão efetiva mais séria e sopesada.

**O SR. CONSTITUINTE EGÍDIO FERREIRA LIMA:** – Nobre Constituinte Gastone Righi, quero de logo deixar claro que V. Ex.<sup>a</sup>, em nenhum momento, injuriou o Relator Bernardo Cabral. De resto, nenhum outro o fez. Todos os companheiros, desde o Constituinte Leopoldo Perez ao José Genoíno e o José Tavares, estavam preocupados apenas em estabelecer um debate mais rico com o Relator.

Tenho a mesma preocupação de V. Ex.<sup>a</sup>. Quando V. Ex.<sup>a</sup> se fixou em alguns temas, que são magnos e importantes, também tive o cuidado de me voltar para o sistema de governo. E estou muito preocupado em saber como esse



sistema de governo vai ser desenhado pelo Relator no substitutivo.

Apresentei emendas, no conjunto e isoladas, para tentar corrigir a possibilidade de deformações no sistema.

Acredito que esta preocupação é a mesma do Constituinte Afonso Arinos e de cada um dos Constituintes.

Quero deixar bem claro que não vejo como possamos consertar essas falhas e esses atropelos, que decorrem da amplitude da Casa, do seu volume, do método que escolhemos. Seria muito bom que o Relator estivesse aqui. Mas, pela minha experiência de vida e por minha observação, acho muito difícil que, ao mesmo tempo, S. Ex.<sup>a</sup> possa fazer as duas coisas: redigir o substitutivo e examinar as emendas; julgar cada uma das emendas e estar aqui participando do debate. Estou apenas traduzindo a minha visão e a minha compreensão para a situação do Relator.

Eram as palavras que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. CONSTITUINTE ALUÍZIO CAMPOS:** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem a palavra o nobre Constituinte.

**O SR. CONSTITUINTE ALUÍZIO CAMPOS:** – Gostaria de lembrar aos nobres companheiros que a primeira discussão regimental do projeto remetido pela Comissão ao Plenário da Constituinte processou-se num prazo de 40 dias, sendo que os 30 primeiros dias foram destinados à apresentação de emendas e os 10 dias subsequentes para a discussão da matéria constitucional. Com o propósito de acelerar o procedimento da elaboração constitucional, o Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, de acordo com o Presidente Afonso Arinos, consultou o nobre Relator se seria possível S. Ex.<sup>a</sup> apresentar, antecipadamente, o seu trabalho dentro dos 10 dias subsequentes ao encerramento do prazo destinado à apresentação das emendas em plenário. S. Ex.<sup>a</sup>, então, elaborou o primeiro substitutivo de modo que, quando encerrada a discussão, o prazo de 25 dias destinado à Comissão de Sistematização para elaboração do seu trabalho já começou a fluir com base no substitutivo elaborado por S. Ex.<sup>a</sup>, o Relator.

Não podemos deixar de reconhecer que esse foi um esforço meritório. O Regimento da própria Comissão de Sistematização, no art. 24, diz:

“Encerrada a primeira discussão do projeto, será o mesmo, juntamente com as emendas apresentadas, recebido pela Comissão de Sistematização, que terá 25 (vinte e cinco) dias para emitir parecer sobre as emendas, podendo concluir por substitutivo...”

Quando esse prazo começou a correr, já estava aqui um substitutivo para debatermos e examinarmos.

Então, este artigo do nosso Regimento já passou a regular a matéria constitucional condensada no substitutivo e, em função disto, § 2º da mesma disposição foi utilizado para apresentação de emendas ao substitutivo no prazo de 10 dias. Esse prazo terminou no dia 5, sábado último e, hoje, então, o Relator dispõe de um novo prazo de 10 dias, a partir do dia 6, para a elaboração do parecer já sobre o substitutivo e as emendas que foram aqui apresentadas e, também, sobre as emendas apresentadas em plenário. Considerando que este período é, realmente, o

mais importante da elaboração constitucional porque, depois dele, nós só teremos a primeira votação em Plenário, a votação em primeiro turno, não havendo mais oportunidade de discutir, a Comissão admitiu que, durante esse prazo, dentro do qual o Relator está elaborando o seu parecer final, seja a matéria discutida, a matéria constante do substitutivo, a matéria representada por 35 mil emendas que foram propostas para discussão.

**O SR. CONSTITUINTE ALUÍZIO CAMPOS:** – Então, não será por falta de matéria que a Comissão de Sistematização que é naturalmente, como já expliquei há pouco, confundida com o próprio Plenário da Constituinte, não será por falta de matéria que a Comissão deixará de debater. O que vai acontecer? Quando o eminente Relator apresentar o parecer sobre as emendas e o substitutivo, aí também, teremos a oportunidade de examiná-lo, mas será um exame muito mais decisivo, porque com o prazo exíguo como ressaltou o nobre Constituinte José Genoíno, será somente sobre as novas matérias que surgirem.

A partir daí passaremos à fase mais importante da elaboração constitucional, que será a da votação desse material, aqui, na Comissão de Sistematização.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – V. Ex.<sup>a</sup> me concede um aparte?

**O SR. CONSTITUINTE ALUÍZIO CAMPOS:** – Concedo o aparte a V. Ex.<sup>a</sup>, nobre Constituinte Gerson Peres.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Ouvi V. Ex.<sup>a</sup> com muita atenção, só que não pude entender porque V. Ex.<sup>a</sup> não encaixou no seu raciocínio o que dispõe o § 1º do art. 24:

“O relator oferecerá o seu parecer no prazo de 10 dias.”

Ele tem 10 dias para apresentar o parecer.

“Seguindo-se, durante 15 dias, a discussão e votação...”

V. Ex.<sup>a</sup> só falou em discussão.

“...do mesmo, organizando-se a pauta por títulos ou capítulos, a critério do Presidente da Comissão de Sistematização.”

Veja bem que absurdo se admitirmos o raciocínio de V. Ex.<sup>a</sup>. O Regimento manda discutir e votar, o relator fica fora, trabalhando nas outras emendas e não participa da votação do primeiro substitutivo. Eu não entendi bem.

**O SR. CONSTITUINTE ALUÍZIO CAMPOS:** – Talvez eu não tenha me expressado bem, porque V. Ex.<sup>a</sup> não apreendeu o que eu quis dizer. Esclareci a V. Ex.<sup>a</sup> que o prazo de 25 dias estabelecido pelo Regimento Interno só começaria a fluir a partir da data em que se encerrou a primeira discussão. Como esse prazo terminou no dia 24, quando se encerrou a discussão, o relator só começaria a trabalhar no primeiro substitutivo a partir do dia 24.

Fizemos um apelo a S. Ex.<sup>a</sup> e ele concordou em trabalhar nos 10 dias. Enquanto a discussão estava, em primeiro turno, se procedendo em plenário, S. Ex.<sup>a</sup> começou logo a trabalhar sobre as emendas, cujo prazo terminou no dia 14 de agosto, e apresentou um substitutivo. Apenas, estamos antecipando a discussão. Depois dela, V. Ex.<sup>a</sup> e todos nós teremos o prazo de 15 dias para votar o substitutivo com o parecer que S. Ex.<sup>a</sup>, o relator, irá produzir sobre essas emendas até agora apresentadas. De maneira que esse prazo não foi suprimido; ao contrário, teríamos um prazo de 15 dias para discutir e votar e agora teremos um

prazo de 10 dias para discutir e mais 15 apenas para votar. Nós, da Mesa, temos todo o interesse em demonstrar que a Comissão de Sistematização é responsável pelo projeto, deve assumir a responsabilidade de fazê-lo bem, e para isso precisa de prazo suficiente. Nesse período de 15 dias nós iremos exclusivamente votar com os destaques que forem requeridos e apresentados.

Estou dando este esclarecimento para mostrar a V. Ex.<sup>a</sup> que, ao invés de reduzir, fizemos uma formulação de ganhar mais tempo para termos maior oportunidade de debater o texto do substitutivo e o parecer que for apresentado até o próximo dia 17, quando teremos, então, oportunidade de começar a votação aqui na Comissão. De maneira que, tanto quanto o dos nobres companheiros da Comissão, meu empenho é o de valorizar a Comissão. Sempre ressaltei e lutei por essas prorrogações de prazos, e os meus companheiros disto são testemunhas, para que pudéssemos realmente demonstrar que a Comissão de Sistematização está empenhada em elaborar um projeto com a sua responsabilidade que possa merecer o respeito do povo brasileiro e ser votado na devida oportunidade pelo Plenário da Assembléia Nacional Constituinte.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Depois que o nobre Senador Nelson Carneiro fizer uso da palavra, porei em votação, de acordo com o requerimento do Deputado José Tavares, a vinda do relator a esta Comissão.

Tem a palavra o meu velho amigo, Senador Nelson Carneiro.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – Sr. Presidente, as ponderações do Senador Chagas Rodrigues e do Deputado Egídio Ferreira Lima são procedentes.

Não podemos marcar reuniões da Comissão Sistematização pela manhã, à tarde, e à noite e, ao mesmo tempo, exigirmos que o relator esteja presente a essas reuniões e também esteja examinando 35 mil emendas para redigir o seu trabalho. Evidentemente que é um trabalho de quem precisaria ter 48 horas por dia, e não 24 horas. Eu acho que enquanto o relator não estiver presente, nós podemos aqui discutir as emendas que oferecemos. Há emendas que nós defenderemos nos dez minutos, mas nenhum de nós conseguirá, nos dez minutos, defender todas as emendas que apresentamos. Há, portanto, emendas de primeira qualidade, digamos assim, como a que trata do sistema de Governo, pela qual hei de me bater e que suscitará um largo debate, e outras que podem ir conquistando já o apoio dos companheiros da Comissão. Por exemplo, uma hipótese: dentre as numerosas emendas que eu ofereci, sugeri uma criando não só a Defensoria Pública como órgão do Estado, mas dando também a ela a dignidade de um Procurador-Geral da Defensoria Pública, tal como já ocorre no Rio de Janeiro. Eu quero dizer que essas emendas não suscitarão a mesma divergência, não são tão polêmicas quanto aquela entre o parlamentarismo e o presidencialismo. É uma emenda que se pode expor aqui, de tal forma que já encontre um consenso para, quando essa emenda for suscitada, encontrar aqui um respaldo. Acho que nós podemos aproveitar este tempo para discutir essas emendas que consideramos que não possam ser debatidas em dez minutos. Porque em dez minutos, não posso, ao mesmo tempo, contrariar os presidencialistas, não posso discutir outros problemas que acredito sejam fundamentais na Constituição e também essas outras emendas que são necessárias, que corrigem defeitos

do próprio projeto de Sistematização. Por exemplo, emendas que dizem respeito à família. O Relator aceitou uma fórmula que me parece deficiente, no que diz respeito à equiparação dos filhos. É natural que aqui se exponha e se debata esse assunto, antes que chegue o relator com o seu pronunciamento final. Nesse debate que se trava aqui, já se arregimenta um grupo favorável ou desfavorável, quando o debate for travado. V. Ex.<sup>a</sup> emérito jurista sabe que no Direito de Família, hoje, estão migrando para o Direito Constitucional várias discussões que antes eram do Código civil.

Mas, esses assuntos podem ser debatidos aqui. O papel do advogado, que tem uma relevância marcada dentro do projeto existente; a função do Ministério Público, etc., são aspectos que podem ser debatidos na ausência do relator e de que ele pode se aproveitar levando em consideração as notas taquigráficas que forem colhidas.

Acho que não podemos exigir do relator que ele realize um trabalho, e só, no silêncio de seu escritório, tendo em vista as 32.000 emendas, e, ao mesmo tempo, estar presente aqui. Temos que exigir sua presença no dia em que ele apresentar seu substitutivo. Aí, sim, terá que defender um a um dos artigos do substitutivo. Mas, enquanto não o oferece, esse prazo deve ser gasto exatamente por nós, para expormos as nossas emendas e colher a opinião e o apoio dos colegas. Acho que esta deve ser a fórmula aceitável.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Muito obrigado a V. Ex.<sup>a</sup>.

Então, de acordo com o estabelecido, eu vou colocar em votação, e creio que há número em Plenário para aprovação, o requerimento apresentado pelo Sr. Constituinte José Tavares solicitando a presença do Sr. Relator na reunião que será realizada em defesa das emendas apresentadas. Eu sugeriria, como forma de acomodação, que o Relator comparecesse àquelas reuniões que fossem determinadas e comunicadas pelo Presidente.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ TAVARES:** – Perfeitamente, Sr. Presidente! É este o espírito do meu requerimento.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Por exemplo, amanhã eu pediria ao Sr. Relator que viesse aqui, na reunião da tarde. Então, eu estou interpretando o ponto de vista do autor do requerimento. Entendido assim, o Presidente fará saber ao Sr. Relator o momento em que ele deve estar presente, frente à Comissão. Com esse entendimento, eu coloco em votação o requerimento.

Os Srs. Constituintes que estiverem de acordo queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado o requerimento.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte José Genoíno, pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Fugindo ao assunto desta tarde, quero dizer que, evidentemente, para nós, mortais, falar da morte é muito tedioso. Mas eu quero falar, basicamente, da vida de um brasileiro que não existe mais. Refiro-me a Giocondo Dias, que faleceu ontem. Foi um homem que teve uma vida de lutas em nome de seus ideais políticos.

Por maiores que sejam as divergências com Giocondo Dias, há de reconhecer na sua trajetória de vida uma dedicação, uma coerência com seus objetivos. Isso é muito

importante, ao saudar a vida de um ser humano: essa coerência, essa dedicação da sua vida àquilo que busca, àquilo que objetiva alcançar. A sua trajetória foi, também, marcada como a trajetória de muitos brasileiros, pela perseguição. Sofreu muitas violências, a prisão, o exílio, e somente nos últimos anos, pôde falar claramente, abertamente, sobre as suas idéias.

Ao ocupar esse breve espaço de tempo na Comissão de Sistematização, para registrar este fato, eu quero estender, em nome do Partido dos Trabalhadores, a nossa solidariedade à família de Giocondo Dias e ao Partido Comunista Brasileiro, ao seu Líder na Assembléia Nacional Constituinte, Roberto Freire, ao Vice-Líder, ao grande companheiro Fernando Santana, e ao Constituinte Augusto de Carvalho.

**O SR. CONSTITUINTE BOCAYUVA CUNHA:** – Permite um aparte, nobre Deputado?

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Pois não, nobre Deputado.

**O SR. CONSTITUINTE BOCAYUVA CUNHA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, neste momento, quero dizer de público que tive a honra de ser amigo pessoal de Giocondo Dias, que era um verdadeiro patriota, um homem que viveu por um ideal. Nenhum de nós está aqui para julgar se esse ideal era o correto, se era o mais adequado à realidade brasileira ou não, mas o fato é que todos temos de respeitá-lo como patriota, como democrata que queria o bem de sua Pátria. O Brasil realmente perdeu um grande filho. Esta é a minha solidariedade pessoal à sua família.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Ao prestarmos esta solidariedade à sua família e ao partido ao qual pertencia, queremos deixar bem claro que Giocondo Dias incorporava-se àquela geração de brasileiros que ousaram, em momentos difíceis e cruciais da História do Brasil, a defender as suas idéias e a pagar o preço por essa defesa.

Este é o sentido da nossa homenagem aos seus companheiros e aos seus familiares e aproveito esta reunião da Comissão de Sistematização para que fique registrado.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Muito obrigado a V. Ex.<sup>a</sup>.

Tem a palavra o nobre Constituinte Fernando Santana.

**O SR. CONSTITUINTE FERNANDO SANTANA:** – Sr. Presidente, é com profunda emoção que agradecemos as palavras do Constituinte José Genoíno. Era nossa intenção, se S. Ex.<sup>a</sup> não o fizesse, pedir licença a V. Ex.<sup>a</sup> para esta comunicação que acaba de ser feita.

Temos a honra de dizer que Giocondo Dias viveu a serviço de seu País, única e exclusivamente. Podem discordar das suas idéias, das suas posições, mas ninguém poderá discordar do espírito público, da honestidade, da sinceridade, de tudo aquilo que compôs e exornou a vida deste grande cidadão brasileiro que, ontem, faleceu no Rio de Janeiro.

Sr. Presidente, eu o faço com muita emoção porque há mais de quarenta anos convivi muito de perto com Giocondo Dias e, inclusive, temos a honra de ele ter nascido na Bahia; lá ele se fez e de lá ele projetou a sua ação permanente na defesa dos princípios em que acreditava – e que acreditamos – venham um dia servir ao povo de nossa Pátria.

Com os nossos agradecimentos, Sr. Presidente, queremos transmitir, não só a V. Ex.<sup>a</sup>, mas a todos os colegas presentes, a notícia do falecimento de nosso companheiro Giocondo Dias.

**O SR. CONSTITUINTE CHAGAS RODRIGUES:** – V. Ex.<sup>a</sup> permite um aparte?

**O SR. CONSTITUINTE FERNANDO SANTANA:** – Pois não.

**O SR. CONSTITUINTE CHAGAS RODRIGUES:** – Nobre Constituinte Fernando Santana, aproveito a oportunidade em que V. Ex.<sup>a</sup> profere tais palavras para solidarizar-me e registrar que, realmente, Giocondo Dias, nos dias mais difíceis, foi um combatente pela reconstitucionalização do País e pela restauração da democracia. Estamos quase ao fim dessa luta: a Constituição nova está à vista. É lamentável que ele não esteja vivo, mas o seu trabalho foi válido e ele muito concorreu para essa vitória, que foi a vitória de todos os democratas deste País.

**O SR. CONSTITUINTE POMPEU DE SOUSA:** – V. Ex.<sup>a</sup> permite um aparte?

**O SR. CONSTITUINTE FERNANDO SANTANA:** – Pois não.

**O SR. CONSTITUINTE POMPEU DE SOUSA:** – Nobre Constituinte Fernando Santana, gostaria de solidarizar-me também com o pronunciamento de V. Ex.<sup>a</sup> porque acho que este País deve homenagear as pessoas que dedicam a vida à própria Nação. Este é o casa de Giocondo Dias. Acima de quaisquer posições ideológicas de Giocondo Dias, ele doou-se ao Brasil, ele doou-se à Nação brasileira, ao longo de toda sua existência. Ao contrário de V. Ex.<sup>a</sup>, não tive a ventura de conviver de perto com Giocondo Dias e, na verdade, estive uma única vez com ele. Foi um encontro ocasional, fui apresentado a ele, aliás, por uma curiosa coincidência, eu e o Constituinte Relator desta Comissão, Bernardo Cabral, quando nos achávamos em Moscou, a convite do Comitê Soviético em Defesa da Paz, eu, pela ABI, e Bernardo Cabral pela OAB, quando fomos apresentados a Giocondo Dias. De forma que foi esse o único contato pessoal, foi a única oportunidade que tive de estar com Giocondo Dias, por pouco tempo, por alguns minutos apenas. Mas, como brasileiro, como homem que desde os catorze anos de idade luta pela justiça social neste País, luta pela dignidade da vida pública e que tem acompanhado a situação de todos os grandes brasileiros que lutam no mesmo sentido, com posições políticas convergentes ou divergentes, com ideologias que se somam ou se dividem, tenho a emoção cívica, por que evitar esse adjetivo? Vamos ser cívicos e patrióticos e homenagear, em Giocondo Dias, o homem que doou sua vida por esta Nação e que nessa morte, que hoje estamos celebrando, engrandece a si mesmo e ao Brasil.

**O SR. CONSTITUINTE VIRGÍDASIO DE SENNA:** – Nobre Constituinte Fernando Santana, permita-me associar-me às homenagens que a Assembléia Nacional Constituinte presta à memória de Giocondo Gerbásio Alves Dias. V. Ex.<sup>a</sup>, como eu, o conhecemos sob várias denominações, mas sempre com a mesma luta patriótica em defesa da causa nacional, como o Cabo Dias, como o Deputado Giocondo Dias, como o cidadão Giocondo Gerbásio Alves Dias, como líder político Giocondo Dias, esta personalidade marcante na história política da Bahia e do Brasil, que manteve uma extraordinária coerência de princípios, de luta, em defesa daquilo que, a seu juízo, pareceu sempre a causa nacional. Nós, que o conhecemos nos idos do período autoritário de 37 a 45 na Bahia, reunindo a juventude, lutando pela reconstitucionalização do País; nós, que o vimos eleito Deputado à Assembléia Legislativa de nosso Estado,

o orador inscrito para falar sobre o menor e o adolescente, Constituinte Nelson Aguiar, declinava de fazê-lo, por estar emocionalmente comprometido com os últimos acontecimentos que haviam levado tragicamente à morte o Ministro da Reforma Agrária, Senhor Marcos Freire. Em seguida passou a palavra ao Senhor Relator, Constituinte Bernardo Cabral, que discorreu sobre a sua dificuldade em compatibilizar o trabalho de relator com a necessidade demonstrada pelos membros da Comissão, pedindo a sua presença durante os debates do Substitutivo. Nesta ocasião fizeram uso da palavra os Senhores Constituintes Gerson Peres, José Genoíno, José Fogaça, Carlos Sant'Anna, Ademir Andrade, Nilson Gibson, Siqueira Campos, Miro Teixeira e Artur da Távola, aos quais o Senhor Relator informou que estava trabalhando no Instituto Israel Pinheiro, mas que receberia, como já o vinha fazendo, com o máximo prazer, a todos os Constituintes que necessitassem manter contato mais direto levando-lhe as suas sugestões. Levantaram questões de ordem os Senhores Constituintes: José Genoíno, solicitando à Presidência que a discussão do Substitutivo fosse organizada por grandes temas e a nomeação de um Relator Substituto *ad hoc*, para atuar na ausência do Relator, Constituinte Bernardo Cabral; Ademir Andrade, pedindo que a Presidência suspendesse as reuniões da Comissão neste período para que o Relator pudesse se dedicar ao novo texto constitucional, no que foi apoiado pelo Constituinte Nilson Gibson; e Artur da Távola, pleiteando que a sistemática das discussões fosse mudada, não se pretendendo a fórmula usual de exposição em plenário. O Senhor Presidente, decidindo as questões de ordem, designou o Constituinte José Fogaça para atuar como Relator Substituto, adiando a decisão das demais questões formuladas, para decisão do Presidente titular, Constituinte Afonso Arinos. Às onze horas e vinte e quatro minutos o Senhor Presidente suspendeu a reunião, convocando a sua continuação para as quatorze horas do mesmo dia, no Plenário do Senado Federal, antes porém manifestou o seu pesar e prestou homenagens póstumas ao Sr. Ministro Marcos Freire, falecido no dia anterior. Às quatorze horas e quarenta e três minutos foram retomados os trabalhos sob a Presidência do Senhor Constituinte Aluizio Campos, Primeiro-Vice-Presidente, no exercício da Presidência, convidando o Senhor Constituinte José Fogaça, como Relator Substituto, para compor a Mesa. Em seguida, prestou homenagem póstuma ao Ministro da Reforma Agrária Marcos Freire, no que foi acompanhado pelos Senhores Constituintes Bocayuva Cunha, que falou em seu nome e no do seu partido, e Nelson Carneiro, que estendeu as suas manifestações de pesar a outras personalidades recentemente falecidas: Giocondo Dias, do Partido Comunista Brasileiro, e ao Doutor Raimundo Mascarenhas, Presidente da Companhia Vale do Rio Doce. Novas manifestações de pesar foram apresentadas pelos Constituintes José Fogaça e Gastone Righi, tendo este solicitado a suspensão dos trabalhos, sugestão esta acolhida pelo Senhor Presidente, que encerrou os trabalhos às quatorze horas e cinquenta e cinco minutos. O inteiro teor desta reunião foi gravado, devendo ser publicado no **Diário da Assembléia Nacional Constituinte** e constituir-se-á na Ata circunstanciada dos trabalhos. E, para constar, eu, Maria Laura Coutinho, Secretária, lavrei a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Vamos reiniciar a reunião. Ainda está prevalecendo a lista de presença da reunião da manhã.

Convido o Constituinte José Fogaça a participar da Mesa como Relator-Substituto, porque estou informado

de que S. Ex.<sup>a</sup> foi designado para substituir o Relator Bernardo Cabral, enquanto S. Ex.<sup>a</sup> estiver trabalhando na elaboração do seu parecer, para transmitir-lhe as ocorrências que lhe possam interessar no seu trabalho.

Não posso fugir ao dever de, antes de iniciarmos nossos trabalhos, prestar uma homenagem, em nome da Comissão de Sistematização, ao ex-Ministro Marcos Freire, que infelizmente faleceu ontem no desastre de avião amplamente divulgado.

S. Ex.<sup>a</sup> teve uma brilhante trajetória política, que iniciou na Prefeitura do Recife como auxiliar do Prefeito; depois foi eleito Prefeito de Olinda; foi membro do Congresso Nacional, como Deputado e como Senador da República; candidatou-se a Governador de seu Estado, sempre defendendo, coerentemente, posições democráticas; não tendo obtido êxito, passou a participar do Governo da Nova República, como Presidente da Caixa Econômica Federal e, por último, como Ministro da Reforma Agrária.

Em nome da Comissão de Sistematização, desejo deixar consignado na Ata dos nossos trabalhos nosso profundo pesar e nossa homenagem à figura do ex-Senador Marcos Freire.

Iremos transmitir oficialmente nosso pesar à família do Ministro Marcos Freire, ao Governador de Pernambuco, ao Sr. Presidente da República de quem S. Ex.<sup>a</sup> era auxiliar, e ao Presidente do Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB – partido ao qual S. Ex.<sup>a</sup> era filiado.

Encontra-se inscrito, para falar sobre direito social, o nobre Constituinte Gastone Righi, a quem concedo a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE BOCAYUVA CUNHA:** – Sr. Presidente, permita-me a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE BOCAYUVA CUNHA:** – Sr. Presidente, desejo associar-me às manifestações de pesar de V. Ex.<sup>a</sup>, em nome do meu partido – PDT – pelo infausto acontecimento que vitimou este homem público que todos nós apreciamos, o ex-Senador Marcos Freire.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem a palavra, pela ordem, o Constituinte Carlos Sant'Anna.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Sr. Presidente, quero também associar-me às manifestações nacionais e desta Comissão de Sistematização de pesar pelo falecimento do ex-Ministro Marcos Freire, um grande companheiro. Lembro com muita saudade e muita reverência o período em que atuou neste plenário, que ele tanto iluminou com as luzes do seu talento, do seu brilho, da sua eloquência e da sua competência. Também lembro com saudade o período em que, juntos, trabalhamos pela construção da Nova República, em que houve as caminhadas pelas diretas, onde, em discursos memoráveis, nos comícios, S. Ex.<sup>a</sup> sempre despontava.

Inquestionavelmente, é uma grande e trágica perda. A Comissão de Sistematização, em uníssono, rende esse preito de homenagem e de saudade ao ex-Ministro Marcos Freire.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem a palavra, pela ordem, o nobre Constituinte Nelson Carneiro

sempre nas trincheiras e na luta, sustentando a mesma bandeira, não podemos deixar de manifestar pesarosamente, e deixar registrado, o nosso pesar pelo seu falecimento.

**O SR. CONSTITUINTE FERNANDO SANTANA:** – Muito obrigado.

**O SR. CONSTITUINTE LUIZ VIANA:** – Permite-me V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. CONSTITUINTE FERNANDO SANTANA:** – Pois não.

**O SR. CONSTITUINTE LUIZ VIANA:** – Desejo também associar-me às manifestações de pesar que estão sendo aqui expressas, e o faço, sobretudo, como baiano. Como acentuou o Constituinte Fernando Santana, Giocondo Dias era baiano, nosso conterrâneo. Sobretudo na fase do Estado Novo ele teve uma posição muito destacada. E foi dessa posição que ele, depois dela, foi eleito para a Assembléia Estadual da Bahia. Ele foi Deputado Estadual pela Bahia. E lá continuou até que teve o seu mandato cassado em 1947, como toda a Bancada do Partido Comunista que então havia, quer no Parlamento Nacional, quer nas Assembléias Estaduais. Mas ele continuou sempre como um homem de grande dignidade e grandes convicções e, por isso mesmo, merecedor do apreço, da estima e da admiração de todos nós que o conhecemos, e que hoje nos associamos às manifestações de pesar aqui feitas pelos ilustres Constituintes neste plenário.

**O SR. CONSTITUINTE FERNANDO SANTANA:** – Serei breve, Sr. Presidente, e quero apenas estender os nossos agradecimentos aos Constituintes Bocayuva Cunha, Pompeu de Sousa, Chagas Rodrigues, Luiz Viana...

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – Inclua-me, nobre Constituinte, entre os que querem prestar homenagem a Giocondo Dias.

**O SR. CONSTITUINTE FERNANDO SANTANA:** – ...Virgildásio de Senna e também ao nosso conterrâneo Nelson Carneiro.

Sr. Presidente, em resumo, Giocondo Dias, como disse no aparte o Sr. Constituinte Chagas Rodrigues, foi um dos que mais se dedicou, neste País, ao trabalho diuturno no sentido de que fizéssemos a transição da ditadura para a democracia, com os pés no chão, ampliando a frente democrática que resultou neste espetáculo de hoje a que estamos assistindo na Comissão de Sistematização, o preparo de uma nova Constituição para a nossa Pátria. Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – O Presidente se associa àquelas manifestações aqui havidas em homenagem a Giocondo Dias. Não cheguei a conhecê-lo pessoalmente, embora tenha sido amigo de muitos dos seus companheiros de pensamento naquela geração. Permito-me recordar também que, como Deputado Federal, fui dos que combateram com maior veemência a decisão de cassar os mandatos dos deputados comunistas. Presidenciei, então, a Comissão de Justiça da Câmara e lá, no plenário da Câmara tive a oportunidade de me manifestar com o ardor daquela mocidade ainda existente naquele ano, contra essa medida arbitrária e contra as suas conseqüências; foi a divisão pelos Partidos majoritários de todas as cadeiras deixadas vagas por aquele ato de força – infelizmente com o apoio da justiça eleitoral.

Lembro-me muito disso; foi uma das fases de entusiasmo da minha vida, a luta contra aquela perseguição ideológica. De maneira que amigo que sou de vários velhos fundadores do partido, dentre eles Caio Prado Júnior, Barreto Leite, Astrogildo Pereira e de outros pertencentes àquela geração fundadora do PC, eu ainda hoje

me congratulo com essa evolução, porque nós estamos chegando a uma fase da vida social do Ocidente em que as razões que determinavam, talvez uma confrontação violenta entre as idéias, estão desaparecendo e partimos para um futuro em que as forças sociais que representam todos os interesses de uma sociedade possam se convergir, se juntar na defesa do progresso do povo e da felicidade geral. Com essas palavras é que queria também me associar às manifestações aqui havidas na oportunidade do falecimento de Giocondo Dias.

Comunico aos Srs. Constituintes que quarta e quinta-feira, de manhã, as reuniões serão realizadas no Auditório Nereu Ramos. À tarde, as reuniões serão realizadas neste recinto.

Está encerrada a reunião.

**(Levanta-se a reunião às 16 horas e 12 minutos.)**

### 18ª Reunião Ordinária

Aos nove dias do mês de setembro do ano de mil novecentos e oitenta e sete, às nove horas e trinta minutos, reuniu-se a Comissão de Sistematização, no Auditório Nereu Ramos, sob a Presidência do Senhor Constituinte Alcení Guerra (art. 6º, parágrafo único, RI-ANC) anunciando que, diante da falta de **quorum**, seria aguardado o prazo regimental de trinta minutos para abertura da reunião. Às dez horas, sob a Presidência do Senhor Constituinte José Tavares, foram iniciados os trabalhos, presentes os Senhores Constituintes: Ademir Andrade, Alcení Guerra, Aluizio Campos, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Carlos Sant'Anna, Edme Tavares, Eraldo Tinoco, Fernando Henrique Cardoso, Francisco Rossi, Gastone Righi, Gerson Peres, Inocêncio Oliveira, João Herrmann Neto, José Fogaça, José Jorge, José Luiz Maia, José Ulisses de Oliveira, Luís Eduardo, Manoel Moreira, Milton Reis, Nelson Carneiro, Nilson Gibson, Paulo Ramos, Plínio de Arruda Sampaio, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Sigmaringa Seixas, Siqueira Campos, Virgildásio de Senna, Adylson Motta, Aldo Arantes, Bocayuva Cunha, Jonas Pinheiro, José Genoíno, José Tinoco, Luiz Salomão, Miro Teixeira, Mozarildo Cavalcanti, Octávio Elísio, Paes Landim e Vilson Souza. Estiveram presentes, ainda, os seguintes Senhores Constituintes não integrantes da Comissão: Antônio Câmara, Wilma Maia, Jorge Arbage, Rita Camata, Moisés Pimentel, Darcy Deitos, Mário Covas. Atila Lira e João Rezek. Deixaram de comparecer os Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Adolfo Oliveira, Afonso Arinos, Alfredo Campos, Almir Gabriel, Aloysio Chaves, Antonio Farias, Antônio Carlos Konder Reis, Antônio Carlos Mendes Thame, Arnaldo Prieto, Brandão Monteiro, Carlos Chiarelli, Carlos Mosconi, Celso Dourado, Christóvam Chiaradia, Cid Carvalho, Cristina Tavares, Darcy Pozza, Egídio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Gasparian, Fernando Lyra, Francisco Benjamin, Francisco Dornelles, Francisco Pinto, Haroldo Lima, Haroldo Sabóia, Ibsen Pinheiro, Jamil Haddad, Jarbas Passarinho, João Calmon, Joaquim Bevilacqua, José Freire, José Geraldo, José Ignácio Ferreira, José Lins, José Maurício, José Paulo Bisol, José Richa, José Santana de Vasconcellos, José Serra, José Thomaz Nonô, Luis Inácio Lula da Silva, Lysâneas Maciel, Marcondes Gadelha, Mário Assad, Mário Lima, Nelson Jobim, Nelson Friedrich, Oscar Corrêa, Osvaldo Coelho, Osvaldo Lima Filho, Paulo Pimentel, Pimenta da Veiga, Prisco Viana, Ricardo Fiuza, Roberto Freire, Rodrigues Palma, Sandra Cavalcanti, Severo Gomes, Theodoro Mendes, Virgílio Távora e Wilson Martins. Havendo número regimental o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos informando que a reunião se destinava a continuar a discussão do Substitutivo do Relator, Constituinte Bernardo Cabral, e esclarecendo **ilegível**.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – Sr. Presidente, na sessão desta manhã, no Senado Federal, já tive oportunidade de manifestar o pesar que invade a todos pelo falecimento não só do nosso saudoso e querido companheiro e trabalho, grande parlamentar, grande homem público, homem de bem, o professor e constitucionalista Marcos Freire, mas também de todos seus companheiros de viagem, vitimados pela mesma desventura.

E estendemos este pesar também àqueles que, no Rio de Janeiro, têm, nestes últimos dias, vivido horas de intranquilidade. Em poucos dias perdemos, no Rio de Janeiro, não só o Deputado Federal Alair Ferreira, que todos lamentamos, como também o ex-Deputado Estadual Amadeu Rocha do PDT; o Deputado Estadual Veiga Brito, do PL, autor da obra do século, a ligação de água para toda a cidade do Rio de Janeiro; também houve o desaparecimento do Secretário Geral do Partido Comunista Brasileiro, e ontem desafortunadamente, o do Presidente da Companhia Vale do Rio Doce, Raimundo Mascarenhas. Essa feira de acontecimentos lutosos têm marcado a população do Brasil, principalmente a do Rio de Janeiro.

Daqui, quero solidarizar-me com a homenagem que V. Ex.<sup>a</sup>, em nome da Comissão de Sistematização, está prestando à memória de Marcos Freire e que se estende necessariamente a todos esses que têm trabalhado na vida pública brasileira.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup> a extensão da homenagem a esses eminentes brasileiros falecidos e apresento as nossas condolências às respectivas famílias.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr. Presidente, como questão de ordem, na condição de Líder do PTB queríamos solidarizar-nos com a Presidência pelo voto de pesar apresentado, e fazer nossas as palavras dos companheiros que nos antecederam, lastimando o passamento do Ministro e ex-Senador Marcos Freire e de toda a sua equipe de assessores.

Por outro lado, nobre Presidente, eu, que estava inscrito para falar, em não havendo número suficiente e considerando todos os fatos aqui aludidos, peço a V. Ex.<sup>a</sup> que encerre esta reunião da Comissão de Sistematização.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Em atenção ao pedido de V. Ex.<sup>a</sup>, como o qual acredito estejam todos os presentes de acordo, vou declarar, encerrada a sessão, convocando uma outra para amanhã, às nove horas, no Auditório Nereu Ramos, Mas, antes de formalmente encerrá-la, concedo a palavra ao nobre Constituinte José Fogaça.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FOGAÇA:** – Sr. Presidente, não poderia deixar de nesta oportunidade registrar solidariedade às palavras de V. Ex.<sup>a</sup> no que se refere ao desaparecimento do Ministro da Reforma Agrária, o ex-Senador Marcos Freire. Quero registrar, portanto, a consternação e o pesar que toma conta de todos nós e de todo o País, e compartilhar da iniciativa de V. Ex.<sup>a</sup> no sentido de comunicar à família do morto a nossa solidariedade, as nossas condolências.

Tenho a certeza de que fica o nome de Marcos Freire como um símbolo da luta daqueles que querem um novo País, daqueles que querem caminhar para frente e daqueles que desejam mudar as estruturas injustas que têm marcado a vida desta Nação.

Não há dúvida alguma de que o Ministro Marcos Freire morreu no cumprimento de sua missão e do seu dever e, muito mais do que isso, no cumprimento de um projeto histórico para o Brasil – um projeto de mudança afirmativa, séria e madura de sua estrutura fundiária. Essa simbologia estará permanentemente associada ao seu

nome. O nome do Ministro Marcos Freire ficará como um marco, como um registro histórico de um verdadeiro mártir da luta pela transformação deste País. Morreu no desempenho de sua missão, da sua coragem e da sua ousadia. Por isso, registramos também a nossa solidariedade e o desejo de compartilhar da iniciativa de V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Muito obrigado a V. Ex.<sup>a</sup>.

Está encerrada a reunião.

**O SR. PRESIDENTE (José Tavares):** – Havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos desta reunião da Comissão de Sistematização.

Convido o eminente Relator Bernardo Cabral para tomar assento à mesa. (Pausa.) Gostaria V. Ex.<sup>a</sup> de fazer uso da palavra?

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sim, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (José Tavares):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, em primeiro lugar, declino mais uma vez e – o faço com muita alegria – o meu respeito e admiração à Comissão de Sistematização. Em segundo lugar, quero encarecer a compreensão de V. Ex.<sup>as</sup>, uma vez que ontem foi reclamada minha presença na sessão vespertina sob a alegação, mais do que razoável e procedente, de que não é possível defender uma emenda sem que o Relator esteja presente. Gostaria que V. Ex.<sup>as</sup> compreendessem que o Relator é um ser humano e que, portanto, não tem o dom da ubiquidade. Aliás, devo dizer a V. Ex.<sup>as</sup> que a Fundação Israel Pinheiro tem as portas abertas para todos os Constituintes – qualquer seja a sigla partidária que quisessem participar das reuniões ali promovidas, sobretudo nos instantes finais em que se corrige o texto e se apreciam as emendas. E foi exatamente por causa do estudo dessas emendas que não pude estar presente aqui.

O Relator adotou o seguinte esquema. Como é completamente impossível a qualquer ser humano compulsar todas as emendas, artigo por artigo, dentro de um capítulo – por exemplo, o referente à educação, ao menor – programamos o computador para nos fornecer as emendas oferecidas a determinados artigos. Assim, por amostragem, emiti parecer sobre cada artigo. As emendas que se interligam com o parecer do Relator estão aprovadas; as demais ficam rejeitadas ou, se aproveitáveis, em parte prejudicadas. Esse trabalho serve, então, de parâmetro para os assessores – quase em número de cem, ou seja, cinquenta da Câmara e cinquenta do Senado – que irão emitir os pareceres.

Garanto, porém, que nenhuma emenda deixará de ser apreciada. Aliás, como denunciara da tribuna o Constituinte Farabulini Júnior, da última vez, algumas emendas acabaram sendo aprovadas sem pareceres. Os nobres constituintes sabem disso. O Vice-Presidente Jorge Arbage e o Constituinte Miro Teixeira também tiveram problemas com emendas referentes à Polícia Federal, mas agora, nesta fase, isso não acontecerá mais.

Sr. Presidente, não poderei estar aqui à tarde, no entanto – talvez tenha ocorrido um lapso – há um ato da Mesa que dá poderes ao Presidente para designar um relator, na ausência do titular, exatamente para participar dessas reuniões. É claro que a necessidade de minha presença nestas reuniões – estou sempre correndo, dormindo cada vez menos, não vendo de vez em quando as pessoas que gostaria de ver – cria um problema para mim. Encareço, pois, aos eminentes colegas Constituintes que fazem parte da comissão de sistematização que me per-

doem a ausência e que relevem esse fato. Na verdade, ninguém mais do que eu gostaria de aqui estar. Evidentemente, todas as críticas feitas são procedentes. É bom que se ataque o Relator, porque isso vira notícia. Estou, entretanto, prestando outro serviço, quando aqui não me encontro.

Mais uma vez, gostaria de convidar todos os Constituintes para participarem das reuniões realizadas na Fundação Israel Pinheiro e de assegurar que ninguém foi particularmente convidado. Ainda ontem, estive lá o Constituinte Siqueira Campos. As portas da Fundação estão abertas para todos. Seria interessante que V. Ex.<sup>as</sup> aparecessem por lá, até mesmo em virtude das emendas. Existe ordem no sentido de que só poderão entrar Constituintes e, jornalistas; de modo que não há **lobby** particular. Reitero o convite, Sr. Presidente, e encareço a V. Ex.<sup>a</sup>, que é um pouco mais moço que a Presidente titular, que deverá estar aqui à tarde, que peça isso em meu nome. Faço-o com a humildade de sempre, já que a vida se resume exatamente nisto: cada um deve saber que a responsabilidade é de todos e não cabe atribuí-la a um só, isoladamente.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (José Tavares):** – Antes de conceder a palavra a V. Ex.<sup>a</sup>, pediria aos Constituintes que as questões de ordem e os apartes fossem dados no microfone, para efeito de registro taquigráfico.

O único orador inscrito para a parte da manhã declinou do direito à palavra, em razão dos últimos acontecimentos que a todos chocaram e consternaram. S. Ex.<sup>a</sup> falaria sobre a questão do menor. Mas, em face desse acontecimento triste e lamentável, o Constituinte Nelson Aguiar reservou-se para usar da palavra, sobre o mesmo tema, em outra oportunidade.

Haviam-me solicitado a palavra os Constituintes Gerson Peres e José Genoino. Concedo-a, agora, ao Constituinte Gerson Peres.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, desejamos dizer ao Sr. Relator que questionamos aqui dois pontos referentes à sua preciosa presença. Houve menos críticas e mais desejo da presença de V. Ex.<sup>a</sup>, para que possamos dirimir dúvidas sobre o substitutivo que está em discussão. Fui eu também um dos que reclamou a presença de S. Ex.<sup>a</sup>, sem dúvida valiosa. Há temas controvertidos, polêmicos e que, às vezes, abordados por determinado grupo, longe do Congresso, deixam-nos alheios à solução a que terá chegado aquele grupo unilateral da Comissão de Sistematização.

Ainda ontem, por exemplo, a televisão focalizava duas reuniões da Comissão de Sistematização: uma, no auditório da Fundação Israel Pinheiro e outra, aqui, no Auditório Nereu Ramos, debatendo o mesmo assunto. Parece-me que Isso não soa bem lá fora.

Há também questionamentos quanto ao fórum de debates, o Congresso Nacional. Acho que, quanto a isso, todos estamos de acordo.

Gostaríamos de fazer um apelo ao Sr. Relator, no sentido de verificar a possibilidade de aquela comissão reunir-se aqui no Congresso. Aqui há dependências amplas, adequadas ao seu trabalho. Inclusive, há a Segurança da Casa, que pode impedir o tormento do **lobby** sobre a pessoa do Relator.

Compreendemos o ônus que pesa sobre os ombros de V. Ex.<sup>a</sup>, nobre Relator, e sabemos das dificuldades que enfrenta. Entendemos muito, bem que não possa estar nos dois lugares. Mas, se estiver mais perto dos Constituintes, será mais fácil contactarmos V. Ex.<sup>as</sup>.

Essa crítica é construtiva, eis que abarca o desejo de discutirmos, quando não dentro da própria Comissão, dentro do próprio Congresso, as sugestões que apresentamos levamos ao Relator.

Renovamos, portanto, este apelo. Não há, aqui, absolutamente, intenção de depreciar a atuação do Sr. Relator. Pelo contrário, merece S. Ex.<sup>a</sup> o nosso respeito, a nossa estima, admiração e solidariedade. Sabemos o quanto é penoso o cargo que ocupa, quantas injustiças tem sofrido no decurso da elaboração desse substitutivo e quantas ainda irá sofrer. Mas queremos ajustar o mecanismo de trabalho, que não nos parece muito compatível com a Constituinte. A Constituinte não deveria funcionar na Fundação Israel Pinheiro, ou em instalações do Banco do Brasil, quando aqui há vários locais, vários auditórios disponíveis, com ampla e confortável estrutura de trabalho. De fato, as reuniões fora daqui retiram nossa participação.

Ao dizer isso, estou certo de interpretar a opinião da grande maioria dos presentes. E falo com muita sinceridade, fundado na estima que tenho pelo eminente amigo. Por isso, gostaríamos que S. Ex.<sup>a</sup> voltasse à nossa Casa e nos propiciasse, nos dias de reunião desta Comissão, ao menos uma hora de presença, não para discutir todo o projeto, mas para que pudéssemos tirar dúvidas com o próprio Relator, ou dele obtivéssemos a explicação de que porventura necessitássemos.

Estas as considerações que desejava fazer.

**O SR. PRESIDENTE (José Tavares):** – Concedo a palavra ao Constituinte Bernardo Cabral.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Constituinte Gerson Peres, sou um homem sempre às vésperas do conhecimento, aprendendo. Ainda não cheguei ao dia do conhecimento e, portanto, estou sempre aprendendo um pouco mais. Não há, porém, no Regimento Interno, dispositivo estabelecendo a obrigatoriedade da permanência do Relator no recinto da Assembléia Nacional Constituinte para ultimar a redação do seu substitutivo. A premissa tem a conseqüência lógica de se supor que lá, na Fundação Israel Pinheiro, se esteja reunindo a Comissão de Sistematização como uma dependência, o que não é verdadeiro.

Relator, por uma deferência – o termo é este, e temos de colocar as coisas nos devidos lugares – ouve os colegas Constituintes onde é possível. Poderia estar reunido com um ou dois grandes juristas brasileiros, ou sozinho, numa dependência de minha casa, para redigir trabalho, eis que só disponho deste tempo agora.

O Regimento não determina que o Relator é obrigado a assistir a defesa de todas as emendas apresentadas. Seria até algo impossível, Constituinte Gerson Peres. O número de emendas foi de 30 mil. Se todos fossem defender as emendas apresentadas, ficaríamos aqui o ano inteiro, e não haveria tempo para todas. Por isso é que no formulário próprio, existe um espaço para a justificativa. Faz-se a justificativa, portanto, por escrito. Da mesma forma, não conheço parlamento, em todo o mundo, que exija a presença do Relator quando da apresentação de emendas acontecer.

Como disse no começo – tive o cuidado de não citar pessoas, mas, já que agora está presente o nobre Líder do Governo, cabe citar-lhe o nome – ouvi a crítica feita

pelo Constituinte Carlos Sant'Anna. Como S. Ex.<sup>a</sup> não estava presente no começo, quero dizer que as críticas do ilustre Líder, como a dos demais Constituintes, eu as recebi como construtivas. Acho que são válidas – este foi o termo que usei.

Mas, por favor, não me imponham um dever que não me cabe. A Comissão de Sistematização não se reuniu, em nenhum instante, na Fundação Israel Pinheiro. Quando informei que ia trabalhar lá – e para lá podem dirigir-se todos os Srs. Constituintes, e o próprio Presidente tem ali comparecido de manhã e de tarde – foi pelo fato de não ter condições de ultimar essa redação final, nobre Constituinte Gerson Peres, se não o fizer agora. Meu tempo, como se sabe, foi reduzido. Eu dispunha de um prazo maior, que a Presidência da Assembléia Nacional Constituinte encurtou. Não tenho, portanto, como comparecer às sessões da Comissão de Sistematização, o que lamento e deploro.

Sabe V. Ex.<sup>a</sup>, a quem me une tantos laços de amizade, que não tenho como estar presente a todas as reuniões deste órgão. Por isso é que no começo encareci a compreensão dos nobres Srs. Constituintes. Ademais, lembro que há um ato da Mesa dispondo sobre a designação de um relator substituto.

Imagine V. Ex.<sup>a</sup> que, ainda há pouco dizia-me o meu médico, o Dr. Adir, a quem quero muito, que preciso ter um pouco mais de cuidado. Mas, não há como! A única coisa que posso sacrificar são as minhas horas de sono, as tenho sacrificado todas. Nos últimos cinco dias, minha média de sono é de duas horas, duas horas e meia por noite. Não tenho, assim, condições físicas de estar aqui presente. Daí encarecer a todas as Lideranças, inclusive à Liderança do Governo, ao meu prezado amigo, o Constituinte Carlos Sant'Anna, que tivessem um pouco mais de paciência com a minha ausência na Casa.

**O SR. PRESIDENTE (José Tavares):** – Concedo a palavra ao Sr. Constituinte José Genoino.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOINO:** – Sr. Presidente, nobre Sr. Relator, as observações feitas ontem na Comissão de Sistematização, e que reafirmamos aqui, evidentemente não se constituem em crítica à atitude do nobre Sr. Relator, até porque, ao longo do seu trabalho o Relator têm-se dedicado a ouvir as várias correntes existentes nos partidos. Este não é o problema. Nós, que fizemos essas observações no que diz respeito ao método, deixamos claro, em muitos momentos, que, afora nossas divergências de pontos de vista, sua atitude pessoal em relação à soberania da Constituinte, à soberania do seu trabalho como Relator da Constituinte teria sempre nosso apoio, independentemente de concordarmos ou não com texto em elaboração.

Acho que existem duas questões, importantes para serem consideradas na análise do problema. A primeira é que foi fixado um período para discussão do projeto na Comissão de Sistematização. Houve a discussão do projeto no plenário da Assembléia Nacional Constituinte, mas, além disso, foi criado esse período de discussão na Comissão de Sistematização. E essa fase de discussão na Comissão de Sistematização tem que ter uma finalidade, porque, do contrário, seremos apenas enfeites, fazendo alguns discursos. Então, já que foi criado esse novo período – e reconhecemos que o nobre Relator também nessa fase tem que elaborar o substitutivo – temos que buscar uma forma intermediária: ou não há a discussão, já que iríamos, obviamente, repetir aqui a defesa de temas já abordados em plenário, ou, então, que se realize apenas

a discussão no plenário da Constituinte, o que, pelo menos, tem uma repercussão maior, trazendo inclusive assuntos políticos para debate na Constituinte. Este é um problema que não dependeu dos membros da Comissão, pois fomos surpreendidos com o estabelecimento de um prazo de discussão na Comissão de Sistematização.

Se a discussão na Comissão de Sistematização é sobre o substitutivo e as emendas, é necessário encontrarmos uma maneira de os argumentos chegarem à pessoa que está produzindo o substitutivo, porque isso tem incidência sobre o seu trabalho. Temos que buscar uma solução intermediária, já que foi aberto esse processo. Quem sabe algumas sessões para discussão de alguns temas – acho que poderia ter sido melhor, organizado o calendário – alguns dias para a discussão de emendas ou de subemendas que incidam no conjunto do substitutivo, com a presença do Relator?

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – O Regimento prevê o que V. Ex.<sup>a</sup> sugere, ou seja, separar o substitutivo por títulos e capítulos.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOINO:** – Exatamente. Poderia haver, portanto, discussão de alguns títulos e capítulos que influam no conjunto do trabalho do Relator – repetimos –, mas com a presença de S. Ex.<sup>a</sup>.

Esta é uma solução que podemos buscar. A outra seria a nomeação de um Relator...

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Isso é regimental.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOINO:** – ...com a condição de que ele esteja acompanhando os trabalhos de feitura do substitutivo. Não podemos aqui fazer urna eleição e escolher dentre nós, aleatoriamente, um relator apenas para constar que é Relator. Se o Sr. Relator, ou a Presidência, indicar um relator substituto, alguém que esteja também trabalhando no substitutivo, aí sim, teremos uma solução.

A outra observação eu a faço sob a forma de proposta. Seria necessário escolhermos alguns temas para discussão – alguns deles com prioridade – oportunidade em que o nobre Relator estaria presente. Compreendemos a impossibilidade de o Relator estar aqui em todas as sessões, mas em algumas seria importante sua presença, em fase do conjunto do projeto. Daí a necessidade da nomeação de um outro Relator, com acesso ao Relator titular da Comissão de Sistematização, e que tivesse condições de contribuir na elaboração do substitutivo.

Outro apelo, Sr. Presidente. Compreendo que o Regimento Interno não impõe ao Sr. Relator realizar seu trabalho nas dependências do Congresso Nacional. Entretanto, acho conveniente, politicamente, que assim proceda. O Relator pode fazer seu trabalho onde quiser, mas as reuniões com as lideranças deveriam ser feitas no Congresso Nacional. Não se trata especificamente da Comissão de Sistematização, mas de todo o processo, do foro de elaboração do substitutivo – por sinal, muito correto – que possibilitaria V. Ex.<sup>a</sup> ouvir as várias lideranças. Então, nesse momento, esse trabalho poderia ser feito nas dependências do Congresso Nacional. Até para não dar margem à interpretação, já pública, de que está havendo reuniões de elaboração do substitutivo fora das dependências do Congresso Nacional.

Este, portanto, é o sentido do apelo que o trabalho se realize nas dependências do Congresso Nacional.

Estas eram as observações que desejava fazer.



**O SR. PRESIDENTE (José Tavares):** – Antes de conceder a palavra ao próximo orador inscrito para apresentar sua questão de ordem, o eminente Constituinte Carlos Sant'Anna, gostaria de dar uma explicação.

Estou presidindo esta reunião da Comissão de Sistematização porque, com meus 38 anos, sou o mais velho dos Constituintes aqui presentes.

O segundo fato é que cabe ao Presidente, diante de lacuna regimental, decidir sobre a sugestão do Plenário da Comissão de Sistematização quanto à designação de um Relator *ad hoc*, adjunto ou substituto. Valendo-me das atribuições que o exercício interino da presidência me confere, tomo a liberdade de designar o Senador José Fogaça para desempenhar a função de Relator Substituto, de comum acordo com o Relator titular, em razão de toda a sua vivência e de seu conhecimento sobre os assuntos que fazem parte do atual texto que estamos discutindo e emendando.

Gostaria que V. Ex.<sup>a</sup>, Senador José Fogaça, acolhesse esta designação, que é algo de extrema importância, além de regimental. Portanto, V. Ex.<sup>a</sup> seria, na ausência do Relator titular, o nosso Relator substituto, aquele que serviria de intermediário para acolher todas as defesas, fundamentações e justificativas de emendas e propostas, para encaminhá-las ao Relator para a devida análise.

Com a palavra o Constituinte Carlos Sant'Anna.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Sr. Presidente, Sr. Relator, meu amigo e companheiro, Bernardo Cabral, não falei ontem na qualidade de Líder do Governo. Antes pelo contrário – até porque não há Líder do Governo na Constituinte – falei como Constituinte integrante desta Comissão e que lamenta muito ver que este órgão está esvaziado, com seus objetivos distorcidos.

Ainda ontem, ao assistir ao último noticiário na televisão, ouvi dizer que a Comissão de Sistematização, àquela hora, estava reunida, lá, na distante região da Ermida Dom Bosco, tratando de matéria que é da competência regimental desta Comissão. E tanto o é, inclusive nesta fase que estamos vivendo, que o órgão, repito, está esvaziado, inclusive com pouca frequência, já que o que faz a frequência é a importância da reunião.

Inclusive, a própria imprensa continua noticiando os acontecimentos que se estão verificando relativos à tarefa, que é nossa, como sendo um trabalho da Comissão de Sistematização. E V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Relator, há de concordar comigo em que esse é um trabalho da Comissão de Sistematização.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Que trabalho?

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – O trabalho de separação em blocos, de estudo das emendas e de elaboração dos pareceres sobre as emendas. Esse trabalho tecnoburocrático constituinte deveria agora – nas outras etapas não – ser dividido em grupos e subgrupos de trabalho para dar a esta Comissão a assessoria que V. Ex.<sup>a</sup> está, recebendo de uma outra Comissão de Sistematização que não é regimental, mas que existe. Este trabalho está sendo feito e acompanhado por um grupo que está fazendo o papel da Comissão de Sistematização.

E não podemos assistir a isto – nós, os integrantes desta. Não se trata de um problema de liderança, mas do papel do Constituinte. Veja V. Ex.<sup>a</sup> que esta colocação de todos nós é suprapartidária.

Gostaria de dizer, ainda, que há coisas a relatar e que são regimentais. Diz o art. 1º do Regimento:

"A Assembléia Nacional Constituinte realizará os seus trabalhos, salvo motivo de força maior, na sede do Congresso Nacional em Brasília."

Ora, estamos no Congresso Nacional, que se compõe de Câmara e Senado. Não há justificativa para que reuniões constituintes, reuniões da Comissão de Sistematização – ainda que realizadas pelos iluminados desta Assembléia, pelas lideranças mais importantes e influentes – estejam sendo feitas fora da sede da Assembléia Nacional Constituinte, que é o Congresso Nacional. Aqui há espaço suficiente. Outros já o disseram. Eu apenas o repito para que isso não aconteça. Diz-se, por exemplo, que é para se ter privacidade etc. São argumentos falaciosos e que não têm, obviamente, razão de ser. Até porque é absolutamente possível que estas reuniões ocorram dentro do Congresso Nacional, com a tranquilidade necessária para que o trabalho se desenvolva.

Outro aspecto, eminente Relator, é que, evidentemente, há duas partes no trabalho que V. Ex.<sup>a</sup> realiza, na fase em que nos encontramos. Uma, inquestionavelmente, é individual. E V. Ex.<sup>a</sup>, por isso, também foi escolhido Relator, por suas altas qualificações de homem público, jurista e parlamentar. Mas há outra parte que está contida no Regimento – e poderei ler se V. Ex.<sup>a</sup> quiser – dizendo que compete à Comissão de Sistematização compatibilizar o trabalho de todas as demais Comissões, para que o Relator possa, então, apresentar seu projeto.

No entanto, esse trabalho de compatibilização está sendo executado por uma outra Comissão, que não a nossa, mas que está fazendo o papel que é da Sistematização. Este trabalho deveria estar sendo feito por esta Comissão de Sistematização, que está reunida aqui, agora.

Sabe o que a Comissão está fazendo, ilustre companheiro Constituinte Bernardo Cabral? Tertúlias. Estamos discutindo o sexo dos anjos ou coisa parecida, já que o Presidente nem sempre pode aqui comparecer; o Vice-Presidente, que vem com maior frequência, às vezes também não pode aqui comparecer. E ficamos nós, da Comissão de Sistematização, representando um papel absolutamente inócuo, vazio. Nesse caso, mais vantajoso seria aguardar o trabalho isolado de V. Ex.<sup>a</sup>, com o amparo da outra Comissão. Porque, tirar o direito de voto e de debate desta Comissão de Sistematização, isso, evidentemente, não é possível!

De modo que essas observações – que nada têm, obviamente, de pessoal – resumem-se ao fato de que o trabalho está ordenado, neste Regimento. Vinha sendo feito, assim nas Subcomissões, nas Comissões e esperava-se que a Comissão de Sistematização exercitasse esse papel.

Finalmente, eu diria – para não me alongar – que recebemos, todos nós, um calendário de discussões e de debates das emendas e do substitutivo de V. Ex.<sup>a</sup> Mas, para quê, se aqui não comparece a Mesa da Comissão, se a verdadeira Comissão está lá, nos ermos da Ermida Dom Bosco? E todos os dias a imprensa noticia, inclusive com flashes de nós, reunidos, sem sabermos do que se passa – e até ausentes, porque nem convocados somos – ouvindo uns aos outros, em uma discussão absolutamente estéril.

Para evitar esse constrangimento é que ontem, espontaneamente, vários colegas suscitaram questões que deveriam ser submetidas a V. Ex.<sup>a</sup>, para que, com seu descortino, com sua sabedoria e, sobretudo, com sua alta compreensão da enorme importância do trabalho que está desenvolvendo, nos possibilite chegar a um entendimento consensual sobre a matéria.

**O SR. PRESIDENTE (José Tavares):** – Tem a palavra o Relator Bernardo Cabral.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Meu caro constituinte, líder do Governo, médico Carlos Sant'Anna, devo dizer a V. Ex.<sup>a</sup> que não convoco a Comissão de Sistematização, porque não tenho competência para isso.

Conseqüentemente, se algum órgão de imprensa noticiou que a Comissão se reunia na Ermida Dom Bosco, àquela distância, em local de panorama agradável, não se deve a mim a notícia. O equívoco deve ser atribuído à falta de informações. Quem convoca a Comissão de Sistematização é o Sr. Presidente ou os Srs. Vice-Presidentes, O 1º ou o 2º, não o Relator.

Evidentemente, se argumentação falaciosa houve de minha parte, não deixou de existir também por parte do eminente Líder Carlos Sant'Anna. É que a fase de compatibilizar no que se refere à Comissão de Sistematização já passou há muito tempo. A fase de compatibilização vem da Comissão temática, que apresenta o anteprojeto depois da apresentação do substitutivo. Existe o substitutivo final, a cargo do Relator, que procura fazê-lo, apesar de suas deficiências. O Líder Carlos Sant'Anna, com suas luzes, certamente o faria com mais facilidade.

Note-se o seguinte: não fui eu, eminente Líder, quem marcou a discussão para esta semana. Como pode o Relator ter que ultimar o substitutivo e, ao mesmo tempo, estar presente à discussão? É claro que a falha não é minha. A ida para a Ermida foi uma escolha pessoal do Relator, porque ali não estaria a Assembléia Nacional Constituinte reunida. Mas lá está o Relator e com ele entram em contato tantos quantos queiram lá ir.

Não é verdade que esteja reunida uma Comissão de Sistematização paralela. Até porque é uma injúria afirmar-se que o Relator faria uma convocação desta natureza. O que eu disse no começo – e, àquela altura, a presença sempre honrosa do Líder Carlos Sant'Anna ainda não ocorrera – foi que tantos quantos Constituintes lá quisessem comparecer as portas estariam abertas.

Estamos discutindo exatamente aquilo que é melhor para a Assembléia Nacional Constituinte, não para o Relator. Isto seria somiticaria. Essa mísera maneira de agir, de fazer sozinho as coisas, não seria minha.

O Líder Carlos Sant'Anna vale-se do talento que Deus lhe deu – e que a experiência consagrou – para fazer uma observação, da tribuna, que, aí sim, rende notícia nos jornais. S. Ex.<sup>a</sup> critica a própria Comissão de Sistematização através dos seus comandantes maiores, hoje encarnados na presença física de um jovem de trinta e oito anos – o que mostra que esta Comissão faz um pouco de milagre, até na parte etária.

Mas eu queria dizer ao Líder Carlos Sant'Anna que não me prive da sua amizade e, muito menos, da sua honrosa presença, para discutirmos onde estivermos, aqui, mais adiante, acolá, pois não vejo nenhuma dificuldade nisso.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Permita-me, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (José Tavares):** – Nobre Constituinte Gerson Peres, V. Ex.<sup>a</sup> já usou da palavra no horário regimental. Existem outros colegas inscritos. Gostaria que V. Ex.<sup>a</sup> respeitasse o direito dos demais companheiros. Tem a palavra o constituinte Ademir Andrade.

**O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE:** – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Constituintes, entendo que

estas reuniões da Comissão de Sistematização devem ser suspensas. Não existe motivo para sua realização.

A atribuição de apresentação do substitutivo, regimentalmente, é exclusiva do Relator. O Relator tem tido a elogiável atitude de reunir-se com vários outros Constituintes, que o auxiliam neste trabalho. Mais elogiável ainda é o fato de que o Relator nos diz, neste momento, que essas reuniões estão abertas a todos os Constituintes.

Minha sugestão é no sentido de que se suspendam as reuniões da Comissão de Sistematização, pelas seguintes razões: as reuniões que se estão realizando agora são objetivas, de trabalho; são reuniões informais e não poderiam ser da Comissão de Sistematização. Nelas os assuntos são analisados ponto por ponto, emenda por emenda, o que não pode ser feito de maneira formal. Creio que a fase formal do processo de discussão já se encerrou, após quarenta dias de discussões no plenário da Assembléia Nacional Constituinte. Se realmente o Relator não tem disposição, nem tempo para estar presente nas reuniões da Comissão de Sistematização, abre as portas desta Comissão a todos os Constituintes, para que participem das reuniões informais de trabalho, nas quais não há necessidade de discussão nem de consenso.

Não vejo por que continuarem as reuniões de discussão na Comissão de Sistematização. Entendo que todos deveríamos aproveitar a oportunidade e partir para reuniões de análise e de trabalho, a fim de darmos a contribuição possível ao Relator, num texto que, na verdade, seria só dele.

Minha sugestão é no sentido de que as reuniões da Comissão de Sistematização sejam suspensas, porque vazias, inúteis. Não faz o menor sentido estabelecermos uma discussão sem importância alguma para a resolução da matéria. Daríamos muito mais, em termos de contriguição, se participássemos das reuniões de trabalho promovidas pelo Relator Bernardo Cabral.

**O SR. PRESIDENTE (José Tavares):** – Concedo a palavra ao Constituinte Nilson Gibson, que, desde o início, a está pedindo.

**O SR. CONSTITUINTE NILSON GIBSON:** – Sr. Presidente, nobre Constituinte José Tavares, Constituinte Bernardo Cabral jurista e intelectual dos mais ilustres deste País, a tese esposada pelo Constituinte Ademir Andrade também foi ontem defendida por nós. Solicitei ao Presidente que houvesse recesso da Comissão de Sistematização até que S. Ex.<sup>a</sup>, o Relator apresentasse o segundo substitutivo. Concordo com o Constituinte Ademir Andrade e é muito difícil estarmos diante de uma mesma posição.

**O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE:** – Ainda bem que V. Ex.<sup>a</sup> fez esta ressalva.

**O SR. CONSTITUINTE NILSON GIBSON:** – V. Ex.<sup>a</sup> representa um lado da questão, e eu, outro; este, o motivo por que é difícil nós, nos encontrarmos na mesma caminhada. Todavia, hoje, tenho uma preocupação. Iria fazer o pedido particularmente a V. Ex.<sup>a</sup>, mas, como a palavra me foi concedida, vou fazê-lo de público: V. Ex.<sup>a</sup> acha viável modificar o seu trabalho, para que possa ser manuseado por alguns? Tenho conhecimento de que V. Ex.<sup>a</sup> com a correção e a posição firme, que caracterizam, estabeleceu alguns temas no primeiro substitutivo, que infelizmente, por motivos óbvios, foram modificados.

Gostaria de saber se V. Ex.<sup>a</sup> já tomou as medidas necessárias para evitar que isso se repita com o próximo substitutivo.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Respondo a V. Ex.<sup>a</sup>, determinei a impressão de cada página e rubriquei-as, cuidado que não tive da vez anterior.

**O SR. PRESIDENTE (José Tavares):** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte José Fogaça e, posteriormente, ao nobre Constituinte Miro Teixeira.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FOGAÇA:** – Sr. Presidente, desejo fazer uma observação sobre o que aqui foi dito, relativamente ao trabalho da Comissão de Sistematização.

Não me parecem inúteis, tampouco desnecessárias as reuniões da Comissão de Sistematização. Precisamos entender claramente que o Relator Bernardo Cabral, quando o seu Substitutivo for submetido à votação será apenas um voto entre os noventa e três desta Comissão. Portanto, o nobre Relator não é a pessoa mais importante a ser convencida nos debates que aqui necessariamente se devem travar. Embora S. Ex.<sup>a</sup> vá elaborar um substitutivo que talvez contrarie as expectativas, os desejos e as posições assumidas por alguns Constituintes, se eliminarmos os debates no plenário da Comissão de Sistematização, estaremos transformando o substitutivo do Relator num trabalho absolutamente unipessoal, e ao mesmo impedindo aos demais membros da Comissão de realizarem a tentativa de convencimento dos seus pares.

Mesmo que o Substitutivo do Relator não acolha e não contemple as emendas que ofereci ao anteprojeto, pretendo, pela via do debate e da exposição das minhas idéias, exercer um trabalho de persuasão dos membros da Comissão. A convocação e comparecimento de S. Ex.<sup>a</sup> não me parecem ser de responsabilidade do Relator. É preciso entender claramente que a tarefa de elaboração intelectual do texto do Substitutivo é essencialmente solitária. Portanto, para realizá-la, é necessário que o Relator disponha de tempo para reflexão, antes de elaborar e propor o texto a esta Comissão. Se o Substitutivo é responsabilidade do Relator, que vai responder por ele, S. Ex.<sup>a</sup> tem que elaborá-lo em tarefa exclusiva.

Ouço a aparte do Constituinte Gerson Peres.

**O SR. PRESIDENTE (José Tavares):** – Gostaria de pedir ao Constituinte Gerson Peres que use o microfone, para que suas palavras possam ser registradas pela Taquigrafia. Peço também a S. Ex.<sup>a</sup> que não se exalte, porque ninguém aqui deseja desagradá-lo. Quero apenas disciplinar os trabalhos, e S. Ex.<sup>a</sup> tem o hábito de querer falar a toda hora.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, V. Ex.<sup>a</sup> está ocupando anti-regimentalmente a Presidência, porque é o mais jovem dos integrantes da Comissão. Não deve, portanto, repreender os mais velhos.

**O SR. PRESIDENTE (José Tavares):** – Já, expliquei as razões que me fizeram sentar à Mesa.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Falarei tantas vezes quantas achar conveniente, e o Regimento para isso me amparar.

**O SR. PRESIDENTE (José Tavares):** – Desde que V. Ex.<sup>a</sup> respeite o direito dos seus colegas, poderá fazê-lo.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Não estou desrespeitando direito de quem quer que seja, pois ninguém pediu a palavra antes de mim. Parece que o Sr. Presidente não gosta de me ouvir falar.

**O SR. PRESIDENTE (José Tavares):** – De ouvi-lo não gosto muito, mas respeito V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Parece que V. Ex.<sup>a</sup> está nervoso, por ocupar pela primeira vez a Presidência. Na próxima Constituinte, vamos elegê-lo Presidente.

Ilustre Constituinte José Fogaça, o argumento de V. Ex.<sup>a</sup> se choca com o que está escrito no Regimento. Ou escrevemos este texto para ser cumprido, ou, aceitando a tece de V. Ex.<sup>a</sup>, retiremo-nos todos para deixar o Relator trabalhar, e não se fala mais sobre o assunto. Mas o que está escrito no § 1º do art. 24 do Regimento é que o Relator oferecerá seu parecer no prazo de dez dias, seguindo-se durante quinze dias, a discussão e votação, organizando-se a pauta, com títulos e capítulos a critério do Presidente. Nada disso, porém, está sendo feito.

**O SR. CONSTITUINTE NILSON GIBSON:** – (Fora do microfone. Inaudível.)

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FOGAÇA:** – Pergunto a V. Ex.<sup>a</sup> o que isso tem a ver com o trabalho pessoal do Relator, o de elaborar o Substitutivo.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Tem tudo a ver. O Substitutivo está pronto, está aqui sobre a mesa. Ele será discutido e votado por capítulos e títulos. Muito bem. Foi emendado. O Relator, então, passará a trabalhar sozinho por mais cinco dias. Só depois voltará para discutirmos e votarmos a matéria, quer dizer, quando o Substitutivo retornar a esta Comissão, será apenas para ser votado, porque, se, adotar a tese de V. Ex.<sup>a</sup>, ele estará com a maioria lá.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FOGAÇA:** – V. Ex.<sup>a</sup> está equivocado.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Não, um momento. Ele estará com a maioria lá, mas não terá ninguém aqui.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FOGAÇA:** – V. Ex.<sup>a</sup> está equivocado. Será submetido à discussão e votação.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sim, dois dias.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FOGAÇA:** – Mas, se V. Ex.<sup>a</sup> desativar a Comissão agora, de que forma poderei convencer meus pares sobre minhas idéias, minhas emendas?

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sou contra a desativação. Apenas acho que o Regimento não está sendo cumprido. É disso não tem culpa o Relator. Quero deixar bem claro que quem tem atrapalhado um pouco esse cumprimento é o próprio Presidente da Assembléia Constituinte, que modifica as coisas de vez em quando – tira prazo, põe prazo. Se seguissemos o Regimento, estaria tudo certo, nem teríamos que discutir isso. O Relator está dentro do prazo para concluir e trazer o Substitutivo para ser discutido e votado. Não precisaria fazer essa encenação de ficar falando lá – 54 trabalhando lá e 10 aqui, ouvindo. Isso seria dispensável.

Esta, a minha argumentação. A posição de V. Ex.<sup>a</sup> não combina com o Regimento.

Era o que eu queria dizer.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FOGAÇA:** – O aparte de V. Ex.<sup>a</sup> tem tanto a ver com o que estava expondo, quanto a água tem a ver com o azeite. Ou seja, nada!

Tentava-se dizer que o trabalho do Relator, que é um trabalho intelectual, de elaboração pessoal, precisa ser solitário. Isto é, o Relator tem o direito de recolher-se à sua residência, ou à Ermida Dom Bosco, ou ao Banco

do Brasil ou a qualquer lugar onde entenda que possa realizar um trabalho estritamente pessoal. E poderá convocar para isto tantas pessoas quantas entender que lhe possam prestar assessoramento ou fazer esse trabalho com ele. Mas a responsabilidade do Relator é estritamente pessoal na elaboração e redação do Substitutivo. O Regimento Interno não prevê uma elaboração coletiva do Substitutivo. A elaboração é pessoal. A discussão sobre os temas do Substitutivo não precisa, desde já, ser desativada.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOINO:** – Permite-me um aparte, nobre Constituinte José Fogaça?

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FOGAÇA:** – Um instante, Constituinte José Genoíno.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – O Substitutivo é da Comissão, não é mais de S. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. JOSÉ FOGAÇA:** – Será da comissão depois de por ela votado e aprovado. Enquanto não vor votado, é obra intelectual e pessoal do Relator.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Permita-me um aparte, nobre Constituinte José Fogaça. Em parte, V. Ex.<sup>a</sup> tem razão. O Relator tem a atribuição, outorgada pelo Regimento Interno, de pessoalmente elaborar seu Substitutivo da maneira que quiser e onde quiser. O Substitutivo é da lavra do Relator.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FOGAÇA:** – É isso que estou tentando defender.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOINO:** – Quanto à outra parte, V. Ex.<sup>a</sup> está equivocado. E é este o sentido de minha argumentação neste aparte. Em nossas reuniões informais – mesmo com a pouca experiência parlamentar que temos – decidem-se mais coisas do que nas formais. Portanto, que essas reuniões informais – para ouvir as Lideranças etc. – se realizem nas dependências do Congresso Nacional! Que o Relator disponha de um lugar, onde S. Ex.<sup>a</sup> bem entenda, para sua tranqüilidade, e disponha de condições pessoais, intelectuais, psicológicas para elaborar o Substitutivo. Agora, essas consultas e reuniões coletivas, na medida em que envolvem, de certa forma, não um fórum formal, mas um processo mais amplo, que é a questão das emendas, são mais um trabalho apenas do Relator. Este tem um trabalho pessoal na questão dos substitutivos, mas as emendas dizem respeito a um trabalho coletivo feito por membros da Comissão e da Constituinte.

Que esse trabalho, Constituinte José Fogaça, seja realizado nas dependências do congresso Nacional!

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FOGAÇA:** – Mas isso não é de elaboração coletiva. Trata-se de tarefa pessoal do Relator, que dará parecer pela aprovação ou rejeição das emendas. E caberá a este Plenário aprovar ou rejeitar esse parecer. O trabalho coletivo do Plenário é aprovar ou rejeitar o parecer do Relator, e não tentar participar coletivamente da elaboração do substitutivo. Este não é de elaboração coletiva, mas de elaboração pessoal do Relator, que se reunirá na sua Casa, na casa dos franciscanos, ou onde bem entender, conforme a sua necessidade pessoal. Mesmo assim, não estará transportando a Constituinte para lá, mas apenas a sua competência pessoal, de responsabilidade pela elaboração do substitutivo.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Vamos usar este grande latifúndio que é o Congresso Nacional.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FOGAÇA:** – Agora, não posso entender que, só pelo fato de o Relator estar entregue à sua tarefa pessoal e intelectual de elaboração do

substitutivo, tenhamos de desativar nossas reuniões tão necessárias para o elucidaste das questões. É aqui e agora que está centrado o trabalho. O de que preciso neste momento, como membro da Comissão de Sistematização, é convencer os seus integrantes em relação às minhas pobres emendas e ser ouvido. Para isso já estou inscrito. Se encerrarmos os trabalhos de plenário da Comissão de Sistematização, sequer saberei se poderei contar com os votos suficientes por ocasião da discussão da matéria, porque não houve trabalho de discussão e de convencimento coletivo. Entre a prática e o que o Regimento prevê, fico com o Regimento.

**O SR. CONSTITUINTE SIQUEIRA CAMPOS:** – Permite-me V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. PRESIDENTE (José Tavares):** – Gostaria de lembrar que o tempo de V. Ex.<sup>a</sup> já se esgotou.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FOGAÇA:** – Encerraria, se não fosse o aparte do nobre Constituinte Siqueira Campos.

**O SR. CONSTITUINTE SIQUEIRA CAMPOS:** – Serei breve. Peço a V. Ex.<sup>a</sup> que cancele a minha inscrição.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FOGAÇA:** – Com muito prazer.

**O SR. CONSTITUINTE SIQUEIRA CAMPOS:** – Como bem citou o nobre Relator Bernardo Cabral, estive ontem no Instituto Israel Pinheiro, por sinal um belo e bom local para se trabalhar. É uma responsabilidade de S. Ex.<sup>a</sup>, que tem competência, escolher o local que queira. Este substitutivo é sua responsabilidade. Temos o prazo regimental para discutirmos e votarmos a matéria do dia 21 de setembro ao dia 2 de outubro, S. Ex.<sup>a</sup> nada está fazendo que não tenha de submeter à Comissão, e fazê-lo. O que estamos fazendo? Temos de usar todos os argumentos em defesa das nossas emendas para convenceremos os nossos pares, porque o relator já tem sua posição.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FOGAÇA:** – Sim, porque, depois de pronto o substitutivo, ele é apenas um voto e eu preciso de 93 ou de 47 votos.

**O SR. CONSTITUINTE SIQUEIRA CAMPOS:** – S. Ex.<sup>a</sup> é o homem mais importante, é a figura central da Constituição e não só da Constituição.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FOGAÇA:** – Sem dúvida.

**SR. CONSTITUINTE SIQUEIRA CAMPOS:** – Na realidade, isso vai influir muito. Esta Constituição terá muita coisa de S. Ex.<sup>a</sup>, graças a Deus. Nós vamos apoiá-lo. S. Ex.<sup>a</sup> está dando sua contribuição. Ontem, assim que abri a porta, S. Ex.<sup>a</sup> gentilmente mandou que me sentasse ao seu lado. E faz isso com todo mundo!

O que acontece é que há esse prazo para discutirmos as diversas matérias, e vamos discuti-las, como bem disse V. Ex.<sup>a</sup>, para tentar convencer nossos pares. Ocorre que todas as emendas apresentadas têm justificativas que estão chegando às mãos – assim como as emendas – do nobre Relator. S. Ex.<sup>a</sup> tem conhecimento das emendas e das justificações. Agora, o que se vai discutir aqui são novos dados e elementos para tentar arranjar votos. Caso S. Ex.<sup>a</sup> acolha essas emendas, tudo bem. Caso contrário, a tentativa será de convencer a Comissão no sentido de derrubar determinada medida eventualmente adotada por S. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FOGAÇA:** – Estão aí os pedidos de destaque.

**O SR. CONSTITUINTE SIQUEIRA CAMPOS:** – Este é um direito democrático, que S. Ex.<sup>a</sup> não nega. Esta fase

é para isso, e é necessária. A Comissão, hoje, está vazia, é verdade. Mas é que desapareceu, num desastre terrível, uma figura por todos nós querida, Estou muito à vontade para falar, porque fui adversário político de Marcos Freire, um homem notável, que integrou o Parlamento por muito tempo. Há luto oficial. Esta sessão deveria, inclusive, ter sido suspensa em respeito a Marcos Freire, uma das melhores figuras desta República. Em função disso, o plenário está meio esvaziado, pois os Parlamentares estão acorrendo à sua residência para solidarizarem-se, neste momento de dor, com sua família. Não é por outra razão.

A Comissão tem sido efetivamente bem freqüentada. O Relator tem designado seus representantes substitutos, como fez com V. Ex.<sup>a</sup> Acho que, a essa altura dos acontecimentos, devemos dar ao Relator condições para fazer melhor trabalho possível, com tranqüilidade e paz. A responsabilidade é de S. Ex.<sup>a</sup>. Esta é a sua competência. Está no Regimento.

Vamos discutir, repito, o parecer do relator, do dia 21 de setembro ao dia 2 de outubro. Temos bastante prazo, portanto, para discutir, contando com a presença de S. Ex.<sup>a</sup> aqui, porque, aí sim, já terá elaborado o substitutivo e estará presente, como sempre esteve. Eu o vi aqui, aos sábados e domingos, naquelas sessões extraordinárias da Constituinte. S. Ex.<sup>a</sup> sempre esteve presente. Por que não estaria agora? No momento, não pode e não deve estar presente. S. Ex.<sup>a</sup> deve estar fazendo o seu trabalho. O Relator tem o nosso apoio, o apoio do Partido Democrata Cristão.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FOGAÇA:** – Para encerrar minha participação, quero dizer que concordo em dois pontos com o Constituinte Siqueira Campos: primeiro, evidentemente, pela lembrança desse fato que consternou a todos nós, ou seja, o impacto dramático da notícia do falecimento do Ministro Marcos Freire; em segundo lugar, pelo fato de S. Ex.<sup>a</sup> lembrar que teremos o momento de discutir e de votar. Não poderemos sequer discutir e votar, se desde já não estivermos fazendo um trabalho de divulgação das nossas emendas e das suas justificativas. O espaço e ambiente são próprios e o momento é adequado também agora, neste período em que o Relator está trabalhando na sua tarefa pessoal de elaboração do substitutivo.

Não consigo entender, porém, aqueles que querem entrar na subjetividade do Relator, para dizer que S. Ex.<sup>a</sup> tem de vir aqui para receber nossa influência. Não! Cabe ao Relator elaborar o substitutivo, que, portanto, não é obra coletiva, e o relatório sobre as emendas com o parecer pela sua aprovação, rejeição ou prejudicialidade. Se, desde já, fôssemos todos coletivamente responsáveis pela elaboração do substitutivo, pelo parecer pela prejudicialidade, aprovação ou rejeição das emendas, a outra fase para discutir e votar tornar-se-ia desnecessária. O parecer já seria obra coletiva e, portanto, majoritária da Comissão.

Com isso, quero dizer ao Presidente desta reunião que eu particularmente encerraria esta intervenção, não fosse pedido de aparte do nobre Líder do Governo, que eu também gostaria de ouvir.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Nobre Constituinte José Fogaça, V. Ex.<sup>a</sup> está laborando em equívoco sempre repetido, ainda que resultante da prática parlamentar. O Relator não é o autor do substitutivo, mas seu relator. V. Ex.<sup>a</sup> está laborando em equívoco, ao confundir Relator com autor. O Relator relata os acontecimentos, os quais ele capta. O autor é diferente.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FOGAÇA:** – Para isso, há as emendas e sua justificativa.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Então V. Ex.<sup>a</sup> refere-se à subjetividade da condição de autor, mas, evidentemente, labora em equívoco, pois o trabalho do eminente Constituinte Bernardo Cabral é de Relator, não de autor.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FOGAÇA:** – Não cabe o julgamento que V. Ex.<sup>a</sup> faz a esse respeito. O ilustre Relator Bernardo Cabral está agindo como um verdadeiro Relator.

**O SR. PRESIDENTE (José Tavares):** – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, o ilustre Constituinte Miro Teixeira. Em seguida, suspenderei a sessão, em homenagem póstuma ao eminente Ministro Marcos Freire.

**O SR. CONSTITUINTE MIRO TEIXEIRA:** – Prezado Relator Bernardo Cabral, farei aqui o inverso do discurso de Marco Antônio, tão bem produzido por Shakespeare. "Não vim aqui louvar César, vim enterrá-lo", disse Marco Antônio. Quanto a mim, não venho enterrar o Relator, mas louvá-lo.

O Relator merece todos os elogios daqueles Constituintes que têm acompanhado seu trabalho e sua preocupação em atender a todos os companheiros que batem à sua porta para levar uma emenda, para discutir um ponto do substitutivo ou para trazer à discussão qualquer assunto relativo ao andamento dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte. Tive inúmeras oportunidades de constatar, no gabinete do Relator, não apenas a presença de Constituintes, mas também de todos os cidadãos que lá compareceram para conversar com S. Ex.<sup>a</sup>, individualmente ou em grupos. Tivemos a presença, nesta Assembléia da intelectualidade mais exuberante, dos grupos de artistas mais expressivos aos grupos indígenas mais significativos da cultura brasileira. Todos desfilaram no gabinete do Relator, que procurou, no substitutivo que produziu, representar essas correntes de pensamento. O povo se fez presente nos corredores desta Casa, nas reuniões nas subcomissões, nas comissões temáticas e até agora, à época das emendas populares. É evidente que todos estamos percebendo essas dificuldades que os companheiros relataram. Só que estamos analisando a obra e inculcando o autor errado, pois, na verdade, o Relator Bernardo Cabral se recolheu a um lugar onde pudesse ter condições materiais para produzir a segunda versão do seu substitutivo, ou para elaborar parecer a essas emendas, mas abriu as portas a todos os companheiros, para que lá comparessem.

Agora, de repente, pessoas que desejavam ocupar a cena política – a verdade é esta, estamos diante de um fato político, não de um fato regimental – a qual, a esta altura, regimentalmente, cabe ao Relator. Criaram uma grande confusão, criaram um "eventograma". Então, são reuniões pela manhã com o Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, que convocou não sei quem para participar não sei de quê. O Relator não tem nada com isso. Não foi ele que convocou ninguém, não foi ele que produziu ou que vem produzindo esses eventos que, perante a opinião pública, podem até afetar a imagem da Comissão de Sistematização. Devemos reconhecer o fato, mas temos de entender que nada disso vem sendo produzido pelo Relator Bernardo Cabral.

Ouçó, com prazer, o Constituinte José Genoíno.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Sr. Presidente, no início da sessão abordei um problema sério, que gostaria de mencionar novamente.

Não se trata da questão referente ao Relator. Não podemos aceitar que o plenário da Assembléia Nacional Constituinte e a Comissão de Sistematização fiquem praticamente sem funcionar durante muitos dias, havendo apenas reuniões como as que estão acontecendo. É necessário que haja essas reuniões e que se realizem, de preferência, na sede do Congresso Nacional, e que a Assembléia Nacional Constituinte e a Comissão de Sistematização, que de uma hora para outra deixaram de funcionar, voltem a reunir-se.

Até quando não haverá sessão plenária da Assembléia Nacional Constituinte? As reuniões da Comissão de Sistematização estão esvaziadas. Este é o problema que temos de resolver. E isso não ocorre por culpa do Relator. Temos de levar essa questão aos Presidentes da Assembléia Nacional Constituinte e da Comissão de Sistematização. Não podemos aceitar que fiquem dez dias sem funcionar. Este é o problema para o qual temos de encontrar uma solução.

**O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE:** – Permita-me, Sr. Presidente.

Gostaria de lembrar que as quatorze mil emendas foram apresentadas por todos os Constituintes e não apenas pelos integrantes da Comissão de Sistematização. Então, é necessário – isso sim – que se reiniciem as sessões da Assembléia Nacional Constituinte, quando serão defendidas as nossas propostas e os nossos pontos de vista, junto a todos os Constituintes. Não faz sentido haver apenas as reuniões da Comissão de Sistematização, que, como vimos, na prática são esvaziadas.

A defesa das emendas populares, por exemplo, constituiu verdadeira decepção, pois as reuniões foram realizadas com apenas quatro ou cinco Constituintes. Assim, não vamos repetir o mesmo erro, mas exigir da Mesa da Comissão de Sistematização a reabertura das sessões da Assembléia Nacional Constituinte, como eram realizadas antes, suspendendo as reuniões de discussão na Comissão de Sistematização.

Esta é a nossa proposta. Gostaria que V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Presidente, não encerrasse esta reunião sem antes decidir esta questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (José Tavares):** – Informo a V. Ex.<sup>a</sup>, nobre Constituinte Ademir Andrade, que não apenas aos membros da Comissão de Sistematização cabe o direito de usar da palavra, em apartes ou na defesa de emendas. Na Comissão de Sistematização qualquer Constituinte tem esse direito. Apenas não tem, evidentemente, o direito de votar, aquele que não seja membro da Comissão. Portanto, não sei se seria solução restabelecermos o funcionamento da Assembléia Nacional Constituinte como um todo.

Continua, com a palavra o Constituinte Miro Teixeira.

**O SR. CONSTITUINTE MIRO TEIXEIRA:** – Concedo um aparte ao Constituinte Artur da Távola.

**O SR. CONSTITUINTE ARTUR DA TÁVALA:** – Pedi o aparte a V. Ex.<sup>a</sup> para solicitar reflexão aos membros da Comissão de Sistematização.

Creio que um dos graves erros que a Comissão está cometendo é o de realizar suas reuniões sob a firma de plenário.

Na estrutura de um Parlamento a reunião de Comissão tem, naturalmente, caráter de debate, de reflexão, de troca de idéias. Até diria que tem um caráter mais intimista. Por isso, as Comissões nos Parlamentos reúnem-se em local alheio ao plenário, inclusive porque o plenário favorece esse tipo de discussão.

A natureza da comissão é eminentemente técnico-política, não tem a característica do debate em plenário. E o que vem ocorrendo é que a Comissão de Sistematização reúne-se no plenário da Câmara, com características de plenário, levando cada participante a seguir o ritual do debate, até mesmo no tipo de discurso, na retórica e no fato de ocupar a tribuna. Essa é uma dinâmica interna de plenário, que, evidentemente, não se coaduna com o tipo de trabalho de reflexão, de debate que uma Comissão precisa ter.

Já tive uma conversa pessoal com o Senador Afonso Arinos a esse respeito. Em princípio, S. Ex.<sup>a</sup> concordou, mas sentiu-se sem condições de alterar a sistemática.

Sugiro, portanto, à comissão, que se reúna como tal, até mesmo no caso de discussão das emendas populares, evitando-se assim – como bem lembrou o Constituinte Ademir Andrade, vexames como os que já ocorreram porque estávamos no plenário. Se estivéssemos em uma Comissão de natureza mais recolhida, propícia à troca de debates, não aconteceria aquela cena do vazio imenso do plenário para pessoas que aqui trouxeram o melhor de sua colaboração.

Sr. Presidente, meus companheiros, deixo a sugestão de que nos reunamos, daqui por diante, não como plenário – que tem característica dinâmica e conteúdo emocional e político próprios – mas como Comissão, a fim de que nos possamos debruçar de modo mais responsável e comum sobre os problemas cuja análise cabe à Comissão.

**O SR. CONSTITUINTE MIRO TEIXEIRA:** – Concluo, Sr. Presidente.

Quis apenas trazer a modesta palavra de um Constituinte que viveu, todo esse tempo, batendo às portas do Gabinete, do Relator Bernardo Cabral, e ali encontrou outros Constituintes e grupos da sociedade, como antes referi.

Associo-me à reclamação dos companheiros quanto à ausência do Constituinte Bernardo Cabral nestes dias em que está dedicado a uma nova versão do substitutivo, apenas porque seu convívio nos é muito agradável e porque S. Ex.<sup>a</sup> sempre nos transmitiu muitos ensinamentos.

De resto, Constituinte Bernardo Cabral, V. Ex.<sup>a</sup> á tem honrado o voto que obteve para chegar a Relatar da Comissão de Sistematização da Assembléia Nacional Constituinte e está pagando hoje apenas pela maneira gentil como se relaciona com seus companheiros. Inclusive, alguns estão tentando ocupar espaço político às custas do trabalho de V. Ex.<sup>a</sup>, indo à Ermida Dom Bosco apenas para entrevistas. Ocupando, assim, uma cena que, a rigor, deveria ser destinada à discussão da Constituição moderna que o País espera, sem o que nossa população ficará muito frustrada.

**O SR. PRESIDENTE (José Tavares):** – Agradeço a V. Ex.<sup>as</sup> as manifestações.

A Presidência decidirá as duas questões de ordem dos Constituintes Ademir Andrade e Artur da Távola. Para que eu possa, no entanto, tomar uma decisão, tenho que voltar a justificar minha presença, hoje, na Presidência da Comissão. Repito: estou aqui na condição de mais velho, com 38 anos. Não tenho, evidentemente, condições de decidir assunto de tal magnitude.

Como às 14 horas teremos outra reunião – já com a presença do titular Afonso Arinos e do Relator Substituto, na ausência do Constituinte Bernardo Cabral, o Senador José Fogaça, talvez seja aquela reunião o foro mais apropriado para decidirmos questões dessa importância.

Conto com a compreensão dos Constituintes Ademir Andrade e Artur da Távola. Estou de acordo com as razões apresentadas por S. Ex.<sup>as</sup>.

Suspendo esta reunião, agradecendo a todos a presença – numa homenagem póstuma ao Ministro Marcos Freire, falecido em trágico e lamentável acidente.

Está suspensa a reunião até às 14 horas.

### Termo de Reunião

Aos dez dias do mês de setembro de mil novecentos e oitenta e sete, às nove horas e trinta minutos, a Comissão de Sistematização deixou de reunir-se, por falta de quorum. Aguardando-se o decurso de prazo por trinta minutos, e persistindo a insuficiência de número regimental, às dez horas, o Senhor Constituinte Brandão Monteiro, Segundo Vice-Presidente, no exercício da Presidência, declarou que aquela reunião destinada a dar continuidade aos debates do Substitutivo do Relator, Constituinte Bernardo Cabral, deixava de se realizar, convocando nova reunião, para o mesmo dia, às quatorze horas, no Plenário do Senado Federal. Compareceram os seguintes Senhores Constituintes: Inocêncio Oliveira, João Herrmann Neto, José Fogaça, José Geraldo, Manoel Moreira, Paulo Ramos, Nelson Friedrich, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, José Genoíno, Márcio Braga, Paes Landim e Ricardo Izar. E para constar, eu, Maria Laura Coutinho, Secretária, lavrei o presente Termo.

### 25ª Reunião Extraordinária

Aos dez dias do mês de setembro do ano de mil novecentos e oitenta e sete, às quatorze horas e quarenta e sete minutos, no Plenário do Senado Federal, reuniu-se a Comissão de Sistematização, sob a Presidência do Senhor Constituinte Nelson Carneiro (art. 6º, parágrafo único – RI – ANC), presentes os seguintes Senhores Constituintes: Alcení Guerra, Artur da Távola, Carlos Sant'Anna, Celso Dourado, Edme Tavares, Afonso Arinos, Francisco Rossi, Gerson Pares, Ibsen Pinheiro, Inocêncio Oliveira, João Calmon, José Fogaça, José Geraldo, José Lins, José Luiz Mala, José Thomaz Nonô, José Ulisses de Oliveira, Luís Eduardo, Lysâneas Maciel, Manoel Moreira, Mário Assad, Mário Lima, Nelson Carneiro, Nelson Friedrich, Paulo Ramos, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Siqueira Campos, Virgildásio de Senna, Adylson Motta, Bocayuva Cunha, Chagas Rodrigues, Fernando Santana, João Natal, Jonas Pinheiro, José Tavares, Octávio Elísio, Paes Landim e Ricardo Izar. Estiveram presentes, ainda, os Senhores Constituintes, não integrantes da Comissão: Hélio Rosas, Mauro Miranda., Israel Wanderley, Manoel Ribeiro, Darcy Deitos, Nelson Seixas, Nestor Duarte, Arnaldo Martins, Chagas Duarte, Ubiratan Spinelli, Antonio Câmara, José Elias Murad, Maria de Lourdes Abadia, José Fernandes e Chico Humberto. Deixaram de comparecer os Senhores Constituintes: Abigail Faltosa, Ademir Andrade, Adolfo Oliveira, Alfredo Campos, Almir Gabriel, Aloysio Chaves, Aluizio Campos, Antônio Farias, Antônio caldos Konder Reis, Antônio Carlos Mendes Thame, Arnaldo Prieto, Bernardo Cabral, Brandão Monteiro, Carlos Chiaralli, Carlos Mosconi, Christóvam Chiaradia, Cid Carvalho, Cristina Tavares, Darcy Pozza, Egidio Ferreira Lima, Eraldo Tinoco, Fernando. Bezerra Coelho, Fernando Gasparian, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Lyra, Francisco Benjamin, Francisco Dornelles, Francisco Pinto, Gastone Righi, Haroldo Lima, Haroldo Sabóia, Jamil Haddad, Jarbas Passarinho, João Herrmann Neto, Joaquim Bevilacqua, José Freire, José Ignácio Ferreira, José Jorge, José Maurício, José Paulo Bisol, José Richa, José Santana de Vasconcellos, José Serra, Luís Inácio Lula da Silva,

Marcondes Gadelha, Milton Reis, Nelson Jobim, Nilson Gibson, Oscar Corrêa, Osvaldo Coelho, Osvaldo Lima Filho, Paulo Pimentel, Pimenta da Veiga, Plínio de Arruda Sampaio, Prisco Viana, Ricardo Fiúza, Roberto Freire, Rodrigues Palma, Sandra Cavalcanti, Severo Gomes, Sigmaringa Seixas, Theodoro Mendes, Virgílio Távora e Wilson Martins. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, anunciando que a reunião se destinava a continuar a discussão do Substitutivo do Senhor Relator, Constituinte Bernardo Cabral. A seguir, convidou o Senhor Constituinte José Fogaça para compor a Mesa, como Relator-Substituto, concedendo a palavra, para discussão, aos seguintes Senhores Constituintes: 1) José Tavares – apartes: Octávio Elísio, Inocêncio Oliveira e José Fogaça; 2) Darcy Deitas – apartes: Raimundo Bezerra, Celso Dourado, e Francisco Rossi; 3) Raimundo Bezerra – apartes: Inocêncio Oliveira, Gerson Pares e Francisco Rossi; 4) Octávio Elísio – apartes: Fernando Santana, Renato Vianna, José Tavares e Afonso Arinos. O Senhor Constituinte José Luiz Maia, falando pela ordem, solicitou ao Senhor Presidente que fosse recomendado ao Prodasen especial atenção no sentido de ser o novo Substitutivo impresso em tipos gráficos que possibilitem a leitura do texto, sobretudo para as pessoas portadoras de deficiências visuais. Em resposta, o Senhor Presidente Nelson Carneiro informou que seriam adotadas as providências necessárias ao atendimento do apelo; 5.) Hélio Rosas – apartes: Renato Vianna; 6º) Chagas Rodrigues – apartes: Fernando Santana e José Fogaça; 7º) Doreto Campanari – apartes: Artur da Távola e José Fogaça. Esgotada a lista de oradores e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente convocou nova reunião para o dia onze do corrente, às nove horas, e encerrou os trabalhos às dezessete horas e trinta minutos. O inteiro teor desta reunião foi gravado, devendo ser publicado no **Diário da Assembléia Nacional Constituinte** e constituir-se-á na Ata circunstanciada dos trabalhos. E para constar, eu, Maria Laura Coutinho, Secretária, lavrei a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro):** – Havendo número regimental, declaro aberta a reunião da Comissão de Sistematização.

Passarei a palavra aos oradores inscritos para falar nesta tarde e, em seguida, concederei a palavra aos três oradores que se inscreveram para ocupar a tribuna, na parte da manhã, e não o puderam fazer por falta de **quorum** para abertura.

Convido o eminente Senador José Fogaça, Relator-Substituto, para tomar assento à Mesa.

Tem a palavra o nobre Constituinte José Tavares.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ TAVARES:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Inscrevi-me para usar da tribuna, nesta reunião da Comissão de Sistematização, para tentar defender algumas emendas que apresentei ao substitutivo do nobre Relator, Constituinte Bernardo Cabral.

Anteontem e ontem muito se discutiu, aqui nesta Comissão, a respeito da importância da presença do eminente Sr. Relator por ocasião da defesa de emendas ao seu substitutivo. Sabiamente, esta Comissão acolheu a sugestão da Mesa, no sentido de designar um relator-adjunto e o fez na pessoa do bravo Senador José Fogaça. Portanto, Sr. Presidente, eminente Relator José Fogaça

e meus colegas Constituintes, pretendo, nesses minutos regimentais, proceder à fundamentação de emendas que apresentei ao Substitutivo Bernardo Cabral. Caso o meu tempo permita, procurarei discorrer sobre duas emendas relacionadas com a educação. Se, porventura, o meu tempo não for suficiente, discorrerei apenas sobre uma que é, exatamente, a que primeiro pretendo defender.

No projeto anterior ao Substitutivo atual do Constituinte Bernardo Cabral, S. Ex.<sup>a</sup> contemplava, no Capítulo Educação, um dispositivo relacionado com o ensino superior e dizia, de maneira clara, que o ensino superior em nosso País seria preferencialmente de responsabilidade da União. Mas, especificamente, diz o § 1º do art. 378, do projeto anterior ao Substitutivo de Bernardo Cabral:

"Compete preferencialmente à União organizar e oferecer o ensino superior."

Na atual substitutivo este dispositivo foi suprimido, não faz parte do mesmo. E como somos de entendimento que o ensino superior deva ser de responsabilidade da União, de sua inteira responsabilidade, então, encaminhamos uma emenda, em tempo hábil, e é exatamente esta que pretendemos defender.

E por que buscamos reinserir no Substitutivo Bernardo Cabral esta responsabilidade da União para com o ensino de 3º grau? Exatamente, porque somos oriundos de um Estado, mas não somente por isso, em que o ensino superior, quase que na sua totalidade, é mantido pelo Governo do Estado. Nós temos três universidades estaduais, em três regiões distintas: uma em Londrina, que é a minha cidade; outra em Ponta Grossa; e outra em Maringá. E essas três universidades consomem uma soma vultosa de recursos dos cofres públicos estaduais.

Para que V. Ex.<sup>as</sup> tenham uma idéia, está orçada, com base em dados do mês de maio deste ano, para o exercício seguinte, uma despesa de 2 bilhões e 500 milhões de cruzados dos cofres públicos estaduais para a manutenção do ensino superior no Estado do Paraná. E temos lá uma universidade, na Capital, em Curitiba, que tem, inclusive, a faculdade mais antiga do País, que é a Faculdade de Medicina.

Acontece que o nosso Estado, na minha opinião, por omissão, por desinteresse, por falta até de amor pelo próprio Estado, ao longo dos anos, ficou abandonado no que diz respeito ao ensino superior. Já tivemos até Ministro da Educação do nosso Estado e, lamentavelmente, na área do ensino superior, nada se fez para o Paraná, ao passo que em outros Estados, em cidades que não são capitais, existem até universidades federais. Acho até que isso é mérito da classe política daqueles Estados, mas não posso também deixar de registrar a falta de mérito, de dedicação, a falta até de respeito para com o povo do Paraná, por parte daqueles que lideraram o nosso Estado ao longo dos anos, e que tiveram condições de implantar no nosso Estado mais de uma universidade federal e não o fizeram. E nós, então agora, que estamos à frente do Governo do Estado pela segunda vez: primeiro, com o Governador José Bicha e, agora, com o Governador Álvaro Dias, de posse dos dados reais, de números oficiais de dispêndio do Governo Estadual com a manutenção dessas universidades e de várias faculdades isoladas, não poderíamos, de maneira alguma, ficar indiferentes, numa hora em que estamos buscando aprovar uma nova Constituição para o País. Disse que o Governo do Paraná, a título de ilustração, despenderá, a custos de maio deste ano, 2 bilhões e 500 milhões de cruzados com o ensino superior em nosso Estado.

Para que V. Ex.<sup>as</sup> tenham uma idéia, o Paraná é um Estado considerado rico, é um Estado em que a agricultura corresponde. Este ano, por exemplo, estamos tendo a maior safra de trigo da nossa história, apesar de todos os fatores adversos, inclusive, uma nova modalidade de praga que se abateu sobre a região norte do Estado, que é a região que represento. Mesmo assim, o Paraná, através do trabalho, da dedicação dos agricultores, responderá por 28% da produção nacional de grãos.

Acho que isto não é o suficiente para que continuemos a bancar um ensino superior que não é da nossa responsabilidade. Tradicionalmente, o ensino superior tem sido de responsabilidade do Governo da União. Por esta razão é que estamos defendendo esta emenda, para que o Governo Federal assumira, real e efetivamente, as suas responsabilidades de manutenção do 3º grau. Quanto ao 1º e 2º graus temos consciência do dever da sua manutenção e da responsabilidade da sua gestão.

Agora, começamos a imaginar se pudéssemos nos livrar desse altíssimo ônus de arcarmos para o ano que vem, a custo de maio, de 2 bilhões e 500 milhões de cruzados e aplicarmos essa soma vultosa que representa 5,8% da nossa receita tributária no 1º e no 2º graus, o que não seria o Estado do Paraná, em termos de ensino fundamental!

Portanto, meus queridos colegas de Comissão de Sistematização, meu prezado Relator Senador José Fogaça, eminente Presidente Senador Nelson Carneiro, eu venho à tribuna exatamente para fazer a defesa desta emenda. Sei que o Constituinte Octávio Elísio, Representante de Minas Gerais, que já foi Secretário de Educação do saudoso Tancredo Neves, também esposa essa idéia, sei até que este texto do antigo projeto era de autoria de S. Ex.<sup>a</sup> e que por isso eu tenho o maior prazer em ouvi-lo. Evidentemente que, ao ouvi-lo, gostaria de contar com a atenção, com a compreensão, com o apoio e com o estímulo de V. Ex.<sup>as</sup> para essa nossa emenda que reputo da maior importância.

Concedo o aparte a V. Ex.<sup>a</sup>, nobre Constituinte Octávio Elísio.

**O SR. OCTÁVIO ELÍSIO:** – Sr. Presidente, prezados Constituintes da Comissão de Sistematização, quero inicialmente cumprimentar o eminente Constituinte José Tavares pelas preocupações que o levam a essa tribuna para a defesa de uma emenda na área da educação. Só o fato de V. Ex.<sup>a</sup> ter subido à tribuna para discutir um tema da importância da educação e com tamanha propriedade, já merece de nossa parte todo aplauso. E V. Ex.<sup>a</sup> vem defender a tese de que o ensino de 3º grau ou ensino universitário deve ser de competência exclusiva da União. Como disse V. Ex.<sup>a</sup>, o que estava no primeiro Anteprojeto Bernardo Cabral era uma emenda de minha autoria dando à União a prioridade do atendimento em termos de ensino superior. Quando discutimos isto na Comissão Temática, julgou-se que seria conveniente, ao invés de, no texto constitucional, estabelecermos divisão de prioridades entre os níveis de ensino e a União, Estados e Municípios, que deixássemos que isto fosse feito pela legislação complementar – a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Apesar de estar inteiramente de acordo com a sua proposta, gostaria de adiantar que, na Comissão Temática e na Subcomissão, julgou-se mais conveniente que essa divisão não fosse estabelecida na Constituição, mas que fosse estabelecida no futuro pela legislação complementar. Entretanto, não tenho dúvida de que Estados como o Paraná não têm condições de continuar a arcar com a responsabilidade pela manutenção do ensino superior. Meus cumprimentos ao prezado Constituinte pela emenda que defende hoje nesta Comissão.



**O SR. JOSÉ TAVARES:** – Agradeço o aparte de V. Ex.<sup>a</sup> Temos conversado muitos a respeito deste assunto. V. Ex.<sup>a</sup>, como profundo conhecedor da área, sabe melhor do que este Constituinte que, se os Estados pudessem, se não na sua totalidade, pelo menos em parte, ser socorridos pelo Governo da União para a manutenção do 3º grau, seria uma medida de alta justiça. Vou dar um dado e, logo após, concederei o aparte ao nobre Constituinte Inocêncio Oliveira, que pode muito bem mostrar a magnitude do que estamos aqui a defender. A Universidade de Londrina, somente a Universidade de Londrina, que é mantida pelo Estado do Paraná, ela tem o orçamento maior do que o Município de Londrina, que tem 400 mil habitantes e que é a segunda maior cidade do Estado. E o que é mais grave, todo esse volume de recursos que a universidade tem, segundo a sua Reitoria, não é suficiente para que ela desenvolva, em termos de qualidade, as suas obrigações de educar. Então, vejam V. Ex.<sup>as</sup> a grandeza deste problema; somente uma universidade consome um orçamento maior do que o do próprio Município da cidade de Londrina, e quem arca com essa responsabilidade, repito, é quase que exclusivamente o governo do Estado; 80% dessas despesas são efetuadas com recursos repassados, mensalmente, pelo Governo do Paraná. Pois não, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro):** – O tempo de V. Ex.<sup>a</sup> está esgotando, de modo que eu peço a V. Ex.<sup>a</sup> que conceda os apartes ao nobre Constituinte Inocêncio Oliveira e ao Constituinte José Fogaça que manifestou esse desejo. E rogaria a V. Ex.<sup>a</sup>, em face do grande número de oradores, que concluísse sua oração, lamentando que não pudesse ler todo o seu discurso.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ TAVARES:** – Agradeço a preocupação de V. Ex.<sup>a</sup> Concedo o aparte ao nobre Constituinte Inocêncio Oliveira.

**O SR. CONSTITUINTE INOCÊNCIO OLIVEIRA:** – Meu caro colega José Tavares, concordo com V. Ex.<sup>a</sup> em gênero, número e grau. Acreditamos que o ensino de terceiro grau é um ensino muito caro, ficando os Estados e os Municípios sem condições de arcar com essa responsabilidade, causando graves problemas ao próprio ensino, que se torna muitas vezes deficiente pela falta de recursos. V. Ex.<sup>a</sup> citou o caso do seu Estado, o Paraná, que é um Estado rico e que tem grandes dificuldades em manter três Universidades. Avalie, meu caro colega, um pequeno Município ou um Município de porte médio, como o meu, minha terra natal, Serra Talhada, que mantém uma Faculdade com mais de mil alunos, e tem grandes dificuldades. Muitas vezes o orçamento dessa Faculdade é superior também às possibilidades do Município, fazendo com que tenha grandes dificuldades em manter essa entidade de ensino de 3º grau. Do mesmo modo, achamos que a Constituição deveria estabelecer princípios para os outros níveis. Por exemplo; defendo, também através de uma emenda, que seja destinado ao Município apenas o ensino do 1º grau menor – 1ª, 2ª 3ª e 4ª séries do 1º grau – e ao Estado o ensino da 5ª, 6ª, 7ª e 8ª séries, ou seja, o 2º grau menor e o 2º grau, ficando a União com toda a responsabilidade do ensino de 3º grau. Portanto, congratulome com V. Ex.<sup>a</sup> por defender essa emenda do nobre colega e Constituinte Octávio Elísio, desejando que todos os Constituintes incorporem-se a ela, para que possamos inserir no texto constitucional um dispositivo educacional condizente com a realidade do nosso País. Muito obrigado a V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ TAVARES:** – Eu é que agradeço o aparte de V. Ex.<sup>a</sup> e o incorporo ao meu pronunciamento, evidentemente concordando, também, com todos os seus termos.

Concedo o aparte ao nosso Relator José Fogaça.

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – Nobre Constituinte José Tavares, toda fundamentação de V. Ex.<sup>a</sup> é procedente, criteriosa e eu diria, até, convincente. Mas eu gostaria de ouvir de V. Ex.<sup>a</sup> alguns argumentos, algumas ponderações em torno da seguinte realidade: sabemos que, no que tange à questão tributária, o projeto de Constituição caminha para uma redistribuição para os Estados e Municípios. Em outras palavras, haverá – vou usar uma expressão clara – haverá o empobrecimento do Governo Federal. Com isto, os percentuais orçamentários dedicados à educação naturalmente também decrescerão. Como é que V. Ex.<sup>a</sup> encara essa questão? Qual é a sua posição? Qual é a sua argumentação em torno do fato de que, se estamos diminuindo os recursos adstritos ao Governo Federal, se estamos repassando recursos aos Estados, ou melhor, locando esses recursos nos Estados, qual seria a fórmula ou a proposta pela qual se poderia manter os encargos com o Governo Federal, sem manter com ele, também, os tributos correspondentes a esses encargos?

**O SR. CONSTITUINTE JOSE TAVARES:** – Nobre Constituinte José Fogaça, quero ter a pretensão de alcançar a preocupação de V. Ex.<sup>a</sup> Se bem entendi, V. Ex.<sup>a</sup> ao mesmo tempo em que concorda que a União deve assumir a responsabilidade da manutenção do ensino superior, lembra que estamos, agora, discutindo uma reforma tributária. Então, como é que ficaria isto? Entendo que a reforma tributária nada mais é do que a devolução de algo que os Estados e Municípios perderam ao longo dos anos. Não discutirei que os percentuais que estamos fixando para o Fundo de Participação dos Estados e dos Municípios são suficientes ou que são exagerados. Eu diria que esses dois fundos, com os percentuais constantes do Projeto Bernardo Cabral, são razoáveis, porque elevam o fundo dos Estados para 21,5%, e dos municípios, se não me falha a memória, para 22,5%. Há um aumento de razoável para bom, segundo a minha avaliação, da distribuição desse fundo. Mas este aumento, esta reforma tributária, segundo o meu entendimento, ainda não é suficiente para os Estados continuarem arcando com esse volume de despesa com o Ensino Superior, porque ele tem a responsabilidade básica dos Ensinos de 1º e 2º Graus, que consomem uma soma vultosa. Sabemos que é de tradição um mínimo de 25% dos municípios na educação, e dos Estados, se não me falha a memória, 20%. Não sei se estou correto nesta colocação. Agora, a reforma tributária não vem nesta mesma proporção. Está sendo, evidentemente, muito bem-vinda, e eu diria até que, se existe algo que é consensual hoje, no Projeto Cabral, é a reforma tributária, é a distribuição dos fundos, é a melhoria das alíquotas de distribuição dos fundos. Mas isto não é o suficiente, segundo a minha avaliação, nobre Senador José Fogaça, para que os Estados continuem arcando sozinhos com os ônus da manutenção do Ensino Superior. O volume de dispêndio é muito elevado, é muito grande. E, tradicionalmente, em nosso País, o Ensino Superior tem sido, ao longo da nossa História, mantido pela União. É claro que, com as dificuldades normais da União de disseminar no País uma rede de Ensino Superior a nível de Universidades Federais, então os Estados foram evoluindo, avançando e assumindo a sua responsabilidade. Mas, na prática, estamos chegando à conclusão que está difícil. Vejam bem, falo em nome do Paraná, apesar de ser Deputado Federal e falar em nome do País. Não estou aqui para legislar para o meu Estado, mas sim para legislar para o País. Estou falando, neste momento, com base em dados que tenho de um Estado, como disse, que é um Estado, que, graças a Deus, apesar de ter as suas dificuldades, e as tem em grande quantidade, pode se considerar economicamente desen-

volvido. Continuo, então, entendendo que, mesmo diante da alteração das alíquotas dos fundos dos Estados e Municípios, ainda este volume de recursos que eles receberão, progressivamente, com a vigência da nova Carta Constitucional, não são suficientes para que os Estados continuem arcando sozinhos com a manutenção do ensino superior. Por isto, eminente Presidente, nobre Relator e queridos companheiros e Constituintes da Comissão de Sistematização, eu gostaria de contar com o apoio de V. Ex.<sup>as</sup> para esta emenda.

Eu disse que o Constituinte Octávio Elísio foi autor dela por ocasião do anteprojeto anterior a este. E, neste projeto, não sei por que cargas d'água, este texto foi suprimido. Tomei, então, a liberdade de plagiar a emenda do nobre Constituinte Octávio Elísio, mas antes o consultei a respeito do assunto. O Constituinte Octávio Elísio deu-me permissão para encaminhar a emenda, dizendo-me que estaria ao meu lado para defendê-la não só na Comissão de Sistematização, como também no plenário da Assembléia Nacional Constituinte.

Conto com a compreensão e o apoio dos meus colegas, porque sei que é um problema não apenas do meu Estado, o Paraná, mas de todos os Estados que mantêm Universidades e Faculdades isoladas.

Muito obrigado. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro):** – Concedo a palavra ao Constituinte Darcy Deites, solicitando a S. Ex.<sup>a</sup> que não ultrapasse o seu tempo, porque há vários oradores que ainda deverão usar da palavra.

**O SR. CONSTITUINTE DARCY PEITOS:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Apresentamos 13 emendas ao substitutivo do Relator, emendas que entendo de relevância para corrigir algumas distorções dentro, evidentemente, da nossa ótica e que refletem o interesse do povo e da Nação brasileira. Vou me ater especificamente à discussão de uma emenda para alterar o art. 213 e, conseqüentemente, o art. 22 das Disposições Transitórias referentes à reforma tributária.

Nas eleições de 1982, creio que a maioria esmagadora dos Constituintes que foram à praça pública em busca do voto popular para, nesta quadra histórica da Nação brasileira, elaborar a nova Constituição, assumiu o compromisso de dar a este País uma reforma tributária, e, especificamente, devolver a autonomia dos municípios brasileiros. Ao examinar o substitutivo do Relator vemos, de início, que sequer o Município é reconhecido como parte integrante da Federação. Esta é uma distorção que precisa ser corrigida no projeto que será definitivo, que será submetido à votação a partir do mês de outubro próximo.

No substitutivo se incluiu, no art. 81 das Disposições Transitórias, Sr. Presidente, o seguinte:

"Lei complementar federal estabelecerá as diretrizes e bases do planejamento do desenvolvimento regional integrado, na qual";

.....  
III – serão estabelecidos os processos de cálculos das quotas dos Estados, Distrito Federal e Municípios, no rateio dos Fundos previstos nesta Constituição, obrigatoriamente:

a) na razão direta do tamanho das populações beneficiárias, da superfície territorial respectiva e, quando for o caso, dos saldos das balanças comerciais dos Estados com o Exterior;

b) na razão inversa da renda **per capita** e de outros indicadores econômicos e sociais pertinentes, negativos."

Aqui, Sr. Presidente, diz-se, também, no item b, que o rateio do Fundo de Participação será para os Municípios na razão inversa, com o que não podemos concordar, porque os Municípios brasileiros já, estão, ao longo da sua história, especialmente nos últimos anos de chapéu na mão, com os Srs. Prefeitos andando de gabinete em gabinete nas Secretarias dos seus Estados, de gabinete em gabinete nos Ministérios e nos órgãos federais, em Brasília, em busca de recursos para tentar resolver os problemas de suas comunidades. E não podemos concordar que esse item, que antes prevalecia apenas para os Estados e Distrito Federal – "será na razão inversa da renda **per capita** e de outros indicadores econômicos e sociais pertinentes, negativos" – também seja incluído em relação aos Municípios.

Mais uma vez vai-se tirar dos Municípios brasileiros e especialmente dos Municípios da região Sul, Sr. Presidente. De minha parte, não tenho nada contra o Norte, o Nordeste e o Centro-Oeste. Muito pelo contrário, Entendo que quanto aos Municípios brasileiros, temos problemas sociais no Norte, no Nordeste, no Centro-Oeste, no Sul, enfim, em todos os Municípios deste Brasil. Não é diferente a miséria daqueles que habitam as cidades na região Sul da miséria daqueles que habitam a região Norte.

Quero dizer, Sr. Presidente, que ainda hoje o **Jornal do Brasil** traz uma notícia, dizendo que o Sr. Relator, o Constituinte Bernardo Cabral, dará mais recursos a Estados do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, aumentando o percentual hoje previsto; na divisão do Fundo se damos 21,5% para os Estados, 22,5% para os Municípios e 2% para o Nordeste. Eles querem ampliar para essas regiões mais 3%.

Vejam bem! Não sou contra que o Norte, o Nordeste e o Centro-Oeste tenham mais, mas, também, o Sul não pode ser discriminado, mais uma vez.

O Sr. Bernardo Cabral não pode querer colocar no projeto constitucional divisão de recursos da União como se fossem seus, numa negociata que está a ser engendrada fora do Congresso Nacional, fora da Assembléia Nacional Constituinte, com grupos...

**O SR. CONSTITUINTE RAIMUNDO BEZERRA:** – Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. CONSTITUINTE DARCY DEITOS:** – Em seguida, nobre Constituinte.

Dois, três ou quatro grupos a negociar no instituto tal, no hotel tal. Nós não podemos concordar com isso.

Venho à tribuna, Sr. Presidente – logo em seguida concederei os apartes a V. Ex.<sup>as</sup> para solicitar que seja modificado o art. 213, para o seguinte:

"Art. 213. A União entregará":

I – do produto de arrecadação dos impostos sobre a renda e proventos de qualquer natureza, e sobre produtos industrializados, cinquenta e três inteiros e cinco décimos por cento na forma seguinte:

a) – vinte e um inteiros e cinco décimos por cento ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal;

b) – trinta por cento ao Fundo de Participação dos Municípios;

c) – dois por cento para aplicação nas regiões Norte e Nordeste, através de suas instituições oficiais de fomento regional."

Entendo, Sr. Presidente, que os 22,5% que está a ser distribuído por esse projeto aos municípios não satisfazem às suas necessidades. É muito pouco, para o que precisam as municipalidades brasileiras receber, para atender aos reclamos, do seu povo. E muito pouco. Vai continuar havendo uma concentração de recursos na União e nos Estados. E os prefeitos deste País vão continuar de chapéu na mão, na sua velha peregrinação.

Apresentamos, também, Sr. Presidente, a emenda modificativa do art. 22, das Disposições Transitórias, dizendo que a partir da promulgação desta Constituição, aplicar-se-ão respectivamente os percentuais de 18% e de 20%, calculados sobre o produto de arrecadação dos impostos referidos nos itens 3 e 4, do art. 207, mantidos os atuais critérios de rateio, até entrar em vigor a Lei Complementar a que se refere o art. 216. É que os Estados iniciarão com 18%, como está previsto aqui, e os municípios iniciariam essa alteração, dentro da nossa ótica, dentro da nossa proposta, com 25% e complementaríamos, evidentemente, até 1993, os percentuais previstos.

Quero pedir ao ilustre Relator-Adjunto da Comissão de Sistematização, Senador José Fogaça, que leve ao ilustre Relator Bernardo Cabral este reclamo e este pleito, de dar guarida a esta emenda, que entendo de relevância, para que os Municípios brasileiros tenham realmente a autonomia desejada e o que a maioria de todos nós pregamos em praça pública, se concretize.

**O SR. CONSTITUINTE CELSO DOURADO:** – Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. CONSTITUINTE DARCY DEITOS:** – Com prazer, concedo o aparte a V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE CELSO DOURADO:** – Nobre Constituinte, sobre a referência ao Nordeste, fiquei muito satisfeito em saber que V. Ex.<sup>a</sup> tem bastante sensibilidade faz questão de dizer que não é contra o Nordeste. Nem poderia ser de outra maneira, porque todos nós somos a favor do Brasil.

**O SR. CONSTITUINTE DARCY DEITOS:** – Sem dúvida nenhuma.

**O SR. CONSTITUINTE CELSO DOURADO:** – Mas há uma realidade do Nordeste que todos temos que levar em consideração: o Nordeste é uma região importante deste País, rico em recursos minerais e com muitos outros recursos que não têm sido desenvolvidos, não têm sido transformados em benefícios para suas populações. O Nordeste perdeu o momento; o Sul se distanciou, foi à frente. Quando V. Ex.<sup>a</sup> fica um pouco preocupado com a maior ajuda ao Nordeste, chamo a sua atenção para o fato de que, para cada cruzado que sai para o Nordeste, 70% volta para Sul, sobretudo para São Paulo. Estimular o crescimento do Nordeste, motivar o desenvolvimento do Nordeste e promover o crescimento do País, é promover o desenvolvimento e a integração deste País. Concorde perfeitamente com as observações de V. Ex.<sup>a</sup>, mas sei que nós, nordestinos, poderemos cantar com a sua sensibilidade e com a sua inteligência na análise desse problema quando tiver-mos que alocar maiores recursos para o Nordeste, porque isso será para o bem de todo o País.

**O SR. FRANCISCO ROSSI:** – Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. DARCY DEITOS:** – Em seguida, nobre Deputado...

Gostaria, antes, de dizer ao ilustre Constituinte que a nossa emenda até amplia a participação dos Estados nordestinos, do Norte e do Centro-Oeste, porque vamos elevar de 22,5% para 30% a participação de todos os Municípios brasileiros no Fundo de Participação Federal. Poderão perguntar: mas a União vai ficar sem recursos? A União que faça a reforma administrativa exigida por esta Nação, que enxugue a máquina administrativa, que coloque os recursos nos Municípios, que coloque os recursos nos Estados e não fique aí, com esse paquiderme da sua estrutura inchada, onde o Governo, ao longo da sua história, fez com que ele fosse um grande empregador. Chegou a hora deste País ser dirigido efetivamente como uma empresa; há que se enxugar o supérfluo e passar necessariamente pela reforma administrativa tão ansiada por esta Nação.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro):** – Peça a V. Ex.<sup>a</sup> que conceda o último aparte porque o seu tempo já se esgotou. Peço também aos apartantes que usem apenas um minuto, na forma regimental.

**O SR. DARCY DEITOS:** – Concedo o aparte ao nobre Constituinte Francisco Rossi.

**O SR. CONSTITUINTE FRANCISCO ROSSI:** – Serei breve, Sr. Presidente. Gostaria apenas de fazer três rápidas observações. Primeiro, aplaudir o pronunciamento de V. Ex.<sup>a</sup> Sou municipalista, fui Prefeito de uma cidade de São Paulo e concordo plenamente com esse depauperamento progressivo das cidades brasileiras. Cada vez mais a idéia de emancipação político-administrativa dos Municípios é uma figura de ficção, estão cada vez mais dependentes. Também gostaria de fazer uma observação em relação a uma passagem do pronunciamento de V. Ex.<sup>a</sup> quanto às reuniões que são feitas fora da Assembléia Nacional Constituinte. Estive lá na Ermida Dom Bosco e queria dar o meu testemunho acerca daquilo que ali vi. Acho que o que faltou foi uma melhor concatenação de horários, porque com reuniões marcadas aqui, na Assembléia Nacional Constituinte, na Comissão de Sistematização, paralelamente, reuniões ocorrendo fora desta casa realmente causam algum conflito, mas tenho que dar o meu testemunho de que o trabalho que ali está sendo feito é altamente proveitoso, sumamente importante e muitas arestas estão aparadas, lá na Ermida Dom Bosco. E creio que de lá virá um projeto com arestas totalmente aparadas em vários pontos e aqui estaremos discutindo alguns outros mais conflitantes, ganhando tempo, portanto, em relação ao que pretendemos, ou seja, uma Constituição a melhor possível e o mais rápido possível. Quero também fazer uma observação e consignar o meu ponto de vista em relação aos cartazes de uma campanha que vi e que me causou espanto. Fiquei realmente chocado com os cartazes que vi espalhados por toda a Casa, acerca da campanha feita por alguns parlamentares – não acredito que sejam todos – do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, dizendo que "um só pensamento, um só ideal" – ou qualquer coisa assim – "somos 292 votos". Claro que nós, brasileiros – sou Deputado por São Paulo – não queremos que nenhum Estado seja discriminado. Mas, no momento em que vemos esses cartazes espalhados – que, por sinal, emporcalharam esta Casa, esta é a verdade, pois vi funcionários da limpeza fazendo das tripas coração para limpar os cartazes daqui – fica clara a idéia de que está havendo, sim, uma discriminação em relação aos Estados do sul. E fico me perguntando se alguns desses Deputados que promoveram esta campanha não estão pensando, por exemplo, no Estado de São Paulo, e mais especificamente na cidade de São Paulo, a maior cidade nordestina do País. No momento em que algum parlamentar nordestino tem a pretensão

de promover qualquer discriminação em relação a São Paulo, está discriminando um irmão seu nordestino que foi para São Paulo e que ajuda a construir a grandeza deste País. Repito, Sr. Presidente, fiquei chocado, e como não tive ainda a oportunidade de externar este meu ponto de vista, quis aproveitar este ensejo. Quero mais uma vez congratular-me com o orador pelas colocações que faz em defesa dos Municípios. Agradeço ao orador e a V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE RAIMUNDO BEZERRA:** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro):** – Um momento. Antes que saíssem as crianças que estão aqui presentes, queria saudar a escola que tomou a iniciativa de trazê-las para participar, ainda que por instantes, dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte. Este é um ato muito comum no Congresso americano, em que as escolas freqüentam as galerias das câmaras legislativas, porque aí começam a compreender as atividades e a amar um pouco mais o País, conhecendo os seus homens públicos e os problemas que eles defendem, ainda que nem sempre compreendam esta saudação à professora que tomou essa iniciativa. (Palmas.)

**O SR. CONSTITUINTE RAIMUNDO BEZERRA:** – Pela ordem Sr. Presidente.

**O SR. CONSTITUINTE INOCÊNCIO OLIVEIRA:** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro):** – A Presidência adverte ao nobre orador que seu tempo já se esgotou há muito.

Os apartes poderão ser dados ao orador seguinte.

**O SR. CONSTITUINTE INOCÊNCIO OLIVEIRA:** – Sou do Nordeste, Sr. Presidente. É sobre uma referência que S. Ex.<sup>a</sup> fez. Nós temos que falar.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro):** – Se nós dermos a palavra aos 292 nordestinos, salvo engano, que foram referidos, a todos, por um minuto, nós ficaremos aqui até amanhã.

**O SR. CONSTITUINTE RAIMUNDO BEZERRA:** – Sr. Presidente, pela ordem.

Como sou o próximo orador inscrito, solicito que V. Ex.<sup>a</sup> me conceda o aparte...

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro):** – V. Ex.<sup>a</sup> falará em seguida.

**O SR. CONSTITUINTE RAIMUNDO BEZERRA:** – ...e V. Ex.<sup>a</sup> reduzirá o tempo de que disporei.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro):** – V. Ex.<sup>a</sup> ocupará a tribuna durante 10 minutos, quando poderá defender-se mais largamente do que nesse pequeno um minuto do aparte.

**O SR. CONSTITUINTE RAIMUNDO BEZERRA:** – Estou inscrito, Sr. Presidente, para falar sobre outro assunto, e aceitaria a redução do meu tempo, se V. Ex.<sup>a</sup> fosse benevolente em conceder-me o aparte agora.

**O SR. CONSTITUINTE INOCÊNCIO OLIVEIRA:** – Sr. Presidente, queria também um aparte sobre esse ponto referente ao Nordeste. É um assunto importante, Sr. Presidente.

**O SR. CONSTITUINTE DARCY DEITOS:** – Gostaria de encerrar, Sr. Presidente, atendendo ao apelo de V. Ex.<sup>a</sup> e pedindo também escusas aos nobres Constituintes do

Norte e Nordeste. Quando fiz aqui essas colocações, deixei claro: a minha emenda vem exatamente para ampliar a participação dos municípios brasileiros como um todo, sem discriminar Sul e Norte, Leste e Oeste, porque somos todos irmãos.

Gostaria de dizer ao ilustre Constituinte por São Paulo que me aparteu que respeito o ponto de vista de S. Ex.<sup>a</sup> com referência às reuniões realizadas fora da Assembléia Nacional Constituinte. Quero dizer que continuo com o meu, porque se vier a ocorrer exatamente aquilo que estamos prevendo, teremos um desfecho como esse que relatei aqui, de que o relator já acertou com as bancadas referidas a ampliação de recursos específicos para aquelas regiões e não quero que isto aconteça, para o bem dos municípios brasileiros.

Quero, Sr. Presidente, agradecer a atenção de V, Ex.<sup>a</sup> e dos Srs. Constituintes, e solicitar ao ilustre Constituinte José Fogaça que leve essas três preocupações nossas, de que o município seja reconhecido como parte integrante da Federação, que se dê guarida à alteração do art. 213, que se altere o item III do art. 61, atentando para as referências que aqui fiz.

Obrigado a V. Ex.<sup>a</sup>.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O CONSTITUINTE DARCY DEITOS EM SEU DISCURSO:

### Emenda Modificativa

Dispositivo Emendado:

Art. 22 das Disposições Transitórias

Altere-se o disposto nas alíneas a e c, do inciso II, do § 1º do art. 22 das Disposições Transitórias do Substitutivo da Comissão de Sistematização, dando-lhe esta nova redação:

"Art. 22. ....

§ 1º ....

I – ....

II – ....

a) a partir da promulgação desta Constituição, aplicar-se-ão, respectivamente, os percentuais de 18% (dezoito por cento) e de 25% (vinte e cinco por cento), calculados sobre o produto da arrecadação dos impostos referidos nos itens III e IV do art. 207, mantidos os atuais critérios de rateio até a entrada em vigor da lei complementar a que se refere o art. 216, item II;

b) ....

c) o percentual relativo ao Fundo de Participação dos Municípios, a partir de 1989, inclusive, será elevado à razão de um ponto percentual por exercício financeiro, até que seja atingido o percentual estabelecido na alínea b do item I do artigo 213."

### Justificação

A presente emenda visa adaptar o preceito temporário ao disposto em outra emenda, de nossa autoria, modificando o texto do art. 213 do presente Substitutivo da Comissão de Sistematização. – Constituinte **Darcy Deitos**.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro):** – Antes de dar a palavra ao Deputado Constituinte Raimundo Bezerra, quero congratular-me com os 52 universitários da PUC de São Paulo que comparecem a esta Comissão de Sistema-

tização, numa demonstração do interesse da juventude pelos trabalhos constituintes. (Palmas.)

Tem a palavra o nobre Constituinte Raimundo Bezerra.

**O SR. CONSTITUINTE RAIMUNDO BEZERRA:** – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Constituintes, era nosso objetivo tratar do problema saúde, principalmente em relação as emendas que foram consensuais no denominado Grupo de Consenso e no Grupo dos 32, que tem a liderança do Senador José Richa.

Como acreditamos que o setor saúde já foi suficientemente debatido e que a filosofia esposada durante a 8ª Conferência Nacional de Saúde já tem reais possibilidades de ser aceita e de fazer parte do texto constitucional, aproveitamos a oportunidade e faremos defesa de uma nossa emenda, referente ao art. 213, inciso o que é aquela que modifica o percentual de recursos federais de 2% para o Nordeste e passa, de acordo com esta emenda, a ser de 3%.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, não queremos polêmica, não é nosso objetivo separarmos por regiões os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte desta Comissão, mas é nosso objetivo tentar, neste momento histórico, corrigir discriminações seculares, principalmente àquelas que fazem com que o Brasil seja um no Norte, no Nordeste e no Centro-Oeste e outro Brasil nas outras regiões do País.

Sr. Presidente, os números de 21,5% para os Estados e 22,5% para os Municípios não expressam a realidade, em termos de finanças, da discriminação que existe hoje no Brasil. Porque, em termos reais, só recebemos 10% dos tributos federais, quando somos mais de 30% da população.

Agora mesmo, Sr. Presidente, um colega nosso mandou ao Senhor Presidente da República um telex e fez uma distribuição da cópia do mesmo em todos os gabinetes, mostrando de modo real e chocante a realidade do Brasil de hoje.

O FINOR – Fundo de Investimentos do Nordeste – tem apenas, este ano, 9 bilhões e 500 milhões de cruzados para serem investidos nos 9 estados do nordeste; e apenas uma firma, a Aracruz Celulose, recebeu do BNDES 25 bilhões de cruzados de investimentos. Isto significa mais de duas vezes e meio todos os recursos que foram alocados para 9 Estados do Nordeste. Apenas uma firma, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, quando acreditamos válido mudar este percentual de dois para três, foi porque acrescentamos a Região Centro-Oeste naquelas regiões que estavam beneficiadas no inciso c do art. 213, do Anteprojeto, que eram apenas as regiões Norte e Nordeste. Se o Centro-Oeste foi incluído é porque o acreditamos também discriminado, pouco desenvolvido, e o Brasil, para ser uno, para ser solidário, para ser fraterno, precisa que essas discriminações tenham um paradeiro.

**O SR. CONSTITUINTE INOCÊNCIO OLIVEIRA:** – Permite-me V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. CONSTITUINTE RAIMUNDO BEZERRA:** – Com muito prazer, nobre Constituinte Inocêncio Oliveira, que representa o Estado de Pernambuco com muito apuro e acerto, que honra nossa região.

**O SR. CONSTITUINTE INOCÊNCIO OLIVEIRA:** – Muito obrigado a V. Ex.<sup>a</sup> pelas referências. Meu caro colega e amigo, ilustre Constituinte Raimundo Bezerra, que com muita honra merece esse mandato outorgado pelo bravo povo do Ceará e que, com seu trabalho desenvolvido não só nesta Comissão, mas na Assembléia Nacional Cons-

tituinte, insere-se como um dos mais profícuos representantes de nossa região. Gostaria de dizer que a emenda de V. Ex.<sup>a</sup> é ainda muito modesta, porque a Constituição de 1934 já destinava 4% do orçamento da União somente para Nordeste, enquanto a de 1946 só lhe destinava 3%. O próprio Relator Bernardo Cabral, ao proferir uma conferência na Sudene, conclamava os representantes do Nordeste para apresentarem emenda aumentando o percentual de 2% destinados às regiões Norte e Nordeste para 5%, pois S. Ex.<sup>a</sup> julgava o percentual de 2% muito baixo. Ora, nobre Constituinte, vencer as disparidades existentes entre o Nordeste e o Norte e as regiões mais desenvolvidas, tem sido a meta de todos os Governos. Apesar dos esforços, essas diferenças se tornam cada vez mais acentuadas, tanto é verdade que com qualquer indicador que se use hoje, verifica-se que existem dois "brasis" um Brasil rico e desenvolvido – o Sul e o Sudeste – e um Brasil pobre, que é Norte e o Nordeste. No entanto, nobre Constituinte, gostaria também de me referir às palavras do ilustre representante de São Paulo, quando condenou os cartazes que estão afixados aí nas paredes, dizendo que somos 292. Ora, isso é o mais simples que se faz, porque aqui se prega cartaz de tudo e de todos. Não é possível que o Nordeste não o possa fazer, já que é tão discriminado em todos os sentidos, principalmente por São Paulo. Dizer que São Paulo dispõe de 2 milhões de nordestinos, não quer dizer nada não, porque São Paulo importa o que temos de melhor, que é uma mão-de-obra muito barata e boa e manda para nós o nosso produto industrializado em São Paulo, muito caro. Gostaria de dizer que se há uma discriminação, é do Centro-Sul para o Nordeste e não vice-versa.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. CONSTITUINTE RAIMUNDO BEZERRA:** – Concederei o aparte a V. Ex.<sup>a</sup> em um minuto.

Nobre Constituinte Inocêncio, eu concordo com as palavras de V. Ex.<sup>a</sup>, principalmente porque o objetivo das Bancadas do Norte, Nordeste e Centro-Oeste de lutarem por melhores dias para essas regiões, não é um objetivo polêmico, como frisei no início do meu pronunciamento, mas objetivo muito maior de tentar corrigir determinadas desigualdades que penalizam toda esta Nação.

Evidentemente que existe a correção; É preciso que haja uma reforma tributária objetivando principalmente a população, porque isso é muito mais humano, muito mais digno e decente.

Antes de dar o aparte ao nobre Constituinte Gerson Peres e depois ao nobre colega de São Paulo, eu queria lembrar apenas um fato que, hoje, talvez seja até a causa maior de toda a dificuldade financeira do Brasil: o problema da dívida externa.

O meu Estado, miserável, o meu Estado sem oportunidade, que é o Ceará, o meu Estado secularmente vitimado pela catástrofe da seca exporta em torno de 260 milhões de dólares por ano e importa em torno de 70 milhões de dólares.

Não devemos nada em relação à dívida externa. Não fomos beneficiados com nenhum investimento à base de dólares e estamos pagando o desenvolvimento das outras regiões, principalmente o contraído à base de empréstimos externos, à base de dólares.

Concedo o aparte, com muita satisfação, ao nobre Constituinte Gerson Peres, representante do Pará.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Aborda V. Ex.<sup>a</sup> com propriedade o tema que deveria ser o mais central da Constituinte: as desigualdades regionais em

nosso País. Se compararmos os valores numéricos da renda **per capita** de um nordestino e nortista brasileiros com um sulista, nós trememos nas bases, temos vergonha de ser brasileiros. Uns comem melhor e outros comem mal. Tenho orgulho de São Paulo, por ser o Estado mais progressista do País, ser o sustentáculo da nossa economia – é verdade –, mas tenho a certeza que os paulistas não se sentem bem como brasileiros vendo milhões de irmãos seus vivendo em níveis desiguais, quer no campo sanitário, educacional e de desenvolvimento. Se buscarmos os incrementos da indústria, do comércio e da agricultura, a média nossa é de 10%, os 30% estão no Centro-Sul e no Sudeste brasileiros. Devemos ter coragem, nesta Constituinte. Se queremos uma nação unitária, progressista, fraterna, igualitária, pluralista, democrática e livre, nós temos que, em primeiro lugar, dar condições iguais aos cidadãos que formam esta sociedade, com condições de vida condignas. Portanto, veja bem, para concluir, a minha opinião é que deveríamos ter coragem de desconcentrar, descentralizar a industrialização, constitucionalizar a industrialização, fazer com que indústrias de base não fiquem concentradas em determinadas áreas, porque elas também ajudam a criar os bolsões de misérias, propiciam a corrente migratória interna, fazem com que tenhamos o que estamos presenciando, hoje, quase 11 milhões de brasileiros deixarem o campo para os centros mais desenvolvidos criando preocupações maiores para o Governo e forçando a necessidade de se darem cerca de 500 mil empregos anuais, e não temos para dar, além dos que já estão sendo necessitados pelos que vivem nas grandes cidades. De forma que eu cumprimento a V. Ex.<sup>a</sup>, parabênzo, tenho certeza que o colega paulista não ficaria magoado, nós não estamos magoados; queríamos dizer apenas que esses cartazes de 292 nordestinos não é contra São Paulo, é para buscar um direito que, eu tenho certeza, os paulistas também estarão conosco porque assim como eles podem ou gostam de viver bem, eles se sentirão felizes em ver os seus irmãos brasileiros de Norte e do Nordeste viverem bem. Muito obrigado.

**O SR. CONSTITUINTE RAIMUNDO BEZERRA:** – Com orgulho de termos São Paulo desenvolvido como é, concedo o aparte a V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE FRANCISCO ROSSI:** – É um prazer apartear o nobre colega Raimundo Bezerra. Entre outras coisas, somos amigos particulares.

**O SR. CONSTITUINTE RAIMUNDO BEZERRA:** – Isso muito me honra.

**O SR. CONSTITUINTE FRANCISCO ROSSI:** – ...quero cumprimentá-lo por suas colocações, e corroborar aquilo que V. Ex.<sup>a</sup> está dizendo. Estudos recentes, inclusive, mostram que a subnutrição que existe hoje no Nordeste está dando origem a uma geração nanica. Pessoas de baixíssima estatura como resultado da subnutrição. Como brasileiros que somos e amamos esta Pátria, este País, não conseguimos enxergar fronteira estabelecendo diferenças entre as nossas regiões. Agora, em relação ao que também diz o meu querido amigo Inocêncio Oliveira, colega desde 1978 quando aqui chegamos pela primeira vez, invoco o testemunho do colega Inocêncio Oliveira, sempre estivemos perfilando ao lado dos Deputados do Nordeste, engrossando as fileiras em torno das suas justas reivindicações. Mas o que tenho notado é que ultimamente tem-se exacerbado esse sentimento em relação a São Paulo de forma especial. Coloco aqui uma pergunta, como membro da Comissão de Sistematização, se é ou não discriminação, quando se tenta impedir o aumento do número de representantes da Bancada de São Paulo? É uma discriminação. Eu diria que qualquer forma de discriminação que se possa praticar em relação

a São Paulo seria o mesmo que matar a galinha dos ovos de ouro. Essa é que é a verdade. São Paulo economicamente é grande, mas é grande com a contribuição, com a colaboração da gente nordestina; não só do Nordeste, mas também do Norte e do Sul, porque São Paulo abriga a todos aqueles que para lá vão para trabalhar, para lutar, para ajudar na construção deste País. É aquilo que estou sentindo ultimamente aqui dentro dessa Assembléia Nacional Constituinte. Não deveria haver isso aqui dentro. Nós temos, sim, que fazer uma Constituição não para o Nordeste não para São Paulo, nós temos que fazer uma Constituição para o Brasil.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro):** – Peço a V. Ex.<sup>a</sup> para não conceder mais apartes, porque o seu tempo está esgotado.

**O SR. CONSTITUINTE RAIMUNDO BEZERRA:** – Sr. Presidente, atendendo às ponderações de V. Ex.<sup>a</sup> e com o respeito que V. Ex.<sup>a</sup> imprime não apenas a este momento em que preside esta reunião, mas a toda a sua vida parlamentar, encerro a defesa da minha emenda, agradecendo a colaboração dos Constituintes, principalmente os do Sudeste e do Sul, na votação para que ela seja aprovada.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro):** – Tem a palavra o nobre Constituinte Octávio Elísio.

**O SR. CONSTITUINTE OCTAVIO ELÍSIO:** – Sr. Presidente, Sr. Relator substituto, Srs. Constituintes:

Pretendo neste momento, diante dos eminentes Constituintes da Comissão de Sistematização, trazer à discussão o problema do patrimônio histórico-cultural, e seu tratamento constitucional.

Sensibiliza-me, de modo especial, essa questão por ser de Ouro Preto, cidade Patrimônio Nacional e Monumento Cultural da Humanidade. Represento um Estado que tem riquezas culturais em sítios históricos além de Ouro Preto, Mariana, Congonhas, Itaverava, Diamantina, Serro, além de muitas outras, festas religiosas bicentenárias e um valioso acervo de manifestações populares culturais.

Srs. Constituintes, a preservação do Patrimônio Cultural, de nossas Cidades Históricas e seu acervo artístico-cultural, sempre foi um desafio, diante da fúria de um crescimento econômico que sempre confundiu desenvolvimento e bem-estar com modernidade e urbanização com especulação imobiliária; um desafio diante do falso dilema entre gastar recursos financeiros com restauração e preservação de vários sítios urbanos tombados, milhares de edificações históricas e artísticas, e bens culturais em geral, num país pobre, com realidade profundamente injusta e desigual, a exigir programas de investimentos nas áreas econômicas (criação de empregos) e social (diminuição das desigualdades e criação de oportunidades); ou ainda o desafio diante da opção (falsa!) entre preservar e uma série de prioridades na administração pública para atender a população urbana e suas necessidades atuais do mundo moderno.

De fato poucos usufruem desse Patrimônio e para a maioria da população brasileira torna-se distante a luta pela preservação ambiental, natural ou cultural. A luta pela sobrevivência é fundamental. A democratização da sociedade passa também pelo aumento das oportunidades de acesso e gozo desses bens e sua valorização.

Como podemos impedir que, em nome do crescimento econômico, sejam destruídos sistemas culturais inteiros,

que se expulsem população de seus meios (como vem acontecendo com as populações indígenas) ou que sejam eliminadas as características e referências da memória urbana?

Estamos convencidos que não só é possível mas necessário que o desenvolvimento se faça com a preservação do meio ambiente natural e cultural, numa perspectiva de compromisso também com as gerações futuras.

O problema é que a cultura de um povo e suas diferentes manifestações devem ser passadas de geração em geração. As tradições, costumes, festas e crenças, modos de fazer e formas de convívio, as obras, edificação e conjuntos urbanos são testemunhas da evolução da identidade nacional e da vivência de uma nação e constituem o valioso patrimônio cultural brasileiro.

Entretanto, as questões da preservação, como de resto a do desenvolvimento, não são exclusivas do Poder Público, Federal, Estadual e Municipal, mas devem ser objetos de uma ação coordenada e complementar da sociedade e do Governo. A comunidade é a melhor guardiã do seu patrimônio, e a comunidade jamais se mobiliza para defender um patrimônio do qual não se sinta possuidora, de cujos benefícios não usufrui, do qual não conhece o valor e o significado.

Esta é uma questão central que Constituição alguma irá resolver e que implica no resgate pelas comunidades daquilo que de direito é seu, mas que de fato foi apropriado pelo Poder Público ao assumir a responsabilidade exclusiva de guardião do que se estabeleceu significado e valor especial, ou por aqueles que têm o privilégio de gozar de seu uso ou de seus benefícios, sem fazerem parte da comunidade que detém sua propriedade de direito.

Mas é necessário que sejam abertos mecanismos de participação da comunidade e de cobrança sobre o Estado de ações de omissão em relação à preservação do patrimônio.

Sr. Presidente e Srs. Constituintes, pela primeira vez uma Carta Constitucional está sendo escrita com a participação da sociedade, e tem condições, por esta razão, de refletir as expectativas em áreas temáticas tão pouco apropriadas em textos anteriores. A Constituição de 1967, com a Emenda de 1969 reserva apenas um artigo e seu parágrafo único ao tema da Cultura e absolutamente nada à questão do meio ambiente. Diz o art. 180:

"O amparo à cultura é dever do Estado.

Parágrafo único. Ficam sob a proteção especial do Poder Público os documentos, as obras e os locais de valor histórico ou artístico, os monumentos e as paisagens naturais notáveis, bem como as jazidas arqueológicas."

No que se refere ao Capítulo VI do Projeto Bernardo Cabral, nos seus arts. 295 e 196, temos certamente um dos melhores textos constitucionais referentes ao meio ambiente, "impondo-se ao Poder Público" e à coletividade o dever de preservá-lo e defendê-lo para as presentes e futuras gerações", e penalizando "práticas e condutas lesivas ao meio ambiente".

Nos capítulos dos Índios e da Comunicação, algumas alterações precisam ser feitas, mas deixarei de comentá-los aqui. A Cultura e o Desporto merecem ter data que de um capítulo específico (o de nº IV) logo em seguida ao da Educação e com uma redação nova, decorrente das emendas de que falarei em seguida.

É indispensável o esforço solidário e cooperativo dos poderes municipal, estadual e federal com o efetivo apoio

da comunidade, na proteção do patrimônio cultural brasileiro.

Assim estabelece o art. 33 do Projeto de Constituição. Entretanto, é desejável que se evite o confronto entre os níveis de poder. Se à União caba estabelecer normas de preservação e fiscalizar o seu cumprimento (competência para legislar no art. 34), pareceu-nos fundamental que ficasse definido como competência do Município a ação imediata de promover a proteção do patrimônio histórico – cultural local, com efetivo apoio financeiro do Estado e da União. O que temos observado é que vários administradores municipais sentem-se desprestigiados ou ameaçados em sua autoridade, quando enfrentam os órgãos oficiais de preservação em suas cidades, levando a atitudes inconseqüentes de opressão ao patrimônio, por cuja proteção não se acham corresponsáveis, contando freqüentemente com o apoio de seus municípios.

A Emenda IP 15412-0 acolhida pelo Relator Bernardo Cabral no seu substitutivo, procura dar competência ao Município para proteção, dentro das normas e fiscalização do órgão diretamente responsável pela matéria, em sintonia com as demais atribuições dadas ao poder municipal e evitando-se o divórcio entre o esforço de preservação e interesse da administração municipal, com a colaboração efetiva da comunidade.

"Art.45. Compete ao Município:

VIII – promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual, incumbindo-lhe instituir preço público pela sua fruição, cujo produto reverterá à comunidade local, como contrapartida pelos custos sociais atinentes a sua preservação."

Como vêem V. Ex.<sup>as</sup>, estamos prevendo aqui que aquelas cidades que hoje são usufruídas não apenas pela população brasileira, inclusive pela população internacional, como na minha cidade, por exemplo, que nesses dias é palco de uma verdadeira ocupação para se fazer um filme internacional, a comunidade dessas cidades, além de marginalizadas no processo, não recebem qualquer retribuição pelo usufruto daquele bem cultural daqueles que em nada contribuem efetivamente para a sua preservação. O que se prevê aqui, sem definição de como fazê-lo, é que a legislação ordinária futura venha a definir o preço público pelo uso por terceiros desse patrimônio histórico cultural.

**O SR. CONSTITUINTE FERNANDO SANTANA:** – Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. CONSTITUINTE OCTÁVIO ELÍSIO:** – Pois não.

**O SR. FERNANDO SANTANA:** – Nobre Constituinte Octávio Elísio, temos observado em vários municípios brasileiros exatamente uma posição muito inconveniente à preservação do nosso patrimônio. Na Bahia, por exemplo, no Município de Porto Seguro, que foi o ponto primeiro onde Cabral aportou, há um processo contra o prefeito daquela cidade por ter destruído um patrimônio. Há poucos dias também os jornais noticiavam que, em Minas Gerais, o prefeito da cidade de Mariana estava construindo um ginásio de esportes, exatamente na área que prejudicava a visão daquilo que foi tombado pela Secretaria de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Cremos que a proposta de V. Ex.<sup>a</sup> deve merecer a nossa atenção, e o Relator a acolheu, mas acredito que se deveriam criar umas certas amarras para que os prefeitos não destruíssem o que os nossos antepassados construíram.

**O SR. CONSTITUINTE OCTÁVIO ELÍSIO:** – A observação do eminente Constituinte Fernando Santana é pertinente e será em seguida a colocação que vou fazer em meu pronunciamento.

O que fica claro na sua observação é que não é possível que o prefeito entenda que cabe a ele fazer esgotos, asfaltar ruas, construir ginásios esportivos, porque cabe ao SPHAN, à União a preservação do patrimônio. Se não houver o compromisso do poder municipal com esse esforço de preservação, acho que estabelecerá um conflito que, certamente, virá em detrimento da preservação do nosso patrimônio cultural e artístico. É o que aconteceu em Porto Seguro, é o que está acontecendo, hoje em Mariana, no meu Estado, onde o prefeito depreda o patrimônio fazendo lá alguma coisa que poderia ser feita em outro local.

**O SR. CONSTITUINTE RENATO VIANNA:** – V. Ex.<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. CONSTITUINTE OCTÁVIO ELÍSIO:** – Pois não.

**O SR. CONSTITUINTE RENATO VIANNA:** – Gostaria de cumprimentá-lo pela manifestação oportuna que visa a preservar a memória cultural deste País e de conclamar não só V. Ex.<sup>a</sup> como todos os Constituintes aqui presentes, que fazem parte desta Comissão de Sistematização. No Substitutivo Cabral havia um diapositivo que tratava da competência do município de instituir ou garantir a participação da comunidade, através das organizações de bairros, associações, inclusive culturais, não só do planejamento, mas das decisões e fiscalização da administração pública municipal. Entendo que esse preceito é de suma importância no momento em que a sociedade brasileira se organiza e quer participar das decisões em todos os níveis. Devemos colocá-lo na futura Constituição esse dispositivo que foi subtraído já agora na segunda etapa do Substitutivo Cabral. E como integrante do grupo do Senador Richa, fizemos questão de, no Hércules II, inserir esse dispositivo que achamos fundamental para a preservação da cultura, a nível municipal, com a participação efetiva das associações, das representações de bairro e da própria comunidade.

**O SR. OCTÁVIO ELÍSIO:** – Agradeço o aparte de V. Ex.<sup>a</sup> inclusive apresentei emenda propondo que retornasse ao dispositivo esse inciso que foi excluído, conforme sua manifestação.

Para encerrar, Sr. Relator, Sr. Presidente, caros Constituintes, estou apresentando uma emenda ao art. 45, que trata da competência dos municípios, procurando definir, ao lado dessa responsabilidade pela preservação dada ao poder municipal, um parágrafo que estabelece que isso deve se fazer de forma solidária entre o poder municipal, poder estadual e o poder federal, com a responsabilidade e a solidariedade da comunidade.

Apresento também duas emendas no Capítulo da Cultura que alteram a redação do referido capítulo. O art. 284, que é praticamente o que está estabelecido no substitutivo, define que:

Art. 284. O Estado garantirá a cada um o pleno exercício dos direitos culturais, a participação igualitária no processo cultural e dará proteção, apoio e incentivo às ações de valorização, desenvolvimento e difusão da cultura.

O parágrafo único que, proponho, seja colocado nesse artigo, que é um dos parágrafos do artigo anterior do substitutivo, estabelece que:

Parágrafo único. O poder público protegerá, em sua integridade e desenvolvimento, as manifestações da cultura popular, das culturas indígenas, das de origem africana e das de outros grupos que participam do processo civilizatório brasileiro.

Art. 285. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência às identidades, à ação e à memória dos diferentes grupos e classes formadoras da sociedade brasileira, aí incluídas as formas de expressão, os modos de fazer e de viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações, conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Este art. 285 define o patrimônio cultural brasileiro de modo bastante amplo, não apenas incluindo no patrimônio cultural brasileiro, e o chama de patrimônio cultural brasileiro, o que é importante, deixando de chamá-lo de patrimônio histórico e artístico, para torná-lo mais abrangente, incluindo aí não apenas aquelas obras que a elite distingue como especiais, mas coloca, também, os modos de fazer e de viver de uma população, a memória urbana, as criações artísticas e, também, o que tradicionalmente chamamos de patrimônio cultural. Propomos que retorne ao Substitutivo Cabral o que saiu neste último e que me parece absolutamente fundamental para levar à prática a questão da preservação do patrimônio cultural.

O Presidente da Comissão de Sistematização, Senador Afonso Arinos, que é mineiro e, certamente, continuará mineiro porque não defenderá o Estado do Triângulo, dará, certamente, a sua solidariedade a esse esforço de colocação de uma emenda onde:

§ 1º O Poder Público, com a efetiva colaboração da comunidade, promoverá e apoiará o desenvolvimento e proteção do patrimônio cultural brasileiro, através de inventário sistemático, registro, vigilância, tombamento, desapropriação e de outras formas de acautelamento e preservação, assim como de sua valorização e difusão.

§ 2º Os danos e ameaças contra o patrimônio cultural serão punidos na forma da lei.

§ 3º Cabe ação popular nos casos de omissão do Poder Público em relação à proteção do Patrimônio cultural.

No texto propõe-se "estender o conceito de patrimônio histórico e artístico para patrimônio cultural o que significa compreender que o valor patrimonial de um bem transcende em muito seu valor histórico comprovado e reconhecido oficialmente, ou as suas possíveis qualidades artísticas".

"Não se preservam as culturas se, junto com inventários, registros e tombamentos não estiver garantido o direito à vida física de seus produtores; se politicamente não estiver garantido o direito de participação e da prática de seus valores; se as condições materiais de sobrevivência não existirem; se não permite o exercício da cidadania" (A. C. Alves de Aguiar – Arquimemória II – Belo Horizonte, agosto de 1981).

Além disto, todos desejamos que o texto constitucional que estamos elaborando subordine o direito de pro-



priedade à sua função social, que exigirá do proprietário compromisso com a efetiva preservação do patrimônio cultural brasileiro.

Entretanto, é indispensável, para tornar efetiva a responsabilidade solidária com a proteção do patrimônio cultural, que os danos e ameaças contra ele sejam punidos na forma da lei (como no caso da agressão ao meio ambiente, que entendemos com duas dimensões, a natural e a cultural) e que haja possibilidade de ação popular nos casos de omissão do poder público em relação ao patrimônio cultural.

Estas são as considerações que desejava trazer aos colegas Constituintes a quem solicito apoio, esperando o acolhimento pelo relator das Emendas apresentadas.

A lei não muda os fatos, mas estabelece instrumentos efetivos para que a sociedade venha a mudá-lo. O que não é possível é que o Brasil continue a construir seu futuro pela destruição do seu passado; que os administradores públicos destruam o patrimônio cultural brasileiro em nome de uma suposta modernização e eficiência administrativa; que se preservem cidades – patrimônios culturais – sem levar em consideração os cidadãos que nelas vivem.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FOGAÇA:** – Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. CONSTITUINTE OCTÁVIO ELÍSIO:** – Pois não.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FOGAÇA:** – Nobre Constituinte Octávio Elísio, a proposta de V. Ex.<sup>a</sup>, sem dúvida, é enriquecedora do ponto de vista do trabalho que vem sendo feito por esta Assembléia Nacional Constituinte, em relação à questão do patrimônio histórico. V. Ex.<sup>a</sup> acrescenta, parece-me, com toda a propriedade, uma concepção que entendo ser absolutamente inovadora, ela é uma perspectiva nova no próprio conceito de cultura em nosso País, e no próprio conceito de patrimônio histórico. A concepção de patrimônio histórico tem sido balizada, tem sido restrita a uma concepção de cultura dos vencedores, ou a cultura dos dominadores, das obras mais opulentas, que representam quase sempre a expressão do poder e da riqueza de uma determinada classe. Já recentemente, o Ministério da Cultura, através do Ministro Celso Furtado, iniciou uma reversão desta concepção, introduzindo inclusive o tombamento das chamadas obras da memória cultural, ou daquilo que seria o patrimônio histórico e cultural dos vencidos, dos humilhados ou dos oprimidos.

**O SR. CONSTITUINTE FERNANDO SANTANA:** – E dos ofendidos.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FOGAÇA:** – Tombando, inclusive, residências, casas ou antigos lugares onde se exercia a prática do candomblé na Bahia.

**O SR. CONSTITUINTE FERNANDO SANTANA:** – V. Ex.<sup>a</sup> me permite dar um achega ao seu aparte... V. Ex.<sup>a</sup> tem inteira razão, a "Casa Branca" foi tombada.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FOGAÇA:** – Não só os grandes edifícios, as obras monumentais que caracterizaram os períodos de maior grandeza, de maior riqueza, mas também aquelas obras produtos da resistência cultural do povo brasileiro. Nesse sentido quero dizer aqui, particularmente, que vejo com a maior simpatia a proposta de V. Ex.<sup>a</sup>, que tratarei de encaminhar ao Sr. Relator Bernardo Cabral ainda hoje, na reunião que pretendo ter com S. Ex.<sup>a</sup>, para o acolhimento dessa proposta de V. Ex.<sup>a</sup> que tenta dar uma inserção constitucional a

esta nova visão, a esta nova concepção de cultura, a este novo conceito de patrimônio histórico que felizmente a política cultural do atual Ministro da Cultura já, de certa forma, encampa, ainda que um tanto quanto timidamente, mas iniciando, por certo, uma mudança nesse sentido. Era o registro que queria fazer dentro do pronunciamento de V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. FERNANDO SANTANA:** – Antes de V. Ex.<sup>a</sup> terminar, nobre Constituinte Octávio Elísio, eu gostaria de dar uma notícia ao pronunciamento de V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. OCTÁVIO ELÍSIO:** – Faça-me o favor!

**O SR. FERNANDO SANTANA:** – O Governador Waldir Pires, ontem mesmo desapropriou o Posto Esso, um negócio horrível! Nessa mesma área da "Casa Branca", que é mais antigo Candomblé da Bahia, onde aquelas árvores sagradas estavam situadas, não sei qual foi o prefeito que deu permissão a ESSO de construir um posto. Não sei dizer porque não tenho nenhum meio de afirmar precisamente e V. Ex.<sup>a</sup> sabe disso. Não sei, por isso não estou citando nomes, porque se soubesse diria; não haveria nada demais. Mas o fato é que esse gosto desfigurou, em grande parte, a área onde está situado o mais antigo Candomblé brasileiro, que é o da "Casa Branca". O Governador Waldir Pires, ontem, segundo estou informado, desapropriou esse Posto Esso, que vai ser retirado vai ser restaurada a antiga paisagem que existia nessa área do Candomblé a chamada "Casa Branca" na Bahia.

**O SR. CONSTITUINTE OCTÁVIO ELÍSIO:** – Agradeço aos apartes feitos e quero dizer da minha total concordância ao aparte do eminente Constituinte José Fogaça e salientar que concordo inteiramente com as observações que faz através do atual desempenho do Ministério da Cultura que tem procurado, realmente, dar uma dimensão nova àquela Pasta. Penso que o faz com muita competência, porque traz uma contribuição das mais importantes dada ao Ministério pelo falecido Aluisio Magalhães, que promoveu, sem a menor dúvida, a segunda revolução, em termo de patrimônio, na medida em que a primeira veio com Gustavo Capanema quando, há 50 anos, criou o Iphan.

Quero dizer que os objetivos das emendas que apresento são fundamentalmente dois: de um lado, compatibilizar a preservação do patrimônio cultural brasileiro e o desenvolvimento econômico e, em segundo lugar, estabelecer o compromisso de que a comunidade não pode ficar à margem disso. Não será preservado o patrimônio à revelia da comunidade que o utiliza e é fundamental que procuremos, na legislação ordinária, estabelecer muito claro como a comunidade de uma cidade como Ouro Preto, que é muito menos dos seus habitantes e muito mais dos que a visitam todos os dias, como essa comunidade pode ser participante desse processo de valorização do patrimônio, da sua conservação e, inclusive, da própria remuneração direta ou indireta, do usufruto desse bem, por aqueles que o visitam todos os dias.

Essas são as considerações que desejava trazer aos eminentes colegas Constituintes, com o maior prazer.

**O SR. CONSTITUINTE AFONSO ARINOS:** – Gostaria de acentuar certos aspectos que me parecem importantes para contribuir ao magnífico discurso de V. Ex.<sup>a</sup>, meu compatriota de Ouro Preto. Não sou nascido em Ouro Preto, mas tenho quase que uma filiação espiritual àquela cidade. Queria lembrar à Casa que o problema do significado social do barroco brasileiro varia muito com os países e as épocas em que o barroco despontou como escola predominante na arte, tanto na arte plástica quanto na arte arquitetônica, quanto na arquitetura, quanto

na arte literária. O Brasil foi criado sob a égide do barroco. O barroco, no mundo, aparece mais ou menos no século XVI. Suas primeiras manifestações surgem nessa época. Certos países são quase indenes ao barroco, como a França. É estranho que esse país, que tem essa monumentalidade arquitetônica e literária, não ofereça exemplos significativos e entusiasmantes da arte barroca. Mas esse estilo predominou na Itália, a partir do século XVI, na Espanha e em Portugal. O Brasil é um País nascido, criado e cultivado no barroco. Então, queria chamar a atenção de V. Ex.<sup>a</sup> porque sou um velho mineiro admirador do barroco. Uma das minhas obras de mocidade chama-se "Roteiro Lírico de Ouro Preto". Então, queria opinar no sentido de que a colocação do barroco na nossa história cultural deve ser colocada em termos compatíveis com a evolução do nosso barroco. O nosso barroco, ao contrário do que podem pensar eminentes parlamentares como o meu Colega, que ocupa nesse momento a tribuna, não é uma arte da classe dominante. No Brasil, ao contrário, ele foi uma escola sofrida, de protesto, contra não apenas a dominação estrangeira, como a própria dominação do dinheiro. Podemos citar a figura principal do barroco brasileiro, a maior figura do barroco brasileiro uma das maiores figuras da época barroca em todo mundo, chamava-se Antônio Francisco Lisboa, que tinha cognome de Aleijadinho. A obra do Aleijadinho é uma obra que exprime o sofrimento popular, a tristeza, a revolta popular. O Aleijadinho é um criador... **Os Profetas de Congonhas**, que é uma das últimas obras do Aleijadinho, criadas em Congonhas já no princípio do século XIX – o Aleijadinho nasce em pleno século XVIII mas morre no princípio do século XIX – As obras de Congonhas, quem as conhece de perto, **Os Profetas de Congonhas**, aquilo representa a estatúria do protesto; a estatúria do sofrimento daquele povo dominado pelo sistema colonial e pela miséria do povo, no Brasil. A arquitetura barroca no Brasil quase toda ela é muito diferente da arquitetura barroca contemporânea nos outros países da Europa. A arquitetura barroca na Europa era uma arquitetura festiva, comemorativa, triunfante. A arquitetura barroca no Brasil foi sempre uma arquitetura de protesto de revolta. Toda a lição da vida de Aleijadinho é a lição de uma espécie de insurreição nacional do mulato, do negro, do aleijado, do homem que era transportado para suas obras através de um escravo que o levava num cavalo, ele não tinha as mãos, ele trabalhava com os instrumentos presos nos pulsos. Ele não sabia funcionar. Ele, na hora de morrer, o que ele diz é uma das coisas mais bonitas que já conheci num momento de agonia de qualquer gênio, como ele foi um gênio, ele pediu a Jesus que descesse e colocasse sobre o seu peito os seus divinos pés. Ele só tinha esperança na salvação por Cristo, ele era um protestatário, ele era um sofrido. Toda a obra de Aleijadinho representa uma afirmação nacional que não tem nada de festiva, não tem nada de triunfante, que não tem nada de impositiva no sentido de classe. Representa, ao contrário, o sofrimento dos negros, o sofrimento dos escravos, o sofrimento dos aleijados, o sofrimento dos abandonados. Ele fez criar, em Minas Gerais, maior centro de barroco de toda a História. Tenho um livro de três professores americanos com a História do Barroco em que dizem que o Aleijadinho foi o maior representante barroco do mundo do século XVIII.

Portanto, temos que compreender aquela época da civilização mineira como uma época de afirmação, daí a Inconfidência se suceder ao barroco. A Inconfidência veio em 1787, ela vem no período áureo do barroco mineiro, a Inconfidência é a expressão política do barroco, quer dizer, é a luta pela emancipação do País, é a luta contra o domínio colonial, é a luta pela liberdade dos pobres, dos desvalidos, dos abandonados.

Então, não estou falando, de maneira nenhuma, em função de qualquer preferência nacional. Estou falando em função de uma cultura, da História da Cultura Geral que mostra que o barroco mineiro é uma das escolas mais poderosas de emancipação política, social da América. O barroco brasileiro não é uma coisa triunfante, é uma coisa sofrida e protestatária.

Esta é a contribuição, muito respeitosa, que quero dar a V. Ex.<sup>a</sup> (Palmas.)

**O SR. CONSTITUINTE OCTÁVIO ELÍSIO:** – Quero agradecer ao nobre Constituinte Afonso Arinos que, com o seu pronunciamento, enriquece as palavras que trago a esta Comissão, e, para encerrar, solicito do eminente Relator-Substituto, o nobre Senador José Fogaça, que encaminhe estas nossas solicitações ao nobre Relator Bernardo Cabral, esperando o acolhimento de S. Ex.<sup>a</sup> a essas emendas.

A lei não muda os fatos, mas estabelece instrumentos efetivos para que a sociedade venha mudá-los. O que não é possível é que o Brasil continue a construir o seu futuro em cima da destruição do seu passado, que os administradores públicos destruam o patrimônio cultural brasileiro em nome de uma suposta modernização e eficiência administrativa – que se preservem cidades patrimônios-culturais, sem levar em consideração os cidadãos que nelas vivem. Muito obrigado!

(Muito bem! Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro):** – O ilustre orador, Deputado Constituinte Octávio Elísio, focalizou um aspecto que a Presidência, quebrando um pouco o Regimento, quer acentuar: é que S. Ex.<sup>a</sup> se referiu à possibilidade da ação popular para a preservação da cultura. Nós, os baianos, sofremos a ausência dessa ação popular quando se destruiu ali, vendida a uma empresa estrangeira, a Igreja da Sé, onde estava aquele altar que segundo a lenda, foi diante do qual Vieira sentiu o êmoso estalo. Se nós tivéssemos uma ação popular naquele momento, teríamos certamente evitado a destruição daquela igreja.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LUIZ MAIA:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro):** – Tem a palavra pela ordem o Constituinte José Luiz Maia.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LUIZ MAIA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

É uma reclamação em forma de um apelo.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro):** – Pois não, prefiro o apelo a uma reclamação.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LUIZ MAIA:** – Um apelo. Veja bem, Sr. Presidente, queria fazer um apelo à Presidência da Comissão de Sistematização, que recomendasse ao Prodasen, que quando da emissão do futuro projeto de Constituição, que fosse feita numa letra onde se pudesse ler com mais facilidade.

Eu, por exemplo, tive que comprar uma lupa para ler, porque tenho deficiência visual. Uso óculos e começo a ler, mas não tenho conseguido acompanhar com muita eficiência, diante da maneira como foram imprimidos os seus caracteres. Então, queria fazer este registro e pedir a V. Ex.<sup>a</sup> que recomendasse que fosse feita a impressão com letras mais adequadas, para uma leitura mais objetiva.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro):** – A Mesa providenciará neste sentido, transmitindo o apelo de V. Ex.<sup>a</sup>

Tem a palavra o nobre Constituinte Hélio Rosas.

**O SR. CONSTITUINTE HÉLIO ROSAS:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Peço permissão, usando o plenário da mais importante Comissão desta Assembléia, que tem a honra de ter como seu Presidente este grande exemplo de homem público, que é o Senador Afonso Arinos, e que hoje é presidida pelo não menos digno exemplo que é o Senador Nelson Carneiro, para registrar o meu veemente protesto contra a insidiosa campanha, campanha orquestrada, que tem atingido a Assembléia Nacional Constituinte nos seus trabalhos.

A convocação da Assembléia Nacional Constituinte era um imperativo do nosso desenvolvimento, uma necessidade de aperfeiçoamento das suas instituições e um anseio sentido do seu povo. Está em pleno funcionamento com a maior participação popular da história política do Brasil a sua desmoralização, seguramente, não atende aos superiores interesses do País e do seu povo e poderá servir apenas para beneficiar, permitindo que continuem usufruindo os odiosos privilégios que mantiveram nestas últimas décadas, os grandes beneficiários do estado de exceção, que agiram em detrimento de toda a Nação brasileira.

Quero aproveitar o dia de hoje, que é o Dia da Imprensa, para, homenageando esse que dizem ser o quarto poder, mas que eu acho que é o primeiro poder e que, na sua grande maioria, é constituído de órgãos responsáveis integrado por profissionais competentes e dedicados, para solicitar que seja inserido nos Anais da Comissão de Sistematização o artigo publicado na imprensa de Brasília, subscrito pelo jornalista Haroldo Holanda. Quero lembrar um trecho deste artigo que afirma que "sem imprensa livre não pode haver democracia e que sem imprensa livre não pode existir a livre circulação de idéias". Relembro o trabalho desempenhado pela classe política nessas últimas décadas, com grande sacrifício dos seus integrantes e que foi uma das grandes forças para permitir a retomada de processo democrático e que somente nele, é possível a existência da imprensa verdadeiramente livre, exercendo a sua nobre missão. Conclamo a essa imprensa que dedique maior espaço nos seus órgãos, para retratar o que realmente está ocorrendo aqui na Assembléia Nacional Constituinte. Se existem alguns omissos – e existem – são Deputados de outras legislaturas que foram reeleitos, já eram omissos e que, se foram reeleitos, o que se cabe fazer é conclamar o povo que aprimore o seu processo de seleção dos representantes. A grande maioria dos integrantes desta Casa – e quero dar o meu testemunho, como Deputado que veio para cá neste ano – tem sido de uma dedicação exemplar, muitos estão á beira do stress pelo esforço acima de suas forças que têm dedicado aos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, conscientes da grande responsabilidade da missão que estão executando e da importância da delegação que receberam do povo.

Quero dar um exemplo: eu, que sou um Deputado de 1ª legislatura, sem experiência desta Casa, já consegui inserir no atual substitutivo algumas medidas que reputo de importância. Vou citar duas: uma delas a transformação do Imposto de Circulação de Mercadorias em imposto de alíquotas seletivo. Não é importante apenas a melhor divisão entre as esferas de poder ou a melhor distribuição entre as várias regiões. É importante, também, que o imposto tenha uma função social e que seja instrumento de distribuição da renda, porque maior indicador de desenvolvimento de um País é a distribuição da renda, especialmente naqueles países que têm grandes riquezas – e o Brasil as tem, pois é o oitavo PIB do mun-

do, é a oitava riqueza do mundo – e, no entanto, nós somos um País altamente subdesenvolvido, porque a renda aqui não é distribuída.

Nós demos essa contribuição, pois o ICM é um dos impostos regressivos mais injustos que existem. Só para citar uma situação, o imposto pago por alimentos, na sua totalidade é arrecadado em cerca de 65% por quem ganha até 2 salários mínimos, e quem ganha mais de 10 salários mínimos paga apenas 0,4% de ICM. Então, contribui para que esse imposto seja seletivo, com base na essencialidade do produto, podendo taxar mais violentamente, mais pesadamente o supérfluo, que é consumido pelos que mais podem e menos acentuadamente, até com alíquota zero, o essencial, que é consumido pela grande massa, contribui para uma melhor distribuição da riqueza, e este é um trabalho da Assembléia Nacional Constituinte.

Conseguimos inserir, depois de grande trabalho na Constituinte, também a transformação do imposto territorial rural, como um imposto que será fixado de forma a desestimular o latifúndio e impedir a manutenção da propriedade improdutiva. No meu ponto de vista, a pequena propriedade é muito mais interessante para o País. Ela possui melhor desenvolvimento da agricultura e oferece melhores resultados, mas há uma resistência muito grande. É alguma coisa que está enraizada na mente do brasileiro. Em minha vida, vi centenas de pessoas serem assassinadas por causa de uma briga por uma cerca de um metro de terra. O apego à terra é alguma coisa de violento. Qualquer esforço feito, sem ser precedido de algumas medidas lógicas, racionais, que combatam, que atenuem esse apego à terra, serão inócuas e só levarão a conflito.

Esta é uma contribuição modesta, mas que reputo importante, porque fará com que aqueles que têm apego até doentio terra, também certamente terão apego ao dinheiro, e vão pesar as duas situações, vão pensar mais um pouco no problema da redivisão da terra. Esta é outra medida que está inserida no atual substitutivo. Partindo de minha pessoa, se há esta contribuição – como há várias outras que também reputo importantes – imagine-se como as terão aqueles Constituintes de grande experiência, que são a maioria nesta Casa, com grande tirocinio, com grande capacidade, que também inseriram no texto avanços importantes. Vamos ver que, no fim, o bicho não é feio como está sendo pintado, e vamos ter uma Constituinte, não uma panacéia para resolver todos os problemas de um País, porque o desenvolvimento de um país se resolve com trabalho árduo, intenso, diuturno, mas vai oferecer uma Carta que consubstancie grandes avanços e que atenda aos anseios, às esperanças do povo brasileiro.

É nesse sentido que apelamos sejam registrados, pesquisados os fatos que estão ocorrendo aqui, e sejam registrados com fidelidade, para que também a grande força do povo brasileiro seja usada como incentivo para que o esforço que está sendo feito, aqui, seja cada vez maior na busca da melhor solução para o povo, para o nosso País.

Apresentamos, também, algumas emendas que não estão ainda incluídas, mas selecionei duas em homenagem ao funcionalismo público, que reputo como um setor sacrificado, pois muitos ingressam no funcionalismo público, iludidos pela estabilidade, após se dedicarem a vida toda, ficam presos no funcionalismo, não progridem; o funcionalismo público nunca trouxe riqueza para ninguém, nunca permitiu avanços importantes na escala so-

cial e o sujeito fica preso a vida toda numa rotina. Grande parte do funcionalismo público é abnegada, é sacrificada, e, em homenagem a esses, apresentamos duas emendas que não representam aumento de despesas, que não criam vantagens, mas apenas são disposições transitórias que, não vão influir no texto da Carta, como uma homenagem ao funcionalismo público. Uma – é um lapso não estar isso na Constituinte – é a que dá estabilidade aos extranumerários. Existe essa categoria de extranumerários em alguns Estados do País. Em 1966, a Carta, no seu art. 277, deu estabilidade a todos que tinham mais de 5 anos, e acabou com a categoria, não houve mais nenhuma admissão como extranumerário, mas aqueles que não tinham 5 anos e que hoje têm mais de 20, continuam como extranumerário, sendo parias dentro do funcionalismo público.

Cabe a nós, agora, incluir um dispositivo nas disposições transitórias dando estabilidade a eles. E pensávamos mais ainda: que o ideal seria que a nossa emenda fosse ampliada pelo Relator e desse estabilidade também a outras formas de ingresso no funcionalismo público – são leis reprováveis, que são burla à Lei Maior, à lei do concurso público, mas que existem aí e aqueles que ingressaram por essa forma acabam sendo vítimas dessa burla – que desse estabilidade a eles e consolidasse com a maior criatividade possível, o princípio do concurso público como à única forma de ingresso no serviço público.

**O SR. CONSTITUINTE RENATO VIANA:** – Permite-me V. Ex.<sup>a</sup> um aparte, meu nobre companheiro?

**O SR. CONSTITUINTE HÉLIO ROSAS:** – Com muita honra, ouço V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. CONSTITUINTE RENATO VIANA:** – Eu gostaria de não só cumprimentá-lo e parabenizá-lo, como dizer que subescrevi essa emenda redigida pelo ilustre Constituinte, para poder resgatar, quem sabe, nesta Constituição, até agora não existe preceito, nem nas disposições transitórias – o que já foi praxe nas outras Constituições, tanto na de 46 quanto na de 67, assegurando a todo servidor público, fosse ele contratado a qualquer vínculo, a aquisição de sua estabilidade. Essa omissão quanto aos extranumerários V. Ex.<sup>a</sup> procura corrigir através dessa emenda, nós a estendemos, invocando, inclusive, a tradição das outras Constituições quanto a todos os servidores públicos, para que possamos dar-lhes a segurança necessária. Quem já trabalha há mais de 5 anos, como dispunha as outras Constituições, é justo de que agora, através de um preceito constitucional, tenha a garantia e a segurança para que possa desempenhar as suas funções.

Por isso, gostaria de cumprimentá-lo e dizer que conversamos e procuramos sensibilizar o ilustre Relator-Geral, para que insira, no texto das disposições gerais e transitórias, este preceito que contempla todos os servidores públicos, os recibados, os contratados a qualquer vínculo, e corrija essa injustiça cometida contra os extranumerários.

Meus cumprimentos a V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. CONSTITUINTE HÉLIO ROSAS:** – Congratulo-me também com V. Ex.<sup>a</sup> Partindo do mínimo, a fim de tentar sensibilizar o Sr. Relator para o ideal que é o que está na emenda de V. Ex.<sup>a</sup> que esperamos seja acolhida pelo Sr. Relator.

A outra emenda visa apenas a dirimir o conflito de interpretação e a fazer justiça a funcionários de alguns Estados. É uma disposição que permite que o tempo de

serviço prestado por seus funcionários, anteriores a 67, com base em 3 anos, que era o exigido para a aposentadoria. Isso resultou, para os funcionários, àquela época, dos Estados, que assim interpretaram, vantagens de antecipação na aposentadoria em mais de 4 anos.

Hoje, esse benefício, tornando-o norma constitucional, vai representar apenas um ano de vantagem de antecipação aos funcionários beneficiados, o que é muito pouco. É apenas uma medida de justiça, porque, enquanto em alguns Estados era reconhecido esse direito e concedido esse benefício, em outros ele era negado sobre a alegação de inconstitucionalidade. Então, dirime esse conflito que existe na interpretação da norma entre um Estado e outro e faz justiça, embora tardia, com aqueles que trabalham em Estados que não reconheceram aquele direito.

É esse o apelo que fazemos aos Srs. Constituintes e essa a mensagem que queríamos deixar registrada aqui, agradecendo ao Sr. Presidente a benevolência com que nos permitiu esticar o nosso tempo. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro):** – Tem a palavra o nobre Constituinte Chagas Rodrigues.

**O SR. CONSTITUINTE CHAGAS RODRIGUES:** – Sr. Presidente e Srs. membros da Comissão de Sistematização, tive oportunidade, Sr. Presidente, na qualidade de Constituinte, de oferecer também à consideração do nobre Relator e dos demais Constituintes, inicialmente membros da Comissão de Sistematização, algumas emendas, com o objetivo de, dentro dos meus modestos conhecimentos, contribuir para o aprimoramento do Substitutivo do nobre Relator.

Em linhas gerais, Sr. Presidente, entendo que S. Ex.<sup>a</sup> fez um trabalho admirável, mas, como não há obra perfeita e acabada, é necessário que cada um dê a sua contribuição para que saia desta Comissão, não apenas como Substitutivo do nobre Relator, mas como Projeto, desta Comissão ao Plenário, um trabalho mais perfeito do que esse que foi objeto de nossas emendas.

Em tempo hábil, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, tive oportunidade de oferecer 58 emendas, tratando, naturalmente, de diferentes assuntos, incidindo sobre diferentes capítulos. Dentro do prazo regimental de 10 minutos, não terei oportunidade sequer de mencionar uma parte dessas emendas, mas eu me permito trazer, desde já, ao conhecimento de V. Ex.<sup>as</sup> algumas emendas que ofereci.

Sobre o parlamentarismo, Sr. Presidente, eu me congratulo com o nobre Relator por ter adotado o regime parlamentarista, que, a meu ver, é o regime de Governo mais democrático e aquele que está em condições de melhor atender aos reclamos da consciência democrática e daqueles que estão preocupados em ter uma Constituição sólida, com um regime de Governo que permita o encaminhamento e solução dos nossos seculares problemas.

Sr. Presidente, nesta altura, quem é parlamentarista, continua parlamentarista; quem acredita no presidencialismo, terá o nosso respeito. Mas estou certo de que 100 anos – um século – já seriam suficientes para demonstrar que, se o presidencialismo deu certo nos Estados Unidos da América, e somente lá, no nosso País este regime de governo fracassou e precisa, com a maior brevidade possível, ser substituído.

Para um homem que defende o parlamentarismo há mais de 30 anos, Sr. Presidente, isto não é novidade. Mas, depois dos hiatos, depois das crises que o País viveu, hoje, mais do que nunca, nós precisamos adotar o Parlamentarismo como regime de governo ou, como dizem outros, como sistema de Governo.

Procurei, Sr. Presidente, dentro dos meus modestos conhecimentos, e para submeter à consideração de V. Ex.<sup>as</sup>, apresentar algumas emendas. Uma delas permite ao Presidente da República uma segunda oportunidade. O Presidente da República, depois, de ouvir os Deputados de modo geral, mas especialmente os Deputados da maior bancada, indica não apenas um congressista, mas um congressista que pertença ao Partido que tenha maior bancada na Câmara. Mas, se porventura a Câmara dos Deputados recusar, como diz a Constituição Portuguesa, como dizia o Substitutivo ou o trabalho da Comissão Afonso Arinos, a – a terminologia adotada foi moção de confiança – se não houver moção de confiança, em última análise, à aprovação do nome indicado, ele então oferecerá uma emenda permitindo que o Presidente da República submeta à consideração da Câmara um segundo nome; e só nessa hipótese de ser recusado um segundo nome é que a Câmara dos Deputados procederá à eleição do Primeiro-Ministro, fazendo, nesta hipótese, aquilo que praticamente já se fez em outros países, notadamente no Japão.

**O SR. CONSTITUINTE FERNANDO SANTANA:** – Permite V. Ex.<sup>a</sup> o aparte.

**O SR. CONSTITUINTE CHAGAS RODRIGUES:** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> o aparte.

**O SR. CONSTITUINTE FERNANDO SANTANA:** – Quero dizer a V. Ex.<sup>a</sup> que eu, por exemplo, não sou teórico, sou apenas um homem prático e também sou parlamentarista, mas, observando o exemplo da Itália, verificamos que não é necessariamente indispensável que o escolhido seja do partido majoritário. Agora mesmo, Bettino Craxi fez o governo mais longo da Itália, 3 anos, porque a Itália é uma sucessão permanente de gabinetes. Pois bem, era do Partido Socialista, um partido pequeno, mas conseguiu harmonizar, com a Democracia Cristã, com o Partido Republicano e outros, uma maioria que deu uma estabilidade de 3 anos ao Governo italiano. Então, creio que a escolha do Primeiro-Ministro, ou daquele que o Presidente indique à Câmara dos Deputados como Primeiro-Ministro, deve ser precedida de conversas amplas com todos os chefes de partido. E, às vezes, nessas conversas, vai-se verificar que um chefe de um partido menor tem mais condições de organizar um gabinete majoritário do que aquele que representa a maioria.

**O SR. CONSTITUINTE CHAGAS RODRIGUES:** – Previ essa hipótese, que estaria, no meu modesto modo de ver, na segunda fase, ou seja, quando a própria Câmara dos Deputados procedesse à eleição. Porque, se V. Ex.<sup>a</sup> me permite, isso, por exceção, se admite. Mas, se um Presidente que não estiver imbuído do princípio parlamentarista permitir-se indicar alguém que, em princípio, não conte com o apoio nem mesmo do partido majoritário – e, se não houver partido majoritário, deverá ouvir as bancadas majoritárias – poderemos ter momentos difíceis.

E sabe V. Ex.<sup>a</sup> que, no nosso País, há os adversários do parlamentarismo: uns de boa-fé, outros de má-fé. E estes tudo farão para desmoralizar o regime.

Então, nós precisamos usar de determinadas cautelas. Mas esse é o meu ponto de vista. Eu não sou inteiramente

contrário a essa idéia, mesmo porque seria o nome submetido à Câmara dos Deputados.

Mas, se o Presidente não encontrar na área do partido majoritário, num determinado momento, alguém que possa ser aceito pela Câmara, dificilmente ele poderá fazê-lo. Se não houver por parte da bancada majoritária esse espírito público que ocorreu no Parlamento italiano...

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FOGAÇA:** – Permite-me V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. CONSTITUINTE CHAGAS RODRIGUES:** – Pois não! Com prazer!

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FOGAÇA:** – Nobre Senador Chagas Rodrigues, sou conhecedor da posição de V. Ex.<sup>a</sup>, como homem que defende, há muitos anos, o regime parlamentar de governo. Gostaria também de observar que, como V. Ex.<sup>a</sup> fez alusão a uma das emendas no sentido de que coubesse ao Presidente uma segunda indicação, parece-me que V. Ex.<sup>a</sup> toca numa questão de grande importância.

Se ao presidente da República cabe apenas uma indicação, e uma vez que seja denegada pelo Parlamento, caiba ao Parlamento a escolha ou eleição do Primeiro-Ministro, nós teríamos uma quase que anulação da figura do Presidente da República.

Este modelo, que é o modelo utilizado na Alemanha Ocidental, é próprio de um regime puro, de um parlamentarismo ortodoxo, mas no qual, o Presidente da República é quase uma figura anônima, ou seja, não tem diante da sociedade o grau de compromisso, o grau de vinculação popular que uma eleição direta determina. É, portanto, perfeitamente compatível que o Presidente da República, após a indicação de um nome e não tendo o Parlamento aceito esse nome, venha ele, então, a aceitar o nome eleito ou escolhido pelo Parlamento. Mas, num sistema pelo qual o Presidente é eleito pelo voto direto e que tem uma determinada representação popular, originada dos votos que recebeu nas urnas, isto cria uma situação impositiva de que a Câmara poderá, a qualquer momento, derrubar a indicação ou a nomeação do Presidente, trazer para si a responsabilidade da escolha e impor ao Presidente o nome que bem entender. Por isto, concordo com V. Ex.<sup>a</sup> de que a segunda indicação, logo após a negação do primeiro nome ou a derrubada do primeiro nome, a segunda indicação venha, novamente, para o Presidente da República, para evitar que o Parlamento imponha um Presidente eleito ou que o Parlamento aloje na casa do Presidente um adversário político em confronto. Considero ser extremamente útil no sentido de melhor instrumentar e de melhor facilitar, viabilizar a implantação do sistema parlamentarista de governo.

**O SR. CONSTITUINTE CHAGAS RODRIGUES:** – Incorporo também, com satisfação, o aparte de V. Ex.<sup>a</sup>, que é, sem nenhum favor, um talentoso conhecedor e estudioso do parlamentarismo.

Mas, Sr. Presidente, eu li várias críticas. Dizia-se que este parlamentarismo que se deseja implantar no País quase não permite a dissolução da Câmara dos Srs. Deputados. O parlamentarismo tem dois princípios básicos, inconfundíveis, que o caracteriza em qualquer parte do mundo. No parlamentarismo, o governo é responsável perante a Câmara e a Câmara é responsável perante o povo e perante a Nação. O mais é secundário, república ou monarquia, as duas formas de governo; prazo maior, 5, 6 ou 7 anos; socialismo ou capitalismo, tudo o mais é secundário. Existe parlamentarismo se esses dois princí-

pios forem observados. Muitos querem, necessariamente, que: o parlamentarismo assegure a eleição indireta do Presidente da República. Ora, Sr. Presidente, o parlamentarismo nos últimos tempos, vem apresentando esta feição diferente daquele parlamentarismo que uns chamam primitivo ou clássico. Hoje, nós já temos a Presidente da República eleito diretamente através do parlamentarismo em Portugal, na Espanha, na Grécia, na Áustria e muito provavelmente na Itália, dentro de pouco tempo.

Entretanto, apresentei, Sr. Presidente, duas emendas procurando ainda aprimorar e tornar o parlamentarismo mais autêntico. A primeira eu já mencionei, dá ao Presidente da República uma segunda oportunidade para apresentar um novo nome como Presidente do Conselho de Ministros ou Primeiro-Ministro. Através de outras duas emendas fiz algumas sugestões. Se houve tantas críticas no sentido de que, tal como está adotado no primeiro substitutivo, a Câmara dificilmente seria dissolvida, eu admito uma hipótese – o Primeiro-Ministro, o Presidente do Conselho, ouvido o Conselho da República, poderá solicitar ao Presidente da República a dissolução da Câmara. O Primeiro-Ministro é homem da confiança da Câmara: Se porventura houver um conflito em condições excepcionais entre o Primeiro-Ministro e a Câmara, então, por proposta do Primeiro-Ministro, ouvido o Conselho da República, o Presidente, que é o primeiro Magistrado de toda a Nação, está acima, ele poderá acolher ou não – é outro hipótese.

Outra emenda que eu ofereci – essa diz respeito à própria eleição. Já fiz ver que hoje há parlamentarismo com eleição direta do Presidente da República o há parlamentarismo onde há República com eleição indireta do Presidente. Então uma emenda que nós oferecemos, Sr. Presidente, mantém a eleição direta pelo povo para Presidente da República, mas, se não houver maioria absoluta, nós teríamos uma segunda votação. Em minha emenda, a segunda votação já é do Congresso, ele que vai eleger. Se o povo não deu a sua maioria absoluta a nenhum candidato, se nenhum candidato mereceu essa confiança do povo, contudo, por outro lado, se o povo votou em dois nomes, em homenagem ao povo, esses dois nomes viriam ao Congresso para que o Congresso tivesse a sua oportunidade. E, assim, nós teríamos, Sr. Presidente, as duas hipóteses: o povo elegeria, se nenhum candidato merecesse a maioria absoluta, caberia ao Congresso a segunda eleição. Foram essas as emendas que tivemos oportunidade de oferecer. Agora, quanto ao Conselho da República, apresentei emenda incluindo um presidente do Supremo Tribunal. Entendo que o Presidente do Supremo Tribunal Federal, chefe de um poder, deve ser incluído entre aqueles que compõem não só o Conselho da República como o Conselho de Defesa.

Finalmente, Sr. Presidente, eu quero dizer que ofereci uma emenda, entre outras, tornando inelegíveis não apenas os parentes dos Prefeitos e dos Governadores, mas os parentes até segundo grau do Presidente da República e do Primeiro-Ministro. Não se explica essa omissão no projeto.

Fiz considerações na área política, mas ofereci uma série de emendas em favor dos trabalhadores, sobretudo estabelecendo carga horária máxima de 44 horas por semana e reduzindo a idade de aposentadoria para trabalhadores e trabalhadores. E, finalmente, quero dizer que apresentei uma emenda que talvez seja mal recebida nas áreas dos banqueiros, nas áreas dos advogados dos banqueiros. Não apresentei emendas para estatizar os chamados bancos privados, esses bancos que pertencem a famílias, pertencem a grupos, a pessoas; esses bancos continuarão, Sr. Presidente, mas somente poderão funcionar no Estado em

que cada banco tiver a sua sede. Banco com sede no Pará só funciona no Pará; banco com sede em São Paulo só funciona em São Paulo. Portanto, não há estatização, o que há é a regionalização ou a possibilidade de o banco funcionar apenas no seu Estado.

Entretanto, ao lado desta emenda que restringe o funcionamento do banco privado ao Estado em que ele tiver sede, apresentei uma emenda, objetivando a democratização dos bancos e do crédito, autorizando a todas as confederações nacionais de trabalhadores e de empresários a terem o seu banco, com sede na Capital da República, e poderem abrir agências nas diferentes unidades da Federação.

Então, teríamos uma emenda não estatizando os bancos, mas, democratizando-os, porque as confederações, dentro da organização sindical, são entidades privadas. Essas confederações de empregadores e de empregados poderiam, cada uma delas, ter os seus bancos. Haveria o banco da indústria, o banco dos industriários, o banco dos profissionais liberais, e assim por diante, porque não é possível que continue este espetáculo: sai Governo e entra Governo, e os bancos, no Brasil, continuam a ter esse privilégio. Agora mesmo, no Japão, na Alemanha, nos Estados Unidos, para citar apenas três grandes países, os bancos, no primeiro semestre, quase não tiveram lucros; alguns lucros reduzidos; no Brasil, a média de lucro dos bancos privados foi muito superior à média de lucro das grandes empresas. Não queremos que comércio, indústria, agricultura e particulares continuem a servir aos bancos. Os bancos é que devem servir à agricultura, à indústria, ao comércio, aos profissionais liberais e àqueles que procuram levantar seus empréstimos.

**O SR. CONSTITUINTE FERNANDO SANTANA:** – Permite-me V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. CONSTITUINTE CHAGAS RODRIGUES:** – Tem V. Ex.<sup>a</sup>, o aparte.

**O SR. CONSTITUINTE FERNANDO SANTANA:** – Nobre Constituinte Chagas Rodrigues, essa política de concentração bancária, realmente, não foi muito conveniente ao País. Pretendia-se com ela, segundo estou informado, que esses bancos fortes conseguissem ter condições de financiar o desenvolvimento da indústria brasileira a longo prazo. Quando o Ministro Delfim Netto assumia a SEPLAN – Secretaria de Planejamento – começou a criar aquilo que se chamou de capitais cada vez maiores para a existência de um banco. Deu-se então o seguinte fenômeno: do Espírito Santo até Manaus, desapareceram todos os pequenos bancos que eram regionais ou interestaduais; ficaram apenas dois: um na Bahia; que é o Banco Econômico, e outro em Pernambuco, que é o Banco Nacional do Norte. Todos os demais foram absorvidos pelo sistema financeiro do Centro-Sul; desapareceram completamente. E esses bancos gigantesco não vieram absolutamente resolver o problema do financiamento. Tanto é verdade que passaram a bancar a 63, que é o empréstimo estrangeiro, garantido por um desses bancos para o industrial brasileiro. Quer dizer, a finalidade de se fazer um sistema bancário forte, poderoso, era sobretudo que pudéssemos, pelos nossos próprios meios, financiar o desenvolvimento industrial do País, a médio e a longo prazo. Isso não foi possível. Creio que V. Ex.<sup>a</sup> tem bastante razão em querer retornar os bancos locais, mas talvez não configurá-los na base de confederações, nem de patrões, nem de operários, mas permitir a sua existência. Em Minas Gerais, mesmo, havia um banco que só existia em certa cidade, que emprestava a juros de 2 ou 3%. Saiu num desses jornais

uma reportagem, noticiando que todo mundo nessa cidade só tomava dinheiro naquele banquinho, a 2%, quando os juros, aqui, estavam a 14, 15, ou 16%. Evidentemente, acho que é necessário reformular o sistema bancário nacional. Há no projeto, no art. 255, item V, um dispositivo que manda criar um fundo: "as instituições financeiras criarão um fundo para cobertura dos depósitos populares, em caso de prejuízo". Mas, creio que instituições financeiras generalizadas, como está no inciso V, do art. 255, não é conveniente. As instituições financeiras privadas criarão o seu fundo; e também as instituições financeiras, estatais ou, se necessário, públicas, farão o mesmo. Por que o Banco do Brasil vai contribuir para o fundo das instituições financeiras se, na realidade, quando o Banco do Brasil não puder pagar o depósito popular nós já acabamos com o País, também? Creio que aí merece uma ressalva: apenas, esse chamado fundo deve ser dos bancos privados, porque os bancos estatais já têm a garantia do Governo. Na hora em que o Banco do Brasil não puder pagar o depósito, então, não temos mais nada aqui.

**O SR. CONSTITUINTE CHAGAS RODRIGUES:** – Perfeitamente, nobre Constituinte Fernando Santana, V. Ex.<sup>a</sup> entendeu bem o meu pensamento.

Regionalizaríamos os bancos e permitiríamos bancos nacionais privados. Esses bancos estariam ligados a organizações sindicais de grau superior, que seriam confederações de trabalhadores e confederações de empresários. Aí haveria o banco nacional da indústria, o banco nacional dos comerciantes e assim por diante. Assim, teríamos a democratização do crédito, o crédito a serviço do desenvolvimento econômico e social do País.

Termino, aqui, Sr. Presidente, essas considerações. Muito obrigado. (Muito bem!).

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro):** – Tem a palavra o último orador inscrito, o Sr. Constituinte Doreto Campanari.

**O SR. CONSTITUINTE DORETO CAMPANARI:** – Sr. Presidente, Senador Nelson Carneiro, Exm.<sup>os</sup> Srs. Constituintes:

Dois assuntos me trazem a esta tribuna: o primeiro, é para defender a emenda por nós subscrita e apresentada pelo Constituinte José Tavares, a respeito das Universidades estaduais; e o segundo assunto é a respeito do Dia da Imprensa, dia 10 de setembro.

O nobre Constituinte José Tavares, com muita sabedoria e ilustração discutiu aqui a sua emenda, como disse antes, em defesa das universidades estaduais; e ele argumentou que no Estado do Paraná existem três universidades: a de Ponta Grossa, a de Londrina e também a de Curitiba, mantidas pelo Governo do Estado, e que enfrentam problemas financeiros, dificultando, evidentemente, a pesquisa. Porque não se admite, no Brasil, universidades oficiais onde não se faça pesquisa.

No meu Estado de São Paulo, temos, também, três universidades estaduais: a USP, a Unicamp, onde os professores fazem o tempo integral e onde se faz pesquisa, e a Universidade Júlio Mesquita, a chamada Unesp. E pasmem V. Ex.<sup>as</sup>, no Governo de Paulo Egydio Martins, de 1974 a 1978, S. Ex.<sup>a</sup> pinçou inúmeros institutos isolados: um instituto era a Faculdade de Marina, outro da cidade de Assis, quatro faculdades de Botucatu, uma de São José do Rio Preto, outra de São José dos Campos, e uma de Presidente Prudente. Uniu esses institutos, formando assim uma universidade, mas antes nomeou o ex-Deputado Federal Ferreira Martins, que era Diretor da Faculdade de Odontologia de Bauru, faculdade oficial do Estado, para que ele

fosse reitor de uma universidade; mas o ex-Deputado disse ao Governador da época: "V. Ex.<sup>a</sup> me nomeia reitor de uma universidade, mas não existe a universidade! ..." Por isso é que surgiu a Universidade Júlio Mesquita. Aliás, o primeiro nome era Unesp – Universidade do Estado de São Paulo. Mas como o jornal **O Estado de S. Paulo**, o Estadão, vinha fazendo críticas diante da criação dessa universidade, o Governador do Estado de São Paulo houve por bem denominá-la Universidade Júlio Mesquita Filho.

Srs. Constituintes, estamos preocupados porque na medida em que aumentam as universidades, as faculdades, em nosso país, na ordem aritmética, paradoxalmente, na ordem geométrica aumenta o número de analfabetos, mesmo entre aqueles portadores de curso superior. Porque o que ocorre – e não podemos aceitar, embora muitos defendam, mesmo aqui entre os Constituintes –, é que nas escolas oficiais aqueles que podem pagar, devem pagar, pois já há uma discriminação entre o aluno pobre e o aluno rico, expondo-se, assim, à proletarianação. Isso não podemos aceitar.

Entendemos que o Governo deve fazer um grande investimento nas nossas universidades oficiais, caso contrário teremos que mandar os nossos cientistas prosseguirem os seus estudos nas universidades da Europa, dos Estados Unidos ou em outros países. Portanto, subscrevemos a emenda do Constituinte José Tavares e, nesta oportunidade, sabemos que S. Ex.<sup>a</sup> o Relator Bernardo Cabral já assumiu o compromisso de anexar essa emenda ao seu segundo substitutivo.

Como eu disse, gostaria de falar sobre o Dia da Imprensa, 10 de setembro, que o Constituinte Hélio Rosas, que nos antecedeu, parece-me que fez apenas um ensaio para falar a respeito.

Sr. Presidente Nelson Carneiro, não pode existir em país nenhum democracia e governo sem a imprensa. A imprensa é sempre o maior aliado da política. Política e imprensa são profissões irmãs, uma vive em função da outra.

Lembramos que o Presidente Jefferson, em 1773, dizia: "Entre governo e jornal e jornal sem governo, eu prefiro ficar com jornal sem governo", Porque é o jornalista, é o homem de imprensa que critica, que propõe, às vezes, soluções. E quem critica, ajuda, como dizia Francisco de Assis: "Os que me criticam me ajudam, os que me bajulam me corrompem!"

Lembramos também um outro Presidente dos Estados Unidos, Roosevelt, que por quatro vezes foi eleito por eleições diretas, quer dizer, Presidente legítimo eleito pela vontade do povo, que nunca teve constrangimento nenhum ao lado de homens da imprensa, que sempre representavam uma imprensa criteriosa, séria, e acima de tudo responsável. Ele interpelava esses repórteres e dizia: "Meus amigos, eu estou em dificuldade, o que é que vocês sugerem? O que é que vocês fariam no meu lugar?" Então, as soluções eram encontradas, porque a imprensa sempre colabora.

É claro que existem os atritos entre os homens públicos e a imprensa, mas não podemos aceitar que os homens da imprensa e os políticos sejam condenados a viverem brigando como cães e gatos. Entendo que o Constituinte Hélio Rosas tinha vontade de assim se pronunciar...

**O SR. CONSTITUINTE ARTUR DA TAVOLA:** – Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. CONSTITUINTE DORETO CAMPANARI:** – Com muita honra, nobre Constituinte.

**O SR. CONSTITUINTE ARTUR DA TAVOLA:** – V. Ex.<sup>a</sup> lembrou muito bem e de modo oportuno, no Dia da Imprensa, a realização de uma fala específica sobre essa matéria. V. Ex.<sup>a</sup>, como todos os que neste País lutam pela democracia, sabe que a questão da liberdade de expressão é basilar na formação de um novo estado; talvez um dos pontos fundamentais da nova ordem jurídico-institucional deste País seja a garantia de normas como a da liberdade de expressão. V. Ex.<sup>a</sup> sabe também que a liberdade de expressão é, cada vez mais, matéria de enorme debate e discussão interna nos próprios meios de comunicação. Hoje, já não mais o antigo e intimorato jornal, mas emissoras de rádio, televisão, em FM, em UHF, em Ondas Médias e em jornais de corporações, jornais e revistas especializadas, formando um mosaico de publicações que caracteriza a modernidade, a contemporaneidade. Esse mosaico de publicações e de estilos coloca a questão da liberdade de expressão, modernamente, não mais apenas na postura do antigo articulista, ou do proprietário do jornal, mas – e também – do profissional da Imprensa. Sabe muito bem V. Ex.<sup>a</sup> que o profissional da Imprensa tem limites para a sua liberdade de expressão. Veja, portanto, como esta questão se vai tomando, modernamente, profunda e complexa. É nesse sentido que eu gostaria de convocar V. Ex.<sup>a</sup> e os demais Pares da Comissão, para que tenhamos, nela, uma posição muito clara em relação à liberdade de expressão. A dolorosa verdade é a de que o substitutivo apresentado pelo Constituinte Bernardo Cabral, no que toca à liberdade de expressão, é extremamente perigoso. S. Ex.<sup>a</sup> consagra, nos meios de comunicação, uma forma de censura prévia, subjetivando o conceito, colocando-o, sob a que seria a égide da moral e dos bons costumes, palavras de avaliação extremamente subjetivas, mutantes, como a própria realidade, razão pela qual não há motivos para a sua inclusão no Texto Constitucional, bem como, no tocante à liberdade de expressão, é extremamente dúbio, pois, no parágrafo do art. 6º, relativo a esta matéria, ele insere a liberdade de expressão no mesmo parágrafo em que tolhe a dita liberdade, admitindo formas de censura prévia que, evidentemente, começam sob a égide da moral e dos bons costumes e acabam nos braços da política e nos braços da censura de natureza ideológica, como ocorreu neste país, recentemente. E mais: o substitutivo comete grave erro também, quando, subitamente, investe contra o nível superior da profissão de Jornalista. Em nome do que seria uma liberdade de expressão, não apenas em poder do jornalista, mas em poder do pensamento brasileiro, o que é saudável, sem nenhuma razão, o texto, de forma dúbia, dá idéia de que a profissão de jornalista poderá ser realizada por qualquer pessoa e não pelos devidamente a ela habilitados. Ora, isso traduz uma confusão, que eu diria paleontotecnológica. Cabe à paleontologia jurídica essa confusão entre a antiga liberdade de opinião realizada nos jornais e o labor profissional da comunicação que é, hoje, altamente especializado. Ele se espalha, se espraia pela técnica do domínio radiofônico, pela técnica da edição televisual num telejornal, pela técnica da fala profissional, no reduzido tempo a que a televisão obriga os seus profissionais; ele se estabelece na técnica de elaboração de matéria com o **offset**, que tem um processamento complexo; ele envereda pela tecnologia da própria produção de matéria hoje, nos principais jornais, feita em computador. É, portanto, não mais aquela velha profissão da opinião livre, opinião livre que deve ser respeitada, mas uma profissão altamente técnica. O substitutivo do Relator desconhece o que aconteceu nesse terreno, nos últimos anos, fazendo uma confusão entre o direito de opinar no jornal, que deve ser um direito aberto às pessoas, e o direito a trabalhar no jornal, que deve

ser algo compatível com quem esteja formado para tal. Peço-lhe desculpas pela extensão do aparte, mas eu gostaria. Já que V. Ex.<sup>a</sup> colocou com tanta precisão e oportunidade a relação profunda de democracia com a Imprensa, de convocar V. Ex.<sup>a</sup> e os demais pares desta Comissão, para que tenhamos uma posição um pouco mais contemporânea, um pouco mais aberta, um pouco mais consentânea com o que a Nação espera desta Assembléia Constituinte, que não é fazer um código de proibições, um código de restrições, mas, ao contrário, criar as condições jurídicas, para que o futuro desta Nação se de dentro das dinâmicas sociais, diversificadas, num País tão plural, tão complexo tão aberto como o Brasil. Eu cumprimento V. Ex.<sup>a</sup> e peço desculpas pela extensão do aparte, mas é que V. Ex.<sup>a</sup> provocou a Santa Ira, com a colocação tão profunda que fez.

**O SR. DORETO CAMPANARI:** – Eu agradeço sensibilizado o aparte de V. Ex.<sup>a</sup>, eminente Constituinte Artur da Távola, tão ilustre quanto culto, que tem prestado um grande serviço à sua Subcomissão e à Comissão Temática. Reconhecemos profundamente o trabalho desenvolvido por V. Ex.<sup>a</sup> acrescento ao meu modesto pronunciamento as palavras valiosas de V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FOGAÇA:** – V. Ex.<sup>a</sup> me concede um aparte?

**O SR. CONSTITUINTE DORETO CAMPANARI:** – Pois não.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FOGAÇA:** – Nobre Constituinte Doreto Campanari, eu gostaria de apartear-lo, já que não pretendo fazer considerações a respeito do tema abordado por V. Ex.<sup>a</sup>, da tribuna, e na aparte do Constituinte Artur da Távola. Há, hoje, uma confusão, uma falta de clareza no que se refere ao conceito de liberdade de expressão e de espaço público da Imprensa, do rádio e da televisão, e ao conceito estrito de exercício da profissão de jornalista. A questão, trazida ao nível do tratamento constitucional, não pode ter mais do que uma frase ou linha. Mas, na lei ordinária ou na lei que irá regulamentar a questão, é preciso que se resgate claramente essas diferenças. Essa confusão – e aí concordo com o Constituinte Artur da Távola – vem do fato de que muitos Parlamentares desconhecem a exigência técnica e o alto grau de qualificação técnica exigido hoje para o exercício de determinadas áreas do jornalismo moderno.

Nós não podemos confundir, por exemplo, o trabalho de um produtor de televisão, de um produtor de rádio, de um redator de jornal, de um secretário de redação, de um revisor, com o direito que tem qualquer cidadão brasileiro de expressar a sua opinião, através da Imprensa, do rádio e da televisão. Nesse sentido, vejo, com muita clareza, essa questão. O exercício de algumas atividades do âmbito jornalístico, o repórter de televisão, o repórter de jornal, a redator de televisão, o redator de jornal, o produtor de rádio, o produtor de televisão, o secretário de redação, o editor, são funções que devem ser estritamente do portador do diploma de nível superior. No entanto, por um erro dos próprios sindicatos de jornalistas, que tentaram, em determinados momentos, proibir que qualquer cidadão brasileiro pudesse ocupar, como articulista, ou como comentarista, um espaço que é público no jornal, no rádio ou na televisão, adveio daí essa confusão, que, num primeiro momento, foi gerada pelos próprios jornalistas, na defesa, evidentemente, da sua profissão. Hoje, parece-me que isso está claro. Para ser redator, repórter, produtor, tem que ter o diploma de jornalista. Mas isso não impede, por exemplo, que o jornal abra espaço para um nutricionista opinar sobre nutrição; não impede que o Jornal



## 26ª Reunião Extraordinária

abra espaço para um político opinar sobre política; para um sociólogo opinar sobre questões sociais. Quer dizer, o exercício da profissão também não pode tolher o direito de opinião, assim como o direito de opinião nada tem a ver com o exercício da profissão. Como isso ainda não está claro para muitos Parlamentares, para muitos Constituintes, essa confusão acabou gerando, de certa forma, a pouca clareza com que o tema é tratado no substitutivo Bernardo Cabral. Mas, de todas as formas, o que eu posso dizer é que levarei ao Relator essa visão aqui expendida pelo Deputado Artur da Távola, neste Dia da Imprensa, e que me parece ser uma das questões que, de uma forma ou de outra, vem polinizando bastante esta Assembléia Nacional constituinte. Muito obrigado pelo aparte concedido.

**O SR. CONSTITUINTE DORETO CAMPANARI:** – Agradeço o aparte de V. Ex.<sup>a</sup>, nobre Senador José Fogaça, mas para não ser cansativo, não tedioso, Sr. Presidente, quero encerrar, dizendo que o Governo nunca pode sonegar informações; como o repórter, também, às vezes, ele fica em dificuldade, nós entendemos. Mas é melhor ele divulgar a notícia verdadeira do que não divulgar. Felizmente, nós percebemos que o desentendimento entre os políticos e a Imprensa está diminuindo, está afunilando, enquanto o entendimento e a compreensão está aumentando, enquanto os atritos estão diminuindo.

Queríamos, para terminar, dizer o seguinte: eu disse antes que são profissões irmãs, e nós lembramos que na Câmara Comum, na Inglaterra, os jornalistas são tratados como representantes do povo, porque eles participam ativamente da vida pública. Agora, os políticos podem ter mágoas, podem ter ressentimentos, mas não é do repórter que divulga a notícia daquilo que mais agrada, que leva realmente à verdade. O político pode ter rancores, ressentimentos, mas é daquele que divulga as suas opiniões, que são os editoriais, mas as opiniões pouco nos interessam do que dizem a respeito dos políticos. Muito obrigado pela atenção de todos. (Palmas!)

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro):** – Encerro a reunião convocando outra para amanhã às 9 horas.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 17 horas e 30 minutos)

## Termo de Reunião

Aos onze dias do mês de setembro de mil novecentos e oitenta e sete, às nove horas e trinta minutos, a Comissão de Sistematização deixou de reunir-se por falta de **quorum**. Aguardando-se o decurso do prazo regimental por trinta minutos, e persistindo a insuficiência de número regimental, às dez horas, o Senhor Constituinte Aluizio Campos, Primeiro-Vice-Presidente no exercício da Presidência, declarou que aquela reunião destinada a dar continuidade aos debates do substitutivo do Senhor Relator, Constituinte Bernardo Cabral, deixava de se realizar, convocando, em seguida, reunião para segunda-feira próxima, às quatorze horas, no Auditório Nereu Ramos. Compareceram os seguintes Senhores Constituintes: Arnaldo Prieto, Fernando Gasparian, Inocência Oliveira, Joaquim Bevilacqua, José Fogaça, José Geraldo, Mário Assad, Raimundo Bezerra, Adylson Motta e João Natal. E para constar, eu, Maria Laura Coutinho, Secretária, lavrei o presente Termo.

Aos quatorze dias do mês de setembro do ano de mil novecentos e oitenta e sete, às dezenove horas e quarenta e cinco minutos, no Auditório Nereu Ramos, reuniu-se a Comissão de Sistematização, sob a Presidência do Senhor Constituinte Afonso Arinos, presentes os seguintes Senhores Constituintes: Aluizio Campos, Arnaldo Prieto, Artur da Távora, Carlos Sant'Anna, Celso Dourado, Christóvam Chiaradia, Edme Tavares, Fernando Gasparian, Gerson Peres, Inocência Oliveira, Joaquim Bevilacqua, José Fogaça, José Luiz Maia, José Thomaz Nonô, Luis Eduardo, Manoel Moreira, Nelson Carneiro, Oscar Corrêa, Paulo Ramos. Renato Vianna, Sandra Cavalcanti, Siqueira Campos, Délio Braz, Enoc Vieira, Fernando Santana, João Agripino, Marcos Lima, Nelson Wedekin, Octávio Elísio, Paes Landim e Rose de Freitas. Estiveram presentes, ainda, os Senhores Constituintes não integrantes da Comissão: Plínio Martins, José Fernandes, Evaldo Gonçalves e Ronan Tito. Deixaram de comparecer os Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Adolfo Oliveira, Alcení Guerra, Alfredo Campos, Almir Gabriel, Aloysio Chaves, Antonio Farias, Antonio Carlos Konder Reis, Antoniocarlos Mendes Thame, Bernardo Cabral, Brandão Monteiro, Carlos Chiarelli, Carlos Mosconi, Cid Carvalho, Cristina Tavares, Darcy Pena, Egidio Ferreira Lima, Eraldo Tinoco, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Lyra, Francisco Benjamim, Francisco Dorneles, Francisco Pinto, Francisco Rossi, Gastone Righi, Haroldo Lima, Haroldo Sabóia, Ibsen Pinheiro, Jamil Haddad, Jarbas Passarinho, João Calmon, João Herrmann Neto, José Freire, José Geraldo, José Ignácio Ferreira, José Jorge, José Lins, José Maurício, José Paulo Bisol, José Richa, José Santana de Vasconcellos, José Serra, José Ulisses de Oliveira, Luis Inácio Lula da Silva, Lysâneas Maciel, Marcondes Gadelha, Mário Assad, Mário Lima, Milton Reis, Nelson Jobim, Nelson Friedrich, Nilson Gibson, Osvaldo Coelho, Osvaldo Lima Filho, Paulo Pimentel, Pimenta da Veiga, Plínio de Arruda Sampaio, Prisco Viana, Raimundo Bezerra, Ricardo Fiúza, Roberto Freire, Rodrigues Palma, Severo Gomes, Sigmaringa Seixas, Theodoro Mendes, Virgildásio de Senna, Virgílio Távora e Wilson Martins. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos cujo objetivo era o de discutir o primeiro substitutivo do Senhor Relator. Inicialmente, foi dada a palavra ao Senhor Constituinte Nelson Carneiro que, aparteado pelos Senhores constituintes Gerson Peres, José Fogaça e Fernando Santana, abordou aspectos relacionados com o Poder Judiciário e a Defensoria Pública. A seguir, o Senhor Constituinte Aluizio Campos, com o apoio do Senhor Constituinte José Thomaz Nonô, incitou os membros da Comissão de Sistematização a se unirem para a elaboração de sugestões no sentido de coordenar os trabalhos da Comissão na apreciação do Substitutivo do Senhor Relator. Dada a palavra ao Senhor Constituinte Carlos Sant'Anna, este formulou questão de ordem a respeito de interpretação regimental dos trabalhos da Comissão, a qual o Senhor Presidente deu encaminhamento para futura solução, ouvindo antes as observações do Senhor Constituinte José Fogaça. Não havendo mais oradores, o Senhor Presidente encerrou a reunião às vinte e três horas e quinze minutos, convocando outra para o dia quinze, às nove horas, no Plenário do Senado Federal, com a finalidade de dar continuidade à discussão do Substitutivo do Senhor Relator Bernardo Cabral. O inteiro teor desta reunião foi gravado, devendo ser publicado no **Diário da Assembléia Nacional Constituinte** e constituir-se-á na ata circunstanciada dos trabalhos. E, para constar, eu, Maria Lauro Coutinho, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá a publicação.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Havendo número regimental, declaro reaberta esta reunião, que tem por objetivo a discussão do substitutivo do Sr. Relator Constituinte Bernardo Cabral e das emendas apresentadas pelos Srs. Constituintes.

Há quatro oradores que estavam anteriormente inscritos, mas ocorre que, no momento, eles não se encontram em plenário. De maneira que eu solicitarei aos Srs. Constituintes presentes que se alguém quiser usar da palavra a Mesa está pronta a concedê-la imediatamente.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – Peço a palavra, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem a palavra, Sr. Constituinte.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, evidentemente que, colhido de surpresa, não tenho agora em mãos a emenda, entre as várias que apresentei, e que me cumpre defender nesta oportunidade. Acho que essas sessões têm esta virtude: a de que possamos antecipar algumas emendas e que amanhã iremos pedir a solidariedade e o voto dos companheiros; a utilidade dessas reuniões prévias é essa.

Quero me referir a um aspecto do Poder Judiciário, que é a Defensoria Pública. Todas as Constituições falam na defesa dos necessitados, perante os Tribunais de Justiça. Quantos militam no fórum sabem como isso é difícil. As varas de justiça gratuita são intensamente ocupadas. Há feitos demais e funcionários de menos. E aquilo que se pode fazer na justiça remunerada em 1 ano faz-se em 4 ou 5 anos na justiça gratuita, quando se faz. O Rio de Janeiro tem realmente um serviço de defensoria pública modelar. Os defensores públicos são nomeados mediante concurso público a que concorrem milhares de candidatos e são distribuídas por todas as comarcas do interior fluminense e da capital. Não há vara em que não haja um defensor público. Esse defensor público é o patrocinador daquela pessoa humilde que subloca um quarto e que não tem como constituir um advogado; ou aquele marido que abandonou a mulher e a mulher não tem como bater às portas da justiça para pedir sequer alimentos.

Mas lá se fez não só na primeira instância. Também se criou a Procuradoria Geral da Defensoria Pública, que é independente da defensoria do Ministério Público. De modo que há um defensor público, que é o procurador geral, e este preside toda a organização e superintende o funcionamento dos defensores públicos.

Projeto Bernardo Cabral reconhece isso e proclama a necessidade da Defensoria Pública como órgão autônomo dentro do corpo do Poder Judiciário, mas, quanto me lembro, apenas manda que a lei regulamente esse dispositivo.

Uma emenda de minha autoria – e sou colhido de surpresa, por isso aqui estou para defendê-la – uma emenda de minha autoria traça já as linhas mais nítidas: declara a necessidade de haver um defensor, um procurador da defensoria pública e também que se faça esse recrutamento através do concurso público.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte, nobre Constituinte Nelson Carneiro?

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – Pois não.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Nem sempre nós dois caminhamos com passos certos na discussão das matérias, com o respeito que tenho pela profunda experiência e conhecimento de V. Ex.<sup>a</sup> que tem muito

a nos dar. Mas ainda gostaria de perguntar a V. Ex.<sup>a</sup>, pois eu sou o autor da emenda supressiva da Defensoria Pública na carta que vem, por julgar que ela é mais um conjunto burocrático a ser incrustado no sistema de governo, por achar que é mais um processo muito oneroso para o País, e por achar que é mais um conjunto que vai se articular dentro das procuradorias em busca de vinculações salariais. Enfim, uma série de outros problemas que vão ser gerados. Eu perguntaria a V. Ex.<sup>a</sup>, não seria mais simples criar a Defensoria Pública dentro da Procuradoria-Geral do País e integrar esses defensores no quadro dessa Procuradoria, sem que se estabeleça um órgão autônomo que venha criar mais problemas para a já tão burocrática e tão difícil administração deste País? Eu gostaria que V. Ex.<sup>a</sup> me esclarecesse, me convencesse para que eu pudesse seguir a linha da emenda de V. Ex.<sup>a</sup>, e até mudar o meu ponto de vista que gostaria de acompanhá-lo, porque sei que realmente os trabalhos que V. Ex.<sup>a</sup> apresenta nas Assembléias e no Senado são muito judiciosos, são muito bem estudados, são muito bem elaborados e são frutos de uma longa experiência, de uma proveitosa e profícua vida pública.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – Muito obrigado a V. Ex.<sup>a</sup>

Agradeço que V. Ex.<sup>a</sup> tenha intervindo porque tomei conhecimento de que existe uma emenda que exclui até aquela referência no Projeto Bernardo Cabral. Acho que nós no Rio de Janeiro vivemos essa experiência. Os defensores públicos eram o início da carreira de promotor. Fazia-se concurso para defensor público, passava-se a promotor e, depois, a procurador. Sentimos que era preciso diferenciar aquele que passa a ser o defensor público, que faz a sua carreira defendendo, daquele que mistura sua missão de defender e acusar ao mesmo tempo. Daí surgiram os defensores públicos como uma carreira isolada e, mais tarde, então, é que se criou o procurador-geral, para que ele pudesse defender a causa do necessitado não só na primeira instância, mas também na segunda instância, porque o direito do pobre, sem recursos para pagar custas nem advogado, não pode se extinguir na primeira Instância. Há o recurso para o tribunal. E quem vai defender o pobre diante do rico, diante do remunerado?

Evidentemente que é preciso um órgão que defenda, não há de ser a representante do Ministério Público, que é o fiscal da lei. O defensor é o advogado do pobre. Aí está a diferença, o Ministério Público é o advogado da lei. Ele luta pela lei. Mas o outro é o advogado do pobre, no choque entre o advogado do pobre e o advogado do rico. São patronos de Interesses distintos. O defensor é o patrono dos necessitados e lhe cabe patrocinar a causa do pobre contra o rico, além de ser, e sobretudo, o conselheiro do pobre. Quem viver nas comarcas do interior do Rio de Janeiro vai sentir o seguinte problema: muitas vezes, chega um casal que se quer separar, mas aí o defensor público ouve os cônjuges e indaga por que pretendem separar-se. Ele é o conselheiro, ele evita, muitas vezes, a separação, ele leva a convicção a uma das partes de que a divisão daquele salário mínimo vai fazer dois miseráveis em vez de um miserável só. Desse modo, enquanto o promotor é o fiscal da lei, o outro é o advogado de quem não tem advogado. Por isso acho e fui colhido de surpresa – que se deve desde logo no texto da Constituição dar clareza a essa instituição. A Defensoria Pública deve ser composta de pesadas que prestem concurso para defensor público e que se devam desde cedo à causa dos necessitados. Aliás, já há isso na Justiça Militar, já há em algumas outras justiças, mas nem sempre como carreira; por exemplo, na Justiça Federal, quando não há quem defenda a causa do necessitado o

juiz nomeia um advogado, e depois manda remunerar esse advogado com uma quantia qualquer. Mas não tem o mesmo espírito, não tem a mesma continuidade.

De modo que, aproveitando a falta de oradores, e não tendo aqui em mãos a minha emenda, eu sugiro que...

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FOGAÇA:** – Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – Pois não, com muita honra.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FOGAÇA:** – Nobre Constituinte Nelson Carneiro, a postura adotada por V. Ex.<sup>a</sup> tem uma enorme legitimidade social; o embasamento da sua argumentação é todo ele carregado desse espírito nobre e elevado que é, sem dúvida, a marca da vida pública de V. Ex.<sup>a</sup>, defesa dos mais humilhados, dos mais sofridos, dos oprimidos. Apenas gostaria de lembrar a V. Ex.<sup>a</sup> que a figura do defensor público me parece ser aquela que está mais confinada, mais restrita à organização do sistema judiciário, no sistema de Ministério Público, no Estado do Rio de Janeiro. Não existe a figura do defensor público no Estado do Rio Grande do Sul; lá existe, isto sim, um departamento que tem apenas um caráter administrativo que chamamos de Departamento de Assistência Judiciária, e ali está então a figura desse advogado do pobre, que configura, na visão de V. Ex.<sup>a</sup>, o defensor público. O fato, talvez, de a Constituição não manter ou não consagrar a figura do defensor público não impede ou não significa, por si só, a inexistência desse advogado que exercerá o papel social da defesa dos interesses dos menos privilegiados.

Por isso, não sou, assim, um adversário da posição de V. Ex.<sup>a</sup> acho que se poderia evoluir, perfeitamente, e nacionalmente, para que em todos os Estados se criasse a figura do Defensor Público, mas no meu Estado, no Rio Grande do Sul, a eliminação, no texto constitucional, no texto substitutivo, da figura do Defensor Público, não significará perda nem acarretará prejuízo nessa atividade social de defesa dos setores de baixa renda, nas suas pendengas, nas suas questões judiciais, porque lá existe a figura do Assistente Judiciário, do advogado que realiza esse mesmo papel.

Gostaria até de ouvir de V. Ex.<sup>a</sup> qual a consideração que tem em relação a isso. Os Estados que não têm, poderão criar esse serviço de assistência gratuita, onde advogados remunerados pelo Estado cumprem o mesmo papel do Defensor Público.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – Agradeço muito a intervenção de V. Ex.<sup>a</sup> quero dizer que já no Mato Grosso do Sul, por exemplo, foi criada a carreira, bem como no Paraná, em Minas e no Pará também está se organizando.

A grande virtude é que, em vez de ser um funcionário, um advogado nomeado pelo Departamento Administrativo, geralmente sem concurso, por favor, cria-se uma carreira em que o cidadão entra por concurso público, e a ela se devota. Tendo estabilidade, ele, muitas vezes advogado mais humilde, do pé no chão, defende um direito seu contra o todo-poderoso, que é a parte contrária. Será que o mesmo poderoso encontrará a mesma resistência naquele funcionário do Departamento Administrativo, que pode ser removido, que pode ser demitido?

**O SR. CONSTITUINTE FERNANDO SANTANA:** – V. Ex.<sup>a</sup> permite um aparte?

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – Com muita honra.

**O SR. CONSTITUINTE FERNANDO SANTANA:** – V. Ex.<sup>a</sup> falou em concurso para Defensor Público. Creio, e também acredito, que V. Ex.<sup>a</sup> defende o concurso público para todo o funcionalismo da União,...

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – Claro!

**O SR. CONSTITUINTE FERNANDO SANTANA:** – ... nos Estados e municípios, porque, sem isso, nós vamos deixar que o clientelismo acabe com o Brasil.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – Por isso mesmo é que, já ao falar na Defensoria Pública, eu acentuo isso para que não se criem Defensores Públicos por simples nomeação do Governador do Estado, e que podem, amanhã, ser demitidos; que se dê a eles a estabilidade resultante do concurso, para que tenham a independência para defender o direito dos necessitados contra os poderosos.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – V. Ex.<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – Gostaria de ouvir o aparte de V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Eu queria fazer uma distinção na colocação de V. Ex.<sup>a</sup> entre Defensoria Pública e Defensor Público. Sou favorável que a Constituição – e deixei na minha emenda – crie o Defensor Público, sou contrário a que se crie a Defensoria Pública. Apenas isto, porque acho que uma é um órgão burocrático a mais, e vão correr paralelamente procurando os mesmos objetivos; apenas a criação do Defensor Público, criar pode ser por concurso, e só entrará mediante concurso na nova Constituição. Agora, criar a Defensoria, duas procuradorias paralelas, com regulamentos diferentes, atribuições, é muito complexo. Um fato que gostaria de narrar a V. Ex.<sup>a</sup>: Na minha cidade, o Defensor Público de lá, ao advogar uma pobre mulher, ele ainda cobrou Cz\$ 500,00 para tirá-la da cadeia, e ela denunciou isto e comuniquei ao Procurador. Geral do Estado. O defensor foi punido. Houve esse fato. Mas, há fatos sucessivos disso. O Defensor Público não vai ser aquele funcionário público puro, porque ele é Defensor Público. Se não lhe derem condições essenciais, ele vai incorrer nos mesmos vícios do funcionário público e vai explorar mais o miserável pobre.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – Eu me permito lembrar uma frase com que o Monsenhor Arruda Câmara, meu grande e saudoso amigo, naquela memorável batalha que juntos travamos no Parlamento uma certa vez me disse, quando eu apontava fraudes, ele me deu uma lição que eu quero repetir. "Se se deixar de fazer leis com medo da fraude, não se fará lei alguma." Realmente, se nós tivermos a preocupação de evitar todas as fraudes, não faremos lei alguma, porque sempre há um recurso para fraudar a lei. É essa a lição que Monsenhor Arruda Câmara me deu num aparte, e eu a recolho para responder ao nobre colega Constituinte.

Evidentemente, houve esse Defensor Público, mas, certamente, se nós fizermos uma carreira, e ele souber que, por merecimento, poderá chegar a uma instância superior, se se fiscalizar a ação desse servidor, evidentemente que ele terá o mesmo cuidado que tem o promotor e que deve ter o juiz. Agora, se ele for apenas um funcionário do Departamento Administrativo, ele terá sempre meios de evitar a punição, porque terá sempre um padrinho e, principalmente, ele não tem estabilidade, não tem segurança, para se opor à pretensão do poderoso. É essa a virtude do defensor público, é o que quero dizer, não tem nada com o tal Ouvidor-Geral, nem com o Defensor Público, nem com

o Sr. Fernando César Mesquita, nada disso! É um cidadão que faz um concurso no meio de muitos outros, e é nomeado a exercer, a defender os necessitados nas comarcas de maior movimento. É isto que há na Justiça do Trabalho, na Justiça Militar, e que deve haver na Justiça mais numerosa, mais cheia de feitos, que é a Justiça Comum.

Quero concluir dizendo que há muitos anos, quando Ministro da Justiça, o saudoso Ministro João Carlos Macedo Soares, ele foi um dia ao Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, e, saudado, sustentou que era preciso se criar, no Brasil, o Ministério Público da Defesa. A expressão ficou desde aquele dia cantando em meus ouvidos. Eu não quero o Ministério Público da Defesa, pleiteio, porém, uma organização que possa atender a esses reclamos. Convido aqueles que têm dúvida a irem comigo a uma vara de família do Rio de Janeiro, pois aí verão como é difícil alguém transitar um processo numa vara de justiça gratuita no Rio de Janeiro, se não tiverem defensores públicos que se dediquem inteiramente à defesa dos necessitados.

Do modo que, Sr. Presidente, abusei da paciência de V. Ex.<sup>a</sup> e dos nobres colegas, mas a oportunidade seria aquela que o nosso querido amigo Plínio Coelho chamou de ensanchar oportuna. Esta foi uma ensanchar oportuna para defender, neste Plenário, de repente, uma tese que acho há de merecer não só a compreensão do eminente Relator Bernardo Cabral, que conhece, como advogado militante dos mais brilhantes, no Rio de Janeiro, essa realidade, como a de todos os que o acompanharam no trabalho e no estudo desses problemas.

Estou certo de que essa emenda, que dá dignidade e cria, obrigatoriamente, desde que fique na Constituição, isso que hoje figura em três ou quatro ou cinco Estados passará a figurar em todos os Estados do País, servindo àquela classe que é prejudicada porque não tem quem a defenda.

Uma das minhas restrições à orientação do Supremo Tribunal Federal, eu que ali advoguei tantos anos, é que tem um limite para o direito que o Supremo examina – o valor da causa. Ora, muitas vezes, um homem que defende um banco, o mais poderoso banco deste País, tem menos direito a ser apreciado do que o pobre que mora num barraco e luta por ele. O direito desse que luta pelo barraco muitas vezes é mais justo, mais legítimo, mais digno de ser respeitado do que aquele que defende o patrimônio de uma grande instituição. No entanto, a justiça não atende a este pobre porque é muito pobre, mas aprecia o recurso extremo, aceite ou não, a postulação daquele que é mais poderoso.

Há uma frase que está escrita em todas as paredes: "Este é um Governo que se dedicou aos pobres". Vamos pensar nos pobres. Pensar para dar a eles o quê? Além de pão e leite, dar o direito de se defender e defender os seus direitos. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem a palavra o nobre Constituinte Aluizio Campos.

**O SR. CONSTITUINTE ALUIZIO CAMPOS:** – Sr. Presidente, Srs. membros da Comissão:

Acabamos de receber mais um ofício do Presidente Ulysses Guimarães, anunciando a alteração de prazo para a entrega do parecer do Relator sobre o substitutivo e as emendas até agora apresentadas. E, no cronograma estabelecido, continua suprimida a oportunidade de os membros da Comissão de Sistematização discutirem o segundo substitutivo já anunciado.

A metodologia até agora adotada tem-se caracterizado pelo esvaziamento das atribuições substanciais desta

Comissão. Na verdade, ela foi constituída com a incumbência de elaborar um projeto de Constituição a ser submetido ao Plenário da Constituinte. Para isso, é preciso que os seus membros disponham dos prazos suficientes para analisar os trabalhos apresentados pelo Relator, porque a responsabilidade regimental é da própria Comissão, do seu colegiado, na feitura do Projeto de Constituição. Quando elaboramos o regimento da própria Comissão tivemos o cuidado de mencionar no seu texto, e depois de apresentado o parecer do Relator, a Comissão naturalmente o discutiria antes de votá-lo, porque, da discussão da Comissão, que a meu ver dispõe do poder originário de elaborar o parecer, desde que é responsável pela sua autoria, esse poder, esse direito não pode ser, de nenhuma forma, ou através de qualquer procedimento, retirado da própria Comissão.

Estou preocupado com a circunstância constante do cronograma hoje recebido, que mantém o anterior, dizendo que depois de apresentado e publicado o parecer do Relator iniciar-se-á imediatamente a sua votação.

Há, Sr. Presidente, em toda a praxe parlamentar, tanto no Regimento do Senado, como no Regimento da Câmara, como no Regimento Comum, os pareceres dos relatores sempre foram discutidos pelas respectivas Comissões, antes de serem submetidos a votação; sobretudo em se tratando de um processo de elaboração constitucional, não se pode admitir que esse direito da exercício do poder constituinte dos membros de uma Comissão, exatamente incumbida de formular o texto do projeto constitucional, fique subtraído, sob pena da Comissão, em aceitando essa deliberação, abdicar do seu poder de elaboração do texto do projeto a ser enviado ao Plenário.

Queria chamar a atenção dos nossos companheiros, porque já estive conversando hoje, com S. Ex.<sup>a</sup> o Presidente Afonso Arinos a respeito do problema, e acho que devíamos, os membros da Comissão, desenvolver entendimentos no sentido de estabelecer um procedimento do qual resultasse o respeito pelas atribuições da Comissão, pois do debate no Plenário da Comissão, por todos os seus membros, deverão surgir soluções, sugestões, propostas que contribuam para melhorar o texto do projeto, que ainda não recebemos e que está sendo aguardado, com muita ansiedade, para que possamos, pela primeira vez, começar efetivamente a exercer, a desempenhar a missão que nos foi cometida pelo próprio Regimento da Assembléia Nacional Constituinte. E a Comissão não pode, a meu ver, abdicar da responsabilidade de demonstrar, perante a Nação, que se empenhará para melhorar o texto. Não estou presumindo que, o texto seja bom ou mal, mas acho que, pelos trabalhos até agora desempenhados, quando até os dois grupos que estiveram reunidos, para colaborar com o Relator, apresentaram projetos que incluem mais de 300 artigos, além das disposições transitórias, com a inclusão de normas que são mais próprias de leis orgânicas, de códigos de processos, e que não devem ser incluídas, no texto, como matéria constitucional, nós não devemos, então, supor que o projeto, da forma como tem sido elaborado, possa vir já expurgado de todos esses defeitos de técnica constitucional, que cabe à Comissão lutar para corrigir.

De maneira que, com essa advertência, convido todos os membros da Comissão a meditar sobre o problema, para que, em conjunto, dentro desta Comissão, nós possamos colaborar com a Mesa, dirigida pelo eminente Constitucionalista, Senador Afonso Arinos, que, nesta altura da vida, como mestre de todos nós, haverá de conduzir esta Comissão, com o propósito de marcar uma posição digna na História da elaboração do Direito Constitucional neste País.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ TOMAZ NONÔ:** – V. Ex.<sup>a</sup> permite um aparte?

**O SR. CONSTITUINTE ALUÍZIO CAMPOS:** – Agradeço a intervenção de V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ TOMAZ NONÔ:** – Eu acho que a questão que V. Ex.<sup>a</sup> levanta é sobremaneira relevante. O nobre Presidente Ulysses Guimarães tem usado – aliás, usado é um verbo comedido para essa questão – de interpretações extensivas do Regimento da Assembléia Nacional Constituinte. Mas, desta feita, atendendo às próprias proposições das lideranças partidárias, do Presidente da Comissão de Sistematização, do Constituinte Bernardo Cabral, enfim, atendendo quase ao pedido de todo mundo, vamos generalizar, houve por bem dilatar, mais uma vez, os prazos. Quer dizer, aquela pressa desenfreada, que inclusive gerou um regimento pouco adequado, no início dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, é, em boa hora, substituída pela temperança, pela busca do entendimento, pela busca do diálogo, e não seremos nós que vamos nos opor a isso. Agora, observando esse novo prazo que nos traz o Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, temos aqui, na alínea "e", a divulgação e ordenamento dos destaques e, logo depois, o início da votação, até o término do prazo da votação, ou seja, um espaço de tempo compreendido entre 24 de setembro e 8 de outubro, ou seja, um prazo bastante dilatado. Se nós observarmos ao pé da letra, pelo menos desta feita, o Regimento, aqueles que oferecerem destaque, serão dois a favor, dois contra, cinco minutos para cada um. Mesmo que haja destaque para todos os artigos do substitutivo, acho que ainda assim, salvo engano, sobrá um tempo, e um tempo oportuno, para que se acolha a sugestão de V. Ex.<sup>a</sup> e nós possamos talvez, antes da votação dos destaques, discutir, se não todos, mas os pontos mais importantes do substitutivo.

**O SR. CONSTITUINTE ALUÍZIO CAMPOS:** – A importância, a relevância do problema demonstrada por V. Ex.<sup>a</sup> nos conduz a meditar realmente, porque esta será a última oportunidade de que dispõem os Constituintes para a discussão dos temas constitucionais relacionados com a elaboração do projeto. Terminada a aprovação do chamado segundo substitutivo, o projeto subirá à votação, em primeiro turno, e, depois, não será mais discutido, subseqüentemente, pois as emendas, na segunda discussão, se restringem, de acordo com o Regimento, apenas a supressão ou correção de algumas disposições que, porventura, forem introduzidas no projeto. Ora, meus amigos, Srs. Constituintes, nós estamos elaborando uma Constituição. É uma missão da maior relevância. E a Constituição não pode ser estrangulada por prazos que não se compatibilizem com o exame acurado de toda a matéria constitucional, porque a própria Constituinte é soberana para modificar, se quiser, ou alterar os prazos do Regimento, desde que a relevância da matéria e o número de emendas a serem apreciadas e as emendas que vieram do plenário, somadas às apresentadas aqui na Comissão, excedem a trinta e cinco mil. Então, só o número desse emendamento já é, por si só, demonstrativo de que nós temos de examinar o texto e analisar com a maior atenção e cuidado, com o propósito de definir as questões fundamentais desse País. Não é só o sistema de Governo que é importante. É importante a futura situação social e econômica desta Nação. É importante nós sabermos como o Estado brasileiro será ordenado, para conseguirmos implantar, e eu creio que este é o pensamento dominante na Constituinte, uma democracia social. Nós temos de aqui, como membro da Comissão, desenvolver nosso poder soberano na elaboração deste texto, que não pertence – repito – à pessoa do Relator, que é o grande agente, e tem de-

monstrado uma capacidade imensa de trabalho na elaboração dos dois substitutivos, ouvindo os diversos grupos, trabalhando dia e noite. Mas isso não é um método racional de se elaborar uma Constituição. Temos de analisar, de meditar, de propor, de examinar, e esta é a Comissão que foi constituída para o desempenho dessa atividade. Por estas razões, devemos nos entender e, depois, procurar o Presidente Ulysses Guimarães, para propor a S. Ex.<sup>a</sup> a metodologia que considerarmos mais adequada ao debate do parecer do Relator no plenário da Comissão de Sistematização. É essa a proposta que faço, não no sentido formal, para despertar a atenção dos Colegas, mas com a intenção de apresentá-la, de submetê-la ao Presidente da Sistematização, para que o Plenário delibere sobre como devemos trabalhar, depois de recebermos, o segundo substitutivo de S. Ex.<sup>a</sup> Relator Bernardo Cabral.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** Tem a palavra o nobre Líder, Constituinte Carlos Sant'Anna.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, trago uma preocupação em termos da mecânica da votação. O Sr. Relator vai nos apresentar um substitutivo. Por exemplo, uma questão a que gostaria de ter resposta, não hoje, porém depois: esse é o substitutivo II, que existia no substitutivo I, ou o substitutivo que o Relator apresenta é considerado como se fosse uma extensão do primeiro substitutivo e, por conseguinte, funciona como se fosse o primeiro substitutivo?

Outra alternativa: ou esse Substitutivo II anula o Substitutivo I?

Isso que parece irrelevante do ponto de vista para quem ouve e não está acostumado com a técnica legislativa, na verdade é muito relevante. Por exemplo, quando houver uma emenda supressiva e essa emenda for destacada e houver a supressão, a preferência da votação é do substitutivo. Mas se houver a supressão de um artigo do Substitutivo II, está supresso completamente o artigo, ou prevalece o Substitutivo I? No caso de o Substitutivo I ser considerado anulado havendo uma supressão no Substitutivo II, prevalece o que está no Projeto de Constituição, porque, afinal de contas, ele é a base de tudo. Ao projeto de Constituição, o Relator apresentou um substitutivo. Portanto, ele tem preferência. Mas, se é uma supressão do substitutivo, a supressão não cai de vez, porque volta a prevalecer o que está no Projeto de Constituição. Logo, são questões dessa natureza, sobre as quais tenho a impressão de que é muito melhor que possamos nos reunir não hoje, mas numa outra ocasião para dirimir as questões de ordem sobre técnica de votação adrede, do que deixar para fazer no calor do debate de votação, porque, então, vai dar realmente um problema extremamente complexo.

Outra questão que me aflora à mente, e que me parece também digna de uma definição prévia, é a do número de destaques. Não sei quantos são os destaques às emendas apresentadas, mas eles estão abertos não só aos membros da Comissão como a todos os Constituintes, e assim podemos ter não sei quantos, mas podemos ter uma quantidade volumosa, expressiva de destaques, tão expressiva que, apesar do tempo dado para a votação nesse novo prazo, é humana e absolutamente impossível ver destaque por destaque. Então, tem que haver a mecânica da preferência do destaque. Temos que saber, previamente, como vão ser votados as preferências e que critérios serão tomados para a votação das preferências dos destaques e qual a ordem que essas preferências vão ter e como vão ter.

Tenho a impressão – andei consultando o Regimento, não só o da Constituinte como o da Comissão de Sistematização, muito difuso ao tratar a questão – ao que me parece, salvo, naturalmente, um parecer mais douto da nossa Secretária, ela não trata, necessariamente, da votação da preferência do destaque. A preferência do destaque não é matéria constitucional e passa por maioria simples.

O destaque é que é matéria constitucional e só pode ser aprovado por maioria absoluta, por causa da matéria constitucional.

Enfim, Sr. Presidente, nós temos tido várias reuniões absolutamente para discutir temas de toda natureza. Creio que seja até sem essa solenidade, informalmente sentados em volta de uma mesa ou em uma dessas Comissões, creio que nós deveríamos nos debruçar sobre todas as questões relativas à votação, à mecânica da votação, porque, no caso de termos uma disciplina antes do calor dos debates, parece-me que seria muito melhor, porque nós discutiríamos na tese. Na tese, nós vamos discutir se o substitutivo II anula o I ou não.

Se caindo um artigo por destaque supressivo no substitutivo II, permanece o do substitutivo I, e aí nós teríamos que destacar o do substitutivo I para suprimir e teríamos de destacar o do Projeto de Constituição...

**O SR. CONSTITUINTE ALUÍZIO CAMPOS:** – V. Ex.<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Pois não.

**O SR. CONSTITUINTE ALUÍZIO CAMPOS:** – V. Ex.<sup>a</sup> alcançou precisamente o objetivo das minhas preocupações na proposição que fez ao solicitar que começássemos a examinar a conveniência de decisão preliminar da Comissão sobre o procedimento para apreciação e votação do parecer do Relator, que poderá concluir por um novo substitutivo e, dentro da técnica tradicional, esse substitutivo deveria realmente substituir inteiramente toda a matéria anterior, embora sem eliminar o direito de que tenham todos os Constituintes de pedir destaque e defender as emendas que foram apresentadas desde o Plenário e depois aqui na própria Comissão. Mas, é exatamente a conveniência desse procedimento que vai poder contribuir, não para tumultuar, nem demorar e sim para acelerar o processo da elaboração constitucional, porque, se daqui nós pudermos terminar concluindo um projeto mais enxuto, tecnicamente bem elaborado, evidentemente, o consenso que se estabelecerá possibilitará uma votação muito mais célere e muito mais rápida do que se continuar predominando a descoordenação, a difusão que até agora tem dominado, na verdade, todo o trabalho da futura Constituição.

Por isso, congratulo-me com V. Ex.<sup>a</sup> e acho que devemos, realmente, passar a conversar sobre isso até elaborarmos uma proposta que naturalmente o Presidente submeterá ao exame do Plenário. Todas as propostas que temos formulado até agora ao Presidente da Constituinte, inclusive até para suspender os trabalhos separados da própria Assembléia e confundi-los com a Comissão de Sistematização, nesse período, têm sido aceitas por S. Ex.<sup>a</sup>, e estou certo de que ele é um homem aberto à racionalização dos prosseguimentos. Eu acho que obteremos de S. Ex.<sup>a</sup> a necessária concordância, mesmo porque nós teremos base regimental para isso, e o § 3º do art. 26 do Regimento Interno permite que solicitemos ao Presidente da Constituinte um prazo suficiente para que a Comissão possa concluir a elaboração do seu parecer conclusivo por um substitutivo de modo a podermos realmente fazer o que

é mais importante: a elaboração de uma Constituição que mereça esse nome.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Agradeço ao Constituinte Aluizio Campos, e vou terminar, Sr. Presidente, exatamente nas linhas de que falava o Constituinte Aluizio Campos. O que eu temo é que, ao iniciar a votação, a enxurrada de questões de ordem sobre temas que nós poderemos adrede resolver poderá ser tão grande que atrapalhe enormemente o curso e a celeridade dos nossos trabalhos. Disponho-me também, se V. Ex.<sup>a</sup> assim achar conveniente, a colocar essas questões de forma escrita. De qualquer sorte, acredito que seria do mais alto interesse se pudéssemos discutir sobre essa metodologia, sobre essas questões na tese, e defini-las na tese do que no calor dos debates, caso a caso, quando então, evidentemente, as paixões dificultarão enormemente, inclusive, as decisões.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Obrigado ao nobre Líder.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FOGAÇA:** – Sr. Presidente, peço a palavra para fazer uma observação.

Acho inteiramente procedente a preocupação do Constituinte Carlos Sant'Anna. Gostaria de dar a V. Ex.<sup>a</sup>, talvez como contribuição, o depoimento de como funcionou a Subcomissão do Poder Executivo e mais tarde a Comissão de Organização dos Poderes. E creio que esse procedimento, que foi regimental, valeu para todas as subcomissões e comissões.

A Subcomissão do Poder Executivo apresentou um anteprojeto, o Relator elaborou um anteprojeto que sofreu emendas e após isso houve uma segunda versão do anteprojeto que foi submetido à votação. Essa segunda versão do anteprojeto anulou a primeira versão. No caso, isso era tão verdadeiro que se a segunda versão do anteprojeto fosse derrubada, a Subcomissão ficaria sem anteprojeto e caberia ao Relator da Comissão Temática elaborar em 5 dias um anteprojeto.

Portanto, vigorava esse princípio de que a segunda versão do anteprojeto elimina ou anula ou faz desaparecer a primeira. E, da mesma forma, o procedimento adotado na Comissão da Organização dos Poderes. Houve um primeiro substitutivo que sofreu emendas, o segundo substitutivo com as emendas organizadas anulava o primeiro.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FOGAÇA:** – Com todo prazer, dou o aparte a V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – A nossa Secretária poderá confirmar. Há um dispositivo regimental que diz que, havendo substitutivo, este prevalece sobre o projeto e será votado preferencialmente. Mas se o substitutivo cair – não sei se estarei errado – prevalece o projeto. Então, está de pé o projeto. É diferente da Subcomissão, porque nesta não teve substitutivo, tinha só um projeto. Mas agora nós temos um projeto de Constituição. Esse projeto de Constituição foi aquele feito sem que se entrasse no mérito, a mera compatibilização, é aquilo que está com um nome de "Projeto de Constituição". Agora, nós temos um que está com um nome assim: Substitutivo ao Projeto de Constituição. E agora vem um outro que, acredito, deve ser: Substitutivo II ao Projeto de Constituição. Vamos admitir só por hipótese, meramente por hipótese, absurda hipótese, mas **contrário sensu** para não raciocinarmos, por exemplo, na hora de aprovar o II, o que acontece? Prevalece o quê? Na minha cabeça, prevalece o I. Então, temos que votar o I. Se o I for rejeitado

prevalece o II, prevalece o Projeto de Constituição. Então, tem que votar o Projeto de Constituição.

Bem, então isso seria no globo, votação no globo. Eu não tenho resposta, só tenho a dúvida. Por exemplo: art. tal do item tal, parágrafo tal. Nós pedimos destaque para suprimir; vamos admitir que se ganhasse no destaque; suprime-se, mas, suprime-se do substitutivo. Ao suprimir do substitutivo, teremos supresso o correspondente no projeto? Pela técnica legislativa normal eu diria que não. Suprimindo do substitutivo o do projeto está em vigor. Então, teríamos que ter um detalhe que seria, também, como destacar o projeto para suprimir no substitutivo e suprimir no projeto, porque uma vez que caia no substitutivo prevalece o do projeto. São teses que, colocadas assim como estamos colocando, dessa forma assim calma, são fáceis de raciocinarmos e, inclusive, estabelecermos uma linha de critérios. Agora, na hora do debate; da discussão se deixarmos isso para decidir nesse momento, aí é que eu temo que a paixão se transforme numa verdadeira loucura e que possa nos levar a uma dificuldade na celeridade de nossos trabalhos. Por isso que estou querendo ver se, com antecedência, nós possamos definir essas questões.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FOGAÇA:** – Eu, evidentemente, também partilho dessas dúvidas, mas apenas faço esse relato, porque talvez contribua para a possível decisão que V. Ex.<sup>a</sup> venha a tomar, ainda hoje ou eventualmente.

Na Comissão de Organização dos Poderes, a segunda versão do substitutivo, eliminava também a primeira versão. Porque, com isso, tentava-se impedir uma técnica, ou uma estratégia parlamentar de, pelo simples voto negativo, construir uma norma. O objetivo era fazer com que aqueles Constituintes que desejassem introduzir no texto alguma coisa, devessem ter maioria absoluta positiva para isso e não apenas maioria absoluta negativa que bastasse derrubar uma norma para nela introduzir outra, para no substitutivo introduzir outra.

Apenas presto este depoimento – e foi o que se adotou naquela Subcomissão e naquela Comissão – embora, regimentalmente, pareça-me que a Comissão de Sistematização agiu de forma procedente, como bem lembra o Constituinte Carlos Sant'Anna. É claro que esta poderá ser até uma decisão diferente, mas, digamos, a jurisprudência das Subcomissões tem sido neste sentido.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Muito obrigado a V. Ex.<sup>a</sup>.

Presidente ouviu com grande atenção e acompanhou, com muito interesse, as exposições feitas pelos nobres Constituintes Aluizio Campos, Carlos Sant'Anna e o outro Senador. Tenho a impressão de que esta matéria não pode ser decidida agora, por mim, evidentemente. Entretanto, os problemas suscitados requerem uma decisão que possa ser, não apenas satisfatória para aqueles que participarem dela, mas também tranquilizadora para aqueles que a vão sofrer, como participantes do resto dos debates.

Presidente não tem outra solução e espera que, se tiverem uma melhor idéia, porque esse problema me lembra uma coisa curiosa. Lembrava-me de um desses autores notáveis da História do Direito, um alemão que estudava como o Direito se forma pelo processo, quer dizer, parece uma contradição. Mas, a norma jurídica substancial deriva sempre do processo, porque pelos estudos que não são de Direito, mas de Antropologia, se verifica que em todas as comunidades primitivas o Direito se confunde

com o processo, o Direito é o próprio processo. Quer dizer, a idéia da regulamentação social da conduta, no fundo o Direito é a regulamentação social obrigatória da conduta. Essa idéia nasce de um processo muito severo. Desculpem-me essa digressão, apenas para situar minha posição dentro disso. Considero o processo uma coisa fundamental. Temos isso nos estudos sobre os índios, sobre as tribos indígenas brasileiras, tudo aquilo que não era rigorosamente processual era condenado e impunha penas extremamente severas, penas, às vezes, que em certas tribos chegavam a sacrifícios. Quer dizer, a maneira de proceder naquela cerimônia era fundamental, muito mais importante do que o próprio conteúdo da cerimônia.

Então, temos aí a importância do Direito Processual para a solução dos problemas que não são de Direito Processual, mas sim de Direito Constitucional, ou até de Direito Regimental e até de Direito Parlamentar, porque existe um Direito que se chama Direito Parlamentar. Há autores que se dedicam ao estudo de Direito Parlamentar, propriamente dito.

Então, apenas com a experiência de ter vivido isso em outras condições no período de deputado federal, isso não era raro, nos momentos de grande debate, de grande paixão, os problemas processuais se sobrepunham aos problemas substanciais, exatamente porque quando não se tinha certeza da solução da decisão numérica, procurava-se fazer o mais possível a dificuldade processual para que se não chegasse a uma decisão no mérito.

De maneira que, não tendo experiência de advogado, que eu nunca fui, a minha vida jurídica foi sempre acadêmica, foi sempre na universidade, não tenho experiência do advogado, mas tenho a experiência do velho parlamentar, eu assisti a isso muitas vezes. E quando o nobre Líder Carlos Sant'Anna expunha a sua posição, eu comecei a perceber que ela era de importância fundamental e procurei justificar por que eu estava achando a importância fundamental, é porque eu me lembrei daquelas velhas regras que demonstravam que a solução do Direito está muito mais na viabilidade do processo do que na justiça do equilíbrio da norma. A solução jurídica está mais na viabilidade do processo do que na justiça do equilíbrio da norma.

Então, não temos que fazer isso, porque se não fizermos isso nós vamos ter a impossibilidade total e inevitável do andamento do nosso dever, da nossa obrigação de prepararmos aqui o substitutivo que se transforma no projeto enviado ao Plenário, por causa das questões que vão se apresentar e que o Presidente não tenha condições para resolver.

Então, o que eu queria dizer era o auxílio dos meus companheiros de Comissão, nesse caso, os meus mestres, porque são os que conhecem essa matéria processual como advogados, como profissionais, como regimentalistas, que auxiliassem a Presidência com essa idéia que foi dada pelo Líder Carlos Sant'Anna. Quer dizer, a reunião de um grupo, sobretudo o grupo que hoje debateu aqui, os três oradores que aqui falaram e que poderiam, naturalmente, constituir a base de uma solução que pudesse ser, como disse o Deputado Ruy Nedel, uma solução escrita, normas escritas. Porque se nós não pudéssemos adotar, em virtude de vedações ou dificuldades criadas pelos regimentos existentes, que nós passássemos a adotar, mediante as transformações dessas normas em regimentos especiais ou em normas obrigatoriamente observáveis nesse período que nós estamos atravessando da nossa missão.

Não sei se estou me fazendo entender. Eu queria que V. Ex.<sup>as</sup>, por favor pessoal, e uma solicitação, no instante em que lhes coloco à frente, se reunissem, talvez amanhã, para que pudessem apresentar algumas idéias ao Presidente, a fim de que, depois, pudesse ele coordená-las, ou na feitura de diretrizes de trabalho ou na preparação de normas regimentais de trabalho, que seriam substitutivas das que existem. Porque estamos aqui para fazer o projeto e não para discutir como se vai fazer, ou seja, se desaparece o segundo substitutivo, se o primeiro, se segue, se temos que fazer ou conformar, se temos que realizar.

Acho que o meu amigo Aluizio Campos talvez tenha levado a coisa um pouco longe demais. Não temos a obrigação de compor o projeto. Essa obrigação não está escrita em nenhuma norma regimental que eu conheça, nem da Comissão nem da Assembléia Nacional Constituinte. Temos o dever de pegar os projetos que vierem e, através da nossa análise, fazer neles um tratamento que seja ao mesmo tempo de substância e de forma. Mas nós não temos a iniciativa de criar situações emanadas da nossa competência comissional. Nós temos obrigação de fazer com que o material que nos chegue à mão seja remanejado de forma conveniente na sua forma, tanto quanto possível, com a eliminação de defeitos que às vezes já não são tão de forma como de matéria, mas isso sempre no quadro de uma atribuição delegada e não de uma atribuição originária. Essa é a minha opinião.

Mas, de qualquer maneira, peço aos três nobres Constituintes, Fogaça, Sant'Anna e Campos, que se reúnam o mais breve possível, para que apresentem à Presidência sugestões que possam ser transformadas em iniciativa de generalização como normas de trabalho escrito.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FOGAÇA:** – O Deputado Carlos Santa'Anna é o responsável.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – O Deputado Carlos Santa'Anna seria o responsável principal, diz o Senador Fogaça, porque V. Ex.<sup>a</sup> colocou a questão em termos quase que de liderança, de preocupação de Líder – e eu submeto a ambos. Então, fica assim combinado. Constituinte Carlos Santa'Anna, em que prazo pode fazer isto?

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Amanhã, pela manhã.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – O que diz o representante do pensamento católico? (Risos.)

**O SR. CONSTITUINTE ALUÍZIO CAMPOS:** – Seria melhor fazermos uma reunião no seu ou no meu gabinete, amanhã, para discutirmos e elaborarmos um texto para, depois, apresentarmos ao Senador.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Não, acho que antes do texto devam vir às questões.

A Comissão está de acordo com essa sugestão?

Então, obtendo a concordância da Comissão, designo o nobre Líder para esse trabalho.

Há mais alguma matéria a ser tratada? (Pausa.)

Nada mais havendo a tratar, encerro a presente reunião, agradecendo a presença de todos.

Está encerrada a reunião.

## Termo de Reunião

Aos quinze dias do mês de setembro de mil novecentos e oitenta e sete, às nove horas e trinta minutos, a Comissão de Sistematização deixou de reunir-se, por falta de **quorum**. Aguardando-se o decurso do prazo por trinta minutos, e persistindo a insuficiência de número regimental, às dez horas, o Senhor Constituinte Aluizio Campos, Primeiro-Vice-Presidente no exercício da Presidência, declarou que aquela reunião destinada a dar continuidade aos debates do Substitutivo do Relator, Constituinte Bernardo Cabral, deixava de se realizar, convocando, em seguida, nova reunião, para o mesmo dia, às quatorze horas, no Plenário do Senado Federal. Compareceram os seguintes Senhores Constituintes: Christóvam Chiaradia, Edme Tavares, Inocêncio Oliveira, José Fogaça, Paulo Ramos, Roberto Freire, Siqueira Campos, Délio Braz, Enoc Vieira e Vicente Bogo. E, para constar, eu, Maria Loura Coutinho, Secretária, lavrei o presente termo.

## 27ª Reunião Extraordinária

Aos quinze dias do mês de setembro de mil novecentos e oitenta e sete, às quatorze horas e trinta e oito minutos, no Plenário do Senado Federal, reuniu-se a Comissão de Sistematização, sob a Presidência do Senhor Constituinte Aluizio Campos, Vice-Presidente no exercício da Presidência, presentes os Senhores Constituintes: Ademir Andrade, Alcení Guerra, Antonio Farias, Artur da Távola, Celso Dourado, Christóvam Chiaradia, Darcy Pozza, Edme Tavares, Gerson Pares, Inocêncio Oliveira, José Geraldo, José Paulo Bisol, José Ulisses de Oliveira, Luis Eduardo, Lysâneas Maciel, Manoel Moreira, Mário Assad, Mário Lima, Nelson Carneiro, Nelson Friedrich, Oscar Corrêa, Paulo Pimentel, Paulo Ramos, Plínio Arruda Sampaio, Prisco Viana, Renato Vianna, Roberto Freire, Sigmaringa Seixos, Aldo Arantes, Bocayuva Cunha, Chagas Rodrigues, Fernando Santana, Itamar Franco, João Agripino, Jonas Pinheiro, José Genoíno, José Tavares, José Tinoco, Luiz Salomão, Michel Temer, Miro Teixeira, Mozarildo Cavalcanti, Octávio Elísio, Simão Sessim e Wilson Souza. Estiveram presentes, ainda, os senhores constituintes não integrantes da Comissão: Darcy Deitos, Naphtali Alves de Souza, José Fernandes, Domingos Leonelli, José Carlos Sabóia, Jorge Hage, Chico Humberto, Valmir Campelo, Ruy Bancelar, Maguito Vilela, Edmilson Valentim, Amaury Müller, Davi Alves Silva, José Elias Murad, Paulo Delgado, Ronaro Corrêa e Floriceno Paixão. Deixaram de comparecer os Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Adolfo Oliveira, Afonso Arinos, Alfredo Campos, Almir Gabriel, Aloysio Chaves, Antônio Carlos Konder Reis, Antonio Carlos Mendes Thame, Arnaldo Prieto, Bernardo Cabral, Brandão Monteiro, Carlos Chiarelli, Carlos Mosconi, Carlos Sant'Anna, Cid Carvalho, Cristina Tavares, Egídio Ferreira Lima, Eraldo Tinoco, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Gasparian, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Lyra, Francisco Benjamin, Francisco Dornelles, Francisco Pinto, Francisco Rossi, Gastone Righi, Haroldo Lima, Haroldo Sabóia, Ibsen Pinheiro, Jamil Haddad, Jarbas Passarinho, João Calmon, João Herrmann Neto, Joaquim Beviláqua, José Fogaça, José Freire, José Ignácio Ferreira, José Jorge, José Lins, José Luiz Maia, José Maurício, José Richa, José Santana de Vasconcellos, José Serra, José Thomaz Nonô, Luiz Inácio Lula da Silva, Marcondes Gadelha, Milton Reis, Nelson Jobim, Nilson Gibson, Osvaldo Coelho, Osvaldo Lima Filho, Pimenta da Veiga, Raimundo Bezerra, Ricardo Fiuza, Rodrigues Palma, Sandra Cavalcanti, Severo Gomes, Siqueira Campos, Theodoro Mendes, Virgildásio de Senna, Virgílio Távora e Wilson Martins. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declarou abertos os



trabalhos que se destinaram ao prosseguimento da discussão do primeiro Substitutivo do Senhor Relator. A seguir, o Senhor Presidente decidiu questões de ordem, relacionadas com o processo de votação do Substitutivo, formuladas pelos Senhores Constituintes José Genoíno e Aldo Arantes. Dada a palavra aos Senhores Constituintes Aldo Arantes, Bocayuva Cunha e Gerson Peres, estes falaram, sob a condução do primeiro, a respeito de sistema de governo e sistema eleitoral. Sobre sistema de governo também se manifestaram os Senhores Constituintes Mário Assad e Manoel Moreira, este aparteado pelos Senhores Constituintes José Fernandes e Gerson Peres. O Senhor Constituinte João Agripino teceu considerações em torno do sistema tributário brasileiro, tendo como aparteante o Senhor Constituinte Gerson Peres. Usou da palavra, a seguir, o Senhor Constituinte Lysâneas Maciel, sob apartes do Senhor Constituinte Gerson Peres, que trouxe a debate a questão da participação popular no processo constituinte. O abuso do uso de drogas no seio da juventude foi o assunto tratado pelo Senhor Constituinte José Elias Murad. Passou-se, em seguida, a palavra ao Senhor Constituinte Chico Humberto que tratou da redivisão territorial do Brasil, fazendo referência expressa à situação do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, sendo secundado nas discussões pelos Senhores Constituintes Nelson Seixos, José Elias Murad e Oscar Corrêa. Inscrito para falar, o Senhor Constituinte trouxe à baila a problemática que envolve os deficientes físicos e mentais no País, apontando soluções que lhe pareceram adequadas. Usando a palavra, o Senhor Presidente Afonso Arinos, que assumiu o cargo na qualidade de seu titular, teceu considerações sobre a fala do Senhor Constituinte Lysâneas Maciel, louvando a participação popular no processo constituinte. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião às dezessete horas e trinta minutos, convocando nova reunião para o próximo dia 16 do corrente mês, às nove horas e trinta minutos, no Auditório Nereu Ramos. O inteiro teor desta reunião foi gravado, devendo ser publicado no **Diário da Assembléia Nacional Constituinte** e constituir-se-á na Ata circunstanciada dos trabalhos. E, para constar, eu, Maria Lauro Coutinho, lavrei a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Havendo número regimental, declaro aberta a reunião, destinada ao prosseguimento da discussão do primeiro Substitutivo apresentado pelo eminente Relator e das emendas até agora propostas.

Concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Constituinte José Genoíno.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Sr. Presidente, quero expor à Presidência da Comissão de Sistematização e aos demais membros algumas preocupações relativas a comunicados que temos recebido da Presidência da Assembléia Nacional Constituinte e da Presidência da Comissão de Sistematização.

Nossa primeira apreensão diz respeito ao calendário sobre a tramitação do Substitutivo na Comissão de Sistematização. Pelos dias e pelo período aqui estabelecidos, não há qualquer horário para discutirmos o segundo Substitutivo da Comissão de Sistematização. Pergunto: como vamos equacionar o problema do calendário proposto pelo Sr. Ulysses Guimarães, Presidente da Assembléia Nacional Constituinte?

A segunda questão diz respeito a assunto interno da Comissão de Sistematização. Recebemos dois comunicados da Presidência desta Comissão. O primeiro, do dia 14 de

setembro, estabelece o calendário. Há uma parte aqui que diz: "A votação pode processar-se por títulos e capítulos". Mas aí me vem uma preocupação, e formulo a seguinte questão de ordem: se deve haver um critério para apreciação de destaques por ocasião da votação por títulos e capítulos, qual o critério que a Comissão de Sistematização vai adotar para apreciar os destaques? Certamente para cada título ou para cada capítulo serão apresentados vários destaques. Qual o critério para a votação do primeiro destaque, do segundo destaque etc.? Faço esta indagação porque o assunto não está claro nas comunicações.

Recebemos também uma comunicação, de data anterior, cujo item 3 diz o seguinte: "A apreciação ou rejeição de emenda implica a prejudicialidade das que versarem sobre matéria semelhante".

Esta, sim, é uma questão preocupante: fere o Regimento Interno e o direito democrático dos Constituintes.

Chamo a atenção para a gravidade deste problema. Por exemplo, ao aprovar-se uma emenda sobre o sistema eleitoral, as outras que versarem o mesmo assunto cairão automaticamente, mesmo que tenham conteúdo diferente. Isto é um absurdo. Seria preciso colocar-se o seguinte: "prejudicialidade de emendas de conteúdo semelhante".

Outro exemplo: digamos que se esteja votando o sistema de Governo. Há várias maneiras de abordar-se o parlamentarismo ou o presidencialismo. Se votarmos uma emenda sobre presidencialismo ou sobre parlamentarismo, isso significará que as outras, de conteúdo diferente, estarão prejudicadas? Tomemos, por exemplo, uma questão que diz respeito à reforma agrária. Poderá haver quatro ou cinco emendas diferentes sobre a reforma agrária com conteúdos diferentes, e uma não poderá prejudicar as demais.

Portanto, essa redação que nos foi apresentada em uma das comunicações precisa sofrer alteração substancial. É verdade que a aprovação de uma emenda prejudica outra de conteúdo semelhante, mas não pode prejudicar emendas que versarem matéria semelhante. Versar matéria semelhante é amplo.

São estas questões de ordem, Sr. Presidente, que formulo a V. Ex.<sup>a</sup>. A primeira diz respeito a uma providência da Presidência da Comissão de Sistematização no sentido de estabelecer um momento para discutir o Substitutivo, o que não está posto. As outras duas referem-se diretamente à Presidência da Comissão de Sistematização – o critério para a votação dos destaques e a alteração do item 3 da comunicação que nos foi enviada, o qual, ferindo o Regimento Interno e o direito do Constituinte, trata da questão de emendas que versarem matéria semelhante.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A Presidência passa a responder a V. Ex.<sup>a</sup>. Quanto à primeira questão de ordem, na reunião de ontem, à qual V. Ex.<sup>a</sup> infelizmente não compareceu, o Presidente Afonso Arinos designou uma comissão, constituída por mim, pelo Senador José Fogaça e pelo Deputado Carlos Sant'Anna, para apresentar sugestões sobre o procedimento relacionado com a discussão do Substitutivo a nível desta Comissão. Pretendemos até amanhã apresentar a S. Ex.<sup>a</sup> para apreciação o nosso ponto de vista, cabendo-lhe decidir se o submeterá ou não à apreciação do Plenário.

Quanto aos destaques, os comunicados já distribuídos determinam o prazo de dois dias para a sua apresentação, mas ainda não foi decidido pela Mesa da Comissão o seu critério de apreciação, tudo indicando, entretanto, que deverão ser votados juntamente com os títulos ou capítulos a que estiverem vinculados.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Mas em que ordem, Sr. Presidente? Por exemplo, um título ou um

capítulo podem ter vários destaques. Qual será a ordem de entrada do destaque? Será a ordem de entrada na Comissão de Sistematização?

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – O ordenamento da matéria será feito pela Secretaria da Comissão e depois submetido à apreciação do Plenário.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Não, Sr. Presidente. Faça a observação de que os destaques terão de ser apreciados por título e capítulo, mas na ordem de entrada na Comissão de Sistematização.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Sim, é claro. Isso é evidente.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Por exemplo, os destaques para determinado título devem ser apreciados de acordo com a entrada na Comissão de Sistematização, seguindo-se o número do destaque; senão não teria sentido o número do destaque.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Como V. Ex.<sup>a</sup> deve ter percebido, há sempre uma tendência em acelerar demasiadamente a tramitação da matéria nesta Comissão. Surgiu até uma consulta sobre a possibilidade de se submeter à votação diversos títulos, conjuntamente, o que me parece inteiramente incompatível com a disposição regimental que estabelece a discussão por títulos e capítulos. Mas essas questões estão sendo apreciadas com a assessoria do coordenador designado pelo Presidente Ulysses Guimarães, Dr. Paulo Afonso. Ainda hoje de manhã tivemos uma reunião tratando do assunto. Como o Presidente Afonso Arinos comunicou ontem à Comissão que decidiria essas questões depois de fazer as consultas pertinentes, espero que ele próprio comunique ao Plenário a decisão adotada.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Sr. Presidente, encaminho oficialmente, então, à Comissão de Sistematização, da qual V. Ex.<sup>a</sup> é o Presidente em exercício neste momento, estas duas questões: sobre a ordem de entrada dos destaques e sobre o terceiro item da comunicação a que me referi.

E, finalmente, Sr. Presidente, quero ser informado – acho que esta é a angústia de todos os Srs. Constituintes – quando receberemos a publicação das emendas apresentadas na Comissão de Sistematização. Até agora nada recebemos. Precisamos ler essas emendas, que até agora não foram distribuídas.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Fui informado hoje, pelo Dr. Paulo Afonso, de que o Prodasen já imprimiu todas as emendas apresentadas na Comissão, as quais deverão ser distribuídas até amanhã. Esta é a informação que posso dar a V. Ex.<sup>a</sup>.

Quanto à prejudicialidade de matéria semelhante, também a questão está sendo objeto de exame e, como ontem o Senador Afonso Arinos solicitou – e o Plenário concedeu – algum tempo para que pudesse responder a essas questões e comunicar o definitivo ordenamento dos nossos trabalhos, peço a V. Ex.<sup>a</sup> a paciência de aguardar que essa decisão seja comunicada até amanhã.

**O SR. CONSTITUINTE ALDO ARANTES:** – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem a palavra V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. CONSTITUINTE ALDO ARANTES:** – Sr. Presidente, antes de discutir o assunto que me traz à tribuna, com relação à questão de ordem levantada pelo ilustre Constituinte José Genoíno, sobre o problema da prejudicialidade, gostaria de insistir em que, sendo um problema da mais alta importância, na minha opinião não deveria ser objeto de uma decisão da Mesa da Comissão de Sistematização, e sim do Plenário, pela sua gravidade.

O Constituinte José Genoíno já mostrou as consequências de tal processo de votação de emendas com conteúdo inteiramente diferentes. Então, pela sua importância, solicito a V. Ex.<sup>a</sup> que esta questão seja objeto de deliberação do Plenário da Assembléia Nacional Constituinte, caso a ponderação levantada pelo Constituinte José Genoíno não seja levada em consideração.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Eu sugeriria a V. Ex.<sup>a</sup> que encaminhasse um requerimento nesse sentido à Mesa desta Comissão, porque, se a questão for decidida pelo Plenário, a tramitação do projeto na Comissão poderá ficar solucionada.

Estão inscritos quinze oradores. Em virtude de entendimento com o orador que deveria falar em primeiro lugar, o ilustre Constituinte Lysâneas Maciel, concedo a palavra ao eminente Constituinte Aldo Arantes.

**O SR. CONSTITUINTE ALDO ARANTES:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, há duas questões centrais que envolvem o processo de democratização política da sociedade brasileira: uma, a do sistema de governo; outra, a do sistema eleitoral. Meu Partido tem defendido a alternativa parlamentarista como a que melhor atende ao processo de democratização da sociedade brasileira.

Não temos ilusão de que o parlamentarismo enquanto tal seja por si só o fator determinante do processo de democratização da sociedade, porque temos a convicção de que a democracia não é apenas política, mas é também e sobretudo econômica. O sistema político mais permeável às pressões populares, que permite participação da coletividade, é o sistema parlamentarista de governo. Por isso temos manifestado nossas críticas ao sistema presidencialista, sistema autoritário, centralizador, em que o Presidente, na verdade, é um monarca de tipo novo.

**O SR. CONSTITUINTE BOCAYUVA CUNHA:** – Concede-me V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. CONSTITUINTE ALDO ARANTES:** – Nobre Constituinte Bocayuva Cunha, pediria a V. Ex.<sup>a</sup> – presidencialista notório, por motivos que já conhecemos – que aguardasse um pouco o desenvolvimento do meu raciocínio. Então, terei prazer em conceder o aparte ao nobre companheiro.

Quero destacar que o sistema presidencialista é autoritário. Particularmente no Brasil, assumiu praticamente todas as funções do Poder Legislativo e esvaziou completamente o Poder Judiciário. Temos, na verdade, um sistema de governo centralizado na figura do Presidente da República. E mais: o sistema presidencialista é irmão siamês do militarismo.

No Brasil, historicamente, o presidencialismo surgiu junto com a influência marcante dos militares na vida política brasileira. Tanto é assim que, nos anos de vigência do presidencialismo, os militares intervieram dezenove vezes na vida política brasileira.

É interessante destacar que, hoje, a ação desenvolvida pelo Presidente da República, pelos Ministros militares e grupos econômicos, no sentido da manutenção do sistema presidencialista, é o indicador mais claro e mais seguro de que o sistema é o mais permeável à pressão dos grupos econômicos e dos militares. É óbvio que exercer pressão direta sobre uma pessoa é mais fácil do que sobre um colegiado. Vários argumentos são apresentados no sentido de questionar o sistema parlamentarista de governo.

**O SR. CONSTITUINTE BOCAYUVA CUNHA:** – Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. CONSTITUINTE ALDO ARANTES:** – Ouço V. Ex.<sup>a</sup> com prazer.

**O SR. CONSTITUINTE BOCAYUVA CUNHA:** – Nobre Constituinte Aldo Arantes, sabe V. Ex.<sup>a</sup> não só da estima pessoal que tenho por V. Ex.<sup>a</sup>, como do meu respeito pela sua atuação. E não é de hoje, data dos anos 60, quando acompanhei de perto sua atividade, ainda como líder estudantil nacional. Agora V. Ex.<sup>a</sup> presta um enorme desserviço à democracia, ao País e ao seu partido, pequeno como o meu, o PT, na medida em que defende, com brilho, talento e patriotismo, o sistema parlamentarista de governo. V. Ex.<sup>a</sup> verá que inevitavelmente, com a adoção do parlamentarismo, virá também o voto distrital, que serve apenas às maiorias, à reação e à direita. Acabará com todos os partidos progressistas do País – com o PDT, o PT, o PC do B e com o PCB. Inevitavelmente, V. Ex.<sup>a</sup>, ao apoiar o parlamentarismo, está incorrendo no risco de ver, com a adoção dessa tese, o fim de seu próprio partido. Quanto à outra parte – V. Ex.<sup>a</sup> ironicamente fez referência ao fato de eu ser presidencialista por motivos notórios – quero dizer que o grande beneficiário da adoção do parlamentarismo no Brasil chama-se Leonel Brizola. Não tenham dúvidas quanto a isso. A candidatura Brizola, que evidentemente sofre restrições – todos nós sabemos – das áreas militares e de vários setores da sociedade, terá essas restrições amortecidas no momento em que se adotar no País o regime parlamentarista. Dirão que Brizola ficará controlado. Não ficará, porque fará campanha-já – também nós a faremos – pregando o fim do parlamentarismo. Inclusive temos **know-how**, pois já derrubamos o regime parlamentarista uma vez e o derrubaremos de novo. Muito obrigado a V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE ALDO ARANTES:** – Agradeço ao nobre Constituinte Bocayuva Cunha o aparte. V. Ex.<sup>a</sup> não defendeu o presidencialismo nem atacou o parlamentarismo, apenas fez uma relação que, entendo, não existe, entre o sistema parlamentarista e o voto distrital. Daqui a pouco darei minha opinião acerca dessa questão, por sinal conhecido de todos. Somos radicalmente contra o voto distrital. O PC do B considera o voto distrital um instrumento da reação e da direita para aniquilar as forças progressistas. Há poucos dias o Senador José Richa, falando para entidades de latifundiários, argumentou que o voto distrital seria uma verdadeira revolução institucional, pois aquilo que aqui não passasse agora estaria garantido no futuro, porque alteraria a composição do futuro Congresso.

Somos radicalmente contra o voto distrital. E digo mais, Constituinte Bocayuva Cunha: estaremos dispostos até a rever nossa posição sobre sistema de governo, em torno da questão do voto distrital. (Muito bem! Palmas.) Consideramos que os setores reacionários favoráveis ao sistema parlamentarista, preocupados com a adoção do parlamentarismo, procuram utilizar o voto distrital no sentido de termos um Parlamento manietado, controlado pelas classes dominantes. É inaceitável esse tipo de manobra.

O Partido Comunista do Brasil, por sinal, Constituinte Bocayuva Cunha, foi, na Assembléia Nacional Constituinte, a força política que levantou com mais firmeza essa questão. Ontem mesmo, em reunião dos setores progressistas com o Relator da Comissão de Sistematização, nosso Líder Haroldo Lima levantou com energia a nossa compreensão de que essa é a questão central e mais importante no processo de democratização da sociedade brasileira. Mas isso, companheiro, não retira o debate sobre o sistema de governo, porque a alternativa mais democrática e mais progressista seria o parlamentarismo com voto proporcional.

**O SR. CONSTITUINTE BOCAYUVA CUNHA:** – Nobre Constituinte, permita-me apenas registrar minha alegria com a enfática declaração de V. Ex.<sup>a</sup>, que me enche de orgulho patriótico e democrático, na medida em que o PC do B está disposto a rever sua posição, caso constate que, no parlamentarismo, estaria embutido o voto distrital.

**O SR. CONSTITUINTE ALDO ARANTES:** – Ouço, com prazer, o nobre Constituinte Gerson Peres.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Nobre Deputado, solidarizo-me com V. Ex.<sup>a</sup> pelo seu posicionamento. V. Ex.<sup>a</sup> está de um lado e eu de outro, nas idéias, no pensamento, nos princípios. Mesmo assim, vamos convergindo para o mesmo ponto de vista, porque somos democratas. Acho que V. Ex.<sup>a</sup> defende a tese mais democrática nesta Assembléia Nacional Constituinte – o parlamentarismo, sistema de governo do povo, do parlamento. O presidencialismo é o governo de um só. É o imperador institucionalizado por voto direto do povo, por quatro anos, que amesquinha, diminui, avilta e controla o Poder Legislativo, que é o poder do povo. Então, concordo plenamente com V. Ex.<sup>a</sup>. Quanto ao voto distrital, uma coisa nada tem a ver com a outra, ou seja, o parlamentarismo funciona tanto com um quanto com outro. Esse é outro ponto de vista. Discutiremos o voto distrital por outro ângulo. O sistema de governo mais puro, mais correto, mais certo e mais condizente com o momento histórico do País é o sistema parlamentar de governo. Chega de presidencialismo, que é realmente o governo imperial dentro de um processo com o qual não se compatibiliza o processo democrático de governo. Parabéns pela tese que V. Ex.<sup>a</sup> desenvolve e com a qual estamos de pleno acordo.

**O SR. CONSTITUINTE ALDO ARANTES:** – Continuando meu pronunciamento, Srs. Constituintes, a História do Brasil tem mostrado que o sistema presidencialista é responsável pelas crises e pela instabilidade política, do País, porque, no momento em que se restabelece uma contradição entre o Governo e a Nação, entre o Governo e o Parlamento, as alternativas são três: ou o Presidente é morto, como ocorreu com Getúlio, ou exilado, como aconteceu com João Goulart, ou submete-se aos militares, como Sarney. Na verdade, a situação é bastante complexa.

Sr. Presidente, quero aqui questionar alguns argumentos que têm sido levantados contra o parlamentarismo. Primeiro: o de que o Brasil não está preparado para o parlamentarismo. Ora, esta é uma afirmação absurda que faz lembrar aquela de Pelé, de que o povo brasileiro não está preparado para votar. Sabemos que em Portugal, depois de muitos anos de ditadura militar, implantou-se de imediato, e com sucesso, o sistema parlamentarista, como ocorreu na Espanha. Esta não é, então, razão que tenha fundamento.

Por outro lado, argumenta-se que o parlamentarismo não caberia no Brasil porque não temos partidos fortes. Ora, uma das características do sistema presidencialista é impedir a formação de partidos políticos fortes. E é exatamente através do processo da corrupção e de uma série de mecanismos, que conhecemos muito bem, que se impossibilita a consolidação dos partidos políticos.

Somente nadando é que se aprende a nadar. Portanto, somente praticando o parlamentarismo é que teremos a experiência prática desse moderno sistema de governo. Ademais, o parlamentarismo é um sistema de governo mais democrático, porque mais transparente. O sistema presidencialista, por estar em torno de uma só pessoa,

permite manobras às escondidas, permite a pressão dos militares e dos grupos econômicos, ao passo que no parlamentarismo, as questões nacionais têm que necessariamente passar pelo crivo do Parlamento e, portanto, inevitavelmente chegam à opinião pública.

Outro argumento que se tem apresentado é o de que há uma contradição entre parlamentarismo e eleições diretas para Presidente da República. Afirma-se que o Presidente seria "Rainha da Inglaterra". Ora, a seu tempo, De Gaulle não foi "Rainha da Inglaterra" no parlamentarismo francês. Nem o Presidente de Portugal, no parlamentarismo português, é "Rainha da Inglaterra". Na verdade, uma coisa é parlamentarismo puro, em que o Presidente da República não é eleito pelo povo nem tem funções caracterizadas, e outra coisa é o sistema que ora se discute e que defendemos, com eleições diretas para Presidente da República.

Mas o fato concreto é que nos últimos dias estamos observando uma sórdida manobra: a manobra do chamado parlamentarismo gradual. E qual a questão de fundo, companheiros Constituintes? Como Questão de fundo, alguns ditos defensores do parlamentarismo querem fazer um conchavo às escondidas para manter, para assegurar os poderes do Presidente José Sarney.

Ora, o Presidente José Sarney não tem condições de manter poderes, porque não foi eleito pela vontade do povo. Defendemos um regime parlamentarista com quatro anos de mandato para o Presidente, com eleições diretas já no ano que vem, e somos radicalmente contra qualquer tipo de articulação e de conchavo que esteja sendo feito por aí.

Finalizando, Sr. Presidente, gostaríamos de acentuar, mais uma vez que, ao lado da questão do sistema de governo, o problema do sistema eleitoral também é da mais alta importância. O Senador José Richa, que se está destacando como um representante autêntico dos setores mais reacionários desta Casa, tem defendido, com insistência, que o parlamentarismo está absolutamente ligada ao voto distrital. Isto não é verdade. Isto é mentira. São poucos os países onde isso ocorre. Na Itália e em Portugal, por exemplo, isso não ocorre. E eu já tive oportunidade de manifestar a opinião do meu partido a esse respeito. A História diz que aqui, no Brasil, o voto distrital foi o voto da reação na época do Império e que o voto proporcional foi implantado na Revolução de 1930. E mais: a iniciativa da implantação do voto distrital misto veio pelas mãos da ditadura militar, do General Figueiredo, numa demonstração concreta de que não queria o processo de redemocratização do País, tanto assim que um liberal, que não era esquerdista algum, o ex-Presidente Tancredo Neves, manifestou-se, de forma cabal e categórica, contra o sistema parlamentar misto, dizendo que este é antidemocrático, que seu objetivo é liquidar as minorias, e a liquidação das minorias é a liquidação da verdadeira democracia deste País. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Com a palavra o eminente Constituinte João Agripino.

**O SR. CONSTITUINTE JOÃO AGRIPINO:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, quando me inscrevi para falar perante esta Comissão de Sistematização imaginava que os debates sobre os temas constitucionais, que deveriam resultar num segundo substitutivo do Relator Bernardo Cabral, fossem de fato tratados nesta Comissão. Infelizmente, a realidade é outra, e daqui não adianta falar porque o eco não chega à Fundação Israel Pinheiro, nem ao Banco do Brasil, nem ao Palácio do Planalto. (Muito bem!) Estamos restritos a esta Casa, prestigiados apenas pela pre-

sença daqueles que não se enturmaram com os que estão escrevendo o texto. Inclusive, louvo a posição de V. Ex.<sup>a</sup>, Presidente em exercício Aluizio Campos, e do Presidente Afonso Arinos, que se recusaram terminantemente a fazer parte de qualquer conciliábulo que viesse a resultar do projeto a ser apresentado a esta Comissão pelo Sr. Relator.

Mas aqui devo insistir em falar sobre sistema tributário. Pouco se tem discutido sobre isso. O assunto está limitado ao noticiário da imprensa, pois aqui os debates estão dirigidos às questões mais polêmicas.

Sr. Presidente, o sistema tributário que vamos aprovar – e até o momento pouca coisa foi modificada – não muda em nada o modelo concentrador de renda e de riqueza instituído pela reforma tributária de 1967. Esta é a realidade do texto que está proposto no Substitutivo e – parece – é o que vamos aprovar. Passamos a vida inteira dizendo que temos de resolver o problema da distribuição da renda neste País, que devemos desconcentrar a riqueza, e, no entanto, vamos todos votar um sistema que não muda absolutamente em nada o modelo concentrador de renda.

Sei que o projeto apresenta avanços, como a descentralização administrativa e a redistribuição dos recursos, mas a União reclama dizendo que lhe estão tirando uma fatia, do bolo da arrecadação. Então, quando vamos fazer essa redistribuição, senão através do sistema tributário? O Governo diz que não pode perder 26% da parte que lhe toca na arrecadação. Entretanto, os Estados e os Municípios, a seu ver, devem continuar de pires na mão, implorando recursos e cujos convênios são assinados aqui, e ameaça dizendo que vai elevar a carga tributária, se for aprovado o texto que está proposto.

A carga tributária no Brasil, segundo ele, é baixa, o que é uma afirmativa falsa. É baixa, se for considerada a carga tributária líquida, porque ela corresponde a 10% do Produto Interno Bruto; mas, se considerarmos a carga tributária global bruta, ela corresponde a 24%, equiparando-se às mais elevadas do mundo, à exceção de alguns países da Europa.

Pois bem, não querem que seja aprovado como está proposto. Além disso, o propósito de um sistema tributário para um país que se debate num confronto de miséria – de uma região miserável com uma região rica – seria corrigir os desequilíbrios regionais. Mas o sistema continua do mesmo jeito e agrava ainda mais o desequilíbrio regional. É fácil de se verificar isso pelas projeções dos números dentro da proposta do sistema tributário.

No texto que está proposto, de fato a arrecadação dos Estados e Municípios cresce, aumenta de 33 para 44%, mais 2% de um fundo especial de reserva e mais 1% para que seja incluído, neste fundo, o Centro-Oeste. Além disso, propõe o texto que iremos votar – e procurei emendá-lo, sem êxito, durante todo o tempo que tramitou – um adicional de 5% do Imposto de Renda.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – O que é um absurdo.

**O SR. CONSTITUINTE JOÃO AGRIPINO:** – Ora, Srs. Constituintes, já se ouviu dizer que se pusesse adicional no texto da Constituição? E afinal de contas, quem paga o Imposto de Renda? Paga Imposto de Renda quem tem renda. E são justamente as empresas sediadas no Centro-Sul do País, que têm matrizes no Centro-Sul e filiais nos Estados, onde é cobrado o imposto. O fato gerador do imposto está justamente onde a empresa tem a sede e, portanto, a instituição dos 5% resulta em que o Estado de

São Paulo passa a ter 68% dos impostos recolhidos, com base neste adicional de 5%.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Dá por um lado e tira pelo outro.

**O SR. CONSTITUINTE JOÃO AGRIPINO:** – Dá por um lado e tira pelo outro.

Além disso, está previsto também nesse texto o benefício de 10% do IPI, para que seja entregue proporcionalmente aos Estados exportadores. Quais são os Estados exportadores deste País? Será a Paraíba? Será o Piauí? Para onde vão esses 10%? Continuamos com o mesmo modelo, que não corrige desequilíbrio regional algum.

Finalmente, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, há mais um detalhe nesse projeto. Por duas vezes ele se refere ao **quorum** de dois terços que o Senado precisa ter para aprovar resoluções que modifiquem alíquotas de imposto. Se de um lado respeito profundamente a tese, a teoria do voto igualitário, ou seja, a de que cada voto deve valer um voto e a proporcionalidade deve ser respeitada, estranho que os que defendem justamente esse argumento do voto igualitário – dizendo que no Senado esta distorção da proporcionalidade das maiores representações é corrigida, porque aqui no Senado todos são iguais porque a representação é da Federação, cada Estado tem o mesmo número de Senadores – venham exigir o **quorum** de dois terços para as deliberações ou fixações de alíquotas.

O que significa isso? Significa precisamente que nenhuma deliberação será tomada sem que dois terços do Senado queira que ela seja tomada. Mais uma vez se impede que qualquer deliberação de caráter regional seja tomada pelo Senado da República. Dois terços é um **quorum** exigido para se mudar a Constituição. Está no projeto a exigência de **quorum** de dois terços para a deliberação de resoluções do Senado que fixem as alíquotas dos impostos. Isso me faz recear por todo o curso do que estamos fazendo e tentando fazer. O sistema tributário proposto é injusto. Continua sendo um modelo concentrador de renda e riqueza.

Ninguém venha me dizer que o imposto sobre o patrimônio líquido resolve o problema, porque sabemos que, no final das contas, quem paga este patrimônio líquido é a classe média. O rico, na hora que faz sua declaração de imposto de renda, não tem bens, mas dívidas. O patrimônio líquido é calculado, precisamente, pela diferença entre os bens e as dívidas. Quem tem patrimônio líquido é a classe média, possuindo uma casa, um automóvel e alguns bens indispensáveis à sua vida, sem dívidas. A classe média brasileira não é endividada. Quando chegar ao final da declaração, encontrará um resultado positivo, tendo que pagar imposto de renda com esta farsa que está no projeto, de se instituir o imposto sobre o patrimônio líquido. O imposto deveria incidir sobre as grandes riquezas, sobre os iates que estão ancorados na baía de Guanabara, mas que estão no nome das empresas dos seus titulares.

Deve-se pôr um fim às ações ao portador – aí, sim, é onde está a simulação de quem tem lucro neste País e não paga Imposto de Renda. A carga tributária termina sempre pesando e caindo sobre os ombros do assalariado, porque este não tem como sonegar o imposto.

Por isso, receio que o projeto que está sendo estudado venha a comprometer seriamente todos aqueles que algum dia disseram que era preciso melhorar a distribuição da renda e corrigir os desequilíbrios regionais deste País. (Muito bem! Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem a palavra o Constituinte Lysâneas Maciel.

**O SR. CONSTITUINTE LYSÂNEAS MACIEL:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, um dos aspectos mais interessantes desta Assembléia Nacional Constituinte foi a questão da participação popular, ainda incipiente e débil, que ocorreu durante esses meses, desde que aqui chegamos até o presente momento. Tive até a impressão de que teríamos realmente um fato novo na Assembléia Nacional Constituinte: o povo, o grande ausente de todo o processo constituinte brasileiro, teria agora, uma oportunidade, talvez singular, única, para manifestar-se e para expressar-se.

Eu mesmo, na qualidade de Relator da Subcomissão dos Direitos Políticos, dos Direitos Coletivos e Garantias, violei o art. 1º do Regimento, que exigia que todas as reuniões fossem feitas no recinto do Congresso Nacional, em Brasília, salvo motivo de força maior. E o motivo de força maior foi precisamente a impossibilidade de o povo mais simples e desprovido de recursos e de meios de acesso à capital do País também fazer ouvir a sua voz, diretamente, na feitura de uma Carta Maior. Minha experiência foi riquíssima. Recebi sugestões até em papel de embrulhar pão, sobre a questão do saneamento básico da Baixada Fluminense. Traduzi isso em propostas, que foram finalmente acolhidas pela minha Comissão e pela Comissão e pela Comissão Temática, o que provou, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, que nos estamos afastando cada vez mais daquela idéia de que tratamos com o povo analfabeto, desprovido de idéias e que não sabe o que quer. A sabedoria e a experiência populares poderiam modificar profundamente a perspectiva e as prioridades que estamos estabelecendo aqui.

E hoje, Sr. Presidente, um jornalista me perguntava qual a função da Comissão de Sistematização, e, melancolicamente, chegamos à seguinte conclusão: esta Comissão não aprovou um projeto sequer; não conseguiu um requerimento de informações sobre matéria discutida na Assembléia Nacional Constituinte e, praticamente, vai terminar seus trabalhos e vai constituir-se, talvez, numa medida para apagar a tragédia do cotidiano deste País. É uma maneira de abafar esse grito da população brasileira, quer quanto ao aviltamento dos salários, quer quanto à tragédia dos alugueis. Todas essas tragédias que oprimem o povo brasileiro foram trazidas para cá, para essas discussões estéreis e pouco produtivas. Mas temos uma maneira de solucionar essa questão. Sr. Presidente, e para isto a Nação conta muito com a experiência e o passado democrático de V. Ex.<sup>a</sup>.

As reuniões acontecem, agora, até nos bares dos hotéis mais ricos desta cidade e em certos lugares onde se considera uma invasão a presença de um grupo de Constituintes: no Colégio Salesiano, na placidez do lago Paranoá e no Banco do Brasil – talvez para lembrar que estamos numa república monetarista, onde o monetarismo é a força mais importante – e até no bar do Hotel Carlton, mas não aqui. É uma Constituição que se está fazendo de costas voltadas para o povo e até para os seus próprios Constituintes. Isola-se ela nesses grupos, que têm o condão de impingir à Nação a proposta que querem. Não somos ingênuos a ponto de acreditarmos que eles não têm a capacidade de impingir à Nação uma Constituição que se pode transformar não num estatuto para o povo brasileiro, mas num estatuto das classes dominantes deste País, que não permitirão nenhuma mudança substancial.

Como corrigir isso diante desse tipo de entendimento e de orientação que a Assembléia Nacional Constituinte está adotando? Proporíamos, em documento assinado por vários Parlamentares, um plebiscito para sanção, o que significa, pura e simplesmente, submeter à homologação popular o que estamos fazendo agora. Se queremos que saia daqui uma Constituição que represente os anseios do povo brasileiro, em primeiro lugar temos de ter a coragem de sub-

meter à apreciação desse mesmo povo a nossa proposta constituinte. Em um plebiscito para sanção, se o povo repelir a nossa proposta de Constituição, perderemos o nosso mandato de Constituintes. Não fiz essa proposta, como aconteceu na França, em 1946, quando o povo recusou a proposta de Constituição feita pelos Parlamentares franceses e todos eles perderam seus mandatos. E não o fiz, Srs. Constituintes, por uma razão muito simples: poderia parecer demagogia. Temos a certeza de que pouquíssimos Parlamentares votariam pela perda de seus respectivos mandatos. Seria uma medida demagógica. Mas agora, quando o povo deve opinar como mandante e nós como mandatários, como delegados desse mesmo povo, há que se perguntar a este Congresso quem tem medo do julgamento popular. Quais os Constituintes que se arreceiam de permitir que o povo opine sobre aquilo que fizemos aparentemente para beneficiar esse mesmo povo? Seria essa a proposta, Sr. Presidente: um plebiscito para sanção, um plebiscito no qual, se tivéssemos recusado a nossa proposta ao projeto constituinte, perderíamos nossa função.

Ouçó, com prazer o Constituinte Gerson Peres.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Ouvi V. Ex.<sup>a</sup> com muita atenção, mas gostaria de fazer uma indagação, para meu juízo. Esse plebiscito que V. Ex.<sup>a</sup> preconiza é sobre o documento global da Constituição elaborada, para que o povo a julgue, no final?

**O SR. CONSTITUINTE LYSÂNEAS MACIEL:** – Não. Nessa Constituição está prevista a inclusão de nove temas. Quarenta e seis Constituintes apresentariam nove temas apenas e cada um poderia votar somente um deles, como sistema presidencialista, reforma agrária, por exemplo. Enfim, qualquer, desses pontos considerados mais polêmicos. Mas, se recusada essa proposta de incluir a discussão temática, teríamos aqui a principal, que é a apreciação pública sobre o nosso projeto de Constituição, trinta dias após o término dos nossos trabalhos.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Estamos aqui há vários. meses, com certa disponibilidade de tempo, pagos para isso, estudando, trabalhando, discutindo, discordando, digladiando-nos com essas idéias e ainda não chegamos a nos elucidar perfeitamente sobre esses temas, para nós ainda muito difíceis. Acha, então, V. Ex.<sup>a</sup> que o povo teria capacidade de assimilar o conteúdo de todos esses temas que fazem parte da Carta Magna em quarenta dias? Mesmo que esse período fosse antecedido de uma campanha de esclarecimento, seria ele capaz de tomar uma posição exata sobre a Constituição elaborada pelos Constituintes eleitos diretamente por ele, considerando-a boa ou não, útil ou não? V. Ex.<sup>a</sup> poderia explicar-me isso?

**O SR. CONSTITUINTE LYSÂNEAS MACIEL:** – Eu responderia a V. Ex.<sup>a</sup> de maneira muito simples: essa idéia de que o povo não está preparado...

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Não se trata de estar preparado, mas de assimilar o que se fez.

**O SR. CONSTITUINTE LYSÂNEAS MACIEL:** – Quanto ao argumento de que o povo não teria tempo de se elucidar sobre o assunto, eu gostaria de lembrar que está previsto no projeto que, durante os quarenta e cinco dias que antecederiam o plebiscito, haveria o uso proporcional das cadeias de rádio e televisão, para que os partidos expusessem os seus pontos de vista sobre aquelas matérias mais controvertidas. Então, essa idéia de que um grupo mais preparado é que deve elaborar o texto legal, sem influência mais direta do delegado do poder constituinte, que é o povo, está um pouco ultrapassada. Ela vem da doutrina de segurança nacional.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Não comungo dela.

**O SR. CONSTITUINTE LYSÂNEAS MACIEL:** – Essa idéia vem da doutrina de segurança nacional que teve origem na Alemanha de Hitler, passou pelo War College, dos Estados Unidos, e foi introduzida no Brasil por um homem muito inteligente, que hoje está a morte, o General Golbery do Couto e Silva, mas que colocou sua inteligência em prejuízo da democracia e dos interesses maiores do País.

Achamos que talvez seja essa a última oportunidade para que o povo seja co-participe desse processo. Nós, os Constituintes, temos uma contribuição inestimável a dar. Por exemplo: quem pode negar ao Presidente da Comissão de Sistematização sua contribuição, não apenas constitucional, mas até mesmo democrática, para feitura de uma nova Carta Magna? Não é isso que se está discutindo, Sr. Presidente. Não defendo o espontaneísmo nem o basismo. Acho que o povo não detém a verdade absoluta. Mas acho também que a sabedoria e a experiência popular têm uma decisiva contribuição a dar, e deve ser dada, se queremos acreditar neste momento, destruída que foi toda a linha filosófica, ainda que não se queira admitir as propostas iniciais de determinada filosofia. A filosofia é o indivíduo e a sua liberdade. E a liberdade não é o direito, mas um espaço para que os direitos sejam exercidos. Introduzimos esse dispositivo lá: a soberania, no Brasil, pertence ao povo. Somente através das manifestações desse povo pode ser exercido e modificado o poder. Depois vinha, finalmente o Estado – o Estado a serviço do povo, o Estado a serviço da sociedade. E agora, brutal e repentinamente, toda essa filosofia de uma nova ordem de valores foi destruída no penúltimo, porque sabemos que o último; infelizmente, talvez venha do Palácio do Planalto, de autoria do Consultor Jurídico Saulo Ramos. Mas, até este momento. Sr. Presidente, foi adotada essa linha de pensamento filosófica: o indivíduo com sua liberdade, o povo com sua soberania, a sociedade e, finalmente, o Estado, a serviço desses três elementos anteriores. É o desafio – para nós, um desafio da maior importância, porque se quer fazer crer que esse povo não tenha configuração moral e política para escolher aquilo que é bom, aquilo que vai afetá-lo diretamente. Então, o que estamos sugerindo é que toda a nossa capacidade intelectual e política e a nossa honestidade e integridade sejam colocadas, agora, nessas reformas que estamos pretendendo fazer através de emendas. Mas um plebiscito com sanção, Sr. Presidente, permitirá ao povo estabelecer um julgamento completamente diferente e vai permitir a introdução desse elemento novo, democrático, revigorador e inovador, que é a participação popular. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Eu teria algumas considerações a formular quanto ao seu brilhante discurso, mas não desejo infringir o Regimento com a intervenção do Presidente nos debates. Se houver tempo e se V. Ex.<sup>a</sup> me der a honra de assistir à sessão até o fim possivelmente eu possa fazer algumas considerações sobre o que disse. V. Ex.<sup>a</sup>, como sabe, apesar de muitas das nossas divergências, sempre me provoca grande atenção e interesse, pelo conhecimento que tenho de V. Ex.<sup>a</sup>, da sua obra, da sua carreira e pela proximidade entre Patos e Paracatu, se é que posso aqui fazer uma declaração mais ou menos pessoal.

Concedo a palavra ao nobre Constituinte Mário Assad.

**O SR. MARIO ASSAD:** Sr. Presidente, Srs. Constituinte, o tema que ora apaixona todos nós e o do sistema de governo. Entre o parlamentarismo e o presidencialismo ortodoxos, duas dezenas de subsistemas se entrecrocaram e entusiasмам seus defensores. É-me impossível passar ao

largo dessa momentosa questão, como também difícil é examinar em profundidade, em tão curto espaço de tempo, os defeitos de um e de outro sistema, assim como as suas qualidades.

Uma coisa é certa: o presidencialismo, como aí está, todo-poderoso, secundado por um Poder Legislativo sem expressão, que sequer legisla – como se pode ver por simples pesquisa nos trabalhos das legislaturas de 1930 para cá –, e, de tão fraco, se desinteressa até por comparecer aos trabalhos de que se deveria incumbir, não tem lugar mais, sequer na mente dos presidencialistas mais ferrenhos.

Poderia dizer que não se pode, em hipótese alguma, Sr. Presidente, manter esse clube de oratória que se chama Congresso Nacional, tão oneroso para a República, sem qualquer retribuição, em matéria de trabalho, para o povo brasileiro.

De um lado, estamos presenciando presidencialistas se bandearem ou se aproximarem das práticas parlamentaristas, concedendo a possibilidade de o Poder Legislativo exigir a demissão de Ministros de Estado, e fortalecendo suas prerrogativas. Querem esses presidencialistas que o Congresso passe a controlar efetivamente, além do orçamento fiscal, os orçamentos das estatais e da Previdência Social.

Já concedem até a nomeação de um primeiro-ministro, com a função de coordenador do Ministério e de intermediário entre o Executivo e o Legislativo.

De outro lado se alinham os parlamentaristas, entre os quais, pela preponderância das regras que gostaria ver adotadas, me encontro, em companhia de oito ou dez grupos, com formas diferenciadas de focalizar o problema.

O fato é que nos encontramos numa encruzilhada da história e não devemos nem podemos decidir o destino de uma nação inteira sem muita meditação em torno deste problema crucial.

"As instituições são seres vivos", ensina-nos Harold Laski, e não podemos, portanto, sufocá-las, matá-las, mesmo quando estão doentes. Precisamos buscar os pontos prudentes, os vícios, as mazelas, para dar um remédio apropriado não à doença do presidencialismo, por exemplo, mas à instituição como vem sendo vivenciada, experimentada no Brasil.

Oliveira Viana, em 1922, quando tratava da necessidade de se reformar a nossa Constituição, o presidencialismo, já nos abria os olhos para os nossos erros, citando a ironia de Nabuco: "Uma pura arte de construção no vácuo: a base são as teses, e não os fatos; o material, idéias, e não os homens; a situação, o mundo, e não o país; os habitantes, as gerações futuras, e não as atuais". Um passo a mais e nos deixa lapidar lição: "Os espíritos, porém para os quais a realidade social existe, que consideram os grupos humanos criações naturais, tão naturais como um animal ou uma planta, com estrutura e dinamismo próprios; que pensam, como Waldeck Rousseau, que "a sociedade não é uma obra de convenção", para estes espíritos, esses cento e tantos anos de experiência democrática no Brasil têm um sentido muito diverso: valem como uma mina, de valor inestimável, rica do mais puro minério informativo. De mim, digo que só sei trabalhar nesta jazida; que só me sinto bem quando manejo os instrumentos da investigação para explorar os seus vieiros e extrair, grânulo a grânulo, o metal perdido nas rudezas dos seus filões."

Permitam-me que explore este filão de ouro e volte a Oliveira Viana, no prefácio da obra que estou citando: "Das nossas novas gerações, que agora se vão preocupando com os problemas da organização do Estado nacional, poderíamos dizer o mesmo: é com a soma dos pequeninos grãos de verdade, colhidos nas jazidas da nossa experiência social, que elas hão de construir as eternidades da nossa estrutura política". E chama ele nossa atenção para o perigo que agora estamos correndo: "O que as gerações anteriores têm arquitetado até agora, com materiais vindos de fora, não tem mostrado possuir condições de eternidade: são sempre, como se tem visto, criações de natureza perecível e transitória. (...) Nenhuma dessas construções se assentou sobre as bases argamassadas com argila da nossa realidade viva, da nossa realidade social, da nossa realidade nacional".

O certo é que o sistema de governo que estamos construindo não pode ser construído à maneira inglesa, americana, alemã e nem mesmo peruana; mas à maneira brasileira!

Tomemos o método fenomenológico, na esteira de Edmund Husserl, de Franz Brentano ou de Miguel Reale. Analisemos o ser de nossas instituições, com vista no nosso povo, na nossa História, na nossa geografia, localizemos os nossos males e apliquemos nossos remédios, devagar e sempre, e jamais praticando a eutanásia de instituições quase centenárias. Demos-lhes vida, arrancando-lhes os vícios, aproveitando a experiência feita, pois com instituições não podemos importar figurinos para ver se servem ao nosso doente.

E se não servirem?

Lá irão mais dez décadas de crises e mais crises. E a História falará muito mal de nós.

Tenho dito. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Muito obrigado ao Sr. Constituinte Mário Assad, meu patrício.

Concedo a palavra ao nobre Constituinte Manoel Moreira.

**O SR. CONSTITUINTE MANOEL MOREIRA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, já há dias temos o desejo de nos manifestar sobre a momentosa questão do sistema de governo. Neste País pouco afeito à memória, onde o culto à memória é cada vez mais decadente, a ânsia de copiar é muito grande e nem sempre se preocupa em fazer cópias fiéis ao modelo que tratam importar, é hora de se fazer uma reflexão mais profunda sobre o momento político nacional.

Tenho percebido, desde as Subcomissões e as Comissões temáticas, muito mais do que um sentimento parlamentarista, uma ânsia parlamentarista. É algo mais epidêmico; muitas vezes, **data vênia**, é fruto de desinformação.

Disse bem o Constituinte que me antecedeu. Há a preocupação em se copiar o modelo inglês, o francês, o espanhol, o português ou o italiano, mas nem sempre as pessoas verificam as condicionalidades desses modelos. A razão por que eles ganham adjetivação específica está em serem originários de outras concepções históricas. Por isso, muito mais do que um sentimento parlamentarista, o que noto é uma ânsia parlamentarista. As pessoas pensam que, em se mudando o sistema de governo, necessariamente passariam a existir enquanto tal.

Já ouvi vários Constituintes dizerem que seria um absurdo um Parlamentar não ser parlamentarista. Pois digo-lhes que não sou. Não sou, e é uma falácia acharmos

que, ao se adotar o sistema parlamentarista, todos passam a ter o mesmo peso específico. O sistema parlamentarista se afirma sobre uma burocracia que tem por fim a promoção por mérito. Assim se consolidou a tradição dos países que o adotaram. Também o Parlamento se afirma dentro de uma hierarquia de mérito. Não conheço bem, talvez cometa alguma impropriedade, mas me parece que na Inglaterra há duas bancadas parlamentares, uma na frente e outra no fundo. Os que se sentarem na bancada do fundo são aqueles que chegam para o aprendizado parlamentar.

Ainda nesse domingo, li com muita atenção uma entrevista dada ao **Jornal do Brasil** por Amaral Peixoto. Seria de minha parte uma insensibilidade, eu, que sou novato e neófito nesta Casa, não tentar abeberar-me na experiência de homens como ele e como o Dr. Afonso Arinos de Melo Franco. No Brasil, um país em que a cultura do golpismo vicejou profundamente, muitas vezes as pessoas pensam que crescem ao dar cambalhotas umas nas outras. É preciso, portanto, quando se pensa em buscar um outro tipo de regime, verificar como a tradição histórica dos países de origem fez com que eles se afirmassem e ganhassem substância.

É por isso, repito, que muito mais do que sentimento parlamentarista eu vejo uma ânsia parlamentarista. Não diria que é por certo grau de analfabetismo – o que seria de minha parte uma grande arrogância – mas talvez seja por certa dose de desinformação. Temos possibilidade de buscar um modelo, sim, que dê condições de governabilidade ao País. Muito mais do que do sistema de governo em si, o Brasil precisa é de um modelo que lhe dê condições de governabilidade e para isto não precisamos estar reinventando a roda. Precisamos, sim, é do aperfeiçoamento de instituições, que, se não funcionam melhor, devem isso à despreocupação, inclusive do Parlamento – isto é histórico – que tem de aparelhar-se, de estruturar-se para funcionar e dar o seu recado, exercer o seu papel. Parte do esvaziamento do Poder Legislativo não se deu somente em razão do seu esvaziamento institucional. Deu-se, ou ainda se dá, também em razão da omissão histórica e crônica do Parlamento, que não se estrutura, não se organiza, não faz valer os seus pontos de vista.

Há poucos dias, fomos informados pela imprensa nacional – que tem o dever de ajudar a formar a opinião pública – que havia contas secretas no Orçamento. Não obstante essa informação, na verdade o que há é que o Congresso nem sempre lê com atenção uma das suas peças mais importantes, a orçamentária. Se lesse com atenção, teria verificado ali as contas relativas ao setor nuclear. O que há é falta de percepção real, de preocupação com o trabalho.

Ouçõ com prazer o colega José Fernandes.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FERNANDES:** – Nobre Constituinte Manoel Moreira, V. Ex.<sup>a</sup> aborda com segurança e justeza os fatos referentes à decisão da adoção, por uma boa parcela de companheiros, da idéia do parlamentarismo. Se observarmos que muita coisa nesta proposta constitucional está sendo feita de modo casuístico com o objetivo de atingir pessoas ou coisas específicas, chegaremos à conclusão de que duas propostas vêm embutidas nesta situação de câmbio do sistema presidencialista para o parlamentarista. Primeiro, o voto distrital, sem dúvida nenhuma o maior golpe que a maioria, especialmente do PMDB e do PFL, aplicará nos pequenos partidos e nas minorias em geral.

**O SR. CONSTITUINTE MANOEL MOREIRA:** – Especialmente a classe empresarial.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FERNANDES:** – Carregará para o curral a grande manada para doder ali levá-la ao sacrifício. O segundo fato é a expectativa criada, que se transformará em frustrações populares, porque se vendeu a idéia de que essa nova Constituição iria resolver a questão de alimento para o trabalhador, e hoje o grande algoz do trabalhador têm sido exatamente as medidas políticas que se têm tomado, com cunho econômico, e que estão cada dia a diminuir seus salários, até a provocar o desemprego, e tantos outros tipos de variáveis econômicas que estão sendo agravantes para o trabalhador. Então, é provável que dentro dessa proposta a dissolução do Parlamento seja inclusive uma expectativa para, depois que o povo se frustrar, ir às urnas, agora com o voto distrital, dar uma nova conformação às bancadas advindas das diversas regiões do País. Não é à toa que há propostas inclusive para diminuir a interferência, por exemplo, dos votos urbanos. Mas dentro desse quadro, se alguma coisa não está certa, se os partidos que sustentam o Governo não estão satisfeitos com a dubiedade, com a tibieza, com a incoerência desse mesmo Governo, deveriam ter a capacidade de assumir o fato, ao invés de querer mudar o regime de presidencialista para parlamentarista apenas em função da presença do Sr. José Sarney na Presidência da República. Eu até diria que antes do parlamentarismo e antes até do presidencialismo atual precisaríamos fazer um rearmamento moral para realmente mudar o caráter de muitas medidas que têm sido tomadas e que só têm servido para afligir o trabalhador. Por isso, por saber que o parlamentarismo não está sendo proposto como uma medida em prol do País, mas, sim, como uma espécie de perpetuação de certas classes dominantes, é que me congratulo com V. Ex.<sup>a</sup> Sou plenamente favorável à manutenção do presidencialismo, porque ele nada tem a ver com o insucesso da política governamental atual, especialmente na área econômica.

**O SR. CONSTITUINTE MANOEL MOREIRA:** – Disse V. Ex.<sup>a</sup> muito bem. Realmente, o que temos hoje não é um presidencialismo, é uma patologia presidencialista. Essa ânsia ainda se exacerba mais e é por isso que, apesar de estarmos no bojo de uma Constituinte – não é o caso de 61 –, não vejo grande distância na perspectiva de adoção do parlamentarismo agora. Para mim, ele também vem dentro de uma perspectiva de resolução de uma crise institucional, uma crise governamental. É por isso que, baseados ou inspirados e até mesmo ajudados pelo Dr. Miguel Reale Júnior, apresentamos algumas emendas dentro de uma ótica presidencialista. Porém, é um projeto que tem temperos ou coisas buscadas e copiadas – ditas explicitamente – do sistema parlamentarista.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Concede-me V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. CONSTITUINTE MANOEL MOREIRA:** – Com muita honra ouço V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Quero pedir permissão a V. Ex.<sup>a</sup> para discordar da colocação de que as emendas sobre o parlamentarismo, postas na futura Constituição, sejam de cunho casuístico. Em absoluto. Elas têm propósitos muito mais elevados: têm propósitos de evolução política do País. Todo o mundo moderno assenta seu desenvolvimento, de ordem econômica, política ou social, em um sistema de governo chamado parlamentarismo. Hoje, são muito poucos os países do mundo que se assentam no presidencialismo. Recebemos aqui, recentemente, uma lição maravilhosa, dada pelo Prof. Afonso Arinos, sobre o porquê, as razões do êxito do presidencialismo norte-americano. Ele mesmo é cerceado por uma forte dosagem de parlamentarismo, pois o seu Presidente da Repú-



blica passa por um crivo, mesmo depois de o povo votar, dos parlamentares. Mas eu queria dizer a V. Ex.<sup>a</sup>, ainda para mostrar que não há absolutamente a intenção de se fazer casuismo, que realmente estamos passando por um processo de mudanças, e se há alguma coisa que vai fazer o Brasil mudar é, em primeiro lugar, o sistema de governo. E a oportunidade para se fazer isso é agora, quando estamos em Constituinte, para elaborar a nova Carta Política. Veja bem, agora vamos ter um governo diferente, o povo governando com o Parlamento, tendo o Presidente da República como elemento mais moderador, mais de equilíbrio. A responsabilidade maior pelo governo será dos legítimos representantes do povo, eleitos diretamente. O povo mais facilmente poderá pressionar o seu órgão fundamental, o Parlamento, que estará dirigindo o País; poderá ter acesso franco a esta Casa, nela entrando e dela saindo a hora que quiser. Já nos regimes presidencialistas o povo não tem acesso aos palácios governamentais: lamentável ou inocentemente, elege um imperador da República por tempo determinado e transitório e, depois de colocá-lo no poder, difícil se torna tirá-lo de lá, pois ele é o Supremo Chefe das Forças Armadas e tem muitas condições de permanência. De forma que, depois de lá sentado, ele tem muitos tentáculos, com os quais vai dominando todo o mecanismo governamental, inclusive o próprio Parlamento. No mundo moderno, o poder de barganha do Executivo com o Legislativo é até vergonhoso. Hoje, se V. Ex.<sup>a</sup> encontrar neste Parlamento uma lei oriunda – nos últimos quatro anos – do Congresso Nacional, apresentada por um Parlamentar, V. Ex.<sup>a</sup> dará ao Brasil o maior prêmio da História. Toda a legislação construída nesses últimos anos, neste País, foi feita sob a batuta e o comando do Executivo. V. Ex.<sup>a</sup>, como representante do povo, num Parlamento sob o sistema presidencialista, terá muita dificuldade de ver lei de sua autoria ser aprovada pelo Parlamento e cumprida pelo Governo presidencialista. De forma que, aliado a muitos outros argumentos – não quero perturbar o brilhante discurso de V. Ex.<sup>a</sup> –, queria apenas dizer que a intenção dos que elaboraram a emenda parlamentarista não é casuística. Temos uma emenda que, para mim, é a melhor, a do eminente Prof. Afonso Arinos. É a que mais se ajusta à nossa realidade, que dá o tempero brasileiro para os nossos problemas. Talvez tenhamos até de modificar alguns prazos ali, pois são muitos curtos. Poderíamos ampliá-los para a composição dos gabinetes. Mas é a que fala mais sobre a nossa realidade. Por que, então, não experimentá-la? Já experimentamos, durante tanto tempo, o presidencialismo e vivemos em crise, em dificuldades, com o povo não satisfeito, com Presidente se suicidando, renunciando e perdendo a credibilidade. Será possível que não teremos coragem de fazer uma nova experiência, com uma nova República num novo tempo, nobre Constituinte?

**O SR. CONSTITUINTE MANOEL MOREIRA:** – Não sou daqueles que se negam a experimentar o novo. No entanto, parece-me que a situação do povo não é tão boa para ficar sendo objeto de experiências. Digo e enfatizo, mais uma vez, que essa ânsia parlamentarista é muito forte e agora me sirvo ainda mais dos argumentos de V. Ex.<sup>a</sup> para confirmar meu pensamento. V. Ex.<sup>a</sup> enfatiza a experiência autoritária. Esta experiência que acabamos de viver não serve de parâmetro para um regime de governo presidencialista. Em absoluto. Em função disso, achamos que as condições de governabilidade são difíceis, até porque tememos que o Primeiro-Ministro seja eleito entre os seus pares. E aqui pego o exemplo da Inglaterra: quando um partido político vence as eleições, não há o que discutir, automaticamente já se sabe quem será o Primeiro-Ministro. Será a figura que estiver no exercício da liderança do

partido. Mas a liderança não é escolhida entre seus Pares num conciliábulo, num colégio eleitoral, repudiado tantas vezes nas praças públicas pelo povo brasileiro. A liderança dos partidos políticos é eleita entre os militantes do partido. Há uma diferença, e é por isso que digo que nem sempre as pessoas que tentam copiar sistemas são fiéis à cópia.

No sistema francês, por exemplo, o processo de formação do poder governamental é muito diferente do modelo inglês, mas surgiu em decorrência de especificidades da história francesa. Acho que no Brasil – e aqui não estou com uma certa preocupação ufanística – é possível buscarmos um modelo institucional que comece a criar cultura parlamentar dentro do País. Sabemos – e falo como Deputado, sou novato, mas já fui Vereador, Deputado Estadual e Líder de bancada, portanto, tenho alguma experiência, não sou de todo neófito – que o Deputado brasileiro, infelizmente, tem uma dificuldade crônica em dizer não. Ele tem na sua cabeça que sempre cabe mais alguma coisa no orçamento. Esta é uma realidade – e pediria ao nobre Constituinte Gerson Peres que me negasse isso.

Por isso, nem tanto ao céu, nem tanto à terra. Começamos buscando o modelo. Por esta razão, peço a compreensão do nosso grande Constituinte Afonso Arinos e dos demais Constituintes ao exame da proposta da qual sou subscritor, inspirada nas idéias dos Drs. Miguel Reale e Miguel Reale Júnior. Uma das razões por que acabei sendo seu subscritor foi que, desde abril, numa conversa diária, tentamos entender esses meandros. Tenho estudado e meditado sobre essa questão. Acho que, mais do que nos movermos por ânsias, devemos mover-nos por sentimentos. E, em função da necessidade da existência deste Parlamento, gostaria que propugnássemos por um Poder Legislativo forte. Isto é possível e passa primeiramente pela nossa ação. Depois disso, a ampla busca de um modelo institucional que não esboroe, que não deteriore o centro de poder. É impossível elegermos um Presidente da República em duplo escrutínio e, depois, fazê-lo eunuco, sem poderes.

Também não podemos esquecer a Antropologia brasileira. Nosso povo é ávido por alguém, ou por pessoas que possam assumir, com responsabilidade, a direção do Estado – e quem me deu esta lição foi a brilhante socióloga Marilena Chauy, em célebre entrevista na revista "Veja", ainda este ano, quando tipifica e analisa a formação social do povo brasileiro.

O que temos embutido nesta questão é a democratização do Estado. É possível, nos marcos do presidencialismo, promover-se à democratização do Estado. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem a palavra o nobre Constituinte José Elias Murad.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ ELIAS MURAD:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, a maioria do povo brasileiro tem tomado conhecimento do grave problema do abuso de drogas em nosso País. Neste instante, gostaria apenas de salientar alguns dados:

Há doze anos, fizemos uma pesquisa entre estudantes universitários e secundários do Estado de Minas Gerais. Naquela época, cerca de 18% dos jovens responderam dizendo que estavam usando drogas que provocam dependência ou as haviam usado recentemente. Repetimos essa pesquisa no momento e constatamos o primeiro dado preocupante: o percentual dos estudantes secundários e universitários que usam drogas já atinge 28%, quase o dobro do que encontramos há doze anos.

Outro dado também preocupante é a queda da faixa etária dos usuários de drogas. No passado, a menor idade dos usuários era quatorze anos. Atualmente, temos encontrado crianças, meninos e meninas de nove, dez e onze anos de idade entre os usuários de drogas.

Outro aspecto que nos preocupa também é o aparecimento de algumas drogas pesadas, do tipo cocaína. Em nossa pesquisa de 1975, nos 1.700 questionários aplicados entre os jovens, não havia um caso sequer de uso de cocaína. Na atualidade, a utilização dessa droga altamente perniciosa já se encontra em quinto lugar.

Tendo em vista, Sras. e Srs. Constituintes, esses dados altamente sugestivos e preocupantes, tomamos a iniciativa de propor a inserção, na nova Constituição brasileira, no seu capítulo "Das Disposições Transitórias", do seguinte dispositivo: "em qualquer região do País onde forem localizadas culturas ilegais de plantas psicotrópicas como, por exemplo a maconha, a folha de coca, o epadu, etc., haverá expropriação imediata das glebas, que terão destinação específica para o assentamento de colonos que possam realizar o plantio de produtos úteis, tanto na área dos alimentos, como nas das plantas medicamentosas".

Em nossa opinião, esta proposta que estamos tentando colocar nas Disposições Transitórias da nova Constituição tem pelo menos três vantagens fundamentais. A primeira, o confisco da terra. Portanto, não haverá indenização ao proprietário, um dos grandes problemas da reforma agrária. A segunda é quanto aos recursos para assentamento dos colonos. As instituições internacionais, como por exemplo as Nações Unidas, destinam recursos para a mudança de culturas. Recentemente, em 1985, as Nações Unidas forneceram ao governo do Peru sessenta milhões de dólares para a mudança da cultura da folha de coca para outro tipo de planta medicamentosa comum no País. Esses recursos para assentamento dos colonos poderão ser captados através de convênios internacionais.

Entretanto, julgo que a vantagem mais importante da nossa proposta é a prevenção. Com dispositivo constitucional pondo em risco as terras em que se cultivam plantas psicotrópicas, com o seu confisco, sem indenização, destinando-as à reforma agrária, isto irá levar os plantadores a meditar em antes do início de qualquer cultura dessas drogas em nosso País.

Diariamente, vemos na imprensa manchetes chamando a atenção para plantação de maconha. Recentemente, a Polícia Federal detectou e destruiu cerca de um milhão de pés de maconha no Estado de Pernambuco. Por outro lado, o epadu, uma variedade da folha de coca, até mais resistente do que a coca do Peru e da Bolívia, com um teor de cocaína superior, está sendo cultivado e proliferando de maneira assustadora principalmente na Região Amazônica. Há grande preocupação por parte dos especialistas quanto ao fato de que, se as autoridades brasileiras não tomarem iniciativas enérgicas, o Brasil, possivelmente, dentro de pouco tempo, poderá transformar-se num dos maiores produtores de folha de coca do mundo e, conseqüentemente, num dos maiores produtores de cocaína.

A isenção da nossa proposta nas "Disposições Transitórias", dentro da reforma agrária brasileira, tem esta série de vantagens, mas a principal delas é a prevenção, a profilaxia, visa a impedir que o indivíduo seja tentado a utilizar suas terras para a plantação de drogas psicotrópicas. Por isso, temos esperança de que o Sr. Relator acolherá essa nossa proposta. Vindo a Plenário, temos também a grande esperança de que seja aprovada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, nestes minutos que me restam gostaria de fazer a defesa de um dispositivo que já se encontra nos projetos apresentados pelo Relator, Constituinte Bernardo Cabral, e aprovado, pelo menos em primeira discussão, nesta Comissão de Sistematização. Trata-se do dispositivo que proíbe a proposta comercial de tabaco, bebidas alcoólicas, medicamentos, agrotóxicos e sistemas de tratamento.

Quando fizemos a proposta dessa proibição, ainda na Subcomissão de Saúde, Seguridade e Meio Ambiente, que presidimos, verificamos a sua boa aceitação, tanto assim que foi aprovado por unanimidade naquela Subcomissão, que tinha, na sua composição, mais de dez médicos. Depois, também, na Comissão Temática, na Ordem Social, esse artigo foi aprovado por significativa maioria. Agora, ele ainda permanece, se bem que, retirado do capítulo da Saúde, tenha sido transferido para o capítulo das Comunicações.

Aparentemente, não haveria problema nesta mudança, mas estamos preocupados com ela, porque uma coisa é defender esta proibição no capítulo da Saúde, onde estaremos defendendo a saúde do cidadão, e outra coisa muito diferente é tentar defendê-la no capítulo das Comunicações, onde passaremos eventualmente ao papel de censor. Estaríamos restringindo a liberdade de comunicação. Então, através de emenda, estamos tentando seu retorno ao capítulo da Saúde, onde, acreditamos, tal dispositivo deve continuar.

Quando fomos procurados por representantes do campo da publicidade, os publicitários apresentaram uma série de argumentos, no sentido da retirada deste dispositivo. O primeiro argumento foi que tal matéria não seria constitucional, mas de lei ordinária. A este argumento respondemos dizendo que não é fácil distinguir, no campo social, o que é constitucional e o que não é. Em nossa opinião, se a matéria interessa ou afeta a sociedade como um todo, ela é sem dúvida matéria constitucional. Além disso, apresentamos àqueles publicitários que nos procuraram um documento obtido no Prodasen, mostrando que, de 1979 a 1988, foram apresentados nada mais nada menos do que 58 projetos e anteprojetos regulamentando tal matéria. Nenhum deles foi aprovado; alguns não passaram sequer das Comissões. Todos se encontram mofando nos arquivos do Parlamento. Tenho aqui a relação desses 58 projetos – mais de 10 metros de papel – fornecida pelo Prodasen, mostrando o destino desses projetos e anteprojetos, restringindo a propaganda de tabaco, bebidas alcoólicas e medicamentos. Esta, na verdade, é uma oportunidade ímpar que se nos apresenta de tentar incluir agora tal dispositivo na Constituição brasileira.

Outro argumento apresentado pelos representantes dos publicitários foi o de que eles possuem o chamado Conar – Conselho Nacional de Auto-regulamentação Publicitária, que cuida da ética da publicidade. Este órgão seria capaz de coibir os abusos. Não concordamos com esse argumento, porque um órgão pertencente aos próprios interessados e formado por eles, sem estabelecer sanções aos culpados, nunca poderá disciplinar os abusos. Pelo que sei, tal órgão tem sido inoperante.

Vamos dar uma demonstração cabal disso. Todos devem lembrar-se de uma conhecida propaganda de um polivitamínico, divulgada por uma importante e internacional figura do nosso esporte. Tal propaganda rotulava o produto como sendo a vitamina dos campeões. Pois bem, no ano passado, a Dimed – Divisão de Medicamentos do Ministério da Saúde, comprovou que o produto estava fraudado, com 30% a menos nas dosagens

de vitaminas rotuladas na bula e com falta de componentes. Somente após essa comprovação da Dimed cessou a propaganda na televisão. Portanto, este é um exemplo de que o tal Conar realmente não funciona, porque, se há uma propaganda antiética como essa, de um produto fraudado, temos a prova evidente de que o órgão não funciona a não ser em causa própria.

Outro argumento é o de que não se propaga nenhum produto cuja propriedade não esteja comprovada. Pergunto: qual a comprovação científica de um conhecido protetor hepático, produto divulgado quase que diariamente pela televisão? Sabemos que não há produto algum na terapêutica capaz de proteger o fígado do indivíduo contra as intoxicações por excessos alimentares e principalmente contra as intoxicações alcoólicas. Entretanto, tal propaganda continua no nosso meio.

Muitos outros exemplos eu poderia citar, mas termino referindo-me a um último: a multinacional farmacêutica Searle do Brasil está lançando um antiinflamatório, principalmente para uso pediátrico, com o nome de Benzitrat. Trata-se do cloridrato de benzidamina, que, entre os antiinflamatórios, é praticamente o de última escolha. Entretanto, essa substância, que está sendo lançada no mercado brasileiro é propagada como sendo um produto inofensivo, confiável, seguro, prático, econômico e tolerável.

Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, observem o que diz a respeito de tal produto um dos melhores livros de farmacologia do mundo, o "Martindalle", da Sociedade Real Farmacêutica da Grã-Bretanha: "O produto pode provocar problemas gástricos graves e mesmo mal-estar, náuseas e vômitos; em dose alta, que pode ocorrer principalmente em crianças, pode provocar agitação, ansiedade, alucinações e convulsões". Entretanto, o laboratório está até mesmo fornecendo prêmios àqueles que receitarem o produto, através da distribuição de cartões para sorteio chamados de Benzicards. Esses cartões dão direito a brindes. Vejam bem: para espalhar um medicamento no mercado brasileiro, oferecem brindes, tais como bicicleta, pranchas de surfe e skate. Ao lado disso propagam o medicamento junto aos médicos como sendo aquele que se deve prescrever.

Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, esse exemplo recente vem mostrar que cabe, mais uma vez, a pergunta: até quando o Brasil vai continuar sendo campo de experiências mercadológicas de drogas ainda não suficientemente testadas no seu país de origem ou de uso restrito nas nações em desenvolvimento?

Isso vem confirmar a afirmativa de que as nações do Terceiro Mundo não passam de quintal de despejo das multinacionais farmacêuticas".

Muito obrigado. (Muito bem! Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem a palavra o nobre Constituinte Chico Humberto.

**O SR. CONSTITUINTE CHICO HUMBERTO:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, mais uma vez volto à tribuna da Assembléia Nacional Constituinte, nesta Comissão de Sistematização, para tratar do tema da redivisão territorial do País. Todos sabem muito bem a nossa posição quanto à redivisão de novas áreas. Todos conhecem a luta que travamos nos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, uma vez que assumimos um compromisso com a nossa região, com os cidadãos do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba.

Antes de abordar o tema, Sr. Presidente, gostaria de alertar esta Casa, a fim de que amanhã não se alegue desconhecimento, sobre o que hoje está ocorrendo em

cada esquina, em cada lar neste imenso Brasil. Já existe descrédito para com os trabalhos constitucionais. E o nosso povo, que sempre esteve à margem principalmente do processo político brasileiro, agora, sim, levado que foi a aceitar como a panacéia do universo a Assembléia Nacional Constituinte, chegou à exaustão, não sei se levado pela morosidade dos trabalhos que estamos desenvolvendo nesta Casa, se pela incompetência do Governo que se dispôs a fazer a transição neste País ou se principalmente pelo fato de os integrantes deste País não serem considerados cidadãos brasileiros. Isso porque recebem um salário aviltado e têm seus aluguéis aumentados. E eles, que são os mais afetados, não são consultados; não têm casa não por sua culpa, mas devido à política de habitação feita neste País. Esse descaso ocorre porque o povo vê, perplexo, que os crimes do "colarinho branco" continuam acontecendo, e o País da impunidade segue, mais uma vez, na sua tranqüilidade palaciana.

Portanto, aqui fica o nosso alerta, Sr. Presidente, Srs. Constituintes. Acreditamos que a única saída plausível para que tenhamos novamente crédito consiste em fazer com que o povo referende esta Carta, que sairá não sei se neste ou no próximo ano. Talvez esta seja a única forma de voltarmos a ter a credibilidade que é exigida para o Parlamentar, uma vez que ele é o representante do povo.

Retornando ao assunto que me traz à tribuna, gostaria de dizer, mais uma vez, que, assim como a redemocratização da Pátria passa obrigatoriamente pela descentralização do poder, esta só será efetivada se fizermos uma redivisão territorial. A proposta que apresentamos prevê, no § 1º, um plebiscito na área interessada, ou seja, nos Municípios que pretendem a emancipação, que pretendem presentear o Brasil com mais uma Unidade federativa. Se assim não fosse, a ONU não teria normatizado o plebiscito, realizado apenas e tão-somente na área emancipada, bem como jamais as colônias africanas teriam deixado de ter essa condição. Também o Brasil jamais teria alcançado a sua independência se o plebiscito tivesse sido realizado em Portugal.

Quando propusemos, entre as diversas áreas a serem emancipadas, o Estado do Triângulo, nós o fizemos com a certeza de que estávamos atendendo a um anseio secular do nosso povo. São mais de cento e cinquenta anos de luta. Durante todos esses anos, este é o décimo-primeiro levante político que se faz na região, sempre com o mesmo sentido: desgarrarmo-nos dos grilhões da mãe-madrasta, que é Minas Gerais.

Nossa campanha tem sido feita apenas e tão-somente evidenciando as razões políticas, econômicas e sociais da nossa região. Jamais fizemos retaliação a quem quer que seja. Jamais tivemos qualquer desrespeito para com o Estado de Minas Gerais ou para com os demais Estados que vão ter suas áreas emancipadas. Pretendemos, sim, a emancipação, porque o Triângulo Mineiro, segundo dados de 1985, arrecada quase 30% dos tributos federais; arrecada, ainda, nesses setenta e quatro Municípios que propuseram sua emancipação, mais de 25% do ICM total do Estado de Minas Gerais. Suas reservas de minério contam com 85% do nióbio do mundo. Vejam V. E.<sup>as</sup> que são 85% do nióbio do mundo! V. Ex.<sup>as</sup> sabem da importância do nióbio na composição de ligas metálicas. Lá estão 52% das reservas brasileiras de fosfato. Quanto à potencialidade agrícola, poderíamos citar que temos 30,5% do total do Estado, correspondendo a 5% do total brasileiro. A suinocultura detém 19% do total do Estado, sendo 2% do total do Brasil.

A arrecadação federal é superior à de 12 Estados da Federação. Em produção industrial, o Triângulo supera outros 10 Estados. Contribui com 45% de toda a produção de grãos de Minas Gerais: 1.300.000 toneladas de milho; 770.000 de soja; 260.000 de arroz; 65.000 de feijão (dados da Emater).

A produção de café e de frutas é de primeira qualidade e tem especial significado na economia nacional. O comércio é muito ativo pelo tradicional intercâmbio com São Paulo, Goiás e Mato Grosso. O Triângulo possui duas universidades, uma delas federalizada; uma faculdade federal de medicina e diversas outras escolas superiores e de ensino técnico médio e básico, academia de Letras, três estações geradoras de sinais de TV e jornais diários, dois deles com mais de 80 anos de existência ininterrupta; revistas e órgãos técnicos, diversas estações rádio-emissoras; modernos aeroportos, ferrovias, boas rodovias e, especialmente, tem o maior potencial hidrelétrico reunido do mundo! Produzimos 37% da energia elétrica da Região Sudeste e 93% da energia gerada em Minas Gerais. Reconhecida mundialmente é a tradição do rebanho bovino já que foram os triangulinos buscar na Índia o zebu e o exportam para os países tropicais e subtropicais das Américas e África. O Triângulo cria 7.000.000 de cabeças de bovinos. Modernos frigoríficos abatem bovinos, suínos e aves para o mercado interno e para exportação. Se a acidez é característica da terra dos cerrados, há no Triângulo jazidas de calcário e 52% das reservas de fosfatos do País (638 milhões de toneladas), em exploração acelerada. Quanto ao nióbio, minério estratégico, as reservas brasileiras equivalem a 90% do total mundial, estando 96% no Triângulo (1 bilhão de toneladas). Projeta-se a exploração do titânio, inclusive para exportação, e há mineração de ouro e de outros metais, sendo mundialmente famosos os diamantes da região.

Pela situação geográfica estratégica, pela potencialidade natural, pelo clima e acima de tudo pelo pioneirismo de sua gente, em sedimentação cultural e perfeita harmonia social, ainda pela riqueza da terra, o Triângulo quer ser livre para continuar crescendo em maior contribuição ao desenvolvimento nacional. Um estado jovem, estudante de patriotismo, sem mordomias nem empreguismo! Certamente que esperamos a concordância de Minas Gerais, berço da liberdade, a cujos digníssimos representantes pedimos, agora, para Triângulo: "Libertas quae sera tamen"!

**O SR. CONSTITUINTE VIRGÍLIO GUIMARÃES:** – permite-me V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. HUGO RODRIGUES DA CUNHA:** – Perfeitamente.

**O SR. CONSTITUINTE VIRGÍLIO GUIMARÃES:** Dr. Hugo Rodrigues da Cunha, chamou-me a atenção, na defesa da criação de vários estados, que, quando uma região é excessivamente pobre, há sempre alguém para analisar sua pobreza e, em função dela, dizer que se deve criar um estado. Foi o caso do antecessor de V. S.<sup>a</sup>, que defendeu a criação do Estado de São Francisco. Quando uma região é extremamente rica, faz-se geralmente o ufanismo de sua riqueza, e a conclusão é de que, em função dessa riqueza, se deve criar um novo estado. Percebo perfeitamente as diferenças entre o movimento para a criação do Estado do Triângulo, que tem bases muito mais profundas no sentimento popular do que o previsto, e esse movimento – que pela vivência que tem em Minas me parece artificial – pela criação do Estado de São Francisco, que não é viável. Mesmo assim, parece-me que, nesse movimento pela criação do Estado do Triângulo, deixam-se de lado aspectos fundamentais para uma mobilização popular. Que não se crie a ilusão de que vai surgir uma ilha de prosperidade em um País em crise, sufocado pelo capitalismo selvagem, que precisa combater

a dívida externa, fazer a reforma agrária e as mudanças estruturais que a Constituinte tem obrigação de realizar em lugar de o povo ficar esperando que a mera autonomia de um estado vá consegui-lo. Essa a primeira questão que ressalvo. Sempre se defende a criação do estado com a União pagando a conta, como estava no projeto. Pretendia-se multiplicar o modelo da criação do Estado de Mato Grosso do Sul, onde a União assumiu o ônus da dívida, o pagamento do pessoal inativo e fez projetos adicionais. A Constituinte está exatamente promovendo uma reforma tributária, retirando boa parte dos recursos da União. Esse é outro problema que deve ser enfocado. Será este o melhor momento para a Constituinte criar simultaneamente tantos estados? Esses são problemas extremamente sérios, como também o é o movimento para a criação do Estado do Triângulo, inclusive porque tem base popular. Lá andei e pude verificar que realmente a quase totalidade, para não dizer a totalidade, da população daquela região quer a criação do estado. É um direito. A dúvida que tenho é se esse seria o momento oportuno, ou se depois da Constituinte, através de mecanismos normais de consulta popular, inclusive com o estado assumindo ônus de sua criação, fazendo o rateio proporcional das despesas, que são naturais, da dívida existente, do pessoal inativo etc. O movimento merece todo o meu respeito, pois conheço a situação do Triângulo, assim como o movimento que lá existe. Mas há necessidade de se chamar a atenção para lacunas importantes, a fim de não se gerarem falsas ilusões, como se a criação do estado fosse uma espécie de panaceia universal.

**O SR. HUGO RODRIGUES DA CUNHA:** – Nobre Constituinte Virgílio Guimarães, agradeço-lhe o aparte muito esclarecedor.

Como já não pertenço a esta Casa, não tenho condições de discutir nem de propor soluções para os problemas, que, certamente, estão em boas mãos, porque esta Assembléia Nacional Constituinte é legítima, foi livremente eleita e tem todos os poderes para estudar e solucionar essas questões.

Especialmente quanto à redivisão territorial, entendo que no nosso caso trata-se de um sentimento de maioridade. Nossa ação está circunscrita à correspondência de um governo distante de nós e alheio aos nossos problemas. Acho que se poderia fazer a redivisão sob dois aspectos. No caso do Estado do Triângulo, cuja criação defendo, dispensamos as verbas federais. Quero destacar isso. Não estou supervalorizando nossa boa vontade, nossas riquezas, nem nosso esforço. Se nos fosse dada uma pequena parte do que se destina aos bancos estatais para cobrir os rombos estaríamos satisfeitos. Estou autorizado, pelas lideranças da minha região, a lembrar que temos condições de dispensar o apoio da União, pois temos a estrutura toda pronta, só precisamos de um centro administrativo, para o qual está sendo proposto o Barreiro do Araxá.

Entendemos que os nossos deputados poderão locomover-se corria muita facilidade, pois estão habituados a percorrer no mínimo quinhentos quilômetros, seja para ir a Belo Horizonte, seja para vir a Brasília.

Quanto aos estados pobres, cujos estudos não conheço, acho que se justificaria a divisão, para que eles tivessem, ao contrário do nosso, uma atenção especial, a fim de acudir-lhes os problemas.

Eu lembraria a V. Ex.<sup>a</sup> – e não sou a favor do jogo, nem o discuto porque não me cabe fazê-lo – que uma das regiões mais pobres dos Estados Unidos tornou-se a mais rica em virtude de uma concessão feita pela União àquela região, permitindo o jogo e a diversão. Então, se querem a sua autonomia, ela ser-lhe-á dada, mas arquem com as consequências – para isso existe um estudo de viabilidade econômica e de auto-sustentação. O estado demasiadamente pobre que a União o acuda, dando-lhe

as verbas que nega a outros. Quanto à oportunidade dessa redivisão, cabe a V. Ex.<sup>as</sup> decidir.

**O SR. CONSTITUINTE MARCONDES GADELHA:** – Permite-me V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. HUGO RODRIGUES DA CUNHA:** – Perfeitamente.

**O SR. CONSTITUINTE MARCONDES GADELHA:** – Meu caro colega Hugo Rodrigues da Cunha, com encantamento nós o vemos de volta à tribuna, depois de um lustro, para defender com a firmeza de sempre o interesse nacional, que está implícito no fortalecimento da Federação e nos desígnios do seu povo, espelhado na autonomia do Triângulo Mineiro.

Entendo, nobre Deputado Hugo Rodrigues da Cunha, que o fortalecimento da Federação é consubstancial do ideal democrático. É um anteparo natural contra a concentração de poder e, conseqüentemente, contra todo tipo de cesarismo, de caudilhismo e de mandonismo, que na divisão natural dá estabilidade à democracia emergente neste País e em qualquer parte do mundo. Não há por que se falar aqui das despesas que correrão à custa da União. V. Ex.<sup>a</sup>, generosamente, diz que o Triângulo abre mão das despesas federais. Não vejo por que, nobre e querido colega Hugo Rodrigues da Cunha, abrir mão de um centavo sequer. Esses recursos foram apropriados indebitamente pela União, por um mecanismo de usurpação chamado concentração e centralização excessiva de recursos e de atribuições fiscais, em detrimento do interesse da cidadania, que está retratado exatamente nas unidades locais de poder. A Federação se fortalece pela multiplicidade das unidades locais de poder dos estados e dos municípios. Ainda que novos estados não surgissem, ainda que novos municípios não surgissem, por um dever de justiça federativa e de equilíbrio a União teria de repassar mais recursos para a periferia, para as unidades locais de poder, que estão sendo sacrificadas por este modelo criado pela ditadura militar neste País. Assim sendo, quero consignar o meu apoio pessoal e do estado que represento nesta casa, a Paraíba, para esta causa que considero das mais justas. Digo, nobre Constituinte Hugo Rodrigues da Cunha, que a independência e a autonomia do Triângulo já vêm a destempo. Já não é sem tempo que esperamos ansiosamente ver essa região inscrita como a mais nova unidade da Federação. Meus parabéns a V. Ex.<sup>a</sup> e o nosso apoio incondicional. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Celso Dourado):** – Informo ao orador que o seu tempo está esgotado. Por favor, conclua seu raciocínio.

**O SR. CONSTITUINTE HUGO RODRIGUES DA CUNHA:** – Gostaria de lembrar que abrimos mão dos recursos, dada a atual situação financeira do País. Não é ufanismo; se o Estado de Minas gasta apenas a quarta parte do que arrecada de tributos específicos, com as outras três partes teremos condições de nos organizar e de mostrar que podemos, redistribuindo-os, através da União, já que o Triângulo está em oitavo lugar em arrecadação de tributos federais, ajudar os nossos irmãos. Eu acrescentaria ainda que um dos grandes programas para concertar este País é a descentralização. E o nosso movimento é também de descentralização. Eu só queria dizer, para ficar registrado pela Taquigrafia, que fizemos um movimento de coleta de assinaturas muito rápido e colhemos 202.577 assinaturas correspondentes à quarta parte do eleitorado da nossa região. Todas as lideranças religiosas, empresariais etc, manifestaram-se favoráveis. Isso já foi feito em 1967, quando o Movimento da União, do Desenvolvimento e Emancipação do Triângulo buscou motivar a região à vista de um projeto em curso no Congresso, que tratava de regulamentação da nossa Constituição. Com o Ato Institucional nº 5, de dezembro de 1968, deixamos a nossa campanha, e voltamos agora a esta Casa.

Para finalizar, entendemos que essa experiência do Triângulo é válida, porque se está dando autonomia a uma região já consolidada, próspera, integrada e que historicamente foi goiana e paulista mas que, apesar de tudo isso, é ainda um apêndice geográfico de Minas Gerais. Acredito que essa decisão será escrita com letra de ouro em fundo azul.

Apelo, em nome dos dois milhões de irmãos do Triângulo, no sentido de que nos dêem esse Estado que não é contra Minas, repito, mas de veneração por Minas e respeito pelo seu Governo.

Permita-me, Sr. Presidente, ouvir o último aparte.

**O SR. PRESIDENTE (Celso Dourado):** – Apesar do tempo esgotado, como se trata do autor da emenda, tem S. EX.<sup>a</sup> a palavra por um minuto.

**O SR. CONSTITUINTE CHICO HUMBERTO:** – Sr. Presidente, agradeço a V. Ex.<sup>a</sup> o tempo extra que me foi concedido. Com que alegria, ilustre Constituinte Hugo Rodrigues da Cunha, nós o vemos nesta tribuna defendendo esta causa tão querida e sonhada do povo triangulino. Desejo apenas aditar ao seu pronunciamento uma questão social que vivemos na nossa região. Dizem que as construções das usinas hidrelétricas nas bacias hidrográficas foram um benefício para a região, mas quero dizer também que para isso foi feita uma anti-reforma agrária na nossa terra – quase 500 mil hectares de terras das mais férteis foram inundadas. Como ainda não temos tecnologia para explorar essa terra que ficou submersa, tivemos, na verdade, um desassentamento do homem do campo e, conseqüentemente, um inchaço nas nossas cidades. Houve uma diminuição da oferta de alimentos, um encarecimento dos alimentos que consumimos, uma queda na arrecadação de ICM, enfim, um empobrecimento das cidades. E isso eles não falam e nos passam como benefício as hidrelétricas, quando somos responsáveis por 93% do total de energia de Minas Gerais. No entanto, com que ficamos? Com comunidades sem sequer um poste de luz. Não podemos desfrutar a energia que produzimos e exportamos. Portanto, esta é também uma questão social. Pedimos a emancipação para resgatar isso ao nosso povo. Presenteando o Brasil, pretendemos propor um modelo, para que seja seguido em futuro bem próximo, que prevemos na entrada do próximo milênio. Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup> a presença nesta Casa. (Palmas.)

**O SR. HUGO RODRIGUES CUNHA:** – Sou grato ao nobre Constituinte Chico Humberto pelo levantamento deste grande problema de Minas Gerais.

Sr. Presidente, fala-se em plebiscito. Gostaria de lembrar aqui um exemplo bastante simples que dei: se mamãe Goiás não tem ciúme da saída do filho, mamãe Minas tem. Deixem que façamos nosso plebiscito entre os interessados e conheceremos nosso futuro. Muito obrigado. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Celso Dourado):** – Concedo a palavra ao Sr. Wilson Mário Roseiro, que defenderá a Emenda nº 029, que trata da competência estadual para legislar sobre a Criação de Municípios. O Sr. Wilson Mário Roseiro é Presidente da Frente Distrital Paulista de Emancipação.

**O SR. CONSTITUINTE FARABULINI JÚNIOR:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem com base no art. 110, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, e em consonância com o art. 83, do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte.

**O SR. PRESIDENTE (Celso Dourado):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE FARABULINI JÚNIOR:** – Sr. Presidente, nobres Srs. Constituintes, nos termos do art. 110 do Regimento Interno da Câmara dos Depu-

tados, aplicado supletivamente aos trabalhos constituintes por força do disposto no art. 83 do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, levanto perante V. Ex.<sup>a</sup> a seguinte questão de ordem.

Às Emendas n<sup>os</sup> 1PO6433-3, de minha autoria, a primeira incidente sobre o item V e a segunda sobre o § 2º, ambos do art. 233 do Projeto de Constituição, o seu nobre Relator, Constituinte Bernardo Cabral, ofereceu parecer favorável.

Essas emendas, Sr. Presidente, objetivavam a supressão dos dispositivos a que nos acabamos de referir.

Ocorre que, não obstante o parecer do Sr. Relator, favorável à extirpação dos dispositivos em causa, do projeto, não se sabe por que razão tais preceitos continuam presentes no texto dado à publicação.

Ora, Sr. Presidente, a bem da verdade, confessamos a impropriedade da nossa própria afirmação retro quando dizemos não saber a razão de tal fato, pois que a presença de tais disposições no substitutivo só podem decorrer de atos inidôneos praticados na calada da noite, numa como que traição à confiança depositada pelo nobre Relator àquele ou aos que, na calada da noite, praticaram tal indignidade.

Para efeito de facilitar, de plano, orientação ao inquérito administrativo que requeiro agora, entendo devido deixar manifesto o objetivo das emendas supressivas por mim oferecidas indicando expressamente os dispositivos a que o nobre Relator, acatando as minhas emendas, houve por bem emitir parecer pela sua supressão.

O primeiro desses dispositivos assim rezava como constituindo "funções institucionais" do Ministério Público: "V – requisitar atos investigatórios e exercer a supervisão da investigação criminal". O segundo deles, isto é, o § 2º do art. 233 do projeto, fixava que "A instauração de procedimento investigatório criminal será comunicada ao Ministério Público, na forma da lei".

Cabe indagar, agora, Sr. Presidente: que forças estranhas, terríveis mesmo invadiram os escaninhos, os corredores, os espaços que levam ao Prodasen, com o objetivo de jogar sujo, promovendo equívocos, distorcendo a verdade do texto do Projeto de Constituição ora em discussão, induzindo a erro os Constituintes, enquanto precisam apreciar a matéria, opinar a respeito dela, oferecer emendas e tudo o mais que cumpre fazer?

No caso concreto, Sr. Presidente, o ilustre e honrado Relator, Bernardo Cabral, acolheu as emendas supressivas e, no entanto, continuam no texto ora em discussão, como se disse, expressões que devem ser extirpadas mesmo, sob pena de pôr-se em risco a sociedade brasileira, no que tange à segurança pública.

A fraude que ora denuncio foi urdida por mãos criminosas que atuam no Prodasen ao arripio da vontade do Relator, que vê o seu trabalho frustrado, deturpado graças a aventureiros que se imiscuem no trabalho da Constituinte, a serviço de grupos de pressão espúrios, agindo na calada da noite.

Levantando a presente questão de ordem, requeiro a V. Ex.<sup>a</sup> que mande republicar o texto do projeto devidamente corrigido, a bem da verdade dos fatos e, ainda, que seja aberto inquérito administrativo para apurar a responsabilidade pelas fraudes ora denunciadas.

Sr. Presidente, para instruir o inquérito, estou encaminhando a V. Ex.<sup>a</sup> as seguintes peças: primeiro, o projeto de Constituição que agora está em discussão; segundo, o projeto anterior, em cima do qual apresentei as emendas; terceiros, as emendas acolhidas, pela supressão; e, finalmente, o texto que consagra o originário.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, já no substitutivo anterior, houve por bem o Relator Constituinte Egidio Ferreira Lima, suprimir o texto, que tinha origem em uma posição errônea, e que continha emenda de minha autoria que determinava a supressão no projeto. E, para minha estranheza e também de inúmeros Constituintes, o texto continuou por inteiro, apesar da emenda supressiva. Agora, o que vê V. Ex.<sup>a</sup>? Quatro outros ilustres – esses, sim, ilustres – Srs. Constituintes apresentaram matéria análoga à minha, também acolhidas pelo Relator Bernardo Cabral. O nobre Relator, cioso da sua responsabilidade de dar ao Brasil uma Constituição à altura de suas necessidades política e social, mandou suprimir esses dispositivos do texto, e no entanto ele continua por inteiro. Quero saber de V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Presidente, que providências tomará diante de tal vergonha que se passa nesta Constituinte. Ali, nos escaninhos do Prodasen, na calada da noite, automóveis que nada têm a ver com a Câmara dos Deputados, carros Monza de cor verde, guiados por senhoras, invadem o Prodasen e fazem o jogo espúrio daqueles que, na verdade, pretendem realizar medidas ao arripio da lei, ao arripio do Regimento, ao arripio do Projeto de Constituição e do parecer do ilustre Relator.

Essa comissão de inquérito, Sr. Presidente, faz-se urgente, como também é urgente a republicação do projeto com as emendas e com a supressão dos textos que a emenda supressiva objetivou retirar, sem ela, a Constituinte estará a braços com o problema do desconhecimento total daquilo que está em discussão e todo o trabalho dos Constituintes poderá, na verdade, ser distorcido e ilaqueada a boa fé de todos quantos querem uma Constituinte honesta e honrada.

Sr. Presidente, esta é a questão de ordem que encaminho, junto com os subsídios, para que V. Ex.<sup>a</sup> mande instaurar esse inquérito. Peço a V. Ex.<sup>a</sup> que diligencie junto ao Presidente Ulysses Guimarães, no sentido de que dê Constituinte Ulysses Guimarães, no sentido de que dê S. Ex.<sup>a</sup> satisfação à Nação sobre o que está acontecendo nesta Constituinte.

**O SR. PRESIDENTE (Celso Dourado):** – Nobre Constituinte, esta Presidência acata a denúncia de V. Ex.<sup>a</sup> e a encaminha a quem de direito para que, em tempo hábil, sejam apurados os fatos e dada a V. Ex.<sup>a</sup> a devida resposta. Com a palavra o Sr. Wilson Mário Roseiro, Presidente da Frente Municipal Paulista de Emancipação.

**O SR. WILSON MÁRIO ROSEIRO:** – Srs. Deputados e Senadores Constituintes, humilde morador dos rincões do Pontal do Paranapanema, Presidente da Frente Municipal Paulista de Emancipação, aqui venho defender a tese e expor os motivos por que trabalhamos em prol da criação de novos municípios em todo o território brasileiro.

Desde os idos de 1967, pelo Ato Institucional nº 1, de 9 de novembro de 1967, foi tirada da competência dos Estados a outorga para criar novos municípios em seus territórios. Através de uma lei completamente proibitiva impediu-se, durante vinte e três anos, a criação de novos municípios. No Estado de São Paulo, sentimo-nos ofendidos e tolhidos em nossos direitos, formamos uma frente que, humildemente, vem a esta Assembléia defender o interesse não só do nosso Estado, mas de toda a Nação brasileira. (Palmas nas galerias.) Quero salientar que, já em 1985, andávamos nesta Casa, em todos os gabinetes, tentando derrubar o famigerado 5 milionésimo da arrecadação do Estado, que em São Paulo representa nada mais nada menos do que 320 milhões de cruzados, atualmente. Daí resulta que, somente no Estado de São Paulo, teríamos 54 Municípios. No Brasil existem Municípios com 2 mil habitantes e o menor deles – o Município de Borá – está localizado no Estado de São Paulo e tem simplesmente 312 eleitores e 852 habitantes. Malgrado sua pequenez, ainda continua lá com o asfalto e toda a infra-estrutura tirados do trabalho daquele povo.

Gostaria agora de falar sobre motivo que nos trouxe a esta Casa. Vimos pedir aos Srs. Constituintes desta Assembléia Nacional que concedam aos Estados a competência de inserir em suas legislações a criação de novos municípios. Somente o Estado conhece as particularidades daqueles que compõem a sua parte federativa. Queríamos também salientar, neste momento, que sentimos bastante as dificuldades que passam os distritos, cujos problemas sempre são relegados a segundo plano pelos executivos da sede, inclusive os projetos que tramitam pelo Legislativo Municipal para beneficiar a sua população raramente são aprovados.

Quero salientar que em distritos como o meu, distante da sede 50 km, ou no distrito de Rosana, no Pontal do Paranapanema, distante 100 km, um cidadão gasta um dia de viagem simplesmente para reconhecer a firma de uma assinatura. Quando morre um elemento naqueles rincões, é necessária uma viagem para buscar o atestado de óbito; caso contrário, não se enterra o defunto.

Queremos agradecer à Assembléia Nacional Constituinte o acatamento à nossa propositura. Pedimos que se passem aos Estados a competência da criação de novos municípios. Aí está no preâmbulo da nova Carta, já inserido, passando isso aos Estados, somente com um senão: depois que o plebiscito definir favoravelmente essa questão, depois de o povo colocar nas urnas a sua vontade soberana, ela ainda depende como preceito constitucional, da aprovação das Câmaras Municipais. Quem de V. Ex.<sup>as</sup>, como Vereador, não acompanhou, em uma Câmara Municipal, o problema de uma aprovação desse tipo? Jamais a sede favorecerá a emancipação de um distrito, porque os Srs. Vereadores ficarão diminuídos nos seus ganhos. A sede perderá um território precioso e, com isso, impede-se que o Brasil tenha mais uma célula, tenha mais um alicerce, com a criação de mais um município.

Ouçõ com prazer o Constituinte Maguito Vilela.

**O SR. CONSTITUINTE MAGUITO VILELA:** – Quero concordar em gênero, número e grau com a exposição brilhante de V. S.<sup>a</sup> Realmente o Brasil, para se modernizar, precisa de uma redivisão territorial e, por outro lado, precisa facilitar a criação de novos municípios. Mas V. S.<sup>a</sup> está olhando para um fato que já discutimos: se tivermos que passar pelas Câmaras Municipais, dificilmente serão criados novos municípios no Brasil, porque eles são os maiores interessados em não desmembrar distritos dos seus municípios. Passei por essa experiência, porque, em Goiás, como Deputado estadual, lutei para criar novos municípios, e não consegui, justamente porque os Vereadores eram os mais interessados na não criação de novos municípios. no não-desmembramento de distritos da sua sede-mãe. V. S.<sup>a</sup> tem toda razão e temos de, através de uma emenda, suprimir essa parte que diz que "tem de ser aprovada pela Câmara dos Vereadores". Quero fazer uma denúncia mais séria ainda: os municípios, para aprovarem a emancipação dos distritos, geralmente fazem até negociação para diminuir a área dos distritos. Em Goiás, os Prefeitos municipais condicionam a criação de novos municípios à redução da área daqueles distritos, deixando-os com quase nada. Portanto, repito, V. S.<sup>a</sup> tem razão, e teremos de suprimir do Substitutivo a parte que diz que "tem que ter a aprovação da Câmara das Vereadores". (Palmas.)

**O SR. WILSON MÁRIO ROSEIRO:** – Para complementar o que o nobre Constituinte Maguito Vilela disse, vou citar um fato: como apresentamos esta emenda em conjunto com o Rio Grande do Sul, tive conhecimento de que lá a tramitação dos processos de emancipação acontece no ano anterior às eleições municipais, e, dos 63 processos que tramitam pela Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, simplesmente 25 já estão com mandados de segurança impetrados por vereadores e prefeitos. Vinte e cinco

processos estão tramitando hoje na Justiça brasileira contra a criação de novos municípios.

**O SR. MAGUITO VILELA:** – Permita-me V. S.<sup>a</sup> outro aparte?

**O SR. WILSON MÁRIO ROSEIRO:** – Ouço, com prazer, o nobre Constituinte Maguito Vilela.

**O SR. MAGUITO VILELA:** – Essa é uma outra falha gravíssima, porque, quando se entra com pedido de emancipação, naturalmente o município-sede aí mesmo relega ao último plano o distrito. Apresentei uma emenda que não foi acatada: "A criação de novos municípios dar-se-á em qualquer época, e a instalação e a eleição noventa dias após". Nada de esperar um ano. Aí que as populações do distrito sofrem realmente. Portanto, vou pedir apoio para minha emenda: criação dos municípios em qualquer época, emenda: criação dos municípios em qualquer época, noventa dias após as eleições para prefeitos e vereadores. (Palmas.)

**O SR. WILSON MÁRIO ROSEIRO:** – Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup> o aparte. Felizmente, estamos vivendo uma nova etapa de melhores perspectivas para o homem do povo, que é simplesmente um lutador, que sente as dificuldades do lugar onde mora, que o viu crescer, onde meu filho estuda, local que tem quase 20 mil habitantes, e ainda não conseguiu sua emancipação, sua maioria.

Infelizmente, há resquícios do período autoritário de 1964, que deixou São Paulo paralisado. Há 23 anos não se cria mais um município no Estado de São Paulo, em vista das dificuldades decorrentes das condições repressivas, da camisa de força que nos colocaram.

Quero exemplificar, aqui, que membros da Frente Distrital Paulista de Emancipação já ultrapassaram a própria sede. Temos o caso de Alumínio, que hoje arrecada 80% do total de Mairinque; temos Vicente de Carvalho, na região litorânea, que arrecada muito mais do que a sede; temos Bertioga, que, com seus 43 quilômetros de praia e com mais de 30 mil moradores, ainda permanece na condição de distrito; temos Ilha Solteira, que, com seus 25 mil habitantes, inclusive com uma faculdade implantada, ainda nem distrito é, porque pertence ao distrito de Bela Floresta, do Município de Pereira Barreto. Lá, concentram-se de 25 a 28 mil pessoas, com uma infra-estrutura formada pela CESP, e, infelizmente, até hoje não conseguiu a sua independência. (Palmas.) Temos exemplos de outros lugares, no Estado de São Paulo, que, graças ao Programa do Alcool, progrediram vertiginosamente: o caso de Potunduva, no Município de Jaú; temos Guataporã, no Município de Ribeirão Preto; Turumã, no Município de Assis. Esses municípios cresceram e hoje querem sua emancipação. Há casos absurdos, como o de Vicente de Carvalho, com 120 mil habitantes, localizado no Estado de São Paulo, que ainda não é Município. Por quê? Porque as leis nunca nos deram esse direito. Passaram-se vinte e três anos sem que pudéssemos pelo menos sonhar, porque a Constituição não nos dá esse direito.

Hoje, graças a Deus, estão de parabéns os Srs. Constituintes, porque realmente reconhecem a necessidade de ser transferida aos Estados essa competência.

Tenho ainda um senão a fazer. Se é vontade soberana do povo, expressa através de plebiscito, por que ainda ouvir a Câmara Municipal, por que depender de sua aprovação, se ela compõe-se de representantes do mesmo povo que votou no plebiscito, exigindo sua emancipação?

**O SR. CONSTITUINTE HÉLIO ROSAS:** – Permite-me V. S.<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. WILSON MÁRIO ROSEIRO:** – Com muito prazer, nobre Constituinte.

**O SR. CONSTITUINTE HÉLIO ROSAS:** – Quero cumprimentar os autores e todos os subscritores dessa emen-

da popular. Realmente é inconcebível que núcleos com todas as condições para se tornarem municípios – e a existência de mais municípios é fator de progresso para o Estado, para o País –, que já preencheram todas as condições naturais, ainda sejam coibidos de ter sua emancipação tornada realidade. Em um País da imensidão territorial do Brasil, onde há diferenças regionais gritantes, econômicas, populacionais, até topográficas, não se concebe uma legislação centralizada. O que é bom para um Estado, como o Amazonas, pode não ser bom para o Paraná, e vice versa. Quem melhor pode dizer o que convém, o que é necessário é exatamente quem está próximo do fato. Decisões que podem ser tomadas pelo Estado não devem ser tomadas em âmbito nacional – e esse estado de espírito, de fortalecimento da Federação, realmente existe na Constituinte. Todos os Constituintes estão imbuídos da unidade de fortalecer os Estados da Federação.

Então, tenho certeza de que os Srs. Constituintes apoiarão a proposta no sentido de que as decisões sejam tomadas no âmbito dos Estados, pois é aspiração de muitos núcleos tornarem-se municípios e se integrarem no processo desenvolvimentista do País.

Parabéns aos autores da emenda popular.

**O SR. WILSON MÁRIO ROSEIRO:** – Muito obrigado, Constituinte Hélio Rosas.

Para complementar a defesa da nossa propositura, tenho a dizer que, mais uma vez, através da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, a Federação dos Municípios do Rio Grande do Sul e a Frente Distrital Paulista de Emancipação, antecipadamente, agradecem aos Srs. Constituintes tudo o que já foi realizado, a retirada das pedras do nosso caminho. Agradecemos também ao Relator Bernardo Cabral, que, sensibilizando-se com nosso problema, incluiu no projeto esse dispositivo, passando aos Estados a referida competência.

Quero agradecer ainda ao Sr. Presidente e aos Srs. Constituintes a atenção. Muito obrigado a todos.

**O SR. PRESIDENTE (Celso Dourado):** – Depois de uma sessão carregada de emoções e muita movimentação, a Comissão de Sistematização sente-se honrada com a presença de ex-Deputados, de líderes estaduais, Deputados, Presidentes de Assembléias e representantes de associações e movimentos que se pronunciaram nesta sessão sobre emendas populares.

Fica convocada nova reunião da Comissão de Sistematização para amanhã, às 10 horas.

Está encerrada a reunião.

### 16ª Reunião Ordinária

Aos dois dias do mês de setembro do ano de mil novecentos e oitenta e sete, às dez horas e vinte e um minutos, no Plenário da Câmara dos Deputados, reuniu-se a Comissão de Sistematização, sob a Presidência do senhor Constituinte Afonso Arinos, presentes os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Alcení Guerra, Aloysio Chaves, Aluizio Campos, Antônio Carlos Konder Reis, Antônio Carlos Mendes Thame, Arnaldo Prieto, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Brandão Monteiro, Carlos Mosconi, Celso Dourado, Christóvam Chiaradia, Darcy Pozza, Edme Tavares, Eraldo Tinoco, Fernando Gasparian, Fernando Henrique Cardoso, Francisco Benjamin, Francisco Dornelles, Francisco Rossi, Gastone Righi, Haroldo Sabóia, Ibsen Pinheiro, João Calmon, Joaquim Bevilacqua, José Geraldo, José Lins, José Luiz Maia, José Maurício, José Ulisses de Oliveira, Luis Eduardo, Luis Inácio Lula da Silva, Mário Assad, Mário Lima, Nilson Gibson, Nelson Carneiro, Nelton Friedrich, Oscar Corrêa, Paulo Ramos, Plínio de Arruda Sampaio, Raimundo Bezerra, Renato Manna, Sandra Cavalcanti, Se-

vero Gomes, Sigmaringa Seixas, Theodoro Mendes, Wilson Martins, Adylson Motta, Aécio Neves, Albano Franco, Délio Braz, Euclides Scalco, Fernando Santana, Israel Pinheiro, Itamar Franco, João Agripino, João Natal, José Carlos Grecco, José Genoíno, José Tinoco, Michel Temer, Miro Teixeira, Paes Landim, Ricardo Izar, Rose de Freitas, Uldurico Pinto e Victor Faccioni. Estiveram presentes, ainda, os seguintes Senhores Constituintes, não integrantes desta Comissão: Ubiratan Spinelli, José Elias Murad, Osvaldo Sobrinho, Gumercindo Milhomem Neto, João Paulo, Darcy Deitos, Nelson Seixas, Amaury Müller, Tadeu França, Edimilson Valentim, Denizar Arneiro, Nelson Aguiar, Ronaro Corrêa, Benedita da Silva, José Mendonça de Moraes, Arnaldo Faria de Sá, Ruberval Piloto, Célio de Castro, Salatiel Carvalho, João de Deus, Roberto Augusto, Eliezer Moreira, Matheus Iensen, Ruy Nedel, Roberto D'Ávila, Pedro Canedo, Cunha Bueno, Hermes Zaneti, Jorge Leite, Osmir Lima, Sólton Borges dos Reis, Erico Pegoraro, Álvaro Antônio, Ivo Vanderlinde, Paulo Zarzur, José Viana, Salim Curiati, Mário de Oliveira, Antônio Gaspar, Gustavo de Faria, Irma Passoni, Luís Roberto Ponte e Humberto Souto. Deixaram de comparecer os seguintes Senhores Constituintes: Adolfo Oliveira, Alfredo Campos, Almir Gabriel, Antônio Farias, Carlos Chiarelli, Carlos Sant'Anna, Cid Carvalho, Cristina Tavares, Egídio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Lyra, Gerson Peres, Haroldo Lima, Inocêncio Oliveira, Jamil Haddad, Jarbas Passarinho, João Herrmann Neto, José Fogaça, José Freire, José Ignácio Ferreira, José Jorge, José Paulo Bisol, José Richa, José Santana de Vasconcellos, José Serra, José Thomaz Nonô, Lysâneas Maciel, Manoel Moreira, Marcondes Gadelha, Milton Reis, Nelson Jobim, Osvaldo Coelho, Oswaldo Lima Filho, Paulo Pimentel, Pimenta da Veiga, Prisco Viana, Ricardo Fiuzza, Roberto Freire, Rodrigues Palma, Siqueira Campos, Virgildásio de Senna e Virgílio Távora. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos. A reunião se destinou à discussão das Emendas Populares, a seguir indicadas com os respectivos defensores: 1ª) PE-064 – Direitos da Criança e do Adolescente – defensor: Prof. Vital Didonet. Antes de conceder a palavra ao orador inscrito, o Senhor Presidente Afonso Arinos pediu licença ao plenário para saudar as crianças presentes às galerias, lembrando as andorinhas de Campinas e a Ruy Barbosa que a estas dedicou também sua atenção literária. Ao orador foram oferecidos apartes pelos Senhores Constituintes Benedita da Silva, Nelson Aguiar, Eraldo Tinoco, Celso Dourado e Nelson Seixas; 2ª) PE-096 – Direitos e Garantias da Criança e do Adolescente – defensor: Dr. Deodato Rivero – Coordenador da Campanha "Criança, Prioridade Nacional". Apartes: Constituinte Celso Dourado, Nelson Aguiar, Nelson Seixas, Plínio de Arruda Sampaio, Brandão Monteiro, Hermes Zanetti e Roberto D'Ávila; a 3ª) PE-010 – Educação – defensor: Dom Cândido Padim – Coordenador da Comissão da CNBB de Acompanhamento da Constituinte e Bispo de Bauru/SP. Apartes: Constituintes Sólton Borges dos Reis, Artur da Távola, Celso Dourado e Hermes Zaneti; 4ª) PE-049 – Ensino Público Gratuito – defensor: Dr. Tomas Wonghon – Presidente da Confederação dos Professores do Brasil. Apartes: Constituintes Artur da Távola, Gumercindo Milhomen, Celso Dourado, Abigail Feitosa e Hermes Zaneti. Neste instante deixa a Presidência o Senhor Constituinte Brandão Monteiro, assumindo-a, nos termos regimentais, o Senhor Constituinte Celso Dourado, que concede a palavra ao orador seguinte. 5ª) PE-083 – Ensino Gratuito – defensor: Sr. Roberto Geraldo de Paiva Dornas – Presidente da Federação dos Estabelecimentos de Ensino – Fenen. Apartes: Constituintes Hermes Zaneti, Brandão Monteiro, Gumercindo Milhomen, José Mendonça de Moraes e Bezerra de Mello; 6ª) 004 – Ensino Religioso – defensor: Pastor Elias Abrahão. Apartes: Constituintes Celso Dourado, Osvaldo Sobrinho, José Mendonça de Moraes, Tadeu França e Afonso Camargo; 7ª) PE-012 – Li-



berdade Religiosa – defensor: Dom Raymundo Damasceno de Assis – Bispo Auxiliar da Arquidiocese de Brasília. Apartes: Constituintes José Mendonça de Moraes. Intervindo nos debates, o Senhor Presidente Brandão Monteiro fez registrar que a história constitucional brasileira fará justiça, por certo, à Assembléia Nacional Constituinte que, pela primeira vez, entre tantas constituintes brasileiras, deu oportunidade a que o povo, através de Emendas Populares, tivesse acesso a esta Casa e pudesse discutir com os Senhores Constituintes. Em seguida, o Senhor Presidente suspendeu a reunião, às treze horas e cinquenta minutos, convocando sua continuação para as dezenove horas e trinta minutos, no Plenário da Câmara dos Deputados. As dezenove horas, havendo impedimento para a realização da reunião no Plenário da Câmara dos Deputados, o Senhor Presidente, Constituinte Celso Dourado (art. 6º, parágrafo único do RI-ANC), reabriu os trabalhos, no Plenário do Senado Federal, concedendo a palavra aos oradores inscritos para a defesa das Emendas Populares indicadas: 1ª) PE-036 – Preservação Sesi/ Senai/Sesc/Senac – defensor: Dr. Carlos Eduardo Moreira – 1º Vice-Presidente da Federação e do Centro das Indústrias de São Paulo. Apartes: Constituintes Francisco Rossi, Joaquim Bevilacqua, Ricardo Izar e Eraldo Tinoco; 2ª) PE-068 – Preservação Sesi/Senai/Sesc/Senac – defensor: Dr. José Washington Coelho – Consultor Jurídico da Confederação Nacional do Comércio. Apartes: Constituintes Paulo Ramos, Mário Lima, Miro Teixeira, Rose de Freitas e Arnaldo Prieto; 3ª) PE-122 – Preservação Sesi/Senai/Sesc/Senac e PE-095 – Formação de Mão-de-Obra Profissional – defensor: Dr. Cássio Aurélio Branco Gonçalves – Presidente da Federação das Indústrias de Brasília. Apartes: Constituintes Arnaldo Prieto e Paes Landim; 4ª) PE-037 – Formação de Mão-de-Obra Profissional – defensor: Dr. Octanny Silveira da Mota – Representante do Senai/SP; 5ª) PE-110 – Intermediação de Mão-de-Obra – defensora: Dra. Celita Oliveira Souza – Advogada Trabalhista. Apartes: Constituinte Mário Lima. Esgotada a lista de oradores inscritos, o Senhor Presidente, aproveitando a oportunidade, agradeceu aos debatedores pelas contribuições que trouxeram, muito significativas e relevantes, destacou a importância da presença dos representantes de entidades diversas para que tenham a noção ampla do trabalho que se realiza nas dependências da Casa, na turbulência das questões diárias e diuturnas. Encerrou a reunião às vinte e uma horas e trinta minutos. O inteiro teor desta reunião foi gravado, devendo ser publicado no **Diário da Assembléia Nacional Constituinte** e constituir-se-á na Ata circunstanciada dos trabalhos. E, para constar, eu, Maria Laura Coutinho, Secretária, lavrei a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Havendo número regimental, declaro aberta a reunião.

Estamos hoje com a galeria povoada, como se dá às vezes em Campinas, com as famosas andorinhas de Campinas, que se juntam de repente nos pombais daqueles abrigos especiais daquela cidade.

Rui Barbosa tem uma página sobre as andorinhas de Campinas. Estou lembrando que toda esta garotada que está aí são como as andorinhas de Campinas, que vêm-nos verdo alto de seus poleiros para apreciar.

Peço licença aos Constituintes para saudar as galerias. (Palmas.)

Muito obrigado.

Estamos na 16ª Reunião Ordinária, do dia 2 de setembro de 1987, que terá como tema: Discussões de emendas populares.

A primeira emenda popular: Direitos da criança e de adolescentes.

Entidades: Comitê Nacional Brasileiro de Organização Mundial para a Educação Pré-escolar.

Federação Nacional dos Jornalistas Profissionais.

Sociedade Brasileira de Pediatria, Brasília, Belo Horizonte.

O expositor inscrito é o Prof. Vital Didonet, coordenador da Comissão Nacional da Criança e a Constituinte.

Tem a palavra. (Palmas.)

**O SR. VITAL DIDONET:** – Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Sistematização, Senador Afonso Arinos, Sras. e Srs. Constituintes, minhas queridas crianças:

Falar sobre direitos da criança e do adolescente perante esta Comissão é uma responsabilidade que considero muito séria e que tem um significado e conseqüências históricas que nem eu e nem o Movimento Criança e Constituinte, que aqui represento, desconhecem.

Sei, igualmente, que V. Ex.<sup>as</sup> têm consciência da responsabilidade de estabelecer os princípios basilares que vão regular, por algumas décadas, as relações da Sociedade e do Estado com as crianças e os jovens.

É importante que V. Ex.<sup>as</sup> tenham consciência da dimensão dessa responsabilidade; a perspicácia para identificar os conteúdos e a maneira de configurar, na Constituição do País, a coragem e a habilidade de defendê-los, como um mandato do povo brasileiro, em nome de suas crianças e seus jovens.

Estou aqui representando o Movimento Nacional Criança e Constituinte, já muito conhecido de V. Ex.<sup>as</sup>, pois trouxe a esta Casa as propostas geradas num ano de discussões em todas as Unidades da Federação, como trouxe, igualmente, a expressão das crianças, por diversas vezes, que sensibilizaram os Constituintes ao tomarem os espaços desta Assembléia.

O nosso movimento e as crianças procuraram trazer a afirmação de que as crianças são as maiores vítimas dos processos históricos de marginalização, mas que é possível e é necessário ultrapassar esta fase. Embora a Declaração dos Direitos da Criança, das Nações Unidas, seja de 1959, existe uma distância muito grande entre os direitos proclamados e os direitos conferidos na prática.

Onde está o direito das 400 mil crianças que morrem anualmente no Brasil antes de completar 4 aniversários?

Onde está o direito à alimentação dos 15 milhões de crianças brasileiras esqueléticas e famintas?

Onde está o direito a um nome, a uma família, a um lar, dos milhões de crianças abandonadas?

Onde está o direito à educação desde o nascimento, se apenas quinze, em cada cem crianças menores de sete anos, têm acesso a uma instituição especializada que cuida da sua educação?

Onde está o direito à educação básica? dezoito milhões de crianças, entre 7 e 14 anos de idade, que não freqüentam escolas e não estão aprendendo os conhecimentos mínimos necessários para a convivência e a participação na sociedade moderna?

Onde está o direito ao lazer e à educação das crianças que são empurradas precocemente para o mundo do trabalho, assumindo tarefas de adultos, numa época em que a sua formação moral, física e mental necessita de outro tipo de ocupação?

Onde está o direito ao respeito e à valorização e a integridade física das crianças que são violentadas no seu corpo e na sua mente pelas agressões físicas, morais, psicológicas e culturais?

Sabem muito bem V. Ex.<sup>as</sup> que a maior das violências que agride as crianças é aquela que afeta o emprego dos seus pais, o salário dos seus pais, e a violência que não reconhece na criança a dignidade e o valor, porque simplesmente criança não produz.

Srs. Constituintes, vivemos um tempo trágico para a infância; nós somos protagonistas de uma história que nega às nossas crianças o direito a viver, a comer, a vestir, a ter um calçado, a ter uma família, a morar numa casa digna. Porque a nossa sociedade acostumou-se a viver tranqüilamente e insensivelmente diante desses fatos como se eles fossem naturais, mas é preciso dizer que isso não é natural, não é humano.

É necessário que afirmemos que é inaceitável, em meio a tanta terra, tanta fartura para alguns, que as crianças brasileiras sejam desnutridas e morram por desnutrição e fome; numa época em que a medicina já alcançou a tomografia computadorizada, crianças brasileiras, aos milhares, morram por infecções bronco-pulmonares e diarreia; num tempo em que as ciências do desenvolvimento humano já definiram a importância dos primeiros anos de vida para o desenvolvimento da inteligência, para a formação dos valores morais, para a formação de uma personalidade equilibrada, não tenhamos instituições específicas para cuidar dessa primeira idade. As crianças passam a existir para o sistema educacional a partir de sete anos. Mas se entendemos que a Constituição deve estabelecer os princípios que permitam superar esses tipos de problemas que acabo de citar, entendemos também que ela deve dar um passo além, não se preocupar, em primeiro lugar, com os problemas, sobretudo ou exclusivamente com os problemas a nova Constituição tem que colocar a criança e o adolescente como pessoas, como cidadãos deste País, como sujeitos de direitos; consideramos necessário ultrapassar a fase humilhante de ver a criança pobre como pobrezinha, digna de comiserção e caridade, como carente, atrasada, como deficiente, deficiente mental – que se usou esse tempo durante muito tempo –, como incapaz, como pivete, como futuro marginal, como perigo para a sociedade.

**A SRA. CONSTITUINTE BENEDITA DA SILVA:** – Permite-me um aparte V. Ex.<sup>a</sup>?

**O SR. VITAL DIDONET:** – Pois não, solicitando apenas, Constituinte Benedita da Silva, brevidade, porque gostaria de terminar minha exposição.

**A SRA. CONSTITUINTE BENEDITA DA SILVA:** – Serei rigidamente breve, porque compreendo que este momento é salutar e importante para quem tem perseguido nesta Casa, constantemente, a defesa do direito da criança, a maneira de defender a vida do grande protagonista dessa história, que está marginalizado. Marginalizado até porque não se leva em consideração que um país só poderá ser grande, forte, na medida em que ele dê o atendimento necessário àqueles que serão o passado, o presente e o futuro de uma nação. Quero parabenizar V. Ex.<sup>a</sup> (palmas) por essa iniciativa e eu não poderia deixar de apartear-lo, quando temos todo um trabalho voltado à criança e reconhecemos que 36 milhões de crianças morrem neste País: 36 milhões de miseráveis que estão espalhados por todos os lugares na periferia, um número considerável de crianças, meninas que se estão prostituindo e sendo prostituídas. (Palmas.) É impossível, para nós, nos mantermos calados no exato momento em que reconhecemos que os chamados pivetes nada mais são do que aquelas crianças que são filhos de trabalhadores, de trabalhadores que têm contribuído para este País e que não têm tido, a nível de sua estrutura familiar, uma assistência necessária.

Nós, Constituintes, quero crer que na maioria, estamos comprometidos com isso. Nós estamos vendo na iniciativa dessa emenda a necessidade de nós, Constituintes, fazermos manter, apenas, pura e simplesmente, o que diz respeito ao direito do cidadão criança. (Palmas.)

Obrigada por essa oportunidade que V. Ex.<sup>a</sup> me concede de poder daqui também, solidariamente, me associar a essa iniciativa que, acredito, terá o pleno apoio deste Plenário constituinte. (Palmas.)

**O SR. VITAL DIDONET:** – Agradeço o aparte da Constituinte Benedita da Silva, que é um exemplo de Constituinte sensível para com a causa da criança. Contar com Constituintes tão conscientes e tão engajados nesse movimento é uma confiança para nós, de que nós estamos escrevendo uma nova história para a infância brasileira. (Pausa.)

Ouçó o nobre Constituinte Nelson Aguiar.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON AGUIAR:** – Prof. Vital Didonet, quero saudar V. S.<sup>a</sup> e saudar as crianças e as comissões que as acompanham no Plenário da Assembléia Nacional Constituinte.

Quero dizer a V. S.<sup>a</sup> que nós temos estado apreensivos, porque, em relação à formulação apresentada pela Subcomissão da Família, do Menor e do Idoso e à proposta contida no atual projeto de Constituição, houve um extraordinário retrocesso em relação ao direito da criança e do adolescente. Nós, agora, estamos diante de um fato novo que nos alegra: são as emendas populares, as emendas apresentadas pela Comissão Criança e Constituinte, pela Confederação Nacional dos Bispos do Brasil, pela Sociedade Brasileira de Pediatria, pela Federação Nacional das Sociedade Pestalozzi, pelo Movimento Nacional Meninos e Meninas de Rua, pela Frente Nacional de Defesa dos Direitos da Criança e pelo Serviço Nacional de Justiça e Não Violência. Nós estamos aqui para dizer a V. S.<sup>a</sup> que estamos encampando essas emendas, vamos defendê-las. Ontem estivemos com o Relator Bernardo Cabral, encontramos da parte de S. Ex.<sup>a</sup> boa vontade e S. Ex.<sup>a</sup> nos orientou no sentido de, ao terminarmos esta reunião, nós nos reunirmos, os Constituintes comprometidos com essa questão, com as entidades, a fim de formalizarmos uma emenda que represente o consenso e o entendimento de todas as entidades, para que o relator, acolhendo essa emenda, possa inserir no texto da Constituição, de forma definitiva, o pressuposto constitucional que venha possibilitar à Nação, com apoio do Estado, resolver este grave e vergonhoso problema nacional.

Parabéns a V. S.<sup>a</sup> pela luta na sua Comissão, parabéns a todos aqueles que estão empenhados nesta causa. Se trabalharmos juntos, se colocarmos a consciência nesta questão, estaremos dando à Pátria aquilo que não foi dado até hoje. Tenho estado muito triste na Assembléia Nacional Constituinte por ver que a maioria dos homens que ocupam a tribuna estão preocupados em defender interesses de grupos, de famílias e castas. Poucos têm tido a preocupação de colocar os interesses nacionais acima de interesses de grupos, de castas, de famílias e de organizações neste País. Gostaria de participar de uma Assembléia Nacional Constituinte em que todos os Constituintes se reunissem para tratar do seguinte fato: a Nação tem tais problemas. De que forma vamos nos reunir para resolver esses problemas? Infelizmente temos os que fazem o **lobby** da terra, que estão preocupados com suas fazendas; os que fazem o **lobby** dos hospitais, que estão preocupados com os seus negócios; os que fazem o **lobby** financeiro, que estão preocupados com os seus lucros. Felizmente, não são todos, ilegível.

A avicultura detém 20% do total do Estado e 6,8% do total do Brasil. O nosso foi o maior crescimento anual do PIB na última década, quando tivemos 14,4% de crescimento. A partir de 80, a produtividade industrial na região do Triângulo tornou-se maior, ficando com 43,69% acima da média do Estado de Minas Gerais. Temos 56% do total da produção de grãos de todo o Estado de Minas Gerais. Nas terras do Triângulo está a maior produtividade de algodão, trigo e amendoim do Brasil, a segunda maior produtividade de milho e a sexta produtividade de soja. São dados do IBGE. Temos ainda a maior produção, do Estado, de algodão, abacaxi, amendoim, soja, arroz, cana-de-açúcar e a segunda maior produção, do Estado, de milho, laranja e trigo. Lá, hoje, temos a maior tecnologia rural que se conhece em todo o Brasil. Para cada três propriedades dispomos de um trator. Isto quer dizer que o Triângulo pede o direito de opinar livremente e de decidir através do plebiscito.

Concedo o aparte ao nobre Constituinte Nelson Seixas.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON SEIXAS:** – Queremos louvar a coragem e a disposição do Constituinte Chico Humberto, médico, defensor dos pobres em Uberlândia e que representa muito bem o PDT em Minas Gerais. Como paulista, teríamos, na criação do Estado do Triângulo, quase que uma concorrência, porque somos de uma região, o Noroeste do Estado de São Paulo, que tem uma ligação muito grande principalmente com Iturama, Fronteira e Frutal, que irão certamente fazer parte do novo Estado do Triângulo. Acredito que expresse a posição do PDT de apoio à iniciativa de V. Ex.<sup>a</sup> e dos Constituintes paulistas que tiveram a oportunidade também de lutar pela criação não só do Estado do Triângulo, como de outros Estados no Brasil. O nosso País precisa ser redividido para ser mais bem administrado. Ainda temos Estados quase continentais, o que torna absurda a sua administração. Pela relação de riquezas que possui, tenho a impressão de que o Estado do Triângulo será o mais rico da Nação. Parabênize V. Ex.<sup>a</sup> e faço votos para que a sua luta chegue a bom êxito e tenhamos a estrela do Triângulo no cenário da Bandeira Nacional.

**O SR. CONSTITUINTE CHICO HUMBERTO:** – Agradeço ao ilustre Constituinte Nelson Seixas o aparte. Quero dizer-lhe que conheço também a sua luta como Presidente da APAE: o companheiro empreende uma luta gloriosa não só por ser médico, mas por ser conhecedor do problema do excepcional no Brasil.

Concedo o aparte ao Constituinte José Elias Murad.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ ELIAS MURAD:** – Meu caro colega Chico Humberto, respeito a sua posição e o seu ponto de vista. Até já elogiei suas atitudes, muito diferentes das de outros separatistas que pensam que podem conseguir seus objetivos agredindo Minas e seus Parlamentares, como um caso que aconteceu recentemente nesta Casa. Isso não ocorreu com nenhum Deputado. Mas, meu caro amigo e colega, quero lembrar aqui um fato que julgo importante: Minas Gerais é, atualmente, o segundo Estado da Federação sob todos os aspectos – populacional, político e econômico. Se for feita a divisão proposta por V. Ex.<sup>a</sup>, Minas Gerais passará para o oitavo lugar e o Estado do Triângulo para o décimo-terceiro lugar, ao contrário do que disse o nobre Constituinte de São Paulo há poucos instantes. E aí está o temor que já expressei a V. Ex.<sup>a</sup> e a outros colegas: o enfraquecimento do nosso Estado, colaborando para o predomínio de outros Estados tradicionalmente hegemônicos e que têm comandado a política e a economia em nosso País. Não há qualquer proposta, por exemplo, para a divisão do Estado de São Paulo. Concorde – e até falei sobre isto com o nobre Líder do

meu partido, Gastone Righi, que apresentou uma proposta para a redivisão geral do Brasil – com a redivisão global do País. Mas do jeito que a proposta está feita, acho que haverá um enfraquecimento do nosso Estado, que tem sido um fiel da balança nas questões políticas e econômicas do País.

**O SR. CONSTITUINTE CHICO HUMBERTO:** – Meu querido Prof. José Elias Murad, gostaria de me contrapor ao depoimento de V. Ex.<sup>a</sup>, uma vez que Minas Gerais nada vai perder. O nariz que Minas Gerais tem hoje é postiço. Faz apenas 171 anos que este nariz foi colocado no Estado de Minas Gerais. Mas, economicamente, queria lembrar ao ilustre Constituinte que Minas hoje é o quinto Estado da Federação; primeiro, temos São Paulo, depois, Distrito Federal, Rio de Janeiro, Paraná, se não me engano...

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ ELIAS MURAD:** – Não concordo com esses dados.

**O SR. CONSTITUINTE CHICO HUMBERTO:** – São dados que o IBGE forneceu. Não os estou inventando. Politicamente, acredito também que Minas não vai perder: Minas perderá quatro ou cinco Deputados Federais e o Triângulo trará doze Deputados Federais para esta Casa; Minas não perderá nenhum Senador e o Triângulo trará mais três Senadores para esta Casa; Minas continuará com seu Governador e Vice-Governador e o Triângulo terá o seu Governador e Vice-Governador.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ ELIAS MURAD:** – Não sei se isso seria um ganho.

**O SR. CONSTITUINTE CHICO HUMBERTO:** – Na verdade, acho que é um ganho, porque só vimos, até hoje, na história política brasileira o desmembramento de áreas. A última redivisão territorial que conhecemos no Brasil foi a da época de D. João III, em 1536, se não me engano, na época, das Capitanias Hereditárias. Daí para a frente tivemos apenas a divisão de Mato Grosso. E olha o que aconteceu: são dois grandes produtores de grãos. Portanto, não vemos hoje qualquer Estado pedindo a sua anexação.

Somos defensores da autodeterminação dos povos. Queremos permitir que o povo, soberanamente, possa decidir sobre seu destino, possa dizer se quer ou não a sua emancipação. Não queremos apenas criar o Estado, meu querido professor, mas dar um direito natural ao povo daquela região, que já foi paulista, goiano e agora está mineiro.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ ELIAS MURAD:** – Espero que continue mineiro. Aliás, o plebiscito deve ser amplo, porque a divisão vai afetar todo o Estado. Então, é justo que o plebiscito seja amplo. Deixe-me fornecer-lhe um dado. V. Ex.<sup>a</sup> falou sobre os países africanos. Quando a Argélia tornou-se independente, houve um plebiscito na França, na época do General De Gaulle. Os franceses votaram, em sua maioria, pela libertação daquele país. Há exemplos sugestivos na história mundial.

**O SR. CONSTITUINTE CHICO HUMBERTO:** – Apenas citei como exemplo aquilo que a ONU normatiza. Se fizermos uma consulta em Minas, que tem oito milhões de eleitores, jamais seremos emancipados. O plebiscito deve ocorrer apenas e tão-somente na área afetada, na área que pretende sua emancipação. Por que se perguntar ao sul de Minas se quer a emancipação do Triângulo? Pergunte-se ao sul de Minas se quer emancipar-se.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ ELIAS MURAD:** – Então, ocorreria aquilo que já disse uma vez: separa-se o norte de Minas para formar, juntamente com uma região da Bahia, o Estado de São Francisco, separa-se o Triângulo

e separa-se o Sul de Minas. O que restará a Minas Gerais? O bolsão de pobreza do vale do Jequitinhonha.

**O SR. CONSTITUINTE CHICO HUMBERTO:** – Volto a dizer a V. Ex.<sup>a</sup> que a existência dos bolsões de pobreza não é culpa do povo que ali está, mas sim das péssimas administrações que Minas Gerais teve e tem, principalmente agora.

Minas, hoje, infelizmente, tem uma administração baseada nos processos que todos conhecemos e dos quais de certa forma participamos contra a nossa vontade. Lá está um Governador que foi eleito da forma que sabemos, mas não nos interessa analisarmos o fato agora. O que vale é acentuar que Minas tem seus bolsões de pobreza porque não possui bons administradores. Suas administrações aplicam 60% do ICM do Estado na Capital, com a construção do metrô de superfície, de rodovias maravilhosas, de hospitais para os servidores, enquanto no interior não há sequer um ambulatório para atender o funcionário público ou o professor. Não podemos mais concordar com todas essas mazelas a que estamos assistindo há séculos.

Somos emancipacionistas natos, nobre Constituinte. Recebemos no útero de nossas mães o germe bendito da emancipação e lutaremos por este ideal, com as nossas forças, até a morte. Após o fim, nós o passaremos para as gerações futuras. Conseguiremos a emancipação através desta Assembléia democrática e livre. Os Srs. Constituintes devem permitir que decidamos o nosso destino político, pois emancipação econômica, social e cultural já temos.

Sabe V. Ex.<sup>a</sup> que tivemos os mártires, na nossa região, muito antes de Tiradentes? Lá existiu a República Independente de Araxá; antes disso, o negro Ambrósio, com seu quilombo, resistiu por vinte anos aos bandeirantes que por lá passaram. Nada disso é contado na História mineira. E este conhecimento nos é negado, professor, porque querem apagar da nossa memória a história gloriosa que tivemos. Então, temos que reverenciar os Inconfidentes, que não de lá. Não podemos contar a nossa história nas escolas. Negam-nos isso, professor. Não é direito o que fazem com a nossa história e com o nosso povo. Se querem apagar da nossa memória o que temos de glorioso, é para não podermos vislumbrar um futuro digno para a nossa região.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ ELIAS MURAD:** – É isso que precisamos corrigir e não propriamente separar.

**O SR. CONSTITUINTE OSCAR CORRÊA:** – Ilustre Constituinte Cinco Humberto, não era minha intenção interrompê-lo, mesmo porque todos devemos render tributos àquele que tem sido, sem sombra de dúvida, um dos mais obstinados defensores da nova divisão territorial do Brasil, em especial do Triângulo Mineiro. Mas não poderia haver um mineiro, neste momento, que se calasse diante daquilo que entendemos ser uma calúnia: a divisão de Minas Gerais. Pedi o aparte apenas para tentar recolocar o discurso na sua linha de grandeza, e me sinto muito à vontade para fazê-lo hoje, tendo ao meu lado o ilustre Senador Itamar Franco. Não gostaria que a tese de V. Ex.<sup>a</sup> tomasse o tom político, ou o caminho das urnas, em Minas Gerais, das últimas eleições. Parece-me que V. Ex.<sup>a</sup> entraria, a partir de agora, na senda das mazelas e da balbúrdia administrativa, decorrente da inconseqüência de políticos no trato da coisa pública. Se o atual Governador de Minas não tivesse sido conduzido ao poder – e o ilustre Senador Itamar Franco, sem sombra de dúvida, é um dos responsáveis por isto – talvez esses argumentos que V. Ex.<sup>a</sup>

começou a utilizar não fossem cabíveis. Pedi, portanto, o aparte para retomar o caminho de grandeza que V. Ex.<sup>a</sup> tem trilhado, com o qual eu não concordo pelas razões defendidas pelo ilustre Deputado José Elias Murad. Espero que V. Ex.<sup>a</sup> continue a defender a independência do Triângulo Mineiro pelas razões invocadas, das quais, **data vênua**, como é do seu conhecimento, discordo, mesmo porque tenho o privilégio de ser seu vizinho de gabinete e de ter participado de algumas revoluções geográficas no Brasil, em particular em Minas Gerais. Mas acho que esse sentimento aguerrido de V. Ex.<sup>a</sup>, no presente, é fruto muito mais da insatisfação de natureza eleitoral do que propriamente de um sentimento divisionista independente. Minha preocupação se agiganta e fica muito mais forte quando percebo que outros Estados da Federação – em particular o Estado de São Paulo – unem-se com veemência e favor em defesa dessa tese, que, com certeza, não fortalece, pelo contrário, enfraquece o Estado do qual V. Ex.<sup>a</sup> é um dos mais ilustres filhos. Se o Senador Itamar Franco fosse eleito Governador de Minas Gerais – o que era nosso desejo e intenção – talvez frustrasse essa tentativa de V. Ex.<sup>a</sup> de dividir o Estado de Minas Gerais. Ilustre Constituinte, continue pelo caminho dos argumentos de natureza técnica; não parta para os argumentos de natureza política.

**O SR. CONSTITUINTE CHICO HUMBERTO:** – Quero agradecer ao nobre companheiro Oscar Corrêa o aparte e dizer que francamente não sei se pensaríamos assim, se o resultado das urnas, em 1986, tivesse sido aquele que esperávamos. O nobre Senador Itamar Franco sabe do carinho e da dedicação que tivemos, durante todo o tempo da campanha, pela sua figura e por nossa campanha conjunta, que talvez tenha sido feita meio atabalhoadamente, mas com muita garra e vontade. Prova disto é que, em nossa região, o Senador Itamar Franco teve uma vantagem de mais de 242 mil votos sobre o outro candidato, porque confiávamos em S. Ex.<sup>a</sup> na administração do Estado de Minas Gerais.

Mas se Minas, hoje, está mal-administrada e mal-assistida, a causa foi esse movimento. Se existem bolsões de pobreza, como afirmou o Constituinte José Elias Murad, não é por culpa nossa. Em termos participativos e políticos, não é por falta de apontá-los, desta tribuna da Assembléia Nacional Constituinte, ou mesmo da Câmara dos Deputados, apesar de ser este o nosso primeiro mandante em qualquer das instâncias. Talvez esta tenha sido a razão de virmos para esta Casa. No entanto, nobre constituinte Oscar Corrêa, vale lembrar que Mário Palmério veio para o Congresso, em 1952, trazido pela mesma bandeira emancipacionista que hoje nos traz, uma vez que primeiro movimento data de 1857, causado por um desgoverno naquela época.

**O SR. CONSTITUINTE OSCAR CORRÊA:** – Naquela época o Governador era Milton Campos, que pertencia à UDN.

**O SR. CONSTITUINTE CHICO HUMBERTO:** – Não nos importa a sigla partidária. O movimento que se faz hoje é apartidário, mas é também um movimento político. Congregam-se ao nosso lado todas as forças, todos os partidos com representatividade na região, todas as lojas maçônicas, todas as igrejas – a Católica, as evangélicas, as espíritas – todas as associações de classe, sindicatos, clubes de serviço, diretores lojistas. Há um consenso, uma unanimidade na região sobre a emancipação, única bandeira que levantou, na verdade, a opinião de todos os cidadãos de lá.

Trouxemos para esta Casa, Constituinte Oscar Corrêa, duzentas e duas mil, quinhentas e setenta e sete assinaturas de eleitores – muito mais do que todas as propostas populares. Aliás, posso dizer que as propostas populares não conseguiram levantar a opinião pública na região, e obtiveram pouco mais de trinta mil assinaturas. Portanto, a única chama, o último lenitivo que resta à região do Triângulo é, sem dúvida alguma, a sua emancipação, presenteando o Brasil com mais uma unidade federativa. O Triângulo nascerá como a oitava unidade da Federação em arrecadação de tributos, e Minas continuará sendo a quinta. O Triângulo nascerá não só para presentear esta Pátria, mas para mostrar o modelo de Estado que queremos implantar, sem as mazelas do passado, as mordomias, os empreguismos, que não mais aceitaremos. Existem um conselho jurídico-administrativo, um conselho popular e um conselho cultural estudando o modelo de Estado com que pretendemos presentear este País.

Este movimento não é passageiro. Daqui para a frente, ele será indestrutível. Faremos, nobre Constituinte Oscar Corrêa, o levante político, se não conseguirmos a emancipação através desta Assembléia Nacional Constituinte; faremos depois levante fiscal, porque só assim sensibilizaremos os governos estadual e federal para a necessidade de nos darem o direito de decidir o assunto em plebiscito e de presentear o Brasil com mais um Estado.

Muito obrigado. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Agradeço ao nobre Constituinte Chico Humberto o discurso, que não conta com a minha anuência, mas com a minha admiração.

Concedo a palavra ao nobre Constituinte Nelson Seixas.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON SEIXAS:** – Sr. Presidente Afonso Arinos, Srs. Constituintes, quero dizer, inicialmente, da satisfação que tenho em falar no momento em que V. Ex.<sup>a</sup> preside os trabalhos da Comissão, porque quero tratar do problema das pessoas portadoras de deficiências físicas, os deficientes, que tiveram no anteprojeto da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, "a Comissão dos Notáveis", muito mais apoio do que tivemos, ou estamos tendo, no substitutivo. Por isso mesmo quero começar levantando pontos que já estão consignados e que no substitutivo, infelizmente, foram cortados.

Tratava-se do não-privilegiamento e o não-prejuízo da pessoa em razão de várias condições, inclusive de deficiência física ou mental. Discordaria um pouco apenas do § 3º do art. 11, segundo o qual lei complementar amparará de modo especial os deficientes, de forma a integrá-los na sociedade, isto porque lei complementar não só exige um **quorum** privilegiado como uma atenção toda especial, como se fosse algo peculiar. Estamos nós, pais de excepcionais, amigos, dirigentes, nós próprios, de excepcionais, desapontados com essa colocação em termos de lei complementar ou lei especial. Porque a Emenda nº 1, de 1989, art. 175, diz que "lei básica disporá sobre a educação do excepcional". Só que, passados dezoito anos, essa lei básica não veio.

Assim, como V. Ex.<sup>a</sup> acompanhou muito bem o trabalho a que o destino praticamente obrigou o ex-Deputado Thales Ramalho, que se tornou paraplégico, vítima de acidente de trânsito, um dos grandes lutadores pela causa das pessoas deficientes, seu anteprojeto acolheu totalmente a Emenda nº 12, de 1978, que diz:

"É assegurada às pessoas deficientes a melhoria de sua condição social e econômica, particularmente, mediante:

- 1) educação especial e gratuita;
- 2) assistência, reabilitação e reinserção na vida econômica e social do País;
- 3) proibição de discriminação, inclusive quanto à admissão ao trabalho ou ao serviço público e ao salário;
- 4) possibilidade de acesso a edifícios e logradouros públicos."

O substitutivo, na parte referente à Educação, diz que:

"Na realização da política educacional, cabe ao Estado assegurar educação especial é gratuita ao deficiente superdotado."

Acredito que, neste ponto, tivemos o acolhimento de nossa reivindicação. Quanto à assistência, reabilitação e reinserção na vida econômica ou social, o anteprojeto foi mais amplo. Inclusive, no tocante à saúde, fala sobre a reabilitação e dá muito mais cobertura ao atendimento na área social, acidente de trabalho, de forma muito mais abrangente do que está na atual conjuntura. Diz assim:

"É da competência comum da União, Estados, Distrito Federal e Municípios cuidar da assistência e saúde pública, bem como da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência."

Julgamos não uma posição incisiva. E, na condição de residente nacional das APAE e como pai de excepcional, tentando representar as pessoas deficientes, ficamos desapontados, porque o substitutivo está muito frouxo. Não é incisivo, não coloca, em termos de direito, a condição da pessoa deficiente.

A esfera particular, a iniciativa privada deve participar do processo de habilitação e reabilitação, de integração social do indivíduo. Mas é concretamente do Estado a obrigação maior de atender à pessoa deficiente. Tanto que, nas várias emendas que apresentamos, demos ênfase à aposentadoria, à pensão e à custódia da pessoa deficiente.

Colocamos a aposentadoria nos seguintes termos: "É concedida aposentadoria proporcional ao dobro do tempo de serviço ou de emprego à pessoa que se tornar incapaz para o trabalho, por agravamento de deficiência de que era anteriormente portador". Não seria o caso de se valer da própria deficiência para aposentar-se.

Fazemos muito esforço no sentido da integração da pessoa portadora de deficiência no mercado de trabalho. Tanto que temos uma emenda que estabelece a reserva de 3% de vagas nas empresas públicas para as pessoas portadoras de deficiência.

Hão de achar os nobres Constituintes que esta medida seria de lei ordinária ou talvez a considerem estapafúrdia. Mas na Holanda, por exemplo, esta chega a se reservar 8% do mercado de trabalho.

Para aqueles que não podem trabalhar – o que para nós é uma ástima, porque gostaríamos que toda pessoa deficiente fosse habilitada e conseguisse trabalho – temos que pensar numa pensão. O estabelecimento da pensão libera a mãe, que, muitas vezes, precisa trabalhar para o sustento da família. O deficiente, em geral, representa

um ônus muito grande para a família, e a mãe, com a pensão, ficará muito mais aliviada.

Colocar a pensão em termos de carência da família é humilhante, principalmente para a família de nível médio. O filho deficiente representa um peso para ela, mas seria muito humilhante estar procurando atestado de pobreza para comprovar sua carência, a fim de requerer uma pensão. A pensão deve ser independente da situação de carência econômica da família.

No dia 28 de agosto, no Plenário da Câmara dos Deputados, D. Vanilda Faviero, de Canoas, na Grande Porto Alegre, defendeu bravamente a questão da pessoa deficiente. Apresentou seu filho aos Constituintes no Plenário para mostrar a situação em que vive a pessoa excepcional – no caso, um paralisado cerebral. Recolheu ela, praticamente sozinha, 46 mil assinaturas para uma emenda popular que solicita a fixação do auxílio de um salário mínimo às pessoas portadoras de deficiência sem condições de se automanterem. A condição básica que D. Vanilda coloca é de que não fique o deficiente na dependência de sua família.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, lembramos também, como responsabilidade do Estado, a proteção, a custódia e o tratamento das pessoas portadoras de deficiência mental profunda, multideficiências ou uma deficiência física séria. Que tivessem tratamento, casa de custódia, enfim, um amparo, porque, repito, a questão da pessoa deficiente é sobretudo responsabilidade do Estado. Qualquer país do mundo capitalista coloca a questão nesses termos. Chega-se ao exagero de, quando o deficiente passa o fim de semana em casa, haver ressarcimento à família das despesas nesse período. O que pedimos não é tanto. As pessoas portadoras de deficiência física e os cegos lidam muito com o problema de ir e vir ou da locomoção.

Na fase de discussão sobre o problema da ordem social, no projeto de Constituição, tínhamos conseguido incluir o rompimento de barreiras arquitetônicas, importante para aquelas pessoas, e também a adaptação de veículos, para que elas tivessem uma locomoção mais fácil. O dispositivo seria assim:

"A lei disporá sobre as normas de construção de logradouros públicos, dos edifícios públicos e dos particulares de frequência aberta ao público e sobre as normas de fabricação de veículos de transporte coletivo, bem como sobre a adaptação dos já existentes, a fim de garantir que as pessoas portadoras de deficiência física possam a eles ter acesso adequado."

Outra queixa das pessoas deficientes é que elas têm muitos gastos com equipamentos. Então elas gostariam que a Constituição tornasse isento de tributação esses equipamentos.

Há pouco tempo, na Câmara Federal, tínhamos aprovado um projeto de lei que isenta as entidades assistenciais de contribuições previdenciárias. No entanto, ao passar para o Senado, esse projeto de lei foi recolhido pelo Governo. Ele era uma esperança nossa, nós que lidamos com assistência social no Brasil. Mas, infelizmente, no Brasil, o lado humano é deixado sempre em segundo plano. Lamentamos essa atitude do Executivo, que retirou de tramitação no Senado uma lei que libertaria de tributação previdenciária as nossas entidades.

Gostaríamos também de lembrar que antes de remediar o melhor é prevenir, e nada há no Substitutivo Bernardo Cabral relativo à prevenção. Então, numa das emendas, assim propomos:

"O Poder Público obriga-se a implementar medidas políticas destinadas a prevenir as deficiências, bem como a responsabilizar aqueles que contribuam para criar condições que levem às mesmas.

É preciso insistirmos muito nessas medidas preventivas, tão importantes para evitar que o Brasil fabrique mais e mais excepcionais, como tem acontecido. Muitas dessas excepcionalidades são causadas por problemas de ordem social, como a miséria e a fome, que grassam principalmente no Nordeste. Precisamos de um Brasil mais e mais justo, em que não haja tanta fome, como no momento, fabricando uma raça de nanicos, inclusive nanicos mentais. Acredito que o nível mental médio no Brasil seja menor do que o da maioria dos outros países. Isso é um problema muito sério para o Brasil, que vê assim o seu gradiente mental ser diminuído, transformando-se num país de segunda classe.

Também nos preocupamos muito com a responsabilidade penal dos retardados, dos portadores de deficiência mental. Essa responsabilidade não deve ser vista em função da idade cronológica, mas, sim, da idade mental.

Para encerrar, gostaria de lembrar que a vinculação de recursos para a educação deve figurar na nova Constituição; pelo menos 18% no âmbito federal e 25% no estadual e municipal. E 10% desses recursos deveriam ser destinados à educação especial, já que 10% da nossa população é formada de pessoas excepcionais, superdotadas ou subdotadas. Enfim, que os recursos destinados à educação não fiquem ao sabor do governante ou do prestígio de quem dirige uma entidade.

Eram essas as ponderações que tinha a fazer em defesa das pessoas portadoras de deficiência. Evidentemente, é muito difícil falar de deficientes físicos, mentais, visuais, de vários níveis, uns melhores, outros piores. A aspiração de cada um varia muito. O paraplégico, por exemplo, só enxerga escadas, corredores, portas; vê o mundo de um outro parâmetro. Nós, que somos pais de retardados, temos outra visão, mas, assim mesmo, não uma visão paternalista, mas de chance de futuro melhor para os nossos filhos.

Muito obrigado Sr. Presidente.

**O SR PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Eu é que agradeço a V. Ex.<sup>a</sup> o sábio e emocionante testemunho que trouxe ao plenário no seu discurso. Muito obrigado.

Não havendo mais oradores inscritos, poderia encerrar a sessão, mas, dando liberdade a todos aqueles que quiserem se retirar, mesmo que fique sozinho o Deputado Lysâneas Maciel, permito-me tecer pequenas considerações sobre o brilhante discurso que S. Ex.<sup>a</sup> aqui proferiu.

Em primeiro lugar, gostaria de mencionar sua referência às emendas populares. As emendas populares são em número de 122, segundo nos informa a nossa Secretária, e 83 delas foram aceitas. Muitas deixaram de ser apreciadas por não observarem as exigências regimentais. A previsão para a aceitação dessas emendas, como sabe V. Ex.<sup>a</sup>, estava baseada na existência de três entidades que as patrocinassem. Nem sempre essa condição era satisfeita. De maneira que este Presidente não pôde aceitar numerosas emendas, que, de fato, teriam grande interesse de serem aproveitadas, porque do contrário estaria procedendo de forma anti-regimental. Elas não estavam providas da aceitação das três entidades co-participantes da proposta. Mas gostaria de acentuar que o número de

emendas recebidas, que passaram pela Comissão e foram beneficiadas, enfim, foram aceitas, é considerável. Concorro com V. Ex.<sup>a</sup>, todavia, em que talvez tenha sido um trajeto difícil e penoso, e sobre tudo muito confuso, o acompanhamento pela opinião pública do processo das emendas populares.

Gostaria de salientar também, ao lado disso, explicando talvez uma parte dessa confusão, que o mesmo se dera já em vezes anteriores em que emendas populares, que não tinham propriamente o nome de emendas, foram apresentadas, como é da história do nosso Direito Constitucional. Na verdade, e V. Ex.<sup>a</sup> deve recordar, a primeira Constituinte – a de 1823 – também aceitou emendas populares. Portanto, emenda popular não é uma inovação no nosso País neste momento, não é algo novo que a nossa Constituinte tenha tido a boa vontade de proporcionar à população. A Constituinte de 1823 recebeu emendas populares, que se chamavam propostas. O regimento daquela Assembléia Constituinte está publicado, bem como seus Anais. São quatro os volumes, creio, de Anais da Constituinte de 1823. Naquele tempo, essas emendas deveriam ser apresentadas e compartilhadas, beneficiadas ou prestigiadas por um dos Constituintes. Então, essa proposta transformava-se em procedimento regimental. Isso deu lugar exatamente à crise que dissolvera aquela Constituinte. As emendas populares eram então combatidas por setores da população do Rio de Janeiro, na antiga Cadeia Velha, que tinha um recinto que consta até dos desenhos dos viajantes da época. Comunico a V. Ex.<sup>a</sup>, abaixo de reservas, que minha idade é tão grande que me lembro do recinto da antiga Cadeia Velha, transformada em Câmara Federal. Meu pai costumava levar-me lá, mas já não era mesmo recinto antigo que aparece em certos desenhos daquela época de viajantes estrangeiros. Ele era mais ou menos assemelhado a este, tendo o fundo da sala separado por uma grade de madeira, em vez dos lugares para os assistentes, que nos honram com a sua presença, em número correspondente ao que estamos oferecendo aqui. Mas os assistentes, em vez de ficarem lá, ficavam no mesmo nível, atrás de um gradil de madeira. O Deputado Antônio Carlos – que era um dos três Andrada – era o mais ardoroso defensor do projeto que estava em andamento. O Projeto Antônio Carlos, de 1823, tinha inovações muito parecidas com certas práticas democráticas que existiam, sobretudo na restauração francesa, na constituição de 1814, do Rei Luiz XVIII. Eram práticas bastante avançadas. Ele defendia essas práticas e provocava o apoio daqueles participantes que tinham apresentado sugestões propostas – como eram chamadas no Regimento daquela Assembléia – e se encontravam, muitos deles, presentes no fundo da sala. O fato é conhecido por todos. Foi naquele momento que o Deputado Antônio Carlos fez um discurso brilhantismo, porque o Imperador estava muito reservado quanto à adoção de certos princípios que constavam nesse anteprojeto. O Imperador se encontrava de frente, no Paço da Cidade, praticamente assistindo à sessão na rua da Assembléia, que tem esse nome e fica entre o Paço da Cidade e o Palácio Tiradentes. Era esse o espaço que separava o Imperador, na janela, daquela discussão que estava ocorrendo ali. De maneira que, no momento em que a discussão se acirrou, houve a invasão do recinto pelas galerias, que participavam ardentemente daquelas emendas que haviam sido propostas diretamente. Em função desse acontecimento houve o deslocamento da tropa militar para dissolver a Constituinte. Antônio Carlos saiu por uma porta que dava exatamente para a Rua da Assembléia e cumprimentou os canhões que ali estavam dizendo: Obedeço à ordem de Sua Majestade, o Impera-

dor". O Imperador, para ele, eram os canhões que estavam ameaçando a Assembléia.

Então já existe esta tradição em nosso País, Constituinte Lysâneas Maciel – e sei que V. Ex.<sup>a</sup> é um representante autêntico desta linha de tradição da política brasileira – que é a aproximação entre a participação e a representação. Isto quer dizer que temos de criar um sistema em que a participação, a iniciativa e a presença popular se coadunem com os princípios e os métodos da representação. Esse sistema de fusão do impulso espontâneo da participação popular com as regras contensivas da representação popular, exercida legitimamente pelas eleições e fiscalizadas, é o problema atualmente, para mim, da democracia brasileira. Temos de absorver o que há de partição e discipliná-la com o que pode haver de representação. Se não conseguirmos esse equilíbrio, não teremos resolvido o problema fundamental do Brasil, que é fazer com que a sociedade acompanhe, invada o Estado e se apossa cada vez mais dele. Estou falando como um velho professor aposentado.

No fundo, o que existe no Brasil que o difere profundamente dos Estados Unidos é que, por mais poderoso que seja o Estado nos Estados Unidos, a sociedade é mais forte. Todas as vezes em que o interesse social predomina, a sociedade, pela sua representação, pela sua pujança, pela sua imprensa e por todas as manifestações que podemos imaginar, coage, leva o Estado a prosseguir, a progredir, a avançar na linha dominante da sociedade.

Cá entre nós, a estatização não tem nada a ver com a socialização. O Estado tornou-se demasiadamente forte para uma sociedade ainda demasiadamente fraca. Então, o que existe são os princípios e as iniciativas sociais, como essa muito louvável das emendas populares, muitas das quais conseguimos aprovar. Houve oitenta e três emendas aprovadas – insiste Dona Laura em me mostrar – e somente trinta e nove rejeitadas. Esse é um exemplo de que nós, no Congresso Nacional e na Constituinte de 1987, estamos maduros para aceitar a participação.

Um pensador socialista como V. Ex.<sup>a</sup>, profundamente brasileiro – permita-me que me dirija a V. Ex.<sup>a</sup>, pessoalmente, o que não é muito regimental mas é justificável – deve meditar sobre esses assuntos.

Na minha idade já não tenho esperanças de participar desse movimento, mas V. Ex.<sup>a</sup> na sua idade, deve ter não só a esperança como também o dever de fazer com que essas duas torrentes – a torrente participativa e a torrente representativa – encontrem um escoamento, um delta democrático. Não nos iludamos, porque jamais implantaremos no mundo uma sociedade socialista eficaz, progressista e civilizada que não seja democrática. Não se pode fazer isso. Num País como o Brasil, com sua importância, sua economia, seu progresso industrial e com tudo o que tem de positivo, uma sociedade ditatorial esbarra fatalmente numa impossibilidade que a energia nuclear colocou na mão dos países armados. A idéia de uma revolução tal como prevista no século passado pela doutrina marxista, a meu ver – posso estar dizendo uma bobagem – está inteiramente afastada pelas condições de dizimação, destruição e arrasamento da ameaça nuclear. Hoje, é impossível uma revolução mundial, sobretudo num país que adquiriu a importância do Brasil.

De maneira que só haverá uma evolução que traga o contingente participativo que existe forte na sociedade brasileira para o canal representativo que também existe forte na sociedade brasileira. Não é uma brincadeira nós, em conjunto, termos sido eleitos por 60 ou 70 milhões de votos. Quando se fala em Presidente eleito num regime

presidencialista por 60 milhões de votos, está-se esquecendo de que a maioria do Congresso que vai fazer o Governo também tem 60 milhões de votos, e que o Líder falará em nome de 60 milhões de pessoas que elegeram aquela maioria do Congresso.

Estas são as considerações que muito modestamente formulei perante o Constituinte Lysâneas Maciel, esperando que S. Ex.<sup>a</sup> conduza seus estudos, apresente suas idéias e redija seus trabalhos sempre considerando que, no Brasil, a sociedade é fraca e o Estado é forte sem ser socializante; é um Estado que ficou forte, porque a sociedade é fraca. Entre os Estados Unidos e o Brasil existe a diferença de que, lá, a sociedade é muito mais forte do que o Estado. Assim, naquele país a coação que a sociedade exerce sobre o Estado não excede a lei. Ela vem através do Parlamento da imprensa e da Suprema Corte, como disse aqui num discurso que proferi há algum tempo mostrando que a instituição da Suprema Corte não pode ser transferida para esta parte do mundo. Entre nós, temos de fazer isso através do Congresso, da eleição e de tudo aquilo que puder, enfim, trazer para o nosso País a confluência entre uma sociedade debilitada pela ganância, pela ditadura e pela opressão, do Estado e um Estado que se tornou forte pela fraqueza da sociedade. Isso se fará com o progresso da democracia. Não há hoje no Brasil um progresso maior do que o da democracia. Só ela nos dará progresso. E estou convencido de que só o parlamentarismo nos dará a democracia. Posso estar errado. Mas estou certo de que só a democracia nos dará o progresso. É neste sentido que apelo a V. Ex.<sup>a</sup>, meu conterrâneo e respeitado amigo, Constituinte Lysâneas Maciel. Muito obrigado a V. Ex.<sup>a</sup> pelo seu discurso.

**O SR CONSTITUINTE LYSÂNEAS MACIEL:** – Já que estamos falando anti – regimentalmente, se V. Ex.<sup>a</sup> me permite, gostaria, em primeiro lugar, de agradecer-lhe, como sempre, por uma lição preciosa, não só de democracia, mas também como uma pendenga na qual me coloco na posição de modesto aprendiz de V. Ex.<sup>a</sup>, em termos de representatividade e participação popular.

Começo fazendo um reparo, V. Ex.<sup>a</sup> insiste em que é um velho professor. Eu também sempre insisto, quando V. Ex.<sup>a</sup> faz essa referência, que mocidade não é uma questão de idade, mas, sim, de elasticidade física e mental. E essa lição que V. Ex.<sup>a</sup> profere agora mostra que ainda é moço.

A segunda preocupação que trago, respeitando e assimilando mais esta lição dada por V. Ex.<sup>a</sup> é que tenho muito receio dos filtros que a Assembléia Nacional Constituinte está fixando em relação à participação popular, essa vontade popular que se manifestou até mediante a invasão daquele recinto, através de uma grade de madeira, ao tempo da Cadeia Velha. Hoje, isso não seria possível, pois até a presença do povo nas galerias foi barrada por um dos regimentos mais drásticos da história das constituições brasileiras e cuja característica é precisamente afastar o povo do processo. Manifestei uma esperança e um júbilo enorme quando vi nos corredores desta Casa grupos de homens de pé, de alpargatas, humildes, mas cantando, manifestando uma esperança que está, pouco a pouco, se diluindo diante dos filtros que estamos estabelecendo para essa participação popular.

A minha preocupação, Professor e Constituinte Afonso Arinos, é a de que, com receio, talvez, de que essa falta de preparo ou de uma politização maior – ou mesmo achando que essa interferência seja demasiada, pois ainda somos uma sociedade fraca e esse é um fenômeno novo na sociedade brasileira – grupos marxistas, sectários, não

souberam entendê-la, cansando o povo com o tipo de interpretação sectária e dogmática. Esse fenômeno novo está permitindo que o povo saia daquela condição de senso comum para o bom senso de que falam alguns autores marxistas mais modernos, que não consideram o marxismo como algo estático, parado no tempo e no espaço. Eles entendem que já se está na fase do bom senso.

Se V. Ex.<sup>a</sup>, Prof. Afonso Arinos, tivesse tido, como eu, oportunidade de percorrer várias regiões deste País, teria percebido que há um movimento da população, há uma esperança, uma experiência e uma sabedoria popular impressionante. Estava – permita-me essa divagação – explicando a alguns lavradores, que viram um Parlamentar do nosso Estado descer de helicóptero e distribuir dinheiro, pois ele praticamente comprou o mandato, explicando a composição conservadora da Assembléia Nacional Constituinte, o que dificulta os avanços, não aqueles que os sectários ou os que alguns dogmáticos, chamados vanguardistas, querem, porque eles estão num ponto mais adiante e o povo está lá atrás. Não respeitam o ritmo popular tanto quanto não respeitam os conservadores que impedem que essas modificações ocorram.

Naquela oportunidade, um homem, encostado a um pé de pau, lá no norte fluminense, com as mãos atoladas na solução de mercúrio, para combater as pragas da indústria canavieira, olhou-me e disse-me: "Deputado" – eu não era Deputado naquela época; estava em campanha política, mas já havia sido Deputado anteriormente – "por que V. Ex.<sup>a</sup> não propõe uma emenda obrigando os grandes e os médios proprietários a plantarem 30% de suas terras com o de comer?"

V. Ex.<sup>a</sup> é mineiro como eu e a distância é muito curta entre nossas cidades. O de comer nós sabemos que é o arroz, o feijão e a lavoura branca. Veja V. Ex.<sup>a</sup> a sabedoria daquele homem aos sessenta anos. Olhei para ele, que me falou assim: "Quero dizer ao Deputado que sou analfabeto de pai e mãe, expressão muito corriqueira lá no interior da nossa Minas – Gerais. Ele propôs resolver a primeira prioridade do Brasil, no momento, que é a fome.

Ele propôs, Constituinte Afonso Arinos, que se fixasse o homem no campo, outro grande drama que vivemos atualmente com as migrações indisciplinadas para as grandes metrópoles, criando megalópoles. Ele propôs arrecadação de imposto e percebeu, na sua experiência e sabedoria, que se eu propusesse tirar um centímetro quadrado que fosse da terra dos grandes proprietários brasileiros, tal não seria aprovado, dada a atual composição desta Assembléia Nacional Constituinte. Na sua sabedoria, ele percebeu isso e nos deu uma lição preciosa.

Imagine V. Ex.<sup>a</sup> como esses grupos que interpretam uma vertente do marxismo dogmático rígido, receberiam essa proposta, que, sequer é uma proposta de reforma fundiária quanto mais de reforma agrária. Mas, muitas vezes, nós, que professamos o socialismo – e eu me considero socialista – não temos a coragem de respeitar o ritmo do povo. Aquele homem, na sua sabedoria, me deu essa lição. Se eu o propusesse a grupos de intelectuais de esquerda ou a setores dogmáticos eu seria ridicularizado, mas ele me deu a entender que devia ter a coragem para enfrentar até mesmo esses grupos dogmáticos para fazer uma proposta que se assemelhe aos anseios, ao ritmo, às prioridades e à perspectiva brasileira.

Esse tipo de sabedoria, Prof. Afonso Arinos, esse tipo de experiência popular é que devemos ter a humildade para assimilar aqui, a humildade para conter as nossas configurações intelectuais, as nossas propostas de elabo-



rações culturais, jurídicas, para poder entender qual é o ritmo, qual é o estágio em que vive, no momento, o povo brasileiro. E tenho a impressão, professor de outrora – eu fui mau aluno de V. Ex.<sup>a</sup> – professor de outrora, mas professor de sempre, de que esses filtros é que constituem o maior empecilho na formulação de uma nova Carta justa e democrática para o povo brasileiro. Mas, de qualquer forma, valeu a pena estar aqui para ouvir mais uma lição de V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Agradeço ao nobre Constituinte Lysâneas Maciel.

Não havendo mais oradores inscritos, declaro encerrada esta reunião, convocando outra para amanhã às 9 horas e 30 minutos no Auditório Nereu Ramos.

### 19ª Reunião Ordinária

Aos dezesseis dias do mês de setembro de mil novecentos e oitenta e sete, às nove horas e cinquenta minutos, no Auditório Nereu Ramos, reuniu-se a comissão de Sistematização, sob a Presidência do Senhor Constituinte Aluizio Campos, Vice-Presidente, no exercício da Presidência, presentes os seguintes Senhores Constituintes: Ademir Andrade, Alcení Guerra, Arnaldo Prieto, Artur da Távola, Brandão Monteiro, Carlos Mosconi, Carlos Sant'Anna, Celso Dourado, Christóvam Chiaradia, Darcy Pozza, Edme Tavares, Egídio Ferreira Lima, Eraldo Tinoco, Fernando Gasparian, Gerson Peres, Haroldo Sabóia, Inocêncio Oliveira, Jamil Haddad, João Calmon, Joaquim Bevilacqua, José Fogaça, José Geraldo, José Luiz Maia, José Thomaz Nonô, José Ulisses de Oliveira, Luis Eduardo, Lysâneas Maciel, Manoel Moreira, Mário Lima, Milton Reis, Nelson Carneiro, Nelton Friedrich, Oscar Corrêa, Osvaldo Coelho, Paulo Pimentel, Paulo Ramos, Renato Vianna, Roberto Freire, Rodrigues Palma, Siqueira Campos, Theodoro Mendes, Adylson Motta, Aldo Arantes, Bocayuva Cunha, Enoc Vieira, Itamar Franco, Jonas Pinheiro, José Costa, José Maria Eymael, José Tavares, José Tinoco, Marcos Lima, Miro Teixeira, Octávio Elísio, Ottomar Pinto, Rose de Freitas, Simão Sessim, Vicente Bogo e Vilson Souza. Estiveram presentes, ainda, os Senhores Constituintes não integrantes da Comissão: Davi Alves Silva, José Fernandes, Nelson Aguiar, Arnaldo Martins, Amaury Muller, Costa Ferreira, Ismael Wanderley, Jorge Hage, Humberto Souto, Arnaldo Faria de Sá, Chagas Duarte, José Mendonça de Moraes, Luiz Alberto Rodrigues, Raimundo Rezende, Ronan Tito e Álvaro Antonio. Deixaram de comparecer os Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Adolfo Oliveira, Afonso Arinos, Alfredo Campos, Almir Gabriel, Aloysio Chaves, Antonio Farias, Antonio Carlos Konder Reis, Antonio Carlos Mendes Thame, Bernardo Cabral, Carlos Chiarelli, Cid Carvalho, Cristina Tavares, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Lyra, Francisco Benjamin, Francisco Dornelles, Francisco Pinto, Francisco Rossi, Gastone Righi, Haroldo Lima, Ibsen Pinheiro, Jarbas Passarinho, João Herrmann Neto, José Freire, José Ignácio Ferreira, José Jorge, José Lins, José Maurício, José Paulo Bisol, José Richa, José Santana de Vasconcellos, José Serra, Luis Inácio Lula da Silva, Marcondes Gadelha, Mário Assad, Nelson Jobim, Nilson Gibson, Oswaldo Lima Filho, Pimenta da Veiga, Plínio de Arruda Sampaio, Prisco Viana, Raimundo Bezerra, Ricardo Fiúza, Sandra Cavalcanti, Severo Gomes, Sigmaringa Seixas, Virgildásio de Senna, Virgílio Távora e Wilson Martins. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, destinados a dar continuidade a discussão do primeiro substitutivo do Senhor Relator, concedendo, em seguida, a pa-

lavra ao Senhor Constituinte Jonas Pinheiro que enfocou as questões da reforma agrária e da política fundiária. O Senhor Constituinte Davi Alves Silva, segundo orador, defendeu a criação do Estado do Maranhão do Sul, sob apartes dos Senhores Constituintes Inocêncio Oliveira e José Fogaça. Abordando os problemas da criança, falou o Senhor Constituinte Nelson Aguiar. Dada a palavra ao Senhor Constituinte José Fernandes Coube-lhe abordar assunto relacionado com a Zona Franca de Manaus. Em sequência, coube ao Senhor Constituinte Arnaldo Martins tecer considerações em torno da idade mínima para o candidato a Deputado Federal e a respeito da competência para julgamento de Prefeitos e Vereadores. Com a palavra, o Senhor Constituinte Maurílio Ferreira Lima, apartado pelo Senhor Constituinte José Fogaça, desenvolveu seu pensamento sobre sistema de governo, sob o prisma do pensamento popular. Foi abordado pelo Senhor Constituinte Mauro Miranda, sob aparte do Senhor Constituinte Eraldo Tinoco, a questão relacionada com a competência fiscalizadora do Tribunal de Contas. Às onze horas e vinte e seis minutos, o Senhor Presidente suspendeu a reunião, cujo reinício se deu às dezenove horas e vinte minutos do mesmo dia. Antes de passar a palavra ao primeiro orador inscrito da noite, o Senhor Presidente prestou esclarecimentos a respeito das questões de ordem levantadas, na reunião do dia anterior, pelo Senhor Constituinte José Genoino, ocasião em que se manifestou sobre o mesmo tema o Senhor Constituinte Bocayuva Cunha o qual, em seguida, tratou de vários aspectos ligados à democratização do País, entre os quais sistema de governo, sistema eleitoral e eleições gerais, imediatamente, no que foi apartado pelos Senhores Constituintes Gerson Peres, José Fogaça, Brandão Monteiro e Paulo Ramos. Dada a palavra ao Senhor Constituinte Egídio Ferreira Lima, o orador fez a defesa do Parlamentarismo, tendo como apartes os Senhores Constituintes Siqueira Campos e Brandão Monteiro. A seguir, o Senhor Constituinte Siqueira Campos, advogou a criação do Estado do Tocantins, no que foi questionado pelo Senhor Constituinte José Fogaça. Os Senhores Constituintes José Tinoco e Eraldo Tinoco, abordaram, respectivamente, a criação de regiões e a reforma tributária. Sobre o último tema ainda falou o senhor Constituinte José Tavares, com a interveniência do Senhor Constituinte José Fogaça. Passada a palavra ao Senhor Constituinte Osvaldo Coelho, este se pronunciou a respeito do voto federativo ponderado nas eleições para Presidente da República. Como último orador da noite discursou o Senhor Constituinte Vicente Bogo sobre o tema reforma agrária. Revezaram-se na Presidência, os Senhores Constituintes Aluizio Campos, Brandão Monteiro e Celso Dourado, cabendo ao último declarar encerrada a reunião às vinte e uma horas e quarenta minutos, convocando nova reunião para o dia dezessete de setembro, às nove horas e prosseguimento à tarde, a partir de quatorze horas, no Plenário do Senado Federal. O inteiro teor desta reunião foi gravado, devendo ser publicado no **Diário da Assembléia Nacional Constituinte** e constituir-se-á na Ata circunstanciada dos trabalhos. E, para constar, eu, Maria Laura Coutinho, lavrei a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação.

**O SR PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Havendo número regimental, declaro aberta a reunião, durante a qual continuaremos a discutir o primeiro substitutivo apresentado pelo Relator e também as emendas que serão propostas pelos Srs. Constituintes.

Concedo a palavra ao nobre Constituinte Deputado Jonas Pinheiro.

**O SR. CONSTITUINTE JONAS PINHEIRO:** – Sr. Presidente, Sr. Relator, nobres Constituintes:

Durante a fase inicial da elaboração da nossa Constituição, participamos da Subcomissão de Política Agrícola e Fundiária e Reforma Agrária, bem como da Ordem Econômica. O atual substitutivo do Relator, nesse capítulo, contempla a parte da reforma agrária e alguma coisa sobre política agrícola, entretanto, nada a respeito da política fundiária. Acreditamos que, para completar o capítulo, o assunto política fundiária é muito importante. Não podemos falar em reforma agrária, se não estabelecermos alguns parâmetros dentro da política fundiária. E enumero, numa proposta de emenda ao substitutivo, quatro aspectos a serem inseridos na nossa Constituição para o que peço apoio dos colegas Constituintes.

O primeiro aspecto diz respeito a uma carga tributária crescente para as chamadas terras ociosas. Acredito que o desestímulo a possuir terra ociosa através, de carga tributária crescente, é muito importante para que o agricultor, o proprietário que possua a sua terra e não tem ânimo para cultivá-la, possa desistir de possuí-la.

Outro assunto que discutimos e que não está inserido no atual substitutivo, é com respeito à colonização, como coadjuvante do processo de reforma agrária. O processo de colonização neste País tem sido um sucesso, apesar de não ter sido muito bem acompanhado pelos órgãos públicos, bem como por alguns colonizadores, que não obedeceram a regulamentação do processo de colonização. Mas, se o poder público acompanhar o processo de colonização, bem como os colonizadores tiverem o respeito a esse processo, a colonização, de fato, é um dos melhores coadjuvantes para o processo de reforma agrária.

Na minha vida profissional, acompanhamos vários colonizadores no nosso País. No meu Estado, em Mato Grosso, dos 83 municípios que hoje compõem aquele Estado, 62 municípios foram originados do processo de colonização. Nos últimos anos, a partir da década de 70, 83 novas comunidades do Mato Grosso, das quais 53 já, transformadas, em municípios, o foram exatamente através do processo de colonização.

Outro item que, acredito, de uma importância fenomenal para a política fundiária é o estímulo ao crédito fundiário. O crédito fundiário associado ao processo de colonização trouxe a este País um desenvolvimento muito grande. O crédito fundiário é um dos investimentos mais baratos que o Governo pode oferecer ao processo de reforma agrária. Esse crédito é retomado ao Governo. No processo de colonização o investimento que o Governo faz é após a implantação dessa colonização, quando vai buscar, exatamente, os produtos já originados do processo.

E o quarto item, que considero de uma importância muito grande, no aspecto da política fundiária, é a extinção do foco de tensão social existente em todo o País. Esse foco de tensão social não interessa nem ao suposto proprietário, nem aos posseiros que lá estão.

É importante que o Governo dê extrema prioridade para que esses focos de tensão social sejam eliminados, seja através de desapropriação, seja através de outro método, para que a paz no campo, a paz no meio rural seja uma constante.

No meu Estado, Mato Grosso, temos 123 focos de tensão social. Acho de uma importância muito grande, para o processo de reforma agrária, para o processo de paz no campo, que venha a ocorrer a extinção desses focos de tensão, através de desapropriação.

Enfim, estamos apresentando esta proposta exatamente para completar o Capítulo da Política Agrícola, da Reforma Agrária e Assuntos Fundiários, porque sem ela estará perneta o nosso processo de reforma agrária.

Portanto, peço aos meus pares, sobretudo na Comissão de Sistematização, para que, caso esta emenda não seja acatada pelo Relator, no seu próximo substitutivo, venha ela a ser aprovada por esta Comissão. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (ALUÍZIO CAMPOS):** – Muito obrigado a V. Ex.<sup>a</sup> Tem a palavra o ilustre Constituinte Davi Alves Silva.

**O SR. CONSTITUINTE DAVI ALVES SILVA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes aqui presentes:

Ocupo esta tribuna, exatamente, para fazer um apelo aos Membros da Comissão de Sistematização, no sentido de ajudarem a este Constituinte na criação do Estado do Maranhão do Sul.

A emenda apresentada inicialmente, pedindo a criação desse novo Estado, foi acatada na Subcomissão de Organização do Estado. Ali, seguindo juntamente com todas as matérias aprovadas naquela Subcomissão, teve a sua tramitação na Comissão da Organização do Estado.

É do conhecimento de todos os Membros da Comissão de Sistematização que na Comissão de Organização do Estado, exceto o Estado de Tocantins, os demais Estados ficaram fora do projeto do Relator, Constituinte José Richa.

Mas, entendendo os Membros da Comissão Temática que a redivisão territorial do País se faz necessária, foram incluídos, através do voto do Plenário da Comissão Temática, os Estados do Maranhão do Sul, do Triângulo, de Tapajós, Santa Cruz e dos dois Territórios: Amapá e Roraima.

Agora, Sr. Presidente, as informações chegam a cada momento e vêm, de certa forma, preocupando a região sul do Estado, que pretende ser emancipada, agora, nesta nova Constituição.

Vejo os comentários que chegam das reuniões de que estão participando alguns Srs. Membros da Comissão de Sistematização, de que nenhum novo Estado será acatado no projeto do Relator Bernardo Cabral.

Quando aqui venho, faço-o em nome daqueles que represento e que, sei, querem a criação do novo Estado, não simplesmente por uma vaidade de ter a sua independência e o nome de um Estado chamado Maranhão do Sul, muito mais pela necessidade que ali é constatada, através da ausência do Governador do Estado. Somente para fazer uma comparação aos nobres Membros da Comissão de Sistematização: o Estado do Maranhão possui 65 mil funcionários públicos. Está aqui presente um Deputado do Maranhão? Se eu estiver errado na minha colocação, poderá esse Deputado apartear-me e fazer outra colocação, de acordo com o seu conhecimento de meu Estado. Sessenta e cinco mil funcionários públicos tem o Estado do Maranhão.

A região sul é um terço do Estado e este tem 326.000 km<sup>2</sup>. O Maranhão do Sul tem 108.000 km<sup>2</sup> é um terço do Estado. Pois bem, esse terço do Estado ele só é reconhecido na sua arrecadação, na sua produção, no seu eleitorado, nas suas ações políticas que muito têm contribuída com os anseios dos políticos do Estado do Maranhão. Mas, quando se olha o quadro dos funcionários públicos do Estado, verifica-se que o Maranhão do Sul,

que ocupa um terço do Estado, só tem 2.716 funcionários públicos. Um terço do Estado, de um Estado que tem 65 mil funcionários, deveria ter 22 mil funcionários, 21.718 funcionários, pelo contrário, tem 2.716 funcionários. Aí você começa a perceber que o Estado do Maranhão do Sul é simplesmente um instrumento político para aqueles que estão em São Luís, Já fui Deputado Estadual pelo Maranhão e, na época, eu sentia as grandes dificuldades quando tinha que falar da região sul do Estado. Era uma campanha totalmente diferente: o povo era contra; a bancada levantava-se totalmente contrária, porque achava que a região sul do Estado não deveria fazer parte do cronograma de trabalho do governo.

Assim sendo, Sr. Presidente, Srs. Membros desta Comissão, apresentei uma emenda, que está sendo discutida, não sei se será acatada pelos Membros da Comissão e pelo Relator da Constituinte, Bernardo Cabral. Respeito os pontos de vista do Relator, mas quero aqui, insistentemente, sair convencido de que os Membros da Comissão de Sistematização, me ajudarão, porque hoje já temos não só o Deputado Davi Alves Silva aqui, defendendo a criação do novo Estado, temos muito mais...

**O SR. CONSTITUINTE INOCENCIO OLIVEIRA:** – V. Ex.<sup>a</sup> permite?

**O SR. CONSTITUINTE DAVI ALVES SILVA:** – Com muito prazer.

**O SR. CONSTITUINTE INOCENCIO OLIVEIRA:** – Meu caro Deputado Davi Alves Silva, entendo perfeitamente o trabalho de V. Ex.<sup>a</sup> pela emancipação política do Estado do Maranhão do Sul. Realmente, existe hoje uma vontade, em diferentes locais de nosso País, que deseja emancipar-se. Não tenho uma procuração do nobre Relator Bernardo Cabral, no entanto gostaria de dizer que S. Ex.<sup>a</sup> no seu projeto de Constituição, não excluiu a transformação de nenhum Estado; se não colocou, também não excluiu. S. Ex.<sup>a</sup> apenas fez o que o texto constitucional deve ser: enxuto, claro, genérico, transparente. Ele ensejou a criação de uma Comissão de Redistribuição Territorial para, então, tratar da criação de novos Estados. Acredito, nobre Deputado, que se o nobre Relator Bernardo Cabral tivesse colocado a criação de oito Estados a transformação de dois Territórios em Estados, esta Constituição seria mais enciclopédica e não seria uma verdadeira Constituição que queremos para o nosso País, uma Constituição moderna, duradoura, de cunho social, avançada, uma Constituição não para a nossa geração, mas para as gerações futuras. Portanto, o trabalho de V. Ex.<sup>a</sup> merece todo o mérito, merece nosso apoio, nosso estímulo.

Recebemos da Assembléia Legislativa do seu Estado, subscrita pelo Presidente, 1º Secretário e vários Deputados uma manifestação de apoio, por unanimidade, à criação do novo Estado Maranhão do Sul. No entanto, o nobre Deputado, apesar de todos estes fatos, acreditamos que o ilustre Relator Bernardo Cabral foi muito feliz ao colocar no Texto Constitucional que a criação de Estados vai obedecer a uma Comissão de Redistribuição Territorial, porque, assim fazendo, ele não privilegia novos Estados, e nem tampouco prejudica qualquer Unidade da Federação que queira se tornar independente. Muito obrigado a V. Ex.<sup>a</sup> e conte com o meu estímulo. No entanto, votarei com o ilustre Relator Bernardo Cabral. Muito grato a V. Ex.<sup>a</sup> pelo aparte.

**O SR. CONSTITUINTE DAVI ALVES SILVA:** – Só fiquei meio confuso quando V. Ex.<sup>a</sup> disse que o Relator Bernardo Cabral não excluiu nenhum Estado, nem tampouco colocou. Se V. Ex.<sup>a</sup> fez essa afirmação já se confor-

mando com o que vai sair no novo relatório do Sr. Bernardo Cabral, isto aí já me dá por satisfeito, em saber que S. Ex.<sup>a</sup> não mexeu no mérito da criação dos novos Estados. E isto aí, realmente, já me dá melhores condições de poder aqui da tribuna desta Casa, fazer a seguinte afirmação: se o Sr. Bernardo Cabral não mexeu no mérito da criação de novos Estados, de acordo com projeto que veio das comissões temáticas e com o seu relatório último, no seu art. 6º, das Disposições Transitórias, isto aí já é o suficiente para que possamos trabalhar em acordo com os membros da Comissão de Sistematização, procurando ampliar este projeto, que, às vezes, não está de acordo com os itens colocados pelo seu Relator, Deputado Bernardo Cabral. Já é um passo a frente que a gente possa se sentir mais seguro em ter aqui as nossas posições, com o voto favorável do Relator Bernardo Cabral, o que muito pode nos assegurar a criação de novos Estados. Realmente, tenho conhecimento desta comissão e, no último relatório do Sr. Bernardo Cabral, S. Ex.<sup>a</sup> coloca os novos Estados no art. 6º, e, no 7º, a Comissão de Divisão Territorial, que vai cuidar dos novos Estados a serem criados no País. Se esta afirmação de V. Ex.<sup>a</sup> é feita com precisão, pelo relatório que vai sair do Sr. Bernardo Cabral, já me dou por satisfeito quero aqui agradecer o aparte de V. Ex.<sup>a</sup>, incorporando-o ao meu pronunciamento, na certeza de que, se o Sr. Relator Bernardo Cabral coloca no seu relatório – que vai sair, se Deus quiser, sexta-feira – não mexendo no mérito da criação de novos Estados, e sim fazendo afirmação do que veio das Comissões Temáticas, o Estado do Maranhão do Sul está criado, porque o Plenário da Comissão de Sistematização saberá acatar o parecer do Relator Bernardo Cabral e o reconhecimento da causa trabalhada aqui pelo Deputado Davi Alves Silva com o apoio, como bem diz S. Ex.<sup>a</sup>, dos Parlamentares da Assembléia Legislativa do meu Estado.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FOGAÇA:** – V. Ex.<sup>a</sup> me permite um aparte, Deputado?

**O SR. CONSTITUINTE DAVI ALVES SILVA:** – Perfeitamente, Senador.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FOGAÇA:** – Acreditamos que essas reivindicações de emancipação dos Estados devem obedecer a, um sentido federativo. Não poderíamos, em momento nenhum, supor que essa questão fome uma decisão precípua e exclusiva apenas das populações assentadas nessas regiões. Veja, V. Ex.<sup>a</sup>, o Senado Federal é onde se expressa a Federação, onde estão representados os Estados. Não poderíamos micropulverizar o Nordeste ou a região Norte, se bem que a região Norte está também desproporcionalmente representada, do ponto de vista geográfico, mas não poderíamos manter os Estados do Sul numa situação em que estão e, ao mesmo tempo, micro dividir o Nordeste. Isto criaria uma representação desproporcional e deformada na Câmara Federativa que o Senado da República, ou seja, um peso muito grande para uma determinada região em total desproporção com outras regiões do País. Como o que devemos procurar é o equilíbrio federativo, essa redivisão territorial e estadual do País depende de uma concepção nacional, federativa na qual devem opinar também as demais regiões. Quero dizer a V. Ex.<sup>a</sup> que respeitamos plenamente as reivindicações que são legítimas do ponto de vista dos interesses destas áreas respectivas, mas parece-me extremamente correta a decisão de que isto venha a ser tratado em um ambiente de estudos mata profundo, mais amplo, obedecendo também a esses critérios. Por isto, fico satisfeito ao ver que V. Ex.<sup>a</sup> acata essa ponderação no sentido

de, no futuro, o próprio Congresso Nacional, através de uma Comissão própria, venha a empreender esses estudos, a partir não apenas das postulações específicas de cada população em cada região, mas também a partir de uma concepção federativa global. Os Estados do Sul também têm a ver com a emancipação do Maranhão, porque esta representará uma possível alteração no equilíbrio federativo, no peso das decisões nacionais. Consequentemente, atinge também os interesses do cidadão que vive lá na fronteira do Uruguai. Portanto, não é uma questão apenas dos habitantes do Maranhão, mas de todo o Território brasileiro. V. Ex.<sup>a</sup> tem toda razão, toda legitimidade em colocar as reivindicações do seu povo com a galhardia, a coragem, a força com que o faz nesta Casa.

Obrigado a V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Lembro ao nobre Constituinte que o seu tempo já está esgotada. Peço a gentileza de concluir as suas considerações.

**O SR. CONSTITUINTE DANIEL ALVES SILVA:** – Nobre Constituinte José Fogaça, realmente esta preocupação não deve ser colocada em prática para a criação de novos Estados. Sei que V. Ex.<sup>a</sup> está se referindo ao número de parlamentares que vêm na redivisão territorial, porque vai aumentar a sua representação nesta Casa, Deputadas e Senadores. E quando V. Ex.<sup>a</sup> diz que redivisão de Estados tem alguma coisa a ver com o Sul do País, esta preocupação está constante conosco, com aqueles que querem realmente redividir os seus Estados, porque o Sul do País nunca deixou de mandar no Maranhão, nem no Piauí, nem no Ceará, nem no Nordeste. É exatamente procurando nosso espaço, procurando aumentar nossa representação aqui no Congresso Nacional é que se vem procurando fazer uma redivisão territorial no País, para que o Estado do Pará não fique apenas com oito Deputados, ou com doze ou quatorze, como tem o Amazonas. Queremos realmente que haja um equilíbrio de forças, que o Nordeste seja comparado com o Sul do País na sua representação tanto na Câmara Federal como no Senado Federal, porque são Estados extremamente pobres, mas pela sua cultura, pela sua representação, não pela sua produção. São Estados que realmente sempre têm uma gerência do Sul do País. V. Ex.<sup>a</sup> acaba de fazer esta afirmação quando diz que redivisão do Estado do Maranhão tem algo a ver com o Sul do País.

Nobre Constituinte, realmente respeito a sua representação aqui no Senado Federal, mas estamos cansados de ficar dirigidos pelo Sul do País. Estamos querendo nos equilibrar; ter peso e força aqui, no Congresso Nacional, saber que os Deputados Federais do Nordeste também valem alguma coisa para o Sul do País, pois S. Ex.<sup>a</sup> também têm voz, têm direito, liberdade, para dizer aquilo que querem, que podem pelo seu povo, que a sua representação não dependa de conselho do Sul do País. Respeitaremos o Sul com representantes iguais aos do Nordeste.

É exatamente nesta hora que faço um apelo aos membros da Comissão de Sistematização para que olhem mais um pouco para o Nordeste, que a cada dia que passa essa mais vinculado ao Sul do meu País. O Sul orgulha o País, mas o Nordeste também é um grande país, no qual temos de apostar. A sua representação, através da redivisão territorial do País, que aumentará em muito, talvez em 40% nesta Casa, poderá reequilibrar sua força, tanto na Câmara como no Senado Federal. A partir daí poderemos ser alguém na vida pública e até no cenário nacional. Até o momento temos sido motivo de grande

esquecimento, porque somos um peso mínimo no que se refere ao Sul do País, nas suas bancadas representativas no Congresso Nacional.

Era exatamente isto que queria dizer ao nobre companheiro, dizendo-lhe que acato qualquer decisão que venha do relator da Comissão de Sistematização, pois S. Ex.<sup>a</sup> é um homem inteligente, capaz, que saberá na hora exata o que dizer para o seu País, e, em especial para o Nordeste.

Era o que tinha a dizer, nobre Senador.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem a palavra o nobre Constituinte Nelson Aguiar.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON AGUIAR:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Não sou membro da Comissão de Sistematização e, exatamente por isto, tenho procurado estar presente aos seus trabalhos e falar em suas reuniões.

Como sabem os ilustres Pares, minha atenção se tem voltado para um aspecto da elaboração constitucional, que se refere ao Direito da criança e do adolescente, que chamamos menor. Ficamos preocupados, porque o trabalho que foi consolidado na Subcomissão da Família, do Menor e do Idoso, que tivemos a honra de presidir, foi quase todo suprimido no projeto do Relator Bernardo Cabral. Isto provocou, para aqueles que vêm acompanhando este assunto, uma movimentação muito grande a nível de Brasil. E daí as emendas populares chegaram aqui, várias delas somando mais de 1 milhão e 200 mil assinaturas, solicitando à Assembléia Nacional Constituinte que tivesse cuidado com respeito a este aspecto do Direito.

Já falei várias vezes, e gostaria que cada membro desta Comissão se constituísse patrono da criança, do menor.

Examinamos esta matéria em muitas Constituições do mundo e chegamos à conclusão de que o Brasil não fez e que outras nações já fizeram há muito tempo, que foi assegurar, no texto das suas Constituições, o princípio do Direito da Criança. O legislador brasileiro, ao longo destas 7 Constituições, não teve o cuidado de inserir no texto da Constituição esta expectativa de direito.

Fizemos uma reunião com o Relator Bernardo Cabral. As entidades que apresentaram as suas propostas Populares estavam preocupadas, e então fizemos uma reunião com o relator. Nessa reunião surgiu a sugestão de que deveríamos consolidar todas as propostas das entidades populares numa só proposta, e que esta proposta deveria ser assinada por um Constituinte em forma de emenda. Fizemos isto e recolhemos mais 184 assinaturas de Deputados e Senadores se comprometendo em apoiar, no texto da futura Constituição, essa proposta. Estamos propondo, entre outras coisas, e aqui nas disposições transitórias, a substituição do Código de Menores pelo Código Nacional da Criança e do Adolescente. Esta, é uma medida que precisa ser tomada.

Os Senhores estão acompanhando o que vem ocorrendo a nível nacional com aqueles a quem chamamos menor. Vimos o episódio do "Pixote", menor que foi transformado em ator de um filme, que ganhou festivais internacionais, as custas do qual muita gente ganhou dinheiro, e "Pixote" terminou varado de balas numa das vielas de São Paulo. Como "Pixote", existem milhares por este País afora. Todos os dias esses fatos vêm ocorrendo. E, os senhores naturalmente já chegaram à conclusão de que esses menores que estão pelas ruas é porque eles não têm nenhum

direito. Vejam bem que o direito que a Constituição não ampara, nenhuma outra lei o fará. O direito que não está garantido na Constituição não estará garantido em nenhuma outra lei. O que ocorre com a criança no Brasil, já tenho dito várias vezes, é que o direito da criança é um direito incorporado ao direito do pai e da mãe; criança que não tem pai nem mãe não tem direito. É espantoso observarmos que no Brasil não há nenhuma lei que diga que a criança seja sujeito de direito, independentemente da existência do direito do pai e da mãe. Este é um negócio escandaloso. Por quê? Porque, na ausência do pai e da mãe, quer dizer, fora da tutela do pátrio poder, criança passa da condição de sujeito de direito para a condição de objeto de proteção, assistência, vigilância e outras coisas que se fazem por este País afora, inclusive abandoná-la a perversões de toda a natureza. Isso é muito grave. A Constituição de Portugal, por exemplo, dedica um capítulo inteiro ao direito da criança e do jovem; todo um capítulo. A Constituição do Brasil não destina um só preceito. Por isso mesmo, criança que não tem pai nem mãe não tem também ninguém por ela. E aqueles que estão fazendo alguma coisa por essas crianças, estão fazendo através de processos paternalistas e assistencialistas quer dizer, as entidades particulares e as entidades públicas que estão cuidando da criança não se constituem em nenhuma obrigação que estivesse prevista em lei, a fim de tratarem do direito da criança. Tanto é que quando uma entidade que cuida de menores fecha as suas portas, ela o faz e ninguém tem nada a ver com isso. O que vem ocorrendo por este País afora é uma coisa escandalosa. Alguém tem dito que não basta colocar só o direito na Constituição. É verdade. Mas nós estamos sentados aqui, detendo mandatos constituintes, porque a Constituição nos garante. Por isso, a criança está abandonada pelas ruas deste País, sem nenhum direito, direito que não está garantido nem na Constituição nem em nenhuma lei. Por isso é que nós insistimos no princípio do direito da criança no texto da Constituição e estabelecemos responsabilidades para a família, para a sociedade, para o Estado. Se essa criança não tem mais pai ou mãe, que têm a responsabilidade primeira de responder pelos seus direitos, o Estado precisa assumir isso, porque em todos os países do mundo civilizado é assim; no Brasil não é. Repito: a criança, fora do contexto da família, neste País, não tem nenhum direito. Imaginem os Senhores chegarmos a um país e alguém nos dizer: "Neste país há milhões de cidadãos que, de acordo com as leis deste país, não têm nenhum direito". Nós, no mínimo, íamos ficar estarecidos, pois este País é o Brasil, e estes milhões de cidadãos que não têm nenhum direito garantido em lei nenhuma são as crianças, exatamente a criança. Isso é muito sutil e tem escapado ao entendimento de muita gente, de muito jurista. Os Senhores vão verificar que o próprio direito à cidadania – e todos nós sabemos que todos os demais direitos decorrem do direito da cidadania – é um direito que se nega à criança, porque não tendo nem pai nem mãe ela não tem como exercer o direito à cidadania. Sabemos que quando um cidadão, que tem criança, se naturaliza em outro país, por via de consequência, a criança também está se naturalizando. Por quê? Porque o direito da criança é agregado ao direito do pai e da mãe. Se não tem pai nem mãe ela não tem direito. Este ponto é grave e peço aos Senhores membros da Comissão de Sistematização que estejam atentos para esse aspecto, porque isso não diz respeito ao direito de nenhum grande grupo econômico, e exatamente por isso a imprensa fala tão pouco. Lembro-me, até com tristeza, que quando Presidente da Subcomissão da Família, do Menor e do Idoso, não recebi a visita de nenhum grande grupo econômico deste País, nenhuma corporação, nenhum grande empresário, para

dizer: "Aguiar, esta é a hora, cuide deste aspecto". Lá, apareceram padres, pastores, entidades e associações. Mas os grandes desta República, não, porque eles estão preocupados mesmo é com suas ilhas de felicidades, com seus pequenos "brasis" que construíram aqui, às vezes à sombra da ditadura, utilizando-se das facilidades que ela permitiu. Ninguém foi lá para defender o direito da criança. Tenho muita preocupação de que na hora de votar estará a maioria de. Constituinte preocupada com os grandes lobbies, com os grandes interesses. Este aspecto é fundamental, porque diz respeito exatamente ao direito do desprotegido, do inocente, daquele que não tem culpa e daquele que é atirado pelas ruas deste País, daquele que vem respondendo a essa forma de agressão de que é vítima, essa forma de violência de que é vítima., de arma na mão. Quando vejo, quando leio que menores estão abandonados, for-mando quadrilhas, assaltando, roubando, pilhando, a sensação que tenho é que meninos e meninas, que não tiveram outro refúgio, não tiveram outro recurso, organizam-se pelas ruas deste País, para, pelo único meio que lhes resta, garantir o direito à sobrevivência. É o único meio que vem restando a essas crianças do Brasil, que estão pelas ruas, pelas praças, por aí afora, formando quadrilha, assaltando, pilhando, o único recurso que lhes resta. Esta Nação tem dinheiro para tudo, recursos para tudo, mas quando se trata do problema da infância, da infância marginalizada, são as miseráveis verbas. Agora, vejam bem, o Sr. Ministro da Fazenda está cortando até as verbas da LBA e da Funabem, que são verbas absolutamente indispensáveis para socorrer, pelo menos, socorrer um pouco essas pobres crianças que estão por aí abandonadas.

Deixo este apelo a cada membro da Comissão de Sistematização. Que os Senhores, que nos deram a honra de assinar essa emenda que traz 184 assinaturas de Constituintes, que os Senhores se constituam em patronos da criança e do adolescente neste País para que a partir da futura Constituição, possamos elaborar leis que garantam o direito da criança e que se responsabilize o Estado a sociedade, não para fazer esse assistencialismo paternalista, irresponsável que aí está, mas para garantir o direito porque, Senhores, o direito que a Constituição não ampara, nenhuma outra lei ampara. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Muito obrigado a V. Ex.<sup>as</sup>

Com a palavra o nobre Constituinte José Fernandes.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FERNANDES:** – Sr. Presidente, nobres pares, havia dos menores uma esperança, que já se apaga em todo o País, que achavam que esta Constituinte teria capacidade de gerenciar, a partir de agora, uma nova solução para o problema do menor abandonado, que não fosse talvez a única solução que resta, que é o apelo à violência, conforme aqui falou o Constituinte Nelson Aguiar.

Das regiões que se acham sufocadas pelo poder político, que se incrusta em determinados centros urbanos de lá comandam, com mão de ferro, as mais distantes áreas e também diz o que deve representar as suas aspirações de desenvolvimento. Foi assim o que trouxe aqui

Constituinte Davi Alves, falando da expectativa, do interesse de autodeterminação do povo que se encontra residindo no Maranhão, na parte sul do Estado.

Do Amazonas nós esperávamos, sobretudo, que houvesse, da parte da Assembléia Nacional Constituinte, um entendimento de que as promessas, as louva minhas as

belezas da Amazônia, as promessas incontidas de diminuição dos desequilíbrios regionais pudessem realmente, através da nova Lei Magna, permitir que tivéssemos caminhos seguros para diminuir a grande diferença que existe entre áreas do Centro-Sul do País e áreas penosas das regiões Norte, Nordeste e até Centro-Oeste.

Alguns projetos já foram tentados e não constam projetos apenas do período republicano, mas até do período imperial e colonial, projetos de reconquista do desenvolvimento e de aceleração da taxa de crescimento diária, em desequilíbrio no País. No caso especificamente do Amazonas, tivemos na Amazônia como um todo seis tentativas de tentar diminuir o desequilíbrio daquela área em relação ao restante do País, especialmente de áreas do Centro-Sul. Primeiro, foi o período colonial, por iniciativa de Pombal. Naquela época, dando incentivo à área agrícola, concedendo implementos agrícolas e até financiamentos especiais para a área, pensara ele que poderia trazer ao nível de crescimento que se observava no restante da Colônia, a área da Amazônia. Depois, fracassada essa situação por espontaneidade da área, por ocasião do início do ciclo da borracha, nós tivemos uma segunda tentativa. Esperançava-se naquele novo produto que ganhava os mercados industriais das nações então em industrialização avançada, que, inclusive, o excesso de divisa que estava sendo gerado para o País representasse um crescimento continuado para a área. Mas, logo a crise que se iniciou em 1912 demonstrou que não havia esperança de que aquele ciclo pudesse realmente retirar do atraso a área amazônica. Depois, no Governo Hermes da Fonseca, houve a terceira tentativa, através da Lei nº 2.542, de 1912. Nada resultou e a Amazônia evoluiu até 1942, quando, através do "Discurso do Rio Amazonas", já no Governo Getúlio Vargas, e pela criação dos territórios também, em 1943, se fez o quarto esforço.

O quinto foi na criação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, com destinação de cerca de 3% da renda tributária nacional, no sentido de que esses 3% fossem aplicados para a Amazônia.

As propostas que, inclusive, estão sendo levadas à futura Constituição em nada divergem dessas tentativas falhas de desenvolver a Amazônia. E o único projeto que deu certo, até agora, foi o projeto especial e específico de incentivo tributário da Zona Franca de Manaus.

Hoje nós vemos que, além de não haver solução prevista na futura Constituição, nós até desejamos manter esse único projeto e estamos com dificuldades não só de compreensão da Assembléia Nacional Constituinte mas, até mesmo, pelo ataque que vem sofrendo de parte das autoridades, especialmente do Ministério da Fazenda, em relação à Zona Franca de Manaus. Tem-se dito, inclusive, que o índice, por exemplo de nacionalização na Zona Franca não é sobre o peso, é de valor. Um absurdo, porque lá se faz tecnologia de ponta, e então não poderia ser realmente de peso. O forte da eletrônica não são as grandes válvulas, são os chips de pequeno peso, e, obviamente, nesses casos, nós não poderíamos fazer um índice de nacionalização sobre o peso, teria que ser realmente sobre o valor.

Outra acusação que tem sido feita sobre a Zona Franca é de que ela seria um sorvedouro de dólares, ou seja, um desequilíbrio no balanço de pagamentos do País.

Alguns dados demonstram claramente serem inverídicas as informações que se têm dado sobre a Zona Franca. Para começar, é preciso que se diga que naquele

projeto entram, mais ou menos, de recursos externos, em moedas externas, cerca de 500 milhões de dólares, e que destes 500 milhões de dólares o produto gerado atinge equivalente a 4 bilhões de dólares. Mais ainda: de cada importação de 500 milhões de dólares do exterior, o mercado produtor do Centro-Sul se beneficia, para cada dólar, de 3 dólares, para cada 500 milhões de dólares advindos do exterior, cerca de 1 milhão e 500 advêm do mercado produtor do Centro-Sul do País. O que demonstra que a Zona Franca não foi só um projeto de interesse da Amazônia, mas, até hoje, é um mercado de demanda para o Sul do País e, portanto, não beneficia só a Amazônia, mas gera emprego sobretudo no Centro-Sul do País. Ademais, quando se imagina que a Zona Franca de Manaus seja capaz de gerar, por exemplo, contribuição para déficit nacional, como disse recentemente o Ministro Bresser Pereira, na sua alta desinformação, que já o levou, inclusive, a fazer propostas jocosas à comunidade financeira internacional, o déficit, se não fôssemos considerar, a partir, talvez, de 500 milhões de dólares que entram na Zona Franca de Manaus, poderíamos ter alguns dados para o Sul do País e, portanto, não beneficia só a Amariamos dizer a ele que o déficit poderia ser contido, talvez, até ele procurando diminuir a evasão irregular e criminosa de divisas que está sendo feita no País. Os dados publicados, inclusive, pela **Folha de S. Paulo** dizem que os analistas da comunidade internacional afirmam que só no ano de 1986 evadiram-se do País cerca de 1 bilhão de dólares, para irem habitar nos bancos suíços e em outros bancos estrangeiros.

Era esta a missão do Sr. Ministro da Fazenda, em primeiro lugar: que a corrupção fosse punida em primeiro lugar, antes que os amazônicas, e principalmente os amazonenses, pudessem pagar pelo descalabro que se observa hoje no balanço de pagamentos e na reserva de divisa que temos observado.

Por outro lado, se fôssemos realmente considerar que a Zona Franca, segundo um estudo do próprio Ministério da Fazenda, gera, junto com a Sudene, uma contribuição de 121 bilhões de cruzados para o déficit público, e se dividíssemos esses 121 bilhões de cruzados pela população do Nordeste e do Norte, nós iríamos ter cerca de 2.764 cruzados para cada nordestino e para cada amazônida. Dentro desta conta, que faz o Sr. Bresser Pereira? Se fôssemos também cobrar só o escândalo do Banerj, que recebeu durante este ano cerca de 73 bilhões para tapar os furos, não da Amazônia, não do Nordeste, mas de todo sul do País, porque aquele banco emprestou em todo o Sul do País, nós iríamos ver que só os cariocas contribuíram com 10 mil 995 cruzados para o déficit gerado através da alocação de recursos pelo Banco Central.

Teríamos outros dados: o jornal **O Globo** publicou dia 13, que só no Proálcool, que não envolve a Amazônia, foram desviados recursos no valor de 9 bilhões de dólares. Se colocarmos esses 9 bilhões de dólares para a população brasileira, veremos que só o Proálcool gerou cerca de 4 mil cruzados de déficit para contribuição do déficit público nacional.

Diríamos que não há suporte para o Ministro Bresser Pereira, em investir contra a Zona Franca, porque se nada tem feito pelo País pelo menos deixe em paz os amazonenses que estão tentando sobreviver, manter ali a afirmação pátria e a soberania nacional, com muita dificuldade, até pelos algozes que surgem pelo pequeno desenvolvimento que começa a brotar naquela área. Muito obrigado Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** — Muito obrigado a V. Ex.<sup>a</sup>

Tem a palavra o Sr. Constituinte Arnaldo Martins.

**O SR. CONSTITUINTE ARNALDO MARTINS:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Hoje, somente os grandes temas, aqueles temas bastante polêmicos estão polarizando essa Assembléia Nacional Constituinte. Talvez as coisas consideradas pequenas não tenham sido devidamente analisadas. Mas nos parece que uma boa Constituição do nosso País será fruto de uma série de pontos que venham a ser verificados.

O primeiro ponto, para o qual queremos chamar a atenção de V. Ex.<sup>as</sup>, é o art. 74, que trata dos Deputados Federais. Hoje, quando se procura dar maiores responsabilidades ao Parlamento, através de um regime parlamentarista, vê-se, no art. 74, que se diminui a idade do Deputado Federal de 21 para 18 anos. Não é que sejamos contra os jovens, mas a história tem demonstrado que a escola da vida é bastante importante, e hoje mesmo, durante esses trabalhos de consenso na Constituição, estamos vendo que aqueles Constituintes mais maduros, com experiência de várias legislaturas são os que estão levando, através do consenso, e conseguindo muita coisa.

Pedimos a reflexão dos Srs. Constituintes para que, no mínimo, mantenhamos o que valia até então, ou seja, 21 anos.

Consultando Constituições e legislações de vários países, somente em dois países encontramos a idade mínima de 18 anos para Deputado Federal: Cuba e Alemanha. A constituição da França tem idade mínima de 23 anos, a dos Estados Unidos de 25 anos, a do Uruguai de 25 anos, a da Argentina de 21 anos, a da Itália de 25 anos. Vemos que, em praticamente todas as Constituições do mundo as idades são acima de 21 anos.

Perguntamos: por quê para o Senado se exige a idade mínima de 35 anos? Porque se acha que se quer uma maturidade daqueles Srs. naquele Parlamento. Por que a Câmara Federal vai exigir a idade mínima de 18 anos? Até mesmo pela idade vamos diminuir culturalmente o estágio da Câmara dos Deputados, porque com 18 anos somente é possível se atingir o II Grau completo.

Um outro ponto que queremos aqui levantar, foi o de uma emenda que apresentamos, ainda na Subcomissão de Municípios e Regiões. Essa emenda dizia o seguinte: "Os Prefeitos e os Vereadores serão submetidos a julgamento perante os Tribunais de Justiça estaduais". Essa emenda saiu na Subcomissão dos Municípios e Regiões onde foi acatada, Posteriormente foi acatada na Comissão de Organização do Estado. No primeiro projeto de Constituição da Comissão de Sistematização também foi acatada.

E, agora, foi retirada.

Quando propusemos essa emenda foi porque assistimos pelo interior deste País em que Juizes de Comarca pouco preparados, agiam contra Prefeitos. Inclusive vamos ler matéria publicada no Jornal da Brasil do dia 5 de agosto que diz assim:

"Prefeito solto. Graças a uma liminar concedida pela II Câmara do Tribunal de Justiça, o Prefeito de Tramandaí, a 126 km de Porto Alegre, Eloy Braz Sessim recebeu, no final da manhã de ontem, o seu alvará de soltura e reassumiu seu lugar na Prefeitura de onde tinha saído preso segunda-feira para o Presídio de Osório, sob a acusação de tentar coagir testemunhas que deporão contra ele num processo etc."

Quando então apresentamos nossa emenda, Srs. Constituintes, objetivamos evitar uma situação vexatória como essa em que um Prefeito é retirado de uma Prefeitura, preso. Que moral vai ter esse Prefeito para retornar e dirigir a sua comunidade? Quando pedimos e apresentamos a emenda para que o julgamento fosse pelo Tribunal de Justiça é que ele não ficaria tão-somente vítima de um juiz de uma Comarca que muitas vezes, por um problema até mesmo político poderá retirar esse Prefeito e causar grandes problemas para o município.

Pedimos então aos Srs. Constituintes que retornem ao art. 41, do Projeto de Constituição, este preceito em que os Prefeitos e Vereadores serão submetidos a julgamento perante os Tribunais de Justiça estaduais.

Um outro detalhe também, Srs. Constituintes, é que achamos que não teremos condições de realizar as eleições municipais em 15 de novembro de 1988.

A primeira inviabilidade que apresentamos é pela própria Constituição, em seu art. 17, que diz o seguinte: nenhuma norma referente ao processo eleitoral, poderá ser aplicada em qualquer eleição, sem que a lei que a instituiu tenha, pelo menos, um ano de vigência..."

Se não vamos promulgar a nossa Constituição, antes de 15 de novembro, ou seja, um ano antes, Então pela própria Constituição, que estamos aqui escrevendo, já existe um preceito legal que impossibilita as eleições municipais em 15 de novembro de 1988. Ainda mais, temos, no art. 42, da Constituição, o seguinte :

"... o número de vereadores será variável, conforme dispuser a Constituição do Estado, respeitada as condições locais proporcionalmente ao eleitorado do município etc..."

Então, é através da Constituição do Estado que será fixado o número de vereadores e tão-somente, após a promulgação dá nossa Constituição é que teremos a elaboração das Constituições estaduais. Por isso, Srs. Constituintes, que sugerimos hoje, quando se fala no mandato das eleições presidenciais em 1989, não coloquemos as eleições municipais juntamente com as eleições do Presidente da República em 1989.

Sr. Presidente, era o que tínhamos a dizer. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio campos):** – Concedo a palavra ao Constituinte Maurílio Ferreira Lima.

**O SR. CONSTITUINTE MAURILIO FERREIRA LIMA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, Srs. Membros da Comissão de Sistematização.

Imaginemos a situação de um brasileiro que se encontre no exterior, isolado das notícias de seu País, e que desembarque, neste momento, no Brasil. A partir do momento em que esse compatriota ligue a televisão, ouça o rádio ou leia os jornais, se convencerá de que o Brasil inteiro se está dividindo, está polarizado em torno de uma discussão que marca os trabalhos desta Casa, ou seja, o sistema de Governo; vamos ser presidencialistas ou parlamentaristas. Entretanto, esse brasileiro, desavisado, vindo do exterior, estaria se convencendo apenas da existência de uma ficção. Vivemos, neste País, uma situação absolutamente psicodélica. Se sairmos do prédio do Congresso Nacional encontraremos há poucos metros o povo que está pouco se lixando se o sistema de Governo vai

ser presidencialista ou parlamentarista. O que constatamos, a partir dos debates que polarizam esta Casa, é o completo distanciamento da representação política com a opinião pública. **O Jornal do Brasil** publicou uma pesquisa, onde mostra que a preocupação com a disputa entre presidencialismo e parlamentarismo é a penúltima preocupação do povo brasileiro. Preocupação essa que engajou 4% dos entrevistados, e creio que o **Jornal do Brasil** foi generoso, porque acabei de passar dez dias no meu Estado não encontrei sequer um só cidadão preocupado se o País vai ser parlamentarista ou presidencialista. Muito pelo contrário. Encontrei uma opinião pública achando que a sua representação política é a representação de um País estrangeiro, em qualquer país" do mundo a representação política deve retratar a realidade nacional. Em qualquer país do mundo a representação política discute o que está sendo discutido, aspirado e desejado pela opinião pública. E no nosso País uma Assembléia Nacional Constituinte, que foi eleita para elaborar um novo texto constitucional definitivo para o Brasil, está procedendo pior que os sábios de Bizâncio, cercada pelas tropas bárbaras. Os sábios, que tinham a responsabilidade de decidir da sobrevivência de seus habitantes e da cidade, reuniram-se para discutir os sexo dos anjos.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FOGAÇA:** – Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. CONSTITUINTE MAURÍLIO FERREIRA LIMA:** – Pois não!

**O SR. CONSTITUINTE JOSE FOGAÇA:** – Nobre Constituinte, há poucas semanas li e tive oportunidade de recortar um belíssimo artigo escrito por V. Ex.<sup>a</sup> a respeito do comportamento das esquerdas no Brasil – artigo este publicado na Revista Veja. Gostei e identifiquei-me tanto com o conteúdo de suas idéias, que tive o trabalho de recortar e guardá-lo entre os meus arquivos anotações. No entanto, não posso concordar com a linha de raciocínio que V. Ex.<sup>a</sup> vem adotando no seu pronunciamento absolutamente aceitável e absolutamente justificável que a maior parte da população não esteja sequer preocupada com a discussão em torno do sistema de Governo, até porque não é esta a preocupação ou a vivência imediata da maioria da população. A maioria da população vive em torno dos seus problemas específicos e concretos que dizem respeito ao salário, ao transporte, ao seu direito ao emprego, ao trabalho, às melhores condições materiais de vida, melhores condições habitacionais, educacionais etc. Agora, seria, a meu ver, uma tese obscurantista se supuséssemos aqui, Constituinte Maurílio Ferreira Lima, e sei que não é essa a intenção de V. Ex.<sup>a</sup>, que o fato de a população em geral não estar imediatamente preocupada com a questão do sistema de Governo significa que no bôjo da Assembléia Nacional Constituinte tenhamos que abandonar essa questão como uma questão menor e secundária. Seria extremamente contrário ao bom senso se instalássemos, dentro do texto da Constituição, extraordinários avanços sociais e econômicos, extraordinárias conquistas, inclusive revolucionárias, do ponto de vista social, e se deixássemos a estrutura do poder arcaica, fechada, autoritária, concentracionista; todas as demais conquistas estariam, portanto, completamente improcedentes e falidas. Veja V. Ex.<sup>a</sup> que, aparentemente, o sistema de Governo é uma questão menor mas, na verdade, é uma questão essencial que compete a nós, e não podemos pedir ao cidadão comum que a coloque em sua ordem primeira de preocupações. É natural e justificável! No entanto, no momento em que estamos tratando do sistema

de Governo, estamos também tratando da questão da reforma agrária, da questão das verbas públicas para a educação, estamos tratando da questão da anistia. E vou lá no meu Estado e não vejo ninguém falar a mim sobre imissão de posse; vou lá no meu Estado e ninguém pergunta como é que vai ficar a concessão de rádio e televisão; vou lá no meu Estado e não vejo ninguém discutindo a questão referente aos problemas da organização dos Estados e dos Municípios. Ninguém me pergunta, por exemplo, como fica o julgamento dos parlamentares junto ao Supremo Tribunal Federal. Mas só porque não vejo as pessoas discutindo como se organiza o Supremo Tribunal Federal vou, então, abandonar e jogar ao lixo a organização das instituições nacionais? É claro que não, Constituinte Maurílio Ferreira Lima! Tenho certeza de que também não é esse o pensamento de V. Ex.<sup>a</sup> Esta não é uma Assembléia Nacional Constituinte bizantina, ela trata das suas questões fundamentais e não abandona também a perspectiva dos problemas vitais do País. Mas sem instituições sólidas, todas as questões circunstanciais, como é a reforma agrária, como é a luta dos trabalhadores pela sua organização, como é a questão da estabilidade, como é a questão da jornada de trabalho, como é a questão da política agrícola, todas essas questões ficarão reduzidas a mera letra morta no texto da Constituição se o instrumental político, se o instrumental jurídico-institucional que sejamos capaz de criar não viabilizarem uma efetiva e verdadeira participação popular. Tenho certeza de que V. Ex.<sup>a</sup> partilha também desta visão. Por isso fico um tanto quanto constrangido até de discordar perifericamente, digamos assim, da linha de raciocínio que nesta oportunidade V. Ex.<sup>a</sup> vem adotando, embora diga que no corpo geral das suas idéias com elas me identifico plenamente, e faço menção ao artigo brilhante e extraordinário que V. Ex.<sup>a</sup> escreveu na revista Veja a respeito do comportamento das esquerdas brasileiras, estabelecendo uma clara diferença entre o que é atraso e o que é modernidade nesse comportamento. Tenho certeza de que V. Ex.<sup>a</sup> dará esse conteúdo de modernidade à sua visão de política estratégica nesse momento.

**O SR. CONSTITUINTE MAURÍLIO FERREIRA LIMA:**

– Peço a magnanimidade da Mesa, tendo em conta o rico aparte do membro da Comissão, Constituinte José Fogaça.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A Presidência, atendendo a V. Ex.<sup>a</sup>, não vai considerar o tempo da brilhante exposição do Constituinte José Fogaça.

**O SR. CONSTITUINTE MAURILIO FERREIRA LIMA:**

– Muito obrigado.

Senador José Fogaça, V. Ex.<sup>a</sup> se referiu à solidez das instituições políticas. Ninguém pretende mais do que eu essa solidez, porque em função da instabilidade política do País vivi onze anos e meio no exílio e minha geração foi trucidada e torturada. Não desejo regressar ao exílio, nem desejo que outras gerações passem o que passaram os jovens e todos aqueles patriotas da minha geração com o regime militar que se instaurou em 64. O que desejo plenamente é contribuir para que a Assembléia Nacional Constituinte decida soberanamente qual é o sistema de governo, e concordo com V. Ex.<sup>a</sup> que é um ponto essencial, fundamental, porque é o instrumento que vai realizar as mudanças que queremos sejam realizadas neste País. Desejo a estabilidade desse sistema. Mas o que estou vendo, Excelência é que estamos caminhando para criar um sistema de governo à imagem dos conchavos, dos acordos; um parlamentarismo de arrumadinho que não tem condições de durar. Essa é a realidade. Sinto-me moralmente impedido de, na Assembléia Nacional Constituinte, votar pela



alteração do sistema de governo e posteriormente me locupletar dessa alteração assumindo na condição de parlamentar e de parlamentar as funções de governo.

Todos dizem que o parlamentarismo é um "barato" que não dura um ano porque o próximo candidato à Presidência da República montado em 40 milhões de votos vai percorrer este País mostrando a bagunça e a confusão aqui, em Brasília, e dizendo que vem ser Presidente da República para acabar com isso. O que pretendo, e faço um apelo a V. Ex.<sup>a</sup> que é um dos homens mais lúcidos desta Casa e um dos parlamentaristas mais convictos, é que se vamos instituir o parlamentarismo nesta Casa tenhamos a hombridade de dissolver o Congresso Nacional e convocar eleições imediatamente para que o povo eleja aqueles que vão governar o País de acordo com as regras do novo sistema político.

Aqui, quando se diz que parlamentarismo é o regime dos países democráticos avançados e que o parlamentarismo tem demonstrado a sua estabilidade como sistema de governo, não dizem que em todo lugar onde funciona o parlamentarismo o Primeiro-Ministro não é escolhido através de conchavos e de negociações; o Primeiro-Ministro se submete, de fato, a uma eleição direta e secreta por parte de todo o eleitorado. Ninguém diz que na Inglaterra Madame Thatcher disputa uma eleição nacional, que a nação inglesa inteira sabe, por antecipação, que ela será a Primeira-Ministra na hipótese de o seu partido ganhar. Todos sabem na França que se ganhar a oposição, o Mitterrand e o partido de Jacques Chirac, ele será o Primeiro-Ministro do País.

**O SR. CONSTITUINTE JOSE FOGAÇA:** – Mais uma vez, porque é tão rica e tão profícua a intervenção de V. Ex.<sup>a</sup> na tribuna, não posso deixar de fazer, novamente, um aparte. V. Ex.<sup>a</sup> tem razão, Margaret Thatcher é votada apenas num subúrbio ao Norte de Londres, mas todo o País sabe da sua candidatura à condição de Primeira-Ministra. Quanto a isso V. Ex.<sup>a</sup> tem inteira razão e esta será uma vivência, uma prática adquirida pela própria experiência histórica que vamos ter no sistema parlamentar. Não será gerada do dia para a noite ou da noite para o dia. V. Ex.<sup>a</sup> também tem razão quando faz referência à necessidade de que venhamos a ter neste País um regime inteiramente democrático respaldado em bases populares, mas quanto à dissolução do Congresso Nacional para buscar a sua legitimidade, as cortes espanholas, depois da constituinte, não se dissolveram para iniciar uma nova era. Da mesma forma a Assembléia Legislativa portuguesa também não se dissolveu. Ou seja, é preciso, evidentemente, democratizar plenamente o sistema pela via permanente do resgate da legitimidade do mandato parlamentar, mas através de eleições regulares ou extra-ordinárias a cada vez que for dissolvida a Câmara dos Deputados. Isso o nosso sistema parlamentarista terá com todos os instrumentos e institutos próprios de um sistema parlamentarista verdadeiro e efetivo. E, sem dúvida, quando a Nação votar, 70, 80 milhões de votos que teremos nas próximas eleições, este será um parlamento com 80 milhões de votos, o Presidente terá 40, mas o Parlamento terá 80 milhões de votos que representam o pensamento da Nação, não só das capitais, mas dos setores, das áreas mais longínquas e recônditas da Amazônia, do Nordeste, do Sul dos extremos deste País. Lá estarão cada um dos brasileiros aqui representados. Portanto, quero dizer a V. Ex.<sup>a</sup> que a questão da legitimidade se dá tanto através de uma eleição direta para Presidente, corno através de uma eleição parlamentar que jogará, no futuro, dentro desta Casa a vontade popular, porque hoje são 70, mas

dentro em breve serão 80 milhões de brasileiros que estarão aqui representados.

**O SR. CONSTITUINTE MAURÍLIO FERREIRA LIMA:**

– Senador Constituinte José Fogaça, V. Ex.<sup>a</sup> fala que este Parlamento terá 80 milhões de votos enquanto o Presidente terá 40. Na cabeça do cidadão que entrou na cabine indevassável, ele votou no Presidente para governar e no voto legislativo, sabe muito bem V. Ex.<sup>a</sup>, e o disse esta semana numa entrevista longa que publiquei no meu Estado, Pernambuco, a maioria dos eleitores saem de casa para eleger o Deputado e têm no Deputado o quebra-galho para os seus interesses pessoais.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FOGAÇA:** – Mas este é um raciocínio presidencialista de V. Ex.<sup>a</sup> Isto se dá no presidencialismo, não no parlamentarismo. V. Ex.<sup>a</sup> está com uma mentalidade presidencialista. O Deputado só é quebra-galho quando ele não é agente efetivo do poder. É evidente. No regime presidencialista, onde o Parlamento não tem poder nenhum, o Deputado é um mero despachante de interesses individuais, ou seja, um quebra-galho. Agora, no parlamentarismo ele é agente representativo e efetivo das grandes decisões nacionais.

**O SR. CONSTITUINTE MAURÍLIO FERREIRA LIMA:**

– Sr. Presidente, pediria a magnanimidade de V. Ex.<sup>a</sup> para poder concluir o meu raciocínio...:

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Encareço a V. Ex.<sup>a</sup> que conclua, porque ainda temos outros oradores inscritos.

**O SR. CONSTITUINTE MAURÍLIO FERREIRA LIMA:**

– Pois não. Então, eu diria que, para retirar do parlamentar este conceito de ser o quebra-galho, voz de luxo de interesses individuais do eleitor, é necessário que haja uma nova eleição e que eu vá para a praça pública, para a televisão e para o jornal e dizer: "Mudaram o sistema de governo; Deputado, agora, é que vai governar; pertenço a tal Partido, o meu Partido, governando, o meu programa de governo é este e com os votos que eu receber do eleitorado, eu vou defender este programa de governo entre as lideranças do meu Partido vou lutar para que o Primeiro-Ministro seja seu fulano ou seu ciclano. Isso para que, amanhã, a escolha do Primeiro-Ministro não se dê através do triste espetáculo que estamos vivendo aqui, onde meia dúzia de Constituintes num conchavo estão escrevendo o texto da nova Constituição em detrimento da maioria dos membros desta Casa.

Por isto, concluo, Sr. Presidente, alertando esta Assembléia Nacional Constituinte, que se querem cometer a loucura de alterar o sistema de governo e introduzir o parlamentarismo no Brasil – olhem para as gerações futuras, coloquem os ferrolhos para evitar a instabilidade institucional e, então, convoquem eleições diretas, façam eleições para Presidente, para Deputados e para Senador. Fui eleito para 4 anos de mandato, jogo fora 2 anos de mandato, 2 anos e tanto, mas faço isso com a certeza de que, assim, estarei contribuindo para o fortalecimento das instituições.

Outra coisa que é necessário que se diga: e o que é pior é que os conchavos que estão sendo feitos para a introdução do parlamentarismo neste País implicam em dar ao Presidente José Sarney 6 anos de mandato, rompendo e jogando na cesta de lixo um compromisso solene que esta chamada Aliança Democrática assumiu com a opinião pública brasileira. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Obrigado a V. Ex.<sup>a</sup>.

Com a palavra o nobre Constituinte Mauro Miranda.

**O SR. CONSTITUINTE MAURO MIRANDA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, desejo abordar, nesta tribuna, a questão da fiscalização financeira dos Municípios, pois não posso concordar com a redação do inciso V do art. 104 do Substitutivo do eminente Sr. Relator, quando estabelece que "compete ao Tribunal de Contas da União fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União a Estados, Distrito Federal e Municípios".

Vejam bem V. Ex.<sup>a</sup>, Srs. Constituintes: não se trata apenas da fiscalização daqueles recursos federais que, mediante convênio ou transferências a fundo perdido, a União entrega aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, o que seria aceitável, mas a expressão "quaisquer recursos repassados pela União" leva a esse entendimento. E o que se pretenda é atribuir, também, ao Tribunal de Contas da União, a fiscalização dos Fundos de Participação dos Estados e Municípios e de todo e qualquer imposto partilhado, que caibam à União arrecadar, entregando parte do produto às demais entidades federadas, inclusive aos Municípios.

Ora, os Estados federados têm os seus próprios tribunais de contas, sendo que alguns possuem, ainda, o Conselho de Contas principal. Esse procedimento, consagrado pela atual Constituição, é o mais lógico e adequado a um País federado como o Brasil, que assim se declarou desde a proclamação da República. Todavia, agora, quando nós, Constituintes, estamos empenhados em fortalecer a Federação, vale dizer fortalecer os Estados e Municípios; agora que nós, Constituintes, estamos empenhadas em aprovar tinta efetiva descentralização de poderes, de recursos e de competência, não tem o menor cabimento centralizar o Tribunal de Contas da União à fiscalização de expressiva soma de recursos dos Estados Distrito Federal e Municípios.

Cabe ressaltar que esses recursos não são dinheiro federal que a União, generosamente, transfere a outras esferas de governo, mas é o dinheiro que pertence, por mandamento constitucional, aos Estados, Distrito Federal e Municípios. A União apenas o arrecada por uma questão de política fiscal ou técnica tributária. Que razões podem justificar essa descabida proposta centralizadora? É impossível que o Tribunal de Contas da União seja capaz de fiscalizar 24 Estados, o Distrito Federal e mais de 4 mil 100 Municípios. Não devemos esquecer que este tribunal, além das contas da União, propriamente ditas, deve fiscalizar suas autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações; uma tarefa assaz gigantesca e que, permitam-me dizer é hoje executada de maneira bastante eficiente. Se essa não é a razão, qual seria? Por acaso se está sugerindo que seja uma questão de honestidade? Não, recuso-me a acreditar que alguém ainda considere o Poder federal como o único reduto da honestidade neste País. Não há o que comprove esta absurda suposição, se é que ela realmente existe.

Entendo, Srs. Constituintes, que devemos ser coerentes com as idéias e princípios que esta Assembléia, pela expressiva maioria de seus membros, têm defendido. Não podemos permitir esse retrocesso. Não podemos permitir que, mais uma vez, ficassem os Estados e Municípios com base em falsos pressupostos de eficiência e honestidade.

A Assembléia Legislativa, com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado, deve exercer a fiscalização a nível estadual; e a Câmara de Vereadores, com o auxílio do Tribunal de Contas ou do Conselho de Contas do Muni-

cípio, se esta for a vontade livre e soberana do Estado, a fiscalização financeira dos Municípios.

Gostaria, ao encerrar estas palavras, de lembrar que o Prefeito é o chefe do Executivo mais fiscalizado neste País e o único que de tempos em tempos é punido com perda de mandato, o que jamais ocorre a nível federal ou estadual.

**O SR. ERALDO TINOCO:** – Permite um aparte?

**O SR. MAURO MIRANDA:** – Perfeitamente.

**O SR. ERALDO TINOCO:** – V. Ex.<sup>a</sup> tem toda a razão em defender esta tese, de que esta centralização que se está pretendendo para o Tribunal de Contas da União é inteiramente inadequada. Efetivamente, temos defendido, e temos propostas a este respeito, que a fiscalização financeira, neste País, não pode ser meramente burocrática a respeito de aplicação dos recursos públicos; se estão corretos do ponto de vista contábil, se cumpriram as normas de licitação, se cumpriram a classificação orçamentária adequada, como tem sido o comportamento. Defendemos que a fiscalização do Tribunal de Contas deve levar em conta, também, os objetivos da aplicação do recurso público; ou seja, defendemos a aplicação do orçamento-programa neste País, no sentido de que, ao aprovarmos, no Legislativo, um orçamento anual ou plurianual, saibamos de antemão quais as metas, quais os objetivos a serem atendidos. E neste sentido, a fiscalização financeira, a fiscalização orçamentária, deveriam levar em conta, também, o cumprimento ou não destes objetivos. É evidente que, neste conceito, o Tribunal de Contas da União teria a sua atividade ampliada no sentido de executar essa fiscalização. Portanto, não poderia jamais estar destinado o seu precioso tempo para fiscalizar a aplicação de recursos, que de resto, como V. Ex.<sup>a</sup> coloca muito bem, não são da União. O Fundo de Participação não é um recurso da União, não é uma subvenção, é uma transferência. E nesse sentido, a fiscalização deve caber ao Tribunal de Contas dos Estados, aos Conselhos de Contas, ou Tribunais de Contas dos Municípios, naqueles Estados que dispõem desse instrumento, que estão querendo acabar também no projeto ora em discussão. Nós não podemos permitir que isso aconteça. Temos, sim, que estabelecer um mecanismo de fiscalização que dê ao Tribunal de Contas, como órgão auxiliar desse poder, a sua real finalidade para que, além do aspecto meramente burocrático, possa atingir também aspecto programático, verificando o cumprimento ou não das finalidades da aplicação do recurso público.

Muito obrigado a V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. CONSTITUINTE MAURO MIRANDA:** – Agradeço O seu aparte.

Gostaria, ao encerrar essas palavras, de lembrar que Prefeito é o chefe executivo mais fiscalizado nesse País o único que, de tempos em tempos, é punido com a perda de mandato, o que jamais ocorre a nível federal ou estadual, numa comprovação de que a fiscalização financeira dos Municípios, de forma como é exercida hoje, pode funcionar. Cabe a nós, Constituintes, contribuir para o seu aperfeiçoamento.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Não havendo mais oradores inscritos, fica convocada uma reunião, hoje, às 19 horas, para dar continuidade à discussão neste mesmo local. Já se encontram inscritos para a reunião da noite 20 Srs. Constituintes, para debater temas diversos constantes do substitutivo em discussão.

Não havendo mais nada a tratar, está suspensa a reunião.

(Levanta-se a reunião às 11 horas e 26 minutos.)

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Havendo número regimental, declaro aberta a reunião.

Vamos continuar a discussão do Substitutivo apresentado pelo Relator e das emendas, que também foram formuladas pelos Srs. Constituintes, a nível da Comissão de Sistematização.

Param levantadas algumas questões de ordem, na reunião de ontem, pelo Constituinte José Genoíno, que dizem respeito à apresentação de destaques, apoioamento, prejudicialidade, e o Presidente Afonso Arinos ficou de respondê-las depois. Como o Constituinte que as arguiu não se encontra presente, entendo que devei aguardar a sua presença para poder, então, responder àquelas questões de ordem.

**O SR. CONSTITUINTE BOCAYUVA CUNHA:** – Sr. Presidente, me perdoe, mas creio que se V. Ex.<sup>a</sup> já tem uma solução para aquelas questões, que são tão importantes e não interessam apenas ao Constituinte José Genoíno como a todos nós, S. Ex.<sup>a</sup> foi porta-voz de uma inquietação de muitos Constituintes. Faço um apelo a V. Ex.<sup>a</sup> no sentido de que adiante, de uma vez, as respostas, se é que já existem. Ficamos, inclusive, curiosos para conhecê-las.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A primeira questão arguida pelo Constituinte José Genoíno foi referente à apreciação do Substitutivo do Relator, segundo ele, havendo necessidade de que os Membros da Comissão dispusessem de alguma oportunidade de apreciar e debater com S. Ex.<sup>a</sup> o texto do Relatório antes de iniciada a votação. O Constituinte Afonso Arinos designou uma Comissão, constituída por mim e pelos Constituintes José Fogaça e Carlos Sant'Anna, para apresentarmos sugestões a S. Ex.<sup>a</sup> Já formulamos as nossas sugestões e achamos conveniente que, realmente, a Comissão de Sistematização, que tem a missão precípua e a responsabilidade da elaboração do texto final do Projeto a ser apresentado para votação no Plenário da Constituinte, deve dispor de algum tempo para examinar e debater as matérias que deva considerar importantes para o aperfeiçoamento do Projeto. Estamos negociando esse prazo com as Lideranças, com os Companheiros da Comissão, e informaremos o Constituinte Afonso Arinos qual, no nosso entendimento, deve ser conveniente para esse objetivo.

A outra questão de ordem foi relativa ao apoioamento dos destaques se poderiam ser apoiados apenas pelos Membros da Comissão de Sistematização ou por quaisquer outros Constituintes que hajam apresentado emendas em Plenário e também a nível da Comissão. Entendemos pelo texto expresso do Regimento da Comissão de Sistematização que a subscrição o requerimento dos destaques só pode ser formulado por Membros da Comissão sendo ele subscrito por seis Membros quando o parecer for contrário e por doze Membros quando o parecer for favorável.

Também sugerimos que o Relator possa produzir oralmente seus pareceres sobre os destaques requeridos. O prazo de dois dias para a apresentação dos destaques continua mantido sendo que, no nosso entender, essa apresentação deve ser posterior ao decurso do prazo inicial, durante o qual será feito do debate a respeito do substitutivo. Agora mesmo, se qualquer um de nós quiséssemos formular destaques, não haveria matéria sobre a qual deveria produzi-los, basicamente, porque muitos desejam fazer destaques sobre o próprio texto do Substitutivo.

O início da votação será por Títulos e Capítulos, ressalvadas as emendas e os destaques após a sua publicação.

A outra questão arguida foi a da prejudicialidade decorrente da votação de matéria já votada. Pelo texto do Regimento Interno da Constituinte, a prejudicialidade deve resultar da apresentação de emendas sobre matéria idêntica. A Comissão de Sistematização havia adotado a palavra "semelhante". Sugerimos que a prejudicialidade decorrente da votação de matéria já votada deva fundar-se no critério da identidade ou semelhança, admitido recurso do Constituinte interessado para o Plenário da Comissão. Se for o destaque indeferido à base de que ele se refere à matéria semelhante, o inconformado pode recorrer ao Plenário, para que o mesmo decida a questão.

No que tange aos efeitos da votação, questão arguida pelo Constituinte Carlos Sant'Anna, que é uma expressão tecnicamente inadequada, porque o que vamos discutir é o anterior com as emendas apresentadas e que será concluída por um só texto, isso foi denominado pelo Presidente Ulysses Guimarães, em ofício enviado a esta Comissão de segundo Substitutivo, para melhor compreensão. Este Substitutivo que será votado suprime integralmente tanto o projeto que foi submetido à primeira discussão como o próprio Substitutivo emendado. Se, porém, o segundo Substitutivo for recusado em globo – é uma hipótese difícil de acontecer, mas é uma hipótese que deve ser prevista – prevalecerá, então, o Substitutivo emendado, ou seja, o Substitutivo anterior. Se houver, ainda, uma recusa global desse Substitutivo, naturalmente ressurgirá o Projeto originário para votação em Plenário da Assembléia em primeiro turno.

Foram estas as questões e as soluções que consideramos convenientes comunicar ao Plenário, atendendo à solicitação do Constituinte Bocayuva Cunha, Fica apenas pendente para amanhã ser comunicado e submetido à votação do Plenário o problema do tempo que deve anteceder a apresentação dos destaques. A partir do momento em que for publicado o Substitutivo, os Constituintes devem dispor de um prazo razoável para debater com o Relator a nível da Comissão e, só depois de encerrado esse pequeno debate, serão iniciados os dois dias para a apresentação dos destaques. Essa é a inovação.

Com esta comunicação, passo a palavra ao Constituinte Bocayuva Cunha, primeiro orador inscrito para o debate desta noite.

**O SR. CONSTITUINTE BOCAYUVA CUNHA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, em que pese a importância de tantos assuntos que serão debatidos, discutidos e, finalmente, aprovados por nós, à reforma agrária, definição de empresa nacional, o novo Código Tributário e modificações que serão introduzidas na cobrança de impostos – , duas questões são realmente fundamentais no sentido daquilo que consideramos o principal na nossa obra: a consolidação do regime democrático no nosso País.

Eu já tive ocasião de relatar na Assembléia Nacional Constituinte um episódio que muito marcou nos anos 60 a minha atividade política. Quando ocorreu a posse do Presidente Jânio Quadros, que começaram os rumores de que os Ministros militares vetavam a poste, que era um direito constitucional, do Vice-Presidente eleito João Goulart, um grupo de Deputados, do chamado Grupo Contacto, e da Frente Parlamentar Nacionalista, reunidos, aqui, em Brasília, na minha casa, sabendo que eu tinha um relacionamento pessoal, muito amistoso, com o então Ministro do Exército, General Odílio Denys, que é de uma família fluminense, que tinha, inclusive, um irmão, naquela ocasião Capitão reformado, Otávio Denys, que era presidente do Partido Trabalhista em Santo Antônio de Pádua, no

antigo Estado do Rio de Janeiro, de onde a família Denys é original. E me pediram que entrasse em contato com o Marechal, o então Ministro. Telefonei-lhe, era tarde da noite, dez e meia, onze horas, e ele teve a gentileza – e me tratava com muita generosidade e fidalguia – e teve a gentileza de dizer que me atenderia à hora que eu quisesse.

Fui, então, para a Vila Militar, aqui, em Brasília, a maioria aqui conhece, é afastada do Plano Piloto. Ele estava lá, cansado, como uma túnica desabotoada, cheia de bustos de Napoleão em cima da mesa, ele gostava muito de Napoleão. Disse-lhe, então: "Olha, Ministro – chamava-o de Ministro – com o intimidade que temos, vim aqui lhe dizer que estou extremamente preocupado, eu e uma série de colegas, porque corre um rumor – ainda não estava oficializado o chamado veto militar à posse do Presidente João Goulart –, corre um rumor de que os chefes militares resolveram, violando a Constituição, vetar a posse do Presidente João Goulart". Ele disse: "Ah, meu filho, realmente estamos dispostos a não permitir que isso ocorra. Você é muito moço, não sabe, mas esse Partido Trabalhista, do qual você pertence, quer acabar com o Exército, instituir as milícias populares, e não vamos correr o risco de deixar o Jazigo assumir a Presidência da República." Eu disse: "Mas, Ministro, o que o Sr. está-me dizendo é uma violação frontal do que está escrito na Constituição. Esse é um dispositivo constitucional." Ele fez um riso, não digo cínico, mas de espanto da minha ingenuidade, pegou uma folha de papel que estava em cima da mesa dele, uma folha de papel em branco, e disse: "A Constituição, meu caro Bocayuva, quando não é boa, rasga-se".

Realmente, estou empenhado em fazer uma Constituição que ninguém, nenhum chefe militar, nem que seja repudiada pelo povo, nem pelas forças militares, nem pelas forças políticas, chegue um dia e rasgue aquilo. Devemos fazer uma Constituição, realmente, que consolide a democracia brasileira, que seja uma Constituição amada pelo povo e que seja uma Constituição respeitada.

Por isso, dois pontos são fundamentais na nossa tarefa: o mandato do atual Presidente da República e o regime de Governo. Não nos vamos iludir. São estes os dois pontos mais importantes.

Penso, inclusive, e tenho apresentado sucessivas emendas, em todas as fases do nosso trabalho, primeiro na Subcomissão do Poder Legislativo, da qual fiz parte, depois na Comissão de Organização dos Poderes e Sistema de Governo, depois no Plenário e agora na Comissão de Sistematização, prevendo a eleição para Deputados e Senadores, para nós, os atuais Constituintes, e para o Presidente da República, Presidente José Sarney, até 120 dias da promulgação da nova Constituição.

Dizem que sou romântico, que é uma tese romântica, que nenhum Constituinte vai-se autocastrar. Realmente seria a atitude mais nobre que teríamos a fazer, zerar tudo. Acabou o mandato do Presidente José Sarney, acabou o nosso também; vamos fazer nova eleição para governar com o novo Presidente, porque é indispensável que o Presidente da República seja eleito no mesmo tempo político do Congresso como é indispensável que o Governador seja eleito com o mesmo tempo político das Assembléias, como o Prefeito das Câmaras Municipais. A experiência brasileira mostra que tem sido desastroso o exemplo de Presidente da República eleito num ano, com o Congresso Nacional dois anos depois. No Brasil as coisas acontecem com muita velocidade. Isso é extremamente negativo para a consolidação da democracia no Brasil, que

é a luta que devemos ter como prioritária, porque sem democracia no Brasil não se faz nada: não se avança no terreno das conquistas sociais, não se avança na consolidação da soberania nacional. Todos que viemos dos anos passados, pertencendo àquilo que chamavam de grupos progressistas, sabemos o erro que cometemos de permitir, inclusive, que a palavra democracia, que é a bandeira da luta pela democracia, fosse uma bandeira das forças retrógradas. Era o pessoal do IBAD, do IPES, esse pessoal que falava em democracia, e não levávamos a luta pela democracia como fundamental.

Hoje, temos consciência disso. E é com este objetivo, realmente, que creio indispensável a eleição do novo Presidente da República e a eleição de novos Deputados e novos Senadores até 120 dias após a promulgação da nova Constituição.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. CONSTITUINTE BOCAYUVA CUNHA:** – Com prazer.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sou, geralmente, "injunçado" a falar por certos tipos de colocação a respeito do ponto de vista de V. Ex.<sup>a</sup>, aliás, um brilhante e experiente parlamentar, que nos brindou com um depoimento estarrecedor, que deve ser, realmente, meditado e refletido.

Nobre Constituinte Bocayuva Cunha, fomos eleitos recentemente. Aqui, não estou defendendo a parte fisiológica do meu mandato, mas a parte legítima do meu mandato, que é, realmente, a parte centrada na Constituição por 4 anos de vigência, numa eleição dura e disputada livremente, com muito sacrifício e muito debate. Logo mais, chegando e admitindo a sua proposição, teríamos que cassar a nós mesmos, para podermos satisfazer uma coincidência de eleição presidencial, quando o povo nos delegou o poder de fazer a Constituição, sem limitações, estabelecer regras sem limites, naturalmente dentro de parâmetros etc.

Talvez a proposição de V. Ex.<sup>a</sup> fosse muito mais coerente se pudéssemos correr só muna direção, no mandato do Presidente. Por que mexer no nosso? Será este o único argumento que V. Ex.<sup>a</sup> nos apresenta? Fomos eleitos diretamente pelo povo, numa eleição livre e num período de reconstitucionalização. O Presidente que está aí foi eleito indiretamente para representar um papel de transição, com compromissos orais em praça pública de que o seu mandato seria de 4 anos. Todos os brasileiros ouviram isso da boca do Presidente José Sarney, do Presidente Tancredo Neves, e o Presidente José Sarney disse que cumpriria tudo que o Presidente Tancredo Neves falou ao Brasil. Portanto, temos que colocar o mandato do Presidente, ou espicha ou reduz, para haver a coincidência, sem que o nosso seja tocado.

Era esta a colocação que queria fazer. E teria outros argumentos de V. Ex.<sup>a</sup> para justificar a redução do nosso mandato, para ver se eu poderia acompanhá-lo na votação ou aceitar, porque até agora, não me convenci.

**O SR. CONSTITUINTE BOCAYUVA CUNHA:** – Meu caro colega, aqui todo mundo tem cabeça feita. Posso ter os melhores argumentos do mundo, sei que não vou mudar a sua cabeça. De modo que não me vou alongar, porque argumento fundamental é o argumento histórico. Temos que ter a coincidência de mandato de Presidente da República com o mandato de Congresso Nacional. Isto é fundamental. Fomos eleitos, mas estaremos ultrapassados

daqui a seis meses, pois já vamos fazer quase dois anos de mandato, e, aliás, muito mal vistos pelo povo. Acredito até que não seja por culpa da maioria dos Congressistas, mas a verdade é que, hoje, é um negócio terrível. Em qualquer lugar, qualquer Deputado Federal está arriscado a levar uma vaia.

Hoje um colega nosso me dizia que foi a uma cidade do interior do seu Estado e, quando o **speaker** anunciou: "Está aqui presente o Deputado Federal", não disse o nome de ninguém, começou uma vaia imediatamente no campo.

Quero dizer o seguinte: também fiz uma eleição muito difícil, vim de uma eleição extremamente difícil. Inclusive, da bancada federal do PDT do Estado do Rio de Janeiro voltamos três Constituintes, sendo que eu era o único que não tinha ocupado nenhum cargo no Executivo. Fui o único Deputado do Estado do Rio de Janeiro, do PDT, reeleito, que não ocupou nenhum cargo executivo no Governo passado.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FOGAÇA:** – V. Ex.<sup>a</sup> me permite?

**O SR. CONSTITUINTE BOCAYUVA CUNHA:** – Um minuto só e o aparte de V. Ex.<sup>a</sup> muito me honra. Eu gostaria de abordar aqui o regime de governo. Este é outro ponto, tempo de mandato, qual é o tempo do mandato do Presidente José Sarney.

Ouçõ agora o Constituinte José Fogaça, pedindo que seja breve, como o é sempre, e brilhante.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FOGAÇA:** – Tenho o maior respeito pela posição que V. Ex.<sup>a</sup> vem defendendo há muito tempo, desde a Comissão da Organização dos Poderes e Sistema de Governo, de eleições gerais, ou melhor, da necessidade delas e V. Ex.<sup>a</sup> tem sido veemente, entende que é rigorosamente necessário que se dêem eleições presidenciais conjuntamente com as eleições parlamentares. A tese de V. Ex.<sup>a</sup> é extremamente perigosa, porque, vencido o prazo dos 120 dias, vencido este período, é possível que as palavras de V. Ex.<sup>a</sup> acabem sendo usadas para estender o mandato do atual Presidente por 6 anos, ou seja, para que coincida com as eleições de 1990. Apenas isso. V. Ex.<sup>a</sup> é extremamente autêntico, extremamente sério na defesa dessa proposta, mas o outro lado da moeda, que é a tese de V. Ex.<sup>a</sup>, pode ser utilizado para empurrar o mandato do atual Presidente até 1990, quando, então, se realizarão eleições parlamentares, porque, em tese, V. Ex.<sup>a</sup> defende a coincidência dos mandatos e das eleições, e isto pode também servir de sólido argumento para aqueles que querem 6 anos para o Presidente José Sarney.

**O SR. CONSTITUINTE BOCAYUVA CUNHA:** – É verdade, e me pergunto até, se não fossem outras as circunstâncias, se isso não seria melhor para o Brasil. Pergunto-me até se não seria melhor para o Brasil? É evidente que o encurtamento dos mandatos é o que se impõe dentro do panorama que vivemos hoje, dentro da crise que vivemos hoje, sobretudo pela infeliz falta de legitimidade, de autenticidade do poder do Presidente José Sarney. A verdade é essa!

Quanto ao regime de governo, estamos vendo aqui que existe um numeroso grupo de Parlamentares que são parlamentaristas. Eu dividiria esses grupos em algumas divisórias: aqueles que são por razões até de formação jurídica – e eu simbolizaria o Senador Afonso Arinos, o Deputado Egídio Ferreira Lima, e tantos outros que são parlamentaristas convictos, absolutamente convictos; outro grupo seriam os Partidos de esquerda, os Partidos Comunistas,

que também, por razões mais ou menos óbvias, todas as repúblicas socialistas são parlamentaristas, são aqui parlamentaristas, muito embora estejam correndo riscos – e a eles tenho advertido, inclusive de público – de proclamarem com o seu voto a sua própria extinção, porque não tenho dúvida de que, se o parlamentarismo vingar, juntamente com ele virá o voto distrital, que vai liquidar com os Partidos Comunistas; o voto distrital faz parte e vem junto com a essência do parlamentarismo, o verdadeiro parlamentarismo exige o voto distrital e isto vai liquidar com os Partidos de esquerda...

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos. Fazendo soar a campainha):** – O tempo de V. Ex.<sup>a</sup> está preste a terminar. V. Ex.<sup>a</sup> só dispõe de 3 minutos.

**O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO MONTEIRO:** – Está preste, ainda não terminou!

**O SR. CONSTITUINTE BOCAYUVA CUNHA:** – Ouço o Constituinte Brandão Monteiro.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Não estou impedindo que V. Ex.<sup>a</sup> conceda o aparte.

**O SR. CONSTITUINTE BOCAYUVA CUNHA:** – V. Ex.<sup>a</sup>, Constituinte Brandão Monteiro, conhece a generosidade do nosso Presidente, que é um grande democrata.

**O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO MONTEIRO:** – Nobre Constituinte Bocayuva Cunha, parabeno V. Ex.<sup>a</sup> pelo seu pronunciamento. Concorro, integralmente, com o seu raciocínio, aliás, trago hoje o depoimento do ilustre Presidente desta Casa, o Constituinte Ulysses Guimarães, que, em uma conversa comigo, dizia claramente que é da essência do regime parlamentarista o sistema eleitoral de voto distrital, e é verdade, até porque, segundo o argumento de S. Ex.<sup>a</sup>, que é um argumento correto em relação ao parlamentarismo, é necessário que se tenha uma limitação ou uma diminuição dos partidos no regime parlamentarista, o que também é verdade. Neste sentido, coloco, com muita clareza, o equívoco em que estamos incorrendo: sou presidencialista e muitos dirão que sou porque o Governador Leonel Brizola pretende ser candidato à Presidência da República, como se ele tivesse sido cassado, e esses que falam em democracia, mas falam para destruí-la, hoje querem negar o direito de um brasileiro vir a concorrer. Coloco só uma questão, que é central, em relação a tudo isto: quer-se instituir o parlamentarismo neste País – e concordo com V. Ex.<sup>a</sup>, porque fui ao Rio de Janeiro e lá fiquei durante 3 dias, a classe política está desmoralizada, ninguém acredita na Assembléia Nacional Constituinte, nem as centrais sindicais se mobilizam para uma luta que é deles, a da jornada de 40 horas e a estabilidade – se querem instituir o parlamentarismo no Brasil que o façam com dignidade, que o façam sem negócios, façam o parlamentarismo clássico, com a dissolução do Congresso Nacional, com clareza. Agora, o que se está fazendo neste País é casuismo, e há três razões pelas quais muitos parlamentaristas defendem o sistema: uma, porque o PMDB, o Partido majoritário, até hoje se ressentia de ter ganho as eleições e não estar governando o País. É a frustração de não ter governado o País e quer, na verdade, co-participar do Governo, de direito e de fato. Em consequência, esse parlamentarismo soa, também, como uma posição de contradição do Presidente Sarney. Segunda: é preciso arranjar um lugar para o Dr. Ulysses Guimarães, e, provavelmente, será o de Primeiro-Ministro. A terceira: é um parlamentarismo que, se diz às claras, é contra o Governador Leonel Brizola. Tudo neste País que é contra e que é a favor, por interesse pessoal, não dá certo!

**O SR. CONSTITUINTE BOCAYUVA CUNHA:** – Vou conceder o aparte ao Constituinte Paulo Ramos, mas peço que seja breve...

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – Conto com a benevolência do nosso Presidente. Só para dizer a V. Ex.<sup>a</sup>,...

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – É um aparte de um minuto.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – ... nesta Comissão de Sistematização, que não é verdade que a implantação do parlamentarismo implique na contrapartida do voto distrital. Não é verdade!

**O SR. CONSTITUINTE BOCAYUVA CUNHA:** – É claro que não implica, obrigatoriamente, mas é uma consequência lógica.

Vou terminar.

Dizia eu que há esse grupo que é o parlamentarismo autêntico, são aqueles que estudaram isso a fundo, estão convencidos, são os sucessores de Raul Pilla, muito embora o Constituinte Afonso Arios fosse, no passado, aquele que derrubou a Emenda Raul Pilla, porque era um profundo presidencialista. S. Ex.<sup>a</sup> estudou e, com o tempo, mudou... Há os Partidos Comunistas que incorrem nesse grave erro. Há aqueles outros que querem o parlamentarismo agora, porque são contra o Presidente Sarney. É um grupo numeroso, também. Existe outro grupo, a que se referiu o meu companheiro de Partido, o Constituinte Brandão Monteiro, que tem a sinistrose do medo a Brizola.

Pois quero acabar, Sr. Presidente e meus caros Colegas, com esta minha intervenção – para respeitar o horário da Mesa – dizendo que o grande beneficiário da instalação agora do regime parlamentarista neste País chama-se Leonel de Moura Brizola, porque as resistências que existem e que são anunciadas a uma candidatura de Brizola no regime presidencialista, é evidente que são atenuadas no regime parlamentarista.

Posta a campanha, Brizola vai fazer a sua pregação contra o parlamentarismo, e se ganhar a eleição – não sei se vai ganhar – já está plebiscitado pelo povo, e, depois, outra questão: já derrubamos uma vez o parlamentarismo, sabemos derrubar o parlamentarismo. Faremos de novo. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Agradeço ao Constituinte Bocayuva Cunha.

Tenho o prazer de convidar o nobre Constituinte Brandão Monteiro para assumir a Presidência.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Dou a palavra ao Constituinte Egídio Ferreira Lima.

**O SR. CONSTITUINTE EGÍDIO FERREIRA LIMA:** – Sr. Presidente e Srs. Constituintes, lembro, nesta reunião e nesta noite, que a preocupação fundamental de cada um dos que integram a Assembléia Nacional Constituinte deve ser com o seu papel. Este papel não é comum, é uma oportunidade inusitada. A própria rotina do trabalho, o dia-a-dia, as cansaças dos trabalhos da Constituinte nos forçam a ver a coisa de maneira normal, corriqueira, sem a dimensão, a magnitude que essa tarefa que recebemos nas urnas tem. É muito difícil, na vida de um homem, ele alcançar a oportunidade de, em nome do povo, elaborar um novo Estado. Isso raramente aconteceu na História do País por eleição, e é o que acontece agora.

A meu ver, a oportunidade mais própria, de maior ânsia da sociedade, quando este País, dos anos 50 para cá, sofreu profundas modificações, e exige toda modernização da estrutura de Estado, para que se possa tornar um País desenvolvido e para que possa superar os seus grandes desníveis sociais e regionais.

Dito isso, eu terei de limitar-me à questão, que é crucial, do sistema de governo.

Fiz toda uma campanha, e parei antes de iniciá-la, dirigida para a classe média e para setores populares, toda ela em cima do sistema de governo. Eu me convenci claramente, objetivamente, observando a história do País, das suas dificuldades e, sobretudo, o momento que estamos vivendo, que o fundamental, nesta nova Constituição, é o mecanismo de operacionalidade do Estado. Se não se fizer um bom sistema de governo, não adianta avançar em nenhum outro tema, em nenhum outro capítulo da Constituinte. Não teremos feito nada. Teremos mais uma Constituição para ficar na gaveta e não ser cumprida, se não tivermos um sistema de governo versátil, modernizante, flexível, capaz de absorver as crises e aberto para a sociedade. Esse sistema de governo é o sistema parlamentar. Ninguém estranhe as conversões ao parlamentarismo. São conversões corretas. Por que corretas essas conversões? Pela própria natureza histórica do sistema parlamentar. Saímos do absolutismo; assumimos, na história dos povos, formas mitigadas – tenho medo desta palavra – do autoritarismo e caímos no sistema parlamentar. Se observarmos os dois últimos séculos, a partir de agora, vamos notar que a História, implacavelmente, tem caminhado neste sentido. Não há um parlamentarismo clássico, e se falou nisso aqui; há um parlamentarismo de origem, que é o inglês, que se sedimentou através do tempo.

Ele não é clássico; ele é o original e foi a matriz. Cada país tem o seu modelo parlamentarista; cada país que quis se modernizar, cada país que se apercebeu do curso da história, cada país que quis vencer os seus desníveis sociais, cada país que quis ser rico, marchou para o sistema parlamentar. O sistema parlamentar é novo, porque é uma evolução dentro do processo político de cada país. Somente no final do século XVIII, a Inglaterra institucionalizou a figura do Primeiro-Ministro, em William Pitt. No século XIX, ele começou a assumir contornos mais nítidos, e foi nesse século, sobretudo, que ele começou a grassar de maneira determinante e inevitável.

Após a II Guerra Mundial, para não ir muito distante, a Itália se tornou parlamentarista, e vinha de uma ditadura; a Alemanha se tornou parlamentarista; a França se tornou parlamentarista; a Espanha se tornou parlamentarista; Portugal se tornou parlamentarista; a Grécia se tornou parlamentarista.

Nós somos uma sociedade moderna, industrializada, uma sociedade que já chegou ao processo de enriquecimento do urânio, ao lado de uma sociedade primitiva, esfomeada e oprimida. Essa sociedade moderna, que deu inteligência e uma capacidade notável de criar e de conceber, está no dever e na obrigação de elaborar o mecanismo de governo, um sistema de gabinete que se abra para a sociedade e permita a incorporação dessa sociedade primitiva, pobre e oprimida, a essa sociedade moderna, e esse sistema é o sistema parlamentar.

Os argumentos contra o parlamentarismo são pobres, empíricos e decorrem, no mais das vezes, de mera bandeira para encobrir propósitos de grupos e propósitos de pessoas. Não há nenhuma correlação substantiva entre

o sistema parlamentar e o sistema eleitoral. A única correlação é porque os dois nasceram e se fertilizaram no mesmo país, que foi a Inglaterra. Mas, enquanto o sistema parlamentar marchava no sentido da revolução e para conter o absolutismo, o sistema distrital puro tinha o propósito de evitar a representação das minorias no Parlamento inglês.

**O SR. CONSTITUINTE SIQUEIRA CAMPOS:** – V. Ex.<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. CONSTITUINTE EGÍDIO FERREIRA LIMA:** – Não há nenhuma correlação, não há nenhuma incompatibilidade entre eleição direta, pelo voto popular, do chefe de Estado e, meus prezados companheiros, o sistema parlamentar. Vejam que aberração! O sistema parlamentar se fez e cresceu à sombra do absolutismo, contendo os seus excessos. Se o Rei, que é Rei por direito hereditário, que é chefe de Estado vitalício, não pode ser, porque o chefe de Estado não vai buscar a sua vontade política, a sua legitimidade na vontade popular; só o conjuntural. Só interesses outros não percebem essa coisa que é tão nítida e é tão clara.

Concedo o aparte ao nobre Constituinte Siqueira Campos.

**O SR. CONSTITUINTE SIQUEIRA CAMPOS:** – Deputado Egídio Ferreira Lima, V. Ex.<sup>a</sup> tem toda razão. Com o brilho com que V. Ex.<sup>a</sup> sempre expõe as suas teses, e convence sempre quando as expõe, V. Ex.<sup>a</sup> mostra que não há nenhuma correlação entre o sistema parlamentarista e o sistema eleitoral. Eu sou de um partido pequeno, um partido que analisou, todos nós analisamos, a situação difícil em que ficou a Europa após a guerra e vimos que foi o parlamentarismo que permitiu, não somente a restauração, mas permitiu que aquelas nações se desenvolvessem tanto que hoje são as nações mais desenvolvidas do mundo. Não tenho medo de qualquer tipo de sistema eleitoral e acredito que não há nenhuma correlação. Eu sou parlamentarista convicto; é a única forma que nós temos de encaminhar a solução dos agravados problemas brasileiros. V. Ex.<sup>a</sup> está de parabéns.

**O SR. CONSTITUINTE EGÍDIO FERREIRA LIMA:** – Muito obrigado, Deputado Siqueira Campos.

**O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO MONTEIRO:** – V. Ex.<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. CONSTITUINTE EGÍDIO FERREIRA LIMA:** – Darei, daqui a pouco, Ex.<sup>a</sup>

**O SR. CONSTITUINTE EGÍDIO FERREIRA LIMA:** – Outra balela, Sr. Presidente, é a dos que arguem que nós não temos uma burocracia permanente, profissional, de carreira, para que o parlamentarismo funcione; isto é um acinte, isto é uma injúria a um País que, como diz Ivo Dolles, conseguiu selecionar uma inteligência, inteligência que chega ao processo de enriquecimento do urânio, inteligência que povoa todos os setores da cultura neste País, inteligência, em que pese um longo período autoritário, que tem hoje **experts** aos milhares, que se equiparam em nível e em eficiência à inteligência de qualquer país da Europa Ocidental.

Nós podemos, no prazo de 6 meses, fazer um concurso e estabelecer um secretariado de carreira e, para fazer isso, não teremos necessidade sequer de buscar imitação em modelos fora do País.

Está aí o Itamarati, o Ministério das Relações Exteriores, com um secretariado permanente, e isso foi tão

importante que nem o regime autoritário conseguiu mudar a evolução da política externa brasileira.

É uma negação da nossa potencialidade, da nossa capacidade, do nosso dever perante a sociedade dizer que este País não pode ter um secretariado permanente. Abra-se concurso e o teremos do melhor nível e da melhor categoria.

Tem o aparte o Constituinte.

**O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO MONTEIRO:** – Deputado Egídio Ferreira Lima, V. Ex.<sup>a</sup>, com a sua extraordinária cultura e sobretudo com a sua veemência, no mais das vezes, quando se pronuncia, parece ter razão. V. Ex.<sup>a</sup> nos afirma que, na história da Europa Ocidental, o parlamentarismo retirou os países da crise depois da Segunda Guerra Mundial.

A mim me causa espécie, porque o parlamentarismo já existia na Alemanha, já existia na Itália e não foi ele quem produziu Hitler, e Mussolini e Salazar. Em Portugal era o presidencialismo, e foi o Dr. Oliveira Salazar quem, em sendo o Primeiro-Ministro, estabeleceu a ditadura portuguesa.

Nós estamos discutindo os anéis sem discutir os dedos. O parlamentarismo defende que a forma de governo é que vai desenvolver o País, que o presidencialismo responsável pelas crises brasileiras a partir da República. Com esta tese me parece que estamos discutindo os anéis e não os dedos.

Quero saber qual a posição do PMDB, dos parlamentaristas, sobre o papel das Forças Armadas, sobre o militarismo no Brasil. Golpe não se dá, por causa de sistema de governo, golpe se dá pela influência errada, errônea, desde a República, daquilo que o Imperador já queria, que era o poder moderador que, neste País, se forjou em cima do militarismo e não dos militares. Respeito os militares, e aqui me socorro do velho Rui Barbosa que dizia que os militares são a espinha dorsal do País, instituição que deve ser permanente, mas, não confundir os militares com militarismo, pois este é a corrupção da filosofia militar.

Nós, no País, não discutimos o papel das Forças Armadas, não discutimos que a espada deve se submeter à Nação e não a Nação à espada, nesse debate estéril, que me parece de interesses político-partidários diferentes do que V. Ex.<sup>a</sup> diz, em relação aos que defendem o presidencialismo. Eu diria que esses assuntos, que são fundamentais, nós passamos ao largo, fazemos concessões e não queremos fazer a democracia real no País.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Advirto ao nobre orador que seu tempo está praticamente esgotado; peço a V. Ex.<sup>a</sup> para concluir.

**O SR. CONSTITUINTE EGÍDIO FERREIRA LIMA:** – Vou concluir, Sr. Presidente, com a benevolência de V. Ex.<sup>a</sup>

Deputado Brandão Monteiro, eu não me digo um homem de cultura, nem ponho ardor teatral nas minhas palavras, eu sou fruto de todo um processo, processo lento, processo difícil, mas sou um homem emancipado, um homem livre, um homem sem direções, não tenho chefia para atender e para resguardar as suas conveniências. Meu único chefe é a minha consciência. Cheguei aqui com muita dificuldade, em 1982, depois da anistia. Não trago qualquer ranço, não trago qualquer ódio; sou um homem de construir, sempre o fui. Os danos que sofro são pessoais, não são danos da sociedade, e não posso

misturar minhas dores com as do povo. Diante dele, tenho a obrigação e o dever de ser isento e de procurar o melhor. A Alemanha foi para o parlamentarismo em duas tentativas: na primeira, com a Constituição de Weimar, na qual ela se exacerbou e errou; e tinha que o fazer logo depois da guerra, porque ainda tinha o receio da sombra de Bismark, porque não tiveram condições precisas para uma Constituição, naquela hora, e terminaram caindo em Hitler, mas não fugiram ao parlamentarismo, que é uma tendência histórica e universal em todo povo. Terminada a Segunda Guerra Mundial, ocupada pelos aliados, tiveram a sabedoria, vinda, inclusive, do próprio sofrimento, de redigir uma Constituição provisória, de noventa e tantos artigos, onde precisaram o regime parlamentar, que já está há trinta e oito anos e que levou a Alemanha à situação que tem atualmente. A Itália saiu destroçada da guerra, e, com o seu sistema, fez a reforma agrária, corrigiu o grande desnível social que sofria, com o seu sistema tornou-se a terceira potência econômica da Europa, superando a Inglaterra. Portugal teve, no último ano, a maior taxa de desenvolvimento da Europa, graças ao sistema que conseguiu conceber.

Não entendo como um homem da inteligência e da sensibilidade de V. Ex.<sup>a</sup> não percebe que o mecanismo de operacionalidade do Estado é fundamental às garantias no social, na questão da reforma agrária, nas garantias individuais, no papel das Forças Armadas é de uma importância vital. Não será com gritos e com arroubos de coragem que se escreverá na Constituinte, proibições contra os militares; mas será com um sistema de governo versátil, preciso, e que coloque os militares em sua nobre e verdadeira função profissional que se evitará que os militares golpeiem as instituições. Na hora em que tivermos um regime flexível, que não acumule crises como o sistema presidencialista, mas absolva, os militares brasileiros, terão um papel democrático. Não adiantará a mim, nesta hora, estabelecer a tábua, os mandamentos, proibindo a ação dos militares nessa ou naquela área, se não partir para um sistema de governo que não se torne maleável, permeável à interferência dos militares, quase sempre procurada por civis de ontem e de hoje, oposições de outro tempo e áulicos de agora, desde que os interesses de cada um faça com que ele renda homenagem aos militares do momento.

O que estou defendendo aqui, o estou por convicção profunda, por reflexão de cada minuto, de cada hora. Quantas vezes não me indaguei, quantas vezes não duvidei de mim mesmo, para chegar a isso e à certeza também de que este País só se modernizará, este País só se tornará uma grande potência econômica, este País só conseguirá vencer os seus desníveis sociais e econômicos com o sistema parlamentar. O sistema parlamentar, no Brasil, agora, é a única possibilidade das vias democráticas...

**O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO MONTEIRO:** – Permita-me V. Ex.<sup>a</sup>, rapidamente?

**O SR. CONSTITUINTE EGÍDIO FERREIRA LIMA:** – Lamento não conceder ao nobre Constituinte ...

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – O tempo do Constituinte Egídio Ferreira Lima já está esgotado.

**O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO MONTEIRO:** – Meio minuto apenas. Só para dizer a V. Ex.<sup>a</sup> que sempre o respeitei e creio que V. Ex.<sup>a</sup> defende o parlamentarismo com convicção. Espero que V. Ex.<sup>a</sup> pense o mesmo de mim. Faz V. Ex.<sup>a</sup> alusões a chefias. Eu não tenho chefe. Sempre lutei por aquilo que penso. Nem com arroubo quero impedir que os militares possam dar golpe de estado no País;

o que quero é que se faça um pacto social no Brasil, inclusive com os militares; não com arroubo, nem querendo excluí-los da vida pública do País.

Espero que V. Ex.<sup>a</sup> me faça justiça, porque me conhece há duas legislaturas.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Encareço ao Constituinte Egídio Ferreira Lima que faça a gentileza de concluir o seu discurso.

**O SR. CONSTITUINTE EGÍDIO FERREIRA LIMA:** – O pacto social e o pacto econômico começam pelo pacto político e institucional, começam pelo mecanismo de Governo. Só venceremos esse limbo que aí está, essa anarquia institucional que dominou o País e tornou-o ingovernável, na hora em que tivermos um sistema de Governo preciso, que aproveite a inteligência política e a inteligência em geral deste País e que permita que o empresariado cresça, que o operariado trabalhe, que os conflitos sociais se estabeleçam, sejam dirimidos e resolvidos por esse sistema, o sistema parlamentar. É um dever do Constituinte de 87. A História vai nos cobrar isso, não tenho dúvida alguma a esse respeito. E aqueles que pensam assim, a partir dessa hora e desse momento, que cada um se torne um soldado atento e vigilante do sistema parlamentar, porque os fantasmas que o rondam, as pressões que não o querem são poderosas e são grandes. Mas ele é uma determinante histórica, neste momento, no Brasil e tem muita força. Se formos competentes, resolutos e enérgicos chegaremos ao sistema parlamentar e, com ele, ganharemos a legitimidade que alguns parlamentares reclamavam aqui. A partir desse momento, tenho a certeza de que toda a sociedade vai entender o papel da Constituinte e vai glorificar a nova Constituição que haver de sair desta Assembléia Nacional Constituinte. (Muito bem! Palmas).

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Encareço aos nobres oradores que cumpram o tempo regimental, a fim de podermos ter o prazer de ouvir todos os inscritos.

Com a palavra o nobre Constituinte Siqueira Campos.

**O SR. CONSTITUINTE SIQUEIRA CAMPOS:** – Sr. Presidente, eminentes companheiros de Comissão, eu não queria estar aqui hoje, a fazer um discurso defendendo a criação do Estado do Tocantins somente. Minha pretensão, ao subir a esta tribuna, era a de trazer alguns esclarecimentos aos meus nobres colegas, porque estamos às vésperas da grande decisão e de, também, trazer as minhas preocupações conquanto a indiferença com que os homens do Governo, ao longo da História, têm deixado de promover as mudanças reclamadas pela Nação.

Tem havido nestes dias um crescimento muito grande da violência no País. Todos sabem que o crescimento dessa violência tem suas raízes nas desigualdades sociais que se ampliam de forma assustadora em razão do crescimento da injustiça e da indiferença com que as elites políticas tratam os problemas do País, e mais especificamente, os interesses da maioria do povo brasileiro. O Governo tem estado submetido a polêmicas de natureza política e a polêmicas de natureza político-partidária e tão somente aquelas que dizem respeito ao interesse pessoal dos caciques nacionais. E os problemas têm-se agravado! Todos sabemos que o Brasil cresce a uma taxa de quase 3% anualmente; todos sabemos que é preciso, anualmente, a preparação e entrega de terras para um milhão de novos agricultores que ingressam com a sua força de trabalho, no sistema de produção, ou pelo menos, deveriam ingressar. Todos sabemos que é necessário sejam gerados 1 milhão e meio de empregos nas cidades. Por quê? Porque jovens de 14 e 18 anos para cima estão prontos para ingressar no mercado de trabalho e oportunidades não se lhes oferecem.



No entanto, nada se tem feito neste País para resolver estes problemas. Continua a elite política a discutir problema de mandato e não quer discutir sequer aquilo que também é importante: a mudança de sistema de governo, para fazer com que subissem governos que pudessem ser pressionados mais diretamente pelo povo e pudessem resolver mais rapidamente os agravados problemas do povo. Mas discutem-se coisas sem nenhuma importância, gasta-se um tempo enorme, toneladas de papéis e de tinta e só se presta atenção a futricas, a coisas menores, a mesquinhas. E a elite brasileira está – aquela que tem mandato, com honrosas exceções – a gastar o dinheiro que ganha do contribuinte, em seu proveito pessoal, sem praticamente nada fazer. Quando eu digo que a elite brasileira não faz nada para resolver os problemas cruciais do País, eu mostro que neste Governo da Nova República, não se construíram casas populares. E, os sem teto estão aí a invadir lotes, inclusive em Brasília, enchendo as periferias das grandes cidades. Empregos não se oferecem, porque não se constroem casas, sumido que está o dinheiro do Sistema Financeiro de Habitação, o dinheiro do trabalhador, do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço; não se pode dar emprego, ao mesmo tempo em que não se pode dar teto. E as firmas de colonização ou o colonizador espontâneo, não encontram um organismo de governo, um banco sequer que lhes financie as atividades. Então, não se faz nenhum projeto de colonização.

Como podemos alargar o processo civilizatório em direção ao Centro-Oeste e à Amazônia e abrigar os milhões de brasileiros que formam legiões de abandonados, loucos e famintos, que a cada ano cresce mais? Como resolver os problemas sociais do Brasil, se não se colonizam as terras férteis da Amazônia e do Centro-Oeste? Se não se constrói, nas áreas urbanas, a habitação popular para abrigar os sem teto? Se não se dá emprego a esse milhão e meio de jovens que ingressa no mercado de trabalho todo ano? O que quer o Governo brasileiro e, mais propriamente, o Governo da Nova República? Quer levar o País à revolução? Por que a indiferença? Por que a não organização dos espaços, principalmente do Centro-Oeste e da Amazônia, para que lá, havendo governos regionais, com a criação de novos Estados possamos preparar a Amazônia para esse avanço civilizatório, a fim de consolidar o domínio da Pátria sobre o seu território?

Por que não? Por que não o Estado do Tocantins, como experiência válida de apoio ao Nordeste nos seus momentos de seca e de dificuldade, onde podemos oferecer o primeiro socorro ao braço nordestino, abrigando-o e tendo-o como meio de construir o nosso desenvolvimento e de se integrar numa sociedade justa? Por que não preparar o Estado do Tocantins para melhor avançarmos sobre a Amazônia, para a penetração da Amazônia com a base de apoio logístico que o Tocantins pode dar, porque é área amazônica, mas é uma área já quase que desbravada? Por que não fazermos a experiência com o Estado do Tocantins, para podermos organizar, com conhecimento de causa, já com os resultados benéficos, eu tenho certeza, com a experiência benéfica da criação e do funcionamento do Estado do Tocantins, para se criar novas unidades da Federação, para abrigar esse excesso de população, esse crescimento populacional imenso e se evitar essas levas de legiões de rotos e famintos que, à busca de uma proteção do Estado, já estão desesperançados, à procura de um messias para promover a revolução, que é o único caminho que lhes resta.

Senhores, sabem os meus colegas qual é a distância de Goiânia a Araguaína, que é uma das principais, a maior, a mais importante cidade do norte goiano, que fica a quem

da divisa com o Pará, do Bico do Papagaio, onde se encontram o Tocantins e o Araguaia? Sabem qual a distância de Goiânia a Araguaína? É a mesma distância de Goiânia a Exu, no extremo norte de Pernambuco. Como pode um Governo, assentado em Goiânia, com uma distância dessa, solucionar os agravados problemas que temos na nossa área?

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Constituinte Siqueira Campos, informo a V. Ex.<sup>a</sup> que dispõe de três minutos.

**O SR. CONSTITUINTE SIQUEIRA CAMPOS:** – Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Presidente.

Analizando todo esse contexto brasileiro em que a marca impiedosa e criminosa é a indiferença das elites e dos homens que estão no Governo, faço-lhes um apelo. Não nos permitam companheiros da Comissão de Sistematização, que partindo do zero, nós, do norte e nordeste de Goiás, região tão bela quanto rica, onde predominam as planícies imensas de terras férteis entrecortadas de recursos hídricos, em forma de lagos, lagoas, rios e riachos, riqueza hídrica imensa que não temos em nenhum outro Estado com o equilíbrio que temos no norte de Goiás, já que o Constituinte Bernardo Cabral não vai poder, por diversas razões que não compete aqui discutir, continuar abrigando, no seu substitutivo, o artigo que até aqui era morada do Estado do Tocantins, nesta fase dos nossos trabalhos, que fiquemos mais de 20 dias fora do substitutivo. Permitam-nos a entrada do Estado do Tocantins, criado pela Assembléia Nacional Constituinte, como a reparação moral ao Congresso brasileiro, que o criou duas vezes, como um respeito à decisão do povo goiano, à decisão política do povo goiano.

Temos unanimidade, lá. Um dos projetos que apreciamos para inserir o artigo que cria o Estado do Tocantins no substitutivo ao projeto de Constituição foi de autoria da Assembléia Legislativa do Estado de Goiás. Esse projeto foi assinado por 41 Deputados Estaduais de todos os partidos. São eles os autores. Todos os 41 Deputados, a unanimidade da composição da Assembléia Legislativa do Estado de Goiás. De sua parte o Governador luta tanto quanto qualquer um de nós da bancada. E, além disso, está aqui o Constituinte Maguito Vilela, que é do PMDB, e tem sido um destemido companheiro, também em favor dessa nossa emancipação, da emancipação do norte.

Respeitem, Companheiros, a nossa decisão política. Sobre tudo, não permitam que fiquem impunes aqueles que feriram duramente o Congresso Nacional. Não permitam qualquer arranção nas poucas prerrogativas que nos restam. Desagravem o Congresso Nacional, respeitando a vontade, não somente do povo nortense, mas de todo o povo goiano, de suas autoridades, dos seus representantes.

Dêem-nos, dêem-nos o Estado do Tocantins!

Faço este pronunciamento, Sr. Presidente e nobre Sr. Relator, Constituinte José Fogaça, para não estar aborrecendo nem constrangendo nenhum dos meus companheiros. Todos os meus amigos sabem que não sou um homem preguiçoso, nunca o fui. Tenho milhões de defeitos, mas o da preguiça, eu não tenho. Não quero estar constrangendo nenhum dos meus companheiros com pedido pessoal. Peço aqui, não nos deixem desamparados. Se nós não entrarmos no Substitutivo, através desta Comissão, nós não entraremos na Constituição do Brasil; nós não iremos à promulgação com o Estado do Tocantins criado e acredito que isso será um desrespeito muito

grande à vontade política do povo que represento, do povo de Goiás e será, também, uma falta de solidariedade muito grande ao Congresso Nacional, que, em duas vezes, reiteradamente, em cima de veto, aprovou a criação do Estado do Tocantins.

Sr. Presidente e Srs. Constituintes, nós temos que reorganizar os nossos espaços, nós temos que ocupar este País de forma ordenada, moderna, correta, fazendo deste País uma grande Nação, mas só poderemos fazê-lo, quando a elite brasileira passar a se interessar mais pelos problemas do povo, e a hora é esta, na Constituinte. E nunca vi tanto interesse, nunca vi tanta dedicação, nunca vi tanto devotamento como tenho visto da parte de todos os meus colegas, de todos os companheiros da Assembléia Nacional Constituinte, quer seja dos Senadores, das figuras mais importantes, dos Deputados, até de modestos Deputados como eu, que noite a dentro estudam todas as propostas, vindas de todos os recantos do País, buscando uma melhor solução para termos uma Constituição que reflita, efetivamente, todas as aspirações populares, esse desejo imenso e incontido do povo em ter uma Nação moderna, forte e poderosa, sobretudo livre e justa. E só a teremos, Companheiros, quando nos atermos para essa consciência de que a Amazônia e o Centro Oeste estão intocados, estão prontos para serem organizados, organizados para poder abrigar o crescimento da população brasileira, mas nós seremos, sem dúvida alguma, censurados pelos nossos pôsteres se não tomarmos uma medida de organizar a Amazônia. Ela não será o pulmão do mundo, será, em primeiro lugar, pulmão e fonte de alimentos para o Brasil; e será, na realidade, se nos ativermos a esta responsabilidade, o celeiro do Mundo, para que possamos, depois de resolver todos os nossos problemas com a Amazônia, resolver os problemas dos povos irmãos. Mas vamos, primeiro, organizar os nossos espaços para recebermos essas levas de migrantes, esses contingentes, essas legiões de rotos famintos, que de um lado para outro do País, desesperançados, sem amparo e sem apoio de ninguém, não mais acreditam sequer em Deus, porque nos homens deixaram de acreditar a muito tempo.

Srs. Constituintes, permitam-me dizer-lhe que tenho o orgulho e a honra de descer desta tribuna, com a costureira emoção de quando falo do Estado do Tocantins, e já o faço há mais de vinte anos.

Ontem, comemoramos aqui, comemoramos em todos os sessenta municípios do Norte, os 166 anos da autonomia que foi prolongada por um grupo de heróis contra os capitães-generais da Coroa Portuguesa, nós criamos o governo autônomo do Tocantins, a Província do Tocantins, que as forças opressoras esmagaram, mas não esmagaram o nosso sentimento nem o nosso ideal; e é em resposta a esses sentimentos e ideais que tenho o orgulho de dizer que desço aqui convicto de que os meus amigos, os meus companheiros, os meus Colegas, de que os eminentes brasileiros que aqui estão e que compõem esta Comissão, não faltarão ao povo goiano, não faltarão ao povo nortense, não faltarão à Constituinte, não faltarão ao Brasil. Muito obrigado. (Palmas).

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Tem a palavra o Constituinte José Tinoco. V. Ex.<sup>a</sup> e disporá de 10 minutos para o seu pronunciamento.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FOGAÇA:**– Sr. Presidente, gostaria de fazer brevemente o uso da palavra,

antes do pronunciamento do eminente Deputado Constituinte. Apenas para registrar junto ao nobre Constituinte Siqueira Campos, depois deste pronunciamento tão caloroso, tão vibrante, tão emocionado de S. Ex.<sup>a</sup>, não tenho nenhuma autorização para falar ou dar qualquer declaração em nome do Relator desta Comissão. Indicado por ele à condição de Relator-Substituto, tento fazer, aqui, diariamente, ao Sr. Constituinte Bernardo Cabral, apenas um relato o mais completo possível, o mais detalhado e o mais fiel, dentro das minhas limitações, de todos os pronunciamentos que aqui posso registrar. Devo dizer que o Sr. Constituinte Bernardo Cabral tem tido em relação a esses relatos uma desdobrada e desvelada atenção, talvez até para justificar o fato de que S. Ex.<sup>a</sup>, em virtude do mergulho que deu no trabalho do relatório, precisou ficar afastado dessas reuniões. Tem dado tanta atenção aos relatos e aos depoimentos que temos levado que, sem arranhar a ética até posso dizer que, da última reunião, pelo menos quatro propostas de emendas foram acolhidas, emendas apresentadas pelo Constituinte José Tavares, pelo Constituinte Chagas Rodrigues, pelo Constituinte Octávio Elísio, pelo eminente Constituinte Álvaro Antônio. O Sr. Constituinte Bernardo Cabral tem dado a maior atenção a esses relatos e já está, inclusive, acolhendo emendas que temos levado. Mas não posso, em seu nome, revelar qual seria a tendência, até porque não fiz com ele essa avaliação.

Posso dizer que, em meu nome, vejo na luta de V. Ex.<sup>a</sup> não apenas uma empreitada ou uma cruzada personalista V. Ex.<sup>a</sup> traduz o sentimento de uma comunidade.

Hoje pela manhã, tive a oportunidade de registrar junto ao Constituinte Davi Alves que a questão dos Estados não é um problema só das suas populações. É um problema da Federação; é um problema do conjunto e do interesse global da Nação. No entanto, é preciso registrar que o Estado de Tocantins, que é uma luta que V. Ex.<sup>a</sup> tem levado a efeito não só no Congresso, mas agora dentro da Constituinte, reflete hoje não só o sentimento da sua Região, mas caminha solidamente para um grande convencimento nacional. Aqui estou dando, repito mais uma vez, uma posição estritamente pessoal, que não é, necessariamente, a posição do Relator.

Sabe V. Ex.<sup>a</sup> que temos divergências ideológicas, políticas.

**O SR. CONSTITUINTE SIQUEIRA CAMPOS:** – Mas sempre nos respeitamos.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FOGAÇA:** – Chegamos a ser tenazes adversários políticos... e com todo o respeito pessoal e humano, na legislatura passada, mas quero reconhecer que V. Ex.<sup>a</sup> tem sido um ardoroso defensor dessa tese e a coloca a partir de uma dimensão nacional, ou seja, não é apenas revelar aqui uma posição estritamente pessoal, que não é, necessariamente, a posição do Relator.

**O SR. CONSTITUINTE SIQUEIRA CAMPOS:** – V. Ex.<sup>a</sup> me permita um aparte para comentar alguma coisa? Serei muito breve, Sr. Presidente, já pedi a permissão do orador.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Evidentemente, com a permissão do orador, que está há cerca de 5 minutos na tribuna.

**O SR. CONSTITUINTE SIQUEIRA CAMPOS:** – Serei muito rápido. Constituinte José Fogaça, o Constituinte Bernardo Cabral tem sido muito correto comigo e com

as pessoas com que tenho visto ele tratar. Não terei nenhuma queixa se S. Ex.<sup>a</sup> não colocar o problema do Tocantins em seu Substitutivo, porque será por impossibilidade. As razões competem a S. Ex.<sup>a</sup> Se disse que não pode, eu aceito porque é um homem de bem, é uma pessoa muito correta e que deu participação a todos nós, em todos os momentos. S. Ex.<sup>a</sup> nunca negou isso. Não posso me insurgir contra ele, o Constituinte Bernardo Cabral, tenho que compreender. O político faz sempre o que pode, o impossível ainda não aprendemos a fazer. Peço a Deus que dê condições para que S. Ex.<sup>a</sup> possa colocar. No entanto, estou informado de que ele não colocará no substitutivo o problema do Tocantins. Confio. De uma coisa eu sei, terei o voto dele e o voto de muitos companheiros, de muitos amigos, na Comissão, pela criação do Estado de Tocantins que, efetivamente, não é um projeto de oportunismo político. Digo a V. Ex.<sup>a</sup> que não sou candidato a mais nada, esse é um compromisso de prisão, compromisso da cadeia que eu fiz com homens e mulheres que choravam quando da minha prisão, porque achavam injusta. E era injusta tanto assim que houve, depois de um IPM, um pedido de desculpas em praça pública. Sem o amparo da Comissão nós não teremos condições de chegar ao final. Mas é nesse apoio, nesse amparo, que eu confio, mas sem nenhuma queixa contra o Relator Bernardo Cabral, que é meu amigo pessoal, é uma das pessoas que eu tenho a maior admiração; é um homem de muito respeito, de muita dignidade, de muita honestidade. Agradeço as explicações de V. Ex.<sup>a</sup> e agradeço, também, pelo tempo que me concedeu. Não vou ficar para assistir a reunião, porque tenho um casamento do filho do Senador Edison Lobão, já estou atrasado. Felicidades a V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Com a palavra o Constituinte José Tinoco.

Solicito aos Srs. Constituintes observem o tempo, por quanto existem 17 oradores inscritos.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ TINOCO:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Ao aproximar-se o século XXI, já ninguém descreve as possibilidades da Nação brasileira, na tarefa de construção do seu futuro. Sexto País em população no mundo, oitava economia ocidental, de dimensões continentais e recursos naturais quase, inesgotáveis, contando com uma população jovem e de traços culturais relativamente homogêneos, o Brasil reúne todas as condições para ocupar, em breve, o lugar que lhe cabe entre as primeiras nações da Terra.

No entanto, um estigma o desqualifica e inibe a sua participação no grupo dos países ditos desenvolvidos: os seus indicadores sociais o nivelam, com os Estados mais pobres do Terceiro Mundo.

Não se pode desconhecer que essa chaga social tem uma projeção espacial nítida no corpo da nacionalidade: a região nordestina. É no Nordeste que se concentram mais de 50% dos analfabetos brasileiros, quase metade das habitações subnormais e dos trabalhadores com renda inferior ao salário mínimo, ou a meio salário mínimo. É ainda no Nordeste que se encontram quase dois terços dos brasileiros com déficit calórico superior a 200 calorias por dia, sendo a esperança de vida do nordestino, em média, inferior em dez anos à do habitante do Sudeste.

Por outro lado, o produto agrícola regional representa apenas 20% do brasileiro. O produto industrial, menos de 8%. E a renda **per capita** é pouco mais que a metade da nacional. Tudo isso, tratando-se de uma região que abriga 30% da população do País.

É por oferecer tão claramente ao Brasil e ao mundo esse deprimente quadro de miséria geograficamente concentrada – em certa medida paradoxal, diante da sua dotação de recursos materiais e humanos não aproveitados – que o Nordeste deve ser erigido em prioridade nacional. E que devem ser inseridos em nossa Carta Magna, ora em elaboração, os dispositivos que assegurem à região, e a outras subdesenvolvidas, a médio e longo prazos, a superação de seu desnível em relação ao resto do País, e garantam aos seus habitantes as condições econômicas básicas indispensáveis ao pleno exercício da cidadania. Além de um imperativo de justiça social, trata-se também de oferecer a estes a oportunidade de dar a sua contribuição, decerto valiosa ao desenvolvimento da Nação.

A análise que agora faremos do projeto da Constituição e as contribuições que ofereceremos funda-se na convicção de que, neste momento crucial de consolidação das regras do jogo democrático, tão penosamente reconquistadas em nossa Pátria, todos estão plenamente conscientes da responsabilidade, que lhes pesa sobre os ombros.

O primeiro ponto a ser abordado é a questão das regiões como ente constitucional na organização do Estado.

A inclusão de um capítulo sobre Regiões no Título da Constituição, dedicado à organização do Estado, só aparece em Constituições de países que apresentam espaços com sérios problemas de nacionalidade, identidade cultural e histórica próprios.

No Brasil, o conceito de região é intimamente ligado aos espaços subdesenvolvidos e a mecanismos administrativos, criados para acelerar o desenvolvimento. Dessa forma, a criação constitucional de regiões como associação de Estados federados pobres não seria forma de os retirar do estado de pobreza. A correção das desigualdades regionais é uma questão de interesse nacional e deve ser tratada através de uma política compensatória da União.

Assim, a eliminação do Capítulo VI do Título IV e arts. 61 a 64 das Disposições Transitórias e a inclusão de um único artigo no Capítulo II do Título IV – da União, proposta por diversos Deputados, nos parece a melhor solução.

A proposta, resumidamente, abstrai e formaliza o essencial do problema:

- a) consagra o planejamento regional;
- b) cria organismos estatais, voltados para o desenvolvimento econômico de regiões econômicas, compostas de Estados e Territórios cujas rendas **per capita** sejam inferiores à média nacional;
- c) esclarece os objetivos dos órgãos regionais de desenvolvimento econômico: eficiência e eficácia administrativas e eliminação das desigualdades inter-regionais;
- d) delega para lei complementar a Constituição, os recursos, a organização, a competência e o funcionamento dos órgãos regionais de planejamento, encarregados da execução dos planos regionais de desenvolvimento;
- e) quanto às regiões metropolitanas já foi tratado de forma precisa no art. 238 do projeto, inclusive definindo as competência da União e dos Estados e o objetivo da Constituição: "execução de funções e serviços de interesse comum" e as micro-regiões deverão ser criadas e regulamentadas pelas constituições estaduais.

A correção das disparidades regionais está prevista nos dispositivos (art. 4º, inciso II) referentes às tarefas fundamentais do Estado e aos fundamentos da ordem econômica (art. 225, inciso VII), que devem ser mantidos.

De mesmo, o sistema financeiro nacional e a concessão de incentivos se encontram também, como instrumentos de equilíbrio inter-regional nos dispositivos dos arts. 204, inciso I e art. 255, **caput**, inciso VI e § 2º.

O planejamento da economia nacional para compensar as tendências concentradoras da economia de mercado está bem expresso no art. 229 e a dimensão espacial no planejamento, que capta a diversidade regional, dando igual oportunidade de valorização de seus recursos naturais e humanos e uma distribuição equânime dos frutos do desenvolvimento se encontra nos arts. 31, inciso IX, art. 76, inciso IV e art. 130, inciso IV.

A regionalização dos orçamentos, portanto, é decorrência natural da incorporação do enfoque espacial à atividade de planejamento. Planejar e orçar constituem, a rigor, etapa de um mesmo processo. No Brasil, a tradição da administração pública tem sido a de desvincular, no tempo e no espaço, esses dois instrumentos da ação planificadora (Plano e Orçamento), fazendo com que, na prática, os verdadeiros planejadores acabem sendo os que elaboraram rotineiramente as propostas orçamentárias.

Assim, os dispositivos dos arts. 220, §§ 4º e 5º representam uma conquista política das regiões subdesenvolvidas e atendem a um princípio ético de distribuição de recursos para atender as necessidades dos homens.

O dispositivo do § 2º do art. 220 precisa ser melhorado, retirando-se a expressão "e quando couber a regionalização", pois conflita com a forma e o espírito do restante do projeto.

O art. 23 das disposições transitórias, que regulamenta o prazo para o cumprimento do disposto no § 5º do art. 220 precisa, também, ser modificado, retirando-se a condicionante "com base no crescimento real da despesa de custeio e investimento", pois, como o orçamento da União diminuirá nos próximos anos, em face da descentralização tributária e do aumento dos fundos de participação, a sua permanência impedirá o cumprimento da norma permanente.

A correção das desigualdades exige também um esforço adicional de investimentos, o que está previsto no disposto na letra c do inciso I do art. 213, que vincula um percentual da receita tributária para aplicação em investimentos nas regiões subdesenvolvidas. Trata-se de dispositivo compensatório de política tributária, de largo alcance social e econômico. As regiões subdesenvolvidas não necessitam apenas de financiamentos e sim de investimentos produtivos que gerem emprego e renda.

Com os dispositivos analisados e outros contidos na Carta Magna, será possível a nós brasileiros de todas as regiões, vislumbrar no horizonte do tempo o dia em que teremos vencido a miséria e o desemprego.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Com a palavra o Constituinte Eraldo Tinoco, que disporá de 10 minutos para o seu pronunciamento.

**O SR. CONSTITUINTE ERALDO TINOCO:** – A bancada dos Tinocos pode ser a menor na Constituinte, mas seguramente é a mais coesa. O Constituinte José Tinoco acaba de abordar um problema da maior importância, que quero referendar inteiramente, ou seja, essa preocupação com as disparidades regionais.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, naturalmente que os temas mais polêmicos tomam, muitas vezes, o centro

das nossas preocupações, via de regra, aqueles outros que, embora importantes, mas que não assumem essa posição polêmica, ficam num plano secundário. Quero, nesta oportunidade, precisamente chamar a atenção dos Srs. Membros desta Comissão para alguns aspectos que eu considero da maior relevância.

O primeiro aspecto está contido no § 1º do art. 209. Procura o substitutivo do Relator amparar a capacidade financeira dos Estados mas, no meu entendimento, procura fazê-lo de uma maneira muito inadequada com a criação de um imposto de renda adicional de 5% a ser cobrado pelos Estados e pelo Distrito Federal. Todos nós sabemos que a carga tributária brasileira é, talvez, das mais elevadas no mundo inteiro, mas o que é mais grave é que, principalmente em relação ao Imposto de Renda, sabemos que ele tem uma incidência maior é meia rigorosa, precisamente em cima do assalariado brasileiro. É o imposto de renda descontado na fonte, aquele que não é submetido a qualquer tipo de sonegação, e é precisamente aquele que sacrifica de uma maneira mais contundente a classe média, já tão sacrificada no País.

Entendo, portanto, que a criação de um imposto de renda adicional, a ser cobrado pelos Estados e pelo Distrito Federal, como previsto no § 1º do art. 209, é inteiramente inadequado, e por isso espero que esta Comissão possa acatar emendas, não apenas uma de minha autoria, como várias outras emendas que procuram retirar do texto constitucional esse dispositivo, a meu ver, inteiramente inadequado.

Entendo, Srs. Constituintes, que realmente o problema tributário no Brasil precisa sofrer uma revisão total. Considero, entretanto, que estamos fazendo nesta Constituinte um debate às avessas. Estamos preocupados e temos discutido muito a esse respeito com a criação de dispositivos que possam aumentar a capacidade de arrecadação dos Estados ou dos Municípios, num processo de descentralização, que é perfeitamente adequado, em que defendemos, intransigentemente, o fortalecimento do município brasileiro. Isso é uma tese que temos tido a oportunidade de defender em várias oportunidades e acredito que todos os Constituintes o fazem. Entretanto, vejam que a questão mais importante para se definir o campo tributário não está sendo debatido, não está sendo levado em conta; refiro-me ao campo das atribuições nos diversos níveis de governo.

No Brasil, sofremos um mal que é crônico, o mal da superposição, da repetição, do desperdício, que ocorre, principalmente, por essa completa indefinição de atribuições do nível de governo municipal, do nível de governo estadual e do nível de governo federal. O que compete ao município no campo da educação, da saúde, da agricultura, do abastecimento etc.? O que compete aos Estados e à União? Não temos uma definição clara a esse respeito.

Então, temos defendido, desde o instante inicial desta Constituinte, que se estabeleça claramente no texto constitucional uma regra permanente para definição das atribuições dos diversos níveis de governo. Efetivamente, não queremos no texto constitucional um detalhamento a esse respeito, até porque o texto constitucional, sendo permanente, sendo duradouro, devendo ter aquele sentido da eternidade, não poderíamos estabelecer normas que possam ser modificadas com a própria evolução dos fatos. Mas oferecemos uma emenda, e gostaríamos que o ilustre Relator substituto pudesse, com a sua gentileza e a sua atenção habitual, anotá-la. Tem o nº 22.352. Esta emenda propõe a inclusão de um parágrafo ao art. 33, que estabe-

lece as competências gerais comuns da União, dos Estados e dos Municípios; um dispositivo que indica que as competências comuns e específicas da União, dos Estados, dos Territórios, do Distrito Federal e dos Municípios serão detalhadas em lei complementar, fixando as responsabilidades administrativas de cada nível de governo. Senhores, o que propomos com isso é a criação de um parâmetro básico, a criação de uma condição básica para a primeira grande reforma que deveríamos fazer após a Constituinte, ou seja, uma reforma administrativa profunda, completa, abrangente, envolvendo todos os níveis de governo neste País. E, efetivamente, após essa reforma administrativa, com o detalhamento dos níveis de governo, é que poderíamos proceder a uma reforma tributária, em que não estaríamos aqui discutindo este ou aquele percentual, mas estaríamos aqui discutindo, sim, recursos apropriados, recursos adequados, para que cada nível de governo pudesse cumprir as suas finalidades legais, as suas finalidades derivadas do próprio texto constitucional.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):**— Constituinte Eraldo Tinoco, V. Ex.<sup>a</sup> dispõe de três minutos.

**O SR. CONSTITUINTE ERALDO TINOCO:** — Muito obrigado, Sr. Presidente. Espero concluir respeitando o tempo.

E vejam os Senhores que, no momento em que, na Constituição, estamos criando instrumentos de defesa do cidadão, como a inovação do mandado de injunção, de que adiantará o mandado de injunção, se o cidadão comum não souber, em primeiro lugar, a quem recorrer para resolver os seus problemas nas diversas áreas de atuação do Governo?

Por isso, Senhores, defendo efetivamente a definição, a possibilidade de definirmos, em lei complementar, de forma detalhada, completa e abrangente, as responsabilidades de cada nível de governo. E isso traz outra questão. Neste princípio, poderíamos estar concordando com os tributaristas, de não haver vincularão de recursos de qualquer ordem, de qualquer natureza. Concordamos com essa tese de uma maneira geral, mas não podemos concordar com essa tese quando se refere à educação.

Os educadores deste País, aqueles que têm defendido, efetivamente, a educação como prioridade nacional, defendem a vinculação de um percentual mínimo, já conquistado a nível dos 13% na Emenda Calmon, mas um avanço na primeira versão do Projeto de Constituição, atribuindo 18% para a União e 25% para os Estados e Municípios. Neste projeto, este princípio é inteiramente substituído por um outro, que prevê a fixação de um percentual em um plano plurianual.

Ora, sabemos que as pressões, sabemos que a insensibilidade de muitos, sabemos que o plano secundário em que sempre esteve colocada a educação neste País conduzirá, sem dúvida alguma, a pressões irresistíveis na hora da elaboração de um plano plurianual. E, aí, educação não terá 18% nem 13%, mas, talvez, percentuais insignificantes, que não permitirão jamais que o País saia do marasmo em que se encontra, do atraso em que se encontra. Porque, Srs. Constituintes, só poderemos pensar em uma grande nação, livre, soberana, e com igual oportunidade para todos, se a educação sair efetivamente do discurso e passar para a prática do dia-a-dia.

Por isso, concluo a minha interferência, dizendo que aqueles que têm compromisso com a educação não podem permitir, e lutarão até o derradeiro das suas forças, para que o percentual de 18% da União, de 25 ou de 20% dos

Estados e Municípios possa figurar no texto constitucional, porque só assim estaremos traduzindo que educação não é apenas uma prioridade o discurso, não é apenas uma prioridade política, mas é uma prioridade desta Nação, que deseja, por intermédio da educação, conquistar o espaço que merece no conceito das nações.

Muito obrigado. (Palmas).

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** — Com a palavra o Constituinte José Geraldo. V. Ex.<sup>a</sup> disporá de 10 minutos.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GERALDO:** — Sr. Presidente, Sr. Relator-Adjunto, Srs. Constituintes, o que me traz aqui, esta noite, diz respeito a minha grande preocupação com o capítulo do sistema tributário do primeiro substitutivo do Relator Bernardo Cabral e com pequenas alterações que, provavelmente, serão acolhidas no seu segundo substitutivo.

Entendo que esse capítulo, certamente, será o responsável por alterações muito imediatas, talvez no primeiro ano de vigência de nossa Carta, se mantido tal como está, pela sua inviabilidade operacional e pelos defeitos técnicos que promoverão uma queda enorme da receita tributária nacional como um todo. Não estou aqui preocupado com o problema que se tem abordado da queda da receita da União em favor de um aumento de receita de Estados e Municípios. Por essa tese, também, sempre me bati, mas acontece que, objetivando atender esses anseios, o texto está de tal forma imperfeito que provocará certamente, aliado a um empobrecimento geral, a uma inviabilidade ou dificuldade operacional muito grande, ele provocará de fato uma grande queda na receita tributária nacional.

Senão, vejamos: o problema da transformação dos impostos únicos em Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços — ICMS. O que essa modificação produzirá de imediato é a anulação praticamente total de toda a arrecadação nacional, hoje conseguida através dos impostos únicos, pretendendo transferi-los para os Estados e Municípios, transformando-os em base de cálculo do ICM. Na verdade, o que foi feito foi a sua esterilização completa. A União perdeu, mas os Estados e Municípios não ganharam nada! E digo o por quê. Porque esses impostos únicos são cobrados hoje como impostos únicos, como diz o título, e sobre os mesmos produtos sobre os quais esses impostos são cobrados aplica-se também o atual ICM.

Ao transformar os impostos únicos em base de cálculo do ICM nós estamos transformando toda essa arrecadação, com uma pequena exceção que é aquela do consumidor final, que é mínima, estamos transformando toda essa arrecadação em crédito. Em crédito para a fase seguinte e para me fazer entender melhor, vou procurar o exemplo mais dramático; seria o exemplo da indústria do alumínio, porque sabemos muito bem que é a indústria que tem um componente ponderável de consumo de energia elétrica. O imposto sobre energia elétrica, que antes era imposto único, também agora está sendo transformado em ICMS. Pois bem, o imposto que a indústria de alumínio pagava sobre a energia elétrica consumida e que se somava posteriormente ao ICM que ela pagava ao vender seu produto acabado, o alumínio, todo esse imposto que ela arrecadava como Imposto Único sobre energia elétrica, ela se credita imediatamente após, quando ela vende o alumínio para o intermediário ou para o consumidor final. Portanto, ele está totalmente neutralizado ou esterilizado. Apenas num caso de maior dimensão.

Tentei sensibilizar aqueles principais responsáveis pelo texto do sistema tributário com essas preocupações mas, esgotados esses esforços, senti-me no dever de trazer a este Plenário da Comissão de Sistematização essas preocupações, apelando para o nobre relator-adjunto, no sentido de levá-las ao nosso Relator Bernardo Cabral. Vejo, ainda, tempo para corrigir essa grave distorção.

Outro problema, dentro ainda desse capítulo do Sistema Tributário, é o problema de também se colocar o ISS Imposto Sobre Serviços – como base de cálculo do ICM. Além da sua esterilização, como os impostos únicos – como aqui já foi demonstrado – e que para ser corrigida, essa esterilização dessa arrecadação vai lavar aumentos enormes das alíquotas de ICM para compensar...

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FOGAÇA:** – Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GERALDO:** – Pois não.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FOGAÇA:** – Constituinte José Geraldo, V. Ex.<sup>a</sup>, na semana passada, em longa e exaustiva análise que teve a oportunidade de fazer-me a respeito dessa questão, conseguiu, se não uma elucidação completa, pelo menos lançar maior clareza sobre essa questão. Quero dizer a V. Ex.<sup>a</sup> que estive reunido, nesse fim de semana, trabalhando com o Relator Bernardo Cabral e expus a S. Ex.<sup>a</sup>, com o detalhamento que me foi possível, a posição de V. Ex.<sup>a</sup> É Não obtive uma decisão, até porque não teria mesmo essa possibilidade neste momento, de avaliar qual a postura que será adotada pelo Relator Bernardo Cabral. Mas as razões, que agora V. Ex.<sup>a</sup> está expando à Comissão, já foram transmitidas ao Relator que me disse, claramente, que irá apreciá-las com toda consideração e atenção. Portanto, quero dizer a V. Ex.<sup>a</sup> que é do conhecimento do Relator a postulação e a reivindicação reiterada que V. Ex.<sup>a</sup> faz nesse sentido. Uma emenda, a do Constituinte Pimenta da Veiga, que trata também da questão tributária, está sob consideração do Sr. Relator, num campo que, evidentemente, é um pouco mais amplo – e V. Ex.<sup>a</sup> sabe disso – mas não posso ainda dizer – e, evidente, não saberia a essa altura, porque é uma decisão pessoal do Sr. Relator – qual será a sua posição. Mas, de qualquer forma, a comunicação, a reportagem da sua posição já foi, com todas as limitações que tem, feita a S. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GERALDO:** – Agradeço ao nobre Relator as informações, o interesse e a atenção dispensada à exposição que tive a oportunidade de fazer a S. Ex.<sup>a</sup> e gostaria de dizer que, com relação às preocupações que tive a oportunidade de levar a V. Ex.<sup>a</sup>, elas dizem respeito basicamente a dois outros assuntos que irei abordar, rapidamente, porque esse aspecto do problema da compensação ou do crédito dos impostos únicos, quando se transformam em ICM, é um assunto que entra tanto na essência da concepção do sistema tributário atual, que eu sequer ousei levá-lo a V. Ex.<sup>a</sup> Mas, quando levei um aspecto setorial do problema, que diz respeito a um dos impostos únicos, que era combustíveis e lubrificantes líquidos e gasosos, para regenerá-lo com o imposto único, de certa forma, já estaria corrigindo uma fração do problema. Mas o problema, como um todo, eu, realmente, entendi que não era oportuno levar a V. Ex.<sup>a</sup> naquela oportunidade. Levei um aspecto do problema e agradeço muito as informações que me prestou neste instante. Fico esperançoso que o Relator Bernardo Cabral venha a acolher essas ponderações. Mas, como vinha dizendo, o problema do ISS é sério, porque, ao ser trans-

formado em ICMS, apenas 25% desse imposto, que antes era municipal, voltarão ao Município, para aqueles pequenos Municípios que já não cobram ISS. Porque essa atividade de serviços talvez seja incipiente ou até inexistente, e foi um grande benefício, porque, ao deixarem de receber um ISS, que eles já não recebiam, eles passaram a ganhar mais 5% da sua participação no ICM, que passou de 20 para 25, ou seja, um acréscimo de 25% na participação do ICM, com uma perda zero de um reembolso que eles não arrecadavam. Mas o problema é quando nós analisamos a situação dramática das capitais e das grandes cidades. Essas é que estão vivendo hoje problemas de arrecadação muito maiores do que as pequenas cidades, porque a sua arrecadação está comprimida pelo processo de cálculo, de rateio de ICM, que vai até cento e cinquenta e quatro mil habitantes, no sentido de guardar a proporcionalidade com o número de habitantes, entre um dos fatores de ponderação extremamente perverso para as grandes cidades. Além dessa compressão do ICM, elas ainda sofrem uma demanda enorme de serviços. De modo que essas cidades que têm no ISS uma fonte importante de receita – e posso dizer que, no caso, por exemplo, de Belo Horizonte, a arrecadação do ISS, no exercício de 1987, já é superior ao do IPTU, e tende a ser cada vez maior, porque esse imposto sobre serviços é um imposto que tem uma maior perspectiva de crescimento pela modernização do nosso País. Portanto, essas grandes cidades, que têm já problemas de receitas, perderam 75% dessa importante arrecadação.

E, finalmente, vou deixar de mencionar o assunto da alíquota, que cabia ao Senado, sobre ICMS e operações internas sobre esses outros produtos, que foi objeto de uma das explicações que V. Ex.<sup>a</sup> acaba de me prestar. E, para concluir, eu gostaria de chamar a atenção para um fato que me foi trazido, agora à noite, como tendo sido acatado pelo Relator e que me parece que foi fruto, seguramente, de não ter percebido a sutileza da operação, que é de extrema gravidade. É o problema que diz respeito às nossas polícias militares. O texto, tal como está, no atual substitutivo, é perfeito. Mas a introdução que fizeram agora é pior do que na pior época do regime militar, quando agrediram a autonomia dos Estados, impondo às polícias militares um comando geral de coronel de Exército. Pois bem, pelo texto atual que estão inserindo, colocando as polícias militares, não como forças auxiliares do Exército, mas como reservas do Exército, eles estão colocando essas polícias subordinadas administrativamente ao Exército e os comandos dessas polícias serão comandos do Exército, quando o legítimo seria colocá-las, como está no substitutivo, como forças auxiliares do Exército. Mas, já que querem garantir também a reserva, e que é lógico e é legítimo, como forças auxiliares do Exército e reservas para fins de mobilização, porque, em caso de ameaça externa, as polícias militares devem ser reservas a serem mobilizadas pelo Exército Nacional, mas forças auxiliares do Exército e reservas para fins de mobilização. E estão sendo colocadas as polícias militares como reservas do Exército. Eu gostaria, então, de chamar a atenção para esse aspecto, que seria um retrocesso enorme na nossa vida política institucional. (Palmas).

**O SR. PRESIDENTE (Celso Dourado):** – Concedo a palavra ao Constituinte Osvaldo Coelho.

**O SR. CONSTITUINTE OSVALDO COELHO:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, Deus me deu o privilégio de chegar a esta nobre Assembléia Nacional Constituinte e a oportunidade de trazer algumas emendas, todas elas inspiradas nos debates, nas discussões, no sentimento do

povo, nos sonhos, nas aspirações, nos anseios da gente que tenho o privilégio de representar nesta Casa. De algumas dezenas de emendas, poucas dezenas, eu resolvi destacar uma para trazer à consideração de V. Ex.<sup>AS</sup> Ela é produto de uma inconformação minha, da minha região, e quem sabe da Pátria toda brasileira, no que diz respeito às disparidades regionais: uns Estados ricos e outros Estados muito atrasados, populações que já experimentam estágios de prosperidade e outras muito distantes dos sonhos e dos anseios de uma grande nação, que devemos, que queremos e temos o direito de ter. Então, fiquei eu a buscar as causas reais dessas disparidades regionais. Modestamente, identifiquei a causa maior, na nossa Federação capenga, no que diz respeito à eleição do Presidente e do Vice-Presidente da República. O Brasil está se dando ao luxo e a esquisitice de eleger Presidente da República sem ponderar o peso de todos os Estados. Admite-se que a eleição do Presidente da República pode ser consequência da votação de Estados mais ricos, mais populosos, de uma densidade eleitoral maior, mesmo que contrarie toda realidade brasileira, a exemplo do que acontece. Somos 26 Estados, bastam quatro Estados para eleger um presidente da República, indiferente à realidade nacional, indiferente à realidade de outros Estados, indiferente à vontade dos outros Estados. Isso, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, nós não temos exemplo nenhum, no mundo, de Federação que não prime por obedecer os ditames da ponderação. Se formos para a Federação Argentina, vamos ver lá que a Província de Buenos Aires tem 48% do eleitorado argentino, mas o seu peso, na eleição do Presidente da República, é em torno de 30%. Um candidato jamais chega à Presidência da nação vizinha se não tiver muitos votos de muitas províncias, para que ele seja representativo e comprometido com a realidade da nação Argentina. Se formos para a América do Norte, vamos ver que aquela Federação também pratica o voto ponderado. Se formos à Alemanha, a mesma coisa. Se formos num estado não federado, como a Itália, além dos votos dos congressistas que elegem o Presidente, existem as representações das regiões que compõem a nação italiana.

Então, no Brasil, nós estamos assim: dois, três Estados se reúnem, fazem o Presidente da República e ficamos a ouvir aquilo que já se ouviu, que o candidato à Presidência da República não precisava ir aos Estados do Norte porque não era candidato a Vereador. E realmente, a lei lhe faculta esse direito até de não visitar e não conhecer as realidades, porque, para ser eleito, basta ter a votação de dois, três ou quatro Estados da Federação. Então, isto não consulta aos interesses da Federação. Porque esta Federação já está ressentida desse estado de coisas. O ressentimento disso é a formação dos blocos parlamentares regionais do Nordeste, Norte e do Centro-oeste, que já se rebelam, que já, não aceitam estarem atrelados ao Estado que quer falar única e tão-somente pela Federação brasileira toda e inteira.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, façamos uma retrospectiva histórica, mesmo da velha República. Nós tivemos Presidente da República do Nordeste na 1ª República e, agora, muito recentemente. Mas todos eles acidentalmente Presidentes da República. Nós tivemos Deodoro por força de uma revolução. Nós tivemos Floriano, consequência de Deodoro. Nós tivemos Epitácio Pessoa, porque morreu o Presidente paulista. Assumiu Delfim Moreira. A Constituição da época não permitia que ele terminasse o mandato, porque não estava nos dois últimos anos do seu mandato e, então, acidentalmente, por causa da luta de dois Estados que tinham o monopólio permanente na

Presidência da República, o café e o leite, porque eles se desentenderam, saiu Epitácio, mas, mesmo assim, com o compromisso de que depois haveria de vir Venceslau e, depois, Washington Luiz. Então, Srs., isso não consulta aos interesses da Federação, e é por isso que, nesta hora, chamo a atenção dos Srs. Constituintes, eu advirto aos Srs. Constituintes que o momento é excepcional. O momento é ímpar para se consertar esta Federação, que está capenga e que está contra os interesses dos melhores Estados.

Senhores, cada vez que os Estados estão economicamente mais fortes, mais fortes são politicamente e, cada vez mais entendem menos a linguagem dos menores Estados. Recordo-me de uma passagem histórica. Os momentos em que, lá em Canudos, o velho Antônio Conselheiro, com os seus jagunços, era contestado por tropas federais do Cel. Moreira César. As tropas de elite, que muitas vitórias tiveram no Paraná, foram designadas para malbaratar, para desbaratar Antônio Conselheiro. E, ao chegarem lá, as tropas foram derrotadas. A primeira missão, a segunda expedição, a terceira expedição. Depois Euclides da Cunha dizia: "Os homens de Antônio Conselheiro, com pedras, cacetes e espingardas que enchiam pela boca. E os outros tinham fuzis, metralhadoras, morteiros. Eram tropas de elite da Guanabara. Mas eles eram mais estrangeiros em Canudos do que qualquer cidadão do além-mar".

Do jeito que as coisas andam, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, cada vez mais vai se formar gabinete para se dirigir este País por homens tão estrangeiros ao Brasil como se fossem mais homens do gabinete da Rainha Elizabeth ou se fossem londrinos ou se fossem homens de Berlim. Isto não pode continuar.

O Presidente da República que de eleger não deve ter os compromissos somente com o maior número de eleitores. Ele deve ter os compromissos com o maior número de Estados, porque são estes, com as suas autoridades, que formam o grande Estado Federal do Brasil, a grande Federação brasileira. Todos eles renunciam. Todos eles fazem parte da vontade nacional. E, do jeito que andam, o que têm é ressentimento, porque se fala em separação, o que se mostra é uma inconformação com o estado de coisas.

Então, srs, vamos aperfeiçoar a nossa Federação. Vamos dar força política a todos os Estados, vamos ponderar esta força, para que, então, realmente, consagremos o princípio federativo, aquele que Rui Barbosa dizia ser o mais interessante para o Brasil, pela nossa extensão territorial e pela nossa diversificação cultural e economia.

Sr. Presidente, o que proponho é o voto ponderado, o voto direto, universal e secreto. Quero que cada Estado seja um distrito eleitoral, e terá tantos votos federativos quantos representantes do povo tenha no Congresso Nacional. Então, o Presidente da República vai ter a votação nos Estados, uma votação ponderada, em função do número de representantes no Congresso Nacional. E, aí, estão mantidos o equilíbrio e a ponderação, não a igualdade. Quem tem 60 Deputados e três Senadores continuará tendo 63 votos federativos. Mas não é possível que o Acre, Rondônia, Amazonas e Ceará compareçam apenas em relação ao Estado forte, no Estado atual, e o Estado atual tem Estado que vai comparecer às próximas eleições entre quinze e vinte milhões de eleitores, quinze a vinte milhões de eleitores, do outro lado, vamos ver Estado com 500 mil eleitores, ou seja, 1/40 do outro Estado.

Queremos uma ponderação, queremos que os Estados fortes tenham 63 votos federativos, mas que sejam dados a um Território 4, 5, 6, 8 votos federativos, e, aí, não

teremos extremos. Então, o Presidente da República haverá de se comprometer com toda a Nação brasileira, porque o dever do Estado é levar conforto ao cidadão brasileiro onde ele se encontrar, não é levar conforto à maioria dos brasileiros que, às vezes, estão prósperos e felizes e não estão a precisar dos esforços do Governo pára melhorar o seu conforto, o seu bem-estar.

**O SR. PRESIDENTE (Celso Dourado):** – Chamo a atenção do nobre orador, porque o seu tempo está esgotado. Queira concluir.

**O SR. CONSTITUINTE OSVALDO COELHO:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, esta é a proposta que trago a consideração de V. Ex.<sup>as</sup>, mas possuído de uma confiança enorme de que ela vai ser consagrada pela Assembléia Nacional Constituinte, que vai modernizar a Federação, que vai modernizar a Pátria, para que não continue tão dividida, tão miserável no Norte e tão próspera noutras regiões. Queremos, Srs. Constituintes, dar um adeus ao subdesenvolvimento e ao atraso.

Infelizmente, não fiz a minha primeira proposta nesta Assembléia Nacional Constituinte. A minha primeira proposta é que esta Assembléia Nacional Constituinte não se reunisse sem primeiro viajar por este Brasil afora, para que os homens do Sul soubessem o que é um caminhão-pipa, o que é seca, o que é sede, o que é morrer de fome, para não nos levar no deboche, para não nos levar com os ouvidos moucos. Quando falamos, não são mais do que múmias engravatadas, que não entendem a nossa linguagem, que não querem chegar para a realidade nacional.

Sr. Presidente, naquela ocasião, não apresentei a proposição para que todos conhecessem o Brasil, para então legislar pelo Brasil. Mas, hoje, Deus me deu a ventura de trazer esta proposta, que já recebe os aplausos de Santa Catarina, do Paraná, dos gaúchos, do Centro-Oeste, do Espírito Santo, e eu tenho certeza de que ela vai ter a compreensão do Brasil todo, porque até os Estados poderosos vão renunciar, vão querer a prosperidade única do Brasil e não este País dividido em dois países.

**O SR. PRESIDENTE (Celso Dourado):** – Concedo a palavra ao Constituinte Vicente Bogo.

**O SR. CONSTITUINTE VICENTE BOGO** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Creio ser, talvez, o último orador inscrito desta noite, nesta reunião da Comissão de Sistematização, embora o Plenário já esteja quase vazio para registro e conhecimento do nosso companheiro, o Constituinte José Fogaça, que levará sugestões desta tribuna, desta Comissão, ao Relator.

Faço também uso da palavra, aproveitando o tempo, expondo algumas questões que considero relevantes, talvez não o fazendo com a ênfase, a emoção, a razão que o Constituinte que me antecedeu o fez na sua justa reivindicação, no seu justo pleito.

Inicialmente, quero dizer que tenho observado, pelo que veicula, especialmente nos jornais, de que haveriam quatro temas sobre os quais ainda não se teria chegado a um consenso nas discussões, aqui, na Assembléia Nacional Constituinte, referentes à anistia, ao mandato do Presidente da República, ao sistema de governo e à reforma agrária. Quando se fala que não se chegou a um consenso, quer dizer que, talvez, não se tenha encontrado ainda a proposta cuja manifestação dos Constituintes somasse, pelo menos, 280 votos, capaz de ser aprovada, portanto, numa previsão, num cálculo anterior a ser feito.

Não vou me referir, obviamente, à anistia, nem ao mandato do Presidente da República, nem ao sistema de governo, à esta hora. Pela minha vinculação e pela luta no campo junto aos trabalhadores rurais, aos agricultores, quero me referir à questão da terra, à questão da reforma agrária nesse espaço, neste horário. Ainda mais quando vivemos dias de consternação pelo falecimento do nosso Ministro da Reforma Agrária, do nosso Presidente do INCRA, dos seus chefes de Gabinete, Secretário-Geral, se não me engano, toda a comitiva que estava em visita, fazendo exatamente, talvez, aquilo que nós, Constituintes, deveríamos fazer, viajando pelo País, observando-o, levando mensagens, discutindo, ouvindo, enfim, articulando soluções para os problemas que afligem a sociedade brasileira e, particularmente, o homem do campo, o trabalhador rural.

Tenho observado, lido, relido e discutido muito o projeto de Constituição do Relator Bernardo Cabral, que está em discussão e que, creio, deverá ter profundas alterações, agora, na sua nova formulação, no momento em que for apresentado a esta Comissão, após o dia 18 deste mês.

Tenho-me encorajado em alguns lugares deste País, onde estive para debates, em tomar a defesa dos trabalhos constituintes e do próprio projeto, na medida em que se nota que os grandes veículos de comunicação têm passado uma idéia, se não falsa, errônea; do resultado e da expectativa do trabalho da Constituinte para a sociedade. Nota-se, em toda parte, o pouco caso que a sociedade faz, hoje, do Constituinte, o descrédito, a desconfiança. Isso tudo em razão de não se estar compreendendo o processo constituinte, o trabalho que se está fazendo e por não enxergar muito uma expectativa de renovação e mudança para o País.

A esquerda tem atacado o projeto freqüentemente, pelos aspectos que o consideram ruim; a direita, da mesma forma, pelos aspectos que podem representar, mexida, talvez, no seu **status quo** ou em interesses próprios. Dessa forma, obviamente, ficou para trás, escondido. Não foram ressaltados os aspectos importantes do avanço que estamos propiciando, em termos de ordem jurídica para o País, na elaboração da Constituição.

Tenho notado, em alguns lugares, que a idéia transmitida é a seguinte: que estamos precisando de uma ditadura limpa no País. Afinal de contas, parece que esta Constituinte vai fazer um projeto pior do que o que está aí. Em consequência, a sociedade raciocina: se é para ficar pior do que o que está aí, melhor é ficar como está. E o que está é uma ditadura que temos que eliminar. Temos que concluir esse processo de transição, para modificar a sociedade brasileira.

Dentro desse aspecto, reconhecendo os avanços, embora as contradições internas do próprio processo e da própria Constituinte e as divergências eventuais, é que, dentro de todo o texto, talvez o ponto em que menos avanço há, em relação à atual legislação, é o aspecto referente ao tratamento da terra, à reforma agrária.

Este é o ponto que – acredito – deveria ser oferecido para o Relator – parece, segundo me consta, que não pretendem fazê-lo –, alterações mais profundas para garantir que essa aspiração nacional e histórica de reforma agrária se proceda, aconteça efetivamente.

Poderia ressaltar, aqui, muitos pontos que representam avanço, conquista, democracia, garantia de direitos. Mas, referindo-me à questão da reforma agrária, vejo que também há um avanço, pelo menos na intenção, quando se



refere ao mecanismo da imissão imediata na posse por parte da União, no ato da desapropriação, ou no caso da desapropriação de áreas de terra para fins de reforma agrária, quer dizer, por interesse social. Só que surge um problema que inviabiliza, no meu entender, completamente a intenção da reforma agrária quando permite que, através de recurso judicial, se possa discordar do ato desapropriatório, por não ser, talvez, na interpretação judicial, por interesse social para fins de reforma agrária, permitido, então, que haja uma indenização prévia e justa em dinheiro de toda a área desapropriada. Isso significa que não é possível a nenhum governo, nem mesmo ao Congresso Nacional, prever a quantia de recursos necessária a cada ano para fazer essas indenizações, na eventualidade de o Governo ter a vontade política para fazer avançar a reforma agrária, desapropriando áreas.

Exemplificando, para ficar mais claro, o que estou querendo dizer: o primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária, em execução por parte do Governo da Nova República, prevê, durante o período 86/89 – quatro anos –, a de apropriação de 43 milhões e 90 mil hectares de terra para o assentamento de um milhão e quatrocentos mil trabalhadores rurais, em área média, portanto, de 30 hectares cada família, cada trabalhador rural. Ora, estamos em fins de 87, já na metade, digamos assim, desse processo, as desapropriações não chegaram ainda a 5% da meta estabelecida e os assentamentos não ultrapassam a 1,2% das metas. Quer dizer que temos em torno de 17 mil assentados nesse período e temos desapropriados perto de dois milhões de hectares de terra, sendo que mais da metade continua sendo disputada judicialmente, porque, atualmente, o Estatuto da Terra, a Lei n.º 4.504, de 30 de novembro de 64 – já vai completar 23 anos – permite que se arrastem, durante anos, processos judiciais e, portanto, a União não se imite na posse e não pode fazer assentamento.

Além disso, ainda há o aspecto do recurso que volta atrás.

Este projeto, o Plano Nacional de Reforma Agrária, tem a previsão de custos, se fosse executado no ato do planejamento, em dólares, 7 bilhões e 300 milhões de dólares. Todavia, o orçamento do Mirad, para este ano é, miseravelmente, de 4 bilhões e meio de cruzados, sendo que o Governo repassou ao Mirad apenas 3 bilhões e 200 milhões de cruzados. Vejam que a quantia é insignificante para o que se pretende, para o que o processo necessita para se fazer a reforma agrária.

Além disso, vejo – aqui faço gosto de colocar – algumas limitações que o projeto mantém, ou não clareia com relação à reforma agrária.

Sou daqueles que têm o entendimento de que, embora respeite o direito à propriedade – e estamos numa sociedade capitalista, uma sociedade cuja tradição se calçou em cima do direito à propriedade, que não pode ser colocado no mesmo patamar do direito à vida, como um direito absoluto –, defendo o direito à propriedade, mas acho que, se quisermos produzir um momento novo para a sociedade brasileira, um momento de distribuição de renda, um momento de justiça, é preciso ter um limite a esse direito de propriedade, um limite máximo para que se possa garantir um mínimo para todo brasileiro. O projeto, aqui, não limita, não prevê e não joga nem para uma lei posterior limitar quanto ao máximo.

Vou dar alguns exemplos, também, para que fique clara esta questão e por que considero importante que haja um limite máximo ao direito de propriedade rural, ou até urbana, no País.

Temos cerca de 3 milhões, 433 mil imóveis rurais cadastrados no Incra até o ano de 1985. Esses imóveis têm uma área total de aproximadamente 395 milhões de hectares de terra e um total, no País, de 850 milhões de hectares de terra. Desses 595 milhões de hectares de terra, em torno de 480 milhões são de área considerada aproveitável. Só que, desse total, nós temos ainda 188 milhões e meio de hectares de terras que não estão sendo aproveitadas, que poderiam ser, de imediato, utilizadas para fins de reforma agrária, se assim fosse entendido, se houvesse vontade política, decisão política e condições até jurídicas para assim acontecer.

Só que a concentração de terra faz isso sumir; ela não está aí à disposição do trabalhador, a tal ponto que 162 proprietários de terras, os maiores proprietários de terras do País juntos possuem 36 milhões e meio de hectares, 162 proprietários, quer dizer, é muita área. Se nós pegássemos esses 188 milhões de hectares de terras que não estão sendo aproveitados, que poderiam ser aproveitados, explorados, já incorporados imediatamente, dando, distribuindo, ou vendendo, sei lá qual é o processo mais correto no momento, aos trabalhadores rurais, essa terra daria para fazer assentamento de aproximadamente seis milhões de famílias de trabalhadores rurais sem terra, dando uma média de 30 hectares para cada família, que milhões de famílias de trabalhadores rurais sem terra seria exatamente a média de hectares prevista no Primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária no Governo da Nova República.

Eu poderia dar outros exemplos. Aliás, na Subcomissão de Política Agrícola e Reforma Agrária e na Comissão da Ordem Econômica nós enfrentamos alguns debates acalorados...

**O SR. PRESIDENTE (Celso Dourado):** – Chamo a atenção de V. Ex.<sup>a</sup> para o tempo.

**O SR. CONSTITUINTE VICENTE BOGO:** – Eu já concluo, Sr. Presidente, só para não deixar o raciocínio pela metade.

Como dizia, na Subcomissão e na Comissão da Ordem Econômica fazíamos debates acalorados em razão de que naquele momento se discutia, um limite máximo de direito à propriedade calculado em módulos; embora eu tenha feito uma proposta de que o limite máximo fosse fixado em 50 módulos fiscais. A campanha nacional de reforma agrária e inúmeras outras entidades propunha que fossem 60 módulos fiscais; a minha proposta de 50 módulos, na oportunidade, coincidia com a proposta do mira e do Mirad, que é o órgão do Governo. Todavia, entendendo-se que talvez fosse um pouco apertado esse limite, em razão da composição biológica, da composição de interesses da própria Assembléia Nacional Constituinte, o Relator da Subcomissão, Deputado Oswaldo Lima Filho, resolveu propor 100 módulos e a UDR saiu às fanfarras, dizendo para as emissoras de televisão, e de rádio de todo o País, que nós queríamos limitar o direito de propriedade em 100 hectares. Não, 100 módulos, até faço gosto de clarear um pouco, 100 módulos. Um módulo fiscal é um valor, um tanto de área que é considerado o mínimo necessário para a ocupação da mão-de-obra e o sustento e a condição de vida digna de uma família. Então o módulo, se nós vamos tomar como exemplo aqui o Rio Grande do Sul, o módulo máximo chega a 35 hectares; se nós pegarmos o Mato Grosso do Sul chega um módulo a 110 hectares, como o Relator Oswaldo Lima Filho resolveu, então, fixar em 100 módulos o limite máximo da sua proposta,

significaria que, no Mato Grosso do Sul, um único cidadão poderia ser proprietário de até 33 mil hectares de terra; e aí nós fomos fazer um levantamento e eu até imprimir um boletim para distribuir para a sociedade, para efeito de entendimento, e fomos levantar para ver quantas propriedades existem com mais de 100 módulos dentro desses 3 milhões e 433 mil imóveis rurais. E chegamos à conclusão – dados do Incra de 1985 – de que existem apenas 6 mil e 680 imóveis, só 6 mil e 680 imóveis com mais de 100 módulos fiscais de área, o que significa que, somando as suas propriedades chegamos a 136 milhões de hectares de terra. Todavia, 2 milhões e 800 mil pequenos proprietários rurais, minifundiários assim chamados, têm menos de um módulo, quer dizer, área menor do que o cálculo médio necessário para que alguém possa viver dignamente e ocupar essa mão-de-obra.

Então, temos que colocar, no texto constitucional, alguma coisa que possa fazer avançar a reforma agrária, garantir que haja um limite, ver a condição de recurso, discutir com mais profundidade não só o critério da desapropriação, mas também o da indenização, porque, e é para nós colocarmos no texto constitucional uma negociata agrária, nós não precisamos colocar; se é para o Governo comprar terra a preço de mercado, não é preciso nem colocar na Constituição isso, pois qualquer um compra e vende, é negócio livre de mercado. A reforma agrária tem sentido, na medida em que pode transferir renda e/ou garantir as condições de subsistência, de dignidade do homem do campo e também do homem da cidade. Então, há alguns outros pontos que penso que deveriam ser discutidos dentro disso. É claro que, quando discutimos a questão da reforma agrária, para concluir, Sr. Presidente, temos que também considerar outros aspectos. Teríamos que falar aqui da terra dos estrangeiros, da pessoa jurídica, da pessoa física, teríamos que conversar aqui sobre a questão dos posseiros eventuais, que estão em áreas consideradas terras devolutas ou terras públicas, para evitar os despejos que têm ocorrido. Quando é levantada a notícia de eventual desapropriação, o proprietário patrocina o despejo de eventuais posseiros naquela área. E, além disso, há outros pontos, também, que poderíamos considerar, se o tempo nos permitisse fazê-lo.

De qualquer forma, Sr. Presidente, agradeço pela tolerância e deixo registrado aqui que, efetivamente, o texto constitucional, que é a Constituinte que estamos patrominando no conjunto, por mais que tenha ainda alguns pontos questionáveis, e por mais que hajam pontos em que não chegamos a um consenso, acredito que melhorem muito com o que temos hoje de legislação, de Constituição, no País. Resta que a questão da reforma agrária também avance para não ser ela o penduricalho que torne o nosso trabalho menos digno perante a sociedade. Obrigado. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Celso Dourado):** – Alguém já afirmou que o comportamento brasileiro se caracteriza pelo jeitinho a resolver os problemas, que esse comportamento é tipicamente reacionário e talvez nós devêssemos interpretar de outra maneira: e que a índole brasileira, buscando um jeito adequado de resolver as coisas, revela a nossa tendência à negociação, que é uma característica do parlamentarismo. Talvez devêssemos aprender um pouco da nossa própria história: os grandes momentos históricos brasileiros têm sido resolvidos através de negociações. Apesar da atuação de caudilhos e grupos autoritários, as grandes crises brasileiras foram sempre resolvidas através da negociação. E eu, que sempre me declarei presidencialista, estou revendo essa posição, porque acho

que o debate tem sido proveitoso aqui nesta Assembléia. (Palmas.) E creio que estamos seriamente buscando uma solução. Essa reunião de hoje foi muito significativa no seu debate sobre a forma de governo, o grito do Nordeste através de um discurso inflamado e emocional do Constituinte Osvaldo Coelho. E, agora, encerramos esta reunião com o grito do homem do campo, do trabalhador rural desta reforma agrária, que está atrasada mais de um século e que é um desafio para toda a sociedade brasileira. Creio que aqueles que querem trabalhar a terra, que gostam de trabalhar a terra, que precisam trabalhar a terra, necessitam ter a terra garantida para esse trabalho.

Chegamos, assim ao final dessa nossa reunião, ficando convocada uma reunião da Comissão de Sistematização para amanhã, às 9 horas, prosseguindo à tarde, a partir das 14 horas.

Está encerrada a reunião.

**(Encerra-se a reunião às 21 horas e 40 minutos.)**

## 20ª Reunião Ordinária

Aos dezessete dias do mês de setembro de mil novecentos e oitenta e sete, às nove horas e cinquenta e dois minutos, no Auditório Nereu Ramos, reuniu-se a Comissão de Sistematização sob a Presidência do Senhor Constituinte Aluísio Campos, Vice-Presidente no exercício da Presidência, presentes os Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Alcení Guerra, Artur da Távola, Carlos Mosconi, Christóvam Chiaradia, Cid Carvalho, Darcy Pozza, Edme Tavares, Fernando Gasparian, Gerson Pores, Haroldo Sabóia, Inocência Oliveira, Jamil Haddad, João Calmon, Joaquim Bevilacqua, José Fogaça, José Ignácio Ferreira, José Jorge, José Lins, José Ulisses de Oliveira, Luis Eduardo, Mário Lima, Nelson Carneiro, Nilson Gibson, Oswaldo Lima Filho, Paulo Pimentel, Paulo Ramos, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Roberto Freire, Siqueira Campos, Adylson Motta, Bocayuva Cunha, Chagas Rodrigues, Daso Coimbra, Enoc Vieira, Fernando Santana, Israel Pinheiro, Itamar Franco, donas Pinheiro, José Genoíno, José Maranhão, Luiz Salomão, Manuel Viana, Márcio Braga, Michel Temer, Miro Teixeira, Octávio Elieio, Ottomar Pinto, Paes Landim, Simão Sessim, Vicente Bogo e Wilson Souza. Estiveram presentes, ainda, os Senhores Constituintes não integrantes da Comissão: Chagas Duarte, Jorge Hage, Maria de Lourdes Abadia, Nelson Aguiar, Amaral Netto, Tito Costa, Luiz Alberto Rodrigues, Naphtali Alves de Souza, Afif Domingos, Luís Roberto Ponte, Adhemar de Barros Filho, Arnaldo Faria de Sá, Ronan Tito, Antônio Câmara, Darcy Deitos, Cardoso Alves, Mauro Sampaio, Ivo Lech, Valmir Campelo, José Elias Murad, Edmilson Valentim, Florestan Fernandes, Jorge Hage, Eliel Rodrigues, Paulo Delgado e Mauro Miranda. Deixaram de comparecer os Senhores Constituintes: Adolfo Oliveira, Afonso Arinos, Alfredo Campos, Almir Gabriel, Aloysio Chaves, Antônio Farias, Antônio Carlos Konder Reis, Antonio Carlos Mendes Thame, Arnaldo Prieto, Bernardo Cabral, Brandão Monteiro, Carlos Chiarelli, Carlos Sant'Anna, Celso Dourado, Cristina Tavares, Egidio Ferreira Lima, Eraldo Tinoco, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Lyra, Francisco Benjamim, Francisco Dorneles, Francisco Pinto, Francisco Rossi, Gastone Righi, Haroldo Lima, Ibsen Pinheiro, Jarbas Passarinho, João Herrmann Neto, José Freire, José Geraldo, José Luiz Maia, José Mauricio, José Paulo Bisol, José Richa, José Santana de Vasconcellos, José Serra, José Thomaz Nonô, Luiz Inácio Lula da Silva, Lysâneas Maciel, Manoel Moreira, Marcondes Gadelha, Mário Assad, Milton Reis, Nelson Jobim, Nelton Friedrich, Oscar Corrêa, Osvaldo Coelho, Pimenta da Veiga,

Plínio de Arruda Sampaio, Prisco Viana, Ricardo Fiúza, Rodrigues Palma, Sandra Cavalcanti, Severo Gomes, Sigmaringa Seixas, Theodoro Mendes, Virgildásio de Serena, Virgílio Távora e Wilson Martins. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos cuja pauta era dar continuidade à discussão do Substitutivo do Senhor Relator e das emendas apresentadas. Foi, inicialmente, concedida a palavra ao Senhor Constituinte Ottomar Pinto que falou sobre a redivisão territorial do País e, em especial, a respeito da transformação em Estados dos Territórios de Roraima e Amapá. Usando da palavra, a Senhora Constituinte Maria de Lourdes Abadia abordou várias questões relacionadas à defesa do meio ambiente, no que foi apartada e apoiada pelo Senhor Constituinte Oswaldo Lima Filho. Coube aos Senhores Constituintes Jorge Hage, como orador seguinte, e José Fogaça, este na qualidade de aparteante, traçar um quadro da complexidade de que se reveste a implantação do parlamentarismo no Brasil em face do quadro político atual. Falando a seguir, o Senhor Constituinte Chagas Duarte iniciou seu pronunciamento defendendo a elevação dos Territórios de Roraima e Amapá à categoria de Estados, observando, contudo, que enquanto isto não acontece, deveriam os Territórios, como vem ocorrendo na ordem constitucional dos últimos anos, ser considerados partes integrantes da República Federativa do Brasil, fazendo referência a emenda de sua autoria, destinada a modificar o Projeto de Constituição neste sentido. Seguiram-se os pronunciamentos dos Senhores Constituintes Amaral Netto, Paulo Ramos e Oswaldo Lima Filho, os dois últimos mediante apartes à fala do primeiro, a respeito da inclusão da pena de morte na futura Constituição. Prosseguindo a reunião, o Senhor Presidente concedeu a palavra ao Senhor Constituinte Tito Costa, que abordou duas questões municipais, uma relacionada à Lei Orgânica dos Municípios e a outra referente à remuneração de Vereadores. O Senhor Constituinte Artur da Távola, sob aparte do Senhor Constituinte José Fogaça, teceu comentários em defesa do Parlamentarismo. Assumindo a palavra, o Senhor Presidente comunicou que a apresentação do Substitutivo do Relator se daria no próximo dia dezoito, estendendo-se a discussão até o dia vinte e três. Encerrada a comunicação, concedeu a palavra ao Senhor Constituinte Adhemar de Barros Filho, que manifestou seu ponto de vista de que qualquer decisão da Assembléia Nacional Constituinte sobre sistema de governo deveria ter o referendo popular. Na Presidência, interinamente, o Senhor Constituinte Oswaldo Lima Filho passou a palavra ao Senhor Constituinte Inocêncio Oliveira que manifestou sua impressão sobre os pontos polêmicos do Projeto de Constituição. Dando seqüência à reunião, foi concedida a palavra ao Senhor Constituinte Ronan Tito que, apoiado em aparte pelo Senhor Constituinte Oswaldo Lima Filho, defendeu a exclusão do futuro texto constitucional da garantia ao direito adquirido. O Senhor Constituinte Ruy Bacelar, aparteado pelos Senhores Constituintes Ronan Tito e Joaquim Beviláqua, foi o último orador a falar, tratando de questões relacionadas com sistema de governo e inelegibilidade de parentes do Presidente da República. A seguir, o Senhor Presidente suspendeu a reunião convocando os Senhores Membros da Comissão para prosseguir-lá às quatorze horas e trinta minutos do mesmo dia. As quatorze horas e quarenta e seis minutos, sob a presidência do Senhor Constituinte Fernando Santana, o Senhor Presidente declarou reabertos os trabalhos da tarde, com o objetivo de continuar a discussão sobre o Substitutivo do Senhor Relator. Ausente o primeiro inscrito, Senhor Constituinte Prisco Viana, e impedido o segundo – o próprio Presidente em exercício – deu este a palavra ao Senhor Constituinte José Genoino, que abordou vários temas de interesse constitucional, com ênfase para sistema de governo, sistema

eleitoral e meios de comunicação. Foi concedida, a seguir, a palavra ao Senhor Constituinte Gerson Pares que fez a defesa do parlamentarismo e, no campo social, da manutenção do SESI, SESC e SENAI. Ainda sob sistema de governo, manifestaram-se os Senhores Constituintes Vilson Souza e Bocayuva Cunha, este como aparteante do primeiro. Passada a palavra ao Senhor Constituinte Paes Landim, seu discurso foi em homenagem ao bicentenário da Convenção de Filadélfia, dela retirando exemplos para o processo constituinte brasileiro. Secundando o orador antecedente na mesma homenagem, o Senhor Constituinte Adylson Motta prosseguiu na tribuna louvando o trabalho da polícia civil e ponderando sobre a importância desse setor de Segurança Pública. Passada a Presidência ao Senhor Constituinte Aluisio Campos, o Senhor Constituinte Fernando Santana foi o próximo orador a falar, tecendo considerações a respeito de muitos pontos do Substitutivo do Senhor Relator que foram objeto de emendas coletivas do PCB, com ênfase para a defesa da empresa nacional, assunto em que teve o aparte do Senhor Constituinte José Fogaça. Recebendo a palavra, o Senhor Constituinte Luiz Salomão destacou vários pontos do Projeto de Constituição, com ênfase para a ordem social e a ordem econômica, mormente quanto aos aspectos da estabilidade do trabalhador e da empresa nacional. A Senhora Constituinte Abigail Feitosa, apartada pelo Senhor Constituinte Adylson Motta, teceu considerações sobre a violência e suas causas, entremeando seu discurso com outros pontos que considera importantes sejam tratados nos trabalhos constituintes. Segurança Nacional e anistia foram os assuntos colocados pelo próximo orador, o Senhor Constituinte Paulo Ramos. Recebendo a palavra, o Senhor Constituinte Mário Lima também desenvolveu sua manifestação em torno do tema anistia, declarando que ela deve ser ampla, geral e irrestrita. O Senhor Constituinte Haroldo Sabóia, falando a seguir, fez a defesa do Parlamentarismo e do voto majoritário. Com a palavra, o Senhor Constituinte Itamar Franco procurou demonstrar, em seu discurso, a necessidade da explicitação constitucional de certos temas nacionais, não se transferindo ao legislador ordinário a tarefa de fazê-la, como até aqui é da tradição constituinte nacional. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, às dezessete horas e trinta minutos, declarou encerrada a reunião, convocando outro para o dia dezoito, às nove horas e trinta minutos, no Auditório Nereu Ramos, para dar continuidade aos debates em torno do substitutivo do Senhor Relator, cuja publicação e distribuição também se daria nessa data. O inteiro teor desta reunião foi gravado, devendo ser publicado no **Diário da Assembléia Nacional Constituinte** e constituir-se-á na Ata Circunstanciada dos trabalhos. E, para constar, eu, Maria Laura Coutinho, lavrei a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação.

**O SR. PRESIDENTE (Aluisio Campos):** – A lista de presença acusa número regimental para iniciarmos a discussão do substitutivo já apresentado e das emendas propostas.

Concedo a palavra ao ilustre Constituinte Ottomar Pinto.

**O SR. CONSTITUINTE OTTOMAR PINTO:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, temos acompanhado, nesta Comissão de Sistematização, o desfile intermitente dos Srs. Constituintes, buscando levar aos seus componentes a compreensão e o entendimento das idéias e das propostas, no seu entender essenciais, para a composição da nova Carta constitucional. Desejamos uma Constituição capaz de ordenar de forma permanente a vida político-institucional de nossa sociedade, abrir espaços amplos à Justiça e paz social, ao desenvolvimento econômico, ao, bem-estar de

todos os brasileiros. Uma Constituição, enfim, que venha para ficar e que seja amada por todos nós.

Sou mais um entre os vários que nas últimas semanas passaram por esta tribuna. Nosso interesse está centrado, fundamentalmente, na justificativa da necessidade de transformar em Estados os atuais Territórios Federais do Amapá e de Roraima, hoje aos 44 anos de idade, mas ainda usando calças curtas, obrigados ao uso da madeira, como se na idade adulta ainda fosse possível, senão ridículo, o crescimento corporal e o alongamento dos ossos, com a ingestão das repulsivas vitaminas e mingaus, que a administração pública central lhes impõe, atualmente, de forma compulsiva.

Entendemos necessária e indispensável, neste País, uma redivisão territorial. O Amazonas, por exemplo—e não sou eu quem o diz, mas são palavras de alguns Governadores que passaram pelo Palácio Rio Negro — é ingovernável, com as dimensões, as dificuldades decorrentes de sua vastidão territorial, e a diversidade de problemas que oferece.

O assunto, sem dúvida, tem elevado teor polêmico e forte carga emocional. Mas não são os questionamentos polêmicos e emocionais que pretendo colocar em exame, nestes breves dez minutos. O que pretendo ressaltar é o fato de que uma administração democrática e racional, uma administração eficiente, tem que passar, necessariamente, pela descentralização das competências e atribuições. Não é por outra razão que os Constituintes estão empenhados no fortalecimento dos Municípios e dos Estados. Não é por outro motivo senão o fortalecimento do equilíbrio federativo, a redução das desigualdades regionais e sociais, que os Constituintes de 87 estão, decididos, em louvável unanimidade, a assegurar aos Estados e Municípios, maior parcela dos tributos arrecadados.

Seria imperdoável contra-senso, ao mesmo tempo em que essas idéias predominam nesta Assembléia, continuarem os Territórios na servidão em que até hoje vivem, algemados a um estatuto iníquo, a uma lei orgânica ditatorial e até humilhante, que discrimina como parcialmente incapazes os brasileiros, os cidadãos que naquelas áreas estratégicas asseguram, com sua presença e seu trabalho, a soberania e o progresso do Brasil, até os longínquos limites, das fronteiras nacionais.

Seria o caso de se indagar: por que os Municípios têm a capacidade da autogestão, podem ser autônomos, enquanto o Governo territorial que coordena o seu desenvolvimento, que planeja e orienta muitas das suas iniciativas, tem que ser despojado de autonomia política? Por que o Território tem de ser submisso a uma pletera de entidades dos mais diversos sistemas e subsistemas da administração federal, que não se contenha, simplesmente, em ditar normas através de seus engomados e presunçosos arautos, mas vão além: decidem, mandam e desmandam na administração dos Territórios, à revelia e com total desconhecimento, pelo Governador, dos fatos que estão ocorrendo em sua casa.

Demissível *ad nutum*, sem mandato popular que lhe dê respaldo e representatividade às decisões, restam aos Governadores dos Territórios, duas alternativas: ou dobram os joelhos, baixam a cabeça, fingem ignorar a insolente intromissão e vão em frente; ou, então, reagem com dignidade e conseguem, com esse gesto, encurtar sua permanência à frente do Executivo territorial.

Não é por outra razão que quase 50% da área do Amapá constituem direitos minerais cedidos a umas poucas empresas alienígenas; que 35% de Roraima estão em igual situação. Apesar de sua rarefeita população, os

Território já ostentam, no seu passivo, sérios problemas de regularização fundiária. O problema indígena em Roraima agudiza-se a cada dia que passa, sem que providências imediatas e fortes sejam tomadas, já que ao Governo local falecem autonomia, representatividade e legitimidade para assumir posições corajosas. Tudo se agrava e se complica, com o perpassar do tempo, enquanto a essas unidades da Federação não se propiciar a indispensável autonomia política; enquanto não se instrumentalizar a sociedade local e seu governo com meios legítimos para conduzir com independência e coragem, a solução dos processos complicadores da paz social e do desenvolvimento econômico.

O que torna tudo isto mais grave é que essa mixórdia institucional ocorre justamente nas fronteiras do Brasil com nossos vizinhos, em fronteiras mortas, porque, em sua maioria, desabitadas.

Outro problema sério é o da Justiça. Três Juizes apenas para mais de 200 mil habitantes, os processos se acumulam nas prateleiras do **fórum**, por maior que sejam o zelo e o empenho dos magistrados de Roraima.

A maioria dos litígios judiciais é alcançado pelos prazos de prescrição; decaem no tempo, sem que o despacho judicial ocorra. "*Toda justiça que tarda é justiça que se nega*", dizia Rui Barbosa. Tornam-se os territórios o paraíso dos delinquentes; a "*Libéria*" dos piratas infratores do Código Civil e do Código Penal. A instância do 2º grau, a Justiça recursal, localiza-se em Brasília, a quase *4 horas de voo* de jato. Para conseguir um **habeas corpus**, o preso ou sua família tem que dispor, no mínimo, de 200 mil cruzados. São as despesas com avião, hotel, táxi em Brasília, refeições do advogado, honorário do advogado etc. É evidente que o desespero a cada dia se exacerba e que esse estado de calamidade pública não deve nem pode perdurar.

O sistema tributário que a futura Constituição irá consagrar vai representar significativo aporte de recursos para os Estados e Municípios. Os Territórios têm o poder executivo adequadamente estruturado, com a sede do Governo, secretarias, bancos, empresas vinculadas, quadro de servidores, inclusive no setor de ensino nos seus três graus principais, setor de saúde, agricultura etc. Têm Polícia Militar e Civil. As instalações da Justiça estão aptas, inclusive, a acolher os encargos do Juízo plural, com seus desembargadores, tribunal etc.

O Legislativo e o Conselho de Contas são as duas únicas instituições que carecem de estruturar-se em sua totalidade. A Assembléia Legislativa, o povo a elegerá, e a Mesa, com o plenário, organizará os serviços necessários. O edifício-sede poderá ser construído entre 180 a 240 dias. O mesmo pode ser dito em relação ao Conselho de Contas.

A situação financeira dos novos Estados será boa, porque não têm dívidas a rolar, e, quanto aos encargos com o pessoal, a exemplo do Acre e de Rondônia, só irão onerar os cofres estaduais aqueles que resultarem de novas contratações e os optantes pelas condições de servidor estadual.

Enquanto o novo sistema tributário que está sendo desenhado fortalece financeiramente o Município, o Estado, as regiões em desenvolvimento e as instituições financeiras de desenvolvimento regional, a Constituinte simplesmente ignora os Territórios, degradando-os, por retirar-lhes direitos consagrados na Constituição vigente.

Temos emendas, para as quais pedimos a consideração especial dos Srs. Constituintes, objetivando a reintegração

dos Territórios como unidades federativas, tradição que vem sendo respeitada pelas Constituições de 1934, 37, 46, 67 e que agora se pretende expungir. Uma delas visa assegurar aos Territórios, tal como hoje ocorre, as parcelas do Fundo de Participação dos Estados, Distrito Federal e Territórios, e não apenas Fundo de Participação dos Estados e Distrito Federal, como está no relatório.

Outra emenda visa a manter a prerrogativa da arrecadação dos impostos de competência estadual (ICM, por exemplo), que são instituídos pela União, e arrecadados, empregados e rateada a parcela devida aos Municípios pelo próprio Governo territorial.

Srs. Constituintes, muito mais há para ser dito sobre esse importante e grave tema. A brevidade dos dez minutos não privilegia maiores delongas.

É quase certo que o substitutivo do Relator Bernardo Cabral não contemplará, em suas Disposições Transitórias, artigo consagrador da transformação dos Territórios em Estados.

Voltamos a apelar, em tempo oportuno, para a Comissão de Sistematização, no sentido de fazer justiça aos brasileiros de Roraima e Amapá. Não temos problemas de fronteiras contestadas; o espaço territorial dos futuros Estados é o mesmo contido nas fronteiras dos atuais Territórios. A população é a mesma. Há unanimidade política em Roraima, relacionada com essa transformação. Não há por que esperar mais dois ou três anos por uma redivisão territorial – no nosso caso desnecessária – e por um plebiscito, também, no nosso caso, desnecessário.

Aqui fica o meu apelo, companheiros Constituintes. Apóiem a transformação dos dois Territórios em Estados. Vamos fazer justiça aos brasileiros que ali vivem, Vamos dar-lhes autodeterminação, altivez, dignidade cívica e a responsabilidade de constituírem com sua inteligência e trabalho a sociedade que desejam. Vamos retirar a canga dessa intolerável tutela de cima dos ombros do povo dos Territórios.

Confiamos em V. Ex.<sup>as</sup>. Roraima e Amapá depositam sua fé, suas esperanças e o seu futuro nas mãos e na consciência democrática dos honrados membros desta Comissão de Sistematização.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Muito obrigado ao Deputado Ottomar Pinto.

Concedo a palavra à ilustre Constituinte Maria de Lourdes Abadia.

**A SRA. CONSTITUINTE MARIA DE LOURDES ABADIA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, eu não poderia deixar de falar sobre o problema da ecologia, do meio ambiente neste momento em que estamos elaborando uma nova Carta Constitucional.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, impulsionada pelo compromisso inegociável de lutar pela preservação da vida em nosso planeta e garantir às gerações futuras um meio ambiente saudável, venho mais uma vez a esta tribuna, neste momento histórico que ora vivemos, falar sobre o que tenho visto em nosso País, concitar os colegas a uma reflexão e análise e apelar para que juntos assumamos o compromisso de aprovação das propostas ambientais.

Visitei a Amazônia e, consternada, vi as criminosas queimadas que, além de exterminar pássaros e animais, destroem toda a matéria orgânica que alimenta o solo e os microorganismos importantes para a entrada de oxigênio na Terra.

Em 1986, dois milhões de hectares foram queimados na Amazônia!

Sabemos que a Amazônia é o maior reservatório de seres vivos do Planeta. Cinquenta mil espécies de madeiras superiores – de cada três árvores do mundo, uma está na Amazônia; dois milhões de espécies de seres vivos – desde os unicelulares até os elaborados. Duas mil e quinhentas espécies de peixes – seguido pelo Mississipi, com 250 espécies – além de frutas comestíveis, raízes medicinais, palmitos e sementes.

Visitamos o Pantanal, e nas Assembléias Legislativas do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul fomos informados do que está acontecendo naquela área. E estarrecedor! A saúde de mais de 120 mil pessoas, que formam a população ribeirinha do norte do Mato Grosso, está comprometida pelas 40 toneladas de mercúrio utilizadas na queima do ouro e lançadas nos rios e córregos próximos às áreas de garimpo. Pelo menos 10% dos 150 mil garimpeiros existentes no Estado estão contaminados pelo produto, bem como os peixes – que, consumidos, certamente afetarão à saúde da população – além de milhares de aves aquáticas terem sido dizimadas.

A retirada do cascalho das barrancas já assoreou centenas de córregos e lagoas e provocou o desaparecimento de pelo menos 10 nascentes de água nas regiões de Peixoto Azevedo e Alta Floresta. Segundo pescadores, várias espécies de peixes migradores não são mais capturados.

A descaracterização dos igarapés pode ser identificada pela derrubada das matas ciliares. Segundo técnicos da região, onde anteriormente havia áreas consideráveis de matas alagadas, hoje resta apenas uma planície de inundação, completamente assoreada e morta.

As seqüelas causadas ao meio ambiente no Pantanal são Irrecuperáveis. Rios desapareceram, a erosão destruiu milhares de hectares de pastagens nativas; o gado morre quando bebe água de rios e lagos próximos a garimpos, isto sem falar no uso abusivo de agrotóxicos nas plantações, contaminando os trabalhadores rurais, rios, animais, peixes e pássaros.

Constatei a luta dos poucos guardas florestais do IBDF, os quais quase nada podem fazer na fiscalização do pantanal, sem recursos, sem os instrumentos necessários para combater os "coureiros" fortemente armados e equipados para matança dos jacarés. A consequência da morte destes é o crescimento desordenado das piranhas que já ameaça o uso dos rios.

Ouçó o nobre Constituinte Oswaldo Lima Filho.

**O SR. CONSTITUINTE OSWALDO LIMA FILHO:** – Permita-me, nobre Constituinte.

O assunto que V. Ex.<sup>a</sup> aborda é, sem dúvida, dos mais graves da conjuntura nacional. Na condição de membro e relator da comissão que analisou a questão dos agrotóxicos na Legislatura passada, tive ocasião de ouvir as maiores autoridades brasileiras sobre o problema do meio ambiente no País. Os dados que aqueles especialistas trouxeram ao Congresso Nacional são tão ou mais alarmantes do que os que V. Ex.<sup>a</sup> está trazendo a esta Comissão.

É lamentável que o meu prezado amigo, o Relator Bernardo Cabral, e os relatores adjuntos não tenham nenhuma sensibilidade para o problema do meio ambiente. Apresentei, neste sentido, duas emendas que resultaram do trabalho daquela comissão. Uma delas isenta de

impostos às organizações que produzam inseticidas biológicos, eis que não há outra solução para o País senão a de desenvolver cientificamente esse ramo. É certo que não se pode deixar desamparada à agricultura diante das pragas, mas é evidente que os agrotóxicos estão matando maior número de agricultores e envenenando todos os consumidores. Essas toxinas já estão presentes até no leite materno.

Por outro lado, numa outra emenda, reclamo à criação de um departamento nacional de defesa do solo, a exemplo da organização que os Estados Unidos da América do Norte criaram em 1908, visto que até hoje, apesar das recomendações do Plano Salt e de uma CPI que criamos no Congresso, nada se fez no Brasil.

O discurso de V. Ex.<sup>a</sup> é, pois, muito oportuno e importante.

**A SRA. CONSTITUINTE MARIA DE LOURDES ABADIA:** – Muito obrigada a V. Ex.<sup>a</sup> pelo aparte, que enriquece muito estas considerações.

A vida urbana também está sendo cada dia mais comprometida com a poluição provocada pelo dióxido de enxofre. Cubatão é o retrato do descompromisso com a sobrevivência.

Não podemos ser omissos em face da política para a construção de armas nucleares. Muitos falam em soberania. Mas que soberania tem um país que ainda não resolveu os problemas essenciais de sobrevivência, que não resolveu os problemas relacionados com a habitação, o transporte, a alimentação, a educação, a saúde, enfim, para propiciar ao seu povo uma qualidade de vida razoável?

Não podemos fugir à responsabilidade de legislar para o presente e para as gerações futuras. Não podemos ser omissos na elaboração de propostas que venham estabelecer o desenvolvimento que todos buscamos, sem perder de vista o compromisso com a qualidade do meio ambiente.

E não poderia, ao terminar este pronunciamento, deixar de falar sobre Gaia – o nome que os antigos gregos, em sua cosmovisão bem mais holística que a nossa, davam à deusa da Terra. Gaia representa vida. O planeta Terra é um ser vivo, um ente vivo com identidade própria, o único de sua espécie que conhecemos. Se outras Gaias existem no Universo, em nossa ou em outras galáxias, serão todas diferentes. É triste pensar que o nosso comportamento diante da natureza representa um perigo mortal para Gaia.

É claro que no mundo moderno em que vivemos não é possível ter uma atitude contemplativa da natureza, mas é possível conciliar o desenvolvimento econômico e o cuidado com o meio ambiente sem destruí-lo. Não podemos destruir tudo aquilo que tão generosamente nos foi dado por Deus.

Espero que minhas palavras não se transformem apenas em registro nos Anais desta Comissão, mas que cheguem a cada brasileiro, para um despertar da consciência de defesa, preservação e recuperação do meio ambiente.

Avançamos muito, garantindo no projeto do Constituinte Bernardo Cabral um capítulo dedicado ao meio ambiente, e espero contar com os companheiros para a sua aprovação.

Não podemos deixar que arranquem as raízes de nossos sonhos, principalmente no que se refere à preservação da vida.

Conto com o voto de todos na conquista do direito de viver e no compromisso com a vida.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Agradeço a colaboração da Constituinte Maria de Lourdes Abadia.

Passo a palavra ao nobre Constituinte Jorge Hage, que falará sobre sistema de governo.

**O SR. CONSTITUINTE JORGE HAGE:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, encerram-se hoje as discussões, nesta etapa na Comissão de Sistematização. Amanhã, o ilustre Relator Bernardo Cabral fecha seu novo substitutivo. Poucas horas, portanto, nos separam do prazo fatal dos chamados "quarenta e cinco minutos do segundo tempo", no qual o jogo vai ter que ser encerrado, qualquer que seja o score ou o estado de ânimo das duas equipes em campo. Diante de tudo que aí está – e a população brasileira, certamente perplexa e estarecida, assiste a tudo – a discussão sobre sistema de governo, que deveria ser a mais séria, travada com a maior grandeza de atitude, transformou-se em coisa menor, em jogo mesquinho, imediatista, onde os interesses de grupos, agarrados ao poder, para não perdê-lo em tempo e em amplitude, se sobrepõem a tudo. Dezenas de fórmulas já foram inventadas, não de sistema de governo, não formulações que objetivam inovar perante a história dos países de instituições democráticas respeitáveis, em torno de um modelo parlamentarista clássico, tradicional ou moderno, ou modelo presidencial mais ou menos concentrador, mas receitas que visam, todas elas, a assegurar a manutenção do poder e à prorrogação da transição, à prorrogação dos poderes do atual Governo, que, por ser de transição, deveria ser encerrado com a promulgação da nova Constituição.

Diante de tudo isto, cabe-me indagar, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, se vale a pena aqui discutir o sistema de governo como vem sendo tentado por algumas figuras do maior respeito. Tentaram aqui fazê-lo os Senadores José Fogaça e Afonso Arinos, os Deputados Egidio Ferreira Lima e Aldo Arantes, e tantos e tantos outros Colegas das mais diversas tendências políticas e filiações partidárias. Mas a sensação que isso nos dá é de uma enorme e absoluta perda de tempo e distanciamento do jogo real, porque o que se está discutindo lá fora – e isso vai desembocar, de uma forma ou de outra, no texto do Substitutivo e nas votações aqui, a partir do dia 24 – não é sistema de governo, mas, simplesmente, a questão da prorrogação ou do encerramento do Governo de transição do Sr. José Sarney.

É preciso, inclusive, passar à população, com clareza, esta mensagem e esta idéia, para que a sociedade não caia, de uma vez por todas, na descrença absoluta em relação a todos nós, a Assembléia Nacional Constituinte, a classe política, as próprias instituições da democracia representativa, porque até isso estão pondo em jogo neste momento. Não estão pondo em risco apenas o parlamentarismo, como última esperança de formulação da democracia representativa para o Brasil. Estão pondo em risco a própria confiabilidade das instituições da democracia representativa, sejam elas quais forem.

Passa-se para a opinião pública, que está perplexa, a idéia de que se trata de algo importante, a discussão sobre o sistema de governo. Mas não o é! Trata-se apenas de discussão sobre prorrogação ou não, sobre o agarramento ao poder dos grupos que lá estão postos pela correlação de 1984, resultante do Colégio Eleitoral, que nada mais tem a ver com a realidade política deste momento e que não tem sequer a mínima condição de assegurar a sustentação política a este mesmo Governo no próximo ano.

Fico a indagar-me o que acontecerá em 1988, neste País, se o Presidente José Sarney e os palacianos conseguirem seu intento de impedir a aprovação imediata do parlamentarismo e de prolongar este Governo tal qual é – presidencialista – sem nenhuma responsabilidade do Congresso em relação a ele, sem a mínima sustentação aqui dentro, para não falar lá fora, na rua, porque esta simplesmente inexistente. O que será deste Governo, em 1988, se eles conseguirem o que querem – presidencialismo? O que acontecerá se nós todos, de repente, concordarmos em votar, como querem os porta-vozes do Planalto, o presidencialismo?

Vamos fazer um rápido exercício de antecipação e simulação. O que acontecerá com o País em 1988? O Presidente fará, em caráter de urgência absoluta, uma reforma ministerial, para tentar segurar-se? Uma reforma ministerial mesmo, sem ser a isso obrigado, pelo sistema de gabinete, mas em pleno regime presidencialista? E essa reforma ministerial será suficiente para recompor a sua base de sustentação parlamentar? Em um ano de eleições em todos os Municípios do Brasil, obterá ele apoio e respaldo, aqui, para esta mesma concepção de governo que adota?

Senador José Fogaça honra-me muito o seu aparte.

**O SR. CONSTITUINTE JOSE FOGAÇA:** – Constituinte Jorge Hage, V. Ex.<sup>a</sup> fala muito bem quando faz referência a algo chamado apego férreo ao poder. Reiteradamente ouvimos aqui uma tese que, de tão repetida, passa a ser considerada como verdade definitiva ou como lógica irredutível: "Quem detém o poder, dele não abre mão". E toma-se isto como muito natural, humano e próprio de um sistema democrático. O apego arraigado ao poder nada mais é do que a simples lógica humana.

Gostaria de lembrar àqueles que assim pensam – e a minha lembrança está em consonância com a denúncia que V. Ex.<sup>a</sup> faz – que o Presidente Raul Alfonsín, eleito pelo voto direto – portanto, com enorme carga de legitimidade política, pois não é fruto de arranjos institucionais ou de grupos, mas constitucionalmente eleito pelo voto direto e pela vontade majoritária do povo argentino – decidiu, através do Conselho para a Democracia, por ele organizado, enviar ao Congresso Nacional argentino uma proposta de reforma constitucional, que sugere a introdução, na Argentina, do sistema parlamentarista de governo e em que ele, Raul Alfonsín, abre mão dos seus poderes imperiais – que a Constituição de 1853 lhe dá –, para transformar-se em Chefe de Estado, condutor do processo político daquele país.

Isto desmente a tese mesquinha e anti-humana – o que é contrário à natureza humana é, isto sim, o apego férreo ao poder – desmente a tese que tentam passar como verdade definitiva e como lógica irredutível no Brasil, qual seja, a de que quem detém o poder dele não pode abrir mão. Gostaríamos que a América Latina fosse povoada de estadistas como o que felizmente, a Argentina tem hoje.

**O SR. CONSTITUINTE JORGE HAGE:** – Nobre Constituinte José Fogaça, o aparte de V. Ex.<sup>a</sup> ilustra e honra meu pronunciamento e faz-me pensar que, para termos coisa assemelhada no Brasil, só haveria um caminho, ou seja, se propuséssemos – e poderíamos até batizá-la de Fórmula nº 18, porque são tantas as fórmulas em homenagem ao dia fatal que será o de amanhã – a seguinte solução: adoção do parlamentarismo, passando o Presidente José Sarney à condição de Primeiro-Ministro, com estabilidade de 3 anos, sem possibilidade de destituição durante os próximos 3 anos, ou seja, até 1990.

Quem sabe – para evitarmos eleições, porque sobre isto não há o que se falar – assumiria o Presidente Ulysses Guimarães, na condição de seu substituto eventual no Palácio do Planalto? Então, teríamos o Presidente Ulysses Guimarães como Chefe de Estado, ali, no Palácio do Planalto, e o Presidente José Sarney como Chefe de Governo e Primeiro-Ministro deste parlamentarismo transicional ou transacional – brasileiro. Esta, parece-me, é a única fórmula para trazermos o Presidente José Sarney a uma solução que não seria semelhante à solução Argentina, mas seria uma contrafação da proposta ditada pela grandeza do Presidente Raul Alfonsín.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Seu tempo já está encerrado e, desta forma, peço a V. Ex.<sup>a</sup> a gentileza de concluir seu pronunciamento.

**O SR. JORGE HAGE:** – Concluirei, Sr. Presidente, com a sua benevolência.

Mas, voltando a falar em termos sérios, como o tema exige, permito-me ler aqui uma nota ontem emitida por alguns partidos políticos dos setores chamados progressistas, nos quais incluímos dentro da unidade progressista do PMDB, na qual estão fixadas as nossas preocupações com relação ao rumo das discussões sobre o sistema de Governo, que ameaçam a própria credibilidade, como disse, das instituições democráticas representativas, e onde estão, além disso, fixadas as nossas posições, em termos do que acreditamos absolutamente inegociável. Ou seja, primeiro, a adoção do sistema parlamentarista, com seus ingredientes essenciais; segundo, a sua adoção imediata no ano de 1988; terceiro, eleição direta para Chefe de Estado em novembro de 1988; quarto, voto proporcional, acabando de uma vez com esta conversa equivocada de que o sistema parlamentarista exige o voto distrital.

Eis a nota:

#### "O RUMO DAS NEGOCIAÇÕES SOBRE O SISTEMA DE GOVERNO"

O rumo das discussões sobre o sistema de governo começa a inquietar a opinião pública brasileira colocando-a em dúvida sobre a seriedade da própria Assembléia Nacional Constituinte.

Vislumbram-se com nitidez por entre os argumentos doutrinários interesses menores de alguns dos grupos ligados ao poder na defesa de seus privilégios através da ampliação do atual mandato presidencial e de suas prerrogativas. Conchavos, ameaças e desprezo pelo sentimento popular, agravam o descrédito da Assembléia Nacional Constituinte comprometendo os seus resultados, inclusive o regime que venha a emergir de tal processo.

Diante deste quadro, parlamentares do PMDB (MUP), PC do B, PCB e PSB resolveram oferecer à apreciação de todos aqueles que se preocupam com o destino das instituições democráticas num sistema estável, plural e participativo, os seguintes pontos de vista:

1 – O parlamentarismo representa a mais avançada forma de organização da democracia na medida em que coloca ao alcance do povo – via parlamento – o poder de não apenas eleger, mas manter ou destituir os governos. Além desse poder de cobrança sobre compromissos, o parlamen-

tarismo garante uma efetiva transparência nas atividades administrativas, colocando programas e ações governamentais sob a vista pública e à deliberação da representação popular.

2 – Para evitar que este sistema se constitua numa farsa, não se pode abrir mão da distinção entre as funções do Chefe de Estado que é o Presidente da República eleito diretamente e as do Chefe de Governo que é o Primeiro-Ministro aprovado pela Câmara dos Deputados e por ela destituível. Evidentemente a adoção do sistema parlamentarista implica, necessariamente na possibilidade da dissolução da Câmara e convocação de novas eleições pelo Presidente da República.

3 – A consolidação do regime democrático impõe, a nosso ver, a implantação do sistema parlamentarista logo após a promulgação da nova Constituição brasileira. Os inaceitáveis artifícios gradualistas de caráter procrastinador, visando exclusivamente a representar os poderes do atual Presidente, na verdade perpetuam a instabilidade de uma transição interminável.

4 – Na mesma perspectiva da consolidação do regime democrático, reafirmamos nossa posição na defesa das eleições diretas para Presidente da República em 1988.

5 – Não tem o menor fundamento a equivocada tese de que o sistema parlamentarista depende da adoção do voto distrital. Nada mais falso. O voto proporcional é adotado exatamente pela grande maioria dos países que também adotam o parlamentarismo, como a Espanha, Portugal e a Itália.

Tampouco a opção entre o voto proporcional e voto distrital é uma mera questão de preferência pessoal. Trata-se de opção gravíssima que poderá excluir da vida política a maioria dos setores progressistas deste País. O objetivo do voto distrital é transformar o futuro do Governo num reduto completamente retrógrado, conservador, elitista e definido pelo poder econômico.

O voto proporcional é, portanto, uma opção pela democracia plural com participação das minorias. Incompreensível, assim, que setores progressistas ainda admitam examinar a possibilidade do voto distrital ou do voto distrital-misto que vem a ser, exatamente, a mesma coisa. São graves as consequências dessa opção.

Conscientes da importância da unidade das forças progressistas – um dos mais auspiciosos acontecimentos deste processo constituinte – formulamos um veemente apelo aos companheiros progressistas de todos os partidos – especialmente o PT e o PDT – no sentido de que examinem serena e fraternalmente os pontos de vista aqui expostos.

Nossa perspectiva é ampliar e aprofundar a unidade de nossas forças em função da democracia e do avanço social com os quais estamos todos igualmente comprometidos.

Brasília, 16 de setembro de 1987. – **Jorge Hage – Domingos Leonelli – Nilton Friedrich – Vilson Souza –**

**Paulo Ramos**, pelo MUP do PMDB – **Aldo Arantes–Lidice da Mata – Haroldo Lima**, pelo PC do B – **Roberto Freire**, pelo PCB – **Jamil Haddad**, pelo PSB”.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Com a palavra o Constituinte Chagas Duarte.

**O SR. CONSTITUINTE CHAGAS DUARTE:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, inicialmente, gostaríamos de deixar claro que continuamos a luta em prol da elevação de Roraima e Amapá à categoria de Estado, pois esses Territórios, após mais de quarenta anos de trabalho e ingentes sacrifícios para atingir grau razoável de desenvolvimento econômico e cultural, encontram-se em condições de adquirir plena autonomia, como é reconhecido por todos quantos conhecem a realidade local, inclusive o ilustre Relator da Comissão de Sistematização, Constituinte Bernardo Cabral.

No entanto, porque estamos elaborando a nova Carta Magna para o presente e o futuro, não podemos aceitar à situação de inferioridade em que foram colocados os Territórios Federais, tanto no Projeto da Comissão de Sistematização, como no Substitutivo do Relator, excluindo-os até mesmo da definição da República Federativa do Brasil, de acordo com o art. 2º das duas proposições.

Para corrigir a inaceitável discriminação, que constitui flagrante retrocesso constitucional, apresentamos a Emenda nº ES 23.550-8, que visa dar a seguinte redação ao mencionado dispositivo:

"Art. 2º A República Federativa do Brasil, constituída sob o regime representativo pela união indissolúvel dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, tem como fundamentos a soberania, a nacionalidade, a cidadania, a dignidade das pessoas e o pluralismo político."

Desde a Carta de 1934, os Territórios ganharam estatura constitucional, para constituir, ao lado dos Estados do Distrito Federal, mediante união perpétua e indissolúvel, a Nação brasileira.

A Constituição seguinte, de 1937, excessivamente centralizadora, reduziu-lhes a expressão, conservando-os, porém, como integrantes da união indissolúvel que constituía os Estados Unidos do Brasil. A Carta democrática promulgada em 1948 voltou a enobrecer a figura do Território, sustentando sua personificação no bojo da Federação e da República, além de conferir-lhe Ministério Público, Polícia Militar e sistema de ensino próprios e representação na Câmara dos Deputados, situação mantida pela Lei Maior de 1967.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, porque agora passado mais de meio século, aviltar-se a figura do Território, excluindo-o da República Federativa? Que interesses seriam contrariados, que prejuízos teriam os Estados com a conservação dos Territórios como integrantes da Federação, ainda que como critério físico, para determinar que é o Brasil, deixando claro que se incluem na base física da Federação brasileira e na sua Conformação geográfica, como sustenta o ilustre professor e hoje Constituinte Michel Temer? Equivocaram-se os Constituintes de 1934, 1937, 1946 e 1967, por assim haverem considerado os Territórios? Pelo contrário, Sr. Presidente, compreenderam eles a importância do Território para suprir deficiências locais e dinamizar certas regiões do País, principalmente em áreas de fronteira, visando ao seu desenvolvimento econômico, social, político e administrativo, à ocupação



efetiva do território nacional e à sua integração sócio-econômica e cultural à comunidade brasileira.

Na verdade, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o Território Federal é um Estado em embrião, tem personalidade própria, não é mero órgão da administração direta da União; tem negócios e interesses, que defende em nome próprio. Não é simples autarquia; as linhas mestras de seu regime jurídico constam da Constituição; tem estrutura de governo próprio, seu povo é representado no Congresso Nacional; divide-se em Municípios, que gozam a mesma autonomia conferida às demais comunas do País, com Prefeitos e Câmaras de Vereadores livremente escolhidos pela população.

É inacreditável, Sr. Presidente, que se queira novamente envilecer a figura do Território, justamente no seio da Assembléia Nacional Constituinte, cuja convocação foi o coroamento da luta pela redemocratização do País, do pleno reencontro do Estado com a Nação. É inconcebível que a Carta Política da Nova República retroceda no tratamento constitucional dispensado aos Territórios, até mais que a Constituição ditatorial do Estado Novo, decretada por Getúlio Vargas, em 1937.

Eventuais filigranas ou preciosismos jurídicos, já dissipados, aliás, por quatro Constituições Federais consecutivas, não podem prevalecer sobre a realidade nacional, sobre o interesse superior, que é o da Federação brasileira.

Essas razões, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, dão-nos a certeza de que faremos justiça aos Territórios Federais, recompondo a tradição de mais de cinquenta anos que os consagra, ao lado dos Estados e do Distrito Federal, como integrantes da união indissolúvel que constitui a República Federativa do Brasil.

Este é o apelo que fazemos a todos os Srs. Constituintes, esperando contar também com o apoio do respeitado Sr. Relator, Constituinte Bernardo Cabral, que certamente reverá os termos do art. 2º de seu Substitutivo, para recolocar os Territórios como integrantes da República Federativa do Brasil, posição a que foram legítima e oportunamente guindados desde a Constituição democrática de 1934.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos)** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Amaral Netto, que falará sobre a pena de morte.

**O SR. CONSTITUINTE AMARAL NETTO** – Sr. Presidente, Srs. membros da Mesa, Sras. e Srs. Constituintes, infelizmente tenho de declarar que a Comissão de Sistematização é o espelho desta Constituinte. Com todo o respeito que lhe é devido – e justamente por isso – é inimaginável que, diante de uma crise nacional como a que vivemos, estejamos aqui trabalhando para fazer uma Constituição, quando os membros da Comissão – que de fato é a grande Comissão, que negamos ao início – estão reunidos por aí, em algum lugar, como se fossem clandestinos.

Nada tenho contra o meu querido amigo Constituinte Bernardo Cabral nem contra o meu grande companheiro de velhos tempos, Constituinte Afonso Mines, e respeito muito todos aqueles que aqui estão nos seus lugares, porque têm merecimento. Mas é inacreditável que, na feitura de um trabalho como este, esta sala esteja da forma em que está hoje, e como tem estado nas outras vezes em que aqui tenho comparecido.

Na minha “incultura”, costumo contar uma passagem muito curiosa – não sei quem é o autor – sobre o passarinho que apanhava água no bico e jogava sobre o incêndio na floresta.

Perguntou-lhe uma águia: “Por que você faz isso”? Ele dizia: “É para apagar o incêndio.” “Mas você pensa que vai apagar o incêndio apenas jogando água com o bico?” Ele disse: “Se não vou apagar, estou cumprindo o meu dever.”

Eu vim aqui cumprir o meu dever diante de uma Constituinte na qual não acredito – queria deixar isto claro a V. Ex.<sup>as</sup> Não acredito porque o povo lá fora não está pensando nela. Está pensando é no emprego que não tem, na fome, no caos social, no desemprego, na insegurança. Esta é a única verdade. Se V. Ex.<sup>as</sup> verificarem as pesquisas feitas hoje, no Brasil, verão que refletem que, por exemplo, o assunto principal debatido nesta Casa – parlamentarismo ou presidencialismo – não conta sequer com 1 ou 2% das preferências populares.

O assunto de que venho cuidar, a pena de morte, para cumprir o meu dever, faz parte dos três principais pontos que o povo quer ver discutidos pelos Constituintes. No entanto, nesta Casa, pena de morte é praticamente palavra. Há apenas o apoio de alguns companheiros. Falo sozinho sobre o assunto, e o faço cada vez com mais convicção. Isto porque, Srs. Constituintes, a pena de morte nada tem a ver com partido político, nada tem a ver com ideologia, nada tem a ver com doutrina, nada tem a ver com religião, nada tem a ver com qualquer tipo de posição. É uma questão de foro íntimo; não tem delimitação religiosa, nem partidária, nem ideológica. A pena de morte a que me refiro é aquela que está na minha emenda, que pune com a morte aqueles que matam pessoas inocentes, que pune o seqüestrador, aquele que seqüestra uma pessoa, cobra um resgate e mata o seqüestrado, depois de estar com o pagamento do resgate na mão, a exemplo do que ocorreu em Itaboraí, Rio de Janeiro, quando um indivíduo seqüestrou um amigo, pediu um resgate e o matou antes de recebê-lo. Peço a pena de morte para um caso como o que lhes vou contar: na madrugada passada, fui despertado em minha casa, no Lago Sul, por duas moças que pediram socorro à minha porta, amigas das minhas filhas e que acabavam de ser brutalmente estupradas e violentadas, num matagal próximo, e ameaçadas com revólveres apontados para suas cabeças.

Pergunto: que direito humano é este, que defende o direito desse canalha e não admite que se defenda o direito da vítima?

Às vezes, quando me dizem “mas só vão morrer pobres e pretos”, respondo que esta foi uma mania que encontrei desde a minha campanha no Rio de Janeiro: é como chamar o pobre e o preto de criminosos – o que não é verdade. A mulher, o pobre e o preto são as maiores vítimas da violência, inclusive a policial.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – V. Ex.<sup>a</sup> me concede um aparte?

**O SR. CONSTITUINTE AMARAL NETTO:** – Concedo aparte a V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – Nobre Constituinte existe um conceito elementar de delito segundo qual crime é a falta grave da qual resulta um dano. Então, mostra-se a gravidade do crime pelo dano resultante do ato praticado. Sabemos perfeitamente que provocam a indignação em todas as pessoas os crimes bárbaros e hediondos que acontecem em nossa sociedade, digamos, com estigma da maldade. Sabemos perfeitamente que há determinados crimes, muito mais elaborados, em que estigma da maldade não fica tão acentuado, mas cujos resultados são muito mais danosos, extremamente mais danosos que os atos isolados. Temos aí os chamados crimes de colarinho branco, conhecidos, denunciados diariamente por to-

da a imprensa. Entretanto, com relação a estes, fica na alma da sociedade a convicção, a certeza da impunidade que grassa neste País.

Não podemos, de forma alguma, entender que algo, por exemplo, como a pena de morte, possa resolver a questão da criminalidade neste País. Devo dizer, a bem da verdade, que, quando a sociedade, hoje traumatizada, em certo sentido, manifesta seu apoio à pena de morte é porque ela própria já está descrente dos poderes públicos, do País, de tudo. Precisamos, isto sim, discutir este modelo econômico e todo o sistema que vigora neste País, porque, se sociedade contar com uma justiça ágil, com uma boa política e verificar que o criminoso está sendo devidamente responsabilizado, certamente não apoiará a pena de morte.

O que determina, hoje, uma espécie de reivindicação da pena de morte é a impunidade que grassa no País, que começa nas cúpulas governamentais e chega ao nível da própria criminalidade.

**O SR. CONSTITUINTE AMARAL NETTO** – O aparte de V. Ex.<sup>a</sup>, tem grande importância, porque reflete uma tendência que há no Congresso. Eu a sinto há muito tempo. Mas V. Ex.<sup>a</sup> poderá prever, por exemplo, que, até que se reformulem o Estado e o regime, nossas filhas vão sendo violentadas e mortas, pessoas inocentes vão sendo seqüestradas e assassinadas.

Quero dizer, nobre Constituinte Paulo Ramos, que os crimes do colarinho branco precisam de punição grave e séria, o que não ocorreu ainda neste País. Não há a menor dúvida. Estou a seu lado, para elaborar uma emenda que inclua toda espécie de punição que V. Ex.<sup>a</sup> imaginar.

Quero que V. Ex.<sup>a</sup> entenda uma coisa: acredito piamente que uma pessoa que rouba para sobreviver, que rouba pela febre de consumo, gerada principalmente pela televisão e pela sociedade capitalista, tenha o direito de ser julgada não como um criminoso comum, mas, diríamos, como um criminoso social. Não é para esses casos a minha proposta de pena de morte. Não admito que se considere produto da má distribuição de rendas, ou do mau governo, ou de tudo aquilo que se fez no País até hoje, o assalto violento, o roubo com morte, o estupro com morte, o assalto com morte, o seqüestro com morte, que são coisas completamente diferentes. Neste caso, todos os pobres e negros seriam criminosos no País. Acho que é legítima a aspiração de alguém, que às vezes leva a pessoa ao ato desonesto ou a alguma coisa onde não pretenderia chegar. No entanto, o que não admito é tirar a vida de alguém inocente, que não teve direito de defesa nem coisa alguma.

Veja que, quando V. Ex.<sup>a</sup> fala na situação atual, eu não discuto. V. Ex.<sup>a</sup> tem razão quando fala na má polícia, no mau Judiciário também, porque tudo no Brasil tem uma correlação. Não temos boa polícia porque não temos bom Judiciário, não temos bom Executivo, porque não temos bom Congresso. Esta é a verdade. Nenhuma dessas coisas é independente da outra. Somos, todos, produto de um meio que é mau.

Agora, eu diria a V. Ex.<sup>a</sup>: vamos cuidar de melhorar isso, sem dúvida, mas vamos impedir que continuem acontecendo coisas como essas. Não digo que a pena de morte irá resolver o problema. Nunca disse isso. As estatísticas pululam por todos os lados. Dos 50 estados dos Estados Unidos, 37 têm a pena de morte, sendo que 25 haviam aberto mão dela e voltaram a adotá-la pela reincidência dos crimes, que voltaram a crescer em razão de sua não existência.

Não digo que seja a solução para o problema. Digo que é preciso que defendamos o direito humano, da vítima, porque até agora se procurou defender, no Brasil, o direito humano do bandido, do criminoso.

Ouç o nobre Constituinte Oswaldo Lima Filho.

**O SR. CONSTITUINTE OSWALDO LIMA FILHO** – Nobre Constituinte Amaral Netto, compreendo a indignação que se reflete no discurso de V. Ex.<sup>a</sup> e em grandes setores da sociedade brasileira diante da maré de criminalidade que se espalha pelo País. Não posso, porém, deixar de registrar minha inconformidade com a proposta de V. Ex.<sup>a</sup>, em primeiro lugar, porque, como cristão, não devo admitir a pena de morte como solução para problema algum. Se não temos o direito de criar a vida a qualquer momento, não temos o direito de extingui-la em nome de qualquer norma jurídica.

**O SR. CONSTITUINTE AMARAL NETTO** – Quem o tem é o criminoso?!

**O SR. CONSTITUINTE OSWALDO LIMA FILHO** – O criminoso tem que ser segregado.

**O SR. CONSTITUINTE AMARAL NETTO** – Em que situação?

**O SR. CONSTITUINTE OSWALDO LIMA FILHO** – Admito até que se defenda a pena perpétua para aqueles criminosos irrecuperáveis. V. Ex.<sup>a</sup>, que se tem debruçado sobre o assunto, sabe que têm sido freqüentes os casos de criminosos que, postos em liberdade condicional ou de outra forma, voltam imediatamente a cometer os crimes mais hediondos.

Mas a minha primeira objeção é de ordem filosófica, religiosa. A segunda também diz respeito à política criminal. Os estudiosos, os que se debruçaram de forma isenta sobre o estudo científico da matéria, demonstram, é uma aspiração do povo brasileiro. E não que a criação da pena de morte e sua exacerbação só fizeram agravar os delitos. Se a sociedade proclama que vai matar os criminosos, em casos de estupro ou de seqüestro, é evidente que todos esses casos vão ser sucedidos de morte, como forma de eliminar a identificação do criminoso. Então, do ponto de vista político-criminal, iríamos agravar os delitos e não diminuir a incidência dos crimes de morte.

**O SR. CONSTITUINTE AMARAL NETTO** – Constituinte Oswaldo Lima Filho, isso se deve a um erro de interpretação de V. Ex.<sup>a</sup>. Minha emenda não prevê a morte para quem seqüestra, rouba ou estupra, justamente por isso que V. Ex.<sup>a</sup> está dizendo. E também porque haveria uma subjetividade muito grande em julgar alguém que rouba para comer, ou não.

Minha emenda, que, sei, não será aprovada, mas pela qual vou lutar até o último segundo, é dele. Nos Estados Unidos, Constituinte Oswaldo Lima Filho, até há quinze dias, a tendência popular pela pena de morte era de 12% – igual à brasileira. Há oito dias o Instituto Gallup voltou a perquirar nos Estados Unidos e verificou que a tendência passou para 86%. Na Inglaterra, chegou a 83%. Na França e Espanha estão querendo que a pena de morte volte a vigorar.

Permita-me explicar-lhe que o que V. Ex.<sup>a</sup> disse é perfeito. Se se condenar à pena de morte quem seqüestrou, esse homem elimina o seqüestrado, para não ser reconhecido. Prevejo a pena de morte para quem seqüestra e mata, como o caso daquele menino de Itaboraí, no meu Estado.

Como explicar, por exemplo, a atitude de um moço de 22 anos que chega em casa e, porque a mãe mandou que ele abaixasse o volume do rádio, mata a tiros o pai, a mãe e os três irmãos e depois os esfaqueia para ter certeza de que morreram. Veja V. Ex.<sup>a</sup> que psicólogos e psiquiatras, por unanimidade – foi publicado em todos os jornais – concluíram que é ele irrecuperável, não há como melhorá-lo.

**O SR. CONSTITUINTE OSWALDO LIMA FILHO** – V. Ex.<sup>a</sup> há de convir que essas pessoas, na generalidade, são psicopatas, são doentes mentais, que outra pena não merecem senão a de confinamento, por serem penalmente irresponsáveis.

Permita-me acrescentar o caso terrível de erro judiciário – quantos erros judiciários foram cometidos no Brasil? – dos irmãos Naves, muito recente. Há pessoas condenadas a vinte, trinta anos de prisão, por homicídio, e depois se verifica que eram absolutamente inocentes.

**O SR. CONSTITUINTE AMARAL NETTO:** – Discordo de V. Ex.<sup>a</sup>, nobre Constituinte. Peço-lhe que leia minha emenda, que admite toda espécie de interposição de recurso, com suspensão da pena, inclusive ao Presidente da República. Nem acredito que essa pena seja aplicada na primeira ocasião, mas apenas na reincidência. Há um detalhe muito importante – V. Ex.<sup>a</sup> diz que são psicopatas, não discuto esse aspecto – como manter um psicopata, se não temos dinheiro para eliminar a miséria deste País?

Que direito temos de manter na miséria aqueles favelados, uma porcentagem gigantesca da nossa população em condições subumanas, em favor da manutenção de presídios, que não existem nem nos Estados Unidos, em condições de permitir que a criminalidade não aumente? Defendo a tese de que o presídio deve ser industrial e agrícola para os recuperáveis, os que praticam delitos que não são propriamente crimes. Cada um que fique com a responsabilidade do seu gesto.

Repito: o povo brasileiro quer a pena de morte. Se V. Ex.<sup>as</sup> não a querem, se o Congresso Constituinte não a quer e se damos mais importância a questões de toda ordem e resolvemos ignorar a pena de morte, o problema não é meu, é de cada um que vai prestar contas aos seus eleitores, àqueles que os elegeram.

Alguns se elegeram com outros compromissos. O meu foi o de vir a esta Comissão, repito, caro Presidente, Constituinte Aluizio Campos e caro Senador Constituinte José Fogaça, para cumprir meu dever. E vou cumpri-lo até a última instância, sabendo que de nada vai adiantar. Lamento ter de dizer a V. Ex.<sup>as</sup> que, no dia 25 de novembro – e aqui estão duas testemunhas, os Constituintes José Fogaça e Aluizio Campos – subi à tribuna para declarar que me recusava até a dar meu. “não” à convocação desta Constituinte. As galerias, compostas de integrantes da CUT e do PT, me aplaudiram. Por quê? Porque declarei que esta Assembléia estava sendo convocada erradamente. Ela está ruim como está, porque nasceu errada. O Presidente da República não podia convocar esta Constituinte. O Congresso não tinha poderes para isto. Tínhamos de ter feito um plebiscito para saber do povo se queria uma Constituição, como a queria e quando. Nós nos arvoramos em ditadores da opinião pública ao decidirmos fazer uma Constituinte como a que aí está, capenga. E a prova é esta sala. Onde estão os que fazem parte desta Comissão? Escondidos no Instituto Israel Pinheiro, no Hotel Carlton? Onde estão eles? Não consigo falar com ninguém, a não ser com meia dúzia – esta é que é a verdade.

Mas vou cumprir minha missão, meu compromisso de campanha. Lutarei pela pena de morte até o último minuto, com o direito que tenho de defender esta posição, respeitando a de todos e voltando a dizer que ela não é política, não é ideológica, não é religiosa. Trata-se da defesa da sociedade.

Chega de defender os direitos humanos dos bandidos, dos assassinos, dos criminosos, esquecendo-nos dos direitos humanos das vítimas, esquecendo-nos de que a mulher do motorista de táxi, dos mais atingidos pelo crime no País, se transforma, na maioria das vezes, em prostituta para manter a família que perdeu seu chefe nas mãos de um assassino, que roubou seu carro e o matou.

Não sei se V. Ex.<sup>as</sup> estão sabendo, mas fui atingido, há pouco, diretamente, por um policial de Minas Gerais, em Araguari, que matou um menino, namorado de minha filha, com um tiro na testa, só porque ele estava apanhando os documentos no carro e não agiu com a rapidez que o policial queria. Este encostou-lhe o revólver na nuca e deu-lhe um tiro.

O policial está preso, mas garanto-lhes que será solto em um ano ou dois, como tem acontecido em todo o Brasil inteiro. Existe, em São Paulo, criminosos com 90 crimes de morte que estão soltos. Enquanto isso, falamos em sociedade, em distribuição de renda, em modificar o sistema. Até que isso aconteça, nossas filhas vão sendo estupradas, nossos filhos vão sendo assassinados, brasileiros vão sendo seqüestrados e mortos, violentados e assassinados.

Vou encerrar – apenas cumprindo meu dever – dizendo que lutarei pela pena de morte até o último instante, numa Constituinte em que não acredito. Esta é uma declaração muito grave, mas, repito, não acredito na Constituição que vem sendo elaborada. Ela não vai dar camisa a ninguém, como diz o pobre. Não vai dar casa, comida, salário, nada. Constitui, hoje, esta Constituinte, um conciliábulo de meia dúzia de pessoas num canto e mais meia dela em outro. Não é uma reunião para se obter consenso. Esta é uma convocação errada. Esta Constituinte não poderia ter existido sem consulta ao povo. Mas, mesmo assim, dentro dela, já que me elegi para ela, vim pleitear a pena de morte mais uma vez, como o farei em todas as instâncias desta Constituinte capenga, de muletas, que não sei se chega ao fim. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Agradeço ao Constituinte Amaral Netto.

Passo a palavra ao eminente Constituinte Tito Costa.

**O SR. CONSTITUINTE TITO COSTA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, meu tema não é tão polêmico nem tão dramático, mas quero secundar a posição do Constituinte Amaral Netto dizendo que tenho plena convicção de estar falando no deserto. Todavia, venho cumprir meu dever, pois para isto fui eleito.

Trago a esta Comissão, dentro do Capítulo referente ao Município – advogado que sou e dedicado, há mais de trinta anos, ao estudo da prática, da direito municipal – dois assuntos. O primeiro diz respeito ao art. 41 do Substitutivo, que determina a feitura da Lei Orgânica dos Municípios pelos próprios Municípios do Brasil. Será o desastre, o caos. Na semana passada, a Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo aprovou lei que modifica a Lei Orgânica dos Municípios do Estado de São Paulo, para exigir **quorum** qualificado em relação à discussão e vota-

ção de determinados assuntos. Essa emenda tem endereço certo para o Prefeito da Capital – que aqui não estou defendendo –, significa que a Lei Orgânica, feita dessa forma, nos rincões perdidos do Brasil, será mais um instrumento de conflito entre a Câmara Municipal e o Prefeito. Ao sabor dos mesquinhos interesses do momento, será alterada, não tenhamos dúvida – e só advogo isso para Prefeitos e Vereadores – ao ensejo de cada problema, para dificultar o caminho desta ou daquela proposição.

Alerto a Assembléia Nacional Constituinte para este perigo e para o caos que se irá implantar, na medida em que permaneça o referido art. 41, que diz que cada Município irá fazer sua própria lei orgânica, ao sabor de suas conveniências. Atualmente, o Estado elabora a lei orgânica, podendo deferir tal atribuição ao Município, como acontece no Rio Grande do Sul, como uma longa tradição. Mas está agora sendo demonstrado que também não é a melhor.

Fica, portanto, este alerta em relação a tal aspecto de nossa futura Constituição.

O segundo ponto, que abordarei rapidamente, diz respeito à gratuidade do mandato de Vereador – assunto de emenda que propus – nos Municípios de até 300 mil habitantes. Isto abrange a maioria dos Municípios brasileiros? Sim. Mas precisamos restabelecer, com essa emenda e com sua introdução na Constituição, a limpidez do mandato do Vereador, bem como o idealismo político, que começa no Município, que é uma escola de política. No entanto, o que temos visto atualmente, Sr. Presidente, é o mandato do Vereador, lamentavelmente, transformar-se em profissão, em meio de vida. Em cidades nas quais os orçamentos são minguados, os Vereadores ganham: importâncias muito acima da média dos salários locais. E, sobretudo, o Vereador não precisa afastar-se de seu Município. Exerce o mandato com uma sessão da Câmara por semana, uma por mês, à noite, sem prejuízo de suas atividades.

Propus essa emenda e tenho recebido centenas de mensagens, inclusive de Câmaras Municipais, que aprovaram regimentalmente moção de apoio à minha iniciativa. É claro que a emenda assusta. A muitos Deputados e Senadores, que cortejam os Vereadores – cabos eleitorais quase que naturais – chega a repugnar. Mas estamos preocupados em repor no Município o idealismo, a escola de política que faz com que o Vereador exerça gratuitamente o mandato e, depois, postule outros. Eu mesmo fui Vereador numa pequena cidade do interior do Estado de São Paulo, quando o mandato era gratuito. E não se diga que mandato gratuito conduzirá às Câmaras Municipais apenas pessoas de posses. Quando fui Vereador, eu não tinha posses, e me acompanharam como parceiros, exercendo gratuitamente seus mandatos, lavradores e até estudantes. Portanto, o argumento de que somente os coronéis e os ricos irão para as Câmaras não procede. Talvez isso possa ocorrer nas grandes cidades, no Norte e Nordeste, onde o coronelismo ainda comanda, mas não nos Estados do Sul, onde não é tão acentuada a prática do coronelismo.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, deixo aqui as duas sugestões, esses dois registros em defesa do Município, defesa feita por alguém que sempre teve sua vida política e profissional, de advogado, pautada pela luta em favor do desenvolvimento e do aprimoramento da edilidade brasileira.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Agradeço ao eminente Constituinte Tito Costa e concedo a palavra ao Constituinte Artur da Távola.

**O SR. CONSTITUINTE ARTUR DA TÁVOLA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, apesar da pequena audiência nas reuniões desta Comissão, o que, a meu juízo, decorre do fato de ela não se reunir como comissão, em consequência de defeito de base em sua organização funcionamento, mas como Plenário, o que dá um sentido inteiramente diferente ao seu trabalho, quero trazer uma palavra, para que fique registrada nos Anais – esperança única de fluem fala ao vento – sobre a questão do regime de governo, que hoje divide a Assembléia Nacional Constituinte. Gostaria também, uma vez mais, de expressar a certeza de que, quando esta Comissão – e talvez já não haja mais tempo para corrigi-la – se reúne como Plenário, no Senado ou na Câmara, perde as características de trabalho de Comissão, isto é, a reflexão, a troca serena de idéias, até para o convencimento dos Constituintes, não pela eloquência dos discursos, mas pela solidez dos argumentos. Enquanto nos reunirmos como Plenário, evidentemente a exposição retórica, da tribuna, distanciamento do orador, a impossibilidade da troca de opiniões – porque um discurso é limitado pelo tempo – a própria emotividade que caracteriza esse debate, impedirão a Comissão de debruçar-se sobre os temas e alcançar o melhor pensamento, a melhor reflexão. O espaço da Assembléia Nacional Constituinte passa, e a Comissão de Sistematização, tão festejada quando de sua fundação, ficará como um local em que, efetivamente, não ocorreu a decisão da matéria constitucional, o que será lamentável. Ainda há algum tempo para que sua Presidência e o Relator assimilem a idéia de que, quando uma comissão se reúne, realiza um trabalho de natureza diferente daquele que é obtido em Plenário.

Uma palavra sobre o sistema de governo. O parlamentarismo é, fundamentalmente, um regime que se caracteriza por dois pontos absolutamente únicos na história política universal: possibilita a solução e – sem trocadilho – a dissolução das crises, inevitáveis no processo político, a nível do governo, sem afetar o Estado. Isto é, parlamentarismo é o regime feito para absorver crises a nível de funcionamento do governo, sem afetar o desempenho do regime. É uma fórmula que, ao longo da história, preservou os países que a adotaram das tempestades que caracterizam a paixão a envolver as idéias humanas e o panorama político da existência.

O segundo ponto – absolutamente irremovível quando se analisa a questão – é que o parlamentarismo é o regime no qual os poderes efetivamente se equilibram. E cabe, igualmente – esta é a questão – ao Poder Executivo e ao Poder Legislativo a tarefa de governar, do ponto de vista da ação administrativa. É evidente que, no presidencialismo, de certa forma, o Parlamento governa. Ele faz parte do governo, representa a Casa legislativa do governo. Legislar é governar, porque é exercer um poder, é interferir no corpo social.

No parlamentarismo, porém, o Poder Legislativo absorve tarefas executivas – não a totalidade, a plenitude delas, mas a tarefa executiva da administração direta. E consegue o prodígio de separar, na ação, essas duas grandes linhas da administração do país: a nível da execução, a ação direta do governo sobre a sociedade; a nível do planejamento, a ação direta do chefe de Estado sobre temas e assuntos de igual ou, talvez, de maior importância do que até a administração direta da máquina administrativa.

Fico, de certa forma, pasmo quando ouço nos debates dizer-se que, no parlamentarismo, o Presidente da República – aspas – “é uma rainha da Inglaterra”, expressão utilizada para caracterizar uma presença que nada faz. O que, de certa forma, é injusto com a rainha da Inglaterra, que possui muito mais funções do que a frase faz parecer.

Nos sistemas parlamentaristas contemporâneos cabem ao Presidente da República tarefas as mais ingentes, de construção nacional. Não apenas aquelas de chefiar o Estado, enquanto representação, orientação e recepção das delegações diplomáticas, mas também a construção de largas linhas do desenvolvimento histórico de um país. Assim, nos modernos sistemas parlamentaristas, o Presidente da República interfere diretamente na política externa do país, em toda a sua política estratégica e na organização direta da política cultural. Ele é, digamos, o grande estrategista da ação política, a condutor dos marcos fundamentais da nacionalidade. E joga esse papel normativo, fundamental nas democracias, com o apoio do povo, numa eleição direta que justamente lhe confere o direito de assumir políticas muito claras e definidas.

No mundo cada vez mais internacionalizante de hoje, as tarefas de chefe de Estado não são as de mero representante de um referendo formal; são as tarefas da construção do futuro da nacionalidade, que, no caso do parlamentarismo, se somam às que lhe cabem no exercício do poder moderador. São, portanto, esses os dois pontos: o de que há uma co-participação executiva entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo na tarefa de governar, o de que, para se evitarem as crises, inevitáveis no percurso de qualquer sociedade. O parlamentarismo resolve a nível do governo e não a nível do regime e do Estado os pontos, digamos assim, fundamentais dessa discussão.

Por essas razões, profundas e fundamentais para a história da democracia brasileira, tentam dividir o Parlamento nesta hora agônica em que, às vésperas da saída de um substitutivo, busca-se encontrar uma fórmula comum para que o processo legislativo prossiga.

Ouçó o nobre Constituinte José Fogaça.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FOGAÇA:** – Permita-me, nobre Constituinte Artur da Távola. A forma lúcida como V. Ex.<sup>a</sup> está colocando esse sistema de governo inspirou-me oferecer modesta contribuição à límpida análise que V. Ex.<sup>a</sup> vem fazendo, quanto à necessária separação entre o chefe de governo e o chefe de Estado.

Toda vez que o governo entra em crise tem que mudar. E muda sem que o Estado sofra e sem que as instituições sejam atingidas. Isto só é possível no regime parlamentar. O sistema presidencialista só pode conviver com um Estado paralítico e inflexível.

Percebemos que o sistema presidencialista tem sido rigorosamente excludente das contradições sociais. Vamos examinar isto na experiência que hoje é vivida pelos povos.

Moçambique realizou uma revolução social, estabeleceu regime presidencialista, E lá está a guerrilha de direita – porque o presidencialismo é excludente. Angola realizou uma revolução, estabeleceu o regime presidencialista. E lá está o grupo Dita, guerrilha de direita, para desestabilizar as instituições. A Nicarágua realizou uma revolução, estabeleceu o regime presidencialista. E lá estão os Contras, nas fronteiras de Honduras e de Costa Rica, numa guerrilha para desestabilizar o regime. O Peru é um regime presidencialista. E lá está o Sendero Luminoso, em guerrilha. A Colômbia é um regime presidencialista.

E lá está o M-19. Em El Salvador, o regime é presidencialista. E lá está a Frente Farabundo Martí.

Como o estado presidencialista é paralítico e inflexível, os grupos que estão fora do poder optam ou pela guerrilha, ou pelas ditaduras militares, como no exemplo vivido hoje pelo Chile e que já vivemos, tragicamente, no Brasil, assim como os uruguaios e os argentinos.

Ocorre-me lembrar aqui um país que passou por uma luta armada, o Zimbábue, antiga Rodésia, e que hoje tem um Primeiro-Ministro marxista, uma bela figura, a intrépida figura de Roberto Mugabe, socialista.

Mas dentro de um sistema que, no Parlamento, não exclui ninguém, nem mesmo os brancos, que os escravizavam há alguns anos. Há menos de um decênio, tratavam esses negros como escravos. A Revolução estabeleceu um regime parlamentarista que compreende todas as forças políticas, desde a extrema direita até a extrema esquerda, que convivem no Parlamento sem excludência política. O Zimbábue é um exemplo de estabilidade, que convive – com grandes avanços políticos e sociais, com profundas reformas no campo econômico, no campo social, sem que a estabilidade do Estado seja atingida. É um exemplo que dá um país do Terceiro Mundo para todos os povos que precisam emergir desta situação depressiva, deplorável, para a luminosidade dos novos tempos de modernidade institucional.

Desejava apenas dar esta modesta contribuição ao límpido raciocínio que V. Ex.<sup>a</sup> vem desenvolvendo. Muito obrigado.

**O SR. CONSTITUINTE ARTUR DA TÁVOLA:** – Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup> o aparte, que não é uma modesta contribuição, mas, ao contrário oferece ao meu discurso uma luz até então não obtida.

V. Ex.<sup>a</sup> tem absoluta razão no que fala, no sentido de que, de certa forma, os sistemas presidencialistas são ditaduras do Poder Executivo, referendadas pelo voto popular. São ditaduras de duração delimitada, referendadas por um processo libertário, não há dúvida, como é o processo da eleição direta. Porém, o modo de atuação do presidencialismo é ditatorial, uma vez que cabe ao Presidente da República uma função exclusiva no tocante à administração. Portanto, o Poder Executivo é exclusivamente exercido pelo Presidente da República. E paralelamente, há uma função legislativa, pela enorme possibilidade de decretar e de regulamentar a nível da ação governamental, de vetar e de legislar no sentido do envio de mensagens para um Parlamento no qual tem geralmente, garantida uma forma majoritária que lhe faculta o Poder Legislativo. E portanto, a soma de poderes, de certa forma, parecida com a soma de poderes monárquicos, com a exclusiva diferença de que há democratização na escolha, porém, não no processo.

O parlamentarismo é uma tentativa de democratização, tanto na escolha como no processo. E, mais, faz com que o processo político, na ação governamental, não represente exclusivamente, no período eleitoral de um presidente, o ponto de vista da corrente política que o elegeu, graças ao governo parlamentarista do Primeiro-Ministro, representa a pluralidade da representação da sociedade. Este é o ponto, talvez, o mais luminoso, o da vigência democrática do sistema parlamentarista. O exercício do governo é feito pelo conjunto de forças, mediante o qual a sociedade se dividiu, se segmentou, se organizou, ao passo que o Presidente da República é apenas o representante da força eventualmente majoritária, portanto, não o representante da sociedade.

É este caráter de aproximação do processo governamental, da variedade da sociedade, da compósita organização social que faz do parlamentarismo um sistema próximo da realidade.

E, ainda dentro do aparte do Senador José Fogaça, que muito me honrou, diria algo mais, se me concede a Presidência uma pequena tolerância de tempo.

S. Ex.<sup>a</sup> mencionou a presença do confronto direto, nos países presidencialistas de qualquer matiz ideológica. Um dos graves problemas deste País, o Brasil, infelicitado por muitos anos de aviltamento da função política – e este é um dos grandes problemas que enfrenta, neste momento – é o de que desenvolvemos a idéia de que nossos conflitos são resolvidos apenas ou pela participação ou pelo interesse. Os principais conflitos brasileiros são resolvidos – ou não são resolvidos – em uma reunião entre Presidente da República, os representantes sindicais e os representantes das associações comerciais e industriais. De um lado, a participação direta do povo, que deve ser compreendida, permitida e amplificada. Mas não é a única maneira de solução dos problemas. Quando o Brasil incentivou, nos anos de autoritarismo, a organização do interesse das associações comerciais, das federações de indústrias, ou a organização da participação dos representantes, que brotou à revelia do Governo, afastou da solução dos problemas o que esta Casa representa, o princípio da representação.

E os conflitos se agudizam e se agravam quando na sociedade são a participação e o interesse os únicos pólos de possível solução. Ao contrário, os conflitos se atenuam e o processo avança quando é a representação o local onde ocorre a solução dos conflitos. O mecanismo do princípio da representação, que é basilar no Direito Constitucional dos povos, é o único que, nas sociedades conturbadas do nosso tempo, pode retirar os conflitos da órbita do Estado e colocá-los na órbita da política, que os metaboliza e os resolve, incorporando as contradições e fazendo, destarte, com que o processo possa avançar, porque cingiu o conflito à sua dimensão e não o fez lastrear-se pela atividade do Estado.

Contudo isto, Sr. Presidente, estamos, nesta hora, de certa forma, tensos e frustrados com o que está parecendo uma interferência exagerada do Poder Executivo na Assembléia Nacional Constituinte.

**O SR. PRESIDENTE (Aluízio Campos):** – Lamento ponderar a V. Ex.<sup>a</sup> que seu tempo está esgotado. Sou forçado a solicitar a V. Ex.<sup>a</sup> que conclua seu brilhante pronunciamento.

**O SR. CONSTITUINTE ARTUR DA TÁVOLA:** – Vou concluir, Sr. Presidente.

Esperamos, portanto, que nesta hora em que os Constituintes estão avocados a uma decisão grave, difícil, fundamental para o futuro deste País, o Poder Executivo, na pessoa do Presidente da República, que não tem mandato específico do povo para legislar sobre matéria constitucional, organiza aqui dentro um bloco do Governo. Nesta hora, nós, Constituintes, temos o dever – este é o nosso momento, mas não o nosso momento de glória, nem de arrogância, mas de resistência – de ter consciência do que representa legislar, libertos das pressões de conjuntura.

Ou faremos um trabalho à altura da esperança do País, ou seremos meras vítimas do tradicional processo

político, dos acertos com o Governo, nos quais os blocos governamentais são feitos habitualmente – e nisso não há qualquer originalidade – dos áulicos de sempre, dos fisiológicos de última hora, construindo aqui um bloco capaz de interferir nas nossas decisões soberanas. Não nos deveremos queixar, amanhã, se hoje não tivermos a clareza e a consciência de que não nos cabe colocar fora daqui o problema. O problema está em nós. Ou encontraremos a independência necessária para legislar para o futuro do País, ou seremos vítimas da conjuntura, já que, ao que parece, ao Poder Executivo atual não está deferida a posição de comportamento que dele se esperava: uma atitude isenta ou de estadista. E nós, que tanto convocamos o Presidente da República para ser o comandante das transformações e das modernizações da sociedade brasileira, hoje talvez tenhamos de conviver com alguém que apenas está interessado no tamanho e na duração do próprio mandato.

Muito obrigado. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Aluízio Campos):** – A Presidência deseja fazer uma comunicação ao Plenário da Comissão. Como foi alterado o prazo de apresentação do Substitutivo para o próximo dia 18, amanhã, estenderemos a discussão da matéria constitucional, em princípio, até o dia 23. Naturalmente, o Plenário vai ser convocado a deliberar sobre a proposta feita por uma Comissão, ao Presidente Afonso Arinos. Tal proposta está subscrita por mim, pelo Constituinte José Fogaça, pelo Constituinte Carlos Santanna e versa sobre a matéria mencionada no princípio do pronunciamento do eminente Constituinte Artur da Távola. E ela é importante, pois trata da efetiva participação da Comissão de Sistematização na elaboração constitucional. A vontade de nos identificarmos com o futuro deste País depende, no momento, da nossa Comissão. Se tivermos a coragem cívica de assumi-la, debatendo o substitutivo a ser apresentado amanhã pelo Constituinte Bernardo Cabral, estaremos no exercício da responsabilidade cometida a esta Comissão. Por isso, estamos insistindo em que haja um prazo suficiente para podermos analisar o texto do chamado novo substitutivo, a fim de apresentarmos à votação do Plenário da Constituinte um trabalho condizente com a importância da tarefa que nos foi confiada. Já pedi seja distribuída aos membros da Comissão nossa proposta. V. Ex.<sup>as</sup> já devem tê-la recebido. O Constituinte Afonso Arinos decidirá oportunamente sobre o pedido de estabelecimento de prazo prévio para apreciação do projeto, antes de apresentarem os destaques sobre matéria que ainda não conhecemos e da qual só começaremos a ter conhecimento depois de publicado o futuro Substitutivo do Relator.

Após esta comunicação, concedo a palavra ao eminente Constituinte Adhemar de Barros Filho.

**O SR. CONSTITUINTE ADHEMAR DE BARROS FILHO:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes membros desta Comissão de Sistematização, os trabalhos se aproximam do final e, no decurso dos próximos dias, deverá iniciar-se a apreciação do Substitutivo nº 2 do Relator Bernardo Cabral. Ocupo a tribuna, Sr. Presidente, pela primeira vez nesta Comissão, para abordar tema que julgo da maior importância para o processo político nacional, especialmente aquele da reabertura ampla, total e irrestrita, isto é, o reencontro da Nação brasileira com a democracia. Dentro dela, evidentemente, toma corpo aquilo que vem ocupando um tempo cada vez maior de V. Ex.<sup>as</sup>, qual seja, a forma de governo que deverá ser estabelecida no bojo do projeto constituinte que está para nascer.

Tenho ouvido, de forma repetitiva até, inúmeros argumentos em favor do parlamentarismo. Seja desta ou daquela maneira, com esta ou aquela; nuança, esta forma de governo vem ocupando espaço cada vez maior na Comissão e expressivo espaço no corpo da própria Assembléia Nacional Constituinte. Ouvi, ainda há pouco – quando ocupava esta tribuna o ilustre Constituinte Artur da Távola – os argumentos que o Constituinte José Fogaça repete constantemente, desta ou daquela nação, onde presidencialismo é sinônimo de autoritarismo, corrupção, como se se pudesse, desta forma, imaginar que parlamentarismo fosse sinônimo de democracia.

Não vim aqui, Sr. Presidente, embora seja presidencialista por convicção e republicano por formação, defender o regime presidencialista. Entendo que não deva advogar esta causa, mas, sim, fazer, perante cada um dos Srs. e Sras, Constituintes aqui presentes, sobretudo aos ausentes, uma outra colocação. Recordo-me bem do episódio de 1986, quando viemos, eleitos pelo povo brasileiro, constituir esta Assembléia Nacional Constituinte. Naquela ocasião, em nenhuma circunstância foi dito que deveríamos estabelecer uma nova forma de governo. E, hoje, se aprovada a forma de governo que cada vez mais se avizinha, sairão daqui um Primeiro-Ministro e Ministros de Estado, membros de um Governo pela via parlamentar.

Pergunto-me e aos Srs. e Sras. Constituintes; será que fomos eleitos para isso? Fomos eleitos para mudar o corpo da Constituição brasileira, para eliminar o presidencialismo e pôr no seu lugar o parlamentarismo e sermos parte do Governo pela via da eleição parlamentar Constituinte ocorrida em 15 de novembro de 1986?

Tenho absoluta certeza de que o povo brasileiro não pensava isso. Na minha terra, toda essa manipulação se chama outra coisa e não representação constituinte, não representação parlamentar. Compôr uma Assembléia Nacional Constituinte, formar dentro dela os dispositivos que nos levem a ser, amanhã, parte de um Executivo pela via parlamentarista, na minha terra chama-se grande malandragem, um grande e cínico esquema de ser governo sem passar pela via eleitoral. Sei que, para muitos dos companheiros e companheiras, de verdadeira e autêntica visão parlamentarista pura, não era este o pensamento.

Então, só vejo uma forma que possa justificar, perante a opinião pública, amanhã, a aprovação por esta Assembléia, de uma forma parlamentarista de governo: o **referendum** popular, ou seja, eleição ampla, geral, em novembro do próximo ano, na qual se elejam representantes para uma nova forma de governo. E não o escamoteamento perante a opinião pública que, a meu ver, é o que está ocorrendo.

Isto é, fomos eleitos Deputados ou senadores Constituintes, chegamos à Assembléia Nacional Constituinte, aprovamos, por maioria, uma nova forma de governo e passamos a ser, mais tarde, parte do corpo executivo pela via parlamentar. É evidente, pois que, se aprovado o parlamentarismo, sairão desta Casa um Primeiro-Ministro e Ministros de Estado. E, inegavelmente, o povo brasileiro não nos elegeu para isso.

As pesquisas revelam, com muita clareza, que pouco ou nenhum conhecimento têm os brasileiros do que seja o regime parlamentar. Então, a essa altura, ou submetemos a **referendum** popular a nova Constituição e a forma de governo especialmente, e depois a sucedemos por um processo de eleição geral – não apenas de prefeitos e vereadores, como está no cronograma parlamentar de 1988, mas de

Deputados Estaduais, Federais, Senadores e Governadores, enfim, todo o elenco da representação política nacional – ou o que se estará fazendo aqui será um jogo de interesses pessoais, um enorme casuismo. E nós, ao nos utilizarmos cinicamente de uma nova forma de governar, isto é, o parlamentarismo, nada mais estamos fazendo do que ser governo pela via parlamentar, enganando a opinião pública.

Exatamente por acreditar que grande parte das Sras. e Srs. Constituintes aqui presentes, membros desta Comissão e da Assembléia Nacional Constituinte, não pensa desta forma, é que entendo que somente pelo **referendum**, de um lado, e de eleições amplas e gerais em 1988, de outro, poderemos realmente convalidar, com o respaldo da opinião pública, toda essa transformação que emerge aqui dentro sem qualquer apoio externo da opinião pública.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, não quero omitir-me neste processo. A mim não basta votar, amanhã, contra a proposta parlamentarista, venha de onde vier. Não me basta. Desejo, e o faço neste momento, alertar meus ilustres companheiros e companheiras para o fato de que, na realidade, o que se passa é uma trama. Para alguns, é jogo autêntico, mas, para outros, há uma trama verdadeira, em que se utiliza um jogo parlamentar para interesses pessoais e de grupos, como sei também que para muitos esta não é a verdadeira realidade da visão política pessoal. Só a inclusão do **referendum**, e através de consulta à opinião pública, mediante plebiscito, para que convalide esse processo, poder-se-á dizer que o Congresso, este sim, representa a população brasileira. E, amanhã, com a extinção dos nossos mandatos, e através de uma eleição geral para todos os níveis, é que realmente se poderá cancelar um novo sistema de governo, com o mais amplo e total apoio da opinião pública brasileira.

Portanto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, quero deixar expresso nos Anais desta Comissão, da Assembléia Nacional Constituinte, a nossa visão política pessoal do que aqui se passa e de como vejo esse processo. Dele discordo por inteiro, não por rejeitar a forma de Governo, pois a ela me curvarei quando a opinião pública, por maioria, se manifestar favorável. Enquanto isso não ocorrer, entendo que nada mais tenho à minha frente a não ser um esquema que interessa a grupos que eventualmente possam representar, de forma pura, a visão política de alguns, mas que, da forma como evolui e se processa não reflete, evidentemente, a opinião pública brasileira.

Era este, Sr. Presidente, o nosso ponto de vista, que entendo deva deixar aqui expresso, para que, amanhã eu não seja incluído entre os omissos desta Constituinte. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Oswaldo Lima Filho):** – Concedo a palavra ao Constituinte Inocêncio Oliveira.

**O SR. CONSTITUINTE INOCÊNCIO OLIVEIRA:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, estamos discutindo o Projeto de Constituição e os chamados pontos polêmicos do texto do substitutivo do Relator da Comissão de Sistematização.

Enfatiza-se o regime de governo, a reforma institucional do País, com dois pesos e duas medidas, estabelecendo-se grupos de pressão, blocos parlamentares, comissões de negociação – de dentro e de fora da Assembléia Nacional Constituinte – tudo e todos com um único objetivo: acertar.

A todos move o desejo de ver consagrado na nova Constituição do Brasil o seu ponto de vista, a sua idéia. De permeio, acusam o nobre Constituinte Bernardo Ca-

bral, ilustre Relator da Comissão de Sistematização, de omisso, de dúbio, de Inconseqüente. E alguns até já vaticinam que a nova Carta não vai consagrar o pensamento médio da Nação brasileira, devendo ficar pior do que a que aí está, resultante que é do regime de exceção, com o qual não concordamos. A Constituição consolidará a democracia plena, como é o desejo e a pregação da maioria de todos quantos aqui têm assento e participam do processo.

Sim, Srs. Constituintes, porque não creio que nenhum dos que aqui estão representando o eleitorado que lhe confiou o voto, tenha sido eleito ou vindo para esta Casa sem nenhum compromisso com a democracia ou com a transição político-institucional do País.

Creio que todos nós, quando falávamos ao nosso eleitorado, nos comprometíamos com a democracia e a sua salutar prática em todos os postulados.

Então, Srs. Constituintes, agora, creio, é chegada a hora de provarmos a vocação democrática desta Assembléia Nacional Constituinte, e praticarmos, de fato, a democracia em toda a sua plenitude.

A meu ver, o Presidente da Assembléia Nacional Constituinte deveria, como preliminar de todos os demais procedimentos, estabelecer o prazo de 5 a 8 dias, consecutivos, para que os membros da Comissão de Sistematização possam debatê-lo antes de iniciar a votação por títulos e por capítulos. Da mesma forma, deveria inverter a ordem para apresentação dos destaques, nos dois dias seguintes ao encerramento dos debates, e, em seguida, reunir as lideranças dos diferentes partidos com assento na Assembléia Nacional Constituinte, procurando o consenso para a retirada da maioria dos destaques, ficando apenas aqueles com possibilidade de constar do texto constitucional, pois a previsão de apresentação de cerca de três mil destaques inviabilizará a promulgação da nossa Carta Magna neste ano. Logo após, deveria submeter a votos de Plenário o sistema de governo e, a partir daí, todas as questões polêmicas pendentes do “sim” e do “não”, para verificar, democraticamente, a tendência ou preferência da maioria da Assembléia Nacional Constituinte. Do conhecimento da vontade da maioria dos membros da Assembléia Nacional Constituinte, pelo voto dos seus membros, é que o eminente relator poderia alinhar o texto definitivo da nova Constituição, já, ali, estabelecido o sistema de governo.

Diz a boa regra de prática democrática que os vencedores não devem nem podem tripudiar sobre os vencidos, nem os vencidos podem ou devem reclamar do resultado. É até uma questão de ética política e institucional.

De minha parte – todos sabem – sou presidencialista convicto e otimista. Mas, se for vencedora a proposta do parlamentarismo puro, para implantação imediata ou gradual, aceitarei com dignidade democrática e me submeterei aos vencedores como cidadão brasileiro, sem constrangimento.

Sinceramente, não vejo outra modalidade nem outra forma de chegarmos ao consenso nem ao bom senso, se não houver compromisso maior com a prática da democracia, a partir deste Plenário. Não vejo outro modo de dirimir dúvidas nem de esclarecer pontos de vista que não seja pelo voto da maioria.

Para mim, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o VOTO da maioria dos membros da Assembléia Nacional Constituinte acabará de uma vez por todas com essa já cansativa e repetida história de blocos, grupos de pressão, internos e externos, grupos outros que não levam a coisa

alguma e a nenhum resultado prático. Acabará também com essa interminável tertúlia de esquerda e de direita, e não fortalecerá os centristas. Todos, submetidos ao voto, estarão em igualdade de condições e haverão de se submeter às mais comezinhas regras da democracia política.

Quanto à idéia de fazer-se plebiscito para conhecer a opinião do povo brasileiro sobre o regime de governo, ou quaisquer outros assuntos dos polêmicos, esta, a meu ver, está totalmente descartada, uma vez que nós, os Constituintes, fomos eleitos com poderes de decisão, total e irreversível. Daí por que não há mais o que consultar. Há, sim, o que e em que agir.

E esta é a posição da qual não arredo um só passo.

Gostaria que os nobres companheiros Constituintes atentassem para um fato curioso e muito importante. No bojo do projeto substitutivo do relator, há mais de 1.800 dispositivos dos quais ninguém duvida, ninguém comenta, ninguém diverge. Todos aceitam ou, se não aceitam, pela omissão consentem.

Todavia, há uns poucos outros dispositivos, cerca de 47 e, se muito, 52, que são motivos das mais exacerbadas polêmicas e até mesmo fatos geradores de indisposições políticas.

Como se vê, cerca de 97% do texto apresentado pelo relator foi aceito ou aproveitado. Os 3% restantes são alvo de toda sorte de críticas e crises.

Por que, então, não fazer como se deveria, em todos cacos, decidir-se no VOTO, pelo VOTO ou através do VOTO democrático, soberano e inquestionável?

Aqui ficam meu ponto de vista e minha contribuição.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Muito obrigado a V. Ex.<sup>a</sup>.

Concedo a palavra ao nobre Constituinte Ronan Tito.

**O SR. CONSTITUINTE RONAN TITO:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, o art. 6º do Substitutivo Bernardo Cabral, no parágrafo 3º, reza:

“A lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada.”

A seguir, Sr. Presidente, e principalmente no corpo das Disposições Transitórias, cansei de registrar artigos em que se preserva o direito adquirido.

A pergunta que se impõe neste momento é a seguinte: estamos fazendo uma Constituição para assegurar o direito adquirido? Se for para isso, para que Constituição? Que se deixe do jeito que está, para ver como fica. Conteí, Sr. Presidente, as páginas e verifiquei que na segunda há três direitos adquiridos. Na quarta, mais um direito adquirido. Preservação do direito adquirido. Mais à frente, um, dois, três, quatro, cinco direitos adquiridos. Mais outro. Um direito adquirido; mais dois direitos adquiridos.

Sr. Presidente, a idéia matriz, ao se elaborar uma nova Constituição, é estabelecer um novo pacto social, criar uma nova Constituição para este País. Pode algum jurista aqui presente questionar, mas será que um Senador é contra o direito adquirido? Mas apenas três constituições asseguram o direito adquirido. Uma é a dos Estados Unidos da América, que é uma ditadura do Judiciário. Contam **ilegível** a Constituição norte-americana – até o Senado Federal, neste momento, está com uma sessão marcada para uma homenagem a ela, pelo transcurso dos duzentos anos de sua existência – mas sabemos que a Suprema Corte americana a elabora todos os dias. Quem não sabe disso?



No entanto, sem desvalorizar a Constituição norte-americana, parece-me que no Brasil, do tripé que sustenta a democracia, em nenhum momento foi o Poder Judiciário o pé mais forte.

Por outro lado, se inserirmos no corpo da Constituição direito adquirido, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o mandato do Presidente José Sarney não será de cinco anos, mas sim de seis – ou, no mínimo, será a questão remetida ao Judiciário, porque mesmo que conste das Disposições Transitórias quatro, cinco ou mesmo três anos, como quer meu nobre colega da Bahia, Ruy Bacelar, isso não poderia prevalecer, porque S. Ex<sup>a</sup>, o Sr. Presidente da República, adquiriu o direito a um mandato de seis anos. Poderão os doutos afirmar que não, que desde que, conste o contrário das Disposições Transitórias, um dispositivo mata o outro. Mas, no mínimo, teremos de remeter a questão ao Judiciário. A decisão não ficará com a Constituinte, mas sim com o Judiciário.

Se continuarmos a manter no corpo do 3º do art. 6º a garantia ao direito adquirido – prestem bem atenção – não acabaremos com qualquer “marajá” deste País. Poderemos coibir o surgimento de novos “marajás” daqui para frente, mas os já existentes, constituindo um advogado qualquer do interior, irão às barras dos tribunais e avocarão o direito adquirido – constante não mais no Código Civil, mas do corpo da Constituição – e manterão seus atos salários e privilégios, porque a Constituição conterà em seu bojo, no art. 6º, o direito adquirido.

Eu disse que apenas três países do mundo têm no bojo de sua Constituição o direito adquirido: os Estados Unidos, México – segundo juristas, por mero copismo – e o Brasil, sendo que este inaugurou o direito adquirido na “Polaca” – é bom que se diga isso – no corpo da Constituição.

Nenhum dos outros cento e cinquenta e tantos países compulsados pelos estudiosos do direito adquirido fazem-no, constar das suas constituições.

Alinharei, com o auxílio da Assessoria Jurídica, já que não sou advogado, a justificação que passo a ler:

“1. Já apresentamos emendas no sentido de compatibilizar o princípio do respeito ao direito adquirido, à coisa julgada e ao ato jurídico perfeito com as normas inovadoras da futura Constituição. O reexame da matéria tem aumentado a nossa convicção de que essa garantia constitucional tem sido mais nociva do que útil. Não é o princípio que é mau; ele está mal colocado como disposição constitucional. O mal está em inserir como princípio constitucional o que convém ficar na lei ordinária, como acontece na maioria dos países.

1.1. O mesmo texto constante do projeto está inserido na Lei de introdução ao Código Civil, art. 6º: “A lei em vigor terá efeito imediato e geral, respeitados o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada”. O princípio universal, adotado em todos os países democráticos, fica assegurado no lugar próprio e não inibirá o legislador, no caso de interesse público conflitante com direitos adquiridos lesivos ao patrimônio público, ou que passem a ser considerados lesivos. Esse impedimento constitucional tem acobertado, como é público e notório, escândalos contra o patrimô-

nio público e contra interesses maiores da Nação. O caso dos denominados “marajás” é um exemplo de hoje, mas temos os casos dos cartórios de todos os tempos, dos privilégios de certas categorias, bastando a leitura atenta dos artigos do projeto para se verificar quantos “direitos adquiridos” estão ressaltados contra um entendimento geral de que tais direitos devem acabar. Seria demasiado lembrar que a libertação dos escravos foi retardada em nosso País a pretexto de direito adquirido dos senhores de escravo?

2. Um único argumento se pode opor à supressão dessa garantia, que deve persistir, mas não como garantia constitucional inibidora de leis de interesse público. O único argumento respeitável é o de que o princípio constitucional sempre foi assegurado nas Constituições brasileiras, com exceção tímida da Constituição de 1937. A esse argumento se poderia responder que já é tempo, e estamos tendo a última oportunidade, de extinguir um dispositivo constitucional que se tem mostrado perverso para com a Nação brasileira. Pode-se acrescentar mais. A soberania da atual constituinte, nascida de um acordo político, sem ruptura da ordem jurídica, se não libertar o legislativo e judiciário das peias do princípio mal colocado na Constituição, não poderá ser exercida plenamente. Basta citar o exemplo do mandato do atual Presidente da República, eleito na vigência da legislação anterior à Constituição, para ficar com exemplo mais notório de direito adquirido a desafiar o poder da Constituinte.

2.1. Mas o argumento de que se trata de um dispositivo tradicional inserido nas Constituições brasileiras fica bem enfraquecido quando se verifica que somente a Constituição Americana (onde o Poder Judiciário tem praticamente o poder de fazer leis) e a do México, além das brasileiras, instituíram o princípio do respeito ao direito adquirido em suas disposições. Segundo Caio Mário da Silva Pereira, em suas Instituições do Direito Civil Brasileiro, edição Forense de 1961, para citar argumento de autoridade, destaca às fls. 114, nº 29, que apenas no Brasil, nos “Estados Unidos (Constituição, seção 5, art. 1º e seção X, art. 1º) e no México (Constituição de 1947/48, art. 14)”, o direito adquirido é “canon” constitucional. Isto depois de ressaltar.

“Outros sistemas de direito, e são a maioria, tomam posição diversa, com a adoção do princípio da não retroatividade como regra que a lei ordinária consigna com o sentido de medida de política legislativa. A lei não deve retroagir, e, na sua aplicação o juiz guardará de lhe dar interpretação retrooperante. Mas, como princípio não se dirige com caráter obrigatório, ao legislador. Fica este com a liberdade de votar leis retroativas quando entender convenientes ao interesse público. É a doutrina em vigor na França, na Itália, seja no Código de 1865 (art. 2º), seja no de 1942 (art. 11), no Código Civil espanhol (art. 3º) e no argentino (art. 3º)... As citações poderiam continuar extensivamente” (ob. e loc. cit. – grifos nossos).

2.1.1. Não é na Constituição mas na lei civil, que o princípio deve figurar. Não deve esse princípio constituir uma limitação ao poder legislativo, quando circunstâncias exigirem a revisão das situações jurídicas acabadas contrárias ao interesse

público. A inserção do dispositivo como norma constitucional é um exagero do individualismo jurídico numa Constituição que pretende consagrar a prevalência do interesse social.

2.1.2. Lembravam Eduardo Spinola e Eduardo Spinola Filho em 1939:

"Em quase todos os países do mundo como a seguir veremos, existe a proibição da retroatividade da lei, como norma de aplicação estabelecida na legislação ordinária, imposta à consideração do intérprete, sem traduzir uma restrição à atividade do legislador. Entre nós, porém, como em alguns outros Estados, a irretroatividade das leis foi erigida em regra ou princípio da própria lei básica, delimitando a esfera de ação do legislador ordinário." Grifos nossos (Tratado de Direito Civil Brasileiro, vol. II, ed/39 nº 37, página 147.)

2.2. O problema, aqui, não deve ser posto em termos jurídicos apenas, mas em termos políticos principalmente. Essa tradição do direito constitucional brasileiro deve ser rompida sob pena de se por em risco todo o potencial de inovações que a nova e definitiva Constituição brasileira promete ao cidadão. Além de não se constituir numa heresia jurídica, pois, como esclarece a autoridade de Caio Mário e dos Spinola as demais nações, em sua maioria, não inserem em suas constituições o respeito ao direito adquirido, o que se propõe é uma alteração essencial para deixar o legislativo e judiciário, renovados, aptos e livres para aplicarem os novos dispositivos constitucionais e as dos neles inspiradas sem o impedimento dos direitos individuais ilegítimos. Grande parte dos denominados direitos adquiridos são interesses adquiridos pela dificuldade de tecnicamente se distinguir uma coisa da outra.

O princípio da irretroatividade das leis e o princípio do respeito do direito adquirido à coisa julgada e ao ato jurídico perfeito continuarão presentes em nosso direito, mas não como norma constitucional. O legislador não ficará inibido de proteger o interesse público. Este é que será o orientador da lei nova e da sentença que, como está também inserido de há muito na Lei de Introdução ao nosso Código Civil, atenderá "aos fins sociais a que ela se dirige e às exigências do bem comum" (art. 5º).

O legislador brasileiro deve ficar livre para legislar no interesse público contra direitos adquiridos nocivos à Nação brasileira e os juízes livres para aplicarem a lei que atenda às exigências do bem comum e aos fins sociais a que se destina ainda que contrarie direitos ou interesses adquiridos ou interesses já protegidos pela coisa julgada.

3. Sem a retirada do dispositivo do projeto ou sem a ressalva de que não existe direito adquirido contra o disposto na Constituição ou nas leis dela decorrentes, o legislador ordinário não terá condições de fazer as reformas reclamadas pela sociedade brasileira. Há muito interesse ilegítimamente adquirido e muito ato jurídico formalmente perfeito e muitas coisas julgadas que impedirão a realização, pelo caminho legal, de inúmeras propostas inovadoras contidas no projeto."

Vejam bem, posso, quero, preciso, a despeito do direito adquirido de algum cidadão ou de algum grupo, ter o direito de rever através da Constituição, alguns direitos adquiridos pessoais ou de pequenos grupos, mal que prejudiquem a coletividade.

Com muito gosto, ouço o nobre Constituinte Oswaldo Lima Filho.

**O SR. CONSTITUINTE OSWALDO LIMA FILHO** – Nobre Constituinte Ronan Tito, V. Ex.<sup>a</sup> aborda um dos defeitos mais graves do anteprojeto de Constituição, como bem salienta, o de pretender elevar a constitucional uma norma de lei ordinária tradicional. Desde o anteprojeto Clóvis Bevilacqua, do Código Civil, há uma determinação constitucional com a qual, como V. Ex.<sup>a</sup> bem demonstrou, essa norma é claramente incompatível. A Constituição cria um direito novo e deve exatamente eliminar o direito antigo. Como pode fazê-lo, se vai respeitar o direito adquirido? V. Ex.<sup>a</sup> citou, com muita propriedade, o exemplo dos "marajás". De que valeriam as disposições que a Constituinte votasse, eliminando esses abusos que estão envergonhando a País em matéria de remuneração de funcionários públicos, quando eles poderiam apoiar-se na disposição constitucional do direito adquirido. Mas, o mais grave, nobre Constituinte, é que todas essas concessões vergonhosas que a ditadura fez de terras, de subsolo brasileiro, concedendo mais de 401 mil quilômetros quadrados de subsolo brasileiro, por atos legais do Governo da ditadura militar, a multinacionais e, por esse dispositivo, elas terão assegurado o seu direito.

Enfileiro-me entre aqueles que vão debater em plenário e em todas as ocasiões a emenda de V. Ex.<sup>a</sup>, que é da maior procedência. Felicito-o pela sua proposição.

**O SR. CONSTITUINTE RONAN TITO:** – Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup> o aparte e, encorajado pelo seu apoio, ousa afirmar que a Constituinte livre e soberana que pregamos em praça pública deixará de ser soberana na medida em que inscrever em seu bojo o direito adquirido. Disso não tenho dúvidas. Mas, com medo de pronunciar aqui uma heresia jurídica, pois não sou advogado, recorri a um grupo de advogados mineiros de nomeada, discutimos à exaltação, e todos eles, ao fim de um debate, repito, exaustivo, chegaram à conclusão, que robusteceu a minha, de que heresia, dentro do sistema normal do Brasil, é colocar-se no bojo da Constituição, o direito adquirido. Não sou contra o direito adquirido, que é consagrado internacionalmente, mas sou contra inseri-lo no bojo da Constituição.

**O SR. CONSTITUINTE OSWALDO LIMA FILHO:** – Permite-me V. Ex.<sup>a</sup> outro brevíssimo aparte?

**O SR. CONSTITUINTE RONAN TITO:** – Com prazer.

**O SR. CONSTITUINTE OSWALDO LIMA FILHO:** – Quando V. Ex.<sup>a</sup> alude à Constituição americana, quero fazer um reparo a esses louvores que estão surgindo. É preciso lembrar que a Constituição americana, embora os chamados "Pais da Pátria", Jefferson e Adams, tenham atendido, no preâmbulo, às normas gerais da democracia francesa, foi, na realidade, uma Constituição de compromisso com a escravidão, que não a aboliu (palmas), mas instalou um dispositivo que procura, de forma não clara, mas implícita, permitir a permanência da escravidão nos Estados Unidos.

**O SR. CONSTITUINTE RONAN TITO:** – Acrescento mais: essa Constituição conviveu com a anexação de territórios de outros países aos Estados Unidos da América. Não só reconheceu e protegeu a escravidão, como também a

anexação do Novo México, do Havai e de outros ao território norte-americano.

Aquela constituição, sim, é que poderia ser chamada de "Polaca". Ela se robustece através da Corte Suprema, que legisla constitucionalmente. Muito se tem ouvido falar, por este País afora, principalmente através dos meios de comunicação de massa, da Constituição americana. Foi uma Constituição elitista, elaborada por meia-dúzia de pessoas fechadas numa sala onde o garçom, quando entrava, tinha de se fazer anunciar. Paravam as conversas, ele trazia a comida e voltava.

A nossa Constituição é a mais democrática que o mundo já viu. Não é possível, nobre Constituinte, elaborar-se uma constituição que se pretenda democrática sem copiar o modelo estabelecido no Brasil. Todas as camadas populacionais que se quiseram fazer ouvidas na Constituinte, o foram. Estamos elaborando uma Constituição sem copismo, ouvindo os estamentos da sociedade brasileira. Não precisamos nem devemos estar citando outros exemplos, muito menos o da Constituição norte-americana.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Agradeço ao Constituinte Ronan Tito a colaboração.

Passo a palavra ao Constituinte Ruy Bacelar.

**O SR. CONSTITUINTE RUY BACELAR:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, poderíamos tratar de vários assuntos neste fim de manhã. Sabemos que o tempo não nos ajudará, mas há problemas e aspectos no Projeto de Constituição sobre os quais desejamos deixar bem explícito nosso ponto de vista.

O primeiro refere-se à fixação da duração do mandato do Presidente da República, tema abordado há pouco pelo eminente Constituinte por Minas Gerais, Ronan Tito. O problema do direito adquirido, no bojo da Constituição em elaboração, apesar de não ser jurista, considero uma heresia. Concorro até com aqueles que defendem, baseados inclusive no direito adquirido, o mandato de seis anos para Presidente da República. Há incongruência e incorreção da parte daqueles que defendem cinco anos de mandato.

Temos de partir do pressuposto de que o atual Governo é de transição para a plenitude democrática. Essa transição, em nossa maneira de entender, deve expirar após a promulgação da nova Constituição. Nada mais justo do que realizarem-se eleições, 120 dias após a promulgação da Constituição, de acordo com a proposta que apresentamos no início dos nossos trabalhos.

O assunto é muito sério. Temos, de um lado, o Presidente da República, com todo o poder que o regime lhe concede, ajudado por um grande número de Constituintes que ainda podem ser considerados maioria; e, do outro, com diferença numérica pequena, uma grande parte de Constituintes, tendo a seu lado o povo brasileiro.

Este é um dilema muito importante para a democracia brasileira: a existência de um Presidente, com seu poder fisiológico, querendo corromper a consciência dos brasileiros através dos Constituintes, representantes do povo. Aqui estamos no exercício de poderes, autorizados através de procuração de segmentos sociais, com a responsabilidade de pensar e refletir, a fim de elaborar a nova Lei Maior do País. E ao nosso lado está justamente o povo.

Neste embate, ou o Presidente da República, através do seu poder de força, impõe-se ao povo, ou este sobrepõe-se à vontade do Presidente da República. Mas não tenho dúvida de que, na hora de votar, o Constituinte pensará dez vezes e irá ao encontro das aspirações desta Nação e do povo brasileiro.

Continuo mantendo minha emenda, em todas as fases de elaboração da Constituição, na certeza de que os Constituintes votarão pela realização de eleições, 120 dias após a promulgação da nova Carta, com posse do futuro Presidente da República 60 dias depois.

Outro assunto importante que me traz à tribuna é – quero deixar bem claro – o debate sobre o sistema de governo. Uns defendem o parlamentarismo; outros, o presidencialismo; outros, ainda, um sistema híbrido, o neoparlamentarismo, na caminhada para o sistema parlamentarista clássico. Alguns, inclusive, chegam ao absurdo de defender o sistema parlamentarista, com implantação gradualista. Isso é uma barganha, um casuísmo que coloca mal a classe política e, sobretudo, a posição do atual Presidente da República. Dizia há pouco ao eminente Constituinte Israel Pinheiro, representante de Minas Gerais, que o povo nos está olhando. Houve uma revolução cívica no País e o povo está hoje conscientizado, acompanhando-nos. Inclusive, estamos aqui por procuração, para fazer a lei que o povo deseja. Portanto, parlamentarismo com implantação gradual, no meu entender, é uma barganha, um casuísmo que visa semente a beneficiar o despreparado Presidente que temos.

Tem o aparte o eminente Constituinte Ronan Tito.

**O SR. CONSTITUINTE RONAN TITO:** – Constituinte Ruy Bacelar, V. Ex.<sup>a</sup> sabe – temos conversado muito, no Senado, nas Comissões – da admiração que lhe devoto.

**O SR. CONSTITUINTE RUY BACELAR:** – A recíproca é verdadeira, eminente Constituinte.

**O SR. CONSTITUINTE RONAN TITO:** – Nobre Constituinte, estamos vivendo uma transição que se completaria se, também neste momento, houvesse condições de poder ser melhor distribuído. Nem o Presidente José Sarney, nem o ex-Presidente Juscelino Kubitschek, muito menos os militares que estiveram de plantão podiam ou podem ter tanto poder enfeixado nas mãos.

Veja V. Ex.<sup>a</sup> que vivemos uma eleição recente, e nela a correlação de forças determinada pelo povo foi uma. No entanto, essa correlação, quando colocada no Ministério, é outra, completamente diferente da realidade determinada pelas urnas, quando o povo falou. O que me assusta é que o Presidente mantenha essa situação, contrariando a opinião pública, manifestada nas urnas. Vou além: não podemos, de maneira alguma, ficar esperando, do homem que detém tanto poder, que exaure o seu tempo de mandato, e daqui a 5, 4, ou 3 anos, o troquemos. Temos de adotar o regime mais democrático do mundo: o parlamentarismo. Nobre Constituinte, no dia em que veio ao Senado o Ministro dos Transportes, tentar nos empulhar com a necessidade da construção de uma ferrovia, que não convenceu ninguém, dezenove Senadores do PMDB manifestaram-se sobre o assunto, e apenas dois foram a favor dele, por razões óbvias: um era de Goiás, e o outro, do Maranhão. Dezesete Senadores foram contrários. Nosso líder assomou à tribuna, não para fazer perguntas ao Ministro, mas para dizer que a ferrovia era um absurdo, com o qual o PMDB não concordava. E o que aconteceu, apesar disto? O Ministro marcou data para reiniciar a construção da ferrovia, sem tomar conhecimento da opinião do Senado Federal.

Se tivéssemos um regime de gabinete, esse Ministro cairia no mesmo dia. Vamos portanto aprender a lição do momento que vivemos. Dizem que o Palácio do Planalto não quer o parlamentarismo, o que robustece minha convicção da necessidade urgente de o implantarmos no País.

Muito obrigado.

**O SR. CONSTITUINTE RUY BACELAR:** – Agradeço ao eminente Senador Ronam Tito o aparte que vem ao encontro de meu pensamento.

Longe de mim ser contra o parlamentarismo. Sou contra o sistema parlamentarista com implantação gradual, o que só beneficiará o atual Presidente. E faço esta pergunta: será que esta luta do Presidente pelo regime presidencialista não será para, na última hora, conseguir os seis anos de mandato? Não será essa implantação gradual uma barganha, uma vantagem? Ora, o povo de maneira nenhuma irá permitir isso.

Para que não paire dúvida; sou favorável ao parlamentarismo. Senti na praça pública que o povo quer participar, quer ser co-responsável da Administração Pública Federal. E quer ser partícipe e co-responsável com o fortalecimento do Parlamento. Tenho minhas dúvidas quanto à implantação do regime parlamentarista puro, agora, nesta etapa, pela falta de partidos sólidos, de uma burocracia preparada e estável.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, quero deixar bem claro que votarei, sem medo de errar, favoravelmente ao sistema parlamentarista no Brasil (palmas), mas sou contra – permita-me dizê-lo – por coerência, embora se possa considerar isso contraditório, a sua implantação no atual governo.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Lembro a V. Ex.<sup>a</sup> que seu tempo está esgotado. E, depois de ouvir o Constituinte Joaquim Bevilacqua, que é gradualista, peço que encerre seu pronunciamento.

**O SR. CONSTITUINTE RUY BACELAR:** – Encerrarei dentro de minutos, Sr. Presidente.

Se sou contrário à implantação do novo sistema ainda no atual Governo é por uma linha de coerência. Eu sei, o povo sabe que haveremos de realizar eleições em 1988 (palmas), lá para maio ou junho – não tenho dúvidas quanto a isso. Seria temerário implantarmos um novo regime em um governo desacreditado, desmoralizado, como este que aí está. Isso poderia mesmo desacreditar e desmoralizar o próprio futuro do regime que o povo brasileiro quer. Seria até uma temeridade, em plena efervescência eleitoral, implantar-se um regime para ter validade por seis meses no atual Governo. Por isso é que, por uma linha de coerência, sei que em 1988 o povo escolherá seu novo Presidente, após vinte e sete anos, como fizera em 1960, elegendo João Goulart e Jânio Quadros. Até hoje somente votaram para Presidente os que têm, pelo menos, quarenta e cinco anos de idade. Mais de 80% da população brasileira ainda não tiveram o direito de escolher o seu Presidente. Poucos de nós puderam votar em 1960. Só aqueles que em 1960 eram alfabetizados e hoje possuem mais de quarenta e cinco anos é que exercitaram esse direito. Por isso é que por mais contraditório que seja para alguns, acho que a implantação do regime parlamentar não deve de maneira alguma ser feito no atual Governo, para não ficar também desacreditado, como desacreditado está o atual Presidente da República.

Ouçó o eminente Deputado Constituinte por São Paulo, Joaquim Bevilacqua, de quem tive a honra de ser colega na Câmara dos Deputados.

**O SR. CONSTITUINTE JOAQUIM BEVILACQUA:** – A honra foi minha, nobre Constituinte Ruy Bacelar. Ao cumprimentar V. Ex.<sup>a</sup> pela coerência das idéias que defende, gostaria de buscar no seu próprio pronunciamento um embasamento ao aparte que modestamente lhe ofereço. E o encontro no ponto em que V. Ex.<sup>a</sup> admite o parlamentarismo como sistema superior de governo. Aliás, ao que parece, este ponto de vista é absolutamente majoritário em nossa Assembléia Constituinte, quer na Câmara, quer no Senado. Entretanto, V. Ex.<sup>a</sup> se contrapõe à implantação desse sistema, que dá resultado numa gama variada de países, ainda no atual Governo. Ora, evidentemente, do ponto de vista doutrinário, há uma discussão de fundo quanto à eleição do Presidente no sistema parlamentarista. Todavia, temos um compromisso – e eu também ainda não votei para Presidente – que é o de eleger diretamente o próximo Presidente da República. Por outro lado, V. Ex.<sup>a</sup> eu, todos nós temos também o compromisso de legar para os pósteros, para o futuro, para os nossos filhos, para os nossos netos um sistema mais eficiente, mais moderno, mais adequado à realidade brasileira. E vou buscar na nossa História, não da Novíssima República mas da Nova República, o exemplo de com uma eleição pode obstaculizar a implantação do sistema. Em 1953, o grande Deputado pelo Rio Grande do Sul Fernando Ferrari, teve aprovada a sua emenda que implantava o parlamentarismo. Mas não o fez de forma gradual, prevendo sua implantação a partir de 1956. E, nesse ato, espaço de tempo, houve a eleição de Getúlio Vargas em 1954, houve a tragédia, houve aquele novembro de 1955, e o Parlamentarismo não se implantou em nosso País. Em 1961, o Vice-Presidente eleito com o então Presidente Jânio Quadros, João Goulart, abdicou, cedeu, para poder sentar-se na cadeira presidencial, às pressões de determinadas forças militares, que lhe impuseram o Parlamentarismo. Pois bem, o Parlamentarismo foi adotado com a aquiescência formal de S. Ex.<sup>a</sup>. Entretanto, já no próprio discurso de posse ele começava a implodir o novo sistema implantado. E vejam: ele ficou mais tempo como Presidente no sistema Parlamentarista do que no sistema Presidencialista. Esteja certo, nobre Senador Ruy Bacelar, que a minha posição, bem como a dos Deputados Israel Pinheiro Filho e Cid Carvalho, não é de submissão por querer dar ainda mais de um ano ao Presidente, até porque não tenho compromisso com o Governo – todos sabem disso. O que queremos é ver esse sistema implantado. Devemos, pois, ter a grandeza do entendimento para implantarmos o parlamentarismo gradualmente, já que mecanicamente, operacionalmente agora é impossível, e V. Ex.<sup>a</sup> sabe disso. E quando digo, agora, incluo um prazo mais breve, seis meses ou um ano, como disse V. Ex.<sup>a</sup>, necessário para adequar a estrutura partidária, o elemento burocrático etc.

O que vejo é a necessidade de um prazo mais longo, talvez de dois anos, para que ele seja mais sólido, para que não provoquemos eventos semelhantes aos de 1953 e 1961, uma experiência triste que tivemos. Esta é uma visão de grandeza que tem o Presidente da República. E não podemos desconhecer que vivemos hoje, embora a Assembléia Nacional Constituinte seja soberana, uma conjuntura típica de sistema presidencialista imperial. E, veja V. Ex.<sup>a</sup> há um Presidente da República em pleno exercício do seu mandato.

Eram estas as ponderações que tinha a fazer. Tenho certeza de que V. Ex.<sup>a</sup> perfilará conosco na tese do par-

lamentarismo, porque, sem paixões, mais tempo ou menos tempo, mais seis meses ou menos seis meses representam apenas um traço na longa noite desta história.

**O SR. CONSTITUINTE RUY BACELAR:** – Agradeço ao eminente Constituinte Joaquim Bevilacqua o aparte. Respeito o seu ponto de vista, mas penso diferentemente quanto à implantação gradual do parlamentarismo, e vou até mais longe. Não tenho nada pessoal contra o Presidente que aí está. Votei nele, e até torci para que ele fosse candidato, mas acho que a Nação brasileira está muito acima do Presidente Sarney e de todos nós. (Muito bem!) O povo brasileiro já está cansado de ser enganado e não suporta mais mentiras do Governo. O que vejo é o desencanto do povo com o Governo, é a falta de esperança.

O que vejo é a falta de perspectiva, de esperança para a Nação, para o povo brasileiro. E aí da nação que perca a esperança! Aí é o caos. O que vejo é uma frustração do povo com essa implantação gradual que se quer em verdade inventar e dar mais 2 ou 3 anos, ou 2 anos e pouco, ao Presidente Sarney e o povo descer dos morros, das palafitas, dos alagados e criar uma convulsão social. Aí, sim, é que grupos da sociedade brasileira poderão solicitar às Forças Armadas que assumam o poder novamente.

Isso é que vejo. É por isso que luto em favor da fixação de eleição no próximo ano. Não tenho nada de pessoal contra o Presidente Sarney. Acho que, se algum Constituinte quiser tirar proveito do Governo que aí está, ninguém terá mais condições do que eu, mas acho que nunca faria isso, pois minha vida e a Nação estão muito acima dos problemas pessoais e do próprio Presidente da República. O que vejo, em verdade, nobre Deputado é isso. Em face disso, acredito que o povo brasileiro irá sobrepor-se à vontade do Presidente da República, fixando eleição em 1988.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Constituinte Ruy Bacelar, peço a V. Ex.<sup>a</sup> que declare encerrado o seu pronunciamento e faça apelo ao Constituinte Alcení Guerra no sentido de que aparteie o Constituinte Cid Carvalho, que sucederá o nobre Constituinte Ruy Bacelar na tribuna e por certo irá abordar o mesmo assunto.

**O SR. CONSTITUINTE ALCENI GUERRA:** – Sr. Presidente, acato a decisão de V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE RUY BACELAR:** – Vou concluir, Sr. Presidente.

Quero dizer claramente que, se isso acontecer, nobre Constituinte Joaquim Bevilacqua, esse segmento da sociedade, ao final, será o segmento mais reacionário do País. Se solicitarem às Forças Armadas que assumam o poder, fique certo de que as Forças Armadas não emprestarão seu nome para acobertar o Presidente que aí está, porque isto seria desacreditar-se juntamente com ele.

Se V. Ex.<sup>a</sup> me permitir, nobre Presidente, para terminar, tenho um outro assunto que gostaria de tratar, que é o problema da inelegibilidade, que considero de extrema importância para o aperfeiçoamento da democracia. Por um lapso – acredito que tenha sido um lapso – o atual relator deixou de incluir a inelegibilidade dos parentes de segundo grau, afins e por adoção do Presidente da República. Só posso admitir que tenha sido um lapso.

Não sou constitucionalista, mas sou um curioso.

Segundo o conceituado constitucionalista brasileiro Pinto Ferreira, “a inelegibilidade é um impedimento ao direito do cidadão de ser eleito para um cargo político. É assim um impedimento de ordem pública que visa sobretudo à moralização do voto e o interesse social, amparando consequentemente a dita ordem pública”.

No que concerne às inelegibilidades oriundas do grau de parentesco, por consanguinidade ou afim, já a Carta Constitucional de 1891 tornava inelegíveis para o cargo de Presidente, os parentes consanguíneos e afins, do 1º e 2º graus, do Presidente e do Vice-Presidente da República ou de quem se achasse em serviço no momento da eleição, ou de quem o tivesse deixado até 6 meses antes.

A Constituição de 1934 considerava inelegíveis os parentes até o terceiro grau do Presidente da República que não se afastasse do cargo pelo menos um ano antes.

A Carta autoritária de 1937 reagiu contra o empenho da Constituição anterior, que amparava o eleitor diante do Executivo todo-poderoso e se omitiu com relação ao tema.

Não obstante a Constituição de 1946 ter sido moderada na fixação das inelegibilidades, pela preocupação de restaurar o sistema democrático, depois de oito anos de poder ilimitado num quadro constitucional indefinido, voltou-se a considerar inelegíveis os parentes consanguíneos ou afins, até o 2.º grau, não só do Presidente da República, mas também dos Governadores e Prefeitos, estendendo-se este impedimento, expressamente, ao cônjuge dessas autoridades.

A Constituição de 1967 repete, quase que de forma idêntica, a redação da Constituição de 1946. A única diferença é a extensão das inelegibilidades aos parentes até o 3º grau e aos parentes por adoção.

A Emenda Constitucional nº 22, de 1982, à Constituição de 1967 com a redação dada pela Emenda nº 1, de 1969, mantém a inelegibilidade por parentesco, voltando-se o limite de até o 2º grau e estabelecendo-se que esse impedimento ocorre, no território de jurisdição do titular.

O anteprojeto constitucional, elaborado pela Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, presidida pelo eminente Professor Afonso trinos, atualmente Presidente da Comissão de Sistematização da Assembléia Nacional Constituinte, contempla essa matéria da mesma forma que a Carta em vigor.

O projeto da Comissão de Sistematização, art. 28, II, letra g, considera igualmente inelegíveis, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes por consanguinidade, afinidade ou adoção, de conformidade com a lei.

Já o substitutivo do Relator ao projeto de Constituição da Comissão de Sistematização, aperfeiçoando a redação anterior, repete a redação dada pelas Constituições de 1946 e 1967, mas, de forma surpreendente – inexplicável mesmo – sem tornar inelegíveis o cônjuge e os parentes do Presidente da República.

No anteprojeto recentemente publicado há um equívoco: é excluído o Presidente da República, embora continuem os Governadores e os Prefeitos. Daí acreditar que os eminentes Constituintes, principalmente os membros da Comissão de Sistematização, farão com que retorne ao futuro projeto o princípio da inelegibilidade também para os parentes até segundo grau, afins ou por adoção, do Presidente da República, em vista do poderio que tem o Presidente, ou têm os presidentes, no atual regime.

No intuito de aperfeiçoar o substitutivo do Relator, tomei a iniciativa de apresentar emenda a esse dispositivo, restabelecendo, *ipsis litteris*, a redação constante no anteprojeto da Comissão Afonso Arinos.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, por certo, a tradição constitucional brasileira sobre inelegibilidades por grau de parentesco que, como vimos, pelo breve retrospecto

que apresentei, sempre contemplou esse impedimento como forma necessária para evitar o neopotismo ou a perpetuação no poder através de interposta pessoa, deve ser mantida.

A intenção do legislador brasileiro, ao longo de nossa História, foi a de impedir que aqueles que detêm uma parcela do poder de governar, tendo sob seu controle a máquina administrativa ou aquele que deixou o cargo às vésperas das eleições, favoreçam seus parentes, prevalecendo-se da autoridade que tem, ou aproveitando-se da influência que ainda mantém decorrente da proximidade do afastamento do cargo.

Visou-se preservar a normalidade e a legitimidade das eleições contra a influência ou abuso do exercício de função ou cargo.

Dáí nossa iniciativa, de apresentar emenda no sentido de restabelecer a tradição constitucional brasileira e, ao mesmo tempo, alertar o nobre Relator, Constituinte Bernardo Cabral, e os demais colegas para o tema, que achamos de grande importância para a normalidade e a moralidade da vida política brasileira.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Muito obrigado, nobre Constituinte Ruy Bacerlar.

Concedo a palavra ao nobre Constituinte Cid Carvalho. (Pausa.)

O nobre Constituinte Cid Carvalho prefere falar na sessão da tarde, pelo que convoco a próxima reunião para às 14h30min., a realizar-se no plenário do Senado Federal, a fim de proseguirmos as discussões da matéria constitucional.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Santana):** – Havendo número regimental, declaro aberta a presente reunião, que tem por objetivo a discussão do substitutivo do Sr. Relator, Constituinte Bernardo Cabral e das emendas apresentadas pelos Srs. Constituintes.

O primeiro orador inscrito é o Constituinte Prisco Viana, que, ausente, perde a vez e o lugar. O segundo é o Constituinte Fernando Santana, que está presidindo e não pode pronunciar-se. O terceiro orador é o Sr. Constituinte José Genoíno, a quem dou a palavra por dez minutos improrrogáveis.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, o debate central que está posto à Assembléia Nacional Constituinte, sendo hoje motivo de divergência entre as forças que compõem a maioria desta Assembléia, é o sistema de governo, que por si só não está revelando toda a dimensão política das questões que necessariamente deverão estar acopladas seja ao presidencialismo, seja ao parlamentarismo.

Até estou entre aqueles que, mesmo manifestando posição favorável ao presidencialismo, por uma questão conjuntural consideram ser necessária a priorização de outros problemas mais de fundo para o estabelecimento do regime democrático no Brasil.

Começaria pelo elementar, que está vinculado diretamente ao regime de governo: o sistema eleitoral. Já temos no Brasil um sistema eleitoral antidemocrático; o que presidiu a escolha da Assembléia Nacional Constituinte não refletiu a vontade popular do povo brasileiro.

Não quero citar aqui as leis que diferenciavam os partidos nem o poder econômico que fazia com que os candidatos tivessem mais força do que outros, assim como o fisiologismo daqueles que tiveram as vantagens da máquina.

Quero referir-me a um problema que esta Constituinte tem que enfrentar, o que não fez até agora. Chamo, em primeiro lugar, os parlamentaristas para enfrentarem a questão do voto proporcional. Esta, em tese, é uma questão crucial para a democracia política, porque pressupõe o voto majoritário, que mede a vontade da população a partir de um referencial, que é a vontade da maioria. E o voto proporcional, diferentemente, vai espelhar a vontade da população pelas correntes que estão disseminadas no conjunto da sociedade brasileira. E, no caso do Brasil, o atual sistema proporcional é antidemocrático. Se fôssemos usar o critério democrático por excelência na composição da Câmara dos Deputados, a proporcionalidade teria que se inserir nacionalmente, não sobre os Estados. Precisariamos de uma proporcionalidade sobre o conjunto do País, para podermos igualar o voto de um cearense ou o voto de um acreano ao de um paulista.

Temos uma lei casuística da época da ditadura militar, que estabelece que o máximo é de sessenta e o mínimo é de oito. Essa fórmula faz com que São Paulo tenha peso bem menor que os demais Estados. Esse problema não é do paulista, é um problema crucial da luta política no Brasil. Em São Paulo, o Estado mais desenvolvido do ponto de vista capitalista, com um eleitorado moderno, uma classe operária com sentimento e instinto de classe, um sindicalismo mais avançado, o voto proporcional constitui uma desigualdade e uma injustiça muito grandes. É necessário que os parlamentaristas levem isso em conta porque numa eleição presidencial o voto dos brasileiros é igualado, de Norte a Sul, mas o voto para a composição da Câmara dos Deputados não é igual, já que para um Deputado Federal ser eleito por São Paulo é necessário um coeficiente diferente do exigido para os Deputados eleitos por outras regiões. Para garantir essa diversidade de região para região é preciso enfrentarmos o problema da desigualdade que pesa principalmente sobre o eleitorado mais progressista e mais avançado. Essa questão precisa ser resolvida, na medida em que os parlamentaristas advogam que esse sistema possibilita uma participação mais direta da população. É necessário corrigir este problema de fundo na composição da Câmara dos Deputados.

Refiro-me a outro problema de fundo, nessa questão de sistema de governo: o núcleo do poder político. Estamos saindo de um período de ditadura militar e o núcleo do poder político do estado militarizado não foi desmontado. Muito pelo contrário, temos um Governo civil sob tutela militar; as leis repressivas não foram revogadas; o instrumental de segurança e informação não foi destruído, mas, reciclado; e, na feitura do texto constitucional, há uma questão política que vai dividir as opções da Assembléia Nacional Constituinte no que diz respeito ao papel constitucional das Forças Armadas. Pelo que a imprensa está divulgando, o relator mudou a feição do seu primeiro substitutivo e passa a adotar uma fórmula tão cara para o militarismo brasileiro, que é defesa da lei e da ordem, que, em outras palavras, significa segurança interna, lei interna, enfim, uma abrangência para que essa tutela militar possa ser exercida em um raio de influência amplo e irrestrito, porque em nome da lei e da ordem tudo se pode, como tudo o que já se fez no Brasil.

A outra questão a ser enfrentada diz respeito aos meios de comunicação social. Não adianta falarmos em democracia e em sistema de governo se não enfrentarmos a democratização dos meios de comunicação, em especial das redes de rádio e televisão, porque, enquanto certos partidos atingem 50 mil pessoas, a TV Globo atinge 50 milhões de brasileiros, e, dependendo das afinidades do dono da

TV Globo, isso tem uma influência muito grande no eleitorado.

O Plano Cruzado, segundo a Rede Globo, tinha que dar certo. Durante alguns meses, o que tinha que dar certo ficou no ar. Foi preciso alguns meses para que a população se desse conta de algo: se tinha que dar certo, para quem tinha que dar certo? A TV Globo não dizia para quem tinha que dar certo o Plano Cruzado. Realmente não o foi para as donas-de-casa e trabalhadores, que começaram a sentir a falta de alimentos e produtos em geral nas prateleiras dos supermercados e das lojas. Isso tem uma incidência muito grande. O debate desta questão na Constituinte é crucial.

Em relação ao sistema de governo é fundamental discutirmos o voto distrital. Se tivermos um parlamentarismo no Brasil com voto distrital misto, estará consagrado o conservadorismo político no Congresso Nacional. E o pior não será um conservadorismo baseado em idéias e na disputa política, porque muitos Deputados e Senadores que têm posições ideológicas de direita disputarão o voto espelhado no Estado inteiro. Não, será aquele conservadorismo mesclado pelo fisiologismo, pelo clientelismo e pelas benesses da máquina do Poder Executivo, que está vinculado, exatamente, com o distrito, com as benfeitorias, com o empreguismo e com todo esse fisiologismo que tem dominado a política brasileira ao longo desses anos.

A Nova República não deixa nada a desejar em relação ao período da ditadura militar. Se esta questão não vier à tona na discussão do sistema de governo, nós nos iludiremos ao achar que por si só o parlamentarismo estabelece um regime democrático; não estabelecerá, e por si só também o presidencialismo não estabelece um regime democrático.

Temos dois exemplos na história mundial que servem de referenciais para nós: temos o parlamentarismo autoritário da Sra. Margaret Thatcher e o presidencialismo autoritário do Sr. Ronald Reagan. Vejam bem esses dois exemplos claros. Não é simplesmente a adoção do parlamentarismo ou do presidencialismo que resolverá o problema da democratização do poder político no Brasil, que é algo mais profundo e sério e exige medidas pontuais e concretas. Esta Constituinte terá que optar por este caminho, sob pena de estar-se iludindo.

Coloco outra questão crucial, do ponto de vista político, conjuntural: a Assembléia Nacional Constituinte não tem legitimidade política para tratar da questão do governo do País, tirando do povo, que deve eleger o Presidente da República, pelo menos boa parte dos poderes desse Presidente que será eleito. Com que programa esse Presidente vai se apresentar ao eleitorado? Que bandeiras ele empunhará nos comícios? Com que palavra de ordem, com que carta eleitoral ele vai subir ao palanque se ele vai ser o Chefe de Estado? Há exatamente vinte e sete anos o povo brasileiro não vota para Presidente da República e, nesse momento, esta Assembléia Nacional Constituinte, que não tem legitimidade, vai tirar do povo 50% do poder do seu voto para eleger o Presidente da República.

Acho, Sr. Presidente, que é uma temeridade e grande risco, e esse risco pode provocar uma profunda crise institucional, porque o povo brasileiro não respeita esta Constituinte, não por causa da campanha desse ou daquele canal de televisão. Para que ele a respeite é necessário que esta Constituinte tenha a coragem política de atender algumas reivindicações suas no âmbito dos direitos social e

econômico. Como sabemos que predomina um pensamento conservador, o que ocorrerá? Esta Constituinte não terá essa legitimidade, e na hora de se tratar dos assuntos do Governo, o parlamentarismo vai aparecer muito mais como uma negociação das elites, como um acerto entre Parlamentares e Executivo, retirando do povo aquela experiência que há vinte e sete anos ele não tem – a de eleger o seu Presidente da República.

Até existia o sentimento da cidadania brasileira de votar para Presidente da República. Quando estávamos na campanha de 1984, muita gente aparecia com o seu título e dizia que nunca havia votado para Presidente da República. Agora vamos chamar o povo para votar, dizendo que a pessoa que ele está elegendo não vai ter poderes, e quem vai mandar é o Parlamento. Esse Parlamento foi eleito em 1986, está fazendo uma Constituição que não tem legitimidade para decidir que o Parlamento resolva o problema da crise do Governo. Este problema não pode ser resolvido com o parlamentarismo negociado com o Palácio do Planalto. Ele só pode ser resolvido, para não entrarmos numa crise institucional, com a eleição direta para Presidente da República e essa experiência ninguém deve tirar do povo brasileiro. Depois, podemos discutir o sistema de governo. Chamo a atenção de todos para o fato de que a transição não deu ao povo o direito de eleger o Presidente da República. Ela deu o direito de eleger os Governadores, os Prefeitos, acabou com os Senadores biônicos e temos uma Constituinte, mas não temos eleição para Presidente da República. Esta é uma questão crucial sobre a qual não podemos passar por cima. Na hora em que o povo votar não elegerá o Governo, mas o Chefe de Estado. Esse é um problema de fundo para o qual devemos estar atentos.

Sr. Presidente, não considero a questão do presidencialismo e do parlamentarismo um problema doutrinário. Nós, marxistas e socialistas, consideramos um problema doutrinário a natureza do Estado e ela não muda com o presidencialismo ou com o parlamentarismo. Esta é a forma do Estado e não tem que ser discutida politicamente. Politicamente, dentro da conjuntura atual, para o povo brasileiro e para o avanço de suas lutas, acho mais importante enfrentarmos a experiência da eleição direta para Presidente da República e não esse parlamentarismo, principalmente com os penduricalhos que estão colocando nele, como o voto distrital, o parlamentarismo gradualista que está sendo negociado e certamente outros que serão colocados para se chegar a um consenso. Este é um risco muito grande. O sentido de minha intervenção na Comissão de Sistematização é exatamente colocar em destaque outros elementos nessa polarização, estes sim cruciais para o estabelecimento de um regime democrático, seja com o parlamentarismo seja com o presidencialismo: o papel das Forças Armadas e a democratização dos meios de comunicação de massa.

A questão do sistema eleitoral, sim, é crucial para se ter uma democracia, não do autoritarismo, do clientelismo e do fisiologismo, mas que pelo menos espelhe parte da verdade do voto popular.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Santana):** – Terei o prazer de convocar o Vice-Presidente desta Comissão, Constituinte Aluizio Campos, para assumir a Presidência, já que S. Ex.<sup>a</sup> se encontra aqui presente.

**O SR. CONSTITUINTE ALUÍZIO CAMPOS:** – Tenho muito prazer em solicitar a V. Ex.<sup>a</sup> que continue mais um pouco na Presidência, pois honra esta Comissão.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Santana):** – Concedo a palavra ao quarto orador desta sessão, Constituinte Gerson Peres.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, reportando-me à tese do orador que me antecedeu, eu indagaria; que outro tipo de Parlamento teria legitimidade para fazer o que estamos fazendo? Este Parlamento foi eleito diretamente pelo povo, em eleições livres, previamente convocado para uma Constituinte. Não tem um ano de atividade, e suas atribuições já sofrem a censura da ilegitimidade. Nunca termináramos a elaboração de uma nova Constituição, se admitíssemos que tudo o que se disse aqui fosse verdade, ante a realidade do momento histórico que vivemos.

Não podemos aceitar a tese de que o sistema parlamentarista vá criar a crise institucional. Pelo contrário parlamentarismo não se adapta ao povo; é o povo que se adapta ao parlamentarismo, porque é o regime essencialmente do povo. É o povo que governa, e não os presidencialistas, usando o **slogan** dos parlamentaristas – "o povo no governo". O povo é quem não está no governo. Ele é apenas ludibriado para eleger um imperador por tempo determinado, legitimar um homem que concentrará em suas mãos soma incomensurável de poderes para dirigir durante quatro anos, sob sua única e exclusiva responsabilidade, uma Nação de cento e trinta e tantos milhões de pessoas e mais de oito milhões de quilômetros quadrados. É demais para um homem só.

Não vou aqui discutir o aspecto histórico – isso já foi por demais repisado – ou os problemas fundamentais de que o parlamentarismo é realmente o único sistema de governo que soluciona as crises governamentais a nível, de Estado. O Estado, presidido pelo Presidente da República, fica isento nas suas atribuições constitucionais e o sistema democrático de governo funciona sem perturbação da ardem. As Forças Armadas ficam dentro do nível do Estado e quem resolve as crises de governo é o Parlamento, no prazo determinado pela, própria Constituição. É um dos fundamentos básicos do parlamentarismo. Aí está a história para confirmá-lo.

E onde não existe parlamentarismo? Vamos para o Terceiro Mundo, buscando aqui alguns argumentos utilizados pelo Constituinte José Fogaça em sua exposição. Citaremos alguns países, como a Rodésia e a Nicarágua, onde há guerrilha. Na Colômbia também há guerrilha, e no Peru está o Sendero.

O regime presidencialista, no decurso dos séculos, é um regime de crises constantes, de perturbação da ordem, de intranquilidade permanente e de instabilidade econômica. Ah! dirão alguns, mas, no parlamentarismo, vamos assistir ao deprimente espetáculo de, num ano, vermos quarenta gabinetes caírem. É para caírem cinquenta gabinetes! Na Itália, houve um ano em que caíram mais de 35 gabinetes. No entanto, aquele país é hoje a segunda potência econômica da Europa. E o regime ali é o parlamentarismo puro. O presidente da república – e aqui é que se distorce a verdade – existe como Chefe de Estado – ele não é chefe de governo – e com atribuições limitadas. Aproveito apenas para dizer que o parlamentarismo que queremos introduzir no Brasil dá, ao Presidente da República atribuições em demasia. Não sei por que o Presidente José Sarney se está recusando a aceitá-lo.

Delineei um quadro muito interessante – não sei se se deram conta disso. Dois terços das atribuições previstas no art. 81 da Constituição de 1967 estão quase integrados no art. 115 do Substitutivo Bernardo Cabral.

Vejamos aqui alguns exemplos: Estabelece o inciso I do substitutivo que é da competência do Previdente da República:

"I Nomear e exonerar o Primeiro-Ministro e, por proposta deste, os Ministros de Estado."

Diz o art. 81, inciso VI da Constituição Federal:

"Nomear e exonerar os Ministros de Estado, o Governador do Distrito Federal e os dos Territórios."

Diz o inciso II do Substitutivo:

"Nomear, após aprovação pelo Senado da República, os Ministros do Supremo Tribunal Federal, do Tribunal de Contas da União, dos Tribunais Superiores, os chefes de missão diplomática de caráter permanente, os Governadores de Territórios, o Procurador-Geral da República, o Presidente e os Diretores do Banco Central."

São essas as atribuições do Presidente da República.

Na Constituição atual, que faz o Presidente? Nomeia, após audiência do Senado Federal, os Ministros do Superior Tribunal Militar (art. 128) os Juizes do Tribunal Superior Eleitoral (inciso II do art. 131) e Juizes dos Tribunais Regionais Eleitorais (art. 133, inciso III) e Juizes dos Tribunais e Juizes do Trabalho (art. 141, § 1º, letras a e b). Além de outras providências nomear juizes federais e procurador-geral da União.

Convocar extraordinariamente o Congresso Nacional é atribuição do Presidente da República no atual Substitutivo Bernardo Cabral. Na Constituição de 1967, art. 29, letra b, também o Presidente da República pode convocar extraordinariamente o Congresso Nacional.

"Dissolver a Câmara Federal e convocar eleições extraordinárias" – eis uma nova atribuição do Presidente da República que o Constituinte José Genoíno não citou aqui. E essa atribuição é muito forte. Ele tem o poder de dissolver o Parlamento, ouvido o Conselho da República. Na Constituição de 1967, ele não tem essa faculdade. É diminuída na Constituição atual. E esse poder já não basta para que um Chefe de Estado tenha respeitabilidade perante a Nação e seja credenciado suficientemente para poder ser o elemento moderador, o elemento de equilíbrio, outra característica fundamental do regime parlamentarista? É um sistema de governo que estabelece o equilíbrio entre os poderes constituídos da melhor maneira. A iniciativa legislativa da Constituição de 1967 está aqui no parlamentarismo.

No Substitutivo Bernardo Cabral, são ainda atribuições do Presidente da República:

"VII – sancionar, promulgar e fazer publicar as leis;

VIII – vetar projeto de lei, parcial ou totalmente, ou solicitar a sua reconsideração do Congresso Nacional;

IX – convocar e presidir o Conselho da República e indicar dois de seus membros;

X – manter relações com os Estados estrangeiros e credenciar seus representantes diplomáticos."

Isto também se encontra na Constituição de 1967, art. 81, inciso IX. Enfim, é praticamente a mesma atribuição. Apenas separa a atribuição de Governo, que é fundamental.

Não me alongarei mais, porque pretendia falar ainda sobre outra emenda, Gostaria de fazer uma sugestão, se



me for permitido, já que lamentavelmente não vejo aqui o relator. Sou um parlamentar que tem horror de participar de grupos, estar dentro de cubículos. Eles devem trazer o problema para cá, para fazermos indagações, nem que seja preciso virarmos a mesa. Vamos cobrar todas as reuniões realizadas fora do âmbito competente para se elaborar a Constituição – e o fórum competente é este. Aqui deveria estar o relator, com os Constituintes – Senadores e Deputados – a indagarem isto ou aquilo, tirando dúvidas, propondo emendas, debatendo. Não precisariam brigar.

Não vejo porque toda a celeuma do Presidente José Sarney, a convocar Ministros de Estado para interferirem, de maneira ostensiva, no trabalho da Constituinte, que é um órgão independente. Até não estou para dar conselho, mas não fica bem S. Ex.<sup>a</sup>, com a sua tradição, com o seu passado político e democrático, fazer isso neste momento histórico; que S. Ex.<sup>a</sup> seja mais comedido nas sugestões à Constituinte. Não queremos lhe tirar o direito de fazer sugestões à Constituinte, mas não ostensivamente, procurando o confronto, porque realmente isto vai nos deixar mal.

Sugeriria ao nobre Relator Bernardo Cabral que eliminasse a briga, deixando o Presidente José Sarney governar durante os cinco anos que solicitou. Fique S. Ex.<sup>a</sup> com o seu Ministério até 1989. Muita gente vai achar ruim dizendo que é muito. Mas é um direito de S. Ex.<sup>a</sup> e está na Constituição. Que se lhe dêem os cinco anos que pediu mas no último dia do seu governo que ele vá para casa tranquilo, porque o País daí para a frente entrará na fase parlamentarista.

Que se elimine no parlamentarismo a eleição por maioria absoluta, que acho exagerada, o Presidente tem que ser eleito por maioria simples; ter uma delegação semelhante à que terão os parlamentares. Ele chegaria aqui com 10, 20, 50 milhões de votos. Aquele que tivesse mais votos, seria o primeiro Presidente da República, e viria aqui, ao Parlamento, ser sabatinado para assumir a Presidência da República, por maioria simples.

Era esta a sugestão que daria ao nobre relator, a fim de acabar com a briga. Coloque lá uma redação e deixe o Presidente José Sarney governar durante os cinco anos que pediu, para ver se conclui o que deseja fazer em prol da Nação. Mas, repito, no último dia do seu governo teremos eleições para introduzir no Brasil o parlamentarismo.

Sr. Presidente, esperando a compreensão de V. Ex.<sup>a</sup> não queria deixar a tribuna sem antes fazer uma ligeira crítica à ordem social, como foi colocada no substitutivo.

O art. 258, em vez de melhorar para o Sesi, Senai, Sesc, Fundo Aeroviário, Fundo de Portos e Canais e Salário Educação, piorou. Para os Senai, Sesc e Sesi – como se diz no Norte – aqui ficou uma arapuca bem montada e, se aprovarmos, isso, estaremos extinguindo essas entidades.

O art. 258 cria o Fundo Nacional de Seguridade Social.

O art. 259 estabelece as contribuições que vão financiar esse Fundo, e diz no § 1º:

"As contribuições sociais a que se refere o **caput** deste artigo são as seguintes:

I – contribuição dos empregadores incidente sobre a folha de salário, faturamento e sobre o lucro;

II – contribuição dos trabalhadores;

III – contribuição sobre a exploração de concursos de prognósticos."

Quanto à contribuição dos trabalhadores, não é citada a fonte, mas a dos empregadores, sim.

O art. 260 estatiza, engolindo o Sesc, Sesi e Senai.

Diz o art. 260: "As contribuições sociais a que se refere o art. 259 e os recursos provenientes do orçamento da União comporão o orçamento da seguridade social, na forma da lei."

Ora, a seguridade social tem o seu fundo e o seu orçamento. Se a contribuição dos empregadores incidente sobre a folha de salário vai compor o orçamento da seguridade, os orçamentos do Senai, Sesi, Sesc e do Senac são componentes do orçamento da seguridade social, não terão a sua autonomia e estarão estatizados e absorvidos pelo Governo.

Apresentamos uma emenda ao Relator – esperamos que S. Ex.<sup>a</sup> nos atenda, conforme nos prometeu – para que no art. 60, justamente antes do término da expressão "nos termos da lei", fique "ressalvadas as destinadas" –, quer dizer, aquelas contribuições – "às entidades de formação profissional e assistencial sem fins lucrativos". Com isso estaremos resguardando as entidades.

Espero que o Relator Bernardo Cabral nos ouça, porque esta é uma aspiração do povo brasileiro. Foi a emenda popular que teve a maior soma de assinaturas, mais de um milhão e meio. O País todo se levantou em defesa de algo que deu certo, e estas entidades deram certo. Então, não temos por que fazer desaparecer o que está dando certo. Temos, sim, é que mudar o que está errado, como, por exemplo, o presidencialismo. Está errado, é um regime de crise, não está dando certo; então vamos mudar para o parlamentarismo.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Santana):** – Concedo a palavra ao Sr. Constituinte Vilson Souza pelo tempo de dez minutos.

**O SR. CONSTITUINTE VILSON SOUZA:** – Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, na discussão sobre sistema de governo, que entendo ser o ponto fundamental da futura Constituição, vejo as colocações muito centradas e preocupadas em analisar a estruturação do poder a partir da sociedade política, da análise da soma de poderes e de competência dos diversos fatores políticos, e não vejo essa análise ser feita a partir da sociedade, da democratização e do aprofundamento da democracia na sociedade. Temos que fazer essa divisão até colocar essas categorias de um ponto claro para que precisemos de uma forma definitiva o que é sociedade civil, o que é sociedade política, e o que é a função de representação e do governo. Evidentemente, a vida concreta, a realidade do cotidiano, a vida produtiva, a reprodução da vida social se dá pela faina cotidiana dos homens na sociedade civil. É lá, na sociedade civil, que produzimos. Os bens, os produtos materiais, culturais e intelectuais, que reproduzimos a nossa sociedade e nossa existência. E essa sociedade civil precisa ser ordenada e governada, eleger e organizar o seu Governo. E esse Governo, na sua função de representação, tem um compromisso básico, qual seja, o de viabilizar, através do processo democrático, a existência, a produtividade, a liberdade e a igualdade na sociedade civil.

Portanto, quando neste momento importante e crucial para a vida da Nação estamos aqui a elaborar e a discutir uma melhor forma de governo, temos que fazê-lo pensando na melhor forma de governo para a sociedade e não para essa elite que compõe a sociedade civil, da qual participamos.

Não viemos aqui, afinal de contas, para fazer uma Carta de privilégios, para entronização dos favores, das sinecuras, uma Carta que permita a reprodução infundável do poder da classe política. Muito pelo contrário, somos servos, os primeiros servidores dessa sociedade, e o compromisso é com ela. Essa sociedade de classes permeada de contradições, de grupos de interesses deve refletir-se simetricamente na sociedade política, na sociedade governativa. Ora, qual o regime que permite captar a pluralidade e a diversidade da sociedade? Qual o regime que no processo dialético das contradições que marcam a sociedade, permite a elaboração de uma grande síntese política? Este regime – o parlamentarismo – nasceu da experiência histórica. Não foi criado por um intelectual ou por um grande pensador, mas pela realidade concreta da Inglaterra.

É no parlamentarismo que a sociedade, tendo como caixa de ressonância o Congresso Nacional, a Câmara dos Deputados, organiza o governo e passa a fiscalizá-lo e controlá-lo. Esse dado é importante, porque muitos equívocos são cometidos analisando-se sistemas de governo por pontos de vista dogmáticos e ultrapassados. Não se analisa também a evolução histórica, tecnológica e sociológica do mundo moderno.

Hoje temos um novo tipo de Estado que não pode ser rotulado como Estado liberal, como Estado social ou como Estado de direito. Hoje temos não só no Brasil, na Europa, nos Estados Unidos, mas em toda a humanidade, uma nova tipologia do Estado, que é o Estado tecnocrático. O conhecimento humano acumulado, a técnica a serviço do homem importa que, de uma forma cada vez mais crescente, o Estado passe a intervir na vida da sociedade. Hoje o poder político e econômico se reproduzem e se reciclam através da técnica. As necessidades da economia e do mundo moderno, como as telecomunicações, os sistemas produtivos, as novas descobertas, novos materiais, a informática, a eletrônica e todos os desdobramentos desse conhecimento exigem a organização de uma sociedade científica e que o Estado acumule nelas novas e crescentes funções. Hoje é o Estado que participa no campo das comunicações e, inclusive, no caso brasileiro, detém o monopólio das telecomunicações. É o Estado que está no setor da informática e, em verdade, pela complexidade do processo científico e tecnológico, permite a reprodução da sociedade e do processo econômico.

E isso importa o quê? Um deslocamento do processo decisório dos Parlamentos para os órgãos do Executivo, específicos em cada um desses setores. Forma-se uma grande estrutura tentacular, que é a tecnoestrutura estatal. Esta associa-se à tecnoestrutura das empresas privadas. A tecnoestrutura hoje tem o monopólio do processo decisório e, através de um processo até esotérico, no sigilo dos gabinetes, passa a decidir sobre as nossas vidas.

Srs. Constituintes, votamos, em processos muitas vezes até conflituosos, instrumentos que assegurem a manutenção e o crescimento de salários, mas em um gabinete do Banco Central um diretor, com sua equipe de assessores econômicos, através de uma ordem dada a um mercado, coloca por terra todo aquele processo decisório ao decidir aumentar, por exemplo, taxas de juros, ocasionando um processo inflacionário que determinara uma perda salarial profunda e irrecuperável através das decisões legislativas.

Então, é necessário que se dome a tecnoestrutura e a máquina de governo, que se dê luz e transparência às decisões governamentais e administrativas. O único meio

de submeter essas decisões ao controle da sociedade é trazê-las para dentro deste Parlamento e das discussões parlamentares e, aí sim, submetê-las ao debate, ao confronto e à análise por parte da sociedade. Há necessidade, portanto, de se estabelecer um governo que seja a antítese dessa forma de governo imperial, principesca ditatorial. É necessário, inclusive, ter instrumentos através dos quais a sociedade, que é plural e diversa na sua organização, não seja submetida, ainda que por estruturas viciadas, ao império da vontade de um único homem, de um grupo que se articula ao lado de um homem. E aí temos a história trágica do presidencialismo.

**O SR. CONSTITUINTE BOCAYUVA CUNHA:** – Permita-me V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Santana):** – O tempo do orador já está esgotado.

**O SR. CONSTITUINTE BOCAYUVA CUNHA:** – V. Ex.<sup>a</sup> é um presidente democrata, permitir-me-á um minuto.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Santana):** – A questão não é ser democrata, mas sim cumprir exatamente o Regimento Interno, sobre o tempo disponível a cada orador.

**O SR. CONSTITUINTE BOCAYUVA CUNHA:** – É tradição da Casa. Não será V. Ex.<sup>a</sup> quem violará essa tradição. Nobre Constituinte Vilson Souza, apenas para não passar sem registro, gostaria de dizer que ninguém quer um presidencialismo imperial, nesta Casa, como foi revigorado nos tempos da ditadura! militar. Nenhum de nós quer isso. De modo que o argumento de V. Ex.<sup>a</sup> no sentido de combater o presidencialismo e adotar o parlamentarismo por causa do presidencialismo imperial é realmente – perdoe-me V. Ex.<sup>a</sup> – absolutamente inócuo, porque não se trata disso, V. Ex.<sup>a</sup> está combatendo algo que não existe. Ninguém quer o que V. Ex.<sup>a</sup> diz, ou seja, um presidencialismo imperial. Agora, não queremos um parlamentarismo de fancaria.

**O SR. CONSTITUINTE VILSON SOUZA:** – Lamento, nobre Constituinte, que de toda a minha exposição V. Ex.<sup>a</sup> tenha captado o que é menos importante nela. Fiz uma análise do processo democrático, da estrutura moderna do estado tecnocrático e coloquei no final, **en passant**, um exemplo histórico do presidencialismo que está aí. Aceito a crítica e o debate, mas em cima dessas teses. Acho que não podemos cometer o vício que marca a elaboração da Carta e antevê instituições que hoje existem em nossa Constituição como falhas, viciadas por si, porque foram praticadas pela ditadura militar. Pelo contrário, acho que em algum tipo de sociedade menor e menos complexa é possível e viável um sistema de governo em que haja compartilhamento de poderes entre o Presidente da República e o Primeiro-Ministro. Mas o que marca efetivamente o sistema parlamentarista é o Governo ser organizado a partir da Câmara, podendo ser por ela destituído.

Era o que tinha a dizer.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Santana):** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Paes Landim.

**O SR. CONSTITUINTE PAES LANDIM:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, era meu intuito falar hoje do Poder Judiciário, mas, em função do adiamento na entrega do substitutivo do Relator Bernardo Cabral, que estava prevista para terça-feira passada, reservarei esse assunto para outra oportunidade. Aproveito o ensejo, como orador inscrito, para registrar nos Anais desta Comissão de Sistemati-

zação o bicentenário da assinatura do maior documento jurídico do Ocidente, a Constituição norte-americana.

Sr. Presidente, há exatamente duzentos anos, em Filadélfia, os Estados Unidos viam nascer a sua Constituição, a qual, durante dois séculos, vem regendo os destinos daquela grande nação. É importante destacar a forma como os convencionais de Filadélfia reuniram em sete artigos apenas enunciados pragmáticos que, de certa maneira, revolucionaram o pensamento constitucional do Ocidente. Senão vejamos: em pleno mundo das monarquias, aqueles convencionais escolheram exatamente o sistema presidencial de governo. Firmaram ali o compromisso e o entendimento de que o Presidente da República, que representaria o Poder Executivo, seria o mais importante cargo do País. Eleito pelo povo, detentor da vontade da maioria nacional, conduziria os destinos da nação com mais eficiência e dinamismo.

Ali também, Sr. Presidente, ainda no mundo das monarquias, do poder absoluto, da centralização monárquica, criaram o grande tecido da federação, que é outra grande inovação, nos moldes do que por isso entendemos hoje. Quando da Convenção de Filadélfia, a 17 de setembro de 1787, os Estados Unidos eram uma confederação que reunia treze Estados ditos soberanos. A Confederação era, de certa maneira, mais fraca do que os Estados-membros, a exemplo do que ocorria em outras confederações que antecederam o exemplo americano: as Confederações do Império Germânico, dos gregos, da Itália medieval, da Suíça, da Holanda. Mas ali foi instituída uma federação completamente diversa das conhecidas anteriormente, abstraindo a soberania dos Estados-membros, que a ela renunciavam em favor da União, que representaria os Estados da Confederação perante os demais Estados do mundo. Esta foi outra grande conquista da Convenção de Filadélfia.

O Poder Legislativo também foi criado de maneira toda singular. Surgiu na época em que dois tipos de Parlamentos preponderavam: o modelo do mundo do século XVIII, o Parlamento inglês, com a Câmara dos Comuns e a Câmara dos Lords já esvaziada depois da gloriosa revolução inglesa do final do século XVII, e os Estados Gerais da França. Mas em ambos esses Parlamentos os seus membros eram escolhidos dentro de categorias sociais. Os convencionais de Filadélfia criaram um Congresso composto pela, Câmara dos Representantes, eleita pelo povo, e pelo Senado, representando os Estados, a fim de igualizar, dentro do contexto federativo, os Estados maiores e os menores. Aliás, os maiores debates da Convenção de Filadélfia referiam-se exatamente à função dos Estados pequenos em relação aos maiores, pertencentes à Confederação norte-americana, e a grande solução histórica que encontraram foi exatamente a criação do Senado como a instituição, por excelência, da Federação.

Como guardião da Constituição, foi criada a Suprema Corte dos Estados Unidos, o primeiro tribunal na história mundial a guardar a legitimidade constitucional, protegendo a Constituição de modo a evitar que ela fosse violada pelo Poder Executivo e pelo próprio Legislativo, conferido que lhe fora o controle da constitucionalidade das leis, princípio este irradiado para toda a Justiça dos Estados Unidos. Como disse Hamilton, no seu "Federalist" nº 7º, os juizes americanos seriam os "guardiões da Constituição" que a convenção de Filadélfia criou há duzentos anos.

É importante registrar sobretudo hoje, Sr. Presidente, que esta é uma Constituição nascida do debate sério, profundo, mediado, durante quatro meses, por cerca de trinta e poucos convencionais. Os debates foram voltados para o

futuro da nação e não para o seu amanhã, pois se assim fosse seriam debates eivados de preocupações eleitoreiras, demagógicas ou de platéia.

Tanto é assim, Sr. Presidente, que o grande compromisso, o primeiro procedimento da Convenção de Filadélfia foi exatamente proibir que os debates fossem públicos, para que os Constituintes ficassem preocupados mais com os destinos da nação. Os anais desses debates só foram publicados mais de duas décadas após, o que mostra exatamente a seriedade e a dedicação com que os convencionais de Filadélfia se entregaram à grande missão histórica de elaborar a Constituição dos Estados Unidos.

Hoje, Sr. Presidente, ao completar duzentos anos da sua existência, a Constituição americana é um documento vivo, exatamente porque nasceu de uma grande consciência histórica que se irradiou por toda a nação americana. Os setores políticos, intelectuais e econômicos dos Estados Unidos têm um grande sentimento constitucional. Há uma grande crença no poder da Constituição, que tem alimentado as instituições norte-americanas, apesar de todas as crises por que têm passado os Estados Unidos, apesar de todos os seus erros, apesar da guerra civil, apesar do Vietnã, etc. Mas a democracia, o sistema republicano, a liberdade continuam de pé em decorrência da grande revolução constitucional que os convencionais de Filadélfia legaram à humanidade nesses duzentos anos de existência.

Sr. Presidente, este momento em nosso País é também de transição, quando se discute a mudança da forma de governo, quando se pensa em rejeitar o presidencialismo, que foi também uma criação republicana a completar em breve cem anos, nascida de um movimento popular, porque, antes da Proclamação da República, o manifesto de Itu, em 1870, já defendia o Estado federativo e republicano. Não é possível que sem mais nem menos possamos mudar a forma de governo, sem que a opinião pública tenha sido previamente auscultada ou sem que nos comícios que precederam as eleições dos atuais Constituintes estes tivessem discutido, perante a opinião pública, na televisão ou nos palanques, esse tema.

É bom repetir aqui, Sr. Presidente, que o grande João Mangabeira, discordando da emenda Raul Pilla, em 1956, já chamava a atenção para o fato de que, exceto o Partido Libertador, que sempre foi programático do ponto de vista parlamentarista, os outros partidos ou outras lideranças partidárias não tinham autoridade moral suficiente para querer mudar a forma de governo sem mais nem menos, porque não tinham levado às praças públicas o desiderato que, naquela época, se propunham alcançar através de emenda constitucional. E a grande lição de João Mangabeira é exatamente essa: não se pode mudar uma forma de governo sem que a opinião pública seja previamente consultada e dê seu apoio à medida.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Santana):** – Aviso a V. Ex.<sup>a</sup> que seu tempo está esgotado.

**O SR. PAES LADIM:** – Sr. Presidente, concluindo, queria apenas lembrar aqui uma expressão do grande pensador norte-americano que foi exatamente Roscoe Pound, quando dizia que três grandes movimentos inspiraram a Convenção de Filadélfia: em primeiro lugar o puritanismo, a crença na interpretação individual da Bíblia; em segundo lugar, as grandes disputas no século XVII entre as autoridades da Coroa inglesa e seus súditos; e, por último, as grandes idéias do Iluminismo francês, que se corporificaram depois, Sr. Presidente, na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, consagrada pela Revolução Francesa.

Finalmente, no momento em que se tenta mudar a forma de governo, é muito importante concluir meu dis-

curso com as palavras de Hamilton, o grande Constituinte de Filadélfia, que, no "Federalist", nº 70, assim ensinava:

"Os políticos estadistas que mais se celebrizaram, pela firmeza de seus princípios e pela retidão de sua conduta, manifestaram-se na Convenção de Filadélfia a favor de um Executivo singular e de um Legislativo numeroso. Eles consideravam, com toda a razão, a eficiência como a qualificação mais necessária ao primeiro, principalmente não sendo o poder repartido entre várias pessoas; ao mesmo tempo e com igual razão julgavam o segundo, o Parlamento, enfim, como mais apropriado para deliberar e dotado de maior dose de prudência, além de mais capacidade para granjear a confiança do povo e assegurar seus privilégios e interesses."

A grande lição, Sr. Presidente, a se tirar da Convenção de Filadélfia, cujo bicentenário hoje se comemora, é que a complexidade do mundo cada vez mais exige um presidencialismo eficiente e dinâmico, legitimado pelo voto, uma liderança nacional que exprima a vontade da Nação perante o mundo e a comunidade nacional, a fim de que possa, realmente, resolver os graves desafios – cada vez maiores – dos tempos em que vivemos.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Santana):** – Com a palavra o Constituinte Adylson Motta.

**O SR. CONSTITUINTE ADYLSON MOTTA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, inicialmente também quero associar-me à homenagem que hoje se presta aos 200 anos de existência da Constituição dos Estados Unidos da América do Norte e desejar que esta comemoração sirva de inspiração para nós, que estamos entregues à tarefa de elaborar o documento mais importante do País: a Constituição.

Quando me inscrevi para vir à tribuna debater matéria constitucional, eu o fiz na certeza de que estaria hoje de posse do substitutivo do Relator Bernardo Cabral, para então comentar os artigos e emendas – aprovadas ou não – que apresentei. Mas o prazo foi dilatado, foi procrastinada a entrega do trabalho do Sr. Relator, o que dificulta minha manifestação em torno das propostas que fiz. No seu trabalho, talvez – e tenho sempre esta ilusão – o relator as tenha aproveitado, e poderia até cometer uma injustiça se fizesse uma crítica contra ele. Então, estou hoje navegando no escuro, Sr. Presidente. Mas de qualquer forma vou aproveitar a oportunidade para prestar homenagem a uma categoria que tem sido esquecida na Constituinte.

Conseguimos, por intermédio de algumas emendas, promover alguns avanços com referência ao setor de segurança pública, especialmente à Polícia Civil. No último relatório apresentado pelo Sr. Constituinte Bernardo Cabral consta como aprovada uma série de emendas que apresentei – o mesmo ocorreu com outros Constituintes, como Farabulini Júnior – e que, depois ficou fora do trabalho do ilustre Relator. Coisas misteriosas ocorreram no Prodase na madrugada: simplesmente foi tirado do texto aquilo que foi aprovado pelo nobre Relator.

Sr. Presidente, vou aproveitar este espaço, repito, para prestar uma homenagem a essa classe, que, espero, seja lembrada pelos Srs. Constituintes, nas etapas finais da elaboração da Constituição brasileira.

No momento em que a atenção do povo brasileiro se volta para os trabalhos desta Assembléia Nacional Constituinte, com tamanha expectativa e redobrada atenção para a tarefa que aqui se realiza, é importante que se focalize

um dos problemas que mais tem atingido e traumatizado nossa sociedade.

A segurança pública é realmente uma constante e crescente preocupação no momento em que sentimos o recrudescimento da violência e da criminalidade no País.

Presenciamos diariamente um verdadeiro e declarado desafio dos delinquentes, dos marginais, dos fora-da-lei, às autoridades e aos órgãos encarregados e responsáveis pela prevenção e repressão ao crime.

Tomamos conhecimento pela imprensa diária da ocorrência dos mais violentos atentados, à integridade física, a vida e ao patrimônio dos cidadãos, e assistimos também, perplexos, à impotência, à fraqueza, à incapacidade dos órgãos policiais diante deste desafio.

E isso revela o quê? Revela sim, Sr. Presidentes, Srs. Constituintes, a inconseqüência, a irresponsabilidade e sobretudo a insensibilidade de nossos governantes para um problema que afeta diretamente a vida de todos nós.

Vemos hoje pelas notícias divulgadas, pelos resultados de pesquisas, que existe um verdadeiro e desesperado clamor público por um mínimo de segurança em nossas cidades.

Os cidadãos estão atemorizados. Estejam em suas casas, nos seus locais de trabalho, nas ruas, nas estradas. Onde quer que se encontrem não se sentem seguros, mas, ao contrário, ameaçados, desconfiados, assustados, com medo.

De outra parte, contudo, como a nos mostrar que nem tudo está perdido, que ainda resta esperança, estamos todos a vislumbrar pelos corredores, pelos gabinetes, por todas as dependências desta Casa, humildes, discretos, mas determinados, uma plêiade de extraordinários homens públicos, que, enfrentando todos os obstáculos, dificuldades de toda a ordem, discriminações, preconceitos e incompreensões, ainda encontram forças e motivação para alertar, chamar a atenção, sensibilizar esta Assembléia e os Constituintes para o agravamento do problema da violência e da segurança pública no País, trazendo nas suas postulações toda sua experiência, toda a sua vivência, todo o seu conhecimento técnico de um problema que vivenciam diuturnamente e que os angustia sobremodo, pois têm a consciência de que não podem dar a resposta adequada aos anseios da comunidade.

Estes homens, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, são os delegados de polícia, são as nossas autoridades policiais, são os homens responsáveis pela Polícia Civil do Brasil. São os defensores da sociedade, da incolumidade das pessoas e de seus patrimônios.

Estes homens, tão vilipendiados e incompreendidos, no desempenho de suas funções expõem suas vidas, sua liberdade, seus nomes e seu conceito, e ainda a segurança de suas esposas e filhos, para defenderem a sociedade de que são, realmente, os mais fiéis e desprendidos servidores.

Mas o que é curioso, o que surpreende, o que toca e sensibiliza é que os líderes dos policiais civis não estão aqui, egoisticamente, a reivindicar ou a postular vantagens funcionais, privilégios de tratamento, prerrogativas especiais de outros poderes, entidades ou categorias. Não estão aqui buscando ou defendendo meramente interesses corporativos, a ampliação de seus poderes, ou a hegemonia no campo de atividade estatal, como aliás se constata por parte de **lobbies** de outros segmentos da administração pública ou outras entidades e organizações.

Não, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, estão aqui, sim, os delegados de polícia de todo o Brasil pedindo mais atenção, buscando os instrumentos legais necessários, a sistematização das atividades de segurança pública.

Procuram tão-somente a institucionalização da Polícia Civil por normas de natureza constitucional, para que se possa chegar à definição, ao disciplinamento, à uniformização de procedimentos e de estrutura, enfim, ao aperfeiçoamento da atividade policial e sua maior eficiência, ensejando, desta forma, uma estrutura compatível com os anseios de segurança da Nação.

Sr. Presidente e Srs. Constituintes, é mister que os homens públicos que neste momento detêm a responsabilidade de reorganizar o País atentem, efetivamente, para os graves problemas da ordem e segurança públicas refletidas nos preocupantes índices de criminalidade que afetam a nossa sociedade.

Vamos propiciar à polícia brasileira os meios e instrumentos necessários e indispensáveis a sua reorganização, ao seu reposicionamento, à sua adequação à atual e grave conjuntura.

As dificuldades, os obstáculos, as incompreensões, que esses homens, muitos já, encanecidos pelo tempo, têm encontrado, movidos, todavia, pela força do ideal, não os abatem, não arrefecem o seu ânimo, ao contrário, os estimula na sua obstinação de despertar as consciências para o problema que vivem e, por isso mesmo, conhecem.

Se, entretanto, a Polícia Civil não visa a ocupar espaços de outros segmentos ou organizações, também não aceita que reduzam suas prerrogativas, que mutilem suas atribuições, ou que outros órgãos a tutelem.

Deseja apenas servir melhor suas comunidades com uma organização compatível com a situação atual, colocando acima de interesses subalternos de mais poder e privilégios, os mais legítimos interesses coletivos.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, estamos assistindo a uma perigosa inversão de valores neste País.

Enquanto se nega aos organismos policiais os meios necessários e legislação adequada ao combate à criminalidade, se cercam os delinqüentes, os marginais, os foras-da-lei, de todas as garantias, de todas as atenções. Garantias e atenções que se negam às vítimas de seus crimes e aos órgãos que os combatem.

Retira-se da autoridade policial até a possibilidade da busca domiciliar, da identificação criminal indispensável à precisa individualização do criminoso, de um interrogatório tecnicamente adequado ao esclarecimento das circunstâncias do crime.

De outro lado, garante-se o cumprimento de pena em liberdade, assegura-se a assistência judiciária, médica, psicológica e social aos criminosos mais violentos, àqueles que desrespeitam e violam as leis e as normas de convivência social, e se nega às vítimas de seus crimes qualquer preocupação com os nefastos efeitos da ação que os atingiu.

Nega-se aos trabalhadores honestos e conscientes de suas responsabilidades na sociedade, que mantêm honradamente suas famílias, que orientam e educam seus filhos, nega-se a esses brasileiros um mínimo de assistência, um mínimo de atenção, deixando-os entregues à própria sorte e às vicissitudes, sem qualquer amparo.

As vítimas da ação desses celerados, que não raramente viram heróis nas manchetes de jornais, são igno-

radas pelo poder público. Esquecem-se as viúvas, os órfãos, os mutilados, os violentados pela ação criminosa, e se cercam os delinqüentes de todas as garantias.

Não se registra no texto do projeto constitucional qualquer preocupação com o tratamento a ser dispensado às vítimas do crime, mas se vê consagrado no projeto uma gama de garantias e normas que protegem aqueles que violam as leis.

Sr. Presidente e Srs. Constituintes, temos que atentar com urgência e olhar com seriedade esses problemas sob pena de comprometimento de toda a nossa estrutura social.

Atentem, também, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, para o fato de que as maiores vítimas da insegurança existente não somos nós, não são os mais abonados, não são as classes privilegiadas. Os mais violentamente atingidos são os trabalhadores, a classe média, os mais humildes, que, ao deixarem suas casas para o trabalho árduo, honesto e produtivo, têm a acompanhar a preocupação permanente do que encontrarão no seu retorno ao lar, pois não têm a certeza de que não encontrarão suas esposas violentadas, suas filhas estupradas, seus filhos aliciados para as drogas e para o crime.

Este cidadão que trabalha, que produz, que é obediente às normas legais, que respeita os direitos dos outros e que contribui através dos tributos para ter um mínimo de segurança, seu direito e dever intransferível do Estado, é esquecido, é desprezado, é ignorado.

É fundamental que se inverta tal situação para corrigir as distorções que se estão perpetrando.

Ajudem os delegados de polícia a nos ajudarem aprovando os seus pleitos justos e legítimos.

Por derradeiro, queremos registrar a nossa homenagem póstuma a este homem de polícia, herói anônimo desta luta inglória, que teve sua vida imolada no cumprimento do dever. Trata-se do delegado de polícia Dr. Roberto Luiz Perrone, titular da 91ª Delegacia de Polícia em Teresópolis, no Rio de Janeiro, assassinado ao se defrontar com os bandidos.

Esta é a vida incerta do policial, que sai de casa para o trabalho e não tem certeza do retorno. Atentem bem para isso!

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, esta é a homenagem que queria deixar registrada nesta Casa à classe dos policiais. Esperamos que as palavras ditas neste Plenário sejam traduzidas numa ação efetiva e responsável por parte daqueles que têm a obrigação de fazer uma boa Constituição para este País.

(Durante o discurso do Sr. Constituinte Adylson Motta assume a Presidência o Sr. Constituinte Aluizio Campos.)

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Agradeço ao Constituinte Adylson Motta.

Concedo a palavra ao nobre Constituinte Fernando Santana.

**O SR. CONSTITUINTE FERNANDO SANTANA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, não usaremos esta tribuna, no curto espaço de tempo de que dispomos, para discutir emendas que porventura tenhamos posto à consideração dos Srs. Constituintes na Comissão de Sistematização. Na realidade, apresentamos emendas coletivas. Quase introduzimos todo um projeto de Constituição, elaborado pelo Comitê Central do PCB. Mas, independentemente dessas emendas que a bancada assinou coleti-

vamente, tivemos ainda oportunidade de apresentar emendas individuais. Todavia, mais útil seria utilizarmos este tempo para chamar a atenção de todos os Srs. Constituintes para um gravíssimo problema que temos de enfrentar. Nenhum país do mundo, a nosso ver, consegue ser realmente livre, soberano e independente se não tiver o controle da sua economia, dos seus meios de produção, qualquer que seja o regime nele instalado. Estamos muito preocupados com a tendência desnacionalizadora que vai permeando a ordem econômica que está sendo instituída nesta Constituição.

Tivemos, dentro da Comissão temática da Ordem Econômica, na Subcomissão de Princípios Gerais, Intervenção do Estado, Regime da Propriedade do Subsolo e da Atividade Econômica, a derrota total do anteprojeto do Relator, Constituinte Virgildásio de Senna. E no lugar da proposta de S. Ex.<sup>a</sup>, o Sr. Relator, foi aprovado um substitutivo que definia a empresa nacional como aquela organizada no País. Chamo a atenção desta Casa para este fato gravíssimo: empresa nacional organizada segundo as leis do País é qualquer uma que aqui queira se estabelecer. As multinacionais seriam imediatamente consideradas como empresas nacionais se prevalecesse a definição proposta na Subcomissão A da Ordem Econômica.

E não ficaram aí: derrubaram o monopólio estatal do petróleo, afirmando simplesmente que "constitui monopólio da União a lavra e a pesquisa do petróleo". Todos aqueles que conhecem esse problema mais de perto sabem que, principalmente no Brasil, a pesquisa e a lavra são difíceis e áreas de grande dispêndio. O que se propôs na Subcomissão não foi nada mais nada menos do que estatizar os prejuízos e privatizar os lucros, porque fora do monopólio ficaram a refinação, a distribuição, o transporte etc.

Ainda não satisfeitos definiram que na faixa de fronteiras, que sempre foi uma área reservada, de segurança nacional, as chamadas empresas nacionais teriam acesso à exploração das quedas d'água e dos minérios, aquelas mesmas empresas que vimos que, se aceita a definição proposta, tanto poderia ser nacional ou multinacional. Na medida em que abríamos ainda mais a penetração do capital estrangeiro em nossa economia, estávamos permitindo que até na faixa de fronteiras fossem instalados grupos multinacionais. E neste mundo em que estamos vivendo, quando até a Nicarágua constitui ameaça à maior potência do mundo – e isto é para rir e até para chorar – como não pensar na possibilidade de que esses grupos multinacionais, instalados na faixa de fronteiras, viessem depois a reclamar o direito de se separar? É uma possibilidade, neste mundo em que estamos vivendo.

Ainda hoje, pelo que sabemos, a definição de empresa nacional, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, continua, a nosso ver, inconveniente aos interesses do País, porque o que está sendo ventilado é que para a empresa ser considerada nacional basta a condição de seu proprietário ser residente no País, pois não se exige que seja brasileiro nato. E adianta-se que aquela empresa que tiver o controle do capital e as suas decisões aqui será uma empresa nacional, sem exigir que esse controle seja feito por brasileiros, mas que apenas sejam residentes no País.

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – permite-me V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. CONSTITUINTE FERNANDO SANTANA:** – Com prazer, nobre Constituinte José Fogaça.

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – V. Ex.<sup>a</sup>, como sempre faz, ao usar a tribuna desta Comissão, mais uma vez demonstra o sentido nacionalista de sua luta política. Gostaria apenas de fazer uma observação e lembrar um episódio de grande repercussão na vida econômica do País, e que não tem muitos anos, ocorrido com o industrial alemão Kurt Mirow, do qual V. Ex.<sup>a</sup> deve ter lembrança. Segundo me consta, se não me falham as informações, ele não era naturalizado, mas investiu todos os seus recursos no Brasil numa empresa de máquinas e equipamentos. Portanto, era uma empresa nacional, com a única diferença de que ele não era brasileiro, mas um alemão que vivia no Brasil: todo o capital de sua empresa era nacional. Naquele episódio, que depois resultou em um livro, lembro-me de que ele enfrentava a técnica, a chamada armadilha do dumping, praticada por uma poderosa multinacional suíça, a Brown Boveri, que durante dois anos praticou a baixa artificial dos preços para provocar a falência da empresa de máquinas e equipamentos de propriedade do Sr. Kurt Mirow. Depois de dois anos, a empresa do Sr. Kurt Mirow teve que fechar e esta poderosa multinacional no setor de máquinas e equipamentos tomou conta do mercado e redobrou, em um ano, todos os preços, ficando, praticamente, com o monopólio do setor. Este cidadão escreveu um livro em defesa do nacionalismo econômico e do interesse da empresa nacional. E era um cidadão alemão, não naturalizado, segundo me consta. Não era um brasileiro. Acredito que, se preservarmos todas as condições para que uma empresa seja realmente nacional, talvez não seja fundamental ou imprescindível que seu proprietário seja um brasileiro nato, podendo ser um estrangeiro que aqui vive com sua família e que aqui está ou para cá trouxe todo o seu capital. Não acredito que isso venha a lesar os interesses nacionais, e a prova é que foi um estrangeiro, Kurt Mirow, a maior vítima das multinacionais, no setor de máquinas e equipamentos, dentro de nosso País.

**O SR. CONSTITUINTE FERNANDO SANTANA:** – Agradeço ao nobre Senador Constituinte José Fogaça, mas V. Ex.<sup>a</sup> nos dá uma exceção. Nós que conhecemos de perto...

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – Falo de pessoa física, nunca de pessoa jurídica.

**O SR. CONSTITUINTE FERNANDO SANTANA:** – Sim, mas se consentirmos que as pessoas jurídicas, como está proposto na definição – e parece-me que conseguiu o chamado consenso – possam ter homens residentes no País sem a condição de brasileiro, vamos permitir que estrangeiros residentes aqui, ou que venham a residir, representem exatamente as empresas internacionais. E posso até dizer a V. Ex.<sup>a</sup> que as empresas multinacionais encontrarão brasileiros às centenas. E com isso, não os estou defendendo, pois, se fazem esse serviço, é porque acham que é bom. Mas muitos e muitos brasileiros prestar-se-ão a esse serviço. Eles vão aceitar a incumbência de fundar empresas que representarão apenas interesses nacionais, dando-lhes a condição de brasileiras, através dessa definição tão fácil que está sendo levada à frente.

Estou lembrando os exemplos, da Comissão da Ordem Econômica porque, na própria Comissão temática, quando se pretendia votar o relatório do Constituinte Severo Gomes – um conhecido industrial, mas homem de formação brasileira e patriótica –, ele foi rejeitado integralmente, vindo a prevalecer um relatório que defendia esse tipo de empresa nacional, que obstaculizava, de maneira total, o processo de reforma agrária e que abria o setor mineral do País a um verdadeiro domínio por parte das empresas internacionais. Isso ocorreu na Comissão da Ordem Econômica. Nós – inclusive o ilustre Cons-

tituinte Luiz Salomão lá estava – nos retiramos, para não sermos coniventes com essa decisão. Retiramo-nos, assinamos um documento, que encaminhamos à Mesa da sessão, dizendo que nos retirávamos para não sermos coniventes com decisões, a nosso ver, contrárias aos interesses nacionais.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Encareço a V. Ex.<sup>a</sup> que seja conciso na conclusão, porque seu tempo está esgotado.

**O SR. CONSTITUINTE FERNANDO SANTANA:** – Procurarei ser conciso, Sr. Presidente, mas concedi um aparte ao nobre Relator-substituto e pensei que V. Ex.<sup>a</sup> tivesse a gentileza de somá-lo ao meu tempo.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Anotamos o tempo do aparte, em atenção a V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE FERNANDO SANTANA:** – Para concluir, gostaria de dizer que não apenas as questões de ordem mineral e a definição de empresa estrangeira mas a própria reforma agrária estão sendo colocadas no substitutivo, ou nas propostas – e não sei se o Relator vai aceitá-las – de maneira a impedir a solução desses seculares problemas brasileiros. Houve até quem dissesse que a reforma agrária não deveria participar do texto constitucional, por ser uma questão conjuntural. Ora, meus caros Srs. Constituintes, esta questão vem sendo discutida desde a época de José Bonifácio, que propôs, no Império, que, a cada preto forro fosse dada uma pequena sesmaria. Essa lei por José Bonifácio criou um clima de tal desagrado aos senhores do poder que ele foi, na prática, exilado por vários anos. Joaquim Nabuco, em 1865, já afirmava que sem uma mudança substancial na propriedade fundiária este País não iria para a frente.

Há pouco ocupou a tribuna nosso colega Adylson Motta, que fez referências à criminalidade. Só no Rio de Janeiro, no fim de semana, foram mortas 78 pessoas. Isso significa que toda essa violência resultou da expulsão sistemática que se processou neste País a partir da década de 60, quando mais de 50 milhões de brasileiros foram forçados a deixar os campos e ir para as médias e grandes cidades. A única medida realmente correta que se pode tomar para que o processo de favelização, proletarianização, humilhação e degradação do homem seja, digamos, interrompido é o processo da reforma agrária, para fixar o homem no campo. Já se vem reclamando isso há muito tempo.

Há rigorosos estudos, da maior importância, feitos pelo Sr. Jorge Martine – funcionário da Seplan, não sei se ainda é – iniciados a partir do governo Geisel e concluídos no governo Figueiredo, fazendo um levantamento correto de toda a migração no Brasil. Lá vemos que 85% dos migrantes responderam dizendo que não haviam deixado o campo por causa das luzes das cidades, mas que o fizeram porque foram empurrados, tiveram suas terras tomadas por grileiros e suas famílias assassinadas. Não queriam deixar o campo, mas foram forçados, criando hoje esta terrível situação nas cidades brasileiras, que são na realidade verdadeiros presídios. Sr. Presidente, hoje moramos em presídios. Todavia acreditamos profundamente que este corpo Constituinte encontrará solução correta para o problema das terras neste País, pela qual se vem lutando há mais de 150 anos. Ou damos uma solução que permita uma evolução pacífica e correta ou estaremos armando o incêndio no campo e a desestabilização completa de nossa Pátria.

Sr. Presidente, peço a transcrição do artigo do Desembargador Osny Duarte Pereira, que mostra que não há país no mundo que mais defenda e crie reservas de

mercado do que os Estados Unidos, publicado no Correio Brasiliense do dia 13 do corrente mês.

Artigo a que se refere o orador:

#### QUEM SÃO OS NACIONALISTAS

**Osny Duarte Pereira  
Especial para o CORREIO**

A nova **Trade Act** dos EUA, aprovada na Câmara, em abril de 1987, por 290 a 137, e no Senado, com emendas, por 71 a 27, emendas que serão discutidas este mês de setembro, estabelece política de reserva de mercado, ainda mais restritiva que na **Trade Act** de 1974, em vigor. A abordagem apresentada no **JB**, de 2-8-87, mostra um racionalismo tão radical que deveria calar a boca de todos, ingênuos que aqui criticam nossa modesta lei de proteção à informática e classificam de retrógrados os constituintes empenhados em inserir no texto da Carta Magna disposições em defesa da empresa nacional contra a concorrência predatória externa.

Os Estados Unidos propõem-se a anular o déficit de 500 bilhões de dólares no seu comércio internacional com medidas nacionalistas deste gênero.

1. Interditar importações de países que concedam subsídios ou promovam dumping, prejudicando o potencial competitivo das empresas nacionais e americanas, bem como proibindo importações dos países que neguem leis de proteção aos trabalhadores nativos ou que não protejam marcas, patentes e direitos autorais de norte-americanos.

2. Fixar sanções eficazes contra atos de corrupção nesses assuntos.

3. Estabelecer represálias a países que criarem obstáculos às empresas norte-americanas de telecomunicações

4. Instituir restrições e cotas trienais contra países que tiverem superávits substanciais no comércio com os Estados Unidos, como Japão, Coreia e Formosa.

5. Controlar as taxas de câmbio contra países que desvalorizem sua própria moeda, para lograr vantagens desleais no comércio.

No plano interno, para incentivar a competitividade e proteger as empresas nacionais prejudicadas pela concorrência predatória externa, a **Trade Act** recorre a providências deste gênero.

1. Empresas com mais de 50 empregados somente poderão demitir, mediante aviso prévio de sessenta dias;

2. Trabalhadores que perderem empregos em virtude de falta de poder de competição da empresa nacional que os dispensou, receberão assistência financeira especial e treinamento para ingresso em outras. Para esse efeito, a lei abre um crédito de um bilhão de dólares;

3. Abertura de crédito de 500 milhões de dólares às universidades para melhorar o ensino de matemática, ciências e línguas estrangeiras;

4. Criada a United States Trade Representative (USTR) com competência, retirada do Presidente da República, para aplicar a lei e as sanções previstas.

Na cauda da lei, foi acrescentado um extenso trem da alegria, abrindo exceções temporárias em favor de numerosas empresas nominalmente citadas, protegidas por

parlamentares e como barganha para a conquista de votos favoráveis. Cá e lá, mas fadas há...

Akio Morita, fundador da Sony, já se queixava das restrições constantes do **Trad Act**, de 1974, ainda em vigor, e em seu livro *Made in Japan* desabafava:

"Nos Estados Unidos ainda parece vigorar a idéia de que a gente do governo, de certa forma, é inimiga dos empresários... (p. 39)". "Quando decidimos abrir uma fábrica, sabíamos que o assunto não seria nada simples (p. 141)". "A Sony teve de entregar o controle acionário a um norte-americano. Harvey Schein (p. 169), aliás, não havia ninguém como Harvey para fazer lucros (p. 170)."

Akio Morita queixou-se ainda da discriminação tributária contra empresas estrangeiras aplicadas em várias regiões dos EUA, onde instituíram contra elas a taxa unitária que incide, proporcionalmente, não apenas sobre os lucros locais, mas, ainda sobre os obtidos mundialmente, obrigando-as a exibir balanços para esse efeito (p. 29). Morita esperava superar essas dificuldades pelo progresso tecnológico, oferecendo sempre novos e melhores produtos (p. 332).

Se os Estados Unidos tratam de defender suas empresas, não obstante seu imenso poder, cada um poderá refletir sobre a necessidade que envolve um país débil, em que suas empresas sejam extremamente vulneráveis. As medidas norte-americanas chegam a constituir uma ingerência em assuntos internos de outros países, quando buscam atingir a legislação sobre incentivos fiscais, preservação da soberania em telecomunicações, operações de câmbio, propriedade industrial, etc.

Lamentavelmente, grande parte de nossos Constituintes de boa fé põe-se a repetir como papagaios, os **slogans** e apelidos que o Senador Roberto Campos divulga. Antigamente reivindicações nacionalistas, como monopólios do petróleo, de energia nuclear, abolição de contratos de risco, nacionalização da distribuição da gasolina, defesa do subsolo e outras eram etiquetadas de comunistas, empenhadas em solapar nossa "sociedade ocidental e cristã". Agora, quando nacionalistas defendem a reserva de mercado às empresas nacionais e a disciplina do capital estrangeiro, os adjetivos são xiitas milicocratas, adeptos de nacionalismo vesgo da década de 50, mais atrasados que russos e chineses. Estes já estariam casados com multinacionais, em joint-ventures, mentira que, para desmentir basta pedir a minuta desses contratos nas embaixadas. As multinacionais constroem lá, na União Soviética, como sempre, desde a década de 20, construíram represas, fábricas, inclusive (Coca-Cola, Pepsi, etc.), com remuneração prefixada.

A nova lei de comércio dos EUA se apresenta como a mais séria ameaça à indústria independente do Terceiro Mundo e exige, mais do que nunca, que a nova Constituição dote o Brasil de instrumentos adequados à defesa da soberania nacional.

Desembargador aposentado do TJRJ, ex-professor de Ciência Política e autor de livros sobre a matéria.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Com a palavra o nobre Constituinte Luiz Salomão.

**O SR. CONSTITUINTE LUIZ SALOMÃO:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, os oradores que me antecederam, ressaltando a comemoração dos duzentos anos da Constituição americana, procuraram enfatizar como características positivas que deve ter a nova Constituição a sua du-

tabilidade e também o fato de ser um documento sintético. Não creio que possamos almejar uma Constituição realmente durável, tendo em vista que a sociedade brasileira ainda passa por processos de transformação que não tem paralelo em outras nações, mesmo naquelas que experimentaram um processo revolucionário, em termos de mudança do modo de produção, como a União Soviética, a China, etc. Nenhum país experimentou, em quarenta anos, mudanças em termos de migração, campo, cidade e de industrialização como o Brasil. E esse conjunto de processos ainda está em curso, o que me faz crer que a nova Constituição será necessariamente transitória, de uma duração que não posso prever, mas que dificilmente se entenderá por tantos anos quanto a dos americanos ou a dos ingleses.

Quanto à outra propriedade enfocada, a da síntese, parece-me impossível também ser atingida, na medida em que vemos tantos grupos de pressão atuando na tentativa de fazer inserir no texto constitucional algum dispositivo do seu interesse. Há de se considerar que a Assembléia Constituinte é essencialmente política e vai levar em conta estas várias reivindicações.

De modo que, pessoalmente, não elejo estas duas características de durabilidade e de concisão, como fundamentais para caracterizar a nova Constituição. São, a meu ver, valores estéticos, que não persigo, mas respeito.

Entendo que a nova Constituição deva buscar três objetivos principais: O primeiro, de servir de fecho para este período agora chamado de "transição", o mais longo período de passagem da ditadura para a democracia observado entre todas as nações que experimentaram esse processo – começou em 1977 e, portanto, dura 10 anos, já se chamou de "abertura", "distensão" e agora é chamado de "transição democrática". Pelo visto, procura-se postergá-lo ao máximo, sobretudo os que estão no Palácio do Planalto, na tentativa de prorrogar os privilégios daqueles que estão encastelados no poder.

Outro objetivo fundamental é o resgate da soberania nacional frente aos nossos credores, frente ao capital estrangeiro, de uma forma geral. O terceiro objetivo é o da modernidade. Não vou poder estender-me sobre essas três questões, mas gostaria de situar em cada um desses aspectos alguns argumentos que considero importante defender nesta tarde.

Inicialmente, do ponto de vista de que nova Constituição deve servir para encerrar este longo e tenebroso período de transição, é preciso destacar a necessidade de que seus capítulos "Dos Direitos Individuais", "Dos Direitos Sociais", "Dos Direitos Políticos", "Dos Partidos Políticos", enfim, nos títulos dos "Direitos e Liberdades Fundamentais" e "Das Garantias Constitucionais", busque-se consagrar aqueles princípios que assegurem a plena democracia, o exercício completo da verdadeira cidadania. E, dentre esses vários direitos, gostaria de destacar aqui o direito da estabilidade no emprego, que agora estamos tratando em termos de proibição da dispensa imotivada, ressalvadas sete circunstâncias onde realmente este instituto não deve funcionar. Acredito que na questão da estabilidade, ou da dispensa imotivada, resida a grande oportunidade de realizarmos verdadeiras transformações sociais neste País, porquanto a maioria dos demais temas que temos discutido estão ligados à superestrutura jurídica, como a questão da forma de Governo (parlamentarismo x presidencialismo), que é importante, sem dúvida, mas não vai mexer na base econômico-social da sociedade, não vai alterar as condições de vida do nosso povo, não vai modificar as relações entre capital e o trabalho. A eliminação da dispensa imotivada, esta sim vai permitir um relacionamento equilibrado entre



o capital e o trabalho, dando aos trabalhadores que sempre estiveram no prato mais desfavorecido da balança da justiça, a oportunidade de negociar, em condições mais equânimes com os patrões. E de maneira alguma isso constitui qualquer tipo de ameaça à sobrevivência e ao desenvolvimento da empresa produtiva deste País, uma vez que todos os argumentos que se levantam contra a estabilidade no emprego não encontram fundamento na realidade.

Veja-se, por exemplo, falso argumento de que a estabilidade estimularia a indisciplina, a falta de hierarquia, como se porventura os trabalhadores fossem desordeiros. A ética do trabalhador, do operário, do camponês, etc., é certamente muito mais moralista do que a do capitalista. Não vamos invocar aqui as teorias de Max Weber em relação à ética protestante e ao desenvolvimento do capital, para fazer uma argumentação paralela em relação ao trabalhador. Nem poderemos discutir, por falta de tempo, o conceito de "direção intelectual e moral" que a burguesia exerce sobre a classe trabalhadora, conforme nos ensinou Antoni Gramsci. Isso não é necessário, porquanto é do senso comum que o bom operário tem prazer em acordar cedo e cumprir com o seu dever, em elevar sua produtividade e servir de exemplo para os seus companheiros e, indiretamente, em ajudar seu patrão a lucrar. Há, ainda, outros argumentos no sentido de nos impedir, a nós, Constituintes, que temos essa responsabilidade, de dar ao trabalhador brasileiro esta conquista pela qual luta há tantos anos e que é perfeitamente justa e fator de segurança e de estabilidade para as próprias empresas. Tais argumentos, no entanto, não resistem a um exame isento e sem compromissos com o capital.

As demais questões ligadas ao fecho da transição dizem respeito à organização do Estado, à melhor distribuição das competências e atribuições entre União, Estados e Municípios, em paralelo com a reforma tributária, e à questão do equilíbrio na distribuição dos poderes entre o Executivo, o Legislativo e o Judiciário. Demandaria longo tempo discutir toda esta temática que vem sendo objeto da polarização das nossas atenções e que, a meu juízo, constitui uma cortina de fumaça para desviar a discussão de temas centrais como a reforma agrária, as relações entre o capital e o trabalho, a definição de empresa nacional e tudo o mais.

Quanto à ordem econômica, questão que o nosso companheiro Fernando Santana abordou com grande propriedade, gostaria de assinalar a importância de que os dispositivos da Constituição assegurem à sociedade, sobretudo através do Congresso Nacional, a possibilidade de controlar o Estado enquanto agente produtivo, mas reconhecendo-lhe este papel fundamental em paralelo com a sua função normatizadora e reguladora da atividade econômica.

É preciso reconhecer que neste momento se afirma a hegemonia do capital neste País. Depois do período em que os militares governaram em seu nome, a burguesia nacional assume agora a condição de hegemonizar o processo. Mas não pode pretender que na Constituição permaneça inscrito como postulado indiscutível a sua prevalência absoluta para a exploração das atividades econômicas. Este caráter preferencial da iniciativa privada para a exploração das atividades econômicas, longe de constituir uma verdade, não passa de uma postulação ideológica. Podemos reconhecer o direito da burguesia de pretender isso. No entanto, desta tribuna, queremos contestar esse direito deixando que o Congresso Nacional – legítima representação da sociedade – seja o juiz da oportunidade de atribuir à iniciativa privada ou ao Estado a exploração das atividades econômicas desse ou daquele setor.

Finalmente, para completar a questão da transição, há o papel das Forças Armadas, que precisa ser definido de modo a liberar a sociedade brasileira da tutela militar, que tantos prejuízos já trouxe aos brasileiros.

Quanto à Soberania, creio que o Substitutivo nº 1 do Relator Bernardo Cabral avançou substancialmente ao impedir aquela coisa vergonhosa que foi o projeto aprovado na Comissão da Ordem Econômica, resgatando as riquezas do subsolo para o domínio da União e reservando a mineração às empresas nacionais. Esta é uma grande vitória. Temos de saudar o Relator Bernardo Cabral pela sua coragem em adotar esse dispositivo no Substitutivo nº 1, que, espero, seja mantido no Substitutivo nº 2.

Parece-me indispensável discutir aqui o conceito de empresa nacional, que no Substitutivo nº 1 está vazado em termos bastante restritivos, pois só reconhece como nacionais aquelas empresas controladas, do ponto de vista decisório e do capital, por brasileiros domiciliados no Brasil. O ruim e grave é o § 1º do art. 226 do Substitutivo, que trata do assunto, oferecendo uma definição absolutamente esdrúxula e insustentável em termos lógicos do que seja empresa brasileira de capital estrangeiro. Ora, Sras. e Srs. Constituintes, vamos ser conduzidos ao absurdo de que a empresa controlada por brasileiros é chamada nacional, enquanto a empresa controlada por estrangeiros é considerada empresa brasileira, com a ressalva: de capital estrangeiro.

Os argumentos dos autores da proposição, infelizmente acolhida neste primeiro momento pelo Constituinte Bernardo Cabral, são insustentáveis, diria mesmo falazes, na medida em que estão baseados em três aspectos fantasiosos. Primeiro, o de que uma definição de empresa nacional sem definir empresa de capital estrangeiro tornaria essas empresas apátridas, como se pessoa jurídica tivesse pátria, o que é forçar realmente o entendimento jurídico dessa questão. Na mesma linha de raciocínio, que, não sendo empresas nacionais, elas não estariam submetidas às leis brasileiras e, por conseguinte, seriam tratadas pelo Direito Privado Internacional. Outro argumento é o de que isso prejudicaria o comércio internacional brasileiro, na medida em que os acordos tarifários, com o GATT, por exemplo, não computariam como exportações brasileiras, favorecidas aquelas feitas por multinacionais aqui sediadas, apenas porque elas deixariam de ser empresas nacionais passando a ser contabilizadas em nome das matrizes e dos países de origem das multinacionais, sem os favores fiscais. Este também é insustentável.

Finalmente, o argumento de que os tesouros dos países de origem das multinacionais não hesitariam em taxar os lucros gerados no Brasil pelas empresas multinacionais aqui sediadas, sem compensação para as matrizes, pondo por terra os acordos existentes para evitar a bitributação da renda.

Tivemos oportunidade de demonstrar, com o texto dos acordos de bitributação do Brasil com a Alemanha, a França e outros países, que esses argumentos são insubsistentes e não têm nenhuma justificativa.

De modo que considero indispensável uma definição clara do que seja empresa nacional, estabelecendo fronteira nítida para o capital estrangeiro, a fim de podermos viabilizar dois institutos modernos e atuais que o Brasil precisa recobrar. Primeiro, o da reserva de mercado, ou da proteção temporária para empresas nacionais em setores estratégicos, como está referido no Substitutivo nº 1. Como foi dito pelo Constituinte Fernando Santana, a re-

serva para empresa nacional é um instituto indispensável a todas as nações que têm de defender suas riquezas naturais e seu mercado em relação aos interesses do capital estrangeiro. E, segundo, essa criação do Senador Severo Gomes, extremamente oportuna, um dispositivo de caráter programático, mas que obriga as entidades nacionais do Estado a dar preferência àqueles bens e serviços oferecidos no mercado pelas empresas nacionais.

De modo que essa definição de empresa nacional é essencial. É preciso suprimir, e para isso conto com o apoio para minha emenda daqueles que defendem uma Constituição sintética, o § 1º do citado artigo, que cria a empresa brasileira de capital estrangeiro.

Agradeço ao presidente a oportunidade que me deu de estender-me por mais alguns minutos, afirmando que a Constituição moderna que estamos elaborando é aquela que contempla questões da atualidade, como a do meio ambiente, do tratamento adequado do desenvolvimento tecnológico, do controle dos meios de comunicação, que contempla o lazer como requisito significativo, porque felizmente superamos aquela ética do trabalho clássica que as classes dominantes procuraram inculcar na consciência social deste País (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Concedo a palavra à nobre Constituinte Abigail Feitosa, que estava inscrita.

**A SRA. ABIGAIL FEITOSA:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, há pouco, o Constituinte Adylson Motta comentava da tribuna a questão da violência na sociedade brasileira, querendo aumentar os direitos do pessoal da polícia. Preocupo-me com essa visão, porque, na verdade, só diminuiremos a violência nessa sociedade se aqui na Constituinte garantirmos o direito do cidadão.

Que direito tem um cidadão que nasce em uma favela deste País? Não tem direito à alimentação, à escola, à assistência e à saúde. É a lei da selva. Ele não tem direito sequer a uma perspectiva de vida. Hoje assistimos a uma cena envolvendo meninas com 10 anos de idade, que armadas, comandam ações contra a polícia.

Se quisermos diminuir a violência na sociedade brasileira, a nova Constituição primeiramente terá que assumir um compromisso com o cidadão brasileiro, não com os grupos multinacionais que aqui usufruem as vantagens dos baixos salários pagos aos trabalhadores e carregam lucros de todas as maneiras, com superfaturamentos, corrompendo os dirigentes da Nação. A verba pública precisa ser destinada apenas às escolas públicas. De um ano para cá os donos de escolas enriqueceram e o que se viu foi o cidadão com dinheiro tendo direito à escola, nada restando ao que não tem recursos.

Refiro-me também à questão da mulher. Em Salvador, capital do Estado que represento, de cada dez analfabetos, nove são mulheres. A questão do direito à saúde...

**O SR. CONSTITUINTE ADYLSON MOTTA:** – Permite-me V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

**A SRA. CONSTITUINTE ABIGAIL FEITOSA:** – Ouço V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. CONSTITUINTE ADYLSON MOITA:** – Nobre Constituinte, gostaria de apartear-la apenas para que não fique um registro sobre uma visão que não tenho do problema social. É sabido que um problema social, como qualquer outro, só é resolvido se atacado na sua causa, não na sua consequência. Enquanto não encontrarmos a solução

na causa, o que demandará, talvez, o sacrifício de algumas gerações num País inculto como o nosso não podemos ignorar as consequências. Quando eu falava em polícia civil, não pedi que se acrescentasse absolutamente nada a suas atribuições. Pedi apenas que não se lhe tirassem as poucas prerrogativas que detém. Quando falo na polícia, refiro-me aos bons profissionais, na generalidade, não àquelas nódoas e mazelas que existem em todas as categorias de atividades. Tenho noção exata de que um problema social só se resolve se atacado na sua origem. Não podemos deixar a nossa população exposta a toda essa violência do dia-a-dia, esquecendo as consequências do que está havendo na área social. Era apenas esse o registro que queria fazer.

**A SRA. CONSTITUINTE ABIGAIL FEITOSA:** – Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup> o aparte.

Nobre Constituinte, a maior violência que existe neste País é o desemprego. Com o passar dos anos alguns grupos enriqueceram e concentraram a renda nas mãos de poucos. Ainda agora os jornais denunciam que qualquer prefeitura do interior, para conseguir verba pública, tem que se valer de empresários, intermediários, dando-lhes porcentagem. Assim foi a vida toda. Nós combatemos a corrupção na ditadura; hoje, ela continua a existir, reinando a impunidade. Isso está registrado, hoje, na **Tribuna da Bahia** e na **Folha de S. Paulo**.

Srs. Constituintes, é necessário que se garanta que o cidadão deste País – ele paga imposto desde o dia em que nasce, pois por tudo o que se adquire paga-se imposto – tenha o serviço em troca; que se trabalhe para diminuir essa ótica da classe dominante, de que só vale o lucro, que é colocado acima da estabilidade no emprego, da jornada de quarenta horas, enfim, acima de tudo, porque o brasileiro trabalha sem cessar e não tem sequer direito ao lazer.

É a visão distorcida de que uns têm direito a tudo, enquanto outros não têm direito a nada. Está aí o "Pixote", exemplo do que será o futuro da juventude brasileira que vive nas favelas. Não é com polícia que se resolverá esse problema, mas dando emprego e, desde pequeno, formando o trabalhador, bem como garantindo à mulher o direito de ter uma creche, onde possa deixar seu filho enquanto trabalha. Tenho ouvido dizer que, no dia em que se tornar obrigatória a creche ou em que se garantir cento e vinte dias de licença à gestante, o empresário deixará de admitir mulheres. Ou seja, para o empresário brasileiro ou para o multinacional, que aqui chega para explorar o nosso povo, só importa o lucro; o direito de ser cidadão, não se tem.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, ou este Congresso constituinte se sensibiliza com os problemas das grandes massas de trabalhadores sofridos deste País, ou isso poderá ser varrido, porque quem está desempregado e sem salário não vai ficar a vida toda pensando em legislação. O banditismo aumenta a cada dia. Ninguém mais anda tranqüilo nas estradas deste País. Ainda há pouco a imprensa noticiou que até guarda rodoviário já está parando. O Brasil vive num clima de guerrilha, porque há desespero generalizado.

Enquanto isso, ficamos a discutir certas coisas em que o Palácio do Planalto procura envolver-se, a fim de garantir o mandato para o Presidente da República. Se determinado Constituinte votar a favor do presidencialismo, receberá um cargo na Sudepe; se votar por um mandato presidencial de cinco anos, receberá um cargo em outro

lugar. Esquecem a Nação. Os Deputados estão trocando o compromisso feito com o povo por cargos para seus afilhados. Fico preocupada porque faço trabalho nas favelas e sei como vive aquela gente.

Quero dizer aos Constituintes da Comissão de Sistematização que é válido o debate sobre parlamentarismo e presidencialismo. Não queremos um regime que fique centralizado nas mãos de poucas pessoas, como um monarca absoluto para fazer o que entender. Mas não adianta um Congresso que reclame e não seja ouvido. Isso passa pela democratização real da sociedade brasileira. Não é possível ter-se um regime como o que aí está. Se um Ministro decide e a sociedade posiciona-se contra, continua a decisão do Ministro.

Temos que trabalhar para garantir ao cidadão o direito à reforma agrária. O Sr. Ronaldo Caiado, da UDR, já vem ameaçando que invadirá o plenário com milhares de pessoas, para protestar contra a reforma agrária, contra a imissão na posse. Os pequenos proprietários estão com medo da reforma agrária. Esse é o poder que tem os meios de comunicação. O dinheiro está nas mãos deles e os mal informados não entendem, não sabem que eles é que se beneficiarão com a reforma. Como o poder dos grandes grupos de comunicação – televisão, rádio e jornais – está nas mãos dos grandes empresários, eles passam a mensagem errada.

Os Srs. Constituintes têm responsabilidade com o futuro da Nação, no instante em que iremos votar uma legislação que traga paz para a sociedade brasileira, para que tenhamos condições de criar nossos filhos e legar às gerações vindouras um País em que não haja a fome, flagelo que reina entre nós. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Muito obrigada, Constituinte Abigail Feitosa.

Com a palavra o Constituinte Paulo Ramos.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – Sr. Presidentes, Sras. e Srs. Constituintes, assomo à tribuna para tratar de dois temas que têm sido objeto de grandes preocupações nesta Assembléia Nacional Constituinte. Venho falar da segurança nacional e da anistia, até porque entendo que as duas matérias estão intimamente ligadas.

A segurança nacional deve ser observada pelos seus aspectos interno e externo. Na questão da segurança externa, a responsabilidade diante da Nação cabe às Forças Armadas.

Há um conceito bastante elementar, que diz que as Forças Armadas são a Nação em armas, o que nos leva à certeza de que a todos os cidadãos cabe a segurança nacional, a segurança externa. Dentro desse contexto, a finalidade das Forças Armadas consiste, primeiro, em preparar a Nação para a sua autodefesa. Esta é a finalidade precípua das Forças Armadas.

Como na arte da guerra, na arte da defesa existe o avanço tecnológico. As Forças Armadas são instituições nacionais permanentes, porque têm o dever de avançar no conhecimento do que há de mais moderno no campo da tecnologia de guerra, naturalmente porque vivemos num mundo belicoso. E têm esta finalidade porque têm o dever de transmitir aos nacionais os conhecimentos mais avançados, mais atualizados. Esta é a finalidade precípua das Forças Armadas: transmitir aos nacionais os conhecimentos mais atualizados.

No dia-a-dia, cabe também às Forças Armadas a proteção do nosso mar territorial, do nosso espaço aéreo e das nossas fronteiras.

O ideal seria que tivéssemos tranquilidade e pudéssemos reconhecer que nossas Forças Armadas estão dando ao povo brasileiro as garantias necessárias, dentro da sua finalidade precípua. É preciso dizer que, no Brasil, temos hoje mais aeroportos e portos clandestinos do que oficiais e mais passagens clandestinas pela fronteira do que oficiais. Nosso território freqüentemente é invadido.

Há um mês, a imprensa noticiou que pistoleiros a serviço de multinacionais invadiram Mato Grosso e assumiram o controle de uma mina de calcita ótica pertencente ao filho do General Fragomeni, que hoje está no Superior Tribunal Militar. Disse o proprietário da mina que, se os pistoleiros nela permanecessem por uma semana, teriam a possibilidade de desviar minérios em quantidade suficiente para que as multinacionais que dependem da calcita ótica funcionassem por período superior a um ano.

Não percebi, no seio daqueles que compõem a cúpula das Forças Armadas, manifestação alguma em defesa de seus brios feridos. Na verdade, imperou o silêncio. Tive a oportunidade de requerer, na Câmara dos Deputados, informações a respeito das providências tomadas. Até hoje, embora levando em consideração o descaso com que a cúpula das Forças Armadas trata a Assembléia Nacional Constituinte e o Congresso Nacional, nenhuma informação me foi prestada.

Mas há um fato de suma gravidade, que não pode ser esquecido por esta Assembléia Nacional Constituinte, pela aura de suspeição que envolve. Refiro-me ao acidente ou a sabotagem que vitimou o Ministro Marcos Freire. Não vitimou simplesmente um Ministro de Estado envolvido num projeto que hoje encontra sérias resistências nos setores mais conservadores da vida nacional, o Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário. Vitimou toda a cúpula da reforma agrária também a tripulação, composta de um tenente-coronel, um capitão a um sargento da Força Aérea Brasileira. Não verificamos manifestação de indignação por parte dos integrantes da FAB. Entretanto, em 1964, quando estavam em jogo os interesses nacionais, com a morte do Major Rubens Vaz, tivemos o levante da chama República do Galeão. Naquela época, a Força Aérea Brasileira – a história o comprova não obstante o justo sentimento pela morte de um de seus integrantes, foi manipulada por uma cúpula, em detrimento dos interesses nacionais. Hoje, os integrantes da Força Aérea estão inquietos. Desejam que esta apuração seja levada às últimas conseqüências, porque estão submetidos à pressão da hierarquia e da disciplina, conseqüentes de um modelo autoritário.

Esse regime, tutelado pelos militares, sufocou toda a Nação brasileira. Não são apenas os integrantes das Forças Armadas que pretendem ver esse fato esclarecido. Toda a Nação brasileira clama por providências. Espera que a apuração não se dê pelo rito normal, por um trivial que nos assusta. As fotografias hoje divulgadas pelos jornais, de um tenente-coronel diante de um quadro-mural, tentando explicar o acidente, fazem-nos lembrar o coronel Job Lorena tentando explicar a episódio do Riocentro. Não podemos permiti que isso se repita. Devemos insurgir-nos contra tais procedimentos, porque o fato é de extrema gravidade.

Enquanto tudo isso ocorre, não verificamos nenhuma indignação de parte da cúpula que sufoca os militares. Vemos a reação militar em função do texto constitucional que hoje consta do Substitutivo do Relator Bernardo Cabral, Substitutivo que simplesmente subordina as Forças Armadas à vontade da Nação. Os Ministros militares ousaram, inclusive, intimidar esta Assembléia Nacional Constituinte. E o fizeram sem qualquer legitimidade – não só

a legitimidade do voto popular, que não têm, como a legitimidade da sua própria Força. Os Ministros militares não falam em nome das Forças que comandam porque não têm procuração para tal. Os Ministros militares não podem imiscuir-se em questões políticas, porque não estão legitimados para tal, mas assim mesmo ousam fazê-lo. Esta Assembléia Nacional Constituinte ou cala ou, como o faz muitas vezes, reage, mas com uma timidez injustificável.

Hoje, precisamos compreender, o texto é equivocadamente da responsabilidade do Relator – por enquanto, porque esse texto é de responsabilidade, sim, de toda a Assembléia Nacional Constituinte, mas, em primeiro plano, da Comissão de Sistematização. Não podemos permitir que o Relator desta Comissão venha a produzir qualquer alteração no texto que enquadra as Forças Armadas, submetendo-as aos poderes constitucionais, à vontade da Nação, enfim, submetendo-as a sua real destinação.

Além da segurança externa – responsabilidade das Forças Armadas – temos as questões internas. Defendi nesta Assembléia Nacional Constituinte a construção de um modelo para a segurança interna, com uma polícia mais avançada, mais unificada, que pudesse corresponder às exigências de segurança da sociedade, que vive hoje terríveis conflitos, decorrentes naturalmente desse modelo social injusto, desse modelo econômico que privilegia o capital multinacional e a exportação e joga na fome, na doença e no abandono parcelas majoritárias da população brasileira.

Hoje, a fisionomia do País é difícil de ser encarada, porque o Brasil tem mais de 37 milhões de menores carentes. Neste momento temos aqui crianças assistindo ao nosso pronunciamento, e há no Brasil 8 milhões de maiores abandonados e mais de 2 milhões de meninas entre 10 e 15 anos na prostituição. Hoje, temos 9% da mão-de-obra ativa deste País sem qualquer renda e quase 65% da mão-de-obra ativa recebendo entre menos de 1 a 2 salários mínimos. É óbvio que a consequência só poderia ser esse processo que está nos grandes centros urbanos, onde a favelização demonstra o contraste que nos afronta a cada dia.

Precisamos compreender que tanto para a segurança externa quanto para a interna é necessário equacionar a função das duas polícias atualmente existentes. Já que vamos caminhar para um modelo de polícia dupla, que tenhamos polícias que pelo menos se ajustem, se completem e possam dar à sociedade a garantia necessária.

Para concluir, Sr. Presidente, aproveitando a paciência de V. Ex.<sup>a</sup> e abusando da mesma, trato de uma questão muito relevante para esta Assembléia Nacional Constituinte: a anistia. Sabemos que o substitutivo do Relator apresenta um projeto que amesquinha o sentido maior da anistia. O art. 1º das Disposições Transitórias é um acinte à consciência de qualquer brasileiro. Se pretendemos que a Assembléia Nacional Constituinte seja a ponte entre o regime autoritário e a democracia, precisamos da pacificação nacional. Não teremos sossego, paz e tranquilidade se a anistia não for concedida àqueles que hoje sequer se beneficiaram de um mínimo de anistia.

Falo não só dos marinheiros e dos fuzileiros navais, mas também de alguns servidores civis, em número de trezentos ou quatrocentos, que hoje esperam uma anistia. Temos nesta Casa muitos cassados e torturados, mas estamos todos igualmente imanados para pacificar esta Nação, concedendo uma anistia compatível com a índole do povo brasileiro e acima de tudo compatível com o esforço maior de pacificação da Nação. Sem anistia não há democracia.

É preciso ser dito que hoje os marinheiros e os fuzileiros navais são os mais prejudicados, por uma simples razão, que é preciso denunciar aqui: na época do golpe militar, nenhum navio foi ao mar porque os marinheiros e os fuzileiros se recusaram. O ódio dirigido a eles e a alguns poucos civis é porque não permitiram que um navio fosse ao mar para romper a legalidade.

Não podemos permitir que aqueles que deveriam estar no banco dos réus tentem afrontar a soberania da Assembléia Nacional Constituinte dizendo que não vão cumprir a anistia. Vamos lutar juntos, porque estamos aqui escolhidos pelo povo para construir um modelo de democracia que há de passar também por uma anistia ampla, geral e irrestrita. Muito obrigado. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Com a palavra o nobre Constituinte Mário Lima.

**O SR. CONSTITUINTE MARIO LIMA:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, a anistia concedida através da Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979, foi o passo inicial para a pacificação da Nação brasileira. Mas a Prática mostrou que aquele passo não foi ainda suficiente para reparar as injustiças de que milhares de brasileiros foram vítimas no regime ditatorial.

Lembraria aos ilustres membros da Assembléia Nacional Constituinte algumas palavras de uma das maiores figuras do nosso partido, que teve a responsabilidade de presidir a Comissão Mista que examinou a Lei de Anistia. Na sessão conjunta de 22 de agosto de 1979, o grande brasileiro Teotônio Vilela, o "Senador da Anistia", dizia o seguinte:

"Sr. Presidente, Srs. Congressistas, a anistia, antes de tudo, é uma dívida da União, através dos seus Poderes constituídos – Executivo, Legislativo e Judiciário – contraída com a sociedade brasileira. Essa dívida está sendo cobrada hoje no Congresso Nacional. O Governo resolve apresentar uma proposta que na nossa avaliação representa 5% do valor da dívida."

Ainda sobre a anistia de 1979, gostaria de lembrar alguns pronunciamentos de ilustres parlamentares de então, como é o caso do Senador Pedro Simon, que no mesmo dia 22 de agosto disse o seguinte:

"Sr. Presidente, essa é apenas uma etapa, porque posso dizer a V. Ex.<sup>a</sup> que o MDB, ainda hoje, haverá de continuar a campanha pela anistia ampla, geral e irrestrita. Ainda hoje, Sr. Presidente, derrotado o substitutivo do MDB, a palavra de ordem é continuar, e ainda hoje à noite, no Brasil inteiro, falaremos em anistia ampla, geral e irrestrita."

Lembraria também algumas palavras proferidas por alguns deputados da Arena. O então Deputado Carlos Sant'Anna, no dia 21 de agosto de 1979, dizia:

"O importante é que possamos obter amanhã aquela anistia possível a esta Casa da forma em que o Presidente oferece ao povo brasileiro. Mas ela não se consuma com o ato de amanhã. O que não é oportuno hoje poderá ser em anos ou meses. Competirá então a esta Casa encontrar a ocasião oportuna, o momento exato para que a anistia ampla e irrestrita possa representar o que a Nação deseja."

Considero oportuno lembrar o pronunciamento feito Pelo Senador Jarbas Passarinho, também da Arena, no dia 28 de agosto de 1979:

"Não deve o Governo perder-se, não deve a Maioria irritar-se. Ao contrário, a nós cabe, como coube ao Presidente, o gesto aberto de generosidade, o primeiro. Se ele é aceito, muito bem, haverá o segundo, haverá o terceiro e haverá perspectiva."

A Nação não parou com a Lei de Anistia de 1979.

Todos os brasileiros que queriam e querem pacificar a Nação continuam a atual. Em 1985, com a convocação da Constituinte, através da Emenda Constitucional nº 26, o Presidente do atual PMDB, Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, em entrevista ao **Jornal do Brasil** do dia 25 de outubro de 1985, dizia:

"Nós resgatamos um compromisso partidário", que era a convocação da Constituinte. Com relação à anistia, foi feito o melhor que podíamos e futuramente, provavelmente na própria Constituinte, a questão deverá ser revista para um maior avanço."

O então Deputado Alencar Furtado, do PMDB, em entrevista ao **Jornal do Brasil** do dia 27 de novembro de 1985, afirmava:

"A anistia, para ser ampla, geral e irrestrita, tem que alcançar a reparação, no mínimo, dos danos materiais, já que os danos morais e políticos são lesões permanentes de difícil reparação."

Ainda sobre a emenda constitucional que ampliava a anistia, o Presidente da OAB, naquela oportunidade o advogado Herman Assis Baeta, em palestra proferida na Comissão Mista do Congresso, em 13 de setembro de 1985, divulgada pelo jornal **Folha de S. Paulo**, afirmava, no que diz respeito à anistia dos militares:

"Praticaram uma crueldade com muitos militares, afastando-os da caserna, através de atos regulamentares e não por atos de exceção."

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, se lembramos os pronunciamentos desses ilustres parlamentares é porque achamos que este é o momento de a Assembléia Nacional Constituinte encontrar-se com os anseios da Nação, de ver o povo brasileiro pacificado.

A Emenda nº 26 ampliou um pouco a anistia, mas ainda não cumpriu a sua finalidade. E daria como exemplo o caso de uma empresa estatal, a Petrobrás. Em que pese à posição firme e correta do Ministro Aureliano Chaves, expedindo avisos ministeriais, esta empresa, através de seus dirigentes, nega-se a acatar as decisões ministeriais, no sentido de cumprir a Lei de Anistia, poderia citar o meu caso como exemplo do que foram as punições do arbítrio. Fui demitido da Petrobrás, empresa da qual era funcionário em 1964, intimado por edital nos jornais da capital baiana, acusado de abandonar o meu emprego quando era público e notório que me encontrava preso na ilha de Fernando de Noronha. Ao ser concedida a anistia de 1979, a comissão que examinou os pedidos de anistia daquela empresa opinou que eu não tinha o direito a ela porque havia sido demitido por processo regular. Anistia não é isso. Anistia é a do Presidente Juscelino, esse brasileiro que não esquecemos em nenhum instante. Lerei, para deixar vivo na memória dos Srs. Constituintes, a anistia do Presidente Juscelino, que em um simples artigo anistiou aqueles militares que, insurgindo-se contra a ordem constituída, pegaram em armas para impedir a sua posse, após ter sido democraticamente eleito por todo o povo brasileiro. A anistia do Presidente Juscelino é simples, com apenas estes artigos:

"Art. 1º É concedida anistia ampla e irrestrita a todos os civis e militares que, direta ou indiretamente, se envolveram, inclusive recusando-se a cumprir ordem de seus superiores, nos movimentos revolucionários ocorridos no País a partir de 10 de novembro de 1955 até 1º de março de 1956, ficando em perpétuo silêncio quaisquer processos criminais e disciplinares relativos aos mesmos fatos.

"Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário."

É a anistia que queremos. Muitos dos militares que voltaram para os quartéis foram responsáveis pelo golpe militar de 1964. Alguns, beneficiários da anistia de Juscelino tentam insurgir-se contra a anistia ampla, geral e irrestrita.

Sr. Presidente e Srs. Constituintes, tenho certeza de que nosso destino será de paz e concórdia, como deseja o povo brasileiro. A Assembléia Nacional Constituinte não terá como justificar-se diante da História do povo brasileiro se não aproveitar esta oportunidade para, brando-se do exemplo de Juscelino Kubitschek de Oliveira, conceder uma anistia ampla, geral e irrestrita que concilie o povo brasileiro, para que possamos buscar o grande futuro que esta Nação merece.

Muito obrigado. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Haroldo Sabóia.

**O SR. CONSTITUINTE HAROLDO SABÓIA:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, acabamos de ouvir o Constituinte Mário Lima relatar uma experiência pessoal, quando, no ano de 1964, preso na ilha de Fernando de Noronha, foi demitido de uma empresa estatal. As mudanças ocorridas em nosso País e a própria transição democrática não foram até hoje suficientes para anistiá-lo. Assim como ocorreu com o Constituinte Mário Lima, dezenas, centenas e milhares de trabalhadores foram afastados de seus empregos, como o foram centenas de marinheiros e cabos que também não tiveram a anistia.

O que isto revela, Sr. Presidente e Srs. Constituintes? Revela o caráter débil da transição em que vivemos; revela que a própria soberania da Assembléia Nacional Constituinte está comprometida pela força, pelas pressões, pelo arbítrio do poder instalado no Palácio do Planalto. Estamos, hoje, diante de um duplo desafio: ou esta Assembléia é capaz de elaborar, conceber e moldar uma Constituição moderna, fertilizável e, por isto mesmo, capaz de ser duradoura, ou esta Assembléia Nacional Constituinte não haverá de ter cumprido o seu papel histórico.

O outro desafio, igualmente grave, é que cumpre à Assembléia Nacional Constituinte impor ao Estado e à sociedade uma nova regra de jogo democrática, que possibilite diminuir as enormes desigualdades econômicas existentes em nosso País e também que permita e floresça a cidadania e que consegue suscetíveis conquistas no campo social.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, duas questões tomam conta dos debates nesta Casa. Uma diz respeito ao sistema de governo; outra, ao sistema eleitoral.

Quer o Palácio do Planalto, quer o Poder Executivo, que parece mais refletir a antiga ordem e o antigo regime, fazer crer que com o regime presidencialista será possível resolver os graves problemas institucionais de nosso País e moldar uma nova ordem jurídica.

É grande e larga nossa experiência presidencialista, mas toda ela é prenhe de crises, e a saída é sempre pela direita, pelo golpe, pela ameaça de intervenção das Forças Armadas.

Não acreditamos que o regime parlamentarista tenha o monopólio da democracia, mas cremos que ele permita uma intervenção mais eficaz e cotidiana da sociedade ao nobre os assuntos do Estado, com uma ação junto ao Parlamento na direção dos assuntos do poder público.

Temos ouvido várias intervenções onde os defensores do presidencialismo afirmam que esse é um regime moderno, como se não houvesse crise no sistema presidencialista dos Estados Unidos. Ao contrário, o presidencialismo hoje está vinculado aos regimes, mais atrasado da América Latina e do Terceiro Mundo, enquanto o parlamentarismo permite uma intervenção mais enérgica dos partidos políticos e das maiorias parlamentares nos assuntos de governo.

Outra questão também importante diz respeito aos – tema eleitoral. Os presidencialistas, para assustar esta Casa; tentam vincular o parlamentarismo ao voto distrital, o que não é verdade, o que não corresponde à experiência histórica. Portugal, Espanha e mesmo a França são regimes parlamentaristas onde o sistema eleitoral é o proporcional. Também temos experiências no regime presidencial em que o voto distrital serve para deturpar a vontade do eleitorado. É o exemplo dos Estados Unidos, onde os distritos foram criados à revelia de uma lógica e segundo interesses menores de detentores de mandatos eleitorais.

Hoje, no Brasil, estamos diante da situação segundo a qual, se implantado o voto distrital, teremos esmagado as minorias. Veremos desaparecer os pequenos partidos, que correspondem às correntes, ideológicas de nossa sociedade que têm direito se são mesmo uma garantia do exercício da democracia plena em nosso País. Se implantado o voto distrital, veremos desaparecer as correntes minoritárias mesmo dos grandes partidos, como o PMDB e o PFL. Há apenas uma maneira de se manterem vivas as correntes minoritárias da sociedade: através do voto proporcional. Para fazermos uma democracia avançada em nosso País haveremos de instituir o regime parlamentar de governo. Mas os presidencialistas querem fazer crer que o regime parlamentarista não combina com eleição direta para Presidente da República, o que também não é verdade. Temos exemplos como Portugal e França, onde o Presidente da República, eleito por voto direto, torna-se chefe de Estado e, mesmo assim, o Governo se forma em Gabinete, com a escolha, pela Assembléia Nacional, de um Primeiro-Ministro.

Dizem os porta-vozes do Presidente José Sarney que, instituiu o parlamentarismo, o Presidente da República se tornaria uma "Rainha da Inglaterra", o que não é verdade, Sr. Presidente e Srs. Constituintes. Temos o depoimento de um ex-Presidente da França, o Prof. Georges Pompidou, que revela que o regime atual da França tem uma grande flexibilidade: eleito pelo voto inteiro, o Chefe de Estado desfruta de uma autoridade superior, no momento, que escapa ao controle da Assembléia racional. E o seu Governo, em contrapartida, ao aplicar a sua política, é responsável diante ela Assembléia, não podendo desconsiderar tendências no interior desta, como no seio da maioria.

Esta é a questão: os detentores do poder no Brasil querem que continue o sistema presidencialista, para man-

ter o controle fazer curvar o Poder Legislativo, desconsiderando que um Chefe de Estado eleito pelo povo mantém a sua autoridade sobre o Primeiro-Ministro e diante da Assembléia Nacional; mas esta haverá de impor, em contrapartida, a sua força e o seu prestígio sobre o Gabinete, sobre o Primeiro-Ministro, sobre o Governo que terá de ouvir não somente a maioria da Assembléia Nacional, como também as diversas correntes contidas no interior da maioria partidária. Esta é a única maneira de o Poder Central ficar sensível ao vaivém, aos fluxos e refluxos da sociedade no seu dia-a-dia, porque, do contrário, não haverá qualquer saída para a crise, posto que o poder imperial do Presidente da República no presidencialismo distancia o Poder Central das coisas do Poder Público, do dia-a-dia das pressões da sociedade.

Haveremos de construir neste País um sistema de Governo que seja flexível e sensível para corrigir o seu rumo e para que seja mantida a estabilidade das instituições.

É aí que reside a primazia do parlamentarismo sobre o presidencialismo. Haveremos de construir um novo regime neste País, para que possamos enfrentar as enormes crises que haverão de vir, porque um País de 140 milhões de habitantes, com 80 milhões de famintos e 50 milhões de desempregados não haverá de avançar e de se modernizar sem crises. Serão muitas as crises, mas haveremos de ser capazes de construir instituições que tenham força e estabilidade para vencer essas crises e temos o Brasil um País moderno e soberano.

Sr. Presidente, acreditamos que o parlamentarismo haverá de vingar, como também acreditamos que o voto proporcional será majoritário na Comissão de Sistematização, para que tenhamos assegurada a representação das minorias partidárias e das minorias contidas nos grandes partidos, de modo a assegurar um clima de democracia neste País. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Itamar Franco.

**O SR. ITAMAR FRANCO:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, estou cada vez mais convencido de que a tese que defendíamos – de uma Constituinte com mandato exclusivo – teria sido a ideal para o País. O que se observa é o esvaziamento do Congresso Nacional, é o próprio esvaziamento da Assembléia Nacional Constituinte, em particular da Comissão de Sistematização. Os grupos, Sr. Presidente, se reúnem quase que na clandestinidade, e aqueles que não fazem parte deles sequer podem tomar conhecimento do que se está passando em relação ao Substitutivo do nobre Relator.

Lembrava, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, o grande mineiro Milton Campos que a Constituição busca não uma realidade qualquer, mas a realidade nacional. O grande mineiro lembrava sempre o conceito de Renan, em 1982: "uma nação é uma alma, um princípio espiritual."

A Carta de 1891 começou com o combate mais cedo porque entendiam alguns que o seu idealismo exclusivista estava desatento a época, e veio 1930 para provar exatamente isso.

"A norma constitucional", nos diz a Prof.<sup>a</sup> Maria Helena Ferreira da Câmara, doutora em Direito Público pela UFRJ: "não é uma norma como as outras pois ela sofrerá as demais com força maior". Há uma superioridade da lei constitucional em face da lei ordinária, e vai além mostrando que a característica de uma Constituição é o seu teor político, o seu caráter polêmico e dialético.

Se a Constituição pretende regulamentar ou pelo menos tentar regulamentar a realidade do País, não é possível deixar para as leis complementares para as leis ordinárias e até mesmo para os decretos-leis aquilo que necessita estar no seu texto. Se a síntese é capaz de anunciar os preceitos fundamentais, a limitação mesmo dos poderes, tudo bem. Mas, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, vamos lembrar que no Brasil, hoje, temos cerca de 8 mil leis ordinárias. Vejo o Constituinte Fernando Santana fazer o sinal da cruz. Mas é verdade, nobre Constituinte, temos, 8 mil leis ordinárias e mais de 5 mil decretos-leis.

Srs. Constituintes, quando se fala na síntese da Constituição, entendemos que ela não deva ser enciclopédica. Vamos recordar dois fatos bem presentes na história contemporânea da ordem constitucional brasileira. V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Presidente, há de recordar que, por exemplo, o art. 45 da atual Constituição Federal, que manda examinar e fiscalizar os atos do Poder Executivo, da Administração Direta e Indireta, levou mais de doze anos para ser regulamentado, porque havia uma maioria eventual que impedia exatamente que, através de uma lei ordinária se processasse a regulamentação do referido artigo.

O projeto, por exemplo, de nossa autoria, de 1982, que determinava que o Congresso Nacional deveria examinar os acordos internacionais está hoje dormitando nas gavetas da casa. E é por isso, Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, que temos de ter cuidado para não remeter tudo para as leis ordinárias, para as leis complementares, porque poderá acontecer que, de repente, uma maioria eventual venha a impedir que essas leis complementares e ordinárias sejam regulamentadas no período adequado da realidade nacional.

Comecei, Sr. Presidente, meu discurso lembrando o que dizia o grande mineiro Milton Campos quando falava da realidade nacional. Qual é a realidade nacional hoje? É aquele retrato que a Fundação IBGE mostrou ontem ao Brasil, quando disse que somos hoje 141 milhões de brasileiros e seremos 170 milhões no ano 2000. Vivemos em média 63 anos e subiremos essa média para 68 anos. De cada 1000 crianças ainda falece 88 por ano, e daqui a alguns anos morrerão um pouco menos. Vai mais além a Fundação IBGE, Sr. Presidente, mostrando que dos 141 milhões de brasileiros, 53,2 milhões são considerados população economicamente ativa, entre os quais trabalhadores com mais de 10 anos de idade. Desse total, 17 milhões ganham até um salário mínimo.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, no meu Estado, Minas Gerais, 70% da força economicamente ativa percebem menos que 2 salários mínimos. Esta é a realidade nacional, é o quadro que se apresenta a nós, Constituintes. Não adianta apenas discutir – e discutir em grupos ou, como disse, de forma clandestina ou mesmo no Palácio do Planalto – o sistema de Governo, o mandato do Sr. Presidente da República, quando a realidade nacional, segundo os dados fornecidos ontem pela fundação IBGE, ao aproximar-se o terceiro milênio – é outra. Precisamos refletir exatamente sobre os conflitos que viviam nossa sociedade, que são reais e exige maior atenção dos Srs. Constituintes. É preciso, portanto, que o Relator, que hoje deve estar em lugar ignorado, atente para esse fato e não permita que ao fazer a síntese da Constituição – quando alguns querem ficar apenas no seu aspecto numerológico – esta não venha a refletir a realidade nacional e nem se busque o exemplo da Constituição americana, que completa agora o seu bicentenário.

A sociedade está-se organizando, movimentando, fazendo-se presente. Ela não aceitará uma Constituição que não reflita exatamente os seus conflitos e a necessidade de uma nova ordem econômica e social. Por isso, devemos estar atentos. Não é possível que possamos remeter para uma lei ordinária, por exemplo, aspectos da participação das Forças Armadas em qualquer operação internacional, ou dispositivos que estabeleçam que não incidirá Imposto de Renda sobre os rendimentos do trabalho assalariado. Por que deixar para a legislação ordinária? Por que não constar isto na Constituição, dizendo que o trabalho assalariado não terá a ação do Imposto de Renda? Por que remeter para a legislação ordinária ou complementar a ação do militar na inatividade, que deve e precisa ter voz com um cidadão comum? Por que remeter, por exemplo, para a legislação ordinária ou complementar, os contratos e serviços com cláusula de risco? E por que – e muito mais sério, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes – remeter para a legislação ordinária as operações realizadas pelo Tesouro Nacional no exterior que envolva a venda das reservas de ouro do País com obtenção de liquidez financeira em moeda estrangeira, serão submetidas à prévia aprovação do Congresso Nacional?

Não é, portanto, Sr. Presidente, através de uma síntese que se queira dar à Constituição que ora estamos estudando, examinando e precisando elaborar que vamos remeter tudo para as leis ordinárias e complementares, porque, com certeza, muitas delas ficarão para as calendas gregas, se é que os gregos tinham calendas.

Por isso repito, precisamos estar atentos para que esta Constituição posa refletir a transformação a que a nossa sociedade assiste, para que não se permita, já ao aproximar-se o terceiro milênio, que ela não reflita os interesses desta sociedade que está em profundo processo de transformação.

Era o que tinha a dizer. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Convoco uma reunião para amanhã, dia 18 de setembro, às 9 horas e 30 minutos, no Auditório Nereu Ramos, a fim de prosseguir a discussão de matérias constitucionais. Pelo cronograma até agora em vigor, será também apresentado o substitutivo de S. Ex.<sup>a</sup> o Relator, Bernardo Cabral, e depois teremos sua publicação e distribuição.

Está encerrada a reunião.

## 28.ª Reunião Extraordinária

Aos dezoito dias do mês de setembro de mil novecentos e oitenta e sete às quinze horas e cinco minutos, no Auditório Nereu Ramos, reuniu-se a Comissão de Sistematização, sob a Presidência do Senhor Constituinte Aluísio Campos, Vice-Presidente no exercício da Presidência, presentes os Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Alcení Guerra, Brandão Monteiro, Carlos Sant'Anna, Christóvam Chiaradia, Cristina Tavares, Edme Tavares, Gerson Peres, Haroldo Sabóia, Inocêncio Oliveira, José Luiz Mata, José Thomaz Nono, Lysâneas Maciel, Manoel Moreira, Nelson Carneiro, Nelton Friedrich, Nilson Gibson, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Sigmaringa Seixas, Siqueira Campos, Adylson Motta, Délio Braz, Enoc Vieira, Fernando Santana, Donas Pinheiro, José Genoíno, Marcos Lima, Octávio Elísio e Vilson Souza. Estiveram presentes, ainda, os Senhores Constituintes não integrantes da Comissão: Hélio Rosas, Raimundo Rezende, Eliel Rodrigues, Firmo de Castro, Salatiel Carvalho, Gidel Dantas, Sérgio Spada, Paulo Paim, Chagas Duarte, Florestan Fernandes,

Jorge Hage, Irma Passoni, Paulo Delgado, Valmir Campelo, Chico Humberto e Luís Roberto Ponte. Deixaram de comparecer os Senhores Constituintes: Adolfo Oliveira, Afonso Arinos, Alfredo Campos, Almir Gabriel, Aloysio Chaves, Antônio Farias, Antônio Carlos Konder Reis, Antônio Carlos Mendes Thame, Arnaldo Prieto, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Carlos Chiarelli, Carlos Mosconi, Celso Dourado, Cid Carvalho, Darcy Pozza, Edígio Ferreira Lima, Eraldo Tinoco, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Gasparian, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Lyra, Francisco Benjamim, Francisco Dornelles, Francisco Pinto, Francisco Rossi, Gastone Righi, Haroldo Lima, Ibsen Pinheiro, Jamil Haddad, Jarbas Passarinho, João Calmon, João Herrmann Neto, Joaquim Bevilacqua, José Fogaça, José Freire, José Geraldo, José Ignácio Ferreira, José Jorge, José Lins, José Maurício, José Paulo Bisol, José Rinha, José Santana de Vasconcellos, José Serra, José Ulisses de Oliveira, Luís Eduardo, Luiz Inácio Lula da Silva, Marcondes Gadelha, Mário Assad, Mário Lima, Milton Reis, Nelson Jobim, Oscar Corrêa, Osvaldo Coelho, Osvaldo Lima Filho, Paulo Pimentel, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Plínio de Arruda Sampaio, Prisco Viana, Ricardo Fiúza, Roberto Freire, Rodrigues Palma, Sandra Cavalcanti, Severo Gomes, Theodoro Mendes, Virgildásio de Senna, Virgílio Távora e Wilson Martins. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos. Inicialmente foi concedida a palavra ao Senhor Constituinte Renato Vianna, que fez indagações a respeito dos pareceres do Senhor Relator às emendas oferecidas ao Projeto de Constituição. Após esclarecê-las, o Senhor Presidente passou a palavra ao Senhor Constituinte Fernando Santana, que fez várias observações sobre a futura ordem econômica na Constituição. Logo após, falaram sobre voto destituiu os Senhores Constituintes Lysâneas Maciel e Gerson Peres, este como apartemente do primeiro. Os senhores Constituintes Carlos Sant'Anna, José Genoíno, Cristina Tavares, Gerson Peres e Irma Passoni apresentaram reclamações e observações sobre o processo constituinte na Comissão de Sistematização, todas respondidas pelo Senhor Presidente. Através do Senhor Constituinte Nilson Gibson foi feito o registro do falecimento do Senhor General Golbery do Couto e Silva, a respeito de que alguns oradores também se manifestaram. Com a palavra, o Senhor Constituinte Nelson Friedrich fez pronunciamento sobre o modelo desenvolvimentista brasileiro, criticando-o. A seguir, o Senhor Constituinte Fernando Santana, interinamente no exercício da Presidência, concedeu a palavra ao Senhor Constituinte Joaci Góes que versou assunto relacionado com voto distrital. Não havendo mais oradores inscritos, o Senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos, às dezessete horas, convocando reunião para o dia seguinte, com início às quinze horas para a continuidade da discussão do Substitutivo do Senhor Relator. O inteiro teor desta reunião foi gravado, devendo ser publicado no **Diário da Assembleia Nacional Constituinte** e constituir-se-á na Ata circunstanciada dos trabalhos. E, para constar, eu, Maria Loura Coutinho, lavrei a presente Ata que, depois de lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Declaro aberta à reunião de hoje, destinada ao prosseguimento da discussão de matéria constitucional.

Encontram-se inscritos os Srs. Constituintes Edmilson Valentim e Lídice da Mata.

Como ainda não chegaram a esta reunião, faculto a palavra aos Srs. Membros da Comissão que quiserem ocupar a tribuna.

**O SR. CONSTITUINTE RENATO VIANNA:** – Peço a palavra, pela ordem, para fazer um apelo a V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem a palavra, pela ordem, o Sr. Constituinte Renato Vianna.

**O SR. CONSTITUINTE RENATO VIANNA:** – V. Ex.<sup>a</sup> tem conduzido os trabalhos desta Comissão com muito zelo. Preocupa-me, neste instante, a divulgação do substitutivo do Relator que passa a ser do conhecimento, inclusive, da imprensa, sem que os membros titulares desta Comissão os tenham com prioridade. Por isto, eu apelo a V. Ex.<sup>a</sup> para que, junto ao Relator-Geral, Constituinte Bernardo Cabral faça, em primeiro lugar, chegar às mãos dos membros titulares desta Comissão o novo substitutivo da Constituição.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A Presidência da Comissão tomou a cautela de consultar o coordenador designado pela Presidência da Constituinte, Dr. Paulo Afonso, sobre quando seria distribuído o parecer do Relator aos seus membros. Ele informou que somente hoje, no fim da tarde, ou talvez à noite, é que o parecer estaria concluído. De maneira que estranho à comunicação do nobre Constituinte Renato Vianna, porque a Comissão de Sistematização não recebeu nenhum exemplar do parecer que, segundo a informação última que nos chegou, ainda se encontrava em impressão na Gráfica e no Prodasen.

Com a palavra o nobre Constituinte Fernando Santana.

**O SR. CONSTITUINTE FERNANDO SANTANA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, estamos chegando a um ponto realmente crucial de nossos trabalhos. Com o substitutivo que o Relator vai apresentar, gostaríamos de dizer que o noticiário da Imprensa pode ser fundado, colega Renato, em informações, porque há muitas pessoas que conhecem, praticamente, o texto quase que por inteiro, e V. Ex.<sup>a</sup> deve ser uma delas. Não creio que as informações tenham sido vazadas pelo nobre colega, mas é muito comum, não vejo nada de extraordinário, que a Imprensa procure se informar de Constituintes, e que esses informem o trabalho que está praticamente sendo elaborado. A nosso ver isto não quer dizer que o Relator tenha distribuído antes, a qualquer cidadão jornalista desta ou daquela empresa, mas eles estão fazendo um trabalho na base de coleta de dados, que qualquer um de nós poderá dar, sem que isto seja um crime. Agora, o texto por inteiro nós não acreditamos que já esteja pronto nem mesmo no Prodasen; acreditamos que nesta noite, talvez, ele possa chegar às nossas casas como habitualmente tem sido feito.

Dito isto, gostaríamos de examinar alguns aspectos de problemas que estão embutidos nos nossos trabalhos. Evidentemente que esta Constituição deve refletir os anseios da sociedade brasileira e não nos parece, pelo menos até agora, que esses anseios estejam se refletindo exatamente. A questão básica, a questão nacional, a questão fundamental é aquela de que diz respeito aos objetivos de nossa independência, de nossa soberania e de nossa posição futura como nação livre e independente.

Acreditamos, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, que a maior responsabilidade nossa, hoje, não é de pertencermos a este ou aquele Partido, não é termos essa ou aquela posição em relação a certos problemas que consideramos não definitivos. Por exemplo: a questão do sistema de governo é um assunto em que cada um de nós pode defender um ponto de vista. Nós votaremos com o sistema parlamentar, outros poderão votar com o sistema presidencial, mas creio que há uma área que deve ser, digamos assim, comum a todos nós, sejamos Constituintes de qualquer partido.



Gostaríamos de referir ao trabalho que esta Constituinte pode fazer em benefício, ou, pelo menos, não em benefício, mas na segurança do Brasil do futuro. Somos um País de 8,5 milhões de quilômetros quadrados, com riquezas extraordinárias. E grande parte dessas riquezas está sendo explorada hoje e, infelizmente, não temos uma exploração, no setor mineral, que devolva ao País todas as vantagens que essas reservas nos deveriam dar. Exemplo: em Minas Gerais, que foi sempre a terra do ouro, há uma mina denominada Morro Velho que já completou 153 anos. Pois bem, nestes 153 anos de exploração aurífera, essa mina não esteve em mãos de brasileiros um só dia. E Qual é o imposto sobre minérios? É realmente uma coisa irrisória. Até mesmo quando essas empresas internacionais declaram exatamente aquilo que elas conseguem obter da exploração.

É nesse Capítulo que gostaríamos de chamar a atenção dos nossos colegas, para que nós, sem nenhuma cor partidária, sem nenhum radicalismo, mas, sobretudo, olhando o destino de nossa Pátria, façamos tudo para garantir, nesta Constituição, que essas áreas fundamentais para o destino do País e do povo fiquem, realmente, reservadas à exploração dos próprios brasileiros, das empresas nacionais. Acreditamos que a definição da empresa nacional, que está no momento tendo o maior curso, não satisfaz exatamente a essas exigências que o País coloca em nossos dias.

Então, nobres Colegas, acreditamos que esse aspecto da Constituição não deve merecer de nenhum de nós uma posição que não seja aquela que reflita exatamente os interesses da Nação e do povo que estão acima de quaisquer interesses particulares ou partidários, porque a existência dos partidos sô se justifica na medida em que eles são uma alavanca para o progresso e para a libertação do seu país. Fora daí não entendo. Aceito, inclusive, uma Constituição conservadora se a isso formos levados a admitir, mas entre conservação e entreguismo há uma, diferença muito grande.

Se as forças dominantes nesta Casa são as forças que têm uma resultante conservadora, evidentemente que essa resultante vai predominar nas decisões finais da Constituição. Não nos podemos rebelar contra isto, mas contra o que nos devemos rebelar – e com todo o esforço – é no sentido de que, mesmo sendo uma Constituição que não seja progressista na medida dos interesses do povo ou das suas necessidades, digamos assim, que seja uma Constituição que não extrapole os limites do País e não seja escrita por mãos internacionais, sobretudo naqueles pontos que consideramos, sem nenhum partidatismo, como pontos críticos e definitivos para os destinos deste País e do povo brasileiro. Este é o ponto fundamental. Ou nos capacitamos de que é importante, de que é urgente, de que não podemos transferir essa decisão para as outras gerações, ou então, não teremos feito um trabalho digno do nosso tempo, digno da nossa responsabilidade, digno daqueles que nos vão suceder, porque o País não é apenas essa geração que está aqui, o País, sobretudo, são gerações que estão por vir, e são para essas gerações que devemos garantir um futuro. E, dentro das condições objetivas do Brasil, poderemos assegurar um futuro de segurança, de bem-estar, de trabalho, de saúde, de educação para todos os brasileiros sem exceção.

E o que estamos apreciando hoje? O que é que estamos vendo no quadro geral do Brasil hoje? Um País, segundo os dados do IBGE de 1986 que conta com 141 milhões de habitantes. Mas desses 141 milhões de habitantes, há 40

milhões, segundo as estatísticas, que estão em estado de carência absoluta, passando fome, e há outros 40 milhões muito mal alimentados. Então, restam, talvez, menos de 60 milhões, que seria no caso 40% da população, entre os que passam bem e os que estão conseguindo sobreviver com decência e dignidade. Ora, isto não é possível que continue. Isso chega a nos emocionar e chega a nos fazer perder até o fôlego quanto se sabe que a China com 1 bilhão e 300 milhões de habitantes, tendo no seu território de terras agricultáveis apenas uma área menor ou igual ao Estado do Pará. Esse País, com uma população dez vezes, praticamente, superior ao nosso, consegue numa área agricultável tão pequena, porque o resto são montanhas áridas, inexploráveis e grandes áreas de deserto, consegue sobreviver com 1 bilhão e 300 milhões de habitantes alimentados.

Segundo a FAO, e segundo depoimento prestado aqui na Comissão de Reforma Agrária pelo atual Ministro da Agricultura e ex-Governador do Estado de Goiás, nos foi dada à informação de que no Vale do Araguaia – Tocantins, existe a maior extensão de terra contínua e agricultável e que só nessa área poderíamos produzir alimentos para 500 milhões de habitantes. Ora Sr. Presidente, se apenas numa área determinada temos essas condições efetivos, como se explicar tanta fome, tanta miséria e tanta falta de trabalho?

Estas, ao nosso ver, são as questões que nos desafiam, as outras, quaisquer que sejam as decisões, inclusive no sistema de governo, são importantes, mas não são tão importantes quanto estas.

Que nós, brasileiros, passemos a ser, realmente, os condutores do nosso destino, sobretudo no setor econômico, porque desconhecemos qualquer nação do mundo que dê trabalho, saúde e educação para todos que não seja nação economicamente estruturada e independente. Quais são estas na América? Apenas os Estados Unidos e o Canadá. Na Europa? França, Inglaterra, as duas Alemanha, a Suíça, a Suécia, a Dinamarca, a Bélgica e a Holanda. Já na Mediterrânea vamos encontrar países que estão ainda em fase um tanto subdesenvolvido, e no Terceiro Mundo, que é, digamos assim, a matriz de todas as matérias-primas que abastecem, que asseguram o desenvolvimento do chamado Primeiro Mundo, qual seja a situação da Ásia, da África, e da América Latina? É esta que estamos presenciando. E por quê? Daí considerar também da maior importância a redação de uma Constituição que garanta e assegure a independência do País. E não vamos dizer que reserva de mercado é uma atitude xenófoba, é uma atitude pouco inteligente. Não. Os Estados Unidos acabam de aprovar o chamado **Trade Act** e não há lei no mundo que crie maiores obstáculos à penetração de indústrias que não convenham aos interesses americanos do que a atual lei aprovada no Governo Reagan, substituindo o **Trade Act** de 1973. *Ali a reservas são feitas umas sobre as outras*. E num país tão forte, a maior potência do mundo, a nação-líder do mundo ocidental, do mundo capitalista, ainda assim há isto. Por que o nosso minério de ferro tem tanta dificuldade em penetrar nos Estados Unidos? O nosso aço? Por que os nossos calçados têm tanta dificuldade em entrar nos Estados Unidos? Porque a nossa indústria, apesar de sermos ainda um País do Terceiro Mundo neste setor, ela tem mais competitividade do que a própria indústria americana. Mas eles taxam tão elevados os gravames alfandegários que temos de concorrer lá dentro em igualdade de condições e, evidentemente, nas mesmas condições, eles preferem os seus próprios produtos. Isso diariamente, todos sabem disso. Há grandes figuras

aqui, grandes no sentido do número – corrigimos – os que acham que a reserva de mercado da informática de 8 anos é uma coisa que vai atrasar enormemente o País. Que mentira! E vêm com exemplos de Coréia, de Formosa, que são países dominados. Formosa foi uma ilha que sobreviveu. Em vez de ser cercada de água, era cercada de navios americanos por todos os lados, para que não caísse sob o controle da República Popular Chinesa. E a Coréia do Sul...

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Lembra a V. Ex.<sup>a</sup> o rigor do tempo.

**O SR. CONSTITUINTE FERNANDO SANTANA:** – Já vou terminar, Sr. Presidente.

Gostaria de dizer, ao final destas palavras desataviadas, que estou aqui dirigindo a V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Presidente, e aos nobres colegas, que, apesar de tudo, ainda tenho um fio de esperança e vou lutar sem trégua até o último dia de minha vida com este objetivo, garantir ao povo brasileiro o mínimo indispensável, que é: trabalho, saúde, educação. E estas três coisas não se podem dar nos Princípios Gerais, nas Garantias dos Direitos Individuais. Alguns cidadãos que defendem a luta contra reserva de mercado dizem que neste setor eles vão abrir as mãos, porque podem conceder tudo. Sabem que, por maiores que sejam os princípios e os direitos individuais, não terão nenhuma importância, nenhum significado, nenhum efeito eficiente para o povo se o controle da economia fugir das nossas mãos, porque o que define tudo, em última instância, a espinha dorsal de um país, é a sua economia. Quando essa economia não é controlada pelos próprios cidadãos nascidos e vividos nesse país, é uma economia dependente e, conseqüentemente, o seu povo é miserável. Isto em todos os países do Terceiro Mundo.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, é com este ardor cívico – posso dizer, patriótico – que espero que, pelo menos na área da ordem econômica, tenhamos a coragem de definir na Constituição princípios de tal maneira que o futuro de nossa Pátria fique garantido. (palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Muito obrigado ao nobre Constituinte Fernando Santana.

A Mesa deliberou prorrogar os debates até o dia 20, enquanto não é recebido, publicado e distribuído o próximo parecer do eminente Relator Bernardo Cabral, a ser posteriormente apreciado.

Concedo a palavra ao nobre Constituinte Lysâneas Maciel.

**O SR. CONSTITUINTE LYSÂNEAS MACIEL:** – Sr. Presidente, pouquíssimo Srs. Constituintes presentes, estão aproveitando a oportunidade para tratar de um assunto que não tem, a nosso ver, merecido a inteira ou maior preocupação por parte não somente da Comissão de Sistematização como de outros Srs. Constituintes.

Sr. Presidente, quando apresentamos na Subcomissão do Direitos Políticos, dos Direitos e Garantias Coletivos à apuração, da vontade do eleitor, instituímos alguns mecanismos que seriam necessários para que essa vontade do eleitor fosse apurada devidamente. E, ao se discutir qualquer sistema eleitoral, o que se busca, na realidade o que é importante, é precisamente, a apuração da vontade popular através de processos mais legítimos e expurgados dos vícios e das corrupções. Muita gente tem a idéia de que, talvez, essa tenha sido uma das eleições mais corrompidas dos últimos anos, dos últimos tempos. O abuso do poder econômico, as manipulações, até com a complacência da

Justiça Eleitoral, teriam feito desembarcar aqui nesta Assembléia Nacional Constituinte grupos econômicos, representantes de empresários, representantes de agremiações rurais, representantes até do poderio econômico, do crime organizado, estariam aqui nesta Assembléia Nacional Constituinte. E por que essa vontade especial de ser Membro da Assembléia Nacional Constituinte? O resultado final do que se está apurando aqui, inclusive o que está sendo elaborado, os vários projetos e as mutações e influências que se têm feito sentir sobre a elaboração dessa Carta Maior, estão a revelar que ainda não se esgotaram totalmente todas as tentativas de fazer não uma Carta Maior com dignidade, com justiça, para o povo brasileiro, mas fazer o estatuto das classes dominantes deste País.

É este, talvez, o resultado final dessa série de medidas, dessa série de processos pouco confessáveis que se observaram no último pleito.

Então, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, sugerimos algumas medidas para que fossem melhorados, para que fossem expurgados certos vícios eleitorais que existem neste País, E um deles é a questão de voto destituíste, ou seja, os Parlamentares, os Senadores e Deputados, sejam Deputados estaduais ou federais, que porventura traissem seus mandatos, através do estabelecimento de negociações com seus mandatos, através de promessas totalmente descumpridas, ou mesmo votação, contrariando aquilo que foi a sua plataforma eleitoral ou a do seu Partido, os eleitores poderiam cancelar esse mandato, através daquilo que chamamos o voto destituíste.

Precisamente contra esse voto destituíste se insurgiram vários Parlamentares e entre eles, obviamente, aqueles que se elegeram as custas das contas bancárias, as custas da corrupção eleitoral, as custas da fixação de determinado preço por cada eleitor, conseguido por cabos eleitorais.

**O SR. CONSTITUINTE (Gerson Peres):** – V. Ex.<sup>a</sup> concede-me um aparte?

**O SR. CONSTITUINTE LYSÂNEAS MACIEL:** – Pois não.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Nobre Constituinte Lysâneas Maciel, nós sempre estamos nas nossas pelegas, talvez a nossa amizade no final dessa legislatura esteja mais consolidada do que nunca. Não me incluo entre aqueles que realmente foram eleitos, segundo as declarações de V. Ex.<sup>a</sup>, com influência do poder econômico, mesmo porque eu me julgo consagrado na vida pública. Eu tenho cinco mandatos populares com votação direta, vinte anos de Deputado estadual, dois de Deputado federal. E um mandato por eleição indireta, que foi o de Vice-Governador do meu Estado. Veja bem, V. Ex.<sup>a</sup> eu sou um dos que discorda do voto destituíste – já, conversamos isso caminhando nos corredores deste congresso – não quanto à tese; disse eu a V. Ex.<sup>a</sup> que a tese realmente é válida, tem um sentido muito nobre, se nós pudéssemos transformar essa tese, colocá-la dentro de um mecanismo que fosse realmente fácil de ser concretizado, operacionalizado. O que eu ainda não consegui entender, do que V. Ex.<sup>a</sup> propõe, é quando à operacionalização do voto destituíste. Como se faria isto? Porque veja bem, se sou eleito no voto proporcional no meu Estado, e fui eleito por uma determinada corrente, vamos dizer, tive vinte mil, trinta mil votos, de um milhão e meio de eleitores, como eu seria destituído do meu mandato? Outros que não votaram em mim, poderiam ter esse direito de me destituir? Ou só aqueles que votaram em mim? E aí eu faria a segunda questão: se o voto é secreto, como eu poderia selecionar o eleitorado dos votos destituístes? É esse o aspecto porque

eu contesto a tese, o princípio do voto destituiu. Acho até a tese louvável, mas não sei como fazer. E não sabendo como fazer, eu acho que V. Ex.<sup>a</sup> chove no molhado – usando a expressão dos gaúchos – chove no molhado. Quero rogar a V. Ex.<sup>a</sup> que nos explique, por favor, a operacionalização, para que se possa mudar o raciocínio e, até, quem sabe, vir a apoiar V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. CONSTITUINTE LYSÂNEAS MACIEL:** – Tenha a certeza de que V. Ex.<sup>a</sup> vai entender. O mecanismo é rigorosamente singelo. Se for estabelecido o voto distrital – o que espero que não seja, pelas mesmas razões pelas quais eu sugiro o voto destituíste a quem detém o poder econômico, e V. Ex.<sup>a</sup> é um homem que se elegeu sem esse poder, compreenderá essas razões e for possível concentrar num distrito esse poderio econômico, a possibilidade da corrupção eleitoral será muito mais intensa. Mas o voto destituiu estabelecido a nível distrital, se vier a ser estabelecido, contrariamente a meu voto e a minha posição, precisamente pelas mesmas razões, é da maior simplicidade. No distrito, por exemplo, em que o Deputado Gerson Peres for eleito, se estabelecerá um plebiscito em relação ao mandato do Deputado Gerson Peres. Faz-se um processo de muita simplicidade. É feita uma representação por determinado número de eleitores, que não pode ser muito grande senão dificultaria, uma delegação, de 10% dos eleitores do distrito, por exemplo, faria uma representação à Justiça Eleitoral. Este processo correria em segredo para evitar a exploração, a calúnia, à injúria em relação ao mandato de um determinado parlamentar. Se a Justiça Eleitoral, preliminarmente, encontrasse razões, depois de ouvir em segredo o Parlamentar acusado de não estar cumprindo fielmente o seu mandato, então aí se iniciaria o processo do plebiscito para julgar, na eleição, naquele determinado distrito.

Na cabine eleitoral onde se processaria o plebiscito, o acusado teria duzentas palavras de defesa e aqueles que levantassem o problema teria duzentas palavras para acusarem de malbaratamento um mandato parlamentar.

O eleitor, o entrar na cabine, faria esse tipo de opção. Então, verificará V. Ex.<sup>a</sup> que no regime do voto distrital, nesse tipo de sistema eleitoral, o processo é da maior singeleza.

Eu estabeleci, também – e quero esclarecer a V. Ex.<sup>a</sup> uma penalidade para a denúncia caluniosa. Aquele que, infundadamente, tentasse derrubar o mandato de um de terminado Parlamentar e fossem totalmente injustificadas as alegações, seria penalizado com reclusão de dois a quatro anos, sem prejuízo de outras sanções na esfera civil. E da maior singeleza esse tipo de procedimento.

Verificará V. Ex.<sup>a</sup> o seguinte: qual é a finalidade do voto destituíste? O eminente Constituinte Afonso Arinos tem discutido muita casa questão conosco, aqui na Comissão de Sistematização, como V. Ex.<sup>a</sup> tem observado. Mas S. Ex.<sup>a</sup> um dos homens mais cultos desta Assembléia Nacional Constituinte, de uma certa forma tem confundido participação popular com representatividade. Alega S. Ex.<sup>a</sup>, o Constituinte Afonso Arinos, que nós, no momento em que fomos eleitos, não temos nenhuma satisfação a dar, a não ser à nossa própria consciência, e a correção eleitoral far-se-á quatro ou oito anos depois, conforme fosse um Deputado ou Senador.

Mas esta não é a essência da participação popular. A participação popular implica – e é este o espírito novo que poderia nortear o trabalho desta Constituinte – em um permanente vínculo entre o eleitor e o Parlamentar. Ele, ao receber o mandato, não vai-se eximir da obrigação

de prestar contas, tanto é que encimei o **caput** do meu artigo, dizendo:

“Todo Parlamentar é obrigado a prestar contas do seu mandato.”

Veja V. Ex.<sup>a</sup> o caso do Constituinte Afonso Arinos – estou falando na ausência de S. Ex.<sup>a</sup> porque já lhe falei pessoalmente e já discutimos isto amplamente.

V. Ex.<sup>a</sup> foi eleito Senador pelo meu Estado. V. Ex.<sup>a</sup> tem afirmado, aqui, que vai renunciar ao mandato, concluídos os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte. No lugar de V. Ex.<sup>a</sup> vai entrar um suplente, que é o sexto colocado no Estado do Rio de Janeiro e vai representar, durante sete anos, aquele eleitorado – caso típico de voto destituíste!

Se V. Ex.<sup>a</sup>, Constituinte Gerson Peres, no exercício de seu mandato, fizesse a sua campanha eleitoral através de impressos e pregações nos rádios e nas televisões, fizesse determinado tipo de promessa em relação, por exemplo, à reforma agrária, e, chegando aqui, votasse contrariamente a ela, seria outro caso típico de voto destituíste.

Em síntese, o voto destituiu pretende criar um vínculo permanente não apenas na época das eleições. *Por que só temos aqui a obrigação de prestar contas à época eleitoral?* Por que não criamos um mecanismo novo em que os eleitores possam fiscalizar a maneira como estamos votando?

V. Ex.<sup>a</sup> se recorda que uma das maiores conquistas do Regimento desta Assembléia Nacional Constituinte, sabe qual foi, Deputado? O voto a descoberto. Vemos aqui nesta Assembléia Nacional Constituinte discursos vibrantes, enérgicos, e na hora de votar... na hora de decidir, muita gente pleiteou – e quase perdemos – que o voto fosse secreto, porque uma coisa é manter a ilusão quanto ao nosso comportamento aqui, manter a ilusão daquelas teses que representam os anseios populares e outra coisa é votar de acordo com os interesses subalternos que não podem ser expostos claramente nem ao povo, nem aos eleitores que nos deram este mandato. E há outra característica: o nosso mandato é transitório, o nosso mandato é provisório e não temos apenas obrigação de prestar contas de quatro em quatro anos, porque com o controle dos meios de comunicação eu me recordo que, na última eleição, antes de ser cassado, um Deputado que jamais compareceu as sessões das Comissões ou do plenário era tido, diariamente, como tendo feito discursos, pronunciamentos, votos, através de uma imprensa e de manipulação de determinada coluna de jornal, Isso ocorreu no País todo. Então, verificará V. Ex.<sup>a</sup>, em primeiro lugar, a singeleza do processo, mas o princípio maior é que temos obrigação de prestar contas, em caráter permanente e não provisório de quatro em quatro anos.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Veja bem, já que V. Ex.<sup>a</sup> restringiu o raciocínio ao âmbito do voto distrital, fenômeno que ainda não se realizou na Constituição brasileira – e que espero não se realize – ...

**O SR. CONSTITUINTE LYSÂNEAS MACIEL:** – Eu espero que se realize, veja bem que pensamos diferentes...

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – ... O raciocínio de V. Ex.<sup>a</sup> não foi explicado no âmbito atual da proporcionalidade e não vai poder explicar...

**O SR. CONSTITUINTE LYSÂNEAS MACIEL:** – Perdão, o processo seria o mesmo, seria mais oneroso e mais demorado.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Então, aí seria viciado, porque há eleitores que iriam destituir mandatários, sobre quem eles não teriam valor de juízo nenhum, pois não contribuíram para a sua eleição mas iriam opinar pelo voto ou pela destituição do voto deles, e isso não me parece muito justo. Mas, teria outro contra-argumento forte para V. Ex.<sup>a</sup> e gostaria de ter a sua resposta, porque, no âmbito distrital, até que V. Ex.<sup>a</sup> encontrou uma justificativa, mas no âmbito geral não tem, ainda não me convenceu: V. Ex.<sup>a</sup> sabe, como bom advogado e estudo que é, que o estado de direito se assenta, basicamente, nos princípios da igualdade, da legalidade e do controle jurisdicional. Na hora em que V. Ex.<sup>a</sup> transfere a incompetência ou o mau procedimento de um parlamentar por não ter cumprido o seu dever para o próprio povo julgá-lo e destitui-lo, V. Ex.<sup>a</sup> corta um dos princípios básicos que é o controle jurisdicional, quer dizer, aceitar o voto destituiu é transferir para o povo aquilo que a Constituição delega ao poder Judiciário, Perguntaria a V. Ex.<sup>a</sup>; o voto destituinte seria passível de recurso ao Poder Judiciário ou não?

**O SR. CONSTITUINTE LYSANEAS MACIEL:** – Eu disse a V. Ex.<sup>a</sup> inicialmente que esse voto se iniciaria com o procedimento perante a Justiça Eleitoral, perante a Justiça Eleitoral, mas veja V. Ex.<sup>a</sup> como estamos distantes, embora muito próximos fisicamente: o que V. Ex.<sup>a</sup> contesta, no fundo, é a capacidade, a possibilidade de o povo que, em última análise, detém a soberania e que lhe conferiu, em última análise, o seu poder de estar aqui hoje falando contra o voto destituinte – esse mesmo povo ter a capacidade precisamente de derrogar aquilo que ele havia concedido. É como se um procurador, é como se um mandante destituisse ou cancelasse uma procuração; é isso que somos aqui, em última análise, procuradores do povo. Então, é aí exatamente que reside o grande problema de entendimento sobre o voto destituinte. Na verdade, o voto destituinte é o restabelecimento da vontade popular, que se sente traída pelas promessas, pelos engodos, pelas manifestações falsas, pelas manipulações da própria imprensa, pela manipulação do poder eleitoral. E a esse dispositivo sugerimos um outro para completar, é que, no momento, os processos de corrupção eleitoral de abuso do poder econômico, para invocá-los, temos um prazo excessivamente curto. São prazos preclusivos, de setenta e duas ou quarenta e oito horas, nos quais se torna totalmente impossível qualquer verificação de profundidade, comete-se o crime eleitoral; comete-se o crime do abuso do poder econômico e praticamente os corruptores e aqueles que abusam, os infratores da lei eleitoral, passam pela impunidade através da prescrição ou da pré-illusão dos prazos. Colocamos o dispositivo, no qual, durante o exercício do mandato, a qualquer momento, os eleitores poderiam questionar as demandas relativas à corrupção e ao abuso do poder econômico, e não naqueles prazos curtos. De maneira que, vejamos V. Ex.<sup>a</sup>, se pretende apurar, se pretende depurar a vontade do eleitor, através de um processo eleitoral mais legítimo, não há por que temer o voto destituinte. Quem teme o voto destituinte são, na realidade, aqueles que não têm a cabeça erguida, para prestar contas aos seus eleitores. Muito obrigado a V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Tema palavra o nobre Constituinte Carlos Sant'Anna.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Sr. Presidente, pedi a palavra para reiterar uma reclamação. Estamos às vésperas de iniciarmos o processo de votação

na Comissão de Sistematização, É uma votação extremamente complexa. Há questões relativas ao processo de votação envolvendo destaques, preferências, envolvendo o substitutivo que vai ser apresentado hoje pelo Relator Bernardo Cabral, que devem ser resolvidas pela Comissão de Sistematização, reunida em Plenário, para que haja uma regra que possamos utilizar no processo de votação sob pena de o processo de votação transformar-se num verdadeiro tumulto e a sucessão das questões de ordem impedirem o verdadeiro objetivo do processo, que é, exatamente, o da votação. Mas não apenas o fiz sob a forma, como estou fazendo agora, verbal, na última reunião, mas tive também o cuidado de dirigir à Mesa desta Casa, por escrito, o conjunto de todas as questões que me parecerem merecer uma definição de regra, porque não tem amparo ainda nem no Regimento da Assembléia Nacional Constituinte, nem no Regimento desta Comissão, e, algumas vezes, o próprio Regimento da Câmara não tem ainda apoio para estas questões. Como até agora não tivemos nenhuma notícia sequer de resposta, sequer de que esta reunião devesse haver, estou naturalmente insistindo pela importância e pela necessidade. Quero ainda dizer que não se deve tratar nesta reunião apenas da Mesa, ela tem que ser submetida a Plenário e tem que se transformar numa norma de Plenário, numa regra de votação com a qual concordemos todos em tese, para facilitar o processo de votação.

A segunda reclamação, Sr. Presidente, é que mais uma vez enfatizo, já o fiz antes desta tribuna e desta Comissão, que a Comissão de Sistematização foi relegada a um plano secundário. Não participamos do verdadeiro trabalho de sistematização. Vamos receber hoje um relatório em que os membros desta Comissão, pelo menos na sua expressiva maioria, não tomaram conhecimento dele. Ele deve ser entregue hoje, lá para domingo, entraremos praticamente em processo de votação, porque, recebido domingo, na segunda e na terça teremos os destaques, na quarta haverá a seleção dos destaques e na quinta se inicia o processo de votação.

Tive oportunidade de participar de uma comissão formada por V. Ex.<sup>a</sup> e pelo Senador José Fogaça, pelo Presidente desta Comissão, Senador Afonso Arinos e por mim, para que fizéssemos algumas sugestões de como obvia resta questão. Entre elas, inclusive, encaminhamos documento a S. Ex.<sup>a</sup>, o Presidente, fazendo ver da necessidade de debater com a Comissão de Sistematização se esta desejava ou não, apresentado o relatório do Sr. Relator, discutir entre os membros da Comissão, e para isto há um certo prazo e, ao mesmo tempo, nesta discussão, ouvir do Relator as explicações, justificativas do substitutivo que apresentou. Apesar de termos encaminhados estes documentos. Ex.<sup>a</sup>, o presidente da Comissão, Senador Afonso Arinos, também não tivemos notícia do resultado do requerimento escrito que lhe dirigimos.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – O que V. Ex.<sup>a</sup> propõe é um ato aprovado pelo Plenário da Comissão, regulando o procedimento que deve ser adotado para apreciação e votação do parecer a ser recebido do eminente Relator. Como mencionou V. Ex.<sup>as</sup> já encaminhamos ao Presidente Afonso Arinos a nossa proposição a respeito da matéria e ontem, respondendo a uma questão de ordem, já antecipei alguns pontos relacionados com os destaques, o seu apoio, os problemas da prejudicialidade e outros de interesse dos Membros da Constituinte exatamente para que a discussão e votação do substitutivo se possam processar na devida ordem. Estamos na dependência da decisão do Presidente, a quem requeremos que

submetesse ao Plenário a proposição subscrita por mim, por V. Ex.<sup>a</sup> e pelo Constituinte José Fogaça. O Presidente pediu-me para aguardar um pouco, porque desejava conversar com o Presidente da Constituinte sobre o assunto, embora este assunto seja da competência da própria Comissão de Sistematização e deve, naturalmente, dispor com toda autonomia sobre a utilização do tempo que regimentalmente lhe é destinado para o cumprimento do exercício de suas responsabilidades. Essa foi uma das razões pelas quais ontem também tomei a deliberação, no exercício da Presidência, de prorrogar as reuniões para continuarmos a discutir matéria constitucional até o próximo dia 20, pelo menos – antes, portanto, do prazo que até agora está fixado para apresentação dos destaques, exatamente porque, no meu entender, não podemos apresentar destaques de matéria ainda não conhecida e senão depois de fazer um exame apurado do seu conteúdo e debater com o Relator o seu parecer aqui no plenário da Comissão de Sistematização.

Com estes esclarecimentos espero ter atendido, provisoriamente ao interesse de V. Ex.<sup>a</sup> e vou novamente entender-me com o nobre Senador Afonso Arinos, para que S. Ex.<sup>a</sup> decida a proposição que lhe apresentamos, completo a minha informação dizendo que os nobres membros da Comissão já devem ter recebido a comunicação de que as reuniões foram marcadas amanhã, para as 15 horas, no Auditório Nereu Ramos, e domingo, mesma hora, já então, sendo-nos possível começar a examinar o parecer que se espera seja entregue até à meia-noite de hoje a Comissão de Sistematização.

Com a palavra a eminente Constituinte Irma Passoni.

**A SRA. CONSTITUINTE IRMA PASSONI:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Nós gostaríamos de deixar registradas duas questões.

A primeira se refere ao processo de trabalho do relator que nós, Constituintes efetivamente, não temos idéia, com o mesmo poder de qualquer Constituinte, talvez com uma função a menos do que o Relator, não sabemos como está sendo processada a elaboração do parecer do Relator. Isso traz uma total desinformação a qualquer Constituinte, nós não sabemos o que está acontecendo, onde está acontecendo e com quem está acontecendo. Temos uma certeza, sim, de que assessores históricos, ligados à questão do Direito talvez, à formação do Direito, estão decidindo muito mais do que qualquer Constituinte. Não quero citar nomes aqui. Isso traz algo terrível para a Assembléia Nacional Constituinte, porque sabemos que quem está decidindo não foram os eleitos para a Assembléia Nacional Constituinte. A decisão está em outro lugar, tanto em nível funcional, como em nível do Poder do Executivo e do setor militar.

A outra questão é quanto à forma de apreciação do parecer do Relator e quanto à questão de acatamento ou não das emendas e dos destaques. Tememos que aconteça na Comissão de Sistematização o que já experimentamos, e nos treinamos, ser vencidos pela força e não pelo direito, aquilo que aconteceu nas Subcomissões da Reforma agrária e da Ordem Econômica, onde, simplesmente, o Regimento interno foi rasgado, foi desrespeitado, foi destruído em nome de uma imposição do Presidente da Subcomissão, assessorada por pessoas aqui desta Casa. E porquê? Porque o Regimento diz que serão votados os pedidos de preferência e os destaques ou as emendas correlatas esta palavra correlata é tão ampla que nela cabe tudo, dependendo da assessoria e do Presidente. Nela cabe tudo.

Queremos colocar que temos 10, 20 emendas sobre a mesma questão. Coloca-se a votação de preferência, de qualquer uma, que efetivamente não será a minha, fatalmente, e depois, porque é matéria correlata, todo o resto vai para o lixo e não se aprecia mais nada. Portanto, é preciso deixar claro que esta matéria é correlata, e que se precise esta palavra, porque senão todo o trabalho de emendas e de destaques, efetivamente, acredita, que não poderá ser feito.

Estas duas preocupações são essenciais porque tratam da responsabilidade dos Constituintes em saber se no processo chegaremos ao fim, assinando ou não esta Constituição. Ela é decisiva para nós Constituintes Se ela está sendo feita em quatro paredes, onde não decidimos, não temos nenhuma responsabilidade de assinatura desta posta constitucional.

A outra questão é a dos constantes adiamentos que trazem aqui a desmoralização do processo constituinte. Será que por trás não se quer isso mesmo, desmoralizar o que já está desmoralizado? Houve um seminário na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, em São Paulo, na semana passada, analisando os poderes legislativos no Mundo, constante na imprensa mundial, não se trata apenas do Brasil, a desmoralização dos poderes legislativos, da classe política. Não sei se é justo ou não, quais as intenções primeiras e terceiras dessas matérias. Mas, lamentavelmente, temos que dizer que o processo constante de adiamento dos trabalhos leva a um descrédito, a uma descrença total por parte da população em relação aos nossos trabalhos e, a todas as outras questões que coloquei anteriormente.

Portanto, é preciso que se reveja o calendário, que se coloquem datas fixas e que se cumpram essas datas. Reconheço e defendo aqui que o processo que aconteceu na nossa Constituinte, este ano, foi um processo que não tem parâmetros em outros processos constituintes, Considero válido o processo que aconteceu, foi importante que tenha acontecido isso. Sabemos que os resultados vão ser esses. Será que vamos responder à vontade brasileiras ou não? Acredito que não, e que essa desmoralização, essa descrença na forma de funcionamento leve a um impasse total e que não sejamos mais considerados legítimos perante as necessidades profundas, aos problemas que a população vive. Tenho certeza de que o processo está caminhando para um confronto da problemática econômica e social do País, e daí o político, o institucional o constitucional será engolido pelo processo de total desespero da situação econômica e social da população brasileira.

É preciso que analisemos essa mescla política brasileira. Não estamos, aqui, fechados em quatro paredes, pensando que tudo o que acontece lá fora não tem repercussão aqui. Tudo tem repercussão. Portanto, é grave, é decisivo o nosso papel constituinte, o de mantermos a democracia da informação do que o Relator está fazendo, mantendo a democracia do cumprimento do Regimento interno, precisando as formas de encaminhamento das emendas e, em terceiro lugar, mantendo calendário que temos, porque, senão, o esvaziamento levará a uma descrença muito maior do que já está.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Muito obrigado, Constituinte Irma Passoni. A preocupação de V. Ex.<sup>a</sup> tem sido manifestada por vários outros companheiros da Comissão, inclusive pelo 1º Vice-Presidente, que já encaminhou ao Presidente Afonso Arinos, juntamente com outros companheiros, um pedido para submeter ao plenário a decisão desta matéria, para que possamos assumir a responsabilidade que nos foi cometida, a de

participar efetivamente da elaboração do processo constitucional, do projeto da Constituição. Estou certo de que a Comissão vai corajosamente assumir este papel, para não se demitir da missão que lhe foi cometida pelo Plenário da Assembléia Nacional Constituinte pelo seu Regimento pois, como tenho afirmado e reafirmado, o projeto, a partir do momento em que a Comissão passa a apreciá-lo, pertence ao colégio desta Comissão, e é com a sua responsabilidade que deverá ser enviado a Plenário para votação, sendo que acontece uma circunstância ainda mais grave, a de que não teremos mais nenhuma oportunidade de discuti-lo, a não ser agora na comissão, a partir do momento em que for apresentado pelo eminente Relator. Reitero esta informação e a minha preocupação pessoal com o processo, porque também entendo que não nos podemos demitir da atribuição de examinar, debater, corrigir, modificar o processo no exercício da nossa competência, enquanto Comissão de Sistematização.

Tem a palavra o nobre Constituinte Nilson Gibson.

**O SR. CONSTITUINTE NILSON GIBSON:** – Sr. Presidente, apenas para registrar o falecimento do ilustre e eminente brasileiro, ex-Ministro Chefe da Casa Civil, Golbery do Couto e Silva e pedir a V. Ex.<sup>a</sup> que acatasse nosso registro na forma regimental.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Será feito o registro do voto de pesar transmitido por V. Ex.<sup>a</sup> A Mesa irá transmiti-lo à família do eminente brasileiro que acabou de falecer em São Paulo.

**O SR. CONSTITUINTE JOSE GENOINO:** – Peço a palavra, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Com a palavra o Constituinte José Genoino.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOINO:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes membros da Comissão de Sistematização:

Não há a menor dúvida que, individualmente, o registro que o nobre Constituinte Nilson Gibson faz da morte do General Golbery do Couto e Silva, merece registro. Ao frisar esse aspecto, temos que lembrar uma coisa: infelizmente, o ex-Ministro Golbery do Couto e Silva, ex-General, deixa de revelar ao País segredos da maior importância para a história da nossa vida política. Deixa de revelar, por exemplo, os segredos que levaram a sua demissão por ocasião do atentado do Rio centro; deixa de revelar ao País os contatos com os familiares dos desaparecidos, quando ele falou várias vezes que não podia dizer aos familiares onde estavam os desaparecidos; deixa de revelar ao País as manobras verificadas por ocasião da sucessão Geisel/Figueiredo.

Evidentemente que o General Golbery era um direitista com competência política, porque ele articulou a doutrina que levou ao Golpe de 64, articulou o fechamento do regime militar e articulou a distensão do regime militar. Na verdade ele foi um grande teórico do ciclo militar. A teoria, todo o embasamento político do poder militar teve naquele General uma fundamentação, na sua obra teórica, consubstanciada na Escola Superior de Guerra, principalmente no seu livro “conjuntura política e Geopolítica”, onde ele fundamenta toda a estratégia da chamada distensão lenta, gradual e segura.

É claro que o processo político brasileiro tem que, ao lembrar esse fato, não fazer um registro histórico como se o passado existisse como algo de museu, mas o passado tem que ser trazido para o presente. Por isso que ao fazer esse

registro, é necessário lembrar que a grande contribuição que o General Golbery do Couto e Silva podia dar hoje ao povo brasileiro era revelar, porque na verdade ele era uma caixa preta, e essa caixa preta deixa de existir. Porque os segredos políticos, que não são os segredos pessoais dele, mas os segredos políticos deste País, em momentos cruciais, como o do Riocentro, como dos desaparecidos, isso não foi revelado nem com as memórias que alguns generais de pijama resolveram fazer no final da vida.

Sr. Presidente, a outra questão que gostaria de abordar nesta tarde, aliás, uma reunião da Sistematização que está sendo feita às vésperas do nosso recebimento do Substitutivo Bernardo Cabral, que nós não sabemos ainda o que vem neste substitutivo, e estamos numa correria para preparar os destaques para algo que nós ainda não sabemos, preocupa-nos, Sr. Presidente, o processo de tramitação do substitutivo da Comissão de Sistematização.

Gostaria de aproveitar estes minutos dessa reunião da Comissão de Sistematização para levantar as seguintes preocupações: a primeira, Sr. Presidente, diz respeito às emendas e às matérias que vão ser destacadas do substitutivo. Existe um artigo do Regimento Interno da Câmara dos Deputados que é claro, e ele deve ser usado subsidiariamente porque o Regimento da Comissão de Sistematização é omissivo: uma emenda votada prejudica as demais quando o texto da emenda votada, o conteúdo da emenda votada, for igual à emenda já aprovada ou rejeitada no processo de votação. Se não se precisar qual a emenda e qual o destaque que será considerado prejudicado, nós poderemos ter um processo de votação extremamente conturbado, conflituoso e marcado de impasses. Porque se considerar prejudicadas aquelas emendas que versarem sobre conteúdo semelhante, estamos aplicando o mesmo recurso utilizado na Comissão da Ordem Econômica naquela truculência do nobre Constituinte José Lins. E o Regimento Interno da Câmara é claro: a emenda é considerada prejudicada quando tiver conteúdo semelhante, conteúdo, o texto é semelhante. Mas já citei, aqui, duas vezes essas emendas exemplo e vou repetir: anistia, tem dezenas de emendas sobre ela. Conteúdo diferente: sistema de governo – para pegar a questão mais polêmica – existe dentre os presidencialistas, várias emendas, e dentre os parlamentaristas, várias emendas. Uma só não pode prejudicar as demais, porque elas incidem sobre conteúdo diferente.

A outra questão, Sr. Presidente, diz respeito à ordem dos destaques. A Mesa da Comissão de Sistematização não pode ter a função de ordenar os destaques para votação. A ordem dos destaques para entrar na votação terá de ser a ordem de entrada na Comissão de Sistematização, dentro destaques privilegiados sobre outros destaques, ou, em outras palavras, Constituintes subestimados em relação aos demais. A ordem de entrada dos destaques terá que ser obedecida rigorosamente dentro de cada título, dentro de cada capítulo.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Assim vemos conflitar quanto à elaboração da pauta dos trabalhos. O Regimento da Assembléia Nacional Constituinte dá esse poder à Mesa, e, por analogia, acho que a Mesa da nossa Comissão terá de se fundamentar nesse dispositivo a não ser que tenhamos que reformar o artigo, porque a pauta da sessão é elaborada pela Mesa.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOINO:** – Nobre Constituinte Gerson Peres, é verdade que a Mesa elabora a pauta da sessão, mas na elaboração da pauta da sessão – e faço um apelo à Presidência da Comissão de Sistema-

tização – os destaques deverão obedecer a cada título ou capítulo, o número de entrada na Comissão de Sistematização. Não tem outro caminho. Qual é o critério que a Mesa vai utilizar? Pelo nome de quem assina o destaque? Pelo nome de quem encabeça? Então vai haver um privilegiamento, e nós não podemos aceitar. Só tem um critério que não cria esse privilegiamento: o número de entrada na Comissão de Sistematização; dentre de cada título e dentro de cada Capítulo.

Outra questão, Sr. Presidente, diz respeito à votação de substitutivo. Como não temos um substitutivo, ele só existe enquanto matéria constitucional, enquanto projeto de Constituição, quando forem aprovados todos os seus títulos e capítulos. Portanto, a votação tem que se basear em cada título, em cada capítulo. Não podemos votar um projeto para depois dissecar em seus títulos e capítulos. Terá que ser votado título por título, e dentro de cada título e de cada capítulo, os destaques daquele capítulo e daquele título.

Vejam bem como temos um problema, porque há matérias correlatas que vão estar no título e nas discussões transitórias. Em todos os pontos vamos ter matérias distribuídas nesse sentido.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Gostaria de prestar a V. Ex.<sup>a</sup> uma informação; anteontem, V. Ex.<sup>a</sup> havia levantado uma questão de ordem e ontem como não estava presente, comuniquei que iria decidi-la quando V. Ex.<sup>a</sup> o estivesse. O Constituinte Bocayuva Cunha insistiu que devia ser logo decidido, e eu informei que o processo em relação aos 'destaques seria exatamente esse que V. Ex.<sup>a</sup> está mencionando. Havia um ofício do Presidente Ulysses Guimarães à Comissão de Sistematização, que ao invés de falar “para efeito de prejudicialidade”, na palavra “identidade”, falava em “semelhança”. Isso é que motivou, naturalmente, a curiosidade de V. Ex.<sup>a</sup>, assim como de outros companheiros.

O pensamento da Mesa é de que se o destaque decide uma matéria que, pela sua substância, é idêntica às outras posteriores que já foram apresentadas, a mesa terá de optar pela prejudicialidade, sem prejuízo de que o Constituinte interessado se entender que a identificação não corresponde substancialmente ao propósito do destaque, possa recorrer para uma decisão plenária. Esse é o primeiro entendimento.

O segundo entendimento, é a ordem dos destaques. Informamos que a ordem seria pela ordem de apresentação, com vinculação aos Títulos ou Capítulos que sejam votados. Essas questões já foram atendidas e estão exatamente em consonância com o pensamento de V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Agradeço à Presidência da Comissão de Sistematização a atenção que, neste momento, vai exercer o seu papel mais importante, que é aprovar o Projeto de Constituição para ir ao plenário. A posição imparcial da Mesa da Comissão de Sistematização será fundamental para o desenvolvimento tranquilo dos trabalhos. Vamos ser francos: em torno de algumas questões as opções serão duras na Comissão de Sistematização, as votações serão apertadas, e se a mesa não tiver uma postura de estabelecer uma norma democrática para todas as partes, poderemos ter uma votação conturbada, crítica que vai dificultar a aprovação do Projeto de Constituição, porque tanto nós, da posição de esquerda, podemos criar certas situações que impedem a votação do projeto, como também certas posições mais à direita, posições conservadoras poderão fazê-lo. Portanto, nesse sentido, é importante a isenção da Mesa da Comissão de Sistematiza-

ção na tramitação do Projeto de Constituição que vamos enfrentar a partir de quinta-feira.

Finalmente, Sr. Presidente, não poderia deixar de registrar, nesta sessão antes do recebimento do Substitutivo, uma preocupação em relação às notícias e às informações veiculadas pela imprensa de que o Substitutivo Bernardo Cabral traz uma versão modificada, bastante diferente em relação a um problema crucial para o poder político deste País, que, aliás, não está aflorando como deveria. O debate está aflorando sobre o sistema de governo, presidencialismo ou parlamentarismo, isso não está revelando toda a dimensão do problema político do Estado. Quero colocar que as alterações que a imprensa está noticiando, de que o Relator Bernardo Cabral virá com seu substitutivo, modificando a redação sobre o papel constitucional das Forças Armadas, para introduzir novamente um conceito de lei e ordem, que é o Conceito da doutrina de segurança nacional, voltar a subordinar as Polícias militares como força de reserva e força auxiliar do Exército e atribuir à Polícia Federal o papel fundamental da ordem política e social – que é o famoso DOPS, criado desde o Estado Novo – isso é uma alteração substantiva na questão do poder político neste País.

O Relatório Bernardo Cabral, na sua primeira versão, avançou nesses três pontos, mas as pressões exercidas diretamente pelo Ministério do Exército, pelo Comando das Forças Armadas, pressões veiculadas amplamente pelos meios de comunicação, produziram algum efeito, porque, pelo que se informa na imprensa, o substitutivo virá com modificações substantivas nesses aspectos. Infelizmente, a Assembléia Nacional Constituinte, que durante os trabalhos das Comissões Temáticas não enfrentou, como devia enfrentar, a questão militar, e nenhuma transição realizada em nenhum país deixou de enfrentar a questão militar; vejamos o problema da Argentina, da Espanha, de Portugal e da Grécia.

A transição brasileira é tão conservadora que se omite na discussão do problema militar, e a questão militar apareceu a partir da colocação do Substitutivo Bernardo Cabral em relação ao papel constitucional das Forças Armadas, e agora vem uma modificação significativa. Porque o que está em jogo é o problema da tutela militar sobre os demais poderes, numa abrangência que envolve lei e ordem, em outras palavras, é a doutrina da segurança nacional modificada com o nome de lei e ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Tem a palavra a Sra. Constituinte Cristina Tavares.

**A SRA. CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES:** – Sr. Presidente e Srs. Constituintes, Membros da Comissão de Sistematização:

O falecimento do General Golbery do Couto e Silva, como de qualquer cidadão, naturalmente merece, por parte daqueles que privam da amizade pessoal, os votos que daqui fez o Constituinte Nilson Gibson.

No entanto, Sr. Presidente e Srs. Membro da Comissão de Sistematização, não pode nesta Casa política deixar de assinalar a presença política do General Golbery do Couto e Silva, o ideólogo do Movimento Militar de 1964, o homem que controlou centenas e milhares de vidas neste País, através do Serviço Nacional de Informações, o homem por cujas mãos passou o destino e muitas vezes a morte de centenas de brasileiros e patriotas que se dedicaram à luta pelo restabelecimento da democracia neste País.

Deixando de lado a parte humana do falecimento do General Golbery do Couto e Silva, sou obrigada a assinalar aqui, nesta Comissão de Sistematização, que sua presença política foi das mais nefastas, até mesmo por ser inteligente, até mesmo por ter uma teoria política. Portanto, fica feito aqui, nesta Comissão, este registro.

Sr. Presidente e Srs. Membros da Comissão de Sistematização neste momento, secundando palavras que aqui foram ditas pela Deputada Irma Passoni e pelo Deputado José Gemino, fui obrigada a passar uns dias fora de Brasília e este distanciamento ajudou-me a ver, pela ótica de quem está de fora, o que se passa na Assembléia Nacional Constituinte. É profundamente chocante se saber que o povo elegeu Deputados Constituintes que estão absolutamente fora do processo, porque as reuniões de conchavo substituíram o plenário pela residência do Presidente Ulysses Guimarães, substituiu a discussão, substituiu o povo, a legitimidade pelos acordos, os mais espúrios, que estão ocorrendo aqui entre diversos grupos.

Diria ainda mais que isto poderá comprometer a futura Constituição que sair, uma Constituição que não terá a legitimidade, porque não teve a transparência, porque não teve o voto, não teve a disputa, ela expeliu aqueles que podem dar legitimidade a esta Assembléia que é o povo brasileiro. Aqui chegando é preciso que registre que estou assustada com o esvaziamento, com a traição que se faz ao Plenário da Assembléia Nacional Constituinte.

Portanto, após fazer este registro, quero manifestar também a minha inquietação para as manipulações que poderão ocorrer. De fato é preciso que todos os Membros da Assembléia Nacional Constituinte, particularmente os que são desta Comissão, atentem para as manobras que poderão ocorrer no curso das votações. Há, Srs. Constituintes, assessores nesta Casa, "marajás" da República e da Constituinte, "marajás" em todos os sentidos, inclusive no poder maior que têm sobre Deputados eleitos como constituintes, que estão a esta altura com o poder e estarão, como estiveram nas Comissões e nas Subcomissões. A Deputada Constituinte Irma Passoni fez uma referência a Subcomissão de Política Agrícola e Fundiária e Reforma Agrária. Ali assisti o começo, o que tento possa vir a ocorrer na Comissão de Sistematização. Assisti a assessores chegarem e decidirem por sobre a Nação. É, portanto, esta advertência que deixo a esta Comissão. Vamos exigir do Presidente da Comissão, o Presidente Afonso Arinos, e do 1º Vice-Presidente Aluizio Campos, que aqui está, que seja absolutamente clara a forma como vai se votar, o que significam as emendas correlatas, o que significam as preferências de destaques, ou, então, veremos uma votação novamente viciada.

O esvaziamento desta Assembléia Constituinte compromete a Constituição, compromete o futuro sistema, comprometem a nós todos. Não é apenas este Governo que está caindo de apodrecido e corrupto, não apenas ele; cada um de nós tem, neste momento, a responsabilidade com o esvaziamento claro da Assembléia Constituinte, pelo descrédito em que caiu perante a opinião pública nacional.

Portanto, deixo esta minha advertência, dizendo que cada um de nós, que recebeu este mandato constituinte, deve se preparar, nos próximos dias, pois nos tornamos um alvo fácil, somos um alvo fixo, e as metralhadoras do Palácio do Planalto estão voltadas para este alvo.

O que ocorreu com esse adiamento, vários Parlamentares sobre este assunto já se pronunciaram, é uma clara

traição, uma traição cometida pelo Presidente Ulysses Guimarães e pelas lideranças que aprovaram o andamento...

**O SR. CONSTITUINTE LYSANEAS MACIEL:** – Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

**A SRA. CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES:** – Ouço V. Ex.<sup>a</sup> com, com muito prazer.

**O SR. CONSTITUINTE LYSANEAS MACIEL:** – Constituinte Cristina Tavares, como é bom percebermos que, dentro do Partido da maioria, dentro do Partido que hoje se transformou num Partido de despojos, num Partido de distribuição de benesses, num Partido de compra de consciência, encontramos elementos como V. Ex.<sup>a</sup>, e sei que não é a única, para a honra desse País e para a honra de uma tradição de um Partido que lutou contra a ditadura, contra a corrupção, e que, hoje, abriga, em seu seio, uma gama, uma fauna esquisita. Então, a essa altura, quando começamos a votar o processo constituinte, é muito salutar verifica que, dentro do PMDB, aquele MDB que lutou vários anos contra a ditadura, aquele MDB que tem uma tradição, aquele MDB que formou um corpo, um verdadeiro Partido, quando a ditadura estabeleceu o MDB para servir de **pendant** à ARENA e dessa mesma ARENA são os atores que hoje estão no poder, V. Ex.<sup>a</sup> vem agora, com o mesmo vigor de sempre da antiga jornalista, para exatamente dizer que ainda há esperança, ainda há um grupo, ainda há um núcleo de resistência, que um dia esta nação vai julgar, e aqueles que constituíram, no passado, esse núcleo de resistência vão continuar rio seu desdobramento. Tenho certeza que quando o acicatar da opinião pública, quando o vergasto começar, o látigo da opinião pública de julgamento da História começar a se sentir sobre esse verdadeiro vendaval de oportunismo que está acontecendo dentro do Partido, que outrora foi de resistência dentro de pouco tempo teremos esse grupo de resistência começando a reagir e, então, verificaremos que V. Ex.<sup>a</sup> não constituiu uma voz isolada dentro do PMDB. Quem está em julgamento, dentro desta Assembléia Nacional Constituinte, é precisamente o PMDB, que perdeu a sua identidade, o PMDB, que perdeu as suas características, e não esse PMDB que aí está, fazendo **pendant** com os mesmos atores, com a mesma prática de corrupção. Dez mil cargos, Excelência, dez mil oportunidades de financiamentos em Ministérios, para que saia uma Constituinte que tenha a cara do Sarney; o mesmo Sarney que nós conhecíamos de outras épocas; o mesmo homem ligado a Victorino Freire; o mesmo homem que jamais compactuou com nenhuma das idéias libertárias durante esses vinte anos; o mesmo homem que lutou pelas cassações; o mesmo homem que está hoje como sustentáculo da corrupção, como sustentáculo da compra de consciências, como sustentáculo do desvirtuamento, para transformar a assembléia Nacional Constituinte no estatuto das classes dominantes, na manutenção dos privilégios. Mas há gente, dentro do PMDB que vai resistir e V. Ex.<sup>a</sup> é uma dessas pessoas.

**A SRA. CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES:** – Constituinte Lysaneas Maciel, o meu PMDB, o que aprendi a respeitar, foi o PMDB que, no dia 1º de abril de 1978, quando muitos que hoje estão dentro do Partido por oportunismos, estavam naquela ocasião aplaudindo a cassação de V. Ex.<sup>a</sup> Eu era repórter do Jornal de Brasília, nesta Casa, e lembro-me quando descemos do Anexo I e o mandato de V. Ex.<sup>a</sup> havia sido violentamente cassado.

Sou deste PMDB, Desgraçadamente, o que está em questão não é o MDB nem o PMDB; é a Nação Brasilei-



ra. Quem vai ser julgado não é o MDB ou o PMDB; as urnas vão dar a resposta a este Partido que está traindo as suas causas. Tem razão V. Ex.<sup>a</sup>. Mas, neste momento, o que está em questão é a própria estabilidade da transição democrática que está sendo colocada em risco por esses conchavos que estão ocorrendo na Assembléia Nacional Constituinte, muitos dos quais na residência oficial do Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, Constituinte Ulysses Guimarães. Quero dizer a V. Ex.<sup>a</sup>, Constituinte Nilson Gibson, que o meu PMDB não é o PMDB de V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE NILSON GIBSON:** – Exato! Não é. V. Ex.<sup>a</sup> sabe que é de origem burguesa...

**A SRA. CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES:** – Ainda não concedi o aparte a V. Ex.<sup>a</sup>. Concedê-lo-ei em poucos minutos.

**O SR. CONSTITUINTE NILSON GIBSON:** – Agradeço muito a sua atenção.

**A SRA. CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES:** – Ainda estou respondendo, ou levando em consideração as palavras do Constituinte Lysâneas Maciel, que me merece todo o respeito e a minha homenagem.

O que está em questão, eu dizia, é a própria estabilidade, é a própria transição democrática, que está sendo vilipendiada, que está sendo trocada por favores menores, que está sendo alvo da corrupção institucionalizada do Palácio do Planalto, que institucionalizou, em determinados Ministérios, a corrupção. Irrigação e transportes, hoje, no Brasil, são sinônimos de corrupção institucionalizada.

Com relação ao PMDB e a numerosos companheiros que integram o Movimento da Unidade Progressista, o MUP, somos o núcleo de resistência sim; minoritários, reconhecemos; majoritário acredito que seja o grupo ao qual integra o Constituinte Nilson Gibson.

Há pouco, eu dizia ao Constituinte Nilson Gibson: não vou lutar para que V. Ex.<sup>a</sup> saia do Partido eu é que sairei.

Ouçõ V. Ex.<sup>a</sup>, Constituinte Nilson Gibson.

**O SR. CONSTITUINTE NILSON GIBSON:** – Ilustre Constituinte Cristina Tavares, tive a oportunidade, nos idos de 1966, 1967, de trabalhar para criar, fundar o MDB em Pernambuco. Trabalhamos cerca de quatro anos, inclusive levei o livro de filiação partidária para o ex-Ministro Marcos Freire ser filiado ao MDB em Pernambuco – ainda, não era ficha. Mudei de agremiação partidária; retornei ao PMDB e voltei para ficar definitivamente. Já o disse em outra oportunidade, para que V. Ex.<sup>a</sup> tomasse conhecimento desta minha posição. Não acredito, porque sei da luta, da pujança, da inteligência, da pertinácia e do trabalho com que V. Ex.<sup>a</sup> sempre empunhou a bandeira do PMDB, para que, hoje se retire deste nosso Partido. Recebo as restrições com bastante humildade...

**A SRA. CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES:** – Apenas político, sabe V. Ex.<sup>a</sup> disso. Não há nada de pessoal, pelo contrário.

**O SR. CONSTITUINTE NILSON GIBSON:** – Humildemente, recebo as críticas de V. Ex.<sup>a</sup> e vou procurar, dentro de determinados posicionamentos, mostrar que cumprirei o Estatuto e o programa do PMDB.

Quero dizer a V. Ex.<sup>a</sup>, nobre e ilustre Constituinte Cristina Tavares, que o PMDB de Pernambuco precisa muito do trabalho de V. Ex.<sup>a</sup>. O PMDB de Pernambuco, eu tenho

certeza, na hora oportuna, irá bater às suas portas para lhe pedir, fazer um apelo para que não saia dessa agremiação que, hoje, se consolida mais a mais sendo Governo. Por isso, eu discordo das palavras do ilustre Constituinte Lysâneas Maciel, por quem eu tenho todo o respeito e admiração, sobre o problema da corrupção. Eu não acredito que os Ministros do nosso Partido compactuem com esses desmandos administrativos e financeiros que, por ventura, possam existir no Governo do ilustre e eminente Presidente José Sarney.

Quero concluir, fazendo um apelo a V. Ex.<sup>a</sup>, formalizando mesmo, acredito, em nome daqueles que procuram melhorar a imagem do nosso Partido. V. Ex.<sup>a</sup>, nobre Constituinte Cristina Tavares, é imprescindível ao nosso Partido, em Pernambuco. Formulo apelo para que mude essa idéia, a programação de afirmar continuamente que nos vai deixar. O PMDB de Pernambuco precisa de V. Ex.<sup>a</sup>.

**A SRA. CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES:** – Obrigada, Constituinte Nilson Gibson!

Vou concluir, Sr. Presidente. Creio que o meu tempo está esgotado. Apenas, lembro ao nobre Constituinte Nilson ilegível, que foi o PMDB, aqueles que viram os seus ilegível que está escrito. Alguém que resistiu na Frente Democrática, que foi o PMDB, aqueles que viram os seus companheiros serem presos, cassados, torturados e assassinados, não poderiam se levantar numa reunião para oferecer homenagem ao General Golbery do Couto e Silva.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – O Constituinte Joaci Góes, por motivo de força maior, não pôde comparecer e enviou o seu pronunciamento escrito, à Mesa da Comissão, que o fará publicar no **Diário da Assembléia Nacional Constituinte**.

Com a palavra o nobre Constituinte Nelton Friedrich.

**O SR. CONSTITUINTE NELTON FRIEDRICH:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, inscrito que estávamos para, ontem, fazermos uma intervenção, defendendo propostas encaminhadas a esta Assembléia Nacional Constituinte, fazemo-la neste momento e de um assunto que me parece de alta relevância. Cedo, muito cedo, ainda adolescente, assimilei com clareza que o modelo econômico praticado entre nós não era nosso. Dependente, concentrador, antipopular, antidemocrático, síntese de um modelo de desenvolvimento antinacional, um modelo econômico que multiplica a miséria do povo e aprofunda a dependência do País. Esse modelo entreguista, dependente, concentrador, antipopular, antidemocrático, anti-social e antinacional nos traz essa herança que, segundo Hélio Jaguaribe, nos apresenta 35 milhões de pessoas em estado de miséria; 50% da população detendo 13% da renda nacional; 1/2% da população mais rica, com 33% da renda nacional; 0,1% da população mais rica, detendo 13% da renda nacional; 65 crianças, por mil, morrem antes de um ano; 300 mil crianças morreram de fome em 1985. Nos 10 últimos anos, a taxa de emprego rural foi de zero, e com 15 milhões que migraram para as cidades.

E, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, nos primeiros meses dos trabalhos Constituintes, foi visível, e continua sendo, a luta, a força, a articulação daqueles que só desejam uma mudança de maquiagem. Os seguidores da tese de que vamos mudar, desde que tudo fique como está. Quando o relatório da Subcomissão dos Princípios Gerais, Intervenção do Estado, foi derrubado para se impor a vontade de Roberto Campos e seus seguidores, o que se armou

foi um conflito, mas um conflito onde não está a contradição, a luta entre a empresa nacional e a estrangeira, mas entre Estado e empresa privada. Ao mesmo tempo, na Comissão Temática, quando desgraçadamente com a participação de 17 Constituintes do PMDB, que sempre condenou esse modelo concentrador, dependente, antipopular, antinacional, esses peemedebistas se somaram, e como uma orquestra, tendo como maestro Roberto Campos; derrubaram a proposta de Severo Gomes, sobre a alegação de intervencionista, estatizante, comunizante e contra o livre comércio, o livre mercado, a livre iniciativa.

É por tudo isso que nós queremos dizer aqui que esse conflito foi inteligentemente colocado por inteligentes homens integristas na sua história, como Roberto Campos e seus seguidores, esse falso conflito que tentaram inclusive colocar, e colocaram nos principais meios de comunicação, atingindo a maioria da opinião pública, do risco, do intervencionismo, da estatização, e por assim em diante. Mas tiveram a habilidade de colocar que o conflito que está estabelecido é entre Estado e empresa privada, procurando sempre tergiversar um outro grande conflito, porque estes eles não ignoram, mas exigem que se possa tergiversá-lo, que é a questão do conflito entre empresa nacional e empresa estrangeira.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, num País como o nosso, de industrialização tardia, o Estado tem um papel fundamental. É inadmissível que, nas áreas estratégicas para o desenvolvimento da nossa Nação, não haja intervenção do Estado. É impossível pensar que, para a geração de pólos dinamizadores de nossa economia, haja a omissão estatal. Como é inadmissível pensar que, para a garantia de nossa soberania, é possível imaginar a ausência do Estado. E, finalmente, como não é possível imaginar, para que possamos alterar os desníveis regionais e erradicar a miséria, seja possível sem a intervenção do aparelho do Estado.

A grande questão é outra, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, é não entrarmos nesse jogo entre o conflito do Estado e a empresa privada, mas analisarmos os outros dois pontos fundamentais; o conflito entre empresa estrangeira e empresa nacional, e o conflito maior ainda, o conflito daqueles que querem o Estado a seu lado, quando lhes convém, mas não o querem para fazer a intervenção e as mudanças mais profundas.

Pretendo voltar a este assunto, se possível, no Plenário da Constituinte, tendo, quem sabe, a possibilidade de ver no Plenário o Senador Roberto Campos e seus asseclas. Até para perguntar a Roberto Campos e aqui há alguns dos seus representantes, por que os pregadores da desestatização da economia brasileira, como Roberto Campos e Delfim Netto, foram os Ministros que mais número de estatais criaram no País? Foram exatamente estes dois ex-Ministros os que mais criaram empresas estatais no Brasil. E ficam só com as principais, Sr. Presidente. No Governo de Castello Branco, 58 foram criadas, 55 melhor dizendo e 99 nos Governos de Costa e Silva e Garrastazu Médice. No período de Juscelino Kubtschek, 23 empresas; de João Goulart, 33; de Jânio, 7 empresas em sete meses. Insisto – Roberto Campos e Delfim Netto foram os que mais criaram empresas estatais neste País. E agora se colocam, perante a opinião pública – insisto – com as suas intervenções, com a sua orquestração, derrubando propostas como de Vilgildásio de Senna, na Subcomissão de Intervenção do Estado e Propriedade do Subsolo e Princípios Gerais, agindo como agiram para derrubar o relatório de Severo Gomes, e propondo aqui a mais desavergonhada conceituação de empresa nacional, que ne-

nhum país desenvolvido deste mundo teria representantes com a coragem de emitir tal conceito, porque são os próprios japoneses que têm. Como, por exemplo, na opinião do Vice-Diretor da Federação das Organizações Econômicas do Japão que, ainda recentemente, numa entrevista dizia que o nível de intervenção do Estado na economia depende do estágio de desenvolvimento, e considera fundamental, como fundamental foi para o Japão, em todas as áreas, a intervenção do Estado, inclusive no início da década de sessenta, quando o Estado interviu para que lá se substituísse a indústria automobilística européia, e hoje, o Japão compete em todos os países com a sua indústria, com os seus automóveis. Como, quem sabe, Roberto Campos, Delfim Netto e seus seguidores não gostariam de ouvir a opinião de um próprio executivo, o Presidente da Sony, Dr. Morita, quando manifesta que para que sua empresa ingressasse nos Estados Unidos teve que fazer uma empresa especial com a participação de estadunidenses, de como teve dificuldades em razão da reserva de mercado entrar na França e na Itália, e disse claramente que nunca viu um ministro japonês defender ou enaltecer o capital estrangeiro no Japão. Mas isso não interessa às discussões nesta Assembléia Nacional Constituinte o que interessa é a questão fundamental que é preciso trazer aqui: A quem servem as estatais criadas por Delfim Netto e Roberto Campos? Num País em que construímos o capitalismo mais selvagem e perverso, em que se criou uma tríplice aliança entre o capital nacional da grande burguesia nacional dependente, minoritária, mas dependente do grande capital internacional e com uma participação nessa aliança tríplice do poder estatal do Estado. E aí a grande resposta: a quem servem as estatais, em boa parte, em nosso País? Muito mais a esses interesses, porque são estatais não subordinadas à vontade popular, porque não têm os mecanismos suficientes de controle da sociedade sobre essas estatais, porque nem o Estado brasileiro tem controles e mecanismos para que possamos controlá-lo e fiscalizá-lo adequadamente, colocando-o a serviço da sociedade. Essa é a questão quanto a estatal e ao Estado. E aí a intervenção do Estado entra em segundo plano. A intervenção do Estado é necessária, é fundamental, mas a primeira grande discussão que esta Assembléia Nacional Constituinte, na ordem econômica, iria fazer, era exatamente estabelecer mecanismos de controle da sociedade sobre o Estado e mecanismos de controle da sociedade sobre as estatais.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Gostaria de chamar a atenção dos presentes que há um orador na tribuna.

**O SR. CONSTITUINTE NELTON FRIEDRICH:** – Muito bem! Agradeço, ilustre Presidente.

É nesta linha de controle da sociedade sobre o Estado, para que o Estado seja efetivamente um instrumento a serviço das maiorias, intervindo em pólos dinamizadores, intervindo nas áreas estratégicas para o desenvolvimento do País, intervindo na soberania nacional e intervindo para que possamos diminuir e erradicar a miséria e os desníveis regionais.

E por tudo isso, temos a posição clara de que é preciso defender a intervenção do Estado, é preciso defender o controle da sociedade sobre as estatais, é preciso um conceito nosso, um conceito nacionalista sobre empresa nacional, para não acontecer o que aconteceu no art. 154 da atual Constituição militarista, em que consta, claramente, que a exploração de minérios, etc., etc., será exclusivamente de brasileiros e de empresas organizadas no Brasil – artigo que permitiu, ilustre Presidente, um dos baluartes desta tese nacionalista, social e popular, que a **British**

**Petroleum** tivesse, neste instante, no Brasil, 112 subsidiárias, com títulos, denominações e fachadas e, à sua disposição, territórios e territórios para a pesquisa e, evidentemente, os demais encaminhamentos que chegam à lavra e exploração definitiva.

Para que não tenhamos o que temos hoje, quando 18 empresas mineradoras estrangeiras têm a seu dispor um território equivalente aos territórios dos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Santa Catarina juntos; para que tenhamos, efetivamente, aquilo que vivi como Secretário de Estado, tendo seis empresas estatais subordinadas à Secretaria, para que tenhamos as estatais, não como hoje acontece em grande parte do Brasil, que têm os vícios de anéis fossilizados no interior de sua administração, que têm componentes da tecnoburocracia e da tecnocracia, mas que também têm componentes a serviço de grandes interesses econômicos nessa tríplice aliança de que antes falava, porque são essas estatais que têm os seus manuais quase que exclusivamente à inspiração norte-americana.

Sr. Presidente, dez estatais de saneamento básico neste País inspiram-se em manuais americanos para fazer toda a sua engenharia sanitária, quando a realidade é outra, quando os equipamentos podem ser outros e quando a tecnologia apropriada à nossa realidade tem que ser outra. Fizemos experiências desse tipo, tendo dificuldades de implementá-las, de um lado, por setores do empresariado nacional e, de outro, por setores de resistências dentro do próprio Governo, da própria estatal.

Este País é o País de que tudo se copia e nada se cria. Mas nem os pontos positivos, como, há pouco, citava até do Japão, em que um próprio membro da alta cúpula econômica daquele País, ainda em recente entrevista, defendia a necessidade da intervenção do Estado em setores estratégicos da economia e em determinados estágios de desenvolvimento do País. Nem nisso procura-se inspirar, nem na lei americana, a Lei dos 31 Minérios, cuja exploração está proibida no seu subsolo, mas aqui abertamente são explorados por essas empresas que os levam daqui para lá a preço vil. E, hoje, exportamos muitos desses minérios que, antes, tínhamos em províncias extraordinárias, reservas invejáveis, e, hoje, acumulam-se em desertos dos Estados Unidos da América, onde estão os seus estoques estratégicos.

Onde estão estes brasileiros – Roberto Campos e Delfim Netto e seus seguidores, que são muitos e muitos dentro do meu PMDB e que negam o que o programa do PMDB prevê, que rasgam, a nada instante, na Assembléia Nacional Constituinte, o que o mandamento do meu Partido prevê.

E por tudo isso, Sr. Presidente, que precisamos fazer esta intervenção...

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Santana):** – Pediria a V. Ex.<sup>a</sup> um instante para dar um aviso muito importante à Casa.

As Assessorias da Comissão de Sistematização pedem que as assinaturas que não forem legíveis sejam traduzidas em letra de imprensa. Do contrário, não tendo os doze claros, o destaque não será, acolhido.

Pode concluir, Sr. Constituinte.

**O SR. CONSTITUINTE NELTON FRIEDRICH:** – Tive a oportunidade de dizer, quando na Subcomissão de Intervenção do Estado na Economia. – Princípios Gerais, que pior do que os gringos que nas compram são os brasileiros que nos vendem. E se pior que os gringos que

nos compram são os maus brasileiros que nos vendem, e que estão nos vendendo há muito tempo, e que agora começam a anunciar as chamadas plataformas de exportação, quem sabe com inspiração na Coréia, onde efetivamente se fez o modelo de exportador em cima da mão-de-obra barata, em cima de um pequeno mercado interno, onde os trabalhadores só faltam bater continência, onde os trabalhadores se orgulham de ser os que mala produzem, inclusive ironizam o próprio trabalhador japonês, pois é na Coréia do Sul, Sr. Presidente, que os trabalhadores estão começando a se rebelar, porque cansaram de uma fase de exploração da sua mão-de-obra barata, da exploração dos seus recursos, até porque lá as empresas têm que ter o seu uniforme e, antes de entrar no trabalho, há que se cantar o hino nacional e fazer algumas reflexões religiosas,

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Santana):** – Ilustre Constituinte, queria pedir a sua atenção, porque o seu tempo já está esgotado.

**O SR. CONSTITUINTE NELTON FRIEDRICH:** – Por isso eu quero concluir em cima de que não podemos cair, Sr. Presidente, nesses acenos de um Governo Central, que não cansado de intervir a todos os instantes no trabalho da Assembléia Nacional Constituinte, que, de maneira incisiva, tem o seu Líder da Maioria se intrometendo em todas as questões, que entreviu em todos os detalhes, mas que, em maio deste ano, teve um ato mais ousado ainda, porque, em entrevista coletiva, anunciava um novo modelo econômico para este País, enaltecendo a importância das plataformas de exportação, quem sabe se inspirado em Coréia do Sul ou quem sabe até em Hong Kong, o terceiro centro financeiro do mundo, um dos maiores centros tecnológicos da eletroeletrônica, mas que, no setor fabril, onde estão os trabalhadores, em cada 30 metros quadrados chegaram a residir 15 pessoas.

Vim aqui para fazer esta defesa e finalmente a faço. Uma das propostas que encaminhamos, entre tantas outras nesse sentido, é de que sejam nesta Assembléia Nacional Constituinte, na Ordem Econômica e Financeira, estabelecidas a idéia e a proposta do estatuto da empresa pública, que seja criado por lei, que regulamentará as relações dessas empresas com o Estado e com a sociedade, para que, finalmente, nós tenhamos, Sr. Presidente o estatuto da estatal em nosso País com mecanismos de controle dos seus trabalhadores, dos seus funcionários, dos usuários, da sociedade sobre as estatais, como também o mecanismo de controle da sociedade sobre o Estado.

Esta emenda que encaminhamos – e conversamos particularmente com o ilustre Relator – tem também a inspiração em um grande brasileiro, Roberto Saturnino Braga, atual Prefeito do Rio de Janeiro, para quem a empresa estatal representa os interesses da sociedade, em setores considerados estratégicos, sob o ponto de vista do desenvolvimento, como também sob o ponto de vista da segurança nacional, tanto sob a ótica militar, quanto sob a ótica do aproveitamento adequado das riquezas nacionais, por empresas enraizadas na coletividade brasileira.

E argumenta, ainda mais, o ilustre Senador e atual Prefeito do Rio de Janeiro: há necessidade de reformas profundas para colocar a empresa estatal sobre controle da sociedade, há que se fazer através de um estatuto das empresas estatais que estabeleça certas normas rigorosas de fiscalização de sua atividade, de suas políticas de um modo geral, através do Congresso Nacional, que representa a sociedade. E o Movimento Unidade Pro-

gressista tem também, nesta tese, um dos seus pontos de apoio e de referência.

Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Presidente, e a todos os Constituintes que estão aqui, cientes de que nós possamos trabalhar e aprovar esta proposta, inserindo no art. 228 do substitutivo ainda em análise, – e estou certo de que será substituído ainda esta noite – esse Estatuto da Empresa Pública. E, definitivamente, passamos, neste País, separar espoliados e espoliadores, mais do que isto, vergados e combatentes, porque já saquearam demais este País. E não podemos, com a nossa concordância, admitir que se queira tergiversas, se queira inverter a verdade função do Estado, sua intervenção as inverter estatais a serviço da sociedade e controladas pela sociedade. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Santana):** – Tem a palavra o nobre Constituinte Joaci Góes.

**O SR. CONSTITUINTE JOACI GÓES:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

É de deplorar-se o clima passional em que, não raro, debateram-se nesta Assembléia Nacional Constituinte temas do maior interesse para a sociedade brasileira.

Exaltamos, assim, como evento singularmente auspicioso, a recente experiência vivida pelos integrantes do Colégio de Líderes do PMDB, quando, num ambiente marcado pelo mais genuíno propósito de aprender para melhor agir, discutiram-se, desapassionadamente, assunto da maior atualidade, dentre eles a questão do voto distrital em suas várias modalidades, tendo cabido ao Constituinte paraibano Antonio Mariz dar-nos conta dos estudos que realizou sobre a matéria.

E o mínimo, Sr. Presidente, que se pode dizer da pesquisa desenvolvida pelo competente Constituinte Antonio Mariz é que seu esforço resultou num trabalho verdadeiramente extraordinário, tal a abrangência e a profundidade da exposição com que, convencendo-nos, nos brindou.

Com efeito, ao final das discussões, ficou, em todos nós, o sentimento dominante de que tanto a experiência histórica brasileira, quanto a prática das modernas democracias desaconselham a adoção do voto distrital majoritário ou misto, para eleição dos membros de nossas Assembléias, patente que é a superioridade do atual sistema praticado no Brasil, não obstante as inquestionáveis distorções que o deformam.

Destinadas as assembléias a ser um corte transversal da sociedade, só o sistema proporcional assegura a representatividade dos segmentos de opinião minoritários, através dos pequenos partidos, invariavelmente proscritos dos parlamentos eleitos pelo voto majoritário.

E, aqui, torna-se imperativo desfazerem-se alguns equívocos que grassam soltos entre, inclusive, os Constituintes que vão decidir sobre esta relevante questão:

1 – o sistema distrital não é, necessariamente, majoritário;

2 – o parlamentarismo, necessariamente, não elege os membros do Congresso pelo voto majoritário;

3 – o parlamentarismo não é, necessariamente, bipartidarista.

O voto distrital, contrariando a crença mais em voga, não tem que ser majoritário. Não é, sequer, predominante nas democracias modernas que o adotam.

Os países da Europa ocidental, por sua vez, todos eles parlamentaristas, adotam o voto proporcional, à exceção da Inglaterra e da França, adeptos do sistema majoritário, e da Alemanha que pratica o sistema misto.

O caráter predominantemente pluripartidário do sistema parlamentarista, atesta-o a experiência das democracias européias, conforme demonstra-o pesquisa encomendada pelo Serpro, onde a média do número de partidos é de seis, reduzida para quatro, se excluídas as pequenas legendas.

Não obstante caracterizado como excepcional o voto majoritário na eleição dos parlamentos, são vários os problemas vividos pelas nações que o adotam:

**a)** Na Inglaterra, consoante levantamento relativo ao ano de 1974, enquanto um deputado trabalhista correspondia, em média, a 35.915 eleitores e um conservador a 37.771 eleitores, um deputado liberal correspondia a 411.288 eleitores.

**b)** Já nos Estados Unidos, os abusos praticados na definição e na dominação dos direitos têm sido tais que até uma expressão verbal foi cunhada para designar a manipulação fraudulenta das eleições – **gerrymander** – de Elbridge Gerry, governador de Massachussets, que criou um distrito com forma geográfica tão de acordo com seus interesses eleitorais que mais parecia uma salamandra – **Salamander** – em inglês.

**e)** O sistema eleitoral francês – de histórico acidentado –, por sua vez, vem alternando o voto proporcional e o voto majoritário, desde 1958, quando, motivado pelo propósito de anular as oposições, De Gaulle implantou o sistema majoritário, provocando que o Partido Comunista fizesse apenas dois por cento das cadeiras parlamentares para uma votação correspondente a vinte por cento do eleitorado.

**d)** Nem mesmo a Alemanha, único país a adotar o distrital misto, fonte de inspiração do substitutivo, exhibe exemplo capaz de ajustar-se às peculiaridades do Brasil."

Que traços comuns aos dois países podem ser mencionados, nos diferentes campos da história, da tradição, da cultura e dos costumes, em abono desta literal imitação da grande nação européia, tão distante de nós?

É nosso dever suspeitar desta idéia de copiar o sistema alemão porque originária do governo ditatorial do Sr. Figueiredo e do seu Ministro da Justiça, Abi-Ackel, sendo de surpreender que o art. 148, parágrafo único, da atual Constituição – resultante da Emenda nº 22/82, que criou o distrital misto – dispositivo eliminado pela restauração do sistema proporcional, de acordo com o Projeto de Lei nº 7.598/86, vigente nas eleições do ano passado – ressurgiu, metastático, no atual substitutivo.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

A experiência brasileira, por seu turno, com o sistema majoritário, desaconselha-o.

Tecnicamente, o Brasil já pratica o distrital proporcional, em que cada Estado da Federação é um distrito.

Introduzido entre nós, em 1855, com o Decreto nº 842, o sistema majoritário para eleição do parlamento resultou na eleição de câmaras unânimes ou quase unânimes, me-

diante o predomínio do dinheiro e do poder como fatores anulatórios da vontade popular, "estorvando a formação das grandes correntes de opinião e permitindo a ação direta da administração", conforme Marcel Prélote, citado por Barbosa Lima Sobrinho.

De pouco valeram as tentativas empreendidas, ainda no Império, destinadas a corrigir as distorções mais graves do malsinado sistema majoritário, como a Lei do Terço, de 1860, ou a Lei Saraiva, de 1881.

Nem mesmo a República, recém-proclamada, foi capaz de melhorar o processo "a Lei nº 35, de janeiro de 1892, manteve a eleição distrital majoritária, já indissolavelmente vinculada "à manipulação e à fraude eleitorais".

Não foi à-toa que a Revolução de 1930 erigiu a derrogação do sistema eleitoral vigente como um dos seus objetivos, maiores, incorporando-se, então, o sistema proporcional, até hoje em vigor, no código eleitoral de 1932.

A prática eleitoral predominante nas modernas democracias consagra o sistema proporcional como o mais adequado ao florescimento da liberdade e à segurança moral dos pleitos. A experiência brasileira é, igualmente, inequívoca, a tal respeito.

Fiquemos, pois, com o parlamentarismo e com eleições proporcionais para as assembleias populares. (Palmas)

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Santana):** – Não havendo mais nenhum orador inscrito, damos por encerrada esta reunião, convocando uma outra para amanhã, sábado, às 15 horas, neste mesmo local, para darmos continuidade às discussões sobre o Substitutivo do Sr. Relator.

O livro para inscrições encontra-se na entrada deste auditório.

Está encerrada a reunião.

(Encerra-se a reunião às 17 horas.)

#### 29.ª Reunião Extraordinária

Aos dezenove dias do mês de setembro do ano de mil novecentos e oitenta e sete, às quinze horas e vinte e oito minutos, no Auditório Nereu Ramos, reuniu-se a Comissão de Sistematização, sob a Presidência do Senhor Constituinte Aluizio Campos, Vice-Presidente no exercício da Presidência, presentes os seguintes Senhores Constituintes: Alcení Guerra, Artur da Távola, Carlos Chiarelli, Carlos Sant'Anna, Cid Carvalho, Gerson Peres, Haroldo Sabóia, Inocêncio Oliveira, Jamil Haddad, José Lins, José Paulo Bisol, Lysâneas Maciel, Nelson Carneiro, Nilson Gibson, Oswaldo Lima Filho, Renato Vianna, Sigmaringa Seixas, Siqueira Campos, Adylson Motta, Délio Braz, Fernando Santana, Israel Pinheiro, Itamar Franco, José Genoino, José Lourenço e Vilson Souza. Estiveram presentes ainda, os Senhores Constituintes não integrantes da Comissão: Raimundo Rezende, Gidel Dantas, Cunha Bueno, Nelson Aguiar, Jorge Hage, Ivo Lech, Aloísio Vasconcelos, Jutahy Júnior e Raul Ferraz. Deixaram de comparecer os Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Adolfo Oliveira, Afonso Arinos, Alfredo Campos, Almir Gabriel, Aloysio Chaves, Antonio Farias, Antônio Carlos Konder Reis, Antonio Carlos Mandes Thame, Arnaldo Prieto, Bernardo Cabral, Brandão Monteiro, Carlos Mosconi, Celso Dourado, Christóvam Chiaradia, Cristina Tavares, Darcy Pozza, Edme Tavares, Egídio

Ferreira Lima, Eraldo Tinoco, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Gasparian, Fernando Herique Cardoso, Fernando Lyra, Francisco Benjamim, Francisco Dornelles, Francisco Pinto, Francisco Rossi, Gastone Righi, Harlodo Lima, Ibsen Pinheiro, Jarbas Passarinho, João Calmon, João Hermann Neto, Joaquim Bevilacqua, José Fogaça, José Freire, José Geraldo, José Ignácio Ferreira, José Jorge, José Luiz Maia, José Maurício, José Richa, José Santana de Vasconcellos, José Serra, José Thomaz Nonô, José Ulisses de Oliveira, Luis Eduardo, Luiz Inácio Lula da Silva, Manoel Moreira, Marcondes Gadelha, Mário Assad, Mário Lima, Milton Reis, Nelson Jobim, Nilton Friedrich, Oscar Corrêa, Osvaldo Coelho, Paulo Pimentel, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Plínio de Arruda Sampaio, Prisco Viana, Raimundo Bezerra, Ricardo Fiúza, Roberto Freire, Rodrigues Palma, Sandra Cavalcanti, Severo Gomes, Theodoro Mendes, Virgildásio de Senna, Virgílio Távora e Wilson Martins. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos destinados à continuidade da discussão do Substitutivo do Senhor Relator. Após breve comunicação, o Senhor Presidente concedeu a palavra ao Senhor Constituinte Jamil Haddad que, aparteado pelos Senhores Constituintes Nilson Gibson e Inocêncio Oliveira, falou sobre eleições e mandato presidenciais. A seguir, o Senhor Constituinte José Genoino, sob apartes dos Senhores Constituintes Siqueira Campos, Israel Pinheiro e Gerson Peres, abordou vários aspectos do Substitutivo, especialmente quanto a mandato presidencial, papel das Forças Armadas e sistema de governo. Os Senhores Constituintes Fernando Santana, Israel Pinheiro e Arthur da Távola, os dois últimos por meio de apartes, foram os oradores seguintes no exame de temas relacionados a empresa nacional e minérios. Passada a palavra ao Senhor Constituinte Carlos Sant'Anna, coube-lhe falar sobre sistema de governo, com intervenções a observações dos Senhores Constituintes Oswaldo Lima Filho, Israel Pinheiro, José Lourenço, Gerson Peres e Adylson Motta. Este último, secundado pelos Senhores Constituintes Carlos Sant'Anna e Fernando Santana, deu continuidade à série de pronunciamentos, falando sobre critérios de admissão de servidores públicos e outros assuntos relacionados com a administração pública. O Senhor Constituinte Itamar Franco, com apartes dos Senhores Constituintes Gerson Peres, Israel Pinheiro, Carlos Sant'Anna e Cid Carvalho, encaminhou sua fala no sentido de analisar aspectos inerentes à idade de candidato a Presidente da República, ao mandato presidencial e ao sistema de governo. Também sobre eleições presidenciais e sistema de governo falaram os Senhores Constituintes Nelson Carneiro, Jamil Haddad, Israel Pinheiro, Gerson Peres e Aloísio Vasconcelos, o primeiro como orador inscrito, os demais como aparteantes. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião às dezoito horas e seis minutos. O inteiro teor desta reunião foi gravado, devendo ser publicado no Diário da Assembléia Nacional Constituinte e constituir-se-á na ata circunstanciada dos trabalhos. E, para constar, eu, Maria Laura Coutinho, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos desta reunião da Comissão de Sistematização destinada à discussão do substitutivo do Relator – agora apresentado sob nova versão – e das emendas apresentadas ao substitutivo anterior.

Devo comunicar a V. Ex.<sup>sa</sup> que a Mesa desta Comissão foi convocada pelo Presidente Ulysses Guimarães para discutir o procedimento a ser adotado a partir da apresentação do 2º Substitutivo. Estão sendo ordenadas as maté-

rias que devem ser consideradas pelos Srs. Constituintes, as quais constarão de um documento que, provavelmente amanhã, em reunião que realizaremos, poderá ser apreciado por todos os companheiros. Posso antecipar que prevaleceu entre os presentes, com a exclusão do meu voto, a determinação de que isso deverá ser ordenado através de Ato da Mesa, sem necessidade de ser submetido ao exame do Plenário.

Informo, também, que não foi acatada proposição de minha autoria e dos Constituintes Carlos Sant'Anna e José Fogaça, no sentido de, antes da apresentação dos destaques, fazermos um debate como Relator, pelo menos durante três ou quatro reuniões, a fim de podermos participar efetivamente do processo da elaboração constitucional. Há, a me ver, um injustificado interesse em que a ação da Comissão de Sistematização se restrinja à votação formal das emendas apresentadas e dos destaques que também forem propostos durante os dois dias estabelecidos para o seu recebimento. Transmito essas informações afim de que V. Ex.<sup>as</sup> possam debruçar-se sobre o chamado 2º Substitutivo.

Concedo a palavra ao nobre Constituinte Ismael Wanderley. (Pausa). Não estando S. Ex.<sup>a</sup> presente, apesar de inscrito, concedo a palavra ao Constituinte Jamil Haddad.

**O SR. CONSTITUINTE JAMIL HADDAD:** — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, recebemos hoje de manhã o 2º Substitutivo do Relator Bernardo Cabral.

Desde o início dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, tínhamos quase certeza de que já estava articulada manobra no sentido da manutenção do mandato de seis anos para o Presidente da República, José Sarney. S. Ex.<sup>a</sup>, num gesto de benemerência, deu um murro na mesa e disse que havia quebrado sua jura de um mandato de seis anos, para ficar com um de cinco, como se não houvesse um compromisso tácito, implícito na campanha das diretas-já do Presidente eleito no Colégio Eleitoral, Tancredo Neves, posição ratificada pelo Presidente Sarney, no sentido de que estávamos em processo de transição, e o mandato presidencial seria de quatro anos. Tivemos marchas e contramarchas, pressões e contrapressões; formaram-se grupos Hércules e Ícaros, grupos de maior e de menor força, mas no fundo já estava determinado o mandato de seis anos para o Presidente Sarney. Não somos ingênuos. Sabemos que foi incluído esse dispositivo no 2º Substitutivo para que nós, parlamentaristas, aceitássemos uma negociação do presidencialismo com cinco anos para o Presidente da República.

Sr. Presidente, vejo um meneio de cabeça do nobre companheiro Constituinte Nilson Gibson, como que cortando em que já era sabedor dessa manobra em curso na Comissão de Sistematização.

Mas, Sr. Presidente, tenho a impressão de que estão julgando que nós, Constituintes, estamos aqui fazendo papel de bobos do rei, papel de palhaços. No 1º Substitutivo incluiu-se uma proposta de parlamentarismo que merecia alguns ajustes, mas que ali estava tapando buracos, a fim de que, após negociação com o Palácio do Planalto, viesse esta fórmula para tentar os Srs. Constituintes à aceitação do presidencialismo com o Presidente José Sarney.

**O SR. CONSTITUINTE NILSON GIBSON:** — Nobre Constituinte Jamil Haddad, permite-me um ligeiro aparte?

**O SR. CONSTITUINTE JAMIL HADDAD:** — Já que citei V. Ex.<sup>a</sup>, com muita satisfação concedo o aparte.

**O SR. CONSTITUINTE NILSON GIBSON:** — Ilustre Constituinte Jamil Haddad, não seria pela citação nem pelo

registro, mas apenas para lembrar a V. Ex.<sup>a</sup> que, numa das sessões da Assembléia Nacional Constituinte, tivemos a oportunidade — aliás com prazer — de debater com V. Ex.<sup>a</sup> sobre o mandato de seis anos para o Presidente José Sarney e também acerca do regime presidencialista. Naquela ocasião, discutimos sobre o fato jurídico consumado, sobre o direito preexistente, o direito adquirido etc. E V. Ex.<sup>a</sup> achava que não devíamos interpretar esta matéria de conformidade com a espécie jurídica, mas, sim, com o fato político. Naquela mesma oportunidade, mostrávamos a V. Ex.<sup>a</sup> que o Relator, Constituinte Bernardo Cabral, segundo matéria divulgada no **Correio Braziliense**, de autoria do jornalista Haroldo Hollanda, era favorável ao mandato de seis anos, em decorrência do direito preexistente. Referia-se ainda aquele articulista à composição do Supremo Tribunal Federal, atualmente constituído de 11 Ministros. E argumentava: Se a Constituinte decidisse reduzir esse número para 9, por exemplo, ainda assim não poderia excluir dois Ministros, a não ser quando completassem o seu tempo de serviço. E outro exemplo que se trouxe à discussão foi o referente ao concurso para catedrático. V. Ex.<sup>a</sup> divergia desses pontos de vista, apenas levando em consideração que o fato devia ter interpretação política e não jurídica. Mas vejo que hoje V. Ex.<sup>a</sup> já modifica sua posição. Também acho que o fato deve ser jurídico. Parabenizo V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE JAMIL HADDAD:** — Não entendo mais nada. Honestamente, mantenho o meu ponto de vista, V. Ex.<sup>a</sup> é que parece estar querendo causar, perante a platéia, alguma dúvida sobre o meu posicionamento, que, desde o início, tem sido o mesmo. E digo mais: o nobre Ministro do Exército declarou que as Forças Armadas têm que ter, na realidade, o direito de, a qualquer momento, intervir internamente, nos casos de segurança nacional. E vimos até o ex-Presidente Figueiredo declarar que, qualquer que seja o texto, se as Forças Armadas assim amanhã decidirem, farão a intervenção. É lógico. Sabemos que isso pode ocorrer. Mas também deixo um alerta a esta Comissão. O Presidente Figueiredo declarou o que eu disse há cerca de três meses no plenário do Senado Federal: a crise social no País é de tal monta que — não se iludam aqueles que não acreditarem — se não houver uma reforma estrutural imediata, haverá o risco de iminente convulsão social de consequências imprevisíveis. E essa manutenção do mandato de seis anos também não será aceita pelo povo brasileiro, porque não é mais possível que se queira manter por seis anos na Presidência da República um homem insensível aos problemas sociais, que concede o mais baixo salário mínimo da história deste País, que dá um aumento de 200 cruzados no salário mínimo e, no entanto, permite um reajuste de 270% nos preços dos aluguéis.

**O SR. CONSTITUINTE NILSON GIBSON:** — V. Ex.<sup>a</sup> votou para um mandato de seis anos, no Colégio Eleitoral.

**O SR. CONSTITUINTE JAMIL HADDAD:** — Não votei, porque era suplente e só assumi após a votação. Mas quero deixar bem claro que acredito na palavra dos homens. Quando há o compromisso tácito de que o mandato seria de quatro anos, e hoje não se o cumpre, em quem vamos acreditar neste País? Se o Presidente da República não cumpre com sua palavra, em quem vamos acreditar? E a coisa é, na realidade, extremamente maléfica para todos nós. Até o Presidente da República, no segundo turno, será eleito pelo Congresso. Tirou-se, portanto, o direito do voto livre e direto do povo no segundo turno. Basta ler o art. 87.

Sr. Presidente, nobres Constituintes, esta Constituição deveria ser extremamente democrática, porque todos os Srs. Constituintes participariam da sua feitura. No entan-

to, ela vem sendo elaborada em gabinetes do Banco do Brasil, do Colégio Marista, da Presidência da República; e aqui não encontramos o nobre Relator nem aqueles que na verdade deveriam estar conversando politicamente com os nobres pares na elaboração da Nova Carta.

Sr. Presidente, considero esta jogada dos seis anos de Governo um recuo, no sentido de aceitarmos o regime presidencialista com mandato do Presidente da República de cinco anos. O pior cego é aquele que não quer ver. Essa jogada está muito clara, e da minha parte não terá guarida. Continuarei lutando pelas eleições diretas – é a posição do Partido Socialista Brasileiro – em dois turnos, em 1988, com o regime parlamentarista implantado em nosso País, parlamentarismo puro, inclusive com eleições gerais.

Ouçó o nobre Constituinte Inocêncio Oliveira.

**O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA:** – Nobre Constituinte, também discordo, como V. Ex.<sup>a</sup>, dessa eleição em dois turnos, sendo o segundo turno feito com os dois candidatos mais votados, pelo Congresso Nacional. Acho que é um retrocesso; deveria continuar em dois turnos, com a eleição direta dos dois mais votados no segundo turno. Quanto ao mandato de seis anos, o Presidente Sarney não o pediu. Pelo contrário, à Comissão de Constituintes que o procurou para tratar do regime parlamentarista, S. Ex.<sup>a</sup> disse que ficava constrangido em discutir um mandato de seis anos, pois tinha ido aos meios de comunicação dizer que abdicava de um ano do seu mandato e só aceitava cinco anos.

Então, nobre Constituinte Jamil Haddad, acreditamos que o Relator Bernardo Cabral, que infelizmente está ausente nesta hora, foi infeliz ao extrapolar, ao colocar mais um ano ao governo do Presidente José Sarney, que, repito, não lhe pediu isso; pelo contrário, disse, de público, que não aceitaria esse ano. Concordo com V. Ex.<sup>a</sup> quando diz que essa eleição em dois turnos não serve para o País. Ela tem cartas marcadas, quer dizer, no segundo turno, o Presidente será eleito pelo PMDB; a Constituição de nosso País será chamada casuística; será Constituição de um só partido político. Muito obrigado a V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE JAMIL HADDAD:** – V. Ex.<sup>a</sup> no final do seu aparte, declarou uma verdade: esta é uma Constituição casuística no seu todo. Em alguns itens beneficia o PMDB; em outros, o Palácio do Planalto; em outros, os grupos multinacionais, e justamente o povo brasileiro, que deveria ser beneficiado, é o único que não é. Mas ele saberá dar uma resposta. Tenho a certeza de que, se os nobres Constituintes aprovarem um monstro desse tipo, haverá nacionalmente um sentimento de repulsa e todos nós seremos atingidos. Vamos deixar de lado, aqueles que têm compromisso com o Governo, o fisiologismo e o atendimento às solicitações governamentais através de expedientes escusos, e vamos votar, cumprindo o que prometemos ao povo, o que este deseja. Faço este alerta aos Srs. Constituintes: a população brasileira está de olhos abertos e nos observando. A repulsa virá, porque, se se reclama primeiro o cumprimento da palavra do Sr. Presidente da República, se reclama também o fato de que, em momento algum, este Governo aplicou recursos no campo social. Vimos, há três dias, publicada no "Jornal do Brasil" notícia dizendo que a classe média estava subindo – não era de padrão de vida; estava subindo o número de favelas, porque a maioria da população não tinha mais condições de pagar os altos aluguéis, cujo descongelamento o Governo permitiu de forma tão violenta.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Peço a colaboração de V. Ex.<sup>a</sup> no sentido de concluir, pois há outros oradores inscritos.

**O SR. CONSTITUINTE JAMIL HADDAD:** – Sr. Presidente, agradeço a bondade de V. Ex.<sup>a</sup> permitindo-me que avançasse um pouco no tempo, em razão dos apartes que me foram concedidos.

Esta é a primeira colocação que faço em relação ao 2º Substitutivo, que recebi há poucos minutos. Vou-me aprofundar na análise de outros detalhes para continuar pronunciando-me a respeito desse Substitutivo, que há de ser substituído, se houver bom senso por parte dos Constituintes que compõem a Comissão de Sistematização.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte José Genoíno.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros da Comissão de Sistematização, o substitutivo do nobre Relator Bernardo Cabral, numa primeira leitura, incide sobre um ponto crucial, que diz respeito à parte político-institucional, reflexo da situação política do País, transferido para dentro da Assembléia Nacional Constituinte. O substitutivo, no que diz respeito aos títulos e capítulos, vai de uma posição conservadora e retrógrada a uma posição contraditória e a um verdadeiro imbróglio, no campo político-institucional. Na definição do sistema de Governo, as forças hegemônicas da Aliança Democrática, na medida em que não chegam a um consenso, criaram uma situação que beira ao esdrúxulo, à contradição. Como se estabelecer um sistema parlamentarista clássico, no texto constitucional, e se misturar a crise de Governo com o mandato de 4, 5 ou 6 anos para o Presidente José Sarney – e o Relator opta por 6 anos – com a questão da eleição do Presidente da República, em segundo turno, pelo Congresso Nacional?

Este imbróglio, formado pelo substitutivo, na parte Político-institucional, terá de ser resolvido pela Comissão de Sistematização, porque, isto sim, é a própria configuração da crise político-institucional dentro da Assembléia Nacional Constituinte. Não se trata, aqui, de uma discussão constitucional sobre o direito adquirido do Presidente José Sarney aos seis anos de mandato. Aliás, na posição do Partido dos Trabalhadores, ninguém tem direito adquirido na medida em que foi eleito por um Colégio Eleitoral espúrio, no qual não colocamos os pés nem para nos abster. Nós nem entramos no Colégio Eleitoral.

O problema é político. A crise política que o País atravessa é do **Governo Sarney** e, na medida em que o Relator fixa o mandato de Sarney em seis anos, essa crise política se aprofunda dentro da Assembléia Nacional Constituinte e condiciona o mandato do Presidente da República a um processo gradualista de implantação do parlamentarismo, que, ai sim, vira um casuísmo que leva à eleição presidencial em dois turnos. Essa questão da eleição presidencial em dois turnos, a fim de que o segundo turno seja homologado pelo Congresso Nacional, é uma contradição inerente ao próprio parlamentarismo.

Sras. e Srs. Constituintes, tenho uma posição presidencialista como um mandato de quatro anos para o Presidente da República, no regime democrático. Como vamos justificar para o povo uma eleição presidencial, em dois turnos, para o Presidente da República não governar, para ser apenas o Chefe de Estado? É difícil. O Relator tentou resolver esse problema cometendo uma contradição ainda maior, a homologação de um nome pelo Congresso Nacional, em segundo turno. O casuísmo chega às raízes do absurdo, porque a homologação será feita pelo Congresso anterior, com o que se aprofunda a crise. O Congresso anterior vai homologar em segundo turno uma eleição que modificou uma situação! É um despropósito a posição do Relator em relação a esse assunto de governo. Esse é um ponto importante na análise do substitutivo.

Concedo o aparte ao nobre Constituinte Siqueira Campos.

**O SR. CONSTITUINTE SIQUEIRA CAMPOS:** – Constituinte José Genoíno, V. Ex.<sup>a</sup> certamente ouviu pela televisão, pelo rádio e leu nos jornais as declarações do Relator Bernardo Cabral, em que S. Ex.<sup>a</sup> diz ter feito realmente esforços, os maiores possíveis no sentido de se chegar ao entendimento, ao consenso, e trazer, quanto ao sistema de governo e ao mandato do Presidente, proposta apoiada pela totalidade, ou pelo menos pela maioria dos membros desta Comissão e da Assembléia Nacional Constituinte. Se ele não conseguisse esse acordo entre as partes, traria aqui e nos submeteria essa proposta, tal qual aí está. Isso não quer dizer que essa proposta, dentro da linha de pensamento do Sr. Relator, não possa evoluir para um determinado acordo, que agora se fará, no âmbito da Comissão de Sistematização e, posteriormente, do Plenário. Tenho certeza de que S. Ex.<sup>a</sup> concorda, em grande parte, com mas palavras de V. Ex.<sup>a</sup> pois sempre se conduziu de forma coerente, buscando uma solução efetivamente correta, aquilo que o povo espera, sem nenhuma contradição, sem nenhum choque.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup> o aparte, mas pretendo abordar outro aspecto do Substitutivo, relacionado a um aspecto político-institucional que o Relator Bernardo Cabral não podia alterar, a partir de posições políticas pessoais. S. Ex.<sup>a</sup> fez uma modificação substantiva entre o primeiro e segundo Substitutivo. Essa alteração – a Nação brasileira terá de tomar conhecimento – se deveu basicamente a pressões dos Ministros militares. O papel constitucional das Forças Armadas voltou à doutrina da lei e da ordem, que, em outras palavras, é a doutrina da segurança nacional. A definição sobre as PM voltou à formulação tradicional que vem da Carta de 1967, e a definição do papel constitucional da Polícia Federal ampliou o critério da ordem política e social, o velho conceito do DOPS. Essas questões deveriam ser aprovadas pelo plenário da Comissão de Sistematização ou pelo Plenário da Constituinte. Sobre esse assunto caberia decisão da maioria da Comissão ou da maioria do Plenário, mas o Relator, pressionado publicamente, porque no primeiro substitutivo colocou uma posição democrática em relação ao papel constitucional das Forças Armadas, alterou essa questão. Tranquilamente, nesta Comissão e no Plenário, temos de manifestar nossa estranheza. Essa alteração, se tivesse que ser feita, teria de o ser a partir do voto nominal na Comissão de Sistematização. As emendas ao substitutivo eram diferentes porque, na verdade, o que o Relator adotou foi a expressão "a lei e a ordem" e não havia nenhuma emenda com essa expressão. Havia emendas como a de V. Ex.<sup>a</sup>, nobre Constituinte Nilson Gibson, e de outros Constituintes, e eu as conheço, porque as leio todas. O nobre Relator não adotou inteiramente uma emenda, mas parte delas. E nesse ponto, politicamente, essa questão necessitaria ser submetida a votos na Comissão de Sistematização ou no Plenário da Constituinte.

**O SR. CONSTITUINTE ISRAEL PINHEIRO:** – Vai ser colocada.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – A partir da colocação da proposta pelo Relator, deveremos ter 47 votos para derrubá-la. Queremos deixar bem claro, perante a imprensa, que a proposta do 1º Substitutivo sobre o papel constitucional das Forças Armadas não era uma proposta de esquerda, mas da Comissão dos Notáveis, presidida por Afonso Arinos, criada por decreto do Presidente da República. Nem isso o pensamento militar

oficial aceitou. Há outra questão importante – sobre ela vai uma observação política ao trabalho do Relator – que diz respeito à comunicação social. O Relator, em vários momentos, afirmou publicamente que o poder último decisório sobre as concessões de rádio e televisão deveria ser o Congresso Nacional. Isso foi objeto de negociação e o Relator disse, publicamente, perante os vários grupos e a imprensa, que manteria o 1º Substitutivo, mas ao Congresso Nacional caberia dar a última palavra. No Substitutivo consta apenas que "compete ao Congresso Nacional apreciar". Apreciar não significa resolver, deliberar. Apreciar é examinar, apreciar é ler, apreciar é qualquer coisa. Ao Congresso Nacional cabe deliberar. Essa questão me receria uma formulação clara, no que diz respeito ao papel do Congresso Nacional quanto às concessões de rádio e televisão.

Ouçó, com prazer, o nobre Constituinte Israel Pinheiro Filho.

**O SR. CONSTITUINTE ISRAEL PINHEIRO:** – Nobre Constituinte José Genoíno, V. Ex.<sup>a</sup> comete uma grande injustiça, porque, neste aspecto, a proposta do Relator atendeu ao consenso de todas as correntes políticas nesta Casa. Chamo a atenção de V. Ex.<sup>a</sup> para o que diz o art. 253, segundo o qual o Conselho Nacional de Comunicação é um órgão auxiliar do Congresso Nacional. O Relator colocou aqui: "Compete ao Congresso Nacional apreciar o ato". Não podemos transformar o Congresso Nacional em um órgão normativo e executivo. Imagine, o nobre Constituinte José Genoíno, se forem apresentadas, semanalmente, mais de duzentas concessões ou renovações. Seria tornar impraticável a vida administrativa do Congresso Nacional, se, diária ou semanalmente, tivesse que se dedicar a exames de concessões ou renovação de concessão de rádio e televisão. A proposta atende a todos os interesses, porque o Conselho é um órgão auxiliar do Poder Legislativo. Quando houver desconfiança e o Congresso Nacional entender conveniente, poderá reexaminar o ato. Esse capítulo foi muito bem elaborado e V. Ex.<sup>a</sup> não tem do que reclamar.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Constituinte Israel Pinheiro, a minha divergência é a seguinte; no meu entender seria necessário apenas substituir a palavra "apreciar" por "deliberar" ou "aprovar". Esta é uma questão de fundo, nobre Constituinte. Não vamos tergiversar em torno de palavras.

**O SR. CONSTITUINTE ISRAEL PINHEIRO:** – Se o termo for "aprovar", teremos de aprovar todas as concessões. Aí, então, teríamos um trabalho interminável.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Manter-se-ia o seguinte: "Cabe ao Poder Executivo outorgar, renovar e instruir o Conselho de Comunicação". Seria um órgão técnico assessorio de comunicação no Congresso Nacional, mas caberia ao Congresso Nacional aprovar em vez de apreciar, porque essa deliberação deve estar reservada, em último caso, a ele. Nos termos em que está aqui, a coisa está branda e frouxa. A solução é simplesmente substituir a palavra "apreciar" por "aprovar". E sabemos que mesmo assim não será possível acabar – mas simplesmente colocar um freio nele – com esse verdadeiro vendaval de privilégios em que se constitui as concessões de rádio e televisão no País. E o Congresso Nacional apenas aprovaria, isto sim. A esta Casa não caberia apresentar parecer técnico algum. Ela teria o órgão, Conselho de Assessoria de Comunicação. O processo viria instruído pelo Poder Executivo, mas seria fundamental colocar a questão nestes termos.



Também apresentaremos destaque ao Substitutivo Bernardo Cabral no que se refere à parte da ordem econômica, social e dos direitos individuais, que examinaremos com a maior atenção. Esse projeto continua revelando como tem sido a dinâmica, a lógica das Comissões Temáticas. As contradições movem o debate dentro da Assembleia Nacional Constituinte. É necessário que em determinado momento possamos avançar em certos pontos, e os que apresentei nesta primeira intervenção, numa apreciação ainda inicial, constituem fundamentos elementares de um projeto democrático de Constituição para o País.

Sem entrar no limite da propriedade ou na natureza do Estado, que serão objeto de destaque oportunamente, refiro-me agora a critérios políticos de uma Constituição que se pretende democrática e que deveriam estar claros no Substitutivo.

É esta, Sr. Presidente, a apreciação inicial, e ela incide na questão política da feitura do 2º Substitutivo do Relator Bernardo Cabral.

Chamo a atenção, para concluir, para a discussão do sistema de governo, nos termos em que está posto aqui, e para as emendas que existem, tanto em relação ao 1º Substitutivo como ao 2º Substitutivo do Projeto de Constituição. Esta será uma questão crucial para a comissão de Sistematização e para o Plenário. Se não equacionarmos adequadamente o processo de votação da questão do sistema de governo, certamente haverá um impasse político-institucional dentro da Assembleia Nacional Constituinte. E — vamos ser francos — o projeto de Constituição do nobre Relator, ao invés de preparar o terreno para diminuir os pontos críticos da discussão sobre o assunto, coloca mais lenha na fogueira. Certamente, para os parlamentaristas esta forma que está aqui é incômoda demais.

Neste sentido, certamente fica a dúvida sobre se o parlamentarismo, como está aqui, foi assim elaborado de propósito para favorecer os presidencialistas. Eu, como presidencialista, tenho uma posição muito clara em relação ao presidencialismo apresentado pelo Constituinte Theodoro Mendes, conhecido como a emenda do Governo. Sou presidencialista, num regime democrático. Vamos discutir as coisas francamente. Esta questão de parlamentarismo e presidencialismo é uma questão de fundo. E, nós, do Partido dos Trabalhadores, estamos abertos a realizar a discussão da questão de fundo, que está por trás do parlamentarismo e do presidencialismo.

**O SR. CONSTITUINTE ISRAEL PINHEIRO:** — Perdoe-me, Constituinte José Genoíno — que com tanto brilho e inteligência vem defendendo o seu ponto de vista da tribuna — mas o sistema parlamentarista colocado pelo nobre Relator Bernardo Cabral atende perfeitamente às nossas vontades. É praticamente o modelo universal do parlamentarismo; segue o modelo alemão. Dá poderes ao Presidente da República de nomear o Chefe das Forças Armadas e o Primeiro-Ministro, e as competências deste são bem definidas. O mecanismo é muito claro. Até diminui as opções para a dissolução da Câmara dos Deputados, isto é, rejeitado o primeiro candidato a Primeiro-Ministro escolhido pelo Presidente da República, ainda assim a Câmara tem um prazo de 48 horas para escolher o seu Primeiro-Ministro. Mesmo não tendo escolhido o Primeiro-Ministro, o Presidente da República pode ou dissolver a Câmara ou nomear o Primeiro-Ministro. V. Ex.<sup>a</sup> afirma categoricamente que o sistema de governo segundo o Substitutivo do Relator não agrada aos parlamentaristas. V. Ex.<sup>a</sup> há de reconhecer que tenho o direito de defender o meu ponto de vista ou contestar o de V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** — Dou-lhe o direito ao aparte. Mas V. Ex.<sup>a</sup> está fazendo discurso paralelo.

**O SR. CONSTITUINTE ISRAEL PINHEIRO:** — V. Ex.<sup>a</sup>, que não é parlamentarista — mas o será, tenho certeza...

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** — Dificilmente. Com esse parlamentarismo aqui fica mais difícil ainda.

**O SR. CONSTITUINTE ISRAEL PINHEIRO:** — Está bem, nobre Constituinte. Qual é o defeito que tem esse parlamentarismo? Desafio V. Ex.<sup>a</sup> a informar o que está errado.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** — O primeiro defeito foi o que V. Ex.<sup>a</sup> colocou em seu aparte. V. Ex.<sup>a</sup> subordina os ministros militares ao Presidente da República e não ao Primeiro-Ministro. No parlamentarismo clássico deveria existir o Ministério da Defesa, este sim, e os comandantes militares da Marinha, Exército e Aeronáutica estariam fora. Mas como os parlamentaristas não querem o regime clássico, que teria de ter o Ministério da Defesa, não há possibilidade de o Congresso Nacional censurar os ministros militares. Então, subordina-se o Ministro do Exército, da Marinha e da Aeronáutica ao Presidente da República. Essa é a diferenciação que se faz.

**O SR. CONSTITUINTE ISRAEL PINHEIRO:** — Não é verdade. V. Ex.<sup>a</sup> não leu o projeto.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** — Ouço o nobre Constituinte Gerson Peres.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** — Nobre Constituinte José Genoíno, gostaria de esclarecer ao eminente colega Israel Pinheiro que realmente o nobre Relator Bernardo Cabral avançou um pouco além das expectativas em relação à implantação do parlamentarismo, para compatibilizar os interesses do Presidente José Sarney com os interesses da Assembleia Nacional Constituinte, que revela, até hoje — não sei como será daqui para a frente, depois da reunião do Ministério — maioria favorável ao parlamentarismo. Queria dizer a V. Ex.<sup>a</sup> o seguinte: não poderia o nobre Relator Bernardo Cabral avançar o mandato presidencial para seis anos, em primeiro lugar, porque contraria a vontade do Presidente da República, como bem disse o nobre Constituinte Inocêncio Oliveira, e o certo seria acolher o mandato de cinco anos. E para não contrariar as partes deveria determinar que o parlamentarismo se iniciaria ao término dos cinco anos de mandato do Presidente José Sarney. Acabariamos com essa briga, o Presidente governaria ao seu modo, como ele quer e como está na Constituição de 1967. E trancaríamos o ímpeto do Presidente José Sarney nas Disposições Transitórias: esta Constituição não pode ser reformada no período de cinco anos. Assim estabeleceríamos o parlamentarismo a partir do término do mandato do Presidente José Sarney. Ele iria para casa satisfeito porque teria cumprido os cinco anos e o Brasil, daqui a um ano e oito meses, teria a felicidade de ter o melhor sistema de governo que pode existir na face da Terra, porque não só traduz um ponto de equilíbrio fundamental para o sistema democrático de governo como também é o sistema solucionador de crises a nível de Estado. Era esta a sugestão que faria ao Relator Bernardo Cabral, já que ele não ouviu as nossas ponderações, quer da tribuna da Assembleia, quer na Comissão de Sistematização. O parlamentarismo vai criar um problema institucional se não separarmos as águas. O Presidente José Sarney é o Presidente constitucional do País. Com legitimidade ou sem

ela, está garantido pela Constituição. Ele pediu cinco anos, vamos dar-lhe os cinco anos, e, daí em diante, começaremos o parlamentarismo. Esta foi a minha sugestão. Não fui ouvido, e deu no que deu. O ilustre Relator Bernardo Cabral quer seis anos, misturando parlamentarismo com presidencialismo, e vamos acabar não introduzindo no Brasil o parlamentarismo porque, nessa mistura, o tentáculo maior do poder de barganha, está com o detentor do poder no Palácio do Planalto.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Encareço ao Constituinte José Genoíno que conclua sua oração, porque o tempo de que dispõe está exageradamente excedido.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Vou terminar, Sr. Presidente, fazendo uma última observação. Existe outra contradição mortal no substitutivo, no capítulo das atribuições do Presidente da República e do Primeiro-Ministro, onde estão misturadas as definições do Conselho da República e do Conselho de Estado. Em certo trecho está escrito que o Presidente da República é o Comandante Supremo das Forças Armadas. Ora, se o Presidente da República é o Comandante Supremo das Forças Armadas, os ministros militares estão subordinados a ele – ao Presidente da República – e não ao Primeiro-Ministro. Portanto, não tem razão o Constituinte Israel Pinheiro quando diz que não li o projeto. Li e compreendi o que está claro, no substitutivo: "O Comandante Supremo das Forças Armadas é o Presidente da República." Então, o Ministério está subordinado a ele, e não ao Primeiro-Ministro. É por isso que surge aquela situação anômala, em que os ministros militares estão subordinados não ao Primeiro-Ministro, e sim ao Presidente da República. Há uma parte do Ministério que não tem nada a ver com o Primeiro-Ministro. Portanto, os parlamentaristas doutrinários vão-se sentir incomodados com esta incongruência.

Há outra questão: é o Presidente da República quem decreta o estado de defesa e o estado de sítio, ouvido o Conselho de Defesa Nacional. Olhem que loucura! Permitam-me a palavra, porque é sincera. Há momentos em que o Presidente da República, para decretar o estado de defesa e o estado de sítio, ouve o Conselho de Defesa Nacional, e há momentos em que é o Primeiro-Ministro quem ouve o Conselho da República. Existe portanto uma interposição de conselhos e de poderes nesse imbróglio que se tornou o sistema de governo. Criaram uma outra interposição, ou interpenetração – como disse o Constituinte Fernando Sant'Anna – entre os dois Conselhos, o Conselho de Defesa Nacional e o Conselho da República, quando um deve estar acima do outro. Estas questões terão que ser dirimidas nos debates, na apreciação das emendas, começando pelos destaques que esta Comissão deverá apreciar a partir do dia 24.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Com a palavra o nobre Constituinte Fernando Santana. S. Ex.<sup>a</sup> dispõe, rigorosamente, de 10 minutos para fazer o pronunciamento.

**O SR. CONSTITUINTE FERNANDO SANTANA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, recebemos, há poucos momentos, o terceiro Substitutivo. O primeiro foi elaborado em cima das resoluções das Comissões Temáticas; o segundo melhorou bastante e o terceiro está bastante razoável.

Sr. Presidente, preocupa-nos profundamente, em todo esse debate, saber como é que o Brasil vai ficar, do ponto de recursos. Assim ficamos quando lemos o capítulo da Ordem Econômica e Financeira. O art. 191 diz:

"Art. 191. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalhador humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos uma existência digna, conforme os ditames da justiça social e os seguintes princípios: 1º – soberania nacional"...

Depois vêm os outros, como a propriedade privada, etc.

O art. 192, a nosso ver, entra em rota de colisão com o primeiro. No art. 191, item I, lê-se "soberania nacional". O art. 192 define a empresa nacional. Ouçam, Srs. Constituintes, que maravilha de definição:

"Art. 192. Será considerada empresa nacional a pessoa jurídica constituída e com sede no País, cujo controle decisório e de capital votante esteja, em caráter permanente, exclusivo e incondicional, sob a titularidade direta ou indireta de pessoas físicas domiciliadas no País, ou por entidades de direito público interno."

Utilizou-se a expressão "pessoas físicas domiciliadas no País". Ora, qualquer cidadão, de qualquer parte do mundo, do extremo oriente ao extremo ocidente – se assim se pode dizer – que passar a residir no Brasil, tem todas as condições para ficar integrado numa empresa nacional, desde que o controle decisório fique com o capital nacional brasileiro. Ora, Sr. Presidente, esta é uma válvula imensa que, a nosso ver, vai permitir praticamente a desnacionalização total da chamada empresa privada brasileira ou da empresa privada nacional, porque empresa brasileira, no Substitutivo, é outra coisa. Vamos permitir, através desse simples jogo de palavras – tiraram "brasileiros natos" e colocaram "pessoas físicas residentes no Brasil" – com esta substituição, que passou do primeiro Substitutivo do Relator Bernardo Cabral para o segundo, que se abriu uma imensa área perigosa, que vai levar – digamos assim – de roldão a chamada empresa nacional e o controle do País sobre a economia. Que ninguém duvide que essa economia será, através desse Substitutivo, dominada, dentro de pouco tempo, pelas empresas internacionais. Não faltam brasileiros que se prestarão a colaborar nesse sentido, vamos dizer a verdade. Não será preciso trazer alemães, japoneses, franceses, suíços ou belgas para residir no País. Não vamos nos enganar com isso. Muitas pessoas aceitarão fazer este papel, até mesmo brasileiros natos. Acredito devamos ter o máximo cuidado com essa questão.

Não falo por indisposição contra qualquer povo do mundo. Não tenho preconceito contra brancos, pretos, vermelhos ou amarelos. Inclusive sou um mulato da Bahia. Não tenho direito a ter preconceito racial, porque sou o resultado de uma mistura de raças. Então, por que terei preconceito? Não o tenho. Não sou antialemão, antijaponês, nem antiamericano. Sou um homem do universo. Mas creio que devo ser, primeiro, brasileiro. E, sendo brasileiro, quero defender intransigentemente a condição de soberania deste País, que não pode existir sem o controle absoluto da sua economia.

**O SR. CONSTITUINTE ISRAEL PINHEIRO:** – Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. CONSTITUINTE FERNANDO SANTANA:** – Pois não, Sr. Constituinte.

**O SR. CONSTITUINTE ISRAEL PINHEIRO:** – Muito obrigado. Divergir de V. Ex.<sup>a</sup> é muito difícil, porque V. Ex.<sup>a</sup> é realmente merecedor de todo o nosso respeito.

Este assunto é extremamente sério e grave. Somos engenheiros e nosso raciocínio é cartesiano, límpido. Vamos começar a raciocinar numa ordem inversa: por que e para que a definição de empresa nacional na Constituição?

Gostaria que V. Ex.<sup>a</sup> respondesse a esta pergunta. Nunca houve, nas Constituições brasileiras e em nenhuma constituição do mundo, essa definição de empresa nacional. Precisamos ter coragem para enfrentar a realidade brasileira. Esse complexo de inferioridade brasileiro não se justifica. Essa dependência não é boa, concordo com V. Ex.<sup>a</sup>, mas nenhuma será. Não existe uma definição de empresa nacional que atenda aos interesses nacionais. Se V. Ex.<sup>a</sup> colocar, em vez de pessoa física, a palavra brasileira, eliminará milhares de imigrantes que estão vivendo no País, aqui construindo suas pequenas indústrias e negócios, que passariam a ser empresas estrangeiras. Italianos, alemães e outros estrangeiros convivem neste País, trabalhando nas suas pequenas e médias empresas, que passariam a ser empresas estrangeiras. Por que definir empresa nacional? A única necessidade de isto estar na Constituição é que empresa estrangeira não pode e não deve receber financiamentos subsidiados por bancos de desenvolvimento, como o BNDES, para ser mais prático. Talvez esta seja a única razão. Não podemos viver sem empresa estrangeira, V. Ex.<sup>a</sup> concorda? Convivemos, há muitos anos, com a empresa estrangeira. Já temos, para isso, uma legislação muito boa, que é a Lei de Remessa de Lucros. O apelo que faço, porque não quero destruir a beleza do seu discurso, é no sentido de que discutamos os objetivos e os interesses nacionais e verifiquemos em que setores interessa ao Brasil estimular as empresas nacionais ou estrangeiras, para nelas investir, evidentemente dentro de uma graduação, para avançar em setores que interessam ao desenvolvimento nacional. E não subsidiar empresa alienígena ou nacional naqueles setores que não interessam profundamente ao desenvolvimento nacional. Este é que deve ser o conceito da empresa nacional. Ademais, não é bom ficarmos aqui dando um espetáculo deprimente para o mundo inteiro. O Brasil é um dos raríssimos países que definem empresa nacional na Constituição; se não me engano, Guiné Bissau também definiu. Esta Constituição dá definição a empresa nacional. E nunca chegaremos a uma conclusão. Faço, pois, um apelo a V. Ex.<sup>a</sup>, homem de personalidade, de autoridade moral, de respeito e pleno de patriotismo, para que colabore no sentido de que possamos encontrar uma solução, em primeiro lugar, inteligente, porque essa não o é. O **caput** do art. 192 define empresa nacional e, depois, três ou quatro parágrafos anulam tudo o que nele está contido. Evidentemente, este foi um artifício do relator para atender às pressões que sofreu.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Peço a V. Ex.<sup>a</sup> que encerre o aparte, porque o orador, com o escasso tempo de dez minutos, não pode tolerar exposição paralela.

**O SR. CONSTITUINTE ISRAEL PINHEIRO:** – Estou certo de que, com o talento e o espírito público de V. Ex.<sup>a</sup>, Deputado Fernando Santana, haveremos de encontrar realmente uma solução que possa atender aos interesses nacionais. Perdoe-me pelo tempo tomado. V. Ex.<sup>a</sup> na tribuna não cansa ninguém, e o Presidente Aluizio Campos, esse ilustre homem, há de conceder-lhe alguns minutos a mais para que possamos ouvir as palavras finais de seu brilhante pronunciamento.

**O SR. CONSTITUINTE FERNANDO SANTANA:** – Concordo inteiramente com o Constituinte Israel Pinheiro: é desnecessário definir empresa nacional na Constituição. Mas, em outros capítulos, poderíamos tomar algumas providências que garantissem a segurança do País.

Não sou jurista; sou engenheiro, mas tenho obrigação de ler alguma coisa, pelo menos daquela parte que

interessa aos setores que consideramos básicos. O setor mineral, por exemplo, é importantíssimo. A Constituição de 1937, que todos combatemos – chamamo-la de polaca – apesar de imposta, revela uma relação de forças. Nenhum país pode ter uma Constituição, mesmo outorgada, sem que haja um embasamento de poder. Pois bem, o art. 143 da Constituição de 1937 – os advogados ouçam bem o que estou citando com absoluta exatidão – diz que só terão direito a concessões no setor mineral os brasileiros natos e as empresas constituídas 100% de acionistas brasileiros.

Vejam bem, meus distintos colegas: em 1937, cinquenta anos passados, tínhamos soberania e relação de poder para afirmar isso numa Constituição. E qual a relação de poder que compôs a Constituição de 1937? As Forças Armadas – Marinha, Exército e Aeronáutica, na ordem de suas criações – o empresariado nacional e alguns políticos, em torno do Presidente Vargas. Pois essas forças tiveram capacidade de colocar numa Constituição brasileira aquilo que, havia de mais importante: a defesa do setor mineral.

A Constituição de 1946, nº § 1º do art. 153, diz que terão direito a concessões os brasileiros natos ou as empresas organizadas no Brasil. Ora, ao referir-se a empresa organizada no Brasil, ela abriu completamente, escancarou as portas deste País para a penetração das multinacionais, a que hoje assistimos, eis que 76% das concessões no setor mineral são hoje dadas a empresas totalmente internacionais. Quem mais concessões tem no Brasil são duas empresas: a British Petroleum e a Brascan, que representa a antiga Light. Essas duas, sozinhas, têm mais de 60% de todas as concessões.

Concordo que não seja preciso definir empresa nacional, mas somente se assegurarmos o controle da economia do País em outros artigos da Constituição. Mas continuamos a abri-la. Por exemplo, essa definição de empresa nacional que está aqui servirá maravilhosamente à Brascari, à British Petroleum e a todas as outras que se nacionalizarão em 24 horas.

Concedo o aparte ao nobre Constituinte Artur da Távola.

**O SR. CONSTITUINTE ARTUR DA TÁVOLA:** – Nobre Constituinte Fernando Santana, o texto inicial do capítulo sobre ciência e tecnologia, originário da Subcomissão de Ciência e Tecnologia e de Comunicação se aprovado na Comissão Temática, é também uma tentativa de definição de empresa nacional. Gostaria de \_raze-lo à consideração de V. Ex.<sup>a</sup> e da Casa, uma vez que agora entraremos na fase dos destaques. V. Ex.<sup>a</sup> tem muita razão quando diz que devemos definir claramente o que é empresa nacional. Isso não quer dizer, necessariamente, que o País não abarque, no seu conjunto de atividades econômicas, as empresas estrangeiras. Em determinados setores da vida brasileira, as empresas estrangeiras são fundamentais. Já em outros, considerados estratégicos e vitais, é evidente que a caracterização de empresa nacional se faz necessária, uma vez que há uma política deliberada, por parte do Estado, de proteger as empresas nacionais, aqui e em qualquer outro país.

V. Ex.<sup>a</sup>, portanto, coloca com muita precisão o assunto. Sendo um Constituinte comunista, poderia até estar na posição antiga de não admitir a existência da empresa privada, de qualquer natureza. Mas V. Ex.<sup>a</sup> está na posição de defender essa empresa porque compreende, na modernidade do pensamento, o mais atual, que as empresas são essenciais ao desenvolvimento. Quando V. Ex.<sup>a</sup> diz da

necessidade de definição adequada de empresa nacional, certamente o faz baseada em que certos setores da economia, principalmente os ligados diretamente à nossa soberania como Nação, precisam da empresa nacional. Lembro que no relatório da Comissão Temática nº 8, ao tratar de ciência e tecnologia, há um item, para o qual chamo a atenção de V. Ex.<sup>a</sup> e dos demais Constituintes. É este: um dos fatores determinativos da nacionalidade de uma empresa é o controle que ela exerce sobre a tecnologia empregada nos seus serviços.

**O SR. CONSTITUINTE FERNANDO SANTANA:** – E sobre o mercado.

**O SR. CONSTITUINTE ARTUR DA TÁVOLA:** – E sobre o mercado, evidentemente, como fator de soberania. Por quê? Porque, hoje em dia, uma empresa que tenha toda formalidade jurídica necessária para ser considerada uma empresa nacional, mas cujo controle tecnológico esteja fora do Brasil, não é empresa nacional; eis que o controle tecnológico e, portanto, o controle do produto, que tem direta interferência na sociedade, é feito fora das fronteiras do Brasil. Veja V. Ex.<sup>a</sup> que, pela expansão da atividade empresarial, contemporânea, ela, por sua natureza, transporta a sua tecnologia para além fronteira.

A partir desse momento, a nacionalidade de uma empresa desaparece. Dessa forma, deixo registrada no belíssimo discurso de V. Ex.<sup>a</sup> a reflexão de que ainda há tempo para que esta Assembléia estude a forma de fazer imperar o texto originário da Comissão Temática, que coloca o controle tecnológico sediado no Brasil como fator determinante da nacionalidade da empresa.

**O SR. CONSTITUINTE FERNANDO SANTANA:** – O aparte do nobre Constituinte Artur da Távola é absolutamente claro, preciso, e o incorporamos ao nosso discurso sem contestar coisa alguma. Vejamos o que diz o §1º do art. 192:

§ 1º "Será considerada empresa brasileira de capital estrangeiro a pessoa jurídica constituída, com sede e direção no País, que não preencha os requisitos deste artigo."

Ora, está aqui a definição de empresa estrangeira, que, em vez de assim se chamar, denomina-se empresa brasileira de capital estrangeiro. Aqui está contemplado setor do capital estrangeiro. Por que contemplá-lo? Na verdade, essa definição do § 1º do art. 192, cheia de palavras e sem dizer coisa alguma, é mais um modo de criar facilidades, em virtude da dificuldade de definição de capital estrangeiro. Ou seja, não garantimos nenhuma empresa nacional nesse texto, nem garantimos as reservas minerais do País, porque não asseguramos isso, como já o fazia a Constituição de 1937. Estamos entregando de graça as nossas riquezas. É o caso, por exemplo, do manganês, um minério crítico para todas as potências do mundo. Os Estados Unidos o consideram um minério da maior importância, porque suas reservas mundiais, tendo em vista o consumo atual, não dão para mais de vinte e cinco anos. Enquanto isso, tivemos a displicência, a falta de patriotismo de permitir a exportação total do minério do Morro da Mina, em Conselheiro Lafaiete, onde tínhamos dezesseis milhões de toneladas de manganês de alto teor metálico. Isso foi jogado fora de graça. Minas Gerais é o maior centro de gravidade da indústria siderúrgica deste País. É lá que deveríamos deixar o minério, que nenhuma tecnologia até hoje conseguiu substituir nos altos fornos. Dai a importância do manganês. Por essa razão é que os Estados Unidos, tendo

minério, não tiram um quilo sequer do seu território; compram de idiotas como o Brasil, a Índia e o Gabão, países que representam a reserva do chamado mundo ocidental.

Ainda em relação ao aparte dos nossos colegas Constituintes Israel Pinheiro e Artur da Távola, os Estados Unidos, hoje e há muitos anos, são a maior potência capitalista ocidental. Pois bem, o Japão, para entrar lá com a Sony – isso está escrito no Livro **Made in Japan** de Akito Morita, na página 39, se não me engano – teve que entregar o controle da maioria do capital a um cidadão americano. O Japão tinha capital suficiente para instalar sua empresa, mas foi obrigado a dar o controle acionário – 58% do capital – a um cidadão americano. Os Estados Unidos fazem as maiores exigências na defesa de suas indústrias. O último **Trade Act**, a lei do comércio dos Estados Unidos, aprovado em 1987, é um alentado calendário de exigências para reserva de mercado.

Alguns cidadãos que se dizem avançados, brasileiros abertos ao mundo, nos chamam de xiitas. Não temos nenhuma qualificação xiita. E os xiitas têm sua razão de ser no Irã. Não queremos entrar na apreciação do xiitismo iraniano. Mas, aqui, não estamos fazendo nenhum papel de xiita, estamos querendo defender este País. Se defender este País significa ser xiita, então absolutamente não me ofende o adjetivo: somos xiitas mesmo e o seremos até o fim. Vamos morrer na frente da luta. Como cavalos puro-sangue, vamos morrer na pista, mas não entregaremos esta bandeira gratuitamente, sem luta. Estamos aqui para defender os destinos da nossa Pátria. Não estamos presos a qualquer ideologia particular. Neste momento, Sr. Presidente, a maior questão nacional não está sequer em se saber se o País é capitalista ou socialista. A questão básica, hoje, é dar ao nosso País condições de ser até mesmo um país capitalista, porque, na realidade, não estamos sendo capitalistas de coisa alguma. Estamos sendo uma colônia explorada pelo capitalismo internacional. Esta é a verdade. Seríamos muito felizes, Sr. Presidente, se o Brasil fosse hoje um País capitalista, porque teríamos condições, inclusive de passar para uma outra etapa, a socialista. No entanto, temos que vencer a primeira, a etapa da nossa condição de colônia. O Brasil está praticamente sendo uma colônia e é o que se quer deixar definitivamente assegurado, nos termos das leis e da Constituição. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Carlos Sant'Anna. Faço um apelo aos oradores e aparteantes que se atenham ao tempo estabelecido no Regimento.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, nesta Comissão e pela imprensa temos defendido, como o fazemos novamente, a tese de um sistema presidencialista, com um Congresso forte e um mandato presidencial de cinco anos. Quero salientar aos oradores que me antecederam as palavras proferidas ontem pelo Presidente da República José Sarney – felizmente e por graça de Deus o fez antes do conhecimento deste projeto de Constituição – ao reafirmar a tese do presidencialismo e do mandato de cinco anos, o que S. Ex.<sup>a</sup> já tinha assumido desde 5 de maio.

Quero declarar especialmente aos companheiros que não nos têm seguido na Comissão de Sistematização, na sequência das suas reuniões, pois com frequência elas ocorrem com 3, 4, 5, 10 Srs. Constituintes, que, na verdade, o que o Sr. Relator fez ao elaborar esse trabalho foi com-

fundir o seu papel com a função de autor. Na verdade, S. Ex.<sup>a</sup> não foi o Relator do Substitutivo da Constituição; S. Ex.<sup>a</sup> foi o seu autor, porque até agora, até hoje, até este momento, a Comissão de Sistematização, no particular, teve um papel que a desmerece. Esse relatório deveria ser resultado de um trabalho de debate, de discussão entre todos os seus componentes, os seus integrantes e até, talvez, de toda a Constituinte. Mas não foi o que ocorreu. Fez-se uma comissão de sistematização paralela, que nada tem a ver com esta. E não se diga que os que são por acaso, no Congresso Nacional, aliados do Presidente da República participaram da Comissão de Sistematização, reunida a **latere** à margem, para que se elaborasse este trabalho. Esse material precisa ser examinado no seu mérito na Comissão de Sistematização, onde os debates deveriam ter ocorrido.

Nesta Comissão, em várias questões de ordem, fiz questão, entre outros e tantos companheiros, de levantar o fato de que seria preciso que a sistematização deste trabalho fosse aqui feita e que os integrantes da Comissão de Sistematização fosse divididos em pequenas subcomissões comissões para a análise das emendas. A separação das emendas, a elaboração aos pareceres sobre elas, a estruturação do trabalho preliminar seria, na expressão da própria palavra e do próprio significado do seu papel, tarefa do Relator. Cheguei até a dizer ao ilustre Constituinte Bernardo Cabral, pessoalmente, que S. Ex.<sup>a</sup> estava confundindo a sua condição de Relator com o papel de autor. Pois bem, S. Ex.<sup>a</sup> lastreou-se na função de autor deste substitutivo e não se imbuíu da sua função precípua de Relator.

Ainda mais, nesta Casa, neste seio, sem entrar no mérito das questões, é onde teríamos que discutir se temos ou não a competência, a delegação a soberania para trocar sistema de governo. É importante que essa questão seja debatida sem entrar no mérito das preferências individuais, intelectuais, líricas que cada um de nós, como políticos, possamos ter, sobre qual o sistema preferencial do nosso gosto, do nosso desejo. Não o que teríamos que indagar, numa discussão que deveríamos ter feito amplamente, é se o povo brasileiro nos elegeu para mudar o sistema de governo. Este povo brasileiro que há quase um século – em 1989 teremos um século de sistema presidencialista – só conhece o sistema presidencialista.

**O SR. CONSTITUINTE OSWALDO LIMA FILHO:** – Infelizmente.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Aceito o comentário do ilustre Constituinte, companheiro e amigo, Oswaldo Lima Filho. Esta decisão teria que vir da praça pública, quando recebemos a delegação de Constituintes. A mudança de sistema de governo é por demais importante para ser resolvida apenas na delegação indireta que temos como Constituintes, porque não temos a delegação direta, pois esta questão não foi debatida diretamente em praça pública.

Todavia, não estou querendo discutir neste momento o mérito da questão – se presidencialismo ou parlamentarismo. O que estou querendo discutir é se temos – nós, que deveríamos ter analisado isto na Comissão de Sistematização – se temos soberania de competência delegada pelo povo para fazer uma substituição de sistema, que é tão drástica quanto a mudança da monarquia para a República, a modificação que o autor do Substitutivo introduziu – não foi o Relator.

O povo brasileiro está na expectativa de uma eleição direta para Presidente da República. Está inserido de sur-

presa no Substitutivo que a eleição para Presidente será feita em dois turnos: o primeiro será do povo, que elegerá, entre cinco ou seis, dois; e o Congresso Nacional, dos dois primeiros mais votados, pode, por exemplo, como está inserido aqui, eleger o segundo mais votado. Ora, isso não está de acordo com o que o povo espera de nós.

E uma decisão desse porte teria de ser inserida por nós, que temos delegação para tal. E se fosse feito, evidentemente teríamos de submeter isso ao referendo popular, porque não recebemos delegação para esse tipo de decisão, de escolha.

Estou querendo destacar com precisão esse assunto e também salientar o importante papel que o Constituinte Aluizio Campos tem desenvolvido através de diversas questões de ordem, algumas vezes envolvendo vários de nós. S. Ex.<sup>a</sup> tem sido insistente nesta questão. A Comissão de Sistematização não exerceu seu papel, que seria o de discutir profundamente, item por item, capítulo por capítulo, os diversos temas que compõem ou que deverão compor esse Substitutivo, que, afinal, foi apresentado sem que dele tivéssemos tido conhecimento antes. Somente agora dele estamos tendo conhecimento.

Concedo a V. Ex.<sup>a</sup>, com prazer, o aparte que me solicitou, Constituinte Oswaldo Lima Filho.

**O SR. CONSTITUINTE OSWALDO LIMA FILHO:** – Constituinte Carlos Sant'Anna, não estou longe de concordar com V. Ex.<sup>a</sup> em que o nobre Relator Bernardo Cabral exagerou em seus poderes. S. Ex.<sup>a</sup> pouco veio a esta Comissão e quase nunca debateu conosco as questões fundamentais do anteprojeto. Vejo, por exemplo, que S. Ex.<sup>a</sup> alterou a definição de empresa nacional, que corresponde a uma imperativa solicitação da maioria dos Constituintes, excluindo a palavra brasileiros. Não posso compreender como se defina como nacional uma empresa sem usar a palavra brasileiros. Não concordo também com a extensão que S. Ex.<sup>a</sup> dá ao mandato presidencial – seis anos – quando ninguém na Nação, em boa fé, defende esse mandato, nem mesmo seu beneficiário, que seria o Presidente da República. Mas discordo profundamente de V. Ex.<sup>a</sup> quando pretende reduzir as atribuições soberanas da Assembléia Nacional Constituinte, Nossas limitações, nobre Constituinte, são apenas aquelas do ato convocatório. Não podemos alterar a Federação e a República. Sistema de governo e duração de mandato, tudo isso ficou ao alvitre, ao arbítrio dos Constituintes. Nem se diga que não se debateu a questão. Eu, por mim, a debati sempre que compareci à tribuna, aos comícios e à televisão.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Terá sido uma exceção.

**O SR. CONSTITUINTE OSWALDO LIMA FILHO:** – E mais, fui pela adoção da eleição direta. Viram os Srs. Constituintes que no meu humilde voto escrito, lá proferido, está dito: "Voto pela eleição direta como única forma de eliminar a ditadura militar". Mas sou e sempre fui favorável ao sistema parlamentarista de governo.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – No que V. Ex.<sup>a</sup> também foi uma exceção na ocasião.

**O SR. CONSTITUINTE OSWALDO LIMA FILHO:** – Uma exceção muito mais numerosa do que V. Ex.<sup>a</sup> supõe, porque na votação específica, registrada neste mesmo plenário, a maioria do partido a que pertencemos – V. Ex.<sup>a</sup> e eu – decidi pelo parlamentarismo.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – V. Ex.<sup>a</sup>, talvez não tenha entendido profundamente o que

quis dizer. Está claro que a Assembléia Nacional Constituinte pode fazer, e é possível até que venha a fazer. Mas que importa é se deve fazer; se recebeu delegação do povo para isso; se realmente, nas praças públicas, o povo, ao nos ter eleito delegados Constituintes, discutiu o tema parlamentarismo; se esse tema foi de tal sorte debatido que nos tivesse dado essa delegação expressa e explícita. O que temos de discutir é até que ponto o desejo de eleições diretas que o povo tem para eleger seu Presidente se casa com esse sistema de governo, porque o povo quer eleger o Presidente da República. É preciso que nos questionemos se, da forma como o autor deste Substitutivo o fez, ele quer representar, realmente, o Presidente da República, porque, da forma como está neste relatório, ele não é senão um fantoche, pois não tem poder algum.

**O SR. CONSTITUINTE ISRAEL PINHEIRO:** – O sistema parlamentarismo é mesmo assim, nobre Constituinte.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Mas ter-se-ia de olhar para o povo, do qual V. Ex.<sup>a</sup>, acredito, se julga representante – e sei que o é. Como homem inteligente, V. Ex.<sup>a</sup> deveria questionar se o desejo do povo, de eleições diretas, se compadece com a figura de um Presidente amorfo, fraco, inexistente, completamente destituído de poderes, tal como está aqui. E não me venha dizer que isso é decorrência do sistema parlamentar, porque os há em que o Presidente da República tem poderes muito expressivos e muito fortes, e em que é eleito, enquanto aqui está uma figura de Presidente da República que tem menos poderes do que qualquer monarca.

**O SR. CONSTITUINTE ISRAEL PINHEIRO:** – Ele nomeia ou indica o Primeiro-Ministro e é o chefe das Forças Armadas. V. Ex.<sup>a</sup> não leu o Substitutivo de que está falando. O Presidente da República tem muitos poderes.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – que está dito aqui é que, no início da Legislatura... Peço-lhe que leia o Substitutivo, por favor.

**O SR. CONSTITUINTE ISRAEL PINHEIRO:** – Nomeia os Ministros do Supremo Tribunal Federal...

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Peço a V. Ex.<sup>a</sup> que leia o Substitutivo.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Peço a V. Ex.<sup>a</sup> que não aparteie sem permissão do orador.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Verão o seguinte: o Presidente da República indica o Primeiro-Ministro uma única vez, no início da primeira Legislatura. A partir daí, o Primeiro-Ministro é sempre eleito pela Câmara dos Deputados, e o Presidente da República sequer o indica. O Presidente nomeia porque assina o papel, depois da eleição do Presidente da República. Mas a indicação não lhe compete mais, a não ser quando se inicia uma legislatura, e ele faz tão-somente aquilo que está nesse texto que V. Ex.<sup>a</sup> não leu.

Concedo o aparte ao nobre Constituinte José Lourenço.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LOURENÇO:** – Nobre colega e Líder Carlos Sant'Anna, o que eu gostaria de ver permanentemente dos Srs. Constituintes parlamentaristas era adotarem também a eleição direta para Presidente da República. Aliás, agora parece-me que mudou: e direta no primeiro turno. No segundo turno, como eles não confiam no povo, vai ser escolhido aqui em Brasília. É preciso que alguém diga ao povo que ele vai eleger um Presidente, mas este não vai mudar em nada. Quem vai mudar é um outro senhor que nós, Deputados, vamos escolher em Brasília. Mas isso ninguém diz. Isso é omitido do povo cotidiana e permanentemente.

**O SR. CONSTITUINTE ISRAEL PINHEIRO:** – V. Ex.<sup>a</sup> o está dizendo agora.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LOURENÇO:** – Fala-se em eleição direta. Mas eleição direta como? Qual será a plataforma do Presidente da República? Ele não é o Chefe de Governo nem vai mandar coisa alguma. Vai nomear os Ministros do Supremo Tribunal Federal, os comandantes militares, o Presidente do Banco Central. Isso é importante. Então, o Presidente da República dirá ao povo: "Eu, como Presidente, prometo que tentarei designar o Primeiro-Ministro, que não sei quem é, pois sairá das umas majoritárias do partido que ganhar a eleição, e que também não sei qual é, que indicará o Primeiro-Ministro..."

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Para um programa que também não sei qual é...

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LOURENÇO:** – Exato, para um programa que também não sei qual é. "Olha, isto é um voo no escuro; mas acreditem em mim que eu prometo que o avião chegará ao aeroporto."

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Não só endosso as palavras do nobre Constituinte José Lourenço, que incorporo ao meu pronunciamento, como, por outro lado, quero dizer que as minhas palavras não são contra a Comissão de Sistematização. Ao contrário, estão a seu favor. Tenho comparecido às suas reuniões com a maior assiduidade possível, mesmo àquelas de número reduzido de integrantes. O que eu, o Constituinte Aluísio Campos e diversos outros companheiros temos defendido é que a Comissão de Sistematização não teve, até agora, o papel que deveria ter tido. Ela não foi convocada para isso, nem subdividida, nem chamada. Ao contrário, fez-se outra comissão de sistematização – não importa que esteja insistindo neste pronunciamento – que não sei como seu favor. Tenho comparecido às suas reuniões com a e acredito que nenhum dos senhores, talvez com algumas exceções. Esta outra comissão fez o nosso papel. Não é para diminuir a Comissão de Sistematização que estamos aqui a destacar que não tivemos essa função. Ao contrário, é para alertá-la no sentido de que atinja a posição que deve ter na elaboração da futura Constituição. Inclusive, já ouvi dizer que, se nos perdermos nos debates, porventura julgados convenientes, a respeito desse dispositivo que aqui está, simplesmente seremos ultrapassados na votação, e a matéria passará direto ao plenário, omitindo, portanto, a fase da Comissão de Sistematização. É o que está sendo dito. Enquanto isto, a Comissão de Sistematização ficou aqui a tratar de assuntos que absolutamente não tinham maior importância com relação à elaboração da Constituição.

Ouçó, com prazer, o nobre Constituinte Gerson Peres.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Peço a V. Ex.<sup>a</sup> que seja breve.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Serei breve, Sr. Presidente. Nem comecei o aparte e V. Ex.<sup>a</sup> já me interrompe para advertir-me.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Estou permitindo que V. Ex.<sup>a</sup> profira o aparte mesmo depois de encerrado o tempo do orador.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Nobre Constituinte Carlos Sant'Anna, ouço, com atenção, V. Ex.<sup>a</sup> Não deixo de dar-lhe integral razão na tese de que houve uma distorção com relação ao fórum do debate. V. Ex.<sup>a</sup> tem toda razão, tem a minha solidariedade. Também acho que não está no Israel Pinheiro, no Dom Bosco, ou no Banco do Brasil o local para se discutir a Constituição.

**O SR. CONSTITUINTE ISRAEL PINHEIRO:** – V. Ex.<sup>a</sup> coloca isto gratuitamente.

**O SR. GERSON FERES:** – Não me refiro a V. Ex.<sup>a</sup> mas ao local. Vou chegar ao segundo ponto da reação de V. Ex.<sup>a</sup> O local deveria ser aqui mesmo. Com o Relator aqui, sairia uma Constituição melhor. Não tenho dúvidas de que V. Ex.<sup>a</sup> tem razão. Temos experiência, somos homens públicos, vivemos o dia-a-dia, temos sensibilidade, brigamos, mas, depois, nos unimos e acertamos as coisas. O fato é que muita gente que não devia fazer a Constituição foi fazê-la por nós. De sorte que não concordamos com o que está aí. Este é o primeiro ponto. O segundo, que irrita o nobre, ilustre e querido amigo, é que, muitas vezes, discutimos mais com os sentimentos, com a paixão com a camisa que vestimos e não com a cabeça, com a razão e com a inteligência. Veja bem: V. Ex.<sup>a</sup> faz uma afirmação muito séria de que, como disse o ilustre Líder do PFL, o Presidente da República fica a dizer ao povo que não vai mandar em nada. Não é tanto assim. O discurso do candidato a Presidente da República, no sistema de governo parlamentar, tem de ser outro, mesmo. As atribuições são outras. O Presidente da República não vai mandar, mesmo, no Governo. Quem vai mandar no Governo é o Parlamento!

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Será que o povo sabe disso?

**O SR. CONSTITUINTE ISRAEL PINHEIRO:** – O povo também sabia durante a ditadura?

**O SR. CONSTITUINTE GERSON FERES:** – O Presidente da República é o Chefe de Estado. Irá mandar nas questões de Estado. Terá atribuições. Se V. Ex.<sup>a</sup> pegar a Constituição de 1967 e cotejá-la com o Substitutivo do Relator Bernardo Cabral, verificará que 2/3 das atribuições que estão inseridas nos incisos do seu art. 81 – Das Atribuições do Presidente da República – estão neste substitutivo. Primeiro: nomear e demitir em determinados setores do Governo. Vai até além, com o que não concordo: nomear Ministros do Supremo Tribunal Federal, nomear diretores do Banco Central. O Líder do PFL diz que não é nada. Não é nada? Controla o sistema financeiro de Estado!

**O SR. CONSTITUINTE FERNANDO SANTANA:** – Infelizmente, o Banco Central está nas mãos de particulares.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, peço a V. Ex.<sup>a</sup> que me garanta o uso da palavra para que eu possa concluir meu raciocínio. Outras atribuições do Presidente da República: declarar guerra, vetar projetos de lei do Congresso Nacional, convocar extraordinariamente o Congresso Nacional. Tem poderes de iniciativa de leis no Congresso Nacional. Está tudo aí. Por isso, estou discutindo com V. Ex.<sup>a</sup> O Presidente da República, no sistema parlamentar adotado, tem uma soma ainda numerosa de atribuições, que não são de Chefe de Governo. Queremos tirar-lhe esta competência e estabelecer dois pontos importantes na política brasileira: primeiro, o ponto de equilíbrio que deve existir entre os poderes, que não existe atualmente – o Brasil vive em crises permanentes. Segundo, deixar o parlamentarismo como elemento e fator preponderantes de solução das crises a nível do Estado. Não haverá crises no Estado; haverá sim, crises a nível de Governo, e o Parlamento as resolverá. As Forças Armadas ficarão nas quartéis, não se intrometerão em nossas brigas. Nós resolveremos os problemas de governo. É esta a única oportunidade que o Brasil tem para viver mais uns cem anos sem admitir a possibilidade de golpes de Estado. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Peço mais uma vez ao orador que conclua seu pronunciamento.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Vou concluir, só respondendo ao aparte do Constituinte Gerson Peres.

Talvez V. Ex.<sup>a</sup> não tenha percebido o âmago do meu raciocínio. Tudo bem. Uma coisa é o parlamentarismo dos sonhos de V. Ex.<sup>a</sup> e outra, que gostaria de saber, é o sistema de governo dos sonhos do povo brasileiro. Quero que isto seja discutido nesta Casa ou, pelo menos, por esta Comissão. Por acaso, o povo brasileiro participou da construção desse desejo, deste sonho? Veja que coisa curiosa. Não estou querendo entrar no mérito profundo da questão. Já que o parlamentarismo é um anseio tão grande assim, por que o autor do substitutivo não o introduziu nas Estados? Ao contrário, o que exsurge daquilo que está aqui escrita é que, nos Estados, o parlamentarismo poderá ser introduzida pelas Assembléias Legislativas no próximo período de governo, preservados os mandatos dos atuais. V. Ex.<sup>a</sup> precisa ler.

**O SR. CONSTITUINTE ISRAEL PINHEIRO:** – Vai me perdoar, nobre Líder, mas V. Ex.<sup>a</sup> vai perder a aposta. Aí diz exatamente o contrário, segundo nosso ponto de vista. Os atuais Governadores dos Estados poderão implantar imediatamente o parlamentarismo.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Está encerrado o prazo do orador; não pode mais haver apartes.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Ou V. Ex.<sup>a</sup> não leu o substitutivo, ou, então, o autor o perturbou porque escreveu alguma coisa que V. Ex.<sup>a</sup> não esperava, de última hora. Na verdade, estou querendo alertar a Comissão de Sistematização para o seguinte: devemos, com um **quorum** conveniente de deliberação, decidir se vamos começar a votar este substitutivo, preparado por um homem ilustre, mas que o tirou do seu intelecto, tendo recebido o trabalho ainda há pouco, ou devemos submeter este trabalho a um processo de discussão nesta Comissão, com a presença do Sr. Relator para nos dizer, item por item, por que fez, Incluiu, ou substituiu, por que deixou cinco meses de trabalho constituinte abandonados com frequência para enveredar por outra linha. Ele deveria sentar aqui para nos explicar tudo isto. Então, quem sabe, talvez pudéssemos aprovar-lhe o substitutivo. A Comissão de Sistematização, entretanto, não pode entrar num processo de votação imediata, na quinta-feira, de um substitutivo feito ao alvedrio do intelecto do Relator, por melhor que seja. Tendo, agora, este projeto, do qual ele não participou, não podemos simplesmente começar a destacar para votar sem saber, de antemão, quais são as proposições de destaque, de preferência e de votação.

Estas palavras precisavam ser ditas, e me alonguei foi porque era fundamental dizer o que a Comissão de Sistematização tem de fazer.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos)** – Com a palavra o nobre Constituinte Adylson Motta.

Encareço, mais uma vez, aos senhores oradores o cumprimento do tempo na tribuna, para que possamos ouvir todos.

**O SR. CONSTITUINTE ADYLSO MOTA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, inicialmente, neste debate preliminar, já que ainda não houve uma apresentação formal, por parte do Sr. Relator, do seu trabalho, pretendo fazer aqui algumas colocações sobre o Capítulo

– talvez dos menos polêmicos, mas nem por isso destituído de importância – das Administração Públicas

Antes quero fazer uma colocação em face do que ouvido orador que me antecedeu. Creio que a indagação que se deve fazer aqui é se estamos participando de um Poder Constituinte ou de uma farsa. No momento em que ouvimos alguém dizer que a Assembléia Nacional Constituinte não tem tais e quais poderes, estamos negando a sua essência, uma vez que a característica do Poder Constituinte é ser inicial, incondicionado, autônomo e soberano. Quando o Constituinte Carlos Sant'Anna vem aqui dizer que não temos condições de estabelecer um regime de Governo, honestamente chego a pensar que estamos participando de uma manifestação teatral, porque, se não houve o debate que S. Ex.<sup>a</sup> falou, não foi por culpa de outros senão dos próprios candidatos. Tínhamos que debater todos os assuntos passíveis de discussão e apreciação pela Assembléia Nacional Constituinte. Se, ao contrário de debatermos os termos essenciais e atinentes à feitura da nova Constituição brasileira, fomos seduzidos – o que não foi o meu caso – pelos debates em torno da candidatura de Governador de Estado e das nossas próprias candidaturas, a falha foi nossa.

Então, quero dizer que no momento em que estamos reunidos em uma Assembléia Nacional Constituinte podemos fazer todas as modificações que consideramos necessárias dentro do texto constitucional. Temos que partir do zero, pois é um poder inicial, incondicionado, autônomo e soberano. Se alguém está tumultuando esse processo, Sr. Presidente, este é nada mais nada menos do que o próprio Presidente da República que, de público, numa manifestação – a primeira, parece-me, após assumir o governo – disse que se considerava num período de transição e que esta para ele eram quatro anos. Isto está escrito num de seus discursos, divulgado e publicado, do qual tenho cópia em minha casa.

Mais adiante, o Sr. Presidente da República, em documento oficial encaminhado a esta Casa, propunha o restabelecimento de eleições diretas para Presidente e Vice-Presidente da República. Entre as razões que alinhavam a fundamentação do encaminhamento daquela mensagem, dizia que reconhecia caber à Assembléia Nacional Constituinte – até a expressão é de S. Ex.<sup>a</sup> – no seu poder constituinte originário, estabelecer a data da eleição do seu sucessor. O que equivale dizer: cabia à Assembléia Nacional Constituinte estabelecer o seu período de governo.

Não vejo o porquê dessa polêmica. Isso é assunto unicamente de responsabilidade da Assembléia Nacional Constituinte.

Particularmente, Sr. Presidente, quero definir o meu voto. Nunca fui parlamentarista histórico, nunca fui de Grandes convicções em torno do parlamentarismo. Mas, quando observo essa apatia, essa desconsideração, esse desprestigiamento que existe hoje para com o Poder Legislativo, vejo no estabelecimento do parlamentarismo – nesta forma aproximada do modelo clássico – a única possibilidade de se dar um sentido ao Poder Legislativo brasileiro. É a última oportunidade, é a redenção do Legislativo neste País, é o restabelecimento da seriedade no processo político-legislativo deste País.

Por esta razão, aliada ao desejo de ver uma interrupção neste Governo muito ruim que está no Palácio do Planalto, vou votar pelo parlamentarismo na nova Constituição. (Muito bem. Palmas.)

Mas tratarei do assunto que me traz à tribuna, embora de maneira muito breve. Tenho-me detido – e apresentei uma série de emendas – no Capítulo referente à Administração Pública. Diariamente, registramos fatos e denúncias contra a improbidade, a falta de lisura, os excessos cometidos na Administração Pública. Tenho para mim, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, que, com meia dúzia de medidas, corrigiríamos as distorções existentes na Administração Pública. A primeira delas refere-se à forma de ingresso na Administração Pública; a segunda, à organização do funcionário público em carreira, dando-lhe uma expectativa; a terceira, ao estabelecimento de um piso e de um meta do salarial; e a quarta, seria dizer planar, reduzir e restringir as nomeações para os cargos de confiança.

No que diz respeito à admissão no serviço público, todas as Constituições consagram o princípio do concurso público de provas e de títulos. Apresentei uma emenda – assimilada numa fase, depois, em outra, numa madrugada no Prodasen foi eliminada – dispondo sobre o ingresso na função pública unicamente através do concurso público de provas. Nas etapas ulteriores, para promoções, então, valeria o concurso de títulos. Condenava exatamente o concurso de títulos, que estabelece a discriminação.

A primeira distorção ocorreria aí, porque, evidentemente, um homem de poucas posses, um filho de operário não poderia concorrer em condições de igualdade com o filho de um abastado, porque, enquanto aquele trabalha de dia para estudar à noite, este outro freqüente Oxford, Sorbonne, Harvard e outras universidades. No momento de ingresso na função pública, em que o título terá um peso talvez, igual ao da prova de conhecimentos, quem vai ingressar? Exatamente aquele que menos precisa de um cargo público para sobreviver, embora não seja o paternalismo a função do Estado, e sim a de recrutar os melhores. Mas creio que o concurso público de conhecimentos daria a possibilidade de aferir quem realmente tem as melhores condições para ingressar na função pública.

Lamentavelmente, por interferência não sei de quem, restabelece-se aqui o odioso privilégio de concurso de títulos para o primeiro provimento na função pública.

Com muito prazer concedo o aparte ao Constituinte Fernando Santana.

**O SR. CONSTITUINTE FERNANDO SANTANA** – Concordamos inteiramente com a exposição de V. Ex.<sup>a</sup> e com a sua emenda propondo concurso como única maneira de acesso à administração direta e indireta. Mas, a nosso ver, a questão não pára aí. Acrescentaria, como o fim através de emenda, um parágrafo a esse artigo, que seria redigido da seguinte maneira: “Qualquer autoridade que desrespeitar o princípio acima estabelecido será destituído automaticamente, mediante prova em juízo.” Quer dizer, qualquer brasileiro pode provar. Se o Presidente da República nomeou sem concurso, ele perderá o função de Presidente da República, e assim também o Governador de Estado, o Ministro, o Prefeito etc, porque só uma regra violenta como esta pode colocar vergonha na Administração Pública brasileira.

**O SR. CONSTITUINTE ADYLSON MOTTA** – Eu ainda acrescentaria mais uma ressalva. E sobre isso até consultaria uma pessoa pela qual tenho grande apreço e admiração, a quem pedi que me ouvisse, porque depois quero voltar a conversar com S. Ex.<sup>a</sup>: o Senador Bisol. Creio que, no caso do professor de ensino superior, poder-se-ia abrir exceção ao concurso de provas e títulos, até



pela qualificação maior que se exige para o desempenho daquela missão. Quem sabe na magistratura, também. Mas a esses casos isolados se poderia abrir um parágrafo, excetuando a regra geral. Agora, como princípio genérico, continuo defendendo apenas o concurso público de conhecimento.

O outro aspecto seria a organização obrigatória, compulsória do funcionário em carreira. E aqui, numa leitura rápida que fiz, detectei que realmente foi adotado esse critério, ou foi imposta essa regra da organização em carreira e – o que é mais importante – a unificação do regime jurídico do servidor público para evitar essa parafernália de vinculações.

**O SR. PRESIDENTE (Aluízio Campos):** – Pediria a V. Ex.<sup>a</sup> gentileza de concluir.

**O SR. CONSTITUINTE ADYLSO MOTA:** – Pediria a V. Ex.<sup>a</sup> apenas a condescendência que teve com os oradores que me antecederam.

**O SR. PRESIDENTE (Aluízio Campos):** – O tempo de V. Ex.<sup>a</sup> já está excedido em 5 minutos.

**O SR. CONSTITUINTE ADYLSO MOTA:** – Não cheguei aos 10. Não quero discordar de V. Ex.<sup>a</sup>, mas estava marcando no meu relógio.

Quanto à organização do funcionário em carreira e à unificação do regime jurídico, já houve um progresso que evita essa série de vinculações de extranumerários, do contrato por tarefas, do contratado pela CLT, do funcionário estatutário. Então, a primeira condição é unificar-se o regime jurídico e organizar o funcionário em carreira. A terceira regra: no substitutivo, embora de forma um pouco aleatória, pelo menos se demonstra a vontade de fazer-se alguma coisa séria, ao inserir-se o estabelecimento de um teto salarial baseado no que ganha um Ministro de Estado, um Ministro do Supremo Tribunal Federal e um Deputado. Agora, para que essa regra funcione, primeiro temos que estabelecer o que ganha o Deputado, o Ministro de Estado e o Ministro do Supremo e quais os tipos de vantagens que seriam computadas para dar o limite à remuneração do servidor. Então, isso tem que ser disciplinado também concomitantemente, sob pena de não ter validade e aplicabilidade prática à regra que se ingere aqui.

Quanto aos cargos em comissão, que seria o quarto aspecto a que me refiro, parece-me que aqui houve um desvirtuamento daquilo que estava na proposta anterior, porque recomenda que os cargos em comissão sejam preferencialmente ocupados por funcionários de carreira. Isso preferencialmente significa dizer que não funcionará a regra constitucional. Se ela não for imperativa, cogente, afirmativa, impositiva, não funcionará. É preciso dizer que obrigatoriamente os cargos e funções de confiança serão ocupados por funcionários de carreira, exceto aqueles de gabinete de ministros, de autoridades máximas de órgãos federais, estaduais, municipais e das secretarias gerais. Digo por quê. Os jornais de ontem noticiaram – não quero cometer injustiça com ninguém, mas isto não foi desmentido até agora – que o Presidente da República – tem cinco mil cargos de confiança para aliciar Constituintes e tirar-lhes o voto para fixação do seu período de Governo e para a escolha do regime de governo. Então aquilo que é criado – esses cargos demissíveis *ad nutum* – vara auxiliar os administradores estão sendo transformados em instrumento de cambalacho.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Permite-me V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. CONSTITUINTE ADYLSO MOTA:** – Permito e até gostaria de ter um esclarecimento de V. Ex.<sup>a</sup>, porque não quero ser injusto. Estou-me referindo à notícia do Correio Braziliense.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Isso não é absolutamente verdade. Sabem os companheiros que estão aqui, inclusive peemedebista de todas as correntes que continuam detendo os cargos que indicaram logo após o presidente Sarney ter substituído Tancredo Neves, e após a morte deste. Esses cargos continuam nas mãos de quem os indicou, excetuando um ou outro companheiro que foi à tribuna para ofender a dignidade pessoal de Presidente; salvo nessa única hipótese. Como sabe V. Ex.<sup>a</sup> ainda agora, para os cargos que estão vagando em consequência das eleições, as indicações feitas pelos que apoiaram o Governo – PMDB e Partido da Frente Liberal – estão sendo cumpridas sem discriminação de qualquer natureza. Inclusive companheiros que nesta Casa defendem quatro anos de mandato para o Presidente José Sarney fizeram indicações, que foram atendidas.

**O SR. CONSTITUINTE ADYLSO MOTA:** – De qualquer forma, fica o registro. Aceito as ponderações do Constituinte Carlos Sant'Anna, mesmo porque não poderia pensar que um governo chegasse a esse extremo, e até porque acredito nos Constituintes. A oferta de cargos não quer dizer a aceitação por parte dos Constituintes desse tipo de oferta. Eu não cometeria esta injustiça com os colegas.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Não posso perder a oportunidade, por isso peço-lhe outro aparte.

**O SR. CONSTITUINTE ADYLSO MOTA:** – Pois não.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Ninguém pode imaginar, por exemplo, que, eleito, um governador vá manter nos cargos de confiança aqueles indivíduos que acabou de derrotar nas urnas. Entende-se que cargo de confiança é o que está sendo exercido por alguém em sintonia com o programa de governo que está sendo defendido. Se a Nova República tem um programa de governo, os cargos de confiança têm que ser exercido pelas pessoas que estão sintonizadas com esse programa de governo. Por exemplo, no PDT, ninguém poderia imaginar que Leonel Brizola pudesse manter nos cargos, no Estado do Rio de Janeiro, no tempo do seu governo, aqueles que eram seus opositores. Não tem sentido, obviamente, que num cargo de confiança permaneça quem não está em sintonia com o Governo.

Em verdade, entretanto, a expectativa que tínhamos, por exemplo, de que quem estivesse na oposição, ainda que no PMDB, entregasse os cargos de confiança, não foi alcançada. Mas apesar disso, o Governo não dispensou essas autoridades.

**O SR. CONSTITUINTE ADYLSO MOTA:** – Quanto aos cargos de confiança, o próprio nome está definindo a sua natureza. São cargos de confiança e, por isso mesmo, demissíveis *ad nutum*. Agora, o que me preocupa é essa proliferação de cargos. Creio que eles deveriam ser restritos aos profissionais da função pública e isoladamente naqueles casos de assessoria direta das autoridades máximas de poder, ministros etc. Apenas para concluir, cito dois aspectos que me parecem devam ser ressaltados. Houve uma proposta, e foram retirados do texto os acúmulos de cargos. Considero uma medida altamente salutar. No momento em que temos aí um exército de desempregados neste País, eu não teria como votar a favor de um

dispositivo que desse o privilégio de dois empregos a uma pessoa só. Então, é a democratização do emprego que está sendo efetivada. Houve uma falha – a menos que eu tenha lido muito rápido. Aqueles que no momento têm os dois cargos teriam que ter preservados seus direitos. Apresentei essa emenda, que foi aproveitada em parte. Apenas os médicos têm assegurados os dois cargos. Acho que todos aqueles que tiverem acúmulos previstos na Constituição anterior deverão ter preservado o seu direito. Dai para frente, que não mais exista o caso de dois empregos. E aqueles casos que por extrema necessidade tiverem que ocorrer – eo Constituinte Gérson Peres convenceu-me de que lá no Nordeste o quadro é diferente – a lei complementar, como sabiamente aqui foi previsto, poderá então discipliná-los. Também quero fazer referência à necessidade que temos de regularizar a situação daqueles que não são funcionários públicos, que estão hoje na condição de contratados, extranumerários e com outras formas de vinculação. Para se fazer tudo isso que falei, temos de ordenar o quadro, e uma das medidas que se impõe é dar uma definição àqueles hoje agregados ao serviço público e não têm uma definição em termos de serem ou não do quadro. Através de uma regra nas Disposições Transitórias – não foi a minha emenda, que creio que seria mais abrangente, embora exigisse tempo maior, mas é um início – aqueles que estão contratados ou vinculados à função pública por ocasião da promulgação devem ser estabilizados e efetivados. Propus 10 anos dentro de um processo móvel, ou seja, à medida que atingissem os 10 anos. Aqui foram propostos 5 anos. De qualquer forma, atingi o objetivo. Definitivamente temos que terminar com essa diversidade de regimes jurídicos e, a parti da unificação, organizar a carreira, dar uma expectativa e exigir do funcionário. Ao contrário de termos hoje esse conceito sobre função pública, poderemos organizá-la num espécie de elite que honre, dignifique e faça jus àquilo que deseja mais seja o funcionário público brasileiro.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Itamar Franco.

**O SR. CONSTITUINTE ITAMAR FRANCO:** – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Constituintes, ouvimos com atenção as palavras do nobre Líder do Governo, o eminente Constituinte Carlos Sant'Anna, e ficamos imaginando – evidentemente Já se faz tarde, mas apenas para relembramos – que havíamos proposto que os membros desta Assembléia Nacional Constituinte tivessem um mandato exclusivo. Chegamos a propor uma emenda neste sentido. Infelizmente, não conseguimos número suficiente na Câmara dos Deputados para que essa proposta fosse aprovada.

Em uma Assembléia Nacional Constituinte congressual e que está acontecendo? Mata-se o Congresso Nacional, impede-se o trabalho ordinário da Câmara dos Deputados, do Senado da República e da própria Assembléia Nacional Constituinte.

Há poucos dias, tive oportunidade de dizer no Senado da República que – por incrível que pareça hoje está provado – se processava aqui um relatório quase na clandestinidade. Evidentemente que nós, Parlamentares que não fazíamos parte deste ou daquele grupo, não teríamos, como não tivemos acesso aos vários encontros que se realizavam em Brasília e fora dela. Só agora tomamos conhecimento do documento não do Relator, como disse o nobre Constituinte Carlos Sant'Anna, mas do autor, Nós, parlamentaristas, lamentamos alguns aspectos desse documento. Por exemplo, quando diz que o Congresso Nacional foi reforçado como instituição – isso não é verdade. Citaria, já que foi lembrado, o ponto que diz que caberá apenas

ao Congresso Nacional apreciar os atos de concessão e renovação de emissoras de rádio e televisão. Ora, o Congresso Nacional apreciar? Ele tem de aprovar. Do contrário, vai acontecer o que está acontecendo agora: o Congresso Nacional sequer tem força para emitir pedidos de informações. Esses pedidos não são respeitados pelas autoridades do Executivo, e nada acontece.

Recordo-me, e vejo aqui o nobre Constituinte Israel Pinheiro das palavras do eminente Senador, Governador, grande homem público do País e do mundo, Milton Campos, quando dizia que a Constituição tem de refletir a realidade dos fatos, a controvérsia do real da sociedade nos seus aspectos econômicos e sociais. No entanto, não sei se esse relatório do nobre Relator Bernardo Cabral reflete as realidades, as controvérsias do real da sociedade brasileira no atual estágio, quando estamos nos aproximando do terceiro milênio.

Costuma-se dizer, Sr. Presidente – e tenho debatido e rebatido –, que não se pode fazer uma constituinte enciclopédica, porém não podemos remeter tudo para as leis ordinárias e complementares. Vejamos, Srs. e Sras. Constituintes, um exemplo frisante: durante mais de doze anos esperamos a regulamentação do art. 45 da atual Constituição, que manda o Legislativo fiscalizar os atos do Executivo na sua administração direta e indireta. E o que aconteceu? Uma maioria eventual impediu exatamente a regulamentação desse artigo por quase doze anos. Remete-se muitas e muitas coisas para as leis ordinárias e complementares e, no entanto, permite-se ao nobre Relator Bernardo Cabral colocar coisas, aí, sim, que deveriam estar nas legislações ordinária e complementar.

Aqui se lembrou, e é importante frisar-se novamente, o retrocesso que sofrerá o País, se aprovado esse projeto, em relação à eleição do Sr. Presidente da República. No primeiro substitutivo do nobre Relator, tínhamos eleição em dois turnos. Não conseguida a aprovação em um turno, voltar-se-ia à nova eleição popular, universal e direta. E também agora o que se pretende é a eleição de um presidente por um processo direto, caso ele não obtenha maioria absoluta. O mais grave, Srs. Constituintes, é que, se lermos o que aqui está escrito, ninguém vai entender como se processará essa escolha, que não pode ser feita pelo Congresso Nacional. Esperamos que isso seja eliminado do atual projeto do Relator.

Mas aqui lemos o seguinte:

“Se nenhum candidato alcançar a maioria prevista no parágrafo anterior” – isto é, eleição por maioria absoluta – “o Congresso Nacional, por voto secreto e até quinze dias da proclamação do resultado da primeira eleição, escolherá, em primeiro escrutínio, por o, maioria absoluta ou, em segundos por maioria simples ou dos dois mais votados.”

É incrível que no limiar do século XXI essa Constituição possa ter a redação que pretende o nobre Relator Bernardo Cabral. Se, no entanto, se preferir decidir convocar nova eleição direta, concorrerão somente os dois candidatos mais votados.

Ora, Srs. Constituintes, isso parece brincadeira. Primeiro, porque aqui não diz como se processará, se o Congresso Nacional decidir convocar eleição direta, se por maioria absoluta, por dois terços, ou por maioria simples. Isso parece brincadeira, repito.

Evidentemente, nós, que defendemos o regime parlamentarista, estranhemos que se insista no problema da idade. Exige-se que o Primeiro-Ministro tenha trinta e

cinco anos; no entanto, o Primeiro-Ministro será retirado de onde? Do Congresso Nacional. E ao Congresso Nacional com que idade chegam os Deputados? Chegam aqui com 21 anos. Portanto, alguns Deputados não poderiam ser Ministros, porque aqui chegam com 25, 26 anos é a idade estabelecida por S. Ex.<sup>a</sup>, o Sr. Relator foi de 35 anos. Ora, nós, que já estamos no Senado da República – chegamos aqui jovens – estamos percebendo que a cada legislatura os Deputados aqui chegam com menos idade, agora estabelecida em 21 anos. De repente, a Câmara dos Deputados poderá ter apenas elementos com menos de 35 anos, com o que só poderemos retirar o Primeiro-Ministro do Senado da República.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Permite-me V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. CONSTITUINTE ITAMAR FRANCO:** – Com muito prazer.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Não estou aqui para defender o Relator, mas não é o Relator propriamente que está inserindo este tipo de idade. Há uma tradição constitucional no Brasil de que os cargos máximos da Nação sejam exercidos por pessoas com idade superior a 35 anos. Ao adotar o argumento de V. Ex.<sup>a</sup>, teríamos de adotar o argumento do direito Constitucional do cidadão. Então, qualquer cidadão de 21 anos que vota pode ser votado, ser Deputado Federal ou Senador, ou também Presidente da República. No entanto, a Constituição estabelece que qualquer cidadão só pode ser Presidente da República com 35 anos. Entretanto, ele pode ser Deputado Federal. Vejam bem como é a coisa. Apenas penso que 35 anos sejam uma idade limite para se dizer, a partir daí, que o cidadão é um homem mais maduro, dotado de equilíbrio psicossomático e de maior prudência; e talvez possa ter um poder de armazenamento, de experiência e de conhecimentos maiores do que um rapaz de 21 anos. O seu computador está mais cheio de conhecimentos e pode prestar melhores serviços ao País. Acredito que seja por aí. Não aceito como restrição. Acredito que aí há uma gradação, porque a Constituição permite que o cidadão possa ocupar outros cargos, até talvez de Ministro, não de Primeiro-Ministro. Desculpe-me. Não quero contestar seu argumento, que aliás, aprecio muito.

**O SR. CONSTITUINTE ITAMAR FRANCO:** – Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup> o aparte, que me permite, inclusive, adentrar mais o assunto que estou levantando, ainda que ligeiramente, sobre o problema da idade. Veja V. Ex.<sup>a</sup> que estamos num universo restrito, e tem que ser restrito, porque, no regime parlamentar, o Primeiro-Ministro tem de ser escolhido no Congresso Nacional. Seria um absurdo se o nobre Relator fosse escolher o Primeiro-Ministro fora do Congresso Nacional. Aí seria uma aberração total em relação ao parlamentarismo que defendemos para o Brasil. O universo é restrito, sobretudo na Câmara dos Deputados. Ademais, o Senado da República não pode ser dissolvido sequer nesse regime parlamentar que aí está, mas a Câmara dos Deputados pode. V. Ex.<sup>a</sup>, Parlamentar experimentado, tem verificado que, ao longo dos anos, a média de idade dos Parlamentares brasileiros tem sido menor do que a de antigamente. Recordo-me de que, quando cheguei ao Senado da República em 1974, a média de idade dos Senadores era muito maior do que a da geração que chegou. É por isso que estamos levantando o problema, pois de repente na própria Câmara dos Deputados, poderíamos ter Ministros com 25 ou 26 anos. Não entendemos o porquê da limitação da idade.

Aliás, não entendemos nem a limitação da idade para os concursos públicos. Observe o que está acontecendo agora Com a Caixa Econômica Federal e com o Banco do Brasil. O homem de 28 anos é considerado velho para fazer o concurso do Banco do Brasil; na Caixa Econômica Federal esse limite é de 24 anos. Veja V. Ex.<sup>a</sup> a aberração, a que extremo querem chegar, sobretudo tendo em vista que o País tem uma população altamente jovem.

Concedo o aparte ao nobre Constituinte Israel Pinheiro.

**O SR. CONSTITUINTE ISRAEL PINHEIRO:** – Nobre Constituinte Itamar Franco, tenho profunda admiração por V. Ex.<sup>a</sup> e pelo talento que Deus lhe concedeu. Mas V. Ex.<sup>a</sup> afirmou que há uma limitação de idade com relação aos Ministros de Estado...

**O SR. CONSTITUINTE ITAMAR FRANCO:** – Referi-me ao Primeiro-Ministro.

**O SR. CONSTITUINTE ISRAEL PINHEIRO:** – Só ao Primeiro-Ministro, porque aos Ministros de Estado esta regra não se aplica. Esses poderão ser escolhidos com 21 anos de idade.

**O SR. CONSTITUINTE ITAMAR FRANCO:** – Exatamente, neste ponto está a contradição. Referi-me ao Primeiro-Ministro, escolhido dentro do Congresso Nacional, dentro do universo que deveria ser, e S. Ex.<sup>a</sup> fixa o limite mínimo de idade em 35 anos, para, em seguida, quanto aos Governadores estabelece em 30 anos e de 21 anos para os Deputados. Esta é a diferenciação que desejava ressaltar.

**O SR. CONSTITUINTE ISRAEL PINHEIRO:** – Para os Ministro de Estado não existe esta limitação. Eles poderão ser escolhidos com a idade de 21 anos. Trata-se, no caso, de uma questão de isonomia, nobre Constituinte Itamar Franco, porque a idade mínima do Presidente da República é limitada em 35 anos, como é da tradição do Direito brasileiro. Um é Chefe de Governo o outro é Chefe de Estado. Talvez V. Ex.<sup>a</sup> tenha razão. Não sou constitucionalista, mas tradicionalista no bom sentido. Ora, se o Presidente da República, Chefe de Estado, precisa ter no mínimo 35 anos, seria uma discriminação se o Primeiro-Ministro pudesse ter menos idade. Isso não é relevante. O importante é, como disse o Constituinte Gerson. Peres, a experiência. A idade traz sempre a experiência. Nós, que já fomos parlamentares jovens, sentimos como mudamos ao longo desses anos. Entendo que 35 anos é uma idade razoável.

**O SR. CONSTITUINTE ITAMAR FRANCO:** – Nobre Constituinte Israel Pinheiro, sabe V. Ex.<sup>a</sup> da admiração e respeito que lhe devotamos, particularmente ao grande Governador Israel Pinheiro, seu honrado pai. Mas veja que não se trata de isonomia. Talvez não pareça relevante esse assunto que estou abordando, entre outros, o problema da idade, mas ele tem a sua relevância. Se porque o Presidente da República tem 35 anos, o Primeiro-Ministro deve também ter 35 anos, daqui à pouco vamos querer que o Presidente tenha um olho azul e o Primeiro-Ministro também. Poderíamos partir dessa aberração de isonomia dos olhos verdes, olhos azuis, olhos castanhos, de 1,80 m de altura, e seguir por aí afora. Não é isto. Estou chamando a atenção para o fato de que, nobre Constituinte Israel Pinheiro, a Câmara dos Deputados é formada de jovens Deputados e o nobre Relator fixe a idade mínima de 21 anos para Deputado. Ora, se S. Ex.<sup>a</sup> assim estabeleceu, por que esse Deputado que

chega a esta Casa com as mesmas prerrogativas de V. Ex.<sup>a</sup> e com as mesmas prerrogativas nossas não pode ser escolhido Primeiro-Ministro? Ora, ele pode ser escolhido Primeiro-Ministro. O assunto pode parecer irrelevante, mas é importante pelo universo em que vai ser escolhido o Primeiro-Ministro.

Lembrou o nobre Constituinte Carlos Sant'Anna que o Presidente da República não teria atribuições. Não é a que percebo, ainda que lendo ligeiramente o substitutivo. As atribuições do Sr. Presidente da República são amplamente definidas. E até estranho isso num regime parlamentarista. Há pouco o nobre Constituinte Israel Pinheiro lembrava o parlamentarismo alemão. Se formos estudar o parlamentarismo alemão, vamos ver que o Presidente da República na Alemanha não tem tantas atribuições como o Presidente da República no Brasil, como aqui previsto. Esta é a verdade. E bastaria ler a Seção II, que fala das atribuições do Presidente da República, no seu art. 91, para verificarmos que o Presidente da República terá, antes de mais nada, o controle total das Forças Armadas, inclusive nomeando seus comandantes.

Ouço, com muita honra, o nobre Constituinte Carlos Sant'Anna.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Na verdade, as atribuições dadas ao Presidente da República são meramente – naturalmente levando em consideração a rapidez com que lemos o documento que nos foi entregue – atribuições de Chefe de Estado, porque até mesmo o papel de indicar o Primeiro-Ministro, ouvidos os partidos políticos, aqui é eliminado, e só aparece na primeira parte. Na primeira legislatura ele faz a indicação; nas demais é a própria Câmara que elege, a não ser que o texto que me foi distribuído seja diferente do Constituinte Israel Pinheiro. Aliás, está nos parecendo que S. Ex.<sup>a</sup> participou bastante da elaboração desse documento se transformou em um Constituinte de primeira classe, enquanto nós outros, que aqui estamos, somos Constituintes de segunda classe, porque não participamos com tanta intensidade. Mas veja V. Ex.<sup>a</sup> Se consultarmos a Constituição de Portugal para ver, por exemplo, a papel que o Presidente da República exerce naquele país, porque é eleito diretamente pelo povo; se consultarmos a Constituição francesa para saber o papel que tem o Presidente da República na França, porque lá ele é também eleito diretamente, vamos verificar que as atribuições concedidas ao Presidente da República he permite fazer o **check in balance** com o poder de um governo que vem de um Conselho de Ministros, escolhidos pelo Parlamento.

Aqui, entretanto, com toda a tradição republicana e presidencialista, vamos ter uma figura de Chefe de Estado totalmente decorativa, que muito mais se compadece de uma eleição indireta, ou seja, um Presidente eleito por meio de uma eleição indireta do que um Presidente eleito através de eleição direta. Devo dizer a V. Ex.<sup>a</sup> que em certos Estados parlamentaristas a falta de um Presidente eleito é tão grande que na Itália, por exemplo, já há correntes da opinião pública que se vêm levantando, ainda que lá o sistema continue parlamentarista, a fim de que o Presidente seja eleito, e, em sendo eleito, tenha a legitimidade e o poder para ocupar esses imensos vazios que se formam durante aqueles períodos de crise em que gabinetes não estão formados. Enquanto isso, no Brasil, que tem toda uma tradição presidencialista, toda uma tradição de força do Presidente eleito –

e o povo está esperando isso – transformemos o Presidente da República em uma figura meramente decorativa e destituído dos poderes de Governo.

**O SR. CONSTITUINTE ISRAEL PINHEIRO:** – Respondo ao nobre Constituinte Carlos Sant'Anna, porque me citou. Não sou, nobre Constituinte, e até gostaria de ser, um Constituinte de primeira classe. Sou apenas cioso das minhas responsabilidades. O que conta do Projeto Bernardo Cabral consta do Anteprojeto Afonso Arinos, que foi divulgado há, mais de um ano. Dedico-me à leitura e ao estudo daquilo que foi publicado para receber subsídios a respeito do meu papel nos trabalhos constitucionais, por isso conheço o mecanismo. V. Ex.<sup>a</sup>, como Líder do Governo, evidentemente estava ocupado com outras tarefas.

**O SR. CONSTITUINTE ITAMAR FRANCO:** – Vou encerrar dizendo ao nobre Constituinte Carlos Sant'Anna que quero pinçar exatamente o último pensamento de S. Ex.<sup>a</sup>, isto é, a importância de elegermos o Presidente da República com mais rapidez neste País pelo processo do voto direto e secreto. Não podemos esperar 5 ou 6 anos para que isso ocorra e veja como seria importante – e V. Ex.<sup>a</sup>, há que concordar já que se esforça tanto pela tese do Presidente eleito – se implantássemos o parlamentarismo agora com um Presidente não ungido pelo voto popular. Sou um dos maiores admiradores de S. Ex.<sup>a</sup>, o Presidente da República; podemos ter diferenças de pensamento de ordem política, mas o respeito pessoal sempre permanece. Mas, se agora instalássemos o parlamentarismo, ainda com um presidente não ungido pelo voto popular, aí, sim, poderíamos ter o verdadeiro avanço do regime parlamentarista brasileiro. É por isso que aqui estamos concordando com o Constituinte Carlos Sant'Anna, e sou um mero e simples Constituinte, Sr. Presidente: não é possível que esta Comissão com seu trabalho e perseverança que sempre tenho visto aqui e que louvo, possa ser esvaziada, às vezes fora do Congresso Nacional.

**O SR. CONSTITUINTE CID CARVALHO:** – Permite-me V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. CONSTITUINTE ITAMAR FRANCO:** – Sim, com muita honra e prazer, se o Sr. Presidente permitir.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – O tempo do orador já está esgotado. Peça a V. Ex.<sup>a</sup> que seja breve, para que depois S. Ex.<sup>a</sup> possa concluir seu pronunciamento.

**O SR. CONSTITUINTE CID CARVALHO:** – Nobre Constituinte, gostaria de fazer algumas colocações. Se há uma pessoa nesta Casa marcada pelo enraizamento popular de opinião pública é V. Ex.<sup>a</sup> Participamos – mas precisamos ressaltar algumas coisas em termos de verdade – da campanha das "diretas já" que comoveu esta Nação. Mas, veja bem V. Ex.<sup>a</sup>, aquela campanha ganhou aquele empolgamento fundamentalmente porque o povo, na sua inteligência e intuição, sentiu que o **slogan** "diretas já" era o grande instrumento da derrubada da ditadura. Veja bem V. Ex.<sup>a</sup> como o povo é inteligente: quando, numa guinada tática, tivemos de ir para o Colégio Eleitoral, o povo ratificou aquela decisão, que implicava uma eleição direta, com o mesmo entusiasmo. E aqueles que fizeram, no Congresso, um movimento de resistência a isso, começaram a ser cobrados pelo povo quanto a estarem numa direção errada. Fundamentalmente, o que se discute, nesta Nação, não é o adjetivo que qualifique uma eleição direta ou indireta, mas sim a grande mudança que está ela exigindo. Nós, hoje, parlamentaristas, em

termos do fundamental, o que estamos querendo com esta veemência e sair desta Constituinte apresentando algo grande, algo transformador, algo que sacuda e que seja, realmente, alimento de uma esperança até audaciosa. Quero dizer, nobre Constituinte, que pago o risco do erro, mas estou numa posição de imigrante: se estou mal aqui, prefiro errar ali, com um impulso, a ficar mal sem me mexer e sem ter esse impulso. Era o que queria dizer a V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE ITAMAR FRANCO:** – Sinceramente, nobre Constituinte, tenho a impressão de que as palavras de V. Ex.<sup>a</sup> em nada se podem sobrepor ao que estava eu há pouco dizendo. Como V. Ex.<sup>a</sup>, também sou parlamentarista, e como V. Ex.<sup>a</sup> defendi as eleições diretas. Fui, talvez – não sei se quis V. Ex.<sup>a</sup>, com seu aparte, lembrar isso – o último a defender a ida ao Colégio Eleitoral. E só o fiz por exigência do meu Estado. Minas Gerais exigia o meu voto ao Presidente Tancredo Neves e ao Presidente José Sarney. Até o Congresso fechar, Sr. Presidente, no dia 5 de dezembro, resisti. Em função do meu Estado e das obrigações que tenho como Senador por Minas Gerais, votei no Colégio Eleitoral, parlamentarista que sou; mas defendo intransigentemente as eleições diretas para Presidente da República. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Desejo comunicar aos Srs. membros da Comissão de Sistematização que, em vista de termos marcado a projeção dos nossos trabalhos para o próximo dia vinte, isto é, até amanhã, em virtude do interesse despertado e devido ainda à ausência do Relator, estou considerando a possibilidade de prorrogarmos a discussão até o dia 23, data ainda a ausência do Relator, estou considerando a pose possível que, dispondo de mais dois dias, possamos dar alguma contribuição para melhorar o projeto que nos foi submetido.

Com a palavra o eminente Constituinte Nelson Carneiro.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o nobre Constituinte Carlos Sant'Anna focalizou um aspecto que merece ser discutido. Acentuou S. Ex.<sup>a</sup> que a Nação não havia sido convocada ou não tinha esta Assembléia Nacional Constituinte poderes para instituir o parlamentarismo, quando não fez a pregação desse sistema de governo. Tive a oportunidade de demonstrar, em uma conferência na Escola Superior de Guerra, que, pela primeira vez, na história constitucional brasileira, convocou-se uma Assembléia Nacional Constituinte sem qualquer condição ou restrição. Nunca houve isto. Desde a Constituinte de 1824, inclusive a de 1891 e posteriores, sempre os decretos de convocação estabeleciam restrições, algumas até, como a do Império, relativas àqueles que podiam participar segundo a renda que possuíssem. A República aboliu esse critério monetário mas criou outros. A primeira Constituinte convocada em qualquer limitação foi exatamente a atual. Esta Assembléia Nacional Constituinte pode – vale a pena repetir – até instituir a monarquia e acabar com a Federação e com a República. Pois se pode tudo isso, então pode também mudar o sistema de governo. Se isto é bom ou mal é outra coisa que independe da nossa opinião.

Quero também somar a minha crítica a este dispositivo da escolha do Presidente da República. No meu projeto,

do qual tive a honra de ser o primeiro signatário, que resultou de um entendimento com vários colegas, havia realmente o segundo escrutínio, mas era um segundo escrutínio popular.

Depois, em uma tentativa de reunir todas as proposições relativas ao parlamentarismo, chegamos a uma fórmula que foi entregue pelo Senador José Richa ao Presidente Ulysses Guimarães ontem. Essa fórmula, que foi abandonada, ou não foi aceita pelo Substitutivo Bernardo Cabral, resolveria, possivelmente, a dificuldade em que nos encontramos. Ao pleito direto popular concorreriam todos os candidatos, e o mais votado, se não obtivesse a maioria absoluta, seria, então, trazido ao exame do Congresso Nacional. Só o mais votado, aquele que obtivesse a preferência popular, embora não tivesse alcançado a maioria absoluta. Nessa hipótese, o Congresso Nacional poderia referendar essa escolha popular, aprovando o mais votado. Mas, se não o referendasse, então voltaria ao escrutínio popular os dois mais votados. Seria uma interferência que se justificaria, porque não buscaríamos dois candidatos para, entre eles, o Congresso dizer qual deles escolheria. O Congresso seria obrigado a escolher ou o mais votado, ou mandar que se procedesse à segunda eleição popular.

Ouçó, com prazer, o nobre Constituinte Jamil Haddad.

**O SR. CONSTITUINTE JAMIL HADDAD:** – Nobre Senador Nelson Carneiro, V. Ex.<sup>a</sup> sabe da admiração e do respeito que tenho por V. Ex.<sup>a</sup> na sua vida parlamentar. Quero neste momento discordar inclusive da proposição que V. Ex.<sup>a</sup> coloca neste momento. Sabemos que a tese dos dois turnos é altamente democrática e evita, na realidade, o poder de corrupção na política eleitoral. Um cidadão, eleito com cerca de 30% dos votos, teria de fazer determinados acordos políticos para conseguir a maioria tanto no Congresso como na Assembléia Legislativa. A partir do momento em que houvesse um segundo turno, ele conseguiria, através de acordos com mais partidos políticos, a maioria necessária, para que viesse a ter o apoio da Casa Legislativa. Ocorre que a proposta de V. Ex.<sup>a</sup> é mais lógica do que a que se encontra no projeto e, além disso, nós, parlamentares, aprovaríamos ou não o candidato eleito e, na realidade, sem entendimento partidário algum para sua eleição. Parece-me que o mais justo, o mais correto, inclusive até com mensagem do Presidente da República aprovada nesta Casa, seria que a eleição para Presidente da República se fizesse em dois turnos para aqueles que tivessem obtido maior número de votos no primeiro turno. Essa seria a forma ideal que se encontrava no 1º Substitutivo. Agora, não sei porque, foi mudada, de forma abrupta, consistindo, como disse muito bem o nobre Senador Itamar Franco, em uma confusão de tal monta que não diz como devemos concretizar, caso não seja aprovado, pela Casa Legislativa, o nome do candidato finalmente, ao agradecer a concessão do aparte quero dizer que, apesar do respeito que tenho por V. Ex.<sup>a</sup>, neste ponto discordamos radicalmente.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – Ilustre Constituinte Jamil Haddad, digo a V. Ex.<sup>a</sup> que a diferença entre as duas fórmulas – a que V. Ex.<sup>a</sup> defende e a nossa, com que chegamos a um entendimento geral – é que V. Ex.<sup>a</sup> coloca o problema dentro do presidencialismo e nós o colocamos dentro do parlamentarismo, no qual, em regra geral, os presidentes são eleitos pelas Assembléias. Excepcionalmente, como nos casos de França, Portugal e agora, da Áustria, é que há uma eleição direta de presidente. Aí se conjugariam as duas situações. No presidencialismo, V. Ex.<sup>a</sup> teria inteira razão. No entanto, no par-

lamentarismo, em que o presidente pode ser eleito pela Assembléia, essa conjugação evitaria um segundo escrutínio no caso de um candidato, por exemplo, ter obtido 48% dos votos populares. Chamo a atenção do Senador Jamil Haddad para este fato: quando um candidato obtivesse 48% dos votos populares e fosse o mais votado, mas não alcançando Os 50,1%, será que o Congresso, num sistema parlamentar, não teria poderes para ratificar essa escolha já antecipada pelo povo? Evidentemente só aquele que obtivesse uma grande maioria de votos se capacitaria ao segundo escrutínio.

Mas esta é uma proposta que não vamos discutir, porque não está no projeto. A que está no projeto realmente não pode merecer o nosso aplauso e, por isso, quero manifestar aqui minha divergência quanto a esta solução. Estou apresentando uma que pode ser discutida porque tem um fundamento. Mas essa outra não encontra nenhum fundamento, porque devolve inteiramente ao Congresso não o direito de escolher o primeiro, mas de escolher até o segundo mais votado, o que significa até desvirtuar a primeira manifestação popular. No caso a que me referi, a Assembléia só poderia ratificar o nome daquele que a maioria do povo tenha preferido, o que parece mais razoável do que escolher aquele que não tenha a maioria do voto popular. Esta era uma das observações que gostaria de fazer.

**O SR. CONSTITUINTE ISRAEL PINHEIRO:** – Permite-me V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – V. Ex.<sup>a</sup> me perdoe mas já conheço o seu pensamento. Quero ainda focalizar outros aspectos neste breve tempo de dez minutos, que devo observar.

**O SR. ISRAEL PINHEIRO:** – Quero fazer apenas uma ligeira consideração sobre o que o Constituinte Carlos Sant'Anna levantou quanto à competência desta Assembléia Constituinte. Disse S. Ex.<sup>a</sup> que não podemos mudar o sistema de governo. Acho que isso é um grande absurdo.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – Já me referi a isso. À Constituinte não se impõe nenhuma restrição. Oferecerei ao Constituinte Carlos Sant'Anna a conferência que proferi na Escola Superior de Guerra. Nela citei todas as Constituintes brasileiras e as imposições que foram criadas, as dificuldades, as restrições que impediram, por exemplo, a presença de Otávio Mangabeira na Constituinte de 1934 porque ele estava exilado, e dela os exilados não puderam participar. Agora, não. A esta puderam concorrer todas as pessoas. Não houve nenhuma Constituinte com um caráter tão amplo quanto esta.

Mas o que quero é chamar a atenção de V. Ex.<sup>as</sup> para detalhes importantes que mostram desatenção para com a ordem constitucional brasileira.

Por que mudar o nome de Câmara dos Deputados para Câmara Federal? É um erro. Câmara Federal é o Senado, que representa os Estados, a Federação. A Câmara é dos Deputados. Vejam o exemplo da Câmara dos Representantes, nos Estados Unidos. (Muito bem!) O Senado é que é a Câmara Federal. Portanto, que seja Senado Federal e Câmara dos Deputados.

Quero salientar que, se há alguns que estão satisfeitos com este texto, por outro lado há muitos infelizes. Felizes são os escrivões, porque conseguiram excluir, neste substitutivo, a gratuidade da habilitação para o casamento, pela qual eu vinha lutando, e que figura no primeiro substitutivo. Dizia-se no texto anterior que o casamento será

civil, e gratuita sua habilitação e celebração. Mas neste passou apenas a celebração como gratuita, o que continua dificultando que muitas famílias se legalizem pela ganância de oficiais cartorários.

De modo que acho que este texto tem que ser alterado, para tanto acrescentando-se a habilitação, como figura no anterior.

Também quero destacar um outro aspecto. O Deputado e o Senador também guiam automóvel e podem ser acusados e condenados por um atropelamento, por um crime culposos. E vejam que a sentença confirmatória de culpa do Tribunal é irrecorrível. Neste caso, perde o mandato o Senador ou Deputado condenado, conforme diz o art. 64.

"Art. 64. Perderá o mandato o Deputado ou Senador:

VI – que sofrer condenação criminal em sentença definitiva e irrecorrível, ou for condenado em ação popular pelo Supremo Tribunal Federal."

Esta é uma sentença definitiva e irrecorrível. Quanto à segunda parte não tenho nenhuma restrição, somente quanto à primeira. Por exemplo, se há uma briga e um Deputado é condenado porque deu uma bofetada, então ele perde o mandato. Ora, então ele tem que tomar a bofetada e ficar assim pensando: não posso revidar porque posso perder o mandato. Quer dizer, é um excesso. O funcionário público, a rigor, perde o cargo quando condenado a pena superior a dois anos, mas quanto ao Deputado e ao Senador há uma interpretação rigorosa deste artigo, cujo § 2º ainda estatui que a perda do mandato será decidida pela Câmara Federal ou pelo Senado da República, por voto secreto e por maioria absoluta, mediante provocação da respectiva Mesa ou de partido político representado no Congresso Nacional. Portanto, acho que isso é uma ameaça a todos os Deputados e Senadores que guiam automóveis nas grandes cidades e estão sujeitos a atropelar alguém e serem condenados por crime culposos, em sentença irrecorrível e definitiva. São detalhes que parecem pequenos antes de ocorrerem os fatos, quando os fatos ocorrem, então ficam muito mais graves.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Não há um dispositivo no próprio texto que diz que a iniciação de processo contra um Parlamentar tem que ser precedida da anuência de sua Câmara? Se é assim, V. Ex.<sup>a</sup> não tem razão.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – E se a Câmara der a autorização?

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Se a Câmara der a autorização e o Parlamentar for condenado, este então perde o mandato. O que importa é que tem de haver uma prévia autorização. O processo é precedido de uma prévia autorização da Câmara. Li o substitutivo e constatei isso.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – V. Ex.<sup>a</sup> tem razão.

Diz o art. 62:

"Art. 62. Os Deputados e Senadores são invioláveis por suas opiniões, palavras e votos."

§ 7º Desde a expedição do diploma, os membros do Congresso Nacional não poderão ser presos, salvo flagrante de crime inafiançável, nem processados sem prévia licença de sua Casa, salvo em relação a delitos praticados anteriormente."

Mas, de qualquer forma, dada ou não a licença, o grave é o simples fato de um crime culposos poder criar um problema grave. V. Ex.<sup>a</sup> está pensando na Câmara dos Deputados. Esse mesmo dispositivo também pode prevalecer para o Vereador e para o Deputado Estadual, São pequenos detalhes que parecem sem importância, mas ganham relevância.

Ouçoo o nobre Constituinte Aloísio Vasconcelos.

**O SR. CONSTITUINTE ALOÍSIO VASCONCELOS:**

— Alguém comentou no Plenário que parlamentarismo V. Ex.<sup>a</sup> toca por música e nós outros tocamos de ouvido. É verdade. Queria aproveitar a oportunidade que V. Ex.<sup>a</sup> honrosamente me concede — tentei o aparte durante o tempo em que falava o meu ilustre conterrâneo e colega Constituinte Itamar Franco, mas não foi possível, pois se concentrou mais na questão de idade — para dizer que na página 98, o item da eleição para Presidente da República, só uma palavra referenda a tese quase consensual. É inaceitável esta redação, isto é, a eleição no primeiro ou segundo escrutínio, quando, tendo 30%, 33%, 35% ou 29%, o primeiro colocado será proclamado Presidente. Aceita-se também a tese de V. Ex.<sup>a</sup> que, uma vez com 30 ou 35%, o primeiro colocado terá o referendo do Congresso. Da mesma forma, aceito a tese do Constituinte Jamil Haddad de que se faça o segundo turno. Mas, como está, a redação é horrível e deixa muito mal o Congresso Nacional, pois institucionaliza a eleição biônica entre os dois primeiros colocados na eleição do Congresso Nacional. É absolutamente inviável a hipótese, Constituinte Itamar Franco, de se votar naquele que for o segundo colocado, porque eu, por exemplo, não votarei contra o desejo da maioria relativa do povo brasileiro.

**O SR. CONSTITUINTE ITAMAR FRANCO:** — Não foi o que eu disse.

**O SR. CONSTITUINTE ALOÍSIO VASCONCELOS:**

— Estou exatamente corroborando a tese de V. Ex.<sup>a</sup>, Constituinte Itamar Franco. É inaceitável esta redação, porque jogaria os membros do Congresso Nacional contra a opinião do eleitorado, que votou em primeiro lugar no candidato A. Nós iríamos discutir, eventualmente, a possibilidade de votar no candidato B com muito menos votos. Isto vai além do absurdo. Só pode ter sido idéia de alguém que ainda tem algum sonho de bioncidade. Não há nenhuma razão para isto num momento em que a população brasileira quer votar diretamente para Presidente da República e não aceita mais qualquer resquício biônico, seja de que forma for.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** —

Muito obrigado, V. Ex.<sup>a</sup> tem inteira razão na crítica a esse dispositivo.

Finalmente, vou concluir, Sr. Presidente. É exagero também que o Presidente da República só possa indicar um nome. Se esse nome for rejeitado, pode ocorrer até a dissolução do Congresso. Todas as sugestões apresentadas, e de que participei, dispunham que o Presidente da República enviaria o primeiro nome; se a Câmara não o aceitasse, enviaria o segundo nome; se a Câmara não o aceitasse, ela elegeria o seu Primeiro-Ministro e o Presidente aceitaria ou não. Se fosse por maioria absoluta, o Presidente teria que aceitar, porque assim é o sistema parlamentar. Se fosse por maioria relativa, então, o Presidente poderia aceitar ou dissolver a Câmara, porque esta não teria capacidade de manter a sua maioria. Como está no projeto, o Presidente só terá uma oportunidade de indicar um nome ao exame da Câmara, e esta será obrigada a aceitar esse nome ou criará dificuldades para a sua própria manutenção. Este é outro aspecto

que deve ser focalizado, porque diz respeito ao funcionamento normal do sistema parlamentar.

Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Presidente, a oportunidade de fazer essas considerações apressadamente, porque só agora estou recebendo o texto. Lamento a interpretação que está sendo dada, em que a rejeição de um artigo do substitutivo não importa a aceitação do artigo do substitutivo anterior, porque não votamos o primeiro substitutivo. Assim, temos dois substitutivos para votar. Se não votarmos o primeiro, repito, temos dois substitutivos para votar. Rejeitado o texto do segundo substitutivo, na pior hipótese, poderia prevalecer o texto do primeiro, ou, então, cairia o texto do segundo ou do primeiro. Assim, haveria opção entre um e outro. Por exemplo, naquele caso da habilitação do casamento, eu poderia pedir destaque para rejeitar este texto e prevalecer o anterior.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** — Não há impedimento para que V. Ex.<sup>a</sup> peça destaque do artigo constante do texto anterior que para substituir o que foi eliminado.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** — Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup> este esclarecimento, porque, até agora, pensava que a rejeição aos destaques se referia apenas a este texto e, se este caísse, não prevaleceria o anterior.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** — Os destaques são abrangentes. Poder incidir sobre emendas apresentadas em Plenário, sobre as 20 mil emendas e as 15 mil emendas apresentadas ao primeiro substitutivo. Como as emendas podem ser supressivas, não se elimina o substitutivo que porventura se pretenda restabelecer com base no texto anterior.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** — Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup>. Terei de fazer várias emendas para restabelecer o texto anterior do primeiro Substitutivo em muitas hipóteses. Creio que o primeiro Substitutivo, em alguns momentos, foi muito mais feliz do que o segundo. De qualquer forma, temos de colaborar para que este País aprove o sistema parlamentar e em termos, que possa atender às aspirações populares e representar uma nova fase de progresso e engrandecimento para o País.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** — Agradecemos ao nobre Constituinte Nelson Carneiro a contribuição.

Declaro encerrada a reunião, convocando outra para amanhã, no mesmo local e horário.

### Ata da 30.<sup>a</sup> Reunião Extraordinária

Aos vinte dias do mês de setembro do ano de mil novecentos e oitenta e sete, às quinze horas e quarenta minutos, no Auditório Nereu Ramos, reuniu-se a Comissão de Sistematização, sob a Presidência do Senhor Constituinte Aluizio Campos, Vice-Presidente no exercício da Presidência, presentes os seguintes Senhores Constituintes: Arnaldo Prieto, Artur da Távola, Carlos Sant'Anna, Gerson Peres, Inocêncio Oliveira, Jamil Haddad, José Lins, José Ulisses de Oliveira, Lysâneas Maciel, Marcondes Gadelha, Nelson Carneiro, Nilson Gibson, Oswaldo Lima Filho, Prisco Viana, Renato Vianna, Sigmaringa Seixas, Siqueira Campos, Adylson Motta, Fernando Santana, José Genoíno e Ottomar Pinto. Estiveram presentes, ainda, os Senhores Constituintes não integrantes da Comissão: Jesus Tajra, Álvaro Valle, Raimundo Rezende, Raul Ferraz, Aloísio Vasconcelos e Cunha Bueno. Deixaram de comparecer os Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Adolfo Oliveira, Afonso Arinos, Alcení Guerra,

Alfredo Campos, Almir Gabriel, Aloysio Chaves, Antonio Farias, Antoniocarlos Konder Reis, Antoniocarlos Mendes Thame, Bernardo Cabral, Brandão Monteiro, Carlos Chiarelli, Carlos Mosconi, Celso Dourado, Christóvam Chiaradia, Cid Carvalho, Cristina Tavares, Darcy Pozza, Edme Tavares, Egídio Ferreira Lima, Eraldo Tinoco, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Gasparian, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Lyra, Francisco Benjamim, Francisco Dornelles, Francisco Pinto, Francisco Rossi, Gastone Righi, Haroldo Lima, Haroldo Sabóia, Ibsen Pinheiro, Jarbas Passarinho, João Calmon, João Herrmann Neto, Joaquim Bevilacqua, José Fogaça, José Freire, José Geraldo, José Ignácio Ferreira, José Jorge, José Luiz Maia, José Maurício, José Paulo Bisol, José Richa, José Santana de Vasconcellos, José Serra, José Thomaz Nonô, Luis Eduardo, Luis Inácio Lula da Silva, Manoel Moreira, Mário Assad, Mário Lima, Milton Reis, Nelson Jobim, Nelton Friedrich, Oscar Corrêa, Osvaldo Coelho, Paulo Pimentel, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Plínio de Arruda Sampaio, Raimundo Bezerra, Ricardo Fiúza, Roberto Freire, Rodrigues Palma, Sandra Cavalcanti, Severo Gomes, Theodoro Mendes, Virgildásio de Senna, Virgílio Távora e Wilson Martins. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião destinada à continuidade da discussão sobre matéria constitucional. Inicialmente foi concedida a palavra ao Senhor Constituinte Gerson Peres cuja oração enfocou o Poder Judiciário e a necessidade de sua independência, assunto em que foi aparteado pelos Senhores Constituintes José Genoíno, Prisco Viana e Nilson Gibson. A respeito da criação do Estado do Tocantins pronunciou-se, a seguir, o Senhor Constituinte Siqueira Campos. Dada a palavra ao Senhor Constituinte Nelson Carneiro, o orador enfocou o tema Parlamentarismo, analisando vários dispositivos do substitutivo do relator, com a intervenção dos Senhores Constituintes Carlos Sant'Anna, Prisco Viana e Oswaldo Lima Filho. Em sequência à reunião, o Senhor Presidente resolveu questão de ordem levantada pelo Senhor Constituinte José Genoíno a respeito de destaque de emendas populares. Os Senhores Constituintes Fernando Santana e Oswaldo Lima Filho, este em aparte, fizeram uso da palavra para tecer considerações sobre petróleo, minerais e monopólio estatal. Pedidos de esclarecimentos sobre o processo de votação dos destaques na Comissão de Sistematização foi o próximo assunto debatido pelos Senhores Constituintes Carlos Sant'Anna, José Genoíno, Oswaldo Lima Filho e Fernando Santana, havendo o Senhor Presidente a todos prestado as informações pertinentes. Com a palavra, o Senhor Constituinte Jamil Haddad, com a intervenção dos Senhores Constituintes Prisco Viana e Fernando Santana, fez a defesa do Parlamentarismo. Como último orador falou o Senhor Constituinte Prisco Viana, abordando vários aspectos dos dispositivos do Substitutivo do Senhor Relator vinculados a direitos políticos e partidos políticos. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião às dezoito horas e dezesseis minutos, convocando outra para o dia seguinte, com início às 19 horas. O inteiro teor desta reunião foi gravado, devendo ser publicado no **Diário da Assembléia Nacional Constituinte** e constituir-se-á na Ata circunstanciada dos trabalhos. E, para constar, eu, Maria Lauro Coutinho, lavrei a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Havendo número regimental, declaro aberta a reunião para continuarmos discutindo matéria constitucional.

Dou a palavra ao ilustre Constituinte Siqueira Campos. (Pausa.)

Com a palavra o nobre Constituinte Gerson Peres, segundo orador inscrito.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, Srs. Membros da Comissão de Sistematização, já podemos ter uma visão não muito completa do Substitutivo que nos foi apresentado e considerá-lo, de maneira genérica, como um trabalho de postulações mais elogiáveis do que o anterior, dotado de mais lógica, embora tenhamos algumas restrições no que diz respeito ao seu conteúdo.

Hoje quero fixar-me aqui apenas no que diz respeito ao Poder Judiciário. Não acredito que se possa fazer uma democracia no Brasil se não conseguirmos estabelecer uma linha de conduta independente e segura para o Poder Judiciário. Enquanto o Poder Judiciário for atrelado ao Poder Executivo, enquanto o Poder Judiciário não tiver a sua autonomia administrativa e financeira, teremos uma democracia capenga, porque ele é o Poder Moderador, é o poder de sustação das disputas que são feitas por sentimentos, por paixões, por disputas no âmbito das atividades sociais, políticas e econômicas do País.

Ora, apresentei algumas emendas supressivas sem tocar na estrutura do projeto. Por exemplo, apresentei emendas tirando das mãos do Poder Executivo o poder de nomeação dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, tirando das mãos dos Governadores o poder de nomear Desembargadores de Tribunais de Justiça. O meu raciocínio tem fundamento. Quem nomeia no poder Executivo? É o Presidente da República. Quem nomeia no Poder Legislativo? Ou o Presidente do Senado ou o Presidente da Câmara. Será que no Poder Judiciário o Presidente do Supremo Tribunal Federal não pode ter a mesma atribuição? Se não o tiver na próxima Constituição, há discriminação. É um Poder que não tem a mesma autonomia dos demais, está claro. O Presidente da República não tem por que nomear Ministros do Supremo Tribunal Federal. Quem deve nomeá-los é o Presidente do Supremo Tribunal Federal, como também a composição do Supremo Tribunal Federal não poderá ser como está neste Substitutivo. O Supremo Tribunal Federal deve ser composto pela reunião, pela seleção feita pelo próprio Supremo Tribunal Federal, dos Ministros dos Superiores Tribunais, do Tribunal Superior Eleitoral, do Tribunal Superior do Trabalho, do Superior Tribunal de Justiça, do Superior Tribunal Militar. A seleção feita pelo próprio Supremo Tribunal retiraria desse âmbito esses Ministros. Por quê? Porque dentro do Superior Tribunal de Justiça e dos demais há a composição externa, que se pode aí admitir, proveniente do Ministério Público, proveniente da Ordem dos Advogados do Brasil, mas na Suprema Corte do País isso deveria acabar. Seria uma mudança profunda com grandes benefícios que prestaríamos à nossa democracia florescente. Vamos deixar os mesmos vícios como estão aqui, e vamos ainda acrescentar – perdoem-me a expressão, ela é muito forte, mas é para que seja meditada por V. Ex.<sup>as</sup> – uma excrescência, uma violência à ou autonomia do Poder Judiciário, que encontramos aqui, na criação do Conselho Nacional de Justiça.

Queria que V. Ex.<sup>as</sup> se detivessem nisto. Vejam bem, Poder Executivo, Supremo Tribunal Federal, art. 144, leiam comigo e verifiquem:

## SEÇÃO IX

### Do Conselho Nacional de Justiça

"Art. 144. O Conselho Nacional de Justiça é o órgão de controle externo da atividade administrativa e do desempenho dos deveres funcionais do Poder Judiciário e do Ministério Público."



Parágrafo único. Lei complementar definirá a organização e funcionamento do Conselho Nacional de Justiça, em cuja composição haverá membros indicados pelo congresso Nacional, Poder Judiciário, Ministério Público – e o pior – e Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil."

São estes elementos que vão fiscalizar a administração da Justiça.

Meu Deus, isto aqui é uma excrescência, é diminuir o Supremo Tribunal Federal, que é o coordenador de toda a Justiça brasileira, que é o ordenador da jurisprudência da Justiça brasileira. Como admitir-se inserir numa Constituição um Conselho Nacional de Justiça que se sobreponha à Suprema Corte do País? Não vejo razão nenhuma, senão a de que se quer inovar para satisfazer alguma ambição e se criar mais ônus para o País, mais empregos, mais posições desnecessárias. Como se faz aqui, pretende-se fazer em outro capítulo, criando novos Conselhos – conselho disso e conselho daquilo, castrando-se, inclusive, nesses Conselhos, as atribuições do Poder Legislativo.

Srs. Constituintes, abram os olhos, se quiserem trabalhar numa Câmara de Deputados com a criação de conselhos e mais conselhos que são desnecessários, porque as suas decisões são normativas e, às vezes, viram força de lei dentro do âmbito das atividades em que atuam, tirando do congresso, do poder do povo, dos representantes do povo, essa competência que é nossa, nata, temporária, mas nata, por força das nossas eleições.

De forma que peço a atenção dos nobres colegas para este Capítulo do Poder Judiciário. Não se deixem encantar pela tradição de como funciona a nossa Justiça.

Vamos mudar, companheiros. Temos força para fazer isto. Não o faremos se não quisermos. Vamos mudar, não estamos ferindo interesses, não estamos atentando contra o interesse de alguém. Vamos tomar uma posição corajosa e dar ao Poder Judiciário o seu instrumento e a sua vitalidade, para que decida e seja respeitado neste País. Um Poder Judiciário nomeado pelo poder político, com a influência do Congresso e com a intromissão indevida, transforma os seus membros, muitos deles, em juízes venais, em magistrados que capengam às portas do Palácio do Planalto atrás de empregos para familiares, para si próprios, para vantagens; juízes que, às vezes, negam sentenças contra atos de corrupção na instância inferior, porque vão ganhar uma promoção do governador para vir para a Capital; desembargadores que se julgam incompetentes ou suspeitos contra um ato administrativo de um governo, porque querem ganhar uma promoção.

Defendem o **status quo** os políticos carcomidos, ultrapassados, aqueles políticos que não têm independência, que não querem trazer para o País uma posição de lisura no âmbito da nossa Justiça.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Tem o aparte V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Nobre Constituinte Gerson Peres, o Substituto do Relator deixou de avançar o necessário na questão do Poder Judiciário. E avançar o necessário no Poder Judiciário é se o Relator tivesse adotado a proposta que passou na Comissão Temática – perdão, foi derrotado na Comissão Temática, mas passou em outra Comissão – que é a criação do Tri-

bunal Constitucional. O Tribunal Constitucional, nas democracias modernas, nas democracias plenas, cumpre uma função da maior importância. Infelizmente não foi acolhida a proposta do Tribunal Constitucional, e o Relator não introduziu um mecanismo de democratização do Poder Judiciário. Não introduziu – e, nesse sentido, V. Ex.<sup>a</sup> tem razão; o Conselho Nacional de Justiça é uma possibilidade – eu digo até tímida – de estabelecer certos meios, certos mecanismos, de democratização do Judiciário, porque, Constituinte Gerson Peres, há dois aspectos na questão do Judiciário: se é necessário defender a autonomia, a plenitude das prerrogativas do Judiciário, e todo o apoio para que o Judiciário possa exercer plenamente as suas funções, é necessário também estabelecer mecanismos de controle de fiscalização, porque V. Ex.<sup>a</sup> sabe que esse problema é sério.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Esse mecanismo, nobre Constituinte...

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Por isso que eu acho que o Conselho Nacional de Justiça é uma proposição correta que está aí. Mas, não...

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – V. Ex.<sup>a</sup> está equivocado! V. Ex.<sup>a</sup> sobrepõe a um poder outro poder: cria um poder maior e isso não pode; contraria o princípio da harmonia entre os poderes. Quem fiscaliza o Judiciário é o Legislativo e o próprio Executivo. Eles se fiscalizam entre si; eles têm meios administrativos e de relacionamento que vão proporcionar esse tipo de fiscalização. Mas, não um corpo estranho, como poder supremo, para saber se um juiz está certo ou errado na sua comarca. Vão criar os conselhos estaduais para poder censurar o Tribunal de Justiça! Ora, pelo amor de Deus! Que o Poder Legislativo, que a Assembléia Legislativa dos Estados se insurja contra o Poder Judiciário, pedindo explicações sobre as suas contas, tudo bem! É de poder para poder. Mas, criar um outro superpoder de origem espúria, inclusive buscando advogados na Ordem dos Advogados do Brasil, promotores públicos, para censurar o Poder Judiciário? Não, pelo amor de Deus, não tem lógica.

**O SR. CONSTITUINTE PRISCO VIANA:** – Permite-me V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Tem o aparte V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE PRISCO VIANA:** – Se entendi, que argüi V. Ex.<sup>a</sup>, que o processo de nomeação dos Membros da Suprema Corte assegura uma influência política do Poder Executivo, o que V. Ex.<sup>a</sup> propõe é uma transferência dessa influência do Poder Executivo para o Poder Legislativo.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Não! Poder Judiciário, nomeação no Poder Judiciário.

**O SR. CONSTITUINTE PRISCO VIANA:** – Vou concluir o aparte. Creio que a solução encontrada é a melhor porque o Presidente da República nomeia depois da aprovação feita pelo Senado Federal; quer dizer, o Ministro do Supremo Tribunal Federal só é nomeado depois que uma das Casas do Congresso Nacional, o que equivale dizer, o Congresso Nacional aprova aquela indicação.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Pior ainda.

**O SR. CONSTITUINTE PRISCO VIANA:** – A solução aqui alvitada desde o início dos trabalhos constituintes, da criação de um Tribunal Constitucional, é inteiramente inaceitável na medida em que conduziria, fatalmente, a

uma politização do Poder Judiciário. Os juizes seriam nomeados, a Corte seria composta – segundo a proposta que apareceu na comissão Temática – pela Câmara dos Deputados, pelo Senado Federal, logo, uma nomeação ou uma composição subordinada a interesses e a circunstâncias políticas. E a experiência em várias nações, das poucas que adotam esse sistema, quase todas concentradas na Europa Central, é a de que os Tribunais Constitucionais conduzem mais a uma politização da justiça do que a uma jurisdicionalização da política. De sorte que é uma experiência que não aprovou nesses países e seria extremamente temerária transplantá-la para as práticas do nosso País.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Nobre Constituinte Prisco Viana, agradecendo o aparte de V. Ex.<sup>a</sup>, que em muito enriquece o meu pronunciamento, estou de pleno acordo no que diz respeito ao Tribunal Constitucional. Também sou contra a sua criação. Ai é outro tipo de inovação que só vem, realmente, atrapalhar. O que penso é que um princípio de poder tem que ter lógica. Se no Poder Executivo quem nomeia é o Presidente da República, e no Poder Legislativo são os Presidentes do Legislativo, no Poder Judiciário também deve ser o Presidente do Poder Judiciário. De outra forma, há uma diminuição de poder. Não há ninguém que possa raciocinar de outra maneira.

**O SR. CONSTITUINTE NILSON GIBSON:** – Mas não é DAS?

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Não, não é! E nem DAS, Deputado, pelo amor de Deus! V. Ex.<sup>a</sup>, que é um estudioso, sabe que nem DAS.

O que eu gostaria que o Constituinte Prisco Viana entendesse era que houvesse, realmente, uma sincronização de pontos de vista, de princípios. Agora, veja bem, Constituinte Prisco Viana: V. Ex.<sup>a</sup>, que é um político como eu, tem experiência e sabe que juizes do interior dos estados brasileiros, a não ser que os políticos queiram trazer juizes debaixo do braço. Eu nunca me elegi assim, nunca participei em negociatas com juizes e nem tenho ligações com juizes, de forma que posso falar à vontade. Quero dizer a V. Ex.<sup>a</sup> o seguinte – vou citar um fato: Prefeito Municipal de São Caetano de Odivelas, no Estado do Pará. Corrupto, réu confesso, que se havia apropriado de setenta milhões de cruzeiros da Prefeitura. Muito bem! A Justiça levou quatro anos e meio para se pronunciar e só se pronunciou com a substituição do juiz, que ganhou a sua promoção enquanto não condenou o réu. Mas, o Governador, ou por um lapso, nomeou uma mulher. E essa mulher pareceu ser digna. Pareceu e o foi, e resolveu condenar o Prefeito a 5 anos de prisão, perda de mandato e direitos políticos por 4 anos. Pelo art. 201 do CPC. V. Ex.<sup>a</sup> sabe, há efeito suspensivo, o processo sobe **ex officio** e o Tribunal está lá, até hoje, com o processo na gaveta do Tribunal de Justiça do Estado do Pará. E não se pronunciou há mais de um ano sobre uma sentença dada em primeira instância, por uma juíza digna, e omitida por outro que estava na pendência de obter um lugar por ato do Poder Executivo. Esse tipo de procedimento advém da natural influência que exerce o Poder Executivo. Os tentáculos do Poder Executivo são muito grandes. É como se quer fazer agora no Capítulo da Ordem Econômica e Social – se quer dar ao Poder Executivo o poder de desapropriar sem o controle jurisdicional. Ora, nós que lutamos tanto para que restabelecêssemos o estado de direito, e todos os senhores aqui sabem que o estado de direito se assenta nesta trindade que dá substância ao próprio estado de direito – igualdade, legalidade e controle jurisdicional – quando você saca um desses princípios, o Estado fica capenga, não existe estado

de direito. Quando se transfere ao Executivo um poder imenso nas mãos – o Poder Executivo é posto no lugar por competição partidária, por luta de palanque, por achincalhe, às vezes, com ódios, com paixões, com passionaisismos – os adversários dele serão presas fáceis nas suas mãos. É um meio de coagir. Então, não teremos estado de direito. Quando ouço, como ouvi, ontem ou anteontem, um brilhante parlamentar, aqui, invocar o decreto do ex-Presidente Costa e Silva para justificar o artigo que dá ao juiz, de plano, o dever de deferir a inicial da desapropriação, quando o ouvi, disse: "meu Deus, não estou entendendo mais nada!" Vão buscar a sustentação da justificativa num estado de exceção para fazer uma Constituição nova dentro de um estado de direito, como, meu Deus? Não estou entendendo! Ai, por trás disso, há interesses muitos, de sustentação e de domínio de poder por muito tempo. Nós não estamos querendo democratizar o Brasil; democratizar o Brasil é realmente estabelecer o estado de direito com o controle jurisdicional, com a legalidade, com a igualdade. Só assim é que existe estado de direito. Fora disto não é. É utopia! É mentira! E na reforma agrária se quer introduzir o estado totalitário, dando ao Poder Executivo o poder de desapropriar, através de um processo que se forma e se constitui numa exposição e, depois, se resume numa petição inicial, que é dada, através do órgão fundiário, à Justiça, e o juiz é obrigado, pela constituição, como está escrito aqui, a deferir, não podendo apreciar, não tendo o direito de indeferir. Meu Deus, que juiz é esse? De onde surgiu essa espécie, essa forma, esse modelo de juiz, que só tem que deferir e não tem o dever, o direito constitucional de julgar e indeferir? Onde está o direito de cidadão? Hoje, é a propriedade rural, amanhã, são os lares, são os quintais da família, e, aos poucos, o estado de direito desaparece lentamente. Vejam bem: busquei esse exemplo para mostrar a V. Ex.<sup>as</sup> que até aí querem diminuir o Poder Judiciário. A força máxima de sustentação de um Estado democrático repousa na independência, na autonomia de um Poder Judiciário. É este que deve ser o nosso dever de Constituintes, se quisermos perpetuar uma democracia. Mas, se quisermos brincar de democracia e restabelecer um novo estado de exceção, façamos como está aqui, e V. Ex.<sup>as</sup> conferirão ainda comigo, dentro de um prazo, se estou certo ou errado.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup>.

Concedo a palavra ao Constituinte Siqueira Campos.

**O SR. CONSTITUINTE SIQUEIRA CAMPOS:** – Sr. Presidente, nobres colegas de comissão, manifesto-me a respeito do substitutivo do relator, chamado Cabral 2, com uma certa alegria, mas, por não ser tão abrangente, total, com ele não me posso declarar satisfeito, porque o Estado do Tocantins não está inserido neste substitutivo; mas muitas conquistas foram conseguidas neste novo substitutivo que o Constituinte Bernardo Cabral submete à comissão de Sistematização.

Sr. Presidente, fica-me uma dúvida, que quero esclarecer junto ao nosso relator e relatores adjuntos, porque me parece que, em dando S. Ex.<sup>a</sup> por aprovada a Emenda nº 24.272 – que é de todo título das Disposições Transitórias, emenda que faz parte do Projeto Apolo 2, que redigi e submeti, desmembrado em 12 emendas, à consideração desta Comissão e do Plenário – S. Ex.<sup>a</sup> aprovou quatro títulos dessa emenda, entre os quais está o relativo às Disposições Transitórias.

O art. 3º desta minha emenda é exatamente aquele que diz respeito à criação do Estado do Tocantins. Ora, se S. Ex.<sup>a</sup> deu como aprovada a emenda – e está na

relação de emendas aprovadas – não posso entender como não possa estar no substitutivo entregue pelo relator o art. 3º, ou que outro número tenha, mas abrigando o dispositivo que cria o Estado do Tocantins.

Sr. Presidenta, o importante é que a primeira emenda apresentada nessa fase, a de nº 20.793, que cria o Estado do Tocantins, juntamente com a Emenda nº 23.399, que é uma outra emenda alternativa que também preconiza a criação do Estado de Tocantins, foram dadas como prejudicadas. Logo, o raciocínio límpido é este: o Relator aprovou o título do Projeto Apolo e, contendo a aprovação do Estado do Tocantins e tanto aprovou que essa emenda relativa a esse título está na relação de emendas aprovadas. No entanto, as duas emendas alternativas, apresentadas no mesmo sentido, por mim também, foram dadas como prejudicadas.

Ora, a prejudicialidade da emenda é em decorrência da aprovação de uma outra semelhante ou assemelhada. E no substitutivo do relator não tem absolutamente nada que diga respeito à criação de Estado. Por antecipação, eu já o sabia, porque o Relator Bernardo Cabral é muito leal e muito fidalgo e S. Ex.<sup>a</sup> dá sempre satisfações àqueles que apresentaram proposições, podendo ou não atender no total ou parcialmente. Tive mais uma vez a consideração de S. Ex.<sup>a</sup> que me explicou da impossibilidade de introduzir essa emenda. Mas S. Ex.<sup>a</sup> aprovou todo o título das Disposições Transitórias do Apolo II, que é de minha autoria, todo um projeto de Constituição, contendo a criação do Estado do Tocantins no seu art. 3º S. Ex.<sup>a</sup> deu como prejudicadas as duas outras emendas que apresentei à parte, emendas alternativas. Chega-se à conclusão de que S. Ex.<sup>a</sup> realmente criou o Estado do Tocantins e que houve um erro da Gráfica ou do Produsen ou em qualquer outro lugar que não fez inserir a vontade do Relator nesse substitutivo. Não posso chegar a outra conclusão.

Sr. Presidente, houve também alguns equívocos de emendas que foram dadas como aprovadas e que, na realidade, não estão no texto nessa condição. Pediria que me fosse proporcionado um encontro com o relator, ou com os relatores adjuntos, no momento preciso, para esclarecer essas dúvidas, porque os documentos oficiais da Assembléia Nacional Constituinte que já se transformam em documentos históricos não podem consignar equívocos, erros. A meu ver, precisamos aclarar isso. Não vou questionar nada, porque não quero aprovar nada à força, nem à base do constrangimento a ninguém. Todos somos livres, agimos de acordo com a nossa consciência. Na hora em que a **glasnost** funciona até na União Soviética, o homem vai-se tornando cada vez mais livre. Ele não vai ser subjugado, não vai ser obrigado a aprovar qualquer coisa contra a sua vontade, por pressão de quem quer que seja. E eu não faria isso. Tanto é que, absolutamente, apesar do desagrado que me causou em não ver o Estado do Tocantins inserido nesse novo Substitutivo, apesar da decepção profunda que tive em ver ausente da sua morada costumeira o ambicionado Estado do Tocantins pelo qual luto há tantos anos, razão maior da minha vida, não estar nesse substitutivo, eu não me aborreci, não me revoltei contra ninguém. Insisto pregando a necessidade de se criar o Estado do Tocantins, não por uma razão de interesse meramente local ou regional, mas de interesse nacional.

O Estado do Tocantins será erigido com o desmembramento da Amazônia legal de Goiás, que fica ao meio da Amazônia Central e do Nordeste. É uma área a que há mais de dois séculos acorrem nordestinos para lá, em

busca dos primeiros socorros, do primeiro apoio, para salvarem-se da fome que grassa nas regiões onde eu tive a sorte de nascer; no Ceará e nos demais Estados. É onde se prepara no primeiro apoio, no alento, na assistência que se dá ao nordestino, as suas condições físicas e psicológicas, para se adentrarem nas matas da Amazônia para, no processo civilizatório, rasgar aquelas matas invias e implantar os núcleos de civilizações, que alargam as fronteiras da Pátria; é ali no meu futuro Estado.

Há uma necessidade de determos o êxodo tanto do Nordeste como da nossa Região Amazônica em direção a Brasília, a São Paulo, ao Rio de Janeiro, a Belo Horizonte; metrópoles que estão a explodir com as suas periferias tão saturadas de pessoas que vivem em condições miseráveis, em barracos miseráveis, removendo entulhos e lixos para sobreviverem, que afrontam a nossa consciência de povo livre. Temos que arranjar outras alternativas. O Brasil só pode crescer em direção ao Centro-Oeste e à Amazônia; é a experiência mais importante que poderemos fazer para criar novos Estados – sim, porque a criação de Estado é o investimento mais barato, mais seguro, porque se cria uma estrutura de assistência e apoio às populações marginalizadas e se permite a exploração de potenciais de riquezas que estão abandonadas. É um investimento baixíssimo. Então, é necessário que todos entendam que as razões são nacionais, não é uma bandeira de oportunismo político, eu não sou candidato a nada. Já vou para os 20 anos de vida pública e me confesso alegre por aquilo que pude realizar, frustrado por não ter realizado tantas coisas que gostaria, mas estou alegre em ter podido dar uma contribuição, com a graça de Deus e ajuda de meus companheiros, à evolução e ao progresso deste País. Estou contente, estou satisfeito, porque sei que conto com os meus companheiros, porque tenho fé em Deus e no coração generoso de cada um, na mente livre de cada um, na consciência de cada um, no patriotismo de cada um; por isso eu não fico a implorar o voto, – voto que eu imploro nas minhas orações, orações que faço em favor de todos, para que todos tenham a mente iluminada, para não só proteger as suas famílias, proteger as suas estruturas políticas, proteger os seus Estados e o nosso País, que precisa de homens livres devotados à causa do desenvolvimento nacional e à felicidade do povo brasileiro, como são os membros desta Comissão.

Estou certo de que esses documentos saem com algumas incorreções devido à pressa, Sr. Presidente, com que nós agimos, devido ao tumulto que se estabeleceu em nossos trabalhos, e não à incompetência dos homens, sequer dos auxiliares que trabalham nos gabinetes, na datilografia ou aqueles nas composições gráficas, não! É a pressa, a nossa grande inimiga, mas que se identifiquem essas incorreções, para que, amanhã, ao serem lidos esses documentos, não se diga que não tivemos o cuidado de fazer as coisas de forma criteriosa, como realmente estamos fazendo.

Sr. Presidente, gostaria de dizer aos meus colegas que me permito, sim, contar com o apoio de todos, mas, em quem não puder contar não julguem que a ele terei ódio. Cada homem tem uma razão para fazer aquilo que bem entenda; espero, em Deus, que cada um entenda que pode me ajudar, porque espero em Deus, também, que eu possa ajudar nessa tarefa hercúlea que cada um executa aqui, de bem servir ao Brasil. Sou um modesto nordestino que serve ao povo de Goiás, que deseja, junto conosco e com a altiva gente nortense do meu Estado, erigir um Estado que será um exemplo: que vai partir do zero, mas vai aproveitar as suas imensas fontes de riqueza. E a riqueza

maior é a riqueza humana do nosso povo, que deseja realmente dar uma contribuição valiosa com a criação desse Estado, um Estado moderno, racionalmente estruturado, para se mostrar que ali não se fará nepotismo, não se fará empreguismo, mas ali não haverá desempregados, não haverá fome, não haverá produção de índice abaixo daqueles das regiões mais desenvolvidas, e que poderemos suprir todos os mercados brasileiros que hoje têm carência de produtos. Temos condições de abastecer esses mercados e muito mais ainda, de dar uma contribuição valiosa para a eliminação da fome e da injustiça em nosso País.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Agradeço a colaboração de V. Ex.<sup>a</sup>.

Tem a palavra o eminente Constituinte Nelson Carneiro.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Quarenta e oito horas depois de conhecido o Substitutivo Bernardo Cabral, desejo fazer uma afirmação; nós os parlamentaristas, temos restrições e refiro-me apenas ao sistema de governo, a minha oração será exclusivamente sobre o sistema de governo – a vários dispositivos do Relatório Bernardo Cabral, do parecer, mas nem por isso estamos engrossando as fileiras dos presidencialistas; queremos a união dos parlamentaristas para rever vários dos dispositivos oferecidos pelo Constituinte Bernardo Cabral. Nesta oportunidade terei a pretensão de responder às afirmações que ontem fez desta tribuna o nobre Constituinte Carlos Sant'Anna. Lerei trechos de uma conferência que fiz na Escola Superior de Guerra, no dia 8 de julho de 1985, portanto, há mais de dois anos. Dizia o seguinte:

"Pela primeira vez na história constitucional brasileira a emenda José Sarney não limita os poderes dos Constituintes na elaboração propriamente dita da nova lei maior."

Nem sempre foi assim, Em 1824, o decreto de 7 de março conferiu aos Constituintes "... poderes amplos para cumprir e desempenhar as augustas funções que lhes são cometidas e para que, com os mais Deputados das cortes como representantes da Nação portuguesa possam preceder à organização da constituinte política dessa monarquia mantida a religião Católica Apostólica Romana e a dinastia da Casa de Bragança, tomando por base fundamentadas as Constituições da monarquia republicana espanhola, com as declarações e modificações, etc..."

Isso é de 1824. Tinha, portanto, limite às ações da Assembléia Constituinte.

A de 1891, que foi o decreto de 23 de junho de 1890, criando a constituinte de 1891, logo estabelecia que o Congresso elegeria o Presidente e o Vice-Presidente da República, criava logo o segundo cargo "por maioria absoluta de votos no primeiro escrutínio" e "por maioria relativa no segundo escrutínio". A seguir, daria por concluída a sua missão constituinte e, separando-se em Câmara e Senado, encetaria o exercício de suas funções normais. Quer dizer, a Constituinte já foi convocada, tendo o seu espartilho criado pelo decreto que a convocou.

A Constituinte de 1934 também teve restrições. Foi criada pelo Decreto nº 22.621, de 5 de abril de 1933, para estudar e votar a nova Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, devendo tratar exclusivamente dos assuntos que dissessem respeito à elaboração, à aprovação dos atos no Governo provisório e à eleição do Presidente da

República. Estava delimitada a ação da Constituinte de 1934.

A de 1946 também delimitou, porque no seu art. 1º da Lei Constitucional nº 15 declarou, expressamente: "Em sua função constituinte terá o Congresso Nacional, eleito a 2 de dezembro próximo, poderes ilimitados para elaborar e promulgar a Constituição do país, ressalvada a legitimidade da eleição do Presidente da República – que já havia sido eleito. E no art 2º: "Enquanto não for promulgada a nova Constituição do País, o Presidente da República, eleito simultaneamente com os Deputados e Senadores, exercerá todos os poderes de legislatura ordinária e de administração que couberem à União, expedindo os atos legislativos que julgar necessários". Portanto, a ação era limitada, Mas, em 1967, veio outra Constituição e foram baixados os decretos de 12 de dezembro de 1966 e 24 de janeiro de 1967, dizendo que se tornava imperioso dar ao País uma Constituição que, além de uniforme e harmônica, representasse a institucionalização dos ideais e princípios da revolução. O decreto tornava desnecessária a aprovação de um regimento interno e fixava 21 de janeiro como data final da votação.

Portanto, todas as Constituintes brasileiras tinham limites, tinham espartilhos criados pelas leis que as convocaram. Só a de 1987, que ora se realiza, não tem esses limites, tem amplitude de ação. Enquanto o Presidente dava essa amplitude às funções constituintes, incidia num equívoco ou num erro, como assinalei naquela conferência: é que entrava na parte regimental, porque dizia ele, no decreto – além daquele equívoco de convocar a constituinte para 31 de janeiro e não 1º de fevereiro, o que me parece conflitante – a afirmação de que a Assembléia pode tudo, até mesmo extinguir a Federação e a República. E, desde logo, invadindo competência estritamente regimental, ficou determinado que o novo texto será votado em dois turnos, por maioria absoluta de votos. E se os Constituintes resolverem que são 3 as discussões e votações e fixarem um **quorum** em 2/3? Também não me parece feliz a limitação do período para elaboração constitucional, ainda que pelo largo período de uma sessão legislativa e sem dúvida a maior de nossa história.

É preciso lembrar que o decreto, salvo engano, fixa, como termo para essa Assembléia Constituinte, a presente sessão legislativa. Aqueles que estão sonhando promulgar uma Constituição no dia 15 de janeiro se esqueceram desse dispositivo – a não ser que se prolongue a sessão legislativa, por uma deliberação do Congresso, pelo ano de 1988.

A Constituição de 1891 durou 102 dias; a de 1934, 244 dias; a de 1946 durou 226 dias; só a de 1967, porque foi fixada a data de início e a data do fim, não foi bem uma Constituinte, foi uma meia sola da Constituição existente, essa durou 45 dias.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – muita honra.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Constituinte Nelson Carneiro, é para mim sempre com muita emoção e muita admiração que me dirijo a V. Ex.<sup>a</sup> – Senador pelo Rio de Janeiro – inquestionavelmente, V. Ex.<sup>a</sup> é um dos baianos que mais ilustram e honram esta Casa.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – Muito obrigado a V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – E, além disso, sabe V. Ex.<sup>a</sup>, além do apreço, da admiração, toda uma longa estima, que vem de gerações que me antecederam, de amizade de família com V. Ex.<sup>a</sup> e com a família de V. Ex.<sup>a</sup>. Mas veja V. Ex.<sup>a</sup> que o que eu ontem trouxe à colocação não foi se nós podemos fazer – acredito que o possamos –, foi se nós devemos fazer, porque acredito que não devamos.

Logo em seguida à minha fala, exatamente nesta dialética entre poder e dever, exatamente uma dialética que está contida na forma como foi feita a eleição da Assembléia Nacional Constituinte – ela foi feita em cima de uma eleição congressual e em cada estado, havendo uma disputa acérrima pelos governos estaduais, em que os temas constituintes foram relegados a planos insignificantes, praticamente não questionados, praticamente não sobejamente debatidos, praticamente não conhecidos pela população que votou conosco. Até independentemente da circunstância que já resolvemos aqui e que há até Constituintes que não foram submetidos à eleição agora e que vieram de uma eleição, como Senadores, legítima e que reconhecemos legítima no primeiro instante, mas que, inclusive, não têm nem delegação eleitoral por voto constituinte. Pois muito bem! Em nenhum momento, na minha campanha, ouvi quem quer que seja discutir se deveríamos mudar o sistema vigente – presidencialista – para o sistema parlamentar.

Não quero me alongar, porque não quero fazer uma outra peregrinação. Quero apenas dizer a V. Ex.<sup>a</sup> que veja, por exemplo, que o próprio enraizamento – e ainda há pouco discutia com o Constituinte Álvaro Valle –, o poder presidencialista é tal que aqui se fala nos três Poderes: o Executivo, o Legislativo e o Judiciário, entretanto, se o sistema fosse parlamentarista não se precisaria falar nos três Poderes.

**O SR. CONSTITUINTE PRISCO VIANA:** – Mas se fala em Congresso e não em Parlamento.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Fala-se em Congresso e não se fala em Parlamento. Quer dizer, de tal maneira o enraizamento do presidencialismo, depois de um século praticamente, aí está.

Agora, veja V. Ex.<sup>a</sup> que há uma absoluta incongruência. E como levar isso ao povo? Foi o que eu disse ontem, vamos partir para uma eleição presidencial próxima, o Presidente vai fazer que campanha? Ele vai defender que programas? Ele não tem programa, nem campanha, os programas são de Primeiro-Ministro. O Governo será do Primeiro-Ministro. Então, o Presidente vai defender o quê em praça pública? Ele vai receber que tipo de votação nas praças públicas, se ele vai ser apenas Chefe de Estado?

Quero excepcionar, porque a posição de V. Ex.<sup>a</sup> é diferente da posição do Relator Cabral, mas que colocou no substitutivo um elenco para a Presidência da República que talvez os Chefes de Estados monárquicos tenham mais poder do que os poderes que foram elencados aqui para o futuro Presidente da República. E isto vai nos levar a uma situação muito estranha, é que haverá eleições em cima de candidatura de um Presidente da República que não terá, como tema de discussão e de debates – eu posso estar entendendo errado –, senão a derrubada do parlamentarismo para a reintrodução do presidencialismo, já que eles terão que se dizer Presidentes eleitos, terão que ser Chefes de Governo.

Para finalizar, especialmente para o brilhantismo de V. Ex.<sup>a</sup>, na linha de discussão que V. Ex.<sup>a</sup>, deseja, essas

coisas são fundamentais, do contrário, vamos passar por aqui sem termos debatido coisíssima alguma.

Uma das coisas que ontem disse é que este debate que estamos agora aqui iniciando, esboçando, fazendo, era fundamental para a conclusão do Relator e não o Relator concluir aprioristicamente, por um sistema parlamentarista puro, sem qualquer debate com esta Comissão, sem qualquer debate com quem quer que seja.

Mas, veja V. Ex.<sup>a</sup> que esta Constituinte não é aquela que sai de uma revolução, como a de 1891, em que houve um golpe armado, que derrubou a monarquia como um estado de força. Houve primeiro a situação de fato, que era a situação de força, as Forças Armadas derrubaram a monarquia, tomaram o poder. Então, o estado de força tinha que fazer o estado de direito. Assim, a Constituinte era soberana por si mesma, porque estava enraizada na situação de força de que tinha criado a situação de fato, que tinha que se transformar numa situação de direito. Aqui, não! Estamos com a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte Congressual – sequer foi convocada uma Assembléia Nacional Constituinte exclusiva para que só fossem debatidos os temas constituintes na campanha e para que ela chegasse aqui apenas exclusiva. Isso não houve.

Como sabe V. Ex.<sup>a</sup> – sou apenas médico, professor de Medicina –, na Constituição, há um direito dito instituído, que é o que cada Constituição traz, seja qual for a sua origem.

Podemos nós, por exemplo, sendo convocados pela própria Constituição, numa República que é federativa e a Federação se compartilha com o presidencialismo. Podemos pegar uma República Federativa e, pura e simplesmente, transformá-la em parlamentarismo? É uma indagação a ser analisada. Poder-se-á dar o exemplo da Alemanha, mas não o considero bom, por todas as razões. E a Alemanha seria o único exemplo de uma República Federativa com parlamentarismo. Veja V. Ex.<sup>a</sup> que há outras coisas também curiosas, os Governadores de estado que foram eleitos, e estão num sistema em que encarnam o Governo e o povo encarna no Governador e no Presidente da República. Então, a questão que coloquei, finalizando, não era o poder, era se tínhamos a legitimidade para o dever fazer.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – Agradeço a intervenção brilhante do nobre Constituinte, futuro Senador – já antecipei a profecia –, o Deputado Carlos Sant'Anna. Quero dizer que, no Brasil, não tivemos um golpe armado, não foi preciso que os militares saíssem às ruas para mudar o vigente sistema ou mudar o que existia antes. Foi bastante que o povo, em vez de soldados, enchesse as praças públicas, clamando pela revisão dos processos políticos. E isso desagou no Colégio Eleitoral, que teve a força de uma sacração popular, de uma revolução sem armas. Será que teremos que ensangüentar sempre a Nação para que possamos mudar as suas instituições?

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Permite-me V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – Um momento! Quero concluir.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Peço a V. Ex.<sup>a</sup> que encerre o seu discurso, pois o seu tempo já está esgotado, em virtude do aparte longo do Constituinte Carlos Sant'Anna.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – Compreendo, e V. Ex.<sup>a</sup> me permitirá concluir, explicando aquele momento. Em 1889, a Nação também não esperava a República, a Nação era monárquica, o país era unitário. Mas o que houve? Houve um movimento sem grande penetração popular, no dia 15 de novembro, em que se apanhou, nas vésperas, o Marechal Deodoro, que era monarquista e passou a ser, na hora seguinte, republicano. Esse movimento culminou com o decreto de 23 de julho de 1890. Veja V. Ex.<sup>a</sup>, o decreto da convocação foi feito seis meses depois; a Nação ainda não sabia bem o que era república nem monarquia.

O I Congresso Constituinte dos Representantes do Povo Brasileiro chegou a se chamar o Congresso Constituinte do Povo Brasileiro e não parlamento. Assim, a Nação foi surpreendida, mas, no caso atual, a Nação não o foi. Esse é um velho debate que se vem travando há longos anos a favor do parlamentarismo ou do presidencialismo, as sucessivas emendas Raul Pilla á estão. O acontecimento de 1961 é outro episódio. De modo que não tínhamos que ir para o meio da rua dizer não...

**O SR. CONSTITUINTE PRISCO VIANA:** – Mas houve um plebiscito.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – Houve um plebiscito – não fale no plebiscito.

**O SR. CONSTITUINTE OSWALDO LIMA FILHO:** – E legitimou o presidencialismo.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – Não fale no plebiscito. Essa é uma página triste da história política do Brasil. Era o império da corrupção e do poder presidencial, usando todos os meios de comunicação, era a coação irresistível sobre o povo brasileiro. V. Ex.<sup>a</sup> conheceu o episódio e não deve lembrá-lo em homenagem àqueles que o praticaram, é uma nódoa na vida política dos que exerceram este poder contra o povo, e sem que o povo fosse informado. Mas eu quero concluir...

**O SR. CONSTITUINTE OSWALDO LIMA FILHO:** – Permita-me V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – Com muita honra! Mas antes de dar o aparte a V. Ex.<sup>a</sup>, quero repetir uma coisa que tenho lido muito, que só poderíamos mudar isso por **quorum** de 2/3; só poderemos passar do presidencialismo para o parlamentarismo com votação favorável de 2/3 dos membros da Constituinte. Se, por maioria absoluta, podemos acabar com a República; se, por maioria absoluta, podemos acabar com a Federação, precisamos de 2/3 para mudar do presidencialismo para o parlamentarismo? Onde é que está escrito isso? Qual foi o constitucionalista que defendeu essa tese?

**O SR. CONSTITUINTE OSWALDO LIMA FILHO:** – Foi o constitucionalista Roberto Marinho.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – Onde é que está essa tese até hoje? É um absurdo, nunca vi ninguém dizer isso, nem o mais exagerado dos presidencialistas ocupou esta tribuna para defender tal tese.

Ouçoo, agora, com muita honra, e vou pedindo licença a V. Ex.<sup>a</sup>, é o último aparte, como contribuição.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Pondero a V. Ex.<sup>a</sup> que os baianos estão sendo insubmissos quanto ao tempo.

**O SR. CONSTITUINTE OSWALDO LIMA FILHO:** – Nobre Constituinte Nelson Carneiro, V. Ex.<sup>a</sup> e eu estamos nesta batalha há cerca de três décadas lutando pelo parlamentarismo. Se precisássemos de uma inspiração,

bastaria nos acercar das lições de Rui Barbosa, que, na sua campanha civilista, pregava o seu arrependimento profundo pela instituição do presidencialismo e louvava, exaltava o sistema de gabinete como a única forma democrática de governo.

O que me espanta, hoje, não é nada disso, porém, as consciências mais límpidas deste País, homens da isenção do mestre Afonso Arinos, já reviram as suas convicções para adotar as formas mais civilizadas, aquilo que o professor Fernando Henrique chama "as formas ocidentais de governo", que estão no parlamentarismo. Mas, o que me espanta é a convicção recente do presidencialista José Ribamar da Costa Sarney. Sua Excelência foi parlamentarista como nós, nesta esta Casa, durante várias Legislaturas. E me espanta também o ardor pelas diretas do nobre Líder do Governo, o meu prezado amigo Deputado Carlos Sant'Anna. Nenhum deles reflete que o Presidente José Sarney não está exercendo nenhum mandato direto, e reivindica cinco anos. Concordo que Sua Excelência deva exercer esse mandato por cinco anos. Ele o reivindica. Ele não tem nenhum mandato direto do povo. Ele tem um mandato indireto, que nós lhe concedemos aqui, no Colégio Eleitoral.

Por que esse súbito ardor pelas diretas, do nobre Constituinte Prisco Viana, que era defensor do Colégio Eleitoral nesta Casa, do Presidente da República, que se conformou...

**O SR. CONSTITUINTE PRISCO VIANA:** – E nele votei, como V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE OSWALDO LIMA FILHO:** – Mas eu votei pelas diretas; V. Ex.<sup>a</sup>, não.

**O SR. CONSTITUINTE PRISCO VIANA:** – E votou no colégio Eleitoral.

**O SR. CONSTITUINTE OSWALDO LIMA FILHO:** – Votei. E votei com a declaração de voto dizendo que o que devíamos fazer era instituir o regime parlamentar. Se V. Ex.<sup>a</sup> ou alguém se der ao trabalho...

**O SR. CONSTITUINTE PRISCO VIANA:** – Saiba V. Ex.<sup>a</sup> que eu votei a Emenda Constitucional nº 26, reinstituindo o sistema de eleição direta. V. Ex.<sup>a</sup> sabe que todos nós políticos somos vítimas inexoráveis das circunstâncias. No momento adequado, votei pelo restabelecimento do sistema de eleição direta, inclusive, exercendo, naquela ocasião, um voto de liderança.

**O SR. CONSTITUINTE OSWALDO LIMA FILHO:** – Veja bem V. Ex.<sup>a</sup>!

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos. Fazendo soar a campainha.):** – Solicito aos nobres Constituintes, não façam apartes cruzados.

**O SR. CONSTITUINTE OSWALDO LIMA FILHO:** – O que eu estranho é esse súbito ardor que, de repente, faz entender que só é democrática a investidura do Presidente se for exclusivamente pelo voto direto. A maior, a mais pura das democracias no mundo moderno sempre foi, há muitos anos, o Reino Unido da Grã-Bretanha, da Irlanda, onde não há eleição direta.

**O SR. CONSTITUINTE PRISCO VIANA:** – Mas ali há uma monarquia.

**O SR. CONSTITUINTE OSWALDO LIMA FILHO:** – V. Ex.<sup>a</sup> fala em monarquia. A Rainha da Inglaterra tem tanto poder quanto o **Sargent Of Army** da Câmara dos Comuns. Ela desfila em algumas ocasiões. O poder, sabe V. Ex.<sup>a</sup>, que é um estudioso de Direito Constitucional, é exercido pela Câmara dos Comuns, pelo Gabinete, pelo Primeiro-

Ministro. O que estranho em tudo isso é que todos enxergam que o presidencialismo tem sido, nesses 98 anos, uma sucessão de crimes, de atentados, de suicídios e renúncia de Presidentes. E é a opinião de Rui Barbosa...

**O SR. CONSTITUINTE PRISCO VIANA:** – Rui Barbosa não era parlamentarista. Invoco o Constituinte Nelson Carneiro.

**O SR. CONSTITUINTE OSWALDO LIMA FILHO:** – ...no fim da sua vida, era parlamentarista; no fim de sua vida, adotou o parlamentarismo e vou trazer aqui e vou ler até amanhã, se me for permitido, os discursos de S. Ex.<sup>a</sup> a respeito. E o ilustre Ministro da Justiça, Sr. Paulo Brossard, tem a respeito um livro admirável, mostrando a conversão de Rui Barbosa ao parlamentarismo. Por isso, nobre Constituinte Nelson Carneiro, é uma falta de amor pelo Brasil imaginar continuar este regime tribal, primitivo, tosco, que é o presidencialismo, sobretudo com as suas cores latino-americanas.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – Agradeço a contribuição de V. Ex.<sup>a</sup>, mas quero fazer uma declaração: o que é preciso é que nós, os civis, os parlamentares, os que vivemos do voto, os que representamos a Nação não atribuamos maior valor ao Movimento Militar de 64, do que aquela epopéia cívica que foi o povo nas ruas, pedindo eleições livres, a mudança do sistema, a mudança do regime. Portanto, a manifestação popular, aos meus olhos, tem muito mais significado do que aquele Movimento militar de 1964. O Movimento de 1984 foi muito mais impressionante, porque a Nação que foi às ruas. Isso precisa ser levado em conta. Este não é o golpe que derruba com as armas; é o golpe que derruba com a consciência cívica, com o protesto da população.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Todos sentimos imenso prazer em ouvir V. Ex.<sup>a</sup> mas, infelizmente, tenho que ser fiscal do Regimento.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – Vou concluir, Sr. Presidente. Eu não desço a exame dos homens públicos que mudam de opinião. Só aqueles homens que não acompanham os acontecimentos, que não se debruçam sobre os fatos, sobre os episódios da vida, é que não mudam nunca; são inflexíveis do primeiro ao último dia das suas vidas. Os homens públicos podem mudar, os homens públicos devem mudar quando virem que as suas convicções estão equivocadas. E o exemplo maravilhoso, palpitante que aí temos diante de nós e que se invoca como se fosse um labéu e, ao contrário, é um motivo de júbilo, um motivo de glória, é a posição do nobre Presidente desta Comissão, Afonso Arinos; ardoroso presidencialista, afinal se rendeu, não por ambição, não por suborno, não por coação mas por convicção, por se debruçar sobre as realidades, por estudar melhor os acontecimentos que se desenrolam neste e nos outros países; mudou a sua posição. O ardoroso presidencialista de ontem converteu-se no destemido e constante advogado da causa converteu-se no parlamentarista de hoje. Vamos respeitar os que têm coragem de mudar de opinião quando estão certos de que erraram, de que estavam caminhando errado. Não vamos apedrejar os que têm essa nobreza. Não! Eu não discuto os nomes, não discuto os homens; discuto a sinceridade com que eles mudam dessa ou daquela posição. Nós, homens públicos, mudamos sempre. Desgraçado seria o País em que os homens não tivessem tal maleabilidade para acompanhar os acontecimentos e servir aos interesses nacionais.

Sr. Presidente, concluo, agradecendo a excessiva benevolência de V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Muito obrigado!

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – Acredito que, desta vez, se travou um debate que deve ser a característica desta reunião, um debate sobre os temas políticos, um debate sobre os temas constitucionais. Quero deixar claro que esta Constituinte tem amplos e ilimitados poderes e pode votar tudo por maioria absoluta de votos

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOINO:** – Sr. Presidente, peço a palavra para urna questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem a palavra V. Ex.<sup>a</sup>, para uma questão de ordem.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOINO:** – Sr. Presidente, a questão de ordem é da maior importância, porque diz respeito a este trabalho que estamos fazendo aqui, de coleta de destaques. Existe uma dúvida que a Presidência da Comissão de Sistematização precisa dirimir, que é a seguinte: o Relator deu parecer sobre as emendas apresentadas pelos nobres Constituintes, mas existem emendas que não estão na listagem apresentada no substitutivo II, que são as emendas populares, defendidas pelos seus representantes no plenário da Comissão de Sistematização. O Regimento Interno fala, Sr. Presidente, que a Comissão de Sistematização terá que apreciar a emenda popular do ponto de vista técnico-regimental, se ela preenche aquelas condições. Mas a Comissão terá que apreciar o seu mérito. A questão que formulo a V. Ex.<sup>a</sup> é se essas emendas populares, no entendimento que tenho do Regimento Interno, independente do seu conteúdo, aí não é uma questão ideológica, emendas de um tipo e de outro, elas terão que ser apreciadas pela Comissão de Sistematização, no mérito, sem precisar de destaque de qualquer Constituinte da Comissão de Sistematização, porque o Regimento fala que a Comissão terá que votar o mérito das emendas populares. Como existem autores de emendas populares que estão solicitando, apresentemos destaques para aprovação, entendo que o Regimento garante automaticamente que aquela emenda popular, contendo 30 mil assinaturas, ganhou o direito de ser apreciada automaticamente, sem precisar de destaque de seis membros da Comissão ou de doze, caso ela tenha sido acolhida no substitutivo.

Acho importante esse esclarecimento porque, aí, não faremos destaques para essas emendas populares; acho que, além da questão regimental de que essa emenda tem que ter o seu mérito apreciado pela Comissão, independentemente de destaque, acho que é uma questão política, é um respeito à cidadania do povo brasileiro, que assinou as emendas, que se aprecie o seu mérito. E isso deve valer para todas as emendas populares, que preencheram aquelas condições, que não precisaram ser subscritas por Constituintes da Comissão de Sistematização.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – O disposto no Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte é de que cabe à Comissão de Sistematização aceitar a emenda popular que lhe foi apresentada, em vez de tê-lo sido à Presidência da Constituinte, apenas para que ela possa subir à votação do Plenário. É esse o trecho expresso do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte.

Então, as emendas ficam legitimadas, pois o que a Comissão terá apreciado é o preenchimento de requisitos que foram estabelecidos regimentalmente para que elas pudessem tramitar. Isso foi feito, a não ser em poucas emendas que não cumpriram esses requisitos e não foram

subscritas, como V. Ex.<sup>a</sup> subscreveu, e eu também, algumas delas para que pudessem tramitar. Mas isso não impede que qualquer Membro desta Comissão, ou qualquer Constituinte interessado na tramitação dessas emendas preencha as exigências regimentais estabelecidas para o destaque, se quiserem discuti-las e, preferencialmente, destacá-las aqui nesta Comissão.

Então, esse é o entendimento da Mesa, que se compatibiliza com o Regimento. É preciso apenas que, agora, no momento dos destaques, e parece que foram aprovadas 83 emendas, então, é preciso que os interessados na sua tramitação prestem atenção, porque não há distinção regimental para dar a essas emendas uma tramitação privilegiada.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOINO:** – Sr. Presidente, aproveito a outra parte da minha questão de ordem para apresentar à Mesa da Comissão de Sistematização uma sugestão que, por sinal, foi colocada para mim pelo nobre Constituinte Carlos Sant'Anna. A Mesa da Comissão pode dar destaque a essas emendas; a Mesa da Comissão de Sistematização pode oferecer destaque a essas emendas, porque aí nós temos um direito político em que essas emendas seriam apreciadas a partir de um destaque da Mesa da Comissão de Sistematização, a própria Mesa garantiria esse destaque, para que essas emendas sejam votadas; e falo para todas as oitenta e tantas emendas que preencheram as exigências regimentais. Então, esse destaque seria dado pela Mesa da Comissão de Sistematização.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Mas entre as atribuições da Mesa não existe a de dar destaque a nenhuma emenda, seria uma discriminação privilegiada e a Mesa, naturalmente, não pode fazer, porque daria lugar a muitas reclamações, pois teria dado destaque a umas emendas em vez de dar às outras. V. Ex.<sup>a</sup> há de convir que essa equidade tem que ser mantida pela Mesa. Mas, acho que a questão sugerida é de ordem prática, basta que aqueles que quiserem destacar, por exemplo, o Constituinte Nelson Aguiar, que patrocinou e defendeu aqui as emendas relacionadas com o direito da criança, ele pode promover a apresentação do destaque, embora não seja membro da Comissão, obtendo as assinaturas, como nós temos feito, para dar tramitação aos destaques por nós pretendidos.

Que S. Ex.<sup>a</sup> então, com a sua capacidade de aliciamento, procurasse as entidades ou as pessoas interessadas nas emendas apresentadas; e isso foi até bom, pois eu mesmo me considero na obrigação de procurar destaque para a emenda que eu subscrevi, porque não estava preenchendo os requisitos, e foi a emenda que mandou pregar a declaração dos direitos do homem, aprovada pelas Nações Unidas, nas escolas públicas. Então, vou pedir destaque para essa emenda.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOINO:** – Sr. Presidente, entendo que uma emenda que teve 30 mil assinaturas merece, pela Comissão de Sistematização, um tratamento diferenciado de uma emenda apresentada por um Constituinte que vai exigir 6; acho que nenhum Constituinte desta Assembléia Nacional Constituinte vai se sentir discriminado se a Mesa da Comissão garantir que essas emendas que tiveram 30 mil assinaturas, independente do seu conteúdo, o seu mérito seja apreciado; é simplesmente, Sr. Presidente, para que seu mérito seja apreciado. Porque, veja bem, eu vou pedir destaque para as emendas em que concordo com seu conteúdo, V. Ex.<sup>a</sup> vai pedir destaque para as emendas com as quais concorda. Acho que nós

devíamos, aqui, garantir o conteúdo e a igualdade de todas para apreciar o seu mérito da Comissão de Sistematização.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Eu sugiro a V. Ex.<sup>a</sup>, para não ferir o Regimento, que V. Ex.<sup>a</sup> apresente um requerimento, que pode ser individual, por escrito, para que a Mesa submeta à aprovação do Plenário os destaques em globo de todas as emendas populares.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOINO:** – Está bom, muito obrigado, vou fazer esse requerimento.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem a palavra o nobre Constituinte Fernando Santana.

**O SR. CONSTITUINTE FERNANDO SANTANA:** – Ao final da discussão aqui, falou-se muito das pessoas que através do tempo mudaram de posição, e não há exemplo mais importante, assim, do nosso ponto de vista, de que aquele de Anatole France, que, aos 16 anos, era monarquista absoluto, depois evoluiu para a monarquia constitucional; já na meia idade aceitou o sistema republicano, e, ao receber o Prêmio Nobel de Literatura, ofertou os recursos deste prêmio ao socorro vermelho do Partido Comunista francês, aos 80 anos.

Isso apenas para lembrar àqueles que tentaram negar a evolução de Rui Barbosa, tentaram negar a evolução de Afonso Arinos, que é até uma coisa excepcionalmente honrosa quando a gente evolui para o melhor. Então, evoluído o presidencialismo para o parlamentarismo, não ofende ninguém e nem prejudica ninguém.

Mas, Sr. Presidente, o que nós pretendemos trazer aqui hoje seria, tentar mostrar que, nesse relatório, há algumas coisas em que todos nós devemos estar de acordo. O Relator, em um pequeno intróito que fez, diz o seguinte: "Com isso reitero o que antes proclamei; esse trabalho é o resultado do esforço e da convicção pessoais do Relator, que produzindo e abraçando, assume as inerentes responsabilidades e se expõe ao julgamento histórico". E mais adiante diz: "Ofereço à reconstrução da democracia o lançamento dos alicerces do nosso futuro".

Pois bem, Sr. Presidente, aqui neste relatório há assuntos da maior importância que evoluíram no bom sentido, que evoluíram no sentido dos interesses do País; por exemplo, nós sabemos que o primeiro relatório do Constituinte Virgildásio de Senna foi derrotado fragorosamente na Subcomissão A, que tratava de Princípios, Subsolo etc.; foi derrotado fragorosamente e ali se impôs uma aprovação de um anteprojeto que extinguiu o monopólio estatal do petróleo. Lembro-me, de que, naquela decisão da Subcomissão A, da Temática da Ordem Econômica, ficou escrito o seguinte: "É monopólio da União a pesquisa e lavra do petróleo", excluindo a refinação, o transporte, a comercialização, isto é, estatizou-se o prejuízo e privatizou-se o lucro. Por outro lado, naquele mesmo projeto, aprovado na Subcomissão A, definia-se a empresa nacional como aquela organizada segundo as leis do País. Essa definição, segundo foi escrita pelo Constituinte Virgildásio de Senna, foi de autoria do Constituinte Afif Domingos, e a outra que arrebatou o monopólio estatal do petróleo, e também dos minérios nucleares, é de autoria do Constituinte carioca, Rubem Medina, autor da emenda que derrubou o monopólio do petróleo e da lavra, pesquisa e aproveitamento dos minérios nucleares. Também, naquele relatório, foi definida a fronteira nacional, e se permitia que as empresas nacionais, que foram aquelas definidas pelo Sr. Afif Domingos, como sendo organizadas no Brasil, tivessem acesso às riquezas



e a qualquer exploração na faixa de fronteira. Ora, darmos a faixa de fronteira à exploração das multinacionais, porque a definição de empresa nacional, que eles deram, se poderia dizer, matematicamente, assim: "empresa nacional é igual à empresa multinacional". E esta igualdade servia para jogá-las na exploração das fronteiras. Neste mundo "cão" em que estamos vivendo, não seria difícil que três ou quatro multinacionais se colocassem continuamente numa faixa de fronteira e viessem a criar conflitos para, depois, reclamar a separação daquela área para uma potência como, por exemplo, os Estados Unidos, que se julga, hoje, ameaçada pela própria Nicarágua. Avaliem se isto não poderia acontecer. Poderia, naturalmente.

Pois bem! Queremos, aqui, render homenagens, já que se tem feito tantas críticas – e eu também já fiz algumas ao nosso Relator, porque, no seu Substitutivo II, restabelece S. Ex.<sup>a</sup>, de maneira integral, não só o monopólio estatal do petróleo, como também o monopólio dos minérios nucleares. Estou tentando encontrar esta distribuição dele, que está disposta no art. 199, à pág. 156:

"Art. 199. Constituem monopólio da União:

I – a pesquisa e a lavra das jazidas de petróleo e outros hidrocarbonetos fluídos, gases raros e gás natural, existentes no território nacional;

II – a refinação do petróleo nacional ou estrangeiro;

III – a importação e exportação dos produtos previstos nos incisos, itens I e II;

IV – o transporte marítimo do petróleo bruto de origem nacional ou de derivados de petróleo produzidos no País, e bem assim o transporte, por meio de condutos, de petróleo bruto e seus derivados, assim como gases raros e gás natural, de qualquer origem;

V – a pesquisa, a lavra, o enriquecimento, o reprocessamento, a industrialização e o comércio de minérios nucleares e seus derivados.

Parágrafo único. O monopólio previsto neste artigo inclui os riscos e resultados decorrentes das atividades ali mencionadas, vedado à União ceder ou conceder qualquer tipo de participação, em espécie ou em valor, na exploração de jazidas e petróleo ou gás natural."

Esse parágrafo único ainda tem a virtude, a nosso ver, pelo que entendo, de restabelecer o monopólio criado através da Lei nº 2.004, porque, por essa redação, os chamados contratos de risco ficam absolutamente derogados, pois nada existia que contestasse a Lei nº 2.004, nem mesmo portaria do Senhor Presidente da República, à época, o General Ernesto Geisel, que quando propôs os chamados contratos de risco, naquela grande crise do petróleo, em que os preços estavam realmente subindo como um foguete e os nossos recursos baixando como uma flecha; Sua Excelência apareceu na televisão, quase em prantos, porque era um daqueles oficiais que, na época própria, formara ao lado dos que combateram, nas Três Armas, pelo monopólio estatal do petróleo.

Essa medida tomada por Sua Excelência, em 1982, isto é, há quase quinze anos, não deu qualquer resultado. Mesmo ao arrepio da lei, sem qualquer portaria, sem qualquer determinação legal que permitisse os contratos de risco, eles foram feitos, e áreas imensas deste País

foram entregues às multinacionais, para descobrirem petróleo. Até hoje, que tenhamos conhecimento, não apareceu uma só área produtora através das empresas internacionais; ou eles não acharam, o que mostra a competência da Petrobrás, porque, entre a época da abertura dos chamados contratos de risco e a atual situação, a Petrobrás multiplicou por quatro ou cinco a sua produção; e hoje estamos produzindo mais de seiscentos mil barris/dia. É possível que, se as reservas previstas ao sul do Estado do Rio de Janeiro forem realmente exploradas, dentro de pouco tempo, o País chegue a uma situação de equilíbrio, ou até com uma produção superior ao consumo. E tudo feito pela Petrobrás! Nenhuma empresa internacional dentre as grandes que existem no mundo, especializadas na pesquisa e lavra do petróleo, nenhuma delas apresentou, até hoje, qualquer resultado.

Então, de duas, uma: ou eles descobriram e não declararam para criar dificuldades ao País, isto é, para manter o País importando petróleo até mesmo com a economia difícil, ou então não descobriram, e, de qualquer modo, se a primeira hipótese for a verdadeira, a retomada dessas áreas pela Petrobrás é indispensável de imediato. E se a segunda hipótese for verdadeira, isto é, se eles não tiveram capacidade para descobrir, isso mostra que a eficiência, a tecnologia da Petrobrás, na geologia brasileira, é muito superior à deles e, então, não vale a pena que estejamos alienando milhões de quilômetros quadrados do território nacional e entregando à pesquisa de empresas que até agora não demonstraram nenhuma capacidade em descobrir petróleo em nosso território.

Por isso, Sr. Presidente, em meio a essas discussões, a essas divergências, nós queremos chamar a atenção dos constituintes para alguns aspectos altamente positivos que esse relatório apresenta. E acreditamos que em torno desses princípios do monopólio estatal do petróleo e dos minérios nucleares, todos possamos nos dar as mãos e defender intransigentemente o que aqui está escrito.

Chamaria a atenção, também, para um outro artigo das Disposições Transitórias; é aquele que diz:

"Qualquer que seja a autorização de lavra ou pesquisa que não esteja devidamente implementada, que todas essas retornem ao controle da União."

É a única maneira que nós temos, hoje, de reverter em benefício do povo brasileiro essas milhares de concessões que foram feitas, inclusive à British Petroleum, à Brascan e a outras empresas internacionais. Por exemplo, a British e a Brascan somam mais de seis ou sete mil concessões e não é possível, em nenhum país do mundo, que duas empresas possam explorar tantas áreas ao mesmo tempo. E com uma agravante: como não podem ter todas essas concessões diretamente, criam as subsidiárias. Quero informar à Casa que essas subsidiárias, no setor mineral, cujo capital é de um cruzado – são centenas e centenas de capital de um cruzado e até seis cruzados – são uma vergonha! Como é que uma empresa que pretende explorar o setor mineral, que é de alto dispêndio, tem capital de um ou seis cruzados, e tudo isso está passando através do Departamento Nacional de Produção Mineral, sem que se ponha a mão neste verdadeiro assalto ao patrimônio do País?

Então, quando o Sr. Relator coloca nas Disposições Transitórias um artigo que faz reverter ao controle da União tudo isso que foi esbanjado e que não está produzindo coisíssima nenhuma, creio que também nesta parte todos nós, que temos responsabilidade com o futuro desta

Nação – e ele diz no intróito que tentou fazer um trabalho que responda ao futuro e aos interesses da Nação – creio que todos devemos reconhecer que o trabalho do Relator esta sendo da maior importância e tem um embasamento real dos interesses permanentes da Nação brasileira. Esperamos também que assim como tem havido manifestações de vários setores do Governo em torno desse ou daquele princípio, condenando isso ou aquilo, que esses setores também declarem ou demonstrem publicamente o seu intransigente apoio a essas determinações que o Relator coloca na nossa Constituição e que dizem respeito aos interesses permanentes da Nação e, segundo se sabe, as chamadas Forças Armadas têm uma responsabilidade na defesa dos interesses permanentes da Nação e se elas se manifestarem...

**O SR. CONSTITUINTE OSWALDO LIMA FILHO:** – Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. CONSTITUINTE FERNANDO SANTANA:** – Pois não.

**O SR. CONSTITUINTE OSWALDO LIMA FILHO:** – Nobre Constituinte Fernando Santana, V. Ex.<sup>a</sup> historicamente tem nesta Casa uma responsabilidade de luta permanente pelo resgate dos interesses nacionais, sobretudo, em muitos setores, mas principalmente no setor mineral que, como V. Ex.<sup>a</sup> tem salientado com frequência, está sendo e já foi alienado a companhias estrangeiras, sobre tudo nesses últimos 20 anos, de uma forma atentatória aos interesses do povo brasileiro e de uma forma vergonhosa mesmo para o exercício de nossa soberania. Tenho junto a S. Ex.<sup>a</sup> o Relator Bernardo Cabral, feito sentir que o principal objetivo da nova Constituição seria o de assegurar o resgate desses 401 mil quilômetros quadrados de subsolo brasileiro que estão alienados às multinacionais, por todas as formas que V. Ex.<sup>a</sup> tão bem descreve. Qual a minha surpresa, porém, ao verificar que no art. 192, do Título VI, da Ordem Econômica e Financeira, à página 154 do novo anteprojeto, surgiu um dispositivo altamente suspeito que deve ter sido patrocinado pelos conhecidos advogados das multinacionais, que estão representados nesta Assembléia Nacional Constituinte, para infortúnio do povo brasileiro. Diz o § 2º do mesmo artigo:

"A lei não criará discriminação ou restrição, obedecidas as diretrizes econômicas do Poder Executivo, entre empresas, em razão da nacionalidade de origem de seu capital."

O que isso quer dizer?

O que isso quer dizer é que nenhuma lei, se isto for aprovado, poderá, no futuro, conceder qualquer diferença, privilégio ou vantagem a uma empresa nacional, diferentemente do tratamento dispensado a uma empresa de capital estrangeiro. Mas é uma vergonha de tal gravidade poder haver um Constituinte capaz de propor isso e conseguir inserir no texto, porque não há País no mundo que não assegure aos seus nacionais uma série de vantagens e privilégios e não em favor dos estrangeiros. Só mesmo no anteprojeto de Constituição brasileira neste fim do século XX é que se poderia encontrar uma proposta dessa qualidade.

**O SR. CONSTITUINTE FERNANDO SANTANA:** – Concordo inteiramente com V. Ex.<sup>a</sup> que, realmente, este parágrafo é altamente decepcionante, mas como diz o Relator no seu intróito o interesse dele é servir ao futuro do País e acredito que nesta Comissão de Sistematização a emenda supressiva desse artigo terá cabimento. Apesar de que, no § 3º do mesmo artigo, ele diz:

"Não se compreendem na proibição do § 2º a proteção, as vantagens, os incentivos fiscais, os créditos subsidiados e outros benefícios destinados a fortalecer o capital privado nacional..."

Mas aí fala em capital privado nacional, não fala em empresas. Apesar desse § 3º restringir, em parte, o que está dito no § 2º, ele apenas generaliza em termos de capital privado nacional, no mesmo art. 192, § 3º. Há, de certo modo, uma restrição ao § 2º, mas é feita de uma maneira genérica, em benefício do capital privado nacional, ao invés de dizer claramente: em benefício da empresa privada nacional. Porque o capital privado nacional pode se manifestar de várias maneiras. Mas, organizadamente, como diz o § 2º, poderia também no § 3º dizer que esses benefícios não deveriam ter sido senão às empresas nacionais. Eu creio que, emendando o § 3º, para, em vez de chamar-se capital privado nacional, e sim empresa privada nacional, se terá, em grande parte, resolvida a distorção que se quis fazer no § 2º do art. 192.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Solicito a V. Ex.<sup>a</sup> que termine o pronunciamento porque ainda há cinco oradores inscritos.

**O SR. CONSTITUINTE FERNANDO SANTANA:** – Sr. Presidente, eu agradeço a V. Ex.<sup>a</sup> e já terminarei pedindo a todos os colegas que formem uma cadeia inquebrantável, no sentido de nos darmos as mãos e formarmos uma grande corrente dentro desta Constituinte em defesa desses princípios que podem, realmente, assegurar um futuro livre e soberano, não só deste País, mas também deste sofrido povo brasileiro.

Muito obrigado. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Carlos Sant'Anna.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, estou sendo profundamente insistente num tema que considero da máxima importância e continuarei a sê-lo, até que sejamos atendidos ou percamos as esperanças.

Vamos começar quinta-feira a votação do substitutivo do Relator e, até hoje, as regras da votação desta Comissão de Sistematização não estão adrede conhecidas.

Não se diga, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, — eu tenho insistido e voltarei a insistir — que o Regimento da Comissão ou o Regimento da Assembléia Nacional Constituinte são suficientes para as diversas questões necessárias para a votação. Não são. Tanto não são, que já, aqui, há talvez não sei quantos dias, porém há mais de uma semana, levantei pessoalmente, daquele microfone de apartes, uma questão de ordem em que fiz a listagem de uma série de questões relativas a destaques, — amanhã começam os destaques — e, por exemplo, fiz perguntas do tipo das seguintes, entre outras: — podemos nos destacar de uma emenda maior, trechos da emenda? Podemos nos compor destaques, destacando trechos de uma emenda, com trechos de outras emendas apresentadas, conexas, relativas, ao mesmo tempo e fazermos um destaque cheio de seqüências, compondo com várias emendas? No caso da preferência, como é que vai ser a preferência? Estranho, Sr. Presidente, ouvir dizer que a preferência, é pela fila que já está lá estabelecida desde à tarde: que a preferência vai ser através da fila e da ordem com que as preferências, por acaso, tenham sido pedidas. Eu sei, e V. Ex.<sup>a</sup> pode me dizer que isso não é verdade, porque os temas são de tal natureza importantes e polêmicos, a serem debatidos e discutidos, que essa preferência deve resultar de uma ques-

tão muito mais de entendimento entre todos e tantos pelo plenário, pelas lideranças, etc., do que meramente pela ordem cronológica de quem apresentou preferência nº um ou a preferência nº dois.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Nobre Constituinte, vou apenas dar uma informação a V. Ex.<sup>a</sup> que talvez represente a economia de tempo. Ontem, numa reunião com o Presidente Ulysses Guimarães, o Presidente Afonso Arinos, o Constituinte Brandão Monteiro e assessoria e também com o Constituinte Nelson Jobim, nós examinamos inclusive as questões apresentadas por V. Ex.<sup>a</sup>, e já tomamos algumas decisões a respeito de todas de preferência, de acordo com a norma estabelecida...

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Das quais, entretanto, eu pessoalmente ainda não tenho conhecimento...

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Porque essas normas estão sendo datilografadas e, amanhã, todos os Constituintes as receberão. Apenas, eu fui voto vencido no requerimento que nós – eu, V. Ex.<sup>a</sup> e o Constituinte José Fogaça – apresentamos, e que ainda continua pendente de deliberação do Presidente da Comissão. Infelizmente, até agora, não teria havido número para nós. Mas a preferência, de acordo com o nosso Regimento, é que qualquer dos membros da Comissão poderá requerê-la e depende da deliberação do Plenário...

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Não é o requerimento veja bem...

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Agora, vou lhe dar mais algumas informações: a ordem de votação será pelo índice do Projeto; começa-se a votar o preâmbulo até as Disposições Transitórias, por ordem de distribuição do texto do Projeto. Mas, nada impede que qualquer Constituinte requeira a modificação dessa ordem, pedindo preferência para que os títulos, ao invés de serem submetidos a esse ordenamento, possam ser votados preferencialmente.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – V. Ex.<sup>a</sup> poderá, inclusive, utilizar o tempo, em seguida ao meu curto tempo de exposição, aqui nesta tribuna...

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Eu não devo apartear, estando na Presidência, mas achei que lhe dando essas explicações, poderia antecipar alguns esclarecimentos...

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Foi muito interessante. Mas, o objetivo maior, estando nos reunindo todo dia, era trazer ao debate essas questões que não estão contidas no Regimento ou são interpretativas do Regimento, para esta Comissão de Sistematização, porque, afinal de contas, nós vamos receber decisões mais uma vez programadas em gabinetes fechados, quando queríamos, aqui, discutir essas questões interpretativas e também opinar sobre elas, porque elas vão ser realmente muito importantes.

Recordo-me, por exemplo, que na primeira reunião da Comissão de Sistematização, eu levantei uma questão de ordem, na qual eu dizia que o sistema de Governo era de tal modo importante, de tal modo definidor, que antes que comessem os trabalhos das Subcomissões, deveríamos, talvez, todos nós estabelecer uma grande discussão e uma decisão norteadora dos trabalhos da Constituinte, a propósito de sistemas de Governo.

Entretanto, naquela ocasião, prevaleceu o entendimento da questão de ordem feita pelo ilustre Senador Afonso

Arinos que embora tivesse pensado assim, isso, entretanto, não iria ser feito dessa forma.

Ora, mas nós estamos entendendo, por exemplo, Sr. Presidente, que o problema de sistemas de Governo, como outras questões que são a Reforma Agrária, a questão tributária, são de tal importância que deverão ter uma preferência muito especial. E que esta preferência não deve ser nem pela ordem cronológica necessariamente dada, nem deve ser, tampouco, pela seqüência de começar a votar pelo preâmbulo, pelo art. 1º, pelo art. 2º etc., porque há questões que são extremamente importantes a serem definidas e que dependem, evidentemente, do estabelecimento dessa preferência.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Permite um aparte?

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Ouço o aparte de V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Nobre Constituinte Carlos Sant'Anna, eu sou testemunha das preocupações de V. Ex.<sup>a</sup>, com relação às normas que devem ser precisadas pela Comissão de Sistematização sobre o Processo de votação. Parece-me que há duas questões em que podemos expressar a nossa concordância. A primeira é a seguinte: dentro de cada título ou capítulo, deve-se estabelecer que existe a ordem de destaque pela ordem de chegada. Certamente a fila não é de preferência, mas pela ordem dos destaques. Certamente vão existir assuntos que vão exigir uma preferência que é o requerimento de preferência ao iniciar a votação, ao iniciar a sessão, que é exatamente a preferência do título ou capítulo. Dentro daquela preferência a ser requerida não hoje, não amanhã, mas a partir da sessão que se instala na quinta-feira à noite, ou quinta-feira de manhã, se puxa o título ou capítulo. Outra questão que eu acho importante ser discutida pela Mesa da Comissão e se chegar a um acordo entre todos os Partidos, é a possibilidade de quando se tratar de uma emenda substitutiva que envolva todo um título, todo um capítulo, pela sua dimensão política, deve ser permitida emenda à subemenda, seria a figura da subemenda. Senão, vai-se criar um impasse.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Exatamente, mas permita-me entrar num contra-aparte: se essas definições não forem tomadas por antecipação, em cada caso nós vamos ter aqui divergências, questões de ordem que vão tumultuar o processo e, por isso, venho eu insistindo em que coisas desse tipo deveriam ser decididas aqui, talvez até com um **quorum** bem maior, e que fossem definitivamente acertadas por nós. Aí, então, no processo de votação, nós não teríamos problemas.

Ainda agora, por exemplo, na medida em que estou fazendo os destaques e que estou preparando destaques, por exemplo, para emendas presidencialistas, vejo que cada uma delas tem um aspecto que me parece mais interessante, que eu estimaria poder destacar para poder formar um modelo, um tópico de uma emenda, um tópico de outra emenda, etc. E sabe V. Ex.<sup>a</sup> que, até agora, o ilustre Presidente Afonso Arinos, a quem levantei a questão de ordem, não soube me responder se posso ou não fazer isto. Os regimentalistas da Casa, a quem consultei, uns dizem que posso, outros dizem que não posso. Então, fico sem saber se ao montar a nossa estratégia de como enfrentar o problema dessa forma, poder, por exemplo, ter denegada a solicitação por se dizer que isto não é permitido e, ao mesmo tempo, deixar de utilizar um mecanismo que pode ser feito, se isto for permitido. Todavia, essa decisão não sei, não tenho e ninguém me responde, porque os regimen-

talistas da Casa, consultados, divergem entre si: uns acham que pode, outros acham que não pode, etc.

Daí a necessidade que acho que nós todos deveríamos ter, da definição clara dessas regras.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Um dos critérios, nobre Constituinte – vou terminar o meu aparte – poderia ser o seguinte: é claro que não podemos permitir emendar uma emenda que incida sobre um artigo, ou sobre uma alínea, ou sobre um inciso. Mas, na medida em que há uma emenda de totalidade, de um título, ou de um capítulo, na sua totalidade, é necessário se ver como fazer uma emenda dessa emenda substitutiva maior, porque senão se cria um impasse. Esse impasse poderá existir em relação ao sistema de governo, como ele poderá existir em outros temas. Acho que é importante definir um critério; não permitir que se possa emendar em tudo, mas pelo menos, estabelecer um limite em que essa possibilidade pudesse se verificar. Agradeço o aparte a V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Obrigado, nobre Constituinte.

Quero finalizar, Sr. Presidente, dizendo que tenho, por outra parte, insistido em que houve um equívoco muito grande em relação a essa Comissão de Sistematização. Nesta Comissão deveria ter havido o grande debate, a partir do instante em que houve a compatibilização dos projetos que vieram das comissões temáticas e das subcomissões. Deste debate que deveria ter existido aqui, e do trabalho que esta Comissão de Sistematização deveria ter feito, pela sistematização das emendas, pela sua separação, pela sua avaliação, na presença do Sr. Relator e auscultando e sentindo o debate havido aqui lleso, comissão, S. Ex.<sup>a</sup> deveria, então, elaborar o seu relatório que seria fruto de um trabalho feito por toda uma comissão e que ele expressaria apenas, como relator-geral, as conclusões emendas do que hauriu desse debate, diante da análise das emendas, etc.

Todavia, nada disso aconteceu e nós, que refutamos e relutamos tanto contra começar o nosso trabalho através de um anteprojeto, mesmo sendo esse anteprojeto coordenado pelo ilustre Presidente Afonso Arinos, e que nós achamos que não deveríamos começar por coisíssima nenhuma desse tipo, entretanto, hoje, nós estamos aqui aceitando um substitutivo com todos os méritos que o substitutivo possa ter, e ele os tem. Há capítulos inteiros em que concordo com o substitutivo, mas não posso concordar, por exemplo, com o que está escrito aqui à página 3, quando diz, no § 2º, "com isso reitero o que antes proclamei", escreve o Relator Bernardo Cabral. Esse trabalho é resultado do esforço e da convicção pessoal do relator, que produzindo e abraçando, assume as inerentes responsabilidades e se expõe a um julgamento histórico. Então, ele é o autor, ele não é o relator. Mas, não foi esse o espírito pelo qual nós tanto lutamos. Ao contrário, nós lutamos por um trabalho de grupo, em que os relatores refletiriam o trabalho do grupo, o trabalho existente, e não colocariam, no trabalho, o seu pensamento e as suas convicções pessoais.

Tenho falado também nisto, mas agora estou lendo que S. Ex.<sup>a</sup> assume a condição de autor e não de relator do substitutivo. Por isso, também estranho que, por força dos rigores do tempo que está sendo importante, mas cobrado tão exaustivamente, recusa-se à Comissão de Sistematização aquilo que, com os Constituintes Aluizio Campos e José Fogaça, nós solicitamos ao Presidente da Comissão de Sistematização e ao Presidente da Constituinte e que deveríamos ter o direito de discutir este trabalho pessoal, como diz aqui na origem o Sr. Relator, com a sua presen-

ça, porque, quem sabe, S. Ex.<sup>a</sup> nos convenceria das dúvidas que nós temos, para que pudéssemos inquiri-lo, por exemplo, naquelas questões que, ainda há pouco, o Constituinte Fernando Santana colocava, naquelas divergências a respeito das questões ligadas ao problema da empresa nacional, das preferências ou não às empresas nacionais quando elas estão em jogo, coisas que o relator, diante de nós e debatendo conosco, poderia esclarecer, antes da votação, para inclusive orientá-la.

S. Ex.<sup>a</sup> que preside, nesta reunião, os nossos trabalhos, o Constituinte Aluizio Campos, já está dizendo que esse tipo de oportunidade a Comissão de Sistematização não terá. Simplesmente, iremos direto à votação a partir de quinta-feira.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Um aparte, nobre constituinte?

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Pois não!

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Eu colocaria mais um problema nas preocupações em relação à votação. Veja V. Ex.<sup>a</sup> que na apresentação do substitutivo, o nobre Relator termina o parágrafo dizendo o seguinte: que está apresentando todas as emendas para indicar, resumidamente, os pareceres que receberam as emendas, não sem antes evidenciar que o elevadíssimo número de emendas e o pouquíssimo tempo disponível tornam possíveis os erros na classificação e identificação que seguem. De toda sorte, haverá em breve uma revisão desses pontos, publicando-se uma errata se isso tornar-se necessário, Sr. Presidente, já checamos que há emendas que não estão listadas aqui. Se há emendas que não estão listadas, nem pela aprovação, nem pela rejeição, nem pela prejudicialidade, como nós vamos fazer destaque para uma emenda que não existe? Ela existe porque foi apresentada, mas ela não está aqui. Pela norma, destaca-se o que está aqui. Essa errata, até agora, não apareceu. Vejam um problema que está criado... Nós não podemos – isso deve ficar bem claro para o Presidente da Comissão de Sistematização – iniciar a votação do substitutivo, na quinta-feira, sem que todas as emendas tenham o parecer do Relator, porque S. Ex.<sup>a</sup> está admitindo aqui que há emendas sem parecer nenhum. Como se vai votar as emendas sem haver parecer? S. Ex.<sup>a</sup> está admitindo que sairá uma separata. Quando vai sair essa errata?

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Veja V. Ex.<sup>a</sup>, só para concluir, que o fato de o Relator poder fazer o trabalho como sendo o autor, dá-lhe uma condição regimental muito especial. Aquilo que S. Ex.<sup>a</sup>, por suas convicções pessoais, insere nesse texto, para tirarmos desse texto precisamos de 47 votos na Comissão de Sistematização. Se passar da Comissão de Sistematização, precisaremos de 281 votos no Plenário. Então, na condição que se investiu, de autor, S. Ex.<sup>a</sup> nos coloca numa posição muito difícil, porque o peso do trabalho específico, que aqui tem regimentalmente, ficou muito forte para que ele possa ser modificado, porque vai exigir um **quorum** muito especial e uma arregimentação muito especial de convicções e de forças para tirar. Quer dizer, voltamos àquelas coisas que eu disse antes: não se trata de substituir ou não o sistema de governo. O que devemos questionar primeiro é se realmente queremos isso, antes de dar condições regimentais difíceis de modificar, como elas estão fluindo para acontecer.

Outra coisa é o grande debate, se nós devemos ou não tê-lo diante de todas aquelas circunstâncias, e tudo

isso, evidentemente, está ficando dificultado. E a Comissão de Sistematização, aos poucos, vai-se imbuindo da ausência do seu papel na participação desse trabalho, além do fato de que o autor se investiu em relator da Comissão e apresentou um trabalho pessoal, com todos méritos que possa ter, mas a Comissão de Sistematização, ao que tudo indica, vai sendo induzida a aceitar isso como uma coisa normal e ficando sem condições e sem motivações até para criar mecanismos que possam fazer com que ela tenha, no papel constituinte, o destaque que deveria ter e que, até agora, não teve.

**O SR. CONSTITUINTE OSWALDO LIMA FILHO:** – Permite-me um aparte?

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Pois não.

**O SR. CONSTITUINTE OSWALDO LIMA FILHO:** – Gostaria de agradecer o aparte do nobre colega Carlos Sant'Anna e sugerir que se faça, por escrito, à Presidência da Comissão de Sistematização ou à Presidência da Assembléia Nacional Constituinte a solicitação do fluxograma para a votação, porque a Mesa infelizmente não sabe informar. V. Ex.<sup>a</sup> declarou de público que não tem sequer informação como é que vai-se processar a votação. Se tivermos 2 mil, 3 mil ou 10 mil destaques, como serão votados? Já há uma lista de preferência – fui agora informado. A conclusão que se tira é que ou o Regimento não vai ser levado em consideração, ou vai-se criar uma divisão cronológica para se fazer a votação, ou então vai virar um samba do crioulo doido essa votação em nossa Comissão.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Agradeço nobre Constituinte o seu aparte. Esta é uma preocupação tão antiga, e que vem sendo motivo de constantes interpelações e intervenções de minha parte, que terminei por fazê-las por escrito, elevando uma série de questões sobre as quais tenho dúvida e sobre as quais não tenho resposta, seja da Mesa, seja dos considerados assessores desta Casa, funcionários regimentalistas. E fiz por escrito pedindo que fizéssemos reuniões específicas sobre isso, já que tínhamos tempo, inclusive naquela fase da preparação do relatório, em que o relator estava envolvido, e com a Comissão de Sistematização em paralelo. Infelizmente, até agora, salvo naturalmente alguma decisão que tenha sido tomada pela Mesa da Casa, nós não temos ainda o fruto desse trabalho, mas que considero da mais alta importância.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Ontem esclareci, e novamente faço agora, que as minhas preocupações constantes têm sido e decorrem da própria Comissão, que não está demonstrando a plena consciência da sua responsabilidade, porque a Comissão, por maior que tenha sido o meu esforço pessoal no exercício da Presidência, de prolongar a oportunidade de a Comissão comparecer e decidir algumas questões, nunca conseguiu **quorum** para que deliberemos. E essa ausência dos membros da Comissão é profundamente lamentável! Eu, como Vice-Presidente da Comissão, fico traumatizado pela falta de presença dos membros da Comissão.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Com sua liberalidade, permite V. Ex.<sup>a</sup> uma pequena intervenção?

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio campos):** – Pois não.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – O que faz a frequência aqui é a importância da reunião. Uma reunião a que não comparecem nem o Presidente nem o Relator, em que o Relator não vem debater conos-

co as questões e, ao mesmo tempo, defender os colegas; não vem debater questões que são da mais alta importância e que dizem respeito, inclusive, a um substitutivo que é fundamental, porque uma vez aprovada é difficilima de modificar, é preciso um esforço hercúleo para fazer a modificação. Então, desde que todos sabemos que isso não vai acontecer, ocorre um desinteresse generalizado, pois fica-se sabendo que nesta Comissão não está acontecendo nada importante! Se aqui estivesse acontecendo as coisas importantes, que competem à Comissão de Sistematização, garanto-lhe que a frequência estaria plena.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Mas a importância da Comissão depende dela própria, é preciso que ela tome autonomamente decisões para preservar as suas atribuições de participar da elaboração do projeto.

Em função do requerimento que apresentamos ao Presidente Afonso Arinos, o Relator Bernardo Cabral me fez uma comunicação, eu já a respondi, e nessa comunicação disse a S. Ex.<sup>a</sup> o seguinte: como a responsabilidade final do projeto não é somente de V. Ex.<sup>a</sup>, mas de toda a Comissão, sempre considerei tranqüilo o seu empenho em democratizar a apreciação do projeto, sobretudo depois das constantes manifestações de vários membros da Comissão, que a consideram praticamente excluída do processo elaborativo. Mas se a Comissão, tomando conhecimento do seu esvaziamento, não reage através de um pronunciamento aqui, no plenário, nem toma, perante a Presidência da Comissão, as medidas cabíveis, inclusive podendo requerer, ela decide o que entender conveniente para aperfeiçoar o projeto; então, não se poderá fechar a Comissão.

**O SR. CONSTITUINTE FERNANDO SANTANA:** – Peço a palavra, para uma informação, Sr. Presidente, não é uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Pois não!

**O SR. CONSTITUINTE FERNANDO SANTANA:** – Isso mesmo aconteceu na Comissão da Ordem Econômica, que é, digamos assim, a espinha dorsal; lá o Constituinte Virgildásio de Senna não teve condições de realizar uma só reunião para decidir sobre votação dos temas, porque a maioria dos membros daquela Comissão praticamente não apareciam, ela só funcionou para ouvir as entidades que deveriam ser ouvidas, segundo as normas do Regimento. Mas a própria Comissão não se reuniu nunca, só no dia de decidir a derrubada do Relatório do Constituinte Virgildásio e impor aquele relatório profundamente entreguista e antinacional, a que acabamos de nos referir na tribuna há pouco. Estamos pensando, que isso mesmo poderá acontecer aqui; esta Comissão só vai se reunir na hora em que ela tiver que votar as questões que têm que ser votadas. Então, vai comparecer todo mundo para impor as suas preferências e talvez tentar, de uma maneira total e definitiva, desnacionalizar o País, abrir a sua economia, além do que já está, à penetração do capital estrangeiro, fazendo aqui uma Ilha Formosa ou uma Coréia do Sul.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Com a palavra o Sr. Constituinte Jamil Haddad.

**O SR. CONSTITUINTE JAMIL HADDAD:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Tenho uma participação política de aproximadamente 30 anos e as experiências que consegui obter através dos tempos, na minha vida pública, levaram-me à conclusão de que o regime ideal para o nosso País é o regime parlamentarista. Sabemos que dentro de dois anos estaremos completando cem anos de República, e nesses cem anos,

98 no presente momento, já tivemos 54 anos de ditadura e 12 anos de estado de sítio. Sabemos também que a tônica política da América Latina é de regimes presidencialistas, substituídos por ditaduras militares. Tivemos há pouco tempo, inclusive, dada a estratégia da CIA, ditaduras em todos os países do chamado Cone Sul, ou seja, Chile, Uruguai, Argentina, Paraguai e Brasil. Se no regime presidencialista isto ocorreu, por que não partimos para um regime que preserve, que dê mais segurança e mais estabilidade ao regime constituído?

Comenta-se que houve um fracasso em 1981, quando da adoção do parlamentarismo no Governo João Goulart. Temos que fazer uma análise histórica daquele momento. As autoridades militares não aceitavam a posse de João Goulart como Presidente da República, a partir do momento da renúncia do Presidente Jânio Quadros.

Num momento de crise, Tancredo Neves foi ao encontro do Presidente João Goulart, em Montevideu, e o Presidente aceitou o regime parlamentarista. E o Primeiro Ministro foi justamente Tancredo Neves. Era um momento de crise e o Gabinete de Tancredo Neves caiu.

Tivemos um segundo Gabinete chefiado por Brochado da Rocha, que também veio a cair. E há um detalhe histórico que aqueles mais antigos na política devem-se recordar, e o meu nobre e querido amigo Fernando Santana, que participava, naquele momento, da Frente Parlamentar Nacionalista, sabe que se tivesse sido aprovado o nome de Santiago Dantas para Primeiro-Ministro, o regime parlamentarista, neste País, teria sido estabilizado. Foi indicado o nome de Santiago Dantas e o próprio Palácio do Planalto trabalhou para a sua rejeição, já que havia interesse na volta ao regime presidencialista.

Instalou-se, então, o terceiro Gabinete, chefiado por Hermes Lima, meu querido e dileto saudoso Hermes Lima, do antigo Partido Socialista Brasileiro.

Naquele momento, instalava-se o plebiscito para a devolução ou não dos poderes presidenciais ao Presidente João Goulart. E para aqueles que não se estão recordando, talvez seja necessário colocar um pouco mais de fosfato nas suas refeições, para fazer uma reflexão e um retorno ao passado. A campanha do plebiscito foi patrocinada pelo Banco Nacional, de propriedade do Sr. Magalhães Pinto, que, coincidentemente, desceu com as tropas de minas do Sr. Mourão Filho, para a derrubada do Presidente João Goulart.

Não estou inventando, estou contando a história real de fatos ocorridos, antes de 1964, neste País; Apesar de todas as crises existentes, o regime era mantido, a figura do Presidente da República estava intocável. A partir do momento em que retornamos ao presidencialismo – e aquele era o momento da derrubada do Presidente João Goulart, porque, com mais uma eleição, a Frente Parlamentar Nacionalista seria majoritária no Congresso e, através da legislação, faria toda a reforma de base necessária à liberação deste País – o momento histórico da instalação da ditadura neste País era aquele, mas só se processou a partir da devolução, ao Presidente João Goulart, da sua autoridade presidencialista.

Estes fatos e mais a história da América Latina mostram-nos a necessidade da implantação do regime parlamentarista neste País.

Temos argumentações de que para haver o parlamentarismo há necessidade de partidos fortes. É uma falácia. Tivemos décadas de ditaduras na Espanha e em Portugal, e no entanto lá está a Espanha com a sua monarquia,

monarquia esta parlamentarista, e lá está Portugal com seu parlamentarismo estável, apesar de sérias crises que em determinados momentos ocorrem naquele país.

Fala-se que no parlamentarismo haverá, se houver uma queda de Gabinete, novas nomeações; haverá um aumento indiscriminado no número de funcionários, que será muito difícil esse funcionamento. Sr. Presidente, nós temos hoje, a partir do movimento militar de 64, a Presidência da República agindo ditatorialmente. Nós aqui nada representamos. Por decretos-leis e num dia só Sua Excelência o Presidente da República, quanto à edição do Ato do Cruzado II, baixou treze decretos-leis num único dia.

E tivemos a seguinte mágica de valorização do nosso poder: o Cruzado I, por decreto-lei, foi instalado; o Cruzado I veio para cá com um decreto-lei que não poderia ser revogado, não poderia ser emendado, só revogado ou aprovado, veio para cá depois de estar surtindo já os seus efeitos, porque os decretos-leis fazem com que entrem imediatamente em vigor os seus efeitos. Acabou o Cruzado I e não votamos nesta Casa o decreto-lei do qual se originou o Cruzado I.

Sr. Presidente, o presidencialismo hoje é uma ditadura do Poder Executivo. Nós, nesta Casa, temos muito pouco a fazer. A partir de 64, as atribuições do Poder Legislativo foram praticamente extintas. Se fizermos uma análise mais profunda, estamos aqui como se estivéssemos em um clube de tertúlias, discutindo, debatendo, cada um apresentando seus pontos de vista, mas o poder de decisão não nos cabe. Essa é uma realidade que só não enxergam os que têm olhos e não querem enxergar.

Por esse motivo, sou parlamentarista. Agora, Sr. Presidente o parlamentarismo casuístico eu não admito. Estamos vendo que esta eleição em dois turnos, o primeiro com voto popular e o segundo dentro do Congresso, podendo ser escolhido o menos votado, é mais um casuismo para que haja um Presidente da República do Partido majoritário, que é o PMDB. Temos que analisar as coisas de cabeça, fria. É uma realidade histórica. Esse tipo de caminho eu não admito.

**O SR. CONSTITUINTE PRISCO VIANA:** – Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. CONSTITUINTE JAMIL HADDAD:** – Ouço V. Ex.<sup>a</sup> com muita satisfação.

**O SR. CONSTITUINTE PRISCO VIANA:** – Já ocorreu a V. Ex.<sup>a</sup>, no exame desse dispositivo, que V. Ex.<sup>a</sup> com muita propriedade disse tratar-se de um casuismo, que também possa ser um mecanismo, imaginado pelo ilustre Sr. Relator, para tentar ultrapassar o que talvez seja o maior obstáculo político que todos aqui enfrentam, aqueles que defendem o parlamentarismo, para implantar esse sistema de governo; um Presidente da República eleito por maioria absoluta, com 40 ou 50 milhões de votos, sem ter qualquer poder de governar. Veja V. Ex.<sup>a</sup> que aí parece haver uma esperteza embutida nesse dispositivo. Já não seria o Presidente da República eleito por maioria absoluta, com 40 ou 50 milhões de votos, que se transformaria numa Rainha da Inglaterra, mas um Presidente da República eleito nas mesmas condições da eleição do Primeiro-Ministro. Creio que V. Ex.<sup>a</sup> poderia atentar para esta particularidade, porque acredito que, com isso, o Sr. Relator quis ultrapassar o grande obstáculo que V. Ex.<sup>a</sup> e todos os parlamentaristas estão enfrentando, para justificar à Nação como eleger um Presidente da República com 50 milhões de votos, e tirar deste que, supostamente,

passa a ser o depositário das esperanças da Nação, todo o poder, toda a prerrogativa, toda a condição de governar e realizar aquilo que prometeu em sua campanha.

**O SR. CONSTITUINTE JAMIL HADDAD:** – Nobre Constituinte Prisco Viana, sabe V. Ex.<sup>a</sup> que, no regime parlamentarista francês, o Presidente Mitterrand foi eleito em dois turnos Presidente da República, e a prova da estabilidade desse regime parlamentar é que, hoje, o Primeiro-Ministro Jacques Chirac é radicalmente opositor da política do Presidente Mitterrand. Mas o governo francês, a estabilidade do regime político francês está mantida.

**O SR. CONSTITUINTE FERNANDO SANTANA:** – Eu só gostaria de dar um aparte a V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE JAMIL HADDAD:** – Ouvir um aparte de V. Ex.<sup>a</sup> é sempre uma satisfação, nobre Constituinte.

**O SR. CONSTITUINTE FERNANDO SANTANA:** – Eu só queria lembrar ao nobre Constituinte que apesar de formar as mesmas hostes de V. Ex.<sup>a</sup> no que concerne ao sistema de governo, porque ambos defendemos o sistema parlamentar, essa questão da decisão da eleição vir ao Congresso, caso nenhum dos dois consiga a maioria absoluta, era também adotada no Chile; o Allende foi eleito pelo Congresso, depois de ter se submetido a uma eleição, em que ele teve a maioria, mas não absoluta, e o Congresso respeitando a vontade popular ratificou a eleição do Presidente Allende.

**O SR. CONSTITUINTE JAMIL HADDAD:** – Quero deixar bem claro, antes de encerrar, que todos sabem que politicamente me afastei por motivos de foro íntimo, e foro político, do Governador Leonel Brizola. Mas, não posso em absoluto querer admitir que se faça uma Constituição em que especificamente se diga: isto está sendo feito para não permitir que para A, B, C ou D passam um dia vir a ser Presidente da República. Democracia é alternância do poder, democracia é a posse do eleito pelo voto popular. Esta é a democracia que nós entendemos. Democracia com vetos não são democracias. E a democracia não é apenas o voto na urna. A democracia que entendemos é uma democracia sócio-econômica, esta, sim, deve ser a democracia que nós devemos procurar.

E, Sr. Presidente, quero encerrar dizendo que os motivos que me levam a ser parlamentarista. É porque quero ver o...regime parlamentarista instalado neste País, para que tenhamos uma larga faixa de anos com estabilidade política, para podermos avançar no campo social.

Sr. Presidente, não concordo com o *modus faciend* do parlamentarismo do Relator Bernardo Cabral. Em razão disso, tenho emendas a apresentar. Mas, concordo, em gênero, número e grau com a instalação do parlamentarismo em nosso País. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem a palavra o nobre Deputado Constituinte Prisco Viana.

**O SR. CONSTITUINTE PRISCO VIANA:** – Sr. Presidente, nobres Srs. Constituintes, já agora, não apenas na ausência do Relator, mas também de número suficiente da Comissão, venho à tribuna para fazer a análise de um aspecto do Projeto de Constituição, que haverá de ser analisado em todos os seus aspectos, tão denso é esse projeto, que se poderia dizer, também, tão controvertido é o seu período de grandes discussões.

Gostaria de me fixar, neste instante, no Capítulo IV – Dos Direitos Políticos – que trata da definição do sistema eleitoral, do sufrágio, e que avança em outras regras relacionadas à elegibilidade e à inelegibilidade.

Fui Relator, na Comissão Temática, desta matéria e diria que, conquanto o texto do Capítulo IV, bem como o do Capítulo V – Dos Partidos Políticos – traga quase que toda a doutrina do texto adotado naquela Comissão, temos, em relação à forma e ao conteúdo do que é apresentado, grande discordância.

Em primeiro lugar, Sr. Presidente, declara-se, no art. 13, que o sufrágio é universal e o voto, igual, direto e secreto. Confesso que ainda não encontrei uma explicação correta, sobretudo do ponto de vista jurídico, para esta expressão: "o voto igual".

Na manhã de hoje, em uma reunião com Constituintes do Norte e Nordeste, imaginei que talvez esse "voto igual" esteja colocado, aqui, para embalar, no futuro, uma discussão constitucional, ou melhor, para dar embasamento constitucional a uma discussão que precede à instalação da Assembléia Nacional Constituinte e que reflete o interesse de alguns Estados em modificar a atual composição da Câmara dos Deputados, inclusive o critério de cálculo das bancadas estaduais. Sempre se criticou o fato de que são necessários muito menos votos para se eleger um Deputado no Estado do Acre, do que, por exemplo, no Estado de São Paulo.

A inclusão desta expressão "voto igual que, como disse, não encontrei registrada em nenhum documento de legislação eleitoral, nem explicada em nenhum documento jurídico pode, a meu juízo, aqui ter sido colocada para, amanhã, dar embasamento constitucional a essa discussão.

No § 1º desse art. 13, declara-se que o alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios. Logo, obrigatório o alistamento, exceto – e vem a ressalva no próprio parágrafo – para os analfabetos. Admite, portanto, o alistamento eleitoral para os analfabetos, aos quais, entretanto, no § 4º, se nega a condição de elegibilidade, isto é, permite-se que o analfabeto seja eleitor mas não se lhe permite a candidatura o que, convenhamos, é uma hipocrisia. Aceita-se o voto do analfabeto, mas não se aceita eleger um analfabeto, como se a nossa realidade política fosse diferente daquela que constatamos, diariamente, de Casas Legislativas, sobretudo no interior do Estado, não constituídas rigorosamente por qualificação intelectual.

O § 3º diz que "são condições de elegibilidade o alistamento", mas se nega, como diz em seguida, ao analfabeto, esta condição de elegibilidade.

Estabelece-se, no § 6º, que, "para concorrerem a outros cargos, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos devem renunciar aos respectivos mandatos, seis meses antes do pleito". Portanto, não podem o Presidente da República e o Governador concorrerem a qualquer eleição, no exercício do cargo. Entretanto, no Capítulo que define o sistema de Governo, declara-se expressamente que o Primeiro-Ministro e os Ministros de Estado – portanto, aqueles que vão ter as atribuições de Governo, que vão ter o comando do Poder Executivo – podem concorrer às eleições, sem se afastar de seus cargos. Não podem o Presidente e o Governador que não terão, se tivermos a desventura de ver adotado o sistema proposto, qualquer tipo de poder e, portanto, não terão condições de, com a máquina do Executivo, influenciar nas eleições.

No § 9º, também há uma outra contradição: "Enquanto o Primeiro-Ministro e os Ministros podem concorrer à reeleição que é negada ao Presidente da República, que não tem função executiva, aos parentes de Presidente da República, do Governador e do Prefeito é negada a elegibilidade. São inelegíveis, para qualquer cargo, o cõn-

juge ou os parentes até o segundo grau, portanto, consangüinidade, afinidade ou adoção do Presidente da República, do Governador e do Prefeito que tenha exercido mais da metade do mandato, ressalvados os que já exercem o mandato eletivo". Isto é, quem já exerce o mandato eletivo pode se candidatar, inclusive, à sucessão do Presidente da República, à sucessão do Governador, mesmo sendo parente do Presidente ou do Governador. A Constituição atual faz esta exceção quando candidato à reeleição. Hoje, o filho, o parente do Presidente da República ou do Governador pode se candidatar, se tiver mandato eletivo, desde que para o mesmo mandato.

Também encontramos no art. 14, que trata da cassação de direitos políticos e perda desses direitos. Lá está escrito que "é vedada a cassação de direitos políticos e a perda desse dar-se-á: 1) pelo cancelamento da naturalização; 2) pela incapacidade civil; 3) por motivo de condenação penal enquanto durarem seus efeitos."

Todos nós sabemos que neste campo político há um processo de perseguição que se opera precisamente nos períodos eleitorais. Seria, portanto, muito prudente que aqui se fizesse a ressalva por motivo de condenação penal transitada em julgado porque na 1ª instância, na área municipal, uses casos de perseguições políticas são muito frequentes.

No Capítulo dos Partidos Políticos, como disse, muitas questões doutrinárias foram adotadas. Poderíamos discordar da técnica legislativa escolhida pelo Sr. Relator mas, enfim, isto não é o fundamental. Mas gostaria de assinalar, aqui, dois aspectos que me parecem interessantes: no inciso 10 do art. 16 se estabelece que o registro dos estatutos no Tribunal Eleitoral se dará quando os partidos adquirirem personalidade jurídica de direito público, quando o correto seria que a concessão do registro dos estatutos, quer dizer, a condição para a aquisição da personalidade jurídica de direito público fosse a aceitação, pelo Tribunal Eleitoral, do registro dos estatutos. O inciso XII estabelece que, aos partidos, é assegurada a utilização gratuita do rádio e da televisão. Trata-se de um dispositivo auto-aplicável. Promulgada a Constituição, qualquer partido público pode chegar a qualquer hora, de qualquer dia, em qualquer emissora de rádio e de televisão, e requerer a sua utilização. O Relator, acreditamos, Sr. Presidente, que, pelo excesso de emendas, pela escassez de tempo, evidentemente não deve ter lido as emendas, não deve ter tomado conhecimento de todas. Provavelmente, funcionou uma equipe de assessores técnicos, que fez indicações muito resumidas, sumárias, sobre os temas das emendas. É evidente que S. Ex.<sup>a</sup> não examinou essas emendas. Do contrário, teria encontrado, numa que propusemos, uma disciplina muito mais correta para essa questão da utilização, pelos partidos, do rádio e da televisão.

Com efeito, propusemos, numa emenda que recebeu o número 24.349, ao art. 18, que disciplina o funcionamento dos partidos, no substitutivo anterior, o seguinte parágrafo:

"Aos partidos políticos é assegurado o acesso gratuito ao rádio e televisão para difusão do programa partidário e da propaganda eleitoral, na forma a ser estabelecida em lei."

Está, de certo modo, clara a intenção do Relator. Os partidos não utilizam o rádio e a televisão apenas para promoção eleitoral dos seus candidatos, mas também para promoção periódica dos seus programas, e das diretrizes. Mas, da forma como está redigida, esta utilização torna-

se imperativa, automática a qualquer dia, a qualquer hora. Não sei se haverá tempo de ser fazer essas correções, não sei como se pode fazer chegar as ouvidas do Relator as observações que aqui são feitas. Francamente, o processo que adotamos para elaborar a Constituição tem essas dificuldades e acabamos perdendo um pouco do nosso latim aqui nessas discussões para um plenário vazio, com a ausência do Relator.

Por último, Sr. Presidente, há a questão da composição da Câmara dos Deputados e das Bancadas estaduais. O Relator manteve no seu segundo substitutivo a mesma orientação do primeiro:

"A Câmara será composta proporcionalmente à população de cada Estado, com um máximo de 80 Deputados por Estado e um mínimo de 8, assegurado aos Territórios elegerem 4 Deputados."

Com isto, como demonstrou a emenda oferecida, vamos ter uma brutal redução da representação dos Estados do Norte e do Nordeste, que estarão enfraquecidos na sua representação política, perdendo essa compensação que a legislação lhe dá para a sua fragilidade econômica, compensada com um peso maior no Congresso Nacional, além do que vamos ter reduzida de 487 para 412 a composição da Câmara. Não sei como esta Comissão irá, se orientar sobre esta matéria, uma vez que há outras emendas no mesmo sentido. A verdade é que esse dispositivo do Relator reflete rigorosamente a posição dos grandes Estados, que lutam há muito tempo para alterar esse critério. Primeiro, tentaram colocar o critério da proporcionalidade em relação ao eleitorado, que daria uma grande vantagem a esses Estados. Não tendo prevalecido isso, voltam agora com esta forma de aumentar arbitrariamente a representação do Estado de São Paulo de 60 para 80, mesmo que isso represente quebra na representação de todos os outros Estados. Dou o exemplo de Minas Gerais, que tem hoje 55 Deputados, teria a sua representação, pelos cálculos que fizemos, reduzida para 39; o Estado do Rio de Janeiro cairia de 46 para 34; o Estado da Bahia, de 39 para 29; Rio Grande do Sul, de 31 para 23; Paraná, de 30 para 22; Pernambuco, de 25 para 18; Ceará, de 22 para 16; Maranhão, de 18 para 12; Goiás, de 17 para 12. Enquanto esses Estados teriam reduzido a sua representação a esses níveis, o de São Paulo a teria aumentado de 60, para 80 Deputados.

Sr. Presidente, já agora não nos faltam apenas Constituintes e Relatores, mas também som. Parece-me que o serviço de som não está funcionando adequadamente.

Infelizmente, não dispomos de tempo e também de ouvintes para prosseguir na dissertação.

Agradeço, comovido, a presença e espero ter conquistado dos ilustres companheiros a adesão a essas idéias que, se adotadas, sem dúvida alguma, vão melhorar o nosso sistema partidário e eleitoral, impedindo que, por via de uma manobra dessa natureza, o Norte e o Nordeste, porque não dizer o Centro-Oeste, já tão enfraquecidos economicamente, não sejam reduzidos à importância irrelevante, do ponto de vista político, com a agravante de, se adotado o sistema parlamentar de governo, os grandes Estados do Centro e do Sul do País, por longos e longos anos, dominarão politicamente a Nação, fazendo Primeiro-Ministro e Ministros, porque deterão a grande maioria do Congresso Nacional, ou seja, o Parlamento Nacional. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Há ainda inscrito o Constituinte Ismael Wanderley, mas S. Ex.<sup>a</sup> não se encontra presente.



Convoco outra reunião para amanhã, neste mesmo local, às 19 horas – pela manhã, haverá Congresso e, à tarde, sessão da Câmara dos Deputados – a fim de prosseguirmos, apesar de já estarmos no início, segundo o cronograma, do prazo de apresentação dos destaques.

Está encerrada a reunião.

### **31ª Reunião Extraordinária da Comissão de Sistematização**

Aos vinte e um dias do mês de setembro de mil novecentos e oitenta e sete às dezenove horas e vinte e seis minutos, no Auditório Nereu Ramos, reuniu-se a Comissão de Sistematização, sob a Presidência do Senhor Constituinte Aluísio Campos, Vice-Presidente no exercício da Presidência, presentes os Senhores Constituintes: Adolfo Oliveira, Aloysio Chaves, Antonio Carlos Konder Reis, Arnaldo Prieto, Artur da Távora, Brandão Monteiro, Carlos Sant'Anna, Christóvam Chiaradia, Egidio Ferreira Lima, Eraldo Tinoco, Fernando Lyra, Gerson Peres, Haroldo Sabóia, Inocêncio Oliveira, José Fogaça, José Freire, José Geraldo, José Lins, José Maurício, José Ulisses de Oliveira, Nelson Carneiro, Nilton Friedrich, Nilson Gibson, Oscar Corrêa, Paulo Pimentel Prisco Viana, Raimundo Bezerra, Roberto Freire, Rodrigues Palma, Siqueira Campos, Virgildásio de Senna, Adylson Motta, Chagas Rodrigues, Délio Braz, Israel Pinheiro, João Agripino, José Tinoco, Ottomar Pinto, Paes Landim, Ricardo Izar, Vicente Bogoe Vilson Souza. Estiveram presentes, ainda, os Senhores Constituintes não integrantes da Comissão: Ruy Nedel, Costa Ferreira, Antônio de Jesus, Naphatali Alves de Souza, Chico Humberto, Silvio Abreu e Edmilson Valentim. Deixaram de comparecer os Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Afonso Arinos, Alcenir Guerra, Alfredo Campos, Almir Gabriel, Antonio Farias, Antonio Carlos Mendes Thame, Bernardo Cabral, Carlos Chiarelli, Carlos Mosconi, Celso Dourado, Cid Carvalho, Cristina Tavares, Darcy Pozza, Edme Tavares, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Gasparian, Fernando Henrique Cardoso, Francisco Benjamin, Francisco Dornelles, Francisco Pinto, Francisco Rossi, Gastone Righi, Haroldo Lima, Ibsen Pinheiro, Jamil Haddad, Jarbas Passarinho, João Calmon, João Herrmann Neto, Joaquim Bevilacqua, José Ignácio Ferreira, José Jorge, José Luiz Maia, José Paulo Bisol, José Richa, José Santana de Vasconcellos, José Serra, José Thomaz Nonô, Luis Eduardo, Luiz Inácio Lula da Silva, Lysâneas Maciel, Manoel Moreira, Marcondes Gadelha, Mário Assad, Mário Lima, Milton Reis, Nelson Jobim, Osvaldo Coelho, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Plínio de Arruda Sampaio, Renato Vianna, Ricardo Fiúza, Sandra Cavalcanti, Severo Gomes, Sigmaringa Seixas, Theodoro Mendes, Virgílio Távora e Wilson Martins. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, destinados ao prosseguimento da discussão do Segundo Substitutivo do Senhor Relator. O primeiro orador a falar foi o Senhor Constituinte Paes Landim que abordou temas relacionados com a denominação do Senado e com a Polícia Fazendária. A seguir, falou o Senhor Constituinte Israel Pinheiro, aparteado pelos Senhores Constituintes Paes Landim e Prisco Viana, sobre alguns tópicos do Substitutivo, especialmente no tocante a Parlamentarismo, eleição presidencial e representação na Câmara dos Deputados. Em seqüência, o Senhor Constituinte Gerson Peres, secundado pelos Senhores Constituintes José Fogaça e Roberto Freire em apartes, analisou a atuação do Poder Judiciário no processo de desapropriação, segundo as disposições do Substitutivo. Com a palavra, o Senhor Constituinte Ruy Nedel fez considerações sobre as questões do meio ambiente e dos interesses indígenas. O

Senhor Constituinte Virgildásio de Senna, aparteado pelo Senhor Constituinte Gerson Peres, encaminhou seu pronunciamento, que se seguiu, no exame da reformulação do Poder Judiciário. Prosseguindo a reunião, o Senhor Presidente fez comunicação a respeito de ofício do Senhor Presidente da Assembléia Nacional Constituinte sobre a forma de apresentação de destaques para votação de matéria em separado. Sobre este assunto falaram, ainda, os Senhores Constituintes Ottomar Pinto, Chagas Rodrigues Virgildásio de Senna. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião, às vinte uma horas e dois minutos, convocando outra para o dia seguinte, com início às dez horas. O inteiro teor desta reunião foi gravado, devendo ser publicado no **Diário da Assembléia Nacional Constituinte** e constituir-se-á na Ata circunstanciada dos trabalhos. E, para constar, eu, Maria Laura Coutinho, lavrei a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Havendo número regimental, declaro aberta a presente sessão, cujo objetivo é continuarmos o debate da matéria constitucional, já agora com base no chamado segundo Substitutivo.

Concedo a palavra ao nobre Constituinte Paes Landim.  
**SR. CONSTITUINTE PAES LANDIM:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o projeto de Constituição merece várias abordagens em seus diversos capítulos. Hoje, no entanto, eu me permitiria tratar de dois assuntos, para os quais chamaria a atenção, especialmente do meu amigo Constituinte Israel Pinheiro.

O atual projeto, a exemplo do que ocorreu no substitutivo anterior, insiste na expressão "Senado da República", em vez de Senado Federal. O Senado representa a Federação. É, pois, o Senado Federal. Nos países unitários, como a Itália, em que não existe a Federação, é que se utiliza a expressão Senado da República, conforme a tradição, italiana. Segundo a tradição, porém o Senado Federal é o órgão do Poder Legislativo que representa a Federação. É, por excelência, o símbolo do nosso sistema federativo, dentro da tripartição de poderes do nosso sistema republicano democrático.

Essa, aliás, foi a grande discussão na Convenção de Filadélfia, quando os Estados menores da confederação norte-americana não se conformaram, pois, em se tratando de representação proporcional na Câmara dos Deputados, eles teriam grande desvantagem em relação aos grandes Estados, como Virgínia e outros. Em razão disso, a fórmula encontrada pelos Constituintes americanos na Convenção de Filadélfia, cujos duzentos anos foram comemorados recentemente, foi criar o Senado Federal, órgão da Federação, em que todos os Estados, pequenos e grandes, teriam o mesmo número de representantes.

Senado é representante da Federação. A expressão "Senado da República" é, pois, uma distorção, não se compadece com o espírito federativo que animou a República brasileira. Como a Câmara é dos Deputados, porque representa a população. Quando se diz "Deputado Federal" é apenas para contrastar com Deputado Estadual, já que existia também o Senado Estadual na Primeira República. Às vezes, a terminologia "Senado da República" servia para distingui-lo Senado dos Estados.

No sistema federativo, o Senado é Federal. É uma incongruência o fato de o projeto fazer referência ao Senado da República. Isto não só atenta contra nossa tradição histórica, mas contra o princípio do sistema federativo.

Espero que durante a votação na Comissão de Sistematização se possa retificar devidamente esse erro.

**O SR. CONSTITUINTE NILSON GIBSON:** – O melhor seria acabar com o Senado.

**O SR. CONSTITUINTE PAES LANDIM:** – Isso é um absurdo. O nobre colega quer acabar com a Federação. É uma brincadeira de mau gosto.

Outro aspecto sobre o qual gostaria de chamar a atenção de V. Ex.<sup>as</sup> é o que diz respeito à Polícia Fazendária.

O substitutivo anterior, nas Disposições Transitórias, referia-se à Polícia Fazendária, com as funções específicas de Polícia Federal. Já o novo projeto, no Capítulo pertinente à Segurança Pública, diz, no art. 162, § 1º:

"§ 1º A Polícia Federal, instituída por lei como órgão permanente, é destinada a:

I – apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei;

II – prevenir e reprimir, em todo o território nacional, o tráfico de entorpecentes e drogas afins e o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da atuação de outros órgãos públicos em suas respectivas áreas de competência;

III – exercer a política marítima, aérea e de fronteiras."

Mas, por uma contradição muito grande e injustificável, o art. 50 das Disposições Transitórias do novo substitutivo diz o seguinte:

"O Poder Executivo Federal adotar as providências necessárias ao exercício da polícia fiscal, visando a prevenir e reprimir os delitos fiscais..."

Até aí, tudo bem, pois trata-se de função inerente à Polícia Fiscal. A contradição, porém, vem a seguir:

"...bem como a participar da repressão ao tráfico ilícito de armas, entorpecentes e drogas afins na zona aduaneira dos portos, aeroportos e fronteiras, assim como a prevenir e reprimir os delitos fiscais, inclusive os de contrabando e descaminho, em todo o território nacional."

Ora, são funções próprias da Polícia Federal. A Polícia Fazendária deve tratar dos descaminhos de natureza alfandegária, no que diz respeito aos delitos fiscais. Ela não tem estrutura, não tem condições de atuar em áreas específicas da Polícia Federal.

Aliás, nossa Polícia Federal é muito bem organizada. Recordo-me de que o saudoso Ministro Petrônio Portella não se cansava de elogiar o trabalho de organização, de estruturação, de profissionalização dos seus quadros e o aperfeiçoamento de suas escolas de treinamento. Uma experiência muito interessante. Essa polícia – assim o Ministro Petrônio Portella a entendia – era órgão permanente de combate à pluralidade de ilícitos em todas as áreas penais, contra o patrimônio público, contra entidades de direito público, contra entorpecentes, o comércio de armas e toda espécie de descaminho e contrabando. Não é justo, portanto, que uma polícia dessas, apetrechada para esse fim, seja substituída por uma Polícia Fazendária, que também

vai cuidar do combate ao tráfico ilícito de armas. Como a Polícia Fazendária terá condições para tratar de cometimentos dessa gravidade e dessa seriedade?

Então, parece-me um despautério este dispositivo das Disposições Transitórias, retirando funções próprias da Polícia Federal e entregando-as à Polícia Fazendária.

Ela tem de cuidar exatamente do combate ao ilícito fiscal. Já há insuficiência de quadros na Fazenda para cuidar da sonegação de impostos e vários outros ilícitos fiscais, como é que agora a Polícia Fazendária vai tratar do combate e repressão a tráfico de entorpecentes, do comércio ilícito de armas etc, etc.?

Espero que os ilustres colegas Constituintes tenham oportunidade de, na Comissão de Sistematização, evitar que prosperem dispositivos dessa natureza, que poderão perturbar todo o mecanismo de estruturação da nossa Polícia Federal.

Eram essas as considerações, Sr. Presidente. A primeira, em torno do Senado Federal, que não é Senado da República, pois o sistema federativo não permite a adoção dessa nomenclatura. A outra diz respeito à transferência de funções inerentes à Polícia Federal para a Polícia Fazendária, o que entendemos possa prejudicar todo o mecanismo de segurança pública ligado às atividades específicas da Polícia Federal, entre outras. No correr dos trabalhos da Comissão de Sistematização, poderemos analisar com mais detalhes esses aspectos.

Muito obrigado pela atenção.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Agradeço ao Constituinte Paes Landim.

Concedo a palavra ao nobre Constituinte Israel Pinheiro.

**O SR. CONSTITUINTE ISRAEL PINHEIRO:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, não vejo muita razão nas críticas que estão sendo feitas ao projeto do nobre Relator Bernardo Cabral. É evidente que a pressa, inimiga da perfeição, fez com que inúmeros equívocos, incidências, remissões erradas, constassem do nosso substitutivo. Mas, no mérito, realmente é um bom trabalho e, sem dúvida alguma, vai transformar-se, após as depurações naturais e votações aqui na Comissão e no Plenário, após uma melhor redação, em uma Constituição moderna. Talvez não seja a melhor ou ideal, mas, na busca do ótimo, às vezes, encontramos o bom.

Mas há alguns aspectos em relação aos quais temos de divergir e até chamar a atenção dos Srs. Constituintes.

Em primeiro lugar, com relação ao parlamentarismo.

Divergimos profundamente do que consta nas Disposições Transitórias, quando se procura implantar o parlamentarismo já, isto é, em 15 de março de 1988. E nossas razões são de interesse público, na defesa do sistema parlamentar de governo.

Partimos do princípio lógico e objetivo de que precisamos ter um prazo de adaptação, um gradualismo, uma transição democrática – a mesma que tivemos para sair do regime de arbítrio, do regime militar para o regime democrático, com Tancredo Neves. Foi uma bela luta, uma bela construção política, a do gradualismo da transição, sem seqüelas, tranqüila e democraticamente, numa demonstração extraordinária, para o mundo, da competência e da capacidade do Brasil de construir um regime democrático sem derramamento de sangue, pacificamente. Então, se vamos construir um novo sistema de Governo que tem maiores envolvimento, é preciso adaptar a máquina adminis-

trativa, a pensamento nacional, dado o sentido de existência, dada a importância do novo sistema de governo como esperança nova para o povo brasileiro, em matéria de eficiência, austeridade, competência e modernização.

O parlamentarismo é a presença do povo no Governo, através dos Srs. Deputados. Não quero discutir, polemizar com os presidencialistas, pois é uma convicção que tenho há mais de 30 anos. Sinto-me tranqüilo para defender o parlamentarismo, mas estou também convencido de que é preciso haver um gradualismo. E a emenda apresentada pelo Constituinte Bonifácio de Andrada, com a nossa colaboração e a do Constituinte Cid Carvalho, interpreta, mais do que qualquer outra, esse gradualismo, quando implanta, no primeiro ano, o ritual parlamentarista e, no segundo, o Presidente da República, com o Gabinete, não ficando sujeito nem a moção de censura, nem à aprovação da Câmara dos Deputados. Cria, porém, na consciência do povo, o mecanismo da ação parlamentar, com o Presidente da República podendo ou não delegar poderes ao Primeiro-Ministro, que é de sua absoluta confiança. Seria, na realidade prática, o Primeiro-Ministro o Chefe da Casa Civil, com delegação ou não do Sr. Presidente da República para administrar a Nação. No segundo ano, seriam submetidos ao Congresso o nome e o gabinete, com **quorum** qualificado de dois terços.

Depois – já sugeri isso em conversas, e aqui fica a lembrança para os Srs. Constituintes – no dia 15 de novembro de 1989, data em que se comemorará o centenário da República, ocorreria a implantação do parlamentarismo.

**O SR. CONSTITUINTE PAES LANDIM:** – Eminente colega, permite-me um aparte?

**O SR. CONSTITUINTE ISRAEL PINHEIRO:** – Com todo prazer, nobre Constituinte Paes Landim.

**O SR. CONSTITUINTE PAES LANDIM:** – Nobre Constituinte Israel Pinheiro, lamento profundamente divergir da sua colocação. Seria uma grande ironia da História que exatamente no dia 15 de novembro de 1989 se desse a implantação do parlamentarismo. A República – discutida durante vinte anos, antes de aflorar no Brasil a partir do Manifesto Republicano de Itu – é presidencialista e federativa. Não é possível que logo no seu centenário V. Ex.<sup>a</sup> queira pregar essa grande ironia, desfigurar o grande projeto republicano, introduzindo o parlamentarismo justamente na data em que se comemora de cem anos da República, que foi presidencialista e federativa. A República nasceu de um grande debate nacional; foram vinte anos, a partir do Manifesto de Itu. Agora, através de um movimento sem nenhum embasamento na opinião pública nacional, sem nenhuma tradição nos debates que precederam a convocação desta Constituinte, V. Ex.<sup>a</sup> deseja ver instalada a forma parlamentarista de governo. Permita-me, eminente e combativo colega, embora constrangido, discordar de V. Ex.<sup>a</sup> nesse aspecto.

**O SR. CONSTITUINTE ISRAEL PINHEIRO:** – Receber críticas de V. Ex.<sup>a</sup> é uma grande honra, Constituinte Paes Landim, pelo elevado espírito público de V. Ex.<sup>a</sup>. Mas sinto-me tranqüilo para propor o dia 15 de novembro de 1989, porque sou neto de um republicano histórico que participou das lutas republicanas e foi o 1º Governador de Minas no sistema republicano. Posso até explicar por que os republicanos adotaram o sistema presidencialista. Em primeiro lugar, foram republicanos históricos, porquanto foi mais uma contestação ao regime monárquico, que era parlamentarista. Mas eles nunca levaram isso como ponto fundamental.

Essa questão, eu a conheço muito bem, pelos discursos e pensamentos do meu avô, o Senador João Pinheiro. Ele

nunca se preocupou fundamentalmente com o presidencialismo, mas, sim, com a eficiência do sistema de governo. Naquela época, a influência americana foi muito grande na implantação do presidencialismo no Brasil. Os Estados Unidos da América estavam atingindo altos índices de desenvolvimento, e os republicanos históricos eram influenciados por Augusto Comte, com seu positivismo, e, sobretudo, pelos governos presidencialistas norte-americanos. Os republicanos históricos brasileiros, como eram considerados e como muito referiu o Constituinte Paes Landim, há anos e anos sonhavam com a República, presidencialista e federativa. Isso não invalida porém, nossa proposta, porque hoje há um movimento nacional, um sentimento nacional de implantação do parlamentarismo.

E aí, peço perdão ao meu colega e amigo, Constituinte Paes Landim, mas o movimento parlamentarista no Brasil já tem mais de 40 anos. No Palácio Tiradentes, quando eu era jovem estudante e meu pai, Constituinte, em 1946, já ouvia o Deputado Raul Pilla, com aqueles cabelos brancos, apregoar e defender, da tribuna, o parlamentarismo. Naquela época, e nos anos seguintes, em função da atividade parlamentar de meu pai, acompanhei a luta parlamentarista, que era majoritária, entre os membros da Câmara dos Deputados. O parlamentarismo jamais foi implantado no Brasil, Srs. Constituintes, porque havia sempre um fator negativo, que eram as grandes lideranças carismáticas que, na sua ambição de chegar à Presidência da República, não admitiam aquela forma de governo. Graças a Deus, o Brasil vive hoje um período de transição, no qual essas lideranças não se mostram tão presentes.

**O SR. CONSTITUINTE PRISCO VIANA:** – Permite-me V. Ex.<sup>a</sup> uma ligeira interrupção?

**O SR. CONSTITUINTE ISRAEL PINHEIRO:** – Com muito prazer, nobre Constituinte Prisco Viana.

**O SR. CONSTITUINTE PRISCO VIANA:** – Diante da crítica que V. Ex.<sup>a</sup> faz ao Substitutivo do nobre Relator Bernardo Cabral e sobretudo por conhecer a sensibilidade de V. Ex.<sup>a</sup> quanto a este tema, gostaria de conhecer sua opinião a respeito do tratamento dado pelo Relator à questão da eleição do Presidente da República.

Como sabe V. Ex.<sup>a</sup>, o Relator optou pela ressurreição do Colégio Eleitoral, no segundo turno, mandando realizar eleição indireta quando na eleição direta nenhum dos candidatos houver obtido a maioria absoluta. Pergunto a V. Ex.<sup>a</sup>, primeiro, se está de acordo com essa solução; segundo, se não imagina que isso se constitui num pretenso e habilidoso mecanismo montado pelo Relator para contornar a terrível dificuldade política em que se encontram os defensores do sistema parlamentarista, de fazer conviver um Presidente da República eleito diretamente pelo povo, por maioria absoluta, digamos, com 40 milhões de votos, e, sem qualquer poder de Governo, com um Primeiro-Ministro que governa, tendo sido eleito por cerca de trezentos Deputados da Câmara Federal. Esta a questão que coloco diante de V. Ex.<sup>a</sup>, para recolher sua opinião, no mérito, e, naturalmente, ouvir sua crítica.

**O SR. CONSTITUINTE ISRAEL PINHEIRO:** – Admiro o Constituinte Prisco Viana pela sua extraordinária capacidade de articulação política e malícia, muito bem colocada, com uma pretensa armadilha política.

Mas sou muito coerente na defesa de meus pontos de vista. Realmente, hoje, divergimos do Relator Bernardo Cabral com relação ao segundo turno, em que ele joga para o Congresso Nacional a decisão, quando nenhum dos candidatos conseguir a maioria absoluta. Defendo o meu ponto de vista, no entanto, até divergindo do nosso grupo,

o Grupo dos 32. Acho que, se nenhum dos candidatos a Presidente da República obtiver maioria absoluta, o mais votado pode ser homologado ou não pelo Congresso Nacional. Isso é muito claro, muito lógico. Pode alcançar 49,5% dos votos, e, não obtendo a maioria de 50%, tem de voltar a um segundo turno. Não tem lógica. Então, o Congresso Nacional, na sua sabedoria política, – esta é uma Casa política – deve decidir. Não, o candidato não precisa ir para o segundo turno nas urnas, porque já terá suficiente respaldo político para ser Presidente da República no turno único. Esta é a razão, objetiva e prática.

A segunda linha de raciocínio, que, inclusive, o Constituinte Carlos Sant'Anna, nosso Líder, já teve oportunidade de discutir desta tribuna, diz respeito à incoerência de um Presidente da República eleito pelo voto direto, ser comandado. Há uma diferença entre chefe de governo e chefe de estado. E o Constituinte Prisco Viana sabe muito bem disso, mas quer lançar o vírus da intriga, da divergência.

Solicito tolerância ao nobre Presidente, pois estou a terminar. Não consegui falar ainda do objetivo maior da minha presença nesta tribuna, já que o tema parlamentarismo realmente me fascina. Mas não vejo dificuldade alguma; ao contrário, o ideal – reconheço – no sistema parlamentarista de governo, seria que o Presidente da República fosse eleito indiretamente, mas temos uma dívida social com o povo brasileiro, que quer votar para Presidente da República. É justo que, pelo menos agora, na primeira vez, se vote diretamente para Presidente da República. Mas isso não nos impedirá de, um dia, mais tarde, defendermos eleições indiretas para Presidente da República.

Respondendo ao veneno destilado pelo nobre Constituinte Prisco Viana, eu diria o seguinte: o Presidente será eleito, digamos, com 40 milhões de votos, em dois turnos, pela maioria absoluta, mas os Deputados terão mais de 40 milhões de votos, porque também têm de representar maioria para eleger o Primeiro-Ministro. Este será votado pela maioria representativa da população brasileira, na medida em que os Deputados representarão a maioria do voto popular.

Gostaria de discutir outro assunto, mais importante. Minha presença, nesta tribuna, objetiva fazer dois apelos aos Constituintes: primeiro, que as bancadas do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste terminem com esse movimento, que realmente não me sensibiliza... Nós, mineiros, temos um compromisso com a unidade da Pátria. Somos um Estado mediterrâneo, e a grande luta de Minas sempre foi pela unidade nacional. O nosso passado sempre girou em torno dessa unidade. Quando vejo esses cartazes espalhados pelo prédio da Câmara, pelos gabinetes. Fico chocado, em minha sensibilidade de mineiro, com os dizeres: "Somos 292". Como se houvesse uma disputa entre brasileiros, entre Constituintes. Há uma causa comum, o engrandecimento desta imensa Pátria que nossos antepassados nos legaram. Não podemos ter a incompetência de inocular o germe da secessão.

É o apelo que faço a todos os Constituintes. Vamos encontrar uma forma harmoniosa. A grande preocupação de Minas é encontrar uma fórmula inteligente para a distribuição da riqueza, para a construção desta Pátria, sem necessidade de pressões.

O segundo apelo que faço é quanto à discriminação notória contra o Estado de São Paulo, ferindo a República e a Federação. Lembro, a propósito, o Constituinte

Paes Landim, quando diz que querem diminuir o número de representantes de São Paulo, sem argumentação alguma.

Sabemos perfeitamente, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, que quem representa o povo brasileiro é a Câmara dos Deputados. Não podemos discriminar a população brasileira. O eleitor de São Paulo vale menos que o eleitor do Amazonas e do Acre? Isso não tem justificativa no processo democrático. Não há ninguém, nesta Casa, ou nesta Comissão, que tenha a coragem de vir aqui, dizer que o eleitor do Acre vale, por três eleitores de São Paulo; que São Paulo tem muitos Deputados e, portanto, não deve aumentar sua bancada.

Há que fazer uma distribuição democrática. Se São Paulo tem vinte e cinco milhões de eleitores, que ele tenha os seus cento e nove, cem ou noventa Deputados Federais. O que não é possível é limitar, em função de discriminação. Isso fere a nossa consciência democrática, Sr. Presidente. Toda vez que levanto este problema sinto, com tristeza, que sou contestado. E o argumento é o de que "São Paulo já tem Deputados demais".

Quem mantém o equilíbrio da Federação é o Senado da República; os Senadores é que representam os Estados. Por isso, para manter o equilíbrio federativo, os pequenos Estados têm o mesmo número de Senadores que São Paulo, Minas, Bahia e Rio Grande do Sul. Se, por acaso, a Câmara dos Deputados tomar algumas medidas que visem a prejudicar os Estados menos favorecidos deste País, caberá ao Senado da República, dentro do respeito, do senso público e da ordem, manter o equilíbrio por acaso rompido pela Câmara dos Deputados. O que não se pode, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, é estabelecer critérios discriminatórios contra a população de São Paulo, de Minas Gerais ou do Rio Grande do Sul. Aliás, Minas não é tão prejudicada, já que não atingiu o limite. Falo isso em defesa de um critério justo de democracia, sobretudo em nome da unidade desta querida Pátria brasileira.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Muito obrigado ao Constituinte Israel Pinheiro, cuja eloquência infringiu o horário concedido a S. Ex.<sup>a</sup>.

Concedo a palavra ao Constituinte Gerson Peres.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON FERES:** – Sr. Presidente, demais colegas, ontem começamos a abordar aqui um aspecto do trabalho árduo e difícil do eminente Relator Bernardo Cabral. Trata-se de tema relacionado ao Poder Judiciário. Mostramos que não há uma lógica constitucional no que diz respeito às atribuições e às competências dos poderes.

O Poder Legislativo nomeia seus membros e funcionários, o Poder Executivo idem, e o Poder Judiciário submete a nomeação dos seus membros ao Poder Executivo, numa diminuição de competência.

Achamos, pois, que seria a hora oportuna para dar-se ao Poder Judiciário maior autonomia no campo das suas atribuições administrativas.

Paralelamente, também evidenciamos que esta Constituição, como está, ainda avança em alguns aspectos, como, por exemplo, na redução do controle jurisdicional em determinadas atividades de Direito. Fixamo-nos um pouco sobre o art. 212 do projeto, que trata da reforma agrária, da política agrícola e fundiária. Apresentamos um argumento que me parece bom repisar, a fim de que haja maior reflexão a seu respeito. Trata-se do art. 212, § 2º, que diz:

"O juiz deferirá, de plano, a inicial. Se não o fizer no prazo de noventa dias, a imissão opera-se automaticamente, com as consequências previstas no parágrafo anterior."

Estamos pedindo destaque para este artigo, porque o consideramos uma contestação ao Estado de Direito. O Estado de Direito se assenta – e V. Ex.<sup>as</sup> sabem disso – na trindade basilar: igualdade, legalidade e controle jurisdicional. No exato momento em que uma Constituição obriga um juiz a deferir, suprime o poder de julgar; portanto, não pode deferir. O controle jurisdicional, no caso, deixa de existir no Estado de Direito.

O pior é que eminentes colegas assentam a justificativa desse princípio em decretos-leis baixados pelo eminente Presidente Costa e Silva, na época da exceção – portanto, decretos-leis arbitrários – para justificar uma norma constitucional que vai estabelecer um Estado de Direito.

Nossa emenda deixa o controle jurisdicional dentro do prazo. O juiz apreciará e julgará a inicial no prazo de 60 dias. E ainda acrescenta um parágrafo que vai ao encontro das aspirações daqueles que querem uma reforma agrária mais célere – estamos incluídos aí. A parte disponível da propriedade não produtiva é alcançada ou não pelo deferimento da sentença judicial. Se uma propriedade rural dispõe de uma parte não produtiva, esta estará inserida na sentença para ser desapropriada para fins de reforma agrária. Como está aqui, porém, é uma aberração jurídica. Não vamos ser agressivos a ponto de dizer que a reforma agrária tem de ser feita "na marra" e que a Constituição tem que instituir um sistema autoritário ou discricionário para que isto seja alcançado. Não! Se tivermos o controle jurisdicional da propriedade privada, estaremos incorrendo no grave erro de amanhã tirarmos do cidadão o controle do direito à inviolabilidade do lar, ao sigilo da correspondência. Enfim, com uma série de outras providências, concentraremos nas mãos do Poder Executivo um poder incomensurável.

Ora, o Poder Executivo forma-se no campo da competição político-partidária, com o debate, o diálogo, discurso. À medida que o político alcança seu ápice, a animosidade, o ódio, as incompreensões vão-se formando em torno dele. Se o cidadão eleito for um democrata, um estadista, ainda poderemos compreender que não queira desforrar-se, ao buscar pressa fácil no seu adversário que, se possuir terras, ficará à sua mercê, enquanto titular do Executivo. Através do processo administrativo, ele poderá sacar uma petição inicial, que o juiz deferirá, obrigatoriamente, através do órgão fundiário. Desta forma, seu adversário lhe estará submisso, com a cabeça sob a espada de Dâmocles. Não estaremos, assim, formando um Estado de Direito assentado no controle jurisdicional e regido pela legalidade e pela igualdade.

Vejam V. Ex.<sup>as</sup> como o § 2º do art. 212 contraria o espírito da restauração do princípio do Estado de Direito, a favor do autoritarismo, da pressão e de um estado totalitário, ao conceder ao Poder Executivo o que este não pode ter, ou seja, o poder de interferir nos direitos dos indivíduos, no direito de propriedade.

Concedo, com muita honra, o aparte ao Constituinte José Fogaça.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FOGAÇA:** – Nobre Constituinte, é a primeira vez que alguém argumenta com suporte na logicidade jurídica. Parece-me, no entanto, que, no raciocínio de V. Ex.<sup>a</sup>, não fica eliminado o arbítrio, ou o poder de decisão do juiz, uma vez que ele indefere a inicial.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Ele não pode indeferir. Aqui diz:

"Na petição inicial, depois de instruída com o comprovante do depósito, o valor da terra em títulos ou das benfeitorias em dinheiro, a autora requererá seja ordenada a seu favor a imissão na posse do imóvel..."

A expressão é clara: "seja ordenada". As palavras têm muita lógica, seguem uma seqüência perfeita: ...seja ordenada a seu favor a imissão na posse do imóvel e o registro deste na matrícula competente".

Em obediência ao § 2º o juiz deferirá, de plano, a inicial, que é a petição feita.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FOGAÇA:** – Mas terá a opção de não fazê-lo.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Ele não tem opção. Se não o fizer – e esta é a alternativa a que V. Ex.<sup>a</sup> se refere – no prazo de 90 dias, a imissão opera-se automaticamente.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FOGAÇA:** – O que não elimina a decisão judicial posterior.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – A decisão judicial posterior é pior. Veja bem: a Constituição subverte a ordem processual, porque a decisão não restaura o direito da propriedade.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FOGAÇA:** – Neste ponto, reconheço a validade do argumento de V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – A decisão confirma o que a Constituição determina. Manda pagar em títulos da dívida agrária a propriedade desapropriada, ou em dinheiro a benfeitoria desapropriada.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FOGAÇA:** – Esse é o âmbito de decisão que a Constituição confere ao juiz. Não é tão amplo quanto V. Ex.<sup>a</sup> deseja, mas da-lhe como universo de ação aquele que a Constituição lhe confere: o de decidir se a propriedade objeto da desapropriação deve ser ou não paga em moeda corrente. Este é o âmbito da decisão judicial.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Eminent Constituinte, a propriedade é um direito inalienável do cidadão. Não vamos discutir aqui miudezas. Vamos falar do direito à propriedade.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FOGAÇA:** – Limitado pela sua função social.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Ora, na parte fundamental dos direitos que a Constituição insere lê-se que a propriedade é inviolável, é intocável. Há uma seqüência de normas fundamentais, que V. Ex.<sup>a</sup> pode ver num desses dispositivos. Agora não os tenho, mas posso verificar.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FOGAÇA:** – Sugiro que V. Ex.<sup>a</sup> leia também o art. 209.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – A propriedade privada é assegurada e protegida pelo Estado. O exercício do direito à propriedade subordina-se ao bem estar da sociedade, à conservação dos recursos naturais e à proteção do meio ambiente. A lei estabelecerá o procedimento para a desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa indenização em caso de perigo público iminente. As autoridades competentes poderão usar a propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização anterior, se houver dano decorrente desse uso.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FOGAÇA:** – Exatamente. Veja V. Ex.<sup>a</sup> que o juiz não é dotado do arbítrio absoluto.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Deixe-me concluir, sem interromper a seqüência do que está escrito, "...indenização justa". Veja bem, nobre Constituinte, o § 2º diz: "...prevista no parágrafo anterior".

Primeiro, manda o Poder Executivo fazer toda a arrumação processual. Quem define o preço e a medição é o Poder Executivo, através do órgão fundiário. Quem vai dizer se há utilidade social da terra é o Poder Executivo. Em seguida, cria-se o processo administrativo. Ora, o processo administrativo gera o que chamamos de petição inicial. E, pela Constituição, diz-se "Sr. Juiz, defira o que eu preparei, porque quero desapropriar essa terra". E o Juiz responde: – "Sim, porque está escrito e eu defiro. Não posso interferir". Logo, a indenização não é justa, porque foi um recurso faccioso, um feito da parte interessada, que é o Poder Executivo, determinando os valores que se referem à justa indenização. Quem dirá se é justa, ou não, a indenização será o Poder Judiciário, não o Poder Executivo. Se ele manda deferir, de plano, uma inicial advinda de um processo administrativo previamente elaborado, com valores estabelecidos, claro está que esses valores não podem ser modificados pela decisão do juiz. Ele não está obrigado, constitucionalmente, a deferir de plano.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FOGAÇA:** – Veja V. Ex.<sup>a</sup> que essa é a competência que a Constituição confere ao juiz.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Não há competência, há atribuição arbitrária, que fere o princípio geral da Constituição, determinando que ela sobreviva sob o controle jurisdicional. Não se pode dizer que há controle jurisdicional para comprar ou vender farinha. Mas não há controle jurisdicional para desapropriar terra – há para o casamento, com separação posterior, ou não. Não há controle jurisdicional para invadirem meu lar.

A Constituição tem de ser coerente, lógica, e deve estabelecer princípios gerais. A lei, como diz o § 35, dirá quais são as limitações judiciais, mas não decidirá, num âmbito do direito fundamental, a desapropriação de bens do indivíduo. O juiz federal terá prazo, e não pode, jamais, ser limitado no que diz respeito ao controle jurisdicional.

Para terminar, mostrarei que esta é uma aberração jurídica que se quer introduzir na Constituição. Assim não dá para continuar.

Eu disse que aqui uns discutem com base em sentimentos e paixões e, outros, com a inteligência e a cabeça. É preciso que nos acostumemos a discutir com a inteligência e com a razão.

Se queremos fazer uma Constituição democrática, temos de confiar em alguém. Temos três Poderes: Judiciário, Executivo e Legislativo. A Justiça é importante para diminuir os conflitos das partes interessadas. Se não existir Justiça, mata-se a democracia e morre o Estado de Direito.

Então, em um problema desse, da mais alta indagação, em que há passionalismo político, facciosidade, **part pris**, quando fazendeiros financiam candidaturas de Governadores e de Presidente da República, em que há proprietários e latifundiários que contrariam candidaturas de Presidente da República, esses homens não podem, no meu entendimento, tanto de um lado como de outro, ficar ao sabor de um mero parágrafo discricionário e arbitrário.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Permite-me V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Refiro-me a direitos, Constituinte Roberto Freire. Não falo de paixão política, mas de direito, na reforma agrária. Quero que ela seja feita dentro do prazo de sessenta dias. Vamos fazê-la. O juiz tem esse prazo e deve decidir.

Ora, quando se extrai a Justiça Agrária da Constituição é porque não se quer fazer reforma agrária célere.

Então, que se instituam, no capítulo do Poder Judiciário, várias reformas agrárias, próximas aos conflitos agrários, a fim de que os juizes, no prazo de sessenta dias – próximos dos conflitos e da verdade – possam deliberar sobre as situações geradoras de escândalos, inclusive causando a morte de inocentes e até de culpado, colocando brasileiros contra brasileiros e derramando sangue em nosso campo.

Encerre meu modesto e despretensioso pronunciamento, Constituinte Roberto Freire, com seu aparte.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – E, talvez, sem muita emoção.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Não estou emocionado. É o meu jeito de falar.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Algumas pessoas imaginaram que estava havendo emoção e não razão. Vou apenas lembrar a V. Ex.<sup>a</sup> que alguns dos conceitos aí emitidos já o foram há, pelo menos, mais de um século. O conceito da propriedade absoluta foi, evidentemente, colocado na reserva e à margem dos códigos e dos direitos positivos das nações civilizadas. Esse direito não é verdadeiro.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Não o estou defendendo; coloco-o sob o controle jurisdicional. Ele não é absoluto.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Vou mostrar qual o controle que existe.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Controle absoluto é o que se quer introduzir.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Não é verdade. O controle jurisdicional existe, muitas vezes, até para garantir um direito que, embora não seja absoluto, é quase inviolável. O direito de propriedade existe para proteger o proprietário contra qualquer pessoa que tiver a posse permanente da terra há muito tempo: são as expulsões, os despejos contra o lar, contra a sobrevivência. É o proprietário expulsando posseiros e inquilinos, garantindo o direito de propriedade abusivo. Contra esse direito V. Ex.<sup>a</sup> nunca se pronunciou. Agora, no momento em que o Estado, organização de uma sociedade, garante que se deve, por interesse coletivo, por interesse social, desapropriar e indenizar pelo justo preço – está expresso na Constituição, inclusive no processo que aí está...

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sem a fiscalização da Justiça.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Não é verdade.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – É o que está escrito.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – V. Ex.<sup>a</sup> sabe que quem determina a indenização é a Justiça.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Não.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Sim. Tanto é verdade que...

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Perdoe-me, Constituinte Roberto Freire, mas V. Ex.<sup>a</sup> está discutindo sem ler o substitutivo.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – V. Ex.<sup>a</sup> sabe que a indenização pode ser feita pelo poder desapropriante, em depósito, levando em consideração a lei atual e o valor fiscal declarado. Ele deposita. O juiz pode receber o depósito e conceder imissão da posse. Se houver discussão, pode até pedir arbitramento. Mas, em qualquer das hipóteses, haverá o litígio, porque a parte pode solicitar vistoria, que será determinada, depois, pelo Judiciário. Não há falta de controle.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Há falta de controle, sim.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Se houver qualquer discussão sobre questão dominial, a Justiça decide, podendo fazê-lo até através de terceiros processos de perdas e danos. V. Ex.<sup>a</sup> não pode dizer que, no País, faltou controle jurisdicional. Nos vinte anos de ditadura, faltou controle jurisdicional, mas sobre atentados cometidos contra a pessoa humana. Sobre a propriedade nunca deixou de existir controle jurisdicional. É por isso que, quando se quer que haja um controle mais democrático, pessoas como V. Ex.<sup>a</sup> levantam-se contra.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Nobre Constituinte Roberto Freire, não acolho o final do aparte de V. Ex.<sup>a</sup>, mas concordo, em parte, com V. Ex.<sup>a</sup>. Não sou radical. Aqui há duas correntes passionais e radicais: a esquerda, a que V. Ex.<sup>a</sup> pertence, e a direita, à qual pertencem outros grupos, inclusive ligados à UDR e financiados por pecuaristas. Mas, há outra corrente de Constituintes. Estes estudam a questão, são independentes, não foram financiados por ninguém e defendem a democracia dentro do centrismo.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Não me refiro ao fato de alguém ser financiado. Não levantei esta questão.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Fui eu que a levantei, e o fiz porque é a realidade. Não me estou referindo a V. Ex.<sup>a</sup>. Não sei da esquerda, porque não convivo com ela. Também não convivo com a direita. Leio os jornais. Como a esquerda é mais forte nas notícias, pensa que os direitistas são corrompidos por "A" ou "B"; e os direitistas pensam que os esquerdistas estão comprometidos com grupos financiadores internacionais. De forma que fico no centro. Sou um homem de centro. Fico olhando o espetáculo.

Quero concluir. V. Ex.<sup>a</sup> já falou, e agora peço que me ouça.

Aqui há duas correntes: a de direita, que defende a propriedade absoluta, e a de esquerda, que defende o extremo, a propriedade violável, atingível, com obrigação social. Há também os centristas, que defendem a propriedade como direito a ser definido de maneira clara na Constituição, mas sob a égide do Poder Judiciário.

V. Ex.<sup>a</sup> coloca em dúvida os caracteres existentes no Poder Judiciário. O argumento é de ordem pessoal. Meus argumentos são de ordem doutrinária, de princípios e de direitos. Para mim a Justiça ainda é, com todos os seus males, melhor do que...

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Nobre Constituinte, queira encerrar seu pronunciamento.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Concluirei, Sr. Presidente.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Permita-me. Não fiz avaliação pessoal alguma.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Devo dizer a V. Ex.<sup>a</sup> algo importante: a ditadura, a que V. Ex.<sup>a</sup> se referiu, nenhum homem de bom senso, nenhum democrata, nenhum homem que estudou Direito, nenhum homem que viveu a vida na escola democrática pode aceitar. Nós a aceitamos como fato consumado. Foi o meu caso e de tantos brasileiros. V. Ex.<sup>a</sup> teve de aceitar de qualquer maneira.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Não é verdade.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Não aceitou apenas pelas palavras. Mas houve uma institucionalização...

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Por atos.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Mas V. Ex.<sup>a</sup> conviveu com a ditadura.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – V. Ex.<sup>a</sup> está enganado.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – O que aconteceu com V. Ex.<sup>a</sup>? Nada. Está aí vivinho, falando, discutindo etc.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – V. Ex.<sup>a</sup> quer que eu lhe lembre os que foram assassinados e sobre os quais V. Ex.<sup>a</sup> nada disse, aceitou como fato consumado? Nós, não, nem aqueles que resistiram.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Saiba V. Ex.<sup>a</sup> – não venha cantar de galo para mim, pois não nasci sob a égide da ditadura – que também quase fui cassado, por quatro vezes. O ato de minha cassação chegou a ser assinado pela Junta Militar.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – E V. Ex.<sup>a</sup> aceitou?

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Não. Protestei. Usei o mesmo que V. Ex.<sup>a</sup>: o *jus esperneandi*. Mas, contra a força nada podíamos fazer. Agora estamos tentando...

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – O que está V. Ex.<sup>a</sup> fazendo aqui? Foi uma luta de todos, ou não?

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, peço a V. Ex.<sup>a</sup> que me devolva a palavra.

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – Queria discutir, teoricamente, com V. Ex.<sup>a</sup>, sobre a questão do controle jurisdicional.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – É a isso que quero voltar. Quero escrever uma Constituição para futuro, para um Brasil de mentalidade mais elevada, para uma geração de homens capazes de resolver seus problemas pelo diálogo, pela lei, pela justiça. Não quero uma Constituição capaz de, no futuro, dar a impressão de que vivemos na era da pedra lascada, sob a égide do assassinato, do arbítrio, da violência, do jogo de irmãos contra irmãos, da técnica do proselitismo, da incitação, da invasão de terras e de propriedades. Quero escrever uma Constituição para um povo civilizado, não para um povo de terceira categoria, de relações mais baixas. Não!

O brasileiro sempre aceitou suas tradições, sob a égide de uma Constituição, como disse o Constituinte Egídio Salles. Não vamos subestimar sua inteligência. Acabam de enriquecer o urânio, por exemplo, dando-nos uma lição de grande capacidade científica. Não subestimemos o valor das gerações futuras deste País, inserindo um artigo desses na Carta Constitucional. Isso significaria subverter o respeito à Justiça. Como vamos fazer democracia no Brasil sem Justiça? O Poder Executivo, que é o poder político, amanhã poderia cair nas mãos dos comunistas, dos esquerdistas ou dos direitistas, que são radicais, e, então, uns iriam pegar a foice e o martelo e outros, a navalha, para cortar os pescoços uns dos outros e impor suas idéias à força.

Temos que construir um Estado de Direito, em que a Justiça seja o termômetro e todos se curvem perante ela. Assim, estaremos perpetuando a democracia.

Ouçó, com prazer, o Constituinte José Fogaça.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Constituinte Gérson Peres, o Constituinte José Fogaça desistiu do aparte. Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup> o pronunciamento.

Concedo a palavra ao Constituinte Ruy Nedel.

**O SR. CONSTITUINTE RUY NEDEL:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes membros da Comissão de Sistematização, vimos aqui para alertá-los sobre alguns problemas que podem ser considerados de somenos importância, mas que, se a eles não estivermos atentos, poderão ter consequências funestas. Um deles é a questão do meio ambiente e a defesa do ecossistema.

Ao tempo do substitutivo anterior, havíamos apresentado uma emenda ao § 3º do art. 295, que acrescentava a reserva ecológica do Taim como patrimônio nacional, a exemplo da Floresta Amazônica e da Mata Atlântica, a reserva costeira. Agora, neste projeto, vemos que acrescentaram a serra do Mar, mas não deram importância à reserva ecológica do Taim.

Quero lembrar aos membros da Comissão de Sistematização que, no que se refere à fauna, as aves, especialmente, têm emigração sazonal, atravessam continentes, e, portanto, necessitam de local adequado para pouso e descanso. Não estaremos cuidando do meio ambiente, se não defendermos o ecossistema. Se eliminarmos pontos estratégicos de pouso das aves, poderemos eliminar o ecossistema e destruir espécies de importância muito grande.

Tenho convicção de que a maioria dos membros desta Comissão está sensibilizada com o problema do meio ambiente, mas talvez não se dê conta da importância da reserva ecológica do Taim. Talvez alguns possam pensar que, a continuar assim, qualquer pequena reserva florestal deva constar nesse artigo. Mas quero lembrar que a maior lagoa do continente é a lagoa dos Patos e, a segunda, a lagoa Mirim – vizinhas uma da outra.

Senhores, a reserva ecológica do Taim é grande e muito importante para as aves – inclusive, para aquelas dos Pólos Norte e Sul, ela pode ser fundamental. E pode ser fundamental também para a agricultura, porque o sistema de larvas prolifera, na medida em que se altera algum ser vivo dentro do sistema. E, seguramente, vários seres vivos desse sistema se alterarão, se não respeitamos a reserva ecológica do Taim.

Além deste, há outro ponto que muitas vezes é desprezado, o do Capítulo VIII. Porque índio não vota! Do

Clube do Congresso, onde havia feito um churrasco, vim logo buscar o substitutivo. Comecei a lê-lo pelo final e convenci-me de que estavam fazendo churrasco de índio.

O mínimo que se pode exigir de uma Constituição é que seja entendida por um advogado competente. Nossa obrigação é fazer uma Constituição que não apresente ambigüidades a ponto de deixar em dificuldades o Poder Judiciário ao interpretar a lei e aplicá-la. Isso é fundamental.

Sou médico, mas espanta-me a terminologia empregada no Capítulo VIII do Título VIII – Dos Índios. Não é preciso ser advogado para entender a ambigüidade que aqui existe. Ou foi um desprezo pelo tema, porque índio não vota, ou, então, foi proposital para concluir o genocídio que tanto gostamos de praticar.

Veja-se o caso da Região Missioneira. Quando a civilização missioneira começou aquele crescimento intrínseco – de dentro para fora, de baixo para cima – da comunidade, pelo bem-estar, pelo progresso, a aculturação, como deveria ser, não era na base da doença, da blenorragia, da cachaça, da varíola e do sarampo. Mas eis que então se uniram os exércitos de Portugal e Espanha e não deixaram pedra sobre pedra.

Nós, talvez, inconscientemente, tenhamos essa vocação. Agora, constitucionalmente, não podemos aplicar esses princípios. Ao projeto anterior apresentei emenda que suprimia do art. 302 o termo "permanentemente". No presente substitutivo, este é o art. 261, que está nos seguintes termos:

São reconhecidos aos índios seus direitos originários sobre as terras de posse imemorial onde se acham permanentemente localizados... etc."

Ora, Srs. Constituintes, membros desta tão importante Comissão, o termo "permanentemente" é totalmente supérfluo, ou propositadamente colocado aqui para gerar ambigüidade. Essa redação pode dar margem a esta interpretação: não considerar a migração sazonal do índio, no seu nomadismo, ou quando atua periodicamente em amplas reservas florestais, para sua sobrevivência e para a sobrevivência da sua cultura. Aqui, um juiz pode, perfeitamente, eliminar esse direito, inclusive sobre áreas já demarcadas. Não foi, pois, suprimida a expressão "permanentemente".

Para o § 1º do art. 303 do substitutivo anterior, para evitar confusão, ambigüidade ou, eventualmente, má fé, propus a seguinte redação:

"São terras dos índios as já demarcadas e as por demarcar, onde se acham localizados em habitações efetivas e onde circulam periodicamente dentro de suas características culturais, segundo seus usos, costumes e tradições."

Acho que assim o texto ficaria redigido claramente. Mas essa redação não foi acolhida. No entanto, no presente substitutivo, o § 1º do art. 262 está redigido da seguinte forma:

"São terras de posse imemorial, onde se acham permanentemente localizados os índios, aquelas destinadas à sua habitação efetiva, às suas atividades produtivas e às necessárias à sua preservação cultural, segundo seus usos, costumes e tradições."

A interpretação desse dispositivo abrangerá apenas a aldeia, ou núcleo habitacional, e o quadrado de milho ou



de alguns tubérculos que possam ser plantados. Só isso. E se o juiz interpretar da forma como está na redação, poderá estar caindo em vício moral, mas não em vício de interpretação da lei.

É um aviso que deixo a V. Ex.<sup>a</sup>, para alertá-los, porque a matéria pode passar despercebida, no decorrer dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte. E, se permanecer assim, ficará como uma mancha abjeta na nossa História e gerará a destruição final do povo nativo do Brasil.

Além disso – aqui já é uma questão de convicção pessoal – o art. 261, § 2º, diz o seguinte:

"A exploração das riquezas minerais em terras indígenas só pode ser efetivada com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, e obriga a destinação de percentual sobre os resultados da lavra em benefício das comunidades indígenas e do meio ambiente, na forma da lei."

Vejo o artigo como um avanço, mas conhecendo a história e a ganância de quem conquistou os povos e destruiu as civilizações na face da Terra, sugerimos a seguinte redação:

"A exploração das riquezas minerais em terras indígenas só pode ser efetuada pela União, com autorização da comunidade envolvida e do Congresso Nacional."

Parece-me fundamental que a exploração de jazidas minerais seja feita pela União, pois as empresas particulares, mesmo as nacionais, gerarão a destruição sob as mais variadas formas. Quero lembrar, neste momento, que, quando o conquistador destruiu a civilização incaica, nos altiplanos dos Andes, lá ocorria a maior produtividade agrícola jamais alcançada na História, que até hoje a grande civilização dominadora caucasiana, por exemplo, não conseguiu suplantá-la, ou sequer igualar. Tudo isto porque havia um fantástico conhecimento genético a respeito de grãos. A terra era venerada e preservada para as operações futuras. No meio das rochas, nos grandes altiplanos, a milhares de metros de altitude, conseguia-se essa maravilha que hoje não conseguimos em nossas férteis várzeas.

Dizem estudos mais modernos e pormenorizados que o império incaico possuiu em torno de 30 milhões de habitantes. No entanto, 150 anos após, restava um milhão e quinhentos mil. Se alguém vier com a contra-argumentação de que as áreas são muito extensas para a baixa densidade populacional, diremos que o elemento notável é que essa baixa densidade populacional existe exatamente por causa dos crimes perpetrados por nossos ancestrais. O que não nos dá o direito de continuar praticando o mesmo crime, para depois, transformar a região em patrimônio da humanidade, como fizemos com as ruínas de São Miguel. Queremos aliviar nossas consciências, após a destruição total, venerando ruínas – como as de São Miguel, no Sul, e Machu Pichu, no altiplano incaico – para turismo.

Lembro, ainda que Tenochtitlan – capital dos astecas e hoje capital do México –, quando invadida e destruída pelos espanhóis, possuía trezentos mil habitantes; Madri, na Espanha, tinha noventa mil. Ou seja, noventa mil contra trezentos mil habitantes. Essa mesma cidade, que passou a ter o nome de Cidade do México, levou quatrocentos anos para voltar a ter o mesmo número de habitantes assassinados pelos conquistadores.

Vamos respeitá-los, vamos respeitar a nós mesmos. São coisas tão pequenas, tão fáceis de resolver, que não ferem nossos interesses, não ferem nossa soberania e nos permitem, inclusive, o uso de um subsolo rico.

Só peço que não se mate, só isso. É o mínimo de respeito que se deve exigir. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Muito obrigado, Constituinte Ruy Nedel.

Com a palavra o nobre Constituinte Virgildásio de Senna.

**O SR. CONSTITUINTE VIRGILDÁSIO DE SENNA:**

– Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a sessão de hoje, além de versar sobre uma série de assuntos, teve como tema principal a questão do Judiciário. Assim é a questão judiciária, num país em que a maioria da população diz que quem tem juízo não vai a juízo; um país em que Rui Barbosa declara, com todas as letras, que o poder que mais faltou à República foi o Judiciário, num país em que a voz unânime da consciência nacional reconhece que o Código Civil é o código dos ricos e o Código Penal é um código destinado exclusivamente aos pobres – Código Civil sobre a mesa e o Código Penal dentro da gaveta, quando se trata de aplicá-lo aos ricos.

Nosso Projeto de Constituição tem longos capítulos e muitos artigos sobre o Judiciário, o que me lembra uma passagem de Jorge Luís Borges: "o assombroso, eterno retorno ao mesmo".

Quanto mais o lemos, mais verificamos que é a mesma coisa, o já dito e repetido em sucessivas Constituições, sem qualquer aporte novo, sem nenhuma modificação, sem uma criatividade que afaste do País este clima que é a própria desonra do Judiciário.

Quem tem juízo não vai a juízo. Todas as pessoas de senso repetem esta frase, pelo País inteiro, para vergonha do Judiciário, porque a Justiça é serviço público essencial.

Nobres Constituintes, uma das razões – talvez a mais profunda – geradoras de todo este ambiente é a própria formação do Judiciário. Enquanto os demais Poderes do Estado exercem sua atividade sob o controle da sociedade, para o pleno exercício do poder judicante, a sociedade envolveu a magistratura em uma série de proteções – a vitaliciedade, a irremovibilidade, a irredutibilidade dos salários – transformando-a, toda ela, numa corporação fechada, onde juiz indica juiz, juiz julga juiz, juiz promove juiz. Enfim, é um Poder em si e para si, porque quem tem juízo não vai a juízo. A Magistratura, o Judiciário, é fundamentalmente, um poder em si e para si, já que a sociedade como um todo, ricos e pobres, brancos e pretos, nordestinos e sulistas, a uma só voz declaram, unanimemente, que quem tem juízo não vai a juízo.

Creio, Srs. Constituintes, que este é o momento de sairmos daquela constatação a que me referi, do Borges, que é o assombroso retorno ao mesmo. O projeto de constituição repete exatamente, sem aperfeiçoar quase nada, o que já constou de todos os outros.

Pretendi – e fui derrotado – que o cargo inicial, na Magistratura de carreira, fosse precedido, como ocorre no magistério, de concurso público. O nobre Constituinte Egidio Ferreira Lima declara que concurso não é a melhor forma de selecionar magistrados. Também sei disso. Também acredito que não seja. Mas a que hoje existe cer-

tamente é a pior, é a que permite que o povo declare, para vergonha de todos – e da República, principalmente – que quem tem juízo não vai a juízo.

Estou, Srs. Constituintes, com uma proposta que visa a melhorar um pouco a composição da Magistratura, alterando o dispositivo que cria o Conselho Nacional da Magistratura – o que aqui volta a ser chamado de Conselho Superior da Justiça, quando não o é. É o Conselho da Magistratura. Em nossa proposição é instituído o Conselho Superior da Magistratura, incumbido do controle externo do Poder Judiciário, cabendo-lhe, privativamente, elaborar a lista de promoção de juizes nas diversas instâncias e o acesso destes aos Tribunais de carreira. Com esta providência se terá um Conselho que represente, de fato, a sociedade, porque constituído por quatro membros eleitos pelo Congresso Nacional para exercer mandato de quatro anos, não renováveis, não podendo exercer o patrocínio de causas; por três membros indicados pelo Ministério Público, nas mesmas condições; por três membros indicados pela OAB. Com isso estará o Judiciário sob controle da sociedade.

Poder Judiciário, ao longo de cem anos de República, jamais esteve, a qualquer instante, sob controle da sociedade. Enquanto no Congresso Nacional renovam-se os mandatos, como no caso concreto da Assembléia Nacional Constituinte e da Câmara dos Deputados da Legislatura anterior, quando 70% dos parlamentares não foram reconduzidos a esta Casa, nada semelhante acontece no Judiciário. Lá o juiz indica o juiz, o juiz promove o juiz, o juiz julga o juiz e o juiz elabora a lista tríplice do juiz que vai compor o Tribunal.

Ouçó, com prazer, o nobre Constituinte Gerson Peres.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Meu querido companheiro e brilhante colega Constituinte Virgildásio de Senna, velho batalhador desta Casa, estou, até agora ouvindo V. Ex.<sup>a</sup>. Gosto de me convencer das coisas. Não sou, absolutamente, um contestador – que isto fique bem claro. Também gosto de aprender.

**O SR. CONSTITUINTE VIRGILDÁSIO DE SENNA:** – V. Ex.<sup>a</sup> não é um contestador, é teimoso.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Não me considere assim. Não fico lisonjeado com isto. Pensava que o conceito de V. Ex.<sup>a</sup> a meu respeito era outro.

**O SR. CONSTITUINTE VIRGILDÁSIO DE SENNA:** – Mas a teimosia de V. Ex.<sup>a</sup> é positiva.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Apenas gosto de aprender.

Eu tinha – consta do meu livro – pedido a supressão desse dispositivo. Veja bem. Vou esperar que V. Ex.<sup>a</sup>, no decurso do debate, me convença a fazer o contrário.

V. Ex.<sup>a</sup> quer colocar o Poder Judiciário numa roda-viva – permita-me dizer isso. A propósito, quero fazer uma crítica – vou bancar o advogado do diabo – contra a proposição de V. Ex.<sup>a</sup>. A Justiça tem uma hierarquia. A Corte Suprema, que é o Supremo Tribunal Federal, é a coordenadora da jurisprudência e de toda a Justiça brasileira. É um colegiado de forma até mista, com todo o Poder Executivo lá dentro, indicando, para sua composição, membros do Ministério Público, e com o dedo da Ordem dos Advogados do Brasil, indicando elementos que chegarão lá via Tribunais Superiores, não no Supremo Tribunal Federal, onde a indicação é do Presidente da República, entre os brasileiros de reputação ilibada – conceito muito vago e distante – e notável saber jurídico. Agora V. Ex.<sup>a</sup>

cria mais um órgão da Justiça. Já há juiz nomeando juiz, fazendo todos aqueles acordos, e agora V. Ex.<sup>a</sup> acrescentará mais um. O Supremo Tribunal Federal, que é a corte suprema do País, passa a ser, então, administrado e fiscalizado por um corpo estranho ao Poder Judiciário. Digo Poder Judiciário como poder judicante. Quem julgará o Supremo nos seus atos administrativos? Quatro Deputados, um membro da Ordem dos Advogados do Brasil e um representante do Ministério Público – como está escrito aqui – e, parece-me, mais dois membros do Judiciário. Veja bem: a maioria representativa desse Conselho é estranha à justiça. Acha V. Ex.<sup>a</sup> que a Justiça poderá funcionar bem com esses elementos extraídos de corpos que são facciosos, que vêm do poder político, que julgarão os atos da própria Justiça? Não seria melhor admitir que os atos do Poder Judiciário ficassem sob as vistas de outro Poder, do mesmo nível que o Legislativo? Por que, então, o Poder Legislativo não fiscaliza as contas e determinados atos do Poder Judiciário, a nível de poder?

V. Ex.<sup>a</sup> criará um corpo estranho, um superpoder judiciário. É o meu ponto de vista. Agora, convença-me do contrário, pois eu gostaria de votar com V. Ex.<sup>a</sup>, que merece minha consideração. Não é teimoso, é judicioso, é inteligente e batalhador.

#### **O SR. CONSTITUINTE VIRGILDÁSIO DE SENNA:**

– Muito obrigado a V. Ex.<sup>a</sup>, só para esclarecimento, eu desejaria dizer, em primeiro lugar, que o Supremo Tribunal Federal não é um tribunal de carreira. Nossa proposição não envolve o Supremo Tribunal Federal. O Supremo Tribunal Federal é a pedra de fecho de todo o Poder. E é um tribunal politicamente escolhido; os demais tribunais, não. São tribunais de carreira; são tribunais que obedecem, na sua composição, a determinadas prescrições que a lei estabelece.

Não estamos querendo que nenhum Poder julgue o Supremo Tribunal Federal, nem nos tribunais superiores, nem nos tribunais de carreira tal fenômeno ocorrerá. O que estamos a propor é o controle externo, já aceito, basicamente, no primeiro e no segundo substitutivo do relator, mas, em nosso entendimento, de forma incompleta. Ele exerce o controle externo, mas não exerce aquilo que me parece fundamental na constituição dos tribunais, que é a indicação dos seus membros, numa lista tríplice que será escolhida pelo Executivo e aprovada pelo Senado.

O que ocorre, nobre Deputado, é que essa lista, que no fundo tem funcionado no Brasil com a colaboração daquilo que vulgarmente se chama de "curriola", só eleva a esses tribunais os juizes dóceis, os juizes acumpliciados com o sistema. O que estamos propondo é que ninguém possa ser membro de um conselho por mais de quatro anos, ser reeleito, ou patrocinar causas. Mas este conselho indicaria as promoções, com base em uma lista tríplice, para escolha dos juizes, respeitado, é claro, o quinto do Ministério Público. O quinto dos advogados se compõe de juizes de carreira, que, pela exação, competência e presença em suas comarcas, justificam sua promoção, sendo alçados aos tribunais de carreira.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Ilustre Constituinte, quais seriam os juizes que o Conselho iria indicar?

#### **O SR. CONSTITUINTE VIRGILDÁSIO DE SENNA:**

– Os juizes de carreira. Mas não aqueles que os Tribunais, facciosamente, sempre indicam, acumpliciados com Governadores de Estado. Há Estados da Federação – e conheço vários casos – onde Tribunais são compostos por figuras escolhidas em alcovas, para desonra da Justiça.

O que estamos propondo, eminente Constituinte Gerson Peres, é que episódios como estes não voltem a ocorrer no Brasil, para que não se repita, neste País – V. Ex.<sup>a</sup>, que é advogado, a conhece –, a frase: “Quem tem juízo não vai a juízo”.

Era só, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Desejo comunicar aos membros desta Comissão que foram distribuídas cópias de um ofício do Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães, referente à consolidação das regras regimentais para nossos debates.

Gostaria de esclarecer que, segundo as normas constantes desse ofício, como ainda não tivemos oportunidade de debater o assunto com S. Ex.<sup>a</sup>, o nobre relator, que ainda não compareceu a esta Comissão depois da apresentação do substitutivo – poderão ser apresentados destaques para suprimir, substituir, modificar e aditar textos ao substitutivo, uma vez que através dos destaques é que poderemos participar da elaboração do projeto constitucional. Não há outro instrumento, a não ser este, que, no meu entendimento, fomos forçados a conceder aos nobres componentes desta Comissão, qual seja o da faculdade de apresentação de destaques sobre os textos do segundo substitutivo. Desde que aprovados por maioria absoluta no plenário da Comissão, esses destaques ficarão incorporados ao texto do projeto.

Não vejo outra maneira de participarmos do debate constitucional, porque, sendo esta a Comissão responsável pelo projeto, não pode ficar excluída, de qualquer forma, da sua elaboração.

**O SR. CONSTITUINTE OTTOMAR PINTO:** – Permita-me Sr. Presidente.

Se bem entendi, V. Ex.<sup>a</sup> disse que a resolução da Mesa prevê destaques que possam aditar alguma coisa ao Substitutivo, modificar ou substituir artigos e parágrafos, como se fossem emendas destacadas?

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Sim, porque não tendo tido a Comissão, nem os demais Constituintes, oportunidade de apresentar emenda à redação final do Substitutivo, nas 48 horas posteriores à sua apresentação, o entendimento hoje verificado entre as lideranças e o Presidente da Constituinte resultou na redação dessa consolidação, que, no seu item 1.3, diz o seguinte:

“Serão admitidos requerimentos de destaque do projeto, do 1º Substitutivo, do 2º Substitutivo, de emendas apresentadas ao projeto e ao 1º Substitutivo e partes de quaisquer e de todos estes.”

Então, se não pudemos interpelar o Relator sobre o projeto e não houve um prazo antecipado, do qual resultasse seu debate na Comissão, de que forma se poderia participar? Na verdade, o destaque está sendo utilizado com poder equivalente ao da emenda. Não teria sentido que o destaque aprovado por maioria absoluta da Comissão não implicasse aprovação da matéria a que se refere. Então, seria inutilmente aprovado o destaque e depois votar-se-ia a matéria. Assim, a aprovação ou rejeição de destaque já envolve a modificação ou não do texto do projeto.

**O SR. CONSTITUINTE OTTOMAR PINTO:** – Porque há matéria nova no segundo substitutivo, para a qual, evidentemente, não houve emenda prévia.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Não pôde haver emenda prévia. Na verdade, o que tivemos foi um

substitutivo que recebeu emenda, e agora o Relator apresentou seu parecer sobre as emendas que foram incorporadas ou não ao substitutivo. Depois da apresentação deste trabalho, da sua proposta, caberia à Comissão, responsável pela elaboração final do projeto, apreciar e apresentar as emendas, ou discutir com seu poder constituinte. A forma que se está adotando é a de pedido de destaque, para os membros da Comissão, ou seja, os que votam, e também para todos os que não votam, mas podem destacar, com apoio de membro da Constituinte. O destaque, portanto, será utilizado como uma forma de participação da Comissão na elaboração do projeto.

**O SR. CONSTITUINTE OTTOMAR PINTO:** – A operacionalização será na base de destaque para determinado artigo. Ao defender o destaque no plenário da Comissão lê-se novo dispositivo que se pretende venha a substituir ou alterar o que está no dispositivo?

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – V. Ex.<sup>a</sup> pode juntar ao destaque o texto da modificação ou supressão que deseja fazer. Sendo autor, terá preferência, podendo indicar outro companheiro que defenderá sua posição. E aqueles que se colocarem em posição contrária, serão escolhidos de acordo com a ordem de inscrição aqui, no livro de presença.

**O SR. CONSTITUINTE OTTOMAR PINTO:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra, pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE OTTOMAR PINTO:** – Sr. Presidente, considero-me informado e esclarecido pelas palavras de V. Ex.<sup>a</sup>, mas me parece que alguns companheiros entendem de forma diversa. Assim, para efeito de esclarecimento, gostaria de consultar esta Presidência especificamente a respeito do seguinte: através desse instrumento, o destaque, será possível, ainda nessa fase, inovar?

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Sim, os membros da Comissão receberam do Congresso Nacional, através do *Regimento*, a atribuição de elaborar um projeto de Constituição. É esse o exercício do seu poder constituinte, na condição de membros do Colegiado, não podendo, pois, ser privados, no meu entender, dessa prerrogativa. Nenhum de nós poderia ter oportunidade de emendar um projeto que ainda não foi apresentado.

**O SR. CONSTITUINTE CHAGAS RODRIGUES:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra, pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE CHAGAS RODRIGUES:** – Sr. Presidente, V. Ex.<sup>a</sup> deixou devidamente esclarecido o assunto. Realmente, aqui, nesta consolidação das regras regimentais, vemos, no item 1.3, que realmente serão admitidos requerimentos de destaque do projeto, do primeiro substitutivo, do segundo e de emendas. Então, é evidente que podemos requerer destaque de emendas apresentadas não só ao projeto e ao primeiro substitutivo. Aqui, certamente, trata-se do projeto da Comissão de Sistematização e do primeiro substitutivo.

Mas, Sr. Presidente, no item seguinte – 1º 4 – já se tendo falado ali que é possível requerer destaque de emendas apresentadas ao projeto e ao substitutivo, lê-se que só haverá destaques de emendas de pareceres contrários ou favoráveis “à parte”.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Houve um erro datilográfico: é “em parte”.

**O SR. CONSTITUINTE CHAGAS RODRIGUES:** – Assim sendo, há de se interpretar esse inciso 1.4 em consonância com o artigo anterior. Na primeira hipótese, posso pedir destaque de toda uma emenda. Se ela tiver sido totalmente rejeitada, eu poderia pedir destaque para que fosse aprovada pela Comissão. Na segunda hipótese, que V.Ex.<sup>a</sup> esclarece, trata-se de destaques de emendas de parecer contrário ou favorável em parte. Então, entende-se que, se a emenda só for acolhida em parte, meu destaque será sobre a parte rejeitada. Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Complementaria, ainda, dizendo que – e V. Ex.<sup>a</sup> mencionou o item 1.3 – esse item faz referência expressa ao segundo substitutivo. Como esse substitutivo não foi emendado, nem poderia ter sido, porque não tivemos ainda prazo para isso, evidentemente o destaque só pode incidir sobre seu texto.

**O SR. CONSTITUINTE VIRGILDASIO DE SENNA:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – V. Ex.<sup>a</sup> tem a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE VIRGILDASIO DE SENNA:** – Sr. Presidente, não ficou bastante claro para mim se, por esta consolidação, em relação ao segundo substitutivo, caberá emenda supressiva de artigo ou parte dele.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Caberão destaques, com a função de emendas supressivas, substitutivas, modificativas e aditivas de qualquer norma contida no texto.

**O SR. CONSTITUINTE VIRGILDASIO DE SENNA:** – Agradeço o esclarecimento.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Fica convocada uma nova reunião para amanhã, neste mesmo local, às 10 horas.

## 21.<sup>a</sup> Reunião Ordinária

Aos vinte e dois dias do mês de setembro de mil novecentos e oitenta e sete, às onze horas, no Auditório Nereu Ramos, sob a Presidência do Senhor Constituinte Aluizio Campos, Vice-Presidente no exercício da Presidência, presentes os Senhores Constituintes: Ademir Andrade, Alcení Guerra, Antonio Farias, Artur da Távola, Celso Dourado, Christóvam Chiaradia, Darcy Pozza, Edme Tavares, Gerson Peres, Inocêncio Oliveira, José Geraldo, José Paulo Bisol, José Ulisses de Oliveira, Luis Eduardo, Lysâneas Maciel, Manoel Moreira, Mário Assad, Mário Lima, Nelson Carneiro, Nelton Friedrich, Oscar Correa, Renato Vianna, Roberto Freire, Sigmaringa Seixas, Aldo Arantes, Bocayúva Cunha, Chagas Rodrigues, Fernando Santana, Itamar Franco, João Gilberto, Jonas Pinheiro, José Genoíno, José Tavares, José Tinoco, Luiz Salomão, Michel Temer, Miro Teixeira, Mozarildo Cavalcanti, Octávio Elísio, Simão Sessim e Vilson Souza. Estiveram presentes, ainda, os senhores Constituintes não integrantes da Comissão: Darcy Deitos, Naphtali Alves de Souza, José Fernandes, Domingos Leonelli, José Carlos Sabóia, Jorge Hage, Chico Humberto, Valmir Campelo, Ruy Bacelar, Maguito Vilela, Edmilson Valentim, Amaury Müller, Davi Alves Silva, José Elias Murad, Paulo Delgado, Ronaro Corrêa e Floriceno Paixão. Deixaram de comparecer os Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Adolfo Oliveira, Afonso Arinos, Alfredo Campos, Almir Gabriel, Aloysio Campos, Antonio Carlos Konder Reis, Antonio Carlos Mendes Thame, Arnaldo Prieto,

Bernardo Cabral, Brandão Monteiro, Carlos Chiarelli, Carlos Mosconi, Carlos Sant'Anna, Cid Carvalho, Cristina Tavares, Egídio Ferreira Lima, Eraldo Tinoco, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Gasparian, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Lyra, Francisco Benjamin, Francisco Pinto, Francisco Rossi, Gastone Righi, Haroldo Lima, Haroldo Sabóia, Ibsen Pinheiro, Jamil Haddad, Jarbas Passarinho, João Calmon, João Hermann Neto, Joaquim Bevilacqua, José Fogaça, José Freire, José Ignácio Ferreira, José Jorge, José Lins, José Luiz Maia, José Maurício, José Richa, José Santana de Vasconcelos, José Serra, José Thomaz Nonô, Luis Inácio Lula da Silva, Marcondes Gadelha, Milton Reis, Nelson Jobim, Nilson Gibson, Osvaldo Coelho, Osvaldo Lima Filho, Pimenta da Veiga, Raimundo Bezerra, Ricardo Fiúza, Rodrigues Palma, Sandra Cavalcanti, Severo Gomes, Siqueira Campos, Theodoro Mendes, Virgildásio da Benna, Virgílio Távora, Wilson Martins. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos que se destinaram ao prosseguimento da discussão do primeiro Substitutivo do Senhor Relator. Inicialmente, foi concedida a palavra ao Senhor Constituinte Eliel Rodrigues, que se manifestou acerca da situação dos servidores públicos no Substitutivo do Senhor Relator, no que se refere a Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, Seguro Desemprego, PIS e PASEP. A seguir, o Senhor Constituinte Leite Chaves, no uso da palavra, teceu elogios ao trabalho do Senhor Relator, consubstanciado no Substitutivo sob discussão na Comissão de Sistematização. Já sob a Presidência interina do Senhor Constituinte Fernando Santana, e não havendo mais oradores, foi declarada suspensa a reunião, às onze horas e quinze minutos, cujo reinício foi marcado para as quinze horas do mesmo dia. Às dezessete horas e quarenta minutos, o Senhor Constituinte Aluizio Campos reabriu a reunião, convidando o Senhor Relator, Constituinte Bernardo Cabral, a integrar a Mesa. Passou em seguida a palavra ao Senhor Constituinte Maurílio Ferreira Lima, que sob intervenção do Senhor Constituinte Israel Pinheiro Filho teceu considerações em torno da adoção do Parlamentarismo, recomendando a realização de eleições gerais imediatamente. Coube ao Senhor Constituinte Paulo Ramos, falando em seqüência e sob apartes dos Senhores Constituintes José Fernandes e João Calmon, oferecer críticas ao Senhor Relator pela inclusão no Substitutivo de eleições presidenciais indiretas e versão de anistia com a qual o orador não concordava. O Senhor Constituinte José Fernandes, com a intervenção do Senhor Constituinte José Fogaça, encaminhou sua oração no sentido da análise da competência da Assembléia Nacional Constituinte, se derivada ou originária. Fizeram uso da palavra, a seguir, os Senhores Constituintes Francisco Dornelles, Luiz Alberto Rodrigues, Darcy Deitos e Arnaldo Faria de Sá, o primeiro como orador e os demais em apartes, tratando da questão tributária. Dada a palavra ao Senhor Constituinte Lysâneas Maciel, este falou sobre a soberania da Assembléia Nacional Constituinte e a influência dos militares nos trabalhos constituintes, sendo aparteado pela Senhora Constituinte Abigail Feitosa. Defendendo o Parlamentarismo, falou, a seguir, o Senhor Constituinte José Fogaça, aceitando apartes dos Senhores Constituintes Maurílio Ferreira Lima e Lysâneas Maciel. A Senhora Constituinte Abigail Feitosa foi a oradora seguinte, falando sobre a situação da mulher no Substitutivo. A Senhora Constituinte Sandra Cavalcanti, sob apartes dos Senhores Constituintes Virgildásio de Senna e Jutahy Júnior, fez uma análise de vários dispositivos do Substitutivo do Senhor Relator, concordando com alguns e criticando outros. Os Senhores Constituintes Marcondes Gadelha e Ronan Tito, este mediante aparte, feriram assunto referente a sistema

de governo e critérios de eleições presidenciais. Em sequência, foi dada a palavra ao Senhor Relator e fez observações a respeito das disposições relativas ao sistema tributário. O orador seguinte foi o Senhor Relator Bernardo Cabral que fez um relato de seu trabalho, referiu-se aos assuntos tratados pelos oradores que o antecederam e concedeu apartes aos Senhores Constituintes Brandão Monteiro, Ronan Tito, Cid Carvalho, Adylson Motta, Arnaldo Faria de Sá e Sílvio Abreu. Às vinte e duas horas, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião, antes convocando outras para o dia seguinte, com início previsto para as dez e dezenove horas, respectivamente.

**O SR. PRESIDENTE (Aluízio Campos):** – Havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos da reunião da Comissão de Sistematização.

Encareço às pessoas estranhas, que não sejam Constituintes e estão colhendo assinaturas, façam a gentileza de deixar o requerimento de destaque em poder de algum Constituinte, porque aqui no Plenário só devem permanecer os Membros da Comissão e os Srs. Constituintes. Peço, então, a gentileza às pessoas que estão colhendo assinaturas para que o façam fora do Plenário.

Tem a palavra o nobre Constituinte João Agripino. (Pausa.)

Tem a palavra o nobre Constituinte Mansueto de Lavor. (Pausa.)

Tem a palavra o nobre Constituinte Eliel Rodrigues.

**O SR. CONSTITUINTE ELIEL RODRIGUES:** – Exmº Sr. Presidente, Exmºs Srs. Constituintes, ao analisarmos ligeiramente o atual Substitutivo do Relator, o seu segundo Projeto, chamou-nos a atenção um aspecto que nos levou até à presença do nobre Relator, quanto à consideração que faz o art. 72, Título IX, Disposições Transitórias, em relação ao funcionalismo público federal.

Na qualidade de egressos de Ministério Público Federal, a leitura desse artigo nos trouxe certa preocupação, a qual externamos ao ilustre Relator.

O art. 72 do referido projeto diz:

"A lei que regular o seguro-desemprego disporá que o produto das arrecadações para o Programa de Integração Social, criado pela Lei Complementar nº 7, de 7 de setembro de 1970, e para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público, criado pela Lei Complementar nº 8, de 3 de dezembro de 1970, passará a financiar prioritariamente o programa do referido seguro."

Quando confrontamos este dispositivo com o art. 44, que trata, na Seção II, especificamente dos servidores públicos civis, e que no seu § 7º especifica as vantagens a que terá direito esse servidor público, quando comparado com os demais trabalhadores, estão assegurados a ele, funcionário público, o salário-família, a irredutibilidade da remuneração de vencimentos, a garantia de salário fixo, 13º salário, salário de trabalho noturno, repouso semanal remunerado, serviço extraordinário, gozo de férias anuais, licença remunerada a gestantes, redução dos riscos inerentes ao trabalho e adicional de remuneração para as atividades consideradas penosas.

Está, portanto, excluída, pelo próprio substitutivo, a participação do funcionalismo público no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e, como não podia deixar de ser, no seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário, assegurado ao trabalhador.

De conformidade com o que tratamos com S. Ex.ª este nos pediu que viéssemos aqui ao plenário desta douta Comissão de Sistematização expor o nosso cuidado e a necessidade que deve haver, para que os Srs. Constituintes desta Comissão possam pensar numa forma, para a qual demos uma sugestão. No art. 44, § 7º, se diz:

"Aplica-se, ainda, aos servidores da administração pública o disposto nos incisos IV, V, VI, VII, VIII, X, XI, XIII, XIV, XV, XVI, XVIII e XIX – já lidos – do art. 6º desta Constituição."

– inclusive sua participação nos benefícios do programa de formação do patrimônio do servidor público. Isso porque além da omissão está caracterizada a dissociação do funcionalismo público a esse benefício para o qual ele contribui, e que também está previsto no mesmo art. 72 do § 2º:

"Os patrimônios acumulados do Programa de Integração Social e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público são preservados, mantendo-se os critérios de saque nas situações previstas nas leis aplicáveis, com exceção do pagamento do abono salarial."

Note-se que, ao estabelecer o art. 72 que esses dois Programas – o do PIS e o do PASEP – passarão a financiar prioritariamente o Programa do IPI do seguro, o seguro aqui referido é o seguro-desemprego, que beneficia unicamente o trabalhador e não o funcionalismo público. Daí a razão do nosso apelo aos nobres Constituintes para que, em suas considerações próximas, possam levar em conta esta nossa sugestão, já que não fazemos parte desta Comissão.

**O SR. PRESIDENTE (Aluízio Campos):** – Tem a palavra o nobre Constituinte Leite Chaves.

**O SR. CONSTITUINTE LEITE CHAVES:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes integrantes desta Comissão, cheguei do Paraná hoje, e ontem tive a oportunidade de ler no jornal **O Estado de S. Paulo** o texto do nosso ilustre Relator Bernardo Cabral.

Vi ao mesmo tempo, Sr. Presidente, pelos jornais, uma alardeada crítica ao projeto, mas críticas em manchetes de jornais e críticas nas televisões, sendo umas partidas do Presidente da República, outras de seus auxiliares, outras de alguns membros daqueles blocos que se constituíram para realizar um trabalho sucedâneo ao que o relator realizava.

Sr. Presidente, digo a V. Ex.ª, com modéstia e autoridade de alguém que não tem sido outra coisa na vida senão advogado, mas advogado assim que vive em consonância com as atuações sindicais, sociais e econômicas: estou encantado com este projeto.

Sr. Presidente, parabeno a Comissão, congratulo-me com o Relator Bernardo Cabral pelo grande projeto que ele apresenta a esta Casa. Logo no começo de nossos trabalhos mantive restrições à possibilidade de que viéssemos apresentar um projeto que servisse de alternativa a uma Constituição ideal para o País. A partir deste instante, Sr. Presidente, estou convencido de que já temos um trabalho sério, aprofundado, abrangente para que possamos sobre ele realizar um trabalho constitucional definitivo.

O trabalho do Constituinte é diferente do trabalho do legislador ordinário. Na legislação ordinária acobertamos o fato como norma jurídica, mas no trabalho constitucio-

nal temos que pegar os fatos em sua generalidade para traçarmos, assim, normas abstratas de Direito Constitucional.

A Constituinte vale pelo seu espírito, pela sua abrangência, pela capacidade de cooptar à altura do tempo em que se vive. Esse foi o segredo da Constituição americana naquele tempo.

O Relator Bernardo Cabral teve essa capacidade. S. Ex.<sup>a</sup> ouviu milhares de conferências, centenas de debates, e foi capaz de apresentar, com base nisso, um projeto que satisfaz plenamente, a meu ver, as necessidades do debate nacional. Assistimos aqui, na Constituinte, a um açodamento de Constituintes para formarem blocos. Então, esses blocos se açodaram na apresentação de emendas e na discussão de projetos seus. Notamos que, a despeito de serem pessoas respeitáveis, esses homens que integraram esses blocos não eram nem sempre os mais capacitados para fazê-lo. Não porque não fossem homens dignos, mas porque não eram homens do setor.

Veja V. Ex.<sup>a</sup>, como é que se começou a Constituinte nesta Casa. Os homens que mais se açodaram foram os que não eram exatamente muito do ramo.

O nosso próprio Líder Mário Covas é engenheiro; Fernando Henrique Cardoso é sociólogo; o nosso grande ilustre Euclides Scalco é farmacêutico; o Senador José Richa é odontólogo; Aroldo de Oliveira, do Rio de Janeiro, médico. Então, foram esses homens que mais se açodaram e fizeram entrevistas. Na hora da formulação da norma um vai para São Paulo colher assinaturas para emendas populares, quando as podia fazer aqui. Outros vão fazer comício em Caruaru. Sr. Presidente, tiveram a veleidade, inclusive, de fazer projetos à sua feição para que o Relator aceitasse: quando o Relator não aceitou, desandaram críticas no País.

Sr. Presidente, eles não tiveram sequer qualificação para saber que aqueles grupos eram anti-regimentais. Todos nós começamos a fazer emendas a partir das Comissões. Mas com que qualificação grupos se reúnem para fazer um projeto à sua feição, defendendo às vezes interesses escusos para que o nosso Relator os aceitasse?

A questão do regime, que é o mais condenado, Sr. Presidente, isso não surpreendeu a ninguém. V. Ex.<sup>as</sup> aqui – muitos têm conhecimento – assinaram uma emenda, inclusive, de nossa iniciativa. Apresentei aquela emenda ao Congresso para o parlamentarismo já e à Constituinte. Foi a primeira emenda e a única na Subcomissão aceita. Fizemos aquela emenda aproveitando aquele trabalho da Comissão Afonso Arinos, uma Comissão custeada pelo País, feita às vistas da Nação, e onde ela mais cooptou o espírito do tempo foi na nova forma de regime. Pois, Sr. Presidente, assinaram-na 56 Senadores, 340 Deputados. Mas o pior, eu conversei com cada Constituinte isoladamente. Não me limitei a apanhar assinaturas através de funcionários, eu fui a cada um. Conversei com cada Senador, com cada Deputado, e me maravilhei, Sr. Presidente, porque a partir daquele trabalho eu fiquei conhecendo a consciência da Casa. Eu me maravilhei inclusive em pertencer a esta Casa, porque encontrei gente da mais alta seriedade e qualificação. Sr. Presidente, às vezes eu chegava aqui às 6 horas da manhã, porque há Deputado que chega e não vai ao plenário, ele chega às 6 horas da manhã, vai para o gabinete e sai à tarde e não vai ao plenário.

Assim, fiz esse trabalho. Antes de apresentá-lo, por lealdade, mostrei ao Presidente da República. Eu disse:

Sr. Presidente, é essa a alternativa que a Nação quer. Há 10% de Senadores e Deputados que efetivamente não concordam com isso e deram as suas assinaturas com suporte, como apoio, mas a grande maioria está inclinada a isso.

Então, o Presidente da República e alguns Ministros se mostrarem surpresos? Por outro lado, o Presidente da República, que foi desta Casa, conhecendo-nos, ao invés de vir dialogar, se Sua Excelência tem interesse em dialogar com parlamentares, vai a Ministros, reúne Ministros, que não têm votos. Será que Sua Excelência o faz na ilusão de querer usar outros meios suasórios contra o Congresso?

Sr. Presidente, estou muito tranqüilo com o trabalho apresentado pelo Relator Bernardo Cabral. Hoje fui ao gabinete de S. Ex.<sup>a</sup> cumprimentá-lo. Vou inclusive ler melhor a biografia de S. Ex.<sup>a</sup>. Sei apenas que já foi parlamentar no passado, um grande jurista, homem que honrou a nossa classe e Presidente da Ordem dos Advogados. Mas S. Ex.<sup>a</sup> não capitulou a pressões. Tendo conhecimento médio superior à média da Casa, S. Ex.<sup>a</sup> foi capaz de condensar nesse projeto algo que melhor aqui se discutiu e que conviesse ao País. S. Ex.<sup>a</sup> não foi um representante de grupos. Nesta parte S. Ex.<sup>a</sup> funcionou de acordo com seus sentimentos de jurista, de cidadão, e tenho certeza de que seus sentimentos se dirigiram aos mais elevados, aos mais sérios interesses nacionais. Não digo que não haja coisas que não devam ser modificadas, mas quem faria uma coisa perfeita?

A certeza é que a mim me surpreendeu pela qualificação e podemos dizer que, a partir daqui, poderemos ter uma das melhores, uma das mais perfeitas Constituições, pelo menos no que diz respeito à sua compatibilização com os interesses nacionais, sobretudo dos humildes, dos marginalizados, dos esquecidos, dos que nunca foram considerados na contemplação da Lei Maior.

Sr. Presidente, deixo este registro na expectativa de que outros assim pensem também e que a Nação brasileira passe a conhecer o Projeto pelos seus fundamentos maiores e não pela crítica daqueles que na sua maioria, como disse, desejariam que a Constituição fosse um título de propriedade dos seus legítimos e condenados interesses.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Santana):** – Tem a palavra o nobre Constituinte Nilson Gibson. (Pausa.)

Tem a palavra o Constituinte Mansueto de Lavor. (Pausa.)

Tem a palavra o nobre Constituinte João Agripino. (Pausa.)

Alguém Constituinte deseja fazer uso da palavra? (Pausa.)

Encerro a reunião, convocando outra para as 15 horas, de hoje, neste mesmo local.

**(Encerra-se a reunião às 11 horas e 15 minutos.)**

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Havendo número regimental, declaro aberta a reunião.

Convido o Relator, Constituinte Bernardo Cabral, para integrar a Mesa.

Solicito às pessoas que não são Constituintes, e que se encontram colhendo assinaturas em plenário, que interrompam essa tarefa, até o final da reunião, da qual não podem participar, nos termos do Regimento.

Essas pessoas poderão permanecer na parte posterior ao plenário. (Pausa.)

A reunião se destina à continuação dos debates sobre matéria constitucional, compreendendo, o projeto, o primeiro substitutivo e o segundo.

Concedo a palavra à nobre Constituinte Abigail Feitosa. (Pausa.)

Não se encontrando no recinto a nobre parlamentar, concedo a palavra ao nobre Constituinte Maurílio Ferreira Lima.

**O SR. CONSTITUINTE MAURÍLIO FERREIRA LIMA:** – Sr. Presidente, Srs. Membros da Comissão de Sistematização e Srs. Constituintes:

Esta Assembléia Nacional Constituinte, extrapolando as suas responsabilidades, prepara-se para cassar o mandato de 22 governadores eleitos pelo voto direto do povo brasileiro e, pior que isto, para cassar o mandato de mais de 4.500 prefeitos que ainda haverão de ser eleitos no dia 15 de novembro de 1988.

Segundo o Anteprojeto, nas "Disposições Transitórias", art. 9º, dispõe:

"Art. 9º As Assembléias Legislativas, com poderes constituintes, elaborarão, no prazo de até seis meses, a Constituição do Estado, observados os princípios desta."

E, mais adiante, dispõe ainda, no § 2º do mesmo artigo:

"§ 2º Promulgada a Constituição do Estado, caberá à Câmara Municipal, no segundo semestre de 1989, votar a Lei Orgânica respectiva, em dois turnos de discussão e votação, respeitado o disposto nesta Constituição e na Constituição Estadual."

Envergonho-me de fazer parte desta Assembléia. Fui cassado pelo Golpe Militar de 1964, mas em 1964 os militares não ousaram cassar, de uma só vez, todos os Governadores de Estado, e, muito menos, ousaram os militares, com os poderes discricionários do Ato Institucional, cassar o mandato de quem viesse ainda a ser eleito. Isto é uma indignidade, uma indignidade contra o eleitorado brasileiro, uma indignidade contra a opinião pública brasileira! Não me julgo com o direito, como Constituinte, de alterar o Sistema de Governo e, casuisticamente, assumir, a posteriori, esse Governo, na condição que tenho de ser, ao mesmo tempo, Constituinte e Parlamentar.

Esta Casa está moralmente impedida de instituir um sistema de governo e de assumir as rédeas do governo, e muito mais moralmente impedida do que fazer isso, esta Casa está impedida de cassar o mandato de 22 governadores e de prefeitos que serão eleitos...

**O SR. CONSTITUINTE ISRAEL PINHEIRO FILHO:** – Permite-me V. Ex.<sup>a</sup>?

**O SR. CONSTITUINTE MAURÍLIO FERREIRA LIMA:** – Ouço V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. CONSTITUINTE ISRAEL PINHEIRO FILHO:** – Nobre Constituinte Maurílio Ferreira Lima, V. Ex.<sup>a</sup> está exagerando um pouco...

**O SR. CONSTITUINTE MAURÍLIO FERREIRA LIMA:** – Como exagerando, se está aqui no texto?

**O SR. CONSTITUINTE ISRAEL PINHEIRO FILHO:** – Vamos devagar! Moralmente impedida, não. V. Ex.<sup>a</sup> não tem condições de falar que estamos moralmente impedidos.

**O SR. CONSTITUINTE MAURÍLIO FERREIRA LIMA:** – Estamos, julgo que estamos moralmente impedidos.

**O SR. CONSTITUINTE ISRAEL PINHEIRO FILHO:** – Vamos devagar, nobre Constituinte. Tem que haver paciência democrática. Fomos eleitos, somos Constituintes, temos uma delegação do povo...

**O SR. CONSTITUINTE MAURÍLIO FERREIRA LIMA:** – Delegação para fazer um texto constitucional.

**O SR. CONSTITUINTE ISRAEL PINHEIRO FILHO:** – V. Ex.<sup>a</sup>, nobre Constituinte, é um homem inteligente, democrático e brilhante; aqui, nos acusar de que estamos moralmente impedidos, é uma acusação que acho um pouco precipitada.

**O SR. CONSTITUINTE MAURÍLIO FERREIRA LIMA:** – Não! Não é precipitada.

**O SR. CONSTITUINTE ISRAEL PINHEIRO FILHO:** – Então, V. Ex.<sup>a</sup> não entende o sentido de moralmente...

**O SR. CONSTITUINTE MAURÍLIO FERREIRA LIMA:** – Entendo, porque alterei o sistema de Governo para usufruir-me dele.

**O SR. CONSTITUINTE ISRAEL PINHEIRO FILHO:** – Não entende, Não me considero um Deputado moralmente impedido. Luto há 30 anos pelo parlamentarismo, defendendo, apregoando e luto nas praças públicas e em todas as reuniões às quais compareço, por que estou moralmente impedido? V. Ex.<sup>a</sup>, eu poderia dizer, é que está moralmente impedido na hora que defende interesses do seu Governador.

**O SR. CONSTITUINTE MAURÍLIO FERREIRA LIMA:** – Estou defendendo os interesses do eleitorado brasileiro.

**O SR. CONSTITUINTE ISRAEL PINHEIRO FILHO:** – Acho que V. Ex.<sup>a</sup> tem autoridade moral para defender o Governador e eu o respeito; agora, V. Ex.<sup>a</sup> não deve insinuar que estamos moralmente impedidos. É um apelo que faço para manter o alto nível das discussões. V. Ex.<sup>a</sup> tem talento para apresentar outros argumentos mais inteligentes, mas não apele para a moral.

**O SR. CONSTITUINTE MAURÍLIO FERREIRA LIMA:** – Faço um apelo a V. Ex.<sup>a</sup> Se V. Ex.<sup>a</sup> acha que não estamos impedidos de assumir um sistema de Governo que nós mesmos instituímos, então V. Ex.<sup>a</sup> deve fazer como eu, que estou disposto a abrir mão do restante do meu mandato. Se querem instalar o parlamentarismo neste País que o façam, convocando eleições gerais, para que o povo eleja os seus representantes diante das novas regras do jogo. Aí, sim, teríamos instituído um sistema de governo diferente e teríamos convocado o povo para eleger os seus governantes. Ninguém votou em V. Ex.<sup>a</sup> nem em mim...

**O SR. CONSTITUINTE ISRAEL PINHEIRO FILHO:** – Para quê?

**O SR. CONSTITUINTE MAURÍLIO FERREIRA LIMA:** – Para que mudemos a Constituição, mas não para assumir o Governo.

**O SR. CONSTITUINTE ISRAEL PINHEIRO FILHO:** – Onde está proibido? Onde está escrito que estamos proibidos?

**O SR. CONSTITUINTE MAURÍLIO FERREIRA LIMA:** – São para os sentidos morais e éticos que chamo a atenção.

**O SR. CONSTITUINTE ISRAEL PINHEIRO FILHO:** – V. Ex.<sup>a</sup> foi parlamentar na legislatura passada, como eu também o fui. No ato convocatório da Assembléia Nacio-

nal Constituinte, o que está escrito? Procure lembrar, nobre Constituinte.

**O SR. CONSTITUINTE MAURÍLIO FERREIRA LIMA:**

– E V. Ex.<sup>a</sup> tem medo de eleição? Tem medo de povo?

**O SR. CONSTITUINTE ISRAEL PINHEIRO FILHO:**

– V. Ex.<sup>a</sup> já mudou de assunto. Gostaria de saber onde é que está proibido, onde está escrito – não é só na inteligência de V. Ex.<sup>a</sup> –, onde está escrito que não podemos mudar o sistema de Governo? V. Ex.<sup>a</sup> está adotando a argumentação...

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Encareço a V. Ex.<sup>a</sup> que ouça o aparte concedido e, depois, o responda.

Peço ao nobre Constituinte Israel Pinheiro Filho que seja breve no seu aparte.

**O SR. CONSTITUINTE ISRAEL PINHEIRO FILHO:**

– Obrigado, Sr. Presidente.

Constituinte Maurílio Ferreira Lima, V. Ex.<sup>a</sup> deve usar um argumento inteligente, isto é, defender o presidencialismo do Presidente Sarney, esse presidencialismo que praticou tanto bem para este Brasil, famoso presidencialismo que, em 100 anos de República, 22 anos foram de paz e 78 de intranquilidade, aí eu respeito. Mas V. Ex.<sup>a</sup> vir com o argumento de que não temos condições morais, que não temos condições políticas, para mudar o sistema, não entendi bem. Nós podemos tudo, nobre Constituinte! Podemos tudo! Está no Ato Convocatório da Assembléia Nacional Constituinte.

**O SR. CONSTITUINTE MAURÍLIO FERREIRA**

**LIMA:** – V. Ex.<sup>a</sup> concluiu?

**O SR. CONSTITUINTE ISRAEL PINHEIRO FILHO:**

– V. Ex.<sup>a</sup> participou da votação, discutimos isso centenas de vezes, então, faça o favor de relatar a verdade, nobre Constituinte, só lhe peço isso. Relate a verdade.

**O SR. CONSTITUINTE MAURÍLIO FERREIRA**

**LIMA:** – Esta Assembléia é soberana até para instituir a Monarquia, se quiser adotar um projeto que aí está. Esta Assembléia é soberana para instituir o parlamentarismo ou instituir o presidencialismo, mas, no momento em que esta Assembléia Nacional Constituinte institui o parlamentarismo, que é o governo ocupado pelos Parlamentares, para que esta Assembléia Nacional Constituinte fique moralmente bem perante a opinião pública e perante a História, dissolve-se o Congresso Nacional e, segundo as novas regras que estabeleceu com soberania, convoca-se o povo para que ele saia de casa, sabendo que vai votar num deputado para governar e num presidente para oferecer coquetéis às delegações estrangeiras.

Pergunto a esta Assembléia Nacional Constituinte: o que vão fazer os Governadores de São Paulo, do Piauí, do Maranhão e do Rio Grande do Sul. Eles vão ser Chefes de Estado de que? Quando o Estado é uma figura do Direito Internacional, a nível do Direito Internacional, pode haver um Chefe de Estado, porque esse Chefe de Estado tem atribuições de representar o Estado na comunidade dos Estados internacionais, mas a nível do Estado Federado, o que vão fazer os Governadores Quécia, Arraes, Pedro Simon? Vão ser pagos para fazer o que? O que vai fazer um prefeito com um vereador Primeiro-Ministro? E tem mais uma coisa, Srs. Constituintes: todos aqui sabem, todos aqui conhecem, o assistencialismo e o clientelismo que marcam as eleições e a escolha da representação política brasileira. Todos aqui sabem que, não só na Câmara Federal, mas sobretudo, nas instâncias políticas menores, Assembléias Legislativas e Câmaras de

Vereadores, aqueles que têm assento nessas casas legislativas são aqueles que passam os dias tratando dos interesses menores dos seus eleitores. E há uma facilidade muito grande para que, amanhã, esses que se elegeram através do assistencialismo e do clientelismo queiram repercutir nos cofres do Estado todas as solicitações que recebem do gabinete.

Nesta Casa há Constituintes que vieram aqui apenas no dia da diplomação e os gabinetes estão fechados. São grandes proprietários, grandes industriais, trambiqueiros e burgueses, que gastaram dólares para conquistar o mandato, e também vão votar para a escolha do Primeiro-Ministro. Quanto vai custar aos cofres públicos o voto desses cidadãos? V. Ex.<sup>a</sup> vão criar, neste País, uma situação de ingovernabilidade; V. Ex.<sup>a</sup>, vão criar, neste País, uma situação de crise institucional. A única coisa que eu posso dizer, é dizer com tristeza, como cidadão brasileiro, porque, devido à instabilidade política, amarguei 11 anos de exílio, minha geração foi trucidada, foi torturada, devido à instabilidade política, e V. Ex.<sup>a</sup> vão criar um parlamentarismo de arrumadinho, que vai levar este País a um impasse, a uma situação de ingovernabilidade. E se estenderem, como pretendem, esse parlamentarismo aos Estados e aos Municípios, nós vamos ter uma situação moralmente tão crítica, a nível das administrações públicas, que eu não sei qual será a reação do povo brasileiro.

Eu faço um apelo ao Relator Bernardo Cabral...

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos. Fazendo soar a campainha.):** – O tempo de V. Ex.<sup>a</sup> está esgotado, peço que conclua.

**O SR. CONSTITUINTE MAURÍLIO FERREIRA**

**LIMA:** – Pois não, vou concluir. Faço um apelo ao Relator Bernardo Cabral, que foi cassado comigo: não se torne, agora, um caçador dos votos que o povo brasileiro deu, com toda a legitimidade, aos governadores e aos prefeitos que serão eleitos. Atentem para a irresponsabilidade que está em curso nesta Casa. O Brasil não é a Europa Ocidental. A representação política brasileira não é melhor e nem pior do que a representação política européia; ela é fruto de uma sociedade que é qualitativamente diferente, em cima de uma representação política dessa natureza, por fazer parte desta Casa, por conhecer os seus integrantes, onde existem figuras honradas, que são numerosas, mas são minoritárias, figuras que colocam o bem público acima dos interesses dos seus eleitores. Por conhecer esta Casa, eu não quero concorrer para que seja o Parlamento que governe o País. Precisamos ainda caminhar muito, para melhorar a qualidade da representação política brasileira, para que não criemos um crime de lesa-pátria, para que não **ilegível**, no Brasil, o caos e uma crise institucional de difícil previsão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Agradeço a participação de V. Ex.<sup>a</sup>.

Concedo a palavra ao nobre Constituinte Paulo Ramos.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, aprendemos todos que o homem é um animal político e aprendemos também, através da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que o homem é dotado de razão e de consciência. Naturalmente que, embora a política tenha a sua lógica própria, ou não tenha até lógica, é preciso que compreendamos que os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte



devem ser desenvolvidos, obedecendo uma lógica. E a lógica que imaginávamos que deveria ser seguida naturalmente foi quebrada pelo nosso ilustre Relator, porque o primeiro substitutivo do Relator deveria ser o referencial em que todos nós nos baseamos na apresentação das emendas, e deveria ser o referencial a ser aperfeiçoado pelo Relator, em homenagem às emendas apresentadas e que fossem acolhidas.

Entretanto, verificamos que, despoticamente, e, em certo sentido, extrapolando a sua própria competência, o Relator, à revelia de todo o Congresso Constituinte, inova, no seu segundo substitutivo, criando figuras que não foram sequer discutidas, que não foram sequer apreciadas e que não foram sequer objeto de emendas. O nosso ilustre Relator, hoje, talvez seja o grande déspota do ano de 1987, à revelia, não só dos poderes dos Constituintes, mas talvez à revelia, também, da consciência nacional.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FERNANDES:** – Permite-me V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – Pois não, concedo a V. Ex.<sup>a</sup> o aparte.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FERNANDES:** – Acho que já é comum, nesta Casa, procurarmos quem são os responsáveis pelos erros. Não quero mudar a concepção de V. Ex.<sup>a</sup> sobre o comportamento do Relator, mas veja V. Ex.<sup>a</sup> que se reuniram, aqui, o grupo dos 32 – não sei se V. Ex.<sup>a</sup> participou de algum grupo desses – o grupo dos 11, o grupo dos 20. Criou-se, nesta Casa, inclusive, um sistema que é oriundo dos nossos tempos coloniais, quando o rei fazia as suas ordenações, fosse ele Dom Manuel, Dom Felipe ou Dom Afonso, e mandava que se cumprisse. O que ocorreu, nesta Casa, foi que inclusive os prazos votados no Regimento interno não foram cumpridos.

Eu queria dizer a V. Ex.<sup>a</sup> que acho até que o Relator conseguiu sair, fazendo um instrumento qualquer, porque havia muitas propostas. Havia propostas para que se chegasse a um consenso. O que está nesse projeto – poder ter V. Ex.<sup>a</sup> certeza – não foi só o resultado do pensamento do Relator. Tem coisa dos 32 e, inclusive, até alguns paletós, para alguns elementos, companheiros nossos, que são Vice-Prefeitos e não querem perder o lugar.

Assim, eu diria a V. Ex.<sup>a</sup> que não coloque sobre os ombros do Relator toda essa responsabilidade. Cabe a nós, agora, enfrentar, inclusive, porque não culpamos o Dr. Ulysses Guimarães pela mudança de prazos do Regimento. Por que acharmos, agora, que o Relator é o culpado de tudo? Não, Deputado. Faltou, aqui, sobretudo a democracia, porque não soubemos fazer parte dela, quando permitimos que se criasse, inclusive, a Comissão de Sistematização, que passou a ser o escaninho onde se jogou todas as esperanças que geramos. Daí, eu diria a V. Ex.<sup>a</sup> que o substitutivo pode tudo também. É assim que votamos o nosso Regimento Interno. E errado está, realmente, quando, numa luta imensa no plenário, não conseguimos democratizar o Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – Tenho a impressão de que V. Ex.<sup>a</sup>, embora presente, não estivesse acompanhando atentamente as minhas palavras, razão da incompreensão manifesta.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FERNANDES:** – V. Ex.<sup>a</sup> me perdoe, mas uma expressão dessas, que conheço, é

sinônimo de tirano. E tirano é aquele que não ouve ninguém. V. Ex.<sup>a</sup>, inclusive, usou a expressão déspota. Até onde eu entendo, e até onde está no dicionário, é realmente uma expressão para aqueles que não ouvem ninguém e que não estão, inclusive, autorizados, por lei, para não ouvir ninguém.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – Quero apenas concluir.

Confirmo que V. Ex.<sup>a</sup> não prestou atenção às minhas palavras. Naturalmente, no afã de agradar o Relator, que está presente, V. Ex.<sup>a</sup> se submete a este papel.

De qualquer maneira, eu gostaria de concluir o meu pronunciamento, sem conceder mais aparte.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FERNANDES:** – Não é no afã, porque é V. Ex.<sup>a</sup> quem está sendo déspota, na tribuna. Inclusive, no seu afã de ofender, continua ofendendo, não só ao Relator, mas a mim também.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – V. Ex.<sup>a</sup> está se sentindo ofendido, mas não é o meu propósito. O meu propósito é manifestar, aqui...

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Peço aos nobres companheiros que cada um fale de uma vez e o aparteante aguarde a resposta.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – O Relator está presente e não tenho qualquer propósito de ser insincero, nem bajulador. Estou, aqui, expressando a minha opinião, dizendo que existe uma lógica que deveríamos obedecer, a qual deveria ser observada pelo Relator, dentro do maior espírito democrático.

Houve um primeiro substitutivo do Relator, o qual foi objeto de um sem-número de emendas. Naturalmente que o Relator, ao apresentar o segundo substitutivo, deveria se louvar nas emendas apresentadas, e não inovar, à revelia do Congresso Constituinte. Neste sentido, o nosso Relator se posicionou de forma despótica, naturalmente como tirano, inclusive traindo a confiança depositada por aqueles que, desde a primeira hora, o escolheram como Relator.

De qualquer maneira, alguns aspectos me surpreendem, e, aqui, manifesto a minha solidariedade às palavras proferidas pelo Constituinte Maurílio Ferreira Lima, não que moralmente estejamos Impedidos de assumir, tomar, ou produzir, qualquer texto constitucional, mas porque, na verdade, o expediente que foi utilizado e, muito mais, o que foi estabelecido no novo texto, contraria a consciência democrática e, ao mesmo tempo, em nada contribui para a implantação do parlamentarismo, ao contrário, traz complicadores que poderão produzir, no momento da Assembléia Nacional Constituinte, algumas crises.

De qualquer forma, um outro aspecto que me surpreendeu, e me surpreendeu sobremaneira, foi o fato do nosso Relator refazer, retornar a figura do Colégio Eleitoral. Não tem sentido que isso seja feito. Todos nós, como peemedebistas sinceros, como peemedebistas de primeira hora, como peemedebistas de sempre, lutamos pelas eleições diretas.

Hoje, o PMDB, em praça pública, vem sendo mais uma vez desmoralizado, e vem sendo desmoralizado porque o nosso ilustre Relator, sem que existisse a figura de qualquer emenda, cria, traz de novo a esdrúxula figura do Colégio Eleitoral, mas há...

**O SR. CONSTITUINTE JOÃO CALMON:** – V. Ex.<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – Ouço o aparte de V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. CONSTITUINTE JOÃO CALMON:** – Nobre Constituinte, tenho ouvido, no decorrer desta reunião, afirmações que me parecem excessivamente contundentes e injustas em relação ao Relator, o eminente Constituinte Bernardo Cabral, que foi chamado aqui de déspota, chamado de traidor...

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – Exatamente!

**O SR. CONSTITUINTE JOÃO CALMON:** – ...e eu tenho a impressão, para não dizer que tenho a certeza, de que Bernardo Cabral é um dos mais eminentes juristas deste País, é um homem que se credenciou à admiração nos momentos difíceis da História brasileira. Creio que o Relator Bernardo Cabral, que também, como diria o Conselheiro Acácio, é Constituinte, tem o mesmo direito de qualquer outro membro da Assembléia Nacional Constituinte de dar a sua contribuição no momento da elaboração do Projeto da Constituinte.

E faço, finalmente, uma ponderação, eminente Constituinte, nós nos lembramos todos do episódio que ocorreu na Guiana Inglesa, em que o Pastor Jim Jones levou mais de novecentas pessoas ao suicídio. Tenho a impressão de que se continuarem essas manifestações nós, da classe política, estaremos cometendo um suicídio coletivo, porque nós não podemos contribuir para, não diria desmoralizar, mas para abalar a confiança que todos nós temos nesse eminente homem público, nesse jurista de excepcionais qualidades. Muito obrigado.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – Quero dizer a V. Ex.<sup>a</sup> que mesmo considerando o nobre Relator um grande jurista, quero reafirmar que o grande jurista Bernardo Cabral agiu despoticamente ao inserir no novo Substitutivo modificações que não estavam contempladas com qualquer emenda, isto é, se o primeiro Substitutivo do Relator era um referencial sobre o qual apresentamos emendas, só caberia ao Relator agir democraticamente promovendo as alterações, acolhendo ou não as emendas que foram apresentadas. E, por outro lado, quando cria a figura da eleição indireta, quando faz trazer de novo a figura do Colégio Eleitoral, trai um compromisso do PMDB e, portanto, trai o seu próprio Partido. E digo mais, o Constituinte Bernardo Cabral, como ilustre Relator, como eminente jurista, como homem responsável e respeitável, trai também a sua própria consciência quando inclui no texto do Substitutivo um item de anistia que sequer é uma anistia. Na verdade, a anistia que está aqui contemplada faz com que o Constituinte Bernardo Cabral, ilustre Relator, ilustre jurista, traia os seus próprios compromissos, porque não acredito que o Constituinte Bernardo Cabral tenha perdido a lembrança de que foi um homem cassado e que sofreu a amargura da cassação, dos direitos políticos cassado e não contemple com uma anistia digna aqueles que estão aí abandonados à própria sorte.

Espero que a Comissão de Sistematização, pelo menos agora, agindo como Comissão de Sistematização, possa corrigir todos esses equívocos.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Agradeço ao nobre Constituinte Paulo Ramos o seu pronunciamento e transmito a palavra ao ilustre Constituinte José Fernandes.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FERNANDES:** – Sr. Presidente Srs. Membros da Comissão...

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos. Fazendo soar a campainha.):** – Encareço aos nobres Constituintes Arnaldo Faria de Sá e Maurílio Ferreira Lima que contribuam para a serenidade do Plenário.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FERNANDES:** – Membros do Congresso Nacional na sessão legislativa passada,

aqui tivemos uma discussão ampla sobre se deveríamos usar o poder derivado para reformar a Carta outorgada em 1967, ou se nós iríamos às ruas com a proposta de reconstituir o Estado ou de constituir o Estado, fazer um Estado diferente e termos uma eleição para uma Assembléia Nacional Constituinte originária. A discussão foi ampla e, em que pese aqueles que queriam que a Assembléia Nacional Constituinte, como eu e tantos outros companheiros e como o meu Partido atual o PDT, que achavam que a Assembléia Nacional Constituinte deveria ser exclusiva e soberana, sem que fosse necessário que houvesse a duplicidade dela como Congresso ordinário, aqui fomos vencidos, nós que achávamos que ela, deveria ser exclusiva. Se tivéssemos conseguido votar a convocação como Assembléia Nacional Constituinte exclusiva, nós não estaríamos nem discutindo o fato de ter que agora desconstituir os mandatos, porque na própria convocação estaria estabelecido que, terminada a nossa tarefa de elaborar uma nova Constituição, já estaríamos livres e então iríamos às ruas para constituir um Congresso ordinário a partir de novas eleições.

Tenho que dizer aqui que, se erros há, são de origem na convocação desta Assembléia Nacional Constituinte. Precisamos também entender que foi o PMDB – diz o meu companheiro e eu não havia citado – que evitou que esta Assembléia Nacional Constituinte fosse exclusiva. E eu, que não gosto de estar acusando, apenas quero dizer aqui que o fato de ter sido o PMDB que não permitiu, responsabiliza a todos nós, mas não nos dá o direito de procurar bodes expiatórios, aqueles que são responsáveis pelo insucesso que possa ter esta Assembléia Nacional Constituinte, pela eiva que tem de vícios, inclusive na sua convocação.

Gostaria de deixar claro que, acompanhando a proposta do meu partido, e até por dever de consciência, sou presidencialista e não concordo com a forma parlamentarista...

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FOGAÇA:** – Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FERNANDES:** – ...que está aqui inserida no Projeto do Relator Bernardo Cabral Mas isso não dá o direito também de reconhecer que nós estamos numa democracia e que tem direito o Relator de propor qualquer regime que desejar e eu tenho o direito de me expressar e de votar por aquele que a minha consciência, os meus eleitores e a Nação exigem que eu entenda como o melhor para o País.

Concedo a V. Ex.<sup>a</sup> o aparte.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FOGAÇA:** – É rápido, nobre Constituinte, apenas para dizer a V. Ex.<sup>a</sup> que considero muito digna a forma como V. Ex.<sup>a</sup> trata essa questão das responsabilidades diante da História, diante do presente e diante do futuro. Realmente, isto é verdade, foi um relator do PMDB que, na Comissão Mista, apresentou a proposta da convocação da Assembléia Nacional Constituinte nos moldes em que ela foi convocada. Mas também não é de esquecer que muitos votos do seu Partido foram contra a convocação da Assembléia Nacional Constituinte. E se dependesse dos votos do PDT, de muitos votos do PDT, esta Constituinte não existiria. Portanto, V. Ex.<sup>a</sup> tem inteira razão. Não é o momento de nós atribuírmos responsabilidades desse fato ou daquele. A responsabilidade é de todos nós de tudo aquilo que resultar desta Assembléia Nacional Constituinte.

O PMDB, assim como é responsável pela convocação de urna Assembléia Nacional Constituinte tal como ela é,

também é responsável pela existência de uma Constituinte, porque sem os votos do PMDB esta Constituinte não existiria e nós estaríamos entregues à sorte, quem sabe, do conjunto de forças que atuam hoje no processo político de forma implacável, como bem sabe V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FERNANDES:** – Muito abrigado pelo aparte de V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Informo a V. Ex.<sup>a</sup> que só dispõe apenas de 2 minutos.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FERNANDES:** – Pergunto a V. Ex.<sup>a</sup> qual é o tempo que eu tenho para ficar na Tribuna.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – V. Ex.<sup>a</sup> tem 10 minutos, mas já está ocupando a Tribuna há pouco mais do que isso.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FERNANDES:** – V. Ex.<sup>a</sup> poderia me informar a que horas assomou à Tribuna?

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – V. Ex.<sup>a</sup> assomou à Tribuna às 18 horas e 5 minutos.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FERNANDES:** – Acho que V. Ex.<sup>a</sup> se engana, ainda tenho 5 minutos, salvo engano, 10 menos 5 é igual a 5.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – V. Ex.<sup>a</sup> tem razão. Apresento as minhas desculpas.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FERNANDES:** – Sr. Presidente, pedindo a V. Ex.<sup>a</sup> que desconte esses minutos que perdemos em dirimir dúvidas, eu gostaria de dizer do que se entende, inclusive em toda a doutrina jurídica, é de que uma Assembléia Nacional Constituinte originária tudo pode, o resto é heresia jurídica. Agora, o dever ser que é o tudo pode, pode realmente nos levar à responsabilidade, dado o momento da Nação, dada a situação do povo, e dada a necessidade de termos um instrumento que seja prático de dever ser, mas nós sermos diferentes – o ser é que é diferente. Se essa Assembléia tudo pode, ela não deve fazer tudo que pode. Aí é diferente. Não se pode vir com heresias de que não poderemos mudar o sistema de Governo, de que não poderemos alterar o mandato do Senhor José Sarney; de que não podemos, como assembléia ordinária, partir para uma nova eleição. Isso não existe, a não ser na heresia jurídica porque, uma Assembléia Nacional Constituinte é a delegação originária para constituir o Estado e a Constituição do Estado abrange tudo, é o poder delegado, é o contrato social de que falava Rousseau e tantos outros que escreveram sobre isso. O resto é heresia, interesses, defesa em causa própria, e tantas coisas que eivam geralmente uma Assembléia Nacional Constituinte, notadamente e especialmente o que se tem visto atualmente na nossa. É preciso também deixar claro aqui, que se deve e é muito importante – e aí eu gostaria que nós atentássemos para isso – que a democracia brasileira tão reclamada não fosse só essa representativa, porque também eu concordo com o Deputado Maurílio Ferreira Lima, que muitas pessoas vieram aqui não legitimamente pela pretensão popular, mas ilegítimamente pela força do poder econômico. E aí nós precisaríamos mudar o sistema, nós não precisaríamos desenvolver só a democracia representativa, precisaríamos avançar também para a participativa, quando não só na nossa representação, seria a força da legitimidade da Constituição. Mas, também, por exemplo, o plebiscito seria realmente o exemplo de participação popular que coonestaria as nossas decisões aqui na Assembléia Nacional Constituinte. (Soa a campanha.) Esta é a expectativa que nós temos com relação...

Perguntaria a V. Ex.<sup>a</sup> se não são às 18 horas e 15 minutos que termina meu tempo? Faltam 2 minutos, V. Ex.<sup>a</sup> quer me avisar disso.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Já são 18 horas e 16 minutos.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FERNANDES:** – V. Ex.<sup>a</sup> me desculpe, peço 2 minutos, exatamente por causa...

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Eu concedo a V. Ex.<sup>a</sup> 5 minutos, em virtude dessa interrupção.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FERNANDES:** – Muito obrigado. V. Ex.<sup>a</sup> dá um exemplo de democracia, e eu não vou usar os 5 minutos, porque sei que há outros companheiros para usar o tempo aqui.

Apenas eu gostaria de dizer que, da minha parte, e creio que o meu partido, que foi tão ilegítimamente violentado nas eleições passadas, que há os casos, por exemplo, referentes ao arrocho do plano cruzado, que não podia ser falado nas praças públicas, e tantas outras indignidades que assacaram não só contra o PDT, mas também com a figura de Leonel Brizola. E agora nós gostaríamos sim, de que se dissolvesse realmente, a partir da promulgação da nova Constituição, e aí nós iríamos para a rua, para ver quem tem a mensagem, a responsabilidade e até a dignidade de voltar e falar da sua representação e da sua ação na Assembléia Nacional Constituinte. É isso que precisamos entender, que estejamos prontos. E comigo podem contar se quiserem dissolver a Assembléia Nacional, Srs. Constituintes. Não contem comigo para ficar falando do Relator, que é meu amigo sim e tenho honra de que o seja. Não sou bajulador, não vim aqui nas tetas do Governo, não usei dinheiro do Governo para me eleger, não estava no Partido do Governo, eu era do PDT, com honra e reconhecimento que nenhum Constituinte tem responsabilidade para me chamar de bajulador, porque nunca o fui, porque sou homem das selvas amazônicas, mas corajoso, como soem ser os brasileiros que têm coragem de enfrentar as dificuldades econômicas pelas quais passa o País, nos dias de hoje.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Muito obrigado a V. Ex.<sup>a</sup> Concedo a palavra ao nobre Constituinte Francisco Dornelles.

**O SR. CONSTITUINTE FRANCISCO DORNELLES:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Quem examinou, quem acompanhou todos os simpósios e todas as reuniões sobre assuntos tributários, nos últimos 20 anos, no País, quem examina o programa de todos os partidos políticos, quem assistiu às últimas campanhas eleitorais pode verificar que a sociedade brasileira desejava um sistema tributário que atendesse a 4 princípios: Em primeiro lugar, ao princípio da progressividade; em segundo lugar, que permitisse uma melhor distribuição regional de renda; em terceiro lugar, que fortalecesse as finanças dos Estados e Municípios; e em quarto lugar, que desse maiores garantias aos contribuintes.

Quero dizer, Sr. Presidente, com grande satisfação, que o Substitutivo do Relator Bernardo Cabral atendeu plenamente a todas as reivindicações da sociedade brasileira. O sistema tributário ficou mais progressivo, porque é com alíquotas progressivas que passam a ser cobrados os impostos sobre o patrimônio, estabelecendo também que todos os rendimentos, no campo do Imposto de Renda, ficarão sujeitos a uma alíquota progressiva.

A distribuição regional de renda, uma melhor distribuição foi atingida com o aumento dos percentuais dos Fundos de Participação dos Estados, 70% dos, quais se

destinam às regiões do Norte e do Nordeste. As finanças públicas dos Estados e dos Municípios saíram fortalecidas pelas transferências para os Estados de alguns impostos federais e pela maior participação dos Municípios no ICMS. A garantia dos contribuintes foi dada, em dois casos, para exemplificar, com a necessidade de lei, aprovada por maioria do Congresso, para votar empréstimos compulsórios e pela eliminação dos privilégios da Fazenda em relação a todos os contribuintes.

Quero cumprimentar ao Relator Bernardo Cabral pelo grande trabalho que fez nesta área.

Queria também, Sr. Presidente, chamar a atenção dos Srs. Constituintes sobre a afirmação que se faz, hoje, que o sistema tributário votado ou aprovado pelo Relator vai trazer grandes problemas à União Federal. De acordo com dados da própria Receita Federal, a perda de recursos para a União Federal, num período de 5 anos, será de 158 bilhões de cruzados. Entretanto, se examinarmos o que ocorreu em 1987 verificaremos que a União transferiu aos Estados e Municípios, para cobrir buraco de seus bancos, 82 milhões de cruzados; que a União transferiu aos Estados e Municípios, através de antecipação de receitas, 20 milhões de cruzados; que a União, como avalista, honrou obrigações de Estados, Municípios e estatais num montante de 140 bilhões de cruzados. O que significa que, só no ano de 1987, a União transferiu, pelo método do "pires", de forma discricionária, a Estados e Municípios, muito mais do que significa a sua perda num período de 5 anos.

Poderia ainda dizer que, só nos termos do subsídio do trigo, gastou Cz\$ 98.000.000.000,00 (noventa e oito bilhões de cruzados). O subsídio ao aço foi de Cz\$ 96.000.000.000,00 (noventa e seis bilhões de cruzados), num montante de Cz\$ 194.000.000.000,00 (cento e noventa e quatro bilhões de cruzados), quantia superior à perda que terá em 5 anos, pela reforma tributária.

O que existe, no momento, é que se substituiu uma maneira discricionária de dar dinheiro a Estados e municípios, que se substituiu o sistema do pires, em que a União dá dinheiro aos governadores e prefeitos que desejar, por um sistema institucionalizado, que atende a todas as reivindicações da sociedade brasileira.

Queria ainda dizer que, no campo das finanças públicas, o projeto substitutivo do Relator foi um grande avanço. O orçamento fiscal, até agora, era uma grande farsa. Como ocorria? Qual era a situação que, até então, prevalecia? O Congresso vota o orçamento, receita, despesa e operações de crédito. Mas, como a União tem poder de criar despesas de forma discricionária, o Poder Executivo distribui recursos, através de incentivos, através de benefícios e através de dadas de recursos que não foram aprovados pelo Congresso. E, como ocorre, como a União não tem esse dinheiro, determina que instituições financeiras oficiais façam esse suporte. Posteriormente apresentam a conta à União. A União não tem recursos e determina ao Banco Central que emita dinheiro ou tome dinheiro emprestado do setor privado, elevando as taxas de juros, para cobrir despesas que não foram autorizadas pelo Congresso.

O Substitutivo do Relator Bernardo Cabral estabelece um orçamento, receita, despesa. O Congresso, se entender que esses orçamentos devem ser deficitários, ou seja, que as despesas devem ser maiores do que a receita, vai autorizar a União, através da Secretaria do Tesouro, a emitir títulos para cobrir aquelas despesas. Posteriormente, o Banco Central não poderá, de forma discricionária, suprir recursos à União, para que faça despesas que não estejam autorizadas pela sociedade, representada pelo Congresso.

Sr. Relator, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, quero cumprimentar ao Relator Bernardo Cabral, pelo seu trabalho realizado no campo das finanças públicas...

**O SR. CONSTITUINTE LUIZ ALBERTO RODRIGUES:**

– Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. CONSTITUINTE FRANCISCO DORNELLES:**

– No campo do sistema financeiro e no campo do sistema tributário, porque foi ele um grande avanço e atendeu a todas as reivindicações da sociedade brasileira.

Dou a V. Ex.<sup>a</sup> o aparte.

**O SR. CONSTITUINTE LUIZ ALBERTO RODRIGUES:**

– Queria começar as minhas palavras, pela oportunidade, levando a V. Ex.<sup>a</sup>, também, os cumprimentos pela beleza do trabalho que foi realizado nessa área e para o qual, seguramente, com a vossa experiência e o vosso talento, V. Ex.<sup>a</sup> contribuiu de forma profunda.

Realmente, temos o esboço de um sistema tributário, o esqueleto de um sistema tributário, que vai possibilitar a descentralização dos recursos e da competência, num momento em que a União reage e reage com força, porque quer continuar gastando mal, quer continuar detendo o poder político, mas, mais do que o poder político, o poder de destinar os recursos, de destinar o dinheiro, de manter o País à míngua como tem acontecido.

Um avanço fundamental, e V. Ex.<sup>a</sup> é um dos artífices desse avanço.

Estendo e congratulo-me com V. Ex.<sup>a</sup> pelo trabalho do Relator. Um trabalho que é nosso; um trabalho que é da Casa, um trabalho que, se tem imperfeições, tem as raras imperfeições; que, se têm avanços, tem os avanços que contribuimos para que ocorressem. Mas queria dizer mais, no campo das finanças públicas, também, os avanços são substanciais. Faria apenas um reparo na questão da reforma tributária, no que diz respeito à distribuição de recursos, gostaria de mais recursos para os Municípios. Vamos lutar por isso e sei que teremos oportunidade de um debate, com mais profundidade e mais tempo, para observarmos e discutirmos esse assunto.

Mas, queria colocar uma questão conceitual ao Relator Bernardo Cabral e a V. Ex.<sup>a</sup> Estudando, em profundidade, a distribuição de recursos, nesses últimos 20 anos, pude perceber que a alíquota da destinação do fundo de participação a Municípios e Estados sofreu, no mínimo, 5 ou 6 alterações nesses últimos 20 anos, algumas por decreto-lei, outras por emendas constitucionais como, por exemplo a Emenda Passos Porto. Se esse sistema tributário, que entra o nível de detalhamento de destinação de 22,5% de recursos, por exemplo, para os municípios do Fundo de Participação, se não pode levar, por exemplo, já a necessidade de uma mudança constitucional, de uma emenda constitucional, o ano que vem, se tivermos que fazer um remanejamento pequeno de destinação de alguns recursos públicos, eu perguntaria, então, ao Relator, se realmente esse sistema tributário deve estar no corpo da Constituição ou deve ser uma lei complementar, para que possamos ter um texto que possa ser, na medida do possível, o mais permanente?

Agradeço a tolerância e o aparte de V. Ex.<sup>a</sup> e sei que vai contribuir e interpretar meu questionamento.

**O SR. CONSTITUINTE FRANCISCO DORNELLES:**

– Sr. Constituinte, para encerrar, gostaria de dizer a V. Ex.<sup>a</sup> que, tradicionalmente, todas as Constituições brasileiras sempre trataram do sistema de repartição de receitas. Se

comparamos desde quando começou o sistema de Fundo de Participação de Estados e Municípios, sempre foram tratados na Constituição. Eu realmente não teria nenhuma objeção que fosse tratado em lei complementar, mas é uma decisão quase de natureza histórica.

Queria ainda dizer a V. Ex.<sup>a</sup> que um dos pontos mais importantes que devem ser levantados no trabalho do Relator Bernardo Cabral, é que durante todo o período em que esteve como Relator, viajou por todo o País, conversou com os representantes municipais e governadores de Estados, sentiu as reivindicações do Nordeste e do Sul, os problemas municipalistas das pequenas e grandes cidades. E eu entendo que a repartição de receitas que ele fez do seu projeto, hoje atende plenamente aos Estados e Municípios e, realmente, está balanceada, está naquele nível que pode, no momento, ser feita a distribuição e constitui um grande avanço, pois atende a todas as reivindicações que, nos últimos vinte anos, vem pleiteando a sociedade brasileira.

**O SR. CONSTITUINTE DARCY DEITOS:** – Nobre Constituinte, gostaria apenas de fazer duas colocações rápidas. Primeiro, dizer que V. Ex.<sup>a</sup> fez uma brilhante exposição do trabalho que foi iniciado pela Subcomissão do Sistema Tributário...

**O SR. CONSTITUINTE FRANCISCO DORNELLES:** – onde V. Ex.<sup>a</sup> teve uma participação das mais ativas.

**O SR. CONSTITUINTE DARCY DEITOS:** – Apenas, gostaria de lhe dizer que continuo insistindo em que os Municípios brasileiros deveriam receber uma parcela maior do fundo federal, porque são os Municípios que estão empobrecidos, que vivem de chapéu na mão. O percentual que vai ser dado a eles ainda é insuficiente para fazer face às suas necessidades reais.

Gostaria de colocar, aqui, o seguinte questionamento: houve uma alteração de percentual antes destinado ao Norte e Nordeste, de 2% para 3%, incluindo o Centro-Oeste. Vimos, aí, uma campanha encetada de que os 292 votos tudo podem nesta Assembléia Nacional Constituinte. E nós, do Sul que passamos a ser a minoria e que discordamos do destino, de 1% a mais, porque estávamos a defender uma emenda que apresentamos ampliando a participação dos Municípios brasileiros de 22,5% para 30%. Assim, a nossa emenda completa as reais necessidades dos Municípios brasileiros como um todo, sem privilegiar apenas o Norte e o Nordeste com mais 1% do Fundo, em detrimento do Sul. Por isso, não podemos ficar calados, nobre Constituinte Francisco Dornelles.

Gostaríamos de dizer ao ilustre relator que ele não poderia ter alterado esse percentual de 2% para 3% que, segundo a imprensa noticiou foi um acerto entre as bancadas dessas regiões. Até já me manifestei anteriormente no plenário da Comissão de Sistematização, contrariamente a essa alteração, porque já tinha sido aprovado na Comissão de Sistema Tributário, inclusive com o Relator desta Subcomissão que era do Norte e Nordeste brasileiro.

Então, era só essa a colocação que eu queria fazer e dizer que, se formos atentar para que os 292 votos tudo podem, nós poderíamos até aqui, propor uma separação de território. Ficaria com o seu mapa como está, com os 292 votos e nós teríamos a minoria. Só que, conseqüentemente, teríamos um orçamento muito maior.

Quero fazer essa colocação, agradecer a V. Ex.<sup>a</sup> a oportunidade e parabenizá-lo pela brilhante exposição que fez dos avanços, inclusive sobre o sistema financeiro nacional que, pela primeira vez, preserva o erário público da voracidade dos banqueiros nacionais, quando faz com

que se institua um seguro que garanta os depósitos, que garanta a economia popular e, não mais o erário público, as tetas gordas do erário público, a garantir o sistema financeiro nacional, onde nós estávamos privatizando os lucros e socializando os prejuízos.

Cumprimento V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE FRANCISCO DORNELLES:** – Sr. Presidente, eu tenho 1 minuto para responder ou o meu tempo já está esgotado?

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – V. Ex.<sup>a</sup> pode responder ao aparte, mas o tempo de V. Ex.<sup>a</sup> já está esgotado. Peço, apenas, que o faça com a devida brevidade.

**O SR. CONSTITUINTE FRANCISCO DORNELLES:** – Meu caro Constituinte Darcy Deitos, a grande dificuldade numa partilha de receita é que os Estados querem mais dinheiro, os municípios querem mais dinheiro e a União quer perder menos receita. É um dos problemas difíceis que têm que ser resolvidos através de um consenso. Creio que os Estados do Nordeste tiveram um ganho substancial, com a elevação do Fundo de Participação dos Estados, mas tenho que chamar a atenção de V. Ex.<sup>a</sup> pelo Fundo, também que foi criado com um percentual do IPI, e que é distribuído aos Estados de acordo e na proporção da exportação de manufaturados. Quero chamar também a atenção de V. Ex.<sup>a</sup> para o fato de que a eliminação, a passagem, a transferência para os Estados de 5 impostos federais, ampliará consideravelmente, a base do ICM, o que, permitirá que os Estados mais industrializados possam ter uma maior receita. Em relação aos municípios, entendo que os municípios deverão ter um ganho real de aproximadamente 40%, em decorrência da elevação do Fundo de Participação dos Municípios para 22,5, pelo fato de sua participação no ICM ter aumentado de 20 para 25% e pelo fato, ainda, do Relator Bernardo Cabral, ouvindo as reivindicações de todos os municípios e de todos os segmentos da sociedade, ter voltado aos municípios com o imposto de serviço, o que significa um ganho substancial, e eu acredito que os municípios serão as unidades federativas que terão o ganho mais elevado com a nova estrutura tributária.

**O SR. CONSTITUINTE ARNALDO FARIA DE SÁ:** – Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte, nobre Constituinte?

**O SR. CONSTITUINTE FRANCISCO DORNELLES:** – Pois não!

**O SR. CONSTITUINTE ARNALDO FARIA DE SÁ:** – V. Ex.<sup>a</sup> disse que os municípios, os Estados e a União praticamente estão satisfeitos com a nova divisão tributária. V. Ex.<sup>a</sup>, como Presidente da Comissão que tratou do assunto deve ter auscultado todos os poderes municipais e, estaduais, assim como a União para que houvesse essa divisão tripartite. Eu só gostaria de perguntar a V. Ex.<sup>a</sup> o seguinte: os contribuintes foram consultados? Será que eles estão satisfeitos? É do bolso dos contribuintes que o leão vai continuar mordendo a fatia necessária para que os municípios, os Estados e a União fiquem satisfeitos?

**O SR. CONSTITUINTE FRANCISCO DORNELLES:** – Esse ponto que V. Ex.<sup>a</sup> levantou é muito importante. Se V. Ex.<sup>a</sup>, examinar o dispositivo Bernardo Cabral, V. Ex.<sup>a</sup> poderá verificar as enormes garantias que foram trazidas ao contribuinte. Agora, ninguém, examinando o texto constitucional, pode afirmar que haverá diminuição ou redução da carga tributária. A Constituição define a competência da União, dos Estados e municípios para criar impostos. A Constituição estabelece limitações ao poder de tributar, a Constituição estabelece as garantias de

transferência de recursos. Agora, o aumento ou redução de uma carga tributária, toda ela vai depender de leis que serão votadas pelo Congresso e pelas Assembléias Legislativas.

E, só para encerrar, no dispositivo Bernardo Cabral, qualquer aumento de imposto só poderá ser realizado através de leis aprovadas pelo Congresso Nacional ou pelas Assembléias Legislativas, onde os contribuintes estarão representados. De modo que serão os contribuintes, através dos seus representantes, que vão definir qual é a carga tributária no País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** — Agradeço ao nobre Deputado Francisco Dornelles, pela sua brilhante exposição e concedo a palavra ao nobre Deputado Constituinte Lysâneas Maciel.

**O SR. CONSTITUINTE LYSÂNEAS MACIEL:** — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes:

Dizíamos, fazíamos algumas apreciações de que ao se iniciarem os trabalhos desta Assembléia Nacional Constituinte, que, primeiro ela não era nem livre nem soberana. E, naquela época, quando apresentávamos um dispositivo para alterar o regimento, quando foram feitos vários pronunciamentos a respeito da matéria que estava sendo submetida à apreciação da Assembléia Nacional Constituinte, um desses dispositivos vedava a interferência dos militares sobre matéria que estivesse sendo submetida à apreciação da Assembléia Nacional Constituinte. O Relator, naquela época do Regimento, considerou aquilo uma provocação, e apesar de não ter considerado como provocações as várias manifestações dos ministros militares, especialmente do Ministro Leônidas Pires, do Ministério do Exército, opinando sobre o mandato do Presidente Sarney que, afinal de contas, foi consagrado no Relatório Bernardo Cabral. S. Ex.<sup>a</sup> queria seis anos e considerou até uma impropriedade jurídica, textualmente citada pela revista **Veja**, que nós discutíssemos o mandato Sarney. E prevaleceu, a despeito até do ato do "desprendimento" de Sarney, prevaleceu a hipótese que o Ministro do Exército queria, que fosse precisamente seis anos. Não modificou em nada, nem mesmo aquela suposta boa intenção do Presidente de reduzir o seu mandato. Mas S. Ex.<sup>a</sup> não ficou satisfeito com isso. S. Ex.<sup>a</sup> já sabia, talvez, que teria um resultado confirmado de seis anos para Sarney. Depois, S. Ex.<sup>a</sup> começou a falar sobre vários assuntos, proibindo o voto dos praças de pré, dos marinheiros, e dos soldados. E também esse assunto foi consagrado de forma indireta, proibindo durante um certo período que eles sejam brasileiros de primeira categoria. S. Ex.<sup>a</sup> vendo que o clima era favorável, que o clima era francamente propício, foi avançando. Começou a falar sobre estabilidade; começou a falar sobre o horário de trabalho, e até mandou recado a uma Assembléia — e os anais vão registrar — que foi convocada para ser livre e soberana, S. Ex.<sup>a</sup> disse que se nós fizessemos uma lei que aprovasse a anistia dos militares S. Ex.<sup>a</sup> não a cumpriria. E não houve nenhum protesto do Relator, não houve nenhum protesto desta Assembléia Nacional Constituinte que considerou uma provocação aqueles nossos dispositivos. Mas foi avançando, tendo consagrado vários daqueles seus desejos, várias daquelas suas suposições, várias daquelas distorções. É preciso que se diga a esta Nação, para que a história registre que S. Ex.<sup>a</sup> o Ministro do Exército nunca participou de um movimento em favor desta Pátria, nunca participou de um movimento nacionalista, nunca assinou um manifesto em favor da defesa dos recursos naturais desta terra. E agora se julga no direito de ditar ordens

ao Relator e a todos nós que compactuamos com esse resultado que aqui está. A história vai registrar isso, um dia nós seremos julgados por isso. Toda aquela argumentação das Forças Militares foram mantidas. Seriam essas argumentações em defesa dos interesses nacionais? Não, o estatuto, por exemplo, que impedia o ataque das multinacionais e das nacionais, nas terras dos índios foi alterado também e, para pior, como sempre. Agora, podem entrar na terra dos índios sejam multinacionais ou nacionais. E essa balela, essa mistificação, essa empulhação se introduziu ali, naquele momento que se dizia que o índio é que deve ser o senhor de saber se a exploração mineral de sua terra deve ou não ser feita, a introdução do Ministério Público e do Congresso Nacional foi feita posteriormente. Essa mistificação que quer colocar os índios em igualdade de condições, desprotegidos como são, explorados como são, de novecentas tribos hoje só existem setecentas e oitenta, e simplesmente colocar um índio e um representante de uma multinacional ou de uma nacional como a Mineradora Paranapanema. Falando que ambos são cidadãos brasileiros, portanto eles que decidam o seu próprio destino. Vai ocorrer uma coisa curiosa, Srs. Constituintes, dentro em pouco na própria Paranapanema possivelmente que teve contemplada as suas intenções na reforma do primeiro substitutivo de Cabral e do segundo, até com associações de jornais que têm ligações com sócios declarados dessas mineradoras. Pois bem, eles tiveram contemplados os seus direitos. Tudo isso está sendo feito. Tudo isso tem um fim deliberado. Não é uma Constituição que estamos fazendo, é um estatuto das classes dominantes, e das classes dominantes mais medíocres, mas que ainda pensam que detêm, por largo tempo, o poder e que manifestaram, através de dois dispositivos. Vejam os Srs. o desdouro que temos para fazer uma Assembléia Nacional Constituinte sem receber qualquer delegação para isso; estamos fazendo o estatuto das classes dominantes e o estatuto das classes dominantes para o futuro!

De onde veio esta inspiração para o Relator? Qual foi essa inspiração? Diz o artigo 70:

"Na forma republicana o sistema parlamentar de governo jamais poderá ser objeto de emenda."

Estamos legislando até o ano 2000 ou 2050 para satisfazer quais interesses? Para evitar que o povo exerça a sua soberania, faça uma escolha e vote; brasileiros de 45 anos nunca votarão! Aqui brasileiros de 100, 200 anos nunca exercerão o direito elementar de eleger o Presidente da República!

**A SRA. CONSTITUINTE ABIGAIL FEITOSA:** — Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. CONSTITUINTE LYSÂNEAS MACIEL:** — Com muito prazer ouço V. Ex.<sup>a</sup>.

**A SRA. CONSTITUINTE ABIGAIL FEITOSA:** — Nobre Constituinte, quando solicitei o aparte V. Ex.<sup>a</sup> abordava a questão da influência dos militares, e me reporto, naturalmente, àquele período do discurso de V. Ex.<sup>a</sup> para registrar, neste instante, um protesto contra a publicação e a divulgação larga que a imprensa deu a um comentário que o ex-Presidente e ex-ditador Figueiredo fez de que tanto em parlamentarismo como em presidencialismo quando o Exército achar toma o Poder. É o cúmulo!

**O SR. CONSTITUINTE LYSÂNEAS MACIEL:** — Ele dá o golpe!

**A SRA. CONSTITUINTE ABIGAIL FEITOSA:** — Dá o golpe! Isto é subverter a ordem. Aquele cidadão se esqueceu e não pagou. Ele devia estar na cadeia pela corrupção que se implantou no País durante o período da ditadura.

Devia estar aqui para responder pela Coroa Brastel por todos aqueles crimes que estarreceram a Nação e onde familiares seus estavam envolvidos. Ele achou pouco tudo isso e ficou impune! Só foram punidos os militares que quiseram garantir a Constituinte de então. Os que tiveram coragem, os que tiveram compromisso com este País estão aí cassados, pedindo anistia até hoje. Mas ele que foi ditador...

**O SR. CONSTITUINTE LYSÂNEAS MACIEL:** – E que foram novamente esquecidos pelo Relatório Cabral.

**A SRA. CONSTITUINTE ABIGAIL FEITOSA:** – ... Mas o ditador continua dizendo gracinhas.

Acho que está na hora da sociedade brasileira dar um "basta" nesse tipo de gracinha e cobrar. Isso é subverter a ordem. Qualquer cidadão que lançar uma idéia dessas, apesar das estrelas que tenha nos ombros, vai ter que responder como crime de lesa-pátria. Não queremos mais a ditadura neste País! A longa noite da ditadura de 20 anos que levou o País à submissão total das multinacionais, como V. Ex.<sup>a</sup> acabou de se referir.

**O SR. CONSTITUINTE LYSÂNEAS MACIEL:** – Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup> o seu aparte. V. Ex.<sup>a</sup> verificará que a História deste País não é nova. Estou discutindo aqui se esta Assembléia é livre e soberana. Ela não tem nada de livre e soberana! A um simples tilintar de espada de militares, a um simples arrastar de espadas de militares, modifica-se todo o corpo da Constituição, Estou lendo aqui dispositivos que mereceram uma acolhida inicial e que depois do arrastar das esporas e das espadas dos militares foram modificados, a começar do art. 1º.

Acolheu-se a idéia generosa de que o povo era a fonte primária do poder, acolheu-se a idéia generosa de que o povo que sempre esteve ausente do processo, poderia, desta maneira, participar de forma mais efetiva, não de uma forma retórica, tão ao gosto de alguns juristas, tão ao gosto de alguns literatos, diria literatos de feitura de constituições polacas.

Veja V. Ex.<sup>a</sup>: "Todo poder emana do povo e em seu nome será exercido". Isto foi modificado a partir de uma aprovação da alteração, na Subcomissão dos Direitos Políticos, Direitos Coletivos e Garantias. Foi mantido na Comissão temática, e o Relator disse que manteria na Constituição, no futuro esquema. Mas, agora, foi modificada até a expressão "todo poder emana do povo e com o povo será exercido"; assim como não se pode tocar **ad eternum** em certos sistemas de governo, por que isso? Será que é por medo do povo pura e simplesmente? Será por um apreço? Por exemplo: aquela expressão que usamos, que a soberania nacional pertence ao povo e somente através das manifestações dele poderá ser modificada e exercido o poder. Os militares podiam fazer como Figueiredo proclamou. Ele tem razão! O ditador de outrora tem razão com os detentores, os mesmos atores de hoje em dia. Eles rasgam quando quiserem, mas não dão um golpe baseados na Constituição, baseados numa lei e numa ordem que interpretam segundo a sua própria vontade. Teriam que primeiro rasgar o diploma para depois dizer o seguinte: "fizemos, demos o golpe; sabemos que é uma verdade o que o ditador Figueiredo proclamou, sabemos perfeitamente; mas, na verdade, ele teria que rasgar, e estaríamos fazendo uma experiência nova, nobre Constituinte; experiência nova de permitir que o grande ausente tem configuração moral e política para ser o sujeito da História. Não teremos a coragem de dizer, para o futuro, que esta Assembléia é livre e soberana, porque ela está sendo feita ao toque e ao tilintar das esporas dos militares e ao arrastar de espada do Ministro do Exército – repito aqui – que nunca

fez qualquer gesto em favor dos direitos da soberania deste País, dos recursos minerais ou dos direitos e garantias do cidadão brasileiro.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Com a palavra o nobre Constituinte José Fogaça.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FOGAÇA:** – Sr. Presidente, Srs. membros da Comissão de Sistematização, Srs. Constituintes:

A tarde de hoje foi marcada por uma sequência de pronunciamentos ricos e polêmicos, todos extremamente importantes para a processo que estamos vivendo. Se alguma coisa tivéssemos que dizer do Relatório Cabral, neste momento, talvez a que mais pudesse refletir a realidade é aquela em que o Relatório Cabral é a expressão fiel das contradições, das disparidades e dos conflitos que caracterizam esta Assembléia Nacional Constituinte e, como tal, provocará, de parte a parte, de todos os grupos e setores políticos que aqui se conflagram, que aqui se encontram, a mais diversa e diferenciada forma de reação e de protesto.

Quanto à questão do sistema de Governo, gostaria de deixar bem claro que aquilo que está no Relatório Cabral não é o que entenderíamos como o ideal para o Brasil hoje. Queremos dizer também que aquilo que foi posto pelo Relator tem o incrível mérito e o extraordinário efeito político de gerar hoje um processo aberto de busca do consenso e de busca de uma fórmula que atenda a todos os setores e interesses.

É preciso ficar claro que o sistema de governo não é como a disputa por um cargo, ou por um governo. Um governo pode viver, ou sobreviver como maioria; um governo pode resultar da afirmação de um grupo vitorioso em cima de um grupo derrotado; um governo pode ser resultante de vencedores sobre vencidos, mas o mesmo não vale para um sistema de governo. O sistema de governo que se sustenta em cima de uma maioria e contra uma minoria está dotado na sua própria natureza, no seu nascimento de uma imensa e inescapável fragilidade. E o mérito indiscutível, embutido na intenção notória de Bernardo Cabral foi o de colocar contra a parede todos os grupos que operam, todos os atores que contracenam nesse processo de discussão sobre sistema de governo.

Devo dizer que, talvez o primeiro e mais concreto efeito foi desalojar o Governo, desalojar o próprio Presidente Sarney da sua intransigência em relação a tudo aquilo que vem acontecendo, tudo aquilo que se vem processando no interior da Assembléia Nacional Constituinte.

Não há nenhum pronunciamento oficial, mas já se percebe uma maior flexibilidade, uma maior abertura, uma maior aceitação. Essa leitura tem que ser feita na intenção sub-reptícia, mas indiscutível e indesmentível do Relatório Bernardo Cabral. Joga todos os setores radicais contra a parede e os obriga à busca de um consenso. Talvez seja uma engenharia dotada, ao mesmo tempo, de loucura e de genialidade. Já disse isso a um jornal que o publicou, hoje, mas que os homens em comum sempre têm.

Nesta tarde, aqui, tivemos um pronunciamento sem dúvida brilhante como sempre só acontecer do Constituinte Maurílio Ferreira Lima, a respeito da questão do sistema de governo. Disse S. Ex.<sup>a</sup> que o Congresso Nacional, ou mais especificamente a Câmara dos Deputados, é um antro de corruptos, de vendidos, de pessoas que aqui chegaram pelo processo da corrupção eleitoral.

**O SR. CONSTITUINTE MAURÍLIO FERREIRA LIMA:** – Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FOGAÇA:** – Ressalvou S. Ex.<sup>a</sup> uma rigorosa minoria, mas disse que o Parlamento é sempre vítima de um processo de engodo, de distorção que se dá na sua própria natureza, na sua origem, que é o processo eleitoral. Não estou aqui para discordar de V. Ex.<sup>a</sup>, mas para tentar retomar ou reencetar as idéias de V. Ex.<sup>a</sup>, porque sei que...

**O SR. CONSTITUINTE MAURÍLIO FERREIRA LIMA:** – V. Ex.<sup>a</sup> está deturpando o que eu disse.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FOGAÇA:** – V. Ex.<sup>a</sup> tem o aparte. Se estou deturpando, não é essa a minha intenção. Quero que V. Ex.<sup>a</sup> reproduza fielmente o que disse.

**O SR. CONSTITUINTE MAURÍLIO FERREIRA LIMA:** – V. Ex.<sup>a</sup> sabe o quanto lhe respeito...

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FOGAÇA:** – A recíproca é verdadeira.

**O SR. CONSTITUINTE MAURÍLIO FERREIRA LIMA:** – ...e o quanto lhe respeita o povo gaúcho, que lhe deu um mandato de Senador. V. Ex.<sup>a</sup> é, na minha concepção, um dos políticos modelo do Brasil e do continente latino-americano. Agora, não foi isso o que eu disse. Afirmei que no nosso País a prática política é marcada pelo assistencialismo e pelo clientelismo. Se essa prática política é mais atenuada quando se chega a nível do Congresso Nacional, quando baixamos a pirâmide da representação política, ela é totalmente assistencialista e clientelista.

Então, digo: em função dessa prática política, a Câmara dos Deputados e o Congresso Nacional refletem essa prática política. A maioria dos integrantes desta Casa é de políticos que se comportam como a sociedade entende que um político deve se comportar. Quando o eleitor sai de casa para votar para Presidente, Governador ou Prefeito de capital, ele geralmente escolhe alguém que tem um perfil político ideológico próximo do seu; mas quando é na hora de votar para Deputado, para Vereador, ele, então, escolhe o amigo, o parente, o amigo do amigo, porque na cabeça desse eleitor o papel do Deputado é quebra-galho. Poucos são, nesta Casa, os que têm a felicidade de se elegerem com o voto livre das opiniões públicas urbanas que se situam nos grandes centros urbanos.

Não acusei esta Casa de ser um antro de corruptos; disse que esta Casa reflete a realidade brasileira, e a prática política da realidade brasileira é esta. E falei que a instituição do parlamentarismo pode levar a uma situação de ingovernabilidade, porque se, como político, entendo que o meu papel é ser quebra-galho de eleitor, vou querer quebrar o galho do eleitor às custas do contribuinte, criando uma situação de ingovernabilidade, a nível nacional e, muito pior, a nível estadual e a nível municipal. Dizer isto, eu sei, provoca, aqui, dentro desta Casa, reações de hostilidade. Tenho, inclusive, que dizer que, no meu Estado, são 164 municípios, e eu sou declarado **persona non grata** em 164 Câmaras de Vereadores porque disse e reafirmei que a maior irresponsabilidade neste País é entregar a gerência do poder público municipal às Câmaras Municipais, porque eu as conheço, e as conheço e sei que Vereador, na minha região, se não tiver no dia dele a casa cheia, gente pedindo caixão de defunto, receita para despachar e outras pequenas coisas, como tijolo, telha, etc., ele sai procurando. Quando tem gente que não quer nem atender ao eleitorado e põe no bolso o dinheiro público e o dinheiro que recebe dos políticos maiores. Foi isso o que eu disse.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FOGAÇA:** – Eu entendi perfeitamente.

Peço a V. Ex.<sup>a</sup>, agora, que me permita usar o meu tempo. Se V. Ex.<sup>a</sup> se alongar muito, o meu tempo ficará completamente comprometido. E aí eu transformaria o meu pronunciamento, que é uma tentativa de rebater os argumentos de V. Ex.<sup>a</sup>, numa simples reprodução das suas idéias.

**O SR. CONSTITUINTE MAURÍLIO FERREIRA LIMA:** – Só um minutinho...

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FOGAÇA:** – V. Ex.<sup>a</sup> não está sendo democrático comigo.

Não está sendo nem sequer tolerante, que é uma característica do comportamento de V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE MAURÍLIO FERREIRA LIMA:** – Então, acho que agora V. Ex.<sup>a</sup>...

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FOGAÇA:** – Perfeitamente. Todos os argumentos de V. Ex.<sup>a</sup> foram reproduzidos e repetidos no espaço que eu teria para rebatê-los, o que significa que V. Ex.<sup>a</sup>, tem, no caso, dupla vantagem sobre tudo que vou dizer, porque disse duas vezes o que direi uma vez só.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Nós descontaremos o tempo excedente do aparte.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FOGAÇA:** – Por generosidade do Presidente.

Quero dizer que V. Ex.<sup>a</sup> está profunda e completamente equivocado, apesar de todo o seu idealismo, a sua intenção honesta, séria, e da qual jamais duvidei. V. Ex.<sup>a</sup> jamais ouviu de minha parte qualquer objeção de dúvida ao seu comportamento e a sua seriedade, e nunca tentei deturpar o sentido das suas palavras. V. Ex.<sup>a</sup> também tem o meu respeito e sabe que dos artigos que V. Ex.<sup>a</sup> já escreveu em jornais e revistas, muitos deles tenho recortado e guardado no meu arquivo de contribuições a minha formação política.

Mas quero dizer que V. Ex.<sup>a</sup> está fazendo uma análise presidencialista do Parlamento.

Esse clientelismo, ao qual V. Ex.<sup>a</sup> se refere, tem origem, não no Parlamento, mas no próprio sistema presidencial.

Quando se fundou a República, neste País, ao designar os Presidentes dos Estados, o General Deodoro da Fonseca, que era um homem sem vida política pregressa, sem experiência, saía dos quartéis, como não tinha nenhum relacionamento no mundo político, nomeou coronéis do Exército para desempenhar o papel de interventores.

Esses coronéis do Exército – daí veio a expressão do coronelismo e do coronelado – reuniram em torno de si, através da ampla e farta distribuição de benesses, de favores, de empregos, de cargos, de vantagens, construíram em torno de si aquilo que foi a origem do Partido Republicano. Quer dizer, a própria origem, a própria nascente do sistema presidencialista brasileiro é notória e indiscutivelmente clientelística, e esse presidencialismo nasceu associado a uma visão patrimonialista do Estado. Todo Presidente da República, assentado na cadeira de Presidente, considera que o Estado e o Governo são patrimônio seu, da sua família, da sua gente, e por isso atuam numa ampla, numa farta, numa liberalíssima distribuição de cargos entre os seus amigos, entre os seus parentes, entre os seus familiares, entre os seus comparsas, entre os seus capangas.



Num sistema como o nosso, para atingir qualquer posição na hierarquia funcional, tem que ser amigo do amigo, do amigo, do amigo do Presidente, e V. Ex.<sup>a</sup> vai dizer: mas tem que ser amigo do Deputado; mas coitado do Deputado que não seja amigo do Presidente, porque o que V. Ex.<sup>a</sup> está dizendo, o que V. Ex.<sup>a</sup> está criticando, no Parlamento, é o grau de corrupção, de controle de submissão a que foi submetido o Parlamento brasileiro por 98 anos de presidencialismo patrimonialista.

Este sistema patrimonialista do presidencialismo é que gera em torno dele uma verdadeira sociedade cortesã. Esta sociedade cortesã, que vive dos favores, das benesses, dos prestígios fáceis, essa sociedade patrimonialista, nobre Deputado Maurílio Ferreira Lima, só existe no sistema presidencialista.

Quero que V. Ex.<sup>a</sup> faça um exame rápido, mas não só breve, mas um exame sério dos sistemas parlamentares do mundo, e onde se registra essa concepção patrimonialista do Estado. V. Ex.<sup>a</sup> haverá de dizer: "Ah! mas são países do primeiro mundo, países ricos." Mas se V. Ex.<sup>a</sup> olhar na África vai ver que o único país da África que venceu essa concepção clientelística, patrimonialística, foi um país que instalou o sistema parlamentar, que é o Zimbábue. Mas na África do Sul não existe nenhuma democracia, porque os negros não participam, então aquilo lá é uma falsidade, não é um sistema verdadeiro, nem democrático, não cabe como exemplo, não pode ser usado nem contra e nem a favor, porque é um exemplo que simplesmente não cabe.

Agora quero dizer a V. Ex.<sup>a</sup>: na Suécia, 25% da população sueca é constituída de funcionários públicos, e não há exemplo dessa concepção clientelística.

O Brasil tem apenas 2% da sua população ocupando função pública, função estatal, e aqui nós vivemos num regime que é todo ele perpassado por essa visão baseada na cumplicidade, baseada no servilismo. Mas, veja V. Ex.<sup>a</sup>, a Suécia é um país escandinavo, tem uma tradição histórica que muitas vezes, equivocadamente, nós respeitamos e separamos da experiência latina ou da experiência do Terceiro Mundo.

Permitam-me continuar argumentando. Só quero lembrar que a Itália é o exemplo do país, segundo um preconceito que historicamente se formou, é o país da bagunça, é o país do desrespeito às leis, é o país que inventou o "jeitinho" antes do Brasil; mas veja, após 40 anos de implantação do sistema parlamentar, a Itália conseguiu organizar uma magistratura que é impecável e incorruptível, e foi a ação incorruptível dessa magistratura que conseguiu liquidar a organização da Máfia, do norte ao sul da Itália, e a Máfia está sendo posta na cadeia.

A Itália conseguiu organizar uma polícia democrática e não autoritária, uma polícia que teve origem mussoliniana, e uma origem fascista, e que hoje é uma política democrática e utilizada como instrumento de defesa do Estado democrático.

O terrorismo na Itália, que atingiu níveis e proporções assustadores para qualquer país democrático, o terrorismo foi liquidado, foi desmantelado, sem que se derramasse uma só gota de sangue. E nós estamos vendo uma burocracia, na Itália, que é um exemplo para o mundo, competente, organizada e toda ela vinculada aos projetos que são estabelecidos pelo partido que está no poder. Ocorre que, às vezes, a Itália fica 60 dias sem governo, sem formar um gabinete, no entanto, esta burocracia estatal, qualificada, ágil, tecnicamente competente, consegue manter o país em níveis de produção e de crescimento econômico

que levaram a Itália a ser hoje o 4º Produto Interno Bruto do mundo com 600 bilhões de dólares, colocando inclusive a própria Inglaterra em 5º lugar.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – O tempo de V. Ex.<sup>a</sup> com a prorrogação de 5 minutos já está esgotado. Eu gostara que V. Ex.<sup>a</sup> fizesse a gentileza de concluir o seu pronunciamento.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FOGAÇA:** – Para encerrar, Sr. Presidente, eu gostaria apenas de lamentar, mas lamentar profundamente aqueles que jogam em cima do Poder Legislativo a responsabilidade por esse sistema clientelista que realmente vive a sociedade brasileira.

Esta é uma crítica que se deve dirigir, isto sim, à própria origem, à própria natureza dessas práticas. Na verdade, o nobre Constituinte Maurílio Ferreira Lima, nós do parlamento não constituímos um convento de noviças, aqui não estão somente freiras carmelitas; aqui estão homens e mulheres feitos de carne, osso e alma, com grandezas e com momentos também de fraqueza. Está aqui, quem sabe, o reflexo autêntico, vivo, real, da grandeza e da miséria da sociedade brasileira. Agora, o que passar pelo Parlamento é público, e é amplamente discutido pela sociedade brasileira. E aqui se desmascaram todas as contradições; e aqui ficam visíveis, palpáveis e indesmentíveis o servilismo, a traição aos interesses populares e o jogo de interesses que se faz contra a maioria do povo brasileiro. É evidente que hoje forças poderosas deste País arremetem contra o sistema parlamentarista, porque no parlamentarismo não será mais possível levantar o telefone e dar ordens a um Presidente da República, para que ele, como um todo-poderoso, através de uma caneta, mude a própria economia do País ou beneficie este ou aquele grupo econômico.

Na verdade, quando se quer acabar com uma concepção patrimonialista do Estado, e aqui quero referir mais, com uma concepção militarista do Estado, somente através da implantação do sistema parlamentarista. O militarismo nasceu com a República e o com o presidencialismo, e está alojado no processo político, e a única forma de desmilitarizar o processo político é através da implantação do regime parlamentar. É a única forma, porque de nada adianta saltar a veia do pescoço, nesta tribuna, porque isso não faz recuar os militares. É preciso a construção de um processo histórico democrático para desalojá-los definitivamente das questões de governo. Notem que a revolução portuguesa se deu sob a égide do militarismo, ela foi comandada pelo General Antônio Espínola. A seguir, ocupou o poder, como homem todo poderoso, o Coronel Otelo Saraiva. Herdou dele essa condição de condutor da revolução o General Ramalho Eanes. Portanto, a revolução portuguesa foi uma revolução, é verdade, democrática, de caráter socializante, mas de inspiração militarista.

Ao implantar o parlamentarismo, ao separar as funções de Chefe de Governo das funções de Chefe de Estado, o que Portugal fez foi desalojar os militares das questões do Governo e insulá-los, confiná-los nas questões do Estado. De modo que, gradativamente, os militares tiveram que abandonar as questões políticas, as questões sociais, as questões econômicas.

Hoje, o General Antônio Espínola, o todo-poderoso Coronel Otelo Saraiva e o General Ramalho Eanes não são mais do que lembranças remotas do processo político português.

Generais não temem veia saltada, não é com discurso ou com raiva verbal que se empurra o militarismo para a situação onde ele se encontra. Agora, será com a implantação de um sistema de governo, pelo qual os militares sejam confinados à sua função precípua e constitucional, é através desse sistema de governo que nós vamos desalojar gradativamente os militares do processo político.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – O tempo do orador está encerrado. Não posso permitir mais apartes.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FOGAÇA:** – Antes de encerrar, gostaria de ter o privilégio e a honra de ouvir o aparte do nobre Constituinte Lysâneas Maciel.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Mas o tempo de V. Ex.<sup>a</sup> está excessivamente excedido, e nós temos vários oradores inscritos que ainda desejam ocupar a tribuna.

**O SR. CONSTITUINTE LYSÂNEAS MACIEL:** – Mas só vou dar um aparte muito curto aqui, estou com a minha veia perfeitamente no lugar e há uma das poucas coisas que restam a este Parlamento, nobre Constituinte José Fogaça, é a capacidade de indignar-se contra a passividade, a acomodação, os recados, porque os corifeus do realismo, aqueles que defendem a participação do poder para que ele não se perca e não seja adulterado, tem sido uma prática nesta Nação. E lembrar a V. Ex.<sup>a</sup> que nos 42 anos da instituição do parlamentarismo, neste País, na época do Segundo Reinado houve, pelo menos, 35 moções de desconfiança, 5 intervenções do monarca, 5 renúncias de ministério; e na segunda etapa do parlamentarismo houve, também – pelo menos três gabinetes foram substituídos.

Veja V. Ex.<sup>a</sup> que não é observando as mazelas do presidencialismo, esse presidencialismo hipertrófico, sem controle, que transformou a Assembléia Nacional Constituinte – é o outro lado da moeda que nós estamos aqui – a intervenção militar transformou isto aqui numa espécie de balcão de negócios, cinco mil empregos, distribuição de canais de televisão, distribuição de canais de rádio...

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FOGAÇA:** – V. Ex.<sup>a</sup> tem razão.

**O SR. CONSTITUINTE LYSÂNEAS MACIEL:** – Pois é. Então, veja V. Ex.<sup>a</sup> que a minha indignação é porque nós estamos...

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FOGAÇA:** – A indignação de V. Ex.<sup>a</sup> é merecedora do meu respeito.

**O SR. CONSTITUINTE LYSÂNEAS MACIEL:** – Exato. Não é apenas a veia, é também a consciência que está calejada, porque sabemos que essa influência vem, como V. Ex.<sup>a</sup>, com muita ilustração, mencionou, com o coronelismo, e falo com toda significação que essa palavra tem, seja o coronel do interior, dos currais eleitorais, sejam os coronéis que influem e é uma prática antiga. Precisamos ter um pouco de soberania e liberdade para estabelecer até mesmo o parlamentarismo, que V. Ex.<sup>a</sup> defende com tanta competência, e creio que com toda sinceridade. Agora, não se pode deslustrar, desligar desta Assembléia Nacional Constituinte a sua falta de liberdade, a sua falta de soberania, e se V. Ex.<sup>a</sup> condena essas anteriores intervenções militares, deve combater, porque veja: V. Ex.<sup>a</sup> acha que é justo estabelecer o sistema parlamentarista *ad eternum*? V. Ex.<sup>a</sup>, com o seu sentimento democrático de antigo lutador da resistência, no Rio Grande do Sul, acha que podemos estabelecer um sistema parlamentarista sem ouvir o povo? V. Ex.<sup>a</sup> consideraria isso justo?

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FOGAÇA:** – Muito obrigado a V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE LYSÂNEAS MACIEL:** – Então, é bom falar que essa indignação deve perpassar muitas vezes os nossos atos aqui, porque foi um recado, do Ministro do Exército que modificou pelo menos 19 artigos dessa Constituição, 19 artigos-chave, não foi apenas reforma agrária, não foi apenas a manutenção de privilégios cartorários... Estamos fazendo o estatuto das classes dominantes. O que peço a V. Ex.<sup>a</sup> é que seja o parlamentarismo, mas que o povo tenha a oportunidade de opinar sobre esse sistema que V. Ex.<sup>a</sup> está proclamando como a salvação da Pátria.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FOGAÇA:** – V. Ex.<sup>a</sup>, sem dúvida nenhuma, sempre foi merecedor do meu respeito e continua sendo, e daqui tem protestado com a mais santa, mais justa e mais veemente indignação. Quero dizer a V. Ex.<sup>a</sup> que quando fiz referências à veia saltada para derrubar o militarismo incrustado nas nossas instituições, fiz também uma autocrítica: aqui está um parlamentar que, quando isto era ameaça, significava correr risco da própria vida, um parlamentar que enfrentou a Polícia Militar no centro de Porto Alegre para combater o militarismo. Porque aquele era o instrumento de luta que eu tinha naquele momento; mas acho que chegou o momento de usarmos além disso, do qual também não abro mão da nossa santa, justa e veemente indignação, além disso, é a indignação emocional também, quer dizer, não custa nada, nobre Constituinte Lysâneas Maciel, usarmos, quem sabe, uma vez pelo menos, a inteligência, fazermos com que os militares sejam desalojados, gradativamente, por um processo de construção histórica de uma democracia estável.

Não creio que o parlamentarismo vá trazer por si só a solução drástica e definitiva das injustiças estruturais da sociedade brasileira, porque essas injustiças não se resolvem pela superestrutura jurídica de um sistema de governo; elas são resultantes das relações de classe, das relações sociais, e para isso o remédio é outro. Mas sei e tenho consciência de que a estabilidade democrática – e isso foi comprovado através da História do Brasil – serve muito mais aos humildes e ao povo sofredor do que aos ocupantes dos setores do Poder.

Sem dúvida nenhuma, a instabilidade democrática tem servido aos poderosos, porque após cada tumulto institucional, disso não resulta um governo mais democrático; disso resulta, isto sim, 20 anos de humilhação, de sofrimento e de escuridão para o povo brasileiro. É por isso que luto pela estabilidade democrática, é por isso que quero dizer a V. Ex.<sup>a</sup> que tenho o maior respeito pela sua indignação, porque dela também sou tomado, da santa fúria contra a opressão. Mas quero dizer a V. Ex.<sup>a</sup> que, além dessa emocionalidade que, muitas vezes, o nosso temperamento não consegue controlar, além dela, nada nos custa utilizar instrumentos eficazes, historicamente irreversíveis, para desalojar o militarismo definitivamente das instituições democráticas deste País. Obrigado a V. Ex.<sup>a</sup> (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Concedo a palavra à nobre Constituinte Abigail Feitosa.

**A SRA. CONSTITUINTE ABIGAIL FEITOSA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Aproximadamente há um mês, não me lembro bem se há 20 dias, as mulheres fizeram uma sessão especial na Câmara, e nosso Relator, o digno Constituinte Bernardo Cabral, se comprometeu publicamente com as mulheres que faziam aquele ato que colocaria no seu relatório a aposentadoria de 25 anos para as mulheres. Vejam bem, no relatório de então constava, já que se lutava pela igualdade,

que homens e mulheres tivessem aposentadoria aos 35 anos de serviço. E sob negociação, eu até poderia dizer sob pressão, o nobre e digno Relator, Constituinte Bernardo Cabral, se comprometeu que mudaria e colocaria 25 anos de serviço. Qual não foi a minha surpresa ao ler o relatório último e constatar que lá estavam 30 anos de serviço. Não sei o que aconteceu. O fato é que não foi cumprido o compromisso assumido.

Aliás, no referente à questão da mulher, tem umas coisas que avançaram e outras que a gente fica, assim, meio triste.

Veja bem, a questão da licença de gestante; luta-se por 4 meses e países outros, por exemplo, nos países socialistas, as mulheres têm 4 meses de licença de gestante, com o salário que têm e, quando passam os 4 meses, ela tem licença de um ano, em casa, ganhando um salário mínimo, que, na União Soviética, agora, reza em torno de 250 dólares, porque se raciocina que é mais barato a mãe ficar em casa, tomando conta do menino, nessa idade, dando mamar, pois nada substitui o leite materno, nada substitui o cuidado da mãe. Sai mais barato, para diminuir a mortalidade infantil.

Temos toda essa problemática de mortalidade infantil tão alta e as multinacionais deitam e rolam para tentar substituir a alimentação materna, pelo leite artificial, que é um crime que se faz com a criança brasileira. Pois bem, o relatório só diz que tem licença de gestante, mas não diz quanto, quer dizer, nós fizemos as mulheres todas se reunirem, as Constituintes fizeram debates, em seus Estados, e solicitaram diminuir os 6 meses que nós queríamos. Pedimos 4 apenas. Aí, o relator não botou nada. Então, realmente, não se sabe se vai diminuir, aumentar, jogou para a lei complementar, deixou ao critério dos padrões. Porque até outro dia — isso é verdade —, num debate com os estudantes da 8ª série, onde eu colocava muito essas questões, um menino de 10 anos levantou e disse: "Ora, Deputada, se a Senhora começar a querer tanta coisa para as mulheres, os empresários não vão querer mais mulheres para trabalhar."

Nota-se que o relator não ficou muito sensível à questão das mulheres. Logo no preâmbulo, S. Ex.<sup>a</sup> coloca assim: "discriminação de qualquer natureza". Não quis botar uma palavrinha tão pequena de 4 letras: sexo. S. Ex.<sup>a</sup> não quis assumir isso; jogou tudo na vala comum.

Na questão da creche, por exemplo, diz assim: "os meninos vão ter direito à creche". Ora, vejamos bem: a legislação que aí está já diz isso e a gente sabe que não tem direito a nada. Qual é a creche? Que creche? Qual o padrão que bota creche? Qual é o Município, o Estado ou a União que bota creche? Não bota coisa nenhuma. Isso só vai ficar no papel; só vai funcionar se botar que é obrigatório. Ou a gente vai continuar assistindo 36 milhões de abandonados nesse País. Tem que começar é com a creche. Depois que está de arma na cintura, nos morros do Rio de Janeiro, ou no morro de qualquer capital, não adianta mais nada para o menor. Tem que cuidar do menor é de pequenino e tem que ser uma luta para se colocar creche obrigatória para os meninos.

Portanto, não posso deixar de marcar aqui o meu protesto contra a tibieza com que foi feito esse relatório, no referente à questão da mulher.

Qualquer sociedade só vai para frente, só é justa, se homens e mulheres tiverem direitos iguais, e se o direito da maternidade for garantido da mesma maneira que o direito dos menores.

Sei que a questão da doméstica dançou, porque realmente a doméstica neste País é uma escrava. Ela não tem direito a dormir, não tem direito a sair, não tem direito a

nada. E ainda é obrigada a assistir às coisas que, às vezes, o próprio pessoal da família lhe impõe, a questão inclusive de abuso sexual. E todo mundo acha normal.

Pois bem! Então, nessa questão aí, houve um avanço, mas, no mais, foi uma coisa que lamento profundamente. Eu gostaria que o nobre Relator Bernardo Cabral revisse essa questão e, quando fizer o próximo substitutivo, dê mais força e mais ênfase a essa coisa que foi colocada no referente à questão da mulher.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** — Agradeço à nobre Constituinte Abigail Feitosa, pela sua colaboração e concedo a palavra à nobre Constituinte Sandra Cavalcanti.

**A SRA. CONSTITUINTE SANDRA CAVALCANTI:** — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes:

Apesar do adiantado da hora e da cansaça que foi o dia de hoje, na caça de autógrafos para poder apresentar os requerimentos de destaque, com uma prática realmente reprovável, numa Assembléia Nacional Constituinte, onde os Constituintes se viram tolhidos na sua dignidade de parlamentares, tendo que sair correndo atrás dos integrantes da Comissão de Sistematização, para poderem efetivar um direito que, evidentemente, era um direito de todos, faço questão de registrar aqui o meu protesto contra isto, como o fiz, por ocasião da votação do Regimento Interno, prevendo que acabaríamos tendo esta coisa desagradável, de termos Deputados de primeira e Deputados de segunda, numa corrida para poder emendar um texto, eu gostaria, apenas, para não deixar passar a oportunidade, de fazer uma análise do que representou, ao cabo de todos esses meses de esforços, o texto do substitutivo do Relator Bernardo Cabral, oferecido agora a esta primeira grande rodada de debates e deliberações, que vai acontecer na Comissão de Sistematização, a partir de quinta-feira.

O projeto de Constituição está muito bom. Muito bom. É infinitamente melhor do que vem sendo dito nas críticas, feitas, de um modo geral, por pessoas que ainda não se deram, sequer, ao trabalho de passar pelas suas páginas para identificarem seus itens mais importantes.

É claro, como ainda é uma obra em andamento, como ainda é um trabalho em construção, e como ainda representa um resultado de um processo democrático de elaboração, o texto se oferece — e, para isto mesmo, foi aberta a seção de destaques e de emendas — para ser devidamente analisado, aperfeiçoado e melhorado. Mas não deixa de ser uma grande vitória conquistada pela Assembléia Nacional Constituinte, por ter escolhido um processo tão difícil, tão penoso de elaboração do texto, que, tudo levava a crer, não conseguisse chegar a uma primeira rota mais definida; não deixa de ser uma vitória o termos alcançado, ao final desses esforços, este texto oferecido agora à análise e ao exame dos companheiros de trabalho.

Eu gostaria de destacar, antes de mais nada, aqueles artigos que representam uma posição muito firme do Relator, e uma posição assumida por S. Ex.<sup>a</sup>, com uma coragem que eu me atrevo a definir como rara, até, neste País. O fato de o Relator sair de todas as pressões que sofreu nestes últimos 40 dias, mantendo a sua posição de escolha consciente, pessoal e responsável pelo sistema de governo parlamentarista, foi, para nós todos, não só uma grata, uma gratificante constatação, mas um exemplo muito importante no Brasil de hoje, no Brasil diferente do que estamos vivendo hoje. Porque se fosse para ter medo de bufos, arrufos, recados, de caras feias, de editoriais, há muito tempo o nosso Relator estaria sendo transformado por esse sistema de pressão num alegre e irresponsável

presidencialista de última hora. E essa justiça temos que render ao nosso Relator, ele soube resistir, e isso é sempre muito bom na vida pública, resistiu com bravura e com dignidade. Ofereceu um texto que vai merecer, da parte de seus colegas e correligionários que acreditam no parlamentarismo, uma série de sugestões ainda de aperfeiçoamento. Mas, por exemplo, sabemos que não cabe ao Relator, em última análise, a responsabilidade das únicas críticas que aconteceram em relação ao texto parlamentarista que ele defendeu, porque os arts. 30, 34 e 87 são, de fato, três artigos estranhíssimos que, mais uma vez, nas madrugadas eletrônicas deste País, costumam surgir de surpresa, assustando, inclusive, os próprios autores.

Tivemos o cuidado de já pedir o destaque para esses três artigos que não representam nem o pensamento dos parlamentaristas, nem o pensamento do Relator para que, devidamente, suprimidos do texto, dêem lugar ao texto original que ele havia selecionado, oriundo de um trabalho de consenso realizado por um grupo grande de companheiros, chamado Grupo dos 32, com o grupo do consenso, e que se encontra no texto de um trabalho chamado Hércules II, sob o número do art. 111, e quem lê o art. 111, § 1º, e § 2º do trabalho chamado Hércules II, vai perceber que esta tinha sido a escolha do Relator e que, dentro do seu texto, surgiu de forma grosseira, foi embutido de forma primária um enxerto que não representa nem o pensamento do Relator, nem o nosso.

**O SR. CONSTITUINTE VIRGILDÁSIO DE SENNA:** – Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

**A SRA. CONSTITUINTE SANDRA CAVALCANTI:** – Com prazer, Constituinte Virgildásio de Senna.

**O SR. CONSTITUINTE VIRGILDÁSIO DE SENNA:** – Nobre Constituinte, eu a escuto com a atenção que esta Casa sempre dá aos pronunciamentos que V. Ex.<sup>a</sup> faz da tribuna da Casa, mas parece-me que não entendi bem e, por isso, ousou pedir a V. Ex.<sup>a</sup> esclarecimentos. Diz V. Ex.<sup>a</sup> a Casa que os arts. 30, 34 e 87 foram embutidos no texto do anteprojeto constitucional à revelia do Relator. Sabe V. Ex.<sup>a</sup> quem são os autores dessa fraude para denunciá-los da tribuna?

**A SRA. CONSTITUINTE SANDRA CAVALCANTI:** – Não. Se soubesse diria.

**O SR. CONSTITUINTE VIRGILDÁSIO DE SENNA:** – Considera V. Ex.<sup>a</sup> necessário que uma reclamação ou uma indicação seja feita à Mesa, para que abra uma comissão de inquérito para apurar? Porque é fato grave.

**A SRA. CONSTITUINTE SANDRA CAVALCANTI:** – Também acho.

**O SR. CONSTITUINTE VIRGILDÁSIO DE SENNA:** – O que V. Ex.<sup>a</sup> denuncia é um fato da maior gravidade.

**A SRA. CONSTITUINTE SANDRA CAVALCANTI:** – Vou ler para V. Ex.<sup>a</sup> tomar conhecimento.

**O SR. CONSTITUINTE VIRGILDÁSIO DE SENNA:** – Agradeço os esclarecimentos de V. Ex.<sup>a</sup>

**A SRA. CONSTITUINTE SANDRA CAVALCANTI:** – O art. 87, retirado do art. 111 do Hércules II, dizia que a eleição para Presidente da República se faria pelo voto direto, secreto, universal, 45 dias antes do término do mandato presidencial.

O § 1º deste artigo era o art. 111, do trabalho Hércules II, que nós todos, numa tentativa de ajudar o Relator na sua tremenda tarefa, havíamos entregue a S. Ex.<sup>a</sup>

"A eleição para Presidente da República far-se-á por sufrágio universal, direto e secreto, 45 dias antes do término do mandato presidencial.

§ 1º Será proclamado eleito o candidato que obtiver a maioria absoluta dos votos, não computados os em branco e os nulos. Portanto, eleição direta do Presidente da República.

§ 2º Se nenhum candidato alcançar a maioria prevista no parágrafo anterior – e aí vinha o texto do Hércules – concorrendo somente os dois candidatos mais votados, num segundo escrutínio, será considerado eleito aquele que vier obter a maioria dos votos válidos."

Atentem para o detalhe da expressão "voto válido". Voto válido se usa em eleição direta, na rua, para distinguir do voto em branco, do voto nulo. Voto válido – não se usa essa expressão quando se trata de um colégio eleitoral.

O texto oferecido, de repente, de madrugada, para surpresa de todos quantos trabalharam ali, inclusive do relator, apareceu assim: "Se nenhum candidato alcançar a maioria prevista no parágrafo anterior – aí começa o que eu chamo de brincadeira – porque a gente tem que ter um pouco de bom humor nessas horas, de jabuti, aquela famosa história do sujeito do interior que dizia: jabuti, quando aparece no alto de um armário ou numa forquilha, ou foi enchente ou tem mão de gente. Então está aqui o jabuti – o Congresso Nacional, por voto secreto e até 15 dias da proclamação do resultado da eleição, escolherá em primeiro escrutínio, por maioria absoluta ou em segundo, por maioria simples, um dos dois mais votados. Se, no entanto, preferir decidir convocar nova eleição direta – aí começa de novo o texto anterior –, concorrerão somente os dois candidatos mais votados, considerando-se eleito aquele que vier a obter a maioria dos votos válidos."

De novo a expressão que estava no art. 111.

E por que eu digo que isto é o famoso jabuti? Porque no art. 30, quando se fala na eleição de governador e o texto do relator também nesta matéria era o texto anterior, correto, posto ali numa forma precisa, sem haver a menor hipótese de falta de entendimento, dizia o seguinte: "O Governador do Estado será eleito até 45 dias antes do término do mandato do seu antecessor, para mandato de 4 anos e tomará posse no dia 1º de janeiro subsequente." Aqui, aparecia, "aplicando-se a regra do art. 111 e parágrafos". Na pressa, no dia 1º de janeiro do ano subsequente.

Aqui aparecia: "aplicando-se a regra do art. 111 e parágrafos".

Na pressa de também estabelecer colégio eleitoral para as eleições estaduais, quem fez esta grosseira arrumação estava com o Hércules na mão e se referiu, aplicando-se à regra do art. 111 que, no texto do substitutivo, é uma outra coisa. O art. 111, no texto do Hércules II, a regra para a eleição do Presidente, utilizando o primeiro e o segundo escrutínios, para quem não obtivesse maioria absoluta. Mas, com essa referência, passou a ser a utilização da regra da eleição pelo colégio eleitoral local.

Já na altura do art. 34, quando se trata da eleição de Prefeito – "O Prefeito será eleito até 45 dias antes do término do mandato do seu antecessor, aplicadas às regras do art. 87 e parágrafos".

Aqui, a pessoa foi um pouco mais cuidadosa, pois fez a referência ao art. 87 do substitutivo e seus parágrafos. Como vou aplicar, à eleição para Prefeito, todas as regras

do art. 87 e seus parágrafos. Não era. Era o § 2º do art. 87, que dizia que, não havendo maioria absoluta, os dois candidatos mais votados disputariam um segundo turno. Faço questão de dar este testemunho público, porque é injusto que isto recaia sobre os Constituintes, sobre o relator.

Ofereço, então, isso, ao exame dos meus nobres companheiros, lamentando ter que fazer, por uma segunda vez, uma reclamação do mesmo gênero. Tivemos um dissabor desta ordem, logo nas primeiras votações, quando nos sentimos prejudicados por grupos, por pessoas, por – quem sabe – assessorias – sei lá o quê – que, tendo acesso à redação final de textos desta responsabilidade, se acharam com o direito de alterar aquilo que é aberta e livremente discutido pelos Constituintes, nesta Casa.

Sr. Presidente, vou terminar. Queria dizer que, no capítulo da Educação, onde fizemos um acordo de maioria de todos os grupos que trabalharam na Subcomissão e na Comissão, nesta Casa, o seu texto está perfeito, está bem redigido, não vai merecer crítica praticamente de ninguém. O mesmo se dá com relação ao capítulo da Comunicação, onde o relator foi absolutamente leal às mais acirradas disputas travadas nesta Casa, conseguindo chegar a um acordo final. O mesmo também quanto ao capítulo dos índios, ao do Meio Ambiente, ao do Menor, ao do Idoso, às reivindicações dos portadores de deficiências, aos avanços muito grandes obtidos pela sociedade brasileira, na área dos seus direitos coletivos e individuais. Esta Constituição avança.

**O SR. CONSTITUINTE JUTAHY JÚNIOR:** – V. Ex.<sup>a</sup> permite um aparte?

**A SRA. CONSTITUINTE SANDRA CAVALCANTI:** – Com muito prazer, nobre Constituinte.

Peço sua licença, Sr. Presidente. V. Ex.<sup>a</sup> foi bastante generoso ainda agora.

**O SR. CONSTITUINTE JUTAHY JÚNIOR:** – Esse art. 199, parágrafo único, em que sei que a intenção do Relator foi a mais nobre, protegendo o monopólio estatal da Petrobrás, inclusive com relação aos contratos de risco, no meu modo de entender, da maneira como está redigido, acaba com os **royalties** para os Estados produtores, porque diz, num dos seus termos, "vedada à União ceder ou conceder qualquer tipo de participação, em espécie ou em valor, na exploração das jazidas de petróleo ou gás natural". Isso daí possibilita interpretação dupla de que não atinge apenas os contratos de risco, mas atinge, também, aos **royalties** para os Estados. Como sei que a Constituinte Sandra Cavalcanti, representante do Rio de Janeiro, Estado produtor como a Bahia também, eu aproveitei a oportunidade de V. Ex.<sup>a</sup> estar nesta tribuna para colocar esta questão que é do interesse dos nossos Estados e do nosso País.

**A SRA. CONSTITUINTE SANDRA CAVALCANTI:** – V. Ex.<sup>a</sup> lembra bem, mas não participo deste medo nem desta interpretação. Acho que aqui está dito é que o poder público não vai poder ceder dos seus direitos, mas não está dito que à União seja vedado ceder, ou conceder, qualquer tipo de participação em espécie ou em valor na exploração de jazidas ou de gás natural. Porque a lei que permitiu que o Estado do Rio de Janeiro e todos aqueles que, hoje, participam, dos chamados **royalties**, foi apenas o aperfeiçoamento da própria lei que criou o monopólio estatal, que à época só previa a extração em terra firme. E durante muitos anos, tendo extraído petróleo das chamadas plataformas continentais, debaixo de uma lâmina d'água, a Petrobrás se negava a estender o entendimento de que os

Estados que produziam petróleo, nas suas plataformas, tivessem as mesmas vantagens dos estados que produziam petróleo em terra firme. Não participo deste receio, mas, por via das dúvidas, e sabendo que esta matéria era uma matéria polêmica, nós fizemos o necessário destaque, até para debater a melhor e tenho a impressão de que o Relator sobre isso tenha até o que dizer.

**O SR. CONSTITUINTE JUTAHY JÚNIOR:** – O Relator colocou com clareza no art. 19, § 1º, a participação. Mas com esse artigo nós tínhamos alguma dúvida, mas com essa remissão nós temos a tranquilidade absoluta de que os **royalties** estão mantidos.

**A SRA. CONSTITUINTE SANDRA CAVALCANTI:** – Estão garantidos e mais do que garantidos, estão até de certa maneira, melhorados.

Nós tivemos essa dúvida, andamos aí fazendo essas perguntas e tivemos essas informações.

Outro aspecto muito positivo do Relatório, do Substitutivo do Relator, foi na parte da questão urbana. Fizemos avanços substanciais na área que hoje, ao meu ver, no Brasil, é muito mais explosiva do que a própria questão agrária, ficamos muito amarrados, falando em reforma agrária, questão agrária, num País em que 70%, hoje, dos seus habitantes vivem o drama de morar em cidades indisciplinadas, mal-organizadas e mal-estruturadas. Os direitos que foram aqui concedidos ao cidadão brasileiro, em termos de exigir melhor qualidade de vida, em garantir um meio ambiente mais saudável, onde se possa sobreviver com dignidade, esses direitos jamais haviam constado de lei maior no Brasil. É a primeira vez que isso acontece.

E do ponto de vista de defesa do cidadão, o avanço do texto é muita grande. Nós temos, hoje, instrumentos legais à disposição do contribuinte, do consumidor, do usuário de serviços públicos, e até mesmo do expectador de televisão e do ouvinte de rádio, para garantir à sociedade meio de se defender quando ela se sentir agredida. A censura não foi o nosso objetivo, tanto que ela não consta da Constituição, a não ser como censura classificatória. A liberdade de imprensa é ampla, total, absoluta, irrestrita. Aumentou-se, isto sim, o grau de responsabilidade daqueles que podem se utilizar dela, dessa poderosíssima arma na mão das pessoas, que é a imprensa. Mas, na área das rádios e das emissoras de televisão, era preciso fazer alguma coisa em defesa da sociedade, da família e dos costumes, para acabar com o que vem acontecendo neste País, em matéria até de veiculação comercial, que envergonha o Brasil perante qualquer nação civilizada.

O Relator foi sensível às reclamações das emendas populares, das emendas apresentadas por nós e por vários companheiros e nos garantiu, no Capítulo da Comunicação, que a lei vai nos dar de fato estes instrumentos, para que, não a priori, não na base da censura prévia, que neste País foi sempre um grande negócio, não na base de usar a censura prévia como forma até de fazer propaganda do que ainda vem por aí, mas como defesa posterior ao fato. É só nesta condição que as empresas de publicidade e as empresas de rádio e de televisão vão se dar conta, num futuro que eu espero que não fique muito longe, que, quando agredirem a família brasileira, as crianças brasileiras, os adolescentes, fazendo a glorificação do vício, defendendo os maus costumes, impondo a pornografia em imagem dentro das nossas casas e usando do instrumento da lei, a sociedade possa se defender. E no dia em que os programas já feitos, já gravados, em que os veículos comerciais já tendo preparado os seus anúncios, já tendo investido bastante dinheiro neles, verificarem que a sociedade é capaz de tirá-los do ar, nesse dia, quando doer no

bolso deles, certamente, Sr. Presidente, vai doer na consciência também.

Por isso, eu quis hoje, antes de começarmos a rodada final dos debates em torno deste texto, registrar aqui o meu agrado diante do trabalho feito pelo Relator. E, mais uma vez, talvez fazendo um papel que não é dos mais simpáticos, estranhar que agentes vindos não se sabe de onde continuem tentando interferir no nosso trabalho, por críticas injustas vindas de áreas executivas, que jamais souberam redigir com precisão um decreto-lei; vindos de áreas do Executivo, que jamais respeitaram a opinião pública na hora de fazer valer a sua vontade; vindos de áreas do Executivo, que só estão apavorados com a perspectiva do Parlamentarismo, porque ele vai acabar com a ditadura que se impôs, sobre nós, de mediocridades muito bem instaladas no Poder. Era isso, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Virgildásio de Senna):** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Marcondes Gadelha, que dispõe de 10 minutos.

**O SR. CONSTITUINTE MARCONDES GADELHA:** – Sr. Presidente, nobres Srs. Constituintes, eu queria cumprimentar e louvar o nobre Relator Bernardo Cabral pelo seu trabalho exaustivo e fecundo, pelo esforço extraordinário em que virtualmente se consumiu para legar ao País um documento à altura do merecimento dos nossos filhos.

Sr. Presidente, acompanhei o labor extraordinário desse lustre colega e devo dizer, inicialmente, que em consignando esse louvor ao seu trabalho, estou também repelindo as alevosias, a maneira agressiva com que o seu empenho foi considerado na tarde de hoje e os adjetivos desagradáveis que foram jogados contra a sua lapela. Sei que o nobre Relator, na sua serenidade, haverá de relevar essas colocações e entendê-las mais como fruto da tensão que hoje domina os Constituintes, do cansaço que leva a rompantes sem qualquer propósito, que em nada ajudam ao entendimento da matéria.

Sr. Presidente, digo lealmente que não concordo com diversos aspectos da apresentação da matéria, tal como formulada pelo nobre Relator Bernardo Cabral. E a objeção genérica que faço para não me alongar, é exatamente contra o excesso de normatização que se vê naquele texto, como se quisesse se disciplinar toda a vida do País por via constitucional, como se nada se quisesse reservar à legislação ordinária e à legislação complementar.

Essa atitude revela, Sr. Presidente, mesmo sem o pretender, mesmo sem a intenção, uma desconfiança lamentável nas instituições que estamos criando, como se não confiássemos que o Congresso Nacional tivesse capacidade para votar leis apropriadas e necessárias, como o Judiciário não tivesse capacidade para interpretá-las adequadamente, como o Executivo não as cumprisse a contento.

Mas ainda, Sr. Presidente, revela – ainda sem o pretender – uma desconfiança insólita na própria capacidade política do povo brasileiro, na capacidade do povo fazer a sua parte e assumir a sua própria responsabilidade dentro do processo. Como se aquilo que não fosse restabelecido na Constituição não tivesse força com a gente, como se nós continuássemos a ser indefinidamente um País onde há lei que pega e lei que não pega, como se nós estivéssemos fadados a ser indefinidamente um País de macunaimas.

Não obstante, Sr. Presidente, digo que nenhuma culpa assiste ao Relator por essa situação. S. Ex.<sup>a</sup> é mais uma vítima do método, S. Ex.<sup>a</sup> é uma vítima do método que está inscrito, que está esculpido no próprio Regimento que foi votado pela Assembléia Nacional Constituinte. Esse Regimento é exclusivamente espontaneísta na origem, abriu as suas portas para que aqui entrassem dezenas de milhares de sugestões de toda a sociedade, para que 24 Subcomissões recolhessem toda sorte de sugestões oriundas de todos os fóruns deste País e, em seguida fechou, numa rigidez quase ditatorial, qualquer espaço para que o Relator pudesse fazer as modificações adequadas a tempo e a hora, eis que, no primeiro instante da tramitação do substitutivo perante a Comissão de Sistematização, o Relator não podia fazer mudanças de mérito, estava obrigado a simplesmente fazer a justaposição de texto. E, Sr. Presidente, não poderia resultar outra coisa senão aquele primeiro texto confuso que recebeu a execração de toda a...

Ora, nós sabemos, em gnosíologia, que o método faz o objeto; e digo que o Relator foi cerceado, foi tolhido pela metodologia que estava implícita no Regimento. Apesar de tudo, S. Ex.<sup>a</sup> logrou produzir um texto exemplar. Não concordo, insisto, com o excesso de disciplinamento, com o excesso de normatização; temos artigos com mais de 50 parágrafos, o que é, no mínimo, uma situação inusitada, uma atitude insólita, que pode refletir um sinal dos tempos. Mas, de qualquer forma, Sr. Presidente, revela este cuidado em deixar tudo pronto e não deixar ao futuro a mínima margem de auto-elucidação.

Sr. Presidente, o Relator inovou de forma adequada, como convém a uma Constituição moderna, apresentou capítulos verdadeiramente exemplares em atenção à circunstância especial em que nós lavramos esse documento. E, se mérito não houvesse no seu trabalho, eu assinalaria a sua atitude firme em propor essa verdadeira revolução na vida política deste País, que é a introdução do sistema parlamentarista de governo. Criamos as condições para uma verdadeira emancipação do povo brasileiro, através da sua representação, perante a qual o governo, doravante, passará a ser responsável. Sabemos que, ao longo de toda a existência do sistema presidencialista neste País, esse regime foi literalmente irresponsável diante da nacionalidade; não tinha que prestar contas, não tinha crivos, não tinha controle, não estava submetido a qualquer cotejo de opiniões, era quase sempre uma tomada de decisão **one way**, era quase sempre uma tomada de decisões unilateral, em detrimento da vontade geral, em detrimento da soberania do povo brasileiro. Por isso, Sr. Presidente, a minha estranheza cresce ainda mais, quando assistimos, nessa tarde, um espetáculo de autoflagelação, de autocomiseração em relação ao Poder Legislativo, à sua capacidade de conduzir os destinos desta Nação, de inspirar o seu futuro, de buscar caminhos, de apresentar propostas e soluções.

O Poder Executivo foi apodado aqui, Sr. Presidente, com os piores epítetos, como sendo um armazém para o rebotelho da ação política no Brasil; como sendo foco da corrupção e do clientelismo. Esquecem-se todos que, ao longo desses 20 anos, este Congresso Nacional permaneceu sistematicamente à margem de todo processo político, como um mero cartório para homologação de decisões do Poder Executivo, que não teve a mínima expressão de vontade e nenhuma capacidade de realização, que não teve condição de ingerência, de fiscalização e de controle sobre as ações do Poder Executivo.

Ora, Sr. Presidente, isto quase sempre é o retrato de toda a história das relações entre o Poder Legislativo e

Poder Executivo, sob a égide desse presidencialismo imperialista que vicejou neste País.

Ora, Sr. Presidente, durante todos esses anos, o Poder Executivo teve uma estóica dignidade, enfrentando crises geradas pelo próprio sistema presidencialista de governo e quase sempre foi a sua vítima e quase sempre foi o seu bode expiatório. Durante todo esse tempo, não teve o Poder Legislativo condição sequer para a auto-convocação, não teve condição para legislar sobre matéria financeira, não teve condição para iniciativa de leis sobre diversos aspectos da vida nacional.

Só posso entender, Sr. Presidente, esse espetáculo de auto-flagelação, como uma forma de se querer promover uma catarse em cima de toda a tragédia que tem sido a vida do Poder Legislativo no Brasil.

Todo esse tempo, esta Casa procurou formas de enganar a sua falta de poder, a sua falta de influência, a sua incapacidade para decidir sobre a vida desta Nação. O clientelismo, do qual se fala hoje, era exatamente em caminho tortuoso, era um *by-pass*, para contornar essa absoluta incapacidade de realizar e para, até mesmo, justificar a existência do Poder Legislativo, diante do povo desesperançado.

Agora, Sr. Presidente, essas que agridam a sua própria Casa, esquecem-se de que, durante todo esse tempo, o Poder Executivo tem sido um manancial inesgotável de escândalos, de atos de corrupções os mais inomináveis. Digo que o único período eficaz de regência presidencialista, neste País, o período Juscelino Kubitschek, o único onde as instituições presidencialistas funcionaram adequadamente – e, por funcionar adequadamente, entenda-se realizar taxas de crescimento da ordem de 10%, ao ano, durante 5 anos consecutivos, sob a égide do estado de direito e de garantias plenas para o indivíduo e para as coletividades – pois muito bem, o próprio período Juscelino Kubitschek não ficou isento de ser enxotado sob o símbolo da humilhação e do opróbrio, que era a vassoura, que representava, precisamente, o banimento de atos de corrupção, de desordem administrativa e de malversação dos dinheiros públicos. Injusto, em grande parte, sabemos hoje, a história corrige o lapso dos nossos antepassados.

Mas, Sr. Presidente, escolhi o melhor exemplo do sistema presidencialista, que foi o período Juscelino Kubitschek. Já nem se pode falar dos inúmeros casos que a história registrou e que, lamentavelmente, ficou no esquecimento, até mesmo dos nossos Colegas que, agora, profligam e se batem contra este avanço política da sociedade brasileira, que é a introdução do sistema parlamentar de governo.

Quero crer que este passo que vamos dar, decidida e cuidadosamente, onde a participação do nobre Relator teve um papel extraordinário, uma preponderância e influência que jamais será esquecida por este País, este passo que vamos dar estabelecerá a volta do controle da sociedade sobre os atos do Poder Executivo; significará a volta da transparência sobre as ações do Poder Executivo; significará a participação efetiva através da representação legítima do povo brasileiro na elaboração do seu próprio destino.

A minha palavra, Sr. Presidente, só poderia ser, desta maneira, uma palavra de louvor ao gesto do nobre Relator e não aceito, por isso mesmo, as críticas quanto a suposta usurpação de poder contra futuros representantes do ramo executivo quando de eventual investidura num tempo que ainda está por vir. Sabem esses ilustres Srs. que, quando

disputarem eleição para Presidente da República, para Governador de Estado, para Prefeito Municipal, os seus poderes já estarão devidamente limitados num texto constitucional, saberão adremente, e por antecipação, que fatia, que nesga de poder estarão disputando quando do embate no processo eleitoral.

Ninguém será subtraído em seus direitos; ninguém será traído em suas expectativas; ninguém cera fementido em seus propósitos de servir à causa pública, porque antecipadamente a Carta Constitucional estabelece quais são as regras do jogo.

Da mesma forma, Sr. Presidente, faço uma ressalva para os propósitos de implantação imediata do sistema parlamentar de governo. Tanto zelo, tanto cuidado, tanta precaução devemos ter no estabelecimento desse bem precioso, legado dos nossos publicistas, que atravessou incólume os vendavais da História e toda a fúria do sistema presidencialista. Tanto cuidado devemos ter com a implantação...

**O SR. PRESIDENTE** (Aluizio Campos fazendo soar a campainha.): – Careço a V. Ex.<sup>a</sup> que conclua.

**O SR. CONSTITUINTE MARCONDES GADELHA:** – ... do sistema parlamentar de governo que devemos nos precaver para fazê-lo forte de início, para fazê-lo perdurável, para fazê-lo exemplar; para lhe criar condições de comover a Nação e fazê-la engajar-se nos seus propósitos.

Assim sendo, Sr. Presidente, entendo que a Implantação do sistema parlamentar de governo envolve, necessariamente, por estas razões, a criação de novas rotinas administrativas, a criação de um novo comportamento político e a moldagem de uma atitude geral da própria população diante do novo regime. Por isso, reclamo um caráter mediato para a sua introdução, por isso reclamo um interregno para uma ampla conscientização da sociedade brasileira sobre o que estamos produzindo. Não quero, Sr. Presidente, correr o risco das críticas fáceis, demagógicas e circunstanciais que serão inevitavelmente elaboradas pelos regressistas presidencialistas, principalmente se tivermos um recrudescimento da crise econômica coincidindo com a implantação do Sistema Parlamentar de Governo:

**O SR. PRESIDENTE** (Aluizio Campos. Fazendo soar a campainha.): – Encareço a V. Ex.<sup>a</sup> que conclua o seu pronunciamento.

**O SR. CONSTITUINTE MARCONDES GADELHA:** – Ficar muito fácil Sr. Presidente, muito banal, corriqueiro e curial, imputar-se a responsabilidade por um eventual recrudescimento da crise econômica ao Sistema Parlamentar de Governo introduzido e, mais ainda, arrogar-se algum candidato a Presidente da República como o Messias de uma revisão da ordem estabelecida e situar a sua própria proposta, a sua própria candidatura como um plebiscito à nova forma de Governo. E que se diga mais adiante: aquele que votar em mim para Presidente da República, estará assinando um compromisso da sociedade brasileira para comigo e de mim para com a sociedade brasileira de convocação de um plebiscito para revogar o Sistema Parlamentar de Governo.

Quero, Sr. Presidente, este sistema implantado em toda a sua plenitude, com todas as suas forças, com toda a sua flexibilidade, com todo o seu enorme potencial de construção para este País. Tenho absoluta convicção de que haremos de conseguir, com parcimônia e com cuidado; se

a Nação esperou cem anos por essa luz ao fim do túnel, se a Nação suportou cem anos de crises, de renúncias, de golpes de estado, de assaques contra a ordem institucional, com um custo social e econômico, porque cada crise política... – Sr. Presidente, concluirei; peço a V. Ex.<sup>a</sup> só 1 minuto de tolerância... – se esta Nação suportou cem anos de crise, sob a égide do Sistema Presidencial de Governo, não haverá de ser um ano a mais, dezoito meses a mais, o tempo que se fizer necessário que se haverá de esgotar a nossa paciência. Tenho a certeza de que o povo brasileiro acolherá esta proposta como sendo um passo elevado, uma atitude altaneira da sua Assembléia Nacional Constituinte, Não se diga que o povo não escolheu o Congresso para governar; não se venha, aqui, com propostas de uma imolação precoce, de um haraquiri de renúncia a um mandato porque o povo não nos escolheu para ser Poder Executivo, o povo escolheu estes Parlamentares para serem Constituintes, para decidirem sobre forma de governo, sobre arranjo federativo, sobre normas econômicas, sobre todas as virtualidades em que se desdobram as aspirações da Nação brasileira...

**O SR. CONSTITUINTE RONAN TITO:** – Permite-me um aparte, Ex.<sup>a</sup>?

**O SR. CONSTITUINTE MARCONDES GADELHA:** – ... E, este poder não tem o direito de se limitar na parte que é mais importante e fundamental para o estabelecimento de uma harmonia entre poderes, de uma convivência social adequada para o estabelecimento de uma ordem onde a vontade do povo, afinal de contas, seja um dia escutada e tenha as consequências que merece.

Ouçõ V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. CONSTITUINTE RONAN TITO:** – Nobre Senador Marcondes Gadelha, V. Ex.<sup>a</sup> fere uma das cordas principais das novas mudanças. Argüem alguns que o Presidente poderá ser eleito com 40, 30 milhões de votos e que, depois, poderia, mais tarde, um Primeiro-Ministro, ser escolhido um Deputado que teve 30 a 40 mil votos. Mas, o sistema de escolha do Parlamentarismo é o mais democrático e o mais sábio que existe, porque os Deputados são escolhidos na região onde verdadeiramente viveram a vida toda e onde são conhecidos detalhes da sua vida; passam por uma peneira fina em sua base, e será o conjunto de todos esses Deputados e Parlamentares que passaram na peneira fina no Brasil inteiro e que têm a convivência diuturna com os futuros candidatos a Primeiro-Ministro, que escolherá aquele que deverá administrar. Não se diga, também, que o Presidente será uma figura decorativa.

Ainda agora, lendo o relatório do ilustre Relator, Constituinte Bernardo Cabral, quero aproveitar este momento para cumprimentá-lo. Deputado, excelente trabalho! É evidente que não agrada a todos, mas, quem pretendeu agradar a todos neste País? Houve uma pessoa que, há muitos anos atrás, mil novecentos e poucos anos atrás, tentou agradar a todos e morreu na cruz.

Agora, o que muita gente questiona dentro deste Substitutivo, hoje, é verdade, há mais Pôncio Pilatos porque, inclusive, são participantes deste Substitutivo, com as suas idéias e ousam usar o microfone para questionar aquilo que tem deles inclusive. Acho que é até uma confissão de fraqueza, quando nós, os Parlamentares, Constituintes começamos a fazer o questionamento através da Imprensa, Nosso lugar de questionar é aqui. Será que nós não estamos acreditando na nossa força de trabalho, de luta e de convencimento, não acreditamos na força da verdade? Será que não acreditamos que será possível dizermos para

todos os companheiros que nós estamos querendo desenhar novo Brasil e que temos o melhor projeto? Então Senador, primeiro eu gostaria de confessar o que já é público e notória, que sou admirador de V. Ex.<sup>a</sup> e da sua capacidade de argumentação, mas que V. Ex.<sup>a</sup>, neste momento, fere o que é importante, o Parlamentar, o Deputado que é conhecido na sua base. Quando eu recebo um voto de um – eu fui eleito também pelo meu Estado inteiro – mas quando eu recebo um voto lá da minha Uberlândia, tem um significado maior, me conhecem desde a infância, sabem de toda a minha vida, e aquele voto de confiança vale como uma procuração e uma procuração forte. Também V. Ex.<sup>a</sup>, quando pede o prazo, acho que tudo isso é muito razoável, estou de pleno acordo com V. Ex.<sup>a</sup> Mas quis usar também este aparte para cumprimentar o nosso Relator por esse trabalho estafante e competente. Muito obrigado a V. Ex.<sup>a</sup>!

**SR. CONSTITUINTE MARCONDES GADELHA:** – Nobre Deputado, este argumento da eleição direta de Presidente, como ando um elemento para inviabilizar a idéia parlamentarista no Brasil, já foi suficientemente dissecada e respondida em inúmeras instâncias. O Presidente da República eleito com 40 milhões de votos, com 60 milhões de votos, não tem nem um dedal de legitimação a mais do que o Primeiro-Ministro, que passa, Sr. Presidente, por um tríplice crivo de legitimação. Ele é indicado pelo Presidente da República, que recebeu 40 milhões de votos; recebe um primeiro crivo de legitimação. Ele é eleito pelo sufrágio universal e direto quando obtém o múnus, o mandado de Deputado ou de Senador da República. então, um segundo crivo de legitimação; ele é, depois, ungido pelos seus pares e recebe um cabedal enorme de votos que lhes são transferidos por essa forma e, dessa maneira, obtém um terceiro grau de legitimação; não vejo porque viesse a falecer a autoridade a um Primeiro-Ministro desta maneira instituído diante do Presidente da República, que tem os seus poderes delimitados, adequados especificamente no texto da Assembléia Nacional Constituinte. Nem seria esta uma forma desusada.

Só para encerrar, Sr. Presidente, eu lembro que hoje existem no mundo inteiro inúmeros países que adotam o sistema parlamentar com eleição direta para Presidente da República, não é apenas a França, não é apenas Portugal, a Áustria também, a Finlândia, a Islândia, a Irlanda, existem inúmeros países onde convivem harmoniosamente estes poderes, desde que o volume de atribuições seja adequadamente definido em lei. E essa convivência não tem criado problema em nenhum desses países, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A Presidência agradece, muito feliz, a excelente contribuição de V. Ex.<sup>a</sup>, mas deseja conceder a palavra a outro Constituinte inscrito, porque V. Ex.<sup>a</sup> já excedeu seu tempo em mais de dez minutos.

**O SR. CONSTITUINTE MARCONDES GADELHA:** – Eu agradeço a tolerância de V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – O Relator Bernardo Cabral está inscrito para falar em último lugar. Todos estão aqui para ouvi-lo.

**O SR. CONSTITUINTE MARCONDES GADELHA:** – Vou ouvir, com muita atenção, o nobre Relator Bernardo Cabral, a quem quero tributar, uma vez mais, o meu respeito e o meu louvor por este trabalho, pelo qual insisto, a Pátria, muito mais do que nós, haverá de lhe render as devidas homenagens e o penhor de sua gratidão.



**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Muito obrigado a V. Ex.<sup>a</sup> Com a palavra o nobre Constituinte José Maria Eymael.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ MARIA EYMAEL:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes de 1987, ao longo do dia e mesmo agora à noite têm os Srs. Constituintes se debruçado sobre o projeto do Relator Bernardo Cabral e vou fazê-lo também. Mas gostaria, Sr. Presidente, antes de me debruçar sobre o próprio corpo do Relatório, de tecer algumas considerações sobre o seu prólogo, sobre a mensagem que foi fundada pelo Sr. Relator ao apresentar aos Constituintes o seu trabalho. Muitas vezes – e isto acontece até com certa frequência – a introdução de uma determinada obra desnuda por completo o próprio autor. E, às vezes, conhecemos mais o autor na introdução do que no seu próprio corpo do trabalho. E, ao lermos a introdução do Relator Bernardo Cabral ao seu Substitutivo, encontramos ali frases, passagens, colocações que vão nos mostrando, demonstrando, confirmando o Bernardo Cabral que nós conhecemos. De um lado, nos diz que a perfeição é inatingível. De outro lado, humildemente, confessa que espera de nós o patriotismo na colaboração. Com toda a humildade afirma que, sozinho, é incapaz de todo o trabalho, fala, pede e conclama, em cores vivas, a nossa patriótica colaboração. Tenho certeza, Relator Bernardo Cabral, que esta sua invocação será respondida por todos nós, dentro do melhor espírito e dentro desta seiva de patriotismo que V. Ex.<sup>a</sup> pede e solicita que cada um de nós contribua.

Ao nos referirmos a este Substitutivo, portanto, queremos inicialmente deixar aqui registrado que através da sua introdução, que através do seu prólogo, nós encontramos a confirmação da postura, do **animus** que o Relator tem imprimido ao seu trabalho desde o início. Nunca faltou ao diálogo. Não faltou às múltiplas solicitações para que ouvi-se. Mas se manteve inteiro. Reservou-se, como tinha que se reservar. O direito, como diz o seu Relatório, de assumir por inteiro a sua responsabilidade naqueles momentos em que julgasse, naqueles pontos em que julgasse que era imperativa a sua própria colocação.

Portanto, Sr. Presidente, em nome da Democracia Cristã, em nome do Partido Democrata Cristão, desejamos, neste momento, enaltecer o trabalho, a obra, a postura e o comportamento do Sr. Relator Bernardo Cabral; e também cumprimentá-lo pelo resultado, mesmo, do seu trabalho, pela obra que nos apresenta, pelo conjunto que entregou à Assembléia Nacional Constituinte, pela sua capacidade de harmonização. E evidente, e o próprio Relator é o primeiro a afirmar, que a perfeição é inatingível. É evidente, e é para isso que estamos aqui, que cada um de nós tem a obrigação de examinar este Relatório, de apresentar destaques, como a maioria de nós o fez, para aprimorá-lo, para discordar dele naqueles pontos nos quais não concorda. Mas tudo isso apenas acresce, apenas soma ao mérito do trabalho do Relator Bernardo Cabral.

Com relação ao mérito do Relatório, desejaria aqui, dentro desse espírito de resposta à convocação do Relator, trazer duas contribuições, para as quais peço a análise dos Srs. Constituintes membros da Comissão de Sistematização. Esses dois aspectos dizem respeito ao capítulo tributário. Um deles foi o fato de terem sido contempladas novas hipóteses para a decretação, para a proposição, melhor, de empréstimo compulsório. Talvez um dos grandes avanços da Subcomissão de Tributos, Participação e Distribuição das Receitas, da própria Comissão Temática da área de tributos, foi a limitação da figura do empréstimo compulsório tão-somente à hipótese de calamidade públi-

ca. É bem verdade que o Sr. Relator, neste seu segundo Substitutivo, deu um passo de gigante, quando reconsiderou a necessidade de que o empréstimo compulsório seja aprovado pelo Congresso e pela Assembléia Legislativa, o que indiscutivelmente representou uma garantia indispensável. Mas, de outro lado, Srs. Constituintes, a porta que se escancara, permitindo ao Executivo a proposição de empréstimo compulsório, em várias outras hipóteses que não só a de calamidade pública, cria a possibilidade de novamente o empréstimo compulsório se transformar na avenida larga, pela qual o Executivo possa tomar a iniciativa, embora sob a vigilância do Congresso ou das Assembléias, propor todo tipo de medida tributária, disfarçada em empréstimo compulsório.

O segundo ponto para o qual desejamos solicitar a atenção dos Srs. Constituintes é o que diz respeito à transparência tributária. Existia, a nível da Subcomissão de Tributos, Participação e Distribuição das Receitas e da Comissão Temática um mandamento constitucional que era imperativo ao determinar que, até o último dia de cada mês, a União, os Estados e os municípios publicassem, de forma dissertativa, de forma discriminada, as origens de suas receitas e as transferências que tivessem feito. E era tão imperativo o mandamento que estabelecia que até os próprios municípios que não tivessem imprensa oficial eram obrigados a pregar, na própria prefeitura, um edital, no qual constassem os tributos próprios arrecadados pelo município, as transferências que recebera; e este mandamento de transparência tributária havia sido saudado em todos os lugares onde apresentamos essa conquista como uma das inovações mais salutares.

Portanto, Srs. Constituintes, o reexame desta matéria, para que seja reintroduzido no projeto de texto constitucional, esse mandamento de transparência tributária parece-nos algo saudável e extremamente desejado. Tenho certeza, Sr. Relator, de que esta proposição de reexame deste ponto, por parte dos Srs. Constituintes, é exatamente uma daquelas formas de colaboração que V. Ex.<sup>a</sup> a todos nos conclama.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – O tempo de V. Ex.<sup>a</sup> está se esgotando.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ MARIA EYMAEL:** – Vou concluir, Sr. Presidente.

Finalizando, Srs. Constituintes, não posso afastar-me da tribuna sem condenar, da forma mais veemente, o que hoje assistimos nesta Casa, quando se pretendeu apagar a luz da aurora de um novo tempo com a cortina da agressividade, das colocações forçadas, das acusações infundadas ao Poder Legislativo. Quero dar aqui um testemunho. Sou um daqueles brasileiros que chegaram pela primeira vez a esta Casa. Nunca havia exercido um mandato. Cheguei à Câmara dos Deputados e ao Congresso Nacional com a alma cheia de indagações, cheguei angustiado, aflito, trazendo em minha bagagem um mundo de perplexidades, e mesmo um mundo de preconceitos. Mas já nos primeiros dias das minhas andanças por esses corredores, inicialmente enigmáticos e misteriosos para mim, comecei a aprender e a sentir rapidamente que estava adentrando em um dos mais sagrados recintos da Pátria. Comecei a aprender, na convivência com os demais pares, a importância do trabalho desta Casa, a seriedade daqueles que aqui vivem, e o acendrado patriotismo que incendeia a alma de cada um de nós. Sr. Presidente, não admito, não aceito que aqui venha, nesta tribuna, alguém difamar a Casa da qual sou parte hoje. Não aceito, Sr. Presidente, que venha alguém, nesta tribuna, esmaecer, empalidecer a importância, o patriotismo e a dedicação dos Constituintes, Deputados e Senadores.

Aprendi cedo, muito cedo, nos primeiros dias, que aqui se trabalha e que, realmente, toda essa herança de impunidade, de descaminho, essa onda de descrença, essa vaga de desânimo que varre a Nação, que afoga a Nação não é fruto do Legislativo, é fruto do descaminho de um Executivo afastado da vida da Nação.

Tenho a certeza, hoje, de que seremos capazes, plenamente capazes, através de um Regime Parlamentar de Governo, de dar imensa e patriótica colaboração, profícua colaboração. E logo, logo, Sr. Presidente, porque o Parlamentarismo é irreversível, estaremos mostrando à Nação, estaremos mostrando à Pátria qual a verdadeira estirpe de seus Parlamentares, e com o nosso coração, com a nossa consciência, com a nossa alma, com a nossa inteligência, com a nossa vontade construiremos um novo tempo e uma nova Pátria. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Muito obrigado a V. Ex.<sup>a</sup>

Com a palavra o eminente Relator, Constituinte Bernardo Cabral.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Já se vai longe o tempo em que, rapazola do Pedro II, eu me metia em tertúlia de oratória. Mas nem por isso esqueci uma das regras, sábias regras, que dizia que é muito difícil falar-se depois de um bom orador. Corrijo a frase; acho que o verbo correto deveria ser: é impossível falar depois de bons oradores.

Ora, ao final, como se houvesse uma coreografia verbal premeditada, um bailado que os oradores, aqui, executaram, deixaram-me extasiado – direi melhor –, com a idéia de que não deveria falar, Sr. Presidente, mas ouvir.

Mas, como o velho Vieira, o nosso Padre Vieira, dizia, nos seus sermões "...até os penhascos respondem com o eco, senão reberariam de dor"...devo, pelo menos, por educação, agradecer àqueles que aqui vieram, Sr. Presidente, registrar, não o aplauso, a solidariedade. E, se por igual agradeço aos que aqui vieram, trazendo a afirmação do seu apoio, hei de dizer, também, que os que criticaram não perderam o seu tempo. As críticas construtivas sempre servem para alguma coisa; as destrutivas vão sendo jogadas no terreno do esquecimento, passam, como passam, Sr. Presidente, a maldade, a inveja, a insânia, a desídia, o mal comportamento, a falta de companheirismo. O que fica? O que fica é o que se constrói.

Ouvi, Sr. Presidente – e talvez devesse seguir a regra dos oradores que aqui passaram –, um primeiro companheiro que já se encontra ausente e a ausência me faz com que respeite o que disse, não lhe darei resposta seria indelicadeza da minha parte ou, talvez – quem sabe – a repetição de uma grosseria se enveredasse pelo caminho da resposta a quem não se faz presente. Mas que E minha presença na tribuna, Sr. Presidente, valha como repúdio ao que aqui se disse, de que eu pretendia cassar mandatos de governadores e prefeitos. Logo eu, Sr. Presidente, que tive o meu mandato cassado e suspensos o: meus direitos políticos por dez anos, como se eu cometesse a leviandade neste País. Acho que mereço um pouco de respeito, porque, como tantos que aqui insultam, porque querem fazer biografia e se esquecem que outros aqui chegaram com biografia feita, não seria de mim, Sr. Presidente, que partiria, de início, o insulto aos chefes do Poderes Executivos estadual e municipal e, de outra parte uma injúria ao Poder Legislativo.

Não, Sr. Presidente! Esta Casa não é composta de homens desonestos, quando muito, de homens fracos, que o sistema presidencialista, cada vez mais, os torna desencorajados.

Ouvi, Sr. Presidente, e com o embevecimento de sempre, esse jovem Senador e Constituinte, cuja perspectiva política é a perder de vista, cujo nome pronuncio com respeito, amizade e lealdade que S. Ex.<sup>a</sup> a mim dedica, o Senador Constituinte José Fogaça, traçar, a par com esse outro Senador Constituinte brilhante, que é Marcondes Gadelha, os caminhos do parlamentarismo neste País. Não seria, portanto, de forma nenhuma, necessário que ocupasse esta tribuna para, fazer a defesa do Sistema Parlamentarista, mas quando um colega transborda verbalmente para dizer que traí o meu próprio Partido, quando tiro do texto do Substitutivo a eleição direta, é mais do que um insulto, é mais do que uma injúria, é quem sabe ultrapassar as barreiras da calúnia. E se, quando não fosse por isso tudo, dá uma impressão exata de que não conhece o texto, e por não, conhecê-lo, não gostou.

A eleição direta, Sr. Presidente, está consagrada no art. 87, quando diz que a eleição para Presidente da República far-se-á por sufrágio universal direto e secreto 45 dias antes do término do mandato presidencial.

O que há – e aqui faço um esclarecimento especial a essa representante gigante do Estado do Rio de Janeiro, Constituinte Sandra Cavalcanti, que, com carinho, afeto e lealdade, sempre se dedicou a este seu velho amigo e companheiro – é que supôs que, eventualmente, alguém tivesse feito uma inserção sem conhecimento mer, e que, de público, agora faço questão de registrar que o que aqui se incluiu foi de minha autoria, por uma razão simples, Sr. Presidente: estávamos na casa do Presidente Ulysses Guimarães, reunidos com alguns Líderes do PMDB, no Senado, na Câmara, na Assembléia Nacional Constituinte, quando lembrei de que, ao invés de fazermos uma eleição por dois turnos, sendo o segundo turno também direto, que se propiciasse a forma mais fácil, mais rápida, mais expedida, mais econômica de que o segundo turno – já que todos estamos lutando pelo Sistema Parlamentarista de Governo – fosse feito dentro do Congresso.

E aí, Sr. Presidente, não há como confundir Colégio Eleitoral espúrio, do passado, onde até delegados que eram comprados para vir votar nos candidatos à Presidência da República, não pode ser confundido com os elementos que compõem este Congresso, sérios, daqueles que não desertaram, não fugiram, não acoraram e não se venderam. E, como nem preço têm para que sejam comprados, idealizei eu que, no segundo turno, fosse possível já que, repito, se caminhava, como se caminha, para o sistema parlamentarista, que aí esses 2 candidatos comessem a prestar a obediência no trato, no convívio, até em uma coalizão daqueles que compõem o Congresso. Mas que, nem por isso, Sr. Presidente, se não fosse possível chegar-se a uma composição, com os 2 primeiros mais votados, o Congresso remetesse a uma nova eleição direta.

**O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO MONTEIRO:** – Constituinte Bernardo Cabral, permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Já, com muita honra. É o que se encontra aqui, Sr. Presidente. Em nenhum instante quis eu, nem seria, como não será jamais, do meu feito trair o meu Partido Político. Como o companheiro que fez esta gravíssima calúnia aqui não se encontra, não lhe posso dar uma outra resposta, senão s esclarecer de forma educada, escoreita, correta, até afetiva, aos que aqui se encontram, e a. estes eu devo o respeito da presença, do que se passou.

Ouço V. Ex.<sup>a</sup>, com muito prazer.

**O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO MONTEIRO:** – Nobre Constituinte Bernardo Cabral, V. Ex.<sup>a</sup> sabe da amizade que nos une e do respeito com que sempre tratei V. Ex.<sup>a</sup> e do respeito que sempre tratarei o nobre companheiro. Volto a dizer que V. Ex.<sup>a</sup> realmente não traiu o PMDB, porque eu não entendo que V. Ex.<sup>a</sup>, apesar de ter colocado, nas suas explicações a respeito do Substitutivo, possa ter produzido este Substitutivo de forma absolutamente pessoal, até porque esse não seria também o espírito do Relator, após receber aproximadamente 30 mil emendas. Conheça o espírito democrático de V. Ex.<sup>a</sup>, mas algumas dúvidas me assaltam. Não que V. Ex.<sup>a</sup> tenha traído o PMDB; tenho certeza de que V. Ex.<sup>a</sup> fez o substitutivo de acordo com o pensamento do PMDB. V. Ex.<sup>a</sup> diz que a eleição não é indireta, não é Colégio Eleitoral, e, como se sabe, nobre Relator, hoje o PMDB mantém nesta Casa a maioria absoluta do Congresso Nacional. Obviamente, tal como no passado, nós, que já sabíamos quem seria o Presidente da República, não sabíamos o nome, mas sabíamos que seria um general, e V. Ex.<sup>a</sup> estende isso aos Estados e Municípios, impedindo qualquer possibilidade dos Partidos, todos os Partidos que se formam, terem no próximo mandato, representantes, ou disputarem, com possibilidades de fazer seus representantes, tanto no Governo Federal, como nas Câmaras Estaduais e nos Municípios. Mas, mais grave do que isso: eu gostaria de solicitar a V. Ex.<sup>a</sup> que nos explicasse, pois não conheço qualquer lugar do mundo, em que o sistema de governo seja perpétuo. O art. 70 de seu Substitutivo, se não me engano no § 4º, coloca a proibição de emenda constitucional à Federação, à República e ao Sistema Parlamentar de Governo.

Considero esta colocação extremamente antidemocrática, porque ela permite que o povo jamais possa vir a se pronunciar sobre o sistema de Governo. Penso que sistema de Governo é a própria evolução das instituições. A história do mundo demonstra isso, pois nós tivemos o absolutismo, com a monarquia, e fomos evoluindo nos diversos sistemas, até chegarmos, em parte, no parlamentarismo, hoje profundamente modificado em vários Estados. Há um grande equívoco em relação à questão de eleições diretas do parlamentarismo e não se percorre a história do mundo e não se percorre os próprios sistemas que produzem hoje esse tipo de eleição, mas, sobretudo, eu gostaria que V. Ex.<sup>a</sup> e me informasse se é democrático se estabelecer a proibição de emenda constitucional para a modificação do sistema Parlamentar de Governo.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Constituinte Brandão Monteiro, V. Ex.<sup>a</sup> não estava aqui no começo desta despretensiosa fala. Eu dizia, no início, que era muito difícil falar-se ou falar, como V. Ex.<sup>a</sup> queira o pronome reflexivo, depois de um bom orador. Mas que era quase impossível fazê-lo depois de tantos bons oradores que aqui se fizeram ouvir. V. Ex.<sup>a</sup>, não satisfeito com essa dificuldade, ainda me apartela para dizer que mais um bom orador se inclui nesta relação, para colocar este pobre Relator, que está, como uma espécie de surfista, conseguindo se equilibrar na sua prancha de pouca inteligência, deste mar encapelado de inteligências que aqui está, para que eu possa chegar ao porto seguro, ou à praia segura da minha explicação. Isto é um simples substitutivo, que, com uma emenda, requerido o destaque por V. Ex.<sup>a</sup>, cairá ao primeiro embate, eu não tenho nenhuma dúvida. O que aqui tem de pálido, a luminosidade que se porão nos destaques derrubarão o que estiver em demasia, E preciso inovar. Eu sei que este é o País, Sr. Presidente,

das mudanças. Eu tenho ouvido sempre: "Vamos mudar, desde que tudo continue como está". (O Sr. Presidente faz soar a campainha.) Sr. Presidente, eu pediria que V. Ex.<sup>a</sup> tivesse a tolerância, pelo menos, de que eu tenha a honra, a alegria, o contentamento de ouvir este aparte cívico do Senador Ronan Tito.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Eu acho que ainda a Presidência não deu nenhuma demonstração de intolerância durante o pronunciamento de V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – A campainha soou. Sr. Presidente, por isso, eu achei estranho. Ouço V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. CONSTITUINTE RONAN TITO:** Caro Relator, Deputado Bernardo Cabral, V. Ex.<sup>a</sup> vem conduzindo de maneira extraordinária o seu pronunciamento. Mas agora chega-se ao clímax, quando fala-se que nós todos falamos em mudanças, queremos, porque queremos mudança; mas, quando elas acontecem, há uma reação, que eu poderia dizer até inusitada, se não já conhecêssemos essa história se repetindo através dos tempos.

Outro dia o Senado Federal, numa sessão extraordinária, homenageou a Constituição norte-americana. E tantos foram os oradores que cantaram loas, teceram loas à Constituição norte-americana, elaborada por meia dúzia de iluminados, fechados num prédio, em que a hora que o garçom entrava para servir todos se calavam. O povo não era aceito naquela convivência. E os alto-iluminados deveriam fazer uma Constituição que, depois, conviveu muito bem com a escravidão, conviveu com duas guerras de ocupação e anexação de novos territórios, conviveu com uma série de mazelas imperdoáveis, mas tecemos homenagens àquela Constituição. No entanto, nobre Relator, nunca, nunca, na História da Humanidade, tentou fazer uma Constituição tão democrática quanto esta, nunca! Nunca se abriu tanto as portas ao povo. Quero dar o testemunho: eu participei da Comissão de Ordem Social, a Comissão que deve ouvir os trabalhadores. Ouvimos toda as Confederações de Trabalhadores deste País que quiseram falar; ouvimos mais, ouvimos as minorias, os índios. Nos índios teve um fato lindo, nobre Relator: um Constituinte levantou que talvez não fosse legítimo ouvir apenas aqueles índios que vieram à nossa Comissão. Deslocamo-nos e fomos para o meio da selva amazônica. Teve um encontro de tribos. Lá, fumou-se o cachimbo da paz e tivemos uma sessão de pajelança, e os diversos chefes de tribos expuseram as suas vontades. Tudo foi anotado. Ao final, um guerreiro foi, com a lança, ao chão, aculturado, e escreveu devagarzinho a palavra terra e fincou a sua lança. Muitas coisas emocionantes eu ouvi aqui. O povo falou, e talou de maneira organizada; falou também através dos seus representantes, das emendas populares. Quanto às emendas populares, nós temos inclusive um equívoco grave que um jornal da maior circulação, nesse País, cometeu: "Jovens de uma cidade da Áustria dirigiram uma carta, um abaixo-assinado a V. Ex.<sup>a</sup>, pedindo clemência para os nossos irmãos índios". Dado à liberalidade da nossa Constituição isso foi intitulado, por esse jornal, de emenda austríaca. Eu fiz questão, nessa comissão em que sou Relator, para dirimir essas dúvidas, de ler a carta que V. Ex.<sup>a</sup> respondeu. Que beleza de carta! V. Ex.<sup>a</sup> elogia a solidariedade inclusive internacional com a nossa Constituinte.

Agora, neste momento, nós estamos nos encaminhando para o corredor que irá nos levar a um gargalo, e esse gargalo é o momento em que os representantes legítimos desse povo vai falar, é o Plenário. E quando a maioria

do Plenário falar, aí sim, nós poderemos dizer: "Está bom ou não está bom."

Mas, desde já, eu vou assegurar a V. Ex.<sup>a</sup> e a todos que me ouvem, a Constituição do povo brasileiro, da média brasileira será progressista? Será conservadora? Será a medida Ex.<sup>a</sup> ata do povo brasileiro, porque, até agora, na História da Humanidade, nunca nenhum país tentou de maneira tão aberta, tão democrática elaborar uma Constituição. E V. Ex.<sup>a</sup> a passará para a História, como Relator da Constituição mais democrática! E mais, passará como competente relator que captou da maneira que pôde captar 20, 30 mil sugestões e que colocou no papel, de maneira correta, de maneira séria, um Ex.<sup>a</sup> excelente substitutivo, não para ficar mais para receber as nossas sugestões, os nossos destaques e as nossas votações. Parabéns a V. Ex.<sup>a</sup>, mas todos nós Constituintes brasileiros de 1987 estamos de parabéns, participamos da Constituinte mais democrática de toda a História da humanidade. Muito obrigado.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Senador Ronan Tito, saiba V. Ex.<sup>a</sup> a que em certa hora, em certo instante da Existência, o chamado motor coronário começa a ratear. É quando se toma conta de que a Idade chega, as alegrias, as decepções, todas as coisas que já passaram no carrossel desta vida. Mas há um pequeno momento, um átomo em que empada entre as pessoas se faz sentir.

Eu tenho sido, ao longo desses dias, um alvo impenitente da maledicência alheia, mas como eu sei que a História não se fez com os contemporâneos, mas com os pósteros, eu não pensei que pudesse receber por antecipação a absolvição que V. Ex.<sup>a</sup> a acaba de decretar. Só isto, só isso já valeria, paia que eu tivesse a nossa amizade, e que tem valido apenas as incompreensões, os desapontamentos, até as imperfeições da crítica, para que eu me sinta cada vez mais humano, para que companheiros como aqui se quedam e ficam, depois de ouvirem tantos e, repito mais uma vez, bons oradores permaneçam a escutar um que lhes cansa, um que lhes fere os ouvidos, mas que se não é tão bom orador como os anteriores, posso dizer, não perde no sentimento que lhe vai na alma.

Eu ouço V. Ex.<sup>a</sup>, nobre Constituinte Cid Carvalho, com muita alegria, V. Ex.<sup>a</sup> que foi cassado no mesmo dia que eu, amigo há quase 30 anos que eu, que bom vê-lo aqui.

**O SR. CONSTITUINTE CID CARVALHO:** – Nobre Deputado Bernardo Cabral, nós chegamos a uma fase muito decisiva desses trabalhos constituintes, e eu gostaria de aproveitar o aparte de V. Ex.<sup>a</sup> a para dar um testemunho histórico. Porque V. Ex.<sup>a</sup> a agigantando-se nas sua posição, também agigantou a independência e a soberania da Constituinte.

Eu sei muito bem que um homem público fundamentalmente administra pressões, mas mais do que isto muitas vezes ele se engrandece em resistir a pressões. V. Ex.<sup>a</sup> a chegava nos últimos dias e nos últimos momentos da decisão do seu relatório, e eu quero aqui ser bastante explícito, bastante objetivo: tinha uma grande decisão, a decisão sobre o sistema de governo que haveria de nortear a vida deste País para a frente, foi testemunha de que as pressões foram as maiores de todos os Poderes da República, cada qual achando que a sua decisão era a que poderia trazer graves limitações, graves prejuízos e, mais do que isso, V. Ex.<sup>a</sup>, que teve uma consecradora votação no partido hegemônico desta Casa, que é o meu e o partido de V. Ex.<sup>a</sup>, o PMDB, também teve deste partido as maiores pressões em termos de decisões, que eu diria adjetivas, e eu sei que, num dado momento, V. Ex.<sup>a</sup>, resistindo às pressões mais íntimas, disse: estou na hora do cumprimento sereno do meu dever, amanhã possível-

mente a imprensa falada e escrita fará um bombardeio em cima de mim, posso ficar até sem o apoio de todos os colegas, mas eu só quero um apoio, o da minha consciência servindo o meu País.

Esta é uma atitude que só é capaz de tomar um estadista e V. Ex.<sup>a</sup> sabe que eu o cumprimentei reservadamente, mas quero tornar bem público aqui que uma atitude como esta tem que merecer o conforto de todos nós, o orgulho de todos nós Constituintes. Não quero indagar nem o acerto ou o erro, quero afirmar que só aquele que são capazes de assumir a responsabilidade perante a História tem o direito de fazer a História, e eu quero citar V. Ex.<sup>a</sup> como um exemplo desta posição.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Muito obrigado, Deputado Constituinte Cid Carvalho, eu não poderia imaginar, em nenhum instante, que V. Ex.<sup>a</sup> fizesse essa referência de um momento histórico em que um outro companheiro, bravo companheiro, que se encontrava com V. Ex.<sup>a</sup> e assistiu, que foi o meu querido amigo Senador José Fogaça, foi um momento de difícil decisão, decisão que eu comuniquei por antecipação ao Senador José Fogaça, nós dois, sozinhos, quando chegou V. Ex.<sup>a</sup>.

Não posso deixar de registrar, já que esta comunicação é feita, tanto de V. Ex.<sup>a</sup> quanto do eminente Senador José Fogaça, no mesmo instante, na mesma hora, correndo os mesmos riscos, a solidariedade se fez.

Queria trazer uma palavra ao Senador Marcondes Gadelha, que num raro momento, não para ele, mas para esta Casa, numa perfeita e absoluta análise, secundando uma que já me havia sido feita pela Deputada Sandra Cavalcante, colocou, com a mais absoluta precisão, que esta Constituição ou este substitutivo padece de um defeito que não conseguimos extirpar: o excesso de normalização.

Estamos, aí, de pleno acordo.

Sabe V. Ex.<sup>a</sup>, Constituinte Marcondes Gadelha, que, de um anteprojeto, fruto do mais acendrado amor dos Constituintes, das subcomissões e das comissões temáticas, que são criticados, estes Constituintes, porque ali fizeram inserir o que lhes parecia, senão melhor, pelo menos o compromisso que tinham com as suas bases, e que chegou a um teto de quinhentos e poucos artigos, mas com duas mil e tantas enunciações, o trabalho difícil, sobre-humano, de transformá-lo em duzentos e sessenta e quatro artigos. Sabe mais V. Ex.<sup>a</sup>: V. Ex.<sup>a</sup> e eu – e o caminho foi aberto por V. Ex.<sup>a</sup>, eu o segui, estava, como sempre, em boa companhia – queríamos não ultrapassar aos duzentos artigos; não foi possível. Mas imagine V. Ex.<sup>a</sup> que, pela primeira vez, na história de uma Assembléia Nacional Constituinte, como bem salientou o Constituinte Ronan Tito: "... e, um dia, o mundo fará justiça ao nosso País". Porque soube deslanchar, improvisar, soube, sobretudo, dar à humanidade um exemplo de que, quando se tem inteligência, se é capaz de produzir alguma coisa. Um trecho deste substitutivo, no meu entender, vale, sozinho, por um substitutivo cercado de seriedade; é pela primeira vez que se registra no preâmbulo a criança e o adolescente.

Isto, Srs. Constituintes, representa que este País não pode mais dizer que a criança é o futuro do Brasil; é o presente do nosso País. Estamos vendo, e reclamava a Constituinte Abigail Feitosa – que, como aqui não se encontra, mas para que fique registrada a sua queixa – de que não constava no preâmbulo uma palavra com quatro letras "sexo", e eu lhe mostrei, na hora, que o seu volume não continha errata, ainda, porque já está,

no preâmbulo, incluída a palavra, sem distinção de raça, cor ou sexo. E mais, ainda mais, nobre Constituinte Marcondes Gadelha, se aqui estivesse a Constituinte Abigail Feitosa, iria ficar muito satisfeita com um parágrafo, um parágrafo incluído no Capítulo Dos Direitos e Liberdades Fundamentais – que poucos estão atentando para ele – que diz que as presidiárias, portanto, as mulheres – a reclamação sobre o lado feminino que ela fazia –, as presidiárias, repito, a elas serão asseguradas condições para que possam permanecer com seus filhos durante o período de amamentação.

Veja V. Ex.<sup>a</sup> o fio filosófico condutor deste substitutivo, abre, como preâmbulo, falando na criança e no adolescente. E ele não se esquece de que a presidiária também é mãe, de que aquele filho precisa ser amamentado, que precisa do carinho, do afeto, do amor, do respeito pelo convívio com aquela que o gerou e quando isso não bastasse há, aqui, incluídas, neste texto constitucional, tantas garantias à mulher brasileira.

Eu gostaria de dizer ao eminente Constituinte Lysâneas Maciel que é uma pena que S. Ex.<sup>a</sup> aqui não esteja. Isso me coloca um espalho verbal, para que não siga adiante, mas que registre que este Relator, em nenhum instante, e nem poderia fazê-lo, recebeu ordens de qualquer um militar para fazer inscrever neste substitutivo qualquer artigo, inciso ou parágrafo. Que isso fique registrado para que se faça a história, um dia, dos trabalhos deste substitutivo.

Gostaria ainda, e peço agora permissão ao prezado Líder José Maria Eymael.

**O SR. CONSTITUINTE ADYLSO MOTA:** – Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Tão logo conclua.

**O SR. CONSTITUINTE ADYLSO MOTA:** – Apenas, nobre Constituinte, tentei, embora a demonstração de atenção para comigo, por parte de V. Ex.<sup>a</sup>, tentei, por diversas vezes conversar com o amigo, se me permite, para trazer uma contribuição num capítulo, onde talvez pela minha vivência pudesse oferecer alguma experiência, é o que se relaciona com a administração pública. Depois, aspectos que gostaria de levar ao conhecimento de V. Ex.<sup>a</sup>, quando ligo para minha casa de manhã e eu encaminhei a V. Ex.<sup>a</sup> minhas emendas. Queria saber se eu poderia, nesta oportunidade, na ocasião oportuna, levantar alguns aspectos que gostaria de levar ao conhecimento de V. Ex.<sup>a</sup>, talvez até para compatibilizar algumas questões que existem aqui no texto.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Claro, Constituinte Adylson Motta.

**O SR. CONSTITUINTE ADYLSO MOTA:** – Apenas aguardaria oportunidade, não quero interromper a manifestação de V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – V. Ex.<sup>a</sup> quando nada completa a lacuna que, eventualmente, eu possa ter deixado.

**O SR. CONSTITUINTE ADYLSO MOTA:** – Nobre Relator, apresentei uma série de emendas e a intenção que todos temos, aqui, não é minha, é consensual, é que temos que mudar a fisionomia da função pública e do funcionário público brasileiro. Hoje, é um dos quadros mais degradantes apresentados pela imprensa, exatamente a imagem daquele que exerce a sua atividade no serviço público. E lutei por uma meia dúzia de medidas que, se implementadas poderiam redimir, talvez, essa imagem negativa que tem o funcionalismo. E embora repetitivo,

porque para os meus colegas já falei diversas vezes, vou aqui alinhá-las: a primeira é que temos que cuidar é do ingresso de alguém na função pública, que é pela porta do concurso público. Que aliás, falei para V. Ex.<sup>a</sup> que tinha a grande preocupação de que no concurso público se pudesse aferir as condições daqueles que tivessem realmente, as melhores condições para o ingresso, sem qualquer tipo de privilégio e aí sugeri que, ao invés de se exigir concurso público de provas e títulos, se eliminasse o título e ficasse apenas o concurso público de provas, exatamente, e não vai demagogia, pelo amor de Deus, para aquelas pessoas de menos posse, por exemplo, aquele que passa o dia todo trabalhando para fazer um cursinho à noite, que não pôde acumular títulos ao longo da vida de estudante, que ele pudesse competir dentro daquilo que seria exigido, que era a prova de conhecimentos. Em etapas ulteriores se pudesse, para promoções, utilizar o concurso interno, o concurso de títulos ou de qualquer outro tipo de concurso. Mas, para o ingresso, que todos fossem iguais perante à lei, que não se exigissem esses títulos que são dados mais àqueles que são abastados, que têm possibilidade de fazer cursos no exterior e coisas dessa ordem. V. Ex.<sup>a</sup> me sensibilizou com um argumento, que na cátedra seria difícil isso e eu até digo – quem sabe pudéssemos excepcionar o caso da cátedra, talvez da magistratura e algum outro caso que houvesse mas que, em princípio geral valesse – para ingresso na função pública se utilizaria concurso público de prova de conhecimento, apenas isso.

Em segundo lugar, e V. Ex.<sup>a</sup> aceitou, não sei se por emenda minha ou de outro, mas a verdade é que consta do texto e para mim interessa isso, é que estabeleceu a obrigatoriedade da organização do funcionário em carreira, que tinha sido retirada na etapa anterior, e, agora, restabelecida com a unificação do regime jurídico para terminar com essa parafernália de vinculações como o sistema estatutário, CLT, diarista, aquele que trabalha por tarefa, cargo em comissão – embora esse tenha uma característica de ser demissível **ad nutum**. Então esta seria a segunda condição de organização e carreira.

A terceira, nobre Constituinte, para surpresa minha, continua constando aqui neste Substitutivo – confesso que é uma agradável surpresa para mim –, e uma emenda que eu apresentei no primeiro momento, que proíbe o nepotismo na função pública e limita a utilização do cargo de confiança, onde, para mim, está o fulcro de toda a questão, nessa proliferação de cargos de confiança. Havia uma restrição, uma limitação, uma redução dos cargos de confiança que ficariam adstritos apenas aos titulares de Ministérios, a Chefes de poder, a secretários talvez de Ministérios, a dirigentes máximos das entidades paraestatais. Agora, neste segundo substitutivo, tem uma palavra que praticamente liquida com isso, quando fala "preferencialmente". No momento em que admite preferencialmente o funcionário de carreira, significa dizer que não é obrigado, significa dizer que não vai funcionar a restrição que se pretendia na etapa anterior. Então, algumas colocações.

Outra coisa: eu propus – e consulte até diversas entidades de classe – que se terminasse definitivamente, no Brasil, com essa estória de dois empregos. Defendia isso dentro do princípio da democratização do emprego e dizia que eu não tenho como votar, com consciência, uma lei que estabeleça o privilégio de dois empregos num País de desempregados, quando a filosofia que eu defendo é o contrário é se profissionalizar o empregado. Então, é que se dê a ele tempo integral, que se o profissionalize. Agora dois empregos num País de desempregados é discriminação odiosa.

Tenho um grande respeito pelo direito adquirido, nobre Constituinte, e até para que não desvincular-se a minha emenda inicial, eu propus na justificativa que eu apresentaria uma outra emenda para constar nas Disposições Transitórias, para que aqueles que já detinham dois cargos no momento da promulgação da Constituição tivessem assegurados os seus dois cargos como direito adquirido, porque eu não quero qualquer prejuízo a quem já o conquistou até agora.

Lamentavelmente nas Disposições Transitórias vi apenas que se asseguram dois empregos ao médico. Confesso a V. Ex.<sup>a</sup> que fui até às 4 e 30 hs, da madrugada e talvez não tenha lido e examinado com a profundidade que requer o substitutivo. Agora, eu só vi a preservação no caso do emprego dos dois médicos. Não tem ali o caso dos dois professores, não tem ali o caso do magistrado e professor, não tem ali o caso do técnico do professor de matéria afim, que são os acúmulos permitidos pela atual Constituição e que eu acredito devam ser resguardados num reconhecimento do princípio do direito adquirido. Então, aqui, parece-me que haverá uma grande injustiça, porque apenas diz que lei complementar disciplinará as exceções, mas aí é outro caso. Eu creio que tem que ficar assegurado com clareza que os direitos adquiridos serão respeitados. Agora a lei poderá excepcionar, talvez, até outros casos, porque quando eu debati este assunto o Constituinte Gerson Peres me apresentou o quadro do Nordeste, ao qual eu tive que me curvar. Evidentemente que lá no Rio Grande do Sul, nós tivemos a dificuldade em termos de profissionais qualificados e recorreremos aos dois empregos, em alguns casos. Hoje, nós não temos mais esta necessidade. Agora, no Nordeste, eu sei que tem, muitos lugares que se um médico não atender em dois lugares, haverá dificuldade em se conseguir profissionais. Então, talvez seja o caso de excepcionar através de uma lei complementar, esses casos regionais até. Agora, a situação atual, meu caro Relator, com todo o respeito – e eu o considero, hoje, um dos amigos que conquistei dentro desta Casa para orgulho meu...

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Orgulho meu.

**O SR. CONSTITUINTE ADYLSO MOTA:** – Eu gostaria que constasse expressamente o reconhecimento do direito adquirido daqueles que, até o momento da promulgação, tenham dois cargos.

Haveria outros aspectos, nobre Constituinte, que acredito teremos oportunidade de debater: quando se fala, por exemplo, no limite do teto de vencimentos, eu quero dizer que foi um grande avanço pelo menos o de se tentar com seriedade encarar esse problema. Talvez não seja o ideal, talvez seja difícil, mas é um parâmetro: ninguém ganha mais do que o chefe do Poder a que pertence.

O dispositivo seguinte deverá ser compatibilizado, porque no momento em que se estabelece um teto diferente para os três Poderes, será difícil de se estabelecer a exigência da equivalência de vencimentos, nos cargos dos três Poderes.

São aspectos assim que, talvez, por uma questão de redação, devam ser estudados para evitar uma incompatibilidade maior.

Quero dizer a V. Ex.<sup>a</sup> que, nesse Capítulo dos Funcionários, há um outro artigo de autoria do meu amigo Almir Gabriel. Ainda não consegui dissuadi-lo, mas vou tentar até o último dia. Ele coloca que “é proibida a aposentadoria em cargos, empregos e funções temporais”. O pensamento é correto e acredito que nasceu na melhor

das intenções. Pergunto, no entanto, a V. Ex.<sup>a</sup> Alguém que está na função pública e é requisitado, em certo momento, para desempenhar uma função de confiança, vai trabalhar, em vez das suas oito horas diárias, doze, quatorze horas, aos sábados e domingos, porque está exercendo um cargo de confiança. A partir dali, ele não é mais um funcionário bitolado, limitado, balizado por parâmetros de horários. Ele tem que trabalhar o tempo necessário para cumprir aquela função de confiança que lhe foi cometida. Esse funcionário tem que ter um reconhecimento, Se durante 15 ou 20 anos exerceu, além da sua atribuição normal, mais essa etapa estabelecida pela condição da confiança, teria que ter, no mínimo, quando vai se aposentar, um reconhecimento em torno disso.

Pois esse dispositivo que proíbe a aposentadoria em cargos, empregos e funções – está aqui – proíbe qualquer funcionário, no dia em que se aposentar, agregar, ao seu minguado vencimento, uma gratificaçãozinha que tenha exercido durante a sua vida funcional.

Acho que é uma tremenda injustiça que se está cometendo, embora tenha absoluta certeza de que não é este o sentido que o Senador Almir Gabriel quis dar, porque o conheço já, e sei da sua sensibilidade, da sua correção, e da sua lisura, no tratamento deste problema.

Meu caro Relator, fiz algumas ponderações, no intuito de melhorar um trabalho que, nesse capítulo que examinei, já considero bastante bom. Quero, até, cumprimentá-lo. Não posso dizer alguma coisa sobre os demais, porque os estou estudando um a um. Mas, detendo-me neste, porque, realmente, há uma série de conquistas que poderão ser melhoradas. Qual a arma para chegarmos lá? Não sei. Tentei destacar algumas emendas. Quem sabe seja este o caminho?

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, disponho de quantos minutos?

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – V. Ex.<sup>a</sup>, como Relator, dispõe de 20 minutos, mas a Mesa pode deduzir uma parcela do tempo que V. Ex.<sup>a</sup> concedeu aos inúmeros apartes. Contudo, a Comissão estava ansiosa para ouvir V. Ex.<sup>a</sup> a respeito do seu último trabalho.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, eu precisava dar uma palavra ao Constituinte José Maria Eymael. Vejo que, ao me conceder V. Ex.<sup>a</sup> um pouco mais de tempo, vou ter o privilégio de ouvir o Constituinte Luiz Alberto Rodrigues, logo a seguir.

Queria apenas dizer ao eminente Líder do PDS, Constituinte Adylson Motta, que desta vez se faz um substitutivo sério, profundamente sério. Nele se institui, para o ingresso no serviço público, o concurso público de títulos e provas. Tenho que lhe dar a justificação a mais, esse **plus**, porque ficou apenas aquela para o professor titular. Esbarrei, contudo, na dificuldade de atender, quando soube que isso também acontece quando há concurso para médicos, quando há concurso para o Ministério Público, quando há concurso para funções que permitam ampliar as notas, pelos títulos.

V. Ex.<sup>a</sup> tem razão. Os menos amparados pela sorte terão uma dificuldade maior. É o regime capitalista. Infelizmente, não podemos amputar, cortar, cercear esses laços que permitem aos mais abastados que seus filhos possam ter cursos paralelos de especialização. Agora, não poderia eu, de forma alguma, Constituinte Adylson Motta, deixar que aquele que tivesse um diploma a mais, se visse frustrado de garantir uma nota maior. Dou-lhe um exemplo pessoal, não o tome se não como ilustração, e longe de

mim a vaidade de querer valorizar. Sempre estudei em colégios públicos, filho de imigrantes e me submeti a alguns concursos como o de juiz, de promotor, para angariar o título porque não quis seguir a carreira, porque o meu sonho era disputar uma cátedra, que acabei vencendo. E os títulos obtidos por concurso muito me valeram. Foi o exemplo que dei a V. Ex.<sup>a</sup> para o magistério, para o professor titular, mas na esteira desses exemplos encontrei outros que emperraram os meus passos para não seguir adiante.

Espero que V. Ex.<sup>a</sup> aceite a explicação do porquê colocar provas e títulos. A história dos parentes acho que se acaba, o preferencialmente só existe quando for cargo técnico. Por exemplo, nós temos um Senador, um Deputado, que queira trazer para o seu gabinete, se ele não tiver essa preferência para fazer a colocação nesse gabinete de uma pessoa da sua confiança, talvez se veja manietado naquelas questões mais confidenciais.

Eram as explicações, por ora, que tinha a dar a V. Ex.<sup>a</sup> e o ouço, com a alegria de sempre.

**O SR. CONSTITUINTE ADYLSON MOTTA:** – Sr. Relator Bernardo Cabral, entendo que em que pese o cansaço e com certeza as noites mal dormidas de V. Ex.<sup>a</sup>, não poderia perder a oportunidade de explorar o assunto que me parece pertinente e que gostaria de colocar para V. Ex.<sup>a</sup> exatamente numa situação dessa, de calma e de tranquilidade, que diz respeito a um aspecto doutrinário e conceitual de elaboração constitucional, no qual sou apenas e absolutamente curioso, que trata da permanência desta Constituição que vai ser elaborada, mediante a história das nossas Constituições. Gostaria, como Constituinte, que essa Constituição que vai ser elaborada venha a ser querida, venha a ter um poder, um imenso poder simbólico, venha a ser respeitada, que ela possa ser lida, e mais do que lida, que possa ser entendida por quem a lê. Entendo que isso deveria começar na escola, que alguém na oitava série, por exemplo, precisaria ler a Constituição, entender o seu conteúdo e gostar dela. O Português precisaria ser simples, claro e objetivo. Digo isso porque, por mais que tente ler e entender as Constituições que temos, e particularmente a atual, isso é impossível. Hoje, num aparte ao Constituinte Francisco Dornelles, referi-me, superficialmente, à questão da reforma tributária, do orçamento, assuntos que, necessariamente, exigem um saber técnico, um conhecimento vernacular, e um entendimento que escapa à maioria da população, não porque a maioria da população não queira saber, mas porque não é obrigada e não teria como sabê-lo. Repito a V. Ex.<sup>a</sup>, gostaria que essa Constituição permanecesse, que ela fosse o menos mexida possível, que esta Constituição viesse a perdurar e entendo que para isso, por exemplo, questões como o orçamento, como reforma tributária e como o sistema tributário, poderiam estar em um outro instrumento. E em que outro instrumento? Tenho dito por aí e quando isso foi levantado, que a Assembléia Nacional Constituinte não poderia não deveria conceitualmente fazer atos institucionais, ou qualquer coisa parecida, ou ato constitucional, ou um ato de recomendações, concordo plenamente. Mas acho que é hora da criatividade, é hora de tentarmos tirar de corpo da Constituição aqueles assuntos que necessariamente, pela própria evolução tecnológica dos fatos, vão ser modificados, devem ser modificados. O sistema tributário, por exemplo. Se quisermos dar mais 0,5% de recursos eu de participação num Fundo de Participação dos Municípios a essas entidades federadas, teremos que mexer na Constituição. Se houver uma evolução no sistema orçamentário, através da evolução tecnológica do sistema de computação e de meios de controle mais efetivos e precisos, teremos que mexer na Constituição. Eu gostaria, então, de indagar ao jurista, ao constitucionalista e ao Re-

lator que nos brinda com esse belo substitutivo se não poderíamos encontrar a forma de deixar que ficasse no corpo da Constituição apenas aquilo que pudesse ser mais permanente. E aqueles assuntos, como o sistema tributário, que, nos últimos 20 anos, mereceu mais de 30 alterações, alterações em decreto-lei e alterações idênticas através de emenda constitucional – repito –, se não poderiam ficar, por exemplo, numa lei complementar diferente, numa lei complementar votada pelo Poder originário, numa lei complementar votada pelo Plenário da Assembléia Nacional Constituinte. Uma lei complementar para ser emendada, alterada posteriormente de acordo com aquilo que for estabelecido posteriormente na Constituição, para que tivéssemos uma Constituição que pudesse ser lida, entendida, querida, inclusive numa escola.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – V. Ex.<sup>a</sup> tem absoluta razão. Imagine – e eu já dou a V. Ex.<sup>a</sup>, Constituinte Arnaldo um aparte que a constituição dos Estados Unidos, que é tão louvada, decantada, com seus 7 artigos e 26 emendas, mas que tem 4 volumes de decisões da Corte Suprema, que é quem legisla, e todos se esquecem disso. Sempre há aquela orgia de elogios, e não sabem que ela está num pacote enorme, com quatro grandes volumes. O que acontece é que este texto enxuto – é absolutamente correta a sua interpretação – foi uma espécie de idéia que eu tive ao começo dessa elaboração de colocar ao final atos não constitucionais e para ali empurrar toda a legislação que não fosse texto constitucional, até como respeito e querendo ser útil aos companheiros Constituintes, que tinham trazido a sua contribuição e que esbarraram na idéia de outros que não querem mudanças ou que as querem desde que tudo continue como está, como dizia ainda há pouco. Eu dou um exemplo aqui com o Constituinte João Calmon, V. Ex.<sup>a</sup> não pode imaginar o trabalho que este campeão da educação, este El Cid moderno no terreno do ensino lutou, evidentemente com a ajuda modesta deste Relator, para a vinculação de 18% da renda tributária, a fim de ser aplicada pela União no terreno da educação. E sabe V. Ex.<sup>a</sup> por quê? Porque este é um País ao qual falta credibilidade. Normalmente isso entraria numa lei complementar, num orçamento plurianual, dizendo que a aplicação para a educação seria dentro deste percentual. Pois bem, a Lei Calmon, que destinava um percentual já devidamente indexado que jamais foi cumprido. E agora a sua luta, repetindo aquilo que vem da Constituição de 34, é exatamente por isso, para que a União, através dos seus tecnocratas, não retire desse pobre que precisa que o Estado lhe subvencie, lhe pague a educação este percentual. Mas, quando V. Ex.<sup>a</sup> ataca e com absoluta consciência do que diz e à qual acoplo esta minha argumentação, é uma pena que não se faça isto numa lei ordinária, não quanto à educação, mas quanto ao orçamento. Vai-se aplicar 1% no Nordeste, 1% no Centro-oeste, se isso não ficar consignado na Constituição, a União vai calotear os Estados, não tenho a menor dúvida disto, porque este País não é levado a sério. Quando se diz – e agora que estamos criando no Legislativo esses mecanismos de controle do Judiciário, do Judiciário, como o Conselho Nacional que estamos criando no substitutivo, as pedras desabam em cima do relator, como desabam tantas outras coisas que aqui estão, porque são boas; num campo vasto de quase 300 artigos se pinçam 2 ou 3, para censurar os Constituintes ninguém se lembra de que esses Constituintes têm trabalhado 20 a 22 horas por dia, comprometidos apenas com o futuro da Nação, também eu quero que esta Constituição seja

amada, mas não quero que ela seja duradoura, quero que ela seja a última, quero que ela seja eterna; quero que por ela passem os autoritaristas, os homens que fizeram da arbitrariedade o caminho para a sua grande divisa, o seu grande lema sempre contrário à Nação, mas que pensem que um dia, ainda como esta noite, estamos aqui diante de uma tribuna com a mesma remuneração que ganhamos sem extraordinário e quando vejo tanta gente clamando por direitos, esquecidos dos seus deveres, e quando há um plenário vazio, mas há Comissões cheias, quando se combatem parlamentares porque este é o poder legítimo mais autêntico deles todos, porque é aqui que ecoam, que ressoam os clamores populares, eu me dou conta de que é uma pena, que não se ame o seu Legislativo; porque para amar a Constituição há de se passar primeiro pela porta estreita do Legislativo. Não se pode nunca conjugar as duas coisas, sem que levemos ao povo, é este é o eco de sua voz, este Poder é o mais autêntico deles, é o mais censurado porque está sempre aberto aos reclamos, as mágoas, às críticas, de quem? Do Povo. Por isso também gostaria que pudéssemos fazer constar da Lei Complementar as normas que amanhã poderão se tornar natimortas se dentro de uma Constituição mas, se não partimos do parâmetro mínimo para que este seja conquistado, não tenha nenhuma dúvida de que todo o trabalho dos Constituintes a favor de suas bases, porque políticos militantes somos, devemos aqueles que lá ficaram, obediência na esperança que nunca arquivaram, que olhem por isso.

Quero nesta hora – e é bom que de público o faça – dizer ao Senador João Calmon que a sua luta não foi inglória, que outros companheiros estiveram a seu lado, e que este texto permitiu e há de permitir até o final que a única vinculação que há dentro do orçamento da União seja para a educação.

Ouçõ V. Ex.<sup>a</sup> Constituinte Arnaldo Faria de Sá.

**O SR. CONSTITUINTE ARNALDO FARIA DE SÁ:** –

Eminente Relator Bernardo Cabral, já lhe disse hoje, pessoalmente, se eu tivesse usado a tribuna ontem iria verberar contra V. Ex.<sup>a</sup> e, logicamente por não ver contemplado no capítulo, pelo qual mais luto, dos aposentados, algumas melhorias. Já conversamos a respeito e gostaria que V. Ex.<sup>a</sup> se detivesse sobre este capítulo porque certamente as agrúrias que vivem os aposentados e pensionistas nos dias de hoje é muito difícil, e a Previdência Social tem feito um **lobby** escancarado, tendo dito e afirmado mais de uma vez, que se fosse dar todos os benefícios que os Constituintes queriam para os aposentados, a Previdência iria sucumbir, estranho que não tenha sucumbido ante de tantos desmandos que nós temos conhecimentos da Previdência Social. Portanto, reitero que V. Ex.<sup>a</sup> contemple no seu novo substitutivo a aposentadoria às professoras aos 25 anos e gostaria que V. Ex.<sup>a</sup> se detivesse num detalhe e estudasse com calma a possibilidade de conceder o benefício com média dos 12 últimos salários e não dos 36 últimos, porque o grande problema dos aposentados e pensionistas de hoje é por causa disto, porque atualmente a média dos 36 últimos salários. Sei que o seu espírito é elevado, mas o espírito da Previdência é negativista, a Previdência rouba, assalta, manipula, para poder cada vez pagar menos aos aposentados e pensionistas. Então, reitero e imploro, que seja considerada a média dos 12 meses para a concessão de benefício, ainda que fiscalizada a regularidade nos últimos 36 meses. Peço também que a pensão à viúva seja integral, porque ela já perdeu o seu companheiro, que era a maior razão de ser da sua vida, na sua elevada idade e ainda perde 40% do benefício. Gostaria que V. Ex.<sup>a</sup> pensasse nesse detalhe.

Finalmente, acho que outro detalhe muito importante no campo da Previdência é a possibilidade de formas de reposição, porque sabemos que desde 69 até os dias de hoje a Previdência tem manipulado dados e tem prejudicado o pagamento dos aposentados e pensionistas, campo que gostaria que V. Ex.<sup>a</sup> olhasse com cuidado, com carinho. Certamente V. Ex.<sup>a</sup>, eu e alguns companheiros aqui não iremos viver as agruras dos aposentados e pensionistas, ainda que venhamos a ser um aposentado no dia de amanhã, mas aqueles que vivem hoje vivem momentos de dificuldades.

Fora deste campo, só há uma dúvida num dos itens que fala dos ex-combatentes da II Grande Guerra, em que lhes é garantido a admissão a emprego público sem concurso. Não entendi esta colocação, até porque aqueles que combateram na II Grande Guerra já estão com mais de 60 anos e não sei de que forma poderiam ser admitidos no serviço público sem concurso.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Respondo pelo final e peço perdão aos que aqui se encontram; a minha idéia não era demorar tanto na tribuna nem fazer um chamado pingue-pongue verbal, quando muito me contentaria em ouvir, até porque Deus só me deu uma boca e dois ouvidos. mas, como não é possível fazê-lo, tenho que, aos poucos, ir respondendo.

Quero dizer ao Constituinte Arnaldo Faria que esses combatentes que já estão velhos – e guarde a frase – “poder namorar um direito que a juventude tem, mas saber amar um privilégio da idade madura”. Ainda que estejam velhos, cansados com o tempo passado, este substitutivo vai dar a estes poucos que ainda restam o direito de ingressarem no serviço público sem a humilhação, pela idade que já têm, de um vexame no concurso. Eles lutaram pela pátria ontem, talvez poucos aqui tivessem nascido e eles estavam garantindo, lá no **front**, que fôssemos um País livre. Acho que tudo que registrarmos em favor do civil pracinha brasileiro ainda é pouco. Ouçõ V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. CONSTITUINTE SÍLVIO ABREU:** – Eminente Relator Bernardo Cabral, liminarmente, desejo até me penitenciar com V. Ex.<sup>a</sup> e com os demais Constituintes, pelo fato de já no avançada da hora ainda aqui estar mas, esteja certo, eminente Relator, que é no cumprimento de um dever; um dever evidentemente menor do que este que V. Ex.<sup>a</sup> está a cumprir, porque o nosso é o dever do Constituinte e o de V. Ex.<sup>a</sup>, além do dever de Constituinte é o dever de Relator. Quero exatamente por isso homenageá-lo, por esta obra inarredável e grandiosa que vem a praticar. Esta obra incansável, fruto do devotamento pessoal de V. Ex.<sup>a</sup>, a causa desta obra tão ansiosamente esperada por toda esta Nação.

Eminente Deputado Bernardo Cabral, desde o momento que cheguei a esta Casa Legislativa, à Câmara dos Deputados, ainda no início de 1975, que tenho participado e tenho vivenciado esse clamor nacional que V. Ex.<sup>a</sup> bem conhece e que agora, nesta fase da Assembléia Nacional Constituinte, vem aos poucos sendo sedimentado através da lavra de V. Ex.<sup>a</sup>, nos projetos e nos substitutivos que tem apresentado a esta Casa. É o desejo e o anseio pela restauração dos direitos atinentes às nossas comunidades e à própria pessoa humana, o direito que deve ser atribuída a cada um dos brasileiros. Este é o grande momento. Liminarmente, o momento da restauração institucional e, a partir daí, o momento da restauração dos direitos essenciais à própria pessoa humana. Isto é o que tem sido feito, todas as discussões que têm sido travadas e feridas, seja no âmbito do plenário ou das comissões, têm sido todas



elas motivadas com esse diapasão: a restauração dos direitos – o direito ao trabalho com salários justos, à educação, à saúde, o direito à habitação, aos transportes, à liberdade de expressão, de manifestação e o direito à justiça, entre tantos outros direitos.

E fiz questão de inserir-me, logo no início dos trabalhos desta Assembléia Nacional Constituinte, no âmbito, da Subcomissão do Poder Judiciário do Ministério Público, passando, posteriormente, pela Comissão temática e dediquei-me e devotei-me muito, eminente Relator, neste período profundamente trabalhoso, mas de grande dedicação, a essa expressão: o restabelecimento do direito à justiça, que é tão essencial e tão necessário como qualquer outro direito, tão essencial como o direito à alimentação, como o direito à educação, à saúde, a todos os direitos.

E, por isso, chegamos, hoje, a uma grande obra que consta do projeto de V. Ex.<sup>a</sup>, que é a consagração do direito à justiça, representando a institucionalização de uma entidade denominada Defensoria Pública.

Não há dúvida, eminente Relator Bernardo Cabral, que essa, no âmbito da justiça, é a maior obra que será levada a efeito pela próxima Carta Constitucional. Porque, se não fosse assim, estaria sendo construída a mesma justiça que já existe hoje, que é, infelizmente, elitizada e imprópria aos reclamos nacionais. É uma justiça que atende a 20% da população, porque os outros 80%, esta grande legião de marginalizados, de carentes de recursos financeiros, que, às vezes, chega às portas de um prédio forense, de chapéu-de-palha e de pés no chão, ali nada consegue. Ali nada consegue nem dizer e nem falar. E, através dessa grande instituição, V. Ex.<sup>a</sup> concede à justiça brasileira o maior avanço que se poderia esperar, que é a democratização da própria justiça, uma justiça...

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Encareço a V. Ex.<sup>a</sup> que termine.

**O SR. CONSTITUINTE SÍLVIO ABREU:** – Estou concluindo o aparte. Uma justiça, hoje, que, agora, passará a ser destinada a toda a população de brasileiros.

Quero apenas, em derradeiro, trazer a V. Ex.<sup>a</sup> uma lembrança, com todo o respeito, com todo o acatamento. Tentei manifestar-me pessoalmente a V. Ex.<sup>a</sup> no decorrer de dias passados, sem lograr êxito, face às múltiplas atribuições de V. Ex.<sup>a</sup> Mas acho importante, eminente Relator, que haja o equilíbrio entre aqueles que defendem a sociedade, que são os representantes do Ministério Público, e aqueles que defendem os direitos individuais, que são os Defensores Públicos. E o outro equilíbrio, entre aqueles que, por defenderem a sociedade, muitas vezes acusam. E entre estes que, ao defenderem o direito individual, exercem, com aqueles que acusam, uma obra de conflito dentro da própria lide.

E imagino que toda essa grande assertiva que se constrói a favor da justiça brasileira ficaria muito mais bem dimensionada se defensores e acusadores, se defensores e promotores de justiça estivessem não apenas igualadas por uma questão de regime jurídico, que, de qualquer forma, ainda é uma expressão vaga e, quem sabe, não muito aplicável a aquilo que desejamos a nível de equilíbrio, mas que, através de um raciocínio profundo, um entendimento lúcido, como esse que V. Ex.<sup>a</sup> tem tido sobre assuntos tão importantes, possa ser encontrada uma forma de equilibrar defesa e acusação, direitos coletivos e direitos individuais, com prerrogativas, garantias, segurança, para que haja, realmente, esta justiça que desejamos e que o País inteiro deseja.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Encareço a V. Ex.<sup>a</sup> que, logo depois de responder ao aparte do nobre Constituinte Sílvio Abreu possa concluir o seu brilhante pronunciamento.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, vou concluir...

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Amanhã, teremos duas reuniões e suponho que V. Ex.<sup>a</sup> ainda vai ser convocado para continuar as suas explanações sobre o projeto.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Vou concluir, Sr. Presidente, embora gostasse de não fazê-lo até para ter o prazer de ouvir a voz de V. Ex.<sup>a</sup> me interromper. Já seria um prazer, mas vou me poupar disso.

Constituinte Sílvio Abreu, veja V. Ex.<sup>a</sup> como estou certo! A mim não me atinge nenhuma crítica feita pelos órgãos de comunicação; a mim me atingem as críticas dos meus Pares. E se presto contas a eles e deles recebo apoio, estou certo de que meu trabalho está sendo considerado. V. Ex.<sup>a</sup> acaba de fazer uma revelação cuja prova, por este acaso, coincidência, se bem que acaso e coincidência são pseudônimos que Deus utiliza quando não quer assinar suas próprias obras, e nós então dizemos que é um acaso – mas, por acaso, o cidadão que, num domingo, comigo aprimorava o texto da Defensoria Pública, aqui se encontra. É incrível isso! A vida tem me reservado essas surpresas. E se nenhum mérito eu tivesse como Relator, a criação é minha ter instituído a Defensoria Pública no plano constitucional, garantido-a, e mais, dando a ela o mesmo regime jurídico que é dado ao Ministério Público quando em tempo integral. Falta ainda alguma coisa, eu sei.

Eu sei, não se consegue uma longa caminhada sem o primeiro passo, dizem alguns. Eu componho a frase de outro jeito: "Uma longa caminhada não começa com o primeiro passo, começa com a decisão que antecede esse primeiro passo". A decisão está dada. Espero que o primeiro passo, mais adiante, seja seu, Constituinte Sílvio Abreu Júnior.

Vou concluir, Sr. Presidente, dizendo ao meu prezado Líder José Maria Eymael que numa outra oportunidade, quem sabe, eu faça as considerações de um texto que ele conseguiu ver da Constituição. Concluo; Sr. Presidente, de forma deplorável! É, que ao dar início a minha fala, eu dizia da dificuldade que tinha pelos oradores que me haviam antecedido, depois pelos apartes que foram enriquecidos, e não sabia como desencadear. E vejo que ao final, Sr. Presidente, caboclo do Amazonas, ainda que de tez branca; garoto, observando os rios bem a frente da minha casa, aprendi desde cedo que todos os rios conseguem atingir seus objetivos. Só descobri isso mais tarde, Sr. Presidente, porque eles atingiam seus objetivos, porque iam contornando as suas dificuldades. Qualquer que fosse o obstáculo sabiam transpor.

Vejo, Sr. Presidente, que não consegui atingir meu objetivo. Não consegui contornar meu obstáculo. Porque o meu objetivo era dizer a todos o meu agradecimento e o obstáculo foi à forma de não ter tido talento para fazê-lo. (Palmas.)

Sr. Presidente, quero comunicar a V. Ex.<sup>a</sup> e ao plenário que o Constituinte José Fogaça continua me dando a honra de não só me substituir e suceder, mas de muito mais, de completar tudo aquilo que não consigo fazer como Relator.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Amanhã, às 10 horas, no mesmo local, nós prosseguiremos a apreciação do 2º Substitutivo do eminente Relator e, às 19 horas, teremos outra e última reunião no mesmo local.

A Presidência encerra os trabalhos, deixando firmada esta convocação. Boa noite.

(Levanta-se a reunião às 22 horas.)

## 22ª Reunião Ordinária

Aos vinte e três dias do mês de setembro do ano de mil novecentos e oitenta e sete, às onze horas e vinte minutos, no Auditório Nereu Ramos, reuniu-se a Comissão de Sistematização, sob a Presidência do Senhor Constituinte Aluizio Campos, presente os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Adolfo Oliveira, Alcení Guerra, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Carlos Sant'Anna, Celso Dourado, Eraldo Tinoco, Fernando Gasparian, Francisco Rossi, Ibsen Pinheiro, Inocêncio Oliveira, José Fogaça, José Lins, José Luiz Maia, José Maurício, Luís Eduardo, Manoel Moreira, Mário Assad, Mário Lima, Milton Reis, Nelson Friedrich, Nilson Gibson, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Plínio de Arruda Sampaio, Prisco Viana, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Siqueira Campos, Virgildásio de Senna, Adylson Motta, Beth Azize, Bocayuva Cunha, Chagas Rodrigues, Itamar Franco, João Agripino, José Carlos Grecco, José Genoíno, José Maranhão, José Maria Eymael, José Tavares, José Tinoco, Luiz Salomão, Márcio Braga, Marcos Lima, Mozarildo Cavalcanti, Octávio Elísio, Ottomar Pinto, Roberto Balestra, Rose de Freitas, Vicente Bogo e Vilson Souza. Estiveram presentes, ainda, os Senhores Constituintes não integrantes da Comissão: Nelson Aguiar, Naphtali Alves de Souza, Raimundo Rezende, Darcy Deitos, Irma Passoni, Sólton Borges dos Reis, Antônio Câmara, José Fernandes, Milton Barbosa, Sílvio Abreu, João Paulo, Costa Ferreira e Jorge Hage. Deixaram de comparecer os Senhores Constituintes: Afonso Arinos, Alfredo Campos, Almir Gabriel, Aloysio Chaves, Antônio Farias, Antônio Carlos Konder Reis, Antônio Carlos Mendes Thame, Arnaldo Prieto, Brandão Monteiro, Carlos Chiarelli, Carlos Mosconi, Cristóvam Chiaradia, Cid Carvalho, Cristina Tavares, Darcy Pozza, Edme Tavares, Egidio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Lyra, Francisco Benjamim, Francisco Dornelles, Francisco Pinto, Gastone Righi, Gerson Peres, Haroldo Lima, Haroldo Sabóia, Jamil Haddad, Jarbas Passarinho, João Calmon, João Herrmann Neto, Joaquim Bevilacqua, José Freire, José Geraldo, José Ignácio Ferreira, José Jorge, José Paulo Bisol, José Richa, José Santana de Vasconcellos, José Serra, José Thomaz Nonô, José Ulisses de Oliveira, Luiz Inácio Lula da Silva, Lysâneas Maciel, Marcondes Gadelha, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Oscar Corrêa, Osvaldo Coelho, Paulo Pimentel, Pimenta da Veiga, Ricardo Fiúza, Roberto Freire, Rodrigues Palma, Sandra Cavalcanti, Severo Gomes, Sigmaringa Seixas, Theodoro Mendes, Virgílio Távora e Wilson Martins. Havendo número regimental o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos. Foi concedida a palavra inicialmente ao Senhor Constituinte Bocayuva Cunha que, já sob a presidência interina do Senhor Constituinte José Fogaça e com interveniência deste e do Senhor Constituinte José Maurício, fez observações sobre **royalties** do petróleo e contrato de risco. O Senhor Constituinte Paulo Ramos criticou a manutenção da Zona Franca de Manaus no Substitutivo do Senhor Relator. A seguir, o Senhor Constituinte Nelson Aguiar fez pronunciamento enfocando a questão da criança e do adolescente. O Senhor Constituinte Nilso Sguarezi fez a defesa do parlamentarismo e aludiu à hipótese da realização de plebiscito sobre sistema de governo. O Senhor Presidente comunicou ao Plenário que a votação do Substi-

tutivo teria início no dia vinte e quatro, às vinte horas. Passou, em seguida, a palavra ao Senhor Constituinte José Fernandes que fez a defesa da Zona Franca de Manaus. A Senhora Constituinte Irma Passoni abordou alguns pontos do Substitutivo, ressaltando assuntos como polícia civil, polícia militar e direitos da mulher. Às doze horas e vinte e seis minutos, o Senhor Constituinte José Fogaça, no exercício interino da presidência, suspendeu a reunião, anunciando sua continuidade a partir de dezenove horas do mesmo dia. Às dezenove horas e vinte e seis minutos, o Senhor Constituinte Aluizio Campos, no exercício da presidência, reiniciou os trabalhos concedendo a palavra à Senhora Constituinte Rose de Freitas que se pronunciou a respeito de vários temas, dando ênfase aos direitos da mulher na futura Constituição. Em sequência, o Senhor Presidente resolveu questões de ordem levantadas pelos Senhores Constituintes José Genoíno e Gastone Righi sobre errata apresentada ao Substitutivo do Senhor Relator. Com a palavra, o Senhor Constituinte Mansueto de Lavor falou sobre eleições presidenciais, criticou a criação do Conselho Nacional de Justiça e a privatização dos cartórios. O próximo inscrito a falar foi o Senhor Constituinte Maurílio Ferreira Lima, com a intervenção dos Senhores Constituintes Mansueto de Lavor e Rose de Freitas, dirigindo seu pronunciamento contra a adoção do Parlamentarismo. Em sequência à reunião, falou o Senhor Constituinte Sílvio Abreu, apartado pelo Senhor Constituinte Osvaldo Lima Filho, enfocando a questão da prestação jurisdicional no Substitutivo, com elogios à inserção da previsão constitucional da Defensoria Pública. O Senhor Constituinte Osvaldo Lima Filho, sob apares do Senhor Relator e do Senhor Constituinte Carlos Sant'Anna, discursou, em seguida, sobre vários pontos do Substitutivo, ressaltando sistema de governo, jornada de trabalho e definição de empresa nacional. O Senhor Presidente decidiu, a seguir, questões de ordem levantadas pelos Senhores Constituintes Rose de Freitas e Carlos Sant'Anna, a primeira a respeito da errata publicada do Substitutivo e a segunda sobre a possibilidade de emendamento do trabalho do Senhor Relator nas partes em que houve inovação. Encerrada a pauta dos trabalhos, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião às vinte e uma horas e quarenta e cinco minutos. O inteiro teor desta reunião foi gravado, devendo ser publicado no **Diário da Assembléia Nacional Constituinte** e constituir-se-á na Ata circunstanciada dos trabalhos. E, para constar, eu, Maria Laura Coutinho, lavrei a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos desta reunião da Comissão de Sistematização, para reiniciarmos a discussão de matéria constitucional.

Encontram-se inscritos, até o momento, a Constituinte Rose de Freitas e o Constituinte Bocayuva Cunha. A lista de inscrição está à disposição dos Srs. Constituintes que desejarem usar da palavra.

Em virtude de acordo feito entre as partes – e é o que devemos procurar fazer agora, no debate do processo constitucional – passo a palavra, em primeiro lugar, ao eminente Constituinte Bocayuva Cunha.

**O SR. CONSTITUINTE BOCAYUVA CUNHA:** – Sr. Presidente, Sr. Relator Substituto, Sras e Srs. Constituintes, os jornais de hoje do Estado do Rio de Janeiro, sobretudo **O Globo** e o **Jornal do Brasil**, trazem, em suas respectivas primeiras páginas, uma notícia que teria surgido aqui em Brasília, através de denúncia feita por um simpático Deputado do Estado do Rio de Janeiro.

Esse jovem e simpático parlamentar, **doublé** de banqueiro, inclusive sócio de um banco estrangeiro, eleito com expressiva votação, sobretudo no interior do Estado, como, por exemplo, em Campos, diz que os **royalties** do petróleo, sofrida conquista – e não vamos rememorar aqui toda a luta travada durante muitos anos, iniciada por volta de 1967/68 pelos Deputados Walter Silva e José Maurício, prosseguida por nós e concluída pelo Constituinte Nelson Carneiro – essa sofrida conquista estaria ameaçada pelo Substitutivo do Relator Bernardo Cabral.

Quero dizer, em primeiro lugar, que tive uma conversa pessoal com o Relator Bernardo Cabral sobre o assunto, e S. Ex.<sup>a</sup> me informou que Constituintes do Estado da Bahia já o haviam alertado para essa dúvida, em sua opinião, absolutamente improcedente.

Desejo informar que a redação do parágrafo que proíbe os contratos de risco – e foi esta a menção feita pelo Constituinte Ronaldo Cezar Coelho – não impede o pagamento dos **royalties** do petróleo, tendo surgido, aliás, de emenda de minha autoria, subscrita por vários parlamentares. Foi apresentada a pedido de um grupo criado no Rio de Janeiro, a Comissão contra os Contratos de Risco, presidida pelo Dr. Barbosa Lima Sobrinho, então presidente da ABI. Dela participam, entre outros, o Presidente da OAB. O núcleo central de comando da campanha contra o contrato de risco foi criado no Rio de Janeiro, pela Associação dos Engenheiros da Petrobrás, que detêm a direção executiva do movimento, sob a presidência do Dr. Barbosa Lima Sobrinho, representando a ABI, e do Presidente da OAB. A redação foi feita a quatro mãos, ou seja, por Barbosa Lima Sobrinho e Carlos Maurício – este, presidente da OAB, participava, inclusive, da luta pelos **royalties** do petróleo.

Só isso mostra a absoluta incoerência da argumentação do representante do Rio de Janeiro, que me parece suspeita.

Além disso, o § 1º do art. 19 do anteprojeto do Constituinte Bernardo Cabral diz, textualmente:

"E assegurada aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, nos termos da lei, participação no resultado da exploração econômica e do aproveitamento de todos os recursos naturais, em seus territórios, bem como da plataforma continental e do mar territorial respectivo."

Isso tira qualquer dúvida sobre a possibilidade aventada.

Há outro artigo que trata especificamente do contrato de risco, ao qual me reporto para que conste de nossos Anais. É o art. 199, parágrafo único, que proíbe o contrato de risco e especifica o que constitui monopólio da União. Aliás, nele está faltando o transporte marítimo de petróleo de qualquer origem, já que o dispositivo se refere apenas ao petróleo bruto de origem nacional, enquanto o monopólio deve abranger o transporte de petróleo bruto de qualquer natureza.

Diz o parágrafo único do art. 199:

"O monopólio previsto neste artigo inclui os riscos e resultados decorrentes das atividades ali mencionadas" – pesquisa e lavra do petróleo – "vedado à União ceder ou conceder qualquer tipo de participação, em espécie ou em valor, na exploração de jazidas de petróleo ou gás natural".

A redação é absolutamente clara e não veda, de forma alguma, o pagamento dos **royalties** de petróleo. Esta é, inclusive, a interpretação do ilustre Relator, Constituinte

Bernardo Cabral. Entretanto, pedi a S. Ex.<sup>a</sup> que, se houvesse dúvida, meditasse sobre o assunto – ninguém melhor do que S. Ex.<sup>a</sup> para fazê-lo – e o incluísse nas Disposições Transitórias, como se fez em relação às refinarias. O substitutivo fala no monopólio da União, inclusive com a palavra "refino", mas faz ressalva, nas Disposições Transitórias, a duas pequenas refinarias. Então, S. Ex.<sup>a</sup> até poderia incluir, ali, um pequeno parágrafo, a fim de tornar clara a questão.

O que não é possível é, sob pretexto de proteger os **royalties** do petróleo, acabar com a cláusula que proíbe o contrato de risco. Não podemos, repito, acabar com a cláusula que proíbe o contrato de risco a pretexto de defender os **royalties** do petróleo. Essa defesa súbita e esse amor pelos **royalties** são muito suspeitos.

Deixo esta palavra de advertência, até para tranqüilidade do povo fluminense. Podem ficar tranqüilos os Prefeitos de Campos, Macaé e Duque de Caxias. Queremos acabar com os contratos de risco. Quando aos **royalties**, estão assegurados.

Ouçó o Constituinte José Maurício.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ MAURÍCIO:** – Constituinte Bocayuva Cunha, gostaria de reiterar, ratificar e assumir, na plenitude, as palavras de V. Ex.<sup>a</sup>, ficando ao seu lado. É uma posição coerente, pois V. Ex.<sup>a</sup> tem um passado de luta no que se refere à soberania nacional. Lamenta-se, entretanto, que Constituintes que sequer tenham lido o texto constitucional ou o substitutivo do Relator Bernardo Cabral, estejam a assoalhar declarações inoportunas, trazendo intranqüilidade e insegurança em questões encaminhadas e conduzidas por pessoas da maior respeitabilidade, como Barbosa Lima Sobrinho.

(Assume a Presidência o Constituinte José Fogaça).

Estou de acordo com V. Ex.<sup>a</sup> e quero trazer meus aplausos à sua manifestação. Deploro o comportamento daquele parlamentar, que, por trás dessas declarações, a meu ver, esconde intenções que não atendem aos interesses nacionais. Congratulo-me com V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE BOCAYUVA CUNHA:** – Obrigado, Constituinte José Maurício, por sua generosidade.

Finalmente, Sr. Presidente, quero também informar que hoje pela manhã entrei em contato, pelo telefone, com o engenheiro Antônio Maciel, Presidente da Associação dos Engenheiros da Petrobrás. S. S.<sup>a</sup> já estava informado desde ontem dessa campanha em favor do contrato de risco – vamos chamar assim – e se havia comunicado não só com o Dr. Barbosa Lima Sobrinho, como também com Carlos Maurício de Souza, presidente da OAB. Como assuntos legais são especialidade de bacharéis e juristas, os dois já o haviam tranqüilizado. Pediram-me, no entanto, que tivesse uma conversa com o Sr. Relator. Inclusive, todas as informações que estou prestando à Casa, para que constem dos Anais, são produto dessa conversa.

Peço ao Relator substituto, Senador José Fogaça, profundo conhecedor do substitutivo, que nos preste esclarecimentos sobre a matéria. V. Ex.<sup>a</sup> está de acordo em que a cláusula que proíbe o contrato de risco nada tem a ver com os **royalties** da Petrobrás, assegurados pelo art. 19?

**O SR. PRESIDENTE (José Fogaça):** – Nobre Constituinte, participei de uma reunião de trabalho da relatoria, no fim de semana anterior a este. Casualmente, tratou-se do tema "Ordem Econômica". Percebi que a posição clara, inequívoca do Relator coincide exatamente com o que V. Ex.<sup>a</sup> defende da tribuna. Não ouvi de S. Ex.<sup>a</sup>

qualquer palavra que pudesse suscitar dúvida ou hesitação em relação ao amante. Em todo o caso, pediria a V. Ex.<sup>a</sup> que formulasse a questão por escrito, para que o Relator, possa examiná-la mais claramente. Mas não acredito que se possa traduzir de outra maneira a intenção do Sr. Relator neste texto.

**O SR. CONSTITUINTE BOCAYUVA CUNHA:** – Sr. Presidente, não sei se nossa intervenção está sendo taquigrafada.

**O SR. PRESIDENTE (José Fogaça):** – A Taquigrafia está registrando os debates.

**O SR. CONSTITUINTE BOCAYUVA CUNHA:** – Sendo assim, solicito uma cópia desta pequena intervenção, para encaminhá-la ao Relator Bernardo Cabral. Este talvez seja o melhor meio.

**O SR. PRESIDENTE (José Fogaça):** – Minha tarefa é reportar ao Sr. Relator tudo que é objeto de debates nesta Comissão.

**O SR. CONSTITUINTE BOCAYUVA CUNHA:** – Por lesa pedi a intervenção de V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE (José Fogaça):** – Inclusive, tenha feito os informes por escrito. E S. Ex.<sup>a</sup> tem respondido por carta àqueles que não têm tido a oportunidade de contactá-lo. Acredito que, estudando o informe, o Sr. Relator até poderá esclarecer pessoalmente V. Ex.<sup>a</sup>. Mas não acredito que essa interpretação que coloca a questão do contrato de risco em conflito com a questão do royalty seja minimamente plausível ou razoável neste momento.

**O SR. CONSTITUINTE BOCAYUVA CUNHA:** – Agradeço ao nobre Relator-Substituto, Constituinte José Fogaça, o esclarecimento. Realmente, faço votos para que haja divulgação de que o fim dos contratos de risco nada tem a ver com o pagamento de **royalties**, ao contrário do que transparece na suspeita levantada pelo Constituinte do Estado do Rio de Janeiro.

Muito obrigado, Sr. Constituinte.

**O SR. PRESIDENTE (José Fogaça):** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Paulo Ramos.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, ao longo dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte sempre admitimos que os debates fossem conduzidos para o aperfeiçoamento do texto que há de transformar-se na nova Constituição brasileira. Entretanto, um aspecto tem-me causado grande preocupação, porque contraria, de forma contundente, os interesses nacionais. Refiro-me à preservação, no novo Substitutivo do Relator, de artigos que pretendem a eternização da Zona Franca de Manaus.

Estamos vivendo uma fase da vida brasileira em que tudo tem sido feito não para a privatização das nossas empresas estatais, mas para a desnacionalização mais completa ainda de nossa economia. Hoje, mesmo não estando aqui representando o Estado do Amazonas, já que venho do Rio de Janeiro, tenho conhecimento de que a Zona Franca de Manaus representa grave atentado à soberania nacional.

É preciso que seja denunciado que o dispositivo sobre a eternização da Zona Franca de Manaus, além de não ser matéria constitucional, é um arremedo de artigo, é um arremedo de tema a constar no texto constitucional. Além disso, representa, o fortalecimento de um, esforço que vem sendo desenvolvido por áreas do Governo para a criação das chamadas "zonas de processamento de ex-

portação", que, segundo a pretensão de falsos brasileiros e a interpretação de impatriotas, terão todos os privilégios quanto a impostos, a incentivos fiscais, enfim, em relação a tudo.

Enquanto o empresariado nacional, especialmente o micro, o pequeno e o médio empresário, não tem acesso a tratamento preferencial, não tem acesso a recursos, e juros subsidiados, pretende-se neste País criar mais zonas, agora chamadas de processamento de exportação, a exemplo da Zona Franca de Manaus, que, na realidade, num futuro muito próximo, não mais serão zonas de processamento de exportação, mas, sim, centros que representarão um mercado interno privilegiado, uma reserva de mercado.

Hoje, a Zona Franca de Manaus representa um grande fracasso, porque lá quase tudo é produzido sem qualquer transferência de tecnologia, sem qualquer aproveitamento para a vida nacional. Tudo que lá é produzido se destina ao mercado interno. É preciso verificar como se encontra, atualmente, o Estado do Amazonas para concluir que a Zona Franca de Manaus tem representado um grande engodo, que tende a ser reproduzido em outros pontos do País. Precisamos, pois, compreender que, além de não ser próprio para constar na Constituição, este tema, como está posto, constitui um grave atentado à soberania nacional.

**O SR. PRESIDENTE (José Fogaça):** – Tem a palavra o nobre Constituinte Nelson Aguiar.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON AGUIAR:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, mais uma vez uso da palavra para me referir aos direitos da criança e do adolescente para fazer um apelo aos membros da Comissão de Sistematização.

A emenda acolhida pelo Sr. Relator, no seu inteiro teor, resultou de entendimento entre nós e as entidades que haviam apresentado propostas populares. Essas entidades coletaram um milhão e duzentas mil assinaturas, mas suas propostas têm diferenças fundamentais. Fizemos, então, uma reunião com o Sr. Relator Bernardo Cabral e surgiu esta sugestão: que todos nos reuníssemos e preparássemos uma, emenda consolidada, que seria então a emenda de todas as entidades. Fizemos isso e contamos com o apoio de 184, Srs. Constituintes, que assinaram, abonando essa proposta. Enfim, para agradável surpresa nossa, a proposta foi acolhida no seu inteiro teor e está contida nos arts. 257, 258 e 259 do projeto. E esperamos que seja mantida no texto constitucional.

Penso que o melhor que poderíamos fazer nessa circunstância está aqui, em matéria de expectativa de direito para a criança e o adolescente. É um avanço. Estamos propondo a substituição do termo "menor", hoje estigmatizante para aqueles que são abandonados e levados para instituições, sejam elas particulares ou oficiais. Estamos, então, propondo a substituição do termo "menor" por "crianças adolescentes", a exemplo do que se faz em outros países. Queremos que todas as crianças sejam crianças e que todos os adolescentes sejam adolescentes.

Infelizmente, hoje, quando se ouve a palavra "menor", é evidente que somos induzidos a acreditar que essa referência não é feita a nossos filhos nem aos filhos daqueles que compõem o círculo de nossa convivência e amizades. Como temos dito aqui tantas vezes – e diremos outras mais – menor é o filho do outro, menor é o que está sujeito à sanção penal, ao acautelamento de ordem judicial, sujeito, enfim, à prisão.

Outro avanço da proposta é a criação do instituto do acolhimento, em que temos muita esperança. Hoje, sabemos da enorme dificuldade que tem de enfrentar o casal que deseja adotar uma criança no Brasil. Pretendemos que o acolhimento venha a funcionar como um pré-requisito para a adoção e, daí, vai ser fácil para a família, mediante um simples termo de guarda e proteção, levar a criança e, com o decorrer do tempo, providenciar com facilidade a adoção.

Também houve avanço na questão da aninutabilidade até os 18 anos, sujeitando o menor à legislação especial. Temíamos mesmo fosse acolhida a proposta dos Srs. Secretários de Segurança de todo o País, que, reunidos em Brasília há cerca de dois anos, propuseram a redução da idade penal de 18 para 16 anos. Estávamos preocupados, porque víamos nisso a solução mais simples, porém cruel, porque apenaria o menor, atirando-o atrás das grades.

Há, ainda, a questão da criança portadora de deficiência. Gostaria de ler este preceito:

"Serão criados programas de prevenção e atendimento especializado aos portadores de deficiência física, sensorial ou mental, bem como de integração do adolescente portador de deficiência, mediante o treinamento para o trabalho e a convivência, e a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de preconceitos e de obstáculos arquitetônicos." (Art. 256, § 1º, II)

Por exemplo, há hoje na Assembléia Legislativa do Espírito Santo um Deputado, eleito pelo PT, que é deficiente físico. Como o serviço de elevador estava em reparos, aquele Sr. Deputado ficava, como que impedido de assistir às sessões da Assembléia, já que o prédio não contém rampas. Ou, então, teria que ser carregado, ao longo das escadarias, até o plenário.

O Brasil não se tem preocupado com esse aspecto. Estamos propondo, portanto, que esses obstáculos arquitetônicos sejam eliminados, principalmente quando da construção de escolas, foros e edifícios públicos, para facilitar o acesso dos portadores de deficiências.

A seguir, queremos referir-nos ao programa de prevenção e atendimento às crianças e adolescentes dependentes de drogas. O Brasil não dispõe de tratamento especializado nem de instituições do tipo da Funabem. O que há são alguns programas desenvolvidos por instituições religiosas e por algumas entidades particulares. Queremos que este País olhe com mais carinho essa questão, porque é grande o universo daqueles que, quando apanhadas pela marginalidade, se transformam em dependentes de drogas.

Quanto à questão da adoção, estamos prevendo que a adoção seja assistida pelos poderes públicos, inclusive com assistência financeira. Por que isso? Porque, hoje, a adoção de uma criança passa a ser privilégio daqueles que dispõem de recursos financeiros. E há tantas famílias que têm condições morais para adotar uma criança, mas, por falta de condições financeiras, os juízes de menores acabam negando-lhes o direito de terem um filho adotivo.

Ora, já sabemos que uma criança institucionalizada e colocada sob os cuidados da Funabem custa ao orçamento daquela instituição cerca de seis salários mínimos por mês. Este é o custo de um menor, hoje, institucionalizado, na

Funabem. Por que, então, não colocar um salário mínimo a disposição de uma família que queira adotar uma criança, com a vantagem de que ela não estará mais dentro de uma instituição do tipo Funabem, que vai marcá-la pelo resto da vida, mas estará tendo a oportunidade de ser criada no ambiente de um lar? Cremos, pois, que, dentro das circunstâncias, está aqui uma formulação constitucional que precisa ser acolhida.

Acima de tudo, Srs. Constituintes, está a questão dos direitos da criança. Temos falado, inúmeras vezes, que no Direito brasileiro a criança só tem direitos em função dos direitos do pai e da mãe. É o chamado direito agregado, relacionado com o pátrio poder. Fora do pátrio poder, a criança passa da condição de sujeito de direito que é, sob o amparo da família, sob a tutela da família, para a de objeto de proteção, assistência; vigilância – ou, simplesmente, o abandono. Agora, não. A partir dessa formulação constitucional, a família, a sociedade e o Estado terão que responsabilizar-se por todos os direitos inerentes à vida da criança e do adolescente.

Diz o art. 257:

"É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão."

Acho que aí está uma síntese da Declaração Universal dos Direitos da Criança. É uma providência que precisa ser tomada com urgência neste País. Eu já disse aqui que bem sei que não basta colocar esses direitos na lei, mas o que não cativar previsto na Constituição não será garantido por nenhuma outra lei. Se esses direitos forem previstos na Constituição, aqueles que lutam pela criança e pelo adolescente passarão a contar com um instrumento jurídico para sua defesa.

Sou, portanto, favorável à sua inclusão no texto da Constituição Federal, o que, infelizmente, ao longo de quase 500 anos de História, os legisladores Constituintes não tiveram o cuidado de fazer. E não o fizeram – repito – nem após o advento da Declaração Universal dos Direitos da Criança, de 20 de novembro de 1959, da qual o Brasil é também signatário. A partir daquela data houve pelo menos duas Constituições, mas ainda assim o legislador brasileiro não teve o cuidado de nelas inserir os direitos da criança e do adolescente, como a maioria das Constituições modernas têm feito.

Tem-se tomado por modelo a Constituição americana, como disseram aqui, ontem. É uma Constituição que tem sido cantada em prosa e verso e que, no meu modo de ver, não serve de modelo para o resto do mundo. Pode ser muito boa para os Estados Unidos, mas, apesar de ser considerada a grande Constituição do mundo moderno, não evitou que os Estados Unidos fizessem duas guerras de ocupação contra o México; não tem impedido a discriminação contra os negros; e, ainda, tem permitido que menores sejam executados na cadeira elétrica ou na câmara de gás.

Sabemos que, no sistema jurídico norte-americano, é adotado o princípio de discernimento. Quer dizer, se o jovem com quatorze anos de idade conheceu as conseqüências do delito que praticou, estará sujeito às mesmas penas do criminoso adulto. E, por isso, pelo menos duzen-

tos e oitenta menores nos Estados Unidos já sofreram penas de execução. A Constituição norte-americana é muito boa, mas não tem evitado isso. De modo que não acho que seja o melhor modelo para o mundo moderno.

Estou de acordo, aliás, com o Constituinte Ronan Tito, quando S. Ex.<sup>a</sup> diz que estamos fazendo uma Constituição através de um processo muito democrático. Na verdade, esses três artigos que estamos inserindo aqui no texto deste projeto tiveram extraordinária participação do povo. O processo de convencimento, para que adotássemos esses artigos, se deu por meio das entidades que aqui compareceram para defender suas posições. A Comissão da Criança e a Constituinte, a ONBB, a Pastoral da Criança, o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua e outras entidades assinaram propostas totalizando um milhão e duzentas mil assinaturas, para mostrar que o povo brasileiro está consciente de que este é um grave problema.

Infelizmente, não são muitos de parte do Governo que têm compreendido os graves males que esta Nação tem acarretado a grande parcela da sua infância e de seus adolescentes. E uma Nação que permite isso, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, não o estará fazendo impunemente. Já estamos pagando altos preços, com mortes, assassinatos etc. Chegou a hora, e o local é este!

Apelo, então, para os ilustres membros desta Comissão não faço parte dela, apenas tenho comparecido aqui porque tenho interesse em acompanhar todos os trabalhos – para que não emendem o que está feito. Se puderem, por acaso, acrescentar algo que aperfeiçoe o texto, será muito bom. Se conseguirmos, porém, manter esses três artigos com seus parágrafos e incisos, estaremos garantindo, no texto da nova Carta, uma expectativa de direito que ensejará uma verdadeira mudança neste País.

Por último, queremos substituir o Código de Menores pelo Código Nacional da Criança e do Adolescente. Como sabemos, o Código de Menores é um instrumento segundo o qual quem tem direito é o juiz, não a criança. É um conjunto de normas pelas quais o juiz dá à criança a destinação que acha melhor, segundo seu saber, sua convicção e seu convencimento, não segundo normas de direito lá asseguradas.

Queremos que o futuro código da criança e do adolescente comece por definir os direitos da criança e do menor, bem como as responsabilidades da sociedade e do Estado, e não apenas estabelecer que se destina à vigilância, à proteção e à assistência das crianças em situação irregular, como se verifica no atual diploma. Assim, estaremos dando um passo no sentido de construir uma Nação democrática, fraterna e justa, o que não ocorrerá se permanecer a situação que presenciamos nas ruas de todas as nossas cidades – e não somente nas grandes cidades, mas nas pequenas também.

O Sr. Relator, ao acolher sugestão nossa, de incluir no preâmbulo da Constituição esta expectativa de elaboração constitucional, diz, em seu substitutivo:

"Os representantes do povo brasileiro, reunidos, sob a proteção de Deus, em Assembléia Nacional Constituinte, afirmam o seu propósito de construir uma grande Nação baseada na liberdade, na fraternidade, na igualdade, sem distinção de raça, cor, procedência, religião ou qualquer outra, certos de que a grandeza da Pátria está na saúde e felicidade do povo, na sua cultura, na observância dos direitos fundamentais da pessoa humana, na proteção especial à criança e ao adolescente..."

Isto é extraordinário. Fico muito grato ao Relator Bernardo Cabral por haver acatado essa sugestão. Nós a fizemos com a intenção de que a Constituição começasse, na parte preambular, com a Declaração Universal dos Direitos da Criança. Como não foi possível, S. Ex.<sup>a</sup> faz essa referência, que é uma lembrança oportuna.

Precisamos consolidar a fraternidade no Brasil. E a construção de uma nação fraterna começa pelo atendimento à infância. Povo que não respeita sua infância não respeita mais nada; cidadão que não respeita uma criança não respeita coisa alguma. O que está acontecendo no Brasil, antes de tudo, é uma falta de respeito à condição do ser humano.

**O SR. PRESIDENTE (José Fogaça):** – Nobre Constituinte Nelson Aguiar, o seu tempo já se esgotou em cerca de nove minutos.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON AGUIAR:** – Já vou encerrar, Sr. Presidente.

Aqui fica meu apelo, no sentido de que aproveemos esses preceitos, pois assim estaremos garantindo um instrumental jurídico constitucional capaz de mudar muita coisa que vem ocorrendo neste País no tempo do atendimento à infância e ao adolescente.

**O SR. PRESIDENTE (José Fogaça):** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Nilso Sguarezi.

**O SR. CONSTITUINTE NILSO SGUAREZI:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, à medida que os trabalhos da Constituinte avançam, parece-me claro que a tese parlamentarista é aceita definitivamente neste Congresso Constituinte. É evidente aos que hoje detêm o poder que a mudança prenuncia sua saída do poder.

Sr. Presidente, fico temeroso quando algumas vozes se levantam querendo um plebiscito para que a população julgue a nova forma de governo, que me parece ter obtido consenso entre a maioria dos Constituintes. Fico preocupado porque pessoas que estão no Governo começam a usar expedientes não muito éticos e recomendáveis para quem realmente deseja a democracia no País. Há ministros praticamente afrontando o Parlamento, dizendo que o Presidente deve baixar decretos-leis, e outros afirmando – os jornais de hoje publicam que haverá aumento de impostos por causa dos Constituintes. Isso não passa de sofisma, já que o próprio texto constitucional está dando garantias à sociedade de que o Governo não mais terá o direito de arbítrio para tributar, como hoje, infelizmente, ocorre.

Sr. Presidente, havendo um plebiscito, as pessoas interessadas em manter o poder, principalmente por parte do Executivo, manipularão os meios de comunicação, como já foi feito em passado recente neste País. Na ocasião, a forma parlamentarista havia sido adotada, um plebiscito induziu a população a optar pelo retorno do presidencialismo, porque se achava que seria a salvação da Pátria – e os 95 anos provam exatamente o contrário.

Sr. Presidente, temo que os membros desta Comissão de Sistematização, após altas negociações, venham a aceitar a realização de plebiscito. Se assim entenderem, que se regulem o uso dos meios de comunicação de massa, porque, do contrário, esta Nação assistirá a cenas realmente inimagináveis: o Sr. Leonel Brizola usando a Rede Globo de Televisão, que lhe está fechada dia e noite, para defender a tese presidencialista; Aureliano, Lula, Brizola e Maluf no mesmo palanque defendendo a tese presidencialista, para, na cena seguinte, todos, em palanques separados, retirarem o apoio que hoje parecem emprestar ao Presidente Sarney ao defenderem o presidencialismo.

Temo, Sr. Presidente, pela incipiente democracia brasileira. O capenga presidencialismo não terá mais condições de absorver crises quando este Parlamento, por inteiro – uns contrariados por serem hoje a maioria parlamentarista e, outros, porque hoje defendem o presidencialismo – amanhã tentar conquistar, com legitimidade, é verdade, o poder através do voto. E, nessa disputa, Sr. Presidente, pelo nosso lastro cultural, pela nossa experiência das pugnas eleitorais, da comoção social que se abate numa eleição, da verdadeira catarse social de crise em que este País se debate, sabemos que será fácil, através dos meios de comunicação, induzir a população a culpar os Constituintes, como bodes expiatórios, por todos os males e crises que infelizmente hoje atravessamos.

Por isso, Sr. Presidente, alerto os ilustres membros da Comissão de Sistematização para o fato de que a primeira fase de implantação da nova Constituição dependerá do apoio de todos e não é momento de contestá-la.

Por isso, aqui deixo meu apelo – e o faço principalmente a V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Presidente, que tem sido um dos baluartes na defesa da manutenção do sistema parlamentarista de governo – no sentido de que se tenha muita cautela, se tornar necessário um plebiscito para que a população o legitime. Cautela não será demais para que se regulamente a possibilidade de os parlamentaristas, desta vez, irem aos meios de comunicação defender o parlamentarismo com argumentos válidos e não com expedientes como esse, através do qual se tenta jogar sobre esta Assembléia Nacional Constituinte a culpa pelo fato de que poderá haver aumento de impostos. O que ocorre, na verdade, é que esta Assembléia defende aquilo que o povo e a Nação desejam, isto é, a descentralização tributária, para propiciar a nossos estados e municípios verdadeiro exercício da democracia. Trata-se, exatamente, de evitar o que ocorre agora, como centralismo tributário impedindo o Prefeito de pertencer a um partido de oposição, obrigando-o a vincular-se eternamente a uma agremiação situacionista e mendigar recursos do Estado da União.

É preciso, pois, Sr. Presidente, que, se houver plebiscito, também nós, parlamentaristas, tenhamos, em igualdade de condições, o direito de expender nossos argumentos. Muito obrigado. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (José Fogaça):** – Antes de chamar o próximo orador, gostaria de fazer uma comunicação, em nome da Presidência.

A votação do substitutivo será iniciada amanhã, dia 24, às 20 horas, no Plenário do Senado Federal. E será analisado, na oportunidade, o preâmbulo da nova Constituição.

Concedo a palavra ao Constituinte José Fernandes.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FERNANDES:** – Sr. Presidente, nobres pares da Comissão de Sistematização, nesta tribuna manifestou-se, na sessão presente, mais um dos adversários da Zona Franca de Manaus. Eu, que já estou acostumado a enfrentar não só os adversários da Zona Franca, mas, especialmente, os ambiciosos e cobiçadores da Amazônia, venho novamente fazer a defesa do projeto de desenvolvimento chamado Zona Franca de Manaus, através do sistema de incentivos fiscais.

Recordo que, em 1940, quando iniciávamos a defesa de um processo de desenvolvimento daquela região, era desacreditado o argumento de que ali pudesse haver realmente um pólo industrial forte, que desenvolvesse uma tecnologia de ponta, como sói acontecer nos dias de hoje. Foi

quando enfrentamos, na Universidade do Amazonas, não a mensagem de um Deputado do Rio de Janeiro, mas a de um aliado seu que, vindo da Universidade de Nova Iorque, discutia com os professores da Universidade do Amazonas a tese de que a Amazônia tinha que seguir o destino das regiões gélidas, como, por exemplo, as do Canadá. Não lembro sequer o nome daquele americano, pois como tal, ele podia realmente fazer parte da cobiça internacional e imaginar que a Amazônia fosse só para os índios, que a Amazônia não deveria servir ao Brasil, que a Amazônia não deveria ser um orgulho do Brasil, mas que a Amazônia deveria, sim, ser internacionalizada, até no interesse das nações que nunca fizeram nada pelo nosso País, mas que foram seus algozes, realmente, durante o colonialismo político e, depois, quando do colonialismo econômico.

Foi quando levantei a tese de que, ao contrário, a Amazônia tinha de favorecer o Brasil, como, aliás, sempre aconteceu. Até lembrei que, em breve, poderiam ser descobertas importantes jazidas minerais na região. Aquele mesmo americano me disse algo interessante, que poderia ser repetido pelo Deputado Paulo Ramos: afirmou que certas áreas não tinham valor. Perguntei-lhe: "será que também não tinha valor a ilha de Manhattan, que, denominada nova Amsterdam; foi vendida pelos índios aos holandeses por 12 dólares?" Respondeu-me o americano que os índios da Ilha de Manhattan não haviam estudado na Universidade do Amazonas. Retruquei: "Nem tinham o grau de PhD da universidade de Nova Iorque".

A partir daí, só o esforço físico poderia resolver o problema da agressão que sofríamos, nós, da Amazônia. Estamos acostumados com a agressão, não só por parte de cariocas, mas até de americanos, de holandeses e de quem mais aqui venha, pois a Amazônia é, sobretudo, um testemunho da tenacidade do homem brasileiro, especialmente do nordestino. É preciso dizer, inclusive, que a Amazônia só existe porque cerca de 400 mil nordestinos tiveram a coragem de enfrentar a malária, as intempéries da região, a partir de 1880, quando começou o **boom** da exploração extrativista da borracha. Lá, muitos deles suaram sangue, e morreram; outros voltaram para o Nordeste em situação de penúria. Mas perseverou-se, naquela área, no Momento mais oportuno. E, já no início do século, quando eram dados os primeiros passos para a incipiente industrialização do Brasil, quando São Paulo precisava de divisas para importar bens de capital, lá estava a produção pujante da borracha, oferecendo àquele Estado aquilo de que precisava para que se iniciasse o processo de industrialização do País. A contribuição da Amazônia foi, assim, importante. E, no dealbar desse processo, o papel da Amazônia não foi outro senão de fornecer divisas para que se iniciasse a industrialização do Centro-Sul.

Quando eclodiu a Segunda Guerra Mundial, o Brasil participou do conflito, e novamente a Amazônia foi lembrada. Foi a época da famosa "batalha da borracha", na qual, em lugar de fuzis, as armas eram ali representadas por lamparinas – as chamadas "porongas" – bem como pelos instrumentos de trabalho dos seringueiros, ou seja, as facas e as tigelas que recebiam o látex. E quais eram os adversários? A malária, que lá estava para receber aqueles nordestinos que reencetavam a expansão da fronteira econômica e humana, com o objetivo de produzir para o Brasil, num momento crítico, uma matéria-prima indispensável ao esforço de guerra: a borracha. Outros terríveis adversários eram as cobras e as feras, desafiando aquele contingente de bravos.

Ninguém parece lembrar-se desse esforço. Hoje, quando a Constituição contempla a Zona Franca, e é recordado

também o "soldado da borracha", pode ser que o Deputado Paulo Ramos, acostumado às belezas de Copacabana, habitante de um Estado para onde são drenados os recursos de todo o País, se coloque contra isso. Normalmente, quem se aposenta e recebe seus proventos, por exemplo, pelo Amazonas, pelo Pará, pelo Ceará, ou por qualquer outro Estado, depois vai gozar a aposentadoria – é lógico que seja assim – nas belezas do "Sul Maravilha", especialmente no Rio de Janeiro. Quanto ao Rio de Janeiro, porém, se apurado seu produto interno de maneira diferente, seria constatado que boa parte de seus recursos é obtida através de transferências, especialmente de aposentados. Não é, por conseguinte, este Rio de Janeiro, que cresceu 8% no ano passado, quando alguns Estados evoluíram em virtude da crise, que pode falar da necessidade de desenvolver a Amazônia. A Amazônia, especialmente a Zona Franca de Manaus, que deu alento à Amazônia Ocidental, precisa de compreensão. Sobretudo, a região quer ser brasileira, e não ser lembrada apenas nos momentos de guerra; quer que se cultuem o sangue, o suor e as lágrimas dos nordestinos que para lá foram por acreditarem na riqueza econômica representada pela borracha.

É, na verdade, uma região que nada recebeu do País, a não ser a oportunidade de, agora, tentar o próprio desenvolvimento. Mas é também a grande região que, apesar de todos os conflitos, ainda se mantém isenta, imbuída de forte sentimento de soberania nacional.

Talvez alguns desejassem ver repetido o que, em certa época, ocorreu com alguns amazônidas da fronteira, ou seja, mendigar recursos e abdicar da cidadania brasileira, na suposição de que muito melhor seria ser peruano. Quando se criou a Zona Franca de Iquitos suas vantagens faziam com que os posseiros do Alto Solimões não se dirigissem mais aos maiores centros do País, mas, sim, buscassem as facilidades de Iquitos.

Não é esta a Amazônia onde moramos, vivemos e desejamos também que nossos filhos permaneçam. Não é a Amazônia que queremos. Recentemente, um grupo de alemães me perguntava sobre alguns problemas da Amazônia, e eu lhes dizia que poderia responder, por exemplo, com a visão de Hermann Kahn, que queria criar um grande lago no Estreito de Óbidos e, por isso, imaginava alagar a maior parte da Bacia Amazônica, a maior parte do vale. Ou poderia responder como alguém que, tomando uísque em outra região do País, acha que entende, por exemplo, do interior da selva amazônica. Eu poderia também responder como alguém que conhece quase toda a Amazônia, especialmente a Ocidental, e que já percorreu todas as suas unidades, nas peregrinações do pai, pregador do Evangelho. Morei em todas as unidades da Amazônia Ocidental, Sr. Presidente. Fui criança, lá.

Quando estava no ginásio eu não pensava em outra coisa a não ser em conseguir o título do segundo grau – naquela altura, o colegial – e buscar um emprego no Centro-Sul. Depois, surgiram esperanças para minha geração, com as indústrias levando alento àqueles que precisavam de trabalho. E essa mesma indústria gera hoje, diretamente, cerca de setenta mil empregos só no pólo de Manaus e, indiretamente, na Amazônia Ocidental, talvez, no total, trezentos mil. É este mesmo projeto que queremos seja inserido na Constituição. Por quê?

Porque, desde sua implantação, não faltaram professores das universidades nova-iorquinas e pessoas de outras partes do País tentando destruir o único e bem sucedido projeto de desenvolvimento já levado a cabo na Amazônia Ocidental. Nós o queremos na Constituição, porque, hoje, projeto está podado em muitos de seus instrumentos

de incentivo. Nós o queremos na Constituição, porque, anualmente, quando Ministros como o Sr. Bresser Pereira, por exemplo, examinam o balanço comercial do País, em primeiro lugar são lembrados, de maneira irresponsável, os parques dólares destinados à Zona Franca de Manaus. É preciso dizer que, para cada dólar que se importa hoje, são gerados cerca de oito dólares em produtos. Cada dólar é multiplicado por oito, em termos de geração de produtos na Zona Franca. A própria presença desses dólares na Zona Franca gera empregos, pelas compras que se fazem no Centro-Sul. Para cada dólar que do exterior entra na Zona Franca, três outros advêm do Centro-Sul do País na condição de matéria-prima. Onde estão sendo empregadas as pessoas e a quem estão sendo pagos os impostos referentes às matérias-primas importadas pela Zona Franca de Manaus. Nos Estados do Rio de Janeiro – do Constituinte Paulo Ramos –, de São Paulo, Santa Catarina, Paraná e outros da Região Centro-Sul.

Trata-se, assim, de uma visão caolha, a de se achar que a Zona Franca representa um grande problema por usar alguns poucos dólares. Mas são alguns poucos dólares mesmo, companheiros Constituintes! É preciso dizer que, só no ano passado, em 1986, segundo informações de entidades internacionais que estudam as economias latino-americanas, houve evasão do País, por meios criminosos e escusos, de cerca de um bilhão de dólares. Esse dinheiro saiu do País por vias ilegais e foi para bancos suíços e de outros países onde há contas numeradas secretas.

Então, se o Sr. Ministro Bresser Pereira quer realmente resolver o problema de divisas, deveria começar com a moralização desse setor, já que, se esse bilhão de dólares não se evadiu via Amazônia, talvez os grandes capitalistas do Sul do País ou até mesmo pessoas vinculadas ao Governo tenham desviado dólares para depositá-los em bancos do exterior. Esta, a grande verdade, que tem de ser dita: se um bilhão de dólares saiu do País por meios ilegais, por que, então, a preocupação com os quinhentos milhões – metade daquele valor – alocados anualmente para impulsionar o funcionamento da Zona Franca de Manaus?

Há um outro aspecto que também precisa ser lembrado. Este País não teria, hoje, atingido um alto índice tecnológico na área da indústria eletro-eletrônica se não existisse a Zona Franca de Manaus, eis que ela é a porta de entrada da tecnologia de ponta. Quem quiser pode ir lá e confirmar isto, mas que não vá com a idéia de que lá apenas se apertam parafusos! Os produtos eletro-eletrônicos lá produzidos têm hoje, em média, um índice de nacionalização de 75%. E há produtos, como os televisores, que já alcançaram 98% de nacionalização na Zona Franca de Manaus. Portanto, só quem tem má vontade é que desconhece os benefícios advindos daquele pólo.

O escândalo do Proálcool, a propósito, segundo informações da imprensa, já deu um prejuízo ao País de nove bilhões de dólares. Esta quantia, Srs. Constituintes, é superior a tudo que foi consumido, em termos de divisas, na Zona Franca de Manaus. São nove bilhões de dólares que não foram consumidos pela Zona Franca, mas por aqueles que estão envolvidos no Proálcool. E, no Amazonas, não há Proálcool!

Finalmente, há, ainda, os que acham que a Zona Franca contribui para assuntos que – parodiando Jô Soares – nada teriam a ver com o caso. Alguém já fez um relatório para o Ministro Bresser Pereira afirmando que a Zona Franca de Manaus e a Sudene, juntas, contribuem com cento e vinte e um bilhões de cruzados para déficit público, no ano de 1987. Contesto esses assessores econômicos colonialistas internos com o seguinte argu-



mento: para o Rio de Janeiro foram alocados, há quase seis meses, cerca de setenta e três bilhões de cruzados, apenas para tapar o rombo do Banerj. Se atualizarmos o valor real dessa quantia, teremos qualquer coisa em torno de cento e cinquenta bilhões. Dividindo-se isso pela população do Rio de Janeiro, há de se constatar que cada carioca, neste ano, está contribuindo para o déficit público com cerca de quatro mil cruzados. Enquanto isso, os nordestinos e os amazônidas, reunidos, contribuem com cento e vinte e um bilhões – se a informação for correta – que, divididos pela população, representarão a metade disso, ou seja, cerca de dois mil cruzados por habitante da Amazônia Ocidental.

Não creio que haja razão para o Constituinte Paulo Ramos, cujo Estado, o Rio de Janeiro, contribui para o déficit público com quatro mil cruzados por habitante, vir tirar o bombom da boca da Criança, querendo que diminuamos os dois mil cruzados que representam, neste caso, a contribuição dos nordestinos e amazonenses.

Quero dizer apenas ao nobre Constituinte Paulo Ramos que lamento que S. Ex.<sup>a</sup> também não tenha ido estudar na universidade de Nova Iorque.

**O SR. PRESIDENTE (José Fogaça):** – Concedo a palavra à Constituinte Irma Passoni, que disporá de dez minutos na tribuna.

**A SRA. CONSTITUINTE IRMA PASSONI:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, gostaria de registrar alguns pontos fundamentais. Primeiramente, abordo a questão do poder.

O Relator Bernardo Cabral, quando colocou no texto constitucional que "todo o poder emana do povo e em seu nome será exercido", não admitiu emenda que democratizasse um pouco mais a distribuição do poder, que apenas em nome do povo será exercido, quando havia dezenas e dezenas de sugestões que possibilitavam que, com sua participação e com uma visão de mais respeito ao poder, em nome do povo, ele fosse exercido.

Lamento que não tenham sido aceitas emendas nesse sentido.

Outra questão que me preocupa, Sr. Presidente – e é bom que o Líder do Governo esteja aqui presente – é a da confusão que se instala no projeto do Relator Bernardo Cabral com relação a Polícia Civil e à Polícia Militar. Aparentemente isso seria algo imprescindível – não é o caso. Hoje, a grande confusão quanto à atuação da polícia, nos estados, é a da competência.

Gostaria de citar, a propósito, o art. 162, § 2º, que diz:

"A Polícia Civil, estruturada em carreira, cabe o exercício da polícia preventiva e judiciária e a apuração das infrações penais."

Ora, em primeiro lugar, pergunta-se: é preciso que existam as polícias civil e militar? Ao meu ver, não. É preciso que se unifique a polícia brasileira. Não há necessidades de polícias civil e militar.

Segundo: qual a competência de cada uma? Se agora se dá à polícia civil a competência da ação preventiva e não a da judiciária, então, realmente, a confusão no meio-campo é total. Isso se dá, por exemplo, em fatos bem concretos. Quando acontecem acidentes, há envolvimento da polícia militar e da polícia civil. Pouco importam as conseqüências para a vida do acidentado, que permanece, às vezes, doze ou treze horas sem atendimento, já que um setor o encaminha para outro.

Não sou técnica no assunto. Porém, acabamos de ouvir a Polícia de São Paulo, por intermédio do Dr. Fleury,

que nos veio expor o que se passa. Hoje está estampada nos jornais uma carta da Polícia de São Paulo de repúdio aos Constituintes. Por quê? Porque se mantém, no substitutivo, essa confusão, essa ação preventiva, no que tange à polícia civil – o próprio Relator está aqui, e talvez possa receber pessoalmente dos delegados de polícia a questão.

Portanto, primeiro, é preciso que se estabeleçam as competências de cada uma das polícias.

Ocorre, a seguir, outra confusão, desta vez no art. 20, inciso XXI, que diz o seguinte – e o Sr. Relator talvez pudesse dirimi-la:

"Art. 20. Compete à União:

XXI – executar os serviços de polícia marítima, aérea de fronteira, e, nas rodovias e ferrovias federais, a repressão a crimes contra a vida e o patrimônio."

Acontecendo qualquer acidente em estradas deste País, é preciso que a Polícia Federal vá lá, para socorrer ou fazer a ocorrência. Como é possível? Quando pedimos a descentralização e o atendimento imediato, tem-se que remeter o assunto à Polícia Federal.

Acho que, no caso, deveria ser repensado o assunto. Pedimos ao Dr. Fleury que pense um pouco mais e que ambas as polícias entrem em acordo.

O melhor que se poderia fazer, porém, segundo a nossa competência e responsabilidade, seria unificar a polícia civil e militar, criando um corpo único, com funções específicas para cada uma, sem essa separação.

Outro assunto, Sr. Presidente.

Solidarizo-me com o Relator quando introduz no art. 214, o parágrafo único, segundo o qual o título de domínio de terra será conferido ao homem ou à mulher, esposa ou companheira.

Acho que aqui, pelo menos, foi garantido o direito da mulher. Só temos dúvida em relação à mulher solteira.

Chamo a atenção, ainda, para outra questão, referente à emenda que apresentei, acolhida pelo Sr. Relator – não sei se outros fizeram idênticas – que trata da competência dos Vereadores a serem eleitos em 1989, de votarem a Lei Orgânica dos Municípios.

Creio que isso foi um acerto importante. Muito se discute o poder federal, o poder da União etc., e pouco se discute o poder municipal. É muito fundamental dar poder ao Município, de fazer sua própria Lei Orgânica, através dos Vereadores a serem eleitos em 1988. Assim o poder se exercerá de baixo para cima, e a população poderá participar da organização e administração do seu Município.

São algumas sugestões que faço. Espero que o Sr. Relator, aqui presente, possa sobre elas refletir, especialmente quanto à questão da polícia, da defesa da sociedade. Não acredito que a questão da violência possa ser resolvida unicamente pela polícia, embora considere fundamental sua ação. Estamos, porém, em plena guerra civil. Já declarei isto há muito tempo. E os últimos casos do Rio de Janeiro o comprovam. Portanto, se a competência de cada uma das polícias – civil, militar e federal – não for especificada, haverá mal-entendidos, e prejudicada será a população.

**O SR. PRESIDENTE (José Fogaça):** – Não havendo mais oradores inscritos, convocamos outra reunião para hoje...

A ilustre Constituinte Rose de Freitas estava inscrita como primeira oradora desta manhã. Foi chamada, mas não estava presente.

**A SRA. CONSTITUINTE ROSE DE FREITAS:** – Sr. Presidente, eu me ajustarei às determinações de V. Ex.<sup>a</sup> mas quero dizer que esta Comissão não tem, em nenhuma das suas sessões, seguido rigidamente o Regimento.

**O SR. PRESIDENTE (José Fogaça):** – Se V. Ex.<sup>a</sup> quiser usar da palavra nesta sessão, por favor, disponha da tribuna. Se, porém, quiser inscrever-se para a sessão das 19 horas, que agora convoco, V. Ex.<sup>a</sup>, por certo, será a primeira a falar.

**A SRA. CONSTITUINTE ROSE DE FREITAS:** – Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE (José Fogaça):** – Convocamos outra reunião para hoje, às 19 horas, neste local, a fim de dar continuidade aos debates sobre o Substitutivo do Relator Bernardo Cabral.

Está suspensa a sessão.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Havendo número regimental, damos início à reunião para continuarmos a discutir matéria constitucional.

Concedo a palavra à eminente Constituinte Rose de Freitas.

**A SRA. CONSTITUINTE ROSE DE FREITAS:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, tivemos oportunidade hoje, na sessão do Congresso, de fazer uma rápida apreciação do último Substitutivo apresentado pelo Relator Bernardo Cabral. De acordo com o nosso pensamento e a nossa postura política nesta Casa fizemos uma análise daquilo que foi colocado no substitutivo e do que foi defendido pela maioria dos Constituintes. Para surpresa nossa, constatamos que algumas das teses defendidas pelo nobre Relator e apresentadas no Substitutivo sequer foram objeto de emenda ou propostas trazidas pelos Srs. Constituintes.

Quero ressaltar, aqui, um fato que envolve a nós, mulheres, que representamos a maioria da população, mas ainda com número restrito nesta Casa. Depois de longa caminhada nacional e de grande manifestação de reencontro com todas as bases femininas e feministas do País, apresentamos uma proposta diferente daquela que foi colocada pelo próprio nobre Relator no seu Substitutivo: de 30 anos para a mulher e 35 para os homens, respectivamente, proposta que, segundo ele mesmo, teria sido objeto de um acordo entre Lideranças.

Sr. Presidente, não entendo as razões desse acordo, porque, parece-me, quem tem de falar sobre os problemas dos trabalhadores são os trabalhadores, quem tem de apreciar os problemas relativos à mulher são as mulheres. E se todas as entidades feministas e movimentos da mulher defenderam nesta Casa aposentadoria aos 25 anos de efetivo serviço, é porque esta é a vontade da mulher. Esta não pode ser colocada de forma secundária no pensamento desta bancada Constituinte, porque se estabeleceu um acordo de lideranças indiferente à vontade manifesta de todos os movimentos da mulher no País.

A mesma coisa aconteceu com relação aos índios. Essa Casa assistiu a várias reuniões, com a participação de inúmeras tribos, caciques, representantes de movi-

mentos indígenas, que trouxeram propostas amplamente discutidas e estudadas. E o que vimos no capítulo dos índios foi um resumo extremamente sofisticado, indiferente e manipulado, para que o índio continuasse a ser mero figurante nas páginas da história política, sem nada ter a ver com a tão apregoada justiça para as minorias neste País. Chegamos ao ponto de abordar a exploração das tribos indígenas, como se esta questão dependesse de autorização do Congresso Nacional para ser tratada. E agora, de que forma isto se daria, não se definiu. E, também, os índios que se ausentaram da sua aldeia e adquiriram determinado nível de cultura não poderiam ter qualquer um dos direitos inseridos no capítulo dos índios, porque eram considerados pessoas completamente por fora da problemática indigenista, tanto na questão escolar como na dos direitos garantidos a qualquer tribo. Assim não teriam direito a qualquer das reivindicações que foram colocadas como pretensão do movimento indigenista.

Faço como peemedebista que sou, como pessoa que ajudou a construir um partido alicerçado nos compromissos assumidos durante toda sua luta para conquista dos seus ideais. Parece-me que em determinados pontos do processo constituinte ficaram completamente esquecidas as questões do trabalhador, da redução da jornada de trabalho, da estabilidade, da alocação da mão-de-obra. Não consigo ver – e aí gostaria de abordar o assunto, com franqueza, com os meus colegas de bancada – como poderemos estruturar um processo constitucional e tentar desculpar publicamente de que o que é viável hoje no processo de transição é o que está sendo escrito na Carta Constitucional. Esta contém realmente alguns avanços significativos, mas há um retrocesso quando trata das questões da mulher, dos trabalhadores, do sistema político de governo, das definições históricas que nos comprometemos a assumir nesta Carta magna.

Na minha perplexidade, procuro, às vezes, compreender onde foi buscar o Relator Bernardo Cabral a duração do mandato do Presidente da República. Não vi um único Parlamentar, presidencialista ou não, defender para o Presidente José Sarney o mandato de seis anos. Nós do PMDB, entendíamos que constituímos os dois pés do tripé que mantém essa bendita transição que aí está. E eu, na minha vida, jamais tive de publicamente expressar arrependimento por ter participado de qualquer processo político espúrio para o PMDB. Mas, por uma fatalidade do destino, não foi esse homem que aí está, esse cidadão que hoje é titular do Poder Executivo a pessoa com quem engendramos todos os compromissos para constituir a nova República da transição. Agora, arrependo-me amargamente de ter participado desse episódio, porque não entendo hoje como inserir no texto constitucional a definição do mandato do Presidente José Sarney olvidando a sociedade e a classe política que a representa em algumas situações.

Avançando mais um pouco, gostaria de abordar aqui a questão do parlamentarismo. De repente, surpreendidos, não temos como justificar – e o Constituinte Brandão Monteiro fez algumas colocações sérias, procedentes, a esse respeito, hoje, no plenário desta Casa – o novo colégio eleitoral, que repudiamos no passado, mas que começa a existir no esboço do Substitutivo. Quer dizer, nós, agora em vez de aperfeiçoarmos o processo democrático, de encontrarmos uma forma benéfica, aprimorada e estratégica, de revigorarmos aquilo que no passado dizíamos ser espúrio e que iríamos implodir: o colégio eleitoral. Não se alcançando a maioria nas eleições, dá-se poder, no segundo turno, às Câmaras de vereadores, às Assembléias e ao Congresso de eleger os re-

presentantes do povo. Ora, companheiros, considero de todo inadmissível que o PMDB – e acredito que isso não se dará com o PMDB; pois sou uma das pessoas mais crédulas desta Casa, porque vim para cá sem o apoio de qualquer grupo econômico ou de qualquer grupo político específico, sustentada apenas por um comportamento político pautado no programa do meu partido, no qual sempre acreditei e ajudei a construir – possa defender publicamente essa proposta do parlamentarismo trazida pelo nobre Relator Bernardo Cabral. Tenho ouvido muitas argumentações, algumas de políticos – extremamente sérios e competentes, de que o parlamentarismo não nos interessa e que o presidencialismo é a melhor forma de regime e de sistema político para o País. Não entendo como o PMDB, que trilhou a caminhada persistente da resistência democrática e da oposição, que foi o protagonista principal da transição política, da transição democrática, consiga viver tanta contradição no seu seio, assumindo tantas posições políticas.

Não entendo como até hoje esse partido não conseguiu definir sua bancada nem qual a linha a ser adotada politicamente no plenário desta Casa, se parlamentarista ou presidencialista. Continuaremos assumindo a postura que sempre assumimos, a de ser o partido do sim ou do não, um partido a favor da reforma agrária ou contra ela; um partido a favor da luta pelas minorias ou contra elas, um partido a favor do trabalhador ou contra ele. E esta contradição nos acaba e nos deixa cada dia mais exaustivamente castigados à procura de um diálogo e acredito que à procura de determinado consenso.

Creio que este tem de existir pelo menos, Sr. Presidente, neste processo constitucional, porque vai ser muito difícil o PMDB sobreviver aos processos de discussão e votação, já que ele está tentando sobreviver a toda essa crise política que assola o País causada pela insegurança deste Governo, pela falta de definição e de posição política e pela falta de compromisso com as reais mudanças que foram ampla e demagogicamente apregoadas, porque continuamos vivendo a recessão, a inflação e o desemprego campeiam no País; convivemos agora com tudo aquilo que combatemos no passado. E nós, que prometemos mudanças nesta País, porque a realidade de então era insuportável, nós a trazemos de volta ao cenário do País, agora sob a égide do PMDB, que é a força política majoritária nesta Casa e neste País, sob a falsa desculpa – e é o que mais se ouve nesta Casa – de que é temeroso modificar profundamente tanto a Constituição como o sistema econômico e político.

Já ouvi um nobre Senador perguntar se eu tinha saudades dos tempos da repressão, do tempo em que fiquei numa cela, porque ele não queria voltar para o Chile. Essa argumentação talvez seja a que mais pesa nesta Casa. Também ouvi um Senador dizer desta tribuna que o Poder Executivo emite sinais de que este é o momento adequado para fazermos uma ampla negociação em torno do sistema político e do mandato do Presidente. Não vejo ligação entre o sistema de governo e o mandato do Presidente. Não entendo que os sinais que o Governo emite para esta Casa devam ser reconhecidamente legítimos para influírem no texto constitucional. Afinal de contas, fomos eleitos, falamos em soberania da Constituição, falamos na liberdade do exercício deste mandato de Constituinte e, no entanto, passamos todo o tempo a querer interpretar os sinais que nos trazem os grandes interlocutores do Palácio do Planalto.

O Presidente Ulysses Guimarães, numa das caminhadas históricas por este País, afirmou que as grandes mu-

danças não se operam em época de calmaria. Vivemos eternos conflitos e nada mudamos, porque vivemos o conflito e sentimos-nos ameaçados por ele. A falação do General Leônidas Pires Gonçalves coloca todos de sobre aviso nesta Casa. São raros os Constituintes que assomam à tribuna para alertar os companheiros mais desavisados de que este Poder deve ser soberano. E a sua respeitabilidade, o seu papel histórico na feitura da nova Constituição terá de advir da sua independência.

O respeito que nos é devido em qualquer lugar ou em qualquer partido em que estejamos apenas será reconhecido com a nossa independência, não com este Congresso de joelhos como aí está ou aceitando que se escreva a Constituição a quatro mãos. Além disso, alguns companheiros da nossa bancada, que antes combatiam publicamente o presidencialismo monárquico que aí está, hoje barganham com o Poder Legislativo, a cada dia, os votos e as posições políticas nesta Casa. Não é desta forma que seremos reconhecidos como um Poder respeitável.

O meu partido apregoou as maiores transformações políticas e econômicas, e eu não quero ser profeta do nada, porque minha palavra, Sr. Presidente, é meu código de honra. O que preguei em praça pública não foram apenas metáforas ou ilustrações demagógicas, pois tem sido o meu compromisso **ad aeternum**. Não admito ocupar hoje esta tribuna e dizer: o passado é página morta e encerrada. Não terei condições de voltar ao meu Estado, o Espírito Santo, de olhar minhas comunidades, meus companheiros de sindicato e dizer que as mudanças não foram possíveis porque sobre o Congresso pairava a eterna ameaça de um golpe visionário ilustrado por aqueles que não têm coragem de enfrentar meia dúzia de militares, que apenas se escudam nesse fantasma retórico, atrasado, superado pela sociedade participativa e democrática que aí está e que não admite golpes no País. Quem pensar ou agir desta maneira, no futuro não poderá ficar impune.

Antes de concluir, se Presidente, convoco os companheiros para a luta das mulheres nesta Casa. Somos apenas 25 mulheres. Não gostaria que esse número significasse a proporcionalidade do voto, do companheirismo e da solidariedade que V. Ex.<sup>as</sup> deveriam ter para com as mulheres. O que escrevemos e apresentamos como proposta não foi subscrito por 25 Parlamentares, mas pela maioria da população brasileira. Gostaríamos de contar com o apoio de todos os Constituintes na questão da aposentadoria da mulher e dos outros direitos que estão no texto Constitucional, no capítulo da mulher, como se fossem meramente direitos e não obrigações que a lei tem para com essa cidadã e esse segmento da sociedade. Nós, mulheres, queremos a igualdade, e esse tem sido o maior argumento usado contra as Parlamentares:

"Querem igualdade, mas, na hora da aposentadoria, querem diferenciações". Queremos a igualdade e por ela lutamos. Ela deve existir, e esta é a ordem do dia de nossa luta. Entendemos que até que seja transformada essa realidade, até que essa sobrecarga de trabalho que paira sobre nossos ombros seja igualmente dividida e culturalmente reconhecido o dever de participação do homem nos chamados deveres e obrigações da mulher, devemos ser reconhecidas como cidadãs que muito contribuem não só com nossa atividade profissional para o sustento do lar, mas também na administração da casa e na educação dos filhos e em outras tarefas mais.

Pedimos, portanto, o apoio dos companheiros Constituintes, no sentido de que acompanhem as reivindicações da mulher. Queremos não apenas o direito de ter o direito,

mas também de vê-lo reconhecido como justiça, para resgatar a história, secularmente colocada, da marginalização, pela discriminação social, política e econômica que nos foi imposta. Muito obrigada (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Agradeço a colaboração à nobre Constituinte Rose de Freitas.

Tem a palavra o Constituinte José Genoíno.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Sr. Presidente, é de responsabilidade da Presidência da Comissão de Sistematização o recebimento dos destaques supressivos, modificativos, aditivos, substitutivos etc., e o prazo para sua apresentação se extinguiu ontem. Entretanto, o Relator da Comissão de Sistematização entregou hoje uma errata e, para surpresa de muitos Constituintes, houve modificação substancial do art. 203. S. Ex.<sup>a</sup> não só modificou o art. 203 em relação ao seu projeto de Constituição apresentado no dia 24 como acrescentou os parágrafos 1º e 2º, em relação aos quais apresentamos pedidos de destaque.

A questão de ordem que formulei V. Ex.<sup>a</sup> é a seguinte: em primeiro lugar, essa alteração não pode vir como errata. Se o Relator quer incluir alguma emenda, S. Ex.<sup>a</sup> precisa de seis assinaturas. Esta é a primeira informação que solicito à Presidência da Comissão de Sistematização: se o Relator apresentou alguma emenda aditiva a essa sua pretensão, que S. Ex.<sup>a</sup> denominou de errata. Em segundo pretensão, como fica esse acréscimo se o projeto foi entregue o prazo extinto? Ocorre uma situação paradoxal, no mínimo, porque haveria um verdadeiro casuismo na Comissão de Sistematização. Para retirarmos isto são precisos 47 votos, e já está colocado pelo Relator como errata. Só que esta é uma errata com um conteúdo da maior importância. E o Relator só poderia incluir a matéria como emenda aditiva com seis assinaturas. S. Ex.<sup>a</sup> a apresentou como errata depois de vencido o prazo para apresentação de destaques.

Essa situação tem de ser solucionada pela Presidência da Assembléia Nacional Constituinte.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A Presidência responderá a V. Ex.<sup>a</sup>, nobre Constituinte José Genoíno. A questão de ordem de V. Ex.<sup>a</sup> procedente. Então, nesta hipótese, tendo aparecido disposições que não constavam do substitutivo em errata, encerrado o prazo para apresentação dos destaques, os interessados têm, na primeira reunião para votação, o direito de apresentá-los. Serão recebidas pela Mesa, a fins de serem votados cabendo ao destacante indicar quais os seus objetivos, isto é, se pretende suprimir ou modificar os novos dispositivos.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Isso na reunião da Comissão de Sistematização.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Amanhã, às 19h, no plenário do Senado Federal.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr. Presidente, já levantei no Plenário da Assembléia Nacional Constituinte uma questão de ordem parcialmente resolvida, mas aqui, nesta Comissão, preciso apresentá-la de forma definitiva. O Sr. Relator ofereceu serodidamente um substitutivo que se chamou segundo e sub-titulado de errata. Nessa errata são adicionados dois parágrafos ao art. 203 de Substitutivo.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Permita-me V. Ex.<sup>a</sup> informar que acabo de decidir a questão de ordem no mesmo sentido, apresentada pelo Constituinte José Genoíno dizendo que amanhã os interessados poderão apresentar destaques para suprimir esses dois parágrafos, eu cada um isoladamente.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr. Presidente, mas não é nesse sentido. A questão de ordem é a seguinte: havia um prazo regimental, que foi ratificado por decisão da Presidência da Comissão. Tínhamos prazos regimentais para os pedidos de destaques, para as emendas etc.

Superados todos os prazos, vem, á guisa de errata, o que não pode ser errata, porque se trata de introdução de dois novos dispositivos que contrariam e anulam o **caput** do artigo a que não se contém em nenhuma emenda das apresentadas.

Portanto, Sr. Presidente, minha questão de ordem é no sentido de rejeitar a errata com relação à adição desses dois dispositivos, porque se trata de uma situação anti-regimental. Deixo de tecer considerações, que poderão criar laivos de suspeitas muito sérias, em atenção à honradez e à probidade do Relator, que conheço de longos anos e não gostaria regimental se põesse. É absolutamente indevido, inusitado e trabalho do Relator, depois de exaurido seu prazo e encerrado dos Srs. Constituintes para apresentação dos destaques.

Assim, peço à Presidência que rejeite a adição da errata, por anti-regimental.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A Presidência solicita a V. Ex.<sup>a</sup> que represente a questão de ordem nestes termos, na reunião de amanhã. Seria conveniente que fosse decidida com a presença do eminente Relator, para que S. Ex.<sup>a</sup> pudesse explicar as razões pelas quais admitiu a introdução serôdia, como registrou V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Apenas para complementar, devo entender que a questão de ordem está sendo aceita.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Foi aceita nos termos propostos pelo Constituinte José Genoíno. E eu decidi que os interessados na supressão dos parágrafos poderão pedir, amanhã, exatamente a supressão que V. Ex.<sup>a</sup> sugere.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – V. Ex.<sup>a</sup> não disse se minha questão de ordem foi ou não deferida. Foi, pelo menos aceita?

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Não foi indeferida, mas acolhida.

Tem a palavra o nobre Constituinte Mansueto de Lavor.

**O SR. CONSTITUINTE MANSUETO DE LAVOR:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes. Depois da fase de discussão do Relatório II, começará, amanhã, a grande batalha da votação que configurará o perfil da nova Carta Magna no seio da Comissão de Sistematização.

Acredito que a esta altura já se consegue fazer uma apreciação mais serena do novo projeto. Em resumo, pode-se dizer que ainda há falhas clamorosas, mas o texto, no seu todo, não é aquele monstro que estão pintado. Afirmar, por exemplo, que a proposta desse relatório é pior que as Constituições impostas pelos militares é um contra-senso. Arrisco até dizer que essa é uma colocação de má fé, por parte de grupos que tiveram seus

interesses contrariados. A verdade é que o texto avança profunda e substancialmente no campo dos direitos individuais e coletivos e nas formas de participação popular. Constituição revolucionária e socializante, infelizmente, não teremos. Nem se poderia esperar isso, em face da composição de forças deste poder constituinte. Mas, em vários aspectos superamos aquilo que se costuma chamar de "liberdades burguesas".

Quanto aos defeitos, não é justo centrar as críticas no trabalho ou na pessoa do Relator. Afinal, nosso ilustre colega Constituinte Bernardo Cabral não foi imposto nem nomeado Relator. Foi eleito por nós. Seu trabalho é também nosso, ou, pelo menos, é feito sob a nossa delegação.

Seria preciso que o Relator fosse um semideus para poder apresentar um substitutivo de ampla e imediata aceitação pelos elementos aqui representados e pelos que estão lá fora querendo, legítima ou ilegitimamente, influenciar na redação do novo texto constitucional. O que temos é uma proposta em aberto. A sociedade precisa ser ouvida sobre ela, mas não podemos influenciar-nos pelos que reclamam até do mau português do texto. Essa tarefa ficará com os filólogos já contratados. Vamos cuidar do aperfeiçoamento das coisas substanciais. Neste ponto, gostaria de apoiar integralmente as observações aqui feitas pela nossa querida Constituinte Rose de Freitas. O parlamentarismo que apoiamos não deve justificar nem a dilatação do mandato do Presidente Sarney por mais de 4 anos nem a substituição, em qualquer hipótese, das eleições diretas para Presidente da República por uma escolha via Congresso Nacional, muito semelhante ao famigerado colégio eleitoral da ditadura.

A revisão do substitutivo levará em conta o fato de que essa faculdade não engrandece o Poder Legislativo. Essa sistemática é copiada da Bolívia, que já nos dá lições de finanças públicas e de combate à inflação, mas ainda não de instituições democráticas.

A eleição do Presidente da República, conforme o manifesto da monumental campanha pelas diretas-já, deve competir diretamente ao povo. Objetar que um Presidente eleito por mais de 40 milhões de votos deve necessariamente ter plenos poderes como Chefe de Estado e Chefe de Governo, não corresponde a algumas bem-sucedidas experiências históricas. Creio que o voto direto da maioria dos brasileiros se torna fundamental para legitimar um presidente que seja não só a Chefe de Estado, mas o símbolo vivo da Nação. Um Presidente que se coloque como verdadeiro magistrado perante os partidos e perante os segmentos sociais. De um Presidente que, respeitado internamente, assim possa impor e receber o respeito externo. Eu quero um Presidente que seja uma bandeira viva do País, e por isso não quero vê-lo metido na nomeação do representante do Funrural de Tacaimbó. Eu quero um Presidente com mandato fixo e indiscutível, mas quero, igualmente, que, nas crises econômicas e administrativas, nos desmandos e nos surtos de corrupção, o povo possa tentar, por seus representantes, novas composições e novos programas de Governo.

Sr. Presidente, sem mais me alongar, quero fazer alguns apelos aos dignos votantes da Comissão de Sistematização. O primeiro deles é acerca da comoção, do estorrecimento e – por que não dizer? – da verdadeira revolta que envolve os respeitáveis membros do Poder Judiciário depois da publicação do relatório em tela, quanto ao seu art. 144 e parágrafo, que propõem criar um Conselho Nacional da Justiça.

No meu Estado, por exemplo, os juizes promovem um protesto público inusitado. Ouçamos o que anunciou o **Jornal do Commercio** de ontem sob a manchete: "Juizes fazem greve para defender soberania do Judiciário".

Aqui segue o texto:

"Todos os juizes do Tribunal de Justiça de Pernambuco – capital e interior – vão paralisar amanhã, às 16 horas, suas atividades, em protesto contra o texto final elaborado pelo Relator da Comissão de Sistematização do Constituinte, Bernardo Cabral.

A magistratura considera que as sucessivas emendas apresentadas na Assembléia Nacional Constituinte têm sido, até agora, "pelo menos no que concerne ao Poder Judiciário, dirigida no intuito de diminuir cada vez mais suas prerrogativas".

A Associação dos Magistrados do Estado de Pernambuco, em ofício-circular enviado ontem a todos os seus filiados, protesta particularmente contra o parágrafo único do art. 174, afirmando: "O que até agora foi um Poder tolerado passará a ser um Poder dirigido e manietado". É que, com esse artigo, se cria o Conselho Nacional de Justiça, formado por pessoas estranhas ao Poder Judiciário e com poder de controle externo sobre o desempenho funcional dos juizes. Os integrantes desse Conselho seriam advogados e parlamentares indicados pelo Congresso Nacional, ferindo, assim, o princípio de independência do Poder Judiciário."

Os Magistrados entendem que o Juiz é submetido apenas à lei e não pode ser vítima de influências externas, que forçosamente advirão com a criação do referido Conselho. E lembrarem que já existe hoje o Conselho Nacional da Magistratura, formado pelos Ministros do Supremo Tribunal Federal". Terça-feira, 22 de setembro de 1987.

O **Diário de Pernambuco** de hoje comenta a paralisação dos juizes pernambucanos informando que o movimento é nacional contra aquilo que se considera "um retrocesso sem precedentes na história do Judiciário". Além da atuação dos representantes das Associações de Magistrados junto aos Constituintes, os Presidentes de Tribunais de Justiça de todo o País entraram na e vieram à Brasília entregar ao Presidente da Assembléia Nacional Constituinte um documento de protesto, qualificando o Conselho Nacional de Justiça, previsto no art. 144 do projeto, como "instituição espúria".

Eu me declaro solidário com o protesto dos membros do Poder Judiciário. Minha convicção é a de que esse Conselho Nacional de Justiça, sua esdrúxula composição e suas finalidades não atingirão as raízes dos males do Judiciário. Só servem para desrespeitar a sua autonomia de poder constituído. Esse art. 144 é uma declaração de menoridade do nosso Poder Judiciário. Veja-se o que prescreve: "o Conselho Nacional de Justiça é o órgão de controle da atividade administrativa e do desempenho dos deveres funcionais do Poder Judiciário e do Ministério Público. Parágrafo único: lei complementar definirá a organização e o funcionamento do Conselho Nacional de Justiça em cuja composição haverá membros indicados pelo Congresso Nacional, Poder Judiciário, Ministério Público e Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil". Ora, Srs. Constituintes, o controle externo financeiro e administrativo do Judiciário já é feito pelo Tri-

bunal de Contas da União. O controle dos deveres funcionais compete ao Conselho de Magistratura, aos demais órgãos internos e, no sentido mais amplo, a sociedade. O controle mais eficaz da atividade do juiz deve ser a própria lei. Além do mais, neste particular, o projeto não faz justiça à Justiça. É preciso lembrar que o Judiciário foi o manto protetor dos direitos civis espezinhados pela ditadura.

Sei que alguns juízes se acovardaram e se curvaram perante os caprichos do autoritarismo. Mas foram raras e lamentáveis exceções. É preciso render homenagens à Justiça brasileira pelos serviços que prestou à causa democrática.

Com toda a vênia do nobre Relator, a sua proposta da criação do Conselho Nacional de Justiça, não apenas esvazia a independência do Poder Judiciário, como enfraquece a harmonia entre os poderes e cria zona de atritos permanentes no campo de suas atribuições.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Permite-me V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. CONSTITUINTE MANSUETO DE LAVOR:** – Concedo a palavra a V. Ex.<sup>a</sup>, nobre Relator Bernardo Cabral. É uma honra ser interrompido por V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Nobre Constituinte Mansueto de Lavor, sabe V. Ex.<sup>a</sup>, e seria desnecessário registrar, a admiração que tenho por V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE MANSUETO DE LAVOR:** – É mútua.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Entendo que, neste caso, talvez a justiça não tenha justiça no que julga, no que diz. Estou fazendo um jogo de palavras. Veja V. Ex.<sup>a</sup> que os juízes ou alguns membros do Poder Judiciário – alguns, não todos – estão a agredir a Assembléia Nacional Constituinte, esta mesma que lhes possibilita a concretização de um sonho com autonomia administrativa e financeira, algo que jamais houve ao longo de toda a existência do Poder Judiciário. Eles se queixam de que a Assembléia Nacional Constituinte cria um Conselho Nacional de Justiça, porque querem, a princípio, que este Conselho seja integrado apenas por juízes, por membros do Poder Judiciário. Mas há o exemplo do Conselho Nacional da Magistratura, que é composto apenas por ministros do Supremo Tribunal Federal, e sabe V. Ex.<sup>a</sup>, melhor do que eu, que é um órgão que nunca funcionou – o **sprit de corps** não permite. E veja que aqui se faz o controle externo da atividade judiciária e também a do Ministério Público. Este poder, que é soberano – vamos falar então em soberania –, que vive sob controle de todo o povo brasileiro, e nem por isso nos queixamos. Queremos que a Justiça funcione a contento, e V. Ex.<sup>a</sup> sabe melhor do que eu, porque não é nenhum jejuno em advocacia, que há uma queixa pela demora da justiça. Já dizia o velho Rui que a Justiça brasileira é "tardinha": tarda e custa muito dinheiro. Estamos, pois, abrindo campo àqueles que não têm condições de buscar e pedir justiça. Que lhes seja dada a Justiça, desde que provem não ter condições de pagá-la, e não somente aquela simples assistência jurídica registrada em todas as Constituições. Entendo que o Poder Judiciário deveria estar aplaudindo esse dispositivo. E veja que não há nenhum Conselho Regional de Justiça. Se houvesse – está bem – dir-se-ia que o Tribunal de Justiça, por exemplo, do Estado que V. Ex.<sup>a</sup> representa com tanto brilhantismo, estaria sujeito a que três membros da Assembléia Legislativa invadissem suas funções. Mas só há o Conselho Nacional. E como só há

o Conselho Nacional, a composição deste órgão haverá de ser das maiores. Não acredito que o Poder Legislativo seja capaz de indicar três membros que não juristas à altura de figurarem em um Conselho tão importante. Veja V. Ex.<sup>a</sup> que ele é cíclico. E não está ainda pronto sequer sua organização, porque a lei complementar é que definiria isso no meu entender. Acho que essa forma de controle, que existe nos países mais adiantados, conforme V. Ex.<sup>a</sup> sabe, apenas engrandece o Poder Judiciário. Imagine se aqui fizéssemos uma reunião diária, a portas fechadas, a que o povo não tivesse acesso e, portanto, não fôssemos controlados externamente por esse grande público. Isso só nos engrandece, Constituinte Mansueto de Lavor. Sei que V. Ex.<sup>a</sup> está refletindo e retratando uma posição da Magistratura no seu Estado, sei o que sente, no seu íntimo, que a ela deve se acoplar, se solidarizar, para tanto lutando por retirar deste poder, que é de todos o mais autêntico – é nele que vêm ecoar todas as amarguras e clamores populares –, o que de fato queremos fazer, que é o controle da Magistratura e do Ministério Público. Sinto que assim V. Ex.<sup>a</sup> esteja desejando mutilar a si próprio. Peço desculpas pelo aparte prolongado, e aqui faço o registro da minha admiração a V. Ex.<sup>a</sup> ao formulá-lo.

**O SR. CONSTITUINTE MANSUETO DE LAVOR:** – Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup> a explanação do aparte. Mas, com todo o respeito ao seu trabalho hercúleo e à sua missão histórica de Relator da Assembléia Nacional Constituinte, continuo acreditando que a proposta é descabida. E estou solidário com os dignos membros do Poder Judiciário.

Passo agora a outros tópicos do projeto:

Sr. Presidente, Sr. Relator Bernardo Cabral, existe uma repulsa nacional contra aqueles que entraram no serviço público pela porta dos fundos; contra os que tiveram seus vencimentos aumentados em cascatas; contra os que, por artifícios legais, conseguiram aposentadorias precoces.

Ora, parece-me, se não laboro em equívoco, que os arts. 59, 60 e 61 das Disposições Transitórias sacramentam essas situações aberrantes. No caso de aprovação dos artigos em tela, Sr. Relator, as administrações públicas, principalmente as dos Estados, estarão manietadas para enfrentar os famosos "marajás". Portanto, se aprovado o texto constitucional com esses artigos nas Disposições Transitórias, teremos a consagração definitiva dos "marajás". É preciso atentar para isso, nobre Relator. É um apelo que faço.

Por último, Sr. Presidente, levanto uma questão polêmica: a privatização dos serviços notariais e registrais conforme o art. 119, assim como das serventias do foro extrajudicial, conforme art. 17 das Disposições Transitórias. Isso constitui consolidação inexplicável de um privilégio feudal e anti-social. É preciso frisar que as experiências de estatização neste setor deram certo. A experiência da Bahia, no que se refere à estatização de todas as serventias judiciais e extrajudiciais, deu certo. A estatização de todos os cartórios corresponde ao interesse público. Mas o que faz o projeto? Estatiza as serventias onerosas e deficitárias que são as judiciais e privatiza as altamente lucrativas serventias extrajudiciais. Para os particulares, o filé **mignon**. O que não lhes interessa financeiramente fica com o Estado. É preciso frisar que nada temos contra os titulares de cartórios. Muitos deles são pessoas amigas e servidoras. Mas o sistema de privatização dos cartórios é feudal, antiquado e atentatório aos interesses coletivos. Por isso, ofereci emenda, que não tolhe de imediato os benefícios dos titulares, mas não consagra o **status quo**. É uma proposta conciliatória para a qual peço a atenção e o voto dos Srs. Constituintes.

Altere-se a redação do art. 17 conforme segue:

"Art. 17. Serão estatizadas todas as serventias do foro judicial e extrajudicial, respeitados os direitos dos seus atuais titulares por um prazo não superior a 5 anos.

### Justificação

O cartório particular é um resquício do feudalismo político-administrativo. A nova ordem constitucional deve abolir esse privilégio. A emenda procura uma solução intermediária estabelecendo um prazo razoável para o processo de estatização de todos os cartórios. O texto como está no projeto representa uma vantagem a mais entre os privilégios dos titulares das serventias: retira-lhes a parte onerosa das serventias judicial, que se transferem ao Estado, e assegura-lhes, intocado, o suculento bolo das serventias extrajudiciais."

A presente emenda, apresentada na fase anterior dos trabalhos constitucionais, recebeu manifestações de apoio de todo o País, entre elas as que seguem:

"Louvamos sua emenda ao art. 455 da futura Constituição, contrariando a privatização das serventias extrajudiciais.

A identificação da "sutileza" apontada por V. Ex.<sup>a</sup> é, na verdade, uma afronta às conquistas dos serventuários na Bahia.

A atual política salarial conseguida pelos baianos, após muitos sacrifícios, e que poderá servir de modelo aos demais Estados, declinará com a privatização pretendida, causando prejuízos e problemas sociais irreparáveis a pelo menos 99% dos serventuários da Bahia.

Comungando com a classe, apoiamos a emenda proposta por V. Ex.<sup>a</sup> e, aproveitando esta oportunidade, ponho-me, na qualidade de suboficial de protestos (classe das que serão beneficiadas com a privatização), e membro diretor da Associação Serventuários da Justiça, diretor de imprensa, à disposição de V. Ex.<sup>a</sup> para qualquer esclarecimento ou explanação acerca de tal matéria, que ora constitui problema. Apresento-lhe as altas felicitações em nome dos serventuários baianos.

Saudações respeitadas, Bel. Milton Brandão Vergne."

Outra manifestação de apoio:

"Congratulo-me V. Ex.<sup>a</sup> emenda à Constituinte sobre estatização dos cartórios. Inúmeros males, sobretudo no tocante à questão da posse de terras decorre da atual situação. Problema atualmente ocorrido em Recife, onde a contenda entre particulares pela posse do 1º Cartório de Protestos prejudica interesse público (o cartório há dias permanece fechado) demonstra claramente a procedência cabal da emenda.

Reitero a V. Ex.<sup>a</sup> os meus protestos de estima e consideração.

Atenciosamente, **Izael Nóbrega da Cunha**, Secretária da Justiça do Estado de Pernambuco "

E, após cinco anos, a estatização completa de todas as serventias, quer judiciais quer extrajudiciais, porque, como está no texto do Substitutivo, a simples estatização das serventias judiciais significa mais um privilégio para os

donos de cartório, pois retira deles o ônus. As serventias to à estatização dos cartórios, presenciei sua eficácia e prejuízo aos donos de cartório. Então, são deles retiradas e estatizadas. Agora, o filet mignon deixa-se com eles, intocado.

No caso da Bahia vai haver o retorno a um sistema já repudiado pela Administração Pública do Estado. Quanto à estatização dos cartórios, presenciei sua eficácia e tenho o testemunho do Presidente. Recebi uma carta e alguns telegramas, de várias partes do País, inclusive do Secretário de Justiça de Pernambuco e também do Presidente da Associação dos Servidores Notariais da Bahia, congratulando-se com essa emenda e dizendo que a estatização dos cartórios, na Bahia, foi uma experiência que deu certo, malgrado o testemunho do Líder José Lourenço, dizendo que é preciso acabar com a estatização, inclusive naquele Estado, porque o sistema é corrupto. Gostaria que S. Ex.<sup>a</sup> reiterasse essa afirmação no Plenário da Assembléia Nacional Constituinte. Apelo a S. Ex.<sup>a</sup> para que faça essa denúncia, conforme a fez numa Subcomissão.

Sr. Presidente, aqui fica o meu apelo nesse sentido e a reiteração do meu apoio ao protesto dos dignos membros do Poder Judiciário, apesar das observações feitas pelo nobre Relator. Creio que esse artigo relativo à Constituição do um Conselho de Justiça vai ser readaptado, para que a autonomia do Poder Judiciário seja tão preservada quanto a autonomia do Poder Legislativo.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – A Presidência agradece a V. Ex.<sup>a</sup> e passa a palavra ao nobre Deputado Constituinte Maurílio Ferreira Lima.

**O SR. MAURÍLIO FERREIRA LIMA:** – Sr. Presidente, Srs. Membros da Comissão de Sistematização, Srs. Constituintes, parece que a minha sina é defender causas perdidas, porque reconheço que a tendência majoritária desta Casa é no sentido de mudar o sistema de governo e adotar o parlamentarismo. (Palmas.) Mas, reconhecendo esta tendência, não quero perder uma das poucas oportunidades que tenho de marcar para a história a minha posição, neste momento de séria opção para a sociedade brasileira. A cada dia tenho trazido aqui argumentos de ordem teórica, consubstanciando minha crença de que a adoção do parlamentarismo no Brasil provocará uma situação de ingovernabilidade.

Hoje quero analisar a adoção do parlamentarismo sob o ponto de vista do engajamento, nesta causa, de amplos setores da esquerda, com assento nesta Assembléia Constituinte. Os respeitáveis companheiros que integram o Partido Comunista Brasileiro, o Partido Comunista do Brasil e a esquerda do meu partido engajam-se, de maneira quase religiosa, na adoção do sistema parlamentarista, e o fazem convictos de que o parlamentarismo é a forma de governo mais democrática, mais invulnerável aos golpes de estado, aos hiatos que têm marcado o presidencialismo brasileiro, às longas intervenções militares e às ditaduras que infelicitam nosso povo. Na minha opinião, este é um grande equívoco dos setores da esquerda brasileira, porque entendo que entregar ao Parlamento o governo é entregá-lo ao monopólio das classes dominantes brasileiras.

Vamos analisar a natureza do Parlamento, não apenas no Brasil, mas no mundo inteiro e, sobretudo, nas sociedades subdesenvolvidas. Nos momentos em que existem ameaças às liberdades cívicas, não há a menor dúvida de que o Parlamento tem-se comportado historicamente como um baluarte de resistência democrática. Mas há momentos em que se agudizam os conflitos de classe, nos quais as

instituições são infiltradas por lideranças políticas que, à revelia do Parlamento, fazem alianças diretas com as classes populares. Nesses momentos, o Parlamento revela a sua natureza de classe e passa a construir um obstáculo às mudanças sociais e econômicas. Isto ocorreu no Chile de Allende, onde o principal obstáculo ao governo da União Popular, o foco da conspiração que chamava os urutus chilenos para esmagar a democracia, estava incrustado no Parlamento. No momento em que a classe trabalhadora tinha uma aliança com o Chefe do Poder Executivo, a quem elegera pelo voto direto e secreto, o Parlamento encontrou-se com a sua origem de classe e foi um obstáculo às reformas sociais no Chile.

E será que isso não ocorreu também aqui, no Brasil? Quando João Goulart era Presidente da República e quis levar adiante as reformas sociais, foi o Parlamento o principal obstáculo às mudanças que eram por ele preconizadas, recusando-se inclusive a fazer aquela simples mudança, realizada com tanta facilidade, depois do golpe, pelo primeiro ditador, Castello Branco: eliminar a exigência constitucional de que toda desapropriação só poderia ser feita com prévia e justa indenização em dinheiro. Inclusive, naquela época, João Goulart pensava em recorrer a um instrumento constitucional, então inexistente no Brasil, o plebiscito, para vencer a resistência das classes dominantes que controlavam o Parlamento brasileiro.

A Deputada Constituinte que me antecedeu na tribuna, Rose de Freitas, disse que, apesar de as mulheres serem maioria na sociedade brasileira, nesta Casa só há 25 representantes do sexo feminino.

Quantos pretos têm assento no Parlamento brasileiro? Seis, embora a maioria do Parlamento e da Nação brasileira, tão racista quanto a classe dominante que governa a África do Sul, tenha sangue negro nas veias. Ainda assim, os negros não estão no Parlamento, porque estão na cadeia, estão marginalizados e são os \_arias da sociedade brasileira.

Quantos operários há no Parlamento brasileiro? E quanto custa chegar a este Parlamento? Qual o preço pago, ascendente a cada eleição, para se chegar a ter um assento nesta Casa e adquirir o privilégio de usar esta tribuna? Digo, portanto, que não só no Brasil, como no mundo inteiro e sobretudo nas nações onde existem grandes contradições sociais, o Parlamento é por excelência a Casa das classes dominantes, porque são elas que moldam, de maneira a satisfazer melhor seus interesses, sistemas eleitorais que favorecem a eleição apenas daqueles candidatos saídos dos currais eleitorais das famílias mais ricas e das classes dominantes do País. Quando pretendemos entregar o poder ao Parlamento, na realidade o estamos entregando às classes dominantes, sobretudo quando estendemos o parlamentarismo aos Estados. Aí, pergunto a V. Ex.<sup>as</sup>: qual a composição de classe das Assembléias Legislativas e das Câmaras de Vereadores no Brasil? A partir do momento em que instituímos o presidencialismo a nível de Estado e a nível de município, barramos às únicas possibilidades que têm as classes desfavorecidas de votarem de maneira correta numa liderança política que se propõe a defender os interesses desta classe.

Dizem também os companheiros da esquerda que o parlamentarismo é o regime que dá estabilidade política; que afasta o fantasma do golpe militar. É uma realidade, porque, no parlamentarismo, as classes dominantes não precisam fazer apelo aos urutus, pois, enquanto no regime presidencialista a população e o eleitorado podem pactuar diretamente com a liderança e introduzir essa liderança com compromissos populares à frente do governo, no par-

lamentarismo, se, com um cochilo das classes dominantes, se escolhe um Primeiro-Ministro que trai aos interesses das classes e venha a favorecer a grande Nação brasileira, ele só terá a duração de seis meses. Nem será preciso chamar o urutu para derrubar um Primeiro-Ministro. E é por esta razão, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, que existe estabilidade no sistema parlamentarista, porque não é necessária a intervenção militar para restabelecer os privilégios da classe dominante. Esta os restabelece através dos mecanismos legais do jogo parlamentar.

Dou a palavra a V. Ex.<sup>a</sup> Constituinte Mansueto de Lavor.

#### O SR. CONSTITUINTE MANSUETO DE LAVOR:

– Nobre Constituinte Maurílio Ferreira Lima, odeio discordar de V. Ex.<sup>a</sup> por diversas razões. Sinto-me mesmo constrangido em interromper seu brilhante raciocínio, mas quero dizer que, se todos esses fundamentáveis argumentos valem contra o parlamentarismo valem muito mais contra o presidencialismo. Quantos presidentes negros tivemos? Quantas presidentes mulheres tivemos? Chefe de Governo e de Estado, teríamos a Princesa Izabel. E uma das causas da Proclamação da República foi exatamente o fato de acharem que ela não tinha capacidade de governar e iria entregar o governo ao Conde d'Eu, seu marido. De lá para cá, nenhuma mulher, nenhum negro, nenhum operário assumiu a Presidência da República, significando isso, repito, que, se os argumentos de V. Ex.<sup>a</sup> valem contra o parlamentarismo, valem muito mais contra o sistema presidencialista. O fato, nobre Constituinte, é que o parlamentarismo é um governo colegiado, onde é co-responsável o Congresso Nacional juntamente com o Chefe do Governo, que sai do próprio Congresso Nacional. E temos infinitamente mais chances de acertar, ou de nos purificarmos, nesse sistema de governo do que no sistema presidencialista.

#### O SR. CONSTITUINTE MAURÍLIO FERREIRA LIMA:

– Diria ao ilustre Constituinte de meu Estado Mansueto de Lavor, companheiro de tantas duras lutas em Pernambuco, que, se o sistema presidencialista, que vigorou no Brasil, não permitiu a eleição de uma mulher, de um negro eu de um operário, permitiu, entretanto, em algumas Unidades da Federação, que algumas vezes, à frente da Nação brasileira, fossem eleitas lideranças políticas que pactuaram diretamente com a maioria da população um projeto político que atendia a seus anseios. Quando se diz que o presidencialismo é vulnerável a golpes de Estado, pergunto aos Srs. Constituintes: qual foi o Presidente que, servidor da classe dominante, sofreu golpes de Estado? Só sofreram golpes de Estado, neste País, os presidentes que, contrariando os Paramentos, contrariando as estruturas políticas, tentaram romper o cerco das elites intransigentes deste País e realizar reformas sociais. João Goulart não foi deposto porque era preposto do capital multinacional ou das classes dominantes; Salvador Allende não foi deposto e morto por servir às classes dominantes...

O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos): – Esta presidência pergunta a V. Ex.<sup>a</sup> se deseja conceder o aparte à Constituinte Rose de Freitas.

#### O SR. CONSTITUINTE MAURÍLIO FERREIRA LIMA:

– Pois não, ouvir a Constituinte Rose de Freitas é um privilégio.

#### A SRA. CONSTITUINTE ROSE DE FREITAS:

– Constituinte Maurílio Ferreira Lima, gostaria de dizer a V. Ex.<sup>a</sup> que, quando assoma a esta tribuna para defender o presidencialismo, o nobre colega execra o Parlamento. Coloca-nos numa condição política que me faz envergonhar do



papel que desempenho nesta Casa. E não entendo como V. Ex.<sup>a</sup> se dispõe a desempenhá-lo, porque, nas condições em que coloca o Parlamento, V. Ex.<sup>a</sup> pára o momento da história deste País. V. Ex.<sup>a</sup> não se dá ao luxo de avaliar o momento político em que vive esta sociedade política, que sustenta uma transição e que, inclusive, foi protagonista da convocação desta Assembléia Nacional Constituinte. Não há por que V. Ex.<sup>a</sup> querer brigar para que nenhuma transformação se dê nesta Casa, porque o Parlamento que aqui está não serve para defender ou sustentar um processo político de transformação de uma sociedade que se diz democrática, sobretudo através desta Assembléia Nacional Constituinte, que se julga no direito de defendê-la. V. Ex.<sup>a</sup> nos submete a uma posição de cavaleiros errantes da História política, em meros homologadores de momentos políticos deste País, e não se dá ao luxo de analisar este momento e a História política dos nossos antecessores, aqueles que estiveram nesta Casa, que resistiram, que se opuseram e que são protagonistas de um momento político tão importante como este. Defendo o parlamentarismo porque sou contra a centralização de poder, porque sou contra essa barganha vergonhosa de voto, que se deu com o presidencialismo, que sempre fez com que este Parlamento estivesse permanentemente de joelhos. Por isso, quero dizer a V. Ex.<sup>a</sup> que, quando defende o presidencialismo, V. Ex.<sup>a</sup> acaba com o Parlamento, subjugando o Poder Legislativo. Queremos reforçá-lo, fazendo-o digno, que tenha co-responsabilidade e participação no momento democrático que estamos a criar, inclusive nesse processo constitucional muito difícil para a vida política deste País, por isso que acho que V. Ex.<sup>a</sup> não pode querer culpar a esquerda...

**O SR. CONSTITUINTE MAURÍLIO FERREIRA LIMA:**

– Não a estou culpando.

**A SRA. CONSTITUINTE ROSE DE FREITAS:** – V.

Ex.<sup>a</sup> não pode criticar os movimentos progressistas do PMDB nem, equivocadamente, defender a posição do PDT, que advoga a candidatura de Leonel Brizola, e não um sistema de governo. Advoga um momento político importante para seu partido – essa é a questão importante. Hoje, ouvi o companheiro Constituinte Brandão Monteiro dizer que, para ele, o parlamentarismo abre as portas para a vitória de Leonel Brizola. S. Ex.<sup>a</sup> sabe perfeitamente que se trata do contrário, que essa luta se vai dar no processo político daqueles que realmente arregimentarem forças dentro da sociedade. Vamos aperfeiçoar o momento democrático, Sr. Constituinte com este debate político, fazendo com que a sociedade e este Congresso, realmente representativo e não amordaçado como esteve até agora, possam livre e soberanamente, fazer as grandes negociações em prol do aprimoramento político deste País. Gostaria que V. Ex.<sup>a</sup> recebesse humildemente o meu aparte, que nenhuma crítica é ao pronunciamento de V. Ex.<sup>a</sup>, mas apenas uma contraposição à sua posição política.

**O SR. PRESIDENTE (Aluízio Campos):** – Encareço a

V. Ex.<sup>a</sup> que ouça logo o Constituinte Carlos Alberto Caó, porque a Mesa não deseja discriminá-lo.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS ALBERTO CAÓ:** –

Sr. Presidente, nobre Constituinte Maurílio Ferreira Lima, com o maior respeito, admiração e apreço que tenho pela nossa companheira Constituinte Rose de Freitas, entendo, no entanto, que S. Ex.<sup>a</sup> não fez justiça à linha central, à espinha dorsal do seu pronunciamento. Não ouvi, não senti, nem captei, em toda a sua exposição, em qualquer momento, a tentativa de desmerecer, subestimar ou executar o papel do Parlamento, do Congresso Nacional, da Câmara dos Deputados e do Senado Federal na vida política brasileira. O que ouvi, captei e entendi do seu pro-

nunciamento é o questionamento de um falso problema que se está colocando ao tentar reduzir as dimensões da crise brasileira à existência do presidencialismo. Esquecem-se os analistas, os respeitáveis Constituintes de que os problemas da crise brasileira, as contradições das desigualdades não se situam nesta ou naquela forma de governo e, sim, na concepção, na prática dos grupos sociais dominantes e, também, das elites políticas, que sempre fecharam as portas à participação da população. Neste momento, em que estamos tentando elaborar uma nova Carta Magna que sirva de base para a construção da democracia política, sem querer rousseauismo, devemos auscultar a vontade geral do povo brasileiro, sobretudo quando se tratar de sistema de governo. A nosso ver, a vontade geral do povo brasileiro já se manifestou em várias ocasiões, sobretudo nas memoráveis campanhas por eleições diretas, quando disse, através de diferenciados e complexos agrupamentos, que deseja escolher, pelo voto direto, o chefe de governo, que deseja escolher quem deve governar o País. E passar por cima disto, tentando-se impor o sistema parlamentarista – que é uma forma de se instituir um colégio eleitoral para eleger um chefe de governo que não se chamará Presidente da República, mas Primeiro-Ministro – para nós, com todo o respeito que merecem os que defendem essa posição, pode representar uma fraude política aos interesses claramente manifestados pelo povo brasileiro. O que vale para nós é a vontade geral do povo brasileiro. Não podemos aceitar – mesmo que alguém diga aqui que estamos defendendo esta posição porque o ex-Governador Leonel Brizola é candidato à Presidência da República – que se queira simplificar a crise brasileira atribuindo-a a existência de uma forma de governo chamada presidencialismo. Vamos discutir com seriedade, vamos ao fundo dos problemas e vamos verificar que o autoritarismo emerge da formação da sociedade brasileira, do tipo relação que as classes dominantes mantêm com o conjunto da sociedade e principalmente com o fator trabalho. Que a vontade geral do povo brasileiro prevaleça aqui e agora, ou, então, qualquer que seja a decisão sobre a forma de governo, venhamos submetê-la à consulta popular ou plebiscito. Esta a nossa posição.

**O SR. CONSTITUINTE MAURÍLIO FERREIRA LIMA:**

– Creio que os poucos Constituintes que aqui me ouvem podem ter constatado em minhas palavras que em nenhum momento tentei denegrir o Parlamento brasileiro. Fiz constatações factuais, mostrando inclusive que em momentos diferentes da vida política brasileira ou da vida política de países onde existem parlamentos funcionando livremente, eles têm funcionado de maneiras distintas. Afirmar que nos momentos em que as liberdades cívicas estão ameaçadas, o Parlamento tem sido um baluarte de resistência das liberdades democráticas. Mas como também afirmar, no momento em que se agudiza a luta de classes, o Parlamento se reencontra com a sua natureza de classe. Então, passa a ser um obstáculo às mudanças estruturais da sociedade. Não posso exigir nem desejar que um cidadão que pense diferente de mim, que tenha uma larga fortuna e acredita em uma sociedade baseada na propriedade privada, nos meios de produção, venha se auto-imolar, votando no Parlamento, leis que vão de encontro aos seus interesses como capitalista. Isto é uma constatação factual. O nobre Constituinte Mansueto de Lavor afirmou que o Parlamento é uma co-gestão. Pode ser um sistema de governo mais democrático na forma de tomada de decisão. Porém, democrático para mim não é me consultar sobre uma decisão de governo. Democrático para mim é o Governo que age de acordo com as aspirações majoritárias do povo. Não é consultando os Cons-

tituintes Carlos Alberto Caó, João Paulo e Rose de Freitas que uma decisão de governo será democrática. Uma decisão de governo é democrática na proporção em que vai ao encontro das aspirações majoritárias do povo oprimido e marginalizado.

Vou concluir, Sr. Presidente, dizendo que, a meu ver, talvez esta seja a última vez que venha chatear a Comissão de Sistematização na defesa de uma causa que julgo quase perdida. Mas quero manifestar, através dos documentos escritos, que a minha posição é esta, e renovar o apelo que faço aos Constituintes Mansueto de Lavor, Rose de Freitas e Osvaldo Lima Filho e aos demais parlamentaristas. Se vão ter, perante a História, a responsabilidade de alterar o sistema de governo, que o façam pelo menos com o cuidado de dar estabilidade a essa mudança. Então, no momento em que votarem a mudança do sistema de governo nesta Casa, tenham a hombridade de convocar eleições diretas, para que o povo brasileiro, segundo as novas regras do jogo que V. Ex.<sup>as</sup> instituirão, possa, então, decidir como será o seu Parlamento, o seu Governo e os seus destinos. Parlamentarismo sem eleições, para legitimar essa decisão, e, a meu ver, uma fraude contra a vontade nacional. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Sílvio Abreu. Antes, lembro aos nobres Constituintes, parodiando o nobre colega Maurílio Ferreira Lima, que também é democrático respeitar o tempo dos demais companheiros inscritos.

**O SR. CONSTITUINTE SÍLVIO ABREU:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, ainda ontem, quando ocupava a tribuna o eminente Relator Bernardo Cabral, do microfone de apartes tive oportunidade de fazer comentários realmente imprescindíveis, neste momento da estauração da vida nacional. Felizmente, a Assembléia Nacional Constituinte vem-se constituindo em um reencontro da própria Nação com a sua alma, com a sua índole e, sobretudo, com o seu destino, porquanto, através dos meios de comunicação, dos amplos e infundáveis debates que se feriram, que se travaram no curso da convocação da constituição desta Assembléia Nacional Constituinte e, agora, dos debates que se têm verificado, está aqui presente, por intermédio deste segundo substitutivo, o arcabouço da vontade nacional. Quer queiram, quer não queiram, eis o arcabouço da vontade nacional, ainda em forma de projeto, mas que proximamente haverá de ser concretizada e consubstanciada com todas as suas letras.

Ontem, homenageava exatamente o Relator Bernardo Cabral por sua determinação e por seu devotamento na construção dessa grande obra representativa do reencontro desta Nação consigo mesma, e analisava o grande significado desta obra institucional que se realiza presentemente no País. Dizia naquela oportunidade que não se trata apenas da restauração institucional deste Brasil, mas é sobretudo, a reconquista e a restituição dos direitos mais essenciais atinentes àqueles direitos fundamentais e elementares da pessoa humana e dos próprios cidadãos brasileiros, àqueles direitos já concretizados, consubstanciados e reverenciados nas grandes nações civilizadas. Aqui, através desta obra de elaboração constitucional, pretende-se, também sejam conquistados ou reconquistados os direitos mais elementares e comezinhos que dizem respeito a cada um de nós, à própria alma e ao próprio ser.

Ontem, falava eu dos direitos ao trabalho, com Salários justos, à educação, à saúde, à habitação, aos transportes, à liberdade de expressão e de manifestação e tantos e tão inúmeros outros direitos, e situei-me no direito à Justiça. Dizia eu ao Relator Bernardo Cabral que ele cons-

trói com este seu projeto uma das melhores obras desta Assembléia Nacional Constituinte, da futura Constituição deste País, mercê de Deus, porque a Justiça é a própria alma da democracia e o próprio pulmão da liberdade. Como pode sobreviver uma sociedade, uma comunidade, sem que a Justiça possa engrandecer-se diante do respeito aos próprios direitos e às próprias normas legais?

Por isso, dizia ao Relator Bernardo Cabral que, neste País, até hoje existe, lamentavelmente, uma Justiça elitista e elitizada, que atende a apenas 20% da nossa população portanto, ainda não temos uma Justiça democratizada, capaz de colocar-se à disposição de todos os segmentos de nossas comunidades, sobretudo os carentes, miseráveis, marginalizados, que, infelizmente, representam 80% da população nacional. Mas, com o dispositivo introduzido no art. 148, que consubstancia e institucionaliza a defensoria pública, esta grande e imprescindível instituição do ordenamento nacional, o projeto da lavra do Relator Bernardo Cabral traz a grande e insofismável obra de democratização da Justiça e – por que não dizer? – da própria socialização da Justiça em nosso País. Só assim esta deixará de ser facultada àqueles poucos poderosos e afortunados, para franquear-se a todos os segmentos da nossa população, democratizando-se, ampliando-se, enfim, sociabilizando-se.

Apenas observei que, diante dessa grande conquista ansiada e almejada há tantos anos por toda a Nação, há necessidade de que ela seja completa, eficiente e profunda. Nesse sentido fiz algumas adições a este mesmo dispositivo do eminente Relator, aduzindo a necessidade de a Defensoria Pública, agora criada segundo o projeto equiparar-se em poderes, força e estrutura e sobretudo em funcionamento ao próprio Ministério Público. Ora, se o Ministério Público responsabiliza-se, incumbindo-se da sua defesa e do seu zelo, pelos direitos e franquias comunitárias; a Defensoria Pública haverá de responsabilizar-se pelo resguardo dos direitos individuais.

Mas o direito não pode ser medido pela sua quantidade. Ele é uno, indivisível, é o mesmo, diga respeito a trinta, cinquenta, a um milhão de pessoas, ou a uma única pessoa, por mais modesta e marginalizada; mesmo distante do meio progressista desta terra, o direito é um só. O direito é uno; portanto, há acusação e defesa. Aos que defendem a coletividade e àqueles que defendem uma única pessoa devem ser assegurados os mesmos direitos, as mesmas garantias, franquias e prerrogativas. Até porque, no momento em que se fortalecem as franquias acusatórias e se enfraquecem as postulações da defesa, estabelece-se uma índole autoritária que não é desejável nem bem recebida, sobretudo nesta hora em que os direitos estão sendo reconquistados.

Veja, eminente Relator, que a Justiça, aquela desejável, imprescindível, não tem outra forma de se constituir a não ser por um tripé uno e indivisível: o juiz, o magistrado, a presidi-la e a administrá-la; o Ministério Público, representado pelo promotor de justiça, a defender os interesses coletivos e comunitários e a zelar pelo cumprimento da lei; e o advogado, a defender, dentro da lide estabelecida, os direitos humanos, os direitos individuais a favor dos quais foi constituído. Muitas vezes, na maior parte dos casos, é muito mais do que isso. Certamente, em oitenta por cento dos casos esse advogado será um defensor público, porque oitenta por cento da nossa população são carentes e não têm condições pecuniárias de constituir um advogado próprio. É preciso que ao defensor público sejam garantidos os mesmos direitos assegurados ao representante do ministério público.

Exatamente por essas razões tenho-me preocupado em esclarecer todos esses aspectos e em tentar traduzir esta grande postulação comunitária. Recentemente, pouco antes do estabelecimento e da divulgação deste segundo projeto substitutivo, manifestei-me expressamente ao eminente Relator Bernardo Cabral. Naquela oportunidade, dizia a S. Ex.<sup>a</sup>.

"Já no ocaso dos trabalhos da Comissão de Sistematização, venho à sua presença, eminente Relator, com a inclusa emenda ao substitutivo, para solicitar, com o mais inarredável empenho, a gentileza de examinar acuradamente a matéria nela citada. Há necessidade de equilíbrio entre acusação e defesa, com a concessão dos mesmos direitos, garantias e prerrogativas. É princípio milenar que não pode e não deve ser confiscado no momento em que a Assembléia Constituinte institucionaliza a Defensoria Pública, inserindo-a no texto constitucional. Ademais, o ânimo majoritário desta Assembléia nos dá conta, exige e impõe a necessidade da restauração de direitos, inclusive do direito à Justiça. É o direito de acesso à Justiça, é o direito de defesa perante a Justiça que está sendo almejado por esta grande legião de carentes, representativa de 80% da população brasileira. E ficará muito nocivo a esta Assembléia o confisco do direito à Justiça. E creio que ainda pior o fortalecimento da acusação em detrimento da defesa. Aliás, o direito de defesa..."

**O SR. CONSTITUINTE OSWALDO LIMA FILHO:** – Permite-me V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. CONSTITUINTE SILVIO ABREU:** – Com todo o prazer.

**O SR. CONSTITUINTE OSWALDO LIMA FILHO:** – Desejo felicitar V. Ex.<sup>a</sup>, Constituinte Sílvia Abreu, pela defesa da integridade da prestação jurisdicional do Estado. Não haverá jamais uma prestação jurisdicional do Estado completa e perfeita se, sobretudo, às populações carentes for negado o direito à defesa. E esta, dentro dos quadros da Justiça moderna, somente se realiza através de uma representação profissional por advogado. Antigo advogado de ofício por concurso, no meu Estado, sempre considerei, mesmo como advogado comum, o dever da assistência judiciária. Por isso, já na Constituição de 1967, tentei criar o Instituto da Organização da Defensoria Pública ao mesmo nível do Ministério Público. Hoje é um dos avanços mais felizes do projeto, o qual precisamos tornar mais explícito e mais aperfeiçoado, como defendido por V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE SÍLVIO ABREU:** – Nobre Constituinte Oswaldo Lima Filho, é uma honra receber o seu aparte. Tem inteira razão V. Ex.<sup>a</sup>, porquanto também aprova a tese da necessidade de igualdade e, sobretudo, de equilíbrio entre aqueles que atuam e militam nessa Justiça, responsabilizando-se pela atuação e defesa.

Vale, portanto, neste momento derradeiro, um apelo ao eminente Relator Bernardo Cabral, que no seu projeto constitui o Poder Judiciário composto de trinta e seis artigos, de inúmeros preceitos, prescrições, parágrafos e itens; que traz ao Ministério Público três artigos, duas dezenas de itens e mais de uma dezena de parágrafos; que traz às próprias procuradorias dois artigos, quatro parágrafos com inúmeros preceitos capazes de disciplinarem o seu funcionamento, as suas atribuições e os seus próprios misteres; e que, finalmente, no art. 148, tão-somente nele, com um único parágrafo, preceitua, prescreve e disciplina o que há de mais importante dentro das conquistas na área da própria Justiça. Tudo isso é trazido por este grande instru-

mento, o segundo substitutivo ao projeto da futura Constituição brasileira.

Portanto, em derradeiro, apelo ao eminente Relator e a todos os membros desta egrégia Comissão de Sistematização para que no momento da discussão dos destaques, já requeridos e encaminhados ao organismo próprio e especializado a recebê-los, seja levado em consideração essa grande conquista parlamentar da atualidade, de lavra desta Assembléia Nacional Constituinte, seja entendida ela como a obra de democratização, de socialização da Justiça. Como se não bastasse, quero se entenda essa obra da justiça franqueada, facultada a todos os segmentos dessa população, é preciso que passe a ser entendida de forma mais ampla a necessidade de que a justiça do pobre, do miserável e do marginalizado seja a mesma concedida ao forte e ao poderoso, dando-se àqueles que serão os advogados responsáveis por essas causas e pela lide dos desafortunados o mesmo tratamento, os mesmos direitos, as mesmas franquias, as mesmas prerrogativas, a fim de que possam disputar nessas lides em igualdade de condições, sem **capitis diminutio**. É necessário que, como nos velhos tempos romanos, a cada um seja dado o que é seu, a fim de que, nesta fase de reconquista de direitos e dos patamares mais essenciais à vida institucional deste País, seja estabelecido, finalmente, o grande e imprescindível equilíbrio que deverá existir na Justiça brasileira, decorrente desse futuro ordenamento constitucional que todos estamos a construir e sobretudo deste projeto de Constituição que está sendo elaborado, da sábia, íncita e úcida lavra não apenas de um relator e ilustre parlamentar, mas do grande e eminente jurista Bernardo Cabral. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Concedo a palavra ao ilustre Constituinte Oswaldo Lima Filho.

**O SR. CONSTITUINTE OSWALDO LIMA FILHO:** – Sr. presidente, Sras. e Srs. Constituintes, neste final de discussão do projeto da Lei Maior que há de presidir os destinos do Brasil por décadas no futuro, ao examinar o anteprojeto que esta Comissão de Sistematização deverá ante discutir e votar nos próximos dias, no meu espírito surgem julgamentos contraditórios. De um lado, é preciso realmente louvar a iniciativa do Relator, que, atendendo ao sentimento geral dominante na Assembléia Nacional Constituinte, adotou o sistema parlamentar de governo.

Já não é sem tempo, Sr. Presidente, verificar que este País, hoje uma das grandes potências industriais do mundo moderno, dominando um continente com as maiores riquezas minerais do planeta, ainda está vinculado a um sistema de governo tosco, primitivo, rude, que lhe foi imposto após uma revolta militar, na qual um dos maiores epígonos, o jornalista e tribuno Aristides Lobo, republicano, dizia que o povo assistia à Proclamação da República bestificado. Por isso, considero profundamente estranho que os presidencialistas defendam o regime instituído pela força das armas e que se manteve durante 98 anos, numa série de atentados à liberdade pública, os quais se iniciaram com o Governo Marechal Deodoro da Fonseca, com a tentativa de um golpe de estado. Após a renúncia de Deodoro assistimos ao segundo golpe de estado, dado pelo Vice-Presidente Marechal Floriano Peixoto, que, devendo convocar eleições, permaneceu até o fim do seu mandato, para tanto depondo diversos Governadores; presenciamos também uma série de governos militares, como o de Hermes da Fonseca, Ministro da Guerra, cuja candidatura foi imposta à população civil; ou os 15 anos de ditadura de Vargas, que, embora tocada de um grande sentimento de reforma social, se processou, toda ela, à margem da vontade popular, para, finalmente, mergulharmos em vinte anos de ditadura militar, a mais brutal, cega e injusta

que já se verificou na América Latina: a ditadura dos cinco generais que ensangüentaram este País, fuzilaram operários e estudantes, torturaram e mataram, para manter e expandir os privilégios das multinacionais e conceder as riquezas nacionais às companhias mineradoras estrangeiras, dentro de um modelo econômico dependente do exterior, cujas decisões eram tomadas lá fora e no qual se dizia, como afirmou o então Ministro da Justiça, General Juraci Magalhães: "o que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil". Tal opinião significava o arrocho salarial, a fome das massas trabalhadoras, o aumento da mortalidade infantil, o atraso das instituições culturais, a expulsão de cientistas, a cassação de sábios brasileiros, como as equipes que fundaram o Instituto Oswaldo Cruz, de físicos como José Leite Lopes, de economistas como Celso Furtado e de centenas de outros brasileiros que agora estão retornando ao País.

Pois bem, Srs. Constituintes, é realmente animador que esse regime que permitiu o suicídio de um presidente e provocou sucessivas crises militares esteja em estertores. Mesmo os seus adeptos, como aconteceu há pouco com o meu ilustre colega de representação, Constituinte Maurílio Ferreira Lima, confessam que estão defendendo uma causa perdida.

Desejo acudir agora a um compromisso que assumi, em um debate nesta Comissão. Afirmei que, no fim da sua campanha cívica, o instituidor do presidencialismo no Brasil, o mestre de todos nós, o grande jurista e sábio que foi Rui Barbosa já confessava publicamente, em diversas ocasiões, o seu desencanto profundo com o regime presidencialista. Aqui estão as suas declarações, que incorporo a esta oração.

Dizia Rui Barbosa, em 1917, durante entrevista concedida a um jornalista francês:

"Discute-se hoje com muito calor, na tribuna e na imprensa, a questão de saber se, no tocante a essas instituições funestas que tornam, irresponsáveis os governos e estabelecem o predomínio da incapacidade, o remédio não seria substituir a república presidencial pela república parlamentar. Quanto a mim, apesar de tudo, hesito ainda. Mas começo a sentir que não haverá talvez nenhum outro meio de chegar, entre nós, a um governo realmente democrático, fundando a responsabilidade do poder perante o povo e chamando o mérito e a capacidade à partilha do poder."

Em 1919, ao ser empossado na presidência do Instituto dos Advogados, ele afirmava:

"O presidencialismo não tendo, como não tem, os freios e contrapesos do governo parlamentar, viria a dar na mais tremenda forma do absolutismo, num absolutismo tumultuário e irresponsável da maioria legislativa, das multidões anônimas, das máquinas eleitorais."

E acrescentava Rui:

"Sob o governo de gabinete, esses freios e contrapesos estão, quanto ao Poder Executivo, na responsabilidade ministerial e, quanto, às câmaras legislativas, na dissolução do Parlamento".

Ponderava ainda:

"Neste regime, onde para o chefe de Estado não existe responsabilidade, porque a responsabilidade criada sob a forma de **impeachment** é absolutamente fictícia, irrealizável e mentirosa".

Eu passaria o dia a citar as abjurações de Rui Barbosa sobre o instituto que ele criou e do qual viria a se arrepender tão profundamente. Dizia ele ainda em Juiz de Fora, em 1919:

"Ora, trinta anos há que o povo brasileiro se acha condenado a este regime (o da República Presidencialista). Na Monarquia havia vozes... Mas a nossa Revolução estabeleceu o silêncio. A República aferrolhou, trancou e chapeou a porta por onde entrara... As formas do novo regime mataram a palavra. Deixaram o mecanismo das instituições legislativas. Mas acastelando o governo em um sistema cabal da irresponsabilidade, emancipando-o totalmente dos freios parlamentares, reduziram a tribuna a um simulacro de ocútorio, insuado no vazio.

A Nação não ouve o que dali se diz; porque o político se abrasa pelo sistema presidencial, nenhum prestígio, nenhum eco, nenhuma repercussão pode ter. Com o Governo parlamentar as Câmaras legislativas constituem uma escola. Com o presidencialismo, uma praça de negócios. O segredo, que agora já se quer banir até da diplomada, é a essência do governo interno sob as nossas instituições".

Em uma de suas últimas manifestações, contidas na conferência "A Imprensa e o Poder da Verdade", escrita em 1920, Rui Barbosa assim se expressa:

"Essa intransigência em que o nosso mundo político se abrasa pelo sistema presidencial, negando pão e água a qualquer traço de ensaio das formas parlamentares, não se origina, realmente, de nenhum dos motivos assoalhados, não tem nascer em considerações de ordem superior, não vem de que os nossos políticos bebam os ares pela verdadeira prática republicana. Não, senhores. Pelo contrário, o de que se anda em cata é só da irresponsabilidade na política e na administração.

Na irresponsabilidade vai dar, naturalmente, o presidencialismo. O presidencialismo, se não em teoria, com certeza praticamente, vem a ser, de ordinário, um sistema de governo irresponsável.

"São os sólidos costumes políticos dos Estados Unidos e o vigor daquela extraordinária democracia o que ali escoima o presidencialismo desse caráter, para volta ao qual, aliás, de contínuo lhe está fazendo força a índole do regime."

Rui Barbosa dizia isso quando ainda não se estruturara no regime presidencialista americano – uma fórmula **sul generis** para a solução das crises de governo: matam-se os presidentes. Foi o caso de John Kennedy, do candidato Robert Kennedy, de Lincoln e recentemente do Presidente Reagan, que já foi vítima de diversos atentados, porque não se concentra impunemente todo o poder de que o Estado pode dispor em uma só criatura, não se cria o César sem que se criem também os Brutos.

Com prazer ouço o nobre Relator Bernardo Cabral.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Constituinte Oswaldo Lima Filho, não é surpresa para mim a posição de V. Ex.<sup>a</sup>. Seria, se de forma contrária a V. Ex.<sup>a</sup> se estivesse posicionando. Quero dizer com isso que V. Ex.<sup>a</sup> demonstra, ao longo do seu passado, confirmada no presente, a coerência com que sempre se portou neste Parlamento. E mais, V. Ex.<sup>a</sup> prova a esta Comissão de Siste-

matização que não foi à-toa que teve seu mandato cassado e suspensos seus direitos políticos por dez anos. Nesta hora fico muito feliz por termos sido companheiros de cassação no mesmo dia.

**O SR. CONSTITUINTE OSWALDO LIMA FILHO:** – Fomos companheiros de cassação no mesmo dia e vítimas da ditadura na mesma hora.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – V, Ex.<sup>a</sup>. prova que está na hora da implantação de um novo sistema de governo. Pernambuco está de parabéns. Ainda que ocorra uma eventual divergência com seu companheiro de bancada e membro do nosso partido, o Constituinte Maurílio Ferreira Lima, tenho a impressão que essa desavença será por pouco tempo. V. Ex.<sup>a</sup> há de convencê-lo Meus cumprimentos.

**O SR. CONSTITUINTE OSWALDO LIMA FILHO:** – Muito obrigado pelo aparte, nobre Relator. Registro essas opiniões sem qualquer ilusão. Não imagino que o parlamentarismo seja a panaceia que irá curar todos os males do País. Entendi sempre, desde muito moço – e defendo o parlamentarismo desde 1947 – que são três os defeitos básicos desta Nação: o sistema presidencial de governo, que concentra os poderes ou no presidente ou numa clique que se forma em torno dos presidentes, sejam eles quais forem. Só santos ou estadistas geniais poderiam escapar à pressão dos áulicos e parentes que cercam o presidente e deformam o poder. Mas não é apenas isso. Grave também é a falta de uma reforma agrária no País. Temos no Brasil 7 milhões de famílias pátrias vivendo em pobreza absoluta e 35 milhões de pessoas nessa situação econômica. É incompatível com a democracia.

Passo a ouvir o nobre Líder do Governo.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Nobre Constituinte Oswaldo Lima Filho, estimaria que pudéssemos ter tido tempo para, com vagar, travarmos um debate com a calma com que hoje estamos fazendo – também, naturalmente, além do grupo que aqui está, com a presença necessária. Talvez V. Ex.<sup>a</sup> até possa ter razão nos seus argumentos, mas há indagações preliminares da maior importância e que deveriam ser por nós analisadas.

Por exemplo, o sistema de governo a ser adotado no País não é aquele que nós, pessoalmente, como castas, resolvamos escolher, por entendê-lo o melhor, porque, se assim fizéssemos, estaríamos agindo autocriticamente. Estaríamos decidindo por nós, por entendermos ser o melhor – e, porque assim entenderíamos, assim teríamos que resolver.

Na verdade, importa muito, na discussão, saber se o povo a ser governado por um sistema de governo compartilha das opiniões que aqui estamos a defender e inclusive tentando votar. Não estou seguro disso, mesmo porque, nas árduas campanhas por que passei, não foi o tema debatido. O entendimento que o povo de meu Estado teve, quando elegeu Waldyr Pires Governador, foi o de que estava elegendo um Governador Chefe do Governo o qual iria governar. Da mesma maneira quando foram eleitos os Prefeitos municipais, o entendimento do povo que os elegeu era o de que esses Prefeitos seriam chefes dos governos municipais. Veja bem, estou querendo entrar no mérito que antecede ao discurso de V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. CONSTITUINTE OSWALDO LIMA FILHO:** – Gostaria de respondê-lo.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Solicito ao nobre orador um pouco mais de paciência,

porque o tema é realmente muito interessante e não pode ser discutido com a passionalidade com que às vezes, é colocado.

**O SR. CONSTITUINTE OSWALDO LIMA FILHO:** – Ex.<sup>a</sup>, o tema a é muito interessante.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Há uma aspiração genérica do povo brasileiro de eleger o seu Presidente da República. Fomos companheiros do movimento diretas-já, tão importante na formulação e na extinção do regime autoritário militar. Mas o povo continua com esse desejo. Estará o povo consciente de que, ao eleger o Presidente, estará elegendo um Chefe de Estado, uma figura meramente decorativa, de que terá no exercício do governo um primeiro-ministro a ser escolhido posteriormente por uma Câmara ainda nem eleita?

E o Presidente da República irá para as ruas fazer que tipo de campanha? Que tipo de programa defenderá, uma vez que depois que o Primeiro-Ministro for escolhido é que se definirá qual será o programa? Consultando tantos quantos nos acompanham aqui, não encontrei ainda um adepto sequer – e creio até, com a anuência do ilustre e brilhante Relator Bernardo Cabral – da manutenção do segundo escrutínio para Presidente da República com o Colégio Eleitoral. Acredito que esse artigo cairá e permanecerão os dois escrutínios, resultando na eleição do Presidente por mais da metade dos votos dos eleitores brasileiros – será um Presidente muito forte, com uma postura...

**O SR. CONSTITUINTE OSWALDO LIMA FILHO:** – O que é justo e certo.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Então, a questão entre saber qual o melhor sistema é dialética. Não confunda o raciocínio extremamente perquiridor de Rui Barbosa, dialético – quem convive com sua obra, ainda hoje viva, sabe que ele fez raciocínios a favor do sistema presidencialista e parlamentarista e conta ele – para, citando frases, trechos selecionados de seus discursos, obter uma posição sua. Por outro lado, ainda que tivéssemos as preliminares, que estão aí sendo colocadas, é fundamental...

**O SR. CONSTITUINTE OSWALDO LIMA FILHO:** – Responsável a V. Ex.<sup>a</sup> se me permitir. Estimaria que prolongássemos o debate, mas o Presidente é nosso adversário.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Que coisa curiosa! Estamos debatendo o Substitutivo do ilustre Relator e estou ouvindo aqui discursos do PMDB da mais alta importância. Sabe V. Ex.<sup>a</sup> que, aprovado o Substitutivo do Relator, no qual todos nós temos, evidentemente, colaboração, partes inseridas, dentro de seis meses todos os Governadores eleitos pelo PMDB...

**O SR. CONSTITUINTE OSWALDO LIMA FILHO:** – Responderei a V. Ex.<sup>a</sup>. V. Ex.<sup>a</sup> me permite?

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Já vou concluir. Eles deixarão de ser governo, salvo se nas Disposições Transitórias resolvéssemos incluir uma fórmula que obviasse o que está hoje nas Disposições Transitórias.

**O SR. CONSTITUINTE OSWALDO LIMA FILHO:** – V. Ex.<sup>a</sup> é um homem bem informado.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Apenas para concluir o prazer que tenho, muito raro, de poder

debater com V. Ex.<sup>a</sup> Também é uma das poucas vezes que uso a tribuna, porque o tenho feito muito pouco. Mas gostaria de dizer a V. Ex.<sup>a</sup> que a mudança do sistema de governo, do presidencial para o parlamentar, é tão grave, tão drástica, tanto como o foi da Monarquia para a República, que o povo deveria ser consultado sobre o assunto.

**O SR. CONSTITUINTE OSWALDO LIMA FILHO:** – V. Ex.<sup>a</sup> levantou uma série de questões que está no espírito de todos nós. Em primeiro lugar, V. Ex.<sup>a</sup>, um homem bem informado, na condição de Líder do Governo, sabe que uma das preocupações dos parlamentaristas – corrente a que me filio – demonstrada no trabalho, que varou madrugadas, dos Constituintes José Richa, Fernando Henrique Cardoso, Luiz Henrique, Cid Carvalho e de tantos companheiros, tem sido criar condições para uma evolução gradual do sistema de poder no Brasil. Isso para que o parlamentarismo se instale no País sem traumas. Sabe V. Ex.<sup>a</sup> que uma das emendas previstas pelo Constituinte Nelson Carneiro, parlamentarista de longa data, como eu, é a de que o mandato dos Governadores atuais deve ser respeitado, como deve ser respeitado o mandato do Presidente José Sarney. Nós, Constituinte Carlos Sant'Anna, acreditamos tanto no parlamentarismo como solução para a grandeza, para a democracia e para o futuro deste País que não queremos implantá-lo ferindo direitos de titular algum de mandato. Queremos que o regime se instaure natureza das suas intenções.

Agora, quero chamar a atenção de V. Ex.<sup>a</sup> e dos demais membros desta Comissão para um importante aspecto do parlamentarismo. Ao longo dos estudos, que sempre fiz, sobre o parlamentarismo, pude ouvir um sociólogo pernambucano dizer mais perquidores, Dizi-me ele que ainda não havíamos tocado na principal virtude do parlamentarismo. E observou: Qual é, Deputado Oswaldo Lima Filho, o defeito fundamental da sociedade brasileira, defeito que trouxemos com as caravelas de Portugal, defeito que trouxemos até das origens mouriscas/moçárabes, que se entrelaçaram na formação portuguesa e que aqui criaram força no Município, nas Províncias, depois nos Estados e na União? É o autoritarismo. É a vontade de poder despótico que tem tornado a vida da sociedade brasileira um inferno.

Entre nós, há volúpia de poder de mando sobre o Município, o Estado, a Nação. E isto é uma característica até da própria família brasileira. Os chefes de família sempre foram, na história brasileira, extremamente autoritários. Quando o homem brasileiro assume o poder, ele o exerce com uma volúpia e uma violência inusitadas. O resultado disso são os tremendos erros. E qual é a fórmula encontrada pela humanidade civilizada de conter o autoritarismo?; dividir o poder. Montesquieu imaginou a fórmula dos três Poderes, que era uma fórmula que os teóricos do sistema, àquela época, já estudavam como decorrência da física de Newton. Foram os checks and balances, os freios e contrapesos que levaram à criação dos três Poderes, harmônicos e independentes entre si. Até então, só havia um poder: o monarca, o presidente imperial. O Judiciário e o Legislativo eram serviços para servir ao monarca presidencial.

Ora, a forma de eliminar esse autoritarismo da sociedade brasileira é dividir o poder. E dividir o poder significa instituir o parlamentarismo, transferir o poder de uma só pessoa para uma colegiada, que discuta, que trate dos problemas.

Se necessário ainda algum argumento forte e lógico para convencer sobre o acerto do parlamentarismo, basta

percorreremos o mundo civilizado. A Escandinávia, a Noruega, a Suécia, a Dinamarca, os Países Baixos, os mais adiantados do mundo, a Bélgica, a Holanda, a França, a Inglaterra, mãe dos Paramentos, e até os países mediterrâneos mais atrasados, como a Espanha, a Itália e a Grécia, todos já aderiram a duas instituições que o Brasil até hoje tem recusado: às 40 horas semanais de trabalho e o regime parlamentar de governo. Por que só o Brasil não pode ter o regime parlamentar, ficando condenado a essa pobre situação latino-americana dos Gomez, na Venezuela, dos Pinochets, dos Médicis e de todos esses ditadores que infelicitaram a América Latina?

Sr. Presidente, quero concluir pedindo à Comissão de Sistematização atenção para um retrocesso. É certo que o nobre Relator nos conduz para um avanço, no sentido do progresso social da nossa civilização, para aquilo que Fernando Henrique Cardoso chama, com felicidade, de ocidentalização do processo político brasileiro, com a adoção do parlamentarismo. Mas, quanto à questão da definição da empresa nacional, que é o cerne da economia brasileira, vemos que S. Ex.<sup>a</sup> recuou do primeiro substitutivo, onde havia feito uma definição, até certo ponto louvável, da empresa nacional. O fato é que, neste substitutivo, o art. 192 traz uma definição inaceitável, porque elimina qualquer possibilidade de defesa da economia nacional, das empresas nacionais. Não há nenhum país no mundo que não defenda os seus nacionais, que não defenda os seus filhos. A Nação brasileira não pode dar incentivos às empresas estrangeiras, não pode dispensá-las de impostos. Pelo menos, elas devem ser tratadas nas mesmas condições que as empresas nacionais. E é isso que veda o art. 192 ao definir a empresa nacional.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Permite-me V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. CONSTITUINTE OSWALDO LIMA FILHO:** – com prazer.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Evidentemente, é dupla a alegria que V. Ex.<sup>a</sup> me concede, pois este é o segundo aparte que pronuncia ao seu consistente discurso. Ainda bem que V. Ex.<sup>a</sup> fez referência justa ao primeiro substitutivo. E sabe que ele fora feito em derredor da empresa nacional, de minha responsabilidade. Mas V. Ex.<sup>a</sup> conhece um Constituinte chamado Severo Gomes, cuja respeitabilidade e nacionalismo são de todos conhecidos ou reconhecidos e proclamados.

**O SR. CONSTITUINTE OSWALDO LIMA FILHO:** – E que agora eu passo a pôr em dúvida.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Permita-me V. Ex.<sup>a</sup> que fique registrado nesta Casa que essa alteração se deveu ao Constituinte Severo Gomes, como consenso de uma reunião com o Líder do PMDB em exercício na Assembléia Nacional constituinte o constituinte Euclides Scalco. E esse consenso a mim foi trazido. Como sou um Relator aberto – e V. Ex.<sup>a</sup> sabe que sempre considerei os maiores do nosso partido – eu aqui esci. Portanto, gostaria que ficasse registrado – e V. Ex.<sup>a</sup> já deve ter tomado conhecimento do fato – que essa alteração não partiu do Relator Bernardo Cabral.

**O SR. CONSTITUINTE OSWALDO LIMA FILHO:** – Faço votos de que o Relator Bernardo Cabral, o jurista Bernardo Cabral, o nacionalista Bernardo Cabral, cassado comigo pela ditadura antinacional de 1964, ao dar parecer sobre as emendas que nós, nacionalistas, apresentamos, lembre-se do fato, porque o Senador Severo Gomes, mais do que ninguém, não poderia ter cometido esse equívoco. Ora, os maiores nacionalistas deste País foram os homens

que deram a sua vida pela Nação brasileira. Lembramos as célebres figuras de Nunes Machado, que saíra da tribuna do parlamento imperial para morrer comandando a Revolução Praieira nas ruas de Recife, e de Frei Joaquim do Amor Divino Caneca, fuzilado pelo absolutismo de Dom Pedro II, porque nenhum carrasco tivera coragem de executá-lo na forca; fora preciso convocar uma tropa de polícia para fuzilá-lo. Estes e muitos outros tiveram como bandeira maior, na Constituição de 1817, que antecedeu a Independência do Brasil, e, depois, na Constituição de 1824, a defesa do privilégio dos brasileiros diante do comércio português, que então tinha o estanco, o monopólio.

Hoje em dia, os japoneses são os mais severos, mais cuidadosos e mais exigentes defensores dos seus nacionais. Em toda a Europa isso ocorre. Dizia-me, há pouco, um industrial brasileiro, filho de alemães, Sr. Kurt Politzer, antigo professor de Química, que, quando esteve na França, soube que para uma empresa estrangeira, ou qualquer empresa, poder qualificar-se, naquele país, até sua escrita era posta em exame pelos órgãos do governo, que investigam toda a sua correspondência, verificando se a empresa não tem vínculos no exterior. Só quando a ausência desses vínculos é comprovada ela passa a ter os privilégios de empresa nacional francesa. Pergunto como o Constituinte Severo Gomes cai de um cavalo magro dessa qualidade, ao impor uma legislação que nos impede de beneficiar as empresas nacionais. Vamos lutar para reformar – e estamos articulados, a Frente Parlamentar Nacionalista, os nacionalistas do movimento progressista do PMDB, PDT, PT, PCB, PC do B e PTB – essa definição de empresa nacional, que precisa assegurar o desenvolvimento e a grandeza do Brasil.

É preciso, sobretudo, ter em mente que publicação recente do Conselho Nacional de Pesquisas, sob o título "Quem é Quem no Subsolo Brasileiro", obra escrita pelo Prof. José do Rego Fernandes e mais quatro colaboradores desse Conselho, demonstra que 401.000 km<sup>2</sup> do território brasileiro já estão cedidas a empresas mineradoras multinacionais.

Ora, só poderemos resgatar as riquezas nacionais, o subsolo brasileiro que os nossos antepassados legaram à Nação, com disciplina e com uma definição legítima da empresa nacional. Muito obrigado Sr. Presidente e Srs. Constituintes.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Fica convocada uma sessão para amanhã, às dezenove horas, no plenário do Senado Federal, a fim de iniciarmos a votação do Substitutivo.

**A SRA. CONSTITUINTE ROSE DE FREITAS:** – Peço a palavra para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem a palavra V. Ex.<sup>a</sup>.

**A CONSTITUINTE ROSE DE FREITAS:** – Sr. Presidente, gostaria que a questão de ordem que vou abordar merecesse a atenção do nobre Relator, embora já levantada pelo Constituinte José Genoíno, do PT. Parece-me que o encaminhamento dado por V. Ex.<sup>a</sup>, na Presidência desta Comissão, mereceria uma revisão especial, porque na publicação da errata o art. 203 foi inteiramente alterado, com os §§ 1º e 2º acrescidos, após a publicação, não como errata, mas como um texto que modificou substancialmente a intenção do referido artigo. V. Ex.<sup>a</sup> informou que essa questão seria depois resolvida com um destaque supressivo. Não é o caso, porque, na verdade, após

a publicação do Substitutivo, compreendemos – e esse é o entendimento de V. Ex.<sup>a</sup>, expresso no que foi colocado anteriormente, que nenhum parágrafo, sobretudo se extremamente modificativo, poderia pairar sobre o mesmo. Gostaria que V. Ex.<sup>a</sup> – e aqui peço a atenção do nobre Relator – considerasse a revisão dessa errata, publicando-a novamente, retirados os §§ 1º e 2º, que inclusive são objetos de uma emenda e de um destaque de autoria do Constituinte Gastone Righi. Entendemos que, se persistir essa publicação, evidentemente ela dará abertura para que outras situações sejam abordadas com idêntica postura. Tenho, por exemplo, alguns artigos que poderiam ser acrescidos, até com propostas que foram colocadas no texto constitucional. Então, solicito a V. Ex.<sup>a</sup> que, em vez de submeter o assunto à discussão do Plenário, amanhã, proceda à retirada, publicando um novo caderno dessa errata, porque, como está, ela desmerece o trabalho da Constituinte a coloca sob dúvida, o que é mais grave. Não podemos ter um artigo acrescido de dois parágrafos, após a publicação. Não se trata de uma errata, mas sim de um artigo acrescido de dois parágrafos, que substancialmente alteram a intenção do referido artigo.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Antes de dar a palavra ao nobre Relator, desejo esclarecer que foram apresentadas duas questões de ordem. Na primeira, o Constituinte José Genuíno mencionou que havia esse acréscimo e, então decidi que a Mesa aceitaria os destaques que qualquer Constituinte quisesse fazer para efeito da supressão desses parágrafos. Após a decisão dessa questão, o Constituinte Gastone Righi apresentou outra idêntica à que V. Ex.<sup>a</sup> agora levanta, pedindo que não se considerassem escritos no Substitutivo os dois parágrafos. Respondi-lhe que só poderia decidir depois de ouvir o eminente Relator, para que ele informasse se realmente aquilo havia resultado de omissão na impressão do texto.

Tem a palavra o Relator Bernardo Cabral.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, é com muita alegria que presto esta informação a V. Ex.<sup>a</sup>, e aos Constituintes em geral e, em particular, à eminente colega Rose de Freitas. Quando tive oportunidade de fazer a apresentação desse trabalho, nas duas primeiras páginas iniciais tive o cuidado de registrar que talvez se fizesse necessária uma errata. É que não houve tempo para todas as emendas aprovadas serem consignadas no texto. No caso, não é um acréscimo, Sr. Presidente: foi uma emenda aprovada que consta da relação das emendas aprovadas neste primeiro texto, mas acho que por um lapso...

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Não houve emenda alguma.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Se V. Ex.<sup>a</sup> permitir, eu informo: se não quer, eu não o faço. Como a emenda constava da relação – repito – foi o texto levado ao Relator pelo Ilustre Constituinte Roberto Jefferson, do PTB, alegando que não havia sido incluída essa matéria. Esta emenda foi acolhida pelo Relator depois e, na presença do Constituinte José Ignácio Ferreira, com o "aprovo", remetida para publicação. Portanto, os dois parágrafos não são acréscimos. O documento está devidamente arquivado no Prodasen, com minha assinatura e, evidentemente, com o respaldo do próprio Constituinte Roberto Jefferson, a quem caberia fazer os devidos esclarecimentos. Disse-me hoje o ilustre Constituinte Gastone Righi, que me honra com sua amizade, o que é recíproco, que não era bem assim.

Em função de questão de ordem levantada por S. Ex.<sup>a</sup>, o Constituinte Brandão Monteiro, foram reabertos os prazos para que se apresentassem emendas de destaque. Quero de logo declarar que darei parecer favorável a esse destaque, e o farei de público. Deu-me a entender o Constituinte Gastone Righi que alguma coisa não muito séria havia sido embutida nesta emenda por mim acolhida – e, no caso, trata-se de um colega que merece minha consideração – que segundo S. Ex.<sup>a</sup> também resolveria o problema do transporte a granel. Esta a posição do Relator.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Diante da informação do eminente Relator, considera decidida a questão de ordem. Com a solução dada questão de ordem levantada pelo Constituinte José Genoíno, a Mesa receberá os destaques para efeito de supressão, que serão, então, submetidos à votação.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem. V. Ex.<sup>a</sup> não precisa resolvê-la agora.

No art. 26 do Regimento consta:

"§ 2º Concluído o parecer pela apresentação do substitutivo, os Constituintes terão, a contar de sua publicação, o prazo de 48 horas para apresentar emendas, permitidas somente quando incidirem sobre dispositivos em que o substitutivo houver inovado em relação ao projeto e às emendas anteriores.

§ 3º Na hipótese do parágrafo anterior, o projeto retornará à Comissão de Sistematização para emitir novo parecer, em prazo a ser fixado pela Mesa."

Sr. Presidente, a minha questão de ordem, cuja resposta não é preciso que V. Ex.<sup>a</sup> dê agora, é que, na verdade, no segundo substitutivo o Relator inova profunda e, às vezes, drasticamente, em relação ao primeiro, o que, conforme me alertou o Constituinte Gastone Righi, em conversa informal, faz-me acreditar que, de acordo com o disposto regimental, pelo fato da que o segundo substitutivo trouxe profundas inovações em relação ao primeiro, deveríamos ter tido prazos para as emendas a essas partes que foram inovadas, e não os tivemos. Em sendo assim, Sr. Presidente, nós, os poucos Constituintes que estamos aqui presentes, sentimos enormes dificul-

dades nos destaques resultantes da circunstância de que o Relator inovou. Como havíamos emendado o primeiro substitutivo e como o Relator inovou no segundo, não tínhamos emendas correspondentes para corrigir essas inovações.

Por esta razão, parece-me que deveríamos ter, no curso do tempo de que dispomos, algumas soluções para as decisões que a Comissão de Sistematização por acaso tomar e que não tenham amparo em emendas, que não foram apresentadas porque não foi cumprido o § 2º, do art. 26, do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Nobre Constituinte Carlos Sant'Anna, a questão de ordem levantada por V. Ex.<sup>a</sup> pode ser solucionada tendo em vista duas alternativas. Uma seria a apresentação de requerimento à Presidência da Comissão de Sistematização, que, de acordo como Regimento, está obrigada a submetê-lo a Plenário, pedindo a suspensão do início da votação, para que seja concedido esse prazo de quarenta e oito horas destinado às emendas. A outra solução seria propor que os membros da Comissão de Sistematização, na fase de elaboração final do segundo substitutivo, tendo em vista que não dispuseram de prazo para emendá-la preliminarmente, pudessem fazê-lo durante o prazo em que ele seria discutido, com a presença do Relator, a fim de que fossem feitas as modificações convenientes.

A fim de contornar a eliminação desse prazo, de acordo com as instruções distribuídas pelo Presidente Ulysses Guimarães, atendendo a uma proposta minha, na verdade os destaques para matéria do novo substitutivo funcionarão de certo modo como emendas, porque são admitidos requerimentos de destaque do projeto primeiro, do primeiro substitutivo e do segundo e de emendas apresentadas ao projeto em primeira etapa, não havendo referências ao segundo, porque não tivemos oportunidade de formulá-las. De maneira que, como isso depende de votação pela Comissão, V. Ex.<sup>a</sup>, o Constituinte Gastone Righi ou qualquer outro Constituinte integrante do órgão interessado poderão formular o requerimento para apreciação pelo Plenário, pois acredito que amanhã teremos número para tomar essa decisão.

Está encerrada a reunião.



**COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO**  
**I – ATA SUCINTA**  
**ATA DA 32ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

Aos vinte e quatro dias do mês de setembro do ano de mil novecentos e oitenta e sete, às dezenove horas, no Plenário do Senado Federal, reuniu-se a Comissão de Sistematização, sob a Presidência do Senhor Constituinte Afonso Arinos, presentes os Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Adolfo Oliveira, Alcení Guerra, Alfredo Campos, Almir Gabriel, Aluizio Campos, Antonio Farias, Antônio Carlos Konder Reis, Antonio Carlos Mendes Thame, Arnaldo Prieto, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Brandão Monteiro, Carlos Chiarelli, Carlos Mosconi, Carlos Sant'Anna, Celso Dourado, Christóvam Chiaradia, Cid Carvalho, Cristina Tavares, Edme Tavares, Egídio Ferreira Lima, Eraldo Tinoco, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Gasparian, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Lyra, Francisco Benjamim, Francisco Dornelles, Francisco Pinto, Francisco Rossi, Gastone Righi, Gerson Peres, Haroldo Lima, Haroldo Sabóia, Ibsen Pinheiro, Inocêncio Oliveira, Jamil Haddad, Jarbas Passarinho, João Calmon, Joaquim Beviláqua, José Geraldo, José Jorge, José Lins, José Luiz Maia, José Maurício, José Paulo Bisol, José Richa, José Santana de Vasconcellos, José Serra, José Thomaz Nonô, José Ulisses de Oliveira, Luís Eduardo, Luiz Inácio Lula da Silva, Lysâneas Maciel, Manoel Moreira, Marcondes Gadelha, Mário Assad, Mário Lima, Milton Reis, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nilton Friedrich, Nilson Gibson, Oscar Corrêa, Osvaldo Coelho, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Plínio Arruda Sampaio, Prisco Viana, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Ricardo Fiúza, Roberto Freire, Rodrigues Palma, Sandra Cavalcanti, Severo Gomes, Sigmaringa Seixas, Siqueira Campos, Theodoro Mendes, Virgildásio de Senna, Virgílio Távora, Wilson Martins, Aécio Neves, Adylson Motta, Albano Franco, Aldo Arantes, Antonio Mariz, Beth Azize, Bocayuva Cunha, Chagas Rodrigues, Cleonânio Fonseca, Daso Coimbra, Délio Braz, Enoc Vieira, Euclides Scalco, Fernando Santana, Israel Pinheiro, Itamar Franco, João Menezes, João Natal, Jonas Pinheiro, José Carlos Grecco, José Costa, José Genoíno, José Maranhão, José Maria Eymael, José Tavares, José Tinoco, Luiz Salomão, Márcio Braga, Marcos Lima, Michel Temer, Miro Teixeira, Mozarildo Cavalcanti, Octávio Elisio, Ottomar Pinto, Paes Landim, Ricardo Izar, Roberto Balestra, Roberto Brant, Rose de Freitas, Uldurico Pinto, Vicente Bogo, Vilson Souza, Ziza Valadares e José Fogaça. Estiveram presentes, ainda, os Senhores Constituintes, não integrantes da Comissão: José Fernandes, Gidel Dantas, Plínio Martins, Átila Lira, Pedro Canedo, Antônio Câmara, Chico Humberto, Ézio Ferreira, Valmir Campelo, Paulo Delgado, Jalles Fontoura, Sérgio Brito, Pedro Ceolin, Assis Canuto, Jorge Hage, Jofran Frejat, Florestan Fernandes, Mauro Campos, Antonio Gaspar, Costa Ferreira, Doreto Campanari, Luís Roberto Ponte, Ismael Wanderley, Cardoso Alves, Carlos Alberto Caó, Sólton Borges dos Reis, Nestor Duarte, Ivo Lech, Luiz Alberto Rodrigues, Benito Gama, Agassiz Almeida, Irma Passoni, Adhemar de Barros Filho, Anízio Bezerra, Raul Ferraz e Jovanni Masini. Deixaram de comparecer os Senhores Constituintes: Aloysio Chaves, Darcy Pozza, João Herrmann Neto, José Freire, José Ignácio Ferreira e Paulo Pimentel. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos anunciando que cópias das Atas das reuniões dos dias primeiro, dois, três, quatro e oito de setembro foram distribuídas aos presentes, razão pela qual, atendendo a apelo do Plenário, considerava dispensada a leitura das mesmas, se não houvesse manifestação em contrário. Em votação, as referidas Atas foram aprovadas, unanimemente. Em seguida, o Senhor Presidente informou que a reunião se destinava à votação do projeto de Constituição, dos Substitutos números 1 e 2, do Relator Bernardo Cabral, e das emendas apresentadas, informando, também, que as normas de procedimentos a serem adotadas durante os

trabalhos estavam contidas na "Consolidação das Regras Regimentais", elaborada pela Presidência da Assembléia Nacional Constituinte, com a participação conjunta da Mesa da Comissão e de todas as Lideranças Partidárias. Depois de atender a indagações dos Constituintes Siqueira Campos, Luiz Viana e Haroldo Lima, e a questões de ordem formuladas pelos Constituintes Carlos Sant'Anna, Pimenta da Veiga, Nelson Carneiro e Paulo Ramos, sobre o processo de votação, o Senhor Presidente formulou apelo ao Plenário no sentido de buscarem, todos juntos, o consenso no encaminhamento da votação que se iniciava, objetivando alcançarem um fim comum e de interesse da Nação brasileira. O Senhor Relator Bernardo Cabral, com a palavra, teceu considerações sobre referências feitas, sobretudo na imprensa, com relação a omissões que teriam havido no Substitutivo nº 2, que elaborou, tendo oferecido os seus esclarecimentos relativos ao assunto. Falaram, ainda, sobre o processo de votação e a matéria em pauta, os Constituintes Gastone Righi, Gerson Peres, Aluizio Campos, Nilson Gibson e José Genoíno. Levantaram novas questões de ordem, sobre o processo de votação da matéria constitucional, os Constituintes Aldo Arantes, Adhemar de Barros Filho e Theodoro Mendes. Retomando a palavra, o Presidente Afonso Arinos informou que a votação da matéria dar-se-ia pela ordem da disposição do texto, Título por Título, de conformidade com as normas já anunciadas ao Plenário, iniciando-a pelo preâmbulo. Foram recebidos, preliminarmente, cinco requerimentos de preferência. O Senhor Presidente, esclarecendo que não mais concederia questões de ordem sobre a matéria já decidida, passou a palavra, de acordo com as normas, aos Senhores Líderes Partidários, para o encaminhamento, por cinco minutos, da votação de cada Título, no caso o Preâmbulo, obedecida a ordem decrescente de representação, critério que seria invertido, alternadamente, nas votações dos Títulos subseqüentes, tendo falado os Senhores Constituintes, no exercício das respectivas Lideranças: 1) Euclides Scalco (PMDB); 2) Sandra Cavalcanti (PFL); 3) Virgílio Távora (PDS); 4) Lysâneas Maciel (PDT); 5) Gastone Righi (PTB); 6) Luiz Inácio Lula da Silva (PT); 7) Adolfo Oliveira (PL); 8) José Maria a Eymael (PDC); 9) Haroldo Lima (PC do B); 10) Roberto Freire (PCB); 11) Jamil Haddad (PSB) e 12) Antonio Farias (PMB). Encerrados os pronunciamentos das Lideranças, foram apresentadas novas questões de ordem sobre o processo de votação, pelos Constituintes Carlos Sant'Anna, José Lins, Brandão Monteiro, Pimenta da Veiga, Chagas Rodrigues, José Genoíno, Gerson Peres, Nelson Carneiro, Roberto Freire e Cristina Tavares. Em seguida, passou-se ao processo de votação do **Preâmbulo. 1ª votação:** preferência para o Preâmbulo do Substitutivo nº 1, do Relator, requerida pelo Constituinte Haroldo Lima; resultado: rejeitada, com 69 votos contrários e 18 favoráveis. Anunciada a rejeição da preferência, o Constituinte Pimenta da Veiga, pela ordem, renovou suas preocupações quanto à decisão adotada no processo de votação, pela Mesa, ante o risco que antevia da possibilidade de inversão, em qualquer momento, da ordem das votações, inclusive com o resgate de textos e dispositivos que não foram objeto de requerimento de destaque, tempestivamente apresentados. O Senhor Presidente Afonso Arinos, retomando a palavra, reconheceu razões aos que com a questão se preocupavam, mas ressaltou que estava de certa forma satisfeito com o resultado que todos os presentes emprestavam à solução mais conveniente ao bom andamento dos trabalhos, no que foi cumprimentado pelo Constituinte Nelson Carneiro; **2ª votação:** Preâmbulo do Substitutivo nº 2, do Relator Bernardo Cabral, ressalvados os destaques; resultado: aprovado, com 66 votos favoráveis e 23 contrários; **3ª votação:** Destaque nº 0523-87 – Emenda nº 1P-06650-6, supressiva de expressão do Preâmbulo do Projeto de Constituição; autor: José Genoíno; encaminhamento: favorável, do autor, contraditado por Daso Coimbra e Enoc Vieira; resultado: rejeitado, com 74 votos contrários e 01 favorável. Anunciado o resultado, foram levantadas

questões de ordem sobre o processo de votação, pelos Constituintes Carlos Sant'Anna, Gerson Peres, José Genoíno, José Lins, Pimenta da Veiga, Chagas Rodrigues e Aluizio Campos. Em resposta, o 2º-Vice-Presidente, Brandão Monteiro, que substituiu o titular Afonso Arinos, reconheceu dificuldades para o entendimento da questão de ordem anteriormente levantada pelo Constituinte Carlos Sant'Anna, na forma deferida pela Mesa, e considerou a matéria vencida, tendo lido o disposto no item 2.6 da Consolidação das Regras Regimentais, dispondo que "rejeitado o Título ou Capítulo, a precedência será pela ordem inversa de sua apresentação, votando-se o correspondente no 1º Substitutivo e, rejeitado este, o do projeto". Esclareceu, ainda – após intervenção do Relator-Adjunto José Fogaça demonstrando constituir-se o Preâmbulo em situação especialíssima –, que, diante da matéria vencida, as propostas substitutivas integrais ao texto não mais poderiam ser votadas, colocação repelida pela Constituinte Cristina Tavares, com intervenções dos Constituintes Carlos Sant'Anna e José Maria Eymael. Diante de sucessivas e insistentes questões de ordem sobre o processo de votação, o Presidente Brandão Monteiro suspendeu os trabalhos, a uma hora e quatro minutos, do dia vinte e cinco de setembro de mil novecentos e oitenta e sete, durante trinta e seis minutos, para possibilitar uma reunião entre Líderes Partidários e a Mesa da Comissão, sobre as principais questões de ordem levantadas. Reaberta a reunião, a uma hora e quarenta minutos, o Presidente Brandão Monteiro pediu a atenção do Plenário e comunicou o resultado do encontro havido, na busca de uma solução que possibilitasse a continuidade dos trabalhos, tendo informado que as colocações foram de ordem técnica, mas cuja solução implicava em conteúdo político, em razão da tipicidade da votação do Preâmbulo. O entendimento resultou em que, por unanimidade, os Líderes julgaram apropriado colocar-se em votação os pedidos de preferência e as emendas substitutivas. Foram adotadas, então, as seguintes normas de procedimento: "1) tem preferência para votação o Título do segundo substitutivo; caso seja aprovado prejudicará todos os destaques a emendas substitutivas integrais; 2) em caso de rejeição do Título do segundo substitutivo, do primeiro substitutivo e do projeto, serão votados os destaques de emendas substitutivas de acordo com os requerimentos de preferência; 3) a votação na ordem crescente dos Capítulos, não se permitindo requerimentos de preferência de um Capítulo sobre o outro". Feitos esses esclarecimentos, passou-se à votação das preferências requeridas; **4ª votação:** Destaque nº 1609-87 – Emenda nº ES-32599-0, dando nova redação ao Preâmbulo do Substitutivo nº 1; autor: Aluizio Campos; encaminhamento: favorável, do autor e do Constituinte Marcondes Gadelha, e contrário, do Constituinte José Maria Eymael; resultado: prejudicado por falta de **quorum**, com 45 votos favoráveis e 12 contrários, resultado que confirmou o texto do Substitutivo nº 2, do Relator. Concluída a votação do destaque, o Constituinte Marcondes Gadelha, com a palavra, pela ordem, manifestou preocupação quanto às questões de ordem resolvidas pela Mesa, na reunião que se realizava, sugerindo que houvesse uma "resolução política" para a solução de alguns pontos indefinidos no processo de votação, ao que o Presidente Brandão Monteiro respondeu que o processo estava se desenvolvendo de acordo com a "Consolidação das Regras Regimentais", adotada pela Mesa em reunião com as Lideranças Partidárias, mas concordando com as colocações e advertências feitas, preocupação que, de resto, era de todos e do próprio Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, assegurando que levaria a proposição aos demais membros da Mesa, visando a encontrar fórmula capaz de superar as incidências e problemas que ali enfrentavam. O Constituinte Aluizio Campos, diante da prejudicialidade declarada para o seu destaque e a conseqüente aprovação do texto do Substitutivo nº 2, decidiu recorrer da decisão da Mesa, tendo em vista não ter a matéria alcançado o **quorum**

qualificado de 47 votos necessários à decisão. Respondendo, o Presidente Brandão Monteiro informou que a decisão se dera em inteira obediência às "Normas Consolidadas", de cuja elaboração o próprio recorrente havia participado; **5ª votação:** Destaque nº 3324-87 – Emenda nº ES-21853-1, dando nova redação ao Preâmbulo do Substitutivo nº 2; autor: Paulo Pimentel; resultado: prejudicado por falta de **quorum** qualificado, com 44 votos contrários e 05 favoráveis; às duas horas e vinte e dois minutos, deixou a Presidência dos trabalhos o Constituinte Brandão Monteiro, sendo substituído pelo 1º Vice-Presidente Aluizio Campos; **6ª votação:** Destaque nº 4598-87 – Emenda nº ES-34511-7, dando nova redação ao Preâmbulo do Substitutivo nº 1; autor: Victor Faccioni; resultado: prejudicado por falta de **quorum** qualificado, com 36 votos contrários e 05 favoráveis. Em face da ausência de número para deliberação, o Senhor Presidente informou que a reunião continuaria às quinze horas, no mesmo local, para dar prosseguimento à votação, suspendendo os trabalhos às duas horas e cinquenta minutos. Às quinze horas e cinquenta minutos do dia vinte e cinco de setembro de mil novecentos e oitenta e sete, havendo número regimental, o Presidente Afonso Arinos declarou reaberta a reunião. A seguir, leu e submeteu a votos requerimento do Constituinte Eraldo Tinoco, propondo que a reunião de votação se dividisse em dois turnos, matutino e vespertino, das nove às treze horas e das quinze às dezenove horas, respectivamente. Após a manifestação favorável dos Senhores Líderes Partidários sobre o assunto, que foi aprovado, o Constituinte Pimenta da Veiga propôs que a ausência de autor de destaque, ou a falta de indicação de membro da Comissão para representá-lo, no momento da votação respectiva fosse considerado prejudicado, o que, também, foi aprovado unanimemente; **7ª votação:** Destaque nº 0524-87 – Emenda nº 1P-06651-4, substitutiva de expressão no Preâmbulo do Projeto de Constituição; autor: José Genoíno; encaminhamento: favorável, do autor, de Pimenta da Veiga e do Relator-Adjunto José Fogaça; resultado: aprovado, com 89 votos favoráveis. Às dezesseis horas e trinta e seis minutos, do dia vinte e cinco de setembro de mil novecentos e oitenta e sete, o Presidente declarou encerrada a votação do Preâmbulo, suspendendo a reunião por trinta minutos e determinando a abertura do Livro de Assinaturas para a votação do Título I do Substitutivo nº 2, do Relator. Às dezessete horas, constatou-se a presença dos seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Adolfo Oliveira, Alfredo Campos, Almir Gabriel, Aluizio Campos, Antonio Farias, Antônio Carlos Konder Reis, Antonio Carlos Mendes Thame, Arnaldo Prieto, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Brandão Monteiro, Carlos Chiarelli, Carlos Mosconi, Carlos Sant'Anna, Celso Dourado, Christóvam Chiaradia, Cristina Tavares, Darcy Pozza, Edme Tavares, Egidio Ferreira Lima, Eraldo Tinoco, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Gasparian, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Lyra, Francisco Benjamim, Francisco Pinto, Francisco Rossi, Gastone Righi, Gerson Peres, Haroldo Sabóia, Ibsen Pinheiro, Inocêncio Oliveira, Jamil Haddad, Jarbas Passarinho, João Calmon, Joaquim Bevilacqua, José Fogaça, José Freire, José Geraldo, José Ignácio Ferreira, José Jorge, José Lins, José Maurício, José Paulo Bisol, José Richa, José Santana de Vasconcellos, José Serra, José Thomaz Nonô, Luís Eduardo, Lysâneas Maciel, Manoel Moreira, Marcondes Gadelha, Mário Assad, Mário Lima, Milton Reis, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nelton Friedrich, Nilson Gibson, Oscar Corrêa, Osvaldo Coelho, Osvaldo Lima Filho, Paulo Pimentel, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Plínio Arruda Sampaio, Prisco Viana, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Ricardo Fiúza, Roberto Freire, Rodrigues Palma, Sandra Cavalcanti, Severo Gomes, Sigmaringa Seixas, Siqueira Campos, Theodoro Mendes, Virgildásio de Senna, Virgílio Távora, Wilson Martins, Adylson Motta, Aécio Neves, Afif Domingos, Albano Franco, Aldo Arantes, Antonio Mariz, Beth Azize,

Bocayuva Cunha, Bonifácio de Andrada, Chagas Rodrigues, Cleonânio Fonseca, Daso Coimbra, Délio Braz, Enoc Vieira, Euclides Scalco, Fernando Santana, Israel Pinheiro, João Menezes, Jonas Pinheiro, José Carlos Grecco, José Costa, José Genoíno, José Lourenço, José Maria Eymael, José Tavares, José Tinoco, Luiz Henrique, Luiz Salomão, Márcio Braga, Marcos Lima, Miro Teixeira, Mozarildo Cavalcanti, Octávio Elisio, Ottomar Pinto, Paes Landim, Ricardo Izar, Roberto Brant, Rose de Freitas, Vicente Bogo, Vilson Souza, Alcení Guerra, Cid Carvalho e Luiz Inácio Lula da Silva. Estiveram presentes, ainda, os Senhores Constituintes, não integrantes da Comissão: Benito Gama, Florestan Fernandes, Jofran Frejat, Heráclito Fortes, Paulo Delgado, Raul Ferraz, Chico Humberto, Ézio Ferreira, Assis Canuto, Pedro Ceolin, Cunha Bueno, João Paulo, Ismael Wanderley, Costa Ferreira, Luís Roberto Ponte, Ivo Lech e Giovanni Masini. Deixaram de comparecer os Senhores Constituintes: Aloysio Chaves, Francisco Dornelles, Haroldo Lima, João Herrmann Neto, José Luiz Maia, José Ulisses de Oliveira. Havendo número regimental, o Senhor Presidente anunciou a votação do **Título I** – Dos Princípios Fundamentais e suspendeu a reunião por trinta minutos, com a finalidade de serem recebidos os Requerimentos de Preferência relativos à matéria. Foram apresentados oitenta e três Requerimentos de Preferência sobre o Título I. Reaberta a reunião, às dezessete horas e quarenta minutos, o Presidente Afonso Arinos, depois de apresentar desculpas pelo atraso verificado, comunicou que a aprovação do Título anunciado prejudicaria as emendas substitutivas integrais, ressalvados os Requerimentos de Preferência, que seriam votados inicialmente. Foram levantadas indagações sobre o processo de votação pelos Constituintes Gastone Righi, Pimenta da Veiga, Adolfo Oliveira, Carlos Sant'Anna, Roberto Freire, Aluizio Campos, Egídio Ferreira Lima, Virgildásio de Senna, Cristina Tavares, José Genoíno e Oscar Corrêa, prontamente respondidas pelo Presidente Afonso Arinos; **8ª votação**: Título I, do Substitutivo nº 2, do Relator; resultado: aprovado, ressalvados os destaques, com 88 votos favoráveis; **9ª votação**: Requerimento de Preferência para o Destaque nº 0109-87; autor: Lysâneas Maciel; resultado: rejeitado, com 47 votos contrários e 44 favoráveis; **10ª votação**: Requerimento de Preferência para o Destaque nº 1634-87 – Emenda nº ES-11026-2; autor: Aluizio Campos; resultado: rejeitado, com 47 votos contrários e 08 favoráveis. Às dezoito horas e cinco minutos, o Constituinte José Thomaz Nonô, diante de "rumores" no Plenário de que a reunião seria suspensa às dezenove horas, consultou o Presidente sobre a prorrogação ou não do horário dos trabalhos, ao que lhe foi informado pelo Presidente de que a reunião se estenderia até às vinte horas; **11ª votação**: Destaque nº 0109-87 – Emenda nº ES-34052-2, modificativa do Título I, do Substitutivo nº 2; autor: José Paulo Bisol; encaminhamento: favorável, do autor, com intervenção do Relator Bernardo Cabral; resultado: rejeitado, com 49 votos contrários e 41 favoráveis, permanecendo o texto do Relator (Substitutivo nº 2); **12ª votação**: Destaque nº 1610-87 – Emenda nº ES-31651-6, modificativa do Título I, do Substitutivo nº 2; autor: Aluizio Campos; encaminhamento: favorável, do autor; resultado: rejeitado, com 82 votos contrários, 07 favoráveis e 01 abstenção, permanecendo o texto do Substitutivo nº 2. Às dezenove horas e cinquenta e seis minutos, o Presidente suspendeu a reunião, anunciando a sua reabertura para as nove horas, do dia seguinte, vinte e seis de setembro de mil novecentos e oitenta e sete. Às nove horas e trinta e dois minutos, do dia vinte e seis de setembro de mil novecentos e oitenta e sete, havendo número regimental, o 2º-Vice-Presidente Brandão Monteiro reabriu a reunião para dar continuidade à votação da matéria constitucional, ainda as preferências requeridas para as matérias destacadas e alusivas ao Título I, do Substitutivo nº 2. Por indagação do Senhor Constituinte Israel Pinheiro, o Presidente Brandão Monteiro lembrou aos presentes que as

assinaturas no Livro próprio deveriam ser apostas nos intervalos de votação de cada um dos Títulos, ficando configurada a ordem de precedência dos Suplentes da Comissão, durante a votação do referido Título, e que, em seguida, seriam recebidos os Requerimentos de Preferência sobre as matérias neles contidas. Ficou esclarecido, também, que, no tempo destinado às novas inscrições no Livro, fixado em 30 minutos, os trabalhos ficariam suspensos; **13ª votação**: Destaque nº 1634-87 – Emenda nº 1P-11026-2, dando nova redação ao Título I (arts. 1º a 11) do Substitutivo nº 2; autor: Aluizio Campos; encaminhamento: favorável, do autor; resultado: rejeitado, com 71 votos contrários e 05 favoráveis; **14ª votação**: Destaque nº 7068-87, do Senhor Nelson Jobim – Emenda nº ES-33984-2, substitutiva dos Títulos I e II, do Substitutivo nº 2; autores: Antonio Mariz e Nilton Friedrich; encaminhamento: favorável, de Antonio Mariz e do Relator, apartados pelos Constituintes Carlos Sant'Anna, Antônio Carlos Konder Reis, Cristina Tavares, José Fogaça e Fernando Lyra; resultado: aprovado, com 73 votos favoráveis e 18 contrários; **15ª votação**: Destaque nº 1636-87 – Emenda nº ES-33796-3 – aditiva de parágrafo ao art. 2º, do Substitutivo nº 2; autor: Délio Braz; encaminhamento: favorável, do autor e de Paes Landim, e contrário de Bonifácio de Andrada e José Maria Eymael; resultado: rejeitado, com 80 votos contrários e 12 favoráveis. Nesse momento, às onze horas e vinte e oito minutos, deixou a Presidência o 2º Vice-Presidente, Brandão Monteiro, assumindo-a o 1º-Vice-Presidente Aluizio Campos; **16ª votação**: Destaque nº 0488-87 – Emenda nº ES-21953-7, modificativa do art. 3º, inciso III, do Substitutivo nº 2; autor: José Genoíno; encaminhamento favorável, do autor de Luiz Salomão, e contrário de José Thomaz Nonô e Enoc Vieira; resultado: rejeitado, com 61 votos contrários e 32 favoráveis; **17ª votação**: Destaque nº 7349-87 – Emenda nº ES-33513-8, modificativa do art. 4º, do Substitutivo nº 2, acrescentando expressões ao seu final; autor: Antonio Mariz; encaminhamento: favorável do autor, tendo usado da palavra o Relator-Adjunto José Fogaça; resultado: aprovado, com 49 votos favoráveis e 44 contrários; **18ª votação**: Destaque nº 0110-87, do Senhor José Paulo Bisol – Emenda nº ES-33210-4, modificativa do **caput**, art. 4º, do Substitutivo nº 2; autor: Domingos Leonelli; encaminhamento: favorável, de Paulo Ramos e Carlos Alberto Caó, e contrário de Cid Carvalho, tendo o Relator Bernardo Cabral explicado as razões do não-acolhimento à proposta; resultado: aprovado, com 85 votos favoráveis e 05 contrários; **19ª votação**: Destaque nº 0636-87 – Emenda nº ES-33683-5, aditiva de parágrafo ao artigo 4º, do Substitutivo nº 2; autor: Brandão Monteiro; encaminhamento: favorável do autor e de Lysâneas Maciel, e contrário de Nelson Carneiro e do Relator-Adjunto Adolfo Oliveira; resultado: rejeitado, com 60 votos contrários e 27 favoráveis. O Presidente Aluizio Campos, após comunicar que os Requerimentos de Preferência nas votações só seriam aceitos se subscritos por Constituintes integrantes da Comissão, declarou suspensa a reunião, às treze horas e quinze minutos, antes convocando sua continuação a partir das quinze horas, do mesmo dia. Às quinze horas e trinta minutos, do dia vinte e seis de setembro de mil novecentos e oitenta e sete, havendo número regimental, o Presidente Afonso Arinos declarou reaberta a reunião para dar continuidade à votação do Título I, do Substitutivo nº 2, do Relator. Antes de passar à votação, o Senhor Presidente fez os seguintes esclarecimentos ao Plenário: "Os Requerimentos de Preferência ao Título II serão apresentados no intervalo de trinta minutos, aberto logo após o término da votação do Título I. As preferências já tentadas devem ser renovadas neste mesmo intervalo de trinta minutos, oportunidade em que, também, serão apostas as assinaturas no livro de presença pelos Suplentes da Comissão, para efeito de precedência da votação"; **20ª votação**: Destaque nº 0521-87 – Emenda nº 1P-06646-8, adi-

tiva ao art. 4º, do Substitutivo nº 2; autor: José Genoíno; encaminhamento: favorável, do autor; resultado: rejeitado, com 50 votos contrários e 25 favoráveis; **21ª votação:** Destaque número 1890-87 – Emenda nº 1P-00612-1, aditiva de parágrafo único ao art. 4º do Substitutivo nº 2, do Relator; autor: Luiz Inácio Lula da Silva; encaminhamento: favorável, de Plínio Arruda Sampaio e de Carlos Alberto Caó, e contrário de Francisco Benjamim, Egídio Ferreira Lima e do Relator Bernardo Cabral; resultado: rejeitado, com 52 votos contrários e 40 favoráveis; **22ª votação:** Destaque nº 2500-87 – Emenda nº ES-20956-6, aditiva de parágrafo ao art. 4º, do Substitutivo nº 2; autor: Nelson Wedekin; encaminhamento: favorável, de Aldo Arantes e Mário Assad, e contrário de Gastone Righi, Gerson Peres e do Relator Bernardo Cabral; resultado: rejeitado, com 62 votos contrários e 28 favoráveis; **23ª votação:** Destaque nº 0550-87 – Emenda nº 1P-6638-7, aditiva de artigo ao Título I, do Substitutivo nº 2; autor: José Genoíno; encaminhamento: favorável, do autor, e contrário de Gerson Peres e Oswaldo Lima Filho, tendo o Presidente Afonso Arinos, em intervenção, se referido a episódios da história política do Brasil – no campo das relações internacionais e sobre a questão em exame – muitos dos quais presenciou; resultado: rejeitado, com 69 votos contrários e 24 favoráveis. Antes de passar-se à votação seguinte, o Constituinte Brandão Monteiro requereu ao Presidente Afonso Arinos que as chamadas nominais fossem procedidas, alternadamente, pela ordem decrescente e crescente da representação partidária, de acordo com as listas específicas. O Requerimento foi deferido pelo Presidente, ouvido o Plenário; **24ª votação:** Destaque nº 7852-87 – Emenda nº ES-34239-8, aditiva de artigo ao Título I, do Substitutivo nº 2; autor: Marcondes Gadelha; encaminhamento: favorável, do autor, de Fernando Gasparian e do Relator Bernardo Cabral; resultado: aprovado, com 88 votos favoráveis e 04 contrários; **25ª votação:** Destaque nº 7989-87 – Emenda nº ES-32009-2, aditiva de artigo ao Título I, do Substitutivo nº 2, do Relator; autor: Paulo Ramos; encaminhamento: favorável, do autor, e contrário do Relator-Adjunto José Fogaça e de José Thomaz Nonô; resultado: rejeitado, com 81 votos contrários, 06 favoráveis e 03 abstenções. Com esta votação finalizou-se a apreciação do Título I do Projeto de Constituição. Às dezoito horas e quinze minutos, a reunião foi suspensa, por trinta minutos, para a inscrição dos constituintes membros da Comissão, no Livro de Presença para a votação do Título II, do Substitutivo nº 2, do Relator, bem como para o recebimento dos Requerimentos de Preferência. Às dezoito horas e cinquenta minutos, encontravam-se presentes os Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Adolfo Oliveira, Alcení Guerra, Alfredo Campos, Almir Gabriel, Aloysio Chaves, Aluizio Campos, Antônio Farias, Antônio Carlos Konder Reis, Antonio Carlos Mendes Thame, Arnaldo Prieto, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Brandão Monteiro, Carlos Cardinal, Carlos Chiarelli, Carlos Mosconi, Carlos Sant'Anna, Celso Dourado, Christóvam Chiaradia, Cid Carvalho, Cristina Tavares, Darcy Pozza, Edme Tavares, Egídio Ferreira Lima, Eraldo Tinoco, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Gasparian, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Lyra, Francisco Benjamim, Francisco Dornelles, Francisco Pinto, Francisco Rossi, Gastone Righi, Gerson Peres, Haroldo Lima, Haroldo Sabóia, Ibsen Pinheiro, Inocêncio Oliveira, Jamil Haddad, Jarbas Passarinho, João Calmon, João Herrmann Neto, Joaquim Bevilacqua, José Fogaça, José Freire, José Geraldo, José Ignácio Ferreira, José Jorge, José Lins, José Luiz Maia, José Maurício, José Paulo Bisol, José Richa, José Santana de Vasconcellos, José Serra, José Thomaz Nonô, José Ulisses de Oliveira, Luís Eduardo, Luiz Inácio Lula da Silva, Lysâneas Maciel, Manoel Moreira, Marcondes Gadelha, Mário Assad, Mário Lima, Milton Reis, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nelson Friedrich, Nilson Gibson, Oscar Corrêa, Osvaldo Coelho, Osvaldo Lima Filho, Paulo Pimentel, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Plínio Arruda Sampaio, Pris-

co Viana, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Ricardo Fiúza, Roberto Freire, Rodrigues Palma, Sandra Cavalcanti, Severo Gomes, Sigmaringa Seixas, Siqueira Campos, Theodoro Mendes, Virgildásio de Senna, Virgílio Távora, Vivaldo Barbosa, Wilson Martins, Adylson Motta, Aécio Neves, Afif Domingos, Albano Franco, Aldo Arantes, Antônio Britto, Antonio Mariz, Beth Azize, Bocayuva Cunha, Bonifácio de Andrada, Chagas Rodrigues, Cleonânio Fonseca, Daso Coimbra, Délio Braz, Edison Lobão, Enoc Vieira, Euclides Scalco, Fernando Santana, Gilson Machado, Hugo Napoleão, Israel Pinheiro, João Agripino, João Menezes, João Natal, Jonas Pinheiro, José Carlos Grecco, José Costa, José Genoíno, José Lourenço, José Maranhão, José Maria Eymael, José Tavares, José Tinoco, Luiz Henrique, Luiz Salomão, Manuel Viana, Márcio Braga, Marcos Lima, Michel Temer, Miro Teixeira, Mozarildo Cavalcanti, Nelson Wedekin, Octávio Elísio, Otomar Pinto, Paes Landim, Ricardo Izar, Roberto Balestra, Roberto Brant, Rose de Freitas, Simão Sessim, Uldurico Pinto, Vicente Bogo, Victor Faccioni, Vilson Souza e Ziza Valadares. Estiveram presentes, ainda, os seguintes Senhores Constituintes não integrantes da Comissão: Florestan Fernandes, Chico Humberto, Átila Lira, Paulo Delgado, Giovanni Masini, José Mendonça de Moraes, Domingos Leonelli, Luiz Alberto Rodrigues, João Paulo, Jorge Hage, Robson Marinho, Naphtali Alves de Souza, Pedro Canedo, Matheus Iensen, Irma Passoni, Ubiratan Spinelli, Mário de Oliveira, Osmundo Rebouças, Raimundo Rezende, Cássio Cunha Lima, Darcy Deitos, Roberto D'Ávila e Virgílio Guimarães. Havendo número regimental, o Presidente Afonso Arinos declarou reaberta a reunião e anunciou a votação do Título II do Substitutivo nº 2, do relator, concedendo a palavra, para encaminhamento da matéria, aos Senhores Constituintes, no exercício das respectivas lideranças partidárias, na seguinte ordem: 1) Antonio Mariz – PMDB; 2) Marcondes Gadelha – PFL; 3) Amaral Netto – PDS; 4) Brandão Monteiro – PDT; 5) Gastone Righi – PTB; 6) José Genoíno – PT; 7) José Maria Eymael – PDC; 8) Haroldo Lima – PC do B; 9) Roberto Freire – PDC; e 10) Jamil Haddad – PSB. O Constituinte Ricardo Izar, em questão de ordem, propôs à Presidência a supressão da fala dos Senhores Líderes Partidários, a partir do Título seguinte (III), no que foi apoiado pelo Constituinte Adolfo Oliveira – PL e Oswaldo Lima Filho – PMDB; **26ª votação:** Título II, Substitutivo nº 2, do Relator, ressalvados os destaques; resultado: aprovado, com 34 votos favoráveis, a unanimidade dos presentes. O Presidente Afonso Arinos, após convocar a prorrogação dos trabalhos para as quinze horas, do dia vinte e sete de setembro corrente, suspendeu a reunião às vinte horas e trinta e dois minutos. Às quinze horas e trinta e quatro minutos, do dia vinte e sete de setembro de mil novecentos e oitenta e sete, havendo número regimental, o Presidente Afonso Arinos declarou reaberta a reunião, anunciando a continuidade da votação do Título II do Substitutivo nº 2. A seguir, foram levantadas questões de ordem pelos Constituintes Carlos Sant'Anna, Pimenta da Veiga, José Maria Eymael, José Genoíno, Nelson Jobim e Roberto Freire, diante das quais o Senhor Presidente Afonso Arinos suspendeu a reunião, às quinze horas e cinquenta minutos, convocando os Senhores Líderes partidários para conversarem na busca de um entendimento que possibilitasse a boa conclusão dos trabalhos de votação. Reaberta a reunião, às dezesseis horas e trinta e quatro minutos, o Presidente Afonso Arinos esclareceu que o entendimento alcançado, durante a suspensão dos trabalhos, ficou consubstanciado nos seguintes termos: "1) Preferência para votação dos Títulos do Substitutivo nº 2; caso seja aprovado, prejudicará todos os destaques e emendas substitutivas integrais; 2) em caso de rejeição do Título do Substitutivo nº 2 e do projeto, serão votados os destaques de emendas substitutivas, de acordo com os Requerimentos de Preferência; 3) a votação far-se-á na ordem crescente dos Capítulos, não

se admitindo Requerimentos de Preferência de um Capítulo sobre o outro". Com referência aos esclarecimentos prestados pela Presidência, foram levantadas questões de ordem pelos Constituintes Chagas Rodrigues, Jose Genoíno, José Lins, Egídio Ferreira Lima, Vivaldo Barbosa e Cunha Bueno, todas respondidas pelo Presidente Afonso Arinos, que determinou o prosseguimento da votação; **27ª votação:** Destaque nº 0252-87 – Emenda número ES-34044-1, modificativa do art. 5º do Substitutivo nº 2; autor: Lysâneas Maciel; encaminhamento: favorável, do autor; resultado: rejeitado, com 25 votos favoráveis, 64 contrários e 02 abstenções. Às dezenove horas e doze minutos, deixou a presidência dos trabalhos o titular Afonso Arinos, assumindo-a o 1º-Vice-Presidente Aluizio Campos, que concedeu a palavra, pela ordem, aos Constituintes Chagas Rodrigues, José Fogaça, Ademir Andrade, José Richa, Gastone Righi, Fernando Henrique Cardoso, Nelson Friedrich, Nelson Carneiro e Pimenta da Veiga; **28ª votação:** Destaque nº 7878-87, substitutivo do art. 5º, **caput**, do Substitutivo nº 2, pelo art. 17, inciso VII, **a e e** do Projeto de Constituição; autor: Nelson Friedrich; encaminhamento: favorável do autor e de Luiz Salomão, e contrário de Gerson Peres; resultado: rejeitado, com 60 votos contrários e 32 favoráveis. Às vinte horas e vinte e seis minutos, o Presidente Aluizio Campos suspendeu os trabalhos, antes convocando sua continuação para as nove horas do dia vinte e oito de setembro de mil novecentos e oitenta e sete. Às nove horas e trinta minutos do dia vinte e oito de setembro de mil novecentos e oitenta e sete, no plenário da Câmara dos Deputados, havendo número regimental, o 1º-Vice-Presidente Aluizio Campos declarou reabertos os trabalhos; **29ª votação:** Destaque nº 0216-87 – da Senhora Moema São Thiago – Emenda nº ES-33276-7, modificativa do art. 5º, **caput**, do Substitutivo nº 2; autor: Raquel Capiberibe; encaminhamento: favorável, de Cristina Tavares; resultado: prejudicado por falta de **quorum** qualificado, com 26 votos favoráveis e 43 contrários; **30ª votação:** Destaque nº 2099-87 – Emenda nº ES-29758-9, modificativa do art. 5º **caput**, do Substitutivo nº 2; autor: João Paulo; encaminhamento favorável, do autor; resultado: rejeitado com 56 votos contrários e 24 favoráveis; **31ª votação:** Destaque nº 5923-87 – Emenda número ES-28524-6, modificativa do **caput**, art. 5º, do Substitutivo nº 2; autor: José Mendonça de Moraes; encaminhamento: favorável do autor, de Gerson Peres e Pimenta da Veiga e contrário de Abigail Feitosa e do Relator-Adjunto José Fogaça; resultado: rejeitado, com 70 votos contrários, 17 favoráveis e 01 abstenção; **32ª votação:** Destaque nº 5737-87 – Emenda nº ES-30678-2, modificativa do art. 5º, § 2º, do Substitutivo nº 2; autor: Carlos Alberto Caó; encaminhamento: favorável, de Bocayuva Cunha, e contrário de José Thomaz Nonô e Gastone Righi; resultado: rejeitado, com 74 votos contrários e 13 favoráveis; **33ª votação:** Destaque nº 8316-87, supressivo do § 4º, art. 5º, do Substitutivo nº 2; autor: Ronan Tito; encaminhamento: favorável, do autor e de Oswaldo Lima Filho, e contrário de Michel Temer, Egídio Ferreira Lima e do Relator Bernardo Cabral; resultado: rejeitado com 69 votos contrários e 23 favoráveis. Às doze horas e quinze minutos o 2º-Vice-Presidente Brandão Monteiro suspendeu a reunião, sendo reaberta às doze horas e vinte minutos; **34ª votação:** Destaque nº 0389-87, supressivo de expressão do § 5º, art. 5º, do Substitutivo nº 2; autor: José Genoíno; encaminhamento: favorável, de Antônio Britto e Rose de Freitas, e contrário de Mendes Ribeiro, João Menezes e do Relator-Adjunto José Fogaça; resultado: aprovado com 58 votos favoráveis e 31 contrários. Às treze horas e cinquenta e cinco minutos, após atender a indagações apresentadas pelos Constituintes Paulo Ramos, Virgildásio de Senna, Nelson Carneiro, José Thomaz Nonô, Cristina Tavares, Aluizio Campos, Ademir Andrade e José Fogaça, o Presidente Brandão Monteiro suspendeu os trabalhos, antes convo-

cando sua continuação para as nove horas do dia vinte e nove de setembro de mil novecentos e oitenta e sete. Às nove horas e vinte e oito minutos, do dia vinte e nove de setembro de mil novecentos e oitenta e sete, havendo número regimental, o 1º-Vice-Presidente Aluizio Campos declarou reaberta a reunião e comunicou que o Presidente da Assembleia Nacional Constituinte, Ulysses Guimarães, com a colaboração da Mesa da Comissão de Sistematização e lideranças partidárias, estabeleceu novo calendário para os trabalhos deste órgão, transferindo as reuniões para o Plenário da Câmara dos Deputados, no horário das quatorze às vinte horas, com a possibilidade de serem prorrogadas até as vinte e duas horas, reservando-se a parte da manhã para os entendimentos e exames das matérias a serem votadas; informou, ainda, que foi proposta a criação de mais duas Vice Presidências a fim de permitir um sistema de revezamento na condução dos trabalhos de votação, providência sujeita à deliberação do Plenário da Comissão; em razão dos entendimentos, submeteu a proposta à votação, que foi aprovada, contra o voto do Constituinte Oscar Corrêa. Em seguida, submeteu à votação, para o preenchimento dos cargos criados, os nomes dos Constituintes Jarbas Passarinho e Fernando Henrique Cardoso, respectivamente, 3º e 4º-Vice-Presidentes, que foram aprovados unanimemente; **35ª votação:** Destaque nº 3269-87 – Emenda nº ES-32912-0, supressiva de expressão do art. 5º, § 6º, do Substitutivo nº 2; autor: Artur da Távola; encaminhamento: favorável, do autor, de Antônio de Jesus e do Relator Bernardo Cabral, e contrário de José Mendonça de Moraes; resultado: aprovado, com 67 votos favoráveis e 01 contrário. Às nove horas e cinquenta minutos, deixou a Presidência dos trabalhos o 1º-Vice-Presidente Aluizio Campos, assumindo-a o 2º-Vice-Presidente Brandão Monteiro; **36ª votação:** Destaque nº 3977-87, supressivo de parte do art. 5º, § 8º, do Substitutivo nº 2; autor: Aluizio Campos; encaminhamento: favorável, do autor e de Egídio Ferreira Lima, e contrário de Lysâneas Maciel e Haroldo Lima; resultado: aprovado, com 55 votos favoráveis, 35 contrários e 01 abstenção. Às onze horas e quatorze minutos, deixou a Presidência dos trabalhos o 2º-Vice-Presidente Brandão Monteiro, assumindo-a o titular Afonso Arinos; **37ª votação:** Destaque nº 4718-87, substitutivo do § 8º, art. 5º, do Substitutivo nº 2; autor: Euclides Scalco; encaminhamento: favorável, de Antônio Mariz e Nelson Carneiro, a contrário de Virgildásio de Senna e José Tavares; Resultado: aprovado, com 56 votos favoráveis e 36 contrários; **38ª votação:** Destaque nº 3308-87 – Emenda nº ES-21869-7, modificativa do art. 5º, § 8º, do Substitutivo nº 2; autor: Paulo Pimentel; encaminhamento: favorável, do autor, de José Genoíno e do Relator-Adjunto José Fogaça, e contrário de José Ignácio Ferreira; resultado: aprovado, com 88 votos favoráveis; **39ª votação:** Destaque nº 6588-87, do Senhor Roberto Balestra – Emenda nº 29401-6, modificativa do § 8º, art. 5º, do Substitutivo nº 2; autor: Luiz Marques; encaminhamento: favorável, de Roberto Balestra, José Maria Eymael e do Relator-Adjunto José Fogaça, e contrário de Cristina Tavares e Plínio Arruda Sampaio; resultado: rejeitado, com 49 votos contrários e 42 favoráveis. Às doze horas e trinta e oito minutos, o Presidente Afonso Arinos declarou suspensos os trabalhos, antes convocando a sua continuação para as quinze horas, no mesmo local. Às quinze horas e dezesseis minutos do dia vinte e nove de setembro de mil novecentos e oitenta e sete o 2º-Vice-Presidente Brandão Monteiro declarou reaberta a reunião, comunicando, inicialmente, que a Comissão reunir-se-ia no dia seguinte, das quatorze às vinte horas, no Plenário da Câmara dos Deputados; **40ª votação:** Destaque nº 4231-87, restabelecendo o texto do § 10, art. 6º, do Substitutivo nº 1; autor: Rodrigues Palma; encaminhamento: favorável, de Fernando Gasparian e Cristina Tavares, e contrário de Antônio Britto e Artur da Távola; resultado:

rejeitado, com 79 votos contrários e 07 favoráveis. Às dezesseis horas e doze minutos, deixou a Presidência dos trabalhos o Constituinte Brandão Monteiro, assumindo-a o titular, Constituinte Afonso Arinos; **41ª votação:** Destaque nº 3979-87, supressivo de expressão do § 11, art. 5º, do Substitutivo nº 2; autor: Aluizio Campos; encaminhamento: favorável, do autor; resultado: aprovado com 83 votos favoráveis e 08 contrários; **42ª votação:** Destaque nº 2712-87 – Emenda nº ES-29592-6, modificativa do § 11, art. 5º, do Substitutivo nº 2; autor: Nelton Friedrich; encaminhamento: favorável, do autor e do Relator Bernardo Cabral; resultado: aprovado, com 65 votos favoráveis e 22 contrários; **43ª votação:** Destaque nº 0598-87 – Emenda nº ES-32382-2, modificativa do § 12, art. 5º, do Substitutivo nº 2; autor: Brandão Monteiro; encaminhamento: favorável, do autor e de Roberto Freire, e contrário de Israel Pinheiro e Oswaldo Lima Filho; resultado: rejeitado, com 63 votos contrários e 23 favoráveis. O Presidente Afonso Arinos, intervindo, comunicou ao Plenário que o Relator Bernardo Cabral pedia para avisar aos presentes que convidara, para atuarem como Relatores-Adjuntos, Auxiliares dos trabalhos de Plenário, os Constituintes José Fogaça, Adolfo Oliveira e Antônio Carlos Konder Reis; **44ª votação:** Destaque nº 3957-87, do Senhor Roberto Balestra – Emenda nº ES-28530-1, modificativa do § 12, art. 5º, do Substitutivo nº 2; autor: José Mendonça de Moraes; encaminhamento: favorável do autor, contraditado por Gerson Peres; resultado: rejeitado com 67 votos contrários e 16 favoráveis; **45ª votação:** Destaque nº 6199-87 – Emenda nº ES-21152-8, modificativa do § 12, art. 5º, do Substitutivo nº 2; autor: Ibsen Pinheiro; encaminhamento: favorável, do autor, de José Maria Eymael e do Relator Bernardo Cabral, contraditados por Gerson Peres e Haroldo Lima; resultado: aprovado, com 56 votos favoráveis e 32 contrários. Às dezoito horas e cinquenta e quatro minutos, o Presidente Afonso Arinos suspendeu os trabalhos, antes convocando sua continuação para o dia trinta de setembro de mil novecentos e oitenta e sete, às quatorze horas. Às quatorze horas e quinze minutos, do dia trinta de setembro de mil novecentos e oitenta e sete, no Plenário da Câmara dos Deputados, o 1º Vice-Presidente Aluizio Campos declarou reaberta a reunião, passando a Presidência dos trabalhos ao Constituinte Jarbas Passarinho, 3º Vice-Presidente da Comissão. Antes de passar à votação da próxima proposição, o Presidente Jarbas Passarinho, respondendo a questão de ordem formulada pelo Constituinte Chagas Rodrigues, quanto ao critério de encaminhamento das matérias e visando a agilizar o processo, comunicou que a Mesa da Comissão, reunida na data, resolveu submeter a Plenário a proposta no sentido de apenas falarem um Constituinte a favor e outro contra, com preferência para o autor do destaque e, na sua ausência, o autor da emenda; na ausência de ambos, somente se houvesse uma recomendação prévia, por escrito, para um terceiro Constituinte falar. Diante de restrições levantadas pelos Constituintes Lysâneas Maciel, Aldo Arantes e Virgildásio de Senna, quanto ao sistema proposto de encaminhamento, embora apoiado por José Lourenço e Nelson Carneiro, o Presidente Jarbas Passarinho resolveu voltar à questão para discussão com os demais membros da Mesa; **46ª votação:** Destaque nº 1283-87 – Emenda nº ES-34585-1, aditiva de expressão ao § 20, art. 5º, do Substitutivo nº 2; autor: Vivaldo Barbosa; encaminhamento: favorável, do autor e de Luiz Salomão, e contrário de Pimenta da Veiga; resultado: rejeitado, com 68 votos contrários e 16 favoráveis; **47ª votação:** Destaque nº 3051-87 – Emenda nº ES-30413-5, modificativa do § 21, art. 5º, do Substitutivo nº 2; autor: Amaral Netto; encaminhamento: favorável, do autor e de Farabulini Júnior, e contrário de José Serra, de Egídio Ferreira Lima e do Relator-Adjunto José Fogaça; resultado: rejeitado, com 84 votos contrários, 05 favoráveis e 01 abstenção; **48ª votação:** Destaque

nº 5731-87, suprimindo o § 21, art. 5º do Substitutivo nº 2; autor: Arnaldo Faria de Sá; encaminhamento: favorável, do autor e de Gerson Peres, e contrário de Nelson Jobim e Roberto Freire; resultado: rejeitado, com 83 votos contrários e 05 favoráveis; **49ª votação:** Destaque nº 0044-87 – Emenda nº ES-24744-1, aditiva de expressão ao § 21, art. 5º do Substitutivo nº 2; autor: Cunha Bueno; encaminhamento: favorável, do autor, e contrário de Celso Dourado e Mário Assad; resultado: rejeitado, com 85 votos contrários, 02 favoráveis e 01 abstenção; **50ª votação:** Destaque nº 2801-87 – Emenda nº ES-30576-0, aditiva de expressão ao § 21, art. 5º do Substitutivo nº 2; autor: Farabulini Júnior; encaminhamento: favorável, do autor, e contrário de Antônio Britto e João Menezes; resultado: rejeitado, com 73 votos contrários, 07 favoráveis e 01 abstenção; **51ª votação:** Destaque nº 1422-87, do Senhor Carlos Sant'Anna – Emenda nº ES-26643-8, modificativa do § 21, art. 5º do Substitutivo nº 2; autor: Siqueira Campos; encaminhamento: favorável, de Carlos Sant'Anna e Ricardo Fiuza, e contrário de Gerson Peres e Oswaldo Lima Filho; resultado: rejeitado, com 62 votos contrários, 27 favoráveis e 1 abstenção; **52ª votação:** Destaque nº 4658-87 – Emenda nº ES-22469-7, modificativa do § 21, art. 5º do Substitutivo nº 2; autor: João Menezes; encaminhamento: favorável, do autor; resultado: rejeitado, com 74 votos contrários, 08 favoráveis e 01 abstenção. Às dezoito horas e quarenta e dois minutos deixou a Presidência o titular Afonso Arinos, assumindo-a o 4º Vice-Presidente Fernando Henrique Cardoso; **53ª votação:** Destaque nº 7351-87 – Emenda nº ES-28539-6 modificativa do § 21, art. 5º do Substitutivo nº 2; autor: Antonio Mariz; encaminhamento: favorável, do autor e do Relator Bernardo Cabral; resultado: aprovado, com 72 votos favoráveis, 11 contrários e 03 abstenções; **54ª votação:** Destaque nº 5146-87 – Emenda nº ES-23474-9, modificativa do § 24, art. 5º do Substitutivo nº 2; autor: Ricardo Izar; encaminhamento: favorável, do autor e de José Egreja, e contrário de Antônio Carlos Konder Reis e Haroldo Lima; resultado: prejudicado, pela ausência de **quorum** qualificado, com 46 votos favoráveis e 44 contrários; **55ª votação:** Destaque nº 3521-87 – Emenda nº ES-21282-6, modificativa do § 26, art. 5º do Substitutivo nº 2; autor: Victor Fontana; encaminhamento: favorável, de Sandra Cavalcanti e Farabulini Júnior, e contrário de Nelson Jobim; resultado: aprovado, com 55 votos favoráveis e 32 contrários. Às vinte horas e dezessete minutos, o 1º Vice-Presidente Aluizio Campos suspendeu a reunião, antes convocando sua continuação para o dia primeiro de outubro, às quatorze horas. Às quatorze horas e trinta minutos do dia primeiro de outubro de mil novecentos e oitenta e sete, havendo número regimental, o 2º Vice-Presidente Brandão Monteiro declarou reaberta a reunião, atendendo, inicialmente, a consultas formuladas pelos Constituintes Cristina Tavares e Ricardo Izar, sobre a adoção do painel eletrônico no processo de votação; **56ª votação:** Destaque nº 6775-87, supressivo de expressão do § 29, art. 5º do Substitutivo nº 2; autor: Carlos Sant'Anna; resultado: aprovado, com 87 votos favoráveis; **57ª votação:** Destaque nº 3644-87 – Emenda nº ES-33649-5, modificativa do § 30, art. 5º do Substitutivo nº 2; autor: Oswaldo Lima Filho; encaminhamento: favorável, do autor e de Virgildásio de Senna, e contrário de Nelson Jobim, Ricardo Izar e do Relator-Adjunto José Fogaça; resultado: rejeitado, com 72 votos contrários e 19 favoráveis; **58ª votação:** Destaque nº 2702-87 – Emenda nº ES-34018-2, aditiva de expressão ao § 30, art. 5º do Substitutivo nº 2; autor: Nelton Friedrich; encaminhamento: favorável, do autor e de Cristina Tavares, e contrário de José Maria Eymael, Inocêncio Oliveira e do Relator-Adjunto José Fogaça; resultado: rejeitado, com 55 votos contrários e 37 favoráveis; **59ª votação:** Destaque nº 0390-87, supressivo de expressão do § 31, art. 5º do Substitutivo nº 2; autor: José Genoíno; encaminhamento: favorável, do autor e de Nelton Friedrich, e con-

trário de Nelson Carneiro e do Relator-Adjunto José Fogaça; resultado: rejeitado, com 65 votos contrários e 28 favoráveis; **60ª votação:** Destaque nº 5974-87, supressivo de expressão do § 31, art. 5º do Substitutivo nº 2; autor: Darcy Pozza; encaminhamento: favorável, do Relator Bernardo Cabral; resultado: aprovado, com 72 votos favoráveis e 16 contrários. Às dezessete horas e quatorze minutos, deixou a Presidência dos trabalhos o titular Afonso Arinos, assumindo-a o 3º Vice-Presidente Jarbas Passarinho; **61ª votação:** Destaque nº 7061-87, do Senhor Nelson Jobim – Emenda nº 1P-20705-3, aditiva de artigos ao Capítulo I, Título II, do Substitutivo nº 2; autor: José Rocha Sobrinho e outros (Emenda Popular); encaminhamento: favorável, do autor do Destaque e do Relator-Adjunto José Fogaça; resultado: aprovado, com 87 votos favoráveis e 2 contrários; **62ª votação:** Destaque nº 1640-87 – Emenda nº ES-33801-3, modificativa do § 33, art. 5º do Substitutivo nº 2; autor: Délio Braz; encaminhamento: favorável, do autor e do Relator-Adjunto Adolfo Oliveira; resultado: rejeitado, com 81 votos contrários e 09 favoráveis; **63ª votação:** Destaque nº 4577-87 – Emenda nº ES-32858-1, modificativa do § 33, art. 5º, do Substitutivo nº 2; autor: Francisco Rossi; encaminhamento: favorável, do autor e de José Elias Murad, e contrário de Joaquim Bevilacqua; resultado: aprovado, com 79 votos favoráveis e 13 contrários; **64ª votação:** Destaque nº 4325-87 – Emenda nº 22526-0, modificativa do § 34, art. 5º, do Substitutivo nº 2; autor: Paulo Macarini; encaminhamento: favorável, do autor, e contrário do Relator; resultado: rejeitado, com 49 votos contrários e 43 favoráveis; **65ª votação:** Destaque nº 5613-87 – Emenda nº 1P-19918-2, modificativa dos §§ 33 e 34 do Substitutivo nº 2; autor: José Ignácio Ferreira; encaminhamento: favorável, do autor e de Gerson Peres, e contrário de Marcondes Gadelha e do Relator-Adjunto José Fogaça; resultado: rejeitado, com 69 votos contrários e 22 favoráveis; **66ª votação:** Destaque nº 7804-87 – Emenda nº ES-22414-0, modificativa do § 34, art. 5º, do Substitutivo nº 2; autor: Giovanni Masini; encaminhamento: favorável, do autor e de José Genoíno; resultado: aprovado, com 82 votos favoráveis, 06 contrários e 1 abstenção. Às vinte horas e dez minutos, o Presidente Fernando Henrique Cardoso suspendeu a reunião, antes convocando sua continuação para as quatorze horas do dia dois de outubro de mil novecentos e oitenta e sete. Às quatorze horas e dezesseis minutos, do dia dois de outubro de mil novecentos e oitenta e sete, havendo número regimental, o 1º Vice-Presidente Aluizio Campos declarou reabertos os trabalhos, passando às seguintes comunicações: 1) que o Presidente Afonso Arinos, em entendimento com a Presidência da Assembléia Nacional Constituinte, apreciaria a proposta de prorrogação das reuniões, a fim de firmar decisão sobre o assunto; 2) que a Mesa da Comissão, em reunião realizada na data, considerou lícito ao autor de Destaque, desde que o fizesse antes de iniciada sua votação, destacar parte da Emenda, expressões ou palavras, para sua aprovação ou rejeição; 3) que a reunião do dia três de outubro de mil novecentos e oitenta e sete, bem como as dos demais sábados, seriam realizadas no horário das nove às treze horas, não havendo reuniões aos domingos. Em seguida, respondeu a indagações da Constituinte Cristina Tavares, sobre a adoção do painel eletrônico, no processo de votação; **67ª votação:** Destaque nº 1893-87 – Emenda nº 1P-00606-6, substitutiva do § 35, art. 5º, do Substitutivo nº 2; autor: Luiz Inácio Lula da Silva; encaminhamento: favorável, do autor e de Plínio Arruda Sampaio, e contrário de Egídio Ferreira Lima, Gastone Righi e do Relator Bernardo Cabral; resultado: rejeitado, com 68 votos contrários e 23 favoráveis. O Constituinte José Genoíno, aludindo à permissão que a Mesa da Comissão dera aos Jornalistas e Assessores Parlamentares para a ocupação das duas últimas filas do Plenário, disse estranhar que os mesmos estavam sendo impedidos de ingressar no recinto e ocuparem

aquelas cadeiras, ao que o Presidente Aluizio Campos respondeu, informando que o assunto seria apreciado pela Mesa, para resposta oportuna e breve; **68ª votação:** Destaque nº 4528-87 – Emenda nº ES-29212-9, modificativa do § 35, art. 5º, do Substitutivo nº 2; autor: José Egreja; encaminhamento: favorável, de Gastone Righi e Pimenta da Veiga, e contrário de Ricardo Fiúza, Egídio Ferreira Lima, Roberto Freire e do Relator-Adjunto José Fogaça; resultado: aprovado, com 51 votos favoráveis e 41 contrários; **69ª votação:** Destaque nº 4849-87 – Emenda nº 1P-12204-0, aditiva de alínea ao § 35, art. 5º do Substitutivo nº 2; autor: Amaury Müller; encaminhamento: favorável, do autor; resultado: rejeitado, com 61 votos contrários e 29 favoráveis. Às dezesseis horas e dezoito minutos, deixou a Presidência o 1º Vice-Presidente Aluizio Campos, passando-a ao titular Constituinte Afonso Arinos; **70ª votação:** Destaque nº 3757-87 – Emenda nº ES-32109-9, modificativa do § 36, art. 5º do Substitutivo nº 2; autor: Pompeu de Sousa; encaminhamento: favorável, do autor e do Relator Bernardo Cabral, e contrário de Cristina Tavares e Gastone Righi; resultado: rejeitado, com 49 votos contrários e 43 favoráveis; **71ª votação:** Destaque nº 0589-87 – Emenda nº ES-32373-3, modificativa do § 35, art. 5º do Substitutivo nº 2; autor: Brandão Monteiro; encaminhamento: favorável, do autor e de Nelson Carneiro, e contrário de Cid Sabóia de Carvalho e Francisco Dornelles; resultado: rejeitado, com 54 votos contrários e 38 favoráveis; **72ª votação:** Destaque nº 6746-87 – Emenda nº ES-33533-2, modificativa do § 36, art. 5º do Substitutivo nº 2; autora: Rose de Freitas; encaminhamento: favorável, da autora e do Relator Bernardo Cabral, este condicionando sua posição à transferência do dispositivo para as "Disposições Transitórias", do texto constitucional; resultado: rejeitado, com 76 votos contrários e 14 favoráveis. Às dezenove horas, deixou a Presidência o titular Afonso Arinos, assumindo-a o 3º Vice-Presidente Jarbas Passarinho. A seguir, com a palavra pela ordem, o Constituinte José Jorge, informou ao Plenário que estivera com os técnicos que cuidavam da implantação do "sistema eletrônico" de votação, tendo sido esclarecido sobre o andamento dos trabalhos para a sua adoção nas votações da Comissão de Sistematização, com apartes dos Constituintes Cristina Tavares e José Tavares; **73ª votação:** Destaque nº 3188-87 – Emenda nº ES-34478-1, modificativa do § 37, art. 5º do Substitutivo nº 2; autor: José Lins; encaminhamento: favorável, do autor e de Antônio Britto, e contrário de Gerson Peres e Egídio Ferreira Lima; resultado: rejeitado, com 50 votos contrários e 39 favoráveis. Às vinte horas e cinco minutos, o Presidente Jarbas Passarinho suspendeu a reunião, antes convocando sua continuação para as nove horas do dia três de outubro de mil novecentos e oitenta e sete. Às nove horas e vinte e quatro minutos, do dia três de outubro de mil novecentos e oitenta e sete, havendo número regimental, o 2º Vice-Presidente Brandão Monteiro declarou reabertos os trabalhos; **74ª votação:** Destaque nº 4309-87, do Senhor José Paulo Bisol – Emenda nº ES-22767-0, modificativa do § 40, art. 5º do Substitutivo nº 2; autor: Ivo Vanderlinde; encaminhamento: favorável, do autor do Destaque; resultado: aprovado, com 74 votos favoráveis e 03 contrários; **75ª votação:** Destaque nº 3993-87, supressivo do § 42, art. 5º do Substitutivo nº 2; autor: Aluizio Campos; encaminhamento: favorável, do autor, de José Thomaz Nonô e de Paulo Ramos, e contrário de Chagas Rodrigues e Oswaldo Lima Filho; resultado: rejeitados, com 69 votos contrários, 13 favoráveis e 01 abstenção; **76ª votação:** Destaque nº 0803/87 – Emenda nº ES-23847-7, do § 43, art. 5º do Substitutivo nº 2; autor: Domingos Leonelli; encaminhamento: favorável, do autor e de Jorge Hage, e contrário de José Genoíno e Rose de Freitas; resultado: rejeitado, com 67 votos contrários e 21 favoráveis. Às dez horas e cinquenta e oito minutos, deixou a Presidência o 2º Vice-Presidente Brandão Monteiro, assumindo-a o 4º Vice-Presidente Fer-



nando Henrique Cardoso; **77ª votação:** Destaque nº 0249-87, do Senhor Lysâneas Maciel – Emenda nº ES-34048-4, aditiva de expressão ao § 45, art. 5º, do Substitutivo nº 2; autor: Vivaldo Barbosa; encaminhamento: favorável, dos autores do Destaque e da Emenda, e contrário de Gerson Peres e Aluizio Campos; resultado: rejeitado, com 65 votos contrários e 19 favoráveis. Tendo assumido a Presidência às onze horas e dezesseis minutos, em substituição ao 4º Vice-Presidente Fernando Henrique Cardoso, o 1º Vice-Presidente Aluizio Campos cedeu a cadeira ao anteriormente substituído, às onze horas e cinquenta minutos; **78ª votação:** Destaque nº 2776-87 – Emenda nº ES-26860-1, aditiva ao § 45, art. 5º, do Substitutivo nº 2; autor: José Maria Eymael; encaminhamento: favorável, do autor e de Bonifácio de Andrada, e contrário de Nelson Jobim, Egídio Ferreira Lima e, pelo Relator, de José Serra; resultado: rejeitado, com 60 votos contrários e 26 favoráveis; **79ª votação:** Destaque nº 4700-87, do § 47, art. 5º, do Substitutivo nº 2; autor: Euclides Scalco; encaminhamento: favorável, de Nelson Jobim e do Relator Bernardo Cabral; resultado: aprovado, com 83 votos favoráveis e 01 contrário; **80ª votação:** Destaque nº 3966-87 – Emenda nº ES-31967-1, substitutiva de expressão, do § 48, art. 5º, do Substitutivo nº 2; autor: José Maria Eymael; encaminhamento favorável, do autor e do Relator-Adjunto José Fogaça; resultado: aprovado, com 80 votos favoráveis e 01 contrário. Às treze horas e quatorze minutos, o Presidente Fernando Henrique Cardoso suspendeu a reunião, antes convocando sua continuação para as quatorze horas, do dia cinco de outubro de mil novecentos e oitenta e sete. Às quatorze horas e vinte e cinco minutos, do dia cinco de outubro de mil novecentos e oitenta e sete, havendo número regimental, o 1º Vice-Presidente Aluizio Campos declarou reabertos os trabalhos, fazendo apelo para que o prazo de encaminhamento, de cinco minutos, fosse obedecido pelos oradores, a fim de possibilitar maior desenvolvimento do processo de votação; **81ª votação:** Destaque nº 3864-87 – Emenda nº ES-27351-5, supressiva de expressões do § 49, art. 5º, do Substitutivo nº 2; autor: Gastone Righi; encaminhamento: favorável, do autor e do Relator Bernardo Cabral; resultado: aprovado, com 59 votos favoráveis e 04 contrários. Às quatorze horas e trinta e oito minutos, deixou a Presidência o Constituinte Aluizio Campos, assumindo-a o 2º Vice-Presidente Brandão Monteiro; **82ª votação:** Destaque nº 3997-87; supressivo de expressão, do § 51, art. 5º, do Substitutivo nº 2; Autor: Aluizio Campos; encaminhamento: favorável, do autor, de Nelson Jobim e do Relator Bernardo Cabral; resultado: aprovado, com 76 votos favoráveis; **83ª votação:** Destaque nº 3998-87 supressivo de expressões do § 52, art. 5º, do Substitutivo nº 2; autor Aluizio Campos; encaminhamento: favorável, do autor e do Relator Bernardo Cabral; resultado: aprovado, com 79 votos favoráveis; **84ª votação:** Destaque nº 7529-87 Emenda nº ES-30852-1, modificativa do § 53, art. 5º, do Substitutivo nº 2; autor: Nyder Barbosa; encaminhamento: favorável, do autor e de Gastone Righi, e contrário de Nelson Carneiro e Gerson Peres; resultado: aprovado, com 76 votos favoráveis e 07 contrários; **85ª votação:** Destaque nº 1921-87, do Senhor Luiz Inácio Lula da Silva; Emenda nº ES-3077-9, supressiva de expressão do § 52, art. 5º, do Substitutivo nº 2; autor: Plínio Arruda Sampaio; encaminhamento: favorável, do autor e do Relator Bernardo Cabral; resultado: aprovado, com 80 votos favoráveis e 01 contrário; **86ª votação:** Destaque nº 1082-87, restabelecendo o § 1º e parte do § 2º, do Projeto de Constituição; autor: Vilson de Souza, encaminhamento: favorável, do autor; resultado: rejeitado, com 47 votos contrários e 35 favoráveis. Às dezesseis horas e trinta e quatro minutos, deixou a Presidência o Constituinte Brandão Monteiro, assumindo-a o 3º Vice-Presidente Jarbas Passarinho; **87ª votação:** Destaque nº 3860-87 – Emenda nº ES-28361-2, aditiva de expressões ao § 55, art. 5º, do Substitutivo nº 2; autor Gastone Righi; encaminhamento: fa-

vorável, do autor e do Relator Bernardo Cabral; resultado: aprovado, com 81 votos favoráveis e 10 contrários; **88ª votação:** Destaque nº 1391-87 – Emenda nº ES-22200-7, aditiva de § ao art. 5º, do Substitutivo nº 2; autor: Nelson Carneiro; encaminhamento: favorável, do autor e de Nelton Friedrich, e contrário de Ricardo Fiúza e José Lourenço; resultado: aprovado, com 50 votos favoráveis e 39 contrários. Às dezessete horas e oito minutos, deixou a Presidência o Constituinte Jarbas Passarinho, assumindo-a o titular Constituinte Afonso Arinos; **89ª votação:** Destaque nº 4208-87, aditiva de alínea ao art. 5º, do Substitutivo nº 2; autor: Euclides Scalco; encaminhamento: favorável, de Pimenta da Veiga e Cristina Tavares, e contrário de Ricardo Fiúza e do Relator Bernardo Cabral; resultado: rejeitado, com 49 votos contrários e 41 favoráveis; **90ª votação:** Destaque nº 1104-87, aditivo de § ao art. 6º, do Substitutivo nº 2; autor: Vilson de Souza; encaminhamento: favorável, do autor e de Jutahy Júnior, e contrário de Egídio Ferreira Lima e do Relator Bernardo Cabral; resultado: aprovado, com 47 votos favoráveis e 42 contrários; **91ª votação:** Destaque nº 0057-87 – Emenda nº ES-24833-2, aditiva de artigo ao Capítulo I, Título II, do Substitutivo nº 2, autor: Cunha Bueno; encaminhamento: favorável, do autor, e contrário de Nelson Aguiar e Aécio Neves; resultado: rejeitado, com 87 votos contrários e 01 favorável. Concluída essa votação, o Presidente Afonso Arinos leu, para conhecimento do Plenário da Comissão, expediente recebido do Presidente Ulysses Guimarães, datado de cinco de outubro de mil novecentos e oitenta e sete, versando sobre a dilatação de prazos para a conclusão dos trabalhos do órgão. Às vinte horas e quinze minutos, o Presidente Afonso Arinos suspendeu a reunião, antes convocando sua continuação para as quatorze horas, do dia seis de outubro de mil novecentos e oitenta e sete. Às quatorze horas e vinte minutos, do dia seis de outubro de mil novecentos e oitenta e sete, havendo número regimental, o 2º Vice-Presidente Brandão Monteiro declarou reabertos os trabalhos, tendo informado o novo calendário das reuniões plenárias da Comissão, de segundas às quintas-feiras, em dois turnos, de nove às treze horas e das quinze às vinte horas, e aos sábados de nove às treze horas, com possibilidade de prorrogação além desses horários, conforme as necessidades; **92ª votação:** Destaque nº 1276-87 – Emenda nº ES-34592-3, aditiva de artigo ao Título II, do Substitutivo nº 2; autor: Vivaldo Barbosa; encaminhamento: favorável, do autor e de Oswaldo Lima Filho, e contrário de Egídio Ferreira Lima, Gastone Righi e do Relator-Adjunto José Fogaça; resultado: rejeitado, com 77 votos contrários e 13 favoráveis; **93ª votação:** Destaque nº 1304-87 – Emenda nº ES-34575-3, aditiva de artigo ao Título II, do Substitutivo nº 2; autor: Vivaldo Barbosa; encaminhamento: favorável, do autor, e contrário do Relator-Adjunto Antônio Carlos Konder Reis; resultado: rejeitado, com 61 votos contrários e 30 favoráveis. Às quinze horas e cinquenta e dois minutos, deixou a Presidência o Constituinte Brandão Monteiro, assumindo-a o 3º Vice-Presidente Jarbas Passarinho; **94ª votação:** Destaque nº 2019-87 – Emenda nº 1P-20044-0, aditiva de alínea ao art. 5º, do Substitutivo nº 2; autor: Eduardo Jorge; encaminhamento: favorável, do autor, e contrário do Relator-Adjunto Adolfo Oliveira; resultado: rejeitado, com 64 votos contrários e 26 favoráveis; **95ª votação:** Destaque nº 6536-87 – Emenda nº ES-29883-6, aditiva de artigo ao Título II, do Substitutivo nº 2; autor Lysâneas Maciel; encaminhamento: favorável, do autor e de Joaquim Bevilacqua, e contrário de Pimenta da Veiga, Ricardo Izar e do Relator Bernardo Cabral; resultado: rejeitado, com 50 votos contrários e 33 favoráveis; **96ª votação:** Destaque nº 7784-87 – Emenda nº 1P-19769-4, aditiva de artigo ao Título II, do Substitutivo nº 2; autor: Sérgio Brito; encaminhamento: favorável, do autor e de Joaquim Bevilacqua, e contrário de José Tavares e José Paulo Bisol; resultado: rejeitado, com 73 votos contrários e 14



favoráveis. Às dezessete horas e quarenta e cinco minutos, deixou a Presidência o Constituinte Jarbas Passarinho, assumindo-a o 4º Vice-Presidente Fernando Henrique Cardoso. Às dezoito horas e doze minutos, o Presidente Fernando Henrique Cardoso suspendeu a reunião, antes convocando sua continuação para as quatorze horas, do dia sete de outubro de mil novecentos e oitenta e sete. Às quatorze horas e quarenta e quatro minutos, do dia sete de outubro de mil novecentos e oitenta e sete, havendo número regimental, o 2º Vice-Presidente Brandão Monteiro declarou reabertos os trabalhos, dando continuidade à votação; **97ª votação:** Destaque nº 3.792-87, substitutivo do art. 6º, do Substitutivo nº 2; autor: Luiz Inácio Lula da Silva; encaminhamento: favorável, do autor e de Brandão Monteiro, e contrário de Ricardo Izar e do Relator Bernardo Cabral; resultado: rejeitado, com 54 votos contrários e 38 favoráveis. Às quatorze horas e cinquenta e dois minutos, o Constituinte Brandão Monteiro deixou a Presidência dos trabalhos, a ela retornando às quinze horas e trinta e dois minutos, sendo substituído pelo 1º Vice-Presidente Aluizio Campos; **98ª votação:** Destaque nº 0125-87, do Senhor Paulo Paim – Emenda nº ES-34287-8, modificativa do **caput** do art. 6º, do Substitutivo nº 2; autor: Augusto Carvalho; encaminhamento: favorável, dos autores do Destaque e da Emenda e do Relator Bernardo Cabral; resultado: aprovado com 92 votos favoráveis e 01 contrário; **99ª votação:** Requerimento de Preferência para o Destaque nº 7.073-87; autor: Antônio Mariz; resultado: rejeitado com 46 votos contrários e 35 favoráveis; **100ª votação:** Destaque nº 7073-87, substitutivo do inciso I, do art. 6º, do Substitutivo nº 2 pelo inciso I, art. 7º, do Substitutivo nº 1; autor: Antonio Mariz; encaminhamento: favorável do autor e de Pimenta da Veiga, e contrário de Francisco Dornelles. Luiz Salomão e do Relator Bernardo Cabral; resultado: rejeitado, com 58 votos contrários e 35 favoráveis. Às dezesseis horas e quarenta e quatro minutos, deixou a Presidência o Constituinte Brandão Monteiro, assumindo-a o 3º Vice-Presidente Jarbas Passarinho que, às dezessete horas e vinte e seis minutos, foi substituído pelo Presidente Afonso Arinos. Ao assumir a Presidência dos trabalhos, o titular Afonso Arinos pediu a atenção do Plenário para ler documento que lhe fora encaminhado pelo Senhor Andrés Townsend Ezcurra – Secretário-Geral do Parlamento Latino-Americano, sobre o posicionamento adotado pela Comissão em favor da "integração latino-americana"; **101ª votação:** Destaque nº 3866-87 – Emenda nº 25795-1, modificativa do inciso I, art. 6º, do Substitutivo nº 2; autor: Gastone Righi; encaminhamento: favorável, do autor e contrário de José Genoíno e do Relator-Adjunto José Fogaça; resultado: rejeitado, com 75 votos contrários e 18 favoráveis; **102ª votação:** Destaque nº 5090-87, do Senhor Darcy Pozza – Emenda nº 1P-20726-6, aditiva de artigo ao Título II, Capítulo II, do Substitutivo nº 2; autor: Edegar Luiz Zabka (Emenda Popular); encaminhamento: favorável, do autor do Destaque; e contrário de Luiz Salomão, Nelton Friedrich e do Relator-Adjunto Antônio Carlos Konder Reis; resultado: rejeitado, com 64 votos contrários e 29 favoráveis. Às dezenove horas e quarenta e oito minutos, deixou a Presidência dos trabalhos o Constituinte Jarbas Passarinho, assumindo-a o 4º Vice-Presidente Fernando Henrique Cardoso que, após responder a questões de ordem formuladas pelos Constituintes José Genoíno, Gerson Peres, Vivaldo Barbosa e Plínio Arruda Sampaio, suspendeu a reunião às vinte horas e vinte minutos, antes convocando sua continuação para as quatorze horas e trinta minutos, do dia oito de outubro de mil novecentos e oitenta e sete. Às quatorze horas e trinta minutos, do dia oito de outubro de mil novecentos e oitenta e sete, havendo número regimental, o 1º Vice-Presidente Aluizio Campos declarou reabertos os trabalhos, concedendo a palavra, inicialmente, ao Relator Bernardo Cabral que pediu para registrar o aniversário, na data, do Doutor Paulo Affonso Martins de

Oliveira, Secretário-Geral da Mesa da Câmara dos Deputados e da Mesa da Assembléia Nacional Constituinte, velho amigo de mais de vinte anos, homenagem da qual partilhou, também, o Presidente Aluizio Campos, em nome da Comissão de Sistematização; **103ª votação:** Destaque nº 6416-87 – Emenda nº ES-27273-0, modificativa do inciso I, art. 6º, do Substitutivo nº 2; autor: Max Rosenmann; encaminhamento: favorável, de Gerson Peres, e contrário de Carlos Chiarelli, Euclides Scalco e do Relator Bernardo Cabral; resultado: rejeitado, com 59 votos contrários e 34 favoráveis; **104ª votação:** Destaque nº 6569-87, do Senhor Afif Domingos – Emenda nº ES-34378-5, modificativa do art. 6º, do Substitutivo nº 2; autor: Francisco Dornelles; encaminhamento: favorável, de Afif Domingos, e contrário de José Genoíno e José Maria Eymael; resultado: rejeitado, com 83 votos contrários e 09 favoráveis. Às dezoito horas e vinte minutos, deixou a Presidência o Constituinte Afonso Arinos, assumindo-a o 3º Vice-Presidente Jarbas Passarinho; **105ª votação:** Destaque nº 0810-87, substitutivo de alínea do inciso I, art. 6º, do Substitutivo nº 2; autor: Haroldo Lima; encaminhamento: favorável, de Aldo Arantes, e contrário de Aluizio Campos e do Relator Bernardo Cabral; resultado: rejeitado, com 62 votos contrários, 24 favoráveis e 01 abstenção; **106ª votação:** Destaque nº 5725-87, supressivo de expressão do inciso I, alínea "c", art. 6º, do Substitutivo nº 2; autor: Cristina Tavares; encaminhamento: favorável, da autora e de Roberto Freire, e contrário de Virgildásio de Senna e do Relator-Adjunto José Fogaça; resultado: rejeitado, com 49 votos contrários e 39 favoráveis. Às dezenove horas e vinte e seis minutos, deixou a Presidência dos trabalhos o Constituinte Jarbas Passarinho, assumindo-a o 4º Vice-Presidente Fernando Henrique Cardoso; **107ª votação:** Destaque nº 6792-87, do Senhor Carlos Sant'Anna – Emenda nº ES-30255-8, modificativa de incisos art. 6º, do Substitutivo nº 2; autor: Francisco Amaral; encaminhamento: favorável, do autor do Destaque, e contrário de José Serra e do Relator Bernardo Cabral; resultado: rejeitado, com 55 votos contrários e 21 favoráveis. Às vinte horas e quarenta e dois minutos, o Presidente Fernando Henrique Cardoso suspendeu os trabalhos, antes convocando sua continuação para as nove horas, do dia nove de outubro de mil novecentos e oitenta e sete. Às nove horas e quarenta e oito minutos, do dia nove de outubro de mil novecentos e oitenta e sete, havendo número regimental, o 2º Vice-Presidente Brandão Monteiro declarou reaberta a reunião; **108ª votação:** Destaque nº 0127-87, do Senhor Paulo Paim – Emenda nº ES-34310-6, modificativa do inciso V, art. 6º, do Substitutivo nº 2; autor: Augusto Carvalho e outros; encaminhamento: favorável, do autor e de Luiz Inácio Lula da Silva, e contrário de Egídio Ferreira Lima, José Serra e do Relator Bernardo Cabral; resultado: prejudicado, por falta de **quorum** qualificado, com 41 votos contrários e 24 favoráveis; **109ª votação:** Destaque nº 0414-87, supressivo de expressão do inciso V, art. 6º, do Substitutivo nº 2; autor: Luiz Inácio Lula da Silva; encaminhamento: favorável, do autor, de Antônio Britto e do Relator Bernardo Cabral; resultado: aprovado, com 66 votos favoráveis; **110ª votação:** Destaque nº 6867-87, aditivo de expressão ao inciso VI, art. 6º, do Substitutivo nº 2; autor: Fernando Henrique Cardoso; encaminhamento: favorável, do autor e de Nelton Friedrich; resultado: aprovado, com 68 votos favoráveis e 02 contrários; **111ª votação:** Destaque nº 0480-87 – Emenda nº 1P-05547-4, modificativa do inciso VII, art. 6º, do Substitutivo nº 2; autor: Florestan Fernandes; encaminhamento: favorável, do autor, de Jorge Hage e do Relator Bernardo Cabral; resultado: aprovado, com 75 votos favoráveis e 01 contrário; **112ª votação:** Destaque nº 3572-87 – Emenda nº ES-22577-4, modificativa do inciso VIII, do Substitutivo nº 2; autor: Inocêncio Oliveira; encaminhamento: favorável, do autor e de Nelton Friedrich, e contrário de José

Thomaz Nonô; resultado: prejudicado, por falta de **quorum** qualificado, com 43 votos contrários e 37 favoráveis. Às onze horas e quarenta e dois minutos, deixou a Presidência dos trabalhos o Constituinte Brandão Monteiro, assumindo-a o 4º Vice-Presidente Fernando Henrique Cardoso; **113ª votação:** Destaque nº 1183-87 – Emenda nº 1P-09867-0, modificativa do inciso IX, art. 6º, do Substitutivo nº 2; autor: Vivaldo Barbosa; encaminhamento: favorável, do autor e de Cristina Tavares, e contrário de Antônio Britto, José Serra e do Relator Bernardo Cabral; resultado: rejeitado, com 67 votos contrários e 17 favoráveis; **114ª votação:** Destaque nº 3243-87 – Emenda nº ES-24967-3, aditiva de inciso ao art. 6º do substitutivo nº 2; autor: Ismael Wanderley; encaminhamento: favorável, do autor, e contrário do Relator Bernardo Cabral; resultado: rejeitado, com 51 votos contrários e 28 favoráveis. Às treze horas, o Presidente Fernando Henrique Cardoso suspendeu os trabalhos, convocando a sua continuação para as quinze horas, no mesmo local. Às quinze horas e vinte e quatro minutos, havendo número regimental, o 3º Vice-Presidente Jarbas Passarinho declarou reaberta a reunião; **115ª votação:** Destaque nº 0665-87, substitutiva do inciso XI, art. 6º, do Substitutivo nº 2; autor: Brandão Monteiro; encaminhamento: favorável, do autor e de Oswaldo Lima Filho, e contrário de Egídio Ferreira Lima e Alcení Guerra; resultado: rejeitado, com 51 votos contrários e 40 favoráveis; **116ª votação:** Requerimento de Preferência para o Destaque nº 3867-87 – Emenda nº ES-25794-3, modificativa do inciso XI, art. 6º, do Substitutivo nº 2; autores: Gastone Righi e José Maria Eymael; resultado: rejeitada, com 47 votos contrários e 13 favoráveis. Às dezesseis horas e vinte e quatro minutos, o Constituinte Jarbas Passarinho deixou a Presidência dos trabalhos, assumindo-a o titular, Constituinte Afonso Arinos; **117ª votação:** Destaque nº 3867-87 – Emenda nº ES-25794-3, modificativa do inciso XI, art. 6º, do Substitutivo nº 2; autores: Gastone Righi e José Maria Eymael; encaminhamento: favorável, do autor Gastone Righi, e contrário de Luís Roberto Ponte e Oswaldo Lima Filho; resultado: aprovado, com 66 votos favoráveis, 23 contrários e 01 abstenção; **118ª votação:** Destaque nº 4068-87 – Emenda nº ES-21530-2, modificativa do inciso XII, art. 6º, do Substitutivo nº 2; autor: Jofran Frejat; encaminhamento: favorável, do autor e de Virgildásio de Senna, e contrário de João Paulo e Mário Lima; resultado: rejeitado, com 53 votos contrários, 14 favoráveis e 01 abstenção. Às vinte horas e dois minutos, o Presidente Jarbas Passarinho suspendeu os trabalhos, antes convocando sua continuação para as nove horas do dia dez de outubro de mil novecentos e oitenta e sete. Às dez horas e vinte e dois minutos do dia dez de outubro de mil novecentos e oitenta e sete, havendo número regimental, o 1º Vice-Presidente Aluizio Campos declarou reaberta a reunião; **119ª votação:** Destaque nº 0112-87, do Senhor Paulo Paim – Emenda nº ES-32950-2, modificativa do inciso XIII, art. 6º, do Substitutivo nº 2; autores: Francisco Küster e outros; encaminhamento: favorável, de José Genoíno e Francisco Küster, e contrário de José Lourenço e Nelson Carneiro; resultado: prejudicado, por falta de **quorum** qualificado, com 39 votos contrários e 25 favoráveis. O Constituinte Bernardo Cabral, em comunicação lida pelo Presidente Aluizio Campos, informou ao Plenário sua impossibilidade de comparecer à reunião, na data, indicando para substituí-lo, eventualmente, os Constituintes José Fogaça, Adolfo Oliveira e Antônio Carlos Konder Reis, **120ª votação:** Destaque nº 3507-87, supressivo do inciso XIV, art. 6º, do Substitutivo nº 2; autor: Edmilson Valentim; encaminhamento: favorável, do autor; resultado: rejeitado, com 54 votos contrários e 14 favoráveis; **121ª votação:** Destaque nº 0137-87, do Senhor Paulo Paim – Emenda nº ES-34358-1, modificativa do inciso XIV, art. 6º, do Substitutivo nº 2; autores: Geraldo Campos e outros; encaminhamento: favorável, de Egídio Ferreira Lima e Má-

rio Lima, e contrário de Fernando Gasparian e José Lourenço; resultado: prejudicado, por falta de **quorum** qualificado, com 40 votos favoráveis e 26 contrários; **122ª votação:** Destaque nº 3868-87 – Emenda nº ES-25793-5, modificativa do inciso XIV, art. 6º, do Substitutivo nº 2; autor: Gastone Righi; encaminhamento: favorável, do autor e de Nelson Wedekin, e contrário de José Maria Eymael, Alcení Guerra e do Relator-Adjunto Adolfo Oliveira; resultado: prejudicado, por falta de **quorum** qualificado, com 39 votos favoráveis e 29 contrários. Às onze horas e quarenta e quatro minutos, deixou a Presidência o Constituinte Brandão Monteiro, assumindo-a o 3º Vice-Presidente Jarbas Passarinho; **123ª votação:** Destaque nº 4283-87, do Senhor Nelson Friedrich – Emenda nº ES-34358-1, modificativa do inciso XIV, art. 6º, do Substitutivo nº 2; autores: Geraldo Campos e outros; encaminhamento: favorável, do autor e de Haroldo Lima, e contrário de José Costa; resultado: adiada, por falta de **quorum**, com 45 votantes. Às doze horas e trinta minutos, o Presidente Jarbas Passarinho suspendeu os trabalhos, antes convocando sua continuação para as quatorze horas, do dia treze de outubro de mil novecentos e oitenta e sete. Às quatorze horas e cinquenta e seis minutos, do dia treze de outubro de mil novecentos e oitenta e sete, o 2º Vice-Presidente Brandão Monteiro declarou reaberta a reunião, concedendo a palavra, para uma comunicação, ao Constituinte Eraldo Tinoco; **124ª votação:** Destaque nº 4283-87, do Senhor Nelson Friedrich – Emenda nº ES-34358-1, modificativa do inciso XIV, art. 6º, do Substitutivo nº 2; autores: Geraldo Campos e outros; encaminhamento: dispensado, considerando já ter ocorrido no dia dez do mesmo mês; resultado: prejudicado, por falta de **quorum** qualificado, com 40 votos favoráveis e 28 contrários; **125ª votação:** Destaque nº 4378-87 – Emenda nº 33745-9, modificativa do inciso XIV, art. 6º, do Substitutivo nº 2; autor: Ademir Andrade; encaminhamento: favorável, do autor; resultado: aprovado, com 53 votos favoráveis e 30 contrários; **126ª votação:** Destaque nº 0023-87 – Emenda nº ES-28845-8, modificativa do inciso XV, art. 6º, do Substitutivo nº 2; autor: Floriceno Paixão; encaminhamento: favorável, do autor, contraditado por Gerson Pares; resultado: rejeitado, com 49 votos contrários e 28 favoráveis; **127ª votação:** Destaque nº 3869-87 – Emenda nº ES-25792-7, modificativa do inciso XV, art. 6º, do Substitutivo nº 2; autor: Gastone Righi; encaminhamento: favorável, do autor; resultado: prejudicado, por falta de **quorum** qualificado, com 43 votos contrários e 32 favoráveis. Às dezesseis horas e dois minutos, deixou a Presidência o Constituinte Jarbas Passarinho, assumindo-a o titular Afonso Arinos; **128ª votação:** Destaque nº 0352-87 – Emenda nº ES-23084-1, modificativa do inciso XVI, art. 6º, do Substitutivo nº 2; autor: Mário Maia; encaminhamento: favorável, do autor, e contrário de José Lourenço; resultado: rejeitado, com 58 votos contrários, 18 favoráveis e 01 abstenção; **129ª votação:** Destaque nº 2244-87 – Emenda nº ES-27066-4, modificativa do inciso XVI, art. 6º, do Substitutivo nº 2; autora: Irma Passoni; encaminhamento: favorável, de Cristina Tavares, José Maria Eymael e do Relator-Adjunto José Fogaça; resultado: aprovado, com 65 votos favoráveis e 13 contrários; **130ª votação:** Destaque nº 3963-87 – Emenda nº ES-26792-2, modificativa do inciso I, art. 6º, do Substitutivo nº 2; autor: José Maria Eymael; encaminhamento: favorável, do autor; resultado: aprovado, com 62 votos favoráveis e 22 contrários; **131ª votação:** Destaque nº 6129-87 – Emenda nº ES-1263-4, modificativa do inciso XVIII, art. 6º, do Substitutivo nº 2; autor: Antônio Carlos Konder Reis; encaminhamento: favorável, do autor, contraditado por Luiz Salomão; resultado: rejeitado, com 47 votos contrários e 26 favoráveis; **132ª votação:** Destaque nº 8044-87, do Senhor Roberto Balestra – Emenda nº ES-27090-7, substitutiva dos incisos XVIII e XIX, art. 6º, do Substitutivo nº 2; autor: Antonio Carlos

Mendes Thame; encaminhamento: favorável, do autor; resultado: rejeitado, com 61 votos contrários e 17 favoráveis; **133ª votação:** Destaque nº 3176-87, supressivo do inciso XXI, art. 6º, do Substitutivo nº 2; autor: José Lins; encaminhamento: favorável, do autor e de Ricardo Izar, e contrário de Abigail Feitosa, Rose de Freitas e do Relator-Adjunto José Fogaça; resultado: rejeitado, com 55 votos contrários e 14 favoráveis; **134ª votação:** Destaque nº 3177-87, supressivo do inciso XXIII, art. 6º, do Substitutivo nº 2; autor: José Lins; encaminhamento: favorável, do autor, e contrário de Oswaldo Lima Filho e Virgildásio de Senna; resultado: rejeitado, com 47 votos contrários e 14 favoráveis. Às vinte horas e quarenta e quatro minutos, o Presidente Jarbas Passarinho suspendeu os trabalhos, antes convocando sua continuação para o dia quatorze de outubro de mil novecentos e oitenta e sete, às quatorze horas e trinta minutos. Às quatorze horas e quarenta e seis minutos, do dia quatorze de outubro de mil novecentos e oitenta e sete, havendo número regimental, o 1º Vice-Presidente Aluizio Campos declarou reaberta a reunião, tendo comunicado ao Plenário o resultado do trabalho de votação, no período compreendido entre vinte e quatro de setembro a dez de outubro do ano em curso; **135ª votação:** Destaque nº 1553-87 – Emenda nº 1P-02597-4, modificativa do art. 6º, do Substitutivo nº 2; autor: Olívio Dutra; encaminhamento: favorável, do autor e de Cristina Tavares, e contrário de Egídio Ferreira Lima e do Relator Bernardo Cabral; resultado: prejudicado, por falta de **quorum** qualificado, com 40 votos contrários e 23 favoráveis. Às quinze horas e dois minutos, o Constituinte Aluizio Campos deixou a Presidência dos trabalhos, assumindo-a o 3º Vice-Presidente Jarbas Passarinho; **136ª votação:** Destaque nº 5757-87 – Emenda nº ES-30879-3, aditiva de expressão ao inciso XXIII, art. 6º, do Substitutivo nº 2; autor: Carlos Alberto Caó; encaminhamento: favorável, de Luiz Salomão; resultado: rejeitado, com 51 votos contrários e 27 favoráveis; **137ª votação:** Destaque nº 1395-87 – Emenda nº ES-22193-1, aditiva de inciso ao art. 6º, do Substitutivo nº 2; autor: Nelson Carneiro; encaminhamento: favorável, do autor; resultado: aprovado, com 59 votos favoráveis e 25 contrários. Às quinze horas e cinquenta e seis minutos, deixou a Presidência dos trabalhos o Constituinte Jarbas Passarinho, assumindo-a o 4º Vice-Presidente Fernando Henrique Cardoso; **138ª votação:** Destaque nº 5937-87, aditivo de inciso ao art. 6º do Substitutivo nº 2; autor: Eduardo Jorge; encaminhamento: favorável do autor; resultado: rejeitado, com 47 votos contrários e 40 favoráveis; **139ª votação:** Destaque nº 0111-87 – Emenda nº ES-32949-9, aditiva de inciso ao art. 6º, do Substitutivo nº 2; autor: Paulo Paim; encaminhamento: favorável, de Plínio Arruda Sampaio, e contrário do Relator Bernardo Cabral; resultado: aprovado, com 54 votos favoráveis e 36 contrários. O Presidente Fernando Henrique Cardoso, em seguida, concedeu a palavra ao Relator Bernardo Cabral, que leu expediente no qual propunha nova sistemática de apreciação da matéria constitucional, estabelecendo o critério da proporcionalidade das representações partidárias na seleção dos destaques a serem votados. O documento é subscrito, também, pelos Relatores Adjuntos Adolfo Oliveira, Antônio Carlos Konder Reis e José Fogaça. O Presidente Fernando Henrique Cardoso, na oportunidade, comunicou que encaminharia a sugestão para uma reunião conjunta da Mesa da Comissão com as Lideranças Partidárias, antes de submetê-la a qualquer decisão do Plenário; **140ª votação:** Destaque nº 0120-87 – Emenda nº ES-32975-8, aditiva de inciso ao art. 6º, do Substitutivo nº 2; autor: Paulo Paim; encaminhamento: favorável, de José Paulo Bisol, Joaquim Bevilacqua e do Relator Bernardo Cabral, e contrário de Egídio Ferreira Lima e Gerson Peres; resultado: rejeitado, com 47 votos contrários, 35 favoráveis e 01 abstenção; **141ª votação:** Destaque nº 0121-87 – Emenda nº 32976-6, aditiva de inciso ao art. 6º, do Substitutivo

nº 2; autor: Paulo Paim; encaminhamento: favorável, do autor e do Relator-Adjunto José Fogaça; resultado: aprovado, com 51 votos favoráveis e 27 contrários; **142ª votação:** Destaque nº 6130-87 – Emenda nº ES-28560-2, aditiva de incisos ao art. 6º, do Substitutivo nº 2; autor: Antônio Carlos Konder Reis; encaminhamento: favorável, do autor; resultado: aprovado, com 48 votos favoráveis e 30 contrários; **143ª votação:** Destaque nº 3028-87 – Emenda nº ES-32358-0, modificativo do § 1º, art. 6º, do Substitutivo nº 2; autor: José Geraldo; encaminhamento: favorável, do autor, contraditado por Mário Lima; resultado: rejeitado, com 50 votos contrários a 18 favoráveis. Às vinte horas e vinte e cinco minutos, o Presidente Jarbas Passarinho suspendeu os trabalhos, antes convocando sua continuação para as nove horas do dia quinze de outubro de mil novecentos e oitenta e sete. Às nove horas e vinte e cinco minutos, do dia quinze de outubro de mil novecentos e oitenta e sete, havendo número regimental o 1º Vice-Presidente Aluizio Campos declarou reaberta a reunião, tendo comunicado ao Plenário que, em virtude de decisão adotada no dia anterior, pela Presidência da Comissão, na pessoa do Senador Fernando Henrique Cardoso, quanto à proposta apresentada pelo Relator Bernardo Cabral, ficou acertada a realização de uma reunião para a data corrente, entre quatorze e quatorze horas e trinta minutos, entre as lideranças partidárias, no Gabinete da Liderança do PMDB, ficando a cargo do Constituinte Euclides Scalco os convites para os demais líderes, ao encontro, antes do reinício dos trabalhos previsto para às quinze horas; **144ª votação:** Destaque nº 1912-87, do Senhor Luiz Inácio Lula da Silva – Emenda nº 1P-02582-6, modificativa do § 2º, art. 6º do Substitutivo nº 2; autor: Plínio Arruda Sampaio; encaminhamento: favorável, do autor e de Artur da Távola, e contrário de José Maria Eymael, Sandra Cavalcanti e do Relator Bernardo Cabral; resultado: prejudicado, por falta de **quorum** qualificado, com 34 votos contrários e 28 favoráveis; **145ª votação:** Destaque nº 2915-87 – Emenda nº ES-25671-8, supressiva do § 3º, art. 6º, do Substitutivo nº 2; autor: Eliel Rodrigues; encaminhamento: favorável, do autor, contraditado por Ademir Andrade; resultado: rejeitado, com 59 votos contrários e 10 favoráveis. Às dez horas e quarenta e dois minutos, o Constituinte Aluizio Campos deixou a Presidência dos trabalhos, assumindo-a o 4º Vice-Presidente Fernando Henrique Cardoso; **146ª votação:** Destaque nº 1099-87, substitutivo do § 3º, art. 6º, do Substitutivo nº 2; autor: Vilson Souza; encaminhamento: favorável, de José Tavares, e contrário de Gastone Righi; resultado: aprovado, com 68 votos favoráveis e 07 contrários. Às onze horas e vinte e oito minutos, deixou a Presidência o Constituinte Fernando Henrique Cardoso, assumindo-a o 2º Vice-Presidente Brandão Monteiro; **147ª votação:** Destaque nº 0811-87, supressivo do § 4º, art. 6º, do Substitutivo nº 2; autor: Haroldo Lima; encaminhamento: favorável, do autor e de José Serra, e contrário de José Maria Eymael e do Relator Bernardo Cabral; resultado: prejudicado, por falta de **quorum** qualificado, com 38 votos favoráveis e 36 contrários; **148ª votação:** Destaque nº 1517-87 – Emenda nº 1P-03269-5, aditiva de incisos ao art. 7º, do Substitutivo nº 2; autora: Benedita da Silva; encaminhamento: favorável, da autora, de Cristina Tavares e do Relator Bernardo Cabral; resultado: prejudicado, por falta de **quorum** qualificado, com 36 votos contrários e 33 favoráveis. Às treze horas e sets minutos, o Presidente Brandão Monteiro suspendeu os trabalhos, antes convocando sua continuação para as quinze horas do mesmo dia quinze de outubro de mil novecentos e oitenta e sete. Às quinze horas e quatorze minutos, do dia quinze de outubro de mil novecentos e oitenta e sete, havendo número regimental o Presidente Aluizio Campos declarou reaberta a reunião; **149ª votação:** Destaque nº 3712-87 – Emenda nº ES-21878-6, modificativa do art. 8º, do Substitutivo nº 2; autor: Vicente Bogo;

encaminhamento: favorável, do autor e do Relator Bernardo Cabral; resultado: aprovado, com 71 votos favoráveis e 09 contrários; **150ª votação:** Destaque nº 1885-87 – Emenda nº ES-29798-8, substitutiva do art. 9º, do Substitutivo nº 2; autor: Luiz Inácio Lula da Silva; encaminhamento: favorável, do autor e de José Genoíno, e contrário de Roberto Freire, Mário Lima e do Relator-Adjunto José Fogaça; resultado: rejeitado, com 83 votos contrários e 05 favoráveis; **151ª votação:** Destaque nº 6433-87 – Emenda nº ES-34514-1, substitutiva do art. 9º, do Substitutivo nº 2; autor: Geraldo Campos; encaminhamento: favorável, do autor e de Haroldo Lima, e contrário de Carlos Chiarelli e Luiz Inácio Lula da Silva; resultado: aprovado, com 63 votos favoráveis, 19 contrários e 01 abstenção. Às dezessete horas e quarenta e quatro minutos, deixou a presidência dos trabalhos o Constituinte Aluizio Campos, sendo substituído pelo 2º Vice-Presidente Brandão Monteiro que, às dezoito horas e quatorze minutos cedeu o lugar ao 3º Vice-Presidente Jarbas Passarinho; **152ª votação:** Destaque nº 0418-87, supressivo de expressão do § 4º, art. 9º, do Substitutivo nº 2; autor: Luiz Inácio Lula da Silva; encaminhamento: favorável, de Roberto Freire; resultado: prejudicado; por falta de **quorum** qualificado, com 45 votos contrários e 32 favoráveis; **153ª votação:** Destaque nº 5586-87 – Emenda nº ES-26029-4, modificativa do § 4º, art. 9º, do Substitutivo nº 2; autor: Gastone Righi; encaminhamento: favorável, do autor; resultado: rejeitado, com 52 votos contrários e 23 favoráveis. Às dezenove horas e quarenta minutos, o Constituinte Jarbas Passarinho deixou a Presidência dos trabalhos, assumindo-a o 4º Vice-Presidente Fernando Henrique Cardoso; **154ª votação:** Destaque nº 0136-87, do Senhor Paulo Paim – Emenda nº ES-34357-2, aditiva ao art. 9º, do Substitutivo nº 2; autor: Floriceno Paixão e outros; encaminhamento: favorável, de Luiz Inácio Lula da Silva, e contrário de Ricardo Fiuza e Edmilson Valentim; resultado: prejudicado, por falta de **quorum** qualificado, com 45 votos contrários e 31 favoráveis. Às vinte horas e trinta e seis minutos, o Presidente Fernando Henrique Cardoso suspendeu os trabalhos, antes, convocando sua continuação para as nove horas do dia dezesseis de outubro de mil novecentos e oitenta e sete. Às nove horas e cinquenta e dois minutos, do dia dezesseis de outubro de mil novecentos e oitenta e sete, havendo número regimental, o 3º Vice-Presidente Jarbas Passarinho declarou reaberta a reunião; **155ª votação:** Destaque nº 0138-87, do Senhor Paulo Paim – Emenda nº ES-34359-9, aditiva ao art. 9º, do Substitutivo nº 2; autor: Floriceno Paixão e outros; encaminhamento: favorável, de José Genoíno e Nelson Friedrich, e contrário de Celso Dourado e Gerson Peres; resultado: prejudicado, por falta de **quorum** qualificado, com 45 votos contrários, 25 favoráveis e 01 abstenção; **156ª votação:** Destaque nº 1411-87 – Emenda nº 1P-20783-5, aditiva de artigos ao Título II, do Substitutivo nº 2; autor: Nelson Carneiro; encaminhamento: favorável, do autor, de Nelson Jobim e do Relator Bernardo Cabral, e contrário de Luiz Inácio Lula da Silva; resultado: aprovado, com 84 votos favoráveis e 03 contrários. Às onze horas e vinte minutos, o Constituinte Jarbas Passarinho deixou a Presidência dos trabalhos, sendo substituído pelo 4º Vice-Presidente Fernando Henrique Cardoso, que comunicou ao Plenário o resultado de conversação com os técnicos encarregados do painel eletrônico de votação, tendo ficado acertado um treinamento para adaptação ao sistema, ainda durante a reunião do dia; **157ª votação:** Destaque nº 3184-87 – Emenda nº ES-34447-1, aditiva de § ao art. 9º, do Substitutivo nº 2; autor: José Lins; encaminhamento: favorável, do autor e de Paulo Ramos; resultado: aprovado, com 47 votos favoráveis e 37 contrários; **158ª votação:** Destaque nº 0420-87, supressivo do § 2º, art. 10, do Substitutivo nº 2; autor: Luiz Inácio Lula da Silva; encaminhamento: favorável, de Jorge Hage, e contrário de Egídio Ferreira

Lima e do Relator Bernardo Cabral; resultado: rejeitado com 63 votos contrários e 23 favoráveis. Às treze horas e quinze minutos, o Presidente Fernando Henrique Cardoso suspendeu os trabalhos, antes convocando sua continuação para as quinze horas do mesmo dia. Às quinze horas e dezoito minutos, havendo número regimental, o 3º Vice-Presidente Jarbas Passarinho declarou reaberta a reunião; **159ª votação:** Destaque nº 0421-87, supressivo do inciso II, § 4º, art. 11, do Substitutivo nº 2; autor: Luiz Inácio Lula da Silva; encaminhamento: favorável, de José Genoíno e José Paulo Bisol, e contrário de Eraldo Tinoco, Gastone Righi e do Relator Bernardo Cabral. Às dezessete horas e vinte e dois minutos, o Presidente Jarbas Passarinho comunicou o início do "teste" do Sistema Eletrônico de Votação, que foi concluído às dezessete horas e quarenta e dois minutos, quando assumiu a Presidência dos trabalhos o 4º Vice-Presidente Fernando Henrique Cardoso; **160ª votação:** Destaque nº 5254-, supressivo de expressão do **caput**, art. 13, do Substitutivo nº 2; autor: Prisco Viana; encaminhamento: favorável, do autor e de José Thomaz Nonô, e contrário de Luiz Salomão e Nelson Jobim; resultado: prejudicado, por falta de **quorum** qualificado, com 44 votos contrários e 33 favoráveis; **161ª votação:** Destaque nº 0094-87 – Emenda nº ES-22910-9, modificativa do § 1º, art. 13, do Substitutivo nº 2; autor: Hermes Zaneti; encaminhamento: favorável, do autor, de Nelson Jobim e do Relator-Adjunto José Fogaça, e contrário de Gastone Righi e Prisco Viana; resultado: aprovado, com 58 votos favoráveis, 22 contrários e 02 abstenções; **162ª votação:** Destaque nº 2335-87 – Emenda nº 1P-11825-5, modificativa do § 1º, art. 13, do Substitutivo nº 2; autor: Paulo Delgado; encaminhamento: favorável, do autor, e contrário de José Lourenço e Gerson Peres; resultado: rejeitado, com 63 votos contrários e 10 favoráveis; **163ª votação:** Destaque nº 4190-87 – Emenda nº ES-23585-1, modificativa do § art. 1º, do Substitutivo nº 2; autor: Octávio Elísio; encaminhamento: favorável, do autor, contraditado por Gerson Peres; resultado: prejudicado, por falta de **quorum** qualificado com 39 votos favoráveis e 29 contrários. Às vinte horas e quinze minutos, o Presidente Fernando Henrique Cardoso suspendeu os trabalhos, antes convocando sua continuação para as nove horas do dia dezessete de outubro de mil novecentos e oitenta e sete. Às nove horas e quarenta e dois minutos, do dia dezessete de outubro de mil novecentos e oitenta e sete, havendo número regimental, o 3º Vice-Presidente Jarbas Passarinho declarou reaberta a reunião; **164ª votação:** Destaque nº 2986-87, supressivo do § 2º, art. 13, do Substitutivo nº 2; autor: Nelson Friedrich; encaminhamento: favorável, de Paulo Ramos e Celso Dourado, e contrário de Oswaldo Lima Filho e José Lourenço; resultado: prejudicado, por falta de **quorum** qualificado, com 39 votos contrários e 21 favoráveis; **165ª votação:** Destaque nº 4142-87 – Emenda nº ES-28895-4, modificativa do § 3º, art. 13, do Substitutivo nº 2; autor: Humberto Lucena; encaminhamento: favorável, do autor e de Ademir Andrade, e contrário de Nelson Jobim; resultado: rejeitado, com 47 votos contrário e 24 favoráveis; **166ª votação:** Destaque nº 41699-87, supressivo do inciso III, § 3º, art. 3º, do Substitutivo nº 2; autor: Euclides Scalco; encaminhamento: favorável, de Antônio Britto e Nelson Carneiro, e contrário de Bonifácio de Andrada e do Relator Bernardo Cabral; resultado: prejudicado, por falta de **quorum** qualificado, com 39 votos favoráveis e 30 contrários; **167ª votação:** Destaque nº 4699-87, supressivo do inciso IV, § 3º, art. 13 do Substitutivo nº 2; autor: Euclides Scalco; encaminhamento: favorável, do autor; resultado: prejudicado, por falta de **quorum** qualificado, com 36 votos favoráveis e 32 contrários; **168ª votação:** Destaque nº 4699-87, supressivo do inciso V, § 3º, art. 13, do Substitutivo nº 2; autor: Euclides Scalco; encaminhamento: favorável, de Egídio Ferreira Lima e Paes Landim; resultado: aprovado, com 65 votos favoráveis, 02 contrários e 02 abstenções; **169ª**

**votação:** Destaque nº 8365-87 – Emenda nº ES-33686-0, modificativa do § 3º, art. 13, do Substitutivo nº 2; autor: Paes Landim; encaminhamento: favorável, do autor e contrário de Pimenta da Veiga; resultado: rejeitado, com 48 votos contrários, 19 favoráveis e 01 abstenção; **170ª votação:** Destaque nº 2318-87 – Emenda nº 1P-08344-3, modificativa do § 4º, art. 13, do Substitutivo nº 2; autor: Paulo Delgado; encaminhamento: favorável, do autor e de Antônio Mariz, e contrário de Gerson Peres, Eraldo Tinoco e do Relator Bernardo Cabral; resultado: prejudicado, por falta de **quorum** qualificado, com 37 votos contrários e 28 favoráveis. Às treze horas e quatro minutos, o Presidente Fernando Henrique Cardoso suspendeu os trabalhos, antes convocando sua continuação para as quatorze horas e trinta minutos do dia dezoito de outubro de mil novecentos e oitenta e sete. Às quatorze horas e cinquenta minutos do dia dezoito de outubro de mil novecentos e oitenta e sete, havendo número regimental, o 4º Vice-Presidente Fernando Henrique Cardoso declarou reaberta a reunião, tendo comunicado ao Plenário o resultado de reunião havida pela manhã, daquele dia, com as lideranças partidárias, quando ficou decidido que, para agilizar o processo de votação da matéria constitucional, seria analisada a possibilidade de redução dos destaques para apenas dez por cento, de acordo com quantitativos percentuais propostos para cada partido político. Falaram sobre a comunicação do Presidente os Constituintes Carlos Sant'Anna, Luiz Alberto Rodrigues, Brandão Monteiro, Gastone Righi, Tadeu França, João Menezes e José Ulisses de Oliveira; **171ª votação:** Destaque nº 4189-87 – Emenda nº ES-23354-8, modificativa do § 4º, art. 13, do Substitutivo nº 2; autor: Octávio Elísio; encaminhamento: favorável, do autor, contraditado por Gastone Righi; resultado: aprovado, com 70 votos favoráveis e 06 contrários; **172ª votação:** Destaque nº 6720-87 – Emenda número ES-21982-1, modificativa do § 5º, art. 13, do Substitutivo nº 2; autor: Luiz Alberto Rodrigues; encaminhamento: favorável, do autor e de Abigail Feitosa; resultado: rejeitado, com 65 votos contrários e 19 favoráveis; **173ª votação:** Destaque nº 6814-87 – Emenda nº ES-31880-2, modificativa do § art. 13, do Substitutivo nº 2; autor: Alfredo Campos; encaminhamento: favorável, de Nelson Jobim contraditado por Gerson Peres; resultado: aprovado, com 65 votos favoráveis e 15 contrários; **174ª votação:** Destaque nº 1106-87 – Emenda nº 1P11345-8, modificativa do § 7º, art. 13 do Substitutivo nº 2; autor: Vilson Souza; encaminhamento: favorável, do autor e do Relator Bernardo Cabral; resultado: aprovado, com 67 votos favoráveis e 12 contrários. Às dezessete horas, o Constituinte Fernando Henrique Cardoso deixou a Presidência dos trabalhos, assumindo-a o 2º Vice-Presidente Brandão Monteiro; **175ª votação:** Destaque nº 7222-87, supressivo do § 8º, art. 13 do Substitutivo nº 2; autor: José Richa; encaminhamento: favorável, do autor e de Paulo Ramos, e contrário de Prisco Viana; resultado: prejudicado, por falta de **quorum** qualificado, com 46 votos favoráveis e 28 contrários; **176ª votação:** Destaque nº 0265-87 do Senhor José Genoíno – Emenda nº ES-33000-4, modificativa do § 8º, art. 13 do Substitutivo nº 2; autor: José Carlos Sabóia; encaminhamento: favorável, de Paulo Ramos; resultado: rejeitado, com 52 votos contrários e 25 favoráveis; **177ª votação:** Destaque nº 2332-87 – Emenda nº 1P-07650-1, modificativa do § 8º, art. 13 do Substitutivo nº 2; autor: Paulo Delgado; encaminhamento: favorável, do autor e de Lysâneas Maciel, e contrário do Relator-Adjunto Antônio Carlos Konder Reis; resultado: rejeitado, com 57 votos contrários e 23 favoráveis; **178ª votação:** Destaque nº 3870-87 – Emenda nº ES-26031-6, supressiva do § 9º, art. 13 do Substitutivo nº 2; autor: Gastone Righi; encaminhamento: favorável, do autor e de Francisco Rossi, e contrário de Antônio Britto e Gerson Peres; resultado: rejeitado, com 75 votos contrários e 04 favoráveis; **179ª votação:** Destaque nº 8151-87, do Senhor Haroldo Sabóia – Emenda nº ES-22627-4, modi-

ficativa do § 9º, art. 13 do Substitutivo nº 2; autor: Felipe Mendes; encaminhamento: favorável, de Antônio Mariz e Nelson Jobim, e contrário de Gastone Righi; resultado: prejudicado, por falta de **quorum** qualificado, com 40 votos contrários, 40 favoráveis e 02 abstenções; **180ª votação:** Destaque nº 6140-87, aditivo de expressão ao § 9º, art. 13 do Substitutivo nº 2; autor: Antônio Carlos Konder Reis; encaminhamento: favorável, do autor, contraditado por Gerson Peres; resultado: aprovado, com 47 votos favoráveis e 34 contrários. Às dezoito horas e cinquenta e oito minutos, o Constituinte Brandão Monteiro deixou a Presidência dos trabalhos, assumindo-a o 4º Vice-Presidente Fernando Henrique Cardoso; **181ª votação:** Destaque nº 6300-87, supressivo do § 11, art. 13 do Substitutivo nº 2; autor: Bonifácio de Andrada; encaminhamento: favorável, do autor; resultado: aprovado, com 62 votos favoráveis, 14 contrários e 03 abstenções; **182ª votação:** Destaque nº 6715-87 – Emenda nº ES-30373-2, aditiva de § ao art. 13 do Substitutivo nº 2; autor: Vasco Alves; encaminhamento: favorável de Paulo Ramos, e contrário do Relator Bernardo Cabral; resultado: rejeitado, com 60 votos contrários, 19 favoráveis e 01 abstenção; **183ª votação:** Destaque nº 4798-87 – Emenda nº ES-33329-1, substitutiva do art. 15 do Substitutivo nº 2; autor: Egídio Ferreira Lima; encaminhamento: favorável, do autor, contraditado por Prisco Viana; resultado: aprovado, com 70 votos favoráveis e 10 contrários; **184ª votação:** Destaque nº 6227-87 – Emenda nº 1P-09376-7, aditiva de alínea, onde couber, ao Capítulo II, Título II, do Substitutivo nº 2; autor: Jorge Hage; encaminhamento: favorável, do autor, contraditado pelo Relator Bernardo Cabral; resultado: prejudicado, por falta de **quorum** qualificado, com 45 votos contrários e 27 favoráveis. Às vinte horas e quatorze minutos, o Presidente Fernando Henrique Cardoso suspendeu os trabalhos, antes convocando sua continuação para as quatorze horas e trinta minutos do dia vinte de outubro de mil novecentos e oitenta e sete. Às quinze horas e quatro minutos do dia vinte de outubro de mil novecentos e oitenta e sete, havendo número regimental, o 4º Vice-Presidente Fernando Henrique Cardoso declarou reaberta a reunião; **185ª votação:** Destaque nº 7195-87 – Emenda nº ES-33996-6, substitutiva do Título II, Capítulo V, do Substitutivo nº 2; autores: José Richa e outros; resultado: aprovado, com 70 votos favoráveis e 17 contrários; **186ª votação:** Destaque nº 3539-87 – Emenda nº 1P-18875-0, substitutiva do art. 16 do Substitutivo nº 2; autor: Roberto Freire; encaminhamento: favorável, de Carlos Sant'Anna, e contrário de Prisco Viana; resultado: aprovado, com 72 votos favoráveis, 16 contrários e 03 abstenções; **187ª votação:** Destaque nº 0821-87, supressivo das expressões "manutenção do registro e"; "condicionados à votação obtida" e "complementar" do inciso X, art. 16 do Substitutivo nº 2; autor: Haroldo Lima; encaminhamento: favorável: de Pimenta da Veiga; resultado: aprovado, com 58 votos favoráveis, 26 contrários e 05 abstenções; **188ª votação:** Destaque nº 5384-87 – Emenda nº ES-31634-6, modificativa do inciso IX, art. 16 do Substitutivo nº 2, autor: Carlos Chiarelli; encaminhamento: favorável, de Haroldo Lima, e contrário de Carlos Sant'Anna; resultado: aprovado, com 65 votos favoráveis, 23 contrários e 02 abstenções. Durante o pronunciamento do Senhor Mário Maia, o 4º Vice-Presidente Fernando Henrique Cardoso deixou a Presidência dos trabalhos, assumindo-a o 2º Vice-Presidente Brandão Monteiro; **189ª votação:** Destaque nº 4712-87, do Senhor Euclides Scalco – Emenda nº ES-33984-2, aditiva de expressão ao parágrafo único, art. 26, Título II, do Substitutivo nº 2; autores: Antônio Mariz e Nelson Friedrich; encaminhamento: favorável, do autor; resultado: aprovado, com 89 votos favoráveis; **190ª votação:** Destaque nº 0251-87, do Senhor Lysâneas Maciel – Emenda nº ES-34045-0, aditiva ao Título II do Substitutivo nº 2; autores: Haroldo Sabóia e outros; encaminhamento: favorável, de Lysâneas Maciel e José Paulo Bisol, e contrário do Relator-Adjunto Antônio Carlos Kon-

der Reis; resultado: rejeitado, com 61 votos contrários a 30 favoráveis. Durante a chamada nominal da votação do Destaque nº 0251-87, o 2º Vice-Presidente Brandão Monteiro deixou a Presidência dos trabalhos, assumindo-a o 3º Vice-Presidente Jarbas Passarinho; **191ª votação:** Destaque nº 0975-87 – Emenda nº ES-32069-6, substitutiva ao Título II, do Substitutivo nº 2; autor: José Paulo Bisol; encaminhamento: favorável, do autor e de Nelson Friedrich, e contrário de Egídio Ferreira Lima e de Gastone Righi; resultado: rejeitado, com 53 votos contrários 31 favoráveis. Às vinte horas e vinte e cinco minutos, o Presidente Jarbas Passarinho suspendeu os trabalhos, antes convocando sua continuação para as quatorze horas do dia vinte e um de outubro de mil novecentos e oitenta e sete, para votação do **Título III** do Substitutivo nº 2. Às quatorze horas e trinta e dois minutos do dia vinte e um de outubro de mil novecentos e oitenta e sete, foi constatada a presença dos seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Adolfo Oliveira, Afonso Arinos, Alcení Guerra, Alfredo Campos, Almir Gabriel, Aloysio Chaves, Aluizio Campos, Antônio Britto, Antônio Farias, Antônio Carlos Konder Reis, Antônio Carlos Mendes Thame, Arnaldo Prieto, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Brandão do Monteiro, Carlos Chiarelli, Carlos Mosconi, Carlos Sant'Anna, Celso Dourado, Christóvam Chiaradia, Cid Carvalho, Cristina Tavares, Egídio Ferreira Lima, Eraldo Tinoco, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Gasparian, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Lyra, Floriceno Paixão, Francisco Benjamim, Francisco Pinto, Francisco Rossi, Gastone Righi, Gerson Peres, Haroldo Lima, Haroldo Sabóia, Ibsen Pinheiro, Inocêncio Oliveira, Jamil Haddad, Jarbas Passarinho, João Calmon, João Herrmann Neto, Joaquim Bevilacqua, José Fogaça, José Freire, José Geraldo, José Ignácio Ferreira, José Jorge, José Lins, José Lourenço, José Luiz Maia, José Maurício, José Paulo Bisol, José Richa, José Santana de Vasconcellos, José Serra, José Thomaz Nonô, José Ulisses de Oliveira, Luís Eduardo, Luiz Inácio Lula da Silva, Lysâneas Maciel, Manoel Moreira, Marcondes Gadelha, Mário Assad, Mário Lima, Milton Reis, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nelson Friedrich, Nilson Gibson, Oscar Corrêa, Osvaldo Coelho, Oswaldo Lima Filho, Paulo Pimentel, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Plínio Arruda Sampaio, Prisco Viana, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Ricardo Fiúza, Roberto Freire, Rodrigues Palma, Sandra Cavalcanti, Severo Gomes, Sigmaringa Seixas, Theodoro Mendes, Virgildásio de Senna, Virgílio Távora, Vivaldo Barbosa, Wilson Martins, Adylson Motta, Aécio Neves, Albano Franco, Aldo Arantes, Adroaldo Streck, Afif Domingos, Antônio Mariz, Beth Azize, Bocayuva Cunha, Bonifácio de Andrada, Chagas Rodrigues, Daso Coimbra, Délio Braz, Enoc Vieira, Euclides Scalco, Fernando Santana, Hugo Napoleão, Israel Pinheiro, João Agripino, João Menezes, João Natal, Furtado Leite, Gilson Machado, Jofran Frejat, Jonas Pinheiro, Jorge Hage, José Carlos Grecco, José Costa, José Genóino, José Maranhão, José Maria Eymael, José Tavares, José Tinoco, Luiz Henrique, Luiz Salomão, Manuel Viana, Márcio Braga, Marcos Lima, Michel Temer, Miro Teixeira, Mozarildo Cavalcanti, Nelson Wedekin, Octávio Elísio, Ottomar Pinto, Paes Landim, Ricardo Izar, Roberto Balestra, Roberto Brant, Rose de Freitas, Simão Sessim, Sotero Cunha, Solon Borges dos Reis, Valmir Campelo, Vicente Bogo, Vilson Souza e Ziza Valadares. Estiveram presentes, ainda, os Senhores Constituintes não integrantes da Comissão: Chico Humberto, Roberto D'Ávila, Paulo Delgado, Florestan Fernandes, Vitor Buaziz, Costa Ferreira, Matheus Iensen, Ubiratan Spinelli, Cunha Bueno e Luiz Alberto Rodrigues. Deixou de comparecer o Senhor Constituinte Francisco Dornelles. Havendo número regimental, o 2º Vice-Presidente Brandão Monteiro declarou reaberta a reunião; **192ª votação:** Título III, do Substitutivo nº 2, do Relator Bernardo Cabral, ressalvados os destaques; resultado: aprovado, com 80 votos; **193ª votação:** Destaque nº 1507-87 – Emenda nº ES-33224-4, modificativa do § 5º, art. 28; do art. 29, **caput**, e do art. 17, **caput**, do

Substitutivo nº 2; autores: Ottomar Pinto e Marluce Pinto; encaminhamento: favorável, do autor e de Gastone Righi, e contrário de Adylson Motta e Nelson Jobim; resultado: prejudicado, por falta de **quorum** qualificado, com 45 votos contrários, 38 favoráveis e 01 abstenção; **194ª votação:** Destaque nº 6184-87, supressivo do § 2º, art. 17 do Substitutivo nº 2; autor: Adylson Motta; encaminhamento: favorável, do autor e de Ottomar Pinto, e contrário de Michel Temer; resultado: rejeitado, com 56 votos contrários, 28 favoráveis e 01 abstenção; **195ª votação:** Destaque nº 3284-87 – Emenda nº ES-29777-5, aditiva ao § 3º, art. 17 do Substitutivo nº 2; autor: Virgílio Galassi; encaminhamento: favorável, do autor, e contrário de Aloysio Chaves; resultado: rejeitado, com 59 votos contrários e 21 favoráveis; **196ª votação:** Destaque nº 4032-87 – Emenda nº ES-32642-2, modificativa do § 3º, art. 17 do Substitutivo nº 2; autor: Gabriel Guerreiro; encaminhamento: favorável, do autor e de Nilso Sguarezi, e contrário de Israel Pinheiro; resultado: rejeitado, com 63 votos contrários e 23 favoráveis. Durante o pronunciamento do Constituinte Israel Pinheiro, deixou a Presidência o 2º Vice-Presidente Brandão Monteiro, assumindo-a o 3º Vice-Presidente Jarbas Passarinho; **197ª votação:** Destaque nº 4984-87 – Emenda nº ES-21469-1, modificativa do § 3º, art. 17 do Substitutivo nº 2; autor: Jamil Haddad; encaminhamento: favorável, do autor; resultado: prejudicado, por falta de **quorum** qualificado, com 42 votos contrários, 40 favoráveis e 01 abstenção; **198ª votação:** Destaque nº 5332-87 – Emenda nº ES-21231-1, modificativa do inciso II, art. 19, **caput**, do Substitutivo nº 2; autor: Virgildásio de Senna; encaminhamento: favorável, do autor e de Celso Dourado; resultado: rejeitado, com 65 votos contrários, 17 favoráveis e 01 abstenção; **199ª votação:** Destaque nº 5305-87, do Senhor Manoel Moreira – Emenda nº 1P-01904-4, modificativa do inciso IV, art. 19 do Substitutivo nº 2; autor: Renato Vianna; encaminhamento: favorável, do autor e de Nelson Carneiro; resultado: aprovado, com 80 votos favoráveis e 06 contrários; **200ª votação:** Destaque nº 3872-87 – Emenda nº ES-26045-6, modificativa do inciso VI, art. 19, **caput**, do Substitutivo nº 2; autor: Gastone Righi; encaminhamento: favorável, do autor e contrário de Luiz Salomão; resultado: rejeitado, com 76 votos contrários e 05 favoráveis; **201ª votação:** Destaque nº 4206-87, supressivo da expressão "de posse imemorial", no art. 19, inciso IX, do Substitutivo nº 2; autor: Euclides Scalco; encaminhamento: favorável, de Severo Gomes, e contrário de Gerson Peres; resultado: prejudicado, por falta de **quorum** qualificado, com 43 votos favoráveis e 40 contrários; **202ª votação:** Requerimento de Preferência para votação do Destaque nº 0276-87, do Senhor Haroldo Lima – Emenda nº ES-33022-5, modificativa do inciso X, art. 19 do Substitutivo nº 2; autores: Plínio Arruda Sampaio e outros; resultado: aprovado, com 47 votos favoráveis e 28 contrários; **203ª votação:** Destaque nº 0276-87, do Senhor Haroldo Lima – Emenda nº ES-33022-5, modificativa do inciso IX, art. 19 do Substitutivo nº 2; autores: Plínio Arruda Sampaio e outros; encaminhamento: favorável, do autor; resultado: prejudicado, por falta de **quorum** qualificado, com 43 votos contrários e 43 favoráveis. Às vinte horas e trinta minutos, o 4º Vice-Presidente Fernando Henrique Cardoso suspendeu os trabalhos, antes convocando sua continuação para o dia vinte e dois de outubro de mil novecentos e oitenta e sete, às quatorze horas e trinta minutos. Às quatorze horas e cinquenta e oito minutos do dia vinte e dois de outubro de mil novecentos e oitenta e sete, havendo número regimental, o 2º Vice-Presidente Brandão Monteiro declarou reaberta a reunião; **204ª votação:** Destaque nº 0687-87 – Emenda nº ES-32414-4, modificativa do inciso IX, art. 19 do Substitutivo nº 2; autor: Brandão Monteiro; encaminhamento: favorável, de Nelson Jobim, e contrário de Gerson Peres e do Relator-Adjunto Antônio Carlos Konder Reis; resultado: prejudicado, por falta de **quorum** qualificado, com 46 votos contrários e 41 favoráveis; **205ª**

**votação:** Destaque nº 0757-87 – Emenda nº ES-33989-3, modificativa do inciso IX, art. 19 do Substitutivo nº 2; autor: José Carlos Sabóia; encaminhamento: favorável do autor; resultado: rejeitado, com 50 votos contrários e 42 favoráveis; **206ª votação:** Destaque nº 3656-87 – Emenda nº ES-30839-4, modificativa do inciso X, art. 19, do Substitutivo nº 2; autor: Oswaldo Lima Filho; encaminhamento: favorável, do autor, e contrário do Relator Bernardo Cabral; resultado: rejeitado, com 66 votos contrários e 26 favoráveis. Às dezesseis horas e dois minutos, deixou a Presidência dos trabalhos o 2º Vice-Presidente Brandão Monteiro, assumindo-a o 3º Vice-Presidente Jarbas Passarinho; **207ª votação:** Destaque nº 4114-87 – Emenda nº ES-21830-1, aditiva de inciso ao art. 19 do Substitutivo nº 2; autor: Mendes Ribeiro; encaminhamento: favorável, do autor e do Relator Bernardo Cabral; resultado: aprovado, com 74 votos favoráveis, 13 contrários e 02 abstenções; **208ª votação:** Destaque nº 3186-87 – Emenda nº ES-34476-5, supressiva do § 1º, art. 19 do Substitutivo nº 2; autor: José Lins; encaminhamento: favorável, do autor, e contrário de Ademir Andrade, Pimenta da Veiga e do Relator-Adjunto Adolfo Oliveira; resultado: rejeitado, com 85 votos contrários e 05 favoráveis; **209ª votação:** Destaque nº 3367-87 – Emenda nº ES-26093-6, modificativa do § 1º, art. 19 do Substitutivo nº 2; autor: Prisco Viana; encaminhamento: favorável, do autor, de Nelson Carneiro e do Relator Bernardo Cabral, e contrário de José Serra; resultado: aprovado, com 80 votos favoráveis e 11 contrários; **210ª votação:** Destaque nº 1863-87 – Emenda nº ES-33640-1, modificativa do § 1º, art. 19 do Substitutivo nº 2; autor: Oswaldo Lima Filho; encaminhamento: favorável, do autor, e contrário de Sandra Cavalcanti e do Relator-Adjunto José Fogaça; resultado: rejeitado, com 69 votos contrários, 04 favoráveis e 01 abstenção; **211ª votação:** Destaque nº 1509-87 – Emenda nº ES-34472-2, modificativa do § 2º, art. 19 do Substitutivo nº 2; autora: Marluce Pinto; encaminhamento: favorável, de Ottomar Pinto e Gastone Righi, e contrário de Carlos Sant'Anna e do Relato Adjunto José Fogaça; resultado: rejeitado, com 51 votos contrários, 26 favoráveis e 01 abstenção. Às dezoito horas e quinze minutos, deixou a Presidência dos trabalhos o 3º Vice-Presidente Jarbas Passarinho, assumindo-a o 4º Vice-Presidente Fernando Henrique Cardoso; **212ª votação:** Destaque nº 4314-87 – Emenda nº ES-22512-0, modificativa do § 1º, art. 19 do Substitutivo nº 2; autor: Paulo Macarini; encaminhamento: favorável, do autor, e contrário de Gerson Peres e do Relator-Adjunto José Fogaça; resultado: rejeitado, com 64 votos contrários e 17 favoráveis; **213ª votação:** Destaque nº 7796-87 – Emenda nº ES-31654-1, modificativa do § 2º, art. 19 do Substitutivo nº 2; autor: Giovanni Masini; resultado: aprovado, com 71 votos favoráveis e 09 contrários; **214ª votação:** Destaque nº 0740-87 – Emenda nº ES-34458-7, modificativa do inciso IV, art. 20 do Substitutivo nº 2; autor: Sigmaringa Seixas; encaminhamento: favorável, do autor, e contrário do Relator Bernardo Cabral; resultado: rejeitado, com 49 votos contrários e 27 favoráveis; **215ª votação:** Destaque nº 1018-87 – Emenda nº ES-23188-0, aditiva ao inciso IV, art. 20 do Substitutivo nº 2; autor: Vilson Souza; encaminhamento: favorável, do autor e do Relator Bernardo Cabral; resultado: aprovado, com 54 votos favoráveis, 16 contrários e 02 abstenções; **216ª votação:** Destaque nº 7173-87 – Emenda nº ES-21614-7, modificativa do inciso VI, art. 20 do Substitutivo nº 2; autor: Itamar Franco; encaminhamento: favorável, de Nelson Wedekin, e contrário de Ottomar Pinto e do Relator-Adjunto José Fogaça; resultado: rejeitado, com 62 votos contrários, 14 favoráveis e 01 abstenção. Às vinte horas e trinta e cinco minutos, o Presidente Fernando Henrique Cardoso suspendeu os trabalhos, antes convocando sua continuação para o dia seguinte, vinte três de outubro de mil novecentos e oitenta e sete, às dez horas. Às dez horas e trinta e seis minutos do dia vinte e três de outubro de mil novecentos

e oitenta e sete, havendo número regimental, o 3º Vice-Presidente Jarbas Passarinho declarou reaberta a reunião; **217ª votação:** Destaque nº 1382-87 – Emenda nº ES-27101-6, modificativa do inciso VIII, art. 20 do Substitutivo nº 2; autor: Nelson Carneiro; encaminhamento: favorável, do autor e do Relator-Adjunto José Fogaça; resultado: aprovado, com 50 votos favoráveis e 04 contrários; **218ª votação:** Destaque nº 3798-87, supressivo do inciso XV, art. 20 do Substitutivo nº 2; autor: Florestan Fernandes; encaminhamento: favorável, do autor, e contrário de Nelson Jobim e do Relator-Adjunto José Fogaça; resultado: rejeitado, com 58 votos contrários e 06 favoráveis; **219ª votação:** Destaque nº 0494-87 – Emenda nº ES-23984-8, modificativa do inciso XV, art. 20 do Substitutivo nº 2; autor: José Genoíno; encaminhamento: favorável, de Artur da Távola e do Relator-Adjunto José Fogaça; resultado: aprovado, com 67 votos favoráveis, 05 contrários e 01 abstenção. Às onze horas e oito minutos, o 3º Vice-Presidente Jarbas Passarinho suspendeu os trabalhos, antes convocando sua continuação para às treze horas, no mesmo local. Às quatorze horas e quarenta e quatro minutos do dia vinte e três de outubro de mil novecentos e oitenta e sete, havendo número regimental, o 3º Vice-Presidente Jarbas Passarinho declarou reaberta a reunião; **220ª votação:** Destaque nº 2807-87 – Emenda nº ES-28380-4, supressiva de expressões do inciso XXI, art. 20 do Substitutivo nº 2; autor: Farabulini Júnior; encaminhamento: favorável, de Gastone Righi, de José Tavares e do Relator-Adjunto José Fogaça; resultado: aprovado, com 65 votos favoráveis. Às quinze horas e vinte minutos, deixou a Presidência dos trabalhos o 3º Vice-Presidente Jarbas Passarinho, assumindo-a o 4º Vice-Presidente Fernando Henrique Cardoso; **221ª votação:** Destaque nº 4242-87, que suprime o inciso XXIV, art. 20 do Substitutivo nº 2; autor: Gabriel Guerreiro; encaminhamento: favorável, do autor, e contrário de Ademir Andrade; resultado: rejeitado, com 62 votos contrários, 15 favoráveis e 01 abstenção; **222ª votação:** Destaque nº 8355-87, supressivo do parágrafo único do art. 20 do Substitutivo nº 2; autor: Paes Landim; encaminhamento: favorável, do autor, e contrário de Antônio Britto; resultado: rejeitado, com 63 votos contrários e 08 favoráveis; **223ª votação:** Destaque nº 3.155-87 – Emenda nº ES-22697-5, aditiva do inciso XXIV ao art. 20 do Substitutivo nº 2; autor: Lezio Sathler; encaminhamento: favorável, de Egídio Ferreira Lima, e contrário de Bocayuva Cunha; resultado: prejudicado, por falta de **quorum** qualificado, com 45 votos contrários e 18 favoráveis; **224ª votação:** Destaque nº 1888-87 – Emenda nº 1P-17247-1, aditiva do inciso XI ao art. 20 do Substitutivo nº 2; autor: Luiz Inácio Lula da Silva; encaminhamento: favorável, de José Genoíno; resultado: prejudicado, por falta de **quorum** qualificado, com 34 votos contrários, 27 favoráveis e 03 abstenções. Às dezessete horas e oito minutos, deixou a Presidência dos trabalhos o 4º Vice-Presidente Fernando Henrique Cardoso, assumindo-a o 1º Vice-Presidente Aluizio Campos; **225ª votação:** Destaque nº 5122-87, modificativo do inciso XX, art. 21 do Substitutivo nº 2; autor: Celso Dourado; encaminhamento: favorável, do autor e de Oswaldo Lima Filho, e contrário de Antônio Britto, Gastone Righi e do Relator Bernardo Cabral; resultado: rejeitado, com 49 votos contrários, 22 favoráveis e 01 abstenção. Às dezoito horas e doze minutos, deixou a Presidência dos trabalhos o 1º Vice-Presidente Aluizio Campos, assumindo-a o 4º Vice-Presidente Fernando Henrique Cardoso; **226ª votação:** Destaque nº 4254-87, do Senhor Manoel Moreira – Emenda nº ES-23866-3, aditiva de inciso ao art. 21 do Substitutivo nº 2; autor: Nilson Gibson; encaminhamento: favorável, do autor e do Relator-Adjunto José Fogaça; resultado: aprovado, com 55 votos favoráveis, 17 contrários e 01 abstenção; **227ª votação:** Destaque nº 4256-87, do Senhor Manoel Moreira – Emenda nº ES-23860-4, aditiva de inciso ao art. 21 do Substitutivo nº 2; autor: Nilson Gibson; encaminhamento: favorável, de Manoel



Moreira, de Gerson Peres e do Relator-Adjunto José Fogaça, e contrário de Virgildásio de Senna; resultado: prejudicado, por falta de **quorum** qualificado, com 46 votos favoráveis, 24 contrários e 02 abstenções; **228ª votação:** Destaque nº 6872-87 – Emenda nº ES-34529-0, modificativo do parágrafo único, art. 21 do Substitutivo nº 2; autor: Fernando Henrique Cardoso; encaminhamento: favorável, de Nelson Jobim e do Relator-Adjunto José Fogaça; resultado: aprovado, com 57 votos favoráveis, 09 contrários e 03 abstenções; **229ª votação:** Destaque nº 3251-87 – Emenda nº ES-22352-6, aditiva de parágrafo ao art. 22 do Substitutivo nº 2; autor: Eraldo Tinoco; encaminhamento: favorável, do autor, e contrário de Nelson Jobim e do Relator Bernardo Cabral; resultado: rejeitado, com 50 votos contrários, 28 favoráveis e 03 abstenções. Às dezenove horas e cinquenta minutos, deixou a Presidência dos trabalhos o 4º Vice-Presidente Fernando Henrique Cardoso, assumindo-a o 3º Vice-Presidente Jarbas Passarinho; **230ª votação:** Destaque nº 6502-87, supressiva do inciso XI, art. 23 do Substitutivo nº 2; autor: Aluizio Campos; encaminhamento: favorável, do autor e de Vivaldo Barbosa, e contrário de Nelson Jobim; resultado: rejeitado, com 63 votos contrários e 09 favoráveis. Às vinte horas e trinta minutos, o 3º Vice-Presidente Jarbas Passarinho suspendeu os trabalhos, antes convocando sua continuação para o dia seguinte, vinte e quatro de outubro de mil novecentos e oitenta e sete, às nove horas. Às nove horas e vinte e oito minutos do dia vinte e quatro de outubro de mil novecentos e oitenta e sete, havendo número regimental, o 1º Vice-Presidente Aluizio Campos declarou reaberta a reunião, para continuação da votação do Título III (Destakes) do Projeto de Constituição. Em seguida, atendendo à ponderações feitas pelo Constituinte Adylson Motta, no sentido de aguardar mais algum tempo para que se evitasse a prejudicialidade das matérias a serem votadas, diante do **quorum** insuficiente, o Presidente Aluizio Campos suspendeu os trabalhos, reabrindo-os às nove horas e quarenta minutos; **231ª votação:** Destaque nº 3662-87 – Emenda nº ES-33635-5, aditiva de inciso ao art. 23, Título III, do Substitutivo nº 2; autor: Oswaldo Lima Filho; encaminhamento: favorável, do autor, de Siqueira Campos e do Relator Bernardo Cabral; resultado: aprovado, com 59 votos favoráveis e 04 contrários; **232ª votação:** Destaque nº 6174-87 – Emenda nº ES-23712-8, aditiva de inciso ao art. 23 do Substitutivo nº 2; autor: Adylson Motta; encaminhamento: favorável, do autor e do Relator-Adjunto José Fogaça; resultado: aprovado, com 57 votos favoráveis, 07 contrários e 04 abstenções. Às dez horas e dezoito minutos, deixou a Presidência dos trabalhos o 1º Vice-Presidente Aluizio Campos, assumindo-a o 3º Vice-Presidente Jarbas Passarinho; **233ª votação:** Destaque nº 5856-87, substitutivo do parágrafo único, art. 23 do Substitutivo nº 2; autor: Jutahy Júnior; encaminhamento: favorável, de Nelson Jobim e do Relator-Adjunto José Fogaça; resultado: aprovado, com 66 votos favoráveis e 08 contrários. Com a palavra, pela ordem, o Constituinte Bonifácio de Andrada apresentou requerimento solicitando que os arts. 24, 25 e 26 do Substitutivo nº 2, fossem votados após a apreciação do art. 43 seguinte, que foi aprovado, em votação simbólica. Falando, em seguida, o Constituinte Siqueira Campos solicitou ao 3º Vice-Presidente Jarbas Passarinho que acolhesse proposta sua de voto de regozijo pelo transcurso, na data do 54ª aniversário de Goiânia, e manifestando solidariedade às vítimas e familiares destas, atingidas pela radiação provocada por cápsula de césio-137, no que foi acatado, como declaração pessoal que contava com o apoio de todos os parlamentares e o louvor da Presidência da Comissão; **234ª votação:** Destaque nº 6340-87 – Emenda nº ES-22019-5, dando nova redação ao art. 29, § 3º, do Substitutivo nº 2; autor: Bonifácio de Andrada; encaminhamento: favorável, do autor e de Egidio Ferreira Lima, e contrário de Ademir Andrade, Gerson Peres e do Relator Bernardo Cabral; resultado: aprovado, com

59 votos favoráveis, 23 contrários e 02 abstenções. Às doze horas e doze minutos, deixou a Presidência dos trabalhos o 3º Vice-Presidente Jarbas Passarinho, assumindo-a o 4º Vice-Presidente Fernando Henrique Cardoso; **235ª votação:** Destaque nº 7744-87, supressivo de expressão do art. 30 do Substitutivo nº 2; autor: Gastone Righi; encaminhamento: favorável, de Joaquim Beviláqua, e contrário de Antônio Britto e do Relator-Adjunto José Fogaça; resultado: rejeitado, com 55 votos contrários, 19 favoráveis e 02 abstenções; **236ª votação:** Destaque nº 7065-87, do Sr. Nelson Jobim – Emenda nº ES-32519-1, aditiva de artigo ao Capítulo III, Título III, do Substitutivo nº 2; autor: Antônio Perosa; encaminhamento: favorável, de Pimenta da Veiga, e contrário de Marcondes Gadelha; resultado: prejudicado, por falta de **quorum** qualificado, com 41 votos favoráveis, 28 contrários e 01 abstenção; **237ª votação:** Destaque nº 4808-87; restabelecendo a redação do art. 37, inciso V, do Substitutivo nº 1; autor: Fernando Gasparian; encaminhamento: favorável, do autor e do Relator Bernardo Cabral; resultado: aprovado, com 59 votos favoráveis, 10 contrários e 02 abstenções. Às treze horas e quinze minutos, o 4º Vice-Presidente Fernando Henrique Cardoso suspendeu os trabalhos, antes convocando sua continuação às quatorze horas e trinta minutos do dia vinte e seis de outubro de mil novecentos e oitenta e sete. Às quatorze horas e quarenta e seis minutos do dia vinte e seis de outubro de mil novecentos e oitenta e sete, havendo número regimental, o 3º Vice-Presidente Jarbas Passarinho declarou reaberta a reunião, para dar continuidade à votação do Título III do Projeto de Constituição, tendo passado a Presidência dos trabalhos ao 2º Vice-Presidente Brandão Monteiro; **238ª votação:** Destaque nº 6506-87, supressivo de expressão do art. 32, **caput**, do Substitutivo nº 2; autor: Aluizio Campos; encaminhamento: favorável, do autor, e contrário de Aloysio Chaves e do Relator-Adjunto Adolfo Oliveira; resultado: rejeitado, com 76 votos contrários e 13 favoráveis; **239ª votação:** Destaque nº 4989-87 – Emenda nº ES-22553-7, modificativa do art. 32, **caput**, do Substitutivo nº 2; autor: Jamil Haddad; encaminhamento: favorável, do autor, e contrário de Aloysio Chaves; resultado: rejeitado, com 56 votos contrários, 24 favoráveis e 01 abstenção; **240ª votação:** Destaque nº 6697-87 – Emenda nº ES-30454-2, aditiva de inciso ao artigo 32 do Substitutivo nº 2; autor: Vasco Alves; encaminhamento: favorável, de Paulo Ramos, e contrário de Chagas Rodrigues; resultado: rejeitado, com 55 votos contrários e 29 favoráveis; **241ª votação:** Destaque nº 0845-87 – Emenda nº ES-27580-1, modificativa do art. 33, do Substitutivo nº 2; autor: Haroldo Lima e outros; encaminhamento: favorável, do autor, e contrário do Relator Bernardo Cabral; resultado: rejeitado, com 65 votos contrários e 24 favoráveis; **242ª votação:** Destaque nº 2791-87 – Emenda nº ES-22796-3, modificativa do art. 33, do Substitutivo nº 2; autor: Mozarildo Cavalcanti; encaminhamento: favorável, do autor; resultado: aprovado, com 52 votos favoráveis e 37 contrários. Às dezesseis horas e dezesseis minutos, deixou a Presidência dos trabalhos o 2º Vice-Presidente Brandão Monteiro, assumindo-a o 1º Vice-Presidente Aluizio Campos; **243ª votação:** Destaque nº 5359-87 – Emenda nº ES-21840-9, aditiva de parágrafo único ao art. 33, do Substitutivo nº 2; autor: Naphtali Alves de Souza; encaminhamento: favorável, de José Costa e do Relator-Adjunto José Fogaça, e contrário de Gerson Peres; resultado: aprovado, com 60 votos favoráveis e 26 contrários; **244ª votação:** Destaque nº 4195-87 – Emenda nº ES-23593-1, aditiva de expressão ao art. 32, do Substitutivo nº 2; autor: Octávio Elísio; encaminhamento: favorável, de Jorge Hage, e contrário de José Costa e do Relator-Adjunto José Fogaça; resultado: aprovado, com 48 votos favoráveis, 41 contrários e 01 abstenção. Às dezesseis horas e cinquenta e seis minutos, deixou a Presidência dos trabalhos o 1º Vice-Presidente Aluizio Cam-



pos, assumindo-a o 4º Vice-Presidente Fernando Henrique Cardoso; **245ª votação:** Destaque nº 7746-87, supressivo de expressão do art. 34, do Substitutivo nº 2; autor: Gastone Righi; encaminhamento: favorável, do autor e de Gerson Peres, e contrário de Egídio Ferreira Lima, Pimenta da Veiga e do Relator-Adjunto José Fogaça; resultado: rejeitado, com 58 votos contrários e 32 favoráveis; **246ª votação:** Destaque nº 5853-87 – Emenda nº ES-28066-0, modificativa do art. 34, do Substitutivo nº 2; autor: Jutahy Júnior; encaminhamento: favorável, do autor; resultado: rejeitado, com 47 votos contrários, 34 favoráveis e 03 abstenções. Às dezoito horas e quatro minutos, deixou a Presidência dos trabalhos o 4º Vice-Presidente Fernando Henrique Cardoso, assumindo-a o 3º Vice-Presidente Jarbas Passarinho; **247ª votação:** Destaque nº 5939-87, supressivo de expressão do inciso VII, art. 36, do Substitutivo nº 2; autor: Eduardo Jorge; encaminhamento: favorável, de Carlos Mosconi e do Relator Bernardo Cabral; resultado: aprovado com 71 votos favoráveis, 05 contrários e 01 abstenção; **248ª votação:** Destaque nº 1113-87 – Emenda nº 1P-09829-7, aditiva de inciso ao art. 36, do Substitutivo nº 2; autor: Vivaldo Barbosa; encaminhamento: favorável, do autor e de Oswaldo Lima Filho, e contrário de Egídio Ferreira Lima, Gastone Righi e do Relator Bernardo Cabral; resultado: rejeitado, com 64 votos contrários, 21 favoráveis e 01 abstenção. Com a palavra, em seguida, o 3º Vice-Presidente Jarbas Passarinho, comunicou ao Plenário que a Mesa da Comissão havia sido convocada pelo Presidente Ulysses Guimarães para uma reunião, no dia 27 subsequente, antevéspera do fim do prazo anteriormente estimado para a conclusão da votação que se realizava, tendo também dado conhecimento aos presentes do inteiro teor de documento que seria entregue, naquela oportunidade, ao Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, tecendo considerações sobre o trabalho do órgão e a necessidade de ser concluída plenamente a votação em andamento. Sobre o assunto falaram os Constituintes Egídio Ferreira Lima, Siqueira Campos, Artur da Távola, Joaci Goes, José Costa, Jamil Haddad e Vivaldo Barbosa, além do próprio Presidente Jarbas Passarinho; **249ª votação:** Destaque nº 1125-87 – Emenda nº 1P-07216-6, aditiva de inciso ao art. 32, do Substitutivo nº 2; autor: Vivaldo Barbosa; encaminhamento: favorável, do autor e de Plínio Arruda Sampaio, e contrário de Gerson Peres e Artur da Távola; resultado: rejeitado, com 48 votos contrários e 27 favoráveis. Às vinte horas e trinta e quatro minutos, o 3º Vice-Presidente Jarbas Passarinho suspendeu os trabalhos, antes convocando sua continuação para as nove horas, do dia trinta e um de outubro de mil novecentos e oitenta e sete. Às quatorze horas e cinquenta e oito minutos, do dia vinte e sete de outubro de mil novecentos e oitenta e sete, havendo número regimental, o 1º Vice-Presidente Aluizio Campos declarou reaberta a reunião, passando a Presidência dos trabalhos ao 3º Vice-Presidente Jarbas Passarinho; **250ª votação:** Destaque nº 2242-87 – Emenda nº ES-27065-6, aditiva ao art. 32, do Substitutivo nº 2; autora: Irma Passoni; encaminhamento: favorável, do Senhor Plínio Arruda Sampaio, e contrário de Gerson Peres; resultado: rejeitado, com 60 votos contrários, 26 favoráveis e 01 abstenção; **251ª votação:** Destaque nº 6044-87 – Emenda nº ES-28456-6, aditiva ao art. 32, do Substitutivo nº 2; autor: Arnaldo Prieto; encaminhamento: favorável, de Arnaldo Prieto e do Relator-Adjunto José Fogaça; resultado: aprovado, com 86 votos favoráveis e 6 contrários; **252ª votação:** Destaque nº 6698-87 – Emenda nº ES-30708-8 aditiva ao art. 32 do Substitutivo nº 2; autor: Vasco Alves; encaminhamento: favorável, do autor e do Relator-Adjunto José Fogaça; resultado: aprovado, com 47 votos favoráveis, 43 contrários e 02 abstenções; **253ª votação:** Destaque nº 5326-87, supressivo do § 3º, art. 37, do Substitutivo nº 2; autor: Virgildásio de Senna; encaminhamento: favorável, do autor, e contrário de Ademir Andrade e do Relator-Adjunto José Fogaça; resul-

tado: rejeitado, com 66 votos contrários, 23 favoráveis e 01 abstenção. Durante o pronunciamento do autor da proposição, deixou a Presidência dos trabalhos o 3º Vice-Presidente Jarbas Passarinho, assumindo-a o 4º Vice-Presidente Fernando Henrique Cardoso; **254ª votação:** Destaque nº 6809-87 – Emenda nº ES-24175-3, aditiva do art. ao Título III, Capítulo IV, do Substitutivo nº 2; autor: Alfredo Campos; encaminhamento: favorável, do autor, e contrário do Relator-Adjunto José Fogaça; resultado: rejeitado, com 72 votos contrários, 16 favoráveis e 02 abstenções; **255ª votação:** Destaque nº 7630-87 – Emenda nº 1P-9638-3, aditiva de artigo ao Título III. Capítulo IV, Seção Única, do Substitutivo nº 2; autor: Paulo Macarini; encaminhamento: favorável, do autor, e contrário de Michel Temer e do Relator-Adjunto José Fogaça; resultado: aprovado, com 55 votos favoráveis e 39 contrários; **256ª votação:** Destaque nº 4809-87 do Senhor Fernando Gasparian – Emenda nº ES-34994-5, substitutiva do art. 38, **caput**, do Substitutivo nº 2; autor: Cid Carvalho; encaminhamento: favorável, do autor e do Relator Bernardo Cabral, e contrário de Sigmaringa Seixas e outros; resultado: rejeitado com 83 votos contrários, 08 favoráveis e 02 abstenções; **257ª votação:** Destaque nº 0739-87 – Emenda nº ES-27302-87, modificativa do art. 38, § 1º, do Substitutivo nº 2; autor: Sigmaringa Seixas; encaminhamento: favorável, de Michel Temer e do Relator Bernardo Cabral; resultado: aprovado com 82 votos favoráveis e 04 contrários; **258ª votação:** Destaque nº 7225/87, do Senhor José Richa, supressivo de expressões dos arts. 24, 25 e incisos, do Substitutivo nº 2; encaminhamento: favorável, do Relator Bernardo Cabral; resultado: aprovado, com 85 votos favoráveis e 05 contrários. Às dezenove horas e sete minutos, deixou a Presidência dos trabalhos o 4º Vice-Presidente Fernando Henrique Cardoso, assumindo-a o 3º Vice-Presidente Jarbas Passarinho; **259ª votação:** Destaque nº 3767-87 – Emenda nº ES-27504-6, aditiva de art. ao Título III, Capítulo VII, Seção II, do Substitutivo nº 2; autor: Geraldo Alckmin Filho; encaminhamento: favorável, de Octávio Elísio; resultado: aprovado, com 88 votos favoráveis e 03 contrários; **260ª votação:** Destaque nº 4226-87, substitutivo do art. 47, do Substitutivo nº 2; autor: Miro Teixeira; encaminhamento: favorável, do autor e de Adylson Motta, e contrário de José Serra e do Relator-Adjunto Antônio Carlos Konder Reis; resultado: prejudicado, por falta de **quorum** qualificado, com 46 votos favoráveis e 26 contrários; **261ª votação:** Destaque nº 4221-87, substitutivo do parágrafo único, art. 47, do Substitutivo nº 2; autor: Miro Teixeira; encaminhamento: favorável, do autor, e contrário de José Serra; resultado: aprovado, com 55 votos favoráveis, 10 contrários e 01 abstenção; **262ª votação:** Destaque nº 3796-87, substitutivo do § 5º, art. 43, do Substitutivo nº 2; autor: Luiz Inácio Lula da Silva; encaminhamento: favorável, do autor; resultado: aprovado, com 61 votos favoráveis, 03 contrários e 02 abstenções. Às vinte e uma horas e trinta e dois minutos, o 3º Vice-Presidente Jarbas Passarinho suspendeu os trabalhos, antes convocando sua continuação para as quatorze horas e trinta minutos, do dia vinte e oito de outubro de mil novecentos e oitenta e sete, no mesmo local. Às quatorze horas e cinquenta minutos, do dia vinte e oito de outubro de mil novecentos e oitenta e sete, havendo número regimental, o 4º Vice-Presidente Fernando Henrique Cardoso declarou reaberta a reunião; **263ª votação:** Destaque nº 5799-87 – Emenda nº ES-21242-7, aditiva de inciso ao art. 44, do Substitutivo nº 2; autor: César Maia; encaminhamento: favorável, do autor e do Relator-Adjunto José Fogaça; resultado: aprovado, com 54 votos favoráveis e 02 abstenções; **264ª votação:** Destaque nº 4380/87 – Emenda nº ES-34.343-2, modificativa do art. 43, do Substitutivo nº 2; autor: Ademir Andrade; encaminhamento: favorável, do autor, e contrário de Roberto Freire, Nelson Carneiro e do Relator-Adjunto José Fogaça; resultado: rejeitado, com 59 votos contrários, 14 favoráveis

e 02 abstenções; **265ª votação:** Destaque nº 3513-87, supressivo do inciso III, art. 40, do Substitutivo nº 2; autor: Eduardo Bonfim; encaminhamento: favorável, do autor, e contrário do Relator-Adjunto Adolfo Oliveira; resultado: rejeitado, com 53 votos contrários e 25 favoráveis; **266ª votação:** Destaque nº 2376/87 – Emenda nº 1P-15486-3 aditiva de art. ao Capítulo VIII, Título IV, do Projeto de Constituição; autor: Luiz Gushiken; encaminhamento: favorável, de Plínio Arruda Sampaio, e contrário de Gerson Peres e do Relator-Adjunto José Fogaça; resultado: prejudicado, por falta de **quorum** qualificado, com 46 votos contrários e 34 favoráveis; **267ª votação:** Destaque nº 4127-87 – Emenda nº ES-23987-2, aditiva de inciso ao art. 44, do Substitutivo nº 2; autor: Francisco Pinto; encaminhamento: favorável, de José Maria Eymael, e contrário de Oscar Corrêa e do Relator-Adjunto Adolfo Oliveira; resultado: prejudicado, por falta de **quorum** qualificado, com 46 votos contrários, 43 favoráveis e 01 abstenção. A Presidência dos trabalhos passou a ser exercida pelo 3º Vice-Presidente Jarbas Passarinho, em substituição ao 4º Vice-Presidente Fernando Henrique Cardoso; **268ª votação:** Destaque nº 7830-87 – Emenda ES-24177-4, supressiva do inciso III, art. 41, do Substitutivo nº 2; autor: José Serra; encaminhamento: favorável, do autor, e contrário de Celso Dourado e do Relator-Adjunto José Fogaça; resultado: rejeitado, com 58 votos contrários, 30 favoráveis e 01 abstenção; **269ª votação:** Destaque nº 5946/87, supressiva do § 2º, art. 24, do Substitutivo nº 2; autor: Virgílio Guimarães; encaminhamento: favorável, do autor; resultado: aprovado, com 75 votos favoráveis e 07 contrários; **270ª votação:** Destaque nº 6434-87, do Senhor Geraldo Campos – Emenda nº ES-28296-4, aditiva de art. ao Capítulo VIII, Título IV, do Substitutivo nº 1 (Capítulo VII, Título III, do Substitutivo nº 2); autor: Arnaldo Faria de Sá; encaminhamento: favorável, de Geraldo Campos, e contrário de Gerson Peres e do Relator-Adjunto Adolfo Oliveira; resultado: rejeitado, com 52 votos contrários e 26 favoráveis; **271ª votação:** Destaque nº 4246-87 – Emenda nº ES-22775-1, aditiva de art. à Seção II, Capítulo VIII, Título IV, do Substitutivo nº 1 (Seção II, Capítulo VII, Título III, do Substitutivo nº 2); autor: Jalles Fontoura; encaminhamento: favorável, do autor, e contrário de Nelson Carneiro e do Relator Bernardo Cabral; resultado: rejeitado, com 47 votos contrários e 24 favoráveis; **272ª votação:** Destaque nº 4817-87, do Senhor Antoniocarlos Mendes Thame – Emenda nº 1P-06354-0, aditiva de parágrafo único ao art. 89, do Projeto de Constituição (art. 47, **caput**, do Substitutivo nº 2); autor: Horácio Ferraz; encaminhamento: favorável, de Antoniocarlos Mendes Thame, e contrário de José Serra; resultado: aprovado com 69 votos favoráveis, 16 contrários e 03 abstenções; **273ª votação:** Destaque nº 3876-87 – Emenda nº ES-26044-8, aditiva de parágrafo único ao art. 61, do Substitutivo nº 1 (art. 63, § 6º, do Substitutivo nº 2); autor: Gastone Righi; encaminhamento: favorável, do autor, e contrário do Relator-Adjunto Antôniocarlos Konder Reis; resultado: rejeitado, com 55 votos contrários e 34 favoráveis; **274ª votação:** Destaque nº 7959-87 – Emenda nº ES-28876-8, aditiva do § 1º do art. 27, do Substitutivo nº 1; autor: Paulo Ramos; encaminhamento: favorável, do autor e do Relator Bernardo Cabral; resultado: aprovado, com 86 votos favoráveis; **275ª votação:** Destaque nº 3912-87 – Emenda nº 25785-4, aditiva de art. ao Título IV, Capítulo VIII, Seção I, do Substitutivo nº 1 (Título III, Capítulo VII, Seção I, do Substitutivo nº 2); autor: Gastone Righi; encaminhamento: favorável, do autor e do Relator Bernardo Cabral, e contrário de Oswaldo Lima Filho; resultado: aprovado, com 82 votos favoráveis e 08 contrários; **276ª votação:** Destaque nº 7567-87 – Emenda nº ES-24686-1, substitutiva do art. 70, do Substitutivo nº 1; autor: Darcy Pozza; encaminhamento: favorável, do autor, e contrário do Relator-Adjunto José Fogaça. Durante a chamada no-

minal para a votação, assumiu a Presidência dos trabalhos o 4º Vice-Presidente Fernando Henrique Cardoso, substituindo o 3º Vice-Presidente Jarbas Passarinho que proclamou o resultado da votação: rejeitado, com 54 votos contrários, 30 favoráveis e 01 abstenção; **277ª votação:** Destaque nº 6218-87, supressivo das expressões "salvo na hipótese de rescisão do contrato de trabalho", art. 43, do Substitutivo nº 2; autor: Jorge Hage; encaminhamento: favorável, do autor e do Relator-Adjunto José Fogaça; resultado: aprovado, com 66 votos favoráveis, 16 contrários e 02 abstenções; **278ª votação:** Destaque nº 6219-87, supressivo das expressões "após dois anos de efetivo exercício" art. 44, do Substitutivo nº 2; autor: Jorge Hage; encaminhamentos: favorável, do autor, e contrário do Relator-Adjunto José Fogaça; resultado: rejeitado, com 50 votos contrários, 26 favoráveis e 02 abstenções; **279ª votação:** Destaque nº 6165-87 – Emenda nº 30619-7, supressiva do art. 45, § 1º, do Substitutivo nº 2; autor: Adylson Motta; encaminhamento: favorável, do autor, e contrário do Relator Bernardo Cabral; resultado: rejeitado, com 54 votos contrários e 26 favoráveis; **280ª votação:** Destaque nº 3684-87 – Emenda nº ES-28136-4, aditiva do § 7º ao art. 72, do Substitutivo nº 1; autor: Arnaldo Faria de Sá; encaminhamento: favorável, do Relator Bernardo Cabral; resultado: aprovado, com 71 votos favoráveis, 08 contrários e 02 abstenções; **281ª votação:** Destaque nº 3702-87, supressiva das expressões "ou do vereador", do inciso II, art. 48, do Substitutivo nº 2; autor: José Geraldo; encaminhamento: favorável, do Relator Bernardo Cabral; resultado: aprovado, com 82 votos favoráveis, 02 contrários e 01 abstenção; **282ª votação:** Redação Final do Preâmbulo e dos Títulos I e II, do Substitutivo nº 2, ao Projeto de Constituição do Relator Bernardo Cabral; resultado: aprovado, com 84 votos favoráveis, 01 contrário e 02 abstenções; **283ª votação:** Título IV, do Substitutivo nº 2, ao Projeto de Constituição do Relator Bernardo Cabral, ressalvados os destaques; resultado: aprovado, com 76 votos favoráveis, 07 contrários e 01 abstenção; **284ª votação:** Título V, do Substitutivo nº 2, ao Projeto de Constituição do Relator Bernardo Cabral, ressalvados os destaques; resultado: aprovado, com 75 votos favoráveis e 04 contrários; **285ª votação:** Título VI, do Substitutivo nº 2, ao Projeto de Constituição do Relator Bernardo Cabral, ressalvados os destaques; resultado: aprovado, com 75 votos favoráveis e 01 contrário; **286ª votação:** Título VII, do Substitutivo nº 2, ao Projeto de Constituição do Relator Bernardo Cabral, ressalvados os destaques; resultado: aprovado, com 72 votos favoráveis e 02 contrários; **287ª votação:** Título VIII, do Substitutivo nº 2, ao Projeto de Constituição do Relator Bernardo Cabral, ressalvados os destaques; resultado: aprovado, com 72 votos favoráveis; **288ª votação:** Título IX, do Substitutivo nº 2, ao Projeto de Constituição do Relator Bernardo Cabral, ressalvados os destaques; resultado: aprovado, com 68 votos favoráveis, 02 contrários e 01 abstenção. Os trabalhos foram suspensos às vinte e uma horas e cinquenta minutos, sendo convocada reunião para o dia vinte e nove de outubro de mil novecentos e oitenta e sete, às nove horas, no mesmo local. Às nove horas, do dia vinte e nove de outubro de mil novecentos e oitenta e sete, constatou-se a presença dos seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Adolfo Oliveira, Afonso Arinos, Alcení Guerra, Alfredo Campos, Almir Gabriel, Aloysio Chaves, Aluísio Campos, Antônio Britto, Antônio Farias, Antônio Carlos Konder Reis, Antoniocarlos Mendes Thame, Arnaldo Prieto, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Brandão Monteiro, Carlos Chiarelli, Carlos Mosconi, Carlos Sant'Anna, Celso Dourado, Christóvam Chiaradia, Cid Carvalho, Cristina Tavares, Darcy Pozza, Edme Tavares, Egidio Ferreira Lima, Eraldo Tinoco, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Gasparian, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Lyra, Francisco Benjamim,

Francisco Dornelles, Francisco Pinto, Francisco Rossi, Gastone Righi, Gerson Peres, Haroldo Lima, Haroldo Sabóia, Ibsen Pinheiro, Inocêncio Oliveira, Jamil Haddad, Jarbas Passarinho, João Calmon, João Herrmann Neto, Joaquim Beviláqua, José Fogaça, José Freire, José Geraldo, José Ignácio Ferreira, José Jorge, José Lins, José Lourenço, José Luiz Maia, José Maurício, José Paulo Bisol, José Richa, José Santana de Vasconcellos, José Serra, José Thomaz Nonô, José Ulisses de Oliveira, Luís Eduardo, Luiz Inácio Lula da Silva, Lysâneas Maciel, Manoel Moreira, Marcondes Gadelha, Mário Assad, Mário Lima, Milton Reis, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nilton Friedrich, Nilson Gibson, Oscar Corrêa, Osvaldo Coelho, Oswaldo Lima Filho, Paulo Pimentel, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Plínio Arruda Sampaio, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Ricardo Fiúza, Roberto Freire, Rodrigues Palma, Sandra Cavalcanti, Severo Gomes, Sigmaringa Seixas, Siqueira Campos, Theodoro Mendes, Virgildásio de Senna, Virgílio Távora, Wilson Martins, Adylson Motta, Aécio Neves, Afif Domingos, Aldo Arantes, Antonio Mariz, Beth Azize, Bocayuva Cunha, Bonifácio de Andrada, Chagas Rodrigues, Daso Coimbra, Délio Braz, Enoc Vieira, Euclides Scalco, Fernando Santana, Gilson Machado, Israel Pinheiro, Jesualdo Cavalcanti, João Agripino, João Menezes, João Natal, Jofran Frejat, Jonas Pinheiro, Jorge Hage, José Carlos Grecco, José Costa, José Genoíno, José Maranhão, José Maria Eymael, José Tavares, José Tinoco, Luiz Salomão, Manuel Viana, Márcio Braga, Marcos Lima, Michel Temer, Miro Teixeira, Mozarildo Cavalcanti, Nelson Wedekin, Octávio Elísio, Ottomar Pinto, Paes Landim, Ricardo Izar, Roberto Balestra, Roberto Brant, Rose de Freitas, Simão Sessim, Uldurico Pinto, Valmir Campelo, Vicente Bogo, Victor Faccioni, Vilson Souza e Ziza Valadares. Compareceram, ainda, os Senhores Constituintes não integrantes da Comissão: Paulo Delgado, Átila Lira, Florestan Fernandes, Luiz Alberto Rodrigues, Robson Marinho e Chico Humberto. Havendo número regimental, o 4º-Vice-Presidente Fernando Henrique Cardoso declarou reaberta a reunião, comunicando que, de acordo com as normas estabelecidas, foi recebido Requerimento de Preferência, assinado pelos vários líderes partidários, referente aos destaques apresentados ao **Título IV**, do Substitutivo nº 2; **289ª votação:** Destaque nº 5931-87, modificativo do art. 51, do Substitutivo nº 2; autor: Paulo Delgado; encaminhamento: favorável, do autor e de Lysâneas Maciel, e contrário de José Fogaça e Nelson Carneiro; resultado: rejeitado, com 62 votos contrários, 17 favoráveis e 02 abstenções; **290ª votação:** Destaque nº 1383-87 – Emenda nº ES-23262-2, substitutiva de expressões do art. 60, do Substitutivo nº 2; autor: Nelson Carneiro; encaminhamento: favorável, do autor; resultado: aprovado, com 76 votos favoráveis e 01 contrário. Às doze horas e dezoito minutos, deixou a Presidência dos trabalhos o 4º-Vice-Presidente Fernando Henrique Cardoso, assumindo-a o 3º-Vice-Presidente Jarbas Passarinho; **291ª votação:** Destaque nº 0464-87 – Emenda nº 1P-05445-1, modificativa dos arts. 55 e 252, do Substitutivo nº 2; autor: Florestan Fernandes; encaminhamento favorável, do autor e de Brandão Monteiro, e contrário de Artur da Távola e do Relator Bernardo Cabral; resultado: rejeitado, com 56 votos contrários, 25 favoráveis e 01 abstenção. Às treze horas e dez minutos, o Presidente Jarbas Passarinho suspendeu os trabalhos, antes convocando sua continuação para as quinze horas, do dia vinte e nove de outubro de mil novecentos e oitenta e sete. Às quinze horas e trinta e oito minutos, do dia vinte e nove de outubro de mil novecentos e oitenta e sete, havendo número regimental, o 4º-Vice-Presidente Fernando Henrique Cardoso declarou reaberta a reunião; **292ª votação:** Destaque nº 7727-87, supressivo do inciso XVI, art. 55, do Substitutivo nº 2; autor: José Maria Eymael; encaminhamento: favorável, do autor, de Brandão Monteiro e do Relator-Adjunto José Fogaça; resultado: aprovado, com 76 votos favoráveis e 05 contrários; **293ª votação:** Destaque

nº 2455-87 – Emenda nº ES-33192-2, modificativa do item XIV, art. 55, do Substitutivo nº 2; autor: Adhemar de Barros Filho; encaminhamento: favorável, do autor, e contrário de José Jorge e do Relator-Adjunto José Fogaça; resultado: rejeitado, com 78 votos contrários e 15 favoráveis; **294ª votação:** Destaque nº 2433-87 – Emenda nº ES-22549-0, aditiva de inciso ao art. 55 do Substitutivo nº 2; autor: Nilson Gibson; encaminhamento: favorável, da autor, contraditado por Severo Gomes; resultado: rejeitado, com 70 votos contrários, 16 favoráveis e 04 abstenções; **295ª votação:** Destaque nº 3881-87 – Emenda nº ES-26051-1, substitutiva de parágrafos e de expressões nos arts. 55, 61, 120, 123 e 141, do Substitutivo nº 2; autor: Gastone Righi; encaminhamento: favorável, do autor e de Francisco Benjamim, e contrário de Nelson Carneiro, José Jorge e do Relator-Adjunto José Fogaça; resultado: rejeitado, com 69 votos contrários e 23 favoráveis; **296ª votação:** Destaque nº 7723-87, supressivo do parágrafo único, art. 57, do Substitutivo nº 2; autor: José Maria Eymael; encaminhamento: favorável, do autor; resultado: aprovado, com 83 votos favoráveis, 08 contrários e 01 abstenção; **297ª votação:** Destaque nº 4021-87 – Emenda nº ES-22749-1, modificativa do inciso III, alínea d, art. 61, do Substitutivo nº 2; autor: José Jorge; encaminhamento: favorável, do autor, de Oswaldo Lima Filho e do Relator Bernardo Cabral; resultado: aprovado, com 76 votos favoráveis e 12 contrários; **298ª votação:** Destaque nº 4023-87 – Emenda nº ES-22752-1, modificativa do art. 59, do Substitutivo nº 2; autor: José Jorge; encaminhamento: favorável, do autor e de Oswaldo Lima Filho, e contrário de Adylson Motta e Theodoro Mendes; resultado: aprovado, com 60 votos favoráveis, 25 contrários e 01 abstenção. Às dezoito horas e doze minutos, deixou a Presidência dos trabalhos o Constituinte Aluizio Campos, assumindo-a o 3º-Vice-Presidente Jarbas Passarinho; **299ª votação:** Destaque nº 6354-87, supressivo de expressão do art. 62, do Substitutivo nº 2; autor: Bonifácio de Andrada; encaminhamento: favorável, do autor e de Aluizio Campos, e contrário de Pimenta da Veiga, Lysâneas Maciel e do Relator-Adjunto José Fogaça; resultado: rejeitado, com 51 votos contrários, 39 favoráveis e 01 abstenção; **300ª votação:** Destaque nº 4027-87 – Emenda nº ES-22757-2, modificativa de inciso do art. 65, do Substitutivo nº 2; autor: José Jorge; encaminhamento: favorável, de José Thomaz Nonô e do Relator-Adjunto Antônio Carlos Konder Reis, e contrário de Milton Reis e Egídio Ferreira Lima; resultado: aprovado, com 69 votos favoráveis, 18 contrários e 02 abstenções; **301ª votação:** Destaque nº 0085-87 – Emenda nº ES-24775-1, modificativa do inciso II, § 4º, art. 70, do Substitutivo nº 2; autor: Cunha Bueno; encaminhamento: favorável, do autor e de Milton Reis; resultado: aprovado, com 72 votos favoráveis, 17 contrários e 01 abstenção; **302ª votação:** Destaque nº 7060-87, do Senhor Nelson Jobim – Emenda nº 1P-20705-3, aditiva de parágrafo ao art. 71, do Substitutivo nº 2; autor: José Rocha Sobrinho e outros (Emenda Popular); encaminhamento: favorável, de Antônio Mariz, e contrário de Gerson Peres e do Relator-Adjunto Antônio Carlos Konder Reis; resultado: prejudicado por falta de **quorum** qualificado, com 44 votos contrários e 39 favoráveis; **303ª votação:** Destaque nº 7059-87, do Sr. Nelson Jobim – Emenda nº 1P-20705-3 substitutivo do § 3º, art. 7º, do Substitutivo nº 2; autor: José Rocha Sobrinho e outros (Emenda Popular); encaminhamento: favorável, de Plínio Arruda Sampaio e de Cristina Tavares, e contrário de Marcondes Gadelha, Gerson Peres e do Relator-Adjunto José Fogaça; resultado: rejeitado, com 54 votos contrários, 29 favoráveis e 01 abstenção; **304ª votação:** Destaque nº 0854-87, do Senhor Haroldo Lima – Emenda nº ES-27324-8, supressiva do art. 72 do Substitutivo nº 2; autor: Eduardo Bonfim e outros; encaminhamento: favorável, de Haroldo Lima e Adylson Motta, e contrário de Egídio Ferreira Lima, Nelson Jobim e do Relator-

Adjunto Adolfo Oliveira; resultado: rejeitado, com 68 votos contrários e 11 favoráveis; **305ª votação:** Destaque nº 3144-87 – Emenda nº ES-24522-8, modificativa do **caput**, art. 85, do Substitutivo nº 2; autor: José Maurício; encaminhamento: favorável, do autor, contratado por Adylson Motta e pelo Relator-Adjunto Antônio Carlos Konder Reis; resultado: rejeitado, com 63 votos contrários e 06 favoráveis; **306ª votação:** Redação Final do Título III, do Substitutivo nº 2; resultado: aprovado, com 53 votos favoráveis, 04 contrários e 08 abstenções. Às vinte e duas horas e quatro minutos, o Presidente Fernando Henrique Cardoso encerrou os trabalhos, antes convocando sua continuação para as nove horas, do dia trinta de outubro de mil novecentos e oitenta e sete. Às nove horas e dezessete minutos, do dia trinta de outubro de mil novecentos e oitenta e sete, havendo número regimental, o 1º-Vice-Presidente Aluizio Campos declarou reaberta a reunião, suspendendo-a, em seguida, a fim de possibilitar fossem ultimados entendimentos que se realizavam entre as Lideranças Partidárias, quanto às Preferências a serem votadas. Reaberta a reunião às dez horas e oito minutos, sob a Presidência do titular Afonso Arinos, deu-se prosseguimento à votação dos destaques referentes ao Título III, do Substitutivo nº 2; **307ª votação:** Requerimento de Preferência para votação do Destaque nº 0161-87 – Emenda nº ES-3305-0, modificativa da Seção I, Capítulo IV, Título IV, do Substitutivo nº 2; resultado: aprovado, com 58 votos favoráveis, 05 contrários e 01 abstenção. Às dez horas e quarenta e oito minutos, deixou a Presidência o titular Afonso Arinos, assumindo-a o 1º-Vice-Presidente Aluizio Campos, que foi substituído pelo 3º-Vice-Presidente Jarbas Passarinho, às onze horas e seis minutos; **308ª votação:** Destaque nº 0161-87 – Emenda nº ES-33025-0, modificativa da Seção I, Capítulo II, Título IV, do Substitutivo nº 2; autor: Vivaldo Barbosa; encaminhamento: favorável, do autor e de Carlos Sant’Anna, e contrário de Afonso Arinos e Nelson Carneiro; resultado: rejeitado, com 57 votos contrários e 36 favoráveis; **309ª votação:** Destaque nº 0568-87 – Emenda nº ES-32019-0, substitutiva das Seções do Capítulo II, Título IV, do Substitutivo nº 2; autor: Brandão Monteiro; encaminhamento: favorável, do autor e de Luiz Inácio Lula da Silva, e contrário de Roberto Freire e do Relator Bernardo Cabral; resultado: rejeitado, com 61 votos contrários, 11 favoráveis e 16 abstenções. Às treze horas e trinta e dois minutos, o 3º-Vice-Presidente Jarbas Passarinho suspendeu os trabalhos, antes convocando sua continuação para as quinze horas e trinta minutos, do mesmo dia. Às quatorze horas e trinta minutos, do dia trinta de outubro de mil novecentos e oitenta e sete, havendo número regimental, o 1º-Vice-Presidente Aluizio Campos declarou reaberta a reunião; **310ª votação:** Destaque nº 7331-87 – Emenda nº ES-26907-1, modificativa do § 2º art. 87, do Substitutivo nº 2; autores: Nelson Carneiro e Luiz Inácio Lula da Silva; encaminhamento: favorável, de Marcondes Gadelha, Gerson Peres e do Relator Bernardo Cabral, e contrário de Paes Landim e José Genoíno; resultado: aprovado, com 86 votos favoráveis, 03 contrários e 03 abstenções; **311ª votação:** Destaque nº 5405-87 – Emenda nº ES-33038-1, modificativa do art. 87, do Substitutivo nº 2; autores: Carlos Chiarelli e Arnaldo Prieto; encaminhamento: favorável, do autor e do Relator Bernardo Cabral; resultado: aprovado, com 67 votos favoráveis, 14 contrários e 06 abstenções. Às dezesseis horas e trinta minutos, ao final da votação do destaque, o 4º-Vice-Presidente Fernando Henrique Cardoso informou ao plenário que acabava de tomar posse no cargo de Ministro de Estado da Educação o Senador Constituinte Hugo Napoleão (PFL-PI), companheiro de Comissão; **312ª votação:** Destaque nº 7330-87 – Emenda nº ES-26907-1, substitutiva do art. 89, do Substitutivo nº 2; autor: Nelson Carneiro; encaminhamento: favorável, de Artur da Távola e Gastone Righi, e

contrário de José Genoíno e Nelson Wedekin; resultado: aprovado, com 63 votos favoráveis, 29 contrários e 01 abstenção; **313ª votação:** Destaque nº 7329-87 – Emenda nº ES-26907-1, substitutiva do art. 90 do substitutivo nº 2; autor: Nelson Carneiro; encaminhamento: favorável, do autor e contrário de José Lourenço; resultado: aprovado, com 86 votos favoráveis e 03 contrários; **314ª votação:** Destaque nº 7328-87 – Emenda nº ES-26907-1, substitutiva do art. 91, incisos I a XIX e XXII a XXV, do Substitutivo nº 2; autor: Nelson Carneiro; encaminhamento: favorável, de José Serra e Oswaldo Lima Filho, e contrário de José Genoíno e Ademir Andrade; resultado: aprovado, com 70 votos favoráveis, 10 contrários e 02 abstenções; **315ª votação:** Destaque nº 7328-87 – Emenda nº ES-26907-1, substitutiva do art. 92, do Substitutivo nº 2; autor: Nelson Carneiro; resultado: aprovado, com 73 votos favoráveis, 04 contrários e 04 abstenções; **316ª votação:** Destaque nº 4790-87 – Emenda nº ES-32941-3, substitutiva das Seções I e III, Capítulo II, Título IV, do Substitutivo nº 2; autor: Egídio Ferreira Lima; encaminhamento: favorável, do autor e de Virgildásio de Senna, e contrário de José Genoíno, Paes Landim e do Relator Bernardo Cabral; resultado: rejeitado, com 82 votos contrários, 10 favoráveis e 01 abstenção; **317ª votação:** Destaques nºs 4805-87, 4806-87 e 4807-87, supressivos dos §§ 1º, 2º e 3º, art. 96, do Substitutivo nº 2; autor: Egídio Ferreira Lima; encaminhamento: favorável, do autor e de José Genoíno, e contrário de Virgílio Távora, Ottomar Pinto e do Relator-Adjunto Adolfo Oliveira; resultado: rejeitados, com 60 votos contrários, 19 favoráveis e 01 abstenção. Às vinte e uma horas e oito minutos, o 3º-Vice-Presidente Jarbas Passarinho encerrou os trabalhos, antes convocando sua continuação para as nove horas, do dia trinta e um de outubro de mil novecentos e oitenta e sete. Às dez horas e seis minutos, do dia trinta e um de outubro de mil novecentos e oitenta e sete, havendo número regimental, o 1º-Vice-Presidente Aluizio Campos declarou reaberta a reunião; **318ª votação:** Destaque nº 7327-87 – Emenda nº ES-26907-1, substitutiva dos arts. 98 a 101, do Substitutivo nº 2, pelos arts. 121 a 126 da referida Emenda; autor: Nelson Carneiro; encaminhamento: favorável, do autor; resultado: aprovado, com 72 votos favoráveis, 02 contrários e 10 abstenções; **319ª votação:** Destaque nº 5405-87 – Emenda nº ES-33038-1, aditiva de parágrafo ao art. 88, modificativa do inciso XIV, art. 104, e aditiva de parágrafo ao art. 107, do Substitutivo nº 2; autor: Carlos Chiarelli; encaminhamento: favorável, do autor; resultado: aprovado, com 70 votos favoráveis, 01 contrário e 07 abstenções; **320ª votação:** Destaque nº 5405-87 – Emenda nº ES-33038-1 aditiva de parágrafo ao art. 88, modificativa do inciso XIV, art. 104, e aditiva de parágrafo ao art. 107, do Substitutivo nº 2; autor: Carlos Chiarelli; encaminhamento: favorável, do autor; resultado: aprovado, com 60 votos favoráveis, 12 contrários e 08 abstenções; **321ª votação:** Destaque nº 4787-87 – Emenda nº ES-32944-8, substitutiva do Título IV, Capítulo III, Seção I, do Substitutivo nº 2; autor: Egídio Ferreira Lima; encaminhamento: favorável, do autor e do Relator-Adjunto José Fogaça. Durante o pronunciamento do Senhor Egídio Ferreira Lima, o Constituinte Aluizio Campos, 1º-Vice-Presidente, deixou a Presidência que foi ocupada pelo 3º-Vice-Presidente Jarbas Passarinho; resultado: aprovado, com 67 votos favoráveis, 01 contrário e 11 abstenções; **322ª votação:** Destaque nº 4386-87 – Emenda nº ES-34345-9, modificativa dos incisos V e VI, art. 94, do Substitutivo nº 2; autor: Ademir Andrade; encaminhamento: favorável, do autor, e contrário de Marcondes Gadelha e do Relator-Adjunto Antônio Carlos Konder Reis; resultado: prejudicado, por falta de **quorum** qualificado, com 42 votos contrários, 23 favoráveis e 08 abstenções; **323ª votação:** Destaque nº 0950-87 – Emenda nº 1P-09383-0, modificativa do Título IV, Capítulo II, do Substitutivo nº 2; autor: Jorge Hage; encaminhamento: favorável, do autor e do Relator

Bernardo Cabral, e contrário de Chagas Rodrigues; resultado: aprovado, com 60 votos favoráveis, 01 contrário e 09 abstenções. Às treze horas e dez minutos, o 3º Vice-Presidente Jarbas Passarinho suspendeu os trabalhos, antes convocando sua continuação para as nove horas, do dia três de novembro de mil novecentos e oitenta e sete. Às nove horas e cinquenta e seis minutos, do dia três de novembro de mil novecentos e oitenta e sete, havendo número regimental, o 1º Vice-Presidente Aluísio Campos declarou reaberta a reunião; **324ª votação:** Destaque nº 1154-87 – Emenda nº 1P-09960-9, aditiva de inciso ao art. 109, do Substitutivo nº 2; autor: Vivaldo Barbosa; encaminhamento: favorável, do autor, e contrário de Nelson Jobim; resultado: rejeitado, com 66 votos contrários, 03 favoráveis e 01 abstenção; **325ª votação:** Destaque nº 2880-87 – Emenda nº ES-25293-3, modificativa do art. 112, do Substitutivo nº 2; autor: Nelson Carneiro; encaminhamento: favorável, do autor, e contrário do Relator-Adjunto Adolfo Oliveira; resultado: rejeitado, com 48 votos contrários e 28 favoráveis; **326ª votação:** Destaque nº 1927-87, do Senhor Luiz Inácio Lula da Silva – Emenda nº ES-30318-0, modificativa do art. 115, do Substitutivo nº 2; autor: Plínio Arruda Sampaio; encaminhamento: favorável, do autor, de Brandão Monteiro e do Relator-Adjunto Adolfo Oliveira; resultado: aprovado, com 78 votos favoráveis e 02 contrários; **327ª votação:** Destaque nº 7457-87, supressivo, do art. 119, do Substitutivo nº 2; autor: José Paulo Bisol; encaminhamento: favorável, do autor, de Oswaldo Lima Filho e do Relator Bernardo Cabral, e contrário de Adolfo Oliveira; resultado: prejudicado, por falta de quorum qualificado, com 42 votos favoráveis, 36 contrários e 01 abstenção; **328ª votação:** Destaque nº 1273-87 – Emenda nº 1P-19843-7, modificativa do art. 119, do Substitutivo nº 2; autor: Vivaldo Barbosa; encaminhamento: favorável, do autor e de José Genoíno, e contrário do Relator Bernardo Cabral; resultado: prejudicado, por falta de quorum qualificado, com 43 votos favoráveis e 32 contrários. Às doze horas e cinquenta e seis minutos, o Presidente Aluísio Campos suspendeu os trabalhos, convocando a sua continuação para as quinze horas, no mesmo local. Às quinze horas e vinte e seis minutos, do dia três de novembro de mil novecentos e oitenta e sete, havendo número regimental, o 2º -Vice-Presidente Brandão Monteiro declarou reaberta a reunião; **329ª votação:** Destaque nº 2293-87 – Emenda nº 1P-10427-1, modificativa do art. 119, do Substitutivo nº 2; autor: Vladimir Palmeira; encaminhamento: favorável, do autor e de José Genoíno e contrário de Michel Temer e do Relator Bernardo Cabral; resultado: prejudicado, por falta de quorum qualificado, com 43 votos favoráveis, 40 contrários e 01 abstenção; **330ª votação:** Destaque nº 3889-87 – Emenda nº ES-26060-0, aditiva de expressão ao § 2º do art. 119, do Substitutivo nº 2; autor: Gastone Righi; encaminhamento: favorável, do autor; resultado: aprovado, com 59 votos favoráveis, 17 contrários e 03 abstenções; **331ª votação:** Destaque nº 1135-87 – Emenda nº 1P-09979-0, aditiva de artigo à Seção I, Capítulo IV, Título IV, Substitutivo nº 2; autor: Vivaldo Barbosa; encaminhamento: favorável, do autor e de Egídio Ferreira Lima, e contrário de Ibsen Pinheiro e do Relator Bernardo Cabral; resultado: aprovado, com 47 votos favoráveis, 40 contrários e 04 abstenções. Durante o pronunciamento de Ibsen Pinheiro, o 2º -Vice-Presidente Brandão Monteiro deixou a Presidência, que foi ocupada pelo 3º Vice-Presidente Jarbas Passarinho; **332ª votação:** Destaque nº 4686-87 – Emenda nº ES-32215-0, aditiva de artigo e incisos às Disposições Transitórias do Substitutivo nº 2; autor: Nelson Jobim; encaminhamento: favorável, do autor e de Brandão Monteiro, e contrário de José Ignácio Ferreira e do Relator Bernardo Cabral; resultado: rejeitado, com 60 votos contrários e 31 favoráveis; **333ª votação:** Destaque nº 4777-87 – Emenda nº ES-28516-5, modificativa do art. 120, do Substitutivo nº 2; autor: Egídio Ferreira Lima; encaminhamento: favorável, do autor,

e contrário de Paes Landim e do Relator-Adjunto Antônio Carlos Konder Reis; resultado: rejeitado, com 56 votos contrários, 28 favoráveis e 01 abstenção; **334ª votação:** Destaque nº 4690-87, supressivo de alínea do inciso I, art. 121, do Substitutivo nº 2; autor: Nelson Jobim; encaminhamento: favorável, do autor e de Michel Temer, e contrário de Paes Landim e do Relator Bernardo Cabral; resultado: aprovado, com 51 votos favoráveis e 38 contrários; **335ª votação:** Destaque nº 4693-87, supressivo de alíneas do inciso IV, art. 121, do Substitutivo nº 2; autor: Nelson Jobim; encaminhamento: favorável, do autor e de Mário Lima, e contrário de Egídio Ferreira Lima, de Paes Landim e do Relator Bernardo Cabral; resultado: aprovado; com 72 votos favoráveis e 19 contrários, Durante o pronunciamento do Senhor Egídio Ferreira Lima, o 3º Vice-Presidente Jarbas Passarinho deixou a Presidência, que foi ocupada pelo 4º – Vice-Presidente Fernando Henrique Cardoso; **336ª votação:** Destaque nº 6331-87 – Emenda nº ES-32434-9, modificativa do § 2º, art. 122, do Substitutivo nº 2; autor: Bonifácio de Andrada; encaminhamento: favorável, do autor e do Relator Bernardo Cabral; resultado: aprovado, com 56 votos favoráveis e 21 contrários; **337ª votação:** Destaque nº 6351-87, supressivo de parágrafo do art. 122, do Substitutivo nº 2; autor: Bonifácio de Andrada; encaminhamento: favorável do autor, de Nelson Jobim e do Relator Bernardo Cabral, e contrário de Nelson Carneiro; resultado: aprovado, com 74 votos favoráveis e 02 contrários. Às vinte horas e cinquenta minutos, o 4º -Vice-Presidente Fernando Henrique Cardoso suspendeu os trabalhos, antes convocando sua continuação para as nove horas, do dia quatro de novembro de mil novecentos e oitenta e sete, no mesmo local. Às nove horas e quarenta e oito minutos, do dia quatro de novembro de mil novecentos e oitenta e sete, havendo número regimental, o 1º -Vice-Presidente Aluísio Campos declarou reaberta a reunião; **338ª votação:** Destaque nº 1897-87, do Senhor Luiz Inácio Lula da Silva – Emenda nº ES-30315-5, aditiva de artigos e incisos ao Capítulo IV, Título IV, do Substitutivo nº 2; autor: Plínio Arruda Sampaio; encaminhamento: favorável, do autor; resultado: prejudicado, por falta de quorum qualificado, com 38 votos contrários, 38 favoráveis e 02 abstenções; **339ª votação:** Destaque nº 3563-87 – Emenda nº ES-32633-3, aditiva de Seção ao Capítulo IV, Título IV, do Substitutivo nº 2; autor: Roberto Freire; encaminhamento: favorável, do autor e de José Costa; resultado: aprovado, com 71 votos favoráveis, 03 contrários e 01 abstenção; **340ª votação:** Destaque nº 4683-87 – Emenda nº ES-32219-2, substitutiva do § 1º, art. 130, e supressiva de expressão do § 2º, mesmo artigo, do Substitutivo nº 2; autor: Nelson Jobim; encaminhamento: favorável, do autor, e contrário de Nelson Carneiro; resultado: rejeitado, com 58 votos contrários, 17 favoráveis e 01 abstenção; **341ª votação:** Destaque nº 4781-87 – Emenda nº ES-33320-8, dando nova redação ao § 1º, art. 130, do Substitutivo nº 2; autor: Egídio Ferreira Lima; encaminhamento: favorável, do autor e de Aloysio Chaves; resultado: aprovado, com 75 votos favoráveis e 03 contrários; **342ª votação:** Destaque nº 6462-87, supressivo do parágrafo único, art. 144, do Substitutivo nº 2; autor: Adolfo Oliveira; encaminhamento: favorável, do autor e de Aloysio Chaves, e contrário de Plínio Arruda Sampaio e de Nelson Jobim; resultado: prejudicado, por falta de quorum qualificado, com 46 votos favoráveis, 40 contrários e 03 abstenções; **343ª votação:** Destaque nº 3892-87 – Emenda nº ES-27357-4, aditiva de expressões ao art. 132, caput, do Substitutivo nº 2; autor: Gastone Righi; encaminhamento: favorável, do autor, e contrário de Aloysio Chaves; resultado: prejudicado, por falta de quorum qualificado, com 45 votos contrários, 34 favoráveis e 02 abstenções. Às treze horas e dois minutos, o 3º -Vice-Presidente Jarbas Passarinho suspendeu os trabalhos, antes convocando os Senhores Constituintes para sua continuação às nove horas, do dia cinco de novembro de mil novecen-

tos e oitenta e sete, no mesmo local. Às nove horas e quarenta e oito minutos, do dia cinco de novembro de mil novecentos e oitenta e sete, havendo número regimental, o 3º -Vice-Presidente Jarbas Passarinho declarou reaberta a reunião; **344ª votação:** Destaque nº 1272-87 – Emenda nº 1P-19842-9, modificativa do art. 142 e parágrafos, do Substitutivo nº 2; autor: Vivaldo Barbosa; encaminhamento: favorável, do autor, e contrário de Gastone Righi e do Relator Bernardo Cabral; resultado: rejeitado, com 65 votos contrários e 22 favoráveis; **345ª votação:** Destaque nº 0266-87, do Senhor José Genoíno – Emenda nº ES-34258-4, aditiva de expressão ao art. 142, **caput**, do Substitutivo nº 2; autores: Domingos Leonelli e outros; encaminhamento: favorável, do autor e de José Ignácio Ferreira, e contrário do Relator Bernardo Cabral; resultado: rejeitado, com 48 votos contrários e 42 favoráveis; **346ª votação:** Destaque nº 6333-87 – Emenda nº ES-32432-2, modificativa do § 1º, art. 143, do Substitutivo nº 2; autor: Bonifácio de Andrada; encaminhamento: favorável, do autor e do Relator Bernardo Cabral; resultado: aprovado, com 89 votos favoráveis e 01 contrário; **347ª votação:** Destaque nº 7962-87 – Emenda nº ES-28984-5, supressiva de expressão do § 3º, art. 143, do Substitutivo nº 2; autor: Paulo Ramos; encaminhamento: favorável, do autor, de Nelson Carneiro e de Bernardo Cabral, e contrário de José Tavares; resultado: prejudicado por falta de quorum qualificado, com 44 votos contrários e 41 favoráveis. Às onze horas e dezoito minutos, deixou a Presidência dos trabalhos o 3º -Vice-Presidente Jarbas Passarinho, assumindo-a o 1º -Vice-Presidente Aluizio Campos; **348ª votação:** Destaque nº 7934-87 – Emenda nº ES-32016-5, aditiva de expressão ao § 4º, art. 143, do Substitutivo nº 2; autor: Paulo Ramos; encaminhamento: favorável, do autor, e contrário do Relator Bernardo Cabral; resultado: rejeitado, com 47 votos contrários e 38 favoráveis; **349ª votação:** Destaque nº 6245-87, supressivo do art. 144, do Substitutivo nº 2; autor: Gerson Peres; encaminhamento: favorável, do autor e de Paes Landim, e contrário de Egídio Ferreira Lima e de Nelson Jobim; resultado: prejudicado, por falta de quorum qualificado, com 44 votos contrários. 40 favoráveis e 05 abstenções. Às doze horas e vinte e seis minutos, deixou a Presidência dos trabalhos o 1º -Vice-Presidente Aluizio Campos, assumindo-a o 4º -Vice-Presidente Fernando Henrique Cardoso. As doze horas e quarenta e oito minutos, o Presidente Fernando Henrique Cardoso suspendeu os trabalhos, antes convocando a sua continuação para as quinze horas, no mesmo local. As quinze horas e dezoito minutos, do dia 5 de novembro de mil novecentos e oitenta e sete, havendo número regimental, o 2º -Vice-Presidente Brandão Monteiro declarou reaberta a reunião; **350ª votação:** Destaque nº 7732-87, supressivo de expressões do art. 144, do Substitutivo nº 2; autor: José Maria Eymael; encaminhamento: favorável, do autor, de Adolfo Oliveira e do Relator Bernardo Cabral, e contrário de Cristina Tavares e de Plínio Arruda Sampaio; resultado: aprovado, com 80 votos favoráveis, 10 contrários e 03 abstenções; **351ª votação:** Destaque nº 1910-87, do Senhor Luiz Inácio Lula da Silva – Emenda nº ES-30321-0, modificativa do art. 144, Seção IX, Capítulo IV, Título IV, do Substitutivo nº 2; autor: Plínio Arruda Sampaio; encaminhamento: favorável, do autor, e contrário de Gerson Peres e do Relator Bernardo Cabral; resultado: rejeitado, com 65 votos contrários, 23 favoráveis e 01 abstenção; **352ª votação:** Destaque nº 5710-87 – Emenda nº ES-27497-0, modificativa do inciso IV, art. 109, do Substitutivo nº 2; autor: Maurício Corrêa; encaminhamento: favorável, de Beth Azize e do Relator Bernardo Cabral e contrário de José Ignácio Ferreira e de Egídio Ferreira Lima; resultado: rejeitado, com 47 votos contrários, 38 favoráveis e 02 abstenções. As dezessete horas e dezesseis minutos, deixou a Presidência dos trabalhos o 2º -Vice-Presidente Brandão Monteiro, assumindo-a o 4º -Vice-Presidente Fernando Henrique Car-

idoso; **353ª votação:** Destaque nº 7609-87 – Emenda nº ES-21464-7, modificativa do inciso V, art. 109, do Substitutivo nº 2; autor: Christóvam Chiaradia; encaminhamento: favorável, do autor, e contrário do Relator Bernardo Cabral; resultado: rejeitado, com 59 votos contrários e 17 favoráveis; **354ª votação:** Destaque nº 0637-87 – Emenda nº ES-33684-3, modificativa do art. 52, caput, do Substitutivo nº 2; autores: Brandão Monteiro e Enoc Vieira; encaminhamento: favorável, de José Jorge e de Antônio Mariz, e contrário de Israel Pinheiro, de Egídio Ferreira Lima e do Relator Bernardo Cabral; resultado: aprovado, com 61 votos favoráveis, 27 contrários e 03 abstenções; **355ª votação:** Destaque nº 8146-87 – Emenda nº ES-32146-3, modificativa do § 2º, art. 52, do Substitutivo nº 2; autor: Haroldo Sabóia; encaminhamento: favorável de Nelson Jobim e de Roberto Freire, e contrário de José Jorge e de Osvaldo Coelho; resultado: rejeitado, com 52 votos contrários, 37 favoráveis e 03 abstenções. Às dezoito horas e vinte e quatro minutos, deixou a Presidência dos trabalhos o 4º -Vice-Presidente Fernando Henrique Cardoso, assumindo-a o titular Afonso Arinos; **356ª votação:** Destaque nº 8094-87 – Emenda nº ES-29869-1, modificativa do § 2º, art. 52, do Substitutivo nº 2; autor: Osvaldo Coelho; encaminhamento: favorável, do autor, de Sandra Cavalcanti e de Celso Dourado, e contrário de Joaquim Beviláqua e José Maria Eymael; resultado: aprovado, com 47 votos favoráveis, 43 contrários e 02 abstenções. Às vinte horas e doze minutos deixou a Presidência dos trabalhos o titular Afonso Arinos, assumindo-a o 3º -Vice-Presidente Jarbas Passarinho; **357ª votação:** Destaque nº 1381-87 – Emenda nº ES-26907-1, substitutiva do Capítulo III, Título IV, ressalvado o inciso IV, sem prejuízo do texto referente às Disposições Transitórias, do Substitutivo nº 2; autor: Nelson Carneiro; encaminhamento: favorável, do autor; resultado: aprovado, com 57 votos favoráveis, 14 contrários e 12 abstenções; **358ª votação:** Destaque nº 1417-87 – Emenda nº ES-26616-1, supressiva de expressão do inciso II, § 4º, art. 70, do Substitutivo nº 2; autor: Oscar Corrêa; encaminhamento: favorável, do autor, de Brandão Monteiro, e contrário de Nelson Carneiro; resultado: aprovado, com 73 votos favoráveis, 06 contrários e 03 abstenções. As vinte e uma horas e oito minutos o 3º -Vice-Presidente Jarbas Passarinho suspendeu os trabalhos, antes convocando sua continuação para as nove horas do dia seis, de novembro de mil novecentos e oitenta e sete, no mesmo local. Às nove horas e quarenta e dois minutos, do dia seis de novembro de mil novecentos e oitenta e sete, constatou-se a presença dos seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Adolfo Oliveira, Afonso Arinos, Alcení Guerra, Almir Gabriel, Aluizio Campos, Antonio Britto, Aníbal Barcelos, Antonio Farias, Antônio Carlos Konder Reis, Arnaldo Prieto, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Brandão Monteiro, Carlos Chiarelli, Carlos Mosconi, Carlos Sant' Anna, Celso Dourado, Christóvam Chiaradia, Cristina Tavares, Darcy Pozza, Edme Tavares, Egídio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Gasparian, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Lyra, Francisco Dornelles, Francisco Pinto, Francisco Rossi, Gastone Righi, Geovani Borges, Gerson Pares, Haroldo Lima, Haroldo Sabóia, Ibsen Pinheiro, Inocêncio Oliveira, Jamil Haddad, Jarbas Passarinho, João Calmon, João Herrmann Neto, Joaquim Beviláqua, José Fogaça, José Geraldo, José Jorge, José Lins, José Lourenço, José Maurício, José Paulo Bisol, José Richa, José Santana de Vasconcellos, José Serra, José Ulisses de Oliveira, Luís Eduardo, Luiz Inácio Lula da Silva, Lysâneas Maciel, Manoel Moreira, Marcondes Gadelha, Mário Assad, Mário Lima, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nelson Friedrich, Nilson Gibson, Oscar Corrêa, Osvaldo Lima Filho, Paulo Pimentel, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Plínio Arruda Sampaio, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Ricardo Fiúza, Roberto Freire, Sandra Cavalcanti, Severo Gomes, Sigmaringa Seixas, Siqueira

Campos, Theodoro Mendes, Virgildásio de Senna, Virgílio Távora, Wilson Martins, Adylson Motta, Aldo Arantes, Antonio Mariz, Beth Azize, Bonifácio de Andrada, Chagas Rodrigues, Daso Coimbra, Délio Braz, Enoc Vieira, Euclides Scalco, Gilson Machado, Israel Pinheiro, Jofran Frejat, João Agripino, João Menezes, Jorge Hage, José Carlos Grecco, José Costa, José Genoíno, José Maranhão, José Maria Eymael, José Tavares, José Tinoco, Jonas Pinheiro, Luiz Salomão, Márcio Braga, Marcos Lima, Michel Temer. Miro Teixeira, Mozarildo Cavalcanti, Octávio Elisio, Ottomar Pinto, Ricardo Izar, Roberto Brant, Sólton Borges dos Reis, Valmir Campeio, Vicente Bogo, Vilson Souza e Ziza Valadares. Estiveram presentes, ainda, os Senhores Constituintes, não integrantes da Comissão: Florestan Fernandes, Paulo Delgado, Luiz Alberto Rodrigues, Luiz Roberto Ponte, Robson Marinho e Chico Humberto. Deixaram de comparecer os Senhores Constituintes Alfredo Campos, Aloyzio Chaves, José Freire, José Luiz Maia, Milton Reis, Osvaldo Coelho e Rodrigues Palma. Havendo número regimental, o 3º -Vice-Presidente Jarbas Passarinho declarou reaberta a reunião, iniciando a votação do **Título V**, do projeto de Constituição. **359ª votação:** Destaque nº 0870-87 – Emenda nº ES-27563-1, supressiva do art. 182 e seus parágrafos, do Substitutivo nº 1 (art. 152, Título V, Capítulo I, Seção I, do Substitutivo nº 2; autor: Haroldo Lima; encaminhamento: favorável, do autor, e contrário de Egídio Ferreira Lima e do Relator Bernardo Cabral; resultado: rejeitado, com 47 votos contrários e 22 favoráveis; **360ª votação:** Destaque nº 1027-87 – Emenda nº ES-23230-4, supressiva dos §§ 5.º e 6.º, art. 182, do Substitutivo nº 1 (art. 152, §§ 5º e 6º, do Substitutivo nº 2); autor: Vilson Souza; encaminhamento: favorável, do autor e de José Genoíno, e contrário de Nelson Jobim, Marcondes Gadelha e do Relator Bernardo Cabral; resultado: rejeitado, com 58 votos contrários, 20 favoráveis e 01 abstenção; **361ª votação:** Destaque nº 0561-87 – Emenda nº 1P-06636-1, supressiva de expressão do § 7º, art. 236, do projeto de Constituição (art. 152, § 8º, do Substitutivo nº 2); autor: José Genoíno; encaminhamento: favorável, do autor e do Relator Bernardo Cabral, e contrário de Oswaldo Lima Filho; resultado: aprovado, com 50 votos favoráveis, 30 contrários e 03 abstenções; **362ª votação:** Destaque nº 2695-87 – Emenda nº ES-34028-0, aditiva de artigo ao Título VI, Capítulo I, do Substitutivo nº 1 (Título V, Capítulo I, art. 152, do Substitutivo nº 2) ; autor: Nelton Friedrich; encaminhamento: favorável, do autor, e contrário de Egídio Ferreira Lima e do Relator Bernardo Cabral; resultado: rejeitado, com 56 votos contrários e 23 favoráveis; **363ª votação:** Destaque nº 0872-87 – Emenda nº ES-27562-3, modificativa do art. 188, do Substitutivo nº 1 (art. 157, Capítulo 1, Seção II, do Título V, do Substitutivo nº 2) ; autor: Haroldo Lima; encaminhamento: favorável, de Aldo Arantes, e contrário de Egídio Ferreira Lima e do Relator Bernardo Cabral; resultado: rejeitado, com 53 votos contrários e 22 favoráveis; **364ª votação:** Destaque nº 3116-87, modificativa do caput, art. 160, do Título V, Capítulo II, do Substitutivo nº 2; autor: José Genoíno; encaminhamento: favorável, de José Genoíno e Lysâneas Maciel, e contrário de Fernando Henrique Cardoso, Gerson Peres e do Relator Bernardo Cabral; resultado: rejeitado, com 64 votos contrários, 20 favoráveis e 01 abstenção. Às treze horas e trinta minutos, o Presidente Jarbas Passarinho suspendeu os trabalhos, antes convocando sua continuação para as quinze horas e trinta minutos do mesmo dia. Às quinze horas e trinta minutos do dia seis de novembro de mil novecentos e oitenta e sete, havendo número regimental, o 1º –Vice-Presidente Aluizio Campos declarou reaberta a reunião; **365ª votação:** Destaque nº 4644-87 – Emenda no ES-25284-4, modificativa do art. 192, do Substitutivo nº 1 (art. 160, Título V, Capítulo II, do Substitutivo nº 2); autor: Chagas Rodrigues; encaminhamento: favorável, do autor, e contrário de José Genoíno; re-

sultado: rejeitado, com 74 votos contrários e 04 favoráveis; **366ª votação:** Destaque nº 7929-87 – Emenda nº ES-32015-7, aditiva de parágrafo ao art. 194, do Substitutivo nº 1 (art. 162, Título V, Capítulo III, do Substitutivo nº 2) ; autor: Paulo Ramos, em co-autoria com Hélio Rosas, José Maria Eymael, Ibsen Pinheiro e Siqueira Campos; encaminhamento: favorável, de Paulo Ramos e José Tavares, e contrário de Ottomar Pinto e do Relator Bernardo Cabral; resultado: rejeitado, com 59 votos contrários, 33 favoráveis e 01 abstenção; **367ª votação:** Destaque nº 4.921/87, modificativo do art. 162, § 2º, do Substitutivo nº 2; autor: Hélio Rosas, em co-autoria com Paulo Ramos, Ibsen Pinheiro, José Maria Eymael e Siqueira Campos; encaminhamento: favorável, de Hélio Rosas, Gastone Righi, José Tavares e do Relator Bernardo Cabral; resultado: aprovado, com 90 votos favoráveis e 02 contrários; **368ª votação:** Destaque nº 6173-87 – Emenda nº ES-23710-1, aditiva de parágrafos ao art. 194, do Substitutivo nº 1 (art. 162, § 2º, do Substitutivo nº 2) ; autor: Adylson Motta; encaminhamento: favorável, do autor, de Ricardo Fiuza e do Relator Bernardo Cabral; resultado: aprovado, com 85 votos favoráveis; **369ª votação:** Destaque nº 4.620/87, modificativo do art. 162, § 3º, do Substitutivo nº 2; autor: Brandão Monteiro; encaminhamento: favorável, de Luiz Salomão e Ibsen Pinheiro, e contrário de Ottomar Pinto e do Relator-Adjunto Antônio Carlos Konder Reis; resultado: prejudicado, por falta de quorum qualificado, com 43 votos favoráveis e 40 contrários; **370ª votação:** Destaque nº 3.818-87 – Emenda nº ES-28350-2, supressivo do inciso V, modificativo do § 1º, e aditivo de parágrafo, reenumerando os demais, art. 194, do Substitutivo nº 1 (art. 162, § 1º, do Substitutivo nº 2) ; autor: Ibsen Pinheiro; encaminhamento: favorável, do autor e do Relator-Adjunto Adolfo Oliveira; resultado: aprovado, com 56 votos favoráveis e 23 contrários. Às dezenove horas e cinquenta minutos, o Presidente Aluizio Campos suspendeu a reunião, antes convocando sua continuação para as nove horas do dia sete de novembro do corrente ano, no mesmo local. Às nove horas e cinquenta e dois minutos, do dia sete de novembro de mil novecentos e oitenta e sete, constatou-se a presença dos seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Adolfo Oliveira, Afonso Arinos, Alcení Guerra, Alfredo Campos, Almir Gabriel, Aluizio Campos, Aníbal Barcelos, Antonio Britto, Antônio Carlos Konder Reis, Arnaldo Prieto, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Brandão Monteiro, Carlos Chiarelli, Carlos Mosconi, Carlos Sant'Anna, Celso Dourado, Christóvam Chiaradia, Cid Carvalho, Cristina Tavares, Darcy Pozza, Edme Tavares, Egídio Ferreira Lima, Enoc Vieira, Eraldo Tinoco, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Gasparian, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Lyra, Francisco Dornelles, Francisco Pinto, Francisco Rossi, Gastone Righi, Gerson Pares, Geovani Borges, Gilson Machado, Haroldo Lima, Haroldo Sabóia, Ibsen Pinheiro, Inocêncio Oliveira, Jamil Haddad, Jarbas Passarinho, João Calmon, João Herrmann Neto, Joaquim Bevilacqua, José Fogaça, José Geraldo, José Ignácio Ferreira, José Jorge, José Lins, José Lourenço, José Luiz Maia, José Maurício, José Paulo Bisol, José Richa, José Santana de Vasconcellos, José Serra, José Ulisses de Oliveira, Luís Eduardo, Luiz Inácio Lula da Silva, Lysâneas Maciel, Manoel Moreira, Marcondes Gadelha, Mário Assad, Mário Lima, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nelton Friedrich, Nilson Gibson, Oswaldo Lima Filho, Paulo Pimentel, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Plínio Arruda Sampaio, Prisco Viana, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Ricardo Fiúza, Rodrigues Palma, Sandra Cavalcanti, Severo Gomes, Sigmaringa Seixas, Siqueira Campos, Virgildásio de Senna, Virgílio Távora, Wilson Martins, Adylson Motta, Afif Domingos, Albano Franco, Aldo Arantes, Antonio Mariz, Benito Gama, Bonifácio de Andrada, César Mala, Chagas Rodrigues, Daso Coimbra, Délio Braz, Euclides Scalco, Fernando Santana, Furtado Leite, Jalles Fontoura, João Agripino, João Menezes,



Jofran Frejat, Jonas Pinheiro, Jorge Hage, José Carlos Grecco, José Costa, José Genoíno, José Maria Eymael, José Tavares, José Tinoco, Luiz Salomão, Márcio Braga, Marcos Lima, Michel Temer, Mozarildo Cavalcanti, Nelson Wedekin, Octávio Elísio, Paes Landim, Roberto Brant, Rose de Freitas, Simão Sessim, Sólton Borges dos Reis, Uldurico Pinto, Valmir Campeio, Vicente Bogo, Vilson Souza e Ziza Valadares. Estiveram presentes, ainda, os Senhores Constituintes, não integrantes da Comissão: Luiz Alberto Rodrigues, Florestan Fernandes, Robson Marinho, Paulo Delgado e Chico Humberto. Deixou de comparecer o Senhor Constituinte Antonio Farias. Havendo número regimental, o 1º -Vice-Presidente Aluizio Campos declarou reaberta a reunião, sendo substituído, a seguir, pelo 3º-Vice-Presidente Jarbas Passarinho que anunciou o início da votação do **Título VI**, do Substitutivo nº 2; **371ª votação**: Destaque nº 7370-87, substitutivo do art. 168, § 2º, I e II, do Substitutivo nº 2; autor: José Maria Eymael; encaminhamento: favorável, do autor, de Adolfo Oliveira e de Gastone Righi, e contrário de Egídio Ferreira Lima, César Mala e do Relator-Adjunto Fernando Bezerra Coelho; resultado: rejeitado, com 60 votos contrários e 26 favoráveis; **372ª votação**: Destaque nº 6552-87, substitutivo do art. 168, inciso I e II, do Substitutivo nº 2; autor: Adolfo Oliveira em co-autoria com José Maria Eymael, Antônio Britto e Afif Domingos; encaminhamento: favorável, do autor, de Francisco Dornelles, Nilson Gibson e do Relator-Adjunto Fernando Bezerra Coelho, e contrário de Virgildásio de Senna; resultado: aprovado, com 82 votos favoráveis e 05 contrários; **373ª votação**: Destaque nº 4692-87 – Emenda nº ES-32213-3, modificativa do art. 169, do Substitutivo nº 2; autor: Nelson Jobim; encaminhamento: favorável, do autor, de Francisco Dornelles e do Relator-Adjunto Fernando Bezerra Coelho; resultado: aprovado, com 88 votos favoráveis; **374ª votação**: Redação final do Título IV, do Substitutivo nº 2, ao Projeto de Constituição, do Relator Bernardo Cabral; resultado: aprovada, com 82 votos favoráveis e 03 abstenções; **375ª votação**: Destaque nº 4739-87, supressivo do inciso V, art. 170, do Substitutivo nº 2; autor: Antônio Britto; encaminhamento: favorável, de César Maia, Nelson Jobim e Nelson Carneiro; e contrário de Francisco Dornelles, Joaquim Bevilacqua e do Relator Bernardo Cabral; resultado: aprovado, com 47 votos favoráveis, 44 contrários e 01 abstenção. Durante o pronunciamento de César Maia, o 3º -Vice-Presidente Jarbas Passarinho deixou a Presidência dos trabalhos, assumindo-a o 4º -Vice-Presidente Fernando Henrique Cardoso; **376ª votação**: Destaque nº 3.895/87 – Emenda nº ES-25797-8, aditiva ao § 2º, art. 171, do Substitutivo nº 2; autor: Gastone Righi; encaminhamento: favorável, do autor, de José Serra e do Relator Bernardo Cabral; resultado: aprovado, com 78 votos favoráveis, 13 contrários e 01 abstenção; **377ª votação**: Destaque nº 4505-87 – Emenda nº ES-34118-9, aditiva de expressão à alínea c, inciso II, art. 171, do Substitutivo nº 2; autor: Victor Faccioni; encaminhamento: favorável, de Bonifácio de Andrada e Mário Lima, e contrário de Luiz Salomão, José Serra e do Relator-Adjunto Fernando Bezerra Coelho; resultado: rejeitado, com 69 votos contrários e 19 favoráveis. Às treze horas e dezesseis minutos, o 4º-Vice-Presidente Fernando Henrique Cardoso suspendeu os trabalhos, antes convocando sua continuação para as quinze horas, no mesmo dia e local. As quinze horas e vinte minutos, havendo número regimental, o 1º -Vice-Presidente Aluizio Campos declarou reaberta a reunião; **378 votação**: Destaque nº 4896/87 – Emenda nº F4-31216-2, modificativa da alínea c, inciso II, art. 171, do Substitutivo nº 2; autor: Paulo Roberto Cunha; encaminhamento: favorável, de José Maria Eymael, e contrário de Francisco Dornelles; resultado: rejeitado, com 56 votos contrários, 08 favoráveis e 03 abstenções; **379ª votação**: Destaque nº 7054-87, do Sr. Nelson Jobim – Emenda nº ES-22319-4, dando nova redação ao art. 174,

do Substitutivo nº 2; autor: Antônio Britto; encaminhamento: favorável, do autor e do Relator-Adjunto Fernando Bezerra Coelho; resultado: aprovado, com 55 votos favoráveis, 16 contrários e 01 abstenção; **380ª votação**: Destaque nº 3897-87 – Emenda nº ES-25802-8, substitutiva do inciso III, art. 175, do Substitutivo nº 2; autor: Gastone Righi; encaminhamento: favorável, do autor, e contrário de José Serra e do Relator-Adjunto Fernando Bezerra Coelho; resultado: rejeitado, com 52 votos contrários, 23 favoráveis e 04 abstenções; **381ª votação**: Destaque nº 2091-87 – Emenda nº IP-12711-4, modificativa do art. 175, do Substitutivo nº 2; autor: Virgílio Guimarães; encaminhamento: favorável, do autor, e contrário de Francisco Dornelles e do Relator-Adjunto Fernando Bezerra Coelho; resultado: rejeitado, com 77 votos contrários, 14 favoráveis e 01 abstenção; **382ª votação**: Destaque nº 1909-87, do Sr. Luiz Inácio Lula da Silva; Emenda nº ES-30.323-6, aditiva ao art. 175, do Substitutivo nº 2; autor: Plínio Arruda Sampaio; encaminhamento: favorável, do autor e de Vilson Souza, e contrário de José Lins e do Relator-Adjunto Fernando Bezerra Coelho; resultado: prejudicado, por falta de quorum qualificado, com 46 votos favoráveis, 44 contrários e 01 abstenção; **383ª votação**: Destaque nº 2046-87 – Emenda nº IP-12712-2, aditiva ao art. 175, do Substitutivo nº 2; autor: Virgílio Guimarães; encaminhamento: favorável, do autor, e contrário de Francisco Dornelles; resultado: rejeitado, com 64 votos contrários, 26 favoráveis e 01 abstenção. Durante o pronunciamento de Virgílio Guimarães, deixou a Presidência dos trabalhos o 1º -Vice-Presidente Aluizio Campos, assumindo-a o 4º -Vice-Presidente Fernando Henrique Cardoso; **384ª votação**: Destaque nº 6561-87, supressivo do § 1º, do art. 177, do Substitutivo nº 2; autores: Adolfo Oliveira e Afif Domingos; encaminhamento: favorável, do autor, e de João Agripino, e contrário de José Serra, Fernando Gasparian e do Relator-Adjunto Fernando Bezerra Coelho; resultado: rejeitado, com 60 votos contrários e 30 favoráveis; **385ª votação**: Destaque nº 3703-87, supressivo do inciso II, § 5º, art. 17, do Substitutivo nº 2; autor: José Geraldo; encaminhamento: favorável, do autor e de Pimenta da Veiga, e contrário de José Ignácio Ferreira; resultado: aprovado, com 56 votos favoráveis, 32 contrários e 01 abstenção; **386ª votação**: Destaque nº 5064-87 – Emenda nº 29849-6, modificativa do § 7º, e aditiva de mais dois parágrafos ao art. 177, do Substitutivo nº 2; autor: Tadeu França; encaminhamento: favorável, de Nelton Friedrich, e contrário de César Maia, do Relator Bernardo Cabral e de José Serra; resultado: aprovado, com 71 votos favoráveis, 17 contrários e 01 abstenção. Durante o pronunciamento do Constituinte Nelton Friedrich, o 4º -Vice-Presidente Fernando Henrique Cardoso deixou a Presidência dos trabalhos, assumindo-a o titular Afonso Arinos; **387ª votação**: Destaque nº 4294-87, supressivo da letra b, § 8º, inciso II, art. 177, do Substitutivo nº 2; autor: César Maia; encaminhamento: favorável, de Luiz Salomão, e contrário de José Serra e do Relator-Adjunto Fernando Bezerra Coelho; resultado: rejeitado, com 64 votos contrários e 26 favoráveis; **388ª votação**: Destaque nº 4293-87, supressivo da palavra "comunicação", do inciso II, art. 177, do Substitutivo nº 2; autor: César Maia; encaminhamento: favorável, do autor, e contrário de José Serra e do Relator-Adjunto Fernando Bezerra Coelho; resultado: rejeitado, com 59 votos contrários e 31 favoráveis; **389ª votação**: Destaque nº 4390-87 – Emenda nº ES-33938-9, supressiva dos itens V e VI, § 10, art. 177, do Substitutivo nº 2; autor: Ademir Andrade; encaminhamento: favorável, do autor, e contrário de José Serra e do Relator Bernardo Cabral; resultado: rejeitado, com 64 votos contrários e 19 favoráveis; **390ª votação**: Destaque nº 2601-87 – Emenda no ES-31071-2, modificativa do art. 181, inciso I, alínea c, do Substitutivo nº 2; autor: Wilson Campos; encaminhamento: favorável, de Jorge Hage e Fernando Bezerra



Coelho, e contrário de Nilson Gibson e do Relator Bernardo Cabral; resultado: rejeitado, com 66 votos contrários, 18 favoráveis e 03 abstenções; **391ª votação:** Destaque nº 3899-87 – Emenda nº ES-25801-0, modificativa do art. 181, inciso II, do Substitutivo nº 2; autor: Gastone Righi; encaminhamento: favorável, do autor e do Relator-Adjunto Antônio Carlos Konder Reis, e contrário de João Agripino e de Gerson Peres; resultado: rejeitado, com 59 votos contrários, 27 favoráveis e 02 abstenções; **392ª votação:** Destaque nº 3965-87 – Emenda nº ES-26783-3, aditiva de "onde couber" ao Título VII, Capítulo I, Seção VI, do Substitutivo nº 2; autores: José Maria Eymael, Nelson Friedrich e Roberto Balestra; encaminhamento: favorável, de José Maria Eymael e do Relator Bernardo Cabral; resultado: aprovado, com 76 votos favoráveis e 06 contrários; **393ª votação:** Destaque nº 6579-87 – Emenda nº ES-30732-1, aditiva do art. 183, do Substitutivo nº 2; autor: Afif Domingos; encaminhamento: favorável, do Relator Bernardo Cabral; resultado: aprovado, com 75 votos favoráveis, 05 contrários e 01 abstenção. Durante a chamada nominal desta votação, o 3º-Vice-Presidente Jarbas Passarinho deixou a Presidência dos trabalhos, assumindo-a o 4º-Vice-Presidente Fernando Henrique Cardoso; **394ª votação:** Destaque nº 3034-84 – Emenda nº ES-21235-4, modificativa do art. 186, do Substitutivo nº 2; autor: César Maia; encaminhamento: favorável, de César Maia, e contrário de José Jorge; resultado: rejeitado, com 56 votos contrários, 27 favoráveis; **395ª votação:** Destaque nº 3035-87 – Emenda nº ES-21234-6, aditiva ao art. 186, § 3º, do Substitutivo nº 2; autor: César Maia; encaminhamento: favorável, de José Serra e do Relator Antônio Carlos Konder Reis; resultado: aprovado, com 80 votos favoráveis e 01 contrário; **396ª votação:** Destaque nº 6228-87 – Emenda nº 1P-9370-8, aditiva ao art. 186, do Substitutivo nº 2; autor: Jorge Hage; encaminhamento: favorável, do Relator Bernardo Cabral; resultado: aprovado, com 50 votos favoráveis, 32 contrários e 01 abstenção; **397ª votação:** Destaque nº 6335-87 – Emenda nº ES-28115-1, modificativa do art. 187, § 1º, do Substitutivo nº 2; autor: Bonifácio de Andrada; encaminhamento favorável, do autor, e contrário de José Serra e do Relator-Adjunto Antônio Carlos Konder Reis; resultado: aprovado, com 49 votos favoráveis e 35 contrários. Durante o pronunciamento de Bonifácio de Andrada, o 4º-Vice-Presidente Fernando Henrique Cardoso deixou a Presidência dos trabalhos, assumindo-a o 3º-vice-Presidente Jarbas Passarinho. Às nove horas e cinquenta e dois minutos, do dia oito de novembro de mil novecentos e oitenta e sete, havendo número regimental, o 1º-Vice-Presidente Aluizio Campos declarou reaberta a reunião; **398ª votação:** Destaque nº 6136-87 – Emenda nº ES-31260-0, modificativa do art. 188, do Substitutivo nº 2; autor: Antônio Carlos Konder Reis; encaminhamento: favorável, do autor e de José Serra, e contrário de Celso Dourado e Inocêncio Oliveira; resultado: aprovado, com 61 votos favoráveis, 08 contrários e 01 abstenção; **399ª votação:** Destaque nº 7343-87 – Emenda nº IP-11037-8, aditiva ao **caput**, art. 175, do Substitutivo nº 1; autor: Antônio Mariz; encaminhamento: favorável, do autor e de João Agripino, e contrário de João Menezes, Francisco Dornelles e do Relator-Adjunto Fernando Bezerra Coelho; resultado: aprovado, com 47 votos favoráveis, 37 contrários e 02 abstenções; **400ª votação:** Destaque nº 4149-87, do Sr. Humberto Lucena – Emenda nº ES-21109-1, modificativa dos §§ 5ª e 6º, do art. 177, do Substitutivo nº 2; autores: Humberto Lucena e Lourival Baptista; encaminhamento: favorável, de João Agripino, e contrário de César Maia e do Relator-Adjunto Antônio Carlos Konder Reis; resultado: rejeitado, com 71 votos contrários e 17 favoráveis; **401ª votação:** Destaque nº 4348-87 – Emenda nº ES-28103-8, aditiva do § 8º, ao art. 177, do Substitutivo nº 2; autor: Simão Sessim; encaminhamento: favorável, de César Maia e do Relator-Adjunto José Fogaça,

e contrário de José Lins; resultado: aprovado, com 77 votos favoráveis, 10 contrários e 01 abstenção; **402ª a votação:** Destaque nº 6527-87, supressivo do § 2º, art. 178, do Substitutivo nº 2; autor: Aluizio Campos; encaminhamento: favorável, do autor, e contrário do Relator-Adjunto Fernando Bezerra Coelho; resultado: rejeitado, com 78 votos contrários, 05 favoráveis e 01 abstenção; **403ª votação:** Destaque nº 1455-87 – Emenda nº ES-32082-3, aditiva de artigo ao Título VI, Capítulo II, Seção I, do Substitutivo nº 2; autor: Arnaldo Prieto; encaminhamento: favorável, de Luiz Salomão e do Relator-Adjunto Fernando Bezerra Coelho; resultado: rejeitado, com 51 votos contrários, 35 favoráveis e 03 abstenções; **404ª votação:** Destaque nº 5597-87, do Sr. Humberto Lucena – Emenda nº ES-27112-1, modificativa do art. 188, § 5º, do Substitutivo nº 2; autores: Humberto Lucena e Lourival Baptista; encaminhamento: favorável, de Antonio Mariz, e contrário de José Serra e do Relator Bernardo Cabral; resultado: rejeitado, com 67 votos contrários e 24 favoráveis. Às treze horas e vinte e cinco minutos, o 4º-Vice-Presidente Fernando Henrique Cardoso suspendeu a reunião, antes convocando sua continuação para as nove horas do dia nove de novembro de mil novecentos e oitenta e sete. Às nove horas e quarenta e dois minutos, do dia nove de novembro de mil novecentos e oitenta e sete, constatou-se a presença dos seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Adolfo Oliveira, Afonso Arinos, Alcení Guerra, Alfredo Campos, Almir Gabriel, Aloysio Chaves, Aluizio Campos, Antonio Britto, Antonio Farias, Antônio Carlos Konder Reis, Antoniocarlos Mendes Thame, Arnaldo Prieto, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Brandão Monteiro, Carlos Chiarelli, Carlos Mosconi, Carlos Sant'Anna, Celso Dourado, Christóvam Chiaradia, Cid Carvalho, Cristina Tavares, Darcy Pozza, Egídio Ferreira Lima, Eraldo Tinoco, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Gasparian, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Lyra, Francisco Benjamin, Francisco Dornelles, Francisco Pinto, Francisco Rossi, Gastone Righi, Geovani Borges, Gerson Peres, Gilson Machado, Haroldo Lima, Haroldo Sabóia, Inocêncio Oliveira, Jamil Haddad, Jarbas Passarinho, João Calmon, João Herrmann Neto, Joaquim Beviláqua, José Fogaça, José Freire, José Geraldo, José Ignácio Ferreira, José Jorge, José Lins, José Lourenço, José Luiz Maia, José Maurício, José Paulo Bisol, José Richa, José Santana de Vasconcellos, José Thomaz Nonô, José Ulisses de Oliveira, Luis Eduardo, Luiz Inácio Lula da Silva, Lysâneas Maciel, Manoel Moreira, Marcondes Gadelha, Mário Assad, Mário Lima, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nelson Friedrich, Nilson Gibson, Oscar Corrêa, Osvaldo Coelho, Osvaldo Lima Filho, Paulo Pimentel, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Plínio Arruda Sampaio, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Ricardo Fiuza, Roberto Freire, Rodrigues Palma, Sandra Cavalcanti, Severo Gomes, Sigmaringa Seixas, Siqueira Campos, Theodoro Mendes, Virgildásio de Senna, Virgílio Távora, Wilson Martins, Adylson Motta, Aécio Neves, Afif Domingos, Albano Franco, Aldo Arantes, Aníbal Barcellos, Amaury Müller, Antonio Mariz, Beth Azize, Bocayuva Cunha, Bonifácio de Andrada, Chagas Rodrigues, Daso Coimbra, Délio Braz, Enoc Vieira, Euclides Scalco, Fernando Santana, Furtado Leite, João Agripino, João Menezes, João Natal, Jofran Frejat, Jonas Pinheiro, Jorge Hage, José Carlos Grecco, José Costa, José Genoíno, José Lourenço, José Tavares, José Tinoco, Luiz Salomão, Márcio Braga, Marcos Lima, Michel Temer, Miro Teixeira, Mozarildo Cavalcanti, Nelson Wedekin, Octávio Elísio, Paes Landim, Ricardo Izar, Roberto Balestra, Roberto Brant, Rose de Freitas, Simão Sessim, Sólton Borges dos Reis, Uldurico Pinto, Valmir Campelo, Vicente Bogo, Victor Faccioni, Vilson Souza e Ziza Valadares. Estiveram presentes, ainda, os Senhores Constituintes, não integrantes da Comissão: Robson Marinho, Florestan Fernandes, Osmundo Rebouças, Paulo Delgado e Chico Humberto. Havendo número regimental, o 1º-Vice-Presidente Aluizio Campos declarou reaberta a reunião, concedendo

a palavra ao Relator, Constituinte Bernardo Cabral, para uma comunicação, e passando a Presidência, a seguir ao 3º-Vice-Presidente Jarbas Passarinho que anunciou a votação do **Título VII**; **405ª votação**: Destaque nº 1619-87 – Emenda nº ES-33920-6, substitutiva do art. 191, do Substitutivo nº 2; autor: Aluizio Campos; encaminhamento: favorável, do autor, e contrário do Relator-Adjunto Virgílio Távora; resultado: prejudicado, por falta de **quorum** qualificado, com 42 votos contrários e 32 favoráveis; **406ª votação**: Destaque nº 4543-87 – Emenda nº ES-31875-6, aditiva ao art. 191, do Substitutivo nº 2; autor: Francisco Dornelles; encaminhamento: favorável, do autor, e contrário de José Fogaça, Lysâneas Maciel e Virgílio Távora; resultado: aprovado, com 47 votos favoráveis e 42 contrários; **407ª votação**: Destaque nº 8361-87 – Emenda nº ES-24361-6, supressiva do art. 192, do Substitutivo nº 2; autor: Paes Landim; encaminhamento: favorável, do autor e de João Menezes, e contrário de José Genoíno e Oswaldo Lima Filho; resultado: rejeitado, com 76 votos contrários e 16 favoráveis; **408ª votação**: Destaque nº 0812-87, supressivo do art. 192, Substitutivo nº 2; autor: Haroldo Lima; encaminhamento: favorável, do autor e de Virgildásio de Senna, e contrário de Francisco Dornelles e Virgílio Távora; resultado: rejeitado, com 52 votos contrários, 37 favoráveis e 02 abstenções; **409ª votação**: Destaque nº 6452/87 – Emenda nº ES-34765-9, substitutiva do art. 192, do Substitutivo nº 2; autor: Adolfo Oliveira; encaminhamento: favorável, do autor, e contrário de Cristina Tavares e Virgílio Távora; resultado: rejeitado, com 78 votos contrários, 09 favoráveis e 04 abstenções; **410ª votação**: Destaque nº 0194-87 – Emenda nº ES-33288-1, supressiva do art. 192, § 1º, do Substitutivo nº 2; autor: Luiz Salomão; encaminhamento: favorável, do autor, e contrário de Severo Gomes e Virgílio Távora; resultado: rejeitado, com 57 votos contrários, 32 favoráveis e 02 abstenções. Ao término desta votação, a Presidência dos trabalhos passou a ser exercida pelo 4º-Vice-Presidente Fernando Henrique Cardoso; **411ª votação**: Destaque nº 5981-87, do Senhor Joaquim Sucena – Emenda nº ES-22506-5, substitutiva do art. 192, § 3º, do Substitutivo nº 2; autor: Ubiratan Spinelli; encaminhamento: favorável, de Severo Gomes e do Relator Bernardo Cabral; resultado: aprovado, com 88 votos favoráveis e 01 abstenção; **412ª votação**: Destaque nº 1854-87 – Emenda nº ES-30831-9 (em parte), aditiva do art. 192, do Substitutivo nº 2; autor: Oswaldo Lima Filho; encaminhamento: favorável, do autor e de Virgílio Távora, e contrário de Francisco Dornelles; resultado: aprovado, com 74 votos favoráveis, 11 contrários e 04 abstenções. Às treze horas, o 4º-Vice-Presidente Fernando Henrique Cardoso suspendeu os trabalhos, antes convocando sua continuação para as quinze horas, no mesmo local. Às quinze horas e vinte e oito minutos, do dia nove de novembro de mil novecentos e oitenta e sete, havendo número regimental, o 2º-Vice-Presidente Brandão Monteiro declarou reaberta a reunião; **413ª votação**: Destaque nº 1621-87 – Emenda nº ES-33919-2 (em parte), substitutiva do art. 194, § 1º, do Substitutivo nº 2; autor: Aluizio Campos; encaminhamento: favorável, do autor e do Relator-Adjunto Virgílio Távora; resultado: aprovado, com 76 votos favoráveis, 09 contrários e 01 abstenção; **414ª votação**: Destaque nº 4295-87, supressiva do art. 194, § 2º, do Substitutivo nº 2; autor: César Maia; encaminhamento: favorável, do autor e de João Agripino, e contrário de Marcondes Gadelha, José Lins e Virgílio Távora; resultado: rejeitado, com 49 votos contrários, 40 favoráveis e 02 abstenções; **415ª votação**: Destaque nº 0581-87 – Emenda nº ES-32032-7, modificativa do art. 194, § 3º, do Substitutivo nº 2; autor: Brandão Monteiro; encaminhamento: favorável, de César Maia e Virgílio Távora, e contrário de José Jorge; resultado: prejudicado, por falta de **quorum** qualificado, com 45 votos contrários, 43 favoráveis e 01 abstenção; **416ª votação**: Destaque nº 7920-87, do Senhor Nilton Friedrich – Emenda nº

ES-27198-9, modificativa do art. 194, § 2º, do Substitutivo nº 2; autores: Domingos Leonelli e Nilton Friedrich; encaminhamento: favorável, de Nilton Friedrich, e contrário de Francisco Dornelles; resultado: aprovado, com 56 votos favoráveis, 28 contrários e 02 abstenções; **417ª votação**: Destaque nº 6212-87, supressiva de expressão do art. 195, § 3º, do Substitutivo nº 2; autor: Marcos Lima; encaminhamento: favorável, do autor, e contrário de Ademir Andrade e Bernardo Cabral; resultado: rejeitado, com 48 votos contrários, 27 favoráveis e 05 abstenções; **418ª votação**: Destaque nº 2373-87 – Emenda nº IP-15483-9, aditiva de parágrafo ao art. 196, do Substitutivo nº 2; autor: Luiz Gushiken; encaminhamento: favorável, de Plínio Arruda Sampaio, e contrário de Gerson Peres e Virgílio Távora; resultado: rejeitado, com 50 votos contrários, 27 favoráveis e 01 abstenção; **419ª votação**: Destaque nº 4101-87, do Senhor Carlos Sant'Anna – Emenda nº ES-22935-4, modificativa do art. 197, § 2º, do Substitutivo nº 2; autor: Nyder Barbosa; encaminhamento: favorável, de Carlos Sant'Anna, e contrário de José Genoíno e Virgílio Távora; resultado: rejeitado, com 63 votos contrários, 15 favoráveis e 01 abstenção; **420ª votação**: Destaque nº 0184-87 – Emenda nº ES-33278-3, modificativa do art. 198, do Substitutivo nº 2; autor: Luiz Salomão; encaminhamento: favorável, do autor e do Relator Bernardo Cabral, e contrário de Ricardo Fiuza e José Lins; resultado: aprovado, com 53 votos favoráveis, 32 contrários e 01 abstenção; **421ª votação**: Destaque nº 4394-87 – Emenda nº ES-33279-1, substitutiva do art. 198, do Substitutivo nº 2; autor: Ademir Andrade; encaminhamento: favorável do autor e de Fernando Gasparian, e contrário de Ricardo Fiuza, Gerson Peres e Virgílio Távora; resultado: aprovado, com 60 votos favoráveis, 29 contrários e 01 abstenção; **422ª votação**: Destaque nº 2298-87 – Emenda nº IP-10490-4, aditiva ao art. 198, do Substitutivo nº 2; autor: Vladimir Palmeira; encaminhamento: favorável, do autor e de Octávio Elísio, e contrário de Ricardo Fiuza, Inocêncio Olivera e Virgílio Távora; resultado: rejeitado, com 51 votos contrários e 39 favoráveis. O 3º-Vice-Presidente Jarbas Passarinho, em seguida, suspendeu os trabalhos, antes convocando sua continuação para as nove horas, do dia dez de novembro de mil novecentos e oitenta e sete. Às nove horas e cinquenta e quatro minutos, do dia dez de novembro de mil novecentos e oitenta e sete, havendo número regimental, o 1º-Vice-Presidente Aluizio Campos declarou reaberta a reunião; **423ª votação**: Destaque nº 2738-87 – Emenda nº ES-28949-7, aditiva ao art. 199, do Substitutivo nº 2; autor: Fernando Santana; encaminhamento: favorável, do autor e de Bocayuva Cunha, e contrário do Relator-Adjunto Virgílio Távora; resultado: rejeitado, com 51 votos contrários e 50 favoráveis; **424ª votação**: Destaque nº 2660-87 – Emenda nº IP-05185-1, modificativa do art. 201, do Substitutivo nº 2; autor: Nilton Friedrich; encaminhamento: favorável, do autor, e contrário de Antônio Britto e José Fogaça; resultado: rejeitado, com 59 votos contrários e 33 favoráveis; **425ª votação**: Destaque nº 4210-87, aditivo ao Título VII, Capítulo I, do Substitutivo nº 2; autor: Euclides Scalco; encaminhamento: favorável, de Antonio Britto e do Relator-Adjunto Virgílio Távora, e contrário de Francisco Dornelles; resultado: aprovado, com 55 votos favoráveis, 34 contrários e 02 abstenções; **426ª votação**: Destaque nº 7232-87, substitutiva do art. 203, do Substitutivo nº 2; autor: José Richa; encaminhamento: favorável, de Fernando Henrique Cardoso, e contrário de Gastone Righi; resultado: prejudicado, por falta de **quorum** qualificado, com 39 votos favoráveis, 39 contrários e 15 abstenções. O 2º-Vice-Presidente Brandão Monteiro suspendeu os trabalhos às treze horas e vinte minutos, antes convocando sua continuação para as quinze horas, deste mesmo dia. Reaberta a reunião, às quinze horas e quarenta minutos, pelo 1º-Vice-Presidente Aluizio Campos, deu-se prosseguimento à votação; **427ª votação**: Destaque nº 8376-87

– Emenda nº ES-27359-E, supressiva do § 1º, art. 203, do Substitutivo nº; autor: Gastone Righi; encaminhamento: favorável, do autor; resultado: aprovado, com 72 votos favoráveis, 12 contrários e 02 abstenções; **428ª votação:** Destaque nº 8377-87, supressivo do § 2º, art. 203, do Substitutivo nº 2; autor: Gastone Righi; encaminhamento: favorável, de Joaquim Bevilacqua, e contrário de Nelson Carneiro e do Relator-Adjunto Virgílio Távora; resultado: aprovado, com 62 votos favoráveis, 25 contrários e 06 abstenções; **429ª votação:** Destaque nº 5249-87 – Emenda nº ES-32145-5, modificativa dos §§ 1º e 2º, art. 205, do Substitutivo nº 2; autor: Prisco Viana; encaminhamento: favorável, de Renato Vianna e do Relator-Adjunto Virgílio Távora, e contrário de José Genoíno; resultado: aprovado, com 55 votos favoráveis, 31 contrários e 06 abstenções; **430ª votação:** Destaque nº 6567-87, do Senhor Afif Domingos – Emenda nº ES-34548-6, substitutiva do art. 210, § 3º, do Substitutivo nº 2; autora: Sandra Cavalcanti; encaminhamento: favorável, da autora e de Afif Domingos, e contrário de Plínio Arruda Sampaio, Nelson Jobim e do Relator-Adjunto José Fogaça; resultado: rejeitado, com 59 votos contrários, 33 favoráveis e 01 abstenção; **431ª votação:** Destaque nº 6229-87 – Emenda nº IP-09356-2, substitutiva do art. 209, do Substitutivo nº 2; autor: Jorge Hage; encaminhamento: favorável, do autor e do Relator-Adjunto Virgílio Távora; resultado: aprovado, com 85 votos favoráveis e 08 contrários; **432ª votação:** Destaque nº 7910-87, supressivo do art. 211, do Substitutivo nº 2; autor: Nelson Friedrich; encaminhamento: favorável, do autor e do Relator-Adjunto José Fogaça; resultado: aprovado, com 86 votos favoráveis e 07 contrários; **433ª votação:** Destaque nº 7791-87 – Emenda nº 31655-9, substitutiva do art. 212, §§ 1º, 2º e 3º, do Substitutivo nº 2; autor: Giovanni Masini e José Maria Eymael; encaminhamento: favorável, do autor, de Roberto Freire e do Relator-Adjunto Virgílio Távora, e contrário de Plínio Arruda Sampaio e José Genoíno; resultado: aprovado, com 86 votos favoráveis e 07 contrários; **434ª votação:** Destaque nº 5418-87 – Emenda nº ES-31366-5, substitutiva do **caput**, art. 215, do Substitutivo nº 2; autor: José Egreja; encaminhamento: favorável, do autor e do Relator-Adjunto José Fogaça, e contrário de José Genoíno; resultado: aprovado, com 50 votos favoráveis e 43 contrários. Após esta votação, deixou a Presidência dos trabalhos o 4º-Vice-Presidente Fernando Henrique Cardoso, assumindo-a o 1º-Vice-Presidente Aluizio Campos. Às vinte horas e trinta minutos, o Presidente Aluizio Campos suspendeu os trabalhos, antes convocando sua continuação para o dia seguinte, onze de novembro, às nove horas, no mesmo local. Às dez horas e seis minutos do dia onze de novembro de mil novecentos e oitenta e sete, havendo número regimental, o 3º-Vice-Presidente Jarbas Passarinho declarou reaberta a reunião; **435ª votação:** Destaque nº 0891-87, do Senhor Haroldo Lima – Emenda nº ES-27664-6, modificativa do art. 217, do Substitutivo nº 2; autores: Aldo Arantes e outros; encaminhamento: favorável, de Aldo Arantes e Ademir Andrade, e contrário de Aluizio Campos, Egídio Ferreira Lima e do Relator-Adjunto Virgílio Távora; resultado: prejudicado, por falta de **quorum** qualificado, com 29 votos favoráveis e 42 contrários; **436ª votação:** Destaque nº 4310-87 – Emenda nº ES-27585-2, substitutiva do art. 218, do Substitutivo nº 2; autor: Victor Faccioni; encaminhamento: favorável, do autor e do Relator-Adjunto Virgílio Távora; resultado: aprovado, com 56 votos favoráveis e 23 contrários; **437ª votação:** Destaque nº 6751-87, supressivo do art. 220, do Substitutivo nº 2; autor: Vicente Bogo; encaminhamento: favorável, do autor e do Relator-Adjunto Virgílio Távora; resultado: aprovado, com 75 votos favoráveis e 01 contrário; **438ª votação:** Destaque nº 6759-87 – Emenda nº 1P-14588-1, aditiva de artigo ao Título VII, Capítulo II, do Substitutivo nº 2; autor: Vicente Bogo; encaminhamento: favo

rável, do autor e do Relator-Adjunto Virgílio Távora; resultado: aprovado, com 68 votos favoráveis, 07 contrários e 01 abstenção; **439ª votação:** Destaque nº 6338-87 – Emenda nº ES-28112-7, modificativa do art. 221, do Substitutivo nº 2; autor: Bonifácio de Andrada; encaminhamento: favorável, do autor e de Fernando Gasparian, e contrário de Francisco Dornelles, José Serra e do Relator-Adjunto Virgílio Távora; resultado: rejeitado, com 51 votos contrários, 28 favoráveis e 02 abstenções; **440ª votação:** Destaque nº 2991-87, supressivo do inciso II, art. 221, do Substitutivo nº 2; autor: Nelson Friedrich; encaminhamento: favorável, do autor e de Luiz Salomão, e contrário de Michel Temer, Francisco Dornelles e do Relator-Adjunto Virgílio Távora; resultado: rejeitado, com 58 votos contrários e 28 favoráveis; **441ª votação:** Destaque nº 2401-87 – Emenda nº ES-25660-2, aditiva de artigo ao Título VII, Capítulo III, do Substitutivo nº 2; autor: Luiz Gushiken; encaminhamento: favorável, do autor, e contrário de Aluizio Campos e do Relator-Adjunto Virgílio Távora; resultado: prejudicado, por falta de **quorum** qualificado, com 39 votos contrários, e 29 votos favoráveis. Às treze horas e dez minutos, o 3º-Vice-Presidente Jarbas Passarinho suspendeu os trabalhos, antes convocando sua continuação para as quinze horas, no mesmo local e dia. Às quinze horas e vinte e dois minutos, do dia onze de novembro de mil novecentos e oitenta e sete, o 1º-Vice-Presidente Aluizio Campos, havendo número regimental, declarou reaberta a reunião; **442ª Cotação:** Destaque nº 2624-87 – Emenda nº 1P-19417-2, aditiva de parágrafo único o artigo do Título VII, Capítulo III, do Substitutivo nº 2; autor: Nelson Friedrich; encaminhamento: favorável, do autor, e contrário de Francisco Dornelles e do Relator-Adjunto Adolfo Oliveira; resultado: rejeitado, com 49 votos contrários, 25 favoráveis e 02 abstenções; **443ª votação:** Redação Final do Título V, do Substitutivo nº 2 ao Projeto de Constituição, do Relator Bernardo Cabral; encaminhamento: favorável, do Relator-Adjunto Antônio Carlos Konder Reis; resultado: aprovada, com 70 votos favoráveis, 02 contrários e 01 abstenção. Durante esta votação, deixou a Presidência dos trabalhos o 1º-Vice-Presidente Aluizio Campos, assumindo-a o titular Afonso Arinos; **444ª votação:** Redação Final do Título VI, do Substitutivo nº 2 ao Projeto de Constituição, do Relator Bernardo Cabral; encaminhamento: favorável, do Relator-Adjunto Antônio Carlos Konder Reis; resultado: aprovada, com 66 votos favoráveis, 01 contrário e 02 abstenções; **445ª votação:** Destaque nº 0196-87, do Senhor Luiz Salomão – Emenda nº ES-33290-2, aditiva de parágrafo ao art. 194, do Substitutivo nº 2; autores: Domingos Leonelli e outros; encaminhamento: favorável, do autor e Francisco Dornelles, e contrário de Aluizio Campos e do Relator-Adjunto Virgílio Távora; resultado: prejudicado, por falta de **quorum** qualificado, com 38 votos favoráveis e 29 contrários; **446ª votação:** Destaque nº 6327-87 – Emenda nº 1P-02005-1, modificativa do art. 196, **caput**, do Substitutivo nº 2; autora: Abigail Feitosa; encaminhamento: favorável, da autora, e contrário de Francisco Dornelles e do Relator-Adjunto Virgílio Távora; resultado: prejudicado, por falta de **quorum** qualificado, com 29 votos contrários e 28 favoráveis. Após esta votação, deixou a Presidência dos trabalhos o titular Afonso Arinos, assumindo-a o 2º-Vice-Presidente Brandão Monteiro; **447ª votação:** Destaque nº 3258-87 – Emenda nº ES-22364-0, supressiva do § 1º, art. 197, do Substitutivo nº 2; autor: Eraldo Tinoco; encaminhamento: favorável do autor, e contrário do Relator-Adjunto Virgílio Távora; resultado: prejudicado, por falta de **quorum** qualificado, com 37 votos contrários, 17 favoráveis e 01 abstenção. Às dezenove horas e cinquenta e dois minutos, deixou a Presidência dos trabalhos o 2º-Vice-Presidente Brandão Monteiro, assumindo-a o 1º-Vice-Presidente Aluizio Campos que, às vinte horas e cinco minutos, suspendeu a reunião, antes convocando sua con

tinuação para as nove horas, do dia doze de novembro de mil novecentos e oitenta e sete, no mesmo local. Às dez horas e quatro minutos, do dia doze de novembro de mil novecentos e oitenta e sete, havendo número regimental, o 1.º-Vice-Presidente Aluizio Campos declarou reaberta a reunião, dando prosseguimento à votação, sendo substituído pelo 3.º-Vice-Presidente Jarbas Passarinho, às dez horas e quarenta e oito minutos; **448ª votação:** Destaque nº 7740-87 – Emenda nº ES-28356-1, substitutiva da redação do art. 225, do Substitutivo nº 2; autor: Sotero Cunha; encaminhamento: favorável, do autor e de Adylson Motta, e contrário de Carlos Santa'Anna, José Fogaça e do Relator-Adjunto Almir Gabriel; resultado: rejeitado, com 66 votos contrários, 24 favoráveis e 01 abstenção; **449ª votação:** Destaque nº 3900-87 – Emenda nº ES-25804-4, supressiva do art. 226, § 2º, do Substitutivo nº 2; autor: Gastone Righi; co-autor: Siqueira Campos; encaminhamento: favorável, do autor e de Marcondes Gadelha, e contrário de Abigail Feitosa, Gerson Peres e do Relator Bernardo Cabral; resultado: rejeitado, com 66 votos contrários, 25 favoráveis e 02 abstenções; **450ª votação:** Destaque nº 2608-87 – Emenda nº ES-27045-1, modificativa do art. 227, § 1º, do Substitutivo nº 2; autor: Roberto Jefferson; encaminhamento: favorável, do autor e de Virgildásio de Senna, e contrário de Abigail Feitosa, Carlos Sant'Anna e do Relator-Adjunto Almir Gabriel; resultado: rejeitado, com 83 votos contrários e 10 favoráveis; **451ª votação:** Destaque nº 7591-87, supressivo do art. 227, § 3º, do Substitutivo nº 2; autor: Darcy Pozza, em co-autoria com Inocência Oliveira; encaminhamento: favorável, do autor, de Inocência Oliveira e do Relator Bernardo Cabral, e contrário de José Genoíno e Aldo Arantes; resultado: aprovado, com 64 votos favoráveis e 15 contrários. Às treze horas e trinta e cinco minutos, o 3.º-Vice-Presidente Jarbas Passarinho suspendeu os trabalhos, antes convocando sua continuação para as quinze horas, no mesmo local. Às quinze horas, do dia doze de novembro constatou-se a presença das seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Adolfo Oliveira, Afonso Arinos, Alcení Guerra, Alfredo Campos, Almir Gabriel, Aloysio Chaves, Aluizio Campos, Antônio Britto, Antonio Farias, Antônio Carlos Konder Reis, Antonio Carlos Mendes Thame, Arnaldo Prieto, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Brandão Monteiro, Carlos Chiarelli, Carlos Mosconi, Carlos Sant'Anna, Celso Dourado, Christóvam Chiaradia, Cid Carvalho, Cristina Tavares, Darcy Pozza, Egídio Ferreira Lima, Eraldo Tinoco, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Gasparian, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Lyra, Francisco Benjamim, Francisco Dornelles, Francisco Pinto, Francisco Rossi, Gastone Righi, Gerson Peres, Gilson Machado, Haroldo Lima, Haroldo Sabóia, Ibsen Pinheiro, Inocência Oliveira, Jamil Haddad, Jarbas Passarinho, João Calmon, João Herrmann Neto, Joaquim Beviláqua, José Fogaça, José Freire, José Geraldo, José Ignácio Ferreira, José Jorge, José Lins, José Luiz Maia, José Maurício, José Paulo Bisol, José Richa, José Santana de Vasconcellos, José Serra, José Thomaz Nonô, José Ulisses de Oliveira, Luís Eduardo, Luiz Inácio Lula da Silva, Lysâneas Maciel, Manoel Moreira, Marcondes Gadelha, Mário Assad, Mário Lima, Milton Reis, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nelson Friedrich, Nilson Gibson, Oscar Corrêa, Osvaldo Coelho, Osvaldo Lima Filho, Paulo Pimentel, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Plínio Arruda Sampaio, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Ricardo Fiúza, Roberto Freire, Rodrigues Palma, Sandra Cavalcanti, Severo Gomes, Sigmaringa Seixas, Siqueira Campos, Theodoro Mendes, Virgildásio de Senna, Virgílio Távora, Adylson Motta, Aécio Neves, Adroaldo Streck, Albano Franco, Afff Domingos, Aldo Arantes, Antonio Mariz, Aníbal Barcellos, Beth Azize, Bocayuva Cunha, Bonifácio de Andrada, Carlos Cardinal, Carlos Alberto Caó, Daso Coimbra, Délio Braz, Enoc Vieira, Euclides Scalco, Fernando Santana, Furtado Leite, João

Menezes, João Natal, Jofran Frejat, Jonas Pinheiro, Jorge Hage, José Carlos Grecco, José Costa, José Genoíno, José Lourenço, José Maranhão, José Tavares, José Tinoco, Lídice da Mata, Luiz Salomão, Manuel Viana, Márcio Braga, Marcos Lima, Michel Temer, Miro Teixeira, Mozarildo Cavalcanti, Nelson Wedekin, Octávio Elísio, Ottomar Pinto, Paes Landim, Ricardo Izar, Roberto Brant, Rose de Freitas, Sólon Borges dos Reis, Sotero Cunha, Uldurico Pinto, Valmir Campelo, Vicente Bogo, Victor Faccioni, Vilson Souza e Ziza Valadares. Compareceram, ainda, os Senhores Constituintes não integrantes da Comissão: Florestan Fernandes, Paulo Delgado e Chico Humberto. Deixou de comparecer o Senhor Constituinte Wilson Martins. Havendo número regimental, o 1.º-Vice-Presidente Aluizio Campos declarou reaberta a reunião, dando início à votação do **Título VIII** (destaques) do Projeto de Constituição; **452ª votação:** Destaque nº 0002-87 – Emenda nº ES-33214-7, aditiva ao art. 227, do Substitutivo nº 2; autor: Siqueira Campos; encaminhamento: favorável, do autor, de Virgílio Távora, e contrário de Egídio Ferreira Lima e do Relator-Adjunto Almir Gabriel; resultado: rejeitado, com 53 votos contrários, 20 favoráveis e 01 abstenção; **453ª votação:** Destaque nº 4516-87, modificativo do art. 228, alínea "b", do Substitutivo nº 2; autor: Bocayuva Cunha, em co-autoria com Michel Temer; encaminhamento: favorável, do autor, de Carlos Chiarelli, Adolfo Oliveira e Virgildásio de Senna, e contrário de Raimundo Bezerra, Abigail Feitosa, Carlos Sant'Anna, Mário Lima e do Relator-Adjunto Almir Gabriel; resultado: rejeitado, com 47 votos contrários e 45 favoráveis; **454ª votação:** Destaque nº 4111-87 – Emenda nº ES-23705-5, aditivo ao Título VIII, Capítulo II, Seção III, do Substitutivo nº 2; autor: Jarbas Passarinho, em co-autoria com Cunha Bueno e Enoc Vieira; encaminhamento: favorável, de Antônio Britto, Gerson Peres e do Relator Bernardo Cabral; resultado: aprovado, com 92 votos favoráveis e 01 contrário. Às dezessete horas e vinte e dois minutos, deixou a Presidência dos trabalhos o 1.º-Vice-Presidente Aluizio Campos, assumindo-a o 4.º-Vice-Presidente Fernando Henrique Cardoso; **455ª votação:** Destaque nº 0331-87, do Senhor José Jorge – Emenda nº ES-34076-0, aditiva ao Título VIII, Capítulo II, Seção I do Substitutivo nº 2; autor: Uldurico Pinto; encaminhamento: favorável, de Carlos Mosconi e do Relator Bernardo Cabral; resultado: aprovado, com 86 votos favoráveis e 02 contrários; **456ª votação:** Destaque nº 4784-87 – Emenda nº ES-33097-7, aditiva ao art. 228 do Substitutivo nº 2; autor: Egídio Ferreira Lima; encaminhamento: favorável, do autor e do Relator José Fogaça; resultado: aprovado, com 86 votos favoráveis e 02 contrários; **457ª votação:** Destaque nº 0337-87 – Emenda nº ES-34070-1, aditiva ao Título VIII, Capítulo II, Seção I do Substitutivo nº 2; autor: Eduardo Jorge; encaminhamento: favorável, do autor, e contrário do Relator-Adjunto Almir Gabriel; resultado: rejeitado, com 64 votos contrários e 24 favoráveis; **458ª votação:** Destaque nº 5871-87 – Emenda nº ES-31056-9, aditiva ao art. 229 do Substitutivo nº 2; autor: Augusto Carvalho; encaminhamento: favorável, de Roberto Freire e do Relator-Adjunto José Fogaça; resultado: aprovado, com 85 votos favoráveis e 02 contrários; **459ª votação:** Destaque nº 3691-87 – Emenda nº ES-28138-1, aditiva ao art. 229 do Substitutivo nº 2; autor: Arnaldo Faria de Sá; encaminhamento: favorável, do autor, e contrário de José Serra e do Relator-Adjunto Almir Gabriel; resultado: rejeitado, com 47 votos contrários, 38 favoráveis e 03, abstenções; **460ª votação:** Destaque nº 4570-87 – Emenda nº ES-32847-6, modificativa do art. 230, **caput**, do Substitutivo nº 2; autor: Francisco Rossi; encaminhamento: favorável, do autor e de Theodoro Mendes, e contrário de José Serra, Gastone Righi e do Relator-Adjunto Almir Gabriel; resultado: rejeitado, com 47 votos contrários, 32 favoráveis e 05 abstenções. Às vinte horas e quinze minutos, o 4.º-Vice-Presidente Fernando Henrique Cardoso suspendeu os trabalhos, antes convocando sua continuação para o dia treze de novembro de mil

novecentos e oitenta e sete, às nove horas. Às nove horas e cinquenta e oito minutos, do dia treze de novembro de mil novecentos e oitenta e sete, havendo número regimental, o 1.º-Vice-Presidente Aluizio Campos declarou reaberta a reunião, tendo concedido a palavra, para uma comunicação, ao Relator Bernardo Cabral sobre notícia veiculada na imprensa, com referência a voto proferido na Comissão pelo Constituinte Albano Franco. Sobre o assunto falou, ainda, o Constituinte Virgílio Távora, em solidariedade a Albano Franco; **461ª votação:** Destaque nº 0730-87 – Emenda nº ES-28850-4, modificativa do **caput**, art. 230 do Substitutivo nº 2; autor: Floriceno Paixão, em co-autoria com Arnaldo Faria de Sá; encaminhamento: favorável, do autor e de Jofran Frejat, e contrário de José Serra, Alcení Guerra e do Relator-Adjunto Almir Gabriel; resultado: aprovado, com 49 votos favoráveis, 36 contrários e 06 abstenções; **462ª votação:** Destaque nº 2299-87 – Emenda nº 1P-104306-1, modificativa do art. 230, **caput**, do Substitutivo nº 2; autor: Vladimir Palmeira; encaminhamento: favorável, do autor e de Mendes Thame, e contrário de Raimundo Bezerra, José Costa e do Relator-Adjunto Almir Gabriel; resultado: rejeitado, com 48 votos contrários, 41 favoráveis e 02 abstenções; **463ª votação:** Destaque nº 7801-87 – Emenda nº ES-24984-3, modificativa da alínea "a", art. 230, Título VIII do Substitutivo nº 2; autora: Beth Azize em co-autoria com Rose de Freitas, Anna Maria Rattes, Abigail Feitosa, Raquel Capiberibe e Vilma Maia; encaminhamento: favorável, da autora e de Rose de Freitas, e contrário de Egídio Ferreira Lima, Celso Dourado e do Relator-Adjunto Almir Gabriel; resultado: rejeitado, com 50 votos contrários, 37 favoráveis e 02 abstenções. Às treze horas e vinte minutos, o 4.º-Vice-Presidente Fernando Henrique Cardoso suspendeu os trabalhos, antes convocando sua continuação para as quinze horas, do dia treze de novembro de mil novecentos e oitenta e sete. Às quinze horas e trinta e dois minutos, do dia treze de novembro de mil novecentos e oitenta e sete, havendo número regimental, o 3.º-Vice-Presidente Jarbas Passarinho declarou reaberta a reunião, para dar continuidade à votação do Título VIII do Projeto de Constituição (matéria destacada); **464ª votação:** Destaque nº 4576-87 – Emenda nº ES-32854-9, modificativa da alínea "a", do art. 230, do Substitutivo nº 2; autor: Francisco Rossi, em co-autoria com Luiz Gushiken e Floriceno Paixão; encaminhamento: favorável, do autor, de Luiz Gushiken e do Relator-Adjunto Almir Gabriel; resultado: aprovado, com 72 votos favoráveis e 02 contrários; **465ª votação:** Destaque nº 1415-87 – Emenda nº 1P-9397-0, modificativa da alínea "a", art. 230, do Substitutivo nº 2; autor: Nelson Carneiro; encaminhamento: favorável, do autor e do Relator-Adjunto Almir Gabriel; resultado: aprovado, com 73 votos favoráveis, 01 contrário e 01 abstenção. Às dezesseis horas e dezoito minutos, deixou a Presidência dos trabalhos o 3.º-Vice-Presidente Jarbas Passarinho, assumindo-a o 4.º-Vice-Presidente Fernando Henrique Cardoso; **466ª votação:** Destaque nº 3686-87 – Emenda nº ES-28142-9, aditiva de artigo ao Título VIII, do Substitutivo nº 2; autor: Arnaldo Faria de Sá, em co-autoria com Floriceno Paixão; encaminhamento: favorável, do autor e do Relator-Adjunto Almir Gabriel, e contrário de Aluizio Campos; resultado: aprovado, com 70 votos favoráveis, 11 contrários e 01 abstenção; **467ª votação:** Destaque nº 4108-87 – Emenda nº ES-21533-7, aditiva de alínea, art. 230, do Substitutivo nº 2; Autor: Jofran Frejat; encaminhamento: favorável, do autor, e contrário de José Lins e do Relator-Adjunto Almir Gabriel; resultado: rejeitado, com 54 votos contrários, 29 favoráveis e 03 abstenções; **468ª votação:** Destaque nº 6457-87 – Emenda nº ES-34801-9, modificativa do art. 230, § 4º, do Substitutivo nº 2; autor: Adolfo Oliveira; encaminhamento: favorável, do autor, e contrário de Luiz Inácio Lula da Silva e do Relator-Adjunto Almir Gabriel; resultado: rejeitado, com 49 votos contrários, 33 favoráveis e 02 abstenções; **469ª votação:** Destaque nº 7358-87 – Emenda nº

1P-14985-1, aditiva de parágrafo único ao art. 230, do Substitutivo nº 2; Autor: Antonio Mariz; encaminhamento: favorável, do autor e do Relator-Adjunto Almir Gabriel; resultado: aprovado, com 58 votos favoráveis, 19 contrários e 11 abstenções; **470ª votação:** Destaque nº 3680-87 – Emenda nº ES-28134-8, aditiva de alínea, art. 230, do Substitutivo nº 2; autor: Arnaldo Faria de Sá; encaminhamento: favorável, de Gerson Peres e do Relator-Adjunto José Fogaça; resultado: aprovado, com 65 votos favoráveis, 15 contrários e 02 abstenções; **471ª votação:** Destaque nº 0100-87 – Emenda nº ES-32938-9, aditiva de inciso, art. 230, do Substitutivo nº 2; autor: Hermes Zaneti; encaminhamento: favorável, do autor, e contrário do Relator-Adjunto Almir Gabriel; resultado: aprovado, com 80 votos favoráveis e 04 contrários; **472ª votação:** Destaque nº 0606-87 – Emenda nº ES-32390-3, aditiva de inciso, art. 230, Título VIII, do Substitutivo nº 2; autor: Brandão Monteiro; encaminhamento: favorável, de Luiz Salomão e do Relator-Adjunto Almir Gabriel; resultado: rejeitado, com 51 votos contrários, 24 favoráveis e 06 abstenções; **473ª votação:** Destques nºs 3610-87 e 4474-87 – Emendas nºs ES-21105-6 e ES-27601-8, modificativas do art. 230, parágrafos, do Substitutivo nº 2; autor: Jonas Pinheiro, em co-autoria com Victor Faccioni e Vicente Bogo; encaminhamento: favorável, de Victor Faccioni e Vicente Bogo, e contrário de Aluizio Campos e do Relator Bernardo Cabral; resultado: prejudicado, por falta de **quorum** qualificado, com 45 votos favoráveis, 33 contrários e 02 abstenções. Às vinte horas e quatro minutos, o 3.º-Vice-Presidente Jarbas Passarinho suspendeu os trabalhos, antes convocando sua continuação para as nove horas, do dia quatorze de novembro de mil novecentos e oitenta e sete. Às nove horas e trinta e oito minutos, do dia quatorze de novembro de mil novecentos e oitenta e sete, havendo número regimental, o 1.º-Vice-Presidente Aluizio Campos declarou reabertos os trabalhos, tendo concedido a palavra, pela ordem, aos Constituintes Raimundo Bezerra, José Luiz raia, Virgílio Távora, Inocêncio Oliveira, Aldo Arantes e Abigail Feitosa, que se pronunciaram sobre declarações do Presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), a respeito de "lixo atômico", diante do acidente nuclear ocorrido em Goiânia, com o Césio-137. Às dez horas e quatro minutos, deixou a Presidência dos trabalhos o Constituinte Aluizio Campos, assumindo-a o 3.º-Vice-Presidente Jarbas Passarinho, que deu prosseguimento à votação; **474ª votação:** Destaque nº 2917-87 – Emenda nº ES-25196-1, aditiva de parágrafo ao art. 232, do Substitutivo nº 2; autor: Eliel Rodrigues; encaminhamento: favorável, do autor e de Eraldo Tinoco, e contrário do Relator-Adjunto Antônio Carlos Konder Reis; resultado: rejeitado, com 48 votos contrários, 32 favoráveis e 01 abstenção; **475ª votação:** Destaque nº 3147-87 – Emenda nº ES-24516-3, modificativa do inciso VII, art. 234, do Substitutivo nº 2; autor: José Maurício; encaminhamento: favorável, do autor, e contrário de Octávio Elísio e do Relator-Adjunto José Fogaça; resultado: rejeitado, com 78 votos contrários, 10 favoráveis e 03 abstenções; **476ª votação:** Destaque nº 0177/87, do Senhor Jorge Hage – Emenda nº ES-32993-6, modificativa do § 2º, art. 239, do Substitutivo nº 2; autor: Gumercindo Milhomem; encaminhamento: favorável, do autor, de Eraldo Tinoco e da Relatora-Adjunta Sandra Cavalcanti, e contrário de Francisco Dornelles e Paes Landim; resultado: aprovado, com 74 votos favoráveis, 13 contrários e 04 abstenções; **477ª votação:** Destaque n. 7499-87, supressivo do § 1º, art. 239, do Substitutivo nº 2; autor: Agripino de Oliveira Lima; encaminhamento: favorável, de José Maria Eymael, e contrário de Gerson Peres, Abigail Feitosa e da Relatora-Adjunta Sandra Cavalcanti; resultado: rejeitado, com 67 votos contrários e 21 favoráveis. Às treze horas, o 4.º-Vice-Presidente Fernando Henrique Cardoso suspendeu os trabalhos, antes convocando sua continuação para as quinze horas, do dia quatorze de

novembro de mil novecentos e oitenta e sete. Às quinze horas e trinta minutos, do dia quatorze de novembro de mil novecentos e oitenta e sete, havendo número regimental, o 2º Vice-Presidente Brandão Monteiro declarou reabertos os trabalhos; **478ª votação:** Destaque n.º 0479-87 – Emenda n.º 1P-05545-8, substitutiva do art. 240, do Substitutivo n.º 2; autor: Florestan Fernandes; encaminhamento: favorável, do autor e de Sólton Borges dos Reis, e contrário de Eraldo Tinoco, Manuel Viana e da Relatora-Adjunta Sandra Cavalcanti; resultado: rejeitado, com 57 votos contrários e 27 favoráveis; **479ª votação:** Destaque n.º 2796-87 – Emenda n.º ES-22881-1, modificativa do **caput**, art. 240, do Substitutivo n.º 2; autor: Mozarildo Cavalcanti; encaminhamento: favorável, do autor, e contrário de José Genoíno e da Relatora-Adjunta Sandra Cavalcanti; resultado: rejeitado, com 71 votos contrários, 15 favoráveis e 03 abstenções; **480ª votação:** Destaque n.º 5082-87 – Emenda n.º ES-27594-1, aditiva de expressão ao art. 240, do Substitutivo n.º 2; autor: Victor Faccioni; encaminhamento: favorável, do autor, de Mário Assad e do Relator-Adjunto José Fogaça, e contrário de Octávio Elísio e Jorge Hage; resultado: rejeitado, com 49 votos contrários, 43 favoráveis e 01 abstenção; **481ª votação:** Destaque n.º 4723-87, substitutivo do art. 241, do Substitutivo n.º 2; autor: Euclides Scalco, em co-autoria com Jorge Hage e Carlos Sant'Anna; encaminhamento: favorável, do autor e da Relatora-Adjunta Sandra Cavalcanti; resultado: aprovado, com 74 votos favoráveis, 04 contrários e 04 abstenções; **482ª votação:** Destaque n.º 3237-87 Emenda n.º ES-23420-0, modificativa do art. 245, do Substitutivo n.º 2; autor: Márcio Braga; encaminhamento: favorável, do autor, de Artur da Távola e do Relator-Adjunto José Fogaça, e contrário de Gerson Peres e Paes Landim; resultado: aprovado, com 65 votos favoráveis, 22 contrários e 02 abstenções; **483ª votação:** Destaque n.º 2772-87 – Emenda n.º ES-31976-1, substitutiva do **caput**, art. 245, do Substitutivo n.º 2; autor: José Maria Eymael; encaminhamento: favorável, do autor e da Relatora-Adjunta Sandra Cavalcanti, e contrário de Eraldo Tinoco; resultado: aprovado, com 61 votos favoráveis, 23 contrários e 02 abstenções; **484ª votação:** Destaque n.º 0941-87 – Emenda n.º 1P-05663-2, modificativa de §§, art. 246, do Substitutivo n.º 2; autora: Cristina Tavares; encaminhamento: favorável, de Florestan Fernandes e do Relator-Adjunto Virgílio Távora; resultado: aprovado, com 83 votos favoráveis, 08 contrários e 01 abstenção. Às dezoito horas e cinquenta e seis minutos, deixou a Presidência dos trabalhos o 1º Vice-Presidente Aluizio Campos, assumindo-a o 4º Vice-Presidente Fernando Henrique Cardoso; **485ª votação:** Destaque n.º 4219-87, substitutivo do parágrafo único e do art. 247, do Substitutivo n.º 2; autor: Euclides Scalco, em co-autoria com Vilson Souza; encaminhamento: favorável, de Artur da Távola e do Relator-Adjunto Virgílio Távora; resultado: aprovado, com 68 votos favoráveis, 20 contrários e 01 abstenção; **486ª votação:** Redação Final do Título VII, do Substitutivo n.º 2, do Relator Bernardo Cabral; resultado: aprovado, com 82 votos favoráveis e 04 abstenções; **487ª votação:** Destaque n.º 5724-87, supressivo de expressão do parágrafo único, art. 247, do Substitutivo n.º 2; autora: Cristina Tavares; encaminhamento: favorável, de Nelson Friedrich e do Relator-Adjunto Virgílio Távora, e contrário de Gerson Peres; resultado: rejeitado, com 54 votos contrários, 38 favoráveis e 01 abstenção; **488ª votação:** Requerimento dispondo sobre a prorrogação do horário da reunião, de autoria de Cristina Tavares; resultado: rejeitado, com 49 votos contrários e 43 favoráveis. Às vinte horas e cinquenta minutos, o 4º Vice-Presidente Fernando Henrique Cardoso suspendeu os trabalhos, antes convocando sua continuação para as nove horas, do dia quinze de novembro de mil novecentos e oitenta e sete, no mesmo Plenário. Às nove horas e quarenta e seis minutos, do dia quinze de novembro de mil novecentos e oitenta e sete, constatou-se a presença dos seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Adhemar de Barros Filho, Adolfo Oliveira, Afonso Arinos, Alcení Guerra, Alfredo Campos, Almir Gabriel, Aloysio Chaves,

Aluizio Campos, Amaury Müller, Antônio Britto, Antônio Farias, Antônio Carlos Konder Reis, Antoniocarlos Mendes Thame, Arnaldo Prieto, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Brandão Monteiro, Carlos Chiarelli, Carlos Mosconi, Carlos Sant'Anna, Celso Dourado, Christóvam Chiaradia, Cid Carvalho, Cristina Tavares, Darcy Pozza, Egídio Ferreira Lima, Eraldo Tinoco, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Gasparian, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Lyra, Francisco Benjamim, Francisco Dornelles, Francisco Pinto, Francisco Rossi, Gastone Righi, Gerson Peres, Gilson Machado, Haroldo Lima, Haroldo Sabóia, Ibsen Pinheiro, Inocêncio Oliveira, Jamil Haddad, Jarbas Passarinho, João Calmon, João Herrmann, Joaquim Bevilacqua, José Fogaça, José Freire, José Geraldo, José Ignácio Ferreira, José Jorge, José Lins, José Luiz Maia, José Maurício, José Paulo Bisol, José Richa, José Santana de Vasconcellos, José Serra, José Thomaz Nonô, José Ulisses de Oliveira, Luís Eduardo, Luiz Inácio Lula da Silva, Lysâneas Maciel, Manoel Moreira, Marcondes Gadelha, Mário Assad, Mário Lima, Milton Reis, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nelson Friedrich, Nilson Gibson, Oscar Corrêa, Osvaldo Coelho, Paulo Pimentel, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Plínio Arruda Sampaio, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Ricardo Fiúza, Roberto Freire, Rodrigues Palma, Sandra Cavalcanti, Severo Gomes, Sigmaringa Seixas, Siqueira Campos, Theodoro Mendes, Virgildásio de Senna, Virgílio Távora, Vivaldo Barbosa, Wilson Martins, Adylson Motta, Aécio Neves, Afif Domingos, Albano Franco, Aldo Arantes, Annibal Barcellos, Beth Azize, Bocayuva Cunha, Bonifácio de Andrada, Chagas Rodrigues, Daso Coimbra, Délio Braz, Enoc Vieira, Euclides Scalco, Fernando Santana, Furtado Leite, Floriceno Paixão, João Agripino, João Menezes, João Natal, Jofran Frejat, Jonas Pinheiro, Jorge Hage, José Carlos Grecco, José Costa, José Dutra, José Fernandes, José Genoíno, José Lourenço, José Maranhão, José Tavares, José Tinoco, Luiz Salomão, Márcio Braga, Marcos Lima, Mário Covas, Michel Temer, Miro Teixeira, Mozarildo Cavalcanti, Nelson Wedekin, Octávio Elísio, Ottomar Pinto, Paes Landim, Ricardo Izar, Roberto Balestra, Roberto Brant, Rose de Freitas, Simão Sessim, Sólton Borges dos Reis, Sotero Cunha, Uldurico Pinto, Valmir Campelo, Vicente Bogo, Victor Faccioni, Vilson Souza e Ziza Valadares. Estiveram presentes, ainda, os seguintes Senhores Constituintes não integrantes da Comissão: Chico Humberto, Florestan Fernandes e Paulo Delgado. Havendo número regimental, o 1º Vice-Presidente Aluizio Campos declarou reaberta a reunião, dando início à votação dos destaques referentes ao **Título IX**, do Substitutivo n.º 2, do Relator Bernardo Cabral; **489ª votação:** Destaque n.º 0001-87 – Emenda n.º ES-20793-8, substitutiva do art. 6º, Título IX, do Substitutivo n.º 2; autores: Siqueira Campos e José Freire; encaminhamento: favorável, de Wilson Martins, Bonifácio de Andrada e do Relator Bernardo Cabral; resultado: aprovado, com 82 votos favoráveis, 05 contrários e 05 abstenções; **490ª votação:** Destaque n.º 5806-87, supressivo de expressão do art. 2º, Disposições Transitórias, do Substitutivo n.º 2; autor: Carlos Cardinal; encaminhamento: favorável, do autor e de Gastone Righi, e contrário de Theodoro Mendes, Nelson Jobim e do Relator-Adjunto José Fogaça; resultado: rejeitado, com 64 votos contrários, 26 favoráveis e 02 abstenções; **491ª votação:** Destaque n.º 1772-87, supressivo do art. 4º, Disposições Transitórias, do Substitutivo n.º 2; autor: José Thomas Nonô; encaminhamento: favorável, do autor e do Relator Bernardo Cabral, e contrário de Brandão Monteiro; resultado: aprovado, com 92 votos favoráveis; **492ª votação:** Destaque n.º 0948-87 – Emenda n.º ES-21306-7, modificativa do art. 5º, **caput**, Disposições Transitórias; autor: Jorge Hage, em co-autoria com José Maria Eymael e Haroldo Lima; encaminhamento: favorável, de José Richa, Mário Covas e do Relator Bernardo Cabral, e contrário de Afonso Arinos e José Lourenço; resultado: aprovado, com 48 votos favoráveis e 45 contrários. Às onze horas e quarenta e seis minutos, deixou a Presidência o 1º-Vice-

Presidente Aluísio Campos, assumindo-a o 4º -Vice-Presidente Fernando Henrique Cardoso, que foi substituído, em seguida, pelo titular Afonso Arinos. Às treze horas e dezoito minutos, o Presidente Afonso Arinos suspendeu os trabalhos, convocando sua continuação para as dezesseis horas, no mesmo local. Às dezesseis horas e oito minutos, havendo número regimental, o 2º-Vice-Presidente Brandão Monteiro declarou reabertos os trabalhos, concedendo a palavra ao Constituinte Aluísio Campos, 1º Vice-Presidente da Comissão, que contestou notícias divulgadas pelo **Jornal do Brasil**, edição de 15-11-87, com a solidariedade de Antônio Britto e outros; **493ª votação**: Destaque nº 1744-87 – Emenda nº ES-30803-3, modificativa do art. 5º, Disposições Transitórias, do Substitutivo nº 2; autor: Bocayuva Cunha; encaminhamento: favorável, do autor, de Sandra Cavalcanti e do Relator Bernardo Cabral, e contrário de Gerson Pares e Egídio Ferreira Lima; resultado: rejeitado, com 48 votos contrários, 38 favoráveis e 03 abstenções; **494ª votação**: Destaque nº 0744-87 – Emenda nº ES-20972-8, modificativa de artigo das Disposições Transitórias; autor: Davi Alves Silva; encaminhamento: favorável, do autor e de Gastone Righi, e contrário de Enoc Vieira e Cid Carvalho; resultado: rejeitado, com 47 votos contrários, 33 favoráveis e 08 abstenções; **495ª votação**: Destaque nº 2788-87 – Emenda nº ES-30425-9, aditiva de artigo às Disposições Transitórias, do Substitutivo nº 2; autor: Mozarildo Cavalcanti, em co-autoria com Adylson Motta, Ottomar Pinto e Marluce Pinto; encaminhamento: favorável, do autor, de Ottomar Pinto e do Relator Bernardo Cabral, e contrário de Gerson Feres; resultado: aprovado, com 90 votos favoráveis e 02 contrários; **496ª votação**: Destaque nº 1506-87 – emenda nº ES-32807-7, aditiva de artigo às Disposições Transitórias, do Substitutivo nº 2; autor: Ottomar Pinto, em co-autoria com Adylson Motta, Mozarildo Cavalcanti e Marluce Pinto; encaminhamento: favorável, do autor e do Relator-Adjunto Virgílio Távora; resultado: aprovado, com 85 votos favoráveis e 01 abstenção; **497ª votação**: Destaque nº 2450-87, do Senhor Gerson Pores – Emenda nº ES-21644-9, modificativa de parágrafo e artigo das Disposições Transitórias, do Substitutivo nº 2; autor: Paulo Roberto; encaminhamento: favorável, do autor, e contrário de Aloysio Chaves; resultado: prejudicado, por falta de **quorum** qualificado, com 41 votos favoráveis, 41 contrários e 06 abstenções; **498ª votação**: Destaque nº 3133-87 – Emenda nº ES-30245-1, substitutiva de artigo das Disposições Transitórias; autor: Chico Humberto; encaminhamento: favorável, do autor, e contrário de Alfredo Campos; resultado: prejudicado, por falta de **quorum** qualificado, com 42 votos contrários, 24 favoráveis e 16 abstenções; **499ª votação**: Destaque nº 6465-87 – Emenda nº 1P-14820-1, aditiva de artigo às Disposições Transitórias, do Substitutivo nº 2; autor: Adolfo Oliveira, em co-autoria com José Maurício; encaminhamento: favorável, do autor e de José Maurício, e contrário de Sandra Cavalcanti e Artur da Távola; resultado: rejeitado, com 50 votos contrários, 33 favoráveis e 08 abstenções. Às vinte horas e dois minutos, o 3º -Vice-Presidente Jarbas Passarinho suspendeu os trabalhos, antes convocando sua continuação para as nove horas do dia dezesseis de novembro de mil novecentos e oitenta e sete. Às dez horas e vinte minutos do dia dezesseis de novembro de mil novecentos e oitenta e sete, havendo número regimental, 3º Vice-Presidente Jarbas Passarinho declarou reaberta a reunião; **500ª votação**: Destaque nº 6466-87 – Emenda nº ES-34868-0, aditiva de artigo às Disposições Transitórias, do Substitutivo nº 2; autor: Adolfo Oliveira; encaminhamento: favorável, do autor e do Relator-Adjunto Antônio Carlos Konder Reis, e contrário de Egídio Ferreira Lima e José Genoíno; resultado: rejeitado, com 55 votos contrários e 23 favoráveis; **501ª votação**: Destaque nº 7831-87 – Emenda nº ES-34180-4, modificativa de artigo das Disposições Transitórias, do Substitutivo nº 2; autor: José Serra; encaminhamento: favorável, do autor e do Relator-Adjunto Virgílio Távora, e

contrário de Ottomar Pinto e Mozarildo Cavalcanti; resultado: aprovado, com 50 votos favoráveis, 39 contrários e 02 abstenções; **502ª votação**: Destaque nº 0167-87 – Emenda nº ES-32979-1, substitutiva do art. 6º, Disposições Transitórias, do Substitutivo nº 2; autor: Vilson Souza, em co-autoria com Jamil Haddad, Brandão Monteiro e outros; encaminhamento: favorável, do autor e de Roberto Freire, e contrário de Ricardo Fiúza, Egídio Ferreira Lima e do Relator Bernardo Cabral; resultado: rejeitado, com 59 votos contrários, 32 favoráveis e 01 abstenção. Às doze horas, o 2º-Vice-Presidente Brandão Monteiro deixou a Presidência dos trabalhos, assumindo-a o 3º-Vice-Presidente Jarbas Passarinho; **503ª votação**: Destaque nº 4961-87 – Emenda nº ES-22950-8, substitutiva do art. 6º, Disposições Transitórias, do Substitutivo nº 2; autor: Jamil Haddad; encaminhamento: favorável, do autor e de Miro Teixeira, e contrário de Ottomar Pinto e do Relator Bernardo Cabral; resultado: rejeitado, com 55 votos contrários e 36 favoráveis; **504ª votação**: Destaque nº 0566-87 – Emenda nº ES-29461-0, modificativa do art. 6º, Disposições Transitórias; autor: Brandão Monteiro; encaminhamento: favorável, do autor e de Sandra Cavalcanti, e contrário de Ottomar Pinto; resultado: rejeitado, com 49 votos contrários, 42 favoráveis e 01 abstenção. Às treze horas e quinze minutos, o 3º-Vice-Presidente Jarbas Passarinho suspendeu os trabalhos, antes convocando sua continuação para as quinze horas do mesmo dia. Às quinze horas e trinta e seis minutos, havendo número regimental, o Presidente Afonso Arinos declarou reabertos os trabalhos; **505ª votação**: Destaque nº 3967-87 – Emenda nº ES-32920-1, aditiva de artigo, Disposições Transitórias, do Substitutivo nº 2; autor: José Maria Eymael; encaminhamento: favorável, do autor, e contrário de Antônio Carlos Konder Reis; resultado: aprovado, com 55 votos favoráveis, 28 contrários e 05 abstenções; **506ª votação**: Destaque nº 2749-87 – Emenda nº ES-28632-3, aditiva ao art. 7º, Disposições Transitórias, do Substitutivo nº 2; autor: José Costa; encaminhamento: favorável, do autor, de José Ignácio Ferreira e do Relator Bernardo Cabral, e contrário de Aluísio Campos; resultado: aprovado, com 61 votos favoráveis, 27 contrários e 05 abstenções; **507ª votação**: Destaque nº 2202-87 – Emenda nº 1P-13911-2, substitutiva do art. 6º, Disposições Transitórias; autor: João Paulo; encaminhamento: favorável, do autor, e contrário de Ricardo Fiúza e do Relator-Adjunto Virgílio Távora; resultado: aprovado, com 49 votos favoráveis, 39 contrários e 01 abstenção; **508ª votação**: Destaque nº 3915-87 – Emenda nº ES-27421-0, aditiva de artigo às Disposições Transitórias, do Substitutivo nº 2; autor: Hélio Rosas; encaminhamento: favorável, do autor, e contrário do Relator-Adjunto Virgílio Távora; resultado: rejeitado, com 66 votos contrários, 19 favoráveis e 04 abstenções; **509ª votação**: Destaque nº 7325-87 – Emenda nº ES-26907-1, aditiva ao art. 9º, Disposições Transitórias, do Substitutivo nº 2; autor: Nelson Carneiro; encaminhamento: favorável, do autor, de José Fogaça e do Relator Bernardo Cabral, e contrário de José Genoíno e Luiz Salomão; resultado: aprovado, com 63 votos favoráveis, 22 contrários e 08 abstenções; **510ª votação**: Destaque nº 4924-87, supressivo do art. 9º, § 1º, Disposições Transitórias, do Substitutivo nº 2; autor: Hélio Rosas, em co-autoria com José Carlos Grecco; encaminhamento: favorável, do autor, de Gerson Pares e do Relator-Adjunto José Fogaça, e contrário de José Genoíno e Luiz Salomão; resultado: aprovado, com 68 votos favoráveis, 24 contrários e 01 abstenção; **511ª votação**: Destaque nº 4810-87 – Emenda nº ES-22677-1, aditiva do art. 10, Disposições Transitórias, do Substitutivo nº 2; autora: Raquel Cândido; encaminhamento: favorável, da autora, de Mário Assad e do Relator Bernardo Cabral; resultado: aprovado, com 80 votos favoráveis e 08 contrários; **512ª votação**: Redação Final do Título VIII do Substitutivo nº 2, do Relator Bernardo Cabral; resultado: aprovada, com 69 votos favoráveis e 01 abstenção. Às vinte horas e quatorze minutos, o 1º-Vice-



Presidente Aluizio Campos suspendeu os trabalhos, antes convocando sua continuação para as nove horas do dia dezoito de novembro de mil novecentos e oitenta e sete. Às nove horas e quarenta e quatro minutos do dia dezoito de novembro de mil novecentos e oitenta e sete, havendo número regimental, o 4º-Vice-Presidente Fernando Henrique Cardoso declarou reaberta a reunião; **513ª votação:** Destaque nº 4676-87 – Emenda nº ES-32002-5, modificativa do inciso II, art. 12, Disposições Transitórias, do Substitutivo nº 2; autor: Nelson Jobim; encaminhamento: favorável, do autor e do Relator Bernardo Cabral; resultado: aprovado, com 63 votos favoráveis e 01 abstenção; **514ª votação:** Destaque nº 3323-87 – Emenda nº ES-21852-2, modificativa do § 1º, art. 13, Disposições Transitórias, do Substitutivo nº 2; autor: Paulo Pimentel; encaminhamento: favorável, do autor e do Relator Bernardo Cabral; resultado: aprovado, com 75 votos favoráveis, 01 contrário e 01 abstenção; **515ª votação:** Destaque nº 6304-87 – Emenda nº ES-21121-8, aditiva ao § 2º, art. 14, Disposições Transitórias, do Substitutivo nº 2; autor: Jorge Arbage; encaminhamento: favorável, do autor e do Relator Bernardo Cabral, e contrário de Nelson Jobim; resultado: rejeitado, com 67 votos contrários, 22 favoráveis e 01 abstenção; **516ª votação:** Destaque nº 7033-87, supressivo dos §§ 3º e 4º do art. 14, Disposições Transitórias, do Substitutivo nº 2; autor: Octávio Elísio, em co-autoria com José Genoíno e Paes Landim; encaminhamento: favorável, de Plínio Arruda Sampaio e João Agripino, e contrário de Nilson Gibson; resultado: aprovado, com 51 votos favoráveis, 28 contrários e 11 abstenções; **517ª votação:** Destaque nº 5125-87 – Emenda nº ES-26804-0, aditiva ao art. 17, Disposições Transitórias, do Substitutivo nº 2; autor: Antonio Perosa, em co-autoria com Roberto Balestra; encaminhamento: favorável, de Michel Temer, e contrário do Relator Bernardo Cabral; resultado: aprovado, com 59 votos favoráveis, 26 contrários e 5 abstenções. As treze horas e oito minutos, após ter concedido a palavra, pela ordem, sobre diversos assuntos, aos Constituintes Sandra Cavalcanti, Octávio Elísio, Gerson Peres, José Fogaça, Paulo Ramos, Nelson Carneiro, Inocêncio Oliveira, Antônio Britto, Oscar Corrêa, Luís Eduardo, José Genoíno, José Lins, José Thomaz Nonô e Haroldo Lima, o 4º-Vice-Presidente Fernando Henrique Cardoso suspendeu os trabalhos, antes convocando sua continuação para as quinze horas da mesma data. As dezoiseis horas e quatro minutos do dia dezoito de novembro de mil novecentos e oitenta e sete, havendo número regimental, o 1º-Vice-Presidente Aluizio Campos declarou reaberta a reunião; **518ª votação:** Destaque nº 1901-87, do Senhor Luiz Inácio Lula da Silva – Emenda nº ES-33232-5, aditiva de artigo às Disposições Transitórias do Substitutivo nº 2; autores: Plínio Arruda Sampaio e outros; encaminhamento: favorável, de Plínio Arruda Sampaio e Adolfo Oliveira, e contrário de Aloysio Chaves; resultado: aprovado, com 54 votos favoráveis, 28 contrários e 03 abstenções; **519ª votação:** Destaque nº 3209-87 – Emenda nº 1P-16236-0, aditiva de alíneas a artigo, Disposições Transitórias, do Substitutivo nº 2; autor: José Lins; encaminhamento: favorável, do autor; resultado: prejudicado, por falta de quorum qualificado, com 46 votos favoráveis, 29 contrários e 07 abstenções. As dezoiseis horas e quarenta e cinco minutos, deixou a Presidência dos trabalhos o 1º-Vice-Presidente Aluizio Campos, assumindo-a o titular Afonso Arinos; **520ª votação:** Destaque nº 4406-87 – Emenda nº 1P-17591-7, aditiva de artigo às Disposições Transitórias do Substitutivo nº 2; autor: Ademir Andrade; encaminhamento: favorável, do autor e do Relator-Adjunto José Fogaça, e contrário de Francisco Dornelles; resultado: prejudicado, por falta de quorum qualificado, com 46 votos favoráveis, 38 contrários e 04 abstenções. Às dezoiseis horas e cinquenta e dois minutos, deixou a Presidência dos trabalhos o titular Afonso Arinos, assumindo-a o 1º-Vice-Presidente Aluizio Campos; **521ª votação:** Destaque nº 6349-87, substitutiva do art. 30, Dis-

posições Transitórias, do Substitutivo nº 2; autor: Bonifácio de Andrada, em co-autoria com Adylson Motta; encaminhamento: favorável, do autor e de Nilton Friedrich, e contrário de Antônio Britto, Gerson Peres e do Relator-Adjunto Adolfo Oliveira; resultado: rejeitado, com 52 votos contrários, 28 favoráveis e 4 abstenções; **522ª votação:** Destaque nº 4682-87, substitutivo do art. 43 do Substitutivo nº 2; autor: Nelson Jobim; encaminhamento: favorável, do autor; resultado: aprovado, com 77 votos favoráveis, 09 contrários e 01 abstenção; **523ª votação:** Destaque nº 3.050/87 – Emenda ES-30418-6, aditiva de artigo às Disposições Transitórias do Substitutivo nº 2; autor: Amaral Netto; encaminhamento: favorável, do autor, e contrário de Abigail Feitosa, José Genoíno e do Relator Bernardo Cabral; resultado: rejeitado, com 65 votos contrários, 25 favoráveis e 02 abstenções; **524ª votação:** Destaque nº 0102-87, do Senhor Hermes Zaneti – Emenda nº ES-33028-4, substitutiva do art. 29, Disposições Transitórias, do Substitutivo nº 2; autores: Hermes Zaneti e outros; encaminhamento: favorável, de Hermes Zaneti e Aldo Arantes, e contrário do Relator-Adjunto Virgílio Távora; resultado: aprovado, com 58 votos favoráveis, 29 contrários e 01 abstenção; **525ª votação:** Destaque nº 4830-87 – Emenda nº ES-22051-9, aditiva de artigo às Disposições Transitórias do Substitutivo nº 2; autor: José Elias Murad; encaminhamento: favorável, do autor, de Gastone Righi e do Relator Bernardo Cabral; resultado: aprovado, com 82 votos favoráveis, 05 contrários e 01 abstenção. As dezoenove horas e dezoito minutos, deixou a Presidência dos trabalhos o 3º-Vice-Presidente Jarbas Passarinho, assumindo-a o 1º-Vice-Presidente Aluizio Campos, que retornou à cadeira às dezoenove horas e vinte e quatro minutos; **526ª votação:** Destaque nº 0021-87, supressivo do ar. 26, parágrafo único, Disposições Transitórias, do Substitutivo nº 2; autores: Siqueira Campos, José Lins, Nilson Gibson e Mário Assad; encaminhamento: favorável, de Oswaldo Lima Filho, João Agripino e do Relator-Adjunto Virgílio Távora, e contrário de José Serra e Fernando Gasparian; resultado: aprovado, com 54 votos favoráveis, 35 contrários e 01 abstenção; **527ª votação:** Destaque nº 7741-87 – Emenda nº ES-20970-1, substitutiva do art. 31, Disposições Transitórias, do Substitutivo nº 2; autor: Sotero Cunha; encaminhamento: favorável, de José Maria Eymael e do Relator-Adjunto Virgílio Távora; resultado: aprovado, com 88 votos favoráveis e 01 abstenção; **528ª votação:** Destaque nº 1858-87 – Emenda nº ES-31264-2, aditiva de parágrafo único ao art. 39, Disposições Transitórias, do Substitutivo nº 2; autor: Oswaldo Lima Filho; encaminhamento: favorável, do autor, de Sotero Cunha e do Relator Bernardo Cabral; resultado: aprovado, com 71 votos favoráveis, 08 contrários e 02 abstenções; **529ª votação:** Destaque nº 0741-87, supressivo dos §§ 1º e 2º, ar. 48, Disposições Transitórias, do Substitutivo nº 2; autor: Sigmaringa Seixos; encaminhamento: favorável, de Cristina Tavares e do Relator Bernardo Cabral, e contrário de Beth Azize e José Dutra; resultado: aprovado, com 72 votos favoráveis, 07 contrários e 03 abstenções; **530ª votação:** Destaque nº 7239-87, supressivo do art. 60, Disposições Transitórias, do Substitutivo nº 2; autor: José Richa; encaminhamento: favorável, de Miro Teixeira e do Relator Bernardo Cabral, e contrário de Gerson Peres; resultado: aprovado, com 55 votos favoráveis, 14 contrários e 01 abstenção; **531ª votação:** Destaque nº 5873-87 – Emenda nº 1P-18363-4, aditiva de artigos às Disposições Transitórias do Substitutivo nº 2; autor: Augusto Carvalho em co-autoria com Pompeu de Sousa; encaminhamento: favorável de Augusto Carvalho e do Relator-Adjunto Virgílio Távora; resultado: aprovado, com 62 votos favoráveis e 04 contrários; **532ª votação:** Destaque nº 1781-87, supressivo no artigo 57. Disposições Transitórias, do Substitutivo nº 2; autor: José Thomaz Nonô, em co-autoria com Arnaldo Faria de Sá, Floriceno Paixão e Hélio Rosas; encaminhamento: favorável, de José Thomaz Nonô, Hélio Rosas e do Relator



Bernardo Cabral; resultado: aprovado, com 70 votos favoráveis e 02 abstenções; **533ª votação:** Destaque nº 4061-87 – Emenda nº ES-23637-1, aditiva de artigo às Disposições Transitórias do Substitutivo nº 2; autor: Roberto Campos; encaminhamento: favorável, de Ricardo Fiúza, e contrário de Aldo Arantes e do Relator-Adjunto Virgílio Távora; resultado: rejeitado, com 48 votos contrários, 16 favoráveis e 03 abstenções; **534ª votação:** Destaque nº 0932-87 – Emenda nº ES-27721-9, aditiva de parágrafo às Disposições Transitórias do Substitutivo nº 2; autor: Haroldo Lima; encaminhamento: favorável, de Miro Teixeira e Celso Dourado, e contrário de Ottomar Pinto, José Fernandes e do Relator-Adjunto Adolfo Oliveira; resultado: prejudicado, por falta de **quorum** qualificado, com 39 votos contrários e 27 favoráveis. Aos oito minutos do dia dezoito de novembro de mil novecentos e oitenta e sete, o Senhor Presidente Aluizio Campos suspendeu os trabalhos, antes convocando sua continuação para as quatorze horas e trinta minutos do mesmo dia. Às quinze horas e vinte dois minutos do dia dezoito de novembro de mil novecentos e oitenta e sete, havendo número regimental, o Senhor Presidente Afonso Arinos declarou reaberta a reunião; **535ª votação:** Redação Final do Título IX (Disposições Transitórias) do Substitutivo nº 2 (Destakes) ao Projeto de Constituição; resultado: aprovada, com 58 votos favoráveis e 03 abstenções. A seguir, o Senhor Presidente Afonso Arinos concedeu a palavra, pela ordem, aos seguintes Senhores Constituintes: Bernardo Cabral, Relator da Comissão, que teceu considerações sobre o trabalho desenvolvido ao longo do período que se findava, tendo destacado pontos do documento elaborado e aprovado, e agradecido a colaboração de todos os que, com ele, na Comissão, não mediram esforços, no sentido de atingirem a meta proposta; Antoniocarlos Mendes Thame, José Lourenço, Nilson Gibson, Paulo Ramos, Nelson Carneiro, Adylson Motta, Adolfo Oliveira, Gerson Peres, Inocêncio Oliveira, Plínio Arruda Sampaio, Siqueira Campos, Virgílio Távora, Aluizio Campos e Joaquim Bevilacqua – todos abordando aspectos relacionados aos trabalhos da elaboração constitucional, na etapa vencida, na Comissão de Sistematização. Prosseguindo, o Senhor Presidente Afonso Arinos, com a palavra, discorreu, também, sobre as atividades realizadas, lembrando as dificuldades enfrentadas, por todos, até aquele instante, citando, na oportunidade, para ilustrar, a figura de Benjamin Franklin que, como ele, era o mais velho dentre os Constituintes, no dia da assinatura do Projeto de Constituição Americana, numa segunda-feira, dia dezessete de setembro de mil setecentos e oitenta e sete, quando declarou: "Por haver vivido muito, fui levado a mudar de opiniões várias vezes, em assuntos importantes. Assim, aceito este projeto". Finalizando, asseverou o Senhor Presidente Afonso Arinos: "Meus Senhores, aceito este projeto porque não posso esperar outro melhor e também porque não estou certo de que ele não seja o melhor. Muito obrigado". As dezessete horas e dois minutos do dia dezoito de novembro de mil novecentos e oitenta e sete, nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente Afonso Arinos declarou encerrada a reunião de votação do Projeto de Constituição. O inteiro teor da reunião foi gravado, devendo ser traduzido e publicado no **Diário da Assembléia Nacional Constituinte** e constituir-se-á na Ata circunstanciada dos trabalhos. E, para constar, eu Maria Laura Coutinho, Secretária, lavrei a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação.

**II – ATA CIRCUNSTANCIADA  
ATA DA 32ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA,  
EM 24 DE SETEMBRO DE 1987 (\*)**

Presidência dos Srs.: Afonso Arinos, Presidente; Aluizio Campos, Primeiro-Vice-Presidente, e Brandão Monteiro, Segundo-Vice-Presidente.

Ata da reunião de votação iniciada em 24-9-87 e concluída em 18-11-87.

As 19 horas compareceram os Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Adolfo Oliveira, Alcení Guerra, Alfredo Campos, Almir Gabriel, Aluizio Campos, Antonio Faria, Antônio Carlos Konder Reis, Antoniocarlos Mendes Thame, Arnaldo Prieto, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Brandão Monteiro, Carlos Chiarelli, Carlos Mosconi, Carlos Sant'Anna, Celso Dourado, Cristóvam Chiaradia, Cid Carvalho, Cristina Tavares, Edme Tavares, Egídio Ferreira Lima, Eraldo Tinoco, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Gasparian, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Lyra, Francisco Benjamin, Francisco Dornelles, Francisco Pinto, Francisco Rossi, Gastone Righi, Gerson Peres, Haroldo Lima, Haroldo Sabóia, Ibsen Pinheiro, Inocêncio Oliveira, Jamil Haddad, Jarbas Passarinho, João Calmon, Joaquim Bevilacqua, José Geraldo, José Jorge, José Lins, José Luiz Maia, José Maurício, José Paulo Bisol, José Richa, José Santana de Vasconcellos, José Serra, José Thomaz Nonô, José Ulisses de Oliveira, Luís Eduardo, Luiz Inácio Lula da Silva, Lysâneas Maciel, Manoel Moreira, Marcondes Gadelha, Mário Assad, Mário Lima, Milton Reis, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nelton Friedrich, Nilson Gibson, Oscar Corrêa, Osvaldo Coelho, Osvaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Plínio Arruda Sampaio, Prisco Viana, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Ricardo Fiúza, Roberto Freire, Rodrigues Palma, Sandra Cavalcanti, Severo Gomes, Sigmaringa Seixas, Siqueira Campos, Theodoro Mendes, Virgildásio de Senna, Virgílio Távora, Wilson Martins, Adylson Motta, Aécio Neves, Albano Franco, Aldo Arantes, Antonio Mariz, Beth Azize, Bocayuva Cunha, Chagas Rodrigues, Cleonânio Fonseca, Daso Coimbra, Délio Braz, Enoc Vieira, Euclides Scalco, Fernando Santana, Israel Pinheiro, Itamar Franco, João Menezes, João Natal, Jonas Pinheiro, José Carlos Grecco, José Costa, José Genoíno, José Maranhão, José Maria Eymael, José Tavares, José Tinoco, Luiz Salomão, Márcio Braga, Marcos ma, Michel Temer, Miro Teixeira, Mozarildo Cavalcanti, Octávio Elísio, Ottomar Pinto, Paes Landim, Ricardo Izar, Roberto Balestra, Roberto Brant, Rose de Freitas, Uldurico Pinto, Vicente Bogo, Vilson Souza, Ziza Valadares e José Fogaça. Estiveram presentes, ainda, os Senhores Constituintes não integrantes da Comissão: José Fernandes, Gidel Dantas, Plínio Martins, Atila Lira, Pedro Canedo, Antonio Câmara, Chico Humberto, Ézio Ferreira, Valmir Campelo, Paulo Delgado, Jalles Fontoura, Sérgio Brito, Rêdo Ceolin, Assis Canuto, Jorge Hage, Jofran Frejat, Florestan Fernandes, Mauro Campos, Antônio Gaspar, Costa Ferreira, Doreto Campanari, Luís Roberto Ponte, Ismael Wanderley, Cardoso Alves, Carlos Alberto Caó, Sólton Borges dos Reis, Nestor Duarte, Ivo Lech, Luiz Alberto Rodrigues, Benito Gama, Agassiz Almeida, Irma Passoni, Adhemar de Barros Filho, Anízio Bezerra, Raul Ferraz e Giovanni Masini. Deixaram de comparecer os Senhores Constituintes: Aloysio Chaves, Darcy Pozza, João Herrmann Neto, José Freire, José Ignácio Ferreira e Paulo Pimentel.

**I – ABERTURA DA REUNIÃO**

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Havendo número regimental, declaro aberta a reunião. Foram distribuídas cópias da Ata da reunião anterior, razão pela qual esta Presidência, atendendo ao apelo formulado pelo ilustre Constituinte Nilson Gibson, considera dispensada a leitura da mesma, se não houver manifestação contrária. Em votação. (Pausa) Aprovada.

O Presidente deseja apresentar aos Srs. membros da Comissão as suas desculpas, pelo fato de não termos podido nos reunir no Plenário da Câmara, por causa de defeitos existentes no sistema de votação eletrônica. Lamentavelmente, o nosso Plenário do Senado, apesar da sua beleza, oferece poucas condições de conforto aos Srs. Constituintes membros da Comissão, e aos não membros da Comissão. Portanto, o Presidente, em nome da

Mesa, apresenta a todos as suas desculpas por essa falta, que é involuntária.

## II – EXPEDIENTE

### REQUERIMENTOS

#### **Das Lideranças, nos seguintes termos:**

A Sua Excelência o Senhor Constituinte Afonso Arinos de Melo Franco DD. Presidente da Comissão de Sistematização Nesta  
Senhor Presidente

Solicitamos a Vossa Excelência que a Tribuna de Honra do Plenário do Senado Federal seja reservada, exclusivamente, para o funcionamento dos assessores das Lideranças partidárias, durante as sessões de votação do projeto de Constituição, pela Comissão de Sistematização.

Sala das Sessões, 24 de setembro de 1987. – **Luiz Inácio Lula da Silva – Roberto Freire – Haroldo Lima – Brandão Monteiro – Euclides Scalco – Sandra Cavalcanti – Afonso Arinos.**

## III – ORDEM DO DIA

### VOTAÇÃO DO PROJETO DE CONSTITUIÇÃO PREÂMBULO

**O SR. CONSTITUINTE SIQUEIRA CAMPOS:** – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem a palavra pela ordem, o nobre Constituinte Siqueira Campos.

**O SR. CONSTITUINTE SIQUEIRA CAMPOS:** – Sr. Presidente, desejaria encaminhar à Mesa requerimento redigido nos seguintes termos:

"Nos termos regimentais, requero preferência para votação do destaque nº 4.247, relativo à Emenda nº ES-20793, item VIII, que trata da criação do Estado do Tocantins, relativo ao Título IX."

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Informo ao nobre Constituinte que a Mesa, oportunamente, tomará conhecimento da questão de ordem de V. Ex.<sup>a</sup>, e, na medida das suas possibilidades, dar-lhe-á solução.

Eu apenas queria terminar este exórdio, que já está marcado, sobre a abertura da reunião. Uma vez passada esta fase, tomarei conhecimento da questão de ordem de V. Ex.<sup>a</sup>, e terei o maior prazer em respondê-la. V. Ex.<sup>a</sup> me permitirá continue a leitura.

**O SR. CONSTITUINTE SIQUEIRA CAMPOS:** – Agradeço e acato a decisão de V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Muito obrigado.

Nos termos da Consolidação das Normas Regimentais, vamos iniciar o processo de votação, título por título, ressalvados os destaques.

**Documento a que se refere o Sr. Presidente Afonso Arinos:**

### CONSOLIDAÇÃO DAS NORMAS REGIMENTAIS

#### 1. Destaques

1.1 Os requerimentos de destaques deverão ser apresentados por qualquer constituinte nos dias 21 e 22 de setembro, por escrito, com os seguintes apoiamentos (ofício Presidente ANC; CS art. 12, I):

a) das emendas com parecer contrário, seis membros da comissão (CS art. 22, § 1º) – titular ou suplente;

b) das emendas com parecer favorável, 12 membros da comissão (CS art. 22, § 2º) – titular ou suplente).

1.2 Somente serão admitidos os requerimentos de destaques para votação em separado (ANO art. 63, **caput**).

1.3 Serão admitidos requerimentos de destaque do projeto do 1º Substitutivo, do 2º Substitutivo, de emendas apresentadas ao projeto e ao 1º Substitutivo e partes de quaisquer de todos estes. (ANC art. 63, **caput**; CS art. 12, I e art. 21, § 3º; SF – art. 348; Of. GP-O/983, de 96-87, o Presidente da ANC, nº 2).

1.4 Só haverá destaque de emendas de parecer contrário ou favorável a parte, devendo, nesse último caso, referir-se a parte não acatada. Ter-se-á como emendas de parecer contrário todas as que não foram acolhidas no 2º Substitutivo, ainda que tenham tido parecer favorável em fases anteriores.

1.5 O destaque só será possível quando o texto destacado possa ajustar-se à proposição a que deva ser integrado e forme sentido completo (STF art. 348, parágrafo único).

1.6 Os requerimentos de destaques serão decididos pelo Presidente, cabendo, de seu indeferimento, recurso ao Plenário (ANC art. 63, § 1º).

1.7 O Presidente poderá recusar pedido de destaque por intempestividade ou vício de forma (CD – art. 184, § 4º, 2ª parte).

1.8 A retirada de requerimento de destaque será imediatamente despachada pelo Presidente (CS – art. 11, **caput**) e a matéria que se pretendia fosse destacada voltará à proposição a que pertencia (SF – art. 349, V).

#### 2. Votação

2.1 A votação da matéria constitucional será feita por títulos ou capítulos, ressalvados os destaques (CS – art. 21).

2.2 A ordem do dia será organizada pelo Presidente, com a colaboração de um representante de cada partido (CS – art. 4º, XII).

2.3 Os Líderes poderão encaminhar a votação de cada título por cinco minutos.

2.4 Terá preferência para votação o 2º Substitutivo oferecido pelo relator, como conclusão de seu parecer, salvo de deliberação em contrário (SF – art. 336, XIII e XIV). Essa votação não terá encaminhamento.

2.5 Aprovado o título ou capítulo, ficam prejudicados os seus correspondentes no projeto e no 1º substitutivo, e, ainda, as emendas apresentadas a estes últimos, salvo as destacadas (SF – art. 336, XVI).

2.6 Rejeitado o título ou capítulo, a procedência será pela ordem inversa de sua apresentação (SF – art. 336, XIV), votando-se o correspondente do 1º Substitutivo e, rejeitado este, o do projeto.

2.7 Votado o título ou capítulo, votar-se-ão, em seguida, as partes destacadas do 2º Substitutivo, do 1º Substitutivo e do projeto (CS – art. 21, § 1º; ANC – art. 27, § 3º).

2.8 A matéria destacada será submetida ao plenário após a aprovação da matéria principal a que ela se refira (projeto inicial ou Substitutivo), ou após a deliberação do grupo de emenda a que ela pertencer (ANC – art. 63, § 2º; SF – 349, III).

2.9 Para encaminhar a votação de matéria destacada poderão falar, uma só vez, por cinco minutos, quatro constituintes, sendo dois, a favor, tendo preferência o autor do requerimento, e dois, contra. O autor poderá indicar o outro orador, que falará a favor, de acordo com o respectivo apoio e desde que seja membro da Co-

missão. Aqueles membros da Comissão que desejarem falar contra deverão se inscrever em livro próprio.

2.10 Votar-se-ão uma a uma as emendas destacadas, a partir do preâmbulo e pela ordem crescente de dispositivo, e, em seguida e na mesma forma, as partes de emendas também destacadas.

2.11 As emendas serão votadas na seguinte ordem: supressivas, substitutivas, modificativas e aditivas (ANC – art. 22; CD – art. 189, § 4.º).

2.12 Consideram-se prejudicadas (CD – art. 200):

**a)** a proposição, com as respectivas emendas, que tiver substitutivo aprovado, salvo, quando a estas, as destacadas (CD – art. 200, IV);

**b)** a emenda de matéria idêntica à de outra já aprovada;

**c)** a emenda em sentido contrário ao de outra, ou de dispositivo, já aprovados (CD – art. 200, VI);

**d)** a matéria que tenha emenda supressiva aprovada.

2.13 Os requerimentos de preferência serão deliberados pelo plenário da comissão (CS – art. 12, V) e serão votados no momento da apreciação da respectiva matéria. A votação será simbólica, salvo o pedido de verificação, e a aprovação dar-se-á por maioria simples (ANC – art. 33, CS – art. 14, a **contrário sensu**).

2.14 Não haverá preferência entre os títulos.

2.15 Na hipótese de destaque de artigo, parágrafo, inciso ou alínea de substitutivo ou projeto, ou de parte daqueles, para sua rejeição, o destaque deverá atingir a maioria absoluta. Se o destaque não atingir este **quorum**, ficará prejudicado, mantido, portanto, o dispositivo destacado (Of. GP-O/983, nº 1 de 9-6-87, da Presidência da ANC).

### 3. Outras

3.1 A Comissão de Sistematização ajustará os textos em razão da aprovação ou rejeição de qualquer matéria.

3.2 O Presidente da comissão votará em todas as deliberações, tendo, ainda, voto de desempate (ANC – art. 21, § 3º, CS – art. 4º, parágrafo único).

3.3 Os trabalhos da Comissão iniciar-se-ão com a presença de, no mínimo, 18 membros (CS – art. 7º) e as deliberações sobre matéria constitucional serão adotadas pelo voto da maioria absoluta de seus membros.

3.4 O comparecimento dos membros da comissão verificar-se-á pelo livro de assinaturas, aberto 30 minutos antes do início da reunião (CS – art. 8º) e, na ausência de um titular, será convocado o suplente do mesmo partido do titular que assinou em primeiro lugar o livro (Of. GP-O/366, 12-6-87, letra a, do Presidente da ANC).

**O SR. CONSTITUINTE LUIZ VIANA:** – Peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – O Presidente não pode conceder questão de ordem no momento em que está falando.

Começaremos a votação pelo preâmbulo. Poderão usar da palavra, para encaminhar a matéria, os Srs. Líderes partidários. No entanto, para melhor ordenar a nossa pauta, solicitamos que os Srs. membros que desejarem se pronunciar contra os requerimentos de destaque relacionados na pauta façam a sua inscrição no formulário próprio, junto à Secretaria.

Neste momento, também, os Srs. membros que desejarem requerer preferência para a votação de destaques poderão fazê-lo por escrito, e encaminhando-os imediatamente à Mesa.

**O SR. CONSTITUINTE LUIZ VIANA:** – Para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** Para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Pelo que estou sendo informado pela Assessoria Parlamentar da Mesa, a matéria tratada pelo nobre Constituinte não está vinculada ao assunto de que vamos tratar, que é o do preâmbulo, mas quando chegarmos ao Capítulo das Disposições Transitórias, parece oportuno, segundo a informação dos assessores parlamentares, neste momento, apreciar a questão de ordem do nobre Constituinte. É nesses termos que resolvo, repito, apoiado na opinião dos assessores parlamentares.

**O SR. CONSTITUINTE LUIZ VIANA:** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem a palavra, pela ordem o nobre Constituinte Luiz Viana.

**O SR. CONSTITUINTE LUIZ VIANA:** – Sr. Presidente, a minha questão de ordem é simples, e ela não se destina a perturbar os trabalhos desta augusta Assembléia.

Ocorre que, entre as minhas emendas, para as quais o Sr. Relator me honrou dando um parecer favorável, e que estão enumeradas aqui, três delas têm parecer favorável mas não estão incorporadas ao texto do Projeto Bernardo Cabral.

Enfim, a minha questão de ordem é mais para solicitar a V. Ex.<sup>a</sup> que se digne recomendar aos assessores, aos funcionários da Mesa, que façam incorporar ao Projeto as Emendas ES-22914-1, ES-22788-2, ES-227891; todas três com parecer favorável, e que, portanto, acredito devam ser incorporadas ao texto do Projeto Bernardo Cabral.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – O nobre Relator declara que está acolhida a questão de ordem, porque as emendas a que V. Ex.<sup>a</sup> se refere estão incluídas na errata feita, a fim de acolher aquelas que não entraram na ordem em que figuravam.

**O SR. CONSTITUINTE LUIZ VIANA:** – Peço desculpas a V. Ex.<sup>a</sup> e à Mesa por esse descuido meu, por não ter visto a errata.

**O SR. CONSTITUINTE HAROLDO LIMA:** – Sr. Presidente, para uma questão de ordem.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Haroldo Lima, para uma questão de ordem.

**O SR. CONSTITUINTE HAROLDO LIMA:** – Sr. Presidente, a minha questão de ordem se relaciona a um tema semelhante ao levantado pelo nobre Constituinte Luiz Viana, ou seja, a de que o Substitutivo do nobre Relator dá como aprovadas sete emendas que apresentei e que a Bancada do Partido Comunista do Brasil apresentou. Contudo, elas não constam do texto principal do próprio Substitutivo. Solicito, **data venia**, com a mesma argumentação apresentada pelo Constituinte Luiz Viana, que as Emendas de nºs 27.314, 27.542, 27.550, 27.680, 27.693, 27.685 e 27.699, todas dadas como aprovadas pelo nobre Relator, sejam incorporadas ao texto do Substitutivo ora em discussão. Acrescento que a errata apresentada também não acentua esse erro do próprio Substitutivo, ao não incorporar essas emendas no texto aprovado, posto que elas são indicadas como aprovadas.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Em resposta a V. Ex.<sup>a</sup>, nobre Constituinte Haroldo Lima, meu amigo, tenho a comunicar-lhe que o Relator acaba de me informar que a sua questão procede e que as emendas serão incorporadas oportunamente.

Concedo a palavra ao nobre Constituinte Carlos Sant'Anna, para uma questão de ordem.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Nos dispositivos regimentais e regulamentares da votação, dispõe-se que a votação será feita por títulos: Título 1, Título 2, etc. Parece-me, todavia, que cada título contém uma disposição transitória que tem um nexo correspondente ao título que está sendo discutido.

A minha questão de ordem, para que V. Ex.<sup>a</sup> defira, é no sentido de que ao ser discutido e votado, cada título, em seguida seja votada a disposição transitória correspondente àquele título, ficando apenas as disposições transitórias gerais para a votação final. Peço a V. Ex.<sup>a</sup> que acolha meu pedido para que as disposições transitórias de cada título sejam votadas em seguida à votação do próprio título.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Recebendo a questão de ordem que envolve, ao mesmo tempo, uma solicitação, defiro...

**O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA:** – Sr. Presidente, peço a palavra para contestar a questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte.

**O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Esta questão de ordem que acaba de ser levantada é uma questão de fundo e me parece que provoca absoluta subversão do processo de votação previsto. Não é possível que, a cada Título, se possa ir às Disposições Transitórias, pois isso causaria uma desordem na votação. A decisão que fora adotada é que seriam votados, primeiro, os Títulos e, depois, as Disposições Transitórias no seu conjunto; portanto, não vejo como a Mesa, através de V. Ex.<sup>a</sup>, possa acolher essa questão de ordem; ela deve ser rejeitada.

**O SR. CONSTITUINTE ADHEMAR DE BARROS FILHO:** – Sr. Presidente, peço a palavra, para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Sobre o mesmo assunto?

**O SR. CONSTITUINTE ADHEMAR DE BARROS FILHO:** – Não, sobre outro assunto.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Não posso dar-lhe a palavra enquanto não resolver este assunto.

À vista dos argumentos apresentados pelo nobre Constituinte Pimenta da Veiga, eu solicitaria ao nobre Relator que se manifestasse a respeito. A minha inclinação seria, realmente, ceder ao que V. Ex.<sup>a</sup> solicita. Mas, V. Ex.<sup>a</sup> apresentou argumentos que também me levam a refletir sobre a matéria.

A Secretaria da Comissão está me informando que haverá muitas dificuldades para a Secretaria coordenar esse tipo de votação, nos termos em que V. Ex.<sup>a</sup> propõe.

Assim, fico na persuasão de que fui um pouco precipitado pelo desejo de atender ao pedido de V. Ex.<sup>a</sup> e, ao mesmo tempo, ele me pareceu extremamente racional, razoável. Mas, levantaram-se objeções que também são racionais e razoáveis.

De maneira que o Presidente, depois de refletir e ouvir as opiniões apresentadas pela Secretaria Parlamentar, é levado a divergir da solicitação de V. Ex.<sup>a</sup>

Espero, entretanto, algum esclarecimento de sua parte.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Sr. Presidente, pela ordem, requeiro neste caso que V. Ex.<sup>a</sup> recorra ao Plenário, para decidirmos por votação.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Vou fazê-lo, embora seja um pouco difícil proceder-se à votação, mas ela será nominal.

**A SRA. CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Vai-se proceder à votação requerida pelo Líder.

**O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA:** – Sr. Presidente, não quero insurgir-me contra a decisão de V. Ex.<sup>a</sup>, mas quero apenas lembrar que, das decisões em questão de ordem, não cabe recurso ao Plenário; cabe recurso ao Presidente da Assembléia. Se V. Ex.<sup>a</sup> adotar este critério, logo na primeira decisão, temo que a votação fique muito dificultada.

Não quero modificar a decisão de V. Ex.<sup>a</sup>, mas sugiro, conforme a decisão que V. Ex.<sup>a</sup> acaba de anunciar, ouvir-se o Relator; que S. Ex.<sup>a</sup> seja ouvido, para que V. Ex.<sup>a</sup> possa dar uma decisão mais de acordo com o Regimento.

Quero lembrar, também, que a consolidação das regras regimentais diz, no seu nº 2-14, que não haverá preferência entre os títulos. E as Disposições Transitórias são o Título 9º. Portanto, não há como ter qualquer dúvida, nesta decisão.

Temo – quero reiterar – que a permissão de um recurso ao Plenário, sobre decisão em questão de ordem, possa tumultuar profundamente os trabalhos desta Comissão.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem a palavra o nobre Constituinte Carlos Sant'Anna, pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Sr. Presidente, quando o Constituinte Pimenta da Veiga pediu a palavra, para contestar, em tese, a matéria já estava vencida, porque V. Ex.<sup>a</sup> já tinha deferido a questão de ordem que eu havia suscitado.

Todavia, V. Ex.<sup>a</sup> – e nada tenho a obstar quanto a isto – concedeu-lhe a palavra e acolheu as razões dadas por S. Ex.<sup>a</sup> Estamos, entretanto, numa Assembléia Nacional Constituinte, onde não podemos ficar presos em “camisas de força”, ainda que sejam elas normas regimentais de uma disciplina. Temos que ter, com frequência, a necessidade de decidir, pelo voto, as nossas regras próprias, pela quais vamos atuar. Creio que é inquestionável, do ponto de vista da racionalização, que cada Título e as Disposições Transitórias que lhe correspondem sejam discutidas num mesmo tempo, numa mesma oportunidade. Fazer-se um intervalo de tempo entre o Título e as Disposições Transitórias que lhe correspondem dá um vazio que vai fazer com que a votação das Disposições Transitórias, lá na frente, fique, evidentemente, quase sem nexo. O nexo correto é que Título e Disposição Transitória correspondente ao Título sejam votadas consolidadamente. Não creio que haja dificuldades da Secretaria em fazer essa separação, porque é tão fácil e o número de Disposições Transitórias, os artigos são tão poucos, que essa separação facilmente se faria.

De modo que creio que a decisão pelo voto do Plenário seria a decisão tranquilizadora.

**O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA:** – Sr. Presidente, renovando o pedido da palavra, gostaria de

lembrar a V. Ex.<sup>a</sup> que não há como fazer a separação das matérias constantes das disposições transitórias referentes a apenas um artigo. Isto, certamente, poderia induzir a Mesa, porque muitas matérias que se referem a um Capítulo podem se referir também a outro Capítulo; e como o próprio Título diz, as Disposições Transitórias devem ser votadas apenas depois de concluída a votação do texto permanente.

Quero ler o art. 27 da Resolução n.º 2/87, da Assembléia Nacional Constituinte, que diz:

"A votação será feita por títulos ou Capítulos, ressalvadas as emendas e os destaques concedidos."

Ora, isso combinado com a consolidação das regras regimentais, não deixa nenhuma margem a erro, nenhuma margem à dúvida. Não se pode alterar o sistema de votação proposto.

E, finalmente, quanto à questão do recurso ao Plenário, o § 3º, do art. 13, do Regimento Interno, é absolutamente cristalino, quando diz: "da decisão da Presidência, em questão de ordem, caberá, com o apoio de no mínimo três membros da Comissão, recurso escrito, sem efeito suspensivo à Presidência da Assembléia Nacional Constituinte."

V. Ex.<sup>a</sup> não pode hesitar na decisão.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Sr. Presidente, não quero transformar isto num debate, mas, em verdade, as regras para votação na Comissão de Sistematização não tinham, sequer, apoio suficiente no Regimento da Assembléia Nacional Constituinte, nem no Regimento da Comissão de Sistematização.

Para que tal acontecesse, foi necessário dirigir a V. Ex.<sup>a</sup> uma questão de ordem, que fiz, primeiro, verbalmente e, depois, por escrito, e V. Ex.<sup>a</sup> encaminhou à Mesa da Assembléia Nacional Constituinte, para que nos permitisse ter aquilo que tivemos: uma conjunção de regras preparadas pela Mesa da Assembléia Nacional Constituinte e que, depois, foram apresentadas às diversas Lideranças, debatidas e discutidas.

Uma das questões levantadas lá, mas que ficou sem decisão, foi exatamente a que cada Título deveria ter a sua Disposição Transitória correspondente, ligada e votada com o Título correspondente. De modo que, assim como as regras que elaboramos agora e que estamos aqui a seguir, assinadas pelo Presidente Ulysses Guimarães, debatidas pelas Lideranças, foram regras improvisadas pelo acerto, acho que podemos, perfeitamente, por votação, deliberar sobre a norma que estou propondo.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – Sr. Presidente, pela ordem!

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Senador Nelson Carneiro.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – Sr. Presidente, como está aprovado, o problema não é urgente. V. Ex.<sup>a</sup> pode submeter, na forma do Regimento, invocado pelo Constituinte Pimenta da Veiga, ao exame do Presidente da Assembléia. Veja V. Ex.<sup>a</sup>: na sessão de hoje, vai-se discutir somente o preâmbulo, e não há nenhuma emenda, não há nenhum texto, nas Disposições Transitórias, que diga respeito ao preâmbulo. De modo que a decisão que V. Ex.<sup>a</sup> deve tomar pensadamente pode ser tomada na sessão seguinte. Na de hoje, não é necessário, porque não há nenhum texto, nas Disposições Transitórias, que diga respeito ao preâmbulo. Então, não há necessidade de decidir neste instante a questão de ordem levantada pelo Constituinte Carlos Sant'Anna.

V. Ex.<sup>a</sup> poderá meditar sobre ela, em harmonia com o Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, e, na sessão seguinte, proferir o seu despacho.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Quero invocar o dispositivo regimental que me dá sustentação. Na verdade, estou fazendo a V. Ex.<sup>a</sup> um requerimento baseado no art. 12 do Regimento Interno da Comissão de Sistematização, no seu item V. Na verdade, estou pedindo preferência para que as Disposições Transitórias de cada Título sejam votadas no momento dos respectivos Títulos e, neste caso, esse pedido de preferência, como diz o art. 12, dependerá de deliberação do Plenário da Comissão. Quanto ao requerimento escrito, já o tenho pronto aqui, em minhas mãos, para, imediatamente, entregar a V. Ex.<sup>a</sup>, a propósito da questão de ordem que levantei.

#### **Requerimento a que se refere o Sr. Constituinte Carlos Sant'Anna:**

Exm.º Sr.

Constituinte Afonso Arinos

MD. Presidente da Comissão de Sistematização da Assembléia Nacional Constituinte

Sr. Presidente:

Requeiro a V. Ex.<sup>a</sup>, ouvido o Plenário na forma do inciso V, c/c parágrafo único do art. 12 do Regimento Interno da Comissão de Sistematização, que Título, Capítulos e as Disposições Transitórias correspondentes sejam votados conjuntamente, tendo estas preferência sobre os demais dispositivos.

Sala da Comissão, 24 de setembro de 1987. – **Carlos Sant'Anna – Marcos Lima – Délio Braz.**

**O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA:** – Sr. Presidente, para contestar. O eminente Deputado Carlos Sant'Anna está variando no seu pedido. O pedido inicial não era de preferência, S. Ex.<sup>a</sup> apresentou uma questão de ordem, que não pode ser decidida à luz do Regimento, pelo Plenário. É um precedente extremamente perigoso que seria aberto, inviabilizando, na certa, a votação de toda matéria. S. Ex.<sup>a</sup>, agora, variou no pedido; fez um pedido de preferência e V. Ex.<sup>a</sup> havia decidido, na questão levantada pelo Deputado Siqueira Campos, que não pode haver preferência entre títulos. Portanto, é outra questão que não deve ser acolhida pela Presidência.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Atenção! Agora quero falar. Acho que o Presidente tem esse direito. Quero dizer o seguinte: em primeiro lugar, estou deslumbrado com as possibilidades de sutileza que o raciocínio dos nobres Constituintes está manifestando; sutileza proustiana, parece que estamos lendo uma página de Marcel Proust, quer dizer, aquela exploração de possibilidades inatingíveis, todas elas, e que dão a impressão de que estamos tratando de um debate muito grave.

Mas, o que está me parecendo estranho é que este debate não é nada grave. Temos, diante de nós, uma coisa muito séria, que é votar o preâmbulo da Constituição futura, examinar e votar esse preâmbulo. E o Presidente, não por qualquer outra razão, senão pela sua origem lididamente mineira, começa a ficar um pouco desconfiado, porque o que está existindo é cercá-lo de galas e loucurias de linguagem metafísica, a fim de impedir que ele entre na matéria que nos está destinada. O Presidente, sendo mineiro, não cai muito nesta armadilha.

Então, vai decidir o seguinte, se é que pode decidir alguma coisa, pois tenho a impressão de que não pode decidir mais nada. Mas, se puder decidir alguma coisa, fico com a posição tomada pelo Constituinte Nelson Carneiro. Peço que me desculpem os dois nobres oradores, e fico com a posição do Constituinte Nelson Carneiro ... **(Palmas)** ...

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Um momento, daqui a pouco concederei a palavra a V. Ex.<sup>a</sup>, porque, por enquanto, como dizia o velho Prudente de Moraes, que era Presidente da 1.<sup>a</sup> Assembléia Constituinte, todas as vezes que estão pedindo a palavra pela ordem...

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – é para implantar a desordem. Tenho notado que existe isso. Já citei esse precedente aqui. O velho Prudente de Moraes, presidindo a 1.<sup>a</sup> Constituinte, respondeu a um Deputado:

"Estou um pouco desconfiado de que a sua intenção, ao levantar questão de ordem, é de marchar para a desordem."

Presidente não pode, de maneira alguma, consentir que isso ocorra, pelo menos no seu conhecimento, na sua percepção, na sua capacidade de discernimento.

Então, faço um apelo aos nobres Constituintes para que possamos enfrentar os problemas que nos são antepostos, os problemas que nos são submetidos, os problemas que nos são sujeitos, pelo raciocínio, pelo ímpeto, pela esperança em que, lá fora, todos estão nos observando a respeito das decisões de mérito.

Não nos percamos em filigranas aracnídeas – aracnídea quer dizer de aranha – a respeito de raciocínios sutilíssimo. Prefiro passar sobre isso e adotar a sugestão do Senador Nelson Carneiro.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Senador Nelson Carneiro, dê a sua sugestão.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Quero o Senador Nelson Carneiro aqui presente, o meu companheiro de representação pelo Estado do Rio. Onde está? **(Pausa)**

Desapareceu! Também está contribuindo...

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Paulo Ramos, para uma questão de ordem, e não de desordem!

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – Compreendo a preocupação de V. Ex.<sup>a</sup> com a agilização dos trabalhos, em face da sua própria importância. De qualquer forma, na sessão de anteontem, na Comissão de Sistematização, a Constituinte Sandra Cavalcanti fez grave denúncia a respeito da possibilidade de ter sido o texto, elaborado pelo Relator, adulterado de forma duvidosa.

Momentos antes, logo que se iniciou a sessão de hoje, o Deputado Haroldo Lima, numa questão de ordem, mencionou uma emenda de sua autoria e, também, do PC do B, que teria sido acolhida pelo Relator, não constando do texto. Verifico que a emenda trata da imissão imediata da posse. Uma matéria extremamente delicada. E, o nobre Relator informou a V. Ex.<sup>a</sup> que tomaria as providências para fazer a devida modificação.

Eu levanto esta questão de ordem, para saber se a Mesa tomou qualquer providência a respeito das denúncias feitas pela Constituinte Sandra Cavalcanti e, em face da questão de ordem decidida, quando foi levantada pelo Deputado Haroldo Lima, fico preocupado, porque podere-

mos, hoje, estar, aqui, votando um preâmbulo e, amanhã, encontrarmos um outro divulgado e adulterado em face talvez dos mesmos artifícios que foram utilizados para a adulteração do texto. Eu considero essa situação extremamente delicada, nós não podemos de forma alguma votar qualquer matéria com tranqüilidade e, por ventura, não tivermos a certeza de que tudo o que for deliberado aqui será o resultado maior desta Constituição. Muito obrigado.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENÓINO:** – Para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Um momento, eu tenho que responder.

Quero dizer ao nobre Constituinte que não existe, de forma alguma, pelo menos na Presidência, a preocupação de que tenha havido adulteração intencional de qualquer maneira. Mas, em face do que V. Ex.<sup>a</sup> acaba de dizer, dou a palavra ao Relator, porque ele considera que o assunto pode ser perfeitamente explicado.

Tem a palavra o Relator.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o eminente Constituinte Paulo Ramos não se encontrava na reunião de ontem da Comissão de Sistematização. Se lá estivesse, veria que a inquietação, justa, da eminente Constituinte Sandra Cavalcanti, cuja dúvida se consubstanciava numa possível introdução quanto ao problema da eleição em segundo turno pelo Congresso Nacional, essa dúvida foi espancada, porque eu disse a S. Ex.<sup>a</sup> que até às 20 horas eu esperava o Constituinte José Fogaça vir de uma reunião de composição e que, como a composição não havia sido feita, eu redigira, e S. Ex.<sup>a</sup>, desconhecendo isso, ficou satisfeito com a explicação, que agora confirmo a V. Ex.<sup>a</sup>

Quanto à emenda do Constituinte Haroldo Lima, o que eu acabei de dizer a S. Ex.<sup>a</sup> é que as emendas que foram aprovadas, de acordo com o substitutivo, ou na forma do substitutivo, evidentemente já estão incluídas no texto do substitutivo. E se V. Ex.<sup>a</sup> verificar a imissão de posse, continua no texto, apenas de forma diferente. As demais que foram aprovadas e não constam da primeira errata, deverão sair na segunda errata. Essa é a explicação que eu gostaria de dar.

**O SR. CONSTITUINTE RICARDO IZAR:** – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – É sobre o mesmo assunto?

**O SR. CONSTITUINTE RICARDO IZAR:** – É sobre mesmo assunto, aproveitando a oportunidade. Tenho a impressão de que está havendo um erro de classificação das emendas, porque muitas delas, no relatório, constam como aprovadas e não estão no texto. V. Ex.<sup>a</sup> acabou de aprovar uma questão de ordem do Deputado Haroldo Lima, autorizando a inclusão das emendas no substitutivo. Dessa forma, nós não temos condições de conhecer essas emendas. Pediríamos, então, um prazo para fazer novos destaques. Eu acho que está havendo erro de classificação não erro de base.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – O Relator acaba de me informar que muitas emendas que tiveram parecer favorável e não aparecem no substitutivo, vão surgir numa segunda errata. Porque o erro aí é que de fato elas tiveram o parecer contrário e aparecem com outro sentido.

**O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO MONTEIRO:** – Para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem a palavra.

nobre Constituinte, para uma questão de ordem.

**O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO MONTEIRO:** – Eu solicitaria a atenção do nobre Relator. Ontem, formulei

PÁGINA INEXISTENTE

cia. O preâmbulo das constituições poderia até ser objeto de uma aula. Eu me lembro dos meus tempos de professor, eu dava aula sobre o que é o preâmbulo de uma Constituição. E nós temos que tomar a sério essa matéria. Eu lamento muito, mas eu não aceitarei questões de ordem que não estejam nos termos estritos deste artigo. Faço um apelo aos Srs. Constituintes para que possamos entrar na Ordem do Dia, sem mais delongas.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI** – Mas, Sr. Presidente, minha questão de ordem não é de hoje; foi levantada ontem e foi recebida pela Presidência.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – E eu respondo a V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI** – E ela tem base no Regimento Interno, o prazo estava vencido.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente para uma questão de ordem?

**O SR. CONSTITUINTE NILSON GIBSON:** – Sr. Presidente, vamos iniciar a discussão.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – De acordo com § 2.º do art. 24, do Regimento Interno da Comissão, Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. CONSTITUINTE ALUÍZIO CAMPOS:** – Sr. Presidente, para um esclarecimento sobre a questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Quem é que está com a palavra?

**O SR. CONSTITUINTE ALUÍZIO CAMPOS:** – Quero informar a V. Ex.<sup>a</sup> que, quando foi publicado o primeiro substitutivo, ele continha um parágrafo único sobre o art. 203, que foi agora convertido com a concordância de S. Ex.<sup>a</sup>, o Relator, em § 1.º. Então, na verdade, a matéria preexistiu para ser destacada logo após a publicação do primeiro substitutivo. O Sr. Relator ainda ontem prestou essa informação. A inovação realmente ocorreu, no segundo substitutivo, em relação ao § 2.º. Ontem, quando a questão de ordem foi levantada pelo Constituinte José Genoíno, eu decidi, na Presidência da Mesa, que, em vista de a errata ter sido publicada depois do encerramento do prazo dos destaques, a Mesa receberia pedidos de destaques para as duas disposições, os §§ 1.º e 2º, a fim de poderem os interessados requererem a sua supressão.

Eu queria, então, dizer a V. Ex.<sup>a</sup> que essa questão de ordem já foi resolvida ontem, o que não foi resolvido foi o pedido da supressão pura e simples do texto, efetuado pelo Constituinte Gastone Righi, que, a meu ver, só poderia abranger o § 2º. Mas eu não decidi realmente a questão.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Por uma questão de ordem, Sr. Presidente.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Por uma questão de ordem, Sr. Presidente.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Sr. Presidente, o art. 24 do projeto de Constituição estabeleceu uma inovação no processo de feitura das Constituições brasileiras, quando permitiu aos cidadãos a entrega de emendas populares na feitura do texto constitucional. Com base nesse dispositivo regimental, nós fizemos a entrega das emendas populares e esta Comissão apreciou apenas o aspecto regimental da sua formalidade, da sua oportunidade, e deixou para o momento da elaboração da votação do projeto de Constituição a apreciação do seu mérito. Foi o movimento político da maior importância na história recente do nosso País, treze milhões de assinaturas consubstanciaram o apoio às emendas populares.

Nesse sentido, Sr. Presidente, e com base em declarações de V. Ex.<sup>a</sup> ressaltando a importância das emendas populares, nas últimas reuniões da Comissão de Sistematização apresentei um requerimento na forma de questão de ordem, sem formalizá-lo, porque, segundo despacho do Presidente em exercício, o nobre Constituinte Aluízio Campos, levantei a possibilidade da Mesa da Comissão de Sistematização, a requerimento de uma das lideranças desta Comissão, aceitar como destaque para apreciação do mérito, todas as emendas populares, isto é, as emendas populares seriam aceitas pela Presidência da Comissão de Sistematização e o seu mérito seria votado por esta Comissão.

Isto significa respeito político aos milhões de brasileiros, que ao assinarem estas emendas tentaram contribuir, com a sua assinatura, para a feitura do texto constitucional.

Assim, entreguei, hoje, requerimento a V. Ex.<sup>a</sup> no sentido de que essas 83 emendas populares sejam aceitas para votação do seu mérito pela Comissão de Sistematização; seria um destaque aceito pela Mesa da Comissão de Sistematização, para que esta Comissão possa votar o mérito dessas emendas populares.

Para concluir, Sr. Presidente, nós estamos apresentando um requerimento para todas as emendas populares, independente do seu conteúdo político-ideológico, porque isto significa respeito à cidadania do povo brasileiro, que participou de maneira ativa com as emendas populares e quer vê-las apreciadas, votadas, e a oportunidade é esta.

**Requerimento a que se refere o Senhor Constituinte José Genoíno:**

**"PARTIDO DOS TRABALHADORES"**  
**Gabinete da Liderança**

Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Sistematização  
Requeremos, nos termos do art. 12, parágrafo único, do Regimento Interno da Comissão de Sistematização (Resolução n.º 01, de 10 de junho de 1987), seja assegurada a votação nominal, pelo Plenário da Comissão, de todas as **Emendas Populares** oferecidas ao projeto de Constituição, independente da formulação dos respectivos requerimentos de destaque. Trata-se de medida destinada a consagrar o direito de cerca de 12 milhões de signatários saberem o veredicto dos Constituintes acerca do teor de cada **Emenda Popular**, de maneira a não se ver frustrado o notável esforço de mobilização popular desenvolvido no trabalho de coleta de assinaturas. Lembramos que Vossa Excelência, na apresentação da publicação que consolida o conjunto de **Emendas Populares**, registra muito sabiamente que, na primeira experiência brasileira de participação popular no processo constituinte, "a par dos efeitos gerais de fortalecimento da legitimidade, de identificação das principais aspirações da população, de valorização de idéias e não apenas de pessoas, impressionam a amplitude e a espontaneidade de sua efetivação, ... com resultados inegavelmente positivos para a educação política do nosso povo",

Comissão de Sistematização, em 24 de setembro de 1987 – Constituinte **Luiz Inácio Lula da Silva** – Constituinte **Plínio de Arruda Sampaio** – Constituinte **José Genoíno Neto**."

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Queria lembrar ao nobre Constituinte e Líder, meu amigo José Genoíno, que há apenas uma pequena retificação à exposição de V. Ex.<sup>a</sup>: as emendas populares não são apresentadas pela primeira vez na História Constitucional brasileira; elas o foram na primeira Constituinte. A Constituinte de 1823 recebeu aquilo que se chamavam propostas, que vinham do povo e eram, depois, entregues a algum Constituinte que as patrocinavam, e eram as mesmas inseridas nos debates. Infelizmente, a História da Constituinte de 1823 pouco conhecida, porque ela foi dissolvida.



Eu não gostaria de dizer que ela foi dissolvida por causa das emendas populares, mas, na verdade, foi isto que aconteceu. O recinto era diferente, não havia galerias, mas uma cerca de madeira que cercava a velha Constituinte. As emendas populares despertaram tal interesse no Rio de Janeiro – estou contando esta história para amenizar o debate –, houve uma aglomeração tão grande dentro da Assembléia, que provocou tal conflito, que fez com que o Imperador Pedro I dissolvesse a Assembléia.

Não estou fazendo qualquer comparação, nem estou tirando daí qualquer indução, mas apenas querendo lembrar ao meu querido amigo, Constituinte José Genoíno, que o fato não é peculiar à nossa Assembléia. Seria uma demonstração de orgulho descabida e isto já vem do início da nossa vida Constitucional.

Quanto ao requerimento de V. Ex.<sup>a</sup>, sou informado pela Assessoria Parlamentar, que o art. 24, inciso IV diz o seguinte:

"Art. 24. Fica assegurada, no prazo estabelecido no § 1º do artigo anterior, a apresentação de proposta de emenda ao projeto de Constituição, desde que subscrita por 30.000 (trinta mil) ou mais eleitores brasileiros, em listas organizadas por, no mínimo, 3 (três) entidades associativas, legalmente constituídas, que se responsabilizarão pela idoneidade das assinaturas, obedecidas as seguintes condições."

Tenha a bondade de ler à página 21 do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte: o item IV do art. 24:

"IV – a proposta apresentada na forma deste artigo terá a mesma tramitação das demais emendas, integrando sua numeração geral, ressalvado o disposto no inciso V deste artigo."

De maneira que temos que dar a essas emendas populares o mesmo tratamento que demos e vamos dar às demais emendas. E isto está em contradição com o requerimento.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, peço a palavra, para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Concedo a palavra a V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, o artigo 24 do Regimento Interno, e seus §§ 1º e 2º foram engolidos pelo acordo da Liderança, no que se refere ao prazo.

O Regimento admite apenas a existência de um substitutivo. Na realidade, temos dois substitutivos, e o § 2º diz:

"Existindo Substitutivo da Comissão, irá ele ao Plenário da Assembléia Nacional Constituinte, onde poderá receber novas emendas, em prazo a ser fixado pela Mesa da Assembléia."

A minha indagação, na questão de ordem, Sr. Presidente, é se o Relator tem também competência no substitutivo para até mesmo inovar na sua redação. Se as Lideranças e a Presidência desta Comissão, ao se reunirem e consolidarem normas regimentais, baseadas no Regimento da Câmara e do Senado, extraíram essa possibilidade de emendar as inovações constantes do Regimento?

Daí a minha indagação, Sr. Presidente. Estamos pedindo destaques sobre matérias que conhecemos e vamos votá-los. Mas havendo matéria nova, como existe no substitutivo, eu pergunto se V. Ex.<sup>a</sup> não vai abrir o prazo correspondente e previamente determinado no Regimento, para que possamos, sobre estas emendas novas, apresentar nossas sugestões.

Veja, por exemplo, o art. 66 do Substitutivo – é matéria nova. Pergunto se posso apresentar destaque e ime-

diatamente emenda, para que o Relator tenha sobre ele um parecer? Porque, de outra forma, não poderemos falar sobre matéria nova e inserida no texto do substitutivo, já que a Comissão e as Lideranças suprimiram a possibilidade de termos de emendar novamente o substitutivo da Comissão de Sistematização.

Gostaria de ser esclarecido sobre estas matérias, porque temos interesse em destacá-las e emendá-las.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – A Presidência considera que a questão de ordem de V. Ex.<sup>a</sup> está possivelmente incluída no acordo de Lideranças realizado. Não tem certeza, mas está persuadida de que foi inserida nesse acordo de Lideranças provocado pelo Presidente da Assembléia Nacional Constituinte.

A consideração que posso fazer a V. Ex.<sup>a</sup>, de quem sou amigo, bem como de seu pai, é de que não é o momento oportuno, pois estamos tratando de assuntos diferentes.

Gostaria, imensamente, que a Comissão me desse a honra de atender ao meu apelo, fazendo com que aproveitemos a reunião de hoje, para tratar da matéria constante da Ordem do Dia.

Peço aos Srs. Constituintes Haroldo Lima e Aldo Arantes, que estão na frente e são meus amigos, me ajudarem nesse propósito. Gostaria que V. Ex.<sup>as</sup> me ajudassem.

**O SR. CONSTITUINTE THEODORO MENDES:** – Sr. Presidente, aqui à sua esquerda...

**O SR. CONSTITUINTE ALDO ARANTES:** – Não escutamos nada lá de trás.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Fale da tribuna, Excelência.

**O SR. CONSTITUINTE THEODORO MENDES:** – Sr. Presidente...

**O SR. CONSTITUINTE ALDO ARANTES:** – Sr. Presidente, V. Ex.<sup>a</sup> fez referência ao fato de estarmos eu e o Constituinte Haroldo Lima ali adiante.

Na verdade, estamos vivendo um problema complicado, Sr. Presidente. Primeiro, os sons estão desligados; segundo, do fundo do plenário, não se consegue ouvir praticamente nada, não temos condições de tomar decisão da importância da que vamos tomar aqui nessas condições de funcionamento, Sr. Presidente. Acho que são condições absolutamente inadequadas para tomarmos as decisões. Por outro lado, nós vamos começar a decidir com uma folha que estabelece quais são os destaques, sem termos conhecimento do conteúdo desses destaques.

Então, parece-me que faltam as condições mínimas iniciarmos com seriedade o processo de votação, ou seja, condições que permitam aos integrantes da Comissão de Sistematização falarem e serem ouvidos, porque não é suficiente falarmos; condições que permitam permanecermos sentados sem sermos obrigados a estarmos aqui à frente; condições que permitam termos conhecimento da íntegra dos destaques, para que possamos nos inscrever.

No início desta reunião V. Ex.<sup>a</sup> disse que era o caso de nos inscrevermos para falar contra determinadas emendas. No entanto, não temos conhecimento dessas emendas porque os destaques não foram distribuídos. Então, parece-me que são necessárias algumas medidas preliminares para colocarmos ordem nos trabalhos. Agora, quero aqui manifestar a minha estranheza com a resposta do nosso Relator Bernardo Cabral à questão de ordem que foi levantada pelo Constituinte Haroldo Lima, Líder do PC do B. Nós fizemos um estudo sério acerca das emendas apresentadas pelo PC do B. Inúmeras emendas importantes foram consideradas no relatório de Bernardo Cabral como sendo aprovadas.

Quando nós estudamos, analisamos, na verdade, que não foram incorporadas ao texto. Estranhamente,

Relator diz que, a partir da questão de ordem do Constituinte Haroldo Lima, elas passariam a ser incorporadas. Mas, num segundo momento, ao se deparar com a questão concreta de emenda sobre a imissão de posse, S. Ex.<sup>a</sup> diz, o que foi incorporado é o espírito, ou seja, foi a imissão de posse e não a proposta concreta, aquela emenda concreta.

Sr. Presidente, temos que trabalhar com as coisas muito claras, porque senão não haverá condições de termos segurança acerca do nosso trabalho. Ouvimos aqui a denúncia da incorporação de um texto que traz graves conseqüências para o País na errata que elaborou. Fala-se numa segunda errata, provavelmente de uma terceira, de uma quarta, de uma quinta. Isso conduzirá a uma confusão e a uma desmoralização do trabalho da Assembléia Nacional Constituinte.

Peço, portanto, a V. Ex.<sup>a</sup>, com a sua seriedade, e ao Relator Bernardo Cabral que sejam tomadas medidas, para que nós possamos trabalhar com eficácia e com seriedade.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – O Constituinte José Fogaça poderá responder à interpelação de V. Ex.<sup>a</sup>. Uso a palavra interpelação, porque já está parecendo regime parlamentar.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FOGAÇA:** – Sr. Presidente, o Relator considerou emendas aproveitadas ou aprovadas no todo ou em parte, nos termos do substitutivo. O Relator não é um coletor de emendas. S. Ex.<sup>a</sup> também tem a tarefa de dar a essas emendas a unidade temática, a unidade do texto, ao qual elas devem se subordinar. As emendas são, portanto, consideradas aproveitadas, nos termos do substitutivo. O conteúdo, a idéia, a proposta foi aproveitada; a redação obedeceu aos critérios aos quais se subordina o conjunto que presidiu o texto.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Muito obrigado a V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE ADHEMAR DE BARROS FILHO:** – Sr. Presidente, quero responder a V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE LYSÂNEAS MACIEL:** – Peço a palavra, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Somos vizinhos e por isso peço permissão para ficar junto de Patos de Minas, no coração, mas junto aqui de São Paulo, na decisão.

Tem a palavra o Constituinte Adhemar de Barros Filho.

**O SR. CONSTITUINTE ADHEMAR DE BARROS FILHO:** – Venho a esta tribuna, Sr. Presidente, apenas para reiterar, porque já foi apresentada pelo Constituinte Brandão Monteiro, Líder do PDT, a mesma questão de ordem, sobre a qual V. Ex.<sup>a</sup> não tomou decisão alguma. Ouvi do ilustre Relator Bernardo Cabral, os esclarecimentos com relação às erratas. Mas, deve V. Ex.<sup>a</sup> considerar que antes de se iniciar o processo de votação do projeto constitucional, há que haver uma decisão, se se abre espaço para requerermos destaques ou se consideramos excluídos do corpo do preâmbulo constituinte os parágrafos que forem incorporados pelas erratas no art. 203. Ou abre-se tempo para novos destaques, Sr. Presidente, ou se excluem os parágrafos. Aceitá-los sob alegação de que as erratas trouxeram modificações, é inaceitável, Sr. Presidente. E o art. 55 do Regimento nos dá o pleno direito de apresentar essa questão de ordem e cobrar de V. Ex.<sup>a</sup> uma decisão, eis que esse é um imperativo da Presidência.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Posso responder a V. Ex.<sup>a</sup> que não cheguei a tomar uma decisão; declarei que a matéria seria apreciada e creio que o meu amigo Brandão Monteiro ouviu bem que, na próxima ocasião em que eu tivesse oportunidade de resolver o assunto iria conversar com S. Ex.<sup>a</sup> para que pudessemos tomar uma decisão que fosse do aprazimento do Constituinte Brandão Monteiro, meu amigo, e acorde com as disposições

regimentais, ela está apenas procrastinada, não está decidida.

**O SR. CONSTITUINTE ADHEMAR DE BARROS FILHO:** – Então, Sr. Presidente, permita-me encaminhar a questão de ordem por escrito, já está nas mãos de V. Ex.<sup>a</sup>, para que não seja esquecida.

**Documento a que se refere o Sr. Constituinte Adhemar de Barros Filho:**

"Sr. Presidente:

Para uma questão de ordem, com base no art. 55, inciso III, do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte.

Chegou às mãos de todos os Srs. Constituintes a errata de autoria da Comissão de Sistematização, na qual, além de enunciados com o objetivo exclusivo de corrigir algumas distorções de publicação, encontramos inseridos dispositivos que não figuram no Projeto de Constituição, nem no primeiro e nem no segundo substitutivos daquela Comissão, como é o caso do art. 203, localizado na página 28 do mencionado documento, tratando de matéria constitucional que não era do conhecimento dos membros da Assembléia Nacional Constituinte.

Parece-nos que essa Presidência, fiel ao seu comportamento sempre equilibrado e libera, conforme o comprova o item 1.3 da Consolidação das Regras Regimentais, onde admite todas as formas de destaques envolvendo o Projeto de Constituição, o primeiro e o segundo substitutivos, assim como emendas a eles apresentadas, inclusive o aproveitamento de partes de um em outro documento, deveria proceder à abertura de prazo com vistas à apresentação de possíveis pedidos de destaque sobre a matéria constante da errata hoje distribuída à Assembléia Nacional Constituinte, já que, em alguns casos, o conteúdo da errata é inteiramente diferente em sua forma e sentido, levando o Constituinte a interpretações várias sobre o mesmo assunto.

Em, 24 de setembro de 1987. – Constituinte **Adhemar de Barros Filho.**"

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Vou dar a palavra ainda mais uma vez, mas vou procurar fazer o que já devia ter sido feito, quer dizer, dar a palavra aos Srs. Líderes. Poderão falar, pelo prazo de 5 minutos, sobre o preâmbulo, de acordo com a seguinte ordem: E aí vem a ordem decrescente de representação. A partir da próxima sessão faremos a ordem contrária.

**O SR. CONSTITUINTE THEODORO MENDES:** – Sr. Presidente, para uma questão de ordem e para encaminhar um requerimento.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Eu já havia dado a palavra ao Sr. Constituinte Lysâneas Maciel e ele já está lá na tribuna.

**O SR. CONSTITUINTE THEODORO MENDES:** – Estou sendo preterido, Sr. Presidente. Para uma questão de ordem e um requerimento, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, em questão de ordem argüida pelo Constituinte Haroldo Lima, do PC do B, S. Ex.<sup>a</sup> enumerou sete emendas que constariam como acolhidas pelo Relator, mas não constariam do projeto. Instado a se manifestar sobre essa argüição do Constituinte Haroldo Lima, o Sr. Relator afiançou que essas emendas seriam incorporadas.

Ora, não podemos discutir nem mesmo o preâmbulo, sem antes sabermos se algumas dessas emendas, ou alguma delas, não se refiram até ao preâmbulo. Não é possível que trabalheemos, hoje, com a publicação de um projeto que não será aquele que não será discutido.

Por isso, proponho a V. Ex.<sup>a</sup> a suspensão desta sessão, para que possamos trabalhar sobre o projeto devidamente

publicado, sem o que não há possibilidade de trabalho da Constituinte.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Não vou aceitar a sugestão de V. Ex.<sup>a</sup>, porque vamos discutir o preâmbulo. Não vamos fazer senão discuti-lo, começar a discussão e encaminhar a votação, se Deus nos ajudar e se os Constituintes me derem a honra de fazê-lo.

Tem a palavra o nobre Líder do PMDB.

Já expliquei que será por ordem numérica de bancadas, depois, será ao contrário, por ordem ascendente de números.

Tem a palavra o nobre Líder do PMDB.

**O SR. CONSTITUINTE EUCLIDES SCALCO:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, esta noite é de extrema importância para a Nação. Estamos iniciando a discussão do Substitutivo nº 2, sobre o qual haverão de ser tomadas decisões, que embasarão o projeto que será submetido ao Plenário da Assembléia Nacional Constituinte.

A Nação está voltada para cá, e nós, os Constituintes, temos a responsabilidade de dar a esta Nação uma Constituição que responda às necessidades deste País, e atinja a construção de um caminho que leve à solução dos problemas nacionais.

Estando doente o Constituinte Mário Covas, Líder do meu Partido, eu, nesta circunstância e na condição de Primeiro-Vice-Líder, assumiu a Liderança.

Aqui estamos, depois de alguns meses de trabalho, onde a sociedade brasileira foi ouvida nas Subcomissões e através das emendas populares, os Constituintes se debruçaram sobre este trabalho, grupos suprapartidários se constituíram, estabelecendo o diálogo e a negociação, para possibilitar que chegássemos ao dia de hoje, com um substitutivo para discussão e votação.

O meu Partido, o PMDB, através da Liderança de Mário Covas, estimulou que coordenássemos o grupo do consenso, que reuniu 9 Partidos desta Constituinte e que, com outros grupos, discutiui os pontos polêmicos, para que se aplainasse o caminho da construção deste substitutivo que hoje analisamos.

Ele é perfeito? Não é! Ele corresponde àquilo que queremos? Não corresponde? Mas é o possível daquilo que foi discutido dentro da Assembléia Nacional Constituinte.

Tem imperfeições? Tem! E temos o dever de, a partir de hoje, na Comissão de Sistematização, corrigir os erros e conservar os acertos; é esta a nossa responsabilidade, é este o nosso dever.

O meu Partido, o PMDB, em convenção realizada nos dias 18 e 19 de julho, decidiu sobre questões fundamentais, e temos o dever, nós peemedebistas, de responder àquilo que a Convenção decidiu. O Constituinte é livre na sua decisão, não tem censura e nem voto de fidelidade na votação Constitucional, mas aquele que está no PMDB, ao assinar a ficha de filiação partidária, no seu verso, assume o compromisso de atender e responder com o programa do Partido. E nessa circunstância a Convenção do PMDB decidiu coisas fundamentais?

Sobre reforma agrária decidiu que a propriedade tem que cumprir função social; decidiu também que a desapropriação deve ser feita por título da dívida pública e a imissão da posse ser imediata!

Decidiu também o meu Partido que a empresa nacional tem a sua definição, pertencente a brasileiros ou a pessoas físicas domiciliadas no País, e tendo tratamento preferencial; decidiu também o nosso Partido que deve controlar, através do regime a entrada do capital estrangeiro, para que venha a contribuir com a grandeza nacional e o desenvolvimento do seu povo, e não para o repatriamento das matrizes dos recursos aqui aplicados.

O PMDB, na questão urbana, decidiu que devemos ter planos para aumentar o domicílio dos urbanos e que deve ter também cuidados especiais com o transporte nas grandes e pequenas cidades.

São compromissos fundamentais que o nosso Partido assumiu em convenção e, repito, porque isso é consenso e óbvio, os Constituintes são livres na sua manifestação, mas aqueles que são do PMDB devem acompanhar o programa e as decisões partidárias.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, nesta noite em que iniciamos este trabalho, convoco, em nome da Liderança do PMDB, os Constituintes que participam desta Comissão, para atenderem e respeitarem o programa partidário, a fim de que possamos corresponder com a confiança do povo que para cá nos elegeu, membros de uma legenda histórica e que tem compromisso com o passar desta Nação e que precisamos respeitar na Assembléia Nacional Constituinte.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem a palavra o Líder do Partido da Frente Liberal, Constituinte José Lourenço. (Pausa).

Indago se algum dos Srs. Vice-Líderes deseja usar da palavra em nome do Partido da Frente Liberal. (Pausa).

Concedo a palavra à nobre Constituinte Sandra Cavalcanti, que falará pelo Partido da Frente Liberal.

**A SRA. CONSTITUINTE SANDRA CAVALCANTI:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

No momento em que a Comissão de Sistematização inicia a fase decisiva de sua participação na elaboração do novo texto Constitucional, e é convocada para hoje decidir sobre o preâmbulo da Constituição, em nome do Partido da Frente Liberal devo declarar que votaremos um texto de preâmbulo que coloque, de fato, o Brasil sob a proteção de Deus, (Palmas) que decida de forma muito clara que esta Constituição vem para ficar.

Por grande maioria de votos dentro da nossa própria Bancada, fazemos, desde já, a nossa profissão de fé parlamentarista (Palmas) e, respeitamos, principalmente, daqui por diante, na vida pública brasileira, a posição das minorias, garantindo a elas que através do voto livre, direto, universal e secreto e elas serão, sempre, proporcionalmente representadas naquelas assembleias que falarem em nome do povo brasileiro.

O texto do substitutivo, apresentado pelo Relator, apresenta algumas novidades em termos constitucionais, que são, inegavelmente, conquistas muito importantes para o povo brasileiro, uma definição clara em favor da criança e do adolescente, uma inserção permanente de preocupações em favor das pessoas portadoras de deficiências físicas ou de qualquer outra natureza, uma Constituição que acaba definitivamente com a discriminação permanentemente exercida neste País contra a mulher, no trabalho, na sua ascensão social e, principalmente, Sr. Presidente, na participação efetiva no poder de decisão sobre os atos de Governo nesta terra.

Em nome das mulheres constituintes que aqui se encontram, quero registrar que essa é a nossa maior aspiração e será a nossa maior conquista, a de que, daqui por diante, quando se decidirem os destinos do Brasil, quando se definirem as linhas de organização do Estado, quando se escolherem os caminhos de governo, as mulheres não sejam mais participantes passivas, mas possam, eventualmente até, vir a deter um dia, nas suas mãos, o comando e a decisão de governo nesta terra.

Termino, Sr. Presidente, fazendo uma referência muito especial ao trabalho exaustivo, realizado durante todo esse período. Queria fazer um agradecimento – que não gos-

taria de deixar nesta altura de passar em branco – ao corpo de funcionários da Câmara e do Senado que, numa demonstração de fôlego, foram capazes de acompanhar a mais difícil forma de elaboração de um texto constitucional já escolhido, até hoje, em algum lugar, por algum povo, e que vamos provar que estava certo e que vai dar certo.

Agradeço, Sr. Presidente, a oportunidade, até imprevista, de falar em nome do meu Partido.

Agradeço, também, mais uma vez, aos meus companheiros, pela confiança que nos foi depositada para, em determinados momentos, tentarmos, fora até do plenário, e dos recintos destinados aos grandes debates, estabelecer um tipo de entendimento, um tipo de diálogo, aberto, cordial, fraterno, construtivo, voltado de fato para a grandeza do Brasil e com a reta intenção de trabalhar da melhor maneira possível, trabalho esse que nós, Constituintes, creio, nesse período, conseguimos realizar.

Esta Casa, apesar dos plenários vazios, tinha vários lugares, onde diferentes grupos se reuniam, espontaneamente, sem jeton, horas avançando na madrugada, trabalhando sem ponto e sem remuneração, na busca, apenas, de um entendimento, que graças a Deus se estabeleceu entre nós todos.

Queira Deus que, no decorrer, agora, dos trabalhos da nossa Comissão de Sistematização, todos nós, que aprendemos a nos conhecer de perto, a nos chamar pelo primeiro nome, a saber cada um quem é, de onde veio e o que quer, que nesse trabalho de boa fé, de boa vontade, de reta intenção, sejamos capazes de honrar o preâmbulo que começará com esta invocação: "Sob a proteção de Deus, chegaremos até lá".

Muito obrigada, Sr. Presidente! (Palmas).

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem a palavra o nobre Líder do PDS, Constituinte Amaral Netto. (Pausa).

Tem a palavra o nobre Constituinte Virgílio Távora, Vice-Líder do PDS.

**O SR. CONSTITUINTE VIRGÍLIO TÁVORA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, cômico está Partido da responsabilidade de todos os seus membros Constituintes na estruturação de uma Carta Magna que responda às aspirações da atual sociedade brasileira. As nossas primeiras palavras serão, portanto, de afirmação cabal, plena, sem subterfúgios, de que o Partido Democrático Social, PDS, deseja uma Carta que olhe, não o dia de hoje, mas o futuro de amanhã. Uma carta que seja, não conjuntural, não que atenda às circunstâncias emergenciais, mas que justamente possa proporcionar às gerações que nos seguirem algo com que nós sonhamos e não atingimos: uma melhor repartição da riqueza, um progresso em que as diferenças de renda não sejam tão gritantes quanto as que hoje existem. Uma carta que realmente permita impedirmos a obsolescência do nosso parque industrial, uma carta em que aqueles direitos, aquelas conquistas sociais tão sonhadas sejam realmente afirmadas e factíveis de se tornarem realidade, uma carta em que não apenas sejam escritas palavras bonitas, mas que insira no seu contexto bases para que o Brasil dê um passo avante.

Neste momento, pois, gostaríamos de dizer do orgulho que temos, como disse há pouco a nossa colega Sandra, procurando como representante do nosso Partido, como intérprete daquilo que hoje sintetiza as aspirações do grosso da população brasileira, nem o excesso da esquerda, nem o extremismo da direita, fazer parte de grupos suprapartidários, que olharam, que tornaram possível por seu trabalho, uma ajuda mais efetiva a esta obra tão mal compreendida por alguns, mas que Bernardo Cabral fez para base das nossas discussões que hoje se iniciam. Queremos deixar bem ciente que a questão da redistribuição tributária, a orçamentária, a dos direitos individuais

e coletivos, da ordem política e da ordem social, a reforma agrária e urbana, incluída a da capacitação tecnológica, a das minorias étnicas têm e terão de nós um tratamento não desvaído, mas um tratamento seguro, um tratamento que realmente possa dar, o instrumental necessário para, a curto prazo, estabelecermos a consecução de todos os objetivos nacionais. Finalmente, Sr. Presidente, queremos, em nome de nosso Partido, agradecer a esta legião obscura, a essa legião anônima daqueles que, assessorando os trabalhos nos mais diferentes graus, desde as subcomissões às comissões temáticas, aos diferentes grupos interpartidários que se constituíram, com seu trabalho, com o seu labor, permitiram chegássemos até o dia de hoje com um Substitutivo que, se não é o nosso sonho, constitui a síntese de um trabalho ímpar, de um trabalho singular, de uma metodologia nunca por país nenhum usada, em que foram auscultadas nas bases da sociedade todas as suas aspirações, traduzidas hoje em dia no Substitutivo ora em apreciação.

Sr. Presidente e Srs. Constituintes, sejamos dignos daquela esperança que no dia de hoje, como ontem, o povo brasileiro através do voto fez seus representantes para a construção do Brasil do futuro.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Muito obrigado ao nobre Constituinte.

Tem a palavra, por indicação do Líder do Partido Democrático Trabalhista, o Constituinte Lysâneas Maciel.

**O SR. CONSTITUINTE LYSÂNEAS MACIEL:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes:

A impressão dolorosa que se tem no exame desse projeto que se intitula o "por último", porque o último nós não sabemos de onde virá, é uma impressão de incerteza, de insegurança, de ceticismo em relação ao trabalho desta Assembléia Nacional Constituinte.

E esta impressão, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, cada vez mais ela se fortalece na medida em que nós começamos a examinar o preâmbulo. Notem os Srs. e Sras. Constituintes qual foi a emenda importante que os Srs. Relatores – porque este é um trabalho feito a tantas mãos – resolveram imprimir no primeiro preâmbulo, e isso significou um avanço verdadeiro, que dizia o seguinte, Sr. Presidente: "A soberania reside no povo, que é a fonte de todo o poder. Os poderes inerentes à soberania são exercidos pelos representantes eleitos ou por consulta. O voto é secreto e as minorias terão representação proporcional no exercício do poder político".

E, mais adiante, como havia uma consequência natural dessa questão da soberania popular, como dizia o parágrafo único: "Todo poder emana do povo e com ele é exercido, nos termos desta Constituição".

Todos nós sabemos que constitui uma falácia esta questão de dizer que todo poder emana do povo e em seu nome será exercido. Corrigiu-se essa expressão, foi adotada pelo Relator e, finalmente, ela voltou a ser excluída, e ele preferiu ao invés da expressão "e com o povo será exercido", novamente aquela expressão retrógrada que não significa absolutamente nada, "em seu nome será exercido". Isso não significa absolutamente nada, porque ele logo cortou o artigo que dá sequência natural a este preâmbulo, "que a soberania no Brasil pertence ao povo, e somente através da manifestação deste povo, prevista nesta Constituição, é que pode ser exercido ou modificado o poder".

Isto foi cortado, Sr. Presidente e Srs. Constituintes. E por que foi cortado? Porque essa questão da soberania do povo é inaceitável pelas classes dominantes.

Nós não estamos fazendo uma Constituinte, nós estamos fazendo um estatuto da classe dominante. Aten-

deu-se, aqui, ao latifundiário; atendeu-se aqui aos donos de cartório; atendeu-se aqui, à última hora, aos donos das companhias de navegação estrangeira; atendeu-se aos especuladores imobiliários urbanos; atendeu-se uma gama enorme de gente, mas o povo, através de uma emenda constitucional, através de um princípio constitucional, foi novamente excluído. E esta expressão "soberania do povo" foi retirada do contexto; não foi acidental, infelizmente, Sr. Presidente; retirou-se essa expressão do contexto.

E por que esse medo do povo? Por que essa idéia de que o povo brasileiro não tem configuração moral e política para ser o sujeito, para ser o agente principal daquelas leis que vão modificar toda a sua vida?

Não é acidental o conteúdo inicial da nossa proposta de Constituinte; tinha uma determinada linha filosófica. Primeiro, a pessoa humana, com sua dignidade, a sua liberdade. Em segundo lugar, vinha o povo, com a sua soberania; e o exercício dessa soberania foi consagrado no art. 2º de uma proposta que atravessou até o Primeiro Substitutivo Cabral atravessou até aquele momento essa idéia de que o povo é a fonte primária do poder, e nós, representantes do povo, mandatários, tínhamos a obrigação de prestar contas a esse povo e procurar entender as suas prioridades, as suas prerrogativas e, sobretudo, seus anseios maiores. Então, esta Constituinte nasce sob um mau signo.

Ouviu-se, em determinado momento, que esta Constituinte não teve a coragem de dizer que não era nem livre nem soberana. De repente, o Sr. Ministro do Exército, um homem que não tem nada de passado e luta de qualquer assunto importante neste País, virou-se e disse o seguinte: o mandato de Sarney é de seis anos. E o Sr. Relator cumpriu esse mandato, muito embora, ele, modestamente, tivesse reduzido até para cinco. Ele disse que praça de pré não podia votar, e não ficou excluído; ele começou a falar sobre a estabilidade de trabalhador, e não tivemos a coragem de desobedecer o arrastar das esporas, o arrastar das espadas.

Então, apesar dessas imposições que se fazem à soberania e à liberdade desta Assembléia Nacional Constituinte, ainda temos a esperança de que em determinado momento poderemos, evidentemente, modificar isso.

Vejam os senhores que ele falou também em anistia, e teve o deslante de dizer – essa arrastar de espadas e esporas – teve o deslante de dizer que se nós da Assembléia Nacional Constituinte – pasmem, Srs. Constituintes – se votássemos a anistia em favor daqueles homens que em determinado momento tiveram a coragem de lutar pela bandeira, e lutaram e juraram fidelidade aos princípios que norteavam o regime democrático àquela época; lutaram por um governo legitimamente eleito pelo povo, e nem esses puderam ser anistiados, porque esse arrastar de esporas assim não permitiu. Então, estamos votando debaixo de um arrastar de esporas, debaixo das influências da classe dominante, mas na esperança, porque esse recado do Ministro do Exército, que encontrou eco em diversos Constituintes, poderá ser naturalmente modificado. Foi um recado aos Constituintes covardes, mas há muita gente, mesmo dentro do Partido da Maioria, que tem um passado de lutas em favor do povo brasileiro, em favor da soberania nacional. Espera-se que esse recado aos covardes não atinja a maioria do PMDB. O PMDB tem Mário Covas, o PMDB tem Chico Pinto, o PMDB tem diversos elementos que têm a coragem de arrostar as ditaduras e, portanto as suas seqüelas que ainda hoje comandam este País.

Portanto, nasce sob um mau signo, nasce sob o signo das imposições autoritárias, nasce sob o signo da traição aos trabalhadores. Os únicos desprotegidos, Sr. Presidente, os únicos desassistidos nesse Projeto Constitu-

te são exatamente as classes desfavorecidas. Mantém-se aquela idéia de que aquele princípio falso, aquela mera declaração de direito que foi agora estabelecida, aqui novamente, que todo o direito emana do povo, mantém-se aquela idéia de que o trabalhador tem direito a um salário mínimo que seja suficiente para atender aos anseios de sua família, para atender às necessidades mínimas de sua família.

É a grande mentira! Aumenta-se tudo, neste País, mas se mantém o trabalhador, mantém-se as classes oprimidas, e até se mata por data marcada, Sr. Presidente.

Outro dia, no depoimento do Presidente das Organizações do **O Estado de S. Paulo**, chamei a atenção dele, de que o chefe possivelmente do Esquadrão da Morte, o Presidente da UDR, teria feito referência que o próximo a ser morto poderia ser o Padre Ricardo Pereira.

Nós estamos aqui com gente sendo marcada para morrer até com data fixada nos jornais; mataram o Padre Jósimo, mataram o Deputado Fontenelle, e vão matar agora o Padre Ricardo Resende. E faço esta denúncia que fiz ao chefe das Organizações de **O Estado de S. Paulo**. Vai ser morto porque a senha já foi dada, através de pronunciamento desse energúmeno que se chama Ronaldo Caiado.

Mas, Sr. Presidente, eu mantenho a esperança de que o PMDB, o Partido da Maioria, vai reagir a essas imposições. O Partido da Maioria não vai mais aceitar, passivamente, Sr. Presidente, desmentindo o seu passado, essas imposições e essa traição que estão sendo feitas aqui.

Não foi modificado este preâmbulo, Sr. Presidente, por mero acidente. Não foi modificado este preâmbulo apenas por uma questão literária. Foi modificado deliberadamente porque, para muitos e para o Sr. Relator, o povo não tem configuração moral e política para ser o sujeito do seu destino. Por isso ele escolhia essa expressão: "...e com o povo será exercido".

Veja V. Ex.<sup>a</sup> que este preâmbulo nasce, também, "sob a proteção de Deus". Ninguém pode tirar o sentimento místico do povo brasileiro. Ninguém é capaz de afastar o misticismo que existe no povo brasileiro. É um sentimento inarredável do nosso povo. Mas é um Deus de justiça, Sr. Presidente, e não o Deus dos latifundiários, dos generais; é o Deus do sentimento humilde, das pessoas humildes.

Termino a minha fala, Sr. Presidente, invocando, precisamente, essa figura. Numa certa feita, quando o Senhor da História reuniu os homens, na cena do Grande Julgamento, Ele separou as pessoas e usou a seguinte expressão: "você estão salvos, porque, quando estava com fome, vocês me deram de comer; quando estava com sede, vocês me deram de beber; quando estava nu, vocês me vestiram; quando eu era estrangeiro, vocês me visitaram". E aquelas pessoas, ao olharem o Senhor da História, disseram: "mas, Senhor, nunca te fizemos isso. Nunca te vimos nu e te vestimos; nunca te vimos com fome e te demos de comer; nunca te vimos forasteiro e te abrigamos; nunca te vimos na prisão e te visitamos". E ele usou uma expressão que, talvez, seja uma norma para esta Assembléia Nacional Constituinte. Os ricos, os poderosos, os latifundiários, os donos de cartórios, os donos de empresas de navegação já têm os seus protetores, já têm os seus **lobbies** poderosos; mas esses nus, esses bóias-frias, esses despossuídos da sorte, que foram objeto da atração, que foram objeto da cena do Grande Julgamento, esses não têm proteção, Sr. Presidente. Então, o Senhor da História virou-se para aqueles homens e falou assim: "quando vocês fizeram a um desses pequeninos, foi a mim que fizeram". E condenou aqueles que não deram amparo aos desempregados, aos bóias-frias, aos deserdados da sorte, aos prisioneiros, vítimas dos IPMS de todos os tempos... Então, eles resolveram lutar, Sr. Presidente.

Aqui, o que há é uma inversão teológica, é uma contradição sobre esta expressão: "sob a proteção de Deus" ...Que Deus? Que Deus é esse que fala aqui? Que tipo de divindade é essa aqui? É para encobrir as mazelas deste País? É para encobrir as injustiças deste País? Ou é para estabelecer um documento, Sr. Presidente? É o Deus da Justiça, é o Deus dos despossuídos, é o Deus dos deserdados!

E vamos acreditar, Sr. Presidente – já afirmei várias vezes a V. Ex.<sup>a</sup> – que o povo não tenha a verdade absoluta, mas nós Parlamentares também não temos. Vamos ver se somos capazes de fazer um casamento, um consórcio, um conúbio, feliz, entre aqueles que deveriam ser não as vítimas das nossas interpretações culturais, das nossas distorções políticas, mas que fizéssemos um consórcio com a sabedoria popular, com a experiência popular e déssemos também a nossa contribuição. Este é o grande desafio desta Constituinte: povo parceiro, povo participe ou, simplesmente, mais um documento?

Aí do infeliz que semeia a discórdia, do infeliz que semeia a incerteza, do infeliz que semeia a injustiça e que não tem sequer a coragem de dizer que é o estatuto das classes dominantes que está para ser implantado neste País.

Muito obrigado a V. Ex.<sup>a</sup> (Palmas).

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem a palavra o nobre Líder Gastone Righi, do Partido Trabalhista Brasileiro.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Não tenho o mesmo pessimismo do ilustre Líder do PDT. Acredito no bom senso dos nossos políticos e, principalmente, nas boas intenções dos Constituintes que aqui estão reunidos em assembleia livre e soberana.

Não é verdade que representamos ou que esta Constituição vá representar as classes dominantes, se é que se entende por classes dominantes os que detêm o poder econômico ou o poder estatal. Não acredito que ninguém aqui tenha vindo como servo dos ricos, nem como escravo dos que estão no Poder, atualmente. Vejo todos os companheiros como vejo a mim mesmo. Homens que têm consciência e dignidade, e que foram eleitos para aqui cumprirem uma missão de que haverão de honrar e corresponder à confiança que o povo em nós depositou. Quem não pensar assim deve pensar muito mal de si próprio.

É verdade, Sr. Presidente, é verdade, Srs. Constituintes, que temos muita coisa a lamentar, mas o que não foi dito é que temos a lamentar uma determinada manipulação que foi feita no início desta Assembleia; manipulação que resultou de um Regimento Interno draconiano, irresponsável, irrefletido e contra o qual somente o meu pequeno partido protestou e votou. Ele foi aprovado pela grande maioria dos Srs. Constituintes. Lamentavelmente, sobre o sacrossanto manto e diáfano manto de ser altamente democrático, porque começava por 24 subcomissões e com a integração de todos, passou com aplausos inclusive da nossa imprensa e da própria opinião pública e não era verdadeiro. Dizíamos então, e repetimos hoje, que a insegurança, daqueles mesmos que louvaram o Regimento antes, se manifestaria, como neste momento, nascida do distorcido processo, do método utilizado para a elaboração da Constituinte. Eu dizia antes, e repito agora, que a Constituinte teria de nascer ou de começar por um projeto, invertendo-se o processo estabelecido. Era neste momento, neste recinto e nesta Comissão que deveria ter sido dado início ao processo legislativo; aí, sim, teríamos um primeiro anteprojeto de natureza técnico-legislativa e sobre ele o Plenário, em seguida, se manifestaria, colhendo de todos os Constituintes as suas propos-

tas ideológicas, doutrinárias, programáticas para então ir às subcomissões receber o crivo do apuro técnico de cada uma delas e, finalmente, vir a descambar até o Plenário. Se isso não foi atendido, outro não teria sido o resultado.

Até agora tudo foi o caos, apenas o caos. Idéias difusas, dispersas, contraditórias, paradoxais, a criar um clima de expectativa indesejável, a deixar a Nação não só insatisfeita, mas o seu povo desconfiado, desconsertado, que ele, povo, elegeu.

Dito isto, Sr. Presidente, localizo, no Regimento Interno, as apreensões que podemos diagnosticar em muitos e na própria opinião pública.

Hoje, regimentalmente, caber-nos-á discutir e votar o preâmbulo da Constituição. Este processo distorcido nos impediu de um raciocínio sereno, um raciocínio mais profundo sobre um preâmbulo e os primeiros dispositivos, que seriam os princípios gerais, porque todos nós tivemos que nos ater às coisas que, de mais concreto e mais de perto dissessem respeito a nós próprios, aos nosso eleitores e aos nossos Partidos.

E, com isto, vou mostrar a V. Ex.<sup>as</sup> como a distorção do processo ocasionou perda talvez irreparável. E chamo a atenção do Sr. Relator: é péssimo o preâmbulo do anteprojeto. É péssimo sim, porque especifica, por exemplo, determinados princípios, sem fazer constar outros de igual importância ou grandeza. É péssimo sim, porque a Constituição de um Estado, que ingressa com ela no concerto geral das nações, sequer fala da nossa posição diante do mundo. Omite, em toda a sua extensão, uma palavra sagrada, e não ouvi ninguém da esquerda proclamá-la: a paz. Nem a paz é objetivo do nosso Estado. E, mais grave do que isso, o trabalho, em nenhum momento, é mencionado. Mas, o trabalho é o valor mais substancial e fundamental na construção e na edificação de uma Nação e de um Estado. Que sociedade poderá desenvolver seus valores reais, se não proclamar o seu culto e o seu respeito ao trabalho? Nada disso foi mencionado. E, vejamos que, lamentavelmente, as alternativas parcas de preâmbulo não contemplam dois pontos fundamentais e substanciais: paz e trabalho.

O PTB, como de resto boa parte dos Partidos, tornou a Constituinte questão aberta para todos os seus membros da Bancada. Isto não quer dizer, contudo, que não tenhamos liames e compromissos, como a linha central programática dentro do trabalhismo que procuramos cultivar. Essa linha se assenta num ponto fundamental: o respeito, a veneração e o culto ao trabalho, e, ao mesmo tempo, a proclamação de que o trabalho e o capital não são conflitantes. Não é inevitável o conflito de classes; ao contrário, é possível harmonizar-se o capital e o trabalho, principalmente, se traçarmos os objetivos maiores para a comunidade e para a Nação, que, juntos, podem levar ao desenvolvimento, podem levar a se extinguir a miséria, a se erradicar a fome, a se acabar com o analfabetismo, a se dar saúde e cura aos enfermos de que delas necessitem.

Portanto, eu recomendo, na condição de Líder da Bancada do PTB, que fiquemos com o preâmbulo do Constituinte Aluizio Campos, que, apesar da palavra "consolidar", que me pareceu muito imprópria, consegue ser mais sintético, pelo menos mais simples e objetivo: "os representantes da Nação brasileira livremente eleitos e reunidos pela vontade soberana do povo em Assembleia Nacional Constituinte, invocando a proteção de Deus, proclamam que esta Constituição organiza a República Federativa do Brasil, em Estado de Direito, para consolidar a liberdade, a fraternidade, a igualdade e a justiça como postulados de valores supremos de uma sociedade democrática, pluripartidária e sem preconceitos". Mas, ao mesmo tempo em que ficamos com esse preâmbulo, esposamos a proposta de emenda do Constituinte Carlos Sant'Anna, principalmente – ou melhor, não em relação ao seu preâmbulo, mas sim

quanto ao seu art. 1º, que é realmente precioso – e me permitirei lê-lo a V. Ex.ªs:

"Art. 1º O Brasil é República Federativa constituída pela união indissolúvel dos Estados e Municípios, Distrito Federal e Territórios, sob regime democrático, que consagra a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da economia livres, o pluralismo representativo e a soberania da Nação."

Assim, o que procuramos formular, diante da algaravia formada e dos erros do regimento que nos impossibilitam, a esta altura, de podermos ter propostas mais aperfeiçoadas, que o Sr. Relator e o Sr. Presidente da Comissão, ao colher nossos votos sobre o preâmbulo ou sobre o artigo, procurem e terão oportunidade de um novo substitutivo que adentrará em plenário, onde questões de redação, como esta que eu destaquei, poderão ser perfeitamente corrigidas, perfeitamente melhor aparelhadas, melhor deferidas. Desta forma, estaremos todos colaborando para que a nossa Constituição corresponda aos verdadeiros anseios, ou mais do que isso, aos anseios do povo brasileiro, que devem ser os mesmos que os nossos.

Muito obrigado. (Palmas).

Durante o pronunciamento do Sr. Gastone Righi, o Sr. **Afonso Arinos**, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. **Aluizio Campos**, Primeiro-Vice-Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Muito obrigado ao Constituinte Gastone Righi.

Concedo a palavra ao nobre Líder do PT, Deputado Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva.

**O SR. CONSTITUINTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes.

Confesso que fiquei um pouco perplexo quando aqui cheguei e vim para cá pensando que a gente ia começar a votar o preâmbulo. Até agora, continuamos na fase dos discursos. Tenho uma grande preocupação, porque se, no preâmbulo, estamos discutindo o tanto que estamos discutindo, na hora em que formos votar coisas mais sérias, possivelmente a gente dê aqui a justificativa que determinados setores da Imprensa queiram, para criar uma imagem ainda mais negativa do que já tem essa Constituinte.

É bem verdade que todo esse clima de descrédito não foi gratuito; é bem verdade que, quando a economia brasileira vai à bancarrota, enquanto o nosso Ministro da Fazenda é humilhado nos Estados Unidos, enquanto o povo brasileiro sofre o maior arrocho da sua história, o Governo, por incapacidade, dá a idéia para a opinião pública de que a coisa mais importante a ser discutida neste País é o sistema de Governo. Três meses se passaram, em que as manchetes dos jornais não são outras senão o presidencialismo ou o parlamentarismo. Enquanto isso, o desemprego assola o nosso País; enquanto isso, os bóias-frias são assassinados no campo; enquanto isso, a classe trabalhadora vai tendo o seu salário arrojado. E muito mais grave do que tudo isso é que, enquanto se discute o supérfluo, a classe trabalhadora vai perdendo a crença numa das instituições em que ela mais deveria acreditar, que é o Congresso. Penso que sobre as costas do Relator Bernardo Cabral recaem e recaíram, nestes últimos dias, todas as mágoas, todas as frustrações, como possivelmente outras coisas que cada um de nós quisesse pensar, porque o seu projeto não atendeu a todas as nossas reivindicações.

Lembro-me do primeiro discurso que fiz na Constituinte, em que dizia de forma clara e objetiva que, embora muita gente visse o PT como um Partido que viesse aqui para morder os outros Constituintes, tínhamos nítida certeza das nossas limitações, tínhamos a certeza do espectro ideológico desta Constituinte, tínhamos claro o confronto

de classes imbuído nesta Constituinte, mas que, ao mesmo tempo, estaríamos aqui, dentro de uma perspectiva de que era preciso conversar, conversar e conversar, até que pudéssemos convencer até os inconvenientes, para que tentassem fazer alguma coisa que pudesse tirar a classe trabalhadora da situação de penúria em que se encontra.

Não quero aqui, companheiro Bernardo Cabral, jogar toda a responsabilidade em suas costas, porque, agora, o que pesou nas suas costas vai pesar nas de cada um de nós. O que pesou nas suas costas, e digo com sinceridade, embora frustrado, porque várias das reivindicações com que sonhei a vida inteira não foram atendidas, penso que ainda temos tempo de colocá-las, ainda temos tempo de fazê-las, e para se trabalhar com tranqüilidade penso que é necessário que o Poder Executivo, de uma vez por todas tire o seu dedinho da Constituinte. Quem está precisando de reparo não é a Constituinte, mas o nosso Governo que inexistiu enquanto Governo para resolver os problemas da sociedade brasileira.

Estamos, agora mesmo, iniciando os trabalhos da Comissão de Sistematização. Estamos numa crise de Governo, e a crise não é por que o inimigo está atravessando a fronteira; a crise não é por que alguém roubou bilhões e bilhões de dólares; a crise é uma briga por cargos entre setores do PMDB e do PFL, que faz com que a sociedade brasileira desacredite ainda mais na classe política que está, possivelmente, mais desacreditada do que em qualquer época da História deste País.

Companheiros e companheiras Constituintes, penso que o preâmbulo não é tudo – tampouco quero aqui fazer um grande discurso sobre o preâmbulo – mas a verdade é que o vestido embeleza a mulher, os trajes enfeitam o homem, a pintura enfeita a paisagem, e esse preâmbulo carece desse fator de embelezamento que é a participação popular de forma decisiva que não está contida no segundo projeto do Relator Bernardo Cabral.

Sr. Presidente, espero que, daqui para frente, se comece a perceber que estamos mais ou menos como naquele jogo Brasil e França, onde todo mundo chamou o Zico de perna-de-pau porque errou o pênalti, e todos nós, sentados na frente de uma televisão, dizíamos: até eu marcava. Pois bem, é bem possível que o Deputado Bernardo Cabral tenha perdido o pênalti. Cabe, agora, saber se teremos capacidade de marcar esse gol que ele não marcou.

Marcar esse gol significa termos a capacidade, em primeiro lugar, de discutir como seres humanos, como animais racionais, que conseguem pensar e conversar sem desconfiança de que o próximo já está a fim de nos enganar; marcar esse gol significa termos a capacidade de conversar com o contrário, na perspectiva de encontrarmos pontos comuns; marcar esse gol significa, pura e simplesmente, a gente entender que os aposentados não foram contemplados nesse projeto; de que as 40 horas não foram contempladas nesse projeto; de que vários e vários problemas, até como a estabilidade, ainda não estão totalmente contemplados nesse projeto.

E eu vou brigar, vou falar grosso, aqui, nesta tribuna, mas vou conversar; vou conversar com todos aqueles que estejam dispostos a conversar. Vou telefonar para o Bernardo Cabral, vou tentar conversar com o Dr. Ulysses Guimarães, como tentei na última sexta-feira, pedindo para que, antes de o projeto ser entregue, possa haver uma reunião das Lideranças – seria importante – para a gente tirar todas as picuinhas e o projeto vir para cá com a cara lavada, com a cara mais limpa, onde todos pudessem, efetivamente, já estar de comum acordo com uma grande parte desse projeto.

Não foi possível. Não vou exigir o impossível de ninguém, mas lembro perfeitamente bem que o programa do PMDB é muito avançado. Espero que cada companheiro peemedebista, de centro-direita, de centro-esquerda, de es-

querda ou de qualquer outra coisa que queira ser, pelo menos cumpra aquilo que está determinado no programa que escolheu, porque, assim, a classe trabalhadora poderá menos cumprir aquilo que está determinado no programa também fez um programa avançado. Basta ler os programas desses Partidos para se verificar que os interesses da classe trabalhadora estão, em sua maioria, contemplados. Eu não vou nem falar dos Partidos de esquerda que têm compromissos históricos com a classe trabalhadora, mas vou pedir a cada um dos Srs., a cada uma das companheiras, independente de Partido, todos assumiram compromissos nesta Constituinte nos palanques, antes do dia 15 de novembro e é bem possível que muitos já os tenham esquecido.

Queria terminar dizendo que espero que esta Assembléia não se transforme numa Constituinte de políticos "Xuxa", que, antes das eleições, dão beijinho, beijinho e, depois, "tchau", "tchau".

Muito obrigado. (Palmas).

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Concedo a palavra ao nobre Líder do PL, Deputado Constituinte Adolfo Oliveira.

**O SR. CONSTITUINTE ADOLFO OLIVEIRA:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes.

Não considero, e o digo com toda vênua, adequado que compareça a esta tribuna na qualidade de Líder. Prefiro a credencial de integrante desta Comissão, de membro da Assembléia Nacional Constituinte.

Esta Comissão não tem líderes, Sr. Presidente, cada um é líder de si mesmo. Quando se inicia o debate à guisa de encaminhamento de votação do texto da futura Constituição deste País, considero, muito mais do que um direito, um dever lembrar aos colegas as dificuldades provocadas pela angústia de tempo, os problemas de analisar milhares e milhares de propostas, populares, emendas e tudo mais, para que uma só pessoa, com a sua responsabilidade e com o seu sacrifício, se lançasse a esta faina de não faltar, de não desmerecer, de honrar a confiança recebida.

Gostaria apenas de lembrar que, na mesma hora, no mesmo momento em que nós nos entregamos todos a esse trabalho de escrever a Carta Magna, há o clamor nas ruas, há o sofrimento social que a todos nós interessa e diz respeito, e nada obstante nós temos que escrever uma Constituição não para hoje, mas para o futuro, para durar. Imperfeições existem em qualquer obra humana, mas o cuidado maior desse trabalho que nós começamos hoje a analisar é o cuidado de ser fiel à média das opiniões é de ser fiel ao Brasil real, ao Brasil de verdade, ao Brasil que trabalha, ao Brasil que sofre. E nunca será possível fazer uma obra dessas, Sr. Presidente, para o agrado da unanimidade. Mas isto sim, dado ao apoio, à compreensão e à solidariedade da grande maioria.

E eu não ouvi até agora uma única palavra as conquistas que estão inscritas nesse texto; não ouvi uma única palavra sobre a cobrança dos direitos constitucionais, através do mandado de injunção; não ouvi também nada a propósito do direito de cada cidadão cobrar das informações que lhe dizem respeito e que lhe interessam à própria liberdade e à própria vida, o **Habeas data**; não ouvi, Sr. Presidente, uma palavra de elogio à coragem e ao desassombro de enfrentar os maiores potentados deste País, aliados ou os próprios traficantes de tóxicos, que desgraçam não apenas o nosso País, mas toda a humanidade. E a nossa Constituição está aberta e alerta para que seja reprimido tal abuso.

**O SR. CONSTITUINTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA:** – Hoje é a discussão do preâmbulo, por isso que não se falou nisso.

**O SR. CONSTITUINTE ADOLFO OLIVEIRA:** – Quero ainda, Sr. Presidente, lembrar que neste texto estão

incluídos dispositivos para se tornar possível um combate mais efetivo e mais eficiente à corrupção que é a praga de todas as pragas, de todas as esferas da administração pública; quero lembrar ainda, Sr. Presidente, que deste texto consta, de maneira efetiva, o final da época dos marajás.

Ora, Sr. Presidente, quando tudo isso foi analisado e foi escrito pelo nosso Relator, é nosso dever colaborar para aperfeiçoar o texto e não para negar as realidades, para negar as verdades.

Eu tenho divergências pessoais, ou do meu Partido, com alguns pontos que constam desse projeto, mas nem por isso eu deixo de respeitá-lo, nem por isso eu deixo de me curvar à vontade da maioria, porque essa é a essência da democracia. Eu sou presidencialista, mas respeito a decisão desta Comissão e do Plenário da Assembléia Nacional Constituinte. Sou favorável à unidade sindical, mas respeito, e reconheço o direito, a maneira elaborada com que V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Relator, e com que todos os Colegas preferem esta solução.

Não quero, Sr. Presidente, me alongar, mas quero lembrar que da essência da democracia está o voto tomado dos Srs. Membros desta Comissão e daqueles que são integrantes, nós todos e mais os Colegas do Plenário, da Assembléia Nacional Constituinte.

Quero dizer que o Partido Liberal faz votos para que, realmente, sejam preservadas no texto as conquistas que queremos irrevogáveis e irretratáveis, e que se caminhe ainda um pouco mais para que venham as reformas democráticas que o povo brasileiro está esperando, porque para todas elas nós estaremos presentes, trazendo o nosso voto, a nossa simpatia, o nosso apoio e a nossa compreensão.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Palmas).

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Concedo a palavra ao nobre líder do PDC, Deputado Constituinte, José Maria Eymael.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ MARIA EYMAEL:** – Sr. Presidente, Constituintes de 1987:

Vimos, todos nós, dos mais diversos rincões do País. Alguns de mais perto, outros de mais longe. Alguns de nós chegamos a esta Assembléia Nacional Constituinte carregados de experiência parlamentar, outros, como este Constituinte que vos fala, Sr. Presidente, recém adentrando na prática legislativa. Mas todos nós, sem nenhuma distinção, aqui chegamos com a alma incendiada de esperanças e tendo na consciência a determinação de com o melhor de nossas vontades e o nosso trabalho, construirmos uma Carta Magna, um documento constitucional que atendesse aos anseios do nosso povo, de agora e do futuro.

E ao examinarmos, Sr. Presidente, o preâmbulo que abre o texto Constitucional que, nesta noite histórica, passamos a discutir e votar, nesta Assembléia Nacional Constituinte, nesta Comissão de Sistematização, queremos afirmar, embora admitindo que possam existir progressos, que concordamos com o texto que consta do preâmbulo; concordamos quando o preâmbulo é imperativo e estabelece que afirmamos, não diz queremos, afirma de forma categórica que é nossa vontade construir uma sociedade baseada, fundamentada nos princípios da igualdade, da fraternidade e da liberdade; concordamos com o preâmbulo quando afasta, quando não admite nenhuma forma de discriminação, em razão de raça, sexo, cor, origem, religião, procedência ou qualquer outro fundamento; concordamos com o preâmbulo, quando, de uma forma extraordinária, estabelece que não pode haver uma pátria grande se não estiver fundamentada na saúde e na felicidade do seu povo, porque é inadmissível concedermos um critério de grandeza, quando a nossa população, quando o nosso povo sofre a agrura da falta de saúde e se



amesquinha na cultura; concordamos que o preâmbulo, quando afirma que é fundamental, para esta sociedade que queremos construir, um respeito total aos direitos fundamentais da pessoa humana; concordamos com o preâmbulo, quando pela primeira vez na História Constitucional brasileira, levanta a figura da criança e do adolescente e a coloca como objetivo maior da própria sociedade. Concordamos com o preâmbulo, quando afasta a iniquidade da má distribuição das riquezas e afirma, de forma taxativa, que é imperativo uma equitativa distribuição dos bens materiais e culturais, porque, Sr. Presidente, temos que afastar a falácia de que basta a liberdade, porque liberdade fazia de justiça, nada mais é do que a face mascarada da escravidão.

Concordamos com o preâmbulo, Sr. Presidente, quando condena qualquer forma de autoritarismo e quando estabelece que o povo, a sociedade tem que ser o sujeito da nossa História e condena qualquer forma de afastamento do povo do processo democrático, do processo econômico e do processo social.

E, finalmente, Sr. Presidente e Srs. Constituintes de 1987:

Concordamos com o preâmbulo, quando faz justiça a toda nossa formação cristã. Concordamos com o preâmbulo, quando nos evoca todas as lições de criança e na adolescência, quando aprendemos em nossos lares aquela mensagem extraordinária do Evangelho, aquele testemunho que estabelece: "quando estiverem reunidas em Meu nome, duas ou mais pessoas, eu ali estarei".

Concordamos, Sr. Presidente, quando o preâmbulo evoca o nome, a proteção e a inspiração de Deus.

Concluindo, Sr. Presidente, gostaríamos, em nome da Democracia Cristã e – tenho certeza – em nome de todos os anseios cristãos de nosso povo, de cantar um salmo extraordinário que, na sua singeleza, afirma, de forma eterna e imortal: "Bem-aventurada a nação que tem o Senhor por seu Deus. (Palmas).

Durante o pronunciamento do Sr. **José Maria Eymael**, o Sr. **Aluizio Campos**, Primeiro-Vice-Presidente deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. **Afonso Arinos**, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem a palavra o Constituinte Haroldo Lima, Líder do Partido Comunista do Brasil.

**O SR. CONSTITUINTE HAROLDO LIMA:** – Sr. Presidente e Srs. Constituintes, a situação das minhas cordas vocais obriga-me a falar com mais vagarosidade do que desejaria.

Mas, quero começar essas observações, destacando o esforço e o papel que tiveram alguns colegas Constituintes, na elaboração do substitutivo que ora estamos analisando.

Em particular, temos que reconhecer o esforço, a dedicação que o nobre Relator Bernardo Cabral teve, ao encaminhar todo esse trabalho que resultou nesse Substitutivo nº 2, que ora estamos examinando.

Dito isso, Sr. Presidente, gostaria também de salientar que o trabalho da nossa Constituinte, até o presente instante, se deu num quadro de verdadeira anormalidade institucional, porque as pressões que se abateram sobre a Constituinte não devem ser esquecidas. Nós nunca tivemos, nesse passado recente, pressões tão grandiosas, tão concentradas, diria mesmo tão exacerbadas, quanto as que experimentamos aqui na Constituinte. Estou nesta Casa pela segunda vez, é a minha segunda legislatura. Na primeira, vi as grandes pressões que o General Figueiredo desenvolveu contra o Colégio Eleitoral, quando ali se estabelecia uma batalha de vida ou morte do regime militar que ele representava. Foram enormes as pressões do General Figueiredo ao Colégio Eleitoral.

Mas, Sr. Presidente e nobres Colegas Constituintes, devo dizer, com toda a serenidade, que nunca vi pressões tão grandes quanto as que foram feitas recentemente pelo Poder Executivo contra a Constituinte, como há pouco sucedeu em nosso País.

Penso mesmo que o Senhor Presidente José Sarney se colocou ao arrepio da Constituição brasileira quando, não considerando que a emenda constitucional nº 26 estabelecia que a Constituinte deveria ser livre e soberana, não respeitou a sua liberdade. E sucessivas vezes afrontou-a publicamente, dizendo não aceitar que ela deliberasse sobre tal coisa, fechar questão sobre tal outra, comunicar aos Constituintes que determinada deliberação, que só eles deveriam tomar, ele, Presidente, já a havia tomado. Fruto dessas pressões, Sr. Presidente, estamos agora encaminhando a discussão da proposta do Substitutivo do Relator Bernardo Cabral.

Sr. Presidente, como nessa primeira interferência que os Líderes dos Partidos fizeram a esta Comissão de Sistematização, a ampla maioria teceu comentários mais gerais sobre o significado do Substitutivo que ora começamos a votar, eu desejaria dizer, em nome do Partido Comunista do Brasil que, em nossa opinião, o Substitutivo, fruto de todo esse processo, que terminou chegando às nossas mãos, é um substitutivo aquém das necessidades e, sobretudo, das expectativas do povo brasileiro. É um Substitutivo altamente conservador, é um Substitutivo que não pôs aqui pessoas para elogiá-lo, como reclamou o Constituinte Adolfo de Oliveira, porque, nas questões fundamentais e acessórias, ele soçobra, ele não está à altura da Nação brasileira.

Chamo a atenção para as questões candentes, como a questão da soberania nacional brasileira, em que ele não se põe como um defensor de uma Nação soberana. Lá estão determinados conceitos de empresa nacional, cujo mérito não é o caso de aqui dissertarmos, mas é preciso que se diga que é um conceito que abre espaço e que significa, cientificamente falando, uma capitulação perante as pressões e os interesses do capital estrangeiro. A empresa nacional sofreu, na sua conceituação, um processo de recuo, porque o Substitutivo nº 1 dá um passo à frente e, inexplicavelmente, o Substitutivo nº 2 dá um passo atrás e recua. A dívida externa não é sequer mencionada, quando todos nós sabemos que esse é um problema candente da Nação brasileira no presente momento. E, nas Disposições Transitórias, a despeito de inúmeras emendas, esse assunto não é sequer ventilado.

Quanto ao militarismo, estamos saindo de um regime militar que durou 21 anos; era de se esperar que a próxima Constituição, que sucedeu a esse regime, tivesse um aspecto antimilitarista, porque sempre foi assim na História do Brasil. A primeira Constituição republicana teve um aspecto antiperíodo; a Constituição de 30, que sucedeu à Revolução de 30, teve um aspecto modernista, porque ela representou a sequência a um momento chamado, antigamente, de Velha República. A Constituição de 1946 era uma Constituição democrática, porque sucedeu a um regime ditatorial, e a Constituição de 1987, todos esperávamos que tivesse um caráter antimilitarista, porque sucedeu a um regime militarizado. Entretanto, não só não tem esse caráter antimilitarista como referenda e retoma algumas categorias constitucionais que só existiam na História do Brasil na época da ditadura militar, exemplo, o estado de defesa que teve um nome diferente das medidas de emergência. É bom que se lembre que a medida de emergência nunca existiu nos textos constitucionais brasileiros; aqui só existia estado de sítio. Agora, tem, além de estado de sítio, que foi introduzido pela ditadura militar, o estado de defesa, nome novo das medidas de emergência. Existe o Conselho de Defesa Nacional, que é o nome novo do Conselho de Segurança Nacional, que também tomou essa conotação mais recentemente na História do Brasil, embo-

ra tenha sido introduzido desde a época de 1937, na época do Estado Novo.

O Conselho de Defesa Nacional, que é o Conselho de Segurança Nacional, passa a ter, no Substitutivo 2, mais poderes do que tinha no Substitutivo 1, porque, no Substitutivo 1, quando o Presidente da República poderia decretar o estado de sítio ou o estado de defesa, deveria consultar o Conselho da República, que é um órgão civil. E, agora, com o Substitutivo 2, há um recuo explícito e consulta-se não mais o Conselho da República, mas o Conselho de Segurança Nacional, formado, entre outros, por seis militares, seis oficiais gerais.

Sr. Presidente, a justiça militar continua julgando civis, que é algo que não existe na tradição brasileira, a não ser a partir do Estado Novo, reiterado na época da ditadura, e reiterado, agora, no Substitutivo de 1937.

Quanto à democratização da propriedade da terra, esta também é sacrificada, Sr. Presidente. A opinião do PC do B, Presidente Afonso Arinos e nobres Colegas Constituintes, é que, prevalecendo este texto, acabou a reforma agrária no Brasil. Abrimos espaço para a negociação agrária, porque qualquer latifundiário que tenha uma vasta extensão de terra perdida no interior do Brasil, com dificuldades de vendê-la, gostará que seja desapropriada a baixo preço, pois rapidamente recorre à justiça, sempre subserviente a eles, e esta determina que o Estado brasileiro deve pagar, pelo justo valor e à vista, aquela terra que ele não poderia vender, de forma alguma, porque estaria perdida – digamos – em rincões atrasados do Brasil. digamos – em rincões atrasados do Brasil.

A reforma agrária é golpeada aqui, Sr. Presidente, em nível vergonhoso, porque o Estatuto da Terra do regime militar prevê a imissão da terra numa situação muito mais avançada do que a que está prevista no substitutivo do regime democrático que supostamente estamos vivendo. Esse um substitutivo que é uma carta aberta de uma das teses mais reacionárias da burguesia brasileira recente e do capital estrangeiro, da privatização.

Aqui, sobretudo os representantes do empresariado brasileiro, a representação empresarial brasileira, é hoje uma representação desfigurada, é uma representação alienada, entregue aos interesses do capital estrangeiro. Especialmente a partir da Nova República proclama-se intensamente de norte a sul do Brasil, que um dos grandes inimigos de todos os problemas do nosso País, ou melhor, um dos grandes responsáveis pelos problemas que estamos vivendo, é o capital estatal. As estatais, hoje, neste substitutivo, são tratadas como inimigas da economia brasileira. Isto é um contra-senso, não diz respeito aos interesses da nacionalidade, mostra quão fraco está o interesse da nacionalidade, até mesmo do empresariado outrora nacional do nosso País. Porque, aqui, nem mesmo se admite que a empresa nacional, que as estatais, tenham uma existência assegurada. Pelo contrário, a estatal é admitida com mil ressalvas. Somente em caso de segurança nacional comprovada é que o monopólio estatal pode se realizar. Ela jamais pode ter um benefício estatal e chegamos ao deslante, neste substitutivo, de estabelecer que uma estatal brasileira não deve ter nenhum privilégio proveniente da nacionalidade do seu capital, ou seja, parece-nos, Sr. Presidente, que aqui é uma capitulação aberta aos interesses alienígenas. Os direitos dos trabalhadores foram extirpados do texto deste projeto de Constituição. Aqui não se fala nada a respeito das 40 horas, reivindicação muito sentida no Brasil, atualizada pelas manifestações ou pelas situações existentes em numerosos países do Mundo, onde as 40 horas, e mesmo 37 horas, já estão sendo discutidas. Nós somos a 8ª economia do mundo, que entende que só pode viver à base da alta exploração da força do trabalho, e não a 8ª economia do Mundo que já admite a possibilidade de abrir-se para o bem-estar geral da massa de seus trabalhadores.

Sr. Presidente, para encaminhar o fecho da minha intervenção, devo dizer que o substitutivo fala no parlamentarismo, aborda e defende o parlamentarismo. Penso eu que é uma posição avançada deste substitutivo; penso eu que parlamentarismo diz respeito à modernidade que vive o mundo todo, e que o nosso País, hoje, já está atrasado começando a querer vivê-lo. Mas também, no texto deste substitutivo, a idéia parlamentarista é, diversas vezes, truncada, e vêem-se enxertos artificiais que complicam toda a proposta e a ameaçam de não ser uma proposta séria, uma proposta para valer. Vemos estabelecido nessa proposta um mandato de seis anos para um Presidente que inúmeras vezes desrespeitou a Constituinte; que deveria ser, na nossa compreensão, julgado por essa Constituinte como um Chefe de Executivo que não se ateuve aos termos constitucionais em vigor.

Pois bem, para esse Presidente – repito – prevê-se um mandato de seis anos. Supostamente instaurado o parlamentarismo, com um Presidente, que desrespeita completamente as normas constitucionais e é abertamente contrário a esse regime de governo, esse parlamentarismo não teria possibilidade alguma de vingar. E caso prevaleça, depois de dois anos, esse parlamentarismo estaria completamente desmoralizado e até mesmo sabotado na sua realização prática. Fala-se, aí, numa eleição direta em segundo turno, que não tem razão alguma, nem foi mesmo levantada por emendas, nesse processo de emendar a Constituição. Num determinado ponto, Sr. Presidente, acentua-se não poder haver emendas que possam mudar o sistema parlamentarista. Sou parlamentarista, mas não podemos fixar na Constituição que não se vai mudar jamais o sistema parlamentar brasileiro, por obra e por força da própria norma constitucional.

Sr. Presidente, termino dizendo, que há uma questão que nós, do Partido Comunista do Brasil, gostaríamos de salientar; é a questão que, no preâmbulo, fala a respeito de que os representantes reunidos, sob a proteção de Deus elaboram esta Constituição. Peço a atenção dos companheiros para esta observação porque a questão da proteção de Deus é defendida, eu sei, amplamente, pela maioria dos Constituintes aqui presentes. Tenho por ela um respeito que é devido porque em 1946 o Partido Comunista do Brasil levantou e perdeu a mesma questão de ordem, que agora levanto aqui; àquela época foi o Líder Maurício Grabois que a defendeu em Plenário e perdeu. Também, naquele momento, um Deputado do PC do B, do Partido Comunista do Brasil, que era Jorge Amado, encaminhou outra emenda, salvaguardando a liberdade de culto religioso no Brasil. Não é paradoxal que quem defenda como defendemos a liberdade da prática religiosa no Brasil venha a levantar, como levantamos em 1946 e perdemos mas o fazemos aqui, agora, respeitosamente, a todos os Constituintes, mas não estamos elaborando uma Constituição para uma facção do povo brasileiro nem mesmo para a facção majoritária, estamos sim elaborando uma Constituição para todo o povo brasileiro, para toda a nacionalidade do nosso País e todos sabem que se uma boa parte de nosso povo tem crença em Deus, existe outra parte que não é maioria e sim minoria e que, por isso mesmo, precisa ser respeitada e somente por aqueles que sendo maioria não são sectários nem intransigentes mas respeitam a consciência daqueles setores minoritários. Podemos dizer que, em se fazendo a Constituição ampla no Brasil, não cabe, agora, estarmos acentuando um aspecto que não é defendido por todo o povo brasileiro mas sim por uma facção do mesmo.

Neste sentido, Sr. Presidente, sem considerarmos isto um problema extremamente grave ou rumoroso, como esses outros que salientamos aqui, a nossa opinião é de defender que esse aspecto, a referência à proteção de Deus, com todo o respeito àqueles que apóiam esse ponto de vista, que o defendem e que têm fé em Deus, deve ser retirado

do preâmbulo, para que este seja, assim, abrangente a todo o povo brasileiro. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – A Mesa gostaria de explicar ao Plenário que é sensível a suas observações a respeito de recesso de tempo, mas gostaria de lembrar também que a sessão de hoje é especial. Foi dada a palavra a todos os Líderes e quase todos excederam um pouco o seu tempo. Seria uma discriminação, que reputaria inconveniente, fazer diferença entre os que excedem um pouco e os que excedem por mais tempo. Esta é uma sessão especial, quase cerimonial e foi importante que todos os Líderes pudessem se manifestar. Demos provas de uma variação de posições e de respeito pela variação de posições dentro da Assembléia Nacional Constituinte, dentro da nossa Comissão, que acho da maior importância, para que seja consignada, respeitada e conservada nos fastos da nossa História constitucional. Não existe uma situação semelhante a meu conhecimento. Todos os partidos se manifestam, todas as opiniões se descobrem, a veemência de muitos oradores é uma coisa natural, depende do temperamento. Foi um espetáculo belo e deve ser elogiado e não criticado. (Palmas)

De amanhã por diante, temos que entrar no Regimento. Não haverá mais a prerrogativa de os Líderes falarem, teremos que seguir as normas adotadas numa reunião de Líderes sob a Presidência do Presidente da Assembléia Nacional Constituinte. De maneira que o Presidente pede licença para apresentar essas explicações que lhe parecem razoáveis.

Concedo a palavra ao nobre Líder Roberto Freire, do Partido Comunista Brasileiro.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Sr. Presidente, Senhores e Senhoras Constituintes:

Inicialmente, devo dizer que este espaço não é apenas para esta sessão quase solene. Talvez ele tenha até maior significado nas sessões que vão se suceder, quando começarmos a discutir as questões mais polêmicas, porque esta de hoje não o é. Poderia sê-lo, se os partidos políticos, se os Constituintes tivessem dado o devido valor à questão do preâmbulo. Pouco se discutiu. O exemplo típico desse descaso é exatamente o pequeno número de destaques, a pequena contribuição que estão dando, aqui, todos os partidos. Não é discutir o projeto hoje, porque isso caberá em cada título; nós o faremos. Trata-se, hoje, apenas de ressaltar a importância do momento que vive a Constituinte, um momento que poderia ter sido no início mas que, por uma opção da própria Assembléia Nacional Constituinte, só agora iremos fazer: a elaboração do projeto de Constituição.

Não é Relatório Bernardo Cabral; é responsabilidade da Comissão de Sistematização apresentar o projeto depois dessas discussões e das votações que aqui vamos fazer. É nossa responsabilidade e ela vai ter que ser exercida em nome e fundamentalmente dignificando aquela representação que recebemos da soberania do povo. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem a palavra o nobre Líder do Partido Socialista Brasileiro, Constituinte Senador Jamil Haddad.

**O SR. CONSTITUINTE JAMIL HADDAD:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Todos sabem que o Partido Socialista Brasileiro, nesta Constituinte, tem apenas dois representantes: o Senador que ora ocupa a tribuna e a nobre Constituinte Beth Azize, da Amazônia. Temos, porém, a consciência de que estamos cumprindo o nosso dever; temos participado ativamente, com sugestões e emendas, para podermos ajudar a escrever a Constituição, que deve ser, na sua essência, um reflexo da vontade popular.

Sr. Presidente, estamos com o Substitutivo nº 2; como disse Roberto Freire que me antecedeu, por enquanto falamos em Substitutivo nº 1 e 2, Cabral, e a partir do término dos trabalhos da Comissão de Sistematização teremos o anteprojeto da Comissão encaminhado ao Plenário da Assembléia Nacional Constituinte.

Discordo de inúmeros artigos existentes no substitutivo, discordamos por ser contra os princípios programáticos do nosso partido, mas lutaremos, e aqui fazemos mais uma vez um apelo a todos aqueles progressistas com assento nesta Casa, para o movimento suprapartidário, movimento este que temos certeza contará quase que com a maioria do PMDB, que respeitará os seus compromissos do passado, para no presente se somando a Partidos, como já disse, progressistas receber o aplauso da população brasileira.

Sr. Presidente, pontos essenciais para nós, socialistas: a anistia, para nós, terá que ser ampla, geral e irrestrita. Não é possível que os torturadores de ontem já estejam anistiados e chegando ao final da carreira. E aqueles que cumpriram o seu dever, defendendo um regime legalmente constituído, até hoje, não tenham sido anistiados.

A anistia é pacificação, pacificação é passar uma borracha no passado não deixando seqüelas. Temos uma posição firme numa emenda a respeito deste assunto e por ela lutaremos. Não nos importam recados nem aceitamos tutelas, porque para sermos tutelados que seja mantido o regime anterior. Aqui estamos representando a população brasileira no que chamam de processo de transição, transição para o regime democrático pleno. Democracia não é só o ato de votar. Democracia no mais alto sentido, para nós socialistas, é o humanismo; democracia ela tem que ser no campo sócio-econômico também realizada. E, aqui, fazemos na realidade críticas ao substitutivo.

Sr. Presidente, no campo da saúde, da educação, da reforma agrária, da habitação, enfim, em todos os campos da área social, por melhor que seja escrita uma Constituição nada se realizará se não tivermos uma ordem econômica e financeira que propicie as condições para realização dessas reformas já tão defasadas e tão úteis à população brasileira. Fomos considerados, com muita honra, subversivos e tivemos nosso mandato cassado, porque defendemos ontem, como defendemos hoje uma reforma agrária, que não foi feita em 1964 e criou as megalópoles. E nós vemos hoje na cidade do Rio de Janeiro 474 favelas, onde reside 1/3 da população daquela cidade. Um problema urbano extremamente grave, já que a falta de recursos para benefícios aos favelados faz que um marginal se torne um Hobin Hood. e os favelados com pedras enfrentem a política, para defender aqueles que lhe dão migalhas.

Nobre Constituinte, e Presidente, o conceito de empresa nacional não pode continuar como está na Constituição. Não se fala na dívida externa, e se não conseguimos avançar no campo social, neste País, deve-se única e exclusivamente pelo fato de uma política exportadora subsidiada que aumenta o nosso déficit interno. É com grande satisfação declaro que temos um superávit de 10 a 12 bilhões de dólares anuais, apenas, para pagar serviços da dívida.

Já fiz um levantamento, partindo de dados do Banco Central, de que de 1970 a 1986, em números redondos, cerca de 200 bilhões de dólares teriam sido contabilizados como tendo entrado em nosso País. Desses 200 bilhões, 184 voltaram como pagamento de juros da dívida externa e ainda devemos 106 bilhões. Este problema da dívida externa tem que ser enfocado dentro da nossa Carta Magna, caso contrário, por mais bonita que seja a redação para o campo da saúde, da educação e de todas as medidas necessárias ao desenvolvimento social, deste País, não teremos condições financeiras para realizá-las.

Sr. Presidente, a aposentadoria hoje não é um prêmio, é um castigo. Temos que escrever com muita clareza dentro dessa Constituição os direitos dos aposentados. Vejo colegas meus de medicina, aposentados pela Previdência Social, não poderem, após uma idade avançada, descansar. Aceitam bicos com salários muito abaixo do salário normal, do salário mínimo da classe médica para poder sobreviver.

Não podemos deixar que esses dispositivos, a respeito dos aposentados, continuem como estão configurados dentro deste esboço da Carta Magna.

A nobre Constituinte Beth Azize apresentou uma emenda, no sentido da nacionalização dos bancos; nós socialistas temos essa visão. Não é mais possível que o Presidente do Banco Central seja um representante do banco da rede privada, porque vemos, na prática, que os interesses da rede privada bancária prevalecem em detrimento do Banco do Brasil e da Caixa Econômica.

Sr. Presidente, não vemos nada nesta Constituinte que atinja àqueles que sempre dominam as finanças deste País, ou seja, a rede privada bancária.

Não há controle neste País na remessa de lucros e ela se faz, através da rede bancária privada do nosso País.

Sr. Presidente, quanto ao preâmbulo, apenas discordamos – e a nobre Constituinte Beth Azize apresentou uma emenda que, para nós, tem sentido ser colocada – do problema relacionado com o sexo.

Aprovaremos o atual preâmbulo, com a aprovação da emenda nesse sentido, e queremos deixar bem claro que nos aprofundaremos quando dos debates dos capítulos e dos títulos subseqüentes, para que possamos, amanhã, ter respeitado o direito dos trabalhadores, para que possamos, amanhã, participar de uma política real no campo social dentro da Constituição brasileira.

Eram essas, Sr. Presidente, as palavras que eu queria deixar consignadas nos Anais, quando a nossa Comissão inicia o processo de votação, e devemos todos nós ter a consciência da gravidade deste momento! Porque será muito difícil, no Plenário, serem revogados dispositivos aprovados na Comissão de Sistematização, porquanto procuramos, aqui, encontrar um denominador comum para os problemas mais polêmicos. Mas esse denominador comum há de passar pelo sentimento e pela vontade da maioria da população brasileira, e não representar interesses da elite dominante que, infelizmente, sempre ditou as regras nos campos políticos, social e econômico do nosso País.

Muito grato a V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Presidente. **(Muito bem! Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Obrigado ao nobre orador.

Tem a palavra o Líder do PMDB, Constituinte Antônio Farias.

**O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO FARIAS:** – Sr. Presidente, Srs. Constituinte:

Estamos começando, efetivamente, os trabalhos da Comissão de Sistematização, onde iremos adequar o parecer do Constituinte Bernardo Cabral, da melhor maneira possível, para que possamos ter uma Constituição que atenda aos reais interesses da população brasileira.

Como representante do Partido Municipalista Brasileiro, esperamos uma Federação mais justa, onde os Estados e, principalmente, os municípios, sejam menos pobres e menos dependentes do Poder Central. Precisamos dar a esses Estados e a esses Municípios independência financeira e econômica, para que eles possam diretamente gerir melhor os seus interesses.

Esperamos, também que as decisões, neste País, sejam democratizadas; que daqui por diante, depois da promulgação desta Constituição, um homem só não tome mais as decisões fundamentais do nosso País e do nosso povo.

Precisamos democratizar a nossa Constituição. Temos hoje uma Constituição arcaica e até arbitrária, onde se delega poderes para um pequeno ciclo de pessoas, e estas pessoas, às vezes, tomam decisões em desacordo com as reais necessidades do povo brasileiro.

É isto que o Partido Municipalista Brasileiro espera, uma Constituição acima de tudo democrática, uma Constituição onde o Parlamento, onde o povo, através dos Deputados e dos Senadores, tomem decisões e que estas decisões atendam às aspirações maiores, às aspirações básicas do seu povo e da sua gente.

Sr. Presidente, encerrando as minhas palavras, espero que esta Comissão de Sistematização, realmente, faça um trabalho profícuo, profundo, um trabalho que venha a traduzir o pensamento da população brasileira.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. **(Palmas)**

**A SRA. CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem a palavra a nobre Constituinte Cristina Tavares.

**A SRA. CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES:** – Consulto a V. Ex.<sup>a</sup> se, rejeitada a votação do Substitutivo nº 2, fica prevalecendo o texto do preâmbulo do Substitutivo nº 1, do Relator Bernardo Cabral.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Um momento. Estou consultando os assessores, para poder responder a V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – A resposta está escrita, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Informo à nobre Constituinte Cristina Tavares que existem requerimentos de preferência que serão submetidos ao Plenário, antes da votação. Obrigado a V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Encerrado o encaminhamento de votação do preâmbulo, pelos Srs. Líderes, vamos submetê-lo à votação. O voto SIM significa a sua aprovação, nos termos do 2º substitutivo; o voto NÃO, a sua rejeição.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Mas que requerimento?

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – De acordo com o que foi informado há pouco, existem, sobre a mesa, cinco requerimentos de preferência, que devem ser votados antes dos textos. De maneira que vou submeter à votação os requerimentos de preferência.

#### **Requerimento de preferência do Sr. Haroldo Lima para votação do Preâmbulo do Substitutivo nº 1. (1ª votação)**

O primeiro é do Constituinte Haroldo Lima, com o seguinte conteúdo:

“Com base no inciso V do art. 12 do Regimento Interno da Comissão, solicito preferência para a votação do preâmbulo do primeiro substitutivo do nobre Relator Constituinte Bernardo Cabral.”

Proceder-se-á à votação simbólica.

Vou esclarecer aos Srs. e Sras. Constituintes: coloquei em votação, pelo processo simbólico – sentados ou em pé, SIM ou NÃO – o requerimento de preferência do Sr. Constituinte Haroldo Lima.

Então, pergunto: aceitam V. Ex.<sup>as</sup> a votação simbólica? Caso contrário, começarei imediatamente pela votação nominal.

Trata-se da preferência do primeiro substitutivo do nobre Relator Constituinte Bernardo Cabral.

Não sei se esse pedido de preferência da votação do preâmbulo do primeiro substitutivo, se ele é majoritário; ou seja, o substitutivo do Constituinte Bernardo Cabral tem que ser votado. Esse requerimento tem que ser votado. Então, tenho que proceder à votação.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Peço a palavra para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte, para uma questão de ordem.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr. Presidente, ocorre o seguinte: o pedido de preferência não pode ser feito em relação ao primeiro substitutivo se não houver emenda. O pedido de destaque é feito em relação a uma emenda; porque o que estamos votando é o segundo substitutivo; se o preâmbulo dele não foi emendado, e o primeiro preâmbulo não recebeu emenda, não há o que se destacar. Não há emenda para ser destacada. Portanto, não posso votar essa preferência, porque não há emenda destacando-a.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Estou sendo informado pelo assessor parlamentar que existe emenda; foi solicitado destaque e esse destaque foi concedido; e foi pedida preferência para esse destaque.

**O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA:** – Sr. Presidente, peço a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte, para uma questão de ordem.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, nem todos os presentes são membros da Comissão de Sistematização. A votação simbólica naturalmente que não aferirá com precisão a vontade dos membros da Comissão de Sistematização.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Acolho a observação do nobre Constituinte. Procederei à votação nominal. (Pausa)

**O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA:** – Sr. Presidente, para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Concedo a palavra, para uma questão de ordem, ao nobre Constituinte Pimenta da Veiga.

**O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA:** – Peço a V. Ex.<sup>a</sup> que determine que os microfones das bancadas sejam ligados, para que não haja o desconforto de a cada intervenção trazer o Constituinte a esta tribuna. (Pausa)

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Estou solicitando para que as ligações sejam feitas imediatamente. Ignorava que estivessem desligados.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Constituinte Nelson Carneiro.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – Nem todos os membros da Comissão de Sistematização têm em mãos o texto do primeiro substitutivo do Relator Bernardo Cabral. Melhor seria que fosse lido esse texto para que se pudesse fazer um cotejo entre os dois, para que então houvesse uma deliberação consciente entre um outro texto.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Não o texto do substitutivo, mas o texto do preâmbulo.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – Só do preâmbulo. O do segundo substitutivo nós temos; o que não temos é o do primeiro substitutivo.

**O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Constituinte Ademir Andrade.

**O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE:** – Sr. Presidente, esse requerimento do nobre Constituinte Haroldo Lima vai nos dar um trabalho que não vai levar a muita coisa. O Constituinte Haroldo Lima deseja que prevaleça o preâmbulo do primeiro substitutivo. S. Ex.<sup>a</sup> faz um requerimento para que se vote o preâmbulo do primeiro substitutivo. Ora, se neste instante votarmos o preâmbulo do Substitutivo 2 e o rejeitarmos, naturalmente prevalecerá o preâmbulo do Substitutivo 1, que atingirá o que o Constituinte Haroldo Lima deseja. Não temos por que votar esse requerimento, Sr. Presidente, isso vai protelar os nossos trabalhos. (Pausa)

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Pelo que me informa o Assessor Parlamentar... (Pausa)

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Sr. Presidente, uma questão de ordem.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Um momento, quero resolver a questão de ordem do jovem Constituinte pelo Pará. (Pausa)

**O SR. CONSTITUINTE ALUÍZIO CAMPOS:** – Sr. Presidente, pela ordem, sobre a matéria.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra, pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE ALUÍZIO CAMPOS:** – Sr. Presidente e Srs. Membros da Comissão:

Houve um acordo de lideranças com a Mesa da Comissão e o Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, para estabelecermos uma consolidação de normas relativas à votação do substitutivo.

Todos os Srs. Membros da Comissão e demais Constituintes receberam o texto dessa consolidação. E ficou estabelecido que a votação começaria pelo segundo substitutivo, a começar pelo preâmbulo, até a votação das disposições transitórias, por ordem estabelecida no texto do segundo Substitutivo. Somente se houvesse uma rejeição, em globo, do segundo substitutivo, é que se adotaria um método regressivo, prevalecendo o anterior, para ser, então, submetido em globo à votação, ressalvadas as emendas e os destaques. Acontece que, no momento, se vota não um título, mas o preâmbulo. É um documento preliminar do texto constitucional, e a ele foram apresentadas 19 emendas e 19 destaques. Uns para suprimir total ou parcialmente o preâmbulo; outros, substitutivos, em número de 7; outros modificativos, e algumas aditivas, tendo em vista a discriminação no bom sentido, quer dizer, tendo em vista o casuismo constante do preâmbulo, a respeito da inexistência de distinção sobre sexo, cor etc., e que, então, houve emendas aditivas para se incluir uma ou outra palavra.

O que na verdade se vai votar, em primeiro lugar, são os destaques relacionados com o texto do preâmbulo. Evidentemente não se pode suprimir o preâmbulo do segundo substitutivo, antes de apreciados os destaques que incidem sobre o seu texto para suprimi-lo, para votá-lo, para modificá-lo, aditá-lo ou substituí-lo.

De maneira que encareço à Presidência que proceda à votação das preferências requeridas, porque é preciso que elas sejam votadas e produzam conseqüências. Eu mesmo apresentei um destaque relativo a uma emenda que substitui integralmente o texto do preâmbulo. Se o meu destaque for aprovado por maioria absoluta, evidentemente, isso significa que prevalecerá sobre o texto do preâmbulo do substitutivo, e as outras emendas modificativas vão incidir sobre aquele que merecer a preferência do Plenário.

Nós temos que seguir as normas consolidadas e que foram distribuídas aos eminentes Constituintes, Sr. Presidente.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Constituinte Carlos Sant'Anna.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Sr. Presidente, quero lembrar a V. Ex.<sup>a</sup> que está em votação o segundo substitutivo. Se o preâmbulo do segundo substitutivo for supresso, de acordo com os destaques supressivos, prevalecerá o preâmbulo do primeiro, sem que fiquem prejudicadas as emendas modificativas que estão apresentadas e que poderão ir sendo votadas, na medida em que está prevalecente o preâmbulo do primeiro. Agora, se nós dermos preferência, votarmos e aprovarmos o primeiro, ele será absolutamente votado, se tiver maioria, e as emendas modificativas não poderão ser analisadas.

Vou defender, depois, na hora do destaque, que prefiro o primeiro substitutivo no preâmbulo. Mas ele não é perfeito; ele tem imperfeições que precisam ser escoimadas. Então, a única forma de se fazer a limpeza do primeiro, escoimando as imperfeições que tem, é suprimir o segundo, por destaque supressivo, deixar prevalecente, portanto, o primeiro, e entrar na discussão das emendas modificativas, a fim de poder aperfeiçoar o primeiro. Se nós colocarmos o primeiro em votação, ele vai ser aprovado, com todas as incorreções, os vícios e as imperfeições que tem.

De modo que eu sugiro a V. Ex.<sup>a</sup> que mantenha o segundo substitutivo, coloque os destaques supressivos para o segundo. Se for aprovado um destaque supressivo em relação ao preâmbulo do segundo, prevalecerá o do primeiro, nós discutimos as emendas modificativas e, depois, confirmamos ou não o preâmbulo do primeiro.

Concluo, então, que V. Ex.<sup>a</sup> mantenha prevalecente o preâmbulo do segundo e coloque em votação os destaques supressivos a esse preâmbulo, que, se aprovados, nos levarão para o preâmbulo do primeiro substitutivo.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Pela ordem, concedo a palavra ao nobre Constituinte José Lins.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Entendo que estamos votando o segundo substitutivo e V. Ex.<sup>a</sup>, certamente, poria em votação os destaques. Na hora de votar os destaques, certamente, submeteria ao Plenário as preferências aos destaques. Mas, como eu tenho em mãos a relação dos destaques para o preâmbulo, para o primeiro capítulo, e não noto que haja nenhum destaque refe-

rente ao preâmbulo do primeiro substitutivo, eu gostaria de ser informado, pela Mesa, com base em que o requerimento de preferência está sendo recebido.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Requerimento de preferência para o primeiro substitutivo?

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – É que eu não noto, na relação de destaques, nenhum que se refira ao preâmbulo do primeiro substitutivo. Logo, não há nada a submeter à preferência.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Quer dizer que, na opinião de V. Ex.<sup>a</sup>, se deve colocar em votação o segundo substitutivo?

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Não. Estamos votando o segundo substitutivo, que é o instrumento fundamental em discussão. Agora, vamos votá-lo, menos os destaques. Quando V. Ex.<sup>a</sup> for votar os destaques, naturalmente, haverá os requerimentos de preferência que deverão ser votados. O que eu acho é que não há nenhum destaque sobre este assunto, com relação ao primeiro substitutivo. Não notei, pelo menos, a presença desse destaque, para ser pedida a preferência aqui, na relação que foi pedida pela Mesa.

**O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO MONTEIRO:** – Presidente, para contraditar. **(Assentimento da Mesa)** – O requerimento de preferência independe de destaque. É evidente que sim. Aliás, as normas de consolidação são claras. Qualquer Parlamentar Constituinte pode pedir preferência, haja vista que, inclusive, começa do último para o primeiro. Posso pedir preferência para votar o primeiro, em relação ao segundo. Na hora, é que se decide. Evidentemente, a preferência não está acoplada a destaque.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Sr. Presidente, refiro-me ao art. 12, inciso V, do Regimento Interno da Comissão de Sistematização, que diz:

"Serão escritos, não terão discussão nem encaminhamento, e dependerão de deliberação do Plenário da Comissão, os requerimentos que solicitem:

- I – ...
- II – ...
- III – ...
- IV – ...
- V – preferência
- VI – ...
- VII – ..."

Há uma preferência natural, estabelecida pela consolidação das normas de votação e sistematização. Qual é a preferência natural, Sr. Presidente? Substitutivo 2, Substitutivo 1 e projeto da Comissão de Sistematização. O requerimento de preferência se justifica, porque se propõe alterar essa preferência natural. E alterar a preferência natural, através de um requerimento de preferência, está inteiramente consubstanciado no art. 12, inciso V, do projeto de Regimento Interno da Comissão de Sistematização. Portanto, Sr. Presidente, o Regimento Interno da Comissão de Sistematização garante o pedido de preferência. Se nós não acatarmos o pedido de preferência, estamos transformando destaque em pedido de preferência que são duas coisas distintas. O destaque incide sobre um determinado assunto, em relação à supressão, em relação à modificação, à substituição ou à adição. A preferência não entra no mérito, se vai aditar, modificar ou suprimir. A preferência solicita uma inversão da pauta, uma inversão da apreciação. Portanto, Sr. Presidente, é o Regimento Interno da Comissão de Sistematização, art. 12, inciso V, claro, que garante a preferência para esse requerimento.

**O SR. CONSTITUINTE CHAGAS RODRIGUES:** – Sr. Presidente, peço a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA:** – Sr. Presidente, peço a palavra para contraditar. **(Assentimento da Mesa)** Parece-me que, para que seja possível o pedido de preferência, há de haver antes o pedido de destaque. Não se pode pedir a preferência, sem o destaque. Penso que a proposta do eminente Líder Carlos Sant'Anna resolve o assunto, porque chega ao mesmo objetivo, por um caminho que me parece mais regimental. Vota-se o pedido de supressão do preâmbulo do Substitutivo nº 2 e, se aprovada a supressão, com a qual não concordo, mas, se aprovada, naturalmente a votação se dará do preâmbulo do Substitutivo nº 1. É o caminho mais curto e mais fácil para solucionar esta controvérsia que está instalada.

**O SR. CONSTITUINTE CHAGAS RODRIGUES:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – V. Ex.<sup>a</sup> tem a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE CHAGAS RODRIGUES:** – Sr. Presidente, de acordo com a Consolidação das Regras Regimentais, não há preferência absoluta para o segundo substitutivo.

Temos, aqui, nº 2, votação, 2.4:

"Terá preferência para votação o segundo substitutivo oferecido pelo Relator, como conclusão de seu parecer, salvo deliberação em contrário. Essa votação não terá encaminhamento."

Portanto, Sr. Presidente, podemos votar o primeiro substitutivo. Terá preferência o segundo, mas, se houver deliberação em contrário, poderemos votar o preâmbulo do primeiro substitutivo. Preâmbulo, porque, no momento, estamos discutindo preâmbulo.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tenho a impressão de que a colocação feita pelo Constituinte José Genoíno é mais convincente.

Temos, por consequência, que colocar em votação, de acordo com o art. 12 do Regimento Interno da Comissão de Sistematização e do art. 62 da Assembléia Nacional Constituinte.

Diz o art. 12:

"Serão escritos, não terão discussão nem encaminhamento, e dependerão de deliberação do Plenário da Comissão, os requerimentos que solicitem:

V – Preferência."

Foi isso o que V. Ex.<sup>a</sup> alegou, não foi?

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Exatamente!

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tenho, então, que colocar em votação, de acordo com os termos do Regimento. Veio por escrito o requerimento de V. Ex.<sup>a</sup>? Está aqui o requerimento:

"Com base no inciso V, art. 12 do Regimento Interno – foi o que acabei de ler –, solicito preferência para a votação do preâmbulo do primeiro substitutivo do nobre Relator Constituinte Bernardo Cabral."

Então, é votação nominal.

Convoco o nobre Deputado Aldo Arantes...

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Sr. Presidente, pela ordem!

Quero saber, atendida a preferência, como ficam os destaques feitos em relação ao Substitutivo nº 2. No caso de ser aprovada a preferência por Substitutivo nº 1, esses destaques prevalecem para o Substitutivo nº 1, dada a preferência, ou caem todos os destaques?

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – A informação que eu tenho é de que não cai, mas eu pediria a V. Ex.<sup>a</sup> a bondade de esperar para eu ver se isso é aprovado ou não.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Mas isso é fundamental, vai orientar a nossa votação, porque se os destaques permanecerem, nós vamos discutir os destaques em cima da preferência dada ao preâmbulo do primeiro e se os destaques não permanecerem nós vamos ser obrigados a votar contra a preferência.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – É a inversão de ordem da votação que nós estamos...

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Mas há destaques que são feitos ao Substitutivo nº 2, modificativos, substitutivos, etc. Se o nº 2 é substituído na preferência pelo primeiro, estou perguntando como ficam os destaques feitos ao Substitutivo nº 2; se eles ficarem prejudicados, então nós vamos ter que votar contra a preferência para poder prevalecer os destaques, ao passo que se V. Ex.<sup>a</sup> decidir que se os destaques prevalecem, poderemos votar.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Ele está dizendo que não pode votar a preferência, sem ter certeza...

Constituinte Adolfo Oliveira, por favor!

**O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA:** – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

Não quero insurgir-me contra a decisão de V. Ex.<sup>a</sup>, apenas manifestar a minha preocupação que, salvo melhor juízo, V. Ex.<sup>a</sup> acaba de criar, com essa decisão, a possibilidade de um número infinito de emendas, porque em qualquer momento da votação será possível a qualquer parlamentar pedir preferência sobre uma parte do projeto que ele julgar conveniente, desta forma criando uma emenda, na medida em que V. Ex.<sup>a</sup> está aceitando um pedido de preferência sem haver antes um pedido de destaque. É uma decisão que me parece perigosa, porque não haverá mais controle das emendas. Tudo o que se fez nos últimos dias, pedido de apresentação de emendas ordenamento de emendas, a meu juízo, tudo isso está perdido, porque as emendas estão livres a partir deste momento.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Queria informar ao nobre Constituinte, meu patrício e amigo, que a sua observação me preocupa. Mas eu queria lembrar também que neste debate, que não é especificamente claro, nem coerente, existem decisões que não são também especificamente claras, nem coerentes. Elas são resultado das condições em que foram decididas ou proferidas. E eu não tenho escrúpulo nenhum, nem me parece erro que se os resultados forem tão funestos como V. Ex.<sup>a</sup> acaba de indicar, se eu estiver na presidência eu revisarei a minha decisão. Isto não é impossível. Nós não estamos decidindo uma questão que seja absolutamente incompatível com um recuo, com uma nova decisão. Isso é comum. Então, posso tranquilizar V. Ex.<sup>a</sup>, dizendo que nós não chegaremos a esse desfecho dramático. Se isso ocorrer, será o suficiente para o presidente, que não perdeu completamente o senso da realidade, impedir que isso ocorra, sendo imputada a ele a responsabilidade.

Muito obrigado a V. Ex.<sup>a</sup>, pela advertência.

**O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA:** – Eu agradeço muito os esclarecimentos de V. Ex.<sup>a</sup>, porque não

estávamos discutindo o caso concreto e sim a tese, e V. Ex.<sup>a</sup> me tranquiliza.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, a consolidação das normas regimentais está recalcada no que preceitua o art. 336, incisos XIII e XIV do Regimento do Senado. Pois bem, Sr. Presidente, vamos ler e verificar que nós estamos fazendo uma tempestade num copo d'água. O inciso XIII diz: "Terá preferência para a votação o substitutivo que tiver parecer favorável de todas as Comissões, salvo se o Plenário deliberar em outro sentido". E o XIV diz: "Havendo mais de um substitutivo – como é o caso, nós temos mais de um substitutivo – a precedência que é determinada pela preferência será regulada pela ordem inversa de sua apresentação." Logo, nós deveremos submeter preliminarmente em votação o preâmbulo do Substitutivo nº 2, que é o inverso – essa que é a regra – para depois então nós discutirmos as preferências, sem o que os nossos destaques desaparecerão, e não poderão desaparecer porque são destaques do segundo substitutivo, sem o que teremos aqui eliminado o direito dos destaques. E só o Plenário, rejeitando o Substitutivo nº 2, os destaques cairão concomitantemente com a rejeição.

Portanto Sr. Presidente, nós devemos votar de acordo com o Regimento, em primeiro lugar, pela ordem inversa, como diz claramente, é o Substitutivo nº 2. Depois, então, é que nós discutiríamos o problema das preferências.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem a palavra, pela ordem, o nobre Constituinte Nelson Carneiro.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – Sr. Presidente, queria pedir a atenção de V. Ex.<sup>a</sup> para o precedente que vai abrir, se não houver um destaque a ser oferecido pelo nobre Constituinte Haroldo Lima. V. Ex.<sup>a</sup> não pode receber essa preferência para um destaque que não existe, sob pena de, agora por diante, todos nós podermos buscar emenda apresentada há um mês ou 2 meses e pedir preferência, sem que essa emenda tenha sido destacada.

Quero chamar a atenção para o precedente, porque se há uma emenda destacada do Deputado Haroldo Lima, nós podemos pedir preferência para ela mas, se não houver essa emenda destacada, nós não podemos pedir preferência para ela, se não nós não acabaremos nunca.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem a palavra, pela ordem, o nobre Constituinte Roberto Freire.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Sr. Presidente, eu quero trazer uma contribuição à Mesa, lembrando um fato que ocorreu aqui mesmo, neste Plenário, quando da discussão, na Subcomissão, da questão da reforma agrária, foi solicitada uma preferência – e creio ser importante resgatar este exemplo, para que não possamos correr o mesmo risco, e agora não podemos correr esse risco, pois estamos em fase definitiva de apresentação de projeto – na Subcomissão, repito, foi levantado um pedido de preferência para votar um substitutivo apresentado pelo Constituinte Rosa Prata; foi aprovada a preferência para votar o substitutivo e não o relatório apresentado pelo Constituinte Oswaldo Lima Filho.

Quando foi aprovada a preferência do Substitutivo Rosa Prata, ocorreu que foi prejudicado o relatório e os

destaques que haviam sido feitos àquele relatório. Da mesma forma que, aqui, todos os destaques de emendas, ou de supressão, são relacionados ao Substitutivo nº 2. Se for dada preferência ao Substitutivo nº 1, cai o Substitutivo nº 2 e todos os seus destaques. E, ou se aprova na íntegra o Substitutivo nº 1, ou vamos ter, aqui, que votar pela supressão, talvez, não tendo o preâmbulo.

Isto, agora, pode não ser muito grave, mas, nos outros títulos, pode criar problemas de ter que se aprovar em bloco, e estas votações não podem ocorrer na Constituição.

Outro exemplo: a questão da preferência, de que fala o Regimento, não é preferência de substitutivo, é a preferência de emendas para votação, ou de destaques e não de substitutivos. Porque, senão, corremos o risco de não discutirmos os nossos destaques.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENÓINO:** – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte José Genoíno.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENÓINO:** – Sr. Presidente.

O nobre Constituinte Roberto Freire não leva em conta um dado da experiência da Subcomissão da Reforma Agrária. É que, na consolidação das normas já acertadas entre as lideranças, a Presidência da Constituinte e a da Comissão de Sistematização existe, Sr. Deputado Roberto Freire, uma preferência natural, uma preferência entre o segundo, o primeiro e projeto de Constituição. Isso não existia na votação da Subcomissão de Reforma Agrária. Em segundo lugar, o que foi concedido como preferência não era para o substitutivo, era para uma emenda que não podia ser substitutivo, porque, no momento, não podíamos apresentar substitutivo, transformar uma emenda em substitutivo e pedir preferência para o substitutivo. Nesse caso, é diferente porque existem três peças para a votação; Substitutivo 2, Substitutivo 1 e Substitutivo nº 00. O que estamos pedindo é uma alteração para a apreciação de um desses substitutivos. Portanto, não existe essa possibilidade. No caso de cair o Substitutivo 1, nobre Constituinte Roberto Freire, passa a existir um projeto de Constituição, pela ordem que está estabelecida aqui. Portanto, não existe esse risco de cairmos no vazio que V. Ex.<sup>a</sup> está lembrando na questão da Subcomissão de Reforma Agrária.

Além do mais, Sr. Presidente, se negarmos o pedido de preferência, estaremos cometendo um ato arbitrário em relação à democracia da Assembléia Nacional Constituinte e desta Comissão. Pelo seguinte motivo: a preferência não incide sobre o mérito da matéria, e o destaque incide. A preferência é apenas uma alteração na ordem de apreciação, e o destaque incide sobre o conteúdo da matéria. Portanto, são coisas distintas. E se não permitirmos a preferência para apreciar diferentemente o destaque, nós vamos criar uma situação imposta, a partir do Substitutivo nº 2.

E eu quero lembrar aqui que, nas reuniões acordadas entre as lideranças, não foi concedido o pedido de votação em separado, que seria uma maneira de solucionar esse problema. Se não se concede o pedido de votação em separado, que está consagrado no Regimento Interno do Senado, e se nega o pedido de preferência, está se aprovando, de antemão, o Substitutivo nº 2, e isso não pode ocorrer.

Portanto não existe este risco, nobre Constituinte Roberto Freire. Ai, Sr. Presidente, com base no art. 12, inciso V, vamos aceitar a preferência.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Mas, colega, o Substitutivo tem preferência regimental. Está claro aqui, preferência já está no Regimento para o substitutivo. Não temos que pedir preferência para substitutivo.



É uma contradição o que está se dizendo aqui, Sr. Presidente. Eu pediria a V. Ex.<sup>a</sup> que desse atenção para o inciso XIII do art. 336, do Regimento do Senado, a preferência do substitutivo é regimental. Não pode um Constituinte, aqui, apresentar um requerimento de preferência sobre o que o Regimento já diz. Então, tem que colocar em votação primeiro o substitutivo de parecer favorável. Está escrito no Regimento.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos Fazendo soar a campainha):** – O Presidente pede vênica para manifestar a sua perplexidade, diante da efervescência dessa discussão sobre o processo. Não viemos aqui para discutir processo, viemos para discutir substâncias.

Acho profundamente estranho, para um temperamento como o meu, temperamento moderado, temperamento inclinado a racionalizar soluções, que fiquemos nesta exaltação extraordinária, para discutir miudezas de processo.

Eu gostaria que a Comissão, que é a minha fonte de inspiração e de esperança, me desse mais motivos para ter essa esperança e conservar essa inspiração, no trato das coisas substanciais da Constituição. Não podemos oferecer este espetáculo de dissídios inteligentíssimos. Estamos fazendo uma experiência de desperdício da sutileza de raciocínio, da facilidade da argumentação, do brilhantismo do debate em coisas que não merecem esta demora, esta exaltação, esta antinomia, esta confusão que, de súbito, se estabeleceu no plenário.

Fico pensando com serão as discussões, nos dias em que tivermos que tratar da reforma agrária, nos dias em que tivermos que votar o regime de governo. Nesses dias, sim, espero que tudo aquilo que contém esta plêiade de homens tão eminentes, tão experientes, tão patriotas, possa surgir com a flama das sugestões que incendeiam, que iluminem o País. Mas o País não vai ver dois metros de claridade, de esperança, com este tipo de debate que hoje estamos tendo aqui. Para mim, é uma experiência que eu não chamaria de decepcionante, mas que chamaria de melancólica.

Assim, não darei mais a palavra pela ordem. Quero é que se vote uma solução. Não posso mais conceder naquilo que estou sentindo que é um excesso e que não posso mais aceitar. Nós temos que deliberar sobre isto, temos que votar sobre isto e temos que passar adiante disso.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Sr. Presidente, sem que seja rebeldia quanto à decisão de V. Ex.<sup>a</sup>...

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – A preferência para a votação, vejo aqui pela consolidação das normas, está aqui no capítulo II, votação:

"Terá preferência para votação no segundo substitutivo oferecido pelo Relator como conclusão do seu parecer, salvo deliberação em contrário."

Então, vou provocar esta deliberação para ver se ela é em contrário. Porque a norma de consolidação de processo, para que nós possamos andar, tem essa disposição: votação, artigo 2.1, 2.3, 2.4, terá a preferência para a votação, segundo o substitutivo.

Vou fazer a chamada para determinar se nós daremos preferência ao Projeto nº 2 sobre o Projeto nº 1, não sobre o preâmbulo, mas sobre o projeto. Substitutivo "a", Substitutivo 1. Então, trouxe aqui dois...

**O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA:** – Sr. Presidente, é sobre todo o Substitutivo, se entendi bem?

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – É o preâmbulo.

**A SRA. CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES:** – Sr. Presidente, quem vota "sim" o quê?

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Insisto, se V. Ex.<sup>a</sup> me fizer o obséquio.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – "Com base no inciso V do art. 12 do Regimento Interno da Comissão de Sistematização, solicito preferência para a votação do preâmbulo do primeiro substitutivo do nobre Relator Constituinte Bernardo Cabral".

É o que está em votação.

O signatário é o Constituinte Haroldo Lima. Onde está S. Ex.<sup>a</sup>? **(Pausa)**

Vamos fazer a chamada.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Sr. Presidente, pela ordem. V. Ex.<sup>a</sup> apela para a racionalidade. Gostaria de dar a minha opinião.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Um momento! Vamos esclarecer o processo de votação: quem votar "sim" aceita o Substitutivo 2; quem votar "não", aceita o Substitutivo 1.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Não, Sr. Presidente! Quem votar "sim" vota pela preferência.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Quem vota "sim", adota a preferência, está certo! É isso que está em votação.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr. Presidente, por favor, explique melhor. Votando "sim", vota-se pela preferência, o que quer dizer que optamos votar primeiro o Substitutivo nº 1, e não o nº 2. Repetindo: "sim" é a favor da preferência, quer dizer que votamos primeiro o Substitutivo nº 1, e só depois, o Substitutivo nº 2.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Perfeito!

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM**: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Aluizio Campos, Cristina Tavares, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, José Paulo Bisol, Nelton Friedrich, Paulo Ramos, Sigmaringa Seixas, Rose de Freitas, Brandão Monteiro, José Maurício, Lysâneas Maciel, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Haroldo Lima e Jamil Haddad; votaram **NÃO**: Alfredo Campos, Almir Gabriel, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Carlos Mosconi, Carlos Sant'Anna, Egídio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Lyra, Ibsen Pinheiro, João Calmon, José Fogaça, José Geraldo, José Richa, José Serra, José Ulisses de Oliveira, Manoel Moreira, Milton Reis, Nelson Carneiro, Nilson Gibson, Oswaldo Lima Filho, Pimenta da Veiga, Prisco Viana, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Rodrigues Palma, Severo Gomes, Theodoro Mendes, Virgildásio de Senna, Wilson Martins, Délio Braz, José Carlos Grecco, Octávio Elísio, Afonso Arinos, Alcení Guerra, Antoniocarlos Mendes Thame, Arnaldo Prieto, Carlos Chiarelli, Edme Tavares, Eraldo Tinoco, Francisco Benjamim, Francisco Dornelles, José Jorge, José Lins, José Santana de Vasconcellos, Luís Eduardo, Marcondes Gadelha, Mário Assad, Oscar Corrêa, Osvaldo Coelho, Ricardo Fiúza, Sandra Cavalcanti, Enoc Vieira, Mozarildo Cavalcanti, Paes Landim, Ricardo Izar, Antônio Carlos Konder Reis, Gerson Peres, José Luiz Maia, Virgílio Távora, Adylson Motta, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Beviláqua, Adolfo Oliveira, Roberto Balestra, Roberto Freire e Antonio Farias.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 18 Constituintes; votaram NÃO 69 Constituintes. Total: 87 votos. O pedido de preferência foi **rejeitado**.

Eu gostaria de acentuar que esta votação foi muito significativa porque não foi negado, a nenhum dos Srs. Constituintes, o direito de solicitarem a apuração da vontade da Comissão.

Infelizmente, depois daquela seca, nós tivemos aqui uma boa dose de chuva. Quem, não agora, quiser apanhar chuva, tem que colocar a capa, tem que se resguardar. Porque a maioria é muito grande!

**O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA:** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Pela ordem, concedo a palavra ao nobre Constituinte Pimenta da Veiga.

**O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA:** – Sr. Presidente, segui a orientação de V. Ex.<sup>a</sup>, aliás como sempre pretendo fazer, não levantando questão de ordem antes da votação. Mas, agora, me considero no dever de renovar a minha preocupação quanto a esta decisão que V. Ex.<sup>a</sup> adotou. Temo que, apesar de V. Ex.<sup>a</sup> ter dito claramente que esta votação não significa um precedente, sugiro que explicito novamente, porque a decisão foi infeliz. A prevalecer este caminho aqui adotado, não conseguiremos votar, este ano, a Constituição, porque será possível resgatar, em textos muito antigos, artigos, palavras, expressões e capítulos que não foram destacados. Quero repetir: tudo que se fez nos últimos dias – a apresentação e a ordenação desses destaques – tudo fica prejudicado se prevalecer essa decisão. Mas como conheço o grande equilíbrio, o grande sentimento de justiça que tem V. Ex.<sup>a</sup>, tenho a segurança de que esta decisão, de fato, não será nenhum precedente e que, na primeira oportunidade, V. Ex.<sup>a</sup> haverá de decidir em sentido contrário.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Eu havia declarado isso de antemão e posso insistir nessa posição. Eu estava desejoso de provocar, por parte da Comissão, a atenção para que tivéssemos maior empenho em nos dedicarmos às tarefas constitucionais, preferencialmente às tarefas regimentais. Preocupou-me sempre, aqui na Comissão, o que hoje manifestei com uma franqueza que, penso, deve ser entendida num homem cuja experiência é baseada exclusivamente na idade. Nada me parece mais explicativo, mais justificativo dessa insistência, do que o desejo de um homem de idade verificar as possibilidades de reflexão desta Comissão sobre o seu próprio trabalho. Quis fazer isso de propósito. Quis fazer isso para mostrar o quanto é importante que a Comissão, diante de uma experiência incômoda, mais ou menos inútil, retire essa utilidade que é a de partir para enfrentar os problemas constitucionais e não nos determos numa espécie de exercício intelectual do nada, ou seja, em fórmulas permanentemente em discussões também permanentemente ressuscitadas, redivivas, acaloradas a respeito de coisa alguma. Isso é o que me preocupa. Permito-me poder dizê-lo, porque tenho uma experiência que é baseada exclusivamente no tempo que me ensinou o quanto são vão, inúteis, o quanto são insignificantes na memória da História as questões como essas numa Assembléia como a nossa, conheço os Anais dessas assembléias; era da minha profissão, como Professor de Direito Constitucional, estudar esses assuntos. Desde a Assembléia de 23, a de 91, a de 46, enfim, todas as Assembléias Constituintes tiveram sempre experiências malogradas, desde que a discussão passasse da razão para a paixão.

Temos que evitar que a razão deixe de predominar sobre a paixão. Se fui imprudente ou ousado, pedindo

esse esforço aos meus Companheiros, peço, humildemente, que me perdoem, mas fiquei suficientemente informando. Podem V. Ex.<sup>as</sup> aceitar o que estou dizendo, podem aceitar a palavra deste velho, experiente na vida política.

Devemos marchar ao encontro dos temas constitucionais. Existem, aqui, luminas, capacidades, competências, interesses, inclinações de toda natureza, de todos os Partidos.

Chamei, aqui, hoje, os meus Companheiros de Esquerda para virem colaborar conosco no exame disso e eles participaram; sou amigo de todos eles, de todos os Partidos, do Partido Socialista, do Partido Comunista Brasileiro, do Partido Comunista do Brasil; em todos esses setores tenho amigos.

Era exatamente isso que eu queria. Vale a pena ou não? Vamos marchar para debater a Constituição e resolver os seus problemas. Diante do resultado, fica prejudicado o requerimento do Constituinte José Genoíno, que requereu preferência para votação do § 2º do preâmbulo do Substitutivo nº 1, em lugar do preâmbulo do Substitutivo nº 2.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma declaração.

**O SR. PRESIDENTE (AFONSO ARINOS):** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Nelson Carneiro.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – A declaração, Sr. Presidente, é que as palavras que V. Ex.<sup>a</sup> acaba de proferir são uma demonstração do seu alto espírito público, que esta Casa reconhece e o povo do Rio de Janeiro reconheceu, de modo expresso, quando V. Ex.<sup>a</sup> sem sair para a campanha eleitoral, mereceu o sufrágio do povo fluminense, que lhe devolveu esta cadeira.

É a homenagem que a Assembléia Nacional Constituinte lhe deve e esta Comissão de Sistematização em especial mas, como V. Ex.<sup>a</sup> acentuou, esta foi uma decisão singular, V. Ex.<sup>a</sup> quis conhecer o pensamento da Comissão de Sistematização.

Sr. Presidente, só existem, hoje, o Substitutivo Bernardo Cabral, nº 2, e as emendas destacadas; fora disso, será buscarmos todas as outras para apreciar sob a forma de preferência. Então, em vez de examinarmos 8 mil destaques, vamos examinar 80 mil emendas; daí compreendo e quero saudar o seu espírito democrático e fazer votos para que V. Ex.<sup>a</sup> continue dando esse exemplo de liberdade e segurança na direção dos nossos trabalhos. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Muito obrigado nobre Constituinte.

Passemos agora à votação d.e outro requerimento de preferência.

Solicitamos preferência para a votação do destaque n.º 001.421/87...

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

Sr. Presidente, V. Ex.<sup>a</sup> tem que colocar, preferencialmente, em votação, os destaques supressivos. Tem que, primeiro, pela preferência regimental e regulamentar, chamar para votação os destaques supressivos e depois os modificativos. Há dois pedidos de destaque supressivos.

Está no papel que nos foi distribuído: os destaques supressivos têm que ser votados em primeiro lugar; o destaque supressivo, para ser aprovado, vai entrar no encaminhamento de votação. Então, V. Ex.<sup>a</sup> tem aí pedidos de destaques supressivos e é isso que tem que vir agora para ser votado.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, para contraditar o ilustre Líder.

Acabamos de votar e rejeitar a preferência do Substitutivo nº 1, sobrou a matéria substancial, substantiva, que Substitutivo nº 2, de acordo com o inciso XIII, do art. 336, do Regimento do Senado, que está na consolidação e diz: "Terá preferência o substitutivo, ressalvados os destaques". Então, depois de votado o Substitutivo, V. Ex.<sup>a</sup> colocará os destaques pela ordem regimental: primeiro vem a supressão, depois a modificação, depois a adição e etc. É assim que está no Regimento.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Sr. Presidente, V. Ex.<sup>a</sup> leu pela ordem inversa e estou pedindo preferência para o destaque nº 6.772/87, autor Carlos Santa'Anna, destaque supressivo do preâmbulo.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – A supressão deixa o vazio da matéria.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Não deixa, não!

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – O que se colocará no lugar dessa matéria? Se V. Ex.<sup>a</sup> tira um pedaço do preâmbulo, pela supressão, o resto fica prejudicado. Este é o raciocínio regimental. A supressão gera a prejudicialidade da matéria, é de fundo regimental. De forma que eu pediria a V. Ex.<sup>a</sup> que atentasse para este princípio.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – V. Ex.<sup>a</sup> está laborando em equívoco, Deputado Gerson Peres.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Não estou, não!

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Supresso o preâmbulo do 2º fica o preâmbulo do 1º com os destaques modificativos, substitutivos e aditivos, que estão aí propostos, estão prevalecentes.

Então, se o destaque supressivo for aprovado, permanecerá o preâmbulo do 1º e vamos modificar e substituir preâmbulo do 1º. Só não aprovamos o pedido de preferência do Deputado Haroldo Lima, porque V. Ex.<sup>a</sup> não decidiu se ficavam mantidos os destaques, porque, não ficando mantidos os destaques, nós tivemos que derrubar a preferência para usar este processo aparentemente inverso, que vai dar exatamente no mesmo.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Ao adotar raciocínio do ilustre Líder, V. Ex.<sup>a</sup> pode colocar em votação os artigos ou os incisos dos títulos constantes na matéria e V. Ex.<sup>a</sup> vai verificar que a emenda supressiva, extraindo um desses artigos, prejudica o resto. Veja como ele não tem razão, se adotarmos a supressão sobre a matéria substantiva vamos prejudicar o resto.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Segundo o Relator, a quem ouvi, e o Senador José Fogaça que com ele concorda, devo colocar em votação o segundo Substitutivo oferecido pelo Relator, ressalvados os destaques.

**Preâmbulo do Substitutivo nº 2, Projeto de Constituição do Sr. Bernardo Cabral. (2ª Votação)**

**O SR. PRESIDENTE (AFONSO ARINOS):** – Em votação o preâmbulo, ressalvados os destaques.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem sobre processo de votação.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Concedo a palavra a V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr. Presidente:

Poucos estão entendendo o que está sendo votado. Como fui à Mesa, o Sr. Relator me esclareceu que está sendo votado o corpo do Substitutivo e não o Preâmbulo.

**O SR. PRESIDENTE (AFONSO ARINOS):** – O preâmbulo, ressalvados os destaques.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sim, mas apurado o preâmbulo, como vou votar o Substitutivo?

**O SR. PRESIDENTE (AFONSO ARINOS):** – Não, salvo os destaques!

(Procede-se à votação.)

Votaram **SIM:** Abigail Feitosa, Almir Gabriel, Aluizio Campos, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Carlos Mosconi, Egídio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Ibsen Pinheiro, João Calmon, José Fogaça, José Richa, José Serra, José Ulisses de Oliveira, Manoel Moreira, Milton Reis, Nelson Carneiro, Nilson Gibson, Oswaldo Lima Filho, Pimenta da Veiga, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Rodrigues Palma, Severo Gomes, Sigmaringa Seixas, Virgildásio de Senna, Wilson Martins, Chagas Rodrigues, Daso Coimbra, Délio Braz, José Carlos Grecco, José Tavares, Miro Teixeira, Afonso Arinos, Alcení Guerra, Antoniocarlos Mendes Thame, Arnaldo Prieto, Carlos Chiarelli, Edme Távares, Eraldo Tinoco, Francisco Dornelles, José Jorge, José Lins, José Santana de Vasconcellos, Marcondes Gadelha, Mário Assad, Oscar Corrêa, Osvaldo Coelho, Ricardo Fiúza, Sandra Cavalcanti, Enoc Vieira, Mozarildo Cavalcanti, Antônio Carlos Konder Reis, Gerson Pares, José Luiz Maia, Virgílio Távora, Adylson Motta, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Adolfo Oliveira, Roberto Balestra e Antonio Farias; votaram **NÃO:** Ademir Andrade, Alfredo Campos, Carlos Sant'Anna, Cristina Tavares, Haroldo Sabóia, José Paulo Bisol, Nelson Friedrich, Paulo Ramos, Prisco Viana, Theodoro Mendes, Antonio Mariz, Rose de Freitas, Uldorico Pinto, Luís Eduardo, Paes Landim, Brandão Monteiro, José Maurício, Lysâneas Maciel, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Aruda Sampaio, Haroldo Lima, Roberto Freire e Jamil Haddad.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 66 Constituintes; votaram NÃO 23 Constituintes. Total: 89 votos. O preâmbulo do Substitutivo nº 2 foi **aprovado**, ressalvados os destaques.

Há duas emendas supressivas, que ficam prejudicadas porque o Substitutivo foi aprovado.

Temos, também, 7 emendas substitutivas ao Substitutivo nº 1, mas que estão prejudicadas com a aprovação do Substitutivo nº 2.

**Destaque nº 523/87 – Emenda nº 1p-06.650-6, do Sr. José Genoíno, "que suprime a expressão sob a proteção de Deus, do Preâmbulo do Projeto de Constituição". (3ª votação)**

A emenda supressiva do Constituinte José Genoíno, que é a de nº 000523/87 é de uma expressão do texto.

Dessa maneira, o Constituinte José Genoíno, como autor do destaque, tem a palavra por 5 minutos; e, depois, terão a palavra, para falar contra, os Constituintes Daso Coimbra e Enoc Vieira, também pelo prazo de 5 minutos, cada um.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes:

A nossa emenda, supressiva da expressão "Reunidos sob a proteção de Deus", em primeiro lugar, ela significa – e quero falar isso com toda a franqueza de quem fez essa emenda – significa, em primeiro lugar, um respeito profundo àqueles que estabelecem uma relação de intimidade intrínseca e entre a divindade e a materialidade. O ser humano, quando estabelece essa relação, entre a divindade e as leis, entre a divindade e a ordem mate-

rial, ele está entrando num terreno de sua intimidade profunda, e es, a intimidade deve ser tão respeitada que ela não pode ser estabelecida, enquanto um critério, a ser colocado no preâmbulo de uma Constituição, ou no preâmbulo de um Regimento Interno.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, essa questão envolve conteúdo do próprio Substitutivo. Em vários momentos, o Substitutivo garante a liberdade de crença; em vários momentos, o Substitutivo estabelece os requisitos de um Estado laico. E para ser coerente com esses pressupostos, o Substitutivo não pode iniciar o preâmbulo da Constituição com a expressão "que os representantes do povo brasileiro, reunidos sob a proteção de Deus", porque fere, na frente, proposições do respeito e da liberdade de crença.

O outro argumento importante, Sr. Presidente, é que essa formulação apareceu, pela primeira vez, nas Constituições brasileiras, na Constituição do Império, onde se invocava a Santíssima Trindade; na Constituição Republicana, exatamente no momento em que a luta democrática sobre a separação entre a religião e o Estado teve um momento importante com a Proclamação da República, a Constituição de 1891 simplesmente se omite sobre esse ponto; e a Constituição de 1934, que recupera a formulação "sob a proteção de Deus".

E para não dizer que está falando aqui um marxista, que está seguindo algum modelo de alguma Constituição socialista, trouxe, para a tribuna, as Constituições da Itália, da França, dos Estados Unidos, de Portugal e da Inglaterra. E essas Constituições, em seus preâmbulos, não colocam o problema nos termos em que está posto no preâmbulo da nossa Constituição.

Ao me referir a essas Constituições, Sr. Presidente, estamos aqui para concluir esse encaminhamento, tocando num problema importante e, certamente, essa votação vai refletir o nível de entendimento que teremos na Constituição, porque vamos fazer uma Constituição com a visão histórico-filosófica da modernidade dos nossos dias, em que há um respeito profundo aos que acreditam, e esse respeito significa não vulgarizar essa crença, porque colocar no texto constitucional é uma vulgaridade, colocar no texto constitucional significa banalizar algo que é muito profundo, para as pessoas que têm uma relação – como já falei – entre a divindade e a materialidade. Por outro lado, significa o respeito, também, àqueles Constituintes que estão reunidos nesta Assembléia Nacional Constituinte, que vão promulgar uma Constituição e que, por razões filosóficas, não têm essa relação da divindade, com relação a Deus. E na medida em que se diz, que a Constituição será promulgada "sob a proteção de Deus", está-se estabelecendo uma discriminação sobre esses Constituintes, porque existem Constituintes que não estabelecem essa relação.

Não estamos fazendo uma Constituição para a maioria na questão filosófica ou ético-moral, porque, senão, está-se impondo uma Constituição que nessas questões vai ferir o pluralismo, vai ferir a liberdade de crença, vai ferir a liberdade de religião. Pergunto: há muitas posições que diferem da religião católica, como ficariam com o argumento de dizer aqui que a maioria vai colocar no dia em que a religião católica fosse maioria e impusesse às outras religiões uma determinada formulação? Não é esse o caminho, o caminho é o que estabelecemos na Constituição uma formulação que possa garantir a liberdade de culto, até às últimas consequências. Não vamos falar em liberdade de culto se em seguida eliminamos essa liberdade de culto; não vamos falar em liberdade de crença se, em seguida, dizemos que essa crença tem que existir apenas de acordo com aquilo que acreditamos.

Sr. Presidente, para concluir esse encaminhamento, é com uma visão aberta ao pluralismo ideológico, filo-

sófico, ético e moral, à modernidade dos nossos dias, que defendemos a supressão da expressão "Sob a proteção de Deus". Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem a palavra o nobre Constituinte Daso Coimbra. **(Palmas)**

**O SR. CONSTITUINTE DASO COIMBRA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

"Do Senhor é a Terra e sua plenitude, o mundo e os que nele habitam."

Nesta afirmação bíblica repousa uma verdade que, em sã consciência, não podemos refutar. Habitamos a Terra, e o mundo e, nesta condição, somos de Deus.

Querer recusar a proteção de Deus, negando a invocação desta proteção e o seu registro no preâmbulo e mesmo no texto constitucional é querer negar a fé que todo o povo brasileiro testemunha e invoca.

Querer suprimir esta invocação da Carta Magna, sob o falso argumento de que se pode dispensar esta invocação em respeito aos incrédulos, ateus, céticos ou infiéis, é querer igualar o povo e a fé pela exceção. Aceito este princípio, abri-se-á à Lei Maior o critério de privilegiar a exceção, em todos os seus aspectos e consequências.

Querer "dispensar" a proteção de Deus, sob quaisquer argumentos, é quebrar a tradição de nossas Constituições, é deferir-se ao nada, ou aos sentimentos humanos e carnisais, o direito de assumirem todo o império sob o povo, que, assim, há de ficar no desabrigo de uma proteção que somente é dada, em especial, aos que a buscam.

Deus, em sua Excelsa paciência, tem tolerado a ignorância dos incrédulos, mas não tolera o desprezo daqueles que O conhecendo, O negam e O recusam.

Nós, povo brasileiro, O conhecemos e não O recusamos. Por isto, não dispensamos sua proteção, sempre invocada na tradição constitucional e legislativa do País. E o povo não nos tolerará se minimizarmos a fé que busca em Deus sua permanente proteção. Sustento, portanto, a importância de constar no preâmbulo da Constituição a expressão "sob a proteção de Deus". **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem a palavra o nobre Constituinte Enoc Vieira.

**O SR. CONSTITUINTE ENOC VIEIRA:** – Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes:

Após ouvir a palavra do Constituinte Daso Coimbra e a manifestação expressa pelos companheiros de Plenário, certamente seria dispensada a minha palavra. No entanto, não poderia deixar de rememorar a História.

Se rebuscarmos o passado, há dois mil anos antes de Cristo, encontraremos a primeira Lei escrita – o Decálogo. Esta Lei foi escrita por Deus. Esta Lei tem servido de base para todas as legislações. Esta Lei é a Lei que rege a vida de todos os povos, seja no relacionamento horizontal, seja no vertical. No instante em que o homem acredita que Deus é o Criador de todas as coisas, no instante em que ele confirma e que ele aceita as palavras de Jesus, dizendo que "sem mim nada podeis fazer", é evidente que nós, Constituintes, jamais poderíamos fazer uma Constituição se não tivéssemos contando com a proteção de Deus.

É inegável a separação entre Igreja e Estado, por nós defendida, e pelo ilustre Relator, consignado no projeto. Entendemos que em nada isto interfere em admitirmos, em aceitarmos, em sentirmos e necessidade de que todo trabalho que fizemos em benefício do povo será sempre sob a proteção de Deus. Daí por que, Srs. Cons-

tituintes, é necessária a permanência da expressão "sob a proteção de Deus", porque com essa proteção que todos contamos, ainda não temos tido a capacidade suficiente para fazer o melhor para o povo. Imaginemos se Deus não estiver protegendo os Srs. Constituintes, quem nos protegeria? Se Deus não nos protege, quem nos protegerá? Se não tivermos a inspiração e a orientação de Deus, onde buscaremos essa inspiração, se Deus é a fonte de toda a sabedoria e de toda a inspiração?

Srs. Constituintes, desejo encerrar as minhas breves palavras, porque o substitutivo ou o destaque de supressão não pode encontrar amparo nos corações e nas mentes de todos quantos aceitam a Deus como protetor, como criador, como sustentador do homem e de todas as coisas, porque todas as coisas foram feitas e criadas por Deus. O salmista Rei Davi disse: "Bem-aventurada é a nação cujo Deus é o Senhor." Busquemos sempre a proteção do nosso Deus, para sermos uma Nação bem-aventurada.

Muito obrigado. **(Palmas)**

Durante o pronunciamento do Enoc Vieira, o **Sr. Afonso Arinos**, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo **Sr. Brandão Monteiro, Primeiro-Vice-Presidente**.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Está em votação a emenda supressiva de autoria do Constituinte José Genoíno. A Mesa esclarece que quem votar SIM votará pela retirada da expressão "Sob a proteção de Deus". Quem votar NÃO votará a favor do texto do substitutivo, com a inclusão de "Sob a proteção de Deus". **(Palmas)**

Vamos iniciar a votação pela ordem inversa, ou seja, de baixo para cima.

**O SR. CONSTITUINTE ALUÍZIO CAMPOS:** – Pela ordem, Sr. Presidente. Quem votar NÃO, vota pela manutenção do texto atual, salvo os destaques, que ainda vão ser votados sobre o texto.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Há necessidade de explicar alguma dúvida? **(Pausa)** Em votação.

#### **(Procede-se à votação)**

Votou **SIM:** Haroldo Lima. Votaram **NÃO:** Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Alfredo Campos, Almir Gabriel, Aluízio Campos, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Carlos Mosconi, Carlos Sant'Anna, Cristina Tavares, Egídio Ferreira Lima, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, Ibsen Pinheiro, João Calmon, José Fogaca, José Paulo Bisol, José Richa, José Serra, Manoel Moreira, Milton Reis, Nelson Carneiro, Nelson Friedrich, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Prisco Viana, Renato Vianna, Sigmaringa Seixas, Theodoro Mendes, Virgildásio de Senna, Wilson Martins, Antonio Mariz, Chagas Rodrigues, Daso Coimbra, Délio Braz, Euclides Scalco, José Carlos Grecco, Miro Teixeira, Octávio Elísio, Rose de Freitas, Antoniocarlos Mendes Thame, Arnaldo Prieto, Carlos Chiarelli, Edme Tavares, Eraldo Tinoco, Francisco Dornelles, José Lins, José Santana de Vasconcellos, Luís Eduardo, Marcondes Gadelha, Mário Assad, Oscar Corrêa, Ricardo Fiúza, Sandra Cavalcanti, Enoc Vieira, Mozarildo Cavalcanti, Paes Landim, Antônio Carlos Konder Reis, Gerson Peres, José Lins Maia, Brandão Monteiro, José Maurício, Lysâneas Maciel, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Adolfo Oliveira, Roberto Balestra e Roberto Freire.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Declaração de voto, como marxista, ateu. O Partido, inclusive em outras oportunidades, votava pela exclusão de qualquer referência a Deus. Mas quero dizer que o

Partido Comunista Brasileiro, na perspectiva de modernidade que existe no mundo socialista, não quer desrespeitar um sentimento deísta e religioso do povo brasileiro. Portanto, voto não!

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votou SIM 1 Constituinte; votaram NÃO 74 Constituintes. Total: 75 votos. O destaque foi **rejeitado**.

Está mantido o texto do preâmbulo "sob a proteção de Deus".

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Com a palavra o nobre Constituinte Carlos Sant'Anna.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, creio que a questão de ordem é de fundamental importância até como uma reclamação, mas, também, como um processo de elucidação futura.

Quando, ainda há pouco, nós votávamos tendo sido dada preferência ou iniciada a votação pelo preâmbulo, o que dominou perante vários de nós é que deveria ter preferência para votação o destaque supressivo. Mas cominou, perante todos nós, que se o destaque supressivo fosse aprovado haveria supressão do preâmbulo e, então, a Constituição ficaria sem preâmbulo, por isto, dominou, entre vários de nós, que deveria ser votado o substitutivo 2 sem os destaques supressivos, porque estaríamos votando no Preâmbulo, isto é, haveria um preâmbulo. Votamos, e vários votaram, para que houvesse o preâmbulo, mas o fizemos na suposição de que teríamos a oportunidade de, em havendo o preâmbulo, poder haver um destaque supressivo sobre o Substitutivo 2, para que prevalecesse, por exemplo, o preâmbulo do Substitutivo I, que a vários interessava, por entenderem que ele era melhor do que o Substitutivo 2.

Como isso não aconteceu, e foi considerada a prejudicialidade, a minha questão de ordem é a de que a Mesa esclareça que, nos títulos que nos interessar manter, prevalecer o Substitutivo 1, de que modo teremos de proceder na votação. Vários de nós votamos de uma forma, para conseguirmos chegar ao Substitutivo 1, sem dar a preferência... Se rejeitássemos o Substitutivo 2, a sua rejeição poderia simplesmente significar a rejeição do preâmbulo. Mas, se é este o caminho, é preciso que a Mesa esclareça, definitivamente, de que sorte, por exemplo, prevalece, caindo o Substitutivo 2, o Substitutivo 1; se é pela supressão ou pela rejeição.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Para contestar, pela ordem, concedo a palavra ao Constituinte Gerson Peres.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, o ilustre Constituinte Carlos Sant'Anna...

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Nobre Constituinte Gerson Peres, sem dúvida, levantou V. Ex.<sup>a</sup> não só uma inquietação, como uma questão de ordem em relação ao processo de votação, que se poderá dar, ou não, de acordo com o que a Mesa definir.

Concedo a palavra a V. Ex.<sup>a</sup>, nobre Constituinte Gerson Peres.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, o eminente e ilustre Deputado Carlos Sant'Anna insiste num problema que o Regimento é bem claro e fácil de responder a S. Ex.<sup>a</sup>: só se vota preferência sobre destaques. Os parlamentares que queiram, realmente, ver os seus

destaques colocados prioritariamente, terão que requerer para eles a preferência, uma vez que quando se trata de substitutivo, e aí parece que o Deputado ainda não se convenceu, o Regimento é expresso, a preferência do substitutivo está expressa no próprio Regimento, terá preferência o substitutivo. Quando existem dois substitutivos, o Regimento também é claro, ele diz: inverte-se o substitutivo e dá-se preferência ao segundo substitutivo. De forma que, para que o Constituinte Carlos Sant'Anna verifique que as suas emendas tenham prevalência, tem que requerer destaque e, em seguida, tem que requerer, na forma do Regimento,...

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Já requeri.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – ...a preferência para os destaques. Quanto à supressão, Sr. Presidente, vou terminar, não perturbei o Constituinte...

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Gostaria de que V. Ex.<sup>a</sup> terminasse.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Quanto à supressão, ela é parcial ou total. Naturalmente que se o plenário dá preferência ao substitutivo integral, e as emendas supressivas totais estiverem presentes, elas serão prejudicadas, mas se a supressão for parcial, então ela será votada como estamos fazendo agora. Portanto, não tem procedência a questão de ordem do nobre Constituinte Carlos Sant'Anna.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Concedo a palavra a V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Só quero uma explicação da Mesa! Na hipótese de querermos fazer prevalecer um título do substitutivo primeiro, ao invés do segundo, como temos que proceder? Só isso!

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte José Genoíno, pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Sr. Presidente, essa questão me parece que está solucionada na Consolidação das Regras Regimentais. Está aqui o seguinte:

"Ponto 2, 5 – Aprovado o Título ou Capítulo, ficam prejudicados os seus correspondentes no Projeto e no primeiro substitutivo e ainda as emendas apresentadas a estes últimos, salvo as destacadas."

Portanto, as emendas destacadas ao preâmbulo, em relação ao Substitutivo 1 ou em relação ao projeto de Constituição, deverão ser apreciadas por esta Comissão; elas não podem ser prejudicadas. Está aqui claro, Sr. Presidente, na consolidação das normas regimentais. As emendas aditivas, supressivas, modificativas e substitutivas, terão que ser apreciadas pelas normas consolidadas em reunião das lideranças com a Presidência da Constituinte e da Comissão de Sistematização.

**O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Pimenta da Veiga, pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA:** – Sr. Presidente, parece-me que para alcançar o objetivo pretendido pelo Constituinte Carlos Sant'Anna ele teria dois caminhos, mas que já foram vencidos: O primeiro deles

teria sido apresentar uma emenda para o dispositivo do Substitutivo 1 e, posteriormente, o pedido de preferência.

O destaque para o Substitutivo 1 e, depois, o pedido de preferência. Está hipótese foi vencida, apesar da liberalidade da Mesa, que colocou em votação, a nosso juízo, equivocadamente.

A segunda hipótese teria sido derrotar o dispositivo do Substitutivo nº 2, quando, automaticamente, por força regimental, teria sido feita a votação da mesma parte do Substitutivo nº 1. Os dois caminhos já não podem mais ser percorridos, porque estão vencidos.

A dúvida que me assalta é se a emenda supressiva não deveria ter sido posta em votação. É esta a dúvida que tenho. Parece-me, até, que deveria ter sido posta em votação.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – A Mesa vai resolver a questão de ordem.

**O SR. CONSTITUINTE CHAGAS RODRIGUES:** – Sr. Presidente, peço a palavra para contraditar.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – A Mesa vai resolver a questão de ordem.

Não há mais contradita. Já houve contradita. A Mesa vai resolver. Caso contrário, ficaremos, aqui, com 250 questões de ordem a respeito da mesma matéria.

Pensa a Mesa que, pela forma como foi deferida, a questão levantada pelo Constituinte Carlos Sant'Anna referente ao seu requerimento anterior, na verdade, criou dificuldades para o entendimento do que ele desejava. Mas é matéria vencida.

Diz o art. 2.6:

"Rejeitado o Título ou o Capítulo, a procedência será pela ordem inversa de sua apresentação, votando-se o correspondente do primeiro Substitutivo e rejeitado esse do projeto."

Infelizmente, o Projeto nº 2 foi aprovado; não foi rejeitado. Temos, aqui, algumas emendas em relação ao Projeto nº 1 que, com a aprovação do Projeto nº 2, estão prejudicadas.

Da mesma forma, a Mesa está definindo a questão de ordem levantada pelo Constituinte Carlos Sant'Anna. Espera a Mesa que os Constituintes tenham um pouco de paciência para a resolução que a Mesa dará.

Tínhamos outros destaques requeridos, inclusive destaques integrais, que são substitutivos. Pensa a Mesa – pode estar incorreto – que, aprovado o texto, se há um destaque para Substitutivo integral, não há como colocar em votação, haja vista que já foi aprovado o texto. Como substituir o texto integralmente? Este é o entendimento da Mesa. Se V. Ex.<sup>as</sup> não concordarem, utilizem o Regimento. Requeiram, em grau recursal, ao Presidente, com três assinaturas, conforme prevê o Regimento.

**O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA:** – Peço a palavra, Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Tem a palavra, pela ordem, o nobre Constituinte Pimenta da Veiga.

É sobre a mesma matéria? Ela já está resolvida pela Mesa.

**O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA:** – Não, não quero me insurgir contra a decisão da Mesa. Apenas quero um esclarecimento.

Não houve emenda ao Substitutivo nº 2. Todas as emendas apresentadas foram ao Substitutivo nº 1. Portanto, elas não podem ficar prejudicadas.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Eu não disse a emenda, nobre Constituinte, eu disse em relação

às emendas do Substitutivo nº 1. Se foi aprovado o nº 2, obviamente foi rejeitado o nº 1.

**O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA:** – Mas os destaques...

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Ressalvados os destaques.

**O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA:** – Salvo os destaques, Sr. Presidente. Salvo as destacadas. No nosso entendimento, devem ser apreciadas, quando não estiverem prejudicados, pela ação do próprio Relator, que aproveitou muitos deles em seu parecer, em seu texto, em seu substitutivo. Os que não estiverem nesses casos, deverão ser apreciados pela Comissão.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Volto a levar à consideração com o texto das emendas que tenho em mãos. Primeiro, existem emendas aditivas, que foram incorporadas no texto já aprovado, foram incorporadas na **errata**, pelo Sr. Relator. Esta matéria está obviamente vencida.

Eram referentes – esclarece-me a Mesa – à palavra sexo. Nesta matéria, existem seis emendas ou destaques para emendas aditivas. Está superada a matéria, porque foi incorporada no relatório, na **errata** do Sr. Relator. Na segunda matéria, havia duas modificativas que referem-se ao Substitutivo nº 1, que já está superado.

#### (Tumulto no plenário)

**O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA:** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Concedo a palavra ao Constituinte Pimenta da Veiga, pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA:** – É neste ponto que há uma divergência entre nós. Todas as emendas foram apresentadas em relação ao texto que se conhecia, que é o Substitutivo nº 1. Então, não podem estar vencidas por este fato. Do contrário não apreciaremos nenhuma emenda. Algumas serão declaradas prejudicadas, porque foram aproveitadas pelo Relator, mas as que não estiverem neste caso, devem ser apreciadas.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Ressalvados os destaques. Está destacada, vai votar.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte José Lins, para uma questão de ordem.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Sr. Presidente, meu entendimento regimental é que as emendas substitutivas têm primazia de votação sobre o original, isto é, sobre o Substitutivo nº 2. É claro, porque desde que há uma emenda substitutiva, não é possível votar o original em primeiro lugar. Ela tem primazia. Somente se a substitutiva cair é que se vota o original, que está se chamando também Substitutivo nº 2, do Relator.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Constituinte José Lins, isto é matéria vencida, já foi aprovado o preâmbulo do Substitutivo nº 2. É matéria vencida.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Foi votado menos os destaques. Como há destaques substitutivos ele pode cair.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Nobre Constituinte, se já foi aprovado o Projeto nº 2, o substitutivo integral, evidentemente que invalida a votação.

**O SR. CONSTITUINTE ALUÍZIO CAMPOS:** – Sr. Presidente, pela ordem?

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Com a palavra, o nobre Constituinte Aluizio Campos, para uma questão de ordem.

Peço aos ilustres Constituintes que colaborem com a Mesa.

Com a palavra o nobre Constituinte Aluizio Campos. Depois, pela ordem, falarão os Constituintes José Genoíno, Paulo Ramos e José Maria Eymael.

**O SR. CONSTITUINTE ALUÍZIO CAMPOS:** – Sr. Presidente, quando foi anunciada a votação do Substitutivo nº 2, se quis dizer que o texto do substitutivo seria votado para evitar que fosse suprimido pelo Substitutivo nº 1, conforme a proposta do Constituinte Haroldo Lima. Ressalvados – a Mesa repetiu isso várias vezes – os destaques, há 14 destaques incidentes sobre o texto do preâmbulo do Substitutivo nº 2. Há um requerimento meu, escrito, sobre a Mesa, pedindo preferência para a votação do meu texto, que substituiu integralmente o do Substitutivo nº 2, porque a preferência é dada para o Substitutivo nº 2 exclusivamente para que os destaques só pudessem incidir sobre ele e não sobre o Substitutivo nº 1. Foi isso que se viu aqui. Porque V. Ex.<sup>a</sup> colocou em votação um requerimento supressivo parcial do Constituinte José Genoíno e teria de colocar, também submetendo à votação, todos os demais destaques, inclusive destaque aditivo. O Plenário não aprovou, absolutamente, o preâmbulo do Substitutivo nº 2, porque a maioria, talvez, dos que estão presentes votassem por outro destaque, inclusive o meu destaque, que foi apresentado sobre o texto do Substitutivo nº 2. Não foi apresentado sobre o Substitutivo nº 1.

Então, a Mesa não pode dar essa extensão à preferência que o Plenário adotou para votarmos o Substitutivo nº 2, ressalvados os destaques. E, então, o texto só poderia ser votado no preâmbulo do Substitutivo nº 2, se todos os destaques fossem recusados pelo Plenário, inclusive os destaques substitutivos. Isso é uma questão evidentemente lógica. Seria uma violência considerar aprovado, por essa margem de votação que houve, um texto que foi submetido à apreciação do Plenário, com a ressalva dos destaques. A Mesa está obrigada a submeter à votação os destaques cujas preferências foram requeridas. Esta é que é a ordem que temos que seguir, para votar democraticamente.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Sr. Presidente, pela ordem. É no sentido, inclusive, de contribuir com a Mesa.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Um minuto, Constituinte José Genoíno. Evidentemente que não vou cercar a palavra de V. Ex.<sup>a</sup>, mas gostaria que nos ouvisse, para colaborar.

O Constituinte José Fogaça, em nome do Relator, pede a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FOGAÇA:** – Sr. Presidente, ocorre e tem procedência a reclamação do nobre Constituinte Carlos Sant'Anna, de que a votação do Substitutivo nº 2 antecedeu à votação das emendas que eram substitutivas integrals ao preâmbulo.

Mas estamos diante de matéria vencida e bem fez o Constituinte Carlos Sant'Anna em chamar a atenção para futuras situações. Votado e aprovado o preâmbulo do Substitutivo nº 2, ressalvados os destaques, que serão sobre emendas que substituam, em parte, ou modifiquem, em parte, o texto.

Aprovado o preâmbulo, ocorre que o mesmo não é uma peça íntegra, não é como um título inteiro de que se pode destacar artigos ou capítulos ou seções. Trata-se de uma situação especialíssima, que é a do preâmbulo e, que, portanto, tem que ser modificado ou substituído, em parte, ou sofrer adição através de emenda. **(Muito bem!)**

Daí, porque se explica que a emenda do Deputado José Genoíno, que pedia supressão, em parte, da expressão "Sob a proteção de Deus", pôde ser votada, porque ela não suprimia integralmente um texto já aprovado.

Outra: não se pode colocar em votação emendas substitutivas que substituam integralmente o texto, mas somente aquelas que substituam, em parte, o texto, ou aditem elementos que se possam incorporar ao texto. E, como relator substituto, em nome do Deputado Bernardo Cabral, que teve de se retirar, quero dar um exemplo prático de uma emenda modificativa – por casualidade, também, de autoria do Deputado José Genoíno, que é perfeitamente compatível com o que estou dizendo, porque ela tem um conteúdo aditivo que é perfeitamente passível de incorporação ao texto, sem substituí-lo integralmente, como são todas as outras emendas substitutivas. Conseqüentemente, a Emenda nº 06651, do Deputado José Genoíno, que pretende incorporar ao texto a expressão: "Os poderes inerentes à soberania são exercidos por representantes eleitos ou por mecanismos de participação direta", esta emenda, que é aditiva, mas que não substitui integralmente o texto, é passível de incorporação; esta pode ser colocada em votação. Não se pode colocar em votação emendas que substituam integralmente um vínculo, um preâmbulo que é uma peça íntegra que foi inteiramente aprovada. Seria a mesma coisa que...

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr. Relator, V. Ex.<sup>a</sup> me presta um esclarecimento, por favor?

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FOGAÇA:** – Se V. Ex.<sup>a</sup> me permitir, eu vou só concluir.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Mas é a V. Ex.<sup>a</sup> que eu quero pedir o esclarecimento. Se V. Ex.<sup>a</sup> me permitir, relator, é para esclarecer.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FOGAÇA:** – Mas eu preciso encerrar a frase, pelo menos; após isso, eu presto o esclarecimento que V. Ex.<sup>a</sup> quer.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sou todos ouvidos.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FOGAÇA:** – Seria a mesma coisa que se nós tivéssemos aprovado todo o título da Ordem Econômica e, em seguida, quiséssemos colocar em votação uma emenda que substituísse integralmente todo esse título.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Mas essa emenda já deveria ter sido votada antes.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FOGAÇA:** – Mas, veja! Este erro é matéria vencida, esta é uma questão vencida, que não se repetirá, por certo, mas não está mais...

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Agora, V. Ex.<sup>a</sup> me permite...

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FOGAÇA:** – Eu dou a palavra a V. Ex.<sup>a</sup> para pedir um esclarecimento, se estiver ao meu alcance.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – A frase continua ou já acabou?

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FOGAÇA:** – Já!

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Muito obrigado.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FOGAÇA:** – V. Ex.<sup>a</sup> ainda precisa de esclarecimento?

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Mas é evidente! Eu nem pude perguntar a V. Ex.<sup>a</sup> o que eu queria esclarecer...

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FOGAÇA:** – V. Ex.<sup>a</sup> tem a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Veja bem! V. Ex.<sup>a</sup> diz com propriedade, muitas das coisas. Tivemos dois substitutivos: o número 1 e o número 2, mas só nos foi dado direito de emendar o número 1. No número 2, nós só pudemos fazer destaques que eram das emendas feitas ao número 1.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FOGAÇA:** – Quanto a isso, não há nenhuma dúvida.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Por favor! Agora eu quero que V. Ex.<sup>a</sup> me explique de que forma milagrosa V. Ex.<sup>a</sup> permitirá a esse humilde Constituinte, fazer um novo texto para o preâmbulo? Pergunto a V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FOGAÇA:** – Desde que V. Ex.<sup>a</sup> modifique em parte, mas não substitua integralmente.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Mas eu quero um novo texto para o preâmbulo.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FOGAÇA:** – Então, que não aprovasse o número 2.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Eu tive uma emenda substitutiva ao preâmbulo do primeiro. No segundo, eu pedi destaque do primeiro e veja o que acontece: se eu voto NÃO no segundo, vou para o primeiro; voto NÃO ao primeiro e o meu substitutivo caiu também.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FOGAÇA:** – É porque o substitutivo de V. Ex.<sup>a</sup> é integral ao texto. Se V. Ex.<sup>a</sup> faz a modificação de uma frase apenas...

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Mas ou se vota essa emenda substitutiva ou se vota o texto. Mas se ressaltar os destaques...

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FOGAÇA:** – Se houvesse o Presidente atendido aos pedidos de preferência e colocado em votação, aí V. Ex.<sup>a</sup> teria vez para votação. Mas isto é matéria vencida e já decidida pela Mesa e por este plenário.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Eu gostaria de solicitar a colaboração...

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FOGAÇA:** – Esta é a colaboração e este o esclarecimento que o Relator Bernardo Cabral me pediu que fizesse em seu nome.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Constituinte Cristina Tavares, eu queria colocar com muita clareza esta matéria a respeito da questão de ordem levantada pelo Constituinte Gastone Righi e pelo Constituinte Carlos Sant'Anna.

Na verdade, havia uma duplicidade: foi colocado em votação, houve erro. Mas, infelizmente, é matéria vencida. Havia emenda supressiva que, a meu modo de entender, deveria ter sido requerida a preferência para ser votada.

É verdade que, quanto a essa matéria, ocorreu este fato. O Plenário votou o Substitutivo nº 2. Não é possível que tenhamos emenda substitutiva integral ao texto que já foi aprovado.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – A ressalva significa que o que nós votamos, originalmente, é vazio. Não tinha nada a votar. Portanto, a votação não devia ter sido feita. Devia ter sido...

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Infelizmente, a matéria é vencida, Sr. Constituinte...

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – V. Ex.<sup>a</sup> me desculpe, mas não é matéria vencida...

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Evidentemente, é matéria vencida. O Plenário votou e votou o substitutivo dois, ressaltados os destaques. Se nós temos



uma emenda substitutiva integral, não temos que colocar em votação o outro texto diferente do que já foi aprovado. Senão nós vamos ficar aqui indefinidamente...

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Pela ordem, tem a palavra o nobre Constituinte Roberto Freire.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Eu queria colocar uma questão que me parece importante, porque é meio atípico: é que esse preâmbulo é como se fosse quase um artigo. Nos outros títulos, esse raciocínio se aplica perfeitamente. Pode-se aprovar todo o título, ressalvados os destaques, pois são vários artigos, vários dispositivos. No caso do preâmbulo, o problema é ser um único artigo. E temos que admitir que cabe a um Constituinte querer nova redação para este artigo. Ele não está ofendendo o princípio de não se admitir substitutivo integral; ele quer nova redação para um artigo. Claro que esse artigo significa o título todo, porque só tem este preâmbulo.

O único problema que está existindo. A meu ver, devemos fugir um pouco ao Regimento, neste caso específico, porque é atípico esse título.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Pela ordem, concedo a palavra à nobre Constituinte Cristina Tavares.

**A SRA. CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES:** – Sr. Presidente, estamos votando em uma Assembléia Nacional Constituinte, estamos votando uma Constituição que pretendemos seja para o Brasil de muitos e muitos anos. Não podemos admitir a gravidade da declaração do ilustre Senador José Fogaça e de V. Ex.<sup>a</sup>, como Presidente da Mesa e como Relator, de que houve um erro na votação e é matéria vencida. Não é matéria vencida, porque estamos na mesma reunião. Não podemos aceitar que sejam admitidos erros em votação e que isso seja matéria vencida na mesma reunião! É preciso retificar o erro, porque estamos em uma votação da maior seriedade. Se o erro foi está sendo admitido pela Mesa, deve ser retificado na mesma reunião em que estamos presentes.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – No meu modo de entender, o erro não foi da Mesa. O erro foi na medida em que havia uma emenda supressiva integral, o Constituinte Carlos Sant'Anna apresentava a emenda, o Plenário votou o Substitutivo nº 2 integral.

#### (Tumulto no Plenário)

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Sr. Presidente, acontece que fiz o pedido de preferência por escrito. Estava, aí, desde o primeiro tempo, desde a primeira hora. Essa preferência para que os meus destaques fossem votados preferencialmente, a ser votado o título do Substitutivo nº 2, sequer foi lida e sequer votada, como também os de outros companheiros. Votou-se o título. Se é esse o erro, tudo bem. Precisamos saber quais os procedimentos da Mesa daqui para a frente. Se a Mesa começar a votar os títulos na frente do Substitutivo nº 2, prejudicando todos os destaques, estará havendo um golpe de força em cima dos destaques e do aperfeiçoamento, que não poderemos suportar.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ MARIA EYMAEL:** – É nesse sentido que peço a questão de ordem.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Mas é exatamente por isso que precisamos colocar em votação todos os destaques que estão aí e que foram ressalvados, ou pelo menos reconhecido o erro e ver como se procederá daqui em diante, porque iremos saber que toda vez que votarmos teremos que rejeitar o Substitutivo nº 2, para que os nossos destaques sejam respeitados. Estávamos na impressão de que votando, os destaques estariam respeitados. Votamos, mas eles não foram respeitados.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ MARIA EYMAEL:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – A Mesa esclarecerá a V. Ex.<sup>a</sup>. Penso que deveria ser votada a preferência requerida por V. Ex.<sup>a</sup> e, a meu ver, a decisão da Mesa far-se-á daqui por diante dessa forma, para não haver prejuízo.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ MARIA EYMAEL:** – Sr. Presidente, peço a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – V. Ex.<sup>a</sup> a terá no momento oportuno. Pediu a palavra, pela ordem, o Constituinte José Maria Eymael.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ MARIA EYMAEL:** – Sr. Presidente, no sentido de contribuir com a Mesa, e num momento de tranquilidade, com o que nos deparamos?

Tínhamos oportunidade, apenas, de apresentar destaques ao projeto da Comissão de Sistematização e ao Substitutivo nº 1. Foram as duas alternativas que tínhamos. Ou os destaques ao projeto da Comissão de Sistematização, ou os destaques ao Substitutivo nº 1. Ao Substitutivo nº 2, não pudemos apresentar emendas.

O raciocínio lógico, Sr. Presidente, encaminha-se no seguinte sentido: quando votarmos o Substitutivo nº 2 e o aprovarmos, se for o caso, não podem estar prejudicados os destaques relativos ao projeto da Comissão de Sistematização e ao Substitutivo nº 1, porque se não for esse o entendimento, somente haverá uma estratégia: se, para que eu possa ter votado os meus destaques em cima do Projeto da Comissão de Sistematização ou em cima do Substitutivo nº 1, terei que, necessariamente, sempre, rejeitar o Substitutivo nº 2. Não tenho outra escolha. Se eu quiser o destaque em cima do Substitutivo nº 1, ou em cima do projeto da Comissão, preciso rejeitar o nº 2.

Então, Sr. Presidente, o apelo – é dentro, inclusive, da interpretação a que V. Ex.<sup>a</sup> está se aproximando – é simples, no seguinte sentido: vota-se o Substitutivo nº 2; quando ele for aprovado, isso não representa que estão prejudicados os destaques com relação ao projeto da Sistematização e ao Substitutivo nº 1, porque, se não for esse o entendimento, não há outro caminho, tem que rejeitar sempre o Substitutivo nº 2.

**O SR. CONSTITUINTE ALUIZIO CAMPOS:** – Peço a palavra, pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – Sr. Presidente, é preciso que haja um esclarecimento para eliminar toda a confusão que se está travando em torno dessa matéria. Tudo isso está acontecendo porque o preâmbulo simplesmente tem um artigo, somente um. É óbvio que a Mesa, que aliás já reconheceu, incorreu num equívoco. Nós tivemos dois momentos nesta votação: primeiro, foi a votação da preferência. Houve a preferência para a votação do Substitutivo nº 2 que, aliás, foi muito bem explicado pelo Senador José Fogaça, no momento em que houve a preferência para a votação do Substitutivo nº 2 de um preâmbulo que tem apenas um artigo. Seria o melhor encaminhamento que se votassem as emendas supressivas, por quê? Porque uma vez votadas as emendas supressivas, nós teríamos a oportunidade de verificar que estavam prejudicadas as emendas modificativas, as emendas substitutivas de nº 2...

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Constituinte Paulo Ramos, eu gostaria que V. Ex.<sup>a</sup> colaborasse. Nós já respondemos a todas as suas argumentações, assim como ao Constituinte Carlos Sant'Anna. Reconhecemos, inclusive, que V. Ex.<sup>a</sup> está certo. Peço a colaboração de V. Ex.<sup>a</sup> senão, vamos ficar até 5 horas da manhã aqui.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – Eu sei, mas no momento em que há o reconhecimento de que a Mesa incorreu num equívoco...

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Já expliquei. Se alguém incorreu em equívoco o Constituinte Carlos Sant'Anna tinha solicitação de preferência e pediu para a emenda...

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – Eu gostaria apenas de concluir, e vou concluir agora.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Então, V. Ex.<sup>a</sup>, por favor, conclua.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – Se houve o reconhecimento da Mesa...

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Que não reconhece isso, nobre Constituinte. V. Ex.<sup>a</sup> insiste.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – A Mesa acabou de dizer que tinha se equivocado.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Primeiro a Mesa que está aqui não é a mesma Mesa que presidia anteriormente. Segundo, não posso lançar em cima do Senador Afonso Arinos os equívocos que V. Ex.<sup>a</sup> quer que eu coloque sobre S. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – É que reconhecidamente houve um equívoco no encaminhamento da votação. Uma matéria de suma importância e nós já estamos aqui há muitas horas e nada impede que a Mesa, democraticamente, analise o equívoco em que incorreu, e submeta à votação as emendas supressivas para, depois, sim, em não sendo suprimido, em não havendo acolhimento das emendas supressivas, ser votado o destaque substitutivo.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Chagas Rodrigues.

Eu pediria que todos fôssemos sintéticos para que pudéssemos encaminhar-nos para a solução do problema.

**O SR. CONSTITUINTE CHAGAS RODRIGUES:** – O que todos desejamos aqui é que haja ordem para votar no prazo previsto o Projeto de Constituição.

Sr. Presidente, a matéria é clara e está muito bem expressa e prevista nas nossas normas.

Veja, V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Presidente, que de acordo com essa consolidação no nº 2.8, não é possível votar emenda ainda que supressiva, sem votar antes a matéria principal. O número 2.8 diz:

"A matéria destacada será submetida ao plenário após a aprovação da matéria principal a que ela se refira ou após a deliberação do grupo de emendas."

Portanto, Sr. Presidente, não houve nenhum erro, a Mesa procedeu corretamente. Primeiro se deve votar a matéria principal, para somente depois proceder-se à votação da matéria destacada. O que esperamos é que esse princípio prevaleça também daqui para a frente.

**O SR. CONSTITUINTE ALUÍZIO CAMPOS:** – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Aluizio Campos, pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE ALUÍZIO CAMPOS:** – Senhor Presidente, se eu quisesse já poderia ter assumido a presidência para resolver este problema.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Se V. Ex.<sup>a</sup> desejar, está à sua inteira disposição.

**O SR. CONSTITUINTE ALUÍZIO CAMPOS:** – Mas, democraticamente, apresentei a V. Ex.<sup>a</sup> um requerimento para ser submetido a plenário, para que este decida se deseja ou não votar as emendas substitutivas que foram destacadas. V. Ex.<sup>a</sup> está com um requerimento por escrito e, de acordo com o Regimento da nossa Comissão, V. Ex.<sup>a</sup> é obrigado a submetê-lo ao conhecimento do Plenário. Então, democraticamente, para que seja resolvida a questão em vez de o substituir na Presidência eu, humildemente, requeri a V. Ex.<sup>a</sup> por escrito que submetesse ao plenário se deseja ou não votar todos os destaques que foram feitos sobre o preâmbulo, pois o Constituinte Chagas Rodrigues explicou claramente o entendimento das normas consolidadas como só existe um artigo no preâmbulo, ele deveria ser preferido para depois serem submetidos os destaques a ele referentes sem nenhuma omissão. Estão aí 19 destaques requeridos; o meu foi requerido sobre o texto do Substitutivo nº 2 e não do nº 1. Então V. Ex.<sup>a</sup> está obrigado, pelo meu requerimento, de acordo com texto do Regimento que aprovamos, a submetê-lo ao plenário porque este já se manifestou sobejamente que não deseje aprovar o texto do primeiro substitutivo.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Para um esclarecimento, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Só um minuto, por favor.

Em relação à matéria há pouco elaborada pelo Constituinte Aluizio Campos, coloco a presidência à sua disposição para que S. Ex.<sup>a</sup> possa resolver os seus interesses. Entretanto, Sr. Constituinte, V. Ex.<sup>a</sup> requereu preferência para sua emenda e não teve o socorro do tempo, porque a emenda não foi colocada e V. Ex.<sup>a</sup> deixou que sucumbisse o seu direito à votação. V. Ex.<sup>a</sup> requereu a preferência e deixou que ficasse distante a votação. É matéria resolvida pela Presidência da Comissão de Sistematização.

Com a palavra o Constituinte Eraldo Tinoco.

**O SR. CONSTITUINTE ERALDO TINOCO:** – Pela peculiaridade desta matéria, que é composta de um texto compacto e não de um texto detalhado em artigos, acredito...

#### (Tumulto em Plenário)

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – A Mesa, em face dos problemas aqui advindos, decorrentes de preferências não votadas, de preferências requeridas e que não foram levadas em consideração, vai suspender a reunião por 10 minutos e pedir uma reunião com os Líderes para resolver a questão.

Está suspensa a reunião por 10 minutos.

**(A reunião é suspensa à 1 hora e 4 minutos e reabertura à 1 hora e 36 minutos)**

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Está reaberta a reunião.

Solicito a atenção dos Srs. Constituintes. Em face dos problemas ocorridos em relação aos requerimentos dos Constituintes Carlos Sant'Anna, Aluizio Campos e outros Srs. Constituintes, em matéria de emendas substitutivas, resolvemos convocar os Líderes dos Partidos para encontrar uma solução que pudesse objetivar a continuação dos nossos trabalhos.

Evidentemente, existem colocações de ordem técnica e divergências em relação à questão de ordem técnica. A solução é política, exatamente porque, também, é uma decisão para esta votação em face da tipicidade da votação em torno do preâmbulo que tem um artigo só.

Desde logo quero deixar consagrada aqui esta decisão que nasceu do entendimento dos Líderes. Entenderam os Srs. Líderes, por unanimidade, que deveríamos colocar em votação os pedidos de preferência e as emendas substi-

tutivas. Essa é a decisão dos Srs. Líderes e, em consequência, a decisão da Mesa. **(Palmas)**

**Requerimento de preferência para votação do Destaque nº 1.421/87 – Emenda nº ES-28.557-2, do Sr. Carlos Sant'Anna, "que dá nova redação ao Preâmbulo e ao Título I do Substitutivo nº 1".**

Pela ordem, passamos à votação da preferência para a votação do Destaque nº 1.421/87, referente à Emenda nº 28.557/2, Preâmbulo e Título I, que vem requerida pelo Constituinte Carlos Sant'Anna e um conjunto de outros Srs. Constituintes.

Estamos votando a preferência para a votação do Destaque nº 1.421/87, referente à emenda, Preâmbulo e Título I.

Sr. Presidente, não estamos votando preferência; estamos votando o mérito.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Nós estamos votando o requerimento de preferência, Constituinte Pimenta da Veiga.

**O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA:** – Eu só quero um esclarecimento da Mesa, eu não quero discordar de V. Ex.<sup>a</sup>. Nós vamos votar a preferência para cada emenda substitutiva remanescente?

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Nós só temos dois requerimentos de preferência.

**O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA:** – Preferência de um sobre o outro.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – É, um do Constituinte Carlos Sant'Anna e outro do Constituinte Aluizio Campos. Não há mais nenhum requerimento de preferência sobre a mesa.

**O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA:** – Não é possível! Vamos fazer duas votações nominais? Será que os autores não concordariam em votação em uma ordem livre.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – A votação, Constituinte Pimenta da Veiga, V. Ex.<sup>a</sup> sabe, com a sua experiência, que a votação de preferência é simbólica. Só se algum líder requerer verificação de votação.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – A emenda é parcial, total?...

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Requerimento de preferência, para substituir o Preâmbulo do Título I. Não é isto, Constituinte Carlos Sant'Anna?

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Exato!

**O SR. CONSTITUINTE VIRGILDÁSIO DE SENNA:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Pela ordem, solicitando, pois fizemos um grande esforço. Evidentemente que não me dirijo ao Constituinte Virgildásio de Senna, mas nós fizemos todo o esforço na tentativa de chegarmos ao final da votação. Eu queria solicitar a compreensão e o apoio dos Srs. Constituintes, para que chegássemos a um bom termo.

**O SR. CONSTITUINTE VIRGILDÁSIO DE SENNA:** – A questão de ordem que levanto a V. Ex.<sup>a</sup> é aquela que se reporta à Emenda nº ES-28.557-2. A Emenda não está em termos regimentais; ela engloba assuntos diversos o que é defeso pelo nosso regimento e, por conseguinte, ela não pode merecer preferência, porque não pode ser votada, porquanto, além do preâmbulo, ela contém matéria relativa ao Título I dos princípios fundamentais; consequen-

temente, assume aspecto anti-regimental, por envolver e englobar matéria diversa do preâmbulo. E, como tal, a Mesa terá que rejeitá-la de plano.

Era a questão de ordem, Sr. Presidente.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Para contraditar, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Concedo a palavra, para contraditar, ao Constituinte Carlos Sant'Anna.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Senhor Presidente, houve uma reunião de lideranças, onde se decidiu que a votação seria por títulos – reunião a que todos nós comparecemos – e, dentro dos títulos, por capítulos. Em nenhum momento e em nenhuma das normas da regulamentação, se disse que haveria a votação em separado do preâmbulo. Apenas, quando, às vésperas da sessão, recebi o cronograma, é que o preâmbulo estava destacado do Título I, para ser votado em separado do Título I. Entendi, emendando o Substitutivo I, que, para emendar o preâmbulo, eu teria que também emendar o Título I, porque, eu havia assistido à reunião das lideranças, a votação ia ser por títulos, e o preâmbulo não tinha título nenhum. Então, pareceu-me que a única forma de emendar o preâmbulo era acoplá-lo ao título que lhe vinha imediatamente seguido, que era o Título I. Então, fiz a emenda do preâmbulo acoplada ao Título I. Eu não tenho bola de cristal. Tivesse eu a magia que tem o meu ilustre colega e conterrâneo Virgildásio, eu teria sabido, por magia, que o preâmbulo seria votado em separado. Aí, eu teria emendado apenas o preâmbulo.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Após ouvir a contradita do Constituinte Carlos Sant'Anna entendo que o ilustre Constituinte solicita preferência, em parte, exclusivamente para o preâmbulo.

Em votação.

Os Srs. Constituintes que aprovam a preferência para a votação do preâmbulo, requerido pelo Constituinte Carlos Sant'Anna queiram permanecer sentados. **(Pausa)** Aprovado.

**Destaques nº 1.421/87 – Emenda nº ES-28.557-2, do Sr. Carlos Sant'Anna, "que dá nova redação ao Preâmbulo e ao Título I do Substitutivo nº 1".**

Vamos à votação.

Eu solicito aos Srs. Constituintes que prestem atenção, para que possamos continuar os trabalhos.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Para encaminhar a votação, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Para encaminhar, quem for encaminhar contra, segundo as normas estabelecidas, deverá se inscrever na mesa, para encaminhar a favor tem preferência o Constituinte Carlos Sant'Anna de indicar o segundo orador que encaminhará a favor.

Com a palavra o nobre Constituinte Carlos Sant'Anna. V. Ex.<sup>a</sup> terá 5 minutos para encaminhamento a favor.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Senhor Presidente, Srs. Constituintes:

O objetivo que não conseguimos colimar, durante toda a sessão, era exatamente...

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro. Faz soar a campainha.):** – Lembro aos Srs. Constituintes que há orador na tribuna.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – o de tentar alcançar o preâmbulo do Substitutivo I. En-

tretanto, as questões regimentais foram de tal natureza, que não adianta mais voltar a elas, pois não conseguimos chegar, apesar de termos tentado alcançar o Substitutivo I.

Parecia-nos que aquelas expressões finais contidas no preâmbulo do Substitutivo nº 1: "a soberania reside no povo, que é a fonte de todo o poder; os poderes inerentes à soberania são exercidos por representantes eleitos, ou por consulta. O voto é secreto, direto e obrigatório e as minorias terão representação proporcional no exercício do poder político". Estas expressões parecia-nos da mais alta importância que elas constassem do preâmbulo.

Isto, entretanto, não foi possível acontecer.

Agora, chamo a atenção da Mesa, especialmente do relator substituto, que o preâmbulo que foi aprovado contém expressões que devem ser escoimadas do preâmbulo, porque não condizem com as intenções que temos.

Vejam V. Ex.<sup>as</sup> que o preâmbulo diz o seguinte: "os representantes do povo brasileiro, reunidos, sob a proteção de Deus, em Assembléia Nacional Constituinte, afirmam o seu propósito de construir uma grande Nação". Afirmamos o propósito de que vamos construir uma grande Nação; quer dizer que isso aqui não é Nação e também não é grande, nós ainda vamos construir. Está escrito aqui. Então, estamos afirmando o propósito, pois não temos uma Nação; vamos construir uma Nação e vamos fazê-la grande. Pode haver uma outra interpretação. Afinal de contas, também há uma confusão de Nação com Estado, porque, na verdade, a Nação, no sentido **lato sensu** da expressão, não se constrói; ela se plasma. Então, essa expressão "Nação" está completamente inadequada, ainda mais na forma de que vamos construir uma grande Nação.

Outro ponto sobre o qual quero expressar-me, e por isso, preferia o Substitutivo 1: apesar de pediatra, de ter a minha vida inteira dedicada à criança, é: por que razão temos que dizer que, na sua cultura, etc., (estou lendo) e observância dos direitos fundamentais da pessoa humana, na proteção especial à criança e ao adolescente... Por que só à criança e ao adolescente? Por que não à mulher? Por que não aos idosos? Por que não aos deficientes? Por que não aos negros? Por que não aos índios? Então, ou não dizemos nada, porque é proteção a todos os brasileiros, ou, se dissermos alguma coisa, teremos que cometer o exagero de fazer todas as referências. Obviamente, se estamos escrevendo um preâmbulo, temos que escrever alguma coisa que seja extremamente simples e concisa; ou, se não for simples, nem concisa, que seja, pelo menos, perfeita.

A minha intenção primeira, Srs. Representantes da Mesa e Srs. Relatores, – não sei de que forma regimental vai ser possível escoimar do preâmbulo as inadequações que ele tem. A mim me parecia que talvez uma coisa mais simples devesse ser o preâmbulo.

Em algumas das constituições, o preâmbulo é só uma frase; apenas uma frase! Daí por que eu havia tido a idéia de escrever, como preâmbulo, qualquer coisa do tipo seguinte, que fiz, à guisa de sugestão, explicando que o preâmbulo não deve ser muito longo, como o que consta do Substitutivo, e proponha um texto mais conciso.

O texto seria:

"Nós, representantes do povo brasileiro, em nome dele, e invocando a proteção de Deus para nosso estado de direito, republicano, federal e livre, fundado pelos nossos maiores e aperfeiçoado pela incorporação de conquistas sociais para esta e as futuras gerações, promulgamos a presente Constituição da República Federativa do Brasil."

Todavia, tendo feito os reparos que fiz e tendo finalmente conseguido entender as formas futuras, peço à Mesa para avançar o processo e que considere o meu pedido de emenda ao preâmbulo cancelado. **(Muito bem! Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Atendido o requerimento do Constituinte Carlos Sant'Anna.

**Destaque nº 1.609/87 – Emenda nº ES-32.599-0, do Sr. Aluizio Campos, "que dá nova redação ao Preâmbulo do Substitutivo nº 1". (4ª votação)**

Passamos à votação da preferência do Destaque nº 001609/87 que substitui o preâmbulo constante do 2º Substitutivo.

Requerimento de preferência do Constituinte Aluizio Campos.

Aqueles que estiverem de acordo com a preferência solicitada permaneçam sentados. **(Pausa)**

Aprovado.

Com a palavra o nobre Constituinte Aluizio Campos.

Aqueles que queiram inscrever-se para encaminhar contra é a oportunidade na Mesa.

**O SR. CONSTITUINTE ALUÍZIO CAMPOS:** – Sr. Presidente, Srs. membros da Comissão.

Por maior que seja o meu respeito pelo trabalho eminente Relator, apresentei um destaque para uma emenda substitutiva no preâmbulo, exatamente para atender àqueles pré-requisitos de concisão e clareza e também de generalidade que devem sempre impregnar o texto de um preâmbulo.

Todos sabemos que poucas são as Constituições promulgadas sem preâmbulo. As dos países mais desenvolvidos, os preâmbulos são curtos, concisos, destacando-se entre as diversas Constituições a da Suíça, a da Alemanha e até a mais antiga de todas, no tempo do Rei João Sem Terra, a Carta Magna de 1215, cujo preâmbulo era extremamente curto.

O preâmbulo que eu sugiro e submeto à apreciação do Plenário tem a seguinte redação:

Os representantes da Nação brasileira, livremente eleitos e reunidos pela vontade soberana do povo em Assembléia Nacional Constituinte, invocando a proteção de Deus, proclamam que esta Constituição organiza a República Federativa do Brasil em Estado democrático para assegurar a liberdade, a fraternidade, a igualdade e a justiça, como postulados e valores supremos de uma sociedade pluripartidária e sem preconceitos.

Substancialmente, esse preâmbulo compreende três objetivos.

No primeiro, ele ressalta a legitimidade nossa para procedermos à elaboração da nova Constituição deste País, porque diz textualmente que "fomos livremente eleitos e reunidos pela vontade soberana do povo em Assembléia Nacional Constituinte".

No segundo trecho, invoca-se a proteção de Deus, porque como ressaltou o Constituinte Roberto Freire, a fé cristã é predominante na sociedade brasileira.

Em terceiro lugar, são proclamados os objetivos fundamentais da Constituição, que é organizar a República Federativa do Brasil em Estado democrático, para assegurar a liberdade, a fraternidade, a igualdade e a justiça, como postulados e valores supremos de uma sociedade pluripartidária e sem preconceitos. Dizendo pluripartidária, o preâmbulo já evita que se tente neste País restaurar o regime democrático bipartidário, e dizendo sem preconceitos o texto inclui o repúdio a todas as discriminações que estão casuisticamente mencionadas no preâmbulo do segundo Substitutivo, como estava no primeiro.

Para entendimento dos nobres Constituintes, a esta hora não desejo alongar-me na justificativa do meu Substitu-

tivo e se ele for aprovado pelos meus pares, então estarão, inclusive, resolvidas todas as questões subseqüentes.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – O Constituinte José Maria Eymael acaba de se inscrever para encaminhar contra.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ MARIA EYMAEL (Para encaminhar a votação.):**– Sr. Presidente, com todo o respeito que nos merece a cultura, a inteligência do autor da emenda, parece-nos, em que pesem os defeitos apresentados no preâmbulo do Relator Bernardo Cabral, que o texto é mais rico, tem mais conteúdo.

Desta forma, Sr. Presidente, pronunciamo-nos pela manutenção do preâmbulo do Substitutivo do Relator Bernardo Cabral.

**O SR. CONSTITUINTE ALUÍZIO CAMPOS:** – Desejava ressaltar, por um dever de lealdade, que o texto já não é apenas meu, ele contém contribuições que me parecem substanciais dos Constituintes Nelson Carneiro e Antônio Mariz.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Com a palavra o Constituinte Marcondes Gadelha, que encaminhará a favor da proposição do Constituinte Aluizio Campos.

**O SR. CONSTITUINTE MARCONDES GADELHA:** – Sr. Presidente, serei muito breve nas minhas observações. Indiscutivelmente, a emenda substitutiva, proposta pelo Constituinte Aluizio Campos, é muito mais concisa e muito mais objetiva além de ter uma redação bem mais de acordo com a praxe constitucional do mundo inteiro.

A proposta original do Relator, com todo o respeito a S. Ex.<sup>a</sup>, perde-se numa multiplicidade de filigranas, que, naturalmente, desestruturam o seu texto e chegam a colocar no preâmbulo matéria extremamente específica, como foi citado pelo Constituinte Carlos Sant'Anna, de proteção à criança, para a qual já há dispositivo, evidentemente, ou, pelo menos, está reservado um espaço natural no corpo da matéria substantiva do texto constitucional.

Sr. Presidente, eu me proclamo inteiramente favorável à proposta do Constituinte Aluizio Campos, apenas com uma ressalva, com uma observação que talvez possa ser corrigida quando da redação final: penso que a palavra pluripartidária poderia ser substituída por pluralista. Ficaria muito mais abrangente e daria uma diversidade maior, abrangendo inúmeras facetas da atividade humana, e não apenas a atividade partidária, que mais adiante pode até a Nação entender que deva ser impartidária, mas, de qualquer forma, a vida tem que ser pluralista e não apenas uma atividade partidária.

**O SR. CONSTITUINTE ALUÍZIO CAMPOS:** – Dizendo pluripartidária, previne qualquer tentativa do bipartidarismo que já existiu no estado autoritário.

**O SR. CONSTITUINTE MARCONDES GADELHA:** – Ainda que fosse bipartidário – eu sou pluripartidarista – ainda que a proposta, no futuro, nos encaminhasse para um bipartidarismo, estaríamos dentro de um pluralismo na vida partidária. O que importa é que V. Ex.<sup>a</sup> não venha a cercear o pluralismo em outros campos; o pluralismo sindical, o pluralismo, a adversidade, enfim, contra a homogeneidade, contra a monotonia, contra toda forma de constrangimento da vida humana, a um monismo de comportamento. Este é o sentido que nós queremos colocar.

A segunda objeção que faço, também perfunctória, e que não vem obstruir a intenção do texto, é que se deveria ter colocado algo referente ao progresso, ao bem-estar social. Há referência a valores espirituais, como: justiça, fraternidade, igualdade e liberdade, mas não há referências ao progresso material, não há referências ao bem-estar social das populações, não há referência ao desenvolvimento econômico. V. Ex.<sup>a</sup> poderia juntar, mais adiante, de comum acordo com o Relator.

**O SR. CONSTITUINTE ALUÍZIO CAMPOS:** – V. Ex.<sup>a</sup> pode sugerir ao Plenário que diga justiça social, e se ele considerar eu concordo. Não tem problema.

**O SR. CONSTITUINTE MARCONDES GADELHA:** – Ainda não atingiria o objetivo a que nos propomos, nobre Constituinte, mas já seria uma forma de remediar.

De qualquer forma, eu me inclino totalmente pela proposta de V. Ex.<sup>a</sup>, que considero mais objetiva, mais inteligível, e sobretudo, mais fácil de ser retida e entendida como um verdadeiro preâmbulo de uma Constituição.

**O SR. CONSTITUINTE ALUÍZIO CAMPOS:** – Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Solicito ao Constituinte José Fogaça, como escrutinador, que inicie a votação.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer uma declaração, é possível? **(Assentimento da Presidência).** Apenas, Sr. Presidente, para dizer que, ao aprovarmos a Emenda Aluizio Campos, queremos ressaltar que confiamos no poder que tem a Comissão de Sistematização para adaptá-lo a uma redação melhor, quando do desempenho da própria segunda fase. De modo que é isso. Com essa ressalva queremos aprovar o texto, já que não é possível modificá-lo 2 nessa altura. Temos que aprová-lo, mas pode-se modificar na segunda parte.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – Concordo inteiramente com V. Ex.<sup>a</sup>, porque só desejo o consenso.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Vamos iniciar a votação, de cima para baixo.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Quem votar a favor da emenda vota sim ou não?

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Quem votar a favor da emenda, obviamente, votará sim. Com a emenda sim. De forma diversa, não!

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM:** Alfredo Campos, Almir Gabriel, Aluizio Campos, Artur da Távola, Carlos. Sant'Anna, Egidio Ferreira Lima, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Lyra, Ibsen Pinheiro, José Fogaça, José Richa, José Serra, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Oswaldo Lima Filho, Pimenta da Veiga, Virgildásio de Senna, Wilson Martins, Antonio Mariz, Chagas Rodrigues, Euclides Scalco, Miro Teixeira, Octávio Elísio, Rose de Freitas, Antoniocarlos Mendes Thame, Arnaldo Prieto, Edme Tavares, Eraldo Tinoco, José Lins, José Santana de Vasconcellos, Luís Eduardo, Marcondes Gadelha, Oscar Corrêa, Sandra Cavalcanti, Enoc Vieira, Antônio Carlos Konder Reis, Gerson Peres, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, José Maria Eymael, Haroldo Lima e Roberto Freire; votaram **NÃO:** Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Cristina Tavares, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, José Paulo Bisol, Nelson Friedrich, Paulo Ramos, Sigmaringa Seixas, Brandão Monteiro, José Maurício e Lysâneas Maciel.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 45 Constituintes; votaram NÃO 12 Constituintes. Total: 57 votos. O Destaque foi prejudicado por falta de quorum qualificado.

**O SR. CONSTITUINTE MARCONDES GADELHA:** – Sr. Presidente, para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – V. Ex.<sup>a</sup> tem a palavra, para uma questão de ordem.

**O SR. CONSTITUINTE MARCONDES GADELHA:** – Sr. Presidente, antes de V. Ex.<sup>a</sup> encerrar a sessão, queria

apenas alertar a Mesa de que o expediente **ad hoc** que utilizamos nesta noite para resolver esse problema do preâmbulo, não responde a todas as questões formuladas pelo nobre Constituinte Carlos Sant'Anna, ou seja, como resgatar dispositivos do Substitutivo nº 1, ou como colocar em votação emendas sem ter necessariamente que rejeitar o Substitutivo nº 2? Entendo que esta Mesa deve discutir, amanhã, e elaborar um roteiro que seja definitivo. E quero crer, Sr. Presidente, que só haverá uma maneira: esta Comissão votar uma resolução política, considerando que as emendas se referem indistintamente ao Substitutivo nº 1 e ao nº 2, aplicando-se, conforme a parte aprovada pertença a um ou a outro. Esta é a única maneira de resolver esse problema que, infelizmente, surgiu da omissão do Regimento e da nossa imprevidência para atingir situações como esta.

Entendo, então, que amanhã V. Ex.<sup>a</sup> deve submeter à discussão, examinar essa possibilidade, que a mim se afigura como única, considerar, politicamente, que as emendas se referem não apenas ao Substitutivo nº 1, mas igualmente ao Substitutivo nº 2, e se aplicarão, conforme a parte aprovada ou rejeitada pertença a um ou outro desses documentos.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Senador Marcondes Gadelha, a Mesa informa que essa consolidação foi feita em decorrência de uma discussão da Mesa da Sistematização com o Presidente da Assembléia Nacional Constituinte e os Líderes dos Partidos.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Não concordei com ela.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – V. Ex.<sup>a</sup> não concordou mas estava presente. E não tomei conhecimento de que V. Ex.<sup>a</sup> tivesse deixado consignado o seu voto em contrário.

**O SR. CONSTITUINTE MARCONDES GADELHA:** – Sr. Presidente, toda a Casa entendeu que esta foi uma decisão apenas **ad hoc**, foi uma decisão muito específica para esse caso de...

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Senador Marcondes Gadelha, a Mesa ia concluir o seu raciocínio.

Entendo que a indicação de V. Ex.<sup>a</sup> merece a consideração da Mesa, e mais do que, da Mesa, de todos nós que somos também Líderes dos Partidos, e o Presidente da Assembléia Nacional Constituinte.

Levarei, em consequência, a sua proposição, para que possamos encontrar fórmulas de superar as incidências e problemas que enfrentamos hoje.

**O SR. CONSTITUINTE ALUÍZIO CAMPOS:** – Sr. Presidente, recorro da decisão da Mesa em considerar aprovado o preâmbulo do Substitutivo, porque, evidentemente, esse preâmbulo foi derrotado e não houve **quorum** para a sua aprovação. Assim sendo, vou recorrer para que se decida. O Presidente da Constituinte, se quiser, pode submeter ao plenário para nós examinarmos então se prevalece ou não a decisão por minoria, de pressões sobre o preâmbulo da Constituição.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Ilustre Constituinte Aluizio Campos, esta é uma matéria que está inclusive na consolidação, já vencida, já resolvida e V. Ex.<sup>a</sup> estava presente no encontro com os Líderes, onde ficou claro, até foi discutida muita matéria sobre destaque em separado onde haveria possibilidade de que, o artigo para ficar, deveria ter o **quorum** qualificado de 47 votos. V. Ex.<sup>a</sup> pode recorrer, mas as normas estão estabelecidas.

**O SR. CONSTITUINTE ALUÍZIO CAMPOS:** – A própria discussão da matéria comprovou que há ainda muita coisa a regular no procedimento de votação nesta Comissão sobre o projeto constitucional, por isso eu mantenho o meu recurso.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – A matéria é vencida, V. Ex.<sup>a</sup> recorrerá ao Presidente da Assembléia Nacional Constituinte.

Com a palavra o nobre Constituinte José Genoíno.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Sr. Presidente, é que eu tenho um destaque, o de nº 524, e queria que a Mesa me informasse se ele entrará em votação agora.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – A Mesa informa ao nobre Constituinte que, antes do destaque de V. Ex.<sup>a</sup>, existem dois destaques substitutivos, que têm preferência ao destaque modificativo, um de autoria do Constituinte Victor Faccioni e outro do Constituinte Paulo Pimentel.

Não chegou à Mesa requerimento solicitando a retirada do substitutivo. Vamos agir de acordo com o que é muito claro e transparente. Se não estão presentes não há requerimentos. Há outros requerimentos sobre a mesa desistindo, mas não é o caso dos Constituintes Paulo Pimentel e Victor Faccioni.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Sr. Presidente, solicito preferência para votar o Destaque nº 524.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Constituinte José Genoíno, lamento informar a V. Ex.<sup>a</sup> que não pode, inclusive porque deveria ser antes da Ordem do Dia, e não posteriormente. Além disso, a emenda substitutiva tem preferência sobre a emenda modificativa como muito bem sabe V. Ex.<sup>a</sup>

**Destaque nº 3.324/87 – Emenda nº ES-21.853-1, do Sr. Paulo Pimentel, "que dá nova redação ao preâmbulo do Substitutivo nº 1". (5ª votação)**

Emenda modificativa de autoria do Constituinte Paulo Pimentel. O preâmbulo passa a ter a seguinte redação:

"O povo brasileiro, reunido sob a proteção de Deus, em Assembléia Nacional Constituinte, para estabelecer um regime democrático, decreta e promulga a seguinte Constituição da República Federativa do Brasil."

Solicito ao Senador José Fogaça que proceda à tomada de votos.

**(Procede-se à votação)**

Votaram **SIM**: Eraldo Tinoco, Enoc Vieira, Francisco Rossi, Gastone Righi e Joaquim Bevilacqua; votaram **NÃO**: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Aluizio Campos, Artur da Távola, Carlos Sant'Anna, Cristina Tavares, Egídio Ferreira Lima, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, Ibsen Pinheiro, José Fogaça, José Paulo Bisol, José Richa, José Serra, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nelton Friedrich, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Sigmaringa Seixas, Virgildásio de Senna, Wilson Martins, Antônio Mariz, Chagas Rodrigues, Euclides Scalco, Miro Teixeira, Octávio Elísio, Rose de Freitas, Arnaldo Prieto, Edme Tavares, Marcondes Gadelha, Oscar Corrêa, Sandra Cavalcanti, Antônio Carlos Konder Reis, Brandão Monteiro, José Maurício, Lysâneas Maciel, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, José Maria Eymael, Haroldo Lima e Roberto Freire.

Durante a chamada nominal da votação do Destaque nº 3.324/87, o **Sr. Brandão Monteiro**, Segundo-Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo **Sr. Aluizio Campos**, Primeiro-Vice-Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Vai ser feita a apuração. (Pausa)

A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 5 Constituintes; votaram NÃO 44 Constituintes. Total: 49 votos. O Destaque foi **prejudicado** por falta de **quorum** qualificado.

**Destaque nº 4.598/87 – Emenda nº ES-34.511-7, do Sr. Victor Faccioni, "que dá nova redação ao Preâmbulo do Substitutivo nº 1" (6ª votação).**

Passa-se à votação do destaque solicitado pelo nobre Constituinte Victor Faccioni.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENÓINO:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma informação.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Concedo a palavra a V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENÓINO:** – Sr. Presidente, considerando que o **quorum** da Comissão de Sistematização está no limite, a informação que solicito de V. Ex.<sup>a</sup> é a seguinte: se não houver **quorum** para votação, esta poderá ser feita amanhã ou deve ser contínua?

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Evidentemente, poderá ser feita amanhã, porque ela não chegou a ser votada.

Vamos votar, agora, o destaque requerido pelo Constituinte Victor Faccioni, sobre a Emenda S-34511-7.

**O SR. CONSTITUINTE EDMÉ TAVARES:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Edmé Tavares, para uma questão de ordem.

**O SR. CONSTITUINTE EDMÉ TAVARES:** – Sr. Presidente, em relação à questão de ordem levantada pelo Constituinte José Genoíno, devo advertir à Mesa de que o processo de votação não pode ser interrompido. Portanto, teremos que votar todas as matérias hoje, a não ser que a reunião não seja encerrada e tenha continuação amanhã. Pelo Regimento Interno da Constituinte, o processo de votação não pode ser interrompido.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A questão de ordem de V. Ex.<sup>a</sup> é procedente. Não estamos interrompendo a votação, tanto que a Mesa já anunciou o início da votação, de outra emenda.

Agora, por exemplo, se houver a retirada de alguns Srs. Membros da Comissão, de modo que a presença se reduza a menos de 47 votos, seremos obrigados a suspender a votação, para prosseguir-la amanhã, na reunião que deverá realizar-se às 15 horas.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENÓINO:** – Sr. Presidente, solicito, então, verificação de **quorum** da Comissão de Sistematização.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Sr. Presidente, é evidente a necessidade, por se tratar de matéria constitucional, que V. Ex.<sup>a</sup> suspenda a reunião sem interrompê-la e sem encerrá-la, para que o processo de votação continue, amanhã, no horário que estamos convocando.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Foi esta a informação que acabei de dar porque, embora a votação

seja contínua, as reuniões, evidentemente poderão ser descontínuas, visto que ninguém irá passar, votando, 24 horas por dia, aqui, no plenário do Senado.

**O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO MONTEIRO:** – Quero advertir à Mesa e ao Plenário de que a reunião é uma, e também que, se não fizermos um esforço – estamos, hoje, no preâmbulo – quando entrarmos no Título II, a continuar desta forma, passaremos 20 dias para votá-lo. Seria bom que os Srs. Constituintes fizessem um esforço no sentido de votarmos esta matéria hoje. Temos Títulos extremamente extensos, que vão criar um conjunto de dificuldades para a aprovação e há um termo legal do tempo para a aprovação, na Comissão de Sistematização.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Há um requerimento de verificação de **quorum**.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Com o apoio de quantos? Não há verificação de **quorum**. A verificação é a votação.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Vamos, então, colocar em votação a Emenda do nobre Constituinte Victor Faccioni, sobre a redação do preâmbulo e tem o seguinte teor:

"A Nação brasileira, renovada na consciência da geração atual dos brasileiros e confiando o seu destino a Deus, proclama, em Assembleia Constituinte, sua vontade de:

I – instaurar com ânimo definitivo uma ordem política legítima, que consagre o modo democrático de convivência política e organização estatal;

II – garantir e promover a dignidade e os direitos fundamentais de todas as pessoas humanas, para que possam, com liberdade, desfrutar de uma vida digna e buscar a felicidade, e

III – alcançar o ideal de uma sociedade aberta, justa e solidária, segundo a índole e a determinação do povo brasileiro, em paz com todos os demais povos da humanidade."

Este é o texto da emenda destacada.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM**: Eraldo Tinoco, Sandra Cavalcanti, Francisco Rossi, Gastone Righi e Joaquim Bevilacqua. Votaram **NÃO**: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Aluizio Campos, Artur da Távola, Carlos Sant'Anna, Cristina Tavares, Egídio Ferreira Lima, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Lyra, Haroldo Sabóia, Ibsen Pinheiro, José Fogaça, José Serra, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nelton Friedrich, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Sigmaringa Seixas, Virgildásio de Senna, Antônio Mariz, Chagas Rodrigues, Euclides Scalco, Miro Teixeira, Octávio Elísio, Rose de Freitas, Arnaldo Prieto, Edmé Tavares, Marcondes Gadelha, Oscar Corrêa, Enoc Vieira, Antônio Carlos Konder Reis, Brandão Monteiro, Plínio Arruda Sampaio, José Maria Eymael e Roberto Freire.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 5 Constituintes; votaram NÃO 36 Constituintes. Total 41 votos. A votação ficou prejudicada. Não há mais **quorum** para deliberar.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – Sr. Presidente, pela ordem. Antes de concluir a reunião...

#### IV – SUSPENSÃO DA REUNIÃO

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A Presidência vai suspender os trabalhos, convocando os Senhores Constituintes para a continuação da presente reunião, amanhã, às 15:00 horas...

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – ...quero pedir um esclarecimento a V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ MARIA EYMAEL:** – Uma questão de ordem, Sr. Presidente!

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – ...para procedimento da votação neste mesmo local.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – Sr. Presidente, só para esclarecer o seguinte: amanhã, prevalecem as assinaturas já apostas hoje no livro de presença?

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Não. Diariamente, são colhidas novas assinaturas.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – Mas a reunião foi suspensa. Quero o esclarecimento porque é importante. Esta reunião foi suspensa. Não haverá uma nova. Esta reunião foi suspensa para continuar amanhã.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A reunião continuará para a votação do preâmbulo.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ MARIA EYMAEL:** – Sr. Presidente, peço a palavra para um esclarecimento.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte José Maria Eymael, para um esclarecimento.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ MARIA EYMAEL:** – Nas Subcomissões e nas Comissões Temáticas, regimentalmente, o Sr. Relator pronunciava-se sobre as emendas que, se acolhidas, eram incorporadas ao respectivo substitutivo.

Solicitamos esclarecimentos da Mesa se não deva ser este, exatamente, o mesmo procedimento na Comissão de Sistematização? Alteraria fundamentalmente o procedimento, uma vez que, se o Relator acolhesse a emenda, ela passaria a fazer parte do substitutivo.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – As normas consolidadas expressamente não previram essa hipótese. Mas, estando o Relator presente, ele poderá se pronunciar a respeito dos destaques e emendas submetidas à votação.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ MARIA EYMAEL:** – Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Está suspensa a reunião.

**(Levanta-se a reunião às 2 horas e 50 minutos)**

**EM 25 DE SETEMBRO DE 1987**

Presidência do Sr. **Afonso Arinos**, Presidente

## **I – REABERTURA DA REUNIÃO**

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Havendo número regimental, declaro reaberta a reunião.

## **II – EXPEDIENTE**

### **OFÍCIO**

#### **Ofício do Líder em exercício do PMDB**

Ofício nº 210/87 Brasília, 25 de setembro de 1987.

Excelentíssimo Senhor  
Senador AFONSO ARINOS  
DD. Presidente da Comissão de Sistematização na  
Assembléia Nacional Constituinte  
CÂMARA DOS DEPUTADOS  
Excelentíssimo Sr. Presidente:  
Informo a Vossa Excelência que o Deputado  
Antonio Mariz – PMDB – PB, representará a Liderança do

PMDB na Assembléia Nacional Constituinte no horário destinado a esta Liderança, na Sessão de votação do Segundo Substitutivo ao Projeto de Constituição do Relator da Comissão de Sistematização, a realizar-se hoje, às 15 horas no Plenário do Senado Federal.

Sem outro particular, reitero a Vossa Excelência votos de estima e cordial apreço. – Deputado **Euclides Scalco**, Líder em exercício do PMDB na Assembléia Nacional Constituinte.

## **III – COMUNICAÇÕES DA PRESIDÊNCIA**

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – A Presidência tem uma comunicação a fazer aos Srs. Constituintes.

Informo a V. Ex.<sup>as</sup> que, em função de deliberações adotadas no dia 24 de setembro próximo passado, as reuniões para votação, nesta Comissão, obedecerão à seguinte ordem:

– votação, por títulos ou capítulos, do 2º Substitutivo, ressalvadas as emendas destacadas;

– votação em separado dos destaques de dispositivos do 2º Substitutivo;

– votação em globo das emendas, ressalvadas os destaques;

– votação das emendas destacadas.

Tem preferência normal, nesta ordem, a votação das emendas supressivas, substitutivas, modificativas e aditivas.

Da Preferência – Inversão da Ordem do Dia:

a) os requerimentos de preferência em relação ao 2º Substitutivo só poderão ser aceitos se se referirem a títulos ou capítulos do Projeto de Constituição, ao 1º Substitutivo ou a emendas substitutivas integrais que hajam sido destacadas, nos termos regimentais. Serão deliberadas após o seu recebimento, por ordem de entrada na Secretaria da Comissão, sem prejuízo das emendas já destacadas;

b) o prazo regimental para apresentação dos requerimentos de preferência há pouco referidos termina no início do processo de votação do título correspondente;

c) para alterar a ordem natural dos destaques para votação em separado e também emendas destacadas após a votação do 2º Substitutivo, os requerimentos de preferência serão votados em primeiro lugar, quando da votação do respectivo grupo – destaques ou emendas.

Essa matéria foi submetida à aprovação das Lideranças e seu texto foi preparado com base nas normas regimentais.

De acordo com o Regimento, vou colocar em votação, antes da Ordem do Dia, o seguinte requerimento:

"Sr. Presidente, considerando a complexidade e a extensão da matéria a ser votada, considerando o esforço contínuo a ser desenvolvido pela Comissão de Sistematização durante todo o processo de votação, requeremos que as sessões de votação obedeçam aos seguintes horários: pela manhã, das 9:00 às 13:00 h; à tarde, das 15:00 h às 19:00 h."

Não sendo a matéria da Ordem do Dia totalmente vencida, será a sessão interrompida para ter prosseguimento no horário seguinte. As exceções serão definidas pelo Plenário. Sala das Sessões, 25-9-87, Eraldo Tinoco."



Seguem-se dezessete assinaturas.

Como não há referência à posição dos Srs. Líderes, creio conveniente pedir a opinião de S. Ex.<sup>as</sup> a respeito do conteúdo deste requerimento, antes de colocá-lo em votação.

**O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA:** – Sr. Presidente, peço a palavra para um esclarecimento.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA:** – Sr. Presidente, esses horários, fixados tanto para a parte da manhã quanto para a parte da tarde, seriam a norma geral e rotineira. Não pude ouvir corretamente, no entanto, se há exceção para a decisão do Plenário, no caso de prorrogação.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – O final do requerimento diz que as exceções serão definidas pelo Plenário.

**O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA:** – O que quer dizer, portanto, se às dezenove horas houver necessidade de prorrogação, o Plenário, poderá fazê-lo, em casos específicos.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Esta é a minha interpretação.

**O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA:** – Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Eu havia pedido a opinião dos Srs. Líderes. Caso seja positiva, que S. Ex.<sup>as</sup> se manifestem a favor desse requerimento, antes de colocá-lo em votação, para que as bancadas tenham uma orientação por parte de seus Líderes.

Há algum Líder que queira manifestar-se?

**O SR. CONSTITUINTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA:** – O Partido dos Trabalhadores concorda com o referido horário.

**O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO MONTEIRO:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO MONTEIRO:** – Sr. Presidente, o PDT está de acordo com o horário estabelecido.

**O SR. CONSTITUINTE EUCLIDES SCALCO:** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE EUCLIDES SCALCO:** – Em nome da bancada do PMDB, concordamos com o estabelecimento do horário.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ MARIA EYMAEL:** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ MARIA EYMAEL:** – Em nome do PDC, concordamos com o que foi estabelecido.

**O SR. CONSTITUINTE ADYLSO MOTA:** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE ADYLSO MOTA:** – Sr. Presidente, peço a palavra apenas para solicitar esclarecimento.

Durante os dias de votação na Comissão de Sistematização, ficarão, então, prejudicadas, as sessões da Assembléia Nacional Constituinte e as da Câmara dos Deputados?

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – V. Ex.<sup>a</sup> se refere aos espaços físicos, quer dizer, ao recinto?

**O SR. CONSTITUINTE ADYLSO MOTA:** – Apenas para que fique claro, Sr. Presidente, eu gostaria de saber se concomitantemente, haverá sessões da Assembléia Constituinte e, às segundas-feiras, da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Este pedido de esclarecimento visa a que não haja atropelos depois. Não estou aqui propondo nada.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Não tenho uma resposta muito segura para dar a V. Ex.<sup>a</sup> neste momento. Mas, creio que, numa conversa com S. Ex.<sup>as</sup>, o Sr. Presidente da Câmara dos Deputados e o Sr. Presidente do Senado Federal, isso poderá ser acomodado. Comprometo-me a fazê-lo, para que não se reúnam em sessões, quer da Assembléia Constituinte, quer do Senado e da Câmara, em horas que coincidam com as que demarcamos para os trabalhos desta Comissão. Prometo entrar em entendimento com S. Ex.<sup>as</sup> o mais breve possível.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr. Presidente, será que a Presidência da Mesa poderia requisitar pelo menos uns banquinhos para que possamos sentar-nos?

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Eu lhe ofereço, com muito prazer, a minha cadeira. (Palmas)

A Mesa se opõe a que eu ceda a minha função, mas não a minha cadeira. Mando colocar a minha cadeira à disposição do Constituinte Gastone Righi e sento-me em outra.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Cumprimento V. Ex.<sup>a</sup> pelo seu bom humor.

**O SR. CONSTITUINTE ALDO ARANTES:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – V. Ex.<sup>a</sup> tem a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE ALDO ARANTES:** – A Liderança do PC do B também concorda com a fixação dos horários.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Muito obrigado a V. Ex.<sup>a</sup>.

**A SRA. CONSTITUINTE BETH AZIZE:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – V. Ex.<sup>a</sup> tem a palavra.

**A SRA. CONSTITUINTE BETH AZIZE:** – O Partido Socialista Brasileiro concorda com o horário proposto.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Muito obrigado a V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE ADOLFO OLIVEIRA:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – V. Ex.<sup>a</sup> tem a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE ADOLFO OLIVEIRA:** – O PL também concorda com o horário estabelecido.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Muito obrigado a V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE ERLDO TINOCO:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – V. Ex.<sup>a</sup> tem a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE ERALDO TINOCO:** – Sr. Presidente, em nome da Liderança do PFL e como autor do requerimento, quero dizer que tenho o objetivo – pelo que vejo, com o apoio de todas as Lideranças – de racionalizar o trabalho desta Comissão, que tem um grande vigor, demonstrado em várias oportunidades. A esse respeito, V. Ex.<sup>a</sup> é o maior exemplo a ser dado a todos nós. É evidente que em um processo que durará 15 dias é preciso haver certa disciplina, para que, ao final, haja condições de prosseguir com o trabalho da Assembléia Nacional Constituinte. Portanto, o PFL concorda inteiramente com este posicionamento.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Fico grato a V. Ex.<sup>a</sup>. Manifesto a gratidão da Mesa pela aprovação unânime do seu requerimento pelo Plenário.

**O SR. CONSTITUINTE FERNANDO SANTANA:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – V. Ex.<sup>a</sup> tem a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE FERNANDO SANTANA:** – O Partido Comunista Brasileiro apóia os horários estabelecidos pela Mesa.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Obrigado a V. Ex.<sup>a</sup>. Está aprovado, pois, o requerimento.

**O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA:** – Permita-me, Sr. Presidente.

Verificando que a Mesa está com a justa intenção de regularizar o processo de votação, ou de eliminar dúvidas que porventura existam, solicito seja examinada a possibilidade de submeter-se ao Plenário proposta que visa a desclassificar os destaques apresentados por Constituintes que aqui não estejam no momento de sua votação e que não tenham indicado algum outro Constituinte, membro da Comissão de Sistematização, para substituí-los. Desta forma, poderemos agilizar as votações, evitando atrasos como os que ocorreram na madrugada de hoje.

Portanto, peço a V. Ex.<sup>a</sup>, que se assim entender, ouça o Plenário a respeito desta proposta.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Permita-me, Sr. Presidente.

Complementando a proposta do Constituinte Pimenta da Veiga – sugestão que, aliás, eu já fizera ontem à noite – desejo solicitar, para que fique bem claro o espírito democrático existente nesta Comissão, que, quando não estiver presente o autor do destaque, V. Ex.<sup>a</sup> consulte o Plenário sobre se alguém da Comissão mantém o destaque. Se não houver quem queira fazê-lo V. Ex.<sup>a</sup> entenderá a ausência e a não manifestação de qualquer membro da Comissão como desistência tácita.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Gostaria de ouvir a opinião do nobre Constituinte Pimenta da Veiga.

**O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA:** – Senhor Presidente, penso que a consulta ao Plenário a cada caso não é um bom caminho. Seria melhor que o autor interessado no destaque fizesse previamente a indicação de alguém para substituí-lo. Quem não estiver presente e não tiver indicado substituto, certamente terá perdido o interesse pelo destaque. Parece-me que o nobre Constituinte Gastone Righi concorda comigo.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Vou colocar em votação, agora, o requerimento de V. Ex.<sup>a</sup>, antes de qualquer outro.

**O SR. CONSTITUINTE ALUÍZIO CAMPOS:** – Permita-me, Sr. Presidente.

Creio que o nobre Constituinte Gastone Righi não propôs que se submetesse seu requerimento ao Plenário,

mas, sim, que, sempre que necessário, se procure saber se alguém deseja defender o destaque. Só isto. Não vamos perder tempo.

**O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA:** – O nobre Constituinte Gastone Righi já concordou em retirar a proposta, Sr. Presidente. Peço, pois, a V. Ex.<sup>a</sup>, que submeta minha proposta a uma votação simbólica, neste instante.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Em votação a proposta do nobre Constituinte Pimenta da Veiga. As Sras. e os Srs. Constituintes que estiverem de acordo, mantenham-se como se encontram. **(Pausa)** Aprovada.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – Senhor Presidente, gostaria de obter um esclarecimento.

O horário fixado começa a vigorar a partir de amanhã? Hoje começamos às 16:00 horas. Como será de amanhã em diante?

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – O novo horário começará a ser obedecido a partir de amanhã. **(Pausa)**

#### IV – ORDEM DO DIA

##### VOTAÇÃO DO PROJETO DE CONSTITUIÇÃO PREÂMBULO (continuação) E TÍTULO I (início)

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Estou sendo intimado de que ainda faltam dois destaques referentes à sessão de ontem.

**Destaque nº 4598-87 – Emenda nº ES-34511-7, do Sr. Victor Faccioni, que dá nova redação ao Preâmbulo do Substitutivo nº 1".**

O primeiro é de autoria do Deputado Victor Faccioni, que oferece um texto alternativo ao Preâmbulo e que diz o seguinte:

"A Nação brasileira, renovada na consciência da geração atual dos brasileiros e confiando o seu destino a Deus, proclama, em Assembléia Constituinte, sua vontade:

1º) instaurar, com ânimo definitivo, a ordem política legítima que consagre o modo democrático de convivência política e de organização estatal;

2º) garantir e promover a dignidade e os direitos fundamentais de todas as pessoas humanas, para que possam com liberdade, desfrutar de uma vida digna e buscar a felicidade;

3º) alcançar o ideal de uma sociedade aberta, justa e solidária, segundo a índole e a determinação do povo brasileiro, em paz com todos os demais povos da humanidade.

Para tanto a Assembléia Nacional Constituinte aprova, e o povo ratifica, a seguinte Constituição, etc..."

Está presente o Constituinte Victor Faccioni? **(Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup> indicou alguém para encaminhar seu destaque? **(Pausa)**

De acordo com a opinião do Dr. Paulo Afonso, o requerimento está prejudicado em virtude da ausência de seu autor. **(Risos)**

**Destaque nº 524-87 – Emenda nº 1P-06651-4, do Sr. José Genoíno, "que substitui a expressão por consulta, pela expressão por mecanismo de participação popular direta, no Preâmbulo do Projeto de Constituição". (7ª votação)**

O outro destaque é de autoria do Constituinte José Genoíno, a quem concedo a palavra para encaminhar a votação.

**O O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, nosso destaque pretende incorporar, no preâmbulo da Constituição, que define as intenções básicas presentes nos diferentes títulos do texto constitucional, valor que consideramos da maior importância, presente no projeto de Constituição da Comissão de Sistematização, no Preâmbulo do 1º Substitutivo e que foi retirado do 2º Projeto.

Que valor é esse, Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes? É a participação popular como algo intrínseco ao exercício da democracia política. Entendemos que a democracia, como dizia Pinto Ferreira, não é uma doutrina imobilizada, petrificada, ou um dogma eterno, nem tampouco uma forma histórica imutável, mas um sistema de idéias, uma instituição que se retifica constantemente, com o progresso ético e científico da humanidade. E a participação popular tem sido um elemento moderno, que a democracia política incorpora em nossos dias. Com a participação popular, resolve-se o dilema da separação entre dois elementos contraditórios da democracia: a democracia simplesmente representativa, ou a democracia simples e exclusivamente direta.

A participação popular busca dar totalidade àquilo que alguns teóricos do Direito Constitucional moderno chamam de democracia mista. Portanto ao processo de elaboração do texto constitucional incorporamos a participação popular como iniciativa de emenda constitucional. E um dos momentos mais importantes da elaboração desta Constituição foi exatamente aquele em que a sociedade se manifestou através de propostas de emendas populares.

Sr. Presidente, considero que existem várias formas de exercício da democracia participativa. Não me refiro especificamente a cada uma dessas formas, já que vamos discuti-las no debate sobre o texto constitucional. E é exatamente este valor que caracteriza uma Carta moderna, neste final do século XX.

É a defesa que faço do meu destaque, no sentido de incluir uma referência à participação popular no Preâmbulo do texto constitucional.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Agradeço ao Constituinte José Genoíno sua participação. Apenas gostaria de esclarecer a S. Ex.<sup>a</sup>, que referiu "... como dizia o Prof. Pinto Ferreira...", que o Professor Pinto Ferreira está vivo e fagueiro na Faculdade do Recife. (Risos)

**O SR. RELATOR SUBSTITUTO (José Fogaça):** – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Com a palavra V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. RELATOR SUBSTITUTO (José Fogaça):** – Sr. Presidente, a emenda proposta pelo Constituinte José Genoíno não é modificativa, mas de caráter aditivo. Mantido o texto do 2º Substitutivo, essa emenda, de conteúdo aditivo, é passível de incorporação ao texto sem lesar seu conteúdo, a sua idéia original e sua proposta básica. Portanto, ela é passível de ser sistematizada e incorporada ao texto. A opinião do Relator Bernardo Cabral é de que esta emenda não colide com o texto do Preâmbulo do 2º Substitutivo.

**O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA:** – Permita-me, Sr. Presidente.

Gostaria apenas de dizer que, com a explicação dada pelo Constituinte José Fogaça, de que não há nenhum desrespeito regimental na aprovação desta emenda, e por considerar que seus termos ampliam o conceito de respeito à soberania popular, nós, por delegação da Liderança do PMDB, queremos manifestar concordância quanto à emenda proposta pelo Constituinte José Genoíno.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Passa-se à chamada nominal para a votação.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM**: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Alfredo Campos, Aluizio Campos, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Carlos Mosconi, Carlos Sant'Anna, Celso Dourado, Cristina Tavares, Egídio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Gasparian, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, Ibsen Pinheiro, João Calmon, José Fogaça, José Paulo Bisol, José Richa, Manoel Moreira, Mário Lima, Milton Reis, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nelson Friedrich, Nilson Gibson, Osvaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Prisco Viana, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Sigmaringa Seixas, Virgildásio de Senna, Wilson Martins, Antonio Mariz, Délio Braz, Israel Pinheiro, José Carlos Grecco, José Tavares, Miro Teixeira, Octávio Elísio, Roberto Brant, Rose de Freitas, Vicente Bogo, Afonso Arinos, Arnaldo Prieto, Carlos Chiarelli, Christóvam Chiaradia, Edme Tavares, Eraldo Tinoco, Inocêncio Oliveira, José Jorge, José Santana de Vasconcellos, José Thomaz Nonô, Luís Eduardo, Marcondes Gadelha, Mário Assad, Oscar Corrêa, Osvaldo Coelho, Ricardo Fiúza, Sandra Cavalcanti, Cleonânio Fonseca, Enoc Vieira, José Tinoco, Mozarildo Cavalcanti, Paes Landim, Ricardo Izar, Antônio Carlos Konder Reis, Gerson Peres, Jarbas Passarinho, Virgílio Távora, Adylson Motta, Brandão Monteiro, José Maurício, Bocayuva Cunha, Gastone Righi, Joaquim Beviláqua, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Adolfo Oliveira, Siqueira Campos, Aldo Arantes, Roberto Freire, Beth Azize e Antonio Farias.

**O SR. RELATOR SUBSTITUTO (José Fogaça):** – Senhor Presidente, passo a comunicar o resultado da votação.

**O SR. CONSTITUINTE BOCAYUVA CUNHA:** – Senhor Presidente, parece-me que há um equívoco, já que o PDT aparece com quatro votos, quando deveria ter apenas três. Creio que os três titulares já votaram.

**O SR. RELATOR SUBSTITUTO (José Fogaça):** – Não, nobre Constituinte Bocayuva Cunha, pois o Constituinte Lysâneas Maciel não respondeu à chamada.

**O SR. CONSTITUINTE BOCAYUVA CUNHA:** – Obrigado a V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 89 Constituintes. Total: 89 votos. O Destaque foi **aprovado**.

Suspenderemos a reunião por 30 (trinta) minutos para darmos início, em seguida, à votação do Título I. Neste intervalo os Srs. Constituintes deverão inscrever-se no Livro de Presenças para votação do Título I e também, os que desejarem, requerer preferência com os funcionários da Secretaria, junto à Mesa.

Está suspensa a reunião.

#### (Suspende-se a reunião às 16:36 horas)

#### (Reabre-se a reunião)

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Está reaberta a reunião. Em votação o Título I.

Às 17:40 horas comparecem os Senhores: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Adolfo Oliveira, Alfredo Campos, Almir Gabriel, Aluizio Campos, Antonio Farias, Antônio Carlos Konder Reis, Antoniocarlos Mendes Thame, Arnaldo Prieto, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Brandão Monteiro, Carlos Chiarelli, Carlos Mosconi, Carlos Sant'Anna, Celso Dourado, Christóvam Chiaradia, Cristina Tavares, Darcy Pozza, Edme Tavares, Egídio Fer-

reira Lima, Eraldo Tinoco, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Gasparian, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Lyra, Francisco Benjamin, Francisco Pinto, Francisco Rossi, Gastone Righi, Gerson Peres, Haroldo Sabóia, Ibsen Pinheiro, Inocêncio Oliveira, Jamil Haddad, Jarbas Passarinho, João Calmon, Joaquim Bevilacqua, José Fogaça, José Freire, José Geraldo, José Ignácio Ferreira, José Jorge, José Lins, José Maurício, José Paulo Bisol, José Richa, José Santana de Vasconcellos, José Serra, José Thomaz Nonô, Luis Eduardo, Lysâneas Maciel, Manoel Moreira, Marcondes Gadelha, Mário Assad, Mário Lima, Milton Reis, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nelton Friedrich, Nilson Gibson, Oscar Corrêa, Osvaldo Coelho, Oswaldo Lima Filho, Paulo Pimentel, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Plínio Arruda Sampaio, Prisco Viana, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Ricardo Fiúza, Roberto Freire, Rodrigues Palma, Sandra Cavalcanti, Severo Gomes, Sigmaringa Seixas, Siqueira Campos, Theodoro Mendes, Virgildásio de Senna, Virgílio Távora, Wilson Martins, Adylson Motta, Aécio Neves, Afif Domingos, Albano Franco, Aldo Arantes, Antonio Mariz, Beth Azize, Bocayuva Cunha, Bonifácio de Andrada, Chagas Rodrigues, Cleonânio Fonseca, Daso Coimbra, Délio Braz, Enoc Vieira, Euclides Scalco, Fernando Santana, Israel Pinheiro, João Menezes, Jonas Pinheiro, José Carlos Grecco, José Costa, José Genoíno, José Lourenço, José Maria Eymael, José Tavares, José Tinoco, Luiz Henrique, Luiz Salomão, Márcio Braga, Marcos Lima, Miro Teixeira, Mozarildo Cavalcanti, Octávio Elísio, Ottomar Pinto, Paes Landin, Ricardo Izar, Roberto Brandt, Rose de Freitas, Vicente Rogo, Vilson Souza, Alcení Guerra, Cid Carvalho e Luiz Inácio Lula da Silva. – Estiveram presentes, ainda, os Srs. Constituintes, não integrantes da Comissão: Benito Gama, Florestan Fernandes, Jofran Frejat, Heráclito Fortes, Paulo Delgado, Raul Ferraz, Chico Humberto, Ézio Ferreira, Assis Canuto, Pedro Ceolin, Cunha Bueno, João Paulo, Ismael Wanderley, Costa Ferreira, Luis Roberto Ponte, Ivo Lech e Jovani Masini. Deixaram de comparecer os Srs. Constituintes: Aloysio Chaves, Francisco Dornelles, Haroldo Lima, João Herrmann Neto, José Luiz Maia e José Ulisses de Oliveira.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Srs. Constituintes, em virtude de certos esclarecimentos e composições regimentais em que foi preciso a assistência do nosso Assessor Técnico, a sessão recomeça um pouco mais tarde, pelo que peço desculpas ao Plenário.

A Presidência esclarece ao Plenário que, aprovado o Título, estão prejudicadas todas as emendas substitutivas, integrais, salvo se houver requerimento de preferência, que será votado inicialmente.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem de natureza constitucional com arrimo na Emenda Constitucional nº 26, no Regimento Interno desta Comissão, art. 21, e o Regimento da Assembléia Nacional Constituinte, art. 63.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem a palavra V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr. Presidente, a Emenda Constitucional nº 26 estabeleceu de forma peremptória e definitiva que as matérias constitucionais só podem ser aprovadas por maioria absoluta dos componentes desta Assembléia. As normas desta Comissão, no que diz respeito aos destaques – art. 21 – dispõe o seguinte:

"A votação de matéria constitucional será feita por Títulos ou Capítulos, ressalvados os destaques.

§ 1º Votado o Título ou Capítulo, votar-se-ão, em seguida, os destaques."

O que seriam destaques? Destaques existem de diferentes tipos, como os de emendas – supressivas, substitutivas, aditivas e modificativas – e os destaques de artigo, frase ou expressão que se queira ver votado em separado. Solicitar destaque para votação em separado de determinado artigo, expressão ou frase significa votar a parte destacada, ou seja, o artigo, o parágrafo, a expressão ou a frase que se quer ver votada em separado. Aprovado, portanto, o destaque, o dispositivo referido estará sem a parte ou matéria destacada. Logo, quando votado o destaque, o que deve ser apreciado não é o destaque, já que este já terá sido recebido deferido pelo Senhor Presidente, em cumprimento a preceito regimental. Aí, sabiamente, o Regimento da Assembléia Nacional Constituinte, em seu art. 63, de forma clara, cristalina, determina:

"Admitir-se-á requerimento de destaque para votação em separado de partes de projeto ou de substitutivo e de emenda do grupo a que pertencer..."

Portanto, para votação em separado de partes, frases etc.

E prossegue aquele dispositivo:

"... devendo o requerimento ser apresentado por escrito até o início da sessão em que se der o processo de votação respectivo.

§ 1º Os requerimentos de destaque, que deverão ser apoiados por, no mínimo, 35 Constituintes ou por Líderes que representem este número, serão decididos pelo Presidente, cabendo de seu indeferimento recurso ao Plenário."

Aqui se convencionou que seriam seis os apoimentos, ou doze em outros tipos de emendas que tivessem parecer favorável. Em síntese, o pedido de destaque, com seis ou doze apoimentos, é submetido a V. Ex.<sup>a</sup>, que os defere.

Agora, o § 2º do art. 63 diz o seguinte:

"A matéria destacada será submetida a votos..." – quer dizer, não é o destaque ou o pedido de destaque, mas a matéria destacada do corpo do Substitutivo, do Título ou do artigo votado – "... após a deliberação do projeto, do substitutivo ou do grupo de emendas a que ela pertencer."

Maior clareza é impossível, Sr. Presidente. Portanto, é preciso o **quorum** de maioria absoluta para votação. Trata-se de matéria destacada e não do requerimento de destaque, porque este já está morto, já estão exercidos os seus efeitos.

Não consigo conformar-me não só diante da injustiça, mas da torpeza, da distorção do raciocínio e do discernimento. Não é possível que, diante de tanta clareza, se continue querendo distorcer a letra do Regimento, procedendo-se inconstitucionalmente, com vistas a aprovar matérias que jamais atingiriam sequer maioria simples.

Vou citar um exemplo modesto: admitamos que nesta Comissão estejam presentes 47 membros – portanto, havendo número para votação. Destes, 46 estão contra o dispositivo destacado. Colhem-se os votos em relação ao destaque. Resultado: se 46 votaram a favor do destaque e um contra, uma matéria constitucional foi imposta à História deste País, ao povo desta Nação simplesmente porque, assim o quis um único Constituinte.

Isto se repetiria no plenário da Assembléia Nacional Constituinte. Se lá estiverem presentes 280 Constituintes e 279 não quiserem aprovar determinada matéria, um único voto a aprovará. Não porque tenha sido destacada.

**A SRA. CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES:** – Concede-me V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Não há apartes em questões de ordem, nobre Sra. Constituinte.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Senhor Presidente, no § 2º está dito que a matéria destacada será submetida a votos. Passo a ler o referido dispositivo:

"Admitir-se-á o requerimento de destaque para a votação em separado de partes de projeto ou de substitutivo e de emenda do grupo a que pertencer, devendo o requerimento ser apresentado por escrito de o início da sessão em que se der o processo de votação respectivo."

Os requerimentos de destaque serão decididos pelo Presidente, não pelo Plenário. Portanto, o requerimento de destaque não é submetido a votos. Maior clareza é impossível.

Sr. Presidente, peço a V. Ex.<sup>a</sup> que evite valer-se da assessoria, já que V. Ex.<sup>a</sup> tem as luzes constitucionais e jurídicas, além do mais alto discernimento em questões dessa natureza.

Peço que decida a questão, Sr. Presidente, à luz da verdade, à luz da História, para que não continuemos a cometer esse absurdo crime contra os princípios da democracia, qual seja o de tentarmos aprovar algo em função da vontade da minoria e não tendo em conta o que deseja a maioria.

**O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA:** – Senhor Presidente, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – É para debater a mesma matéria?

**O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA:** – É para tratar do que se discutiu anteriormente. Gostaria de obter um esclarecimento da Mesa. Depois, voltaríamos à outra matéria.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA:** – Senhor Presidente, gostaria de saber da Mesa em que momento se dará a votação da emenda substitutiva.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Se houve requerimento de preferência, essa votação se dará antes de se apreciar o projeto.

**O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA:** – Ela vai substituir uma matéria que ainda não foi votada.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Irá iniciar uma votação que ainda não foi feita.

**O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA:** – Esta não nos parece a melhor interpretação. Pensamos que seria melhor votar, primeiro, a matéria referente ao 2º Substitutivo. Daí partiriam todas as votações, pois depois seriam apreciadas as emendas substitutivas, supressivas e modificativas relativamente ao texto previamente aprovado. Assim, seria discutida a preferência entre as outras emendas, jamais a preferência quanto ao texto do Substitutivo.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Este já tem a preferência regimental.

**O SR. CONSTITUINTE ADOLFO OLIVEIRA:** – Senhor Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE ADOLFO OLIVEIRA:** – Queria lembrar V. Ex.<sup>a</sup> – e o faço com a devida vênia – que o assunto trazido com tanta eloquência pelo nobre Constituinte Gastone Righi já foi solucionado em reunião

de todos os Líderes, com presença honrosíssima de V. Ex.<sup>a</sup>, e do próprio Constituinte Gastone Righi. E é interpretação do Presidente Ulysses Guimarães de que o ponto de referência para as votações é o Substitutivo do Relator. E, como um pedido de destaque para retirar um artigo ou um parágrafo é equiparado a uma emenda supressiva, ele é que precisa apenas de quarenta e sete votos e não, a cada momento, o projeto do Relator, nos seus artigos, parágrafos, alíneas ou incisos. Isso ficou decidido pelas Lideranças, em apoio à interpretação do Presidente Ulysses Guimarães, com a qual, de resto, concordamos.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Permita-me, Sr. Presidente.

Esse entendimento, entretanto, não pode prevalecer quando a emenda e seu destaque forem substitutivos de todo o Título, porque, se a emenda é substitutiva de todo o Título e estiver destacada, e for votado o 2º Substitutivo, ela, se aprovada, imediatamente invalida e prejudica toda emenda substitutiva, não permitindo, portanto, a apreciação, pelos Constituintes, das propostas existentes, de substituição integral do Título.

Assim, no meu entender, cada Título deveria ser votado após terem sido submetidas à avaliação dos Srs. Constituintes as emendas que visam à substituição integral do Título. Se, por acaso, houver emendas, estas têm que ser avaliadas na frente. Rejeitadas, ou não aprovadas, ou não lhes sendo dada preferência, aí, sim, vota-se o Título. Isto porque, do contrário, a votação do 2º Substitutivo prejudicará as propostas de alteração integral do Título.

**O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA:** – Peço a palavra, Sr. Presidente, para contraditar.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA:** – Senhor Presidente, parece-me importante haver certa ordem em nossos trabalhos. O que se deseja é que seja estabelecida uma sistemática. Votando-se em primeiro lugar o 2º Substitutivo, as partes para as quais houver emendas substitutivas devem ser mantidas. Não ficam prejudicadas. Apenas far-se-á, a cada votação, o confronto entre cada uma das emendas substitutivas e o 2º Substitutivo. E o Plenário decidirá, a cada votação, se mantém o 2º Substitutivo ou se opta por uma das outras emendas substitutivas. É esta a ordem da votação.

Em nenhum momento foi dito que seria uma votação global, mas das partes do Substitutivo constantes da Ordem do Dia. A partir do 2º Substitutivo é que começam as votações, mantidas todas as emendas apresentadas, inclusive as substitutivas, que serão apreciadas uma a uma.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Senhor Presidente, quando há um pedido de preferência, é a preferência que tem que ser avaliada. Se tenho uma emenda substitutiva de todo um Título e para ela peço preferência, o Plenário decidirá sobre a preferência. Se o Plenário optar pela preferência, isto fará com que a emenda seja votada antes do 2º Substitutivo.

Reconheço que o 2º Substitutivo tem preferência, desde que outra preferência não seja concedida, ou que os pedidos de preferência solicitados não sejam concedidos. Não sendo concedidos os pedidos de preferências solicitados para que emendas totais sejam aprovadas, a preferência permanece com o 2º Substitutivo, o qual, então, é colocado em votação.

Neste ponto está certo o Constituinte Pimenta da Veiga. Mas as preferências que forem solicitadas para emendas que substituam integralmente um Título têm que ser colocadas em votação. Se concedidas, essas emendas

têm que ser votadas antes do Título; se não, a preferência recai exatamente sobre o 2º Substitutivo.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Peço permissão ao Plenário e à Presidência para ler o § 2º do art. 23 do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, uma vez que se está falando muito de emenda substitutiva integral relativamente a projeto, título ou capítulo:

"§ 2º Fica vedada a apresentação de emenda que substitua integralmente o Projeto ou que diga respeito—este é um dado importante— a mais de um dispositivo..."

Trata-se de texto expresso do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte. Não cabe, pois, emenda substitutiva que diga respeito a mais de um dispositivo, assim como não pode haver emenda substitutiva integral.

É uma aberração, Sr. Presidente, e o Constituinte Carlos Sant'Anna insiste, desde ontem, em falar em substitutivo integral. Isto não existe. Acho que esta discussão tornou-se bizantina, pois há um texto que veda a apresentação de emenda substitutiva integral.

Cabe a discussão de emendas substitutivas de dispositivos, e estes têm preferência depois de votado o 2º Substitutivo. Este, sim, tem preferência, nos termos regimentais.

Não cabe, pois, a discussão, da forma como está sendo encaminhada.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – A votação é por títulos. Assim, pode-se emendar todo o Título.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Não, porque o Título trata de dispositivos que podem não conter matérias correlatas. Se V. Ex.<sup>a</sup> ler o § 2º do art. 23, verá que não cabe esse tipo de argumentação.

**O SR. CONSTITUINTE ALUIZIO CAMPOS:** – Sr. Presidente, permita-me contraditar o nobre Constituinte Roberto Freire.

O texto lido pelo nobre Constituinte refere-se ao projeto em tramitação no Plenário. Estamos aqui elaborando o projeto, — mais precisamente na fase de apreciação das emendas — o qual será submetido a votação na Assembléia Nacional Constituinte. Esta, a missão fundamental da Comissão de Sistematização.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Onde está o dispositivo que fala nisso?

**O SR. CONSTITUINTE ALUIZIO CAMPOS:** – Impropriamente estamos denominando um mesmo substitutivo de Substitutivo nº 1 e Substitutivo nº 2. Na verdade, o que aconteceu foi que, ao receber todo o material proveniente do Plenário, o nobre Relator produziu um substitutivo que foi submetido a emendas. E agora estamos apreciando o parecer final do nobre Relator sobre as emendas apresentadas a esse substitutivo. O que fez S. Ex.<sup>a</sup>? Incorporou ao texto do seu primeiro substitutivo aquelas com as quais concordou e excluiu as que receberam parecer contrário.

Na verdade, apenas para facilitar, estamos dando uma dupla denominação a um mesmo substitutivo. O primeiro, porém, nunca foi votado, e o segundo, nunca emendado. Agora é que ele está sendo votado, juntamente com as emendas incorporadas ao seu texto. Então, houve um Substitutivo, complementado pelas emendas apresentadas, sobre as quais o Sr. Relator produziu um parecer, que agora estamos apreciando.

Qual a metodologia fixada em reunião da Presidência da Constituinte com as Lideranças? Foi a de permitir destaques aos artigos do 2º Substitutivo, exatamente porque este não havia sido emendado.

Portanto, através de destaques, que, na verdade, funcionam como emendas, para suprimir, substituir, modifi-

car ou aditar, estamos começando a trabalhar no Substitutivo. Por isto não se submeteu a votação — foi uma decisão da Mesa da Constituinte — o texto global do 2º Substitutivo, em relação ao 1º. Trata, assim, de um só Substitutivo. Tecnicamente, esta é a verdade. Mas a Presidência desta Comissão, de acordo com o Presidente Ulysses Guimarães, resolveu facilitar o recebimento de todos os destaques e admiti-los não apenas para as emendas, mas também para o texto do chamado 2º Substitutivo, que não foi emendado. Conseqüentemente, pelo fato de haver sido emendado, só se poderiam modificar suas disposições através de destaques.

Não há, portanto, relação direta entre o que o nobre Constituinte Roberto Freire diz e o que estamos aqui tratando no processo de elaboração do projeto. E no plenário já se estará discutindo e votando o projeto resultante desta fase em que nos encontramos.

**O SR. CONSTITUINTE EGÍDIO FERREIRA LIMA:** – Permita-me, Sr. Presidente. Não entendo por que a controvérsia. O § 2º do art. 23 do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, lido parcialmente, há pouco, pelo Constituinte Roberto Freire, é bastante claro quando diz:

"Fica vedada a apresentação de emenda que substitua integralmente o projeto ou que diga respeito a mais de um dispositivo, a não ser que trate de modificações correlatas, de maneira que a alteração, relativamente a um dispositivo, envolva a necessidade de se alterarem outros."

Se a emenda não alcança toda a seção ou todo o título, se não é correlata com todos os seus dispositivos, não pode ser acolhida.

Não cabe, pois, a argumentação do Constituinte Aluízio Campos. Porque, se o Regimento da Comissão de Sistematização não repete a mesma norma, todavia, no seu art. 30, diz expressamente:

"Sendo omissa a presente Resolução, o Presidente valer-se-á do estabelecido nos Regimentos Internos da Assembléia Nacional Constituinte, da Câmara dos Deputados e do Senado Federal."

O dispositivo do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, portanto, inelutavelmente, tem aplicação no debate e na votação que ora se verifica.

Sr. Presidente, peço a V. Ex.<sup>a</sup> que, com fundamento nas disposições regimentais, decida a questão de ordem levantada pelo Constituinte Carlos Sant'Anna.

**O SR. CONSTITUINTE VIRGILDÁSIO DE SENNA:** – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**A SRA. CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES:** – Sr. Presidente, não há mais questão de ordem a ser decidida, a esta altura.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Constituinte Virgildásio de Senna.

**O SR. CONSTITUINTE VIRGILDÁSIO DE SENNA:** – Sr. Presidente, desde ontem observa-se aqui, na Comissão de Sistematização, que se tenta peguinar em problemas cuja solução consta claramente das normas regimentais. No caso, é claríssimo o que dispõe o § 2º do art. 23, segundo o qual nenhuma emenda que contenha dispositivos que tratem de mais de um assunto e que não sejam correlatos pode merecer acolhida.

Portanto, Sr. Presidente, no meu modo de entender, aprovar o Substitutivo do nobre Relator e submeter a votação, integralmente, o mesmo dispositivo implica um verdadeiro absurdo. É a redução ao absurdo, porque significa aprovar simplesmente para rejeitar.

Se V. Ex.<sup>a</sup> não fizer cumprir o § 2º do art. 23, vamos permanecer aqui, indefinidamente, aprovando para rejeitar, rejeitando para aprovar, sem que nosso trabalho tenha continuidade. Peço, pois, a V. Ex.<sup>a</sup> que, em face do que dispõe claramente o § 2º do art. 23, rejeite **in limine** emendas que sejam integralmente substitutivas de capítulos inteiros do projeto do nobre Relator. **(Palmas)**

**A SRA. CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES:** – Permita-me, Sr. Presidente, pela ordem.

Esta Assembléia Nacional Constituinte e a Nação esperam de V. Ex.<sup>a</sup> uma decisão.

**O SR. CONSTITUINTE OSCAR CORRÊA:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**A SRA. CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES:** – Não há mais ordem aqui, só desordem. Estou pedindo a palavra para levantar uma questão no sentido de que a Nação está esperando que o Presidente decida alguma coisa nesta Assembléia. Sr. Presidente, estamos pedindo, a Nação está pedindo que V. Ex.<sup>a</sup> decida alguma coisa. Há normas que foram estudadas e consolidadas por todas as Lideranças. Mesmo que a Nação reconheça em V. Ex.<sup>a</sup> o mestre, a grande excelência da Assembléia Constituinte, não podemos ficar, como ocorreu ontem e continua a ocorrer hoje, à mercê de casuísmos e de interpretações de Regimento. V. Ex.<sup>a</sup> tem autoridade para decidir e é preciso que o faça. A decisão final, efetivamente, caberá à maioria da Comissão.

Peço a V. Ex.<sup>a</sup> que não conceda mais a palavra para questões de ordem e pedidos de interpretações, mas que decida, com a autoridade que tem, como Presidente da Comissão de Sistematização.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Agradeço à Constituinte Cristina Tavares.

**O SR. CONSTITUINTE OSCAR CORRÊA:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Peço ao Plenário que me dê um instante, para que eu possa colocar em ordem a minha cabeça. A questão primacial é ordenar o que estou querendo. Esta é que é a verdadeira questão de ordem. **(Pausa)**

Concedo a palavra a V. Ex.<sup>a</sup>. Somos amigos antigos.

**O SR. CONSTITUINTE OSCAR CORRÊA:** – Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Presidente. Gostaria apenas de fazer uma indagação.

Vem sendo citado com muita insistência, neste Plenário, o § 2º do art. 23. Indagaria a V. Ex.<sup>a</sup> de quem seria a competência para determinar se uma emenda é ou não substitutiva. A partir do momento em que é recebida na secretaria da Comissão, a emenda é numerada e, portanto, é deferido o pedido de destaque. E em nenhum momento se objetou quanto à emenda. Gostaria, pois, de saber de V. Ex.<sup>a</sup> se o recebimento da emenda, sem discussão sobre sua validade, já não valida a emenda que eventualmente esteja sendo apresentada, seja ela substitutiva ou não.

Para ser mais claro: o simples fato de a secretaria da Comissão e V. Ex.<sup>a</sup> aceitarem a emenda já não seria razão suficiente para que não se caracterizasse o disposto no § 2º do art. 23, que tem sido constantemente referido neste Plenário?

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – A tramitação regimental, ou seja, material, da emenda, no que diz respeito a seu recebimento, numeração e outros procedimentos referidos por V. Ex.<sup>a</sup>, sem dúvida caracterizam a emenda como aceita. Mas o fato de ser considerada substitutiva decorre do conhecimento de seu conteúdo, de sua extensão, de sua natureza. Se ela passa a dar uma formulação ou um significado diferente à matéria a que se refere, será considerada desse modo.

De maneira que é um problema de leitura, de apreensão do leitor.

Acho que a mim compete, nesse momento, saber se ela é substitutiva ou não.

Esta é a minha interpretação, que pode estar errada, mas é dada de boa-fé.

Nestas condições, não aceito mais questões de ordem. De acordo com as normas adotadas na reunião dos Líderes, terá preferência para votação o 2º Substitutivo oferecido pelo Sr. Relator como conclusão do seu parecer, salvo deliberação em contrário. A votação não terá encaminhamento. Será votada em primeiro lugar a matéria do Substitutivo do Relator, ressalvados os destaques e os requerimentos de preferência. As emendas substitutivas destacadas serão votadas sem declaração de prejudicialidade.

Vamos passar à fase seguinte de nossa sessão.

## TÍTULO I

### Título I do Substitutivo nº 2, ao Projeto de Constituição, do Sr. Bernardo Cabral. (8ª votação)

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Em votação o Título I, que trata "dos Princípios Fundamentais".

A Presidência consulta os Srs. Líderes sobre se desejam usar da palavra.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Dispense isso, Sr. Presidente, e entre direto na matéria.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr. Presidente, levantei uma questão de ordem. Acho que fui bastante explícito, mas V. Ex.<sup>a</sup> não decidiu a matéria.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Eu respondi à questão de ordem de V. Ex.<sup>a</sup>, declarando meu entendimento sobre o assunto. A interpretação pode ter ferido V. Ex.<sup>a</sup>, e ficarei lamentando muito isto. Acho que talvez o futuro venha a demonstrar que V. Ex.<sup>a</sup> que foi prejudicado pelo fato de eu não ter atendido às suas exigências e interpretações. Isto, porém, é um problema histórico, não regimental.

Passa-se à votação do Título I – Dos Princípios Fundamentais.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. CONSTITUINTE FRANCISCO BENJAMIM:** – Permita-me, Sr. Presidente.

Gostaria que V. Ex.<sup>a</sup> orientasse o Plenário sobre a matéria que se estará votando e em que termos vamos votá-la.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Os que aprovam a matéria, responderão "sim"; os que a rejeitam, responderão "não".

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Sr. Presidente, que está em votação?

**O SR. RELATOR SUBSTITUTO (José Fogaça):** – Está em votação o Título I do 2º Substitutivo, ressalvados os destaques.

### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Alfredo Campos, Aluizio Campos, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Carlos Mosconi, Carlos Sant'Anna, Celso Dourado, Cristina Tavares, Egídio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Gasparian, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, Ibsen Pinheiro, João Calmon, José Fogaça, José Geraldo, José Paulo Bisol, José

Richa, Manoel Moreira, Mário Lima, Milton Reis, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nilson Gibson, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Prisco Viana, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Rodrigues Palma, Severo Gomes, Sigmaringa Seixas, Virgildásio de Senna, Wilson Martins, Antonio Mariz, Délio Braz, José Carlos Grecco, José Tavares, Miro Teixeira, Octávio Elísio, Rose de Freitas, Vicente Bogo, Vilson Souza, Afonso Arinos, Alcení Guerra, Arnaldo Prieto, Christóvam Chiaradia, Edme Tavares, Eraldo Tinoco, Francisco Benjamim, Inocêncio Oliveira, José Jorge, José Lins, José Santana de Vasconcellos, José Thomaz Nonô, Luís Eduardo, Marcondes Gadelha, Mário Assad, Oscar Corrêa, Osvaldo Coelho, Ricardo Fiúza, Sandra Cavalcanti, Mozarildo Cavalcante, Antonio Carlos Konder Reis, Gerson Reres, Jarbas Passarinho, Virgílio Távora, Adylson Motta, Bonifácio de Andrada, Brandão Monteiro, José Maurício, Lysâneas Maciel, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Ottomar Pinto, Plínio Arruda Sampaio, José Genoíno, Adolfo Oliveira, José Maria Eymael, Aldo Arantes, Roberto Freire, Beth Azize.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 88 Constituintes. Total: 88 votos. O Título I do Substitutivo nº 2 foi **aprovado**, ressalvados os destaques.

**Requerimento de preferência para votação do destaque nº 109/87, do Sr. Lysâneas Maciel. (9ª votação.)**

Em votação requerimento de preferência do Constituinte Lysâneas Maciel, para a Emenda nº 109, destacada.

Os Srs. Constituintes que aprovarem a preferência solicitada pelo Constituinte Lysâneas Maciel mantenham-se como se encontram. **(Pausa)**

Concedo a palavra ao nobre Constituinte Pimenta da Veiga.

**O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA:** – Sr. Presidente, solicito que se anuncie a emenda com mais precisão.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – A emenda é a de número 109. É uma emenda substitutiva.

**O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA:** – V. Ex.<sup>a</sup> deve estar se referindo ao número do requerimento.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – A emenda tem o nº ES-34.052-2 e é de autoria do Constituinte José Paulo Bisol e outros. **(Pausa)**

Concedo a palavra ao nobre Constituinte Adolfo Oliveira.

**O SR. CONSTITUINTE ADOLFO OLIVEIRA:** – Sr. Presidente, estou encontrando grandes dificuldades – e, certamente, meu caso não é o único – em acompanhar, a partir de agora, as votações, porque acabo de receber, neste momento, o quadro dos destaques e emendas apresentados, que até agora não havíamos recebido.

Desta maneira, quero agradecer a V. Ex.<sup>a</sup> a presteza com que nos foi entregue o material, mas, pelo fato de não dispormos do texto dessa emenda, solicito seja feita sua leitura.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Peço ao nobre Líder Brandão Monteiro que leia a emenda.

**O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO MONTEIRO:** – Pois não, Sr. Presidente.

O texto é o seguinte:

**"EMENDA ES-34052-2**

**Emenda Modificativa**

Modifique-se o Título I – Dos Princípios Fundamentais, e seus artigos, que passa a ter a seguinte redação:

**TÍTULO I**

**Dos Princípios Fundamentais**

Art. 1º O Brasil é uma Nação fundada na dignidade da pessoa humana e na comunhão dos brasileiros, irmanados num povo que visa a construir uma sociedade livre, justa e solidária.

Art. 2º A soberania do Brasil pertence ao povo, de onde emana todo poder, e só pelas formas de manifestação da vontade popular previstas nesta Constituição é lícito assumir, organizar e exercer os Poderes do Estado.

Parágrafo único. O povo exerce a soberania, principalmente:

– pela consulta plebiscitária sobre a Constituição, suas emendas e normas ou atos que lei complementar definir como de transcendente interesse nacional ou comunitário;

– pelo sufrágio universal, secreto e igual no provimento das funções de governo e legislação;

– pelo direito de iniciativa na elaboração da Constituição e das leis;

– pela livre ação corregedora sobre as funções públicas e as sociais de relevância pública.

Art. 3º O Brasil é uma República Soberana, um Estado de Direito e uma Federação indissolúvel de Estados-membros e Distrito Federal, que tem como fundamentos: a soberania do povo, a nacionalidade, a cidadania, a representação popular e o pluralismo político.

Art. 4º São Poderes do Estado o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Art. 5º Ao Estado incumbe, primordialmente, garantir a independência nacional, assegurar a participação do povo nas decisões nacionais e promover o desenvolvimento, a erradicação da pobreza e a redução das desigualdades sociais e regionais, mediante etapas planejadas.

Art. 6º Na ordem internacional o Brasil preconiza:

I – a codificação progressiva do Direito Internacional e a formação de um Tribunal Internacional dos Direitos Humanos com poder de decisão vinculatória;

II – a instauração de uma ordem econômica justa e eqüitativa, com a abolição de todas as formas de dominação de um Estado por outro;

III – a união de todos os Estados Soberanos contra a competição armamentista e o terrorismo;

IV – o desarmamento geral, simultâneo e controlado;

V – a dissolução de todos os blocos político-militares;

VI – o estabelecimento de um sistema universal de segurança, com vistas à criação de uma ordem internacional capaz de assegurar a paz e a justiça nas relações entre os povos;

VII – o intercâmbio das conquistas tecnológicas e do patrimônio científico e cultural da humanidade, sem prejuízo do direito à reserva de mer-



cado sempre que o controle tecnológico de nações estrangeiras possa implicar dominação política e perigo para a autodeterminação nacional;

VIII – o direito universal de uso, reprodução e imitação, sem remuneração, das descobertas científicas e tecnológicas relativas à vida, à saúde e à alimentação dos seres humanos;

IX – a suspensão do sigilo bancário, por decisão passada em julgado da Suprema Corte Constitucional, ou de Justiça do País onde o titular da conta, encoberto ou não pela personalidade jurídica, tenha domicílio."

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ THOMAZ NONÔ:** – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem a palavra V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ THOMAZ NONÔ:** – Sr. Presidente, a mera leitura da emenda, feita pelo Constituinte Brandão Monteiro, é um exemplo da impossibilidade de votarmos sem termos o texto à mão. Várias das matérias que vão ser apreciadas nesta sessão têm mais ou menos esse teor. Proponho, pois, a V. Ex.<sup>a</sup> que interrompa a sessão até que se providencie a distribuição de cópias, ou seja dado tempo aos Constituintes para apanhar o material que receberam – oito volumes – para que possam votar. Do contrário, será absolutamente impossível saber o que se está votando.

**O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE:** – Sr. Presidente, pela ordem, para contraditar.

Todos os Constituintes recebemos em nossos gabinetes esse material, com todas as emendas apresentadas, e é nossa obrigação tê-lo aqui para fazermos consultas e acompanharmos a votação. Portanto, não tem nenhum fundamento a observação feita pelo Constituinte José Thomaz Nonô.

Devemos, pois, prosseguir, porque temos condições de avaliar o que aqui foi posto em votação.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ THOMAZ NONÔ:** – Em primeiro lugar, acho que o nobre Constituinte Ademir Andrade não ouviu bem a questão de ordem aqui levantada. Sugerir ao Sr. Presidente que providenciasse cópias. Não tenho realmente o vigor cívico nem a dedicação no cumprimento do dever demonstrados pelo nobre Constituinte Ademir Andrade, para carregar oito volumes. Como não cumpri com minha obrigação – e estou vendo que poucos Constituintes dispõem dos oito volumes de emendas, aqui – proponho a V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Presidente, que suspenda a sessão para que possamos, já que a Casa não o faz, buscar o material, para nosso conhecimento.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Muito obrigado a V. Ex.<sup>a</sup> A questão de ordem será depois resolvida. No momento estamos em votação. Acho, porém, que o nobre Constituinte tem razão. Vamos providenciar no sentido de que as emendas, sobretudo quando forem extensas, sejam distribuídas no momento da votação.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ MARIA EYMAEL:** – Permita-me, Sr. Presidente, para uma questão de ordem, relacionada com a matéria.

Não cabe, com relação à emenda, o pedido de preferência, uma vez que o Constituinte Siqueira Campos retirou sua emenda e esta é a primeira a ser votada.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Muito obrigado a V. Ex.<sup>a</sup>

Em votação requerimento de preferência do Constituinte Lysâneas Maciel.

(Proceder-se-á à chamada)

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ MARIA EYMAEL:** – Permita-me, Sr. Presidente.

Apenas para que não se crie precedente, ressalto que esta emenda é a primeira a ser votada; logo, não está em regime de preferência.

**O SR. CONSTITUINTE LYSANEAS MACIEL:** – Sr. Presidente, não há necessidade de votação.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Far-se-á a chamada. Com a palavra o nobre Relator Substituto.

**O SR. RELATOR SUBSTITUTO (José Fogaça):** – Em votação o requerimento de preferência de autoria do Sr. Constituinte Lysâneas Maciel. Quem votar "sim", aprova requerimento de preferência; quem votar "não", recusa requerimento de preferência.

(Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Aluizio Campos, Artur da Távola, Carlos Mosconi, Celso Dourado, Cristina Tavares, Egídio Ferreira Lima, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, Ibsen Pinheiro, José Fogaça, José Geraldo, José Paulo Bisol, Milton Reis, Nelson Carneiro, Nelton Friedrich, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Sigmaringa Seixas, Wilson Martins, Antônio Mariz, Chagas Rodrigues, José Carlos Grecco, José Tavares, Márcio Braga, Miro Teixeira, Octávio Elísio, Rose de Freitas, Vicente Bogo, Vilson Souza, Afonso Arinos, Alcení Guerra, Mário Assad, Brandão Monteiro, José Maurício, Lysâneas Maciel, Plínio Arruda Sampaio, José Genoíno, Aldo Arantes, Roberto Freire, Beth Azize. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Alfredo Campos, Bernardo Cabral, Carlos Sant'Anna, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Gasparian, João Calmon, José Richa, Manoel Moreira, Nilson Gibson, Prisco Viana, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Rodrigues Palma, Virgildásio de Senna, Délio Braz, Israel Pinheiro, Arnaldo Prieto, Christóvam Chiarádia, Edme Tavares, Eraldo Tinoco, Francisco Benjamim, Inocêncio Oliveira, José Jorge, José Lins, José Santana de Vasconcellos, José Thomaz Nonô, Luís Eduardo, Oscar Corrêa, Osvaldo Coelho, Paulo Pimentel, Ricardo Fiúza, Sandra Cavalcanti, Cleonânio Fonseca, João Menezes, Mozarildo Cavalcanti, Paes Landim, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Gerson Penes, Jarbas Passarinho, Virgílio Távora, Bonifácio de Andrada, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Adolfo Oliveira, José Maria Eymael.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 44 Constituintes; votaram NÃO 47 Constituintes. Total: 91 votos. O Requerimento de Preferência foi **rejeitado**.

**Requerimento de Preferência para votação do Destaque nº 1.634/87 – Emenda nº IP-11026-2, do Sr. Aluizio Campos, "que dá nova redação ao Título I do Projeto de Constituição (Título I do Substitutivo nº 2." (10ª Votação).**

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Em votação o requerimento de preferência do Constituinte Aluizio Campos, para que se destaque a Emenda nº 31.651.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Permita-me, Sr. Presidente.

Como não se trata de questão essencialmente constitucional – estamos discutindo apenas um requerimento – solicitaria à Mesa que a votação fosse simbólica, neste caso, já que não é preciso que seja nominal.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – A votação simbólica foi proposta e rejeitada. Tive que proceder à chamada nominal.

**O SR. CONSTITUINTE ALUÍZIO CAMPOS:** – Senhor Presidente, peço a palavra para ler o texto da emenda destacada.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem a palavra, para leitura do seu pedido de destaque, o Constituinte Aluizio Campos.

**O SR. CONSTITUINTE ALUÍZIO CAMPOS:** – Peço a atenção dos nobres companheiros para o texto da minha emenda substitutiva, cuja redação é a seguinte:

"Emenda Modificativa"

## TÍTULO I

### DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Substituam-se os arts. 1º, 2º, 3º, 4º e 5º pelos seguintes:

Art. 1º A República Federativa do Brasil, livre e soberana, organizada em Estado de Direito sob regime representativo pluripartidário, é constituída pela união indissolúvel do Distrito Federal, dos Territórios Federais e dos Estados Federados componentes de Regiões Geoeconômicas.

§ 1º A soberania pertence ao povo, que a exercita através dos seus representantes legítimos.

§ 2º São poderes do Estado o Legislativo, o Executivo e o Judiciário, harmônicos e independentes.

§ 3º A legitimidade dos poderes eletivos – Legislativo e Executivo – se funda no sufrágio universal e no voto direto e secreto.

§ 4º A autonomia das Regiões será estatuída em lei complementar, segundo o disposto no Capítulo VI do Título IV desta Constituição.

§ 5º O português é a língua oficial do Brasil, cujos símbolos nacionais são a bandeira, o hino, as armas e o selo da República, existentes nesta data.

Art. 2º Constituem objetivos fundamentais do Estado a manutenção da ordem democrática e o desenvolvimento nacional, mediante redução das desigualdades sociais e regionais, sem preconceito de raça, sexo, cor, religião, nascimento, idade e qualquer outra forma de discriminação.

Art. 3º As relações internacionais do Brasil fundamentam-se:

**a)** no respeito aos direitos humanos, à autodeterminação e cooperação dos povos, à igualdade dos Estados, à defesa da paz, à solução pacífica dos conflitos e nos demais procedimentos destinados a assegurar vida digna e convívio harmônico entre as Nações;

**b)** no repúdio e combate ao terrorismo, ao colonialismo e às ações discriminatórias.

Parágrafo único. Os acordos, convenções, tratados e demais atos internacionais, aprovados pelo Congresso Nacional, prevalecem sobre o direito interno, revogando ou suspendendo a eficácia das normas legais conflitantes."

É este, Sr. Presidente, o texto de nossa emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Em votação o requerimento. Os Srs. Constituintes que o aprovam queiram permanecer como se encontram. **(Pausa)** – Rejeitado.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

É impossível que a votação seja nominal, uma vez que muitos Constituintes aqui presentes não integram a Comissão de Sistematização.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – O nobre Constituinte Aluizio Campos, autor do requerimento, solicita a verificação de votação.

Proceder-se-á à chamada nominal.

### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Srs. Constituintes: Aluizio Campos, Carlos Sant'Anna, José Geraldo, Nilson Gibson, Rodrigues Palma, Afonso Arinos, Eraldo Tinoco, José Thomaz Nonô. Votaram **NÃO** os seguintes Srs. Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Alfredo Campos, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Carlos Mosconi, Celso Dourado, Cid Carvalho, Cristina Tavares, Egídio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Gasparian, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, Ibsen Pinheiro, João Calmon, José Fogaça, José Paulo Bisol, José Richa, Manoel Moreira, Mário Lima, Milton Reis, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nelton Friedrich, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Prisco Viana, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Severo Gomes, Sigmaringa Seixas, Virgildásio de Senna, Arnaldo Prieto, Christóvam Chiaradia, Edme Tavares, Francisco Benjamin, Inocência Oliveira, José Jorge, José Lins, José Santana de Vasconcellos, Luís Eduardo, Oscar Corrêa, Osvaldo Coelho, Paulo Pimentel, Ricardo Fiúza.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Senhor Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FOGAÇA:** – Consulto V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Presidente, se devo continuar procedendo à votação.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Senhor Presidente, a questão já foi decidida pela maioria, que acha que não deve haver preferência.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FOGAÇA:** – Consulto V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Presidente, se devo continuar procedendo à votação.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Atendo à questão de ordem solicitada por V. Ex.<sup>a</sup>

A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 8 Constituintes; votaram NÃO 47 Constituintes. Total: 55 votos. O Requerimento de Preferência foi **rejeitado**.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ THOMAZ NONÔ:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte José Thomaz Nonô.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ THOMAZ NONÔ:** – Senhor Presidente, acabamos de votar um requerimento, aprovado por unanimidade, no sentido de as sessões serem interrompidas às 19 horas. Neste momento são 19 horas e 5 minutos. Pergunto: a Mesa vai prorrogar ou encerrar a sessão?

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Pessoalmente, gostaria de prorrogá-la. **(Pausa)** Então, está prorrogada a sessão até às 20:00 horas.

Em votação o requerimento de preferência do Constituinte Aluizio Campos para o Destaque nº 1.634, referente à Emenda nº 11.026. O Constituinte Aluizio Campos desiste do requerimento.

**Destaque nº 109/87 – Emenda nº ES-34 052-2, do Sr. José Paulo Bisol, "que modifica o Título I e seus artigos do Substitutivo nº 1 (Título I do Substitutivo nº 2)". (11ª votação)**

Vai-se proceder à votação do destaque da emenda modificativa apresentada pelo Constituinte Lysâneas Maciel. É a Emenda Substitutiva nº 34.052/2, que modifica o Título I, Dos Princípios Fundamentais, e seus artigos.

**O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA:** – Senhor Presidente, não percebi que a matéria está em votação. Peço a V. Ex.<sup>a</sup> que repita.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Vou repetir. Está em votação o destaque da emenda modificativa apresentada pelo Constituinte Lysâneas Maciel.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Qual é o número da emenda, Sr. Presidente?

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – É a Emenda Substitutiva nº 34.052/2.

**O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA:** – Será votado o requerimento de preferência para esta emenda? Mas este requerimento já foi votado.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Estou sendo informado de que a preferência foi rejeitada. Agora estamos votando a própria emenda.

**O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA:** – Então não é o requerimento, mas o mérito.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Vai-se proceder à votação. Os Srs. Constituintes que votarem "sim" estarão aprovando.

**O SR. CONSTITUINTE LYSÂNEAS MACIEL:** – Sr. Presidente, peço a palavra, como autor do requerimento, para uma explicação.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE LYSÂNEAS MACIEL:** – Sr. Presidente, o requerimento inicial foi feito para preferência para a votação da emenda do eminente Constituinte José Paulo Bisol. Agora é que estou entendendo que está sendo votada normalmente a emenda do próprio Constituinte.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Sou informado de que o destaque é de V. Ex.<sup>a</sup>, mas a emenda é do Constituinte José Paulo Bisol.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Sr. Presidente, havia apresentado um pedido de preferência e este não foi lido.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Sou informado de que o requerimento de V. Ex.<sup>a</sup> diz respeito a um artigo e o que está sendo votado é a própria emenda. De maneira que ela tem preferência sobre o requerimento de V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ PAULO BISOL:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> palavra.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ PAULO BISOL:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, todos nós conhecemos um grande pensador democrático, um pensador das ciências sociais chamado Norberto Bobbio. Ele trabalha, em um de seus livros, em cima de um conceito minimal de democracia, assentado sobre o princípio de que fundamentalmente a democracia só pode existir na medida em que as decisões nacionais forem coletivizadas, o que significa que não existe democracia sem um sistema normativo, sem um conjunto de normas que garantam a manifestação da maioria como decisão nacional.

E é neste sentido, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, que elaboramos esta emenda, a fim de que nós, consa-

grandando de forma enfatizada a soberania popular, coloquemos no pórtico da Constituição – e não há outro lugar mais adequado – o fundamento da nossa democracia, que haverá de ser a soberania do povo. É neste sentido igualmente que nos preocupamos em estabelecer filosoficamente, nos fundamentos constitucionais, os pedestais da dignidade e da nacionalidade brasileira. E estabelecemos isso segundo uma sucessividade ontológica e axiológica antes de falarmos em Estado.

Meus amigos Constituintes, prestem atenção, porque isso está acima de ideologias partidárias. Antes de falarmos em Estado, precisamos falar na pessoa humana e na sua dignidade. E é por isso que colocamos como art. 1º a referência de que o fundamento da Nação brasileira é a dignidade da pessoa humana. Tivemos essa preocupação. Como a pessoa humana é o pressuposto ontológico do povo, passamos não da pessoa humana para o Estado, mas da pessoa humana para o povo. O povo e sua soberania. Mas não de uma forma vazia, meramente referencial. A única emenda que coloca a soberania do povo de forma concreta é esta que estou oferecendo a V. Ex.<sup>as</sup> Ali, colocamos que a soberania pertence ao povo. E substituímos, Sr. Presidente, o mais infeliz dos princípios constitucionais elaborado na História da América Latina: "Todo o poder emana do povo e em seu nome é exercido" – princípio este que serviu de fundamentação ideológica para todos os golpes de estado que aconteceram neste País desde que o princípio foi estabelecido. É um princípio que atribui aos golpistas uma competência supra constitucional. E nós, no fim do século XX, vamos referendar essa desgraça nacional? É por isso que colocamos ali não que o poder tem a sua fonte no povo, porque isto não basta, mas que "a soberania do Brasil pertence ao povo, de onde emana todo poder" – acrescentamos essa circunscrição normativa – e só pelas formas de manifestação da vontade popular previstas nesta Constituição é lícito assumir, organizar e exercer os poderes do Estado". O que significa que se este texto se transformar num texto constitucional, poderemos ter novos golpes de estado mas nenhum golpe de estado do futuro terá, dentro da Constituição, uma justificação ideológica. Vamos pensar duas vezes nisto. E também, de que serve mencionar meramente a expressão "soberania popular" se não dissermos no texto constitucional como esta soberania se exerce e não especificarmos as manifestações fundamentais pelas quais a soberania popular se manifesta?

Srs. Constituintes, trata-se de um tema para um discurso de, no mínimo, uma hora. Com humildade quero dizer a V. Ex.<sup>as</sup> que uma Constituição precisa ter como pórtico a própria grandeza emocional e sentimental de um povo. E não existe nenhuma proposição, dentre as que conheço, que contenha a força poética da grandeza nacional consagrando a nossa Pátria como a casa do povo, entregando-lhe o poder de fiscalização e de execução, revivendo o princípio fundamental de Norberto Bobbio, não há democracia sem um conjunto de regras que garanta a coletivização das decisões nacionais; o resto, embora se chame de síntese, é pura demagogia.

Muito obrigado, Sr. Presidente. **(Muito bem. Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Concedo a palavra ao nobre Relator, Bernardo Cabral.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, só eu sei a dificuldade que tenho para contrariar o eminente Constituinte José Paulo Bisol. Faço-o, talvez, até com menos emoção e sem o traço poético que S. Ex.<sup>a</sup> desenhou ainda há pouco; mas não posso, em nenhum instante, quando se diz que se abre no pórtico desta Constituição a manifestação da soberania do povo, deixar de dizer que esse texto é claro, ainda que sucinto, porque não precisa descer às minúcias que tanto condenamos.

A emenda Bisol, que merece todos os elogios – faça honra ao talento do seu autor – abre os princípios fundamentais; portanto, é o pórtico que S. Ex.<sup>a</sup> anuncia: "O Brasil é uma Nação fundada na dignidade da pessoa humana e na comunhão dos brasileiros, irmanados num povo que visa a construir uma sociedade livre, justa e solidária". E o que diz o substitutivo? Diz, no preâmbulo, que esta Nação se baseia na liberdade, na fraternidade, na igualdade, sem distinção de raça, cor, sexo, procedência, religião ou qualquer outra, para afirmar, ao final, que repudia toda forma autoritária do Governo e toda exclusão do povo do processo político.

Eis o povo anunciando no seu pórtico. E diz que tem como fundamentos a soberania, a cidadania, a dignidade das pessoas e o pluralismo político.

O que o texto do Substitutivo não faz é descer aos pormenores, que, eventualmente, podem encantar num enunciado, como tão bem e brilhantemente faz e sempre fará o Constituinte José Paulo Bisol, mas que não podem constar num parágrafo único em que se diz que o povo exerce a soberania principalmente – aí desce a minúcias – pela consulta plebiscitária sobre a Constituição; pelo sufrágio universal, secreto e igual no provimento das funções de governo e legislação; pelo direito de iniciativa da elaboração da Constituição e das leis; pela livre ação corregedora sobre as funções públicas e sociais de relevância pública. Só no art. 2º passa a falar da soberania do povo, da nacionalidade e da cidadania, enquanto no substitutivo isso já se encontra no art. 1º.

Vejam V. Ex.<sup>as</sup> que o Substitutivo condensa, enxuga, faz a síntese, que, se não aprimora, se não tem a consistência emocional e sobretudo poética, traço característico da inteligência do Constituinte José Paulo Bisol, a quem rendo homenagem, pelo menos condensa de forma concreta, efetiva e eficiente o que o texto constitucional há de reclamar.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, muito a contragosto, tenho de votar contra o texto elaborado pelo Constituinte José Paulo Bisol para ficar com o Substitutivo. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Passaremos à votação do destaque. Os Srs. Constituintes que o aprovarem responderão sim, e os que o rejeitarem responderão não.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Sr. Presidente, o que V. Ex.<sup>a</sup> acaba de dizer significa que quem votar sim estará votando a favor da Emenda Bisol, e quem votar não estará de acordo com o Relator.

#### **(Procede-se à votação)**

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Alfredo Campos, Artur da Távola, Carlos Mosconi, Celso Dourado, Cid Carvalho, Cristina Tavares, Egidio Ferreira Lima, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, Ibsen Pinheiro, José Fogaça, José Paulo Bisol, Mário Lima, Milton Reis, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nelton Friedrich, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Severo Gomes, Sigmaringa Seixas, Virgildásio de Senna, Antonio Mariz, Miro Teixeira, Octávio Elísio, Rose de Freitas, Vicente Bogo, Mário Assad, Brandão Monteiro, José Maurício, Lysâneas Maciel, Plínio Arruda Sampaio, José Genoíno, Roberto Freire, Aldo Arantes, Beth Azize. Votaram **NÃO** os Senhores Constituintes: Aluizio Campos, Bernardo Cabral, Carlos Sant'Anna, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Gasparian, João Calmon, José Geraldo, José Richa, Manoel Moreira, Nilson Gibson, Pris-

co Viana, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Rodrigues Palma, Wilson Martins, Délio Braz, Israel Pinheiro, Afonso Arinos, Arnaldo Prieto, Carlos Chiarelli, Christóvam Chiaradia, Edme Tavares, Eraldo Tinoco, Francisco Benjamim, Inocêncio Oliveira, José Jorge, José Lins, José Santana de Vasconcellos, José Thomaz Nonô, Luís Eduardo, Marcondes Gadelha, Oscar Corrêa, Paulo Pimentel, Ricardo Fiúza, Sandra Cavalcanti, Cleonânio Fonseca, Enoc Vieira, João Menezes, Mozarildo Cavalcanti, Paes Landim, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Gerson Pores, Virgílio Távora, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Afif Domingos, José Maria Eymael.

#### **DECLARAÇÃO DE VOTO**

"Emenda nº 34.052-2

Voto contra, embora reconhecendo inegáveis valores na emenda, uma vez que a mesma contém normas que desservem aos interesses legítimos de nosso País, principalmente quando desestimula o avanço e pesquisa tecnológicas, ao vetar qualquer forma, ainda que provisória, de proteção de inventos.

Brasília, 25 de setembro de 1987. – **José Maria Eymael."**

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ PAULO BISOL:** – Sr. Presidente, para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Concedo a palavra a V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ PAULO BISOL:** – Sr. Presidente, conforme conversação com o nobre Relator, concordamos em excluir da segunda linha do parágrafo único, que diz: "pela consulta plebiscitária..."

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Não é uma questão de ordem; não posso aceitar retificações no texto. Tenho o dever de ser cortês e posso fazer uma gentileza ao orador, mas o conteúdo da sua proposição não pode ser aceito. Perdemos um minuto com isso; temos perdido 20 minutos com coisas muito menos importantes.

**O SR. CONSTITUINTE VILSON SOUZA:** – Sr. Presidente, não fui chamado.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FOGAÇA:** – Informo a V. Ex.<sup>a</sup>, nobre Constituinte Vilson Souza, que não poderia ser chamado porque é o décimo-segundo suplente, e só houve sete votos para suplentes do PMDB.

**O SR. CONSTITUINTE ERALDO TINOCO:** – Para uma questão de ordem. V. Ex.<sup>a</sup> não chamou nenhum suplente do PFL; conseqüentemente o titular tem direito a voto.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FOGAÇA:** – A decisão desta demanda fica a critério do Presidente. De fato, nenhum suplente do PFL havia sido chamado.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Não se tendo iniciado a chamada dos suplentes da Frente Liberal e estando presente um titular, ele pode votar.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 41 Constituintes; votaram NÃO 49 Constituintes. Total: 90 votos. O Destaque foi **rejeitado**. Declaração de voto do Senhor Constituinte José Maria Eymael.

**Destaque nº 1.610/87 – Emenda nº ES-31.651-6, do Sr. Aluizio Campos, "que modifica o Título I do Substitutivo nº 1 (Título I do Substitutivo nº 2)". (12ª votação).**

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Em votação o requerimento de destaque para a Emenda nº 32.651, de autoria do Constituinte Aluizio Campos.

**O SR. CONSTITUINTE AFIF DOMINGOS:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem. Desde que foi submetido a Plenário o relatório do Relator, que encontra-se vencedor pelo voto da maioria, parece-me que

todas as matérias sobre o mesmo assunto estão prejudicadas.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FOGAÇA:** – Ressalvados os destaques.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tive oportunidade de consultar a assessoria da Mesa e a opinião é contrária ao que V. Ex.<sup>a</sup> diz. Deve ser considerado válido o texto do destaque da emenda modificativa.

Concedo a palavra ao nobre Constituinte Aluizio Campos.

**O SR. CONSTITUINTE ALUÍZIO CAMPOS:** – Sr. Presidente, ilustres membros da Comissão, minha emenda é muito singela. No texto do Substitutivo há quatro dispositivos. No nosso há apenas três. No art. 1º incluímos os territórios como unidades federativas e mencionamos que os Estados federados compõem as regiões geoeconômicas, acrescentando, no § 4º, que lei complementar regulará o estatuto das regiões.

No § 1º mencionamos que a soberania pertence ao povo, que a exerce através de seus representantes legítimos.

Dissemos também que são poderes do Estado o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

No art. 2º resumimos os objetivos fundamentais do Estado, mencionando apenas a manutenção da ordem democrática e o desenvolvimento nacional, mediante redução das desigualdades sociais e regionais, sem preconceito de cor, raça, sexo, religião, nascimento, idade ou qualquer outra forma de discriminação.

No art. 3º regulamos de maneira sucinta as relações internacionais, em cujo parágrafo único consagramos um princípio universal do Direito Internacional, o da prevalência das suas normas sobre o direito interno, quando o Brasil participa de entendimentos e homologa acordos plurilaterais.

Na verdade, como alteração fundamental preconiza a emenda o reconhecimento dos territórios como unidades federadas e também procura assegurar que as regiões sejam depois reguladas como instrumentos de descentralização da atividade administrativa da União, com autonomia necessária para assumirem o comando do seu próprio desenvolvimento.

Teríamos, portanto, um Estatuto da região, a ser regulado em lei complementar, primeiramente na área administrativa e também para o exercício descentralizado de todas as funções dos três poderes constitucionais – o Executivo, o Legislativo e principalmente o Judiciário.

Não desejo me alongar, Sr. Presidente, mas, no meu entender, a minha sucinta proposição supre as omissões do texto do 2º Substitutivo do eminente Relator, porque esse texto não fala nem na soberania que pertence ao povo, o qual a exercita através dos seus representantes legítimos, e também omite, para somente regulá-lo no capítulo referente aos direitos políticos, um princípio que, a nosso ver, deve constar do título referente aos princípios fundamentais: é dizer que a legitimidade dos poderes eletivos se funda no sufrágio universal e no voto direto e secreto. Logo, tem pertinência com um dos princípios fundamentais da nossa Constituição. Então, em sua ordem de apresentação, a emenda trata primeiramente da definição da composição política nacional, mencionando expressamente que a República Federativa do Brasil é livre e soberana, organizada em Estado de Direito, sob regime representativo pluripartidário, e constituída da União e das unidades federadas que já mencionei. Depois, entramos no campo da soberania nacional, reconhecendo que ela, explicitamente, pertence ao povo, que a exercita através do princípio da representação democrática, e mencionamos,

então, de onde decorre a legitimidade daqueles que podem representar os Poderes constituídos.

São esses, Sr. Presidente, as finalidades e os objetivos essenciais da nossa proposição, e para ela esperamos contar com o apoio do Plenário da nossa Comissão, porque, apenas completa o texto do eminente Relator.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Em votação o destaque requerido pelo Constituinte Aluizio Campos. Os que o aprovarem, responderão sim, os que o rejeitarem, responderão não.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Aluizio Campos, Haroldo Sabóia, Manoel Moreira, Nilson Gibson, Rose de Freitas, Paes Landim e Lysâneas Maciel. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Alfredo Campos, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Carlos Mosconi, Carlos Sant'Anna, Celso Dourado, Cristina Tavares, Egídio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Gasparian, Fernando Henrique Cardoso, Francisco Pinto, Ibsen Pinheiro, João Calmon, José Fogaça, José Geraldo, José Paulo Bisol, José Richa, Mário Lima, Milton Reis, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nelson Friedrich, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Prisco Viana, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Rodrigues Palma, Sigmarina Seixas, Virgildásio de Senna, Wilson Martins, Antonio Mariz, Délio Braz, Israel Pinheiro, José Tavares, Marcos Lima, Miro Teixeira, Octácio Elísio, Vicente Bogo, Vilson Souza, Alcení Guerra, Arnaldo Prieto, Carlos Chiarelli, Edme Tavares, Eraldo Tinoco, Francisco Benjamim, Inocêncio Oliveira, José Jorge, José Lins, José Santana de Vasconcellos, José Tomaz Nonô, Luís Eduardo, Marcondes Gadelha, Mário Assad, Oscar Corrêa, Osvaldo Coelho, Paulo Pimentel, Ricardo Fiúza, Sandra Cavalcanti, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Gerson Peres, Virgílio Távora, Cleonânio Fonseca, Enoc Vieira, João Menezes, Brandão Monteiro, José Maurício, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Plínio Arruda Sampaio, José Genoíno, Afif Domingos, José Maria Eymael, Roberto Freire, Aldo Arantes e Beth Azize. **ABSTENÇÃO:** Senhor Constituinte Afonso Arinos.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 7 Constituintes; votaram NÃO 82 Constituintes; absteve-se de votar 1 Constituinte. Total: 90 votos. O Destaque foi rejeitado.

#### V – SUSPENSÃO DA REUNIÃO

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – A Presidência vai suspender os trabalhos, convocando os Senhores Constituintes para a continuação da presente reunião amanhã, vinte e seis de setembro, às 9:00 horas.

Está suspensa a reunião.

#### EM 26 DE SETEMBRO DE 1987 (1)

Presidência dos Srs. **Brandão Monteiro**, Segundo-Vice-Presidente; **Aluizio Campos**, Primeiro-Vice-Presidente.

#### I – REABERTURA DA REUNIÃO

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Havendo número regimental, declaro reaberta a reunião.

#### II – ORDEM DO DIA

##### VOTAÇÃO DO PROJETO DE CONSTITUIÇÃO TÍTULO I (continuação)

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Tem a palavra o Sr. Constituinte Paulo Ramos, para uma questão de ordem.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – Estamos levando, por motivos naturalmente compreensíveis, trinta e três minutos para iniciar a reunião de hoje. Certamente, levaremos igual tempo – e talvez até um tempo maior – para iniciar o trabalho na parte da tarde.

Gostaria de propor a V. Ex.<sup>a</sup> que todo o tempo perdido para o início das reuniões fosse acrescentado ao término do segundo expediente, visto que é a fase em que o processo de votação está mais agilizado e que, também, já na primeira fase dos trabalhos da Comissão de Sistematização, em homenagem a uma agilização dos trabalhos, esta Comissão não funcionou. É preciso tenhamos em conta que o prazo é curto.

Pergunto, também, a V. Ex.<sup>a</sup> se, terminado o prazo previsto, os trabalhos da Comissão de Sistematização estarão concluídos mesmo que não tenha sido apreciado todo o texto Substitutivo.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – A Mesa responde a V. Ex.<sup>a</sup>, nobre Constituinte Paulo Ramos, que ontem o Plenário decidiu os horários estabelecidos no primeiro e no segundo turnos de reunião, em consequência nada se poderia acrescentar.

Esses atrasos dão-se, naturalmente, em função de problemas a iniciar-se a reunião.

Quanto à votação, disse o Presidente da Assembléia Nacional Constituinte que, se no prazo do dia 8 de outubro não tivermos concluído irá o projeto assim como está para o plenário. Foi informação do Constituinte Ulysses Guimarães, Presidente da Assembléia Nacional Constituinte.

Por enquanto, é o que a Mesa pode dizer, em função do que foi expresso pelo Constituinte Ulysses Guimarães.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – Naturalmente, as decisões de um dia não podem perdurar para todos os dias. O fato de ter sido decidido que as sessões começariam às 15 horas e terminariam às 19 horas, isso não implica também o entendimento de que não pode ser modificado para que a sessão, ao invés de terminar às 19 horas, terminasse às 20 ou 21 horas, conforme o atraso para o seu início.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Constituinte Paulo Ramos, V. Ex.<sup>a</sup> já tem uma grande experiência na Casa. Não é que a decisão foi para ontem; foi um requerimento feito pelo Constituinte Eraldo Tinoco, aprovado pelo plenário da Comissão de Sistematização e, evidentemente, V. Ex.<sup>a</sup>, no momento oportuno, poderá requerer inclusive a prorrogação da sessão. Gostaria que V. Ex.<sup>a</sup> nos ajudasse no sentido de não perdermos tempo para iniciar a reunião que V. Ex.<sup>a</sup> reclama.

**O SR. CONSTITUINTE ISRAEL PINHEIRO:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Tem a palavra V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. CONSTITUINTE ISRAEL PINHEIRO:** – Sr. Presidente, questiono a V. Ex.<sup>a</sup>, para dirimir uma dúvida a respeito da coleta de novas assinaturas dos presentes e dos Suplentes, se a reunião de ontem foi encerrada e se a reunião de hoje é uma nova reunião e está a exigir nova assinatura no livro de presença.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Não! Informo a V. Ex.<sup>a</sup> que a reunião de ontem não foi encerrada, mas suspensa. Estamos dando, hoje, continuação. O que temos estabelecido – é preciso que, desde logo, consertemos esse fato aqui – entre o plenário e a Mesa, porque é interesse de todo mundo, como há reuniões que se seguem,

embora sejam reuniões para discussão do mesmo Título, não seria justo que o suplente que tivesse votado ontem, fosse substituído, no decorrer da votação e não pode ser substituído no decorrer da votação – já tendo dela participado, pelo titular. O que temos, estabelecido é que, a cada encerramento da votação de um Título, abrir-se-á o livro para inscrição durante trinta minutos, como é o comum na Casa. Quem assinou o livro, ontem, votou ontem, continuará com o direito de fazê-lo nesta reunião, até o encerramento do Título I.

**Destaque nº 1634-87 – Emenda nº IP-11026-2, do Sr. Aluizio Campos, "que dá nova redação ao Título I do Projeto de Constituição (Título I do Substitutivo nº 2)". (13ª votação)**

Em votação o Destaque nº 1.634, referente à Emenda nº 11.026, de autoria do Sr. Constituinte Aluizio Campos. Com a palavra S. Ex.<sup>a</sup>, se assim o desejar, para encaminhar a votação.

**O SR. CONSTITUINTE ALUÍZIO CAMPOS:** – Sr. Presidente, o art. 1º envolve matéria relacionada com a soberania, com a Federação, com a nacionalidade e se reporta, também, à cidadania e às relações internacionais. O objetivo da emenda é incluir no Título I, Dos Princípios Fundamentais, estas matérias que, embora mencionadas no caput, encontram-se deslocadas para o Título II, Dos Direitos e Garantias. Então, a emenda é muito singela e já foi distribuída a todos os Srs. que poderão acompanhá-la, e como se declara que o objetivo é o contido no art. 1º do Substitutivo, que o Brasil é uma República Federativa, constituída por regime representativo, etc. Então, proponho dividir este título em capítulos: um, referente à soberania; outro, referente às relações internacionais. Com esta distribuição, o texto ficará tecnicamente mais bem arrumado e deslocar-se-ão do Capítulo II, do Título II para aqui, com outra redação que propõe a emenda, as matérias constantes do Título II.

A redação que proponho é muito simples:

"Art. 1º A Nação Brasileira, livre e soberana, é uma República Federativa, democrática, social e pluralista, sob regime representativo.

Art. 2º A soberania nacional pertence ao povo, que a exerce por intermédio de seus legítimos representantes...

Parágrafo único – A legitimidade da representação política é assegurada:

a) pela irrestrita liberdade de organização de partidos que não programem ou propaguem a extinção ou subversão da ordem democrática;

b) pelas eleições livres dos candidatos partidários, mediante sufrágio universal e voto direto e secreto."

No terceiro artigo se diz:

"Art. 3º A dominação política autoritária, a tortura, o terrorismo, a destruição ou poluição do meio ambiente, a discriminação sob qualquer forma (art. 11) e a competição armamentista são repudiada pela soberania nacional."

Depois, no Capítulo referente à Federação, também muito curto, apenas com dois artigos, diz:

"Art. 4º A Federação é integrada pelo Distrito Federal e Territórios da União, pelos Estados Federados, pelas Regiões que os incluem."

Há um parágrafo referente à extinção, subdivisão ou desmembramento de unidade federada que depende da concordância, naturalmente, das unidades interessadas. Fala também que a cidade de Brasília é a Capital da União e a sede dos poderes federais.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Constituinte Aluizio Campos, para o bom andamento dos trabalhos, devo informar que V. Ex.<sup>a</sup> dispõe ainda de 1 minuto.

**O SR. CONSTITUINTE ALUIZIO CAMPOS:** – Depois, os dois últimos artigos que se referem à nacionalidade, à cidadania e às relações internacionais.

Estas matérias devem, a nosso ver, ser incluídas no Título I, que se refere aos Princípios Fundamentais, em vez de ficarem incluídas nos Títulos referentes aos Direitos e Garantias.

Era só isso, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Em não havendo nenhum Constituinte inscrito para encaminhar, a favor ou contra, vamos dar início ao processo de votação.

Quem aprovar a proposição do Constituinte Aluizio Campos, votará SIM, e quem desejar manter o texto ou votar contra a Emenda do Constituinte Aluizio Campos, votará NÃO.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Aluizio Campos, Nilson Gibson, Délio Braz, Eraldo Tinoco, Siqueira Campos. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Bernardo Cabral, Carlos Mosconi, Carlos Sant'Anna, Cid Carvalho, Cristina Tavares, Egidio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Henrique Cardoso, Haroldo Sabóia, Ibsen Pinheiro, José Fogaça, José Paulo Bisol, José Richa, Manoel Moreira, Mário Lima, Málon Reis, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nelton Friedrich, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Prisco Viana, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Rodrigues Palma, Severo Gomes, Virgildásio de Senna, Wilson Martins, Albano Franco, Antonio Mariz, Chagas Rodrigues, Israel Pinheiro, José Tavares, Marcos Lima, Octávio Elísio, Rose de Freitas, Vilson Souza, Alcení Guerra, Antonio Carlos Mendes Thame, Christóvam Chiaradia, José Jorge, José Lins, Luiz Eduardo, Mário Assad, Oscar Correa, Paulo Pimentel, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Gerson Peres, Jarbas Passarinho, Virgílio Távora, Cleonânio Fonseca, Enoc Vieira, João Menezes, José Lourenço, Mozarildo Cavalcanti, Paes Landim, Adylson Motta, Brandão Monteiro, José Maurício, Joaquim Bevilacqua, Plínio Arruda Sampaio, Luiz Salomão, Ottomar Pinto, José Genoíno, Roberto Freire, Aldo Arantes, Beth Azize.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 5 Constituintes; votaram NÃO 71 Constituintes. Total: 76 votos. O Destaque foi rejeitado.

**A SRA. CONSTITUINTE ROSE DE FREITAS:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Tem a palavra a nobre Constituinte Rose de Freitas, para uma questão de ordem.

**A SRA. CONSTITUINTE ROSE DE FREITAS:** – Sr. Presidente, gostaria de solicitar à Mesa que a chamada dos suplentes, no processo de votação, fosse sempre feita pela ordem de inscrição, independentemente de que número tenha.

A minha justificação é a seguinte: agora, por exemplo, o Senador José Fogaça seguiu a ordem alfabética dos suplentes, e o Constituinte Ziza Valadares, era o último suplente, não seria chamado porque o número não determinaria sua chamada.

Agora, se S. Ex.<sup>a</sup> tivesse sido inscrito na ordem de suplentes, S. Ex.<sup>a</sup> estaria prejudicado. De qualquer forma, tendo número ou não, gostaria que fosse seguida a ordem de inscrição de suplentes.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – A orientação da Mesa não poderia ser outra e sempre nos orientamos no sentido de que a votação seja pelo número de inscrição, haja vista que há problemas em relação a suplentes.

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma explicação.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Concedo a palavra ao Relator substituto, Sr. José Fogaça.

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – Tínhamos, exatamente, 17 inscritos e 17 vagas para suplentes. Portanto era absolutamente inútil seguir a ordem. Ao contrário, o fato de seguir a ordem faz atrasar, em muito, a votação. Mas, de qualquer forma, a insistência da Constituinte Rose de Freitas faz com que passemos a fazer a chamada pela ordem de inscrição, pois sua questão é regimental, embora isso leve a este substituto do Relator a atrasar mais na chamada.

**A SRA. CONSTITUINTE ROSE DE FREITAS:** – Sr. Presidente, quero esclarecer que só não pedimos a impugnação de uma outra votação, nesta Casa, pelo erro cometido pela Mesa quando fizeram a inversão da chamada dos titulares com a dos suplentes, o que foi muito prejudicado porque não respeitaram a lista que existia nesta Casa, para aqueles suplentes que ficam na fila para se inscrever.

Levantei a questão apenas para que possamos ficar mais tranquilos em relação à votação.

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – Quero reiterar a V. Ex.<sup>a</sup> que temos respeitado, religiosamente, a presença dos suplentes, de acordo com o número de vagas.

**A SRA. CONSTITUINTE ROSE DE FREITAS:** – Agradecemos:

**Destaque nº 1.421/87 – Emenda nº ES-28.557-2, do Sr. Carlos Sant'Anna "que dá nova redação ao preâmbulo e ao Título I suprimindo os artigos 3º, 4º e 5º, do Substitutivo nº 1".**

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Em votação o Destaque nº 1421, à Emenda nº 28.557, de autoria do Sr. Constituinte Carlos Sant'Anna.

Com a palavra o Sr. Constituinte Carlos Sant'Anna, para encaminhar a proposição.

Aqueles que desejem encaminhar contrariamente poderão fazer sua inscrição à Mesa.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Entendo que os princípios fundamentais de uma Constituição devem conter na sua integridade, – infelizmente não contêm – o que está no título aprovado por esta Comissão, preliminarmente.

Nos Princípios Fundamentais, deve-se dizer se o Brasil é república ou monarquia e, em sendo república, de que tipo ela é; a língua falada no País, que não deve estar no art. 11, mas nos Princípios Fundamentais, para que quem os ler possa ter idéia exata de que país se trata; e, logo em seguida, a capital do país. Essas matérias devem estar – onde? Por quê? – nos Princípios Fundamentais; não há porque não!

Outra intenção não tem a minha modesta colaboração senão a de tentar sensibilizar o Relator para que coloque, como anteriormente, assuntos que o seu relatório contém, mas que estão dispersos no corpo da Constituição. Na essência, esses assuntos deveriam estar logo onde estão estabelecidos o que são os "Princípios Fundamentais". Por isto que, na minha proposição estabeleci que, no art. 1º, se deveria dizer para ficar bem claro, o que é o Brasil:

Brasil é República Federativa, constituída pela união indissolúvel dos Estados, Municípios, Distrito Federal e Territórios.

Comentário meu, parando de ler: não sei por que o Relator não colocou os territórios na composição do Brasil como República Federativa. E os territórios têm que aparecer. Evidentemente, os territórios não estão.

Proponho:

"O Brasil é República Federativa constituída pela união indissolúvel dos estados e municípios, Distrito Federal e territórios, sob regime democrático, que consagra a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da economia livres, o pluralismo representativo e a soberania da Nação.

§ 1º Todo o poder emana do povo e em seu nome é exercido."

É preciso dizer, aqui, nos "Princípios Fundamentais", que língua o Brasil fala; não no art. 11.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – S. Ex.<sup>a</sup> dispõe ainda de um minuto.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Concluindo, Sr. Presidente:

Por isto se diz que: o § 2º o idioma oficial do Brasil é o Português...

Não é no art. 11, mas nos "Princípios Fundamentais".

"... e são símbolos nacionais..."

Tem que dizer os símbolos nacionais logo no princípio.

"... são símbolos nacionais a bandeira, o hino, as armas da República e outros estabelecidos em lei."

Qual é a capital do Brasil? Tem que dizer aí: a Capital do Brasil é Brasília, Distrito Federal. Aqui está escrito: "é a Capital da União" e não da República, como o Constituinte Gastone Righi me sugeriu ainda há pouco, por que todas as outras Constituições dizem Capital da União, então repetimos, Capital da União.

Temos também que dar definição de como o Brasil se comporta internacionalmente. Digo no art. 2º:

"Os conflitos internacionais deverão ser resolvidos por negociação direta, arbitragem e outros meios pacíficos, com a cooperação dos organismos internacionais..."

Estas são as sugestões para os arts. 1º e 2º.

Para concluir, Sr. Presidente, outra coisa que me parece muito importante é que, se os princípios fundamentais do Brasil, na sua Constituição, são simples, esse Título não pode nem deve ser longo; deve ficar absolutamente restrito a essas definições extremamente simples e fundamentais.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Tem a palavra o Sr. Relator Substituto, Constituinte José Fogaça.

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – Sr. Presidente, Srs. Membros da Comissão de Sistematização, Sr. Relator Geral:

Não há dúvida alguma que o nobre Constituinte Carlos Sant'Anna é um dos mais diligentes e atuantes membros desta Assembléia Nacional Constituinte.

Como Relator de uma Subcomissão, fui vítima dessa atividade febril, dessa capacidade produtiva que caracteriza a atuação do Constituinte Carlos Sant'Anna, que aqui produz um texto que merece toda consideração, todo critério de análise e todo respeito.

Sr. Presidente, Srs. Membros da Comissão de Sistematização, acreditamos que, já de início, o texto da emenda do constituinte Carlos Sant'Anna peca por uma

demasia ao dizer que "o Brasil é uma República Federativa, constituída pela união indissolúvel dos Estados e Municípios", já que a união dos municípios constitui um Estado unitário e a união dos Estados é que constitui a Federação. É uma demasia que seria perfeitamente dispensável. Por outro lado, S. Ex.<sup>a</sup> pede que os arts. 3º e 4º sejam suprimidos dos princípios fundamentais.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA** – Eles já estão suprimidos na minha emenda.

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – Agora, S. Ex.<sup>a</sup> alerta e nos esclarece que na sua emenda não constam o que, então, proporcionaria um acoplamento ao texto do Relator. Mas, de qualquer forma, o texto do Relator nos parece muito mais avançado e muito mais consentâneo com a visão política que, hoje, o Brasil tem na condução da sua política externa, fundamentalmente. Nós passamos por 21 anos de autoritarismo. Esta Constituinte é a retomada de uma linha de conduta da nossa política externa que sempre primou pelo não alinhamento e pela autodeterminação, desde as formulações de Santhiago Dantas. S. Ex.<sup>a</sup> o Constituinte Carlos Sant'Anna, embora eu sabia que partilha, que também se identifica com essas posições relativas a autodeterminação, à independência e ao não alinhamento, ao redigir o art. 2º praticamente substituiu toda a propositura do texto do Relator, no que se refere à conduta do País quanto às relações externas.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – A Mesa adverte o orador de que dispõe de um minuto para o encerramento do seu pronunciamento.

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – Sr. Presidente, não vivemos neste País uma política de alinhamento automático em que se dizia "o que é bom para o Brasil é bom para os Estados Unidos", uma concepção geopolítica que nos transformou em quintal dos Estados Unidos. Tivemos o Acordo MEC–USAID e todo o processo de dominação de controle, cultura, político e educacional, que varreu o patrimônio cultural de toda uma geração.

O texto do Relator Bernardo Cabral, ao dizer "que o Brasil fundamenta as suas relações internacionais..."

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – A Mesa solicita a V. Ex.<sup>a</sup> que encerre o seu pronunciamento.

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – Vou encerrar, Sr. Presidente.

O texto do Relator, ao dizer que "o Brasil fundamenta suas relações internacionais no princípio da independência nacional, na prevalência dos direitos humanos, no direito à autodeterminação dos povos, na não-intervenção, na igualdade dos Estados, na solução pacífica dos conflitos internacionais, na defesa da paz, no repúdio ao terrorismo e na cooperação com todos os povos para a emancipação e o progresso da humanidade, está aqui resgatando aquilo que é da tradição e próprio da diplomacia brasileira, a volta para a autodeterminação, a defesa da nacionalidade a partir da sua independência.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Pela ordem, com a palavra o Sr. Carlos Sant'Anna.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Sr. Presidente, muito rapidamente.

É verdade, eu estimaria sensibilizar o Relator no sentido de que tem que colocar o idioma nos princípios fundamentais, que ele tem que colocar a capital do Brasil nos princípios fundamentais, que ele tem que colocar que, na composição da república brasileira, entram também os territórios.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Nobre constituinte, não é uma questão de ordem.



**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Eu pedi pela ordem e vou explicar por quê.

Se eu tiver conseguido sensibilizar o Relator para isto, e acredito que o fiz, não é possível que o idioma, a capital, os territórios não estejam incluídos aqui. Portanto, tendo conseguido o meu objetivo, não há por que eu permanecer com o destaque para votação e por isso, pela ordem, pedia a V. Ex.<sup>a</sup> que, neste caso, até porque concordo que o artigo referente aos problemas internacionais do Relator está melhor redigido – não é questão de vaidades – do que o que eu propus, então, por isto peço a V. Ex.<sup>a</sup> que não submeta o destaque à votação.

Mas é indispensável: nós não estamos aqui apenas para ficar votando, votando. Quase 90% de todos nós queríamos tirar o preâmbulo e não conseguimos. Quero apenas dizer que não tem sentido que nos Princípios Fundamentais do que é o Brasil, sei que diz lá na frente, não conste qual é o idioma que falamos, qual a língua que falamos e que os Territórios integram a República. Só isto.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – A Mesa agradece e pede desculpas porque entendera que V. Ex.<sup>a</sup> havia solicitado a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. CONSTITUINTE JOÃO MENEZES:** – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Constituinte João Menezes.

**O SR. CONSTITUINTE JOÃO MENEZES:** – Sr. Presidente não sei bem se ainda está em vigor o Regimento Interno da Comissão de Sistematização, porque tem mudado várias vezes. Como estamos iniciando a votação, diz aqui o Capítulo I – Da Discussão:

"Art. 20. Durante a discussão de qualquer matéria poderá usar da palavra, sucessivamente:

I – pelo prazo de vinte minutos improrrogáveis, o Autor e o Relator;

II – pelo prazo de dez minutos, qualquer membro ou suplente da Comissão;

III – pelo prazo de três minutos, os Constituintes que não sejam membros da Comissão.

Pergunto a V. Ex.<sup>a</sup> se esses princípios do Regimento ainda estão em vigor ou se já foram alterados?

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Esses princípios estão em pleno vigor. Entretanto, Sr. Constituinte João Menezes, estamos em regime de votação e não discussão. V. Ex.<sup>a</sup>, se melhor aprovar, poderá compulsar o Regimento e verificará que o tempo estabelecido para encaminhamento será, com preferência para o autor, de cinco minutos e dois, contrariamente, à proposição.

Estamos em regime de votação.

**O SR. CONSTITUINTE JOÃO MENEZES:** – Muito obrigado pela informação, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Com a desistência do Constituinte Carlos Sant'Anna não procederemos à votação.

A Presidência faz um apelo aos Srs. Constituintes para que declarem o seu voto diretamente no microfone, para evitar dificuldades ao escrutinador. Alguns Srs. Constituintes levantam a mão, o que atrapalha o andamento dos trabalhos. Solicito o mínimo de colaboração no sentido de que votem ao microfone.

Ainda assim, a Mesa esclarece, por solicitação e para dirimir dúvidas, que o livro de assinaturas para cada reunião estará à disposição dos Srs. Constituintes 30 minutos antes do início da votação.

Em votação o Destaque nº 5.442, da Emenda de nº ES-32178, do Constituinte José Santana.

O Constituinte José Santana se encontra presente?

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ TINOCO:** – Sr. Presidente, poderia repetir por obséquio o número da emenda?

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Emenda nº 32.178, do Constituinte José Santana.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ TINOCO:** – Aqui, na relação, consta o nome do Constituinte José Egreja. Gostaria que a Mesa esclarecesse este aspecto.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Houve um equívoco porque a primeira assinatura era do Constituinte José Santana.

O Constituinte José Egreja, não está presente.

Está prejudicada.

Em votação o Destaque nº 7.184/87, referente à Emenda 1P-18693/5, de autoria do Constituinte José Richa.

Concedo a palavra ao Sr. Constituinte José Richa para encaminhar ou desistir se for o caso.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ RICHÁ:** – Desisto, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Em votação o Destaque nº 7.194/87, referente à Emenda nº ES-33995/8, de autoria do Constituinte José Richa.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ RICHÁ:** – Desisto, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Em votação o Destaque nº 5.245/87, que solicita votação da ES-34508-7, do Constituinte Victor Faccioni. **(Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup> está ausente.

A Emenda está prejudicada.

Em votação o requerimento de preferência da Emenda ES-33984-2, do Constituinte Antônio Mariz, objeto de destaque para a apreciação da parte referente ao Título I – Dos Princípios Fundamentais.

Em votação o requerimento de preferência.

Os Srs. Constituintes que estiverem a favor permaneçam sentados. **(Pausa)**.

Aprovado.

**Destaque nº 7068/87, do Sr. Nelson Jobim – Emenda nº ES-33984-2, dos Srs. Antonio Mariz e Nelson Friedrich, "que dá nova redação aos Títulos I, II e III do Substitutivo nº 1 (Títulos I e II do Substitutivo nº 2)". (14ª votação)**

Em votação o Destaque nº 007068-87, de autoria do Constituinte Nelson Jobim, referente à ES nº 33984-2, de autoria dos Constituintes Antonio Mariz e Nelson Friedrich.

Tem a palavra o Constituinte Antonio Mariz, para encaminhar a votação.

**O SR. CONSTITUINTE ANTONIO MARIZ:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, esta emenda diz respeito ao art. 1º e seu parágrafo único, do Projeto do Substitutivo II, está assim redigido:

"Art. 1º A República Federativa do Brasil constitui-se em Estado democrático de direito que visa a construir uma sociedade livre, justa e solidária, e tem como fundamentos a soberania, a cidadania, a dignidade das pessoas e o pluralismo político."

O parágrafo único passaria a denominar-se art. 2º, com a seguinte redação:

"Art. 2º Todo o poder pertence ao povo, que o exerce por intermédio de representantes eleitos ou diretamente, nos casos previstos nesta Constituição."

Trata-se, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, de uma emenda despretensiosa na medida em que, ao alterar a forma do art. 1º e do seu parágrafo único, na verdade procura compatibilizar o texto com o conteúdo que se encontra em todo o Projeto Substitutivo II. Enfatiza alguns pontos que se encontram consagrados ao longo do projeto que estamos aqui a votar. Assim é que, ao invés de dizer "constituída sob regime representativo", diz:

"A República do Brasil constitui-se em Estado democrático de direito..."

Creio útil e fundamental que os Constituintes, ao votarem a nova lei fundamental do País, após um longo período de regime autoritário, enfatizem esse fato de que estamos implantando uma República Federativa constituída em Estado democrático de direito.

O caráter representativo dessa República encontra-se no art. 2º:

"Todo o poder pertence ao povo, que o exerce por intermédio de representantes eleitos..."

Aqui se substitui a forma clássica que havia sido colocada na Constituição de 1946, copiada da Constituição espanhola de 1931 que dizia que todo o poder emana do povo.

A proposta que fazemos dá mais ênfase à soberania popular, na proporção em que diz: "Todo poder pertence ao povo", e esclarece que, sendo representativa, a República brasileira, reserva um espaço para o exercício direto do poder pelo povo. Isto tanto é verdade quanto os arts. 71, **caput**, § 2º, admitem a iniciativa popular de lei e admitem, igualmente, a iniciativa popular de emenda constitucional. Já o art. 71, § 3º, prevê o **referendum** popular para a rejeição de leis ou emendas constitucionais feitas e propostas por um determinado percentual do povo brasileiro. Assim, o texto proposto traduz com maior fidelidade, com maior coerência, a nosso ver, o que se contém no substitutivo do Relator Bernardo Cabral. Estou certo de que S. Ex.ª concordará com esta proposta. E posso mesmo antecipar que, nos contatos pessoais por nós mantidos, revelou o Exm.º Sr. Constituinte Bernardo Cabral a sua concordância com essas modificações, com esta emenda aditiva ao art. 1º e ao parágrafo único do texto do Substitutivo nº 2, tal como se encontra aqui redigido.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Com a palavra o Sr. Relator Bernardo Cabral.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, eu já havia anunciado ao ilustre Constituinte Antônio Mariz que estou de pleno acordo. O relator acolhe a emenda de S. Ex.ª (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Em votação o Destaque nº 7.068 para a Emenda nº 33.984, de autoria do Constituinte Nelson Jobim. Está em regime de votação. Quem aprovar, dirá SIM; quem rejeitar, dirá NÃO.

Em votação.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Sr. Presidente, pela ordem! (**Assentimento da Presidência**) Está havendo uma dúvida. Pelo livro, a emenda do ilustre Constituinte compreende o art. 1º da própria emenda, 2º, 3º, 4º e 5º, inclusive um art. 5º muito longo. Estou querendo saber se está em votação só o art. 1º da emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Art. 1º e art. 2º. O resto, S. Ex.ª retirou.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Exatamente! É o art. 1º e seu parágrafo único.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – É possível essa separação, regimentalmente?

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – É possível!

**O SR. CONSTITUINTE VIRGILDÁSIO DE SENNA:** – Pela ordem, Sr. Presidente. (**Assentimento da Presidência**) Peço a V. Ex.ª, para que os Constituintes possam votar com exato conhecimento de causa, que a emenda, na sua integridade, a que está sendo submetida à votação, seja lida, porque houve modificações diferentes daquilo que consta do texto e do livro que transcrevem as emendas apresentadas.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Sr. Presidente, pela ordem! (**Assentimento da Presidência**) Preciso saber se é possível, de uma emenda, destacar algum artigo, porque, ainda há pouco, desisti da minha emenda e do meu destaque por entender que a redação do Relator, conforme demonstrou, inclusive, o ilustre e brilhante Constituinte José Fogaça, era melhor do que a minha. Ora, eu poderia ter desistido da redação correspondente aos conflitos internacionais, porque achei que a do Relator era melhor e mantido, por exemplo, porque estava interessado, a redação sobre a introdução do idioma nos princípios fundamentais. Não entendo como os princípios fundamentais de uma Constituição, a respeito de um País, não diga qual é o idioma que ele fale e nem qual é a Capital. Desisti por achar que não podia compatibilizar. Então, quero saber se é possível, de uma emenda, destacar um ou dois artigos para serem votados. Isto é muito importante para nos orientar no futuro.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Nobre Constituinte Carlos Sant'Anna, evidentemente que a emenda de V. Ex.ª era uma emenda substitutiva; esta é uma emenda modificativa e S. Ex.ª está destacando uma parte. Evidentemente, creio que não há qualquer dúvida a respeito.

**O SR. CONSTITUINTE ANTONIO MARIZ:** – Sr. Presidente, peço a palavra para um esclarecimento.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Antonio Mariz.

**O SR. CONSTITUINTE ANTONIO MARIZ:** – Se V. Ex.ª me permitisse, eu gostaria de ler o texto...

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem!

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Eu solicitaria que V. Ex.ª aguardasse um momento.

O nobre Constituinte Antonio Mariz vai ler o texto de parte da emenda para conhecimento da Casa, de acordo com o requerimento do Constituinte Virgildásio de Senna.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – O nobre Constituinte Antonio Mariz está com a palavra. Em seguida eu a concederei a V. Ex.ª nobre Constituinte José Lins.

O Sr. Constituinte Antonio Mariz tem a palavra, pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE ANTONIO MARIZ:** – Estou lendo o texto, em cópia xerografada do livro que publicou todas as emendas.

As dúvidas suscitadas pelo Constituinte Virgildásio de Senna, certamente dizem respeito ao fato de que uma

versão consolidada desta emenda foi distribuída entre os Srs. Constituintes. A leitura que faço é do texto exato da emenda, referente ao destaque apenas do art. 1º e seu parágrafo único do substitutivo. A leitura foi tirada diretamente do texto publicado pela Comissão, vazada nos seguintes termos:

A proposta é esta:

"A Republica Federativa do Brasil constitui-se em Estado democrático de direito que visa construir uma sociedade livre e solidária, tendo como fundamento a soberania, a cidadania, a dignidade das pessoas e o pluralismo político."

O § 1º passa a denominar-se art. 2º e tem a seguinte redação:

"Todo poder pertence ao povo, que o exerce por intermédio de representantes eleitos ou diretamente, nos casos previstos nesta Constituição."

É este o texto.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Com a palavra o nobre Constituinte José Lins.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Desejaria um esclarecimento. Uma coisa é a emenda, outra coisa é o destaque sobre a emenda. A pergunta é se o destaque foi sobre a emenda total ou se é um destaque de parte da emenda? O pedido oficial do destaque foi solicitado.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – A emenda é modificativa de uma parte do Substitutivo.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Sim, mas S. Ex.<sup>a</sup> poderia ter pedido destaque apenas de uma parte dessa emenda. Pergunto se o destaque foi total da emenda ou se foi de uma parte da emenda?

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – O destaque foi de uma parte da emenda. Foi parcial.

**O SR. JOSÉ LINS:** – De que artigo?

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Senador José Lins, é o artigo integral, art. 1º, parágrafo único. É um artigo só.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Então foi da emenda toda.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – A emenda envolvia outros artigos, a parte destacada foi esta. A emenda tem seis artigos, nobre Constituinte.

Tem a palavra o Constituinte Bocayuva Cunha.

**O SR. CONSTITUINTE BOCAYUVA CUNHA:** – Sr. Presidente, há um conjunto de destaques; o Destaque nº 638, de autoria de V. Ex.<sup>a</sup>; outro, nº 708, do Senador Mário Maia; outro, nº 6.545, do Constituinte Lysâneas Maciel; outro, nº 440, do Constituinte Florestam Fernandes, que versam sobre o mesmo assunto. Indago a V. Ex.<sup>a</sup>, se aprovado este destaque, os outros estão prejudicados automaticamente?

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Depois de proclamado o resultado, a Mesa informará quais os destaques prejudicados. Agora, antes da votação não há nenhuma prejudicialidade. V. Ex.<sup>a</sup> até se antecipou para nos ajudar e a Mesa agradece.

Tem a palavra o nobre Relator.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, precisava dar um esclarecimento ao Constituinte Carlos Sant'Anna. É que na Emenda Antônio Mariz fica mantido o art. 4º do Substitutivo tal qual S. Ex.<sup>a</sup> estava preocupado e que acolho a sugestão de S. Ex.<sup>a</sup> quanto ao idioma. De modo que esse art. 4º do projeto original, Substitutivo II, fica mantido tanto por V. Ex.<sup>a</sup> quanto pelo Constituinte Antonio Mariz.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Em votação o destaque nº 7.068 à Emenda nº 3398-4.

Em votação.

Aqueles que votarem a favor dirão "SIM" e os que forem contra, "NÃO".

**O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS:** – Pela ordem, Sr. Presidente. **(Assentimento da Presidência)** Sr. Presidente, o destaque solicitado pelo nobre Constituinte Antonio Mariz promove duas alterações no Substitutivo 11, do Deputado Bernardo Cabral. A primeira é quanto ao art. 2º, alteração com que, em face do que consta do próprio substitutivo, estou de acordo. Mas, a segunda modificação diz respeito ao art. 1º, e consulto o Sr. Relator se S. Ex.<sup>a</sup> concorda com a supressão da expressão "pela união indissolúvel dos Estados e do Distrito Federal". O conceito de Federação há de estar subordinado a esse princípio da união indissolúvel dos Estados, e a emenda do Constituinte Antonio Mariz suprime isto, o que me parece um princípio fundamental da Republica Federativa do Brasil. É questão que coloco à consideração do Sr. Relator.

Mais adiante, no Substitutivo da Organização Política...

**A SRA. CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES:** – Sr. Presidente, a emenda já está em votação.

**O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS:** – ... há uma referência a essa união, mas não referência ao princípio da indissolubilidade.

**A SRA. CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES:** – Está em votação, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Eu só queria solicitar aos Srs. Constituintes que colaborassem. Nos não iniciamos o processo de votação. No momento em que se iniciar o processo de votação...

**A SRA. CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES:** – Já foi iniciado. A Constituinte Abigail Feitosa já votou, inclusive.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Gostaria que o Constituinte José Fogaça nos esclarecesse a este respeito.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FOGAÇA:** – Sr. Presidente, eu já havia iniciado aqui a chamada e já havia registrado, inclusive, o voto da Constituinte Abigail Feitosa. S. Ex.<sup>a</sup> votou "SIM". Portanto, o processo de votação já havia sido iniciado.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Sr. Presidente, pela ordem, sobre o processo de votação mais uma vez.

**O SR. ANTONIO MARIZ:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Vamos solicitar aqui a atenção dos Srs. Constituintes. Acho que estamos desenvolvendo todos os trabalhos na maior ordem. Evidentemente que houve um lapso: iniciado o processo de votação, eu dei a palavra ao Constituinte Antônio Carlos Konder Reis. Não poderia, para manter a imparcialidade da Mesa, deixar de dar a palavra ao Constituinte Antonio Mariz.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Sr. Presidente, pela ordem, sobre o processo de votação.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Em seguida, concederei a palavra a V. Ex.<sup>a</sup>, Constituinte Carlos Sant'Anna.

**O SR. CONSTITUINTE ANTONIO MARIZ:** – Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup> o espírito de equidade com que me concedo a palavra. É pertinente a observação do Constituinte Antônio Carlos Konder Reis. Na verdade, não inclui-

mos essa declaração da união indissolúvel pelo fato de que ela se encontra no art. 17 do projeto Substitutivo II:

"Art. 17. A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos e com a sua respectiva esfera de competência."

A forma adotada no Projeto, com esse art. 17, é da Constituição de 1946. Pareceu-me desnecessário repetir o mesmo conceito. Pareceu-me, por uma imposição de técnica legislativa, a garantia da indissolubilidade dos Estados e da União, que está no conceito de Federação e na afirmação do art. 17, quando define o que integra a União.

A Constituição de 1946 já não incluía esta expressão: "União perpétua e indissolúvel". E, ao mesmo tempo, o art. 70, no seu § 4º, inciso I, proíbe qualquer emenda constitucional que afete a Federação. Simplesmente é inadmissível qualquer emenda que pretenda quebrar a Federação, então, no art. 17 e no art. 70 está assegurada a indissolubilidade da União, assegurada a unidade do Brasil.

A forma que o projeto adota é a mesma da Constituição de 1946, que dizia no seu art. 1º "Os Estados Unidos do Brasil mantêm, sob o regime representativo, a Federação e a República". A expressão não indissolúvel dos Estados, Territórios e Municípios é uma forma adotada na Constituição de 1891, quando o Brasil saía do Império e, por conseguinte, tinha a necessidade de dar uma ênfase especial a essa unidade, em face do risco da Secessão e da Constituição 1934 que vinha da questão paulista, da Revolução Constitucionalista, que Governo Central acusara de ser seccionista.

Então, me parece, Sr. Presidente, que a unidade e a indissolubilidade da Federação estão asseguradas no texto do Constituinte Bernardo Cabral, seja no art. 17, que diz expressamente isto, seja no art. 70, que proíbe emendas que afetem a Federação.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – É apenas para consignar, que a emenda...

**A SRA. CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES:** – Sr. Presidente, não é possível uma coisa dessa, nós estamos num processo de votação!

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – É sobre o processo de votação que estou falando.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – S. Ex.<sup>a</sup> está pedindo um questão de ordem sobre o processo de votação.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Acabei de ser respondido, em questão de ordem sobre o processo de votação, que a emenda era modificativa; entretanto, ela nos foi dada, aqui nesta pauta, como emenda substitutiva, idêntica à minha emenda, que também foi considerada substitutiva. Então, fica entendido que a Mesa muda o seu conceito de emenda modificativa e substitutiva, a seu bel-prazer. Não estou com isso fazendo nenhum comentário malicioso sobre a Mesa, mas, registrando um procedimento que nos dificulta proceder diante da votação.

Por outro lado, ontem o Presidente Afonso Arinos, presidindo como V. Ex.<sup>a</sup>, nesta hora, esta Mesa, quando houve desejo de um autor de emenda de alterar o texto da emenda que ele estava apresentando, S. Ex.<sup>a</sup> dirimiu questão de ordem, dizendo que isso era absolutamente impossível.

Então, essas posições não podem flutuar de um dia para outro. Elas têm que ser constantes, as mesmas. E outra coisa, ou funciona este papelzinho que nos dão caracterizando as emendas como elas estão, e só pode haver uma caracterização se houver protesto, aceito pela Mesa, ou nós não temos condição de ficar votando.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Sr. Constituinte Carlos Sant'Anna, eu gostaria que V. Ex.<sup>a</sup> fosse mais indulgente com os trabalhos...

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Quero indulgência para mim. Indulgência para mim não há.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Vou responder a V. Ex.<sup>a</sup>. V. Ex.<sup>a</sup> levantou uma questão de ordem sobre o processo de votação, assim como ouvi, gostaria que V. Ex.<sup>a</sup> não me interrompesse.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Sr. Presidente!

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Um momento. Estou respondendo à questão de ordem. Primeiro gostaria que V. Ex.<sup>a</sup> fosse mais indulgente, sabendo das profundas dificuldades do trabalho neste momento da Comissão de Sistematização onde temos aproximadamente só nesta matéria mais de oitenta destaques.

Queremos fazer justiça aos funcionários da assessoria, que às vezes também cometem erros, como V. Ex.<sup>a</sup> e o Presidente que dirige estes trabalhos. Evidentemente que houve um engano em relação à emenda, que é clara: "Modifique-se e redistribua-se, com nova redação". A emenda é claramente modificativa.

Queria dizer ainda ao Constituinte Carlos Sant'Anna que apesar da inquietação todo o Plenário tem votado satisfatoriamente. Ninguém se sentiu até este momento logrado com o processo de votação.

É o que a Mesa esclarece, e vamos proceder à votação. (Palmas)

**O SR. CONSTITUINTE FERNANDO LYRA:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – É sobre o processo de votação, Constituinte Fernando Lyra? Se não for, não posso conceder a palavra a V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE FERNANDO LYRA:** – Não. É sobre a votação, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Depois da votação da emenda, V. Ex.<sup>a</sup> pede a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE FERNANDO LYRA:** – Mas eu precisava falar sobre uma questão de ordem, porque o assunto é de alto interesse da Nação e o meu voto se sobrepõe, inclusive sobre essa realidade.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Constituinte Fernando Lyra, já iniciamos o processo de votação. Portanto, solicitaria a V. Ex.<sup>a</sup> que tivesse paciência.

**O SR. CONSTITUINTE FERNANDO LYRA:** – Sr. Presidente, cheguei agora, exatamente agora, e gostaria de apresentar a V. Ex.<sup>a</sup> e à Mesa uma questão de ordem. Se V. Ex.<sup>a</sup> me tirar a possibilidade de fazê-lo, eu o farei posteriormente, não há problema. Agora, acho que é alguma coisa que tem a ver, e muito, com a Assembléia Nacional Constituinte, com a questão nacional. Portanto, eu gostaria de apresentar esta questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Constituinte Fernando Lyra, a Mesa faz um apelo a V. Ex.<sup>a</sup> para que permita que se proceda à votação e logo em seguida concederemos a palavra a Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE FERNANDO LYRA:** – Pois não, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup>.

Tem a palavra o Relator, Sr. José Fogaça, para proclamar a chamada.

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – Votação da Emenda QS 33.984.  
Em votação.

(Procede-se à votação)

**O SR. CONSTITUINTE ALUÍZIO CAMPOS:** – Sim, com a inclusão da sugestão de Antônio Carlos Konder Reis.

(Procede-se à votação)

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Como entendo que não pode haver inclusão em decisão já firmada, meu voto é "não".

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Almir Gabriel, Aluizio Campos, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Carlos Mosconi, Celso Dourado, Cristina Tavares, Egidio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Gasparian, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Lyra, Haroldo Sabóia, Ibsen Pinheiro, João Calmon, José Fogaça, José Paulo Bisol, José Richa, Manoel Moreira, Mário Lima, Milton Reis, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nelton Friedrich, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Rodrigues Palma, Severo Gomes, Sigmaringa Seixas, Virgildásio de Senna, Wilson Martins, Antonio Mariz, Israel Pinheiro, José Tavares, Miro Teixeira, Octávio Elísio, Rose de Freitas, Vilson Souza, Alcení Guerra, Antoniocarlos Mendes Thame, Christóvam Chiaradia, Edme Tavares, Inocência Oliveira, José Jorge, José Santana de Vasconcellos, José Thomaz Nonô, Marcondes Gadelha, Mário Assad, Osvaldo Coelho, Sandra Cavalcanti, Jarbas Passarinho, Virgílio Távora, Cleonânio Fonseca, Jonas Pinheiro, Mozarildo Cavalcanti, Adylson Motta, Brandão Monteiro, José Maurício, Lysâneas Maciel, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Plínio Arruda Sampaio, Ottomar Pinto, José Genoíno, José Maria Eymael, Roberto Freire, Beth Azize. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Carlos Sant'Anna, José Geraldo, Nilson Gibson, Prisco Viana, Délio Braz, Carlos Chiarelli, Eraldo Tinoco, Luís Eduardo, Oscar Corrêa, Paulo Pimentel, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Enoc Vieira, João Menezes, José Lourenço, Paes Landim, Bonifácio de Andrada, Adolfo Oliveira.

### DECLARAÇÃO DE VOTO

"Excelentíssimo Sr. Presidente da Comissão de Sistematização.

Embora tenha votado, favoravelmente à Emenda ES-33.984-2 de autoria do Deputado Constituinte Antonio Mariz ressalto a solicitação do Líder Gastone Righi, no sentido de que essa Presidência coloque a emenda de minha autoria de nº ES-33.224-4, na pauta da Comissão de Sistematização, no dia em que vier a ser votado o Título IV, pois essa emenda, antes referida estende sua abrangência modificativa, ao **caput** do art. 28 e seu § 5º.

Assembléia Nacional Constituinte, 26 de setembro de 1987. – **Ottomar Pinto.**"

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 73 Constituintes; votaram NÃO 18 Constituintes. Total: 91 votos. O destaque foi **aprovado**. Declaração de voto, do Senhor Constituinte Ottomar Pinto.

Em face da aprovação da emenda, verificamos que todos os destaques, com exceção do Destaque nº 008018/87, de autoria do Constituinte Cássio Cunha Lima, foram prejudicados.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr. Presidente, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Tem a palavra o Constituinte Gastone Righi.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr. Presidente, é quanto à prejudicialidade; para ressaltar a emenda do Constituinte Ottomar Pinto, que passa a se incluir no artigo seguinte.

**O SR. CONSTITUINTE FERNANDO LYRA:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Tem a palavra o Sr. Constituinte Fernando Lyra, para uma questão de ordem.

**O SR. CONSTITUINTE FERNANDO LYRA:** – Sr. Presidente, gostaria, de indagar de V. Ex.<sup>a</sup> se é possível a esta Comissão de Sistematização formular e aprovar, por maioria, voto de repúdio a atitudes que entendo insólitas contra o funcionamento da Assembléia Nacional Constituinte.

Fundamento esta questão de ordem. O Brasil inteiro vem acompanhando o procedimento do Governo quanto ao funcionamento, as diretrizes, e a soberania desta Assembléia Nacional Constituinte. Permita-me recordar com a autoridade de quem há dezesseis anos, em pleno regime ditatorial, se reuniu com companheiros no então MDB para, em Recife, num seminário histórico, inclusive, naquela oportunidade em oposição à própria direção do MDB de então, aprovarmos que o item nº 1 da "Luta pela Democracia". Era a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte livre e soberana. Foram dezesseis anos de luta. Não quero aqui fazer história nem crônica política. Não vou delinear nem recordar quantos companheiros e companheiras tombaram ao longo desse processo, para conseguir reuniões como esta aqui hoje.

Na maior façanha política da história contemporânea, o povo brasileiro, através das suas lideranças, entendeu que a melhor forma para a transição democrática era a eleição de um homem que representasse a sociedade brasileira para presidir a transição democrática.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Nobre Constituinte Fernando Lyra, a Mesa solicita a V. Ex.<sup>a</sup> que formule a questão de ordem.

**O SR. FERNANDO LYRA:** – Vou formular, Sr. Presidente.

Morto o Dr. Tancredo Neves, assumindo o poder o Presidente José Sarney, cabia a Sua Excelência presidir a transição democrática. O compromisso do Presidente para com o País é presidir a transição democrática e a transição democrática passa pela Assembléia Nacional Constituinte. Este Presidente, em vez de ficar acima das questões menores, vem-se imiscuindo de forma não compatível com a ética política.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Constituinte Fernando Lyra, V. Ex.<sup>a</sup> dispõe de 1 minuto para formular a questão de ordem.

**O SR. CONSTITUINTE FERNANDO LYRA:** – Vou formular, Sr. Presidente.

Esta palhaçada, que se faz hoje, esta cena ridícula que se cria lá fora é no intuito de querer corromper a Assembléia Nacional Constituinte.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – V. Ex.<sup>a</sup> está mentindo.

**O SR. CONSTITUINTE FERNANDO LYRA:** – V. Ex.<sup>a</sup>, Constituinte Carlos Sant'Anna, não tem autoridade para dizer que estou mentindo. V. Ex.<sup>a</sup> que veio da Arena...

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – V. Ex.<sup>a</sup> está abusando...

**O SR. CONSTITUINTE FERNANDO LYRA:** – Ou V. Ex.<sup>a</sup> retira a mentira que jogou contra mim, ou V. Ex.<sup>a</sup> não vai ficar calado hoje.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – V. Ex.<sup>a</sup> está acusando e ofendendo o Presidente do qual V. Ex.<sup>a</sup> foi Ministro durante 11 meses; participou do governo. V. Ex.<sup>a</sup> não tem autoridade para fazer essas acusações.

**O SR. CONSTITUINTE FERNANDO LYRA:** – Autoridade eu tenho, Constituinte Carlos Sant'Anna, e não vou dar "colher de chá" a V. Ex.<sup>a</sup> Pode sentar, que não vou dar aparte a V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Constituinte Fernando Lyra, V. Ex.<sup>a</sup> solicitou a palavra para uma questão de ordem e não a formulou. A Mesa, neste momento, não pode deixar de tomar providências no sentido de suspender a palavra de V. Ex.<sup>a</sup>.

Durante cinco minutos, V. Ex.<sup>a</sup> usou da palavra da forma como bem lhe aprouve. A Mesa solicitou a V. Ex.<sup>a</sup> que colocasse a sua questão de ordem, mas V. Ex.<sup>a</sup>, infelizmente, superou o tempo, não formulou a sua questão de ordem e não está colaborando para o bom desenvolvimento dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte.

**O SR. CONSTITUINTE FERNANDO LYRA:** – Ligue o microfone, porque sou Constituinte e exijo autoridade da Presidência para me conceder a palavra!

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Constituinte Fernando Lyra, dei a V. Ex.<sup>a</sup> todas as oportunidades para que apresentasse a sua questão de ordem.

**O SR. CONSTITUINTE FERNANDO LYRA:** – Vou formulá-la!

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Eu não vou aceitar pressões ou admoestações de ninguém! Quem decide aqui, enquanto eu estiver na Presidência, sou eu!

Solicito aos Srs. Constituintes que regressem aos seus lugares.

**O SR. CONSTITUINTE FERNANDO LYRA:** – Vou formular a questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Constituinte Fernando Lyra, V. Ex.<sup>a</sup> há dez minutos está na tribuna, fez um discurso como Constituinte e não formulou a sua questão de ordem!

**O SR. CONSTITUINTE FERNANDO LYRA:** – Eu pergunto a V. Ex.<sup>a</sup> se é possível, pela maioria de votos, esta Comissão votar moção de repúdio àqueles que querem prejudicar o trabalho da Assembléia Nacional Constituinte.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Constituinte Fernando Lyra, V. Ex.<sup>a</sup> já formulou sua questão de ordem?

**O SR. CONSTITUINTE FERNANDO LYRA:** – Já formulei.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Pois não.

**O SR. CONSTITUINTE FERNANDO LYRA:** – Agora V. Ex.<sup>a</sup> me perdoe, eu não podia formular a questão de ordem sem fundamentá-la. Estou apenas fundamentando a questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Constituinte Fernando Lyra, V. Ex.<sup>a</sup> com a sua questão de ordem, fez com que os nossos trabalhos, que se encaminhavam com a maior normalidade, os nossos trabalhos que se encaminhavam com um bom nível de serenidade, neste momento, os nossos trabalhos fossem interrompidos por uma questão de ordem que, infelizmente – sei que não era de seu objetivo – mas acabou tumultuando os nossos traba-

lhos. A Mesa informa que, regimentalmente, não é possível, não há amparo legal para a questão de ordem de V. Ex.<sup>a</sup>.

Em votação o Destaque nº 8.018/87, para a votação em separado, da emenda nº ES-24.070, do Constituinte Cássio Cunha Lima

O Constituinte autor da Emenda, está presente?  
(Pausa)

Prejudicada a Emenda do Constituinte Cássio Cunha Lima.

Passamos à votação dos destaques do art. 2º.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Sr. Presidente, para um esclarecimento. Dei o Destaque nº 541, que é aditivo ao art. 1º do Título I. Pergunto se vai ser votado esse destaque aditivo.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Constituinte José Genoíno, apenas para esclarecer a V. Ex.<sup>a</sup>: a sua emenda está prejudicada, em face da aprovação da Emenda do Constituinte Antonio Mariz.

Ouçá bem: o art. 2º do **caput** incluindo o termo "democrática" na denominação do País, que fica sendo "República Federativa Democrática do Brasil".

O texto aprovado.

"A República Federativa do Brasil constitui-se em estado democrático de direito..."

– evidentemente que haveria uma redundância na inclusão "democrático" e "estado democrático de direito".

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Sr. Presidente, entendo que a palavra "democrático" não seria uma redundância, porque "estado de direito" está no texto seguinte. Essa palavra "democrático", na denominação, é simbólica e significativa.

Não quero, em torno desta questão, criar uma polêmica com a Mesa. Não considero prejudicado, acho que o destaque é aditivo. Mas vou retirar este destaque como destaque aditivo, porque ele está acrescentando uma palavra na denominação de "República Federativa do Brasil" a palavra "democrática". Retiro o destaque aditivo. Considero que não estava prejudicado.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Como diria o nosso Mestre Afonso Arinos, a Mesa agradece.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Em votação a emenda do Constituinte Jorge Hage, destaque 958/87.

S. Ex.<sup>a</sup> está presente?

Em consequência da ausência do nobre Constituinte Jorge Hage, fica prejudicada a sua emenda.

Destaques nº 835/87 para votação em separado da Emenda nº 27.309/4, do Constituinte Haroldo Lima.

O Sr. Constituinte Haroldo Lima está presente?  
(Pausa)

O Sr. Constituinte Haroldo Lima desiste.

**Destaques nº 1.636/87 – Emenda nº ES-33796-3, do Sr. Délio Braz, "que acrescenta parágrafo ao art. 3º do substitutivo nº 1 (art. 2º do Substitutivo nº 2). (15ª votação)**

Em votação o Requerimento de Destaque nº 1.636/87, da Emenda nº ES-33796-3, de autoria do Constituinte Délio Braz.

O Sr. Constituinte Délio Braz está presente?

**O SR. CONSTITUINTE DÉLIO BRAZ:** – Sim, Sr. Presidente, estou presente.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – V. Ex.<sup>a</sup> mantém a sua proposição?

**O SR. CONSTITUINTE DÉLIO BRAZ:** – Sim, eu a mantenho.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Com a palavra o nobre Constituinte Délio Braz, para encaminhamento de votação.

**O SR. CONSTITUINTE DÉLIO BRAZ:** – O Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes:

#### EMENDA ES-33.796/3

Objetiva esta emenda acrescentar ao art. 2º do último substitutivo do ilustre Relator (art. 3º do 1º substitutivo) um parágrafo com os seguintes dizeres:

“Parágrafo único – É vedado a qualquer dos Poderes delegar atribuições; quem for investido em função de um dos Poderes não poderá exercer a de outro.”

A matéria constava de todos os projetos anteriores, desde as subcomissões e Comissões, até a Consolidação apresentada nesta Comissão de Sistematização, constituindo os parágrafos 1º e 2º do art. 3º. Constou também do Projeto Afonso Arinos (art. 68 § único).

Const. de 1934: art. 3º §§ 1º e 2º

Const. de 1946: art. 36 §§ 1º e 2º

Const. de 1967: art. 6º, § único.

Const. de 1969: art. 6º, § único.

No mesmo sentido foram apresentadas as emendas de número 15.811 e 15.812. Foram rejeitadas ao seguinte argumento.

“Tendo sido favoráveis à aprovação de emenda radicalmente sucinta ao artigo em pauta, de autoria do nobre Constituinte Francisco Rollemberg, somos, coerentemente, pela rejeição desta.”

Note-se que a justificativa fala em emenda radical e assim mesmo a aprova, sem mesmo se saber porque, eis que a redação da emenda nº 5.419, da lavra do eminente Senador, não se harmoniza com o texto adotado no substitutivo.

Emendas de outros constituintes:

4.067 – Oswaldo Almeida (PL).

6.386 – Antônio Ferreira (PFL).

6.680 – Antônio Ferreira (PFL).

7.758 – Paulo Pimentel (PFL).

7.889 – Gerson Camata (PMDB).

9.005 – Eduardo Bonfim (PCdoB) e outros.

13.011 – Oscar Corrêa (PFL).

11.680 – Luiz Marques (PFL).

18.532 – Roberto Rollemberg (PMDB).

A maior parte das emendas em sentido contrário (e não foram muitas) foram supressivas em relação a todo o artigo.

Veda-se a delegação de atribuições de um Poder para outro em atitude preventiva, evitando qualquer possibilidade de se mascarar a interferência indevida de algum Poder, a exemplo do que ocorreria se membros do Executivo pudessem, ainda que por expressa autorização contida em norma legal, fixar entendimentos e valores cuja conceituação e estabelecimento fossem reservados à lei formal (Justificativa da Sugestão nº 5.343).

A mesma independência de Poderes há de se verificar na utilização de seus funcionários, não se permitindo que um mesmo cidadão exerça atividade em mais de um Poder (Justificativa da Sugestão nº 5.343).

O texto que se pretende adotar, deixa de consagrar o **Princípio da Independência dos Poderes**. Simplesmente enumera os Poderes.

Volta-se as costas a um princípio consagrado em toda nossa histórica política. Já a Constituição Política do Império reconhecia, em seu art. 9º, que “a divisão e harmonia dos poderes políticos é o princípio conservador dos direitos dos cidadãos e o mais seguro meio de fazer efetivas as garantias que a Constituição oferece”. A Constituição de 1891 afirmava que os Poderes, como órgãos da soberania nacional, eram “harmônicos e independentes entre si” (art. 15).

Constituinte de 1891, Aristides Lobo dizia: “Uma das causas que mais desmoralizaram os Parlamentos da Monarquia foi o princípio funesto das delegações legislativas. (...) Os legisladores têm de guardar inteiro o depósito das atribuições que lhes são conferidas. Nós estamos aqui para fazer leis, e não para mandar fazê-las”.

João Barbalho afirmava: “Sendo os Poderes criados pela Constituição divisos e cada um com esfera sua, se lhes deixasse o arbítrio de delegar funções uns aos outros, a separação dos Poderes seria uma garantia anulável ao sabor dos que os exercessem”.

Pontes de Miranda relembra, em sua monumental obra a respeito da história constitucional, que as primeiras normas já proibiam que alguém, investido de funções de um Poder, pudesse fazer parte de outro, remontando tal princípio ao Projeto de Américo Brasiliense, que o inseriu explicitamente na Carta de 1934.

Pretende-se enxugar a futura Constituição e sob este pretexto se retiram dela princípios válidos que foram testados ao longo de várias décadas. Por outro lado, olvidando tal objetivo, nela são inseridas normas de natureza não constitucional.

Não estamos aqui para copiar as constituições anteriores, mas o modernismo não é contra princípios que foram, são e serão sempre perenes. **(Muito bem!)**

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Com a palavra o nobre Constituinte Bonifácio de Andrada, para encaminhar em contrário.

**O SR. CONSTITUINTE BONIFÁCIO DE ANDRADA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

A emenda do ilustre Constituinte tecnicamente é perfeita para as constituições presidencialistas. Mas esta emenda, se for colocada no texto, abre caminho para o presidencialismo. Se não for colocada no texto, a Casa pode adotar o presidencialismo ou o parlamentarismo em outra votação. De modo que temos que ficar com o Relator, porque o dispositivo constante do texto do eminente Constituinte Bernardo Cabral é também o dispositivo técnico para esta parte da Constituição. Esta parte da Constituição, de acordo com a metodologia adotada pelo ilustre Relator, não compreende, de forma alguma, este tipo de matéria. Esta matéria deveria ser colocada em outra parte do texto, que é justamente aquele referente ao sistema de governo. Se colocarmos este dispositivo neste texto nós estaremos quebrando a metodologia fixada pelo Sr. Relator e estaremos também criando dificuldades para a implantação do parlamentarismo e abrindo caminho para o presidencialismo.

A Casa, portanto, esta ilustre Comissão, precisa votar de uma forma bem consciente esta matéria. Votar contra a emenda não significa votar contra o presidencialismo. Mas votar a favor desta emenda significa abrir caminho para o presidencialismo, razão pela qual levo à Casa este apelo para rejeitar esta emenda, que é peculiar ao sistema presidencialista.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Paes Landim, para o en-

caminhamento a favor da proposição do Deputado Délio Braz.

**O SR. CONSTITUINTE PAES LANDIM:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Desejaria chamar apenas a atenção do nobre Constituinte Bonifácio de Andrada de que a Constituição imperial, embora parlamentarista, lembrava de certa maneira, o espírito de emenda e a melhor fórmula, Sr. Presidente, é a redação dada pela Constituição de 1946, quando assim rezava: “O cidadão investido nas funções de um deles não poderá exercer a de outro” – relativo a poderes – salvo as exceções previstas nessa Constituição.

O que o texto constitucional quer dizer é que ninguém pode, concomitantemente, exercer uma função de natureza Legislativa, Executiva ou Judiciária. Não tem nada haver com o sistema de Governo.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte José Maria Eymael, para o encaminhamento contra a proposição do Deputado Délio Braz.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ MARIA EYMAEL:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Com todo o respeito e admiração que nos merece o autor, inclusive pelos relevantes serviços que têm prestado à Assembléia Nacional Constituinte, desejo contradiar, para chamar a atenção de um determinado ângulo.

Supondo, Sr. Presidente, que o regime de governo que venha a ser adotado seja o regime presidencialista; aprovada essa norma constitucional se eliminaria, do regime presidencialista, a sistemática das leis delegadas que, dentro do regime presidencialista, é instrumento absolutamente necessário. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Em regime de votação a emenda do Constituinte Délio Braz.

A Mesa queria fazer uma comunicação aos Srs. Constituintes.

A informação que chega à Mesa, e o apelo que faz a Técnica é de que está havendo um problema no som. Então, a Mesa sugere, em função do que nos solicitou os responsáveis pelo som, que os oradores quando fizerem as suas proposições, que utilizem os microfones da tribuna, em face das dificuldades da manutenção de todos os microfones em funcionamento no plenário como, aliás, estamos acostumados em fazer na Câmara dos Deputados.

Para esclarecimentos: os que aprovarem a emenda do Sr. Constituinte Délio Braz dirão SIM, os que a rejeitarem dirão NÃO.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Rodrigues Palma, Daso Coimbra, Edme Tavares, Eraldo Tinoco, Inocêncio Oliveira, José Santana de Vasconcelos, Luís Eduardo, Paulo Pimentel, João Menezes, Mozarildo Cavalcanti, Paes Landim, Darcy Pozza. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Almir Gabriel, Aluizio Campos, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Carlos Mosconi, Carlos Sant’Anna, Celso Dourado, Cid Carvalho, Cristina Tavares, Egídio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Gasparian, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, Ibsen Pinheiro, João Calmon, José Fogoça, José Geraldo, José Paulo Bisol, José Richa, Manoel Moreira, Mário Lima, Milton Reis, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nilson Gibson, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Prisco Viana, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Severo Gomes, Sigmaringa Seixas, Virgildásio de Senna, Wilson Martins, Antônio Mariz, Israel Pinheiro, José Tavares, Miro Teixeira, Octávio Elísio, Rose de Freitas, Vicente Bogo, Antoniocarlos Mendes Thame, Carlos Chiarelli, Christóvam Chiaradia, José Jorge,

José Thomaz Nonô, Marcondes Gadelha, Mário Assad, Oscar Corrêa, Osvaldo Coelho, Ricardo Fiúza, Sandra Cavalcanti, Cleonânio Fonseca, Jonas Pinheiro, José Lourenço, Ricardo Lzar, Antônio Carlos Konder Reis, Gerson Peres, Virgílio Távora, Adylson Motta, Bonifácio de Andrada, Brandão Monteiro, José Maurício, Lysâneas Maciel, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Plínio Arruda Sampaio, José Genoíno, Adolfo Oliveira, José Maria Eymael, Haroldo Lima, Roberto Freire, Beth Azize e Antônio Farias.

Durante a votação do Destaque nº 1.636/87 o **Sr. Brandão Monteiro**, Segundo-Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo **Sr. Aluizio Campos**, Primeiro-Vice-Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 12 Constituintes; votaram NÃO 80 Constituintes. Total: 92 votos. O Destaque foi **rejeitado**.

Vamos passar, agora, aos destaques relativos ao art. 3º do Substitutivo nº 2, cujo texto é o seguinte:

“Art. 3º São objetivos fundamentais do Estado:

I – garantir a independência e o desenvolvimento nacionais;

II – erradicar a pobreza e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

III – promover a superação dos preconceitos de raça, sexo, cor, idade e de outras formas de discriminação.”

Em votação o Destaque nº 7.902, requerido pelo nobre Constituinte Deputado Neiton Friedrich. O destaque é relativo apenas ao inciso II do art. 3º:

“Art. 3º .....

Inciso 2º promover a superação dos preconceitos de raça, sexo, cor, idade e de outras formas de discriminação”.

**O SR. CONSTITUINTE NELTON FRIEDRICH:** – Sr. Presidente, eu retiro o destaque.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Sr. Constituinte Neiton Friedrich retirou o destaque.

O segundo destaque é do Constituinte José Camargo referente à Emenda nº 923.489/7, Destaque nº 3.637/87.

Encontra-se presente o Sr. Constituinte José Camargo? **(Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup> está ausente.

A emenda está prejudicada.

Outro Destaque nº 7.812/87, do Constituinte Giovanni Masini.

S. Ex.<sup>a</sup> encontra-se presente? **(Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup> está ausente. Está prejudicada a emenda.

Outro destaque, do Sr. Constituinte José Thomaz Nonô sobre a Emenda nº 24.477, Destaque nº 2.896/87. **(Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup> desiste do destaque.

Outro Destaque nº 526/87, do nobre Constituinte José Genoíno, referente à Emenda nº 6.654, ao art. 3º do Substitutivo. **(Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup> desiste do destaque.

Outro Destaque nº 527/87, do Constituinte José Genoíno, referente à Emenda nº 1P-0665, relativa ao mesmo artigo.

Se for para introduzir alguma palavra, “sexo” ou “cor”, isso já foi introduzido, esclareço a V. Ex.<sup>a</sup>

V. Ex.<sup>a</sup> desiste do destaque?



**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Desisto.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Desiste S. Ex.<sup>a</sup> do destaque.

Outro Destaque nº 299/87, do eminente Constituinte Eduardo Jorge.

S. Ex.<sup>a</sup> está presente? **(Pausa)**

Não está presente. Está prejudicado o destaque.

Outro Destaque nº 558/87, do Constituinte José Genoíno, referente à Emenda nº 1P-6.672. É também sobre o art. 3º, inciso I.

V. Ex.<sup>a</sup> desiste?

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Desisto.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Desiste S. Ex.<sup>a</sup> do destaque.

Outro Destaque nº 2.705/87, do Constituinte Nelson Friedrich, também sobre o art. 3º.

V. Ex.<sup>a</sup> também desiste?

**O SR. CONSTITUINTE NELTON FRIEDRICH:** – Desisto.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Desiste, S. Ex.<sup>a</sup> do destaque.

Outro Destaque nº 4.674/87, da nobre Constituinte Lúcia Braga.

S. Ex.<sup>a</sup> está presente? **(Pausa)**

Ausente.

Está prejudicado o destaque.

Outro Destaque nº 2.664/87, do Constituinte Nelson Friedrich, sobre o art. 3º V. Ex.<sup>a</sup> desiste?

**O SR. CONSTITUINTE NELTON FRIEDRICH:** – Desisto.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Desiste S. Ex.<sup>a</sup>

Outro Destaque nº 2.894/87, do Constituinte José Thomaz Nonô. **(Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup> já retirou o destaque.

Outro, do Constituinte José Genoíno, também sobre o art. 3º, inciso III. Emenda nº 21.953-7. Destaque nº 488/87.

V. Ex.<sup>a</sup> desiste?

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Mantenho o destaque.

**Destaque nº 488/87 – Emenda nº ES-21.953-7, do Sr. José Genoíno, “que modifica o inciso III, do art. 4º do Substitutivo nº 1 (art. 3º, inciso III, do Substitutivo nº 2)”. (16ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem a palavra o Sr. Constituinte José Genoíno, para defender a Emenda nº 21.953/7.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o Destaque de nº 488, referente à Emenda nº 21.953/7, trata de um assunto da maior importância se queremos, na definição dos direitos e no combate aos preconceitos, na elaboração de uma Constituição democrática, assumirmos uma posição avançada em relação a este assunto.

A emenda a que se refere o meu destaque, Sr. Presidente, é exatamente para modificar a redação do inciso III, e diz o seguinte:

“Promover a superação dos preconceitos de raça, sexo, cor, idade, orientação sexual e de todas as outras formas de discriminação.”

O problema reside na expressão “orientação sexual”. Vivemos em um país em que há discriminação em relação às várias opções sexuais; vivemos em um país em que diferentes opções sexuais são ainda consideradas como doença, como crime, e discriminação se dá no trabalho e em toda a sociedade.

Na elaboração da Constituição, a opção que temos é apenas uma: se vamos aceitar no texto constitucional que essa discriminação seja ignorada e tenhamos aqui uma atitude de fugir ao assunto, ou vamos incluir no texto constitucional uma posição de combate à discriminação em relação ao homossexualismo no Brasil. Não podemos ter uma posição conservadora, retrógrada, medieval, que não incorpora na situação dos tempos atuais a problemática das diferentes opções em relação ao sexo; não podemos manter uma visão que não relaciona o sexo com a felicidade humana, que não relaciona o sexo com a dignidade humana, que não relaciona o sexo com a realização da plenitude do ser humano.

Por isto, Srs. Constituintes, faço um apelo para que esta emenda seja acolhida por esta comissão porque, do contrário, esta Assembléia estará dizendo para o País e para o mundo que a discriminação contra o homossexualismo continuará existindo. E pior, quando se estabelece aqui que o combate ao preconceito de raça, sexo, cor e idade, e não se precisa a orientação sexual, estaremos fugindo do assunto que para alguns pode ser cômodo por causa do conservadorismo, do preconceito e vamos consagrar, por uma omissão no texto constitucional, um tipo de discriminação que continuará existindo na sociedade brasileira. Por isto, apelo para a aprovação da Emenda nº 21.953/7. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem a palavra o Constituinte Luiz Salomão, que também defenderá que o Estado deve controlar a orientação sexual.

**O SR. CONSTITUINTE LUIZ SALOMÃO:** – Sr. Presidente, endosso a proposta do Constituinte José Genoíno e contesto essa visão de V. Ex.<sup>a</sup> de que o Estado deva controlar a orientação sexual dos cidadãos.

Não é esse o objetivo da proposta aqui formulada. Visa ela garantir e proteger aqueles cidadãos que não adotaram a heterossexualidade, como costuma acontecer com a maioria dos cidadãos.

Há uma diferença fundamental entre o preconceito do sexo e o preconceito contra a orientação sexual, porque o sexo, Srs. Constituintes particularmente o nobre Constituinte Nelson Carneiro, que observava que as duas coisas estão contempladas na palavra sexo – é uma conceituação puramente genética, só existem dois, ao passo que a orientação sexual pode ser múltipla. O que se pretende com isto é tão-somente evitar que cidadãos, que não adotaram a heterossexualidade, sejam discriminados no seu local de trabalho, sejam discriminados como um grupo sexual marginal, sofrendo todo tipo de pressão e discriminação, particularmente aqueles que não adotaram a heterossexualidade e que são pobres, que não têm a projeção social que lhes permitam a aceitação em quase todos os meios.

De modo que a questão da orientação sexual variada, é uma questão democrática, sempre foi atingida pelos regimes arbitrários, sempre foi objeto de perseguição, particularmente nos regimes fascistas e nazistas, onde grupos foram discriminados, nobre Constituinte Osvaldo Lima Filho. No regime de Adolf Hitler os homossexuais eram segregados e recebiam uma tarja que era exatamente um triângulo rosa. Historicamente, para os campos de concentração eram enviados os homossexuais e eram tratados de forma discriminatória, exclusivamente porque tinham uma orientação sexual diferente. Parece-me uma questão de combater a hipocrisia social, o reco-

nhecimento do direito de cidadania plena àqueles que têm uma orientação sexual diferente da maioria. É nesse sentido que encaminhamos favoravelmente a votação, e apelando aos Srs. Constituintes democratas que dêem aos cidadãos a liberdade de escolher a sua orientação sexual.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Muito obrigado a V. Ex.<sup>a</sup>

Com a palavra o Constituinte José Thomaz Nonô.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ THOMAZ NONÔ:** – A emenda do Constituinte José Genoíno, na realidade, não agrega nada de positivo à redação sugerida pelo Sr. Relator. O Sr. Relator diz, no artigo em tela, "Remover a superação dos preconceitos de raça, sexo, cor, idade e outras formas de discriminação". O Constituinte José Genoíno introduz aqui a "orientação sexual". Parece-me que, se o objetivo é defender o livre exercício dessas preferências, a postulação sexual que cada um entender melhor para si e para os outros, o dispositivo do nobre relator já o contempla em toda a sua plenitude. Parece-me que o substitutivo é restritivo, introduz uma certa indução quanto à orientação sexual, num estímulo, realmente, de todo deplorável e com objetivos bastante inversos daquele pretendido pelo dispositivo.

Assim sendo, gostaríamos de conclamar os Srs. Constituintes a votarem contra o substitutivo que é paradoxalmente repressivo.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Com a palavra o Constituinte Enoc Vieira, que também é contra a orientação do Estado a respeito da matéria.

**O SR. CONSTITUINTE ENOC VIEIRA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, esta emenda do Constituinte José Genoíno vem sendo tema para debate em todas as etapas de trabalho nesta Constituinte, desde as Subcomissões às Comissões temáticas e, depois, na Comissão de Sistematização. Esta expressão "orientação sexual" figurou quando da elaboração do projeto da Subcomissão, mas mereceu, de grande parte dos membros da Subcomissão, voto desfavorável. Somos daqueles que estudamos a matéria e concluímos que acrescentar na Constituição a expressão "orientação sexual" vem contra os interesses dos grupos representativos nesta Casa, sobretudo os de orientação cristã, porque orientação sexual, já está dito pelo próprio Relator, é uma maneira de pacificar os homossexuais.

Do ponto de vista cristão, temos explicitamente na Bíblia, que é condenável o homossexualismo. Se a Bíblia, que é o livro que norteia a vida do povo cristão, não só dos evangélicos, mas de todos os cristãos, se a Bíblia, que norteia a vida, a orientação espiritual da maioria do povo brasileiro; se esta Bíblia que é a palavra de Deus, condena a prática do homossexualismo, não poderemos nós, representantes do povo cristão do Brasil, ser defensores dessa prática.

Desejo conclamar os meus irmãos, meus companheiros evangélicos e cristãos, para rejeitarmos a emenda ora em discussão.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Obrigado a V. Ex.<sup>a</sup>

Agora realizaremos a votação da emenda. Os que aprovarem a emenda votarão SIM e os que forem contrários à modificação do texto do substitutivo votarão NÃO.

Solicito ao Sr. Secretário faça a chamada para a votação.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Ademir Andrade, Artur da Távola, Cristina Tavares, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, José Foga-

ça, José Paulo Bisol, Nelson Jobim, Nilton Friedrich, Paulo Ramos, Severo Gomes, Sigmaringa Seixas, José Tavares, Márcio Braga, Miro Teixeira, Octávio Elísio, Rose de Freitas, Vicente Bogo, Vilson Souza, Alcení Guerra, Luís Eduardo, Brandão Monteiro, José Maurício, Lysâneas Maciel, Francisco Rossi, Plínio Arruda Sampaio, José Genoíno, José Maria Eymael, Aldo Arantes, Roberto Freire, Beth Azize. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Almir Gabriel, Aluizio Campos, Bernardo Cabral, Carlos Mosconi, Carlos Sant'Anna, Celso Dourado, Cid Carvalho, Egídio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Gasparian, Ibsen Pinheiro, João Calmon, José Geraldo, José Ignácio Ferreira, José Richa, Manoel Moreira, Mário Lima, Milton Reis, Nelson Carneiro, Nilson Gibson, Oswaldo Lima Filho, Pimenta da Veiga, Prisco Viana, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Rodrigues Palma, Virgildásio de Senna, Wilson Martins, Délio Braz, Israel Pinheiro, Carlos Chiarelli, Christóvam Chiaradia, Edme Tavares, Fraldo Tinoco, Inocêncio Oliveira, José Jorge, José Santana de Vasconcelos, José Thomaz Nonô, Marcondes Gadelha, Mário Assad, Oscar Corsêa, Paulo Pimentel, Ricardo Fiúza, Sandra Cavalcanti, Cleonânio Fonseca, Enoc Vieira, João Menezes, Jonas Pinheiro, José Lourenço, Mozarildo Cavalcanti, Paes Landim, Ricardo Izar, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Gerson Peres, Virgílio Távora, Adylson Motta, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Adolfo Oliveira, Antonio Farias.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 32 Constituintes; votaram NÃO 61 Constituintes. Total: 93 votos. O Destaque foi **rejeitado**.

Passamos, agora, ao destaque do Constituinte Simão Sessim.

Destaque nº 43/87, do Constituinte Simão Sessim.

**(Pausa)**

Ausente.

Prejudicado.

Destaque nº 6.272/87, requerido pela Constituinte

Myrian Portella. **(Pausa)**

Ausente.

Prejudicado.

Passamos, agora, ao Destaque nº 8.030/87, do Constituinte José Tinoco, referente à Emenda nº ES-28.737, ainda sobre o art. 3º **(Pausa)**

Ausente.

Prejudicada a emenda.

Passamos, agora, ao exame do art. 4º do Substitutivo, que dispõe sobre relações internacionais.

Seu texto é o seguinte:

"O Brasil fundamenta suas relações internacionais no princípio da independência nacional, na preservação dos direitos humanos, no direito a autodeterminação dos povos, na não-intervenção, na igualdade dos Estados, na solução pacífica dos conflitos internacionais, na defesa da paz, no repúdio ao terrorismo e na cooperação com todos os povos para a emancipação e o progresso da humanidade."

O primeiro destaque é do Constituinte Antônio Mariz. Há um pedido de preferência de S. Ex.<sup>a</sup>

V. Ex.<sup>a</sup> mantém a preferência?

**O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO MARIZ:** – Sim.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Em votação o pedido de preferência do Constituinte Antônio Mariz.

Os Srs. Constituintes que o aprovam queiram permanecer sentados. **(Pausa)**

Aprovada a preferência.

**Destaque nº 7.349/87 – Emenda nº ES-33.513-8, do Sr. Antônio Mariz, "que modifica o art. 5º do Substitutivo nº 1 (art. 4º do Substitutivo nº 2)" (17ª votação)**

Vai-se passar à votação do Destaque nº 7.349/87.

S. Ex.<sup>a</sup> pode defendê-lo da tribuna, dispondo de 5 minutos.

**O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO MARIZ:** – Sr. Presidente, Sras e Srs. Constituintes:

Esta emenda visa acrescentar ao final do art. 4º a seguinte expressão ou trecho: "e propugnará pela formação de um Tribunal Internacional dos Direitos Humanos".

Isto se inscreve nos Direitos Humanos. Isso se inscreve entre as diretrizes da política exterior brasileira, das relações com os demais Estados, das relações internacionais do Brasil. Este princípio foi consagrado no texto da Subcomissão dos Direitos e Garantias Individuais, da Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher, e no texto da Comissão de Sistematização, para ser suprimido tão-somente a partir do primeiro Substitutivo.

Parece-me essencial incluir este compromisso do Brasil com o Tribunal Internacional dos Direitos Humanos, porque é da tradição diplomática brasileira o compromisso nessa direção. Por ocasião da Conferência de Bogotá, em 1948, quando se estabeleceu a Declaração dos Direitos do Homem, do cidadão, a ação do Brasil se dirigiu nesse sentido, orientou-se para a criação de um tribunal regional. Posteriormente, essa proposta brasileira converteu-se no Tribunal Regional dos Direitos Humanos, instalado hoje em São José da Costa Rica. A convenção de São José da Costa Rica, inicialmente, não foi subscrita, dado aos percalços, aos acidentes da vida institucional do País mas agora foi assinado pelo Governo Federal que aderiu a esse Tribunal de São José da Costa Rica e que está submetido à aprovação do Congresso Nacional. O Congresso Nacional ratificará essa Convenção de São José da Costa Rica e o Brasil passará a integrar esse Tribunal Regional. Ocorre que não existe, até esta data, o Tribunal Internacional no âmbito da Organização das Nações Unidas. Quando se proclamaram os Direitos Universais do Homem, em dezembro de 1948, na famosa reunião da Assembléia Geral da ONU em Paris, estava contida nessa declaração a idéia do Tribunal Internacional.

Imaginaram-se os Direitos Universais como um tríptico, no qual o painel central seria a Declaração Universal, tal como se fez em Paris e em que dos demais painéis um seria a definição jurídica dos direitos humanos e o outro a instituição de órgãos jurisdicionais que assegurassem eficácia a estes direitos.

A inclusão desse compromisso do Brasil, no art. 4º do Substitutivo, parece-me essencial à definição do próprio Estado brasileiro como de direito democrático. Esse princípio regerá as ações e constituirá a diretiva à ação diplomática do Brasil nas suas relações internacionais.

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – Peço a palavra, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem a palavra o nobre Relator.

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

A intenção do nobre Constituinte Antônio Mariz é simplesmente magnífica e está no eixo das grandes lutas

dos povos oprimidos no mundo. Mas entendemos que nesta parte da Constituição, a propugnação por um Tribunal Constitucional é descabida, já que, neste art. 4º, estão se traçando as grandes linhas mestras da condução da política externa, a orientação ideológica. Seria talvez mais útil se ficasse em outra parte do texto constitucional. Mas como aqui estamos traçando as grandes linhas que conduzem, que norteiam a política externa brasileira, a propugnação por um Tribunal Internacional de Direitos Humanos, cremos aqui ser descabida.

Essa luta evidentemente é dos povos oprimidos, também, de todos aqueles que, dentro dos países do Terceiro Mundo têm sofrido repressão por serem tratados como inimigos internos. Mas, sem dúvida, uma outra parte do texto constitucional poderá dar guarida a esta pretensão do nobre Constituinte Antônio Mariz, para que preservemos o art. 4º na sua integridade e na sua concepção, que é traçar as grandes linhas que norteiam, que orientam a ideologia diplomática, o pensamento da política externa brasileira.

Esta é a posição da Relatoria.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Em votação.

Os que aprovarem a emenda do Constituinte Antônio Mariz responderão SIM, e os que estiverem de acordo com a manutenção do texto, pelas razões agora expressas, através do Sr. Relator, o Constituinte José Fogaça, votarão NÃO.

#### **(Procede-se à votação)**

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Arthur da Távora, Carlos Mosconi, Carlos Sant'Anna, Cid Carvalho, Cristina Tavares, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, Ibsen Pinheiro, João Calmon, José Geraldo, José Paulo Bisol, José Richa, José Serra, Milton Reis, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nelson Friedrich, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Prisco Viana, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Rodrigues Palma, Sigmaringa Seixas, Antônio Mariz, Israel Pinheiro, José Tavares, Miro Teixeira, Octávio Elísio, Rose de Freitas, Vicente Bogo, Antônio Carlos Mendes Thame, Edme Tavares, Inocêncio Oliveira, Marcondes Gadelha, Bonifácio de Andrada, Brandão Monteiro, José Maurício, Lysâneas Maciel, Plínio Arruda Sampaio, José Genoíno, José Maria Eymael, Aldo Arantes, Roberto Freire, Beth Azize. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Almir Gabriel, Aluizio Campos, Bernardo Cabral, Egídio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Gasparian, José Fogaça, José Ignácio Ferreira, Manoel Moreira, Mário Lima, Nilson Gibson, Virgildásio de Senna, Wilson Martins, Délio Braz, Arnaldo Prieto, Carlos Chiarelli, Cristóvam Chiaradia, Eraldo Tinoco, José Jorge, José Lins, José Thomaz Nonô, Luís Eduardo, Mário Assad, Oscar Corrêa, Osvaldo Coelho, Paulo Pimentel, Ricardo Fiúza, Sandra Cavalcanti, Cleonânio Fonseca, Enoc Vieira, João Menezes, Mozarildo Cavalcanti, Paes Landim, Ricardo Izar, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Gerson Pares, Virgílio Távora, Adylson Motta, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Adolfo Oliveira, Antônio Farias.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 49 Constituintes; votaram NÃO 44 Constituintes. Total 93 votos. O Destaque foi **aprovado**.

Vamos passar, agora, ao requerimento de preferência do Constituinte Domingos Leonelli. **(Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup> não está presente.

Vamos votar o requerimento de preferência, que independe de defesa.

O artigo a que se refere o pedido de preferência não consta do texto do Substitutivo nº 2 e corresponde ao art. 4º, que não inclui a palavra "racismo".

O art. 4º tem a seguinte redação:

"Art. 4º O Brasil fundamenta suas relações internacionais no princípio da independência nacional, na prevalência dos direitos humanos, no direito à autodeterminação dos povos, na não-intervenção, na igualdade dos Estados, na solução pacífica dos conflitos internacionais, na defesa da paz, no repúdio ao terrorismo e na cooperação com todos os povos para a emancipação e o progresso da humanidade."

A emenda, após a palavra "repúdio", pretende incluir, além da palavra "terrorismo", a palavra "racismo". Este é o seu objetivo.

Em votação o requerimento de preferência.

Os Srs. Constituintes que votam a favor queiram permanecer sentados. **(Pausa)**

Aprovado.

Aprovada a preferência, vamos passar à votação do Destaque nº 110/87.

**Destaque nº 110/87 do Sr. José Paulo Bisol – Emenda nº ES-33 2104, do Sr. Domingos Leonelli, "que modifica o art. 5º do Substitutivo nº 1 (art. 4º, "caput" do Substitutivo nº 2)" (18ª votação)**

O autor do destaque não se encontra presente. O Constituinte Paulo Ramos, que apóia o destaque, foi designado pelo nobre autor para defender a emenda.

Tem a palavra o Constituinte Paulo Ramos.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> e Srs. Constituintes:

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, talvez a mais bela produção da inteligência humana, inclusive para a preservação da espécie, diz em seu art. 1º que "Todos os homens nascem livres e iguais em dignidade e direitos".

Sabemos que, no Brasil, existem formas pouco disfarçadas de racismo, mas, em outras partes do mundo, como por exemplo, na África do Sul, o racismo é praticado em toda sua crueza; e é importante que o povo brasileiro, na Assembléia Nacional Constituinte, manifeste o repúdio ao que nega a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Vamos consagrar nas nossas normas constitucionais que "todos os homens nascem livres e iguais em dignidade e direitos". Vamos incluir a palavra "racismo", porque, tenho certeza, é a expressão da vontade do povo brasileiro. Muito obrigado. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Em votação. **(Pausa)** Com a palavra o Sr. Constituinte Carlos Alberto Caó, para defender a emenda.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS ALBERTO CAÓ:** – Sr. Presidente, Srs. e Sras. Constituintes, ao longo da história de nosso País, nas diversas Constituições e legislações produzidas, temos tido e cometido uma grave omissão. Temos produzido legislações e Constituições que ignoram a formação histórica, cultural e étnica de nosso País.

No que se refere ao problema racial, eis uma oportunidade histórica que está colocada diante de nós, Constituintes. Temos a responsabilidade de produzir uma Constituição que seja capaz de estabelecer as bases para o exercício da democracia política em toda a sua plenitude; que seja capaz de assegurar a todos os brasileiros o exercício de cidadania na sua plenitude. Quando estabelecemos, e aqui já foi aprovado, entre os princípios em que repousam o Estado brasileiro, a superação dos preconceitos de raça, e quando estabelecemos entre os princípios que balizam e

embasam a política internacional brasileira a prevalência dos direitos humanos, não podemos deixar de colocar, específica e claramente, o nosso repúdio ao racismo – porque significa, sobretudo esse repúdio, abrigarmos, de forma efetiva, dentro da nossa Constituição, dentro do nosso ordenamento jurídico, o respeito direto aos princípios constantes da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Não creio que aqui alguém possa colocar-se a favor da política do **apartheid** da África do Sul. Não creio que aqui alguém possa defender que o Governo brasileiro, a sociedade, o Estado e a Nação deixem de condenar, e condenar de forma candente, qualquer política de segregação estabelecida e desenvolvida por Estado – Nação.

Esta, mais do que uma obrigação política, mais do que uma responsabilidade histórica, é um dever moral de todos nós, Constituintes. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem a palavra o Constituinte Cid Carvalho.

**O SR. CONSTITUINTE CID CARVALHO:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, está claro que me coloco entre aqueles que defendem qualquer superação de preconceitos raciais de nosso País.

Temos tido, no Brasil, uma política de afirmação dessa posição. Temos defendido, no plano externo, uma política de solidariedade à luta anticolonial dos povos africanos. Todos nós temos condenado a política do **apartheid** da África do Sul.

Sr. Presidente, aqui está, na nossa Constituição, no seu preâmbulo, a afirmação da colocação sem discriminação de raça. Temos ainda, no inciso III, esta afirmação "sem distinção de raça". Esta é a nossa posição.

Agora, Sr. Presidente, não estou entendendo a necessidade dessa reincidência, colocando problemas nossos de limitação no campo internacional. Se não temos nenhum equívoco, se não temos nenhuma dúvida quanto ao nosso perfil anti-racista, por que precisamos reafirmar e reincidir isso em termos de colocações internacionais, que venha amanhã, em vez de nos dar a liberdade desta afirmação, ao contrário, possa vir com limitações em nossa capacidade de afirmação?

Por estas razões, Sr. Presidente e Companheiros desta Comissão de Sistematização, julgo que a omissão não afeta o principal que já está colocado no preâmbulo, ao contrário, nos dá mais liberdade de afirmação. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Com a palavra o Relator, Constituinte Bernardo Cabral.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Com a lealdade com que eu me comportei com o eminente e querido Constituinte Carlos Alberto Oliveira, o nosso Deputado Caó, eu disse a S. Ex.<sup>a</sup> que não havia acolhido esta emenda porque, ao conversar no Ministério das Relações Exteriores, como de meu dever, ali me foi afirmado que o repúdio ao **apartheid** poderia criar os maiores problemas para o nosso País no trato do comércio internacional. Esta foi a explicação.

V. Ex.<sup>a</sup>, Constituinte Carlos Alberto Caó, sabe o quanto este Substitutivo protege discriminação racial, porque consegui fazer incluir nele, inclusive, as comunidades negras, coisa que nunca existiu. Só por dever teria de informar à Assembléia Nacional Constituinte.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Em votação o destaque.

Os que aprovam a emenda do Constituinte Domingos Leonelli responderão SIM; os que votam com a manutenção do texto defendido pelo eminente Relator votarão NÃO.

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – Sr. Presidente, peço a V. Ex.<sup>a</sup> que repita o número da emenda, para que possamos localizar no mapa de votação.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – O número da Emenda é 33.210/4. A menção que consta da nota distribuída não corresponde ao número da emenda.

**(Procede-se à votação)**

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Almir Gabriel, Aluizio Campos, Artur da Távola, Carlos Mosconi, Carlos Sant'Anna, Celso Dourado, Cristina Tavares, Egídio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Gasparian, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, Ibsen Pinheiro, João Calmon, José Fogaça, José Geraldo, José Paulo Bisol, José Richa, José Serra, Manoel Moreira, Mário Lima, Milton Reis, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nelson Friedrich, Nilson Gibson, Osvaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Prisco Viana, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Rodrigues Palma, Severo Gomes, Sigmaringa Seixas, Virgildásio Senna, Wilson Martins, Délio Braz, Miro Teixeira, Octávio Elísio, Rose de Freitas, Vicente Bogo, Antonio Carlos Mendes Thame, Arnaldo Prieto, Carlos Chiarelli, Edme Tavares, Eraldo Tinoco, Inocêncio Oliveira, José Jorge, José Lins, José Santana de Vasconcelos, José Thomaz Nonô, Luís Eduardo, Marcondes Gadelha, Mário Assad, Oscar Corrêa, Ricardo Fiúza, Sandra Cavalcanti, Cleonânio Fonseca, Enoc Vieira, João Menezes Jonas Pinheiro, Mozarildo Cavalcanti, Paes Landim, Antônio Carlos Konder Reis, Gerson Pares, Virgílio Távora, Adylson Motta, Bonifácio de Andrada, Brandão Monteiro, José Maurício, Lysâneas Maciel, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Vevillacqua, Plínio Arruda Sampaio, José Genoíno, Adolfo Oliveira, José Maria Eymael, Aldo Arantes, Roberto Freire, Beth Azize, Antonio Farias. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Bernardo Cabral, Cid Carvalho, José Ignácio Ferreira, Ricardo Izar, Adolfo Oliveira.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 85 Constituintes; votaram NÃO 5 Constituintes. Total: 90 votos. O Destaque foi **aprovado**.

Vai-se passar, agora, ao Destaque nº 5.848/87 do Constituinte Jutahy Júnior, referente ainda ao art. 4º (**Pausa**)

S. Ex.<sup>a</sup> não está presente.

Fica prejudicado o destaque.

Destaques nºs 663/87, de autoria do Constituinte Brandão Monteiro, para o art. 4º (**Pausa**)

O Constituinte Brandão Monteiro está ausente, em virtude, fica prejudicado seu destaque.

Destaques nºs 4.716/87 do Constituinte Euclides Scalco, sobre a emenda ES-33.984.

**O SR. CONSTITUINTE EUCLIDES SCALCO:** – Retiro, Sr. Presidente, por considerá-lo prejudicado.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – S. Ex.<sup>a</sup> retira seu destaque.

Destaques nºs 8.131/87, do Constituinte Osvaldo Coelho. (**Pausa**)

S. Ex.<sup>a</sup> está ausente. Fica prejudicado seu destaque.

Destaques nºs 4.767/87, do Constituinte Artur da Távola, sobre a Emenda nº 27.829.

**O SR. CONSTITUINTE ARTUR DA TÁVOLA:** – Retiro, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – S. Ex.<sup>a</sup> retira o destaque.

Destaques nºs 2.888/87 do Constituinte José Thomaz Nonô, sobre a Emenda nº 24.474. Prejudicada.

Destaques, do Constituinte Nelson Wedekin, nºs 2.488/87, sobre a Emenda nº ES-20.942. Prejudicada.

**Destaques nºs 636/87 – Emenda nº ES-33 683.5, do Sr. Brandão Monteiro, "que acrescenta parágrafo ao art. 5º do Substitutivo nº 1, art. 4º do Substitutivo nº 2)". (19ª votação)**

Destaques nºs 636/87, do Constituinte Brandão Monteiro, sobre a Emenda nº 33.683-5.

V. Ex.<sup>a</sup> mantém o destaque?

**O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO MONTEIRO:** – Sim.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – V. Ex.<sup>a</sup> tem a palavra para defender.

**O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO MONTEIRO:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

No decorrer dos debates que antecederam a votação na Assembléia Nacional Constituinte, no que diz respeito à Comissão de Sistematização, e hoje, quando votamos o Título I, existem questões político-partidárias e político-ideológicas.

Penso que o destaque requerido por nós é uma questão que faz parte do pensamento e da ideologia global do povo brasileiro. Diz respeito, Srs. Constituintes, à grave questão da desnuclearização do mundo, sobretudo à questão da paz. O Substitutivo nº 2 já contemplou parcialmente as disposições contidas na emenda do inciso II do art. 20: "Está vedada a atividade nuclear para fins bélicos". Resta examinar a questão do armazenamento ou estacionamento de armas nucleares no território brasileiro.

Como todos sabemos, o Brasil é signatário do Tratado de Desnuclearização da América Latina. Portanto, a inclusão desta proibição no texto constitucional reafirma a posição já adotada pela política externa brasileira.

A segunda questão é a proibição de bases militares estrangeiras no País, consequência da tradição pacífica do povo brasileiro.

Todos nós sabemos que as despesas militares feitas por todos os países do mundo alcançam hoje a ordem de 2 trilhões de dólares, cifra equivalente a vinte vezes a dívida externa do Brasil e ao triplo do endividamento dos países do Terceiro Mundo.

A luta pela paz, portanto, deve ser uma das tarefas prioritárias da política externa brasileira.

Penso que o Sr. Relator não teria grandes dificuldades, porque conheço o seu pensamento e sei que as divergências, por acaso existentes no seio da Comissão de Sistematização, não chegam ao ponto de interferir na grande questão da luta pela paz mundial. Todos somos contra a existência de blocos militares, todos somos contra o avanço das armas nucleares no País. Por isso, espero que a Comissão de Sistematização possa, dentro de seu conceito de trabalho, aperfeiçoar o Substitutivo de seu Relator, para dar provimento à emenda por nós subscrita.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – Peço a palavra, para contraditar, Sr. Presidente.

**O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA:** – Sr. Presidente, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem a palavra o nobre Constituinte Nelson Carneiro.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, estou inteiramente de acor-

do com a tese aqui sustentada pelo nobre Constituinte Brandão Monteiro, se esta fosse uma lei ordinária para entrar em vigor e podendo ser modificada, se as condições no futuro determinassem essa mudança, mas estamos fazendo um Estatuto para durar durante decênios e, Deus queira, por um século. **(Palmas)** Como é que nós vamos, hoje, cercar a ação do Poder Público, do Estado que, amanhã, pode ter necessidade de se valer do armazenamento de armas nucleares no País, da fabricação de armas nucleares? O que devemos, na lei ordinária, é proibir, mas na Constituição não podemos criar esse entrave, não aos homens de hoje, mas às gerações do futuro.

Somos um país cercado de vizinhos. Hoje, não há vizinhos distantes nem próximos. Todos são próximos, porque basta dizer que, a cada dia mais, os aviões chegam mais perto a todos os recantos do mundo.

Portanto, vamos rejeitar a Emenda Brandão Monteiro, porque há uma disposição permanente na Constituição – podemos aprovar uma lei ordinária com o mesmo objetivo. Por isso peço a rejeição da Emenda Brandão Monteiro, embora esteja inteiramente de acordo com o ponto de vista que S. Ex.<sup>a</sup> sustenta. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Com a palavra, para apoio, o Constituinte Lysâneas Maciel.

**O SR. CONSTITUINTE LYSÂNEAS MACIEL:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, há pouco tempo compareci a uma reunião que tratava da questão da proliferação nuclear na Europa, e um cientista canadense, Monsieur Barnabie, nos disse: "Mas, Deputado, o Sr. é contra o acesso à tecnologia por parte dos países do Terceiro Mundo? O Sr. é contra que o Brasil, seu país adquira tecnologia nuclear?"

Então, é uma questão que realmente vem chamando a atenção do mundo todo, a proliferação nuclear.

Em 1976, fomos contra o Tratado Alemão-Brasileiro em relação à utilização da energia atômica. Naquela época, sem que qualquer entidade científica brasileira, sem que qualquer segmento da sociedade fosse ouvido, decidiu-se firmar um acordo com os alemães. Na verdade, compramos uma tecnologia nuclear que tinha sido testada apenas em laboratórios. A prova está que hoje, no ano passado e em princípio deste ano, o Governo brasileiro resolveu acionar a Westinghouse alemã, porque nos vendeu material obsoleto, e a Usina de Angra dos Reis jamais funcionou, nunca funcionou plenamente. Em fevereiro deste ano houve um acidente em Angra dos Reis, que agora vai ficar paralisada por largos anos, por isso é chamada de "usina nuclear vagalume."

Felizmente, para o eixo Rio–São Paulo, aquela usina não estava funcionando plenamente, teríamos um acidente semelhante a Chernobyl.

A pressa com que foi tomada a decisão de fazer um acordo nuclear com a Alemanha não tem nada a ver com o desenvolvimento nuclear do País. Foi uma decisão militar, uma decisão imperial, uma decisão do general que eventualmente ocupava a Presidência da República naquela época, e essa decisão, naturalmente, onerou em 20% a dívida externa do País, para que tivéssemos essa usina que está instalada em Angra dos Reis.

Até o armazenamento do lixo decorrente da Usina de Angra dos Reis, que foi localizada num terreno que se chama Itaorna, que em linguagem indígena quer dizer "terra padre", e o deslizamento exigiu um estaqueamento que custou quase o preço de nova usina; até o lixo decorrente das atividades daquela usina ia ser armazenado nos mananciais que abastecem a cidade do Rio de Janeiro e várias outras, como Caxias.

É a negligência, foi uma decisão militar.

Agora o que é mais importante? Tivemos, na nossa Subcomissão dos Direitos Políticos, dos Direitos Coletivos e Garantias, uma reunião com o Presidente Rex Nazareth, a propósito do emprego das famosas Contas Delta I, Delta II e Delta III, e ali tomamos conhecimento, Sras. e Srs. Constituintes, de que dois e meio bilhões de dólares estavam sendo gastos nessas pesquisas nucleares.

O que se pretende agora é fazer um artefato nuclear na serra do Cachimbo, é construir um submarino nuclear em Iperó, é construir várias armas nucleares, e, então, dentro de pouco tempo, poderemos chegar à situação da Índia, que, tendo uma bomba atômica, lá as pessoas morrem de fome nas ruas de Calcutá e Bombaim.

Veja V. Ex.<sup>a</sup> o que está em jogo aqui. A emenda Brandão Monteiro, a emenda do PDT tem toda razão. Na verdade, um submarino nuclear, desse que está sendo construído em Iperó, São Paulo, daria para resolver a escolarização de dezesseis milhões de crianças brasileiras. É uma emulação fantástica e tola com a Argentina. Esses armamentos se tornam obsoletos. Na verdade, Delta I, Delta II e Delta III – e pelo alfabeto grego, quando fala em Delta, subentende-se que há alfa, beta e gama – são contas secretas que são manipuladas, segundo depoimento do Presidente da CNEN em minha Comissão, mediante o simples toque de botão pelo Serviço Nacional de Informações, portanto, das Forças Armadas, que não estão olhando para as prioridades que este País detém.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Tem a palavra, para contraditar, o Sr. Constituinte Adolfo Oliveira.

**O SR. CONSTITUINTE ADOLFO OLIVEIRA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, estou convencido de que o nobre e eminente Líder Brandão Monteiro parte de um equívoco na apresentação da sua emenda. Por que, Sr. Presidente? Porque tanto falamos em soberania, enchemos o peito para defender e pregar a soberania da Assembléia Nacional Constituinte e, acima dela, há o País. A emenda, inclusive, procura contestar e desmentir o princípio que está estabelecido nesta mesma Constituição, no Substitutivo II, porque o uso da energia nuclear – e dou bastante ênfase à energia –, qualquer que seja o seu uso, ele está condicionado à aprovação do Congresso Nacional. Essa será a única Constituição no Mundo, Sr. Presidente, que terá um dispositivo desta ordem, assegurando a transparência da aplicação pacífica do átomo em nosso País.

Quando se fala em bases militares, não podemos crer que o Constituinte Brandão Monteiro queira revogar a verdadeira cruzada mundial que se travou contra o nazi-fascismo. É que o Brasil foi aliado das forças que defendiam a liberdade e a democracia e em função dessa aliança, tivemos bases militares em nosso País, das forças aliadas que conosco batalharam contra o nazi-fascismo. Agora se pretende revogar a história, pretende-se negar uma realidade que é do passado, mas pode vir a ser do futuro também.

Por estas razões, para defender de verdade a soberania do nosso País, condicionado o uso pacífico do átomo na própria letra da Constituição, é que não podemos, de maneira alguma, dar o nosso voto, como gostaríamos, a uma iniciativa do meu ilustre Companheiro de representação do Estado do Rio de Janeiro, o Constituinte Brandão Monteiro.

Aqui foi mencionado o submarino que o Brasil pretende possuir com o uso da energia nuclear. Ora, a energia nuclear, como forma de propulsão, não pode ser usada apenas em submarinos, pode ser usada em um trem, em um avião, o que não é uma arma, é uma forma de propulsão.

Sr. Presidente, não precisamos dizer mais nada.

Prestamos, pois, uma homenagem a esta Comissão de Sistematização, que há de zelar pela soberania; sim, da Assembléia Nacional Constituinte e, acima de tudo, pela soberania do nosso País.

Era o que queríamos dizer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Em votação a emenda.

**(Procede-se à votação)**

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Carlos Mosconi, Cristina Tavares, Fernando Gasparian, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, José Paulo Bisol, Nilton Friedrich, Paulo Ramos, Sigmaringa Seixas, Euclides Scalco, José Tavares, Márcio Braga, Miro Teixeira, Octávio Elísio, Rose de Freitas, Vilson de Souza, Ziza Valadares, Brandão Monteiro, José Maurício, Lysâneas Maciel, Plínio Arruda Sampaio, José Genoíno, Aldo Arantes, Roberto Freire, Beth Azize. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Aluizio Campos, Bernardo Cabral, Carlos Sant'Anna, Egídio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Ibsen Pinheiro, José Fogaça, José Geraldo, José Ignácio Ferreira, José Richa, José Serra, Milton Reis, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nilson Gibson, Oswaldo Lima Filho, Pimenta da Veiga, Prisco Viana, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Rodrigues Palma, Severo Gomes, Virgildásio de Senna, Wilson Martins, Albano Franco, Chagas Rodrigues, Délio Braz, Israel Pinheiro, José Costa, Marcos Lima, Antonio Carlos Mendes Thame, Arnaldo Prieto, Carlos Chiarelli, Edme Tavares, Eraldo Tinoco, Inocêncio Oliveira, José Lins, José Santana de Vasconcellos, José Thomaz Nonô, Luís Eduardo, Marcondes Gadelha, Mário Assad, Oscar Corrêa, Osvaldo Coelho, Ricardo Fiúza, Sandra Cavalcanti, Cleonânio Fonseca, Enoc Vieira, João Menezes, Jonas Pinheiro, Paes Landim, Ricardo Izar, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Gerson Pores, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Adolfo Oliveira e José Maria Eymael.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 27 Constituintes; votaram NÃO 60 Constituintes. Total: 87 votos. O Destaque foi **rejeitado**.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Novo destaque, do Constituinte José Genoíno, sobre a Emenda nº 6.646.

Este destaque foi apresentado em Plenário e se refere ao art. 9º, inciso VIII, que está contido na matéria do art. 4º do novo substitutivo. O texto do destaque é o seguinte: "Do direito do povo à resistência, à opressão e à tirania". Provavelmente do mesmo modo como foi feita a inclusão da emenda vitoriosa sobre racismo, as palavras "opressão" e "tirania" poderão ser incorporadas ao texto, pelo que concedo a palavra a V. Ex.ª

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – O número da emenda é 6.646.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr. Presidente, não temos mais horário, são 13 horas e 10 minutos.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Após a votação deste destaque suspenderemos.

V. Ex.ª concorda em postergar a defesa do seu destaque para depois da...

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Concordo.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Com a concordância do eminente Constituinte José Genoíno, teremos uma nova reunião às 16 horas, porque, por motivos técnicos, os destaques não poderão ser apresentados antes desse **horário. (Pausa)**

Desculpe-me, V. Ex.ª tem razão, em virtude de ainda prosseguirmos a votação do Título I, nós poderemos começar a reunião às 15 horas.

Ainda uma informação para os não Membros da Comissão de Sistematização.

A Mesa está informada de que há a pretensão de requerimentos de preferência por Constituintes que não pertencem à Comissão. Os requerimentos de preferência, que se incluem no processo de votação, só poderão ser admitidos se apresentados por Membros da Comissão.

**III – SUSPENSÃO DA REUNIÃO**

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A Presidência vai suspender os trabalhos, convocando os Senhores Constituintes para a continuação da presente reunião, hoje, 26-9-87, às 16:00 horas.

Está suspensa a reunião.

**EM 26 DE SETEMBRO DE 1987 (²)**

Presidência dos Srs.: **Afonso Arinos**, Presidente, **Aluizio Campos**, Primeiro-Vice-Presidente.

**I – REABERTURA DA REUNIÃO**

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Havendo número regimental, declaro reaberta a reunião.

**II – COMUNICAÇÕES DA PRESIDÊNCIA**

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Antes de iniciarmos esta parte, devo transmitir ao Plenário a seguinte decisão, que chegou à Mesa, lamentando os incômodos que possa causar a alguns dos nossos companheiros. A decisão foi a seguinte: os requerimentos de preferência ao Título II serão apresentados no intervalo de 30 minutos, que será aberto logo após o término da votação do Título I. As preferências já tentadas devem ser renovadas neste mesmo intervalo de 30 minutos.

As assinaturas no livro de presença serão abertas para os Suplentes, isto durante o mesmo intervalo de 30 minutos.

**III – ORDEM DO DIA**

**VOTAÇÃO DO PROJETO DE CONSTITUIÇÃO TÍTULO I**  
(continuação) TÍTULO II (início)

**Destaque nº 521/87 – Emenda nº 1P-06.646.8, do Sr. José Genoíno "que acrescenta inciso ao art. 9º do Projeto de Constituição (art. 4º do Substitutivo nº 2)". (20.ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Em votação o Destaque nº 521, requerido pelo Constituinte José Genoíno, referente à Emenda nº 6.646.

Tem a palavra o Constituinte José Genoíno.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, Membros da Comissão de Sistematização:

Na parte da manhã, quando subi à tribuna para defender esta emenda, vários Constituintes expressaram uma estranheza quando o Presidente da Comissão de Sistematização anunciou o conteúdo, que era exatamente o direito à desobediência civil. Não é o direito à revolução, porque a revolução não é um direito, ela se institui enquanto direito, mas é o direito à desobediência civil, quando atos de tirania e de opressão contrariam os valores fundamentais estabelecidos na Declaração dos Direitos.

Esses Constituintes estranharam e talvez um observador desta Constituinte estranhasse que um Constituinte socialista viesse à tribuna defender os valores de duas Constituições que representaram na história do capita-

lismo, o verdadeiro esteio para a elaboração da famosa democracia burguesa.

Eu me refiro, Sr. Presidente, à Declaração de Independência dos Estados Unidos, quando a burguesia americana escreveu num texto constitucional as seguintes palavras:

"A fim de assegurar esses direitos, governos são instituídos entre os homens, derivando seus justos poderes no consentimento dos governados que sempre que qualquer forma de governo se torne destrutiva de tais fins, cabe ao povo o direito de alterá-lo, ou aboli-lo e instituir um novo governo."

E é novamente uma Declaração de Direitos de 1793, no seu art. 35, que instituiu a República burguesa francesa, diz exatamente o seguinte:

"Quando o governo viola os direitos do povo, a insurreição é para o povo e para cada porção do povo o mais sagrado dos direitos e o mais indispensável dos deveres."

Em 1987 quando estamos aqui estabelecendo uma Constituição que pretende ser democrática, ao falar desse tema, causa estranheza, como se estivéssemos falando algo incomum na história das Constituições de vários países.

Não trouxe aqui a Constituição soviética, não trouxe aqui a Constituição cubana, nem a nicaraguense, trouxe exatamente a Constituição americana e a Declaração da Constituição francesa.

Sr. Presidente, é necessário que possamos registrar aqui uma questão central: se os princípios fundamentais da nossa Constituição consagram a soberania dos direitos individuais e coletivos, se consagram a soberania da participação popular, pergunto aos Srs.: no momento em que essa soberania for violada, cabe ou não a quem tem aquele direito se rebelar para garantir um direito maior? O problema central é o seguinte: qual é o valor maior? O valor maior é o princípio da soberania popular ou o valor maior é o princípio da opressão? Se o valor maior é o princípio da soberania popular, em nome da soberania popular e dos Direitos Fundamentais da Pessoa Humana, grupos de cidadãos podem rebelar-se contra a tirania e a opressão quando esses direitos estiverem violados.

Certamente aqui não vamos entrar numa discussão, se podemos garantir, no texto constitucional, a possibilidade de uma revolução ou se vamos garantir no texto constitucional a possibilidade ou a impossibilidade de um golpe militar.

Não se trata disso; trata-se de uma outra questão e a outra questão é exatamente a seguinte: se a democracia política, que consagra certos direitos e certos princípios, deve ser aprofundada e radicalizada no sentido daqueles valores que lhe são superiores ou, então, ficaremos numa situação em que a declaração de princípios morre numa declaração de princípios, porque não tem conseqüências na medida em que ela não é radical na valorização e na superestimação do princípio da soberania.

Por isso, Sr. Presidente, que a nossa emenda, por mais estranheza que tenha causado nesta Casa, também busca rediscutir na Assembléia Nacional Constituinte uma questão, também que não é nova; e não estou aqui sendo nenhuma espécie rara nesta Casa. Estou trazendo uma discussão que é antiga, que tem guarida teórica, em teólogos cristãos, na teoria política mais avançada, que tem discussão na formulação política dos nossos dias. E mesmo sabendo que esta emenda não passará nesta Comissão nem na Assembléia Nacional Constituinte, é o nosso dever, diante de um prisma histórico, diante de um prisma político, registrar, perante esta Casa e perante a Nação, quais os valores históricos e filosóficos que

vieram à tona na elaboração dos artigos, dos Títulos e dos Capítulos do texto constitucional.

Por isso Sr. Presidente, defendo a emenda que consagra este direito, em nome da soberania da participação popular e da soberania dos Direitos Fundamentais do Indivíduo – Direitos Individuais e Coletivos. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Obrigado a V. Ex.<sup>a</sup>

Está em votação o destaque da emenda do Constituinte José Genoíno, que acaba de ser defendida pelo seu autor, na tribuna.

Em votação.

Os Srs. Constituintes que aprovarem a emenda darão resposta positiva e os que estiverem em desacordo darão resposta negativa.

Vai-se proceder à chamada.

#### **(Procede-se à votação)**

Votaram SIM os seguintes Senhores Constituintes:

Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Cristina Tavares, Egídio Ferreira Lima, Fernando Lyra, Haroldo Sabóia, José Paulo Bisol, Nelson Friedrich, Paulo Ramos, Sigmaringa Seixas, José Costa, Octávio Elísio, Rose de Freitas, Vicente Bogo, Vilson Souza, Alcení Guerra, Jarbas Passarinho, Brandão Monteiro, José Maurício, Bocayuva Cunha, Joaquim Beviuacqua, Plínio Arruda Sampaio, José Genoíno, Aldo Arantes, Jamil Haddad. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Bernardo Cabral, Carlos Sant'Anna, Fernando Bezerra Coelho, João Calmon, José Geraldo, Milton Reis, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nilson Gibson, Pimenta da Veiga, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Severo Gomes, Wilson Martins, Albano Franco, Antonio Mariz, Chagas Rodrigues, Délio Braz, Euclides Scalco, Israel Pinheiro, José Tavares, Marcos Lima, Afonso Arinos, Antonio Carlos Mendes Thame, Carlos Chiarelli, Christóvam Chiaradia, Edme Tavares, Eraldo Tinoco, Inocêncio Oliveira, José Lins, José Santana de Vasconcellos, José Thomaz Nonô, Luís Eduardo, Marcondes Gadelha, Mário Assad, Osvaldo Coelho, Paulo Pimentel, Ricardo Fiúza, Sandra Cavalcanti, Cleonânio Fonseca, Enoc Vieira, João Menezes, Jonas Pinheiro, Ricardo Izar, Darcy Pozza, Gerson Peres, Adolfo Oliveira, José Maria Eymael, Roberto Freire e Antônio Farias.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 25 Constituintes; votaram NÃO 50 Constituintes. Total: 75 votos. O Destaque foi rejeitado.

**Destaque nº 1.890/87 – Emenda nº 1P-612-1, do Sr. Luiz Inácio Lula da Silva, "que acrescenta parágrafo ao art. 7º do Projeto de Constituição (art. 4º do Substitutivo nº 2)". (21ª votação)**

Em votação o Destaque nº 1.890, requerido pelo Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva, referente à Emenda nº 612.

Concedo a palavra ao Constituinte Plínio Arruda Sampaio, para encaminhar a votação.

**O SR. CONSTITUINTE PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO:** – Sr. Presidente, meus caros Colegas, a emenda que venho defender e que acrescenta parágrafo único ao art. 4º, está assim redigida:

"Parágrafo único. O Brasil não manterá relações diplomáticas nem firmará tratados, acordos ou pactos com países que adotem políticas oficiais de discriminação de cor, bem como não permitirá atividades de empresas desses países em seu território."

A justificativa é bastante simples. Em primeiro lugar, temo que nós todos sejamos um pouco hipócritas quando



manifestamos e votamos maciçamente declarações formais de repúdio ao racismo, mas nos recusamos às declarações e às medidas concretas para impedi-lo. O grande argumento contrário a esta emenda é que isso colocará certa rigidez para a ação diplomática do Brasil.

O nobre Senador Cid Sabóia de Carvalho expressou aqui, e o Relator Bernardo Cabral também, a menção feita pelo Ministro das Relações Exteriores de que uma norma desse tipo retiraria a flexibilidade do Governo brasileiro no plano internacional.

Em várias oportunidades tenho defendido que o Brasil tem que ter essa flexibilidade e que ela vai-se impor sempre ainda contra o fato.

Lembro a V. Ex.<sup>as</sup> de que isto será contra aqueles países que fazem discriminação oficial em lei.

Por exemplo, estive no Chile do General Pinochet, no Chile da tortura, no Chile do assassinato, no Chile da prepotência, no Chile da ditadura, mas não advoguei com ênfase, com empenho e curvei-me ao argumento de que não deveríamos romper relações com aquele país naquele momento, porque o embaixador nos convenceu de que a presença da Embaixada ali representava algum oxigênio, algum sustentáculo, algum apoio à Oposição chilena. E estávamos diante de uma situação de fato. A ditadura Pinochet nega que perturbe os Direitos Humanos, nega que torture. É uma situação diferente da que coloco. Em certos países do Mundo, e refiro-me, em específico, à África do Sul, onde a lei estabelece discriminação racial – a Lei anti-racista Afonso Arinos, aqui, neste País, desde 1946, foi proposta pelo homem que preside esta Comissão, e aprovada, uma lei que estabelece a punição a quem faça discriminação racial – no entanto, lá, pela lei, se faz a discriminação racial. Neste caso, poderíamos abrir uma exceção para a rigidez, e estabelecer um parâmetro para nossa diplomacia: negociem, trabalhem, apóiem, façam alianças, mas V. Ex.<sup>as</sup> têm um parâmetro. O parâmetro é o respeito à dignidade da pessoa, quando ela é afrontada oficialmente numa lei. Aí o Brasil não transige, aí o Brasil não perdoa, aí o Brasil não transaciona, e aí a Real Politik tem um limite: a dignidade da pessoa humana.

Peço a V. Ex.<sup>as</sup> o voto favorável a esta emenda, que é a redentora da nossa imagem e dignidade nas relações internacionais. (Palmas)

**O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – De acordo com o Regimento, pode falar outro Constituinte a favor do destaque.

Tem a palavra o nobre Constituinte Pimenta da Veiga, para uma questão de ordem.

**O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA:** – Sr. Presidente, na realidade são duas questões de ordem. A primeira é no sentido de que a Mesa providencie para que os microfones das bancadas sejam religados. É extremamente desagradável a cada questão de ordem termos que vir à tribuna, quando poderíamos resolver o assunto na própria bancada. Em determinadas circunstâncias, pode ocorrer até que a questão de ordem não seja concedida pela dificuldade de o parlamentar vir à tribuna apresentar a sua questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – A Mesa vai encaminhar a reclamação de V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA:** – A segunda questão de ordem é para indagar da Mesa se seria possível ainda a apresentação da desistência de parte da emenda que está em discussão, o que, evidentemente, com a concordância do autor, na parte que se refere à punição que alcança também as empresas do país que adotar, por exemplo, o *apartheid*, porque vejo a hipótese de uma em-

presa discordar da política desse país e ser penalizada pela disposição que está sendo votada.

Por concordar com a primeira parte e desejar votar a seu favor, é que consulto se o autor poderia desistir da segunda parte, o que, certamente, viabilizaria a aprovação da Emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Sei que não é muito regimental, mas consulto o Autor. (Tumulto)

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – O Autor não se manifestou.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Sr. Presidente, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem a palavra o Autor do destaque.

**O SR. CONSTITUINTE PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO:** – Sr. Presidente, o Autor está falando pela minha pessoa. O Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva, que é o Autor, está ausente. Estou mandatado por S. Ex.<sup>a</sup> para defender o seu ponto de vista.

Embora me pareça extremamente simpática a posição do Constituinte Pimenta da Veiga, vejo uma dificuldade: há na ordem internacional uma sucessão de condenações à África do Sul, mas essas condenações não se tornam realidade, porque é um país economicamente forte, é um país que tem relações com todos os países do Mundo.

Ora, o que se quer, precisamente, é um repúdio da comunidade internacional que obrigue a revisão dessas leis, de tal maneira que – é o mesmo problema da efetividade –, se não tivermos relações diplomáticas com a África do Sul, mas mantivermos a VARIG voando para Johannesburg e, portanto, facilitando os negócios da África do Sul, não teremos levado o nosso repúdio ao extremo que gostaríamos de levar.

De modo que diria que, infelizmente, vamos manter a emenda como está.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Está respondida a questão do Constituinte Pimenta da Veiga.

Peço desculpas ao nobre Líder.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Peço a palavra, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Com a palavra o Constituinte Carlos Sant'Anna.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Sr. Presidente, ontem, V. Ex.<sup>a</sup>, dirimindo uma questão de ordem decidiu que não era possível fazer alterações no conteúdo dos destaques e das emendas.

Ora, a decisão gera uma jurisprudência, pelo menos na sessão de votação, pois não pode ocorrer isto de em um momento ser possível, noutro, não; isto gera uma confusão processual da votação que não permite tomemos pé da situação. Se V. Ex.<sup>a</sup>, ontem, decidiu de uma forma, esta decisão deve ser mantida.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Respondo a V. Ex.<sup>a</sup> Sou o único Constituinte que pode responder a S. Ex.<sup>a</sup>

Este assunto, para mim, é crucial. A lei que S. Ex.<sup>a</sup> invocou tem o meu nome. Fui eu quem pôs, na Constituição de 1967, o princípio constitucional oriundo dessa lei, que não era constitucional. Eu criei a lei, coloquei-a na Constituição, portanto, tenho o direito de tomar esta decisão. E está tomada. Quis dar toda liberdade à votação.

Continua o processo da reunião. (Palmas)

Tem a palavra o Constituinte Carlos Alberto Caó.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS ALBERTO CAÓ:** – Sr. Presidente – Constituinte Afonso Arinos, Sras. e Srs. Constituintes.

Há pouco, o Constituinte Plínio Arruda Sampaio ofereceu uma argumentação sólida e conseqüente que decorre da própria história política de nosso País. Como podem os Constituintes que aqui se encontram, que repudiam e condenam o racismo internamente, e até o definem, do ponto de vista constitucional, como um crime inafiançável, como esses mesmos Constituintes podem recusar-se a que o Brasil, com a sua formação e as suas responsabilidades históricas, deixe de contribuir para isolar da convivência internacional países que praticam política oficial de segregação?

Sr. Presidente, Constituinte Afonso Arinos, isto representaria uma incongruência, representaria meia definição, representaria meia formulação e meia palavra que, aliás, tem caracterizado, até há bem pouco tempo, as legislações brasileiras, no que se refere às relações raciais internas e internacionalmente.

Quero advertir os Srs. Constituintes e lembrar a todos que o autor desta emenda não é o Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva. Esta Emenda tem vários autores. Na verdade, são mais de 380 os autores dessa emenda, que tão logo instalada a Assembléia Nacional Constituinte, assinaram uma exposição de motivos dirigida ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, solicitando que o Governo brasileiro rompa relações diplomáticas e comerciais com o regime do **apartheid** da África do Sul. E entre os signatários dessa exposição de motivos ao Senhor Presidente da República se encontrava e se encontra a respeitável figura do nobre Relator, o nobre Constituinte a quem me dirijo.

Então, Sr. Presidente, temos que ter a necessária conseqüência: a conseqüência política, a conseqüência histórica. Na linha das contribuições que foram dadas por V. Ex.<sup>a</sup> ao ordenamento jurídico brasileiro, cabe a nós aprofundar e demonstrar a nossa capacidade de produzir, interna e internacionalmente, regras jurídicas primárias e fundamentais que orientem o comportamento do Governo, do Estado e da Nação brasileira nas suas relações internacionais.

É muito pouco, Sr. Presidente, é até uma forma de escamotear esse princípio que emerge, quase que teoricamente, da formação histórica do nosso País, apresentar alguns argumentos facciosos e alguns pretextos secundários de que isso causaria confusão, determinaria rigidez no comportamento internacional do País.

Isto é meia verdade, esta é uma falsa afirmação, porque, na verdade, o que se pretende, ao impedir que o Brasil deixe de manter relações diplomáticas, não assine pactos ou tratados com países que adotem políticas segregacionistas, o que se pretende é, pura e simplesmente, acobertar os interesses econômicos de algumas empresas sul-africanas que operam internamente na exploração mineral do Brasil. Esta, sim, é a questão, e vamos colocá-la de frente: se devemos optar entre o princípio, optar entre uma política democrática de relações internacionais ou simplesmente defender os interesses de algumas poucas empresas da África do Sul que operam na mineração.

Olhemos para o panorama internacional e não são poucos os países que hoje rompem relações diplomáticas e comerciais com o regime do **apartheid**, não são poucos os países que contribuem significativamente para isolar o regime do **apartheid** da convivência internacional.

Ainda mais. Essa emenda aditiva ao art. 5º do primeiro Substitutivo e o art. 4º do segundo Substitutivo, representa um desdobramento lógico da nossa posição, do princípio de política internacional, que é a autodeterminação dos povos, porque ao povo sul-africano não lhe foi

dado o direito de se autodeterminar e de definir o regime e o tipo de sistema sócio-econômico sob o qual pretende

Portanto, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, este Plenário, que hoje, pela manhã, honrou o Constituinte Domingos Leonelli, concedendo cerca de 85 votos para a emenda aditiva ao art. 4º do segundo Substitutivo que repudiava o terrorismo, sob pena de se autodesmentir, sob pena de falsear a posição e a decisão adotada na manhã de hoje este plenário é como se fosse um desdobramento lógico, sem a responsabilidade e o dever dos Srs. Constituintes que apoiarem a emenda do nobre Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva, que na verdade, é uma emenda que corresponde ao sentimento majoritário desta Constituinte, já expresso em comunicações e exposição de motivos encaminhada ao Excelentíssimo Senhor Presidente. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem a palavra, em sentido contrário à Emenda, o nobre Deputado Francisco Benjamim.

**O SR. CONSTITUINTE ISRAEL PINHEIRO:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Concedo a palavra ao Constituinte Israel Pinheiro.

**O SR. CONSTITUINTE ISRAEL PINHEIRO:** – Sr. Presidente, a Emenda foi um pouco mal interpretada pelo autor, porque proíbe que as empresas sul-africanas possam operar no Brasil, mas não proíbe que as empresas brasileiras possam operar na África do Sul. Neste sentido, a Emenda está correta. Mas há outro aspecto, há outro inconveniente: às vezes, a empresa, lá na África do Sul, é contra o **apartheid**, e aí a emenda do Deputado Plínio Arruda Sampaio está prejudicando empresas sul-africanas que são contra a política racial.

Por causa disto, Sr. Presidente, faço um apelo ao nobre Deputado Plínio Arruda Sampaio para que retire a palavra "empresas", pois, com isto, tenho certeza, S. Ex.<sup>a</sup> contaria com o apoio maciço da Comissão de Sistematização.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem a palavra o Constituinte Francisco Benjamim.

**O SR. CONSTITUINTE FRANCISCO BENJAMIM:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Coloco à reflexão da Comissão de Sistematização os seguintes fatos.

Em primeiro lugar, o art. 4º, redigido pelo Relator Bernardo Cabral, é bem claro e sintetiza as linhas mestras que devem nortear a política externa brasileira. Reza o artigo:

"O Brasil fundamenta suas relações internacionais no princípio da independência nacional, na prevalência dos direitos humanos, no direito à autodeterminação dos povos, na não-intervenção, na igualdade dos Estados, na solução pacífica dos conflitos internacionais, na defesa da paz, no repúdio ao terrorismo, ao racismo e na cooperação com todos os povos para a emancipação e o progresso da humanidade."

O racismo foi colocado na aprovação que se fez nesta Casa, e quero dizer, Sr. Constituinte, que não podemos defender o princípio de autodeterminação dos povos, que é um princípio consagrado no Direito Internacional e na história diplomática do Brasil desde o Império, para colocarmos transitoriamente o dispositivo na Constituição brasileira que vá dizer apenas uma regra em relação a este ou aquele outro país.

Imaginemos, Sr. Presidente, se quiséssemos aqui também inserir dispositivos para nações que interferem e que estão interferindo no dia-a-dia de outros povos que querem sua liberdade e sua independência. **(Palmas)** Não preciso

nem nominá-los, para que não me acusem, aqui de estar defendendo a causa do **apartheid**. Somos contra o **apartheid**. Condenamos a política racista do governo sul-africano, mas o que entendemos é que o Estado sul-africano é uma coisa diferente do governo sul-africano, porque temos confiança na evolução gradual do processo internacional dos povos e das nações.

O Brasil, que é um país amante da paz, não pode seguir essa linha, sob pena de estar inserindo um dispositivo casuístico, um dispositivo oportunista, um dispositivo demagogo, um dispositivo que só vem aqui para faturar, não internamente, mas para dar aos outros o apetite internacional dentro da legislação maior brasileira. Não, Sr. Presidente. Está escrito no parágrafo da emenda do ilustre Constituinte Plínio Arruda Sampaio:

"O Brasil não manterá relações diplomáticas nem firmará tratados, acordos ou pactos com países que adotem políticas oficiais de discriminação de cor, bem como não permitirá atividades de empresa desse país em seu território."

É decisão de política governamental. E o Brasil já pratica, já faz; o Brasil a faz e a pratica por decretos governamentais; o Brasil a faz por um processo de retaliação diplomática, porque o Brasil não dispõe de representação diplomática na África do Sul. É a maneira como Brasil se afirma dentro da resolução da ONU para condenar a política racista e a política do **apartheid**. Não podemos é introduzir na Carta Magna brasileira dispositivos que dizem respeito aos interesses de outros povos e de outras nações. Como, então, num artigo defendermos a autodeterminação dos povos e no outro vamos atingir especificamente aqueles que sabemos vivendo momento episódico de sua História, vivendo uma fase que não é uma fase permanente nem duradoura? Se acreditamos na evolução das nações, haveremos de dar a certeza e a convicção, deveremos emprestar a nossa solidariedade a esses povos oprimidos, deveremos dar-lhe a oportunidade de, examinando o contexto brasileiro, ver que, aqui, se temos uma política de ajustamento racial, esta deve ser o exemplo maior para que possamos contribuir positivamente, e não contribuir negativamente. (Palmas)

**O SR. CONSTITUINTE PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO:** – Sr. Presidente, peço a palavra para responder à questão de ordem em que fui pessoalmente citado. Para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Pois não.

**O SR. CONSTITUINTE PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO:** – A questão de ordem que quero levantar para V. Ex<sup>a</sup> é dentro da norma do Regimento, eu estaria autorizado a concordar com o apelo que me fez o Deputado Israel Pinheiro, no sentido de retirar uma parte do texto, para efeito de compor uma maioria que permitisse, se não todo resultado que se objetiva com esta emenda, pelo menos uma parte fundamental desse resultado, qual seja, a de que as relações diplomáticas no Brasil seriam encerradas com todos os países e regimes que fizessem uma discriminação oficial contra qualquer cor. Não é contra esse país ou contra aquele país. É contra todo aquele que fizer uma discriminação oficial. Neste sentido, estaria de acordo em abrir mão de parte da Emenda, para compor com a maioria, que permitisse ao Brasil dar esta lição a todo Mundo.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Concedo a palavra ao Constituinte Egídio Ferreira Lima.

**O SR. CONSTITUINTE EGÍDIO FERREIRA LIMA:** – Sr. Presidente e Srs. Constituintes, entendo que o Mundo de hoje não oferece panorama, situação de opressão mais condenável, mais cruel do que a oferecida pela África do Sul. Pela manhã, tivemos oportunidade de estabelecer os princípios para a política externa e colocar, como ditame do nosso Direito Constitucional a condenação à política desse quilate e dessa natureza.

Não podemos fazer, Srs. Constituintes, é eleger na Constituição casos específicos para, de logo, estabelece como perene e permanente a condenação da política desse ou daquele país.

Se eu estivesse agora em uma reunião no Ministério das Relações Exteriores ou numa decisão de Governo, iria pensar duas vezes se deveria ou não condenar o relacionamento do Brasil com a África do Sul. No entanto, colocar isto no texto constitucional é um erro grave. Deixemos ao País, deixemos ao Governo, deixemos à nossa política externa a possibilidade de condená-la e de até cortar as relações políticas e comerciais, quando esta for a solução mais indicada.

O Constituinte Plínio Arruda Sampaio, que defendeu a emenda, ofereceu, ele próprio, o argumento mais claro e mais gritante contra, quando disse que no Chile o Embaixador do Brasil, quando do início da ditadura que ainda impera lá, fez um apelo para que não fossem cortadas as relações, porque aquela Embaixada era o único canal que os oprimidos tinham para fugir à opressão ou para respirarem um pouco.

Aprovar-se a emenda defendida pelo Constituinte Plínio Arruda Sampaio, antes de defender os oprimidos, é fechar a estes a oportunidade de, dentro da opressão, terem uma clareira nas chancelarias internacionais de outros países (palmas), para que possam fazer chegar ao conhecimento do Mundo a opressão de que são vítimas. Não podemos sob pena de cometer um erro político e um grave erro técnico, porque é uma questão casuística, fazer a condenação no texto da Constituição. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem a palavra o Relator.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente Srs. Constituintes, pela manhã, chamava eu a atenção, com a lealdade que havia informado ao Constituinte Carlos Alberto Caó, quando S. Ex<sup>a</sup>, após a defesa feita pelo Constituinte José Genoíno, para o repúdio ao racismo que iria dar nesse desdobramento lógico que, agora, ressaltou o Constituinte Carlos Alberto Caó.

Quero ficar coerente com a minha decisão dada pela manhã, mas não sei quantos ficarão coerentes quando, de manhã, não atentaram para essa consequência.

Lembro que, pela manhã, só o Senador José Ignácio Ferreira, o Senador Wilson Martins, o Deputado Adolfo Oliveira e o Deputado Cid Carvalho votaram contra.

O Constituinte Carlos Alberto Caó tem razão quando afirma que os que votaram pela manhã têm agora o desdobramento lógico.

Quero ficar coerente, votando contra. Não sei quanto: poderão ter esta coerência.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Vai-se processar a votação.

Emenda nº 1P00612-1. Quem for a favor da emenda votará SIM; quem for contrário votará NÃO.

**A SRA. CONSTITUINTE ROSE DE FREITAS:** – Senhor Presidente, solicito a palavra para uma questão de ordem sobre a votação. (Assentimento da Presidência.)

Gostaria que V. Ex<sup>a</sup> me informasse se concordou com a questão levantada pelo Constituinte Plínio Arruda Sampaio, quando foi abordada, anteriormente, a questão da retirada. S. Ex<sup>a</sup> colocou-a em tempo, antes do processo de votação.

Gostaria de saber o parecer de V. Ex<sup>a</sup> a respeito.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Está iniciada a votação.

**(Procede-se à votação)**

Votaram **SIM** os seguintes Srs. Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Artur da Távola, Carlos Mosconi, Cristina Tavares, Fernando Gasparian, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, Ibsen Pinheiro, José Paulo Bisol, Mário Lima, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nelton Friedrich, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Severo Gomes, Sigmaringa Seixas, Wilson Martins, Antônio Mariz, Israel Pinheiro, José Tavares, Miro Teixeira, Octávio Elisio, Rose de Freitas, Vicente Bogo, Vilson Souza, Afonso Arinos, Brandão Monteiro, José Maurício, Lysâneas Maciel, Francisco Rossi, Joaquim Bevilacqua, Plínio Arruda Sampaio, José Genoíno, Aldo Arantes, Roberto Freire, Jamil Haddad. Votaram **NÃO** os seguintes Srs. Constituintes: Aluizio Campos, Bernardo Cabral, Carlos Sant'Anna, Celso Dourado, Egídio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, João Calmon, José Geraldo, José Richa, Manoel Moreira, Milton Reis, Nilson Gibson, Oswaldo Lima Filho, Prisco Viana, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Rodrigues Palma, Virgildásio de Senna, Délio Braz, Marcos Lima, Antoniocarlos Mendes Thame, Arnaldo Prieto, Carlos Chiarelli, Christóvam Chiaradia, Edme Tavares, Eraldo Tinoco, Francisco Benjamim, Inocêncio de Oliveira, José Jorge, José Lins, José Santana de Vasconcellos, José Thomaz Nonô, Luís Eduardo, Marcondes Gadelha, Mário Assad, Oscar Corrêa, Osvaldo Coelho, Paulo Pimentel, Ricardo Fiúza, Sandra Cavalcanti, Enoc Vieira, Paes Landim, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Gerson Peres, Jarbas Passarinho, Virgílio Távora, Bonifácio de Andrada, Gastone Righi, Adolfo Oliveira, José Maria Eymael, Antônio Farias.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 40 Constituintes; votaram NÃO 52 Constituintes. Total: 92 votos. O Destaque foi **rejeitado**.

**Destaque nº 2.500/87 – Emenda nº ES-20.956-6, do Sr. Nelson Wedekin, "que acrescenta parágrafo ao art. 5º do Substitutivo nº 1 (art. 4º do Substitutivo nº 2)". (22ª votação)**

Em votação o Destaque nº 2.500, requerido pelo constituinte Nelson Wedekin e referente à Emenda número 20.956-6.

Consulte se o Sr. Nelson Wedekin está presente.

**O SR. CONSTITUINTE ALDO ARANTES:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem a palavra o nobre Constituinte Aldo Arantes, pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE ALDO ARANTES:** – Sr. Presidente, estou inscrito para falar, defendendo a proposta do Constituinte Nelson Wedekin.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem que falar o autor do destaque.

**O SR. CONSTITUINTE ALDO ARANTES:** – Fui autorizado pelo autor.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Eu não ouço V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE ALDO ARANTES:** – Fui autorizado pelo autor.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem a palavra o nobre Constituinte Aldo Arantes.

**O SR. CONSTITUINTE ALDO ARANTES:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a Emenda nº 20.956, do Constituinte Nelson Wedekin, tem o seguinte teor:

"O Brasil poderá manter relações diplomáticas com países ou nações colonizadas ou ocupadas

pela força, desde que essas tenham entidade representativa reconhecida pela Assembléia Geral da ONU ou pelo Governo brasileiro."

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, esta emenda ressalta uma questão de grande importância: concretamente, existem duas entidades representativas de povos oprimidos: a SWAPO e a OLP. A SWAPO, como V. Ex.<sup>as</sup> sabem, é uma entidade representativa do povo da Namíbia, País ocupado pela África do Sul, que vem lutando, desde muitos anos, pela sua independência; a OLP – Organização para a Libertação da Palestina – é uma entidade representativa de um povo escravizado, espoliado, massacrado, que teve milhares de seus filhos assassinados nos eventos de Sabra e Chatila. Portanto, a aprovação desta emenda é apenas a incorporação, ao texto constitucional, de uma posição que o Governo brasileiro já vem adotando e que é necessário incorporem ao texto constitucional, dando condições para que o País mantenha relações diplomáticas com a OLP, com a SWAPO e, é claro, com todas aquelas entidades que, no futuro, serão reconhecidas pela Assembléia Geral das Organizações das Nações Unidas. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – O segundo Constituinte a favor da Emenda é Mário Assad. Tem a palavra V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE MÁRIO ASSAD:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, acabamos de ouvir a leitura da emenda referente ao reconhecimento de movimentos patrióticos.

É bom que se diga que existem muitos povos oprimidos e com representações de movimentos revolucionários nos países estrangeiros. Mas um fundamento é necessário e imprescindível para que essas entidades sejam devidamente reconhecidas, e o fundamento principal é que essas entidades tenham sido reconhecidas pela ONU.

Na realidade, nós que devemos prestigiar a ONU, porque a consideramos fundamentalmente parlamento do mundo, devemos, conseqüentemente, aprovar esta emenda, para dar maior flexibilidade ao Governo, no sentido de que mantenha relações com movimentos autênticos, que lutam, acima de tudo, pela liberdade, por horizontes novos de democracia e para terem a suprema oportunidade de constituírem um governo legítimo, um governo autêntico.

A nossa luta, a luta do Brasil, através da sua História e através dos tempos, tem sido uma luta pela liberdade dos povos; conseqüentemente, esta emenda vem abrir novas perspectivas para o Governo brasileiro manter relações diplomáticas com movimentos que, na realidade, encarnem esses anseios de profunda liberdade e, acima de tudo, de grandes aspirações populares.

Voto de acordo e solicito apoio para cada Emenda porque, na realidade, atende ao anseio precípua de liberdade, de grandeza e de democracia. **(Pausa)**

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Manifestações contrárias!

Tem a palavra o Constituinte Gastone Righi.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, aparentemente, a Emenda que se visa aprovar significaria uma grande consagração aos movimentos libertários, aos movimentos de independência de todos os povos. Mas, na realidade, tem um significado para o Estado, de absoluta inconveniência: um é o critério seguido pelas Nações Unidas; outro, o critério que cada Estado deve seguir no reconhecimento das representações de outros Estados.

Na Assembléia das Nações Unidas, podem ser reconhecidos movimentos de luta interna, podem ser reco-

nhecidas nações, como já o foram a nação judaica, a nação cigana, como pode haver nações indígenas.

No relacionamento entre Estados, o que reconhecemos é o Estado, através da sua representação oficial, e uma só.

Vejam os Srs. que o critério é bastante diferenciado, portanto aquela atraente referência da emenda de que basta um movimento ser reconhecido pela Assembléia das Nações Unidas, deve ou pode ser reconhecido pelo Brasil também, não corresponde na realidade a uma simetria perfeita, são dois critérios completamente diferenciados. Vou dar um exemplo: se viermos a reconhecer a SWAPO estaremos confrontando-nos com os Governos que afirmam o seu domínio ou afirmam representar aquele território. Se reconhecermos o movimento revolucionário do Afeganistão, estaremos criando duas representações, uma oficial do Afeganistão, outra a dos Revolucionários que procuram alterar o Governo local e assim acabaria acontecendo com inúmeros povos e inúmeras nações. Como ficaríamos, por exemplo, em relação à Colômbia em que há movimentos armados que procuram a modificação do **status quo**, reconheceríamos como representante do Estado da Colômbia o Governo oficial e, ao mesmo tempo, o movimento revolucionário que lá atua. Vejam os Srs. que isso é, na verdade, uma incongruência e não se recomenda estabelecermos em nossa Carta Constitucional um parâmetro tão equivocado quanto este. É preciso nos atermos a princípios e estes já estão enunciados, diz o que o Estado quer e o que ele condena. Cabe ao Governo transitório fazer o julgamento de quem com ele pode, deve ou não, manter as suas relações diplomáticas.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Concedo a palavra ao Sr. Constituinte Gerson Peres.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Srs. Constituintes, serei bem breve. Este artigo é inócuo, "chove no molhado" e nos deixa perplexo. Vou lê-lo e, depois V. Ex.<sup>as</sup> vão dizer se votam a favor ou contra.

Pela própria escrita que está aqui não diz bem do nosso procedimento no que diz respeito ao sentido do artigo. Vejam bem:

"O Brasil poderá manter relações diplomáticas com países ou nações colonizadas ou ocupadas pela força, desde que estes tenham uma entidade representativa, reconhecida pela Assembléia Geral da ONU ou pelo Governo brasileiro."

Ora, se o Governo brasileiro reconhecer, por que a Constituição ainda vai dizer que o Brasil poderá reconhecer?

Não tem sentido algum. Ora, desde que o Brasil reconhece – diz a Constituição que ele poderá reconhecer – é uma simples redundância.

Tenho dito.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem a palavra o Sr. Relator.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, queria chamar a atenção dos Srs. Constituintes sobre o aspecto que o Constituinte Gerson Peres acaba de anunciar. Mas, gostaria de lembrar que a emenda diz que o Brasil poderá. Evidentemente que é um artigo inócuo, porque se poderá já pode hoje através do Ministério das Relações Exteriores manter relações diplomáticas. Isto vai cair no vazio e, ademais, estamos lembrando aqui num texto constitucional, órgão reconhecido pela Assembléia Geral da ONU. Lembro a liga das Nações Unidas, que foi extinta após a II Guerra Mundial. Quem nos diz que, amanhã, esse Organismo não poderá ser modificado.

Peço apenas a atenção dos Srs. Constituintes para esse aspecto.

**O SR. CONSTITUINTE ALDO ARANTES:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de esclarecimento.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Concedo a palavra ao Sr. Constituinte Aldo Arantes.

**O SR. CONSTITUINTE ALDO ARANTES:** – Sr. Presidente, foi feita uma referência de que esta emenda teria uma contradição, porque fala no reconhecimento pelo Governo brasileiro. O Governo brasileiro reconhece a Organização para Libertação da Palestina, no entanto não mantém relações diplomáticas com essa organização. São duas coisas diferentes e neste caso o argumento não procede. O problema é político, e essa emenda abrirá condições para o País manter relações com a OLP e com a SWAPO.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Obrigado a V. Ex.<sup>a</sup>.

Em votação o destaque.

Os que o aprovarem responderão SIM e os que o recusarem responderão NÃO.

**(Procede-se à votação)**

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes:

Abigail Feitosa, Almir Gabriel, Aluizio Campos, Carlos Mosconi, Egidio Ferreira Lima, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, Nelson Friedrich, Paulo Ramos, Sigmaringa Seixas, Antônio Mariz, José Tavares, Miro Teixeira, Rose de Freitas, Vicente Bogo, Vilson Souza, Mário Assad, Brandão Monteiro, Lysâneas Maciel, Bocayuva Cunha, Francisco Rossi, Joaquim Bevilacqua, Plínio Arruda Sampaio, José Genoíno, Aldo Arantes, Roberto Freire, Jamil Haddad. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Ademir Andrade, Bernardo Cabral, Carlos Sant'Anna, Celso Dourado, Cristina Tavares, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Gasparian, Fernando Henrique Cardoso, Ibsen Pinheiro, João Calmon, José Fogaça, José Geraldo, José Paulo Bisol, José Richa, Manoel Moreira, Mário Lima, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nilson Gibson, Oswaldo Lima Filho, Pimenta da Veiga, Prisco Viana, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Rodrigues Palma, Severo Gomes, Virgildásio de Senna, Délio Braz, Israel Pinheiro, Octávio Elísio, Afonso Arinos, Alcení Guerra, Arnaldo Prieto, Carlos Chiarelli, Christóvam Chiaradia, Edme Tavares, Eraldo Tinoco, Francisco Benjamin, Inocêncio Oliveira, José Jorge, José Lins, José Santana de Vasconcellos, José Thomaz Nonô, Luís Eduardo, Marcondes Gadelha, Oscar Corrêa, Osvaldo Coelho, Paulo Pimentel, Ricardo Fiúza, Sandra Cavalcanti, Enoc Vieira, João Menezes, Paes Landim, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Gerson Peres, Jarbas Passarinho, Virgílio Távora, Gastone Righi, Adolfo Oliveira, José Maria Eymael, Antônio Farias.

#### DECLARAÇÃO DE VOTO "NÃO" PARA ES-20.956-6

Apesar de integral apoio ao estabelecimento de relações com "países ou nações colonizadas ou ocupadas pela força" e especificamente com a OLP, a emenda tem imperfeições de redação que a tornam inócua. Além disso o assunto pode ser resolvido fora do texto constitucional. – Deputado **Pimenta da Veiga**.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 28 Constituintes; votaram NÃO 62 Constituintes. Total: 90 votos. O Destaque foi **rejeitado**. Declaração de voto, do Senhor Constituinte Pimenta da Veiga.

Em votação o Destaque nº 2697/87, requerido pelo Constituinte Nelson Friedrich, referente à Emenda ES-34011.

Tem a palavra o Sr. Constituinte Nelson Friedrich.

**O SR. CONSTITUINTE NELTON FRIEDRICH:** – Desisto do pedido, Sr. Presidente. Quero retirá-lo.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – O autor retira o pedido de destaque.

Em votação o Destaque nº 3786/87, requerido pelo Constituinte Michel Temer, referente à Emenda ES-28583-1.

Tem a palavra o Sr. Constituinte Michel Temer. **(Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup> não está presente e não se fez representar. Portanto, o destaque está prejudicado.

Eu já aceitei aqui a representação declarada por um dos Constituintes, dizendo que estava autorizado a falar em nome do Autor, mas ninguém agora se apresentou nessa condição. Portanto, o destaque está prejudicado.

Em votação o Destaque nº 5735/87, requerido pelo Constituinte Carlos Alberto Caó, referente à Emenda nº ES-31009-7. Tem a palavra o Constituinte Carlos Alberto Caó.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS ALBERTO CAÓ:**

– À vista de decisão anteriormente tomada pelo Plenário, no que se referiu à Emenda do Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva, desisto do destaque.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – O requerente desistiu do destaque.

Vamos, agora, apreciar destaques ao Título I, onde couber.

**Destaque nº 550/87 – Emenda nº 1P-06.638.7, do Sr. José Genoíno, "que acrescenta dois artigos entre os arts. 8º e 9º do Projeto de Constituição (Título I do Substitutivo nº 2)". (23ª votação)**

Primeiro, é o Destaque nº 550/87 do Constituinte José Genoíno, referente à Emenda 1P06638-7.

Tem a palavra o Sr. Constituinte José Genoíno.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Sr. Presidente, era pretensão minha retirar o Destaque nº 550. No entanto, Sr. Presidente, vários Constituintes, quando aqui votaram – não vou avaliar o mérito, o juízo desse voto – em relação à Emenda do nobre Constituinte Nelson Wedekin e em relação à Emenda do nobre Constituinte e companheiro, Líder da Bancada, Luiz Inácio Lula da Silva, levantavam um problema, um detalhe e esse detalhe levantado por esses Constituintes está resolvido nessa Emenda. Chamo a atenção dos Srs. Constituintes, pois vou ler:

"O Brasil não manterá relações diplomáticas com um País condenado pela Assembleia Geral da ONU, por prática de discriminação racial."

Sr. Presidente, esta Emenda não está prejudicada porque é modificativa e tem conteúdo diferente da emenda anterior. Diz o seguinte: "O Brasil não manterá relações diplomáticas", caso haja uma condenação da Assembleia Geral das Nações Unidas, e muitos aqui faziam referência a essa preocupação. Em seguida, Sr. Presidente, resguardando o reconhecimento da Assembleia Geral das Nações Unidas, em outro artigo se diz que o Brasil manterá relações diplomáticas com país ocupado por força ou colonização, quando esse país tiver uma entidade representativa reconhecida pelo Governo brasileiro.

Sr. Presidente, nas duas emendas – chamo a atenção dos Srs. Constituintes – a preocupação era de ser necessário estabelecer um critério da Assembleia Geral das Nações Unidas, para que o Governo brasileiro arbitrasse essa relação diplomática.

E a emenda que defendo agora, aqui, de nº 6.638, Destaque nº 550, estabelece para o Governo brasileiro um critério maior, que é o reconhecimento ou não pela Assembleia Geral das Nações Unidas. O Brasil é Membro da Assembleia Geral das Nações Unidas. A diplomacia brasileira luta para entrar, inclusive, no Conselho de Segurança da ONU; a diplomacia brasileira tem lutado, inclusive, em certos episódios e em certos momentos, numa posição progressista, numa posição aberta.

Quando estabelecemos aqui, Sr. Presidente, que a Assembleia Geral das Nações Unidas faz um juízo – e, aí, sim, o Brasil levará em conta, como Membro dessa Assembleia – estamos evitando aquele risco de levar os Constituintes Ademir Andrade, Cristina Tavares, Oswaldo Lima Filho e vários outros a levantarem a possibilidade de que era necessário uma arbitragem maior, e estabelecemos, na nossa emenda, que é a Assembleia Geral das Nações Unidas.

Por outro lado, Sr. Presidente, para concluir, se a Constituição brasileira incorpora esse dispositivo, também está valorizando a Assembleia Geral das Nações Unidas. O Brasil, portanto, na sua Constituição, estabelece critério de reconhecimento, estabelece valor de reconhecimento, para que esse critério da diplomacia brasileira esteja respaldado no texto constitucional.

Por isso, Sr. Presidente, é que eu sustento a minha Emenda nº 6.638. Se as outras tivessem sido aprovadas, ela não seria sustentada aqui.

E chamo a atenção dos Srs. Constituintes para votarem nesta emenda, porque está claro o critério da Assembleia Geral das Nações Unidas, no caso de discriminação racial.

Muito obrigado, Sr. Presidente. **(Muito bem!)**

**O SR. CONSTITUINTE ERALDO TINOCO:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem a palavra o nobre Constituinte Eraldo Tinoco, para uma questão de ordem.

**O SR. CONSTITUINTE ERALDO TINOCO:** – Sr. Presidente, esta emenda não está apenas prejudicada. Ela está duplamente prejudicada. Desde quando essa matéria foi objeto das duas últimas votações, em ambas as emendas anteriores foram derrotadas.

Portanto, solicito à Mesa que atenda ao que estabelece o Regimento, colocando essas emendas como prejudicadas e não as submetendo a votos do Plenário.

**O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE:** – Sr. Presidente, peço a palavra para contraditar.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem a palavra o nobre Constituinte Ademir Andrade, para contraditar.

**O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE:** – Sr. Presidente, os dois artigos propostos, agora, pelo Constituinte José Genoíno, são diferentes dos que aqui foram votados. No que se refere, inclusive, ao segundo artigo proposto, onde eu, na votação passada, fui contrário por uma questão de redação imperfeita, votaria, agora, favorável, com a maior tranquilidade. Então, não creio que a proposta do Constituinte José Genoíno esteja prejudicada, ela é diferente da proposta anterior, no que se refere também ao que foi levantado relativo às empresas dos países que têm segregação racial oficial. Portanto, esse dispositivo deve ser submetido à votação da Comissão de Sistematização.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – O Presidente acha também que não existe colisão na votação de um ou do outro dispositivo. Se nós reconhecêssemos a prejudicialidade iríamos levantar uma nova questão com novas discussões e novas votações.

Tem a palavra o Constituinte Gerson Peres, contrário à emenda.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Serei breve. Não sou **expert** em política diplomática ou internacional, mas costumo ler o que os nossos esti-

mados colegas escrevem para que fique perpetuado na Constituição.

Leio o artigo que o nosso estimado amigo Constituinte José Genoíno escreveu para a Constituição brasileira. S. Ex.<sup>a</sup> aqui revela um sentimento muito grande em favor da soberania do País, S. Ex.<sup>a</sup> prega todos os dias nesta tribuna que o Brasil deve ser um País independente, soberano, não subjugado a nenhum outro organismo internacional, mas leio o artigo para V. Ex.<sup>as</sup> verem como na prática a coisa é diferente; na teoria S. Ex.<sup>a</sup> quer que seja diferente:

"O Brasil não poderá manter relações diplomáticas com país condenado pela Assembléia Geral da ONU, por prática de discriminação racial."

Então, admitamos que o Brasil assista a uma sessão da Assembléia Geral da ONU e, por um ou dois votos, essa Assembléia resolva condenar determinada nação – a soberania do nosso País está ferida por uma decisão de organismo internacional, é dado, porque a ONU é que vai determinar ao Governo brasileiro para cortar relações diplomáticas com os outros países.

Não tenho mais nada a dizer a V. Ex.<sup>as</sup> (Muito bem! Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Em seguida, também para se manifestar contrariamente, tem a palavra o Sr. Constituinte Oswaldo Lima Filho.

**O SR. CONSTITUINTE OSWALDO LIMA FILHO:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Essa emenda, como também a de autoria do nobre Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva, que a Comissão recusou, e a emenda do nobre Constituinte Nelson Wedekin, também recusada, têm os mais nobres objetivos: elas representam, sem dúvida, aquela aspiração do povo brasileiro de apoio generoso aos movimentos libertários de povos que, estando submetidos à dominação estrangeira, lutam pela sua independência. Mas este não pode ser um princípio imposto constitucionalmente à nossa política externa. Porque isso representaria um risco terrível de politizarão das relações externas do País. O Brasil – é preciso que relembremos aos jovens – é uma Nação que tem 150 anos de relações exteriores, reguladas e disciplinadas por um dos melhores corpos administrativos do mundo.

Ministério das Relações Exteriores, desde o Império, firmou a soberania e a independência do País, mesmo em disputas célebres com potências, à época, incontestáveis como o Império Britânico na questão Christie, e muitas outras.

Vamos seguir a lição do Ministério das Relações Exteriores. O fato político-diplomático de estabelecer relações exige condições como a existência de um governo, sob determinado território, com possibilidades de exercer essas condições de soberania. Não podemos impor na Constituição uma simples decisão que é da Organização das Nações Unidas, de simpatia a esses movimentos libertários, que são profundamente simpáticos e merecem o nosso apoio de outra forma; não podemos impor coativamente na Constituição as relações externas do Brasil.

Por esse motivo, e só por esse, é que deixo de dar o meu apoio à emenda ora sustentada, como também já neguei às emendas anteriores. Se houver, amanhã, uma manifestação de apoio do Congresso Nacional pela instalação de um Estado palestino, por exemplo, ela terá o meu voto, como creio que terá o da maioria do Congresso Nacional. Nada mais justo que esse povo venha a ter, que a diplomacia brasileira até se empenhe no sentido de obter esse desiderato, mas não impor a existência de um Estado que ainda não existe, por suas condições de fato.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Muito obrigado ao nobre Constituinte.

Antes de proceder à votação, a Presidência se permitiria fazer uma pequena intervenção a respeito da matéria.

Presidente foi Embaixador do Brasil nas Nações Unidas, durante algum tempo. E gostaria de lembrar que já inserimos na Constituição, em diferentes épocas, artigos decorrentes de posições tomadas internacionalmente. Por exemplo: a guerra de conquista, que foi proibida na Constituição de 1891, é um texto retirado da Constituição francesa, de 1848. A Constituição da República Francesa proibia a guerra de conquista. Em função da declaração de uma Constituição, que era a da França, nós discutimos na Assembléia Nacional Constituinte a proibição da guerra de conquista em nosso próprio País.

A obrigação do arbitramento no Brasil vem também de uma reunião internacional, que aconteceu pouco antes da Proclamação da República, realizada nos Estados Unidos, onde esteve presente o Conselheiro Lafayette Rodrigues Pereira, bisavô do Constituinte José Bonifácio de Andrada – e lá foi tomada a decisão sobre o arbitramento, e nessa reunião internacional incluímos nos nossos dispositivos a obrigação do País ao arbitramento.

Desta forma, não existe uma recusa obrigatória pelo fato de tomarmos decisões impostas por acordos internacionais. Trata-se de questão de critério, de seleção e escolha da nossa própria Constituição.

Gostaria de recordar que o Estado de Israel foi reconhecido nas Nações Unidas com a intervenção muito forte do Brasil, do Chanceler Oswaldo Aranha. S. Ex.<sup>a</sup> teve uma influência direta na formação do Estado de Israel.

Muito obrigado. Peço desculpas por esta pequena dissertação. (Palmas)

Em votação o destaque.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Carlos Mosconi, Cristina Tavares, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, Nelson Friedrich, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Sigmaringa Seixas, Antonio Mariz, Miro Teixeira, Octávio Elísio, Vicente Bogo, Mário Assad, Brandão Monteiro, Bocayuva Cunha, Luiz Salomão, Plínio Arruda Sampaio, José Genoíno, Aldo Arantes, Roberto Freire, Jamil Haddad. Votaram **NÃO** os Srs. Constituintes: Almir Gabriel, Aluizio Campos, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Carlos Sant'Anna, Celso Dourado, Egídio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Gasparian, Ibsen Pinheiro, João Calmon, José Fogaça, José Geraldo, José Ignácio Ferreira, José Richa, Manoel Moreira, Mário Lima, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nilson Gibson, Oswaldo Lima Filho, Prisco Viana, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Rodrigues Palma, Virgildásio de Senna, Chagas Rodrigues, Délio Braz, Israel Pinheiro, José Costa, José Tavares, Márcio Braga, Marcos Lima, Vilson Souza, Afonso Arinos, Alcenio Guerra, Antoniocarlos Mendes Thame, Arnaldo Prieto, Carlos Chiarelli, Christóvam Chiaradia, Edme Tavares, Eraldo Tinoco, Inocêncio Oliveira, José Jorge, José Lins, José Santana de Vasconcellos, José Thomaz Nonô, Luís Eduardo, Marcondes Gadelha, Oscar Corrêa, Osvaldo Coelho, Paulo Pimentel, Ricardo Fiúza, Sandra Cavalcanti, Enoc Vieira, João Menezes, Paes Landim, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Gerson Pares, Jarbas Passarinho, Virgílio Távora, Bonifácio de Andrada, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Adolfo Oliveira, José Maria Eymael e Antonio Farias.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FOGAÇA:** – Sr. Presidente, votaram SIM 24 Srs. Constituintes e NÃO, 70. (Pausa)

Vai-se proceder à recontagem dos votos.

**(Procede-se à recontagem)**

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FOGAÇA:** – Fica anulado um voto, do Senador Albano Franco, que foi computado a mais. Havia apenas doze vagas de suplente no PMDB e foram chamados 13 nomes; descontado o 13º voto – são 12 votos de suplentes – ficam 69 Não e 24 Sim.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 24 Constituintes; votaram NAO 69 Constituintes. Total: 93 votos. O Destaque foi rejeitado.

**O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO MONTEIRO:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem, para colaborar com os trabalhos.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Brandão Monteiro.

**O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO MONTEIRO:** – Eu solicitaria a V. Ex.<sup>a</sup> que, na próxima votação, como é de costume na Casa, se fizesse a chamada inversamente do que tem sido feito, uma vez de norte para sul e outra de sul para norte.

É o requerimento.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Está deferido o requerimento.

O Destaque nº 761 fica prejudicado, em razão da rejeição do Destaque nº 1.890.

Em votação o Destaque nº 1.890.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FOGAÇA:** – Sr. Presidente, para um esclarecimento. As listas de chamada não são feitas por estado, mas por partidos, em ordem alfabética.

Consulto o nobre Constituinte Brandão Monteiro, que fez a proposição: a inversão da ordem deve atender a que princípio? Dos partidos menores para os maiores? Dos maiores para os menores? Dos partidos que tenham o maior número de suplentes? Ou o do menor número de suplentes? Ou invertendo a ordem alfabética?

**O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO MONTEIRO:** – O critério de inversão é, evidentemente, o da inversão dos partidos. Evidente que sim.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FOGAÇA:** – Obedecendo a ordem alfabética, mas invertendo os partidos?

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Temos, aqui, a lista dos Srs. Membros da Comissão, por ordem de partidos. De maneira que, o lógico...

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FOGAÇA:** – Não temos, aqui, a lista por estados. Este critério da inversão não vale para esta lista, porque ela é por ordem alfabética e por partidos.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – É por partidos. De maneira que, dentro de cada partido, há a ordem alfabética. A ordem dos partidos vai do de número maior de representantes para o de número menor de representantes. Então, é fácil. Em vez de eu chamar, seguindo esta lista, chamo ao contrário.

**O SR. CONSTITUINTE INOCÊNCIO OLIVEIRA:** – Muito bem, Sr. Presidente.

**O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO MONTEIRO:** – Esta era a nossa proposta, Sr. Presidente.

**O SR. CONSTITUINTE INOCÊNCIO OLIVEIRA:** – Decisão justa.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Um momento! Estou fazendo a chamada. (Pausa)

Queiram V. Ex.<sup>as</sup> aceitar desculpas mas, na Mesa, há uma confluência de dificuldades – isto aqui é um estuário

das dificuldades que aparecem no Plenário. De maneira que é justificável que, às vezes, a Mesa se deixe arrastar por esse aluvião de dificuldades. É isso que estou dizendo. As dificuldades surgidas no Plenário, que transparecem através das discussões parciais, surgem, na Mesa, numa espécie de delta, numa espécie de confluência.

Então, são todas juntas aqui. Muitas vezes, não temos condições de resolvê-las de imediato, mas fazemo-lo com toda a boa fé, toda a aplicação.

**Destaque nº 7.852/87 – Emenda nº ES-34.239.8, do Sr. Marcondes Gadelha, "que acrescenta artigo ao Título I do Substitutivo nº 1 (Título I do Substitutivo nº 2)". (24ª votação)**

Em votação o Destaque nº 7.852, requerido pelo ilustre Constituinte Marcondes Gadelha, referente à Emenda nº 34.239-8.

**O SR. CONSTITUINTE MARCONDES GADELHA:** – Sr. Presidente, nobres Srs. Constituintes:

A emenda em destaque versa sobre a causa da integração latino-americana. Estabelece, de uma maneira muito sucinta, que o Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, com vistas à formação de uma comunidade latino-americana de nações.

Nós copiamos, Sr. Presidente, quase que literalmente o art. 100 da Constituição peruana, visando dar uniformidade para homogeneizar a linguagem, porque, neste momento, há uma expectativa muito forte no Parlamento latino-americano, em todos os Estados-membros, com relação à aprovação dessa emenda, cujo texto será também objeto de cópia para inclusão nas constituições de cada um dos países-membros.

A causa da integração latino-americana, Sr. Presidente, chegou agora no seu instante decisivo. Os países pelo mundo afora se organizam em blocos geopolíticos, em conjuntos geopolíticos. O Mercado Comum Europeu é, na verdade, uma confederação de nações. O Sudeste Asiático é um bloco geopolítico. Os Estados Unidos, a China são conjuntos geopolíticos extremamente operacionais. A América Latina, neste momento, tem que conjugar todas as suas forças e todas as suas identidades, no sentido de formar um forte conjunto, um mercado comum latino-americano, e muito mais do que isso, Sr. Presidente, uma entidade nova, composta de uma cultura única, de objetivos e propósitos únicos no campo econômico, no campo político, no campo social e no campo cultural. Neste momento, a causa da integração tem feito avanços extraordinários. Temos visto a discussão entre chefes de Estado no Cone Sul, a respeito de problemas comuns, postos pelo endividamento externo, mas sobretudo pelo desafio do desenvolvimento no campo científico, tecnológico, em verdade, o calcanhar de Aquiles desta enorme comunidade.

Temos visto, Sr. Presidente, a perspectiva de soluções pacíficas de conflitos entre nações da nossa América, por meios do entendimento e da cooperação e, sobretudo, da participação integrada. E agora mesmo, neste momento, na cidade de Cartagena, na Colômbia, o parlamento latino-americano está reunido com técnicos e juristas das chancelarias dos países-membros, resolvendo em definitivo o tratado de ratificação, para a institucionalização de um Parlamento latino-americano, que será a consecução desse nosso objetivo integracionista no campo político.

Digo, Sr. Presidente, que há uma expectativa muito forte, dos nossos irmãos latino-americanos, em torno da aprovação dessa emenda. Há uma queixa, há uma crítica, que tem sido feita continuamente ao comportamento do Brasil com relação à integração latino-americana. Os nossos irmãos, os nossos vizinhos, se queixam reiterada-



mente de que o Brasil vive de espaldas, vive de costas para a causa da integração latino-americana. Esculpindo esse dispositivo no texto da nossa Constituição, estaremos dando uma prova cabal do nosso empenho, da nossa integração. E mais do que isso, Sr. Presidente, convocando e comovendo, dando um exemplo, arrastando a todos para escreverem textos dos quais resultará, tenho certeza, futuramente, uma verdadeira confederação de povos latino-americanos, unidos num só ideal de paz, de prosperidade, de bem-estar social e de entendimento para a humanidade. **(Muito bem! Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Fernando Gasparian.

**O SR. CONSTITUINTE FERNANDO GASPARIAN:** – Sr. Presidente, Exm.ºs Srs. Membros da Comissão de Sistematização da Assembléia Nacional Constituinte, venho a esta tribuna para apoiar a sugestão do Senador Marcondes Gadelha. Na verdade, a América Latina tem-se dividido – e notadamente o Brasil – com relação aos seus interesses e às suas alianças e, por diversas vezes, foram tentados acordos comerciais como o da Alalc e, hoje, o da Aladi, que praticamente não tiveram sucesso, a não ser quando a democracia passou a reger os regimes políticos de quase todos os países da América Latina, com exceção – infelizmente, hoje ainda – do Chile e do Paraguai. O exemplo do aumento do comércio entre Brasil e Argentina é entusiasmador e, nesse sentido, seria fundamental, a exemplo do que fez a Europa, que formou não só o Parlamento europeu, que hoje em dia funciona até com Deputados representando os diversos países, mas inclusive com um comércio e um sistema de pagamentos internos que os fez sair da área do dólar, nós deveríamos lutar para conseguir a mesma coisa, inclusive porque isso nos ajudaria muito a sair das dificuldades que a dívida externa, que herdamos de governos autoritários está trazendo a quase todos esses países.

Nesse sentido, todos os esforços estão sendo feitos pelos democratas deste País, inclusive pelo ex-Governador Franco Montoro, fundando o Instituto Latino-Americano, – Ilam e, com todo o apoio ao trabalho, do nosso Constituinte Marcondes Gadelha, que representa o Grupo Brasileiro do Parlamento Latino-Americano. Julgo fundamental, para que este trabalho continue e, de acordo com as Constituições dos outros países que, a exemplo do Peru e, talvez, a exemplo deste País, incluam, nas suas constituições dispositivos idênticos, no sentido de, realmente, integrar toda esta região, como se fosse uma família só, como se fosse uma comunidade só, como se fosse um País só.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem a palavra o nobre Relator.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente e Srs. Constituintes, apenas para prestar uma homenagem ao Constituinte Marcondes Gadelha, quero dizer que o Relator acolhe a emenda em homenagem a S. Ex.ª, pela maneira com que esse eminente Constituinte desenvolveu a sua argumentação.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Está em votação o destaque.

As Sras. e os Srs. Constituintes que se manifestarem favoravelmente dirão SIM, e os que se manifestarem negativamente dirão NÃO.

**(Procede-se à votação)**

Votaram **SIM** os seguintes Srs. Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Aluizio Campos, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Carlos Mosconi, Carlos Sant'Anna, Celso Dourado, Cristina Tavares, Egidio Ferreira Lima, Fernando Gasparian, Fernando Henrique Cardoso,

Fernando Lyra, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, Ibsen Pinheiro, João Calmon, José Fogaça, José Ignácio Ferreira, José Paulo Bisol, José Richa, José Serra, Manoel Moreira, Mário Lima, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nelton Friedrich, Nilson Gibson, Osvaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Prisco Viana, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Rodrigues Palma, Sigmaringa Seixas, Virgildásio de Senna, Wilson Martins, Antonio Mariz, Délio Braz, Israel Pinheiro, José Tavares, Márcio Braga, Miro Teixeira, Octávio Elísio, Rose de Freitas, Vicente Rogo, Vilson Souza, Afonso Arinos, Antoniocarlos Mendes Thame, Arnaldo Prieto, Carlos Chiarelli, Christóvam Chiaradia, Edme Tavares, Eraldo Tinoco, Inocência Oliveira, José Jorge, José Lins, José Santana de Vasconcellos, José Thomaz Nonô, Marcondes Gadelha, Mário Assad, Osvaldo Coelho, Paulo Pimentel, Ricardo Fiúza, Sandra Cavalcanti, Cleonânio Fonseca, João Menezes, Jonas Pinheiro, Ricardo Izar, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Jarbas Passarinho, Virgílio Távora, Bonifácio de Andrada, Brandão Monteiro, Lysâneas Maciel, Luiz Salomão, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Plínio Arruda Sampaio, José Genoíno, Adolfo Oliveira, José Maria Eymael, Aldo Arantes, Roberto Freire e Jamil Haddad. **Votaram NÃO** os seguintes Srs. Constituintes: Fernando Bezerra Coelho, Luís Eduardo, Oscar Corrêa e Gerson Pares.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 88 Constituintes; votaram NÃO 4 Constituintes. Total: 92 votos. O Destaque foi **aprovado**.

**Destaque nº 7.989/87 – Emenda nº ES-32.009-2, do Sr. Paulo Ramos, "que inclui onde couber, artigo ao Título I do Substitutivo nº 1 (Título I do Substitutivo nº 2)". (25ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Temos, agora, em votação o Destaque 7989, requerido pelo Constituinte Paulo Ramos, referente à Emenda 32009-2.

Tem a palavra o Sr. Constituinte Paulo Ramos.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, não obstante a insistência de direitos e respeitáveis companheiros constituintes para que eu retirasse esse destaque, confesso que não vou fazê-lo, porque considero o tema extremamente importante, principalmente se levarmos em consideração que não só o Brasil, como também quase todos os países da América Latina, todos, indistintamente, são vítimas do capitalismo internacional e de alguns poucos aliados internos, que se valem de práticas de corrupção para fazer o repatriamento de capital e ainda depositando dólares em bancos de países que ousam – vejam bem – bancos de países que ousam ser os responsáveis pela recepção internacional.

Quero dizer que o povo brasileiro, que vive, hoje, oprimido, que vive na miséria, não pode compactuar, não pode compactuar e tenho certeza absoluta que os constituintes representantes do povo brasileiro também não vão compactuar com a imoralidade internacional.

Prego, aqui nesta emenda, que o Brasil não manterá relações com qualquer país que tenha contas sigilosas, contas secretas, contas que servem para esconder aqueles que traem o povo brasileiro e que traem o povo da América Latina.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem a palavra o Constituinte José Fogaça.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FOGAÇA:** – Sr. Presidente, o nobre Deputado Constituinte Paulo Ramos tem se destacado nas suas atividades dentro desta Assembléia Nacional Constituinte por um arraigado e indesmentível espírito nacionalista. S. Ex.ª é um diligente defensor dos interesses nacionais, mas, neste caso, comete o erro de fazer

com que algo que é realmente um mal, isto é, a fuga de capitais, acabe impedindo que se realize um bem maior, que é a manutenção de relações comerciais com países como a Suíça e relações políticas com países como o Panamá, que, em determinados momentos, exigirão a solidariedade política do povo brasileiro para as ameaças do imperialismo.

S. Ex.<sup>a</sup> é um homem de notável espírito nacionalista, mas aqui comete um pequeno, mas grave, equívoco de dimensionamento dos fatos, faz com que um mal menor impeça a realização de um bem maior, ou seja, o fato de não termos relações comerciais com países como a Suíça, só pelo fato de manterem contas bancárias sigilosas. O grande prejuízo que tal atitude causaria às exportações, à produção interna, aos trabalhadores e aos salários dos brasileiros, aqui não convém e nem cabe, neste momento, dimensionar.

S. Ex.<sup>a</sup> é um homem de princípios e como tal tem permanentemente a nossa admiração. Mas, neste caso, estamos num exemplo em que os princípios acabam subvertendo as conseqüências.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Não havendo constituintes que se manifestem a favor, tem a palavra o Deputado José Thomaz Nonô, que vai encaminhar contra.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ THOMAZ NONÔ:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a emenda oferecida pelo nobre Constituinte Paulo Ramos, em que pese todo o cuidado e sutileza colocada pelo Relator, o nobre Constituinte José Fogaça, na realidade, não merece tanta contemplação. Parece-me que a emenda, em tela, sofre da doença infantil do esquerdismo. Não é uma posição de esquerda, bem ao contrário, é uma emenda reacionária, discriminatória, de direita, e traz para o Plenário uma posição surrealista, porque, na realidade, S. Ex.<sup>a</sup> pretende, com isso, romper relações com a República Helvética, com a Suíça. Parece-me que esse país, entre outros que talvez pratiquem contas sigilosas, não merece desta Constituinte tratamento tão discriminatório, por ser libertário, por ser democrata, por entender que esta Constituição não está a serviço de grupos, nem de ideologias. Encaminho contra – repito – este infeliz equívoco esquerdista.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Em votação o destaque.

Vai-se proceder à chamada.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Miro Teixeira, Jamil Haddad. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Aluizio Campos, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Carlos Mosconi, Carlos Sant'Anna, Celso Dourado, Cristina Tavares, Egídio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, Ibsen Pinheiro, João Calmon, José Fogaça, José Geraldo, José Ignácio Ferreira, José Paulo Bisol, José Serra, Manoel Moreira, Mário Lima, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nelton Friedrich, Nilson Gibson, Prisco Viana, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Rodrigues Palma, Sigmaringa Seixas, Virgildásio de Senna, Wilson Martins, Antonio Mariz, Chagas Rodrigues, Délio Braz, Israel Pinheiro, José Tavares, Márcio Braga, Marcos Lima, Octávio Elísio, Rose de Freitas, Vicente Bogo, Alcení Guerra, Antoniocarlos Mendes Thame, Arnaldo Prieto, Carlos Chiarelli, Christóvam Chiaradia, Edme Tavares, Eraldo Tinoco, Inocêncio Oliveira, José Jorge, José Lins, José Santana de Vasconcellos, José Thomaz Nonô, Luís Eduardo, Marcondes Gadelha, Oscar Corrêa, Osvaldo Coelho, Paulo Pimental, Ricardo Fiúza, Sandra Cavalcanti, Cleonânio Fonseca, Enoc Vieira, João Menezes, Jonas Pinheiro, Ricardo Izar, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Gerson Peres, Jarbas Passarinho, Virgílio Távora, Bonifácio de An-

drada, Brandão Monteiro, José Maurício, Luiz Salomão, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Adolfo Oliveira, Siqueira Campos, Aldo Arantes e Roberto Freire. **ABSTENÇÃO:** José Richa, Plínio Arruda Sampaio e José Genoíno.

Durante a votação do Destaque nº 7.989/87 o **Sr. Afonso Arinos**, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo **Sr. Aluizio Campos**, Primeiro-Vice-Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 6 Constituintes; votaram NÃO 81 Constituintes; abstiveram-se de votar 3 Constituintes. Total: 90 votos. O Destaque foi **rejeitado**.

Está encerrada a votação do Título I do Projeto de Constituição. **(Palmas)**

Suspenderemos a reunião por 30 minutos, para darmos em seguida início à votação do Título II. Neste intervalo, os Srs. Constituintes deverão inscrever-se no livro de presença para a votação do Título II, e também os que desejarem requerer preferência, com os funcionários da Secretaria, junto à Mesa.

Está suspensa a reunião.

**(Suspensa às 18 horas e 15 minutos, a reunião é reaberta às 18 horas e 50 minutos)**

Compareceram os seguintes Srs. Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Adolfo Oliveira, Afonso Arinos, Alcení Guerra, Alfredo Campos, Almir Gabriel, Aloysio Chaves, Aluizio Campos, Antonio Farias, Antônio Carlos Konder Reis, Antoniocarlos Mendes Thame, Arnaldo Prieto, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Brandão Monteiro, Carlos Cardinal, Carlos Chiarelli, Carlos Mosconi, Carlos Sant'Anna, Celso Dourado, Christóvam Chiaradia, Cid Carvalho, Cristina Tavares, Darcy Pozza, Edme Tavares, Egídio Ferreira Lima, Fraldo Tinoco, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Gasparian, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Lyra, Francisco Benjamin, Francisco Pinto, Francisco Rossi, Gastone Righi, Gerson Pares, Haroldo Lima, Haroldo Sabóia, Ibsen Pinheiro, Inocêncio Oliveira, Jamil Haddad, Jarbas Passarinho, João Calmon, João Herrmann Neto, Joaquim Bevilacqua, José Fogaça, José Freire, José Geraldo, José Ignácio Ferreira, José Jorge, José Lins, José Luiz Maia, José Maurício, José Paulo Bisol, José Richa, José Santana de Vasconcellos, José Serra, José Thomaz Nonô, José Ulisses de Oliveira, Luís Eduardo, Luiz Inácio Lula da Silva, Lysâneas Maciel, Manoel Moreira, Marcondes Gadelha, Mário Assad, Mário Lima, Milton Reis, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nilson Gibson, Oscar Corrêa, Osvaldo Coelho, Oswaldo Lima Filho, Paulo Pimentel, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Plínio Arruda Sampaio, Prisco Viana, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Ricardo Fiúza, Roberto Freire, Rodrigues Palma, Sandra Cavalcanti, Severo Gomes, Sigmaringa Seixas, Siqueira Campos, Theodoro Mendes, Virgildásio de Senna, Virgílio Távora, Vivaldo Barbosa, Wilson Martins, Adylson Motta, Aécio Neves, Afif Domingos, Albana Franco, Aldo Arantes, Antônio Britto, Antonio Mariz, Beth Azize, Bocayuva Cunha, Bonifácio Andrada, Chagas Rodrigues, Cleonânio Fonseca, Daso Coimbra, Délio Braz, Edison Lobão, Enoc Vieira, Euclides Sealco, Fernando Santana, Gilson Machado, Hugo Napoleão, Israel Pinheiro, João Agripino, João Menezes, João Natal, Jonas Pinheiro, José Carlos Grecco, José Costa, José Genoíno, José Lourenço, José Maranhão, José Maria Eymael, José Tavares, José Tinoco, Luis Henrique, Luiz Salomão, Manuel Viana, Márcio Braga, Marcos Lima, Michel Temer, Miro Teixeira, Mozarildo Cavalcanti, Nelson Wedekin, Nelton Friedrich, Octávio Elísio, Ottomar Pinto, Paes Landin, Ricardo Izar, Roberto Balestra, Roberto Brant, Rose de Freitas, Simão Sessim, Uldurico Pinto, Vicente Bogo, Victor Faccioni. Vilson Souza, Ziza Valadares. Estiveram presentes ainda, os

seguintes Srs. Constituintes: Florestan Fernandes, Chico Humberto, Atila Lira, Paulo Delgado, Giovanni Masini, José Mendonça de Moraes, Domingos Leonelli, Luiz Alberto Rodrigues, João Paulo, Jorge Hage, Robson Marinho, Naphitali Alves de Souza, Pedro Canedo, Matheus Iensen, Irma Passoni, Ubiratan Spinelli, Mário de Oliveira, Osmundo Rebouças, Raimundo Rezende, Cássio Cunha Lima, Darcy Deites, Roberto D'Ávila, Virgílio Guimarães.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Está reaberta a reunião.

Em votação o Título II.

A Presidência solicita a manifestação dos Líderes.

Concedo a palavra ao Sr. Constituinte Antônio Mariz.

**O SR. CONSTITUINTE ANTONIO MARIZ:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes:

Votaremos agora os "Direitos e Liberdades Fundamentais". É este título de especial significação na reconstrução democrática brasileira. São esses direitos e liberdades que, efetivamente, vão caracterizar a ordem política nacional como mais ou como menos democrática.

Todas as nações democráticas contemporâneas consagram em suas cartas políticas títulos semelhantes aos que aqui discutimos e votamos neste instante.

A Constituição dos Estados Unidos da América, que completou no dia 17 de setembro dois séculos de vigência, cometeu no seu texto original um lapso imperdoável de não incluir a Declaração de Direitos, o que determinou, já dois anos depois, em 1789, as dez primeiras emendas que hoje integram o seu texto e que se constituem e se denominam, por isso mesmo, a Carta de Direitos.

Da mesma forma, estão ainda em vigor os princípios definidos na Revolução Francesa, na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, que permanecem incorporados à Constituição da França contemporânea.

É assim, um título essencial e que, por isso mesmo, reclama a atenção e a participação de todos os Srs. Constituintes.

Um grande cientista político analisou os vários conteúdos que a liberdade encarnou ao longo do tempo, desde a liberdade como simples independência, diante do estrangeiro, na **polis** grega, a liberdade como proteção contra o Estado, inerente aos direitos individuais, a liberdade política como poder de participação, com o direito a influir sobre a organização do poder estatal e, finalmente, a liberdade com o Estado, a liberdade que se realiza pela ação estatal e que é a marca a distinguir os direitos sociais.

Título, que aqui analisamos, engloba justamente a liberdade em suas várias faces, os direitos individuais a reservarem o espaço do indivíduo diante do Estado, a garantir aquelas liberdades que são aceitas universalmente como fundamentais, a começar pela liberdade de crença religiosa, e de convicção política e filosófica, a liberdade de expressão, e todas as outras que desfilam no numeroso e rico elenco estabelecido pelo seu Relator.

É preciso, ao lado dessas liberdades individuais, enfatizar as liberdades coletivas, os direitos coletivos e os direitos sociais – o direito de associação, o direito de reunião. E na área social, o direito à estabilidade, o direito a uma jornada justa de trabalho, o direito ao salário, o direito à greve. São direitos que integram este quadro, sem os quais não se caracterizaria plenamente a democracia moderna, a democracia social que queremos ver implantada em nosso País.

Os direitos políticos que garantem pelo sufrágio universal, pelo voto direto e secreto o exercício pleno da cidadania, direito que se estende a todas as categorias

sociais, sem distinções de qualquer natureza, que vêm integrar-se com a emenda recente que estendeu o voto aos analfabetos. Numa longa história, da participação, numa longa integração do povo ao direito de constituir os seus governos, desde quando se excluía os negros e os escravos, se excluía os analfabetos, se excluía os pobres, através do voto censitário até a atualidade, quando a ação do povo, a organização popular das entidades representativas da sociedade conseguiram alcançar um estágio de desenvolvimento que nos permite pensar que esta ação do povo pode levar à instalação, no Brasil, de uma verdadeira democracia. E, ao lado desses direitos todos, as garantias constitucionais, que englobam a segurança jurídica, a consagração dos princípios do Direito Penal e asseguram desde a incolumidade, a integridade do preso, levam até à condenação da tortura, à condenação da violência, à condenação desse crime que tem como característica fundamental ter por agente o próprio Estado. E é isso que singulariza a tortura no quadro da criminalidade, porque são os agentes do poder, é o agente do Estado a constituir-se também no agente do crime. Daí distinguir-se a tortura no texto constitucional para condená-lo como crime infamante, como crime de lesa humanidade, como crime capaz de estabelecer um estigma sobre os que por ele são responsáveis e que, por isso mesmo é imprescritível e susceptível de anistia ou de graça.

Estas as linhas básicas fundamentais que caracterizam este projeto, este Substitutivo nº 2, que tiveram a participação decisiva da coletividade brasileira na audiência que se processou, das várias entidades, nas Subcomissões e nas Comissões, e que recebeu o endosso, recebeu a elaboração do Exmº Sr. Constituinte Bernardo Cabral.

E, ao lado das garantias constitucionais, inscreveram-se, do mesmo modo, as ações capazes de assegurar esses direitos. E este é um ponto essencial, o de que os direitos não sejam simplesmente declarações de intenções, mas que possam exercer-se que qualquer cidadão, seja qual for a sua extração social, possa acionar o Estado, dirigir-se ao Poder Judiciário e fazer valer o que a Constituição lhe assegura como direito fundamental.

Neste ponto, é especialmente expressivo o Substitutivo nº 2, pois que, além dos instrumentos tradicionais, do **habeas corpus**, do mandado de segurança e da ação popular, acrescentou o **habeas data**, para permitir aos cidadãos do mundo em que vivemos livrarem-se da espionagem do Estado e terem acesso às informações que lhes digam respeito em entidades públicas ou privadas, que acumulem dados informáticos.

O **habeas data** é inovação significativa no quadro das ações constitucionais, que a nossa Lei magna há de assegurar. Igualmente, o mandado de injunção que faz com que o antes era simples declaração era simples ponto programático, converta-se no exercício efetivo de um direito. Do mesmo modo, a declaração de inconstitucionalidade. E, assim, todos os instrumentos que se colocam ao alcance do povo brasileiro para fazer valer esses direitos e liberdades fundamentais.

Sras. e Srs. Constituintes, muitos pontos certamente terão que ser aperfeiçoados, muitos incisos e artigos terão que ser, certamente, acrescidos, para que se configure o quadro ideal "Dos Direitos e Liberdades Fundamentais".

Nós, do PMDB, temos a convicção de que, na medida do esforço que sejamos capazes de aqui realizar, a Constituição que votaremos não irá canonizar o estado dos privilégios, da desigualdade e da injustiça, que se constituem na marca dos tempos recentes – e até dos tempos imemoriais deste País –, mas, há de ser um instrumento popular das mudanças, das reformas, das transformações, que hão de restituir este País aos seus cidadãos, aos brasileiros, num quadro de liberdade, de justiça e de democracia.

Muito obrigado, Sr. Presidente. **(Muito bem! Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** — Tem a palavra o nobre representante do Partido da Frente Liberal, o Sr. Constituinte Senador Marcondes Gadelha.

**O SR. CONSTITUINTE MARCONDES GADELHA:** — Sr. Presidente, nobres Srs. Constituintes:

Quando fiz a primeira leitura deste projeto de Constituição, assaltou-me uma dúvida quanto à sua funcionalidade, dada a enorme extensão do seu texto, fiz uma crítica leal — espero que construtiva — perante o nobre Relator, pelo excesso de normatização que se continha no texto, como se se quisesse disciplinar cada fato da atividade humana, como se se quisesse mapear cada passo do cidadão, como se se quisesse coarctar a capacidade de iniciativa da própria sociedade.

Abro uma exceção, Sr. Presidente, no fundo da minha consciência, para um louvor sem restrições a este Capítulo extraordinariamente bem escrito, Dos Direitos e Liberdades Fundamentais. E abro uma exceção, Sr. Presidente, inclusive e principalmente, quanto à própria extensão deste Capítulo, porque acho que direitos e garantias individuais, que direitos coletivos devem ser exaustivamente tratados, devem ser levados às últimas conseqüências, devem ser cogitados em todos os refolhos da capacidade de análise, porque esses direitos e garantias individuais são a essência mesma do próprio constitucionalismo, são a razão porque se inventou um documento capaz de traduzir um contrato social, a razão porque se inventou um documento capaz de traduzir um acordo entre governantes e governados, sobre os limites da autoridade e a razão mesma por que se colocou esse preceito, em si mesmo revolucionário, de que o cidadão tem direitos objetivos contra o Governo.

Foi, Sr. Presidente, o zelo de limitar a autoridade, foi o cuidado de preservar a dignidade humana que fez com que, pela primeira vez, se reunissem em Filadélfia, há duzentos anos, Constituintes para inscrever, num texto objetivo, esses valores, consubstanciais, da própria evolução da sociedade humana. Entendeu-se que havia chegado o momento em que a sociedade tinha adquirido um tal grau de complexidade, de maturidade e de senso de ordem, que já era possível lescrever e fazer funcionar, adequada e competentemente, um contrato social no melhor estilo dos publicistas franceses do Iluminismo, no melhor estilo de Jean-Jacques Rousseau, no melhor estilo de John Locke, no melhor estilo de todos aqueles que se preocupavam em preservar a transcendência humana como absolutamente inalienável e que não poderia ser entregue como um pacote nas mãos do Estado.

Pois, Sr. Presidente, o nobre Relator se esmerou em seus cuidados. Cuidados que, insisto, são justos e adequados a esta altura da evolução da sociedade deste País.

Lembre-se que este tema "Dos Direitos e Garantias Individuais" é tão importante, tão fundamental que os próprios Constituintes americanos de 1787, tão comedidos em sua linguagem, tão restritivos em seu texto, colocaram, só para o Capítulo dos Direitos e Garantias Individuais, só para o **Bill of Rights**, um número de artigos que era precisamente o dobro de toda a Constituição inicial. E aquela Constituição não ganhou o seu foro, nem a sua respeitabilidade e nem a sua majestática credibilidade, a não ser no momento em que foi adotada a Carta de Direitos e Garantias Individuais.

Três anos depois, Sr. Presidente, após críticas exaustivas de homens vinculados ao ideal constitucionalista, ao movimento de independência americana, à causa da organização de um Estado acima da confederação, homens como Thomas Jefferson levantaram críticas, e Estados, como Rhode Island e outros, não assinaram a Carta Constitucional americana, até que a ela fossem juntados os dez artigos que compunham os direitos e garantias indi-

viduais, o **Bill of Rights**, exatamente um texto homólogo a este que no momento discutimos.

Sr. Presidente, a exaustão como o assunto de garantias individuais é tratado neste tema se justifica, portanto, a partir da sua própria concepção, e se justifica pela evolução da sociedade humana, onde se inscreve o Brasil, hoje, pela sua modernidade que criou outros direitos e garantias necessárias à adequação da transcendência humana, à evolução da tecnologia e à evolução da ciência e dos problemas que acarretam sobre a organização do Estado.

Veja-se, Sr. Presidente, além de um texto clássico, além das garantias já apropriadas por todas as Constituições do mundo inteiro, o nobre Relator colocou novas questões absolutamente procedentes, pertinentes e inadiáveis. "Todos têm o direito a receber informações verdadeiras de interesse particular, coletivo ou geral, etc..." "O Estado promoverá, na forma da lei, a defesa dos consumidores." Conceder-se-á **habeas data** para assegurar ao brasileiro o conhecimento de informações e referências pessoais.'

E assim por diante, Sr. Presidente. A nova realidade social, cultural, política e econômica coloca novos desafios aos Constituintes para a preservação dessa integridade que é o ser humano, de lhe dar todas as condições para a sua plena realização, para a plena consecução dos seus objetivos de crescimento espiritual, de aquisição de bens materiais e de realização do progresso para si e para os seus semelhantes.

Compreendeu o nobre Relator que uma Carta moderna tinha que lidar com todos os temas trazidos pela própria modernidade.

Sr. Presidente, Sr. Relator, nobres Srs. Constituintes, estamos saindo, agora, de uma fase rude de autoritarismo; estamos saindo de uma fase em que o obscurantismo político colocou na quinta gaveta todos esses temas que o nobre Relator traz à luz com tanta candência e tanta proficiência.

Seria natural, Sr. Presidente, que a reação das gentes, seria natural que a reação das comunidades, seria natural que a reação da própria sociedade nos induzisse a um texto eficiente, amplo, abrangente, onde não pudesse pairar qualquer dúvida, nada escapasse ao controle da sociedade e não se deixasse ao talante do Governo qualquer ponto que diga respeito a esses direitos inalienáveis.

Considero, portanto, que se cumpriu, por este texto, a longa aspiração de tantos que generosamente sofreram, de tantos que foram perseguidos, banidos, humilhados e ofendidos, para que um dia tivéssemos direito a essas conquistas.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** — Tem a palavra o nobre Constituinte Amaral Netto, Líder do PDS.

**O SR. CONSTITUINTE AMARAL NETTO:** — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, por comiserção da minha Bancada, aqui estou como Líder, mas não falando por ela, falo, em grande parte, por mim e por alguns companheiros, por isso as opiniões que vou emitir são pessoais.

E, com todo o respeito que tenho por esta Constituinte e, principalmente, por esta Comissão, que dedica todo o seu esforço a um trabalho em prol do País, não posso deixar de dizer algo que sinto como verdade. Nós estamos girando em torno de um planeta como um satélite que nada tem a ver com ele. Porque este planeta é o povo e aqui — repito — não vai crítica a ninguém, porque não tenho nem autoridade para isso, mas estamos discutindo muitas coisas que não interessam ao povo e pouco as coisas que mais lhe interessam.

Todas as pesquisas dizem isso e respondo como me respondeu um homem de muita idade, tanto quanto eu:

"nem eu, nem meus filhos, nem meus netos, nem bisnetos – porque eu já sou bisavô – são capazes de entender o que é parlamentarismo e presidencialismo. Não como parlamentarismo, nem visto presidencialismo; quero emprego, quero trabalho, quero comida e quero segurança. São os grandes temas que naturalmente passam por um sistema de Governo, mas não é possível que o povo saiba diretamente o que é isto – e aí eu entraria no terreno a que me referi no início.

Refiro-me ao Capítulo que está em estudo, Título "Dos Direitos e Liberdades Fundamentais" em que, com todo o respeito ao meu querido companheiro desde 1966, Bernardo Cabral, pelo qual sempre tive o maior respeito, verifica-se que, justamente naquele momento de punição do criminoso, estipula-se: não haverá pena de morte, de prisão perpétua e de trabalhos forçados ou de banimento. Muito bem! Se não há trabalhos forçados, acredito na boa fé do meu Relator, mas acho que S. Ex.a interpretou a expressão "trabalhos forçados", que não foi pedida por mim e colocada por S. Ex.a, como influência dos antigos trabalhos forçados, do grilhão no pé, nas mãos e no pescoço e uma marreta para quebrar pedras nos pântanos da Guiana ou da Ilha do Diabo. No entanto – aqui repito – de posse deste texto, se ele prevalecer, um criminoso mandado a uma penitenciária agrícola pode dizer: trabalho forçado é todo aquele que eu não quero fazer, porque não é voluntário, e pode se recusar a praticá-lo, quando todos sabem que a prisão industrial e agrícola é hoje o grande remédio para o criminoso. Mas, para também provar a imparcialidade e a nobreza do caráter do Relator, vou citar aqui algo muito importante: apresentei outra emenda, e espero contar com o apoio de S. Ex.a, que todo este Plenário irá aprovar, não tenho dúvida – não é a da pena de morte, não tenho esperanças – mas é a emenda que prevê uma lei complementar nas Disposições Transitórias, fazendo com que as famílias cujos pais, cujos chefes, cuja perda signifique impedimento de sobrevivência, sejam isentas de tributos de qualquer espécie porque, além de elas perderem o seu elemento amado, a sua fonte de renda, continuam pagando imposto para manter na cadeia o homem que assassinou o seu chefe. E, para isso, espero contar com a benevolência do Relator, e diria mais: S. Ex.a me autorizou a comunicar a V. Ex.as – porque foi S. Ex.a quem me deu esta informação – que hoje, na Inglaterra existe uma ciência que conheço e da qual me queixo, no seu relatório, que é a vitimologia, onde a vítima é encarada com uma seriedade muito grande, onde uma mulher estuprada tem um comitê de bairro com as melhores figuras, acompanhada de psicólogos para dar-lhe uma assistência que a recupere e, além de tudo, o Estado indeniza a família, o Estado cuida da família. E na Universidade de Londres, em 1987, Bernardo Cabral foi participante de um Congresso, de um simpósio no qual se defendiam todas essas providências e se tornavam essas providências cada vez mais efetivas dentro da Inglaterra.

Por isso, faço um apelo a V. Ex.as, pelo amor de Deus, vamos mudar de satélite, vamos pensar – e repito, com o maior respeito a esta Assembléia: eu não votei a convocação desta Constituinte – todos os que estavam aqui no ano de 1985 sabem disso; recusei-me até a dar o meu não, porque achava que ela só podia ser convocada por um plebiscito nacional, nem o Congresso e o Presidente tinham autoridade moral nem política para fazê-lo, porque os três Poderes estavam em funcionamento. Foi convocada e eu aqui estou. Meus méritos são muito pequenos dentro dela, mas dentro dela eu tenho alguns compromissos, e o principal é este: a pena de morte. E se me perguntarem por quê? Não adianta, que não vou convencê-los. Sei que vou sair daqui com uma enorme derrota, uma derrota eleitoral, mas uma grande vitória na opinião pública, porque, Sr. Presidente, e meu grande Relator, saibam V. Ex.as e saibam meus colegas e minhas colegas, Senadores e Deputados Constituintes que, no Rio de Janeiro ou em São Paulo, o índice de aprovação da pena de morte, para aquilo que eu

prevejo – vejam bem – seqüestro com morte, estupro com morte e roubo com morte, o índice é 75%, tanto do Gallup como do Ibope. E hoje há, aqui, um Sr. Constituinte, não sei se está neste momento, do Rio Grande do Sul, que é o Constituinte Mendes Ribeiro, que fez um debate pela cadeia da Brasil Sul, em que figuravam S. Ex.<sup>a</sup>, José Fernandes, Deputado do PDT do Amazonas e eu. E, naquele programa, S. Ex.a pediu que as pessoas do Rio Grande do Sul, porque foi só para o Rio Grande, escrevessem a S. Ex.a E S. Ex.a me comunicou hoje – sabem quantas cartas recebeu? – Prestem atenção, Srs. Congressistas – S. Ex.a recebeu 3.812 cartas sobre esse programa, das quais 3.722 a favor da minha pena de morte, e as restantes, a favor, mas com restrições. Queiram saber, por favor, o seguinte: aqueles que imaginam que estão indo contra a vontade do povo estão inteiramente errados. A minha emenda, Sr. Relator, prevê, inclusive, o plebiscito; isto não entraria em ação sem que o povo fosse chamado a opinar. E, aí, vai outro detalhe: a minha emenda tem todos os cuidados para evitar a injustiça. Quais são eles? Recurso ao Supremo Tribunal Federal, com efeito suspensivo; pedido de indulto ao Presidente da República, com efeito suspensivo. E mais ainda, Sr. Presidente, Sr. Relator, meus Companheiros esta posição da penas de morte seria no mínimo, a legalização da pena de morte que já existe no Brasil, e de maneira vergonhosa; existe para o bandido, para o criminoso, para a polícia e para os governos que se querem livrar dos bandidos à custa de crime de esquadrão mineiro, de esquadrão da morte, ou da polícia mineira, como são chamados. Vejam, no Rio de Janeiro, quantas pessoas amanhecem mortas, e isto em qualquer cidade do Estado do Rio de Janeiro. Vá a Recife, a Porto Alegre, a Salvador – na Bahia, hoje, é moda linchar alguém; e o linchamento é alguma coisa que não permite defesa, que não permite julgamento, que não permite nada! Morre um inocente, e o esquadrão da morte fuzila, para quem tem dinheiro. Aqui, neste Congresso, perguntei a um por um, a Senadores e a Deputados; talvez haja uma exceção no que vou dizer: se matarem sua filha, o que você faz? E praticamente todos me responderam: mato! Porque todos nós queremos a nossa pena de morte, para a nossa satisfação pessoal, e não admitimos que a Justiça possa adotá-la. Sei que não vou convencê-los; sei que não estou falando pelo meu Partido, e peço desculpas aos meus Companheiros que discordam de mim. Estou usando um tempo de liderança para fazer sentir, primeiro o meu respeito pelo caráter, pela integridade do Relator Bernardo Cabral; segundo, que a minha análise diz respeito principalmente àquilo que S. Ex.a me deu um testemunho e, tenho a certeza, S. Ex.a vai rever todos os artigos e parágrafos ligados a garantias e direitos individuais. Existem todas as garantias para o bandido e nenhuma para a vítima.

Ouçam bem e saibam o que o povo lá fora pensa disto. Sei que o Relator Bernardo Cabral tem um testemunho vivo na sua família e sabe que isso é duro e falou com isenção e escreveu com isenção, mas, eu lhes digo sob palavra de honra: vou lutar até o meu último dia de mandato, quando o povo cassá-lo – porque quero que ninguém nunca mais perca mandato aqui a não ser cassado pelo povo – vou lutar até o meu último dia de vida por essa pena de morte, com todas as garantias que acabei de enumerar e espero que aqueles que aqui dentro não quiserem me dar o apoio, que não é a mim, é ao povo, pois o povo quer isto, o povo deseja isto, o povo não esconde a sua opinião e responde cara a cara.

Desafio V. Ex.as, com o maior respeito, a consultar esta Casa, o Senado, a Câmara, seus funcionários, do contínuo aos diretores, duvido que encontrem menos de 70% favoráveis à pena de morte, e isto é no Brasil inteiro.

Perdoem-me pelo excesso peço perdão ao meu caro Presidente Afonso Arinos, que faço questão de dizer, aqui, é um dos responsáveis pela minha volta ao Congresso,

porque em 82 arrostando a ira de alguns, apoiando publicamente a minha candidatura e dizendo de mim coisas que nem mereço.

Vou repetir porque é bom para mim, chamou-me de bravo, correto, honesto, do homem de caráter, de firmeza e de coerência. Com esse homem entrei em caminho para fazer comício, no Rio de Janeiro e no Brasil inteiro, criamos a Caravana da Liberdade juntos; fizemos no Rio o diabo; eu, ele não, ele fazia Deus.

Foi bem hoje, com todo o respeito que devo a esse homem e ao meu companheiro cassado num momento em que estava do outro lado e que sempre respeitei como sempre respeitei a todos, graças a Deus, tenho que dizer: perdoem-me pelos meus excessos, mas a minha palavra é coerente, verdadeira e sincera.

Sei que vou perder, aceito a derrota porque tenho que aceitá-la, voltarei ao plenário, voltarei a defender esta emenda, se puder ainda. Homenageio aqui o Constituinte Farabulini Júnior, de São Paulo, e tantos outros que me apoiaram, Farabulini Júnior porque é o autor da primeira emenda de pena de morte nesta Casa, e tem um grande mérito e, volto a dizer, pelo amor de Deus, pensem mais na vítima menos no bandido. **(Muito bem! Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Brandão Monteiro, como Líder do PDT.

**O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO MONTEIRO:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

No momento em que a Assembléia Nacional Constituinte inicia a votação do Título II – Dos Direitos e Liberdades Fundamentais, composto de cinco capítulos, 16 artigos, em nome da Bancada do PDT não poderia deixar de cumprimentar o eminente Relator e todos os Constituintes que contribuíram para a elaboração do texto em votação.

Devo destacar, *a priori*, e reconhecer os grandes avanços estatuídos no Capítulo I do Título II, que diz respeito aos direitos individuais e coletivos.

O substitutivo manteve especial preocupação com a defesa dos direitos de cidadania, incluindo inclusive três novos institutos que devemos, neste momento, elogiar e sobretudo defender. É preciso reconhecer que pela primeira vez na História das Legislações ou do texto constitucional de países do mundo, adotamos o instituto do **habeas corpus**, que foi decorrente do trabalho presidido pelo ilustre Senador Afonso Arinos, na chamada Comissão Arinos.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Permita-me V. Ex.<sup>a</sup> só uma pequena interrupção.

**O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO MONTEIRO:** – Pois não.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – A idéia é do Professor Cândido Mendes. Nós a adotamos e eu queria, neste momento, prestar uma homenagem a este professor.

**O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO MONTEIRO:** – Sem dúvida alguma V. Ex.<sup>a</sup> nos esclarece a respeito do autor, mas o que informei é que nasceu a idéia da Comissão Afonso Arinos. Este instituto é indubitavelmente um avanço na defesa dos direitos e garantias individuais.

Gostaria de ressaltar também mais dois novos institutos estabelecidos no texto, qual seja o mandado de injunção e a ação de inconstitucionalidade e louvar a ampliação de dois outros institutos, quais sejam o mandado de segurança coletivo e a ação popular coletiva, dando condições a que os partidos políticos, os sindicatos e as associações, representando o povo, os seus associados, possam vir aos nossos tribunais, em defesa dos direitos coletivos

Entretanto, uma questão nos preocupa neste momento – e chamaria a atenção da Assembléia Nacional Constituinte, através da Comissão de Sistematização. Refiro-me a um retrocesso que temos que anotar, neste texto, no que diz respeito à não gratuidade do instituto do **habeas corpus**. Todas as nossas legislações, que consagraram o **habeas corpus**, mencionaram a sua gratuidade. Em algum momento da nossa vida, quando advogamos no crime, verificamos quão importante é a gratuidade desse instituto, haja vista que não seria possível nem exequível que pessoas presas, violentadas inclusive no seu direito, tivessem que provar não ter recursos suficientes para não pagar o **habeas corpus**.

Por isso, chamo a atenção da Assembléia Nacional Constituinte e espero que corrijamos este pequeno erro existente.

Sr. Presidente e Srs. Constituintes, sem dúvida alguma e com muito orgulho, temos que dizer que a bancada do PDT tem agido coerentemente nas questões até aqui postas em votação. Diria – e não vou me estender muito – que, em nome dessa coerência, votaremos com o Relator, no que diz respeito à proibição da pena de morte, prisão perpétua, trabalhos forçados e banimento.

Não vou me estender sobre o instituto da pena de morte, que quer ver vigorar, neste momento, no texto constitucional, o Constituinte Amaral Netto, mas devo dizer que, na verdade e infelizmente, neste País, já existe a pena de morte, sobretudo para os pobres e os marginalizados, porque a existência dos esquadrões da morte estão a determinar a existência desse instituto, contra o qual nos colocamos. Lamentamos que alguns cristãos, que defendem princípios como a negativa, por exemplo, da liberdade de orientação sexual, estejam a aplaudir este instituto, que já foi banido dos países mais civilizados do mundo.

Queremos acabar, novamente, com o canceroso, sem acabar com o câncer. É preciso que, sobretudo, os governos mudem a sua política em relação à segurança e à política penitenciária. Devemos dizer que manteremos a nossa coerência, votando, intransigentemente, contra a pena de morte.

Devemos destacar, e pessoalmente reconhecer, a sensibilidade do Ex.<sup>mo</sup> Sr. Relator, que acolheu emenda nossa e, provavelmente, de outros Constituintes, que insere, no § 9º do art. 5º, a obrigatoriedade de qualificação profissional, exigível por lei, ao exercício de cada profissão. Este artigo é fundamental, para que não deixemos os profissionais, por exemplo, os de comunicação, os jornalistas, na mão dos donos de emissoras de rádio e de empresas jornalísticas, para fazerem, então, uma seleção bastante antidemocrática em relação aos trabalhadores dessa área ou desse setor profissional.

Lamentamos ver mantido, entretanto, o direito de herança, secular na legislação constitucional brasileira, não avançamos no sentido de regular melhor para que possamos admitir o imposto progressivo sobre a herança.

No Capítulo II, Embora o substitutivo tenha consagrado o estatuto da estabilidade, dizia o Relator que os fundamentos colocados no texto referente à estabilidade – não sei e não quero julgar o Relator – me fazem crer que, na medida em que se exclui o contrato de experiência, muito particularmente, bastante conhecido da legislação trabalhista, parece que leva a que setores mais conservadores venham a rejeitar o estatuto da estabilidade.

Não poderia, Sr. Presidente, encerrar o nosso pronunciamento sem falar na jornada de trabalho. O Relator preferiu manter a jornada máxima de 8 horas de trabalho. Ora, é preciso lembrar que essa conquista dos trabalhadores, de 8 horas diárias de trabalho, já data de mais de 50 anos. A modernização tecnológica, as novas máquinas e equipamentos têm, evidentemente, aumenta-

do bastante a produção e, entretanto, os trabalhadores não têm nenhum benefício dessa produtividade e não tiveram a redução da jornada de trabalho. Nos países desenvolvidos, a jornada de trabalho já é até inferior a 40 horas, como no caso da França, que já chegou a 35 horas semanais, e outros países da Europa. Na República Democrática Alemã, já chegaram a 30 horas semanais de trabalho.

Srs. Constituintes, devemos lembrar que neste País existe um exército e uma reserva de desempregados e de subempregados, e a carga horária seria socialmente justa e economicamente desejável se houvesse a sua redução. Milhões de novos empregos seriam criados, milhões de novos trabalhadores iriam trabalhar, aqueles que perambulam nas periferias das grandes cidades, quase a pedir esmolas.

Há 40 anos, o filósofo Bertrand Russel, num pequeno livro clássico, "o Elogio do Lazer", já advertia e comprovava que o nível de desenvolvimento das forças produtivas da humanidade já permitiam uma drástica redução da jornada de trabalho. Segundo o velho filósofo inglês, bastaria que todos tivessem oportunidade de trabalhar, para que todos pudessem trabalhar menos. Queríamos, ao final, ressaltar, entretanto, que apesar das colocações que fazemos em relação ao avanço dos direitos coletivos individuais, lamentamos que mais à frente o Sr. Relator com o Substitutivo apresentado à Comissão de Sistematização tenha cassado o direito do povo brasileiro de se manifestar, através de plebiscito, e, mais do que isso, tentar impor ao povo brasileiro um parlamentarismo eterno, um parlamentarismo que jamais pode ser questionado através de emenda constitucional.

Ouvi um debate do Sr. Relator, e ele dizia que nas disposições permanentes ali estava colocado esse instituto, nas Disposições Transitórias, e ele delimitava o prazo de 5 anos. Respeito o ilustre jurista Constituinte Bernardo Cabral, mas S. Ex.<sup>a</sup> incorre em erro. Nas disposições permanentes, ele coloca a negativa da emenda constitucional para vir a mudar o sistema de governo. É se ele tivesse colocado uma outra redação no artigo referente às disposições transitórias, dizendo que poderia, depois de 5 anos aí ele teria razão. As duas negativas, a primeira estabelecendo um prazo, e a segunda estabelecendo a perpetuidade irá, evidentemente manter a perpetuidade, o que é uma violência contra o povo brasileiro. Nós, do PDT, achamos que talvez esse Título seja aquele que tenha consagrado os maiores avanços. Mas, mesmo assim, faço um apelo aos Srs. Constituintes e, especialmente, ao Relator Bernardo Cabral, no sentido de inovar, avançar e melhorar o Título II do Substitutivo do projeto constitucional. Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. CONSTITUINTE RICARDO IZAR:** – Uma questão de ordem, Sr. Presidente. Para agilizarmos os nossos trabalhos, gostaria de requerer a V. Ex.<sup>a</sup> que a partir da próxima reunião não houvesse a necessidade da fala dos Srs. Líderes, porque estamos ouvindo discursos repetitivos aqui.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Gostaria apenas de responder que essa decisão não me compete, é necessário consulta aos Líderes, porque se se abriu essa oportunidade na reunião atual, como é que posso suprimi-la na outra?

**O SR. CONSTITUINTE RICARDO IZAR:** – A partir da próxima reunião, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Mas os líderes devem ser consultados.

**O SR. CONSTITUINTE OSWALDO LIMA FILHO:** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra, pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE OSWALDO LIMA FILHO:** – Sr. Presidente, sobre o mesmo assunto da questão proposta pelo ilustre Constituinte de São Paulo, eu pretendia, sem questionar o direito inegável dos líderes de exercerem a prerrogativa regimental, de falar em cada Título, apresentar um apelo às lideranças, no sentido de que evitassem fazê-lo, porque é evidente que toda a Casa ouve, com prazer e com proveito, a oração dos nossos eminentes colegas que exercem a Liderança, mas, na verdade, eles têm a oportunidade de falar a qualquer momento; seus partidos já têm orientação definida ao longo dos trabalhos constituintes.

Então, é evidente que, para um país que anseia sair do regime da Carta outorgada pelos ministros militares, e como temos nove Títulos, fariamos uma economia de tempo, sem dúvida valiosa, se os líderes, atendendo a este apelo, deixassem de usar a palavra, como o Regimento lhes faculta, quando se inicia a discussão de cada Título do Projeto de Constituição. **(Palmas)**

**O SR. CONSTITUINTE ADOLFO OLIVEIRA:** – Pela ordem, Sr. Presidente.

O Partido Liberal, colaborando para a rapidez e a eficiência dos trabalhos, abre mão de qualquer direito a falar antes das votações. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Aguardarei o momento oportuno, quando for o caso, a manifestação dos nobres líderes a respeito do que propõe o Deputado Oswaldo Lima Filho.

Tem a palavra o nobre Líder Constituinte Gastone Righi.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI (PTB – SP. Como Líder. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente e Srs. Constituintes, lamento não poder aceitar o apelo, o convite tão gentil do ilustre Constituinte Oswaldo Lima Filho, para não usar da palavra neste momento. Só poderia fazê-lo, se sabendo, adredemente, da disponibilidade de tempo e oportunidades que eu teria. Porque ao instante em que um Título que envolve os direitos humanos e sociais entra em discussão e votação, não posso, como Líder do Partido Trabalhista Brasileiro, deixar de tecer algumas considerações, que envolveriam o conceito, a doutrina ou a linha programática do meu Partido.

Ao mesmo tempo em que digo isso, lamento a terrível tradição de sermos nós, líderes, chamados pela ordem de bancadas. Isto, porque me coloca atrás de alguns líderes que ou roubam o meu tema ou de alguma forma abordam outros temas, que me obrigam a contestá-los.

Inicialmente, Sr. Relator, desejaria consignar, aqui, pelo Partido Trabalhista Brasileiro, alguma coisa que a imprensa ainda não o fez, e que a opinião pública não tem conhecimento. O Substitutivo nº 2, em seu Título II, art. 5º, condensa o mais avançado instrumento constitucional sobre direitos humanos que algum país já teve. A configuração do mandado de segurança, do **habeas corpus**, do **habeas data** e do mandado de injunção, como aqui estão postos; as salvaguardas e o respeito a cada indivíduo e à sociedade em seu todo; a condenação peremptória da tortura e todas as formas de coação ou de ofensa ao cidadão; e finalmente a liberdade aqui colocada num templo, de fato, tornam este trabalho digno de todos os encômios, e muito poucas serão as alterações, que em relação aos direitos individuais e coletivos poderíamos fazer. Mas, porque me antecedeu o ilustre líder do PDS, Amaral Netto, e particularizou uma posição sua, pessoal, e não partidária – é claro – em relação à pena de morte, gostaria de responder a S. Ex.<sup>a</sup> numa manifestação também inteiramente pessoal minha, sobre a mesma pena de morte.

Em meu partido muitos se filiam à tese. Não constitui questão fechada, nem se incorpora à nossa linha pro-

gramática. Está aí o Constituinte Farabulini Júnior, autor e pioneiro na condenação aos criminosos pela via da pena de morte.

Mas, desejaria registrar aqui alguns pensamentos, porque não pretendo votar a matéria, para me liberar em relação ao meu liderado. Quero dizer que não posso compreender o ser humano que respeite a vida querendo dar ao Estado o direito de tirar esta vida. Não posso imaginar que tirar a vida de alguém seja a forma de diminuir a delinquência ou acabar-se com o crime. E não posso, porque a exemplificação é um equívoco. Como é que um homem que entra para assaltar um banco, armado, seqüestra, arromba uma casa em meio à noite ou assalta pessoas na rua, pode ter medo da pena de morte? Pois se ele está submetendo a sua vida ao risco imediato de ser apanhado por um soldado, por um tiro, pela repressão... Não é possível que ele vá temer uma pena remota, a ser aplicada caso ele seja capturado, caso seja descoberto o crime, caso seja processado e condenado em Primeira Instância, ou na Segunda, Terceira, ou quantas outras houver. Não acredito que essa exemplificação surta efeito.

Nem os outros países têm demonstrado isso. Nos Estados Unidos há Estados que têm pena de morte, outros que não têm. Nem por isso é diverso o índice de criminalidade. Ao contrário, simplesmente aumenta nos Estados onde há pena de morte. Isso porque o delinquente se torna mais violento, desde que submetido a uma punição que pode subtrair-lhe a vida. É claro que ele passa a defendê-la ao preço e ao custo da vida dos outros.

Em suma, não sendo uma questão programática, quero apenas fixar a linha de meu partido em relação aos direitos sociais.

Nobre Relator, se o seu trabalho é uma pérola e digno de toda admiração, quanto aos direitos individuais ou coletivos, já não o é, da mesma forma, em relação aos direitos sociais. Nossos trabalhadores não foram contemplados com as mínimas garantias, que, num mundo civilizado, se estende a todos os trabalhadores. Nem mesmo o limite da jornada semanal de trabalho lhes foi dado. Claro que 40 horas semanais, várias nações do mundo já consagram. Nem mesmo 44 horas, o que seria a semana inglesa, que todos nós, há cem anos, respeitamos, nem isso está estatuído, e o PTB, pelo menos isso, pretende emendar.

Por outro lado, em relação às horas extras, frustrou a expectativa dos trabalhadores, que esperavam que houvesse a obrigatoriedade de uma majoração em relação à hora normal, pelo menos de 50%, como já é admitido na maioria dos contratos coletivos de trabalho.

Por fim, devo me referir, o que me parece mais grave, à estabilidade no emprego. Criou-se uma suposta estabilidade no emprego, que não é estabilidade coisa nenhuma, que deixará o empregado na dúvida, na incerteza, e largado aos azares da Justiça do Trabalho, porque ressalva a justa causa, ressalva a dispensa em caso de infortúnio de empresa e tantos outros, que deixam os empresários no risco da decisão final da Justiça do Trabalho e o empregado sem o imediato ressarcimento. O PTB propugna por uma indenização por tempo de serviço que seja correspondente ao mês de salário por ano de serviço prestado.

Assim, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, ao iniciar a discussão e votação desse título, o PTB quer reiterar os elogios ao Sr. Relator e a toda a Assembléia Nacional Constituinte que colaborou para os avanços que aqui se verificam.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem a palavra o Sr. Constituinte José Genoíno, pelo Partido dos Trabalhadores.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, serei breve. Em primeiro lugar,

em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores, queremos registrar o esforço, a sensibilidade que o Relator Bernardo Cabral teve na discussão, em vários momentos conosco, com vários outros partidos e com as entidades sindicais, para que no item dos direitos sociais se incluísse algumas das reivindicações históricas dos trabalhadores brasileiros.

Queremos fazer este registro, nobre Relator Bernardo Cabral, e o nosso reconhecimento, porque muitas vezes dissemos a V. Ex.<sup>a</sup> e vamos repeti-lo aqui: no item dos direitos sociais, apesar do nosso reconhecimento público pela sua sensibilidade e esforço, vamos batalhar nesta Assembléia Nacional Constituinte para que algumas reivindicações históricas dos trabalhadores brasileiros possam avançar no texto constitucional.

Achamos que a jornada de trabalho de 40 horas, a estabilidade no emprego, o direito de greve e a liberdade e autonomia sindicais são questões da maior importância para os trabalhadores brasileiros.

Se por um lado o substitutivo de V. Ex.<sup>a</sup> procurou ouvir algumas dessas reivindicações, por outro achamos que não contempla de maneira ampla e profunda essas reivindicações, mas não podíamos deixar de fazer, aqui, este registro. E ao fazer este registro, nobre Relator, colocamos, sucintamente, a posição do nosso Partido de considerar que para receber as emendas, que para receber os destaques, que para se tornar o texto básico como referência para a elaboração dos direitos individuais, dos direitos sociais e das liberdades políticas, consideramos que o projeto de Constituição, que teve um trabalho da maior importância, do maior significado do nobre Constituinte José Paulo Bisol, se constitui numa referência da maior importância para nós do Partido dos Trabalhadores. Porque, na discussão dos direitos sociais, o Substitutivo da Comissão de Sistematização procura garantir os princípios e as condições da existência digna.

Ele é mais avançado no estabelecimento da igualdade de direitos e deveres entre o homem e a mulher, ele estabelece mecanismos mais avançados sobre a participação popular.

E na importante discussão, V. Ex.<sup>a</sup> incluiu no seu substitutivo uma inovação no texto constitucional brasileiro, no relacionamento Sociedade e Estado, tem avanços da maior importância, reconhecemos, como outras Lideranças já o fizeram, mas achamos que o Tribunal Constitucional, que é a defensoria do povo, se constitui numa proposição que ajusta melhor a relação democrática da Sociedade com o Estado.

Ao defender aqui o texto do projeto de Constituição, queremos fazer este registro ao trabalho de V. Ex.<sup>a</sup>

Para terminar, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, no terreno dos direitos sociais, esta Constituinte não pode virar as costas para a maioria do povo brasileiro, que quer, que deseja, que luta por mudanças sociais significativas. Sabemos da disputa, sabemos da radicalidade dessa disputa, sabemos das articulações em curso, sabemos do jogo pesado que se dará nessa situação.

É da maior importância que as conquistas sociais para os trabalhadores brasileiros sejam consagradas no texto constitucional, porque como disse o nosso Líder e Presidente do Partido, companheiro Luís Inácio Lula da Silva, se esta Constituição não incorporar alguns direitos sociais, não temos a menor dúvida de que o povo brasileiro não levará em conta essa proposta de Constituição. É nesse sentido que nós queremos aqui fazer essa referência, essa defesa do projeto de constituição da sistematização, mas, ao mesmo tempo, registrar, nobre Relator Bernardo Cabral, os aspectos positivos, particularmente no item dos direitos sociais, que o seu projeto contempla.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Havendo desistido de usar a palavra o nobre Constituinte Adolfo de



Oliveira, Líder do Partido Liberal, tem a palavra o Constituinte José Maria Eymael, pelo PDC.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ MARIA EYMAEL:** – Sr. Presidente, Constituintes de 1987:

Neste momento em que iniciamos a discussão deste capítulo central do Texto Constitucional, que trata dos direitos e garantias, gostaríamos de assinalar, em nome da democracia cristã, em nome do Partido Democrata Cristão, alguns poucos mas relevantes aspectos. Inicialmente, queremos, mais uma vez, enaltecer a figura do Sr. Relator, que se, ao longo de todo o texto constitucional, esmerou-se na pesquisa e no diálogo, não há dúvida de que foi exatamente neste título, que fere mais de perto o interesse do povo e da Nação, que sentimos a presença permanente, à abertura e à postura democrática do Sr. Relator.

Srs. Constituintes, toda a história do processo constitucional, desde o seu nascedouro, repousa indiscutivelmente na afirmação dos direitos e garantias. E, aliás, foi exatamente neste berço que se embalou a idéia constitucional da Carta Magna. E, dentro deste capítulo, é importante assinalar, e é este o grande testemunho que o Partido Democrata Cristão deseja registrar: é exatamente dentro deste capítulo que repousam, em grande parte, as esperanças da sociedade brasileira, e, de uma forma mais específica, as esperanças das massas trabalhadoras. Não podemos voltar para casa, Srs. Constituintes, não podemos voltar para casa, Sr. Presidente, com as mãos vazias de conquistas sociais. Não fui eleito Constituinte para retornar à minha terra e dizer aos trabalhadores que nada consegui nesta Casa. Acredito que este é um compromisso de todos nós. Não podemos voltar às nossas terras, às nossas regiões, às nossas cidades de mãos vazias de conquistas sociais. E, dentro deste aspecto, desejo assinalar dois pontos que me parecem fundamentais: de um lado, há que se inverter o processo perverso que hoje atribui apenas ao trabalhador todo o ônus da ruptura do contrato de trabalho. É necessário encontrarmos um caminho, para que, efetivamente, a sociedade seja solidária, para que, efetivamente, exista na sociedade, o solidarismo, e que o ônus da ruptura de um contrato de trabalho não repouse, única e exclusivamente, nos ombros desvalidos da massa trabalhadora.

Muitos são os caminhos que estão sendo pesquisados, que estão sendo buscados. Estou certo e alimento a esperança de que um caminho encontraremos, que seja de consenso e que represente um avanço.

E aqui fica a postura, uma sugestão, um tronco rude de madeira, que a democracia cristã entrega, para nele ser esculpida uma solução satisfatória, como uma das formas possíveis de contribuição. Sugerimos que uma das formas, uma das maneiras de se desenvolver esse processo solidário, que represente uma efetiva garantia de emprego, se constitua, não só pela indenização por tempo de serviço, mas que se consagre, no direito brasileiro, uma figura nova, renovadora de processo, que seria a figura do aviso prévio proporcional ao tempo de serviço.

Não podemos conceber como se pode tratar da mesma forma um empregado com um ano de casa e um empregado com 10 ou 15 anos de serviço.

Fica, portanto, Sr. Presidente, também aqui, um instrumento de trabalho, neste processo de solução desses conflitos: não só a indenização por tempo de serviço, mas também o aviso prévio proporcional ao tempo de serviço.

Concluindo, Sr. Presidente, no que diz respeito à jornada de trabalho, não podemos assistir apenas ao imobilismo. Depois de 50 anos dentro de um processo, é impossível não conceber um avanço agora; é impossível que, depois de 50 anos de avanço tecnológico, não possamos conceber uma outra forma de avanço social, e que tenhamos que ficar retidos às 48 horas. E, neste sentido, a

democracia cristã prega, como limite máximo, a figura de 44 horas.

Com estas colocações, Sr. Presidente, entregamos à Assembléia Nacional Constituinte, no início dos debates deste Título, instrumentos, esperanças, anseios, emoções e inspirações, para que possamos, todos juntos, construir a aspiração que consta já no art. 1º de nosso texto constitucional; a aspiração de construirmos uma sociedade que, ao mesmo tempo, seja livre, justa e solidária. Muito obrigado, Sr. Presidente. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Haroldo Lima, em nome do Partido Comunista do Brasil.

**O SR. CONSTITUINTE HAROLDO LIMA:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes:

A matéria de que trata o Título II do Substitutivo, efetivamente, é da maior importância e diz respeito às liberdades e aos direitos dos cidadãos, dos trabalhadores e do povo, em geral, e, por conseguinte, relaciona-se, muito de perto, com o próprio caráter do Estado brasileiro que estamos a definir.

O Título I, Sr. Presidente, registra alguns avanços importantes, em particular, a liberdade de associação, a liberdade de organização, inclusive, sindical e partidária, que está firmada no § 40, do art. 5º, efetivamente, um ponto importante que deve ser ressaltado por todos os democratas, e nós comunistas reconhecemos que é uma questão basilar de uma sociedade democrática. A mesma coisa diz respeito ao § 48, **habeas data**. Nesse sentido, é um avanço que se faz na doutrina constitucional brasileira, porque essa figura não existia nas Constituições anteriores. Tampouco, existia, nas Constituições anteriores, o que está registrado no § 49, que é a segurança de que qualquer cidadão, qualquer partido político, qualquer sindicato passa a ser considerado parte legítima, para propor qualquer ação popular no momento em que achar conveniente.

A integridade física também é assegurada no § 24, num contexto em que acabamos de sair de um regime militar e em que a integridade física e moral daqueles que eram aprisionados, muitas vezes, irregularmente, não era respeitada. Nesse contexto, assegurar a integridade física e moral dos cidadãos eventualmente aprisionados é uma vitória que deve ser salientada nesse capítulo primeiro.

Também o § 6º reafirma a liberdade de consciência e de crença, assegurando o livre exercício dos cultos religiosos a todos os setores que professam religiões as mais diversas.

Neste particular, diferentemente desses outros quatro destaques que acabamos de fazer, não é uma novidade, nas Constituições brasileiras, mas é ponto positivo ter sido essa liberdade reafirmada, da forma como o foi, pelo substitutivo ora em discussão.

Sr. Presidente, no Capítulo II, que diz respeito aos Direitos Sociais, diferentemente das nossas referências positivas com que tratamos o Capítulo I, temos a registrar que houve retrocesso. Houve retrocesso particularmente relacionado com o que foi feito, com o trabalho que foi desenvolvido nas Subcomissões, na Comissão Temática e mesmo com algumas partes importantes que constavam do projeto inicial do Relator Bernardo Cabral.

Quero salientar, no pouco tempo que temos para apreciar de conjunto essa questão, três aspectos que nos parecem efetivamente negativos e que marcam um retrocesso importante do atual substitutivo. É a questão da estabilidade no emprego, a questão das 40 horas de jornada de trabalho e a questão da unicidade sindical. Do ponto de vista dos trabalhadores, da experiência histórica dos trabalhadores, no Brasil e no mundo, a sua luta pelo progresso se relaciona com a garantia da estabilidade no emprego,

com a conquista da jornada de 40 horas, que em alguns países já chegou, como é o caso da Alemanha, a 30 horas, e está relacionada, pela experiência histórica mundial, à garantia da unicidade sindical. O pluralismo sindical, estabelecido no § 6º do art. 9º, é uma novidade no Brasil, porque, só mais recentemente, aqui no nosso País, as idéias da divisão do movimento sindical passaram a ganhar mais discussão e a ganhar força, e termina agora, lamentavelmente, sendo introduzida no texto do substitutivo do Relator Bernardo Cabral.

O Capítulo IV introduz algo que nos parece que marca uma dissintonia com a característica central, com uma das características mais importantes do nosso País. Nós somos um País que tem uma grande parcela da população, economicamente ativa, jovem. A população jovem do nosso País é hoje muito grande, nós somos um dos maiores países do mundo, considerando-se o aspecto da juventude e, entretanto, aqui, o § 3º deste Capítulo IV estabelece idades-limites acrescidas para Prefeito, Deputado Estadual e para Deputado Federal, que hoje não tem esse tipo de limitação.

Então, nesse sentido, ao invés de incorporarmos o substitutivo da Constituição, desse projeto que estamos discutindo, ao invés de incorporarmos um dado mais avançado, que refletisse essa compreensão de que o nosso País é um País eminentemente jovem e, por conseguinte, quem sabe, rebaixar o limite de idade para se ocupar determinados cargos, como Prefeito, Deputado Estadual e Deputado Federal, ao invés de se proceder dessa forma, nós aumentamos e estabelecemos limite de 25 anos para Prefeito, de 21 anos para Deputado Estadual e Federal, coisa que nem hoje existe. Também aí não fizemos referência e não incorporamos no nosso substitutivo uma questão, hoje, sentida e muito levantada pela juventude brasileira que, da faixa de 16 anos para a frente, participa da economia, participa dos deveres e participa da atividade econômica e intelectual da nossa Pátria, o voto para os jovens de 16 anos em diante.

O Capítulo V é o dos Partidos Políticos. Aí, nós pensamos que no art. 16, inciso X, há uma restrição que, na verdade, questiona em essência aquilo que está posto no Capítulo I desse próprio Título I, porque no art. 5º, § 40 Capítulo I fala-se, e nós aqui destacamos, na liberdade de associação: "É plena a liberdade de associação, exceto de caráter paramilitar... etc.

Mas quando se chega ao art. 16, inciso X, observa-se a necessidade, a manutenção do registro e funcionamento condicionados à votação obtida pelos Partidos políticos.

Ora, Sr. Presidente, uma das expressões mais elevadas da Associação dos Populares e dos Cidadãos é a sua organização enquanto Partido político. Se há condicional, se há condicionante para esse tipo de associação, que é a associação partidária, então, o § 40, que fala "é plena a liberdade de associação" é questionada na sua essência e no seu aspecto principal.

Era isso que queríamos dizer, Sr. Presidente, emitindo a opinião do PC do B a respeito desse art. 2º. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** — Tem a palavra o Sr. Roberto Freire, do Partido Comunista Brasileiro.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, há um discurso onde se confundem homens de direita e homens de esquerda, que se equivocam profundamente quando não vêem relevância nas questões que estão sendo discutidas nesta Constituinte, particularmente este Título e o outro que virá depois da organização dos Estados.

Não se trata de resolver questões do cotidiano dos nossos operários, dos nossos trabalhadores. A solução desses problemas passa pelas questões institucionais do Poder,

e não se discute Poder não se sabendo os direitos da cidadania e como se organiza o Estado. É um populismo equivocado, que entra pela direita sabe-se com que objetivo, pela esquerda, profundamente danoso à própria organização da classe operária.

Dito isso é importante se salientar que, neste Capítulo, neste Título, há avanços significativos no aprofundamento da questão democrática. Direitos fundamentais que se pensa e que se imagina não poderem ser diferentes daquilo que foi escrito no século passado. Podem e estão sendo diferentes; são direitos de cidadania mais amplos do que as célebres Garantias Individuais. É o direito difuso de coletividade, direito não apenas previsto, mas tentando garantir o exercício desses direitos: **habeas data; habeas corpus**, mandado de segurança amplo, mandado de injunção, ação constitucional, e, mais do que isso, o direito das entidades de classe, das entidades da sociedade civil representarem concretamente os interesses coletivos difusos sociais.

Há avanços, também, na questão dos direitos sociais como direitos fundamentais, a questão fundamental que se discute dos sindicatos serem livres, de poderem se organizar, dos trabalhadores poderem ter, a nível constitucional, alguns direitos garantidos. Questões que estão sendo aqui colocadas e que representam a possibilidade, não a solução, mas a possibilidade de, através da luta política, os trabalhadores, os operários, os assalariados brasileiros, concretamente, buscarem até mesmo a conquista do Poder, por melhor organização, por viabilizar-se, a nível de participação política. Não vamos cair em populismo de se dizer, por exemplo, que não vale se discutir parlamentarismo ou presidencialismo, porque isso não enche barriga; é verdade que não enche, mas é verdade também que se não tivermos uma institucionalidade, um aparelho de Estado em que os trabalhadores tenham uma perspectiva de influir, aí sim, evidentemente, vamos ter um quadro em que a classe dominante usa o aparelho do Estado para reprimir, desorganizar e, mais, espoliar a classe operária.

Tudo isso é para salientar que este projeto, neste Título, representa avanços significativos na questão democrática. Existem problemas que nós, se tivéssemos tempo — daí a importância desse tempo, embora vá abrir mão, porque me parece que ninguém está achando importante — iríamos pontuar aquilo que precisa ser discutido, aquilo que pensamos ser o importante, o fundamental. Não sei se será, mas pelo menos cabe às lideranças políticas responsáveis, aos Partidos que têm propostas, colocar a nível da Comissão. Temos propostas, e aqui foram ditas algumas delas: a questão da unicidade sindical, que não está aí tratada; discussão, inclusive no seio da esquerda, em relação à pluralidade; é uma questão que terá que ser resolvida a nível da Comissão através de destaque. Existem problemas, inclusive contradições, no momento em que admite, na dispensa imotivada, a dispensa por motivos tecnológicos e, ao mesmo tempo, garante ao trabalhador vantagens pelos avanços tecnológicos ou de robotização; contradições que precisam ser sanadas. Há problemas outros também, na questão em que se trata do Partido Político, dos Direitos Políticos. Tudo isso são temas que merecerão a nossa atenção, porque diferentemente do que alguns pensam, se constituem na questão básica de uma Constituição, é exatamente os direitos da cidadania, como se exercem esses direitos e como isso ocasiona, concretamente, a sua participação, a nível do aparelho do Estado. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** — Tem a palavra o nobre Constituinte Jamil Haddad, pelo Partido Socialista Brasileiro.

Em seguida, proceder-se-á à votação do Título II, ressalvados os destaques, e será encerrada esta reunião.

**O SR. CONSTITUINTE JAMIL HADDAD:** — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, não vou aqui repetir as vanta-

gens e os avanços que tivemos, neste Título que está sendo debatido. Vejo, na realidade, necessidade, apesar dos avanços, de algumas modificações.

Temos propostas neste sentido, através de pedidos de destaque. Vi, com grande satisfação, no Texto Constitucional, o que propus num projeto de lei, no Senado, no ano passado: a inclusão da tortura como crime inafiançável e imprescritível. Tenho, também, um projeto para que o trabalho noturno seja pago em dobro. Vi colocado, também, esse dispositivo neste Título que se discute.

Mas, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, vejo uma contradição flagrante na parte referente aos Partidos políticos. Sabemos, nós, as dificuldades que os chamados pequenos Partidos tiveram para chegarem ao registro provisório. Tivemos de nos organizar em nove Estados, com um mínimo de 20% de Municípios. E, agora, vemos nas Disposições Transitórias que o fato de 30 parlamentares se reunirem e desejarem se constituir como um novo Partido, terão, de plano, aprovada pelo Tribunal Superior Eleitoral a sua solicitação.

Sou daqueles que acham que deve haver uma liberdade total para a organização partidária no nosso País, como deve ser num regime democrático. Não haver essa Lei Orgânica dos Partidos Políticos, verdadeiramente draconiana. E nós sabemos, não somos crianças, que alguns Partidos conseguiram o seu registro definitivo fraudulentamente. Nós sabemos que em determinados Estados, alguns Partidos conseguiram se organizar de maneira não muito correta. Nós queremos uma liberdade para a organização partidária. Não somos contra aqueles que queiram se organizar com um bloco e conseguirem, posteriormente, o seu registro. Mas não queremos, e vimos que no Substitutivo nº 2 o capítulo referente aos Partidos políticos teve, na realidade, o que se pode chamar de uma mudança radical em relação ao primeiro. E quero deixar bem claro que nós, do Partido Socialista Brasileiro, adotaremos o pedido de destaque para a emenda do nobre Líder Roberto Freire, do Partido Comunista do Brasil. E dizer que, no momento da discussão dos destaques, faremos então as colocações necessárias para discutir alguns pontos que nos parecem devem ser melhorados dentro deste Título. **(Muito bem! Palmas)**

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – Para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem a palavra o nobre Constituinte Nelson Carneiro.

**O SR. NELSON CARNEIRO:** – Para autorizar o meu voto a favor ou contra, eu gostaria de saber se há algum destaque sobre o § 52 do art. 5º.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – O Assessor parlamentar informa que, neste momento, não tem condição de responder satisfatoriamente a V. Ex.<sup>a</sup>, mas será respondido tão logo consiga tais informações.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – Muito obrigado a V. Ex.<sup>a</sup>.

## **Título II do Substitutivo nº 2 ao Projeto de Constituição, do Sr. Bernardo Cabral (26ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Em votação o Título II, ressalvados os destaques e preferências.

Vai-se proceder à chamada nominal.

### **(Procede-se à votação)**

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: ao PMDB – Ademir Andrade, Almir Gabriel, Aluizio Campos, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Carlos Mosconi, Carlos Sant'Anna, Celso Dourado, Cid Carvalho, Cristina Tavares, Egídio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Gasparian, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Lyra,

Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, Ibsen Pinheiro, João Calmon, José Fogaça, José Geraldo, José Ignácio Ferreira, José Paulo Bisol, José Serra, Nelson Carneiro, Nilton Friedrich, Nilson Gibson, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Prisco Viana, Rodrigues Palma, Sigmaringa Seixas, Virgildásio de Senna, Wilson Martins, Albano Franco, Antonio Mariz, Chagas Rodrigues, Euclides Scalco, Israel Pinheiro, José Tavares, Miro Teixeira, Octávio Elísio, Rose de Freitas e Vilson Souza. Do PFL – Afonso Arinos, Alcení Guerra, Antonio Carlos Mendes Thame, Arnaldo Prieto, Carlos Chiarelli, Edme Tavares, Eraldo Tinoco, José Jorge, José Lins, José Santana de Vasconcellos, José Thomaz Nonô, Luis Eduardo, Marcondes Gadelha, Mário Assad, Oscar Corrêa, Osvaldo Coelho, Paulo Pimentel, Ricardo Fiúza, Sandra Cavalcanti, Cleonânio Fonseca, Jonas Pinheiro, José Lourenço, e Ricardo Izar. Do PDS – Antonio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Gerson Peres, Jarbas Passarinho, Virgílio Távora e Bonifácio de Andrada. Do PDT – Lysâneas Maciel. Do PTB – Francisco Rossi, Gastone Righi e Joaquim Bevilacqua. Do PT – Plínio de Arruda Sampaio e José Genoíno. Do PDC – Siqueira Campos. Do PC do B – Haroldo Lima. Do PCB – Roberto Freire. Do PSB – Jamil Haddad.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 84 Constituintes Total: 84 votos. O Título foi **aprovado**, ressalvados os destaques.

## **IV — SUSPENSÃO DA REUNIÃO**

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – A Presidência vai suspender os trabalhos, convocando os Senhores Constituintes para a continuação da presente reunião, amanhã às 15:00 horas.

Devo comunicar que o Líder Brandão declarou que S. Ex.<sup>a</sup> e a sua Bancada estão de acordo com esta convocação para às 15 horas. S. Ex.<sup>a</sup> teve que se retirar.

Está suspensa a reunião.

**(Suspende-se a reunião às 20 horas e 32 minutos)**

## **EM 27 DE SETEMBRO DE 1987**

Presidência dos Srs.: **Afonso Arinos**, Presidente, **Aluizio Campos**, Primeiro Vice-Presidente:

## **I – REABERTURA DA REUNIÃO**

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Havendo número regimental, declaro reaberta a reunião.

## **II – ORDEM DO DIA**

### **VOTAÇÃO DO PROJETO DE CONSTITUIÇÃO**

#### **TÍTULO II (continuação)**

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Vai-se proceder à votação das preferências e dos destaques ao Título II. O primeiro destaque a ser votado é o da Emenda nº 33.996/6, substitutivo integral do Título.

A emenda não pode ser considerada em face do art. 23, § 2º, do Regimento da Assembléia Nacional Constituinte, que diz o seguinte:

"Fica vedada a apresentação de emenda que substitua integralmente o projeto ou que diga respeito a mais de um dispositivo, a não ser que trate de modificações correlatas, de maneira que a alteração, relativamente a um dispositivo envolva a necessidade de se alterarem outros."

Em votação o requerimento de preferência do Constituinte José Genuíno, solicitando preferência para a votação do Título II do projeto, em relação ao mesmo Título do 2º Substitutivo.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Acabo de ouvir V. Ex.<sup>a</sup> dizer – posso tê-lo ouvido mal – que, tendo sido aprovado preliminarmente o Título, qualquer emenda substitutiva integral está prejudicada.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Sim, nas condições a que se refere o art. 23, § 2º: "(...) a não ser que trate de modificações correlatas, de maneira que a alteração relativamente a um dispositivo, envolva a necessidade de se alterarem outros". Lembra V. Ex.<sup>a</sup> que li o parágrafo na íntegra.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Peço vênia para voltar ao assunto, pois me parece que o dispositivo refere-se ao Substitutivo como um todo e não ao Título.

**O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA:** – Para uma questão de ordem Sr. Presidente. V. Ex.<sup>a</sup> anunciou que ontem havia sido aprovado o Título II. Como é que agora se vai votar a preferência para este Capítulo se ontem já foi votado o Título?

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Sr. Presidente, para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Um momento, preciso tomar conhecimento dos fatos, a fim de resolver uma das questões para depois resolver a outra.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ MARIA EYMAEL:** – Parece-me, Sr. Presidente, que é impertinente a colocação, porque pela Consolidação das Regras Regimentais não há preferência para este Título.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Sr. Presidente, tenho que voltar ao assunto, porque, do contrário, não vamos fazer outra coisa senão referendar *ipsis litteris* o Substitutivo do Sr. Relator quando devemos ter a oportunidade de substituí-lo inclusive em parte – estou certo que não no todo, mas pelo menos em parte – e cada Título é uma parte. Neste caso, ontem e em outras vezes, dirimindo-se questões de ordem, chegou-se à conclusão de que não haveria preferência ao Substitutivo antes de aprovado o Título, porque primeiro se aprova o Título. Aprovados os Títulos, ressaltados os destaques, será possível fazer a votação mesmo de Títulos integralmente substitutivos.

**O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA:** – Sr. Presidente, peço a atenção de V. Ex.<sup>a</sup> para o item 2.5, da Consolidação das Regras Regimentais, que diz o seguinte:

"Aprovado o título ou capítulo, ficam prejudicados os seus correspondentes no projeto e no 1º Substitutivo e, ainda, as emendas apresentadas a estes últimos, salvo as destacadas."

Repito: "aprovado o título ou capítulo, ficam prejudicados os seus correspondentes no projeto e no 1º Substitutivo..." Como agora se pode discutir a preferência de uma parte que já ficou prejudicada por expressa disposição?

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ MARIA EYMAEL:** – Na própria consolidação, o item 2.14 é claro. Ele estabelece que "não haverá preferência entre os Títulos". Não pode haver preferência entre os Títulos. A nossa preocupação é exatamente com uma coerência de interpretação.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Peço a palavra para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem a palavra o nobre Constituinte José Genoíno, para uma questão de ordem.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Sr. Presidente, a Consolidação das Regras Regimentais no tocante à votação – item 24 – diz o seguinte: "Terá preferência para votação o 2º Substitutivo"...

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Por favor, leia mais lentamente.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – O item 24, Sr. Presidente, diz: "Terá preferência o 2º Substitutivo oferecido pelo Relator, como conclusão do seu parecer"...

Em seguida, a Consolidação das Regras Regimentais estabelece a preferência para o 2º Substitutivo depois para o 1º e, em terceiro lugar, para o Projeto de Constituição.

Sr. Presidente, a Mesa nos informou ontem que, por exemplo, votando-se o 2º Substitutivo, não estaria prejudicando pedido de preferência que verse sobre os três projetos, o que é diferente de emendas substitutivas globais, porque a Consolidação das Regras deixa claro que existem três proposições: o 1º e o 2º Substitutivos e o Projeto de Constituição.

Emenda substitutiva que altere globalmente não pode ser acolhida. V. Ex.<sup>a</sup> tem razão, porque, se ela for acolhida, estarão prejudicados todos os destaques e todas as emendas. Mas pedido de preferência para um dos três projetos pode ser acolhido Sr. Presidente, salvo os destaques apresentados ao 1º Substitutivo e ao Projeto de Constituição. A diferença, Sr. Presidente, entre o Projeto de Constituição, o 1º e o 2º Substitutivos e emenda substitutiva é que aquelas três peças constituem matéria de projeto constitucional do conhecimento da Casa, e apresentamos emendas sobre as três, enquanto sobre emenda substitutiva não tivemos a oportunidade de fazer destaques, nem emendas. Se a Presidência da Constituinte aceitou emendas ao Projeto de Constituição e ao 1º Substitutivo e somente emendas supressivas ao 2º Substitutivo, é evidente que qualquer Constituinte membro desta Comissão pode pedir preferência para o 1º Substitutivo ou para o Projeto de Constituição. Isso é regimental, e não fere o § 2º do art. 23, porque não estamos propondo a substituição do todo: estamos apenas solicitando a preferência para votar um projeto que já é do conhecimento da Casa. O Projeto de Constituição é da Casa. O 1º Substitutivo é da Casa. Portanto, o pedido de preferência, Sr. Presidente, está de acordo com a Consolidação das Regras Regimentais, conforme informação que recebi ontem à tarde, antes da votação do 2º Substitutivo, com a interpretação de que não estariam prejudicados os pedidos de preferência.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ MARIA EYMAEL:** – Sr. Presidente, mas pelo item 2.14, não pode haver preferência entre os Títulos, ou, então, não vale a Consolidação.

**O SR. CONSTITUINTE NÉLSON JOBIM:** – Para uma questão de ordem, Sr. Presidente. Sr. Presidente, no dia de ontem foi votado o Título II do 2º Substitutivo. Observe V. Ex.<sup>a</sup> que o item 2.4, da Consolidação das Regras Regimentais, diz o seguinte:

"Terá preferência para votação o 2º Substitutivo oferecido pelo Relator, como conclusão de seu parecer, salvo deliberação em contrário."

Pois bem. Ontem não foi tomada nenhuma deliberação no sentido de que se votaria primeiro o 1º Substitutivo ou o Projeto. Se isso foi feito, votado o 2º Substitutivo, incide a regra do item 2.5:

"Aprovado o título ou o capítulo, ficam prejudicados os seus correspondentes no projeto e no 1º Substitutivo, e, ainda, as emendas apresentadas a estes últimos, salvo as destacadas."

Logo, não houve prejuízo das emendas, mas do Título II correspondente ao 1º Substitutivo. Esta é a regra.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Pela ordem, Sr. Presidente. Queria colocar para o Presidente Afonso Arinos uma questão de lógica. Não é buscar-se o Regimento. Ontem, no final da sessão, antes da sua suspensão, aprovamos por unanimidade, se não me engano, inclusive com o voto do Constituinte José Genuíno, que naquela oportunidade votava como suplente, o Título II do 2º Substitutivo do Relator Bernardo Cabral, ressalvados os destaques, solicitados durante o prazo de 72 horas, e aceitos pela Presidência.

**O SR. CONSTITUINTE FARABULINI JÚNIOR:** – E as preferências?

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Ninguém está discutindo preferência. Estamos afirmando que aprovamos o Título II. Ele está aprovado, ressalvados os destaques. Se aceitássemos a proposta do Constituinte José Genuíno, estaríamos não só desconhecendo essa aprovação, porém, o que é mais grave, infringindo algo fundamental aos trabalhos da Constituinte; isto é, se fosse aprovado esse requerimento, estaríamos aprovando simplesmente o 1º Substitutivo e prejudicando o Título II do 2º Substitutivo e todos seus destaques. Ou seja, encerrariamos a discussão do Título II aqui e agora, porque todos os destaques foram feitos ao 2º Substitutivo e não ao 1º. Se aprovarmos a preferência requerida, e por isso não pode haver substitutivo integral de Título, exatamente por isso, estaríamos impedindo que todos os Srs. Constituintes, que apresentaram destaques, votem. É inepto esse pedido.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENUÍNO:** – Sr. Presidente, peço a palavra para contraditar. Sr. Presidente, a questão de ordem levantada pelo nobre Constituinte Roberto Freire não procede pelo seguinte: o item 2.5 das Regras Regimentais...

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Peço aos nobres membros da Comissão que readquiram a calma necessária, a fim de que se possa ouvir, entender e decidir. São três etapas sucessivas. Primeiro, não posso ouvir, porque aqui perto estão falando muito alto; segundo, não posso entender, porque todos estão falando ao mesmo tempo; terceiro, não posso decidir se não estiver ouvindo nem entendendo.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENUÍNO:** – Sr. Presidente, para contraditar a questão do Constituinte Roberto Freire. O item 2.5 das Regras Regimentais esclarece a preocupação do nobre Constituinte Roberto Freire:

"2.5 – Aprovado o título ou capítulo, ficam prejudicados os seus correspondentes no projeto e no 1º Substitutivo, e, ainda, as emendas apresentadas a estes últimos, salvo as destacadas (SF – art. 336, XVI)."

Portanto, Sr. Presidente, se aprovarmos o pedido de preferência para o Projeto de Constituição, as emendas destacadas do 1º e 2º Substitutivos estão preservadas para a votação e apreciação nesta Comissão, porque o item 2.5 é claro: salvo as emendas destacadas. Isso responde à preocupação do nobre Constituinte Roberto Freire, como ficou claramente exposto na reunião dos Líderes na mesa e na sala do Dr. Ulysses Guimarães.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – O Presidente vai tomar a providência de suspender a reunião e convocar os Constituintes Carlos Sant'Anna, José Genuíno, Roberto Freire e Pimenta da Veiga para uma conversa em sala reservada, a fim de tentarmos chegar a alguma conclusão. Assim como está não posso decidir.

Está suspensa a reunião.

(A reunião é suspensa)

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Está reaberta a sessão.

Agradeço aos Srs. Constituintes aqui presentes a gentileza de terem concordado com a sugestão. O grupo de trabalho reuniu-se e chegou a um acordo, que está sendo datilografado. De forma que, em breve, terei oportunidade de dar conhecimento do mesmo ao Plenário.

**O SR. CONSTITUINTE CHAGAS RODRIGUES:** – Senhor Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem Vossa Excelência a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE CHAGAS RODRIGUES:** – Senhor Presidente, V.Ex.<sup>a</sup>, democraticamente, quis ouvir os Líderes para estabelecer a ordem nos nossos trabalhos, de tal modo que haja a maior eficiência possível, dentro de um espírito democrático. Quero dizer-lhe que o que V.Ex.<sup>a</sup> anunciou em decorrência desse entendimento eu acatarei, e espero que todos acatem.

Mas, Sr. Presidente, na Consolidação das Regras Regimentais há um preceito contido na parte 2.7, onde está claramente estabelecido: "Votado o título ou capítulo, votar-se-ão, em seguida, as partes destacadas do 2º, do 1º substitutivo e do projeto". Isto significa que, votado o capítulo – o que já fizemos ontem – somente nos restará votar as partes destacadas e nunca um novo substitutivo. Entretanto, render-me-ei à decisão que V.Ex.<sup>a</sup> anunciou.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Agradeço ao meu velho amigo e companheiro Chagas Rodrigues a manifestação de apoio. Concordo com a apreciação que fez. Acontece que, muitas vezes – e isto é uma experiência que colhi nas Nações Unidas – quando havia grande dificuldade numa comissão numerosa, sempre se procurava fazer um acordo através da formação de um comitê, que não era um comitê de líderes, mas um comitê de pessoas que estivessem interessadas no desembaraço do assunto. Então, isso dá bom resultado, ainda que existam dúvidas quanto aos preceitos regimentais. Não estou cometendo uma ilegalidade, não estou enfrentando nenhuma regra que seja indeclinável. Estou apenas aprovando uma experiência que me vem da idade, que me vem do exercício das funções de representante do Brasil nas Nações Unidas.

É muito comum fazer-se a escolha de um comitê para resolver estes problemas, e o fizemos. Realmente, a amplidão, a majestade, a solenidade do recinto do Senado, com todas as suas louçanias e glórias, com todo o seu passado ilustre, do Império e da República, causam certa dificuldade na adoção de soluções em que alguns possam sentir-se derrotados. Esta solenidade que o Senado tem, que não é puramente arquitetônica, mas também histórica, pois vem desde 1824, faz com que as coisas pareçam mais difíceis do que são pela imposição da atmosfera. A isto é que a prática dos comitês especiais se opõe, tirando a solenidade das decisões.

De qualquer maneira, agradeço ao meu querido e velho amigo Chagas Rodrigues o seu apoio. Espero que possamos continuar a sessão, porque já tenho aqui o texto que foi adotado.

Estou trazendo o texto aprovado na reunião. Todos os que dela participaram contribuíram com muita sabedoria e dedicação, embora com vigor e energia, para que este texto fosse preparado. O texto é o seguinte:

A Presidência, em reunião com companheiros que se interessaram pela solução do problema hoje suscitado na sessão, resolveu adotar os seguintes procedimentos:

1 – Tem preferência para votação o Título do 2º Substitutivo; caso seja aprovado, prejudicará todos os destaques a Emendas Substitutivas Integrais;

2 – Em caso de rejeição do Título do 2º Substitutivo, do 1º Substitutivo e do projeto, serão

votados os destaques de Emendas Substitutivas, de acordo com os requerimentos de preferência;

3 – A votação far-se-á na ordem crescente dos Capítulos, não se admitindo requerimentos de preferência de um Capítulo sobre o outro."

É a comunicação que desejava fazer a este Plenário. (Palmas)

Dou a palavra ao Constituinte José Genuíno.S.Ex.<sup>a</sup> embora concorde com o conjunto de normas, faz restrição a um aspecto que quer enunciar.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENUÍNO:** – Sr. Presidente, agradeço a V.Ex.<sup>a</sup> a oportunidade. Concorde com as duas primeiras parte do acerto entre as Lideranças que V.Ex.<sup>a</sup> acabou de comunicar à Comissão. No entanto, quero registrar perante o Plenário da Comissão meu protesto contra a proibição de pedidos de preferência para um dos três substitutivos, relativamente ao Título que ora apreciamos. Entendo que não se está respeitando o disposto no Regimento Interno do Senado, transcrito na Consolidação das Regras Regimentais naquela reunião de todas as Lideranças com o Presidente Ulysses Guimarães e com V.Ex.<sup>a</sup> Registro, pois, este protesto, mas não vou insistir na minha questão de ordem para não criar problemas para a Mesa da Comissão de Sistematização. No entanto, quero deixar bem claro que ontem apresentei pedido de preferência para votar o Título II do Projeto de Constituição, antes, portanto, de esta matéria ser votada. Procurei até informar-me junto à Mesa, e ela me garantiu – nesse momento a Mesa não estava sendo presidida por V.Ex.<sup>a</sup> – que o meu pedido de preferência para votar o Título II do Projeto de Constituição não estava prejudicado. O mesmo entendimento ficou claro na conversação com alguns dos companheiros que exerciam a Liderança do PMDB. Foi por isso que não entrei com pedido de preferência na reunião de ontem, mas tão somente na reunião de hoje.

Faço, pois, este protesto. Aceito a posição da maioria das Lideranças sobre esta matéria, mas acho que, ao negar-se preferência para um dos três substitutivos, o que é diferente de emenda substitutiva, está-se ferindo um dispositivo regimental, porque as emendas apresentadas aos três não se encontram prejudicadas, conforme está escrito na Consolidação das Regras Regimentais.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – A Mesa recebe o registro do protesto, que mais é uma divergência, e assinala, por sua parte, que o Constituinte José Genuíno, não obstante, aceitou a forma acordada no encontro dos Líderes e de outros companheiros.

Tem a palavra o Constituinte José Lins.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Sr. Presidente, acho que o grupo de Constituintes escolhido para analisar a questão se houve muito bem. Mas não entendi bem como foi a solução, e é por isso que peço a V.Ex.<sup>a</sup> que me escute com um pouco de atenção para orientar a mim e aos meus colegas no processo de votação.

Entendo, Sr. Presidente, que o que estamos votando é o 2º Substitutivo do Relator. E quando votamos um Substitutivo, evidentemente o fazemos ressaltando os destaques. Ora, V.Ex.<sup>a</sup> sabe que os destaques estão listados num documento oficial. Ocorre que não temos em mãos os textos desses destaques. Diga-se que para termos acesso ao texto de qualquer desses destaques somos obrigados a consultar esses livros enormes, e nem sempre dispomos de tempo para a análise necessária. Então, muitas vezes, estamos votando sem saber bem o quê. Mas entendo, Senhor Presidente, que o objeto da votação é o 2º Substitutivo do Relator, menos os destaques. Muito bem: quais são os destaques? São aqueles que V.Ex.<sup>a</sup> terá aceito, ou não, e que estão listados. Se há destaques para emendas substi-

tutivas de Títulos, acho que V.Ex.<sup>a</sup> certamente teria de se ater ao § 2º do art. 23 do Regimento, que diz:

"Art. 23 .....

§ 2º Fica vedada a apresentação de emenda que substitua integralmente o Projeto ou que diga respeito a mais de um dispositivo, a não ser que trate de modificações correlatas, de maneira que a alteração, relativamente a um dispositivo, envolva a necessidade de se alterarem outros."

V.Ex.<sup>a</sup> também sabe que, a par desse § 2º, há um ofício do Presidente Ulysses Guimarães orientando as Mesas das Comissões a respeito da interpretação dessa matéria. Então, segundo esse ofício, cabe exatamente a Vossa Excelência dizer o que é matéria correlata. E me parece muito importante, Sr. Presidente, que, de uma vez por todas, V.Ex.<sup>a</sup> decida se matéria correlata é aquela que consta de um Título ou de um Capítulo, ou se é menor que um Capítulo, se refere apenas a alguns artigos. Parece-me que este ponto está sempre voltando à baila quando se trata de analisar problemas de emendas substitutivas. Afinal, ainda não estamos sabendo se V.Ex.<sup>a</sup> aceitou destaques sobre emendas que compreendem o Capítulo II ou III, como é o caso da emenda que está sendo discutida. Soube pelo autor da emenda que há também destaques de partes da emenda, o que é legítimo. Talvez não se possa aceitar o destaque do substitutivo sobre três Capítulos: talvez se possa aceitar destaque que tiver sido feito anteriormente, seja sobre parte da emenda substitutiva, ou não.

Em suma, Senhor Presidente, o meu pensamento é que estamos votando o substitutivo, menos os destaques. Se assim é, precisamos saber quais são os destaques aceitos. Finalmente, acho que destaques são somente aqueles que foram feitos anteriormente, ou melhor, dentro do prazo determinado de 48 horas. E ninguém pode voltar ou recorrer ao 1º Substitutivo, ou ao Projeto de Constituição, se não há um destaque feito sobre ele na oportunidade e não mais do que isso.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – O assunto foi debatido precisamente tendo em vista o art. 23 e seus respectivos parágrafos, mas não se chegou a um acordo. Precisamente o debate que se formara em torno dessa matéria provocou a necessidade de um acordo parcial. É a explicação que tenho a dar a V.Ex.<sup>a</sup>.

Tem a palavra o Constituinte Egídio Ferreira Lima.

**O SR. CONSTITUINTE EGÍDIO FERREIRA LIMA:** – Sr. Presidente, entendi o acordo que V.Ex.<sup>a</sup> acaba de ler e acho que ele atende às normas regimentais e às regras consolidadas. Penso que não há mais dúvidas para o encaminhamento da votação. Todos os destaques foram publicados oficialmente e V.Ex.<sup>a</sup> já declarou aqui que os tem como deferidos. Quero pedir apenas a V.Ex.<sup>a</sup> que encaminhe a cada um dos Membros da Comissão cópia do acordo que V.Ex.<sup>a</sup> acabou de ler e tomou como decisão.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Já foi encaminhado.

**O SR. CONSTITUINTE VIVALDO BARBOSA:** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem V.Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE VIVALDO BARBOSA:** – Senhor Presidente, pelo que entendi da leitura feita por V.Ex.<sup>a</sup> do acordo celebrado entre os Líderes, ficou acertada a impossibilidade de pedido de preferência dentro de um título, de um capítulo sobre outros, para votação. Bem, esta é a conclusão a que se chegou para resolver o impasse criado aqui relativamente ao Título II e ao Título III. Todavia, não está resolvido quanto ao Título IV, que trata dos Poderes: Da Organização dos Poderes e sistema

de Governo. Portanto, não será possível votarmos o Capítulo I do Título IV, que trata do Poder Legislativo, sem antes decidirmos a questão central, que está nos Capítulos II e III do mesmo Título: atribuições, papel e funções do Legislativo e do Executivo. Assim, se prevalecer este entendimento, quando chegarmos ao Título IV o impasse estará novamente criado, porque não se poderá votar validamente o Capítulo I – Do Legislativo – sem ter decidido a questão central, que é Sistema de governo e atribuições do Poder Executivo.

De maneira que, se é certo o que eu ouvi de V. Ex.<sup>a</sup>, peço que esta questão seja reconsiderada agora ou oportunamente, porque, inclusive, ela fere o inciso 2.14 da Consolidação das Regras Regimentais, que proíbe apenas a preferência para a inversão da sequência natural dos capítulos dentro de um mesmo título. Se esta questão não for revista agora, pelo menos deverá sê-lo oportunamente, antes da votação do Título IV.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup> Compreendi bem a sua posição. A explicação que poderia dar é que o texto constitucional tem uma parte, vamos dizer inerte ou fixa e uma parte dinâmica, que é aquela que decorrerá da situação ou da solução dada ao problema de sistema de governo. Não é só essa parte que temos de modificar. Ainda temos que adaptar nos processos que ainda não foram previstos o funcionamento daqueles textos já aprovados em função das exigências do novo regime que se implanta. Parece-me que isso é uma coisa lógica. Isso será feito oportunamente, como bem disse V. Ex.<sup>a</sup> Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup> a cooperação, mas está claro que isso fará parte da rotina dos nossos trabalhos daqui em diante. Acho que isso tem que ser resolvido, mas não já. Esta é a minha opinião.

**O SR. CONSTITUINTE VALDO BARBOSA:** – Muito obrigado a V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. CONSTITUINTE CUNHA BUENO:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE CUNHA BUENO:** – Sr. Presidente, embora não pertença à douta Comissão de Sistematização, tenho procurado dar, como Constituinte, a minha colaboração para o aperfeiçoamento da nova Carta.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Sou testemunha disso.

**O SR. CONSTITUINTE CUNHA BUENO:** – Apresentei inúmeros pedidos de destaque; exatamente ao Título II, no Capítulo I, até o art. 55, são nove pedidos de destaque. No entanto, ao ler a relação fornecida pela Secretaria da Comissão de Sistematização verifiquei que nela não consta nenhum dos destaques que solicitei. Como pode ter acontecido um equívoco para comigo, poderão ter acontecido outros com os demais Constituintes. Assim, peço a V. Ex.<sup>a</sup> que diligencie no sentido de verificar se todos os destaques solicitados estão realmente relacionados e se serão votados pela douta Comissão.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Pelas informações que acabo de receber, V. Ex.<sup>a</sup> terá as necessárias explicações se tiver a gentileza de vir até a Mesa. Aqui V. Ex.<sup>a</sup> terá os elementos para, atender à sua solicitação.

**Destaque nº 252/87 – Emenda nº ES-34.044-1, do Sr. Lysâneas Maciel, "que modifica o art. 6º "caput" e seus §§ 1º, 5º, 31 33, 37, 58 e 59 do Substitutivo nº 1 (art. 5º do Substitutivo nº 2). (27ª votação)**

Em votação o Destaque nº 252, requerido pelo Constituinte Lysâneas Maciel, referente à Emenda nº 34.044-1, de autoria do mesmo ilustre Constituinte. A emenda refere-se a todo o Capítulo I.

**O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE:** – Que é a emenda?

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – A de nº 34.044-1, que é um Substitutivo de todo o Capítulo I de autoria do Constituinte Lysâneas Maciel.

Tem a palavra o nobre Constituinte Lysâneas Maciel

**O SR. CONSTITUINTE LYSÂNEAS MACIEL:** – S: Presidenta, Sras. e Srs. Constituintes, preliminarmente passo A. Mesa o seguinte requerimento:

Em face das várias negociações que se seguiram em relação a esta matéria, que agora vai ser votada – diga-se de passagem que ela contempla uma parte enorme das preocupações de um grande grupo de Constituintes – e considerando que esses dispositivos são praticamente os mesmos que havíamos sugerido, (nesse particular consideramos que houve um avanço) para facilita mais ainda requeiro, nos termos regimentais, a desistência de parte do Destaque nº 252/87, relativo à Emenda nº ES 34.044-1, que está sendo votada, para que seja submetida votação somente o seguinte: o **caput** do artigo, nos termos da emenda; o § 1º do artigo, nos termos também da emenda; e o § 31 do artigo, também nos termos da emenda, porque é igual ao § 16 da emenda do segundo Substitutivo.

Sr. Presidente – estou justificando – a rigor, vários desses dispositivos já estão contemplados. Portanto, estou fazendo referência à maneira como foram contemplados. E não há por que insistir sobre eles. Passo à Mesa esses dispositivos para apreciação.

Chamo a atenção especialmente para um por ser um pouco mais complicado. É uma combinação de dois artigos. No § 5º do art. 5º – antes art. 6º – há uma sequência até a expressão "não evitadas". É a seguinte redação:

"§ 5º Ressalvada a compensação par igualar as oportunidades de acesso aos valores fundamentais, e para reparar injustiças produzidas por discriminações não evitadas..."

A lei punirá qualquer discriminação da maneira como está redigido no Substitutivo Cabral. Acharmos fundamental ressaltar a compensação para igualar a oportunidade de acesso aos valores fundamentais da vida. Estou aqui e vou fazer a defesa geral do que foi feito.

Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero dizer que os dispositivos aqui socorrem quase toda a preocupação nossa.

O § 58, que foi eliminado pelo eminente Relator diz seguinte:

"§ 58. A lei assegurará às entidades de associações representativas de interesses coletivos direito à informação sobre o exercício das funções públicas e de participação na atividade do Governo."

A rigor, trata-se de um **habeas data** quase que coletivo, mas não da forma especificada pelo eminente Relator. É importante que todas as entidades e associações representativas de interesses coletivos tenham acesso a essas informações, seja sobre a construção atômica, seja sobre uma ferrovia, como a Norte-Sul, por exemplo. Não sei por que esse dispositivo foi eliminado. Não há vantagem nenhuma nessa eliminação.

O ponto nevrálgico da emenda que estamos discutindo, e que foi acolhida em grande parte pelo eminente Relator, não é propriamente o seu enunciado porque ele está bom. O que nos preocupa é o fato de os direitos coletivos terem sido misturados com os individuais. Seria mais interessante que eles fossem separados, mesmo porque os direitos coletivos nunca tiveram tratamento constitucional preliminarmente. Não basta colocar na

Constituição mais dispositivos. Lembro-me de que no auge do regime que acabamos de superar, o Brasil era signatário de quase todas as declarações sobre direitos humanos que existiam no mundo todo e, não obstante, aqui se praticavam vários crimes. Até se diz, em relação à Emenda Amaral Netto que propõe a pena de morte, na verdade S. Ex.<sup>a</sup> quer estabilizá-la porque ela, a nível particular, já é praticada em todo o País.

Sr. Presidente, o que nos preocupa agora é a garantia que esses direitos que estão sendo estabelecidos aqui vão oferecer. Neste País o cidadão comum tem a idéia de que, se for colocado um dispositivo na Constituição, por ser uma Lei Maior, uma lei mais nobre, então terá mais acesso a ele. É uma grande ilusão. Quanto mais se colocam dispositivos na Constituição, mais difícil fica o acesso do cidadão comum a eles. Mais importante do que isso que está sendo estabelecido aqui – esses dispositivos e parágrafo – é o capítulo seguinte: como garantir a eficácia desses direitos que estão estabelecidos.

Lembro-me de que na Constituição de 1946, da qual V. Ex.<sup>a</sup> participou, o eminente Ministro do Supremo Tribunal Federal Prado Kelly dizia: "Muitas vezes, colocar um dispositivo numa Constituição é uma maneira de disfarçar uma ditadura e amortizar um princípio de direito." V. Ex.<sup>a</sup> deve recordar-se de que foi também após um período ditatorial que foi feita essa observação. A garantia, a eficácia do que está sendo escrito muitas vezes é mais importante do que seu enunciado.

De maneira que houve aqui um avanço, mas, se no capítulo seguinte, que vamos discutir agora, não ficar assegurada a execução do que ficou estabelecido, de nada valerá, Srs. Constituintes. Será uma simples declaração de direitos, que já estamos cansados de ver nas Constituições. Houve um avanço, um progresso, mas na verdade, se não criarmos o Tribunal de Garantias Constitucionais e outros implementos para garantir isso que está aqui, a Constituição brasileira não terá avançado significativamente.

Portanto, esse parágrafo está bom, bem como esse capítulo, que acolheu quase toda a pretensão de um grupo enorme de Constituintes que estão sensibilizados por vários problemas. Inequivocamente ele avançou, e essa é a razão por que retiramos vários dispositivos que aqui estão, acolhidos que foram pelo Relator.

Devo, ainda, dizer que S. Ex.<sup>a</sup> considerou acolhida, creio em parte, essa emenda de minha autoria. Então, constituiria um avanço a não-retirada do § 58 e que a compensação pela discriminação fosse de maneira efetiva e a lei punisse, conforme o Relator propõe.

Sr. Presidente, V. Ex.<sup>a</sup> inaugurou uma coisa muito boa aqui: uma espécie de jurisprudência ao tempo da sua estada na ONU, porque, se fôssemos discutir observando com rigidez o Regimento, jamais avançaríamos, a começar pelas atribuições da Comissão de Sistematização, cuja função seria a de compatibilizar o que fora feito nas outras Comissões. Isso jamais aconteceu. Não é bom que nos atenhamos à rigidez do Regimento. Portanto, V. Ex.<sup>a</sup> está inaugurando uma medida salutar, sensata e até de bom humor, para que os trabalhos prossigam.

Sr. Presidente, essas as considerações que gostaria de fazer, porque este ponto é crucial: não basta escrever artigos bem elaborados. O importante é saber se são eficazes, porque, do contrário, estaremos disfarçando o autoritarismo e, segundo expressão do eminente colega de V. Ex.<sup>a</sup>, a própria ditadura.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Gostaria de pedir ao nobre orador que explicitasse os artigos que restariam para serem votados. V. Ex.<sup>a</sup> está retirando uma parte?

**O SR. CONSTITUINTE LYSÂNEAS MACIEL:** – Sim, Sr. Presidente, estou retirando uma parte.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Qual seria, concretamente, essa parte?

**O SR. CONSTITUINTE LYSÂNEAS MACIEL:** – Concretamente, seria submetido à apreciação desta egrégia Assembléia somente o **caput** do artigo dos termos da emenda, que não é só minha, mas de um grupo de Constituintes.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Quer dizer que o que sair do **caput** ficaria retirado?

**O SR. CONSTITUINTE LYSÂNEAS MACIEL:** – Vamos voltar ao **caput** da emenda. O § 31 do artigo, na realidade estaria contemplado no § 16 do Substitutivo Bernardo Cabral.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. CONSTITUINTE OSCAR CORRÊA:** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem a palavra V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. CONSTITUINTE OSCAR CORRÊA:** – Em que pese a excessiva boa vontade que este Plenário tem tido, Sr. Presidente, fica praticamente impossível saber o que efetivamente estaremos votando agora, mesmo porque parece que não houve entendimento. Com todo o respeito que tenho pelo autor da proposta, S. Ex.<sup>a</sup> não foi muito claro, inclusive ao defender aqueles pontos que teria interesse fossem destacados na matéria. Pediria a S. Ex.<sup>a</sup>, então, que sintetizasse para o Plenário o que efetivamente estacou, em que pese ao fato de este Constituinte achar inadequado esse sistema de critério. Pediria a S. Ex.<sup>a</sup> que explicitasse o que gostaria que viesse a ser apreciado pela Casa.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Sr. Presidente, no meu entendimento, a hora de apresentação dos destaques já passou. O Regimento determinou o prazo de 48 horas para a apresentação de destaques, que poderiam ser feitos sobre o artigo do parecer do Relator e sobre artigos das emendas apresentadas, ou das emendas que poderiam ser feitas sobre o 1º Substitutivo. Agora, Sr. Presidente, não é possível mais pedir destaques de destaques, mesmo porque vamos substituir a votação de um destaque por uma de três ou quatro destaques feitos ao destaque apresentado pelo eminente Constituinte.

**O SR. CONSTITUINTE LYSÂNEAS MACIEL:** – Sr. Presidente, para responder a essa questão de ordem. O autor pode pedir, a qualquer momento, nos termos regimentais, a desistência de partes dos destaques. É o que estou fazendo.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Sr. Presidente, o nobre Constituinte pode desistir do destaque todo. Não há destaque sobre destaque.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, decida por nós. Estamos aqui para cumprir o que V. Ex.<sup>a</sup> decidir.

**O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA:** – Sr. Presidente, para contraditar. Não me parece que haja inconveniência na desistência parcial de destaques. O que desejamos é um texto constitucional aprimorado. Muitas vezes a desistência de partes de um destaque, que não tenha o apoio de Plenário, pode viabilizar a aprovação de uma modificação fundamental no texto constitucional. O que me parece é que o Constituinte Lysâneas Maciel não precisou exatamente a parte que pretende seja votada e a parte da qual desistiu. Se o nobre Constituinte fizer isso com objetividade, parece-me que não haverá oposição do Plenário, porque isso só contribuirá para que possamos chegar a um texto mais aprimorado, que, não tenho dúvida, é o objetivo de todos nós.



**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Nesse caso, Sr. Presidente, V. Ex.<sup>a</sup> terá de dar esse mesmo direito a todos, e são 8 mil destaques em 30 mil destaques. É anti-regimental. A ora dos destaques já passou e não á destaque sobre destaque.

**O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA:** – V. Ex.<sup>a</sup> está enganado. Não aumentaremos o número de destaques, porque cada parlamentar que tiver feito destaque irá apenas desistir de parte dele, se assim entender. Não será aumentado o número de destaques.

**O SR. CONSTITUINTE LYSÂNEAS MACIEL:** – parece-me que não fui entendido na minha petição inicial. Iniciei a minha fala dizendo que iria suprimir. Nada estou destacando nem acrescentando. Estou apenas suprimindo parte de minha emenda e não vejo impedimento regimental para que isso ocorra. Pediria permissão ao Sr. Presidente para fazer a leitura. Reduzo de 58 para 7 seu número.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte para fazer a leitura. Gostaria apenas de acrescentar que o Constituinte José Fogaça acaba de comunicar-me que, na evolução da feitaura do texto, essa solução foi largamente praticada nas comissões e subcomissões: desistência em parte dos destaques. O Constituinte José Fogaça deu seu testemunho sobre isso.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Fui presidente de Comissão e absolutamente...

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Encerraremos a questão com a leitura que V. Ex.<sup>a</sup> fará.

**O SR. CONSTITUINTE LYSÂNEAS MACIEL:** – O **caput** do artigo passaria a ter a seguinte redação:

"A Constituição assegura aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País e a inviolabilidade dos direitos concernentes à vida, à integridade física, à existência digna, à liberdade e à segurança da pessoa humana."

Aqui, apenas um detalhe: alguém está sugerindo a inclusão do direito de propriedade, contra o qual não teria objeção.

O § 1º passaria a ter a seguinte redação:

"A alimentação, a saúde, o trabalho e sua remuneração, a moradia, o saneamento básico, a seguridade social, o transporte coletivo e a educação consubstanciam o mínimo necessário ao pleno exercício do direito à existência digna."

O § 31 passaria a ter a seguinte redação:

"São inadmissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos."

O § 33 teria a seguinte redação:

"A lei assegurará a individualização da pena e não adotará outras além das seguintes: privação da liberdade, perda de bens, multa, prestação social alternativa e a suspensão da interdição de direitos."

O § 37 passaria a ter a seguinte redação:

"Não haverá pena de morte, de prisão perpétua, de trabalhos forçados ou de banimento. Quanto à pena de morte, fica ressalvada a legislação penal aplicável em caso de guerra externa."

O § 59 teria a seguinte forma:

"Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros direitos e garantias decorrentes do regime dos princípios que ela adota, ou das declarações internacionais, de que o país seja signatário."

O § 58 ficaria com a seguinte redação:

"A lei assegurará às entidades e associações representativas de interesses coletivos o direito à informação sobre o exercício das funções públicas e de participação nas atividades do Governo."

O § 5º é uma combinação de dois dispositivos:

"Ressalvada a compensação para igualar as oportunidades de acesso aos valores fundamentais e para reparar injustiças produzidas por discriminações não evitadas, a lei punirá como crime inafiançável qualquer tipo de discriminação."

Então, são esses os dispositivos que estão sendo submetidos à apreciação desta egrégia Assembléia, sem que se inove e se acrescente nada, a não ser um verdadeiro ato da sistematização de duas emendas com a emenda Bernardo Cabral, que, nesse particular melhorou consideravelmente.

**O SR. CONSTITUINTE VIRGILDÁSIO DE SENNA:** – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem, para uma fundamentação, baseado no inciso III, art. 55 do Regimento da Assembléia Nacional Constituinte. Desejo encaminhar a V. Ex.<sup>a</sup> uma reclamação.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Art. 55, item III. V. Ex.<sup>a</sup> tem a palavra para uma reclamação.

**O SR. CONSTITUINTE VIRGILDÁSIO DE SENNA:** – A minha reclamação, nobre Presidente, com o respeito maior que V. Ex.<sup>a</sup> nos merece, é no sentido de que a Assembléia Nacional Constituinte e a sua Comissão cumpram o Regimento Interno da Casa. Ele foi elaborado após trinta dias de discussão. Estabelece o § 2º, art. 23, que nenhuma proposição que trate de matéria referente a mais de uma proposição ou que não seja dela decorrente, assemelhada etc., pode ser aceita. É impossível aos que estudam – e quero dizer a V. Ex.<sup>a</sup> que me incluo entre esses – a Ordem do Dia da Casa votar conscientemente. Não posso vir a esta Casa assistir a acordo de Lideranças, a quem não deleguei poderes para alterar o Regimento que votei. (Palmas.) Fazem acordos que alteram substancialmente o que foi decidido no Regimento, norma procedimental da Casa. Nestas condições, peço a V. Ex.<sup>a</sup> que, nos termos do § 2º do art. 23, seja aprovado o Substitutivo do Relator. Não podem ser aceitas proposições que visem a alterar totalmente ou modificar o que já foi aprovado pela Casa, nem pinçar sem que esta possa sobre o assunto deliberar, porque não estudou nem sabe qual é o assunto que se vai votar: proposições especiais. É esta a reclamação que dirijo a V. Ex.<sup>a</sup> e espero vê-la atendida.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – O Presidente deve responder à reclamação do nobre Constituinte. A Mesa considera que as intenções do orador foram as mais respeitáveis e as mais elogiáveis. S. Ex.<sup>a</sup> procurou, de acordo com sua interpretação, não direi censurar mas, enfim, observar à Mesa que ela não havia procedido convenientemente com o fato de ter realizado o acordo por intermédio de Lideranças e também de companheiros que se sentiram inclinados a comparecer àquela reunião. Então, em face da reclamação, darei a verdadeira resposta: a iniciativa do Presidente teve como resultado decidir uma questão que parecia insolúvel. Esta é a resposta que dou à reclamação.

**O SR. CONSTITUINTE OSCAR CORRÊA:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE OSCAR CORRÊA:** – Sr. Presidente, acabamos de assistir a outra inovação em nosso Regimento. O Constituinte Lysâneas Maciel, que apresentara destaque à Emenda nº 34.044-1, apresentou também, à sua proposição, outra emenda da tribuna.

Senão vejamos: S. Ex.<sup>a</sup>, ao pedir a inclusão de algumas de suas inúmeras proposições para serem votadas em destaque, alterou substancialmente o que está disposto no § 5º do art. 6º do texto da sua própria emenda, de modo a atender, possivelmente, a conveniências de natureza outra que não aquela que emana da vontade da maioria desta Casa, e pede que esses destaques sejam votados.

Peço a atenção de V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Presidente. V. Ex.<sup>a</sup> não pode, com todo o nosso respeito, em hipótese alguma permitir que na própria tribuna desta Casa se alterem emendas que foram apresentadas e que estão aqui escritas e publicadas, ou então vamos passar agora a apresentar destaques como se fossem imaginados na nossa própria cabeça. **Data venia**, Sr. Presidente, parece-nos inaceitável que esse continue a ser o procedimento deste Plenário.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – O procedimento não é do Plenário, é da Mesa, que assume a responsabilidade por ele.

**O SR. CONSTITUINTE OSCAR CORRÊA:** – Então, peço a V. Ex.<sup>a</sup> que dirima a dúvida.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Vou dirimi-la. É que não houve alteração do texto, segundo informação do nosso assessor técnico, que tem a respeitabilidade da sua experiência e autoridade. A decisão da Mesa correspondeu ao fato de que S. Ex.<sup>a</sup> apenas retirou matéria...

**O SR. CONSTITUINTE OSCAR CORRÊA:** – Peço, então, ao ilustre Constituinte que leia novamente sua proposta.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem a palavra a Constituinte Pimenta da Veiga.

**O SR. CONSTITUINTE OSCAR CORRÊA:** – Peço que S. Ex.<sup>a</sup> releia o § 5º do art. 6º da forma que propôs da tribuna, Sr. Presidente, e, se for o caso, peço que se faça o cotejo com as notas taquigráficas.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Peço a V. Ex.<sup>a</sup> que aguarde um momento. Tem a palavra o nobre Constituinte Pimenta da Veiga.

**O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA:** – Eu, que havia feito uma intervenção inicial no sentido de aprovar a desistência parcial, estaria solidário com o Constituinte Oscar Corrêa se o autor do destaque houvesse modificado qualquer palavra na redação da emenda.

**O SR. CONSTITUINTE OSCAR CORRÊA:** – Peço a V. Ex.<sup>a</sup> que releia o § 5º do art. 6º, e reitero o pedido para que se faça o cotejo com as notas taquigráficas.

**O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA:** – Entendo que estão em votação apenas aqueles artigos que não foram motivo de desistência, nos exatos termos da emenda.

**O SR. CONSTITUINTE OSCAR CORRÊA:** – Quanto a isso não resta dúvida. Mas S. Ex.<sup>a</sup> está apenas propondo votação de textos diferentes.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Peço ao Constituinte Oscar Correa que permita que se proceda à votação do **caput** do artigo, nos termos da emenda...

**O SR. CONSTITUINTE OSCAR CORRÊA:** – S. Ex.<sup>a</sup> propôs outra coisa: está querendo que apreciemos textos diferentes.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – ... §§ 1º, 31, 33, 37, 58, 59 e o **caput**.

A votação será nominal. Os que aprovarem darão resposta positiva; os que negarem responderão negativamente.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FOGAÇA:** – Sr. Presidente, vamos proceder à chamada.

**(Procede-se à votação)**

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: do PMDB – Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Carlos Mosconi, Cristina Tavares, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, José Paulo Bisol, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nilton Friedrich, Paulo Ramos, Sigmaringa Seixas, Octávio Elísio, Rose de Freitas, Vicente Bogo e Vilson Souza. Do PDT – Brandão Monteiro, José Maurício e Lysâneas Maciel. Do PT – Luís Inácio Lula da Silva e Plínio Arruda Sampaio. Do PC do B – Haroldo Lima. Do PCB – Roberto Freire. Do PSB – Jamil Haddad. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Do PMDB – Almir Gabriel, Aluizio Campos, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Carlos Sant'Anna, Egídio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Henrique Cardoso, Ibsen Pinheiro, José Fogaça, José Freire, José Geraldo, José Ignácio Ferreira, José Richa, José Serra, José Ulisses de Oliveira, Manoel Moreira, Mário Lima, Nilson Gibson, Oswaldo Lima Filho, Pimenta da Veiga, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Rodrigues Palma, Severo Gomes, Wilson Martins, Albano Franco, Délio Braz, José Tavares e Marcos Lima. Do PFL – Afonso Arinos, Alcení Guerra, Antoniocarlos Mendes Thame, Arnaldo Prieto, Christóvam Chiaradia, Edme Tavares, Eraldo Tinoco, Francisco Benjamim, Francisco Dornelles, Inocêncio Oliveira, José Jorge, José Lins, José Santana de Vasconcellos, Luis Eduardo, Marcondes Gadelha, Mário Assad, Oscar Corrêa, Osvaldo Coelho, Paulo Pimentel, Ricardo Fiúza, Sandra Cavalcanti, Enoc Vieira e Ricardo Izar. Do PDS – Antonio Carlos Konder Reis, Gerson Peres, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia, Virgílio Távora, Adylson Motta. Do PTB – Francisco Rossi, Gastone Righi e Joaquim Bevilacqua. Do PL – Adolfo Oliveira. Do PMDB – Antonio Farias. **ABSTENÇÃO:** do PMDB – Virgildásio de Senna. Do PDC – José Maria Eymael.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 25 Constituintes; votaram NÃO 64 Constituintes; abstiveram-se de votar 2 Constituintes. Total: 91 votos. O Destaque foi rejeitado.

**Destaque nº 3976-87 do Sr. Aluizio Campos, "que substitui a denominação do Título II para Dos Direitos e Garantias Fundamentais".**

Em votação o Destaque nº 3976.

Concedo a palavra ao nobre Constituinte Aluizio Campos.

**O SR. CONSTITUINTE ALUÍZIO CAMPOS:** – Sr. Presidente, está sendo realizada a votação dos capítulos por ordem de artigos. No entanto, antes de começar a numeração do título, temos a sua denominação. Pedi um destaque para modificar a denominação do título: ao invés de "Dos Direitos e Liberdades Fundamentais", teríamos "Dos Direitos e Garantias Fundamentais". A razão desta minha proposição em destaque é que havia no Substitutivo anterior um título exclusivo sobre garantias constitucionais. Mas o eminente Relator, em boa hora e com o nosso aplauso, extinguiu este título e incorporou a matéria ao Título II. Peço a V. Ex.<sup>a</sup> que preliminarmente ouça o parecer do Relator sobre este destaque, a fim de podermos submetê-lo à aprovação do Plenário. Realmente, a mudança tem dois fundamentos: primeiro, fica mais compatível com o conteúdo do capítulo; segundo substituindo-se a palavra "liberdade" por "garantias" não causamos nenhum dano ao texto, porque, no nosso entender, liberdade é apenas o direito fundamental de seres livres.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – De acordo com a solicitação do orador, peço a opinião do nobre Relator.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** — Sr. Presidente, o Relator aceita a modificação e no momento da redação final o texto será devidamente corrigido.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** — É uma transformação de redação. O Relator aceitou. Muito obrigado.

Votação do Destaque n.º 79787 requerido pelo Constituinte José Paulo Bisol, referente à Emenda 32071, de autoria do mesmo Sr. Senador. Substitui todo o Capítulo I do título que está em votação. Não estando presente o Sr. Constituinte José Paulo Bisol, vamos passar à votação. O assessor parlamentar informa que, nestas condições, está prejudicado o Destaque n.º 797, dada a ausência do seu autor.

Em votação o Destaque n.º 1.427, requerido pelo Constituinte e Líder Carlos Sant'Anna, referente à Emenda n.º 28.797, de autoria do Sr. Constituinte Jorge Leite. Houve desistência.

Votação do Destaque n.º 6.039, requerido pelo Constituinte Arnaldo Prieto, referente à Emenda n.º 34.605, de sua autoria. O nobre Constituinte desiste do destaque. **(Muito bem)**

**Destaque n.º 7195-87 – Emenda n.º ES-33996-6, do Sr. José Richa, “que dá nova redação ao Título II do Substitutivo n.º 1”.**

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** — Votação do Destaque n.º 7195-87, requerido pelo Constituinte Senador José Richa, referente à Emenda n.º 33996-6, de sua autoria.

Concedo a palavra à Constituinte Sandra Cavalcanti para falar sobre esta emenda.

**A SRA. CONSTITUINTE SANDRA CAVALCANTI:** — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, a proposta que trazemos à deliberação dos ilustres membros desta Comissão é a de substituir o art. 5.º do Substitutivo do Relator pela redação do texto da Emenda n.º 33.996-6.

Ao invés de iniciar o capítulo primeiro nos direitos individuais e coletivos com o art. 5.º que diz: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza”, propomos que o artigo tenha a seguinte redação:

“A Constituição assegura aos brasileiros e estrangeiros residentes no País a inviolabilidade dos direitos concernentes à vida, desde a concepção, à integridade física e mental, à liberdade, à segurança e à propriedade”.

“§ 1.º Todos são iguais perante a Constituição, a lei e o Estado, sem distinção de qualquer natureza.”

O motivo principal desta sugestão, que representa uma parcela considerável da opinião dos Srs. Constituintes, é uma tentativa de estabelecer de forma mais clara, mais definida e mais ampla os princípios que vão reger os direitos individuais e coletivos dos brasileiros e dos aqui residentes após a promulgação desta Carta Magna. E, dentre os direitos individuais, inegavelmente, o maior direito que todos temos, o mais precioso dom de que cada um dispõe é a vida, que merece todo o trabalho desta Constituição. Se pararmos para refletir um pouco, vamos ver que só estamos aqui tentando elaborar um texto Constitucional, limitar as liberdades, estabelecer as regras de convivência e criar parâmetros de garantias, porque queremos que o brasileiro que aqui reside possa ter sua vida assegurada com direito à saúde, à educação, à opinião e o direito de ir e vir.

Todo o capítulo, no fundo, vai desenrolar, como um filme, antecipadamente, todos os momentos da nossa existência, em que esse direito da nossa vida tem que ser respeitado. E há evidentemente uma questão inicial fundamental. Desde quando a vida, que é o nosso maior

dom e a nossa mais preciosa riqueza, precisa da proteção do Estado? Desde que momento ela precisa ter assegurada a sua inviolabilidade? A partir, evidentemente, do instante em que ela ocorre. E a vida ocorre, queiram ou não, desde o momento da concepção. Não há outra maneira de ver a vida, a não ser a de reconhecer que o ser humano é vivo a partir do instante da sua concepção.

Tentamos incluir isto no texto porque a criatura humana, de todos os seres vivos, é a mais indefesa, é talvez o animal que nasce mais mal-acabado, é aquele que não prescinde de um adulto que tome conta dele, que o alimente, que o guarde, que cuide da sua sobrevivência, porque, diferentemente das outras espécies, o homem não tem a capacidade, assim que nasce, de dar conta de si mesmo. E mais do que isso, tentamos estabelecer que a vida seja assegurada e inviolável desde a concepção porque queremos assegurar que ela seja inviolável ao longo de todo o seu percurso até a sua morte natural. Nós, que achamos que a vida é o dom mais precioso, não aceitamos que alguém tenha o direito de tirar essa vida, que é um dom de Deus. Nenhum de nós, nenhuma criatura humana tem o direito de decidir sobre a vida de seu semelhante e em que momento ela deve terminar. Por isso somos contra toda a forma de violência e tortura.

Por isso, também apresentamos, nos trabalhos iniciais desta Constituição, emendas propondo que a tortura, a violência, os atos de terrorismo fossem punidos de forma exemplar. Porque somos a favor da vida não aceitamos formas chamadas piedosas para acabar com ela, como é o caso da eutanásia. Porque defendemos o direito à vida não aceitamos sequer a pena de morte. A vida começa na concepção, e se não tivermos a coragem de, em nossa Carta Magna, defender este princípio, estaremos abrindo a porta para a mais covarde das formas de assassinato e morte que se comete neste País, que é contra os inocentes, indefesos que, ainda no ventre de suas mães, não sabem como se defender da ignominiosa, da intolerável violência de que são vítimas quando se permite a liberação e a descriminalização do aborto.

Não é que esta emenda vá definitivamente impedir o aborto, praticado e sob a proteção de alguns dispositivos do Código Civil brasileiro. Reconhecidos em determinados momentos pela Medicina, podem vir a ser um recurso. Mas aí não se trata do assassinato de um inocente, mas de uma posição completamente diferente, ou seja, a da legítima defesa, como, aliás, no dia-a-dia à criatura humana que não pode matar pode, em um instante determinado, defender-se. Mas não se pode chamar de legítima defesa matar um ser vivo ainda no ventre materno apenas porque ele é indesejado ou porque ele não foi planejado, ou porque, supostamente, dará trabalho. É uma covardia que não gostaríamos de ver consagrada no nosso Texto Constitucional.

Sras. e Srs. Constituintes, o Brasil dará um exemplo extraordinário, pois o nosso País definiu-se ontem no preâmbulo e nos primeiros artigos do seu novo Texto Constitucional como uma Nação voltada para a paz. O Brasil quer coibir toda forma de violência; o Brasil tem hoje armas contra a discriminação racial, contra a diferença de classes; o Brasil pretende fazer uma Constituição moderna e aberta em defesa dos fracos e dos oprimidos.

Que o Brasil não se esqueça disso ao votar este artigo que trata da mais fraca e mais indefesa criatura que, sem dúvida, é um ser vivo que, a partir da concepção, pulsa dentro do ventre materno. Espero que os Srs. Constituintes não o condenem à morte nem permitam que isto aconteça com eles daqui para o futuro. Muito obrigada. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Para falar em sentido contrário, concedo a palavra à nobre Constituinte Cristina Tavares.

**A SRA. CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES:** – Sr. Presidente Afonso Arinos, Sras. e Srs. Constituintes, digo, sem medo de errar, que ocupo esta tribuna em nome da mulher brasileira de forma ampla: a mulher que quer viver, que quer a concepção e que ama a vida. Não posso negar estar vivendo em um País cujo índice de abortos clandestinos é o mais alto do mundo. É um dado de que não gostamos, mas reflete a realidade nacional, e 10% ou trezentas mil mulheres que o praticam morrem a cada ano, vítimas do aborto clandestino. Não posso chamar isso de amor à vida.

Sim, falo em nome das mulheres de todas as posições políticas, de todas as concepções ideológicas e até religiosas. Respeitamos as convicções religiosas e sabemos das dificuldades de se tratar do delicado problema do aborto no País. Sabemos das enormes dificuldades e respeitamos as convicções religiosas de cada um, mas não podemos, em nome de convicções religiosas ou de amor à vida, enviar à morte trezentas mil mulheres por ano, vítimas do aborto clandestino. Isto é um genocídio que nem mesmo Hitler praticou nos campos de concentração nazistas.

Apelo no sentido de que, de uma vez por todas, os legisladores brasileiros enfrentem a realidade, não com a hipocrisia e com o suposto argumento de defesa da vida. Com este argumento, Constituinte José Richa, leva-se à morte, a cada ano, trezentas mil mulheres. Se V. Ex.<sup>a</sup> tiver o cuidado de consultar o registro do Hospital das Clínicas de São Paulo, verificará que o aborto clandestino é a quarta causa de morte entre as mulheres, que não podem pagar as clínicas sofisticadas que, aqui em Brasília, cobram dez, quinze e até vinte mil cruzados por uma cirurgia desse tipo.

Somos favoráveis à vida e à concepção. E, por isso mesmo, esta é a posição da mulher brasileira. Digo, sem medo de errar, repito, que este assunto não pode constar na Constituição. A responsabilidade é grande demais. Entendemos, junto com os grupos de mulheres organizadas e com toda a sociedade que reflete ou que passa dolorosamente sobre este assunto que nenhuma mulher se submete ao aborto, nobre Senador José Richa, por vontade própria. Quando o faz é premida pelas mais difíceis circunstâncias. Não seríamos nós os juizes implacáveis a inserir na Constituição uma proibição tão dramática, que até mesmo nega o que hoje a Constituição brasileira e o Código Penal brasileiro consagram – as exceções em que a mulher poderá abortar sem se tornar uma criminosa.

Cada mulher que aborta é uma vítima. Ela não pode ao mesmo tempo tornar-se criminosa perante uma sociedade rígida, que não entende as suas razões. Nós, que amamos a vida, que defendemos a reforma agrária, porque defendemos a vida, que defendemos o salário justo porque defendemos a vida, não podemos incorrer nesse erro clamoroso. Nós, Srs. Constituintes, devemos ter a compreensão humanitária de que este assunto deverá ir para a legislação ordinária e, tal como decidiram os italianos, por plebiscito, para que a sociedade toda participe desta questão da maior importância e extrema-mente dolorosa, para cada um de nós. Esta é a posição que advogamos e que realisticamente defendemos como uma posição humanitária e cristã.

Faço um apelo aos homens e às mulheres que aqui estão, no sentido de que este assunto seja decidido em plebiscito e remetido à lei ordinária. Confio em V. Ex.<sup>as</sup> (Palmas)

**O SR. CONSTITUINTE CHAGAS RODRIGUES:** – Senhor Presidente, peço a palavra, pela ordem, sobre a votação.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE CHAGAS RODRIGUES:** – Senhor Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, de acordo com os procedimentos que acabam de ser aprovados, a votação far-se-á na ordem crescente dos capítulos, não se admitindo requerimento de preferência de um capítulo sobre outro. Observo que a emenda substitutiva, que acaba de ser brilhantemente sustentada pela nobre Constituinte Sandra Cavalcanti, compreende matéria do Capítulo I – "Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza" e a emenda compreende também assunto relativo a direitos dos trabalhadores e integram esses direitos o Capítulo II do 2.º Substitutivo.

De modo que minha questão de ordem se refere ao seguinte: estaremos votando nesta emenda apenas a matéria referente ao Capítulo I.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Noto que a decisão tomada hoje pelo grupo de trabalho declara que "a votação far-se-á na ordem crescente dos capítulos, não se admitindo requerimentos de preferência de um capítulo sobre o outro".

**O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA:** – Senhor Presidente, permita-me. Pelo que estou entendendo, a emenda abrange outros parágrafos desse mesmo artigo. Todavia, estamos votando somente essa parte, como deve ser, que é o **caput** do artigo. A discussão se prende apenas a isso. Portanto, é intempestiva a questão de ordem levantada pelo eminente Constituinte Chagas Rodrigues.

**O SR. CONSTITUINTE CHAGAS RODRIGUES:** – Perdoe-me V. Ex.<sup>a</sup>, mas a questão que levantei não é intempestiva. De acordo com a Ordem do Dia, toda a emenda está em votação.

**O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA:** – Trata-se apenas da parte referente ao artigo.

**O SR. CONSTITUINTE CHAGAS RODRIGUES:** – É isso que quero ouvir do nobre Presidente. Gostaria que a Mesa esclarecesse esse ponto.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENÓINO:** – Sr. Presidente, permita-me mais um esclarecimento, e V. Ex.<sup>a</sup> tira-ria todas as dúvidas de uma só vez. A Emenda nº 33.996 trata de vários capítulos. Como iremos votá-la, se o destaque se refere a ela toda? Quero esta informação: o que fica? O material que temos em mãos é toda a emenda. Não estou sabendo o que será votado. Isso precisa ser esclarecido. O nobre Constituinte tem razão. Do contrário, essa emenda passará no rolo compressor.

**O SR. CONSTITUINTE NILSON GIBSON:** – Sr. Presidente, sugiro a V. Ex.<sup>o</sup> que ouça o Constituinte José Richa, para saber o que está em destaque.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENÓINO:** – A Mesa poderá explicar esse ponto.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ RICHAS:** – Sr. Presidente, peço a palavra, para um esclarecimento. A emenda que apresentamos e destacamos diz respeito a todo o Título II. Está aí na Mesa. O Secretário Paulo Afonso poderá compulsá-la. Nossa emenda diz: "Destaca-se o § 8.º do art. 5º, o § 31". Apenas isso. No mais, estamos de acordo com o parecer do Relator. Não desejamos que a emenda seja votada em bloco. Nem técnica, nem regimentalmente isso será possível, porque no art. 5.º, por exemplo, temos uma emenda modificativa. Já no § 8º temos uma emenda aditiva; e, no 31, supressiva parcial. Regimental-mente, não se pode votá-la em bloco. Tem de ser artigo por artigo.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENÓINO:** – Sr. Presidente, é importante...

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Isso também é importante. Pergunto ao nobre Constituinte José Richa se pode mencionar o número da emenda a que se referiu.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ RICHÁ:** – A emenda tem o número 33.996-6. O Destaque é de nº 7.195.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Há um equívoco. A Emenda que está sendo votada é a de n.º 33.997.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ RICHÁ:** – Não, Sr. Presidente, é a de n.º 33.996.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Não. Esta será votada quando se discutir o **caput** do artigo.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ RICHÁ:** – Mas é o **caput** do art. 5.º que está em discussão.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – É a Emenda n.º 33.997.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ RICHÁ:** – Emenda n.º 33.996.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Vamos apreciá-la, mas não é esta que está sendo votada. Peço ao nobre Constituinte...

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr. Presidente, a de nº 33.997 não tem nada a ver com essa matéria. Regula o habeas corpus e o mandado de segurança. É outra matéria. A de nº 33.996 é que trata da matéria em discussão.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOINO:** – Sr. Presidente, pela ordem. Tenho em mãos o Destaque nº 7.195. É um destaque só, que abarca toda a emenda. Pergunto a V. Ex.ª se podemos ir à Mesa e subdividir destaques, porque foi feito um destaque só, de n.º 7.195. Pelo entendimento que adotamos, esse destaque foi subdestacado. Pergunto se posso ir até aí subdividir meus destaques. A partir de agora, gostaria de saber se todos os Constituintes podem subdividir destaques. Quando fazemos um destaque, ele é para uma emenda. Não podemos aceitar dois pesos e duas medidas. O destaque é um só. Não se pode permitir que o Constituinte o subdivida. É um destaque para um bloco de emendas. Agora se está subdividindo destaques. Se esse precedente for aberto, vão emperrar os trabalhos da Constituinte. Tenho vários destaques globais. Também vou querer subdividi-los, pois assim serei beneficiado. Não se pode permitir que isso ocorra, Sr. Presidente. O Destaque nº 7.195, por resolução da Mesa e acordo das lideranças, está prejudicado, sob pena de levantarmos novamente a questão do pedido de preferência. Não se pode permitir esse casuismo. O destaque é um só, não se pode subdividi-lo.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Peço a V. Ex.ª obséquio de chegar até a Mesa.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, gostaria de solicitar a V. Ex.ª que determine ordem nos trabalhos. Estabeleça V. Ex.ª que o assunto em discussão seja tratado pelo microfone, a fim de que todos participem de sua apreciação.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, pela ordem. O destaque é um fato regimental único, que se vai colocar em votação. O Constituinte José Genoíno está confundindo alhos com bugalhos. Esta é que é a verdade. V. Ex.ª, ao acatar o destaque, poderá, posteriormente, submeter à votação do Plenário todas as emendas constantes do destaque, uma a uma. Quem vai decidir sobre o destaque é o Plenário. V. Ex.ª colocará o destaque modificado do **caput** do artigo, o destaque supressivo e, depois, o destaque aditivo, sob votação. Votados, Plenário dirá se acolhe ou não, etapa por etapa.

Há uma diferença entre este destaque e o do Constituinte Lysâneas Maciel, que quis fazer o seu destaque da tribuna, não o submetendo, por escrito, à apreciação

da Mesa. O Constituinte José Richa encaminhou o seu destaque devidamente escrito.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Sr. Presidente, quero deixar bem claro que me estou valendo da publicação da Assembléia Nacional Constituinte. Tenho em mãos a Emenda nº 33.996. Diz ela respeito aos arts. 6.º, 7.º, 8.º e seguintes, até o art. 18.º. E preciso esclarecer que a Emenda nº 33.996 é de conjunto. São vários os artigos tratados por ela.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – V. Ex.ª, mais uma vez, está querendo sofismar.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Não, estou lendo a emenda. Está aqui a emenda.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – V. Ex.ª sofismando, está lendo a publicação desta emenda.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Está aqui a emenda global.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – V. Ex.ª não está lendo o avulso do destaque.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Ela engloba vários artigos.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Srs. Constituintes, não me obriguem a suspender a reunião. Constituintes Gerson Peres e José Genoíno, peço-lhes que se tranquilizem e não me obriguem a suspender a reunião. Se insistirem num debate nesses termos, suspenderei a reunião. É preciso que haja tranquilidade, calma e desejo de cooperar, porque assim não se pode trabalhar.

Tem a palavra o nobre Constituinte José Lins.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Sr. Presidente, defendo sempre a idéia de que os destaques constem das publicações oficiais da nossa reunião. O nobre Constituinte José Richa apresentou o destaque. O seu destaque pode ser complexo, mas foi dado ao Constituinte Lysâneas Maciel o direito de fazer destaque sobre destaque. Então, que se dê esse mesmo direito ao Constituinte José Richa. Que S. Ex.ª ou a Constituinte Sandra Cavalcanti venham à tribuna dizer os artigos que pretendem destacar para votação e, assim, se terá resolvido o problema com equanimidade, conforme tem sido feito neste plenário.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – O Constituinte Lysâneas Maciel, de fato, fez destaques de parte da sua emenda. É o que aconteceu agora, neste destaque para **caput** do art. 5º de emenda ao Capítulo I, do Título II do 2º Substitutivo do Relator. É exatamente o que havia sido aceito com referência ao caso do Constituinte Lysâneas Maciel. É o que será posto a votos. S. Ex.ª fez um destaque do seu destaque. De maneira que isso já foi feito agora está sendo repetido. Fui eu mesmo quem o concedeu.

**O CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Sr. Presidente, é preciso que o autor da emenda diga o que dela destaca, para que saibamos o que vamos votar.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – O assunto foi tratado com exclusividade. Quer dizer, houve um debate entre dois Constituintes sobre o problema do aborto. Um Constituinte manifestou-se contra a prática do aborto e o outro, a favor. Isso foi feito em função de convicções religiosas ou de situações clínicas. Foi isso que se discutiu aqui. Todos nós assistimos a esse debate. É isso que vou colocar em votação.

**O SR. CONSTITUINTE RICARDO IZAR:** – Sr. Presidente, resumindo, vamos votar agora apenas o **caput**.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Dentro desse quadro que delinee.

**O SR. CONSTITUINTE NILSON GIBSON:** – Sr. Presidente, V. Ex.ª, quando recebeu os destaques, incluiu o Destaque nº 7.195, do Constituinte José Richa.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem a palavra a Constituinte Sandra Cavalcanti.

**A SRA. CONSTITUINTE SANDRA CAVALCANTI:** – Sr. Presidente, utilizamos aqui exatamente o mesmo esquema que, minutos antes, tinha sido utilizado pelo Constituinte que nos antecedeu.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – V. Ex.<sup>a</sup> precisa definir o que quer.

**O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE:** – V. Ex.<sup>a</sup> tem de definir o que quer.

**A SRA. CONSTITUINTE SANDRA CAVALCANTI:** – Definirei, se V. Ex.<sup>a</sup> permitir, com muito prazer.

Apresentamos uma emenda que, aceitando o texto do 2.º Substitutivo, pinça do mesmo vários artigos e dispositivos, para os quais propomos emendas modificativas, aditivas e substitutivas, em alguns casos. Como se trata de um trabalho elaborado por vários companheiros e uma vez que não somos especialistas nos assuntos de que tratam os diversos artigos, coube a mim vir à tribuna sustentar a modificação proposta ao **caput** – e foi o que fiz.

Trata-se de uma emenda aditiva ao § 8º. Pretendemos acrescentar a expressão "e terrorismo" à emenda que diz que ninguém será submetido à tortura e suprimir um grupo de expressões relativas ao § 31, porque acreditamos que todos têm o direito de receber informações verdadeiras de interesse particular. No texto do Substitutivo há uma ressalva com a qual não concordamos. Acharmos que o direito de receber informações verdadeiras não tem de sofrer ressalvas, é um direito pleno.

Também apresentamos modificações aos arts. 6º, 7º e 11, mas imaginamos – achamos que a Casa inteira está acompanhando o trabalho desta maneira – que na progressão dos títulos iríamos votando essa matéria, seguindo, para os efeitos de tramitação perante a Mesa, a ordem dos destaques previamente entregues à Secretaria da Mesa. Pensamos estar o assunto agora amplamente esclarecido. Nossa interferência teve como objetivo a modificação do **caput** do art. 6º. No momento da discussão do § 8º alguém – provavelmente eu mesma, porque foi uma redação que me coube fazer – virá aqui fazer o encaminhamento a favor e ouvir quem fará contra. Por mais atentos, inteligentes e capazes que sejamos, é muito difícil acompanhar, de uma só vez a votação de um artigo acompanhado de 54 parágrafos. O certo e o justo é pedir o destaque, que fizemos, um destaque que englobou parágrafo por parágrafo, num pedido só de destaque e de preferência, e prosseguir com os trabalhos de forma ordenada.

Imaginamos que a questão será resolvida, Sr. Presidente, e o que vai então ser colocado em votação agora, segundo o nosso entendimento e, acredito, de todos, é o **caput**. Mas acreditamos que ainda haja outros Constituintes com destaques para esse mesmo artigo, outras preferências que talvez devam ainda ser ouvidas, antes que o Plenário tome uma decisão. Essa é a impressão que ficou diante de nós todos.

O texto do 2.º Substitutivo, segundo entendimento das Lideranças, tem sempre precedência. Estamos tentando modificar o **caput**, acrescentando-lhe um texto e fazendo com que o texto anterior figure na nossa proposta como § 1º. Isso foi dito aqui de forma muito clara, e acho que esta é, no momento, a perspectiva que se abre diante de nós: debater o **caput** para saber se o substitutivo vai ter esse **caput** aprovado do jeito que está, ou se vai merecer um **caput** diferente.

Foi isso que aconteceu com o Constituinte Lysâneas Maciel, que propôs uma emenda para o **caput**. O que votamos, quando decidimos sobre a emenda do Constituinte Lysâneas Maciel, foi um conjunto. S Ex.<sup>a</sup> é que fez questão de apresentar todo um conjunto; nós, não. Aguardamos a votação, parágrafo por parágrafo. Se

V. Ex.<sup>as</sup> quiserem, apresentaremos o restante da nossa proposta, e o Plenário decidirá sobre ela.

Com relação ao § 8º, por exemplo, pedimos a atenção dos Srs. Constituintes para incluir no texto do Substitutivo a expressão "do terrorismo".

O § 8º diz:

"Ninguém será submetido à tortura ou tratamento desumano ou degradante".

A prática da tortura e do tráfico ilícito de drogas são crimes imprescritíveis, inafiançáveis, insusceptíveis de concessão de anistia e indulto, devendo a pena ser cumprida integralmente em regime fechado."

Nossa proposta trata de uma emenda aditiva ao § 8º acrescentando uma expressão, o qual ficaria assim: "A prática da tortura, do terrorismo e do tráfico ilícito de drogas..."

Quanto ao § 31, que diz que

"Todos têm direito a receber informações verdadeiras, de interesse particular coletivo ou geral, dos órgãos públicos e dos órgãos privados com função social de relevância pública, ressalvadas apenas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado", apresentamos uma emenda propondo que o texto diga apenas: "Todos têm direito a receber informações verdadeiras de interesse particular, coletivo ou geral dos órgãos públicos e dos órgãos privados com função social de relevância pública."

**A SRA. CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES:** – Sr. Presidente, cada Constituinte tem direito a fazer um encaminhamento durante cinco minutos e nada mais.

**A SRA. CONSTITUINTE SANDRA CAVALCANTI:** – Sr. Presidente, V. Ex.<sup>a</sup> está sendo alertado quanto ao tempo em que estou na tribuna. Vim à tribuna para prestar os esclarecimentos que foram solicitados, e não gostaria de deixar os meus eminentes colegas sem saber precisamente quais as nossas intenções ao apresentar esta emenda. Se a Mesa achar que é melhor para os nossos trabalhos discutir artigo por artigo, viremos aqui discutir um artigo de cada vez. Se V. Ex.<sup>a</sup> achar que devemos discutir de forma global todos os artigos, teremos de ficar aqui para discuti-los todos. Não creio que possamos fazer isso no prazo exigido de cinco minutos.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Peço à nobre Constituinte Sandra Cavalcanti que encerre o seu discurso, pois seu tempo está esgotado.

**A SRA. CONSTITUINTE SANDRA CAVALCANTI:** – Atendo com muito prazer, Sr. Presidente, à observação de V. Ex.<sup>a</sup>

Então, que fique registrado que estamos votando separadamente o **caput** deste artigo. A nossa presença na tribuna não significou colocar em discussão e em debate o restante da emenda que apresentamos, que não é substitutiva nem de projeto nem de título nem de capítulo, mas uma emenda que, tendo pinçado vários parágrafos de um artigo, muito longo a nosso ver, deve ser discutida parte por parte.

**O SR. CONSTITUINTE CHAGAS RODRIGUES:** – Sr. Presidente, após todos esses pronunciamentos, veja V. Ex.<sup>a</sup> como a questão de ordem por nós suscitada teve procedência: é necessário esclarecer o que se está votando. Ao que parece estamos votando apenas o **caput** do art. 5º. Mas, de acordo com os procedimentos adotados, não podemos votar matéria referente a mais de um capítulo. Por quê? A matéria referente a direitos dos trabalhadores está no Capítulo II. Então, ainda que venhamos a votar desta-

cadamente artigos, **caputs**, deve ser matéria concernente tão-somente ao Capítulo I, que está em votação.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – A votação parcial na ordem crescente dos capítulos não admite requerimento de preferência de um capítulo sobre outro. Esta foi a solução encontrada, hoje, pela Presidência, em reunião com as lideranças e demais companheiros da Constituinte. Concedo a palavra ao Constituinte João Menezes.

**O SR. CONSTITUINTE JOÃO MENEZES:** – Sr. Presidente, V. Ex.<sup>a</sup> sabe do respeito que toda a Casa lhe dedica.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Muito obrigado.

**O SR. CONSTITUINTE JOÃO MENEZES:** – E, por isso, V. Ex.<sup>a</sup> está sempre procurando encontrar uma fórmula de solução que atenda à maioria. Mas quero lembrar a V. Ex.<sup>a</sup> que temos de discutir um projeto que tem mais de 300 artigos. Estamos aqui faz quatro dias e só discutimos cinco artigos. Veja V. Ex.<sup>a</sup> que a toda hora a direção dos trabalhos é conturbada. Por quê? Porque teria que seguir, no nosso entender, o que realmente foi decidido e orientado para a discussão desse projeto. Vamos tomar o exemplo presente: a Emenda nº 3.3961, cuja apreciação V. Ex.<sup>a</sup> anunciou. Então, esta proposição que temos de discutir. Se V. Ex.<sup>a</sup> continuar a dividir cada emenda apresentada, discutindo artigo por artigo, em lugar de 300, teremos mil tantas votações. Já vi que até o nobre Relator está incomodado com o que está acontecendo. Além disso, vem a Constituinte Sandra Cavalcanti e apresenta um requerimento do Constituinte José Richa, um destaque que tem três, quatro, cinco temas diferentes. Como é que vamos ter uma votação para cada destaque? Tem que ser por emenda, Sr. Presidente. Sei que V. Ex.<sup>a</sup> permitiu esse procedimento – para ser agradável e dar solução a um problema – ao nobre Constituinte Lysâneas Maciel, que ele repartisse a emenda.

Mas essa maneira de agir, Sr. Presidente, não pode continuar, sob pena de V. Ex.<sup>a</sup> ficar sem condições de levar ao final os trabalhos da Constituinte. Sabemos da capacidade, do saber, da seriedade e do patriotismo de V. Ex.<sup>a</sup>, mas, nesta Presidência, se V. Ex.<sup>a</sup> não orientar a discussão de acordo com as normas estabelecidas, não teremos a Constituição no prazo estabelecido. Esta emenda da Constituinte Sandra Cavalcanti tem de ser votada inteira. O que ela pretende é apenas mudar uma palavra em um artigo que diz que todos somos iguais perante a lei. Neste artigo S. Ex.<sup>a</sup> põe outras coisas que nada tem a ver com tema ali tratado, e quer fazer a votação de todas, uma por uma.

V. Ex.<sup>a</sup> tem de considerar essa emenda prejudicada ou fazer sua votação como um todo, para não perdemos tempo com essas pequenas figurinhas. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Gostaria de me convencer de uma solução e espero que, com todas as falhas e deficiências que reconheço em mim, eu possa sugerir uma.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ RICHÁ:** – Sr. Presidente, estamos preocupados com o andamento do trabalho. A Mesa e todos nós estamos trabalhando. O único desejo de cada um e de todos é termos um bom texto constitucional. Não queremos que uma questão como essa venha a prejudicar o bom andamento dos trabalhos. Queria propor um acordo. Retiraríamos este **caput** do artigo 5º e depois o submeteríamos à apreciação de V. Ex.<sup>a</sup> Se V. Ex.<sup>a</sup> desejar, poderíamos votar o pedido de preferência que existe sobre a mesa de todos os demais artigos, os pontos destacados deste título. Eu poderia fazer uma exposição desses pontos e submetê-los à apreciação dos companheiros.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Submeterei ao plenário a votação do **caput** do art. 5º. Permito-me observar que a experiência mostrou que as solicitações de desmembramento de votação e de destaque não auxiliaram em nada a nossa tarefa e só prejudicaram o andamento dos trabalhos no dia de hoje. De maneira que a minha decisão – se é que posso considerá-la como definitiva, pois estou pronto a qualquer sugestão que possa substituí-la com vantagem – é no sentido de nos fixarmos naquilo que está requerido, quer dizer, a votação em separado da emenda aditiva do **caput** do art. 5º, da emenda ao Capítulo I, do Título II, do 2º Substitutivo do Relator.

Relator está de acordo. Então, fica desta maneira resolvido, tanto quanto é possível, assunto tão complexo, com esta solução.

Votação do **caput** do art. 5º da emenda ao Capítulo I, do Título II, do 2º Substitutivo.

**O SR. CONSTITUINTE HAROLDO LIMA:** – Sr. Presidente, para uma Questão de Ordem. Sr. Presidente, V. Ex.<sup>a</sup> acaba de me dizer que está aberto a sugestões que visem a dar um bom encaminhamento aos trabalhos e gostaria de fazer uma sugestão à Mesa. Penso que o referencial básico para que os nossos trabalhos possam caminhar a contento é o apego rigoroso às normas regimentais. Elas, sim, é que nos conduzirão a um bom termo. Se a todo instante começarmos a abrir – por uma questão inclusive de condescendência e de boa-fé – precedentes, estaremos nos envolvendo nos precedentes, e de repente o Regimento já não valerá mais nada: a jurisprudência é o precedente anterior. Penso que a idéia básica regimental é de que a emenda é uma e indivisível. (Muito bem. Palmas.) Nunca trabalhamos com a idéia de ter uma emenda suscetível de diversas subdivisões. Na verdade, acabamos de ver subdividida a emenda do Constituinte Lysâneas Maciel, por uma questão de condescendência da Mesa e do Plenário, na qual eu próprio me incluo. Percebi na hora que não era correto estar-se fazendo subdivisões da emenda do Constituinte Lysâneas Maciel, mas concordei, não levantei nenhuma voz de protesto e ninguém o fez. Então, subdividimos a emenda do Constituinte Lysâneas Maciel, criamos um precedente que a prática está mostrando que foi negativo. Que fazer com o precedente negativo? Permanecer no precedente e aprofundá-lo ou resgatar a idéia básica do Regimento, segundo a qual as emendas não devem ser subdivididas? Penso que deveremos agora ter consciência de que temos de segurar a posição de que as emendas são umas e indivisíveis.

Por conseguinte, a emenda que está posta em discussão deve ser votada em bloco. Ela é uma emenda única. Não cabe nenhuma possibilidade de votar o **caput** de uma emenda e depois se fazer o que a Constituinte Sandra Cavalcanti aqui levantou. Toda a vez em que surgir um novo artigo lá voltará ela para sustentar a única emenda que apresentou. No caso específico, essa mesma emenda levaria a Constituinte Sandra Cavalcanti diversas vezes à tribuna para, em diversas oportunidades, reportar-se ao que sua emenda, subdividida vezes, está-lhe permitindo.

Então, solicito a V. Ex.<sup>a</sup> que, tomando de forma rigorosa as normas regimentais, passamos a votar em bloco todas as emendas. As emendas que foram destacadas serão votadas indivisivelmente e assim penso que teremos levado a bom termo os nossos trabalhos.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Atenção, o Presidente solicita atenção para o que vai dizer. Em primeiro lugar, quero reiterar a minha afeição quase que paternal à Constituinte Sandra Cavalcanti; não aceito qualquer restrição à sua conduta. Aceito, sim divergência de opinião, e eu mesmo, neste momento, estou em divergência com S. Ex.<sup>a</sup> Peço permissão para manifestar-me neste sentido, porque me convenci com os argumen-

tos apresentados pelo Constituinte Haroldo Lima. Vou consultar à Casa sobre a minha decisão. Se o Presidente da Assembléia e a Casa apoiarem, toda a matéria ficará resolvida.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Sr. Presidente, dispõe o texto da Consolidação das Regras, aprovado por todas as Lideranças, que as emendas podem ser destacadas no todo e na parte. Mas houve um prazo de destaque e, neste prazo, quem quis destacar as emendas nas partes deveria destacar as partes das emendas no prazo estabelecido para fazê-lo. Vários dos nossos companheiros quiseram destacar as partes das emendas aqui e agora. Mas aqui e agora não é possível destacar; porém, quem fez no tempo certo a parte certa, pôde destacar e está destacado. Em verdade, o que aconteceu com a emenda do Senador José Richa é que ele fez dois destaques. Somente isso. Um à emenda toda, e outro ao **caput** do art. 5º. Então, S. Ex.<sup>a</sup> pode perfeitamente colocar em votação o destaque que fez ao **caput** do art. 5º. Mas, como ele não destacou os demais artigos da emenda – não destacou na época certa e não pode fazê-lo agora – não pode colocar em votação os outros artigos. Ele tem direito à votação do **caput** do art. 5º. Quanto à emenda, como o título já foi aprovado, ela, no seu global, está prejudicada.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Em votação o **caput** do art. 5º destacado.

**O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA:** – Estou inscrito para contraditar, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Desculpe, tem a palavra V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – V. Ex.<sup>a</sup> me concede a palavra?

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Concedo a palavra e peço que seja breve.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Sr. Presidente, nós não temos senão que observar o Regimento. Há um destaque. V. Ex.<sup>a</sup> permitiu a alguém pinçar algumas coisas de seu destaque para votação. Por isonomia, tem que conceder pelo menos a este. Daqui por diante eu sugeriria a V. Ex.<sup>a</sup> que decidisse quais as emendas, quais os destaques aceitos. Porque uma emenda destacada que versa sobre três capítulos, poderá ser chamada no 1º capítulo, no 2º e no 3º. Ela não pode é ser votada como um todo substitutivo. Então, tenho a impressão, Sr. Presidente, de que são apenas alguns pontos do Regimento que V. Ex.<sup>a</sup> tem que definir. Nada mais temos que conversar, o Regimento está aí.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ MENDONÇA DE MORAIS:** – Sr. Presidente, para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – V. Ex.<sup>a</sup> tem a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ MENDONÇA DE MORAIS:** – Tenho um destaque exclusivamente sobre o **caput** deste artigo. Estou inscrito para falar, não vou abrir mão de discutir este assunto que é correlato. Difere um pouco do primeiro tema levantado pela nobre Constituinte Sandra Cavalcanti, mas no mérito é correlato. Faço questão de requerer a V. Ex.<sup>a</sup> a preferência para este destaque, essencialmente do **caput**.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** Estou sendo informado de que já terminou o prazo para pedidos de destaque.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Sr. Presidente, para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Queremos manifestar aqui o nosso perfeito entendimento com a questão levantada pelo nobre Constituinte Carlos Sant'Anna. Se for permitido subdividir destaques, em vez de 8 mil vamos ter 20 mil. Se o destaque foi feito para aquele ponto, vote-se. Se for permitido subdividir os destaques não haverá fim para a votação desta Comissão. Este, o problema, com uma agravante: se for permitido, numa emenda, em cada momento, acrescentar-se parágrafo ao título, ela vai se transformar em texto-base, porque a cada momento essa emenda tem preferência automática e a decisão da Mesa nega o presente texto. Isso é cristalino, Sr. Presidente.

**O SR. CONSTITUINTE VIVALDO BARBOSA:** – Sr. Presidente, pela ordem, para pedir um esclarecimento.

Não encontro aqui na lista de todas as emendas, os destaques feitos para o **caput** do art. 5º do 2º Substitutivo. Refiro-me ao Destaque nº 7.195.

Também não vi, Sr. Presidente, nenhuma solicitação de preferência para esse destaque em relação aos demais. Não se encontra aqui na ordem de preferências naturais. Gostaria de saber em razão do que ele está sendo votado e submetido à apreciação neste momento.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Estou sendo informado de que não há requerimento de preferência para o **caput** do artigo ora em votação.

**O SR. CONSTITUINTE VIVALDO BARBOSA:** – Então não pode ser votado, pois não consta da lista.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Não há requerimento de preferência para o **caput**. É o que está informando a assessoria parlamentar. A Mesa verificará a matéria e, oportunamente, dará explicações a V. Ex.<sup>a</sup>. Todos os destaques estão na Secretaria. A Mesa verificará isso.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Marcondes Gadelha, que está inscrito para falar.

**O SR. CONSTITUINTE MARCONDES GADELHA:** – Sr. Presidente, nobres Srs. Constituintes, inicialmente, quero lamentar que estejamos consumindo muito mais tempo em discussão de mérito. Uma matéria desta relevância e importância deveria merecer um cuidado, um zelo maior quanto à sua substância, ao seu mérito e à sua natureza por parte desta Casa.

Sr. Presidente, estamos divididos, neste momento, entre duas formas extremadas de amor à vida; estamos divididos entre duas formas radicais de humanismo. Mas deve haver um lugar deve haver uma solução para aqueles que entendem que as Constituintes Cristina Tavares e Sandra Cavalcanti têm apenas uma parte da razão cada uma. Enfim, Sr. Presidente, deve haver uma forma de entendimento que não nos deixe seduzir por qualquer paixão circunstancial, fruto de visões filosóficas, sem dúvida, de concepções longamente discutidas, mas que até agora não chegaram a um ponto conclusivo.

Tem razão, inicialmente, a nobre Constituinte Sandra Cavalcanti, quando propõe que os direitos concernentes à vida, à integridade física, à liberdade, à segurança e à propriedade devam integrar a parte vestibular, o pórtico deste Capítulo que trata dos Direitos e Garantias Individuais. É uma metodologia correta, que parte do geral para o particular, e coloca o direito à vida e outros direitos fundamentais como anteriores à própria igualdade perante a lei. Tem razão S. Ex.<sup>a</sup> quando se preocupa com o problema do abortamento.

Sr. Presidente, neste ponto começam as nossas divergências. Sou também visceralmente contrário ao abortamento indiscriminado, sem qualquer razão, sem qualquer motivação lógica, médica, ética ou moral. Compreendendo



o aborto nesses termos também como um crime ignominioso, odioso, agravado ainda mais pelas circunstâncias de ser perpetrado por uma conspiração formada pelo médico, pela enfermeira, pelo pai e pela mãe e pela absoluta falta de condição de defesa da vítima, o feto em situação intra-uterina. Concorde, Sr. Presidente, com estas colocações.

Entretanto, não se pode partir para o extremo de se condenar o abortamento em qualquer circunstância. Pergunto: onde está aqui a cláusula que dá direito aos médicos de promoverem um abortamento terapêutico? Onde está a cláusula que permite provocar o abortamento em caso de estupro? Onde está a cláusula que dá direito ao médico, nas circunstâncias atuais de progresso da obstetrícia e da ginecologia, de provocar o abortamento, sim, quando em determinadas síndromes se verifica que a vida é impossível? E hoje já se pode determinar isto com absoluta segurança, ainda em condição primordial, em condição de início da vida intra-uterina.

Sabemos, Sr. Presidente, que a ultra-sonografia e outros métodos baseados na amniocentese permitem com segurança determinar casos pelo menos de anencefalia, casos em que o feto não tem cérebro nem cabeça, e naturalmente permitir essa situação seria agravar uma tortura. Existem casos de mongolismo, casos de Síndrome de Down, onde sabemos que não há a perspectiva de que aquele ser concebido venha a ter conhecimento da realidade sensível. Assim sendo, Sr. Presidente, é preciso criar condições, ou permitir, à luz da lei, que se possa processar esses tipos de abortamento.

A nobre Constituinte Cristina Tavares tem razão, da mesma forma, quando se preocupa com as centenas de milhares de abortamentos clandestinos que acontecem no País. Na verdade, o abortamento clandestino acontece à razão de pelo menos dois por minuto, no Brasil, com as consequências que conhecemos: de ordem psicossocial, sanitária e até mesmo financeira, pesando, como sabemos sobre o orçamento da Previdência Social.

Entretanto, não se pode partir daí para admitir a discriminação do aborto tão-somente porque ele existe clandestinamente. Seria o caso, Sr. Presidente, de descriminalizarmos outros atos ilícitos, pelo fato de constataremos a sua existência corrente, perpetrada na clandestinidade. Seria o caso de eu descriminalizar um assalto a banco, porque sei que ele existe às centenas, aos milhares. Seria o caso de descriminalizar o tráfico de drogas, por que sei que ele é corrente e virtualmente inextinguível, à luz dos procedimentos atuais que temos. Não posso aceitar que, pela simples razão de existir, como existe, conforme afirma a Constituinte Cristina Tavares – e tem toda razão S. Ex.<sup>a</sup> – o abortamento clandestino, criminoso, às centenas de milhares, não posso aceitar que esse seja um argumento ético para se partir para a descriminalização logo, **tout court**, sem maiores análises e consequências.

Assim sendo, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o que temos de fazer – nesse ponto concordo com S. Ex.<sup>a</sup> – é remeter esse problema para o Código Penal, para melhor discussão. Contudo, nem por isso se perde a proposta da Constituinte Sandra Cavalcanti.

Sr. Presidente, quero ver se é possível, com o apoio de V. Ex.<sup>a</sup> e da Casa, encontrar uma solução para aqueles que, como eu, entendem que cada uma das Constituintes citadas tem apenas uma parte da razão. Suponho que, aceitando a jurisprudência estabelecida quando da análise anterior da emenda de autoria do Constituinte Lysâneas Maciel, fosse possível a Constituinte Sandra Cavalcanti desistir de parte da sua proposição em dois pontos. Primeiro, retirando a expressão "desde a concepção". O segundo seria exatamente o parágrafo que, na proposta anterior, era o **caput**, quando S. Ex.<sup>a</sup> diz que "todos são iguais perante a Constituição, a lei e o Estado, sem distinção de qualquer natureza".

Sr. Presidente, isso me parece uma cachoeira de repetições, uma catapulta de pleonasmos, um excesso de linguagem absolutamente desnecessário num texto constitucional. A Constituição e a Lei são a mesma coisa; o Estado é uma criatura da Lei. Poderíamos, dessa forma, resumir essa expressão e, inclusive, a própria expressão do Relator, quando diz:

"Todos são iguais perante a Lei, sem distinção de qualquer natureza."

O que é outra redundância, Sr. Presidente, a igualdade é uma categoria absoluta, não comportando, evidentemente, distinções. Se digo que todos são iguais não há porquê se falar mais em distinções. Ficaria, então, a seguinte expressão:

"A Constituição assegura aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade dos direitos concernentes à vida, à integridade física e mental, à liberdade, à segurança e à propriedade.

§ 1º – Todos são iguais perante a Lei."

Sr. Presidente, é uma sugestão que faço à nobre Constituinte Sandra Cavalcanti, dizendo que, se não for possível S. Ex.<sup>a</sup> amputar essas expressões, à luz de minha consciência, não terei condições de acompanhar o seu voto.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Pimenta da Veiga.

**O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA:** – Sr. Presidente, ilustres integrantes da Comissão de Sistematização, o **caput** do artigo que está em discussão, na forma proposta pela emenda do Senador José Richa, defendida pela Deputada Sandra Cavalcanti, parece-nos melhor redigido. Mas é evidente que, apesar de dispor melhor sobre o assunto, há um vício que nos parece insuperável e, por isso, certamente, a proposição não será aprovada.

Ainda agora o Senador Marcondes Gadelha, inscrito para defender a proposta, terminou por repudiá-la. E uma das razões é esta, que apontaremos.

A proposta apresentada contempla a inviolabilidade do direito concernente à vida, à integridade física e mental, à liberdade, à segurança e à propriedade. Quanto a isso, não temos reparo a fazer. No entanto, a proposta avança no sentido de outra proteção que não nos parece deva ser tema constitucional. Não é correto dispor, numa Constituição, de forma tão cabal e definitiva, sobre a proteção à vida desde a concepção. Não é possível que o texto constitucional elimine até as exceções, indispensáveis, do Código Penal. Não podemos, através da aprovação desta proposta, eliminar as formas previstas de interrupção da concepção quando derivada de estupro ou na ocorrência de gravidez de alto risco e incesto. Não é possível que a Constituição vede ao médico, por exemplo, a possibilidade de decidir se a vida da mãe deve ser salva em detrimento da vida do filho – até porque, morta a mãe grávida, morrerá o filho. Eliminar-se esta exceção é até mesmo descumprir acordos internacionais assinados pelo Brasil. O Constituinte Nelson Carneiro, aliás, ainda há pouco nos lembrava que a Convenção do Panamá, da qual o Brasil é signatário, garante em geral a vida e a concepção, mas contempla exceções.

Desejo deixar claro perante este Plenário que não estou defendendo uma posição a favor do aborto, quando proponho que este dispositivo não seja aprovado. Isto porque eu próprio sou contra o aborto. Não aprovo o aborto indiscriminadamente, mas acho que as exceções previstas devem ser mantidas. Acho, mais, que a regra constitucional é permanente, estática e definitiva. Matéria como esta deve estar disciplinada pela lei que pode acompanhar a evolução até da ciência.

Lembro também que um assunto como este não deve ser motivo de regra constitucional. Talvez o correto seja uma decisão plebiscitária. Esta é uma questão íntima de cada um, é um assunto que talvez deva merecer a aprovação ou reprovação de todos os cidadãos brasileiros.

Finalmente, lembro que não aprovo a proposta apresentada, inclusive, porque seus termos estão praticamente repetidos em outra emenda, a do Constituinte Arnaldo Prieto, sem esse vício que está a macular a proposta em exame. Até mesmo aqueles que desejam a aprovação desses termos, exceto quanto à proteção estática e definitiva da vida desde a concepção, poderão fazê-lo aprovando, mais adiante, a proposta do Constituinte Arnaldo Prieto, consubstanciada na Emenda nº 34.605/9.

Por estas razões, manifesto minha posição contrária à proposição em exame, na certeza de que a matéria não deve ser tratada na Constituição. Mesmo remetida à lei ordinária, deve haver exceções, como as hoje contidas no Código Penal, e provavelmente a questão deva ser motivo de um plebiscito. (Palmas)

**O SR. CONSTITUINTE CHAGAS RODRIGUES:** – Permita-me Sr. Presidente.

Srs. Constituintes, na questão de ordem por mim levantada anteriormente ficou esclarecido que estamos votando exclusivamente o **caput** do art. 5º Entendo, porém, **data vênica**, que esta matéria não pode ser votada, por conter um erro de técnica jurídica insuperável.

A emenda refere-se ao art. 6º Anteriormente, no 1º o substitutivo era o 6º mas agora é o art. 5º, e abaixo se encontra o § 1º Logo, se estamos votando apenas o **caput** e se é verdade que o novo texto afasta completamente o **caput** anterior...

Durante o pronunciamento do Sr. Chagas Rodrigues, o **Sr. Afonso Arinos**, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo **Sr. Aluizio Campos**, Primeiro Vice-Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Nobre Constituinte, o tempo de V. Ex.<sup>a</sup> está esgotado.

**O SR. CONSTITUINTE CHAGAS RODRIGUES:** – Sr. Presidente, a questão de ordem que estou levantando é da maior importância, porque torna impossível a votação.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Qualquer que seja a importância da questão, o tempo é limitado e peço a V. Ex.<sup>a</sup> a gentileza de concluir.

**O SR. CONSTITUINTE CHAGAS RODRIGUES:** – Quero dizer a V. Ex.<sup>as</sup> que, se votarmos essa emenda que dá ao art. 5º uma nova redação, vamos suprimir do texto da nova Constituição o princípio de que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, porque este preceito foi substituído pelo seguinte:

"A Constituição assegura aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade."

Então, houve um erro de técnica jurídica, não se adotou o princípio de igualdade perante a lei e ele não foi acrescido. Quem votar este Substitutivo nega o princípio de igualdade perante a lei.

Por isto não posso votar a emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Concedo a palavra ao eminente Relator José Fogaça, para pronunciar-se sobre a matéria.

**O SR. RELATOR SUBSTITUTO (José Fogaça):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o **caput** do art. 6º da Emenda José Richa, que se refere ao art. 5º do 2º substitutivo, diz:

"A Constituição assegura ao brasileiro e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade

dos direitos concernentes à vida, desde a concepção, à integridade física e mental, à liberdade, à segurança e à propriedade."

Relator faz a este texto duas objeções: uma, quanto à impropriedade e outra, quanto ao mérito. O Relatório Bernardo Cabral consagra neste País, e através da Constituição que será produzida por esta Assembléia Nacional Constituinte, o direito de propriedade, mas não eleva o direito de propriedade ao mesmo nível do direito à vida, como ocorre aqui, neste **caput** do art. 5º.

Esta é a primeira objeção de mérito, quanto ao conteúdo do texto.

A objeção quanto à impropriedade refere-se explicitamente àquilo que a nobre e talentosa Constituinte Sandra Cavalcanti aqui defendeu, com a enorme energia das suas mais profundas convicções pessoais. Entende o Relator que, a partir da observação inequívoca de uma tendência dominante nesta Assembléia Nacional Constituinte, a questão da prática do aborto não é matéria constitucional e deve ser remetida à lei ordinária.

As questões éticas e a História andam juntas. Na medida em que evolui a História e evolui o homem, modificam-se também suas concepções éticas. O processo social e o processo histórico precisam ser livres para as decisões do futuro; não podem, portanto, ser aprisionados pela Constituição. Daí por que a questão do aborto, no entender do Relator, será definida pelo processo social, pela lei e – quem sabe – futuramente, por um plebiscito. E dá o Relator o mesmo tratamento à pena de morte, que também não consta deste texto. É por isso que, sem entrar no mérito, sem analisar o conteúdo deste problema e sem estabelecer sobre ele juízos de valor, como tão brilhantemente fizeram as nobres Constituintes Cristina Tavares e Sandra Cavalcanti, o Relator é contrário à aprovação do art. 5º da Emenda José Richa. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A Mesa entende que pode ser votado isoladamente o **caput** do art. 5º, pelo que determina a chamada dos Srs. Constituintes para proceder-se à votação. Exclusivamente o **caput** estará em votação.

**O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE:** – E o restante?

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Fica prejudicado.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Não posso prejudicar o restante que não será votado em regime de preferência.

**O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE:** – O destaque não pode ser votado por partes, tem de ser votado como um todo. Se ele se refere a vários pontos da emenda, todos devem ser submetidos à votação. O destaque é um só e tem de ser colocado em votação.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Vamos, então, atender à ponderação de V. Ex.<sup>a</sup>, ou seja, votar apenas o **caput**, ficando prejudicado o restante do artigo.

Os interessados terão oportunidade de reapresentar a matéria em plenário através de pedido de destaque à emenda.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ RICHÁ:** – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Não pode mais haver questões de ordem – desculpe-me o eminente Senador – porque já estamos em processo de votação.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ RICHÁ:** – Só quero lembrar que aqui não há Constituinte de primeira e de segunda categoria.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Absolutamente.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ RICHÁ:** – Se há pouco a Mesa abriu uma exceção para votar, com o meu destaque, diversos pontos do mesmo capítulo oferecidos pelo nobre Constituinte Lysâneas Maciel, tudo bem. Se se vai poder votar em bloco, também concordo, mas quero ter o direito de dizer o que quero que seja votado do meu destaque e do que desisto.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – V. Ex.<sup>a</sup> tem o direito, como fez o Deputado Lysâneas Maciel, de desistir de parte de seu destaque. Se V. Ex.<sup>a</sup> considera mais importante o **caput** do seu destaque e pede que sejam votados, em substituição aos parágrafos do art. 5º, os parágrafos que V. Ex.<sup>a</sup> menciona, a Mesa aceita essa desistência. Mas, se V. Ex.<sup>a</sup> deseja votar integralmente o destaque, receio que não seja possível, porque ele está prejudicado. V. Ex.<sup>a</sup>, então, deveria pedir, especificamente, destaque de todos os parágrafos.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ RICHÁ:** – Sr. Presidente, se V. Ex.<sup>a</sup> me der a palavra, esclarecerei desde já a matéria.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Como V. Ex.<sup>a</sup> é o autor do destaque, concedo-lhe a palavra por 5 minutos.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ RICHÁ:** – Sr. Presidente, vamos desistir porque a Emenda nº 33.996 destaca diversos pontos, mas concorda, evidentemente, com o restante do título apresentado pelo nobre Relator. Destacamos alguns pontos, e, já que a Mesa adota o critério de permitir que se votem apenas em bloco as questões destacadas, declaramos que vamos desistir do **caput** do art. 5º, colocando à apreciação do plenário apenas o § 8º do Substitutivo do Relator.

Sr. Presidente, afinal, quero saber se V. Ex.<sup>a</sup> mantém a sua decisão, se vamos manter o destaque, na mesma emenda, sobre o § 8º do art. 6º, que acrescenta a expressão "...e do terrorismo". O texto ficaria da seguinte maneira:

"Art. 5º .....

§ 8º Ninguém será submetido a tortura ou tratamento desumano ou degradante. A prática da tortura e do terrorismo e de tráfico ilícito de drogas são crimes imprescritíveis, inafiançáveis e insuscetíveis de concessão de anistia e indulto, devendo a pena ser cumprida integralmente em regime fechado."

Este é um ponto. Ficaria, pois, acrescentada a expressão "...e do terrorismo". E o Relator diz que concorda.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – No texto que tenho em mãos, o § 8º está assim redigido: "É livre a locomoção no território nacional em tempo de paz ...

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ RICHÁ:** – Mas é o § 8º Sr. Presidente, que, no 2º substitutivo, tomou o número 7. É o § 7º do art. 6º do 2º Substitutivo do Relator. É que todas as emendas foram apresentadas ao Substitutivo nº 1. Então, no Substitutivo nº 1 é o § 8º; no Substitutivo nº 2 é o § 7º do art. 6º

Acrescente-se, portanto, a expressão "e do terrorismo". O Relator diz que concorda com esta integração.

§ 40, Sr. Presidente – § 31 do Substitutivo n. 1 do Relator – diz o seguinte:

"Todos têm direito a receber informações verdadeiras, de interesse particular, coletivo ou geral, dos órgãos públicos e dos órgãos privados com função social de relevância pública, ressalvadas apenas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado."

Estamos propondo seja suprimida a expressão "ressalvadas apenas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado".

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Quer V. Ex.<sup>a</sup> colocar em votação apenas esses dois parágrafos?

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ RICHÁ:** – Não, há mais. Acrescente-se ao § 3º do art. 11:

"A aquisição voluntária de nacionalidade estrangeira não implicará perda da nacionalidade brasileira, a não ser quando houver expressa manifestação de renúncia do interessado ou quando a renúncia à nacionalidade de origem for requisito para obtenção de nacionalidade estrangeira."

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – É o terceiro destaque de V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ RICHÁ:** – E o quarto e último...

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr. Presidente, isso já é outra matéria.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Lembro ao nobre Constituinte José Richa que o que está em votação é o Capítulo I, e esse terceiro destaque refere-se ao Capítulo III. Entretanto, a Mesa resguarda o direito de V. Ex.<sup>a</sup> de mencionar os destaques subsequentes na ocasião da votação dos outros capítulos. Portanto, desde logo, V. Ex.<sup>a</sup> tem assegurado esse direito.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr. Presidente, peço a palavra, para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra, para uma questão de ordem.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr. Presidente, a única razão pela qual estamos tomando conhecimento desse requerimento de destaque é porque ele se refere ao **caput** do artigo. Ora, ocorre que o autor retirou o **caput** do artigo. Logo, esse destaque não está mais em primeiro lugar na ordem. Ele só pode entrar em votação, conforme V. Ex.<sup>a</sup> mencionou, se se tratar apenas do **caput** do artigo. Acontece que foi retirado o **caput**. Portanto, ele tem que entrar na ordem cronológica dos artigos; ele não pode mais ser apreciado agora. Portanto, ele tem de entrar na ordem cronológica dos artigos. Não pode ser apreciado agora. O **caput** desapareceu. Refere-se, então, ao § 7º. Não tem que ser votado agora. Vamos votar os destaques que se referem aos parágrafos anteriores.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A Mesa vai decidir a questão de ordem. A Mesa não permitirá sejam levantadas questões de ordem sobre a matéria, inclusive porque está esgotado o prazo da reunião. O nobre Constituinte José Richa apresentou destaque modificativo do **caput** do art. 5º e de todos os seus parágrafos. Não sei se S. Ex.<sup>a</sup> conservou o texto do Relator, mas isto não é substancial. S. Ex.<sup>a</sup>, então, retirou o destaque do **caput**. Ficaram subsistindo os parágrafos propostos por S. Ex.<sup>a</sup> para o texto do art. 5º constantes do Substitutivo nº 2. O texto não foi alterado, concorda V. Ex.<sup>a</sup>? V. Ex.<sup>a</sup> tem duas alternativas: ou concorda em que o **caput** que prevalece é do art. 5º do Substitutivo nº 2, ou, se V. Ex.<sup>a</sup> retirou não concorda com isto, a Mesa terá de considerar prejudicados todos os destaques apresentados por V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ RICHÁ:** – V. Ex.<sup>a</sup> concordou em dar uma decisão.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Se V. Ex.<sup>a</sup> mantém os dois parágrafos ao **caput** do Projeto do Relator, vou submeter a votação. A Mesa submeterá à votação os dois parágrafos.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ RICHÁ:** – V. Ex.<sup>a</sup> me garante o direito?

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Ressalvo a V. Ex.<sup>a</sup> o direito de reapresentá-lo em outros capítulos.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Não pode. O destaque é um só.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Estamos em processo de elaboração constitucional e, tanto quanto possível, devemos realizar um esforço. V. Ex.<sup>a</sup> retirou o **caput** e mencionou quatro destaques.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ RICHIA:** – Sr. Presidente, quatro pontos de um mesmo destaque, de um mesmo Título.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Em cada reunião, será votado um título inteiro. São nove reuniões, vamos votar nove títulos. A Mesa decide aceitar a votação dos dois parágrafos relativos ao Capítulo I, mas não vai submetê-los à votação agora por causa do adiantado da hora – já são 19h34min. Prosseguiremos a votação da matéria amanhã.

**O SR. CONSTITUINTE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO:** – Sr. Presidente, eu protesto. Pela Liderança do PMDB, peço a palavra. Não é possível que o País inteiro fique esperando decisões, e nós aqui nos perdendo em indecisões. Não tem cabimento essa protelação. Ou a Mesa assume a sua responsabilidade, ou renuncia.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A Mesa não decide sob coação, nem sob ameaça. **(Muito bem! Palmas)** A Mesa já decidiu coincidentemente com o que o Senador Fernando Henrique Cardoso está de acordo: na votação dos dois destaques relativos ao destaque global. A Mesa decide suspender a reunião para iniciar a votação amanhã, às 9 horas.

#### (Protestos)

A Mesa suspende a reunião e convoca o seu prosseguimento para as 21 horas de hoje.

#### (Protestos)

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Já houve decisão do Plenário quanto ao horário.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Estou dando uma alternativa aos Srs. Constituintes.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ RICHIA:** – Já estava em votação, Sr. Presidente. Vamos votar.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Peço a compreensão dos Srs. Constituintes. Estou recebendo um apelo do Sr. Presidente Afonso Arinos no sentido de suspender a reunião, porque S. Ex.<sup>a</sup> deseja, como sempre, ouvir os Líderes.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ RICHIA:** – Sr. Presidente, retiro o **caput**. Coloco os outros quatro pontos em votação e faço um apelo a V. Ex.<sup>a</sup>. Já estávamos em processo de votação, Sr. Presidente, vamos concluir a votação sem suspender a reunião.

#### (Protestos)

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – O nobre autor do destaque – tomo decisões democráticas, atendendo à vontade que prevalece no Plenário – Constituinte José Richia, desistiu do **caput**. Não posso, portanto, colocar o referido **caput** em votação.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ RICHIA:** – Não, Sr. Presidente, desisti do art. 5º

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Então V. Ex.<sup>a</sup> quer que vote o parágrafo?

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ RICHIA:** – Exatamente, Sr. Presidente.

**O SR. CONSTITUINTE LUIZ SALOMÃO:** – Sr. Presidente, pela ordem. Se desistiu do **caput**, desistiu do destaque. Não há o que votar, Sr. Presidente.

**O SR. CONSTITUINTE NELTON FRIEDRICH:** – Sr. Presidente, pela ordem. Peço a V. Ex.<sup>a</sup> que suspenda a reunião por uma hora, para que as Lideranças tomem providências a esse respeito.

#### (Protestos. Tumulto no plenário)

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – Sr. Presidente, eu me permitiria dar uma explicação, no sentido de contribuir para o esclarecimento do problema. Peço a V. Ex.<sup>a</sup> e aos nobres colegas que me dêem a devida atenção.

Esta emenda só seria apreciada em primeiro lugar porque se referia ao **caput** do art. 5º. Retirado esse **caput**, não há razão para ela ser apreciada agora. **(Palmas)**

Depois do **caput**, iremos examinar os §§ 1º, 2º, 3º, 4º, 5º e 6º. Quando for examinado o § 7º é que apreciaremos as propostas do Constituinte José Richia. Esta é a solução.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Consideramos prejudicado o destaque. O Constituinte José Richia, na verdade, desistiu de pedir a apreciação do **caput** do artigo e de todos os parágrafos, menos dois. S. Ex.<sup>a</sup> tem esse direito.

Vamos votar o primeiro destaque que S. Ex.<sup>a</sup> mantém.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ RICHIA:** – Sr. Presidente, retiro o pedido no que se refere ao **caput** do art. 5º e ao § 1º e mantenho o destaque para os demais pontos: §§ 8º e 31. Peço a V. Ex.<sup>a</sup> que me assegure o direito, quando forem discutidos os arts. 11 e 15, de defender minha emenda sobre essas matérias. Então, são quatro os pontos destacados pela mesma emenda. Estou retirando, repito, o pedido referente ao **caput** e ao art. 1º, e o estou mantendo relativamente aos §§ 8º e 31.

**O SR. CONSTITUINTE LUIZ SALOMÃO:** – Permita-me, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – O Constituinte Pimenta da Veiga pediu a palavra antes de V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. CONSTITUINTE LUIZ SALOMÃO:** – Eu o fiz antes, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Não posso permitir que continuem estas questões de ordem intermináveis.

**O SR. CONSTITUINTE LUIZ SALOMÃO:** – Sr. Presidente, pedi a palavra há mais ou menos meia hora.

Constituinte José Richia desistiu de apresentar sua emenda ao **caput** do art. 5º, e está apenas pretendendo manter o destaque para dois parágrafos do mesmo artigo. Sugerir-lhe – e S. Ex.<sup>a</sup> tende a concordar comigo – que retirasse seu destaque neste momento da votação, para que possamos votar o **caput** do art. 5º, sobre o qual S. Ex.<sup>a</sup> não tem proposta, e posteriormente apresentasse seu destaque para os artigos que lhe interessam e em relação aos quais há propostas equivalentes. Na hora devida, S. Ex.<sup>a</sup> apresentará o destaque.

**O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA:** – Sr. Presidente, peço a palavra, para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA:** – Sr. Presidente, após muitas horas aqui, no plenário, com os trabalhos chegando a este ponto e estando os ânimos exaltados, não me parece haver condição para qualquer votação neste instante. Peço a V. Ex.<sup>a</sup>, portanto, que, em nome do bom senso, suspenda a sessão por uma hora, tempo que aproveitaremos para uma tentativa de entendimento. Não adianta insistir neste espetáculo que estamos presenciando.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):**— Não posso colocar o **caput** em votação, porque o Constituinte José Richa desistiu do seu pedido. Todos os constituintes têm direito de retirar seus pedidos de destaques. Acho que este é um direito que se deve conceder a todos. Então, restabelece-se automaticamente o texto do projeto, passando a prevalecer o art. 5º

Há dois pedidos de destaques para o art. 8º, que submeto à votação, para atender ao clamor de V. Ex.<sup>as</sup> Em votação o destaque ao art. 8º, proposto pelo Constituinte José Richa.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGH:** — Sr. Presidente, V. Ex.<sup>a</sup> não pode atropelar outros destaques que têm precedência sobre esse pedido a que V. Ex.<sup>a</sup> se refere.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** — Está surgindo uma solução para permitir o entendimento enquanto votamos o destaque subsequente, para o **caput** do art. 5º Vamos suspender a votação deste destaque e passar à apreciação do Destaque nº 5.115, do Constituinte Fernando Gomes, que se refere ao **caput** do art. 5º (**Palmas**) Como o Constituinte Fernando Gomes não se encontra presente, está prejudicado seu pedido.

Em votação o destaque nº 7.198, do Constituinte Nilton Friedrich, sobre o **caput** do art. 5º V. Ex.<sup>a</sup> mantém destaque?

**O SR. CONSTITUINTE NELTON FRIEDRICH:** — Sr. Presidente, peço a retirada desse destaque e também que sigamos em frente com a votação das outras matérias.

**O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA:** — Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** — Tem a palavra V.Ex.<sup>a</sup>

**O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA:** — Sr. Presidente, o Plenário não está ouvindo o que a Mesa está dizendo. Não é possível continuar o nosso trabalho desta forma. Há uma verdadeira desordem em Plenário. Não é possível que a Mesa não observe isso. É preciso que haja ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** — A Mesa apela aos Srs. Constituintes no sentido de que tomem seus lugares. Se os Srs. Constituintes não tomarem seus lugares, para que a ordem seja restabelecida, a Mesa suspenderá a reunião.

**Destaque nº 7.878/87, do Sr. Nilton Friedrich "que substitui o art. 5º, "caput" do Substitutivo nº 2 pelo art. 17, inciso VII, letras "a" e "e", da Projeto de Constituição". (28.ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** — O outro destaque é o de nº 7.878, referente ao item VII, letras a e e do art. 5º, de autoria do Constituinte Nilton Friedrich.

O destaque do nobre Constituinte Nilton Friedrich está prejudicado, porque estamos discutindo o 2º Substitutivo.

**O SR. CONSTITUINTE VIVALDO BARBOSA:** — Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** — Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra, pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE VIVALDO BARBOSA:** — Sr. Presidente, a recente deliberação de V. Ex.<sup>a</sup> está levando este Plenário a tomar decisões absolutamente nulas. A esta hora o Plenário não pode realizar qualquer votação já que se esgotou o prazo de duração da sessão. Requeiro; pois, a V. Ex.<sup>a</sup>, de conformidade com o Regimento e tendo em vista o horário fixado para votação pelas Lideranças, que suspenda a reunião.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** — Solicito ao Plenário que, em votação simbólica, declare se concorda

com a prorrogação até às 21:00 horas. (**Pausa**) A Mesa declara que após a votação desse destaque, suspenderá a reunião.

Concedo a palavra ao nobre Constituinte Nilton Friedrich, para defender o seu destaque.

**O SR. CONSTITUINTE NELTON FRIEDRICH:** — Sa Presidente, Sras e Srs. Constituintes, o Destaque nº 7.818 diz respeito à participação direta na administração pública. Neste momento, gostaria de reportar-me ao Projeto de Constituição, especialmente ao art. 17, inciso VII, letra a:

"O Estado estimulará a participação popular em todos os níveis da administração pública."

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** — Há um orador na tribuna. Peço aos Srs. Constituintes que não o interrompam.

**O SR. CONSTITUINTE NELTON FRIEDRICH:** — Sr. Presidente, aproveito este momento para defender nossa proposta. Poderia, nesta hora, reportar-me aos programas dos Partidos políticos com assento na Assembléia Nacional Constituinte.

**O SR. CONSTITUINTE CUNHA BUENO** — Trata-se do Capítulo III, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** — Peço aos nobres Constituintes que respeitem o orador. S. Ex.<sup>a</sup> requereu um destaque, de acordo com o item 1.3 da Consolidação das Normas Regimentais, que passo a ler, para que não haja dúvidas:

"1.3 — Serão admitidos requerimentos de destaque do projeto, do 1º substitutivo, do 2º substitutivo, de emendas apresentadas ao projeto e ao 1º substitutivo e partes de quaisquer de todos estes."

S. Ex.<sup>a</sup> requereu destaque do art. 25 para substituir o **caput** constante do 2º substitutivo.

Continua com a palavra o Constituinte Nilton Friedrich.

**O SR. CONSTITUINTE NELTON FRIEDRICH:** — Prossigo, Sr. Presidente, na defesa de nossa proposta, para que do texto da nova Constituição conste a participação da sociedade na administração. Insisto naquilo que diz o art. 17, inciso VII, referindo-se aos direitos coletivos:

"São direitos e liberdades coletivas invioláveis a participação direta."

Estava tentando desenvolver o raciocínio e para isso valho-me exatamente do programa dos partidos políticos. Nesta hora, poderia reportar-me à Carta Compromisso do Partido da Frente Liberal, especialmente quando diz:

"São postulados fundamentais do liberalismo e da democracia, fundados na participação ativa de todos os cidadãos, e meios de defesa e promoção das liberdades..."

A própria disposição sobre o plano político do PFL, quanto à organização do poder, diz que é necessária ampla organização institucional do país, que afirme a autonomia da sociedade diante do estado e viabilize maior participação do povo no governo, incorporando as conquistas do direito político contemporâneo.

O próprio programa do PFL diz que deve haver a instituição do defensor do cidadão — o **ombudsman** — como fiscal do desempenho da administração pública, em nome da sociedade, do Estado.

Mas vou mais longe, Sr. Presidente. Ainda no documento do PFL, especialmente no "Manifesto ao Povo Brasileiro", o item 4 diz que "a par da descentralização, a grande revolução a realizar-se neste País é a liberação da inicia-

tiva em todos os planos: no político, no social, no econômico". E completa: "É preciso estimular, por todos os modos, a participação comunitária, abrindo-se oportunidade à fecunda manifestação de nossas necessidades".

Esta portanto, a proposta que existe nesse documento, na carta partidária do Partido da Frente Liberal, que detém a segunda maior bancada na Assembléia Nacional Constituinte.

Reporto-me, agora, ao PMDB, que tem o maior número de representantes nesta Assembléia.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):**— Está encerrado o tempo de V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. CONSTITUINTE NELTON FRIEDRICH:** — Houve muitas interrupções, Sr. Presidente, mas em um minuto concluirei.

**O PMDB**, desde as primeiras manifestações de seus fundadores, diz que propugnará por um programa que aponte o caminho para a democratização das formas de poder e produção e a necessidade de se organizar a prática da democracia, não apenas no Governo, mas em todas as instituições, onde os homens exercem poder uns sobre os outros. Aí poderia citar outras manifestações do programa, como a participação na administração direta, com o acesso ao sistema de poder em todos os níveis, visando a ampliar a participação do povo nas decisões.

É por essa razão que fazemos aqui a defesa. Poderíamos citar outros programas partidários que temos em mãos, mas o tempo não o permite. Apelamos para os Srs. Constituintes no sentido de que possamos contemplar, no texto constitucional, a chamada administração direta, com apenas duas letras. A primeira diz o seguinte:

"o Estado estimulará a participação popular em todos os níveis da administração pública;"

A outra:

"nos serviços públicos e atividades essenciais executados diretamente pelo Estado e administrados sob o regime de permissão ou concessão, haverá obrigatoriamente uma comissão da qual participarão representantes da empresa pressonária ou concessionária, de seus empregados e dos usuários, para efeito de fiscalização e planejamento, na forma da lei."

Para concluir, Sr. Presidente, quero dizer que muitas dessas práticas já existem em alguns Municípios, mas precisamos institucionalizar esta proposta e criar mecanismos em nossa Constituição, como acontece nas Cartas da Espanha e de Portugal, a fim de que, efetivamente, tenhamos a chamada administração direta e, ao mesmo tempo, a democracia direta representativa. Com isso, afinal de contas, as chamadas associações de moradores, os sindicatos, as mais diferentes entidades, nos diferentes graus administrativos, terão possibilidade de participação. Acredito que, com base nos programas partidários, possamos, todos, contemplar os cidadãos brasileiros com o exercício de sua cidadania inserindo, na Constituição, a chamada administração direta como um direito coletivo. Muito obrigado. (Palmas)

**O SR. CONSTITUINTE ERALDO TINOCO:** — Sr. Presidente, peço a palavra, para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** — Perdoe-me V. Ex.<sup>a</sup>, mas não permito mais questões de ordem.

**O SR. CONSTITUINTE ERALDO TINOCO:** — Tendo em vista que o tempo da sessão, com a prorrogação permitida por V. Ex.<sup>a</sup>, já está esgotado, o bom senso indica que esta reunião deve ser suspensa.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** — Eu disse a V. Ex.<sup>a</sup> que, depois da votação da emenda do Constituinte Nelton Friedrich,...

**O SR. CONSTITUINTE ERALDO TINOCO:** — O Plenário não sabe exatamente qual a matéria que está sendo submetida à discussão, Sr. Presidente. V. Ex.<sup>a</sup> prorrogou até às 20 horas o prazo, que já está esgotado.

Peço, pois, com base no requerimento aprovado por unanimidade, que V. Ex.<sup>a</sup> suspenda a sessão, para recomeçá-la amanhã, às 9 horas, a fim de que os Srs. Constituintes tenham conhecimento da matéria que está sendo discutida, para que posteriormente ela possa ser votada.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** — Peço a compreensão de V. Ex.<sup>a</sup> e do Plenário, para que agilizemos nosso trabalho. Encareço aos nobres Constituintes que não ocupem mais a tribuna para defesa da matéria que acabou de ser lida pelo eminente Relator. V. Ex.<sup>a</sup> referiu-se à letras **a** e **e** do projeto apresentado à discussão. S. Ex.<sup>a</sup> quer transformar a letra **a** em **caput** e a letra **e** em um dos parágrafos do artigo. Então, são matérias constantes no texto anterior do projeto, no art. 17.

Sou obrigado a conceder a palavra ao Constituinte Luiz Salomão, para encaminhar o projeto, a favor.

**O SR. CONSTITUINTE LUIZ SALOMAO:** — V. Ex.<sup>a</sup> não está sendo obrigado a conceder-me a palavra, mas está se guiando o Regimento que nos dá o direito de encaminhar favor da proposta, muito oportuna, apresentada pelo Constituinte Nelton Friedrich. Trata-se de uma confusão estabelecida pelo tumulto resultante da má condução dos trabalhos pela Mesa. É por isto que há confusão neste Plenário que não entendeu a proposta do nobre Constituinte Nelton Friedrich.

No caso trata-se do art. 17, inciso VII, para o qual 1-s uma proposta fundamental para a democracia do Estado brasileiro, isto é, o direito de participação das coletividades nos órgãos que prestam serviço à população. Esse dispositivo, oportunamente aceito pela respectiva Comissão Temática, foi excluído do 1.<sup>o</sup> Substitutivo e do 2.<sup>o</sup> Substitutivo A proposta do Constituinte Nelton Friedrich visa incorporá-lo ao art. 5.<sup>o</sup>, como um dos seus parágrafos, porquanto esse dispositivo é essencial, se queremos realmente estabelecer uma democracia participativa neste País. Com este breve esclarecimento, pretendo ajudar os nobres Constituintes, para que possam votar a proposta.

Considero que V. Ex.<sup>a</sup> não me concedeu a palavra por obrigação, mas pelo direito que tenho de defender a proposta do Constituinte Nelton Friedrich. (Palmas)

**O SR. CONSTITUINTE NELTON FRIEDRICH:** — Si Presidente, gostaria de esclarecer, como autor da proposta que isso não diz respeito ao **caput**, mas, para todos os efeitos, faz parte do Título. A Mesa, ao determinar a ordem dos trabalhos, inseriu este destaque, e vim defendê-lo. Faz parte dos direitos coletivos e apenas inclui no art. 17, inciso VII, as letras **a** e **e**.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** — V. Ex.<sup>a</sup> apresentou destaque referente ao art. 17, inciso VII, letras **a** e **e** do projeto, em substituição ao art. 5.<sup>o</sup>, **caput**. É o que está escrito.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** — Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar contrariamente.

**O SR. CONSTITUINTE NELTON FRIEDRICH:** — preciso esclarecer bem isso.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** — É o que está escrito aqui. Estou recebendo o destaque.

**O SR. CONSTITUINTE NELTON FRIEDRICH:** — Quando V. Ex.<sup>a</sup> me deu a palavra para defender, eu desisti, V. Ex.<sup>a</sup> me chamou para o seguinte, que defendi.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** — V. Ex.<sup>a</sup> falou, da tribuna, sobre as letras **a** e **e**.

Então, V. Ex.<sup>a</sup> leu, com a sua própria voz, as letras **a** e **e** do art. 17, inciso VII. Esta é, pois, a matéria que

estamos votando. E V. Ex.<sup>a</sup> pretende convertê-la em **caput** e parágrafo do projeto atual.

Com a palavra o Constituinte Gerson Peres.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, peço a atenção dos colegas porque aqui, quando alguém quer que sua matéria seja vitoriosa, só anuncia a parte simpática, como o fez o ilustre colega que me antecedeu. Deu-nos S. Ex.<sup>a</sup> a impressão de que para solidificar a democracia há necessidade de se criarem comissões comunitárias para integrar as atividades governamentais, políticas e sociais do País.

Não é bem assim. Vou ler o que S. Ex.<sup>a</sup> pretende, para que, depois, V. Ex.<sup>as</sup> vejam se temos ou não razão. Serei breve. V. Ex.<sup>as</sup> estão todos bem preparados para elaborar a Carta. Só não a elaborarão se não quiserem. Todos têm experiência, conhecem bem a situação de cada dispositivo.

Vejamos:

"Nos serviços públicos e atividades essenciais, executados diretamente pelo Estado e administrados sob o regime de permissão ou concessão, haverá obrigatoriamente uma comissão, da qual participarão representantes do órgão permitente ou concedente, da empresa permissionária ou concessionária, de seus empregados e dos usuários, para efeito de fiscalização e planejamento, na forma da lei."

Srs. Constituintes, quem defende essa idéia não quer democracia, quer o intervencionismo, quer a invasão das competências estabelecidas na própria Constituição. Quem fiscaliza as empresas — as estatais, por exemplo — da administração direta são os Tribunais de Contas, não simples comunidades pinçadas em meios despreparados para intervir na iniciativa privada ou na estatal. É o intervencionismo nas atividades públicas estatais. Já não bastam o Congresso, as Assembléias Legislativas, as Câmaras Municipais e o Tribunal de Contas? Agora pegam a turma do subúrbio e do bairro, fazem uma comissão e mandam fiscalizar também!? (**Palmas**) É este o tipo de democracia que V. Ex.<sup>as</sup> querem? Eu não desejo esse tipo de democracia, porque nele não acredito. O nobre Constituinte Lysâneas Maciel sabe disso muito bem, porque S. Ex.<sup>a</sup> pertence a um sistema de política governamental diferente do meu. S. Ex.<sup>a</sup> se engaja na política do mundo socialista. Não sou socialista.

**O SR. CONSTITUINTE LYSÂNEAS MACIEL:** — Isto é a democracia.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** — Não é democracia. Se fosse, no mundo socialista a imprensa e o povo seriam livres e não haveria o partido único, mas, sim, o pluripartidarismo. Estes que aqui falam em democracia, mas defendem o que o outro mundo pratica, — o mundo socialista — falam em pluripartidarismo. Mas lá só há o partido único. Falam em liberdade de iniciativa. Mas lá só existe a intervenção do Estado na iniciativa privada.

Como defendo algo diferente, não posso concordar com a obrigatoriedade de comunidades estranhas a essas atividades intervirem na estrutura dessa iniciativa, quer do Estado, quer da iniciativa privada. Portanto entendo que isto aqui é simplesmente uma excrescência a mais que se quer inserir na Constituição do Brasil.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** — Em votação O destaque n.º 7.878, do Constituinte Nelton Friedrich.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: do PMDB— Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Almir Gabriel, Artur da Távola, Carlos Mosconi, Celso Dourado, Cristina Tavares, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, José Fogaça, José Paulo Bisol, Mário Lima, Nelton Friedrich,

Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Severo Gomes, Sigmaringa Seixas, Virgildásio de Senna, Antonio Mariz, Chagas Rodrigues, Octávio Elísio, Rose de Freitas, Vicente Bogo e Vilson Souza. Do PDT — Lysâneas Maciel, Bocayuva Cunha e Luiz Salomão. Do PT — Luiz Inácio Lula da Silva Plínio Arruda Sampaio. Do PC do B — Haroldo Lima. Do PCB — Roberto Freire. Do PSB — Jamil Haddad. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: do PMDB — Alfredo Campos, Aluizio Campos, Bernardo Cabral Carlos Sant'Anna, Egídio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Ibsen Pinheiro, José Freire, José Ignácio Ferreira, José Rinha, José Ulisses de Oliveira, Manoel Moreira, Nelson Carneiro, Nilson Gibson, Pimenta da Veiga, Prisco Viana, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Rodrigues Palma, Wilson Martins, Albano Franco, Délio Braz, José Tavares, Marcos Lima. Do PFL— Alcení Guerra, Antonio Carlos Mendes Thame, Arnaldo Prieto, Carlos Chiarelli, Cristóvam Chiaradia, Edme Tavares, Eraldo Tinoco, Francisco Benjamim, Francisco Dornelles, Inocêncio Oliveira, José Jorge, José Lins, José Santana de Vasconcellos, Luís Eduardo, Marcondes Gadelha, Mário Assad, Oscar Corrêa, Osvaldo Coelho, Paulo Pimentel, Ricardo Fiuza, Sandra Cavalcanti, Enoc Vieira, Jonas Pinheiro, Ricardo Izar. Do PDS — Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Gerson Peres, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia, Virgílio Távora. Do PTB — Francisco Rosai, Gastone Righi e Ottomar Pinto. Do PL — Adolfo Oliveira. Do PDC — José Maria Eymael, Do PMB— Antonio Farias.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** — A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 32 Constituintes; votaram NÃO 60 Constituintes. Total: 92 votos. O Destaque foi **rejeitado**.

### III— SUSPENSÃO DA REUNIÃO

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** — A Presidência vai suspender os trabalhos, convocando os Senhores Constituintes para a continuação da presente reunião, amanhã, 28-9-87, às 9:00 horas.

Está suspensa a reunião.

#### EM 28 DE SETEMBRO DE 1987

Presidência dos Srs.: **Aluizio Campos**, Primeiro-Vice-Presidente; **Brandão Monteiro**, Segundo-Vice-Presidente.

### I — REABERTURA DA REUNIÃO

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** — Havendo número regimental, declaro reaberta a reunião.

### II— ORDEM DO DIA

#### VOTAÇÃO DO PROJETO DE CONSTITUIÇÃO

##### TITULO II (continuação)

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** — Vamos votar todos os destaques relacionados com o **caput** do art. 5.º

**Destaque n.º 216/87 da Sra Moema São Thiago— Emenda n.º ES-33.276-7, da Sra. Raquel Capiberibe e outros, "que modifica o art. 6º, § 1º do Substitutivo nº 1 (art. 5º "caput", do Substitutivo nº 2) ". (29.ª votação)**

O primeiro destaque, de n.º 00216, é referente à Emenda ES-33236/7: O destaque é da Deputada 'Constituinte Moema São Thiago, que propõe nova redação para o art. 5.º nos seguintes termos:

"Todos são iguais perante a Constituição, a lei e o Estado, sem distinção de qualquer natureza, independente de raça, cor ou sexo, procedência, religião."

O destaque está prejudicado pela ausência da proponente. A Mesa deseja comunicar que o tempo deve ser rigorosamente mantido a respeito do encaminhamento dos destaques. Cinco minutos para cada apoiador e cinco minutos para os que contestarem, no máximo quatro. A Mesa não permitirá mais questões de ordem sobre a mesma matéria. Falarão um Constituinte a favor e outro contra, para podermos acelerar os trabalhos.

Tem a palavra a Constituinte Cristina Tavares, para defender o destaque, indicada pela autora.

**A SRA. CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o destaque é da nobre Constituinte Moema São Thiago. Na verdade, o projeto tem uma autoria coletiva; a emenda é assinada pela Constituinte Raquel Capiberibe e apoiada por toda a Bancada feminina na Assembléia Nacional Constituinte. Na verdade, é singela a proposta que agora V. Ex.<sup>a</sup> vão decidir. Todos são iguais perante a lei. A realidade, a prática, a vida, a sociedade têm mostrado, durante todos estes anos, que, apesar da norma constitucional de que todos são iguais perante a lei, nem todos são iguais. Metade da população, que é composta de mulheres, sofre profunda discriminação, seja no Código Civil ou no Código Penal e até na Legislação Trabalhista.

A intenção da Bancada feminina na Assembléia Nacional Constituinte – que, repito, é de todos os Partidos políticos aqui representados – é enfatizar que homens e mulheres são iguais perante a lei.

Esperamos que V. Ex.<sup>a</sup> no momento de votar este destaque, tenham em mente o que desejamos, o que desejam as Representantes femininas na Assembléia Nacional Constituinte é enfatizar a igualdade de homens e de mulheres.

Era o que tinha a defender, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Muito obrigado, Constituinte Cristina Tavares.

Tem a palavra o Sr. Relator Substituto, Constituinte José Fogaça.

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – Gostaria de dizer que a Relatoria não teve nenhuma objeção de conteúdo a esta emenda, apenas considerou-a tecnicamente, como disse a nobre Constituinte Cristina Tavares, enfática, ou seja, repete, reproduz aquilo que já está dito no texto constitucional: a não distinção quanto à raça, credo, sexo, procedência ou religião. Ela também é redundante quando fala em Constituição, lei e Estado, porque a Constituição é a lei. Se todos são iguais perante a lei, são iguais, também, perante a Constituição.

Do ponto de vista meramente técnico, houve uma rejeição por parte da Relatoria.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Peço ao Sr. 1º-Secretário, faça a chamada para a votação do destaque.

O Sr. Constituinte que aprovar o destaque proposto responderá SIM, e o que votar contra dirá NAO.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: do PMDB – Abigail Faltosa, Ademir Andrade, Carlos Mosconi, Cid Carvalho, Cristina Tavares, Egídio Ferreira Lima, Haroldo Sabóia, José Paulo Bisol, Nelson Friedrich, Paulo Ramos, Raimundo Bezerra, Antonio Mariz, José Carlos Grecco, Octávio Elísio, Roberto Brant, Vilson Souza. Do PFL – Sandra Cavalcanti. Do PDT – Brandão Monteiro, José Maurício, Lysâneas Maciel. Do PTB – Gastone Righi e Joaquim Bevilacqua. Do PT – José Genoíno. Do PDC – Siqueira Campos. Do PC do B – Haroldo Lima. Do PCB – Roberto Freire. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: do PMDB – Aluizio Campos, Carlos Sant'Anna, Fernando Bezerra Coelho, Ibsen Pinheiro, João Calmon,

José Fogaça, José Geraldo, José Richa, José Ulisses de Oliveira, Nelson Jobim, Nilson Gibson, Oswaldo Lima Filho, Pimenta da Veiga, Severo Gomes, Theodoro Mendes, Virgildásio de Serena, Albano Franco, Délio Braz, Israel Pinheiro, José Tavares e Marcos Lima. Do PFL – Alcení Guerra, Christóvam Chiaradia, Edme Tavares, Eraldo Tinoco, Inocêncio Oliveira, José Lins, José Thomaz Nonô, Luis Eduardo, Mário Assad, Oscar Corrêa, Cleonânio Fonseca, João Menezes, Jonas Pinheiro, José Lourenço, Paes Landim. Do PDS – Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Gerson Pares, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia, Virgílio Távora. Do PL – Adolfo Oliveira.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram **SIM** 26 Constituintes; votaram **NÃO** 43 Constituintes. Total: 69 votos. O Destaque foi **prejudicado** por falta de **quorum** qualificado.

**O SR. CONSTITUINTE LUIZ HENRIQUE:** – Sr. Presidente, para um esclarecimento.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem a palavra o Constituinte Luiz Henrique.

**O SR. CONSTITUINTE LUIZ HENRIQUE:** – Sr. Presidente, ontem à tarde foi distribuída uma lista de destaques pela ordem em que naturalmente seriam votados. A emenda que acabamos de votar está bem abaixo dessa ordem e foi votada em primeiro lugar. Não assisti a um voto de preferência para esta emenda.

Quero saber se a ordem foi invertida ou se as emendas anteriores ficariam prejudicadas por alguma votação anterior, o que, acredito, não ocorreu.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A assessoria organizou uma nova lista, que deve ter sido distribuída aos Srs. Constituintes, e essa nova lista coloca em primeiro lugar o destaque que acaba de ser votado.

**Destaque n.º 2.099/87 – Emenda n.º 9 ES-29.758/9, do Sr. João Paulo, "que modifica o art. 6.º, "caput" do Substitutivo n.º 1 (art. 5.º, "caput", do Substitutivo n.º 3)". (30.ª votação)**

Vamos passar, agora, à votação do Destaque n.º 2.099, referente à Emenda n.º 29.758, de autoria do Constituinte João Paulo. A proposta de S. Ex.<sup>a</sup> para o **caput** do art. 5.º é a seguinte:

"Art. 5.º São direitos e liberdades individuais invioláveis:

I – a vida;

II – a existência digna; e

III – a integridade física e mental."

Tem a palavra o autor, para a defesa do seu destaque.

**O SR. CONSTITUINTE JOÃO PAULO:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, ontem, aqui, desta tribuna, o Senador José Richa preteriu a sua proposta, que dizia respeito à preservação da vida, em favor de outras propostas que, no meu entendimento, são secundarizadas diante desta.

Projeto de Constituição, no título que se refere aos Direitos Individuais, há de assegurar, primeiro e definitivamente, o direito à vida, o estabelecimento de condições próprias e proteção à dignidade da pessoa humana, como ponto de partida para a consolidação dos demais direitos; dessas decorrerão todas as demais exigências que dizem respeito aos direitos individuais e que são, portanto, primordiais.

A vida em nosso País sofre agressões inconcebíveis e que haverão de ser eliminadas: Preservá-las deve ser, pois ainda não é, o nosso maior dever. Milhares de compatriotas não sobrevivem ao primeiro ano de vida; outros sucumbem em seguida. A maioria vive na mais absoluta



miséria. Não se pode dizer sequer que isso traduz alguma qualidade de vida, devido a condições extremamente adversas existentes no nosso País. A grande maioria é absolutamente carente de tudo, vítima do modelo econômico Iníquo.

Ontem, a televisão projetava imagens dantescas e dramáticas; nossos companheiros aposentados, e que hoje deverão chegar a Brasília, expunham publicamente as suas dificuldades. Pessoas que trabalharam 30, 35, ou 40 anos, hoje sequer podem sobreviver. Muitos não encontram trabalho e morrem, muitas vezes, em função disto. A maioria dos que trabalham sucumbem em razão das condições extremamente adversas e desumanas em que ele se realiza.

Vivemos numa sociedade insana, fundada na repressão e na exploração extrema do trabalho humano. O medo, a agressividade, a violência são fatores básicos na formação da personalidade do cidadão, se podemos qualificá-lo como tal, porque somente uma minoria privilegiada goza dos direitos civis e políticos. O ambiente social sofre uma deterioração inimaginável e essa insanidade chega a tal ponto que leva muitos à conclusão de que a pena de morte é a solução para a insanidade atual em que vivemos.

Portanto, oferecer condições para que a existência seja digna é um dever do Estado. Devemos reconhecer esses direitos como invioláveis e fundamentais a qualquer comunidade, à paz e à justiça.

A proposta: no **caput** do art. conste o seguinte.

"São direitos e liberdades individuais invioláveis:

I – a vida;

II – a existência digna; e

III – a integridade física e mental."

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Não havendo oradores inscritos para defesa ou posição contrária à emenda, passamos à votação.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – (Fora do microfone) – O Relator deve falar, para orientar o Plenário.

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – Sr. Presidente, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – O Relator não é obrigado a falar sobre o assunto. Fala se quiser, não é obrigado.

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – A relatoria não tem objeção a este texto. Contudo, a posição do Relator Substituto é ficar com o texto do Relator.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – É esta a reposição do Relator: prefere o texto do projeto.

Em votação.

**O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem a palavra o Constituinte Antônio Carlos Konder Reis, pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS:** – Sr. Presidente, pela exposição do Autor do Destaque da Emenda nº 29.758, ora em votação, o plenário vai votar apenas sobre a proposta da modificação do **caput**, mas a emenda inclui duas alíneas: alíneas **a** e **b**.

Consulto a V. Ex.<sup>a</sup> se somos chamados a votar a emenda no seu todo ou apenas a proposta que foi objeto da exposição do Relator, isto é, o **caput** da emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A Mesa informa que será votada apenas a parte referente ao **caput**, que termina com a palavra "mental":

"São direitos e liberdades individuais invioláveis:

I – a vida;

II – a existência digna; e

III – a integridade física e mental."

As outras são prejudicadas, porque não se referem ao

**caput.**

**O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO CARLOS KONDER**

**REIS:** – Obrigado a V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Solicito ao Sr. 1º-Secretário faça a chamada para a votação.

(Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Srs. Constituintes: Carlos Mosconi, José Richa, Oswaldo Lima Filho, Sigmaringa Seixas, Antonio Mariz, Délio Braz, Michel Temer, Octávio Elísio, Roberto Brant, Cristóvam Chiaradia, Edme Tavares, Oscar Corrêa, Sandra Cavalcanti, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Brandão Monteiro, José Maurício, Lysâneas Maciel, Plínio Arruda Sampaio, Adolfo Oliveira, José Maria Eymael, Haroldo Lima e Jamil Haddad. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Aluizio Campos, Arthur da Távola, Bernardo Cabral, Carlos Sant'Anna, Celso Dourado, Cristina Tavares, Fernando Bezerra Coelho, Haroldo Sabóia, Ibsen Pinheiro, João Calmon, José Fogaça, José Freire, José Geraldo, José Ulisses de Oliveira, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nelton Friedrich, Nilson Gibson, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Prisco Viana, Raimundo Bezerra, Severo Gomes, Theodoro Mendes, Virgildásio de Senna Wilson Martins, Albano Franco, José Carlos Grecco, José Tavares Marcos Lima, Miro Teixeira, Uldurico Pinto, Vilson Souza, Alcení Guerra, Eraldo Tinoco, Francisco Dornelles, Inocêncio Oliveira, José Jorge, José Lins, José Thomaz Nonô, Luís Eduardo, Mário Assad, Paulo Pimentel, Cleonânio Fonseca, Enoc Vieira, Paes Landim, Gerson Peres Jarbas Passarinho, José Luiz Mala, Virgílio Távora, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, José Genoíno, Roberto Freire e Antônio Farias.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 24 Constituintes; votaram NÃO 56 Constituintes. Total: 80 votos. O Destaque foi **rejeitado**.

Passa-se, agora, à votação do Destaque nº 2.885, de autoria do nobre Constituinte José Thomaz Nonô, referente à Emenda n.º 24.475, do Constituinte Joaquim Francisco.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ THOMAZ NONÔ:** – Sr. Presidente, o texto proposto pelo Substitutivo é bem superior à emenda do nobre Constituinte Joaquim Francisco, que tive a honra de destacar. Por isso, desisto.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Retirado o destaque.

Passa-se, agora, à votação do Destaque n.º 4.759, requerido pelo ilustre Constituinte Maurício Fruet, referente à Emenda n.º 27.814. **(Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup> não está presente.

Está prejudicado o destaque.

Passa-se, agora, à votação do Destaque nº 59.029, de autoria do Sr. Constituinte Nestor Duarte, que se refere à Emenda nº 32.371 **(Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup> encontra-se ausente.

O destaque está prejudicado.

**Destaque n.º 5.923/87–Emenda n.º ES-28524-6, do Sr. José Mendonça de Moraes "que modifica o art. 6º "caput" do Substitutivo nº 1 (art. 5º, "caput", do Substitutivo nº 2)". (31.ª votação)**

Passa-se agora, à votação do Destaque nº 5.923/87, relativo à Emenda nº 28.524.

Tem a palavra o Constituinte José Mendonça de Moraes, para defender o destaque.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ MENDONÇA DE MORAES:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, inicialmente, quero lamentar o resultado da votação da emenda proposta pelo Constituinte João Paulo, do PT, porque a minha emenda defende também a vida, como a emenda do Constituinte João Paulo visava a defender.

Todo país tem a sua Lei Maior, a sua Constituição, buscando a defesa da vida em primeiro lugar. Primeiro se vive, para depois filosofar, para depois politizar, etc. **Primum vivere deinde philosophari**, já diziam os latinos e os teólogos.

Chamo a atenção dos Srs. Membros da Constituinte desta Comissão de Sistematização pelo que vou dizer agora, sustentando a minha emenda, que nada mais é do que a repetição do art. 6º do primeiro Substitutivo apresentado pelo Sr. Relator, acrescentando, única e exclusivamente, a expressão "desde a concepção até a morte natural".

Entendo, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, que o texto do primeiro substitutivo apresentado pelo Sr. Relator, no que se refere aos direitos individuais, ficou muito melhor do que o segundo substitutivo apresentado, porque no segundo substitutivo lamentavelmente não encontrei, em momento algum, defesa da vida, a não ser da inviolabilidade da vida privada, mas da vida como vida, seja pública, seja privada, seja de que tipo for, não há defesa no texto apresentado para nossa Constituição, principalmente naquilo que o povo quer; o povo quer primeiro viver.

A luta das esquerdas, segundo ouvimos aqui, é pela vida digna do povo, e na hora de defender o direito à vida, mesmo que indigna, mas o direito à vida, negam. Uma incongruência, uma contradição flagrante entre a tese e a vida, a existência e a prática da tese.

A minha emenda, Sr. Presidente, está redigida nos seguintes termos:

"A Constituição assegura aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade dos direitos humanos concernentes à vida, desde a concepção até à morte natural, concernentes à integridade física e mental, à liberdade, à segurança e à propriedade."

Sr. Presidente e Srs. Constituintes, toda a Constituição revela e consolida qual o grau de maturidade dos Representantes de seu povo, na defesa dos direitos naturais e humanos do homem. Todos nós temos consciência do que é direito natural de todo ser humano; o primeiro, o mais importante de todos os direitos é o direito à vida, desde quando ela começa até quando termina.

No atual projeto de Constituição não se encontra expressa a proteção constitucional à vida, como constava no primeiro Substitutivo do Sr. Relator, que é um homem por natureza jurista, defensor do direito e da ordem jurídica institucionalizada, desde o respeito ao direito natural até às normas e convenções estabelecidas por legisladores.

Não estou inovando nada, estou, sim, defendendo o direito à vida daqueles que mais precisam de defesa: os nascituros e os terminais.

Estou do lado dos fracos, daqueles que, imobilizados ou no útero de sua mãe, ou pelos rigores da doença irrecuperável, não têm meios de se defender contra os agressores impiedosos que lhes querem tirar a vida, o dom mais precioso de todo o ser vivo.

Peço encarecidamente, Sr. Presidente, a homens e mulheres Representantes do povo brasileiro não permitam que se mate, em nome da lei, indefesos e inocentes nascituros ou terminais.

Sou contra a violência da pena de morte contra inocentes, contra indefesos, como são os nascituros e os terminais.

Peço ainda, Srs. Constituintes, que sejam assegurada a inviolabilidade dos direitos à integridade física e mental do ser humano.

É importante que pensemos antes de emitir o nosso voto! O povo está de olho nas nossas decisões, nos nossos votos, nas nossas posições! Defender a integridade física e mental é aquilo por que sempre lutamos durante o período revolucionário, contra a tortura, contra o terrorismo, porque sempre violam a integridade física e mental do ser humano.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – O tempo de V. Ex.<sup>a</sup> está esgotado. Peço-lhe a fineza de concluir.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ MENDONÇA DE MORAES:** – Estou terminando e peço a V. Ex.<sup>a</sup> um pouco de tolerância.

A inviolabilidade da liberdade precisa ser manifesta, o que não está no texto, ainda. E a nossa segurança? Temos o direito, direito concernente à segurança, à segurança do ser humano.

Depois, o tema "propriedade", direito que todos buscamos exercer. Todo mundo busca realizar-se tendo coisas, e como se vai ter coisas se não se tem direito à propriedade? Então, é necessário que tenhamos garantido na Constituição esse direito fundamental, concernente à vida, à integridade física e mental, à segurança, à liberdade e à propriedade.

Peço aos Srs. Membros desta Comissão votem pela vida, votem por esses direitos.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Peço um esclarecimento a V. Ex.<sup>a</sup>

V. Ex.<sup>a</sup> leu "integridade física e mental". O texto da emenda apresentada à Mesa fala em integridade física e moral. Qual é o certo?

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ MENDONÇA DE MORAES:** – Quero ficar com o Cabral I; a integridade física mental...

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – V. Ex.<sup>a</sup> subscreveu a emenda falando em integridade física e moral.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ MENDONÇA DE MORAES:** – Vou ler o texto: Permanece o termo "moral".

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Então, o termo da emenda é o seguinte:

A Constituição assegura a brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade dos direitos concernentes à vida, desde a concepção até à morte natural, à integridade física e moral, à liberdade, à segurança e à propriedade."

Tem a palavra a Constituinte Abigail Feitosa, para se pronunciar contra.

**A SRA. CONSTITUINTE ABIGAIL FEITOSA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, como médica ginecologista e obstetra há 30 anos, tenho direito de ser contra o aborto.

Sr. Presidente e Srs. Constituintes, esta emenda do Constituinte José Mendonça de Moraes, quando S. Ex.<sup>a</sup> coloca que "a Constituição assegura a brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade dos direitos concernentes à vida, desde a concepção até à morte natural à integridade física e moral, à liberdade, à segurança e à propriedade", fica muito difícil de ser aprovada.

Sou contra, porque a legislação atual já faculta às mulheres o direito de abortamento pelo estupro e nos casos em que corre perigo de vida a mãe. Vivemos numa sociedade violenta e é impossível obrigar uma mulher que foi violentada sexualmente a engravidar e ter um filho de uma pessoa que ela não sabe quem é, de uma pessoa com

quem não tenha a mínima ligação. Se cada um dos Constituintes colocar a questão como se fosse a sua filha, como se fosse a sua esposa, como se fosse uma pessoa sua, então, verá que o raciocínio que levanto está correto. Uma mulher que já está com câncer, uma mulher que tem que fazer uma cirurgia e tem de se submeter a tratamentos abrasivos, é impossível obrigá-la a ter um filho e deixar que essa doença fique num grau mais difícil de defesa da vida da mãe.

Portanto, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, gostaria que os Constituintes aqui presentes pensassem bem. Claro que defendo a vida; defendo a vida como uma obrigação do Estado em dar salário justo ao trabalhador. É acabar com o arrocho salarial, para que não se vejam por aí, por exemplo, os previdenciários em greve, porque querem melhoria de salário; 700 mil bancários amanhã entrarão em greve, porque os banqueiros que faturam fortunas são irredutíveis na melhoria salarial dos bancários. Assistimos neste País, a vida toda, à concentração de renda. Hoje, os que defendem essa concentração de renda defendem também que se tenha o direito à vida desde a concepção.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Estamos com orador na tribuna, e encarecemos aos nobres Membros da Comissão que tomem os seus lugares, para que não haja perturbação nos trabalhos. Encareço ao Constituinte Roberto Freire para tomar o seu lugar e escutar a oradora. Continua com a palavra a Constituinte Abigail Feitosa.

**A SRA. CONSTITUINTE ABIGAIL FEITOSA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, essa questão já foi discutida ontem aqui. Vários Parlamentares se posicionaram. Não podemos fazer com que a sociedade brasileira dê um passo atrás, obrigando as mulheres estupradas a ter filhos de pessoas que elas não sabem quem são, de maníacos, de doentes mentais ou de pessoas perversas com as quais não têm qualquer ligação. Que fim terá esse menino gerado no ódio? Impossível, Sr. Presidente.

Defendemos a rejeição desta emenda por contrariar, inclusive, toda uma luta que as mulheres vêm sustentando, neste período, de manter a questão do aborto como direito no estupro e quando a vida corre perigo para a mãe. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem a palavra o Constituinte José Mendonça de Moraes.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ MENDONÇA DE MORAES:** – Sr. Presidente, atendendo a algumas solicitações de Companheiros, quero consultar a Mesa se, dentro do Regimento, tenho direito e faculdade constitucional de desistir de alguma palavra da minha emenda para encaminhamento da votação. Quem pode o mais, pode o menos. Se posso pedir para aprovar, posso desistir de parte de minha emenda; se posso desistir dela toda, posso desistir de parte dela. É a lógica do raciocínio que temos que acatar. Quem pode o mais, pode o menos. Se o Regimento me permite desistir do destaque, pode permitir-me de desistir de parte dele.

Respondida a minha questão de ordem, conforme a decisão, quero fazer uso novamente da palavra.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Ontem a Mesa já indeferiu uma questão semelhante, em relação ao nobre Constituinte Plínio Arruda Sampaio.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ MENDONÇA DE MORAES:** – Que não tem nada a ver com a minha questão.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – De maneira que V. Ex.<sup>a</sup> poderá posteriormente dela tratar na redação final, quando o Relator for tomar qualquer providência neste sentido.

Está encerrada a matéria.

Com a palavra o Constituinte Gerson Peres, para se pronunciar a favor da emenda.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, estamos discutindo Capítulo

dos Direitos e Liberdades Fundamentais. Portanto, quero lembrar aos Colegas que aqui não estamos discutindo o aborto, estamos discutindo o direito fundamental à vida. Nada de aborto! Portanto, quero deixar aqui um argumento inspirado numa colocação feita, ontem pelo meu eminente Colega de Bancada, Constituinte Antônio Carlos Konder Reis. O aborto pode ser praticado em legítima defesa da vida da mãe e em legítima defesa da honra da mulher.

Respondo, neste segundo caso, à ilustre Parlamentar que me antecedeu. Se a mulher for estuprada, em legítima defesa da sua honra ela pode praticar o aborto. Hoje o Código Penal prevê essa situação. Ao garantir a vida do cidadão desde a concepção, porque não podemos negar a inexistência da vida no período da concepção, ela existe de fato, não estamos excluindo a legítima defesa que a própria Constituição garante quando o cidadão mata, quando o cidadão tira a vida de outro cidadão. Ora, se a Constituição me garante matar em legítima defesa, claro que o direito fundamental à vida tem que emanar do momento da concepção. Não vejo aqui nenhuma contradição entre poder garantir a legítima defesa da honra da mulher ao garantir o aborto, não vejo aqui nenhuma contradição quando a Constituição declara que garante a vida do cidadão desde a concepção, mesmo porque a Constituição não pode ser "mentirosa", não pode mentir, nem à ciência nem a nós mesmos. A vida começa desde a concepção. Daí o Estado tem que protegê-la, mas a lei orgânica pode, diante da garantia desse direito fundamental, estabelecer regras para garantias posteriores a esse direito, no que diz respeito à legítima defesa.

Portanto, Srs. Constituintes, vamos votar, vamos pensar que devemos votar garantindo a vida desde a concepção, pois não estamos excluindo daí o direito à legítima defesa da própria vida.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem a palavra o Constituinte Pimenta da Veiga, para se pronunciar contra.

**O SR. CONSTITUINTE JOÃO PAULO:** – Questão de Ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – V. Ex.<sup>a</sup> apresenta a questão de ordem depois do pronunciamento do Constituinte Pimenta da Veiga.

**O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA:** – Sr. Presidente, antes de fazer uso da palavra, gostaria de indagar de V. Ex.<sup>a</sup> se essa emenda que está sendo discutida é aditiva ou substitutiva.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – É uma emenda substitutiva do *caput*.

**O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA:** – Sendo assim, quero renovar os argumentos que apresentei na tribuna, quando me coloquei contra a proposta do Constituinte José Richa, por entender que esta, por mais razão ainda, leva-me a votar contra. Ela torna, como disse ontem, uma norma inflexível, a proibição do aborto em qualquer momento, de qualquer modo, inclusive as exceções que hoje constam da legislação brasileira, contra estupro gravidez de alto risco etc.

Repito, não sou a favor do aborto, ao contrário, sou contra o aborto, mas, nesses casos previstos na legislação brasileira, essas exceções, penso, devem ser mantidas. E penso mais, como disse ontem, esta não é uma norma constitucional, deve ser apenas motivo de uma lei ordinária, e mesmo, neste caso, certamente deve merecer uma consulta plebiscitária, se não houvesse todos esses argumentos, ainda assim seria contra a proposta, porque tenho para mim que um dos objetivos que devemos alcançar é que a Constituição seja conhecida dos cidadãos que estão obrigados a respeitá-la. Este deve ser um dos nossos objetivos fundamentais. Por isto devemos buscar uma

Constituição concisa, por isto devemos buscar um texto enxuto.

Não há dúvida de que um dos artigos constitucionais mais conhecidos dos brasileiros é exatamente este, que está praticamente repetido no texto do eminente Relator Bernardo Cabral: "Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza". Não vejo como fazer-se uma nova Constituição sem este preceito. É fundamental que ele exista. Por isso tive o cuidado de indagar antes à Mesa se esta era uma emenda aditiva ou substitutiva. Se fosse uma emenda aditiva, ainda assim, pela lesão às exceções que devem constar da hipótese do aborto, ainda assim ficaríamos contra. Mas, se o autor desistisse dessa parte, poderia ter o nosso apoio. No entanto, como ela é uma emenda substitutiva, de nenhum modo pode ter o nosso apoio.

Por estas razões, votarei contra a proposta em exame.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Vamos passar à votação do destaque.

Peço ao Sr. 1º-Secretário faça a chamada dos Srs. Constituintes.

Antes, porém, esclareço ao nobre Autor da emenda que, embora S. Ex.<sup>a</sup> a tenha denominado de aditiva, a emenda é substancialmente substitutiva, porque modifica o texto integral do **caput** do artigo.

Tem a palavra o Relator, na pessoa do Constituinte José Fogaça.

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – Ontem a Relatoria já se pronunciou a respeito de um texto semelhante, dizendo que há duas objeções em relação a esta proposta. A primeira objeção é de conteúdo, porque eleva o direito de propriedade ao mesmo nível do direito à vida.

Esta é uma objeção de mérito, feita pela relatoria.

A objeção técnica é a de que as questões relativas ao aborto e à pena de morte devem ser remetidas à lei ordinária, porque este é o consenso construído dentro desta Assembléia Nacional Constituinte. É por isso que o Relator-Geral é contra a aprovação desta emenda, apesar de a posição do Relator-Geral não ser a mesma do Relator-Substituto, e, neste caso, ser contrária à prática do aborto.

Quanto ao outro argumento levantado pelo Constituinte José Mendonça de Moraes, o Relator Bernardo Cabral, mais de uma vez, se pronunciou contrário à inserção no texto constitucional desta matéria relativa ao direito à vida, porque os civilistas, já desde o início do século, entendem que esta matéria deve ficar no Código Civil e não na Constituição.

Por isso, o parecer do Relator é contrário.

**O SR. CONSTITUINTE OSCAR CORRÊA:** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Os Srs. Constituintes que são a favor votarão SIM, os que forem contra votarão NÃO.

Não há mais questão de ordem sobre a matéria. Estamos iniciando a votação.

**O SR. CONSTITUINTE OSCAR CORRÊA:** – É fundamental esta questão de ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Estamos em votação, não há mais questão de ordem. Peço a V. Ex.<sup>a</sup> apresente a sua questão de ordem após a votação.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Srs. Constituintes: José Geraldo, José Richa, Renato Vianna, Theodoro Mendes, Arnaldo Prieto, Christóvam Chiaradia, Edme Tavares, Francisco Dornelles, José Lins, Osvaldo Coelho, Sandra Cavalcanti, Jonas Pinheiro, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Gerson Peres, Jarbas Passarinho e Virgílio Távora. Votaram **NÃO** os seguintes Srs. Constituintes:

Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Aluizio Campos, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Carlos Mosconi, Carlos Sant'Anna, Celso Dourado, Cristina Tavares, Egídio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, Ibsen Pinheiro, João Calmon, José Fogaça, José Freire, José Ignácio Ferreira, José Paulo Bisol, José Serra, José Ulisses de Oliveira, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nilton Friedrich, Nilson Gibson, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Prisco Viana, Raimundo Bezerra, Severo Gomes, Sigmaringa Seixas, Virgildásio de Senna, Wilson Martins, Albano Franco, Antonio Mariz, Délio Braz, José Tavares, Marcos Lima, Miro Teixeira, Octávio Elísio, Rose de Freitas, Vicente Bogo, Alcení Guerra, Eraldo Tinoco, José Jorge, José Thomaz Nonô, Luís Eduardo, Marcondes Gadelha, Mário Assad, Oscar Corrêa, Paulo Pimentel, Cleonânio Fonseca, José Tinoco, Paes Landim, Ricardo Izar, José Luiz Maia, Brandão Monteiro, José Maurício, Bocayuva Cunha, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Plínio Arruda Sampaio, José Genoíno, José Maria Eymael, Haroldo Lima, Roberto Freire, Jamil Haddad, Antonio Farias.

#### DECLARAÇÃO DE VOTO

EMENDA Nº ES-28524-6

"Voto NÃO pelas seguintes razões:

Os direitos do nascituro devem ser objeto de legislação infraconstitucional.

Coloco-me, todavia, desde já, contrário ao aborto em tese, admitindo apenas os casos especialíssimos, como o aborto terapêutico e para interromper gravidez proveniente de estupro.

Brasília, 28 de setembro de 1987. – **José Maria Eymael.**

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 17 Constituintes; votaram NÃO 70 Constituintes: ABSTEVE-SE de votar 1 Constituinte. Total: 88 votos. O Destaque foi **rejeitado**. Declaração de voto do Senhor Constituinte José Maria Eymael."

Vamos passar ao Destaque nº 6.054, referente à Emenda nº 3.103, de autoria da Deputada Constituinte Anna Maria Rattes.

S. Ex.<sup>a</sup> está ausente.

Fica prejudicado o destaque.

Passa-se ao Destaque nº 6.375, referente à Emenda nº 26.980, de autoria do Deputado Constituinte Valter Pereira.

S. Ex.<sup>a</sup> está ausente.

Fica prejudicado o destaque.

Passa-se ao Destaque nº 3.640, referente à Emenda nº 28.412, de autoria do Deputado Constituinte José Camargo.

S. Ex.<sup>a</sup> está ausente.

Fica prejudicado o destaque.

A Mesa havia antes comunicado que a votação seria limitada ao **caput** do artigo, mas verificamos que, em relação ao § 1º, não há praticamente contradições. Por isso, vamos avançar, votando o § 1º

Destaque nº 8.204, requerido pelo Sr. Constituinte Luís Eduardo, referente à Emenda nº 30.495.

Tem a palavra o Constituinte Luís Eduardo.

**O SR. CONSTITUINTE LUÍS EDUARDO:** – Desisto, Sr. Presidente, em função de o Sr. Relator haver acolhido.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – S. Ex.<sup>a</sup> retira o destaque.

Destaque nº 2.018, referente à Emenda nº 20.043, de autoria do Sr. Constituinte Eduardo Jorge.

**O SR. CONSTITUINTE EDUARDO JORGE:** – Retiro a emenda, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Retirado o destaque.

Destaque nº 4.472, do Sr. Constituinte José Egreja, à Emenda nº 29.332.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ EGREJA:** – Retiro o destaque.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Retirado o destaque.

Destaque nº 6.395, requerido pelo Constituinte Valter Pereira, que não está presente.

Prejudicado o destaque.

Destaque requerido pelo Constituinte José Thomaz Nonô.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ THOMAZ NONÔ:** – Retiro-o. O destaque já foi acolhido.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Retirado o destaque. Votação do Destaque nº 5.220, requerido pelo Constituinte Nestor Duarte, referente à Emenda nº 32.371.

Já foi acolhido.

Destaque do Constituinte Osvaldo Coelho, referente à Emenda nº 30.239.

**O SR. CONSTITUINTE OSVALDO COELHO:** – Retiro o destaque.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Retirado o destaque.

Está mantido o § 1º, nos termos do Projeto do Substitutivo nº 2.

Passamos, agora, ao § 2º

Há um requerimento meu de preferência para o destaque do art. 2º. Como é só relativa à retirada de uma palavra que já foi excluída do Título do Capítulo, considero a emenda de redação e retiro o destaque.

**Destaque nº 5.737/87 – Emenda nº ES-30.678/2, do Sr. Carlos Alberto Caó, "que modifica o art. 6º, § 5º do Substitutivo nº 1 (art. 5º, § 2º do Substitutivo nº 2" (32ª votação)**

Destaque nº 5.737 referente à Emenda nº 30.678, do Constituinte Carlos Alberto Caó.

S. Ex.<sup>a</sup> não está presente.

A Mesa adverte os Membros da Comissão de Sistematização que, a partir da próxima reunião, só aceitaremos substituição por indicação escrita dos respectivos autores do destaque.

Tem a palavra o Sr. Constituinte Bocayuva Cunha, para defender o seu destaque.

**O SR. CONSTITUINTE BOCAYUVA CUNHA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes. Inicialmente, agradeço a V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Presidente, por ter mantido até agora essa tradição de me permitir, na ausência do nobre Constituinte Carlos Alberto Caó – aliás, tenho a impressão de que fui eu até o autor do destaque a pedido desse Constituinte.

Esta emenda que vou ler para os Srs. Constituintes, é como V. Ex.<sup>a</sup> disse, aditiva. Ela diz o seguinte:

"A lei punirá, como crime inafiançável, qualquer discriminação atentatória aos direitos e liberdades fundamentais, sendo formas de discriminação, entre outras: subestimar, estereotipar ou degradar grupos étnicos, raciais ou de cor, ou pessoas a ele pertencentes por atos ou palavras, individualmente proferidos, imagens ou representações através de qualquer meio de comunicação de massa."

S. Ex.<sup>a</sup> justifica, dizendo:

Mais da metade da população brasileira é constituída de negros ou descendentes de negros. Apesar disto, ainda impera no País, cem anos após a Abolição, a discriminação ostensiva ou velada. A experiência histórica, com a punição da discriminação, desde a chamada Lei Afonso Arinos, tem-se mostrado insuficiente para tutela da garantia constitucional, de que não haverá discriminação racial. Urge tornar o crime da discriminação racial inafiançável, para evitar a impunidade de seus autores.

Como se vê, é a reafirmação, através da Constituição, que este é um crime odioso, que temos o dever de proteger todos aqueles que constituem a maioria oprimida desta Nação, que são os descendentes da raça negra.

Peço, portanto, aos nobres Constituintes aqui presentes votem favoravelmente a esta emenda do meu eminente colega Carlos Alberto Caó.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem a palavra o Constituinte José Thomaz Nonô, para se pronunciar contra.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ THOMAZ NONÔ:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, é absolutamente justificável o interesse do nobre Constituinte Carlos Alberto Caó e de outros Companheiros com os problemas de segregação racial. Parece-me, entretanto, que S. Ex.<sup>a</sup>, o Relator, no seu Substitutivo e nas disposições que já foram aprovadas neste Plenário, na sessão de anteontem, deixou clara sua intenção no sentido de explicitar todo o repúdio da sociedade brasileira a qualquer tipo de prática discriminatória.

Com todo o respeito ao brilho, à competência e às contribuições positivas trazidas por S. Ex.<sup>a</sup>, o Constituinte Carlos Alberto Caó, ao debate nesta Casa, a emenda em tela é tecnicamente imprecisa, uma vez que é uma questão de inafiançabilidade de crime, e não me parece de boa colocação a nível de texto constitucional.

Além disto, quanto à espécie, quanto à tese da punição à sonegação racial, parece-me que a Constituição, na forma sugerida pelo Substitutivo, já exauriu a questão. Assim sendo, optando, evidentemente, pela redação abrangente, somos pela improcedência, pela rejeição desta emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Não havendo mais inscritos para apoio da emenda, concedo a palavra ao Constituinte Gastone Righi, que se pronunciará contra.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, apenas um minuto, para declarar que evidentemente, a posição de todos os Srs. Constituintes é contrária à discriminação. Nada recebeu voto mais unânime nesta Casa do que o **Apartheid**. Foi elevada à condição de crime a discriminação. Colocamos, desde o preâmbulo, até artigos e alíneas de artigos, prescrição da condenação em relação aos preconceitos raciais.

No entanto, agora, o ilustre Constituinte Carlos Alberto Caó pretende uma emenda que não faz isto, condena outra coisa, condena a liberdade de expressão, condena a arte e o poder de criação, condena aqueles que venham a estereotipar, venham a reproduzir imagens que possam ser consideradas como censuráveis em relação à etnia, à raça etc., ou seja, S. Ex.<sup>a</sup> pretende que Grande Otelo perca seu emprego, assim como João Soares e tantos outros nossos humoristas que se valem, às vezes, de aspectos que não estão no cerne da questão do preconceito, que dizem respeito à imagem como um sentido crítico, como diversão, para colocar dentro da Constituição uma condenação ao desenvolvimento artístico ou ao poder criativo.

É evidente que não podemos aprovar um dispositivo desta natureza. Uma coisa é o princípio, e ele já está inscrito; outra coisa é o excesso, que nos leva a medidas extremas, que acabam cerceando a liberdade de criação e de expressão.

Portanto, entendemos que deve ser repelida a emenda, porque o texto constitucional aprovado já contempla a condenação absoluta a todo e qualquer preconceito ou discriminação racial.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Vamos, então, passar à votação.

Em votação.

Os que votarem a favor da emenda dizem SIM; os que votarem contra dizem NÃO.

Encareço ao Constituinte José Fogaça a gentileza de fazer a chamada.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: do PMDB – Fernando Gasparian, Renato Vianna, Sigmaringa Seixas, Virgildásio de Senna, Roberto Brant. Do PFL – Alcení Guerra, Sandra Cavalcanti. Do PDS – Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Jarbas Passarinho. Do PDT – Brandão Monteiro, José Maurício, Bocayuva Cunha. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: do PMDB – Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Aluizio Campos, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Carlos Mosconi, Celso Dourado, Cristina Tavares, Egídio Ferreira Lima, Fernando Lyra, Haroldo Sabóia, Ibsen Pinheiro, João Calmon, José Fogaça, José Freire, José Ignácio Ferreira, José Paulo Bisol, José Richa, José Serra, José Ulisses de Oliveira, Mário Lima, Nelson Carneiro, Nelton Friedrich, Nilson Gibson, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Prisco Viana, Severo Gomes, Theodoro Mendes, Wilson Martins, Antonio Mariz, Délio Braz, João Natal, José Carlos Grecco, José Tavares, Marcos Lima, Michel Temer, Octávio Elísio, Rose de Freitas, Uldurico Pinto, Vicente Bogo, Vilson Souza. Do PFL – Arnaldo Prieto, Edme Tavares, Eraldo Tinoco, Francisco Dornelles, José Jorge, José Lins, José Santana de Vasconcellos, José Thomaz Nonô, Luís Eduardo, Marcondes Gadelha, Mário Assad, Oscar Corrêa, Osvaldo Coelho, Paulo Pimentel, Ricardo Fiúza, Cleonânio Fonseca, Jonas Pinheiro, José Tinoco, Paes Landim, Ricardo Izar. Do PDS – Gerson Pares, José Luiz Maia, Virgílio Távora. Do PTB – Francisco Rossi, Gastone Righi. Do PT – Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio. Do PL – Adolfo Oliveira. Do PC do B – Haroldo Lima. Do PCB – Roberto Freire. Do PSB – Jamil Haddad.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 13 Constituintes; votaram NÃO 74 Constituintes. Total: 87 votos. O Destaque foi **rejeitado**.

Passaremos à votação do Destaque nº 224, requerido pela Constituinte Moema São Thiago, que se encontra ausente.

Prejudicado. O destaque.

Vamos ao Destaque nº 282, do Constituinte Vivaldo Barbosa, referente à Emenda nº 34.586.

A proposição é a seguinte:

"A lei punirá, administrativa e criminalmente, qualquer discriminação."

Com a palavra o Autor do destaque.

**O SR. CONSTITUINTE VIVALDO BARBOSA:** Sr. Presidente, desisto do destaque.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Retirado o destaque.

Destaque nº 1.519, da Constituinte Benedita da Silva.

S. Ex.<sup>a</sup> retira o destaque.

Prejudicado.

Destaque nº 3.228, do Constituinte Fernando Cunha. S. Ex.<sup>a</sup> está ausente.

Prejudicado.

Destaque do Constituinte Luiz Salomão, referente à Emenda nº 23.921, do próprio autor já acolhida.

Destaque nº 2.235, do Constituinte Vitor Buaiz. S. Ex.<sup>a</sup> está ausente.

Prejudicado.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ THOMAZ NONÔ:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – V. Ex.<sup>a</sup> tem a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ THOMAZ NONÔ:** – Estamos constatando pela leitura da pauta, que há uma série de emendas que já foram acolhidas. Na certa os destaques foram oferecidos simplesmente na presunção de que poderiam ou não ser acolhidos. Os autores não atentaram para o acolhimento pelo Relator.

Gostaria de propor à Mesa, ouvido o Plenário, que todos esses destaques que constam como já acolhidos não fossem submetidos à votação, para não perdemos mais tempo.

**O SR. CONSTITUINTE ALDO ARANTES:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Com a palavra o Constituinte Aldo Arantes, para uma questão de ordem.

**O SR. CONSTITUINTE ALDO ARANTES:** – Sr. Presidente, não há como aplicar essa norma desta maneira. O PC do B apresentou várias emendas, que foram tidas pelo relator como incorporadas e na nossa opinião, não foram incorporadas. Deve ficar a critério do autor do destaque retirar ou não. Não dá para retirar automaticamente.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A Mesa vai tomar providências para que a Secretaria organize a prejudicialidade, mas não podemos deixar de pôr em votação os destaques, a não ser que haja desistência do autor.

Está deferida a questão de ordem de V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. CONSTITUINTE LUIZ SALOMÃO:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Com a palavra o Constituinte Luiz Salomão, para uma questão de ordem.

**O SR. CONSTITUINTE LUIZ SALOMÃO:** – Gostaria de que esta questão fosse devidamente esclarecida, porque a Secretaria da Mesa deu como acolhida uma emenda minha que efetivamente não foi. Vou retirá-la de votação, porque já foi discutida aqui a questão da orientação sexual. Prefiro que seja retirado por questões políticas, porque sei que não vai passar em Plenário. Agora, dizer que foi acolhida, isto não foi.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Destaque nº 2.485, do Constituinte Nelson Wedekin, sobre a Emenda nº 22.864.

Com a palavra o Constituinte Nelson Wedekin.

(Pausa)

Ausente.

Está prejudicado.

Destaque nº 2.682, do Constituinte Nelson Friedrich, referente à Emenda nº 29.571.

**O SR. CONSTITUINTE NELTON FRIEDRICH:** – Retiro o destaque.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Destaque do Constituinte Joaquim Bevilacqua.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ THOMAZ NONO** – Retiro.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos)**n – Destaque do Constituinte Inocêncio Oliveira. (Pausa)

Ausente.

Prejudicado.

Destaque nº 3.716, do Constituinte Joaci Góes, referente à Emenda nº 25.294/1, que diz:

"A lei punirá como crime inafiançável qualquer discriminação atentatória aos direitos e liberdades fundamentais."

A emenda foi acolhida e consta do texto.

Destaque do Constituinte Maurício Fruet, referente à Emenda nº 27.830.

Ausente.

Prejudicado.

Destaque para a Emenda nº 29.016, do Deputado Paulo Ramos. Também já foi acolhido.

S. Ex.<sup>a</sup> retira.

Destaque do Deputado Francisco Dornelles para a Emenda nº 287.038, do Deputado Rubem Medida. (Pausa)

S. Ex.<sup>a</sup> desiste.

Vamos passar à votação dos destaques referentes ao § 3º do art. 5º. O § 2º foi mantido pela recusa dos destaques até agora apresentados. Estamos votando o § 3º do art. 5º, cujo texto é o seguinte:

"A lei não poderá excluir da apreciação do Poder Judiciário qualquer lesão ou ameaça a direitos."

Destaque nº 7.134, do Deputado Luís Eduardo, para a Emenda do Constituinte Maluly Neto.

Ausente.

Prejudicado.

**Destaque n.º 5.614/87 – Emenda n.º 1P-019.914-0, do Sr. José Ignácio Ferreira, "que dá nova redação à alínea "b" do inciso XV do art. 12 do Projeto de Constituição (art. 5º, § 3º do Substitutivo n.º 2)"**

O texto do destaque é o seguinte:

"A lei não poderá excluir da apreciação do Judiciário qualquer lesão ou ameaça a direitos individuais e a interesses coletivos."

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA:** – Peço a palavra, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Com a palavra o Constituinte José Ignácio Ferreira, para defender seu destaque.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA:** – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs. Constituintes:

Trata-se de uma modificação proposta ao antigo art. 12, inciso XV, alínea b, que passaria a ter a seguinte redação:

"A lei não poderá excluir da apreciação do Judiciário qualquer lesão ou ameaça a direitos individuais e a interesses coletivos."

Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs. Constituintes, no momento em que se avança no caminho da democracia participativa, deve-se ampliar também o âmbito da legitimação processual ativa no nosso Direito. Muitas disposições do projeto contemplam a possibilidade da ampliação dessa legitimação ativa. São várias as passagens, como a que me refiro, existentes no projeto.

É possível ainda mais, conforme o que já encaminhei à Mesa, aperfeiçoar o próprio pedido de destaque, deixando a disposição apenas nestes termos:

"A lei não poderá excluir da apreciação do Judiciário qualquer lesão ou ameaça a direitos individuais ou coletivos."

Retirar-se-ia apenas a expressão "e interesses coletivos". Se isto não é possível, então que se deixe "direitos individuais e a interesses coletivos", isto porque a única diferença entre direito e interesse é que este pode ou não traduzir-se em direito ou configurar-se como direito. O interesse pode e deve ser legitimamente defendido, mesmo o interesse coletivo.

Portanto, amplia-se a área da legitimação ativa e a da legitimação passiva, permitindo-se que se leve ao Poder Judiciário também a defesa de direitos e interesses coletivos.

Esta é a proposta que submeto à consideração da douta Comissão de Sistematização.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem a palavra o Constituinte Egídio Ferreira Lima, para pronunciar-se contra. Encareço a V. Ex.<sup>a</sup> fale da tribuna.

**O SR. CONSTITUINTE EGÍDIO FERREIRA LIMA:** – Sr. Presidente, nos termos do Regimento da Câmara, que subsidiariamente deve ser atendido, eu posso falar da Bancada, em virtude das limitações físicas, e não posso estar abusando delas. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Atendo à ponderação de V. Ex.<sup>a</sup>, excepcionalmente.

**O SR. CONSTITUINTE EGÍDIO FERREIRA LIMA:** – Não, nos termos do Regimento, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, a disposição escolhida pelo Relator é impecável, ao dizer:

"A lei não poderá excluir da apreciação do Poder Judiciário qualquer lesão ou ameaça a direitos."

E por que é impecável? Porque não cabe ao intérprete distinguir quando a lei não distingue. A disposição aí contida alcança a todos. A limitação virá com a especificação do direito individual e dos interesses coletivos. Em lugar de ampliar essa modificação, tenderia a restringir o alcance da disposição. (Muito bem! Palmas)

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA:** – Sr. Presidente, retiro o destaque.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – O Constituinte José Ignácio Ferreira retirou o destaque.

Está mantido o § 3º do texto.

Passamos aos destaques referentes ao § 4º

**Destaque n.º 8316-87 do Sr. Ronan Tito, "que suprime o art. 5º § 4º do Substitutivo n.º 2". (33.ª votação)**

Tem a palavra S. Ex.<sup>a</sup> (Pausa) S. Ex.<sup>a</sup> não está presente.

**O SR. CONSTITUINTE OSWALDO LIMA FILHO:** – Sr. Presidente, peço a palavra para defender o destaque.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – V. Ex.<sup>a</sup> não pode defender o destaque sem autorização do autor.

**O SR. CONSTITUINTE OSWALDO LIMA FILHO:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem a palavra o Constituinte Oswaldo Lima Filho, pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE OSWALDO LIMA FILHO:** – Sr. Presidente, estou sendo informado que a Mesa havia decidido que os Membros da Comissão poderiam defender, por delegação oral, os destaques, e que só a partir da tarde seriam exigidas as delegações por escrito.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – É verdade.

**O SR. CONSTITUINTE OSWALDO LIMA FILHO:** – Neste caso, peço permissão para defender.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Acaba de chegar ao plenário o Constituinte Ronan Tito.

**O SR. CONSTITUINTE RONAN TITO:** – Sr. Presidente, V. Ex.<sup>a</sup> poderia informar o número da emenda?

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – V. Ex.<sup>a</sup> apresentou um pedido de destaque sobre o § 4º do art. 5º do 2º Substitutivo.

**O SR. CONSTITUINTE RONAN TITO:** – Sr. Presidente, estou presente e gostaria de assomar à tribuna para fazer a defesa do destaque.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem a palavra o Constituinte Senador Ronan Tito. V. Ex.<sup>a</sup> dispõe de cinco minutos.

**O SR. CONSTITUINTE RONAN TITO:** – Sr. Presidente, o § 4º do art. 5º reza:

"A lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada."

Sr. Presidente, num estudo feito por juristas de Minas Gerais, chegaram eles à conclusão de que as únicas Constituições do mundo que contêm o direito adquirido no seu bojo são a Constituição norte-americana, a do México, por cópia, e a do Brasil.

Não se questiona aqui o direito adquirido. O direito adquirido é um direito universalmente aceito. No entanto, o direito adquirido cravado na Constituição passa a prejudicar a soberania da própria Constituição. Vou repetir: o direito adquirido cravado na Constituição prejudica a soberania da Constituição. Por quê? Porque ela acaba com nenhuma mordomia neste País, principalmente. Por exemplo: o mandato do Presidente José Sarney, que ele não quer de 6 anos, pretende que seja de 5, estará garantido que será de 6 anos. No máximo será remetido ao Poder Judiciário.

Além disso, Sr. Presidente, não se termina, não se acaba com nenhuma mordomia neste País, principalmente aquelas em que for advogado o direito adquirido.

Há algo aí da maior importância que está sendo discutido neste momento. Setenta por cento do solo amazônico está sendo requerido por firmas multinacionais, ou já foram requeridos, para a mineração: 70% do solo da Amazônia. E ninguém poderá rever isto. Por quê? Porque haverá o direito adquirido, direito adquirido cravado na Constituição.

Além disto, Sr. Presidente, como eu disse, ninguém é contra o direito adquirido, mas não temos, no Brasil, a Suprema Corte para cada dia, como existe nos Estados Unidos, para legislar constitucionalmente. Lá se justifica.

A França tem os maiores tratadistas de direito adquirido, a Alemanha, possui, também, os mais importantes tratadistas de direito adquirido. E por que nem na Constituição da França, nem na Constituição da Alemanha, em nenhuma Constituição, consta no seu bojo, a não ser na dos Estados Unidos, o direito adquirido?

Isso existe justamente para ressaltar privilégios.

Se estamos querendo, Sr. Presidente, estabelecer um novo contrato social, a população, o parlamentar, qualquer cidadão deverá ter o direito de até rever o direito adquirido dentro do novo contrato social. Ou não que-remos modificar nada?

Aliás, Sr. Presidente, aproveitando já este assunto do direito adquirido, qualquer um dos Constituintes que olhar nas Disposições Transitórias vai ficar assustado do quanto se ressalva de direito adquirido. Parece que estamos fazendo uma Constituição para ressaltar direitos adquiridos, quando este não deve ser o nosso objetivo.

Observava o nosso Presidente Tancredo Neves que a expressão "Uma Assembléia Nacional livre e soberana" foi uma frase cunhada pelo povo brasileiro. Isso não exis-

te em nenhum lugar do mundo, e ela deixará de ser soberana na medida em que cravar no seu texto o direito adquirido.

Por isso, peço a supressão, pura e simples, do direito adquirido, da Constituição. E não se venha dizer que sou contra o direito adquirido; sou favorável ao direito adquirido. O direito adquirido, repito, é reconhecido internacionalmente. Sou contra o direito adquirido como todos os constitucionalistas de todo o Mundo, à exceção dos Estados Unidos, o foram, porque não foi inserida em nenhuma das cento e cinquenta e seis Constituições compulsadas, a não ser a americana.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A Mesa pede a V. Ex.<sup>a</sup> um esclarecimento. O texto do parágrafo é o seguinte:

"A lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada."

V. Ex.<sup>a</sup> deseja suprimir apenas a expressão "direito adquirido" ou todo o parágrafo?

**O SR. CONSTITUINTE RONAN TITO:** – Suprimir tudo, para que a Constituição tenha soberania.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – V. Ex.<sup>a</sup> deseja a supressão do § 4º

Tem a palavra o ilustre Constituinte Michel Temer, para falar contra.

**O SR. CONSTITUINTE MICHEL TEMER:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Entendo que o eminente Constituinte proponente do destaque trouxe aqui um assunto da maior relevância e referente ao ato jurídico perfeito, ao direito adquirido e à coisa julgada. Sustentou S. Ex.<sup>a</sup>, numa argumentação aparentemente muito própria, que a soberania da Assembléia Nacional Constituinte ficaria desmerecida ou inexistiria se prevalecessem, na sua substância, os direitos adquiridos na vigência de uma ordem jurídica anterior.

Em tese, podemos concordar com o que diz S. Ex.<sup>a</sup> A Constituinte, realmente, é uma ruptura com uma ordem jurídica anterior, mas não é, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, uma ruptura com a ordem social vigente anteriormente. De modo que, quando as Constituições fazem subsistir o direito adquirido sob a ordem anterior, quando fazem subsistir os julgamentos jurisdicionais definitivos é exatamente para alcançar a estabilidade das relações sociais. Não se quer com uma nova Constituição, embora se caracterize como um novo pacto político, embora se caracterize como um movimento corporificador, como um movimento construtor de um novo Estado nas suas linhas básicas, nem por isso se pretende destruir toda a obra que os brasileiros empreenderam nos sistemas anteriores. A idéia de uma Constituição é a idéia da estabilidade nas relações sociais. Se não preservarmos o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada, vamos alcançar exatamente o efeito inverso, portanto, o efeito perverso: vamos desestabilizar as relações sociais.

Devo dizer, Sr. Presidente, que nesta história do direito adquirido do Presidente José Sarney, é claro que, se não houvesse outra norma em disposição permanente, ou disposição transitória, que fixasse o contrário, eu estaria de acordo de que ele adquiriu o período, o mandato de seis anos sob a vigência de uma ordem jurídica anterior. No entanto, só há direito adquirido, Sr. Presidente, quando, embora preservando o direito adquirido, a Constituição não estabeleça normas em sentido diverso. No presente caso, duas hipóteses: uma primeira, o mandato do Presidente, no presente momento fixado em seis anos, pode vir a ser fixado em outro período; e também não garantiu, note bem V. Ex.<sup>a</sup>, exatamente para alcançar o caso dos chamados "marajás", o direito adquirido daqueles que tivessem uma remuneração superior aos padrões vigentes na Constituição.



Portanto, Sr. Presidente, em nome da estabilidade das relações sociais, em nome da continuidade sociológica, histórica e jurídica do povo brasileiro, encaminho contra a emenda do eminente Constituinte.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Muito obrigado a V. Ex.<sup>a</sup>

Tem a palavra o Constituinte Oswaldo Lima Filho, para defender o destaque.

**O SR. CONSTITUINTE OSWALDO LIMA FILHO:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

O nobre Constituinte por Minas Gerais aborda um assunto que S. Ex.<sup>a</sup> já focalizou em outras reuniões da Comissão, de máxima importância.

O texto do § 4º, que está sendo discutido, que assegura garantia ao direito adquirido, à coisa julgada e ao ato jurídico perfeito, elevado à categoria constitucional, constituirá um obstáculo irremovível a todas as grandes modificações sociais que a Constituição determinar ou que estiverem nos objetivos da Assembléia Nacional Constituinte.

Sr. Presidente, nada mais sedutor do que o estudo do Direito interporal, da aplicação do Direito no tempo, da contradição entre a lei nova e a lei antiga, da persistência de situações jurídicas consolidadas, que constituem o direito adquirido, que foi, sempre, o apanágio dos grandes tratadistas, sobretudo na Itália.

No entanto, é preciso notar que, quando iniciamos o trabalho de renovar a ordem jurídica, temos de estipular este dispositivo, que é consagrado na introdução ao Código Civil, exatamente nestes termos – está lá no Código Civil e é de consulta freqüente para nós, advogados – que a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada. Se este dispositivo, que é de legislação ordinária e pode operar na defesa de interesses legítimos, é inscrito no pacto constitucional, passa a ser a defesa de privilégios ilegítimos e profundamente imorais,

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – O que é ilegítimo não gera direito.

**O SR. CONSTITUINTE OSWALDO LIMA FILHO:** – Como não gera, Constituinte Gastone Righi?! Como não gera direito? Sabe V. Ex.<sup>a</sup> que a lei não está assim! Já diziam os antigos: **non omne quod licet honestum est!**

A contradição entre o Direito Positivo e as normas de direito natural é a mais antiga do mundo, mas não vou me perder nisto.

Quero citar apenas um exemplo: não há, hoje, nenhum fato mais chocante para a vida pública brasileira do que a existência dos chamados "marajás" – servidores públicos que, através de uma legislação ilegítima e imoral, adquiriram direito a vencimentos que somam milhões e milhões de cruzados em todo o País! Funcionários federais, estaduais, do Legislativo, do Judiciário, do Executivo, que estão sendo denunciados por toda parte.

Se este dispositivo permanecer na Constituição, todos esses "marajás" terão direito a um mandado de segurança para lhes assegurar a manutenção desses vencimentos – obtidos com base em lei anterior, porque uma das características que a doutrina sempre definiu no direito adquirido é que ele esteja incorporado ao patrimônio, que ele tenha criado uma situação incorporada financeiramente ao patrimônio da pessoa que é beneficiária.

É o caso, exatamente, dos funcionários públicos que tenham vencimentos imorais, ilimitados, fixados por leis profundamente ilegítimas, percebendo vencimentos acima de todo o limite imaginável.

Qualquer disposição que a Constituição venha a adotar, no sentido de limitar esses vencimentos, só poderá prevalecer para as disposições futuras, fixadas até a

data da Constituição. Nos termos do § 4º, como está proposto, serão irretocáveis; elas darão lugar a mandados de segurança por constituírem direito líquido e certo adquirido. Há mais; há uma série de contratos de concessões de lavra, que já somam no Brasil, hoje, 401.000 quilômetros quadrados de subsolo brasileiro, concedidos, de algum modo, fraudulentamente, porque a lei só permitia a concessão de cinquenta alvarás, mas as multinacionais multiplicaram as subsidiárias e algumas delas já têm quatro mil e seiscentos alvarás. Assim, essas quinze multinacionais, hoje, detêm o domínio, o uso de quase 401 mil quilômetros quadrados de subsolo brasileiro. Ora, essas concessões foram concedidas legalmente na base da lei vigente até agora.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – O tempo de V. Ex.<sup>a</sup> está esgotado.

**O SR. CONSTITUINTE OSWALDO LIMA FILHO:** – Concluirei imediatamente, Sr. Presidente. Entendo que é também uma obrigação nossa votar rapidamente essa Constituição, respeitando o Regimento e os prazos. Mantido o dispositivo, todas essas concessões antinacionais estarão mantidas, estarão garantidas como direito adquirido e mais como ato jurídico perfeito.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Tem a palavra o Sr. Constituinte Egídio Ferreira Lima.

**O SR. CONSTITUINTE EGÍDIO FERREIRA LIMA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Entre a tese do Constituinte Michel Temer e a colocação feita pelo meu ilustre e notável companheiro de bancada Oswaldo Lima Filho, fico com a tese de Michel Temer. Entre toda uma elaboração construída e edificada pelo direito brasileiro e pelo direito universal fico com a tradição desse direito, erigindo em norma constitucional o direito adquirido. Louvo a inteligência dos mineiros quando colocam uma antítese diante da tese consagrada do direito adquirido, mas olho para esta criação como curioso que está vendo o novo nascer, mas que ainda não se fixou.

Srs. Constituintes, na colocação de Oswaldo Lima Filho, quando diz que erigir em norma constitucional o direito adquirido, posto na Constituinte, está sendo posto na da Constituinte, acho que aí há um grave equívoco. O direito adquirido, posto na Constituição, está sendo posto na mesma hora em que se põem novos mecanismos e novas normas, e os dois convivem na nova Carta Constitucional.

Sr. Presidente, há de se distinguir entre a ausência de limite da Constituinte, que poderá inclusive afetar direitos adquiridos na legislação anterior e até, no Direito Constitucional e o instituto do direito adquirido. O que ele pretende? Pretende assegurar aquela infinidade, aquela imensidão de direitos. Na hora em que ele faz isso, protege, sobretudo, o menor, o pequeno, o indefeso, o operário, o trabalhador, porque o homem rico é o que detém o poder econômico. Este tem discernimento, tem dinheiro, tem bons advogados e têm o aliciamento diante do Poder Público para fazer prevalecer os seus interesses. O direito adquirido como instituto, fundamentalmente se põe em favor do funcionário, do operário e do pequeno. Seria uma aberração inominável que nessa hora e neste momento a nova Constituição brasileira desse as costas ao direito adquirido. Os intelectuais de Minas são criativos em tudo nesta Nação, estão apenas no laboratório a tecer e a fazer experiências. Teremos que ser sólidos e profundos em matéria de tanta magnitude e tão delicada; o texto do anteprojeto é impecável e deve ser mantido. **(Muito bem! Palmas)**

**O SR. CONSTITUINTE RONAN TITO:** – Sr. Presidente, para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra, para uma questão de ordem.

**O SR. CONSTITUINTE RONAN TITO:** – Antes de falar o Relator, gostaria de mencionar o entendimento havido entre alguns Parlamentares para que depois fosse enriquecido com a réplica do nosso Relator.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – V. Ex.<sup>a</sup> propõe modificação no texto?

**O SR. CONSTITUINTE RONAN TITO:** – Sim. Apenas destacaríamos o seguinte: "A lei não prejudicará o ato jurídico perfeito e a coisa julgada", ficaria fora só o direito adquirido.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – O nobre Relator se pronunciará naturalmente sobre a posição de V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. CONSTITUINTE RONAN TITO:** – Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Com a palavra o Relator, Constituinte Bernardo Cabral.

**O SR. RELATOR BERNARDO CABRAL:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, é claro que a posição defendida, tanto pelo Constituinte Michel Temer quanto pelo Constituinte Egídio Ferreira Lima, já situaria a questão nos seus devidos termos; no entanto, quero prestar uma homenagem ao Constituinte Ronan Tito, e a faço com alguma dificuldade. S. Ex.<sup>a</sup> labora, não diria num equívoco, mas numa interpretação que chega a ser duvidosa. Aqui se tocou que o mandato do Presidente da República seria um direito adquirido, confundindo-se com o direito instituído. O eminente Constituinte Osvaldo Lima Filho, preocupado com os "marajás", me dá muita alegria de dizer a essa Comissão que vamos acabar definitivamente com a figura dos "marajás".

Peço permissão a V. Ex.<sup>a</sup> para ler o art. 33 das Disposições Transitórias:

"Os vencimentos, remunerações, quaisquer vantagens e adicionais, que estejam sendo percebidos em desacordo com esta Constituição, serão, na data de sua promulgação, imediatamente reduzidos aos limites nela determinados, não se admitindo invocação de direito adquirido ou percepção do excesso a qualquer título."

Veja, portanto, V. Ex.<sup>a</sup> que não há direito adquirido por parte dos "marajás", eles serão sepultados com a promulgação desta Constituição.

Era o que eu queria dizer, Sr. Presidente, para lamentar ter de votar contra o Constituinte Ronan Tito, a quem me ligam tantos laços de afeto.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Em votação a proposta do Senador Ronan Tito.

Os Srs. Constituintes que a aprovam queiram responder SIM, os que a rejeitam queiram responder NÃO.

A votação será sobre a supressão integral do artigo porque a Mesa vem decidindo que, depois de apresentada pelo autor a proposição, ela não poderá ser modificada.

Peço que se proceda à chamada.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Alfredo Campos, Carlos Mosconi, Cristina Tavares, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, José Paulo Bisol, Nelson Friedrich, Osvaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Antonio Mariz, Chagas Rodrigues, Octávio Elísio, Rose de Freitas, Uldurico Pinto, Vicente Bogo, Wilson Souza, Lysâneas Maciel, Luiz Inácio Lula da Silva, José Genoíno, Aldo Arantes, Jamil Haddad. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Aluizio Campos, Artur da Távora, Bernardo Cabral, Carlos Sant'Anna, Celso Dourado, Egídio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho,

Ibsen Pinheiro, João Calmon, José Fogaça, José Freire, José Ignácio Ferreira, José Richa, José Serra, José Ulisses de Oliveira, Mário Lima, Nelson Carneiro, Nilson Gibson, Pimenta da Veiga, Prisco Viana, Sigmaringa Seixas, Theodoro Mendes, Virgildásio de Senna, Wilson Martins, Aécio Neves, João Natal, José Carlos Grecco, José Tavares, Marcos Lima, Michel Temer, Roberto Brant, Alcení Guerra, Arnaldo Prieto, Chistóvam Chiaradia, Edme Tavares, Eraldo Tinoco, Francisco Dornelles, Inocêncio Oliveira, José Jorge, José Lins, José Santana de Vasconcellos, José Thornaz Nonô, Luis Eduardo, Marcondes Gadelha, Mário Assad, Oscar Corrêa, Osvaldo Coelho, Paulo Pimentel, Ricardo Fiúza, Sandra Cavalcanti, Cleonânio Fonseca, Enoc Vieira, João Menezes, José Lourenço, Ricardo Izar, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Gerson Peres, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia, Virgílio Távora, Brandão Monteiro, Bocayuva Cunha, Francisco Rossi, Joaquim Bevilacqua, Ottomar Pinto, Adolfo Oliveira, Roberto Freire e Antonio Farias.

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – Sr. Presidente, 69 votos NÃO e 22 SIM.

**O SR. CONSTITUINTE ALDO ARANTES:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem quanto à votação.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem a palavra o nobre Constituinte.

**O SR. CONSTITUINTE ALDO ARANTES:** – Está aqui um suplente do PC do B que não votou.

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – Por erro da Mesa, o Suplente do PC do B não foi chamado. Como vota V. Ex.<sup>a</sup>?

**O SR. CONSTITUINTE ALDO ARANTES:** – Sim.

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – Sim, 23 Proceda-se à retificação na Ata, de 22 para 23 votos SIM.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 23 Constituintes; votaram NÃO 69 Constituintes. Total: 92 votos. O Destaque foi **rejeitado**.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Está suspensa a reunião.

(Suspensa às 12 horas e 15 minutos, a sessão é reaberta às 12 horas e 20 minutos)

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Está reaberta a reunião.

**Destaque nº 389/87, do Sr. José Genoíno, "que suprime a expressão" "e excluída a que incitar violência ou defender discriminação de qualquer natureza, constante do art. 5º, § 5º, do Substitutivo nº 2". (34.ª votação)**

Destaque nº 389, de 87, do Constituinte José Genoíno, destaque supressivo. Solicita a supressão da expressão "e excluída a que incitar à violência ou defender discriminação de qualquer natureza" constante do § 5º do art. 5º do Substitutivo II.

Tem a palavra o Sr. Constituinte José Genoíno.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – O nobre Constituinte Antônio Brito vai defender o nosso destaque.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Constituinte Antônio Brito, tem a palavra V. Ex.<sup>a</sup>, por cinco minutos, para a defesa do destaque.

**O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO BRITO:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, o § 5º, submetido à votação neste momento, estabelece três princípios fundamentais, para que no campo da liberdade de expressão se consiga atingir, o que é o objetivo maior dos trabalhos desta Constituinte: o alcance de um Estado democrático de direito.

No primeiro de seus preceitos, o § 5º afirma, pela redação dada originalmente pelo Relator, nobre Constituinte Bernardo Cabral, que "é livre a manifestação do pensamento, vedado o anonimato e excluída a que incitar à violência ou defender discriminação de qualquer natureza."

Conforme entendimentos que mantivemos, também, com o Relator Bernardo Cabral, estamos propondo, com base em destaque apresentado pelo Constituinte José Genoíno e por tantos outros ilustres companheiros Constituintes, entre eles, o Constituinte José Thomaz Nonô, a supressão da expressão "excluída a que incitar à violência ou defender discriminação de qualquer natureza". A razão é extremamente simples. O que aqui se vota, neste momento, é o conjunto de direitos e de liberdades fundamentais e, evidentemente, esta Constituição não poderá retroceder na história constitucional brasileira, estabelecendo no princípio fundamental qualquer outro que não da livre manifestação do pensamento. Lá adiante, no Capítulo "Da Comunicação", se este for o entendimento dos Constituintes, cuidar-se-á de estabelecer as eventuais limitações contra abusos casualmente decorrentes de ação nos meios de comunicação. Mas o princípio geral que deve ficar estabelecido, porque este é o democrático, é aquele que, historicamente, a sociedade brasileira tem afirmado através dos textos constitucionais: é livre a manifestação do pensamento. Portanto, a exclusão que ora se propõe visa a esse objetivo.

Gostaria de acrescentar dois comentários: está aqui no texto do Substitutivo a expressão "vetado o anonimato". É preciso que fique claro, nesta Casa, que esse anonimato, segundo todas as interpretações que não são novas, porque o dispositivo não é novo, visa assegurar o quê? Visa assegurar que nenhuma publicação se faça de forma irresponsável, quer dizer, toda a publicação tem um responsável que é, ou o jornalista que assina a reportagem, comentário ou a notícia, ou, na ausência dessa assinatura, o diretor. Este tem sido o princípio fundamental na legislação da imprensa brasileira. Assim se pode observar a necessidade e a conveniência da manutenção do dispositivo que estabelece a vedação ao anonimato.

Por último, Srs. Constituintes, eu gostaria de cumprimentar, elogiar o nobre Relator Bernardo Cabral e tantos Constituintes que contribuíram para que este texto constitucional tenha a melhor formulação que já teve o direito de resposta na história constitucional brasileira. Estávamos acostumados simplesmente à citação de que era assegurado o direito de resposta. Hoje, com a nova formulação, avançamos em relação do que há de melhor neste campo, determinando que "é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo"...

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – V. Ex.<sup>a</sup> ainda dispõe de um minuto para concluir o seu discurso.

**O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO BRITTO:** – Obrigado, Sr. Presidente... "É assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo..." – e chamo a atenção para a parte final do dispositivo – "... além da indenização por dano material, moral, ou à imagem".

Foi a figura da indenização que permitiu que o dispositivo do direito de resposta se tornasse efetivo em países democráticos.

Portanto, Sr. Presidente, encaminhado favoravelmente destaque solicitado pelo nobre Constituinte José Genoíno e por tantos outros companheiros, solicitando apenas a supressão da expressão "...excluída a que incitar à violência ou defender a discriminação de qualquer natureza". O contrário será manchar o texto constitucional em seus princípios fundamentais, colocando qualquer outra coisa que não a livre manifestação do pensamento. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Tem a palavra o Sr. Constituinte Mendes Ribeiro, para encaminhar contra. V. Ex.<sup>a</sup> disporá de 5 minutos.

**O SR. CONSTITUINTE MENDES RIBEIRO:** – Segundo o que aqui foi dito pelo Constituinte Antônio Britto, esta disposição constitucional – e aqui fala um homem com 35 anos de comunicação – é uma das mais preciosas colocadas no novo texto da Carta.

O anonimato de que se fala, que se quer e que qualquer um entenderá, é o que deve ser combatido; Não é o anonimato que se pensa ter, ou seja, é o anonimato que busca a impossibilidade de continuar alguém, irresponsavelmente, falando.

Chamo a atenção de V. Ex.<sup>a</sup> a toda responsabilidade tem que caber liberdade, mas a qualquer liberdade tem que caber responsabilidade. A liberdade de pensamento, a liberdade de expressão é uma das coisas mais caras ao cidadão.

Quando se diz "vedado o anonimato", a intenção é saber a quem se dirigir. Alguém tem que ser responsável!

Muita gente entendeu assim: está desprotegida a fonte da notícia. Não! Que se proteja a fonte da notícia, mas assumo aquele que deu a notícia, assumo o responsável pelo órgão!

Por outro lado, tem-se, aqui, algo de muito importante, ou seja, que o direito de resposta jamais foi proporcional ao agravo e, mais ainda, que a deformação da imagem de alguém tem que ter o correspondente ressarcimento.

Uma coisa é a liberdade outra coisa é a licenciosidade. Basta ver que, nos tempos da ditadura, aqueles que poderiam exercer o poder jamais tiveram a sua imagem denegrida. Jamais! São os chamados poderes desarmados que têm a sua imagem denegrida.

A indenização proporcional ao dano é algo que deve ser preservado! Está imelhoravelmente posto no texto constitucional!

Lamento discordar da restrição colocada sobre o incitamento de violência e sobre a discriminação. Não há redundância, porque não está escrito isto na Constituição. Poderá ser ou não, mas é preciso que se preserve, nos direitos e garantias que estão sendo votados, este que é o começo.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – V. Ex.<sup>a</sup> dispõe de um minuto.

**O SR. CONSTITUINTE MENDES RIBEIRO:** – Se eu tenho liberdade de dizer, devo ser responsável por aquilo que digo. Se um órgão tem a liberdade de veicular, tem que ter a responsabilidade de assegurar o direito de resposta tantas vezes quanto for atingido aquele que, por irresponsabilidade eventual, vier a ser prejudicado.

Dou-lhes um exemplo: não podemos permitir, de forma alguma, que a violência seja exacerbada nem que qualquer tipo de sectarismo seja aprovado.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – A Mesa solicita a V. Ex.<sup>a</sup> conclua seu pensamento.

**O SR. CONSTITUINTE MENDES RIBEIRO:** – Concluo meu pensamento dizendo: sou pela manutenção integral do texto.

É um grande avanço, porque até hoje, quando encontro aqui o ex-Deputado Juruna, fico perguntando: quem no Brasil ressarcir os danos causados à imagem desse Deputado? Sou pela manutenção do texto irretocável.

Durante o pronunciamento do Sr. Mendes Ribeiro, o **Sr. Brandão Monteiro**, Segundo-Vice-Presidente deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo **Sr. Aluizio Campos**, Primeiro-Vice-Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Aluízio Campos):** – Com a palavra a Constituinte Rose de Freitas.

**A SRA. CONSTITUINTE ROSE DE FREITAS:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Assomo a tribuna para defender a emenda supressiva do Constituinte José Genoíno, por ser semelhante à apresentada pelo Constituinte Paulo Ramos e por mim. E gostaria de esclarecer um equívoco do orador que me antecedeu nesta tribuna e devo ler para os Srs. Constituintes, pedindo atenção para o texto, porque o original do Relator tem a expressão: "excluída a que incitar à violência ou defender discriminação de qualquer natureza". A proposta do Constituinte José Genoíno é a seguinte: "é livre a manifestação do pensamento, vedado o anonimato. É assegurado o direito de resposta proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem". Portanto, houve um equívoco do orador que me antecedeu, porque a expressão "vedado o anonimato" permanece como forma inclusive de apurar as responsabilidades dos abusos que se cometer diante da manifestação do pensamento.

Gostaria de chamar a atenção dos companheiros para o fato de que esta emenda visa ser intérprete do mais legítimo pensamento da liberdade de expressão e da criação artística. Entendemos que a inclusão desse texto, por parte do nobre Relator, incita, de certa maneira, a múltipla interpretação extremamente perigosa, que coloca tanto a expressão quanto como a criação artística a serviço de uma censura, que não gostaríamos de coibir dentro de um regime democrático. Abre, inclusive, precedente a uma censura proibitiva que a democracia não pode assimilar ou defender, que é o cerceamento à liberdade de expressão e criação. Portanto, o que queremos, agora, é garantir essa liberdade, com responsabilidade.

Quanto à questão da discriminação à violência, que já foi tratada no parágrafo anterior – entendemos que outros assuntos a serem abordados a respeito devem ser tratados na lei ordinária – gostaríamos de justificá-lo dizendo que, para defender e assegurar essas prerrogativas da democracia, queremos incentivar os companheiros ao apoio da emenda José Genoíno, inclusive retirando a nossa própria, por entender que, nos princípios fundamentais, não se pode, hoje, incentivar qualquer tipo de censura que venha a ser interpretada amanhã, dependendo do regime que perdure neste País, como coibindo a liberdade a que temos direito. Digo isto não só como jornalista, digo isto como escritora, como cidadã.

Entendemos que o estado democrático não pode incentivar esse tipo de comportamento. Quero, novamente, ressaltar que a emenda José Genoíno ressalva o direito das responsabilidades deixando que os abusos cometidos sejam respondidos de acordo com a lei. Portanto, o texto a ser permanecido:

"É livre a manifestação do pensamento, vedado o anonimato. É assegurado o direito de resposta proporcional ao agravo, além de indenização de dano material, moral ou à imagem."

Convido os companheiros a aprovarem esta emenda, retirando, portanto, o meu pedido de destaque supressivo e pedindo apoio com o intuito de preservar o estado democrático, pelo qual todos lutamos.

Durante o pronunciamento da Sra<sup>a</sup> Rose de Freitas, o Sr. **Aluízio Campos**, Primeiro-Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. **Brandão Monteiro**, Segundo-Vice-Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Com a palavra o nobre Constituinte João Menezes para encaminhamento contra.

**O SR. CONSTITUINTE JOÃO MENEZES:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Parece-me que o § 5º do art. 5º do Projeto é da maior importância. E me suscita uma grande dúvida quando diz:

"É livre a manifestação do pensamento, vedado o anonimato."

Muito bem! Vedado o anonimato e a responsabilidade do jornal, é daquele que assevera determinado fato. Mas, pergunto, por exemplo, vamos tirar aqui o direito que tem, hoje, o jornalista, que tem o noticiário, aquele que apanha uma norma qualquer e denuncia ou diz no jornal, e conseqüentemente sai no jornal, na imprensa, no rádio e na televisão? E, depois, pode ele ter o direito de manter consigo a reserva da fonte de informação ou não? Esta é a grande dúvida que fica com este parágrafo. O que me pergunto é isto, o que me parece um assunto da maior importância.

Há pouco tempo, presidi uma Comissão Parlamentar de Inquérito, em que o jornalista veio prestar depoimento e ele se negou a dar informação sobre o fato denunciado, escudado num direito que julgava que tinha e que tem de manter a reserva, de guardar o segredo. Então, pergunto: com esse dispositivo que está aqui no projeto, isto vai cair? Vai acabar esse direito que o cidadão tem de não citar a fonte de onde ele obteve a informação? Parece-me que esse fato é da maior importância e que precisa ficar esclarecido.

A emenda parece-me que reduz o artigo – "é livre a manifestação do pensamento, vedado o anonimato" – e exclui o restante da frase. Ora, esse § 5º parece-me também defeituoso, mas não pode ser derrubado por esta emenda; deve haver outras emendas no curso deste processo que vão esclarecer o assunto.

A questão do anonimato do informante, do jornalista informante, tem que ficar esclarecida, porque em todo o mundo democrático esse direito é garantido. Com esse dispositivo, poderemos criar, talvez, grandes confusões. Por outro lado, diz aqui: "assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo". Parece-me que isso pode ser uma violência. Imagine que você tenha um agravo da maior violência, que ofenda a sua família, e vá até à violência física, pelo que está aqui, você pode até argumentar com este dispositivo e ter o direito de dar a resposta no mesmo caminho.

Este é um artigo que me parece precisa ser demasiadamente amadurecido e estudado pelos Srs. Constituintes, porque a defecção de que trata a emenda também não pode ser aceita.

Voto favoravelmente ao dispositivo, embora achando que essa questão do anonimato precisa ser esclarecida, como também a discriminação. Como vamos determinar aqui, como vamos conseguir fazer discriminação política, uma discriminação política, como é que vamos fazê-la? É um pensamento político, como vamos discriminar? E aqui se está proibindo qualquer discriminação, de toda e qualquer natureza.

É um assunto complexo que precisa ser refletido pelos Srs. Constituintes.

**A SRA. CONSTITUINTE ROSE DE FREITAS:** – Sr. Presidente, é só uma questão de esclarecimento. O nobre Constituinte colocou que a questão do vedar o anonimato se refere à questão das fontes de cada profissional; não se restringe a esse assunto, até porque preserva, no exercício da profissão, o direito de cada um. O que queremos dizer é que deve haver responsabilidade.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Constituinte Rose de Freitas, V. Ex.<sup>a</sup> teve oportunidade de encaminhar a favor e prestar todos os esclarecimentos aos votantes.

Com a palavra o Sr. Relator José Fogaça.

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – Sr. Presidente, a palavra do Relator a respeito desta matéria é a seguinte: estabeleceram-se duas correntes em relação a esta emenda supressiva. O Relator assumiria aquilo que fosse consenso das duas correntes. Não havendo consenso das duas correntes, o Relator fica, natural e necessariamente, com seu texto. Esta é a comunicação que faz o Relator-Substituto.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Os Srs. Constituintes que votarem favoravelmente à emenda supressiva, dirão SIM; os Srs. Constituintes que se colocarem contra dirão, NÃO.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr. Presidente, só para ordenamento da votação, poderia explicar, porque está havendo alguma confusão em plenário, quais as expressões que serão excluídas do texto, se aprovado o destaque?

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Só para o bom ordenamento dos trabalhos: quem votar "SIM", excluiará a expressão "... e excluída à que incitar à violência ou defender discriminação de qualquer natureza", constante do § 5º do art. 5º do Substitutivo.

Em votação.

#### (Procede-se à votação.)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Ademir Andrade Artur da Távora, Cid Carvalho, Cristina Tavares, Egídio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Gaspariam, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, Ibsen Pinheiro, José Paulo Bisol, José Serra, José Ulisses de Oliveira, Mário Lima, Nelson Carneiro, Nelson Friedrich, Nilson Gibson, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Severo Gomes, Sigmaringa Seixas, Virgildásio de Senna, Wilson Martins, José Tavares, Alcení Guerra, José Jorge, José Thomaz Nonô, Luis Eduardo, Marcondes Gadelha, Sandra Cavalcanti, Antônio Carlos Konder Reis, José Luiz Maia, Brandão Monteiro, José Maurício, Bocayuva Cunha, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Luiz Inácio Lula da Silva, José Genoíno, Adolfo Oliveira, Haroldo Lima, Roberto Freire, Jamil Haddad, Antonio Mariz, Chagas Rodrigues, José Carlos Grecco, Michel Temer, Roberto Brant, Uldurico Pinto, Miro Teixeira, Vicente Bogo, Vilson Souza e Rose de Freitas. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Aluizio Campos, Carlos Sant'Anna, João Calmon, José Fogaça, José Freire, José Geraldo, Prisco Viana, Theodoro Mendes, Délio Braz, Israel Pinheiro, Marcos Lima, Arnaldo Prieto, Carlos Chiarelli, Christóvam Chiaradia, Edme Tavares, Eraldo Tinoco, Inocêncio Oliveira, José Lins, José Santana de Vasconcellos, Mário Assad, Oscar Corrêa, Paulo Pimentel, Enoc Vieira, João Menezes, Jonas Pinheiro, José Tinoco, Paes Landim, Ricardo Izar, Darcy Pozza, Gerson Pares, Jarbas Passarinho Virgílio Távora.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 58 Constituintes; votaram NÃO 31 Constituintes Total 89 votos. O Destaque foi **aprovado**.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Tem a palavra o nobre Constituinte Paulo Ramos, pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – Sr. Presidente, sei que o desejo de todos os membros da Comissão de Sistematização consiste em acelerar a votação para que a Comissão de Sistematização cumpra com a sua obrigação, não só diante dos demais Constituintes, mas, acima de tudo, diante da Nação brasileira.

Solicito a V. Ex.<sup>a</sup> que a cada dia tenhamos, pelo menos, duas reuniões e não apenas uma. Que a partir de hoje já seja feita uma convocação para a parte da tarde

e, a partir de amanhã tenhamos duas convocações, uma na parte da manhã e outra na parte da tarde. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Constituinte Paulo Ramos, a Mesa informa a V. Ex.<sup>a</sup> que anteriormente foi aprovado um requerimento do Constituinte Eraldo Tinoco em que se estabeleceu a ocorrência de duas reuniões. Entretanto, hoje, V. Ex.<sup>a</sup> solicita a convocação. A Mesa tem que esclarecer a V. Ex.<sup>a</sup> que, hoje à tarde, haverá sessão da Câmara dos Deputados no plenário daquela Casa e, aqui, sessão do Senado Federal.

Quero, ainda, informar a V. Ex.<sup>a</sup> que se está em pleno regime, estabelecido anteriormente, de duas reuniões, entretanto, houve uma reunião das Lideranças, de que tive conhecimento há pouco, onde os Líderes decidiram suspender a reunião que poderia ser hoje à noite para se estabelecer amanhã, a partir das 14 horas.

Esta é uma informação que recebi do Constituinte Euclides Scalco do Constituinte José Lourenço e do Constituinte Haroldo Lima.

Eu solicitaria de V. Ex.<sup>a</sup> que, neste momento, não insistisse na questão; ainda temos algum tempo para isto. Vou tomar conhecimento do fato e, evidentemente, ao final da reunião, daremos a posição que se estabelecerá.

Solicitaria a V. Ex.<sup>a</sup> que colaborasse com os trabalhos.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – Vou colaborar com os trabalhos, dizendo que todos nós manifestamos confiança nas respectivas Lideranças, nas Lideranças partidárias. Entretanto, solicito a V. Ex.<sup>a</sup> que, em caso de suma responsabilidade, submeta esta apreciação à votação do Plenário da Comissão de Sistematização.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – A Mesa considerará no momento oportuno.

**O SR. CONSTITUINTE VIRGILDÁSIO DE SENNA:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Tem a palavra o nobre Constituinte Virgildásio de Senna.

**O SR. CONSTITUINTE VIRGILDÁSIO DE SENNA:** – Sr. Presidente, desde ontem que a Mesa comunica à Casa que decisões assumidas e votadas pelo Plenário têm sido objeto de revogação, parcial ou total, por acordos de Liderança.

Quero manifestar a V. Ex.<sup>a</sup> a minha inconformidade, a minha reclamação sobre decisões dessa natureza.

As reuniões da Comissão de Sistematização, que começam às 9 e terminam às 13 e que começam às 15 e terminam às 17 horas, foram aprovadas por este Plenário. Não cabe nenhuma revogação por acordos de Liderança.

Se V. Ex.<sup>a</sup>, como Presidente da Mesa e intérprete do Regimento, decidir por outra forma, com recurso ao Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, isto estaria de acordo com os procedimentos regimentais. Não há nos nossos procedimentos regimentais nenhuma norma que assegure à Liderança alterar o que foi decidido pelo Plenário.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Nobre Constituinte Virgildásio de Senna, penso que V. Ex.<sup>a</sup> não prestou bem atenção na resposta que fiz à questão de ordem do Constituinte Paulo Ramos. Não afirmei que houvesse qualquer norma aqui revogada por acordo de Lideranças. Informei a impossibilidade de reuniões, hoje, no horário da tarde, de acordo com o que já estava estatuído pela decisão do Plenário, em face das sessões que se darão na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. Disse que tive informação que houvera um acordo das Lideranças e disse ao nobre Constituinte Paulo Ramos que, ao final da presente reunião, a Mesa decidirá a questão, até porque, oficialmente, não tivera conhecimento de que houvera acordo de Líderes, embora seja, nesta Casa, uma constante e um costume que acho salutar: nós resolvamos os nossos proble-

mas quando os Líderes se encontrarem em acordo. Mas, até este momento, nada foi revogado. Solicitaria aos Srs. Constituintes que colaborassem conosco no andamento dos trabalhos que me parece têm sido colocados hoje, pela manhã, de forma muito objetiva.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – Sr. Presidente, o Auditório Nereu Ramos permite que façamos as reuniões lá. Não podemos mais nos questionar com adiamentos.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Nobre Constituinte Paulo Ramos, o carinho e o respeito que V. Ex.<sup>a</sup> me merece me faz solicitar a V. Ex.<sup>a</sup> que ajude a Mesa nos trabalhos, porque parece que V. Ex.<sup>a</sup> está preocupado com a celeridade mas, neste momento, não está ajudando a celeridade. Muito obrigado.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Tem a palavra o Constituinte Nelson Carneiro.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – Desejaria que V. Ex.<sup>a</sup>, antes de tomar esta decisão final, examinasse uma possibilidade.

A Câmara e o Senado se reúnem durante a tarde. Seria possível reunir, portanto, a Comissão de Sistematização durante a noite de hoje. Assim, se conciliariam todos os interesses.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Para solucionar devidamente o problema, acho que é o mais democrático, gostaria que os Srs. Constituintes Paulo Ramos e Nelson Carneiro encaminhassem um requerimento à Mesa, no sentido da convocação, que será submetido à apreciação do Plenário desta Comissão.

Em votação o destaque, supressivo, integral, do § 5º do art. 5º, de autoria do Constituinte José Thomaz Nonô.

Perguntaria ao Sr. Constituinte José Thomaz Nonô se mantém o destaque em função da votação anterior. Na verdade, o destaque de V. Ex.<sup>a</sup> deveria ter sido votado antes, porque suprime integralmente o § 5º E, na medida em que votou no destaque anterior aprovado, perguntaria se V. Ex.<sup>a</sup> o mantém.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ THOMAZ NONÔ:** – Sim, Sr. Presidente.

**A SR<sup>a</sup> CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES:** – Peço a palavra para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Tem a palavra a Constituinte Cristina Tavares, para uma questão de ordem.

**A SR<sup>a</sup> CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES:** – Não entendi bem se o Constituinte José Thomaz Nonô retirou o destaque.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Retirou.

**A SR<sup>a</sup> CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES:** – A questão de ordem que faço a V. Ex.<sup>a</sup> é se não estaria prejudicado o requerimento. Uma vez que foi votada e aprovada a emenda do Constituinte José Genoíno, a mim me parece que todos os outros destaques que dizem respeito a este artigo ficam prejudicados.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Nobre Constituinte Cristina Tavares, a Mesa, salvo melhor juízo, entende que não está prejudicado.

A Mesa confessa que deveria ter colocado antes, em votação, o destaque do Constituinte José Thomaz Nonô, eis que ele solicita a supressão integral. Mas, na verdade, o que houve na votação anterior foi a retirada de expressões, e ele propõe a rejeição integral do parágrafo.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ THOMAZ NONÔ:** – Gostaria de fazer um esclarecimento à Mesa.

A supressão proposta não é integral. Mas, concomitantemente, não poderia ser votada, reconheço, junto com a proposta do Constituinte José Genoíno, porque nós gostaríamos de suprimir a partir das expressões "vedado o anonimato" e excluída "a quem incitar à violência"...

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Constituinte José Thomaz Nonô, a Mesa quer informar que, evidentemente, nós temos que ter a compreensão de que alguns equívocos se deram nos requerimentos.

O requerimento de V. Ex.<sup>a</sup> diz:

"Requeiro destaque para votação em separado do § 5º do art. 5º..."

Evidentemente que a Mesa só pode entender que se V. Ex.<sup>a</sup> pede para votação em separado o parágrafo, evidentemente que V. Ex.<sup>a</sup> quer suprimir o parágrafo. De outra forma é muito difícil para nós interpretarmos o texto que V. Ex.<sup>a</sup> acabou de referir.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ THOMAZ NONÔ:** – Gostaria apenas de esclarecer à Mesa – eu me curvarei evidentemente a qualquer decisão da Mesa – que não foi submetida a votação a expressão "vedado o anonimato". O que foi submetido a votação foi esta expressão, e excluída "a quem incitar ...". Apenas o Nobre Constituinte Antônio Britto, quando, com o brilhantismo e a competência de sempre, sustentou a proposição do Constituinte José Genoíno da tribuna, fez menção, também, à expressão "vedado o anonimato". Inclusive, tive a precaução de, em embargo auricular junto à Presidência, esclarecer a V. Ex.<sup>a</sup> da distinção entre as duas proposições.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Evidentemente, nobre Constituinte.

Queria fazer um apelo aos Srs. Constituintes: se inovamos a partir do requerimento de destaque, abrimos o precedente a todos os Constituintes. O destaque de V. Ex.<sup>a</sup>, ao que é possível deduzir da expressão, é supressiva do § 5º. Se V. Ex.<sup>a</sup> agora quer modificar o que requereu, pensa a Mesa que é extremamente difícil para o bom andamento dos trabalhos.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ THOMAZ NONÔ:** – Respeito o entendimento da Mesa, mas, democraticamente, dele divirjo. Acho que V. Ex.<sup>a</sup> ou decide, democraticamente, da forma de votar a supressão, agora, quer dizer, a modificação suprimindo-se "vedado o anonimato", ou submete a questão ao Plenário.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – É uma questão de ordem que V. Ex.<sup>a</sup> levanta. Entendendo que para o bom andamento dos trabalhos, e também ser democrático trabalhar de acordo com as normas estabelecidas, a Mesa indefere, informando a V. Ex.<sup>a</sup> que não é possível, senão vamos abrir um conjunto de precedentes. Se V. Ex.<sup>a</sup> não concordar, pelo instituto do recurso, pode recorrer ao Presidente da Casa, nos termos do Regimento.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ THOMAZ NONÔ:** – Não, Sr. Presidente, não.

Nobre Constituinte Brandão Monteiro, parece-me que é facultado desistir do meu requerimento quanto a tudo, exceto na expressão "vedado o anonimato". Parece-me que, regimentalmente, estou amparado.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Evidentemente, nobre Constituinte.

No requerimento de destaque, V. Ex.<sup>a</sup> requereu uma coisa, e, agora, solicita a votação de outra. Evidentemente, fica profundamente difícil.

**O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA:** – Sr. Presidente, peça a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Tem a palavra o Sr. Constituinte Pimenta da Veiga, para uma questão de ordem.

**O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA:** – Sobre essa questão, a Mesa não teve ainda uma posição definitiva. Tem sido aceito, em alguns casos, o pedido de desistência parcial. Esta, até, foi uma discussão que se instalou aqui, exaltando-se, até, os ânimos. O que eu pergunto a V. Ex.<sup>a</sup> quanto ao indeferimento do pedido do Constituinte José Thomaz Nonô, é porque a votação já está em curso, e aí coincide com as decisões anteriores da Mesa, ou é uma decisão que impede, em qualquer momento, a desistência. Porque se for a primeira hipótese, tem a nossa concordância; se for a segunda hipótese, terá o nosso inconformismo, porque será uma decisão desigual. Em outras oportunidades, já houve desistência parcial, com a aceitação da Mesa e com a votação pelo Plenário.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Nobre Constituinte Pimenta da Veiga, quero informar aos Srs. Constituintes que é extremamente diversa a decisão, com a qual eu, entretanto, discordo, mas já houve, e me curvo a ela, na atual circunstância do Constituinte José Thomaz Nonô. Ali havia desistência de dispositivos inteiros. Ele solicitou, nesta oportunidade, destaque para votação em separado, evidentemente, para suprimir ao artigo. Depois, ele recua em relação a duas expressões só. Eu gostaria que os Srs. Constituintes colaborassem com o bom andamento dos trabalhos. Porque, de precedente em precedente, nós vamos ao tumulto, criamos a dificuldade, e não avançamos. Evidentemente, parece-me que essa deve ser a posição da Mesa.

**O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA:** – Eu não tenho esta questão como definitivamente resolvida. Pretendo que, fora da sessão, a Mesa chegue a uma decisão definitiva sobre o assunto.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Aliás, Srs. Constituintes, só para colocar algumas questões que acho que devam ser colocadas. Eu acho que nós estamos diante de alguns problemas, e esses problemas têm inquietado a todos nós. Se nós não reunirmos o conjunto das lideranças de quem responde pelos Partidos, e decidirmos uma norma única, de forma que não se abra nenhum precedente para o mais ilustre dos Constituintes, não iremos encaminhar os nossos trabalhos com perfeita harmonia.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ THOMAZ NONÔ:** – Sr. Presidente, para que não se firme jurisprudência, que entendo danosa, acatarei as ponderações de V. Ex.<sup>a</sup>, e desisto dos destaques. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Srs. Constituintes, a questão está solucionada. De modo que peço a V. Ex.<sup>as</sup> que colaborem com a Mesa. Evidentemente que temos que tomar algumas outras providências, mas o assunto está encerrado. Quero, inclusive, informar aos Srs. Constituintes que a presente reunião se encerrará às 13 horas e 30 minutos, portanto, às quatro horas regimentais, haja vista que começou às 9 horas e 30 minutos. Requerimento de destaque de autoria do Constituinte Jesus Tajra. **(Pausa)**

Ausente.

Está prejudicado. Requerimento de destaque do Constituinte Nelson Friedrich, art. 6º, § 9º

Está presente o Constituinte Nelson Friedrich?

**O SR. CONSTITUINTE NELTON FRIEDRICH:** – Retiro o destaque, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – S. Ex.<sup>a</sup> retira o destaque e, em consequência, fica prejudicado.

Requerimento de destaque do Constituinte Aldo Arantes, referente ao art. 5º, § 5º, que solicita a retirada da expressão "incitar a violência". Prejudicado pela votação anterior.

Requerimento de destaque do Constituinte Haroldo Lima, prejudicado na mesma forma e sentido.

**O SR. CONSTITUINTE OTTOMAR PINTO:** – Desisto, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – O Constituinte Ottomar Pinto desiste e, em consequência, o destaque fica prejudicado.

Requerimento do Constituinte Antônio Britto, Destaque nº 4.741/87, referente à Emenda nº 21.057-2.

**O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO BRITTO:** – Desisto, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Constituinte Antônio Britto desiste e, em consequência, o destaque fica prejudicado.

Requerimento de Destaque nº 4.765, de autoria do Constituinte Artur da Távola, referente à Emenda nº 2.781, de autoria do Constituinte Maurício Fruet.

S. Ex.<sup>o</sup> está ausente, e portanto, o destaque está prejudicado.

Requerimento de Destaque nº 5.105/11, referente à Emenda nº 21.952, de autoria do Constituinte José Genoíno, verificativa, Título II, Capítulo I, art. 5º, § 5º

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Retiro o pedido de destaque, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – S. Ex.<sup>a</sup> retira o destaque e, em consequência, ele fica prejudicado.

Ainda, Requerimento de Destaque nº 551/87, referente à Emenda nº 6.637/9, de autoria do Constituinte José Genoíno.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Retiro, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Requerimento de destaque do Constituinte Nelson Wedekin; S. Ex.<sup>a</sup> está presente? **(Pausa)**

Prejudicado pela ausência.

Requerimento do Constituinte Nelson Friedrich, Destaque nº 2.648/87. Emenda nº 1.933/4, modificativa, V. Ex.<sup>a</sup> mantém?

**O SR. CONSTITUINTE NELTON FRIEDRICH:** – Retiro, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Retirou. Prejudicado.

Há outro pedido de destaque do Constituinte Nelson Friedrich, este de nº 2.693, Emenda nº 29.573/0. V. Ex.<sup>a</sup> mantém? **(Pausa)** S. Ex.<sup>a</sup> desistiu.

Requerimento do Sr. Constituinte Florestan Fernandes. Destaque nº 3.115, referente à Emenda nº 2.854/9. Constituinte Florestan Fernandes está presente? **(Pausa.)** Prejudicado.

Requerimento de Destaque nº 4.855, referente à Emenda nº 26.909, de autoria do Constituinte Adroaldo Streck. S. Ex.<sup>a</sup> está presente? **(Pausa)** Prejudicado.

Requerimento de Destaque nº 5.738, referente à Emenda nº 30.677/4, do Constituinte Carlos Alberto Caó.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS ALBERTO CAÓ:** – Retiro, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Prejudicado.

Constituinte Valter Pereira, está presente? **(Pausa)**

Requerimento de Destaque nº 6.383/87, de sua autoria, está prejudicado. Da Constituinte Rose de Freitas, Requerimento de Destaque nº 6.724.

**A SRA. CONSTITUINTE ROSE DE FREITAS:** – Retiro, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Do Constituinte Paulo Ramos, Destaque nº 7.980, referente à Emenda nº 29.024/0, modificativa. V. Ex.<sup>a</sup> mantém o destaque?

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – Já foi contemplada com a votação anterior, totalmente.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Requerimento de destaque do Sr. Constituinte Maurício Fruet. **(Pausa)** Ausente. Prejudicado.

Requerimento de destaque do Constituinte Carlos Sant'Anna. Ausente. Prejudicado.

Requerimento de destaque do Sr. Constituinte Fernando Henrique Cardoso. **(Pausa)** Ausente. Prejudicado.

Requerimento do Sr. Constituinte Mário Maia. **(Pausa)** Ausente. Prejudicado.

Requerimento do Sr. Constituinte Nilton Friedrich – Destaque nº 2.686, referente à Emenda nº 29.563/12/2. **(Pausa)**

**O SR. CONSTITUINTE NELTON FRIEDRICH:** – Contemplada.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Retirada, em consequência.

**Destaque nº 3.973/87, do Sr Aluizio Campos, "que suprime expressão do art. 5º, § 5º, do Substitutivo nº 2."**

Sobre a mesa, o requerimento da preferência do Constituinte Aluizio Campos. "Requeiro preferência para os destaques referentes aos artigos e parágrafos do Título II, relacionados em anexo". Art. 5º, § 5º

Trago ao Plenário as considerações. O Sr. Constituinte Aluizio Campos solicitou preferência para um destaque onde não há emenda.

No entendimento da Mesa, apesar do respeito que tenho pelo ilustre Constituinte Aluizio Campos, não é possível se fazer destaque se não há emenda como aqui está estabelecido. Por isto, devo dizer que a Mesa o considera prejudicado.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Constituinte Aluizio Campos.

**O SR. CONSTITUINTE ALUÍZIO CAMPOS:** – Sr. Presidente, quero ponderar a V. Ex.<sup>a</sup> que não foi aberto o prazo regimental previsto no art. 26, § 3º, do Regimento Interno da Constituição para apresentação de emendas ao segundo substitutivo.

As normas consolidadas, entretanto, feitas de acordo com a Presidência da Constituinte e todas as Lideranças, determinaram que os membros da Comissão poderiam, por isto mesmo, apresentar destaques acerca de toda matéria constante do substitutivo; do contrário a Comissão ficaria preterida de participar do processo de elaboração constitucional.

destaque que peço, sobre o art. 5º do § 5º, é para suprimir duas expressões: primeiro, a expressão "proporcional ao agravo" e segundo, "dano material, moral ou à imagem", porque considero que ambas as expressões são restritivas.

O direito de resposta deve ser o mais amplo possível e a indenização do dano também. Se o acusado, o ofendido, tem o direito de resposta assegurado, ele deve fazê-lo sem limitação. A lei atual permite que se use o mesmo espaço nos jornais.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Constituinte Aluizio Campos, V. Ex.<sup>a</sup> pediu a palavra pela ordem e está encaminhando o requerimento que já foi rejeitado pela Mesa.

**O SR. CONSTITUINTE ALUÍZIO CAMPOS:** – Estou dizendo a V. Ex.<sup>a</sup> que a Mesa não pode privar um membro da Comissão de requerer destaques sobre o texto do 2º Substitutivo, simplesmente, porque não nos foi aberto o prazo para apresentarmos emendas a este texto.

O destaque é a única forma pela qual os membros da Comissão poderão trabalhar em cima do texto, para

melhorá-lo, aprimorá-lo, principalmente ouvindo o Relator.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Nobre Constituinte Aluizio Campos, eu solicitaria a V. Ex.<sup>a</sup> que encerrasse o seu pronunciamento.

**O SR. CONSTITUINTE ALUÍZIO CAMPOS:** – Eu pedi a V. Ex.<sup>a</sup> para retirar o destaque a respeito do § 5º, do art. 2º, a fim de que tenhamos tempo de entrar em entendimento com os demais membros da Comissão, porque me parece um absurdo que além de os membros da Comissão não terem tido tempo, não terem disposto de prazo para apresentar emendas ao 2º Substitutivo, estejam preteridos de destacar partes do texto dele constante, inclusive da matéria nova, introduzida pelo Sr. Relator. Isso representaria uma imposição ditatorial de todo o texto do projeto. Assim sendo, seria melhor que a Comissão fosse dissolvida. Apenas isso.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Constituinte Aluizio Campos, como membro da Mesa que sucede a V. Ex.<sup>a</sup>, eu faria a V. Ex.<sup>a</sup> um apelo. Na verdade, eu queria explicar-lhes. A Mesa já tomou a decisão.

O Constituinte Aluizio Campos pede destaque sem ter feito emenda, para mudar um texto do artigo. Evidentemente, que nenhum dos Srs. Constituintes teve oportunidade de emendar o chamado 2º Substitutivo e, evidentemente, todo o Plenário não conhece, inclusive, os termos do que deseja o Constituinte Aluizio Campos. Solicitaria ao Constituinte Aluizio Campos que colaborasse conosco, porque, na verdade, ao se abrir esse precedente iremos criar um grande tumulto para a continuação dos trabalhos. Está resolvida a questão de ordem.

**O SR. CONSTITUINTE ALUÍZIO CAMPOS:** – Peço a V. Ex.<sup>a</sup> que leia, para conhecimento do Plenário, o texto das emendas consolidadas 1.3.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Não preciso ler, Constituinte Aluizio Campos, porque toda a Constituinte tem conhecimento. A interpretação de V. Ex.<sup>a</sup> não é a interpretação da maioria.

**O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA:** – Peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Tem a palavra o Constituinte Pimenta da Veiga para uma questão de ordem.

**O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA:** – Sr. Presidente, a minha questão de ordem é a seguinte: V. Ex.<sup>a</sup> indefere o pedido do Constituinte Aluizio Campos sob o argumento de que não pode haver destaque supressivo. O que desejo saber é se apenas o Constituinte Aluizio Campos pediu a supressão de parte do texto do Substitutivo nº 2, ou se modifica o texto?

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Evidentemente, o Constituinte Aluizio Campos pede a modificação através do destaque do § 5º, sem que haja emenda a esse respeito.

**O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA:** – Emenda modificativa e não emenda supressiva, isso não havia sido dito até agora.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Evidentemente que não é uma emenda supressiva.

**O SR. CONSTITUINTE ALUÍZIO CAMPOS:** – O texto continua o mesmo. Nós só podemos interferir no processo de deliberação se tivermos atribuição de requerer destaque para o texto do segundo substitutivo. Eu não pedi nada modificativo. Eu pedi a supressão de duas expressões.

**O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA:** – Sr. Presidente, apenas peço à Mesa a explicação.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Se há uma controvérsia, a Mesa está informando que não, ele quer na verdade modificar um texto que ninguém conhece.



**O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA:** – Mas a Mesa aceita, portanto, num outro raciocínio o destaque supressivo.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Destaque supressivo, evidentemente que sim.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FOGAÇA:** – Sr. Presidente, acabo de receber comunicação do autor do destaque, Constituinte Aluizio Campos, até de certa forma mudando a sua intenção original. S. Ex.<sup>a</sup> queria retirar parte do texto e sobre isso me fez uma comunicação, questão de uma hora atrás: retirar uma parte do texto e acrescentar outra, o que caracterizava uma emenda modificativa. S. Ex.<sup>a</sup> agora comunica à Relatoria que sua intenção é única e exclusivamente eliminar a expressão “proporcional ao agravo” a expressão “material, moral ou à imagem”. Ou seja, S. Ex.<sup>a</sup> transforma o destaque num destaque supressivo tão somente. O que, portanto, o torna uma faculdade e um direito do autor.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Eu queria colocar aqui uma questão que acho que tem de ser definitiva.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FOGAÇA:** – Só consulto a Mesa, Sr. Presidente, se o Constituinte Aluizio Campos requereu o destaque no momento oportuno para a supressão.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Evidentemente que não. Não é o que está no destaque. Se a cada momento em que requeiro um destaque e por defeito de requerimento, de petição, ele é indeferido, eu mudo as características do destaque, nós vamos ficar aqui seguidamente com problemas.

**Destaque n.º 4.232/87, do Sr José Serra – Emenda ES-23.392-1, do Sr. Rodrigues Palma, “que exclui expressão do § 9.º do art. 6.º do Substitutivo n.º 1 (art. 5.º § 5º, do Substitutivo n.º 2).”**

Exclua-se do § do art. 6.º, a expressão: “vedado o anonimato” e exclua “quem incitar a violência ou defender a discriminação de qualquer natureza”.

Ainda não foi atendido, porque na outra votação não se exclui: “vedado o anonimato”.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – “Vedado anonimato” já foi votado no destaque anterior.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Seria cercear a liberdade do destaque do Constituinte José Serra. Nobre Constituinte Gerson Peres, gostaria que V. Ex.<sup>a</sup> colaborasse. A Mesa pode até estar incorrendo em equívocos. V. Ex.<sup>a</sup> recorra dos erros da Mesa, mas ajude e colabore.

Tem a palavra o Constituinte José Serra, para o encaminhamento.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ SERRA:** – Sr. Presidente e Srs. Constituintes, entendo que o meu destaque não está prejudicado pela votação do destaque anterior. Uma vez que propunha suprimir “vedado o anonimato” e excluir “a quem incitar a violência ou defender a discriminação de qualquer natureza”. Foi suprimida a expressão e excluída: “a quem incitar a violência ou defender a discriminação de qualquer natureza”. Mas a questão da vedação do anonimato não foi prejudicada.

O meu argumento no caso é de que essa expressão “vedado o anonimato” é, na melhor das hipóteses, supérfluo dentro do termo. Por quê? Porque o texto do Substitutivo preserva a hipótese de que a veiculação de qualquer notícia tem um responsável, que é o jornalista que assina a matéria ou a direção do Jornal. Creio que a expressão “vedado o anonimato” pode levar a interpretações que conduzam a situações absurdas, por exemplo, de revelação de fontes de informação de jornalistas.

Uma expressão desse tipo, no caso, por exemplo, do fenômeno de Watergate, nos Estados Unidos, teria impos-

sibilitado que a imprensa exercesse o papel que exerceu naquela oportunidade - e levada ao extremo, ela pode realmente levar a situações em que se cometam abusos com relação ao exercício da liberdade de imprensa. Os jornalistas vivem com a informação e não devem ser obrigados a revelar a fonte da informação. Agora, na medida em que não revelem a fonte da informação, eles são responsáveis por essa informação. Portanto, a supressão dessa expressão não cria uma situação de irresponsabilidade, apenas torna responsável o jornal ou o jornalista que veiculou a informação, mas não obriga a divulgação da fonte.

Há vários casos - eu citei o caso de Watergate há o caso com relação a investimentos estatais, por exemplo, da Ferrovia Norte-Sul, que independentemente da opinião que se tenha a respeito do mérito desse investimento, se jornalista for obrigado a revelar a fonte da sua informação ele estará sendo coagido no direito de informar, no direito de levar questões à opinião pública. Sei, por outro lado, que a questão de não divulgar fontes de informação também pode levar a abusos, no sentido de se inventarem fontes de informação para com isso atacarem a honra ou ofenderem a respeitabilidade de pessoas. Mas há outros dispositivos, dentro desse texto constitucional, que permitem enfrentar essa questão, uma vez que o próprio jornalista ou o jornal serão responsáveis pela questão que estão afirmando, caso não veiculem a fonte de informação que estão invocando.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, proponho a supressão da expressão “vedado o anonimato”. Ela é, na melhor das hipóteses, supérflua e, na pior das hipóteses, pode ser utilizada como instrumento de coação na liberdade de informação, que é tão fundamental para o desenvolvimento da democracia em nosso País. **(Muito bem! Palmas)**

**O SR. CONSTITUINTE MENDES RIBEIRO:** – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Tem a palavra o nobre Constituinte Mendes Ribeiro para encaminhar contra.

**O SR. CONSTITUINTE MENDES RIBEIRO:** – Sr. Presidente, encaminhei contra no destaque anterior, embora sabendo que a parte relativa à comunicação, de certa forma, contemplava a figura. Lá, na comunicação, remete para a lei mecanismos que ela criará para evitar a violência e a discriminação.

Neste caso, Sr. Presidente, de forma alguma isso interfere na liberdade de imprensa. Muito pelo contrário, isso valoriza extremamente o profissional. O profissional, que é responsável, preserva a sua fonte, mas vale investigar a veracidade da informação. E no momento em que ele investiga a veracidade da informação, ele a torna sua.

Não vejo como destruir liberdade imputando responsabilidade. Seria o primeiro a me insurgir contra isso. Sou primeiro a me insurgir contra qualquer coisa que possibilite – eu e qualquer outro jornalista – atirar um travesseiro de penas para o ar e depois não recolhê-las todas, que aliás é muito difícil.

Acho que é uma conquista, Sr. Presidente. O destaque anterior, dado como vitorioso pelo Plenário, não desfigura texto porque está lá contemplado no Capítulo das Comunicações, mas este desfiguraria.

Também é mais perigoso ainda, quando se quer que agravo não seja proporcionalmente respondido. Tem que ser proporcionalmente, não apenas respondido, como ressarcido. Esse é um princípio primário de justiça.

Portanto, Sr. Presidente, mais uma vez, sou pela manutenção do texto. Na vez anterior ele não foi desfigurado porque o mandamento continua lá, embora remetido para além, no Capítulo das Comunicações, aqui será desfigurado,

o que, a meu juízo, respeitando é claro, o que a maioria determinar, o que seria lamentável.

Era o que desejava dizer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Com a palavra o Constituinte Artur da Távola, segundo orador para encaminhar contra.

**O SR. CONSTITUINTE ARTUR DA TÁVOLA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, é evidente que não estamos diante de uma decisão fácil. Este não é um dos casos em que a chamada verdade se agrupa por inteiro de um dos lados. Será decidido por aspectos predominantes dentro do tema e não pela ilusão ou idéia de que o “verás” se encontra de um lado, e o “não verás” de outro.

É preciso - e falo aqui, neste momento, não como Constituinte, mas como jornalista - não confundir o anonimato, que é o ato de se ocultar no não-nome, ou seja, na existência de alguma responsabilidade, com a preservação da fonte, que é, evidentemente, um dos aspectos fundamentais do desempenho jornalístico.

O texto proposto não está proclamando que a proteção da fonte está proibida. Isto seria um despautério; ele está exatamente no parágrafo do Capítulo que tem a ver com os direitos fundamentais, nos quais se baseia a construção da nova ordem jurídico-social deste País, dizendo que o anonimato é vedado porque é a fonte principal da calúnia (palmas), é a fonte principal da mais solerte maneira de alguém utilizar o poder contra o outro, de esconder-se. O anonimato está para o jornalismo como a tocaia está para o Direito Penal (palmas). E mais, não apenas o anonimato se expressa em órgãos de comunicação - jornais revistas - mas também nos panfletos mentirosos que, às vésperas de eleição, são assacados contra políticos. (Muito bem, Palmas.) e as formas asquerosas da calúnia e da solécia que, por meio de cartas anônimas, são enviadas tantas vezes publicadas que se está neste instante tentando acautelar é o direito da clareza que é consentâneo com a liberdade, no Capítulo da Liberdade, no parágrafo que se refere à liberdade, o instituto da responsabilidade.

Quem usa um meio de comunicação deve fazê-lo com a responsabilidade de estar atendendo a algo que toca muito profundamente à honra alheia, à consciência alheia, valores, enfim, que estamos tentando prezar nesta Casa.

Só há um caso, para mostrar a dificuldade do tema, em que o anonimato às vezes protege: nas ditaduras. Realmente, nas ditaduras, o anonimato tantas vezes protege, sobretudo nas ditaduras cruéis e tirânicas; porém, neste instante da vida brasileira, felizmente não estamos fazendo um estatuto da ditadura, mas estatuto da democracia.

Muito obrigado a V. Ex.<sup>as</sup> (Muito bem! Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Pela ordem, tem a palavra o Sr. Constituinte José Serra.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ SERRA:** – Face aos esclarecimentos do Constituinte Artur da Távola, e de manifestações que escutei do Plenário, retiro o meu pedido de destaque. (Muito bem! Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Srs. Constituintes encerramos, em consequência, todos os destaques referentes ao § 5.º

Já vencemos o prazo estabelecido para a reunião. Entretanto, sobre a mesa, há dois requerimentos para os quais chamo a atenção da Assembléia Nacional Constituinte: o Constituinte Vicente Bogo apresenta um requerimento à Mesa em torno de manifestações caluniosas à Assembléia Nacional Constituinte pelo Sr. Antônio Ermírio de Moraes no Programa “Crítica & Autocrítica”, da Televisão Bandeirantes, do dia 27 de setembro, realizado às 23 horas.

Enfim, S. Ex.<sup>a</sup> requer providências do Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, no sentido de apurar as

devidas responsabilidades sob pena de aceitarmos a imputação, e requer direito de resposta.

Já recebi o requerimento e o encaminhamento à autoridade competente, que é o Presidente da Assembléia Nacional Constituinte.

O segundo requerimento é assinado pelos Constituintes Nelson Carneiro e Paulo Ramos, nos seguintes termos:

“Requeremos que a sessão que deveria realizar-se às 15 horas de hoje seja convocada para às 20 horas, sem prejuízo das já convocadas, conforme a decisão anterior, para às 9 e 18 horas de amanhã.”

Esta questão foi suscitada por vários oradores e dissemos que, ao final da presente reunião, ouviríamos o Plenário, haja vista que há um sentido, segundo se observou, generalizado para que, hoje, ainda voltemos às reuniões da Comissão de Sistematização.

Não tenho outros meios senão pôr em votação o requerimento.

Solicito aos Srs. Constituintes que se coloquem devidamente sentados porque esta votação será pelo processo simbólico.

O requerimento é no sentido de que a reunião seja às 20 horas.

**O SR. CONSTITUINTE JOÃO PAULO:** – Sr. Presidente, peço a palavra por uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Tem a palavra o nobre Constituinte João Paulo, para uma questão de ordem.

**O SR. CONSTITUINTE JOÃO PAULO:** – Sr. Presidente, eu gostaria de levantar outra questão - S. Ex.<sup>as</sup> propõem a reunião plenária para 20 horas. Proponho que as sessões de votação da Assembléia Nacional Constituinte tenham precedência e importância às do Senado e da Câmara dos Deputados. Sobre todo e qualquer assunto, as votações da Assembléia Nacional Constituinte são mais importantes.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Nobre Constituinte João Paulo, evidentemente que essa precedência já existe para as sessões da Assembléia Nacional Constituinte – aqui é a Comissão de Sistematização.

Em votação o requerimento de autoria dos Srs. Constituintes Nelson Carneiro e Paulo Ramos.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FOGAÇA:** – Sr. Presidente, peço a palavra para um esclarecimento sobre a votação.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Tem a palavra V. Ex.<sup>a</sup> para um esclarecimento sobre a votação.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FOGAÇA:** – Sr. Presidente, gostaria de saber se o requerimento já decide qual será o regime de trabalho ao longo da semana?

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – É para hoje – exclusivamente para hoje na Câmara dos Deputados – eu estou dando um esclarecimento porque me parece que o Plenário da Câmara dos Deputados já está em condições de trabalho.

**O SR. CONSTITUINTE PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO:** – Sr. Presidente, peço a palavra, para um esclarecimento.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Tem a palavra V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. CONSTITUINTE PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO:** – Eu queria fazer uma ponderação aos colegas que é a seguinte: estamos agora tratando de reordenar um pouco os trabalhos, e uma das coisas que está dificultando é o fato de que a Administração da Casa não tem tempo de preparar todas as indicações e os anexos.

Faço uma ponderação e esperaria que os colegas – e isso ajudaria muito os trabalhos da Casa – que os

companheiros pudessem terminar a sua palavra sem ser perturbados por gritos e berros, fora do microfone, porque é impossível expor o pensamento. Pode ser que eu esteja dizendo uma besteira e não serei atendido. Mas acho que é um direito constitucional meu de dizê-la.

A ponderação que faço aos companheiros é que se nós ganharmos esta tarde e esta noite, poderemos reorganizar melhor para ganharmos uma celeridade maior, amanhã. Era a única ponderação que queria fazer e, evidentemente, me submeterei ao entendimento dos colegas.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – A Mesa quer informar que agradece à colaboração e a ponderação do Sr. Constituinte Plínio Arruda Sampaio. Entretanto, a Assessoria nos informa que, até o final do título, hoje à noite, estaríamos em condições de trabalhar porque tudo estaria pronto. Só como esclarecimento.

Em votação. (Pausa)

**O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA:** – Por mais intolerância que isto possa provocar, gostaria de ter a minha questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – A minha intorelância é visual... V. Ex.<sup>a</sup> não deve casar muito com a minha expressão local... Deve ser um equívoco de V. Ex.<sup>a</sup>, mas é da natureza, de maneira que não poso modificar, Sr. Constituinte Pimenta da Veiga.

**O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA:** – Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup> a explicação.

Gostaria de secundar as palavras do Sr. Constituinte Plínio Arruda Sampaio, para dizer que ontem tivemos uma reunião que não engrandeceu esta Comissão. E ela foi motivada por desacertos e interpretações da Mesa.

Por isso, parece-me que daquele momento em diante, tem havido um esforço das Lideranças, para encontrar algumas decisões que pacifiquem as matérias que foram colocadas.

V. Ex.<sup>a</sup> sabe que no próximo parágrafo, ou no segundo ou terceiro parágrafo que será votado, a questão será reaberta. Não sei se a Mesa já tem decisão, o que sei, por informação mesma de V. Ex.<sup>a</sup> é que os líderes se reuniram para encontrar essa decisão e pediram prazo até amanhã.

Não me parece que ganharemos tempo reabrindo essa questão sem que ela seja previamente discutida. Ao contrário, o que me parece é que perderemos tempo. Por isso, quero manifestar a minha total concordância com a questão levantada pelo Constituinte Plínio Arruda Sampaio e propor que, se os líderes se reúnem e consideram necessária essa extensão do prazo, é absolutamente razoável que seja atendida a pretensão.

**O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE:** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Solicitaria aos Srs. Constituintes tomarem seus assentos para se proceder à votação.

Tem a palavra o Constituinte Ademir Andrade.

**SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE:** – Houve dois encaminhamentos contra o requerimento. Gostaria de ponderar a V. Ex.<sup>a</sup> que, em primeiro lugar, a própria Assessoria da Mesa coloca que já estamos em perfeitas condições de dar continuidade ao trabalho porque já está organizado e a reunião de hoje deu uma demonstração e uma prova disso.

Em segundo lugar, há uma reunião de lideranças, convocada para às 17 horas, o que, tranquilamente, daria tempo de se decidirem as questões e termos a reunião às 20 horas. Precisamos acelerar os trabalhos desta Comissão (palmas) e é por isso que votamos a favor do requerimento para que a reunião seja convocada.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Os Srs. Constituintes que estiverem de acordo com a convocação

da reunião para as 20 horas no Plenário da Câmara dos Deputados permaneçam sentados. (Pausa.)

Infelizmente, vamos proceder à votação, porque é extremamente difícil à Mesa, com equilíbrio de opiniões, definir a votação.

Está rejeitado o requerimento.

Há uma dúvida e a Mesa vai tentar dissuadi-la. O resultado da votação é o que os líderes acertaram, conversando e sugerindo. Sugerem, ainda, que a reunião. Amanhã seja das 14 às 23 horas.

Foi o Constituinte Euclides Scalco que me procurou pessoalmente, 1.º Vice Líder do PMDB.

**O SR. CONSTITUINTE VIRGILDÁSIO DE SENNA:** – Lembro a V. Ex.<sup>a</sup> que há uma decisão do Plenário marcando para amanhã às 9 horas.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FOGAÇA:** – Sr. Presidente, a relatoria pede a palavra.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Pois não!

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – Entendemos que o horário das nove da manhã é mais propício às atividades de votação e que o horário da noite é mais reservado à ordenação dos destaques ou às prejudicialidades. Assim, poderíamos trabalhar das 9 às 13 e, depois, das 15 até às 19 horas horário reservado à votação. Esta é a proposta da relatoria. (Palmas)

### III – SUSPENSÃO DA REUNIÃO

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – A Presidência vai suspender os trabalhos, convocando os Senhores Constituintes para a continuação da presente reunião, amanhã às 9:00 horas.

Está suspensa a reunião.

(Levanta-se a reunião às 13 horas e 50 minutos)

### EM 29 DE SETEMBRO DE 1987 (1)

Presidência dos Srs: Aluísio Campos, Primeiro-Vice-Presidente; **Brandão Monteiro**, Segundo-Vice-Presidente e **Afonso Arinos**, Presidente.

#### I – REABERTURA DA REUNIÃO

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Havendo número regimental, declaro reaberta a reunião, para votação do artigo 5º e seus parágrafos.

#### II – COMUNICAÇÕES

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – A Presidência comunica que ontem, sob a Presidência do Deputado Ulysses Guimarães, houve uma reunião da Mesa da Comissão de Sistematização com as lideranças partidárias, a fim de serem adotadas algumas providências relacionadas com o ordenamento dos nossos trabalhos.

Para que esses trabalhos possam prosseguir mais racionalmente, estabeleceu-se que, a partir de amanhã, as sessões serão realizadas no plenário da Câmara dos Deputados, de 14 às 20 horas, normalmente, podendo ser prorrogadas até as 22 horas. As manhãs ficarão reservadas para entendimentos e reexame dos destaques apresentados e votados e das questões a serem submetidas durante a votação de cada Capítulo, visando ao seu ordenamento e à identificação das prejudicialidades, podendo, também haver entendimentos com os membros da Comissão para retirada de determinados destaques, quando, pela sua natureza, houver semelhança ou identidade com matérias já anteriormente votadas.

Também foi proposta e aceito, unanimemente, a criação de duas vice-presidências – uma vez que os trabalhos de uma sessão continua, de 14 às 22 horas, são muito cansativos – o que permitirá um rodízio na direção das

reuniões. Essas vice-presidências, 3ª e 4ª, serão auxiliares. Ainda não está definido, mas foram cogitados, para serem submetidos à votação do Plenário desta Comissão, os nomes dos Constituintes Jarbas Passarinho e Fernando Henrique Cardoso.

De acordo com o Regimento Interno, qualquer modificação terá de obedecer ao disposto no art. 81 e seguintes, do Regimento Interno, da mesma maneira que, oficialmente, a eleição dependeria previamente da observância desses dispositivos regimentais, porque só assim – estando estabelecida a criação das duas vice-presidências – é que a Comissão poderia votar nos nomes sugeridos.

O Presidente Ulysses Guimarães pediu há pouco que em virtude dos entendimentos havidos, a Comissão antecipasse a eleição. Temos já ofício preparado pela mesa, sugerindo que S. Ex.<sup>a</sup> tome as devidas providências no sentido de modificar o Regimento, como exigem os arts. 81 a 82, que regulam a alteração do seu texto. Mas S. Ex.<sup>a</sup> deseja que a Comissão faça a eleição sem essa prévia modificação regimental, para, numa resolução posterior, a Mesa da Constituinte submeter essa decisão ao **referendum** do Plenário da Assembléia.

Não houve nenhuma divergência em relação a esse procedimento. Mas esta Presidência deseja submeter essa proposição ao Plenário por meio de votação simbólica, pedindo aos Senhores que estejam de acordo com o ordenamento, ontem acertado, que permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado, com o voto contrário do Constituinte Oscar Corrêa.

Agora devemos proceder à eleição dos vice-presidentes auxiliares.

Se todos concordarem submeto os nomes dos Constituintes Jarbas Passarinho e Fernando Henrique Cardoso à apreciação do Plenário, por votação simbólica. (Palmas.) Aprovado.

Já contaremos de agora em diante, com a colaboração desses dois eminentes Constituintes na condução dos trabalhos desta Comissão.

### III – ORDEM DO DIA

#### VOTAÇÃO DO PROJETO DE CONSTITUIÇÃO.

#### TÍTULO II (continuação)

**Destaque nº 3.269/87 – Emenda nº ES-32.912-0, do Sr. Artur da Távola, "que suprime as expressões "que não contrariem a ordem pública e os bons costumes" do artigo 6º, § 42 do Substitutivo nº 1, correspondente ao artigo 5º, § 6º do Substitutivo nº 2 (35.ª votação)**

Passaremos agora à votação do § 6º do art. 5º O destaque a ser votado é o de nº 3.269, do eminente Constituinte Artur da Távola, sobre a Emenda nº 32.912. S. Ex.<sup>a</sup> propõe que seja suprimidos do texto do § 6º do art. 5º a seguinte expressão: "que não contrariem a ordem pública e os bons costumes".

Concedo a palavra a S. Ex.<sup>a</sup> para o encaminhamento da sua proposição.

**O SR. CONSTITUINTE ARTUR DA TÁVOLA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, não é complexa a defesa dessa emenda, que, por coincidência, uniu a minha sugestão de supressão de uma parte do § 6º do Constituinte Manoel Moreira, que apresentou emenda no mesmo sentido. Trata-se apenas de suprimir do § 6º a expressão "que não contrariem a ordem pública e os bons costumes".

Ficaria, então, o § 6º com a seguinte redação:

"É inviolável a liberdade de consciência, assegurado o livre exercício dos cultos religiosos, garantida aos locais de culto e às suas liturgias particulares à proteção, na forma da lei."

Ora, se o texto prevê que, na forma da lei, os locais de culto e a suas liturgias particulares sejam protegidos,

não há sentido para a restrição nele existente, porque é óbvio que o que contraria a moral e os bons costumes não é permitido pela Constituição e não é religioso.

Além disso, esta expressão, "que não contrariem a ordem pública e os bons costumes", no texto constitucional, pode dar azo a perseguições de natureza religiosa, independentemente de lei, conforme está no próprio texto, que organize a forma do culto dentro, evidentemente, da moral e dos bons costumes e de outras características. Já tivemos neste País, no passado principalmente, inúmeras perseguições de autoridades determinadas, apenas por serem membros de uma religião, a crenças de outras religiões.

Lembro, ademais, aos Srs. Constituintes que este é o Capítulo dos Direitos Individuais e Coletivos, capítulo que tem por natureza fixar o conjunto de direito individuais que a Nação considera fundamentais para a pessoa humana e para sociedade. Então, não tem muito cabimento em um texto que enumera os direitos fundamentais a colocação imediata da restrição a um direito. O que está aqui caracterizado é o direito à liberdade de crença e culto. As formas lesivas, abusivas, equivocadas e contrárias à moral e aos bons costumes, eventualmente possíveis – e elas são possíveis, não nos esqueçamos das seitas como c/o Reverendo Moon – essas serão evidentemente, suprimidas em lei. Mas macular o princípio da liberdade de crença com uma restrição aposta, imediata tanto mais que o próprio texto ao final reza "na forma da lei", parece-me uma redundância a merecer dos Srs. Constituintes um corte, para que o direito à liberdade de crença e de culto, fundamentos da religiosidade, fique cristalino no texto da Constituição que iremos promulgar.

Agradeço as S. Ex.<sup>as</sup> a atenção. (Pausa)

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Com a palavra o nobre Constituinte José Mendonça de Moraes para se pronunciar contra a supressão.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ MENDONÇA DE MORAES:** – Sr. Presidente, ilustres membros da Comissão de Sistematização, ouvi, com muita atenção, as colocações do ilustre autor do destaque. Entendo, **data vênica**, que os cuidados contidos no texto original do Relator do Projeto de Constituição devem ser mantidos, porque podemos encontrar, com apoio na Constituição, a realização de cultos, ditos religiosos, que realmente contrariam a ordem pública e os bons costumes. Não nos esqueçamos dos Jim Jones da vida que podem, contrariando os costumes do povo, induzir maciçamente membros de uma seita religiosa ao suicídio coletivo, o que contraria a ordem pública e os bons costumes.

Toda liberdade tem limite. Não há liberdade absoluta. Exatamente por causa desse limite natural é que a liberdade dos outros também deve ser protegida.

Por isso, entendo que o texto está bem colocado, motivo pelo qual opino pela manutenção do texto do Sr. Relator, entendendo que, mesmo admitindo como boas às ponderações do autor do destaque, essa precaução deve estar contida no texto constitucional, para não termos algum atentado, em nome da liberdade religiosa, aos costumes do povo brasileiro e, principalmente, à ordem pública.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Com a palavra, para se pronunciar favoravelmente ao destaque, o Constituinte Antônio de Jesus.

**O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO DE JESUS:** – Sr. Presidente, Srs. Membros desta tão significativa comissão, somos de parecer favorável ao destaque, nos termos propostos. Sei do bom sentimento dos oradores que me antecederam, os Constituintes Artur da Távola e José Mendonça de Moraes, mas estou de acordo com a primeira proposição. A parte discriminativa não precisa ficar expressa na redação. Estamos de acordo com que seja su-

primida a expressão "ordem pública e bons costumes". É suficiente que tenhamos a liberdade e essa terá também determinados limites. A própria lei já vem nos disciplinando quanto a isso, pela própria conduta que nos obriga diante do público. Então, a conduta do cristão é sempre disciplinada. Tudo aquilo que vem se chocar com os princípios constituídos – e o cristão autêntico tem sempre por princípio o respeito – não precisa sequer ficar exarado na lei. Simplesmente, que tenhamos essa liberdade, para anunciarmos dentro dos nossos princípios o que for justo, necessário e democrático, sobretudo com respeito ao que é constituído através da nossa Lei Maior. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Concedo a palavra ao eminente Relator, Constituinte Bernardo Cabral.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, ilustres membros da Comissão de Sistematização, o Relator acolhe a Emenda Artur da Távola, secundado pelo pronunciamento do Constituinte Antônio de Jesus. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Em votação. Solicito ao nobre Senador José Fogaça que faça a chamada.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Aluizio Campos, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Carlos Sant'Anna, Cristina Tavares, Egídio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Gasparian, Fernando Henrique Cardoso, Ibsen Pinheiro, José Fogaça, José Freire, José Paulo Bisol, José Ulisses de Oliveira, Milton Reis, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nelton Friedrich, Nilson Gibson, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Prisco Viana, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Virgildásio de Senna Albano Franco, Antonio Mariz, Chagas Rodrigues, Euclides Scalco, Israel Pinheiro, João Natal, José Carlos Grecco, José Tavares, Octávio Elísio, Uldurico Pinto, Vicente Bogo, Vilson Souza, Christóvam Chiaradia, Eraldo Tinoco, Inocêncio Oliveira, José Lins, José Santana de Vasconcellos, José Thomaz Nonô. Mário Assad, Oscar Corrêa, Paulo Pimentel, Jonas Pinheiro, José Lourenço, José Tinoco, Paes Landim, Brandão Monteiro, José Maurício, Lysâneas Maciel, Francisco Rossi, Gastone Righi, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Siqueira Campos, Haroldo Lima, Roberto Freire, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Gerson Pares, Jarbas Passarinho, José Luiz Mala. Votou **NÃO** o seguinte Senhor Constituinte: Theodoro Mendes.

Durante a chamada nominal da votação do Destaque nº 3.269/87, o Sr. **Aluizio Campos**, Primeiro-Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. **Brandão Monteiro**.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 67 Constituintes; votou NAO 1 Constituinte. Total: 68 votos. O Destaque foi **aprovado**.

A Emenda nº 32.699/6, Destaque nº 5.268/87, de autoria do Constituinte Manoel Moreira, foi retirada.

Emenda supressiva do § 7º, de autoria do Constituinte Carlos Alberto Caó, Destaque nº 5.761/87. **(Pausa)** Ausente. Prejudicada.

**Destaque n.º 3.555/87 – Emenda nº ES-33.601-1, do Sr. Roberto Freire, "que suprime do art. 6º, § 8º do Substitutivo nº 1, as expressões com seus bens (art. 5º, § 7º do Substitutivo nº 2).**

Em votação o Destaque nº 3.555/87, referente à Emenda nº 33.601-1, de autoria do Constituinte Roberto Freire, para suprimir a expressão "com seus bens".

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ MAURÍCIO:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Tem a palavra o nobre Constituinte José Maurício.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ MAURÍCIO:** – Sr. Presidente, pode parecer coisa julgada. Entrementes, a informação que a Mesa da Comissão nos transmite é que a emenda do Constituinte Carlos Alberto de Oliveira Caó já foi acolhida pelo Relator. É a comunicação que nos dá a Mesa da Comissão de Sistematização. De sorte que V. Ex.<sup>a</sup>, ao julgá-la prejudicada, está colidindo com a decisão anterior do Relator, **concessa maxima venia**.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Nobre Constituinte José Maurício, registro a sua informação. Entretanto, pelo que se verifica, o Constituinte Carlos Alberto Caó pediu o destaque para votação em separado, tentando suprimir para manter o artigo do 1.º Substitutivo.

Concedo a palavra ao Constituinte Roberto Freire para encaminhar a favor.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, o nosso destaque é para aprovação de uma emenda supressiva da expressão "com seus bens", que consta do 2.º Substitutivo, no § 7º, do art. 5º, que assim diz:

§ 7º É livre a locomoção no território nacional em tempo de paz e, respeitados os preceitos legais, qualquer pessoa poderá nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens."

Há, aqui, evidentemente, certo abuso. O direito de ir e vir, de locomoção no território nacional em tempo de paz, para brasileiros e estrangeiros, e dele sair ou permanecer é vinculado à saída "com seus bens". É estranha a colocação "com seus bens", até porque isso deve ser tratado pela legislação ordinária. A questão da alfândega, dos turistas, dos residentes, dos acordos internacionais para estrangeiros residentes e para estrangeiros apenas de passagem são sérias questões que têm de ser tratadas a nível ordinário, em função da garantia dos interesses nacionais da Fazenda e não vincular essa questão ao direito de ir e vir.

Portanto, a defesa é muito simples. Ou se exclua a expressão "com seus bens" do direito de ir e vir e do direito de locomoção.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Concedo a palavra ao Constituinte Nelson Carneiro.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr. Presidente, estava inscrito para encaminhar.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Nobre Constituinte Gastone Righi, já havia deferido a palavra – e pode ser um equívoco da parte da Presidência – ao Constituinte Nelson Carneiro. V. Ex.<sup>a</sup> está inscrito como segundo orador para encaminhamento da votação.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o preceito está correto, não há porque excluir a expressão. Diz o preceito:

"É livre a locomoção no território nacional em tempo de paz e, respeitados os preceitos legais, qualquer pessoa poderá nele entrar, permanecer, ou dele sair com seus bens."

Está ressalvado que a lei garante à alfândega o direito de reter os bens daqueles que não os adquiriram legalmente. A polícia também pode retê-los dos que fraudaram os bens nacionais. Assim sendo, respeitados os preceitos legais, não podemos resolver tudo na Constituição. Está dito: "...respeitados os preceitos legais...". A lei é que vai decidir quais as restrições a esse direito. Portanto, não vejo como acolher a sugestão do nobre Constituinte Roberto Freire, porque aqui está "...respeitados os preceitos legais...". A lei é que vai dizer quando o cidadão pode ou não sair com os seus bens. Não há necessidade de retirar

a expressão. Para colocar onde? Para ficar um dispositivo sem essa restrição? Vamos decidir tudo na Constituição?

De modo, Sr. Presidente, que a sugestão do nobre Constituinte Roberto Freire, apesar de parecer, à primeira vista, muito liberal, não é, porque a lei é que vai disciplinar quais são os bens que podem ser retirados do País com o turista, com o viajante, com o cidadão brasileiro. Se tirarmos a expressão "podendo sair com os seus bens..." Mas que bens? Só aqueles que a lei permite. A lei não pode permitir o contrabando, deve haver preceito legal que o evite.

Creio que, apesar de parecer muito liberal a sugestão do nobre Constituinte Roberto Freire, os preceitos legais devem vingar.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Com a palavra o nobre Constituinte Gastone Righi, para encaminhamento contra.

**O SR. GASTONE RIGHI:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, desejo encaminhar, com muita simplicidade, esta emenda supressiva do Constituinte Roberto Freire.

Concordo com o Constituinte Roberto Freire, quando diz que a expressão "com seus bens" que se encontra esculpida no § 7º não está adequadamente colocada no capítulo. Deveria encontrar-se no Capítulo da Ordem Econômica.

No entanto, quero advertir o Plenário e esta Assembléia de que, em estando aí a expressão "com seus bens" e se aceitarmos a exclusão estaremos ratificando o princípio de que não se pode sair livremente do País com seus bens. Em estando aí a expressão, suprimi-la significará uma restrição que iremos impor a todos aqueles aqui residentes em sair do País com seus bens, com aquilo que adquiriram com esforço próprio ou com seus próprios recursos. Seria, na realidade, a imposição do domínio do Estado sobre bens patrimoniais individuais.

Todas as nossas Constituições registraram sempre o direito à liberdade de se locomover e sair do País com seus bens. Se se suprimir agora essa expressão, não poderemos sequer nos deslocar dentro do território nacional com nossos próprios bens, porque o que a Assembléia estará dizendo é que não é livre a locomoção ou a entrada e saída do País com seus bens. Em estando aí a expressão, não poderemos tirá-la, sob pena de ratificarmos o entendimento de que as pessoas não podem dispor livremente dos seus bens.

Portanto, minha posição é contrária à emenda supressiva do nobre Constituinte Roberto Freire.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Sr. Presidente, retiro o destaque.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – O autor do destaque o retirou. (Palmas)

Esgotada a apreciação do § 7º, do art. 5º, ingressaremos na do § 8º, do art. 5º Há sobre a mesa requerimento de preferência do Constituinte Ricardo Fiúza:

"Na forma regimental, requeiro a V. Ex.<sup>a</sup> preferência para votação da Emenda nº 25º57/4, destacada sob o n.º 1.425/87."

Em votação. Os Srs. Constituintes que estiverem de acordo, permaneçam como estão.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Qual o teor da emenda, Sr. Presidente?

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Solicitaria aos Srs. Constituintes que ajudassem a Mesa, de forma que todos pudessem ouvir. V. Ex.<sup>a</sup> tem razão.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Não desejamos interrompê-lo. O que acontece é que, quando uma emenda é encaminhada, há compreensão do problema, mas, quando não há encaminhamento, ficamos com muita dificuldade. São 8.000 emendas. Tínhamos conven-

cionado, numa primeira reunião, que a Mesa sempre leria o teor da emenda para não haver confusão.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Sem dúvida. Muito obrigado. Em votação o requerimento de preferência do Constituinte Ricardo Fiúza para a Emenda Modificativa n.º 25º57/4, do seguinte teor:

"Ninguém será submetido à tortura, a penas cruéis ou a tratamento desumano e degradante. A lei considerará a prática de tortura crime inafiançável e, se seguido de morte, imprescritível e insuscetível de graça ou anistia."

**O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA:** – Sr. Presidente, seria conveniente explicar ao Plenário que a proposta procura considerar como crime inafiançável apenas a tortura seguida de morte. A modificação do Constituinte Ricardo Fiúza é esta. Há dificuldade de se acompanhar o objetivo do destaque.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – A Mesa agradece a colaboração ao ilustre Constituinte Pimenta da Veiga.

**O SR. CONSTITUINTE HAROLDO LIMA:** – Sr. Presidente, essa preferência é sem prejuízo para os próximos destaques referentes ao mesmo § 8.º? Tenho um destaque relativo ao § 8.º A votação de preferência para votar essa redação é sem prejuízo do meu destaque que deverá ser votado em seguida?

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – É evidente, Sr. Constituinte.

Em votação.

Os Srs. Constituintes que estiverem de acordo com a preferência requerida pelo Constituinte Ricardo Fiúza permaneçam como estão.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr. Presidente, o Sr. Constituinte Ricardo Fiúza não está presente.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Constituinte Gastone Righi, isto é um requerimento de preferência.

**O SR. CONSTITUINTE HAROLDO LIMA:** – Sr. Presidente, considerando que o Constituinte Ricardo Fiúza não está presente, para permanecer com o que acertamos, está prejudicado o pedido.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Srs. Constituintes, para requerimento de preferência, é entendimento de todos nós da Mesa, não está prejudicado. A votação da emenda, sim.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON FERES:** – Sr. Presidente, o requerimento está subscrito pelo autor, que não precisa estar presente. A presença dele é a sua assinatura.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Rejeitada a preferência. Eu solicitaria aos Srs. Constituintes ajuda para o bom andamento dos trabalhos. O Constituinte Oscar Corrêa solicitou verificação. Pediria que o fizesse no microfone, senão vai ficar difícil de ouvir.

**O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA:** – Sr. Presidente, quero levantar uma dúvida: Se é aprovada a preferência requerida por um parlamentar ausente, votar-se-á um destaque de um parlamentar ausente, ferindo a decisão do Plenário?

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Constituinte Pimenta da Veiga, o requerimento de preferência está sobre a mesa. Eu não posso de forma alguma entender desta forma. Evidentemente, votada a preferência – a votação é simbólica – e, não estando o autor presente, não haverá encaminhamento nem defesa. Não sei se alguém estaria autorizado pelo Constituinte Ricardo Fiúza para defender a sua emenda e, por isso, desde logo, eu não poderia indeferir o requerimento de preferência. Este é o entendimento da Mesa.

**O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA:** – Por economia processual, parece-me que não deveríamos

votar qualquer requerimento que depois não vá ter seguimento. Não se pode votar uma preferência, para depois, quando formos ouvir o Plenário, verificarmos não haver ninguém para encaminhar a preferência a ser votada.

**O SR. CONSTITUINTE OSCAR CORRÊA:** – Retiro o pedido de verificação.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Constituinte Pimenta da Veiga, para encerrar a questão, devo informar que o requerimento de preferência, sendo trazido à Mesa, deve ser votado. Neste interregno o Constituinte pode chegar.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – O autor do requerimento é outro. V. Ex.<sup>a</sup> pode esclarecer.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Retirada a solicitação de verificação.

**Requerimento de preferência para votação do Destaque nº 5.734/87 – Emenda nº ES-30896-3, dos Srs. Carlos Alberto Caó e Boeayuva Cunha, "que dá nova redação ao art. 5º, § 8º, do Substitutivo nº 2"**

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Em votação requerimento de preferência dos Constituintes Carlos Alberto Caó e Bocayuva Cunha.

"Requeiro, nos termos regimentais, preferência para a votação do § 2º da Emenda nº 30.896, e sua eventual inclusão, se aprovada, no § 8º do art. 5º do Título II do projeto de Constituição."

A emenda passará a ter a seguinte redação:

"Ninguém será submetido à tortura ou a tratamento desumano ou degradante. A prática de tortura, o tráfico ilícito de drogas e atos de grupo armado contra o Estado democrático são crimes imprescritíveis, inafiançáveis e insuscetíveis de concessão de anistia e indulto, devendo a pena ser cumprida integralmente em regime fechado."

**O SR. CONSTITUINTE BOCAYUVA CUNHA:** – Sr. Presidente, apenas um esclarecimento ao Plenário. A única alteração que esta emenda aditiva propõe é que seja acrescentada a frase: "Atos de grupo armado contra o Estado democrático".

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Em votação o requerimento de preferência.

Solicito aos Srs. Constituintes que ocupem suas bancadas, de forma a facilitar a votação.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Sr. Presidente, pela ordem. Na relação recebida não consta esta emenda. V. Ex.<sup>a</sup> poderia repetir seu número?

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Emenda nº 30.896-3, § 2º

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Não consta da relação que foi distribuída para o § 8º

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – O Constituinte Carlos Alberto Caó quer incluir no § 8º a expressão: constitui crime inafiançável atos de grupos armados, civis e militares, contra o Estado democrático.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Sr. Presidente, desejo saber qual é o destaque. Este é o meu pedido de informação.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – V. Ex.<sup>a</sup> tem razão, porque não consta da relação. O Destaque é de nº 5.734, Emenda nº 30.896-3. Em votação a preferência. (Pausa) Aprovada.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Sr. Presidente, pela ordem. A emenda que foi lida não tem nada a ver...

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Havia sugerido ao Presidente da Casa que colocasse alguns microfones na bancada porque prevíamos essas dificuldades.

Se é difícil aos Srs. Constituintes ouvirem a Mesa, com som, mais difícil é ouvi-los sem microfone, além do que não é gravada a intervenção.

Constituinte Carlos Sant'Anna, trata-se de uma emenda aditiva do Constituinte Carlos Alberto Caó.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Mas a emenda é classificada como modificativa.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Sr. Presidente, peço a palavra para um esclarecimento.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Pois não.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Sr. Presidente, de acordo com as normas regimentais, não se faz, necessariamente, destaque das emendas, integral. Ao contrário, pode-se destacar parte dela, uma expressão, etc. O que o Constituinte Carlos Alberto Caó fez foi destacar parte de uma emenda, exatamente o § 2º da Emenda Modificativa nº 30.896-3, que trata da questão dos crimes inafiançáveis por atos praticados por grupos civis e militares contra o Estado democrático. S. Ex.<sup>a</sup> destacou parte dessa emenda para acrescentá-la neste parágrafo que estamos agora votando. É possível. Pode-se destacar de uma emenda inclusive uma expressão. Tem que se admitir parte de uma emenda que foi destacada para colocá-la onde, inclusive, ela melhor se adapta. No caso, ela está sendo colocada na questão dos crimes inafiançáveis, e não na questão, como aqui está tratada das Forças Armadas. Acho que é muito tranqüila a interpretação dada pela Mesa para a votação.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Constituinte Roberto Freire, a Mesa agradece a V. Ex.<sup>a</sup> o esclarecimento. No texto que me veio às mãos constava como emenda aditiva/modificativa.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Pois não.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Sr. Presidente, estou a favor quanto ao mérito, mas temos uma regulamentação. Quero apenas que se faça norma para que procedimentos desta natureza e outros que possamos desejar também valham. No Volume III das Emendas, na página 2.448, a Emenda nº 30.896-3 aditiva/modificativa para o art. 192. Ora, o art. 192 não tem nenhuma relação com o atual art. 5º, e de toda a emenda ele está apenas propondo um destaque da emenda, mas que vai emendar o § 8º do art. 5º, a que ela não se referiu inicialmente. Se isto for possível, quero apenas – e o meu voto é a favor da emenda no mérito – saber se, regimentalmente, essa transposição, esse transplante é possível, porque também poderemos usá-lo em outras circunstâncias.

É este o aspecto que quero que fique realmente normatizado.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Constituinte Carlos Sant'Anna, a Mesa não tem dúvidas sobre a possibilidade desta hipótese. Evidentemente, na redação final, o Relator fará a modificação e adaptação. Não tenho dúvida nenhuma sobre este aspecto.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Vou conceder a palavra ao Constituinte José Lins que a pedia anteriormente.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Sr. Presidente, é norma desta Casa obedecer à verificação dos destaques de acordo com o próprio pedido do membro, da Comissão que faz o destaque. Acho que o destaque deveria ser votado quando da análise do art. 192. Se o parágrafo for aprovado nessa ocasião, então o redator final poderá

incluí-lo neste parágrafo que estamos analisando. Mas não se pode fazer destaque de destaque – esse é o pensamento que venho defendendo há muito tempo – sobretudo, no destaque do art. 192, pinçar o destaque do destaque para votar no § 8º do art. 5º. Pelo que vejo, seria melhor votar a emenda no art. 192, e se passar, será incorporado na redação final ao art. 8º, se esta for a melhor solução.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Constituinte José Lins, V. Ex.<sup>a</sup> não tem razão. O que o Constituinte Carlos Alberto Caó fez foi exatamente destacar o § 2º do art. 192, modificando o art. 8º. Não vejo nenhuma dúvida a esse respeito. As informações da assessoria também são nesse sentido.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr. Presidente, sem querer alongar a discussão, desejo fazer uma advertência à Mesa. Com relação a esta emenda, estou de acordo com a mesma no mérito – inclusive a Mesa tem uma decisão – mas ocorre que ela é aditiva. Há várias emendas supressivas e substitutivas. Ora, não posso votar preferência, invertendo a ordem, de uma aditiva, passando por cima de substitutivos. Que haja preferência entre substitutivas e supressivas, muito bem, mas em aditiva não, porque, se eu votar a aditiva agora, como farei? Continuarei votando substitutivas? Assim a questão fica muito complicada. É preciso votar primeiro as supressivas e depois as substitutivas. A ordem de preferência é de acordo com o ramo de emendas. Não posso votar uma aditiva antes de uma supressiva.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Constituinte Gastone Righi, V. Ex.<sup>a</sup>, um velho Parlamentar no sentido de tempo de Casa, sabe que existem as preferências regimentais, as naturais e aquelas deferidas pelo Plenário. O Plenário deferiu a preferência requerida pelo Constituinte Carlos Alberto Caó. V. Ex.<sup>a</sup> informa que, em sendo aditiva, não poderia ser votada antes, mas o Plenário decidiu a preferência.

**O SR. CONSTITUINTE INOCÊNCIO OLIVEIRA:** – Sr. Presidente, não temos nada a dizer quanto ao mérito da emenda. Caso V. Ex.<sup>a</sup> e a Mesa decidam votar essa emenda, saibam que é um precedente muito grave, porque estamos votando por ordem. Estamos no art. 5º e a emenda do ilustre Deputado Carlos Alberto Caó refere-se ao art. 192.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Deputado Inocêncio Oliveira, a Mesa já solucionou a questão e agradece a V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. CONSTITUINTE INOCÊNCIO OLIVEIRA:** – Sr. Presidente, esperamos apenas que, por ocasião da votação de outras emendas desta natureza, a Mesa possa dar o mesmo tratamento que está dando a esta emenda. É um precedente muito grave que V. Ex.<sup>a</sup> está abrindo neste momento.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, peço a palavra para um esclarecimento.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Deputado Inocêncio Oliveira, o Deputado Carlos Alberto Caó pediu a palavra para retirar a emenda.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Nobre Deputado Carlos Alberto Caó, V. Ex.<sup>a</sup> vai retirar a preferência?

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS ALBERTO CAÓ:** – Sr. Presidente, retiro a emenda. (Palmas.)

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – S. Ex.<sup>a</sup> a retirou porque não existe compatibilizarão do art. 192 com a sua emenda. É só verificar os projetos.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Deputado Gerson Peres, o Deputado Carlos Alberto Caó já retirou

a emenda. Se formos comentar as razões pelas quais S. Ex.<sup>a</sup> a retirou, vamos perder um bom tempo.

**Destaque nº 3.977-87, do Sr. Aluizio Campos, "que suprime parte do art. 5º, § 8º do Substitutivo nº 2". (36º votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Em votação o requerimento de preferência do Deputado Aluizio Campos, para votação do destaque nº 3.977, que visa a supressão, no § 8º do art. 5º, da expressão "devendo a pena ser cumprida integralmente em regime fechado".

O texto do 2º Substitutivo reza o seguinte:

"Ninguém será submetido à tortura ou tratamento desumano ou degradante. A prática da tortura e de tráfico ilícito de drogas são crimes imprescritíveis, inafiançáveis e insuscetíveis de concessão de anistia e indulto, devendo a pena ser cumprida integralmente em regime fechado."

S. Ex.<sup>a</sup> quer retirar a expressão "devendo a pena ser cumprida integralmente em regime fechado".

**O SR. CONSTITUINTE ERALDO TINOCO:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE ERALDO TINOCO:** – Sr. Presidente, a matéria é a primeira da pauta; portanto o pedido de preferência é totalmente dispensável. Vamos economizar, a votação é desnecessária.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Nobre Constituinte Eraldo Tinoco, mas há sobre a mesa – e V. Ex.<sup>a</sup> teria razão – um conjunto de requerimentos de preferência.

Em votação o requerimento de preferência. **(Pausa)** Aprovado.

Com a palavra o nobre Constituinte Aluizio Campos.

**O SR. CONSTITUINTE ALUÍZIO CAMPOS:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o dispositivo é perfeito até a palavra "indulto":

"Ninguém será submetido à tortura ou tratamento desumano ou degradante. A prática da tortura, do tráfico ilícito de drogas são crimes imprescritíveis, inafiançáveis e insuscetíveis de concessão de anistia e indulto..."

Até aí tudo bem. Mas começa a haver certa contradição, em princípio, da parte final com o próprio texto, quando diz: "devendo a pena ser cumprida integralmente em regime fechado".

Isso retira totalmente a possibilidade de recuperação do condenado que, durante o curso da pena, pode ter um comportamento que justifique a sua graduação e até a substituição ou acumulação com penas mais brandas. O § 2º, por exemplo, estabelece a prestação social alternativa. Então, quem se recupera no curso do cumprimento da pena e pode ser, de acordo com os princípios que regem o Direito Penal, beneficiado com comportamento digno com a própria recuperação, não deve ficar constitucionalmente condenado a uma pena que seja integralmente cumprida em regime fechado. Isso se contradiz com o próprio texto, que impede a tortura e o tratamento desumano e degradante, porque essa forma de cumprimento da pena pode converter-se numa degradação ou num fato desumano.

Por esta razão, parece-me que o texto ficará melhor com a supressão da parte final, terminando na palavra "indulto", porque, aí, a matéria passará a ser regulada, como já o é tradicionalmente, pelas normas do Direito Penal.



**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Com a palavra o Constituinte Egídio Ferreira Lima, que encaminhará a favor.

**O SR. CONSTITUINTE EGÍDIO FERREIRA LIMA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o parágrafo deveria ser concluído na expressão "crimes imprescritíveis". Devemos ver o crime como o Estado numa manifestação patológica. Esta é a evolução do Direito Penal moderno. Devemos agir com rigor nos crimes infamantes como a tortura e o tráfico de drogas, não permitindo que os fatos que tipificam essas figuras penais sejam suscetíveis de prescrição. Mas além daí, com relação à possibilidade até de anistia, que é um fato de uma força e de uma compulsão muito grande dentro do processo histórico, seria retirar o caráter permanente ou a possibilidade de duração da Constituição no tempo. Há o mesmo sentido com relação ao indulto.

Mas mais grave do que isto é querer que esta pena seja cumprida em regime fechado. É o retorno à barbárie, à pena de Talião: "olho por olho, dente por dente". É uma regressão na evolução cultural da humanidade. Acho que o Constituinte Aluizio Campos foi de uma felicidade muito grande ao pedir a supressão desta expressão do dispositivo. Meu acordo com a emenda e o pedido de supressão.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Com a palavra o Constituinte Lysaneas Maciel, que encaminhará contra a proposição.

**O SR. CONSTITUINTE LYSANEAS MACIEL:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, os mais recentes estudos acerca dos efeitos da tortura e da violência sobre o ser humano concluíram que tais efeitos têm que ser analisados a longo, médio e curto prazos. Segundo trabalhos realizados, na Europa, tendo em vista não a situação recente, mas da época da barbárie desencadeada pelos holocaustos ali verificados e em outros continentes, em que se destruiu completamente a personalidade, os efeitos da tortura e da violência praticadas contra o ser humano duram até vinte e cinco anos.

É preciso punir exemplarmente aqueles regimes e aquelas autoridades que têm por hábito utilizar a violência e a tortura para obter resultados políticos e esmagar a revolta da consciência, contra situação de injustiça.

Aqueles estudos revelam que a humanidade tem sido extremamente complacente com os que se utilizam dos métodos de violência. A conclusão foi à mesma a que chegamos na época da violência que se estabeleceu neste País, em que pedíamos, muitas vezes, o corpo das vítimas, em que procurávamos saber onde estava determinado prisioneiro, porque sequer a identificação dos corpos dos prisioneiros e dos torturados podia ser obtida pelas mães. E a resposta que as autoridades davam, de maneira cínica, que até hoje não foi coibida neste País, era a de que desconheciam onde te encontra o prisioneiro Fulano de Tal.

Aqui vem um dispositivo que não tem nada a ver com a pena de Talião. Aqui não se pede – como erroneamente interpretou o Constituinte Egídio Ferreira Lima – que os torturadores sejam punidos aplicando-se os mesmos métodos por eles utilizados. É preciso dar um exemplo para o futuro; e aqui cabe até aquele dispositivo que, infelizmente, foi recusado, o da desobediência devida. Quantas e quantas autoridades, tendo conhecimento pleno da tortura, da violência praticadas contra aqueles que se insurgiram, de maneira democrática, contra esse estado de coisas, não ficaram coniventes com aquelas medidas? Não tem nada a ver com a pena de Talião, mas servirá de exemplo para o futuro, para que ninguém venha arrancar unhas de prisioneiros, violentar moças, arrancar ado-

lescentes das salas de aula para aplicar pau-de-arara ou outras medidas do conhecimento de todos.

Cabe uma advertência aos nobres Constituintes: o mais grave da violência não é a violência pura e simples, pois ela sempre foi cíclica em quase todos os países do mundo. O mais grave é que nos acostumamos com ela e achamos que não somos responsáveis. Somos responsáveis não apenas por aqueles que sofrem a violência, mas também, por aqueles que a praticam. É disso que trata este dispositivo. Os que aplicam a violência têm que saber que não podem passear lado a lado com os torturados, que não podem ficar impunes, fazendo suas pregaçãoes de violência.

Outro dia, na CPI do índio alguém invocava a possibilidade de se ouvir o ex-Deputado Erasmo Dias, homem notoriamente vinculado à tortura e à violência, não apenas como depoente, numa comissão da maior importância. Isso significa que nós estamos esquecendo daqueles que, na noite obscura que se abateu sobre este País, estavam aí comodamente, não atendendo sequer aos apelos das mães e esposas, que queriam o corpo dos torturados para dar-lhes enterro digno.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – A Presidência gostaria que V. Ex.<sup>a</sup> encerrasse seu pronunciamento.

**O SR. CONSTITUINTE LYSANEAS MACIEL:** – Não tem nada a ver com a pena de Talião. Não podemos permitir que os torturadores – notem bem que estamos legislando para o futuro – aqueles que se utilizam da violência, com ou sem a lei, continuem passeando lado a lado conosco, tendo assento nesta Casa e até sugerindo modificações na lei, que estabelece um mínimo de contenção a esses excessos.

Somos responsáveis, Sras. e Srs. Constituintes, tanto por aqueles que praticam a violência, quanto por aqueles que a sofrem.

**A SRA. CRISTINA TAVARES:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Concedo a palavra à nobre Constituinte Cristina Tavares, para uma questão de ordem.

**A SRA. CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, estamos reunidos, e o povo brasileiro aguarda da Comissão de Sistematização decisões que dizem respeito a toda a Nação. Vejo as galerias vazias, enquanto, lá fora, aproximadamente mil brasileiros que vieram a Brasília para assistir aos debates que aqui estão transcorrendo – diga-se de passagem, com o maior respeito e honra à Assembleia Nacional Constituinte – estão impedidos de frequentar as galerias.

Minha questão de ordem se refere a uma decisão da Mesa, para que saibamos nós, membros da Comissão de Sistematização, quem tem direito a senha. Estamos aguardando que V. Ex.<sup>a</sup> libere as galerias, para que o povo brasileiro possa assistir de perto aos debates da Comissão de Sistematização. **(Palmas. Manifestação nas galerias)**

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Solicito às galerias que não se manifestem.

Nobre Constituinte Cristina Tavares, esta questão inclusive é regimental. Conversamos com o Presidente Afonso Arinos e S. Ex.<sup>a</sup> autorizou o ingresso de acordo com o número de poltronas existentes. Lamentavelmente, não poderão entrar mil pessoas.

**A SRA. CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES:** – Solicito a V. Ex.<sup>a</sup> que libere o ingresso de acordo com o número das poltronas existentes. Ordene à Segurança que libere esse ingresso, para que o povo possa assistir aos nossos debates.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** — A Segurança já está autorizada a permitir o ingresso das pessoas de acordo com o número das poltronas existentes.

**A SRA. CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES:** — Onde posso adquirir as senhas para ingresso? V. Ex.<sup>a</sup> me poderia informar? Sou membro da Comissão de Sistematização e sei que não estão no gabinete.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** — Eu recebi duas senhas.

**A SRA. CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES:** — Não é verdade. Eu não recebi. São 93 membros. Não podem ser duas senhas por pessoa.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** — Constituinte Cristina Tavares, a questão das senhas para ingresso é com o Sr. Nilo, no Setor de Avulsos. Foram entregues ontem, por deliberação do Presidente Afonso Arinos. Mandamos liberar as galerias, haja vista que, segundo entendimento do Presidente e das Lideranças, hoje não trataríamos das questões referentes aos professores. Por determinação do Presidente Afonso Arinos, foram liberadas as galerias.

**A SRA. CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES:** — Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** — Com a palavra o Constituinte Haroldo Lima, para encaminhar contrariamente.

**O SR. CONSTITUINTE HAROLD LIMA:** — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, o pedido de preferência que estamos examinando diz respeito à atitude do Estado e da Justiça brasileira com relação àqueles que praticaram crimes contra a humanidade, no caso específico quanto aqueles que são torturadores. Sabemos que, no Estado brasileiro, hoje não existe nenhum torturador preso. Sabemos, por outro lado, que nunca se torturou tanto na história brasileira quanto nas últimas duas décadas. Se havia uma oportunidade em que esses criminosos poderiam ser julgados e punidos seria justamente esta; precisamente porque não há nenhum torturador preso, o próprio final do regime militar deixou enorme frustração no povo brasileiro.

art. 5º, no seu § 8º, pretende ser uma manifestação categórica, taxativa dos Constituintes atuais contra a tortura no Brasil. De resto não nos cabe legislar sobre outros tipos de torturas, mas é uma atitude geral do movimento democrático na América Latina. Por conseguinte, ele começa expressando, de forma clara, que: "Ninguém será submetido à tortura ou tratamento desumano ou degradante. A prática da tortura e de tráfico ilícito de drogas são crimes imprescritíveis, inafiançáveis, insusceptíveis de concessão de anistia e de indulto, devendo a pena ser cumprida integralmente em regime fechado". A proposição do Constituinte Aluizio Campos é de que a expressão final seja suprimida.

Na nossa opinião, Sr. Presidente, isto significa que quem praticou crime de tortura não será preso. Essa é a questão posta em prática. Primeiro, quem praticou crime de tortura não está preso. Será muito difícil pôr na cadeia aquele que praticou algum crime de tortura. Se a formulação constitucional for taxativa e categórica, será pelo menos em instrumento legislativo com o qual o movimento democrático lutará no sentido de que os torturadores sejam penalizados. Mas se o próprio instrumento Constitucional também diz que "não cumprirá pena integralmente em regime fechado", aí sim, significa que a formulação que está aqui e mais ou menos nada é a mesma coisa.

Por isso, o nosso partido conclama o Constituinte Aluizio Campos a retirar o pedido de preferência. No caso de não ser retirado solicitamos aos Srs. Constituintes que votem contra essa redação, que significa objeti-

vamente anular toda a redação proposta, no Substitutivo, pelo Relator Bernardo Cabral.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** — Inicia-se o processo de votação.

#### (Procede-se à votação)

**O SR. CONSTITUINTE JAMIL HADDAD:** — Sr. Secretário, peço retificação do meu voto. Havia votado sim, peço que seja retificado.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FOGAÇA:** — Consulto o Sr. Presidente se é possível, depois, de consignado o voto, retificá-lo.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** — Infelizmente, nobre Senador Jamil Haddad, não é possível.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FOGAÇA:** — Regimentalmente, não é possível.

**O SR. CONSTITUINTE JAMIL HADDAD:** — A votação não se encerrou ainda. Estamos em pleno curso da votação.

**O SR. PIRESIDENTE (Brandão Monteiro):** — Informo a V. Ex.<sup>a</sup> que, se a alterarmos, o que estiver dado como aprovado amanhã estará rejeitado.

#### (Prossegue a votação)

Votaram **SIM** os seguintes Srs. Constituintes: PMDB — Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Aluizio Campos, Artur da Távola, Carlos Mosconi, Carlos Sant'Anna, Cristina Tavares, Egídio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Lyra, Ibsen Pinheiro, João Calmon, José Fogaça, José Freire, José Paulo Bisol, José Serra, Milton Reás, Nelson Carneiro, Nelson Friedrich, Oswaldo Lima Filho, Pimenta da Veiga, Prisco Viana, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Severo Gomes, Theodoro Mendes, Virgildásio de Senna, Antonio Mariz, José Carlos Grecco, Marcos Lima, Michel Temer, Roberto Brant, Vicente Bogo, Vilson Souza. Do PFL — Alcení Guerra, Antoniocarlos Mendes Thame, Arnaldo Prieto, Chrdstóvam Chiaradia, Edme Tavares, Eraldo Tinoco, Inocêncio Oliveira, José Jorge, José Santana de Vwconcellos, Luís Eduardo, Oscar Corrêa, Paulo Pimentel, Ricardo Fiúza, Sandra Cavalcanti, Cleonânio Fonseca. Do PDS — Darcy Pozza, Gerson Feres, Jarbas Passarinho, José Luiz Mama, Virgílio Távora. Do PTB — Gastone Righi. Votaram **NÃO** os seguintes Srs. Constituintes: PMDB — Bernardo Cabral, Fernando Gasparian, Haroldo Sabóia, José Ignácio Ferreira, José Ulisses de Oliveira, Manoel Moreira, Paulo Ramos, Sigmaringa Seixas, Albano Franco, Chagas Rodrigues, Israel Pinheiro, João Natal, José Tavares. Do PFL — Afonso Arinos, José Lins, José Thomaz Nonô, Marcondes Gadelha, Mário Assad, José Lourenço, José Tinoco, Ricardo Izar, Simão Sessim. Do PDS — Antônio Carlos Konder Reis. Do PDT — Brandão Monteiro, José Maurício, Lysâneas Maciel. Do PTB — Francisco Rossi, Joaquim Bevilacqua. Do PT — Plínio Arruda Sampaio, José Genoíno. Do PL — Adolfo Oliveira. Do PDC — José Maria Eymael. Do PC do B — Haroldo Lima. Do PCB — Roberto Freire. Do PSB — Jamil Haddad. **ABSTENÇÃO:** Senhor Constituinte Nilson Gibson.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** — A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 55 Constituintes; votaram NÃO 35 Constituintes; absteve-se de votar Constituinte. Total: 91 votos. O Destaque foi **aprovado**.

**Destaque nº 4.718/87, do Sr. Euclides Scalco, "que substitui o § 8º do art. 5º do Substitutivo nº 2 pelo § 7º do art. 6º do Substitutivo nº 1". (37.ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** — Sobre a mesa requerimento de preferência, de autoria do Constituinte Pimenta da Veiga, para votação do Destaque nº 4.718.

O referido destaque objetiva a substituição do § 8º do art. 5º do 2º Substitutivo pelo § 7º do art. 6º do 1º Substitutivo.

Os Srs. Constituintes que estejam a favor da preferência, permaneçam como estão. **(Pausa)** Aprovado.

Com a palavra o Constituinte Antonio Mariz, para encaminhar a votação.

**O SR. CONSTITUINTE ANTONIO MARIZ:** — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, gostaria de pedir a atenção do Plenário para a matéria que vamos votar, aparentemente considerada controvertida. Creio, entretanto, que não o é, e todos poderão concordar conosco. O que propomos é a regulamentação do § 8º do art. 5º do 2º Substitutivo, que estamos votando, que diz:

"Ninguém será submetido a tortura ou tratamento desumano ou degradante. A prática da tortura e de tráfico ilícito de drogas são crimes imprescritíveis, inafiançáveis e insuscetíveis de concessão de anistia e indulto, devendo a pena ser cumprida integralmente em regime fechado."

Esta última parte foi retirada agora pela emenda votada. A proposta é no sentido de substituir o texto lido pela redação do 1º Substitutivo, que está assim redigido:

"Ninguém será submetido a tortura, a penas cruéis ou a tratamento desumano ou degradante. A lei considerará a prática de tortura crime inafiançável, imprescritível e insuscetível de graça ou anistia."

A diferença entre as duas redações está na inclusão do tráfico de drogas nessa letra de lei, que não consta do 1º Substitutivo. E por que não constar? Eis o ponto crucial da discussão, para o qual pediria a atenção do Plenário. Nossa proposta, para que não conste o tráfico de drogas, não é no sentido de amenizar a repressão à droga, mas para mantê-la como está hoje. A denominação "tráfico de drogas" não consta da lei penal brasileira; portanto, não é um tipo de crime na legislação vigente.

O Código Penal brasileiro fala em comércio, posse ou uso de entorpecentes ou substâncias que determinem dependência física ou psíquica. É o art. 281 do Código Penal, redação dada pela Lei nº 6.368, de outubro de 1976. Por esta lei, o crime de comércio, posse ou uso de entorpecentes ou substâncias que determinem dependência física ou psíquica tem pena de três a quinze anos de reclusão, o que de **per se** já estabelece a inafiançabilidade do crime.

Mas receio que a inclusão na Constituição desse novo tipo de crime, chamado tráfico de drogas, vá ser interpretada, no futuro, como uma derrogação desse artigo do Código Penal e dessa lei especial que trata do tráfico de drogas. Este o ponto básico.

O tráfico de drogas, segundo a definição técnico-jurídica de Plácido e Silva, é ilimitado. Não se trata simplesmente do comércio interno de drogas, mas também da sua introdução clandestina em nosso País ou a sua exportação para outros mercados. O tráfico de drogas, portanto, traz o sentido de comércio internacional, de importação e exportação de drogas, o qual está sujeito a restrições ou sob proibição. Este é o sentido jurídico da expressão "tráfico de drogas".

A legislação em vigor, art. 281, diz o seguinte:

"Importar ou exportar, remeter, preparar, fabricar, adquirir, produzir, vender, explorar a venda ou oferecer, fornecer, ainda que gratuitamente, ter em depósito, transportar, trazer consigo, guardar, prescrever, ministrar ou entregar de qualquer forma a consumo substância entorpecente ou que determine dependência física ou psíquica, sem autorização ou em desacordo com a determinação legal ou regulamentar."

Esta é a definição do Código Penal. Se a Constituição diz apenas "tráfico de drogas", refere-se apenas à importação ou exportação de drogas, deixando isenta de punição ou repressão legal toda a série dos demais tipos de crimes que a lei penal prevê.

Portanto, quando proponho que se retire tal expressão, adotando a redação do 1º Substitutivo, estou, na verdade, preservando, em toda a sua integridade, a lei que reprime, que pune, que prevê as sanções, em toda a sua extensão, para este terrível crime contemporâneo, para o tráfico de drogas em sentido corrente.

Quero lembrar o que todos sabem, que o Direito Penal é um direito restritivo de liberdade e, por isso mesmo, é interpretado estritamente. Não cabe ao Direito Penal, na sua hermenêutica, a analogia nem a interpretação extensiva. Quando digo "tráfico de drogas" e essa tipificação não corresponde à lei penal, estou determinando ao legislador ordinário que crie esse novo tipo de crime, "o tráfico de drogas", que a doutrina, por sua vez, já definiu como apenas importação e exportação de drogas.

Quero enfatizar, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, que o objetivo desta proposta de adoção do texto do 1º Substitutivo, ao contrário do que poderia, equivocadamente, parecer a muitos, é a reafirmação de uma atitude severa do Estado para com os que fazem o tráfico de drogas e para os que comerciam com substâncias entorpecentes que determinam dependência física e psíquica.

Quero adiantar, se me permite o Sr. Relator, que em entendimentos prévios com S. Ex.<sup>a</sup>, ele manifestou, preliminarmente, a sua aquiescência. Espero, por isso, Srs. Constituintes, que, em face destas razões, adotemos o texto do 1º Substitutivo, que caracteriza, apenas, o crime de tortura, este sim não previsto na legislação penal vigente no País, mas que é objeto de convenções internacionais e constitui um crime de lesa-humanidade. Constitui um crime do Estado contra o indivíduo, um crime em que o agente é o Poder do Estado, é o funcionário, é o serviço público, que agride, que viola o direito individual, especialmente da pessoa que se encontra à mercê do Estado.

Estas são as razões da nossa proposta, Sr. Presidente.

Durante o pronunciamento do Sr. Antonio Mariz, o **Sr. Brandão Monteiro**, Segundo-Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo **Sr. Afonso Arinos**, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** — Tem a palavra, pela ordem, o Deputado Aluizio Campos.

**O SR. CONSTITUINTE ALUÍZIO CAMPOS:** — Sr. Presidente, o Plenário acaba de aprovar o texto do § 8º do art. 5º do 2º Substitutivo, com exclusão da parte final. Este dispositivo abrange a tortura, o tratamento desumano ou degradante e o tráfico ilícito de drogas. É um dispositivo mais amplo. O dispositivo defendido, agora, pelo eminente Constituinte Antônio Mariz só se refere à tortura e ao tratamento desumano. Está, portanto, incluído na disposição aprovada.

Levanto a questão da prejudicialidade deste dispositivo, porque a parte relativa à tortura e ao tratamento desumano já foi aprovada nos termos exarados pelo Relator Bernardo Cabral, no 2º Substitutivo. Não há mais por que votarmos destaque referente a essa matéria, que já está incluída na parte aprovada.

É a questão de ordem que submeto a V. Ex.<sup>a</sup>, porque, do contrário, estaremos alterando o texto já aprovado pela maioria do Plenário.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** — Tendo sido aprovado o Substitutivo, ressalvados os destaques, não parece haver prejudicialidade.

Concedo a palavra ao Constituinte Virgildásio de Senna, para encaminhar a votação, contrariamente.

**O SR. CONSTITUINTE VIRGILDÁSIO DE SENNA:**

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, tenho restrições, quanto ao mérito, ao que dispõe o § 8º, do art. 5º. Tais restrições já se iniciavam no § 2º, quando se estabelecia que a lei punirá como crime inafiançável qualquer discriminação atentatória aos direitos e liberdades fundamentais. Entendo, Sr. Presidente, que a fiança precede a pena e a formação de culpa. Entendo, também, que cabe ao juiz, no propósito de fazer cumprir a lei, evitar que o agente do crime fuja do seu foro; estabelecer as condições de prisão ou fiança, para que o paciente seja libertado e responda à formação da culpa em liberdade ou na prisão.

Não encontro, em qualquer Constituição previamente definida, a impossibilidade da fiança. Sei, Sr. Presidente, que esta Constituição é ricamente inovadora, mas as Constituições são feitas e elaboradas para defender o cidadão contra o arbítrio, a violência e a prepotência do Estado. Proibir, antecipadamente, que o juiz defira ou não a fiança, na forma **lata** prevista no § 2º, é proibir terminantemente a fiança. Acrescenta-se a esse dispositivo no § 8º.

Ora, Sr. Presidente, toda a Nação brasileira sabe que as casas de detenção não estão aparelhadas para abrigar criminosos primários. Nas casas de detenção, os criminosos primários e os menores são estuprados, são seviciados, e o que estamos fazendo aqui é obrigar que o Juiz decida de plano qualquer possibilidade de fiança para um criminoso primário.

De tal modo, Sr. Presidente, repugna que o texto contenha a palavra inafiançável, colocada num sentido amplo no texto. Entendo que a Constituição é o instrumento de defesa do indivíduo contra o arbítrio do Estado. Sei – porque presenciei – e todos os Constituintes sabem como é feita a formação do flagrante, em que a polícia o prepara e o cidadão não tem defesa, porque o crime está na Constituição definido como inafiançável.

Nobre Relator, no grande trabalho que V. Ex.<sup>a</sup> realizou em defesa do cidadão, a inclusão da inafiançabilidade desse tipo de crime me parece demasia, sendo necessário excluí-la.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem a palavra o Constituinte Nelson Carneiro.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – Senhor Presidente, Srs. Constituintes, aqui venho apoiar a emenda defendida brilhantemente pelo nobre Constituinte Antônio Mariz, mas queria a ela aduzir um outro argumento, baseado em depoimento de que todos fomos testemunhas. Ainda no último domingo, pela televisão, o Delegado Romeu Tuma, Diretor da Polícia Federal, fez uma declaração sobre a qual se deve meditar: "Até hoje só têm sido presos como traficantes de drogas os modestos, os desamparados, os miseráveis habitantes das favelas cariocas e paulistas, aqueles desdentados que fazem isso a retalho para sobreviver. Onde estão os traficantes da Rua Vieira Souto? Nenhum deles até hoje foi localizado. Nenhum deles até hoje foi preso. Vamos agravar não a situação dos traficantes ricos, mas a dos traficantes miseráveis, daqueles que traficam para sobreviver, dos desdentados das favelas brasileiras".

Por isto, Sr. Presidente, com esse argumento a mais, espero que a emenda seja aprovada.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem a palavra o Sr. Constituinte José Tavares.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ TAVARES:** – Sr. Presidente, Sra. e Srs. Constituintes, inscrevi-me para defender o texto do Substitutivo do Relator Bernardo Cabral.

A Assembléia Nacional Constituinte não tem o direito de caminhar distante do grande clamor da sociedade brasileira, porque somos a expressão do sentimento dessa sociedade, e, ao mesmo tempo, estamos vivendo o início

de um processo de democratização. Por isso, todo tipo de tortura deve ser fortemente banido e severamente punido. Nada mais adequado para que isso ocorra do que a Constituição da República, a Lei Maior. Não podemos ficar silenciosos diante de um dos grandes clamores da sociedade, o indiscriminado tráfico de entorpecentes que grassa quase que impunemente no território nacional.

Sabemos da gravidade do comércio e do uso da substância tóxica. E não existe, segundo o meu modesto entendimento, maneira mais eficiente de punição, de tentar inibir a escalada do tráfico de entorpecentes do que colocarmos isto na própria Constituição.

O Relator Bernardo Cabral trouxe inúmeras inovações a este texto, e indiscutivelmente esta é uma delas. Eu a destacaria como uma das principais, porque a sociedade brasileira clama – e nós, como seus representantes, temos o dever de ser sensíveis a isto – providências mais enérgicas quanto ao tráfico de entorpecentes. De nada adianta usar o argumento de que existe uma lei que regula a matéria, porque sabemos que leis neste País existem aos montes, mas não são cumpridas, não são aplicáveis em termos de eficiência para o combate principalmente do tráfico de entorpecentes.

Claro que, se formos analisar os aspectos da inafiançabilidade, por exemplo, concordo com o meu colega Antonio Mariz: a lei já diz, de acordo com a pena que o juiz aplica, se é ou não inafiançável. Eu até admitiria, mas não é possível, regimentalmente, suprimirmos esta expressão, mas a imprescritibilidade e a não-concessão de graça ou indulto são aspectos dos quais não podemos abrir mão.

Por essa razão venho à tribuna defender, no máximo, a manutenção do texto, já que não podemos excluir o aspecto da inafiançabilidade, para, no mínimo, se manterem os aspectos da imprescritibilidade e de não-concessão da graça ou do indulto. Gostaria que meus colegas atentassem para esse dispositivo, da maior importância.

A sociedade está aplaudindo a Constituinte porque ela teve a sensibilidade de colocar no texto do Projeto esta expressão. É a única maneira – pelo menos não vejo outra – de intimidarmos mais os traficantes de substâncias entorpecentes. O argumento da existência de uma legislação específica não me convence. Por isso conclamo aos meus colegas da Comissão de Sistematização a que aproveemos o texto do Projeto Bernardo Cabral para, conseqüentemente, definirmos a maior punição possível aos autores da tortura e também aos traficantes de substâncias entorpecentes.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Está em votação o destaque solicitado pelo Sr. Constituinte Euclides Scalco.

Os que quiserem votar a favor do destaque responderão sim.

**(Procede-se à votação)**

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Artur da Távola, Carlos Sant'Anna, Cristina Tavares, Egídio Ferreira Lima, Fernando Gasparian, Fernando Henrique Cardoso, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, Ibsen Pinheiro, João Calmon, José Fogaça, José Freire, José Paulo Bisol, José Richa, José Serra, José Ulisses de Oliveira, Milton Reis, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nelton Friedrich, Nilson Gibson, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Renato Vianna, Sigmaringa Seixas, Virgildásio de Senna, Antonio Mariz, Euclides Scalco, Israel Pinheiro, Márcio Braga, Marcos Lima, Octávio Elisio, Rose de Freitas, Uldurico Pinto, Vilson Souza, Ziza Valadares, Afonso Arinos, Alcení Guerra, Aloysio Chaves, Edme Tavares, Inocência Oliveira, José Jorge, José Santana de Vasconcellos, José Thomaz Nonô, Marcondes Gadelha, Jonas Pinheiro, José Lourenço, Brandão Monteiro, José Maurício, Bocayuva Cunha, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Haroldo Lima, Roberto Freire, Jamil Haddad. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Aluizio

Campos, Bernardo Cabral, Fernando Bezerra Coelho, José Ignácio Ferreira, Oswaldo Lima Filho, Prisco Viana, Theodoro Mendes, Albano Franco, Chagas Rodrigues, José Tavares, Michel Temer, Antoniocarlos Mendes Thame, Arnaldo Prieto, Eraldo Tinoco, José Lins, Luís Eduardo, Mário Assad, Oscar Corrêa, Paulo Pimentel, Ricardo Fiúza, Sandra Cavalcanti, José Tinoco, Paes Landim, Ricardo Izar, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Gerson Peres, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia, Virgílio Távora, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Adolfo Oliveira, e José Maria Eymael.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 56 Constituintes; votaram NÃO 36 Constituintes. Total: 92 votos. O destaque foi aprovado.

**Destaque nº 3.308/87 – Emenda nº ES-21-869-7, do Sr. Paulo Pimentel, "que modifica o art. 6º, § 7º do Substitutivo nº 1". (Art. 5º, § 8º do Substitutivo nº 2) 38ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Em votação o Destaque nº 3.308, requerido pelo Sr. Constituinte Paulo Pimentel, referente à Emenda nº 21.869, também de sua autoria.

Esse destaque propõe seja aprovada a expressão: "por ele respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-lo ou denunciá-lo, se omitirem." Esta frase final constava da emenda que não foi aprovada. Então o Constituinte Paulo Pimentel propõe que ao texto agora aprovado acrescente-se esta frase. Esta a proposta de destaque oferecida por S. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Sr. Presidente, peço a palavra, para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra, para uma questão de ordem.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Sr. Presidente, entendo que, desde que foi aprovada emenda substitutiva ao texto, todas as outras estão prejudicadas. Não há por onde votar-se essa emenda ao texto inicial. As emendas que subexistem são ao texto inicial. Todavia, ele foi totalmente mudado, mercê da aprovação de emenda substitutiva. Nesse caso, creio que as demais estão prejudicadas. É o meu entendimento.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Mas há uma particularidade. Compreendo a preocupação de V. Ex.<sup>a</sup>, mas a emenda do destaque já se encontrava sobre a Mesa. Ela não foi apresentada depois; já estava aqui.

Concedo a palavra ao nobre Constituinte Paulo Pimentel.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO PIMENTEL:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, salvo os temperamentos psicopáticos, ninguém pode ser a favor do tratamento desumano, a tortura e forma irregular de se buscar depoimentos e confissões em qualquer fase política ou mesmo na esfera criminal. A tortura tem de ser necessariamente abolida por completo. Nem saudades dela queremos e não pretendemos que no futuro aconteça alguma espécie de tortura.

Mas não basta, evidentemente, considerá-la crime inafiançável, imprescritível e não suscetível de graça. É necessário punir todos aqueles que, de uma forma ou de outra, tenham contribuído para que um ato de tortura se cometa, para que um tratamento desumano realmente ocorra. É necessário impedir que alguém possa dela participar mesmo pela omissão. A omissão é tão criminosa quanto a ação. Alguém que assista a um ato de tortura, alguém que possa evitá-la e não o faz passa a ser a meu ver, seu co-autor, um homem que dela participa ativamente e, portanto, responsável criminalmente pela posição do torturador.

Minha emenda, Srs. Constituintes, inclui como co-responsável no crime de tortura também aqueles que dela participam como mandantes, como executores e aqueles que, podendo evitá-la, não o façam, e mesmo aqueles que, assistindo à cena de tortura, se recusem a denunciá-la ou se omitam. É necessário que se feche o ciclo; que todos aqueles que podendo evitar um ato de tortura o façam no momento oportuno, e se não o fizerem sejam punidos criminalmente.

Acredito, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, que a minha emenda completa esta condenação universal, esta condenação de todos os homens de bem contra a tortura, ou melhor, esta condenação de todos os homens normais, porque quem dela participa, quem se omite a respeito, quem manda praticar um ato dessa espécie não pode ser um homem normal e sim um psicopata.

Muito obrigado. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Atenção. Para encaminhar em sentido contrário tem a palavra o Sr. Constituinte José Ignácio Ferreira.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, normalmente eu me posicionaria a favor deste destaque. Mas é necessário que se coloque uma questão que me parece importante; mandante e executor, necessariamente, respondem numa co-autoria pelo ilícito que esteja sob julgamento. Há um vínculo ligando mandante e executor. Então, ambos necessariamente não puníveis. O que a emenda quer é punir "os que podendo evitá-lo ou denunciá-lo, se omitam". Parece-me que é uma exigência em demasia à cidadania, porque, se um cidadão passa na rua e assiste a duas pessoas se engalfinharem e se esfaquearem, não tem nenhum dever legal de enfrentar o perigo para separar os brigões. Estou falando por razões muito mais técnicas do que ideológicas.

A tortura sem dúvida é um crime nefando, execrável, por todos os títulos merecedor da maior punição. Mas não posso levar a um texto constitucional uma exigência dessa natureza, para que a cidadania se obrigue, podendo evitar ou denunciar um ato desses, a não se omitir. Parece-me que, nesse particular, é muito mais acertado que se deixe o texto como se encontra, porque implicitamente são puníveis os mandantes e os executores, do que se fazer a inserção dessa disposição: "e os que podendo evitá-lo ou denunciá-lo, omitirem-se".

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem a palavra o Constituinte José Genoíno.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, o primeiro argumento irresponsável, que não pôde ser refutado pelo orador que me antecedeu, foi trazido à discussão pelo autor do destaque, o nobre Constituinte Paulo Pimentel. E é necessário que fique grifada a palavra "podendo". Se uma pessoa pode evitar a prática do ato, e não o faz, aí está configurada a conivência com esse crime de lesa-humanidade. Este argumento é irresponsável e o orador que me antecedeu não conseguiu se colocar contra a proposta do nobre Constituinte Paulo Pimentel.

O segundo argumento que eu agregaria é o seguinte: se a tortura é crime de lesa-humanidade, é necessário que o Texto Constitucional estabeleça todas as condições, todos os elementos, todos os cuidados para impedir este crime. Na medida em que o Texto Constitucional coloca "os mandantes, os executores e os que podendo evitá-lo..." está configurada a, uma totalidade para um crime que é único e é também uma totalidade, porque quem mandou executar a tortura passa a ser responsável por ela; quem a executa é responsável e quem pode evitar o ato é responsável. Portanto, esse texto é perfeito. Ele resguarda

na Lei Máxima todos os cuidados para que esse crime de lesa-humanidade não venha a ser praticado.

O argumento final, Sr. Presidente, é exatamente o seguinte: gostaria de lembrar a declaração assinada pelo Governo brasileiro perante a Assembléia Geral das Nações Unidas, ou seja, a Convenção Internacional contra a Tortura, aprovada por esta Casa, este ano, que estabelece exatamente essas condições. O Brasil não pode assinar essa Convenção – que oficializa o que propõe a emenda do nobre Constituinte Paulo Pimentel – e no Texto Constitucional não garantir aquilo que o Governo brasileiro assinou perante a Assembléia Geral das Nações Unidas. Convenção essa que já foi ratificada pela Câmara dos Deputados.

Portanto, para concluir, Sr. Presidente, o texto do nobre Constituinte Paulo Pimentel é exatamente no mesmo sentido ao da Convenção Internacional Antitortura já assinado pelo Governo brasileiro e ratificado pela Câmara dos Deputados. A Assembléia Nacional Constituinte não pode aprovar um texto que fique atrás dessa declaração, texto assinado pelo nosso Governo e já ratificado pela Câmara dos Deputados.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Em votação o destaque requerido pelo Sr. Constituinte Paulo Pimentel. Quem aprovar a inserção da expressão como contida no destaque votará sim. Quem estiver contra, responderá não. Vai-se proceder à chamada.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FOGAÇA:** – O Relator considera perfeitamente compatível a conjunção da proposta da emenda Paulo Pimentel com os argumentos dos Srs. Constituintes José Ignácio Ferreira e José Genoíno. Portanto, é favorável ao consenso em torno dessa proposta.

Vou proceder à chamada dos Srs. Constituintes.

(Procede-se à votação)

**O SR. CONSTITUINTE EGÍDIO FERREIRA LIMA:** – Voto sim, desde que depois se corrija redação, porque mandante e autores respondem igualmente pelo crime. Não há por que distinguir. Bastava referência à parte final. É um erro técnico e substantivo grave.

(Prossegue a votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Aluizio Campos, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Carlos Sant'Anna, Cristina Tavares, Egídio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Gasparian, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, Ibsen Pinheiro, José Fogaça, José Freire, José Geraldo, José Ignácio Ferreira, José Paulo Bisol, José Richa, José Serra, José Ulisses de Oliveira, Milton Reis, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nilton Friedrich, Nilson Gibson, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Prisco Viana, Renato Vianna, Theodoro Mendes, Aécio Neves, Albano Franco, Antonio Mariz, Chagas Rodrigues, Israel Pinheiro, José Carlos Grecco, José Tavares, Márcio Braga, Marcos Lima, Michel Temer, Octávio Elísio, Rose de Freitas, Uldurico Pinto, Vicente Bogo, Vilson Souza, Afonso Arinos, Aloysio Chaves, Edme Tavares, Eraldo Tinoco, Inocêncio Oliveira, José Jorge, José Lins, José Thomaz Nonô, Luís Eduardo, Marcondes Gadelha, Mário Assad, Oscar Corrêa, Paulo Pimentel, Ricardo Fiúza, Sandra Cavalcanti, Jonas Pinheiro, José Tinoco, Paes Landin, Ricardo Izar, Simão Sessim, Antônio Carlos Konder Reis, Gerson Peres, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia, Virgílio Távora, Adylson Motta, Brandão Monteiro, José Maurício, Lysâneas Maciel, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Plínio Arruda Sampaio, José Genoíno, Adolfo Oliveira, José Maria Eymael, Haroldo Lima, Roberto Freire, Beth Azize.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – A Mesa vai proclamar o resultado: Votaram SIM 88 Constituintes. Total: 88 votos. O Destaque foi **aprovado**.

**Destaque nº 6.588/87, do Sr. Roberto Balestra – Emenda nº ES-29.401-6, do Sr. Luiz Marques, "que modifica o art. 6º, § 7º do Substitutivo nº 1 (art. 5º, § 8º do Substitutivo nº 2)". (39ª votação)**

Encontra-se sobre a mesa o Destaque nº 6.588, requerido pelo Constituinte Roberto Balestra, referente à Emenda nº 29.401. S. Ex.<sup>a</sup> quer incluir a palavra "terrorismo" a ser aditada no destaque do Constituinte Euclides Scalco. Gostaria de fazer uma pequena exposição rememorativa para esclarecer bem o fato.

O art. 6º, § 7º foi objeto de destaque do Líder Euclides Scalco, com relação ao texto do dispositivo. Esta redação foi adotada. Então é sobre ela que estão incidindo os pedidos de destaques posteriores. O primeiro pedido diz respeito ao acréscimo desta frase: "por ele respondendo os mandantes e executores..." Já foi aprovado.

Agora vem o segundo pedido de destaque, acrescentando mais uma palavra a este texto que foi aprovado, em aditamento à emenda apresentada pelo Líder Euclides Scalco, com referência ao Substitutivo. Então, vem agora mais uma palavra se inserir neste texto.

Creio que a Casa ficou esclarecida.

**O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA** – Sr. Presidente, qual a expressão que se pretende aditar?

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – É a palavra "terrorismo", do Constituinte Roberto Balestra, que vai encaminhar a votação.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO BALESTRA:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, antes de mais nada, é preciso esclarecer que a tortura, dentro da escala dos crimes de lesão ao ser humano, é o mais terrível e que se tem conhecimento na face da terra, uma vez que os seus efeitos, além de atingirem fisicamente o indivíduo, o deixa, também, com seqüelas psíquicas. Daí ser necessário que se puna com penas rigorosas quem a pratique.

Entretanto, paralelamente aos efeitos causados pelo crime de tortura, temos aqueles decorrentes dos atos de terrorismo, que, se bem entendidos os seus objetivos, não deixarão de ser considerados no dispositivo do 2º Substitutivo.

Diante disso, importa tecer as seguintes considerações sobre o terrorismo:

– terrorismo é o modo de coagir, ameaçar ou influenciar outras pessoas ou de impor-lhes a vontade pelo uso sistemático do terror (estado de grande pavor ou apreensão);

– terrorismo é todo processo tendente a obter determinado objetivo político mediante o recurso ao terror despertado por atos de violência (aqui, podendo-se incluir a própria tortura, e a sabotagem);

– o terrorismo busca firmar-se através da intimidação permanente, ameaças e violências.

Finalmente, numa análise comparativa entre tortura e terrorismo, cabe destacar algumas indagações para melhor reflexão do Relator do Substitutivo:

1º Se ao Estado é imposto proteger o indivíduo contra o crime de tortura, como fica a proteção da coletividade e do próprio Estado contra os crimes praticados pelo terrorismo?

2º Como proteger o Poder Legislativo de atos terroristas, praticados pela intimidação permanente, ameaças e violências aos parlamentares?

3º Se o próprio substitutivo repudia o terrorismo no seu art. 4º por que não considerá-lo no § 8º do art. 5º como crime?

Finalmente, cabe observar que as sugestões apresentadas dão maior amplitude aos crimes de lesa humanidade. Por outro lado, a tortura não é delito e sim uma circunstância agravante, pela atual legislação penal. Convém ressaltar, ainda, que tanto os atos de tortura e de terrorismo, que são praticados por razões políticas e ideológicas, são nocivos ao indivíduo, à sociedade e ao Estado.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Para ocupar a tribuna e falar em favor do destaque, concedo a palavra ao Constituinte José Maria Eymael.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ MARIA EYMAEL:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, ainda há pouco, esta Assembléia Nacional Constituinte, praticamente por unanimidade, aprovou mais uma verticalização no combate à tortura, determinando que os seus mandantes não fiquem impunes, sejam atingidos pelos braços da Justiça. Agora, estamos falando do terrorismo.

É importante assinalar, Sr. Presidente, que, se a tortura é a ofensa ao indivíduo, o terrorismo é sua alma gêmea, porque é a tortura da sociedade como um todo. Não interessa de onde venha o terrorismo, não interessa qual a sua orientação, não interessa a que espírito serve qualquer forma de terrorismo, tanto aquele que destruiu as bancas de jornais, que destruiu parte do Riocentro, como aqueles que se voltavam contra qualquer outra forma de instituição. O terrorismo, seja ele de qualquer marca, de qualquer inspiração, é uma agressão brutal à própria sociedade.

Não podemos dissociar, não podemos estabelecer como figuras distintas a agressão ao indivíduo representada pela tortura e a agressão à sociedade, representada pelo terrorismo. Quando falamos em terrorismo, Sr. Presidente, queremos referir-nos ao terrorismo em todas as suas formas; da mesma maneira e com o mesmo espírito, àqueles que o praticam e àqueles que são os seus mandantes.

Sr. Presidente, a democracia cristã, que já ocupou esta tribuna através do ilustre Constituinte Roberto Balestra, deixa aqui um apelo a todos os Srs. Constituintes, no sentido de que, da mesma forma como salientamos a necessidade absoluta de condenar a tortura, também se condene a alma gêmea da tortura, que é o terrorismo, que afeta a sociedade como um todo. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem a palavra a nobre Constituinte Cristina Tavares.

**A SRA. CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, há pouco conversava sobre terrorismo e sobre drogas com o Presidente Afonso Arinos. Concorro com S. Ex.<sup>a</sup>. São esses os dois grandes males que afligem este final de século, dominado por um regime econômico baseado num capitalismo que se mostrou incapaz de resolver os problemas existentes em nosso País, como o dos 26 milhões de menores abandonados. Tanto as drogas como o terrorismo são males provenientes de um sistema econômico que se esvai. Esta Constituição não deve confundir as causas com as conseqüências. Não defendo nem uma coisa nem outra.

Entendo, respeito e admiro os movimentos terroristas ideológicos do princípio do século. Até apóio a guerrilha de El Salvador, por exemplo, que luta ali para acabar com um regime militar iníquo, entreguista e antinacionalista. Seguramente, não é nossa posição – e, acredito, de nenhum Constituinte com assento nesta Assembléia – o apoio indiscriminado ao terrorismo, como aquele em que alguns torcedores ingleses, em um campo de futebol, provocaram a morte de centenas de pessoas. Pretendo defender que tais assuntos devam ser tipificados no Código Penal, seja o relativo à droga, seja o atinente ao

terrorismo, que têm velocidade e especificidades diferentes, e, de acordo com o regime social e econômico, eles não podem ficar paralisados ou estratificados em uma Constituição.

Encaminho contra e faço questão de fazer uma distinção: existe o terrorismo ideológico, aquele que procura derrocar regimes autoritários e que está legitimado na própria Declaração Universal dos Direitos do Homem, da ONU, que diz: "o direito da insurreição contra regimes autoritários".

Portanto, pondero no sentido de que esses dois assuntos não devem constar da Carta Constitucional, mas fazer parte de um meticoloso estudo psicossocial e dos códigos penais.

Esta era a minha defesa. (Muito obrigada.) (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem a palavra, para encaminhar em sentido contrário também, o Constituinte Plínio Arruda Sampaio.

**O SR. CONSTITUINTE PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, encaminho contrariamente à aprovação da emenda e enuncio as razões.

Primeiro argumento: já tivemos aqui a condenação do terrorismo quando estudamos as relações internacionais do Brasil.

Segundo: há pouco excluímos no texto constitucional a questão do tráfico de narcóticos, porque queríamos que o dispositivo dispusesse exclusivamente sobre tortura e para não assemelhar crimes de natureza diferente.

Terceiro: a tortura é um fato clinicamente verificável, é um fato objetivo, facilmente contestável. O terrorismo é uma apreciação, às vezes, sujeita à subjetividade. De modo que é preferível tratá-lo num outro capítulo ou artigo e reservar este, que é um passo importantíssimo que estamos dando, para uma condenação cabal e absoluta à tortura, a quem a assiste e se omite de denunciá-la. Se misturarmos outra matéria neste mesmo artigo, estaremos, não só do ponto de vista formal, como substancial, dando um tratamento inadequado à questão.

Acho que para tomarmos uma decisão clara, na nossa Assembléia, contra a tortura e para erradicá-la da vida política e social brasileira, precisaríamos ter um artigo integral só para ela. Por isso, votarei contra a Emenda Constitucional Roberto Balestra.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Concedo a palavra ao Constituinte José Fogaça, como Relator.

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – A posição do Relator é, neste aspecto, técnica no sentido da melhor qualidade de redação deste artigo. A presença da expressão "terrorismo" criaria uma dificuldade, uma vez que no primeiro período se estabeleceu:

"Ninguém será submetido à tortura, apenas cruéis ou tratamento desumano ou degradante. A lei considerará a prática da tortura e do terrorismo crime inafiançável."

No período posterior, a questão do terrorismo não foi relevada.

Concluindo, por parte do Relator não há nenhuma objeção ideológica para que a questão do terrorismo seja contemplada no texto constitucional. Deveria ser colocada em outro artigo ou de uma forma mais adequada à boa técnica redacional. Se não houver no decurso dos trabalhos da Comissão de Sistematização uma emenda que contemple a questão do terrorismo, isto poderá ser feito em outra instância, oportunamente.

O Relator está disposto a acolhê-la.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Em votação.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ MARIA EYMAEL:** – Sr. Presidente, a emenda foi acolhida como aditiva. Portanto, tem que entrar em votação.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Aqueles que concordarem com o destaque pela inserção da palavra "terrorismo" no contexto que foi aprovado anteriormente, conforme tive oportunidade de explicar mais longamente, votarão sim.

Os que não concordarem com a inserção desta palavra, votarão não.

Vai-se proceder à chamada.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Aluizio Campos, Egídio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, José Geraldo, José Ulisses de Oliveira, Theodoro Mendes, Marcos Lima, Afonso Arinos, Aloysio Chaves, Arnaldo Prieto, Edme Tavares, Eraldo Tinoco, Inocêncio Oliveira, José Jorge, José Lins, José Santana de Vasconcellos, José Thomaz Nonô, Luís Eduardo, Marcondes Gadelha, Mário Assad, Oscar Corrêa, Osvaldo Coelho, Paulo Pimentel, Ricardo Fiúza, Sandra Cavalcanti, Jonas Pinheiro, José Lourenço, José Tinoco, Paes Landim, Ricardo Izar, Simão Sessim, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Gerson Pares, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia, Adylson Motta, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Adolfo Oliveira, José Maria Eymael. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Carlos Sant'Anna, Cristina Tavares, Fernando Gasparian, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, Ibsen Pinheiro, João Calmon, José Fogaça, José Freire, José Ignácio Ferreira, José Paulo Bisol, José Richa, José Serra, Milton Reis, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nelton Friedrich, Nilson Gibson, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Prisco Viana, Sigmaringa Seixas, Virgildásio de Senna, Albano Franco, Antonio Mariz, Chagas Rodrigues, José Tavares, Márcio Braga, Michel Temer, Octávio Elísio, Rose de Freitas, Uldurico Pinto, Vicente Bogo, Ziza Valadares, Brandão Monteiro, José Maurício, Lysâneas Maciel, Plínio Arruda Sampaio, José Genoíno, Haroldo Lima, Roberto Freire e Beth Azize.

#### DECLARAÇÃO DE VOTO

"O voto que acabo de proferir, contrário à aprovação da Emenda nº ES-29.401, objeto do requerimento de Destaque nº 6.588-7, de autoria do nobre Constituinte Roberto Balestra, levou em consideração, primeiro, a ponderação do Relator Substituto, nobre Senador, Constituinte José Fogaça, de que, do ponto de vista da técnica legislativa, não se poderia contemplar num mesmo texto disciplina uniforme para crimes de tipificação diferente; segundo, a informação do nobre Relator de que a questão do terrorismo está tratada em outro dispositivo do texto do Substitutivo que será objeto de apreciação posterior; finalmente, o compromisso do Relator de que, não sendo o referido dispositivo considerado suficiente para atender ao espírito da citada Emenda, de iniciativa própria introduziria artigo ou parágrafo específico, capaz de atender ao objetivo de legislação eficaz ao combate ao terrorismo seja de que natureza for.

A presente declaração de voto tem por finalidade resguardar o direito do autor de rever sua posição quando da votação da matéria no Plenário da Assembléia Nacional Constituinte, na hipótese de não atender o Relator ao que se comprometeu fazer.

Sala das Sessões (Comissão de Sistematização), 29 de setembro de 1987. – **Prisco Viana.**"

#### DECLARAÇÃO DE VOTO (Art. 5º, § 8º)

"Entendo que o terrorismo é incompatível com a democracia estável e que deve merecer a mais dura, definitiva e explícita punição.

O voto contra, nesta oportunidade, à equiparação do terrorismo à tortura, deve-se apenas à declaração do Relator Bernardo Cabral de que incluirá em outro capítulo dispositivo que estabeleça a punição exemplar que deve ser, sempre, imposta aos atos de terror. – **Pimenta da Veiga.**"

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 42 Constituintes; votaram NÃO 49 Constituintes. Total: 91 votos. O Destaque foi **rejeitado**. Ficam prejudicados os demais destaques. Declaração de voto, dos Senhores Constituintes Prisco Viana e Pimenta da Veiga.

#### IV – SUSPENSÃO DA REUNIÃO

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – A Presidência vai suspender os trabalhos, convocando os Senhores Constituintes para a continuação da presente reunião, hoje, 29-9-87, às 15.00 horas.

Está suspensa a reunião.

#### EM 29 DE SETEMBRO DE 1987 (2)

Presidência dos Srs.: **Brandão Monteiro**, Segundo-Vice-Presidente; **Afonso Arinos**, Presidente.

#### I – REABERTURA DA REUNIÃO

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Havendo número regimental, declaro reaberta a reunião.

#### II – COMUNICAÇÕES

**Da Presidência da Assembléia Nacional Constituinte:**

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – A pedido da Presidência da Assembléia Nacional Constituinte, comunicamos que, amanhã, às 9 horas, haverá sessão da Assembléia Nacional Constituinte, de acordo com entendimentos havidos entre as Lideranças e a Mesa da Assembléia Nacional Constituinte. A Comissão de Sistematização, a partir de amanhã, reunir-se-á das 14 às 20 horas, podendo a reunião ser prorrogada até às 22 horas.

#### III – ORDEM DO DIA

##### VOTAÇÃO DO PROJETO DE CONSTITUIÇÃO TÍTULO II (continuação)

**Destaque n.º 4.231/87 – do Sr. Rodrigues Palma, "que restabelece o texto do art. 6º, § 10, do Substitutivo nº 1 (art. 5º, § 9º, do Substitutivo n.º 2)". (40ª votação).**

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Passemos à votação.

Em votação o Destaque nº 4.231, requerido pelo Constituinte Rodrigues Palma, referente à supressão do § 9º do art. 5º

Para encaminhar a votação a favor do destaque, tem a palavra o Constituinte Fernando Gasparian. Aproveito para informar aos Srs. Constituintes que o nobre Constituinte Fernando Gasparian está destacando o parágrafo integral para a supressão. Com a palavra S. Ex.ª.

**O SR. CONSTITUINTE FERNANDO GASPARIAN:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o destaque do nobre Constituinte Rodrigues Palma, que aqui venho defender, pretende a substituição da redação do § 9º do art. 5º pela redação original do primeiro Substitutivo do nobre Relator Bernardo Cabral.

Dizia aquele parágrafo, que gostaríamos de ver substituindo o atual § 9º:



"É livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, observadas as qualificações profissionais que a lei exigir. Mas esta não poderá impedir o livre exercício de profissões vinculadas à expressão direta do pensamento, das letras e das artes, e só estabelecerá regime de exclusividade para o exercício de profissão que possa causar risco à saúde física ou mental, à liberdade, ao patrimônio ou à incolumidade pública."

Este parágrafo foi modificado e passou a ter a seguinte redação:

"É livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, observadas as qualificações profissionais que a lei exigir."

Sr. Presidente, na verdade, o debate que aqui se trava é em torno da necessidade, entre outras qualificações, do diploma para o exercício de algumas profissões. Julgo que um grande componente desta discussão e desta pretensão – legítima, também – em grande parte se refere, no fundo, a interesses que estão muito presentes nesta Constituinte, os interesses corporativos, contra os quais sempre me manifestarei durante a votação nesta Constituinte.

No caso específico, existem, conjuntamente, alguns interesses legítimos de classe, como, por exemplo, a dos jornalistas, que no momento se encontra em disputas com as empresas que publicam jornais.

Ao mesmo tempo, há outra questão, ligada à falta de segurança, que, em muitos casos, atinge os jornalistas. Conhecemos exemplos de jornalistas que escreveram artigos que os levaram a responder processos difíceis de serem defendidos e que, pelo fato de se terem afastado da empresa onde então trabalhavam, esta nem os ajudou mais a se defenderem contra seus acusadores. Isso ocorreu muito durante o Estado autoritário.

Portanto, abstraindo a situação dos jornalistas nesta discussão – em certos momentos isso acontece nesta Constituinte – em outras deveremos considerar que a profissão precisa ser excepcionalmente protegida, pelo fato de realmente lidar com interesses e serem os trabalhadores – no caso, os jornalistas – pessoas sempre sujeitas a grandes dificuldades e grandes perseguições.

Quero, então, Sr. Presidente, voltar a tratar do assunto de forma geral.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Constituinte Fernando Gasparian, V. Ex.<sup>a</sup> tem um minuto para encerrar seu pronunciamento.

**O SR. CONSTITUINTE FERNANDO GASPARIAN:** – A tradição brasileira é seguir a tradição francesa, que levou a aberrações como, por exemplo, não poder o filósofo Jean-Paul Sartre dar aula de filosofia sartriana na Universidade de Sorbonne, pelo fato de não ser formado em Filosofia. Importava muito pouco ter ele diploma, eis que, no fundo, o fundamento era o de que ele conhecia, como poucos, a matéria sobre a qual se dedicou até o fim da vida.

O mesmo ocorreu com Le Corbusier, que não tinha diploma de arquiteto e não podia lecionar em universidades em virtude de não ser formado em Arquitetura. Da mesma forma, no passado não podiam ser eleitos deputados os que não fossem formados ou não tivessem diploma.

Enfim, Sr. Presidente, julgo que, como Norberto **ilegível** mesma forma, no passado não podiam ser eleitos **ilegível**, um dos grandes inimigos da democracia é o corporativismo. Portanto, o dispositivo é extremamente corporativista, e atinge muitas categorias – até a minha. Sou engenheiro, e conheço a categoria dos engenheiros calígrafos, aqueles que simplesmente assinam plantas, quando plantas simples, de casas populares, como ocorre em alguns lugares.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Sr. Constituinte Fernando Gasparian, poderia V. Ex.<sup>a</sup> concluir seu raciocínio?

**O SR. CONSTITUINTE FERNANDO GASPARIAN:** – Encerrarei, Sr. Presidente.

É o que defendo quanto ao restabelecimento da redação original – art. 6º, § 10 – do 1º Substitutivo do Constituinte Bernardo Cabral, em lugar do atual § 9º do art. 5º

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Com a palavra o nobre Constituinte Artur da Távola, para encaminhar contra. **(Pausa)** S. Ex.<sup>a</sup> não está presente. Com a palavra o Constituinte Antônio Britto.

**O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO BRITTO:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, o que se faz aqui, neste momento, não é apenas a defesa da manutenção do texto do 2º Substitutivo do Relator, aquele que diz que "é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, observadas as qualificações profissionais que a lei exigir". A defesa que se faz aqui é de dois outros princípios subjacentes àquilo que, com correção e brilho, o nobre Relator colocou em seu 2º Substitutivo.

O primeiro diz respeito à boa qualidade do texto constitucional. Não será a Constituição e não será, especialmente, o Título referente aos direitos fundamentais que haverá de decidir a questão – importante, porém, secundária, diante do texto constitucional – de quais profissões, em quais momentos e em quais locais haverá de ser disciplinadas de uma ou de outra forma.

Aqui se estabelece, Sr. Presidente, o princípio fundamental, e ele não poderia ser mais lapidar:

"É livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, observadas as qualificações profissionais que a lei exigir."

E cada lei relativa a cada profissão haverá de, a seu tempo, diante das peculiaridades de cada uma, resolver aquilo que para a sociedade brasileira é o melhor.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, há outro princípio importante: é que foi feita aqui alusão, pelo nobre Constituinte Fernando Gasparian, a interesses corporativistas. Talvez fosse interessante perguntar se não haverá também interesses corporativistas do outro lado, pretendendo a supressão do dispositivo. O que tem de ficar claro é que quem lhes fala é alguém que, jornalista e Deputado, na condição de representante do povo, salienta e chama a atenção de seus pares para o fato de que não se está, aqui, defendendo o interesse corporativista de uma categoria, por mais honrada que seja, a dos jornalistas. Está-se decidindo se escolhemos para este País um sistema no qual qualquer pessoa, a qualquer momento e a qualquer pretexto, possa exercer a profissão. (Palmas.) Estamos defendendo a responsabilidade da liberdade de imprensa. Estamos defendendo, democraticamente, Sr. Presidente, a responsabilidade no exercício da profissão.

Falo à vontade, porque freqüentei uma faculdade na época em que bastava uma carteira profissional para se chegar ao exercício do jornalismo e, com ela, entre outras coisas, obter passagem pela metade do preço.

Queremos, sim, que o exercício do jornalismo seja democrático. E este Deputado estará nesta tribuna, na ocasião oportuna, para discutir com seus pares deputados e com seus pares jornalistas, mecanismos que tenham de ser adotados no sentido de que a regulamentação da profissão de jornalista não se preste a fechar as portas a algumas pessoas que, visivelmente, terão o direito de a ela chegar. Mas que não se pretenda, em nome disso, destruir a responsabilidade no exercício da profissão de jornalista.

Saio desta tribuna com um apelo: o de que os nobres Constituintes tentem para o texto do 2º Substitutivo do

Relator. Deixo esta tribuna com a consciência de que aqui não se defendeu o corporativismo, mas, sim, o interesse democrático da sociedade brasileira. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Com a palavra a Constituinte Cristina Tavares, para encaminhar a matéria a favor.

**A SRA. CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, ouvindo o autor da proposta, fiquei pensando que, se tivéssemos de fazer uma Constituição para que Jean-Paul Sartre pudesse ensinar Filosofia, eu seguramente votaria a favor dela. Mas não é o caso. Trata-se, aqui, Srs. Constituintes, de decidir algo ligado à ciência das comunicações. E não haverá Ciência da Comunicação sem o diploma de Comunicação. Trata-se, neste momento, de saber exatamente se os profissionais que vão entrar nas redações dos jornais terão aprendido a sua profissão, sua ciência – a Ciência da Comunicação – ou se os donos dos jornais vão continuar a manipular aqueles que, bem ou mal intencionados, assinam artigos eventuais nas páginas dos jornais e não têm qualquer compromisso com o jornalismo profissional. (Palmas)

Defendo o jornalismo profissional. E chamo a atenção dos Srs. Constituintes para uma extravagante e esperta cabala que se faz hoje: se exigir um diploma, dizem, acabarão os pequenos jornais. Não é verdade. A exigência do diploma, atualmente, faz parte da legislação comum. E os pequenos jornais existem. Mas não se pode permitir que pequenos jornais sejam mantidos apenas com mão-de-obra gratuita.

A Comunicação é uma ciência. Entendeu esta ciência Goebels, no estado nazista; entende esta ciência o Dr. Roberto Marinho, que domina, no Brasil, uma rede de televisão que praticamente deforma a opinião pública brasileira com informação unilateral – até mesmo expondo V. Ex.<sup>as</sup>, que eventualmente comparecem ao **"Bom Dia Brasil"** ou participam de matérias na **Folha de S. Paulo**.

Peço, pois, o voto favorável à exigência de diploma de jornalista, não apenas porque a ciência da Comunicação é uma das mais importantes na era pós-industrial, como também porque a sindicalização, para a profissão, em última instância, garantirá a liberdade de imprensa. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Concedo a palavra ao Constituinte Artur da Távola, para encaminhar contra. Dois encaminham a favor e dois contra.

**O SR. CONSTITUINTE ARTUR DA TÁVOLA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, reina, em relação à emenda em julgamento, certa confusão. O Constituinte Rodrigues Palma pretende o restabelecimento do texto do substitutivo anterior, do Relator Bernardo Cabral. É o que está em discussão. E é em função do teor do 1º Substitutivo que estamos encaminhando contra a aprovação da emenda.

O 2º Substitutivo, porém, contempla em plenitude o que deseja o Constituinte Rodrigues Palma. Portanto, nossa posição é de defesa do texto do Substitutivo.

Nada há, pois, na emenda, que ponha em discussão aquilo que talvez divida o Plenário. Em relação ao tema que divide o Plenário, acredito que haja necessidade de algumas palavras.

A profissão de jornalista, hoje, não é mais como no passado, quando era preciso um misto de talento e boemia para a plena realização técnico-profissional. Com efeito, o jornalismo de ontem vivia do talento e da opinião. Era, conforme os estudiosos da matéria, um jornalismo predominantemente de opinião. O jornalismo passou, no entanto, nos últimos trinta anos, por alterações substanciais. Atualmente, ao lado do jornalismo de opinião, há o jornalismo dos editoriais e o dos articulistas. Desenvolve-se todo

um processo que vai desde a apuração da matéria até sua elaboração, com muito mais técnica, visando sua edição, isto é, colocando em termos de jornal aquilo que antes era apenas informação em estado puro.

Essa técnica não se adquire simplesmente na velha boemia. O fato de se deter idéias não significa que se é suficientemente preparado para dominá-las. O desenvolvimento do jornalismo eletrônico, através dos meios eletrônicos de comunicação, particularmente do rádio e da televisão – mais do que no cinema, que não se desenvolveu, infelizmente, nessa direção – tornou-o mais do que nunca altamente técnico. Solte-se o boêmio de ontem para editar determinada matéria em televisão, e ele permanecerá aturdido diante do maquinário, da técnica específica, do conhecimento necessário. Libere-se o livre pensador para atuar no rádio, possivelmente ele não consiga a concisão, a síntese e o domínio do imprevisto necessários à empreitada.

Até agora referi-me ao jornalismo específico, de coleta e envio de informação. Hoje, porém, muito além da informação, é o jornalismo uma técnica de pesquisa e de interpretação, que penetra os caminhos da Sociologia, da Antropologia e da Psicologia Social. (Palmas nas galerias.) Assim, não há por que não se exigir de seus profissionais uma alta capacitação.

Por conseguinte, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, compreendo o teor, profundo, da emenda, que deseja, com razão, que pessoas não habilitadas tenham a liberdade de escrever artigos nos jornais – o que é um direito. Não se deve elaborar um texto que tenha no seu bojo o exclusivo impedimento do exercício da profissão. Por que discriminar uma ou duas profissões em nome da liberdade de expressão? A liberdade de expressão está garantida no texto do substitutivo. Os acidentes de linguagem – talvez até porque a técnica jornalística não tenha dominado a redação dos parágrafos respectivos, da forma como estão redigidos – levarão a concluir, porém, ser possível a qualquer pessoa exercer o jornalismo? Isto, exatamente, é o que não se deve permitir nesta hora, principalmente no texto constitucional, já que o exercício das profissões, evidentemente, é matéria regulada em lei ordinária.

Por estas razões, Srs. Constituintes, somos pela manutenção do texto que deixa bem claro, exatamente no capítulo destinado às garantias e direitos individuais, que é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, observadas as qualificações profissionais que a lei exigir. Pela sua abrangência e generalidade, merece ser mantida esta redação.

Assim – e neste momento atendo ao pedido que me fez a nobre Constituinte Sandra Cavalcanti, para que falasse também em seu nome, já que S. Ex.<sup>a</sup> não pôde inscrever-se – estamos nós, um grupo de Parlamentares, particularmente aqueles mais próximos da atividade jornalística, defendendo a manutenção do texto, em nome do que há de mais sagrado e mais sério numa profissão que lida com as consciências e, por isso mesmo, precisa da verdadeira capacitação profissional.

Muito obrigado. (Palmas)

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr. Presidente, peço a palavra, para uma questão de ordem.

**O SR. CONSTITUINTE FERNANDO GASPARIAN:** – Sr. Presidente, pela ordem, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – A Mesa pretende esclarecer ao Plenário algo que ocorreu e que não pode transformar-se em precedente.

**O SR. CONSTITUINTE FERNANDO GASPARIAN:** – Sr. Presidente, peço a palavra, para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Nobre Constituinte Fernando Gasparian, aguarde um minuto. Estou com a palavra. Peço a V. Ex.<sup>a</sup> que deixe a Presidência

fazer a comunicação, para, depois, solicitar a questão de ordem.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr. Presidente, há também a minha questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Sem dúvida, são duas questões de ordem.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – A minha está em primeiro lugar.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Evidentemente, a Mesa não pode ficar como fiscalizadora integral de tudo o que ocorre no plenário. Inscreveram-se dois Constituintes para encaminhar a matéria a favor – Fernando Gasparian e Cristina Tavares – e contra – Artur da Távola e Antônio Britto. Ocorre que à Mesa chegaram reclamações no sentido de que a Constituinte Cristina Tavares, inscrita para falar a favor, pronunciou-se contra. Queremos dizer que este é um precedente que não se pode admitir, pois cria um conjunto de dificuldades, como já está ocorrendo. Alguns Constituintes estão reclamando, solicitando, em consequência, a inscrição de um quinto orador para o encaminhamento da votação. (Palmas)

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Muito bem!

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra, pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr. Presidente, o que vou dizer está mais ou menos dentro do raciocínio que V. Ex.<sup>a</sup> acabou de expender. Eu desejaria esclarecer que essa emenda visa a retirar do texto esse parágrafo, o que faria com que nos remetêssemos ao texto do 1º Substitutivo. Ocorre que esse dispositivo se encontra atualmente assim redigido em razão de duas emendas: uma, de autoria de V. Ex.<sup>a</sup>, e outra, de minha autoria, que restabeleceram – na verdade, isso é fundamental – a qualificação profissional para o exercício da profissão de comunicólogo, ou seja, aquele que trabalha na área de Comunicações. Mas, veja como ficamos nós: essa emenda vem agredir a de minha autoria, ou seja, visa a neutralizar o que conquistei com minha emenda a partir do 1º Substitutivo. É dada a palavra ao autor da emenda, e eu, que sou o autor da que recebeu parecer favorável e foi incorporada pelo Relator, sou impossibilitado de fazer sua sustentação. Daí, peço a V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Presidente, que, nesse caso específico, permita-me, como autor do texto, sustentar sua manutenção.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Constituinte Gastone Righi, V. Ex.<sup>a</sup> levanta uma questão de ordem que me parece imprópria. Evidentemente, V. Ex.<sup>a</sup> é o autor da emenda – e também eu tive o privilégio e a honra de sê-lo – acolhida pelo Relator. Todavia, a lei não socorre os que dormem, e tanto eu quanto V. Ex.<sup>a</sup> dormimos, na medida em que não nos inscrevemos para encaminhar a favor ou contra.

**O SR. CONSTITUINTE FERNANDO GASPARIAN:** – Sr. Presidente, pedi, em primeiro lugar, a palavra, para uma questão de ordem, e estou falando em segundo...

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Constituinte Fernando Gasparian, informo a V. Ex.<sup>a</sup> que o Constituinte Gastone Righi solicitou a palavra para uma questão de ordem sobre o encaminhamento da votação.

**O SR. CONSTITUINTE FERNANDO GASPARIAN:** – Foi exatamente o que fiz, Sr. Presidente. Pelo fato de três Constituintes terem falado contra e um a favor, gostaria que V. Ex.<sup>a</sup> me permitisse, por um minuto, lembrar que essa emenda não se refere apenas aos jornalistas, mas às profissões em geral.

Com relação aos jornalistas, hipoteco-lhes minha solidariedade, inclusive à Constituinte Cristina Tavares, que trabalhou no mesmo jornal que eu, e no qual fui preso por três vezes...

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Então, retire o destaque.

**O SR. CONSTITUINTE FERNANDO GASPARIAN:** – Não o retiro, porque não sou corporativista. Estou aqui, com toda a pureza, propondo uma regra geral. Acho que este não é o momento para defender categorias, o que deve ser feito em outra oportunidade, mas para ortalecer o movimento sindical, para que ele possa, realmente, defender os jornalistas e tomar muitas outras providências.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Deputado Fernando Gasparian, na verdade, a fala de V. Ex.<sup>a</sup> não trata de uma questão de ordem, mas somos tolerantes, em virtude do que ocorreu há pouco.

**A SRA. CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES:** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra, pela ordem.

**A SRA. CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES:** – Sr. Presidente, quero dar o testemunho da isenção da Mesa. De fato, inscrevi-me para falar a favor do espírito da emenda, não do seu texto. Isto porque, quando se cita Jean-Paul Sartre como professor de Filosofia... Eu votaria em Jean-Paul Sartre.

Assim, testemunho a correção e a justeza da Mesa ao aceitar minha inscrição. Jornalista profissional e estudiosa de Comunicação, eu não poderia deixar de votar contrariamente a esta emenda. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – A Mesa agradece a V. Ex.<sup>a</sup>

Em votação. Os que se posicionam pela manutenção do texto, dirão NÃO à emenda proposta.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Fernando Gasparian, Fernando Henrique Cardoso, José Paulo Bisol, José Richa, José Serra, Severo Gomes, Antônio Carlos Konder Reis. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Ademir Andrade, Aluizio Campos, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Carlos Mosconi, Carlos Sant'Anna, Celso Dourado, Cristina Tavares, Egídio Ferreira Lima, Fernando Lyra, Haroldo Sabóia, Ibsen Pinheiro, José Fogaça, José Freire, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nelson Friedrich, Nilson Gibson, Osvaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Prisco Viana, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Sigmaringa Seixos, Virgildásio de Senna, Antonio Mariz, Chagas Rodrigues, Délio Braz, Euclides Scalco, João Natal, José Carlos Grecco, José Tavares, Márcio Braga, Michel Temer, Miro Teixeira, Octávio Elísio, Rose de Freitas, Vicente Bogo, Vilson Souza, Alcení Guerra, Aloysio Chaves, Arnaldo Prieto, Carlos Chiarelli, Christóvam Chiaradia, Edme Tavares, Eraldo Tinoco, Francisco Dornelles, Inocêncio Oliveira, José Jorge, José Thomaz Nonô, Luís Eduardo, Marcondes Gadelha, Oscar Corrêa, Osvaldo Coelho, Paulo Pimentel, Ricardo Fiúza, Sandra Cavalcanti, João Menezes, Jonas Pinheiro, Ricardo Izar, Darcy Pozza, Gerson Peres, José Luiz Mala, Virgílio Távora, Adylson Motta, Brandão Monteiro, José Maurício, Lysâneas Maciel, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Plínio Arruda Sampaio, José Genoíno, Adolfo Oliveira, José Maria Eymael, Haroldo Lima, Roberto Freire, Beth Azize.

## DECLARAÇÃO DE VOTO

**Destaque nº 4.231, referente ao § 9º, art. 5º do Segundo Substitutivo do Projeto de Constituição.**

"Não está em questão, nesta matéria, tão-somente o interesse desta ou daquela categoria, mas o interesse social. E este, sobretudo numa sociedade dinâmica como a brasileira, não justifica a proliferação de vedações e privilégios corporativistas a título de regulamentação profissional. Em especial, vejo com apreensão a tendência indiscriminada a se tomar o diploma universitário, não como indicativo de qualificação, mas como carta-patente para o exercício de qualquer atividade.

Por isto, ao votar SIM ao destaque proposto, faço-o com o ânimo, não de favorecer ou prejudicar qualquer categoria profissional, mas de dar amparo constitucional a uma legislação que estabeleça o equilíbrio devido entre o interesse corporativo legítimo e o princípio de liberdade que corresponde ao interesse mais amplo da sociedade.

Sala das Sessões, 29 de setembro de 1987. – Constituinte **Fernando Henrique Cardoso.**"

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 7 Constituintes; votaram NÃO 79 Constituintes. Total: 86 votos. O Destaque foi **rejeitado**. Declaração de voto do Senhor Constituinte Fernando Henrique Cardoso. **(Prolongados aplausos das galerias.)**

Fazemos um apelo às galerias, no sentido de que não se manifestem.

Rejeitada a emenda, é mantido o texto do Substitutivo do Sr. Relator.

Em votação o Destaque nº 771, requerido pelo Constituinte Mansueto de Lavor, referente à Emenda nº 26.970. (Pausa.) Não estando S. Ex.<sup>a</sup> presente, e proposição fica prejudicada.

As Emendas n.ºs 32.393-8 e 32.399-7, de autoria do Constituinte Nelson Wedekin, e 27.825-8, do Constituinte Artur da Távola, estão acolhidas pelo Substitutivo do Relator, ficando os destaques em consequência, prejudicados.

Aprovado o § 9º, passemos ao § 10.

Em votação o Destaque nº 3.037, requerido pelo Constituinte Francisco Rollemberg, referente à Emenda nº 22.679-7.

O Constituinte Francisco Rollemberg está presente? **(Pausa)** Ausente. Prejudicada.

Em votação o Destaque nº 3.956, requerido pelo Constituinte Roberto Balestra, referente à Emenda nº 25.742-1.

O Constituinte Roberto Balestra está presente? **(Pausa)** Ausente. Prejudicada.

**Destaque nº 3.978-87, do Sr. Aluizio Campos, "que suprime as expressões material e moral do artigo 5º § 9º do Substitutivo nº 2".**

Há sobre a mesa requerimento do Constituinte Aluizio Campos, solicitando preferência para os destaques referentes ao § 9º do art. 5º. **(Pausa)** S. Ex.<sup>a</sup> desiste do pedido de preferência.

Em votação o Destaque nº 3.978, requerida pelo Constituinte Aluizio Campos, para suprimir a expressão "material ou moral".

Com a palavra o nobre Constituinte Aluizio Campos.

**O SR. CONSTITUINTE ALUÍZIO CAMPOS:** – Sr.

Presidente, o texto do § 10 do art. 5º diz:

"A intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas são invioláveis. A todos é assegurado o direito à indenização pelo dano..." – e aí entra o meu destaque supressivo – "material ou moral causado pela violação."

Quem redige norma constitucional, Sr. Presidente, deve, tanto quanto possível, evitar as qualificações e adotar princípios genéricos. A qualificação do dano material ou moral, em virtude de futuras regulamentações da lei civil, poderá restringir a aplicação do dispositivo. Pode-se pretender distinguir, por exemplo – e isso é algo que atinge a todos nós – o dano político. Poder-se-á acusar o Deputado A, B ou C de não cumprir as obrigações parlamentares, e ele ficará impedido, então, de tomar as devidas providências para a indenização do dano, o que pode até prejudicá-lo, por exemplo, perante seu colégio eleitoral.

Assim, minha emenda apenas simplifica o texto, expurgando da redação a expressão "material ou moral", ficando o dispositivo redigido da seguinte maneira:

"A intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas são invioláveis. A todos é assegurado o direito à indenização pelo dano causado pela violação."

Não é preciso qualificar o dano porque dano em geral, qualquer que seja ele, desde que cause prejuízo de qualquer natureza à pessoa, pode ser indenizável. Pode ser um dano em que a pessoa prejudicada queira reclamar a sua indenização em virtude do prejuízo causado à sua imagem: de político, de jornalista, qualquer que seja.

Quero apenas deixar mais abrangente o texto no dispositivo.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Para encaminhar contra, tem a palavra o Constituinte Marcondes Gadelha.

**O SR. CONSTITUINTE MARCONDES GADELHA:** – Sr. Presidente, nobres Constituintes, a maneira como o dispositivo foi redigido pelo nobre Relator parece-me mais precisa e mais explícita do que a proposta pelo Deputado Aluizio Campos, no que diz respeito ao objetivo de resguardar direitos e de reparar, especificamente, danos causados pela violação da intimidade da vida privada e da honra.

Sr. Presidente, se disséssemos exclusivamente "indenização pela violação", estaríamos na senda do pretendido tanto pelo autor quanto pelo Constituinte Aluizio Campos. Entretanto, a especificação da indenização pelo dano material ou moral causado não traz qualquer prejuízo ao entendimento da sentença e da proposta; muito pelo contrário, torna-a mais clara e elucidativa.

Acho, pois, que não há qualquer excesso de linguagem ou exagero na proposta, neste cuidado de se referir ao dano material ou moral. É preciso dizer e deixar bem claro que toda violação da intimidade e da vida privada envolve, necessariamente, a palavra "dano". E preciso especificar a palavra "dano", para que esteja ligada indissociavelmente à idéia de reparação. Violação, sim, envolve dano, mas é uma proposta ainda em aberto, é uma proposta ainda solta, é uma proposta ainda excessivamente abrangente.

É preciso que o entendimento do legislador estabeleça que há um dano específico para que a esse dano seja contraposta especificamente uma reparação. E não há prejuízo na especificação, no detalhamento. Não vejo por que deixar a norma solta, ao talante, ao alvedrio, ao arbítrio de interpretação subsequente.

Se tivéssemos que fazer alguma objeção a esse dispositivo seria quanto à questão referente à imagem das pessoas. Isto, sim, mereceria talvez um reparo. E outros nobres Srs. Constituintes foram cuidadosos nesse ponto. Sabemos que há uma emenda do Constituinte Francisco Rollemberg e uma outra de um nobre Sr. Constituinte no sentido de expungir a palavra "imagem" do texto, quando ela se liga, na seqüência, à intimidade, à vida privada e à honra.

Ora, Sr. Presidente, a imagem das pessoas não é, necessariamente, algo verdadeiro, na medida em que pode ser falseada pelos meios de comunicação, pela apresentação. E uma imagem falsa pode induzir a coletividade a erro. Não vejo por que se tenha de preservar a imagem das pessoas com riscos de danos, sim, para a coletividade, por seguir uma imagem falsa que não pode ser modificada, alterada e contrafeita pela exposição da verdade.

Nesse ponto, Sr. Presidente, já me antecipo dizendo que votarei favoravelmente às propostas que adiante serão remetidas ao Plenário, visando a retirar a expressão "imagem" do texto deste dispositivo. Quanto à preservação da idéia de dano material ou moral, porém, é preciso que fique bem claro, taxativa e irrecorivelmente claro, que a violação envolve um dano e que a idéia de dano é indissociável da idéia de reparação.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Concedo a palavra ao Constituinte Egídio Ferreira Lima, para encaminhamo contrário.

**O SR. CONSTITUINTE EGÍDIO FERREIRA LIMA:** – Sr. Presidente. Srs. Constituintes, entendo que a emenda do Constituinte Aluizio Campos não procede e não deve ser acolhida.

Vejo, no texto do Substitutivo, um rico avanço. Com ele, resolve-se a velha pendência do dano moral. Ainda hoje encontramos intérpretes e juízes que negam a reparação do dano moral, conforme exigido no texto constitucional. Isso obrigará o legislador ordinário a estabelecer os critérios para apuração dos danos morais, que são mais sérios, mais graves e mais lesivos do que os danos materiais.

Peço escusas ao nobre e brilhante Constituinte Marcondes Gadelha por dele discordar quando pretende tirar do texto a preservação da imagem que cada cidadão tem na sociedade. Não poderia ser outro o sentido deste termo senão o da imagem que valoriza, o da imagem reta, o da imagem daquele que lutou para refletir sua personalidade entre seus semelhantes. Isso também é uma inovação altamente valiosa: a defesa, a preservação dos mecanismos que tornem íntegra e intocável a imagem de cada um.

Sou contra a emenda pelas razões expostas. **(Muito bem! Palmas)**

Durante o pronunciamento do **Sr. Egídio Ferreira Lima**, o **Sr. Brandão Monteiro**, Segundo-Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo **Sr. Afonso Arinos**, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – O Sr. Vice-Presidente Aluizio Campos declara que, em face dos apelos do Plenário, retira o destaque. **(Muito bem! Palmas)**

**Destaque nº 3.428/87 – Emenda número ES-23.571-1, do Sr. Nilson Gibson, "que dá nova redação ao § 37 do art. 6º do Substitutivo nº 1 (art. 5º, § 10 do Substitutivo nº 2). Requerimento, de autoria do Sr. Constituinte Nilson Gibson, para que, com fundamento no inciso V, art. 12, do Regimento Interno, seja ouvido o Plenário, relativamente à preferência para o Destaque nº 3.428, da Emenda nº 23.571-1.**

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Permita-me, Sr. Presidente.

Esta emenda já foi julgada prejudicada pelo Constituinte que anteriormente dirigia a Mesa, porque seu autor não estava presente. S. Ex.<sup>a</sup> inverteu a pauta e colocou duas emendas modificativas – o que, aliás, não deveria ter feito, já que havia as supressivas. Como os autores não estavam presentes, S. Ex.<sup>a</sup> considerou prejudicadas as duas emendas. Se quiserem retornar, poderão fazê-lo, porque o autor está presente, mas anotei o fato.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Nosso assessor parlamentar declara que possivelmente há um equívoco por parte de V. Ex.<sup>a</sup>, eis que a matéria se referia, segundo ele, ao parágrafo anterior, e o que está atualmente em exame é o § 10.

Em votação o requerimento de preferência. (Pausa) Aprovado.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, eminentes Constituintes, a posição do Relator está na esteira da que foi expressa pelo Constituinte Egídio Ferreira Lima.

Discordo e o faço com muita tristeza – do eminente Constituinte Marcondes Gadelha, mas deve ser mantido o texto, para que possa ser preservada a imagem dos homens públicos. **(Muito bem!)**

**O SR. CONSTITUINTE MARCONDES GADELHA:** – Para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

Nobre Relator, quero esclarecer que o problema da imagem será abordado na emenda seguinte, de autoria do Constituinte Gastone Righi.

No que diz respeito a essa proposta, estou de pleno acordo com o Constituinte Egídio Ferreira Lima. Somos contra a emenda, concordando com o Relator.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Em votação o Destaque nº 3.428, requerido pelo Constituinte Nilson Gibson, referente à Emenda nº 23.571-1.

Com a palavra o autor do destaque, Constituinte Nilson Gibson.

**O SR. CONSTITUINTE NILSON GIBSON:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, o § 10 do art. 5º, no 2º Substitutivo do ilustre Relator, diz o seguinte:

"A intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas são invioláveis. A todos é assegurado o direito à indenização pelo dano material ou moral causado pela violação."

Proponho a seguinte redação, em minha emenda aditiva:

"A intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas..." – quando o Relator coloca "inviolável" faço uma adição – "são protegidas de divulgação e publicação. A todos é assegurado o direito a indenização, pelo dano material ou moral causado pela divulgação ou publicação."

Com esta modificação pretendo proteger a vida privada, e busco na proposta, de forma mais ampla, resguardar a privacidade individual e familiar, sem cercear a responsabilidade maior do Estado na esfera policial, que, em inúmeras oportunidades e ocorrências se vê na obrigação de penetrar na vida íntima das pessoas. A apuração de grande número de ilícitos penais impõe a investigação profunda da vida particular, notadamente nos homicídios passionais, nos crimes contra a vida, contra o patrimônio e contra a administração pública. O impedimento da divulgação e publicação dos casos já garante a privacidade individual.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – O Relator deseja intervir? **(Pausa)**

**O SR. CONSTITUINTE NILSON GIBSON:** – Sr. Presidente, atendendo a pedido, retiro a proposta. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Em votação o Destaque nº 3.499, requerido pelo Constituinte Haroldo Lima. **(Pausa)** O Constituinte Haroldo Lima desiste de apresentar o destaque.

Em votação o Destaque nº 3.863, de autoria do Constituinte Gastone Righi.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Estou apelando a todos para retirarem suas propostas. Portanto, em homenagem aos que me atenderam, retiro também a minha. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Com a retirada dos destaques, podemos considerar aprovado o § 10. Passa-se à votação do § 11.

Em votação o Destaque nº 5.297, requerido pelo Constituinte Manoel Moreira, referente à supressão do parágrafo.

Como S. Ex.<sup>a</sup> não se acha presente, o destaque está prejudicado.

Em votação o Destaque nº 605, requerido pelo Constituinte Brandão Monteiro, referente à Emenda nº 32.389, de sua autoria.

Tem a palavra S. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO MONTEIRO:** – Sr. Presidente, embora lamentando a incompreensão, estou tentando encontrar uma forma, que acho fundamental – e sempre foi – no Direito Constitucional Brasileiro, para a preservação da intimidade do lar e de sua inviolabilidade à noite. Como, lamentavelmente, não está havendo consenso, retiro o destaque. **(Muito bem!)**

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – O Constituinte Brandão Monteiro retira seu destaque.

**Destaque nº 3.979-87, do Sr. Aluizio Campos, "que suprime a expressão "às vítimas de crime ou desastre" do art. 5º § 11º do Substitutivo nº 2". (41ª votação)**

Em votação o Destaque nº 3.979, requerido pelo Vice-Presidente Aluizio Campos, para supressão da expressão "...às vítimas de crime ou desastre".

Tem a palavra S. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. CONSTITUINTE ALUÍZIO CAMPOS:** – Sr. Presidente, o § 11 do art. 5º restringe a prestação de socorro, ao dizer, que "A residência e o domicílio são invioláveis, salvo nos casos de determinação judicial ou para prestar serviços às vítimas de crime ou desastre".

Há, porém, várias outras formas de socorro que não podem ser limitadas pelo texto constitucional. Por exemplo, o socorro por inanição: se um vizinho está em estado de inanição e não aparece há dias, é preciso prestar-lhe socorro. Outros exemplos são os de coma alcoólica e depressão nervosa.

Há, portanto, um sem-número de vítimas que não decorrem exclusivamente de crime ou desastre. Também nesses casos o socorro pode ser justificável. Assim sendo, a meu ver, a disposição constitucional fica muito mais legítima se não fizer qualquer limitação à prestação de socorro.

O texto ficaria, então, com a seguinte redação:

"A residência e o domicílio são invioláveis salvo nos casos de determinação judicial, ou para prestação de socorro."

Não é preciso que o socorro seja necessariamente prestado à vítima de crime ou de desastre. É absolutamente justificável que a prestação de socorro se faça nesses casos, bem como em relação às vítimas de outros males que já mencionei. Por isso, peço ao Plenário que não permita um casuismo delimitativo da disposição constitucional que deve ser amplamente aplicável a todos aqueles que precisam de socorro.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Em votação o destaque. Vai-se proceder à chamada.

**(Precede-se à votação)**

Votaram **SIM** os seguintes senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Aluizio Campos, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Carlos Mosconi, Carlos Sant'Anna, Celso Dourado, Cristina Tavares, Egídio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, João Calmon, José Fogaça, José Freire, José Paulo Bisol, José Richa, José Serra, José Ulisses de Oliveira, Milton Reis, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nilton Friedrich, Nilson Gibson, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Sigmaringa Seixas, Virgildásio de Senna, Antonio Mariz, Chagas Rodrigues, Délio Braz, Israel Pinheiro, José Carlos Grecco, José Tavares, Márcio Braga, Miro Teixeira, Octávio Elisio, Roberto Brant, Rose de Freitas, Uldurico Pinto, Vicente Bogo, Vilson Souza, Afonso Arinos, Alcení Guerra, Arnaldo Prieto, Carlos Chiarelli, Christóvam Chiaradia, Eraldo Tinoco, Francisco Dornelles, Inocêncio Oliveira, José Jorge, José Thomas Nonô, Luis Eduardo, Marcondes Gadelha, Oscar Corrêa, Paulo Pimentel, Ricardo Fiúza, Sandra Cavalcanti, João Menezes, Jonas Pinheiro, José Lourenço, Ricardo Izar, Antonio Carlos Konder Reis, Gerson Pores, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia, Virgílio Távora, Bocayuva Cunha, Luiz Salomão, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Adolfo Oliveira, José Maria Eymael, Haroldo Lima, Roberto Freire e Beth Azize. **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Ibsen Pinheiro, Aloysio Chaves, Edme Tavares, Mário Assad, Darcy Pozza, José Maurício, Plínio Arruda Sampaio, José Genoíno.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 83 Constituintes; votaram NÃO 8 Constituintes. Total 91 votos. O Destaque foi **aprovado**.

**Destaque nº 2.712-87 – Emenda número ES-29.592-6, do Sr. Nilton Friedrich, "que modifica o art. 6º, § 38 do Substitutivo nº 1 (art. 5º § 11 do Substitutivo nº 2)". (42ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Passaremos à votação do Destaque nº 2.712, requerido pelo Constituinte Nilton Friedrich, referente à Emenda nº 29.592-6, de sua autoria, para aprovação da expressão "flagrante delito".

**O SR. CONSTITUINTE NELTON FRIEDRICH:** – Sr. Presidente nosso objetivo é simples, mas importante, na medida em que estamos pretendendo a inclusão da expressão "flagrante delito". Portanto, o texto passaria a ter a seguinte redação:

"A residência e o domicílio são invioláveis, salvo nos casos de determinação judicial, flagrante delito..."

Ou "para prestar socorro", conforme decisão há pouco tomada pela Assembléia Nacional Constituinte.

Gostaria de insistir na expressão "flagrante delito", pela importância que tem, especificamente em casos que não há necessidade de reproduzir aqui.

Tomaria a liberdade de pedir ao ilustre Relator Bernardo Cabral sua opinião.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, estou de pleno acordo com a emenda apresentada pelo Constituinte Nilton Friedrich.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Em votação a emenda.

Proceder-se-á à chamada dos Srs. Constituintes.

**(Procede-se à votação)**

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Aluizio Campos, Bernardo Cabral, Carlos Mosconi, Cristina Tavares, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, Ibsen Pinheiro, José Fogaça, José Freire, José Paulo Bisol, José Richa, José Serra, José Ulisses de Oliveira, Milton Reis, Nelson Jobim, Nilton Friedrich, Nilson Gibson, Paulo Ramos, Prisco Viana, Raimundo Bezerra, Sigmaringa Seixas, Virgildásio de Senna, Aécio Neves, Albano Franco, Chagas Rodrigues, Israel Pinheiro, José Carlos Grecco, José Tavares, Miro Teixeira, Uldurico Pinto, Vilson Souza, Afonso Arinos, Alcení Guerra, Aloysio Chaves, Carlos Chiarelli, Christóvam Chiaradia, Edme Tavares, Inocêncio Oliveira, José Jorge, José Lins, José Thomaz Nonô, Luís Eduardo, Mário Assad, Oscar Corrêa, Paulo Pimentel, João Menezes, Jonas Pinheiro, José Lourenço, Ricardo Izar, Antônio Carlos Konder Reis, Virgílio Távora, Adylson Motta, Brandão Monteiro, José Maurício, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Plínio Arruda Sampaio, Adolfo Oliveira, Roberto Balestra, Haroldo Lima, Roberto Freire e Beth Azize. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Carlos Sant'Anna, Celso Dourado, João Calmon, Nelson Carneiro, Oswaldo Lima Filho, Renato Vianna, Antonio Mariz, Délio Braz, Márcio Braga, Roberto Brant, Rose de Freitas, Eraldo Tinoco, Francisco Dornelles, Marcondes Gadelha, Ricardo Fiúza, Sandra Cavalcanti, Darcy Pozza, Gerson Pores, Jarbas Passarinho e Bocayuva Cunha.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram **SIM** 65 Constituintes; votaram **NÃO** 22 Constituintes. Total: 87 votos. O Destaque foi **aprovado**.

Em votação o Destaque nº 2.799, requerido pelo Constituinte Farabulini Júnior, referente à Emenda nº 30.578, de autoria do mesmo Sr. Constituinte. O destaque acrescenta a expressão "ou autoridade policial".

**O SR. CONSTITUINTE FARABULINI JÚNIOR:** – Sr. Presidente, retiro o destaque.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Em votação o Destaque nº 1.639, requerido pelo Sr. Constituinte Délio Braz, referente à Emenda nº 33.800, de sua autoria.

**O SR. CONSTITUINTE DÉLIO BRAZ:** – Sr. Presidente, retiro o destaque.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Com estas retiradas de destaques, fica aprovado o texto do § 11.

Passa-se ao § 12.

**O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS:** – Sr. Presidente, pela ordem. Peço a V. Ex.<sup>a</sup> que preste esclarecimentos a este Plenário sobre a seguinte questão.

V. Ex.<sup>a</sup> colocou em votação o § 11 do art. 5º, que, no Substitutivo do Sr. Relator Bernardo Cabral, está assim redigido:

"A residência e o domicílio são invioláveis, salvo nos casos de determinação judicial ou para prestar socorro às vítimas de crime ou desastre."

Vários destaques foram apresentados, para serem submetidos ao Plenário, e dois deles mereceram aprovação, sendo os demais objeto de desistência por parte de seus autores. O primeiro deles, de autoria do nobre Sr.

Constituinte Aluizio Campos, sugere a exclusão da expressão às vítimas de crime ou desastre", assim generalizando os casos de socorro. O segundo destaque determina seja incluída a expressão "salvo flagrante delito", conforme proposta do nobre Sr. Constituinte Nilton Friedrich.

Então, peço a V. Ex.<sup>a</sup> que solicite ao Sr. Relator a informação de como vai ficar redigido o Substitutivo, no que toca ao § 11.

Votei favoravelmente aos dois destaques, Sr. Presidente, mas não vejo como compatibilizar a aprovação do segundo destaque, do nobre Deputado Nilton Friedrich, com a expressão "nos casos de determinação judicial". Parece-me que a expressão "flagrante delito" não admite autorização judicial. Este, o meu entendimento. Então, onde será colocada a expressão "salvo flagrante delito"?

**O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA:** – Peço a palavra, para contraditar a questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem a palavra V. Ex.<sup>a</sup>, para contraditar.

**O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA:** – A expressão votada não foi "salvo flagrante delito", mas, sim, "e flagrante delito". Portanto, deve-se incluir a expressão logo depois de "determinação judicial". Compõem-se perfeitamente o parágrafo: "determinação judicial e flagrante delito ou para prestar socorro...".

Não há qualquer problema de redação.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem a palavra o nobre Relator Bernardo Cabral, para esclarecer a matéria.

**O SR. RELATOR BERNARDO CABRAL:** – Sr. Presidente, a redação será a seguinte: "A residência e o domicílio são invioláveis, salvo nos casos de determinação judicial, flagrante delito ou para prestar socorro...".

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Pergunto ao nobre Constituinte Antônio Carlos Konder Reis se tem alguma observação a fazer. **(Pausa)**

Constituinte Konder Reis aceita a explicação dada pelo Relator.

Em votação o Destaque nº 2.977, do Constituinte Nilton Friedrich, que requer a supressão de texto do parágrafo.

Pergunto se o Constituinte Friedrich deseja usar da palavra. **(Pausa)**

O Constituinte Nilton Friedrich retira o destaque.

**Destaque nº 598/87 – Emenda nº ES-32.382-2, do Sr. Brandão Monteiro, "que modifica o art. 6º § 39 do Substitutivo nº 1 (art. 5º, § 12 do Substitutivo nº 2)" (43.ª votação)**

Em votação o Destaque nº 598, requerido pelo Constituinte Brandão Monteiro, referente à Emenda nº 32.382.

Para encaminhar a votação, tem a palavra o Constituinte Brandão Monteiro.

**O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO MONTEIRO:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, nossa emenda objetiva modificar o § 12 do art. 5º, e está expressa nos seguintes termos: "É inviolável o sigilo de correspondência e das comunicações telegráficas e telefônicas."

Chamo a atenção da Comissão de Sistematização para o fato de que é tradição do Direito Constitucional brasileiro a inviolabilidade da correspondência. As Constituições 1824 e 1891 e o próprio Código Penal brasileiro deixavam claramente expressa a proibição da censura às cartas. Mesmo em todo o processo constitucional brasileiro, somente a Constituição de 1937, de origem autoritária, esta-

beleceu a possibilidade de violação à correspondência, estatuiu-a nos casos expressos em lei. Até mesmo a Constituição de 1967 e a Emenda Constitucional nº 1, de 1969, mantêm a tradição do Direito brasileiro, de inviolabilidade da correspondência e das comunicações telegráficas e telefônicas.

Quero chamar a atenção dos companheiros da Comissão de Sistematização para esta questão, pois no texto constitucional, não é possível adotar posição restritiva a respeito dos direitos e da liberdade de pensamento. No caso, a correspondência representa uma extensão da liberdade de pensamento.

E mais uma vez chamo a atenção dos Srs. Constituintes, apenas para ilustrar, para o fato de que, obviamente, nenhum de nós deseja a repetição, no País, de uma situação evidentemente excepcional: refiro-me à busca de uma carta que teria sido enviada ao Deputado Rubens Paiva, cuja morte até hoje todos nós lamentamos.

Por isso, espero que a Comissão de Sistematização, de forma alguma, neste período em que estamos elaborando o novo texto constitucional, busque restringir um dos direitos da liberdade de expressão, de liberdade de pensamento: a correspondência.

Era o que tinha a dizer aos meus pares. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem a palavra o Sr. Constituinte Roberto Freire.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Sr. Presidente do Direito Constitucional brasileiro, desde o Império, é estabelecido uma condição, no caso de alguém pronunciar-se contra a emenda do Constituinte Brandão Monteiro. A argumentação de S. Ex.<sup>a</sup> é muito clara. É da tradição do Direito Constitucional brasileiro, desde o Império, a inviolabilidade da correspondência e das comunicações em geral – claro, guardadas as devidas proporções históricas. O argumento de que são violadas na prática, no cotidiano do cidadão brasileiro, não justifica limitar esse direito. Correríamos o risco de dar foros de legalidade exatamente à violação de um direito fundamental.

Temos de estabelecer o princípio da inviolabilidade e, posteriormente, discutir se, em casos extremos, ela deixaria de existir. Nesse momento, porém, é fundamental. Mesmo porque, sabemos que nos piores períodos ocorria violação, mas, de qualquer forma, o preceito constitucional da inviolabilidade foi assegurado.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Israel Pinheiro para se manifestar contrariamente.

**O SR. CONSTITUINTE ISRAEL PINHEIRO:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a fim de facilitar os trabalhos – já que o nobre Constituinte Roberto Freire se opôs ao § 12, dentro de uma linha de raciocínio muito boa, em que a expressão "salvo autorização judicial" poderá permitir que se quebre um princípio tradicional no nosso Direito Constitucional, que é a inviolabilidade do sigilo da correspondência e das comunicações – apresentei emenda, a de nº 33.941, que retira a expressão "salvo autorização judicial".

Assim, mantém-se o § 12 – antigo § 39 no 1º Substitutivo, nos seguintes termos: "É inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telefônicas e telegráficas, ressalvados os casos previstos em lei."

Isto é, somente nos casos de estado de sítio e estado de alerta, como já consta no texto correspondente.

Esta emenda, Sr. Presidente, permite a permanência da inviolabilidade no texto constitucional e elimina a possibilidade – levantada aqui, muito bem, pelos Constituintes Brandão Monteiro e Roberto Freire – de que um juiz,

num ato de arbítrio, possa romper o sigilo da correspondência.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Peço a palavra, Sr. Presidente, para levantar uma questão de ordem.

O Constituinte Israel Pinheiro não falou defendendo o texto da matéria, mas se insurgiu contra o mesmo, porque pede seja retirado parte do destaque lá inserido. Pedi minha inscrição para defender o texto e não a obtive, porque S. Ex.<sup>a</sup> foi inscrito para falar a favor. Os Constituintes Brandão Monteiro e Roberto Freire falaram contra o texto e o colega Israel Pinheiro também.

Quero falar a favor do texto. Por isso peço a V. Ex.<sup>a</sup> que me conceda a inscrição e a palavra. O Constituinte Israel Pinheiro infringiu norma regimental da inscrição quando ocupou a tribuna para falar justamente contra o texto contido no § 12.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – A Mesa anotou a observação de V. Ex.<sup>a</sup> Entretanto não se trata de questão de ordem, mas de uma observação a respeito da manifestação de um Constituinte. Vou conversar com o Constituinte Israel Pinheiro e, depois, darei a V. Ex.<sup>a</sup> a explicação conveniente.

Tem a palavra o Constituinte Oswaldo Lima Filho, que completa o elenco das manifestações contrárias.

**O SR. CONSTITUINTE OSWALDO LIMA FILHO:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, o texto proposto pelo nobre Relator Bernardo Cabral parece atender às definições da liberdade e das garantias constitucionais relativas ao sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas e telefônicas na sua conceituação moderna, atual e evolutiva. O texto diz o seguinte:

"É inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, telefônicas e de dados, salvo por ordem judicial, nos casos e na forma que a lei estabelecer, para fins de instrução processual."

Ora, Sr. Presidente, na verdade estamos tratando do coração da Constituição, de assuntos extremamente delicados, que dizem respeito aos direitos e garantias individuais. Temos que estudar esse assunto com o máximo cuidado, mas não podemos eliminar a defesa do Estado contra a criminalidade.

Sabemos que nos dias de hoje há uma série de crimes praticados com instrumentos os mais modernos de comunicação. Há pouco tempo verificou-se que quadrilhas utilizavam aparelhos de computação para transferir fortunas de bancos, ilicitamente, e se beneficiaram desses crimes. Sabe-se também que, em casos de seqüestro, as comunicações telefônicas têm sido o instrumento utilizado com frequência pelos criminosos.

Ora, o legislador terá que medir, aí, como quem navega entre Cila e Caríbde, a defesa da liberdade e a garantia dos cidadãos. E para isso só há uma forma no Estado democrático. Esta nos parece ser a de recorrer à Justiça, e, quando ela autorizar que a autoridade no processo para apuração – e muitas vezes para prevenção do crime – utilize a censura telefônica ou outra, isto será autorizado em cada caso pela autoridade judicial.

Sr. Presidente, essa prática é hoje corrente nas maiores democracias, onde a liberdade tem sido preservada. Não vejo, portanto, como se possa levantar o pendão da liberdade para reclamar a ineficiência da Justiça.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – O Relator solicita à Presidência que comunique aos membros da Comissão que convidou, como Relatores-Adjuntos, para auxiliarem na elaboração mais rápida do trabalho – e foi aceito



este convite – os Constituintes José Fogaça, Adolfo Oliveira e Antônio Carlos Konder Reis.

Está feita a comunicação.

A Presidência teria a ousadia, ainda, de pedir à Comissão que aceitasse uma explicação pessoal. Esta explicação é baseada no fato de este Presidente haver declarado em recente sessão que a inspiração do recurso de **habeas data** havia sido do Prof. Cândido Mendes, que pertenceu à Comissão preparatória do projeto, constituída por iniciativa do Presidente Tancredo Neves e confirmada pelo Presidente José Sarney. O Prof. José Afonso da Silva, catedrático da Faculdade de Direito de São Paulo e autor de um dos mais admiráveis cursos de Direito Constitucional – seu volume de Direito Constitucional é, talvez, o mais primoroso de nossa atual literatura jurídica – escreveu a este Presidente uma carta na qual declara que o recurso do **habeas data**, como remédio constitucional destinado a proteger certos direitos, foi apresentado por ele em um anteprojeto elaborado por uma comissão que se reuniu em São Paulo. Esse anteprojeto de fato existiu e foi impresso, porém o Presidente não tinha dele conhecimento. Então, declarou o que tinha chegado ao seu conhecimento direto. O Prof. Cândido Mendes se havia inspirado na proposta do Prof. José Afonso da Silva, contida no trabalho realizado em São Paulo, e incluído o recurso, na condição de membro da Comissão Temática que tratou deste assunto no preparo do anteprojeto da Constituinte.

O Presidente dá esta explicação para que não parem dúvidas. Pede desculpas por esta intervenção, de caráter pessoal, mas lhe pareceu necessário, em se tratando de duas personalidades eminentes do nosso mundo jurídico, o Prof. Cândido Mendes e o Prof. José Afonso da Silva.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – V. Ex.<sup>a</sup> não respondeu à minha indagação, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Não foi indagação, foi uma questão de ordem.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, fiz uma indagação a V. Ex.<sup>a</sup> porque hoje, pela manhã, um Constituinte burlou a vigilância da Mesa; foi para a tribuna justamente ocupar o espaço de outro parlamentar que tinha posição de defesa do projeto,

É perigoso não cumprir o Regimento, falaram quatro Constituintes sobre o mesmo tema. Às vezes, outro colega, ao manifestar-se de forma diversa, pode ter argumentos lúcidos que esclareçam a matéria, podendo muito bem mudar a votação em plenário. Isso já ocorreu. Em relação a este assunto, falaram quatro e um apenas esteve a favor, embora um se tenha inscrito para posicionar-se contra. Os Constituintes Roberto Freire, Brandão Monteiro e Israel Pinheiro argumentaram contra o projeto. Já o Constituinte Oswaldo Lima Filho encaminhou a favor. Não se está cumprindo, portanto, a norma regimental. Assim, gostaria que V. Ex.<sup>a</sup> atentasse para este fato, O Constituinte Brandão Monteiro, hoje, pela manhã, até pediu desculpas ao Plenário por ter sido iludido – no caso da Constituinte Cristina Tavares – e declarou que não iria permitir que o fato ocorresse novamente. Agora, à tarde, repete-se a mesma burla.

Pediria, portanto, a V. Ex.<sup>a</sup> a palavra para encaminhar a votação, na defesa do texto do projeto. Não sei se V. Ex.<sup>a</sup> me concederá; se não o fizer, tudo bem, respeitarei sua decisão e me sentarei. Mas gostaria de um pronunciamento da Presidência sobre minha reclamação.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Respondo a V. Ex.<sup>a</sup>, de maneira muito simples. Em primeiro lugar, o Presidente não pode antecipar o que dirá o orador da tribuna.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Mas V. Ex.<sup>a</sup>...

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Um momento, nobre Constituinte, o Presidente está falando. V. Ex.<sup>a</sup> não pode interrompê-lo.

Nestas condições, a Presidência não poderia, de antemão, saber desta situação que V. Ex.<sup>a</sup> censura no desenvolvimento da sessão.

Então, não há outra solução senão atender ao pedido de V. Ex.<sup>a</sup>, para mostrar que não existe, da parte da Presidência, nenhuma intenção de burla ou o que for. Creio que V. Ex.<sup>a</sup> chegou a empregar esta palavra.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Mencionei que houve burla não da parte da Mesa, mas de quem ocupou a tribuna. Não me dirigi à Mesa neste sentido.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Não acredito também que isso haja ocorrido. A melhor maneira de resolvermos...

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – V. Ex.<sup>a</sup> pode corrigir o erro.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Peço permissão a V. Ex.<sup>a</sup> para continuar, pois sou o Presidente.

A melhor maneira de resolver questões é não resolvê-las. E, no caso, eu resolvo dizendo a V. Ex.<sup>a</sup> que vá à tribuna e faça a sua observação.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup> por seu espírito liberal, notório e acatado por todos nós.

Sr. Presidente, serei breve, como sempre.

Peço aos colegas atenção para a Emenda Brandão Monteiro, que propõe a supressão do controle jurisdicional sobre a inviolabilidade do sigilo da correspondência, pois não está de acordo com a tradição democrática do povo brasileiro e das nossas instituições. Isto porque o princípio da inviolabilidade do sigilo está consagrado. Ocorre que ele não pode deixar de ficar sob controle jurisdicional, em defesa dos próprios interesses do Estado e dos cidadãos, como bem citou aqui o ilustre Constituinte Oswaldo Lima Filho, quando lembrou o exemplo de seqüestros, de mafiosos, ou seja, da segurança do Estado em relação aos problemas de tráfico de entorpecentes. Peço aos colegas que acompanhem o texto que assegura a inviolabilidade do sigilo, mas mantém o controle jurisdicional sobre ele.

Eram estas as considerações que gostaria de fazer.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Com a palavra o Relator Adolfo Oliveira.

**O SR. CONSTITUINTE ADOLFO OLIVEIRA:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, é oportuno fazer um breve histórico sobre esse dispositivo.

A Constituição de 1943 assegurava, no § 6º, do art. 141: "É inviolável o sigilo da correspondência."

A de 1967 evoluiu para: "São invioláveis a correspondência e o sigilo das comunicações telegráficas e telefônicas".

Posteriormente, a Emenda nº 1 assegurava: "É inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas e telefônicas".

No projeto original constava apenas:

"VII – A PRIVACIDADE:

..do sigilo da correspondência e das comunicações em geral, salvo autorização judicial."

No 1º Substitutivo, temos:

"É inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas ou telefônicas, salvo por

ordem judicial, nos casos e na forma que a lei estabelecer, para fins de instrução processual."

Agora, no Substitutivo nº 2 foi incluída, como segurança, a garantia de inviolabilidade para o processamento de dados, exigência da nossa época. É preciso assegurar também a inviolabilidade do processamento de dados, que não consta na emenda do nobre e eminente Constituinte Brandão Monteiro.

A Relatoria, por estas razões, considera que o texto do Substitutivo nº 2 é mais completo e mais adequado, embora respeite as nobres razões que inspiraram o ilustre autor da emenda. Há a considerar a circunstância de que, no caso de seqüestro, o Juiz pode dar autorização para que sejam feitas a escuta e o controle do telefone. Poderá também fazê-lo em caso de tráfico de drogas, sempre com autorização judicial e na forma da lei. A lei é que vai dispor sobre a maneira de se resguardar a inviolabilidade da correspondência e das comunicações telegráficas, telefônicas e de processamento de dados.

Era este o esclarecimento que a Relatoria se considerou no dever de prestar ao Plenário.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Em votação o Destaque nº 598. Os Srs. Constituintes que o aprovarem, responderão SIM.

#### (Procede-se à votação)

**O SR. CONSTITUINTE FERNANDO LYRA:** – Sr. Presidente, peço retificação de voto.

**O SR. CONSTITUINTE ADOLFO OLIVEIRA:** – Sr. Presidente, consulto a Mesa sobre a possibilidade de retificação de voto. **(Pausa)**

A Presidência decidiu que o voto não deve ser retificado.

#### (Prossegue a votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Artur da Távola, Egídio Ferreira Lima, Fernando Lyra, Haroldo Sabóia, Milton Reis, Paulo Ramos, Sigmaringa Baixas, Antonio Mariz, Márcio Braga, Octávio Elízio, Vicente Bogo, Vilson Souza, Afonso Arinos, Edme Tavares, Inocêncio Oliveira, Sandra Cavalcanti, Brandão Monteiro, José Maurício, Luiz Salomão, José Genoíno, Haroldo Lima, Roberto Freire e Beth Azize. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Faltosa, Ademir Andrade, Aluizio Campos, Bernardo Cabral, Carlos Mosconi, Carlos Sant'Anna, Celso Dourado, Cristina Tavares, Fernando Bezerra Coelho, Ibsen Pinheiro, João Calmon, José Freire, José Paulo Bisol, Manoel Moreira, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nilton Friedrich, Nilson Gibson, Oswaldo Lima Filho, Pimenta da Veiga, Prisco Viana, Renato Vianna, Rodrigues Palma, Virgildásio de Senna, Aécio Neves, Chagas Rodrigues, Délio Braz, Euclides Scalco, Israel Pinheiro, João Natal, José Tavares, Marcos Lima, Roberto Brant, Rose de Freitas, Ziza Valadares, Alcení Guerra, Aloysio Chaves, Arnaldo Prieto, Eraldo Tinoco, Francisco Dornelles, José Lins, Luis Eduardo, Marcondes Gadelha, Mário Assad, Oscar Corrêa, Ricardo Fiúza, Jonas Pinheiro, José Tinoco, Mazarildo Cavalcanti, Ricardo Izar, Simão Sessim, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Gerson Pares, Jarbas Passarinho, José Luiz Mala, Virgílio Távora, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Plínio Arruda Sampaio, Adolfo Oliveira e José Maria Eymael.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 23 Constituintes; votaram NÃO 63 Constituintes. Total 86 votos. O Destaque foi **rejeitado**.

Em votação o Destaque nº 969, requerido pelo Constituinte Vilson Souza, referente à Emenda nº 23.170, de sua autoria.

Concedo a palavra a S. Ex.<sup>a</sup> **(Pausa)**

O nobre Constituinte retira o pedido de destaque.

Em votação o Destaque nº 2.729, requerido pelo Constituinte Nilton Friedrich, referente à Emenda nº 29.303. **(Pausa)** Não estando presente o Sr. Constituinte, sua solicitação fica prejudicada.

**Destaque nº 2.962/87 – Emenda nº ES-33.941-9, do Sr. Israel Pinheiro, "que dá nova redação ao artigo 6º, § 3º do Substitutivo nº 1 (art. 5º § 12 do Substitutivo nº 2)".**

Em votação o Destaque nº 2.962, requerido pelo Constituinte Israel Pinheiro, referente à Emenda nº 33.941, de autoria do mesmo.

Tem S. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE ISRAEL PINHEIRO:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, rejeitadas as emendas do Constituinte Brandão Monteiro, gostaríamos de dizer que a nossa visa a retirar do texto a expressão: "salvo por ordem judicial nos casos e na forma que a lei estabelecer, para fins de instrução processual".

Nossa emenda, então, dá ao atual § 12 a seguinte redação:

"É inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telefônicas e telegráficas, ressalvados os casos previstos em lei."

Creio estar bem claro para a compreensão dos Srs. Constituintes que não há necessidade de maiores explicações.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem a palavra o nobre Constituinte Gerson Peres.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Serei breve, Sr. Presidente. Gostaria de apelar a V. Ex.<sup>a</sup> para que verifique que esta emenda está totalmente prejudicada nos seus termos.

De fato, votamos a primeira emenda, que ressalva em lei os casos que serão delegados ao Judiciário, e a outra parte, que mantém a inviolabilidade das Comunicações telefônicas, telegráficas etc. É chover no molhado.

Votaremos o que, nesta emenda? Nós já votamos; ela diz tudo o que está no texto. O que S. Ex.<sup>a</sup> está procurando é uma forma redacional deturpada. De modo que pediria a V. Ex.<sup>a</sup> considerasse esta emenda prejudicada.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem a palavra o nobre Constituinte Ricardo Fiúza.

**O SR. CONSTITUINTE RICARDO FIÚZA:** – Sr. Presidente, na realidade, a emenda do Constituinte Israel Pinheiro não se encontra, de forma alguma, prejudicada. É uma emenda realista, que aprimora o texto constitucional. Ninguém é contra o sigilo da correspondência. O texto ressalva os casos. À esquerda aqui, invocou pressurosamente a Constituição do Império. Por que não invocou também a Constituição de 1967, que repetiu a do Império?

Pergunto aos Srs. Constituintes: se tivessem um filho seqüestrado, e uma correspondência dirigida à amante do bandido esclarecesse o fato, não desejariam que houvesse ressalva em lei para permitir, mesmo em um período de normalidade, em casos excepcionais, a violação da correspondência?

A emenda do nobre Constituinte Israel Pinheiro parece-me conveniente, porque a violação legal não fica a critério, por exemplo, apenas de um juiz, mesmo no interior. A proposição fala nos casos previstos em lei, quando o interesse individual combatibiliza com o da sociedade. Essa emenda vem aprimorar o texto. Absurdo, Sr. Presidente e Srs. Constituinte é pretender-se inserir na Cons-

tituição um dispositivo inexecutável, garantidor de que jamais será violada a correspondência. A Constituição de 1967 assim o assegurava. E todos sabemos que houve violação de correspondência.

Estamos aqui, Sr. Presidente, como políticos compromissados com a realidade. Não somos filósofos do Direito. Espero que os companheiros elaborem uma Constituição para ser cumprida, com a previsão das exceções, para que, amanhã, não ocorram violações ao arrepio da lei.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** — Tem a palavra o Constituinte Haroldo Lima.

**O SR. CONSTITUINTE HAROLD LIMA:** — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a votação que acabamos de fazer, em nossa opinião, introduziu ressalva a um direito que julgamos deveria ser afirmado de maneira taxativa e incondicional na Constituição: a inviolabilidade da correspondência, das comunicações telegráficas, telefônicas e na área de processamento de dados.

Entretanto, isto já é matéria vencida, a despeito de em nossa opinião, sem uma questão séria, porque impeditiva da possibilidade de permanecer esse costume, herdado do Estado militar, do Estado policial, que é a violação sistemática da correspondência e das comunicações telegráficas e telefônicas.

Sr. Presidente, no presente momento, estamos discutindo outra emenda, na qual há um grande problema. Longe de ser uma retificação, ou um aperfeiçoamento daquilo que acabamos de votar — em minha opinião, lamentavelmente aprovado, o que se pretende agora é abrir as portas desse suposto direito — aí já não seria mais direito — à avaliação de qualquer delegado, de capital ou do interior, em qualquer investigação de julgar, ou não, necessário violar o sigilo da correspondência e das comunicações.

O texto do Substitutivo nº 2 estabelece que a inviolabilidade do sigilo da correspondência deve permanecer, "salvo por ordem judicial, nos casos e na forma que a lei estabelecer, para fins de instrução processual". Com a supressão da expressão "salvo por ordem judicial", proposta pelo nobre Constituinte por Minas Gerais, a restrição do texto original também é retirada. Esse direito já não tem validade prática, especialmente para nós, que somos comunistas e que, durante duas décadas, fomos alvo da falta dessa garantia para a correspondência e para as comunicações telegráficas e telefônicas em nosso País. A despeito de a Constituição rezar o contrário, a correspondência era violada. Se a Constituição sequer estabelece o contrário, o que nos assegurará o respeito a esse princípio?

Sr. Presidente, nosso raciocínio é oposto àquele que tem sido apresentado no Plenário — e ainda há pouco foi repetido pelo Constituinte Ricardo Fiúza. S. Ex.<sup>a</sup> expressa que na atual Constituição a inviolabilidade do sigilo da correspondência é taxativa e absoluta. Entretanto, tal princípio não foi cumprido, logo, temos que abrir mão dessa inviolabilidade, para que a Constituição se adeque àqueles que a estão violando. Ora, Sr. Presidente, este não nos parece o raciocínio correto. A Constituição deve afirmar o princípio. Se alguém o violar, deve ser processado e preso. Se o Governo não fez isso, é culpa dele. Não cabe aos novos Constituintes, àqueles que estão elaborando uma nova Constituição, constatar a ineficácia do Governo, a parcialidade do Estado, e estabelecer um preceito constitucional que fique aquém da doutrina constitucional brasileira. Embora não seja respeitada, nem por isso devemos deixar de pugnar por ela.

Esse, o ponto de vista que tínhamos a defender.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** — Tem a palavra, também para se manifestar contrariamente, o nobre Constituinte Nelson Carneiro.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a regra até agora vigente, nas Constituições brasileiras, era a da inviolabilidade do sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas. Isso consta, inclusive, da Constituição de 1967. Vinte anos depois, as exceções são naturais e necessárias, mas devem ser fixadas com a devida cautela. Por isso mesmo, o texto exige duas coisas: primeiro, que haja uma ordem judicial; segundo, que a lei estabeleça o princípio, mas sempre subordinado à ordem judicial.

O texto sugerido pelo Constituinte Israel Pinheiro exclui a inviolabilidade, nos casos que a lei estabelecer. A lei pode estabelecer que o delegado de polícia possa abrir a correspondência. Entretanto, o texto do Relator exige, como primeiro requisito, a ordem judicial e estabelecer, a seguir, que a lei terá que submeter-se a essa determinação primeira. A lei não pode determinar que outra autoridade, que não o juiz, autorize a abertura ou quebre o sigilo da correspondência.

O texto é atual e deve ser mantido. Vinte anos depois, as condições mostraram que esse sigilo não pode ser absoluto. Por isso mesmo, tomou-se a cautela de exigir que, em qualquer hipótese, haja a iniciativa do juiz, a autorização judicial. Portanto, exige-se não só a autorização judicial, mas também que a lei se submeta a essa regra inicial. Acho, pois, que a emenda não pode ser aprovada.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** — Tem a palavra o nobre Constituinte Antônio Carlos Konder Reis, como Relator.

**O SR. ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS:** — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, pouco há a aduzir em favor do texto consagrado do Substitutivo do Sr. Relator. Quero registrar, contudo, a circunstância de que as Constituições anteriores enunciavam o direito de sigilo à correspondência de modo absoluto, na forma de declarações enfáticas. O projeto inova, estabelecendo uma salvaguarda, acrescentando a proibição de se descumprir o sigilo quanto a processamento de dados.

A emenda do nobre Constituinte Israel Pinheiro, com a preocupação de sintetizar a disposição constante do projeto, altera-o de modo significativo. Diz o projeto: "É inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, telefônicas e de dados"... E aí ele inova: "...salvo por ordem judicial, nos casos e na forma que a lei estabelecer, para fins de instrução processual".

A emenda do nobre Constituinte por Minas Gerais suprime duas expressões: "salvo por ordem judicial" e "para fins de instrução processual". Enfraquece, assim, a salvaguarda estabelecida no projeto, em face da realidade do mundo em que vivemos. O princípio absoluto do sigilo da correspondência, das comunicações telefônicas e telegráficas e de processamento de dados é admirável, mas não se adapta ou não se compadece com a realidade dos dias em que vivemos.

Recusar a inclusão do princípio no texto constitucional seria mais do que uma leviandade, seria uma agressão aos direitos e garantias individuais dos brasileiros. Não recobri-lo com essa salvaguarda da autorização judicial e apenas para os casos relativos à instrução processual seria fugir à realidade.

Por isso, em nome do Sr. Relator-Geral, manifesto-me favorável ao texto do projeto, contrariamente à emenda do nobre Constituinte Israel Pinheiro, a quem dirijo um apelo para que retire a sua proposição, porque o projeto contempla a matéria com muito mais propriedade e realismo.

**O SR. CONSTITUINTE ISRAEL PINHEIRO:** — Sr. Presidente, atendendo ao apelo do nobre Constituinte Antônio Carlos Konder Reis, retiro meu destaque. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Em votação o Destaque nº 3.422, requerido pelo nobre Constituinte Nilson Gibson, referente à Emenda nº 13.633. **(Pausa)**

Retirado.

**Destaque nº 3.957/87, do Sr. Roberto Balestra – Emenda nº ES-28.530-1, do Sr. José Mendonça de Moraes, "que modifica o art. 6º, § 39, do Substitutivo nº 1 (art. 5º, § 12, do Substitutivo nº 2)" (44.ª votação.)**

Em votação o Destaque nº 3.957, requerido pelo nobre Constituinte Roberto Balestra, referente à Emenda nº 28.530, de autoria do Sr. Constituinte José Mendonça de Moraes.

O autor do pedido de destaque, Constituinte Roberto Balestra, está presente? **(Pausa)** Ausente. Pedido prejudicado. **(Pausa)**

Já que o autor da emenda está presente, concedo a palavra ao nobre Constituinte José Mendonça de Moraes.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ MENDONÇA DE MORAES:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a redação proposta no texto, salvo melhor interpretação, faz a ressalva única e exclusivamente para fins de instrução processual

O que desejo é que fique ressalvada a expressão "nos termos da lei", porque aí deixamos muito mais abertura às exceções. Como está redigido – e quero chamar a atenção dos exegetas –, somente haverá exceção para fins de instrução processual.

Assim sendo, minha emenda visa a restabelecer o princípio geral de que, quando a lei o estabelecer, seja para fins de instrução ou não, haverá as ressalvas, para que se possa fazer o conhecimento dessas mensagens. Então, pela minha proposta a redação fica mais constitucional, mais substantiva. Basta deixarmos apenas o texto da seguinte forma:

"É inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas e telefônicas, nos casos e na forma que a lei estabelecer."

E muito melhor do que com essa ressalva que está aqui, que é única e exclusivamente para fins de instrução criminal. Basta fazer uma boa interpretação da lei, que é isso que vamos entender.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, peço a palavra para contraditar.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem V. Ex.ª a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o Constituinte José Mendonça de Moraes vem apenas repetir a emenda do Constituinte Israel Pinheiro. É muito semelhante – é praticamente a mesma – S. Ex.ª acabou de referir.

Então, Constituinte José Mendonça de Moraes, gostaria de esclarecer a V. Ex.ª que, quando o projeto determina que é para fins processuais, subentende-se – e é natural – que toda ordem judicial, toda ordem emanada de um juiz dá início, como é lógico e decorrente da própria natureza do poder, a um processo judicial, mesmo que seja simples. A ordem judicial já constitui o início de um processo. O juiz determinou a providência para que fim? Para apurar alguma coisa, para obter algum resultado. Pode ser que não o obtenha, mas o processo judicial está aberto com esta ordem.

Não há outro raciocínio. Gostaria que me fosse explicado qual o outro objetivo da ordem judicial se não esse. Não poderia compreender um juiz determinar uma providência sem que ficasse calcada numa providência processual. Teria que, amanhã, dar explicações à parte para a qual fosse dirigida esta ordem, que poderia contestá-la

Teria algum suporte, que seria esta ordem dada por escrito pelo juiz.

Desta forma, acho que devemos manter o texto do Relator, porque preenche todos os requisitos normais para garantir-se a inviolabilidade do sigilo da correspondência, da comunicação telefônica etc., sob controle jurisdicional.

Era o que tinha a dizer.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Em votação. Vai-se proceder à chamada.

#### **(Procede-se à votação)**

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Carlos Sant'Anna, Nilson Gibson, Prisco Viana, Rodrigues Palma, Marcos Lima, Arnaldo Prieto, Carlos Chiarelli, Eraldo Tinoco, Inocêncio Oliveira, Luís Eduardo, Oscar Corrêa, Ricardo Fiúza, João Menezes, Jonas Pinheiro, José Tinoco, Darcy Pozza. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Aluizio Campos, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Celso Durado, Egídio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, Ibsen Pinheiro, João Calmon, José Paulo Bisol, José Richa, Manoel Moreira, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Sigmaringa Seixas, Virgildásio de Senna, Aécio Neves, Antonio Mariz, Chagas Rodrigues, Délio Braz, Euclides Scalco, José Carlos Grecco, José Costa, José Tavares, Márcio Braga, Octávio Elísio, Roberto Brant, Rose de Freitas, Uldurico Pinto, Vicente Bogo, Vilson Souza, Ziza Valadares, Afonso Arinos, Alcení Guerra, Edme Tavares, José Lins, Marcondes Gadelha, Mário Assad, Sandra Cavalcanti, Mozarildo Cavalcanti, Ricardo Izar, Antônio Carlos Konder Reis, Gerson Pares, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia, Virgílio Távora, José Maurício, Lysâneas Maciel, Luiz Salomão, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Plínio Arruda Sampaio, José Genoíno, Adolfo Oliveira, José Maria Eymael, Haroldo Lima, Fernando Santana e Beth Azize.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 16 Constituintes; votaram NÃO 67 Constituintes. Total: 83 votos. O Destaque foi **rejeitado**.

Votação do Destaque nº 3.955, requerida pelo Sr. Roberto Balestra, referente à Emenda nº 15.078, de autoria do Sr. Constituinte Eraldo Tinoco.

**O SR. CONSTITUINTE ERALDO TINOCO:** – Sr. Presidente, o parecer do Relator é pela aprovação da emenda. Dessa forma, desisto do requerimento de destaque.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Retirado o destaque.

Em votação o Destaque nº 5.231, requerido pelo Sr. Constituinte Roberto Balestra, referente à Emenda nº 25.871, de autoria do Sr. Constituinte Oswaldo Almeida. Como o autor não se encontra presente, está prejudicado o destaque.

Votação do Destaque nº 7.168, requerido pelo Sr. Constituinte Roberto Balestra, referente à Emenda nº 27.367, de autoria do Sr. Constituinte Maluly Neto. **(Pausa.)** Como o autor não se encontra presente, está prejudicado o destaque.

Votação do Destaque nº 560, requerido pelo Sr. Constituinte José Genoíno, referente à expressão "salvo autorização judicial", para supressão.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Sr. Presidente, desisto do destaque.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Votação do Destaque nº 3.497, requerido pelo Sr. Constituinte Aldo

Arantes, referente à expressão "salvo" até a palavra "processual", para supressão.

Constituinte Aldo Arantes, retira V. Ex.<sup>a</sup> o pedido de destaque?

**O SR. CONSTITUINTE ALDO ARANTES:** – Retiro.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Retirado e pedido de destaque.

**Destaque nº 6.199/87 – Emenda nº ES-2.152-8, do Sr. Ibsen Pinheiro, "que modifica a art. 6º § 39 do Substitutivo nº 17 (art. 5º § 12 do Substitutivo nº 2)". (45ª votação)**

Votação do Destaque nº 6.199, requerido pelo Constituinte Ibsen Pinheiro, referente à Emenda nº 21.152, de sua autoria, para aditamento da expressão "e investigação criminal".

Tem a palavra o Constituinte Ibsen Pinheiro.

**O SR. CONSTITUINTE IBSEN PINHEIRO:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, quando se decidiu, momentos atrás, relativamente à emenda supressiva do Constituinte Brandão Monteiro, confesso que fiquei na dúvida sobre se convinha ou não, no Estado democrático que estamos construindo, introduzir ou manter ressalva para a violação do sigilo da correspondência e das comunicações. A expressiva maioria desta Comissão decidiu pela conveniência de manter-se a ressalva e autorizou que ficasse no texto a expressão "salvo por ordem judicial, nos casos e na forma que a lei estabelecer para fins de instrução processual".

Tenho a convicção, Sr. Presidente, de que os Constituintes que votaram majoritariamente foram sensíveis à necessidade que terá o Estado democrático que estamos construindo, de compatibilizar as garantias individuais com a defesa da sociedade e do próprio Estado democrático. É, certamente, nesta linha de raciocínio que se insere a ressalva, porquanto condiciona a eventual violação à indispensável e prévia autorização judicial.

Penso, Sr. Presidente, que a Casa foi sensível à necessidade de que a repressão criminal, especialmente, seja dotada de instrumentos eficazes para responder com celeridade.

Quero, pois, chamar a atenção do Sr. Relator Bernardo Cabral – sobre cujo texto nos debruçamos e a cujo aperfeiçoamento nos dedicamos, sem deixarmos de proclamar, em nenhum momento, a qualidade de seu trabalho, realizado à custa de muito esforço e dedicação – para a minha emenda, que busca aditar uma expressão curta e simples: "e investigação criminal". Ficaria, então, o texto redigido da seguinte maneira: "... que é inviolável no sigilo da correspondência, salvo por ordem judicial, nos casos e na forma que a lei estabelecer, para fins de instrução processual e investigação criminal".

Alerto o Sr. Relator para o fato de que, tecnicamente, ficaria melhor se antes se dispusesse "para fins de investigação criminal e instrução processual". Realmente, procede a observação, já que a investigação antecede, na lógica das ações investigatórias e processuais, o processo judicial. Mas, se a intenção da Comissão foi dotar o Estado democrático de instrumentos para a coibição do crime, é indispensável que isto ocorra na fase investigatória, porque é justamente quando se torna necessária, se for o caso, a violação, autorizada por ordem judicial, do sigilo protegido constitucionalmente.

Ademais, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, há uma razão adicional: temo que o silêncio da Lei Maior sobre a investigação criminal possa estimular a idéia de que, nesta fase, não é necessária ou indispensável a presença da autorização judicial.

Por esta razão, a emenda aditiva que proponho, no meu entender, atinge duplo objetivo: o de fortalecer a sociedade para a defesa na luta contra a criminalidade e o de que só a ordem judicial, só a proteção do Estado de direito, através do mandado judicial, poderá permitir a violação do sigilo em casos extremos, que, por isso mesmo, dependerão sempre da autorização judicial.

Nestas condições, sou pela aprovação da emenda, com aditamento da expressão "e para fins de investigação criminal, como elemento a mais nas faculdades atribuídas ao juiz para a defesa da sociedade e do Estado democrático".

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, peço a palavra, para encaminhar a votação.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Concedo a palavra a V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, prezados colegas, não me quero tornar aqui impertinente ou contestador de todas as proposições apresentadas, mas a instrução processual pressupõe também, na sua expressão genérica, a investigação. O que abunda, porém, não prejudica. Se é para agradar o nosso promotor público, que vive no ambiente das investigações criminais, vamos aprová-la.

Seria dispensável, porque toda instrução pressupõe que se proceda à investigação. Não sou propriamente contrário, mas acho que já é um excesso de zelo o que demonstra o ilustre promotor público, Constituinte Ibsen Pinheiro, que sempre nos honra com suas lições na tribuna.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Haroldo Lima.

**O SR. CONSTITUINTE HAROLDO LIMA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a emenda do nobre Constituinte Ibsen Pinheiro diz respeito a um direito que já está sendo perigosamente aberto e prejudicado. Em nossa opinião, se se acrescentar a expressão "e para fins de investigação criminal", introduzir-se-á uma amplitude desnecessária, por um lado, e perigosa, por outro.

Desnecessária, porque a instrução processual, sobretudo por ordem judicial, pode levar, se for o caso, a uma investigação complementar; perigosa, porque sabemos que investigação criminal, em nosso País sobretudo, é feita por ordem de delegados, o que leva à possibilidade de violação do sigilo de correspondência. Então, esse direito, que, na nossa compreensão, deveria ser taxativo – portanto impossibilitado de ser quebrado sob qualquer circunstância – passa a ser, por diferentes mecanismos, prejudicado e, na verdade, anulado.

Somos da opinião de que o § 12, como já dissemos mais de uma vez, não está, como no caso da Constituição atual, taxativamente afirmando ser inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas e telefônicas. Já existe certa ressalva, certa condição. Se acrescentarmos outra ressalva, outra condição, haverá grave prejuízo para a afirmação desse direito na letra da Constituição.

Por conseguinte, somos contrários a que se aprove a emenda do Constituinte Ibsen Pinheiro.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Concedo a palavra ao Constituinte José Maria Eymael.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ MARIA EYMAEL:** – Sr. Presidente, parece-nos extremamente necessária a emenda proposta pelo Constituinte Ibsen Pinheiro. Isto porque, da forma como está redigido, o texto demandará um longo processo interpretativo para chegarmos à conclusão de que, nos casos específicos de seqüestro, estaria contemplada a exceção. Assim como consta no texto, que

fala apenas da instrução processual, não está contemplada a figura da investigação criminal, que precede à instrução processual, que somente poderá ser instalada a partir da distribuição da ação.

Sabemos que, em caso de seqüestro, a ação deve ser rápida e imediata. O que vai caber é exatamente a figura do inquérito policial e, no caso, a instrução processual.

Então, parece-nos que a emenda proposta pelo Constituinte Ibsen Pinheiro preenche esse lapso e assegura que, em casos de seqüestro – no meu entendimento, que mais preocupa com relação a essa quebra do princípio da inviolabilidade – possa haver a ação imediata, pronta.

Se o texto ficar como está, seguramente teremos extremas dificuldades para adotar as providências necessárias.

Pergunto a V. Ex.<sup>as</sup>, Srs. Constituintes, se algum de nós, ao receber um telefonema avisando que um de nossos filhos foi seqüestrado, não autorizaria uma medida judicial para que fossem tomadas providências imperativas a fim de que todos os suspeitos tivessem seus telefones verificados.

Temos, neste momento, que assumir uma posição de profunda consciência e decidir com integridade, principalmente trazendo para nós a vivência de uma situação real. Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem a palavra o Sr. Relator.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, em primeiro lugar, ressalvo que a medida só é possível por determinação judicial. O Constituinte Ibsen Pinheiro colocou a matéria de tal sorte que o Relator acolhe sua emenda e votará favoravelmente ela.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Passa-se votação.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Srs. Constituintes: Artur da Távola, Bernardo Cabral, Fernando Henrique Cardoso, Ibsen Pinheiro, José Richa, José Serra, Nelson Jobim, Nilson Gibson, Oswaldo Lima Filho, Pimenta da Veiga, Renato Vianna, Rodrigues Palma, Aécio Neves, Albano Franco, Chagas Rodrigues, Euclides Scalco, Israel Pinheiro, José Tavares, Márcio Braga, Marcos Lima, Nelson Wedekin, Octávio Elísio, Rose de Freitas, Vicente Bogo, Ziza Valadares, Alcení Guerra, Antoniocarlos Mendes Thame, Arnaldo Prieto, Christóvam Chiaradia, Eraldo Tinoco, Inocêncio Oliveira, José Jorge, José Lins, José Santana de Vasconcellos, Luís Eduardo, Mário Assad, Ricardo Ríza, Sandra Cavalcanti, João Menezes, Jonas Pinheiro, José Tinoco, Mozarildo Cavalcanti, Ricardo Izar, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Gerson Peres, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia, Virgílio Távora, José Maurício, Plínio Arruda Sampaio, Adolfo Oliveira, José Maria Eymael, Haroldo Lima, Fernando Santana e Beth Azize. Votaram **NÃO** os seguintes Srs. Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Aluizio Campos, Carlos Sant'Anna, Celso Dourado, Cristina Tavares, Egidio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, João Calmon, José Paulo Bisol, Nelton Friedrich, Paulo Ramos, Raimundo Bezerra, Sigmaringa Seixas, Virgildásio de Senna, Antonio Mariz, Délio Braz José Costa, Uldurico Pinto, Vilson Souza, Afonso Arinos, Carlos Chiarelli, Edme Tavares, Marcondes Gadelha, Oscar Corrêa, Luiz Salomão, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua e José Genoíno.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 56 Constituintes; votaram NÃO 32 Constituintes. Total: 88 votos. O Destaque foi **aprovado**.

Em votação o Destaque nº 6.306, requerido pelo Constituinte Jorge Arbage. **(Pausa)** Não estando presente Sua Excelência, fica prejudicado o destaque.

O Destaque nº 7.144, requerido pelo Sr. Constituinte Roberto Balestra, foi prejudicado pela rejeição do Requerimento de Destaque nº 3.957, que versava matéria análoga. Está, assim, encerrada a votação do § 12 do art. 5º

#### IV – SUSPENSÃO DA REUNIÃO

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – A Presidência vai suspender os trabalhos, convocando os Srs. Constituintes para a continuação da presente reunião, amanhã, 30 de setembro de 1987, às 14:00 horas.

Está suspensa a reunião.

#### EM 30 DE SETEMBRO DE 1987

Presidência dos Srs: **Aluizio Campos**, Primeiro-Vice-Presidente; **Jarbas Passarinho**, Terceiro-Vice-Presidente; **Afonso Arinos**, Presidente; **Fernando Henrique Cardoso**, Quarto-Vice-Presidente.

#### I – REABERTURA DA REUNIÃO

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Havendo número regimental, declaro reaberta a reunião.

#### II – ORDEM DO DIA

##### VOTAÇÃO DO PROJETO DE CONSTITUIÇÃO TÍTULO II (continuação)

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Vamos prosseguir a votação do Substitutivo nº 2 ao Projeto de Constituição, começando pelo § 13 do art. 5º

Em votação o Destaque nº 5.457/87, requerido pelo Constituinte José Egreja. S. Ex.<sup>a</sup> não está presente. Fica, então, prejudicado o requerimento.

Em seguida há um pedido de destaque de minha autoria para emenda que manda suprimir uma palavra, mas eu solicitei a S. Ex.<sup>a</sup>, o Sr. Relator, que isto ficaria para ser resolvido, desde que ele concorde, com a redação final.

Eu não desisti do destaque, apenas o Sr. Relator concorda com a supressão da palavra, o que pode ser resolvido em redação final.

Tendo em vista os protestos, peço ao eminente Senador Constituinte Jarbas Passarinho assumir a Presidência. Desejo defender o destaque, já que V. Ex.<sup>as</sup> protestam. **(Palmas)**

**Destaque nº 3.980/87, do Sr. Aluizio Campos, "que suprime a palavra "anterior" no § 13 do art. 5º, do Substitutivo nº 2".**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Em votação o Destaque nº 3.980, requerido pelo nobre Constituinte Aluizio Campos, para emenda referente à supressão da palavra "anterior" no § 13 do art. 5º do Substitutivo.

Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE ALUIZIO CAMPOS:** – A norma tradicional no Direito Penal, é a de não haver crime sem lei que o defina, nem pena sem prévia cominação legal. Além disto está o texto esclarecendo que a Lei Penal não retroagirá, salvo para beneficiar o réu.

A palavra "anterior", parece-me, no caso, pleonástica. Eu havia solicitado a concordância do Relator para retirá-la, com o que S. Ex.<sup>a</sup> já acedeu, e com isso poderia ser feita a correção na redação final.

Evidentemente, se não há crime sem lei que o defina, obviamente a lei tem que ser precedente ao crime. Não

se precisa usar a palavra "anterior". Sobretudo dispondo o Substitutivo que não há retroatividade para prejudicar o réu. Aí está ressalvada completamente a proteção ao réu, que não pode ser punido em consequência de uma lei posterior. Por isso é que propus a retirada da palavra "anterior" para, tecnicamente, ficar melhor redigido o texto.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra, para encaminhar contrariamente a votação, o Constituinte Nelson Jobim.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON JOBIM:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

A pretensão da emenda é suprimir a palavra "anterior", logo após a expressão "lei". Nesta hipótese nós teríamos a possibilidade permissiva da Constituição de leis com retroeficácia, ou seja, com incidência anterior ao fato definido posteriormente como crime. É necessária a manutenção da expressão "anterior" para se proibir nas questões penais, principalmente, a retroeficácia da norma.

Era isto, Sr. Presidente. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Em votação.

#### **(Procede-se à votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Pode V. Ex.<sup>a</sup> interromper a chamada, por obséquio? Embora isto não seja figura regimental, o autor do destaque diz que, dada a tendência visível que há no Plenário, retira o destaque. **(Palmas)**

Para os §§ 14 e 15, não há destaque apresentado. Passamos ao § 16.

Peço a atenção dos Srs. Constituintes. Houve um equívoco aqui, na apresentação da Assessoria: deixou de ser apreciado um destaque, de autoria do Constituinte Farabuni Júnior, ainda com referência ao § 13. S. Ex.<sup>a</sup> tem a palavra. **(Pausa)**

**O SR. FARABUNÍ JÚNIOR:** – Retiro-o.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Retiro o destaque do § 13, porque ele pode aproveitá-lo em seguida.

**Destaque nº 3.981/87, do Sr. Aluizio Campos, "que suprime o § 16 do art. 5º, do Substitutivo nº 2".**

Em votação o Destaque nº 3.981, requerido pelo Constituinte Aluizio Campos, referente à supressão do § 16.

Tem a palavra, o Constituinte Aluizio Campos.

**O SR. CONSTITUINTE ALUÍZIO CAMPOS:** – Sr. Presidente:

Estamos em um processo de elaboração constitucional e devemos decidir as matérias, tendo em vista, naturalmente, a sua importância e a sua significação.

O § 16 do art. 5º transpõe para o texto constitucional, isto é, faz o pinçamento de um caso que é na lei penal punido como fraude e diz respeito à falsidade material ou ideológica. Então, diz uma coisa que é absolutamente óbvia:

"São inadmissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos."

Nenhum juiz pode admitir prova por meio ilícito. A prova admitida em processo por meio ilícito é fraudulenta e, neste caso, está sujeita a punição no Código Penal.

Não é necessário constar do texto constitucional um caso isolado de fraude que decorra ou de falsidade material ou de falsidade ideológica.

Se V. Ex.<sup>as</sup> atentarem para o texto, o parágrafo torna-se constitucionalmente impertinente, porque há um

sem-número de casos de fraudes que não podem ser admitidas como prova processual, no curso do processo.

Este § 16 não tem sentido. Ele está contido no texto constitucional, porque é apenas o destaque isolado de uma ilicitude fraudulenta, que em regra nenhum juiz, nenhum órgão do Poder Judiciário deve admitir na formação da instrução criminal.

Não devemos permitir que a Constituição se exagere em casuísmos que não melhoram em nada a substância da matéria constitucional.

Por isso é que proponho a eliminação desse parágrafo.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Não há oradores inscritos para falar a favor nem contra.

**O SR. CONSTITUINTE EGÍDIO FERREIRA LIMA:** – Sr. Presidente, peço a palavra para falar contra.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Com a palavra o Constituinte Egídio Ferreira Lima.

**O SR. CONSTITUINTE EGÍDIO FERREIRA LIMA:** – Sr. Presidente, a matéria aventada pelo Constituinte Aluizio Campos é importante, sobretudo em matéria processual penal. Sabe-se que nela, tendo em vista o valor e a importância da liberdade e os entraves com que se tenta tirar a ampla defesa, o réu e até o seu defensor têm uma liberdade muito grande. O réu pode silenciar, e por isso que em regra o juiz pergunta por determinação processual, se ele quer dizer alguma palavra, o adverte de que o silêncio pode ser prejudicial a ele, o réu, quando está sendo interrogado. Libera o advogado, também, o código de ética dos advogados, permitindo que o advogado tenha uma convicção pessoal diversa daquela orientação que ele põe na defesa. Tudo isso em defesa do réu, da ampla defesa, da importância que tem a liberdade. Ora, se o processo penal, se a própria lei estabelece essas exceções em matéria penal, acho que é importante que se erija a matéria constitucional à não utilização de provas conseguidas por meios ilícitos, porque exatamente vem estabelecer aquele limite, que é o expresso por lei, e a Constituição adverte de que a prova fraudulenta não pode ser utilizada. Por estas razões, eu me manifesto contra a emenda do Constituinte Aluizio Campos. Acho que a atitude e o comportamento do Relator só merecem louvor.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Vou tentar uma votação nossa de natureza simbólica. Os Srs. Constituintes que estejam a favor, portanto, correspondendo ao SIM, permaneçam de pé. **(Pausa)**

A favor do destaque 6 Constituintes. Peço à Mesa que anote os nomes, porque a votação é nominal.

Aprovado, com votação contrária de 6 Constituintes.

**O SR. CONSTITUINTE (Oscar Corrêa):** – Questão de ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Com a palavra o Sr. Constituinte Oscar Corrêa.

**O SR. CONSTITUINTE OSCAR CORRÊA:** – Sr. Presidente, na nossa Comissão Temática foi instituído o critério que, pelo que vejo, V. Ex.<sup>a</sup> está implantando aqui agora. Mas esse critério, lá na nossa Comissão, teve um outro procedimento. Levo à consideração de V. Ex.<sup>a</sup> e do Plenário o que foi lá feito, utilizado pela Mesa e pelos membros da nossa Comissão. Esse critério seria o seguinte: o destaque seria posto, simbolicamente, em votação nominal. Depois, as emendas aprovadas ou rejeitadas seriam postas em um pacote, por exemplo, de emendas aprovadas e emendas rejeitadas que, ao final do título, poderia vir a ser votadas em bloco, favorável ou contrariamente, porque esse processo que acaba de ser utilizado parece-me impróprio, à medida em que vários Constituintes podem vir a ter os seus nomes aprovando ou rejeitando os destaques, estando inclusive ausentes à sessão

e não dando oportunidade a que alguns suplentes venham a se manifestar, já que poderia ser do seu interesse e desejo em relação à matéria. Então, a se utilizar esse critério, peço a V. Ex.<sup>a</sup> que use isso como uma forma em que se institua um pacote de emendas aprovadas e rejeitadas que, ao fim de um título, venham a ter a sua votação em bloco, por todos os Constituintes.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A julgar pela questão de ordem que V. Ex.<sup>a</sup> levanta, não poderá haver nenhuma votação simbólica.

**O SR. CONSTITUINTE OSCAR CORRÊA:** – Tenho a impressão que não, em matéria constitucional não pode.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Então, teremos que passar à votação nominal, mesmo quando flagrantemente a Casa esteja...

**O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA:** – Sr. Presidente, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra o Constituinte Pimenta da Veiga.

**O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA:** – Parece-me que há uma sugestão que pode compatibilizar essas posições. Todos nós desejamos dinamizar o processo de votação, acelerar a apreciação, pela Comissão de Sistematização, do substitutivo do Relator e das emendas apresentadas, que são milhares. É evidente que, se continuarmos no sistema que estamos adotando, certamente não concluiremos a apreciação pela Comissão neste ano, que não é aceitável, não é admissível. V. Ex.<sup>a</sup> apresentou uma proposta que me parece louvável, se bem que alguns companheiros Constituintes manifestam preocupação quanto à declaração feita por V. Ex.<sup>a</sup> de que a matéria estava rejeitada. Portanto, a sugestão que encaminho é que seja adotada nesta Comissão aquela via adotada por V. Ex.<sup>a</sup> mesmo na Comissão, quando essas "prévias", poderíamos chamar assim, feitas pela Mesa, levavam sempre o autor da proposta ao convencimento de que terá sua proposta derrotada e que por isso faz o obséquio ao Plenário de retirar a sua proposta. É lógico que quem não quiser retirar, levará o Plenário ao constrangimento de comprovar que são apenas dois ou três que o seguem. Mas, como regra, penso que todos os autores farão a retirada.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Quando tentei a votação simbólica foi com o objetivo de acelerarmos essas votações, quando parece claro, pela ausência de um defensor do projeto, que a maioria se inclina desfavoravelmente. Restaria um argumento, o Constituinte Oscar Corrêa, por exemplo, poderia pedir verificação de **quorum**. Não declararia rejeitada a matéria, teria que passar à votação nominal. Bastava haver concordância do Plenário.

Agora, a colocação que V. Ex.<sup>a</sup> faz é respondível. A votação simbólica demonstra, desde logo, claramente, qual é a tendência. Se o autor quiser colaborar ele pede, naturalmente, a supressão da matéria.

**O SR. CONSTITUINTE ALUIZIO CAMPOS:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra o Constituinte Aluizio Campos, pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE ALUIZIO CAMPOS:** – Sr. Presidente, o meu destaque é apenas com o propósito de excluir do texto constitucional um parágrafo que me pareceu supérfluo. Mas já que esse entendimento não é do domínio comum, inclusive de Constituintes com a experiência de penalistas, como o Constituinte Egidio Ferreira Lima, então, já que para mim não é matéria de grande importância na Constituição, eu a considero apenas desnecessária, por isso desisto do destaque.

**O SR. CONSTITUINTE VIRGILDÁSIO DE SENNA:** – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra o Constituinte Virgildásio de Senna, pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE VIRGILDÁSIO DE SENNA:** – Sr. Presidente, a questão de ordem não diz respeito a este dispositivo de autoria do nobre Constituinte Aluizio Campos. O problema que está em tese levantado é se pode haver votação simbólica em matéria constitucional. O que me parece é que não. E que seguir a orientação do nobre Constituinte Pimenta da Veiga é ainda demorar mais, porque procede-se à votação simbólica para alguém, depois, pedir a votação nominal.

Peço a V. Ex.<sup>a</sup> que cumpra o Regimento.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – V. Ex.<sup>a</sup> está com o Regimento a seu favor, apenas provaria pelo tempo que mesmo nesta votação, com todas as interrupções que tivemos, ainda ganhamos tempo. Porque a votação mais rápida que se fez aqui levou 17 minutos. A matéria está fora de cogitação, porque foi retirado o destaque.

Peço a atenção do Plenário.

Em votação o Destaque nº 6.168, requerido pelo Constituinte Adylson Motta, referente à Emenda nº 23.874, do autor.

**O SR. CONSTITUINTE ADYLSO MOTA:** – Sr. Presidente, para colaborar com os trabalhos e me rendendo ao trabalho do Relator, que atende melhor pela objetividade com que trata o assunto, retiro o meu destaque. (Palmas.)

Apenas, Sr. Presidente, quero fazer aqui uma ponderação para reflexão da Mesa. Não sei qual seria o critério adotado com relação às votações. Mas, se nós não adotarmos algumas modificações no processo de votação, não atenderemos 10% das votações.

Então, para reflexão da Mesa, creio que, se adotado esse primeiro critério, poder-se-ia adotar um segundo: uma vez atingido o **quorum** de maioria absoluta, que fosse dispensada a votação, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Também não posso, Sr. Constituinte Adylson Motta, pela reclamação feita pelo Constituinte Oscar Corrêa. Tem que haver a definição de cada Parlamentar presente, votando SIM, NÃO ou ABSTENÇÃO. Se eu tiver de cumprir o Regimento, não posso.

**O SR. CONSTITUINTE ADYLSO MOTA:** – Sr. Presidente, mas caso seja aberta uma exceção às normas regimentais, eu incluo também essa sugestão: atingido o **quorum** de maioria absoluta, não há necessidade de chamada nominal.

**O SR. CONSTITUINTE CHAGAS RODRIGUES:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE CHAGAS RODRIGUES:** – Sr. Presidente, todos nós estamos interessados em agilizar os trabalhos, de modo que o que todos esperamos, para atingir esses objetivos, é que, quando houver um destaque, fale apenas o autor a favor e um Constituinte em sentido contrário. É o apelo que faço a todos os Srs. Constituintes, no sentido de agilizarmos os nossos trabalhos.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Peço a atenção dos Srs. Constituintes, antes de passar à votação do próximo destaque, com relação à questão de ordem levantada pelo Sr. Constituinte Chagas Rodrigues.

A Mesa da Comissão de Sistematização, hoje reunida, resolveu submeter a Plenário exatamente a proposta que



se contém na sugestão do Sr. Constituinte Chagas Rodrigues. Como, pelo Regimento, devem falar dois Constituintes que apóiam, dois contra e mais o Relator, que pode falar ao seu alvedrio, seriam cinco Srs. Constituintes a falar por cinco minutos cada. Estamos jogando contra o tempo, angustiados diante de oito mil destaques. Assim a Mesa da Comissão de Sistematização propôs que: só fale um Constituinte a favor e um contra, sendo o a favor, preferentemente, o autor do destaque e, na sua ausência, o autor da emenda; na ausência de ambos, somente se houvesse uma recomendação prévia, por escrito, para um terceiro Constituinte falar.

Se o Plenário aceitar essa colocação, faremos com que esta comunicação seja feita ao Presidente da Constituinte, para obter o seu respaldo.

**O SR. CONSTITUINTE LYSÂNEAS MACIEL:** – Sr. Presidente, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE LYSÂNEAS MACIEL:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes: acho profundamente desaconselhável esta medida. Estou entendendo que a preocupação da Mesa é acelerar os trabalhos. Mas estamos também aqui, Sr. Presidente, com uma preocupação que a meu ver não tem nada a ver com a intenção de se fazer uma Constituinte mais aprimorada, mais justa e mais perfeita. Por que esse compromisso com a pressa? Entre as protelações inúteis, as obstruções desnecessárias e uma tentativa de se chegar a um posicionamento mais adequado, há uma grande diferença. Isso é extremamente perigoso e desaconselhável. Estamos restringindo a oportunidade de discutir assuntos porventura polêmicos que exigem maior reflexão, maior debate.

Não temos que fazer uma Constituinte analítica, sintética e muito menos apressada. Entendo, e o meu partido entende também, que é totalmente desaconselhável essa sugestão a que chegaram os integrantes da direção da Comissão de Sistematização.

Sr. Presidente, é muito perigoso. Por que essa pressa em construir uma Constituição? Depois de 20 anos sem participação do povo, esta Constituição está sendo de costas para o povo e agora de costas para os Constituintes. Estão se estreitando os espaços para o diálogo. E veja V. Ex.<sup>a</sup>, a segunda emenda está sendo reformada de uma maneira razoável. Várias coisas estão sendo mudadas para melhor. Então, não há por que acelerar esse procedimento. Aqui, vários Constituintes estão pedindo a retirada de emendas, alguns insistem, mas a maioria está tentando encontrar a melhor solução. Acho altamente perigoso, altamente desaconselhável. O compromisso é fazer uma Constituição bem feita e não apressada, sintética ou analítica.

**O SR. CONSTITUINTE ALDO ARANTES:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra o Constituinte Aldo Arantes, pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE ALDO ARANTES:** – Sr. Presidente, estou aqui falando não só em nome do PC do B, mas também por solicitação do PT. Quero manifestar a nossa opinião de que, se se estabelecer uma determinação de que só fale um a favor e um contra, isso poderá restringir o debate. Que essa orientação fique em termos indicativos, a critério das pessoas e em função da importância de cada tema, mas que não tomássemos uma decisão que iria contra a letra do Regimento Interno e que poderia cercear os debates em questões extremamente importantes. O que poderíamos fazer é, exatamente, nessas questões menos importantes, onde não há interesse do debate, que a coisa fosse encaminhada no sentido de se falar somente um contra e outro a favor. Que a norma fosse em termos indicativos, é a nossa opinião.

**O SR. CONSTITUINTE VIRGILDÁSIO DE SENNA:** – Sr. Presidente, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra o Constituinte Virgildásio de Senna.

**O SR. CONSTITUINTE VIRGILDÁSIO DE SENNA:** – Sr. Presidente, considero que a forma mais expedita de avançarmos com o trabalho constitucional é colocar em funcionamento o painel eletrônico e não cassar a palavra dos Srs. Constituintes. (Palmas.) Creio que isso será possível fazermos imediatamente, porque, segundo estou informado, a única dificuldade se restringe ao problema dos suplentes. Mas poderão votar imediatamente, a partir de hoje, os 93 titulares da Comissão. E a votação nominal, por chamada, far-se-ia, exclusivamente, para os suplentes; com isto se avançará violentamente em nossos trabalhos sem precisar restringir o uso da palavra dos Constituintes.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Devo informar a V. Ex.<sup>a</sup> que este assunto também foi decidido pela Mesa da Comissão de Sistematização. A única questão pendente é a dos suplentes tecnicamente. Tão pronto seja resolvida a questão – V. Ex.<sup>a</sup> se antecipa em relação ao desejo da Mesa – darei uma decisão.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LOURENÇO:** – Questão de ordem. Apóio a proposta de V. Ex.<sup>a</sup>, que considero prática. Sabemos o que estamos votando e o que se vai discutir. Ninguém pretende convencer ninguém através de mais um ou dois discursos, aliás, curtos e explicativos.

A tese de V. Ex.<sup>a</sup> está perfeita e tem o nosso apoio.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – Peço a palavra, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Darei a palavra a V. Ex.<sup>a</sup> como último interpelante neste assunto. Não perderemos mais tempo do que pretendia ganhar.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – Sr. Presidente, o que tem atrasado o trabalho desta Comissão são as questões de ordem. Devemos instituir aqui o mesmo critério existente na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. Há um que levanta a questão de ordem e outro que a impugna, e a Presidência decide. Não é possível é que, a cada questão de ordem, falem dez ou doze. (Palmas) Se V. Ex.<sup>a</sup> adotar o mesmo critério que é cumprido, há anos, nas duas Casas Legislativas, adiantaremos muito os nossos trabalhos, pois não haveria tantas questões de ordem, inclusive a que estou formulando agora.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Nobre Constituinte Nelson Carneiro, V. Ex.<sup>a</sup>, que nos dá lições de experiência parlamentar, há de compreender que, quando uma questão de ordem é levantada, tenho que ouvi-la previamente.

Então, se alguém se destinar a obstruir, pede uma questão de ordem diferente da anterior... e volta à primeira. Tenho que ouvir uns cinco minutos para depois declarar que não houve questão de ordem a levantar.

É questão de disciplina interna.

Srs. Constituintes, a Mesa se submeteria ao Plenário da Comissão. Esse era o objetivo de hoje de manhã quando por unanimidade decidimos; se fosse aprovado, então, mandaríamos essa informação ao Presidente da Constituinte que, por seu turno, numa sessão da Constituinte, modificaria o Regimento. Como estou encontrando resistências, inclusive de Lideranças, voltarei com a matéria à direção da Mesa. (Muito bem! Palmas)

Em votação o Destaque nº 8.115, requerido pelo Constituinte Osvaldo Coelho, referente à Emenda nº 29.767.

O Constituinte Osvaldo Coelho está presente? (Pausa)

Fica prejudicada a matéria pela ausência do proponente.

Passamos ao § 18.

Em votação o Destaque nº 7.809, requerido pelo Constituinte Giovanni Masini, referente à Emenda nº 22.408 de sua autoria.

S. Ex.<sup>a</sup> está presente? **(Pausa)**

Ausente. Fica prejudicada a matéria.

Parágrafo 19.

Em votação o Destaque nº 6.400, requerido pelo Constituinte Valter Pereira, referente à Emenda nº 23.079 de sua autoria.

**O SR. CONSTITUINTE VALTER PEREIRA:** – Sr. Presidente, retiro o destaque.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Retirado o destaque.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, peço a palavra para um esclarecimento.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra o nobre Constituinte Gerson Peres.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Na pauta do Substitutivo nº 2 constam, com a mesma numeração, os §§ 18 e 18-A. Pergunto como vamos proceder.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A informação da Assessoria é que, no § 18, não há nenhuma emenda apresentada aqui.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Como ficará no texto. O § 18 será o 19, o 19 será o 20 e o 20 será o 21? É apenas um esclarecimento, porque há uma numeração idêntica.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra o nobre Relator Bernardo Cabral.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Por ocasião da redação final, isso será corrigido devidamente; os parágrafos serão reenumerados corretamente.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Em votação o Destaque nº 6.353, requerido pelo Constituinte Bonifácio de Andrada, referente à supressão da expressão "e de seus frutos". **(Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup>. não está presente.

Fica a matéria prejudicada.

Ainda com referência ao § 18: em votação o Destaque nº 4.768, requerido pelo Constituinte Artur da Távola, referente à Emenda nº 27.828. **(Pausa)**

Ausente o autor.

Está prejudicado o destaque.

Em votação o Destaque nº 2.908, requerido pelo Constituinte José Thomaz Nonô, referente à Emenda número 25.072 de sua autoria. **(Pausa)**

Ausente o autor.

Está prejudicada a matéria.

**Destaque nº 1.283-87 – Emenda nº ES-34.585-1, do Sr. Vivaldo Barbosa, "que adita expressão ao art. 6º § 23 inciso VI do Substitutivo nº 1 (art. 5º § 20 do Substitutivo nº 2)". (46ª votação)**

Em votação o Destaque nº 1.283/87, requerido pelo Constituinte Vivaldo Barbosa, referente à Emenda número 34.585.

Com a palavra o autor do destaque.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FOGAÇA:** – Sr. Presidente, gostaria de solicitar a V. Ex.<sup>a</sup> que declarasse aprovado o parágrafo que fosse sendo superado pelo processo de votação.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Está-se considerando como absolutamente automático.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FOGAÇA:** – Obrigado!

**O SR. CONSTITUINTE VIVALDO BARBOSA:** – Senhor Presidente, Sras. e Srs. Constituintes:

A proibição de não se admitir no texto constitucional a existência de pena de morte ou de trabalhos forçados traz para a administração de qualquer sistema penitenciário dificuldades às vezes intransponíveis, porque há uma ignomínia que se quer evitar no texto constitucional, que é a possibilidade de alguém ser penalizado por trabalhos forçados. Isto muito mais em virtude da história do que da realidade da situação criminal de nossos dias. Mas nós, é evidente, cedemos a isso e o texto constitucional há de consagrar o banimento da pena de trabalhos forçados. Mas é necessário acrescentar nesse dispositivo o trabalho obrigatório no interior das prisões, para permitir que a Justiça Criminal, que os sistemas penitenciários possam ser administrados de maneira racional, que leve os presos a trabalharem, a produzirem, inclusive reencontrarem-se com sua humanidade, muitas vezes perdida ao longo de uma vida de crimes e de marginalidade, pelo trabalho, pela produção, pela criação de alguma coisa. Também possibilitaria a que juízes, que conheçam um pouco da família, da vida pregressa de qualquer condenado, ao invés de encaminhá-lo às prisões, por penas pequenas, por delitos mais leves, determinassem a pena de trabalho externo. Este é o alcance da emenda que visa acrescentar na relação dos cinco incisos das penas previstas no § 20 mais um, o de nº 6 (seis), que é a possibilidade de sentenças de penalização mediante trabalho obrigatório no interior das prisões do sistema penitenciário e, externo, como prestação obrigatória sucedânea da pena privativa de liberdade. Peço a compreensão dos Srs. Constituintes para acolherem a emenda no sentido de facilitar a administração dos sistemas penitenciários, inclusive, facilitar aos juízes criminais darem sentenças mais razoáveis, mais próprias de trabalho, ao invés de, indevidamente, recolherem pessoas às nossas prisões já abarrotadas. Daí esse rosário interminável de crime e violência neste mundo de sombras atrás das grades.

Muito obrigado, Sr. Presidente. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra o Sr. Constituinte Pimenta da Veiga, para encaminhar contrariamente.

**O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA:** – Senhor Presidente, Srs. Constituintes, a proposta do Constituinte Vivaldo Barbosa é evidentemente motivada pela melhor das intenções. Mas é natural que o Plenário não possa aprovar esta proposta. Primeiro, porque, a despeito das palavras do proponente, é um trabalho forçado. O trabalho obrigatório em presídios é um trabalho forçado. Segundo e mais grave, é que não vejo como obrigar o interno, o recluso a trabalhar a não ser pela coação física. Quem está num presídio não tem disposição de seguir regulamentos, não está disposto a se submeter a disciplinas e o único modo de obrigar um detento a trabalhar é através da coação física, o que é profundamente repugnante. Por esta razão, apelo para o bom senso do Constituinte Vivaldo Barbosa no sentido de que se pretende realmente apenas fazer com que os presos não cumpram ociosamente a sua pena, permitindo que a Direção dos presídios ofereça um trabalho aos presidiários, retire a palavra "obrigatório", o que tornaria a sua proposta, aí sim, aceitável e de acordo com a sua própria

defesa da tribuna. Tenho a impressão de que com a supressão, com a retirada da palavra "obrigatório", nós poderíamos acolher a proposta que certamente poderia até mesmo ter a acolhida do Relator geral.

**O SR. CONSTITUINTE VIVALDO BARBOSA:** – Posso responder a sua questão? Eu concordo com a retirada porque nós estamos tratando de pena dada por sentença. Evidente que já é obrigatório, porque sentença há de se cumprida. Eu retiro a expressão.

**O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA:** – Vossa Excelência concorda, portanto, com a supressão. Desse modo, terá o nosso apoio.

**O SR. CONSTITUINTE OSCAR CORRÊA:** – Peço; palavra pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – V. Ex.<sup>a</sup> tem a palavra, pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE OSCAR CORRÊA:** – Acabou de ser proposta, Sr. Presidente, em que pese a concordância do Plenário ou de alguns membros da nossa Comissão, a supressão a um destaque apresentado em forma de emenda no prazo regimental.

Não houve ilustre, Relator adjunto José Fogaça, a desistência. Ou a desistência é integral do destaque ou não pode ser supressivo da emenda, já que há um entendimento dessa Comissão em não se permitir alteração apresentadas às emendas. Ou vamos manter essa jurisprudência ou, infelizmente, esta Comissão vai passar a legislar agora em emendas novas apresentadas.

Peço a V. Ex.<sup>a</sup> que mantenha a jurisprudência da Casa e da Comissão que não permite, em hipótese alguma, a supressão de textos apresentados a destaques de emendas.

**O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA:** – Sr. Presidente, para contraditar.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Para contraditar, tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA:** – A proposta que fizemos da tribuna foi no sentido de não se perder a proposta do Constituinte Vivaldo Barbosa.

O Constituinte Oscar Corrêa levanta um impedimento regimental – segundo ele – para essa providência. Mas não nos parece que está certo S. Ex.<sup>a</sup>, porque tem sido permitida, com muito acerto, penso até mesmo que é uma providência indispensável a desistência parcial de destaques. Esta tem sido a regra.

**O SR. OSCAR CORRÊA:** – Não tem sido a regra, Constituinte Pimenta da Veiga.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – V. Ex.<sup>a</sup> me permite? É só uma sugestão. A solução é o Relator dar parecer favorável e subemendar. O Relator pode apresentar subemenda.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Peço a V. Ex.<sup>a</sup> que não perturbe a direção dos trabalhos. Trata-se de uma questão de ordem, não há apartes. Nós só queremos trabalhar com rapidez, e com isso será muito pior.

V. Ex.<sup>a</sup> já terminou, nobre Constituinte Pimenta da Veiga?

**O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA:** – Já vou concluir, Sr. Presidente. Concordo com V. Ex.<sup>a</sup> em que não se deve atropelar a questão de ordem por melhor que seja a sugestão, senão não há ordem nos trabalhos.

Sr. Presidente, eu penso que a supressão, portanto, é possível discuto apenas o momento, a oportunidade, se é possível de fato fazê-la nesta altura da votação. Esta ponderação me parece acertada, mas esta a Mesa é que deve resolver.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Já tenho a decisão. A decisão já foi hoje analisada na Comissão de Sistematização. Não se pode fazer, durante a votação, retirada parcial de texto.

Para encaminhar favoravelmente, tem a palavra o Sr. Constituinte Luiz Salomão.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr. Presidente peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra, para uma questão de ordem.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Em relação a decisão de V. Ex.<sup>a</sup>, apenas para aditar que existe uma solução simples que é o parecer do Relator à emenda. Aí, ele pode subemendar, pode pedir a extração, mas o Relator.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Não! Para nós, ninguém.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Mas o Regimento diz que o Relator pode subemendar...

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Não! Ninguém!

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Mas V. Ex.<sup>a</sup> não pode ir contra o Regimento, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Eu estou com o Regimento a meu favor. Eu estou em processo de votação, e no processo de votação, só posso analisar as emendas íntegras. Eu não posso ficar vendendo parceladamente as idéias.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Mas o Relator pode subemendar.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A matéria está solucionada. Se V. Ex.<sup>a</sup> dela recorre, recorro para a Mesa da Assembléia Nacional Constituinte. (Palmas)

Tem a palavra o Constituinte Luiz Salomão.

**O SR. CONSTITUINTE LUIZ SALOMÃO:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, queria, inicialmente, lamentar o fato de que tenha surgido esta questão de ordem, o que tornou rígido e rigoroso o exame desta questão.

A idéia proposta pelo Constituinte Vivaldo Barbosa é absolutamente prudente e oportuna, na medida em que permitirá que o juiz dê como pena ao condenado a obrigação de trabalhar, não de uma forma compulsória e coatora, como pretendia imaginar, na sua hipótese, o Constituinte Pimenta da Veiga, mas como uma forma, inclusive, de terapia de recuperação.

Neste sentido, é importante que esse princípio seja registrado na nova Constituição, a fim, inclusive, de obrigar as autoridades penitenciárias a proverem, nos locais de reclusão, de oficinas e meios de produção para os apenados.

Eu diria que esta celeuma surgida em virtude da palavra "obrigatório" poderá ser sanada oportunamente, através de destaque supressivo de emenda de redação em Plenário, sobretudo quando o projeto for ao Plenário. De modo que proporia aos Srs. Constituintes a aprovação desse dispositivo em boa hora proposto pelo Constituinte Vivaldo Barbosa.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Em votação.

Os Srs. Constituintes que aprovam o destaque apresentado pelo Constituinte Vivaldo Barbosa votem "sim". Os que votarem "não", desaprovam-no.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, peço a palavra para fazer um apelo ao Constituinte Vivaldo Barbosa.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** –Pois não.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Eu gostaria de ponderar ao Constituinte Vivaldo Barbosa, com a admiração que tributo a S. Ex.<sup>a</sup>, que esse inciso VI se choca com o parágrafo a seguir, onde se fala em trabalhos forçados, qualquer forma, com o termo "obrigatório", não dá para conciliar. Estamos diante de uma barreira. Para saltá-la, só temos um caminho: ou votar contra a emenda de V. Ex.<sup>a</sup>, o que faço com muito pesar; ou pedir a V. Ex.<sup>a</sup> que a retire. É um apelo que o Relator faz a V. Ex.<sup>a</sup>, sob pena de termos de votar contrário, à vista do argumento expendido com o choque que há neste termo "obrigatório" com o parágrafo seguinte.

Não se esqueça V. Ex.<sup>a</sup> de que há a prestação social alternativa no inciso IV.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Como se trata de apelo feito ao autor do destaque, peço a S. Ex.<sup>a</sup> que opine.

**O SR. CONSTITUINTE VIVALDO BARBOSA:** – Sr. Presidente, estou sempre pronto a atender a todos os apelos feitos pelo Relator.

Porém, estamos diante de uma questão muito específica e muito importante. A experiência que trago de Secretário de Justiça, responsável, como uma de minhas atribuições, por administrar o sistema penitenciário do Rio de Janeiro, impõe que eu lute por esta emenda, porque serão inadmissíveis as prisões deste País se não possibilitarmos aos juízes sentenciarem pessoas a prestar serviços de utilidade pública, a prestar serviços como pena alternativa da sentença privativa da liberdade, e também será impossível administrar o interior das prisões se não tiverem um respaldo legal e constitucional para levar os detentos a trabalharem e com isto produzirem e, conseqüentemente, melhor se comportarem no interior das prisões.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Em suma, V. Ex.<sup>a</sup> mantém o destaque.

**O SR. CONSTITUINTE VIVALDO BARBOSA:** – Mantenho com o pedido de desculpas e vênias ao ilustre Relator.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** –Em votação.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senadores Constituintes: Almir Gabriel, Aluizio Campos, José Richa, Oswaldo Lima Filho, Theodoro Mendes, Virgildásio de Senna, Vilson Souza, Eraldo Tinoco, Aloysio Chaves, Luís Eduardo, Sandra Cavalcanti, Paes Landim, Ricardo Izar, Luiz Salomão, Francisco Rossi e Beth Azize. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Carlos Mosconi, Carlos Sant'Anna, Cristina Tavares, Egidio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Henrique Cardoso, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, João Hermann Neto, José Fogaça, José Paulo Bisol, José Serra, Manoel Moreira, Milton Reis Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nelton Friedrich, Nilson Gibson Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Prisco Viana, Renato Vianna, Rodrigues Palma, Sigmaringa Seixas, Antonio Mariz, Chagas Rodrigues, Délio Bráz, João Natal, José Carlos Grecco, José Tavares, Michel Temer, Octávio Elísio, Rose de Freitas, Antônio Carlos Mendes Thame, Arnaldo Prieto, Christóvam Chiaradia, Edme Tavares, Francisco Benjamim, Inocêncio Oliveira, José Jorge, José Lins, José Santana de Vasconcellos, José Thomaz Nonô, Mário Assad, Oscar Corrêa, Osvaldo Coelho, Paulo Pimentel, Jonas Pinheiro, José Lourenço, Simão Sessim, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Gerson Peres, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia, Virgílio Távora, José Maurício, Gastone Righi, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Adolfo Oliveira, Haroldo Lima, Roberto Freire, Antonio Farias.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 16 Constituintes; votaram NÃO 68 Constituintes; Total: 84 votos. O Destaque foi **rejeitado**.

Passa-se à votação do Destaque nº 6.385, requerido pelo Constituinte Valter Pereira, referente à Emenda nº 26.978, que é substitutiva. Substitui o item IV: "prestação de serviços ao Estado ou à sociedade".

O autor do destaque acaba de declarar que o retira.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – O Sr. Constituinte Antonio Mariz se encontra presente? **(Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup> não está presente. Está prejudicado o destaque.

Em votação o Destaque nº 4.702, requerido pelo Constituinte Euclides Scalco, referente à Emenda nº 33.974. **(Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup> não se encontra presente, ficando assim prejudicado o destaque.

**Destaque nº 3.983/87 – Emenda nº..., do Sr. Aluizio Campos, "que suprime a palavra "alternativa" no § 20 do art. 5º do substitutivo nº 2."**

Em votação o Destaque nº 3.983, requerido pelo Constituinte Aluizio Campos para emenda que pretende a supressão da palavra "alternativa" no § 20 do art. 5º.

Tem a palavra o Sr. Constituinte Aluizio Campos.

**O SR. CONSTITUINTE ALUIZIO CAMPOS:** – Sr. Presidente, distribuí uma relação de números de destaques referentes ao Título II, dada a sua importância, e parece que um grupo de Constituintes – que se concentra à esquerda do plenário – estabeleceu uma presunção de que meus destaques devem ser negados e a emenda retirada. Sempre procuro apresentar destaques que me parecem de importância vital para o texto da Constituição. Eu era contra, inteiramente, ao § 20, que devia se limitar à individualização da pena.

Mas o parágrafo adota uma certa determinação de pena para impor a privativa da liberdade e multa em prestação social alternativa. A prestação social alternativa, evidentemente, impede que ela possa ser adotada cumulativamente.

Então, naqueles casos em que o réu é condenado como se estabelecia no § 8º para cumprir pena integralmente, em regime fechado, se impediria que, simultaneamente, ele pudesse também exercer uma prestação social cumulativa, que poderia concorrer para diminuir e até beneficiá-lo no cumprimento da pena, atenuando o exercício da pena ao longo em que ela fosse vencida. Então, a mim me parece conveniente excluir a palavra "alternativa" deixando apenas "prestação social", porque, quando ela for exercida cumulativamente com uma pena que deva ser cumprida em regime fechado, ela pode beneficiar o réu porque implica a diminuição da contagem, no caso da pena. Isso vai depender do texto da lei penal.

A Constituinte está descendo a detalhes que seriam realmente dispensáveis se o texto assegurasse apenas a individualização da pena. Bastaria isso.

Por isto, a minha proposta é de que exclua-se a palavra "alternativa", para que possa ser adotada a "prestação social cumulativa", com a pena em recinto fechado. Só por isto.

Acho que é uma medida de alcance social da maior importância.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Concedo a palavra, para encaminhar contrariamente ao destaque, ao Constituinte Nelson Jobim.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON JOBIM:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a expressão alternativa no

inciso IV, do art. 20, tem uma significação clara: o Juiz condena a privação da liberdade e alternativamente condena a uma prestação social. Se o réu não quiser cumprir a prestação social, aí será recolhido à prisão, ou seja, há alternativa em relação à vontade do réu; alternativamente à pena e não à prestação total alternativa, como substitutiva absoluta da pena privativa de liberdade. Respeita-se a individualidade do réu na opção da escolha. Este é o sentido. Daí por que solicito ao eminente autor do destaque que desista.

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – Sr. Presidente, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Com a palavra o Relator.

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – Sr. Presidente, a Relatoria entende que é fundamental essa expressão alternativa, porque a prestação social é um ato de decisão personalíssima do preso que tem, inclusive, a privação da liberdade e que, por isto, deve optar ou não pela prestação social.

A Relatoria se vê obrigada a insistir na manutenção da expressão.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Em votação. Comece a chamada, Constituinte José Fogaça. Os que votam SIM, aprovam o destaque; os que votam NÃO, o desaprovam.

**O SR. CONSTITUINTE ALUÍZIO CAMPOS:** – Sr. Presidente, o Sr. Relator me fez um apelo no sentido de retirar o destaque, assim como outros companheiros. Assim, retiro o destaque. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Em votação o Destaque nº 7.774, requerido pelo Sr. Constituinte Mansueto de Lavor. **(Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup> está ausente.

O pedido está prejudicado. Além disto, a matéria era igual.

Em votação o Destaque nº 6.862, requerido pelo Constituinte Fernando Henrique Cardoso: supressão de expressões. **(Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup> está ausente.

Está prejudicado o destaque.

Passa-se ao § 21, que, no texto, diz:

"Não haverá pena de morte, de prisão perpétua, de trabalhos forçados ou de banimento."

Devo fazer um esclarecimento à Casa: há dois requerimentos de preferência, um do Constituinte Farabulini Júnior e outro do Constituinte Amaral Netto sobre a mesma matéria.

O princípio regimental que fala na abrangência da matéria, dá preferência natural a mais abrangente, porque posso ser levado a votar uma matéria e desejar uma forma menos violenta. A proposta do Constituinte Amaral Netto é de total e completa introdução da pena de morte, desde que haja o processo, e do Constituinte Farabulini Júnior é só para o caso de reincidentes. Então, a votação da proposta do Constituinte Amaral Netto não prejudicará necessariamente a segunda. Isto se for rejeitada, é claro!

**Destaque nº 3.051/87 – Emenda nº ES-30.413/5, do Sr. Amaral Netto, "que modifica o art. 6º, § 2º, do Substitutivo nº 1 (art. 5º § 21 do Substitutivo nº 2)". (47ª votação)**

Em votação o Destaque nº 3.051, requerido pelo Constituinte Amaral Netto, referente à Emenda nº 30.413, de sua autoria.

Tem a palavra S. Ex.<sup>a</sup> por cinco minutos.

**O SR. CONSTITUINTE AMARAL NETTO:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, vou cumprir a tarefa daquilo que se chama uma batalha sem glórias porque sei que ela é perdida. Mas, faria a V. Ex.<sup>a</sup> uma pergunta: O que haverá amanhã neste País? A resposta caberá a cada um daqueles que vai responder hoje. E cada um, nesta Comissão, vai dizer SIM ou NÃO, de acordo com o foro íntimo e com sua consciência, porque a pena de morte não é ideológica, não é doutrinária, não é religiosa, muito menos partidária.

Queria dar apenas um esclarecimento final, porque anteriormente havia discursado sobre isto. Vamos esclarecer o que é a minha pena de morte. Aqui está a emenda, ela prevê a pena de morte para as hipóteses de assalto, roubo, seqüestro e estupro seguidos de morte. A lei assegura ao acusado a mais ampla defesa, atribuindo efeito suspensivo aos recursos interpostos a instâncias ordinárias, extraordinárias e ao pedido de indulto às autoridades competentes.

Além disto Srs. Constituintes, nas disposições transitórias apresentei uma emenda que prevê um plebiscito para que, uma vez aprovada a proposta, ela seja submetida à opinião pública que vai decidir, embora todos saibam que a opinião pública quer isto que está aqui.

Como não posso usar tempo demais, logicamente, queria apenas terminar com uma carta que recebi há algum tempo e que não quis usar, mas fui autorizado pelo autor a usá-la. Esta carta, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, é de um homem que se chama Rudy A. Volkmann. Este homem é pai da menina Anneliese, do Rio de Janeiro, morta com uma chave de fenda. Esse homem trabalha sem cessar em associações, reuniões, principalmente da Rede Ferroviária de onde ele é funcionário. E, num dos pontos do manifesto que ele publicou e difundiu, lê-se o seguinte:

"Muito se disse sobre a violência, sobretudo ressaltando-se o aspecto das desigualdades sociais profundas existentes em nosso País, como primeira e única causa de nosso alto índice de criminalidade, fazendo-se vista grossa da causa impunidade e se esquecendo que a delinquência não é privilégio dos pobres, tendo estes apenas o privilégio da punição."

Pergunto-me, constantemente, se é possível em sã consciência deixar de registrar como causa mais importante dos altíssimos índices de criminalidade reinantes entre nós, o fato de os criminosos em nosso País serem tratados com a maior benevolência, gozando quase de total impunidade."

Finalizando, diz:

"Em defesa de nossos queridos filhos, precisamos dar um grito de alerta por todos os recantos de nossa Pátria, nos unindo para exigir de nossos legisladores, principalmente nesta fase de Assembléia Nacional Constituinte, cuidadosa revisão de nossos códigos penais."

Em seguida, ele me remete uma nova carta que termina com estas palavras, Srs. Constituintes:

"Minha idéia básica coincide perfeitamente com os objetivos pelos quais o senhor vem lutando obstinadamente: implantação da pena de morte para crimes hediondos, complementada com severas leis contra os chamados 'crimes de colarinho branco' e sucedâneos e assemelhados..."

Que não atinge os ricos, só os pobres.

Diante disto, eu diria, para encerrar, nestes pobres cinco minutos, de uma causa tão difícil de defender, e

para mim tão fácil que V. Ex.<sup>as</sup> têm sobre suas cabeças a responsabilidade de uma experiência a ser feita neste País. Já que a coisa está como está, por que não experimentar a pena de morte nessas condições em que o Presidente da República indulta, com efeito apensivo para tudo?

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho. Fazendo soar a campainha):** – Nobre Constituinte, V. Ex.<sup>a</sup> dispõe de um minuto para concluir o seu pronunciamento.

**O SR. CONSTITUINTE AMARAL NETTO:** – Já vou encerrar, Sr. Presidente.

Aos Deputados e Senadores do Paraná, aqui está uma pesquisa feita naquele Estado, e não tive tempo de lê-la – estou lendo agora –, um questionário em que o SIM pela pena de morte correspondeu a 67% contra 30% do NÃO. Vejam bem V. Ex.<sup>as</sup>: uma pesquisa feita no Paraná. Eu trouxe do Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, São Paulo e trouxe, principalmente, da Bahia, onde, hoje, ao invés de pena de morte, se faz um linchamento de um inocente. Pois bem, Srs. Constituintes, termino dizendo: cumpri o meu dever até agora e vou cumpri-lo até o fim. Voltarei com a minha emenda ao plenário, voltarei com a minha emenda depois da Constituição aprovada, voltarei com ela porque estou de acordo com a minha consciência e com aquilo que o meu povo quer. E cada um de nós tem o seu próprio povo, no sentido eleitoral.

Diria, como aquela grande autora sueca, cujo nome é complicado e não vou tentar repetir, que estou fazendo como lemos um conto em que ela descreve, sem nenhuma referência ao meu Presidente, duas vezes Presidente, do PDS e hoje da Comissão de Sistematização, Jarbas Passarinho, que um passarinho passava com água no bico, jogando sobre uma floresta incendiada e uma águia lhe perguntou: O que está fazendo? Ele respondeu: apagando o incêndio. E você acha que vai apagar o incêndio com esse pequeno bico? Disse ele: Estou cumprindo o meu dever.

É o que vim fazer nesta tribuna, trazendo este apelo a V. Ex.<sup>as</sup>.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra o nobre Constituinte José Serra, para encaminhar contra.

**O SR. AMARAL NETTO:** – Sr. Presidente, permita-me? Eu indico o nobre Constituinte Farabulini Júnior para ser o segundo orador.

Se não me engano, o orador tem o direito de indicar o segundo orador.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – V. Ex.<sup>a</sup> terá ainda a possibilidade de dois Constituintes para falar a favor. Mas não há mais ninguém inscrito.

**O SR. CONSTITUINTE AMARAL NETTO:** – Estou fazendo a inscrição do Constituinte Farabulini Júnior.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Ninguém está inscrito, Sr. Constituinte, se se inscrever, eu darei a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE FARABULINI JÚNIOR:** – Peço a palavra, Sr. Presidente, para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra o Sr. Constituinte Farabulini Júnior, para uma questão de ordem.

**O SR. CONSTITUINTE FARABULINI JÚNIOR:** – Eu declino da indicação até porque a emenda que vou sustentar é na linha da reincidência. Portanto, espero a minha oportunidade.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Como se vê, não há questão de ordem a resolver.

Tem a palavra o Constituinte José Serra.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ SERRA:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes:

Também acho que é uma questão de dever o encaminhamento contrário à emenda do Constituinte Amaral Netto.

Creio que as colocações de S. Ex.<sup>a</sup> partem de um falso dilema e fixam um pressuposto falso que orienta todo o seu raciocínio. O falso dilema é aquele entre a pena de morte e insegurança. Não creio que a preocupação maior com a segurança no nosso País, que deve haver por parte de todos nós, tenha relação direta com a questão da pena de morte. Creio que o enfrentamento do problema da segurança não passa pela instituição da pena de morte e que este é um falso dilema que os partidários da pena de morte nos colocam, como iremos demonstrar.

O pressuposto falso é aquele que afirma que a pena de morte será capaz de inibir a criminalidade. Aqui, podemos inclusive nos confrontarmos com experiências históricas. Os países que aboliram a pena de morte, como no caso da França, Inglaterra, ou regiões dos Estados Unidos, não assistiram a nenhum aumento de criminalidade pelo fato da pena capital ter sido extinta. Este é o ponto fundamental a ser levado em consideração.

Se o critério para a pena de morte é a eficácia, ela está reprovada como instrumento para inibir a criminalidade. A menos que, evidentemente, se pensasse em instituir a pena de morte para crimes como aqueles que eram listados na Inglaterra, no Século XVIII, onde pena de morte para roubo de nabos, para associação com ciganos e – pasmem – até para quem cortasse uma árvore em praça pública, ou danasse algum manancial de água para a população. É muito importante ter presente que uma pesquisa levada a cabo na Inglaterra, quando das discussões sobre a pena de morte, mostrou com muita clareza que cerca de 80% dos criminosos, daqueles que cometiam o crime de tirar a vida alheia, eram pessoas transtornadas mentalmente, bêbados, drogados, tomados pela paixão, enfim, não eram pessoas que, sabendo da existência da pena de morte, evitariam o seu crime; o crime teria sido cometido de toda maneira. Isto para cerca de 80% daqueles que matavam e um percentual alto, acima desses 80%, inclusive, eram formado por assassinos que tinham a pretensão de cometer um crime perfeito e que, portanto, não iriam se furtar a matar, porque estavam seguros de que não seriam descobertos.

Este é um dado bastante importante: grande parte dos criminosos sequer cogitam do temor à morte tal é a degradação de suas almas. E este é um aspecto fundamental quando se pensa na pena de morte como instrumento para inibir o crime.

E há também, Sr. Presidente, uma questão de lógica que é escamoteada. Se esta Assembléia Constituinte aprovar a pena de morte no futuro, nós teremos que nos debruçar sobre outra questão: como é que será feita a pena de morte no Brasil? Qual será o método e qual será o grau de exposição pública? Porque, por uma questão de lógica, se a pena de morte é para inibir o crime, nós deveremos escolher os métodos mais cruéis e provavelmente instituir disposições que garantam a sua exibição pela televisão ou praças públicas, para funcionar como fator inibitório. Outra questão também, por pequena que pareça, vai ser a própria regulamentação da profissão do carrasco. Haveria, inclusive, o problema, do duplo emprego. Lembro-me de que, na Inglaterra, nos anos 50, havia um carrasco chamado Albert Pierre Point, que era carrasco oficial e que nas horas vagas, era dono de um bar de esquina chamado "Socorrei o pobre enforcado".

Por último, Sr. Presidente, se me permite, um outro argumento importante: até que ponto tem a sociedade o direito de extinguir a vida humana? Esta é uma outra

questão fundamental. Como é que se coloca o problema do erro no processo? Porque a morte é a cassação de todos os direitos do ser humano, e não há devolução possível de nenhum desses direitos depois que ela tiver sido feita, a partir de erros judiciais, tão conhecidos na História, e outros tantos, muitos, mas que nunca foram por nós conhecidos.

Portanto, creio, que por uma questão de lógica, a pena de morte só se justifica num aspecto – que eu reprovo – é no aspecto da retaliação e da vingança, é no aspecto de vingar o sangue daqueles que foram assassinados. E não creio que o nosso Congresso, que a nossa Assembléia Nacional Constituinte, deva introduzir na nossa Carta Magna, a institucionalização desse tipo de vingança.

Deve a Constituição consagrar o princípio da pena de morte como vingança e retaliação organizada? A meu ver, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, a nossa resposta deve ser não! **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra para encaminhar a favor, o nobre Constituinte Farabulini Júnior.

**O SR. CONSTITUINTE FARABULINI JÚNIOR:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, já na Legislatura passada apresentei emenda Constitucional, para cominar a pena capital, em face de quatro tipos de delitos dos mais graves: o estupro seguido de morte; o assalto a mão armada, seguido de morte, o latrocínio portanto; o seqüestro seguido de morte e o atentado violento ao pudor, seguido de morte.

Àquele tempo Sr. Presidente, o Congresso Nacional não se reunia; àquele tempo não havia **quorum** no Congresso Nacional para votar matéria daquela envergadura. Entretanto, a população brasileira trama, acolhe, aplaude e espera da Assembléia Nacional Constituinte que realmente cumpra com o seu dever na defesa da sociedade brasileira, acuada em face de bandidos que na verdade sentem que a impunidade campeia neste País.

E agora, esta Assembléia Nacional Constituinte, Srs. Membros da Comissão de Sistematização, presidida oficialmente por Afonso Arinos e, felizmente, agora presidida por este ilustre brasileiro, o nosso Senador Constituinte Jarbas Passarinho, com o Sr. Relator Bernardo Cabral, estabelece a verdade social, a verdade política, a verdade econômica no seu brilhante relatório. Entretanto, nesse relatório do Constituinte Bernardo Cabral, há ausência da proteção primeira à sociedade brasileira que está conspurcada em sua honra em função e presença de estupradores que invadem a casa, seqüestram seus donos; estupram suas mulheres à sua frente e impunes saem por aí para praticar novos delitos!

Então, a pena capital se impõe, não como quer o Constituinte José Serra, que está enganado. A pena capital, aqui acelerada, instalada na Constituição brasileira, fará recuar criminosos dessa natureza, fará recuar esses impiedosos "bandidos", que, na verdade, estão soltos, matam, roubam; roubam e matam; voltam a matar e voltam a roubar, só porque, em verdade, se sentem impunes, em face da legislação brasileira!

Não se diga, que nos países onde há pena de morte a criminalidade não cai. É que não temos estatísticas pertinentes para dizer se cai ou não.

Tomemos, por exemplo, o índice de criminalidade nos Estados Unidos, que está muito alto e lá há pena de morte. Mas, se não houvesse, haveria índice muito maior, Srs. Constituintes!

A verdade é que no Brasil precisamos dar uma satisfação à opinião pública e este Plenário fabuloso, este Plenário de Constituintes conscientes, este Plenário que, na verdade, trabalha diuturnamente para preparar a melhor

Carta para esta República, há de dar a nota e há de dizer que os criminosos não ficarão mais impunes enquanto molestam, enquanto tripudiam, enquanto dançam em face da desgraça da família brasileira.

Encerro, Sr. Presidente, fazendo um apelo até dramático: pensem, Srs. Constituintes, na família brasileira! Não podemos defender bandidos, não nos endereçamos para um pior caminho, que é o caminho da impunidade. A letra da Constituição brasileira gravará a pena de morte e os bandidos recuarão, tenho certeza, dessa sanha absurda, invadindo os nossos lares e estuprando as nossas mulheres.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra para encaminhar contrariamente a votação, o Constituinte Egídio Ferreira Lima.

**O SR. CONSTITUINTE EGÍDIO FERREIRA LIMA:** – Sr. Presidente e Srs. Constituintes, esta questão não é uma questão jurídica, mas filosófica, sociológica e política. Os que hoje defendem a pena de morte ainda estão influenciados, após milênios, com a filosofia de Maniqueu que distinguia o mal do bem. É o maniqueísmo a que tanto nos referimos, como se fosse possível tirar o mal de dentro do homem e apresentar espécime puro e espécime absolutamente condenado.

Sr. Presidente, acredito no homem; acredito na sua capacidade de recuperação. Identifico no homem o lado bom, o lado voltado para o bem e uma tendência permanente, constante e inquietante no sentido do mal e que por ele deve ser vigiada. Teremos de conviver com o homem, com esse grande conflito, que traz a beleza, o fascínio, a grandeza do homem e da humanidade de cada um.

Estabelecer a pena de morte é julgar inviável o homem; é compará-lo aos demais animais; é tirar-lhe o que tem de melhor no sentido do vir a ser, no sentido do bem.

O Constituinte José Serra já demonstrou aqui que nos países em que a pena de morte foi abolida, a criminalidade não aumentou; pelo contrário, ela se reduziu. Por quê? Porque há em cada homem o instinto da morte; há, em cada pessoa, a tendência para correr o risco. Diante do espetáculo, do simbolismo da execução de um homem, em lugar de aquele fato e aquele episódio reprimir, inibir ou conter o crime, ele é um estímulo para a criminalidade. Há dois mil anos, o homem tinha a escravatura como uma instituição; hoje ainda se têm escravos pela exploração e pela opressão, mas nenhuma legislação tem a escravatura como uma instituição. Outrora, a mulher era inteiramente dominada e à mercê do homem de direito e pelo direito positivo. Hoje, a mulher se iguala em direitos e garantias ao homem. O homem de hoje, seguramente, é muito melhor do que o do passado. E o homem de amanhã será muito melhor do que o de hoje.

Creio na recuperação do assassino, por mais frio e por mais bárbaro que ele seja. Acredito até que o assassino de meu pai ou de meu irmão seja capaz de se recuperar. Estabelecer a exterminação do homem como pena é desacreditar na possibilidade do homem. É uma regressão.

Estou certo de que este Plenário recusará esta tentativa de instituir a pena de morte.

Eu me pronuncio contra a Emenda do Constituinte Amaral Netto.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra o Constituinte José Fogaça.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FOGAÇA:** – Sr. Presidente, Srs. Membros da Comissão de Sistematização:

O Relator Bernardo Cabral tem sido claro e objetivo na posição quanto à questão da pena de morte.

O Relator Bernardo Cabral teve, na história de sua vida, a triste passagem de um irmão que foi assassinado. Nem por isso se muniu do sentimento da vingança, nem por isso se muniu do sentimento do "dente por dente, olho por olho", do Código de Hamurabi. Dispôs-se a trilhar o caminho do direito e da justiça no nível da civilização que atingimos. E ouvi agora de S. Ex.<sup>a</sup>, o Relator Bernardo Cabral, um argumento que considero da maior importância na análise dessa questão: é o que se refere ao erro judiciário. Disse-me S. Ex.<sup>a</sup> uma frase e quero aqui repeti-la: "É preferível que se absolva um culpado a que se condene à morte um inocente". Mas é importante lembrar, também, que no registro estatístico da pena de morte nos Estados Unidos, entre os Estados norte-americanos que têm a pena de morte que a aplicam e os estados que não a aplicam não há uma rigorosa diferença estatística nos índices de criminalidade. A existência da pena de morte não reduz e tampouco aumenta o índice de criminalidade. Portanto, é comprovadamente um instrumento não eficaz. Um escritor francês, Michel Foucault, escreveu uma obra de talento e percuciência, "Vigiar e Punir", que é um longo estudo da prática do delito e da história das penas, ao longo da experiência do homem. Michel Foucault comprova que, desde os instrumentos mais sórdidos e mais perversos, dotados do maior requinte de maldade que o homem usou como instrumento punitivo, ao longo da história das penas, até os métodos mais sofisticados e modernos não há registro, também, ao longo da história, de que a utilização da pena de morte tenha reduzido a prática da criminalidade. Mas, é preciso ressaltar que 90, 95% dos crimes praticados num País como o Brasil são crimes contra o patrimônio e não contra a vida. Ora, sabemos também que, se implantada a pena de morte num país como o Brasil, ela será aplicada sobre os pobres, os marginalizados, os excluídos mas, mais do que isso, é preciso chamar a atenção para um estudo que foi feito a respeito da psicologia do criminoso no ato do delito. O estudo comprovou que o criminoso não se vê inibido pela possibilidade remota de ser condenado à pena de morte, até porque, num assalto a banco à mão armada, ele corre risco maior de vida do que um longo processo judicial remoto, instantâneo, longínquo, que talvez nunca se cumpra ou se execute. Não é esse longo processo judicial, remoto e longínquo que vai inibi-lo, que vai impedi-lo de cometer um ato delituoso quando ele, na sua psicologia de conduta criminosa é capaz de arrostar à morte sem nenhum temor, sem que isto o perturbe, sem que isto venha a inibir a sua conduta.

Mas queria finalizar, em nome do Relator Bernardo Cabral, para dizer que, se tudo comprova que numa sociedade como a nossa é inútil a pena de morte, é preciso lembrar que este País corre o risco permanente do retorno dos regimes autoritários e se numa sociedade democrática a pena de morte é inútil e ineficaz, é bem possível que num regime autoritário ela se transforme num instrumento perigoso contra os democratas e contra aqueles que defendem a liberdade. (Muito bem! Palmas.)

**O SR. CONSTITUINTE CELSO DOURADO:** — Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** — V. Ex.<sup>a</sup> tem a palavra, para formular uma questão de ordem.

**O SR. CONSTITUINTE CELSO DOURADO:** — Sr. Presidente, sei que os equívocos existem e que nós muitas vezes devemos perdoo-los. Mas, Sr. Presidente, gostaria de deixar aqui a minha observação. Eu me inscrevi em primeiro lugar para falar contra a pena de morte. Creio que houve algum equívoco porque, na realidade, eu fui o primeiro inscrito e até agora não tive a oportunidade de expressar a minha palavra sobre o assunto.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** — Aceito a sua reclamação e a remeto aos assessores, porque não é

o papel do Presidente, naturalmente, verificar no relógio quem primeiro assinou.

Em votação.

### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Theodoro Mendes, José Lins, Luís Eduardo, Paulo Pimentel, Francisco Rossi. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Almir Gabriel, Aluizio Campos, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Carlos Mosconi, Carlos Sant'Anna, Celso Dourado, Cristina Tavares, Egídio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, João Herrmann Neto, José Fogaça, José Geraldo, José Paulo Bisol, José Richa, José Serra, José Ulisses de Oliveira, Manoel Moreira, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nelson Friedrich, Nilson Gibson, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Prisco Viana, Renato Vianna, Rodrigues Palma, Severo Gomes, Sigmaringa Seixas, Virgildásio de Sena, Wilson Martins, Albano Franco, Antonio Mariz, Chagas Rodrigues, Délio Braz, Israel Pinheiro, José Tavares, Márcio Braga, Octávio Elísio, Rose de Freitas, Vicente Bogo, Vilson Souza, Afonso Arinos, Alcenio Guerra, Aloysio Chaves, Antoniocarlos Mendes Thame, Arnaldo Prieto, Christóvam Chiaradia, Edme Tavares, Eraldo Tinoco, Francisco Benjamim, Francisco Dornelles, Inocêncio Oliveira, José Jorge, José Santana de Vasconcellos, José Thomaz Nonô, Mário Assad, Oscar Corrêa, Osvaldo Coelho, Ricardo Fiúza, Sandra Cavalcanti, João Menezes, Ricardo Izar, Antônio Carlos Konder Reis, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia, José Maurício, Lysâneas Maciel, Luiz Salomão, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Adolfo Oliveira, José Maria Eymael, Haroldo Lima, Roberto Freire, Jamil Haddad.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** — A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 5 Constituintes; votaram NÃO 84 Constituintes; absteve-se de votar 1 Constituinte. Total 90 votos. O Destaque foi **rejeitado**.

Peço a atenção da Assembléia. Houve um equívoco de encaminhamento de um requerimento. Foi dado como retirado o pedido de destaque de autoria do Constituinte Arnaldo Faria de Sá. S. Ex.<sup>a</sup> insiste que não e mantém o destaque, que deveria, regimentalmente, ter preferência sobre todo o resto, porque é supressivo de parágrafo.

Com pedido de escusas pelo que aconteceu, sou obrigado a submeter agora a votação, por preferência regimental, o destaque de autoria do Constituinte Arnaldo Faria de Sá, que suprime todo o parágrafo.

**Destaque nº 5.731/87, do Sr. Arnaldo Faria de Sá, "que suprime o art. 5º, § 21 do Substitutivo nº 2". (48ª votação)**

Com a palavra o Constituinte Arnaldo Faria de Sá.

**O SR. CONSTITUINTE ARNALDO FARIA DE SÁ:** — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o destaque apresentado é para simples supressão do § 21. Não estou entrando no mérito de haver ou não na Carta Constitucional o estabelecimento da pena de morte. Mas nós não podemos tolher a lei penal através de um princípio constitucional. E, além do mais, em alguns Estados poderão os legisladores chegar à conclusão de que a lei deverá ser mais dura e em outros Estados a lei deverá ser mais branda. E a partir do momento em que for suprimida do texto constitucional a proibição prevista no § 21, nós deixaremos a possibilidade de a lei penal analisar mais detidamente, e não ao calor dos debates deste momento, suprimir uma possibilidade de num Estado se votar pela inclusão dessa punição no texto constitucional, ao contrário de outro Estado totalmente diferenciado, como ocorre em nosso País, com os Estados díspares.



Portanto, pedindo desculpas aos companheiros que solicitaram que retirasse este destaque e contando com a complacência do Presidente que entendeu a manutenção do destaque, solicito a supressão do § 21 para que a legislação estadual, a conselho de cada Estado, ou a legislação penal se manifeste sobre o assunto.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra o Constituinte Paulo Ramos para encaminhar contrariamente. **(Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup> declina da palavra.

Tem a palavra a Constituinte Cristina Tavares para encaminhar contrariamente. **(Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup> declina da palavra.

Tem a palavra o Constituinte Nelson Jobim para encaminhar contrariamente.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON JOBIM:** – Srs. Constituintes, é extremamente importante que tenhamos presente na análise do destaque de supressão do § 21 o que acabamos de aprovar no § 20.

O § 20 estabelece cinco hipóteses de penas que poderão ser adotadas pela legislação dizendo o seguinte:

"A lei assegurará a individualização da pena e adotará, entre outras, as seguintes:..."

Logo, o art. 20 não é exaustivo no seu elenco, é meramente exemplificativo, e como tal esta Assembléia precisa se definir claramente sobre os limites globais das penas que possam ser adotadas no Direito brasileiro. E o § 21 se destina exatamente a evitar que em outras penas que possam ser adotadas estejam proibidas a pena de morte, a prisão perpétua, os trabalhos forçados ou banimento. É uma limitação máxima que estabelece a legislação constitucional, não permitindo que a legislação ordinária venha a adotar aquilo que, agora, há poucos minutos, foi rejeitado por esta Assembléia, que é a adoção da pena de morte. Esta é a razão técnica, jurídica e política de nós mantermos o dispositivo. Precisamos estabelecer para a legislação ordinária um balizamento maior que, exatamente, está incutido no § 21 do dispositivo que, ora se pretende suprimir. É apenas isto. **(Palmas)**

**O SR. CONSTITUINTE CID SABÓIA DE CARVALHO:** – Sr. Presidente peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – V. Ex.<sup>a</sup> tem a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE CID SABÓIA DE CARVALHO:** – Escutei, quando V. Ex.<sup>a</sup> explicou ao Plenário que havia um equívoco quanto a este destaque, que é supressivo e que deveria ter sido votado em primeiro lugar, e já havia sido examinado um destaque de substituição que foi rejeitado pelo Plenário. A rejeição da substituição pelo Plenário, corresponde à confirmação do texto, tal qual está no substitutivo e, dessa forma, mesmo com as escusas de V. Ex.<sup>a</sup>, que são das mais justas e das mais delicadas, tecnicamente, este destaque está plenamente prejudicado porque, se ele for deferido, se estará rescindindo uma decisão do Plenário, já adotada e já constante dos trabalhos. Por isto, ergo a presente questão de ordem para indagar de V. Ex.<sup>a</sup> se seria possível retornar uma supressão, após o exame de uma substituição não aprovada e que correspondeu, plenamente, à confirmação do texto. É a questão de ordem que submeto a V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Dou solução à questão de ordem de V. Ex.<sup>a</sup>

Trata-se de matéria de natureza diversa. Eu teria que dar preferência a uma proposta de destaque supressivo, porque ele se suprimindo nada mais teria cabimento.

Mas, no momento em que tenho alternativas entre pena de morte imediata, pena de morte por reincidência, prisão perpétua, eu tenho como observar e como votar diferentemente.

De maneira que continua em discussão a matéria.

Tem a palavra o Constituinte Gerson Peres para falar a favor.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, prezados colegas, ou suprimimos este parágrafo, ou temos aqui de adotar dois pesos e duas medidas.

Ontem, este Plenário rejeitou aqui a inclusão da expressão "terrorismo", no texto constitucional, e assegurou a permanência da tortura como expressão condenada no texto constitucional.

Tanto a primeira quanto a segunda são nocivas aos interesses, às garantias, aos direitos individuais e à sociedade. Aquela fere o direito do indivíduo e o terrorismo o direito da sociedade e da coletividade.

Ora, agora vamos deixar escrito aqui a pena de morte, a prisão perpétua e o banimento. Não concordo com o ilustre Constituinte Nelson Jobim, que sejam como os limites estabelecidos.

É absoluto, isto é um parágrafo que expressa a vontade constitucional de não haver, no Brasil, pena de morte, prisão perpétua, ou de trabalhos forçados ou de banimento.

Esta é uma matéria que poderá ficar para a lei orgânica, e o Congresso Nacional tratará dela no seu devido tempo, de acordo com a evolução da sociedade, com as necessidades do momento histórico em que a sociedade viva. Poderá ser que, oportunamente, o País necessite de recorrer da pena de morte para determinada emergência ou situação e o Congresso vote esta medida em lei ordinária e a utilize até por tempo determinado. E, assim, fica o País privado de utilizar esta pena máxima para assegurar direitos e garantias do indivíduo e da sociedade, através da proteção do Estado.

Se excluirmos, ontem, o terrorismo, que é um dos crimes mais hediondos do nosso tempo, aceitamos a pena-cultura, por que não excluirmos, agora, a pena de morte, que o próprio Congresso, a própria Comissão achou ser uma pena hedionda, uma pena nociva à garantia dos direitos dos indivíduos?

Portanto, pediria a atenção dos Colegas, que, excluindo este texto, mantemos a coerência de que declaramos não ter a pena de morte inserida na nossa Constituição, mas não retiramos o direito do Estado, através do seu Congresso, da sua representação popular, em determinado momento histórico, utilizar estas penas para garantir direitos de pessoas, da sociedade e do próprio Estado.

Esta é a minha justificativa, ao pedir aos Colegas apóiem a supressão do ilustre Deputado Constituinte Arnaldo Faria de Sá, porque ela está coerente com o texto constitucional, justamente quando não permitiu que se inserisse também a condenação ao terrorismo no texto e a deixasse para posterior apreciação.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. **(Muito bem!)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Roberto Freire, segundo inscrito para falar contra.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Sr. Presidente e Srs. Constituintes:

Serei breve, até fazendo um apelo. Este Plenário se pronunciou quase que unitariamente contra a pena de morte. Se aprovássemos a emenda supressiva, o destaque solicitado pelo nobre Deputado Arnaldo Faria de Sá, nós

estariamos abrindo as portas para que na legislação ordinária, uma maioria eventual, talvez até em clima emocional, pudesse instituir a pena de morte no Brasil. Por vias travessas, nós estariamos desdizendo o nosso voto quase que unitário. Portanto, votar contra a emenda supressiva. Mas, seria muito mais importante para esta Casa, que fosse retirado o destaque.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. **(Muito bem! Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – O Relator mantém o texto.

Passo à votação.

#### **(Procede-se à votação)**

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Paulo Pimentel, Ricardo Izar, Darcy Pozza, Gerson Pares, Joaquim Bevilacqua. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Aluizio Campos, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Carlos Sant'Anna, Celso Dourado, Cristina Tavares, Egídio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, João Calmon, João Herrmann Neto, José Fogaça, José Geraldo, José Paulo Bisol, José Serra, Manoel Moreira, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nilson Gibson, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Prisco Viana, Renato Vianna, Sigmaringa Seixas, Theodoro Mendes, Virgildásio de Senna, Wilson Martins, Aécio Neves, Albano Franco, Antonio Mariz, Chagas Rodrigues, Délio Braz, Euclides Scalco, José Tavares, Márcio Braga, Marcos Lima, Michel Temer, Nelson Wedekim, Octávio Elisio, Rose de Freitas, Vicente Bogo, Vilson Souza, Afonso Arinos, Alcení Guerra, Aloysio Chaves, Antonio Carlos Mendes Thame, Arnaldo Prieto, Eraldo Tinoco, Francisco Benjamim, Francisco Dornelles, Inocêncio Oliveira, José Thomaz Nonô, Luís Eduardo, Marcondes Gadelha, Mário Assad, Oscar Corrêa, Ricardo Fiúza, Sandra Cavalcanti, João Menezes, Jonas Pinheiro, José Tinoco, Simão Sessim, Antônio Carlos Konder Reis, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia, Virgílio Távora, José Maurício, Lysâneas Maciel, Francisco Rossi, Gastone Righi, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Adolfo Oliveira, José Maria Eymael, Haroldo Lima, Roberto Freire, Beth Azize.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 5 Constituintes; votaram NÃO 83 Constituintes. Total: 88 votos. O Destaque foi rejeitado.

**Destaque nº 44/87 – Emenda nº ES-24.744-1, do Sr. Cunha Bueno, "que adita expressão ao art. 6º, § 23, inciso VI do Substitutivo nº 1 (art. 5º § 21 do Substitutivo nº 2". (49.ª votação)**

Votação do Destaque nº 44, requerido pelo Sr. Constituinte Cunha Bueno, referente à Emenda nº 24.744 de sua autoria.

Não estando presente S. Ex.<sup>a</sup> fica prejudicado o destaque.

**O SR. CONSTITUINTE CUNHA BUENO:** – Sr. Presidente, não só estou presente, como estou a postos.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – É que V. Ex.<sup>a</sup> se antecipou e eu não vi V. Ex.<sup>a</sup> na tribuna. Ainda não tenho essa possibilidade.

Quero dar uma explicação, antes que V. Ex.<sup>a</sup> comece a falar, porque há, aqui, sobre a mesa, alguns requerimentos de preferência.

Demos preferência inicial à emenda do Constituinte Cunha Bueno, porque S. Ex.<sup>a</sup> prevê uma pena de morte em caso de reincidência e de homicídio com felonía, e a emenda do Constituinte Farabulini Júnior muda a pena de morte para prisão perpétua; logo, esta tem preferência.

Tem a palavra o autor do destaque.

**O SR. CONSTITUINTE CUNHA BUENO:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, acabamos de assistir à votação de uma emenda do ilustre Constituinte Amaral Netto a respeito da pena de morte.

Entretanto, a nossa proposta difere, fundamentalmente, da do Constituinte Amaral Netto, porque prevemos a pena de morte somente no caso de reincidência do criminoso em crimes hediondos.

Escutamos, com atenção, os argumentos a favor da pena de morte e os argumentos contra a pena de morte. Mais do que isso, Sr. Presidente, vimos o resultado da votação, onde é manifesto o desejo deste Plenário em não instituir a pena de morte em nosso País.

Os argumentos são vários, os motivos são muitos, desde a questão filosófica à questão prática do entendimento de cada um sobre este item que, sem dúvida, é um dos mais conflituosos em discussão nesta Assembléia Nacional Constituinte.

Entendo também, Sr. Presidente, que o erro judiciário estaria, desta forma, sanado, uma vez que somente nos casos de reincidência haveria a pena de morte. Entendo também, Sr. Presidente, que não é simplesmente uma vingança da lei do "olho por olho, dente por dente", pois o que se pode esperar de um cidadão que tem condenações que se acumulam a um tempo muito superior ao da vida de cada um dos seres humanos? Esse cidadão, sem dúvida, atrás das grades da cadeia, sem esperança de um dia ser livre, não pensa em outra coisa a não ser um dia sair de um modo também criminoso e, novamente, cometer um crime hediondo, como tem acontecido no Brasil.

Portanto, àqueles que acreditam que o homem pode se regenerar lembro que nesse caso específico não adianta ele se regenerar, porque as penas que pesam sobre sua pessoa e sobre os seus crimes são muito maiores do que as perspectivas da sua própria vida.

Portanto, Sr. Presidente, entendo também, por motivos religiosos, que não cabe a ninguém extinguir a vida, mas como deixarmos um homem reincidente, pela 2ª vez, de um crime hediondo, solto ou preso, e preso pensando em sair para, novamente, cometer o terceiro, o quarto ou o quinto crime que afeta a vida das famílias e a vida da sociedade. Portanto, se não é permitido extinguir a vida humana, também não é permitido que se dê ao cidadão o direito de extinguir não por uma, mas por duas e por muito mais vezes vidas humanas.

Por estas razões, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, faço um apelo a este Plenário para que no caso de reincidência, no segundo julgamento, nos casos em que as penas se acumulem muito superiores à própria perspectiva de vida, seja adotada a pena capital.

Durante o pronunciamento do Sr. Cunha Bueno, o Sr. **Jarbas Passarinho**, Terceiro-Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo **Sr. Afonso Arinos**, Presidente.

**A SRA. CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Concedo a palavra a V. Ex.<sup>a</sup>

**A SRA. CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES:** – Sr. Presidente, gostaria de ponderar a V. Ex.<sup>a</sup> em nome da racionalidade desta Assembléia. Por duas vezes este Plenário foi chamado a opinar sobre a pena de morte, e, por duas vezes, reiterou, por 80 votos, que a pena de morte não deve ser aplicada no Brasil. Agora, se há reincidência em caso de guerra ou em caso de estupro, este Plenário soberanamente, por duas vezes, se pronunciou contrário à pena de morte.

Peço, por isso, a V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Presidente, que considere prejudicadas todas as propostas que dizem respeito à pena de morte, uma vez que, soberanamente, o Plenário já se pronunciou contra.

**SR. CONSTITUINTE CUNHA BUENO:** – Sr. Presidente, peço a palavra, para contraditar. (**Assentimento do Sr. Presidente**)

Em que pese o meu respeito e admiração à nobre Constituinte Cristina Tavares, estamos observando que ela não admite a reincidência da votação, como também queremos que não seja admitida a reincidência do crime hediondo no País.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Havia constatado o fato da repetição de votações no tocante a esta matéria, e consultei o nosso Assessor Parlamentar que informou que a prejudicialidade só ocorre quando há aprovação da Emenda, quando há rejeição não fica prejudicada.

Concedo a palavra ao nobre Constituinte Celso Dourado, para se manifestar contrariamente.

**O SR. CONSTITUINTE CELSO DOURADO:** – Não matará! Este o imperativo que tem acompanhado o homem desde a antiguidade, e a experiência com a sociedade humana tem nos ensinado que todas as vezes que fugimos desse mandamento a sociedade se torna menos saudável, mais violenta e mais desumana. Não podemos aceitar a pena de morte em circunstância nenhuma: essa pena de morte oficializada na mão do Estado, o poder do Estado para tirar a vida de quem bem quiser e entender. Porque, Sr. Presidente, na realidade este é um assunto essencialmente político.

Nos Estados Unidos, a maior parte das vítimas da pena de morte são negros, assim como no nosso País, nas nossas prisões a maioria absoluta dos presos são pobres. Na Bahia visitamos todos os presídios, e constatamos essa trágica realidade da injustiça da sociedade brasileira. Só fica preso pobre e sobretudo negro, o que mostra que essa questão é essencialmente política e não podemos oficializar a pena de morte, porque estaríamos, na realidade, tornando a nossa sociedade menos saudável, mais injusta e mais violenta. A experiência dos Estados Americanos que aplicam a pena de morte, mostram claramente que ela não ajuda a diminuir a violência, não contribui em nada para humanizar o comportamento humano, ao contrário ela é um desrespeito à própria condição do ser humano. que precisamos, na sociedade brasileira, é um empenho forte para combater as injustiças; que o Estado cumpra a sua função principal de garantir a segurança do cidadão, e só fará isso combatendo a organização perversa que existe neste País, de garantir condições de vida apenas para uma minoria da população e empurrar a grande maioria para a miséria, para uma situação desumana.

Sr. Presidente, deixamos aqui registrada, a nossa palavra, fruto de uma experiência, de trabalho junto ao povo, aqueles que são estimulados e de alguma maneira encaminhados para o crime não têm medo algum da pena de morte. E a experiência em todos os países é de que a pena de morte não atemoriza o criminoso, não ajuda o combate a violência.

Não matará! Ajudou no passado a sociedade humana a ser mais saudável e humana e ajudará, na nossa presente situação, o Brasil a se tornar cada dia mais humano e podermos construir uma sociedade justa.

Esta é uma questão essencialmente política. Os monarcas aplicavam a pena de morte aos seus adversários; neste País, durante a ditadura, a ligeira experiência de pena de morte, não vimos nenhum desses que são aqui descritos como inimigos da sociedade, como estupradores, como pessoas inaceitáveis serem condenados à pena de morte,

mas foram condenados por questões políticas, por razões políticas, por ações políticas os adversários da própria ditadura.

Não aceitamos a pena de morte por uma questão de princípio e por uma questão de imposição política ela é, sobretudo, uma afirmativa da política dos poderosos, dos ditadores, daqueles que não respeitam os que pensam diferente na sociedade.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Concedo a palavra ao Constituinte Mário Assad, para se manifestar contrariamente.

**O SR. CONSTITUINTE MÁRIO ASSAD:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes na condição de advogado criminal, ao longo da vida militei nos foruns criminais deste País, passei a examinar profundamente este problema da pena capital no País. Fui exatamente começar em Beccaria, naquela sua obra monumental "Dos Delitos e das Penas" em 1795, desde lá pregava-se a não aplicação da pena capital. Com o passar dos tempos e com o passar dos anos, na pesquisa que vimos fazendo, chegamos à conclusão que em todos os países do mundo em que foi adotada a pena capital chegou-se à conclusão que com a sua extinção melhor resultado teve a queda do índice de criminalidade profundo que ocorreu.

Em Estocolmo, a anistia internacional, fez uma pesquisa no mundo inteiro e chegou à conclusão de que a pena capital não se justificava de maneira nenhuma. A Academia Real da Inglaterra fez um levantamento na Alemanha, na Itália, na Espanha, em Portugal e em todos os países chegou à mesma conclusão.

A Constituição do Brasil, desde a primeira, após a Proclamação da República, até hoje, não adotou a pena capital e, na realidade, em todos os países que se foi pesquisar, inclusive na América do Norte, no estado da Geórgia que adotou a pena capital por muito tempo e nos estados que não adotaram, chegou-se à conclusão precisa de que não se justificava, em hipótese alguma, a pena capital.

Além do mais, é bom que se diga e que se sinta que não se pode fugir da realidade premente, lógica e palpável, de que a justiça dos homens é falha, e, se condenar um homem à pena capital, extinguir-se a sua vida e se chegar à conclusão de um erro judiciário profundo, como se reparar tamanha enormidade?

É bom, ainda, que se diga que, à luz da teologia e da crença cristã, quero-nos aproximar, na realidade, até de Cristo, ou superar a sua vocação, quando ele dita e determina, biblicamente, aquele princípio sacrossanto: "Não matará."

Sob este impulso e sob esta inspiração, e com a experiência que temos tido ao longo da vida, só podemos chegar à conclusão de que, incluir-se no Texto Constitucional a pena de morte, será, na realidade, decretar a morte de todas as instituições jurídicas e de todos os princípios humanos que devem nortear a humanidade.

Com relação a esta emenda que visa a incluir a pena capital, exclusivamente partindo-se do princípio da reincidência, seja ela específica ou genérica, já existe a lei penal, que aumenta de 1/3 a pena, quando alguém pratica um delito, seja ele qual for, sendo reincidente.

Sob esta inspiração, também, de reincidência, não se justifica, em qualquer hipótese, a adoção da pena capital no Texto Constitucional.

Eu diria, ainda, para não ser longo, no sentido de incluir no Texto Constitucional, esta pena capital está traindo, na realidade, as grandes conquistas do direito penal em toda a História e em todos os tempos.

Eurico Ferri e Cesar Lombroso e todos os grandes criminalistas do passado, bem como os do presente, não aceitam a pena capital como instituto adequado à solução da problemática criminal do País.

Concluindo, eu diria que até os grandes poetas e os grandes pensadores lutam, e lutam acendradamente, contra este instituto. Eu poderia ainda mais dizer que a anistia internacional, todos os órgãos de natureza humanitária que existem pelo mundo afora, todas as pesquisas que foram feitas, todas elas, sem receio de errar, concluíram, acima de tudo, pela sua não aplicação, pela sua ineficácia profunda, porque ela não atemoriza o criminoso. Muito pelo contrário, traz uma psicose do ódio entre as camadas sociais. E é bom que se diga agora, antes de concluir, que a razão da criminalidade, nem de longe, tem sido a aplicação da pena de morte, mas a desigualdade social profunda que existe entre os homens, o abandono do amor dos homens entre si, mas, também, a desigualdade existente entre os povos e os homens, principalmente neste País, com um salário minguido, com um salário miserável com as desigualdades profundas que existem entre as favelas e os grandes centros. Não se pode, em tempo algum, deixar-se aceitar que a criminalidade seja realmente extinta, na sua plenitude, em todos os sentidos e em todos os termos.

Sr. Presidente, deixaria para o Plenário a convicção perene de que a reincidência não justifica, agora, nesta votação, a adoção da pena de morte.

E ainda diria que Miguel Torga, o grande poeta português, pregou, e pregou maravilhosamente, através das suas poesias contagiantes, este princípio lapidar de que o último direito do homem é o direito de morrer a sua própria morte. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Em votação o destaque.

Os Srs. Constituintes que estiverem a favor dirão sim; os que estiverem contra dirão não.

#### **(Procede-se à votação)**

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Theodoro Mendes, Francisco Rossi. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feiltosa, Ademir Andrade, Alfredo Campos, Aluizio Campos, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Carlos Mosconi, Carlos Sant'Anna, Celso Dourado, Cristina Tavares, Egídio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, João Calmon, João Hermann Neto, José Fogaça, José Paulo Bisol, José Ulisses de Oliveira, Manoel Moreira, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nelson Friedrich, Nilson Gibson, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Sigmaringa Seixas, Virgildásio de Senna, Wilson Martins, Aécio Neves, Albano Franco, Antonio Mariz, Chagas Rodrigues, Délio Braz, Euclides Scalco, José Tavares, Márcio Braga, Marcos Lima, Nelson Wedekin, Octávio Elísio, Vicente Bogó, Vilson Souza, Afonso Arinos, Alceni Guerra, Aloysio Chaves, Antonio Carlos Mendes Thame, Christóvam Chiaradia, Edme Tavares, Eraldo Tinoco, Francisco Benjamim, Francisco Dornelles, Inocêncio Oliveira, José Thomaz Nonô, Oscar Corrêa, Osvaldo Coelho, Paulo Pimentel, Ricardo Fiúza, Sandra Cavalcanti, Hugo Napoleão, João Menezes, Jonas Pinheiro, José Lourenço, José Tinoco, Simão Sessim, Antônio Carlos Konder Reis, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia, Virgílio Távora, Bonifácio de Andrada, José Maurício Lysâneas Maciel, Luiz Salomão, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Plínio Arruda Sampaio, José Genoíno, Adolfo Oliveira, José Maria Eymael, Haroldo Lima, Roberto Freire, Beth Azize. **ABSTENÇÃO:** Senhor Constituinte Gerson Peres.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 2 Constituintes; vo-

taram NÃO 85 Constituintes; absteve-se de votar 1 Constituinte. Total: 88 votos. O Destaque foi **rejeitado**.

**Destaque nº 2801-87 – Emenda nº ES-30576-0, do Sr. Farabulini Junior, "que adita expressão ao art. 6º, § 23 inciso VI do Substitutivo nº 1 (art. 5º, § 21 do Substitutivo nº 2)". (50ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Em votação o Destaque nº 2.801, requerido pelo Constituinte Farabulini Júnior, referente à Emenda nº 30.576, de autoria do autor do requerimento.

Concedo a palavra ao nobre Constituinte Farabulini Júnior.

**O SR. CONSTITUINTE FARABULINI JÚNIOR:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, devo insistir um pouco mais. Falo agora nos mesmos delitos. Entretanto, estabeleço o princípio da reincidência. Como sabem V. Ex.<sup>as</sup>, a reincidência específica, ela está no contexto de alguém que pratica o delito ser condenado em sentença irrecorrível e aí, se praticar novamente o mesmo delito, numa reincidência específica, então desejo culminar a pena capital. Em outras palavras, paradoxalmente a esse projeto de Constituição, admite que alguém promova ao estupro e mate. Se for condenado em sentença irrecorrível, incorrerá na reincidência específica, se estuprar novamente e matar. Assim, o latrocida e, assim, o sequestrador. Portanto, a maior objeção, a do erro judiciário, está dissipada.

A segunda objeção, a da recuperação do réu, também está eliminada, porque eu falo na reincidência. V. Ex.<sup>as</sup> não de verificar que pretendo realmente punir pela pena capital alguém irrecuperabilíssimo, alguém que promova o estupro e mate. É condenado, cumpre a pena e volta para a sociedade e repete o mesmo crime. Aí, então, se aplicará a pena capital no modelo que proponho agora.

V. Ex.<sup>as</sup> terão que ouvir, ao menos, o apelo do Constituinte que quer levar para a opinião pública a notícia de que o Congresso Constituinte não está inenso a esses problemas que afligem a comunidade.

Aplicar-se-á a pena de morte para os crimes de estupro, seqüestro e roubo seguidos de morte, quando haja reincidência.

V. Ex.<sup>as</sup> compreendem: a sociedade está tomada por problemas sociais, problemas econômicos, mas o criminoso que estupra e mata não está no contexto dos miseráveis. Estes a Constituição futura, graças ao artigo que se contém nela – palavra do Constituinte Bisol – estabelece que será erradicada a miséria. E o contexto da Constituição estabelece medidas realmente progressistas para alcançar o social e para alcançar o econômico, no modelo nacionalista. Mas, a parte da brutalidade, a parte que diz respeito ao avanço da criminalidade, aquilo que diz respeito à inimizabilidade de quantos pretendem massacrar jovens donzelas, que não podem ir sequer para os colégios... Ninguém está tranquilo na própria casa; inverteram-se as posições: permanecemos nas nossas casas, quer nos jardins, onde moro na cidade de São Paulo, quer na periferia onde estão os trabalhadores miseráveis.

Lá na Vila Maria, por exemplo, as casas; são assaltadas, as mulheres são estupradas por contumazes estupradores.

Estou sabendo agora, neste instante, me transmite o Constituinte Gastone Righi, que uma das funcionárias teve a sua filha, agora mesmo, assaltada e esquartejada na base de um estupro que teriam imposto.

Nobres Constituintes, V. Ex.<sup>as</sup> não vão votar nem na reincidência? É um apelo que faço, porque ninguém pode mais transitar pelas ruas, nós somos atacados por bandidos vorazes, e os que defendem os bandidos não estão nesta Casa. Aqui há Constituintes ilustres, todos com um

critério de comportamento capaz de elevá-los aos mais altos dos montes, e daqui nos vemos todos enganados, porque Constituintes desta Nação.

E o povo quer saber, nobres Constituintes, e tanto se falou, o povo quer a pena capital, o povo quer punir os bandidos, mas os Constituintes brasileiros não têm tido a notícia dessa verdade criminosa, que precisamos mandar coibir.

A reincidência elimina, totalmente, o erro judiciário que é o ponto fundamental, básico, para se impedir que haja a pena de morte. Também a reincidência elimina a possibilidade da reeducação. Poder-se-á reeducar, sim, Sr. Presidente, mas o que não podemos admitir é a contumácia da violência praticada por algozes, que sacrificam até donzelas que não têm condições de se defenderem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Para se manifestar contrariamente ao destaque, tem a palavra o Sr. Constituinte Antônio Britto.

**O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO BRITTO:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o resultado das três votações havidas sobre o mesmo tema, por uma larguíssima margem de votos, me traz à tribuna menos para fazer a sustentação do que é uma unanimidade dentro deste Plenário e mais para fazer um apelo ao Constituinte Farabulini Júnior. Que entenda S. Ex.<sup>a</sup> o quanto esta Casa, por três vezes – e três vezes corretíssimamente – disse SIM à possibilidade de que a Constituinte se transforme e crie um texto que assegure a vida, que preserve a vida, que lute pela vida!

Para aditar este apelo, gostaria de me valer de um texto do próprio Constituinte Farabulini Júnior. Também S. Ex.<sup>a</sup> não tem tanta convicção sobre a pena de morte, tanto que S. Ex.<sup>a</sup>, na próxima emenda, propõe para os mesmos crimes a pena de prisão perpétua.

Ora, S. Ex.<sup>a</sup> haverá de convir que, nesta Casa, nesta tarde, da forma mais clara possível, já se fez uma decisão contra a pena de morte. Já se fez também uma reiteração, nobre Constituinte Farabulini Júnior, de que aqui não importa qual tenha sido a agravante, qual tenha sido a incidência. Aqui se faz claramente uma definição contra a pena de morte.

Em nome disso, deixo a S. Ex.<sup>a</sup> este apelo.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Ainda para se manifestar contrariamente, tem a palavra o Sr. Constituinte João Menezes.

**O SR. CONSTITUINTE JOÃO MENEZES:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes.

Inicialmente, quero prestar uma homenagem ao Constituinte Amaral Netto. S. Ex.<sup>a</sup>, realmente, fez um trabalho extraordinário na defesa de uma matéria nova no nosso País: a pena de morte. S. Ex.<sup>a</sup> levou, para a Comissão Temática, resmas e resmas de documentos, mostrando o apoio que recebia. Em todos os quadrantes, S. Ex.<sup>a</sup> tem encontrado uma enorme receptividade. Entretanto, o nobre Constituinte defende um assunto que certamente o marcará no trabalho desta Constituinte. Daqui por diante, S. Ex.<sup>a</sup> será sempre o grande Deputado que teve a coragem de defender a pena de morte.

Quero dizer que tenho outras emendas, neste mesmo parágrafo, e, por isso, voto contra a emenda do Constituinte Farabulini Júnior, que também aplica a pena de morte pela reincidência.

Não é possível, Srs. Constituintes, que, numa época como esta do Brasil, em que estamos todos em busca da paz, da tranquilidade, do sossego, combater toda espécie de violência, queiramos introduzir, de saída, no texto constitucional, uma violência maior, ou seja, a pena de morte.

V. Ex.<sup>a</sup> já imaginaram o que seria, por exemplo, em Angra dos Reis, ao lado da Angra 1, Angra 2, Angra 3,

construírem também uma câmara de gás, uma câmara de morte para matar sob asfixia?

O que seria, se estabelecesse, na cidade do Rio de Janeiro, naquelas praias belíssimas, condições para levar alguém à pena de morte?

É um assunto que ainda não está arraigado no espírito brasileiro; é um assunto que diz contrariamente a tudo que tem na alma e no coração da gente brasileira.

Nessas condições, principalmente, quando se faz uma nova Constituição, que todo mundo fala em democracia, todo mundo fala em abertura, todo mundo fala em paz, todo mundo fala em tranquilidade, vai-se colocar, no texto constitucional, a pena de morte!

São essas as razões que nos levam a votar contra a emenda do Deputado Constituinte Farabulini Júnior, embora reconheça que S. Ex.<sup>a</sup>, o faz movido pelas circunstâncias que acontecem diariamente, nas ruas, nas capitais e em todas as cidades brasileiras.

Muito obrigado!

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Em votação.

Os Srs. Constituintes que estiverem de acordo votarão SIM; os que negarem o destaque votarão NÃO.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Theodoro Mendes, José Lins, Luís Eduardo, Ricardo Fiúza, Ricardo Izar, Francisco Rossi, Joaquim Bevilacqua. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Alfredo Campos, Aluísio Campos, Artur da Távola, Carlos Sant'Anna, Cristina Tavares, Egídio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Lyra, Haroldo Sabóia, José Paulo Bisol, Manoel Moreira, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nilson Gibson, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Prisco Viana, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Rodrigues Palma, Severo Gomes, Sigmaringa Seixas, Virgildásio de Senna, Wilson Martins, Aécio Neves, Albano Franco, Antonio Mariz, Chagas Rodrigues, Délio Braz, Euclides Scalco, José Tavares, Márcio Braga, Marcos Lima, Octávio Elísio, Rose de Freitas, Vicente Bogo, Vilson Souza, Afonso Arinos, Alcení Guerra, Aloysio Chaves, Antoniocarlos Mendes Thame, Edme Tavares, Eraldo Tinoco, Francisco Benjamim, Francisco Dornelles, Inocêncio Oliveira, José Jorge, Mário Assad, Oscar Corrêa, Osvaldo Coelho, Paulo Pimentel, Sandra Cavalcanti, João Menezes, Jonas Pinheiro, José Lourenço, Paes Landim, Antonio Carlos Konder Reis, Adylson Motta, Bonifácio de Andrada, José Maurício, Lysâneas Maciel, Luiz Salomão, Plínio Arruda Sampaio, José Genoíno, Adolfo Oliveira, José Maria Eymael, Haroldo Lima, Fernando Santana, Beth Azize, Antonio Farias. **ABSTENÇÃO:** o Constituinte Gerson Pares.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM, 7 Constituintes; votaram NÃO, 73 Constituintes; absteve-se de votar, 1 Constituinte. Total: 81 votos. O destaque foi rejeitado.

Em votação o Destaque nº 2.846, requerido pelo Constituinte Farabulini Júnior, referente à Emenda nº 23.897, de autoria de S. Ex.<sup>a</sup>

Concedo a palavra ao nobre Constituinte Farabulini Júnior.

**O SR. CONSTITUINTE FARABULINI JÚNIOR:** – Sr. Presidente, o destaque de minha autoria trata da prisão perpétua.

Tendo em vista que já se nota, neste Plenário, a verdade da Constituinte, que leva ao fato segundo o qual não se pretende pena de morte, nem na reincidência, nem prisão perpétua, nem coisa nenhuma, retiro esta emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – O nobre Constituinte desiste do destaque.

**Destaque nº 1.422/87, do Sr. Carlos Sant'Anna – Emenda nº ES-26.643-8, do Sr. Siqueira Campos, "que modifica o art. 6º, § 27, do Substitutivo nº 1 (art. 5º § 21 do Substitutivo nº 2)". (51ª votação)**

Em votação o Destaque nº 1.422 do Sr. Constituinte e Líder Carlos Sant'Anna, referente à Emenda nº 26.643, de autoria do Sr. Constituinte Siqueira Campos, para as expressões "permitida a pena de morte em caso de guerra externa", para aprovação.

Concedo a palavra ao Líder Carlos Sant'Anna, para encaminhar.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA (PMDB):** – BA. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

O texto do § 21, do Substitutivo II diz, textualmente:

"Não haverá pena de morte, de prisão perpétua, de trabalhos forçados ou de banimento."

Minha proposta visa, a partir daí, incluir – "permitida a pena de morte em caso de guerra externa."

Este pedido se consubstancia no fato de que no Substitutivo I, no primeiro substitutivo do Relator, no seu § 27, ela dizia: não haverá pena de morte, de prisão perpétua, de trabalhos forçados, e de banimento.

Quanto à pena de morte, fica ressalvada a legislação penal aplicável em caso de guerra externa.

Ora, toda a tradição constitucional brasileira ressalva a pena de morte em caso de guerra externa. De modo que o que peço aos Srs. Constituintes é que acrescentem ao dispositivo, portanto e finalmente, que é permitida a pena de morte em caso de guerra externa.

**O SR. CONSTITUINTE (Gerson Peres):** – Sr. Presidente, peço a palavra para me manifestar contrariamente ao destaque.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem a palavra o Sr. Constituinte Gerson Peres, para se manifestar contrariamente ao destaque.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, prezados colegas, vejam bem; primeiro nós somos contra a pena de morte, definimos isso no texto da Constituição, escrevemos até.

A minha tese é que deveremos ser contra a pena de morte sem escrever na Constituição, deixando para o momento exato, o momento histórico.

Concordo, por exemplo –, agora vi uma brilhante colocação feita pelo Deputado Fernando Santana, em conversa particular – que o estágio social do povo brasileiro não permite, realmente, que possamos introduzir, de imediato, a pena de morte na nossa legislação. Mas pode ser que amanhã, quando esta sociedade não tiver 30 milhões de analfabetos, 40 milhões de famintos, quando esta sociedade for mais bem educada, mais bem sadia, mais bem preparada, com uma renda *per capita* que lhe dê sustentação econômica ou social, aí, então, pode ser que ela tenha ou deva ter, num determinado momento histórico em que haja violência tão flagrantes, como as atuais, a pena de morte no texto da sua legislação.

Por isso, defini o meu ponto de vista no sentido de se trancar a pena de morte, ou seja, de que ela não apareça na Constituição, deixando a decisão deste assunto para o Congresso, através de um quorum de maioria absoluta, por exemplo. Mas fomos vencidos, embora pensemos da mesma maneira.

Vejam, agora, a incoerência. Vamos escrever a pena de morte para os casos de guerra e vamos remetê-la para a lei especial. Continuamos a incorrer no mesmo erro, porque ninguém venha nos dizer que as declarações de guerra

sempre rejam uma vontade da sociedade ou do povo. Quem, na História, vai confirmar que Getúlio Vargas declarou guerra com o apoio do povo brasileiro, naquele momento histórico? Ninguém confirma isso, porque não houve um plebiscito. Foi a vontade de um ditador, de um ditador que ainda é, por muitas pessoas inteligentes e cultas, aqui idolatrado e proclamado. Um ditador que torturou, que puniu, que tinha um DIP para violentar as liberdades dos cidadãos brasileiros, ao longo de 10 anos.

Portanto, Srs. Constituintes, quem diria que a sociedade estava de acordo com uma declaração de guerra?

Vamos continuar nos abstendo, para sermos coerentes com o nosso ponto de vista. Achamos que esta Casa não deveria colocar no texto a pena de morte, embora seja contra ela, e que a transferisse para a legislação ordinária, como agora transfere o ilustre autor da emenda, Constituinte Carlos Sant'Anna, para a legislação ordinária: uma, é colocá-la de maneira taxativa, não pode haver pena de morte no Brasil; a outra diz: pode haver pena de morte em caso de guerra, ressalvados os temas inseridos na legislação ordinária.

Não posso entender que assim possamos proceder, embora se faça isso em nome de uma tradição constitucional, porque sempre se escreveu na Constituição que é permitida a pena de morte em tempo de guerra, mesmo que essa guerra seja declarada injustamente, ilegalmente, contra a vontade desta Nação.

Portanto, Sr. Presidente, eram estas considerações que fazia para me manter coerente com o meu ponto de vista. Voto me abstendo nesta matéria e achando que também ela não deveria constar no texto da Constituição.

**O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – V. Ex.<sup>a</sup> tem a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA:** – Sr. Presidente, apenas para consultar à Mesa, se bem entendi a exposição do Constituinte Carlos Sant'Anna quanto à redação final que constituirá esse parágrafo, no caso de aprovação da proposta do Constituinte Carlos Sant'Anna.

O Plenário, reiteradamente, votou contra a pena de morte, mas, neste caso, é para a guerra externa e é preciso ver detidamente a redação. Vou ler a redação que entendo que ficou, para que, se .eu estiver errado, a Mesa me corrigir.

Penso que o parágrafo ficará:

"Não haverá pena de morte, de prisão perpétua, de trabalhos forçados, ou de banimento, permitida a de morte em caso de guerra externa".

Porque, se for esta a redação, nós votaremos a favor da emenda, desde que fique nestes termos.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Eu respondo à questão de ordem de V. Ex.<sup>a</sup>, manifestando que me parece melhor que a matéria seja encaminhada ao Relator, que está incumbido da redação final, a não ser que V. Ex.<sup>a</sup> apresente uma redação própria.

**O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA:** – Não. Eu pretendo apenas que a redação seja previamente conhecida. O Relator podia informar se é esta a redação que ficará, ou informar a redação que irá adotar. Porque me parece que há uma tendência favorável à aprovação, mas antes se quer conhecer os termos exatos.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

O eminente Constituinte Pimenta da Veiga tem razão, assim como assiste ao Constituinte Carlos Sant'Anna a previsão para que se corrija a omissão.

Sr. Presidente, desde logo me coloco favorável a que haja essa permissão no caso de guerra externa e, no instante da redação final, será dado exatamente esse texto final.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Não precisa votar.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem a palavra, para se manifestar a favor, o Constituinte Ricardo Fiúza.

**O SR. CONSTITUINTE RICARDO FIÚZA:** – Sr. Presidente, Srs. e Sras. Constituintes:

O primeiro substitutivo do Relator, em seu art. 69, § 27, vedava a pena de morte, mas ressaltou a legislação aplicável em caso de guerra externa.

Entretanto, Sr. Presidente, tal ressalva não constou no segundo substitutivo. Em entendimento que mantivemos com os companheiros, com o eminente Líder do PMDB, o Constituinte José Genoíno, segundo entendi, os companheiros concordam que, aproveitada a Emenda de nº 26.643/8 do Constituinte permite que a pena de morte seja aplicável em caso de guerra externa.

Sr. Presidente, é uma situação de extrema excepcionalidade da norma jurídica, que visa desestimular as nações inimigas que ameaçam os valores mais caros e mais elevados de nossa Nação. Seria, desta forma, cansativo, enfadonho e redundante estar falando no assunto, porque tenho certeza que os companheiros de todas as bancadas concordam em emendar o art. 5º, no seu § 21.

Era o que tinha a dizer. Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem a palavra o Constituinte Oswaldo Lima Filho, para se manifestar contrariamente.

**O SR. CONSTITUINTE OSWALDO LIMA FILHO:** – Sr. Presidente, serei breve porque, como todos, acredito que o interesse maior da Assembléia Nacional Constituinte é o de dotar o povo brasileiro de uma Constituição que o liberte da Carta outorgada pela Junta Militar. Venho manifestar-me contra a emenda do ilustre companheiro e amigo, Constituinte Carlos Sant'Anna, que manda inserir entre as exceções para a aceitação da pena de morte, o caso de guerra externa. É evidente que S. Ex.<sup>a</sup> se fundamenta numa longa tradição constitucional, mas é contra essa longa tradição constitucional que quero trazer ao espírito dos Srs. Constituintes uma reflexão: recordo-me de quando estudava Direito Constitucional, de um mestre que dizia que nenhuma aplicação lhe parecia mais violadora e mais hostil ao Direito do que a pena de morte decretada pelos Tribunais Militares, que se reuniam na véspera ou após as batalhas e decidiam, ao rufar dos tambores, ainda no calor da batalha.

Há um livro notável sobre a Guerra da Secessão norte-americana, que expressa muito bem como variam, na batalha, os conceitos de heroísmo e de covardia: **The Red Badge of Courage**, que é considerado, hoje, um clássico da literatura norte-americana.

É a história de um soldado jovem, que entra no primeiro entrevero da luta, foge, mas volta enovelado pela tropa, é ferido e sai condecorado da batalha.

Quantos soldados terão sido fuzilados pela acusação de covardia ou de fraqueza na batalha? Quantos serão mortos em caso de guerra? Quantos Floriano Peixoto mandou fuzilar na Imbiribeira, do Recife, pela calada da noite, sob a alegação de que se levantavam contra a República?

Todos esses crimes são comuns nos períodos em que o direito é suspenso pela conflito das armas. E o conflito externo é aquele que mais exacerba as paixões e que, assim,

se torna uma justificativa para todos os crimes. Não vamos, portanto, no nosso parecer, permitir a pena de morte mesmo em caso de guerra externa. Que os tribunais militares condenem à prisão por largo período isto se compreende, será a defesa do Estado, mas não vamos dar a tribunais militares, amanhã, sob o pretexto de guerra externa, sem nenhum cuidado e nenhum processo devido, o direito de morte sobre os cidadãos.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. **(Muito bem! Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Em votação. Vai-se proceder à chamada.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM**, os seguintes Senhores Constituintes:

Aluizio Campos, Bernardo Cabral, Carlos Sant'Anna, Haroldo Sabóia, João Calmon, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Pimenta da Veiga, Rodrigues Palma, Theodoro Mendes, Délio Braz, Marcos Lima, Aloysio Chaves, Arnaldo Prieto, Fraldo Tinoco, Inocêncio Oliveira, Luís Eduardo, Osvaldo Coelho, Ricardo Fiúza, Antonio Carlos Konder Reis, Bonifácio de Andrada, Víctor Faccioni, Gastone Righi, Plínio Arruda Sampaio, José Genoíno, Fernando Santana. Votaram **NÃO**, os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Alfredo Campos, Artur da Távola, Carlos Mosconi, Celso Dourado, Cristina Tavares, Egidio Ferreira Lima, Fernando Gasparian, Fernando Lyra, Francisco Pinto, João Herrmann Neto, José Geraldo, José Paulo Bisol, José Richa, José Ulisses de Oliveira, Nelton Friedrich, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Sigmaringa Seix, Virgildásio de Senna, Albano Franco, Antonio Mariz, Chagas Rodrigues, Euclides Scalco, Israel Pinheiro, José Carlos Grecco, José Tavares, Márcio Braga, Octávio Elísio, Roberto Brant, Rose de Freitas, Vicente Rogo, Vilson Souza, Afonso Arinos, Alcení Guerra, Antoniocarlos Mendes Thame, Edme Tavares, Francisco Benjamim, Francisco Dornelles, José Jorge, José Lins, Mário Assad, Oscar Corrêa, Sandra Cavalcanti, João Menezes, Jonas Pinheiro, José Lourenço, Paes Landim, Ricardo Izar, Simão Sessim, Adylson Motta, José Maurício, Lysâneas Maciel, Francisco Rossi, Adolfo Oliveira, José Maria Eymael, Haroldo Lima, Beth Azize, Antonio Farias. Abstenção do Senhor Gerson Peres.

#### DECLARAÇÃO DE VOTO

"Exm.<sup>o</sup> Sr. Presidente da Comissão de Sistematização, Senador Afonso Arinos.

O Deputado Gerson Peres, ao ocupar a tribuna na sessão da tarde de hoje, às 17:45, condenando o destaque do Deputado Carlos Sant'Anna, inserindo a pena de morte só na hipótese de "guerra externa", referiu-se em termos absolutamente corretos e verdadeiros quando nos colocávamos contra a pena de morte numa sociedade como a nossa, com 40 milhões de famintos, outros tantos de carentes e de milhões expulsos do campo na permanente latifundização do campo. Uma sociedade tão cruel não pode condenar ninguém à pena de morte, pelo menos, antes de estruturar-se em termos mais humanos e dignos.

Mas, no mesmo momento, antes mesmo da apreciação do destaque do Deputado Carlos Sant'Anna, dizíamos ao querido colega Gerson Peres, só admitimos a pena de morte em caso de guerra externa. Isso, Sr. Presidente, porque o crime de traição à Pátria, em caso de guerra externa, é o único, a nosso ver, que merece a pena máxima.

Sala das Sessões, 30 de setembro de 1987. – **Fernando Santana.**"

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram **SIM**, 27 Constituintes; votaram **NÃO** 62 Constituintes; absteve-se de votar, 1 Constituinte. Total: 90 votos. O Destaque foi **rejeitado** Declaração de voto, do Senhor Constituinte Fernando Santana.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr. Presidente, antes que V. Ex.<sup>a</sup> anuncie outra matéria, desejo formular um requerimento a esta Presidência.

Já conversei com boa parte dos Líderes, conversei com V. Ex.<sup>a</sup> e com o Presidente Ulysses Guimarães, apresentando uma proposta para a continuação dos nossos trabalhos e que não fosse anti-regimental.

Ainda estamos no § 21, do art. 5º, o que demonstra a inviabilidade, em termos de prazo, para que esta Comissão possa se desincumbir do seu dever.

Assim, sugeri que esta Comissão fosse subdividida em três Subcomissões, que atuariam com dois títulos cada uma delas. As matérias de parecer favorável das três Subcomissões viriam, para o Plenário desta Comissão, votadas em bloco. Estaríamos cumprindo o regimento. Por outro lado, por sugestão do Deputado Roberto Freire, Líder do PCB, nós permitiríamos destaque apenas às matérias que nessas Subcomissões tivessem a seu favor pelo menos 1/3 dos votos, o que resguardaria a todos os Srs. Constituintes e permitiria uma celeridade 3 vezes maior – eu acredito que 6 vezes até – porque um Plenário menor, com menos gente, possibilitará um trabalho bem mais rápido, um desenvolvimento bem mais célere dos nossos serviços e não haveria nenhum arranho regimental porque a matéria das Subcomissões em uma única rodada seria votada em bloco na Comissão Geral.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Para contraditar, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem a palavra para contraditar o Deputado José Genoíno.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Sr. Presidente, sobre a questão levantada pelo nobre Constituinte Gastone Righi, é claro que ele tem uma intenção de agilizar os trabalhos da Comissão de Sistematização; no entanto, a Comissão de Sistematização não pode se subdividir em outras comissões, porque as suas deliberações se constituem na deliberação de um organismo único. É um organismo indivisível, é um organismo unitário, é um organismo que vai deliberar, por maioria absoluta, a matéria para o Plenário.

Nós não podemos seccionar, Sr. Presidente, a discussão da votação; a votação na Comissão de Sistematização é uma totalidade. Fazem parte da votação os encaminhamentos, fazem parte da votação as falas e as defesas em relação a uma determinada emenda, a um determinado destaque.

Não podemos seccionar, sob pena de termos a discussão de um lado e a votação ficar desqualificada. Acho que as lideranças devem fazer um esforço para enxugar a pauta, retirar destaques, e centrar-se nas questões polêmicas. Mas esse processo de divisão, no meu entender, contraria o Regimento Interno e vai prejudicar, mais ainda, ao invés de agilizar os trabalhos da Comissão de Sistematização. Por isso, sou contra a questão levantada pelo nobre Constituinte Gastone Righi.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Atenção, a matéria não é uma questão de ordem. É uma proposta que vem modificar, profundamente, o sistema de trabalho adotado pela Comissão. Assim, a Mesa não pode aceitar a discussão e a decisão sobre a matéria no caráter de questão de ordem. Tem que receber um documento escrito que exponha, detalhadamente, os objetivos e os processos que tenha em vista a fim de que seja estudado pela Mesa e, depois, submetida à aprovação da Comissão. A única coisa que o Presidente pode recordar é que este assunto foi resolvido na primeira parte dos nossos trabalhos, mediante a criação de 8 Comissões Temáticas, que por sua vez se subdividiram em 3 Subcomissões. Consequentemente, de fato, trabalharam na elaboração do projeto inicial 3 Subcomissões, 8 Comissões Temáticas, mais 3 Comissões. São 24 Subcomissões. Esta é a tradição da

nossa Constituinte, mas eu não posso resolver isto em forma de questão de ordem, deve ser deliberado pelos Líderes, conhecido pelos Líderes, encaminhado pelos Líderes, submetido a uma forma de projeto de resolução e, sendo entregue ao Presidente, que ele faça apenas o encaminhamento de votação desse projeto de resolução e o aprove por meio do Plenário da própria Comissão.

É o que decide o Presidente. Muito obrigado.

**Destaque nº 4.658/87 – Emenda nº ES-22.469-7, do Sr. João Menezes, "que modifica o art. 6º, § 27 do Substitutivo nº 1 (art. 5º, § 21 do Substitutivo nº 2)". (52ª votação)**

Votação do Destaque nº 4.658, requerido pelo Constituinte João Menezes, referente à Emenda nº 22.469.

Quero convocar o Constituinte Fernando Henrique Cardoso para, de acordo com a combinação feita hoje, assumir a Presidência.

Tem a palavra o Constituinte João Menezes.

**O SR. CONSTITUINTE JOÃO MENEZES:** – Sr. Presidente e Srs. Constituintes, já consumimos hoje uma grande parte do dia e da tarde, discutindo sobre esse § 21, do art. 5º, referente à pena de morte.

Diz o projeto do eminente Relator o seguinte:

"Não haverá pena de morte, de prisão perpétua, de trabalhos forçados ou de banimento."

A nossa emenda diz o seguinte: "não haverá pena de morte, de prisão perpétua, de trabalhos forçados, de banimento e de confisco, ressalvados, quanto à prisão perpétua, a legislação aplicável em caso de guerra externa e os crimes de roubo, raptos de menores de 14 anos, de estupro ou de seqüestro, seguidos de morte, para os quais não haverá os benefícios da redução de pena, nem da primariedade penal".

A redação que propomos visa a acrescentar ao § 21, do art. 5º, os crimes de roubo, rapto de menores de 14 anos, estupro ou seqüestro, seguidos de morte.

A sociedade brasileira vem se ressentindo sobremaneira da falta de segurança e tranquilidade pública.

Ocorre, com frequência, que os indivíduos que cometem esses tipos de crimes são reincidentes.

Eles possuem, em andamento processual, várias incidências e assim mesmo estão em liberdade por serem primários.

Enquanto aguardam julgamento continuam a barbarizar a sociedade.

Nossa intenção é que não possam se beneficiar do fato de serem primários, já que ainda não foram condenados, e que, uma vez condenados, também não sejam beneficiados com a redução da pena.

Sabemos que a legislação ordinária permite que o presidiário com bom comportamento, embora condenado a vários anos de reclusão, passe à detenção, à prisão albergue e à condicional, voltando às ruas.

Incluimos no texto do projeto o crime de rapto de menores de 14 anos, seguido de morte, por entendermos que este é tão mais bárbaro do que o de seqüestro.

O rapto é cometido sempre com objetivo libidinoso; que dizer dos cometidos contra crianças indefesas?

Este, nosso objetivo.

Como vêm V. Ex.<sup>as</sup>, sei que já debatemos hoje muito esse assunto de pena de morte, mas a nossa emenda exclui a pena de morte. O que nós queremos é a prisão perpétua para aqueles que vêm cometendo crimes violentos em todas as cidades brasileiras.



Não há um só dia em que se abra um jornal, se ligue a televisão ou o rádio, que não sejam noticiados os crimes mais violentos, mais hediondos que vêm ameaçando a família brasileira. Nós não podemos continuar nesse estado de coisa e geralmente essas pessoas que cometem esses crimes, esses assaltos, esses seqüestros, esses raptos, são reincidentes, são pessoas useiras e vezeiras em praticar estes atos e nada acontece. Daí a razão de apresentarmos esta emenda que, espero, os Srs. Constituintes considerem, examinem e verifiquem se realmente o que está nos jornais, todos os dias, as violências de toda a ordem, invasão de domicílio, roubo de criança, ou seqüestro merecem um pouco de atenção; se houver esta possibilidade está aí a nossa emenda, porque, a ficar como está o parecer do Relator, o crime continuará impune em todo o nosso País.

Durante o pronunciamento do Sr. João Menezes, o **Sr. Afonso Arinos**, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. **Fernando Henrique Cardoso**, Quarto-Vice-Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Não havendo oradores inscritos para falar contra o destaque requerido pelo Senador João Menezes, passamos à votação.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Theodoro Mendes, Antoniocarlos Mendes Thame, Eraldo Tinoco, Luís Eduardo, João Menezes, Darcy Pozza, Adylson Motta, Francisco Rossi. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Alfredo Campos, Artur da Távola, Carlos Sant'Anna, Celso Dourado, Cristina Tavares, Egídio Ferreira Lima, Fernando Gasparian, Fernando Henrique Cardoso, Haroldo Sabóia, João Calmon, José Geraldo, José Paulo Bisol, José Richa, Mário Lima, Milton Reis, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nelson Friedrich, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Prisco Viana, Raimundo Bezerra, Rodrigues Palma, Severo Gomes, Sigmaringa Seixas, Virgildásio de Senna, Aécio Neves, Antonio Mariz, Chagas Rodrigues, Délio Braz, José Carlos Grecco, José Costa, José Tavares, Márcio Braga, Marcos Lima, Octávio Elísio, Rose de Freitas, Vicente Bogo, Vilson Souza, Alcení Guerra, Aloysio Chaves, Edme Tavares, Francisco Dornelles, Inocêncio Oliveira, José Jorge, José Lins, José Thomaz Nonô, Mario Assad, Oscar Corrêa, Paulo Pimentel, Ricardo Fiúza, Sandra Cavalcanti, Jonas Pinheiro, José Lourenço, Paes Landim, Ricardo Izar, Simão Sessim, Antônio Carlos Konder Reis, José Luiz Maia, Bonifácio de Andrada, José Maurício, Luiz Salomão, Ottomar Pinto, Plínio Arruda Sampaio, José Genoíno, Adolfo Oliveira, José Maria Antonio Farias. **ABSTENÇÃO** do Senhor Constituinte Gerson Peres.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 08 Constituintes; votaram NÃO 74 Constituintes; absteve-se de votar 1 Constituinte. Total: 83 votos. O Destaque foi rejeitado.

Passamos agora à votação do Destaque nº 5.013, requerido pelo Constituinte Tadeu França, referente à Emenda nº 28.761. **(Pausa)**

Não estando presente o nobre Constituinte, caiu o destaque.

Destaque nº 5.920, do Constituinte Nestor Duarte. **(Pausa)**

Não estando presente o nobre Constituinte, caiu o destaque.

Destaque nº 2.610, do Constituinte Roberto Jefferson. **(Pausa)**

Não estando presente o nobre Constituinte, caiu o destaque.

Destaque nº 2.932, do Constituinte Eliel Rodrigues. **(Pausa)**

Não estando presente o nobre Constituinte, caiu o destaque.

**Destaque nº 7.351/87 – Emenda nº ES-28.539-6, do Sr. Antonio Mariz, "que modifica o art. 6º, § 27 do Substitutivo nº 1 (art. 5º, § 21 do Substitutivo nº 2)". (53ª votação)**

Tem a palavra o Sr. Constituinte Antonio Mariz, para defender o seu destaque.

**O SR. CONSTITUINTE ANTONIO MARIZ:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Esta Comissão de Sistematização aprovou, praticamente, por unanimidade o dispositivo do § 21, que diz: "...Não haverá pena, de morte, de prisão perpétua, de trabalhos forçados ou de banimento..."

Esta emenda que proponho, modificativa, diz respeito à prisão perpétua. Para atribuir a expressão "prisão perpétua" à expressão de "caráter perpétuo" e outros termos, o texto proíbe apenas a prisão perpétua, mas não proíbe as penas de caráter perpétuo, poderá haver outras penas de caráter perpétuo especialmente na área, por exemplo, da Legislação eleitoral. É comum que a Lei de Inelegibilidade estabeleça que são inelegíveis condenados por crimes contra a administração. Se não existir na Constituição um dispositivo que proíba toda e qualquer pena perpétua poderá haver penas dessa natureza, que tornariam inelegíveis brasileiros para todo o sempre, como ocorreu há pouco tempo passado, na vigência da Constituição resultante da Emenda nº 1, editada pela Junta Militar,

Dizia-se que os cassados atingidos pelos Atos Institucionais eram inelegíveis e como a Constituição em vigor não proíbe as penas perpétuas, todos aqueles que foram atingidos pelos Atos Institucionais permaneceriam eternamente cassados.

A mesma coisa ocorrerá agora em relação a essas condenações que determinam a inelegibilidade. Daí a necessidade de que a Constituição diga que não apenas a prisão perpétua é proibida, mas que é proibida toda e qualquer pena prevista no Código Penal. Este é o ponto fundamental da minha emenda.

A Constituição de 1934 foi a primeira a tratar disso quando proibiu exatamente a pena perpétua, dizendo o seguinte:

"Art. 29. Não haverá pena de banimento, morte, de confisco ou de caráter perpétuo."

Estou me referindo apenas a esta expressão "caráter perpétuo" porque a minha emenda não muda nada mais além disto: em vez de prisão perpétua proíbe pena de caráter perpétuo.

A Constituição de 1946 dizia a mesma coisa: "Não haverá pena de morte nem de caráter perpétuo".

Estamos retomando a linha da defesa das liberdades, assegurando que em hipótese nenhuma haverá pena, seja de que natureza for, perpétua. Isso é tanto mais importante, quando o dispositivo do § 20 enumera as penas, mas não de forma exhaustiva, não de forma taxativa, mas apenas a título de exemplo, quando diz: ... entre outras, haverá as seguintes penas...". Logo, amanhã, a lei ordinária poderia imaginar alguma forma de pena perpétua que não fosse a de prisão.

Daí eu insistir, junto a esta Comissão, para que se adote as formas de 1946 e de 1934, dizendo: "Não haverá pena de morte, nem de caráter perpétuo, – e, depois, as

demais que são enumeradas – de trabalhos forçados e de banimento."

Tive a preocupação de consultar o eminente Sr. Relator o Constituinte Bernardo Cabral, que expressou a sua aquiescência com esta emenda, afirmando ser este o espírito do texto que propôs e que, somente por um lapso, restringiu-se à pena de prisão perpétua.

Pois bem, Srs. Constituintes, é esta a proposta: que se proíba, de uma vez por todas e amplamente, toda e qualquer pena perpétua. Muito obrigado. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** - Concedo a palavra ao eminente Relator, Constituinte Bernardo Cabral, para que dê a sua opinião.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, acolho a emenda Antonio Mariz. **(Palmas.)**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** - Tendo sido acolhida pelo Relator e não havendo ninguém inscrito para falar em posição contrária, passo à votação,

#### **(Procede-se à votação)**

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Ademir Andrade, Alfredo Campos, Aluizio Campos, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Carlos Sant'Anna, Celso Dourado, Cristina Tavares, Egidio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Gaspariam, Fernando Henrique Cardoso, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, João Calmon, José Fogaça, José Freire, José Geraldo, José Paulo Bisol, José Richa, José Serra, Manoel Moreira, Mário Lima, Milton Reis, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nelton Friedrich, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Raimundo Bezerra, Rodrigues Palma, Severo Gomes, Sigmaringa Seixas, Virgildásio de Senna, Albano Franco, Antonio Mariz, Chagas Rodrigues, Délio Braz, Euclides Scalco, José Carlos Grecco, José Costa, José Tavares, Márcio Braga, Marcos Lima, Octávio Elísio, Rose de Freitas, Vicente Bogo, Vilson Souza, Alcení Guerra, Antoniocarlos Mendes Thame, Inocêncio Oliveira, Ricardo Fiúza, Sandra Cavalcanti, Hugo Napoleão, José Lourenço, Paes Landim, Ricardo Izar, Simão Sessim, Antonio Carlos Konder Reis, José Luiz Mala, Bonifácio de Andrada, José Maurício, Lysâneas Maciel, Luiz Salomão, Ottomar Pinto, Plínio Arruda Sampaio, José Genoíno, Adolfo Oliveira, José Maria Eymael, Haroldo Lima, Beth Azize. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Carlos Chiarelli, Edme Tavares, Eraldo Tinoco, Francisco Dornelles, José Santana de Vasconcellos, Luís Eduardo, Mário Assad, Oscar Corrêa, Paulo Pimentel, Jonas Pinheiro e Jarbas . Passarinho. **ABSTENÇÃO** dos Senhores Constituintes: José Thomaz Nonô, Gerson Peres e Francisco Rossi.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 72 Constituintes; votaram NÃO 11 Constituintes; abstiveram-se de votar 3 Constituintes. Total: 86 votos. O Destaque foi **aprovado**.

Passamos à votação do destaque do Constituinte Hélio Rosas. S. Ex.<sup>a</sup> se encontra presente? **(Pausa)** Não estando presente o requerente, cai o destaque.

Passa-se, portanto, ao § 22.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ COSTA:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Pois, não. V. Ex.<sup>a</sup> tem a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ COSTA:** – Tenho aqui, em mãos, o cronograma da votação do Projeto de Constituição. A rigor, hoje, deveríamos estar votando precisamente o Título VI, ou seja, da Tributação e do Orçamento. Estamos no Título I.

Com o objetivo de colaborar com a Mesa, queria fazer uma proposta, nesta questão de ordem, a fim de que fosse submetido ao Plenário da Comissão de Sistematização o uso do painel eletrônico. Inclusive, conheço os argumentos em desfavor do seu uso, as dificuldades de controlar as votações de quem está ou não aqui. Mas, ao final da votação do Título se fizesse uma chamada como está aí, convalidaria eventual vício. Se houvesse alguma queixa, alguma reclamação, esta seria colocada ao final, quando último dispositivo de um determinado Título fosse votado. Do contrário, é absolutamente impossível, regimentalmente, cumprir os prazos estabelecidos.

Fica, aqui, a proposta à consideração da Presidência e, evidentemente, do Plenário da Comissão de Sistematização.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** - Pois não. Agradeço o impulso de colaboração de V. Ex.<sup>a</sup> a preocupação de V. Ex.<sup>a</sup> corresponde, exatamente, à de todos nós.

Tive a informação técnica de que o painel, provavelmente, será utilizado na sua totalidade, mas se não o for, devido à questão dos Suplentes, que torna mais difícil a programação, a sugestão de V. Ex.<sup>a</sup> é procedente. Amanhã, na reunião da Mesa, proporei que se adote esse sistema.

Existe, aqui, um requerimento de preferência do Constituinte Ricardo Fiúza, para a Emenda nº 25.055/8, com Destaque de nº 14.238/7.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LUIZ MAIA:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** - Tem a palavra V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LUIZ MAIA:** – Sr. Presidente, queria apelar a V. Ex.<sup>a</sup> para que a chamada dos Suplentes fosse feita nominalmente. Fariamos a votação dos Titulares, se é esse um dos problemas que está impedindo a autorização do sistema eletrônico, e que se faça a chamada do Suplente...

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – A sugestão já foi acolhida. Tenho que submetê-la à Mesa, amanhã cedo.

Parece-me que é bastante razoável. É a mesma proposta que foi feita há poucos instantes pelo Constituinte José Costa, que me parece correta.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LUIZ MAIA:** – Tenho a impressão de que poderíamos, também, definir isso aqui, sem levar para lá.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Pois não. Apenas não sei se há condições técnicas.

Consulto à Mesa se é possível instaurar de um momento para o outro. Os técnicos serão consultados e eu espero que amanhã nós tenhamos solução para esse problema.

**O SR. CONSTITUINTE ERALDO TINOCO:** – Sr. Presidente, eu tive a oportunidade de me informar sobre o novo sistema e há um dispositivo de mesas avulsas para os que, eventualmente, não tenham o seu voto computado quando a Mesa disparar o dispositivo. Evidentemente que os Suplentes podem usar esse mesmo sistema, na medida em que forem chamados e dar o seu voto também pelo sistema eletrônico, antes que o apregoador tenha proclamado o resultado da votação.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** - Tem V. Ex.<sup>a</sup> inteira razão, nós vamos analisar isso e a minha opinião coincide com a de V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. CONSTITUINTE FRANCISCO DORNELLES:** - Sr. Presidente, eu queria pedir a autorização de V. Ex.<sup>a</sup> para fazer uma proposta à Mesa e a todos os Constituin-

tes da adoção de uma sistemática que é adotada em todos os organismos internacionais e que, caso fosse adotada neste Plenário, iria agilizar muito a votação.

A proposta que eu faço é a seguinte: o Constituinte apresentaria o destaque, dois Constituintes fariam a favor ou contra. Antes de começar a votação nominal se faria uma prévia, indagando o destaque, e isso agilizaria bastante a votação que estamos fazendo na Assembléia Nacional Constituinte.

Mas eu acredito que a maior parte dos Constituintes, verificando que não existe possibilidade de aprovação, talvez preferisse retirar o destaque, e isso agilizaria bastante a votação que estamos fazendo na Assembléia Nacional Constituinte.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Eu queria informar a V. Ex.<sup>a</sup> que esta proposta já foi trazida à consideração do Plenário, hoje, e pelo que estou informado, espero que esteja corretamente informado, ela foi aprovada mas, na hora de se efetivar, parece que não houve sensibilidade suficiente. Não obstante, eu farei uma nova tentativa no sentido voluntário, quer dizer, um apelo àqueles autores de destaques que, pela sondagem prévia, se convencerem de que não têm viabilidade, se quiserem retiram o destaque, e se eles insistirem eu aceito, imediatamente.

**O SR. CONSTITUINTE FRANCISCO DORNELLES:** – Eu reafirmo, seria voluntário, se ele verificasse que o seu destaque não tem o apoio, de forma voluntária, se quisesse, ele retiraria; do contrário, ele colocaria em votação. A Mesa faria uma consulta prévia.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Eu farei uma tentativa novamente assim que a ocasião se ofereça, porque eu acredito que a prática é usual em organismos internacionais, como diz V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE FARABULINI JÚNIOR:** – Sr. Presidente, V. Ex.<sup>a</sup> me daria a palavra, pela ordem para o mesmo assunto.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Com muito prazer.

**O SR. CONSTITUINTE FARABULINI JÚNIOR:** – É que, na verdade, eu concordo com os companheiros Constituintes, e com V. Ex.<sup>a</sup> porque, na verdade, nós temos que votar. Os Partidos políticos deverão reunir-se e as respectivas Bancadas deverão decidir sobre quais os destaques que realmente interessam aos Constituintes, e cada qual, cada um de nós poderá retirar 80, 90% dos seus destaques, mas os que permanecerem terão que ser discutidos e votados, nos termos regimentais e constitucionais.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – V. Ex.<sup>a</sup> me permitirá, primeiro, dar uma informação ao Plenário, de que é exatamente isso que os Partidos estão fazendo. A partir de hoje, isto seguirá por todas as semanas vindouras, todas as manhãs as lideranças se reúnem e fazem uma coordenação de destaques. Entretanto, as Lideranças não têm poder regimental e, lamentavelmente, tão pouco estatutário nos partidos, para pedir aos Constituintes que retirem os seus destaques. A Liderança pode apenas exercer o seu papel, através da tentativa de convencimento. E isso tem sido feito com êxito. Agora, aqui se trata de uma nova tentativa. Aqueles que não se convenceram, eventualmente, poderiam convencer-se diante da manifestação do Plenário, mas deixando bem claro que a liberdade do Constituinte para oferecer o destaque é plena. E, em segundo lugar, nenhum destaque será aprovado por voto simbólico. Em qualquer caso haverá votação. Apenas se o Constituinte se convencer ele retira o destaque, mas de maneira alguma a votação de aprovação será simbólica.

**Destaque nº 1423-87, do Sr. Carlos Sant'Anna**  
**Emenda nº ES-25055-8, do Sr. Ricardo Fiúza, "que modifica o art. 6º, § 18, do Substitutivo nº 1 (art. 5º, § 22 do Substitutivo nº 2)".**

Não havendo outra questão de ordem eu passo, então, a submeter, aqui, o pedido de preferência feito pelo Constituinte Fiúza, que está presente para a Emenda nº 25.055/8, que refere-se ao art. 6º § 18:

"Modifique-se o § 22 do atual relatório do art. 6º, do Projeto de Constituição, que passa a ter a seguinte redação:

§ 22. Ninguém será preso senão em flagrante delito, ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade competente. A prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados em 24 horas ao juiz competente e à família ou pessoa indicada pelo preso. O preso será informado de seus direitos, entre os quais o de permanecer calado, assegurada a assistência da família e do advogado de sua escolha."

Ponho em votação a preferência.

Os que estiverem de acordo permaneçam sentados.

**(Pausa).**

Aprovada.

Aprovada a preferência, dou a palavra ao Constituinte Ricardo Fiúza, para que justifique o seu destaque.

**O SR. CONSTITUINTE RICARDO FIÚZA:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes:

O substitutivo inviabiliza a prisão por autoridade policial civil ou militar, segundo princípios da oportunidade conforme a necessidade surgida no curso de diligências ou ações de patrulhamento ostensivo.

O nosso texto, sem prejudicar a ação policial, garante na íntegra o direito do cidadão preso como pretende a sociedade. O poder de polícia deve ser prestigiado pela sociedade, hoje tão traumatizada com o clima de insegurança em que vive. A prisão ilegal, Sr. Presidente, será imediatamente relaxada pelo Juiz, que promoverá a responsabilidade da autoridade coatora.

A realidade brasileira, entretanto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, mostra que grande parte dos nossos municípios não possui autoridade judiciária pronta a responder com a oportunidade de rapidez, a necessidade de expedir ordens de prisão escritas e fundamentadas. Na maioria das nossas cidades existe apenas o Policial-Militar, e em poucas o delegado de polícia.

A inexistência de facilidade de comunicação, de processamento de dados inviabiliza o fluxo de ordem de prisão.

Digo isso, Sr. Presidente, porque no texto original do eminente Relator Bernardo Cabral, apenas distingue-se da nossa emenda, porque diz: será comunicada imediatamente ao Juiz competente. A única modificação que pretendemos na nossa emenda é dizer que "será comunicado em 24 horas". É uma posição realística, é uma posição que faz com que não seja, a prisão que se faz necessária, impedida por essa obrigatoriedade que certamente irá inibir.

Chamo a atenção da Casa para a pequena modificação, ao invés de comunicar imediatamente, comunicar em 24 horas por facilidade processual, por realismo, por estar de acordo com a nossa realidade brasileira.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Concedo a palavra ao Constituinte Nelson Jobim para encaminhar contra.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON JOBIM:** – Srs. Constituintes, a emenda proposta pelo Constituinte Ricardo Fiúza tem 3 pontos fundamentais em relação ao texto do Sr. Relator.

Primeiro, suprime a expressão judiciária, ou seja, a autoridade competente para a prisão poderá ser uma autoridade que não judiciária, e este foi um objetivo específico do Sr. Relator, de que a prisão só fosse concedida através de determinação de autoridade judiciária.

Em segundo lugar, substitui no texto do Sr. Relator, a expressão imediatamente por 24 horas, pelo que está assegurada a prisão por um mínimo de 24 horas sem comunicação à autoridade competente. A autoridade competente, que é o juiz competente, para processo criminal, tem que ser comunicado imediatamente. Porque esta seria uma forma de assegurar a impunidade da prisão por 24 horas.

Em terceiro lugar, suprime do texto: "A prisão ilegal será imediatamente relaxada por autoridade judiciária competente". Ou seja, a emenda tem que ser rechaçada, porque: em primeiro lugar, autoriza a prisão por autoridade que não judiciária; segundo, assegura a prisão por 24 horas sem comunicação ao juiz competente; e, terceiro, não determina o juiz competente o relaxamento imediato da prisão em caso de prisão ilegal.

Era só, Sr. Presidente. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Concedo a palavra ao Constituinte José Lourenço que encaminhará a favor.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LOURENÇO:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, parece-me, há um entendimento que foge à realidade nacional. Temos comarcas que distam de distritos, de povoados, deste País, cerca de 500km. Como se poderia comunicar imediatamente à autoridade competente, ao juiz da comarca? Como fazê-lo? Como se chegar até lá? Terá que ser punido aquela que não foi comunicar imediatamente? Não. Temos que ser razoáveis. Somos um país com dimensões enormes e características diferenciadas. Não se pode, aqui, fazer uma Constituição que é muito boa para São Paulo, para o Rio Grande do Sul, para Santa Catarina, para o Paraná, mas que não atende ao Nordeste e ao Norte do País, onde as condições são completamente diversas. Temos municípios, no meu Estado, na Bahia, que são maiores do que o Estado de Sergipe e onde há povoados distantes 327km da sede. Como se pode, em estradas carroçáveis, comunicar-se imediatamente à autoridade competente?

Creio que o que se está pretendendo fazer, dando o prazo de 24 horas, inclusive fixando o prazo – porque a expressão "imediatamente" também pode ser, às vezes, deturpada para um imediatamente, em 48 horas, o que também não é aceitável – está dentro da realidade nacional e atende perfeitamente ao processo jurídico que todos defendemos.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Haroldo Lima, para encaminhar contra.

**O SR. CONSTITUINTE HAROLDO LIMA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, os argumentos que eu ia apresentar já foram aqui expendidos pelo Constituinte Nelson Jobim, de sorte que eu não teria nem mesmo razão para estar aqui repetindo argumentos, porque ele os expendeu muito bem.

Animou-me vir de novo a esta tribuna simplesmente porque, ainda há pouco, defendendo a emenda em questão, o Constituinte José Lourenço apelou para a sua qualificação de nordestino e de baiano para dizer, quem sabe, essa questão seria boa para o Rio de Janeiro, São Paulo, mas não seria boa para o Nordeste. Então, como nordestino, vim dizer que fico alarmado, porque precisamente o Nordeste é que necessita de mais direitos que o Sul. Não digo que precise mais, mas, pelo menos, precisa dos mesmos direitos e, se para os populares do Centro-Sul, do nosso País, isso seria uma garantia de direitos que não devem ser abandonados, maior razão teremos para reivindicar esses pleitos no Nordeste atrasado, abandonado e, por essa mesma razão, mais sujeito à opressão e arbitrariedade.

Razão pela qual, Sr. Presidente, reiterando todos os argumentos aqui apresentados pelo nobre Constituinte Nelson Jobim, quero dizer que isso em nada se contrapõe às questões do atraso regional de uma região como a nordestina. (Muito bem! Palmas)

**O SR. CONSTITUINTE BONIFÁCIO DE ANDRADA:** – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Pois não. Concedo a palavra a V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE BONIFÁCIO DE ANDRADA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

O ilustre autor da emenda, desta tribuna, fez uma referência ao texto que me parece confusa em relação ao que afirmou o nobre Constituinte Nelson Jobim.

Considero a emenda um absurdo, entregar ao Delegado de Polícia a prisão de um inocente. Mas quero saber o seguinte: se a prisão ilegal será imediatamente relaxada pela autoridade judiciária competente está na emenda ou não? Porque se não estiver na emenda, aumenta o absurdo dessa emenda que é altamente contrária aos direitos individuais. (Muito bem! Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Não consta da emenda a expressão proposta.

Vamos fazer uma tentativa de verificar se a proposta do Constituinte Dornelles funciona.

V. Ex.<sup>a</sup> me permitirá, é meramente uma consulta e não é obrigatória, é só para saber se o deputado retira ou não a emenda dele. Pergunto: Quantos estariam dispostos a sustentar a emenda?

Diante disso, pergunto ao Constituinte Ricardo Fiúza se pode retirar a emenda.

**O SR. CONSTITUINTE RICARDO FIÚZA:** – Pode.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Está retirada a emenda. (Palmas)

Agradeço ao Constituinte Ricardo Fiúza a compreensão e passamos agora ao requerimento de preferência, feito pelo Constituinte Nilson Gibson que é para o Destaque nº 4251. Está presente o Constituinte Nilson Gibson?

Não estando presente S. Ex.<sup>a</sup>, cai o destaque.

**Destaque nº 3984-87, do Sr. Aluizio Campos, "que modifica o § 22, do art. 5º do Substitutivo nº 2".**

Agora é o destaque do Constituinte Aluizio Campos que no § 22 S. Ex.<sup>a</sup> quer destacar a expressão "não valendo a confissão como prova única".

Concedo a palavra ao nobre Constituinte Aluizio Campos para justificar o seu destaque.

**O SR. CONSTITUINTE ALUÍZIO CAMPOS:** – Sr. Presidente, requeiro a V. Ex.<sup>a</sup> que faça a consulta prévia, para ver se vale a pena votar.

Vou apenas explicar do que se trata. O § 22 dispõe, no seu primeiro período, que "ninguém será preso, senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária competente". Pretendo acrescentar, a esse período, "não valendo a confissão como prova única".

Sabemos como confissões, resultantes de seqüestros, de roubos, de violências etc. são obtidas por meio de tortura e de ameaças de autoridades policiais. Se dissermos que isso não tem nenhuma validade jurídica, diminui muito a possibilidade dessas pressões contra os réus. É esta a finalidade da emenda.

Embora o texto acima, no parágrafo já adotado por nós, proíba a validade de provas ilícitas, a demora na apuração dessa ilicitude prejudica muito os injustiçados,

que permanecem punidos e aguardando uma apuração, a qual demora bastante tempo, sendo, portanto, prejudicados na sua liberdade pessoal.

Confesso que a emenda foi extraída da Constituição japonesa, que mantém, numa disposição exclusiva, essa vedação: a confissão não vale como prova única. Se a um injustiçado requer-se **habeas corpus** e o delegado apresenta que ele tenha feito uma confissão, sem outra prova que a reforce, evidentemente que essa confissão não deve ter validade alguma.

Por isso, peço a V. Ex.<sup>a</sup> que faça a consulta.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Infelizmente, não posso submeter esse destaque à votação porque não consta nenhuma emenda sobre essa matéria. Trata-se de uma adição e lamentando, junto com o Constituinte Aluizio Campos, até porque me parece a emenda muito procedente, ela está prejudicada.

Passamos à outra questão.

Destaque nº 2.805, do Constituinte Farabulini Júnior, à Emenda nº 28.383.

Constituinte Farabulini Júnior desiste.

Passamos ao § 23.

Não há destaques ao § 23.

Passamos ao § 24.

Aqui há um destaque do Constituinte Costa Ferreira.

Se S. Ex.<sup>a</sup> não estiver presente, cai o destaque. **(Pausa)**

Passamos ao § 25.

Não há destaques ao § 25.

Perdão, o Constituinte Izar diz que há destaque para o § 24. Solicito à Mesa que verifique. Existe o destaque, é o Destaque nº 5.146/87.

**Destaque nº 5.146/87 – Emenda nº ES-23.474-9, do Sr. Ricardo Izar, "que modifica o art. 6º, § 19, do Substitutivo nº 1 (art. 5º, § 24, do Substitutivo nº 2)". (54ª votação)**

Concedo a palavra ao Constituinte Ricardo Izar para que justifique o seu destaque.

**O SR. CONSTITUINTE RICARDO IZAR:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, apresentei uma emenda e agora um destaque sobre o § 24 por entender que esse parágrafo era extenso demais e que a maioria do que está nele colocado deveria ser regulamentada por lei ordinária. Acrescentei o dever ao trabalho remunerado na forma da lei para o preso.

A redação é a seguinte:

"Os presos têm direito ao respeito de sua dignidade e integridade física e moral, bem como o dever ao trabalho remunerado na forma da lei."

Srs. Constituintes, o Direito Penal moderno, em todo o mundo, reconhece o trabalho remunerado para o preso como terapia e para a sua recuperação junto à sociedade.

Eu gostaria, neste instante, de dar alguns exemplos reais que existem em São Paulo. Num levantamento feito nesses últimos 17 anos, verificou-se que apenas 3,8% dos presos que trabalham nas oficinas, na fábrica de brinquedos, na fábrica de bolas e esporte ou na oficina de móveis participaram das rebeliões ou tentativas de fuga.

A realidade é uma só. Quando o preso tem o que fazer nas penitenciárias, nos presídios, ele não pensa na fuga, na rebelião ou no crime.

Além disso tudo que nós estamos sugerindo, depois que o preso cumprir a sua pena, ele poderá, na realidade, ter uma profissão. Gostaria da atenção de V. Ex.<sup>as</sup> e contar um fato que também existe em São Paulo. Hoje, uma das maiores marcenarias de São Paulo, especialista em armários embutidos, tem como chefe um ex-detento que aprendeu a sua profissão na penitenciária e na casa de detenção. Por isso, peço o apoio dos Srs. Constituintes

para essa emenda que é importantíssima e deverá constar na nossa Carta Magna. **(Palmas)**

**O SR. CONSTITUINTE NELSON JOBIM:** – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente?

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Concedo a palavra, pela ordem, ao Sr. Constituinte Nelson Jobim.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON JOBIM:** – Sr. Presidente, a emenda do nobre Constituinte Ricardo Izar destinava-se, evidentemente, ao § 19 do art. 6º do Substitutivo 1, que tinha a seguinte redação:

"Os presos têm direito ao respeito de sua dignidade e de sua integridade física e moral."

O Constituinte emendou este texto para acrescentar:

"bem como o dever ao trabalho remunerado na forma da lei."

O Substitutivo 2, que está em votação, tem redação diversa no § 24.

"Os presos têm direito ao respeito à sua integridade física e moral; às presidiárias serão asseguradas condições para que possam permanecer com os seus filhos durante o período de amamentação. A pena será cumprida em estabelecimento distinto, de acordo com a natureza do delito, sua gravidade, condições em que foi praticado, idade, e antecedentes criminais do apenado."

Consulto a Mesa se esta emenda é considerada aditiva ou modificativa ao § 24. Consulto ao eminente Constituinte que produziu a emenda porque nada impede que ela seja aditiva da expressão "sua dignidade", bem como, "dever ao trabalho remunerado", sem prejuízo dos demais itens do § 24 da redação do Substitutivo 2.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Concedo a palavra, pela ordem, ao Constituinte Ricardo Izar.

**O SR. CONSTITUINTE RICARDO IZAR:** – Ela é aditiva, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – O Constituinte Ricardo Izar comunica que é uma emenda aditiva. Nesse caso, vou colocá-la em votação, antes, porém, concedendo a palavra aos oradores que vão defendê-la.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FOGAÇA:** – Sr. Presidente, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Concedo a palavra, preferencialmente, ao Relator.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FOGAÇA:** – O Relator Bernardo Cabral considera que a expressão "dever ao trabalho" caracteriza o trabalho forçado, matéria que já foi rejeitada por esta Comissão, salvo, evidentemente, "dever ao trabalho remunerado".

**O SR. CONSTITUINTE RICARDO IZAR:** – Sr. Presidente, mas a expressão "dever ao trabalho" é que caracteriza isso.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FOGAÇA:** – Não é "direito ao trabalho", mas "dever ao trabalho remunerado".

**O SR. CONSTITUINTE RICARDO IZAR:** – "Dever ao trabalho remunerado" na forma da lei.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FOGAÇA:** – Ele tem o dever de trabalhar, não tem a opção de não trabalhar.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Vou resolver a questão de ordem.

Tendo em vista a opinião do Relator, mas tendo em vista também que a proposta foi para uma emenda aditiva a outro artigo, embora houvesse dúvidas, dou a palavra ao Constituinte Antônio Carlos Konder Reis, para que se pronuncie sobre a proposta do Constituinte Ricardo Izar.

**O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO CARLOS KONDER**

**REI:** – Sr. Presidente, pedi a palavra para sustentar o texto do substitutivo do Sr. Relator, na hipótese de a emenda ser substitutiva. Não tenho nenhuma manifestação expressa em relação à proposta aditiva do nobre Constituinte Ricardo Izar. Faço a observação, contudo, de que a matéria já foi objeto de deliberação em plenário. Não me manifesto, portanto, sobre o mérito da proposição, mas já o Plenário decidiu que a obrigatoriedade do trabalho não deveria constar do texto constitucional.

Quando o Plenário examinou os tipos de penas – e V. Ex.<sup>a</sup> apresentou uma emenda oportuníssima, suprimindo a expressão "entre outras", mas, infelizmente, não estava presente, e a emenda não foi sustentada – quando discutimos, o nobre Constituinte Vivaldo Barbosa apresentou uma emenda, estabelecendo, como pena, o trabalho obrigatório.

Na ocasião da discussão daquela emenda, que se referia ao trabalho interno ou externo, com a expressão "obrigatório", o nobre Constituinte Pimenta da Veiga sugeriu que se suprimisse, através de subemenda, a palavra obrigatório. Mas, o Plenário não aceitou a emenda, mesmo com a supressão, porque entendeu que estabelecer como pena o trabalho, não poderia deixar de ser obrigatório. O juiz não poderia determinar como pena o trabalho interno ou externo, sem determinar a sua obrigatoriedade.

E mais ainda, houve referência ao inciso V daquele parágrafo, que se refere à prestação social alternativa que inclui a hipótese do trabalho facultativo.

Por isso, Sr. Presidente, ainda que considere a emenda do nobre Constituinte Ricardo Izar como uma emenda com os mais altos objetivos, chamado à colação por V. Ex.<sup>a</sup>, tenho que prestar esses esclarecimentos. Iria me manifestar mais longamente se a emenda fosse substitutiva, porque a parte final desse dispositivo consta de uma emenda de minha autoria, que foi acolhida pelo Sr. Relator.

O grande problema do sistema penitenciário brasileiro, não é o trabalho obrigatório e nem o trabalho voluntário. As Constituições brasileiras, de regra, têm inscrito o princípio da defesa da integridade física, moral e mental do preso. Mas, esse princípio não tem tido consequência porque, lamentavelmente, em razão da promiscuidade, as prisões e as penitenciárias brasileiras são escolas de aperfeiçoamento do crime. Por isso propus, e o Sr. Relator aceitou, a regra de que as penas sejam cumpridas em prisões distintas, tendo em vista a sua natureza, as circunstâncias em que foi cometido o crime ou o delito, a idade e a natureza do mesmo, e essa emenda foi acolhida.

O que me resta dizer é que, realmente, o Plenário, quando do exame da emenda do nobre Constituinte Vivaldo Barbosa, refugou a idéia de se estabelecer a obrigatoriedade do trabalho.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON JOBIM:** – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ MARIA EYMAEL:** – Pela ordem, Sr. Presidente, para contraditar.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Darei a palavra ao Constituinte Nelson Jobim e, em seguida, a V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON JOBIM:** – Sr. Presidente, esta é uma questão muito grave e tem que ser examinada com absoluta tranquilidade pelo Plenário, porque envolve uma questão muito séria que, embora aqui não seja posta, caracteriza-se na prejudicialidade das emendas. O Plenário precisa ficar muito nítido no que consiste a prejudicialidade, porque, na votação que se faz, temos que ter nitidamente o que está sendo rechaçado, que está sendo aprovado na manifestação do voto. Creio que há uma regra esculpida no Regimento da Câmara dos Deputados, que é muito nítida, em que a prejudicialidade é do texto que for aprovado e não das emendas

rejeitadas. As emendas rejeitadas prejudicam aquelas que lhe são idênticas. Não podemos, em hipótese alguma, produzir a prejudicialidade pela semelhança. A prejudicialidade, na rejeição, é pela identidade, sob pena de criarmos uma grande confusão na votação. A emenda do eminente Constituinte Ricardo Izar não se dirigia ao Substitutivo nº I, que tinha uma redação diferente e que agora está sendo aproveitada para o Substitutivo nº II, ela não se altera em nada no seu conteúdo. Aquela discussão que aqui se estabeleceu entre os Constituintes Vivaldo Barbosa e Pimenta da Veiga era alterar o texto da emenda produzida pelo Constituinte Vivaldo Barbosa. Aqui é um mero ajustamento manifestado pelo autor da emenda ao texto do Substitutivo II. Precisamos estabelecer, como regra definitiva, que o que prejudica as emendas é exatamente o texto que tiver sido aprovado. Se não for aprovado texto nenhum, estão prejudicadas as emendas idênticas, mas não aquelas que lhes foram semelhantes.

Era isto, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Queria dar um esclarecimento ao Plenário: exatamente por ter o mesmo entendimento do Constituinte Nelson Jobim é que não considere como prejudicada a emenda. Portanto, estamos aqui construindo um precedente de decisão. As decisões serão tomadas a partir desta regra, porque é a regra mais clara a respeito da matéria.

Com a palavra o nobre Constituinte José Maria Eymael.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ MARIA EYMAEL:**

– Para contraditar a questão de ordem, na verdade o Constituinte Ricardo Izar não estabeleceu um critério de obrigatoriedade, estabeleceu um critério moral porque dever é critério moral, o que poderá estabelecer um estribo para uma política de incentivo ao trabalho. Portanto, é perfeitamente admissível, não há confronto, ao contrário, enriquece pela possibilidade do incentivo ao trabalho.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Concedo a palavra ao Constituinte José Egreja, para encaminhar a favor.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ EGREJA:**

– Sr. Presidente, Sr. Relator, tinha também uma proposição paralela, quase idêntica a essa. O substitutivo para um capítulo, que dirige à Mesa no sentido de destacar dele aquele artigo referente a este assunto. Mas, as decisões da Mesa levaram-me a desistir dessa pretensão; e me inscrevi para a defesa, porque retirei a minha proposição, o meu pedido de destaque, desisto dele e apóio a emenda do Constituinte Ricardo Izar.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Com a palavra o Sr. Constituinte Haroldo Lima, para encaminhar contra.

**O SR. CONSTITUINTE HAROLD LIMA:**

– Sr. Presidente, em primeiro lugar gostaria de salientar que existe uma questão regimental em pauta, porque a emenda que está distribuída aos nobres Constituintes é nítida, clara no seu intróito. Diz ela: "Dê-se ao artigo tal, a seguinte redação:..." Por conseguinte, ela é supressiva. Há uma interpretação nova pretendendo dar a esta emenda a conotação de uma emenda aditiva, e essa é uma questão muito delicada porque, em sendo supressiva, ela deixa prejudicadas questões extremamente importantes do texto do substitutivo – tais como, por exemplo:

As presidiárias serão asseguradas condições para que possam permanecer com os seus filhos durante o período de amamentação. Apenas será cumprida em estabelecimentos distintos, de acordo com a natureza do delito, sua gravidade, condições em que foi praticado, idade e antecedentes criminais do apenado."

Significa, Sr. Presidente, que substituir todo esse texto é uma questão que nem sequer está aventada, mas

que corre o risco de estarmos discutindo uma emenda substitutiva, interpretada ou falada como aditiva e dando, por conseguinte, um prejuízo muito grande ao texto constitucional. Esta é a minha primeira questão. Na minha opinião a emenda é substitutiva, porque isso é que prevalece no texto que está distribuído para os Constituintes.

A segunda questão, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, é que, no mérito, a emenda ora em discussão, contrapõe duas palavras de significado muito preciso: a palavra direito e a palavra dever. Ela diz: "Os presos têm direito ao respeito, etc.;"... "e dever ao trabalho remunerado". Por conseguinte, o que se está falando aqui é em decorrência dessa contraposição, o dever ao trabalho, ao trabalho obrigatório, ele tem dever de trabalhar, tem obrigação de trabalhar. E precisamente essa questão já foi votada e já foi anulada.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Quero explicar ao Deputado Fernando Santana que ele está coberto de razões, porquanto, foi um dos primeiros a se manifestar, pedindo a palavra. Entretanto, infelizmente, já havia inscrições feitas à Mesa. Eu não posso alterar, lamento ter de me privar de ouvir a brilhante palavra de V. Ex.<sup>a</sup>.

Coloco a seguinte questão ao Plenário: quais são os Constituintes dispostos a sustentar essa emenda? E pergunto agora ao Constituinte Ricardo Izar se S. Ex.<sup>a</sup> mantém. S. Ex.<sup>a</sup> diz que mantém.

Está em votação.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Aluizio Campos, João Calmon, José Richa, José Ulisses de Oliveira, Manoel Moreira, Milton Reis, Oswaldo Lima Filho, Prisco Viana, Rodrigues Palma, Albano Franco, Délio Braz, Israel Pinheiro, Alcení Guerra, Antoniocarlos Mendes Thame, Arnaldo Prieto, Carlos Chiarelli, Edme Tavares, Francisco Benjamim, Francisco Dornelles, Inocêncio Oliveira, José Santana de Vasconcellos, José Thomaz Nonô, Luís Eduardo, Mário Assad, Oscar Corrêa, Osvaldo Coelho, Paulo Pimentel, Ricardo Fiúza, Sandra Cavalcanti, Jonas Pinheiro, José Lourenço, Ricardo Izar, Simão Sessim, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Gerson Pares, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia, José Maurício, Luiz Salomão, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Adolfo Oliveira, José Maria Eymael, Fernando Santana. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Carlos Mosconi, Carlos Sant'Anna, Celso Dourado, Cristina Tavares, Egidio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, José Fogaça, José Freire, José Geraldo, José Paulo Bisol, José Serra, Mário Lima, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Raimundo Bezerra, Sigmaringa Seixas, Virgildásio de Senna, Antonio Mariz, Chagas Rodrigues, José Costa, José Tavares, Márcio Braga, Octávio Elísio, Rose de Freitas, Uldurico Pinto, Vicente Bogo, Vilson Souza, Enoc Vieira, Bonifácio de Andrada, Lysâneas Maciel, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Haroldo Lima, Beth Azize.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 46 Constituintes; votaram NÃO 44 Constituintes. Total: 90 votos. O Destaque foi **prejudicado** por falta de **quorum** qualificado.

Ao § 25 não foi oferecido nenhum destaque. Passa-se ao § 26. O Constituinte Brandão Monteiro está ausente, caiu o destaque.

**O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA:** – Sr. Presidente, para uma questão de ordem (**Assentimento do Sr. Presidente**).

Se V. Ex.<sup>a</sup> iniciar a votação desse parágrafo agora, certamente não irá concluí-lo.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – V. Ex.<sup>a</sup> me permitirá, ou vou ler, porque cai tudo já.

Lúcia Vânia. (**Pausa**) Não está presente.

Vilson Souza. (**Pausa**) Não está presente.

**O SR. CONSTITUINTE FERNANDO SANTANA:** – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Fernando Santana.

**O SR. CONSTITUINTE FERNANDO SANTANA:** – Quero perguntar a V. Ex.<sup>a</sup> se, não tendo número para decidir, a reunião pode continuar?

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – V. Ex.<sup>a</sup> está equivocado. Há número para decidir. Houve **quorum** de sobra.

Deputado Nestor Duarte. (**Pausa**) Não está presente Caiu o destaque.

Deputado Victor Fontana. (**Pausa**) Não está presente Caiu o destaque.

Deputado Tadeu França. (**Pausa**) Não está presente Caiu o destaque.

Não há mais destaques. Está mantida a redação do substitutivo do Relator Bernardo Cabral.

**A SRA. CONSTITUINTE SANDRA CAVALCANTI:** – Sr. Presidente, peço a palavra, para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Concedo a palavra, para uma questão de ordem, à nobre Constituinte Sandra Cavalcanti.

**A SRA. CONSTITUINTE SANDRA CAVALCANTI:** – Sr. Presidente, o Constituinte Victor Fontana deixou por escrito, na mesa, uma solicitação para que eu defendesse o seu destaque, nos termos do Regimento.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Perdão! Vamos verificar; se tiver deixado por escrito eu o submeterei.

É verdade! Há um depoimento do Deputado Victor Fontana, que deixou aqui por escrito, e constituiu a Constituinte Sandra Cavalcanti como sua representante.

Tem, portanto, a palavra a Constituinte Sandra Cavalcanti, para justificar o destaque.

**Destaque nº 3521-87 – Emenda nº ES 21282-6, do Sr. Victor Fontana, "que modifica art. 6º, § 28, do Substitutivo nº 1 (art. 5º, § 26 do Substitutivo nº 2)". (55ª a votação)**

**A SRA. CONSTITUINTE SANDRA CAVALCANTI:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes:

Esse é um artigo que interessa muito de perto a dezenas de milhares de brasileiros humildes e, muitas vezes, desprovidos de meios de se defender. Ele prevê a prisão civil para todos aqueles que deliberada e voluntariamente, por exemplo, não pagarem pensão alimentar para as suas famílias, ou que sejam depositários infieis, ou pela emenda do Constituinte Victor Fontana, que me parece um grande avanço e uma grande conquista desta Assembléia Nacional Constituinte, para todos aqueles que recolherem tributos ou descontarem contribuições de terceiros e forem inadimplentes.

Isto diz respeito diretamente à classe trabalhadora. São dezenas de empresas que, geridas, às vezes, de forma desonesta recolhem o tributo dos trabalhadores, recolhem o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço do trabalhador recolhem a contribuição previdenciária do trabalhador, e

não depositam, as prefeituras fazem isso, e as empresas públicas também.

A Emenda Victor Fontana parece-me uma emenda altamente moralizadora, ajuda a Previdência Social, quando a Previdência Social diz que está sem recursos, muitas vezes, é porque ela não tem meios de executar esses inadimplentes; ajuda as mães de famílias que não conseguem que juízes obriguem os seus respectivos ex-maridos a pagar pensões para os seus filhos, e ajuda, principalmente, a manter na cadeia os depositários infieis dos recursos do povo, tão comuns neste País.

Por isso, Srs. Constituintes, tenho certeza de que esta emenda adiciona ao artigo do trabalho, apresentado pelo Relator, uma perspectiva nova, que estava faltando como instrumento de defesa da sociedade brasileira.

Era isso, Sr. Presidente. **(Muito bem!)**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Concedo a palavra ao Constituinte Nelson Jobim, para encaminhar contra.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON JOBIM:** – Sr. Presidente, a emenda apresentada pelo Constituinte Victor Fontana pretende aditar ao dispositivo "inclusive de tributos recolhidos ou descontados de terceiros o seguinte: isto é uma figura penal e não uma figura civil, conhecida pelo nome de apropriação indébita por assemelhação. Já há uma lei especial no sentido da apenação, nessas hipóteses.

Portanto, é despiendo excluímos "na prisão civil", quando, a rigor, "a prisão penal por apropriação indébita" é um crime tipicamente penal.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Concedo a palavra ao nobre Constituinte Farabulini Júnior, para encaminhar a favor.

**O SR. CONSTITUINTE FARABULINI JÚNIOR:** – Sr. Presidente, nobres Constituintes:

O autor dessa emenda, o nobre Constituinte Victor Fontana, tem razão. Vou-me referir tão-somente ao sistema previdenciário.

Sabem V. Ex.<sup>as</sup>, perfeitamente, que os trabalhadores deste País, aos milhões, recolhem, obrigatoriamente, já se lhes descontam, na folha de pagamento, o percentual destinaível à Previdência Social.

O mesmo ocorre em relação a outros setores, mas vou-me referir somente ao trabalhador. O empregador recolhe a quota destinada à Previdência, da parte do operariado, quer da cidade, quer do campo, só que milhões de cruzados permanecem nos cofres das empresas porque o empresariado não leva, a tempo e à hora, à Previdência Social, o que é de direito do trabalhador. São recursos do trabalhador que ficam indevidamente retidos na Caixa dos empresários. Isto é, Srs. Constituintes, uma apropriação indevida e cominar apenas essa prisão administrativa é mais que necessário.

Apelo a V. Ex.<sup>as</sup> para que apoiem essa medida porque ela é salutar, é pertinente e atende ao proletariado desta Nação.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Em votação o destaque.

#### **(Procede-se à votação)**

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Alfredo Campos, Aluizio Campos, Bernardo Cabral, Carlos Sant'Anna, Celso Dourado, Cristina Tavares, Fernando Gasparian, Fernando Henrique Cardoso, Francisco Pinto, José Fogaça, José Freire, José Richa, José Serra, José Ulisses de Oliveira, Oswaldo Lima Filho, Raimundo Bezerra, Rodrigues Palma, Sigmarina Seixas, Virgildásio de Senna, Israel Pinheiro, Márcio Braga, Michel Temer, Alcení Guerra, Arnaldo Prieto, Carlos Chiarelli, Edme Tava-

res, Eraldo Tinoco, Francisco Dornelles, Inocêncio Oliveira, José Santana de Vasconcellos, Luís Eduardo, Mário Assad, Oscar Corrêa, Paulo Pimentel, Sandra Cavalcanti, Enoc Vieira, Jonas Pinheiro, Simão Sessim, Antônio Carlos Konder Reis, Gerson Peres, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia, Virgílio Távora, Bonifácio de Andrada, José Maurício, Lysâneas Maciel, Luiz Salomão, Francisco Rossi, Joaquim Bevilacqua, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Haroldo Lima, Fernando Santana. **Votaram NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Ademir Andrade, Artur da Távola, Carlos Mosconi, Egídio Ferreira Lima, Haroldo Sabóia, José Paulo Bisol, Manoel Moreira, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nelton Friedrich, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Wilson Martins, Aécio Neves, Antonio Mariz, Chagas Rodrigues, Délio Braz, João Natal, José Tavares, Octávio Elísio, Roberto Brant, Rose de Freitas, Uldurico Pinto, Vicente Bogo, Vilson Souza, Antoniocarlos Mendes Thame, José Thomaz Nonô, Osvaldo Coelho, Ricardo Fiúza, José Lourenço, Paes Landim, Afif Domingos, José Maria Eymael.

Durante a votação do Destaque nº 3.521/87, o **Sr. Fernando Henrique Cardoso**, Quarto-Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que ocupada pelo **Sr. Aluizio Campos**, Primeiro-Vice-Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 55 Constituintes; votaram NÃO 32 Constituintes. Total: 87 votos. O Destaque foi **aprovado**.

**O SR. CONSTITUINTE RICARDO FIÚZA:** – Sr. Presidente, para um esclarecimento, se V. Ex.<sup>a</sup> me permitisse uma pergunta ao Sr. Relator. **(Assentimento da Presidência)**

Com a aprovação desta emenda, eu gostaria de saber do Sr. Relator, porque queria entender, se o pequeno empresário não recolher o INPS, por não poder, irá para a cadeia?

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Irá.

**O SR. CONSTITUINTE RICARDO FIÚZA:** – Irá. Este é o resultado desta emenda irresponsável.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A emenda foi vitoriosa.

### **III – SUSPENSÃO DA REUNIÃO**

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A Presidência vai suspender os trabalhos, convocando os Senhores Constituintes para a continuação da presente reunião, amanhã às 14:00 horas.

Está suspensa a reunião.

**(Levanta-se a reunião às 20:00 horas e 17 minutos)**

#### **EM 1º DE OUTUBRO DE 1987**

Presidência dos Srs.: **Brandão Monteiro**, Segundo-Vice Presidente; **Afonso Arinos**, Presidente; **Jarbas Passarinho**, Terceiro-Vice-Presidente; **Fernando Henrique Cardoso**, Quarto-Vice-Presidente.

### **I – REABERTURA DA REUNIÃO**

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Havendo número regimental, declaro reaberta a reunião.

**A SRA. CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES:** – Permita-me, Sr. Presidente. Consulto V. Ex.<sup>a</sup> se o painel eletrônico já está funcionando.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Segundo informações da Assessoria da Mesa da Assembleia Nacional Constituinte, ele já está funcionando para as sessões, plenárias da Constituinte. Para as da Comissão de Sistematização, ainda estão faltando adaptações que devem ocorrer dentro em breve.



**A SRA. CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES:** – Permita-me, Sr. Presidente, manifestar minha desconfiança de que a informação que V. Ex.<sup>a</sup> está recebendo não seja verdadeira. Não entendo qual a razão de espetáculo tão deprimente: uma Assembléia Nacional Constituinte, instalada no dia 1º de fevereiro, no dia 1º de outubro ainda não ter em funcionamento o sistema eletrônico para as votações da Comissão de Sistematização. Conheço razoavelmente os programas, e acho que, de domingo para cá, houve tempo suficiente para se alterar o **software**, permitindo que os membros efetivos da Comissão de Sistematização votassem pelo processo eletrônico e os suplentes, eventualmente convocados para determinadas votações, pudessem fazê-lo através de cabines.

Sr. Presidente, peço, encarecidamente, a V. Ex.<sup>a</sup> – estamos sendo desmoralizados perante a opinião pública – que investigue a fundo o que está ocorrendo. Qual a razão política que está por trás do não-funcionamento do painel eletrônico?

Lamento dizer-lhe que a explicação que V. Ex.<sup>a</sup> recebeu não me satisfaz, nem à maioria dos que estão aqui e que novamente se submeterão ao espetáculo deprimente de votações nominais.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Constituinte Cristina Tavares, a Mesa quer solidarizar-se com V. Ex.<sup>a</sup> no que diz respeito à necessidade de agilização dos trabalhos, a qual, por certo, ocorrerá, com a votação eletrônica. Entretanto, a informação que lhe posso dar é aquela que me foi passada pela direção da Mesa da Constituinte. Informo-lhe também que todo o processo de recuperação do sistema eletrônico não previa as votações da Comissão de Sistematização. Por isso, foi necessário fazer uma nova programação. Sugiro a V. Ex.<sup>a</sup> que converse com os técnicos, porque a informação que lhe posso dar neste momento é essa.

**A SRA. CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES:** – Muito obrigada, Sr. Presidente, mas continuo a achar que há alguma força política por trás disso, porque não é possível tamanha incompetência, seja da Mesa, seja dos técnicos, que estão ganhando uma fortuna para fazer este serviço.

**O SR. CONSTITUINTE RICARDO IZAR:** – Sr. Presidente, peço a palavra, para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE RICARDO IZAR:** – Sr. Presidente, independentemente do problema do painel eletrônico, sugiro a V. Ex.<sup>a</sup> que leve ao Presidente da Assembléia Nacional Constituinte nossa sugestão sobre a possibilidade de prorrogação dos trabalhos desta Comissão, pelo menos por mais 20 dias, para que não se trabalhe aos sábados e domingos.

Faço este apelo, Sr. Presidente, porque não teremos condições físicas e mentais de julgar as emendas e os destaques nesse prazo regimental tão exíguo. Se já estamos cansados, hoje, imagine daqui a alguns dias. Esta, a minha sugestão.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Constituinte Ricardo Izar, a nova sistemática dos trabalhos da Comissão de Sistematização foi decidida em reunião com o Presidente da Mesa, seus membros e líderes de partidos. Evidentemente, estamos num processo de desenvolvimento dos nossos trabalhos. Se a cada dia mudarmos de direção, ficará difícil termos uma rotina de trabalho.

## II – ORDEM DO DIA

### VOTAÇÃO DO PROJETO DE CONSTITUIÇÃO TÍTULO II (continuação)

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Em votação o Destaque nº 3.852, requerido pelo Constituinte Otto-

mar Pinto, referente à Emenda nº 33.226, que requer a supressão do § 27 do art. 5º do 2º Substitutivo.

Constituinte Ottomar Pinto, segundo estamos tomando conhecimento agora, solicitou a retirada do destaque, que, aliás, já estava prejudicado.

Em votação o Destaque nº 5.128, requerido pelo Constituinte Ricardo Izar, referente à Emenda nº 23.472.

**O SR. CONSTITUINTE RICARDO IZAR:** – Retiro, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Retirado.

Esgotados os destaques para o § 27.

Não há destaques para o § 28.

Passa-se ao § 29.

Em votação o Destaque nº 3.985, requerido pelo Constituinte Aluizio Campos. **(Pausa)** Retirado.

Com a palavra o Relator Bernardo Cabral.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, para agilizar os trabalhos, quero dizer que o § 29 possui três destaques de autoria dos eminentes Constituintes Carlos Sant'Anna, Antonio Mariz e Artur da Távola. Depois de devidamente examinados, verifiquei que o destaque de autoria do Constituinte Antonio Mariz engloba perfeitamente os de autoria dos Constituintes Carlos Sant'Anna e Artur da Távola. Pediria, então, aos três que conversassem a esse respeito, para que houvesse um acerto.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Em votação o Destaque nº 4.482, requerido pelo Constituinte Victor Faccioni, referente à Emenda nº 29.557. **(Pausa)** Ausente o autor. Prejudicado o destaque.

Em votação o Destaque nº 4.713, requerido pelo Constituinte Euclides Scalco, referente à Emenda nº 33.984, que quer substituir o § 29 pelo § 1º do art. 12. **(Pausa)** Retirado.

Em votação o Destaque nº 5.639 requerido pelo Constituinte José Ignácio Ferreira, referente à Emenda nº 3.594. **(Pausa)** Prejudicado.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr. Presidente, ontem, formulei requerimento verbal, e o Presidente Afonso Arinos pediu-me que o fizesse por escrito e o apresentasse à Mesa. Trata-se de requerimento sobre divisão desta Comissão em três Turmas, para maior celeridade dos trabalhos. Encaminho-o a V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Muito obrigado, nobre Constituinte Gastone Righi.

**Destaque nº 6.900/87 – Emenda nº ES-32.905-7, do Sr. Artur da Távola, "que dá nova redação ao § 48 do art. 6º do Substitutivo nº 1 (art. 5º, § 29 do Substitutivo nº 2)".**

Em votação o Destaque nº 6.900, requerido pelo Constituinte Artur da Távola, referente à Emenda nº 32.905.

Concedo a palavra ao nobre Constituinte Artur da Távola.

**O SR. CONSTITUINTE ARTUR DA TÁVOLA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a matéria relativa ao § 29 junta dois aspectos mais ou menos clássicos nas Constituições. O primeiro, fundamental, é proveniente da fase da Subcomissão. Foi mantido na Comissão Temática e, de certa forma, abarcado pelos vários substitutivos do Relator da Comissão de Sistematização.

É o seguinte:

"§ 29. É livre a expressão da atividade intelectual, artística e científica, sem censura ou licença. Aos autores pertence o direito exclusivo de utilização, publicação ou reprodução de suas obras, transmissível aos herdeiros pelo tempo que a lei fixar..."

É o princípio da garantia da liberdade a mais plena possível para a criação. E aqui não se trata propriamente, como no Capítulo referente à comunicação e à cultura, de liberdade de informação, ou liberdade de expressão, nem tampouco da liberdade de pensamento, que já são direitos individuais qualificados e aprovados em votação anterior. O texto se refere à liberdade de natureza artística, à criação literária.

A expressão "do direito autoral" habitualmente coloca na palavra "literário" a totalidade do espectro abrangido. Posteriormente, com o desenvolvimento de novas técnicas, surgiu a necessidade de acrescentar ao termo "literário" outras expressões, pois, por exemplo, até na televisão, uma telenovela possui um mecanismo de criação de obra autoral, e assim na música popular e em outros campos da cultura.

No 1º Substitutivo, o Relator havia colocado, no tocante ao direito autoral, a sua coleta pelo Estado. Isto causou uma reação muito grande nos meios literários, artísticos etc., e levou, acredito, o Relator a acolher várias emendas, entre as quais uma deste orador, que obriga a estatização da cobrança do direito autoral. O próprio meio artístico repeliu a estatização da cobrança do direito autoral, que é extremamente variada. No 2º Substitutivo, porém, ao lado da manutenção deste princípio, que é cristalino, meridiano e vem sendo desenvolvido nos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, foi colocado, ao final do artigo, algo que efetivamente motivou a emenda que apresentei. Ao final do artigo está escrito o seguinte:

"Será assegurado aos criadores e integrantes o controle econômico sobre as obras que produziram ou de que participarem."

Além da observação quanto à redação – não há "controle sobre", há "controle de" – deferir a autores e intérpretes o controle econômico das obras significa abrir um precedente gravíssimo em toda atividade artística, em toda atividade que hoje liga o aspecto empresarial ao aspecto propriamente artístico. Eu mesmo fui procurado pelo cineasta Nelson Pereira dos Santos, amigo meu, extremamente preocupado com esta redação. Disse-me ele que foi um texto elaborado desta maneira que acabou com a indústria cinematográfica na Itália.

A idéia aqui contida merece efetivamente uma salvaguarda. É evidente que com a organização atual, muito variada – cinema, teatro, televisão, livro – ao intérprete e ao autor nem sempre cabem os direitos que lhes deveriam pertencer. Isto ocorre principalmente com o intérprete, figura de certa forma relegada ao esquecimento. Quando, por exemplo, a obra é multiplicada, exportada, como acontece muitas vezes, ou retransmitida, o intérprete habitualmente é prejudicado. A lei deverá efetivamente proteger o intérprete no Brasil. No entanto, não podemos, pelo fato de o intérprete não ter seus direitos plenamente garantidos, entregar a ele e ao autor o controle econômico da obra – até por que isto não lhes cabe. Quer dizer, uma obra de natureza artística envolve o produtor que é o responsável pela empresa, é o empresário da atividade. Os cineastas brasileiros, por exemplo, habitualmente são, além de diretores, co-produtores de suas obras. Glauber Rocha assim o foi, Nelson Pereira dos Santos o é, bem como Carlos Diegues, falecido Leon Hirszman, a quem presto homenagem neste momento. Por quê? Porque a produção está extremamente associada à criação, e muito, neste campo. E mais: não será igualmente autor o fotógrafo? Não será igualmente autor o cenógrafo?

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Deputado Artur da Távola, gostaria que V. Ex.<sup>a</sup> concluísse sua oração, já que seu tempo se esgotou.

**O SR. CONSTITUINTE ARTUR DA TÁVOLA:** – Sr. Presidente, vou concluir.

Portanto, Srs. Constituintes, se fizermos a restrição, no texto aqui proposto, entre autores e intérpretes, em primeiro lugar estaremos sendo injustos com outros operários, outros trabalhadores, outros artistas do setor, que têm parte na autoria. Não é apenas o autor, no sentido do criador e do intérprete, ou signatário total do processo produtivo na área cultural de rádio, televisão, teatro, cinema e livro. Isto se aplica ao livro. Porém, já não se aplica a atividades mais complexas, como o cinema, a televisão e outras.

Por estas razões, Srs. Constituintes, minha emenda modificativa propõe a palavra "utilização" como a única, e retira a parte final, que, embora dela conste princípios defensivos, do ponto de vista da lei não deve constar em uma Constituição, porque ameaça diretamente a própria indústria cultural. A lei ordinária deverá regular a matéria. Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup> a tolerância por ter ultrapassado o tempo regulamentar.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Com a palavra o nobre Constituinte Mendes Ribeiro.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Tem a palavra, pela ordem, o nobre Constituinte Carlos Sant'Anna.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Sr. Presidente, tenho um destaque que suprime exatamente a expressão a que ainda há pouco se referia o Constituinte Artur da Távola: "Será assegurado aos criadores e intérpretes o controle econômico sobre as obras que produzirem ou de que participarem."

Se a aprovação da emenda do Constituinte Artur da Távola substituir integralmente o § 29, posso perfeitamente retirar o meu destaque. De modo que quero a interpretação da Mesa sobre se, no caso da aprovação da emenda Artur da Távola, fica substituída completamente a redação do § 29.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Fica absolutamente prejudicada, porque a emenda de S. Ex.<sup>a</sup> é substitutiva.

Com a palavra o Constituinte Mendes Ribeiro, que encaminhará a votação a favor. **(Pausa)** Ausente.

Com a palavra o Constituinte José Genoíno, que encaminhará a votação contra. S. Ex.<sup>a</sup> dispõe de cinco minutos.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros da Comissão de Sistematização, procurei acompanhar atentamente a fundamentação do nobre Constituinte Artur da Távola para sua emenda modificativa. No entanto, fiquei com uma preocupação não resolvida e a coloco francamente perante esta comissão.

O nobre Relator Bernardo Cabral sabe que a categoria dos artistas, técnicos em espetáculos, enfim, vários profissionais do setor, fizeram um movimento importante e trouxeram até nós suas reivindicações.

Essas reivindicações foram apresentadas por vários Constituintes, na forma de emendas. Os representantes da categoria expressaram sua concordância com o Substitutivo Bernardo Cabral, por uma questão importante, que a emenda Artur da Távola não resolveu, exatamente a colocação da seguinte expressão:

"Será assegurado aos criadores e intérpretes o controle econômico sobre as obras que produzirem ou de que participarem."

A questão da liberdade de expressão, da liberdade de manifestação está garantida nas duas emendas: no texto do 2º Substitutivo e na emenda apresentada pelo nobre Constituinte Artur da Távola.

No entanto, Sr. Presidente, existe um problema de extrema relevância para a categoria dos artistas: a parte final suprimida pela Emenda aos criadores, em relação aos artistas. Prefiro, Sr. Presidente, deixar claro no texto constitucional que cabe aos artistas – isto, sim – esse controle.

"Será assegurado aos criadores e intérpretes o controle econômico sobre as obras que produzirem ou de que participarem."

Sabemos que essa é uma questão importante, porque há até um tipo de exploração, de usurpação, feito pelas empresas em relação aos criadores, em relação aos artistas. Prefiro, Sr. Presidente, deixar claro no texto constitucional que cabe aos artistas – isto, sim – esse controle.

É verdade que a preocupação maior dos artistas era em relação ao Estado estabelecer o controle. Nesse particular, a preocupação está resolvida no substitutivo e na Emenda Artur da Távola, mas os artistas pretendem ir mais longe. É um direito, e é correto. Eles reivindicam que o texto constitucional estabeleça claramente que, através da sua representação sindical, das suas associações, eles exerçam esse controle. Porque, Sr. Presidente – e chamo a atenção dos Srs. Membros desta Comissão de Sistematização para este aspecto – se o controle não ficar claro, muitas vezes, através do Estado ou de empresas, poderão ser utilizados meios e instrumentos de exploração do trabalho da criação artística e da interpretação.

Por isso, Sr. Presidente, chamo a atenção para a necessidade de aprovação do texto contido no 2º Substitutivo Bernardo Cabral, que garante basicamente as reivindicações dos artistas.

Aproveito o minuto que me resta para ler uma emenda, aprovada por vários Constituintes, dentre os quais Nelson Friedrich, Paulo Ramos, o orador que lhes fala e outros, que é exatamente a seguinte:

"É assegurada a liberdade de expressão da atividade intelectual, artística e científica, sem censura ou licença. Aos autores pertence o direito exclusivo de utilização de suas obras, transmissível aos herdeiros pelo tempo que a lei fixar. Caberá exclusivamente aos autores de obras artísticas, literárias e científicas a arrecadação das importâncias referentes a direitos autorais e os que lhes são conexos."

Portanto, Sr. Presidente, a principal preocupação é com a garantia desses controles. Os artistas apresentaram essa reivindicação na forma de emenda apoiada por vários Constituintes, emenda, aliás, que, no fundamental, encontrou certa identidade com o 2º Substitutivo do Relator Bernardo Cabral. Por isso, a aprovação do substitutivo e a rejeição da Emenda Artur da Távola nos dão mais segurança no sentido do atendimento das reivindicações dessa categoria. Como se trata de assunto delicado, complexo e polêmico, ao se disciplinar direitos de uma categoria que se encontra em patamar de definição, de organização, de interesses diversos de outras, devemos optar pelas reivindicações apresentadas pelos próprios artistas junto ao Relator Bernardo Cabral.

Veja bem, Sr. Presidente – e o nobre Constituinte Miro Teixeira me lembra aqui o caso do Pixote, personagem central de um filme de grande bilheteria. O que ele levou daquilo? Nada.

Sr. Presidente, está-se tratando de um direito fundamental, de criação, de reprodução. Não é apenas a questão da força de trabalho. Há algo mais da intimidade do ser humano, algo que vai além de uma categoria profissional, como é comum estabelecermos em qualquer texto constitucional.

Portanto, Sr. Presidente, apelo para esta comissão, no sentido de ficarmos com o texto do 2º Substitutivo do Relator.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Virgildásio de Senna, para encaminhamento contrário.

**O SR. CONSTITUINTE VIRGILDÁSIO DE SENNA:** – Sr. Presidente, meu pronunciamento será em favor da Emenda Artur da Távola. Pergunto a V. Ex.<sup>a</sup> se ainda há tempo.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Estava inscrito o Constituinte Mendes Ribeiro, que não está presente. Portanto, tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE VIRGILDÁSIO DE SENNA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, desde o instante em que li pela primeira vez a proposição contida no § 29 do art. 5º, pareceu-me algo absolutamente inviável, na medida em que gera dificuldades insanáveis para a criação de obras artísticas coletivas. É impossível atribuir a todos os figurantes, a todos que participam da obra artística, o controle econômico efetivo da execução e da divulgação da obra criada.

Pareceu-me, desde o primeiro instante, que a redação do § 29 continha um dispositivo absolutamente inaplicável, cuja tentativa de aplicação só criaria, para os artistas que participam de uma obra coletiva, problemas insanáveis, porquanto iria praticamente impedir que a obra se realizasse, na medida em que o controle econômico na sua divulgação passaria a ser direito de todos e de cada um daqueles que participariam da obra. No teatro, os que organizam o cenário participam, evidentemente, da criação da obra. No cinema, todos os extras, os auxiliares e os que fazem o trabalho complementar estariam exercitando o controle da obra, o que transformaria a criação artística coletiva em um trabalho maior de conjugação dos interesses dos figurantes e participantes do que realmente aqueles que se quer preservar no caso concreto do dispositivo.

Por isso, Sr. Presidente, parece-me que a proposição do nobre Constituinte Artur da Távola deve merecer a aprovação total desta Casa, de maneira que não se inviabilize o trabalho artístico coletivo pelas dificuldades inerentes em dar cumprimento a um artigo constitucional que, além disso, a nosso ver, invade atribuições, na medida em que não é objetivo da Constituição estabelecer o controle econômico de obras científicas e artísticas individuais ou coletivas. O que me parece é que se deve assegurar, como no projeto do Relator e na proposição apresentada pelo nobre Constituinte Artur da Távola, que os autores, criadores e partícipes da obra tenham a justa remuneração contratual, oriunda dos contratos fixados para o desempenho de cada uma das suas tarefas.

**O SR. CONSTITUINTE ARTUR DA TÁVOLA:** – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Concedo a palavra ao Constituinte Artur da Távola.

**O SR. CONSTITUINTE ARTUR DA TÁVOLA:** – Sr. Presidente, o final do texto do 2º Substitutivo é que vem sendo objeto da maior discussão. Minha emenda não se refere ao texto atual, por desconhecê-lo, mas ao texto do substitutivo anterior, razão pela qual não contempla o importante aspecto ressaltado pelo Constituinte Virgildásio de Senna e outros, ou seja:

"... É assegurada a proteção, nos termos da lei, às participações individuais em obras coletivas e a reprodução da imagem e voz humana, inclusive nas atividades esportivas..."

Este aspecto realmente é relevante no texto e está contido numa emenda do Constituinte Carlos Sant'Anna.

A exemplo do que ocorre com a emenda de minha autoria, ela não mantém o final do artigo, onde, em que pese haver um princípio – repito – defensável, o da proteção da atividade artística. A redação, entretanto, dá ao intérprete e ao autor o controle econômico da obra, quando não são apenas intérpretes e autores os participantes de uma obra artística, o que seria uma evidente injustiça, além de subversão completa do fato artístico produtivo.

Por esta razão, vou requerer à Mesa a retirada da minha emenda, solicitando a aprovação da proposição do nobre Constituinte Carlos Sant'Anna, lembrando, porém, ao nobre Relator que no **caput** da minha emenda havia a expressão "... e de comunicação". Onde está escrito "é livre a expressão da atividade intelectual, artística e científica...", na minha emenda eu acrescentaria "... e de comunicação", para também estender o direito autoral à atividade da comunicação.

Espero, pois, que, embora eu retire minha emenda, o Relator considere a presença da expressão "... e de comunicação", para que, em Plenário, possamos restituí-la, mantendo o princípio da emenda do nobre Constituinte Carlos Sant'Anna, que é mais abrangente e não atinge o principal do proposto na minha emenda.

Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup> (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Tem a palavra o nobre Relator Bernardo Cabral.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, a Relatoria fica com a emenda Carlos Sant'Anna, conforme solicitado pelo nobre Constituinte.

Pela sua aprovação.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Em votação o Destaque nº 3.750, requerido pelo Constituinte Antônio Mariz, referente à Emenda nº 31.257. O Constituinte Antônio Mariz está presente? **(Pausa)** Ausente. Prejudicado o destaque.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – A emenda foi votada?

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – O Constituinte Artur da Távola retirou a emenda.

**Destaque nº 6.775/87, do Sr. Carlos Sant'Anna, "que suprime a expressão "será assegurado aos criadores e intérpretes o controle econômico sobre as obras que produzirem ou de que participarem" do art. 5º, § 29, do Substitutivo nº 2". (56 votação)**

Em votação o Destaque nº 6.775, requerido pelo Constituinte Carlos Sant'Anna, para supressão da expressão: "Será assegurado aos criadores e intérpretes o controle econômico sobre as obras que produzirem ou de que participarem".

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Aluizio Campos, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Carlos Mosconi, Carlos Sant'Anna, Cristina Tavares, Egídio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Gasparian, Haroldo Sabóia, João Calmon, João Herrmann Neto, José Fogaça, José Geraldo, José Paulo Bisol, José Richa, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nelton Friedrich, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Prisco Viana, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Theodoro Mendes, Virgildásio de Senna, Wilson Martins, Aécio Neves, Chagas Rodrigues, Délio Braz, José Carlos Grecco, José Tavares, Márcio Braga, Marcos Lima, Michel Temer, Miro Teixeira, Nelson Wedekin Octávio Elísio, Rose de Freitas, Uldurico Pinto, Vicente Bogo, Vilson Souza, Afonso Arinos, Alcení Guerra, Aloysio Chaves, Antônio Carlos Mendes Thame, Arnaldo Prieto, Christóvam Chiaradia, Edme Tavares,

Eraldo Tinoco, Francisco Benjamim, Inocência Oliveira, José Jorge, José Santana de Vasconcellos, José Thomaz Nonô, Luís Eduardo, Marcondes Gadelha, Mário Assad, Oscar Corrêa, Osvaldo Coelho, Paulo Pimentel, Ricardo Fiúza, Sandra Cavalcanti, Jonas Pinheiro, José Lourença, Ricardo Izar, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Gerson Pares, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia, Virgílio Távora, Brandão Monteiro, José Maurício, Lysâneas Maciel, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Luiz Inácio Lula da Silva, José Genuína, Adolfo Oliveira, José Maria Eymael, Haroldo Lima, Roberto Freire.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 87 Constituintes. Total: 87 votos. O Destaque foi aprovado.

**Destaque nº 5.147/87 – Emenda número ES-23.484-6, do Sr. Ricardo Izar, "que substitui as expressões "sem censura ou licença" por "na forma da lei" no art. 6º, § 48, do Substitutivo nº 1 (art. 5º § 29 do Substitutivo nº 2)."**

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Em votação o Destaque nº 5.147, requerido pelo Constituinte Ricardo Izar, referente à Emenda nº 23.484.

Constituinte objetiva substituir as expressões "sem censura ou licença" por "na forma da lei".

Com a palavra o Constituinte Ricardo Izar.

**O SR. CONSTITUINTE RICARDO IZAR:** – Sr. Presidente, apresentei este destaque à emenda modificativa substituindo as expressões "sem censura ou licença" por "na forma da lei".

Gostaria de explicar que não sei até onde chegam os limites das atividades artísticas. Há necessidade, porém, de uma lei ordinária regulamentando-as, pois estamos vendo hoje, principalmente na televisão, um abuso fora do comum, havendo, inclusive, classificação. Imaginem se dermos abertura total! Será o caos!

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Antônio Britto, para encaminhar contra.

**O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO BRITO:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, já tivemos oportunidade de debater intensamente a questão levantada pelo nobre Constituinte Ricardo Izar, quando, em dispositivo anterior, fixamos, por ampla maioria, o princípio geral.

Qual o princípio geral que a nova Constituição, a partir do texto oferecido pelo nobre Relator Bernardo Cabral, está procurando estabelecer? É um só: o da ampla liberdade de criação e de expressão do pensamento. Este princípio tem permeado todas as decisões que tomamos até aqui. No entanto, no capítulo oportuno, o das Comunicações, serão discutidas, definidas e votadas as eventuais restrições contra eventuais abusos cometidos na utilização daquela liberdade, que é o princípio geral, através dos meios de comunicação, se for o caso e quando houver discussão.

Por isso, na medida em que encaminho contrariamente à emenda do nobre Constituinte Ricardo Izar, quero deixar claro, mais uma vez, que estamos, na verdade, no Capítulo I, fixando os princípios gerais, que não podem, sob pena de macular o texto constitucional, ser outros senão o da ampla liberdade: liberdade de expressão e de pensamento; liberdade de expressão na atividade intelectual, artística e científica; liberdade dos meios de comunicação.

Lá adiante, no capítulo "Da Comunicação", discutiremos uma questão específica, ou seja, como a Constituição pode encontrar formas pelas quais a sociedade trate de defender-se contra eventuais abusos. Até porque, Sr. Presidente, tem sido norma neste País – graças a Deus – que apenas quando se envolvem a utilização e a

difusão pelos meios de comunicação de massa é que se estabelece algum mecanismo de defesa da sociedade. O teatro, os espetáculos de diversão pública, todos eles têm recebido, permanentemente, ampla liberdade. E assim entendo que deva continuar.

Por isso sou pela rejeição da emenda do nobre Constituinte Ricardo Izar.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Com a palavra o nobre Constituinte Aldo Arantes, para encaminhar contra.

**O SR. CONSTITUINTE ALDO ARANTES:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, quero também manifestar-me contra a emenda do Constituinte Ricardo Izar.

**O SR. CONSTITUINTE RICARDO IZAR:** – Permita-me, Sr. Presidente. Retiro o meu destaque. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Retirado o destaque do nobre Constituinte Ricardo Izar.

Em votação o Destaque nº 8.007, requerido pelo Constituinte Eraldo Tinoco.

**O SR. CONSTITUINTE ERALDO TINOCO:** – Sr. Presidente, retiro meu destaque.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – O Sr. Constituinte Eraldo Tinoco retirou seu destaque. (Palmas)

As demais emendas estão prejudicadas.

Vamos passar à votação do § 30.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Tem a palavra o nobre Constituinte José Genoíno.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Sr. Presidente, trata-se exatamente do parágrafo que acabamos de aprovar. Acho importante fixar aqui uma questão que não está resolvida de acordo com os interesses dos artistas. Há uma emenda de minha autoria – não vou insistir com a Mesa – que resolveria o problema, na medida em que substituiria "controle econômico" por "arrecadação das importâncias referentes a ele". Quero deixar bem claro que se aprovarmos essa parte da minha emenda – seria aditiva – resolveremos perfeitamente...

(Apagam-se as luzes)

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Está suspensa a reunião até que se restabeleça a energia elétrica.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Está reaberta a reunião.

Sr. Constituinte José Genoíno, gostaria que V. Ex.<sup>a</sup> concluísse sua questão de ordem.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Vou concluir, Sr. Presidente.

Não vou insistir com a Mesa, mas quero deixar bem clara minha posição sobre a votação da Emenda nº 489, que garantia, no meu entender, de maneira mais perfeita, a reivindicação dos artistas, porque, além de tirar do Estado a arrecadação, coloca-a sob controle deles, o que é correto.

Sr. Presidente, não vou insistir com a Mesa. Mas apresentarei essa emenda em plenário, porque o fundamental é garantir aos artistas o poder de arrecadar. Exatamente aí há interesse do Estado ou de grandes empresas privadas.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – A Mesa agradece a compreensão de V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO BRITTO:** – Sr. Presidente, peço a palavra, para contraditar.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Nobre Constituinte Antônio Britto, não há questão de ordem a

ser contraditada. O Constituinte José Genoíno, ao retirar sua emenda, anunciou que vai reapresentá-la em plenário. A Mesa nada tem a responder, nem V. Ex.<sup>a</sup> a contraditar.

Em votação requerimento de preferência de autoria do Constituinte Oswaldo Lima Filho:

"Requeiro, ouvido o Plenário, seja concedida preferência para votação do Destaque nº 3.644 à Emenda nº 33.649/5."

Em votação. (Pausa) Aprovado.

**"Destaque nº 3.644/87 – Emenda nº ES-33.649-5, do Sr. Oswaldo Lima Filho, "que modifica o art. 6º, § 49 do Substitutivo nº 1 (art. 5º, § 30 do Substitutivo nº 2)". (54ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Em votação o Destaque nº 3.644, requerido pelo Constituinte Oswaldo Lima Filho, referente à Emenda nº 33.649.

Concedo a palavra ao Constituinte Oswaldo Lima Filho.

**O SR. CONSTITUINTE OSWALDO LIMA FILHO:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a Emenda nº 33.649, cujo destaque requeri, visa a alterar o texto do § 30, ora em discussão. Qual o objetivo da emenda? Basicamente, o seguinte:

"A lei assegurará aos autores de inventos industriais o privilégio temporário para sua utilização" – até aí, nenhuma modificação ao texto do substitutivo – "bem como a propriedade das marcas e patentes de indústria e comércio e a exclusividade, do nome comercial."

Nesse trecho, embora possa haver alguma diversidade de palavras, o sentido é exatamente o mesmo: a garantia das marcas e patentes de indústria e comércio e a exclusividade do nome comercial. A diferença essencial está na última frase do parágrafo, que diz:

"o registro de patentes e marcas estrangeiras subordina-se ao uso efetivo da criação e ao interesse nacional."

Por que a modificação? O assunto foi discutido com um grande especialista na matéria, o Prof. José Walter Baptista Vidal, ex-Diretor de Tecnologia Industrial do Ministério da Indústria e do Comércio. A questão de patentes tem sido uma forma de servidão dos povos subdesenvolvidos. É por isto que o Japão, país que mais progrediu e que, depois de quase destruído na última guerra, atingiu o ápice do desenvolvimento industrial, sendo hoje uma das grandes potências industriais do mundo, não reconhece o uso de patentes, não as aceita.

Mas no Brasil, por exemplo, o antigo Ministro do Trabalho, Prof. Agamenon Magalhães, revela, em seu livro sobre o abuso do poder econômico que, ao assumir o Ministério do Trabalho, ao qual estavam, naquela época, subordinadas as patentes e seu registro, resolveu verificar a situação dessas patentes. Foi ao departamento competente e, como ele diz, arregaçou as mangas, mandou limpar a poeira dos arquivos, e o que encontrou? Numerosíssimas patentes que já haviam caído em desuso nos seus países de origem. Já eram de uso geral na Europa, nos Estados Unidos, mas continuavam a ser cobradas no Brasil.

Trata-se de servidão que o povo brasileiro não deve suportar mais. Anualmente, o País paga milhões e milhões de dólares para que as camisas que o povo veste tenham as etiquetas Dior, ou a griffe Yves Saint-Laurent, ou tolíces semelhantes, e por tudo isso os brasileiros, vão pagando com o suor do seu rosto e a fome do seu povo. Não se pode admitir o registro de marcas estrangeiras no Brasil com prejuízo, muitas vezes, do interesse nacional. Há caso, por exemplo, das patentes sobre refino de óleo

vegetal, de algodão e de babaçu. Esses produtos, durante décadas, foram prejudicados pelo pagamento de pesadas patentes, de **royalties** ao capital estrangeiro.

É preciso que o Brasil afirme sua independência não apenas nos desfiles simbólicos de 7 de Setembro, mas que afirme também sua independência econômica, na defesa do interesse do seu povo. **(Muito bem! Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Tem a palavra o nobre Constituinte Nelson Jobim, para encaminhar contra.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON JOBIM:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a manifestação do eminente Constituinte Oswaldo Lima Filho mereceria aplausos – e efetivamente os recebeu. No entanto, a análise que S. Ex.<sup>a</sup> fez do texto do Substitutivo do eminente Relator Bernardo Cabral não está correta.

Ouso discordar do ilustre Constituinte, porque tudo aquilo que S. Ex.<sup>a</sup> afirmou da tribuna está contido, com maior amplitude, no texto do Relator Bernardo Cabral.

Passo a examinar o texto. Pretende o eminente Constituinte que a segunda parte do parágrafo referido tenha a seguinte redação:

"...bem como a propriedade das marcas e patentes de indústria e comércio e a exclusividade do nome comercial."

Lê-se no texto do projeto:

"... bem como proteção às criações industriais, à propriedade das marcas, aos nomes de empresas e a outros signos distintivos..."

Está o projeto abrangendo o nome comercial e o nome das pessoas jurídicas de direito civil? Está a emenda do eminente Constituinte Oswaldo Lima Filho restringindo as pessoas jurídicas de direito comercial, ou não dando proteção ao nome das pessoas jurídicas de direito civil, na medida em que suprime e restringe ao nome comercial?

Por outro lado, Srs. Constituintes, a inclusão da palavra "patente" se torna desnecessária, uma vez que a proteção dos inventos industriais já está contemplada quando a lei assegura aos seus criadores e autores o privilégio temporário para sua utilização. Portanto, a primeira parte do dispositivo já assegura o direito de patente.

Por último – algo extremamente importante –, o eminente Constituinte pretende que a segurança se restrinja à propriedade das marcas e patentes de indústria e comércio. Portanto, deixa ao desabrigo as marcas dos inventos industriais. E, mais, deixa fora do texto – o que é extremamente importante – a proteção, as marcas de serviços, sinais e expressões de propaganda. O eminente Constituinte coloca a matéria – e os aplausos se restringem à última parte de sua emenda – dizendo: "o registro de patentes e marcas estrangeiras subordina-se ao uso efetivo de criação e do interesse nacional".

Observem V. Ex.<sup>as</sup> que somente o registro das marcas estrangeiras e o registro das marcas nacionais não se submetem ao interesse nacional.

O texto do eminente Relator Bernardo Cabral é explícito. Tudo que for protegido no texto deverá ter em vista o interesse social do País, o seu desenvolvimento tecnológico e econômico. Portanto, tudo aquilo que o eminente Constituinte Oswaldo Lima Filho, com sua emenda, pretende proteger, está protegido no texto. Além do mais, estão protegidas as marcas de serviço, os nomes das pessoas jurídicas de direito privado, os sinais distintivos e todos os sinais e expressões de propaganda que a modernidade tem produzido.

Portanto, elogio e aplaudo o texto do Substitutivo, e não o texto, restritivo, do eminente Constituinte Oswaldo Lima Filho, que peço não seja acolhido.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Com a palavra o Constituinte Virgildásio de Senna, para encaminhar a favor da proposição.

**O SR. CONSTITUINTE VIRGILDÁSIO DE SENNA:** – Sr. Presidente, minhas observações a respeito desse artigo se referem exclusivamente à expressão "bem como proteção às criações industriais...", que não é definida por qualquer setor da pesquisa, da ciência e da criação nacional.

Os especialistas nessa área, como os do INPI, não apresentaram, em nossas discussões, tal expressão, que foi inserida posteriormente, introduzindo proteção sobre **design**, sobre provas finais, que nada têm a ver com o processo inventivo, criativo ou de pesquisa científica. É com este fundamento, e para evitar exploração e patentes, por 15 anos, de formas industriais, que prefiro a proposta apresentada pelo nobre Constituinte Oswaldo Lima Filho, que, além de excluir a expressão, dá ao patenteamento nacional o caráter do interesse brasileiro no seu registro. Ela se posiciona em defesa da criação, mas tendo em conta, antes de tudo, o interesse nacional.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Com a palavra, para encaminhar contra a proposta, o Constituinte Ricardo Fiúza.

**O SR. CONSTITUINTE RICARDO FIÚZA:** – Sr. Presidente, Sras. Srs. Constituintes, estamos aqui repletos de excelentes intenções a respeito do art. 5º, § 30. Não só há a emenda do Constituinte Oswaldo Lima Filho, como também as dos Constituintes José Ignácio Ferreira e Nelson Friedrich. Minha posição, no entanto, é contrária às três emendas. E por que, Sr. Presidente? Porque se tenta transformar a Constituição na mais elementar legislação ordinária.

O § 30 do art. 5º diz: "A lei assegurará aos autores de inventos industriais privilégio temporário..." O texto diz: "A lei assegurará..." É evidente que o artigo começa enfatizando a necessidade de a legislação ordinária disciplinar a matéria. Mas a emenda do nobre Constituinte Oswaldo Lima Filho, de Pernambuco, exige que o registro de patente de marca estrangeira se subordine ao uso efetivo de criação e ao interesse nacional. Cerceia, no texto constitucional, **in limine**; não deixa para a legislação ordinária.

No nosso entendimento, é uma forma xenófoba – menos xenófoba do que a emenda do nobre Constituinte Nelson Friedrich. Esta é completamente xenófoba. A emenda do Constituinte José Ignácio exige aplicação juridicamente impossível e geraria impasse internacional. Ora, Sr. Presidente, exigir que não se respeitem marcas e patentes é um absurdo. A lei é que disciplinará isso.

Peço aos companheiros Constituintes que votem em absoluto apoio ao Relator Bernardo Cabral.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Com a palavra o Relator-Substituto José Fogaça.

**O SR. RELATOR-SUBSTITUTO (José Fogaça):** – Sr. Presidente, Srs. Membros da Comissão de Sistematização, o Relator Bernardo Cabral examinou com toda acuidade critério a emenda do ilustre Constituinte Oswaldo Lima Filho, que, sem dúvida alguma, tem o objetivo de defender o interesse nacional, que, aliás, caracteriza a conduta parlamentar do nobre Constituinte Oswaldo Lima Filho. No entanto, não há como substituir o texto do Relatório por esta emenda sem que haja alguma perda ou alguma deficiência. Na verdade, tudo aquilo que pretende o Constituinte Oswaldo Lima Filho já está amplamente atendido no texto do 2º Substitutivo.

É preciso deixar bem claro que tanto a autoria de inventos industriais como a proteção às criações industriais, à propriedade das marcas, aos nomes de empresas e a outros signos distintivos, tudo isto está subordinado, pelo texto do 2º Substitutivo, aos interesses sociais do País e ao seu desenvolvimento tecnológico e econômico. Portanto, o caráter de defesa dos interesses nacionais, de subordinação aos interesses nacionais, já está assegurado no texto do 2º Substitutivo do Relatório Bernardo Cabral.

É por isso que a Relatoria, apesar de respeitar e reconhecer a intenção do Constituinte Oswaldo Lima Filho, defende a manutenção do texto original.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Em votação. (Pausa)

**(Procede-se à votação)**

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Carlos Mosconi, Fernando Gasparian, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, Nilton Friedrich, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Virgildásio de Senna, Miro Teixeira, Nelson Wedekin, Uldurico Pinto, Vilson Souza, Brandão Monteiro, José Maurício, Lysâneas Maciel, Luiz Inácio Lula da Silva, José Genoíno, Haroldo Lima, Roberto Freire. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Aluizio Campos, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Carlos Sant'Anna, Cristina Tavares, Egídio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, João Herrmann Neto, José Fogaça, José Freire, José Geraldo, José Paulo Bisol, José Richa, José Ulisses de Oliveira, Milton Reis, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Pimenta da Veiga, Prisco Viana, Rodrigues Palma, Theodoro Mendes Wilson Martins Albano Franco, Antonio Mariz, Chagas Rodrigues, Délio Braz, Euclides Scalco, José Carlos Grecco, José Tavares, Márcio Braga, Marcos Lima, Michel Temer, Octávio Elísio, Vicente Bogo, Ziza Valadares, Afonso Arinos, Alcení Guerra, Aloysio Chaves, Antoniocarlo Mendes Thame, Arnaldo Prieto, Christóvam Chiaradia, Edme Tavares, Eraldo Tinoco, Francisco Benjamim, Francisco Dornelles, Inocência Oliveira, José Jorge, José Lins, José Santana de Vasconcellos, José Thomaz Nonô, Luís Eduardo, Mário Assad, Oscar Corrêa, Osvaldo Coelho, Paulo Pimentel, Ricardo Fiúza, Sandra Cavalcanti, Enoc Vieira, Ricardo Izar, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Gerson Pores, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia, Virgílio Távora, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Adolfo Oliveira, José Maria Eymael.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 19 Constituintes; votaram NÃO 72 Constituintes. Total: 91 votos. O Destaque foi rejeitado.

Dm votação o Destaque nº 5.611, requerido pelo Constituinte José Ignácio Ferreira, referente à Emenda nº 11.182. (Pausa) O Sr. Constituinte José Ignácio Ferreira está ausente.

Está prejudicado o pedido de destaque de S. Ex.<sup>a</sup>.

Em votação o Destaque nº 4.660, requerido pelo Constituinte João Agripino, referente à Emenda nº 25.901. (Pausa) Está prejudicado, por já haver sido acolhida a emenda.

**Destaque nº 2.702/87 – Emenda nº ES-34.018-2, do Sr. Nilton Friedrich, "que adita expressão ao art. 6º, § 49, letra "d" do Substitutivo nº 1 (Art. 5º, § 30, do Substitutivo nº 2)" (58ª votação)**

Em votação o Destaque nº 2.702, requerido pelo Constituinte Nilton Friedrich, referente à Emenda nº 34.018.

Concedo a palavra ao Constituinte Nilton Friedrich, para encaminhamento.

**O SR. CONSTITUINTE NELTON FRIMRICH:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, nossa proposta traz à tona uma questão econômica, uma questão ecológica e,

acima de tudo, uma questão de soberania, de independência e de segurança nacional.

Nosso País, pela prodigalidade da natureza, tem uma diversidade de flora bacteriana, das mais ricas e extraordinárias de todo o mundo. Aliás, segundo levantamentos dos pesquisadores do próprio CNPq, os incontáveis micro-organismos existentes neste País são raros nas demais regiões do globo terrestre. São exclusivamente encontrados nos países tropicais. Por isso, na defesa do interesse nacional, na defesa da empresa nacional e, evidentemente, da própria pesquisa oficial, propomos um acréscimo, no sentido de que o Brasil não reconhece direito de uso exclusivo quando o objeto de criação referir-se à alimentação e à saúde.

Vejam que estamos retirando a questão da vida, pois seria algo extremamente abrangente, eis que tudo está ligado à vida, mas restringimos a questão referente à alimentação e à saúde. No momento em que não conhecemos sequer os passos iniciais da chamada indústria do conhecimento – a maior revolução de que se terá conhecimento na história da humanidade – o Brasil não pode ficar prisioneiro, em termos de patentes e criação, no que diz respeito à saúde e à alimentação.

Mas, mais do que isso, Sr. Presidente, também destacamos que os produtos e processos resultantes de pesquisas que tenham por base organismos vivos não serão patenteados. Evidentemente, se temos a mais rica e diversificada flora bacteriana de todos os países tropicais, não podemos permitir que esses microorganismos sejam daqui retirados, contrabandeados, para que depois de processados retornem, seja obtida a patente e fiquemos subjugados, dominados, com mercado estreito, sem que a iniciativa privada e os interesses nacionais sejam preservados.

Ainda há pouco, o Instituto Agrônomo de Campinas descobriu um extraordinário produto de proteção natural da agricultura, com ampla utilização em nosso País. Para nossa surpresa, em Londres, Inglaterra, este resultado científico já estava patenteado, depois de vários anos de utilização maciça, como disse, a custo zero, do ponto de vista científico, no Brasil.

Poderia citar o exemplo – até menor, sem dúvida – do que aconteceu com o Centro Nacional de Pesquisa de Soja, em Londrina, Paraná, onde pesquisadores brasileiros, com recursos oficiais, descobriram o chamado **baculo virus**, inseticida natural, que reduziu a menos de um terço a dependência de um defensivo agrícola utilizado nas lavouras brasileiras nessa área. Isso permitiu que as cooperativas, os pequenos agricultores, todos, democraticamente, pudessem utilizar esse benefício.

Ao mesmo tempo, em Passo Fundo, Rio Grande do Sul, o Centro Nacional do Trigo fez outra descoberta extraordinária, especificamente no campo do micro-himenóptero, e atualmente uma multinacional está, no caso do **baculo virus**, promovendo estudos para a criação de uma embalagem, a fim de patenteá-la o mais breve possível. E aí cairemos na dependência, na dominação, no controle da multinacional.

Concluo, Sr. Presidente, dizendo que nessas áreas específicas que estou referindo, trata-se de uma questão de soberania, independência e até de segurança nacional. Em nenhum instante está-se proibindo que grupos estrangeiros vendam aqui o seu produto. O que queremos, na verdade, nesse setor, é que possamos controlar e evitar a patente, que leva ao controle, à dominação, eis que só poderemos, depois, produzir sob licença, evidentemente com elevadíssimos custos. Por esses motivos o Japão estabeleceu proibições e limitações extraordinárias na área da utilização de patentes.

Não é outra, portanto, a razão para que compreendamos que os microorganismos são direitos da humanidade.

Precisamos ter a concepção de que nossa flora bacteriana, com sua qualidade extraordinária, é um patrimônio da humanidade. É preciso multiplicá-la e democratizá-la.

A defesa que faço desta nossa emenda aditiva visa a que as pesquisas feitas pela Embrapa, pelo Iapar, pelo Instituto Agrônomo de Campinas e outras centenas de pesquisas realizadas neste País sejam protegidas, e não venhamos a correr o risco de sofrer controle na extraordinária área da chamada indústria do conhecimento.

Concluo, dizendo que esta é matéria constitucional, sim. Trata-se de matéria que precisa ser inserida na Constituição, porque diz respeito a gerações e gerações. Além de ser uma questão econômica e ecológica, é de altíssimo interesse nacional, pois diz respeito à soberania, à independência e segurança deste País. Muito obrigado, Sr. Presidente. **(Palmas)**

Durante o pronunciamento do **Sr. Nilton Friedrich, o Sr. Brandão Monteiro**, Segundo-Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo **Sr. Afonso Arinos**, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Para se manifestar a favor, concedo a palavra à nobre Constituinte Cristina Tavares.

**A SRA. CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, gostaria de ter a atenção daqueles que se preocupam com o futuro deste País, daqueles que entendem que embutido na tecnologia está o poder e daqueles cujo entendimento é o de que, nesta era pós-industrial, tecnologia é poder.

Contou-me o Ministro da Ciência e da Tecnologia, Renato Archer, que nas centenas de visitas supostamente científicas à mata atlântica da Amazônia, recolhe-se, ali – talvez a única mata atlântica que reste – a matriz genética de determinadas plantas e, a partir daí, os países que já têm desenvolvimento tecnológico maior do que o nosso, produzem fármacos e alimentos.

Se o Brasil, portanto, aceitar essas patentes, se o Brasil não excluir o patenteamento de fármacos e de alimentos, estaremos, em pouco tempo, presos a uma guerra tecnológica que nos subordinará. Embutido nesta rendição está o poder. Diferentemente do que defendeu o Constituinte Ricardo Fiúza – e creio que S. Ex.<sup>a</sup> não fez uma boa defesa, por não dominar completamente a matéria – não é uma questão de xenofobia, mas de patriotismo, de poder.

Trago aqui, Srs. Constituintes, em defesa da emenda de Nilton Friedrich, o depoimento da Associação Brasileira das Indústrias de Química Fina, que ainda ontem, na preparação de um congresso sobre a questão das patentes, entregava ao Sr. Presidente da República um documento, do qual destaco o seguinte parágrafo:

"rogamos a V. Ex.<sup>a</sup> o repúdio a toda e qualquer tentativa de se implantar no Brasil o sistema de patentes nas áreas não abrangidas pela legislação atual, isto é, farmacoquímica e alimentícia."

Estão embutidas nisso tudo as pesquisas que fazemos na área de química fina e as que começamos a fazer nas nossas universidades e nos centros de pesquisas a respeito da biotecnologia.

Portanto, a decisão que vamos tomar neste momento não é ideológica, é patriótica. E me admira que se confunda, como acontece neste País, patriotismo com xenofobia. Peço, em nome do futuro do Brasil, apoio à emenda de Nilton Friedrich. Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte José Maria Eymael para encaminhar, contrariamente, a votação.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ MARIA EYMAEL:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, ocupamos a tribuna, inicialmente, para render homenagem ao autor da emenda, que demonstra preocupação com um dos ângulos essenciais para o desenvolvimento de aspectos sociais.

Todavia, Sr. Presidente, gostaríamos de fazer uma reflexão. Eventualmente, podemos inclusive estar equivocados, mas parece-nos, à primeira vista, que a emenda proposta pelo ilustre Constituinte pode vir a acarretar um resultado exatamente contrário àquele pretendido pelo autor. A emenda visa a estabelecer que inventos, resultantes de pesquisas na área de saúde, alimentação e da vida não sejam protegidos por patentes. É o que estabelece a emenda, em um dos seus aspectos.

Receio que a emenda, ao invés de estabelecer maior possibilidade de acesso dos brasileiros ao progresso na área da saúde, da vida e da alimentação, produza exatamente o contrário. Presenciamos, hoje, no Brasil, uma emergente indústria nacional que começa a separar parte do seu resultado para investir em pesquisa, a fim de que nos possamos libertar da presença internacional – hoje, aliás, absolutamente irrelevante no setor. Mas, com essa emenda, alcançaremos exatamente o contrário. É o desestímulo total à indústria nacional emergente, pequena ainda, é verdade, mas que, de forma corajosa, busca encontrar seus caminhos para contribuir com o desenvolvimento do País na área da saúde, da alimentação e da vida.

Então, eu perguntaria: com que segurança o pequeno e médio empresários, ou mesmo alguns grupos maiores que hoje iniciam investimentos no setor, desenvolverão pesquisa, se não tiverem a segurança temporária do retorno do investimento?

Portanto, Sr. Presidente, para concluir, ao tempo em que novamente enalteço a preocupação do autor, deixo aos Srs. Constituintes a seguinte reflexão: não atingirá exatamente a emenda um resultado contrário ao que, de forma tão nobre, se pretende alcançar?

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Para falar contrariamente tem a palavra o Constituinte Inocêncio Oliveira.

**O SR. CONSTITUINTE INOCÊNCIO OLIVEIRA:** – Sr. Presidente, o pedido de destaque do nobre Constituinte Nilton Friedrich, ao invés de beneficiar as empresas nacionais, prejudica-as sobremodo. Preferimos ficar com o texto do ilustre Relator Bernardo Cabral, por ser muito mais amplo do que a emenda restritiva do nobre representante do PMDB do Estado do Paraná.

O texto original do ilustre Relator diz o seguinte:

"A lei assegurará aos autores de inventos industriais privilégio temporário para sua utilização" – vejam bem, privilégio temporário – "bem como proteção às criações industriais, à propriedade das marcas, aos nomes de empresas e a outros signos distintivos, tendo em vista interesse social do País e o seu desenvolvimento tecnológico e econômico."

Ora, Sr. Presidente, se o texto diz que se assegura apenas temporariamente o privilégio das marcas, citações e inventos, é lógico que se objetiva que o País, depois, tenha o privilégio de permanecer com essas patentes e marcas. Assim, o texto, ao invés de beneficiar a empresa nacional, prejudica sobremodo o interesse do País.

**A SRA. CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES:** – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem, para um esclarecimento.

Gostaria de esclarecer ao Plenário que a emenda do nobre Constituinte Nilton Friedrich não é substitutiva, mas aditiva. O esclarecimento se faz necessário diante



do argumento do nobre Constituinte Inocêncio Oliveira, que a considera estreita. Esse argumento não procede.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – De acordo com a interpretação da Mesa, devemos submeter a voto a emenda aditiva.

Em votação o Destaque nº 2.702, referente à Emenda aditiva nº 34.018. Os que estiverem de acordo responderão "sim" e os que forem contrários responderão "não".

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – Peço a palavra, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem a palavra o nobre Relator.

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – A Relatoria entende que a proposição do nobre Constituinte Nelton Friedrich é realmente aditiva e cria algumas especificações em torno daquilo que o texto constitucional já abriga e protege. No entanto, essas especificações podem ficar aos cuidados da lei ordinária. A boa técnica legislativa dá à norma constitucional caráter mais amplo, mais genérico, e exige coesão e síntese. O papel da norma constitucional é abrir as portas para a lei ordinária, a fim de proteger e até abrigar tudo o que já propõe a emenda Nelton Friedrich. No caso, o texto do 2º Substitutivo em nada contraria a emenda. É um guarda-chuva amplo que protege, abriga, estimula e abre portas para tudo o que pretende o Constituinte Nelton Friedrich. Não há qualquer contrariedade entre o que S. Ex.<sup>a</sup> propõe e o que está no texto constitucional. A única diferença é que a matéria pode ficar para a legislação ordinária.

Lembra-me o nobre Constituinte Adolfo Oliveira, numa objeção de conteúdo em relação à emenda Nelton Friedrich, que, pela redação do item **d**, os produtos e processos resultantes de pesquisas que tenham por base organismos vivos, não serão patenteados.

Esse item pode significar grave desestímulo à pesquisa científica de vacinas no setor privado de pesquisa. Como não estamos diante de um setor de pesquisa estatizado, mas que também depende de capital privado, a consequência seria exatamente oposta e contrária à pretensão do autor, que acabaria por atingir os interesses da população mais pobre, menos protegida, daqueles que estão mais sujeitos às doenças endêmicas ou epidêmicas.

Portanto, a posição da Relatoria é contrária à aprovação da matéria, por motivos técnicos e de conteúdo.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Em votação a emenda.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Artur da Távola, Carlos Mosconi, Cristina Tavares, Egidio Ferreira Lima, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, João Calmon, João Herrmann Neto, José Ignácio Ferreira, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nelton Friedrich, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Sigmaringa Seixas, Antonio Mariz, Chagas Rodrigues, Marcos Lima, Miro Teixeira, Octávio Elísio, Rose de Freitas, Uldurico Pinto, Vicente Bogo, Vilson Souza, Brandão Monteiro, José Maurício, Lysâneas Maciel, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Luiz Inácio Lula da Silva, José Genoíno. Haroldo Lima, Roberto Freire. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Almir Gabriel, Aluizio Campos, Carlos Sant'Anna, Fernando Bezerra Coelho, José Fogaça, José Freire, José Geraldo, José Richa, José Ulisses de Oliveira, Milton Reis, Pimenta da Veiga, Prisco Viana, Renato Vianna, Rodrigues Palma, Theodoro Mendes, Wilson Martins, Délio Braz, José Costa, José Tavares, Márcio Braga, Michel Temer, Ziza Valadares, Afonso Arinos, Alcení Guerra, Aloysio Chaves, Antoniocarlos Mendes Thame, Arnaldo Prieto, Christóvam Chiaradia, Edme

Tavares, Eraldo Tinoco, Francisco Benjamim, Francisco Dornelles, Inocêncio Oliveira, José Jorge, José Lins, José Santana de Vasconcellos, José Thomaz Nonô, Luís Eduardo, Mário Assad, Oscar Corrêa, Osvaldo Coelho, Paulo Pimentel, Ricardo Fiúza, Sandra Cavalcanti, Enoc Vieira, Ricardo Izar, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Gerson Peres, Jarbas Pasarinho, José Luiz Maia, Virgílio Távora, Adolfo Oliveira, Siqueira Campos, Antonio Farias.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM, 37 Constituintes; votaram NÃO, 55 Constituintes. Total: 92 votos. O Destaque foi rejeitado.

Passamos ao § 31.

Sobre a mesa, requerimento de preferência de autoria do Sr. Constituinte Nilson Gibson. S. Ex.<sup>a</sup> está presente? **(Pausa)** Ausente. Está prejudicado o requerimento.

Em votação o Destaque nº 5.148, requerido pelo Sr. Constituinte Ricardo Izar.

**O SR. CONSTITUINTE RICARDO IZAR:** – Sr. Presidente, desisto do meu destaque.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – S. Ex.<sup>a</sup> desiste do destaque.

Em votação o Destaque nº 6.303, requerido pelo Sr. Constituinte Jorge Arbage. S. Ex.<sup>a</sup> está presente? **(Pausa)** Ausente. Está prejudicado o destaque.

Em votação o Destaque nº 7.357, requerido pelo Sr. Constituinte Antonio Mariz.

**O SR. CONSTITUINTE ANTONIO MARIZ:** – Desisto do destaque, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – S. Ex.<sup>a</sup> desiste do destaque.

**Destaque nº 390/87, do Sr. José Genoíno "que suprime a expressão "ressalvadas apenas" aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado do art. 5º § 31 do substitutivo nº 2". (59.ª votação)**

Em votação o Destaque nº 390, de autoria do Sr. Constituinte José Genoíno, referente ao § 31, para supressão de algumas expressões constantes do requerimento.

Tem a palavra o Constituinte José Genoíno.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, estamos tratando do § 31 do art. 5º, que diz exatamente o seguinte:

"Todos têm direito a receber informações verdadeiras, de interesse particular, coletivo ou geral, dos órgãos públicos e dos órgãos privados com função social de relevância pública, ressalvadas apenas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado."

A emenda, de autoria de vários Constituintes, pretende suprimir a expressão "ressalvada apenas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado. Apresentada na Comissão de Sistematização e depois retirada em função de um problema criado pelo pedido de destaque do nobre Constituinte José Richa, essa emenda foi sustentada na tribuna da Comissão de Sistematização, quando nos reunimos no Plenário do Senado."

Há emendas semelhantes dos nobres Constituintes Nelton Friedrich e Aldo Arantes. O que S. Ex.<sup>as</sup> pretendem com essa emenda? Exatamente dar sentido ao parágrafo. Chamo a atenção das Sras. e Srs. Constituintes para o sentido da emenda. Se for mantido o § 31 sem a retirada dessas expressões, ele simplesmente se anula. Isto é, a segunda parte anula a primeira. Se é garantido receber informações verdadeiras nos termos seguintes do parágrafo, mas "ressalvados apenas aquelas cujo sigilo seja im-

prescindível à segurança da sociedade e do Estado", elimina-se o direito de receber informações verdadeiras. É da maior importância a aprovação desse destaque supressivo, de autoria de vários Constituintes, porque dá sentido a esse direito, dá sentido ao respeito a esse direito do cidadão e dá eficácia a esse direito. Não podemos aprovar um artigo ou parágrafo do texto constitucional que se auto-elimina.

Chamo a atenção, repito, dos Srs. Constituintes para esta particularidade. O dispositivo não pode auto-eliminar-se. Foi esse o sentido primeiro das emendas apresentadas pelos Constituintes José Richa, Nelson Friedrich, Aldo Arantes, por mim e por outros.

Chamo a atenção, ainda, para uma outra particularidade em relação a esse parágrafo.

Está definido, aqui, o direito de receber informações verdadeiras. Certamente teremos que, posteriormente, através de legislação ordinária, definir os termos dessas informações verdadeiras. Certamente, através da legislação ordinária ou de lei complementar, poderemos dar execução a esse direito, já que, nos termos em que está aqui, ele não se constitui num direito auto-aplicável.

Portanto, é possível – e peço aos Srs. Constituintes que atentem bem para esse parágrafo – em lei complementar ou ordinária estabelecer os termos, os limites dessas informações verdadeiras para alguns casos e algumas situações. É necessário, porém, suprimir a expressão final; se não, haverá uma contradição no próprio parágrafo. E nós não poderemos garantir o direito se, em seguida, o eliminarmos.

Portanto, a aprovação do destaque que suprime a parte final é da maior importância, para que no Capítulo dos Direitos Individuais e Coletivos do texto constitucional possamos consagrar o primado, a supremacia do direito de o indivíduo receber essas informações verdadeiras. O princípio constitucional fica consagrado e, posteriormente, teremos uma legislação ordinária que poderá especificar e disciplinar essa questão.

Finalmente, Sr. Presidente, o § 31 diz respeito a matéria da maior importância, comum nas constituições modernas, do ponto de vista democrático. Qual é o sentido de se garantir o direito? Não basta uma proclamação formal de direitos, sem que tal proclamação dos direitos individuais encontre uma execução na sua garantia.

Portanto, esta é a ressalva que propomos. O destaque, supressivo, complementa a garantia do direito formal com sua eficácia enquanto execução, enquanto garantia, que é, ao mesmo tempo, Sr. Presidente, uma totalidade: garante o direito e também sua eficácia e execução.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Com a palavra o nobre Constituinte Nelson Carneiro, para manifestar-se contrariamente.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, apenas uma ligeira leitura mostrará que, nesse mesmo art. 5º, nos §§ 12, 26 e 28, há uma afirmação:

§ 12 – "salvo por ordem judicial..."; § 26 – "salvo a do depositário infiel. . ."; § 28 – "salvo se as invocar para eximir-se..."

À regra geral segue-se a exceção. Portanto, não é novidade que neste parágrafo também se dê a regra geral e se crie a exceção. Quais as exceções que se criam? Exatamente aquelas que dizem respeito ao sigilo imprescindível, à segurança do Estado. E não há ninguém que de informações que permitam a insegurança, a instabilidade do Estado. E, mais ainda, Sr. Presidente: não só o Estado, mas a sociedade também tem interesse nessa ressalva. Nós

excluimos o tráfico de drogas do artigo em que não deveria figurar. Mas hoje todos sabemos que há uma rede internacional de tráfico de drogas. Se dermos essas informações verdadeiras aos advogados, aos patrocinadores dos traficantes de drogas, estaremos semeando, no País, a possibilidade do narcotráfico.

Por isso, Sr. Presidente, eu, que tenho acompanhado todas as iniciativas, por mais liberal que seja, não posso dar meu aplauso à iniciativa do Constituinte José Genoíno, porque não diz respeito apenas àqueles segredos que interessam à segurança do Estado; que não é só a política interna, mas também a externa. E, sobretudo, não podemos desarmar a sociedade do direito de se proteger, e de fazê-la em relação às atuais e às futuras gerações.

Portanto, Sr. Presidente, de acordo com minha própria formação, não posso acompanhar o Constituinte José Genoíno nessa iniciativa. Peço aos Srs. Constituintes que meditem. Estas são restrições indispensáveis, para que possamos assegurar a estabilidade do sistema democrático e a tranquilidade dos nossos lares.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Nelson Friedrich, para falar a favor.

**O SR. CONSTITUINTE NELTON FRIEDRICH:** – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Constituintes, queríamos levantar dois pontos que, no nosso entendimento, são básicos em relação a esta proposta, que vise retirar a expressão "ressalvadas apenas aquelas informações cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado".

Em primeiro lugar, queremos discutir sobre o conceito de Estado. Se nos debruçarmos sobre as Constituições existentes, verificaremos que, em algumas delas, promulgadas após a Segunda Guerra Mundial, começa a aparecer este princípio de segurança do Estado. É dentro ainda deste conceito que têm acontecido as mais diferentes arbitrariedades, abusos, agressões à democracia, ao Estado de direito democrático. Por isso, acredito que os Constituintes, neste momento, precisam debruçar-se sobre algo tão difícil de conceituar-se como a segurança do Estado.

Mais grave ainda, porém, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, é quando se introduz algo que não existe nas Constituições modernas, nem nas do pós-guerra, sobre segurança da sociedade. Ainda há pouco, tive a feliz oportunidade de conversar sobre o assunto com o eminente Presidente desta Comissão, o nosso ilustre Prof. Afonso Arinos. É algo extremamente vago. Como conceituar segurança da sociedade? Em que sentido? A partir de que ângulo?

Parece-me, portanto, Sr. Presidente, que, se insistirmos em manter esta ressalva, de segurança da sociedade e de segurança do Estado, estaremos abrindo de tal maneira um impedimento às informações que se chegará a negar o próprio objetivo implícito no artigo, ou, ao menos, em grande parte, a proposta de que "todos têm direito a receber informações verdadeiras, de interesse particular, coletivo ou geral, dos órgãos públicos ou dos órgãos privados com função social de relevância pública" – e aí se completa – "ressalvadas apenas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado".

Que conceito é este? Talvez os juristas com assento nesta Casa pudessem até colaborar no sentido de aprofundarmos essa análise, para fixar os limites do conceito de segurança da sociedade. Até porque o próprio conceito de segurança de Estado gera complicações.

Insisto, para finalizar, em que, se mantivermos essas ressalvas, praticamente estaremos anulando o dispositivo, pois em nome da segurança da sociedade tudo poderá ser negado. Sob o conceito vago de segurança da sociedade, nada será deferido quanto às informações verdadeiras que

se pretendem. E, ao mesmo tempo, quanto ao conceito de Estado, onde buscaremos os parâmetros para que o cidadão, na defesa dos seus interesses, na defesa da cidadania, na busca de informações verdadeiras, possa ter uma resposta de conceito dúbio, abrangente, limitado, de defesa da segurança da sociedade e defesa do Estado?

Peço aos Srs. Constituintes que reflitam sobre isso. Não retirando as ressalvas, insisto, vamos praticamente prejudicar o que diz o restante do artigo. Principalmente, para que não figuremos com as expressões "segurança da sociedade, segurança do Estado", que podem dar margem aos maiores abusos, a grande número de manifestações contrárias a qualquer pedido de informação.

Insisto nisso e peço, portanto, a reflexão dos Srs. Constituintes, para que possamos aprovar o pedido, subscrito também pelos Constituintes José Genoíno, Aldo Arantes e outros companheiros preocupados com essa questão.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Em votação. Aqueles que estiverem favoráveis ao destaque dirão SIM; os que não forem favoráveis dirão NÃO. Vai-se proceder à chamada nominal para a votação. Antes, te a palavra o Sr. Relator-Substituto.

**O SR. RELATOR-SUBSTITUTO (José Fogaça):** – Sr. Presidente, mais uma vez todos querem suprimir, como disse o Constituinte Roberto Freire. E também mais uma vez a Relatoria se vê obrigada a manifestar-se pela manutenção do texto. Os propositores desta emenda baseiam-se na permanência eterna, *ad infinitum*, de um estado discricionário e autoritário, sem sequer supor ou imaginar que a Constituição que estamos elaborando será o alicerce para a construção de um Estado verdadeiramente democrático. É preciso que se diga que numa sociedade de livre concorrência, de livre economia e capitalista, o Estado democrático é o maior e mais poderoso instrumento de defesa dos oprimidos. Portanto, resguardar o Estado democrático, protegê-lo contra os sediciosos, contra os espiões, contra os informantes ou contra-informantes a serviço de interesses externos, significa, na opinião da relatoria, defender os democratas, os pobres, os oprimidos de um país. (Palmas)

Por isso, a relatoria não pode, em sã consciência, adotar outra posição senão aquela definida pelo nobre Constituinte Nelson Carneiro, ou seja, a de que esta ressalva, de proteção do Estado, significa também, nas democracias, proteger o interesse dos pequenos, dos pobres, e dos oprimidos. O raciocínio, bem-intencionado – diria até, sublime – dos propositores dessa supressão está condicionado, infelizmente, pelos anos de sofrimento a que foram submetidos, sob um regime autoritário.

Se ainda fôssemos permanecer debaixo de um Estado ditatorial, não tenho dúvida de que este instrumento seria colocado a serviço das ditaduras. Mas, como a questão é construir o Estado democrático, como um instrumento de defesa dos oprimidos, a relatoria não tem outra saída, nem alternativa, a não ser posicionar-se pela manutenção do texto.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Vai-se proceder à chamada nominal para a votação.

(Procede-se à votação)

**O SR. CONSTITUINTE VIRGILDÁSIO DE SENNA:** – Sr. Presidente, o texto indica ser possível dar notícia falsa. Por isso, fico com a emenda, porque o texto está mal redigido, autorizando informações não verdadeiras, falsas, por órgão público.

Voto com a emenda, para suprimir a parte final.

(Prossegue a votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Almir Gabriel, Carlos Mosconi, Cristina Tavares, Haroldo Sabóia, João Herrmann

Neto, José Paulo Bisol, Nilton Friedrich, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Sigmaringa Seixas, Virgildásio de Senna, Antonio Mariz, João Natal, José Carlos Grecco, Miro Teixeira, Octávio Elísio, Rose de Freitas, Uldurico Pinto, Vicente Bogo, Vilson Souza, Brandão Monteiro, José Maurício, Luiz Inácio Lula da Silva, José Genoíno, Haroldo Lima, Roberto Freire. Votaram **NÃO** os seguintes senhores Constituintes: Aluizio Campos, Artur da Távola, Carlos Sant'Anna, Egídio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Gasparian, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Lyra, João Calmon, José Fogaça, José Freire, José Geraldo, José Ignácio Ferreira, José Richa, Milton Reis, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Pimenta da Veiga, Prisco Viana, Renato Vianna, Rodrigues Palma, Theodoro Mendes, Wilson Martins, Aécio Neves, Chagas Rodrigues, Délio Braz, José Costa, José Tavares, Márcio Braga, Afonso Arinos, Alcení Guerra, Aloysio Chaves, Antoniocarlos Mendes Thame, Arnaldo Prieto, Christóvam Chiaradia, Edme Tavares, Eraldo Tinoco, Francisco Benjamim, Francisco Dornelles, Inocência Oliveira, José Jorge, José Lins, José Santana de Vasconcellos, José Thomaz Nonô, Luís Eduardo, Mário Assad, Oscar Corrêa, Osvaldo Coelho, Paulo Pimentel, Ricardo Fiúza, Sandra Cavalcanti, Enoc Vieira, Ricardo Izar, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Gerson Peres, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia, Virgílio Távora, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Adolfo Oliveira, Siqueira Campos e Antonio Farias.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 28 Constituintes; votaram NÃO 65 Constituintes. Total: 93 votos. O Destaque foi **rejeitado**.

Em votação o Destaque nº 3.495, requerido pelo Constituinte Aldo Arantes. Visa suprimir a mesma expressão que já foi objeto de votação. Está, pois, prejudicado.

Em votação o Destaque nº 7.912, requerido pelo Constituinte Nilton Friedrich. (**Pausa**) Pede a supressão das palavras que já foram suprimidas com a aprovação do destaque anterior. Prejudicado o destaque.

**Destaque nº 3986-87, do Sr. Aluizio Campos, que suprime a expressão "dos órgãos públicos, dos órgãos privados com função social de relevância pública do art. 5º, § 31, do Substitutivo nº 2".**

Em votação o Destaque nº 3.986, que pede a supressão da seguinte expressão: "... dos órgãos públicos e dos órgãos privados com função social de relevância pública."

Concedo a palavra ao nobre Constituinte Aluizio Campos.

**O SR. CONSTITUINTE ALUÍZIO CAMPOS:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, estou de acordo com o Constituinte Virgildásio de Senna. O dispositivo não só é mal redigido, como também é incompleto, eis que nas salvaguardas deveria resguardar o sigilo que protege o direito individual, além do direito da sociedade e do Estado. É incompleto, ainda, porque o dispositivo devia claramente dizer que se pode apurar a veracidade das informações que deseja receber o interessado.

Mas está manifesta a vontade do plenário, de manter o texto do relator, a quem apenas me limito a formular um apelo para corrigir essas imprecisões na redação final, declarando claramente que o direito de informação é pessoal e não deve ser restringido, ressalvadas as hipóteses do endereço do próprio indivíduo, do Estado e da sociedade.

Por esta razão, Sr. Presidente, prefiro retirar o destaque.

Durante o pronunciamento do **Sr. Aluizio Campos, o Sr. Afonso Arinos**, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Jarbas Passarinho, Terceiro-Vice-Presidente.

**Destaque nº 5.974/87, do Sr. Darcy Pozza, que suprime a expressão "e dos órgãos privados com função social de relevância pública" do art. 5º, § 31, do Substitutivo nº 2. (60ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Em votação o Destaque nº 5.974, requerido pelo Constituinte Darcy Pozza, referente ao texto do parágrafo, para supressão das expressões:

"...e dos órgãos privados com função social de relevância pública."

Com a palavra o Constituinte Darcy Pozza.

**O SR. CONSTITUINTE DARCY POZZA:** – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Constituintes, o § 31 do Substitutivo do Relator diz:

"Todos têm direito a receber informações verdadeiras, de interesse particular, coletivo ou geral, dos órgãos públicos e dos órgãos privados com função social de relevância pública, ressalvadas apenas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade do Estado."

O pedido de destaque é no sentido de suprimir as expressões "e dos órgãos privados com função social de relevância pública."

Em nosso entendimento, Srs. Constituintes, mantido o texto do Relator, com esse dispositivo, ficaria eliminado o sigilo individual, o sigilo das operações negociais, abrangendo segredos industriais, comerciais e bancários, o que pode conferir vantagens indevidas e inescrupulosas a concorrentes e terceiros interessados.

Além do mais, a manutenção do texto desestimula a criatividade, o espírito de iniciativa do povo brasileiro, além de ser uma intromissão indevida.

Há pouco, tratávamos do assunto com o Relator Bernardo Cabral, e S. Ex.<sup>a</sup> dizia ser plenamente favorável à supressão dessas expressões.

Por isso, faço um apelo aos nobres Constituintes para que, objetivamente, atentem para a importância deste destaque e votem pela sua aprovação.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Não há oradores inscritos para encaminhamento. Tem a palavra o Relator Bernardo Cabral.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, o Relator está de acordo com a sugestão oferecida pelo eminente Constituinte.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – O Relator pôs-se de acordo com a emenda.

Em votação. Os Srs. Constituintes que a aprovam votam "sim"; os que a desaprovam votam "não". Procede-se à chamada para votação.

**(Procede-se à votação)**

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Aluizio Campos, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Carlos Sant'Anna, Egidio Ferreira Lima, João Calmon, José Fogaça, José Geraldo, José Richa, Milton Reis, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nelson Friedrich, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Raimundo Bezerra, Rodrigues Palma, Sigmaringa Seixas, Virgildásio de Senna, Wilson Martins, Albano Franco, Chagas Rodrigues, Délio Braz, João Natal, José Costa, José Tavares, Márcio Braga, Marcos Lima, Miro Teixeira, Octávio Elísio, Rose de Freitas, Vicente Bogo, Alcení Guerra, Aloysio Chaves, Arnaldo Prieto, Edme Tavares, Eraldo Tinoco, Francisco Benjamim, Francisco Dornelles, Inocêncio Oliveira, José Jorge, José Santana de Vasconcellos, José Thomaz Nonô, Luís Eduardo, Oscar Corrêa, Osvaldo Coelho, Paulo Pimentel, Ricardo Fiúza, Jonas Pinheiro, José Lourenço, Paes Landim, Ricardo Izar, Simão Sessim, Antônio Carlos Konder

Reis, Darcy Pozza, Gerson Peres, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia, Virgílio Távora, Brandão Monteiro, José Maurício, Lysâneas Maciel, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, José Genoíno, Adolfo Oliveira, Siqueira Campos, Haroldo Lima, Roberto Freire, Antonio Farias. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Ademir Andrade, Almir Gabriel, Carlos Mosconi, Cristina Tavares, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, João Herrmann Neto, José Paulo Bisol, Oswaldo Lima Filho, Prisco Viana, Antonio Mariz, Euclides Scalco, Uldurico Pinto, Vilson Souza.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A Mesa vai proclamar o resultado. Votaram SIM 72 Constituintes; votaram NÃO 16 Constituintes. Total: 88 votos. O Destaque foi **aprovado**.

Em votação o Destaque nº 7.061, requerido pelo Constituinte Euclides Scalco, referente à Emenda nº 20.705, de autoria do nobre Constituinte José Rocha Sobrinho, para que o parágrafo único, item I, seja acrescido ao § 31 do 2º Substitutivo do Relator. **(Pausa)**

Prejudicado o destaque, pela ausência de seu autor.

Peço a atenção dos Srs. Constituintes. Há sobre a mesa requerimento de autoria do nobre Constituinte Oscar Corrêa, com o seguinte teor:

"Sr. Presidente, o Deputado abaixo assinado requer de V. Ex.<sup>a</sup>, ouvido o Plenário da Comissão de Sistematização, se digne encaminhar ao Presidente da Assembléia Nacional Constituinte proposta de prorrogação do prazo de discussão e votação do Substitutivo do Relator, Deputado Bernardo Cabral, pelo período de até 30 dias, a partir do dia 8 de outubro, data anteriormente prazada para conclusão dos nossos trabalhos.

Sala de Reuniões, 1º de outubro de 1987. – Deputado **Oscar Corrêa.**"

Este requerimento não tem figura compatível com o que está resolvido nas resoluções que geraram o Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte e, conseqüentemente, o da Sistematização. Figura, entretanto, entre aqueles que o Regimento classifica como "outros requerimentos", todos dependendo de manifestação do Plenário.

Dou a palavra ao autor do requerimento, para encaminhar a votação.

**O SR. CONSTITUINTE OSCAR CORRÊA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, Imagino que este meu requerimento não esteja inovado. Outros pedidos como esse já devem estar sobre a mesa. Aliás, fui informado pelo Constituinte Ricardo Izar de que existe inclusive requerimento de igual teor, de autoria de S. Ex.<sup>a</sup>.

Acho muito importante, Sr. Presidente, que, desde logo, cesse de pairar sobre nós a perspectiva regimental de que, não se votando até o dia 8 o Substitutivo do ilustre Constituinte Bernardo Cabral, eventualmente possa ele ser encaminhado automaticamente ao Plenário.

Quero dizer, ainda, em nome dos Constituintes, que em nenhum momento se percebeu, nesta Comissão, a intenção de adiamento ou de embargo ao bom andamento nos nossos trabalhos. Não há obstrução. Tem-se procurado, efetivamente, melhorar o texto constitucional. O que é possível, está sendo feito. Aqueles destaques que eventualmente podem ser retirados estão sendo retirados pelos seus autores. Enfim, há boa vontade, por parte de todos os Srs. Constituintes, com vistas ao bom andamento dos trabalhos. É materialmente impossível, entretanto – e estamos vendo isto agora, mais do que nunca – que, ao fim do prazo regimental, tenhamos concluído nossos trabalhos.

É fundamental reconhecermos publicamente que, pela nossa inexperiência, ao fazermos o Regimento, incorremos

em erro. Imaginávamos nós que no prazo fixado teríamos condições de examinar e discutir o projeto. Mas hoje – repito – é necessário reconhecer nosso equívoco e aperfeiçoar a norma regimental, para atender aos nossos interesses e, tenho certeza, aos interesses do povo brasileiro.

Desta maneira, creio que o prazo de 30 dias é o recomendável. Fomos informados de que talvez fosse intenção do ilustre Presidente Ulysses Guimarães prorrogá-lo por mais 10 dias. Temendo, contudo, que S. Ex.<sup>a</sup> tenha de fazer isso mais duas ou três vezes, o que coincidiria com o prazo proposto por nós. Quando recomendo 30 dias, não quero dizer com isso que necessariamente temos de utilizá-los de modo integral. Nada impede que em 20 dias tenhamos nossos trabalhos concluídos.

Esta, a justificativa do meu requerimento.

**O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA:** – Peço a palavra, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA:** – Sr. Presidente, todos são testemunhas do grande empenho com que o Plenário se tem dedicado à votação do Substitutivo do Relator – interesse, aplicação e presença verdadeiramente impressionantes. Mas, apesar de todo esse trabalho, temos a certeza de que não conseguiremos concluir o exame do substitutivo dentro do prazo previsto inicialmente.

Penso que nenhum de nós deseja que, esgotado o prazo, o substitutivo seja encaminhado, sem apreciação integral, ao Plenário da Assembléia Nacional Constituinte. Nenhum dos membros desta Comissão, sobretudo o próprio Relator, há de desejar que isto ocorra. Já há consenso no sentido de que será necessária a prorrogação desse prazo. O Constituinte Oscar Corrêa, com senso de oportunidade, propõe essa prorrogação. No entanto, Sr. Presidente, parece-me que o prazo proposto é excessivo. Não nos parece que haverá necessidade de mais 30 dias para a conclusão dos trabalhos desta Comissão.

Por isso, tenho duas emendas a oferecer à proposta do Constituinte Oscar Corrêa. A primeira delas é que o prazo seja reduzido para quinze dias, ou melhor, até quinze dias, até como estímulo para que a Comissão apresse o seu trabalho.

Eu também sugeriria que a votação deste requerimento não ocorresse nesta sessão. O assunto deveria ser remetido à Mesa, que se reuniria para apreciá-la, ouvindo as lideranças partidárias, para, na sessão de amanhã, submetê-la ao Plenário.

**O SR. CONSTITUINTE ADYLSO MOTA:** – Sr. Presidente, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Adylson Motta.

**O SR. CONSTITUINTE ADYLSO MOTA:** – Sr. Presidente, quero apenas comunicar que, preocupado também com o andamento dos trabalhos, apesar de reconhecer o esforço concentrado da Comissão de Sistematização, encaminhei à Mesa da Assembléia Nacional Constituinte proposta cujo texto distribuí aos componentes desta Comissão, sugerindo que os trabalhos da Comissão de Sistematização se prolonguem até o dia 5 de dezembro, até o fim da atual sessão legislativa. Logo em seguida, entraríamos em recesso por dois meses, não para descansar, mas para dialogar com nossas bases e levar nosso trabalho para ser apresentado. Retomados os trabalhos, no dia 1º de fevereiro, a nova sessão legislativa passaria a apreciar o projeto definitivo em plenário, fixando-se o prazo de 90 dias improrrogáveis para sua votação. Até sugeri a data de 21 de abril para a promulgação da nova Constituição.

A exemplo do que tem demonstrado a história política, creio ser esta uma tese sensata. A Constituição da Espanha, constantemente citada aqui, levou três anos e meio para ser elaborada. A Constituição da Itália, levou quatro anos. Nossa preocupação deve ser com o tempo de duração da Constituição e não com o tempo de sua elaboração. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Com a palavra o nobre Constituinte Haroldo Lima.

**O SR. CONSTITUINTE HAROLDO LIMA:** – Sr. Presidente, na verdade, esta Casa e os membros desta Comissão de Sistematização estão preocupados com o andamento dos nossos trabalhos. Não vou repetir as observações já feitas sobre o meritório esforço para a celeridade da votação do Substitutivo. Há rumores de que se, a partir de determinado instante, a Comissão de Sistematização não conseguir votar o Substitutivo, ele será encaminhado, mesmo assim, ao Plenário da Assembléia Nacional Constituinte.

Esta, a questão central, que está afligindo e preocupando diversos Constituintes, entre os quais me incluo.

A proposta do Constituinte Oscar Corrêa é no sentido de prorrogar por 30 dias o prazo para a apreciação do substitutivo. O Constituinte Pimenta da Veiga sugere o prazo de até 15 dias. Pensamos que seria conveniente a Mesa examinar a matéria, inclusive estabelecendo um limite máximo que pode ser até 15, ou até 30 dias, o que poderia ser feito **a posteriori**, não necessariamente agora. Contudo, consideramos da máxima importância que a Mesa da Comissão de Sistematização se pronuncie a este respeito, independentemente dos prazos de 15 ou 30 dias, pois a Comissão examinará e votará o Substitutivo até o fim, custe o que custar. **(Palmas)**

Esta, a questão de princípio que nos está preocupando.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Concedo a palavra ao Constituinte Aluizio Campos, que se havia inscrito antes.

Vou limitar a dois o número de Constituinte para falar sobre esta matéria, a fim de que não haja manifestações intermináveis.

**O SR. CONSTITUINTE ALUÍZIO CAMPOS:** – Sr. Presidente, parece estar havendo uma confusão em relação à interpretação do Regimento. O Regimento Interno da Constituinte estabelece duas hipóteses distintas: uma, quando o parecer do Relator não conclui por substitutivo e, outra, em que, não se oferecendo parecer no prazo de 25 dias, existe a faculdade de se remeter o projeto a Plenário, para ser proferido parecer oral. Na hipótese de apresentação do substitutivo, iniciada a votação, esta não pode mais ser interrompida, como não pode ser interrompida a votação do projeto em primeiro turno no Plenário da Assembléia Nacional Constituinte. Tanto, que o Regimento Interno não estabelece prazo para a conclusão da votação em primeiro turno.

**Mutatis mutandis**, cremos que esse entendimento deve ser adotado pelo Plenário da Comissão de Sistematização, como muito bem ponderou o Constituinte Haroldo Lima. A votação não pode ser interrompida. Há que ser concluída, e só depois da votação concluída é que o projeto subirá a Plenário para votação em primeiro turno.

Por essa razão, não convém estabelecer **a priori** um prazo determinado para a remessa, ao Plenário da Constituinte, do projeto votado pela Comissão de Sistematização. Se conseguirmos votá-lo num prazo mais curto, ele irá mais cedo ao Plenário; se não conseguirmos votar nesse prazo, irá depois. O que não pode acontecer é a Comissão de Sistematização deixar de cumprir sua atribuição fundamental, de participar na elaboração do projeto, como está sendo feito, por meio de destaques às emendas e ao próprio texto do projeto. **(Muito bem!)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – O nobre Constituinte Marcondes Gadelha havia solicitado a palavra anteriormente. Tem a palavra S. Ex.<sup>a</sup>. Em seguida, a Mesa proclamará a decisão.

**O SR. CONSTITUINTE MARCONDES GADELHA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a proposta do Constituinte Oscar Corrêa em nada conflita com outra, já encaminhada pelo nobre Constituinte Adylson Motta. Ambas visam uma só direção, que parece ser a expressão da vontade geral desta Assembléia Nacional Constituinte: a prorrogação dos prazos para discussão da matéria integralmente, item por item, detalhe por detalhe, artigo por artigo, destaque por destaque, no seio desta Comissão de Sistematização.

Considero, Sr. Presidente, esta decisão de fundamental importância, eis que retrata, com muita clareza, o senso de responsabilidade que assumiu e se impôs esta Assembléia Nacional Constituinte.

Sr. Presidente, tenhamos a franqueza e a honestidade de confessar que esta, em realidade, é a primeira vez que se faz uma leitura acurada, detalhada, minuciosa e atenta do Substitutivo Bernardo Cabral, para não falar nos oito mil destaques, que merecem igual respeito, igual atenção, igual zelo e igual cuidado desta Assembléia Nacional Constituinte. Muitos que aqui se encontram tomaram contato apenas parcial com segmentos, capítulos e seções desse documento. A leitura coletiva que está sendo feita agora, porém, vem sanar um erro que cometemos desde a origem.

Este grupo de Constituintes, que representa uma geração inteira, vive um momento histórico singular, único. Isto porque pela primeira vez houve oportunidade para um debate pré-constitucional de dois anos, debate este que não foi exercitado, que não foi levado nem capilarizado a todas as células da sociedade, como convinha – e havia condições para tanto. Em seguida, Sr. Presidente, abrimos 24 subcomissões para receber dezenas de milhares de propostas da sociedade, que não foram adequadamente processadas. Este é o foro, afinal, para que se faça uma análise segura e se possa informar, instruir o restante da Assembléia Nacional Constituinte para um trabalho duradouro e definitivo, que responda às reais aspirações da nossa sociedade.

Falo com a isenção de quem apresentou apenas 4 (quatro) destaques. Não tenho muita coisa a defender, a não ser, neste momento, a nossa responsabilidade, com a convicção de que não podemos falhar diante da enorme expectativa que geramos lá fora, nesta Nação, que ansiosamente aguarda o resultado de nossas discussões. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Considero os Srs. Constituintes definitivamente informados sobre a matéria. Mesmo assim, irei recapitulá-la, antes de ouvir o Sr. Relator.

Não se trata apenas do requerimento do nobre Constituinte Oscar Corrêa. Há um, anterior, do nobre Constituinte Ricardo Izar e, ainda, uma iniciativa do nobre Constituinte Adylson Motta no sentido de dirigir-se diretamente ao Presidente da Assembléia Nacional Constituinte. Todos os requerimentos estão propondo prorrogação de prazos. Há diferença entre os prazos previstos: uns propõem 20 dias, outros, 15, e outros, ainda, 30 dias.

Antes de passar à decisão que devo tomar, concedo a palavra ao Relator Bernardo Cabral.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, ao que parece, está havendo ligeira confusão. O Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte prevê que o Projeto deverá ser enviado ao plenário nos 25 dias subseqüentes, com ou sem parecer.

Ocorre que agora não se trata mais de um Projeto, mas de um Substitutivo. E, quanto ao Substitutivo, diz o § 3º do art. 26:

"Na hipótese... o Projeto retornará à Comissão de Sistematização, para emitir novo parecer, em prazo a ser fixado pela Mesa."

Há um novo aspecto, A Mesa é que vai fixar o prazo. Absolutamente não se corre o risco de termos de remeter ao Plenário, tal qual se encontra, este Substitutivo, até o dia 8.

Sugiro, assim, na esteira do que lembrava o Constituinte Pimenta da Veiga, que V. Ex.<sup>a</sup>, integrante da Mesa, se reúna com os membros da Mesa da Assembléia Nacional Constituinte e, sem que se fixe um prazo fatal, estude a forma de terminarmos nossos trabalhos a contento.

É o meu parecer, Sr. Presidente. **(Pausa)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Eu ia dar a palavra ao Constituinte Haroldo Lima. Entretanto, a questão central que seria levantada por S. Ex.<sup>a</sup> foi agora apresentada pelo Relator.

Para a primeira fase, que incluía as Comissões Temáticas, havia um dispositivo segundo o qual, no caso de não ser concluído o trabalho das Comissões, este seria de qualquer modo remetido ao Relator. Quanto à segunda fase, é diferente. Não se pode fazer uma analogia tão tranqüila.

Eu diria, portanto, ao Constituinte Haroldo Lima que, amanhã, na reunião da Mesa, a questão será devidamente formalizada, para se obter uma decisão. Por antecipação, fico com o voto do Relator. **(Palmas)** Agora, recebi dois requerimentos escritos, ambos sem configuração nos casos previstos pelo Regimento. Mas classificam-se entre os outros que dependem da manifestação do Plenário. Vou passar a fazer uma interpretação.

O Constituinte Oscar Corrêa modificou, em tempo hábil, a redação no sentido de prorrogar o prazo pelo período de até trinta dias. O Constituinte Ricardo Izar propõe vinte dias. Este, no meu entender, está abrangido, praticamente, pela proposição anterior, eis que "até trinta dias" inclui vinte dias. Mas o prazo de vinte dias, definido como tal, não daria vinte e um dias. Portanto, o requerimento de preferência seria aquele de maior abrangência, ou seja, o que se refere "até trinta dias". Não se trata de decisão que tomaremos. É apenas uma sugestão que se encaminhará à Assembléia Nacional Constituinte, já que não temos autoridade para decidir.

Desta maneira, peço votação simbólica, por maioria simples. **(Pausa)**

Os Srs. Constituintes que estão de acordo com o requerimento do Constituinte Oscar Corrêa, sobre prorrogação até trinta dias, queiram permanecer como se encontram. Pausa. Aprovado. **(Palmas)**

Tem a palavra o Constituinte Nelson Jobim.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON JOBIM:** – Sr. Presidente, há poucos minutos, quando da chamada para as emendas, V. Ex.<sup>a</sup> anunciou o Destaque nº 7.061, de autoria do Constituinte Euclides Scalco, que não se encontrava presente. Ocorre que este destaque é de minha autoria e diz respeito à Emenda Popular nº 20.705, que não constava, inclusive, da planilha apresentada e distribuída. Peço, pois, a V. Ex.<sup>a</sup> que reconsidere e coloque em votação este destaque.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – V. Ex.<sup>a</sup> tem inteira razão. Está atendido.

**Destaque nº 7.061/87, do Sr. Nelson Jobim – Emenda nº 1-P-20.705-3, do Sr. José Rocha Sobrinho e outros "que adita onde couber artigos ao Capítulo I do Título II do Projeto de Constituição.**

**(Art. 5º, § 31 do Substitutivo nº 2".) (61ª votação)**

Passamos à votação do Destaque nº 7.061, requerido pelo Constituinte Nelson Jobim, e não pelo Constituinte Euclides Scalco, conforme anunciado anteriormente.

Concedo a palavra a S. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. CONSTITUINTE NELSON JOBIM:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, num ato absolutamente inédito na história das Constituições brasileiras, como também das Constituições ocidentais, determinou e acatou a possibilidade de emendas populares serem encaminhadas a esta Comissão e aqui tratadas e apreciadas como tal.

Pois bem, Sr. Presidente, a Emenda Popular nº 20.705/3, que apresenta um total de 336.047, oriundas de São Paulo, e 31.002, do Rio Grande do Sul – totalizando, portanto, 367.049 assinaturas de eleitores brasileiros – pretende incluir, no § 31, de que estamos a tratar, um adendo nos seguintes termos: "As informações requeridas serão prestadas no prazo de lei, sob pena de crime de responsabilidade".

O § 31 prevê a possibilidade do requerimento de informação, mas não fixa o prazo, não estabelece condições, nem fixa o momento em que a autoridade recebedora do pedido tem obrigação de responder. A emenda popular supre esta omissão; assim, destaquei esta parte da emenda, para que seja acrescentado, na forma em que o Sr. Relator entender, ao § 31, este texto: "As informações requeridas serão prestadas no prazo da lei, sob pena de crime de responsabilidade".

O acolhimento desta emenda é a resposta desta Comissão a 367.049 assinaturas de eleitores brasileiros que participaram efetivamente desse trabalho. E este é o primeiro momento, nesta Comissão, para acolher parte de uma emenda popular que movimentou todo este País, na abertura que esta Assembléia Nacional Constituinte concedeu através do seu Regimento Interno.

Apelo ao Sr. Relator no sentido de que acolha a referida Emenda Popular, nos termos do destaque, e apelo a este Plenário para que a acolha nos mesmos termos. Muito obrigado.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Quero comunicar a V. Ex.<sup>a</sup> que o Constituinte Antônio Carlos Konder Reis vai dar a posição da Relatoria.

**O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS:** – Sr. Presidente, de acordo com a solicitação do Sr. Relator-Geral, devo informar aos Srs. e Sras. Constituintes que S. Ex.<sup>a</sup> acolhe a emenda objeto do destaque do nobre Sr. Constituinte Nelson Jobim.

Ao § 31 do art. 5º foram apresentados inúmeros destaques, pois deles foram objeto de votação. Um foi rejeitado na parte final do parágrafo, e o destaque de autoria do nobre Constituinte Darcy Pozza foi acolhido, suprimindo parte do texto. O destaque solicitado pelo nobre Constituinte Nelson Jobim não vem apenas completar a regra constitucional. Antes e acima de tudo, vem aperfeiçoá-la, porque o direito à informação verdadeira dos órgãos públicos precisa ter uma contrapartida, e este será o crime de responsabilidade, na hipótese do silêncio da autoridade inquirida.

Nestas condições, o Relator-Geral concorda com o destaque, sob a forma de um acréscimo ao § 31 do art. 5º.

A Emenda Popular sugere um parágrafo único, mas a técnica recomenda que o destaque seja acolhido na forma de um acréscimo ao § 31 do art. 5º do Substitutivo do Relator.

É o parecer. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Então, a interpretação do Relator é de que se trata de uma emenda aditiva. Vai ser acrescentada ao texto.

Em votação. Os Srs. Constituintes que votam SIM aprovam a emenda; os outros, votando naturalmente NÃO, desaprovam-na.

Concedo a palavra ao Constituinte Adolfo Oliveira para proceder à chamada.

**O SR. CONSTITUINTE ALUÍZIO CAMPOS:** – Sr. Presidente, quero retificar o meu voto.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Infelizmente, não posso atender à solicitação de V. Ex.<sup>a</sup> porque, na forma regimental, uma vez expressado o voto seguinte, o primeiro não pode ser retificado. V. Ex.<sup>a</sup> o faz depois de o voto seguinte já ter sido dado. Lastimo não poder atender ao seu pedido.

**(Procede-se à votação)**

Votaram SIM os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Alfredo Campos, Almir Gabriel, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Carlos Sant'Anna, Celso Dourado, Cristina Tavares, Egidio Ferreira Lima, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, João Calmon, João Hermann Neto, José Freire, José Geraldo, José Paulo Bisol, José Richa, José Ulisses de Oliveira, Mário Lima, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nelton Friedrich, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Prisco Viana, Renato Vianna, Rodrigues Palma, Sigmaringa Seixas, Virgildásio de Senna, Wilson Martins, Albano Franco, Antônio Mariz, Chagas Rodrigues, Euclides Scalco, Israel Pinheiro, José Costa, José Tavares, Márcio Braga, Marcos Lima, Miro Teixeira, Octávio Elísio, Rose de Freitas, Vicente Bogo, Vilson Souza, Hugo Napoleão, João Menezes, Jonas Pinheiro, José Tinoco, Mozarildo Cavalcanti, Paes Landim, Ricardo Izar, Brandão Monteiro, José Maurício, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Luiz Inácio Lula da Silva, José Genoíno, Adolfo Oliveira, José Maria Eymael, Haroldo Lima, Roberto Freire, Alcení Guerra, Aloysio Chaves, Antoniocarlos Mendes Thame, Arnaldo Prieto, Carlos Chiarelli, Eraldo Tinoco, Francisco Benjamim, Francisco Dornelles, Inocêncio Oliveira, José Jorge, José Thomaz Nonô, Luís Eduardo, Marcondes Gadelha, Oscar Corrêa, Paulo Pimentel, Sandra Cavalcanti, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Gerson Peres, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia e Virgílio Távora. Votaram NÃO os seguintes Senhores Constituintes: Aluizio Campos e Fernando Gasparian.

#### DECLARAÇÃO DE VOTO

Declaro que meu voto, na Comissão de Sistematização, na sessão de hoje, quando da votação do § 31 do art. 5º, tinha a intenção de aprovar a Emenda Popular nº 20.705/3, de cujo pedido de destaque fui o segundo signatário. Expressei erroneamente meu voto, dizendo NÃO, pensando que assim estaria votando com o Relator, que havia se manifestado a favor da emenda em destaque, quando deveria ter me expressado com um SIM. Avisei prontamente o escrutinador, Deputado Adolfo Oliveira, que informou-me, que por deixar da Mesa, não poderia retificar meu voto, na contagem daquela votação, como favorável à emenda aditiva acima, ao art. 31 do art. 5º do projeto.

Peço que esta declaração conste de ata.

Sala das Sessões, 1º de outubro de 1987. – **Fernando Gasparian.**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 87 Constituintes; votaram NÃO 2 Constituintes. Total: 89 votos. O Destaque foi **aprovado**. Declaração de voto, do Senhor Constituinte Fernando Gasparian.

Passamos ao § 32.

**O SR. CONSTITUINTE ALUÍZIO CAMPOS:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra V. Ex.<sup>a</sup> pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE ALUÍZIO CAMPOS:** – Sr. Presidente, devo deixar consignado na Ata dos nossos trabalhos que proferi equivocadamente meu voto em relação ao destaque do Constituinte Nelson Jobim, como já disse, porque, no texto que eu tinha sobre a relação dos destaques não constava o número do que foi votado e sim de outro, que tratava de matéria completamente diferente. De maneira que desejo fique consignado que também votaria "sim" na devida oportunidade.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A retificação de V. Ex.<sup>a</sup> é dada como declaração de voto, mas o seu voto para os Anais é "não".

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – Sr. Presidente, pela ordem. V. Ex.<sup>a</sup> anunciou o exame do § 32. Tive oportunidade de falar com o Relator Bernardo Cabral sobre um equívoco que consta do texto – é pena que S. Ex.<sup>a</sup> esteja dando uma entrevista à televisão neste momento – e S. Ex.<sup>a</sup> concordou comigo. Quando se diz no final do parágrafo "independentemente de pagamento de taxas ou emolumentos e de garantia de instância", o que quer dizer é "de instância" e não "garantia de instância". S. Ex.<sup>a</sup> quer dizer que esses emolumentos e taxas são livres em qualquer instância, e não em garantia de instância, que é exatamente o contrário do pensamento que preside o texto.

De modo que, se fosse possível, gostaria que V. Ex.<sup>a</sup> convocasse o Sr. Relator para ouvir S. Ex.<sup>a</sup> sobre a questão de ordem suscitada, porque assim evitaremos um debate rumoroso sobre um ponto como este.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Constituinte Nelson Carneiro, não sei qual foi o teor da conversa privada que V. Ex.<sup>a</sup> teve com o Relator, mas sabe V. Ex.<sup>a</sup> experiente como é, inclusive nos dando lições de experiência parlamentar, que caberia uma oportunidade na redação final e V. Ex.<sup>a</sup> mesmo, parece-me, está encarregado dela. Como essa é uma questão pertinente ao Relator, só ele poderá opinar.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – Sr. Presidente, felizmente o Relator Bernardo Cabral está chegando e assim poderá dar uma informação a V. Ex.<sup>a</sup> sobre a questão de ordem que levantei, exatamente sobre a exclusão "de garantia" para ficar apenas "de instância".

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, na linguagem jurídica a instância é garantida a partir da hora em que se distribui uma ação e ela se efetiva com a citação do requerido. É claro que aqui há uma redundância, e não há por que não deixar de atender o Senador Nelson Carneiro. Isso poderá ser feito por ocasião da redação final. Ele tem razão.

**Destaque nº 603/87 – Emenda nº ES-32.387-3, do Sr. Brandão Monteiro, "que adita a expressão em defesa de direitos ao parágrafo 47 do art. 6º do Substitutivo nº 1 (art. 5º, § 32 do Substitutivo nº 2)".**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Em votação o Destaque nº 603, requerido pelo Constituinte Brandão Monteiro, referente à Emenda nº 32.387, de sua autoria. Refere-se à expressão "em defesa de direitos." E S. Ex.<sup>a</sup> deixou uma indicação escrita para que o nobre Constituinte Luiz Salomão fizesse a defesa do destaque.

**O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO MONTEIRO:** – Sr. Presidente, o Constituinte Luiz Salomão viajou.

Penso que é só uma forma de colaborar com o texto do § 32 do Substitutivo. Serei bastante rápido. O texto diz: "É a todos assegurado o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de interesses..." A minha emenda pretende incluir em defesa de "direitos".

Como se sabe, interesse é pretensão e pode ou não se basear em direito. E é esta a oportunidade de o texto constitucional garantir o que o Direito moderno, hoje, em quase todos os países do mundo, vem garantindo, que são os direitos coletivos em função de interesses difusos.

Falei pessoalmente com o Relator Bernardo Cabral e penso que ninguém aqui se coloca contra essa emenda, que é modesta, mas é uma contribuição ao texto do Sr. Relator. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Não há oradores inscritos para falar.

Passemos à votação.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, devo esclarecer que o Constituinte Brandão Monteiro conversou comigo. Inclusive disse a S. Ex.<sup>a</sup> que tinha razão, porque é preferível que defendam os direitos. Estou de pleno acordo.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, para verificar o problema de redundância no texto: "É assegurado o direito de petição dos Poderes Públicos, em defesa de direitos..."

Direito em defesa de direitos?

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Acolho a interferência do Constituinte Gerson Peres. É matéria de redação final e, ao final, faremos isso. Não há necessidade de votação, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A Presidência já havia anunciado o início de votação.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ THOMAZ NONÔ:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Estamos em pleno processo de votação. Se V. Ex.<sup>a</sup> não for referir-se à votação, peço que tenha paciência e aguarde o seu fim.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ THOMAZ NONÔ:** – É sobre a votação.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ THOMAZ NONÔ:** – No anexo distribuído, a Emenda nº 32.387/3 diz o seguinte:

"É assegurado a qualquer pessoa o direito de petição dos Poderes Públicos, em defesa de direito, contra a ilegalidade ou abuso de poder e para promover a responsabilidade de culpados, independente do pagamento de taxas ou emolumentos e de garantia de instância."

Não é esta a matéria que está sendo submetida à votação.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Como realmente há dúvida solicito à assessoria do Relator Geral que esclareça a matéria. (Pausa) O documento de que disponho não me esclarece nada.

**O CONSTITUINTE JOSÉ THOMAZ NONÔ:** – S. Ex.<sup>a</sup>, o Constituinte Brandão Monteiro, já esclareceu a matéria, e retiro minha questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Vamos proceder à votação do destaque.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, insisto junto a V. Ex.<sup>a</sup> em que os Srs. Constituintes têm razão. É mais uma questão de redação. Independente de defesa de direito. Pediria, então, a V. Ex.<sup>a</sup> que levasse isso em consideração.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Sr. Presidente, há unanimidade quanto à mudança.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Se há unanimidade, rendo-me a ela gostosamente e considero o as-



sunto prejudicado, desde que já foi combinado o acerto com a redação.

Em votação o destaque nº 3.427, requerido pelo Constituinte Nilson Gibson, referente à Emenda nº 23.572, de sua autoria. Não estando S. Ex.<sup>a</sup> presente, eu considero prejudicado.

Passa-se ao § 33.

**Destaque nº 1640-87 – Emenda nº ES-33.801.3, do Sr. Délio Braz, "que modifica o art. 6º § 44 do Substitutivo nº 1 (art. 5º § 33 do Substitutivo nº 2)". (62, a votação).**

Em votação o Destaque nº 1.640, requerido pelo Constituinte Délio Braz, referente à Emenda nº 33.801.

Tem a palavra S. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE DÉLIO BRAZ:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, apresentamos destaque referente a uma emenda ao art. 5º, § 33, do seguinte teor:

"Nenhum brasileiro será extraditado; a naturalização formalizada após ilícito que motive extradição é nula de pleno direito."

A Emenda proposta altera o dispositivo em questão, sem modificá-lo substancialmente. Trata-se de melhorar a redação do parágrafo.

Com efeito, o brasileiro nunca é extraditado. O que ocorre com o estrangeiro naturalizado é que, se ele se naturalizou fraudando a lei, anula-se, *ex tunc*, a naturalização, extraditando-o, a seguir.

Na verdade, a ressalva incluída no dispositivo *in fine* não representa exceção à regra da vedação da extradição de brasileiro, mas fornece condição para que se proclame a nulidade do processo fraudulento.

Era o que tinha a dizer.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Não há oradores inscritos.

**O SR. RELATOR (Adolfo Oliveira):** – Sr. Presidente, o nobre Relator Bernardo Cabral, sobre esse parágrafo, tem a oferecer ao Plenário uma solução que parece de boa técnica e de excelente oportunidade.

Existem duas emendas: uma, do nobre Constituinte Paulo Macarini e outra, do ilustre Constituinte Francisco Rossi, que devem ser acopladas, o que pode ser feito pelo Relator através de uma subemenda oferecida com o aproveitamento de ambas. A emenda do nobre Constituinte Paulo Macarini diz o seguinte:

"Nenhum brasileiro será extraditado."

A emenda do nobre Constituinte Francisco Rossi diz:

"Nenhum brasileiro será extraditado, salvo..."

Aí havia a expressão:

"naturalizado nos crimes comuns, quando estes tenham sido praticados antes da naturalização..."

Esse período seria supresso e, assim ficaria:

"Nenhum brasileiro será extraditado" – como pede o nobre Constituinte Paulo Macarini – "salvo nos casos comprovados de envolvimento em tráfico internacional de drogas e entorpecentes, quando a forma de extradição será estabelecida em lei."

Essa redação poderá ainda ser aperfeiçoada, por ocasião do segundo turno de trabalho, na redação final.

Com esta ressalva, não admitimos a extradição de brasileiros em hipótese alguma, o que só ocorrerá no Brasil nos casos comprovados de envolvimento em tráfico internacional de drogas e entorpecentes. Quanto à forma de extradição, será estabelecida em lei.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Sr. Presidente, a propósito da questão que está sendo examinada e tendo em vista que esta Comissão decidiu, ainda há poucos dias, eliminar, no artigo correspondente à prática da tortura, como crime imprescritível, inafiançável e insuscetível de anistia, a questão do tráfico ilícito de drogas, gostaria de fazer uma observação à Mesa e ao Relator: houve uma interpretação equívoca da opinião pública a respeito das decisões tomadas pela Comissão de Sistematização. Essa questão equívoca se deve ao entendimento pouco rigoroso da palavra "droga", que, *lato sensu*, tem também o significado de medicamento. De modo que não se pode inserir no texto da Constituição a expressão "tráfico ilícito de drogas" sem especificarmos o tipo das mesmas, porque, do contrário, a droga que é medicamento estaria também constitucionalmente incluída e com tipicidade de um crime onde, evidentemente, não haveria abrangência constitucional. (Muito bem!)

De modo que consultaria o Sr. Relator sobre se não poderia, com o consentimento da Mesa e a aquiescência da Assembleia Nacional Constituinte, aproveitar a oportunidade da emenda para introduzir a tipificação exata da questão do tráfico ilícito de drogas, narcóticos, entorpecentes, inclusive com a linguagem técnica correspondente. Naturalmente, teríamos de meditar para encontrarmos a linguagem adequada, e, aproveitando todas essas emendas e essa oportunidade, dar a resposta que, acredito, a sociedade está esperando da Comissão de Sistematização sobre o assunto.

**O SR. CONSTITUINTE JOÃO MENEZES:** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra o Constituinte João Menezes, pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE JOÃO MENEZES:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, sei que há um interesse muito grande por parte de todos os Srs. Constituintes, que estão fazendo aqui um trabalho notável, árduo e sem hora, dando o máximo de seus esforços no sentido de votar esta Constituição. Mas me parece que estamos abrindo uma lacuna nesta discussão. Esse caminho de se encontrarem fórmulas para não se discutir emendas ou de se acatar um parecer do Relator ou de dois ou três cidadãos que se levantam aqui no plenário não é correto, pois a Constituição é para ser votada. Se o prazo marcado pelo Presidente da Constituinte, dia 8 de outubro, não for suficiente para a discussão, que seja prorrogado. O que não se pode é votar uma Constituição de afogadilho. A Constituição tem de ser estudada, examinada e votada artigo por artigo. As emendas têm de ser votadas, a não ser aquelas que forem retiradas pelos autores.

Não estou aqui para atrapalhar, mas apenas mostrando o aspecto legal da discussão desse projeto de lei.

Era esta a questão de ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Acolho a questão de ordem de V. Ex.<sup>a</sup>, e concedo a palavra ao Relator.

**O SR. CONSTITUINTE JOÃO MENEZES:** – Obrigado.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, gostaria de ouvir ainda a opinião do Líder do PMDB em exercício, Constituinte Antônio Britto.

**O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO BRITTO:** – Sr. Presidente, em nome da Liderança do PMDB, gostaria de reiterar o apelo aqui feito ao nobre Relator Bernardo Cabral pelo Constituinte Carlos Sant'Anna, no sentido de que

trabalhemos juntos, com base no Regimento, a fim de resolvermos a questão surgida quando da votação de um dispositivo que tratava de tortura e que a ele acrescia determinações sobre a questão do tráfico ilícito de drogas. Algumas versões levaram a o que me parece ser um grave equívoco em relação a esta Casa. Visivelmente não houve – nem há – uma só voz, um voto e uma só posição que estabelecesse qualquer tipo de aceitação de cumplicidade ou de omissão em relação a esse crime, contra a pessoa e contra o País, do tráfico de drogas. Este é o apelo que faço ao nobre Relator.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o eminente Líder Carlos Sant'Anna repôs o que se poderia considerar uma verdade histórica do problema do tráfico de drogas quando, em data recente, esta Comissão fez retirar, do parágrafo que tratava em conjunto, o crime de tortura. Sabíamos todos da existência da emenda do Constituinte Francisco Rossi. Havíamos conversado com S. Ex.<sup>a</sup> e ficou acertado que quando chegasse a oportunidade, reintroduziríamos o dispositivo sobre tipificação criminosa do tráfico de drogas entorpecentes. O eminente Constituinte Antonio Mariz – aqui presente – ouviu o que dissera. Ressaltei a S. Ex.<sup>a</sup> que a apresentação técnica que ele iria fazer naquele instante, sobretudo quanto à legislação de entorpecentes, deixaria mal a Casa devido a interpretação errônea que poderia decorrer da sua perfeita sustentação, o que aconteceu. A imprensa entendeu de forma equivocada que esta Casa estava abrindo exceção para o tráfico ilícito de drogas entorpecentes e para o terrorismo, o que não aconteceu nem para um nem para outro assunto.

Sr. Presidente, a emenda do eminente Constituinte Délio Braz prejudicará as duas outras emendas – a do Constituinte Paulo Macarini e a do Constituinte Francisco Rossi. Ao aprovar a emenda do Constituinte Délio Braz, esta Casa estará desperdiçando a oportunidade de repararmos a mancha que estão tentando jogar sobre a Comissão de Sistematização. É uma oportunidade que não podemos perder. Sentir-me-ei constrangido como Relator, se tiver de votar contra a emenda do Constituinte Délio Braz e do Constituinte Paulo Macarini, porque a emenda do Constituinte Francisco Rossi trata do assunto das duas emendas anteriores. Para não ter esse dissabor, encareceria aos eminentes Constituintes Paulo Macarini e Délio Braz a Conveniência de retirarem as suas emendas para que pudéssemos votar a do Constituinte Francisco Rossi. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Constituinte Délio Braz, como se manifesta?

**O SR. CONSTITUINTE DÉLIO BRAZ:** – Gostaria de lembrar a V. Ex.<sup>a</sup> que está sendo votado o meu destaque, nº 1.640, e que estão fazendo uma confusão tremenda com outros destaques e outras emendas. Na hora oportuna esses destaques deverão ser discutidos.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Apenas pergunto a V. Ex.<sup>a</sup> se retira ou não o destaque. V. Ex.<sup>a</sup> já falou a respeito do destaque.

**O SR. CONSTITUINTE DÉLIO BRAZ:** – É lógico que não. Mantenho o meu destaque.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Constituinte Paulo Macarini, retira ou não o seu destaque?

**O SR. CONSTITUINTE PAULO MACARINI:** – Creio que não está na hora.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – V. Ex.<sup>a</sup> já encaminhou. Agora não vamos nos perder em questões...

**O SR. CONSTITUINTE PAULO MACARINI:** – Sr. Presidente, quero apenas dizer que pretendemos escrever uma Carta por uma Nação livre, aberta e independente.

Creio que nenhum brasileiro deva ser extraditado. Mantenho o meu destaque.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Na opinião de V. Ex.<sup>a</sup>, mesmo o naturalizado?

**O SR. CONSTITUINTE PAULO MACARINI:** – Nenhum brasileiro será extraditado, inclusive o naturalizado.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Creio que a questão de ordem levantada pelo Senador João Menezes é procedente. Tenho dificuldade em atender à sugestão do Constituinte Adolfo Oliveira. Temos redações diversas, umas comprometendo as outras. Conseqüentemente, passarei à votação do requerimento de destaque de autoria do Constituinte Délio Braz.

**O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO MARIZ:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – V. Ex.<sup>a</sup> quer falar sobre a votação?

**O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO MARIZ:** – Pedi a palavra porque fui citado pelo nobre Relator Bernardo Cabral. Falarei sobre o tema por ele suscitado: as interpretações errôneas e malévolas sobre a votação da Comissão de Sistematização a propósito de definição do crime de tortura e da imposição constitucional de sua punição.

É evidente que o que a Comissão aprovou nada tem a ver, como se diz equivocadamente, com a suspensão da inafiançabilidade do crime de tráfico de tóxicos. O que a Comissão decidiu foi excluir a expressão, imprópria para definir esse tipo de crime, que está perfeitamente delineado e configurado na legislação penal. O crime é muito mas amplo do que o simples tráfico de tóxicos que, na terminologia penal, significa apenas a exportação e importação das drogas. A decisão da Comissão foi, ao contrário do que se diz, no sentido de reforçar o combate ao tráfico de drogas e entorpecentes, valorizando a legislação existente e mantendo, evidentemente, a inafiançabilidade garantida nos termos do Código de Processo Penal, que a assegura para os crimes que tenham pena máxima igual ou superior a três anos de reclusão.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Trata-se, como se vê, de dar uma explicação à interpretação da imprensa dos atos praticados por esta Comissão. O assunto em votação no momento é um destaque que pretende, segundo o autor, melhorar a redação, pois as palavras são praticamente as mesmas. A redação do Substitutivo é a seguinte:

"Nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado, nos crimes comuns, quando estes tenham sido praticados antes da naturalização."

A redação objeto do destaque diz:

"Nenhum brasileiro será extraditado. A naturalização formalizada após o ilícito por motivo de extradição é nula de pleno direito."

É uma escolha de redação.

Passa-se à votação.

**O SR. CONSTITUINTE INOCÊNCIO OLIVEIRA:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem. O texto dessa emenda é completamente diferente do texto original, porque, enquanto o texto original pune, essa emenda torna pleno o direito.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – É uma questão de redação.

**O SR. CONSTITUINTE INOCÊNCIO OLIVEIRA:** – Não.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – É uma questão de substância também?

**O SR. CONSTITUINTE INOCÊNCIO OLIVEIRA:** – Também.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Lastimo que V. Ex.<sup>a</sup> não tenha se inscrito no momento oportuno para defendê-la e o faça em plena votação.

**(Procede-se à votação)**

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Carlos Sant'anna, João Herrmann Neto, Délio Braz, João Natal, Marcos Lima, Antônio Carlos Mendes Thame, Luís Eduardo, Ricardo Izar, Darcy Pozza. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Ademir Andrade, Alfredo Campos, Almir Gabriel, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Celso Dourado, Egídio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Lyra, Haroldo Sabóia, Ibsen Pinheiro, João Calmon, José Freire, José Geraldo, José Ignácio Ferreira, José Paulo Bisol, José Serra, José Ulisses de Oliveira, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nilton Friedrich, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Prisco Viana, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Rodrigues Palma, Sigmaringa Seixas, Virgildásio de Senna, Wilson Martins, Albano Franco, Antônio Mariz, Chagas Rodrigues, José Carlos Grecco, José Tavares, Miro Teixeira, Octávio Elísio, Roberto Brant, Rose de Freitas, Uldurico Pinto, Vicente Bogo, Aloysio Chaves, Arnaldo Prieto, Carlos Chiarelli, Edme Tavares, Eraldo Tinoco, Francisco Benjamim, Francisco Dornelles, Inocêncio Oliveira, José Jorge, José Santana de Vasconcellos, José Thomaz Nonô, Marcondes Gadelha, Mário Assad, Oscar Corrêa, Osvaldo Coelho, Paulo Pimentel, Sandra Cavalcanti, João Menezes, Jonas Pinheiro, José Tinoco, Paes Landim, Antônio Carlos Konder Reis, Gerson Peres, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia, Virgílio Távora, Brandão Monteiro, José Maurício, Lysâneas Maciel, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Luiz Inácio Lula da Silva, José Genoíno, Adolfo Oliveira, José Maria Eymael, Haroldo Lima, Roberto Freire.

Durante a chamada nominal da Votação do Destaque nº 1.640/87, o **Sr. Jarbas Passarinho**, Terceiro-Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo **Sr. Fernando Henrique Cardoso**, Quarto-Vice-Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 9 Constituintes; votaram NÃO 81 Constituintes. Total: 90 votos. O Destaque foi **rejeitado**.

Passaremos à votação do destaque do Constituinte Paulo Macarini. V. Ex.<sup>a</sup> mantém o destaque?

**O SR. CONSTITUINTE PAULO MACARINI:** – Sr. Presidente, acolhendo as ponderações da Liderança do PMDB e dos companheiros do plenário, curvo-me diante da redação dada pelo Relator e retiro o destaque. **(Muito bem. Palmas!)**

**Destaque nº 4.577/87 – Emenda nº ES-32.858-1, do Sr. Francisco Rossi, "que modifica o art. 6º § 44 do Substitutivo nº 1 (art. 5º § 33 do Substitutivo nº 2)". (63ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Passamos, portanto, ao Destaque nº 4.577, do Deputado Francisco Rossi. Em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Francisco Rossi.

**O SR. CONSTITUINTE FRANCISCO ROSSI:** – Srs. Presidentes, Srs. Constituintes, acho que dispensa qualquer comentário o significado de tráfico de drogas e entorpecentes. As revistas, jornais, rádios e televisões, todos os dias dão ênfase a esse assunto. Ainda hoje, uma emissora de televisão anuncia um programa a esse respeito. A verdade é que aquilo que, para todos nós, há alguns anos,

se afigurava como algo tão distante, hoje é uma ameaça real, alcançando pessoas bem próximas a nós mesmos, as nossas próprias famílias. O tóxico aí está, subvertendo até mesmo os valores de ordem moral.

Gostaria de ler notícia publicada na "Folha de S. Paulo", edição de sábado que, sob o título "Polícia Prende em Flagrante Mãe que Aspirava Coca com os Filhos", diz o seguinte:

"A professora e cronista social Celeste Regina Porto Borges foi presa em flagrante, na quarta-feira à noite, em seu apartamento, em São Leopoldo, 34 quilômetros de Porto Alegre, quando cheirava cocaína com seus dois filhos, de 17 e 23 anos, e outro jovem de menor idade. Celeste disse à polícia que comprava cocaína para que seus filhos se drogassem em casa, a fim de evitar as más companhias na rua."

A grande verdade, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, é que os traficantes estão em vantagem, pois todas as conquistas do homem no campo tecnológico, as mais sofisticadas, estão ao alcance das quadrilhas que trabalham com tóxicos, verdadeiras multinacionais do crime, pelas riquezas que as drogas geram, hoje modestamente calculadas em torno de 600 bilhões de dólares em todo o mundo ao ano, o que daria para pagar quase seis vezes a dívida externa brasileira.

É necessário que a Assembléia Nacional Constituinte se posicione firmemente a respeito deste assunto que aflige a sociedade brasileira, até porque alguns segmentos da imprensa passaram para a opinião pública a versão do fato e não o fato. E a versão que aí está é a de que a Assembléia Nacional Constituinte ter-se-ia omitido a respeito deste assunto. A grande verdade é que o Brasil deixou de ser apenas a rota para se transformar num dos centros de distribuição de tóxicos para o mundo.

Hoje, em São Paulo e no Rio de Janeiro já estão refinando cocaína, que passam a ser verdadeiros paraísos para grandes chefões do narcotráfico. O caso mais recente envolveu o nome de Tomaso Buschetta, que inclusive, buscava fórmulas ilegais para permanecer no País a salvo da legislação que trata do assunto.

Quero lembrar também outra notícia: a da queda de um avião na Argentina, quando quatro brasileiros, de reputação ilibada, morreram. Esses transportavam no avião duzentos quilos de cocaína pura, avaliada em duzentos milhões de dólares.

As nações civilizadas e modernas estão preocupadas com essas organizações multinacionais criminosas e até mesmo com criminosos comuns. Lembro o recente caso da Inglaterra. Esse país permitiu a extradição de vinte e seis torcedores ingleses para a Bélgica por crime, cuja gravidade nem se compara com o tráfico de drogas. Os torcedores ingleses haviam promovido tumulto em um estádio de futebol que resultou em diversas mortes.

Recentemente, o rei da cocaína da Colômbia, que nunca houvera posto os seus pés nos Estados Unidos, foi extraditado para lá, justamente por exportar essa droga para aquele país. Lembro que esse traficante colombiano, agora extraditado e processado nos Estados Unidos, havia fundado um partido político e já se preparava para ser candidato à Presidência da República daquele país andino.

Entendo que podemos criar mecanismos que inibam o tráfico internacional de drogas. A omissão, no texto constitucional, em relação à extradição, seria uma grande contribuição para o estímulo do tráfico internacional de drogas e entorpecentes. Devemos golpear fundo as organizações criminosas que atuam como multinacionais do crime em todo o mundo, inclusive aqui, no Brasil.

Apelo para os nobres Constituintes no sentido de que votem em nossa proposta, em nossa emenda, até porque remetemos à legislação ordinária a forma como se dará essa extradição. Definiremos o crime, o envolvimento e a participação do traficante nesse processo. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Concedo a palavra ao Constituinte Joaquim Bevilacqua para falar a favor.

**O SR. CONSTITUINTE JOAQUIM BEVILACQUA:** –

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, lamentavelmente a explicação dada aqui pelo Constituinte Antônio Mariz com relação ao § 8º, que votamos ainda ontem, não foi aquela transmitida à opinião pública. Ficou estampada a imagem de que a Constituinte, pela Comissão de Sistematização, havia liberado a droga dos crimes inafiançáveis e imprescritíveis. Daí por que é da mais alta importância a emenda do Constituinte Francisco Rossi. Além disso, salienta S. Ex.<sup>a</sup> que é nos casos comprovados. Portanto, não basta apenas o indício, mas nos casos comprovados de envolvimento em tráfico internacional de drogas entorpecentes. Isso resolve a questão, atendendo à justa e legítima preocupação do ilustre Constituinte Carlos Sant'Anna. O tipo está bem claro: "droga entorpecente". Finalizando, propõe S. Ex.<sup>a</sup> que será estabelecida em lei a forma de extradição.

Sr. Presidente, a decisão da Comissão de Sistematização será por certo unânime em torno dessa matéria de tão alta relevância, de tanta significação, porque se trata, a bem da verdade, não de um crime comum, mas de um crime de lesa-humanidade. Daí por que encaminho a votação favoravelmente à emenda do ilustre Constituinte Francisco Rossi, de nº 32.858-1.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ ELIAS MURAD:** – Sr.

Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Pois não, tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra, nobre Constituinte.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ ELIAS MURAD:** –

Gostaria de trazer aqui minha palavra de apoio à emenda, porque tenho várias propostas, no Capítulo da Ordem Social, que dizem respeito ao grave problema das drogas no País. Pela importância da emenda do Constituinte Rossi, gostaria de, ao lado da minha palavra de apoio, dizer que, aprovada, provavelmente trará ela subsídios extraordinários àqueles outros postulados da nossa Constituição relacionados com o controle das drogas no Brasil.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Poderia V. Ex.<sup>a</sup> ser mais explícito na formulação da questão de ordem.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ ELIAS MURAD:** –

Evidentemente, Sr. Presidente. É apenas no sentido de que há uma correlação muito grande entre a proposta ora apresentada e várias outras que temos no mesmo sentido, no Capítulo da Ordem Social.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup>. A questão de ordem já foi resolvida pelo Constituinte Jarbas Passarinho.

**O SR. CONSTITUINTE MARCONDES GADELHA:** –

Para uma questão de ordem, Sr. Presidente. Antes de V. Ex.<sup>a</sup> passar a palavra ao Relator, gostaria de formular uma indagação: se o Relator – ou mesmo o autor da proposição – acha ser possível dar uma redação mais clara ao texto, porque apoiamos o espírito da proposta, mas a redação dá margem a interpretações ambíguas. Quero um esclarecimento sobre o assunto. Trata-se da expressão "ou nos casos comprovados de envolvimento em tráfico internacional de drogas entorpecentes". Quero saber se essa disjuntiva significa que o crime é passível de extradição, aconteça em que período acontecer, antes ou depois da naturalização. Quero deixar bem claro, Sr. Presidente, que esta redação não atende à objeção levantada pelo Constituinte Carlos Sant'Anna quanto à natureza do tráfico de drogas. A palavra "tráfico" significa

"comércio" e no momento é usada indistinta e circunstancialmente, por força das matérias que vêm publicadas nos jornais, como sinônimo de tráfico ilícito, significando o tráfico condenado. Mas a médio e longo prazo a expressão "tráfico internacional de drogas entorpecentes" pode significar apenas o ingênuo e normal comércio de drogas usadas em Medicina. A lei refere-se à extradição e não ao tráfico.

Então, Sr. Presidente, indago ao Relator se é possível dar uma redação mais clara e específica ao texto, porque o próprio autor sabe que como está ele é confuso.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Dou a palavra ao Constituinte José Ignácio Ferreira para uma questão de ordem.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA:** –

Sr. Presidente, quero apenas indagar sobre a possibilidade da inserção da palavra "ilícito" entre as palavras "tráfico" e "internacional", porque era esse o motivo da objeção que iria fazer. Concorro com a emenda, ou com o destaque, mas, não há como se votar o texto da maneira como está redigido, porque abrange tanto o tráfico lícito como ilícito.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Devo responder à questão de ordem dizendo que, infelizmente, não tenho apoio regimental para permitir a transformação de uma palavra do texto sem que haja uma emenda a propósito.

Dou a palavra ao Relator, que poderá dizer até que ponto a redação final nos poderá salvar de alguns impasses.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, antes de V. Ex.<sup>a</sup> assumir a Presidência – na ocasião presidida os trabalhos o nobre Constituinte Jarbas Passarinho – fiz este esclarecimento: na redação final seria incluída a palavra "ilícito", para dar à matéria o contexto perfeito. Esta foi a forma, ou a fórmula, que a Comissão de Sistematização encontrou para arredar o propósito que tentaram atribuir a ela. Jamais qualquer de seus membros tentaria dar patrocínio a traficante ilícito de drogas ou a quem quer que seja.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Agradeço ao Relator o esclarecimento prestado, que, parece-me, satisfaz perfeitamente a indagação feita.

Passa-se à votação.

**(Procede-se à votação)**

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes:

Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Almir Gabriel, Aluizio Campos, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Carlos Mosconi, Carlos Sant'Anna, Celso Dourado, Cristina Tavares, Egídio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Gasparian, Fernando Henrique Cardoso, Haroldo Sabóia, Ibsen Pinheiro, João Calmon, João Herrmann Neto, José Freire, José Geraldo, José Ignácio Ferreira, José Paulo Bisol, José Serra, José Ulisses de Oliveira, Milton Reis, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nelton Friedrich, Nilson Gibson, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Prisco Viana, Renato Vianna, Rodrigues Palma, Sigmaringa Seixas, Virgildásio de Senna, Wilson Martins, Aécio Neves, Chagas Rodrigues, José Tavares, Marcos Lima, Octávio Elísio, Rose de Freitas, Vicente Bogo, Afonso Arinos, Aloysio Chaves, Arnaldo Prieto, Carlos Chiarelli, Christóvam Chiaradia, Edme Tavares, Eraldo Tinoco, Francisco Benjamim, Francisco Dornelles, Inocêncio Oliveira, José Jorge, José Santana de Vasconcellos, José Thomaz Nonô, Luís Eduardo, Marcondes Gadelha, Mário Assad, Oscar Corrêa, Osvaldo Coelho, Paulo Pimentel, Sandra Cavalcanti, Jonas Pinheiro, Paes Landim, Ricardo Izar, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Gerson Pores, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia, Virgílio Távora, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Adolfo Oliveira e José Maria Eymael. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Alfredo Campos, Antônio Mariz, Délio Braz, Miro Teixeira,

Ricardo Fiúza, Brandão Monteiro, José Maurício, Lysâneas Maciel, Luiz Inácio Lula da Silva, José Genoíno, Haroldo Lima, Roberto Freire e Antônio Farias.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 79 Constituintes; votaram NÃO 13 Constituintes. Total: 92 votos. O Destaque foi **aprovado**.

**O SR. CONSTITUINTE FERNANDO GASPARIAN:** – Pela ordem, Sr. Presidente.

Estou encaminhando à Mesa uma declaração de voto referente ao § 31 do art. 5º, mas minha intenção foi votar a favor da emenda popular.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– A Mesa recebe a declaração de voto de V. Ex.<sup>a</sup>.

Passamos agora ao Destaque nº 5.457, de autoria do Constituinte José Egreja. Não estando presente S. Ex.<sup>a</sup>, fica prejudicado o destaque.

**Destaque nº 4.325-87 – Emenda nº ES-22.526-0, do Sr. Paulo Macarini, "que modifica o art. 6º § 45 do Substitutivo nº 1 (art. 5º, § 34 do Substitutivo nº 2)". (64ª votação)**

Passamos ao § 34 do art. 5º O primeiro destaque, solicitado pelo Constituinte Paulo Macarini, é o de nº 4.325. Pergunto ao Constituinte Paulo Macarini se mantém o destaque.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO MACARINI:** – Sim, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Mantido o destaque, concedo a palavra ao Constituinte Paulo Macarini.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO MACARINI:** – Sr.

Presidente, o destaque que apresentei à consideração da Comissão de Sistematização visa a dar uma redação mais sintética ao § 34 do art. 5º: "Conceder-se-á asilo político". Sem qualquer outra condição.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Não há orador para encaminhar a votação em contrário.

Passamos à votação do destaque.

Em votação.

Peço ao Sr. Secretário que proceda à chamada.

Antes, o Sr. Relator pede a palavra para dar um esclarecimento.

Tem a palavra o Sr. Relator.

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – O Relator

Bernardo Cabral posiciona-se pela manutenção do texto, que diz:

"Conceder-se-á asilo político aos perseguidos em razão de defesa dos direitos e liberdades fundamentais da pessoa humana."

Recentemente, tivemos de receber, no Brasil, o Chefe da Polícia do Haiti, que levou à prática crimes hediondos, como o de tortura, que podem ser caracterizados como barbárie, contrários aos direitos fundamentais da pessoa humana. Se dissermos que "o Brasil concederá asilo político", a uma pessoa como o Chefe da Polícia do Haiti terá de ser recebida como asilado nos mesmos termos e da mesma forma que qualquer lutador ou herói da liberdade, da libertação dos povos em qualquer parte do mundo.

Em razão disso, o Relator Bernardo Cabral pediu-me que transmitisse a V. Ex.<sup>as</sup> o seu desejo de manter o texto original.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Pergunto ao nobre Constituinte Marcondes Gadelha se ainda deseja fazer uso da palavra, já tendo falado o Relator.

**O SR. CONSTITUINTE MARCONDES GADELHA:** –

Sr. Presidente, vou desistir. Devo dizer, entretanto, que

não sabia qual era a posição do Relator. Havia desistido inicialmente porque não existia posição em contrário. Surgiu uma posição em contrário, a do Relator. Desta forma, eu me posicionaria para defender, já que me foi negado esse direito, sob a alegação de que ninguém falaria em contrário. Em todo caso, desisto em atendimento à indução de V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr.

Presidente, desejo falar a favor da emenda do nobre Constituinte.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Nobre Constituinte Gerson Peres, não está aberta a inscrição para falar a favor. O Relator já se pronunciou. Lamento dizer isso a V. Ex.<sup>a</sup>, mas vamos proceder à votação. Gostaria muito de ouvir a defesa.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr.

Presidente, não tendo sido ocupado o espaço, tem sido praxe o Constituinte se manifestar, a não ser que V. Ex.<sup>a</sup> não queira que eu fale. Neste caso, em consideração à autoridade de V. Ex.<sup>a</sup> como integrante da Mesa e contrariando sua tradição democrática, volto para o meu lugar.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– V. Ex.<sup>a</sup> sabe que sempre fico encantado em ouvi-lo. E até gostaria de fazê-lo, pois tenho certeza de que V. Ex.<sup>a</sup> exprimiria o meu pensamento nesta matéria. Mas vou cingir-me ao Regimento. Em votação a matéria.

**(Procede-se à votação)**

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes:

Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Almir Gabriel, Artur da Távola, Cristina Tavares, Fernando Gasparian, Fernando Henrique Cardoso, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, Ibsen Pinheiro, João Herrmann Neto, José Paulo Bisol, José Serra, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nelson Friedrich, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Sigmaringa Seixas, Wilson Martins, Délio Braz, Octávio Elísio, Vicente Bogo, Vilson Souza, Eraldo Tinoco, José Jorge, Luís Eduardo, Marcondes Gadelha, Oscar Corrêa, Osvaldo Coelho, Ricardo Fiúza, Gerson Peres, Jarbas Passarinho, Enoc Vieira, José Lourenço, Ricardo Izar, Brandão Monteiro, José Maurício, Lysâneas Maciel, Luiz Inácio Lula da Silva, José Genoíno, José Maria Eymael e Haroldo Lima. Votaram **NÃO** os seguintes senhores Constituintes: Aluizio Campos, Bernardo Cabral, Carlos Mosconi, Carlos Sant'Anna, Celso Dourado, Egídio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, João Calmon, José Fogaça, José Freire, José Geraldo, José Ignácio Ferreira, José Ulisses de Oliveira, Milton Reis, Nilson Gibson, Prisco Viana, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Rodrigues Palma, Virgildásio de Senna, Albano Franco, José Costa, José Tavares, Márcio Braga, Marcos Lima, Alcení Guerra, Aloysio Chaves, Antônio Carlos Mendes Thame, Arnaldo Prieto, Carlos Chiarelli, Christóvam Chiaradia, Edme Tavares, Francisco Dornelles, Inocêncio Oliveira, José Santana de Vasconcellos, José Thomaz Nonô, Mário Assad, Paulo Pimentel, Sandra Cavalcanti, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, José Luiz Maia, Virgílio Távora, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Adolfo Oliveira, Roberto Freire e Antônio Farias.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 43 Constituintes; votaram NÃO 49 Constituintes. Total 92 votos. O Destaque foi rejeitado.

**Destaque nº 5.613/87 – Emenda nº 1P-19.918-2, do Sr. José Ignácio Ferreira, "que modifica o art. 12, XII, letra "c" do Projeto de Constituição (art. 5º, §§ 33 e 34 do Substitutivo nº 2)". (65ª votação)**

Passamos à votação do Destaque nº 5.613, de autoria do Constituinte José Ignácio Ferreira. Pergunto a S. Ex.<sup>a</sup> se mantém o destaque. **(Pausa)**

Concedo a palavra ao Constituinte José Ignácio Ferreira.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, a nossa proposta havia sido objeto de um entendimento no sentido de sua retirada. Inicialmente, pensávamos que, no bojo do entendimento que fizemos, ela naturalmente poderia sair. Mas agora, diante da evidência – o que muito nos sensibiliza – de que o Plenário ou parte expressiva dele deseja vê-la aprovada, a nossa pretensão é que a disposição fique assim redigida.

"O Brasil não faltará à condição de País de primeiro asilo, e só com a presença do refugiado em território nacional poderá ser considerado pedido de extradição, a qual não será concedida por crime exclusivamente político ou de opinião, ou quando o extraditando puder ser condenado à morte no País solicitante, salvo compromisso de comutação de pena."

Esta é a proposta que apresentamos, entendendo que a condição de país de primeiro asilo, para efeito de asilo territorial, necessariamente precisaria constar da disposição constitucional. Então, por exemplo, se alguém fugir do Paraguai para o Brasil, atravessando a fronteira, não se negará, para efeito de asilo territorial, a concessão desse primeiro asilo. É uma disposição que nos parece cabível e necessária, sobretudo porque não se trata de asilo diplomático, mas, sim, de asilo territorial. Portanto, o texto fala por si mesmo.

No momento em que o Brasil passa por um processo de abertura democrática, com a condição de país de primeiro asilo ele se abre para um grande abraço da sociedade brasileira, certamente dando ao mundo um exemplo de convivência pacífica. Parece-me que essa disposição seja mais acertada e deva ficar, portanto, esculpida no texto constitucional.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Gerson Peres, que a solicitou para falar a favor do destaque do Constituinte José Ignácio Ferreira.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, prezados Colegas, a emenda de autoria do ilustre Constituinte José Ignácio Ferreira parece-nos melhor do que o dispositivo que consta do texto, pois este é subjetivo, restritivo e se nivela a uma linha de conceitos de direitos humanos de outro país e que não podemos a distância definir. S. Ex.<sup>a</sup> deu o exemplo do Chefe de Polícia do Haiti. Eu daria o de Somoza e Ortega. Se hoje pedissem asilo ao Brasil, a qual dos dois o concederíamos? Como iríamos avaliar? O primeiro violentou direitos humanos e o segundo a liberdade de imprensa, além de direitos humanos, expulsando padres do território etc. Portanto, esse conceito que está na redação do Substitutivo nº 2 é muito subjetivo.

Lembro aos prezados colegas que, para darmos curso à tradição brasileira, devemos ficar com a emenda do Constituinte José Ignácio Ferreira, que coloca o País na condição de dar asilo em primeiro lugar e, posteriormente, avaliar a situação do asilado. Cabe ao Brasil conceder o asilo – seria a tese – e, depois, avaliar se convém ou não ter essa pessoa em território nacional, se ela é digna ou não de aqui permanecer, se convém ou não aos nossos interesses. Negar asilo com base em justificativas subjetivas contraria a tradição brasileira.

Portanto, não havendo outra emenda mais concisa, como seria a de autoria do Constituinte Paulo Macarini, apóio esta, segundo a qual o Brasil concederia asilo e, depois, a lei regulamentaria as situações em que caberia dá-lo ou não. Essa emenda, parece-nos, salva a tradição brasileira, pois – repito – concederíamos asilo aos que

procurassem o nosso País e, posteriormente, avaliaríamos a situação deles.

**O SR. CONSTITUINTE MARCONDES GADIELHA:**

– Sr. Presidente, peço a palavra, para encaminhar contra.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Concedo a palavra ao Constituinte Marcondes Gadelha.

**O SR. CONSTITUINTE MARCONDES GADIELHA:**

– Sr. Presidente, Srs. Constituintes, esta Casa perdeu a preciosa oportunidade de votar uma emenda de extraordinário alcance: aquela de autoria do Constituinte Paulo Macarini, que é generosa, ampla e abrangente. Não vamos, agora, tentar corrigir um erro com outro maior.

A emenda apresentada pelo Constituinte José Ignácio Ferreira é extremamente confusa e subjetiva. Só a leitura desse texto já é enfadonha e mostra o grande potencial de arbítrio que pode conter.

Vou esgotar a paciência de V. Ex.<sup>a</sup> com a leitura do texto que, por si só, extremamente eloqüente na sua incompetência e na sua incapacidade de atender aos seus propósitos. Ele diz:

"O Brasil não faltará à condição de país de primeiro asilo, e só com a presença do refugiado em território nacional poderá ser considerado pedido de extradição, a qual não será concedida por crime exclusivamente político ou de opinião, ou quando o extraditando puder ser condenado à morte no país solicitante, salvo compromisso de comutação de pena."

Sr. Presidente, como podemos pressupor se o extraditando pode ser condenado à morte, ou se vai haver compromisso de comutação da pena, ou se esse compromisso será honrado? Tenho a impressão de que devemos deixar esse espaço reservado **ad futurum** para aprovação em plenário da Emenda Paulo Macarini. Esta, sim, atende aos propósitos generosos da idéia de asilo.

**O SR. CONSTITUINTE CHAGAS RODRIGUES:** –

Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Pela ordem, dou a palavra ao Constituinte Chagas Rodrigues.

**O SR. CONSTITUINTE CHAGAS RODRIGUES:** –

Sr. Presidente, V. Ex.<sup>a</sup> anunciou a votação da emenda de autoria do nobre Senador José Ignácio Ferreira. Acontece que, na publicação oficial referente ao art. 5º, figura outro destaque, de autoria do Constituinte Giovanni Masini. Para orientação do Plenário, pediria à Mesa que procedesse a leitura da emenda, porque, conforme fosse, poderíamos rejeitar a Emenda do nobre Constituinte José Ignácio Ferreira e, depois, aprovar a proposição de autoria do Constituinte Giovanni Masini. Pergunto, de antemão, se S. Ex.<sup>a</sup> está presente. **(Pausa)** S. Ex.<sup>a</sup> está no plenário.

A emenda diz o seguinte:

"Conceder-se-á asilo a estrangeiros perseguidos em razão de raça, nacionalidade, convicções políticas, defesa dos direitos e liberdades fundamentais da pessoa humana, não faltando ao Brasil a condição de País de primeiro asilo. A expulsão do asilado subordinar-se-á a amplo controle jurisdicional, vedada a repatriação ao país onde a vida ou a liberdade do mesmo estejam ameaçadas."

**O SR. CONSTITUINTE CHAGAS RODRIGUES:** –

Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup> e reafirmo que considero esta emenda melhor.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** –

Consulto o Constituinte José Ignácio Ferreira se mantém o destaque. **(Pausa)** S. Ex.<sup>a</sup> o mantém.

Dou a palavra ao Constituinte Aluizio Campos, para encaminhar contra.

**O SR. CONSTITUINTE ALUÍZIO CAMPOS:** – Sr. Presidente, a nosso ver o único ponto positivo da emenda do ilustre Constituinte e amigo José Ignácio e a referência contida na emenda "o Brasil não faltará à condição de primeiro asilo". Mas, no restante, realmente a emenda parece-me incabível.

Há outro ponto ainda, a emenda do nobre Constituinte Giovanni Masini que preenche essa lacuna, porque diz: "Conceder-se-á asilo a estrangeiros perseguidos em razão de raça, nacionalidade, convicções políticas, defesa dos direitos e liberdade fundamentais da pessoa humana" – e esclarece – "não faltando o Brasil à condição de País de primeiro asilo".

Então, como existe essa emenda, que supre a deficiência que se poderia apontar no texto do Relator, manifesto-me contra a emenda do Constituinte José Ignácio Ferreira, apelando também, como fez o Senador Chagas Rodrigues, para que apoiemos a emenda seguinte, do Deputado Giovanni Masini.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Pergunto ao Relator se quer opinar a respeito.

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – O Relator entende que a emenda do Senador José Ignácio Ferreira pode gerar certa confusão. Quando diz que "O Brasil não faltará a condição de País de primeiro asilo, e só com a presença do refugiado em território nacional poderá ser considerado o pedido de extradição, a qual não será concedido por crime exclusivamente político ou de opinião, ou quando o extraditando puder ser condenado à morte no país solicitante"; verifica-se que a extradição não será concedida em duas hipóteses: 1ª) em caso de crime exclusivamente político ou de opinião; 2ª) quando o extraditando puder ser condenado à morte, não importando se o asilo é político ou se o crime é comum, se é um assassino ou se é praticante de qualquer tipo de comportamento considerado delituoso.

Portanto, as duas razões que impedem a extradição estão desvinculadas entre si e gerariam uma confusão entre o criminoso político e o comum. Por isso novamente a Relatoria sente-se na obrigação de manter o seu texto em confronto com este, o que não significa que, com relação ao próximo texto, continue adotando a mesma posição. Mas, em confronto com este texto, ela se vê obrigada a preferir o texto do Substitutivo nº 2.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Não tendo o Senador José Ignácio Ferreira retirado a sua emenda, passa-se à votação.

**(Procede-se à votação)**

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Cristina Tavares, Haroldo Sabóia, João Herrmann Neto, José Ignácio Ferreira, José Paulo Bisol, Nelton Friedrich, Paulo Ramos, Albano Franco, Délio Braz, Rose de Freitas, Vicente Bogo, Ziza Valadares, Aloysio Chaves, Antoniocarlos Mendes Thame, Luís Eduardo, Gerson Peres, Jarbas Passarinho, Luiz Inácio Lula da Silva, José Genoíno e Haroldo Lima. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Almir Gabriel, Aluizio Campos, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Carlos Mosconi, Carlos Sant'Anna, Celso Dourado, Egidio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Gasparian, Fernando Henrique Cardoso, Francisco Pinto, Ibsen Pinheiro, João Calmon, José Fogaça, José Geraldo, José Ulisses de Oliveira, Milton Reis, Nelson Carneiro, Nilson Gibson, Oswaldo Lima Filho, Pimenta da Veiga, Prisco Viana, Raimundo Bezerra, Rodrigues Palma, Sigmaringa Seixas, Virgildásio de Senna, Wilson Martins, Chagas Rodrigues, José Costa, José Tavares, Márcio Braga, Marcos Lima, Miro Teixeira, Octávio Elísio, Alcení Guerra,

Arnaldo Prieto, Carlos Chiarelli, Edme Tavares, Eraldo Tinoco, Francisco Dornelles, Inocêncio Oliveira, José Jorge, José Lins, José Santana de Vasconcellos, José Thomaz Nonô, Marcondes Gadelha, Mário Assad, Oscar Corrêa, Osvaldo Coelho, Paulo Pimentel, Ricardo Fiúza, Sandra Cavalcanti, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, José Luiz Maia, Virgílio Távora, Enoc Vieira, José Lourenço, Ricardo Izar, Brandão Monteiro, José Maurício, Lysâneas Maciel, Francisco Rossi, Gastone Righi, Adolfo Oliveira, Ottomar Pinto, José Maria Eymael e Roberto Freire.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 22 Constituintes; votaram NÃO 69 Constituintes; Total: 91 votos. O Destaque foi **rejeitado**.

**Destaque nº 7.804/87 – Emenda nº ES-22.414-0, do Sr. Giovanni Masini, "que modifica o art. 6º, § 45 do Substitutivo nº 1 (art. 5º, § 34 do Substitutivo nº 2)". (66ª votação)**

Passemos à discussão do destaque do Sr. Constituinte Giovanni Masini, de nº 7.804. Será o último destaque a ser votado esta noite, após o que encerraremos a sessão.

S. Ex.<sup>a</sup> encaminhou à Mesa destaque propondo a seguinte modificação:

"Conceder-se-á asilo a estrangeiros perseguidos em razão de convicções políticas."

Em votação.

Tem a palavra o Constituinte Giovanni Masini, para encaminhar a votação.

**O SR. CONSTITUINTE JOVANNI MASINI:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o destaque pretende, ampliar a possibilidade e a expectativa de asilo, procurando ser suficientemente enxuto, resumido, no sentido de sintetizar os sentimentos de hospitalidade, de grandeza e de generosidade que sempre nortearam, em todos os tempos e em todos os campos, a Nação brasileira. Que prevaleça esse sentimento de espírito humanitário do povo brasileiro. Muito obrigado. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Concedo a palavra ao Constituinte José Genoíno, para encaminhar a favor.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Sr. Presidente, não vou encaminhar. Quero só lembrar ao Plenário da Comissão de Sistematização que, aprovando a emenda do nobre Constituinte Giovanni Masini, recuperaremos a emenda Paulo Macarini na essência. Portanto, vamos aprovar a emenda defendida pelo Constituinte Giovanni Masini.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Há alguém para encaminhar contra? **(Pausa)**

Não havendo quem encaminhe contra, submeto a matéria à votação do Plenário.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma informação.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Sr. Presidente, estou entendendo que o Constituinte modificou o destaque que tinha sido apresentado.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Perfeitamente. S. Ex.<sup>a</sup> suprimiu expressões – isso já foi decidido aqui anteriormente – no próprio texto. Consta do destaque. O Sr. Constituinte requereu destaque para essa expressão do texto.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Mas já está no destaque?

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Está no destaque.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Então, ele não modificou.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Não. Já está no destaque, senão não o submeteria à votação.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ THOMAZ NONO:** – Para uma reclamação, Sr. Presidente. Numa sessão há dois ou três dias, houve caso absolutamente similar e a Mesa decidiu – e enfatizou a decisão – dizendo que não podia ser subtraída nem modificada.

**O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA:** – Sr. Presidente, o Constituinte José Thomaz Nonô não traz uma informação correta. O que a Mesa decidiu foi acatado nessa hora, porque a modificação foi feita antes do início da votação. Ao anunciar V. Ex.<sup>a</sup> o texto, ele já estava modificado.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Exatamente. Tenho-o por escrito. Portanto, tem procedência.

**O SR. CONSTITUINTE HAROLDO LIMA:** – Sr. Presidente, só para acrescentar uma informação. Na verdade, houve um voto semelhante a este, mas com uma diferença fundamental: é que se tentou fazer uma alteração depois de iniciado o processo de votação, e aí não foi mais possível. Mas antes de iniciado o processo de votação – isso já aconteceu diversas vezes nessas sessões – isso sempre foi permitido pela Mesa.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Queria dar uma informação. Não tenho nenhum amparo regimental para proceder diferentemente, porque o destaque está aqui, assinado por ele, nesses termos. Não tenho outra alternativa.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Sr. Presidente, se V. Ex.<sup>a</sup> me permite, parece que o nobre Constituinte está suprimindo palavras do destaque tal como publicado, e isso não pode ser feito. É anti-regimental.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** Perdão. Estou me baseando nas decisões anteriores da Mesa. O destaque foi-me submetido com essa redação.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Sr. Presidente, decidido pela Mesa, o Constituinte, se discordar, poderá recorrer à Presidência da Assembléia.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Acato a questão de ordem do Constituinte Roberto Freire. Os Constituintes que não estiverem de acordo poderão recorrer da decisão.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, peça a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Sr. Constituinte, infelizmente não posso conceder a palavra a V. Ex.<sup>a</sup> mais uma vez esta noite, porque estamos em processo de votação.

Proceda-se à chamada.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, peça a palavra para uma questão de ordem sobre o processo de votação. Vamos ver se V. Ex.<sup>a</sup> mais uma vez vai negar-me a palavra. Se V. Ex.<sup>a</sup> acha que não posso falar... Na primeira vez concordei com V. Ex.<sup>a</sup>, com esta segunda vez, V. Ex.<sup>a</sup> vai infringir o Regimento.

Sr. Presidente, peça a palavra para uma questão de ordem sobre o processo de votação.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr.

Presidente, o Regimento Interno determina que as emendas sejam publicadas em avulso. Aqui, a emenda do nobre Constituinte está publicada na íntegra.

A questão de ordem é a seguinte: pode V. Ex.<sup>a</sup> colocar em votação uma emenda constitucional rasurada, na Mesa, pelo autor da mesma, extraíndo expressões, contrariando aquilo que está publicado no avulso, como manda o Regimento?

Se V. Ex.<sup>a</sup> decidir favoravelmente, abrirá um precedente para todos. Antes da votação todos poderão corrigir, sobre a mesa, a sua emenda com termos contrários ao constante no avulso. Esta é a minha questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– À questão de ordem respondo da seguinte forma: fui informado pela Mesa de que há decisões anteriores nesse mesmo sentido. V. Ex.<sup>a</sup> tem razão ao pedir que eu generalize a decisão. Efetivamente, o destaque é feito sobre expressões contidas anteriormente, mas deve ser feito por escrito e encaminhado à Mesa antes da votação. Esta decisão não é minha, estou simplesmente continuando uma tradição que se estabeleceu aqui.

Assim, peço a V. Ex.<sup>a</sup> ou a qualquer outro Constituinte que não esteja de acordo que recorra à Presidência da Assembléia para que haja uma jurisprudência sobre a matéria.

**O SR. CONSTITUINTE ADOLFO OLIVEIRA:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma reclamação.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Tem a palavra V. Ex.<sup>a</sup> para uma reclamação.

**O SR. CONSTITUINTE ADOLFO OLIVEIRA:** – Tem sido praxe, Sr. Presidente – inclusive há uma determinação da Presidência – que as chamadas sejam sempre alternadas, começando pelo PMDB ou PMB. Se houver uma alteração e o precedente for criado isso pode dar margem a interpretações que – estou certo – não são a aquelas que a Mesa deseja. Esta chamada, agora, deveria começar pelo último partido, PMB.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Acolho a observação de V. Ex.<sup>a</sup>, não devemos abrir nenhum precedente nesta matéria. Que se proceda à votação de forma alternativa, como é a praxe. E foi por extrema liberalidade que concedi questões de ordem, não as concederei mais.

Em votação.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes:

Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Almir Gabriel, Aluizio Campos, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Carlos Mosconi, Carlos Sant'Anna, Egídio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Gasparian, Fernando Henrique Cardoso, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, Ibsen Pinheiro, João Calmon, João Herrmann Neto, José Fogaça, José Freire, José Geraldo, José Paulo Bisol, José Serra, José Ulisses de Oliveira, Milton Reis, Nelson Carneiro, Nelson Friedrich, Nilson Gibson, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Prisco Viana, Raimundo Bezerra, Rodrigues Palma, Sigmaringa Seixas, Wilson Martins, Albano Franco, Chagas Rodrigues, José Costa, José Tavares, Marcos Lima, Miro Teixeira, Octávio Elísio, Roberto Brant, Rose de Freitas, Vilson Souza, Alcení Guerra, Antoniocarlos Mendes Thame, Arnaldo Prieto, Carlos Chiarelli, Edme Tavares, Inocêncio Oliveira, José Jorge, José Lins, José Santana de Vasconcellos, Luís Eduardo, Marcondes Gadelha, Oscar Corrêa, Paulo Pimentel, Ricardo Fiúza, Sandra Cavalcanti, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Gerson Peres, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia, Virgílio Távora, Enoc Vieira, Jonas Pinheiro,



José Lourenço, Ricardo Izar, Brandão Monteiro, José Maurício, Lysâneas Maciel, Francisco Rossi, Gastone Righi, Luiz Inácio Lula da Silva, Adolfo Oliveira, Ottomar Pinto, José Genóino, José Maria Eymael, Haroldo Lima e Roberto Freire. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Celso Dourado, José Ignácio Ferreira, Virgildásio de Senna, Délio Braz, Eraldo Tinoco e Francisco Dornelles. **ABSTENÇÃO:** Senhor Constituinte José Thomaz Nonô.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**  
– A Mesa vai proclamar o resultado: votaram **SIM** 82 Constituintes; votaram **NÃO** 6 Constituintes; absteve-se de votar 1 Constituinte. Total: 89 votos. O Destaque foi **aprovado**.

### III – SUSPENSÃO DA REUNIÃO

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**  
– A Presidência vai suspender os trabalhos, convocando os Senhores Constituintes para a continuação da presente reunião, amanhã, 2-10-87, às 14:00 horas.

Está suspensa a reunião.

### EM 2 DE OUTUBRO DE 1987

Presidência dos Srs. **Aluízo Campos**, Primeiro-Vice-Presidente; **Afonso Arinos**, Presidente; **Jarbas Passarinho**, Terceiro-Vice-Presidente.

### I – REABERTURA DA REUNIÃO

**O SR. PRESIDENTE (Aluízo Campos):** – Havendo número regimental, declaro reaberta a reunião.

### II – EXPEDIENTE

#### REQUERIMENTOS

#### Do Senhor Constituinte Oscar Corrêa:

"Sr. Presidente:

O Deputado abaixo assinado requer de V. Ex.<sup>a</sup>, ouvido o plenário da Comissão de Sistematização, se digne encaminhar ao Presidente da Assembléia Nacional Constituinte proposta de prorrogação do prazo de discussão e votação do substitutivo do Relator, Deputado Bernardo Cabral, pelo período de até 30 dias, a partir do dia 8 de outubro, data anteriormente aprazada para conclusão dos nossos trabalhos.

Sala das Reuniões, 2 de outubro de 1987. – Deputado **Oscar Corrêa.**"

#### Do Senhor Constituinte Ricardo Izar:

"Sr. Presidente:

Requeiro a V. Ex.<sup>a</sup> se digne encaminhar ao Presidente da ANC proposta de prorrogação de prazo de discussão e votação do Substitutivo ora em votação, pelo período de 20 (vinte) dias.

Brasília, 2 de outubro de 1987. – **Ricardo Izar.**"

#### Do Senhor Constituinte Luiz Gushiken:

Partido dos Trabalhadores

Gabinete da Liderança  
Ofício nº 125/87

Brasília, 2 de outubro de 1987

Senhor Presidente,  
Solicito a V. Ex.<sup>a</sup> determinar as providências necessárias para que o Destaque nº 2.373, referente à Emenda IP-15.483-9, de minha autoria, seja transferido ao TIT VII,

Cap. I, art. 196, do Substitutivo 2, como Emenda substitutiva.  
Sala das Sessões, – Deputado **Luiz Gushiken.**"

### III – COMUNICAÇÕES

#### Da Presidência:

**O SR. PRESIDENTE (Aluízo Campos):** – Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, a Mesa deseja fazer uma comunicação sobre suas decisões.

A propósito do pedido de prorrogação, ontem submetido ao Plenário e por ele aprovado, de autoria do nobre Constituinte Deputado Oscar Corrêa, a Mesa da Comissão de Sistematização decidiu que o seu Presidente, o eminente Senador Afonso Arinos, entender-se-á com o Presidente da Assembléia Nacional Constituinte a respeito do assunto e espera dar a decisão do Presidente Ulysses Guimarães na sessão da próxima segunda-feira.

A Mesa decidiu, também, em reunião de hoje, que será lícito ao autor do destaque, antes de iniciada a sua votação, destacar parte da emenda, expressões ou palavras, para aprovação ou rejeição, tendo em vista que alguns dispositivos contêm matéria nova.

A Mesa, também, decidiu que a reunião de amanhã, 3 de outubro, assim como as dos demais sábados, serão realizadas no horário das 9 às 13 horas, não havendo reunião no domingo e, a partir da segunda-feira, as reuniões continuarão no mesmo horário já estabelecido e que estamos observando. De maneira que foram estas as decisões tomadas hoje, pela Mesa da Comissão de Sistematização.

**A SRA. CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluízo Campos):** – Tem a palavra, para uma questão de ordem, a nobre Constituinte Cristina Tavares.

**A SRA. CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES:** – Consulto a V. Ex.<sup>a</sup> se hoje vamos votar através do painel eletrônico?

**O SR. PRESIDENTE (Aluízo Campos):** – O Secretário-Geral da Câmara, Dr. Paulo Affonso Martins de Oliveira, informa que os técnicos ainda não puderam concluir o preparo do sistema eletrônico para funcionar imediatamente. Quando isto acontecer, começaremos a utilizá-lo.

**A SRA. CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES:** – Sr. Presidente, quero registrar o meu inconformismo. Não acredito nesta informação. Penso que há uma deliberada postergação dos trabalhos desta Comissão de Sistematização. Penso que esta desculpa não convence porque os testes já foram feitos desde a semana passada.

Ontem estive com o Presidente Ulysses Guimarães, que reafirmou que o painel eletrônico pode ser acionado a qualquer momento. Este é o meu inconformismo e apresentarei à Mesa, ainda hoje, um requerimento para que se faça um teste. Por que V. Ex.<sup>a</sup> não faz um teste, agora, nesta sessão? O que está impedindo este teste, a não ser postergar e oferecer à Nação este desastrado e triste espetáculo? As vésperas do 3º milênio, instalado um painel eletrônico, por manobras políticas inconfessáveis, esta Comissão de Sistematização está atrasando os seus trabalhos.

**O SR. PRESIDENTE (Aluízo Campos):** – A informação que a Mesa da Sistematização tem é de que, embora o painel eletrônico esteja funcionando para a Assembléia Nacional Constituinte, ainda não foi programado o seu funcionamento para a Comissão de Sistematização.

**A SRA. CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES:** – A informação não a verdadeira, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Mas V. Ex.<sup>a</sup>, como Constituinte e Deputada, tem todo o direito de procurar investigar as causas, se isso lhe interessar.

#### IV – ORDEM DO DIA

##### VOTAÇÃO DO PROJETO DE CONSTITUIÇÃO TÍTULO II (continuação)

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Vamos passar, então, à votação do § 35 do art. 5º do substitutivo.

O primeiro destaque, de nº 4.043, é de autoria do Constituinte Roberto Campos.

Não estando presente S. Ex.<sup>a</sup>, está prejudicado.

O segundo destaque, de nº 7.601, é do ilustre Constituinte Darcy Pozza e se refere ao texto do projeto pedindo a supressão do parágrafo.

O Constituinte Darcy Pozza está ausente.

Está prejudicado o destaque.

**Destaque nº 1.893/87 – Emenda nº ..... IP-00606-6, do Sr. Luiz Inácio Lula da Silva, "que substitui o art. 12, inciso XIII, do projeto de Constituição (art. 5º, § 35, do Substitutivo nº 2)". (67ª votação)**

O terceiro destaque, de nº 1.893, é requerido pelo Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva, referente à Emenda nº 1P-00606-6.

Tem a palavra o nobre Constituinte Plínio Arruda Sampaio.

**O SR. CONSTITUINTE PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, hoje vamos tratar de um assunto polêmico e difícil, um assunto que, em geral, apasiona e que impede o raciocínio claro e lógico. Vou ler a emenda que o nosso partido pretenderia ver aprovada hoje nesta Comissão.

A proteção da propriedade privada se estabelece, de acordo com a nossa emenda, em duas categorias de propriedades. Fazemos uma diferenciação na propriedade. Este é o ponto focal da emenda que queríamos ver aprovada hoje. Há a propriedade dos bens de uso pessoal e familiar. Para nós essa propriedade é realmente sagrada, é uma projeção da própria personalidade da pessoa. Para nós o texto constitucional deveria dar a essa propriedade uma proteção completa, traduzida nos seguintes termos:

"Ela é insuscetível de desapropriação, salvo por inarredável interesse social, ou utilidade ou necessidade pública, mediante justa e imediata indenização em dinheiro, se assim exigir o expropriado."

Agora, há pouco, conversando com o Sr. Constituinte Ricardo Fiúza, S. Ex.<sup>a</sup> argumentava que era necessário colocar a palavra "prévia" no texto do Projeto Bernardo Cabral para impedir o que aconteceu em São Paulo, por exemplo, em que milhares de proprietários de pequenas casas até hoje, cinco, seis anos depois da desapropriação, ainda não receberam o seu dinheiro. E respondi ao Constituinte que a palavra prévia consta do texto constitucional, e hoje isso não impediu que todos esses milhares de proprietários estivessem sem receber a sua indenização. A fórmula que propomos aqui da indenização imediata, quer dizer o seguinte: antes da imissão da posse e sem permitir a imissão da posse, essa pequena propriedade deverá ser integralmente indenizada, ou seja, todo o dano que o Estado causa àquele proprietário, pela necessidade que tem do seu bem, deve ser ressarcido imediatamente antes da imissão da posse; isso para propriedade do bem de uso pessoal ou familiar.

Para os outros tipos de propriedade, ou para as propriedades de bem de produção, nós temos um tratamento na emenda, que vou colocar aqui para os senhores:

"Bens de produção são suscetíveis de desapropriação, por necessidade ou utilidade pública ou por interesse social, desde que necessário à execução de planos" – não admitimos a desapropriação de uma propriedade sem que existam previamente planos –, "programas e projetos de desenvolvimento social e econômico, sejam eles da União, dos estados ou dos municípios, mediante justa indenização."

"Os critérios para determinar o valor e a forma de indenização por desapropriação, sempre levarão em conta o não uso, o uso meramente especulativo, e, se bens de produção, a média da produtividade no mesmo período, além da significação econômica do ato expropriatório em relação ao patrimônio do expropriado, considerada a base geral de garantia de seus dependentes".

O que queremos dizer com isso, o Sr. Presidente, meus caros colegas? É que estabelecemos uma distinção, e isso é o que deveríamos fazer aqui e agora. Se queremos que realmente essa Constituição abra caminho para uma redistribuição da renda, sem o que todos os artigos e parágrafos, que aprovamos até agora, e que estabelecem maravilhosas liberdades individuais, jamais serão concretizados, porque jamais encontrarão uma Ordem Econômica e Social que permita ao cidadão valer-se desses recursos.

A nossa emenda, o Sr. Presidente, paradoxalmente, é aquela que mais protege hoje a propriedade, que precisa ser protegida no nosso País.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem a palavra, para contestar a emenda, o Constituinte Egídio Ferreira Lima.

**O SR. CONSTITUINTE EGÍDIO FERREIRA LIMA:** – O Sr. Presidente, Srs. Constituintes, esta matéria que estamos debatendo agora é seguramente uma das mais delicadas, que provoca mais conflito dentre todos os temas da Constituição. Começo fazendo um apelo a todos os membros da Comissão de Sistematização, no sentido de que deixem o conflito, a contenda para que venha a ser dirimido e resolvido na ocasião em que formos tratar da questão fundiária e da reforma agrária.

O texto do parágrafo 35 do art. 5º do Substitutivo talvez seja a melhor elaboração técnica e substantiva do projeto que estamos discutindo. S. Ex.<sup>a</sup> não deixa lugar a dúvidas, não faz uma parte se sobrepor a outra; faz um enunciado preciso, correto e completo, no lugar que lhe é próprio, que é o rol das Garantias e dos Direitos Individuais.

Não cabe aqui, nesta oportunidade e neste parágrafo, avançar em mecanismos e critérios de desapropriação. O lugar próprio é o referente à questão fundiária e à reforma agrária.

Vamos nos unir em torno desse texto, que é o melhor texto da lavra do Relator Bernardo Cabral, pela capacidade criativa que S. Ex.<sup>a</sup> revela, pela perspicácia que teve ao evitar atritos e conflitos maiores.

Vamos todos acompanhar com o orador o texto, conforme se acha lavrado.

"A propriedade privada é assegurada e protegida pelo Estado."

Assegura-se aqui a propriedade privada e diz-se mais, que ela é protegida pelo Estado. Com isto, o Direito Constitucional brasileiro tradicional, na matéria, é reiterado.

A seguir, há uma riqueza e um avanço notável, quando diz que:

"o exercício do direito de propriedade subordina-se ao bem-estar social", que é expressão mais rica, mais precisa, mais abrangente do que "interesse social".

E ainda diz que ela se subordina à conservação dos recursos naturais.

O homem, no início, lutava com a natureza e a agredia para sobreviver; hoje, ele tem que viver em comunhão com ela, tem que preservá-la, senão ele próprio submergir.

E ainda diz que ela subordina-se à proteção do meio ambiente.

Relator procurou expressões precisas para tocar na questão vital dos recursos naturais, no problema atualíssimo da ecologia.

A seguir, na trilha das Constituições anteriores, o Relator diz: "A lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa indenização".

E não poderia ter utilizado melhor expressão.

Por que dizer em dinheiro? Por que avançar a prévia aqui, quando a justa indenização cobre segura e precisamente o pagamento em dinheiro e o pagamento no ato, salvo as exceções que venham, posteriormente, a serem definidas no texto da Constituição.

Devemos, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, ficar com o texto do Relator, porque, nesta hora, ele atende precisamente o alcance das disposições referentes às Garantias Individuais.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, defendo o texto, lamentando ficar contra a emenda do Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Com a palavra o Autor do destaque, Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva.

**O SR. CONSTITUINTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA:**

– Sr. Presidente; Srs. Constituintes:

Penso que seria desnecessário fazer uso da palavra depois da defesa feita pelo companheiro Plínio Arruda Sampaio. Entretanto, em nenhum momento aqui foi citado que o projeto do Relator Bernardo Cabral era imprestável no que diz respeito à questão da propriedade.

Apenas se quer aperfeiçoar o projeto porque entendemos que, numa Constituição, a lei fica generalizada. Já se sabe de antemão, que a interpretação normalmente é contrária aos pequenos. E temos notado, por este Brasil afora, dezenas de desapropriações em que o pequeno proprietário, o dono de uma casa onde ele mora, na hora que o poder público desapropria, esse sujeito é obrigado a sair da casa e, às vezes, fica, como lá em São Bernardo do Campo, até dez ou doze anos sem receber sequer uma quantia em dinheiro que lhe permita construir outra casa. Sabemos, nos centros das grandes cidades, a quantidade de terrenos que existem vazios, apenas para especulação. É, em função da existência desses terrenos que os Constituintes estão acompanhando pelos jornais diuturnamente, estão acompanhando pela televisão e pelo rádio, a verdadeira guerra civil que se dá hoje entre trabalhadores, que não têm casa para morar e que ocupam o terreno, e a polícia, que invade o terreno para tirar os trabalhadores de lá.

Se V. Ex.<sup>as</sup> prestarem atenção ao jornal **O Estado de S. Paulo** de hoje perceberão a guerra que houve em São Paulo, onde um jornalista da **Folha de S. Paulo** foi quase massacrado, e a Deputada do Partido dos Trabalhadores, Luiza Erundina, foi espancada ao tentar defender os tra-

balhadores que ocuparam o terreno, que há muitos anos não está ocupado e que pertence a um senhor até desconhecido, que não se sabe se é proprietário.

A nossa emenda não especifica, a nossa emenda pretende ir à ferida da questão da propriedade, pretende definir claramente quando será desapropriado e, quando o for, por motivos inadiáveis, que seja pago ao pequeno proprietário, que tem uma única casa para morar, uma indenização anterior à desapropriação para que o companheiro tenha onde morar, tenha como comprar uma casa. Por isto peço aos Srs. Constituintes que não vacilem em entender que esta emenda viria aperfeiçoar o art. 35 do Relator Bernardo Cabral.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem a palavra o nobre Constituinte Gastone Righi, para pronunciamento contrário.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Desejo chamar-lhes a atenção para algumas partes da emenda destacada ou apresentada pelo Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva. Em verdade, nela se contêm alguns princípios salutares, quando se refere a uma defesa maior em relação ao pequeno proprietário, àquele que se vê despojado de sua única propriedade e que fica dependendo do processo judicial para perceber o justo valor indenizatório.

Em que pese ter essas virtudes, ela traz em seu conteúdo alguns vícios que nos impossibilitam de aceitá-la. O primeiro é converter o critério de prévia em imediata.

Prévia, não há dúvida quanto à exatidão do termo, há de ser antes de tudo; imediata, não. Imediata é imediata em relação a alguma coisa, que passo a entender que seja a sentença judicial. Imediata quer dizer quando houver um ato que a torne obrigatória, que torne um título executivo. E esse só o será no instante em que for proferida a sentença judicial.

Portanto, fico mais com a emenda que vou sustentar a seguir, a do ilustre Constituinte José Egreja, que introduz apenas a palavra prévia, e assim fica: "Justa e prévia indenização".

Por outro lado, quero destacar alguns vícios de forma. Imaginem os Srs. Constituintes que se condena o uso especulativo de propriedade. Ora, especulação não é uso. O que poderíamos querer situar é a propriedade ou a posse especulativa, mas uso especulativo? Quem faz uso de alguma coisa não está especulando, é evidente, está fazendo uso dela; bem ou mal está usando, e vai por aí a fora, até distinguir o valor das indenizações.

Imaginem os Srs. Constituintes: em razão do uso que a pessoa faça do bem ou em razão de sua riqueza ou de suas disponibilidades! Isto contraria o princípio da justa indenização, quer dizer, alguém, por ser mais pobre deve receber mais e o outro, por ser mais aquinhoadado, deve receber menos. Mas se recebe menos é injusto, e se alguém recebe mais também é injusto, porque não é justo o valor.

Vejam, Srs. Constituintes, que é impossível votar a favor da emenda pelo paradoxo que nela se contém. Fico com a emenda seguinte a ser apreciada, que é aquela que apenas introduz a palavra "prévia".

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem a palavra o Relator, Constituinte Bernardo Cabral.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes: o eminente Constituinte Egídio Ferreira Lima foi de uma precisão absoluta no campo do Direito Constitucional. S. Ex.<sup>a</sup> conseguiu demonstrar que, num texto constitucional, há de existir o princípio geral e a regra especial. Ouvi atentamente o Constituinte Plínio Arruda Sampaio e o Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva, ambos querendo fazer registrar que, no texto, deve apenas

existir o princípio geral. E chamo a atenção de S. Ex.<sup>as</sup>: quando o eminente Constituinte Egídio Ferreira Lima destacava a subordinação que existe nesse princípio geral, é que S. Ex.<sup>a</sup> sabia, como deve saber toda a Assembléia Nacional Constituinte, que as regras especiais estão contidas nos arts. 200 e 210. Quem for ao art. 200 verá o seguinte:

"O direito de propriedade, que tem função social, é reconhecido e assegurado, salvo nos casos de desapropriação pelo poder público."

E aí vem o elenco dos parágrafos, inclusive alínea "d". O que pretende o Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva colocar no princípio geral é regra especial contida no substitutivo. E o art. 210, Sr. Presidente, fala da competência da União, remetendo que "a utilização será definida em lei". Este, Sr. Presidente, é que há de ser o texto constitucional enxuto; o que se quer, no início, é mostrar o direito e liberdade fundamentais, que não se podem elencar como se está fazendo na emenda do Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva, nesta oportunidade.

Por isto, Sr. Presidente, o Relator, com muito pesar, vota contra a emenda e fica com o texto do Substitutivo II.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Em votação o Destaque nº 1893, referente à Emenda nº 606, do Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva, a qual foi lida da tribuna pelos que a defenderam.

Os Srs. Constituintes que votarem a favor da emenda queiram dizer **sim**; os que votarem contra queiram dizer **não**, ficando mantido o texto do Relator.

Em votação.

#### (Procede-se à votação)

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FOGAÇA:** – Como vota a Deputada Rose de Freitas? **(Pausa)**

Mais uma vez: Deputada Rose de Freitas. **(Pausa)**

A Deputada Rose de Freitas já registrou três vezes reclamação de que não tenho registrado o seu voto. Portanto, vou ter todo o cuidado.

#### (Prossegue a votação)

Votaram **SIM** os seguintes senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Carlos Mosconi, Cristina Tavares, Haroldo Sabóia, João Herrmann Neto, José Paulo Bisol, Manoel Moreira, Nelson Friedrich, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Antonio Mariz, José Carlos Grecco, Octávio Elísio, Uldurico Pinto, Vicente Bogo, Brandão Monteiro, José Maurício, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Haroldo Lima, Roberto Freire e Jamil Haddad. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Aluizio Campos, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Carlos Sant'Anna, Celso Dourado, Cid Carvalho, Egídio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Ibsen Pinheiro, José Fogaça, José Geraldo, José Ignácio Ferreira, José Richa, José Ulisses de Oliveira, Mário Lima, Milton Reis, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nilson Gibson, Pimenta da Veiga, Prisco Viana, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Rodrigues Palma, Virgildásio de Senna, Wilson Martins, Albano Franco, Délio Braz, Euclides Scalco, Israel Pinheiro, José Tavares, Marcos Lima, Miro Teixeira, Alcení Guerra, Aloysio Chaves, Antoniocarlos Mendes Thame, Arnaldo Prieto, Carlos Chiarelli, Cristóvam Chiaradia, Edme Tavares, Eraldo Tinoco, Francisco Benjamim, Francisco Dornelles, Inocêncio Oliveira, José Jorge, José Lins, José Santana de Vasconcellos, Luís Eduardo, Mário Assad, Oscar Corrêa, Osvaldo Coelho, Paulo Pimentel, Ricardo Fiúza, Sandra Cavalcanti, Antonio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Gerson Geres, Jarbas Passarinho, Virgílio Távora, Enoc Vieira, João Menezes, Jonas Pinheiro, Adylson Motta, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Adolfo Oliveira e José Maria Eymael.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 23 Constituintes; votaram NÃO 68 Constituintes. Total: 91 votos. O Destaque foi **rejeitado**.

Passamos à votação do Destaque nº 3188, referente à Emenda nº 34477 requerido pelo Constituinte José Lins.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Sr. Presidente, retiro o pedido de destaque.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – S. Ex.<sup>a</sup> retira o pedido de destaque. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Destaque nº 3710, referente à Emenda nº 23304, do Constituinte Vicente Bogo.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENÓINO:** – Sr. Presidente, uma questão de ordem. Serei breve, e V. Ex.<sup>a</sup> poderá resolver de pronto.

Nos dias de votação que se realiza no Plenário da Câmara dos Deputados, a imprensa tem conseguido trabalhar em situação mais cômoda, sentando-se nas últimas filas de cadeiras. Sem maiores explicações, hoje, os jornalistas foram impedidos de realizar o seu trabalho ocupando os últimos assentos, sendo que sua permanência naquele local não atrapalhava nem incomodava a votação na Comissão de Sistematização.

Solicito que V. Ex.<sup>a</sup> permita que os jornalistas possam ter assento nas últimas filas do Plenário desta Comissão, para que possam trabalhar normalmente, como vinha acontecendo nos últimos dias, no que foram impedidos hoje pela Segurança.

Esta é a questão de ordem que formulo a V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A Mesa já adotou a orientação de manter, nas últimas filas, os Assessores da Assembléia Nacional Constituinte e a imprensa, onde tradicionalmente têm-se localizado. Sobre o requerimento de V. Ex.<sup>a</sup>, consultarei os demais Membros da Mesa, para responder oportunamente.

Está em votação o destaque do Constituinte Vicente Bogo.

S. Ex.<sup>a</sup> mantém o Destaque?

**O SR. CONSTITUINTE VICENTE BOGO:** – Sr. Presidente, apresentei Destaque à Emenda nº 23.304/1, que previa, ou prevê, uma pequena alteração na metade do parágrafo, ou seja, onde diz:

"A lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública ou por interesse social mediante justa indenização."

Eu propunha a seguinte redação:

"A lei estabelecerá o procedimento para a desapropriação por necessidade ou utilidade pública, mediante justa indenização ou por interesse social, nos termos desta Constituição."

Isto para separar as desapropriações de utilidade pública do tratamento do Capítulo da Reforma Agrária.

Em razão das conversações que já fizemos aqui e das outras emendas e destaques que existem, retiro o destaque.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – O Constituinte Vicente Bogo retirou o seu destaque.

Destaque nº 5138, requerido pelo Constituinte Ricardo Izar.

S. Ex.<sup>a</sup> não está presente.

Fica prejudicado o destaque.

Destaque nº 6797, referente à Emenda nº 28751, do Constituinte Rosa Prata.

S. Ex.<sup>a</sup> está ausente.

Fica prejudicado o destaque.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Destaque nº 7.772, sobre a Emenda nº 26.969, do Constituinte Mansueto de Lavor.

S. Ex.<sup>a</sup> está ausente fica prejudicado o destaque.

**Destaque nº 7.857/87 – Emenda nº ES-26.881-3, do Sr. Airton Sandoval, "que modifica o § 33 do art. 6º do Substitutivo nº 1 (art. 5º, § 35 do Substitutivo nº 2)".**

Destaque nº 7.857, referente à Emenda nº 26.881, do Constituinte Airton Sandoval.

Pergunto ao nobre Constituinte se S. Ex.<sup>a</sup> fará a leitura do texto da Emenda.

**O SR. CONSTITUINTE AIRTON SANDOVAL:** – Sr. Presidente, Srs. Membros da Comissão de Sistematização.

Propomos, através da emenda objeto do destaque que requeremos, além da manutenção dos termos da proposta original, apenas dois acréscimos. O primeiro com o objetivo de subordinar o exercício do direito de propriedade, além das condições já estabelecidas no dispositivo mencionado; também a proteção ao patrimônio histórico, em razão da necessidade que temos da preservação dos nossos patrimônios históricos pelas razões óbvias.

Como segundo acréscimo, que estabelece que na indenização não se incluirá qualquer consectário não previsto, previamente, em lei, ficando sujeitos à tributação geral, os proventos e as rendas, decorrentes da desapropriação, pretendemos que a desapropriação seja, também, justa para os entes expropriantes, através da certeza jurídica, de que a indenização não incluirá qualquer consectário que não esteja estabelecido em lei, previamente.

A legislação atual manda crescer ao justo preço, com base na avaliação judicial do bem desapropriado, a correção monetária, os juros moratórios de 6% sobre os valores corrigidos, os honorários advocatícios e as custas judiciais. Tais acréscimos ou consectários, continuarão a existir, pois são decorrentes da lei. Reclamam, porém, os Prefeitos brasileiros, que as decisões judiciais mandam acrescentar aos juros legais "juros compensatórios", não previstos na lei, determinando o acréscimo, em alguns casos, de juros de 18%, portanto, superiores até aos rendimentos da Caderneta de Poupança. Defendemos, ainda, que os rendimentos e proventos decorrentes da desapropriação, sejam sujeitos à tributação, como são os outros rendimentos, inclusive os salários dos trabalhadores. Este é um desejo da Frente Municipalista Nacional e dos prefeitos brasileiros, porque os descontos nas fontes, quando realizados pelos cofres públicos, esses recursos ficam nos próprios Municípios. Daí, a Frente Municipalista Nacional pretender a aprovação dessa emenda e solicitamos o apoio dos companheiros da Comissão de Sistematização. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem a palavra o Constituinte Gastone Righi, para encaminhar contra.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Apenas um breve minuto. O que intenta a emenda é, na verdade, restringir o alcance do valor indenizatório, evitando os juros compensatórios. Ora, juros compensatórios, são aqueles pagos para se compensar durante o interregno da emissão de posse, até o efetivo pagamento da justa indenização, o desapropriado do dinheiro ou da propriedade.

Ora, se foi depositado **ab initio** do processo, uma quantia irrisória e o desapropriado levantou os 80% permitidos

e, depois, ele vai conseguir uma justa indenização, dez ou vinte vezes superior àquele depósito, ele precisa ser ressarcido daquilo que não ganhou, dos seus lucros cessantes, durante o período do início da expropriação até o efetivo receber do dinheiro. Logo, tirar os juros compensatórios será estarmos punindo os desapropriados e beneficiando aqueles que transgridem a lei, que exige que a indenização seja justa. Portanto, a indenização passaria a ser, inclusive, injusta.

Sou contra a emenda do ilustre Constituinte Airton Sandoval.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem a palavra o Constituinte João Herrmann Neto, para defender a emenda.

**O SR. CONSTITUINTE JOÃO HERRMANN NETO:** – Sr. Presidente, Sr. Relator, companheiros Constituintes: Tento falar-lhes, Companheiros, e sensibilizá-los, na qualidade de ex-Prefeito que fui e lutando contra uma das indústrias mais poderosas que se instalou nos Municípios, qual seja, a indústria da desapropriação.

Como bem defendeu aqui o Líder Luiz Inácio Lula da Silva, o que hoje existe dentro dos Municípios, o que hoje existe dentro da cidade, que foi criada para defender o homem, é a maior reprodutora do capital e maior inimiga que existe da reprodução dos direitos do homem.

E de que maneira acontece isso?

As pessoas têm grandes e vastas propriedades de terras urbanas, e quando se fala em reforma agrária, não nos podemos esquecer deste binômio que é a reforma urbana mais a reforma agrária, em cidades como São Paulo, que possui 52% do seu terreno não utilizado, ou seja, na mão de especuladores. O pobre, o trabalhador não possui em suas mãos a casa, mas se ele tivesse um terreno ali ele edificaria. E quando vamos para a desapropriação, vai-se em benefício dos grandes proprietários – vide o exemplo claro e a que esta Casa já assistiu, o episódio Lutfalla em São Paulo – é uma coisa muito grave que a emenda do Constituinte Airton Sandoval aborda.

Os orçamentos das prefeituras são elaborados até 30 de setembro de cada ano e ali são colocados os valores a serem desapropriados e o orçamento público municipal não tem nenhuma correção; ele não possui, durante o ano seguinte, durante o exercício financeiro a correção dos seus valores. E há uma indústria montada, principalmente em conluio com forças da direção local de cada cidade, para que esses não sejam pagos antes do dia 30 de junho. Porque desta forma, coloca-se um valor até 30 de junho de um ano, por exemplo, de 1987, e ele será colocado até 30 de setembro de 1987 por este valor, mas será corrigido, será valorizado e terá um valor insuportável para os cofres públicos no ano seguinte, no exercício a ser pago.

Portanto, é fundamental, Companheiros, que nós, debaixo da Constituinte, desarticulemos essa indústria montada contra uma direção local, contra uma cidade que deva reproduzir direitos e não reproduzir privilégios. É neste sentido, na qualidade de quem já sofreu, como tantos outros, aqui, é para que tenhamos esta condição de pagar apenas aquilo que foi a questão de desapropriação. E como lembra muito bem o Constituinte José Serra, as pessoas que tenham rendimento sobre esses valores, o rendimento valorado sobre esses terrenos desapropriados também sejam tributados, o que não ocorre, hoje; ou seja, há um lucro real que a pessoa retém sobre o imóvel, embora não tenha que pagar nenhum imposto sobre ele.

Portanto, Srs. Constituintes, nobre Relator, solicitaria que esta seja uma emenda tão ampla e conseqüente que deva ser aprovada pelos demais companheiros. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Em votação o destaque. Tem a palavra para se pronunciar sobre a emenda, o Relator Substituto, o Constituinte Antônio Carlos Konder Reis.

**O SR. RELATOR (Antônio Carlos Konder Reis):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, venho à tribuna para dar ponto de vista do Sr. Relator sobre a Emenda nº 26.881 do nobre Constituinte Airton Sandoval. A emenda visa promover duas alterações no texto do substitutivo do Sr. Relator. A primeira alteração é a inclusão na primeira oração do dispositivo da expressão "do patrimônio histórico".

Como o art. 5º e seus parágrafos estabelecem os princípios relativos aos direitos e garantias fundamentais, o Sr. Relator buscou estabelecer critérios que permitissem redação sucinta, objetiva de cada um desses direitos ou garantias. Por isso, na redação do substitutivo não consta a expressão "do patrimônio histórico", mas a proteção do patrimônio histórico não foi relegada no substitutivo. O art. 244 do projeto do Sr. Relator reza:

"Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tombados individualmente ou em conjunto, portadores de referência às identidades, à ação e à memória dos diferentes grupos e classes formadores da sociedade brasileira, aí incluídas as formas de expressão, os modos de fazer e de viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações, conjuntos urbanos e sítios de valor históricos..."

No § 1º do art. 244, que acabo de ler, há uma referência expressa ao tombamento e à desapropriação dos edifícios que tenham valor histórico. E cabe aqui uma observação: para preservar o patrimônio histórico, em determinadas ocasiões, o Poder Público tem que refugiar da desapropriação, mas em outras oportunidades ele tem que acionar o mecanismo da desapropriação.

Por isso a referência "patrimônio histórico" sobre ser excessiva; porque a matéria já está regulamentada no art. 244, no projeto e nos seus parágrafos, estabelece ainda uma confusão quando ressalva a desapropriação do patrimônio histórico.

A segunda modificação, Sr. Presidente, está na segunda frase da emenda do nobre Constituinte Airton Sandoval que deseja incluir, após a expressão "mediante justa indenização" as seguintes palavras: que não incluirá qualquer consecutário antes não previsto expressamente em lei, ficando sujeitos à tributação geral os proventos e as rendas decorrentes da desapropriação".

A sugestão é válida, mas desnecessária, porque a redação do § 35 já prevê a questão objeto de emenda; assim que o § 35, do art. 5º, estabelece expressamente:

"A lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública ou por interesse social, mediante justa indenização."

E certamente quando a lei cuidar do procedimento da desapropriação há de levar em consideração as objetivas observações aqui produzidas pelos nobres Srs. Constituintes Airton Sandoval e João Herrmann Neto. Em razão desses argumentos é que o Sr. Relator-Geral inclina-se pela manutenção do texto e, sem embargo da importância das sugestões, objeto da emenda, manifesta-se contrariamente a sua aprovação.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, quero fazer uma solicitação.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem a palavra o nobre Relator, para se pronunciar sobre o pedido dos jornalistas.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, desde ontem que vejo os nossos companheiros de trabalho que também aqui exercem o seu mister, um sem-número de jornalistas que ficam de pé, porque não têm condições de se sentar. Pediria a V. Ex.<sup>a</sup> que, durante os trabalhos da Comissão de Sistematização, assim como abrimos a exceção para os assessores, fosse aberta a última fila como exceção aos jornalistas que estão em pé. É uma questão de humanidade.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A Mesa só agora está sendo informada de que os jornalistas ficam de pé, não têm espaço onde tradicionalmente ficam os que vêm observar os trabalhos. De maneira que a Mesa determina que as duas últimas filas do Plenário, à direita, sejam ocupadas pelos jornalistas.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA:** – Sr. Presidente, peço a palavra para um esclarecimento, tendo em vista que a parte que o eminente Constituinte pretende inserir no texto contém o que parece uma errônea, que até para efeito de votação dever-se-ia deixar esclarecida.

Ela diz o seguinte:

"Ficando sujeitos a tributação geral os proventos e a renda decorrentes da desapropriação."

O que se tem na desapropriação é preço. "Proventos de desapropriação" é uma expressão equívoca, que, pelo menos para efeito de esclarecimento agora, precisa ficar bastante enfatizada, porque se vai votar exatamente agora.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – O problema poderá ser solucionado pelo Relator na redação final.

Em votação o destaque.

**O SR. CONSTITUINTE AIRTON SANDOVAL:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem a palavra o Sr. Constituinte Airton Sandoval, pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE AIRTON SANDOVAL:** – Conforme entendimento que mantivemos com o Relator, retiro o pedido de destaque.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Passamos ao Destaque nº 8.029, referente à Emenda nº 28.736, do ilustre Constituinte José Tinoco.

S. Ex.<sup>a</sup> está presente? **(Pausa)**

Ausente.

Prejudicado o destaque.

Passamos ao Destaque de nº 8.270, do Constituinte Alysso Paulinelli, referente à Emenda nº 23.920.

S. Ex.<sup>a</sup> está presente? **(Pausa)**

Ausente.

Prejudicado o destaque.

Em votação o Destaque nº 4.849, requerido pelo nobre Constituinte Amaury Müller, referente à Emenda nº 12.204. O destaque refere-se à uma emenda apresentada ao projeto inicial e que correspondia ao art. 12, inciso 13:

"A propriedade privada assegurada e protegida pelo Estado."

O destaque visa incluir na redação o seguinte: "a lei disciplinará ..."

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Esta emenda é aditiva e não pode ser votada agora, porque não foram votadas todas as substitutivas.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Mas houve emenda apresentada.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Sr. Presidente, há uma ordem de preferência das emendas: em primeiro lugar vem a supressiva; em segundo, vem a emenda substitutiva. As aditivas são as últimas a serem votadas. Nós, aqui, temos em mãos várias emendas substitutivas que precisam ser votadas ou julgadas prejudicadas, para que se possa votar a emenda aditiva do Constituinte Amaury Müller, na qual quero votar a favor, mas não neste momento.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Esclareço a V. Ex.<sup>a</sup> que não existe mais emenda supressiva total, somente de supressão. Indago do nobre autor do destaque se S. Ex.<sup>a</sup> considera a emenda aditiva.

**O SR. CONSTITUINTE AMAURY MÜLLER:** – Sem dúvida que é aditiva.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Então, será votada oportunamente.

**O SR. CONSTITUINTE AMAURY MÜLLER:** – Sr. Presidente, a emenda é aditiva, e o nobre Constituinte Roberto Freire está com toda razão.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FOGAÇA:** – Sr. Presidente, a emenda foi apresentada ao projeto da Comissão de Sistematização e ganhou, em relação àquele projeto, um caráter modificativo. Mas, em se tratando do Substitutivo 2, ela, inevitavelmente, é aditiva, e o Constituinte Roberto Freire tem razão. Havendo emendas modificativas ou substitutivas, tem que haver preferência.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Constituinte Amaury Müller, oportunamente, V. Ex.<sup>a</sup> apresentará a sua emenda.

**Destaque nº 4 528/87 – Emenda nº ES-29.212/9, do Sr. José Egreja, "que modifica o art. 6º, § 33, do Substitutivo nº 1 (art. 5º, § 35, do Substitutivo nº 2)". (68ª votação)**

Em votação o Destaque nº 4.528, relativo à Emenda nº 29.212, do Constituinte José Egreja. O texto da emenda é o seguinte:

"A propriedade privada, como princípio básico da ordem econômica, é assegurada ou protegida pelo Estado. A lei estabelecerá os procedimentos para desapropriação mediante prévia e justa indenização."

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Não é isto, Sr. Presidente. Quero esclarecer que não é nada disto. O Constituinte José Egreja abandonou toda a sua emenda e fica apenas com a expressão "prévia", ou seja, o texto passa a ser: "prévia indenização"; apenas a palavra "prévia".

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – S. Ex.<sup>a</sup> indicou o Constituinte Gastone Righi para defender a emenda em seu nome. A emenda propõe exclusivamente introduzir no texto do projeto antes de "justa" a palavra "prévia"; "prévia e justa indenização".

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Isto está por escrito na mesa?

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Está lá a minha indicação para representá-lo.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – O autor do destaque indicou por escrito, o Constituinte Gastone Righi para representá-lo.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Não é isto, Sr. Presidente. Estou perguntando outra coisa. É necessário um esclarecimento, para não se criarem aqui precedentes perigosos. Ontem, à tarde, definimos que o autor da emenda poderia, antes do início da votação, apresentar no seu destaque supressão de expressões. Era quase que fazer um novo destaque, algo que poderia ser

perigoso se não tivesse esse limite de que previamente ao lançamento, ao se colocar em votação, se fizesse por escrito esta modificação. Foi isto o que se aprovou ontem. Apenas para que a Comissão tome conhecimento, eu desejaria saber da Presidência se a solicitação do Constituinte autor da emenda foi apresentada previamente por escrito, fazendo a ressalva de que quer apenas votar o texto prévio. Eu gostaria que a Presidência esclarecesse esta minha indagação.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – O autor da emenda pediu que ela se limitasse à palavra "prévia" e indicou um representante para defendê-la.

Tem a palavra o Constituinte Gastone Righi.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Serei muito breve, outra vez. Quando tentamos introduzir a palavra "prévia", agora, neste ato, é para que não pare nenhuma dúvida de que o nosso sistema adota o princípio geral de que as expropriações devem ter "prévia e justa indenização". É claro que ocorrerão exceções constitucionais. Mas, estas estarão previstas nos capítulos específicos, como no caso da reforma agrária ou no caso das reformas urbanas. Mas o princípio geral há de ser sempre do "prévia e justa". Sustentar o prévia, parece-me despidendo. Todos ou a maioria devem estar convencidos que é indispensável que o expropriado de quem se tomou o bem previamente receba o seu dinheiro antes de transferir esse bem ao Estado.

Mas, quanto ao "justa" percebi em alguns alguma dúvida. Quero lhe dizer que a palavra "justa" é fundamental que permaneça no texto, porque se eu não disser que ela é "justa", tirarei do expropriado o direito a contestar o valor indenizatório, porque ela será justa ou não, dependendo da sentença final do Juiz. E é isso que vou provocar, contestando o valor que ali se depositou, por entender que ele não cumpre o **mandamus** constitucional, que determina que seja "justa". Mais ainda, se não houver a expressão "justa", nenhum expropriante ficará sujeito a juros moratórios nem a juros compensatórios, porque ele não estará cometendo nenhuma ilicitude, não estará cometendo nenhuma infração ao depositar uma indenização injusta. Porque a indenização é "justa" ele é obrigado a juros moratórios, e porque ele não paga a sentença transitada em julgado ele é obrigado a juros moratórios; ou seja, por não ter depositado quantia "justa" já juros compensatórios, por não cumprir a sentença a partir do seu trânsito em julgado tem o acréscimo dos juros moratórios.

Assim, peço a aprovação da emenda do ilustre Constituinte José Egreja, de minha Bancada, que mantém o texto e introduz nele a expressão "prévia".

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Para encaminhamento contra, tem a palavra o Constituinte Ricardo Fiúza.

**O SR. CONSTITUINTE RICARDO FIÚZA:** – Desisto, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem a palavra o Constituinte Egídio Ferreira Lima.

**O SR. CONSTITUINTE EGÍDIO FERREIRA LIMA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, insisto em que se mantenha o texto conforme se encontra redigido. A palavra "prévia" surgiu no texto constitucional para atender acordo e pressões de momento. Ela não tem nenhum alcance nem nenhum significado no negócio jurídico de desapropriação, quando se efetua o pagamento, mediante justa indenização. A palavra "justa" cobre muito mais, ela sozinha, o interesse do proprietário, o interesse da União, do que se acrescer a palavra "prévia". Desafio qualquer um a me apontar a palavra "prévia" como tendo tido utilidade em qualquer processo ou em qualquer negó-

cio jurídico de desapropriação. A colocação da palavra "prévia" aqui é uma mutilação, é tirar a limpidez do texto. Diz o texto:

"A lei estabelecerá o procedimento para desapropriação... mediante justa indenização."

O modo do pagamento, a hora do pagamento, o pagamento em dinheiro ou o pagamento em título, tudo isso está disciplinado na parte especial no projeto, a partir do art. 208.

Repito e reitero: isso aqui é enunciado, é garantia, são princípios gerais: "mediante justa indenização" diz plena, ampla e precisamente que a retribuição deve ser feita de maneira que atenda plenamente aos interesses de quem sofre a desapropriação.

Não vejo por que se insistir em mutilar técnica e substantivamente o texto, incluindo aqui a palavra "prévia", sem nenhum alcance e sem nenhuma finalidade.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Com a palavra, para encaminhar a favor, o Sr. Constituinte Nelson Carneiro. **(Pausa)**

A Mesa deseja saber se V. Ex.<sup>a</sup> desiste da palavra.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – Desisto, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE PIMENTA DA VEIGA:** – Sr. Presidente, o nobre Constituinte Nelson Carneiro desiste da palavra, e peço a palavra para encaminhar a favor.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem a palavra o Constituinte Pimenta da Veiga, para pronunciar-se a favor da emenda.

**O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA:** – Sr. Presidente, Srs. Membros da Comissão de Sistematização, pensamos que o texto apresentado pelo Sr. Relator, a nosso juízo, atende ao que deve conter a Constituição brasileira a respeito da propriedade. No entanto, como nós estamos vendo, estas votações têm consumido um grande tempo, votações que até agora não se referiam a quase nenhum tema fundamental. E este tema, a questão da propriedade, é fundamental. Por isso que tivemos o cuidado de, nesta manhã, buscar o entendimento de diversas forças representativas nesta Comissão, através, inclusive, de lideranças partidárias. E desse entendimento resultou que, majoritariamente, a inclusão da palavra "prévia" neste artigo pode reduzir os conflitos na votação.

O PMDB, examinando a conveniência desta inclusão, entende que não prejudica a questão fundamental, que é a questão da reforma agrária.

Na questão urbana o § 3º do art. 200 diz que:

"As desapropriações dos imóveis urbanos serão pagas previamente em dinheiro."

E continua o artigo.

Portanto, há necessidade ou interesse de alguns em incluir esta expressão, que se refere obviamente às desapropriações rurais. Ocorre que também no Capítulo específico, no art. 212, § 1º, que trata da reforma agrária, está dito:

"Na petição inicial, instruída com comprovantes do depósito do valor da terra em títulos e o das benfeitorias em dinheiro..."

Diante desta claras disposições constitucionais e com o único propósito de tornar mais fáceis as votações em plenário, queremos manifestar a nossa concordância com a emenda aditiva que busca incluir no texto do Substitutivo nº 2 do Relator Bernardo Cabral a expressão "prévia". Reiteramos que, a nosso juízo, o texto seria suficiente. Mas, diante desta reunião da manhã, votaremos a favor da inclusão pretendida. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem a palavra, para pronunciar-se contra a emenda, o Constituinte Roberto Freire.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, tem razão a Liderança do PMDB, quando diz que este assunto é fundamental.

Estamos chegando ao assunto fundamental de todo processo constituinte; é a questão da propriedade que permeia todas as grandes discussões nesta Assembléia Nacional Constituinte, seja propriedade fundiária, seja qualquer outro tipo de propriedade, ela está na base de todas as discussões, dos debates, das divisões, na formação dos blocos dos grandes temas polêmicos.

Tem razão o Líder do PMDB, como tem razão que esta proposta é completamente inócua. E por que se fazê-la? Porque se tentar, através de uma verdadeira ginástica regimental e que adotamos mas mantendo a substância, o que era de conteúdo na questão do asilo, aqui se fez a ginástica regimental para se ficar apenas com uma palavra.

Leio a emenda do Constituinte José Egreja:

"...A propriedade privada, como princípio básico da ordem econômica, é assegurada e protegida pelo Estado..."

Quería tirar aquilo que foi uma grande conquista: a função social da propriedade quando escrita nos Direitos e Garantias Individuais. Mas isso quiseram tirar. E tiraram tudo. Mas vou mais adiante:

"...A lei estabelecerá os procedimentos para a desapropriação mediante prévia e justa indenização."

Pois bem! prévia é desnecessária aqui, porque na reforma agrária e na reforma urbana já consta que será paga previamente. E por que se jogar fora toda a emenda e se ficar com este termo? Somos alguns ingênuos para saber que, aqui, está se tentando, no processo de reforma agrária, inviabilizar a disputa clara que também aqui se montou da questão da imissão de posse, para tentar dizer que o pagamento prévio vai ser não um problema – não importa aí se em dinheiro ou em título – mas se quer saber o prévio para se dizer que só quando pago na totalidade, só quando aceita a indenização pelo proprietário. Aí sim. Já existem emendas, inclusive da Constituinte Sandra Cavalcanti, pedindo destaque para isso.

É fundamental que o PMDB e os setores democráticos, aqueles que entendem que não se pretende aqui transformar a propriedade em algo que possa fugir aos barcos do capitalismo, mas queremos democratizá-la, e uma forma é manter, pelo menos, o texto do substitutivo. **(Palmas.)**

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – O Relator José Fogaça defenderá o substitutivo, por solicitação do Relator-Geral.

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – Sr. Presidente e Srs. Membros da Comissão de Sistematização, é posição do Relator Bernardo Cabral, responsável pelo texto do Substitutivo nº 2, o entendimento de que, ao usar a expressão "mediante justa indenização", já incluía neste conceito de justa, a possibilidade de que esta indenização seja feita previamente, conforme prevê a regra especial do art. 212, § 1º, que trata da reforma agrária, e conforme prevê o art. 200, § 3º, que trata da reforma urbana.

Portanto, no Direito Constitucional brasileiro a indenização prévia será regra especial. A regra geral é de que a indenização deve ser justa.

Se incluirmos no texto que a indenização deve ser prévia, sem ressaltar as situações específicas que ela deve



se dar, passa a ser uma regra geral e absoluta. Este cuidado teve o legislador de 1967, quando dizia:

"Mediante prévia e justa indenização em dinheiro, ressalvado o disposto no art. 157."

E a Emenda Constitucional nº 10, de 64, quando dizia:

"Prévia e justa indenização em dinheiro com a exceção prevista no § 1º, do art. 147."

Queremos chamar a atenção dos Srs. Membros da Comissão de Sistematização para a existência de uma emenda de autoria do Constituinte Délio Braz, que propõe a supressão da palavra "justa" o que deixaria no texto apenas a palavra "prévia".

Queremos chamar atenção para o perigo que está embutido nesta possibilidade, porque se permanecer apenas a expressão "justa indenização", ela não elimina, ou melhor, compreende o conceito de prévia, mas se eliminarmos a palavra justa e ficar só a palavra prévia, não está incluído o conceito de justa. Mas há uma emenda que virá a seguir e aceitar a palavra prévia significa, também, entrar no terreno e no corredor perigoso de que cai a palavra justa, logo ali adiante, e venhamos a ficar com um texto que dirá: "mediante prévia indenização", sendo que no conceito de justa, compreende-se o conceito prévia, mas no conceito de prévia não se compreende o conceito de justa.

Sr. Presidente, quero chamar atenção que isto poderá, produzir um grave dano ao texto constitucional, não só tecnicamente, mas quanto ao seu conteúdo, principalmente se ficarmos apenas com a palavra prévia, ainda mais depois de ter ouvido aqui as denúncias sob todos os aspectos confiáveis do ilustre ex-Prefeito de Piracicaba, Deputado Constituinte João Herrmann Neto, que nos falou da indústria da desapropriação.

A prévia indenização que não for justa, pode suscitar a indústria da desapropriação a níveis extremamente desastrosos para os interesses do Estado e para o interesses público. Obrigado a V. Ex.<sup>a</sup> (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Peço aos Srs. Constituintes que tomem os seus lugares. (Pausa)

Vamos passar à votação.

Encareço ao Senador José Fogaça que faça a chamada dos votantes.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes senhores Constituintes: Alfredo Campos, Aluizio Campos, Carlos Sant'Anna, Fernando Bezerra Coelho, José Freire, José Geraldo, Milton Reis, Nilson Gibson, Pimenta da Veiga, Prisco Viana Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Rodrigues Palma, Albano Franco, Daso Coimbra, Israel Pinheiro, Márcio Braga, Marcos Lima, Alceni Guerra, Aloysio Chaves, Antoniocarlos Mendes Thame, Arnaldo Prieto, Carlos Chiarelli, Christóvam Chiaradia, Edme Tavares, Eraldo Tinoco, Francisco Benjamim, Francisco Dornelles, Inocêncio Oliveira, José Jorge, José Lins, José Santana de Vasconcellos, Luís Eduardo Mário Assad, Oscar Corrêa, Osvaldo Coelho, Paulo Pimentel, Ricardo Fiúza, Sandra Cavalcanti, Enoc Vieira, José Lourenço, Darcy Pozza, Gerson Pores, Jarbas Passarinho, Virgílio Távora, Adylson Motta, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Afif Domingos, Roberto Balestra. Votaram **NÃO** os seguintes senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Almir Gabriel, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Carlos Mosconi, Cid Carvalho, Cristina Tavares, Egídio Ferreira Lima, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, Ibsen Pinheiro, João Herrmann Neto, José Fogaça, José Ignácio Ferreira, José Paulo Bisol, José Serra, Manoel Moreira, Nelson Carneiro, Nelton Friedrich Oswaldo Lima Filho Paulo Ramos, Severo Gomes, Sigmaringa Seixas, Virgildásio de Senna, Wilson Martins, Chagas Rodrigues, José Tavares, Miro Tei-

xeira, Octávio Elísio, Vicente Bogo, José Thomaz Nonô, Antônio Carlos Konder Reis, Brandão Monteiro, José Maurício, Lysâneas Maciel, Luíz Inácio Lula da Silva, José Genoíno, Haroldo Lima, Roberto Freire e Jamil Haddad.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 51 Constituintes; votaram NÃO 41 Constituintes. Total: 92 votos. O Destaque foi **aprovado**.

Passamos, agora, à emenda do Constituinte Délio Braz.

Consulto a S. Ex.<sup>a</sup>, dada a semelhança, se mantém o destaque.

**O SR. CONSTITUINTE DÉLIO BRAZ:** – Sr. Presidente, sinto-me plenamente satisfeito com a aprovação da emenda anterior. Portanto, retiro a minha emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – O Constituinte Délio Braz retira o destaque.

**Destaque nº 4 849/87 – Emenda nº 1P– 12.204-0, do Sr. Amaury Müller "que adita alínea ao art. 12, inciso XIII do Projeto de Constituição art. 5º, § 35, do Substitutivo nº 2)". (69ª votação)**

Temos, agora, do Constituinte Amaury Müller, o Destaque nº 4.849, sobre a Emenda nº 12.204.

Concedo a palavra ao Constituinte Amaury Müller, para fazer o encaminhamento do seu destaque.

**O SR. CONSTITUINTE AMAURY MÜLLER:** – Sr. Presidente, ilustres Membros da Comissão de Sistematização, Sras. e Srs. Constituintes, o confronto do substitutivo sugere, desde logo, que o ilustre Relator, ao introduzir mudanças no texto original, pretendeu ampliá-lo, modernizá-lo e adequá-lo às exigências da sociedade moderna e à própria dinâmica do progresso social.

Mas penso que o novo texto ainda é vulnerável, ainda exhibe algumas falhas. Se cumpre ao Estado garantir e proteger a propriedade, parece legítimo que a lei crie mecanismos, sistemas de freios e contrapesos para coibir abusos, tanto na especulação imobiliária urbana quanto na concentração da terra rural em poucas mãos.

O pior cego não é o que foi privado do sentido da visão, mas aquele que, tendo olhos sadios, nega-se a ver, aquele que fecha os olhos para a trágica realidade brasileira. Quem pode ignorar que as cidades estão inchadas e rigorosamente enfermas? Aqui e acolá, em toda parte, em todos os lugares subsiste o cerco da fome, multiplicam-se os bolsões de fome, de pobreza explícita, tornando praticamente insuportável, hoje, a convivência humana nos centros urbanos.

Não temos o direito de fechar os olhos para essa realidade. Centenas de milhares de jovens, impedidos de participar ativamente dos avanços da cultura e da civilização, perdem-se todos os dias nos desvãos dos vícios e do crime, e tudo porque, Sr. Presidente, as demandas de solo urbano, de serviços básicos, de obras e infra-estrutura crescem numa progressão geométrica, enquanto o respeito aos direitos da pessoa humana caminha em pequenas polegadas, numa progressão simplesmente aritmética. Por outro lado, os campos estão cada vez mais vazios e doentes; a terra está deixando de cumprir a sua função social para transformar-se num poderoso instrumento de dominação de alguns, e o que é pior, de alguns estrangeiros. De lá deveriam fluir os alimentos que faltam à mesa de milhões e milhões de brasileiros, e o Brasil de terras sem fim, de 600 milhões de hectares, produz menos de 60 milhões de toneladas de grãos para alimentar quase 140 milhões de brasileiros. Por que, Sr. Presidente? Porque a propriedade do imóvel rural pertence apenas a alguns. Daí o sentido desta

emenda. É preciso que a lei coíba os abusos que estão ocorrendo hoje, tanto na cidade como no meio rural.

Custa-me crer que esta Assembléia Nacional Constituinte venha a se transformar no forno crematório nazista de incineração dos direitos do povo brasileiro. Afinal, Sr. Presidente, o direito de propriedade não é uma virgem pudica e inviolável.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Não há outros oradores para falar sobre a emenda.

Passemos à votação.

**(Procede-se à votação)**

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Almir Gabriel, Carlos Moscini, Cristina Tavares, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, João Herrmann Neto, José Paulo Bisol, Nelton Friedrich, Paulo Ramos, Sigmaringa Seixas, Antônio Mariz, Chagas Rodrigues, José Carlos Grecco, Miro Teixeira, Nelson Wedekin, Octávio Elísio, Rose de Freitas, Vicente Bogo, Jarbas Passarinho, Brandão Monteiro, José Maurício, Lysâneas Maciel, Luiz Inácio Lula da Silva, José Genoíno, Haroldo Lima, Roberto Freire, Jamil Haddad. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Alfredo Campos, Aluizio Campos, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Carlos Sant'Anna, Celso Dourado, Cid Carvalho, Egídio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Gasparian, José Fogaça, José Freire, José Ignácio Ferreira, José Ulisses de Oliveira, Nelson Carneiro, Nilson Gibson, Pimenta da Veiga, Prisco Viana, Rodrigues Palma, Virgildásio de Senna, Wilson Martins, Aécio Neves, Délio Braz, Israel Pinheiro, José Tavares, Márcio Braga, Mascos Lima, Roberto Brant, Afonso Arinos, Alcení Guerra Aloysio Chaves, Antônio Carlos Mendes Thame, Arnaldo Prieto, Carlos Chiarelli, Christóvam Chiaradia, Edme Tavares, Eraldo Tinoco, Francisco Benjamim, Francisco Dornelles, Inocência Oliveira, José Jorge, José Lins, José Thomaz Nonô, Luís Eduardo, Marcondes Gadelha, Oscar Corrêa Osvaldo Coelho, Paulo Pimentel, Ricardo Fiúza, Sandra Cavalcanti, Enoc Vieira, Jonas Pinheiro, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Gerson Peres, Virgílio Távora, Bonifácio de Andrada, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Adolfo Oliveira e Roberto Balestra.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 29 Constituintes; votaram NÃO 61 Constituintes. Total: 90 votos. O Destaque foi **rejeitado**.

Passa-se à votação do § 36 do art. 5º, sob a Presidência do Senador Constituinte Afonso Arinos.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – O requerimento de preferência da Constituinte Sandra Cavalcanti, referente ao Destaque nº 1.638. Este destaque diz respeito à Emenda nº 33.799/8, requerimento da Constituinte Sandra Cavalcanti.

Está em votação.

Os Srs. Constituintes que o aprovam queiram manifestar-se afirmativamente. **(Pausa)**

**O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA:** – Peço a palavra, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem a palavra a Constituinte Pimenta da Veiga.

**O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA:** – V. Ex.<sup>a</sup> poderia informar qual é o texto da emenda, para que o Plenário esteja consciente no momento da votação.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – A emenda é substitutiva e o dispositivo emendado o art. 5º do § 36. Dê-se ao § 36, do art. 5º a seguinte redação:

"§ 35 – É garantido o direito de herança, vetada a incidência de qualquer tributo, custas ou

emolumentos, relativos aos bens do espólio e sua transmissão aos herdeiros."

Em votação o requerimento de preferência da Constituinte Sandra Cavalcanti.

Os Srs. Constituintes que aprovarem a preferência votarão SIM, e os que a negarem votarão NÃO.

Os Srs. Constituintes que aprovam queiram permanecer sentados. **(Pausa)**

Rejeitado.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Requerimento de preferência do Senador Pompeu de Sousa.

**A SRA. CONSTITUINTE SANDRA CAVALCANTI:** – Sr. Presidente, esta é uma emenda do nobre Constituinte Délio Braz. E solicitamos para a mesma a preferência. Se a preferência for recusada, tudo bem. Gostaríamos de uma verificação.

**O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem a palavra o nobre Constituinte Pimenta da Veiga.

**O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA:** – Sr. Presidente, a Deputada Sandra Cavalcanti não tem mais a faculdade de pedir a verificação, porque V. Ex.<sup>a</sup> já havia passado para outra matéria. Havia anunciado o resultado e passado para outra matéria. Apenas quero a ordem no plenário. S. Ex.<sup>a</sup> poderia ter requerido em tempo oportuno.

V. Ex.<sup>a</sup> já passou a outra matéria. Não pode mais haver verificação.

**A SRA. CONSTITUINTE SANDRA CAVALCANTI:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem a palavra a Constituinte Sandra Cavalcanti.

**A SRA. CONSTITUINTE SANDRA CAVALCANTI:** – Sr. Presidente, o tempo que demorei para chegar até o microfone para poder fazer daqui a solicitação – V. Ex.<sup>a</sup> realmente se adiantou – mas não tenho o dom da ubiquidade. Precisava passar por ali, descer as escadas e chegar até aqui.

O Deputado Pimenta da Veiga há de compreender que não tenho como estar lá, pegando papel e aqui ao mesmo tempo.

**O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA:** – Sr. Presidente a Deputada Sandra Cavalcanti acusa a Mesa de ter-se adiantado. A Mesa não se adiantou. S. Ex.<sup>a</sup> é que se atrasou. S. Ex.<sup>a</sup> deveria estar próxima aqui do microfone para pedir a verificação. Não pode quebrar a regra. V. Ex.<sup>a</sup> já havia anunciado o destaque do Senador Pompeu de Sousa e não deve agora voltar atrás.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Trata-se de um problema de cortesia parlamentar no caso dupla cortesia por ser uma senhora que a requer.

**A SRA. CONSTITUINTE SANDRA CAVALCANTI:** – Muito obrigada, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Vai-se realizar a verificação.

Quem for a favor da preferência votará SIM; quem for contra a preferência para a apreciação do destaque da emenda votará NÃO.

O Sr. Constituinte Adolfo Oliveira fará a chamada nominal.

**(Procede-se à votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Foi rejeitado o requerimento de preferência, do Sr. Constituinte

Pompeu de Sousa, para o Destaque nº 003.757/87, correspondente à Emenda nº 32.109-9, de acordo com o inciso V do art. 12 do Regimento Interno.

Em votação simbólica, para permissão da preferência.

Os Srs. Constituintes que o aprovarem, queiram permanecer como se encontram. **(Pausa)**

Aprovado.

**Destaque n.º 003.757/87 – Emenda n.º ES-32.109-9, do Sr. Pompeu de Sousa, "que modifica o parágrafo 35, do art. 6º, do Substitutivo nº 1. (Parágrafo 36, do art. 5º, do Substitutivo n.º 2)" (70ª votação)**

Em votação o Destaque nº 3.757, requerido pelo mesmo Constituinte, Senador Pompeu de Sousa, referente à Emenda nº 32.109.

Com a palavra o nobre Senador Pompeu de Sousa.

**O SR. CONSTITUINTE POMPEU DE SOUSA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes membros da Comissão de Sistematização, a emenda que apresento ao § 36 do art. 5º é de extrema simplicidade, mas também de extrema necessidade.

Diz o § 36, art. 5º, entre os Direitos Fundamentais:

"É garantido o direito de herança."

Discuto a fundamentabilidade do direito de herança.

Discuto até o direito de herança, mas não quero que me acusem de radicalismo.

O que eu proponho apenas é desabsolutizar o direito de herança, dessacralizar o direito de herança, porque ele é em si, na legislação brasileira atual como em todas as legislações que temos tido, o eternizado da injustiça social neste País e constitui um elemento que faz do Brasil um dos países mais injustos com a sua própria população, com o seu próprio povo. Costumo dizer que, neste País, os ricos são mais ricos do que os ricos dos países ricos e os pobres mais pobres do que os pobres dos países pobres, é preciso pôr um freio nesta injustiça, mas não um freio modesto, meus amigos; proporia algo mais rigoroso, um freio muito mais forte, que pusesse fim a toda essa injustiça. Entretanto, sabemos que não seria aprovado. Proponho, pelo menos, se acrescente, nos termos da lei, para que a legislação ordinária ou uma legislação complementar rigorosa faça, do direito de herança um direito restrito apenas aos bens de subsistência da condição humana dos herdeiros, porque, mais do que isso, significa uma injustiça de alguns em proveito de todos.

Sr. Presidente, peço que V. Ex.<sup>a</sup> consulte a Relatoria-Geral sobre a proposta que acabo de fazer. **(Pausa)**

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FOGAÇA:** – Consultado pelo orador, o Relator me pede que transmita a S. Ex.<sup>a</sup> que esta é uma questão em aberto na Relatoria.

**O SR. CONSTITUINTE POMPEU DE SOUSA:** – Portanto, a Relatoria não se opõe à aprovação desta emenda.

Agradeço à Relatoria, pelo menos, por essa mesma posição.

Estou certo de que os meus nobres Colegas saberão honrar este compromisso com a justiça social do Brasil.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – De acordo com o Regimento, tem a palavra para manifestar-se contrariamente a Constituinte Cristina Tavares.

**A SRA. CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES:** – Sr. Presidente, ninguém melhor do que o Senador Pompeu de Sousa, a quem presto permanentemente as minhas homenagens, para defender causas justas.

Desejo, no entanto, ponderar para este Plenário que colocar simplesmente nos termos da lei, na maioria eventual de pessoas que não desejem, o tributo sobre a herança poderá resultar uma lei isentando esse tributo.

Srs. Constituintes, esta é uma questão que temos que definir aqui e agora.

Portanto, o meu encaminhamento vai no sentido contrário da emenda do Senador Pompeu de Sousa, por entender que, por ser de grande importância e relevância, o Imposto sobre a Herança é uma decisão desta Assembléia Nacional Constituinte.

É verdade que, nas Disposições Transitórias, há um inciso que determina que o imposto seja progressivo. Se já existe esse inciso nas Disposições Transitórias, seria ocioso que esta Assembléia aprovasse a emenda que apesar de generosa, parece-me não ser condizente com aquilo que pretendemos, que é a taxaço progressiva do imposto sobre herança. Daí porque eu peço a rejeição desta emenda.

**O SR. CONSTITUINTE OSCAR CORRÊA:** – Peço a palavra, pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem a palavra, pela ordem, o Constituinte Oscar Corrêa.

**O SR. CONSTITUINTE OSCAR CORRÊA:** – Sr. Presidente, o ilustre autor da proposta solicitou à Mesa e, em especial, ao Sr. Relator, parecer sobre a emenda. S. Ex.<sup>a</sup> designou o seu ilustre Sub-Relator ou Relator-Adjunto, Senador José Fogaça, que desse a sua opinião. E S. Ex.<sup>a</sup> disse que o parecer dele é pela questão em aberto. Eu gostaria que S. Ex.<sup>a</sup> esclarecesse bem ao Plenário se é favorável ou se é contra a emenda, já que parecer em aberto, eu confesso a V. Ex.<sup>a</sup> que, regimentalmente, eu não conheço.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FOGAÇA:** – Nobre Constituinte Senador Pompeu de Sousa, da tribuna, foi a respeito de qual é a posição da Relatoria em relação à sua emenda. Ocorre que o Relator Bernardo Cabral é pela manutenção do texto, e este Relator-Substituto tem uma posição pessoal favorável à emenda do Senador Pompeu de Sousa. Do alto da sua liberalidade e postura irrepreensivelmente democrática, o Relator resolveu considerar esta uma matéria sobre a qual a Relatoria tem uma posição em aberto. Portanto, a Relatoria deseja manter o texto, mas liberou os demais Relatores-Adjuntos ou Substitutos a terem uma posição independente, nesta matéria.

**O SR. CONSTITUINTE BOCAYUVA CUNHA:** – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Concedo a palavra a V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE BOCAYUVA CUNHA:** – A minha questão de ordem é muito simples: nós temos uma emenda que me parece, inclusive, mais adequada que esta do eminente Senador Constituinte Pompeu de Sousa, do eminente Líder do PDT, Brandão Monteiro, que diz o seguinte: "É garantido o direito de herança, sujeito ao imposto progressivo". O que eu gostaria de saber da Mesa é se, aprovada a Emenda Pompeu de Sousa, esta Emenda Brandão Monteiro está prejudicada, porque assim, Sr. Presidente, nós seremos obrigados a votar contra a preferência ora requisitada.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, quero falar contra a emenda, defendendo o texto. Serei breve.

V. Ex.<sup>a</sup> me permite?

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – A solução da questão de ordem parece ser a seguinte: se for aprovado o texto: "é garantido o direito de herança nos termos da

lei", a redação "é garantido o direito de herança sujeito ao imposto progressivo" fica prejudicada, porque, nos termos da lei, pode incluir o imposto progressivo e outras medidas legais. Se colocar só o imposto progressivo, não tem a mesma expansão, o mesmo alcance, que se colocar em geral, nos termos da lei.

Eu gostaria de fazer aqui uma pequena declaração: no Brasil, o direito de herança sempre foi nos termos da lei; nunca houve, no nosso País, a aplicação do direito de herança, a não ser nos termos da lei. A primeira legislação colonial que tivemos foram as Ordenações Manuelinas; depois, as Ordenações Filipinas; depois, a Consolidação das Leis Civis Teixeira de Freitas; depois o Código Civil, de Clóvis Bevilacqua e Rui Barbosa. De maneira que nunca houve, no Brasil, direito de herança que não fosse aplicado de acordo com a lei. E, para mim, pessoalmente, não entendo o que isso quer dizer, isso não inova nada, pois no Direito brasileiro, desde o Século XVI, a herança foi reconhecida nos termos da lei, sempre, Ordenações Manuelinas, Ordenações Filipinas, Consolidação das Leis Civis Teixeira de Freitas, Código Civil de Clóvis Bevilacqua. De maneira que sempre foi nos termos da lei, nunca houve outra maneira de se construir herança no Brasil.

Peço desculpas, mas é uma observação que estou fazendo, para ver se consegue apaziguar uma espécie de diálogo que me parece inteiramente inútil.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, o texto está bom, está enxuto, problema de imposto é para a lei.

**O SR. CONSTITUINTE POMPEU DE SOUSA:** – Sr. Presidente, não sou da Comissão de Sistematização, mas, desde sábado estou de plantão aqui, para defender essa proposição.

Inclusive, requeri a audiência da Relatoria, porque estava informado de que esta concordaria com essa posição.

Acho que esse dispositivo, embora V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Presidente, diga que é, vamos dizer, redundante, porque o direito de herança sempre foi regulamentado por lei, quando a Constituição o estabelece em termos de direito fundamental, sem qualquer remissão aos termos da lei, faz um direito auto-aplicável e torna possível uma amplitude indeterminada a esse direito.

Portanto, Sr. Presidente, sou favorável a que seja regulamentado nos termos da lei. Entretanto, estou sendo aqui solicitado, por companheiros, a retirar em proveito de uma emenda que fizesse justiça social. Entretanto, neste momento, estou verificando que essa emenda não seria aprovada e sim uma outra. Como não houve acordo, não retiro a emenda, Sr. Presidente.

**O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA:** – Peço a palavra, para encaminhar, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Constituinte Pimenta da Veiga, queira se dirigir ao outro microfone, por favor.

**O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA:** – Sr. Presidente, peço providências da Mesa, porque é a segunda vez que tento usar o microfone e tenho dificuldade. Primeiramente, foi da tribuna, e, agora, o do plenário. Preliminarmente, peço a V. Ex.<sup>a</sup> providências para que o som seja corrigido.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – A Mesa determinou essas providências. Não foi V. Ex.<sup>a</sup> impedido de falar ao microfone; apenas dirigiu-se a um microfone que não estava funcionando.

**O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA:** – Não fui impedido por V. Ex.<sup>a</sup>, mas o fui pelo serviço de som.

O que eu desejava, mas fui atropelado pelo eminente Constituinte Gastone Righi, era ter o direito de encami-

nhar a votação. Se for possível, eu gostaria, depois, de encaminhar a votação sobre este destaque.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Para encaminhar contra, já está na tribuna o nobre Constituinte Gastone Righi.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Primeiramente, eu gostaria de dizer que eu não poderia atropelar o eminente Líder Pimenta da Veiga, porque eu estou à frente de S. Ex.<sup>a</sup>, S. Ex.<sup>a</sup> vem atrás. Portanto, essa convergência é impossível.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a dúvida a que assistimos, do ilustre Constituinte Pompeu de Sousa, reflete bem o que a sua emenda significa: uma incrível e absurda vacilação, um sentido totalmente paradoxal. Vem o dispositivo constitucional e dispõe: é garantido o direito de sucessão. Aí, alguém que se oponha à sucessão quer que ela não exista, pretende adicionar a expressão "nos termos da lei", para que seja possível subtrair. Deveria, então, haver a definição que lhe faltou, até mesmo no momento de desistir, de propor a supressão do dispositivo. O que não é possível é se ter um dispositivo afirmativo e, em seguida, uma expressão que o possa colocar em dúvida. Assim, não se coloca o dispositivo.

Quero também estender, já, **en passant**, minha posição em relação à emenda que virá a seguir, que é do ilustre Líder Brandão Monteiro, que estabelece que será obrigatoriamente progressivo o imposto no caso da sucessão. E quero dizer a V. Ex.<sup>as</sup> que, quanto à técnica, é absolutamente inoportuno. Aqui dispomos sobre direitos fundamentais e ali está um direito fundamental – é garantido o direito à sucessão. Dispor sobre tributos é outro capítulo, é no capítulo dos tributos e já temos a disposição específica, quando se diz que compete ao Estado e ao Distrito Federal instituir imposto, art. 177, item I – Transmissão **causa mortis** – imposto que incide sobre a herança.

E diz aqui o § 3º:

"As alíquotas do imposto de que trata o inciso I – que é o imposto **causa mortis** – poderão ser progressivas e não excederão os limites estabelecidos em resolução do Senado da República."

E porque é bom que fique "poderão ser progressivas". Porque posso querer que determinada herança não tenha imposto progressivo. Por exemplo: se os bens de determinada herança são destinados a causas de benemerências, a asilos de inválidos, creches etc., esses bens poderão, na lei, ser suprimidos em relação à progressividade do imposto, e porque quero que todo mundo dê a mais social finalidade aos seus bens.

Ora, se eu colocar que é obrigatoriamente progressivo, determinadas exceções como essa que acabo de mencionar, quando o bem herdado se destina ao interesse social, quando o bem herdado, por exemplo, é um patrimônio cultural de nossa Nação, ou é uma reserva florestal preservada: não quero que seja progressivo o imposto, porque eu quero que o titular da herança não tenha a proteção, por exemplo, da reserva florestal ou do bem que é patrimônio histórico da Nação ou de um outro bem que seja tombado no interesse da sociedade.

Ora, colocando aqui obrigatoriamente progressivo, eu não poderei excetuar esses casos de bens de herança que servem à sociedade e que interessa até que não paguem tributos.

Vejam os Srs., somos contra esta emenda e para abreviar o assunto, absolutamente contra a emenda do Deputado Brandão Monteiro, porque a progressão já está contemplada no capítulo próprio, dizendo que poderá ser progressiva, é claro, nos casos em que se praticar justiça

distributiva, justiça social. Mas poderá haver os outros casos em que eu quero proteger a herança, porque ela serve ao interesse social.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Não havendo mais oradores, vai-se proceder à votação do destaque para a emenda do nobre Senador Pompeu de Sousa.

**(Procede-se à votação)**

**O SR. CONSTITUINTE BERNARDO CABRAL:** – Sr. Presidente, o Relator havia liberado os companheiros, mas o meu voto é sim, com o Constituinte Pompeu de Sousa.

**(Prossegue a votação)**

Votaram **SIM**, os seguintes Senhores Constituintes: Ademir Andrade, Almir Gabriel, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Carlos Mosconi, Celso Dourado, Cid Carvalho, Egídio Ferreira Lima, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, Ibsen Pinheiro, José Fogaça, José Freire, José Paulo Bisol, José Ulisses de Oliveira, Manoel Moreira, Mário Lima, Milton Reis, Nelson Carneiro, Nelson Friedrich, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Aécio Neves, Antonio Mariz, Israel Pinheiro, João Agripino, Márcio Braga, Miro Teixeira, Nelson Wedekin, Octávio Elísio, Rose de Freitas, Uldurico Pinto, Vicente Bogo, Antoniocarlos Mendes Thame, José Thomaz Nonô, Mário Assad, José Genoíno, Adolfo Oliveira, Haroldo Lima, Roberto Freire, Jamil Haddad. Votaram **NÃO**, os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Aluísio Campos, Carlos Sant'Anna, Cristina Tavares, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Gasparian, Nilson Gibson, Pimenta da Veiga, Rodrigues Palma, Virgildásio de Senna, Albano Franco, Délio Braz, José Costa, José Tavares, Afonso Arinos, Aloysio Chaves, Arnaldo Prieto, Carlos Chiarelli, Edme Tavares, Eraldo Tinoco, Francisco Benjamim, Francisco Dornelles, Inocêncio Oliveira, José Jorge, José Lins, José Santana de Vasconcellos, Luis Eduardo, Marcondes Gadelha, Oscar Corrêa, Osvaldo Coelho, Ricardo Fiúza, Sandra Cavalcanti, João Menezes. Jonas Pinheiro, José Lourenço, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Gerson Pores, Jarbas Passarinho, Virgílio Távora, Bonifácio de Andrada, Brandão Monteiro, José Maurício, Lysâneas Maciel, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Luiz Inácio Lula da Silva e Roberto Balestra.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 43 Constituintes; votaram NÃO 49 Constituintes. Total 92 votos. O Destaque foi **rejeitado**.

**Destaque nº 000589/87 – Emenda nº ES-32.373, do Sr. Brandão Monteiro, "que modifica o § 35 do art. 35, do Substitutivo nº 1 (§ 36, do art. 5º, do Capítulo I, do Título II). (71ª votação).**

Votação do Destaque nº 589, requerido pelo Constituinte Brandão Monteiro, referente à Emenda nº 32.373, de autoria do mesmo Sr. Constituinte.

Tem a palavra o Constituinte Brandão Monteiro, para encaminhar favoravelmente.

**O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO MONTEIRO:** – Sr. Presidente e Srs. Constituintes:

A presente emenda objetiva compatibilizar o § 36 do art. 5º, com o que estatui o § 3º do art. 177.

O Brasil registra o maior índice de concentração de renda do mundo, superior aos Estados Unidos, à Alemanha e à França. O IBGE, em 1980, estabeleceu os números: 5% da população, em 1980, detinha 30% da renda nacional. Como consequência, maior ainda é a concentração do patrimônio do País. 5% detêm mais de 43% do patrimônio nacional. Os impostos que incidem sobre o patrimônio, o IPTU, o ITR sobre veículos automotores e sobre a herança

chamada "Transmissão **Causa mortis**, são extremamente moderados, estimulando a concentração do patrimônio.

A partir de 1964, o Imposto Sobre Herança foi drasticamente reduzido, deixando de incidir sobre bens móveis, tendo a sua alíquota fixada em 2%; hoje, em 4%. Antes, a alíquota era progressiva e atingia até 29%, quando o legatário não era parente do testador.

O Imposto Sobre Herança é poderoso instrumento para estimular a melhor distribuição de renda e patrimônio no País. Em quase todo o mundo sua alíquota é progressiva. E não me venham dizer aqui que seja uma proposta socialista. Ao contrário, é uma proposta dos países capitalistas para democratizar inclusive o patrimônio.

Espero que a Assembléia Nacional Constituinte, através da Comissão de Sistematização, busque aprovar esta emenda, porque vejo muitos criticarem o Estado, muitos criticam dizendo que o Estado é um devorador do patrimônio, que o Estado gasta muito ... Mas na hora em que se quer discutir e distribuir melhor a renda e o patrimônio, há aqueles que são eternos defensores da iniciativa privada, e parecem esquecer a necessidade de se aumentar, sobretudo, as rendas do Estado.

É isso o que eu diria, Sr. Presidente. O texto simplesmente acresce que é garantido o direito de herança, e sobre ele haverá o imposto progressivo.

**O SR. CONSTITUINTE CID SABÓIA DE CARVALHO:** – Sr. Presidente, requeiro falar contra a emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem a palavra o nobre Constituinte Cid Sabóia de Carvalho, para falar contra a emenda.

**O SR. CONSTITUINTE CID SABÓIA DE CARVALHO:** – Sr. Presidente, Srs. membros da Comissão de Sistematização:

O texto tal como se encontra no substitutivo é perfeito: garante-se o direito de herança e deixa-se a parte específica da Constituição e da legislação ordinária à competência exatamente do aspecto tributário. Não há o que emendar no texto do Relator Bernardo Cabral, nessa fase em que estamos examinando o § 36 do art. 5º. Ademais, seria invalidar aprovando-se a Emenda do Constituinte Brandão Monteiro, o dispositivo que vem a seguir na parte tributária que, aliás, foi um longo trabalho de uma comissão que se dedicou profundamente ao exame da questão tributária brasileira.

Não precisa, Sr. Presidente, não precisa Srs. membros da Comissão de Sistematização, ingressar no mérito da sugestão do Constituinte Brandão Monteiro, basta a defesa técnica da Constituição, porque seria a invasão de uma norma de caráter genérico para aquele espaço reservado às normas de caráter específico, quando, na verdade, o capítulo específico tributário resolverá essa questão, sem engodos, sem problemas, sem coisa alguma. Por isso, me manifesto pela manutenção do texto Bernardo Cabral, tal como está, para que não haja, no Capítulo V, item XXXVI, da Constituição, a maneira de invalidar a parte específica dedicada aos tributos nacionais. Somente isso, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Para se manifestar a favor, tem a palavra o nobre Senador Nelson Carneiro.

**O SR. CONSTITUINTE FRANCISCO DORNELLES:** – Sr. Presidente, eu desejaria depois falar contra, se não houver nenhum inscrito.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o Plenário acaba de rejeitar a Emenda Pompeu de Sousa, e agora examinamos a Emenda Brandão Monteiro, que diz o seguinte: "É garantido o direito de herança sujeito ao imposto progressivo".

O argumento contra esse dispositivo é a invocação do art. 177, do projeto em exame. Diz no § 1º, no número 1: "Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituírem impostos sobre:

1) Transmissão **causa mortis** e doação de quaisquer bens ou direito".

Quero louvar nessa parte o Relator, porque incluiu as doações, que não figuravam nos textos anteriores. Mas o ponto principal é exatamente este, é o § 3º, que diz:

"As alíquotas do imposto de que trata o inciso 1, que é o **causa mortis**, e é a doação, poderão ser progressivas."

Nós iremos votar, daqui a quinze dias, esse dispositivo. Não obriga que sejam progressivas; diz: "poderão ser". E não excederão os limites estabelecidos em resolução do Senado da República.

Quando comecei, há mais de cinquenta anos, a minha carreira de advogado, no Rio de Janeiro, a alíquota para o filho era uma; para o sobrinho era outra; para o primo era outra; e para um estranho era 40% da herança. Nós, agora, fazemos um dispositivo.

Vejo aqui ao lado os aplausos do nobre Constituinte Bernardo Cabral. Era isso naquele tempo. Agora, dizemos que o filho, aquele que tem o sangue do que morre, que é o continuador do seu nome, o responsável pela sua família, este vai pagar a mesma coisa que a pessoa estranha à família. Ali, o Senado não distingue, fixa uma cota de 4%. Eram 2% e passou para 4%. Então, tanto faz deixar para o filho, para o irmão, para o sobrinho, como para um estranho. Isso não é possível! É preciso que o imposto seja progressivo, e não como está aqui: "Poderá ser progressivo". Estamos imaginando que, amanhã, uma emenda dirá que deverão ser progressivos. Quando é que podemos assentar, hoje, que a emenda de amanhã dirá o que deverá ser?

Por isso, Srs. Constituintes, penso que a emenda deverá ser aprovada, para que o filho pague menos do que o estranho. Isso acontece em todos os lugares do mundo. Na Inglaterra, o estranho paga 50% de imposto, a metade, porque ele não faz parte da família. Como está, vamos unificar todos: estranhos e familiares. Não defendemos a família, não defendemos os continuadores do nome, os que padeceram, mas também estamos estendendo a mesma proteção a todos os beneficiários. Não são herdeiros legítimos, mas herdeiros testamentários. Isso é importante. Não são os herdeiros que resultam do sangue, mas aqueles que podem resultar do testamento.

Por tudo isso, Sr. Presidente, penso que a aprovação dessa emenda é justa e deve merecer o apoio desta Casa. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem a palavra, para encaminhar contrariamente a votação, o nobre Constituinte Francisco Dornelles.

**O SR. CONSTITUINTE FRANCISCO DORNELLES:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, estamos votando o Título III, que trata dos Direitos e Liberdades Fundamentais. E o Relator Bernardo Cabral foi muito feliz quando incluiu no § 36 a expressão "É garantido o direito de herança". É este o direito da pessoa, é este o direito fundamental da pessoa humana.

A emenda do Constituinte Brandão Monteiro diz que esse imposto será progressivo. Inicialmente, este Título não trata da progressividade de imposto...

Em segundo lugar, no próprio artigo, o art. 177, que trata do Imposto de Herança, o seu § 3º diz que a alíquota poderá ser progressiva, tendo como o máximo, ou cabendo ao Senado Federal fixar a alíquota máxima. Esse é um imposto estadual. Quem vai fixar a progressividade são as Assembleias estaduais, que poderão estabelecer um mínimo de isenção para as pequenas heranças, para as pequenas

propriedades, para aqueles que recebem um pequeno quinhão.

As Assembleias têm competência, inclusive, para estabelecer alíquotas progressivas diferenciadas, se assim entenderem, em decorrência de uma herança ou de uma doação, feita diretamente à pessoa de sua família ou a terceiro.

Por essas razões, Sr. Presidente, opino contrariamente à Emenda do ilustre Deputado Brandão Monteiro, por entender que ela não cabe nesse capítulo e por já estar tratada, convenientemente, no capítulo do sistema tributário.

Muito obrigado!

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem a palavra o Relator, Constituinte Bernardo Cabral.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, volto a insistir com o princípio geral, coordenado com as regras especiais no texto constitucional.

O Senador Cid Sabóia de Carvalho foi preciso quando argumentava com esta circunstância: o princípio geral está estabelecido, é garantido o direito de herança. A regra especial, com a qual este princípio tem que se coordenar, está exatamente na Seção IV – Dos Impostos dos Estados e do Distrito Federal.

O que se vê no texto constitucional, no art. 177, inciso I? O imposto que cabe ao Estado e ao Distrito Federal instituir. Qual é esse imposto? Transmissão, **causa mortis** e doação de quaisquer bens ou direitos. E no § 3º, Sr. Presidente, cria-se a regra especial da instituição do imposto progressivo. Argúi-se que aqui há o verbo "poderão", e este "poderão" tem sua razão de ser, porque a obrigação do imposto progressivo pode ser contrário ao interesse social quando imposto, quando obrigatório, e por que "poderão"? Porque, na alíquota máxima que o Senado vier a criar, o Estado, na órbita da sua competência, fixa – porque não é possível que aquele parente distante tenha o mesmo tratamento do parente próximo; a esse que está distante deve ser maior a alíquota e por isso, Sr. Presidente, é que o texto há que ser mantido, porque o princípio geral está estabelecido, enquanto o coordenado com a regra especial está lá adiante.

Neste mesmo sentido, chamo a atenção, Sr. Presidente, de que a emenda seguinte, a do Constituinte Délio Braz, vai além, quando diz que garante o direito de herança, vedada a incidência de qualquer tributo.

Veja, Sr. Presidente, se uma não deve estar sujeita ao imposto progressivo, porque já está fixada a regra geral, verifique – e digo isso muito contristado – se formos estabelecer no princípio geral essa exceção vedando a incidência de qualquer tributo.

Gostaria de chamar a atenção dos Colegas Constituintes de que, pela regra constitucional, o melhor será que se mantenha o texto do Substitutivo, uma vez que, na regra especial, está garantida a aplicação do imposto progressivo exatamente sobre a herança.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ SERRA:** – Sr. Presidente, peço a palavra, para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte José Serra, para uma questão de ordem.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ SERRA:** – Quero fazer uma pergunta de esclarecimento ao Relator, que é a seguinte: de acordo com o destaque pedido agora, que fixa a obrigatoriedade da progressividade sempre, se eu quiser estabelecer uma alíquota de um imposto diferente para um filho e um estranho que recebam herança, não poderei estabelecer. Esta é a minha interpretação. Por quê? Porque não há uma faculdade para uma flexibilidade na questão da progressividade.

Queria perguntar a respeito do entendimento do Relator, porque isso é muito importante para a votação.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – V. Ex.<sup>a</sup> tem absoluta razão neste esclarecimento. Acabei de dizer que a obrigação do imposto progressivo pode ser contrário ao interesse social, por isso deve ficar essa flexibilidade aos Estados. Exatamente por isso, Constituinte José Serra. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Em votação a emenda do Constituinte Brandão Monteiro.

Os Srs. Constituintes que estiverem de acordo dirão SIM, e os que estiverem contrário dirão NÃO.

Vamos fazer a chamada.

**(Procede-se à votação)**

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Ademir Andrade, Aluizio Campos, Artur da Távola, Carlos Mosconi, Cid Carvalho, Cristina Tavares, Egídio Ferreira Lima, Fernando Gasparian, Fernando Henrique Cardoso, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, Ibsen Pinheiro, José Paulo Bisol, Manoel Moreira, Mário Lima, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nilton Friedrich, Nilson Gibson, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Severo Gomes, Sigmaringa Seixas, Virgildásio de Senna, Wilson Martins, Octávio Elísio, Rose de Freitas, Vicente Bogo, Antonio Carlos Mandas Thame, Brandão Monteiro, José Maurício, Bocayuva Cunha, Luiz Inácio Lula da Silva, José Genoíno, Haroldo Lima, Roberto Freire e Jamil Haddad. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Alfredo Campos, Bernardo Cabral, Carlos Sant'Anna, Celso Dourado, Fernando Bezerra Coelho, José Fogaça, José Freire, José Ignácio Ferreira, José Geraldo, José Richa, José Serra, José Ulisses de Oliveira, Milton Reis, Prisco Viana, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Rodrigues Palma, Albano Franco, Délio Braz, José Tavares, Afonso Arinos, Aloysio Chaves, Arnaldo Prieto, Carlos Chiarelli, Christóvam Chiaradia, Edme Tavares, Eraldo Tinoco, Francisco Benjamim, Francisco Dornelles, Inocêncio Oliveira, José Jorge, José Lins, José Santana de Vasconcellos, José Thomaz Nonô, Luís Eduardo, Marcondes Gadelha, Oscar Corrêa, Oswaldo Coelho Paulo Pimentel, Ricardo Fiúza, Sandra Cavalcanti, João Menezes, Jonas Pinheiro, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Gerson Pares, Jarbas Passarinho, Virgílio Távora, Bonifácio de Andrada, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Adolfo Oliveira e Roberto Balestra.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 38 Constituintes; votaram NÃO 54 Constituintes. Total: 92 votos. O Destaque foi rejeitado.

**Destaque nº 1638-87 – Emenda nº ES-33799-8, do Sr. Délio Braz, "que dá nova redação ao art. 6º, § 35 do Substitutivo nº 1 (art. 5º, § 36 do Substitutivo nº 2)".**

Em votação o Destaque nº 1.638/87, requerido pelo Sr. Constituinte Délio Braz.

**O SR. CONSTITUINTE MILTON REIS:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – V. Ex.<sup>a</sup> permite que eu leia até o fim?

**O SR. CONSTITUINTE MILTON REIS:** – Não, antes disso. É sobre os trabalhos.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Concedo a palavra a V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE MILTON REIS:** – Sr. Presidente, considerando que nós, a despeito de termos trabalhado muito, nos achamos atrasados nos trabalhos da Comissão, consultaria V. Ex.<sup>a</sup>, e V. Ex.<sup>a</sup> consultaria ao Plenário da Comissão da Sistematização, a fim de examinar a possibilidade de fixarmos um princípio, segundo o

qual, quando 47 dos Membros da Comissão de Sistematização se manifestarem favorável ou contrariamente a quaisquer dos destaques apresentados à emenda, já poderíamos encerrar esse processo e passar ao seguinte, objetivando, portanto, a economia de tempo.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Sou informado pelo nosso digno Assessor Parlamentar de que esta matéria já foi objeto de questão de ordem e que a solicitação aí contida foi rejeitada. (Pausa)

Em votação.

Vou repetir: Destaque nº 1638, requerido pelo nobre Constituinte Délio Braz, referente à Emenda nº 33799-87, de autoria do mesmo Sr. Constituinte.

Tem a palavra o Constituinte Délio Braz.

**O SR. CONSTITUINTE DÉLIO BRAZ:** – Sr. Presidente, o § 36 do art. 5º do Substitutivo Constitucional tem hoje uma redação singela, a exemplo do que constou do art. 31 do denominado Projeto Afonso Arinos.

Mas não foi assim desde início. Aliás, é bom fique destacada a iniciativa desta Constituição que, pela vez primeira, consagra, entre os direitos e garantias dos indivíduos, a garantia, pelo Estado, do direito de herança.

Na Subcomissão dos Direitos e Garantias Individuais, consagrou-se no item XXIII a seguinte redação:

"É assegurado o direito de herança, vedada a incidência de qualquer tributo, custas ou emolumentos relativos aos bens do espólio que sirvam de moradia ao cônjuge sobrevivente ou a herdeiros".

O mesmo dispositivo foi mantido na redação final, sob o número de item XXIV, na versão submetida pelo ilustre Relator, Constituinte Darcy Pozza, à aprovação da Subcomissão, o que foi feito em 23-5-87.

Subindo à Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher, o assunto mereceu tratamento no item XVIII do art. 3º, que considerou isenta de tributação, emolumentos e custas a transmissão, por morte, dos bens de uso particular e familiar, subordinada aos desígnios de seu titular, insuscetível de desapropriação.

Mesmo no projeto substitutivo elaborado pela Comissão, fez-se a diferença entre os bens que serviam de moradia ao cônjuge sobrevivente ou a herdeiros, e aqueles mais, que se poderiam elencar entre os indicativos de riqueza.

Na consolidação que se pretendeu fazer dos Projetos aprovados pelas diversas comissões temáticas, porém, já se afirmava que a transmissão, por morte, de bens ou valores, está sujeita a emolumentos, custas ou tributos proporcionais ao valor do quinhão, atendido o princípio social da distribuição da renda e da riqueza".

Finalmente, os dois substitutivos preparados pelo nobre Constituinte Bernardo Cabral, deram preferência à atual redação.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Na verdade, poder-se-ia afirmar que o parágrafo em questão representa redundância do que já está assegurado no direito de propriedade, privada, exhaustivamente discutido no parágrafo anterior. O direito de herdar é consequência direta do direito de propriedade do "de cujos", cujos bens integram o espólio hereditário.

Até parece, porém, que a inserção desse direito foi feita com segundas intenções, justamente para permitir que o Estado se apossasse dos, por vezes, parques e modestos bens que são deixados aos seus familiares, após a morte do cidadão.

Já na fase das subcomissões verificou-se o impasse entre as colocações feitas pela Subcomissão dos Direitos e

Garantias Individuais e aquela dos Tributos, que apregoava a competência dos Estados e do Distrito Federal para instituir impostos sobre a transmissão "causa mortis" e a doação de quaisquer bens ou direitos.

Emenda de nossa autoria foi rejeitada, simplesmente ao argumento de que "quebraria o equilíbrio da divisão de receitas públicas que o projeto pretende obter":

Sr. Presidente, Srs. Constituintes: quero que os Anais desta Casa registrem minha profunda preocupação com a excessiva carga de impostos que se prepara para presentear o cidadão brasileiro. Pretende-se melhorar a situação dos Estados e dos Municípios, que tradicionalmente viviam de prato nas mãos, mendigando recursos junto à União. Mas a União não pretende ver minorada sua fonte de receitas, e já vem alardeando, através da imprensa, que chegaremos a uma situação de impraticabilidade administrativa.

É sabido, mais, que por várias vezes se intentou gravar, com o Imposto de Renda, os bens herdados. É preciso, pois, impedir que a voracidade do leão se faça sentir de maneira impiedosa, não se podendo confiar apenas na legislação ordinária, muitas vezes formulada ao sabor de interesses escusos de elementos despreparados da administração pública.

A incidência de impostos sobre o espólio representa verdadeira quebra do princípio da vedação constitucional de bitributação ou da tributação **bis in idem**, não se podendo falar em atendimento do princípio social da distribuição da renda e da riqueza. Tal princípio foi atendido quando da percepção dos rendimentos que permitiram a constituição do patrimônio familiar, posteriormente transformado em herança. Não podemos nos esquecer que os bens que compõem o patrimônio familiar já pertencem a todos os membros da família, que muitas vezes se privaram de conforto para semear para o futuro. A tributação dos bens herdados, depois de ter havido a tributação sobre os rendimentos que lhes deram origem, vai representar desestímulo à poupança, comprometendo nossas tradições de amealhar para o futuro.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

E os valores arrecadados são relativamente insignificantes.

De acordo com os últimos dados fornecidos pelo Ministério da Fazenda, a arrecadação, em todos os Estados do Brasil, representa apenas 0,0048% da Receita Total do País ou 0,0075% da Receita Tributária do País. Vejam: quarenta e oito décimo-milésimos por cento da receita total. Mesmo se compararmos com a receita dos Estados, a insignificância relativa ainda perdura, eis que representa 0,012% da receita total dos Estados federados, ou 0,19% da receita tributária. Vejam: doze milésimos por cento da receita total. No meu Estado, Goiás, representa apenas 0,014% da receita total. Vejam: quatorze milésimos por centos da receita de meu Estado.

Por todos esses motivos, incito meus nobres pares a consagrarem, no texto constitucional, a total isenção de gravames tributários para a herança.

Gostaria de ler...

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – (Fazendo soar a campanha) – O Presidente pede a atenção do nobre orador. Peço-lhe desculpas, mas seu tempo está esgotado.

**O SR. CONSTITUINTE DÉLIO BRAZ:** – A seção IV, dos Impostos dos Estados e do Distrito Federal, diz o seguinte:

I – transmissão **causa-mortis** e doação, de quaisquer bens ou tributos;

3º As alíquotas do imposto de que trata o Inciso I poderão ser progressivas e não excederão

os limites estabelecidos em resolução do Senado da República."

Sr. Presidente, como sempre no Brasil quem paga...

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos fazendo soar a campanha):** – Peço ao nobre orador que resuma suas observações.

**O SR. CONSTITUINTE DÉLIO BRAZ:** – Sr. Presidente, como sempre, no Brasil, quem paga imposto é a classe média, são os pobres; os ricos nunca pagam, pois estes registram empresas, transferem as suas cotas e ações a seus familiares. São os deserdados da sorte que pagam impostos no Brasil.

Sr. Presidente, dado os pedidos dos companheiros aqui, dos ilustres Constituintes, retiro a minha emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – nobre Constituinte retirou a sua emenda, o Presidente agradece.

Vamos continuar a votação.

**Destaque nº 006746/87 – Emenda nº ES-33 533-2 da Sra. Rose de Freitas, "que modifica o parágrafo 36 do artigo 6º, do Substitutivo nº 1 (artigo 5º, parágrafo 37, do Substitutivo nº 2)" (72.ª votação)**

Preferência para o Destaque nº 6.746, de 1987. Emenda nº 33.533/2.

A Constituinte Rose de Freitas tem a palavra, para encaminhar a votação.

**A SRA. CONSTITUINTE ROSE DE FREITAS:** – Sr. Presidente, antes que fosse colocada em votação, gostaria de ouvir o parecer do Relator.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem a palavra o Relator.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, há várias emendas neste sentido, como as das Constituintes Rose de Freitas, Raquel Cândido e Anna Maria Rattes.

Com relação ao texto "O Estado promoverá, na forma da lei, a defesa dos consumidores", a Constituinte Rose de Freitas teve o cuidado de pedir o destaque para a emenda que apresentou exatamente sobre este parágrafo, e a Constituinte Raquel Cândido pediu que ficasse nas Disposições Transitórias.

Relator acolhe a emenda, fazendo a seguinte composição: "O Estado promoverá, na forma da lei, a defesa dos consumidores".

Deveria ficar tal qual está porque, se colocarmos. "Cabendo ao Congresso Nacional instituir, por lei complementar, o Código de Defesa do Consumidor –", neste texto Da Garantia, quando o Código de Defesa do Consumidor for criado, ele ficará despiendo, fora do lugar. Ao passo que podemos acolher a emenda, dizendo nas Disposições Transitórias exatamente isto. Pergunto a V. Ex.ª se, junto com a Deputada Raquel Cândido, encontra essa fórmula, que me parece plenamente constitucional, uma fórmula boa, que atende a todos e não há nenhuma divergência quanto à matéria.

**A SRA. CONSTITUINTE ROSE DE FREITAS:** – Acolho a sugestão de V. Ex.ª.

**O SR. RELATOR BERNARDO CABRAL:** – A Deputada Raquel Cândido acolhe? O Relator acolhe o estatuído no texto das Disposições Transitórias.

**A SRA. CONSTITUINTE RAQUEL CÂNDIDO:** – Sr. Presidente, diante da argumentação do ilustre Relator, só nos resta acolher. Mas que fique de forma clara que as Disposições Transitórias ficarão constante da elaboração do Código de Defesa do Consumidor tendo em vista que



não adianta pinçarmos artigos soltos constantes, no novo texto constitucional, sem darmos um instrumento legal onde a coletividade possa socorrer-se.

Acolho a proposta do eminente Relator, desde que fique claro que a nossa emenda também possa ser acolhida **in totum** e possa ser este Código elaborado no prazo de 120 dias no máximo.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ COSTA:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Um momento. Quero ver como se pode aproveitar a sugestão do Relator.

O Relator opina no sentido de que a emenda pode ser acolhida, desde que transfira para as Disposições Transitórias. Este é o parecer.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ COSTA:** – Mas submetida a voto pelo Plenário. É isto, Sr. Presidente?

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Claro. É isso que vai ser votado.

**A SRA. CONSTITUINTE ROSE DE FREITAS:** – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Concedo a palavra à Constituinte Rose de Freitas, para encaminhar.

**A SRA. CONSTITUINTE ROSE DE FREITAS:** – Sr. Presidente e Srs. Constituintes, gostaríamos de esclarecer que esta emenda, este destaque que foi trazido ao Plenário, tem uma razão muito forte de existir. Os PROCON estaduais, as entidades oficiais, as comunidades de defesa do consumidor, trouxeram a esta Casa, com o apoio da população, cerca de 36 mil assinaturas com sugestões populares, porque esta é uma das matérias, este é um assunto que sempre foi colocado de forma irrelevante na sociedade. Então, pedimos o apoio do Sr. Relator, conversamos, mantivemos entendimentos. O Relator, em nenhum momento, omitiu o seu apoio para que esta questão não ficasse tão restrita como foi colocado no texto. Fizemos esse apelo ao Relator, porque as outras 56 mil assinaturas pela Emenda Popular nº 45, que solicitava a manutenção, inclusive dos textos anteriores, desse segundo substitutivo, em todas as fases da elaboração da nova Constituição, a questão do consumidor foi colocada. Portanto, o que gostaríamos de garantir, agora, acrescentando e modificando a emenda do Relator e acatando inclusive a sua sugestão, é de que ficasse claro que nós teríamos numa lei complementar ou agora ou nas Disposições Transitórias, o código de defesa do consumidor.

O que tem acontecido, nobre Relator, e agradeço o empenho de V. Ex.<sup>a</sup> em acatar a essa sugestão, é a total desproteção do consumidor neste País. O único episódio que assistimos, aqui nesta Nação, foi na época do Plano Cruzado em que vimos a população se movimentar, arregimentando forças para defender os seus interesses, porque a população não confia e nunca confiou nos órgãos que foram criados com esse objetivo.

E quero citar que esse código é de grande importância para a manutenção dos direitos do consumidor e dos usuários. E a exemplo de outros países como a Espanha e Portugal que, no seu processo de redemocratização, fizeram garantir na nova constituição a existência desse código, peço o apoio do Plenário para este destaque, tendo em vista que não se trata de destaque apenas de nossa autoria, mas como destaque fundamentado em todas as movimentações sociais deste País, com vista a crescer na nossa nova Constituição esse direito tão elementar ao povo brasileiro.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem a palavra o Constituinte Carlos Sant'Anna, pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Eu gostaria de saber, Sr. Presidente, como é que ficou a emenda que nós iremos votar? Qual é o texto que nós vamos votar?

Ao mesmo tempo, Sr. Presidente e Sr. Relator, eu queria logo fazer a segunda consulta: pelo que eu entendi, V. Ex.<sup>a</sup> teria dito, mas creio que entendi mal, que na fase das disposições transitórias poderia haver alguma coisa relativa a feitura de um código de defesa do consumidor. Parece-me que a expressão código, aceitar isso como entrando na Disposição Transitória, me parece difícil, em termos de código. Poderia ser uma legislação, ou lei complementar, ou lei, mas não código.

**O SR. CONSTITUINTE JOÃO MENEZES:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem a palavra o Constituinte João Menezes, pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE JOÃO MENEZES:** – Para completar aqui. Ao que eu entendi, acho que V. Ex.<sup>a</sup> agiu corretamente. V. Ex.<sup>a</sup> não aceitou a emenda. Parece-me que V. Ex.<sup>a</sup> quis dizer é que esse destaque será colocado no Capítulo das Disposições Transitórias. Eu queria que V. Ex.<sup>a</sup> esclarecesse isso, se é esse o fato.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Srs. Constituintes, respondo aos eminentes Constituintes João Menezes e Carlos Sant'Anna.

A eminente Constituinte Rose de Freitas apresentou uma emenda modificativa ao art. 6º, § 36, e a eminente Deputada Constituinte Raquel Cândido fez um destaque para uma emenda sua, mas que é das Disposições Transitórias, onde ela pede, que por lei complementar seja instituído o Código de Defesa do Consumidor. Código de Defesa, tal qual está escrito aqui pela eminente Constituinte Rose de Freitas.

Relator chama a atenção que o art. 5º, § 37, trata da defesa do consumidor; o art. 23, inciso VIII, trata da defesa do consumidor; o art. 151, inciso VII, trata da defesa do consumidor; e o 191, inciso V trata da defesa do consumidor. Como muitos consumidores, lá fora, não leram e não gostaram do texto, não sabem que esta defesa está definitivamente consagrada. No entanto, as ilustres Constituintes e mais alguns outros colegas insistem na instituição do Código de Defesa do Consumidor.

Relator entendeu que não poderia colocar isso na regra fundamental, no princípio geral, apenas na regra especial. Essa regra especial pode estar consagrada, à vista das emendas, no Capítulo das Disposições Transitórias. Mas, para que se ressalve o direito dessas Constituintes, entende o Relator que isso deve ser consagrado numa votação, agora, neste instante, a fim de que não se burle o direito que as Constituintes tiveram de apresentar as suas emendas. Apenas, eminente Constituinte **Carlos Sant'Anna**, V. Ex.<sup>a</sup> tem razão, quando diz que não se coloque isso no texto permanente. Mas estranha que no texto das Disposições Transitórias se registre como código. O problema é que se não for aceita como código não há necessidade de colocar aqui, porque a defesa do consumidor está plenamente registrada nesses imensos artigos que já fiz questão de ressaltar.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Estou entendendo. Pela ordem, poderia ler o texto que nós vamos votar?

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – A emenda da eminente Constituinte Rose de Freitas é modificativa, segundo argüi S. Ex.<sup>a</sup> na redação. Acontece que ela não chega a ser modificativa. Em verdade, ela é substitutiva. O que ela quer é substituir uma redação. O que eu quis foi, ca-

sando a Emenda Rose de Freitas com a da Constituinte Raquel Cândido, não prejudicar nem a uma nem a outra. Se só houvesse a da Constituinte Rose de Freitas, eu seria obrigado a rejeitá-la, porque não cabe neste princípio geral, mas cabe, reportando para lá, nas Disposições Transitórias, se o Plenário assim entender, ficaria assim a redação:

"Cabe ao Congresso Nacional instituir, por lei complementar, o Código de Defesa do Consumidor."

Esta é a redação que se aproveita das duas emendas.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Mas será votado agora ou nas Disposições Transitórias?

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Nas Disposições Transitórias.

Peço à Constituinte Raquel Cândido que leia a sua emenda.

**A SR.<sup>a</sup> CONSTITUINTE RAQUEL CÂNDIDO:** – Sr. Presidente, está havendo confusão. Foram citados cinco artigos pertinentes à defesa do consumidor, e nenhum desses artigos foi claro em instituir a criação de Código de Defesa do Consumidor.

No dia 1º de setembro de 1987, com a Emenda de nº 22.677-1, esta Constituinte, embasada na orientação do eminente Professor Carlos Comparato, ouvindo todos os Procon, auscultando uma emenda popular que tem o nº 45, recebendo do VIII Encontro de Defesa dos Consumidores da América Latina, que encaminhou para a Assembléia Nacional Constituinte, através de cento e cinquenta e oito mil assinaturas, ouvindo ainda grandes juristas e constitucionalistas, propôs a seguinte emenda:

"Acrescente-se ao artigo, nas Disposições Transitórias, após o 36, reenumerando-se os demais:

"O Congresso Nacional elaborará dentro de 120 dias, após a promulgação da Constituinte, o Código de Defesa do Consumidor", Código este que dará o instrumento legal para que os cinco artigos, consubstanciados em vários Capítulos da Constituição passem a ser o instrumento legal de defesa do consumidor."

Não admito, de maneira alguma, que alguém, em algum momento, queira pensar que, talvez, a nossa posição ou o nosso desprendimento sirva, aqui, para a má interpretação daquilo que está sendo encaminhado legal e constitucionalmente, e bem colocado no Capítulo do novo texto constitucional.

É preciso dizer-se que o Relator Bernardo Cabral e o Anteprojeto Afonso Arinos obedeceram a cinco dispositivos constitucionais, deixando postergada a criação do Código de Defesa dos Consumidores, que cabe nas Disposições Transitórias, emenda essa que o Relator acaba de acatar, por ser de estrita e total pertinência.

**O SR. CONSTITUINTE ALUÍZIO CAMPOS:** – Sr. Presidente, são duas emendas distintas. Estamos votando o § 37 do art. 5º e a emenda da eminente e ilustre Deputada Raquel Cândido destina-se às Disposições Transitórias.

Podemos fazer a paz entre as mulheres, se a Constituinte Rose de Freitas concordar com a emenda da Constituinte Raquel Cândido nas Disposições Transitórias e votarmos a dela, suprimindo a parte final.

Se votarmos a emenda da Constituinte Raquel Cândido:

"O Estado promoverá, na forma da lei, a defesa dos consumidores e usuários de serviços, protegendo a segurança, a saúde e os legítimos interesses econômicos", está liquidado o assunto. Depois, nas Disposições Transitórias, segundo compromisso do Relator, aprovaríamos, com o apoio da Constituinte Rose de Freitas, a emenda que vai fixar o prazo para se estabelecer a Lei de Proteção ao Consumidor. E, aí, a paz estará assegurada.

**O SR. CONSTITUINTE ERALDO TINOCO:** – Sr. Presidente, entendo que a matéria deva ter o seguinte encaminhamento: pelo que foi esclarecido, o destaque da Constituinte Raquel Cândido diz respeito às Disposições Transitórias. O destaque da Constituinte Rose de Freitas diz respeito a esta matéria que está sendo votada. O Relator foi claro que, no seu entendimento, a matéria deva ser acolhida nas Disposições Transitórias. Entretanto, acho que cabe o direito à Constituinte Rose de Freitas de ver a sua matéria votada, mesmo contra a opinião do Relator.

Então, para ganharmos tempo, se a Constituinte Rose de Freitas não desejar retirar o seu destaque, votemos a matéria e prossigamos os nossos trabalhos.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem a palavra a Constituinte Rose de Freitas.

**A SR.<sup>a</sup> CONSTITUINTE ROSE DE FREITAS:** – Sr. Presidente, creio que se estabeleceu uma polêmica desnecessária, até porque nós estamos num processo de trabalho árduo, difícil, procurando entendimento com os companheiros, com os outros Partidos. Acho que não importa uma pequena interpretação diferenciada de algum ou alguma Constituinte, porque esta emenda não foi redigida pela Constituinte Anna Maria Rattes nem pela Constituinte Rose de Freitas, nem pelo Senador Fernando Henrique Cardoso, nem pelo Constituinte Vilson Souza, nem pela Constituinte Raquel Cândido, mas uma emenda e um destaque trazidos a esta Casa pela mão da população que subscreveu as emendas populares. Então, isso aqui não é um desfile de vedetismo coroado pelo êxito desse ou daquele Constituinte.

O que eu solicito a V. Ex.<sup>a</sup>, e com o acatamento do nobre Relator, é o seguinte: agradeço a sugestão do Constituinte Aluizio Campos, mas eu gostaria de representar legitimamente o meu mandato nesta Casa. E sei que é este o pensamento do nobre Relator Bernardo Cabral.

Esta emenda, nobre Relator, foi escrita pelos Procon estaduais e pelas comunidades em defesa do consumidor e do usuário. A redação dada por essas entidades, que estou procurando representar através desse destaque, é a seguinte: "O Estado promoverá, na forma da lei, a defesa dos consumidores e usuários de serviços, protegendo-lhes a segurança, a saúde e os legítimos interesses econômicos, cabendo ao Congresso Nacional instituir, por lei complementar, o Código de Defesa do Consumidor".

V. Ex.<sup>a</sup> sugeriu – o que foi aceito por mim e depende da aceitação do Plenário – a substituição pelo termo das Disposições Transitórias. Eu acato a sugestão de V. Ex.<sup>a</sup>, não só em respeito ao entendimento, mas pelo legítimo respaldo que V. Ex.<sup>a</sup> tem para opinar a respeito. E gostaria de solicitar ao Presidente que fosse colocada em votação. Absolutamente, não desisto e quero representar até o final essa emenda.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, é pacífico o entendimento: o Relator acolhe a emenda para as Disposições Transitórias. Eu acho que a Casa não se vai insurgir quanto a isso, Sr. Presidente. E fica tal qual a redação aqui está.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – O Presidente confessa humildemente que, no começo da discussão, estava conseguindo entender qualquer coisa, mas, no fim dela, passou a não entender mais nada. De maneira que essa série de luminosas intervenções trouxeram certo caos ao entendimento geral do assunto. Então, vou seguir aqui a sugestão preliminar do nosso Assessor Parlamentar e consultar o Plenário se concorda que a Emenda da Constituinte Rose de Freitas seja acolhida nas Disposições Transitórias. **(Pausa)**

Há divergências, mas isso se resolve no voto. Vou consultar o Plenário, porque, se não o fizer, teremos que, pela primeira vez na história das Constituições brasileiras,

ver que não podemos votar alguma coisa, porque a confusão será total, segundo a velha expressão de Machado de Assis.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Concedo a palavra ao Constituinte José Lins.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Sr. Presidente, acho que estamos procurando uma maneira de fugir ao Regimento. Este é muito claro, Sr. Presidente: Os destaques são pedidos para determinados assuntos, são classificados e devem ser votados no momento oportuno".

Nem o destaque da Constituinte Raquel Cândido pode ser votado agora, porque faz parte das Disposições Transitórias, nem este pode ser votado no Capítulo das Disposições Transitórias, porque se refere ao assunto de hoje.

Peço a V. Ex.<sup>a</sup> dê prosseguimento ao que é normal, votar as emendas, para que sejam aprovadas ou não.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, peço a palavra para contraditar o eminente Constituinte José Lins.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem a palavra o Relator Bernardo Cabral.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, não é uma situação como diz S. Ex.<sup>a</sup>, de insurreição ao Regimento; ao contrário, é para casar-se as propostas dentro de um Regimento e não prejudicar o bom andamento apresentado pelas inúmeras emendas das Sr.<sup>as</sup> Constituintes.

Se o Plenário entender, Sr. Presidente, que se deva votar agora, remetendo para as Disposições Transitórias, não me parece que se esteja fulminando a letra do Regimento. Ao contrário, esta Casa tem capacidade para interpretá-lo e esta é uma interpretação extensiva do Regimento.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Então, seguindo a opinião do Relator, vou colocar em votação a seguinte questão: a matéria deve ou não ser transportada para as Disposições Transitórias.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Sr. Presidente, não quero colocar-me contra a Mesa, para não criar maiores problemas, mas vou usar a forma de encaminhamento de votação.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Encaminhamento de votação do quê?

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Dessa matéria que vai ser votada.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Da proposta que deve ir para as Disposições Transitórias?

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Sim. Para encaminhar.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Quer V. Ex.<sup>a</sup> encaminhar a votação sobre a ida para as Disposições Transitórias?

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Exatamente. Se a matéria vai ou não para as Disposições Transitórias.

Sr. Presidente, se o Regimento Interno estabelece, nas normas consolidadas, que não se pode pedir preferência de um Título sobre outro, está claro que não se pode fazer o inverso. Se não podemos trazer o Capítulo V para discutir antes do Título I, não podemos pegar matéria do Título I e colocar no Título V.

Sr. Presidente, chamo a atenção, porque, caso se abra esse precedente, vamos entrar em matérias da maior com-

plexidade e da maior polêmica nesta Comissão, e não podemos deixar de votar matéria e colocá-la nas Disposições Transitórias.

Fomos contra uma questão de ordem do nobre Constituinte Carlos Sant'Anna na instalação da Comissão de Sistematização, quando S. Ex.<sup>a</sup> dizia que se devia votar o Título e a Disposição Transitória do Título correspondente; e nos colocamos contra, a Comissão de Sistematização colocou-se contra essa questão levantada pelo nobre Líder Carlos Sant'Anna.

Não podemos agora, Sr. Presidente, votar uma matéria aqui e remetê-la para as Disposições Transitórias. Se a Comissão de Sistematização acolhe, e a nobre Constituinte mantém essa matéria, altera a remissão aí do Título, coloca nas Disposições Transitórias, e lá vamos votar. Senão, vamos criar um precedente e vão-se confundir inteiramente os trabalhos da Comissão. E ao defendermos a aplicação do Regimento Interno, Sr. Presidente, temos que ter coerência. Lutamos contra o Constituinte Carlos Sant'Anna que queria juntar Disposição Transitória com o Título, e agora não podemos contrariar essa decisão remetendo uma matéria para as Disposições Transitórias. E aí está aberta uma grande contradição e uma grande confusão, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Creio que a utilização da faculdade de se falar pela ordem está substituindo a utilização de se opinar sobre a matéria. Já não são mais questões de ordem.

O nobre Constituinte José Genoíno opôs-se à proposta feita pelo Sr. Relator, por meio de questão de ordem. Não é isto uma questão de ordem; é uma opinião de S. Ex.<sup>a</sup> sobre a matéria proposta pelo Relator.

Assim, não tenho outra maneira de decidir a questão, senão submetendo-a à apreciação do Plenário. Qual é a outra maneira que tenho?

**O SR. CONSTITUINTE HAROLDO LIMA:** – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer uma ponderação a V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Concedo a palavra a V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE HAROLDO LIMA:** – Creio, na verdade, que se agora introduzirmos esse metodologia de uma emenda em discussão ser relacionada com as Disposições Transitórias e a votarmos, estaremos incorporando um precedente de certa gravidade, porque, há bastante tempo, estamos nos colocando contra esse ponto de vista, ou seja, não se pode votar Disposições Transitórias antes. A ordem da votação é esta. De sorte que a solução natural, creio, é V. Ex.<sup>a</sup> colocar em votação a emenda apresentada pela Constituinte Rose de Feitas, como emenda relacionada ao § 38, salvo engano, e, na minha modesta compreensão, caberia ao nobre Relator, aprovada supostamente a emenda, e S. Ex.<sup>a</sup> julgando, na redação final, que esta emenda está relacionada nas Disposições Transitórias, caberia S. Ex.<sup>a</sup>, na redação final, colocá-la nas Disposições Transitórias. Mas a votação da emenda deverá ser agora, porque é a votação relacionada com este parágrafo para o qual ela está destacada.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Peço a palavra, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Concedo a palavra ao nobre Relator.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, V. Ex.<sup>a</sup> me desculpe, mas estamos falando a mesma linguagem, talvez com sotaque diferente. Foi exatamente o que eu disse: que acolhia a emenda, para remetê-la para as Disposições Transitórias. Apenas entendemos que deveria ser votada agora para ressaltar. Não estamos trazendo lá do Capítulo das Disposições Transitórias para votar aqui, como se está tentando dizer. Não é isso. Estamos votando no lugar certo o § 36 ao art. 6º. Só que

no entendimento do Relator, esta matéria não cabe aqui, deve ser remetida para as Disposições Transitórias, tal qual V. Ex.<sup>a</sup> entendeu.

Acolho, desde que o Plenário remeta para as Disposições Transitórias, porque, se for acolher para colocar nos Direitos e Liberdades Fundamentais, evidentemente que não cabe aqui, e o Relator explicou por quê, porque daqui a pouco se cria o Código de Defesa do Consumidor e está no texto central da Constituição o que não é possível. Tentei fazer-me claro, mas evidentemente que a minha insuficiência intelectual não chega a tanto, mas, repito, a idéia é essa, segundo ali acenava o meu prezado Mestre Senador José Paulo Bisol, e é boa, porque salvamos a emenda e o trabalho e colocamo-la no Capítulo competente.

**A SRA. CONSTITUINTE ANNA MARIA RATTES:** – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Concedo a palavra a V. Ex.<sup>a</sup>.

**A SRA. CONSTITUINTE ANNA MARIA RATTES:** – Dirimidas a questão e as dúvidas pelo Sr. Relator, apenas sugiro que V. Ex.<sup>a</sup> inicie a votação, para que se acabe com o problema. Está perfeitamente entendido. É isso que queríamos.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Mas V. Ex.<sup>as</sup> não estão permitindo.

**A SRA. CONSTITUINTE ANNA MARIA RATTES:** – Porque ainda existia uma dúvida, mas o Relator acabou de esclarecê-la.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Na medida em que há uma intervenção contínua para levantar questões de ordem, que não são questões de ordem, senão opiniões sobre a substância da matéria que foi proposta pelo Relator, há um impedimento ao prosseguimento da reunião. Então, o Presidente não pode senão chamar atenção para este fato. O Relator acolhe a emenda, apenas declara que ela deve ser mantida para as Disposições Transitórias.

Concedo a palavra à Constituinte Rose de Freitas, para encaminhar a votação.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ COSTA:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem sobre a votação.

**O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Concedo a palavra à Constituinte Rose de Freitas.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ COSTA:** – Mas eu estou pedindo a palavra para uma questão de ordem sobre a votação.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Mas eu não aceito a questão de ordem. V. Ex.<sup>a</sup> não pode dialogar com o Presidente, eu não o permito, não o consinto. Ninguém tira a minha autoridade, ninguém desafia a minha autoridade, nem V. Ex.<sup>a</sup> (Palmas)

Concedo a palavra à Constituinte Rose de Freitas.

**A SRA. CONSTITUINTE ROSE DE FREITAS:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, eu queria a atenção dos nobres Companheiros Constituintes, porque o que fundamentou esta emenda, o que faz com que a Constituinte Anna Maria Rattes e eu trouxéssemos aqui esta emenda, este pedido de destaque, foi exatamente a necessidade de que a população pudesse ter os mecanismos de defesa dos seus interesses.

O que faz o nobre Relator, neste momento, é exatamente tentar juntar a redação que foi dada a esse texto,

com o interesse daqueles que trouxeram as suas assinaturas, as suas emendas populares a esta Casa, na defesa dos usuários e dos consumidores.

Então, o que gostaríamos de pedir aos nobres Constituintes é o acatamento a esse pedido de destaque por entender que, sem o código de defesa do consumidor, a sociedade, a população, continuará totalmente desprotegida dos seus direitos. O que tem sido, hoje, a luta dos consumidores a não ser tentar acionar todas essas entidades fantasmas que sempre existiram à sombra dos governos e que nunca defenderam os seus interesses?

Pedimos aqui, e agradecemos ao nobre Relator a intervenção sincera e empenhada, no sentido de acolher as sugestões trazidas a esta Casa pelas emendas populares. Portanto, peço ao nobre Líder do PMDB, àqueles companheiros que estão nesta Casa, que acolham esta emenda por ser extremamente necessária. Se deixarmos o texto como está, ainda que pautado das melhores intenções, deixaremos completamente desprotegidos os usuários e os consumidores.

Gostaria, Sr. Presidente, agradecendo a V. Ex.<sup>a</sup> a tolerância, de dizer que objetos para consulta, no caso de qualquer dúvida, encontram-se sobre a nossa mesa todos os documentos que foram mandados a todas as Comissões, inclusive nas em que trabalhamos, pedindo o apoio a esta emenda que foi trazida por nós.

Agradeço ao nobre Relator o apoio e peço o apoio do Plenário.

**O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA:** – Sr. Presidente, para uma questão de ordem. (Assentimento do Presidente)

Gostaria de ouvir da Mesa um esclarecimento. Não sei exatamente se estamos votando o mérito, ou se estamos votando a proposta do Relator de remeter isto para as Disposições Transitórias. Gostaria deste esclarecimento. Já é o mérito, remetendo a matéria para as Disposições Transitórias?

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Estamos votando o mérito da proposição.

**O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA:** – Não me quero insurgir contra a Mesa, mas esta decisão fere o entendimento que se tinha até agora, fere o Regimento e abre um perigoso precedente. Parece-me que, para a Mesa adotar esta decisão, deveria, antes, ter ouvido o Plenário sobre a preliminar. Decidindo como decidi, está criando um precedente, quebrando a regra de que não se pode inverter a ordem dos capítulos. Estamos votando, agora, uma matéria referente às Disposições Transitórias. Se o Relator não tivesse manifestado a intenção de transferir para as Disposições Transitórias este dispositivo se aprovado, mal não haveria. Mas, na medida em que o Relator comunicou ao Plenário que este dispositivo, se aprovado, irá para as Disposições Transitórias, o Plenário deveria ter sido ouvido.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENÓINO:** – Sr. Presidente...

**A SRA. CONSTITUINTE RAQUEL CÂNDIDO:** – Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Vou responder à questão de ordem. Um momento.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ COSTA:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – O Relator sugere que a Mesa dê um despacho de ofício. A matéria é para Disposições Transitórias e deve ser remetida para Disposições Transitórias...

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ COSTA:** – Sr. Presidente, pela ordem, sobre a votação.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – ... onde serão votados na ocasião em que se votarem as Disposições Transitórias. Está resolvido.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOINO:** – Está em votação, Sr. Presidente?

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ COSTA:** – Pela ordem, sobre a votação, Sr. Presidente. **(Assentimento do Presidente)**

A minha questão de ordem é a seguinte: a apreciação pelo Plenário da matéria envolve a apreciação do mérito ou, pura e simplesmente, remete este destaque para ser apreciado oportunamente por ocasião das Disposições Transitórias?

Esta é uma questão de ordem que me parece fundamental. Estamos também votando o mérito ou, pura e simplesmente, dizendo: o mérito não vai ser votado e só nas Disposições Constitucionais Transitórias será a matéria apreciada? Esta a questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tenho a honra e o prazer de responder a V. Ex.<sup>a</sup> Pediria apenas um minuto para que esclareça com o assessor parlamentar e com o Relator. Depois, terei a honra e o prazer de responder a V. Ex.<sup>a</sup>, que acaba de formular uma questão importante.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ COSTA:** – Muito obrigado a V. Ex.<sup>a</sup>

**A SRA. CONSTITUINTE RAQUEL CÂNDIDO:** – Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – A proposta do Relator, que submeto ao autor da indagação, é a seguinte: que se submeta, por votação simbólica, ao Plenário se a matéria deve ser ou não remetida para as Disposições Transitórias. **(Palmas)**

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOINO:** – Sr. Presidente, sinceramente chamo a atenção da Presidência e da Mesa da Comissão de Sistematização para o grave precedente que se abre em relação a isso para a seguinte questão: na hora em que formos discutir sistema de governo, vamos discutir junto com a duração do mandato do Presidente José Sarney. Fica a pergunta no ar.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – Sr. Presidente, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Com a palavra o Constituinte Paulo Ramos.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – Sr. Presidente, acredito que estejamos perdendo um tempo demasiado quando para tratar de uma questão que poderia ter sido superada desde que a votação já tivesse sido feita. Infelizmente o destaque da Constituinte Rose de Freitas está programado para ser votado hoje. Se, porventura, ficarmos na dependência de interpretação de que determinada matéria deva ser remetida para lá e para cá, poderemos, em outras oportunidades, encontrar igual dificuldade. Se a matéria está programada para ser votada hoje, deve ser votada hoje; uma vez aprovada, na discussão da redação final, entendemos que ela deva constar das Disposições Transitórias, aí, sim, a matéria aprovada será remetida para as Disposições Transitórias na redação final, isso é mais do que óbvio.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Peço permissão ao Presidente para responder a V. Ex.<sup>a</sup>.

O que o Relator pediu foi que as ilustres Autoras das emendas concordassem que isso ficasse para as disposições Transitórias. Não posso, eminente Constituinte Paulo Ramos, votada esta emenda, que é substitutiva ao art. 6º, remetê-la à redação final. Se todas as Autoras concordam que, por ocasião da votação das Disposições Transitórias,

seja votada esta emenda que acolho para o Capítulo das Disposições Transitórias, não há nenhuma dúvida do Plenário; se for votada agora, não posso acolhê-la para remetê-la às Disposições Transitórias, porque ela é exatamente modificativa do art. 6º. Aí teria que votar contrariamente, eminente Constituinte Paulo Ramos.

**A SRA. CONSTITUINTE RAQUEL CÂNDIDO:** – Sr. Presidente, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Atenção! Vou colocar em votação simbólica... Constituinte Raquel Cândido V. Ex.<sup>a</sup> é uma Constituinte extremamente eloquente, já a ouvi falar várias vezes; tenho grande admiração pela sua eloquência, mas preferiria que ela fosse usada daqui a pouco, em outra oportunidade.

**A SRA. CONSTITUINTE RAQUEL CÂNDIDO:** – Só para esclarecer, Sr. Presidente.

Não há necessidade – e eticamente tenho-me posicionado com muito respeito em relação à Comissão de Sistematização e tive o cuidado de fazer o destaque, tanto agora nos Direitos Coletivos como nas Disposições Transitórias, porque sabia dessa manobra que estamos assistindo aqui hoje.

Não é possível, Sr. Presidente, que a Comissão de Sistematização se vergue à meia dúzia de cidadãos, em detrimento de algum visual de uma possível Constituinte. Isso chega à beira do exagero. Fizemos dois pedidos de destaques, porque sabemos dessa manobra e digo mais, Sr. Presidente, se quisesse criar maior caso, estaria aqui, porque, no primeiro Substitutivo, pela aprovação dos seus termos, tenho a Emenda de n.º 22.677-1, aprovada para as Disposições Transitórias. Não é possível, Sr. Presidente. E ternos, aqui, o que consta a emenda:

“Queremos que o Congresso Nacional – Das Disposições Transitórias – no prazo de 120 dias, promulgue o Código de Defesa do Consumidor.”

Não podemos descer à beleza da Constituinte Rose de Freitas, sob o aplauso de meia dúzia de pessoas, para distorcer o trabalho da Comissão de Sistematização. Queremos que seja discutido no Capítulo das Disposições Transitórias, mas não vamos permitir que sejamos “burro de carga” e, muito menos, nos omitirmos numa hora como esta, simplesmente pelos belos cabelos da Constituinte Rose de Freitas.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Em votação a preliminar.

**O SR. CONSTITUINTE VIRGILDÁSSIO DE SENNA:** – Sr. Presidente, é para sugerir a V. Ex.<sup>a</sup> que, com a autoridade intelectual, moral e ética, que toda a Casa reconhece a V. Ex.<sup>a</sup>, com os poderes que V. Ex.<sup>a</sup> está investido por esta Casa, cumpra o despacho de V. Ex.<sup>a</sup> já anunciado e remeta, por despacho administrativo, a emenda à discussão, na oportunidade em que forem discutidas as Disposições Transitórias. Não há o que votar. V. Ex.<sup>a</sup> tem poderes para fazê-lo e faça-o imediatamente.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Em votação.

Vota-se, em primeiro lugar, a preliminar sobre a remessa da matéria às Disposições Transitórias.

Os Srs. Constituintes que apóiam esta solução queiram permanecer sentados. **(Pausa)**

Aprovado.

**O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA:** – Sr. Presidente, peço verificação de votação.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Será feita a verificação requerida pelo nobre Constituinte Pimenta da Veiga, por chamada nominal.

**(Procede-se à votação)**

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FOGAÇA:** – Está em votação a decisão de remeter a matéria referente à Emenda da Deputada Rose de Freitas, junto com as demais, para o Título das Disposições Transitórias.

**O SR. CONSTITUINTE ALDO ARANTES:** – Um esclarecimento, Sr. Relator.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FOGAÇA:** – Esta votação não inclui a apreciação do mérito.

**O SR. CONSTITUINTE ALDO ARANTES:** – O mérito só será nas Disposições Transitórias?

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FOGAÇA:** – O mérito só será votado por ocasião da votação das Disposições Transitórias.

Esta votação é uma decisão formal quanto à remessa dessa matéria para as Disposições Transitórias.

**(Procede-se à votação)**

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem a palavra V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Sr. Presidente, trata-se de uma questão que não tem mérito constitucional. Atingiu 47 votos. Foi rejeitada a indicação feita pela Relatoria, o que significa dizer que não haverá transferência de matéria.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Vai continuar a votação do Destaque n.º 6.746.

**O SR. CONSTITUINTE BOCAYUVA CUNHA:** – Sr. Presidente, pela ordem, antes de iniciar a votação.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem a palavra V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. CONSTITUINTE BOCAYUVA CUNHA:** – Sr. Presidente, creio que esta dúvida que me assalta deveria ser levantada, aqui, por alguém representante de um Partido numericamente mais expressivo do que o PDT.

A mim me parece que, hoje, se abriu, aqui, um precedente extremamente grave: V. Ex.<sup>a</sup> admitiu que se jogasse para o Plenário a decisão de transferir para as Disposições Transitórias um artigo que está no Capítulo. Então, creio que é preciso que se esclareça à Casa, se esse precedente vai valer também para os demais artigos, para os demais destaques de outros capítulos. Creio que foi uma decisão tomada pelo nobre Relator, que entende disso muito mais do que eu, que sou um simples engenheiro, mas que foi uma decisão extremamente temerária. Daqui para diante, se isso for mantido, nós vamos correr sérios riscos na elaboração dos trabalhos da Constituição.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Constituinte Gastone Righi, indago a V. Ex.<sup>a</sup>, já que está inscrito, se pretende ocupar a tribuna.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Sr. Presidente, iniciemos a votação, porque a matéria já foi encaminhada.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, vou pedir, antes, escusas depois dessa fastidiosa, cansativa e inútil discussão de hora e meia sobre o nada, mas eu não poderia deixar de usar a palavra; primeiro porque, pessoalmente, sinto-me inclinado a querer acolher, por sua simpatia, por sua amizade, a emenda da Deputada Rose de Freitas, mas muito mais ainda pela sinceridade com que S. Ex.<sup>a</sup> se posta e pelas aparentes razões que ela coloca, como sendo em defesa dos consumidores.

O que eu quero dizer a V. Ex.<sup>as</sup> é que, na realidade, em que pese exornar a sua emenda uma adjetivação muito

vasta, a emenda é absolutamente restritiva, e é perniciosa aos interesses dos consumidores. Em reunião de Lideranças, hoje de manhã, decidimos ficar com uma emenda do ilustre Constituinte José Lins; a Emenda do Constituinte José Lins diz o seguinte: “A lei promoverá a defesa dos consumidores e dos usuários de serviços”. Ela é absolutamente ampla, a da Constituinte Rose de Freitas é restritiva, diz: “O Estado promoverá”. Ora, se o Estado promove, eu estou excluindo a possibilidade de sociedade de economia mista, sindicatos, hospitais, entidades beneficentes, sociedades de amigos de bairro, e tantas outras que poderão ser convocadas pela lei, para ajudarem a promover a defesa dos consumidores e dos usuários.

Mais ainda: quando eu aqui adjetivo, e vejam os Srs. como é muito adjetiva a emenda; o Estado promoverá na forma da lei a defesa dos consumidores e usuários de serviços, protegendo-lhes a segurança, a saúde e os legítimos interesses econômicos, isso quer dizer que eu restringi apenas três casos. Por exemplo, não está defendido aqui o sentido estético, que eu desejasse defender em relação aos consumidores, como o conforto dos consumidores ou o direito à celeridade nos serviços para os consumidores, porque eu restringi a fatos que atentem contra a segurança, a saúde e os legítimos interesses econômicos do consumidor. Esta adjetivação é restritiva, a emenda é contra os consumidores, é contra os usuários.

Ficamos, portanto, com a Emenda do ilustre Constituinte José Lins. É por isso que votei SIM na proposta anterior, porque eu queria que o Sr. Relator ao menos pudesse salvar da emenda a determinação do Código de Defesa do Consumidor, como homenagem à insigne Constituinte Rose de Freitas, e a emenda popular que aqui foi apresentada.

Somos pela rejeição dessa emenda, que é restritiva e não atende aos interesses dos consumidores e usuários. E somos a favor da Emenda José Lins, muito mais ampla, muito mais enxuta, muito mais perfeita.

Durante o pronunciamento do Sr. **Gastone Righi**, o Sr. **Afonso Arinos**, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. **Jarbas Passarinho**, Terceiro-Vice-Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Concedo a palavra à Constituinte Cristina Tavares, para falar a favor.

**A SRA. CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes:

É grato ao País saber que esta Constituição está preocupada com a questão do consumidor, com a proteção ao consumidor. Eu não discuto, Srs. Constituintes, se este artigo deverá ficar nas Disposições Transitórias ou se deverá ficar no corpo da Constituição. O que importa, o que é substantivo, o que é grato, o que é moderno, é que a Constituição está preocupada em elaborar um Código de Proteção ao Consumidor, esse pobre consumidor brasileiro que, de tão enganado, seja pelas empresas públicas, seja pelas empresas privadas, acaba por não ser um cidadão.

O consumidor brasileiro, de fato, não é um cidadão: ele gostaria de comprar um carro que não tivesse, depois de 3 ou 4 anos de uso, mil e quinhentos sinais de deterioração, mas o carro que ele compra contém erros e agressões ao consumidor, de tal forma que para se exportar um carro brasileiro é preciso se fazer duas mil modificações.

Portanto Sras. e Srs. Constituintes, a aprovação por parte desta Assembléia de uma norma específica de um Código de Proteção ao Consumidor brasileiro é um dever de justiça para com o nosso povo. Por isso, peço voto para a proteção através do Código dos Consumidores

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Com a palavra o Constituinte Gerson Peres, para encaminhar contra a emenda.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, prezados Colegas Constituintes:

Estamos redigindo uma Carta Política, uma Constituição. Na marcha em que vamos, acabaremos escrevendo um Código Constitucional, e não mais uma Constituição. Precisamos atentar para isto, que é fundamental. Não é só ter o desejo de ver uma emenda nossa ser inserida na Constituição, isto é muito bonito, todos temos esta vaidade natural.

A emenda da ilustre Constituinte Rose de Freitas complica o problema redacional. Como está no texto da Constituição, temos todos os caminhos para, dentro da legislação ordinária, fazer o que eles querem – o Código de Defesa do Consumidor – ou uma legislação protetora do consumidor.

Vejam bem que em outros dispositivos do mesmo Substitutivo, temos quatro artigos mais que defendem os interesses dos consumidores. Não basta este, querem escrever mais defendendo os consumidores e ainda temos a oportunidade de elaborar um Código dos Consumidores.

Por isto, pedi a atenção dos colegas, para que garantíssemos o texto do Substitutivo que é curto, conciso e prático, e próprio de um texto de uma Constituição: “O Estado promoverá, na forma da lei, a defesa dos consumidores”, diz a Constituição.

Ora, ela obriga o Estado a elaborar uma lei, um Código que irão defender o consumidor. O que mais queremos? Se a Constituição consagra este princípio fundamental, seremos obrigados, na forma da lei, a redigir uma ampla defesa desses interesses. Portanto, querer escrever mais, usar mais adjetivos, seria complicar o processo redacional desta Constituição e transformá-la em verdadeiro código constitucional.

Por isso, pediria aos colegas Constituintes que rejeitassem todas as demais emendas e que ficássemos com este singelo, prático e objetivo parágrafo que dispõe: “O Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor”.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Concedo a palavra ao Relator Bernardo Cabral.

**A SRA. CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES:** – Sr. Presidente, pela ordem, sa V. Ex.<sup>a</sup> me permitir, antes que o Relator fale.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Concedo a palavra à Constituinte Cristina Tavares.

**A SRA. CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES:** – Eu gostaria de lembrar que, na redação final, pode ser compatibilizado algum texto que esteja mal redigido na proposta que vai à votação.

**SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Perdoe-me V. Ex.<sup>a</sup>, mas a interpretação da Mesa é diferente da sua. Se ficarmos fazendo votações de matérias pertinentes, para depois fazer a colocação na redação final onde couber, vamos criar aqui um conflito muito grande.

Assim, é preciso que a matéria seja especificamente pertinente àquela que está sendo tratada.

Concedo a palavra ao nobre Relator.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Tenho o dever, mais do que qualquer outro colega, de alertar os eminentes Srs. Constituintes para a seguinte circunstância que se cria com esta emenda agora.

Sr. Presidente, tentei salvar a redação da emenda. Sou obrigado a votar contra, porque se pretende incluir no

texto permanente uma redação que fere um direito e uma liberdade fundamentais, pois se manda criar um Código de Defesa do Consumidor e, tão logo ele esteja criado, temos no texto permanente um artigo que já está prematuramente morto.

Sr. Presidente, não posso concordar que se crie no texto permanente, sobretudo, no Título dos Direitos e Liberdades Fundamentais, um Código de Defesa do Consumidor que vai ser criado por lei complementar. Minha concordância foi desde o começo nas Disposições Transitórias.

É com muita tristeza que voto contra e encareço, aos Srs. Constituintes que não cometamos uma heresia constitucional ao apoiarmos a criação de um Código no Capítulo dos Direitos e Liberdades Fundamentais.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Em votação.

Os Srs. Constituintes que aprovam a matéria votam SIM; os que acompanham o Relator votam NÃO.

#### (Procede-se à votação)

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Concedo a palavra ao Constituinte Gerson Peres, para uma questão de ordem.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – O Relator acaba de cometer uma infração regimental. Seria bom que o precedente não ocorresse. Depois de ter votado, passado algum tempo, o Constituinte José Serra veio retificar o seu voto, e um voto não pode ser retificado. Eu pediria que V. Ex.<sup>a</sup> chamasse à ordem o problema. Eu quero que o voto original seja o computado.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FOGAÇA:** – Comunico a V. Ex.<sup>a</sup> que foi um engano deste responsável pela chamada, e não do Constituinte. Não se tratou de uma retificação.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – V. Ex.<sup>a</sup> falou: o Constituinte José Serra – está gravado – retificar o voto. Por isso, pedi uma questão de ordem.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FOGAÇA:** – Usei a palavra indevida.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Devo esclarecer que algumas vezes o Constituinte José Fogaça diz: retificando. Uma vez se deu comigo. Mas retificando o dele, e não o meu voto. Foi o que se deu também.

Podemos prosseguir a votação.

#### (Prossegue a votação)

Votaram SIM os seguintes Senhores Constituintes: Cristina Tavares, Fernando Gasparian, Haroldo Sabóia, José Serra, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Antonio Mariz, Rose de Freitas, Vicente Bogo, Antonio Carlos Mendes Thame, Brandão Monteiro, Bocayuva Cunha, Haroldo Lima e Roberto Freire. Votaram **NÃO** os Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Almir Gabriel, Aluizio Campos, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Carlos Mosconi, Carlos Sant'Anna, Celso Dourado, Egídio Ferreira Lima, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Ibsen Pinheiro, João Hermann Neto, José Fogaça, José Freire, José Ignácio Ferreira, José Paulo Bisol, José Richa, José Ulisses de Oliveira, Manoel Moreira, Mário Lima, Nelson Carneiro, Nelson Friedrich, Nilson Gibson, Pimenta da Veiga, Prisco Viana, Raimundo Bezerra, Rodrigues Palma, Sigmaringa Seixas, Virgildásio de Senna, Wilson Martins, Chagas Rodrigues, Délio Braz, Euclides Scalco, Israel Pinheiro, José Costa, José Tavares, Octávio Elísio, Alcení Guerra, Aloysio Chaves, Arnaldo Prieto, Carlos Chiarelli, Christóvam Chiaradia, Edme Tavares, Eraldo Tinoco, José Jorge, José Lins, José Santana de Vasconcellos, José Thomaz Nonô, Luís Eduardo, Marcondes Gadelha, Mário Assad, Oscar Corrêa, Osvaldo Coelho, Paulo Pimentel, Ricardo Fiúza, Sandra Cavalcanti, Enoc Vieira, João Me-

nezes, Jonas Pinheiro, José Lourenço, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Gerson Peres, Jarbas Passarinho, Virgílio Távora, Bonifácio de Andrada, Francisco Rossi, Gastone Righi, Ottomar Pinto, Luiz Inácio Lula da Silva, José Genoíno, Adolfo Oliveira e José Maria Eymael.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 14 Constituintes; votaram NAO 76 Constituintes. Total: 90 votos. O Destaque foi **rejeitado**.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ JORGE:** – Sr. Presidente, para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Pois não. V. Ex.<sup>a</sup> tem a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ JORGE:** – Sr. Presidente, atendendo a um apelo do Colega Constituinte Roberto Freire, estivemos com os técnicos que cuidam da implantação do sistema eletrônico, para que possamos realizar nossas votações mais rapidamente.

Como já trabalhei, durante algum tempo, nessa área de processamento de informação, pude, talvez, colher algumas informações que gostaria de repassar para os Companheiros e para V. Ex.<sup>a</sup>

Parece bastante difícil que possamos, a curto prazo, utilizar o sistema eletrônico. Por diversas razões. Em primeiro lugar, porque toda programação do sistema eletrônico foi feita para o plenário, quer dizer, é uma programação completamente diferente da Comissão de Sistematização, por conta do problema dos suplentes. Enquanto que no plenário não há suplentes, é sempre aquele mesmo espaço de pessoas, vamos dizer assim, na Comissão de Sistematização, para cada votação, temos suplentes diferentes. Evidentemente que o equipamento poderia ter uma programação para a Comissão de Sistematização, se, quando implantado, fosse explicado que seria também usado para a Comissão de Sistematização.

Acontece que isso não foi feito para os técnicos que programaram o equipamento, até agora, apenas para o plenário. Por outro lado, as explicações que deram para a Comissão de Sistematização, dizendo que a cada votação os Suplentes mudam, inviabiliza, na idéia deles, a sua utilização, quando, na realidade, nem em todas as votações os suplentes mudam.

Na realidade, para que consigamos realizar o programa de utilizar o sistema eletrônico, é necessário uma nova programação, que, de certa forma, os técnicos ainda não começaram a fazer, porque o problema para eles não estava definido de maneira completa. Eu lhes expliquei como era o problema da votação e, de certa maneira, simplifiquei, para ver se conseguíamos uma solução que, mesmo não sendo a perfeita, pudesse agilizar a votação. Evidentemente essa solução pode ter algumas implicações que eu gostaria de explicar, aqui, aos Companheiros, para que todos verificassem se há alguma implicação política nessa solução.

A solução seria a seguinte: em primeiro lugar, uma coisa que é diferente do que é hoje, votariam todos os Titulares e Suplentes. Quer dizer, todos os Titulares e Suplentes teriam que se sentar na cadeira e colocar seu voto sobre cada assunto. De todos os Titulares e Suplentes que votassem apareceriam no painel o nome e o voto. O Computador só processaria os votos daqueles Suplentes que tivessem direito a votar. Por exemplo: se o PFL tem 24 Deputados e só votaram 20 Titulares, o computador só processaria votos de 4 Suplentes, mesmo que tivesse 6, e seriam aqueles 4 primeiros pela ordem do livro, como é hoje, pela ordem do livro que se assina na entrada. Qual seria o inconveniente? É que a totalização não poderia ser no painel, teria que ser feita por escrito e entregue ao Presidente, com a relação de todos os votos, igual a essa que os Relatores fazem. Esta seria a única solução. E, assim mesmo, esse relatório não seria por ordem de Par-

tido, mas por ordem alfabética, apesar de que ele poderia totalizar o resultado por Partido, mas a votação individual viria por ordem alfabética.

Eu solicitaria ao Sr. Presidente que designasse, talvez, uma Comissão de uns três Constituintes que pudessem analisar esse processo, para ver se encontra uma solução para que possamos usar o sistema eletrônico, se não vamos ter que continuar nessa votação lenta, porque, na situação atual, acaba-se a votação e o sistema eletrônico não pode ser utilizado, porque não está programado para isso.

**A SRA. CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES:** – Sr. Presidente peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra V. Ex.<sup>a</sup>, pela ordem.

**A SRA. CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES:** – Sr. Presidente, hoje à tarde entreguei um requerimento de informação à Presidência da Mesa da Constituinte, porque já começávamos, nós e a opinião pública nacional, a estranhar a morosidade das providências, que, há uma semana, nos dizem que estão sendo tomadas. Há uma semana, Sr. Presidente, que todos os dias a Mesa informa que as providências estão sendo tomadas, e acabamos de ouvir do Deputado José Jorge que nada foi feito porque sequer aos técnicos se levantou a questão. Pela primeira vez, hoje, essa questão teria sido levantada, segundo depoimento do Deputado José Jorge.

Eu queria dizer a V. Ex.<sup>a</sup> que a Nação inteira espera pelos resultados desta Comissão de Sistematização. Até investimentos estão deixando de ser feitos no País, a economia está afetada, todas as categorias sociais estão inquietas, porque esta Comissão de Sistematização não consegue votar. E hoje, por exemplo, Sr. Presidente, votamos apenas dois parágrafos. No ano 2000 não teremos terminado os trabalhos desta Comissão de Sistematização.

Levo a V. Ex.<sup>a</sup> a minha inconformidade para com as informações erradas e desrespeitosas, porque eram inverídicas, que a Mesa deu a esta Constituinte e ao Plenário, quando indagávamos das providências que vinham sendo tomadas. Nenhuma providência vinha sendo tomada. E, ao mesmo tempo, eu reforço para que, imediatamente, seja aceita a Comissão proposta pelo Constituinte José Jorge, porque não podemos ficar oferecendo ao País este triste espetáculo destas votações que à Comissão de Sistematização vem sendo submetida.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Devo esclarecer à nobre Constituinte Cristina Tavares que a sua angústia é a nossa, é geral. Todos nós estamos desejosos de ter rapidez na votação. O problema é eminentemente técnico. E o Constituinte José Jorge trouxe um parecer que ele colheu da sua investigação pessoal. Eu não tenho nada a opor a que, imediatamente, tenhamos uma Comissão caracterizada para, junto aos técnicos, discutir a matéria. O meu interesse particular é pessoal é que o sistema eletrônico funcione, porque nós ganharemos velocidade nisso. Mas, temos que estudar se o problema é viável ou não.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ COSTA:** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra, pela ordem, o Sr. Constituinte José Costa.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ COSTA:** – Sr. Presidente, eu serei breve. Mas, diante da colocação feita pelo Constituinte José Jorge, me pareceu e estou aqui me posicionando. A minha colocação vem a título de colaboração. Parece-me que poderia ser feitas duas votações: votando os titulares, o Relator poderia enunciar os nomes dos suplentes que deveriam votar ou a segunda votação de suplentes, e a Mesa se limitaria a fazer uma diminuição ou um mero cálculo aritmético. Parece-me que é isso.



**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Prefiro que não prossigamos na discussão, porque vai ser inconclusa. Queríamos saber quais as pessoas que são capacitadas na área de informática para discutir a matéria. Justamente a única possibilidade é não discutir isso agora.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ TAVARES:** – Para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra, para uma questão de ordem, o Constituinte Roberto Freire.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ TAVARES:** – É só uma rápida sugestão. Que se colha os votos dos titulares pelo sistema eletrônico e, dos suplentes pelo sistema de chamada, já que o PMDB, que é a maior Bancada, quando tem muitos suplentes, tem treze!

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A Comissão vai naturalmente estudar o assunto junto aos técnicos. Prossigo a sessão.

Em seguida, teríamos que analisar o destaque solicitado pela nobre Constituinte Moema São Thiago, mas o texto do referido destaque é precisamente igual ao da Constituinte Rose de Freitas. Conseqüentemente, está prejudicado.

**Destaque nº 3.188/87 – Emenda nº ES-34.478-1, do Sr. José Lins, que “modifica o § 36, do art. 6º, do Substitutivo nº 1 (art. 5º, § 37, do Substitutivo nº 2”. (73.ª votação).**

Passemos à votação do Destaque nº 3.188, requerido pelo Constituinte José Lins, referente à Emenda nº 34.478, do Autor.

Com a palavra o Constituinte José Lins.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Sr. Presidente, creio que o assunto está mais do que debatido. Portanto, serei breve.

Relator tinha dado a esse parágrafo, no seu projeto inicial, no Substitutivo nº 1, a seguinte redação:

“O Estado promoverá, na forma da lei, a defesa dos consumidores e usuários de serviços, protegendo-lhes a segurança, a saúde e os legítimos interesses econômicos.”

Já no Substitutivo nº 2 o Relator preferiu reduzir a sua redação, deixando apenas o seguinte:

“O Estado promoverá na forma da lei a defesa dos consumidores.”

Sr. Presidente, a redação que proponho diz:

“A lei promoverá a defesa dos consumidores e usuários de serviços.”

Esta redação me parece mais objetiva, porque a expressão “o Estado promoverá” dá a entender que o Estado sozinho tomará conta de toda a questão, que é, na realidade, extremamente importante e complexa.

Se dissermos que “A lei promoverá a defesa dos consumidores e usuários de serviços”, a lei poderá ser mais abrangente.

V. Ex.<sup>as</sup> sabem que nos países desenvolvidos existem instituições especializadas para fazer a defesa do consumidor, tanto as instituições de natureza bromatológicas como as médicas e aquelas que se referem à própria propaganda, à questão da fiscalização sanitária. Em suma, trata-se de um assunto expressamente complexo e que, aliás, interessa a todos, mesmo aos que são produtores, porque são consumidores de alguma coisa. Todos são consumidores.

A redação que sugiro é extremamente clara, simples, além de trocar a palavra “o Estado” pela palavra “a lei”

que é mais abrangente, a meu ver, ainda retorna a expressão “e os usuários de serviços”.

A questão dos serviços, também me parece importante, porque, quando se fala em consumidor, a impressão que se tem é de que se trata apenas daqueles que adquirem material de consumo, quando, na realidade, o objetivo é muito mais abrangente. Queremos nos referir, por exemplo, ao serviço de luz, de água, de transporte, de comunicação. Em suma, a todos os serviços que são também objetos de consumo pela população.

Esta é a sugestão que trago aos meus Pares e espero que atenda aos objetivos da Constituição.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Para encaminhar contra, tem a palavra o Deputado Gerson Peres.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, serei breve.

Tenho uma profunda admiração e respeito à inteligência, à dedicação e ao espírito público do eminente Senador José Lins. Entretanto, os argumentos que aqui S. Ex.<sup>a</sup> alinhou não me parecem, assim, que consolidam a proposição.

Vejamos: S. Ex.<sup>a</sup> diz que, quando substituí o Estado por lei – “a lei promoverá a defesa de consumidores” – torna-a mais abrangente. É justamente o contrário. No nosso modesto entendimento, o Estado promoverá a defesa do consumidor, aí, sim, estamos tornando mais abrangente a defesa dos interesses dos consumidores, obrigando a entidade que detém todos os instrumentos indispensáveis a cumprir a determinação da lei que é o Estado, envolvemos o Estado como ente, como agente preliminar da defesa. A lei será ainda outra conseqüência, que o Estado, sob a égide dela irá dar cumprimento, irá fazer cumpri-la.

Diz que não é redundante, eu acredito que seja, quando ele coloca: “e usuários de serviços”. Ora, quem consome, usa, quem usa, consome. Há redundância. De forma que quem usa a energia do Estado, do serviço do Estado consome a energia do serviço do Estado. Há uma redundância que me parece dispensável. É melhor, no meu modesto entendimento, e se pudesse assim sugerir aos Colegas, acompanharmos o que está escrito no texto do Substitutivo. Volto a repetir: ele é mais singelo, é mais abrangente e cobre todas as outras normas subseqüentes, constantes dos demais artigos do Substitutivo que defendem os interesses dos consumidores.

Era o que eu tinha a dizer, pedindo aos Colegas que votemos com o dispositivo do Substitutivo, porque ele me parece mais correto, mais abrangente, menos redundante e, portanto, mais compatível com a defesa dos interesses dos consumidores.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra, para encaminhar a favor, o Deputado Antônio Britto.

**O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO BRITTO:** – Sr. Presidente, **data vênia** do ilustre Deputado Gerson Peres, eu gostaria, aqui, de tornar a insistir nos argumentos apresentados pelo Autor da emenda, Constituinte José Lins. O nosso entendimento sempre foi no sentido de que, do ponto de vista político até, a questão da defesa do consumidor não poderia ser, sob pena de fracassar, uma questão da qual apenas tratasse, e na qual apenas estivesse envolvido Estado.

Estamos registrando, no texto apresentado pelo nobre Relator Bernardo Cabral, um avanço extraordinário, porque passamos a consignar a necessidade da defesa do consumidor. Esta responsabilidade sempre nos pareceu uma responsabilidade que deveria transformar-se em algo dividido, trazido a uma co-responsabilidade da sociedade, do Estado, dos produtores e dos consumidores.

Lembro, a propósito, que um dos instrumentos mais modernos e mais eficientes neste sentido são Códigos de Auto-regulamentação, que são praticados com absoluto su-

cesso em países democráticos, em países que atingiram um nível de extrema modernidade em relação a isso.

Em consequência, Sr. Presidente, a nossa preocupação foi a de que a substituição da expressão inicial do dispositivo brilhantemente inserido no Substitutivo pelo nobre Relator Bernardo Cabral estabelecesse para a legislação ordinária a obrigação de ela, lei, vir a estabelecer todos os mecanismos pelos quais se venha a fazer com a participação da sociedade, além, obviamente, da participação do Estado, desses instrumentos de defesa dos consumidores.

Foi por esta razão que encaminhamos favoravelmente a alteração proposta pelo nobre Constituinte José Lins.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Para encaminhar contra, tem a palavra o Constituinte Egídio Ferreira Lima.

**O SR. CONSTITUINTE EGÍDIO FERREIRA LIMA:** – Sr. Presidente, falo por delegação do Relator.

O texto é perfeito e acho que perdemos tempo em toda a discussão que estamos travando, há tanto tempo, a respeito da matéria.

Relator diz: “O Estado promoverá, na forma da lei, a defesa dos consumidores”. A palavra “consumidor” é genérica, abrange os usuários. Ela é plena, precisa e completa.

Eu estou notando na discussão, sobretudo na colocação feita pelo Constituinte Antônio Britto – e S. Ex.<sup>a</sup> me permita – que nós estamos com vezo de olhar o Estado como uma coisa estranha à sociedade, como se o Estado não tivesse sido organizado pela sociedade para servi-la, para atendê-la. É aquilo a que Tristão de Athayde se referia com tanta oportunidade. Ele dizia que esta Constituinte que agora se reúne deveria fazer com que as funções de Poder: o Legislativo, o Executivo e o Judiciário não ficassem, como são hoje, voltados para si, mas se voltassem todas essas funções para a sociedade.

Ora, se o Estado com a lei, e na lei, promove a defesa do consumidor, o Estado vai ter que incorporar as associações, os órgãos da sociedade, os grupos sociais e os sindicatos.

Devemos aprender a ver o Estado como uma criação da sociedade e em seu benefício, fazendo com que o Estado não se torne fechado para proveito de poucos, mas, como era e é a sua destinação, ele se volte para a sociedade.

A emenda do Constituinte José Lins, além de juntar a palavra “consumidor”, restringindo-a, com a palavra “usuário”, é prolixa, não tem a precisão, o alcance e a objetividade técnica e substantiva do texto do Relator. O pronunciamento do Relator é pela manutenção do texto.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Em votação.

Os Srs. Constituintes que apóiam a emenda e o destaque solicitados pelo Constituinte José Lins votam SIM; os que ficam com o Relator votam NAO.

#### (Procede-se à votação)

Votaram SIM os seguintes Srs. Constituintes: Alfredo Campos, Almir Gabriel, Carlos Sant’Anna, Ibsen Pinheiro, José Richa, José Serra, Nelson Jobim, Nilson Gibson, Pimenta da Veiga, Prisco Viana, Albano Franco, Aloysio Chaves, Antonio Carlos Mendes Thame, Arnaldo Prieto, Carlos Chiarelli, Edme Tavares, Eraldo Tinoco, Francisco Dornelles, José Lins, José Santana de Vasconcellos, Luis Eduardo, Marcondes Gadelha, Mário Assad, Oscar Corrêa, Osvaldo Coelho, Paulo Pimentel, Ricardo Fiúza, Sandra Cavalcanti, Enoc Vieira, João Menezes, Jonas Pinheiro, José Lourenço, Francisco Rossi, Gastone Gigli, Ottomar Pinto, José Genoíno, Roberto Balestra, Haroldo Lima e Jalim Haddad. Votaram **NAO** os seguintes Senhores Constituintes: Agigail Feitosa, Ademir Andrade, Aloízio Campos, Artur da Távola,

Bernardo Cabral, Carlos Mosconi, Celso Dourado, Cid Carvalho, Cristina Tavares, Egídio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Gasparian, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, João Herrmann Neto, José Fogaça, José Freire, José Ignácio Ferreira, José Paulo Bisol, José Ulisses de Oliveira, Manoel Moreira, Mário Lima, Nelson Carneiro, Osvaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Raimundo Bezerra, Rodrigues Palma, Sigmaringa Seixas, Virgildásio de Senna, Wilson Martins, Délio Braz, José Costa, José Tavares, Márcio Braga, Octávio Elísio, Rose de Freitas, Vicente Bogo, José Jorge, José Thomaz Nonô, Antonio Carlos Konder Reis. Darcy Pozza, Gerson Pores, Jarbas Passarinho, Virgílio Távora, Brandão Monteiro, Bocayuva Cunha, Luiz Inácio Lula da Silva, Adolfo Oliveira e Fernando Santana.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 39 Constituintes; votaram NAO 50 Constituintes. Total: 89 votos. O Destaque foi rejeitado.

Pergunto se encontra no Plenário o Constituinte José Ignácio Ferreira. **(Pausa)**

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr. Presidente, antes de V. Ex.<sup>a</sup> ler o destaque, desejaria formular um requerimento, que é ao mesmo tempo um apelo, o de que fosse cancelada a reunião de amanhã de manhã. Se fizermos reunião amanhã de manhã, e não vamos adiantar muito, todos os Srs. Constituintes que têm as suas famílias nos seus Estados não poderão deslocar-se para ver as suas famílias, ou tratar dos seus problemas, porque, tendo apenas um dia, que é o domingo, realmente estaríamos aqui presos, sem nenhuma razão e sem nenhuma grande produção. Seria uma reunião matinal, ao que me parece, contraproducente.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – V. Ex.<sup>a</sup> sentiu, naturalmente, a reação da assistência, de todos os presentes, à proposta. Ela não seria tranqüila. Apenas digo o seguinte...

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Poderíamos prorrogar a presente sessão até às 22 horas.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – V. Ex.<sup>a</sup> me permite concluir? Ouço V. Ex.<sup>a</sup> sempre com muita atenção e respeito.

A Mesa tomou, hoje, esta decisão. Sou aqui apenas um porta-voz da decisão tomada pela Mesa. A única possibilidade de não haver reunião amanhã é não ocorrer **quorum** para iniciar, ou não haver número para decidir. Fora isso, haverá reunião ide 9 às 15 horas. **(Palmas)**

Em votação o Destaque n.º 6.861, requerido pelo Constituinte Fernando Henrique Cardoso.

**O SR. CONSTITUINTE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO:** – Peço a palavra, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. CONSTITUINTE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO:** – Tendo em vista um apelo que me faz o Relator Bernardo Cabral, e em homenagem ao trabalho tão consciencioso feito por S. Ex.<sup>a</sup>, retiro o destaque. **(Palmas.)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Em votação o Destaque n.º 4.810, requerido pela Constituinte Raquel Cândido.

Encontra-se presente S. Ex.<sup>a</sup>? **(Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup> não está presente. Está prejudicado o destaque.

**Destaque n.º 3.991’87, do Sr. Aluizio Campos, “que suprime expressão do § 38 do art. 5.º do Substitutivo n.º 2.”**

Poderíamos passar ao art. 38, que tem apenas um destaque, de autoria do Constituinte Aluizio Campos.

Pergunto se S. Ex.<sup>a</sup> mantém o destaque?

Já que está mantido, é o Destaque nº 3991, do Constituinte Aluizio Campos, para a supressão das expressões "nas entidades" até "prestadas".

**O SR. CONSTITUINTE ALUÍZIO CAMPOS:** – O destaque, Sr. Presidente, é muito simples. O texto substitutivo tem quatro artigos que regulam a liberdade de associação, funcionamento etc. O art. 38 diz que é livre a assistência religiosa nas entidades civis, militares e de internação coletiva.

Então, o destaque é para suprimir essas restrições, de modo que a redação ficaria muito mais abrangente: "É livre a assistência religiosa, sempre que solicitada pelo interessado".

Se o nobre Relator concordar em incluir essa redação final, retiro o destaque, é tão simples!

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – O Relator, parece-me, não tem autoridade de substituir o Plenário e não poderia tomar esta decisão.

**O SR. CONSTITUINTE ALUÍZIO CAMPOS:** – Apenas acho que é uma matéria de redação. Por isso é que pergunto ao nobre Relator se concorda com a supressão dessas expressões: "nas entidades civis, militares e de internação coletiva", de modo que a assistência religiosa possa ser amplamente prestada a quem a solicitar.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tenho que dar uma decisão em relação à sugestão feita pelo Constituinte Aluizio Campos. Não é possível, porque o que S. Ex.<sup>a</sup> propõe é uma emenda e pergunto se o Relator aprova a emenda. O Relator não pode substituir o Plenário.

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – Com todo o respeito que a Relatoria tem pelo judicioso e diligente trabalho do nobre Constituinte Aluizio Campos, pela enorme bagagem de boas intenções que estão contidas nesta sua emenda, segundo a palavra do Relator, a proposta supressiva desfigura o conteúdo básico do § 38 portanto, não pode concordar com o apelo ou com a proposição feita pelo ilustre Constituinte. Infelizmente não pode concordar.

**O SR. CONSTITUINTE ALUÍZIO CAMPOS:** – Sr. Presidente, em face disso, sou obrigado a manter o destaque.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Não há oradores inscritos.

Vou utilizar o processo sugerido pelo Constituinte Francisco Dornelles, que já foi aqui experimentado com êxito pelo Constituinte Fernando Henrique Cardoso.

Os que pretendem apoiar o destaque, por obséquio, levanten o braço. **(Pausa)**

Diante desta colocação tão evidente, pergunto a V. Ex.<sup>a</sup>, Deputado Aluizio Campos, se retira o destaque já que só dois braços foram levantados.

**O SR. CONSTITUINTE ALUÍZIO CAMPOS:** – Retiro o destaque.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Peço às Lideranças do PMDB, do PDS e PTB que, por obséquio, amanhã, na sessão, façam a indicação de um Membro que, sendo Constituinte, conheça o problema da informática, para compor com o Constituinte José Jorge a Comissão que S. Ex.<sup>a</sup> propôs, hoje, fosse organizada.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Apenas queria lembrar se alguém ainda não lembrou, que seria

interessante que a Mesa da Comissão de Sistematização, com a sua Assessoria pudesse acompanhar, a cada dia, o que foi votado anteriormente, para que se tenha, através de avulso ou de qualquer publicação aquilo que foi aprovado e não acompanharmos apenas pelos jornais.

Não sei se isso é possível, mas gostaria que a Assessoria analisasse esta hipótese.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A proposição de V. Ex.<sup>a</sup> vem ao encontro do que hoje, na reunião da Mesa, foi decidido. Preparar um **press release**, para termos aqui, e a Imprensa tiraria partido dele se quisesse.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Sim, exatamente, para saber o que foi aprovado.

## V – SUSPENSÃO DA REUNIÃO

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A Presidência vai suspender os trabalhos, convocando os Senhores Constituintes para a continuação da presente reunião, amanhã às 9:00 horas.

Está suspensa a reunião.

**(Levanta-se a Reunião às 20 horas e 5 minutos.)**

## EM 3 DE OUTUBRO DE 1987

Presidência dos Srs.: **Brandão Monteiro**, Segundo-Vice-Presidente; **Fernando Henrique Cardoso**, Quarto-Vice-Presidente; **Aluizio Campos**, Primeiro-Vice-Presidente.

## I – REABERTURA DA REUNIÃO

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Havendo número regimental, declaro reaberta a reunião.

## II – ORDEM DO DIA

### VOTAÇÃO DO PROJETO DE CONSTITUIÇÃO

#### TÍTULO II (continuação)

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Em prosseguimento da votação do art. 5.º do Substitutivo do Relator, votaremos o § 39.

O primeiro destaque é de autoria do Constituinte José Genoíno, que comunica à Mesa a desistência e solicita a sua retirada.

**Destaque nº 1434-87 – Emenda nº ES-25056-6, do Sr. Carlos Sant'Anna, "que dá nova redação ao § 51 do art. 6º do Substitutivo nº 1 (art. 5º, § 39 do Substitutivo nº 2) "**

Em votação o Destaque nº 1434, requerido pelo Constituinte Carlos Sant'Anna, referente à Emenda nº 25056 de autoria do Constituinte Ricardo Fiúza.

A emenda substitutiva tem a seguinte redação:

"Todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, cabendo prévio aviso à autoridade competente, na forma em que a lei dispuser, não intervindo a autoridade senão para manter a ordem."

Com a palavra o Constituinte Nilson Gibson, indicado pelo autor para encaminhar a favor.

**O SR. CONSTITUINTE NILSON GIBSON:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, pretende o autor da emenda modificar o § 39, – apenas um ligeiro aditamento – que dispõe da seguinte forma: "Todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, sem necessidade de autorização..."

A emenda dispõe: "cabendo prévio aviso à autoridade". É apenas uma medida preventiva o que pretende o autor da emenda. Ele visa a dar maior segurança à reunião, evitando-se que haja manifestações de grupos contrários e não se transforme em conflito de facções. Esperamos que os Constituintes aprovelem a emenda do ilustre Constituinte.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Com a palavra o Constituinte Antônio Britto, para encaminhamento contrário à emenda.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Sr. Presidente, desejo uma informação. Não dispomos do texto da emenda que, infelizmente, não está aqui referida. Quero saber se a emenda suprime a expressão: "quando a reunião possa prejudicar o fluxo normal de pessoas ou veículos".

**O SR. CONSTITUINTE NILSON GIBSON:** – Apenas acrescenta a expressão "prévio aviso".

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Constituinte Nilson Gibson, foi solicitada informação à Mesa, que está em condições de fornecê-la.

A emenda, que é modificativa, tem o n.º 25.056-6. Está à disposição de V. Ex.<sup>a</sup> no livro. E tem a seguinte redação:

"Todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, cabendo prévio aviso à autoridade competente, na forma em que a lei dispuser, não intervindo a autoridade senão para manter a ordem."

Esse é o texto da emenda.

Com a palavra o Deputado Constituinte Antônio Britto.

**O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO BRITTO:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o texto original do Substitutivo do nobre Relator Bernardo Cabral nos parece feliz quando assegura a liberdade de reunião e apenas adota a necessária cautela, estabelecendo caber prévio aviso à autoridade quando a reunião possa prejudicar o fluxo normal de pessoas ou de veículos. Esta expressão "fluxo normal de pessoas ou veículos" já poderia até dar margem a alguma discussão quanto à possibilidade de restrição do direito de reunião expresso no início do dispositivo.

Mas vejamos o que propõe o nobre Constituinte Ricardo Fiúza na emenda objeto do destaque solicitado pelo Constituinte Carlos Sant'Anna e da defesa do Constituinte Nilson Gibson. Muda-se completamente o sentido do direito de reunião. Aquilo que o nobre Constituinte Nilson Gibson diz que é apenas uma pequena mudança tem a seguinte tradução: primeiro, passa a haver a necessidade de prévio aviso à autoridade em qualquer reunião pacífica em local aberto ao público, porque a emenda do Constituinte Ricardo Fiúza objetiva que no texto conste "cabendo prévio aviso à autoridade competente na forma que a lei dispuser". Quer dizer, mais uma vez é colocada aqui a expressão "na forma que a lei dispuser", abrindo a possibilidade não à ampliação do direito, mas à restrição clara do direito. E conclui: "não intervindo a autoridade senão para manter a ordem". Com isso, voltaremos a uma outra discussão antiga, quanto ao juízo que emitirá a autoridade, de forma sempre subjetiva, em relação à questão da ordem.

Creio que devemos ficar com o texto do Relator, que estabelece, no capítulo dos Direitos e Liberdades Fundamentais, um direito fundamental: conforme está expresso, todos possam reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, sem necessidade de autorização, admitindo, como única exceção, somente caber prévio aviso à autoridade quando a reunião possa prejudicar o fluxo normal de pessoas ou veículos.

Este texto parece-me cauteloso, correto e assegurador claro de uma liberdade fundamental: a liberdade de

reunião. Por isso, proponho a manutenção do texto do nobre Relator com a rejeição do texto apresentado pelo nobre Constituinte Ricardo Fiúza. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Com a palavra o Constituinte Carlos Sant'Anna.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, consta do § 39, do art. 5º do texto do Substitutivo nº 2:

"Todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, sem necessidade de autorização, somente cabendo prévio aviso à autoridade quando a reunião possa prejudicar o fluxo normal de pessoas ou veículos."

Constituinte Ricardo Fiúza propôs que a redação deste dispositivo passasse a ser a seguinte:

"Todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, cabendo prévio aviso à autoridade competente, na forma que a lei dispuser, não intervindo a autoridade senão para manter a ordem."

Pois bem, o Estado que estamos construindo há de ser democrático. O pressuposto é que estamos estruturando uma democracia. Não estamos fazendo uma Constituinte para um Estado autoritário. Essa fase já passou. Tenho sempre notado – não só nas conversas em plenário, mas com frequência também da tribuna – receio em relação ao Estado, como se ele fosse alguma coisa que viesse a agredir a sociedade e como se esta devesse temer o Estado, quando, ao contrário, o Estado deve ser considerado algo que a sociedade estruturou e organizou para a sua própria proteção, segurança e ordem. Por isso, é limitar, é condicionar, como está no texto, ou seja, cabendo prévio aviso à autoridade somente quando for prejudicar o fluxo normal de pessoas ou veículos. Isso não dá ao Estado a capacidade que ele deve ter de assegurar e manter a ordem nos casos em que a reunião possa, até ter evidentemente um caráter perturbador da própria ordem. Por outro lado, não se trata de reuniões em locais fechados. O dispositivo refere-se a reuniões em locais abertos, livres, tipo pequenos comícios ou pequenos agrupamentos. Então, nesses casos, a autoridade deveria ter conhecimento prévio das reuniões, em locais públicos. Entretanto, a autoridade só poderia intervir para manter a ordem. Refiro-me à autoridade de um Estado democrático, que estamos construindo com o propósito da sua própria proteção.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Nelson Jobim, que encaminhará contra a emenda.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON JOBIM:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, na base desta emenda que pretende alterar o texto está uma distinção política fundamental. É o problema do intervencionismo estatal junto à sociedade ou não. A emenda que assegura o direito da reunião pacífica, sem armas, em locais abertos ao público, mas condiciona-a a um aviso prévio à autoridade competente. Já o texto assegura o direito sem aviso prévio, fazendo com que ale se imponha somente na hipótese de prejuízo ao fluxo normal de pessoas ou veículos.

Ora, se a sociedade é livre, se as associações são livres, livre é o direito de reunião sem aviso prévio à autoridade, a não ser naquelas hipóteses em que a reunião possa causar, efetivamente, um prejuízo ao fluxo normal de pessoas ou veículos, como quer o texto.

Está em jogo, **data venia** da sustentação do eminente Constituinte Carlos Sant'Anna, a relação entre a sociedade e o Estado. A sociedade não pode temer o Estado. O Estado é que tem de se submeter aos desígnios da sociedade. A sociedade temer o Estado, exigindo-se dela o aviso prévio em todas as circunstâncias, com isso se está

assegurando, pelo menos larvarmente, um poder discricionário ou discriminatório do Estado na definição dos locais, dos momentos e das circunstâncias.

Portanto, temos de estabelecer, claramente, uma nítida distinção nas relações entre o Estado e a sociedade, fazendo com que a sociedade não tema o Estado. Aqui o Sr. Relator, com absoluta lucidez, mostrou claramente uma opção política nítida, que está inclusive na instituição do júri popular: o respeito do Estado às opções da sociedade.

Em função desses fundamentos, encaminho a votação em sentido contrário.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Com a palavra o Relator Bernardo Cabral.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, até parece que a Assembléia Nacional Constituinte não quer avançar. Imaginem V. Ex.<sup>as</sup> que a Constituição de 1946 – portanto, há 41 anos – estabelecia que a polícia não interferiria senão para assegurar a ordem pública. Absolutamente, nada além disso. A reunião pacífica sem armas já era registrada.

Esta emenda, com todo respeito que tenho pelo seu autor e pelos eminentes Constituintes Carlos Sant'Anna e Nilson Gibson, que a sustentaram, padece de um vício terrível. Ela consagra o texto da Junta Militar de 1969, quando diz que a lei poderá determinar os casos em que será necessária a comunicação prévia. (Palmas.) Isso não constava da Constituição de 1946 nem da de 1967. Não é possível retrocedermos, até porque não estamos fazendo um texto constitucional para agora, mas para todos, para o futuro. **(Muito bem!)** E evidente que, se dermos tantos passos atrás, a sociedade brasileira como um todo reclamará.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, encareço a V. Ex.<sup>as</sup> a necessidade da manutenção do texto, porque ele é rigorosamente jurídico-constitucional. **(Muito bem! Palmas.)**

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – O Constituinte Carlos Sant'Anna, autor do destaque, solicita sua retirada. (Palmas.)

**Destaque nº 787/87 – Emenda nº ES-32061-1, do Sr. José Paulo Bisol, "que adita um capítulo ao Título II – Dos Direitos Coletivos – do Substitutivo nº 1 (art. 5º, § 39, do Substitutivo nº 2)".**

Em votação o Destaque nº 787, requerido pelo Constituinte José Paulo Bisol, referente à Emenda nº 32.061-1. Trata-se de destaque modificativo em relação ao art. 7º, inciso I, letra a, da emenda, que diz:

"Todos podem reunir-se pacificamente, em locais abertos ao público, sem necessidade de autorização nem de aviso prévio à autoridade, salvo, no último caso, quando a reunião interferir no fluxo normal de pessoas e veículos."

Concedo a palavra ao Constituinte José Paulo Bisol.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ PAULO BISOL:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, ao elaborarmos o texto, como Relator da Comissão de Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher, consagramos o princípio da plena liberdade de associação, consolidado no substitutivo do eminente Relator da Comissão de Sistematização.

Entendíamos, à época, que o conceito de associação abrangia o conceito de cooperativa. Hoje sustentamos uma opinião diferente: admitimos que exista na relação entre os dois conceitos, de associação e de cooperativa, um imbricamento semântico. Todavia, a especificidade e a singularidade do conceito de cooperativa, que ingressa na dimensão econômica das coisas, abriga uma constituição moderna à especificação do conceito de cooperativa, im-

primindo-lhe constitucionalmente a mesma plenitude de liberdade de criação e de estruturação que as associações.

Nobre Relator, entendo que a redação da emenda que destaquei carece de modificações de redação. Mas isto, será regimentalmente composto. O importante é nos fixarmos na libertação das cooperativas de uma pressão e de uma opressão institucionalizadas neste País, ou seja, a opressão política.

Argumenta-se, contra a plena liberdade na cooperativa, com o fato de possibilitar a criação de grupos de dominação internos, mas este argumento, fundado numa realidade histórica, não se sustenta quando confrontado com o argumento ainda mais histórico e ainda mais doloroso de que a influência e a intervenção política produzem grupos de dominação de fora para dentro da cooperativa. Se há o risco de criarmos grupos de dominação dentro das cooperativas, então vamos correr o risco interno, aquilo que pode acontecer internamente, e não mais admitir as pressões políticas externas, que acabam definindo e consolidando grupos de pressão.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Esclareço ao eminente Constituinte José Paulo Bisol que ainda não se encerrou a discussão do § 39. A argumentação de S. Ex.<sup>a</sup> se refere à cooperativa. Com a amizade que dedico a S. Ex.<sup>a</sup>, faço-lhe este aviso e peço à Presidência que o esclareça.

**O SR. CONSTITUINTE JOSE PAULO BISOL:** – Requeiro à Presidência que esclareça, por obséquio, qual a emenda que está em discussão.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro)** – Nobre Constituinte José Paulo Bisol, está em votação o Destaque nº 787, de autoria de V. Ex.<sup>a</sup>, à Emenda nº 32.061-1, em relação ao art. 7º, inciso I, letra a.

"Todos podem reunir-se pacificamente, em locais abertos ao público, sem necessidade de autorização nem de prévio aviso à autoridade, salvo, no último caso, quando a reunião interferir no fluxo normal de pessoas e veículos."

É a emenda.

**O SR. CONSTITUINTE JOSE PAULO BISOL:** – Retiro esta emenda, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – O Destaque nº 3.993, requerido pelo Constituinte Aluizio Campos, referente ao § 40, ele retira.

**Destaque nº 4.309/87, do Sr. José Paulo Bisol – Emenda nº 22767-0, do Sr. Ivo Vanderlinde, "que modifica o § 52 do art. 6º do Substitutivo nº 1 (art. 5º, § 40, do Substitutivo nº 2)". (74ª votação)**

Em votação o Destaque nº 4.309, requerido pelo Constituinte José Paulo Bisol, referente à Emenda nº 22.767-0, de autoria do Sr. Constituinte Ivo Vanderlinde, com a seguinte redação:

"É plena a liberdade de associação, exceto a de caráter paramilitar, não sendo exigida autorização estatal para fundação de associações de Cooperativas, vedada a interferência do Estado no seu funcionamento."

Com a palavra o Constituinte José Paulo Bisol.

**O SR. CONSTITUINTE JOSE PAULO BISOL:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, peço vênha por ter causado essa perda de tempo aos meus companheiros (não apoiado), mas insisto na idéia de que precisamos inserir no texto relativo à liberdade de associação a especificação cooperativas.

As mais modernas Constituições consagram a especificação. É o que acontece com algumas Constituições socialistas, como a da Iugoslávia, a da Tchecoslováquia e

também com algumas Constituições capitalistas mas democráticas, como a da Itália, a da Espanha, a da Grécia, a de Portugal.

Srs. Constituintes, quero mostrar a V. Ex.<sup>as</sup> a qualidade do tratamento de algumas dessas Constituições. Por exemplo, a da Grécia, a certa altura, diz: "As cooperativas agrícolas e urbanas, de qualquer espécie" – reparem bem – "são administradas por elas mesmas nas condições fixadas por lei e seus estatutos".

A de Portugal diz: "A todos é reconhecido o direito à livre constituição de cooperativas, desde que observados os princípios cooperativos".

Conheço um argumento contra a inclusão das cooperativas neste texto, que se funda na idéia de que algumas organizações econômicas, sem caráter cooperativo para alcançar os benefícios da legislação relativa às cooperativas, se transformariam em cooperativas. Mas essa ilação é um absurdo, porquanto instituir constitucionalmente a plena liberdade das cooperativas não importa proibir a legislação que as regulamenta, segundo sua natureza. Isto significa que a legislação impedirá a distorção que está servindo de argumento contra a emenda que destacamos e estamos defendendo.

Pedimos, assim, aos nobres Constituintes que se recordem dos estudos que já fizeram sobre cooperativas; que procurem analisar a história das cooperativas no Brasil, os seus momentos de êxito, as suas distorções e fracassos, para sentir profundamente a necessidade que temos de estimular o processo cooperativo no País. Peço aos nobres Constituintes que consagrem esta emenda, a fim de que possamos colocar no tipo de democracia que estamos instituindo com esta Constituição o grão de sal da conjugação dos interesses e da conjugação dos esforços; e, por definição, as entidades que envolvem essa conjugação de interesses e esforços devem ser necessariamente autogestionáveis. Muito obrigado. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – A Mesa quer-se penitenciar por não ter informado que já estávamos no processo de votação do § 40, mas o faz neste momento. Não há oradores inscritos para falar, nem a favor nem contra.

Passo a palavra ao Relator-Adjunto José Fogaça.

**O SR. RELATOR-SUBSTITUTO (José Fogaça):** – Sr. Presidente, ilustres membros da Comissão de Sistematização, não há dúvida alguma de que o texto, tal como está no Relatório Bernardo Cabral, já tem larga e inequívoca abrangência. Eu, de olhos fechados, o aprovaria integralmente por seu conteúdo liberal, democrático e socializante. Mas, agora, não podemos deixar de dar relevo a um instrumento de política econômica dos mais eficientes e de profundo caráter social, que é o das cooperativas. É preciso termos em mente que, dentro de um sistema de economia de mercado, de natureza capitalista, como é o sistema econômico brasileiro, a presença da cooperativa significa notável avanço no sentido da proteção dos pequenos. E não é por outra razão que, no meu Estado, Rio Grande do Sul, o cooperativismo atingiu enorme avanço organizativo.

Não podemos confundir o associativismo e o cooperativismo, na sua natureza, no seu teor e profundidade, com aquilo que foi a política econômica do Estado autoritário, que se serviu não só das empresas estatais como de muitas cooperativas, para um processo de endividamento externo inescrupuloso e irresponsável. Mas isso não nos leva a supor que a empresa estatal por si só seja um mal, como também não nos leva a supor que a cooperativa, por si só e por sua natureza, seja um mal. Muito ao contrário, numa economia voltada para a cultura de exportação – e sabemos que as culturas agrícolas de exportação são geradoras da estrutura da grande propriedade, porque a necessidade de aumentar as divisas, de aumentar o ingresso de dólares

leva cada vez mais à expansão da monocultura, e a lavoura de exportação não se constrói, não se estrutura senão em cima da grande propriedade, pois ela é geradora, sociológica e necessariamente, da concentração da propriedade – o único instrumento de defesa da pequena propriedade, do pequeno produtor é a cooperativa.

Apesar da larga abrangência do texto do 2º Substitutivo do Sr. Relator Bernardo Cabral, quero, em seu nome, oficialmente, declarar a sua posição favorável a esta emenda que introduz o cooperativismo como elemento essencial ao processo democrático e produtivo de associação livre em nosso País. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Em votação.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Srs. Constituintes: Abigail Feitosa, Aluizio Campos, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Carlos Mosconi, Carlos Sant'Anna, Celso Dourado, Egidio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Gasparian, João Herrmann Neto, José Fogaça, José Paulo Bisol, José Richa, Manoel Moreira, Mário Lima, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nilson Gibson, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Prisco Viana, Raimundo Bezerra, Rodrigues Palma, Severo Gomes, Wilson Martins, Chagas Rodrigues, Euclides Scalco, Israel Pinheiro, João Agripino, José Costa, Manuel Viana, Octavio Elísio, Rose de Freitas, Uldurico Pinto, Vicente Bogo, Aloysio Chaves, Arnaldo Prieto, Carlos Chiarelli, Christóvam Chiaradia, Edme Tavares, Eraldo Tinoco, Francisco Benjamim, José Jorge, José Santana de Vasconcellos, José Thomaz Nona, Marcondes Gadelha, Oscar Corrêa, Osvaldo Coelho, Paulo Pimentel, Sandra Cavalcanti, Enoc Vieira, João Menezes, Jonas Pinheiro, José Lourenço, Mozarildo Cavalcanti, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Gerson Peres, Jarbas Passarinho, Virgílio Távora, Bonifácio de Andrada, Brandão Monteiro, Bocayuva Cunha, Luiz Salomão, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Adolfo Oliveira, Siqueira Campos, Haroldo Lima e Jamil Haddad. Votaram **NÃO** os seguintes Srs. Constituintes: José Uns, Luís Eduardo e Paes Landim.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 74 Constituintes; votaram NÃO 3 Constituintes. Total: 77 votos. O destaque foi aprovado. (Palmas)

Em consequência, fica prejudicado o Destaque nº 4229, de autoria do Constituinte Nelson Wedekin, para a Emenda nº 22767, do Constituinte Ivo Vanderlinde.

Passemos à votação do Destaque nº 391, do Constituinte José Genoíno, para o § 41.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Sr. Presidente, retiro o destaque.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Retirado.

Destaque nº 3993, de autoria do Constituinte Aluizio Campos, no mesmo sentido.

**O SR. CONSTITUINTE ALUÍZIO CAMPOS:** – Também retiro.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Retirado o destaque.

Passemos à votação do § 42.

**Destaque nº 3993/87 do Sr. Aluizio Campos, "que suprime o art. 5º, § 42 do Substitutivo nº 2". (75ª votação)**

Destaque nº 3993, requerido pelo Constituinte Aluizio Campos, para a supressão do § 42.

Tem a palavra o Constituinte Aluizio Campos.

**O SR. CONSTITUINTE ALUÍZIO CAMPOS:** – Sr. Presidente, os §§ 40 e 41 estabelecem a livre associação, declarando que ela é plena e completa, exceto as de caráter paramilitar; e ainda determinam que as associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial.

Ora, Sr. Presidente, se o texto do § 40 diz que "é plena a liberdade de associação", não há necessidade de inserir outra disposição no texto constitucional determinando que ninguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado. Com a liberdade de associação, só se associa quem pretender e só se desassocia quem quiser.

De maneira que peço a supressão do § 42, por inteiramente supérfluo e desnecessário.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Tem a palavra o Constituinte Chagas Rodrigues para encaminhar contra a emenda.

**O SR. CONSTITUINTE CHAGAS RODRIGUES:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, o nobre Constituinte Aluizio Campos pretende, com a emenda em votação, suprimir o § 42, que diz: "Ninguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado". Alega S. Ex.<sup>a</sup> que o preceito "é plena a liberdade de associação" já está contido nos parágrafos anteriores, especialmente nos §§ 40 e 41.

O direito de associação, Sr. Presidente, é fundamental, mas é preciso distinguir que uma coisa é a liberdade de associação frente ao Estado, frente ao poder político, frente ao poder econômico, e outra coisa, muito diferente, é a liberdade do próprio associado frente à sua associação de classe.

Eu havia apresentado uma emenda, para a qual não requeri destaque, e que era até mais abrangente. Dizia: "Ninguém poderá ser compelido a associar-se, a permanecer associado, nem poderá ser impedido de sair da sociedade". Uma coisa é o direito de entrar para a sociedade, outra coisa é o direito de permanecer na sociedade ou o de retirar-se dela.

Por isso, Sr. Presidente, estabelecida a distinção entre liberdade de associação frente ao Estado e liberdade de associação para o próprio associado, não podemos, dentro deste raciocínio, concordar com a idéia do nobre Constituinte.

Entendemos, Sr. Presidente, que deve figurar o preceito, mesmo porque a liberdade e a associação são valores fundamentais. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Com a palavra o Constituinte José Thomaz Nonô, que encaminhará a favor da emenda.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ THOMAZ NONÔ:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, com todo respeito à redação proposta pelo ilustre Relator, na verdade, quando aprovamos o § 40, dizendo que "é plena a liberdade de associação" – não se diz aqui que é plena a liberdade de associar-se, de entrar para a associação – diz-se que é livre, absolutamente livre o instituto da associação.

Ora, parece-me que o termo ou a expressão que acabamos de aprovar minutos atrás compreende, em toda a sua extensão, tanto o ato de associar-se quanto o de permanecer associado – se o direito de associar-se é livre, irrestrito e amplo – e assim foi reconhecido pelos ilustres pares minutos atrás, principalmente em meio a um projeto de Constituição que tantos acusam já de ser expletivo, cheio de dispositivos e expressões corretas, porém, sob determinados ângulos, abundantes e supérfluos. Este § 42, com todo o respeito ao princípio nele inserido, já se subsume, já se contém no § 40 que acabamos de aprovar.

Parece-me, pois, ser de todo procedente a emenda supressiva do nobre Constituinte Aluizio Campos.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Com a palavra o nobre Constituinte Oswaldo Lima Filho, que encaminhará a votação contra a emenda.

**O SR. CONSTITUINTE OSWALDO LIMA FILHO:** – Sr. Presidente, pedi inscrição para falar favoravelmente à emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – V. Ex.<sup>a</sup> está inscrito para encaminhar a votação contra a emenda, já estando esgotada a inscrição de oradores de encaminhamento a favor.

**O SR. CONSTITUINTE OSWALDO LIMA FILHO:** – Sr. Presidente, deixo a tribuna, mas não quero fazê-lo sem antes lembrar aos nobres colegas que o Constituinte Aluizio Campos tem inteira razão. É preciso que nos lembremos da representação profissional de advogados, de engenheiros, de todas as categorias em que os profissionais são legalmente obrigados a se associar.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Com a palavra o Constituinte Paulo Ramos.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – Sr. Presidente, vou acrescentar um simples argumento contrário à emenda do ilustre Constituinte Aluizio Campos. Há situações – e eu conheço várias, especialmente nas instituições militares e paramilitares – em que a força da hierarquia impõe, à revelia do cidadão, que ele seja vinculado à associação.

O texto do nobre Relator consagra, acima de tudo, a liberdade de associar-se e de não se associar. Somos pela manutenção do texto e contra a emenda apresentada pelo ilustre Constituinte Aluizio Campos.

**O SR. PRESIDENTE (BRANDÃO MONTEIRO):** – Em votação.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes senhores Constituintes: Aluizio Campos, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Henrique Cardoso, Oswaldo Lima Filho, Antonio Mariz, João Agripino, José Thomaz Nonô, Oscar Corrêa, Paulo Pimentel, Jonas Pinheiro, Mozarildo Cavalcanti, Gerson Peres e Haroldo Lima. Votaram **NÃO** os seguintes senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Carlos Mosconi, Carlos Sant'Anna, Celso Dourado, Cristina Tavares, Egídio Ferreira Lima, Fernando Gasparian, Francisco Pinto, João Herrmann Neto, José Fogaça, José Paulo Bisol, José Richa, Manoel Moreira, Mário Lima, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nelton Friedrich, Nilson Gibson, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Prisco Viana, Raimundo Bezerra, Rodrigues Palma, Sigmaringa Seixas, Wilson Martins, Chagas Rodrigues, Euclides Scalco, Israel Pinheiro, José Costa, Manuel Viana, Márcio Braga, Octávio Elísio, Rose de Freitas, Aloysio Chaves, Arnaldo Prieto, Carlos Chiarelli, Christóvam Chiaradia, Edme Tavares, Eraldo Tinoco, Francisco Benjamim, Francisco Dornelles, José Jorge, José Lins, José Santana de Vasconcellos, Luís Eduardo, Marcondes Gadelha, Sandra Cavalcanti, Enoc Vieira, João Menezes, José Lourenço, Paes Landim, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Jarbas Passarinho, Virgílio Távora, Bonifácio de Andrada, Brandão Monteiro, Bocayuva Cunha, Luiz Salomão, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Adolfo Oliveira e Jamil Haddad. **ABSTENÇÃO** do Senhor José Maria Eymael.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 13 Constituintes; votaram NÃO 69 Constituintes; absteve-se de votar 1 Constituinte. Total 83 votos. O destaque foi rejeitado.

**Destaque nº 3.994/87, do Sr. Aluizio Campos, "que suprime o § 43 do art. 5º do Substitutivo nº 2".**

Passa-se ao § 43. Votação do Destaque nº 3.994, requerido pelo Constituinte Aluizio Campos, para supressão integral do parágrafo.

Concedo a palavra ao nobre Constituinte Aluizio Campos.

**O SR. CONSTITUINTE ALUÍZIO CAMPOS:** – Sr. Presidente, pode parecer impertinente a minha insistência em pretender enxugar o texto constitucional, dele expurgando certas disposições que não parecem muito claras e que encerram consequências que devem ser examinadas mais aprofundadamente. O texto do § 43 dispõe o seguinte:

"§ 43. As entidades associativas, quando expressamente autorizadas, na forma de seu estatuto ou seu instrumento constitutivo, têm legitimidade para representar seus filiados em juízo ou fora dele."

Reformulou o parágrafo o que constava do Substitutivo nº 1, que não continha essa expressão: "na forma de seu estatuto ou de seu instrumento constitutivo".

Se nos aprofundarmos no exame do dispositivo, verificaremos que o que aqui se estabelece é um mandato compulsório, que todos os filiados concederão, constitucionalmente, à associação, para que esta possa falar não somente em favor dos seus direitos coletivos, o que ela deve defender, mas também dos seus direitos individuais. É preciso que as minorias não fiquem esmagadas por um mandamento constitucional que confere à associação o direito de representar interesses individuais dos seus associados contra a vontade dos mesmos.

Não podemos introduzir neste texto constitucional um mandamento que não seja exclusivamente a expressão da liberdade de mandato, liberdade que cada pessoa tem de constituir o seu mandatário para a defesa de seus interesses pessoais quando o considerar conveniente. A Constituição não pode obrigar o associado a se considerar representado pela associação contra a sua própria vontade.

O texto contém essa circunstância, que fere profundamente o direito das minorias e os direitos individuais. Quando os associados se reúnem em uma assembléia geral e tomam decisões coletivas para a defesa de interesses coletivos, evidentemente prevalece as decisões ali estabelecidas. Mas não se pode inserir num texto constitucional um mandato obrigatório para que a associação possa, contra a vontade de seus associados, defender seus interesses quando eles podem não pretender isso ou não estar de acordo com a posição por ela colocada. O meu ponto de vista é o de que, além de a redação não estar muito clara, esse dispositivo prejudica o interesse das minorias e os interesses individuais dos associados, que não podem ser representados pela associação contra sua vontade. Por quê? Para ser representado por ela, mediante constituição de mandato, não há necessidade de disposição constitucional. Cada um tem o direito de constituir o mandatário que lhe convém.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (BRANDÃO MONTEIRO):** – Concedo a palavra ao Constituinte Marcondes Gadelha, que falará contra a emenda.

**O SR. CONSTITUINTE MARCONDES GADELHA:** – Sr. Presidente, se eliminarmos a capacidade de as associações representarem os seus filiados, nós as estaremos matando. A essência, a razão de ser de uma associação de entidade de classe, de qualquer grupo de pressão, é exatamente a sua capacidade representativa. Sem isso, não há como se falar em equilíbrio democrático através dessas associações de classe.

Ocorre que o instrumento hábil, legítimo, para se fazer delegação às associações para representarem seus filiados de forma coletiva é exatamente o seu estatuto ou o seu instrumento constitutivo. Caso contrário, cada indivíduo teria que dar uma procuração isolada para elas cuidarem especificamente dos seus direitos. Não há como se falar em riscos para os direitos da minoria exatamente porque estamos falando de estatuto, regimento, regulamento feito para

proteger o direito das minorias. Fora do estatuto não há salvação para as minorias.

Finalmente, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, quero lembrar que a proposta não fala em delegação às diretorias ou às comissões executivas das associações de classe, mas em outorga a essas associações como um todo, o que significa que o direito e a participação de todos estão envolvidos e garantidos nesta proposta. Não vejo como se tentar derrogar este instrumento e eliminar, de uma vez por todas, a significação dessas associações, que são elementos imprescindíveis para que a sociedade possa efetivamente garantir seus direitos.

Devo dizer, ao final de tudo, que esse mandato não é permanente, como pretende o Constituinte Aluizio Campos, porque um estatuto pode ser modificado a qualquer momento. O que não tem cabimento é, para cada decisão, por menor que seja, convocar-se uma assembléia geral. Não haverá operacionalidade para essa proposta.

**O SR. PRESIDENTE (BRANDÃO MONTEIRO):** – Concedo a palavra ao Constituinte Egídio Ferreira Lima.

**O SR. CONSTITUINTE EGÍDIO FERREIRA LIMA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, lamento dizer que a argumentação do Constituinte Aluizio Campos não procede. A sociedade, em que pese aos termos do texto do substitutivo, não pode representar o associado contra sua vontade. Ela não pode ter uma representação contra o interesse do representado. Este poderá, a qualquer momento, revogar a legitimidade que a associação tem.

texto é perfeito e deve ser preservado.

**O SR. PRESIDENTE (BRANDÃO MONTEIRO):** – O Sr. Constituinte Aluizio Campos retirou se o destaque. (Palmas.)

Em votação o Destaque nº 5.261, requerido pelo Constituinte Manoel Moreira, que solicita a supressão do § 43.

Pergunto ao Constituinte Manoel Moreira se mantém o destaque.

**O SR. CONSTITUINTE MANOEL MOREIRA:** – Retiro-o, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (BRANDÃO MONTEIRO):** – Retirado o destaque.

Destaque nº 246, requerido pelo Constituinte Lysâneas Maciel, está prejudicado, porque S. Ex.<sup>a</sup> não se encontra presente no plenário.

Destaque nº 803/87 – Emenda nº ES-23 847-7, do Sr. Domingos Leonelli, "que modifica o § 55 do art. 6º do Substitutivo nº 1 (art. 5º, § 43, do Substitutivo nº 2)". (76ª votação)

**O SR. PRESIDENTE (BRANDÃO MONTEIRO):** – Em votação o Destaque nº 803, requerido pelo Constituinte Domingos Leonelli, referente a Emenda nº 23.847.

**O SR. PRESIDENTE (BRANDÃO MONTEIRO):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE DOMINGOS LEONELLI:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, tenho muito poucos destaques, não apenas a este título, mas para todo o projeto. Fiz questão de manter o destaque e defendê-lo, porque a questão é essencial para a organização da sociedade civil.

Inicia-se, talvez, neste instante, um debate que já percorre toda a vida política, sindical e orgânica da sociedade e das organizações populares. Trata-se da unicidade da representação. Não estamos ainda tratando – é preciso que fique bem claro – da unicidade sindical. Há para a matéria um capítulo específico, a ser tratado juntamente com os direitos sociais. Aqui estamos tratando da unicidade da representação para cada segmento da comunidade perante o poder público.



Não há qualquer restrição à formação de uma, duas ou dez mil associações ou organizações populares para cada atividade humana. Há, sim, a segurança de que não será duplicada ou fragmentada a representação, quando se tratar do poder público. A sociedade deverá ser normatizada pela Constituição no sentido de assegurar um mínimo de unicidade à representação.

Nesse sentido, portanto, contra uma visão liberal deformada, que leva à fragmentação e à situação concreta existente nas cidades, da formação de novo tecido político – que são as associações de moradores – mas como o mais fraco elemento do tecido social como um todo. Por exemplo, no Bairro dos Alagados, na minha cidade, temos 18 associações representando a mesma comunidade, ou seja, nenhuma a representa. O poder público, por vezes, controle e manipula o poder econômico.

Hoje, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, perdida uma eleição um elemento que não compreenda nem viva o sentimento democrático sai para a esquina e, financiado pelo prefeito, ou pelo mau prefeito, ou por um especulador imobiliário qualquer, forma outra entidade. Temos uma entidade de representação até social e profissional. O cidadão perde uma eleição, forma outra entidade, portanto, divide a representação. Que se formem quantas entidades se queiram, mas que apenas uma seja representada perante o poder público. Trata-se de um mínimo. A sociedade tem o direito...

**O SR. PRESIDENTE (BRANDÃO MONTEIRO):** – Constituinte Domingos Leonelli, V. Ex.<sup>a</sup> dispõe ainda de um minuto.

**O SR. CONSTITUINTE DOMINGOS LEONELLI:** – Muito obrigado, Sr. Presidente. Não pretendemos nada que se assemelhe à atual legislação sindical, ou que se aproxime da interferência do Estado na organização da sociedade, nem nas associações sindicais ou comunitárias. A sociedade tem o direito de se proteger, de legislar e de fazê-lo inclusive na sua Constituição, para proteger o direito da sua própria organização.

Peço aos Srs. Constituintes apoio e compreensão para preservar a autodefesa da organização popular. É esse o sentido da nossa emenda, para a qual, repito, peço o apoio de V. Ex.<sup>as</sup>

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (BRANDÃO MONTEIRO):** – Com a palavra o Constituinte José Genoíno, para encaminhar a votação contra.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem para um esclarecimento.

**O SR. PRESIDENTE (BRANDÃO MONTEIRO):** – Está V. Ex.<sup>a</sup> com a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Sr. Presidente, o texto da proposta parece-me distante do contido no § 43, que estamos votando. Pergunto a V. Ex.<sup>a</sup> se é pertinente à matéria em votação ou se caberia a decisão de se transpô-la para o momento oportuno, porque, na realidade, a proposta nada tem a ver com o disposto no § 43.

**O SR. PRESIDENTE (BRANDÃO MONTEIRO):** – A Mesa vai responder à questão de ordem. Penso que, na verdade, o Senador Constituinte José Lins tem razão. Se o destaque aqui requerido pelo ilustre Constituinte Domingos Leonelli for aprovado, salvo melhor juízo – estamos interpretando dessa forma – ele não terá condições de ser acoplado ao § 43.

Ilustre Constituinte Domingos Leonelli, V. Ex.<sup>a</sup> mantém essa proposição para o § 43?

**O SR. CONSTITUINTE DOMINGOS LEONELLI:** – Sr. Presidente, esta emenda, como princípio geral, só cabe neste artigo. Não terei oportunidade de incluí-la poste-

riormente, quando há referência apenas a entidades sindicais. Portanto, é evidente que só tenho esta oportunidade para tentar salvar a organização da manipulação partidária, da manipulação dos prefeitos, da manipulação do Estado, da manipulação dos especuladores imobiliários. É a única chance e, por isso, não posso jogá-la fora; a outra se refere apenas a entidades sindicais.

**O SR. PRESIDENTE (BRANDÃO MONTEIRO):** – Deputado Domingos Leonelli, não é a questão de V. Ex.<sup>a</sup> A Mesa fez uma pergunta, porque há entendimento da mesma de que neste parágrafo é impossível a composição, assim como ele está, com a emenda de V. Ex.<sup>a</sup>, que é aditiva.

**O SR. CONSTITUINTE DOMINGOS LEONELLI:** – Ao contrário, Sr. Presidente. Permita que eu leia aqui:

"§ 43. As entidades associativas, quando expressamente autorizadas, na forma de seu estatuto ou seu instrumento constitutivo, têm legitimidade para representar seus filiados em juízo ou fora dele."

É evidente que o dispositivo cabe exatamente aqui. Se mais de uma entidade pretender representar uma comunidade em juízo ou fora dele, somente uma poderá fazê-lo perante o poder público. Trata-se da representatividade em juízo ou perante o poder público. Só cabe aqui, e a Comissão de Sistematização, com o Relator brilhante que tem, encontrará uma forma de, com a redação mais conveniente, resolver a questão.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Sr. Presidente, pela ordem. Sugiro que a matéria seja incluída na relação daqueles itens que são mantidos para serem colocados onde couber. Há uma relação enorme depois de todos os parágrafos deste artigo para inclusão onde couber. Então, V. Ex.<sup>a</sup>, sem prejudicar o autor da emenda, poderia relacionar mais esta e resolveria a questão.

**O SR. PRESIDENTE (BRANDÃO MONTEIRO):** – Gostaria de ouvir o Relator Bernardo Cabral.

**O SR. RELATOR (BERNARDO CABRAL):** – Sr. Presidente, evidentemente a emenda não cabe, com toda a homenagem que presto ao Constituinte Domingos Leonelli, onde S. Ex.<sup>a</sup> quer. Razoável é a sugestão que acaba de ser feita pelo Constituinte José Lins – inclua-se onde couber – e logo após, no Capítulo dos Direitos Sociais, esta matéria poderá ser tratada. Acho que a Mesa deveria deferir isso, uma vez que não queremos prejudicar a discussão da matéria proposta pelo Constituinte Domingos Leonelli.

**O SR. CONSTITUINTE DOMINGOS LEONELLI:** – Sr. Presidente, quero saber, apenas para compreender, se será onde couber no art. 5º, até mesmo no próprio § 43, ou não? O conjunto "onde couber" possibilita voltar ao § 43, se esse for o entendimento? Gostaria de saber.

**O SR. PRESIDENTE (BRANDÃO MONTEIRO):** – Onde couber é onde couber. Por isso, penso que essa solução criará problemas futuros. A partir da informação do Constituinte Domingos Leonelli e a consenso dos Relatores – pois tenho a impressão de que o Constituinte Domingos Leonelli insiste na colocação da sua emenda neste parágrafo – a Mesa vai deferir a votação em função do esclarecimento.

**O SR. CONSTITUINTE JORGE HAGE:** – Sr. Presidente, uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (BRANDÃO MONTEIRO):** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Jorge Hage.

**O SR. CONSTITUINTE JORGE HAGE:** – Quero lembrar à Mesa e ao Plenário que existem dezenas e dezenas de destaques de emendas que estão hoje rotulados, pela própria Mesa, sob o título "art. 5º, onde couber", de forma que não será nenhum precedente, nenhuma novidade, não criará qualquer risco de se alterar a votação se esta

emenda também for incluída no conjunto "onde couber, art. 5º".

**O SR. PRESIDENTE (BRANDÃO MONTEIRO):** – Constituinte Jorge Hage, isto é matéria superada. A Mesa já decidiu a questão e agradece a V. Ex.<sup>a</sup> as informações.

Com a palavra o nobre Constituinte José Genoíno, para encaminhar contra.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros da Comissão de Sistematização, infelizmente os apelos feitos pela Liderança do Partido dos Trabalhadores junto ao nobre Constituinte Domingos Leonelli para que esta emenda fosse retirada não surtiram efeito. O Constituinte Domingos Leonelli antecipa, nesta questão, uma discussão de fundo que diz respeito aos problemas da unicidade sindical, mas antecipa de maneira equivocada, porque o assunto é muito mais grave, não se trata de mera discussão sobre a unicidade sindical.

Chamo a atenção das Sras e dos Srs. Constituintes para a gravidade da aprovação dessa emenda. O substitutivo é claro: "As entidades associativas" – portanto, elas têm uma extensão e uma amplitude enquanto entidades associativas – "quando expressamente autorizadas, na forma dos seus estatutos e instrumentos, têm legitimidade para representar seus filiados em juízo ou fora dele".

Entidade associativa, Srs. Constituintes membros desta Comissão, pode envolver e envolve necessariamente uma diversidade, amplitude e abrangência que não é a mesma coisa no terreno sindical. Vejam, no âmbito profissional, o que acontece hoje com os advogados: Existem a OAB e o IAB. Cito apenas esse exemplo, mas há vários outros.

O Constituinte Domingos Leonelli, com essa medida que – é um conceito abrangente em relação às entidades associativas – estabelece um ferrolho extremamente grave, Sr. Presidente. E ele é grave – chamo a atenção do nobre Constituinte Domingos Leonelli – porque fere o ponto central da sua argumentação. V. Ex.<sup>a</sup>, eminente colega, iniciou sua argumentação dizendo que defende a importância da organização da sociedade civil, e a organização da sociedade civil precisa adquirir legitimidade e representatividade. E o Constituinte Domingos Leonelli encontra o segredo dessa legitimidade e representatividade no ferrolho de uma só entidade representar os seus associados e filiados.

Constituinte Domingos Leonelli, aí está a sua contradição. V. Ex.<sup>a</sup> entrou numa armadilha mortal que destrói o seu princípio maior, que é o da organização autônoma da sociedade civil. Como podemos defender a organização autônoma da sociedade civil, se estabelecemos que, na forma da lei, apenas uma entidade poderá representar em juízo ou fora dele?

Vejam bem V. Ex.<sup>as</sup>, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, no Brasil temos uma tradição, e não vamos aqui fazer uma Constituição para um país qualquer. Qual a tradição brasileira? É exatamente através da intervenção do Estado, através da manipulação estatal, através do clientelismo, do fisiologismo e do paternalismo. Sempre se negou aos trabalhadores e às camadas populares uma organização autônoma e livre. A quebra desse princípio é fundamental para aqueles que querem construir uma organização autônoma e livre da sociedade, principalmente dos trabalhadores.

Aí, nobre Constituinte Domingos Leonelli, está envolvida uma questão de fundo, uma questão de classes, uma questão de autonomia política das organizações populares. Vamos discutir isso quando tratarmos da unicidade sindical, mas V. Ex.<sup>a</sup> contraria um princípio até mais amplo do que a unicidade sindical, porque na organização da sociedade política, na organização dos mecanismos da sociedade civil, V. Ex.<sup>a</sup>, com essa emenda, pretende estabelecer uma hegemonia não através da disputa política, não através da legitimidade, mas sim através das peias do Estado

e da lei, que vai regulamentar se será esta ou aquela entidade a escolhida.

No Constituinte Domingos Leonelli, os socialistas disputam a hegemonia de uma entidade sobre a outra através da atividade política, da coerência dos programas que defende, e jamais se valerão da lei e do Estado para que essa hegemonia seja exercida por um ato de força.

Vamos, portanto, ficar com o texto e rejeitar a emenda Domingos Leonelli.

Durante o pronunciamento do Sr. José Genoíno, o **Sr. Brandão Monteiro**, Segundo-Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo **Sr. Fernando Henrique Cardoso**, Quarto-Vice-Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (FERNANDO HENRIQUE CARDOSO):** – Tem a palavra a Constituinte Rose de Freitas para falar contra. **(Palmas nas galerias)**

Peço às galerias que não se manifestem.

**A SRA. CONSTITUINTE ROSE DE FREITAS:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, lamento profundamente assomar à tribuna neste momento para me posicionar contra um destaque apresentado pelo grande companheiro Domingos Leonelli. Exatamente por estar representando nesta Casa todos os movimentos populares dos quais participei – e sempre me empenhei para que pudessem organicamente existir, manifestar sua pluralidade e sua capacidade de organização – é que entendo que não há como se vestir camisa-de-força nos movimentos populares. É precisamente esse sentido democrático de organização do povo que possibilita a sua conscientização crescente. Ao se organizar, com essa pluralidade, essa democracia que defendemos nesta tribuna, temos certeza de que é necessário que o movimento popular seja múltiplo, cada vez mais livre nessa capacidade de se expressar e se associar. Entendo, exatamente por ter participado intensamente dos movimentos populares, que este é o aspecto importante, não o de correlação de forças ou quem venceu. Nos movimentos populares essa questão de unicidade não passa. Nessa capacidade de a comunidade se manifestar, inclusive através das inúmeras entidades a que ela pode associar-se, nesse nível de organização é que o povo cresce. Quando permitimos um único movimento nas bases para o povo se manifestar, este canal de expressão perde, pois limita o seu mecanismo de defesa, o nível de conscientização política que as comunidades devem ter.

Defendo aqui essa parte do relatório do nosso grande companheiro Constituinte Bernardo Cabral por entender que essa livre manifestação só contribui para a crescente conscientização do nosso povo. É diferente do movimento sindical, porque neste a questão da hegemonia passa pela expressão de uma categoria única. Não podemos restringir a movimentação popular tirando-lhe o direito único à liberdade de se associar, de se manifestar e se organizar da maneira que entender. É assim que crescem os movimentos populares. É assim que fazemos com que o povo – completamente desestruturado, sem informação, inclusive imbuído do propósito de poder reivindicar, dentro da sua favela, água, esgotos, moradia, educação, transporte coletivo – se organize nessas múltiplas formas de se manifestar conscientemente, de acordo com o seu nível de politização. Só será possível que a sua consciência cresça se puder manifestar-se, trocar essas experiências, todos os dias, no cotidiano da comunidade. Defendo – e lamento muito ser contra o nosso grande companheiro Constituinte Domingos Leonelli – a manutenção do texto como está, para que reconheçamos o legítimo direito de organização das nossas comunidades, tão sofridas e manipuladas politicamente. Ao contrário do que pensa e do que manifesta, em seu destaque, o Constituinte Domingos Leonelli, ao vestirmos uma camisa-de-força no movimento comunitário estaremos colocando essa organização po-

pular a serviço dos prefeitos, dos grupos econômicos, dos partidos políticos, o que não pretendemos que aconteça. Por isto, sou contra o destaque do companheiro Domingos Leonelli.

**O SR. PRESIDENTE (FERNANDO HENRIQUE CARDOSO):** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Jorge Hage, para encaminhar a favor.

**O SR. CONSTITUINTE JORGE HAGE:** – Sr. Presidente, ilustres Constituintes, entendo ser a emenda do nobre Constituinte Domingos Leonelli medida essencial ao enfrentamento das possibilidades de manipulação efetiva das associações populares, especialmente no que se refere à organização popular dos bairros das grandes cidades. É fato de amplo conhecimento de todos que militam nos grandes centros urbanos a intensa manipulação do poder público em relação às entidades associativas, o que leva alguns bairros, como os da minha cidade, a terem dez, quinze ou vinte associações pretendendo representar a mesma base, com o óbvio e evidente enfraquecimento da sua representatividade. Não prospera o argumento de que se trataria de uma faca de dois gumes, porque essa medida possibilitaria o efeito inverso, a manipulação pelo poder, dominando e controlando hegemonicamente aquela entidade à qual se daria a representação. Será na entidade que, na forma que a lei irá regulamentar, representar aquele segmento social ou populacional onde se travará a luta pela obtenção e pela conquista do controle daquela associação. E o que serve ao avanço da organização popular, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, é exatamente, neste caso, a unicidade.

Sr. Presidente, tendo em vista, entretanto, a polêmica que se trava neste momento em torno da emenda, as suas nuances e a ampla conveniência do aprofundamento da discussão, quero ainda questionar a Mesa – peço a atenção do ilustre Presidente – sobre a possibilidade de, mediante a concordância do autor da emenda, o companheiro Domingos Leonelli, fazer a transferência dessa emenda para o conjunto, que hoje conta com 70, 80 itens, sob o título "onde couber", no art. 5º. Assim, em cerca de quarenta e oito horas, com mais conhecimento de causa por parte de todos os presentes; com o esgotamento do debate sobre o assunto, seria decidida qual a posição a ser tomada. Far-se-ia, então, a alocação da emenda no § 43 ou onde parecesse mais conveniente. Isto não representa nenhuma espécie de precedente e não envolve qualquer risco; não estamos inovando. A própria Mesa da Comissão de Sistematização classificou dezenas de destaques sob o rótulo "onde couber". Existe uma planilha distribuída aos membros da Comissão sob o rótulo "onde couber", no art. 5º, exatamente para os casos duvidosos.

Invoco o testemunho do nobre Relator e do Relator Auxiliar a esse respeito, pois não representa nenhum precedente. Esta é, portanto, a proposta: que se retire do § 43 esse destaque, para que possa ser amplamente discutido, com maior reflexão de todos nós, no conjunto "onde couber". Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (FERNANDO HENRIQUE CARDOSO):** – A Mesa foi informada de que essa proposta já foi feita ao Constituinte Domingos Leonelli, que a recusou. Em todo caso, passo a palavra ao Relator Auxiliar para que possa opinar sobre o assunto. Tem a palavra o Constituinte José Fogaça.

**O SR. RELATOR-SUBSTITUTO (JOSÉ FOGAÇA):** – Sr. Presidente, Srs. membros da Comissão de Sistematização, essa proposta foi defendida...

**O SR. CONSTITUINTE DOMINGOS LEONELLI:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem, a fim de esclarecer que deixei, a decisão a critério da Mesa. Perguntei apenas se, colocando-se "onde couber", caberia voltar à discussão. do § 43.

A Mesa pode decidir essa questão, contanto que me assegure a possibilidade de se voltar ao § 43. Se isto for garantido, não há problema.

**O SR. PRESIDENTE (FERNANDO HENRIQUE CARDOSO):** – A votação prosseguirá e, se for aprovada, será "onde couber".

**O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (FERNANDO HENRIQUE CARDOSO):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA:** – Sr. Presidente, quero insurgir-me contra a decisão da Mesa, pois não me parece correta.

Não é possível discutir-se uma proposta e aprová-la sem saber onde ela será inserida, quando está sendo discutida para o § 43. E parece-me que V. Ex.<sup>a</sup> não tem sequer poderes regimentais para isto.

Sugiro a V. Ex.<sup>a</sup> que mantenha a discussão e a deliberação para este parágrafo, mantendo aliás, decisão da Mesa, tomada instantes atrás. V. Ex.<sup>a</sup> não deve alterar esta decisão.

**O SR. PRESIDENTE (FERNANDO HENRIQUE CARDOSO):** – Consultei anteriormente a Mesa e, se V. Ex.<sup>a</sup> tiver razão – como parece ter, pelo que diz o Relator – ratificarei a decisão e passarei à votação.

Com a palavra o Sr. Relator José Fogaça, que falará a respeito do artigo constante da proposta do destaque de Domingos Leonelli.

**O SR. RELATOR SUBSTITUTO (JOSÉ FOGAÇA):** – Sr. Presidente, Srs. Membros da Comissão de Sistematização, não há dúvida alguma de que o objetivo do Constituinte Domingos Leonelli é assegurar o fortalecimento da organização popular.

Ao tentar, pela via de uma emenda, estabelecer a unicidade, por área de interesse e por segmento social, S. Ex.<sup>a</sup> tem a mais elevada, a mais nobre e a mais respeitável das intenções; o fortalecimento, o aprofundamento, o enraizamento da organização popular.

Nesse sentido, quero dizer que esta é uma emenda merecedora de respeito e consideração. No entanto, o Sr. Relator-Geral Bernardo Cabral me pediu que transmita aqui a visão que a Relatoria tem deste problema.

O § 43 diz:

"As entidades associativas, quando expressamente autorizadas, na forma de seu estatuto ou de seu instrumento constitutivo, têm legitimidade para apresentar seus filiados em juízo ou fora dele".

Isto deixa bem claro que uma entidade associativa só representará em juízo seus filiados na medida em que isso for autorizado expressamente pelo seu estatuto, que, no caso dos sindicatos, só terão registro de acordo com o estabelecido em lei, conforme vamos ver adiante, no art. 9º.

Portanto, esta representação está rigorosamente delimitada pelo campo dos objetivos sociais da entidade, que não pode ser ultrapassado pelo seu representante.

Por outro lado, sei que o objetivo do Constituinte Domingos Leonelli é, desde já, garantir também a questão da unicidade sindical.

Particularmente – agora não falo em nome da Relatoria. – S. Ex.<sup>a</sup> tem um compromisso político com os sindicatos que o apoiaram, no sentido de colocar seu mandato a serviço da unicidade sindical. (Palmas.) Esta não é a posição da Relatoria. No entanto, para garantir ao nobre Constituinte Domingos Leonelli que a questão da unicidade sindical não está comprometida, quero apenas

mostrar a S. Ex.<sup>a</sup> que o § 43 assegura a representatividade, ou seja, a capacidade, pela via dos estatutos e por autorização expressa, de a sua direção representar a entidade. Mas não podemos transferir a questão dos interesses profissionais, que são unívocos, para o âmbito da organização de um bairro, ou de uma comunidade. Na comunidade, os interesses são complexos, diversificados, extremamente pluralizados. Poder-se-á criar uma entidade para defender a questão ecológica diante do Poder Público e também outras entidades que queiram tratar desde a questão cultural ou teatral até a do esgoto, da rua, do transporte, etc. A sociedade é múltipla, rica e diversificada. Não podemos colocar, na organização comunitária, a camisa-de-força da unicidade, que devemos – particularmente penso assim – defender na defesa dos interesses profissionais. Portanto, a posição da Relatoria é pela manutenção do texto.

**O SR. PRESIDENTE (FERNANDO HENRIQUE CARDOSO):** – Mantido o destaque, passamos à votação.

**(Procede-se à votação)**

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Aluizio Campos, Carlos Mosconi, Cid Carvalho, Cristina Tavares, Fernando Gasparian, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, João Herrmann Neto, Nelton Friedrich, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Euclides Scalco, Luis Eduardo, Enoc Vieira, Bonifácio de Andrada, Brandão Monteiro, Bocayuva Cunha, Luiz Salomão, Jamil Haddad. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Artur da Távola, Bernardo Cabral, Carlos Sant'Anna, Celso Dourado, Egídio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Henrique Cardoso, Ibsen Pinheiro, José Fogaça, José Paulo Bisol, José Richa, José Serra, Manoel Moreira, Nelson Carneiro, Nilson Gibson, Pimenta da Veiga, Prisco Viana, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Rodrigues Palma, Severo Gomes, Sigmaringa Seixas, Wilson Martins, Antonio Mariz, Chagas Rodrigues, Israel Pinheiro, José Costa, Márcio Braga, Octávio Elísio, Rose de Freitas, Uldurico Pinto, Vicente Bogo, Alcení Guerra, Aloysio Chaves, Antoniocarlos Mendes Thame, Arnaldo Prieto, Carlos Chiarelli, Christóvam Chiaradia, Edme Tavares, Eraldo Tinoco, Francisco Benjamim, Francisco Dornelles, José Jorge José Lins, José Santana de Vasconcellos, José Thomaz Nonô, Marcondes Gadelha, Osvaldo Coelho, Paulo Pimentel, Sandra Cavalcanti, João Menezes, Jonas Pinheiro, José Lourenço, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Gerson Peres, Jarbas Passarinho, Virgílio Távora, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Luiz Inácio Lula da Silva, José Genoíno, Adolfo Oliveira, Siqueira Campos, Haroldo Lima e Roberto Freire.

Durante a chamada nominal da votação do Destaque nº 803-87, o **Sr. Fernando Henrique Cardoso**, Quarto-Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo **Sr. Aluizio Campos**, Primeiro-Vice-Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (ALUÍZIO CAMPOS):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 21 Constituintes; votaram NÃO 67 Constituintes. Total: 88 votos. O destaque foi **rejeitado**.

Passa-se à votação do Destaque nº 5665, referente à Emenda nº 13219, de autoria do Constituinte José Ignácio Ferreira. S. Ex.<sup>a</sup> não estando presente, está prejudicado o destaque.

Passa-se à votação do Destaque nº 8267, referente à Emenda nº 23917, de autoria do Constituinte Alysso Paulinelli. S. Ex.<sup>a</sup> não estando presente, está prejudicado o destaque.

Passa-se à votação do Destaque nº 667, referente ao § 44 do art. 5º, de autoria do Constituinte Brandão Monteiro.

**O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO MONTEIRO:** – Sr. Presidente, em face de entendimentos com outras Lideranças, retiro o destaque. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (ALUÍZIO CAMPOS):** – Retirado o destaque. Já estamos votando o § 44 do art. 5º. Destaque nº 1.100, do Constituinte Vilson Souza.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ PAULO BISOL:** – Sr. Presidente, temos delegação para retirar o destaque.

**O SR. PRESIDENTE (ALUÍZIO CAMPOS):** – Retirado o destaque através do ilustre Constituinte José Paulo Bisol.

Em votação o Destaque nº 4931, da Constituinte Lúcia Vânia, § 45. Não está presente a Constituinte. Está prejudicado o destaque:

**Destaque nº 000249-87, do Sr. Lysâneas Maciel – Emenda nº ES-34048-4, do Sr. Vivaldo Barbosa, “que adita a expressão ou privado ao art. 22 do Substitutivo nº 1 (artigo 5º parágrafo 45 do Substitutivo nº 2)”. (77ª votação)**

Destaque nº 249, do ilustre Constituinte Lysâneas Maciel, sobre a Emenda nº 34048. O Sr. Constituinte Brandão Monteiro tem delegação para representá-lo.

**O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO MONTEIRO:** – Além de ter a delegação, aqui está o autor da emenda.

**O SR. PRESIDENTE (ALUÍZIO CAMPOS):** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Vivaldo Barbosa, autor da emenda.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON JOBIM:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (ALUÍZIO CAMPOS):** – Tem a palavra pela ordem o nobre Constituinte Nelson Jobim.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON JOBIM:** – Sr. Presidente, dentre o elenco de destaques relativos ao § 45 está de nº 393, de autoria do Constituinte José Genoíno, que diz respeito ao art. 35 do Projeto. De acordo com as normas consolidadas, esse destaque tem preferência sobre os demais, porque pretende trazer para a redação do § 45 o texto do art. 35 do Projeto. Pela ordem, deveremos votar primeiro os destaques do Substitutivo I, em segundo os destaques do Projeto e, depois as emendas supressivas, substitutivas e modificativas. Está havendo uma inversão na ordem de votação. Creio que deve ser votado, em primeiro lugar, o destaque do eminente Constituinte José Genoíno.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Sr. Presidente, quero esclarecer à Mesa que, considerando que o objeto do meu destaque é semelhante ao do ilustre Constituinte Lysâneas Maciel, que trata da emenda do Constituinte Vivaldo Barbosa, retiro-o agora. Defenderei o destaque do nobre Constituinte Lysâneas Maciel quanto à emenda do Constituinte Vivaldo Barbosa.

**O SR. PRESIDENTE (ALUÍZIO CAMPOS):** – Então V. Ex.<sup>a</sup> retira o destaque?

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Sim, Sr. Presidente, por ser ele semelhante ao do nobre Constituinte Vivaldo Barbosa.

**O SR. PRESIDENTE (ALUÍZIO CAMPOS):** – Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup> a colaboração.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Sr. Presidente, devo dizer que estou inscrito para defender o destaque.

**O SR. PRESIDENTE (ALUÍZIO CAMPOS):** – Tem a palavra o Constituinte Vivaldo Barbosa.

**O SR. CONSTITUINTE VIVALDO BARBOSA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o assunto que vamos ferir agora diz respeito a uma das questões centrais do trabalho

da Constituinte: refere-se à abrangência, à natureza e ao alcance do mandado de segurança nas sociedades modernas, O que pretendemos – e esta é uma emenda coletiva, subscrita por um grupo interpartidário muito numeroso – é a possibilidade de uma ação judicial muito mais abrangente do que o processo judicial clássico, tradicional.

Sabemos que uma das questões centrais do pensamento liberal é o processo, a idéia do processo e a sua mecânica. Por isso, tem uma natureza individual ou individualista, que é também a questão central do pensamento liberal. O alcance de uma decisão judicial diz respeito apenas e tão somente às partes envolvidas diretamente em debate, em cada processo judicial. Numa ação trabalhista, mesmo sendo um direito de natureza social, é apenas a reclamação trabalhista de um reclamante. Uma ação de reintegração de posse, apesar de envolver, às vezes, despejos de multidões, é apenas uma ação de reintegração de posse para um requerente ou contra uma família que esteja ocupando aquela posse, e a decisão judicial diz respeito tão-somente à relação jurídica existente entre as duas partes – autor e réu – de qualquer ação judicial. O que se pretende aqui é dar às sociedades modernas de massa, em que o coletivo é ferido por abuso de poder – muito mais por lesão a direito coletivo do que ao do indivíduo em si – um instrumento processual que possa ter esse alcance.

Assim, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, nós, que subscrevemos essa emenda, não fizemos mais do que resgatar o trabalho produzido na subcomissão e na comissão próprias, onde essa questão foi profunda e detalhadamente debatida, com a colaboração de especialistas – não apenas dos Constituintes envolvidos – que lá compareceram para dar depoimentos e fazer colocações. O clamor é antigo, pois grandes constitucionalistas deste País, no passado, já diziam que o mandado de segurança deveria ter alcance maior contra a lesão de direito líquido e certo. Deveria dirigir-se não apenas a autoridades públicas, mas também a entidades privadas, como, por exemplo, a uma fábrica de automóveis que produzisse uma série de carros com defeitos. Então, nesse caso, vamos esperar que, de acordo com o Direito Processual clássico, cada adquirente de automóvel ingresse com uma ação judicial – existem milhares de ações judiciais espalhadas pelo País – ou podemos ter apenas um instrumento processual, o mandado de segurança, contra a fábrica, diretamente, que atinge e protege a coletividade das pessoas lesadas? Vamos esperar que os remédios processuais clássicos, como o da ação possessória, protejam multidões de posseiros deste País, ou vamos dar-lhes o instrumento do mandado de segurança contra um grileiro ou um pretenso proprietário? Sem dúvida alguma, com isso estaremos protegendo a coletividade; sem dúvida alguma, com isso estaremos traçando as regras processuais, tirando-as dos padrões liberais clássicos e individualistas para o mundo moderno, para o mundo dos direitos coletivos, dos direitos difusos lesados, para o mundo em que a coletividade é mais profundamente atingida pela lesão ao direito líquido e certo do que apenas o indivíduo.

Este é o alcance da redação que propusemos para o § 45, que sem dúvida alguma irá marcar época na história do Direito Processual do País.

**O SR. PRESIDENTE (ALUÍZIO CAMPOS):** – Com a palavra, para falar contra o destaque, o eminente Constituinte Gerson Peres.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, Sras e Srs. Constituintes, serei breve. Esta emenda, em que pese a meu respeito ao eminente Constituinte Vivaldo Barbosa, é a subversão de tudo que se tem podido verificar no curso da construção da ordem jurídica no País. Subverte tudo. Vai querer-se dar ao Poder Judiciário mais um elenco de atribuições rápidas, para intervir na iniciativa privada através de questiúnculas, de pequenas

situações que possam ocorrer no relacionamento das atividades das empresas privadas com os empregados, ou vice-versa. O mandado de segurança é uma instituição, como o nome está dizendo – segurança – que visa a resguardar direito líquido e certo dos cidadãos contra o abuso do Poder Público e do Estado. Levá-lo para a iniciativa privada é como que uma subversão. Para a iniciativa privada, para o abuso do poder privado, existem medidas legais rápidas: a reintegração de posse, por exemplo, como aqui foi citada, pode ser dada como consequência imediata, em face da decisão do Poder Judiciário. A imissão de posse também. Basta que seja caracterizada pela violência ou por um abuso.

Portanto, Sr. Presidente, prezados colegas, esta emenda se choca com a natureza jurídica do mandado de segurança e sua aplicação. O texto do Relator é que corresponde à nossa realidade e se ajusta à situação jurídica que o País adota, quando diz:

§ 45 – “Conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, individual ou coletivo, não amparado por “habeas corpus” ou “habeas data”, seja qual for a autoridade responsável pela ilegalidade ou abuso de poder, estendendo-se a proteção contra a conduta de particulares no exercício de atribuições do Poder Público.”

De forma que lembraria aos prezados Colegas que esta emenda é improcedente, não se ajusta à realidade jurídica brasileira e utiliza o instrumento que assegura o direito líquido e certo de indivíduos contra o abuso do Poder Público. Contra o abuso do poder econômico existem medidas correlatas e semelhantes que podem ser adotadas pela Justiça com a mesma rapidez praticada quando se utiliza o mandado da segurança contra o Poder Público.

Essas são as considerações que desejava fazer. Peço aos prezados Colegas que, pelo menos por enquanto, por desconhecermos as demais emendas e suas justificativas, acatem a redação do Relator, pois ela, avança, progride quando institui o mandado de segurança coletivo, o que vai facilitar a atuação das classes, dos sindicatos e das associações que tiverem seus direitos atingidos pelo abuso do Poder Público.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (ALUÍZIO CAMPOS):** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte José Genoíno, para defender o destaque.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Sr. Presidente. Sras. e Srs. Constituintes, chamo a atenção de V. Ex.<sup>as</sup> para um detalhe. Estamos hoje retomando uma discussão realizada durante a elaboração da Constituição de 46. Aquela época, quem apresentou proposta semelhante à formulada aqui, agora? Ouçam V. Ex.<sup>a</sup>: foi Agamenon Magalhães, que defendia, na Constituinte de 46, que o mandado de segurança fosse estendido contra o Poder Público, empresas de concessão do Poder Público e empresas privadas. Mas essa discussão não nasceu em 1946. No pensamento jurídico brasileiro ela vem desde 1922, com Edmundo Muniz e com a contribuição importante de Afrânio de Melo Franco, quando tentamos inovar a abrangência do mandado de segurança. E qual é a questão central, Sr. Presidente? Essa questão é irrespondível para quem defende a supremacia e o primado dos direitos individuais.

Se o mandado de segurança é o remédio eficaz e específico para a garantia efetiva dos direitos individuais e se o que estamos discutindo aqui são os direitos individuais, não podemos estabelecer uma separação do mandado de segurança contra o Poder Público e contra empresas privadas concessionárias. Chamo a atenção dos privatistas e daqueles que já abordaram, na discussão dos direitos individuais, o primado do direito individual, in-

cluindo o direito de propriedade entre estes, chegando até o ponto de tratar da indenização.

Ora, Sr. Presidente, de onde surgiu o mandado de segurança na história jurídica da humanidade? Exatamente quando a questão central era em voltar-se contra o Poder Público materializado na luta contra o absolutismo. Não vivemos mais na época em que o absolutismo, enquanto forma de governo que consagrava as monarquias absolutistas, era predominante. Vivemos hoje numa sociedade capitalista moderna, em que há grandes monopólios privados, grandes interesses privados. Portanto, não podemos consagrar o formalismo jurídico – e chamo a atenção dos grandes juristas desta Casa, porque perante eles sou apenas um aprendiz – proposto no Projeto Bernardo Cabral, que procura simplesmente garantir no texto constitucional o que hoje já existe na jurisprudência brasileira, jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. Estamos pretendendo avançar na compreensão e na eficácia do mandado de segurança. Certamente alguns vão dizer que o mandado de segurança será banalizado, que ele criará uma situação inadmissível para a Justiça. Digo a esses Srs. Constituintes que não se preocupem com isso, porque a questão concreta – e chamo a atenção do nobre Relator – que o mandado de segurança contra o ato que fere direito líquido e certo exige uma prova documental. Sr. Presidente, quando se impetra um mandado de segurança, apresenta-se uma prova concreta sobre a qual não há dúvida, pois ela é documentada, clara e evidente. Não podemos aceitar aqui dois pesos e duas medidas: adotar o mandado de segurança eficaz e rápido, que apressa a Justiça, mas apenas contra o Poder Público, e não estender essa eficácia e rapidez contra o interesse privado. Sr. Presidente, isso não será nenhuma extravagância quando o interesse privado ferir direito individual líquido e certo com prova documental.

Por que vamos aprovar o mandado de segurança nos termos do Projeto de Constituição oriundo das Comissões Temáticas, elaborado pelo ilustre Constituinte Paulo Bisol?

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (ALUÍZIO CAMPOS):** – Com a palavra, para falar contra o destaque, o ilustre Constituinte Nelson Jobim.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON JOBIM:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, antes de encaminhar contrariamente ao destaque, é necessário que esta Assembléia, quando trata do tema mandado de segurança, relembra que foi neste País que se criou o mandado de segurança, caiu a obra genial de Pedro Lessa que soube, sobre a doutrina brasileira do **habeas corpus**, estender o **bill of rights** para as lesões de direito não penais. É necessário que aqui se lembre e registre o reconhecimento desta Assembléia ao grande trabalho do gênio brasileiro que soube criar e estender a figura do mandado de segurança, não na mão de Pedro Lessa, mas já na mão de João Mangabeira, na Constituinte de 1934. Portanto, é o mandado de segurança resultado da chamada genialidade de Pedro Lessa e da denominada doutrina brasileira do **habeas corpus**.

Mas, o que pretende a emenda? Ela é de autoria do eminente Constituinte Vivaldo Barbosa, e pretende destinar como sujeitos passivos do **habeas corpus** as pessoas físicas ou jurídicas de Direito Público ou de Direito Privado. Sabemos que o mandado de segurança foi criado a partir da Constituinte de 34 com base na doutrina brasileira do **habeas corpus**, para assegurá-lo em relação ao bem público e à ordem pública, em relação ao Poder Público. Depois, com as redações das Constituições posteriores que restringiram o mandado de segurança só ao Poder Público, é que o Supremo Tribunal Federal, entendendo e estendendo a abrangência do mandado de segurança, admitiu-o contra pessoas de Direito Privado que viessem a

exercer função pública relevante. A doutrina sustentada é a jurisprudência referida pelo eminente Constituinte José Genoíno se restringem exatamente a isto. E é acolhendo esta jurisprudência que o texto do Projeto do eminente Constituinte Bernardo Cabral diz textualmente: “Estendendo-se a proteção conta a conduta de particulares no exercício das atribuições do Poder Público”.

Srs. Constituintes, adotar o mandado de segurança contra pessoas jurídicas de Direito Privado é exatamente desconhecer toda a evolução que o Direito Processual Civil brasileiro adquiriu desde o Código da década de 30 do Código de 1974. Todas as sustentações anteriores e a manifestação do eminente parlamentar Agamenon Magalhães se situavam no sistema processual que vinha do Código da organização do século passado. Lá se justificava; hoje, não. Temos medidas próprias e muito mais eficazes que o mandado de segurança para as relações privadas. E se estendermos o mandado de segurança para as pessoas privadas – jurídicas ou físicas – teremos uma desnaturação do próprio sentido da medida. O **writ** passa a ser uma medida reintegratória de posse, de manutenção de posse, cautelar e, fundamentalmente, passa a desnaturar as ações dominatórias, de difícil conquista na evolução do Direito Processual moderno. Os alemães, no início do século, principalmente na segunda década, sustentaram e mostraram que a execução das obrigações de fazer têm medida própria, que são as ações cominatórias, as quais ficam completamente desnaturadas com a pretensão de tirar o mandado de segurança de suas restrições políticas de ação para a proteção do direito líquido e certo, voltado contra o poder ou aquele que exerça o poder, embora de natureza privada.

Por isso, apelo a esta Assembléia para que rejeite o destaque e acolha o texto contido no projeto do Relator, exatamente porque estaremos honrando toda uma fila de processualistas e publicistas brasileiros, a começar pelo grande Pedro Lessa, que soube, com a genialidade que Deus lhe deu, fazer estender o **habeas corpus** às situações de Direito Privado.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Palmas)

Durante o pronunciamento do Sr. Nelson Jobim, o Sr. **Aluízio Campos**, Primeiro-Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. **Fernando Henrique Cardoso**, Quarto-Vice-Presidente.

**O SR. CONSTITUINTE EGÍDIO FERREIRA LIMA:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (FERNANDO HENRIQUE CARDOSO):** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Egídio Ferreira Lima.

**O SR. CONSTITUINTE EGÍDIO FERREIRA LIMA:** – Sr. Presidente, este debate enfoca questão de magna importância e nós, Constituintes da Comissão de Sistematização, não temos o direito de errar. Quero, então, fazer uma sugestão a V. Ex.<sup>a</sup>, dizendo antes que, quando o Professor e Constituinte Agamenon Magalhães, em 1946, pretendeu estender o mandado de segurança contra violência, abuso ou coação de particular, ele o fez exatamente porque o Direito Processual brasileiro e mesmo o Direito Processual internacional não tinham chegado à evolução de hoje.

**O SR. PRESIDENTE (FERNANDO HENRIQUE CARDOSO):** – Peço a V. Ex.<sup>a</sup> que formule a questão de ordem.

**O SR. CONSTITUINTE EGÍDIO FERREIRA LIMA:** – Sr. Presidente, a eficácia do mandado de segurança, que como precisamente disse o Constituinte Nelson Jobim, nasceu no rastro do **habeas corpus**, fez com que Agamenon

Magalhães e outros juristas pensassem em estender o mandado de segurança...

**(O Sr. Presidente faz soar os tímpanos)**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– V. Ex.<sup>a</sup> está encaminhando a votação. Peço-lhe que formule a questão de ordem, senão terei de cassar-lhe a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE EGÍDIO FERREIRA LIMA:** –

Termino a questão de ordem, Sr. Presidente. Hoje, o processo civil brasileiro tem uma infinidade de medidas. As exaustivas questões cautelares...

**(O Sr. Presidente faz soar os tímpanos)**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Sr. Constituinte, peço a V. Ex.<sup>a</sup> que formule a questão de ordem ou serei obrigado a cassar-lhe a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Sr.

Presidente, peço a palavra para contraditar a questão de ordem.

**(O Sr. Presidente faz soar os tímpanos)**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Se V. Ex.<sup>a</sup> tem questão de ordem a formular, formule-a, Sr. Constituinte.

**O SR. CONSTITUINTE EGÍDIO FERREIRA LIMA:** –

Sr. Presidente, em virtude da importância da matéria, peço a V. Ex.<sup>a</sup> que interpele o Relator para saber se ele vai sustentar o texto.

**(O Sr. Presidente faz soar os tímpanos)**

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Sr.

Presidente, Sr. Presidente, Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Sr. Constituinte, não lhe dei a palavra, nem vou permitir questões de ordem não postuladas. Passo a palavra ao Relator, como é de meu dever.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – V. Ex.<sup>a</sup>

deveria ter cassado a palavra do Sr. Constituinte Egídio Ferreira Lima.

**O SR. PRESIDENTE (FERNANDO HENRIQUE**

**CARDOSO):** – Já fiz a reprimenda devida a S. Ex.<sup>a</sup>.

Tem a palavra o Relator.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Fica o

protesto, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Com a palavra o Relator. A Presidência não permitirá falsas questões de ordem.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – S. Ex.<sup>a</sup> não

poderia ter feito isso aqui.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Já está feita a admoestação ao Constituinte.

Tem a palavra o Relator. V. Ex.<sup>a</sup> desiste da palavra?

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente,

quero que V. Ex.<sup>a</sup> me assegure, porque não é possível, quando se fala em mandado de segurança, que não se tenha a segurança de usar da palavra.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Concedido o mandado de segurança ao Relator.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente,

causa estranheza que o talento duplo dessa dupla de Constituintes, Vivaldo Barbosa e José Genoíno, se apegue ao chamado formalismo jurídico que têm os atuais Constituintes e que regridam no tempo, citando Agamenon Magalhães, numa hora em que neste País não existiam inclusive as medidas cautelares. A tese é inominada e revela exatamente o conflito que pretendem. Não se pode,

Sr. Presidente, em sua consciência, querer privatizar um instituto da valia do mandado de segurança.

Sr. Presidente, só tomo a intervenção desses dois constitucionalistas como a vontade de produzir trabalho e demonstrar que estão atentos. Mas veja V. Ex.<sup>a</sup> que há preocupação quando se fala no mandado de segurança coletivo. Na esteira do que disse o eminente Constituinte Nelson Jobim que esgotou, exauriu qualquer outra argumentação para que se derrotasse a emenda proposta, só me cabe fazer um apelo aos Constituintes José Genoíno e Vivaldo Barbosa no sentido de que retirem a emenda. É um gesto de grandeza.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Pergunto aos Constituintes que propuseram o destaque se estão dispostos a retirá-lo ou não.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Sr.

Presidente, vou responder ao apelo do Sr. Relator. Não posso retirar o destaque porque a sua manutenção...

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– V. Ex.<sup>a</sup> não pode mesmo. O destaque é para emenda do Constituinte Vivaldo Barbosa.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Não posso

retirar, porque sou favorável ao conteúdo do destaque.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– V. Ex.<sup>a</sup> não tem por que retirar nem acrescentar nada.

Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup> a boa vontade.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Sou

favorável porque tenho um destaque semelhante.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Mas não é este. No momento oportuno, darei a palavra a V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – O

destaque será mantido.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– V. Ex.<sup>a</sup> não pode mantê-lo.

Tem a palavra o Constituinte Vivaldo Barbosa, como autor da emenda.

**O SR. CONSTITUINTE VIVALDO BARBOSA:** – Sr.

Presidente, mais uma vez sinto-me ferido por não atender ao clamor e ao pedido do nobre Relator Bernardo Cabral, mas estamos, na Assembléia Nacional Constituinte, optando entre a manutenção de um paradigma clássico liberal e individualista de processo e uma nova forma atualizada de proteção ao consumidor.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– V. Ex.<sup>a</sup> mantém ou retira o destaque?

**O SR. CONSTITUINTE VIVALDO BARBOSA:** – Sr.

Presidente, entre o sim e o não, tenho que justificar um ou outro; caso contrário, faltaria com o respeito ao Relator.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Não é necessário.

**O SR. CONSTITUINTE VIVALDO BARBOSA:** – Se V.

Ex.<sup>a</sup> quer que eu responda sim ou não, recuso-me a responder.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Se V. Ex.<sup>a</sup> se recusa a responder, entendo que manteve o destaque e passo à votação.

Em votação.

**(Procede-se à votação)**

Votaram **SIM** os seguintes Srs. Constituintes: Cristina Tavares, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, José Paulo Bisol, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Nelson Wedekin, Octávio Elísio, Rose de Freitas, Vilson Souza, Brandão Monteiro, Bocayuva Cunha, Luiz Salomão, Luiz Inácio Lula da Silva, José Genoíno, Haroldo Lima, Roberto Freire e Jamil Haddad. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores

Constituintes: Abigail Feitosa, Aluizio Campos, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Carlos Sant'Anna, Celso Dourado, Cid Carvalho, Egidio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Gasparian, Fernando Henrique Cardoso, Ibsen Pinheiro, José Fogaça, José Richa, José Serra, Manoel Moreira, Mário Lima, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nilson Gibson, Pimenta da Veiga, Prisco Viana, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Rodrigues Palma, Virgildásio de Senna, Wilson Martins, Antonio Mariz, Chagas Rodrigues, Euclides Scalco, Israel Pinheiro, José Costa, Alcení Guerra, Aloysio Chaves, Antoniocarlos Mendes Thame, Arnaldo Prieto, Carlos Chiarelli, Christóvam Chiaradia, Edme Tavares, Eraldo Tinoco, Francisco Benjamim, José Jorge, José Lins, José Santana de Vasconcellos, José Thomaz Nonô, Luís Eduardo, Osvaldo Coelho, Paulo Pimentel, Sandra Cavalcanti, Enoc Vieira, João Menezes, Jonas Pinheiro, José Lourenço, José Tinoco, Paes Landim, Antônio Carlos Kander Reis, Darcy Pozza, Gerson Peres, Jarbas Passarinho, Virgílio Távora, Bonifácio de Andrada, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Adolfo Oliveira e José Maria Eymael.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 19 Constituintes; votaram NÃO 65 Constituintes. Total: 84 votos. O Destaque foi **rejeitado**.

**Destaque nº 002776-87 – Emenda nº ES-26860-1, do Sr. José Maria Eymael, “que acrescenta parágrafo ao artigo 22 do Projeto da Constituição (art. 5º, § 45 do Substitutivo nº 2)”. (78ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Passamos agora ao Destaque nº 2.776, do Constituinte José Maria Eymael, que versa sobre o mesmo § 45.

Tem a palavra o Constituinte José Maria Eymael.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ MARIA EYMAEL: – Sr.**

Presidente, Srs. Constituintes, historicamente, dois são os tipos de ameaças que têm castigado permanentemente o cidadão. De um lado a ameaça à sua liberdade de ir e vir; de outro o ameaça a justiça na área fiscal. De um lado temos a autoridade policial de qualquer natureza; de outro, a autoridade fiscal. Para corrigir a ameaça com relação ao cerceamento da liberdade pela autoridade policial, desenvolveu-se o instituto do **habeas corpus**, inclusive no seu aspecto preventivo. Todavia, no campo fiscal este assunto até hoje não foi bem tratado.

Hoje, a realidade é a seguinte: o contribuinte, seja pessoa física ou jurídica, precisa esperar ser autuado para só depois defender-se. Entende a jurisprudência dominante e a atual Constituição, que não é possível o contribuinte defender-se antes de ser autuado. Vou dar um exemplo prático: a legislação do IPTU. Em uma cidade existe a lei do IPTU, mas um prefeito autoritário baixa uma instrução normativa completamente em desacordo com a lei. Como a atividade da fiscalização é vinculada, o fiscal é obrigado a seguir a instrução, e o contribuinte mar a iniciativa. Isso vai terminar com o arbítrio fiscal. Prefeito sobre o IPTU.

Estamos propondo o mandado de segurança preventivo em matéria fiscal, que permitirá ao contribuinte, antes de ser autuado, ir ao Judiciário e demonstrar que tem razão e está dentro da lei, e não a autoridade fazendária que a está interpretando erroneamente. É evidente que o juiz, ao tomar conhecimento do mandado de segurança, decidirá se o contribuinte tem razão – ou não mas o que estaremos admitindo é a possibilidade de o contribuinte não esperar ser multado ou penalizado através de um auto de infração para poder tomar a iniciativa. Isso vai terminar com o arbítrio fiscal. O Constituinte César Maia, inclusive, deu-nos um depoimento muito interessante a esse respeito. Acontece o seguinte: a autoridade fazendária baixa uma norma em desacordo com a lei porque sabe que a maioria dos cida-

dãos, para evitar o incômodo da defesa, prefere pagar, de acordo com a instrução, mesmo em desacordo com a lei. Estamos propondo nesta emenda exatamente isto:

“É admitido ainda o mandado de segurança para prevenir o contribuinte de ilícita sanção fiscal.”

Com esta norma constitucional aprovada entregaremos ao cidadão um efetivo (instrumento de defesa e estará afastada, de forma definitiva, uma poderosa forma de arbítrio fiscal.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Dou a palavra ao Constituinte Nelson Jobim para falar contrariamente ao destaque.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON JOBIM: – Sr.**

Presidente, consulto a Mesa como está sendo votada a emenda, uma vez que o destaque, segundo informação que recebi do eminente autor, está suprimindo a segunda parte. Consulto a Mesa se o destaque tem esta redação: “É admitido, ainda, o mandado de segurança para prevenir o contribuinte de ilícita sanção penal”.

É isto?

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Não.

“É admitido, ainda, o mandado de segurança para prevenir o contribuinte da ilícita sanção fiscal, caracterizada a ameaça pela manifesta interpretação dada pela Fazenda Pública a determinada norma.”

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ MARIA EYMAEL: –**

Não, suprimi a segunda parte.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– É verdade, V. Ex.ª a suprimiu.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON JOBIM: – Sr.**

Presidente, então o que está sendo votado é o seguinte:

“É admitido, ainda, o mandado de segurança para prevenir o contribuinte de ilícita sanção fiscal.”

É isto?

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– É certo.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON JOBIM: – Pois bem.**

Bastaria ler o conteúdo do § 45:

“Conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, individual ou coletivo, não amparado pelo **habeas corpus** ou **habeas data**, seja qual for a autoridade responsável pela ilegalidade ou abuso de poder...”

Ora, “ilícita sanção fiscal” é exatamente uma das formas pelas quais o poder, no caso, no exercício da função tributária, comete uma ilegalidade, e é evidente, portanto, que a primeira parte da emenda proposta pelo eminente Constituinte está contida dentro do texto do parágrafo 45. Mas muito mais amplo aqui, entra a aprovação desta emenda, consubstanciaria mera explicitação de uma das formas pelas quais se efetiva a ilegalidade pelo poder público.

É evidente que, se for aprovada a emenda – e a regra de exegese e de hermenêutica da norma é de que não deve haver, em dispositivo legal algum, regras superfatantes, regras superfatas, ou regras inócuas – a jurisprudência teria de dar uma interpretação ao que a Constituinte resolveu com esse dispositivo. E aí surgiria, então, a segunda parte, suprimida do dispositivo, “caracterizada a ameaça pela manifesta interpretação dada pela Fazenda Pública a determinada norma”. A supressão da segunda parte fica contida na primeira, porque, não poderíamos interpretar esse dispositivo, se aprovado como quer o no-



bre Constituinte José Maria Eymael na sua primeira parte como um dispositivo inócuo. E aí teríamos de criar então, um mandado de segurança contra a interpretação de lei, o que é absolutamente fora da figura do mandado de segurança, que se destina à proteção de direito líquido e certo lesado. Ora, na interpretação da norma, feita pela autoridade administrativa de qualquer nível e de qualquer jaez, não há lesão a direito algum. A lesão a algum direito nasce exatamente no momento em que tivermos a consubstanciação da pretensão do fisco ou da pretensão da autoridade contra qualquer direito líquido e certo.

Evidentemente, quer com a restrição existente, quer sem ela, a emenda deve ser necessariamente rejeitada; porque não se adentra naquilo que conhecemos como mandado de segurança. E me penitencio de ter omitido naquela primeira manifestação sobre o tema, que o mandado de segurança nasceu da doutrina brasileira do **habeas corpus**, da teoria dos direitos individuais e nasceu também do juízo de amparo mexicano de 1913. Faço um apelo à Assembléia para que rejeite esta emenda, quer por excessiva, quer por inócua ou anódina, quer por introduzir a eventualidade de uma interpretação que desnatura a matéria por completo e cria uma paralisação total da atividade pública, ou seja, mandado de segurança contra interpretação de lei.

É isso, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Dou a palavra ao Constituinte Bonifácio de Andrada para falar favoravelmente.

**O SR. CONSTITUINTE BONIFÁCIO DE ANDRADA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, as palavras do nobre Constituinte Nelson Jobim contrariam a posição do seu partido e a pregação que ouvi, desta tribuna, por várias vezes, há muitos anos: o PMDB colocando-se contra atuação autoritária do fisco neste País.

A questão não é muito jurídica; é mais prática. Todos sabemos que o Estado brasileiro, nos últimos tempos se armou de uma estrutura fiscal abusiva, contra o cidadão e contra o indivíduo. Quem entre nós desconhece os abusos do fisco, no interior deste País e nas grandes cidades? As leis que estão aí dão ao Ministério e às Secretarias da Fazenda poder incrível para esmagar o indivíduo, o comerciante, o industrial, o pequeno empresário. O que queremos é simplesmente, através da emenda do eminente Deputado Constituinte José Maria Eymael, explicar a garantia individual de utilizar o mandado de segurança contra a ilegalidade, contra o abuso do fisco. Existe no País uma justiça especializada, a Justiça Federal, cuja jurisprudência, pressionada pelo Poder Executivo, é sempre contra o contribuinte. Os contribuintes; deste País que vão à Justiça Federal sempre perdem, porque a jurisprudência é contra o cidadão, contra o povo e a favor do fisco, do Estado.

A medida é democrática. Os que enaltecem a nova fase democrática da nova República têm de defender essa providência, porque é favorável ao povo e pressupõe a renovação do comportamento governamental em face da comunidade, do cidadão. Precisamos armar o povo contra o Estado burocrático a tecnocracia, e o sistema tributário, que sufocam o homem brasileiro. Infelizmente, o substitutivo que estamos discutindo contém uma organização tributária que aumentará a carga fiscal incidente sobre o cidadão brasileiro.

Em favor do povo, estamos com esta emenda, porque um dos maiores instrumentos de coação do Estado moderno é o órgão fiscal. Precisamos controlá-lo e impedi-lo de agir contra a comunidade. Precisamos dar liberdade à nossa gente para trabalhar e dar-lhe também condições de defender-se contra medidas fiscais abusivas.

Sr. Presidente, termino as minhas palavras solicitando aos Srs. Constituintes que dêem apenas mais um instru-

mento ao povo, para lutar contra a ação estatal, a burocracia e a tecnocracia.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Concedo a palavra ao Constituinte Egídio Ferreira Lima, para encaminhar contra o destaque.

**O SR. CONSTITUINTE EGÍDIO FERREIRA LIMA:** –

Sr. Presidente, o mandado de segurança está bem definido, e o seu mecanismo, completo no texto constitucional. Recorre-se ao mandado de segurança contra abuso de poder de toda e qualquer autoridade. Conseqüentemente, o abuso de poder praticado pela autoridade fiscal é alcançado, natural, óbvia e claramente, pelo mandado de segurança. A lei constitucional deve ser precisa, completa tão breve quanto possível. O mandado de segurança é um dessas elaborações que se fizeram através do tempo e não pede complementação.

O Constituinte Bonifácio de Andrada, homem lúcido e de amplos conhecimentos, teve dolorosa dificuldade para sustentar sua tese, a ponto de dizer que estava apenas explicitando o que já se continha no texto. Não há o que explicitar. Não se esclarece o que óbvia e tecnicamente está bem posto. Seria um erro crasso, um equívoco grave estabelecer essa exceção. Srs. Constituintes, esse mandado de segurança especial e de encomenda não iria favorecer o povo, mas beneficiaria o grande contribuinte que, por meio dele teria meios de aliciar a autoridade, o juiz, a Justiça.

Sou contra a emenda, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Tem a palavra o Sr. Relator.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes; as argumentações trazidas à colação pelo eminente Constituinte Bonifácio de Andrada talvez coubessem em outra circunstância. É remançosamente sabido que, em tese, não cabe mandado de segurança contra lei. É o que aqui se quer fazer. De qualquer sorte como tínhamos encarregado o eminente Constituinte José Serra de falar em nome da relatoria, peço a S. Ex.<sup>a</sup> que faça uso da palavra.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ SERRA:** – Sr. Presidente Srs. Constituintes, a argumentação essencial, contrária ao destaque do nobre Constituinte José Maria Eymael, foi feita de maneira brilhante pelos nobres Constituintes Nelson Jobim e Egídio Ferreira Lima.

Quero aqui reiterar um ponto que me parece essencial, a propósito, inclusive, da argumentação do nobre Constituinte Bonifácio de Andrada, de Minas Gerais. É preciso tomar muito cuidado, na questão dos contribuintes, para, em sua defesa, não tolher inteiramente as mãos da Fazenda Pública. Pela argumentação do nobre Constituinte Bonifácio de Andrada, na verdade estaríamos precisamente defendendo o contribuinte e inviabilizando o funcionamento do Sistema Tributário no Brasil. Estou absolutamente convencido disto. Seria como jogar a criança fora, junto com a água do banho. Esse é o aspecto essencial. Se eu tiver que interpretar...

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** –

Sr. Presidente, pela ordem. Não desejo retirar o orador da tribuna, mas S. Ex.<sup>a</sup>, cioso cumpridor do Regimento, deve saber que já falaram dois Constituintes a favor e dois contra a emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Nobre Constituinte, não se pode interromper o orador na tribuna.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Mas S. Ex.<sup>a</sup> está na tribuna anti-regimentalmente.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– S. Ex.<sup>a</sup> está falando em nome da Relatoria.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – S. Ex.<sup>a</sup> é Relator-adjunto?

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Nobre Constituinte, se o orador não o fosse, eu não concederia a palavra a S. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup> o esclarecimento. Mas observo que o Relator Bernardo Cabral já usou da palavra, e agora o nobre Constituinte está falando novamente pela Relatoria.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – O Relator Bernardo Cabral não falou. S. Ex.<sup>a</sup> passou a palavra ao Relator-adjunto. V. Ex.<sup>a</sup> deveria prestar mais atenção antes de levantar uma questão de ordem.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ SERRA:** – O aspecto básico e fundamental é que ninguém tem direito subjetivo e, menos ainda, direito líquido e certo a uma interpretação favorável. Admitir o mandado de segurança, como se pretende, é tolher a administração de interpretar as leis fiscais. É partir da idéia de que toda interpretação que onere o contribuinte será ilegal, o que não tem cabimento.

Evidentemente, isso não significa que o contribuinte ficaria desamparado. Se a Fazenda aplicar uma lei ao contribuinte, ele poderá impetrar o mandado de segurança, se a lei for inconstitucional, ou se a interpretação da Fazenda for absurda, ferindo o seu direito líquido e certo. O que não se pode é estabelecer mandado de segurança contra uma interpretação da lei. Nesse caso, o contribuinte pode se defender, sem atacar a lei, em tese, do ato concreto resultante da sua aplicação. Do contrário, estou absolutamente convicto de que não se poderá cobrar mais impostos no Brasil, a menos que o contribuinte queira pagá-los. Podemos perguntar quem realmente gosta de pagar impostos.

Volto à argumentação anterior. A proposta do Constituinte José Maria Eymael, na verdade, joga a criança fora, junto com a água do banho. Em nome da defesa do contribuinte, desorganiza todo o sistema da administração fiscal do Brasil.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Passa-se à votação.

Proceder-se-á a chamada dos Srs. Constituintes.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Aluizio Campos, José Richa, Israel Pinheiro, Alceni Guerra, Arnaldo Prieto, Carlos Chiarelli, Edme Tavares, Eraldo Tinoco, José Lins, José Thomaz Nonô, Luís Eduardo, Marcondes Gadelha, Paulo Pimentel, Sandra Cavalcanti, Enoc Vieira, Jonas Pinheiro, José Lourenço, José Tinoco, Darcy Pozza, Gerson Pares, Jarbas Passarinho, Bonifácio de Andrada, Francisco Rossi, Joaquim Bevilacqua, José Maria Eymael e Jamil Haddad. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Almir Gabriel, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Carlos Mosconi, Carlos Sant'Anna, Celso Dourado, Cid Carvalho, Cristina Tavares, Egídio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Gasparian, Fernando Henrique Cardoso, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, Ibsen Pinheiro, José Fogaça, José Paulo Bisol, José Serra, Manoel Moreira, Mário Lima, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nelton Friedrich, Nilson Gibson, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Prisco Viana, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Rodrigues Palma, Virgildásio da Senna, Wilson Martins, Antonio Mariz, Chagas Rodrigues, Euclides Scalco, José Costa, Manuel Viana, Nelson Wedekin, Octávio Elísio, Rose de Freitas, Vicente Bogo, Aloysio Chaves, Francisco Benjamim, José Jorge, José Santana de Vasconcellos, Osvaldo Coelho, Paes Landim, Antônio Carlos Konder Reis, Brandão Monteiro, Bocayuva Cunha, Luiz Salomão, Gastone Righi, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Adolfo Oliveira, Haroldo Lima e Roberto Freire.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram **SIM** 26 Constituintes; votaram **NÃO** 60 Constituintes. Total: 86 votos. O destaque foi **rejeitado**.

Passamos, portanto, ao § 46 do art. 5º

O Constituinte Aluizio Campos retira seus destaques. Não há pois, destaques.

Passamos ao § 47. Iniciaremos pelo destaque supressivo do Constituinte Manoel Moreira – Destaque nº 5299. Pergunto se o Constituinte está presente. **(Pausa)** O Constituinte Manoel Moreira está presente e retira o destaque.

Passamos ao Destaque nº 6565, do Constituinte Afif Domingos, também supressivo. O nobre Constituinte Afif Domingos está ausente. Fica, portanto, prejudicado o destaque.

O nobre Constituinte Aluizio Campos pede destaque para a supressão da palavra "complementar".

Pergunto ao nobre Constituinte se mantém o destaque.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON JOBIM:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – V. Ex.<sup>a</sup> tem a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON JOBIM:** – Sr. Presidente, a questão de ordem é sobre a ordem da votação. O ilustre Constituinte Aluizio Campos pretende a supressão da palavra complementar", mas o nobre Constituinte Euclides Scalco também tem um destaque para a supressão da expressão "observado o rito processual" e da palavra "complementar", para restringir, permanecendo somente "previsto em lei". O destaque do Constituinte Euclides Scalco é mais amplo do que o destaque do Constituinte Aluizio Campos. Daí por que entendo que deve ter preferência na ordem da votação.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – A Mesa vai verificar se V. Ex.<sup>a</sup> tem razão.

A questão de ordem do nobre Constituinte Nelson Jobim tem procedência. O destaque do nobre Constituinte Euclides Scalco é mais abrangente e pede a supressão, também, da palavra "complementar". Portanto será votado em primeiro lugar o destaque pedido pelo Constituinte Euclides Scalco.

**Destaque nº 004700-87, do Sr. Euclides Scalco, "que suprime do § 47 do artigo 5º do Substitutivo nº 2 as expressões "observado o rito processual" e "lei complementar". (79ª votação)**

Passamos à discussão do Destaque nº 4700.

Em nome do autor, tem a palavra o Constituinte Nelson Jobim.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON JOBIM:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o § 47 teve origem na Comissão da Soberania e pretende introduzir no Direito brasileiro o denominado mandado de injunção, que se origina no sistema americano e no **common law** através dos **injunctions**, que se destinam exatamente àquilo que não é abrangido pelas leis de inconstitucionalidade por omissão e por ação; destinam-se, pois, a proteger e assegurar a realização concreta dos direitos, garantias e liberdades constitucionais e de suas prerrogativas, através de medida judicial típica e dirigida para este objetivo.

O objeto do destaque do eminente Constituinte Euclides Scalco é retirar a expressão "observado o rito processual" e a expressão "lei complementar", para se ler então no § 47:

"§ 47. Conceder-se-á mandado de injunção, observada a lei sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício das liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania do povo e à cidadania."

Destina-se o destaque a evitar, em primeiro lugar, que a lei futura seja uma mera lei procedimental; em segundo lugar, que ela seja uma lei complementar.

Em face da novidade do instituto, há necessidade de que uma lei futura faça a regulamentação específica do mandado de injunção, e que possa este Congresso definir com clareza os seus limites de abrangência material e processual. É necessário, portanto, o acolhimento da emenda para este efeito, razão por que rogo ao Sr. Reator que a acolha, para possibilitar que, em lei futura, venha o Congresso Nacional a produzir a regulamentação necessária ao mandado de injunção.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Não havendo Constituinte inscrito para falar contra, peço ao Relator que opine sobre a matéria.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a minha preferência sempre foi pelo texto de autoria do eminente Constituinte José Paulo Bisol, modificado no 2º Substitutivo – aliás, por uma solicitação do eminente Presidente Ulysses Guimarães e do próprio Constituinte Nelson Jobim. Vejo que agora este colega volta à situação anterior, na esteira da Emenda Euclides Scalco, com a qual me ponho de inteiro acordo. Acho, inclusive, que é o que deve constar neste parágrafo, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Tendo-se manifestado o Relator pela aprovação do destaque, passamos à votação.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM**, os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Almir Gabriel, Aluizio Campos, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Carlos Mosconi, Carlos Sant'Anna, Celso Dourado, Cristina Tavares, Egídio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Gasparian, Fernando Henrique Cardoso, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, Ibsen Pinheiro, José Fogaça, José Paulo Bisol, José Richa, Manoel Moreira, Mário Lima, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nelson Friedrich, Nilson Gibson, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Prisco Viana, Raimundo Bezerra, Rodrigues Palma, Virgildásio de Senna, Wilson Martins, Antonio Mariz, Chagas Rodrigues, Euclides Scalco, Israel Pinheiro, José Costa, Manuel Viana, Nelson Wedekin, Octávio Elísio, Rose de Freitas, Vicente Bogo, Alcení Guerra, Aloysio Chaves, Antonio Carlos Mendes Thame, Arnaldo Prieto, Carlos Chiarelli, Edme Tavares, Eraldo Tinoco, Francisco Benjamim, José Jorge, José Lins, José Thomaz Nonô, Luís Eduardo, Marcondes Gadelha, Osvaldo Coelho, Sandra Cavalcanti, Enoc Vieira, João Menezes, Jonas Pinheiro, José Lourenço, José Tinoco, Paes Landim, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Gerson Pares, Jarbas Passarinho, Virgílio Távora, Bonifácio de Andrada, Brandão Monteiro, Bocayuva Cunha, Luiz Salomão, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Adolfo Oliveira, José Maria Eymael, Haroldo Lima, Roberto Freire, Jamil Haddad. Votou **NÃO**, o seguinte Senhor Constituinte: José Santana de Vasconcellos.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 83 Constituintes; votou NÃO 01 Constituinte. Total: 84 votos. O Destaque foi **aprovado**.

Passaremos à votação do último parágrafo desta manhã. Trata-se do § 48. Há um destaque do Constituinte Vilson Souza, que não está presente; portanto, está prejudicado.

**O SR. CONSTITUINTE ADOLFO OLIVEIRA:** –

Sr. Presidente, pela ordem peço a palavra. Foge ao usual o registro que estou certo, V. Ex.<sup>a</sup> permitirá seja feito. Não pertence ao meu partido, não tenha ligações partidárias com S. Ex.<sup>a</sup> mas é uma honra para esta Comissão receber a visita do ilustre Governador da Bahia – o grande homem público, o grande lutador, Waldir Pires. Quero que se assinale o fato, para honra desta Comissão. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– A Presidência se junta às palavras do Constituinte Adolfo Oliveira e saúda a presença do Governador Waldir Pires.

Destaque do Constituinte Roberto Balestra. Não estando presente, fica prejudicado o destaque.

Do mesmo autor, Destaque nº 7141. (Pausa)

Prejudicado o destaque.

Do mesmo autor, Destaque nº 7167. (Pausa)

Prejudicado o destaque.

Do mesmo autor, Destaque nº 3953. (Pausa)

Prejudicado o destaque.

Do Constituinte Áureo Mello, Destaque nº 3752.

(Pausa) Estando ausente, prejudicado o destaque.

Do Constituinte Jorge Arbage, Destaque nº 6305.

(Pausa) Estando ausente, prejudicado o destaque.

Tem a palavra o ilustre Constituinte Nilson Gibson, para falar sobre o Destaque nº 2419, de sua autoria.

**O SR. CONSTITUINTE NILSON GIBSON:** – Sr.

Presidente, Srs. Constituintes, pretendo com a nossa emenda aditar ao § 48 a expressão "ressalvadas as informações cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado".

Sr. Presidente, sucede que a Comissão de Sistematização, apreciando o disposto no § 31 do mesmo artigo, já dispôs sobre essa matéria. Assim, já estou atendido plenamente na matéria, eis que se compatibilizou o que eu desejava através da parte *in fine* do § 31.

Por esse motivo, desisto do nosso destaque.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Tendo S. Ex.<sup>a</sup> desistido do destaque, fica prejudicado.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON JOBIM:** – Sr. Presidente, pela ordem, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Tem a palavra o Constituinte Nelson Jobim.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON JOBIM:** – Sr.

Presidente, é necessário, que se faça aqui um registro, tendo em vista a desistência do Constituinte Nilson Gibson do seu destaque, que pretendia introduzir no § 48 as ressalvas referentes àquelas questões de sigilo imprescindíveis à segurança do Estado e da sociedade.

Afirmou o eminente Deputado que desistiu – e já preclusa sua desistência, portanto, definitiva – que o fez porque entende que o § 31 já encerra a ressalva.

É necessário que conste dos Anais desta Assembléia que este entendimento do eminente Constituinte não é o de outros membros desta Comissão, que entendem que o § 48 nada contém quanto às ressalvas, no que diz respeito ao sigilo imprescindível à segurança do Estado e da sociedade.

É necessário que fique registrada minha manifestação, que não está absolutamente sujeita à votação – é apenas para constar dos Anais – de que esta Assembléia aprovou o § 48 sem destaques.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– V. Ex.<sup>a</sup> já fez sua declaração, aliás, impertinente.

**Destaque nº 3966-87 – Emenda nº ES-31.967/1, do Sr. José Maria Eymael, "que substitui a expressão pessoais por relativa à pessoa, do art. 21, inciso I do Substitutivo nº 1 (art. 5º, § 48, do Substitutivo nº 2) (80ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Passo, portanto, a palavra ao Deputado José Maria Eymael que está presente e é autor do Destaque nº 3.966.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ MARIA EYMAEL:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, um dos mais importantes avanços conquistados por esta Assembléia Nacional Constituinte foi a criação do instituto do **habeas data**. Não há dúvida de que constitui este instituto vitória extraordinária do cidadão. Mas é exatamente em função do aspecto forte que este instituto tem, que devemos ler, com absoluta atenção, a forma como ele está redigido.

Diz o texto que caberá a cada brasileiro o direito de pedir informações pessoais.

Todos nós sabemos, Sr. Constituintes, porque estamos fazendo parte deste trabalho, que a intenção do nobre Redator – e é também a intenção de todos nós – é que o **habeas data** possa ser impetrado apenas para que o impetrante consiga dados relativos à sua pessoa, a seu respeito. Todavia, é elementar norma de interpretação jurídica, é elementar norma de hermenêutica que a lei deve ser interpretada não por aquilo que os legisladores quiseram dizer, mas por aquilo que ela permite traduzir. E a leitura do texto pode eventualmente permitir a interpretação de que uma pessoa pode impetrar **habeas data** para ter informações a respeito de outra. Para sanar essa dúvida, para evitar esta possibilidade de interpretação deformada, apresentamos a emenda que apenas substitui a palavra "pessoais" pela expressão "relativa à sua pessoa", o que afasta esta possibilidade de deformação interpretativa.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Não havendo oradores inscritos, pergunto se a Relatoria tem algo a opinar.

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – O Relator é inteiramente favorável à emenda do Constituinte José Maria Eymael.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Há vários Constituintes pedindo votação simbólica, porém não tenho condições regimentais de fazê-la. É matéria constitucional.

Proceda-se à votação pela chamada nominal.

(Procede-se à votação)

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FOGAÇA:** – Sr. Presidente, consulto a Mesa se cabe aos titulares o direito de voto, quando os suplentes não preenchem o número de vagas.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Aqui há uma regra. Vamos mantê-la. Os suplentes já votaram, as outras formalidades se esgotaram, e não há a nenhuma prejudicialidade, porque já está aprovado o destaque. De modo que encerrarei a reunião, depois do anúncio do resultado.

(Procede-se à votação)

Votaram SIM, os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Faitosa, Ademir Andrade, Almir Gabriel, Aluizio Campos, Bernardo Cabral, Carlos Mosconi, Carlos Sant'Anna, Celso Dourado, Cid Carvalho, Cristina Tavares, Egídio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Henrique Cardoso, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, Ibsen Pinheiro, José Fogaça, José Paulo Bisol, José Richa, Manoel Moreira, Mário Lima, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nelson Friedrich, Nilson Gibson, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Prisco Viana, Raimundo Bezerra, Paulo Pimentel, Rodrigues Palma, Sigmaringa Seixas, Virgídias de Senna, Antonio Mariz, Chagas, Manuel Viana, Nelson Wedekin, Octávio Elísio, Rose de Frei-

tas, Uldurico Pinto, Vicente Bogo, Guerra Antonio Carlos Mendes Thame, Arnaldo Prieto, Carlos Chiarelli, Edme Tavares, Eraldo Tinoco, Francisco Benjamim, José Lins, Luís Eduardo, Marcondes Gadelha, Osvaldo Coelho, Paulo Pimentel, Sandra Cavalcanti, Enoc Vieira, João Menezes, Jonas Pinheiro, José Tinoco, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Gerson Peres, Jarbas Passarinho, Virgílio Távora, Bonifácio de Andrada, Brandão Monteiro, Bocayuva Cunha, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Adolfo Oliveira, José Maria Eymael, Haroldo Lima, Roberto Freire e Jamil Haddad. Votou **NÃO**, o Senhor Constituinte: Artur da Távola.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 80 Constituintes; votou NÃO 1 Constituinte. Total: 81 votos. O Destaque foi **aprovado**.

Quero, antes de encerrar a reunião, fazer um esclarecimento. Tomei a decisão de que os titulares não teriam seus votos computados, sob o fundamento de que, na verdade, já estava praticamente aprovado o destaque. Mas, obviamente, tendo sido esgotada a chamada dos suplentes e estando presente algum titular que ainda não tenha votado e que possa eventualmente, inclusive, dar número à sessão, é natural que este tenha seu direito assegurado. Portanto, minha decisão foi em função do apoio da maioria, esmagadora, que já estava aqui consagrada.

### III – SUSPENSÃO DA REUNIÃO

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – A Presidência vai suspender os trabalhos, convocando os Senhores Constituintes para a continuação da presente reunião, segunda-feira, 5-10-87, às 14:00 horas.

Está suspensa a reunião.

### EM 5 DE OUTUBRO DE 1987

Presidência dos Srs. **Aluizio Campos**, Primeiro-Vice Presidente; **Brandão Monteiro**, Segundo-Vice-Presidente; **Jarbas Passarinho**, Terceiro-Vice-Presidente e **Afonso Arinos**, Presidente.

### I – REABERTURA DA REUNIÃO

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Havendo número regimental, declaro reaberta a reunião.

### II – EXPEDIENTE

#### Requerimento do Sr. Constituinte João Paulo:

À Egrégia Mesa da Comissão de Sistematização.

Requeiro, nos termos regimentais, que os destaques de número 2.106/87 e 2.212/87, referentes, respectivamente, às Emendas ES-29.752-0 e IP 3466-3, ambas de minha autoria, alocadas atualmente como destaques ao art. 5º do Substitutivo nº 2 do Relator, tenham sua votação transferida para a ocasião em que se estiver apreciando o art. 122.

Sala da Comissão de Sistematização, – **João Paulo Pires** (PT/MG).

#### Requerimento de diversos membros da Comissão de Sistematização:

Brasília, 5 de outubro de 1987

Ex.<sup>mo</sup> Senhor

Constituinte Afonso Arinos

DD. Presidente da Comissão de Sistematização

Os Constituintes a seguir indicados, membros desta Comissão, requerem, nos termos regimentais, que sejam realizadas, semanalmente, às terças e quintas-feiras, mais duas (2) reuniões deste órgão, durante o período de votação do Projeto de Constituição.

Rose de Freitas, Nelson Friedräch, Miro Teixeira, Artur da Távola, Cristina Tavares, Luiz Inácio Lula da Silva, José Paulo Bisol, Nilson Gibson, Uldurico Pinto, Enoc

Vieira, José Costa, Francisco Pinto, José Tavares, José Ulisses de Oliveira, Carlos Mosconi, Virgildásio de Senna, Eraldo Tinoco, Carlos Chiarelli, João Natal, José Freire, Edme Tavares, Roberto Freire, Aldo Arantes, Aécio Neves, Francisco Rossi, Chagas Rodrigues, Wilson Martins, Arnaldo Prieto, João Herrmann Neto, Ricardo Fiúza, José Serra, João Calmon, José Ignácio Ferreira e Fernando Gasparian.

### III – COMUNICAÇÕES

#### Da Mesa da Comissão de Sistematização

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Antes de passarmos à votação do § 49 do art. 5º, a Mesa deseja formular apelo aos membros desta Comissão no sentido de serem cumpridos com maior rigor os prazos estabelecidos para encaminhamento dos destaques e de restringirem-se as questões de ordem apenas às matérias que estiverem sendo submetidas à votação. Da mesma forma, só será permitido um orador para falar a favor e outro contra, a fim de que possamos acelerar nossos trabalhos, os quais, à medida que vamos ganhando experiência, estão realmente tornando-se mais produtivos.

Concedo a palavra ao nobre Constituinte José Lins.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Permita-me Sr. Presidente. Seriam o autor e mais dois?

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Não. O autor, mais um a favor e dois contra. Permanece a mesma regra.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Então, são quatro.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Exato.

**O SR. CONSTITUINTE HAROLDO LIMA:** – Sr. Presidente, peço a palavra, para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Haroldo Lima.

**O SR. CONSTITUINTE HAROLDO LIMA:** – Sr. Presidente, estamos preocupados com o andamento dos nossos trabalhos, como bem referiu V. Ex.<sup>a</sup> Por conseguinte, gostaríamos de saber da Mesa se tem informação mais atualizada a respeito de quando entrará em funcionamento o painel eletrônico e por que razão não funcionou até hoje.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A questão de ordem que V. Ex.<sup>a</sup> está levantando foi objeto de apreciação da Mesa na última sessão. Já informamos que, infelizmente, trata-se de problema de ordem técnica cujo equacionamento não se pode acelerar. As informações que temos são de que a programação para que o painel funcione durante as reuniões da Comissão de Sistematização está dependendo de solução de um problema técnico. Daí, termos de continuar fazendo a chamada nominal.

Com a palavra o nobre Constituinte Adylson Motta, para uma questão de ordem.

**O SR. CONSTITUINTE ADYLSO MOTA:** – Sr. Presidente, desejo apenas um esclarecimento. Já que são tantos os boatos e temos que organizar-nos, gostaria de saber da Mesa qual será, efetivamente, o prazo de funcionamento da Comissão de Sistematização.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A Mesa recebeu como sugestão, aprovada pelo plenário, proposta do Constituinte Oscar Corrêa. O Presidente Afonso Arinos já comunicou o interesse do Plenário da Comissão, de novamente remeter o projeto ao Plenário da Assembléia Constituinte depois de completamente votado. S. Ex.<sup>a</sup> me informou que irá apreciar a matéria hoje, em reunião da Mesa da Assembléia Nacional Constituinte às dezessete horas.

**O SR. CONSTITUINTE ADYLSO MOTA:** – Sr. Presidente, apenas para complementar, quero dizer a V. Ex.<sup>a</sup> que existem duas propostas. Gostaria que a minha tam-

bém fosse apresentada a esta reunião. Já comuniquei isso ao Plenário da Comissão de Sistematização.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Estou sendo informado de que a proposição de V. Ex.<sup>a</sup> também foi encaminhada ao Sr. Presidente da Constituinte.

### IV – ORDEM DO DIA

#### VOTAÇÃO DO PROJETO DE CONSTITUIÇÃO TÍTULO II (Continuação)

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Passamos à votação do Destaque nº 2.064, requerido pelo Constituinte Virgílio Guimarães, sobre a Emenda nº 12.699.

Não estando presente o Constituinte Virgílio Guimarães, está prejudicado o destaque.

Em votação o Destaque nº 2.631, requerido pelo Constituinte Nelson Friedrich, sobre a Emenda nº 20.320. Mantém V. Ex.<sup>a</sup> o destaque?

**O SR. CONSTITUINTE NELTON FRIEDRICH:** – Retiro o destaque.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Retirado o destaque.

Em votação o Destaque nº 3.333, requerido pelo Constituinte Paulo Pimentel, sobre a Emenda nº 22.055. V. Ex.<sup>a</sup> mantém o destaque?

**O SR. CONSTITUINTE PAULO PIMENTEL:** – Retiro o destaque. Votarei com a emenda do Constituinte Gastone Righi, que é mais abrangente.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Retirado o destaque.

Em votação o Destaque nº 5.129, requerido pelo Constituinte Ricardo Izar, sobre a Emenda nº 28.259. V. Ex.<sup>a</sup> mantém o destaque?

**O SR. CONSTITUINTE RICARDO IZAR:** – Retiro o destaque.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Retirado o destaque.

Em votação o Destaque nº 6.580, requerido pelo Constituinte Afif Domingos, sobre a Emenda nº 34.547. O Sr. Constituinte Afif Domingos encontra-se presente? (Pausa.) Ausente. Prejudicado o destaque.

Em votação o Destaque nº 8.034, requerido pelo Constituinte José Tinoco, sobre a Emenda nº 28.741. O Sr. Constituinte José Tinoco encontra-se presente? (Pausa.) Ausente. Prejudicado o destaque.

**Destaque nº 003.864/87 – Emenda nº ES-27.351-5, do Sr. Gastone Righi, "que suprime expressões do art. 24 do Substitutivo nº 1. (Do § 49, art. 5º, do Substitutivo nº 2.) (81.<sup>a</sup> votação)**

Em votação o Destaque nº 3.864, do ilustre Constituinte Gastone Righi, referente à Emenda nº 27.351.

Com a palavra o Constituinte Gastone Righi, para defender o destaque.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, minha emenda ao § 49 pretendia dar uma definição mais abreviada ao dispositivo. Mas, em reunião das Lideranças, analisando o § 49, concordaram todos os Srs. Líderes em aproveitar a parte inicial da minha emenda. Assim sendo, suprimi, da emenda que ofereci, toda a parte final, deixando apenas o seu intróito. O § 49 declara:

"Qualquer cidadão, Partido Político com representação na Câmara Federal ou no Senado Federal da República, associação ou sindicato, é parte legítima para propor ação popular..."

Ora, não me pareceu ter cabimento uma discriminação quase que pormenorizada de entidades e associações que tivessem o direito à propositura da ação popular. Não

há nenhum tipo de ação ou de procedimento judicial mais desejável, mais saneador do que a ação popular. Ela visa ao interesse público, visa a desconstituir ato do poder público ou de empresa delegada que, na verdade, fira os interesses nacionais, agrida o meio ambiente, infrinja a lei, e, portanto, deva ser incentivada. Qual a razão de discriminarmos algumas entidades em detrimento de outras?

Assim sendo, na minha emenda digo que qualquer pessoa, física ou jurídica, domiciliada no Brasil, não importa quem, seja – a ação popular não tem por objetivo a conquista de qualquer direito individual ou pessoal, não traz vantagens diretas a uma pessoa ou agrupamento, mas tem por escopo o interesse comum – é parte legítima para propor ação popular. Porque um estrangeiro qualquer, radicado na Amazônia ou – quem sabe? – numa praia do nosso litoral, não pode desde que domiciliado no Brasil, exercer uma ação popular que beneficie a Nação, o Estado e o povo? Da mesma forma, uma pessoa jurídica que tenha domicílio no País – por exemplo, uma empresa que explore um reflorestamento e que veja o meio ambiente sendo agredido – pode insurgir-se contra isso, através de ação popular.

Ao invés de restringir, precisamos ampliar. A única exigência é a de que a pessoa jurídica ou física seja domiciliada no Brasil. Nesse caso, os interesses passam a ser os de toda a coletividade, de todo o País e, sob muitos aspectos, de toda a humanidade, como é o caso do meio ambiente e de outros interesses aqui previstos.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Não ha oradores inscritos. Concedo a palavra ao eminente Relator, Constituinte Bernardo Cabral.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, em verdade, a emenda do Constituinte Gastone Righi é mais ampla, e o Relator a acolhe. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Da emenda apresentada pelo Constituinte Gastone Righi resulta a seguinte redação para o § 49:

"Qualquer pessoa física ou jurídica, domiciliada no Brasil, a parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato ilegal ou lesivo ao patrimônio público, à moralidade administrativa, à comunidade, à sociedade em geral, ao meio ambiente, ao patrimônio histórico e cultural e ao consumidor. Os autores da ação prevista neste parágrafo estão isentos das custas judiciais e do ônus da sucumbência, exceção feita a litigantes de má fé."

Dessa forma, amplia-se o uso da ação popular, sem especificações no texto constitucional.

Os Srs. Constituintes que estiverem a favor da emenda, votam SIM, os que estiverem contra, votam NÃO.

Em votação a emenda.

#### Procede-se à votação

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Aluizio Campos, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Carlos Mosconi, Carlos Sant'Anna, Egidio Ferreira Lima, Fernando Gasparian, Fernando Henrique Cardoso, Haroldo Sabóia, João Calmon, José Richa, Nelson Jobim, Nelton Friedrich, Nilson Gibson, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Rodrigues Palma, Wilson Martins, Israel Pinheiro, José Tavares, Marcos Lima, Octavio Elísio, Vilson Souza, Aloysio Chaves, Antonio Carlos Mendes Thame, Arnaldo Prieto, Edme Tavares, Eraldo Tinoco, José Jorge, José Lins, José Santana de Vasconcellos, José Thomaz Nonô, Luís Eduardo, Mário Assad, Oscar Corrêa, Paulo Pimentel, Ricardo Fiúza, Sandra Cavalcanti, Jonas Pinheiro, Morarildo Cavalcanti, Paes Landim, Ricardo Izar, Antônio Carlos Kon-

der Reis, Darcy Pozza, Gerson Peres, Jarbas Passarinho, Adylson Motta, Brandão Monteiro, Bocayuva Cunha, Luiz Salomão, Francisco Rossi, Gastone Righi, Adolfo Oliveira, José Maria Eymael, Haroldo Lima e Jamil Haddad. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Nelson Carneiro, Antonio Mariz, José Costa e Roberto Freire.

Durante a chamada nominal da votação do Destaque nº 3.864, o **Sr. Aluizio Campos**, Primeiro-Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. **Brandão Monteiro**, Segundo-Vice-Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 59 Constituintes; votaram **NÃO** 4 Constituintes. Total: 63 votos. O Destaque foi **aprovado**.

Passemos ao § 50.

Destaque nº 3.455, do Constituinte Milton Reis.

**(Pausa)** S. Ex.<sup>a</sup> está ausente.

O destaque fica prejudicado.

Destaque nº 3.435, também do Constituinte Milton Reis. **(Pausa)** S. Ex.<sup>a</sup> está ausente.

O destaque fica prejudicado.

Destaque nº 3.638 referente à Emenda nº 23.488, do Constituinte José Camargo. **(Pausa)** S. Ex.<sup>a</sup> está ausente

O destaque fica prejudicado.

Destaque nº 6.702, do Constituinte Vasco Alves, referente à Emenda nº 30.703. **(Pausa)** S. Ex.<sup>a</sup> está ausente.

O destaque fica prejudicado.

Destaque nº 7.760, do Constituinte Mansueto de Lavor, rente à Emenda nº 26.968. **(Pausa)** S. Ex.<sup>a</sup> está ausente.

O destaque fica prejudicado.

O § 50, sem destaque, está aprovado nos termos integrais do Substitutivo.

Antes de passarmos à votação do § 51, a Mesa informa aos Srs. Constituintes da Comissão de Sistematização que, hoje, na reunião da Mesa, estabeleceu-se uma norma que nos parece extremamente positiva para as questões de ordem. Só serão permitidos, como regimentalmente sói ocorrer, dois oradores um, que levantará a questão de ordem, e outro, que a contestará. Isto nos permitirá superar milhares de questões de ordem que eventualmente fossem feitas sobre o mesmo assunto. (Palmas.)

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Constituinte Nelson Carneiro.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – Pediria a V. Ex.<sup>a</sup> que, sem prejuízo do andamento dos trabalhos, sempre que houver mudanças no texto a ser votado, como acaba de ocorrer, o Presidente lesse o texto, da forma como figurará. Isto porque acabamos de cometer grave erro, concedendo a qualquer pessoa domiciliada no Brasil, mesmo estrangeira, o direito, que é apenas do cidadão brasileiro, de propor ação popular. Trata-se de algo proclamado por todos os autores, em todos os países.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – V. Ex.<sup>a</sup> tem razão. A Mesa procurará proceder da forma como foi requerida por V. Ex.<sup>a</sup>, Constituinte Nelson Carneiro.

Em votação o Destaque nº 2.324, requerido pelo Constituinte Paulo Delgado, referente à Emenda nº 13.707. O Constituinte está presente? **(Pausa.)** O destaque fica prejudicado.

Em votação o Destaque nº 2.138, requerido pelo Constituinte João Paulo, referente à Emenda nº 14.197. Ausente. Prejudicado.

**Destaque nº 003997-87 – do Sr. Aluizio Campos, "que suprime a expressão "de declaração" no art. 5º, parágrafo 51 do Substitutivo nº 2". (82.ª votação)**

Em votação o Destaque nº 3.997, requerido pelo Constituinte Aluizio Campos, referente a supressão da expressão "de declaração", do texto do parágrafo. Em consequência, o texto, com a aprovação da emenda do Constituinte Aluizio Campos, ficará assim:

"Cabe ação de inconstitucionalidade nos casos de ação ou omissão de ato que fira as disposições desta Constituição."

Em consequência, o Constituinte Aluizio Campos quer a retirada da expressão "de declaração".

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Concedo a palavra ao Constituinte Aluizio Campos.

**O SR. CONSTITUINTE ALUÍZIO CAMPOS:** – Sr. Presidente, dentre os novos instrumentos de garantias constitucionais, talvez o mais importante de todos seja a ação de inconstitucionalidade. Pela redação do § 51, a ação estaria restrita a declaração de direitos, o que, na verdade, importa em ônus para a parte interessada na sua proposição. Quem já militou no foro como advogado – e todos os juristas o conhecem – sabe que a ação declaratória visa, simplesmente, a obter uma sentença relacionada com a legitimidade do direito pleiteado, para, com base nela, então, propor-se uma nova ação que possa ter efeito cominatório. De maneira que restringir a ação de inconstitucionalidade apenas com objetivo declaratório impede que a parte prejudicada pelo agente do Poder Público, por omissão ou por descumprimento de mandamento constitucional, possa intentar diretamente uma ação cominatória com o propósito de fazer o agente governamental cumprir o texto da Constituição.

Então, a exclusão do termo "de declaração", – a redação do texto não está muito boa porque fala em ação duas vezes, mas isso é um problema final – a supressão proposta amplia o uso da ação de inconstitucionalidade, podendo a parte interessada propô-la, quando conveniente, como simples ação declaratória ou quando houver interesse maior, como ação cominatória, para que o agente do poder público que não cumprir a Constituição seja obrigado diretamente, através de uma só ação, a respeitar a norma constitucional. Visa também a que os omissos no cumprimento dessa norma sejam compelidos a exercer e exercitar o mandamento constitucional.

Essa é a finalidade precípua, e até os mais empenhados na inclusão desta norma constitucional no texto como o Constituinte Nelson Jobim, se manifestaram de acordo com a supressão. Por isso, espero que para melhorar o texto constitucional os membros desta Comissão aprovelem a emenda supressiva.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Nelson Jobim, que encaminhará a favor.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON JOBIM:** – Sr. Presidente, efetivamente o § 51 faz menção à natureza declaratória das ações de inconstitucionalidade. A par da classificação das ações, que envolve um número de cinco ações, na conceituação de Pontes de Miranda, parece absolutamente correto que a ação de inconstitucionalidade não seja só declaratória; ela abrange hipóteses de desconstituição e de condenação, razão pela qual há de ser acolhida a supressão da expressão declaratória, eis que a boa técnica legislativa assim o recomenda.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Tem a palavra o Relator Bernardo Cabral.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente Srs. Constituintes, acabei de mostrar ao Constituinte Nelson Jobim que o Relator já havia tido o cuidado de

examinar o destaque requerido pelo eminente Constituinte Aluizio Campos, a quem assiste razão no que acaba de afirmar. Por isso, o Relator acolhe o destaque, com a emenda do Constituinte Aluizio Campos.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Embora a votação seja de matéria constitucional, já houve um precedente dessa ordem.

Alguns constituintes se colocam contra a emenda supressiva do Constituinte Aluizio Campos? **(Pausa)**

Em consequência, vamos manter a posição em relação à aprovação, por unanimidade. **(Palmas) (Pausa)**

O Constituinte Jarbas Passarinho entende deve ser feita a votação nominal. Aliás, a matéria é constitucional, mas já fizemos...

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Sr. Presidente, circula nas Lideranças e, parece-me também na Mesa, proposta para adotar-se o seguinte procedimento: em casos como este, em que há evidente unanimidade – ou, se não houver unanimidade, vamos admitir que não cheguem a uma dezena os votos contrários – em princípio o destaque seria colocado junto a outros, para que fossem analisados e, no final, votados em bloco. Esta solução já foi adotada em uma Comissão Temática. Deste modo, não se correria o risco de uma emenda constitucional não ser votada nominalmente, mas a votação seria conjunta. Portanto, não cabe polêmica. Para que perder tempo com uma votação cujo resultado será a unanimidade?

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Com a palavra o nobre Constituinte Jarbas Passarinho.

**O SR. CONSTITUINTE JARBAS PASSARINHO:** – Sr. Presidente, acho que a decisão que V. Ex.<sup>a</sup> ia tomar seria absolutamente racional e também muito oportuna. Acontece que, aí mesmo, na Mesa, já tivemos ocasião de propor medidas dessa natureza, e houve resistência no Plenário da Comissão, por causa da necessidade de se marcar a posição individualmente. Então, não se poderá dizer que foi por unanimidade, em razão dos ausentes.

Há, pois, necessidade da votação nominal, infelizmente.

**O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA:** – Sr. Presidente, gostaria apenas de trazer uma contribuição pessoal. Parece-me que todas as matérias que tenham a concordância não da maioria, mas da unanimidade dos membros da Comissão, através de consulta feita pela Mesa a todo o Plenário, essas, de fato, poderiam ficar de lado, para serem apreciadas no fim da sessão. Mas, se, durante a sessão aparecer um parlamentar que queira manifestar seu voto contrário – aí peço a atenção do Constituinte Jarbas Passarinho – acho indispensável que a votação se realize. Quando, porém, for unânime, absolutamente unânime, essas matérias poderiam ficar sobrestadas até o final da sessão, ocasião em que as votaríamos em globo. Isso, parece-me, agilizaria tremendamente a votação, não prejudicaria o direito individual de quem quer que fosse e ficaria registrada a posição de todos. Penso que não haveria mal em adotar-se neste novo sistema.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – A Mesa não manterá a posição anterior, já que há polêmica e interesses que podem ser contrariados. É esta a decisão da Mesa. **(Muito bem! Palmas)**

Em votação, portanto, o Destaque nº 3997, do Constituinte Aluizio Campos.

**(Procede-se a votação)**

Votaram **SIM**, os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Aluizio Campos, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Carlos Mosconi, Carlos Sant'Anna, Cristina Tavares, Egídio Ferreira Lima, Fernando Gasparian, Fernando Henrique Cardoso, Haroldo Sabóia, Ibsen Pinheiro, João Calmon, José Richa, Mário

Lima, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nelson Friedrich, Nilson Gibson, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Rodrigues Palma, Virgildásio de Senna, Wilson Martins, Aécio Neves, Antonio Mariz, Délio Braz, Israel Pinheiro, José Tavares, Marcos Lima, Octávio Elísio, Rose de Freitas, Vilson Souza, Aloysio Chaves, Antonio Carlos Mendes Thame, Arnaldo Prieto, Cristóvam Chiaradia, Edme Tavares, Eraldo Tinoco, Francisco Benjamim, José Jorge, José Lins, José Santana de Vasconcellos, José Thomaz Nonô, Luís Eduardo, Mário Assad, Oscar Corrêa, Paulo Pimentel, Ricardo Fiúza, Sandra Cavalcanti, Jonas Pinheiro, José Lourenço, Mozarildo Cavalcanti, Paes Landim, Ricardo Izar, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Gerson Peres, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia, Adylson Motta, Brandão Monteiro, Bocayuva Cunha, Luiz Salomão, Francisco Rossi, Gastone Righi, Plínio Arruda Sampaio, Adolfo Oliveira, Siqueira Campos, Haroldo Lima, Roberto Freire e Jamil Haddad.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM, 76 constituintes. Total: 76 votos. O Destaque foi **aprovado**.

Passa-se à votação do § 52.

Em votação o Destaque nº 2.895, requerido pelo Sr. Constituinte José Thomaz Nonô, referente à Emenda nº 24.461, de autoria do Sr. Constituinte Joaquim Francisco. O autor retira a proposição.

**Destaque nº 3998-87, do Sr. Aluizio Campos, "que suprime os §§ 45, 46 e 47 e as expressões posteriores à palavra "gratuitas", do Substitutivo nº 2" (83ª votação)**

Em votação o Destaque nº 3.998, requerido pelo Sr. Constituinte Aluizio Campos, referente ao texto do § 52, art. 5º, para suprimir expressões.

Tem a palavra o Sr. Constituinte Aluizio Campos.

**O SR. CONSTITUINTE ALUÍZIO CAMPOS:** – Sr. Presidente, o **habeas corpus**, mesmo sem norma constitucional que assim o determinasse, sempre foi gratuito, inclusive com base na lei comum, podendo-se impetrá-lo em favor de quem for injustamente detido.

Nos termos em que está redigido o § 52 do art. 5º, no entanto, "as ações previstas nos §§ 44 a 48" – incluindo **habeas corpus**, mandado de segurança, **habeas data**, mandado de injunção – "são gratuitas quando o autor for entidade beneficente, associações de caráter comunitário ou pessoa física..." Então, Sr. Presidente, com tal redação, a gratuidade do **habeas corpus** e do **habeas data**, por exemplo, deixou de ser ampla.

Nossa proposta é no sentido de só mencionarmos, no, §§ 44 e 48, o **habeas corpus** e o **habeas data**, deixando o mandado de segurança, o mandado de injunção e as outras garantias constitucionais serem custeadas na Justiça por quem tiver capacidade econômica para fazê-lo. Inclusive, porque no § 54 já foi instituída a assistência judiciária gratuita para os que comprovarem insuficiência de recursos para ter acesso à Justiça.

De acordo com nossa proposta, o § 52 ficará assim redigido: "ações previstas nos §§ 44 a 48 são gratuitas",

Retiramos toda a parte final do artigo, estabelecendo gratuidade genérica para o **habeas corpus** e para o **habeas data**, institutos, agora, constitucionalmente definidos para assegurar direitos não só à injusta restrição de liberdade, como ao pedido de informações aos órgãos do Poder Público. E fica evidentemente mais enxuta redação quanto à gratuidade das ações referentes ao **habeas corpus** e ao **habeas data**. Nossa proposta foi elaborada no sentido de não inserirmos na Constituição um texto que limite a gratuidade do **habeas corpus**.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Com a palavra o Relator Bernardo Cabral.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, o Relator está de pleno acordo com a sugestão formulada. (Palmas.)

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – Para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

Como fica a redação do texto?

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – O texto fica com a seguinte redação:

"As ações previstas nos §§ 44 e 48, ou seja, o **habeas corpus** e o **habeas data**, são gratuitos."

Não havendo encaminhamento contra, passa-se à votação.

**(Procede-se à votação)**

Votaram **SIM**, os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Aluizio Campos, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Carlos Mosconi, Carlos Sant'Anna, Celso Dourado, Cristina Tavares, Egidio Ferreira Lima, Haroldo Sabóia, Ibsen Pinheiro, João Calmon, José Richa, Mário Lima, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nelson Friedrich, Nilson Gibson, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Prisco Viana, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Rodrigues Palma, Virgildásio de Senna, Wilson Martins, Aécio Neves, Antonio Mariz, Délio Braz, Euclides Scalco, Israel Pinheiro, José Costa, José Tavares, Marcos Lima, Octávio Elísio, Roberto Brant, Rose de Freitas, Vilsou Souza, Aloysio Chaves, Antonio Carlos Mendes Thame, Arnaldo Prieto, Cristóvam Chiaradia, Edme Tavares, Eraldo Tinoco, Francisco Benjamim, Francisco Dornelles, José Jorge, José Lins, José Santana de Vasconcellos, José Thomaz Nonô, Luís Eduardo, Mário Assad, Oscar Corrêa, Paulo Pimentel, Ricardo Fiúza, Sandra Cavalcanti, Jonas Pinheiro, José Tinoco, Mozarildo Cavalcanti, Ricardo Izar, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Gerson Peres, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia, Virgílio Távora, Brandão Monteiro, Bocayuva Cunha, Luiz Salomão, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Plínio Arruda Sampaio, Adolfo Oliveira, Siqueira Campos, Haroldo Lima, Roberto Freire e Jamil Haddad.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 79 constituintes. Total: 79 votos. O Destaque foi **aprovado**, em consequência, prejudicadas estão as demais emendas, que eram todas substitutivas.

Passemos à votação do § 53. Em votação o Destaque nº 4.953, requerido pelo Constituinte Jamil Haddad, referente ao texto do parágrafo que a emenda deseja suprimir.

Concedo a palavra ao Constituinte Gerson Peres, pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – S. Ex.<sup>a</sup> já retirou a emenda?

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – O Constituinte Jamil Haddad acaba de retirá-la.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, apenas para declarar que ha um erro de forma, de redação. No período da formulação do artigo, alertei o Relator, e S. Ex.<sup>a</sup> acatou, para o fato de que, ao invés da palavra "serão", deveria ler-se "são".

Gostaria, pois, que V. Ex.<sup>a</sup> ouvisse o Relator, eis que no texto está redigido "serão". É um erro de forma. Quero lembrar que ha uma diferença muito grande entre serão e são.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Sem dúvida.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Com a palavra "são", entra em vigor, e com a palavra "serão"...

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Penso que a preocupação de V. Ex.<sup>a</sup> foi anotada pelo relator. É uma questão de modificação de redação.



**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Digo isso porque essa emenda é de nossa autoria.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Em votação a Emenda nº 6.547, requerida pelo Constituinte Lysâneas Maciel, referente ao texto do parágrafo, também para supressão. O Constituinte Lysâneas Maciel está presente, ou há alguém autorizado a representá-lo? (Pausa.) Prejudicada.

Em votação o Destaque nº 7.122, requerido pelo Constituinte No Mainardi, também referente à supressão do § 53. O Constituinte Ivo Mainardi está presente? **(Pausa)** Prejudicado.

No mesmo sentido é o Destaque nº 7.592, requerido pelo Constituinte Darcy Pozza. Tem S. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE DARCY POZZA:** – Sr. Presidente, retiro o destaque. Apoiarei a emenda do Constituinte Nyder Barbosa.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Retirado o destaque do Constituinte Darcy Pozza.

Em votação o Destaque nº 4.704, requerido pelo Constituinte Euclides Scalco, também referente à supressão de expressões do parágrafo.

Constituinte Euclides Scalco, V. Ex.<sup>a</sup> mantém o destaque? **(Pausa)**

Em votação o Destaque nº 4.954, requerido pelo Constituinte Jamil Haddad, referente a Emenda nº 21.099-8, que pretende dar nova redação ao parágrafo. O texto, em caso de aprovação, seria:

"Serão gratuitos todos os atos necessários ao exercício da cidadania, inclusive os de natureza processual e os de registro civil."

Constituinte Jamil Haddad, tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE JAMIL HADDAD:** – Sr. Presidente, existe uma emenda, de autoria do Constituinte Maurício Correa, que me parece mais completa do que a que apresentei. Retiro a emenda proposta por mim para votar favoravelmente à do nobre Colega.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – O Constituinte Maurício Correa, referente à Emenda nº 18.671, de sua autoria.

Em votação o Destaque nº 7.789, requerido pelo Constituinte Giovanni Masini, objetivando substituir o texto do § 53.

O Constituinte Giovanni Masini está presente? (Paula.) Prejudicado.

Em votação o Destaque nº 5.709, requerido pelo Constituinte Mauricio Corrêa, referente à Emenda nº 18.671, substitutiva da alínea g, inciso III, art. 12, que diz:

"Serão gratuitos todos os atos necessários ao exercício da cidadania, na forma da lei."

**O SR. CONSTITUINTE BOCAYUVA CUNHA:** – Sr. Presidente, peso a palavra, para defender.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – V. Ex.<sup>a</sup> tem delegação para isso?

**O SR. CONSTITUINTE BOCAYUVA CUNHA:** – A delegação foi escrita pelo Constituinte Maurício Correa.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Não há declaração por escrito. A emenda está prejudicada.

**O SR. CONSTITUINTE BOCAYUVA CUNHA:** – Não é possível.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Não há declaração por escrito que dê a V. Ex.<sup>a</sup> autorização para defender a emenda. Esta é a decisão.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – É a decisão. É fato consumado. Vamos ser coerentes!

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – A decisão não foi bem essa mas no sentido de que, quando nenhum dos presentes se pronunciasse a favor...

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Não! Não!

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Nobre Constituinte Gerson Peres, não é preciso gritar assim. Que histerismo é esse?

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Constituinte Gerson Peres, saudamos o empenho de V. Ex.<sup>a</sup>, mas a solução cabe à Mesa.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Sr. Presidente, o que se havia acertado é que, quando houvesse interesse, antes de mais nada, a liderança poderia assumir a defesa dos seus liderados. Isso já ocorreu em outras oportunidades.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Constituinte Roberto Freire, o que a Mesa decidiu – e isto foi reiteradamente comunicado ao plenário – foi a necessidade de uma autorização por escrito. Não pode decidir de forma contrária.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra, pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – Sr. Presidente, quando o Senador Jamil Haddad retirou sua emenda, mencionou que o faria exatamente para apoiar e defender a emenda, apresentada pelo Senador Maurício Correa. Peço a V. Ex.<sup>a</sup>, então, que consulte o Senador Jamil Haddad sobre se nessas condições mantém a emenda por ele apresentada.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Constituinte Paulo Ramos, lamento dizer a V. Ex.<sup>a</sup> que se trata de matéria vencida. Evidentemente, se eu estivesse aqui decidindo simplesmente como Constituinte, também votaria a favor da emenda do Senador Maurício Correa, mas é matéria vencida. As regras não podem ser mudadas. (Muito bem! Palmas.)

**Destaque nº 007529/87 – Emenda nº ES-30.852-1, do Sr. Nyder Barbosa, "que modifica o parágrafo 11 do art. 6º do Substitutivo nº 1 (art. 5º, § 53, do Substitutivo nº 2)". (84.<sup>a</sup> votação)**

Em votação o Destaque nº 7.529, requerido pelo Constituinte Nyder Barbosa, referente à Emenda nº 30.852-1, que tem como objeto o seguinte texto:

"Serão gratuitos todos os atos necessários ao exercício da cidadania, para as pessoas reconhecidamente pobres, na forma da lei."

Constituinte Nyder Barbosa, V. Ex.<sup>a</sup> mantém o seu destaque? (Pausa.)

Com a palavra o Constituinte Nyder Barbosa.

**O SR. CONSTITUINTE NYDER BARBOSA:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, o § 53 do art. 5º estabelece a gratuidade dos atos necessários ao exercício da cidadania, ou seja, registro civil de nascimento e de morte. Todavia, este parágrafo estabelece a gratuidade para todos os cidadãos pobres, remediados, ricos e poderosos.

Nossa emenda visa a restringir um pouco esta liberalidade, pois no nosso entender, só devem gozar de gratuidade pessoas reconhecidamente pobres na forma da lei. Isso porque, se não fosse assim, alguém teria que pagar a fatura, uma vez que os cartórios têm despesas com impressos, máquinas, funcionários, aluguel, telefone, luz, serviços correlatos. Não seria justo que as pessoas ricas também tivessem a isenção, mesmo porque o Estado, no fim, teria que pagar a conta.

O art. 119 é muito claro:

"Os serviços notariais e registrais são exercidos em caráter privado, por delegação do poder pública."

E o § 3º diz que:

"Lei federal estabelecerá normas gerais para fixação de emolumentos relativos aos atos praticados pelos serviços notariais e registrais."

Isto quer dizer que, se as pessoas ricas tiverem isenção, o poder público, ou seja, o contribuinte, pagará a fatura. Entendemos, Sr. Presidente, que não haverá problema algum com relação às pessoas que terão de se declarar pobres, porque hoje, pelo Decreto nº 83.936, de 6 de setembro de 1979, elas já estão isentas da apresentação do atestado do delegado de polícia ou do juiz de direito. O art. 1º diz: "Fica abolida..."

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Deputado Nyder Barbosa, eu gostaria que V. Ex.<sup>a</sup> concluísse. O seu tempo está esgotado.

**O SR. CONSTITUINTE NYDER BARBOSA:** – Concluo, Sr. Presidente:

"Fica abolida, nos órgãos e entidades da administração direta e indireta, a exigência da apresentação dos seguintes atestados, aceitando-se, em substituição, a declaração do interessado ou procurador bastante, nos casos: (...) 3º Atestado de pobreza."

Então, Sr. Presidente, insistimos que, na forma da lei, as pessoas reconhecidamente pobres em ter a isenção a que se refere o § 33. Os ricos, poderosos, abastados, esses não. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Concedo a palavra ao Senador Nelson Carneiro, para encaminhamento contra.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, acredito que esse texto, com a devida vênia do Relator, tenha sido daqueles que não tiveram a inspiração da sua nobre experiência. É com pesar que faço esta afirmação, tantos são os elogios que devo ao trabalho de S. Ex.<sup>a</sup> Mas o texto, da forma como se encontra redigido, é impossível de ser mantido. Entendo que a única proposta que daria solução plena a este problema seria a emenda do nobre Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva, mas S. Ex.<sup>a</sup> não a apresentou.

Quero chamar a atenção para três atos da vida humana cujos registros devem ser gratuitos para todo os brasileiros; o nascimento, o casamento e a morte. Os três documentos são necessários a qualquer cidadão, seja pobre ou rico. Em um país onde a classe pobre é predominante, não podemos pensar apenas nos poucos ricos que existem.

Sr. Presidente, entendo, realmente, que o texto ora submetido a exame é melhor do que o texto do projeto. Mas é pena que seja este o melhor, porque bastaria dizer-se que são gratuitos os registros de nascimento, de casamento e de óbito para todos os brasileiros, porque esses são três atos imprescindíveis da vida civil.

Deste modo, Sr. Presidente, estou na seguinte contingência: se não se aprovar o texto que acaba de ser defendido, tenho que aprovar o texto do substitutivo, que a meu ver é pior, com a devida vênia.

Ao opinar contra quero manifestar meu pesar por não haver qualquer destaque que diga apenas que são gratuitos os registros de nascimento, de casamento e de óbito. Tenho que aceitar, apesar da minha resistência, o texto oferecido pelo nobre autor, que estabelece, ao menos a palavra "nos termos da lei".

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Concedo a palavra ao Sr. Constituinte Gerson Peres.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, nobres Constituintes, esse texto constante do 2º Substitutivo é de nossa autoria:

"São gratuitos os registros de nascimento e de óbito, bem como os demais atos necessários ao exercício da soberania, cabendo ao Estado o ônus respectivo, nos termos da lei."

O prezado Constituinte quer substituir este texto para que gozem de gratuidade apenas os carentes. Parece-me que, lei, neste País, é difícil saber quem é carente ou não. Pelo discurso que aqui ouvimos, dizem os que agora combatem esse texto que o Brasil possui mais de quarenta e cinco milhões de pobres, famintos ou carentes. O que posso afirmar aos nobres Constituintes é que mais de 6,3 milhões de brasileiros ainda continuam sem registro civil. Isto porque lhes são cobrados preços. inacessíveis. Os pobres não podem, ao nascerem seus filhos, pagar entre duzentos e trezentos cruzados pelo registro de nascimento. Deixam, pois, o tempo correr. Conseqüentemente, vêem os filhos crescerem sem esse documento de cidadania. Quem não conhece o desespero dessas famílias carentes, quando vêem um ente querido morrer, muitas vezes distante de seus lares, e desejam levar o cadáver para o local de nascimento, onde estão seus familiares? Aí aparece a exigência do atestado de óbito, de preço exorbitante. Ninguém pode negar, aqui, que, culturalmente, uma das mais nobres manifestações de sentimentos do brasileiro é a de levar seu ente querido para sua terra natal e enterrá-lo com dignidade no cemitério da cidade em que vivem seus familiares.

É muito singela esta proposição, mas tem um grande alcance social e vai ao encontro de uma aspiração nacional, eis que a maioria dos brasileiros é constituída de pessoas pobres e carentes. A proposta atende a essa maioria. Mas não se deve discriminar: devemos propiciar o registro civil gratuito a todos, igualmente, cabendo o ônus ao Estado, na forma da lei, que poderá estabelecer um preço à altura dos custos cartorários. Os donos de cartório – que não querem esta emenda e que com ela julgam-se prejudicados – não sofrerão prejuízo algum; terão apenas seus preços controlados por uma lei que será votada neste Congresso e que vai ditar as normas concretas, reais para a cobrança do registro civil e de óbito.

Desse modo, prezados colegas, pediria que mantivéssemos o texto do substitutivo, pois este se compatibiliza com nossa realidade e atende a uma velha aspiração de milhões de brasileiros pobres. Se aqui V. Ex.as lutam pelos pobres, pelos carentes, sem distinção, aprovelem este dispositivo, e durmam em paz com suas consciências. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Em votação. Os Srs. Constituintes que votarem a favor da emenda dirão "sim".

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr. Presidente, pedi a palavra para falar a favor da emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Constituinte Gastone Righi, entendera a Mesa que V. Ex.<sup>a</sup> queria falar contra. Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a emenda ora proposta visa a estabelecer que serão gratuitos todos os registros e atos referentes ao exercício da cidadania para os que sejam carentes de recursos.

Esta emenda, na verdade, extirpa um paradoxo inacreditável da proposta do 2º Substitutivo, que consagra o cartório registral como privado. Ora, se o cartório de registro público civil é privado, é absolutamente incongruente, incoerente e paradoxal que se declare que todos os seus registros serão gratuitos e que ao Estado caberão os respectivos ônus. Se todos os atos que os cartórios vão praticar em relação ao brasileiros serão gratuitos e o Es-

tado deverá pagar as despesas deles decorrentes, por que serão os cartórios privados? Então, vamos oficializá-los. Não há sentido em o Estado permitir a existência de um cartório privado para, depois dele, o Estado, usar o Erário público para cobrir as despesas efetuadas pelo cartório. Isto é uma incongruência.

Na verdade, o que se visa com a emenda é justiça social: gratuidade aos carentes. Dizer que é difícil obter uma declaração de carência de recursos é não conhecer a prática existente: qualquer delegacia de bairro, qualquer repartição policial fornece, pelo delegado de plantão, o atestado de pobreza ou de insuficiência de recursos, através do qual o cidadão pode registrar o filho, pode inscrever o óbito ou até celebrar um casamento gratuitamente.

Srs. Constituintes, a emenda é absolutamente saneadora, pois tirará do Substitutivo a eiva de contradição, de incoerência. Permitirá aos carentes exercer a cidadania sem qualquer restrição e exigirá dos que têm recursos a sustentação e manutenção desses cartórios. Se assim não for, na verdade o registro dos atos de cidadania dos ricos será pago pelos pobres. Se os ricos não pagarem, o Estado o fará. E o Estado significa o povo em sua totalidade, significa pobres pagando por aqueles que têm recursos, para poderem suportar o ônus do exercício desse direito.

Somos, portanto, pela aprovação da emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Em votação.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Aluizio Campos, Artur da Távola, Carlos Mosconi, Carlos Sant'Anna, Celso Dourado, Cid Carvalho, Cristina Tavares, Egídio Ferreira Lima, Fernando Gasparian, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, Ibsen Pinheiro, João Calmon, José Geraldo, José Richa, Manoel Moreira, Mário Lima, Nelson Jobim, Nelson Friedrich, Nilson Gibson, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Prisco Viana, Rodrigues Palma, Sigmaringa Seixas, Wilson Martins, Aécio Neves, Antonio Mariz, Délio Braz, Euclides Scalco, Israel Pinheiro, João Agripino, José Tavares, Octávio Elísio, Rose de Freitas, Vicente Bogo, Vilson Souza, Alcení Guerra, Antonio Carlos Mendes Thame, Arnaldo Prieto, Christóvam Chiaradia, Edme Tavares, Eraldo Tinoco, Franciscoz Benjamim, Francisco Dornelles, José Jorge, José Lins, José Santana de Vasconcellos, José Thomaz Nonô, Luís Eduardo, Marcondes Gadelha, Mário Assad, Oscar Corrêa, Paulo Pimentel, Ricardo Fiúza, Sandra Cavalcanti, Jonas Pinheiro, Mozarildo Cavalcanti, Paes Landim, Ricardo Izar, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Virgílio Távora, Brandão Monteiro, Bocayuva Cunha, Luiz Salomão, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Plínio Arruda Sampaio, Adolfo Oliveira, Siqueira Campos, Aldo Arantes, Roberto Freire e Jamil Haddad. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Ademir Andrade, Bernardo Cabral, Nelson Carneiro, Aloysio Chaves, Gerson Peres, Jarbas Passarinho e José Luiz Maia.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 76 Constituintes; votaram NÃO 7 Constituintes. Total: 83 votos. O Destaque foi **aprovado**.

Em votação o Destaque nº 809, requerido pelo Constituinte Domingos Leonelli, referente à Emenda nº 23.845. O texto para o qual o Constituinte solicita a inclusão tem a seguinte redação:

"O Estado promoverá o fornecimento gratuito de um exemplar da Constituição Federal a todos os eleitores brasileiros."

V. Ex.<sup>a</sup> mantém o destaque?

**O SR. CONSTITUINTE DOMINGOS LEONELLI:** – Sr. Presidente, mantenho o destaque. Parece-me que é exatamente nesse item que o Estado assegura, gratuitamente, os elementos fundamentais da cidadania.

Não se pode pensar em cidadania sem a consciência constitucional. Nossa idéia é a de que a Constituição não seja uma letra morta, um conjunto de normas desconhecidas da maioria dos cidadãos. Considero a Constituição um documento fundamental, a Bíblia da cidadania, algo que não pode ser mercantilizado, comercializado. Cabe ao Estado assegurar que a defesa da Constituição seja obrigação de cada cidadão, e para isso é preciso que seja conhecida.

Esta emenda é quase óbvia e, portanto, dispense-me até de argumentação mais detalhada e peço a aprovação dos Constituintes da Comissão de Sistematização.

Muito obrigado.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Peço a palavra, Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Sr. Presidente, gostaria de ser esclarecido sobre o que está em votação.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Constituinte José Lins, o ilustre Constituinte Domingos Leonelli, através do Destaque nº 809, referente à Emenda nº 23.845, pretende que ao § 53 seja acrescido o seguinte:

"O Estado promoverá o fornecimento gratuito do exemplar da Constituição Federal a todos os eleitores brasileiros."

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – É uma emenda aditiva ao § 53, que não consta da relação distribuída. Gostaria que V. Ex.<sup>a</sup> esclarecesse de onde ela veio.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – É preciso explicar ao ilustre Constituinte que essa emenda não foi, de início, expressamente apresentada para o § 53. Era uma emenda antiga que, na seleção – e eu até chamei o Constituinte Domingos Leonelli à Mesa –, foi relacionada para o § 53, por iniciativa de S. Ex.<sup>a</sup> Perguntei-lhe, até se não seria colocada em outro parágrafo.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Nessas condições, pediria a V. Ex.<sup>a</sup> que combinasse com o Constituinte Domingos Leonelli – aliás, acho que a Mesa deveria tomar a decisão – no sentido de que a emenda fosse votada junto com outros parágrafos, como se fez ontem, onde couber.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – O Sr. Constituinte Domingos Leonelli está de acordo.

Passamos à votação de mais um destaque referente ao art. 53.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Destaque nº 3.122, requerido pelo Constituinte José Genoíno, para suprimir a expressão "nos termos da lei". O Constituinte José Genoíno está presente? **(Pausa)** Alguém aqui tem autorização para defender seu destaque? **(Pausa)** Prejudicado.

Passemos à votação do § 54.

Sobre a Mesa o Destaque nº 3.999, requerido pelo Constituinte Aluizio Campos para suprimir a expressão "para ter acesso à Justiça".

Com a palavra o Constituinte Aluizio Campos.

**O SR. CONSTITUINTE ALUIZIO CAMPOS:** – Sr. Presidente, como sempre, minha preocupação é no sentido de tornar mais genéricos e amplos os benefícios que a Constituição estabelece em favor dos mais carentes. Assim,

suprimindo-se a expressão "para ter acesso à Justiça", a redação seria a seguinte:

"O Estado prestará assistência judiciária gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos."

A prestação jurisdicional não deve ficar limitada apenas ao ingresso da ação em juízo. Quem não tem recursos e deseja defender um direito perante a Justiça, precisa pagar taxa judiciária e emolumentos que antecedem ao ingresso da ação em juízo. Da forma como o texto está redigido, o benefício da gratuidade só atingirá o menor período de acesso à Justiça, e todos sabemos que após ingressar em juízo, o litigante tem uma série de atos judiciais – vistorias, recursos a interpor, retirada de certidões, informação de agravo de instrumento. Enfim, são mil problemas processuais que custam dinheiro e só ocorrem ao longo do procedimento judiciário. Se retirarmos a expressão "para ter acesso à Justiça", ficará melhor definida a amplitude do dispositivo: "O Estado prestará assistência judiciária gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos. Isso para todos os atos do procedimento judiciário e não apenas para o ingresso em juízo."

É esse o sentido, inclusive porque é mais um serviço a ser instituído pelo Estado, visando a beneficiar aqueles que não dispõem de meios para litigar em juízo. O objetivo do destaque supressivo é apenas o de ampliar sua aplicação aos carentes.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Não há oradores inscritos para encaminhar a favor nem para encaminhar contra. Ouviria o ilustre Deputado Aluizio Campos, haja vista que há duas proposições no mesmo sentido.

Inclusive a redação do Constituinte Plínio Arruda Sampaio é mais abrangente. Como ambos retiram a referida expressão, pergunto ao Constituinte Aluizio Campos se mantém o destaque.

**O SR. CONSTITUINTE ALUÍZIO CAMPOS:** – Sr. Presidente, meu destaque está até contido no do Constituinte Plínio Arruda Sampaio. Proponho a V. Ex.<sup>a</sup> que submeta à votação os dois destaques em conjunto, porque as matérias se completam.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Constituinte Aluizio Campos, infelizmente isso não será possível, porque as redações são diferentes. Um é mais abrangente que o outro.

**O SR. CONSTITUINTE ALUÍZIO CAMPOS:** – V. Ex.<sup>a</sup> quer fazer a gentileza de ler o destaque do Constituinte Plínio Arruda Sampaio, para que eu me possa orientar?

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – "O Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos..."

A redação é idêntica.

**O SR. CONSTITUINTE ALUÍZIO CAMPOS:** – Então, desisto do meu destaque. (Palmas)

**Destaque nº 001921/87 Luiz Inácio Lula da Silva – Emenda nº ES-30778-9, do Sr. Plínio Arruda Sampaio, "que dá nova redação ao artigo 6º § 26, do Substitutivo 1 (art. 5º, § 52 – Supressão da expressão "fora... – de à justiça" do Substitutivo 2) (85ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Em votação o destaque nº 1.921, requerido pelo Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva, referente à Emenda nº 30778, de autoria do Sr. Constituinte Plínio Arruda Sampaio. O autor do destaque, Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva, entregou à Mesa autorização ao Constituinte Plínio Arruda Sampaio.

Com a palavra o Constituinte Plínio Arruda Sampaio.

**O SR. CONSTITUINTE PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, por amor à bre-

vidade, lerei simplesmente o texto atual e o texto proposto. O texto atual, em seu § 54, diz o seguinte:

"O Estado prestará assistência judiciária gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos para ter acesso à justiça."

Nossa emenda pretende ampliar a proteção jurídica do Estado nos serviços de assistência jurídica aos que não dispõem de recursos, incluindo também a assistência do advogado fora da esfera judicial. Todo aquele que, no processo, precisar de conselho jurídico ou de assistência, terá essa assistência gratuita, caso não tenha recursos. Então, a nossa emenda reza assim:

"O Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos..."

Eu adiantaria que, hoje de manhã, na reunião das Lideranças, houve praticamente um consenso. Assim, até consultaria o Relator Bernardo Cabral se S. Ex.<sup>a</sup> teria disposição de incorporá-la ao seu Substitutivo.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, declaro a esta Comissão que incorporo com muita satisfação a emenda em referência. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Em votação.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Almir Gabriel, Aluizio Campos, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Carlos Mosconi, Carlos Sant'Anna, Celso Dourado, Cid Carvalho, Cristina Tavares, Egídio Ferreira Lima, Fernando Gasparian, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, Ibsen Pinheiro, João Calmon, José Freire, José Geraldo, José Richa, Mário Lima, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nilson Gibson, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Prisco Viana, Renato Vianna, Rodrigues Palma, Sigmaringa Seixas, Wilson Martins, Aécio Neves, Délio Braz, Israel Pinheiro, João Agripino, José Costa, José Tavares, Octávio Elísio, Roberto Brant, Rose de Freitas, Uldurico Pinto, Vilson Souza, Afonso Arinos, Alcení Guerra, Aloysio Chaves, Antonio Carlos Mendes Thame, Arnaldo Prieto, Edme Tavares, Eraldo Tinoco, Francisco Benjamim, José Lins, José Thomaz Nonô, Luís Eduardo, Marcondes Gadelha, Mário Assad, Oscar Corrêa, Sandra Cavalcanti, Enoc Vieira, José Tinoco, Mozarildo Cavalcanti, Paes Landim, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Gerson Peres, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia, Virgílio Távora, Brandão Monteiro, Luiz Salomão, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Adolfo Oliveira, José Maria Eymael, Aldo Arantes, Roberto Freire e Jamil Hadad. Votou **NÃO** o Senhor Constituinte: Francisco Dornelles.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 80 Constituintes; votou NÃO 1 Constituinte; Total: 81 votos. O Destaque foi **aprovado**.

Passa-se à votação do § 55, último do art. 5º

**Destaque nº 001082/87, do Sr. Vilson Souza, "que mantém o § 1º do art. 31 do projeto de Constituição (art. 5º, § 55 do Substitutivo nº 2)". (86ª votação)**

Em votação o Destaque nº 1082, requerido pelo Constituinte Vilson Souza, referente ao § 1º e parte do § 2º do art. 31 do projeto de Constituição. É aditivo ao § 55, referente à expressão "recorrendo de ofício, sem efeito suspensivo, ao Supremo Tribunal Federal".

Concedo a palavra ao Constituinte Vilson Souza, para defender a emenda.

**O SR. CONSTITUINTE VILSON SOUZA:** – Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, o capítulo que estamos votando, "Dos Direitos e Garantias Individuais", cer-

tamente é um dos mais importantes do moderno constitucionalismo e da futura Constituição. Sugerimos direitos e garantias (individuais, como declaração formal do Estado, com a Revolução Francesa. E, numa feliz observação, o filósofo político tcheco Kantorowik: diz que aí nasceu a moderna democracia. Porque na vigência do Antigo Regime, no absolutismo, a sociedade estava como que presa ao corpo político do rei, não havia diferenciação entre seu corpo físico e seu corpo político. A sociedade e o Estado viviam como que presos. Tanto que até hoje a expressão "vontade do Príncipe" continua a informar a orientação do nosso Direito Administrativo.

É importante, conseqüentemente, que as Constituições democráticas façam, efetivamente, essa separação reconhecendo ao cidadão e ao indivíduo direitos e garantias, e estabelecendo, já no diploma constitucional, os limites mínimos de atuação do Estado, limites dos quais Estado não pode passar.

Mas, para que esses direitos e essas garantias constitucionalmente declarados tenha eficácia, há necessidade de que a Constituição não seja pura e simplesmente um diploma retórico; há necessidade de que os direitos e as garantias declarados pela Constituição tenham eficácia imediata.

E minha emenda visa efetivamente a recuperar o § 1º do art. 21 do Projeto de Constituição, que, por sua vez, repete o art. 10 do Projeto elaborado pela Comissão Afonso Arinos.

Diz o § 1º do art. 31 do Projeto de Constituição:

"As normas que definem esses direitos, liberdades e prerrogativas têm eficácia imediata."

E diz, mais, o § 2º, instrumentando a eficácia desse direito:

"Na falta de leis, decretos, atos complementares necessário à aplicação dessas normas, o juiz ou o Tribunal competente para o julgamento exigirá a lacuna, à luz dos princípios fundamentais da Constituição e das Declarações Internacionais de Direitos de que o País seja signatário..."

Perpetuaremos ou abandonaremos esse vício do Direito Constitucional.

Sabemos que a Constituição de 1946 assegurava ao trabalhador participação nos lucros das empresas, bem como o seguro-desemprego. Mas, por falta de norma, de um dispositivo constitucional que tornasse esses direitos auto-aplicáveis, os trabalhadores deste País não tiveram seu reconhecimento efetivo e concreto.

Estamos elaborando uma Constituição e que certamente será das mais democráticas e das mais avançadas. Estabeleceremos normas e garantias para os trabalhadores. Estabeleceremos para os cidadãos normas e garantias de direito à saúde, à educação, à Previdência Social, à manutenção do valor real dos pecúlios e das aposentadorias. Criaremos, a nível de Direito Constitucional, o seguro-desemprego e a garantia de um salário mínimo que supra as necessidades básicas do trabalhador. Mas, se não tivermos um dispositivo que torne auto-aplicáveis as normas constitucionais e, ao mesmo tempo, se não reconhecermos ao Poder Judiciário o poder do controle e de aplicabilidade dessas normas, esses textos certamente entrarão na história da vida real de brasileiros como mais uma fábula, mais uma declaração de direitos e sem eficácia (Palmas.)

Durante o pronunciamento do Sr. Vilson Souza, o Sr. **Brandão Monteiro**, Segundo-Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. **Jarbas Passarinho**, Terceiro-Vice-Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Há oradores inscritos.

Para se manifestar a favor, concedo a palavra à nobre Constituinte Cristina Tavares.

**A SRA CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, quantas vezes cada um de nós, em situações diversas, seja em debates públicos, seja em entrevistas, é abordado pelo povo deste País, que nos pergunta mais ou menos o óbvio: de que adianta fazer uma Constituição, se essa Constituição não vai ser obedecida? De que adianta fazer leis, se as leis no Brasil não são postas em prática?

Confesso, Srs. Constituintes, que muitas vezes fico em dificuldade para responder, tal é o senso de realismo e de desespero daqueles que nos formulam essas perguntas.

Essa lacuna tem sido discutida e várias propostas no sentido de suprimi-la, foram apresentadas ao Projeto de Constituição. Chegamos nós, agora, na Comissão de Sistematização, e temos a responsabilidade final de apresentar um texto ao plenário da Assembléia Nacional Constituinte, oportunidade de sanar essa deficiência histórica e cultura que afeta a sociedade brasileira.

O texto destacado pelo nobre Constituinte Vilson Souza resgata o Projeto de Constituição. Peço a atenção dos Srs. Constituintes para a leitura dos §§ 1º e 2º do art. 31, que têm a seguinte redação:

"§ 1º As normas que definem esses direitos, liberdades e prerrogativas têm eficácia imediata.

§ 2º Na falta de leis, decretos ou atos complementares necessários à aplicação dessas normas, o juiz ou o Tribunal competente para o julgamento suprirá a lacuna, à luz dos princípios fundamentais da Constituição e das Declarações Internacionais de Direitos de que o País seja signatário..."

A mim me parece extremamente lúcido e oportuno o destaque do ilustre Constituinte Vilson Souza, e não nos podemos omitir de apreciá-lo.

Era o que tinha a dizer a esta Comissão de Sistematização. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Não há mais oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Relator, Constituinte Bernardo Cabral.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, Sras e Srs. Constituintes, a emenda do nobre Constituinte Vilson Souza, conforme patrocínio feito por S. Ex.<sup>a</sup> e pela eminente Constituinte Cristina Tavares, compõe-se de dois parágrafos. Quanto ao primeiro, Sr. Presidente, o Relator está de pleno acordo com ele na parte em que diz que as normas que definem esses direitos, liberdades e prerrogativas têm eficácia imediata. Quanto ao segundo, Sr. Presidente, este Relator se reporta ao art. 122, §§ 2º e 3º, que tratam da matéria. Desse modo, não correríamos risco de transferir para o tribunal a competência de legislar, que é do Poder Legislativo.

Portanto, peço ao eminente Constituinte Vilson Souza, com quem me ponho de acordo quanto ao § 1º, se concordar com o Relator, que retire o § 2º, porque esse e o § 3º do art. 122, tratam da matéria. Isso, apenas a título de colaboração.

**O SR. CONSTITUINTE VILSON SOUZA:** – Aceito a ponderação do ilustre Relator.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, o eminente Constituinte Vilson Souza aceitou a sugestão do Relator. Acolhemos, portanto, o § 1º É uma vitória de todos nós, Sr. Presidente. (Palmas)

**O SR. CONSTITUINTE EGÍDIO FERREIRA LIMA:** – Sr. Presidente, peço a palavra, para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – com a palavra para uma questão de ordem, o nobre Constituinte Egídio Ferreira Lima.

**O SR. CONSTITUINTE EGÍDIO FERREIRA LIMA:** – Sr. Presidente, pela importância da matéria, gostaria que V. Ex.<sup>a</sup> determinasse a leitura do texto que vai ser votado.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Peço o auxílio do Relator para esse esclarecimento.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, o texto que será votado e que se refere ao § 55 é o seguinte:

"As normas que definem esses direitos" – quer dizer, os direitos constantes do Capítulo referente a Liberdades e Prerrogativas – "têm eficácia imediata."

Só isso, Sr. Presidente.

§ 2º, que está consubstanciado, mais adiante, no art. 122, §§ 2º e 3º, trata da matéria no 2º substitutivo. O Presidente está de acordo? Estando de acordo, podemos passar à votação.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Pela ordem, tem a palavra o Constituinte Oscar Corrêa.

**O SR. CONSTITUINTE OSCAR CORRÊA:** – Sr. Presidente, não gostaria de ficar contra a maioria do Plenário novamente, mas tenho a impressão de que já há uma decisão de V. Ex.<sup>a</sup> e da Mesa que não permite haver procedimento como este que está sendo adotado pelo ilustre Relator Bernardo Cabral. Indago de V. Ex.<sup>a</sup> se nossa praxe não tem sido no sentido de não aceitar destaques parciais às emendas apresentadas, quando da discussão e votação da matéria?

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A questão de ordem de V. Ex.<sup>a</sup> é procedente. Aqui temos decidido que só podemos alterar qualquer tipo de acordo dessa natureza antes da leitura da matéria em votação. De maneira que V. Ex.<sup>a</sup> me constrange a ter que tomar a decisão em favor daquela que tem sido a norma e, conseqüentemente, considerar o destaque do Constituinte Vilson Souza, incluindo os §§ 2º e 3º.

**O SR. CONSTITUINTE OSCAR CORRÊA:** – O constrangimento é de todos nós.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Há uma solução para a matéria. Ia sugerir isso a V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Presidente.

Quando for colocada em votação, aprovaremos o § 1º e rejeitaremos o § 2º, para que não haja incoerência. A votação seria feita por partes.

**O SR. CONSTITUINTE JOSE MARIA EYMAEL:** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ MARIA EYMAEL:** – Sr. Presidente, *data venia*, parece-me que a interpretação dada por V. Ex.<sup>a</sup> às normas que foram acordadas, inclusive, entre as Lideranças, não é exatamente nos termos formulados por V. Ex.<sup>a</sup> V. Ex.<sup>a</sup> não imaginou que através do contraditório, no aspecto da defesa e da contrariedade, eventualmente poder-se-ia elucidar a matéria. O que tem sido estabelecido, inclusive dentro da visão das Lideranças, é que não pode haver alteração, nas matérias a serem apreciadas, uma vez iniciado o processo de votação.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – É precisamente a hipótese, Sr. Constituinte. O processo de votação inicia-se quando se declara em votação a matéria e não quando se tomam os votos. De maneira que a observação de V. Ex.<sup>a</sup> não tem sentido.

**O SR. CONSTITUINTE VILSON SOUZA:** – Sr. Presidente, peço a palavra, para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE VILSON SOUZA:** – Sr. Presidente, na formulação do destaque não consta o § 3º, do art. 31. A votação limitar-se-ia aos §§ 1º e 2º, nada tendo a ver com o § 3º e com o **caput**.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Assumi a Presidência em plena votação da matéria. Por isso, tive que socorrer-me várias vezes do nobre Relator. V. Ex.<sup>a</sup> pede aprovação para o § 1º e parte do § 2º, do art. 31. A questão está em não se poder desdobrar isso. Temos de votar a proposição na íntegra, uma vez que V. Ex.<sup>a</sup> não retirou parte do § 2º antes de a matéria ser colocada em votação. Conseqüentemente, não posso aceder a esse procedimento.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Sr. Presidente, a parte do § 2º é nula.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Sr. Constituinte, a matéria já está decidida.

Coloco em votação o destaque, como solicitação: § 1º parte do § 2º, do art. 31, do Projeto de Constituição.

Em votação.

**O SR. CONSTITUINTE ADOLFO OLIVEIRA:** – Sr. Presidente, quer-me parecer que o caso representa um fato novo, porque o pedido de destaque foi formulado para dois parágrafos diferentes, em face do parecer do Relator, favorável ao primeiro e contrário ao segundo, porque o autor retirou o segundo. Então, não se trata de mudar a emenda ou o destaque. Esse é um direito que o autor da emenda ou do destaque tem.

Faço, portanto, um apelo a V. Ex.<sup>a</sup> para que encare o problema assim.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Lastimo, mas a matéria já está vencida. Percebo que a maioria o deseja. Realmente, gostaria que assim fosse feito, mas o problema é a abertura de um precedente. Até aqui, temos considerado que todo e qualquer arranjo, combinação e acerto devem ser feitos antes de a matéria ser colocada em votação, o que ocorre quando a mesma é enunciada e não quando se tomam os votos.

Prossigamos na votação, por obséquio.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM**, os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Almir Gabriel, Artur da Távola, Carlos Mosconi, Celso Dourado, Cristina Tavares, Egídio Ferreira Lima, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, Ibsen Pinheiro, Nelson Friedrich, Paulo Ramos, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Sigmaringa Seixas, Virgildásio de Senna, Antonio Mariz, João Agripino, José Costa, José Tavares, Octávio Elísio, Rose de Freitas, Uldurico Pinto, Vilson Souza, Brandão Monteiro, Bocayuva Cunha, Luiz Salomão, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Adolfo Oliveira, Aldo Arantes, Roberto Freire e Jamil Haddad. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Aluizio Campos, Bernardo Cabral, Carlos Sant'Anna, Cid Carvalho, Fernando Gasparian, João Calmon, José Freire, José Richa, José Ulisses de Oliveira, Manoel Moreira, Nelson Carneiro, Nilson Gibson, Pimenta da Veiga, Rodrigues Palma, Wilson Martins, Délio Braz, Israel Pinheiro, Roberto Brant, Alceni Guerra, Aloysio Chaves, Arnaldo Prieto, Edme Tavares, Eraldo Tinoco, Francisco Benjamim, Francisco Dornelles, José Jorge, José Lins, José Thomaz Nonô, Luís Eduardo, Oscar Corrêa, Paulo Pimentel, Ricardo Fiúza, Sandra Cavalcanti, Enoc Vieira, Mozarildo Cavalcanti, Paes Landim, Ricardo Izar, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Gerson Peres, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia, Virgílio Távora, Francisco Rossi, Gastone Right, Joaquim Bevilacqua e José Maria Eymael.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram **SIM** 35 Constituin-

tes; votaram NÃO 47 Constituintes. Total: 82 votos. O Destaque foi **rejeitado**.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ MARIA EYMAEL:** – Sr. Presidente, peço a palavra, para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ MARIA EYMAEL:** – Sr. Presidente, a questão de ordem é para encaminhar à Mesa requerimento, nos termos do art. 12 do Regimento Interno da Comissão de Sistematização.

Ainda há pouco dirigi-me à Secretaria da Comissão de Sistematização para solicitar cópia das notas taquigráficas de um parecer da relatoria, bem como o mapa de determinada votação. Lá, para minha surpresa, fui informado de que não havia autorização para entrega dessa: informações – das cópias taquigráficas e do mapa de votação. Felizmente, ainda há pouco fui esclarecido pela Secretaria que este problema já estava sendo sanado. De qualquer maneira, como já havia recolhido as assinaturas das lideranças, passo o requerimento à Mesa para que delibere.

**Destaque nº 003860/87 – Emenda nº ES-27361-2, do Sr. Gastone Righi, "que acrescenta artigo ao Título II, do Substitutivo nº 1 (art. 5º § 55, do Substitutivo nº 2)". (87ª votação)**

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Permita-me, Sr. Presidente.

Tenho um Destaque de nº 3.860, referente à Emenda nº 27.361, que por equívoco foi classificado como pedido de preferência de destaque onde coubesse neste artigo. Ocorre que se trata, mais apropriadamente, de destaque para o § 55 do art. 5º e se refere exatamente à mesma matéria que acabamos de votar. Tem o condão de, na verdade, escoimar das emendas que votamos as expressões que todos manifestaram e querem acolher.

As lideranças concordam com isso e eu, em questão de ordem, solicitaria a V. Ex.<sup>a</sup> a reclassificação coma emenda ao § 55.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Vou deferir a solicitação de V. Ex.<sup>a</sup> Mas há uma explicação a dar em favor da assessoria.

No que se refere ao destaque anterior de V. Ex.<sup>a</sup>, realmente era muito mais adequado onde couber (mas, com as restrições feitas em relação à eliminação de parte substancial do destaque, cabe votar agora.

Em votação o Destaque nº 3.860, de autoria do Constituinte Gastone Righi. A Emenda nº 2.7361-2 se aplica ao § 55 e está alterada por S. Ex.<sup>a</sup>, com base no que a Mesa tem recebido, antes do início da votação. O que se irá definir diz respeito apenas às expressões "As normas definidoras dos direitos e das garantias fundamentais têm aplicação imediata".

É praticamente o que, há pouco, o relator havia concordado em receber do Constituinte Vilson Souza. Retoma-se, pois, a matéria de maneira ordenada e correta.

Tem a palavra o Constituinte Gastone Righi, para defender.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, apenas vou reiterar o que se contém na emenda.

A discussão que fizemos em torno da última emenda recusada envolvia determinadas definições que o plenário procurou repudiar. No entanto, o Plenário manifestou, através da concordância tácita de todos, o acatamento ao princípio de que os direitos e garantias fundamentais que estamos votando passem a ter aplicação imediata.

Minha emenda diz apenas que "As normas definidoras dos direitos e das garantias fundamentais tem aplicação imediata".

O povo está a esperar desta Constituinte um diploma que não fique na dependência de leis complementares ou ordinárias que se eternizem. Deseja que, pelo menos, no que diz respeito aos direitos e as garantias fundamentais, tenha aplicação imediata, independentemente d.e postergações, adiamentos ou postulações.

Assim sendo, Sr. Presidente, sugeri ao relator, cuja atenção peço, que, quando da redação final, adote e acople minha emenda na redação final no § 55.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra o Sr. Relator.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Estou de pleno acordo com a emenda do Constituinte Gastone Righi, que recupera a situação anterior que havíamos perdido com a emenda Vilson Souza.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Releio a emenda, para que os Srs. Constituintes tenham uma idéia certa do que vão votar. É apenas a inclusão desta expressão: "As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata".

Isso se acopla ao § 55 do 2º Substitutivo.

Em votação.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – Sr. Presidente, pela ordem.

Para que não haja contradição neste texto, vários desses direitos e garantias dependem de lei. Votamos isso. Como vamos dizer que entra em aplicação imediata se dependem de leis? Há uma contradição entre os vários textos que aprovamos e este final.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Lastimo que V. Ex.<sup>a</sup> não se tenha inscrito para falar contra a emenda ou levantar questão de ordem. Estamos em pleno processo de votação e vamos permanecer nele.

Em votação.

#### (Procede-se votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Almir Gabriel, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Carlos Mosconi, Carlos Sant' Anna, Celso Dourado, Cid Carvalho, Cristina Tavares, Egidio Ferreira Lima, Fernando Gasparian, Fernando Henrique Cardoso, Francisco Pinto, Ibsen Pinheiro, José Freire, José Richa, José Serra, José Ulisses de Oliveira, Manoel Moreira, Mário Lima, Nelson Jobim, Nelson Friedrich, Nilson Gibson, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Prisco Viana, Raimundo Bezerra, Rodrigues Palma, Sigmaringa Seixas, Virgildásio de Serena, Wilson Martins, Aécio Neves, Chagas Rodrigues, Délio Braz, Euclides Scalco, Israel Pinheiro, João Agripino, José Tavares, Marcos Lima, Octávio Elísio, Roberto Brant, Rose de Freitas, Uldurico Pinto, Vilson Souza, Afonso Arinos, Alcenio Guerra, Arnaldo Prieto, Edme Tavares, Eraldo Tinoco, Francisco Benjamim, José Jorge, José Thomaz Nonô, Mário Assad, Paulo Pimentel, Ricardo Fiúza, Enoc Vieira, João Menezes, José Lourenço, Mozarildo Cavalcanti, Paes Landim, Ricardo Izar, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Gerson Peres, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia, Virgílio Távora, Brandão Monteiro, Bocayuva Cunha, Luiz Salomão, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Beviláqua, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Adolfo Oliveira, José Maria Eymael, Aldo Arantes, Roberto Freire e Jamil Haddad. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Aluizio Campos, João Calmon, Nelson Carneiro, Renato Vianna, Aloysio Chaves, Francisco Dornelles, José Lins, Luís Eduardo, Oscar Corrêa e Sandra Cavalcanti.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 81 Constituintes; votaram NÃO 10 Constituintes. Total: 91 votos. O Destaque foi **aprovado**.

Há sobre a mesa requerimento de autoria do nobre Constituinte José Maria Eymael, com apoio dos Líderes de partidos, com o seguinte teor:

"Os Constituintes abaixo assinados, membros da Comissão de Sistematização, vêm requerer a V. Ex.<sup>a</sup> o que segue.

Imediata autorização para que a Secretaria da Comissão de Sistematização forneça aos Srs. Constituintes, sempre que solicitados, na medida que dispuser, os seguintes elementos:

- cópias taquigráficas dos pareceres do Relator, das manifestações contra e a favor e demais manifestações em plenário, na Comissão de Sistematização;

- cópias dos mapas de votação sobre qualquer destaque já apreciado.

Sala das Sessões, 5 de outubro de 1987."

Trata-se de requerimento previsto no art. 12, § 1º, do Regimento. Vou submetê-lo a votação simbólica. **(Pausa)** Aprovado.

Esclareço ao nobre Constituinte José Maria Eymael que a Taquigrafia, em regra, só libera a matéria depois da revisão, e a solicitação de V. Ex.<sup>a</sup> é para liberação imediata. De maneira que, aprovada a liberação, como requerida, ficariam os autores, naturalmente, cientes de que o texto fica na dependência de uma revisão posterior, mas a Secretaria vai atender o pedido.

Passamos a votar o bloco – não em bloco – das emendas que tiveram classificação "onde couber".

Há requerimentos de preferência. Os três primeiros, na ordem cronológica, são de autoria do Constituinte Cunha Bueno, que os retirou.

**Destaque nº 001391/87 – Emenda nº ES-22200-7, do Sr. Nelson Carneiro, "que acrescenta § 58 ao art. 6º do Substitutivo nº 1 (art. 5º, do Substitutivo nº 2)". (88ª votação)**

Assim, o primeiro a ser considerado é o do Constituinte Nelson Carneiro, que requer preferência para o Destaque nº 001391, Emenda nº 22200, item 7.

É bom prestarmos atenção, porque a velocidade com que a Secretaria está trabalhando não enseja oportunidade de entregá-los previamente.

A emenda tem o seguinte teor:

"A propriedade rural de até vinte e cinco hectares, desde que trabalhada por uma família, não pode ser objeto de penhora para pagamento de quaisquer débitos."

Primeiro, votaremos o requerimento, que é restrito e não tem encaminhamento. Em votação. **(Pausa)** Aprovada a preferência.

Concedo a palavra ao autor do destaque, Constituinte Nelson Carneiro.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, indago aos que lutam pela reforma agrária quanto custa ao Estado e à sociedade implantar e manter, no interior, uma família; quanto custa retirá-la da cidade e levá-la para o interior; qual o destino da família do trabalhador que, perdendo sua terra, fica no sertão, no interior, se não emigra necessariamente para as favelas das Capitais.

O texto assemelha-se ao caso do bem de família que os cidadãos das cidades possuem e que lhes garante a estabilidade: não pode ser penhorado enquanto existirem marido, mulher e filhos, até a maioria dos filhos. A grande arguição contra esse dispositivo – e já imagino que seja feito – é que ele impede o crédito. Mas o crédito não é dispositivo constitucional; ele é dado pelos bancos. A lei ordinária pode assegurá-lo, ainda que não se penhore a terra, o bem, o patrimônio.

Os chineses costumam dizer, a respeito do seu pedaço de terra: "Esta terra é minha". Portanto, a terra de 25 hectares, trabalhada por uma só família, não pode ser penhorada. Sob pena de estarmos mentindo em relação a uma reforma agrária, porque, ao invés de mantermos no campo os que ali residem, estamos retirando aqueles que ali nasceram, trabalham e ali esperam morrer. E quando essa terra é penhorada, quem é que a adquire na hasta pública? O vizinho. E assim se formam os latifúndios.

Faço um apelo a esta Comissão: se o Governo quiser, haverá ou não o crédito. É uma disposição de lei ordinária. Não se pode deixar de assegurar a terra a quem ali nasceu, ali vive e dali não precisa ser retirado, porque o mais difícil é levar o homem da cidade para o interior. Se ele vive e trabalha no interior, deve-se assegurar-lhe meios de saldar suas dívidas não com a terra, mas com os bens que ela produz. Não quero um calote dos agricultores ou dos lavradores. Eles têm lavouras e outros bens que podem responder pelas dívidas. E o Governo pode assegurar a essas famílias que continuem morando nas suas terras, porque, se de lá eles saírem, nunca mais voltarão.

Essa emenda representa a reedição de um velho debate que venho travando há 40 anos, tendo mesmo apresentado projeto, em 1947, tratando do assunto. Luto, porque vejo – eu, que conheço o interior – que o homem que é retirado do seu pedaço de terra por força de uma ação judicial não permanece naquele lugar; sai envergonhado. E para onde? Para encher as favelas de todo o Brasil.

Os partidários da reforma agrária têm agora a oportunidade de dar o primeiro passo; não para levar novos trabalhadores para o campo, mas para impedir que os que lá estão o abandonem. Nos Estados Unidos, no ano de, 1987, 32 bilhões de dólares foram destinados ao crédito agrícola; na Europa, 27 bilhões tiveram a mesma destinação. No Brasil, ao invés, no mês de setembro, 20 bilhões de dólares foram retirados do crédito agrícola.

De modo que faço um apelo aos que querem a reforma agrária, aos que conhecem o interior, que sabem do sacrifício daqueles que lá vivem, para que não deixem que eles percam o pequeno pedaço de terra que possuem. O recurso aparecerá, porque o Governo poderá penhorar outros bens: a lavoura, a produção. Só não se deve penhorar a terra.

Aliás, isto não é muito diferente do que acontece com os que vivem nas cidades, que têm o bem de família que, não podendo ser penhorado, garante a estabilidade da propriedade familiar durante a vida dos cônjuges e dos filhos.

É no nosso caso, a garantia de que o trabalhador não será despejado, não perderá sua terra. É uma luta em favor dos que querem, realmente, a reforma agrária, que não vai ser feita com os homens retirados das cidades, mas com aqueles que nascem, vivem e morrem no campo.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Há oradores inscritos. Para encaminhar a votação, contra a proposta, concedo a palavra ao nobre Constituinte Ricardo Fiúza.

**O SR. CONSTITUINTE RICARDO FIÚZA:** – Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, tenho pelo excelentíssimo Sr. Constituinte Nelson Carneiro o maior respeito e grande estima. Mas S. Ex.<sup>a</sup>, nesta hora, na sua proposta, é levado muito mais pelo sentimento, pela emocionalidade, do que pelo mínimo senso de realismo. Propor que o agricultor fique impossibilitado, em qualquer negócio que deseje fazer, de dar em garantia sua terra significa condená-lo a não produzir.

Sabemos, Sr. Presidente, que o pequeno produtor rural é aquele que mais depende de crédito. Sabemos que ele precisa do financiamento para o investimento, para o custeio, para a colheita; de outro modo, não tem condições de sobreviver.

Sem analisar os aspectos técnicos e jurídicos, do ponto de vista prático – perdoe-me S. Ex.<sup>a</sup> – a proposta do nobre Constituinte é um verdadeiro desastre, signi-



fica acabar definitivamente com o pequeno produtor rural. Se vigorasse a tese de S. Ex.<sup>a</sup>, o motorista de táxi não poderia ter o seu carro financiado; o pescador não poderia ter a sua canoa financiada; a costureira não poderia ter sua máquina financiada.

Enfim, a intenção de S. Ex.<sup>a</sup> é a melhor possível, mas, na verdade, se aprovarmos sua proposta, o pequeno produtor rural não poderá sobreviver.

Além do mais, fixar-se o tamanho da terra em 25 hectares é não conhecer a realidade brasileira. Às vezes, um agricultor que tem dois hectares na periferia de uma cidade e produz, por exemplo, hortigranjeiros consegue sobreviver; e quem mora em Serrote, no sertão da Paraíba, ou em outro lugar do sertão de Pernambuco, tem 150 hectares e cria dez ou vinte cabras não pode sobreviver.

Então, não só do ponto de vista técnico, mas também do ponto de vista de um realismo elementar, a proposta de S. Ex.<sup>a</sup> é absolutamente inconsistente. É trabalhar contra o produtor o aprovarmos a proposta do eminente Constituinte Nelson Carneiro.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Nilton Friedrich, para encaminhar a votação, favoravelmente a proposta.

**O SR. CONSTITUINTE NELTON FRIEDRICH:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, a proposta do ilustre Constituinte Nelson Carneiro significa uma resposta que a Assembléia Nacional Constituinte poderá dar a uma situação crítica existente há muito tempo em nosso País: a perda da propriedade dos nossos pequenos produtores em razão de débitos, de dívidas executadas judicialmente.

Sr. Presidente, trago o testemunho do que, numa radiografia que pudéssemos fazer da realidade creditícia e do pequeno produtor de todo o Brasil, se passou e se passa no Estado do Paraná. Na década de 70, em apenas dez anos, 105 mil pequenos propriedades rurais desapareceram naquele Estado, em razão, evidentemente, de um modelo agrícola implantado pelos governos de então, em razão de problemas ligados ao crédito agrícola. E grande parte dessas propriedades desapareceu exatamente em virtude de uma frustração de comercialização, ou de safra, levando o pequeno agricultor a desfazer-se de sua propriedade e buscar em outros lugares o sonho de melhoria de sua condição de vida.

Há o caso típico de Curitiba, onde nessa mesma década mais da seiscentas mil pessoas engrossaram as periferias da cidade, gerando maior crescimento demográfico já existente na área metropolitana da capital paranaense.

Por isso, Sr. Presidente, se instituirmos na Constituição a impossibilidade de penhora de áreas de até 25 hectares, estaremos definindo um princípio social importante para o pequeno produtor, para o agricultor deste País.

É preciso também compreender que o crédito rural tem um caráter social e, sendo assim, podemos encontrar fórmulas alternativas para evitar a perda dessa pequena propriedade por parte do homem do campo. E a fórmula adequada que existe, além das mudanças estruturais, de um novo modelo agrícola é, por exemplo, o seguro do crédito agrícola. Neste momento, muitos podem estar perguntando se os bancos financiariam os pequenos produtores com base nesse princípio constitucional, com base nessa definição. É evidente que, se analisarmos a questão apenas pela ótica do banqueiro, não; mas, se a analisarmos sob a ótica social deste País, poderemos encontrar mecanismos que também oferecerão garantias aos pequenos produtores e ao banqueiro e, portanto, ao financiador. É o caso típico do seguro de crédito rural.

Além disso, existem outros mecanismos pelos quais a safra do produtor é que garantirá esse seu empréstimo. Mas insisto nesta saída, para dirimir as dúvidas daqueles que possam imaginar que os bancos, caso essa proposta seja vitoriosa, estariam desmotivados a financiar a peque-

na propriedade: através dessa disposição constitucional, estaríamos implantando – tenho certeza – o seguro ao crédito rural e, portanto, as apólices de seguros, as instituições financeiras, os bancos particulares e oficiais estariam garantidos, preservando, assim, a pequena propriedade. O que não é possível, Sr. Presidente, é continuar multiplicando a concentração da propriedade neste País; o que não é possível é continuar a ocorrer o que aconteceu no Estado do Paraná, onde, em apenas uma década, 150 mil pequenas propriedades desapareceram. Por um ato de justiça, por um ato de necessidade, havendo a possibilidade de penhorar a safra do agricultor, podendo existir um mecanismo de seguro de crédito, evidentemente encontraremos a solução adequada.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Com a palavra, para encaminhar a votação, contra a proposta, o Constituinte José Lourenço.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LOURENÇO:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, parece-me que uns, por desconhecimento profundo do assunto, e outros, por uma visão política comprometida, pretendem desorganizar o sistema de produção do País.

Todos sabem que as terras irrigadas são áreas relativamente pequenas – a não ser uma ou outra exceção – mas de grande produtividade, em função mesmo da irrigação e do crédito rotativo que a seus proprietários é dado pelas instituições creditícias, especialmente o Banco do Brasil. Crédito esse que é rotativo e permanente, já que a produção é normalmente de hortifrutigranjeiros. Com essa proposta, porém, o que se pretende é tirar milhares ou centenas de milhares de propriedades do sistema produtivo do País e, através da falta de crédito, aumentar a miséria no campo.

Não será com nossa concordância, nem com nosso silêncio que isso irá ocorrer. Entendemos que alguns, com uma visão política que não é a nossa, sabem que, sem dúvida alguma, desorganizando a produção, trazendo mais miséria para a cidade, poderão atingir mais rapidamente seus objetivos políticos. Entretanto, não iremos conceder lhes nosso voto, nem nosso apoio, muito menos nosso silêncio. A propriedade produtiva tem que continuar em produção. O pequeno produtor tem que continuar integrado ao sistema produtivo do País. Não aceitamos que ele seja posto de lado, não aceitamos que ele seja marginalização, não aceitamos que, de produtor e exportador, inclusive, de hortifrutigranjeiros, passa o Brasil, de um momento para outro, a importador de produtos básicos para as necessidades alimentares do País.

Por isso, concito meu partido e todos quantos defendem, como nós, a liberdade de iniciativa, a liberdade de produzir, a liberdade de o pequeno proprietário ter as mesmas condições asseguradas ao grande proprietário, a liberdade que deve ter a Nação de escolher o seu caminho, a o seu destino político e econômico, a votarem "não" a esta proposta, que considero impatriótica.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Com a palavra o nobre Relator, Constituinte Bernardo Cabral.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o Senador Nelson Carneiro sabe da profunda estima que lhe dedico, direi melhor, da admiração que tenho por S. Ex.<sup>a</sup> Por esta razão, ouvi, atento, o eminente Senador, que, no começo da defesa do seu desta que, declarava que o texto se assemelha àquele que cuidado bem de família. Evidentemente, S. Ex.<sup>a</sup>, brilhante jurista que é, está sustentando de forma oblíqua o seu destaque. Por isso, falou "assemelha-se" para, logo a seguir, a declarar que tal bem, por assemelhar-se ao bem de família, não poderia ser objeto de penhora.

**A contrario sensu** – e aqui está o corolário jurídico – S. Ex.<sup>a</sup> está impedindo que esse bem possa ser dado em

garantia. Conseqüentemente, cria o problema da limitação do crédito rural.

Se em termos sociais é válida, justa, oportuna e boa a sua idéia, na prática S. Ex.<sup>a</sup> a inviabiliza. E, querendo transformar uma medida que, se estivessemos agora no campo da Reforma Agrária, seria toda ela aprovada, cabe dizer que S. Ex.<sup>a</sup> não tem razão. Esse bem não pode ser considerado um bem de família e, como tal, dentro daquela rigidez da impenhorabilidade.

Daí, Sr. Presidente, muito a contragosto, como disse de início, voto contra o destaque de S. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Em votação. Os Srs. Constituintes que aprovam a emenda, votam SIM; os que acompanham o Relator votam NÃO.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Almir Gabriel, Aluizio Campos, Artur da Távola, Carlos Mosconi, Celso Dourado, Cristina Tavares, Fernando Gasparian, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, José Fogaça, José Freire, José Paulo Bisol, José Richa, Manoel Moreira, Mário Lima, Nelson Carneiro, Nelton Friedrich, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Renato Vianna, Sigmaringa Seixas, Wilson Martins, Antonio Mariz, João Natal, José Costa, José Tavares, Nelson Wedekin, Octávio Elísio, Rose de Freitas, Uldurico Pinto, Vicente Bogo, Vilson Souza, Alcení Guerra, José Jorge, José Thomaz Nonô, Sandra Cavalcanti, Antônio Carlos Konder Reis, Brandão Monteiro Bocayuva Cunha, Luiz Salomão, Francisco Rossi, Joaquim Bevilacqua, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Aldo Arantes, Roberto Freire e Jamil Haddad. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Bernardo Cabral, Carlos Sant'Anna, Egídio Ferreira Lima, João Calmon, José Serra, Nelson Jobim, Nilson Gibson, Pimenta da Veiga, Raimundo Bezerra, Virgildásio de Senna, Délio Braz, Euclides Scalco, Marcos Lima, Roberto Brant, Afonso Arinos, Aloysio Chaves, Antonio Carlos Mendes Thame, Arnaldo Prieto, Carlos Chiarelli, Eraldo Tinoco, Francisco Benjamim, Francisco Dornelles, José Lins, Luís Eduardo, Mário Assad, Oscar Corrêa, Paulo Pimentel, Ricardo Fiúza, Enoc Vieira, João Menezes, José Lourenço, Mozarildo Cavalcanti, Ricardo Izar, Gerson Peres, Jarbas Passarinho, Virgílio Távora, Gastone Righi, Adolfo Oliveira e José Marial Eymael.

Durante a chamada nominal da votação do Destaque nº 1.391, o **Sr. Jarbas Passarinho**, Terceiro-Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo **Sr. Afonso Arinos**, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 50 Constituintes; votaram NÃO 39 Constituintes. Total 89 votos. O Destaque foi **aprovado**.

Há requerimento de preferência da lavra do nobre Constituinte Nelson Carneiro para o Destaque nº 1.389/87, relativamente à Emenda ES-22.203-1 com alteração de redação. Coloco em votação, preliminarmente, o requerimento de preferência.

Os Srs. Constituintes que estão de acordo com a preferência queiram permanecer como se encontram. (Pausa.) Aprovado o requerimento.

**Destaque nº 1.389/87 – Emenda nº ES-22.203-1, do Sr. Nelson Carneiro, que "adita parágrafo ao art. 6º do Substitutivo nº 1 (art. 5º do Substitutivo nº 2)".**

Passo à votação do destaque da Emenda nº 22.203-1, com as seguintes alterações: exclusão das palavras "do cidadão" e a parte **in fine** "ou da manifestação prévia do Poder Judiciário no registro público". Essas as partes destacadas para a supressão. Em conseqüência, a redação a ser votada fica da seguinte maneira:

"Ninguém ficará sem registro de filiação perante notário público. Os nomes do pai e da mãe serão consignados, independentemente do estado civil dos pais."

Esta é a matéria em votação.

Concedo a palavra ao nobre Senador Nelson Carneiro, autor do destaque.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, ainda sob a emoção do resultado da última votação, venho defender a aprovação do seguinte texto, já lido pelo ilustre Presidente Jarbas Passarinho:

"Ninguém ficará sem registro de filiação perante o notário público. Os nomes do pai e da mãe serão consignados, independentemente do estado civil dos pais."

Sr. Presidente, por coincidência, revendo ontem vários papéis antigos, para rasgar muitos deles, encontrei a carta de um cidadão que me foi enviada pelo Sr. Mauro Santayana, Secretário Executivo da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais. É uma carta do dia 12 de fevereiro 1, de 1986, dirigida ao Presidente José Sarney por um cidadão comum, que dizia:

"Venho por meio desta externar a minha preocupação e V. Ex.<sup>a</sup> tem condição bastante para dar um basta no complexo de inferioridade de meus jovens, que hoje têm escrito na própria certidão de nascimento filho da pai ignorado."

Isto é uma ignomínia, Sr. Presidente. No ano de 1966, o então Deputado Oscar Correia, hoje Ministro, apresentava à Câmara dos Deputados um projeto inspirado na legislação italiana, que assim dispunha:

"O registro de nascimento no qual haja sido omitido o nome do pai ou da mãe de sangue, ou de ambos, poderá ser completado, a requerimento do interessado ou seu representante legal, mediante a inscrição do nome, mesmo que fictício."

Sr. Presidente, todas as legislações do mundo já asseguram ao filho o direito de ter o registro de seus pais. É a maior, a mais grave das discriminações, maior do que a do sexo, a do estado civil, a da raça, a de sangue, é a pecha, a ignomínia do indivíduo entrar na escola primária, na escola secundária, no banco, na faculdade e ter no seu diploma o registro de pai desconhecido. Esta é a maior discriminação, Sr. Presidente, pois, sem falar na legislação dos países escandinavos, ou na recente legislação portuguesa, o texto da Lei nº 45, do ano de 1936, vigente na Colômbia, diz o seguinte:

"O funcionário do Cartório Civil que redigir a certidão de nascimento de um filho natural indagará o nome, o apelido, a identidade e a residência do pai e da mãe e escreverá como tais os que o declarante indique com a expressão de alguns fatos probatórios e prometa não faltar com a verdade. A inscrição do nome do pai se fará em livro especial destinado a esse efeito e da certidão se expedirão cópias a pessoas indicadas no art. 4º, inciso II, e para as autoridades judiciais e policiais que solicitem."

Sr. Presidente, luto no sentido de que a lei ordinária complete o dispositivo que vamos votar. Este dispositivo assegura a todos que nascerem no Brasil o direito de se livrarem da ignomínia, da pecha de ser filho sem pai. Todas as discriminações não valem nada. Seja preto, to branco, rico, pobre, solteiro, desquitado ou viúvo, ele tem to sempre, onde apareça, a chaga de ter de dizer que é filho ilegítimo. Muitos filhos ilegítimos têm registro, mas lá não a consta o nome do pai, apenas o da mãe. A lei regulamentará o dispositivo, a lei criará, como acontece na Escan-

dinávia, em Portugal ou na Colômbia, os meios para que isso se torne realidade, mas o princípio deve figurar na Constituição.

Esta é a maior discriminação, e falo em nome dos discriminados dos que não têm nome, dos que passam por santos, porque não têm sobrenome, dos que se envergonham de terem nascido nessas condições e portarem sempre o atestado da sua ignomínia.

Sr. Presidente, espero que a Assembléia Nacional Constituinte, neste ano de 1987, seja sensível ao clamor daqueles que até hoje exibem este estigma e sofrem, este opróbrio. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Concedo a palavra ao Sr. Constituinte Oswaldo Lima Filho.

**O SR. CONSTITUINTE OSWALDO LIMA FILHO:** – Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, o nobre Constituinte Nelson Carneiro sem favor algum tem sido o campeão de grandes causas liberais em matéria de Direito de Família. A aprovação do divórcio se deve, sem dúvida, a seu obstinado trabalho. O reconhecimento dos filhos de qualquer condição também constituiu uma vitória e um progresso na legislação do Direito de Família, que se deve ao trabalho pertinaz do eminente jurista carioca ou, diria mesmo, baiano.

Mas, agora, entendo que o objetivo da emenda do nobre Constituinte pelo Estado do Rio de Janeiro chega a uma demasia e a um risco que a Constituinte não pode instituir como Direito. Diz a emenda, como aditivo ao art. 6º:

"Ninguém ficará sem registro de filiação perante notário público. Os nomes do pai e da mãe serão consignados independentemente do estado civil dos pais."

S. Ex.<sup>a</sup> excluiu a expressão "cidadão", como também "ou da manifestação prévia do Poder Judiciário no registro público".

Vejam V. Ex.<sup>as</sup>, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, a insegurança total que se pode criar no Direito de Família com a adoção da emenda do nobre Constituinte Nelson Carneiro. Apesar dos altos e nobres propósitos, qualquer pessoa, em qualquer parte do País, pode com esse dispositivo comparecer a cartório e declarar-se filho de fulano ou de sicrano, sem qualquer prova prévia.

Ora, Sr. Presidente, na minha vida profissional, como advogado, já algumas vezes fui chamado a anular falsos registros de nascimento. Recordo um caso em que um comerciante de posses, solteiro, morto, no Município de Paud'Alho, no meu Estado, teve um filho registrado em uma longínqua comarca do Estado de Pernambuco, num longínquo distrito.

Ocorre que os promotores públicos são obrigados a encerrar, mensalmente, o livro de registros de nascimento. Quando Promotor Público, exige o cumprimento estrito dessa norma legal, mas os oficiais de registro sempre me disseram que eu tinha sido o primeiro promotor a fazer cumprir tal exigência. Então, em todo o País existem livros de registro civil em aberto para registro de filhos, os quais se darão como herdeiros de fortunas ou de interesses de pessoas que ignoram inteiramente essa paternidade, que não é legítima e será inteiramente fraudada.

O dispositivo, portanto, apesar das boas intenções, abre margem a ilimitadas fraudes no Direito de Família. Ninguém é mais favorável ao direito de reconhecimento da paternidade ilegítima e natural do que eu. Durante minha vida profissional patrocinei dezenas de casos de investigação de paternidade de pessoas humildes, filhas naturais de pessoas importantes na sociedade. Mas isso exige comprovação e notificação à pessoa a quem se atribui a paternidade. Imaginem V. Ex.<sup>as</sup> a situação de alguém que, residindo, por exemplo, no Amazonas, tenha registrado como

seu filho um indivíduo no Rio Grande do Sul; ou um cidadão que, residindo em Mato Grosso, tenha registrado como sendo seu filho alguém no Rio de Janeiro. Teremos, assim, a completa desordem, a fraude instaurada no Direito de Família como direito absoluto. Por isso, apesar dos nobres objetivos e das intenções, eu diria que de boas intenções o inferno está cheio. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Concedo a palavra, para manifestar-se favoravelmente, ao nobre Constituinte Leite Chaves.

**O SR. CONSTITUINTE LEITE CHAVES:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, dentre todos os projetos que tenho visto, nos últimos dias, em discussão nesta Casa, este é o de maior alcance. Tem ele a alta finalidade jurídica reclamada pelos Tribunais há muito tempo: apenas transfere para o pai o ônus de negar a paternidade quando, pela lei atual, o filho é quem tem obrigação de provar a filiação, e são filhos de mãe solteiras e pobres.

O projeto é jurídico, não tem absolutamente os aspectos nefastos a que se referiu o ilustre Constituinte que me antecedeu. Muitos estão confundindo esse dispositivo com a garantia do direito à herança do filho adulterino e natural. Aquele já tem a paternidade reconhecida. A questão do registro insere-se nos direitos individuais que a Constituinte, maravilhosamente, está proclamando. É necessário, implicitamente, para que haja o registro, que o pai também concorde, porque, na situação atual, se o pai é casado ou separado, o filho não pode ser reconhecido. Entretanto, implicitamente, estabelece-se a necessidade da presença do pai em cartório. A mãe, atualmente, não pode declarar um filho unilateralmente e não poderá fazê-lo mesmo depois da aprovação dessa emenda.

Qual o seu alcance social e jurídico? Os pais, ainda que casados com pessoas diferentes, separados mas não desquitados, não podem reconhecer o filho em cartório. O reconhecimento só poderá ocorrer se houver morte, dissolução da sociedade conjugal, do casamento.

O projeto do nobre Constituinte Nelson Carneiro é de grande alcance e muito justo. Todos aqui têm conhecimento de que S. Ex.<sup>a</sup> foi o autor da Lei nº 883, que reconheceu os adulterinos. Esses, mesmo que não houvesse impedimento, não podiam ser reconhecidos. Então, o projeto tem esse alcance e finalidade. Ao invés de a mãe solteira, iludida, pobre e carente, com um filho nos braços, ser obrigada a andar atrás de advogado e de provas, ao invés de ser ela a ter o terrível ônus do reconhecimento do filho – que o pai solteiro, o pai banqueiro, o pai latifundiário, sempre nega –, o pai é que terá ônus de negar a paternidade. Assim asseguraríamos ao filho o direito ao pai e a mãe estaria livre da humilhação de ficar, de porta em porta, procurando legitimidade para o filho. E sabe-se que raramente a mãe alega falsamente a paternidade, e o pai rico facilmente pode negá-la se tiver o ônus, porque o exame de sangue de hoje é quase perfeito na origem e na asseguuração da paternidade.

Srs. Constituintes, este é um grande instante e qualquer dúvida será esclarecida pela lei ordinária. Com a aprovação do dispositivo, a Constituição poderá dizer que, depois do **habeas data**, do mandado de injunção, estaremos assegurando ao Direito Individual sua mais elevada grandeza e respeito. E, agora, as mães de família pobres, as desconhecidas, as marginalizadas.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Egídio Ferreira Lima, para se manifestar contrariamente.

**O SR. CONSTITUINTE EGÍDIO FERREIRA LIMA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, seguramente, a fortuna não me está acompanhando nesta tarde. Já há pouco fui obrigado a votar contra uma emenda do Constituinte Nelson Carneiro, informada pelo melhor propósito: proteger a propriedade rural de até 24 hectares. Mas, ao fazê-lo,

tornando-a impenhorável, tiramos a versatilidade do proprietário e atingimos a própria plenitude da propriedade. Esqueceu-se o Constituinte Nelson Carneiro de que vivemos numa economia de mercado, num regime capitalista, e com este projeto de Constituição não vamos modificar esse regime, nem queremos fazê-lo. Estas palavras servem como declaração de voto.

Constituinte Nelson Carneiro – figura admirável, por quem temos profunda simpatia – já prestou inestimáveis serviços ao aperfeiçoamento do Direito e à evolução social do País. Agora S. Ex.<sup>a</sup> quer proteger o recém-nascido, assegurando-lhe o registro público e a paternidade. Entretanto, S. Ex.<sup>a</sup> o faz de maneira a abrir um leque altamente desagregador e, por isso mesmo perigoso. Se a emenda de S. Ex.<sup>a</sup> ainda tivesse deixado o disciplinamento do comando constitucional para a lei ordinária, teríamos condições de acolher sua sugestão. Ademais, acredito que os Constituintes votarão contra a emenda com absoluta tranquilidade, evitando que se estabeleça a anarquia na família e no relacionamento entre os homens, porque o texto do projeto que estamos votando, no seu art. 257, § 5º, diz o seguinte:

"Os filhos, independentemente da condição de nascimento, inclusive os adotivos, têm iguais direitos e qualificações."

A partir desse dispositivo, o legislador ordinário poderá disciplinar de maneira precisa o registro dos filhos, com a consignação dos nomes dos pais, qualquer que seja a situação deles quanto ao casamento. Acredito que houve um equívoco – e S. Ex.<sup>a</sup> comete muito poucos equívocos na vida – de parte do Senador Nelson Carneiro. Aliás, o texto que acabei de ler teve origem na Comissão de Educação e Família, da qual foi Relator o Constituinte Artur da Távola, certamente inspirado pelo Senador Nelson Carneiro, que, naquela Comissão, com a eficiência que lhe é característica, teve oportunidade de discutir o assunto com todos os seus membros e com o próprio Relator.

Acho que precisamos ter cuidado. A lei deve ser sempre clara, precisa, não ambígua, e, mais do que qualquer lei, assim deve ser a norma constitucional. Pronuncio-me contra a emenda do Senador Nelson Carneiro. **(Palmas)**

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – Pela ordem, Sr. Presidente. Cumpro o dever de interpretar um pensamento que encontro generalizado na Casa. Os nobres colegas entendem que outra oportunidade poderá surgir quando se discutir o art. 267, § 5º, que diz:

"Os filhos, independentemente da condição de nascimento, inclusive os adotivos, têm iguais direitos e qualificações."

Tenho uma emenda mais ampla para este texto. Para evitar que se prolongue o debate e, principalmente, em atenção ao ritmo que devemos dar aos nossos trabalhos, retiro a emenda. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – O nobre Senador Nelson Carneiro retira a emenda.

Em votação o Destaque nº 2.591, requerido pelo nobre Constituinte Nilson Gibson, referente à Emenda nº **IP-3.508**.

Este destaque está prejudicado pelo § 37.

Em votação o Destaque nº 3.423, também requerido pelo Constituinte Nilson Gibson.

S. Ex.<sup>a</sup> retira o pedido de destaque.

Em votação o Destaque nº 7.071, requerido pelo Constituinte Nelson Jobim.

S. Ex.<sup>a</sup> retira o destaque.

Em votação o Destaque nº 3.049, requerido pelo nobre Constituinte Francisco Rollemberg.

S. Ex.<sup>a</sup> retira o destaque.

Em votação o Destaque nº 6.744, requerido pela Sr.<sup>a</sup> Constituinte Rose de Freitas, referente à Emenda nº 33.737, de autoria da mesma Constituinte.

**A SR.<sup>a</sup> CONSTITUINTE ROSE DE FREITAS:** – Sr. Presidente, procuramos expressar, nessa emenda, o pensamento da categoria que representamos nesta Casa, mas, em vista de entendimento com a Fenaj, achamos por bem retirar a emenda, sem entretanto prejudicá-la.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Retirada a emenda da nobre Constituinte.

**Destaque nº 004.208/87, do Sr. Euclides Scalco, "que adita ao art. 5º do Substitutivo nº 2, a alínea g do inciso VI, do art. 17, do projeto de Constituição". (89ª votação)**

Em votação o Destaque nº 4.208, requerido pelo nobre Constituinte Euclides Scalco, referente ao texto da letra **g** do inciso VI do art. 17 do projeto.

**O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA:** – Poderia V. Ex.<sup>a</sup> ler o texto da emenda, por obséquio?

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Art. 17, inciso VI, letra **g**:

"Não haverá documento sigiloso a respeito de fatos econômicos, políticos, sociais, históricos e científicos, passados vinte anos de sua produção."

Tem a palavra o Constituinte Pimenta da Veiga para encaminhar a votação.

A informação que consta do documento é a seguinte: "Requero destaque para a votação em separado da letra **g** do inciso VI do art. 17 do projeto, para inclui-la no art. 5º do 2º Substitutivo".

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Qual o número da emenda, Sr. Presidente?

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Não é emenda, mas destaque de dispositivo do projeto.

**O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA:** – Posso talvez facilitar.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Vou reler o requerimento. Não se trata de emenda. S. Ex.<sup>a</sup> requer o destaque do inciso VI do art. 17 do próprio projeto. O Destaque é o de nº 4.208. O assessor informa que está relacionado.

**O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, trata-se de um destaque do Constituinte Euclides Scalco que propõe a recuperação de uma parte do projeto de Constituição, não aproveitada neste substitutivo e que procura determinar um prazo máximo para que qualquer documento no País esteja acobertado pelo manto do sigilo. A motivação deste destaque é, primeiro, corrigir distorções que existem em nosso País.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Qual é a letra do projeto?

**O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA:** – É a letra **g** do inciso VI, salvo engano.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Letra **g** do inciso VI do art. 17.

**O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA:** – Diante de apelos do Plenário, farei novamente a leitura, já feita pelo Presidente da Mesa.

"Não haverá documentos sigilosos a respeito de fatos econômicos, políticos, sociais, históricos e científicos, passados 20 anos de sua produção."

O que se sabe é que, no Brasil, a regra é que, havendo dúvida quanto à importância dos documentos, eles sejam declarados permanentemente sigilosos. Dizem que até os documentos da Guerra do Paraguai ainda são sigilosos no

Brasil. Os documentos relativos à operação militar de 31 de março de 1964, que no Brasil são taxados de sigilosos e secretos, podem ser adquiridos ao custo de 50 cents a cópia na Biblioteca Lyndon Johnson.

Para que o Brasil não continue adotando sigilo em documentos que já são públicos e para que não fique sonhando preciosas informações aos nossos historiadores e, conseqüentemente, ao nosso povo, é preciso que haja um prazo máximo para o sigilo de qualquer documento.

De outra parte, sabemos que uma das razões da improbidade administrativa está no sentimento da autoridade pública de que os seus atos não serão levados ao conhecimento de seus contemporâneos. É exatamente por isso que desejamos que todos os atos cometidos sejam conhecidos dentro do período de vida provável da autoridade pública. Para que isto aconteça, nenhum documento poderá ser vedado à publicação nem poderá ser mantido sigiloso por mais de 20 anos. Na velocidade da vida moderna, com a facilidade de comunicação que há hoje no mundo, 20 anos é um longo tempo, duas décadas são mais do que suficientes para que todos os documentos possam ser conhecidos.

É este o propósito que se tem: recuperar esta disposição que veio sendo adotada em vários documentos, mas que, lamentavelmente, no último substitutivo foi suprimida pelo Relator. O objetivo, portanto, é recuperar este texto, fixando um prazo que será muito importante para a probidade administrativa e para o conhecimento dos atos cometidos pelas autoridades, possibilitando que sejam consagradas ou cobradas pela opinião pública. (Palmas.)

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – V. Ex.<sup>a</sup> tem a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Sr. Presidente, gostaria de solicitar uma informação. Este destaque está no grupo de "onde couber do art. 5º" Por que não foi incluído na relação fornecida pela Mesa?

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Está numa relação à parte, que se refere específica e exclusivamente às preferências, distribuída posteriormente, mas na ocasião oportuna.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Também não está na relação.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Concedo a palavra à Constituinte Cristina Tavares.

**A SRA. CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, a história brasileira oficial contém um número enorme de fatos que precisam ser reescritos com base em documentos, que ainda hoje são considerados sigilosos. O que é estranho, Srs. Constituintes, é que historiadores estrangeiros ao chegarem ao Brasil – lembra o Deputado Salomão – têm acesso a documentos que a história brasileira não registra. Muitas vezes, conhecemos parte da nossa história somente através dos chamados brasileiros.

A emenda pretende acrescentar o item I ao parágrafo 31 do art. 5º, que teria a seguinte redação:

"Não haverá documentos sigilosos a respeito de fatos econômicos, políticos, sociais, históricos e científicos, por mais de vinte anos a contar de sua produção."

O objetivo desta emenda é permitir que a história do Brasil seja discutida, comentada e analisada por quem a viveu. Veja-se alguns absurdos: a Segunda Guerra mundial ainda é secreta no Brasil porque os documentos refe-

rentes à Força Expedicionária Brasileira continuam resguardados pelo manto do sigilo. Todo o período de escravidão persiste sendo assunto secreto. E também a Guerra de Canudos. Veja-se que o escritor Vargas Llosa, quando fez a pesquisa para produzir seu monumental "Guerra do Fim do Mundo", teve que recorrer a bibliotecas norte-americanas para pesquisar documentos brasileiros. Estudar história do Brasil exige, hoje, uma viagem aos Estados Unidos.

O término do sigilo infinito dos documentos produzidos pelo Governo brasileiro concederá oportunidade a todos que participaram de momentos importantes da história deste País para que possam ver a sua ação discutida, em prazo relativamente pequeno. E mais: a adoção desta emenda vai constituir um incentivo ao estudo da História do Brasil, prática que nos últimos anos vem sendo desenvolvida, mais e mais, por estrangeiros, porque eles têm acesso aos documentos em suas bibliotecas. Abrir a documentação nacional, após vinte anos de sua produção, significará democratizar a ação do Governo, que se sentirá mais fiscalizado. Além disto, todos aqueles que, por curiosidade científica ou preocupação histórica, desejam saber o que se passou, de fato, no Brasil tendo acesso aos documentos de governo.

Peço o voto dos Srs. Constituintes em favor da emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem a palavra o nobre Constituinte Ricardo Fiúza.

**O SR. CONSTITUINTE RICARDO FIUZA:** – Sr. Presidente, a nossa posição é contrária. Pergunto, para melhor esclarecimento da Casa, pois não dá para entender a redação claramente, se se trata de documento público ou privado. Como está posto, são considerados todos os documentos, até mesmo de família. De tudo devemos saber, porque, com o **habeas data**, qualquer pessoa chega ao seio de qualquer família e invade sua privacidade para ver até as cartas de vinte anos passados.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem a palavra o Relator, Constituinte Bernardo Cabral.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, com muita dificuldade ponho-me contra o eminente Constituinte Pimenta da Veiga. Mas uma razão prática, lógica levou este Relator a não incluir esta alínea. É exatamente a dificuldade que têm os Constituintes em saber que tipo de documento. Foi citado, inclusive, documento da Guerra do Paraguai, que para muitos brasileiros é considerado luminoso.

Explico ao eminente Constituinte Pimenta da Veiga – e o faço com a admiração que lhe tributo – que o art. 54, inciso IX, "Das Atribuições do Congresso Nacional", está assim redigido:

"Cabe ao Congresso Nacional

IX – Critérios para classificação de documentos e informações oficiais sigilosos e prazos para sua desclassificação."

É muito mais abrangente. Não cria problemas e resolve todo o nosso assunto. (Palmas) Esta a razão que me levou a não incluir esta alínea.

Eu perguntaria ao eminente Constituinte Pimenta da Veiga se, em aceitando o esclarecimento do seu estimado amigo, acharia melhor desistir do destaque.

**O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA:** – Apesar do esclarecimento do ilustre Relator, o que se deseja é a fixação de um prazo máximo para os documentos declarados sigilosos. De acordo com sua explicação, será uma ação futura. Pretendíamos que isso acontecesse hoje, através da Constituição. Portanto, mantemos o destaque.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Em votação.

**(Procede-se à votação)**

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Ademir Andrade, Aluizio Campos, Artur da Távola, Cristina Tavares, Egídio Ferreira Lima, Fernando Gasparian, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, José Paulo Bisol, José Serra, José Ulisses de Oliveira, Manoel Moreira, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nelson Friedrich, Osvaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Sigmaringa Seixas, Virgildásio de Senna, Chagas Rodrigues, João Natal, José Costa, José Tavares, Miro Teixeira, Nelson Wedekin, Octávio Elísio, Rose de Freitas, Uldurico Pinto, Vicente Bogo, Vilson Souza, Brandão Monteiro, José Maurício, Bocayuva Cunha, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Aldo Arantes, Roberto Freire e Jamil Haddad. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Bernardo Cabral, Carlos Sant'Anna, Celso Dourado, João Calmon, José Freire, José Geraldo, José Richa, Nilson Gibson, Prisco Viana, Raimundo Bezerra, Rodrigues Palma, Wilson Martins, Délio Braz, Israel Pinheiro, Marcos Lima, Afonso Arinos, Alcení Guerra, Aloysio Chaves, Antonio Carlos Mendes Thame, Arnaldo Prieto, Carlos Chiarelli, Christóvam Chiaradia, Edme Tavares, Eraldo Tinoco, José Jorge, José Lins, José Thomaz Nonô, Luís Eduardo, Marcondes Gadelha, Mário Assad, Oscar Corrêa, Osvaldo Coelho, Paulo Pimentel, Ricardo Fiúza, Sandra Cavalcanti, João Menezes, Jonas Pinheiro, José Lourenço, Ricardo Izar, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Gerson Peres, Jarbas Passarinho, Virgílio Távora, Bonifácio de Andrada, Francisco Rossi, Joaquim Bevilacqua, Adolfo Oliveira e Siqueira Campos.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 41 Constituintes; votaram NÃO 49 Constituintes. Total: 90 votos. O Destaque foi **rejeitado**.

O Presidente pede licença aos Srs. Constituintes para juntar uma pequena observação a respeito deste assunto. Para o Itamarati é muito importante que não sejam acessíveis ao público determinados documentos, mesmo passados vinte anos. Eu, por exemplo, fui Ministro da Justiça, há mais de 20 anos. Tenho um arquivo particular, em minha casa, e um outro, que é oficial do Itamarati, que não posso publicar, comunicar nem difundir. Então, se este dispositivo fosse rejeitado seria criada uma situação delicada para a política externa brasileira. Era só esta observação que eu queria fazer. Muito obrigado.

**Destaque nº .104/87, do Sr. Vilson Souza, "que adita o § 13 do art. 6º do Substitutivo nº 1, (art. 5º do Substitutivo nº 2)". (90.ª votação)**

Em votação o Destaque nº 1.104, requerido pelo Constituinte Vilson Souza, referente ao texto do substitutivo: art. 6º, § 13. É o restabelecimento do parágrafo que vai ser lido. O texto é o seguinte:

**O SR. CONSTITUINTE JOÃO MENEZES:** – Sr. Presidente, qual é o número do destaque?

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – O número do Destaque é 1.104, requerido pelo nobre Constituinte Vilson Souza, referente ao texto do 1º Substitutivo, art. 6º, § 13.

O texto é o seguinte:

"Art. 6º, § 13. Ninguém será identificado criminalmente antes da condenação definitiva."

É esse o texto. O nobre Constituinte Vilson Souza, autor do texto, tem a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE VILSON SOUZA:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, a identificação criminal é feita na fase do inquérito policial. Esta é uma fase meramente investigatória, que pressupõe a apuração da autoria do delito através da observação dos indícios e das provas, para a formulação da culpa e, conseqüentemente, o oferecimento a denúncia na ação criminal. A identificação é um procedimento que acaba por se converter em constrangimento indevido à pessoa do indiciado.

Todos sabemos que o inquérito policial tem início com a representação da parte ofendida e é feito para levar ao conhecimento da autoridade policial fatos que possam de terminar a autoria de um ato delituoso. Mas, também, temos conhecimento de que a identificação datiloscópica e fotográfica causa um constrangimento indevido ao indiciado no procedimento de inquérito policial. Conseqüentemente, o destaque visa a restabelecer o § 13 do art. 6º do 1º Substitutivo do Relator, que diz:

"Ninguém será identificado criminalmente antes da condenação definitiva."

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Há outros oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Constituinte Jutahy Júnior, para argumentar a favor.

**O SR. CONSTITUINTE JUTAHY JÚNIOR:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a Assembléia Nacional Constituinte tem-se caracterizado, ao longo das suas votações, pela defesa do cidadão contra qualquer abuso do Estado. Neste aspecto, sentimos um significativo avanço na defesa dos direitos e garantias individuais. Tínhamos, no 1º Substitutivo apresentado pelo nobre Constituinte Bernardo Cabral, em seu § 13, o seguinte dispositivo:

"Ninguém será identificado criminalmente antes da condenação definitiva."

Estranhamos a ausência deste dispositivo no 2º Substitutivo. Achamos que tal ausência representa a manutenção de uma possibilidade muito cruel, contra o cidadão comum, de se ir a uma delegacia receber a identificação criminal muito antes de uma condenação definitiva. Os abusos cometidos é a marca indelével contra aquele cidadão não têm justificativa.

Já existe a identificação civil através da carteira de identidade, do título de eleitor e de tantos outros documentos. Como exigir, então, esta identificação antes da culpa definitiva? Também levantamos o seguinte argumento: é possível fazer até o exame datiloscópico nos cidadãos que não tenham carteira de identidade, mas, neste outro sentido, a identificação criminal é um abuso.

Gostaria, ainda, de registrar que tanto o Constituinte Vilson Souza como o ilustre Constituinte Jamil Haddad apresentaram destaque neste sentido. Havia, inclusive, projeto em tramitação no Senado Federal impedindo este abuso contra o cidadão. Por isso, peço aos nobres Constituintes que votem favorável ante reintegração no texto do 2º Substitutivo desta definição, porque acredito que é mais uma garantia para o cidadão contra o abuso do Estado.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem a palavra o nobre Constituinte José Lins.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Sr. Presidente, com o objetivo de ganharmos tempo, pergunto a V. Ex.ª se a matéria não está prejudicada, considerando que já se aprovou o § 17 do art. 5º.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Sr. Constituinte José Lins, o § 17 do art. 5º diz:

"Ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado da sentença penal condenatória."

Ao passo que o texto do artigo de que estamos tratando – § 13 – diz: "Ninguém será identificado ..." Em um há referência à culpabilidade; em outro, limita-se à identificação. Não há identidade de matérias.

Para falar contrariamente ao proposto, tem a palavra o nobre Constituinte José Thomaz Nonô.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ THOMAZ NONÔ:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a emenda apresentada, inequivocamente, tem o espírito de defesa dos direitos huma-

nos. Ao pretender, com a reinserção do § 13 do 1º Substitutivo, reafirmar a tese de que "ninguém será identificado criminalmente antes da condenação definitiva", temos certeza de que o objetivo do proponente foi o de afastar os abusos com a utilização da identificação criminal. A eliminação dos abusos, entretanto, não é suficiente por si só para justificar a supressão da identificação criminal necessária em todos os processos. Por isso, o nobre Constituinte Vilson Souza apresentou esta emenda.

Casos há, entretanto, em que é necessário ainda que se identifique criminalmente o acusado antes da condenação definitiva, motivo pelo qual nos pronunciamos contra o acolhimento da emenda. Dou um exemplo prático, de promotor que fui e sou – apenas temporariamente estou afastado do exercício das funções. Na hipótese de que corram concomitantemente vários inquéritos policiais em distritos diferentes, tendo o mesmo delinquentes como réu, é evidente que é necessária a feitura de identificação, sob pena de não se poder observar com clareza que é o mesmo ente, o mesmo agente, o autor em distintos processos correndo por distintos distritos. Dai por que oferecemos a Emenda nº 21.917-1, que contempla a hipótese da identificação criminal não apenas posterior à condenação, como propõe – e a ele nos associamos – o nobre Constituinte Vilson Souza, mas também outra:

"A identificação criminal, antes do trânsito em julgado da sentença condenatória, somente poderá ser utilizada para fins de instrução das investigações."

Com esta redação que propomos atingimos o duplice objetivo das emendas. De um lado, também coibimos os excessos, os abusos que, tenho certeza, inspiraram o autor do substitutivo para tentar suprimir a identificação criminal, mas, ao mesmo tempo, ressalvamos a hipótese factível, viável, já existente, da pluralidade de inquéritos que exigem coercitivamente a identificação criminal para que se averigue ser o mesmo autor aquele agente nos distintos processos. Pedimos, pois, a rejeição da emenda oferecida, porque, segundo a interpretação da Mesa, o acolhimento da emenda proposta pelo nobre Constituinte prejudicaria a nossa, que entendo mais correta e irmanada no mesmo espírito de defesa dos direitos humanos.

Sugiro ao nobre Relator que acolha as duas regras, que acolha a regra da identificação criminal posterior – vamos assim dizer – à sentença condenatória, mas, acolha esse princípio na fase do inquérito policial com a restrição que garante o direito humano na forma que, modestamente, oferecemos na Emenda nº 21.917. **(Muito bem! Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Para encaminhar contrariamente, também, tem a palavra o nobre Constituinte Egídio Ferreira Lima.

**O SR. CONSTITUINTE EGÍDIO FERREIRA LIMA:** – Sr. Presidente e Srs. Constituintes, se não estou enganado, a proposta contém uma impropriedade ou encerra um equívoco. Já aprovamos o princípio de que ninguém é considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal em processo legal. Não há identificação criminal antes da condenação; há uma identificação para efeito processual, identificação essa que é benéfica ao próprio indiciado, ao próprio acusado.

É importante que a Justiça que vai julgar o processo ou a ação penal saiba nitidamente e de maneira inconfundível quem é esse indiciado, até para que se comparem esses dados com possíveis outros responsáveis pelo delito que não aquele que está erroneamente sendo indicado.

O que ocorre normalmente é abuso da polícia, mas este dispositivo e outras garantias constantes do projeto que estamos votando e da própria legislação ordinária já existente são bastantes para que se evite com remédio processual próprio, o abuso. Não vejo como equivocada-

mente venha a se falar no texto constitucional em identificação criminal antes da existência do criminoso, porque ele não foi condenado e não há sentença com trânsito em julgado. Esses abusos são reparados de imediato depois da absolvição, quando a ação é julgada procedente, porque o juiz é obrigado a oficial à polícia dando o resultado da sua decisão.

A identidade criminal e o registro criminal, para efeito de estatística e até da segurança da sociedade, são feitos após a condenação, tanto que quando se requer a extinção da pena, quando se requer a recuperação, que é o instituto de Direito penal, pede-se ao juiz que officie para que o registro criminal e a identidade criminal sejam abolidos. Não há identificação criminal antes da sentença condenatória; portanto, sou contra a emenda.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, os argumentos aduzidos pelo eminente Constituinte Egídio Ferreira Lima colocaram o assunto nos seus devidos termos. S. Ex.<sup>a</sup> lembra, inclusive, que há uma decisão do Supremo Tribunal Federal nessa circunstância.

Devo esclarecer que a posição do Relator teve respaldo tendo em vista o problema do traficante de drogas, que ficaria completamente livre de qualquer registro em derredor dele.

Por isso, o Relator mantém a posição e, acompanhando os argumentos dos Constituintes Thomaz Nonô e Egídio Ferreira Lima, vota contra a emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – O Sr. Relator vota contra a emenda.

Em votação. Passa-se à chamada.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: **ilegível** Feitosa, Ademir Andrade, Carlos Mosconi, Cristina Tavares, Fernando Gasparian, Fernando Henrique Cardoso, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, José Freire, José Paulo Bisol, José Ulisses de Oliveira, Nelson Jobim, Nelson Friedrich, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Raimundo Bezerra, Sigmaringa Seixas, Wilson Martins, Antonio Mariz, Chagas Rodrigues, Euclides Scalco, Israel Pinheiro, João Natal, José Tavares, Miro Teixeira, Octávio Elísio, Roberto Brant, Rose de Freitas, Uldurico Pinto, Vicente Bogo, Vilson Souza, Darcy Pozza, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia, Bonifácio de Andrada, Brandão Monteiro, José Maurício, Bocayuva Cunha, Francisco Rossi, Joaquim Bevilacqua, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Siqueira Campos, Aldo Arantes, Roberto Freire, Jamil Haddad. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Aluizio Campos, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Carlos Sant'Anna, Egídio Ferreira Lima, João Calmon, José Geraldo, José Ignácio Ferreira, José Richa, Manoel Moreira, Nilson Gibson, Prisco Viana, Rodrigues Palma, José Costa, Afonso Arinos, Aloysio Chaves, Antonio Carlos Mendes Thames, Arnaldo Prieto, Carlos Chiarelli, Cristóvam Chiaradia, Edme Tavares, Eraldo Tinoco, José Jorge, José Lins, José Santana de Vasconcellos, José Thomaz Nonô, Luís Eduardo, Marcondes Gadelha, Mário Assad, Oscar Corrêa, Osvaldo Coelho, Paulo Pimentel, Ricardo Fiúza, Sandra Cavalcanti, João Menezes, Jonas Pinheiro, José Lourenço, Ricardo Izar, Antônio Carlos Konder Reis, Virgílio Távora, Gastone Righi e Adolfo Oliveira.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 47 Constituintes; votaram NÃO 42 Constituintes. Total: 89 votos. O Destaque foi **aprovado**. Em consequência, ficam prejudicados os Destaques nºs 2.803, 4.956 e 5.855.

Em votação o Destaque nº 4.018, requerido pelo nobre Constituinte Joaquim Haickel.

S. Ex.<sup>a</sup> não está presente. Prejudicado.

Em votação o Destaque nº 4.018, requerido pelo nobre Constituinte José Jorge, referente à Emenda nº 22.742/4.

O autor retira seu destaque.

**Destaque nº 0666-87, do Sr. Brandão Monteiro, "que adita ao art. 5º do Substitutivo nº 2 as alíneas "a", "b" e "e" do Inciso VII do art. 17 do Projeto de Constituição".**

Em votação o Destaque nº 666, requerido pelo nobre Constituinte Brandão Monteiro, referente ao texto do projeto da Comissão, art. 17, inciso V, letra **b**, mantém só a alínea **e**.

Tem a palavra o nobre requerente.

**O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO MONTEIRO:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, pretende o meu destaque resgatar a alínea **e** do inciso VII do art. 17 do Projeto de Constituição do Relator Bernardo Cabral. Tem a seguinte redação:

"Nos serviços públicos e atividades essenciais executados diretamente pelo Estado ou administrados sob o regime de permissão ou concessão, haverá obrigatoriamente uma comissão da qual participarão representantes do órgão permitente ou concedente da empresa permissionária ou concessionária de seus empregados e dos usuários, para efeito de fiscalização e planejamento, na forma da lei."

Sr. Presidente, consideramos de essencial importância, já que estamos fazendo a futura Constituição, que se resgate a participação popular sob a administração do Estado.

Sr. Presidente, falamos muito em democracia e a defendemos, e vejo muitos Constituintes aludirem à necessidade de democratização do Estado. Penso que a participação popular junto àqueles órgãos em que o Estado tem a obrigação e a responsabilidade de permitir ou conceder o serviço público é básico e fundamental.

Resgato aqui uma experiência que tive, quando Secretário de Transporte do Estado do Rio de Janeiro. Todos sabemos – só para particularizar esta questão – dos profundos problemas que envolvem o serviço público, o serviço concedido e o serviço permitido. Naquela oportunidade, durante dois anos, à frente da Secretaria dos Transportes, foi de fundamental importância aos serviços de transportes do Rio de Janeiro uma proposta que pusemos em prática, ou seja, a criação de conselhos com a participação dos usuários e dos trabalhadores – máxime quando se discuta o planejamento do sistema de transportes e a grave questão que ainda hoje angustia o povo brasileiro, que diz respeito às tarifas do serviço público.

É muito comum que os tecnocratas, ao assumirem a direção de órgãos do Estado, valendo-se da necessidade de reforma das tarifas públicas, ajam sem a mínima sensibilidade no que concerne à participação do povo, que, afinal, é quem sustenta os serviços públicos, não só pagando-os como diretamente colaborando com eles. Achamos que é de fundamental importância para ampliação do processo democrático brasileiro a participação dos usuários, dos trabalhadores em conselhos que possam fiscalizar as entidades públicas, participando da discussão, do planejamento e da solução dos problemas, basicamente dos problemas de tarifa.

Por isso entendo que resgatar o texto do projeto é básico para consagração da participação popular.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Palmas)

**O SR. CONSTITUINTE ADOLFO OLIVEIRA:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE ADOLFO OLIVEIRA:** – Sr. Presidente, tenho certeza de que esta mesma emenda foi

votada e derrotada quando ainda trabalhávamos no Senado Federal. Exatamente a mesma emenda, sem tirar nem pôr.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Vou conceder a palavra ao nobre Constituinte Gerson Peres, enquanto examinamos isso.

**O SR. CONSTITUINTE ADOLFO OLIVEIRA:** – É igual.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – A Mesa está ciente da informação prestada pelo nobre Constituinte Adolfo Oliveira. Apenas para precisá-la, dou a palavra ao Constituinte Gerson Peres, que já a havia solicitado para manifestar-se contrariamente. Enquanto isso, a Secretaria vai verificar se a informação é absolutamente procedente. Sou obrigado a verificar.

Com a palavra o nobre Constituinte Gerson Peres.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, apenas para lembrar – não ia ocupar o tempo – que esta emenda já foi apreciada quando a discutimos no Senado Federal. De forma que ela é redundante e inócua. Nós a rejeitamos. É matéria vencida. É bom lembrar isso à Mesa. Não quero dizer mais nada, apenas isto. Ela já foi rejeitada.

**O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO MONTEIRO:** – Sr. Presidente, gostaria de ouvir a Secretaria, a Mesa, enfim, porque não faltei a nenhuma das sessões da Comissão de Sistematização. Obviamente que retirei algumas emendas, porque tinha consciência de que estavam prejudicadas. Afirma o nobre Constituinte Adolfo Oliveira, com apoio do Constituinte Gerson Peres, que ele já foi votado. Entretanto, gostaria que a Mesa definisse se ele está prejudicado por votação anterior.

**O SR. CONSTITUINTE ADOLFO OLIVEIRA:** – Sr. presidente, pela ordem.

Acredito que o nobre Constituinte Brandão Monteiro concordará – e sem dúvida estaremos de acordo – em que seja feita transferência da votação dessa emenda para logo após a Mesa ter esclarecido se se trata do mesmo texto que já foi rejeitado.

**O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO MONTEIRO:** – Sem dúvida, a proposição de V. Ex.<sup>a</sup> é inteligente e ajuda os trabalhos. Mas gostaria de me informar, através da Secretaria.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – A Mesa adia a votação até que possa ser dada a V. Ex.<sup>a</sup> uma informação precisa.

Em votação o Destaque nº 7.879, requerido pelo Constituinte Nilton Friedrich, referente ao texto do Projeto, art. 17; somente a letra "d" do inciso VII. Não está presente o nobre Constituinte Nilton Friedrich. Declaro prejudicado o destaque.

**Destaque nº 000057/87 – Emenda nº ES-24.833-2, do Sr. Cunha Bueno, "que acrescenta artigo ao Título II, Capítulo I do Substitutivo nº 2 (91.<sup>a</sup> votação)**

Em votação o Destaque nº 57, requerido pelo nobre Constituinte Cunha Bueno, referente à Emenda nº 24.833, de autoria do nobre Constituinte requerente:

"Inclua-se, onde couber, no Capítulo I do Título II: Ao cidadão maior de 16 (dezesesseis) anos é atribuída a responsabilidade penal."

Segue-se justificativa.

Tem a palavra o nobre Constituinte para encaminhar.

**O SR. CONSTITUINTE CUNHA BUENO:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, dentro de alguns dias deveremos também votar na Comissão de Sistematização o direito de o cidadão maior de dezesseis anos ser eleitor. Existe um movimento generalizado no País a fim de se dar a maioria aos dezesseis anos, seja através da Carteira de



Habilitação, do direito de voto e tantas outras prerrogativas hoje em dia oferecidas somente aos maiores de dezoito anos.

Ao propormos seja atribuída responsabilidade penal ao cidadão maior de dezesseis anos, temos por escopo reforçar no jovem a consciência de sua responsabilidade face aos direitos e deveres perante a sociedade da qual é partícipe.

Acreditamos que assim estaremos contribuindo para reduzir o elevado índice de delinquência juvenil, muitas vezes impune sob a alegação da condição de minoridade estabelecida pelo atual Código Penal. Este Capítulo não pode omitir a atribuição de responsabilidade penal, posto que a matéria é pertinente a quase todos os dispositivos.

Temos observado, Sr. Presidente, que em se tratando dos menores, quantas e quantas vezes, sob a alegação "sou menor", crimes são cometidos, uma, duas, repetidas vezes, em prejuízo da sociedade trabalhadora e organizada. Portanto, a emenda que fizemos é para que também seja atribuída ao cidadão menor de 16 anos a responsabilidade penal.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Não estamos sabendo qual a emenda que estamos votando.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – É o destaque nº 0057, requerido pelo nobre Constituinte Cunha Bueno. Tem a palavra o nobre Constituinte Nelson Aguiar.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON AGUIAR:** – Sr. Presidente, nobres membros da Comissão de Sistematização, solicitei a palavra para falar contra esta emenda. Gostaria de fazer um apelo, do fundo do meu coração, no sentido de que V. Ex.<sup>as</sup> olhassem com carinho o problema e recusassem essa proposta.

Vou lembrar mais uma vez que fui Presidente da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor. Àquela época, informei ao Dr. Campos Neto, juiz recém-falecido, que a Funabem estava em condições de acolher e manter a guarda dos assassinos de Mônica, na época. Meu pedido foi recusado, porque os assassinos tiveram direito a ficar numa prisão onde havia geladeira e todo o conforto. Ao sair da Funabem, deixei presos dezessete mil menores cujo único crime foi o de esta Nação tê-los abandonado por aí fora.

Lembro-me de que, quando era Ministro da Justiça o ilustre Constituinte Fernando Lyra, os Srs. Secretários de Segurança de todo o País realizaram um encontro em Brasília, oportunidade em que a propuseram a redução da idade penal de dezoito para dezesseis anos, porque essa forma – acreditavam – iriam resolver o problema do menor abandonado: apanhá-los e enviá-los para trás das grades. (Palmas.)

Srs. Constituintes, a aprovação desta proposta seria o maior absurdo, pois estaríamos, a despeito de combater o crime cometendo um crime contra a infância deste País, violentada pela fome, pela miséria e pelo abandono. (Muito bem.) Vou fazer um apelo de pai a V. Ex.<sup>as</sup> não cometam esse erro, porque isso nos levaria a construir prisões e penitenciárias para confinar os filhos dessa República, a quem estamos negando o direito à escola, ao alimento, à saúde, ao amparo, ao amor e à felicidade. Esta é uma proposta fascista de quem não tem compromissos com esta Nação.

Muito obrigado. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Para encaminhar, também em sentido contrário, concedo a palavra ao nobre Constituinte Aécio Neves.

**O SR. CONSTITUINTE AÉCIO NEVES:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, não posso realmente entender que contribuição o ilustre Constituinte Cunha Bueno quer dar a este País, a este novo Brasil que pretendemos construir após a promulgação da nova Constituição, trazendo os

jovens de 16 anos à responsabilidade penal. Se queremos realmente diminuir o índice de criminalidade, devemos combater, de imediato, as causas dessa violência e não punir os jovens de 16 anos, fazendo-os participar desse sistema penitenciário viciado que combatemos e sobre o qual discutimos hoje com profundidade. Os jovens de 16 anos têm participado e buscado dar mostras de sua vivência na discussão dos grandes temas nacionais. Não queremos cadeia para os jovens. Queremos, educação, saúde, que a juventude tenha o direito de votar, para que não seja chamada indefinidamente de o futuro deste País. Os jovens são o presente e deverão exercer o seu direito à cidadania. A Constituição deverá assegurar que 25% das verbas estaduais e municipais e 18% do Orçamento da União sejam destinados à educação. E deverá garantir um sistema unificado de saúde para que os jovens tenham as mínimas condições de educar e possam civilizada e ativamente participar da vida nacional.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, da maneira mais veemente possível colocamo-nos contrários a este absurdo proposto pelo Sr. Constituinte Cunha Bueno. O jovem de 16 anos jamais deverá ser punido. Ele deverá, sim, ter condições de contribuir efetivamente para um país justo e solidário. Neste momento, ao mesmo tempo em que me coloco contrário a esta proposta, reafirmo o meu desejo de lutar, juntamente com os demais Constituintes, para que a juventude possa contribuir para a grandeza deste País. Vamos aprovar o direito ao voto para os maiores de 16 anos e rechaçar, de forma veemente a extensão da responsabilidade penal a este mesmo jovem.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Não há mais oradores inscritos.

A Presidência, devido ao adiantado da hora, vai colocar o destaque em votação e depois encerrar a sessão. Mas, antes de fazê-lo, a Presidência pede a atenção dos nobres Constituintes para um documento que vai ler, de S. Ex.<sup>a</sup>, o Sr. Presidente Ulysses Guimarães, Presidente da Assembléia Nacional Constituinte. S. Ex.<sup>a</sup> adverte que este documento não será colocado em discussão, pois destina-se apenas ao conhecimento dos ilustres membros da Comissão de Sistematização. O documento será publicado no **Diário da Constituinte** e, provavelmente, na imprensa nacional. Peço a atenção dos nobres companheiros. Terminada a votação, vou ler o documento e encerrar a sessão.

Em votação o destaque.

#### (Procede-se à votação)

**O SR. CONSTITUINTE CUNHA BUENO:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem. A emenda já foi derrotada e, para adiantar os trabalhos, solicito a V. Ex.<sup>a</sup> a retirada da mesma, se possível.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Eu me inclinaria a atender a solicitação de V. Ex.<sup>a</sup> pessoalmente. Mas, segundo informação da assessoria técnica, há precedentes de solicitações idênticas terem sido negadas. Assim, não posso infringir um precedente.

Continua a chamada.

#### (Prossegue a votação)

Votou **SIM** o Senhor Constituinte: Francisco Rossi. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Aluizio Campos, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Carlos Mosconi, Carlos Sant'Anna, Cid Carvalho, Egídio Ferreira Lima, Fernando Gasparian, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, João Calmon, José Freire, José Ignácio Ferreira, José Paulo Bisol, José Richa, José Serra, José Ulisses de Oliveira, Manoel Moreira, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nelton Friedrich, Nilson Gibson, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Prisco Viana, Raimundo Bezerra, Rodrigues Palma, Sigmaringa Seixas, Virgildásio de Senna, Wilson Martins, Aécio Neves, Antonio

Mariz, Chagas Rodrigues, Euclides Scalco, Israel Pinheiro, João Natal, José Tavares, Marcos Lima, Miro Teixeira, Octávio Elísio, Rose de Freitas, Uldurico Pinto, Vicente Bogo, Vilson Souza, Afonso Arinos, Aloysio Chaves, Antoniocarlos Mendes Thame, Arnaldo Prieto, Carlos Chiarelli, Christóvam Chiaradia, Eraldo Tinoco, José Jorge, José Lins, José Santana de Vasconcellos, José Thomaz Nonô, Luís Eduardo, Marcondes Gadelha, Mário Assad, Oscar Corrêa, Osvaldo Coelho, Paulo Pimentel, Ricardo Fiúza, Sandra Cavalcanti, Enoc Vieira, Jonas Pinheiro, Paes Landim, Ricardo Izar, Antônio Carlos Konder Reis, Gerson Peres, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia, Virgílio Távora, José Maurício, Luiz Salomão, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Antônio Oliveira, Siqueira Campos, Aldo Arantes e Roberto Freire.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votou SIM 1 Constituinte; votaram NÃO 87 Constituintes. Total: 88 votos. O Destaque foi **rejeitado**.

**O SR. CONSTITUINTE EGÍDIO FERREIRA LIMA:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE EGÍDIO FERREIRA LIMA:** – Sr. Presidente, se V. Ex.<sup>a</sup> permitir, gostaria que se fizesse registro de uma sugestão ao nobre Relator Bernardo Cabral, a qual tem a ver com a votação verificada no curso desta sessão.

Aprovamos emenda que introduz no texto do projeto a proibição da identificação criminal. Creio que o autor da emenda e o Plenário que votou pela sua aprovação estavam querendo proibir a identificação criminal antes do trânsito em julgado da condenação. Gostaria de sugerir ao relator – e o faço publicamente para que conste dos Anais – que, ao redigir a emenda, dissesse que a identificação, para efeito processual, somente será lançada no registro criminal após o trânsito em julgado da sentença condenatória. Com esta redação, ou outra mais aperfeiçoada neste sentido, creio que se atende ao Plenário e ao alcance da medida, sem que se cometa um grave erro técnico.

**O SR. CONSTITUINTE ADOLFO OLIVEIRA:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Adolfo Oliveira.

**O SR. CONSTITUINTE ADOLFO OLIVEIRA:** – Quero pedir a atenção do Plenário para um esclarecimento. Afirmei que já havia sido votado anteriormente um destaque nos mesmos termos daquele que chegou a ser submetido à Casa, por iniciativa do ilustre Constituinte Brandão Monteiro. Temos aqui a terceira lista de votação, do dia 27 de setembro do Destaque nº 7.878, de iniciativa do Constituinte Nelson Friedrich. Falaram a favor o autor do destaque, Nelson Friedrich, e o ilustre Constituinte Luiz Salomão; manifestou-se contra o Constituinte Gerson Peres. O destaque refere-se ao art. 17, item VII, letras **a** e **e**, participação direta do projeto da Comissão de Sistematização. O resultado da votação do destaque foi: **sim**, 32; **não**, 60. O destaque foi rejeitado. O destaque de agora refere-se ao art. 17, item VII, alínea **a**, **b** e **e**. É exatamente o mesmo, conforme não me traiu a lembrança.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Considera-se prejudicado o destaque do Constituinte Brandão Monteiro, em razão de explicação fornecida pelo relator.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – Sr. Presidente, V. Ex.<sup>a</sup> deve lembrar que a Comissão de Sistematização, há mais de três meses, votou o Projeto de Decisão nº 4, que veda, sob qualquer fórmula, a conversão da dívida externa, no todo ou em parte, em capital de risco no território nacional.

O projeto de decisão foi aprovado na Comissão de Sistematização e já está há mais de três meses aguardando

o seu encaminhamento ao Plenário da Assembléia Nacional Constituinte para a devida votação, conforme determina o Regimento Interno desta Assembléia. Gostaria de saber de V. Ex.<sup>a</sup> se o Presidente ou a Mesa da Assembléia Nacional Constituinte tem poderes para encaminhar o projeto de decisão à Câmara dos Deputados sem que o mesmo tenha sido apreciado pelo Plenário desta Assembléia.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – A questão de ordem de V. Ex.<sup>a</sup> será examinada em seu conteúdo, e as providências serão tomadas junto ao Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, a mesma autoridade da Câmara dos Deputados.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem a palavra V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Ainda não tive oportunidade de me manifestar sobre o requerimento do nobre Constituinte Egídio Ferreira Lima. S. Ex.<sup>a</sup> sugeriu que este relator, por ocasião da redação final, insira o seguinte:

"A identificação, para efeito criminal, só será lançada no registro criminal após o trânsito em julgado."

É evidente que isso seria um precedente da maior seriedade, com o qual o relator não pode aquiescer, lamentavelmente. Mas o texto aprovado diz:

"Ninguém será identificado criminalmente antes da condenação definitiva."

O que pressupõe que, após o trânsito em julgado, aquele que cometeu o crime será julgado, lançado no rol dos culpados e, automaticamente, à identificação criminal. Por isso a posição do relator é essa.

**O SR. CONSTITUINTE NELTON FRIEDRICH:** – Sr. Presidente, pela ordem.

Quando da apreciação da emenda de autoria do ilustre Líder Brandão Monteiro, que praticamente ficou suspensa até a manifestação do ilustre Sub-relator, que confirmou que em decisão anterior essa matéria estaria prejudicada, eu mesmo fiquei na expectativa porque pretendia até defender a proposta do Constituinte Brandão Monteiro e meu Destaque nº 7.979, que é exatamente uma letra diferente daquelas apresentadas. Como a matéria era similar, fiquei aguardando essa decisão, já que, na minha opinião, a proposta do Constituinte Brandão Monteiro era muito melhor. Mas fui prejudicado, porque o assunto ficou suspenso, e minha emenda seguiria a do Constituinte Brandão Monteiro.

Sr. Presidente, requeiro a V. Ex.<sup>a</sup> que me permita defender esta solicitação – é apenas de uma letra – enquanto a proposta recuperada pelo Constituinte Brandão Monteiro é de três letras.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Estou informado de que a proposta de V. Ex.<sup>a</sup> não foi apreciada em virtude de sua ausência em plenário. Conseqüentemente, ficou prejudicada. V. Ex.<sup>a</sup> foi chamado, mas estava ausente. Daí por que se decidiu que estava prejudicada.

Farei agora a leitura do documento a que há pouco me referi, pedindo a atenção dos nobres Constituintes, declarando que vou encerrar a sessão logo após, porque não há matéria em discussão que possa ser resolvida hoje.

**O SR. CONSTITUINTE OSWALDO LIMA FILHO:** – Sr. Presidente, antes que V. Ex.<sup>a</sup> encerre a sessão, como acabou de anunciar, levanto, à guisa de questão de ordem, a seguinte observação: em uma das sessões passadas, a Mesa, a requerimento do nobre Constituinte Francisco Dornelles, adotou a prática de consultar o Plenário sobre os destaques antes de iniciar a votação. Essa prática pareceu abreviar nossos trabalhos – anseio geral. Indago por que motivo a Mesa desistiu de continuar a adotar esse procedimento.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – O Presidente está sendo informado de que a praxe aqui seguida é a de consulta ao Plenário para que se manifeste simbolicamente sobre a aceitação do destaque. Se a solução for incerta ou duvidosa, procede-se à votação nominal. É o que acabo de ouvir do assistente técnico da Mesa.

Vou ler a decisão a que me referi:

"Brasília, 5 de outubro de 1987.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar ao eminente Presidente decisão da Mesa da Assembléia Nacional Constituinte, em sua reunião de hoje, a respeito da dilatação de prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão de Sistematização.

Aproveito o ensejo para renovar a Vossa Excelência os meus protestos de consideração e apreço. – Constituinte **Ulysses Guimarães**, Presidente da Assembléia Nacional Constituinte."

A íntegra da comunicação é a seguinte:

"A Mesa da Comissão de Sistematização, através de seu Presidente, Senador Afonso Arinos e de seu Vice-Presidente, Deputado Brandão Monteiro, em exposição oral reportaram-se a Requerimento aprovado no respectivo Plenário, solicitando o seguinte ao Presidente da Assembléia Nacional Constituinte: "permitir a prorrogação até 30 dias, a partir do dia 8 de outubro" do prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão.

O Presidente e a Mesa da Assembléia Nacional Constituinte, com fundamento nos arts. 3º, inciso I, 5º, inciso XVI, do Regimento Interno, face à solicitação, tomaram as seguintes resoluções:

#### Prazos

1. Dia 28-10 (4ª-feira) – Término do prazo da Comissão, inclusive com a aprovação da Redação final;
2. Dia 29-10 (5ª-feira) – Impressão do avulso;
3. Dia 30-10 (6ª-feira) – Distribuição dos avulsos;
4. Dias 31-10 (sábado) e 1º-11 (domingo) – Apresentação de destaques;
5. Dias 2-11 (2ª-feira), 3-11 (3ª-feira) e 4-11 (4ª-feira) – Classificação dos destaques para a votação em Plenário da Assembléia Nacional Constituinte;
6. Dia 5-11 (5ª-feira) – Início da votação em Plenário.

#### Observações

O prazo é computado em dias, não em sessões. Não será interrompido, inclusive aos sábados, domingos e feriados. Num mesmo dia podem ser realizadas várias sessões ou haver sucessivas prorrogações de uma mesma sessão.

Para possibilitar a decisão sobre os 330 artigos restantes do Substitutivo, faz-se necessário a média de votação mínima de 17 artigos por dia.

A Presidência formula empenhado apelo aos autores de destaques no sentido de que com os respectivos Líderes façam a revisão dos mesmos, a fim de desistirem ou retirá-los, como indispensável colaboração para que se ultime a elaboração da Constituição conforme a expectativa da Nação.

A dilatação de prazos ora concedida é o reconhecimento do esforço e da qualidade do trabalho que vem sendo desenvolvido pela Comissão de Sistematização. A Mesa da Assembléia Nacional Constituinte está convicta de que interpreta a consciên-

cia de que estão possuídos seus dignos integrantes de que a dedicação plena e o emprego contínuo de todas as suas energias devem ser mobilizados para que a Nação tenha, sem delongas imperdoáveis, as definições essenciais para a normalidade de sua vida institucional, econômica e social, com a promulgação da Constituição.

Está convicta, outrossim, de que o tempo ora deferido à Comissão de Sistematização será recuperado com votação mais breve no Plenário da Assembléia Nacional Constituinte."

#### V – SUSPENSÃO DA REUNIÃO

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – A Presidência vai suspender os trabalhos, convocando os Senhores Constituintes para a continuação da presente reunião, amanhã, 6-10-87, às 14:00 horas.

Está suspensa a reunião.

#### EM 6 DE OUTUBRO DE 1987

Presidência dos Srs.: **Brandão Monteiro**, Segundo-Vice-Presidente; **Jarbas Passarinho**, Terceiro-Vice-Presidente; **Afonso Arinos**, Presidente e **Fernando Henrique Cardoso**, Quarto-Vice-Presidente.

#### I – REABERTURA DA REUNIÃO

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Havendo número regimental, declaro reaberta a reunião.

#### II – EXPEDIENTE

**Ofício do Sr. Constituinte José Maria Eymael:**

"Excelentíssimo Senhor  
Senador Afonso Arinos  
Digníssimo Presidente da  
Comissão de Sistematização  
Senhor Presidente:

Requeiro, na forma regimental, a reclassificação do Destaque nº 7.718/87, de minha autoria, que por incorreção de datilografia refere-se ao § 4º do art. 9º do segundo Substitutivo e não ao art. 8º, que aliás não tem parágrafo.

Sala de Reuniões, 6 de outubro de 1987. – Constituinte **José Maria Eymael**."

#### III – COMUNICAÇÕES

**Da Mesa da Comissão de Sistematização:**

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – A Mesa comunica ao Plenário da Comissão, consubstanciada na reunião que hoje fez realizar pela manhã, quando todos os Srs. membros da Comissão tomaram conhecimento da decisão da Mesa da Assembléia Nacional Constituinte, ontem lida pelo Presidente Afonso Arinos, de que houve por bem fixar um cronograma para as nossas reuniões futuras a partir de hoje.

Assim, teremos, de segundas às quintas-feiras, reuniões de 14:30 às 20:30 horas; às sextas-feiras, de 9:00 às 13:00 horas e de 15:00 às 20:00 horas e aos sábados de 9:00 às 13:00 horas, podendo as reuniões serem prorrogadas.

Esta foi a solução definida pela Mesa da Comissão de Sistematização.

Nós iremos distribuir ao Plenário, para ficar mais bem fixado, o cronograma das nossas reuniões.

**O SR. CONSTITUINTE ERALDO TINOCO:** – Sr. Presidente, congratulo-me com essa decisão da Mesa da Comissão de Sistematização. Aqui se está fazendo um trabalho sério, criterioso e não apenas um faz-de-conta.

Ao registrar este aplauso à Mesa da Comissão de Sistematização, está implícito um protesto em relação à

decisão da Mesa da Assembléia Nacional Constituinte, que está encarando o trabalho desta Comissão de uma maneira inteiramente inadequada. Quem está acompanhando os nossos trabalhos verifica que não podemos ter um prazo para votação de um projeto, desde que as emendas e os destaques apresentados têm que ser respeitados, a não ser que o próprio Constituinte desista deles. Evidentemente, não se pode fazer uma apreciação superficial das matérias, nem há como votá-las de uma forma mais rápida do que está acontecendo.

Deveria a Mesa da Constituinte, antes de tentar colocar essa "camisa-de-força", ter agido dentro das suas próprias competências e colocado o painel eletrônico em condições de funcionamento desde o início dos trabalhos desta Comissão. Desde que a Mesa da Assembléia Nacional Constituinte não tomou tal providência, não tem a menor condição de ditar normas, aconselhamentos ou formas de procedimento desta Comissão. Desde já, acredito que devemos fixar uma posição inarredável desta Comissão, que é aquela de o nosso trabalho prosseguir até o último instante, quando for votado o último artigo, o último dispositivo das Disposições Transitórias. Só assim poderemos aceitar o encerramento dos nossos trabalhos e não podemos, de forma alguma, acatar uma repreensão que está contida neste documento encaminhado pelo Ex.<sup>mo</sup> Sr. Presidente da Assembléia Nacional Constituinte.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Nobre Constituinte Eraldo Tinoco, a Mesa, ao tomar essa decisão antes anunciada, buscou exprimir o sentimento do Plenário da Comissão de Sistematização. **(Palmas)** Agradecemos as referências feitas por V. Ex.<sup>a</sup> e aproveitamos a oportunidade para informar aos Srs. membros da Comissão que, praticamente, a partir de terça-feira, estaremos em condições de proceder à votação através do painel eletrônico. Obviamente, deveremos fazer, também, antes, uma reunião de uma hora, digamos, de treinamento, para que não tenhamos dificuldades nas votações. Provavelmente, a partir da próxima terça-feira, as votações deverão ser eletrônicas, o que, por certo, facilitará em muito o nosso trabalho. Muito obrigado.

#### IV – ORDEM DO DIA

##### VOTAÇÃO DO PROJETO DE CONSTITUIÇÃO

##### TÍTULO II (continuação)

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Em votação o Destaque nº 58, requerido pelo Constituinte Cunha Bueno, referente à Emenda nº 27030. S. Ex.<sup>a</sup> se encontra presente? **(Pausa)** Está prejudicado o destaque.

Em votação o Destaque nº 205, requerido pela Constituinte Moema São Thiago, referente à Emenda nº 32961. S. Ex.<sup>a</sup> se encontra presente? **(Pausa)** Ausente. Prejudicado o destaque.

Em votação o Destaque nº 2017, requerido pelo Constituinte Eduardo Jorge, referente à Emenda nº 20042, do próprio autor do destaque. **(Pausa)** Retirado.

Em votação o Destaque nº 2128, requerido pelo Constituinte João Paulo, referente à Emenda nº 29645, do próprio autor. **(Pausa)** Na ausência de S. Ex.<sup>a</sup>, fica prejudicado o destaque.

Novamente, um destaque da Constituinte Moema São Thiago, de nº 207, referente à Emenda nº 32967, também prejudicado pela ausência de S. Ex.<sup>a</sup>.

Destaque nº 4669-87, requerido pela Constituinte Lúcia Braga, referente à Emenda nº 26167-3. **(Pausa)** Ausente. Prejudicado o destaque.

Em votação o Destaque nº 6062, requerido pela Constituinte Anna Maria Rattes, referente à Emenda nº 31023-2. **(Pausa)** Prejudicado o destaque.

Em votação o Destaque nº 250, requerido pelo Constituinte Lysâneas Maciel, referente à Emenda nº 34048. **(Pausa)** Prejudicado.

Em votação o Destaque nº 1132, requerido pelo Constituinte Vivaldo Barbosa, referente à Emenda nº 7209, do próprio autor. **(Pausa)** Ausente. Prejudicado.

Em votação o Destaque nº 7129, requerido pelo Constituinte Maluly Neto, referente à Emenda nº 7984. **(Pausa)** Ausente. Prejudicado.

Em votação o Destaque nº 516, requerido pelo Constituinte José Genoíno, referente a Emenda nº 6645, do próprio autor. **(Pausa)** O próprio autor o retira.

Com todas as dificuldades que existem no plenário, com apenas dois microfones, seria sobretudo de valia que os Srs. Constituintes utilizassem os microfones em suas questões de ordem.

**O SR. CONSTITUINTE LUIZ SALOMÃO:** – Sr. Presidente, pela ordem. **(Assentimento da Presidência)** A relação que V. Ex.<sup>a</sup> está lendo não confere com aquela que foi distribuída pela Secretaria da Comissão aos Constituintes. Deste modo, está extremamente difícil de acompanhar o andamento dos trabalhos que V. Ex.<sup>a</sup> está encaminhando.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Constituinte Luiz Salomão, segundo uma rápida visão da listagem distribuída, não existem diferenças na ordem seguida. Alguns destaques são iguais; por isso, a Mesa, quando os organiza, não vê diferenciação neste aspecto.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ MARIA EYMAEL:** – Sr. Presidente, pela ordem!

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Pois não, tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra, pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ MARIA EYMAEL:** – Sr. Presidente, qual é a razão pela qual a Mesa não pode seguir esta relação que nos foi distribuída?

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Constituinte José Maria Eymael, há emendas que são correlatas, e uma prejudica a outra. Evidentemente, quando se faz a seleção, em face do que V. Ex.<sup>a</sup> recebeu, tem-se que obedecer este critério.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ MARIA EYMAEL:** – Sr. Presidente, pediríamos a V. Ex.<sup>a</sup> que quando fosse anunciada uma emenda que não constasse nesta relação, que fizesse esta referência, porque senão não temos condição de acompanhar o andamento dos trabalhos.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – A Mesa anota a sugestão de V. Ex.<sup>a</sup>.

**Destaque nº 518-87 – Emenda nº 1P-6662-0, do Sr. José Genoíno, "que adita alínea ao inciso XV do art. 12 ao Projeto de Constituição (art. 5º do Substitutivo nº 2)".**

Em votação o Destaque nº 518, do eminente Constituinte José Genoíno, referente à Emenda nº 6.662.

Antes de conceder a palavra ao Constituinte José Genoíno, farei uso da palavra para um rápido esclarecimento da Mesa. Como os Srs. Constituintes viram e receberam, a Mesa da Comissão de Sistematização estabeleceu o seu organograma. E, desde logo, deveríamos informá-los de que, na segunda-feira, feriado, haverá votação a partir das 14 horas, não ocorrendo, entretanto, sessão no domingo. Só para esclarecer, porque alguns Srs. Constituintes precisam programar suas viagens.

Com a palavra o Sr. Constituinte José Genoíno.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Rapidamente para dar conhecimento à Comissão de Sistematização do teor da emenda, que diz exatamente o seguinte:

"Não haverá, além do disposto nessa Constituição, legislação especial para crime político."

Qual o sentido dessa emenda, Sr. Presidente? Em primeiro lugar, o texto constitucional expressa, qualifica, representa a ordem constitucional, abarcando os vários aspectos da organização política, da organização econômica e social. Ele é a própria Constituição, que é o documento básico, essencial e chave para referenciar a conceituação de crime político.

Portanto, o que não está previsto, o que não está disposto nesta Constituição não pode aparecer na legislação ordinária, criando a figura do crime político, porque temos uma tradição na história constitucional brasileira que vem da década de 1930, quando surgiu a Lei de Segurança Nacional, que através de legislação ordinária especial se instituiu uma codificação e qualificação do crime político com uma gravidade, profundidade e abrangência tamanha que o próprio texto constitucional não se constituía na peça fundamental, enquanto referência para se qualificar e julgar os crimes políticos.

É claro que há determinado tipo de crime previsto na Constituição, como crimes de responsabilidade, como as garantias individuais e coletivas, como as garantias do Estado e os casos previstos em relação aos mecanismos de defesa do Estado, muitos deles, inclusive, com o voto discordante deste Constituinte que está qualificado no texto constitucional.

Por último, Sr. Presidente, esta emenda objetiva criar um obstáculo – e vamos ser claro na informação – para que, amanhã, não tenhamos um novo tipo de lei de segurança nacional, como existe hoje, como existia no passado, que, certamente, colidirá com o texto constitucional no que diz respeito às liberdades individuais e às garantias dos direitos. Por isso, o objetivo da nossa emenda é criar um remédio eficaz que possa impedir, amanhã, o surgimento de uma lei especial, uma lei ordinária que qualifique o crime político.

No nosso entender, a conceituação, as determinações, as especificações do crime político devem estar abarcadas no texto constitucional em todos os seus itens e artigos. Por isso, apelo pela aprovação da Emenda nº 6.662, do Destaque nº 518. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Para encaminhar contrariamente, tem a palavra o Sr. Constituinte Aluizio Campos.

**O SR. CONSTITUINTE ALUÍZIO CAMPOS:** – Sr. Presidente, Srs. membros da Comissão, eu não vou propriamente encaminhar contra, eu vim mais pedir um esclarecimento ao nobre Constituinte José Genoíno, para que S. Ex.<sup>a</sup> informe se o propósito constante da sua emenda é o de somente permitir a caracterização de crime político através de lei complementar. Eu gostaria de ter este esclarecimento do autor do destaque. Se impedindo que a capitulação do crime possa constar de lei comum, S. Ex.<sup>a</sup> deseja que somente possa sê-lo através de lei complementar?

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Nobre Constituinte Aluizio Campos, para dar o esclarecimento, o texto é claro: legislação ordinária especial, é isso...

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Constituinte José Genoíno, V. Ex.<sup>a</sup> sabe que não há aparte em encaminhamento.

**O SR. CONSTITUINTE ALUÍZIO CAMPOS:** – Não! Mas eu pedi um esclarecimento ao nobre Constituinte José Genoíno.

Entendo, Sr. Presidente, que neste caso não tenho nada a opor à emenda do eminente Constituinte.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Com a palavra o Constituinte Egídio Ferreira Lima, que encaminhará contra.

**O SR. CONSTITUINTE EGÍDIO FERREIRA LIMA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a Constituição não defi-

ne nem tipifica os crimes. Ela faz enunciados e por vezes se encontram disposições perfeitamente pertinentes, que o descumprimento do que está contido naquele comando se constitui crime de responsabilidade e até mesmo pode significar uma infração penal. Se o nobre Constituinte José Genoíno tivesse dito que a legislação ordinária somente poderia definir como crime e tipificá-los como políticos aqueles referidos e enunciados pela Constituição, não se teria tecnicamente o que dizer quanto à emenda, ficaria só o exame do mérito. Como punir alguns crimes que são políticos, como o terrorismo que muitas vezes assume clara e nítida característica de crime político sem que a legislação, sem que a lei ordinária especial qualifique e determine apenas no seu máximo, no seu mínimo, a pena principal e as penas acessórias.

Acho que elaborar a Constituição é também um dever e uma obrigação técnica. Não podemos pôr na Constituição enunciados que não têm nenhuma precisão técnica e por isso não terão nenhum alcance e nem poderão ser aplicados. Por isso, manifesto-me contrário à Emenda do Constituinte José Genoíno. Ela, sob o ponto de vista penal, é uma aberração.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Como o Constituinte Aluizio Campos inscrevera-se para encaminhar contra e, imediatamente, após os esclarecimentos informou que nada tinha a ver contra a emenda do Constituinte José Genoíno, passo a palavra ao nobre Constituinte José Maria Eymael, que encaminhará contra.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Sr. Presidente, é para comunicar à Mesa que estou retirando o destaque.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Retirado o destaque do nobre Constituinte José Genoíno. (Palmas)

**Destaque nº 549/87 – Emenda nº 1P-06627-1, do Sr. José Genoíno, "que adita alínea ao art. 12, inciso VIII, do projeto de Constituição (art. 5º do Substitutivo nº 2)".**

Ainda o destaque do Constituinte José Genoíno, de nº 549, referente à Emenda nº 6.627, do próprio autor.

Com a palavra o nobre Constituinte José Genoíno.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Sr. Presidente, o teor da emenda é o seguinte:

"O Estado não poderá operar serviços ou arquivos de informações sobre convicções políticas, sindicais ou religiosas das pessoas."

Qual o objetivo dessa emenda, Sr. Presidente? Se a Constituição garante a liberdade de opinião, se a Constituição garante a liberdade religiosa, se a Constituição garante a liberdade sindical, pela experiência brasileira, convém que essas liberdades, que estão já aprovadas e garantidas, com exceção da liberdade sindical, que ainda vamos discutir, devemos criar um dispositivo que dificulte, que impeça o Estado ter serviços de informações especiais, arquivos sobre essas convicções políticas.

Não estamos longe do tempo em que muitos políticos – inclusive os que hoje estão no poder – tiveram suas fichas motivadas por convicções políticas. Preciso bem as expressões "convicções políticas", "convicções religiosas" e "atividades sindicais". É algo preciso. Não estou com essa emenda criando um obstáculo intransponível; pelo contrário, estou dando oportunidade para que o Estado tenha outros mecanismos de informações necessários e imprescindíveis dentro da ordem dos que defendem o Poder que está aí, para sua segurança em relação à questão de segredo de Estado, à questão militar e a assuntos de guerra.

O que estamos colocando nesta emenda é que convicções políticas não podem ter registro, convicções religiosas não podem ter registro, atividades sindicais não podem ter registro, se queremos ser conseqüentes com a

aprovação anterior das liberdades de convicção política, de crença e sindical, que vamos votar no art. 6º.

Portanto, apelo a esta Comissão para aprovar essa emenda, que é precisa. Não estou – para deixar bem claro, para que não haja dúvida em relação ao conteúdo da emenda – proibindo ao Estado ter qualquer serviço de informações ou serviço secreto. Estou limitando: "não pode ter serviço secreto sobre convicções políticas, religiosas e sindicais". Isto quer dizer que serviço secreto em relação àquilo que muitas vezes é defendido aqui como uma necessidade de Estado, e, repito, segredos de Estado, a questão militar, a questão da guerra não estão vedados nessa emenda. O que essa emenda procura vedar é ficha de convicção política e religiosa.

Por isso, Sr. Presidente, apelo para a aprovação da Emenda nº 6.627, do Destaque nº 549.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. **(Muito bem! Palmas).**

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Tem a palavra o Sr. Constituinte Aluizio Campos para encaminhar a votação. S. Ex.<sup>a</sup> se pronunciará contra.

**O SR. CONSTITUINTE ALUIZIO CAMPOS:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Num regime democrático e numa Constituição em que estamos incluindo instrumentos de garantia constitucional destinados exatamente a assegurar a todo cidadão o acesso às informações do Estado, o que a Constituição deve dispor, como já acontece em disposições anteriores, é exatamente o contrário: é possibilitar a todos os que exercem atividades políticas, religiosas ou sindicais total transparência para quem quiser obter informações a respeito dessas atividades.

De maneira que acho que o dispositivo de transformar em sigilo de Estado a atividade política, religiosa ou sindical é um absurdo numa constituição democrática, que deve assegurar exatamente o contrário. Não tem nenhum sentido essa disposição restritiva de acesso, quando acabamos de aprovar quase que por unanimidade aqui, no Plenário desta Comissão, os instrumentos de mandado de injunção, da lei do **habeas data**, da lei de inconstitucionalidade. Então, não há, absolutamente, razão para se pretender proteger alguém numa atividade que deve ser inteiramente a descoberto. A atividade política não pode ser oculta, a atividade religiosa também, e muito menos as atividades relacionadas com o.s direitos sociais dos trabalhadores.

Assim, Sr. Presidente, por esse motivo devemos recusar a emenda do nobre Constituinte José Genoíno que há pouco retirou o seu destaque.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Em votação.

Concedo a palavra à Relatoria.

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – Sr. Presidente, Srs. membros da Comissão de Sistematização, a emenda do nobre Constituinte José Genoíno reza:

"O Estado não poderá operar serviços ou arquivos de informações sobre as convicções políticos, sindicais ou religiosas das pessoas."

Tecnicamente, esta emenda deixa dúvidas, porque usa uma expressão – a nosso ver – inédita e um tanto ou quanto incompreensível, proíbe o Estado operar informações sobre convicções sindicais. O que seriam, propriamente, "convicções sindicais"? Por outro lado, como ficaria a Justiça Eleitoral que precisa registrar a filiação partidária dos cidadãos e precisa operar com estas informações?

É de se perguntar também como ficaria o Exército brasileiro, como ficaria a circunscrição do serviço militar. Os integrantes do grupo religioso denominado Testemunhas de Jeová declaram seu desejo de não prestar serviço militar e precisam registrar, arquivar e fazer o Estado operar informações a respeito do seu credo religioso.

Por outro lado, esta emenda proíbe o Estado de deter informações.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** Fazendo soar a campanha.)

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – Ao proibir o Estado de deter informações, a meu ver, a emenda enfraquece o Estado democrático. Não quero ser tão pessimista quanto o nobre Constituinte José Genoíno, que imagina e supõe a eternização de um Estado autoritário. Como desejo construir com esta Constituição um Estado democrático, quero provê-lo de meios e instrumentos de defesa.

Para acautelar os problemas levantados pelo Constituinte José Germino, temos o § 31, que dá ao cidadão o direito de receber informações; e o § 48 do art. 5º, que, através do **habeas data**, permite que cada cidadão tenha acesso às informações que sobre ele são registradas em órgãos públicos, em órgãos do Estado. Por outro lado, essa emenda impede sim o Estado de manter o Serviço Secreto de Informações, que é também o seu instrumento de defesa contra a sedição, contra interesses internacionais ou externos, que possam tentar a violação do Estado nacional. Portanto, por todas essas razões nós nos manifestamos na relatoria contrários à emenda do Constituinte José Genoíno.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Retiro, Sr. Presidente! **(Palmas)**

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – Muito obrigado a V Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Em votação.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, o nobre Constituinte José Genoíno retirou o destaque.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – O Constituinte José Genoíno retirou-o e a Mesa pede escusas porque, independente de dirigir os trabalhos, ainda enfrenta alguns problemas que, volta e meia, vêm a Mesa e nós temos que a eles nos referir.

Em votação o Destaque nº 554, requerido pelo Constituinte José Genoíno, referente à Emenda nº 6.657.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Retiro o destaque, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Destaque retirado.

Em votação o Destaque nº 602, requerido pelo Constituinte Brandão Monteiro que o retira também.

Idêntico o Destaque por mim requerido, nº 608, referente à Emenda nº 32.392, a consenso do meu partido para a retirada do destaque.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Destaque nº 4.939, requerido pelo Constituinte Costa Ferreira, referente à Emenda nº 23.274. O Constituinte Costa Ferreira está presente? **(Pausa)**

Prejudicado pela ausência.

Em votação o Destaque nº 809, requerido pelo Constituinte Domingos Leonelli, referente à Emenda nº 23.845. O Constituinte Domingos Leonelli está presente? **(Pausa)**

Prejudicado pela ausência.

**Destaque nº 1.276/87 – Emenda nº ES-34592-A, do Sr. Vivaldo Barbosa, "que acrescenta artigo ao Título III, Capítulo I, do Substitutivo nº 1 (Título II, Capítulo I – Substitutivo nº 2)". (92ª votação)**

Em votação o Destaque nº 1.276, requerido pelo Constituinte Vivaldo Barbosa, referente à Emenda nº 34.592, de autoria do mesmo requerente.

Constituinte Vivaldo Barbosa mantém o destaque?

**O SR. CONSTITUINTE VIVALDO BARBOSA:** – Mantenho.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Tem a palavra o Constituinte Vivaldo Barbosa.

**O SR. CONSTITUINTE VIVALDO BARBOSA:** – Sr. Presidente, Srs. membros desta Comissão, muitas das teses e das idéias levantadas durante toda a discussão da Assembléia Nacional Constituinte convergiam para um ponto crucial: o que fazer diante da violação da Constituição, que fazer diante de uma atitude política golpista contra o texto constitucional? Muitas nações não tiveram receio de inscrever em seu texto constitucional o que ocorreria ou o que deveria ocorrer numa circunstância como esta, porque a experiência histórica indica sempre que os golpes, por mais terríveis que sejam, que as atitudes autoritárias, anticonstitucionais, por mais dramáticas que mancham a história de uma nação, são passageiras e é preciso prever o fim dessa passagem autoritária golpista. Hoje, muitas Constituições inscrevem no seu texto, algo que, muitas vezes, muitos consideram lírico, irrealista mas que expressa, pelo menos, a angústia de uma nação, que é determinar punições a todos aqueles que rasgam as constituições, a todos aqueles que violam o texto constitucional.

Nós, aqui, deveremos ter a audácia de não parecer lírico, ter a coragem de não parecer irrealista, mas, desde já, de afrontar àqueles que, costumeiramente, rasgam as Constituições, denigrem os princípios constitucionais, pregam o desrespeito e o desamor às Constituições. Com essas preocupações, Sr. Presidente, é que fiz escrever emenda semelhante a muitos textos de muitas Constituições pelo mundo afora, que diz o seguinte:

"Esta Constituição não perderá sua vigência se deixar de ser observada por ato de força ou por ato derogada total ou parcialmente por qualquer outro meio nela previsto. Em tal eventualidade, todo o cidadão, investido ou não de autoridade terá o dever de colaborar no restabelecimento da sua efetiva vigência.

Parágrafo único. Tão logo restabelecida a vigência desta Constituição, na hipótese prevista neste artigo, serão julgados pelos poderes nela previstos todos os que colaboraram para sua derrogação ou com qualquer governo que se tenha estabelecido contra os seus termos."

Não podemos, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, com receio de parecer lírico ou irrealista, deixar de, desde já, condenar preventivamente a todos aqueles que vierem a atentar contra a Constituição. Será um ato de soberania desta Constituição, será um ato de grandeza desta Constituição, de uma vez e desde já, proscrever, para um julgamento negro da História, todos aqueles que atentarem contra os ideais constitucionais que a Nação brasileira hoje cultiva com esperança e com ardor.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (**Muito bem!**)

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Com a palavra o Constituinte Egídio Ferreira Lima, para encaminhar contra.

**O SR. CONSTITUINTE EGÍDIO FERREIRA LIMA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o direito de reagir à tirania, o direito de se opor à usurpação é universal.

A própria Igreja Católica na Encíclica **Populorum Progressio** estabelece o direito de reação às tiranias, só que o Constituinte Vivaldo Barbosa não está levando para o texto constitucional, não está querendo incluir entre as garantias individuais um enunciado com esse alcance, uma garantia individual. S. Ex.<sup>a</sup> está levando para o texto constitucional uma tese que tem preocupado muito a mente dos analistas e dos estudiosos. Quero saber, quero indagar se o golpe, a revolução, a insurreição derroga a ordem constitucional preexistente a ela e como o cidadão poderá reagir contra ela; se essa nova ordem estabelecida pela revolução merece respeito, acatamento, ou se o cidadão tem direito de contestá-la e de se insurgir contra ela.

A Constituição não é o lugar próprio para que nela se ponham teses. A Constituição requer enunciados nítidos, claros, comandos precisos e que possam ter efetiva aplicação.

Pronuncio-me contra a proposta e contra a emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Tem a palavra o Sr. Constituinte Oswaldo Lima Filho, que encaminhará a favor.

**O SR. CONSTITUINTE OSWALDO LIMA FILHO:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a emenda de autoria do nobre Constituinte Vivaldo Barbosa parece-me ser uma daquelas que defende proposição indispensável na Constituição, de tal modo que custa a entender como o Relator não a incluiu no texto do projeto ora em discussão. De nada valeria o nosso trabalho no sentido de dotar a Nação brasileira de um texto que regulasse pelos tempos afora o direito, as garantias constitucionais, a função do Estado, os institutos da propriedade; a valorização do trabalho se, de logo, não assentássemos e não jurássemos a nossa dedicação à causa da Constituição. É por isso que não entendo – e só por isso subi à tribuna – como um jurista do porte do meu amigo, parente, e companheiro Egídio Ferreira Lima, voltado sempre ao culto do Direito desde a mocidade, se tenha pronunciado contra a Emenda Vivaldo Barbosa. Entendo, Srs. Constituintes, que é um dever liminar dos Constituintes incluir no texto constitucional a obrigação de todo cidadão defender como puder, pelas armas, pela palavra, a Constituição votada, legitimamente, em nome do povo brasileiro; e a inclusão deste texto, e mais, a punição dos que conspiraram contra a Constituição no momento em que ela puder voltar a vigorar, parece-me salvo melhor juízo que eu não sei de onde teria nascido, talvez da descrença no direito, da descrença nas constituições. Assim, parece-me que não pode deixar de figurar no texto constitucional só porque se levantou uma voz contra a Emenda Vivaldo Barbosa. Entendi necessário trazer a V. Ex.<sup>a</sup> o modesto, o despretensioso, mas sincero apoio de quem já viu neste País as constituições serem repetidamente golpeadas pela força, e os que assim agem, os que assim praticam, os que assim entendem, depois virem a se gloriar, virem a reclamar a homenagem do País como estão fazendo agora os generais que golpearam a Constituição de 64 e que hoje vivem a reclamar apoio da opinião nacional.

Por isso, não tem só o meu voto, mas o meu aplauso a emenda do nobre Constituinte Vivaldo Barbosa.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Tem a palavra o Constituinte Gastone Righi para encaminhar contra.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, esta é a famosa emenda "Urutu" para defender a futura Constituição de golpe de Estado. Só que estamos falando contra e a favor, mas, na realidade, estamos falando sobre aquilo que imaginamos, porque a emenda não diz coisa alguma. A emenda, que é assinada pelo digno Constituinte Vivaldo Barbosa, com toda certeza, não foi redigida por S. Ex.<sup>a</sup>, que é um homem inteli-

gente e culto. Vou lê-la e V. Ex.<sup>as</sup> irão ver que não entenderão nada, porque ela não diz nada:

"Esta Constituição não perderá sua vigência se deixar de ser observada por ato de força ou por ato derogada total ou parcialmente por qualquer outro meio nela previsto."

Isso não quer dizer nada.

"Em tal eventualidade, todo o cidadão, investido ou não de autoridade terá o dever de colaborar no restabelecimento da sua efetiva vigência."

Ora ela perde vigência e não perde vigência dependendo se for por ato derogada, total ou parcialmente por qualquer outro meio nela previsto. Que aberração! É um negócio absurdo, de má sintaxe, de má redação, de má interpretação, de má exposição. E depois:

"Tão logo restabelecida a vigência desta Constituição"...

Ora não perde vigência, depois restabelece.

"Na hipótese prevista neste artigo, serão julgados pelos poderes nela previstos todos os que colaboraram para sua derrogação"...

Quer dizer, não se revoga, depois se revoga e depois se derroga.

"... ou com qualquer governo que tenha-se estabelecido contra os seus termos."

Isto é uma aberração, é uma brincadeira. Uma Constituição se defende pelo espírito de unidade de seu povo, da consciência cívica, patriótica e política da própria Nação; não por expressões que se contêm em sua Carta Magna. Este dispositivo seguramente não será aprovado, mas se o fosse seria aprovado para ter dois momentos: um da sua aprovação aqui, e o outro da sua derrogação, quando alguma força tomasse o poder e o derrogaria fatalmente. Então, existiria para nunca ter eficácia, nunca produzir efeitos, porque o primeiro seria ao ser aprovado, e o segundo seria ao ser derogado se houvesse golpe, porque se houve algum golpe, as forças que detêm o poder derrogam e estabelecem, elas sim, a normalidade constitucional. Portanto, somos pela rejeição desta emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Concedo a palavra ao Relator, que se manifestará sobre a emenda.

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – Sr. Presidente, Srs. membros da Comissão de Sistematização.

Na sua emenda, o Deputado Vivaldo Barbosa diz que esta Constituição não perderá sua vigência se deixar de ser observada por ato de força ou se for derogada totalmente. É óbvio que se a Constituição for derogada por ato de força ela deixa de ter vigência. Evidente que não é possível decretar a proibição de um golpe. Respeitamos, levamos em consideração o sentimento que move o Constituinte Vivaldo Barbosa, mas a sua emenda é ineficaz; realisticamente ineficaz, além de conter o erro de mais do que institucionalizar, constitucionalizar o golpe de estado, dar abrigo ao golpe de estado dentro da Constituição. Na verdade, esta emenda antigolpe parece-nos inspirada por um profundo sentimento democrático do Constituinte Vivaldo Barbosa. Mas, a sensação que nos dá é de que contra um canhão ele ergue uma caneta, contra a truculência ele brande um princípio, contra a espada ele ergue um livro. Compreende-se o sentimento de ódio contra os golpes militares do Constituinte Vivaldo Barbosa, o repúdio à truculência institucional que tem marcado a história do Brasil. Mas não será por decreto que se impedirá a sedição e o golpismo que marcam a história do nosso País. Para impedir o golpismo, as rupturas institucionais violentas e a destruição das instituições democráticas, infelizmente, é preciso muito mais que uma emenda. Por isso, a Relatoria se manifesta contrariamente.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Em votação.

A Mesa solicita a colaboração do Plenário, para que a votação siga com facilidade.

### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes:

Ademir Andrade, Haroldo Sabóia, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Antonio Mariz, Nelson Wedekin, Vicente Bago, Brandão Monteiro, José Maurício, Lysâneas Maciel, Luiz Inácio Lula da Silva, José Genoíno e Haroldo Lima. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Aluizio Campos, Artur da Távola, Carlos Mosconi, Carlos Sant'Anna, Cristina Tavares, Egídio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Gasparian, Ibsen Pinheiro, João Calmon, José Fogaça, José Freire, José Paulo Bisol, José Richa, José Serra, José Ulisses de Oliveira, Manoel Moreira, Mário Lima, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nelton Friedrich, Nilson Gibson, Pimenta da Veiga, Prisco Viana, Raimundo Bezerra, Rodrigues Palma, Sigmaringa Seixas, Theodoro Mendes, Virgildásio de Senna, Wilson Martins, Aécio Neves, Délio Braz, Euclides Scalco, José Carlos Grecco, José Tavares, Marcos Lima, Miro Teixeira, Octávio Elísio, Roberto Brant, Vilson Souza, Alcení Guerra, Aloysio Chaves, Antoniocarlos Mendes Thame, Arnaldo Prieto, Carlos Chiarelli, Edme Tvaes, Eraldo Tinoco, Francisco Benjamim, Francisco Dornelles, Inocêncio Oliveira, José Lins, José Thomaz Nonô, Luís Eduardo, Mário Assad, Oscar Corrêa, Osvaldo Coelho, Paulo Pimentel, Sandra Cavalcanti, João Menezes, Jonas Pinheiro, Mozarildo Cavalcanti, Paes Landim, Ricardo Izar, Antônio Carlos Konder Reis, sarcy Pozza, Gerson Peres, José Luiz Maia, Virgílio Távora, Adylson Motta, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Adolfo Oliveira, Roberto Freire, Jamil Haddad e Antônio Farias.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 13 Constituintes; votaram NÃO 77 Constituintes. Total: 90 votos. O Destaque foi rejeitado.

**Destaque nº 1.304/87 – Emenda nº ES-34575-3, do Sr. Vivaldo Barbosa, "que acrescenta artigo ao Título I, Capítulo II, do Substitutivo nº 1 (Título II, Capítulo I – Substitutivo nº 2)". (93ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Em votação o Destaque nº 1.304, requerido pelo Constituinte Vivaldo Barbosa, referente à Emenda nº 34.575.

Sr. Constituinte Vivaldo Barbosa, V. Ex.<sup>a</sup> mantém o destaque? **(Pausa)**

Com a palavra o Sr. Constituinte Vivaldo Barbosa.

**O SR. CONSTITUINTE VIVALDO BARBOSA:** – Sr. Presidente Srs. Constituintes, a emenda que trago agora à consideração dos Srs. Constituintes assegura como um direito fundamental da pessoa humana o direito à moradia. Não é apenas uma preocupação de muitos Constituintes que na Comissão própria, a Subcomissão da Questão Urbana e Transporte, procuraram inserir dispositivos semelhantes, mas também esta disposição foi objeto de três emendas populares.

A primeira, patrocinada pela Mitra Arquiepiscopal do Rio de Janeiro, Caritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro e Imperial Irmandade Nossa Senhora da Glória do Outeiro, do Rio de Janeiro, com 30.240 assinaturas.

A segunda emenda popular, tratando de assegurar o mesmo direito à moradia, foi patrocinada pela Federação Nacional dos Engenheiros, Federação Nacional dos Arquitetos e pelo Instituto dos Arquitetos do Brasil, e contou com 131.000 assinaturas.

A terceira emenda popular, patrocinada pela Confederação Nacional das Associações de moradores – Conam, pela Federação das Associações de Moradores de Belo Horizonte e pela Federação das Associações de Moradores do Estado de Santa Catarina, teve 30.398 assinaturas.



O que se vê e o que se comprova, Srs. Constituintes, é que há um clamor popular, um clamor nacional para se assegurar – dentre a lista de direitos fundamentais da pessoa humana, dentre os direitos humanos fundamentais – o direito à moradia, por uma simples razão: é que a moradia é a expressão do lar e o lar é a expressão da família. Não podemos imaginar que a sociedade brasileira, que se organiza na base da família, não tenha o direito assegurado à família, o mínimo, que é ter o lar onde erguer o seu teto e onde se plantar.

O que se visa agora, ao erigir o direito de moradia como direito humano fundamental, como direito da família brasileira é que a família brasileira possa se plantar em um pé de chão, ali erguer um teto e ter esse direito reconhecido, assegurado pela Constituição brasileira. Sabemos as profundas repercussões que essa medida terá. Sabemos quantas favelas, quantas ocupações de terras deixarão de ser despejadas, assegurando-se essa medida. Sabemos quantos lares serão salvos, deixarão de ser destruídos por processos de despejo ao assegurarmos na Constituição essa medida. Já prevendo isto, tenho, também, uma emenda para lugar adequado, lugar próprio, que é a questão urbana, instituindo como dever da União, quando os despejos tiverem por objeto famílias de rendas baixas, famílias pobres, assegurar indenização a proprietários legítimos que tenham a intenção de despejar as famílias, de destruir os lares e de derrocar o direito constitucional à moradia.

Pretendo, e todos aqueles que subscreveram as emendas populares pretendem, que o direito de moradia é uma condição básica da continuidade da família. E, acima de tudo, é um direito que vai sobrepor-se aos direitos indenizatórios que os proprietários legítimos tenham. Para esses direitos indenizatórios, que não queremos denegar aqui, nós estamos prevendo um mecanismo próprio, no capítulo próprio, que a União se responsabilizará por essas indenizações, quando se tratar de despejo de família carente.

Muito obrigado, Sr. Presidente, e conto com a compreensão dos Srs. Constituintes.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Não há oradores inscritos para encaminhamento.

Em votação.

**O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS:** – Peço a palavra, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – O Relator deseja se pronunciar sobre a emenda.

**O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, em nome do Sr. Relator-Geral, devo emitir aqui o seu ponto de vista sobre a emenda submetida à Comissão de Sistematização, pelo nobre Sr. Constituinte Vivaldo Barbosa.

Reza a emenda, para ser incluída como parágrafo do art. 35, entre os direitos e garantias individuais:

"A República assegura a todos o direito, para si e para a sua família, a uma moradia digna, adequada e inviolável, que lhes preserve a intimidade pessoal e familiar."

De pronto, cabe o registro de que o propósito da emenda é o mais elevado, as intenções do nobre Constituinte são as mais altas e dignas da maior consideração.

Cabe ainda observar que esta emenda, sem dúvida nenhuma, traduz um reclamo, um anseio, uma aspiração de toda a população brasileira, anseio, aspiração e reclamo traduzidos não só na iniciativa do nobre representante pelo Estado do Rio, mas também através de emendas populares e proposições de outros Srs. Constituintes.

Ocorre, porém, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, que a emenda enuncia um princípio em termos abso-

lutos, e a Assembléia Nacional Constituinte há de ter em mente a necessidade, a imperiosa necessidade de conhecer as dimensões da aplicabilidade de todo e qualquer princípio, por mais generoso que seja, dentro da realidade brasileira.

É cômodo, é generoso, eu diria mesmo que é sedutor incluir princípios, em caráter absoluto, na Constituição sem levar em consideração a possibilidade real de sua aplicabilidade.

Foi em razão desse cuidado, dessa prudência que o Sr. Relator, ao encarar o problema da habitação em nosso País, problema dos mais graves cuja solução é das mais urgentes, inclinou-se, não pela adoção de princípios absolutos cuja aplicabilidade é discutível, e incluiu no texto da Constituição regras substantivas capazes de equacionar e dar racional solução à questão. O problema é antigo. Todos nós estamos lembrados das iniciativas da Fundação da Casa Popular, do Banco Nacional da Habitação, do esforço realizado pelos institutos de aposentadoria e pensões, das iniciativas dos Governos estaduais e dos Governos municipais.

Mas é indispensável, para resolver esse problema, que o poder público tenha os instrumentos capazes para essa solução. Em razão dessa colocação realista, sincera e corajosa do Sr. Relator é que S. Ex.<sup>a</sup> preferiu, ao invés de inscrever um princípio absoluto no texto do projeto ora em exame, contemplar o problema com regras substantivas que, uma vez inscritas no texto constitucional, darão condições para que o problema seja devidamente equacionado e satisfatoriamente resolvido.

Assim, já no art. 20, que cuida da competência da União, no item 19, o projeto prevê uma regra voltada para a instituição do Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano, incluindo habitação, saneamento básico e transportes urbanos, entre outros. Mais adiante, no art. 22, volta o Relator a se preocupar com a questão. Diz o art. 22, item IX: "Compete à União, aos Estados, Distrito Federal e Municípios, implantar programas de construção de moradias, bem como promover a melhoria das condições habitacionais e saneamento da população..."

Mais adiante, no art. 36, item VIII, novamente o Sr. Relator encara o problema, quando no dispositivo sobre a competência dos municípios, escreve no item VIII, "...Promover, no que couber, o adequado ordenamento territorial mediante planejamento e controle do uso, parcelamento e ocupação do solo urbano".

Finalmente, Sr. Presidente, para concluir, no art. 200, que cuida efetivamente da reforma urbana, outras regras completam aquelas que acabei de citar.

Em resumo, Sr. Presidente: o Sr. Relator-Geral não é contra a intenção ou o propósito da emenda defendida pelo nobre Constituinte Vivaldo Barbosa. Entendo, contudo, que, para resolver o problema, o projeto já contempla normas substantivas capazes de dar ao Estado os instrumentos eficazes para a solução racional da grave questão.

É o parecer.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Em votação. O Constituinte Vivaldo Barbosa mantém a emenda?

**O SR. CONSTITUINTE VIVALDO BARBOSA:** – Sim.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Vai-se proceder à votação.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Carlos Mosconi, Celso Dourado, Cristina Tavares, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, José Paulo Bisol, Nelson Carneiro, Nelton Friedrich, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Theodoro Mendes, Antonio Mariz, José Carlos Grecco, Michel Temer,

Octávio Elísio, Uldurico Pinto, Vicente Bogo, Vilson Souza, José Jorge, Brandão Monteiro, José Maurício, Lysâneas Maciel, Francisco Rossi, Gastone Righi, José Genoíno, Haroldo Lima, Roberto Freire e Jamil Haddad. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Aluizio Campos, Artur da Távola, Carlos Sant'Anna, Cid Carvalho, Egídio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Gasparian, João Calmon, José Fogaça, José Freire, José Serra, José Ulisses de Oliveira, Manoel Moreira, Mário Lima, Nilson Gibson, Prisco Viana, Raimundo Bezerra, Rodrigues Palma, Virgildásio de Senna, Wilson Martins, Albano Franco, Délio Braz, Israel Pinheiro, José Tavares, Márcio Braga, Marcos Lima, Miro Teixeira, Rose de Freitas, Afonso Arinos, Alcení Guerra, Aloysio Chaves, Antonio Carlos Mendes Thame, Arnaldo Prieto, Carlos Chiarelli, Edme Tavares, Eraldo Tinoco, Francisco Benjamim, Francisco Dornelles, Inocêncio Oliveira, José Lins, José Thomaz Nonô, Luís Eduardo, Oscar Corrêa, Osvaldo Coelho, Paulo Pimentel, Ricardo Fiúza, Sandra Cavalcanti, Jonas Pinheiro, José Lourenço, Mozarildo Cavalcanti, Ricardo Izar, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Gerson Peres, José Luiz Maia, Virgílio Távora, Adylson Motta, Joaquim Bevilacqua, Adolfo Oliveira, José Maria Eymael e Antonio Farias.

Durante a chamada nominal da votação do Destaque nº 1.304, o **Sr. Brandão Monteiro**, Segundo-Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo **Sr. Jarbas Passarinho**, Terceiro-Vice-Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 30 Constituintes; votaram NÃO 61 Constituintes. Total: 91 votos. O Destaque foi **rejeitado**.

Em votação o Destaque nº 1.386, requerido pelo Sr. Constituinte Nelson Carneiro, referente à Emenda nº 22.396, de sua autoria.

Tem a palavra o Sr. Constituinte Nelson Carneiro.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – Sr. Presidente, V. Ex.<sup>a</sup> está se referindo ao Destaque nº 1.386?

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Sim. 1.386.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – Sr. Presidente, entendendo que esta disposição pode figurar numa lei ordinária, retiro o destaque. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Está retirado o destaque.

**Destaque nº 1413/87, do Sr. Nelson Carneiro – Emenda nº 1P-20 751-7, dos Srs. Miro Teixeira e Nelson Carneiro, "que adita artigo ao Capítulo I, Título II do Projeto de Constituição (art. 5º do Substitutivo nº 2)".**

Em votação o Destaque nº 1.413, requerido pelo Constituinte Nelson Carneiro, referente à Emenda de nº 20.751, de autoria do Constituinte Mro Teixeira, excluída a expressão "brasileiro".

Tem a palavra o Constituinte Nelson Carneiro.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, há pouco o nobre Constituinte sub-relator, ao manifestar a sua posição ao destaque oferecido pelo Constituinte Vivaldo Barbosa, declarou que o fazia porque não era uma disposição absoluta, que poderia encontrar solução no curso do projeto. Mas esta, Srs. Constituintes, é uma disposição absoluta, que resulta do apoio que lhe foi dado pela Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal de Educação Especial Marly Buissa Chiedde, pelo Lions Club de São Bernardo do Campo e pela Associação Lar Menino de Jesus. É uma emenda redigida, em caráter absoluto, que diz:

"É assegurado a todo brasileiro portador de excepcionalidade o direito de atendimento médico

e clínico, voltado à sua habilitação e/ou reabilitação, e ao seu desenvolvimento e integração sociais."

É uma disposição absoluta, exatamente como sustentava o nobre Constituinte Antônio Carlos Konder Reis, em nome da relatoria.

A outra, ao impugnar a emenda sugerida pelo Constituinte Vivaldo Barbosa, acentuava S. Ex.<sup>a</sup> que não tinha o caráter de absoluto.

Esta é a regra absoluta, outras disposições que possam figurar na Constituição não vão modificar essa regra absoluta. Todo excepcional no Brasil terá direito a essa assistência, faz parte dos Direitos e Garantias Individuais.

Por isso, Sr. Presidente, acredito que tão justa é esta emenda, partida daquelas associações que têm o encargo e a responsabilidade de cuidar dos excepcionais do Brasil. Tenho certeza de que a Assembléia Nacional Constituinte será sensível a esta reivindicação, que traduz uma aspiração de todos que sentem o drama, que têm em seu lar, ou nas suas relações, o espectro, o drama da excepcionalidade.

Devemos incluir, portanto, esse dispositivo como um direito e garantia fundamental da pessoa humana.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente, certo de que não haverá quem assoma à tribuna para contestar tese tão clara, tão justa e tão humana.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra para encaminhar contra, o Constituinte Gerson Peres.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Com todo o respeito que tributo a essa figura ímpar que é o Senador Nelson Carneiro, parece-me que vamos acabar fazendo uma Constituição que vai ter o tamanho de um código.

Vejam bem que a tese que S. Ex.<sup>a</sup> defende é verdadeira, mas já está aqui, na Constituição, no Capítulo da Saúde, escrito. E vou ler para V. Ex.<sup>as</sup> verem que vamos perder tempo em votar duas vezes a mesma coisa. Ou colocamos no começo ou colocamos no Capítulo da Saúde:

"Art. 225. A saúde é direito de todos."

S. Ex.<sup>a</sup> quer que retire a palavra "brasileiro". Aqui não tem a palavra "brasileiro". Aqui diz:

"Art. 225. A saúde é direito de todos e dever do Estado, assegurado mediante políticas econômicas e sociais que visem à eliminação ou redução do risco de doenças, e de outros agravos e o acesso universal e igualitário às ações e serviços de promoção, proteção e recuperação da saúde."

Ora, Sr. Presidente e demais colegas, está havendo aí uma espécie de excesso; um excesso de zelo pelos direitos e garantias individuais, como se a Constituição não fosse um todo de normas que garantem os direitos do indivíduo e do Estado. Colocar demais não prejudica mas me parece que é somente aumentar as páginas de papel e legarmos aos nossos netos, aos que vão nos ver amanhã, que estávamos demais preocupados em dizer a mesma coisa na mesma Constituição. O professor, historiador – há pouco eu dizia isto a eminentes constitucionalistas – Oswaldo Viana dizia que o Legislador brasileiro, muitas vezes, se trai com a ilusão gráfica e esta é mais uma ilusão gráfica que o Constituinte Nelson Carneiro quer colocar na Constituição. Se já está escrito aqui, neste capítulo que diz Da Saúde: a saúde é um direito de todos, e é um dever do Estado dar a todos. Vamos ter que repetir isto em outro capítulo: "É dever do Estado dar saúde a todos". Estou sendo redundante; estou chovendo no molha-

do e dizendo a mesma coisa em duas partes da Constituição.

Ou dizemos isto lá, no começo, ou então colocamos o que o Constituinte Nelson Carneiro quer, no lugar do art. 225.

Encaminho contra esta emenda não com o desejo de destruir a idéia, o pensamento e a vontade do ilustre autor da emenda, mas encaminhando tão-somente para mostrar aos colegas que estamos sendo redundantes, estamos dizendo a mesma coisa no mesmo capítulo ou em capítulos diferentes.

Portanto, Sr. Presidente e prezados colegas, vamos refletir e fazer uma Constituição mais concisa, mais sintética, só colocando, realmente, quando outros títulos e capítulos não disserem a mesma coisa.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra, para encaminhar a favor, o Constituinte Robson Marinho.

**O SR. CONSTITUINTE ROBSON MARINHO:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, "a saúde é um direito de todos e um dever do Estado", argumenta o Constituinte Gerson Peres, encaminhando contra esta emenda.

Ocorre que o cidadão deficiente já nasce com sua saúde comprometida, debilitada e, portanto, merece e deve ter um tratamento especial, por nós, na Constituição. Negar o direito de atendimento médico, de recuperação e de reabilitação aos deficientes físicos, no Capítulo das Garantias Individuais, será negar-lhes a própria cidadania.

Entendo que não existe matéria que tenha maior apelo para todos nós do que esta, fruto de uma emenda popular, que assegura o direito de atendimento a todo excepcional, a todo deficiente físico, com relação à sua saúde, no seu processo de reabilitação.

Portanto, compareço a esta tribuna no sentido de conclamar as Sras. Constituintes que são mães, os Srs. Constituintes que são pais, que são chefes de família, para que venham emprestar o seu apoio e o seu voto a esta emenda popular, ao destaque apresentado pelo Constituinte Nelson Carneiro, para que seja assegurado o atendimento à saúde, à reabilitação e à integração dos deficientes físicos e dos excepcionais na nossa Constituição desde já, no Capítulo das Garantias Individuais.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra, para encaminhar contrariamente, o Constituinte Egídio Ferreira Lima.

**O SR. CONSTITUINTE EGÍDIO FERREIRA LIMA:** – Sr. Presidente e Srs. Constituintes, o capítulo referente às Garantias Individuais deve, tanto quanto possível, ter um caráter universal. Por isto mesmo, outros títulos e capítulos da Constituição preocupam-se em contemplar algumas situações particulares, que, embora graves e abrangendo um grande número de pessoas, são questões particulares.

A questão do deficiente já se encontra suficientemente contemplada pela Constituição. Primeiro, quando a Constituição, em seu art. 3º, inciso III, proíbe, condena toda e qualquer discriminação. Com isto alcança o deficiente. Depois, quando, especificamente, no art. 231, em seu inciso II, reporta-se à habilitação e à reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e promoção de sua integração à vida comunitária.

Reiterar declarações de direito em favor do deficiente, qualquer que seja a sua limitação, é terminar por estabelecer discriminação. Reportar-se excessivamente, exuberantemente, desnecessariamente à questão, ao problema

grave da deficiência, é tornar o deficiente um singular, um diferente dentro da sociedade.

A Constituição já garante o direito pleno à vida; e a vida plena requer a habilitação daqueles que a fortuna, a sorte, os obstáculos e o caminho lhe deram ou lhe marcaram com a deficiência. E, especificamente, no Título Da Ordem Social, o deficiente está objetiva e eficientemente contemplado. Não vejo como arrolar como garantia individual do deficiente a sua deficiência, a necessidade de reabilitação. Significa mais um sinete do que um direito, uma discriminação do que uma garantia. Por isto, lamento ter de votar contra a emenda Nelson Carneiro. A melhor maneira de tratar o deficiente é como se deficiente ele não fosse. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra o nobre Sr. Relator.

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – Srs. Membros da Comissão de Sistematização:

A emenda do Constituinte Nelson Carneiro foi acatada e aproveitada no Substitutivo nº 2. A posição da relatoria é contrária a esta emenda por uma única, simples e meridiana razão: se a relatoria fosse favorável a esta emenda, estaria reconhecendo que a relatoria não teria incluído no texto constitucional essa postulação tão justa e tão necessária. Mas é justamente porque ela já está no texto. E o art. 231 diz:

"A assistência social será prestada independentemente de contribuição à seguridade social."

Em relação à habilitação e reabilitação de pessoas portadoras de deficiência e promoção de sua integração à vida comunitária, o Relatório Bernardo Cabral vai ainda mais adiante, dizendo no inciso V, do art. 231:

"Garantia do benefício mensal de um salário mínimo a toda pessoa portadora de deficiência, que comprove não possuir meios de prover a sua própria manutenção."

Não só contempla, como aprofunda e avança mais no sentido de contemplar os direitos e garantias dos deficientes físicos.

Por outro lado, é preciso que nos reportemos ao art. 22, inciso II, que diz:

"É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: cuidar da saúde e assistência pública, bem como da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência."

Relatório Bernardo Cabral não faz apenas uma declaração genérica, inespecífica e inócua de um princípio. Ele confere, especificamente, ao Estado, como seu dever, a proteção, a assistência médica, a reabilitação, a habilitação, a integração à vida comunitária e um salário mínimo por mês a qualquer pessoa portadora de deficiência física.

Faço um apelo, pelo amor de Deus, ao Senador Nelson Carneiro! Que S. Ex.<sup>a</sup> retire o seu pedido de destaque, porque não seria, sequer, digno, da nossa parte, representantes aqui do Relator Bernardo Cabral, nos dispuséssemos a aceitar uma emenda que recusa em si só, que nós já não tenhamos colocado esses princípios, essas lutas e esses avanços no texto constitucional. Aqui, já se encontra; seria até indigno acrescentar alguma coisa que, na verdade, já está no texto constitucional. Seria o mesmo que dizer que o Relator Bernardo Cabral esqueceu, postergou, questões tão fundamentais aos direitos humanos como esta.

Na verdade, a emenda popular da Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal de Educação Especial Marly Buíssa Chiedde, do Lyons Club de São Bernardo do

Campo e da Associação Lar Menino de Jesus, está no texto em letras garrafais e inescusáveis.

Portanto, este é o apelo que faço ao Sr. Constituinte Nelson Carneiro.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra o Sr. Constituinte Carlos Sant'Anna.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Sr. Presidente, esta é o tipo de emenda que não podemos votar SIM, porque já está contemplado este Destaque. Mas também não podemos votar NÃO pelo alto efeito político negativo que isso traria. Desta forma, resta-nos, neste caso, falar como médico, como profissional de saúde, fazer um apelo ao ilustre Constituinte Nelson Carneiro que retire o Destaque, para que mais tarde, ao ser contemplado no próprio texto, o assunto esteja definitivamente resolvido. **(Muito bem! Palmas)**

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – Sr. Presidente, duas emendas populares tive a honra de subescrever: uma é esta, juntamente com o nobre Constituinte Miro Teixeira; outra, aquela que assegura a todo excepcional carente o direito a receber um salário mínimo. Aqui prestou depoimento comovente a mãe de um deficiente mental e, certamente, inspirou o Relator a incluir no seu texto este dispositivo, na certeza de que esta Assembléia apoiará este dispositivo já incluído no texto do Projeto Bernardo Cabral. Acho que não prejudicarei a nobre causa que todos patrocinamos, sem exceção nesta Casa, em favor dos excepcionais, retirando a Emenda. É o que faço, Sr. Presidente. **(Palmas. Muito bem!)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Retirado o destaque, passamos à votação do Destaque nº 1.817, requerido pelo Constituinte Luiz Salomão, referente à Emenda nº 24.259.

S. Ex.<sup>a</sup> não está presente. Fica, portanto, prejudicado.

**Destaque nº 2019-87 – Emenda nº 1P-20044-0, do Sr. Eduardo Jorge, "que acrescenta alínea "f" ao item IV do art. 12 do Substitutivo nº 1 (art. 5º, do Substitutivo nº 2)". (94ª votação)**

Votação do Destaque nº 2019, requerido pelo Constituinte Eduardo Jorge, referente à Emenda nº 20044, de sua autoria. Há um adendo ao requerimento do Constituinte Eduardo Jorge. S. Ex.<sup>a</sup> requer que seja desconsiderada na votação do destaque a expressão "visando a preservar sua vida".

V. Ex.<sup>a</sup> tem a palavra, para encaminhar a votação.

**O SR. CONSTITUINTE EDUARDO JORGE:** – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Constituintes e demais presentes, este tema da minha emenda é um tema muito delicado porque, ao mesmo tempo, é um tema que aborda problemas privados, familiares, até questões públicas mais gerais, chegando, às vezes, ao campo da política.

A emenda pretende seja incorporado como direito das pessoas no Brasil, o direito de concordância ou recusa, quando doente, da sua internação.

Esse princípio, Sr. Presidente, aplica-se a casos de vários tipos, é verdade. Há doentes que às vezes são internados compulsoriamente, porque estão em coma, porque é uma doença contagiosa. Mas, na maioria dos casos, numa porcentagem quase absoluta dos casos, esse tipo de internação diz respeito ao problema da saúde mental, da doença mental.

E esta questão, Sr. Presidente, rege-se por um decreto de 1934, que é o Decreto nº 24.559. Decreto, digo, de 1934, da época em que a eugenia era uma ideologia muito cor-

rente no campo da saúde pública e esse decreto é um decreto altamente autoritário.

Para que V. Ex.<sup>as</sup> tenham uma noção, vou ler alguns dos artigos desse Decreto de 1934. No seu art. 10, o decreto fala o seguinte:

"Indivíduos que perturbem a ordem ou ofendam a moral pública serão recolhidos em estabelecimentos psiquiátricos para observação e tratamento."

Vejam bem! Existe um outro artigo, para dar um outro exemplo, que é o art. 11, Item B, que fala quem pode determinar a internação de uma pessoa, seja ela quem for. Existe um rol de pessoas que podem fazer isto: o cônjuge, o pai, o filho, parente até o 4º grau e, na sua falta, o curador, tutor, diretor de hospital civil, diretor de hospital militar, diretor ou presidente de qualquer sociedade de assistência social leiga ou religiosa, chefe de dispensário psiquiátrico, ou ainda, vejam bem, qualquer interessado que se manifeste dizendo que determinada pessoa deva ser internada, e para isto, diz um outro artigo, que basta que essa pessoa seja maior de idade e que tenha tido contado com esse futuro internado, nos últimos sete dias. Ou seja, Sr. Presidente, é uma lei altamente autoritária, que tem trazido consequências danosas, nefastas, para os pacientes aqui no Brasil. E esta questão, reconheço, é uma questão muito polêmica, mas ela se associa, se insere no contexto de grande evolução da área da Psicologia e Psiquiatria.

Naquela época a Psiquiatria era praticamente baseada numa concepção orgânica; hoje, mais e mais, avançam a Psicologia e a Psiquiatria para detectarem como fontes, como causas dos distúrbios, dos desequilíbrios, tensões sociais, e tensões familiares. Esta é a moderna orientação da Psicologia e da Psiquiatria. E, hoje, a tendência quase que universal é que se substitua o tratamento por internação com o tratamento ambulatorial, não mais tirando a pessoa da sociedade. Por quê? Porque, na verdade, quando você interna um paciente está condenando-o, em quase 100% de casos, a uma cronificação, que será absoluta e definitiva. É uma verdadeira pena perpétua, que na maioria dos casos, acompanha aquele indivíduo até o resto de sua vida, mostrando, então, os avanços da Psiquiatria, e da Psicologia, que esse método da internação, principalmente da internação compulsória, não cura ninguém, pelo contrário, condena inapelavelmente aqueles que a sofrem.

Sr. Presidente, para concluir gostaria de fazer apenas duas observações. Uma primeira observação é levando em conta por que fiz aquela supressão. Fiz a supressão, porque, evidentemente, na minha emenda está prevista a necessidade e a possibilidade de internações, como exceção, para preservar a vida e em determinados casos, principalmente em doenças contagiosas, poder haver internação compulsória. Mas, nesses casos, a pessoa internada compulsoriamente teria direito, pela minha emenda, a um perito que acompanhasse e julgasse o seu caso.

A segunda observação é que esse tipo de orientação mais moderna, desde 1959, já está sendo adotada na Inglaterra e, mais tarde, outros países, como a Itália, se seguiram na adoção desse tipo de direito para a pessoa humana.

Era o que tinha a dizer. **(Muito bem! Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra a Sra. Constituinte Cristina Tavares, para encaminhar a favor.

**A SRA. CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES:** – Desisto.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – S. Ex.<sup>a</sup> desiste de falar.

Tem a palavra o Sr. Relator.

**O SR. RELATOR (Adolfo Oliveira):** – O eminente Constituinte Eduardo Jorge traz um assunto que deve ser objeto, seguramente, de legislação ordinária. S. Ex.<sup>a</sup> mesmo demonstrou, através da lembrança de que decretos-leis de 1934 regem o assunto, e não é possível modificarmos decreto-lei no texto da Constituição.

Quanto à amplitude da matéria ela não se restringe ao caso de problemas mentais. A redação da emenda é muito mais ampla e iria causar grande perplexidade em todos os hospitais brasileiros, quando se verificasse o internamento de um paciente sem que ele pudesse manifestar sua vontade de ser cuidado naquele nosocômio.

Por todas estas razões, acreditamos que o ilustre Constituinte Eduardo Jorge sensibilizou a Casa para o exame da matéria em legislação ordinária, mas não no texto constitucional, razão por que dirigimos um apelo a S. Ex.<sup>a</sup> para que retirasse o seu pedido de destaque. **(Muito bem!)**

**O SR. CONSTITUINTE EDUARDO JORGE:** – Sr. Relator, não retiro porque, inclusive, na ressalva a que V. Ex.<sup>a</sup> se refere está prevista essa possibilidade de emenda. Então acho que, por ser um caso abrangente, que pode afetar qualquer pessoa da população, deve estar mantido nos direitos individuais.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Vai-se proceder à votação.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM**, os seguintes Senhores Constituintes: Carlos Mosconi, Cristina Tavares, Haroldo Sabóia, Manoel Moreira, Nilton Friedrich, Paulo Ramos, Severo Gomes, Sigmaringa Seixas, Theodoro Mendes, Antonio Mariz, Chagas Rodrigues, João Natal, Mchel Temer, Miro Teixeira, Octávio Elísio, Rose de Freitas, Uldurico Pinto, Vicente Bogo, Vilson Souza, Brandão Monteiro, José Maurício, Lysâneas Maciel, Luiz Inácio Lula da Silva, José Genoíno, Haroldo Lima e Jamil Haddad. Votaram **NÃO** os seguintes senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Artur da Távola, Carlos Sant'Anna, Cid Carvalho, Egídio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Francisco Pinto, João Calmon, José Fogaça, José Geraldo, José Paulo Bisol, José Richa, Mário Lima, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nilson Gibson, Oswaldo Lima Filho, Pimenta da Veiga, Prisco Viana, Raimundo Bezerra, Rodrigues Palma, Virgildásio de Senna, Wilson Martins, Aécio Neves, Délio Braz, Euclides Scalco, Israel Pinheiro, José Tavares, Roberto Brant, Afonso Arinos, Alcení Guerra, Aloysio Chaves, Arnaldo Prieto, Carlos Chiarelli, Christóvam Chiaradia, Edme Tavares, Eraldo Tinoco, Francisco Benjamim, Inocêncio Oliveira, José Jorge, José Lins, Luís Eduardo, Mário Assad, Oscar Corrêa, Osvaldo Coelho, Paulo Pimentel, Ricardo Fiúza, Sandra Cavalcanti, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Gerson Pares, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia, Virgílio Távora, Enoc Vieira, José Lourenço, Mozarildo Cavalcanti, Paes Landim, Ricardo Izar, Francisco Rossi, Gastone Righi, Adolfo Oliveira e José Maria Eymael.

Durante a chamada nominal da votação do Destaque nº 2.019/87, o **Sr. Jarbas Passarinho**, Terceiro-Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo **Sr. Afonso Arinos**, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM, 26 Constituintes; votaram NÃO, 64 Constituintes. Total: 90 votos. O Destaque foi rejeitado.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Em votação o Destaque nº 2.020, requerido pelo nobre Constituinte Eduardo Jorge, referente à Emenda nº 20.045, de autoria do autor.

Retirado o destaque.

Em votação o Destaque nº 2.048, requerido pelo nobre Constituinte Virgílio Guimarães, referente à Emenda nº 12.716, de autoria do mesmo nobre Constituinte.

**O SR. CONSTITUINTE VIRGÍLIO GUIMARÃES:** – Retiro o destaque.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – O autor retira o destaque.

Em votação o Destaque nº 2.063, requerido pelo nobre Constituinte Virgílio Guimarães, referente à Emenda nº 12.697, de autoria do nobre Constituinte.

**O SR. CONSTITUINTE VIRGÍLIO GUIMARÃES:** – Retiro o destaque.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – O autor retira o destaque.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Em votação o Destaque nº 2.067, requerido pelo nobre Constituinte Virgílio Guimarães, referente à Emenda nº 12.698, de autoria do mesmo Sr. Constituinte.

**O SR. CONSTITUINTE VIRGÍLIO GUIMARÃES:** – Retiro o destaque, Sr. Presidente.

**Destaque nº 2.093/87 – Emenda nº 1P-12.715-7, do Sr. Virgílio Guimarães, "que inclui artigo no Título II, Capítulo I (art. 5º)".**

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Em votação o Destaque nº 2.093, requerido pelo Sr. Constituinte Virgílio Guimarães, referente à Emenda nº 12.715, de autoria do mesmo nobre Constituinte.

**O SR. CONSTITUINTE VIRGÍLIO GUIMARÃES:** – Este destaque, vou mantê-lo, Sr. Presidente, e justifico.

Retirei, anteriormente, vários destaques, inclusive um, em que pese ser matéria constitucional, que dizia que aos processos de desapropriação de bens ou de estatização de empresas não seriam pagas indenizações e, neste caso, seria colocado um ponto final na exploração dos trabalhadores. Retirei este destaque por não contar com apoio algum, apesar de considerar justo que não se paguem indenizações em vários casos de desapropriações que podem ser feitas.

Esta emenda trata de um assunto que a muitos poderá parecer um tanto estranho, apresentada uma emenda ou uma proposta dessas em termos constitucionais, ou poderia parecer que fosse algo de caráter infraconstitucional.

No entanto, mantenho esta proposta, exatamente por ser um ponto muito importante e de caráter estritamente constitucional e que não terá nenhuma possibilidade de passar em legislação ordinária. Trata-se de uma emenda referente a problemas aparentemente pequenos para uma Constituição, como é o problema de acidentes de trânsito no Brasil. Eu coloco, como um dos pontos para a solução, que a propriedade dos veículos, seja ônibus, caminhão, automóveis, qualquer um deles, deve estar subordinada ao cumprimento de uma função social, sob pena da perda sumária da sua propriedade. Ora, não é possível isso ser contemplado em nenhuma legislação ordinária, que pode contemplar outros aspectos do problema do trânsito, como o Código Nacional do Trânsito, por exemplo, que deve ser abordado na época oportuna.

Creio que não é apenas o rigor das leis, o rigor das penas que vai resolver o problema no Brasil, que é um problema sério. A quantidade de mortes havida no Brasil por acidentes é enorme, os prejuízos materiais, os mutilados, as grandes perdas por parte do sistema de saúde, tudo isso é intenso. No entanto, é preciso atacar esse problema de múltiplas formas, através de programas que podem ser resolvidos pelo próprio Departamento de Estradas de Rodagem, com cuidado especial na manutenção, ou nas indústrias automotivas, que produzem veículos com mais de 2 mil itens de segurança, a menos do que aqueles

que são exportados, com um rigor maior na punição do motorista etc.

E eu queria chamar a atenção para o fato de que mais de 2/3 dos acidentes ocorridos no Brasil são de veículos que se encontram a trabalho, sendo mais de 60% caminhões, conduzidos por pessoas submetidas a condições de trabalho as mais desumanas. Recentemente, em Belo Horizonte, por exemplo, ocorreu um acidente que traumatizou o Estado, quando morreu toda uma equipe de cinegrafistas que vinha em alta velocidade porque fazia cobertura jornalística numa cidade distante, em São João Del Rei, e queria chegar rapidamente a Belo Horizonte para colocar o noticiário no ar. Estando o motorista em alta velocidade para cumprir horário, bateu num caminhão que vinha na contramão, com um motorista extenuado por vários dias de trabalho, o que é comum, os motoristas, inclusive, tomam medicamentos para permanecer acordados, perdendo a lucidez e provocando um acidente. Neste caso, acho que deve haver punição com a perda da propriedade.

Toda propriedade, diga-se de passagem, deveria estar subordinada à sua função social. Toda a propriedade está sujeita ao confisco, por interesse social, e, neste caso, que atinge a famílias de diferentes classes sociais, inclusive àquelas da alta burguesia que estão explorando os trabalhadores colocando veículos, sem condições de trabalho e de segurança, nas estradas, deveria haver punição com a perda sumária da propriedade em definitivo ou, digamos, por 6 meses, pelo tempo que a lei determinasse.

Esse adicional nas penalidades levaria a que, de fato, se pensasse duas ou três vezes antes de se cometer os delitos, em termos de segurança e, especialmente, de condições de trabalho, como tem sido praticado, hoje em dia, tudo para preservar o lucro das empresas, para preservar o lucro dos transportes de carga que colocam em risco os que trafegam em sentido oposto, como também de ônibus, ocasionando acidentes da mais alta gravidade.

Assim, a minha emenda vem no sentido de preservar a segurança e a ecologia do País. O veículo que não cumprir a sua função social está sujeito à perda sumária e sem indenização da sua propriedade. Chega de insegurança! Chega de destruição do meio ambiente, e chega de sacralização da propriedade privada. A propriedade, no Brasil, de uma vez por todas, deve se subordinar ao ser humano, deve se subordinar, acima de tudo, à vida.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem a palavra, para se manifestar em contrário, o nobre Constituinte Antônio Britto.

**O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO BRITTO:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, creio que somos todos solidários com a preocupação do nobre Constituinte Virgílio Guimarães, em relação aos crimes que repetidamente têm sido cometidos no País, e de forma crescente, a partir de infrações de trânsito.

Creio, realmente, que somos todos solidários em relação às preocupações que S. Ex.<sup>a</sup> manifesta, no sentido de que se possa encontrar formas de se coibir esses abusos. No entanto, **data venia** de S. Ex.<sup>a</sup>, parece-nos que os mecanismos encontrados, a partir dessa proposta, nem cabem no texto Constitucional, nem são, alguns, sequer discutíveis em relação a uma solução do problema.

Lembro, por exemplo, que a emenda do nobre Constituinte está propondo, em seu § 3º, que autoridades de qualquer nível, funcionários públicos ou qualquer grupo de cidadãos idôneos, devidamente testemunhados, poderão, em quaisquer momentos ou circunstâncias, interditar, sumariamente, o uso de qualquer veículo que não esteja cumprindo sua função social e, essencialmente, colocando em risco a segurança humana.

Por outro lado, apresenta S. Ex.<sup>a</sup>, o nobre Constituinte Virgílio Guimarães, uma proposta de que a função

social será cumprida quando o veículo, simultaneamente é:

**a)** racionalmente utilizado como parte integrante do sistema nacional de transportes;

**b)** preserva o meio ambiente;

**c)** é dirigido por condutor que, por sua habilitação e seu estado físico ou mental, não coloque em risco sua própria segurança.

Por isso, Sr. Presidente, solidário com a preocupação do nobre Deputado Virgílio Guimarães, e apesar disso, encaminho pela rejeição desta proposta, por entender que ela, na ocasião oportuna, quando da elaboração de legislação complementar, poderá ser melhor discutida, melhor encaminhada e, seguramente, melhor resolvida.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem a palavra o Sr. Constituinte José Tavares, para se manifestar contrariamente à proposição.

**O SR. CONSTITUINTE VIRGÍLIO GUIMARÃES:** – Sr. Presidente, pela ordem. **(Assentimento do Sr. Presidente)**

Eu tinha sustentado a emenda por entender que ela tinha um caráter estritamente constitucional, não poderia caber no seu todo na legislação ordinária. No entanto, ouvindo argumentações em sentido contrário, e para ganhar tempo, eu retiro a emenda. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – O autor retira a emenda.

Em votação o Destaque nº 2094, requerido pelo nobre Constituinte Virgílio Guimarães, referente à Emenda nº 12717, de autoria do mesmo nobre Constituinte.

**O SR. CONSTITUINTE VIRGÍLIO GUIMARÃES:** – Como esta emenda cabe na legislação ordinária, então, de pronto, já retiro também o destaque. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Retira S. Ex.<sup>a</sup> o destaque.

Em votação o Destaque nº 2180, requerido pelo nobre Constituinte João Paulo, referente à Emenda nº 19283, de autoria do mesmo nobre Constituinte. **(Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup> não está presente.

Prejudicado.

Em votação o Destaque nº 2240, requerido pela nobre Constituinte Irma Passoni, referente à Emenda nº 27063, de autoria da mesma nobre Constituinte.

**(Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup> não está presente.

Prejudicado

Em votação o Destaque nº 2614, requerido pelo nobre Constituinte Roberto Jefferson, referente à Emenda nº 29302, de autoria do mesmo nobre Constituinte.

**(Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup> não está presente.

Prejudicado.

Em votação o Destaque nº 2709, requerido pelo nobre Constituinte Nilton Friedrich, referente à Emenda nº 29302, de autoria do mesmo nobre Constituinte.

**(Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup> não está presente.

Prejudicado.

Em votação o Destaque nº 2726, requerido pelo mesmo nobre Constituinte Nilton Friedrich, para a Emenda nº 29525. **(Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup> não está presente.

Prejudicado.

Em votação o Destaque nº 2809, requerido pelo nobre Constituinte Farabulini Júnior, referente à Emenda nº 28378. **(Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup> não está presente.

Prejudicado.

Em votação o Destaque nº 3112, requerido pelo nobre Constituinte José Genoíno, referente à Emenda nº 12709, de autoria do nobre Constituinte Virgílio Guimaraes.

Tem a palavra o nobre Constituinte José Genoíno.

**(Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup> desiste da palavra. Está retirado.

Em votação o Destaque nº 3141, requerido pelo nobre Constituinte José Maurício, referente à Emenda nº 24520, de autoria do mesmo nobre Constituinte, a quem dou a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ MAURÍCIO:**

– Sr. Presidente, não obstante o nosso convencimento de que a matéria é pertinente, atendendo a apelos reiterados dos Companheiros, resolvo retirar o nosso destaque.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – S. Ex.<sup>a</sup> Retira o destaque.

Em votação o Destaque nº 3349, requerido pelo nobre Constituinte Maguito Vilela, referente à Emenda nº 16376, de autoria do mesmo nobre Constituinte.

**(Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup> não está presente.

Prejudicado.

Em votação o Destaque nº 3689, requerido pelo nobre Constituinte Arnaldo Faria de Sá, referente à Emenda nº 2826, de autoria do mesmo nobre Constituinte.

**(Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup> não está presente.

Prejudicado.

Em votação o Destaque nº 3862, requerido pelo nobre Constituinte Gastone Righi, referente à Emenda nº 26101, de autoria do mesmo nobre Constituinte, a quem dou a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Já foi aprovado; já votamos e aprovamos.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Desiste S. Ex.<sup>a</sup>, está retirado.

Em votação o Destaque nº 3938, requerido pelo Constituinte Iram Saraiva, referente à Emenda nº 28427, de autoria do nobre Constituinte.

**(Pausa)**

Não está presente.

Prejudicado.

Em votação o Destaque nº 3946, requerido pelo Constituinte Iram Saraiva, referente à Emenda nº 28308.

**(Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup> não está presente.

Prejudicado.

**Destaque nº 4146-87 – Emenda nº ES-28909-8, do Sr. Humberto Lucena, "que adita parágrafo ao Título II, Cap. I (artigo 5º, do Substitutivo nº 2)".**

Em votação o Destaque nº 4146, requerido pelo nobre Constituinte Humberto Lucena, ilustre Presidente do Senado Federal, e referente à Emenda nº 28909-8 com a ressalva da expressão "Código Penal Militar", a quem concedo a palavra, com as minhas homenagens pessoais.

**O SR. CONSTITUINTE HUMBERTO LUCENA:** –

Sr. Presidente, Senhores e Senhoras Constituintes, a Emenda nº 28909-8 tem o seguinte teor:

"No Título II, Capítulo I, acrescente-se, onde couber, o seguinte parágrafo, remunerando-se os demais:

§ Os crimes, contra a segurança nacional serão tipificados no Código Penal."

Como Líder do PMDB no Senado Federal, ao tempo do regime militar, coordenei um grupo de trabalho do meu Partido que tinha por objetivo primordial examinar, dentro do contexto do nosso projeto de restauração do Estado de direito democrático, a revogação da Lei de Segurança Nacional, tida e havida como uma das leis de caráter excepcional, que não poderiam como não podem perdurar, num processo de democratização.

Diante disso, e depois de muito debate interno no grupo de trabalho, concluímos por esta sugestão que vim de transformar numa sugestão de norma constitucional e, posteriormente, em emenda ao Substitutivo do Relator, conforme entendi a respeito, recebendo de sua parte demonstrações de simpatia à alteração que propus.

Por conseguinte, coloco à reflexão dos Srs. Membros da Comissão de Sistematização a necessidade de aprovação dessa emenda, cujo texto repito, para que todos dela tomem melhor conhecimento.

"Inclua-se no Título II, Capítulo I, onde couber, o seguinte parágrafo, remunerando-se os demais:

§ Os crimes contra a segurança nacional serão tipificados no Código Penal."

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem a palavra o nobre Constituinte Nelson Jobim, para se manifestar contrariamente à proposição.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON JOBIM:** – Sr. Presidente, Srs. Constituinte, a emenda do Constituinte Humberto Lucena pretende que os crimes contra a Segurança Nacional sejam tipificados no Código Penal.

Ora, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, não cabe, em primeiro lugar, no Capítulo dos Direitos Individuais a fixação e a definição da localização de crimes que não foram definidos.

A elaboração da norma relativa à existência ou não de crimes contra a segurança nacional deverão ser objetos ou não de uma lei especial, e lá na lei especial, definir-se-á também a eventual competência ou local.

Aqui determinaria esta norma a operação substancial do Código Penal, para efeito de se introduzir no Código Penal crime que não se tipificou: ou seja, não cabe na Constituição determinar o local da definição de crimes que ela mesma não define, e além do mais estabelecer regras definitivas de local e topografia.

Não é o local, não é o momento e não é a oportunidade que a norma constitucional comece a estabelecer locais e topografias para ilícitos. Por outro lado, e é fundamental que se tivesse embutido nesse texto a tentativa indireta de atribuir a competência dos crimes contra a Segurança Nacional, para a Justiça comum, porque os crimes tipificados no Código Penal serão da competência da Justiça comum, que fosse dito expressamente. Mas isto, evidentemente, não é objeto da emenda.

Encaminho pela rejeição, pela localização da emenda e pelo seu próprio conteúdo.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem a palavra o nobre Constituinte Haroldo Lima.

**O SR. CONSTITUINTE HAROLDO LIMA:** – Sr. Presidente e Srs. Constituintes.

A emenda do nobre Constituinte Humberto Lucena fere uma questão de importância. Por um lado, levanta uma preocupação positiva de S. Ex.<sup>a</sup> de que os chamados crimes de segurança nacional sejam tipificados no Código Penal, ou seja, retira da chamada Lei de Segurança Nacional da Doutrina de Segurança Nacional, a apreciação dos supostos crimes de segurança nacional. Nesse sentido, parece-me que a sua preocupação, a sua intenção básica é positiva e deve ser louvada.

Contudo, julgo que ela incorpora um perigo grave, para o qual deveremos estar atentos. Na medida em que introduz no texto da Constituição a expressão "crime de segurança nacional", ele constitucionaliza uma categoria absolutamente contraditória, equívoca e discutível. Os tais crimes de segurança nacional são consequência direta, imediata e lamentável da Doutrina de Segurança Nacional. Não se define isso de forma precisa, explícita, mas se incorpora à categoria, que é a representação jurídica mais mal acabada da fatídica Doutrina de Segurança Nacional, de tão triste memória. Esta Constituição não deveria, **en passant**, incorporá-la no seu texto fundamental.

Julgo, então, que seja por essa questão básica, levantada pelo nobre Constituinte Nelson Jobim, seja por este aspecto que estou agora levantando, deveríamos nos manifestar contrários a essa emenda do Constituinte Humberto Lucena, e seria o mais apreciável, o mais desejável, se o nobre Constituinte, à luz dessas considerações aqui expendidas, pudesse retirar a sua emenda.

Penso que a sua preocupação fundamental, positiva, que sublinhei no início, voltará à cena, voltará à discussão no momento seguinte, quando nós tivermos oportunidade de discutir a questão de civis serem julgados por tribunais militares. Nesse momento, nós voltaremos a discutir o assunto que penso ser, nesta hora, inoportuno.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Concedo a palavra ao nobre Relator José Fogaça.

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – Sr. Presidente, Srs. Membros da Comissão de Sistematização:

Não há dúvida nenhuma de que a intenção do nobre Senador, Constituinte Humberto Lucena, Presidente do Senado Federal, é uma intenção democrática. S. Ex.<sup>a</sup>, na verdade, pretende eliminar, varrer, excluir das instituições brasileiras a famigerada Lei de Segurança Nacional, tipificando os crimes contra a Segurança Nacional, ou no Código Penal, ou no Código Penal Militar.

No entanto, segundo a palavra do Relator Bernardo Cabral, embora reconhecendo a validade do conteúdo da emenda, levanta a objeção técnica de que esta matéria não deve figurar neste Título e neste Capítulo dos Direitos e Garantias Individuais, mas, sim, é matéria para ser tratada no título que trata Da Segurança. Daí por que, muito mais por uma objeção técnica do que propriamente de conteúdo, a Relatoria se manifesta contrariamente.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – O Relator opinou contrariamente.

O nobre Constituinte retira a emenda.

Em votação o Destaque nº 4304, requerido pelo nobre Constituinte Ivo Lech, referente à Emenda nº 21502, de autoria do mesmo nobre Constituinte. **(Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup> não está presente.

Prejudicado.

Em votação o Destaque nº 4588, requerido pelo Constituinte Lavoisier Maia, referente à Emenda nº 25864-8, de autoria do mesmo nobre Constituinte. **(Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup> não está presente.

Prejudicado.

Em votação o Destaque nº 4708, requerido pelo nobre Constituinte Euclides Scalco, referente à Emenda nº 33984, de autoria do nobre Constituinte Antonio Mariz, para que "o § 1º do art. 34 da emenda seja incluído como parágrafo do art. 5º do Substitutivo nº 2".

Este é o teor da emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Adiada a decisão, enquanto se esclarece um problema administrativo.

Em votação o Destaque nº 4836, requerido pelo nobre Constituinte Costa Ferreira, referente à Emenda nº 23266. **(Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup> não está presente.

Prejudicado.

**Destaque nº 4959-87 – Emenda nº ES-21474-8, do Sr. Jamil Haddad, "que adita parágrafo ao art. 6º do Substitutivo nº 1 (art. 5º do Substitutivo nº 2)".**

Em votação o Destaque nº 4959, requerido pelo nobre Constituinte Jamil Haddad, referente à Emenda nº 21474, de autoria do mesmo nobre Constituinte.

Com a palavra o Constituinte Jamil Haddad.

**O SR. CONSTITUINTE JAMIL HADDAD:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Solicitei destaque para que fosse incluído neste artigo um parágrafo com a seguinte redação:

"O aborto é direito da mulher, cumprindo ao Estado, através de hospitais públicos, assegurar a assistência à mãe pobre."

Sr. Presidente, é um farisaísmo muito próprio, daqueles que são contra o aborto, declarar que o aborto deve ser considerado ilegal. Vemos na prática que aqueles bem aquinhoados fazem o aborto em clínicas especializadas e em hospitais como se estivessem realizando pequenas cirurgias, e as mulheres pobres procuram curandeiras, aborteiras e morrem cerca de trezentas mil mulheres, por ano, em razão de aborto malfeito.

Mas, Sr. Presidente, tendo em vista a discussão que se realizou há poucos dias sobre este tema, e tendo em vista o posicionamento radicalmente oposto defendido por determinados grupos de Parlamentares, no sentido de que até o estupro e o aborto legal, em termos de condicionamento médico, fossem retirados do Código Penal, retiramos a nossa emenda, o nosso destaque, para, posteriormente, numa legislação ordinária, regularmos esse assunto.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Retirado o destaque.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Em votação o Destaque nº 5619, requerido pelo Constituinte José Ignácio Ferreira, referente à Emenda nº 19503, de autoria do mesmo. **(Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup> não está presente.

Prejudicado.

Em votação o Destaque nº 5668, requerido pelo mesmo Constituinte José Ignácio Ferreira, referente à Emenda nº 19934. **(Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup> não está presente.

Prejudicado.



Em votação o Destaque nº 5.734, requerido pelo nobre Constituinte Carlos Alberto Caó. **(Pausa)** S. Ex.<sup>a</sup> está presente. Prejudicado.

**Destaque nº 5.814 – Emenda nº 1P-15.116-3, do Sr. Carlos Cardinal, "que adita artigo ao Título II, Cap. I, d Projeto de Constituição (art. 5º do Substitutivo nº 2)".**

Em votação o Destaque nº 5.814, requerido pelo nobre Constituinte Carlos Cardinal, referente à Emenda nº 15.116, de autoria do mesmo.

Concedo a palavra ao nobre Constituinte Carlos Cardinal.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS CARDINAL:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes:

O destaque tem por objetivo deixar que lei fixe percentual nas administrações, tanto federal, como estaduais e municipais de um número permanente e cativo, para que os portadores de deficiência tenham um lugar assegurado nessas administrações.

Trata-se de uma medida adotada nos países modernos, em todo o mundo. E não tem, absolutamente – gostaria de chamar a atenção das Sras. e dos Srs. Constituintes – nenhum caráter assistencialista; tampouco a medida se tornaria onerosa aos cofres públicos mas parte de uma realidade, já que hoje não podemos absolutamente ignorar que no Brasil existem milhares e milhares de deficientes e os poderes públicos, se adotassem essa providência, como não assistencialista, como não onerosa a seus próprios cofres, estariam, naturalmente, garantindo um percentual definitivo e cativo para as pessoas portadoras de deficiência.

Naturalmente que esse percentual – e até posso adiantar que na Inglaterra, por exemplo, é de 3% – deveria ser fixado em lei e estaríamos indo ao encontro – quero e pretendo fazer essa afirmação aqui – de uma necessidade que nós, na Constituinte, deveríamos antever para os dias de amanhã deste Brasil.

Portanto, peço a aprovação das Sras. e Srs. Constituintes para este destaque que diz respeito aos deficientes físicos. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Não há oradores inscritos.

O Relator tem a palavra.

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – A legislação americana consagra e adota esta medida de garantir um mercado de trabalho definido e cativo, não só para deficientes físicos, mas para os cidadãos negros e para as mulheres. Portanto, do ponto de vista social, é justíssima a demanda e a proposta do nobre Constituinte Carlos Cardinal.

Apenas, apeláramos ao Constituinte para que apresentasse o mesmo destaque no capítulo referente aos Servidores Públicos, uma vez que a relatoria entende que isto não é um princípio mas, meramente, uma norma com a qual concordamos. E não se tratando de um princípio deverá ser incorporada ao Capítulo dos Servidores Públicos, no qual a relatoria se dispõe ao acolhimento dessa postulação. **(Muito bem! Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – É um velho companheiro da Constituinte de 1946, José Maria Crispim, que estava aqui, veio visitar-me e eu estava conversando com ele. Peço perdão pela ausência involuntária dos debates.

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – Sr. Presidente, a relatoria pede a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Concedo a palavra ao nobre Relator José Fogaça.

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – Como as instruções que recebemos da assessoria da Mesa são de que, técnica e regimentalmente, não é possível que este destaque seja reapresentado, a relatoria se dispõe, portanto, como melhor redação, transferir esta norma para o capítulo onde ela melhor couber. Por isso, propõe que ela seja votada evidentemente, neste momento, ficando a relatoria com a liberdade de transferi-la para outro Capítulo.

**O SR. CONSTITUINTE EGÍDIO FERREIRA LIMA:** – Sr. Presidente, para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Egídio Ferreira Lima, para uma questão de ordem.

**O SR. CONSTITUINTE EGÍDIO FERREIRA LIMA:** – Na emenda, o autor se reporta ao art. 17, e não ao art. 5º ou 6º do Substitutivo nº 1.

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – É o art. 17 do 1º Substitutivo.

**O SR. CONSTITUINTE EGÍDIO FERREIRA LIMA:** – Então não é a matéria que está sendo discutida.

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – Mas ela foi classificada pela Mesa como correta.

**O SR. CONSTITUINTE EGÍDIO FERREIRA LIMA:** – A Mesa corrige, e ela será votada na oportunidade própria – foi um equívoco.

**O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA:** – Sr. Presidente, parece-me que a proposta do Relator é muito bem intencionada, mas S. Ex.<sup>a</sup> não tem, segundo decisões, anteriores, poderes para esta decisão. Como houve um engano da Mesa, e a Mesa trouxe esta proposta que visivelmente está tendo a aprovação do plenário, para o art. 5º, a sugestão perfeita é de que leve esta proposta para o Capítulo próprio que é o do Serviço Público. Aí ficará tudo resolvido e votaremos a proposta quando estivermos examinando o Capítulo do Serviço Público.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – A Mesa reconhece que houve um equívoco quanto à classificação do assunto, que será remetido oportunamente, ao Capítulo adequado.

Em votação o Destaque nº 5.860, requerido pelo Constituinte Augusto Carvalho e referente à Emenda nº 34.540, de autoria do mesmo nobre Constituinte.

**O SR. CONSTITUINTE AUGUSTO CARVALHO:** – Retiro o destaque.

**Destaque nº 6.321-87 – Emenda nº ES-21.313-0, do Sr. Jorge Hage, "que adita inciso ao art. 19 do Substitutivo nº 1 (art. 5º do Substitutivo nº 2)".**

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Em votação o Destaque nº 6.221, requerido pelo nobre Constituinte Jorge Hage, e referente à Emenda nº 21.313, de autoria do mesmo nobre Constituinte, a quem concedo a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE JORGE HAGE:** – Sr. Presidente, esclarecendo que o destaque que está posto em votação não é o que se encontra nas planilhas distribuídas inicialmente, ou seja, não é o Destaque nº 6.223/87, referente à Emenda nº 1P-19.447, porque este eu requeri à Mesa a transferência para o Capítulo próprio – já fui atendido – que é o Capítulo VII do Título III. O que está em votação é um outro destaque que não estava aqui, inicialmente. Somente para evitar dúvidas no plenário. É o Destaque nº 6.221, referente à inclusão da ação civil pública entre os instrumentos de defesa da cidadania.

Tendo em vista a modificação da estrutura da matéria no novo substitutivo, abro mão deste destaque **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Apoiado. O autor desiste do destaque.

**Destaque nº 006536-87 – Emenda nº ES-29883-6, do Sr. Lysâneas Maciel, "que acrescenta artigo ao Título II, do Capítulo I, do Substitutivo nº 1 (art. 5º, do Substitutivo nº 2)" (95ª votação).**

Em votação o Destaque nº 6536, requerido pelo nobre Constituinte Lysâneas Maciel, referente à Emenda nº 29883, de autoria do mesmo nobre Constituinte.

Com a palavra o Constituinte Lysâneas Maciel.

**O SR. CONSTITUINTE LYSÂNEAS MACIEL:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes. Na condição de advogado de várias associações de bairros, de locais pobres no nosso Estado, e num País em que há 40 milhões de pessoas em estado de miséria absoluta verificamos que muitos desses serviços foram cortados de pessoas desempregadas, que não tinham realmente condições de pagar. O único acréscimo que fizemos para atender a essa justa reivindicação foi que haveria necessidade de comprovar aquelas dificuldades, para se beneficiar dessa situação excepcional, porque senão os serviços públicos também poderiam entrar em colapso.

Sr. Presidente, atendeu-se ao pedido, mas exigiu-se que houvesse uma comprovação. Assim como se presta assistência jurídica gratuita nos casos comprovados de dificuldades financeiras absolutas, assim também nos serviços essenciais tenho a impressão de que a exigência de comprovação do estado, de necessidade é absolutamente necessária. Daí a emenda corrigindo uma situação anterior que era genérica, atendendo a muitos pedidos de várias associações num País em que – repito – 40 milhões de pessoas vivem em estado de miséria absoluta. Por isso, mantenho o destaque com essa garantia, para que esses serviços não entrem em colapso. Que haja necessidade de comprovar este estado de miséria e de dificuldades.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Possivelmente há oradores que desejam se inscrever. **(Pausa)**

Tem a palavra o nobre Constituinte Pimenta da Veiga, para se manifestar contrariamente.

**O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA:** – Sr. Presidente, apenas para chamar a atenção do Plenário. Não obstante os melhores propósitos do eminente Constituinte Lysâneas Maciel, quando apresentou essa proposta, cujo objetivo pode ser contemplado até em determinadas e específicas situações pela lei ordinária, não vejo como constar de uma Constituição dispositivo como este, que libera o pagamento dos serviços de água, esgoto e energia elétrica para aqueles que demonstrem incapacidade de pagamento. Trata-se de um objetivo louvável, mas que levaria, evidentemente, os serviços públicos ao caos, na medida em que passaria a ser um direito constitucional. Portanto, compreendendo a nobreza, a grandeza do objetivo e considerando que ele possa ser contemplado em lei ordinária, lamentavelmente, temos que opinar contrariamente a respeito dessa proposta.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem a palavra o nobre Constituinte Joaquim Bevilacqua, para encaminhar a favor da proposição.

**O SR. CONSTITUINTE JOAQUIM BEVILÁQUA:** – Sr. Presidente, embora entenda que a emenda não está situada onde deveria estar, porque deveria estar nas limitações da competência de cobrança de tributos por parte do Estado, onde apresentei emenda neste sentido que não foi acolhida pelo nobre Relator, apesar de entender – repito – que ela não está situada onde deveria estar, sou inteiramente favorável. Já que estamos assegurando na Constituição os direitos fundamentais da pessoa humana, entendo como direito fundamental da pessoa humana o direito à água e à energia elétrica.

Por esta razão, voto favoravelmente à emenda do Constituinte Lysâneas Maciel, que foi também por mim apresentada num outro capítulo do projeto de Constituição e, infelizmente, não acolhido pelo nobre Relator.

**O SR. CONSTITUINTE RICARDO IZAR:** – Sr. Presidente, peço a palavra, para encaminhar contra.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem a palavra o nobre Constituinte.

**O SR. CONSTITUINTE RICARDO IZAR:** – Sr. Presidente, apesar das nobres intenções do eminente Constituinte Lysâneas Maciel, achamos que essa matéria é de lei ordinária.

Hoje, no Brasil, em diversos municípios e Estados, existem leis municipais e leis estaduais contemplando as pessoas carentes. Em São Paulo mesmo existe uma lei municipal que contempla o carente e o idoso para não pagarem os transportes públicos.

Não vejo razão de colocar esta matéria numa Constituição.

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – Sr. Presidente, na verdade, esta é uma emenda de considerável teor social e é profundamente respeitável o objetivo que move o Sr. Constituinte Lysâneas Maciel.

No entanto, isto não pode ser caracterizado como um princípio; estamos num terreno da Constituição que é o terreno dos grandes e basilares princípios que regem a vida nacional.

Ora, isto aqui é muito mais uma decisão administrativa municipal, é um ato administrativo, é uma portaria. Portanto não pode ser elevado à condição e ao nível de uma regra constitucional, de uma norma superior.

Por outro lado, este Parlamentar tem uma larga vivência dos problemas comunitários. A luta da organização popular não é privilégio só de alguns, muitos dedicaram a sua vida também a esse propósito e a minha longa experiência junto à luta popular na organização do povo nos bairros, nas associações comunitárias tem me comprovado. Reporto-me a exemplo de uma cidade como Porto Alegre que, com 1 milhão e 100 mil habitantes, tem 400 mil favelados vivendo em aglomerados de baixíssima renda, em condições subumanas de habitação e de sobrevivência. O que tenho visto e registrado, e este é o conhecimento real dos fatos, é que o grande problema dos moradores dessas áreas marginais não é pagar a conta de luz, não é pagar a conta de água; a grande luta dramática dessas populações marginais é de instalar a água, de instalar a luz, porque 40% apenas da população de Porto Alegre têm acesso à luz, à água, ao esgoto e aos equipamentos de infra-estrutura urbana.

Portanto, sem que haja qualquer restrição ao objetivo, à intenção social que move o Constituinte Lysâneas Maciel, não podemos abrigar, acolher esta proposta, por se tratar muito mais de um ato administrativo, de uma decisão municipal do que propriamente de uma norma superior constitucional.

É contrário, inevitavelmente, o parecer da relatoria.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – O Relator manifestou-se contrariamente.

Em votação.

Os Srs. Constituintes que concordarem com a sugestão do nobre Constituinte Lysâneas Maciel queiram responder SIM, os que não aceitarem responderão NÃO.

Vai-se fazer a chamada.

**(Procede-se à votação)**

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Cristina Tavares, Fer-

nando Lyra, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, José Freire, José Paulo Bisol, Mário Lima, Nilton Friedrich, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Sigmaringa Seixas, Chagas Rodrigues, José Carlos Grecco, Michel Temer, Nelson Wedekin, Octávio Elísio, Uldurico Pinto, Vilson Souza, Darcy Pozza, Gerson Pares, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia, José Maurício, Lysâneas Maciel, Francisco Rossi, Joaquim Bevilacqua, Bocayuva Cunha, José Genoíno, Haroldo Lima, Roberto Freire e Jamil Haddad. Votaram **NÃO** os seguintes senhores Constituintes: Artur da Távola, Bernardo Cabral, Carlos Mosconi, Carlos Sant'Anna, Celso Dourado, Cid Carvalho, Egídio Ferreira Lima, Ibsen Pinheiro, João Calmon, José Fogaça, José Geraldo, José Ignácio Ferreira, José Richa, Nilson Gibson, Pimenta da Veiga, Prisco Viana, Rodrigues Palma, Theodoro Mendes, Wilson Martins, Albano Franco, Délio Braz, Israel Pinheiro, José Tavares, Ziza Valadares, Afonso Arinos, Alcení Guerra, Aloysio Chaves, Arnaldo Prieto, Carlos Chiarelli, Christóvam Chiaradia, Edme Tavares, Eraldo Tinoco, Francisco Benjamim, Francisco Dornelles, Inocêncio Oliveira, José Jorge, José Lins, José Santana de Vasconcellos, José Thomaz Nonô, Luís Eduardo, Marcondes Gadelha, Mário Assad, Osvaldo Coelho, Paulo Pimentel, Ricardo Fiuza, Sandra Cavalcanti, Virgílio Távora, José Lourenço, Ricardo Izar e Siqueira Campos.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 33 Constituintes; votaram NÃO 50 Constituintes. Total: 83 votos. O Destaque foi rejeitado.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – V. Ex.<sup>a</sup> tem a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Sr. Presidente, não se trata propriamente de questão de ordem, apenas de comunicar a esta comissão que se encontra presente entre nós o Constituinte de 1946, da Bancada Comunista do **PCB**, José Maria Crispim.

Acredito ser uma honra para todos nós a presença do nobre Constituinte ainda militante partidário. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tenho o prazer de manifestar minha solidariedade e de dizer que fomos companheiros na Constituinte de 1946, quando tive ocasião de falar protestando contra a cassação dos mandatos dos Deputados comunistas.

E o que eu desejava comunicar a V. Ex.<sup>as</sup> **(Palmas)**

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Em votação o Destaque nº 6.600, requerido pela Constituinte Maria de Lourdes Abadia, referente à Emenda nº 30.516. **(Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup> está ausente.

Prejudicado.

Em votação o Destaque nº 7.031, requerido pelo Constituinte Miro Teixeira, referente à Emenda nº 20.708. **(Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup> não está presente.

Prejudicado.

Em votação o Destaque nº 7.066, requerido pelo nobre Constituinte Nelson Jobim, referente à Emenda nº 20.705, de autoria do Sr. José Rocha Sobrinho e outros. Emenda popular. **(Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup> não está presente.

Prejudicado.

Votação do Destaque nº 7.249, requerido pelo nobre Constituinte Mendes Botelho, referente à Emenda nº 30.022, de autoria do mesmo Constituinte. **(Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup> não está presente.

Prejudicado.

– Votação do Destaque nº 7.340, requerido pelo nobre Constituinte Luiz Viana, referente à Emenda nº 22.914. **(Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup> não está presente.

Prejudicado.

Em votação o Destaque nº 7.452, requerido pelo nobre Constituinte José Freire, referente à Emenda popular nº 20.771, de Josefa da Silva Marinho e outros. **(Pausa.)**

S. Ex.<sup>a</sup> retira o destaque.

Em votação o Destaque nº 7.632, requerido pelo Constituinte Paulo Macarini, referente à Emenda nº 9.645, de sua autoria. **(Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup> não está presente.

Prejudicado.

Em votação outro Destaque, apresentado pelo mesmo Constituinte, com nº 7.663, referente à Emenda nº 8.812.

Não estando S. Ex.<sup>a</sup> presente, está prejudicado o destaque.

**Destaque nº 007784-87 – Emenda nº 1P-19769-4, do Sr. Sérgio Brito, "que acrescenta artigo ao Título II, Capítulo I, do Substitutivo nº 1 (artigo 5º, Substitutivo nº 2)". (96.ª votação)**

Em votação o Destaque nº 7.784, requerido pelo Constituinte Sérgio Brito, referente à Emenda nº 19.769, de sua autoria.

Concedo a palavra ao nobre Constituinte Sérgio Brito.

**O SR. CONSTITUINTE SÉRGIO BRITO:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o Destaque se refere a todo condenado, de qualquer nível, que estiver há menos de dois anos domiciliado na cidade onde cometeu o delito, será removido para o seu Estado de origem, para cumprir a pena, após decisão condenatória.

Esta proposta irá gerar um sensível esvaziamento nos presídios dos grandes centros e dará ao preso melhor condição de recuperação. Vale acentuar o ocorrido na Capital bandeirante com a rebelião no presídio daquela megalópole, onde dezenas de detentos morreram devido a excessiva aglomeração na casa de detenção e penitenciária no Estado, onde o preso não passa por uma terapia ocupacional e convívio dos familiares.

É da competência da União, através do Ministério da Justiça o controle, construção e manutenção de todos os presídios brasileiros, devendo os mesmos serem transformados em cidades penitenciárias providas de indústrias e escolas, nunca superior a 400 detentos cada uma. Para os Estados de maior densidade, sua regionalização, fora dos centros urbanos, estimula os institutos agrícolas.

Durante o pronunciamento do Sr. Sérgio Brito o Sr. **Afonso Arinos**, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. **Fernando Henrique Cardoso**, Quarto-Vice-Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Tem a palavra o nobre Constituinte José Tavares, para falar contra.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ TAVARES:** – Sr. Presidente, em que pese a boa intenção do ilustre Consti-

tuínte Sérgio Brito, quero me manifestar contra, e vou dizer porquê.

A emenda do Constituinte Sérgio Brito diz:

"Todo condenado, de qualquer nível, que estiver, há menos de dois anos domiciliado na cidade onde cometeu o delito, será removido para o seu Estado de origem, para cumprir a pena, após decisão condenatória."

Diz S. Ex.<sup>a</sup> que se aprovada a sua emenda, ela viria em muitos contribuir para a solução de graves problemas penitenciários no Brasil.

Permito-me discordar. Não é através desse expediente que resolveremos graves problemas penitenciários no Brasil, primeiro porque o número de presidiários que estaria enquadrado dentro do espírito da emenda não é tão expressivo; segundo, que isso não é assunto – com todo o respeito ao nobre Colega – para a Constituição. Seria, no máximo, de admitir-se um assunto dessa natureza na legislação penal específica, no Código Penal.

Portanto, quero manifestar-me contrário a esta emenda, por não ser, segundo o meu entendimento, assunto de Constituição e muito menos razão de solução para os problemas graves do sistema penitenciário brasileiro.

Concluindo, Sr. Presidente, o meu encaminhamento é no sentido de rejeitarmos esta emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Com a palavra o Constituinte Joaquim Bevilacqua, para encaminhar a favor.

**O SR. CONSTITUINTE JOAQUIM BÉVILACQUA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

A emenda do nobre Constituinte Sérgio Brito está de acordo com os princípios, inclusive, da recuperação dos detentos. Sabemos das dificuldades que têm os familiares dos presos para os contatos quando eles estão presos em distâncias muito longas e a emenda do Constituinte Sérgio Brito faz a ressalva: quando um transeunte, um passageiro, de passagem por determinada cidade, comete um crime, é justo que ele, condenado, seja remetido para a sua terra de origem, até porque isso vai evitar que pistoleiros profissionais, que assaltantes sem moradia fixa andem pelo Brasil afora, cometendo delitos com difícil recuperação, reincidindo na maior parte das vezes, uma vez que não terão a condição de convivência, de proximidade com seus familiares.

Entendemos que é da maior utilidade, é preciosa a emenda do Constituinte Sérgio Brito, e vem colaborar em muito com o intuito da sociedade de recuperar o detento; mas, ao mesmo tempo, de possibilitar que ele fique detido na proximidade do seu lar.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** Com a palavra o Constituinte José Paulo Bisol, para encaminhar contra a emenda.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ PAULO BISOL:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Subo a esta tribuna para fazer uma súplica ao Constituinte Sérgio Brito no sentido de que retire a sua emenda, que é caracteristicamente uma norma da lei das execuções criminais. Não é nem do Código Penal. Está abaixo na categorização das leis, abaixo até da Lei Processual Penal. É lei das execuções criminais.

Além disso, o texto contém um defeito de autoritarismo, porque coloca o verbo "será". Nem sempre o preso está interessado em ser transferido de um presídio para outro e esta lei está obrigando a transferência. Em terceiro lugar, um detalhe muito importante: alguns presídios têm condições para a execução da pena tal como está previsto no Código Penal: regime fechado, regime semi-

aberto, regime aberto... Presídios do interior, normalmente, não dispõem das condições indispensáveis para o cumprimento do tipo de regime que está pressuposto na condenação. Então, nós vamos na Constituição inserir um texto de outra categoria legislativa, e, além disso, colocar uma compulsoriedade que prejudica o preso; em terceiro lugar, vamos inverter todos os valores.

Faço esta súplica no sentido de que o Constituinte Sérgio Brito retire sua emenda, que poderá ser muito bem considerada legislativamente a **posteriori**. Além disso, aceitando a sugestão do nobre Relator, esse texto envolve uma verdadeira pena de acréscimo, uma pena em adendo, o banimento. Está feita a súplica.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Eu encareceria ao eminente Constituinte Sérgio Brito que atendesse a solicitação do eminente Constituinte José Paulo Bisol, ao qual acoplo o meu pedido também, para que retire a sua emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Consulto o Constituinte se S. Ex.<sup>a</sup> retira a emenda. **(Pausa)**

**O SR. CONSTITUINTE SÉRGIO BRITO:** – Sr. Presidente, não retiro.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Não havendo a retirada, faremos a votação.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Theodoro Mendes, Edme Tavares, Eraldo Tinoco, Francisco Benjamim, Luís Eduardo, Paulo Pimentel, João Menezes, Jonas Pinheiro, Mozarildo Cavalcanti, Ricardo Izar, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, José Maria Eymael. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Aluizio Campos, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Carlos Sant'Anna, Celso Dourado, Cid Carvalho, Cristina Tavares, Egídio Ferreira Lima, Fernando Henrique Cardoso, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, João Calmon, José Fogaça, José Freire, José Geraldo, José Ignácio Ferreira, José Paulo Bisol, José Richa, José Serra, Mário Lima, Nelson Jobim, Nelton Friedrich, Nilson Gibson, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Prisco Viana, Raimundo Bezerra, Rodrigues Palma, Severo Gomes, Sigmaringa Seixas, Virgildásio de Senna, Wilson Martins, Chagas Rodrigues, Décio Braz, Euclides Scalco, Israel Pinheiro, José Carlos Grecco, José Tavares, Márcio Braga, Michel Temer, Miro Teixeira, Nelson Wedekin, Octávio Elísio, Uldurico Pinto, Vilson Souza, Alcení Guerra, Arnaldo Prieto, Carlos **ilegível**, Délio Braz, Euclides Scalco, Israel Pinheiro, José Jorge, José Lins, José Thomaz Nonô, Osvaldo Coelho, Ricardo Fiúza, Sandra Cavalcanti, Simão Sessim, Darcy Pozza, Gerson Peres, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia, Virgílio Távora, Adylson Motta, Brandão Monteiro, José Maurício, José Genoíno, Haroldo Lima, Roberto Freire, Jamil Haddad, Antonio Farias.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 14 Constituintes; votaram NÃO 73 constituintes. Total: 87 votos. O Destaque foi **rejeitado**.

Passamos à votação do Destaque nº 8108 do Constituinte Osvaldo Coelho, referente à Emenda nº 29870.

Pergunto se o Constituinte está presente. **(Pausa)** Estando presente, V. Ex.<sup>a</sup> mantém o destaque?

**O SR. CONSTITUINTE OSVALDO COELHO:** – Retiro o destaque, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Tendo o Constituinte Osvaldo Coelho retirado o destaque, passa-se à outra matéria.

Está terminada a votação do art. 5º **(Palmas)**

V. Ex.<sup>as</sup> bem merecem as palmas que bateram a si mesmos.

Irámos passar agora ao Capítulo II sobre os Direitos Sociais. Entretanto...

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FOGAÇA:** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Concedo a palavra, pela ordem, ao Constituinte José Fogaça.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FOGAÇA:** – Sr. Presidente, ontem à tarde, realizou-se aqui uma profícua, proveitosa reunião da Comissão de Sistematização. Este Parlamentar, por ser membro do Senado Federal e porque lá estava em andamento uma sessão ordinária, teve que fazer uma opção dramática. Porém, movido por motivos de alta relevância, de interesse do meu Estado, fui obrigado a permanecer na sessão ordinária do Senado, sendo obrigado, portanto, a estar ausente dessa sessão.

Peço a V. Ex.<sup>a</sup>, em meu nome e em nome do Constituinte José Paulo Bisol, que ficou na mesma contingência, que encaminhe à Presidência da Comissão de Sistematização e também à Presidência da Assembléia Nacional Constituinte uma forma de administrar esse conflito, porque nós, Parlamentares, não possuímos o dom da ubiquidade. Não é possível estar em dois lugares ao mesmo tempo. Conseqüentemente, é preciso administrar melhor a convivência entre as sessões ordinárias do Senado e as sessões da Comissão de Sistematização.

Faço este registro apenas para efeito de que alguma iniciativa neste sentido seja tomada.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – V. Ex.<sup>a</sup> tem inteira razão. Eu próprio estive na mesma circunstância e, não tendo também o dom da ubiquidade, tive de me desdobrar, como V. Ex.<sup>a</sup>, para votar lá e aqui.

Encaminharei à Mesa da Comissão de Sistematização e da Assembléia Nacional Constituinte a questão levantada por V. Ex.<sup>a</sup> e pedirei que, efetivamente, não se realizem sessões simultâneas, porque embaraça o voto dos Constituintes.

Srs. Constituintes, passaríamos à apresentação do Capítulo II, que diz respeito aos Direitos Sociais.

**O SR. CONSTITUINTE LYSÂNEAS MACIEL:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Tem a palavra V. Ex.<sup>a</sup>, para uma questão de ordem.

**O SR. CONSTITUINTE LYSÂNEAS MACIEL:** – Eu queria fazer uma consulta para o bom andamento dos trabalhos. Há algumas emendas que estão sendo deslocadas para os lugares próprios. Louve-se até um esforço muito grande dos funcionários e também da Mesa nesse sentido. Mas Sr. Presidente, estou preocupado, porque a criação do Tribunal de Garantias Constitucionais, que é objeto da preocupação de vários Constituintes, no meu modesto entender, devia se inserir na questão dos Direitos Individuais e Coletivos, para ser votada imediatamente, agora, ainda que, com novo Título, porque não se trata, como se pensa, de um órgão do Poder Judiciário. Trata-se de um Tribunal Social e não um Tribunal Comum de Justiça, pertencente ao Poder Judiciário. Parece-me que houve esse deslocamento para aquele texto da Constituição, implicando numa deformação inconsciente da proposta do Tribunal de Garantias Constitucionais. É um Tribunal Social, com características diferentes, inusitadas, e que deve ser tratado nos Direitos Individuais e Coletivos, e deve ser votado imediatamente, segundo o meu modesto entender. Essa é uma questão de ordenamento, aliás, mais do que uma questão de ordem, que submeto à apreciação da Mesa.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Pois não! Eu queria informar à V. Ex.<sup>a</sup> que a decisão

tomada, até agora, no sentido da criação, das propostas, das emendas e dos destaques, sobre o Tribunal Constitucional, não está localizada no Capítulo, nem no Título relativo ao Poder Judiciário, senão que foi tomada a decisão – que obviamente pode ser revista – de que seria um título adicional a ser votado assim que terminarmos a votação do Capítulo II, do presente Título que estamos votando.

Ao terminarmos a votação dos direitos sociais, nacionalidade e Direitos Políticos e Partidos Políticos, entra, então, o Tribunal Constitucional; ou seja, esta semana mesmo, se tivermos sorte, votaremos o destaque do Tribunal Constitucional.

**O SR. CONSTITUINTE LYSÂNEAS MACIEL:** – A minha questão de ordem à Mesa: parece-me mais adequada, **data vênia**, que isso seja inserido, precisamente, nos Direitos e Garantias Individuais, a ser votado imediatamente, e não após os Direitos Sociais.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Mas a emenda, está precisamente localizada no Título II, dos Direitos e Liberdades Fundamentais; entraria como Capítulo VI deste Título.

Tem razão. Está acolhida a questão de ordem de V. Ex.<sup>a</sup> Apenas, por uma questão de ordenamento dos trabalhos, entrará no Capítulo VI deste Título.

## V – SUSPENSÃO DA REUNIÃO

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Srs. Constituintes, tendo havido um acordo de lideranças no sentido de que a votação relativa aos Direitos Sociais se iniciasse amanhã, para que houvesse mais tempo para acordos ao redor desta matéria relevante, a Presidência vai suspender os trabalhos, convocando os Senhores Constituintes para a continuação da presente reunião, amanhã, 7-10-87, às 14:30 horas.

Está suspensa a reunião.

## EM 7 DE OUTUBRO DE 1987

Presidência dos Srs.: **Brandão Monteiro**, Segundo-Vice-Presidente; **Aluizio Campos**, Primeiro-Vice-Presidente; **Jarbas Passarinho**, Terceiro-Vice-Presidente; **Afonso Arinos**, Presidente; **Fernando Henrique Cardoso**, Quarto-Vice-Presidente.

## I – REABERTURA DA REUNIÃO

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Havendo número regimental, declaro reaberta a reunião.

## II – ORDEM DO DIA

### VOTAÇÃO DO PROJETO DE CONSTITUIÇÃO TÍTULO II (continuação)

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Em votação o Destaque nº 5.245, requerido pelo Constituinte Victor Faccioni, referente à Emenda nº 34.508, do mesmo autor, objetivando a transferência do Capítulo II para o título da Ordem Social.

Não estando presente o autor, fica prejudicado o destaque.

Em votação o Destaque nº 2.129, requerido pelo Constituinte João Paulo, referente à Emenda nº 29.647, do mesmo autor, substitutiva do capítulo.

Não estando presente o autor, fica prejudicado o destaque.

Em votação o Destaque nº 5421, requerido pelo Constituinte **ilegível** Igreja, referente à Emenda nº 32177.

Não estando presente o autor, fica prejudicado, o destaque.

Em votação o Destaque nº 6788, requerido pelo Constituinte Carlos Sant'Anna, referente à Emenda nº 30724, de autoria do Constituinte Enoc Vieira.

Foi retirado o destaque.

No mesmo sentido, transferência dos arts. 7º, 8º, 9º e 10 para o Título VIII.

Destaque nº 1461, requerido pelo Constituinte Arnaldo Prieto.

Foi retirado o destaque.

Tendo sido votado o Capítulo, passaremos à votação do art. 6º

**Destaque nº 003792-87 –, do Sr. Luiz Inácio Lula da Silva, "que substitui o art. 6º do Substitutivo nº 2 pelo artigo 13 do Projeto de Constituição". (97ª votação)**

Em votação o Destaque nº 3792, requerido pelo Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva, referente ao texto do art. 6º: substitui o artigo do Substitutivo pelo art. 13 do Projeto de Constituição.

Com a palavra o Sr. Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva, para encaminhar a votação.

**O SR. CONSTITUINTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, nesses oito meses de funcionamento da Constituinte alguns temas ganharam maior repercussão e outros tornaram-se mais polêmicos para o conjunto da sociedade. Um deles, que desde o início vem causando grande polêmica e em função do qual alguns setores da imprensa, por interesse eminentemente econômico, têm feito verdadeira guerra, é o que diz respeito à estabilidade no emprego.

Minha emenda visa a trazer à apreciação de V. Ex.<sup>as</sup> o art. 13 do Projeto Zero, que trata da questão da estabilidade, para que seja aprovado por esta Constituinte.

Alguns empresários têm feito verdadeira guerra fria contra o Projeto Zero desde a sua aprovação na Comissão da Ordem Social, dizendo que, com a aprovação do seu art. 13, levaríamos as empresas brasileiras à falência, porque ninguém iria querer investir mais no País, dando a idéia de que seria o emprego vitalício e nunca mais o empresário poderia mandar algum trabalhador embora.

Além disso, já não bastasse um amplo setor da imprensa fazer uma verdadeira guerra arrumaram dois dirigentes sindicais para guerrearem contra aquela emenda o que prevê, com a maior seriedade, a questão da garantia no emprego.

Ora, é importante lembrar aos Constituintes que aquela emenda não proíbe dispensar o empregado, mesmo que ele cometa falta grave, quando o contrato é feito a termo, ou por motivo de ordem econômica, quando a empresa está em crise. Além desses três fatores, qual seria o outro que levaria o empresário a querer dispensar o empregado, se não a da prática da rotatividade da mão-de-obra, reduzindo sempre que possível a folha de salários?

Entendemos que o Projeto Zero seria a garantia mínima que os trabalhadores brasileiros precisariam nesta Constituinte, porque até agora, nas discussões dos princípios gerais, está tudo muito bom. Não estão em conflito as diferenças entre capital e trabalho, mas, pura e simplesmente, a nossa visão de mais ou menos liberdade e de direitos humanos. Mas, a partir do momento em que se entra na ordem social, deparamos com o que se denomina, em linguagem popular, "pão, pão; queijo, queijo". É saber quem está do lado da classe trabalhadora

brasileira e quem está contra ela. Que outro direito teria essa classe nesta Constituição se não tivesse a garantia do emprego? Que outro direito teria o trabalhador nesta Constituição se não lhe fosse permitido, com o resgate do Projeto Zero, a redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais? O Projeto Zero não trata apenas da questão da estabilidade, mas do salário mínimo, da redução da jornada de trabalho e de outras questões pertinentes aos direitos do trabalhador. Tenho acompanhado o problema atenciosamente pelos jornais, conversado muito com os Srs. Constituintes a respeito e senti que há uma deslavada mentira na relação trabalho e capital ocorrida no País.

Gostaria que a Mesa me desse mais tempo, a fim de que os Srs. Constituintes pudessem comprovar alguns números que justificam a aprovação de minha emenda.

Em 1985 a taxa média de rotatividade no emprego foi de 33,9%, ou seja, um terço do conjunto da classe trabalhadora foi obrigada a trocar de emprego. No setor privado, a rotatividade é superior à média nacional: na construção civil, por exemplo, 96%; no comércio 48%. Essa rotatividade só se explica pela prática maquiavélica que alguns empresários adotaram ao longo dos últimos 20 anos, para tentar fazer com que o trabalhador, toda vez que ganhasse um salário maior, fosse dispensado e em seu lugar fosse contratado outro com salário menor.

Se não bastasse isso, há, ainda, esses números para os quais gostaria que V. Ex.<sup>as</sup> atentassem: trabalhadores dispensados sem justa causa, por iniciativa do empregador – 63%; com justa causa – 3,9%; trabalhadores desempregados por sua iniciativa, sem justa causa – 21%; com justa causa – 20%.

Há aqui dados muito mais sérios. Depois encaminharei à Mesa o documento para ser publicado nos Anais do Congresso Nacional. Trata-se de dados oficiais do Ministério do Trabalho, que estampam a taxa anual de rotatividade no mercado de trabalho, abrangendo o País inteiro: indústria de transformação – 37,19%; construção civil – 96%; comércio – 48%; serviços – 35%; administração pública – 2,48%; agricultura e silvicultura – 44%; outras atividades – 45%.

O dado mais grave e que alguns empresários tentam justificar em defesa das empresas pequenas – gostaria que V. Ex.<sup>as</sup> prestassem atenção – é a rotatividade da mão-de-obra em virtude do tamanho e da categoria da fábrica, que é a seguinte: de um a quatro trabalhadores – 73%; 5 a 9 – 63%; de 10 a 19 – 59%; de 20 a 49 – 55%; de 100 a 249 – 51%; de 250 a 499 – 44%; de 500 a 900 – 37%, e acima de 1000 – 17%.

Acho que, se a Constituinte não aprovar esta emenda, o povo será frustrado em uma de suas esperanças, na medida em que toda a classe trabalhadora brasileira, há mais de meio século, luta por cinco pontos fundamentais: estabilidade e autonomia sindicais, direito à greve, estabilidade no emprego, redução da jornada de trabalho e reforma agrária.

Deixo à consideração da Casa cópia deste documento, porque é importante que, hoje, dia 7 de outubro de 1987, fique registrado o comportamento dos Constituintes ao votarem a coisa mais importante para a classe trabalhadora.

Durante o pronunciamento do Sr. Luiz Inácio Lula da Silva, o **Sr. Brandão Monteiro**, Segundo-Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo **Sr. Aluízio Campos**, Primeiro-Vice-Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Aluízio Campos):** – Não há oradores inscritos para falar contra.

Concedo a palavra ao nobre Constituinte Brandão Monteiro para defender a emenda.

**O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO MONTEIRO:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, como segundo subscritor da emenda do nobre Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva, assomo à tribuna para defender a emenda.

Penso que o Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva já colocou as questões de ordem técnica, que são aquelas que viabilizam a emenda. Acho que o meu papel, aqui, é tratar do aspecto político.

No momento em que iniciamos a votação dos direitos dos trabalhadores uma coisa precisa ficar clara para a Nação: quem são aqueles que estão a favor dos trabalhadores e quem são aqueles que, embora, dizendo que estão ao lado dos trabalhadores, estão formalmente contra essa classe? Reporto-me a uma passagem bíblica do Eclesiastes, capítulo 3º, que diz com muita clareza:

"Há tempo de nascer e tempo de morrer; tempo de plantar e tempo de arrancar o que se plantou. Tempo de buscar e tempo de deitar fora; tempo de estar calado tempo de falar. Há tempo de clareza e tempo de escuridão."

A emenda do Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva busca exatamente ressurgir o texto do projeto e vejo que muitas dessas questões foram colocadas à época da campanha eleitoral, nas conversações, aqui, no Parlamento e na Constituinte, mas, na verdade, muitas das pessoas que prometem aos empresários que não haverá estabilidade dizem aos trabalhadores que haverá uma estabilidade possível.

Trago, para a consideração daqueles que por acaso nos queiram ouvir depoimento de um dos mais importantes homens do capitalismo moderno, Akio Morita, que publicou o livro **Made in Japan**, onde aborda com clareza meridiana a questão da estabilidade. Diz ele, às páginas 166/167:

"Logo descobri também que, nos países ocidentais, as empresas dispensam empregados assim que começa uma recessão. Isso foi outro choque para mim, porque no Japão jamais fazemos isso, a não ser que tenhamos atingido o fundo do poço. Na esteira do embargo do petróleo, o Japão sofreu muito devido à sua dependência de outros países para conseguir o petróleo. Entre 1973 e 1974 tivemos uma inflação de mais de 25% ao ano e algumas empresas já não podiam simplesmente funcionar mais, e por isso mandaram seu pessoal para casa. Era impossível, porém, ter toda essa gente descansando quando as companhias estavam em dificuldades, e assim muitos empregados começaram a voltar ao trabalho, fazendo faxina, cuidando dos jardins, enfim, executando qualquer tipo de tarefa."

A decisão saiu dos próprios empregados.

"Claro que nem sempre foi assim no Japão. Na época Meiji, por exemplo, quando os zaibatsu eram os dirigentes econômicos do país, qualquer tentativa de sindicalização era considerada coisa radical, pior que isso, comunista, e portanto ilegal. Antes da Segunda Guerra Mundial, não havia no Japão uma verdadeira democracia. Mineiros, trabalhadores de usinas, operários, todos eram explorados, e essa história de trabalhar a vida toda numa empresa só valia para um lado – o dos patrões, que podiam demitir qualquer um no ato ou seja, os trabalhadores deviam permanecer leais ao espírito de "servir apenas a um amo."

"Depois da guerra, quando foram criadas novas leis trabalhistas mais liberais, muitos empresários temeram que o novo sistema levasse a indústria japonesa à ruína. Assim, embora este novo sistema de não poder mandar gente embora

lhes parecesse perigoso, os empresários japoneses atravessaram um período difícil, na tentativa de reverter as coisas em seu benefício. Começaram promovendo o conceito familiar nas empresas e, ao melhorar uma coisa que consideravam ruim, acabaram criando outra coisa nova e duradoura."

Este depoimento é de um dos mais importantes homens do capitalismo mundial, e demonstra ser intrinsecamente ligado o trabalho à vida do trabalhador.

Sr. Presidente, no Brasil procura dizer-se que a estabilidade levaria as empresas à ruína o que não é verdade.

Ao concluir, deixo registrado que chegou a hora de as coisas ficarem claras. Aqueles que sempre utilizaram o trabalhador como massa de manobra dirá "não" ao substitutivo do Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva, e aqueles que assumem os compromissos que não passam só pela campanha, tenho certeza, dirão "sim" ao substitutivo do bravo Constituinte Líder do PT.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Para encaminhamento contra o destaque, dou a palavra ao Constituinte Ricardo Izar.

**O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO MONTEIRO:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO MONTEIRO:** – Sr. Presidente, é comum nos trabalhos da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Congresso Nacional que, quando há encaminhamento, fale um a favor e outro contra. Temos observado – não direi que é uma manobra – que depois que se encerraram as inscrições daqueles que encaminham a favor, pessoas se apresentam, seguidamente, para encaminhar contra. A minha questão de ordem é no sentido de que a Mesa, antes de esgotar o prazo de encaminhamento das emendas, procure inteirar-se se há algum Constituinte para encaminhar contra, a fim de que se mantenha o nível democrático dos encaminhamentos.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – A Mesa assim procedeu, mas ocorre que as inscrições foram feitas depois de terem falado dois Constituintes. Defiro a questão de ordem de V. Ex.<sup>a</sup>, para que os debates sejam intercalados.

**O SR. CONSTITUINTE RICARDO IZAR:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Lamento não poder permitir-lhe a palavra, porque V. Ex.<sup>a</sup> se inscreveu tardiamente.

**O SR. CONSTITUINTE RICARDO IZAR:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Em votação o destaque.

**O SR. CONSTITUINTE RICARDO IZAR:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Já começamos o processo de votação e não pode mais ser admitida questão de ordem.

**O SR. CONSTITUINTE RICARDO IZAR:** – V. Ex.<sup>a</sup> já me havia concedido a palavra.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Depois de dar a palavra a V. Ex.<sup>a</sup>, o Constituinte Brandão Monteiro levantou questão de ordem sobre o processo de votação, dizendo que a Mesa vem adotando o critério dos encaminhamentos intercalados, um a favor e outro contra. Então, como V. Ex.<sup>a</sup> não se inscreveu em tempo, não posso

mais dar a palavra a oradores para falar contra o destaque. **(Palmas)** A decisão está tomada.

**O SR. CONSTITUINTE RICARDO IZAR:** – Sr. Presidente, nas sessões anteriores isso já aconteceu, e V. Ex.<sup>a</sup> já me concedeu a palavra.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Se aconteceu foi um equívoco da Mesa, que não mais se repetirá. Em votação.

Concedo a palavra ao eminente Relator.

**O SR. CONSTITUINTE ERALDO TINOCO:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem sobre a votação.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Está com a palavra o eminente Relator, Constituinte Bernardo Cabral.

**O SR. CONSTITUINTE ERALDO TINOCO:** – V. Ex.<sup>a</sup> havia concedido a palavra ao nobre Constituinte Ricardo Izar e, além disso, há um aspecto que precisa ser levado em consideração. Se a praxe é um falar a favor e outro contra, novamente um a favor e outro contra, naturalmente que a Mesa acertaria se impedisse que dois oradores se pronunciassem seguidamente contrários à matéria. Mas quanto a um orador falar depois, V. Ex.<sup>a</sup> não está agindo corretamente. Permita-me pedir a reconsideração da decisão de V. Ex.<sup>a</sup>, porque um orador falar contrariamente é um direito, pois o processo é alternado, Prejudicaria o primeiro orador que falasse contrariamente à matéria, mas o segundo não poderia ser prejudicado. Permita-me lembrar este aspecto a V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Está com a palavra o Relator, a quem consulto se está de acordo com a interpretação do nobre Constituinte.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Estou de acordo com a interpretação dada pelo eminente Constituinte Eraldo Tinoco.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Diante da concordância do Relator, como o Regimento estabelece que dois oradores falem a favor e dois contra – e a intercalação tem sido a praxe adotada pela Mesa, embora não conste expressamente no Regimento da Comissão – concedo a palavra ao nobre Constituinte Ricardo Izar.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Sr. Presidente, pela ordem. Para que conste que se trata de uma liberalidade da Presidência. É bom que conste que a Presidência fez ver à Comissão que não havia orador inscrito para encaminhar contrariamente.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – A Mesa apela aos Srs. Membros da Comissão no sentido de que se inscrevam quando quiserem falar contra, para não ocorrer a repetição deste fato.

**O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO MONTEIRO:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem, inclusive, para auxiliar nossos trabalhos. Penso que, conforme praxe nesta Casa, a Mesa deve assumir posição de forma que no momento em que disser que não há oradores inscritos para encaminhar contra estará encerrada a inscrição. Isso facilita os nossos trabalhos e garante a democracia.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Esta Presidência não repetirá mais o equívoco.

Tem a palavra o nobre Constituinte Ricardo Izar.

**O SR. CONSTITUINTE JOÃO MENEZES:** – Sr. Presidente, pela ordem. V. Ex.<sup>a</sup> está cometendo uma violência.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Já está com a palavra o Constituinte Ricardo Izar.

**O SR. CONSTITUINTE JOÃO MENEZES:** – Isso não impede a violência que V. Ex.<sup>a</sup> está cometendo.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Não posso mais conceder a palavra para questão de ordem.

**O SR. CONSTITUINTE JOÃO MENEZES:** – V. Ex.<sup>a</sup> está embaralhando os trabalhos, e isso não pode acontecer. V. Ex.<sup>a</sup> já permitiu que dois falassem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Com a palavra o nobre Constituinte Ricardo Izar, para se manifestar contra, como desejava.

**O SR. CONSTITUINTE RICARDO IZAR:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, depois deste tumulto, gostaria de fazer alguns esclarecimentos sobre o debate de hoje. Existe uma tática usada por um grupo político desta Casa de jogar o trabalhador contra grande parte dos Constituintes. Todos nós estamos interessados em trazer alguma coisa de positivo para o trabalhador, no sentido de ganho e conquista para todos.

O nobre Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva acabou de dizer da tribuna que apenas um grupo está interessado no desenvolvimento das carreiras diversas dos trabalhadores e que a estabilidade é ponto alto, a principal conquista do trabalhador.

No meu modo de ver e no de muitos dos Srs. Constituintes, existem outras fórmulas de conquistas. Por exemplo, depois de algum tempo de trabalho – 6 meses ou um ano – o trabalhador poderá ser indenizado progressivamente. Esta é uma conquista, e muito dos Srs. Constituintes não a querem.

Gostaria de alertar os Senhores, a estabilidade é um engodo, é uma utopia. E tenho certeza absoluta de que, se aprovarmos a estabilidade ou, pelo menos, se a maioria votar a favor dela – sem o meu voto – daqui a seis meses ou um ano o próprio trabalhador pedirá a retirada da estabilidade. Esta é a realidade. As pequenas e médias empresas não agüentarão.

Precisamos dar melhores condições de vida ao trabalhador. A estabilidade é uma mentira.

Gostaria de trazer aqui o meu testemunho. Sou vítima da estabilidade, e a minha família também o é.

Há alguns anos – em 1922 – tínhamos uma cartonagem em São Paulo, que havia sido de meu avô, de quem meu pai herdou. Num determinado instante, tínhamos 120 funcionários. Alertaram meu pai no sentido de que deveria demitir esses funcionários antes que completassem 10 anos de trabalho. Meu pai achou que não, pois eram amigos e não criariam problemas. Dai, não mexeu em ninguém. Posteriormente, chegamos a ter 60% de operários estáveis na cartonagem. Sabe o que aconteceu, Srs. Constituintes? A produção diminuiu, e não pudemos competir mais no mercado. Precisamos vender simplesmente a cartonagem para outra firma, com a condição de indenizar boa parte dos trabalhadores. Vendemos as propriedades que tínhamos e pagamos os operários. Essa cartonagem, em São Paulo, que chegou a ter 180 funcionários, hoje possui apenas 22. A realidade é uma só. O operário depois da estabilidade fica apático, não produz. E a estabilidade, repito, é uma utopia. Precisamos melhorar a situação dos operários, após algum tempo de serviço, melhorar as suas condições de vida, dar-lhes outros benefícios, mas nunca a estabilidade. **(Palmas.)**

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Com a palavra o nobre Relator, Constituinte Bernardo Cabral.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, é preciso que se ressalte nesta tarde que nós, Constituintes, não estamos narrando a história, mas fazendo a própria história. Quando o chamado Projeto zero foi trazido ao seio da Comissão de Sistematização –



ora constante da defesa do Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva –, o art. 13 registrava "garantia do direito ao trabalho mediante relação de emprego estável", e assinalava, na alínea c, "os prazos definidos em contratos de experiência não superiores a 90 dias". Isto foi alardeado no País inteiro como a quebra do empresariado. E alguns líderes sindicais diziam que isto era uma verdadeira utopia, inalcançável, porque se obstruíam os canais entre empresário e empregado. Todo o País, a uma só voz, dizia que estávamos entrando no terreno resvalante da demagogia. Portanto, não se deveria dar guarida ao que aqui se encontrava.

Veio o Substitutivo nº 1, e tive o cuidado de me reunir com as lideranças sindicais e empresariais, tendo sido convocado ao nosso gabinete o Sr. Ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, que deu a redação ao que ficou convencionado chamar Substitutivo nº 1, assim devidamente alinhado:

"Art. 7º Além de outros, são direitos dos trabalhadores: contrato de trabalho protegido contra despedida imotivada sem justa causa, nos termos da lei."

Quando isso foi registrado, dizia-se que era forma oblíqua de se tirar a estabilidade do trabalhador, porque essa remessa, para os termos da lei, em nada avançava.

E ouvi, de nomes dos mais respeitáveis do PMDB, que ao longo de vinte anos o PMDB havia, no caminho social, reclamado contra a ditadura mas que não se avançava nesse campo exatamente porque o Relator Bernardo Cabral a tanto não tinha chegado.

Ouí daquela tribuna, quando se defendiam emendas populares, que esta forma, já no Substitutivo nº 2; não atendia aos trabalhadores. Como estamos fazendo a História, como não estamos mais no século XVIII, quando o indivíduo, ameaçado, rebelava-se contra o Estado absoluto, como não estamos chegando ao século XX, – a sociedade caminha para o século XXI e já se encontra ameaçada – sente-se que deve haver uma rebelião contra esse Estado chamado imprevidente e que o indivíduo há de ter um mínimo de existência digna.

O que procurou o Relator? Numa manhã, na sede da Ordem dos Advogados do Brasil, reuniu-se com dois líderes sindicais que se encontram aqui presentes e cujos nomes declino – o ilustre Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva e o líder Jair Meneguelli, de um lado, pelos trabalhadores, e de outro, pelos empresários, o eminente Constituinte Albano Franco e o representante da FIESP, Dr. Altfeld. Ao longo de duas horas o Relator ouviu, com tal paciência que parecia que não podia dela se afastar, o que pretendiam as duas correntes. Logo a seguir, depois de ter ouvido também o meu partido, procurei o Partido da Frente Liberal para conversarmos – e aqui se encontra presente o eminente Constituinte Carlos Chiarelli – e a redação do Substitutivo nº 2 foi feita rigorosamente dentro do que parecia ser o rumo natural desejado pelos líderes. (Palmas.)

Conseqüentemente, devo chamar a atenção da Nação para o que aqui se passa. Não posso emprestar meu nome para brincadeiras. Aquela altura, quando se rejeitou aquele item do Projeto zero, foi em função do que dizia um dispositivo do Substitutivo nº 2, o qual leio para os eminentes Constituintes:

"Art. 6º Além de outros, são direitos dos trabalhadores:

I – Garantia de emprego protegido contra despedida imotivada, assim entendida a que não se fundar em:..."

A época procurei ouvir o Ministro Almir Pazzianotto – e S. Ex. não se encontrava em Brasília, mas no interior do Estado de São Paulo, realizando uma conferência – a fim de ouvi-lo como ex-advogado trabalhista titular da Pasta do Trabalho. E hoje S. Ex.<sup>a</sup> faz censura dizendo que isso

é uma armadilha para os empresários e empregados. Não sei o que S. Ex.<sup>a</sup> quer dizer com isso.

Para marcar minha posição nesta hora, quero dizer que defendo o Substitutivo nº 2, com a responsabilidade que me cabe. (Palmas.) Mas vejam V. Ex.<sup>as</sup> que no século XX o sentido social do Direito não é mais uma doutrina, não é uma escola jurídica, mas a própria vida.

Portanto, tenho de me colocar contrário à Emenda Lula por essas razões, chamando a atenção para o fato de que, se ela for aprovada, estará rejeitada, inclusive esse item do Substitutivo nº 2. Assim, a posição pessoal do Relator, deixando cada um à vontade a fim de que vote como deseje, é pela aprovação do Substitutivo nº 2. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Solicito ao nobre Constituinte José Fogaça que proceda à chamada.

### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Almir Gabriel, Artur da Távola, Carlos Mosconi, Celso Dourado, Cristina Tavares, Egídio Ferreira Lima, Fernando Lyra, Haroldo Sabóia, Ibsen Pinheiro, João Herrmann Neto, José Fogaça, José Paulo Bisol, Manoel Moreira, Mário Lima, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nelton Friedrich, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Raimundo Bezerra, Theodoro Mendes, Virgildásio de Senna, Octávio Elísio, Vicente Bogo, Vilson Souza, Brandão Monteiro, José Maurício, Lysâneas Maciel, Francisco Rossi, Gastone Righi, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Haroldo Lima, Roberto Freire e Jamil Haddad. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Alfredo Campos, Aluizio Campos, Bernardo Cabral, Carlos Sant'Anna, Cid Carvalho, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Gasparian, Fernando Henrique Cardoso, José Richa, José Serra, José Ulisses de Oliveira, Milton Reis, Prisco Viana, Renato Vianna, Rodrigues Palma, Severo Gomes, Wilson Martins, Albano Franco, Délio Braz José Tavares Tavares, Marcos Lima, Alcení Guerra, Aloysio Chaves, Antônio Carlos Mendes Thame, Arnaldo Prieto, Carlos Chiarelli, Christóvam Chiaradia, Edme Tavares, Eraldo Tinoco, Francisco Benjamim, Francisco Dornelles, Inocêncio Oliveira, José Jorge, José Lins, José Santana de Vasconcellos, José Thomaz Nonô, Luís Eduardo, Mário Assad, Osvaldo Coelho, Paulo Pimentel, Ricardo Fiúza, Sandra Cavalcanti, Antonio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Gerson Peres, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia, Virgílio Távora, Jonas Pinheiro, José Lourenço, Ricardo Izar, Itamar Franco, José Maria Eymael e Antonio Parias.

### DECLARAÇÃO DE VOTO

"Declaração de voto NÃO à emenda do Deputado Luiz Inácio da Silva (destaque 003792/87), que substitui o inciso I do artigo 6º do Substitutivo do Relator (Segundo) pelo inciso I do artigo 13 do Projeto da Constituição (P-1) de 9-7-87.

Os motivos que orientaram meu voto são os seguintes:

1. Nos termos em que está redigido, o inciso I, artigo 13 do P – 1, implica, de fato, na instituição para o setor privado da estabilidade praticamente absoluta (após 90 dias de contrato de experiência) em termos parecidos ao que ocorre no sistema prevalecente para o funcionalismo público estatutário. Considero que tal dispositivo criaria uma rigidez na economia que, rapidamente, provocaria sua rejeição, mediante práticas de informalização das relações de emprego e a penalização dos setores menos qualificados da força de trabalho. Além disso, seria óbvia a maior vulnerabilidade relativa das empresas de menor tamanho, poder de mercado, capacidade de inovação tecnológica e capacidade financeira.

2. Creio, por outro lado, que é fundamental aumentar a estabilidade no emprego, mediante a inibição da rotatividade como instrumento para reduzir os salários, meca-

nismo esse que foi exacerbado pela instituição do sistema do FGTS. Penso, também, que não cabe abominar a utilização do instrumento da indenização, embora não devendo ser o único, na proteção do emprego.

3. O melhor dispositivo para figurar na Constituição é o contido no Substitutivo do Relator, que estabelece ser direito dos trabalhadores, além de outros, "Contrato de Trabalho protegido contra despedida imotivada ou sem justa causa, nos termos da lei". A lei poderá dar conta da flexibilidade, detalhamento e maior temporariedade necessários ao tratamento legal adequado da questão da estabilidade, especialmente num País cuja estrutura econômico-social e cujo mercado de trabalho são tão heterogêneo e tão sujeitos a mudanças no tempo.

4. Para melhor compreensão dos meus pontos de vista anexo cópia do documento que preparei para PMDB e que foi publicado na imprensa domingo último – Constituinte **José Serra** – 7-10-87".

Durante a chamada nominal da votação de Destaque nº 3792-87, o **Sr. Aluizio Campos**, Primeiro-Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência que é ocupada pelo **Sr. Brandão Monteiro** Segundo-Vice-Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM, 38 Constituintes; votaram NÃO, 54 Constituintes. Total: 92 votos. O Destaque foi **rejeitado**. Declaração de voto, do Constituinte José Serra.

Em votação o Destaque nº 2748, requerido pelo Constituinte José Costa. O Constituinte José Costa está presente? **(Pausa)** Ausente. Está prejudicado o destaque.

Em votação o Destaque nº 3230, requerido pelo Constituinte Fernando Cunha, referente à Emenda nº 28347. Está presente o Constituinte Fernando Cunha? **(Pausa)** Ausente. Prejudicado o destaque.

Em votação o Destaque nº 7132, requerido pelo Constituinte Roberto Balestra, referente à Emenda nº 8034, de autoria do Constituinte Maluly Neto. Está presente o Constituinte Roberto Balestra? **(Pausa)** Ausente. Está prejudicado o destaque.

No mesmo sentido a Emenda nº 7146, também requerida pelo Constituinte Roberto Balestra, fica prejudicada.

**Destaque nº 000125/87, do Sr. Paulo Paim – Emenda nº ES-34287-8, do Sr. Augusto Carvalho, "que modifica o "caput" do artigo 7º, do Substitutivo 1 ("caput" do artigo 6º do Substitutivo 2) ". (48.ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Passemos à votação do **caput** do art. 6º Em votação o Destaque nº 125, requerido pelo Constituinte Paulo Paim, referente à Emenda nº 34287, de autoria do Constituinte Augusto Carvalho.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Sr. Presidente, um esclarecimento; está sendo votado agora somente o **caput**?

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Tenho a impressão, Constituinte José Genoíno, de que foi exatamente o que a Mesa disse: "Em votação o caput do art. 6º"

Com a palavra o Constituinte Paulo Paim.

Solicito, desde logo, àqueles que queiram encaminhar a favor ou contra, que se inscrevam para evitar problemas futuros.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr. Presidente, peço a palavra apenas para colaborar com V. Ex.ª

Existe um problema nesse esclarecimento. Exigir-se que haja um posicionamento prévio é, na verdade, frustrar-se o debate do Parlamento, o que é muito importante. Ouvindo o esclarecimento pode acender-se entre nós a necessidade de uma resposta. Peço a V. Ex.ª que mantenha esse o espírito democrático.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Constituinte Gastone Righi, V. Ex.ª talvez não tenha entendido a o que a Mesa colocou. Depois que o Constituinte encaminhar a emenda, deverão inscrever-se a favor ou contra, como é usual e comum na Casa.

Com a palavra o Constituinte Paulo Paim.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO PAIM:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, primeiro gostaria de esclarecer que esta proposta não é específica deste debate ou do seu autor. São dela signatários mais de cem Parlamentares, dos mais variados partidos. Ela também é fruto de uma emenda popular trazida por um dos organizadores do DIAP, tendo cerca de um milhão de assinaturas. A proposta visa a que se garanta no **caput** deste artigo os mesmos direitos dos trabalhadores urbanos para os trabalhadores rurais. Explicamos o porquê da nossa preocupação. Fizemos a mesma defesa na Comissão dos Direitos dos Trabalhadores e foi aprovada por unanimidade. Procedemos da mesma forma junto à Comissão Temática da Ordem Social e ela teve, também, aprovação por unanimidade.

Lembramos aos Srs. Constituintes que a atual Constituição também fala dos direitos dos trabalhadores; só que os companheiros rurais não têm direito à aposentadoria como os trabalhadores urbanos. Os companheiros rurais não têm direito ao abono familiar. Lembro, ainda, que a mulher camponesa não tem direito à aposentadoria, enquanto a mulher trabalhadora tem esse direito.

Entendemos que, neste momento, a Comissão de Sistematização estará pagando um resgate histórico aos trabalhadores rurais se assegurar, neste **caput**, que os direitos dos camponeses serão iguais aos dos trabalhadores urbanos.

Gostaria de contar com a apreciação favorável do Relator Bernardo Cabral à minha introdução. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Com a palavra o Constituinte Pimenta da Veiga.

**O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA:** – Desisto, Sr. Presidente. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Não há mais oradores inscritos para encaminhamento contrário. Ainda há um orador inscrito para encaminhamento a favor, o nobre Constituinte Augusto Carvalho. Tem a palavra o nobre Constituinte.

**O SR. CONSTITUINTE AUGUSTO CARVALHO:** – Sr. Presidente, Sr.ªs e Srs. Constituintes, a emenda por nós apresentada, expressa o consenso do movimento sindical brasileiro, a unidade a que chegaram os trabalhadores reunidos na Central única dos Trabalhadores e na CGT, a unidade dos companheiros trabalhadores do campo e da cidade, que desejam assegurar no Texto da Constituição o direito elementar para os trabalhadores do campo. Apesar de o texto Constitucional em vigor neste País dizer que todos são iguais perante a lei, os trabalhadores do campo têm sido discriminados de forma criminosa, não tendo sido sequer contemplados do ponto de vista da igualdade com os trabalhadores da cidade no que tange à aposentadoria.

Neste sentido, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, fazemos um apelo à sensibilidade, à consciência de cada Constituinte a fim de que atentem para a gravidade dessa decisão. Não se pretende a aprovação de uma proposta irreal utópica. O que se pretende é um mínimo de justiça para a massa de trabalhadores esmagada pelo latifúndio, pelas

condições mais terríveis de trabalho e de salário. Fazemos este apelo para que a igualdade que se proclama no texto Constitucional seja definitivamente praticada naquilo que interessa concretamente à classe trabalhadora do campo e da cidade. Muito obrigado. **(Palmas)**

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Nobre Relator Bernardo Cabral, peço a V. Ex.<sup>a</sup> que aguarde a leitura do texto do destaque. Em seguida concederei a palavra a V. Ex.<sup>a</sup>

Em votação o destaque que tem a seguinte redação:

“São direitos sociais dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social ...”

Tem a palavra o nobre Relator Bernardo Cabral.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, o eminente Constituinte Paulo Paim já havia conversado comigo sobre a Emenda Augusto Carvalho. Disse a S. Ex.<sup>a</sup> que não tinha como deixar de acolhê-la.

De modo que o Relator opina favoravelmente pela sua aprovação. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Em votação a emenda.

#### **(Procede-se à votação)**

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Alfredo Campos, Almir Gabriel, Aluizio Campos, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Carlos Mosconi, Carlos Sant’Anna, Celso Dourado, Cid Carvalho, Cristina Tavares, Egídio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Gasparian, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, Ibsen Pinheiro, João Calmon, João Herrmann Neto, José Fogaça, José Paulo Bisol, José Richa, José Serra, José Ulisses de Oliveira, Manoel Moreira, Mário Lima, Milton Reis, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nelton Friedrich, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Prisco Viana, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Rodrigues Palma, Severo Gomes, Sigmaringa Seixas, Theodoro Mendes, Virgildásio de Senna, Wilson Martins, Albano Franco, José Tavares, Marcos Lima, Octávio Elísio, Alcenir Guerra, Aloysio Chaves, Antoniocarlos Mendes Thame, Arnaldo Prieto, Carlos Chiarelli, Christóvam Chiaradia, Edme Tavares, Eraldo Tinoco, Francisco Benjamim, Francisco Dornelles, Inocêncio Oliveira, José Jorge, José Lins, José Santana de Vasconcellos, José Thomaz Nonô, Mário Assad, Paulo Pimentel, Sandra Cavalcanti, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Gerson Peres, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia, Virgílio Távora, João Menezes, Jonas Pinheiro, José Lourenço, Paes Landim, Ricardo Izar, Brandão Monteiro, José Maurício, Lysâneas Maciel, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Afif Domingos, José Maria Eymael, Haroldo Lima, Roberto Freire, Jamil Haddad e Antonio Farias. Votou **NÃO** o Senhor Constituinte: Ricardo Fiúza.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram **SIM** 92 Constituintes; votou **NÃO** 1 Constituinte. Total: 93 votos. O Destaque foi **aprovado**.

Com a aprovação da emenda, estão prejudicados os Destaque nºs 1411, de autoria do Constituinte Nelson Carneiro; 4274, do Constituinte Nelton Friedrich; 1573, do Constituinte Paulo Paim, do Constituinte Eduardo Jorge; 2954, do Constituinte Israel Pinheiro; 5139, do Constituinte Ricardo Izar; 5396, do Constituinte Carlos Chiarelli; 5890, do Constituinte Augusto Carvalho; 8139, do Constituinte Aécio Neves; 8266, do Constituinte Alysson Paulinelli.

Passa-se ao item I do art. 6º

Em votação o Destaque nº 8112, requerido pelo Constituinte Osvaldo Coelho, referente à Emenda nº 29864. O destaque visa à supressão do inciso I.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Constituinte Jarbas Passarinho.

**O SR. CONSTITUINTE JARBAS PASSARINHO:** – Sr. Presidente, seria extremamente importante que a Mesa informasse ao Plenário a consequência da aprovação de uma emenda supressiva. Votamos o título. O 2º Substitutivo foi mantido. Conseqüentemente, a prioridade do 1º O Substitutivo, no caso da derrubada do 2º Substitutivo não procede, já que este último foi mantido. Qualquer emenda supressiva, nesse instante, se aprovada, derrubará, dentro dos limites daquilo que ela expressa, todo o restante da matéria em pauta.

Era esse o esclarecimento que queria prestar para bem conduzir a votação.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – V. Ex.<sup>a</sup> tem integral razão.

Em votação.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Tem a palavra V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – Sr. Presidente, o **caput** está aprovado. Não vou discutir. O Destaque nº 1411, por mim subscrito, de uma Emenda Popular, inclui outros dispositivos. Esse destaque foi preservado. Pretendo apenas que dessa emenda substitutiva, que tem vários dispositivos, fossem destacados três. O primeiro – o **caput** –, V. Ex.<sup>a</sup> declarou prejudicado; as outras duas partes serão votadas oportunamente. Tratam do mesmo art. 6º, mas não dizem respeito ao **caput**. Quando forem votados os incisos referentes a esses pontos destacados, esses destaques deverão prevalecer para serem examinados pelo Plenário. Pedi destaque para três pontos.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Em relação ao **caput**, V. Ex.<sup>a</sup> não tem dúvidas.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – Sr. Presidente, o que pretendo é que prevaleça o destaque quando os outros pontos forem apreciados.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Pois não. No momento oportuno.

Em votação.

Não há oradores inscritos para encaminhar contra nem a favor.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT’ANNA:** – Sr. Presidente, peço a palavra, para uma questão de ordem, quanto ao processo de votação, para esclarecer definitivamente o que já entendi: se aprovado o destaque supressivo, não só a questão relativa ao inciso I desaparece como ficam prejudicados todos os outros destaques referentes a esse inciso.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Exatamente. Se aprovada a emenda supressiva, cairá o inciso e todas as emendas a ele referentes.

**O SR. CONSTITUINTE PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO:** – Sr. Presidente, peço a palavra para um questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Concedo a palavra ao Constituinte Plínio Arruda Sampaio.

**O SR. CONSTITUINTE PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO:** – Sr. Presidente, o Plenário aprovou uma redação dizendo...

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Gostaria de solicitar a colaboração dos Srs. Constituintes, porque estamos sem condições de ouvir as questões de ordem.

Se queremos celeridade, não basta que a Mesa atue no sentido desta; é fundamental que o Plenário colabore.

**O SR. CONSTITUINTE PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO:** – Sr. Presidente, entendo que V. Ex.<sup>a</sup> está-se dirigindo ao Plenário, porque a minha serenidade aqui é olímpica.

Queria apenas fazer uma pergunta a V. Ex.<sup>a</sup>, que acaba de considerar prejudicada uma emenda que reza:

“São direitos sociais dos trabalhadores urbanos e rurais, dos servidores públicos federais, estaduais e do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, além de outros...”

A aprovação de um texto cujo **caput** diz que “são direitos sociais dos trabalhadores urbanos e rurais” prejudica o exame de uma emenda que contém, além dos trabalhadores urbanos e rurais, outras categorias de trabalhadores?

Se o entendimento for o de que não prejudica, essas emendas precisam ser votadas. Essa é a indagação que faço, porque, a rigor, ela tem alguma coisa a mais. Destacou-se tudo e aprovou-se uma parte do texto do Substitutivo, mas, quanto à outra, ainda não houve pronunciamento do Plenário.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Constituinte Plínio Arruda Sampaio, vamos examinar a proposição, mas a impressão primeira que temos é que a emenda era aditiva.

**O SR. CONSTITUINTE PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO:** – Era aditiva.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Qual é a emenda?

**O SR. CONSTITUINTE PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO:** – Trata-se do Destaque nº 2.105, de autoria do Constituinte João Paulo. Diz ele respeito à Emenda nº ES-29.750. Ela era aditiva.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Constituinte Aluizio Campos, vou conceder-lhe a palavra após responder a questão de ordem do Constituinte Plínio Arruda Sampaio.

Lamentavelmente, Constituinte Plínio Arruda Sampaio, a emenda era substitutiva e não aditiva. Conseqüentemente, a primeira emenda substitutiva aprovada prejudicou a emenda de V. Ex.<sup>a</sup>, salvo melhor juízo.

Concedo a palavra ao Constituinte Aluizio Campos.

**O SR. CONSTITUINTE ALUÍZIO CAMPOS:** – Pela relação distribuída aos Constituintes, o art. 6º, inicialmente, começa com duas emendas supressivas. Uma é de minha autoria e outra do Constituinte Alysson Paulinelli. O Regimento Interno da Constituinte diz que, votado o título ou capítulo, votar-se-ão em seguida os destaques a ele concedidos. Desse modo, os destaques sobre o texto precedem à votação dos destaques de emenda. Peço então a V. Ex.<sup>a</sup> que conceda prioridade para votação das emendas supressivas, a fim de que depois possam ser votadas as outras emendas.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Constituinte Aluizio Campos, com a experiência que V. Ex.<sup>a</sup> possui como Parlamentar e membro da Mesa, desde logo pode verificar que a sua emenda suprime uma palavra e a outra suprime todo o texto. É muito mais ampla; conseqüentemente, ela tem preferência.

**O SR. CONSTITUINTE ALUÍZIO CAMPOS:** – Sr. Presidente, levantei uma questão *in generi*: pedi a V. Ex.<sup>a</sup> para pôr em votação os destaques supressivos antes do Substitutivo. Não solicitei que fosse colocado em votação o meu destaque antes do destaque do Constituinte Alysson Paulinelli.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Constituinte Aluizio Campos, é exatamente isso o que está sendo feito: são as emendas supressivas.

**O SR. CONSTITUINTE PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO:**

– Para uma questão de ordem, Sr. Presidente. Eu não quero insistir nem ser impertinente, mas, pela interpretação que V. Ex.<sup>a</sup> está dando, aceita uma emenda substitutiva, todas as outras estão prejudicadas, ainda que elas contenham matéria sobre a qual não houve pronunciamento do Plenário.

Então pergunto a V. Ex.<sup>a</sup>, para não criar um impasse na votação, se essa emenda não poderia ser considerada, na parte em que não foi derrotada, aditiva, e ser apreciada posteriormente, porque, caso contrário, estaremos tirando do Plenário a possibilidade de se pronunciar sobre se quer ou não que se estendam aos trabalhadores do Estado os direitos e garantias dos demais trabalhadores, e isso não foi submetido ao Plenário, por impossibilidade. O Plenário não pôde manifestar-se sobre isso. Se for considerada como uma emenda aditiva, para posterior consideração, eu acataria e aceitaria a decisão de V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Nobre Constituinte Plínio Arruda Sampaio, V. Ex.<sup>a</sup> requereu uma emenda substitutiva. Não poderíamos agora transformá-la em aditiva, porque, se assim fosse, já a teríamos colocado em votação.

**O SR. CONSTITUINTE PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO:** – V. Ex.<sup>a</sup> me perdoe – e não quero dialogar com V. Ex.<sup>a</sup> – mas então teria que colocá-la. Quero que V. Ex.<sup>a</sup> me responda a seguinte pergunta: o Plenário foi consultado e rejeitou a possibilidade de que um funcionário público tenha os mesmos direitos e garantias dados aos trabalhadores urbano e rural? Ele não teve essa oportunidade, e a Mesa estaria, neste caso, impedindo o Plenário de fazer uma votação.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Lamento dizer a V. Ex.<sup>a</sup> que, na verdade, o Plenário conhece todas as emendas, e, portanto, não seria necessário que fizéssemos antes, aqui, uma admoestação a respeito da inclusão ou não dos funcionários públicos.

**O SR. CONSTITUINTE PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO:** – Ele poderia conhecer e estar esperando, sem embargo de aprovar uma emenda que já colocasse o que considera fundamental, que é o urbano e o rural.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Com todo o respeito a V. Ex.<sup>a</sup>, a matéria já está decidida. Na verdade, não poderíamos aqui examinar o mérito do que o Plenário estaria pensando. Entendo que a resposta do Plenário foi a votação da emenda substitutiva.

Em votação o Destaque nº 8.112.

**O SR. CONSTITUINTE OSVALDO COELHO:** – Sr. Presidente, sou o autor do destaque em votação e requeiro a V. Ex.<sup>a</sup> sua retirada.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – O Constituinte Osvaldo Coelho retifica o destaque.

**Destaque nº 8.280/87, do Sr. Alysson Paulinelli, “que suprime o art. 6º do Substitutivo nº 2”.**

Em votação o Destaque nº 8.280, requerido pelo Constituinte Alysson Paulinelli, pretendendo suprimir o item I, emenda supressiva. Com a palavra S. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. CONSTITUINTE ALYSSON PAULINELLI:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a medida que proponho pauta-se em observação feita na atual redação do item I do art. 6º, que não estaria atendendo às solicitações de empresários ou trabalhadores. Noto que, como está redigida, teremos dificuldade de chegar a um texto final louvável por todos. Assim, julguei oportuno submeter à Casa destaque supressivo para que haja oportunidade de novos entendimentos e conversações e cheguemos a um texto viável, passível de aprovação. É minha defesa.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Tem a palavra o Constituinte José Serra para encaminhar contra.

Solicito aos Srs. Constituintes que estiverem de acordo com a emenda do Constituinte Alysson Paulinelli que se

manifestem até o final da exposição do Constituinte José Serra.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON JOBIM:** – Sr. Presidente, para um esclarecimento. O destaque do Constituinte Alysso Paulinelli suprime todo o texto ou parte dele?

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Suprime o inciso I.

Com a palavra o Constituinte José Serra.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ SERRA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, queria manifestar-me contra a exclusão do tratamento dos aspectos de garantia do emprego em nossa Constituição, apresentada pelo Constituinte Alysso Paulinelli.

Aproveito a oportunidade para tecer alguns esclarecimentos a respeito da posição que temos assumido. O meu entendimento é no sentido de que deveríamos aproveitar, no Plenário desta Comissão de Sistematização, o texto que trata da garantia do emprego, contido no Substitutivo nº 1, que diz:

Art. 7º “Além de outros, são direitos dos trabalhadores:

I – contrato de trabalho protegido contra despedida imotivada ou sem justa causa, nos termos da lei...”

Portanto, encaminho contrariamente ao Destaque do Constituinte Alysso Paulinelli, porque prejudicaria a aprovação, que será submetida neste Plenário, do destaque do Constituinte Antonio Mariz, que pedirá a aprovação do texto do Substitutivo nº 1.

Queria dizer também que o problema da estabilidade de emprego, no Brasil, é muito sério, envolve os interesses da classe trabalhadora, e um dos seus aspectos fundamentais foi inaugurado a partir da política trabalhista, de meados dos anos 60, pelo regime autoritário, que praticamente eliminou para as empresas o custo de despedir um trabalhador. Por quê? Porque o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço passou a ser um pagamento compulsório obrigatório, portanto, para o empresário despedir ou manter um trabalhador o custo era praticamente o mesmo; com o tempo, reduziu-se ao aviso prévio e pequena multa sobre o Fundo de Garantia. Precisamos mudar essa realidade e impedir que o aumento da rotatividade selvagem, que prevalece em nossa economia, seja utilizado como instrumento para a redução de salários. É importante que isto fique muito claro.

Por outro lado, acredito também que não temos condições de dar aos trabalhadores do setor privado um tratamento semelhante ao que prevalece junto aos funcionários do Governo, na sua situação de estatutários, e tivéssemos feito isso conduziríamos nossa economia à desorganização e, provavelmente, atingiríamos objetivos contrários àqueles perseguidos. Por quê? Porque temos uma economia heterogênea, desigual, com empresas com grande poder de mercado, capacidade financeira e de progresso tecnológico coexistindo junto a uma grande massa de empresas que não têm as mesmas condições financeiras para suportar esta estabilidade total desejada. Então, acredito que a solução esteja no meio caminho, alternativo, que realmente iniba a utilização do instrumento da rotatividade e que permita aos determinados sindicatos realizar conquistas nesse processo, que lhes assegure avanços na estabilidade, que corresponda à sua força de organização e de mobilização. E estamos fazendo isso na medida em que ampliamos os direitos de greve e a capacidade de atuação dos sindicatos na defesa dos seus afiliados.

Encerrando, Sr. Presidente, o Substitutivo nº 1 permite, através de sua formulação geral, que tratemos o problema através de uma lei flexível e muito mais capa-

citada a tratar detalhadamente o problema nas condições de desigualdade que prevalecem no País além de ter uma duração muito menor no tempo.

Portanto, voltar ao texto do Substitutivo nº 1 representaria uma conquista para todos nós. Ele não garante a auto-aplicabilidade da estabilidade, mas, de toda maneira, representará um avanço. Então, reafirmo aqui que esse texto permitirá que, através da lei, demos um tratamento adequado ao problema, que é muito sério, especialmente num País tão desigual como o nosso.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Constituinte Alysso Paulinelli, formulo um apelo a V. Ex.<sup>a</sup> no sentido de que retire seu pedido de destaque.

**O SR. CONSTITUINTE ALYSSON PAULINELLI:** – Sr. Relator: vendo que há possibilidade de um acordo com relação ao texto, sinto-me feliz em retirá-lo. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Retirado o destaque do eminente Constituinte Alysso Paulinelli.

A Mesa, mais uma vez, solicita aos Srs. Constituintes que se sentem. Vamos votar agora um requerimento de preferência, mas será difícil votá-lo se não houver colaboração do Plenário. Sei que tudo isso é decorrente da própria discussão.

Sobre a mesa requerimento de preferência:

**Requerimento de preferência do Sr. Pimenta da Veiga para votação do Destaque nº 7073-87, do Sr. Antonio Mariz, “que substitui o inciso I do art. 6º do Substitutivo nº 2 pelo inciso I do art. 7º do Substitutivo nº 1”. (99.ª votação)**

“Nos termos regimentais, requeiro preferência, quando da votação do Título II, para a votação dos destaques relacionados ao quadro anexo.”

Refere-se ao Destaque nº 7.073, requerido pelo Constituinte Antonio Mariz.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Se V. Ex.<sup>a</sup> pelo menos deixar que eu leia o destaque e o requerimento, a Mesa agradece.

A matéria refere-se à votação do Destaque nº 7.073, requerido pelo Constituinte Antonio Mariz, sobre o texto do inciso I do art. 7º do 1º Substitutivo, para substituir o inciso I do art. 6º

Com a palavra o Constituinte José Genoíno que, pela ordem, foi o primeiro a requerer a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Sr. Presidente, para um pedido de esclarecimento e de informação à Mesa. Esta preferência foi solicitada quando se abriu a discussão do Título II ou foi feita após o início da votação do Título II?

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Ilustre Constituinte José Genoíno, a Mesa tem em mãos o requerimento de referência, a data e a rubrica de entrega. Portanto, foi requerido tempestivamente.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Então, o requerimento de preferência não pode ser aceito.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Tempestivamente, isto é, dentro do tempo.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Sr. Presidente, há uma situação estranha. Este requerimento de preferência deveria ter sido votado no momento certo da abertura do artigo, não pode ser colocado no meio da votação.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – V. Ex.<sup>a</sup> está equivocado. Há preferência regimental para todos os destaques supressivos. Agora, é o destaque substitutivo.

Evidentemente, V. Ex.<sup>a</sup>, que é um dos maiores conhecedores do Regimento, há de concordar com a Mesa.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Todas as emendas supressivas já foram apreciadas?

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Sim. A do Constituinte Aluizio Campos destaca somente uma expressão – “garantia de”.

**O SR. CONSTITUINTE ALUÍZIO CAMPOS:** – Não. Alínea c.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – V. Ex.<sup>a</sup> colocou sobre a mesa requerimento que diz: “Suprima-se na alínea c, item I: “garantia de”.

**O SR. CONSTITUINTE ALUÍZIO CAMPOS:** – Sr. Presidente, pela ordem. Nós, na Mesa, adotamos o critério de votar prioritariamente os destaques supressivos do texto, e só depois os substitutivos de qualquer matéria. Ainda há pouco, reclamei a V. Ex.<sup>a</sup> a respeito, e fui atendido em parte. V. Ex.<sup>a</sup> me informou que havia duas emendas supressivas. Uma do Deputado Alysson Paulinelli, que desistiu do seu pedido, de supressão total do item I do texto, e a minha, que suprime parcialmente expressões nesse item. Evidentemente, minha emenda tem preferência, porque é supressiva.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Nobre Constituinte Aluizio Campos, a par da grande experiência de V. Ex.<sup>a</sup>, muito maior do que a de quem preside os trabalhos, neste momento, penso que o entendimento que sempre adotamos foi de que emenda supressiva é aquela que se refere ao texto total. V. Ex.<sup>a</sup> requer seja extirpada uma expressão.

**O SR. CONSTITUINTE ALUÍZIO CAMPOS:** – Não. O Regimento é claro. Diz que as emendas supressivas podem ser de todo o dispositivo ou de parte dele. O Regimento é expresso, tanto o da Câmara dos Deputados como o da Comissão de Sistematização. Nem V. Ex.<sup>a</sup>, eu ou o Constituinte Jarbas Passarinho, nenhum de nós pode colocar em votação emenda substitutiva ou destaque substitutivo antes do supressivo. Este foi o critério que adotamos para ser cumprido de modo uniforme.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Nobre Constituinte Aluizio Campos, a questão está resolvida. Evidentemente que supressiva é aquela preposição que se refere a todo um dispositivo. V. Ex.<sup>a</sup> insiste numa colocação que para a Mesa não está correta.

**O SR. CONSTITUINTE ALUÍZIO CAMPOS:** – Não, absolutamente. V. Ex.<sup>a</sup> não mostra nenhuma palavra no Regimento que impeça a supressão parcial. (Palmas) V. Ex.<sup>a</sup> não pode cometer essa violência.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Não é violência, nobre Constituinte. A Mesa explicou a V. Ex.<sup>a</sup> as razões de sua decisão.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – A Presidência da Assembléia Nacional Constituinte é que deverá decidir a questão. Não há recurso aqui. O Constituinte Aluizio Campos devia saber disso.

**O SR. CONSTITUINTE ALUÍZIO CAMPOS:** – Sr. Presidente, que se submeta ao Plenário minha proposta de se votar prioritariamente as emendas e os destaques supressivos.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – A Mesa irá decidir.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Nobre Constituinte Aluizio Campos, V. Ex.<sup>a</sup> acaba de levantar uma questão de ordem. A Mesa resolveu a questão de ordem. Se V. Ex.<sup>a</sup> entender que a Mesa incorreu em erro, V. Ex.<sup>a</sup> requeira, nos termos regimentais, ao Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, que se pronuncie a respeito.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Em votação a preferência...

**O SR. CONSTITUINTE ALUÍZIO CAMPOS:** – Sr. Presidente, não levantei questão de ordem, apresentei a V. Ex.<sup>a</sup> uma reclamação, e, como V. Ex.<sup>a</sup> não a atendeu, estou requerendo que submeta ao Plenário a decisão se devemos ou não votar, prioritariamente, os destaques supressivos.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Está indeferido.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT’ANNA:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Com a palavra o nobre Constituinte Carlos Sant’Anna.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT’ANNA:** – Sr. Presidente, pedi a palavra pela ordem porque não procede a insistência do nobre Constituinte Aluizio Campos. Se for, por exemplo, agora aprovado o destaque do nobre Constituinte Antonio Mariz, toda a redação ficará substituída, e até a supressão de “garantia de” perderá o sentido em virtude dessa substituição.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – É evidente.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT’ANNA:** – Por conseguinte, só quando ficar definitivamente demonstrado, pelas votações sucessivas, – se ficar –, que a redação que vai prevalecer é a do 2º Substitutivo, aí é que os destaques de emendas supressivas prevalecem, obviamente.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Nobre Constituinte Carlos Sant’Anna, a Mesa entende que não há questão de ordem a ser resolvida e agradece a colaboração de V. Ex.<sup>a</sup>

Em votação a preferência requerida pelo nobre Constituinte Pimenta da Veiga.

Os Srs. Constituintes que estiverem favoráveis à preferência permaneçam como se encontram. **(Pausa)** Aprovada.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Sr. Presidente, peço verificação.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Proceder-se-á à verificação requerida.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes Almir Gabriel, Artur da Távola, Carlos Sant’Anna, Celso Dourado, Cid Carvalho, Egidio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Gasparian, Fernando Henrique Cardoso, Ibsen Pinheiro, José Richa, José Serra, José Ulisses de Oliveira, Manoel Moreira, Mário Lima, Milton Reis, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Oswaldo Lima Filho, Pimenta da Veiga, Prisco Viana, Renato Vianna, Rodrigues Palma, Theodoro Mendes, Virgildásio de Senna, – Wilson Martins, Marcos Lima, Edme Tavares, José Jorge, José Lins, José Thomaz Nonô, Mário Assad, Jarbas Passarinho, Joaquim Bevilacqua e Haroldo Lima. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Aluizio Campos, Bernardo Cabral, Carlos Mosconi, Cristina Tavares, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, João Herrmann Neto, José Fogaça, José Ignácio Ferreira, José Paulo Bisol, Nelson Friedrich, Paulo Ramos, Raimundo Bezerra, Sigmaringa Seixas, Octávio Elísio, Afonso Arinos, Alcení Guerra, Aloysio Chaves, Arnaldo Prieto, Carlos Chiarelli, Eraldo Tinoco, Francisco Benjamim, Francisco Dornelles, Inocêncio Oliveira, Luís Eduardo, Osvaldo Coelho, Paulo Pimentel, Ricardo Fiúza, Sandra Cavalcanti, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Gerson Peres, José Luiz Maia, Virgílio Távora, Brandão Monteiro, José Maurício, Lysâneas Maciel, Francisco Rossi, Gastone Righi, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Roberto Freire, Jamil Haddad e Antonio Farias.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 35 Constituintes; votaram NÃO 47 Constituintes. Total: 82 votos. O requerimento foi rejeitado.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON JOBIM:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Concedo a palavra a V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON JOBIM:** – Sr. Presidente, a votação da preferência, com todo respeito à Mesa, foi um equívoco, uma vez que o inciso 2.7 da Consolidação das Regras Regimentais determina que as partes destacadas do 2º Substitutivo, as partes destacadas do 1º Substitutivo e as partes destacadas do projeto serão votadas antes das emendas substitutivas. Como não há nenhum destaque, a não ser o do Constituinte Antonio Mariz, este terá precedência em relação a todas as emendas substitutivas. E, como não havia nenhum destaque de substitutivo, não havia razão alguma para ser votada a preferência, uma vez que ele tem precedência regimental, em face do inciso 2.7.

**O SR. CONSTITUINTE VIVALDO BARBOSA:** – Peço a palavra, Sr. Presidente, para contraditar.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Com a palavra o Constituinte Vivaldo Barbosa.

**O SR. CONSTITUINTE VIVALDO BARBOSA:** – Sr. Presidente, a preferência que se invoca como natural ao 1º Substitutivo, como quer o Constituinte Nelson Jobim, é tão-somente na hipótese de ser derrotado o texto do 2º Substitutivo. Passa-se, natural e prioritariamente, ao 1º Substitutivo. Na hipótese de se rejeitar a emenda supressiva, votam-se as emendas substitutivas na hora da votação dos destaques cujos pedidos foram encaminhados na ordem natural, junto à Comissão de Sistematização.

Não há segunda preferência. Há apenas a primeira preferência para o 2º Substitutivo. Caso o texto deste substitutivo, quando da votação, não seja aprovado, em seguida se obedecerá à ordem supressiva e modificativa. Como já foi votada a supressiva, não aprovada e, no caso concreto, até retirada, a ordem natural agora é de se votarem os destaques pelo número e pela ordem em que entraram na Comissão de Sistematização. Não há razão. Aliás, se houvesse razão, teria feito o pedido de retirada antes da votação.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – A Mesa vai decidir a questão de ordem levantada pelo ilustre Constituinte Nelson Jobim.

Na verdade, segundo o que prescreve o item 2.7 das normas complementares, “votado o título ou capítulo, votar-se-ão, em seguida, as partes destacadas do 2º Substitutivo, do 1º Substitutivo e do projeto”.

Não há sobre a mesa nenhum destaque para o 2º Substitutivo. Evidentemente, todos nós que estamos à frente dos trabalhos, de alguma forma, com as dificuldades que se estabelecem inclusive na mesa, com o acesso de várias pessoas ao plenário, às vezes cometemos equívocos. Mas penso que o equívoco está superado, porque não foi votada favoravelmente a preferência. Entretanto, não há emenda destacada do 2º Substitutivo. Em consequência, passaremos à votação do 1º Substitutivo. (Palmas)

**O SR. CONSTITUINTE ALUÍZIO CAMPOS:** – Sr. Presidente, meu destaque que se refere ao texto do item I do art. 6º do 2º Substitutivo. V. Ex.<sup>a</sup> está equivocado.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Constituinte Aluizio Campos, penso que já respondemos a esta questão. O seu destaque refere-se a uma palavra!

**O SR. CONSTITUINTE ALUÍZIO CAMPOS:** – Não importa, poderia dizer respeito até a uma vírgula; mas refere-se ao texto do 2º Substitutivo.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Constituinte Aluizio Campos, com todo o respeito e carinho que tenho por V. Ex.<sup>a</sup>, esta matéria já foi resolvida pela Mesa.

**O SR. CONSTITUINTE ALUÍZIO CAMPOS:** – Sr. Presidente, estou dando a informação de que há destaque para 2º Substitutivo. Aliás, o meu pretende a supressão de vários itens do art. 6º, e não apenas do item I – o item III, o item VI e outros.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Constituinte Aluizio Campos, V. Ex.<sup>a</sup> requer a supressão de uma palavra do 2º Substitutivo!

Com a palavra o Constituinte José Genuíno.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENÓINO:** – Sr. Presidente, temos uma prática que já está consolidada nesta Comissão de Sistematização. Se foi pedida preferência para o Substitutivo nº 1 e esta foi negada, o que existe agora é a ordem do destaque: portanto, o Substitutivo nº 2. Na medida em que a preferência caiu, o Substitutivo nº 1 está prejudicado. Assim, o que existe é o Substitutivo nº 2, a ordem dos destaques a ele apresentados.

Sr. Presidente, faço esta questão de ordem à vontade, porque antes de iniciar a votação já havia colocado, também em forma de questão de ordem, que esse pedido de preferência estava irregular, tinha uma implicação, porque existe uma ordem, uma preferência regimental: o dois, o um e o zero. Na medida em que foi pedida a preferência para o primeiro, e esta foi negada, caiu o Substitutivo nº 1. O que temos agora é o Substitutivo nº 2. Esta é a lógica e a clareza regimentais. Portanto, o Substitutivo nº 1 não pode ser mais colocado em votação.

Sr. Presidente, recorro da decisão da Mesa.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Constituinte José Genuíno, a questão de ordem de V. Ex.<sup>a</sup> já foi resolvida anteriormente. A Mesa já decidiu e fez até a confissão de equívocos. É a decisão da Mesa. (Palmas)

**O SR. CONSTITUINTE FRANCISCO DORNELLES:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – É sobre o mesmo assunto?

**O SR. CONSTITUINTE FRANCISCO DORNELLES:** – É sobre o entendimento que tive com a Mesa, anteriormente. V. Ex.<sup>a</sup> tem que permitir.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Se for sobre o mesmo assunto não vou permitir.

**O SR. CONSTITUINTE FRANCISCO DORNELLES:** – Estive com V. Ex.<sup>a</sup> e o Dr. Paulo Affonso, e ambos me disseram que, se a preferência para a Emenda nº 1 não fosse obtida, seria imediatamente votada a Emenda Gastone Righi. Esta foi a palavra que V. Ex.<sup>a</sup> e o Dr. Paulo Affonso me deram. Não entendo como V. Ex.<sup>a</sup> pode mudar sua posição depois de ter-me feito esta afirmação, ao lado do Dr. Paulo Affonso.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Constituinte Francisco Dornelles, V. Ex.<sup>a</sup> deve ter conversado com o Dr. Paulo Affonso. Eu estava aqui, integrando a Mesa, e publicamente nos penitenciamos de que incorremos em equívoco, a não ser que V. Ex.<sup>as</sup> não possam entender que o nosso trabalho é extremamente exaustivo e cometemos equívocos. Dizemos isso claramente, com a maior sinceridade e honestidade. A matéria está vencida.

**Destaque nº 7.073/87, do Sr. Antonio Mariz, “que substitui o inciso I do art. 6º do Substitutivo nº 2 pelo inciso I do art. 7º do Substitutivo nº 1”. (100.<sup>a</sup> votação)**

Em votação.

Para encaminhá-la, com a palavra o Constituinte Antonio Mariz.

**O SR. CONSTITUINTE ANTONIO MARIZ:** — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a emenda que vamos votar propõe substituir o texto do inciso I do Substitutivo nº 2 pelo do inciso I do Substitutivo nº 1, redigido nos seguintes termos:

“Art. 7º Além de outros, são direitos dos trabalhadores”:  
(Isso é comum aos dois textos.)

“Inciso I — contrato de trabalho protegido contra despedida imotivada ou sem justa causa, nos termos da lei.”

Este é o texto que estamos propondo em lugar do texto do Substitutivo nº 2, que no geral é semelhante a este, mas acrescenta desde logo no texto constitucional os casos excepcionais da estabilidade, enquanto o Substitutivo nº 1 remete essas exceções à legislação ordinária.

Por que propomos tal substituição? Na verdade, defendendo, como defendemos, a estabilidade no emprego, entendemos ser esta a melhor proposta do ponto de vista de viabilidade nesta Comissão. É este o ponto central da nossa defesa da emenda. Além dela, há duas outras substitutivas: uma, apresentada pelo Constituinte Paulo Paim, que traduz proposta do Departamento Intersindical da Assessoria Parlamentar — o **DIAP**; e outra, dos empresários do Rio Grande do Sul, destacada pelo Constituinte Darcy Pozza.

O que receamos ao defender esta é que a polarização entre as propostas citadas — uma, estabelecendo de forma absoluta a estabilidade, e a outra, negando-a — leve a que o texto constitucional simplesmente não contemple a estabilidade ou, ao contrário, possa vedá-la, se aprovada a proposta do Constituinte Darcy Pozza. O risco que correm os trabalhadores é de, em jogo de tudo ou nada, ser nada resultado, como parece indicar a votação do destaque do Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva. Esta é a colocação que fazemos.

A proposta de utilizar o texto do Substitutivo nº 1 significa afirmar desde logo o princípio da estabilidade, deixando que as questões da exceção sejam tratadas na legislação ordinária.

Não há unanimidade em torno da proposta do **DIAP**, nem mesmo em torno do texto do Substitutivo nº 2, pois em relação à primeira há quem pretenda suprimir a exceção das empresas que têm apenas dez empregados. Muitos desejam suprimir esta exceção, enquanto que do texto do Substitutivo nº 2 muitos querem suprimir a exceção do avanço tecnológico. Então, não havendo unanimidade em torno das exceções, deixemos a lei ordinária estabelecer quais são as exceções referentes à estabilidade, mas que se fixe desde já o princípio da estabilidade no texto constitucional.

A estabilidade é fundamental à justiça social do País, à construção de uma sociedade solidária e justa, como dissemos no preâmbulo e nos princípios fundamentais que informam a Constituição que ora votamos. O argumento de que as empresas não suportariam a estabilidade e muitas delas fechariam suas portas ou iriam à falência é um argumento improcedente, do mesmo jaez do utilizado por aqueles que alegavam na campanha abolicionista que o País quebraria se a escravidão desaparecesse. Com esse tipo de argumento, condenou-se o Brasil a ser a última das nações ocidentais a abolir a escravidão. Esse argumento não procede; é inteiramente infundado.

É preciso que haja estabilidade para que se reduza a disparidade salarial neste País. É pela rotatividade da mão-de-obra que se assegura e se mantém essa injustiça, esse abuso, esse absurdo de que a distância entre os menores e os maiores salários alcance mais de cem vezes. É preciso extinguir essa rotatividade geradora de insegurança e instabilidade no emprego, pela absoluta falta de leis e de dispositivos constitucionais que assegurem a tranquilidade, a

segurança, a certeza do trabalho e do emprego ao trabalhador.

Queremos a estabilidade. Entendemos que, neste instante, a forma de evitar o risco de vê-la banida da Constituição, e até proibida, nos termos dessa emenda destacada, dos empresários do Rio Grande do Sul, é aprovando este texto.

Sr. Presidente e Srs. Constituintes, defendemos essa emenda, a fim de que imediatamente fique o princípio consagrado, deixando à legislação ordinária a determinação, numa discussão aprofundada, das exceções admissíveis, dentro da visão global de que, acima de tudo, deve prevalecer a justiça social, em defesa do direito dos trabalhadores. Muito obrigado.

**O SR. CONSTITUINTE JOACI GÓES:** — Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** — Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE JOACI GÓES:** — Sr. Presidente, não obstante não ser membro desta Comissão, venho acompanhando com o maior interesse os seus trabalhos, por duas razões fundamentais: a primeira, porque este é o meu dever; e a segunda, porque sabemos que daqui sairá o texto quase final da nova Constituição.

Sr. Presidente, há, no entanto, uma apreensão que, na medida em que venha a se confirmar, é da mais alta gravidade. Chegou ao meu conhecimento, através de inúmeras fontes legítimas e fidedignas, que existe um movimento orquestrado, do qual participam o Governo, de um lado, grupos políticos que antagonizam o Governo, de outro, e a grande maioria, servindo como massa de manobra, para que os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte se prolonguem indefinidamente. De um lado haveria o propósito do Governo em estabelecer, como matéria de fato, acima da vontade da Assembléia Nacional Constituinte, a prorrogação automática do mandato do Presidente da República pelo menos para o quinto ano. De outro, grupos políticos que defendem ostensivamente a duração do mandato presidencial de quatro anos. Sabemos que essa disputa, coincidindo com as eleições municipais, seria prejudicial aos seus mandatos e, por receio de assumir, perante a opinião pública, o mandato de quatro anos para o Presidente da República, preferem que isto ocorra como imposição do decurso de tempo. O Governo estaria interessado nisso para que, em seguida, tivéssemos a prorrogação do mandato dos prefeitos. Desta forma, acima da vontade do povo brasileiro, passaríamos a ter um mandato de sete anos.

Sr. Presidente, concluindo, quero dizer que esta Assembléia não pode sequer cogitar da possibilidade de se prorrogar mais uma vez a duração dos trabalhos da Comissão de Sistematização. E mais concretamente ainda, embora o Regimento preveja, além do autor do destaque, a possibilidade de alguém encaminhar a votação, um a favor, dois contra e mais o Relator, espero que no início de cada uma das votações seja reiterado pedido no sentido de que os oradores se restrinjam ao encaminhamento da votação naqueles casos em que o pronunciamento se fizer absolutamente indispensável pelo relevo da matéria e pelo seu significado. Muito obrigado.

Durante o pronunciamento do Sr. Joaci Góes, o Sr. **Brandão Monteiro**, Segundo-Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. **Jarbas Passarinho**, Terceiro-Vice-Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** — Gostaria de salientar aos meus companheiros que há um problema que devemos decidir de vez. Por exemplo, no momento, recebi uma questão de ordem do nobre Constituinte Joaci Góes. S. Ex.<sup>a</sup> não é membro da Comissão de Sistematização. Estamos em processo de votação. Aos Constituintes é facultado a participação nos trabalhos, mas não no momento



da votação. Então, pediria, em primeiro lugar, que isso fosse respeitado, para não prejudicar os trabalhos; inclusive a questão de ordem de S. Ex.<sup>a</sup> nada tem a ver com a votação. Esse assunto já foi discutido, inicialmente por um pedido da Constituinte Cristina Tavares. Já foram dadas explicações. Temos a informação de que provavelmente ainda nesta semana funcionará o painel eletrônico.

Quanto ao resto são especulações e não posso responder por elas. Acho que ninguém responderia a S. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – É sobre o processo de votação?

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Sr. Presidente a consulta é em função de dúvida que está surgindo no plenário. Se acaso for aprovada o S-1, ainda poderemos votar emendas aditivas ao item I, ou ao S-2?

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Posso examinar a questão com mais vagar, mas dou-lhe de saída uma impressão preliminar. Se tenho um texto substitutivo integral, este substitui o anterior, e o anterior caiu, no meu entender. Só posso receber, a partir daí, emendas que se refiram ao texto que foi aprovado. Esta é a minha interpretação preliminar. Consultarei a assessoria depois responderei a V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Se V. Ex.<sup>a</sup> me permite, no caso do item I, o texto comporta três alíneas. Então, os acréscimos poderiam ser em termos de alíneas, porque o texto do S-1 substitui o **caput** apenas do item I.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Vou analisar exatamente o texto da emenda substitutiva do Constituinte Antonio Mariz. Se ela for integral, a minha resposta já está dada. Se for parcial, conversarei com V. Ex.<sup>a</sup>.

Concedo a palavra ao Constituinte Francisco Dornelles para falar contra.

**O SR. CONSTITUINTE FRANCISCO DORNELLES:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a principal meta de qualquer política econômica no Brasil deve ser a maior geração de empregos. A principal meta de qualquer política social no Brasil deve ser a maior geração de empregos. A grande preocupação da sociedade brasileira, no momento, outra não é senão a maior geração de empregos.

O art. 7º do 1º Substitutivo, no seu inciso I, e o art. 6º, inciso I, do 2º Substitutivo são os artigos do desemprego. E antes de eles provocarem a desorganização da economia brasileira, vão criar uma grave crise social no Brasil, promovendo uma despedida em massa dos trabalhadores brasileiros.

O item I do art. 7º do 1º Substitutivo diz: "Contrato de trabalho protegido contra a despedida imotivada ou sem justa causa, nos termos da lei".

A lei, no caso, só poderá trazer maior ou menor abrangência ao conceito de despedida imotivada ou sem justa causa. E, hoje, em decorrência de outros princípios constitucionais, ela não terá essa profundidade de modificar o **caput**, como estão dizendo algumas pessoas que defendem a emenda. Vemos nos colocar no caso do pequeno proprietário agrícola, com quatro ou cinco empregados, na situação da pequena empresa, das santas casas de misericórdia, dos hospitais, da média e pequena empresas. Se essa emenda for aprovada, no interregno entre sua aprovação e votação da lei, vamos gerar um clima de insegurança, cuja consequência será a despedida em massa dos assalariados neste País.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, entendo que a Constituição tem de trazer um grande avanço no campo social. Temos de estabelecer melhores garantias na relação empregador-empregado, e esta só será obtida por meio

de mecanismo que venha a reduzir essas despedidas sem justa causa ou imotivadas, através de indenização progressiva, que está incluída em várias emendas apresentadas nesta Casa, como é o caso da emenda do Constituinte Gastone Righi, da emenda popular do Rio Grande do Sul e a do Constituinte Luís Roberto Ponte.

Por esse motivo, como a grande preocupação da sociedade deve ser a geração de empregos e a nossa deve ser a justiça social, a relação empregador-empregado, peço a V. Ex.<sup>as</sup> que votem contra a emenda proposta, que restabelece o art. 7º do 1º Substitutivo, a fim de que possamos votar, em seguida, a emenda que, através de uma indenização progressiva, defende os interesses do trabalhador sem provocar a desorganização da economia do País. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Concedo a palavra, para encaminhar favoravelmente, ao Constituinte Pimenta da Veiga.

**O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, tenho o atrevimento de pedir a V. Ex.<sup>as</sup> que me dêem alguns minutos de atenção, pois desejo comentar algumas idéias sobre um dos pontos fundamentais da nova Constituição brasileira. Não há dúvida de que estamos aqui, neste momento, decidindo sobre um dos assuntos mais polêmicos, mais difíceis e mais controvertidos de todo o texto constitucional, e gostaria de chamar a atenção de V. Ex.<sup>as</sup> para o fato de que, durante esse longo e penoso trabalho que estamos desenvolvendo da elaboração da nova Constituição brasileira, muitas vezes temos decidido pela emoção e sem a indispensável consciência do que estamos votando. Por isso tenho o atrevimento de insistir que preciso de alguns momentos da atenção deste Plenário.

A matéria que está sendo votada agora é a última oportunidade para uma votação de entendimento. Até hoje temos trabalhado com todo o empenho junto aos setores representativos desta Comissão para que as votações se dêem através de entendimento. Não se pode fazer uma Constituição contra um setor da sociedade brasileira e que atenda apenas a uma parte dessa sociedade, porque ela não será legítima e, assim, não será acatada.

Quero ressaltar que em votações anteriores já cometemos equívocos, talvez por desatenção ou porque não nos detivemos no devido exame da matéria. O que está em votação é o inciso I do art. 7º do 1º Substitutivo, que diz, textualmente: "Além de outros, são direitos dos trabalhadores: I – contrato de trabalho protegido contra demissão imotivada ou sem justa causa, nos termos da lei". Protegido nos termos da lei – essa é uma proposta de entendimento, pois não permitirá que um assunto dessa importância, que interessa tanto aos trabalhadores como às classes produtoras, fique estático e imutável.

Dada sua gravidade, essa matéria deve acompanhar a evolução da sociedade e da economia. Aprovando o dispositivo em votação, estaremos dando ao Parlamento ordinário e ao Brasil a oportunidade de avançar nesta matéria, sem colocá-la estática e imutável.

Quero também lembrar que, se não aprovarmos esta matéria, não teremos outra oportunidade de entendimento porque restará apenas a emenda popular do Rio Grande do Sul, desigual, favorecendo os produtores e empresários e desprotegendo os trabalhadores. Se aprovada, certamente provocará grande revolta nos meios trabalhistas brasileiros.

Mas haverá também outra emenda, a do Constituinte Augusto Carvalho, que diz o seguinte: "proteção ao contrato de trabalho pela proibição da demissão imotivada". É esta a diferença fundamental. A emenda que estamos votando protege contra a demissão, nos termos da lei, e a que nos restará decreta a proibição no texto constitucional. Por isso, neste momento transmito um apelo

a V. Ex<sup>as</sup>: vamos continuar votando pelo entendimento; vamos fazer uma Constituição legítima para que possa ser acatada.

Não foi correto o encaminhamento de votação feito pelo Constituinte Francisco Dornelles. A emenda que se vai votar não está consagrando o princípio de estabilidade, mas apenas enunciando o princípio constitucional que a lei deve proibir. Por isso, gostaria de saber se não há diferença entre as palavras proteção e proibição. Não vamos permitir que passe esta oportunidade, porque, se isto acontecer, só nos restará uma decisão radical: contra ou a favor dos empregados; contra ou a favor dos empresários.

Portanto, vamos votar o dispositivo do 1º Substitutivo, que é o melhor que se pode fazer neste momento, remetendo à lei as evoluções que a sociedade e a economia permitirem.

(Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Concedo a palavra, para falar contra, ao Constituinte Luiz Salomão.

**O SR. CONSTITUINTE LUIZ SALOMÃO:** – Sr. Presidente, Srs. e Sras. Constituintes, o meu encaminhamento contrário a esta emenda diverge completamente dos argumentos e das razões aqui apresentados pelo nobre Constituinte Francisco Dornelles. S. Ex<sup>a</sup> invocou a organização da economia, para rejeitar o substitutivo agora proposto. Invocamos a organização da Nação, mediante relações sociais de produção mais justas e equilibradas, que estão garantidas de forma mais conveniente no 2º Substitutivo do nobre Relator Bernardo Cabral, que, com muita ênfase é emoção, demonstrou, na evolução que relatou das diversas redações, que o 2º Substitutivo cristaliza exatamente aquilo que invocou o nobre Constituinte Pimenta da Veiga: o entendimento das correntes de opinião na Constituinte. Foi esse entendimento que levou o Constituinte Bernardo Cabral a especificar os princípios que a lei deverá seguir para assegurar a garantia contra a dispensa imotivada. Foi por isso que o Constituinte Bernardo Cabral avançou, ao clarear quais são as ressalvas a serem feitas, quando houver a dispensa, que são exatamente os casos de contratos a termo, que livram todas as atividades de caráter sazonal e aquelas que demandam o emprego de mão-de-obra mais ou menos irregularmente. S. Ex.<sup>a</sup> especificou também a falta grave, o que é da nossa tradição, e a justa causa, nas razões por ele desdobradas. E, em todos os casos, nas três ressalvas, remeteu para a lei adequada à especificação das mesmas, contra a dispensa imotivada.

Dessa maneira, o Substitutivo nº 2 contém toda a flexibilidade necessária e aqui invocada pelos Constituintes que encaminharam a votação favoravelmente ao Substitutivo nº 1, porque também remete à lei, mas o faz de uma forma comprometida: ele o faz com a orientação imanente às forças que compõem a Constituinte, porque estabelece quais são os princípios que a lei deverá seguir, e não deixa, perigosamente, para o legislador ordinário estabelecer a regulamentação do princípio contra a dispensa imotivada, como o fizeram os Constituintes de 1946 em relação, por exemplo, ao seguro-desemprego, que, consagrado na Constituição de 1946, só veio a ser regulamentado quarenta anos depois, no bojo da crise econômica que deflagrou o Plano Cruzado nº 1. Da mesma forma que a Constituição de 46 assegurava a participação dos empregados nos lucros das empresas, essa balela, esse engodo que está há 42 anos na Constituição e que jamais foi regulamentado.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, os argumentos aqui invocados para rejeitar a garantia contra a demissão imotivada, conforme estabelecido no Substitutivo nº 2, são absolutamente insubsistentes. O Relator propõe exclusivamente impedir a verdadeira demissão imotivada, aquela que é fruto do arbítrio do patrão contra o empregado e aquela que é conhecida como rotatividade, promovida tão somente para rebaixar o salário, quando o patrão se vale

da existência de um exército industrial de reserva para manter o salário do trabalhador brasileiro nos níveis mais baixos de todas as nações civilizadas.

É por isso que a preservação do Substitutivo nº 2, do Relator Bernardo Cabral, que representa o entendimento das forças políticas reais, que antecedeu às pressões aqui exercidas pela FIESP e por outras poderosas federações de patrões, visa a manter uma relação entre patrões e empregados ao nível exigido pela democracia, contra a injustiça do patrão de mau humor que demite o empregado ou a empregada ao seu talante, ao seu arbítrio.

Os outros argumentos, de que vamos implantar a indisciplina e acabar com a hierarquia na empresa, já foram respondidos em outra ocasião, mas não há nenhuma dúvida de que a ética e a disciplina dos empregados é sempre superior à do patrão: é ele quem necessita do trabalho para ordenar sua mente e sua própria vida. Temos o exemplo do Japão, onde a produtividade aumentou substantivamente, onde se observam os mais elevados níveis de produtividade de todo o mundo, o que existe exatamente pela solidariedade, pelo compromisso e pela associação de interesses entre o empregado e a empresa.

É por isto, Sr. Presidente, que essa bandeira tradicional de luta dos trabalhadores tem agora, neste momento, a oportunidade de ser desfraldada no nível mais elevado, exatamente pelo PMDB, que é o principal partido da chamada Nova República e que tem agora ocasião de resgatar um dos mais sérios compromissos de nós todos, que combatemos o regime anterior, com a classe trabalhadora.

Era isso o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra o Relator.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o que se nota neste Plenário – e quero fugir do lado emocional, porque isto não é matéria para ser discutida dentro desta linha – é a falta do consenso. Dizia-se há algumas semanas, e volto a insistir, que o Substitutivo nº 1 não trazia a garantia de emprego para o trabalhador. Fiz ver aos interessados, de um lado os trabalhadores e de outro os empresários, que estava na hora de se ajustarem os interesses em jogo a fim de que não caíssem naquele caminho que poderia conduzir ao que hoje aqui se nota: a colocação do empregado contra o empregador. A verdade é que o Substitutivo nº 2 não fala em estabilidade. Em estabilidade falava a Constituição de 46 e que, apesar de estarmos dela distanciados 41 anos, estamos atrasados em relação a ela, porque o inciso XII do art. 153 daquela Constituição dizia expressamente:

“Estabilidade na empresa ou na exploração rural e indenização ao trabalhador despedido, nos casos e nas condições que a lei estatuir.”

Quando avançamos para o Substitutivo nº 2, o meu partido e parte do PFL – e invoco o testemunho do Senador Carlos Chiarelli – levaram-me a esta composição que se encontra no texto nº 2. Não posso retroceder, seria sobretudo falso comigo mesmo, quando nada incoerente, se agora, por um ajuste que me parece temporário, tivesse de regredir ao Substitutivo nº 1. Nem isto ficaria bem, porque se acaba perdendo a credibilidade de quem escreve um texto que outra preocupação não teve senão a de defini-lo com todas as certezas de que há exemplos, por várias vezes, desde o Inciso I – “Contrato a termo, nas condições de prazo da lei; falta grave assim conceituada em lei; justa causa; seguro-desemprego” e lá no final, no inciso XVII, está mais do que claro: “aviso prévio e direito à indenização, nos termos da lei”.

Não é este o caminho da censura ao Substitutivo nº 2, suficiente para fazer com que nova argumentação leve

o Relator a mais uma vez, deixar em aberto o voto dos demais companheiros, e retroceder no tempo e no espaço. Quero ser coerente comigo mesmo, e torno a repetir, renovo o que disse aos interessados, quando fiz ver que, se não chegássemos ao consenso, manteria este texto. E nada mais estou fazendo do que isso.

Sou, portanto, obrigado, a contragosto, a votar contra o Substitutivo nº 1, para ficar coerente, ainda que sozinho, com o Substitutivo nº 2. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Peço encarecidamente a atenção dos Srs. Constituintes, pois darei uma decisão que terá grande influência sobre a votação.

É o resultado da questão de ordem levantada pelo Constituinte José Lins.

Se apreendi corretamente a questão de ordem perguntou V. Ex.<sup>a</sup> se as emendas aditivas sobreviveriam no caso de uma aprovação da emenda que estamos votando no momento.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Está correto, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Então, é uma emenda a quê? É uma emenda aditiva exatamente ao texto do Substitutivo nº 2. As emendas aditivas apresentadas ao texto do Substitutivo nº 2, estarão, como as emendas substitutivas diferentes e todas as emendas modificativas, prejudicadas. Então, a votação “sim”, no meu entender, significa automaticamente o prejuízo de todas as demais emendas requeridas ao Substitutivo nº 2, porque se trocou uma redação por outra, e não posso aditar à nova redação aquilo que era aditamento à redação anterior. É esta a minha colocação.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Estamos falando sobre o item I, que no original tem três alíneas.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Não é emenda ao item II, é ao item I.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr. Presidente, peço a palavra somente para complementar a decisão de V. Ex.<sup>a</sup> As substitutivas feitas ao Substitutivo nº 1 do Relator Bernardo Cabral serão apreciadas?

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Sim, serão apreciadas, dependendo do seu texto.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Não é a substitutiva daquele item I do Substitutivo nº 1?

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Se já dei preferência a um substitutivo, não posso analisar um segundo ou um terceiro.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Mas é emenda substitutiva a esse Substitutivo.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Emenda substitutiva ao Substitutivo que foi aprovado?

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Na eventualidade, aprovamos o nº 1.

Tenho emenda substitutiva ao item I. Será ela votada?

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Normalmente, está prejudicada, Constituinte Gastone Righi.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Mas por que, se ela não teve oportunidade de ser votada?

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Porque houve, de qualquer maneira, uma preferência dada a uma substitutiva.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Mas é preciso existir o Substitutivo nº 1 para haver um substitutivo a ele.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Como?

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – É preciso que haja um texto para que possa haver uma emenda substitutiva. Na hora em que o Substitutivo nº 1 for votado, existe o texto e o pedido de substituição.

**O SR. CONSTITUINTE LUIZ SALOMÃO:** – Sr. Presidente, com todo o respeito à decisão de V. Ex.<sup>a</sup>, permita-me aduzir um outro argumento, porque me parece que a decisão merece ser examinada. As emendas aditivas foram feitas ao Substitutivo nº 1. De modo que não estarão prejudicadas. Não houve emenda aditiva ao nº 2.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem razão. Acho que a colocação de V. Ex.<sup>a</sup> é correta, porque não houve tempo aberto para emendas ao Substitutivo nº 2. Conseqüentemente, as aditivas podem ser ao 1 ou ao projeto. Então, elas continuariam válidas.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Sr. Presidente, pela ordem, para um esclarecimento.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Mas há duas questões de ordem, a segunda levantada pelo Constituinte Gastone Righi. A primeira, em relação a V. Ex.<sup>a</sup>, é: “as aditivas serão respeitadas”.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Sr. Presidente, baseio-me em que o Substitutivo que ora vai ser votado é ao inciso I e não às alíneas que ele apresenta. Então, algumas emendas referentes às alíneas poderiam ser votadas.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – V. Ex.<sup>a</sup> se refere a que substitutivo?

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Ao Substitutivo nº 1, que vai ser votado agora.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A proposta?

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – É.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A proposta não tem alíneas e diz apenas o seguinte, além do que já consta do **caput**: “são direitos dos trabalhadores: contratos de trabalho protegidos contra a despedida imotivada ou sem justa causa, nos termos da lei”. Não há alíneas.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Sr. Presidente, esse texto é substitutivo ao nº 2. Esse substitui o nº 2, ao item I do 2, e não às alíneas do item I do 2. Claro, Sr. Presidente. A emenda é parcial, não é substitutiva.

**O SR. CONSTITUINTE OSWALDO LIMA FILHO:** – Sr. Presidente, pela ordem. Peço a V. Ex.<sup>a</sup> que nos esclareça a respeito. Se aprovada a emenda do Constituinte Antonio Mariz, ficariam prejudicados os substitutivos ao item I e suas alíneas?

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – O que propõe o Constituinte Antonio Mariz? Propõe que o inciso I, do art. 7º, do 1º Substitutivo substitua o inciso I do art. 6º. Apenas o inciso I. Todos os outros incisos prevalecerão.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON JOBIM:** – Sr. Presidente, peço a palavra para um esclarecimento.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON JOBIM:** – É evidente que as emendas substitutivas, na hipótese de aprovação desse destaque, ficam prejudicadas. Parece-me também evidente que as eventuais emendas aditivas, no que não forem compatíveis com o texto aprovado, não estão aprovadas. É isso?

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Já havia dito ao assessor para considerar esse ponto de vista, res-

tando apenas a quem estivesse sentado à Mesa interpretar subjetivamente as questões, mas apenas as que são compatíveis e incompatíveis. Assim, a questão está dirimida.

Com a palavra o nobre Constituinte Gastone Righi.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr. Presidente, estou insistindo na questão para esclarecê-la definitivamente. Minha emenda é no sentido da substituição do item I. Portanto, será ela votada seguramente no caso de negarmos aprovação ao S-1? Quer dizer, se votarmos não agora, em seguida votaremos a minha emenda substitutiva?

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Um Constituinte experiente como V. Ex.<sup>a</sup> me faz essa pergunta, razão pela qual pretendi perdermos algum tempo a fim de sabermos como votar e quais as consequências do voto. Se a proposta apresentada for negada, estaremos dentro do Substitutivo nº 2, e continuaremos o trabalho com todas as emendas relativas ao Substitutivo nº 2. Se ela for aprovada, prejudicará todas as congêneres na natureza, quer dizer, todas as substitutivas. As aditivas, se forem compatíveis, serão atendidas.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Sr. Presidente, passemos à votação. Não percamos tempo com o óbvio.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FOGAÇA:** – Sr. Presidente, a relatoria pede a palavra.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – V. Ex.<sup>a</sup> tem a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FOGAÇA:** – É entendimento da relatoria que, caso seja aprovado o Substitutivo nº 1, estará suprimido todo o texto do item I do art. 6º, incluindo suas alíneas. É evidente que as emendas que tratem das alíneas cairão, juntamente com o texto. Isto é óbvio no entendimento da relatoria.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Devidamente esclarecidos, vamos passar à votação.

Os Srs. Constituintes que disserem **sim** estarão votando a favor da substitutiva do nobre Constituinte Antonio Mariz, que substitui o texto do inciso I, com as alíneas do Substitutivo nº 2. Em votação.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes senhores Constituintes: Almir Gabriel, Artur da Távola, Carlos Mosconi, Carlos Sant'Anna, Cid Carvalho, Egídio Ferreira Lima, Fernando Gasparian, Fernando Henrique Cardoso, Ibsen Pinheiro, João Calmon, José Richa, José Serra, José Ulisses de Oliveira, Manoel Moreira, Mário Lima, Milton Reis, Nelson Jobim, Nilson Gibson, Oswaldo Lima Filho, Pimenta da Veiga, Prisco Viana, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Rodrigues Palma, Severo Gomes, Theodoro Mendes, Virgildásio de Senna, Wilson Martins, Marcos Lima, Aloysio Chaves, Antonio Carlos Mendes Thame, José Jorge, José Thomaz Nonô, Mário Assad, Joaquim Bevilacqua. Votaram **NÃO** os seguintes senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Aluizio Campos, Bernardo Cabral, Celso Dourado, Cristina Tavares, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, João Herrmann Neto, José Fogaça, José Geraldo, José Ignácio Ferreira, José Paulo Bisol, Nelson Carneiro, Nelton Friedrich, Paulo Ramos, Sigmaringa Seixas, Albano Franco, Octávio Elísio, Afonso Arinos, Alcení Guerra, Arnaldo Prieto, Carlos Chiarelli, Edme Tavares, Eraldo Tinoco, Francisco Benjamim, Francisco Dornelles, Inocêncio Oliveira, José Lins, José Santana de Vasconcellos, Luís Eduardo, Osvaldo Coelho, Paulo Pimentel, Ricardo Fiúza, Sandra Cavalcanti, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Gerson Peres, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia, Virgílio Távora, Jonas Pinheiro, José Lourenço, Ricardo Izar, Brandão Monteiro, José Maurício, Lysâneas Maciel, Francisco Rossi, Gastone Righi, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Siqueira Campos, Afif Domin-

gos, Haroldo Lima, Roberto Freire, Jamil Haddad e Antonio Farias.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM, 35 Constituintes; votaram NÃO, 58 Constituintes. Total: 93 votos. O Destaque foi **rejeitado**.

**O Sr. Jarbas Passarinho**, Terceiro-Vice-Presidente deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo **Sr. Afonso Arinos**, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – O Presidente pede, por favor, a atenção do Plenário para que tome conhecimento do documento que passa a ler:

“Em nome do Parlamento Latino-Americano, organização fundada e sustentada para impulsionar a integração de nossa América, expressamos a V. Ex.<sup>a</sup> e, por seu intermédio, aos membros da Comissão sob sua Presidência, a nossa profunda satisfação ante o resultado obtido pela Assembléia Nacional Constituinte brasileira, em seu art. 5º, mediante o qual o seu País se define categoricamente a favor da integração latino-americana.

A consagração deste princípio, tão transcendente para o nosso futuro continental, por um País da importância do Brasil, constitui um fato histórico de primeira magnitude que nos é muito agradável reconhecer.

Com os melhores votos para o êxito dos trabalhos da Constituinte brasileira e com o reconhecimento da alta qualidade intelectual, política e moral, saúdo-lhes muito atenciosamente:

Andrés Townsend Ezcurra

Secretário-Geral do Parlamento Latino-Americano.”

Era esta a comunicação que gostaria de fazer a V. Ex.<sup>as</sup> Muito obrigado. **(Palmas)**

Há dois requerimentos de preferência para a votação da Emenda nº 25.795-1, um do Sr. Constituinte Gastone Righi, que é o autor desta emenda, e outro da Sra. Constituinte Sandra Cavalcanti.

Vamos votar simultaneamente os dois requerimentos.

Em votação os dois requerimentos.

Reitero: solicitam eles preferência para a mesma Emenda nº 25.795-1.

Ela é de autoria do Sr. Constituinte Gastone Righi, ao qual se junta requerimento semelhante, de preferência, da ilustre Constituinte Sandra Cavalcanti.

A votação é simbólica.

Os Srs. Constituintes que estão de acordo mantenham-se como se encontram. **(Pausa)** Aprovada.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Peço a verificação de votação, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Vai-se proceder à chamada.

#### (Procede-se à votação)

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr. Presidente, quero retificar o meu voto. Estava eu conversando e na hora da chamada imaginei que já tivéssemos passado a outro item. Portanto, peço a retificação do meu voto, foi desde que nenhum outro voto foi depois consignado. Posso retificá-lo, pois não houve ainda a proclamação do resultado. Muito obrigado.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FOGAÇA:** – Consulto o Sr. Presidente se é possível essa retificação de voto.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – É possível, porque o requerimento é de S. Ex.<sup>a</sup> mesmo. É evidente, pois

S. Ex.<sup>a</sup> estava fora do recinto, a justificativa para a retificação do seu voto.

**O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA:** – Sr. Presidente, pego a palavra para uma questão de ordem.

Infelizmente, quero divergir da Mesa. É reiterada a decisão de que não é possível a correção do voto proferido. Já tivemos vários casos neste sentido. É evidente que a intenção do Constituinte Gastone Righi era outra, mas não se pode admitir a revisão de voto.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Agradeço imensamente a colaboração ao meu nobre patricio, mas quero saber se a reiterado tal pedido de quem é autor do requerimento, se existe outro caso semelhante. Se não existe outro caso, não há antecedente, não há precedente.

**(Prossegue a votação)**

**O SR. CONSTITUINTE FRANCISCO DORNELLES:** – Sr. Presidente, o que está sendo votado?

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Está sendo votado o requerimento dos Constituintes Gastone Righi e Sandra Cavalcanti.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Sr. Presidente, para uma questão de ordem.

Quarenta e sete Srs. Constituintes já a rejeitaram o pedido de preferência. Portanto, ele está prejudicado. Não se trata de matéria constitucional.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Considerando rejeitado o requerimento anterior, transmito ao Plenário o seguinte requerimento: "Requeiro preferência para a votação do Destaque nº 5.090/87, de minha autoria – Emenda B20.726/6. Darcy Pozza".

**O SR. CONSTITUINTE FRANCISCO DORNELLES:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem. Estamos votando a preferência para a Emenda Popular do Rio Grande do Sul? Esta é a pergunta que faço.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Em votação o Destaque nº 5.090, requerido pelo Constituinte Darcy Pozza referente a Emenda nº 20.726. Trata-se de uma Emenda Popular. V. Ex.<sup>a</sup> quer que eu a leia?

**O SR. CONSTITUINTE FRANCISCO DORNELLES:** – É o destaque à Emenda Popular que vai ser votado?

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Preferência para a Emenda Popular.

**O SR. CONSTITUINTE DARCY POZZA:** – Sr. Presidente, para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tam a palavra o nobre Constituinte Darcy Pozza.

**O SR. CONSTITUINTE DARCY POZZA:** – Como autor do destaque a Emenda Popular, requeiro a Mesa a supressão da alínea "d". Não se trata da retirada da emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – É a retirada do destaque?

**O SR. CONSTITUINTE FRANCISCO DORNELLES:** – S. Ex.<sup>a</sup> mantém o destaque a emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – S. Ex.<sup>a</sup> manteve o destaque a emenda. Então, esta mantida a emenda e todos os seus parágrafos.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENÓINO:** – Sr. Presidente, para uma questão de ordem.

**SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem a palavra o nobre Constituinte José Genoíno.

**SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENÓINO:** – Sr. Presidente, o Destaque nº 5.090 foi retirado?

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Não foi retirado.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENÓINO:** – Sr. Presidente, o Destaque nº 5.090 foi apresentado com este mesmo número irregularmente, e já existe decisão da Mesa nesse sentido. O Destaque nº 5.090 foi apresentado quando nós discutimos o **caput** do art. 6º. Esse destaque foi prejudicado no **caput** do art. 6º. Ela reaparece agora no inciso I. O Destaque nº 5.090 trata do **caput** e dos incisos. Já há deliberação da Mesa no sentido de que não se pode dividir a emenda e não se pode remeter o mesmo destaque para partes distintas do Substitutivo.

Sr. Presidente, o Constituinte José Richa apresentou o mesmo requerimento de destaque para várias emendas. A Mesa deliberou contrariamente ao pedido de destaque do Constituinte José Richa. S. Ex.<sup>a</sup> retirou o destaque e as respectivas emendas. Portanto, o Destaque nº 5.090, do nobre Constituinte Darcy Pozza, está prejudicado, porque ele não pode ser apreciado no inciso I. Ele está apresentado irregularmente. Esse destaque e sua respectiva emenda estão prejudicados com base na decisão da Mesa. **(Palmas)**

**O SR. CONSTITUINTE DARCY POZZA:** – Sr. Presidente, meu pedido de destaque está de acordo com o Regimento. Está destacado para o inciso I do art. 6º, conforme esclarecimento do Secretário da Mesa.

**O SR. CONSTITUINTE RICARDO IZAR:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem, para um esclarecimento.

O **caput** desse destaque é idêntico àquele que foi aprovado. Não está prejudicado. Os incisos não estão prejudicados.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Acaba de ser apresentado à Mesa outro documento, que é o próprio requerimento de destaque, que diz:

"Requeiro destaque para a votação em separado da emenda..."

A seguir, acrescenta:

"Substitutivo, art. 6º, inciso I".

Foi pedido destaque para o inciso I. Vai ser votado o inciso I, de acordo com o requerimento que aqui está.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO PAIM:** – Sr. Presidente, pela ordem. É sobre a emenda do Constituinte Darcy Pozza. Tenho aqui um documento, que entregarei à Mesa em seguida, que comprova que a chamada emenda popular do Rio Grande do Sul foi feita de forma totalmente irregular. O próprio Presidente da Fiergs, da tribuna desta Casa, quando fez a defesa da emenda popular, reconheceu que as 32.000 assinaturas ali consignadas foram conseguidas da seguinte forma, segundo as próprias palavras do Sr. Mandelli:

"A declaração corresponde à realidade, e o Sr. Constituinte Paulo Paim, que me conhece há muito tempo, sabe que faço da verdade uma tônica dos meus pronunciamentos. Em 32.000 assinaturas, tivemos efetivamente uma folha assinada por empregados forçados a fazê-lo por um empresário."

Encaminho à Mesa a minha questão de ordem, pedindo a impugnação da Emenda Pozza.

**Documento a que se refere o Sr. Constituinte Paulo Paim:**

Brasília, 7 de outubro de 1987

Ex.<sup>mo</sup> Sr.

Senador Afonso Arinos

DD. Presidente da Comissão de Sistematização

ANC

Senhor Presidente:

Solicito a V. Ex.<sup>a</sup> uma questão de ordem.

Senhor Presidente, a minha questão de ordem diz respeito ao Destaque nº 5.090/87, referente à Emenda nº 1P-20726-6, de autoria do Senhor Constituinte Darcy Pozza.

Em primeiro lugar, Senhor Presidente, é preciso dizer que a emenda destacada pelo Constituinte Darcy Pozza é uma emenda popular encabeçada pelo Senhor Edgar Luiz Zaoka e que foi patrocinada pela Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul (Fiergs), tratando sobre matéria relativa à estabilidade no emprego.

Pois bem, Senhor Presidente. A questão de ordem que queremos levantar pretende impugnar a emenda em questão e conseqüentemente retirá-la da apreciação desta Comissão de Sistematização, pelos seguintes motivos:

1.º) A Emenda nº 1P-20726-6 constitui-se numa afronta a esta Comissão e à Assembléia Nacional Constituinte. E digo isto porque a emenda está viciada na sua legitimidade, tornando-a, portanto, expúria.

Essa "emenda popular" chegou a esta Assembléia Nacional Constituinte trazendo consigo um mal que lhe é intrínseco, qual seja o vício de vontade de seus signatários.

2º) Dispõe o art. 24, na sua última parte, do Regimento Interno da ANC, o seguinte:

"Art. 24. ... por, no mínimo, 3 (três) entidades associativas, legalmente constituídas, que se responsabilizarão pela idoneidade das assinaturas, obedecidas as seguintes condições:"

Assim, Senhor Presidente, as entidades associativas são as responsáveis pelas assinaturas coletadas e pela idoneidade das mesmas.

Idoneidade, segundo o mestre Aurélio Buarque de Holanda, é aptidão, capacidade. Isso significa que se ouve vício na vontade dos signatários a emenda referida não pode ser passível de apreciação nesta Comissão.

3.º) Mas, Senhor Presidente, é preciso ainda buscar os anais da Comissão de Sistematização, mais precisamente os do dia 27 de agosto de 1987 e verificar a resposta dada pelo Senhor Luiz Carlos Mandelli, Presidente da Fiergs, a uma interpelação feita por este Constituinte a respeito da ilegitimidade da emenda. Eis a resposta do Senhor Mandelli, quando indagado sobre a questão das ameaças a trabalhadores para assinarem a emenda:

"A declaração corresponde à realidade e o Constituinte Paulo Paim, que me conhece bem há muito tempo, sabe que faço da verdade uma tônica de meus pronunciamentos. Em 32 mil assinaturas, tivemos efetivamente uma folha assinada por empregados forçados a fazê-lo por um empresário."

Diante do exposto, requeiro a V. Ex.<sup>a</sup> que, nos termos do art. 4º, inciso XI, defira o meu pedido de impugnação da Emenda nº 1P-20726-6 que consta do Destaque nº 5.090/87, de autoria do Constituinte Darcy Pozza, e da mesma forma a retire de votação.

Atenciosamente. – Constituinte **Paulo Paim**.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Srs. Constituintes, este documento não pode ser tomado em consideração, porque não mais se trata de examinar a emenda popular em si. Isso já foi feito no tempo próprio. Não há encaminhamento de votação, por isso não podemos agora voltar a condenar uma emenda popular que foi aprovada e examinada em tempo próprio. Essa reclamação deveria ter sido formulada por ocasião do exame da proposição, e não agora.

Passemos à votação do requerimento de preferência.

O nobre Constituinte Paulo Paim deixa o documento na Mesa para registro.

Em votação a preferência para a emenda popular do Rio Grande do Sul.

**(Procede-se à votação)**

**(Suspende-se a votação com o quadragésimo sétimo voto NÃO)**

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – A preferência foi rejeitada.

**Destaque nº 122/87 – Emenda nº ES-32.978.2, do Sr. Paulo Paim, "que substitui o art. 7º, inciso I, do Substitutivo nº 1 (art. 6º, inciso I, do Substitutivo nº 2) ".**

Em votação o Destaque nº 122, requerido pelo nobre Constituinte Paulo Paim, referente à Emenda nº 32.978, de autoria do Constituinte Paulo Paim. Há uma observação requerendo a votação do destaque, com exclusão da alínea c.

Com a palavra o nobre Constituinte Paulo Paim.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr. Presidente, trata-se de preferência?

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Não, de destaque.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Destaque? Agora não são as emendas substitutivas? Se não há preferência, elas devem entrar na ordem dos pedidos de destaque.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – O assistente parlamentar diz que está na ordem.

Tem a palavra o nobre Constituinte Paulo Paim.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO PAIM:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, é importante deixar bem claro, já na abertura de minha defesa da garantia do emprego, que a emenda que passo a defender não leva apenas meu nome, mas também o de mais de cem parlamentares, o da Central única dos Trabalhadores, o da Central Geral dos Trabalhadores e do conjunto das confederações de trabalhadores deste País.

É uma emenda que foi articulada a nível nacional pelo DIAP – Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar. Recebi ontem, e tenho em mãos documento da União Nacional de Vereadores, representando 47 mil Vereadores de todos os partidos deste País, apoiando a emenda popular do DIAP.

Gostaria também de dizer aos Srs. Constituintes que neste momento o conjunto dos trabalhadores brasileiros, em cada casa, em cada fábrica e em cada rua está com a atenção voltada para o Plenário da Assembléia Nacional Constituinte. Tenho certeza de que os trabalhadores não estão discutindo o presidencialismo, o parlamentarismo ou a divisão de estados. Estão discutindo, sim, se terão ou não a garantia no emprego. Estão discutindo se este Congresso Constituinte terá a mesma ousadia que tiveram os Deputados Federais na gestão passada, em 1986, quando aprovaram o Projeto nº 1 do DIAP, do então Líder Pimenta da Veiga, que vedava a demissão imotivada, que é, neste momento, a proposta do DIAP.

Em nosso entendimento, o conjunto da classe trabalhadora espera muito da Assembléia Nacional Constituinte. Temos quase certeza disso. Aprovada essa redação, que, tenho certeza, não é o que dizem ser quanto à plena estabilidade, abriremos as portas para o contrato a termo, para a demissão imotivada, para o contrato de experiência, e até mesmo para o argumento dos fatos econômicos. Entendemos fundamental que a Nação brasileira fique sabendo, amanhã de manhã, que os Constituintes de 1987 honraram o compromisso que têm com o conjunto dos trabalhadores e que não votarão, em hipótese alguma, a emenda dos empresários do Rio Grande do Sul, que

deixa claro o que, na verdade – chego a dizer – é um absurdo. Querem colocar no **caput**, que diz respeito ao direito dos trabalhadores, o direito dos empresários. É o que diz a emenda dos empresários do Rio Grande do Sul.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, neste momento entendo que não é o discurso longo que sensibilizará V. Ex.<sup>as</sup> Gostaria, portanto, de passar a defesa dessa proposta também ao Relator da Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos, que a aprovou por unanimidade, e integrante da Comissão da Ordem Social, que também aprovou por unanimidade a proposta que chega a esta Casa com um milhão de assinaturas. Convido para complementar a defesa o companheiro Mário Lima, do PMDB. Além disso, gostaria de lembrar as palavras do nobre Senador Ronan Tito, do PMDB, também integrante da Comissão da Ordem Social e que naquela oportunidade dizia que é o momento de os Constituintes de 1987 serem generosos e aprovarem a estabilidade no emprego, e as do Senador Teotônio Vilela Filho, do PMDB, de que nunca se posicionaria contra os trabalhadores e aqui votaria por esta proposta, como o faria, por certo, seu velho pai, o inesquecível Teotônio Vilela.

Relembro, ainda, para concluir, outro Constituinte do PMDB, Antônio Kirster, do Rio Grande do Sul, que na Comissão da Ordem Social afirmou ser uma questão de honra para os Constituintes de 1987 aprovarem a estabilidade no emprego.

Muito obrigado, Srs. Constituintes. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem a palavra, para sustentar a emenda do Constituinte Paulo Paim, o nobre Constituinte Mário Lima, indicado pelo próprio autor, que acaba de deixar a tribuna.

A Mesa informa que não houve inscrição de Constituintes que quisessem combater a emenda.

Com a palavra o nobre Constituinte Mário Lima.

**O SR. CONSTITUINTE MARIO LIMA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, essa emenda, que teve como signatário o ilustre Constituinte Paulo Paim, representa o pensamento de milhões de trabalhadores deste País, pois foi o resultado do trabalho da Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos. Contribuíram para sua formulação todas as centrais sindicais, todas as Confederações de Trabalhadores e os Parlamentares dos partidos ligados ao movimento operário.

Quando votamos a favor da emenda do nobre Constituinte Antônio Mariz, achávamos que ainda poderíamos sair para uma posição intermediária. Lamentavelmente, a Assembléia Nacional Constituinte não entendeu assim. Agora está na hora de os parlamentares que se diziam interessados em acabar com a exploração do trabalhador neste País – o trabalhador está sendo usado como material descartável pelo empresariado, que o usa e no outro dia o joga fora – mostrarem seriedade e provarem que realmente estão preocupados, votando nesta emenda. Se não o fizerem, constataremos que o voto anterior não foi sincero, e sim para induzir a maioria desta Casa a um erro.

Nesta Casa não há ninguém inocente. Não se chega a Deputado Federal Constituinte porque se é bobo ou incauto. Aqui só há pessoas que entendem das coisas. E o desfecho será de confronto, o que não deveria caber nesta questão. Haverá vencidos e vencedores. Nós, que queremos harmonizar as coisas neste País, teremos dificuldades para atuar, pois haverá lugar para as minorias radicais, que sempre tumultuaram a vida desta Nação.

Ilustres Constituintes, vamos votar a favor dessa emenda. Primeiro, para permanecermos fiéis ao pensamento da Comissão da qual fomos Relatores, e, segundo, porque dentre as duas que restam, essa é a que melhor atende ao interesse do trabalhador. Não sou daqueles que buscam a

solução perfeita, ideal. Em determinados instantes temos de aceitar a solução que menos prejudique o trabalhador. Tenho certeza de que do que resta a ser votado esta é a proposição que melhor atende ao interesse do assalariado brasileiro.

Para concluir, Sr. Presidente, gostaria de chamar a atenção dos nobres Constituintes para o fato de que a emenda do nobre Constituinte Antônio Mariz, democraticamente votada e rejeitada, abriu caminho para a vitória deste emenda. Entendo como incoerência alguém ter votado contra a emenda do nobre Constituinte Antônio Mariz e também votar contra esta. Para haver coerência, este Plenário tem, agora, de votar e aprovar essa emenda, se e que realmente existe entre nós a preocupação de livrar o trabalhador da situação em que se encontra, servindo de material descartável, consumido e jogado fora, eis que a rotatividade serve ao lucro fácil e penaliza os trabalhadores. Particularmente os da construção civil, setor em que 100% deles perdem seus empregos anualmente, e os do comércio, em que cerca de 50% vivem a mesma situação.

O Constituinte Luiz Salomão lembra um aspecto interessante. Votando dessa forma, expurgamos aquele maldito artigo que criava dois tipos de trabalhadores – os da; empresas com até dez empregados, que seriam trabalhadoras de segunda categoria, e os das empresas com mais de dez empregados, que seriam os de primeira categoria. A emenda já está expurgada desse grave defeito. Não há verás duas categorias de trabalhadores. Haverá apenas uma protegida, preparada e em condição de produzir mais para o bem deste País.

Durante o pronunciamento do Sr. Mário Lima o Sr. Afonso Arinos, Presidente, deixa a cadeira de presidência, que é ocupada pelo Sr. Jarbas Passarinho, Terceiro-Vice-Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Para falar contra, concedo a palavra ao Constituinte Ricardo Fiúza.

**O SR. CONSTITUINTE RICARDO FIÚZA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, é preciso que se tenha a coragem de não falar aqui em monopólio de defesa do trabalhador.

**O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO MONTEIRO:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO MONTEIRO:** – Sr. Presidente, consulte a Mesa, sob a égide do Presidente Afonso Arinos, sobre se havia alguém inscrito. Fui informado que não havia e que ninguém mais poderia encaminhar contra. V. Ex.<sup>a</sup>, na verdade, não estava na presidência dos trabalhos, mas a Mesa, o Relator e todos aqui são testemunhas do fato.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Dei a palavra ao nobre Constituinte por uma razão muito simples. Considerei que estamos em pleno contraditório. Não houve encerramento em prejuízo de ninguém. Parece-me estranho que Parlamentares tão devotados às liberdades tentem cassar a palavra no momento oportuno em que a cedo. **(Palmas)**

Não se trata de receio de argumentação. Apenas quero dirigir-me especificamente ao Constituinte Brandão Monteiro, pois S. Ex.<sup>a</sup> estava na Presidência da Casa no momento em que foi feita a sugestão.

Era V. Ex.<sup>a</sup> que presidia? Foi V. Ex.<sup>a</sup> que manteve esta decisão.

**O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO MONTEIRO:** – Sr. Presidente, permita-me uma explicação.

Não há, aqui, o objetivo de cassar a palavra de ninguém. V. Ex.<sup>a</sup> me conhece e sabe que sempre fui um cassado; jamais serei um "cassador". Acontece que o Regi-

mento e as normas precisam ser preservadas. Levantei uma questão de ordem – quem presidia a sessão era o Constituinte Aluísio Campos – sobre a praxe parlamentar para encaminhamento que é de um a favor e outro contra. Isto porque temos observados que só depois de falarem os Constituintes que encaminham a favor é que há inscrição para encaminhar contra. Foi, então, decidido pela Mesa – não sob minha presidência, mas do Constituinte Aluísio Campos – que até o encaminhamento da segunda proposta, a favor ou contra, não era mais permitido fazer-se inscrição.

Não quero cassar a palavra do Constituinte Ricardo Fiúza, por quem tenho muito respeito. Trata-se de decisão da Mesa.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup> o esclarecimento. Peço-lhe apenas o favor de atentar para esta declaração enfática, que faço. Isto não é matéria regimental. O Regimento não diz isso em nenhuma passagem do seu texto. Apenas V. Ex.<sup>a</sup> se referiu à praxe. É uma decisão tomada por um Presidente, que é da mesma Mesa, e tenho que respeitá-la.

Infelizmente, Constituinte Ricardo Fiúza, tenho que cassar a palavra de V. Ex.<sup>a</sup> (Palmas)

**O SR. CONSTITUINTE RICARDO FIÚZA:** – Sr. Presidente, eu me submeto à decisão da Mesa, lamentando não poder argumentar em contrário. É a democracia da esquerda brasileira!

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Dou a palavra, pela ordem, ao Constituinte Cid Carvalho.

**O SR. CONSTITUINTE CID CARVALHO:** – Sr. Presidente, indiscutivelmente, hoje estamos votando matéria que define muitos problemas deste País. Quero dizer a V. Ex.<sup>a</sup> que a decisão que será aqui tomada talvez não corresponda à expressão da vontade real da maioria desta Comissão, porque tivemos uma preliminar do 1º Substitutivo, e setores de um e outro lados derrubaram essa emenda. Com isso, todos os que representam o centro de decisões ficaram impedidos de votar coerentemente.

Há, ainda, a Emenda Max Rosenmann, que prevê o contrato protegido contra despedida imotivada, nos termos da lei.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Perdão, Constituinte Cid Carvalho, V. Ex.<sup>a</sup> não está levantando uma questão de ordem, está encaminhando a votação. Acabei de cassar a palavra de um Constituinte por esse motivo. Peço que V. Ex.<sup>a</sup> conclua sua questão de ordem.

**O SR. CONSTITUINTE CID CARVALHO:** – Quero saber, para orientação da minha votação e da de diversos setores, se esse destaque ainda está prevalecendo.

Esta é a minha questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A emenda foi colocada em votação pelo nobre Presidente Afonso Arinos. Quando aqui cheguei, a matéria já estava em votação.

**O SR. CONSTITUINTE CID CARVALHO:** – Essa matéria ainda prevalece?

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Se V. Ex.<sup>a</sup> tem declaração de voto, poderá fazê-lo na hora oportuna.

**O SR. CONSTITUINTE CID CARVALHO:** – V. Ex.<sup>a</sup> não entendeu. O que estou querendo saber, a título de informação, é se essa matéria ainda será objeto de votação, porque, se assim for, vou orientar-me nesse ou naquele sentido.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A que matéria V. Ex.<sup>a</sup> se refere?

**O SR. CONSTITUINTE CID CARVALHO:** – A Emenda Max Rosenmann. Quero saber se está ou não prejudicada.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Está mantida.

Srs. Constituintes, assim não é possível dirigir os trabalhos. Estamos em processo de votação do Destaque nº 122, do Constituinte Paulo Paim. Estamos fazendo o contraditório. Vou dar a palavra ao Relator e prosseguir a votação. (Palmas)

Tem a palavra o nobre Relator.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a Casa sabe a atenção que dedico aos nobres Constituintes Paulo Paim e, Mário Lima – não só atenção, mas amizade a Mário Lima, ao longo dos quase trinta anos, cassados que fomos, juntos.

Não posso, porém, Sr. Presidente, aceitar a argumentação, até porque, em termos de linguagem jurídica, o 2º Substitutivo preenche os requisitos nos quais a emenda do Constituinte Augusto Carvalho, a quem rendo minhas homenagens, não chega a tocar.

Não gostaria de encaminhar a votação contrariamente, ou de fazer aqui uma argumentação. Gostaria, isto sim, de fazer um apelo ao eminente Constituinte Paulo Paim e aos ilustres Líderes que aqui se encontram no sentido de retirarem a emenda. É o pedido que faz o Relator.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO PAIM:** – Nobre Constituinte, Relator Bernardo Cabral, gostaria de ouvir sua posição, que para nós é muito importante. Entendemos que entre as emendas apresentadas, a do Relator Bernardo Cabral, após a do DIAP, é a que mais preenche os interesses da classe trabalhadora. Neste sentido, gostaria de saber se o Relator ficará conosco na defesa desta proposta, a do 2º Substitutivo, de sua autoria, nas próximas votações.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Vou sustentar o Substitutivo nº 2. É a minha proposta. Peço que retire.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Permita-me o Sr. Relator.

Não aceito esse diálogo. O Relator está dando o relatório. Em seguida, V. Ex.<sup>a</sup>, nobre Constituinte Paulo Paim, compreenderá o seu ponto de vista. Por favor, não o aparteie.

Concedo a palavra ao Relator.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, indaguei, primeiro, antes de concluir meu voto, se o Constituinte Paulo Paim retiraria seu destaque. Estava S. Ex.<sup>a</sup> respondendo à minha indagação, mas não ouvi o final.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO PAIM:** – Neste sentido, Sr. Relator, retiramos nossa emenda em benefício do Substitutivo nº 2, de sua autoria.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, nada mais há a aduzir, já que a emenda foi retirada. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Em votação o Destaque nº 1.567, requerido pelo Constituinte Paulo Paim, referente à Emenda nº 22.696, de sua autoria.

Quanto à emenda, S. Ex.<sup>a</sup> pede apenas que se desconsiderem as alíneas c e d, conforme requerido pelo Relator.

Em votação o destaque. (Pausa) O destaque foi retirado.

Em votação o destaque do Constituinte Augusto Carvalho. (Pausa) O destaque foi retirado.

Em votação o Destaque nº 2.152, requerido pelo Constituinte João Paulo, referente à Emenda nº 12.104, de sua autoria. (Pausa) O destaque foi retirado.



Em votação o Destaque nº 2.220, do mesmo autor, referente à Emenda nº 3.470 **(Pausa)** O destaque foi retirado.

Em votação o Destaque nº 3.785, requerido pelo Constituinte José Dutra, referente à Emenda nº 29.701. S. Ex.<sup>a</sup> está presente? **(Pausa)** Ausente. Prejudicado o destaque.

Em votação o Destaque nº 3.865, requerido pelo Constituinte Gastone Righi, referente à Emenda nº 25.795, de sua autoria. S. Ex.<sup>a</sup> está presente? **(Pausa.)** Ausente. Prejudicado o destaque.

Em votação o Destaque nº 4.548, requerido pelo Constituinte Francisco Dornelles, referente à Emenda nº 34.378, de sua autoria. S. Ex.<sup>a</sup> está presente. Tem a palavra o nobre Constituinte.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI (fora do microfone):** – Sr. Presidente, estava ali fora terminando o meu lanche. Como o meu destaque está prejudicado, se votamos a preferência?

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Se V. Ex.<sup>a</sup> quer dirigir-se a mim, por favor, fale ao microfone, que o ouvirei com o respeito que nos é devido mutuamente.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr. Presidente, temos tentado, sem fundamento em nenhum dispositivo regimental, acelerar nossos trabalhos considerando coisas do seguinte porte: não estando presente o autor, ou não tendo ele deixado recomendação escrita ou delegado competência a, terceiros, consideramos prejudicado o destaque. Aqui, no entanto, há um destaque da maior relevância, para o qual pedi preferência, que foi votada. Evidentemente, não se trata de destaque abandonado ou prejudicado. Chegou sua vez, na ordem. Então, quando V. Ex.<sup>a</sup> o anunciou, eu estava ali, acabando de fazer um lanche. V. Ex.<sup>a</sup> há de entender que, quando me fiz presente – e anunciei-me ao Dr. Paulo Affonso – ainda não tinha sido sequer superado o anúncio de V. Ex.<sup>a</sup>

Portanto, insisto em que não houve desistência e que o destaque se mantém, pois até a preferência dele foi votada.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A preferência foi votada favoravelmente?

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Não. Foi votada contra e ela entrou na ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Nobre Constituinte Gastone Righi, em que pese ao alto respeito que tenho por V. Ex.<sup>a</sup>, gostaria de dizer que anunciei duas vezes seu nome. Por duas vezes perguntei se V. Ex.<sup>a</sup> estava presente. V. Ex.<sup>a</sup> estava ocupado com o lanche, e eu não sou culpado por isso. **(Palmas)** De maneira que a matéria está vencida.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Mas estou dizendo a V. Ex.<sup>a</sup> que aqui estou presente. Reitero que não há amparo regimental para V. Ex.<sup>a</sup> excluir meu destaque. Há um acordo que fizemos aqui, através do qual evitaríamos prejuízo, a tal ponto que a própria Liderança pode ressaltar isso. A última matéria anunciada por V. Ex.<sup>a</sup> foi a minha emenda. O Constituinte Francisco Dornelles, em meu benefício, retirou seu pedido de destaque.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Peço a V. Ex.<sup>a</sup> que conclua.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – O Constituinte Francisco Dornelles retirou seu pedido de destaque, o que equivale a dizer que nenhuma outra matéria foi anunciada, nem está em pauta. Portanto, ainda é oportuno que eu peça a V. Ex.<sup>a</sup> que assim o considere. Não há razão para deixar de votar meu destaque.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Peço a V. Ex.<sup>a</sup> que conclua. Depois de ter anunciado a votação

do destaque de V. Ex.<sup>a</sup> e perguntado se V. Ex.<sup>a</sup> estava presente, houve, inclusive, matéria prejudicada, a do Constituinte José Dutra. E agora já havia sido anunciada a votação do Destaque nº 4.548, do Constituinte Francisco Dornelles. Lastimo, mas peço a V. Ex.<sup>a</sup> que não insista. Está com a palavra o Constituinte Francisco Dornelles.

**O SR. CONSTITUINTE FRANCISCO DORNELLES:** – Sr. Presidente, retiro o destaque.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr. Presidente, quero recorrer de sua decisão ao Plenário. Não há dispositivo regimental que permita a V. Ex.<sup>a</sup> retirar meu destaque. Não autorizei isto; procedi regimentalmente, votei a preferência, é direito meu ver meu destaque votado. V. Ex.<sup>a</sup> não tem, em qualquer ponto do Regimento, autoridade para fazer isso.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Aceito o recurso e, de ofício, recorro à Presidência da Mesa da Assembléia Nacional Constituinte, que decidirá em tempo oportuno. Se aquele órgão decidir a favor, a matéria voltará a ser considerada.

Em votação o Destaque nº 122, requerido pelo Constituinte Augusto Carvalho, referente à Emenda nº 32978. Está presente o Constituinte Augusto Carvalho? **(Pausa)** S. Ex.<sup>a</sup> retira o destaque.

Em votação o Destaque nº 4.264, requerido pelo Constituinte Nelson Friedrich, referente à Emenda nº 32978, de autoria do Constituinte Augusto Carvalho. **(Pausa)** Retirado o destaque.

Em votação o Destaque nº 5.090, requerido pelo Constituinte Darcy Pozza, referente à Emenda nº 20726, de sua autoria.

Tem a palavra o Constituinte Darcy Pozza.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Permita-me, Sr. Presidente. V. Ex.<sup>a</sup> está colocando em votação o Destaque nº 5.090, do Constituinte Darcy Pozza. Solicito a V. Ex.<sup>a</sup> que coloque em votação o de nº 3.866, de minha autoria e anterior ao de S. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Mas. Sr. Constituinte, é a mesma matéria sobre a qual já decidi.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Trata-se de outro destaque, que V. Ex.<sup>a</sup> não anunciou.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – O destaque pedido pelo Constituinte Darcy Pozza foi objeto de requerimento de preferência, que foi negado. Assim, ele voltou para a ordem natural. Estou seguindo a ordem que a Assessoria me fornece.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Neste caso, Sr. Presidente, quero esclarecer a V. Ex.<sup>a</sup> que, pela ordem inicial, tanto o meu destaque quanto o do Constituinte Darcy Pozza perderam. Tenho, entretanto, o Destaque nº 3.866, que não foi anunciado por V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Foi anunciado apenas o de nº 3.865, não o 3.866.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Nobre Constituinte, esse destaque a que V. Ex.<sup>a</sup> se refere é novo?

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sim.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – V. Ex.<sup>a</sup> diz que era anterior ao do nobre Constituinte Darcy Pozza? Consulto a Mesa. **(Pausa)** Acho que S. Ex.<sup>a</sup>, tem razão.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Sr. Presidente, peço a palavra, apenas para um esclarecimento.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A sessão está interrompida, porque estou pedindo à Secretaria que me entregue o teor do destaque que, parece-me, por equívoco, já havia sido considerado prejudicado.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Sr. Presidente, peço a palavra, para um esclarecimento. Há circulando entre nós uma relação de destaques. A impressão que tenho é a de que a ordem pela qual a Mesa coloca em votação esses destaques não é a mesma constante desta relação. Daí a confusão que pode estar acontecendo. Peço a V. Ex.<sup>a</sup> que me esclareça a este respeito.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – No início da sessão, já houve uma outra reclamação no mesmo sentido. V. Exa. tem razão.

O Constituinte Gastone Righi, quando da sua segunda intervenção, tem razão. S. Ex.<sup>a</sup> tinha dois destaques diferentes: o primeiro, prejudicado; o segundo, equivocadamente, também dado por prejudicado. Portanto, concedo-lhe a palavra. (Palmas)

**Destaque nº 03866/87 – Emenda nº ES-25795-1, do Sr. Gastone Righi, que modifica o inciso I, do art. 7.º, do Substitutivo 1º (art. 6º, inciso I, do Substitutivo). (101.a votação)**

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, há mais de vinte anos, no auge do período ditatorial em que vivia este País, elegi-me Deputado Federal. Inspirado e até embasado na opinião de um dos mais ilustres advogados de minha terra, pai de um Constituinte que compõe este Plenário, o Dr. Dante Leonelli, apresentei projeto de lei em que fixávamos a estabilidade a partir de um ano de tempo de serviço. Dávamos-lhe um tratamento correspondente à cobertura financeira e à indenização que deveria ter. Decorridos vinte anos, em 1967, apresentei aquele projeto, repeti-o em 1983, insisti ao longo desses últimos cinco anos e, embalde, não consegui êxito.

Chegamos a este momento da Constituinte. Todos falam em estabilidade. Mas luto por ela há vinte e um anos, neste Congresso e fora dele. E o que será esta estabilidade? Será um instrumento revolucionário para agitação das massas? Será uma questão ideológica apenas, impermeável à reivindicação e à ansiedade efetiva da classe trabalhadora? Não, não é. O que o trabalhador persegue e precisa é de uma garantia mínima que o proteja contra a vontade despótica, eventual, de seu empregador, ou contra

interesse – quem sabe? – passageiro, da empresa.

Assim como o empresário defende a propriedade e a própria empresa, o trabalhador precisa defender seu patrimônio, seu tempo de serviço. Mas de nada adianta dizer, teoricamente, que o trabalhador tem estabilidade, quando se sabe que esta existe apenas de maneira formal, já que o empregador pode colocar a empresa no vermelho e declará-la inviável economicamente, despedindo o trabalhador. Ele pode esvaziar a empresa, dilapidar seu patrimônio, deixando o empregado a ver navios; pode desmobilizar a forma de funcionamento empresarial, criar empresa de mão-de-obra e dela apenas se servir – empresas de mão-de-obra, vazias no seu patrimônio. Pode o empregador falir, ir à concordata, e lá se foi o tempo de serviço do trabalhador; pode morrer, e lá se foi a tutela desse patrimônio que o trabalhador tem e que é sua própria vida.

Por isso não acredito nessas formas ilusórias de se estampar a estabilidade, porque ela tem de corresponder a uma indenização efetiva em dinheiro. Daí minha emenda propugnar por um **plus**, por uma conquista, porque, caso contrário, é possível até obter-se manchete de jornal, mas estaremos ilaqueando a boa fé dos trabalhadores brasileiros. Ou saímos hoje daqui com uma conquista contrata para o trabalhador, ou, então, tudo não passou de fantasia. Se depender de lei ordinária, se depender de determinadas conceituações ou de o empregado pendurar-se na Justiça do Trabalho, não teremos propiciado, nesta noite, nenhuma conquista ao trabalhador.

Se a lei quisesse, o trabalhador já teria hoje a estabilidade. Por que vamos fazer um dispositivo constitucional que dirá que a lei dará assim que o Tribunal interpretar

se houve condições econômicas ou não? Não. Eu quero um **plus**, uma conquista real e efetiva. O trabalhador tem, hoje, apenas o aviso prévio e 10% do Fundo de Garantia. Quero dar-lhe mais, quase dobrar seu benefício, dar-lhe mais um mês de salário por ano de serviço prestado ou fração. Isso é dar-lhe o patrimônio, é dar consistência ao seu direito, é dar-lhe poder reivindicatório, capacidade e possibilidade de resistir. Não é por aí que se resolve a questão do desemprego. Nós só a resolveremos por meio do seguro-desemprego, do desenvolvimento nacional.

Portanto, fico com minha emenda, esperando que os Senhores se apercebam de como é importante essa proposta não só para o trabalhador, mas também para o desenvolvimento da economia brasileira.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Dentro da praxe estabelecida e ainda há pouco lembrada pelo Constituinte Brandão Monteiro, não há Constituintes para falar a favor da emenda. Há dois Constituintes contra: José Genoíno e Pimenta da Veiga.

Concedo a palavra ao Constituinte José Genoíno.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Sr. Presidente, Sras e Srs. Membros da Comissão de Sistematização, o nobre Constituinte Gastone Righi, com seu destaque, comete um equívoco de natureza jurídica e política.

Em primeiro lugar, S. Ex.<sup>a</sup> faz confusão entre o instituto da estabilidade e o da indenização, que, na verdade, são duas coisas distintas.

O instituto da estabilidade é a garantia no emprego, é a consagração do direito básico dos trabalhadores brasileiros ao emprego. Esta é a questão chave. O instituto da indenização é exatamente o contrário. É aquele que consagra mecanismos que, ao final das contas, permite contrariar o instituto maior da estabilidade, ou seja, a regulamentação da dispensa.

Neste sentido, chamo a atenção, mais uma vez, do nobre Constituinte Gastone Righi. Sua emenda está aquém do 1º Substitutivo, está quilômetros atrás do 2º Substitutivo, porque, de fato, o que S. Ex.<sup>a</sup> pretende é institucionalizar a rotatividade da mão-de-obra. Ela não breca, não impede, não obstaculiza, mas cria mecanismos para que tal rotatividade se dê em determinadas condições. É simplesmente isso.

Um outro erro grave da emenda é que ela institucionaliza a dispensa, a rotatividade – exatamente um problema social e político sério.

Vamos deixar claro: esta Constituinte está hoje diante de um problema crucial. Até agora discutimos direitos individuais e garantias políticas. Conseguimos avanços-significativos. O que estamos querendo discutir, hoje, é a questão das relações de trabalho e de propriedade. Estamos colocando o dedo numa das feridas cruciais deste País, pois sempre a classe operária e os trabalhadores brasileiros foram tratados pela classe dominante, pela burguesia, como seres humanos de segunda categoria, como animais para trabalhar, como simples vendedores de sua força de trabalho. Na hora em que se criam mecanismos para proteger a dignidade do trabalhador, para valorizar sua condição de ser humano, abre-se um cântico contra isso, como se fôssemos acabar com o capitalismo brasileiro!

Chamo a atenção dos ilustres representantes do capitalismo, dos ilustres representantes da propriedade: isso não é socialismo, ilustres representantes da burguesia brasileira; isso não acaba com a propriedade, queridos e ilustres representantes da burguesia brasileira; isso não coloca em risco o "sacrossanto" – entre aspas – direito da propriedade. Permitam-me dizer o seguinte: a estabilidade coloca, isso sim, uma garantia que nunca existiu neste País, para que os operários e os trabalhadores brasileiros sejam respeitados no direito de vender sua força de trabalho. Isso não é socialismo, porque socialismo é quando os operários e trabalhadores não possam mais

vender sua força de trabalho. O que estamos querendo é que eles vendam essa força de trabalho com dignidade, como gente, como seres humanos, como sujeitos e não como objetos, manipulados e empurrados pelo patrão na hora que este quer e bem entende.

Por isso, não vamos aceitar a Emenda Righi; vamos ficar com o 2º Substitutivo, porque ele garante esses direitos elementares para os trabalhadores brasileiros. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Concedo a palavra ao Constituinte Pimenta da Veiga. **(Pausa)** Ausente.

Concedo a palavra ao Relator, Constituinte José Fogaça.

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – Sr. Presidente, Srs. membros da Comissão de Sistematização, a emenda substitutiva do nobre Constituinte Gastone Righi diz:

"É direito dos trabalhadores a estabilidade no emprego, após 12 meses, através da garantia de indenização de um mês de salário por ano de serviço prestado ou fração, além do Fundo de Garantia e aviso prévio, na forma da lei, no caso de despedida sem justa causa."

O que estamos vendo aqui é uma confusão, ou uma associação indevida, entre o conceito de estabilidade e o de indenização. Mas é preciso dizer, antes de mais nada, que tanto a estabilidade quanto a indenização são direitos fundamentais do trabalhador. O importante é que o Relatório Cabral consagra o direito à estabilidade e também o direito à indenização. O que o Relatório Cabral não faz – e é o que faz a Emenda Gastone Righi – é associar uma coisa com a outra. De modo que a indenização anula a estabilidade. No Relatório Cabral, ou 2º Substitutivo, a estabilidade é garantida no inciso I do art. 6º:

"...são direitos dos trabalhadores:

I – garantia de emprego, protegido contra a despedida imotivada..."

Trata-se de algo que está lá assegurado aos trabalhadores.

No inciso XVII, sem prejuízo da estabilidade e sem vínculo com ela, está também este direito fundamental, a indenização, nos termos da lei.

Portanto, aquilo que pretende o Constituinte Gastone Righi, que é garantir a indenização e a estabilidade, já está assegurado no relatório do Constituinte Bernardo Cabral, que apenas não vincula uma coisa à outra, de modo que a indenização acabe anulando o princípio da estabilidade.

O trabalhador tem direito à indenização e à estabilidade. Por isso, coerente com sua posição reiterada neste Plenário, que se tem expressado através de insistentes apelos no sentido de que outros pedidos de destaque sejam retirados, o Relator fica com o 2º Substitutivo, por entender que é o que mais atende aos interesses da classe trabalhadora e aos interesses nacionais. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Passa-se à votação.

Proceder-se-á à chamada dos Srs. Constituintes.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Theodoro Mendes, Albano Franco, Marcos Lima, Arnaldo Prieto, Francisco Dornelles, José Lins, Luís Eduardo, Osvaldo Coelho, Ricardo Fiúza, Sandra Cavalcanti, Darcy Pozza, Jarbas Passarinho, Virgílio Távora, José Lourenço, Ricardo Izar, Gastone Righi, Afif Domingos e José Maria Eymael. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Almir Gabriel, Aluí-

zio Campos, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Carlos Mosconi, Carlos Sant'Anna, Celso Dourado, Cid Carvalho, Cristina Tavares, Egídio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Gasparian, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, Ibsen Pinheiro, João Calmon, João Herrmann Neto, José Fogaça, José Geraldo, José Ignácio Ferreira, José Paulo Bisol, José Richa, José Serra, José Ulisses de Oliveira, Manoel Moreira, Mário Lima, Milton Reis, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nelton Friedrich, Nilson Gibson, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Prisco Viana, Renato Vianna, Rodrigues Palma, Severo Gomes, Sigmaringa Seixas, Virgildásio de Senna, Wilson Martins, Délio Braz, José Tavares, Octávio Elísio, Alcení Guerra, Aloysio Chaves, Antoniocarlos Mendes Thame, Carlos Chiarelli, Christóvam Chiaradia, Edme Tavares, Eraldo Tinoco, Francisco Benjamim, Inocêncio Oliveira, José Jorge, José Santana de Vasconcellos, José Thomaz Nonô, Mário Assad, Paulo Pimentel, Antônio Carlos Konder Reis, Gerson Peres, José Luiz Maia, Jonas Pinheiro, Brandão Monteiro, José Maurício, Lysâneas Maciel, Francisco Rossi, Joaquim Bevilacqua, Plínio Arruda Sampaio, José Genoíno, Haroldo Lima, Roberto Freire, Jamil Haddad e Antônio Farias.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 18 Constituintes; votaram NÃO 75 Constituintes. Total 93 votos. O Destaque foi **rejeitado**.

**Destaque nº 5.090/87, do Sr. Darcy Pozza – Emenda nº 1P-20726-6, do Sr. Edegar Luiz Zabka, "que acrescenta artigo ao Título II, Capítulo II, do Substitutivo nº 1 (Título II, Capítulo II, do Substitutivo nº 2)". (102.a votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Em votação o Destaque nº 5.090, requerido pelo Constituinte Darcy Pozza, referente à Emenda nº 20726, de sua autoria. Há uma observação no destaque: "somente o item II".

Tem a palavra o Constituinte Darcy Pozza.

**O SR. CONSTITUINTE DARCÝ POZZA:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, a Emenda Popular nº 20726 foi subscrita por mais de trinta e cinco mil eleitores, entre os quais centenas de milhares de trabalhadores. Esta emenda pretende substituir o item I do art. 6º, dando-lhe a seguinte redação:

"I – garantia da relação de emprego, salvo:

a) contrato a termo;

b) ocorrência de falta grave;

c) prazos definidos em contratos de experiência, atendidas as peculiaridades do trabalho a ser executado;

d) superveniência de fato econômico intransponível, técnico ou de infortúnio da empresa;

e) pagamento de indenização progressiva e proporcional ao tempo de serviço, na forma da lei."

Srs. Constituintes, a proposta constitui um meio termo entre as diversas propostas apresentadas a esta Constituinte, entre a do Relator e as que querem e desejam simplesmente manter a situação jurídica atual com o livre direito de despedir por parte do empregador.

A Constituição não deve, no nosso entendimento, ser elaborada com objetivos casuísticos, mas, sim, visando um longo prazo. Deve atender a uma pauta de reivindicações viáveis, por mais bem intencionadas que possam ser as demais propostas. Deve considerar que o maior benefício social será alcançado à medida que propiciar a criação e manutenção de postos de trabalho. Deve definir os princípios pelos quais os empregadores e empregados, pelo processo de negociação, encontrarão os caminhos para o crescimento do mercado, única forma viável

possível de se obter um real aumento do nível de vida dos cidadãos. Concessões, benefícios e avanços devem ser introduzidos com o devido respaldo de uma correspondente elevação do nível de produtividade, e devem ser oportunos, gradativos, regionais, setoriais, viáveis. E esta otimização só é possível com um processo de ampla negociação.

A emenda ora proposta decorre do fato de que nossa história já provou inviável qualquer sistema que, aparentando proteger ou garantir o trabalho, acabe por criar uma rigidez de mercado que prejudique e afronte a própria liberdade de trabalho. Todos nós buscamos a segurança e a estabilidade geral, mas só as alcançaremos se obtivermos uma contrapartida de garantia dos negócios estáveis. Esta é atualmente uma equação muito difícil, senão impossível.

Alguns imaginam o Brasil a partir de meia-dúzia de grandes empresas estatais, multinacionais e até nacionais, mas se esquecem de que a economia brasileira também está condicionada a quase 90% de pequenas e médias empresas, que não podem deixar de sobreviver e crescer. As eventuais instabilidades da economia fatalmente comprometerão a produtividade, a eficiência e a competitividade.

Srs. Constituintes, ao empregador cabe a responsabilidade do pagamento de indenização proporcional ao tempo de serviço, como medida capaz de compensar o trabalhador pelo período de sua presença na empresa sem inviabilizá-la.

A segurança ao trabalhador, segundo essa emenda, será dada mediante o pagamento de uma indenização pecuniária, cujo valor será fixado pela lei, que tenha caráter de cláusula penal ao contrato de trabalho. Quem despedir e não provar a motivação, ou quem despedir simplesmente sem nada alegar, deverá sofrer penalidade desestimuladora. Além desse benefício, o trabalhador teria, entre outros, o aviso prévio, o 13º salário, férias proporcionais, além da indenização do FGTS e o seguro-desemprego.

Esta, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, é a justificativa ao nosso pedido de destaque à emenda popular, que, acredito, coloca seriedade e justiça na busca do equilíbrio que deve existir entre os dois principais fatores de produção – o capital e o trabalho.

Entendemos que esta é a única forma, e a mais equilibrada, de atender aos interesses sociais em jogo.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Com a palavra, para encaminhar contra, o Constituinte Luiz Salomão.

**O SR. CONSTITUINTE LUIZ SALOMÃO (revisado pelo orador.):** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, o nobre Relator, Bernardo Cabral, posicionou estrategicamente a questão do direito à garantia do emprego, ao lembrar que estamos fazendo uma Constituição para o século XXI e que não podemos regredir em relação ao século passado, quando os trabalhadores iam para os seus locais de trabalho, vendiam a sua força de trabalho e eram explorados sem qualquer tipo de proteção.

A emenda apresentada pelo nobre Constituinte Darcy Pozza apresenta duas diferenças essenciais em relação ao texto do 2º Substitutivo. A primeira reentrou o contrato de experiência previsto no projeto original da Comissão de Sistematização, e que o Relator esclareceu muito bem que está embutido no contrato a termo. A segunda inovação da proposta Darcy Pozza apresentada como emenda popular, é a de que se possa também prever a indenização progressiva e proporcional ao tempo de serviço do trabalhador dispensado.

Ora, Sras. e Srs. Constituintes, essa formulação do item e da proposta desmascara, deixa claro que esta não é uma emenda popular no sentido de ter sido firmada pelos trabalhadores. É uma emenda patronal e não dos patrões que têm responsabilidade e consciência do seu papel social, mas daqueles que querem praticar a rotatividade, daqueles que têm poder econômico para indenizar os trabalhadores que querem dispensar, daqueles que querem valer-se do mecanismo da rotatividade para baixar seus custos, sua folha de salários.

É por isso, Sras e Srs. Constituintes, que essa não é uma emenda de caráter realmente popular, ainda que tenha preenchido o **quorum** de 30 mil assinaturas.

De fato, o que essa emenda pretende é consagrar a possibilidade de patrões que não têm consciência social de demitirem seus empregados quando o mercado lhes for desfavorável. É a emenda dos patrões adoradores do bezerro de ouro, que colocam seus lucros acima das necessidades de segurança e de tranquilidade do trabalhador brasileiro. A emenda dita popular, com esse dispositivo da indenização progressiva, na verdade anula a estabilidade, porque não está contemplando apenas aqueles casos previstos no Relatório Bernardo Cabral, que dá ao patrão, que tem poder econômico, a possibilidade de demitir seus empregados sempre que sua função de custo o recomendar.

Quero contraditar o depoimento feito antes pelo nobre Constituinte Ricardo Izar, que se disse vítima da estabilidade em função da experiência empresarial negativa de seu pai e de sua própria família. Caso se aplicasse o que essa emenda propõe, se ele tivesse a possibilidade de indenizar, progressiva e proporcionalmente ao tempo de serviço, em massa, os seus 120 trabalhadores, levaria a empresa à falência, porque aqueles que tivessem muito tempo de trabalho representariam um passivo trabalhista insustentável para qualquer empresa.

Esta emenda prejudica exatamente os trabalhadores que têm pouco tempo de casa, aqueles que são vítimas da rotatividade. Nenhuma empresa demitirá um trabalhador de dez, vinte anos de casa, no qual investiu recursos importantes para seu treinamento e adaptação à empresa; demitirá exatamente aqueles que têm, um, dois anos de casa e cuja indenização não representará, para a empresa, uma penalidade pela progressividade e proporcionalidade do tempo de serviço.

Sras. e Srs. Constituintes, dirijo-me particularmente aos Constituintes da bancada do PMDB que em seu programa defendem, de maneira radical, a estabilidade, para que não apoiem a emenda apresentada pelo nobre Constituinte Darcy Pozza, porque representa exatamente a negação do princípio fundamental que queremos inscrever na nossa Carta Magna para constituir, neste País, uma relação mais equilibrada entre o capital e o trabalho, ao nível das nações civilizadas, o que é essencial para que o Brasil entre no século XXI com seu povo em situação digna. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Concedo a palavra, para encaminhar favoravelmente, ao nobre Constituinte Fernando Gasparian.

**O SR. CONSTITUINTE FERNANDO GASPARIAN:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, volto hoje a esta tribuna correndo o risco de novamente ser mal interpretado em meus propósitos. Há dias estive aqui defendendo a não exigência do diploma, de uma forma geral, para o exercício do trabalho de qualquer pessoa que para isso se julgue habilitada. Entenderam que eu tinha ficado contra a exigência do diploma para o exercício da profissão de jornalista, quando a emenda que defendi nem falava nisso.

No caso específico estou preocupado, como também o está o ilustre Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva, com o problema da rotatividade. E por este motivo votei, como meus companheiros de partido, o PMDB em grande maioria, pela aprovação da redação do art. 6º, com os dizeres do art. 7º do Substitutivo nº 1, do Relator Bernardo Cabral.

Infelizmente, Constituintes, tanto a direita como a esquerda do meu partido, juntos, derrotaram aquele dispositivo que, no meu entender, daria solução não ao problema da estabilidade individual, mas ajudaria – e muito – a combater a rotatividade, que é um grande mal não só para os trabalhadores mas para a economia do País.

E os dados que tenho são piores do que os que apresentou aqui o Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva. Na verdade, nos primeiros sete meses deste ano, o número de dispensas com relação ao número de trabalhadores foi de 27%. A rotatividade está chegando a níveis absurdos. E o Substitutivo nº 1, do Relator Bernardo Cabral, remetia a lei ordinária a ordenação do assunto para que ela pudesse regulamentar a dispensa não de uma pessoa, mas de um grande número delas.

Poder-se-ia propor – e eu admitiria isto – que se penalizasse fortemente a empresa que tivesse um alto índice de rotatividade anual de mão-de-obra. E, Sr. Presidente, não tendo sido aprovado aquele projeto, sou favorável a este, proposto pelos pequenos e médios proprietários, empresários do Rio Grande do Sul. Esta emenda popular parece-me a que mais se aproxima daquela, e impede, desta forma, um pretensão avanço. Representa, na verdade, um retrocesso, porque, no meu entendimento, isso não trará benefício para os trabalhadores brasileiros.

Julgo, Sr. Presidente, que, na verdade, os trabalhadores das multinacionais, das grandes empresas, não estarão protegidos com a redação atual do art. 6.º, eis que, inclusive, permite o avanço tecnológico, a robotização, por exemplo, e a dispensa sem indenização de trabalhadores. Inclusive, permite também o contrato a termo, que pode ser de dois anos, da mesma forma que as multinacionais e as grandes empresas, antes de 64, dispensavam quando o empregado chegava a oito, nove anos, não permitindo que ninguém ficasse estável. Irão eles, agora, claro, com ônus, fazer contrato deste tipo para os poucos empregos que oferecem?

Acho que a pequena e média empresas estarão ameaçadas, se não aprovarmos o 2º Substitutivo, da forma como está redigido seu art. 6º. Por isso, Sr. Presidente, vou votar favoravelmente à emenda popular dos pequenos e médios empresários do Rio Grande do Sul.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra para encaminhar contra o Constituinte Nelson Friedrich.

**O SR. CONSTITUINTE NELTON FRIEDRICH:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, venho a esta tribuna, especialmente, para fazer um chamamento a nós, peemedebistas, que fomos buscar os votos para que aqui pudéssemos estar como operários de uma grande construção na nova ordem política, econômica e social, em nosso País. O MDB de ontem e o PMDB de hoje obtiveram a maioria dos votos e, portanto, aqui tem a maioria dos Constituintes. E, se formos buscar os votos dos eleitores da legenda do PMDB, é preciso lembrar que temos compromissos claros com o catecismo do PMDB. Por isso, neste momento, dada a importância deste assunto, qual seja, o resgate da dívida que temos com os trabalhadores deste País, gostaria de reportar-me aos princípios básicos do programa do PMDB.

De plano, no primeiro item, há a afirmação de que o compromisso fundamental do Partido é com a democracia, não como tática provisória, mas como princípio primordial e inarredável. A inspiração central do programa do Partido é esta: lutar pela democratização da vida brasileira nos planos político, social e econômico, mostrando, evidentemente, a necessidade de não ficarmos na democracia formal, mas avançarmos na democracia política e aprofundarmos a democracia social e econômica.

Ainda é este mesmo programa, meus prezados Constituintes peemedebistas que, nos princípios básicos, item

nº 7, diz, com clareza, que "o PMDB considera que o trabalho é o fundamento da riqueza coletiva. Os interesses do trabalho sobrepõem-se aos do capital e impõem justiça na repartição da renda e da riqueza".

Mas não é só isso, ilustre Relator desta Constituinte. O mesmo programa do PMDB, quando fala do partido, expressa, tácita e irrefutavelmente, a importância da questão econômica.

Finalmente, o partido defende, também, como instrumento de prestação da remuneração dos trabalhadores e melhoria de suas condições de trabalho, a promoção da estabilidade no emprego.

Este é um programa, e nós, peemedebistas, nos elegemos por este partido, com base em seu programa. E é exatamente na sua exposição clara sobre o papel do PMDB que, quanto à economia, o programa não deixa dúvidas com relação ao compromisso fundamental com a estabilidade do trabalhador. Como se isso não bastasse, em todos os demais documentos do partido há a profissão de fé na estabilidade, uma esperança de mudança. E o que é mais interessante, Sr. Presidente, é que o meu partido, em agosto e setembro do ano passado, fez um congresso nacional para preparar os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, sob a ótica partidária. E, a propósito, a publicação da Fundação Pedroso Horta, pág. 77, no Capítulo "Dos Direitos dos Trabalhadores", diz que deve apoiar-se a criação de mecanismos legais e econômicos que assegurem a estabilidade no emprego, impedindo demissões imotivadas.

Este é o programa do meu Partido; este é o nosso catecismo.

Venho, pois, fazer este chamamento aos companheiros desta legenda, mas também a todos os Constituintes de todos os partidos, porque é preciso que nos reportemos ao que está acontecendo hoje no mundo inteiro, quando vemos que em todos os países modernos existem fórmulas de limitação de poder do empregador, quando este pretende efetuar demissões imotivadas. Basta citar o exemplo do Japão, campeão de produtividade mundial e terceira potência econômica mundial, onde existe um sistema de emprego vitalício, muito mais rígido e eficaz, mais do que a garantia de emprego que se pretende recuperar no Brasil.

O que dizer, Sr. Presidente, da Organização Internacional do Trabalho, que em 1982 adotou uma medida no sentido de que se deve garantir a estabilidade do trabalhador. Essa recomendação percorre o mundo inteiro. A ONU, através da OIT, desde 1982, vem recomendando a adoção da estabilidade dos trabalhadores. O que dizer, Sr. Presidente, da Constituição alemã, que desde 1951, ainda sobre os escombros da Segunda Guerra Mundial, apresenta, como um dos seus fundamentos, a estabilidade do trabalhador?

Concluo, Sr. Presidente, dizendo que na Itália, na Inglaterra e, desde 1976, no Japão, estão proibidas as demissões sem justa causa, por motivo político-ideológico. E poderia citar aqui dezenas e dezenas de países da Europa Ocidental, da Europa Oriental, da África, da Ásia, das Américas, e tantos outros. Poderia até citar uma publicação recente, onde se delineia um dos segredos da vitória do Japão.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Peço a V. Ex.ª que conclua, antes de percorrer todo o mapa-múndi.

**O SR. CONSTITUINTE NELTON FRIEDRICH:** – A contrapartida para um dos sucessos do Japão – e espero que antes de percorrer o mapa-múndi possamos ilustrar a sensibilidade não só do trabalhador, mas também do empregador que aqui está e de todos os Constituintes – está exatamente na estabilidade, porque os próprios tra-

balhadores japoneses gostam de lembrar que a companhia cuida dos seus assalariados do berço ao túmulo.

Por isso, Sr. Presidente, venho pedir que fiquemos não com a proposta dos empregadores, embora nada tenha contra eles, mas com a do Relator Bernardo Cabral, que joga quase todos os critérios para a lei. Com isso, estaremos aprovando uma medida menos ruim, porém, mais condizente com os nossos interesses, para que possamos ter neste País o orgulho de dizer que estamos ficando também com trabalho e não só o capital.

E minha última palavra é do pensador Henry Fielding: "Nada pode ser exigido daqueles a quem nada se dá."

Vamos oferecer ao trabalhador a estabilidade, por pequena que seja. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Concedo a palavra ao Constituinte Antônio Carlos Konder Reis, como Relator.

**O SR. RELATOR (Antônio Carlos Konder Reis):** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, falo em nome do Sr. Relator-Geral.

Minha palavra seria dispensável. Estamos a discutir o tema há cerca de quatro horas, e a Comissão de Sistematização já tem todos os elementos de informação e de convicção para decidir. Falo, contudo, para dar o testemunho do respeito do Sr. Relator-Geral por todas as propostas aqui apresentadas. O Relator-Geral sabe, pela sua experiência na vida pública, e, acima de tudo, pela simplicidade de seu coração, que todos aqueles que aqui vieram defender proposta, no que toca à definição da estabilidade do texto da Constituição, o fizeram com o mais alto espírito público e no propósito reto de acertar.

Feito este registro, Sr. Presidente, cumpre-me, em nome do Sr. Relator, dizer que recolhemos do debate a seguinte conclusão.

O Plenário da Comissão divide-se em algumas tendências. A primeira, defendida com brilho e vigor pelo nobre Líder Pimenta da Veiga, buscou deixar para a legislação ordinária a solução da grave questão da definição do instituto da estabilidade. Trata-se de proposta digna de respeito, mas que infelizmente não atenderia aos anseios, clamores e desejos do povo brasileiro.

A segunda é a de estabelecer, na Constituição, normas rígidas, no que toca à estabilidade. De caráter absoluto tais normas encerrariam a questão no âmbito do texto constitucional. Esta é uma proposta de grande risco, porque o texto constitucional não pode englobar, não pode esgotar a questão. Ele há de estabelecer os balizamentos, há de dar as diretrizes, há de fixar as salvaguardas e, acima de tudo, há de aclarar o direito à estabilidade.

A terceira tendência é aquela que busca equiparar o instituto da estabilidade à indenização. E o ponto de vista do Relator sobre essa tendência foi suficientemente exposto e defendido pelo nobre Constituinte José Fogaça, quando S. Ex.<sup>a</sup> falou em defesa do substitutivo, na oportunidade da votação da emenda anterior. O Relator mantém os termos do 2.º Substitutivo e pede à Comissão que esse dispositivo não seja examinado isoladamente. Ele tem de ser considerado juntamente com o item III do art. 6.º, que mantém o Fundo de Garantia. Tem de ser julgado tendo em vista o item XVII, que reza: "Aviso prévio e direito de indenização nos termos da lei." Não pode desconsiderar o inciso XXIII, que consigna participação nas vantagens advindas da modernização, tecnologia e automação.

Se o projeto estabelece a salvaguarda de garantir essas vantagens na automação ou no avanço da tecnologia, data vênua, o argumento, forte, do nobre Sr. Constituinte Fernando Gasparian não procede, porque há refe-

rência no item I. De modo algum vai impedir que o avanço tecnológico e a automação prejudiquem o trabalhador, uma vez que a salvaguarda está consignada no item XXIII.

Finalmente, o dispositivo constante no item I do projeto há de considerar também o § 4º do mesmo artigo, que ressalva a posição das pequenas empresas até dez empregados. É o equilíbrio que caracteriza o dispositivo inscrito no Substitutivo do Sr. Relator. Estabelece tal dispositivo os princípios, os balizamentos, as diretrizes, e apela para a lei ordinária, quando necessário. Assim, diz a letra a do inciso que estou defendendo: "Contrato a termo nas condições e prazos da lei." A letra b diz: "Falta grave assim conceituada em lei." E a letra c: "Justa causa fundada em fato econômico intransponível, tecnológico ou infortúnio na empresa, de acordo com critérios estabelecidos na legislação do trabalho."

Se a Comissão decidir tendo em vista o todo do art. 6º do Projeto, há certamente que confirmá-lo, e, sem embargo das razões aqui apresentadas na defesa de outras emendas, especialmente desta que vamos votar, defendida brilhantemente pelo nobre Constituinte Darcy Pozza, há de concluir que o Sr. Relator encontrou um meio termo, o ente de razão que tornará possível a adoção, no Brasil, do instituto da estabilidade, sem prejuízo da indenização e sem o risco de que a empresa se sinta desamparada, quando ocorrer a transgressão disciplinar conceituada em lei ou fato econômico que se constitua em imperativo de dispensa de colaboradores por quaisquer empresas brasileiras.

Sr. Presidente, concluo a defesa do Substitutivo, nos termos em que o coloquei e, portanto, minha manifestação é contrária à emenda do nobre Sr. Constituinte Darcy Pozza.

Aproveito para recordar um fato muito pessoal, mas que pesa profundamente na minha consciência.

Em Santa Catarina, uma organização voltada para a atividade econômica – e faço a ressalva de que não se trata de uma organização catarinense –, há tempos, demitiu exemplar funcionário com vinte e seis anos de ser-viço. Ele foi à direção da organização, a que serviu praticamente durante toda sua vida útil, e perguntou: "Fui demitido por alguma falta grave? A empresa atravessa dificuldades insuperáveis? Qual o motivo de minha dispensa?" E a resposta foi: "O senhor sempre foi eficiente, nunca praticou falta grave e a empresa não atravessa nenhuma dificuldade. O fato é que o mercado de trabalho vai permitir que a empresa contrate outro funcionário para fazer o mesmo trabalho por um ordenado bem mais baixo."

Por isso, a estabilidade se impõe, nos termos contidos no Substitutivo do Relator, ainda que seja para evitar uma injustiça dentro do universo de 140 milhões de brasileiros.

**(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Em votação.

**(Procede-se à votação)**

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Carlos Sant'Anna, Fernando Gasparian, João Calmon, José Freire, José Geraldo, Milton Reis, Prisco Viana, Albano Franco, Aloysio Chaves, Arnaldo Prieto, Eraldo Tinoco, Francisco Benjamim, Francisco Dornelles, José Lins, Luís Eduardo, Osvaldo Coelho, Paulo Pimentel, Ricardo Fiúza, Sandra Cavalcanti, Darcy Pozza, Gerson Pares, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia, Virgílio Távora, Jonas Pinheiro, José Lourenço, Ricardo Izar, Afif Domingos e Antônio Farias. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Almir Gabriel, Aluizio Campos, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Carlos Mosconi, Celso Dourado, Cid Carvalho, Cristina Tavares,

Egídio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, Ibsen Pinheiro, João Herrmann Neto, José Fogaça, José Ignácio Ferreira, José Paulo Bisol, José Richa, José Serra, José Ulisses de Oliveira, Manoel Moreira, Mário Lima, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nilton Friedrich, Nilson Gibson, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Rodrigues Palma, Severo Gomes, Sigmaringa Seixas, Theodoro Mendes, Virgildásio de Senna, Wilson Martins, Alcení Guerra, Antonio Carlos Mendes Thame, Carlos Chiarelli, Christóvam Chiaradia, Edme Tavares, Inocêncio Oliveira, José Jorge, José Santana de Vasconcellos, José Thomaz Nonô, Mário Assad, Antônio Carlos Konder Reis, Brandão Monteiro, José Maurício, Lysâneas Maciel, Francisco Rossi, Joaquim Bevilacqua, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Ottomar Pinto, José Maria Eymael, Haroldo Lima, Roberto Freire e Jamil Haddad.

### DECLARAÇÃO DE VOTO

"Declaração do voto "não" à Emenda nº 20.726 do Deputado Darcy Pozza (Destaque nº 5.090/87) que substitui o inciso I do art. 6º do Segundo Substitutivo do Relator.

Os motivos que orientaram meu voto são os seguintes:

1. Para explicitar meu ponto de vista sobre o tema remeto à declaração de voto que diz respeito ao Destaque nº 3.792/87. Creio que a lei é o melhor caminho para fixar o tratamento a ser dado à questão da estabilidade.

2. Meu voto não significa que considero adequada a forma de tratamento dada ao Substitutivo II: (a) cada despedida implicará num processo, que poderá durar anos, em prejuízo do trabalhador; as ressalvas para justificar demissões envolvem conceitos muito complexos que gerariam intermináveis discussões de interpretação; dependendo de interpretações pode vir a criar-se no setor privado um sistema semelhante ao dos estatutários governamentais, com a consequência que apontamos na anterior declaração.

3. Aliás, o próprio Substitutivo II reconhece esse risco ao procurar retirar do sistema de estabilidade as empresas de até 10 empregados (parágrafo 4º do art. 6º), excluindo, portanto, perto de 40 por cento os trabalhadores urbanos e induzindo à prática generalizada da divisão de empresas, informação das relações de emprego nessa área, etc.

4. Reservo-me, portanto, o direito de defender pontos de vista alternativos que abram caminho para uma proteção maior no emprego, em etapas posteriores do processo constituinte. — **José Serra.**"

### DECLARAÇÃO DE VOTO

Votamos contra a Emenda nº IP-20.726-6, uma vez que, embora todos os nossos apelos, foi a mesma mantida em sua íntegra, permanecendo a letra **d**, que no nosso entendimento, é extremamente perverso com relação ao trabalho, permitida toda a forma de desvios e violências.

Somos contrários à estabilidade irrestrita, mas não podemos nos afastar dos princípios da justiça e dos pressupostos de um socialismo fraterno distribuidor e solidário. — Brasília, 7 de outubro de 1987. — **José Maria Eymael.**"

Durante a chamada nominal da votação do Destaque nº 5.090, o **Sr. Jarbas Passarinho**, Terceiro-Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo **Sr. Fernando Henrique Cardoso**, (Quarto-Vice-Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

— A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 29 Constituintes; votaram NÃO 64 Constituintes. Total: 93 votos.

O Destaque foi **rejeitado**. Declaração de voto dos Senhores Constituintes José Maria Eymael e José Serra.

**Destaque nº 5.140-87 — Emenda nº ES-23.626-1, do Sr. Ricardo Izar, "que modifica o art. 7º "caput" e inciso I do Substitutivo nº 1 (art. 6º inciso I do Substitutivo nº 2."**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** — Passamos à votação do Destaque nº 5.140, do Constituinte Ricardo Izar, a quem concedo a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** — Permita-me, Sr. Presidente. Gostaria de saber qual é o teor da emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** — Lerei a emenda:

"Dê-se ao inciso I do art. 7º a seguinte redação:

"Inciso I — Garantia do direito do trabalho mediante relação de emprego."

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** — Sr. Presidente, tenho aqui a Consolidação das Regras Regimentais, que, em seu item 2.12, quanto à prejudicialidade, diz a seguinte:

"2.12 — Consideram-se prejudicadas...

**b) A emenda de matéria idêntica à de outra já aprovada."**

Além do mais, Sr. Presidente, subsidiariamente pode ser usado o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que diz claramente, em seu art. 200:

"Considera-se prejudicada a emenda de matéria idêntica à de outra já rejeitada."

Há um comunicado da Comissão de Sistematização, feito quando do estabelecimento do calendário da votação, que é claro quanto à prejudicialidade das emendas que versem sobre matérias semelhantes. Portanto, tal emenda, por todos esses argumentos, regimentalmente deve ser considerada prejudicada, pois foi votado o inciso, nos termos expostos por V. Ex.ª.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** — Concedo a palavra ao Constituinte Gerson Peres, para contestar.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, quando iniciamos os trabalhos da Comissão de Sistematização, no Senado, levantei essa questão de ordem, sobre a prejudicialidade das emendas e fui vencido. Trata-se, portanto, de matéria vencida.

O Constituinte José Genoíno reitera os mesmos argumentos para defender matéria que já foi contraditada pela Mesa. Está nas atas. A emenda de autoria do Constituinte Ricardo Izar nada tem de identidade. É aditiva. Ficou suspensa, apta a se integrar-se no jogo das votações posteriores, após aquelas que, em votação preliminar, forem adotadas pelo plenário.

O que o Constituinte José Genoíno quer é subverter a ordem, ganhar tempo, terminar o jogo. Mas este ainda não acabou, e V. Ex.ª tem de cumprir o Regimento e as decisões anteriores, mantendo a emenda apresentada pelo Constituinte Ricardo Izar em votação, para que este plenário se manifeste, a exemplo do que fez em oportunidades semelhantes.

Era o que tinha a dizer.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** — Ocorre que nenhuma emenda foi aprovada. Foram rejeitadas. Não houve substituição do texto. Portanto, cabe a votação.

Concedo a palavra ao Constituinte Vivaldo Barbosa, que a está solicitando.

**O SR. CONSTITUINTE VIVALDO BARBOSA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, nas primeiras decisões que tomou acerca dessa matéria esta comissão rejeitou uma emenda substitutiva que visava restabelecer o 1º Substitutivo, que dizia, em seu art. 7º, inciso I:

"São direitos dos trabalhadores: contrato de trabalho protegido contra despedida imotivada ou sem justa causa, nos termos da lei."

A essência dessa emenda era garantir o contrato de trabalho protegido pela Constituição. Agora, esta, apresentada pelo ilustre Constituinte Ricardo Izar, tem a mesma essência, a mesma substância, ao dizer que a Constituição garante o direito aos trabalhadores mediante relação de emprego. A natureza da matéria é a mesma, a substância é a mesma, tem o mesmo alcance, o mesmo objetivo, o mesmo resultado. Tendo sido rejeitada, a outra, necessariamente, está prejudicada.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Darei a palavra ao Constituinte Lúcio Alcântara para contestar. Antes, porém, concedo a palavra ao nobre Constituinte José Lourenço.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LOURENÇO:** – Sr. Presidente, evidentemente a matéria não foi aprovada, foi rejeitada, como V. Ex.<sup>a</sup> muito bem qualificou. Se foi rejeitada, há uma nova matéria em votação e, sem dúvida alguma, tem de ser apreciada por este plenário.

Entendi perfeitamente a decisão. Conta V. Ex.<sup>a</sup> com nosso apoio, e não poderia ser de outra forma, pois V. Ex.<sup>a</sup> decidiu baseado no Regimento e no bom senso.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Estatui a Consolidação das Regras Regimentais: "Considera-se prejudicada a emenda de matéria idêntica à de outra já aprovada. Não houve aprovação de matéria; portanto, não posso recusar. É mais fácil, para irmos a favor do tempo, prosseguir logo com a votação do que levantar questões.

Concedo a palavra ao Constituinte Ricardo Izar.

**O SR. CONSTITUINTE RICARDO IZAR:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, gostaria, inicialmente, de ler a justificativa da minha emenda e posteriormente comentá-la.

"O emprego estável revela-se inócuo, porquanto a estabilidade no emprego não resiste às grandes crises econômicas, por um lado, e, por outro, quando o País vive a plenitude do equilíbrio econômico essa garantia é suplantada pela lei da oferta e da procura.

Longe de garantir o empregado, a estabilidade trará graves prejuízos ao País como um todo.

As micro, pequenas e médias empresas, responsáveis por inúmeras admissões, ficarão inibidas de se instalarem e crescerem, instituindo-se o processo de abertura e fechamento de empresas.

Novos investimentos serão desestimulados, principalmente em pólos industriais, onde são empregados um sem-número de obreiros oriundos do meio rural, em benefício das atividades industriais em estágio crescente de avanço tecnológico.

A implantação da estabilidade, que por certo atingiria desde logo os contratos de trabalho em curso, criaria dificuldades para a implementação de evoluções tecnológicas, uma vez que nem toda a mão-de-obra existente poderá ser considerada apta para o novo perfil profissional exigido.

A estabilidade tornará o processo de admissão principalmente em pólos industriais, onde são empresas adotarão critérios rígidos para a avaliação do potencial do trabalhador antes da contratação definitiva.

Uma pequena rotatividade é saudável e necessária ao aprimoramento do ambiente profissional. Deve-se avaliar a melhor alternativa do ponto de vista social: possibilitar à empresa a eliminação de excessos, inconvenientes ao andamento de suas atividades, ou a garantia de empregos a qualquer preço, com riscos de comprometer a viabilidade do empreendimento.

O sistema da estabilidade sempre foi facilmente contornado e, na verdade, mesmo à época em que ele vigorava, o empregado dificilmente atingia o decênio legal. O empregado era prejudicado pela estabilidade, pois limitava as suas aspirações de progresso à segurança no emprego e, assim, conformava-se com a situação por vezes medíocre no quadro da empresa, em vez de se lançar ao mercado de trabalho, onde poderia conquistar maiores salários e cargos de mais alta importância hierárquica."

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Comunico a V. Ex.<sup>a</sup> que o seu tempo está esgotado.

**O SR. CONSTITUINTE RICARDO IZAR:** – Concluo, Sr. Presidente.

Tradicionalmente, a estabilidade contribui para gerar desinteresse e apatia, ocasionando diminuição da produtividade. Uma grande conquista para o trabalhador, na realidade, dentro desta Assembléia Nacional Constituinte, seriam novas conquistas, como a da indenização proporcional.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Tem a palavra o Constituinte Edmilson Valentim, para encaminhar contra.

**O SR. CONSTITUINTE EDMILSON VALENTIM:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes da Comissão de Sistematização, acabamos de ter uma votação decisiva e elucidativa para esta Comissão, para a imprensa e todas as pessoas que vieram acompanhar a votação. Como operário, trabalhador, fiquei feliz em ver a Comissão de Sistematização, majoritariamente, pelo seu Plenário, rejeitar uma proposta da classe empresarial que visava a atingir, a pretexto de força representativa popular, a estabilidade no emprego, direito que vamos conquistar nesta Comissão.

Sem qualquer dúvida, a posição assumida pela Comissão de Sistematização é significativa e terá consequências práticas nas próximas votações.

Com relação à emenda do Constituinte Ricardo Izar, nossa posição é contrária. Por que, Sr. Presidente, Srs. Constituintes? Primeiro, porque essa emenda não usa sobre matéria pertinente ao debate que aqui se trava sobre garantia de emprego. Nada tem a ver com garantia do direito ao trabalho mediante relação de emprego. Ela não versa sobre isso. E a matéria em discussão é a garantia do emprego, a defesa do emprego do trabalhador. Por conseguinte, essa emenda é mais do que genérica, não se atém ao fato em discussão, escamoteia a questão principal de discussão.

Neste sentido, posicionamo-nos contrariamente à emenda e pedimos à Comissão de Sistematização que também se posicione desta maneira, referendando a garantia do emprego, a estabilidade – direito legítimo dos trabalhadores –, a fim de que se possa acabar de uma vez por todas com a rotatividade e com a escravidão mercantilizada neste País. Muito obrigado. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Pergunto ao Constituinte Ricardo Izar se mantém o destaque, posto que ultrapassamos o horário. **(Pausa)**

Pela ordem, tem a palavra o Constituinte Plínio Arruda Sampaio.



**O SR. CONSTITUINTE PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO:** – Sr. Presidente, tenho uma questão de ordem que gostaria fosse elucidada por V. Ex.<sup>a</sup> antes da retirada do destaque, o que estou sabendo que vai acontecer, e que envolve também o parecer do Relator.

Essa emenda está classificada como modificativa. Suponhamos, por hipótese, que seja aprovada. O que modificará? Diz o seu texto:

"I – Garantia de direito ao trabalhador, mediante relação de emprego."

Suponhamos que seja aprovada. Como é que o ilustre Relator vai alterar o texto do art. 6º, que diz:

"I – Garantia de emprego, protegido contra despedida imotivada, assim entendida a que não se fundar em a, b, c e d."

No entendimento da Mesa e do Relator, aprovadas as emendas, estão prejudicados todos os itens ou uma parte? Neste caso, como seria a redação?

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Na verdade, é uma emenda substitutiva, e estariam todos os itens prejudicados.

Reitero, porém, a pergunta ao Constituinte Ricardo Izar, sobre se S. Ex.<sup>a</sup> vai manter o destaque, porque já passamos o tempo em cinco minutos. (Protestos.)

A Mesa vai suspender os trabalhos, porque votamos quase toda a matéria, e o Regimento faculta à Mesa, suspender a sessão meia hora antes. Haverá, ainda, pronunciamento do Sr. Presidente da República à Nação às 8h30min.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Permita-me, Sr. Presidente. Antes de suspender a sessão, é preciso que seja resolvida a questão da Emenda Ricardo Izar, já que não se pode suspender a sessão com um processo de votação em curso.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Evidentemente, o nobre Constituinte Ricardo Izar vai manter a emenda?

**O SR. CONSTITUINTE RICARDO IZAR:** – Mantenho o pedido de destaque.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Se está mantido, prossegue a votação. Em discussão.

Tem a palavra o nobre Constituinte Afif Domingos, para encaminhar a favor.

**O SR. CONSTITUINTE PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO:** – Sr. Presidente, indago de V. Ex.<sup>a</sup> qual a resposta minha questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Minha resposta a V. Ex.<sup>a</sup> é que ela é substitutiva é prejudica todas as letras.

**O SR. CONSTITUINTE AFIF DOMINGOS:** – Sr. Presidente, Sras e Srs. Constituintes, ao analisarmos a emenda do ilustre Constituinte Ricardo Izar, que estabelece que, em termos de garantia de emprego, é garantida a relação de trabalho, aparentemente as pessoas indagam se isto não é o óbvio, no sentido de que a garantia de emprego está diretamente ligada – é lógico – a um contrato de trabalho.

É muito importante que tomemos contato com a realidade brasileira, porque somente 47% dos trabalhadores do Brasil têm contrato de trabalho, sendo que 53% da população economicamente ativa está na marginalidade, na informalidade. Este é o Brasil real que o Brasil

legal, o Brasil da "Corte" e das leis teima em desconhecer.

Gostaria que os Srs. Constituintes, neste instante, dessem atenção à estatística da Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar do IBGE, de 1985.

Total da população economicamente ativa – 53 milhões e 200 mil pessoas. Deste total, 64% são trabalhadores empregados, perfazendo um total de 34 milhões e 260 mil, dos quais, 15 milhões e 60 mil não têm registro. Portanto, 43% não têm registro em carteira de trabalho, são empregados informais 12 milhões e 76, totalizando 22,7%, são autônomos, trabalham por conta própria. Deste total, 8 milhões de autônomos não têm vínculo com a própria Previdência, mantendo-se marginais no processo. E há outra população economicamente ativa – 9,4% – totalizando 5 milhões de pessoas, ocupadas sem remuneração, ou seja, trocam sua sobrevivência por casa ou comida, talvez.

Meus senhores, a conclusão a que chegamos é de que, dos 53 milhões 200 mil pessoas da população economicamente ativa, 28 milhões trabalham na informalidade, ou seja, 53% da força de trabalho.

O alerta que faço aos Srs. Constituintes é que, ao se tentar consagrar no texto aquilo que se considera uma proposta avançada, devemos lembrar-nos de que não estamos na Inglaterra, na França ou na Suíça, e que o padrão das empresas estatais, das multinacionais e das empresas de São Bernardo do Campo, de Diadema ou do ABC paulista está muito longe de ser a média da realidade brasileira, em termos de emprego.

Sr. Presidente, fazemos este alerta para mostrar que o Brasil real está muito distante do Brasil legal. Há um fosso muito grande entre o Estado e a Nação. É preciso que haja uma reflexão a respeito daquilo que está sendo votado e, principalmente, da emenda do Constituinte Ricardo Izar, que aparentemente versa sobre o óbvio. Não o óbvio para a realidade, mas para a "Corte" brasileira, que legisla fora da realidade do Brasil de todos os dias. (Palmas.)

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Peço a palavra, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Dou a palavra ao nobre Relator, Constituinte Bernardo Cabral.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, parece que há um consenso neste Plenário, ao qual, inclusive, admiro, no sentido de que, para não vermos prejudicada a emenda do nosso companheiro Ricardo Izar, com uma negativa, S. Ex.<sup>a</sup> retire.

**O SR. CONSTITUINTE RICARDO IZAR:** – Retiro a emenda, com prazer.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Muito obrigado.

### III – SUSPENSÃO DA REUNIÃO

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – A Presidência vai suspender os trabalhos, convocando os Senhores Constituintes para a continuação da presente reunião, amanhã, às 14,30 horas.

Está suspensa a reunião.

**EM 8 DE OUTUBRO DE 1987**

Presidência dos Srs.: **Aluizio Campos**, Primeiro-Vice-Presidente; **Afonso Arinos**, Presidente; **Jarbas Passarinho**, Terceiro-Vice-Presidente e **Fernando Henrique Cardoso**, Quarto-Vice-Presidente.

**I – REABERTURA DA REUNIÃO**

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Havendo número regimental, declaro reaberta a reunião, para prosseguirmos a votação do Substitutivo nº 2.

**II – EXPEDIENTE****Requerimento**

Requeremos, nos termos do art. 12, parágrafo único, do Regimento Interno da Comissão de Sistematização, seja ouvido o Plenário da Comissão acerca da prejudicialidade do Destaque nº 6.416/87, de autoria do Constituinte Max Rosenmann, relativo à Emenda nº ES-27.273-0, do mesmo Constituinte.

Sala das Sessões, 8 de outubro de 1987. – **José Genoíno – Roberto Freire – Haroldo Lima.**

**III – COMUNICAÇÕES**

**Do Sr. Relator, Constituinte Bernardo Cabral:**

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem a palavra o eminente Relator Bernardo Cabral, que deseja fazer uma comunicação aos companheiros Constituintes.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, entendo que esta Comissão não pode e nem deve omitir-se de um registro que é merecido, Sr. Presidente. Nesta Casa, afora os Srs. Deputados e Senadores que a enriquecem, há outras pessoas que também lhe emprestam o brilho. Quando aqui cheguei há mais de vinte anos e depois daqui saí com uma cassação e suspensão dos direitos políticos por 10 anos, houve um amigo que ficou e a nossa amizade foi muito forte a ponto de resistir ao tempo, à distância e ao silêncio. Este amigo hoje aniversaria, Sr. Presidente. Refiro-me ao Dr. Paulo Affonso, Secretário-Geral. **(Palmas. Pausa)**

O que ia pedir já se concretizou. Era o registro que eu queria fazer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A Mesa da Comissão se associa à manifestação de aplausos esperando expressar o pensamento comum de todos seus membros. **(Palmas)**

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem!

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem a palavra pela ordem, o Constituinte Paulo Ramos.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – Sr. Presidente, tive a oportunidade de assistir ontem ao pronunciamento de Sua Excelência o Senhor Presidente da República e tenho a impressão de que muitos Constituintes fizeram o mesmo.

Numa parte do pronunciamento, Sua Excelência diz taxativamente que pretende promover a conversão da dívida externa em capital de risco em território nacional. Conforme é do conhecimento de V. Ex.<sup>a</sup> e de todos os membros da Comissão de Sistematização, no dia 11 de junho passado esta Comissão aprovou o Projeto de Decisão nº 4, que veda a conversão da dívida externa, sob qualquer fórmula, no todo ou em parte, de capital de risco em território nacional; até a presente data, o Presidente da Assembléia Nacional Constituinte ainda não o encaminhou para o Plenário da Assembléia Nacional Constituinte, conforme determina o Regimento Interno desta Assembléia para apreciação do Plenário e para votação final.

A minha questão de ordem destina-se, primeiro, a manifestar uma preocupação, visto que, a partir do momento em que uma decisão desta Comissão de Sistematização não é cumprida conforme determina o Regimento Interno, somos forçados a admitir aqui que todas as de-

mais decisões aqui tomadas podem, ao critério, ao talante do Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, também, deixar de ser cumpridas, o que é um grave risco e um grave precedente. E a minha questão de ordem consiste, então, em perguntar a V. Ex.<sup>a</sup> se esta Comissão de Sistematização deve ou não ser respeitada, e quando, afinal de contas, o Presidente da Assembléia Nacional Constituinte remeterá o projeto à apreciação do Plenário; e ainda, se pode o Presidente da República tomar a iniciativa de divulgar que promoverá conversões, sem o pronunciamento definitivo desta Assembléia Nacional Constituinte?

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Não fez V. Ex.<sup>a</sup> qualquer questão de ordem; fez apenas uma indagação à Mesa da Comissão de Sistematização, que, evidentemente, não se poderá manifestar sobre o objeto da sua reclamação.

Sabe V. Ex.<sup>a</sup> que logo que a decisão foi adotada, a respeito da dívida externa, foi imediatamente encaminhada ao Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, e a matéria se encontra sob a jurisdição de S. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem!

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem a palavra o Sr. Constituinte Carlos Sant'Anna.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Sr. Presidente, a questão de ordem levantada na Comissão de Sistematização foi de minha autoria. O que se questionou, então, e que está ainda pendente de decisão do Presidente, é se a Comissão de Sistematização decidia sobre projeto de decisão; projeto de decisão que envolve matéria constitucional e que precisa de **quorum** de 47 votos, por ser matéria constitucional, mas a mesma só havia obtido, aqui, nesta Casa, na Comissão de Sistematização, 42 votos. A Mesa, inadvertidamente, havia considerado a matéria aprovada; matéria que havia sido aprovada no sábado, quando os projetos de decisão, de acordo com o Regimento Interno da Comissão de Sistematização, não podem ser discutidos. E há mais uma outra circunstância: o próprio projeto de decisão, em sua natureza e em sua essência, exige **quorum** qualificado; **quorum** qualificado de apresentação de 1/3 de assinaturas; **quorum** qualificado para aprovação no Plenário da Assembléia Nacional Constituinte, e, portanto, também, **quorum** qualificado para aprovação na Comissão de Sistematização, por ser projeto de decisão e por envolver questão ligada a matéria constitucional. Várias vezes esta questão tem sido suscitada e eu não tenho feito um contraditório. Mas sou obrigado a fazê-lo neste momento, porque, na verdade, envolve uma temática da mais alta importância e sobre a qual não se pode, evidentemente, permitir confusão a respeito da matéria.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A inconformidade de V. Ex.<sup>a</sup> será registrada, mas a matéria já saiu da jurisdição desta Comissão.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – Sr. Presidente, eu me sinto no dever de prestar um rápido esclarecimento, na medida em que o Constituinte Carlos Sant'Anna encontra-se totalmente desinformado.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Eu informaria a V. Ex.<sup>a</sup> que a matéria não se encontra mais sob a jurisdição da Comissão, e gostaria de contar com a sua colaboração, porque tudo isto que V. Ex.<sup>a</sup>, como Constituinte, está levantando aqui, poderá fazê-lo no Plenário da Assembléia Nacional Constituinte.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – É que a minha preocupação, Sr. Presidente, é procedente, na medida em que está sendo desrespeitada uma decisão da Comissão de Sistematização que, aliás, quando aprovou o projeto de decisão tinha a honra de ser presidida por

V. Ex.<sup>a</sup>. Hoje não cabe a indagação feita pelo ilustre Constituinte Deputado Carlos Sant'Anna, porque ele incorre na desinformação e insiste numa argumentação que já se encontra devidamente superada, pela própria interpretação da Mesa da Assembléia Nacional Constituinte.

De qualquer maneira a minha questão de ordem é pertinente e cabe à Presidência da Comissão de Sistematização dar uma resposta, porque invoco: em que dispositivo do Regimento Interno se baseia o Presidente da Assembléia Nacional Constituinte para se recusar a encaminhar ao Plenário da Constituinte matéria de tal relevância, já aprovada pela Comissão de Sistematização?

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A questão de ordem de V. Ex.<sup>a</sup> já foi decidida, no sentido de que a matéria escapa à jurisdição da Comissão de Sistematização, por se encontrar sob apreciação da Assembléia Nacional Constituinte.

**O SR. CONSTITUINTE VIVALDO BARBOSA:** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem a palavra V. Ex.<sup>a</sup>, pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE VIVALDO BARBOSA:** – Sr. Presidente, ontem à noite, na Presidência desta Comissão, o Constituinte Fernando Henrique Cardoso suspendeu a reunião antes de seu horário de término.

Com isso, Sr. Presidente, infringiu as atribuições do Presidente desta Comissão, que, pelo nosso Regimento, a respeito das nossas reuniões são:

"I – convocá-las e prorrogá-las;

III – suspendê-las ou levantá-las, quando a ordem dos trabalhos e as normas desta resolução estiverem sendo desrespeitadas;"

A eleição do Constituinte Fernando Henrique Cardoso, juntamente com a do Constituinte Jarbas Passarinho, para serem Vice-Presidentes, ajudando o trabalho desta Comissão, foi exatamente no sentido de se procurar colaborar com a direção dos trabalhos, para se respeitar o Regimento, para se cumprirem as normas e as regras, em face, inclusive, de muitas dificuldades regimentais que estavam sendo levantadas até então.

Acontece que o Constituinte Fernando Henrique Cardoso, ao presidir a reunião, ontem, feriu frontalmente o Regimento, quando a obrigação de presidir aquela reunião impunha-lhe prosseguir nas votações previstas na Ordem do Dia. S. Ex.<sup>a</sup> suspendeu a reunião, ferindo o Regimento sem nenhum dos motivos previstos e admitidos pelo Regimento. Isto é um precedente perigoso e uma perigosa violação do Regimento. Queria, Sr. Presidente, que nesta questão de ordem, V. Ex.<sup>a</sup>, restabelecendo a dignidade e a precedência do Regimento, afirmasse a ilegalidade da suspensão da reunião de ontem, para que não mais se repita um fato desastroso como esse.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, para contraditar.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Para contraditar, tem a palavra o nobre Relator Constituinte Bernardo Cabral.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, e só o faço em homenagem ao eminente Constituinte Vivaldo Barbosa. O Presidente em exercício da Comissão, Constituinte Fernando Henrique Cardoso, quando suspendeu os trabalhos o fez mais do que respaldado em qualquer outra circunstância maior, porque teve o aplauso, o reconhecimento e a confirmação do Plenário da Comissão. Naquele instante, Sr. Presidente, em que S. Ex.<sup>a</sup> anunciou que seria suspensa a reunião, nenhum Sr. Constituinte se insurgiu contra isso. Então, é em defesa da ati-

tude do Constituinte Fernando Henrique Cardoso que me contraponho à reclamação e acho, Sr. Presidente, que V. Ex.<sup>a</sup> deve indeferi-la, porque não tem o menor respaldo, uma vez que aquela decisão contou com o apoio da Comissão.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Muito obrigado a V. Ex.<sup>a</sup>. Realmente, ontem o Constituinte Fernando Henrique Cardoso encontrava-se na Presidência desta Comissão, quando já haviam ocupado à tribuna o autor do destaque e o outro para contraditar. Dever-se-ia ter efetuado a votação e já eram, aproximadamente, 20 horas e 15 minutos, quando o autor do destaque resolveu retirá-lo. Não havia mais tempo de votar a outra matéria e S. Ex.<sup>a</sup> tomou a decisão de encerrar antecipadamente a reunião com o propósito de proporcionar a todos os Constituintes ouvirem o pronunciamento, que não pode deixar de ser importante para todos os políticos brasileiros, de Sua Excelência o Presidente da República. Então, a Presidência da Comissão não pode, naturalmente, discordar, nem censurar, nem assumir nenhuma posição contrária à manifestada ontem pelo Presidente, Constituinte Fernando Henrique Cardoso.

**O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO MONTEIRO:** – Sr. Presidente, sem querer destoar da Mesa, porque dela faço parte, penso que precisamos ser cautelosos, e eu chamaria a atenção do Relator Bernardo Cabral: quando o Presidente Ulysses Guimarães enviou a resposta da solicitação de adiamento do prazo dos trabalhos da Sistematização, houve quase que um frenesi na Comissão de Sistematização, em que S. Ex.<sup>a</sup> estabelecia um prazo definitivo de mais 20 dias, sugerindo trabalhos as sextas, sábados, domingos e feriados. O que a Mesa decidiu foi que os trabalhos da Comissão seriam de 14 horas e 30 minutos às 20 horas e 30 minutos, prorrogáveis. Estamos antecipando os trabalhos da Comissão de Sistematização, encerrando antes do prazo, ao invés de prorrogá-lo, o que já está plenamente claro, pois, hoje, estamos ainda no inciso I do art. 6.<sup>o</sup> Faço esta colocação para amanhã, quando o Presidente Ulysses Guimarães entender de enviar o projeto para o plenário, todos tenhamos consciência de que os problemas estão sendo criados por nós mesmos.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A Presidência convoca a colaboração de V. Ex.<sup>a</sup> para prorrogarmos outras reuniões futuras, a fim de compensar os 15 minutos que foram perdidos com a decisão do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

#### IV – ORDEM DO DIA

##### VOTAÇÃO DO PROJETO DE CONSTITUIÇÃO TÍTULO II (Continuação)

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Em votação o Destaque nº 5.852 do Constituinte Jutahy Júnior referente à Emenda nº 208.293.

S. Ex.<sup>a</sup> não está presente?

O destaque fica prejudicado.

Destaque nº 6.128, do nobre Constituinte Antônio Carlos Konder Reis, referente à Emenda nº 31.261 do próprio autor.

**O SR. ANTONIO CARLOS KONDER REIS:** – Retiro a emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Retirada a emenda.

**Destaque nº 6.416/87 – Emenda nº ES-27.273-0, do Sr. Max Rosenmann, "que modifica o art. 7º, inciso I, do Substitutivo 1 (art. 6º, inciso I, do Substitutivo 2.) (103ª votação)"**

Em votação o Destaque nº 6.416, requerido pelo Constituinte Max Rosenmann, referente à Emenda nº 27.273, de sua autoria.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Pela ordem, Sr. Presidente, se no art. 83 do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, que diz exatamente o seguinte:

"Art. 83. Na resolução de casos omissos neste Regimento, a Presidência poderá valer-se, subsidiariamente, do estabelecido nos Regimentos da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal."

A Consolidação das Normas Regimentais, Sr. Presidente, no seu Item 2.12, sobre "Prejudicialidade de Emendas", diz exatamente o seguinte:

"2.12. Consideram-se prejudicadas (CD-art. 200)

**b)** A emenda de matéria idêntica à de outra já aprovada."

Não especifica, Sr. Presidente, as matérias rejeitadas.

Chamo a atenção de V. Ex.<sup>a</sup> para o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, no seu art. 200, inciso V que diz exatamente o seguinte:

"Art. 200. Consideram-se prejudicados:

V – a emenda de matéria idêntica à de outra já aprovada ou rejeitada, será considerada prejudicada."

É o que diz o Regimento Interno da Câmara dos Deputados no seu art. 200, inciso V.

Regimento Interno do Senado Federal, no artigo sobre prejudicialidade, quando trata do art. 369, alínea **b**:

"Art. 369. O Presidente, de ofício ou mediante consulta de qualquer Senador, declarará matéria dependente de deliberação do Senado:

**b)** em virtude de prejulgamento pelo plenário em outra deliberação."

Ontem, Sr. Presidente, houve um prejulgamento do plenário em relação ao Substitutivo 1. E o que diz o Substitutivo 1, Sr. Presidente?

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ MARIA EYMAEL:** – Para contestar a questão de ordem, Sr. Presidente.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Sr. Presidente, eu ainda continuo formulando a questão de ordem, no tempo regimental.

Substitutivo 1 diz exatamente o seguinte:

"Contrato de trabalho protegido contra despedida imotivada ou sem justa causa, nos termos da lei.

E o nobre Constituinte Max Rosenmann confessa, na justificativa, que retirou a expressão "ou sem justa causa" porque essa expressão está inserida no conceito de dispensa imotivada. Portanto, a emenda do nobre Constituinte Max Rosenmann é apenas uma emenda de redação ao Substitutivo 1, e a Comissão de Sistematização ontem deliberou contrária ao Substitutivo 1.

A Emenda Max Rosenmann está prejudicada, Sr. Presidente, não se pode votar a mesma emenda várias vezes. Para terminar a minha questão de ordem, Sr. Presidente, o que está em jogo perante a Presidência da Comissão de Sistematização é uma questão política crucial: se a Comissão de Sistematização quer voltar atrás numa decisão já tomada soberanamente pelo Plenário, não pode permitir um jogo político, não pode permitir, Sr. Presidente, um golpe político de colocar em votação uma emenda que já foi rejeitada em todos os seus termos pela Comissão de Sistematização. A Emenda Rosenmann igual ao Substitutivo 1...

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Peço a V. Ex.<sup>a</sup> para encerrar a questão de ordem.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – ...e a minha questão de ordem, Sr. Presidente, é que a Mesa considere a Emenda Rosenmann prejudicada, sob pena de se estar processando um golpe político na Comissão de Sistematização para se refazer uma votação que foi concluída, claramente, ontem, quando derrotamos o Substitutivo 1, Sr. Presidente. Essa é a questão de ordem.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ MARIA EYMAEL:** – Sr. Presidente, para contraditar.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem a palavra o Sr. Constituinte José Maria Eymael, para contraditar.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ MARIA EYMAEL:** – O ilustre Constituinte José Genoíno levanta, em sua questão de ordem, uma preliminar. A preliminar levantada pelo ilustre Constituinte estabelece a igualdade das normas constitucionais propostas.

Todavia, Sr. Presidente, a leitura, mesmo grosseira, mesmo superficial, das duas emendas, revela uma diferenciação profunda. No **caput** do Substitutivo 1 está estabelecido "contrato de trabalho protegido contra dispensa imotivada, ou sem justa causa, nos termos da lei."

A proposta do ilustre Constituinte Max Rosenmann suprime a expressão "sem justa causa"; levanta o ilustre Constituinte José Genoíno, em sua defesa, a argumentação expendida pelo proponente da emenda, ao dizer que pretendia tirar o "justa causa" por imaginar que este vocábulo, esta expressão, já está contida dentro da definição geral.

Sr. Presidente, uma norma elementar, primária, de interpretação jurídica contemplada em todos os tratados, estabelece o seguinte: toda norma jurídica deve ser interpretada em função daquilo que ela expressa, daquilo que ela permite deduzir, sendo totalmente irrelevante a intenção do legislador. Portanto, Sr. Presidente, é irrelevante o que o Constituinte Max Rosenmann escreveu na sua justificativa, é totalmente irrelevante. O que é relevante é aquilo que a norma jurídica expressa, e as normas jurídicas cotejadas são totalmente diferentes.

E um outro detalhe, Sr. Presidente, que é fundamental: em todo o arcabouço jurídico, em toda a hermenêutica jurídica, existe um outro pressuposto de que não existem palavras inúteis, toda palavra dentro da lei tem sentido, e a palavra "justa causa" necessariamente – seria encarada pela doutrina, como tendo uma função própria. Assim sendo, Sr. Presidente é evidente, que as normas não se conformam entre si. São normas totalmente diferentes e que permitem interpretações completamente diversas.

Portanto, Sr. Presidente, baseado na mais elementar técnica interpretativa, que estabelece que a norma vale por aquilo que expressa, e não em função do legislador, e baseado na comparação das normas que são totalmente diversas, solicitamos à Mesa que indefira a questão de ordem.

**O SR. CONSTITUINTE LUIZ SALOMÃO:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A Mesa não admite mais questão de ordem sobre a matéria. Já falou um orador pedindo a prejudicialidade e outro falou contestando a questão. Não permito mais questão de ordem sobre a matéria.

**O SR. CONSTITUINTE LUIZ SALOMÃO:** – É outra questão, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Estamos votando a emenda do Constituinte Max Rosenmann. A questão de ordem foi levantada sobre a votação dessa

emenda e a Mesa vai decidir, não admitindo mais oradores sobre a mesma matéria.

A Mesa pondera aos ilustres companheiros o seguinte: texto do Substitutivo 1 não é absolutamente idêntico ao da emenda destacada pelo Constituinte Max Rosenmann. Há uma diferença: S. Ex.<sup>a</sup> pede a exclusão da expressão "sem justa causa", que consta do texto do Substitutivo. Além disso, ambas as emendas foram apresentadas sobre primeiro Substitutivo pela razão óbvia de que não houve emendamento do segundo Substitutivo. Não houve, portanto, oportunidade a que nenhum Constituinte se valesse, senão, das emendas anteriores. Os textos do projeto inicial do primeiro Substitutivo e do segundo, são diferentes acerca da mesma matéria. No projeto inicial o que se defendia era a garantia de acesso ao contrato de trabalho e, no segundo Substitutivo, se inserir a expressão contrato de trabalho protegido contra a despedida imotivada, ou seja, sem justa causa nos termos da Lei.

Então, embora na sua justificação o autor do destaque tenha salientado que a expressão justa causa encontra-se contida na despedida imotivada, essa opinião pessoal dele pode não ser validada por outros que pensem de maneira diferente. Eu mesmo cheguei a fazer indagações sobre essas coisas e encontrei respostas positivas dos mais entendidos em legislação trabalhista. Por essa razão e mantendo a tradição de democratização de resolver pelo voto matéria desta natureza, a Presidência vai submeter à votação a emenda do Constituinte Max Rosenmann.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

#### (Tumulto generalizado)

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A Presidência ainda vai fazer uma comunicação. Peço ao nobre Constituinte Roberto Freire que tenha paciência de ouvir a comunicação da Presidência. O nobre Constituinte Pimenta da Veiga fez uma sugestão à Mesa de que, dada a importância da matéria, suspendêssemos a reunião por 15 minutos para negociar-se uma solução para o problema do item I. Então, a Mesa vai suspender a reunião, a fim de possibilitar-se às Lideranças a negociação.

Está suspensa a reunião.

**(Suspensa às 15 horas e 10 minutos, a reunião é reaberta às 16 horas e 48 minutos)**

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Está reaberta a reunião que esta Presidência tomou a iniciativa de suspender, para possibilitar entendimentos entre as Lideranças a respeito da matéria que tem sido, até agora, talvez, a mais polêmica dos nossos debates.

Por iniciativa minha, também reunimos a Mesa da Comissão de Sistematização, e em face do disposto nas normas consolidadas, resultantes de entendimentos entre a Presidência da Assembléia Nacional Constituinte e todas as lideranças partidárias, o texto, que todos reconhecemos não ser muito feliz, dispõe taxativamente que a emenda é idêntica a outra já aprovada. Então, essa redação estabelece dois requisitos: o requisito da identidade o da prévia aprovação.

Em face dessa disposição regimental que prevalece sobre os regimentos subsidiários, que são os da Câmara e do Senado, porque foi a decisão das normas de processamento dos trabalhos da Constituinte e da Comissão de Sistematização, a Mesa mantém a decisão já comunicada a V. Ex.<sup>as</sup>.

Vamos passar à votação da matéria.

Sobre a mesa, requerimento do nobre Constituinte José Genoíno, pedindo que o Plenário seja ouvido a respeito dessa prejudicialidade.

Mas, como sabe S. Ex.<sup>a</sup>, e ele próprio tem defendido da tribuna, as questões de ordem decididas pela Presidência só são passíveis de recursos para a Presidência da Assembléia Nacional Constituinte. Aceito recurso interposto por qualquer dos Constituintes que queiram recorrer da decisão da Mesa para apreciação do Presidente Ulysses Guimarães.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Sr. Presidente, não é recurso da decisão da Mesa, é um requerimento para que o Plenário...

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Estou explicando a V. Ex.<sup>a</sup> que não há requerimento sobre questão de ordem, há recurso para a Presidência da Constituinte. É exatamente isto que estou explicando.

**O SR. CONSTITUINTE ISRAEL PINHEIRO:** – Sr. Presidente, peço a palavra para explicação de ordem pessoal.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Gostaria que V. Ex.<sup>a</sup> deixasse a sua questão de ordem para depois da votação da emenda.

O autor da proposta, Deputado Max Rosenmann, indicou para defender a sua emenda o nobre Constituinte Cid Carvalho, a quem passo a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE CID CARVALHO:** – Sr. Presidente, estive ontem, na reunião da Direção do meu Partido, quando todo o Colégio de Líderes firmava posição no sentido de que matéria dessa importância deveria ser colocada no seu momento adequado para a instância da lei e que a Constituição deveria firmar o princípio contra a demissão imotivada.

Por essa razão, Sr. Presidente, o meu Partido se fixou naquilo que foi denunciado "Cabral I", o meu Partido, o partido que fundei, pelo qual fui cassado e que se chama **PMDB. (Palmas.)** O que não aceito é ser patrulhado.

Quero dizer, aqui, que meu Partido tem de assumir a sua responsabilidade. Quero dizer, aqui, que sou um homem pobre do Nordeste, e não quero praticar, Sr. Presidente, nenhuma posição irresponsável que, no dia seguinte, gere a dispensa de milhares de trabalhadores do Maranhão. Estou aqui assumindo a responsabilidade, não tenho empresa alguma, sou um homem pobre e não estou pensando nos empresários, estou exatamente preocupado com a sorte dos trabalhadores; sei que é muito fácil chegar para as arquibancadas,...

**O SR. CONSTITUINTE HAROLDO LIMA:** – É demagogia! É demagogia!

#### (Tumulto no plenário)

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Há um orador na tribuna, peço aos Srs. Constituintes que tomem seus lugares e ouçam o companheiro.

**O SR. CONSTITUINTE CID CARVALHO:** – ...sei que é muito fácil tomar medidas levianas e de platéia, talvez o mais difícil seja cumprir a responsabilidade de cada um. Estamos aqui, na Constituinte, para cumprir essa responsabilidade.

Sr. Presidente, aqui está um projeto idêntico àquele com o qual o meu Partido se comprometeu, estou aqui coerente com ele e com a minha consciência, daí estar encaminhando o projeto que é o equivalente do "Cabral I", dentro do sentimento de maturidade e de responsabilidade.

Obrigado, Sr. Presidente. **(Muito bem! Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem a palavra o Sr. Constituinte Carlos Chiarelli, para falar contra a emenda.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS CHIARELLI:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, não venho aqui falar por delegação do meu Partido, venho aqui falar por delegação da minha consciência. **(Muito bem! Palmas)**

Venho aqui manifestar, como sempre fiz, meu caro colega Ricardo Izar, como sempre fiz, uma posição pessoal, clara, firme e solidária com o programa do meu Partido, onde consta, nas suas diretrizes, a necessidade fundamental de uma política que vise a garantir o emprego. E é por isso que não falo muito diretamente aos companheiros partidários; vamos fazer do programa do Partido não letra morta e arquivo, vamos fazer fato vivo e concreto, na hora que temos de fazer uma nova Constituição para este País. Esta é a nossa responsabilidade perante a História.

Fico aturdido com certos argumentos, Sr. Presidente, quando se diz que aqui se está votando um texto da autoria do ilustre Relator, Deputado Bernardo Cabral, cuja dignidade e postura se mostraram permanentes na elaboração do projeto. E neste particular se destacou sobre-maneira.

Foi dito – e se disse tantas vezes – que se estabelece, aqui, com esse artigo, o instituto da estabilidade. Ledo engano. Não é verdade. O conceito de estabilidade tradicional, histórica e juridicamente consagrado, é aquele que veda qualquer possibilidade de demissão, salvo na hipótese da falta grave e devidamente comprovada perante o Poder Judiciário. Esse é o conceito de estabilidade. É isso que está consagrado pelos tribunais, é isso que está em qualquer obra de Direito do Trabalho, é isso que diz, inclusive, a Convenção 158, da Organização Internacional do Trabalho, que foi apenas a consolidação de resoluções e recomendações do mesmo órgão.

E mais, Sr. Presidente: nem um, nem dois representantes internacionais aprovaram esse documento; com 130 votos a favor, contra apenas 7 que, em 1982, transformaram essa garantia num dispositivo do Direito Internacional do Trabalho.

É bom lembrar, Srs. e Sr<sup>as</sup> Constituintes, que se fala, por outro lado, da inviabilidade da convivência com a estabilidade, que não é o que consta do projeto – diga-se de passagem. O que nele consta é a garantia do emprego. O que nele consta, Srs. Constituintes, é a alimentação do direito patronal de despedir, é a redução do **jus gestionis**. É esse o fato que consta, completamente diferente do instituto básico da estabilidade. O que nele consta é a tentativa do equilíbrio entre os dados fundamentais da constituição da empresa, figura típica da sociedade capitalista, da economia de mercado que a defende, da livre iniciativa, na qual acredito.

A garantia de emprego é um ponto de equilíbrio fundamental, porque a empresa é produto da associação do capital e do trabalho, e não deve ser o resultado da prevalência e da imposição de um sobre outro. Esta é a razão fundamental do princípio básico que aqui se está defendendo, a fórmula equilibrada, moderada e moderadora, encontrada pelo ilustre Relator Bernardo Cabral, a quem rendo outra vez as minhas homenagens.

É bom recapitular um pouco a história trabalhista deste País, Sr. Presidente – permita-me um comentário –: a estabilidade existiu neste País de 1943 a 1967. E por acaso foi este País à falência naquele período? E por acaso, naquela época, as empresas cresceram ou não cresceram? A economia se desenvolveu ou não? **(Palmas)**

É bom lembrar: antes de 1943, ela já fora introduzida para os bancários, através de norma que a capitulava com a garantia da estabilidade aos dois anos de trabalho. Esse é o fato inarredável e histórico. Por que esse temor, esse pavor quase maniqueísta do bem e do mal? Por que esse voto emocional de alguns que não leram e não gostaram do Relatório de Bernardo Cabral? É isto que, realmente, me leva à necessidade de fazer

uma conclamação aos companheiros: examinem, verifiquem quem, distinguem entre as coisas. Dá o dispositivo do Relator, ao contrário da norma da emenda, emenda que nos deixa absolutamente descobertos. Ademais o fato lamentável de que votamos outra vez sobre algo que já foi repudiado por esta Casa, algo que já foi rejeitado por este plenário. Estamos cometendo, Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Encareço a V. Ex.<sup>a</sup> concluir, porque o seu tempo está esgotado.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS CHIARELLI:** – Eu o farei em tempo, V. Ex.<sup>a</sup> há de saber; não usei até agora o direito da tribuna. Venho aqui, Sr. Presidente, porque e tenho o dever indeclinável de falar e quero exprimir esse sentimento. Permita-me concluir o raciocínio, permita-me trazer essas informações, permita-me lembrar aos companheiros que rejeitamos o gênero e agora queremos votar a espécie. Este é o fato concreto da decisão de ontem e da proposta de hoje, por isso inaceitável, por isso inadmissível; ademais, o mérito da proposta, que nos deixa na perspectiva do torvelinho e do turbilhão das decisões que venham a ser tomadas, ao calor das tendências na jurisprudência que se fará no período intermediário, enquanto não tivermos a lei.

Como será que regularemos a situação do emprego, enquanto tivermos apenas esse dispositivo constitucional? Será a jurisprudência oscilante? Será de um lado, quem sabe, a estabilidade absoluta de antes? Será, de outro lado, a despedida patrimonializada e injusta e a vedação à continuidade do emprego, oscilando de Junta para Junta, de Tribunal para Tribunal? Esta é a realidade.

E é por isso, companheiros, meus caros companheiros de Partido, que lhes peço, nesta hora, meditar, porque, se quisermos a paz social, se quisermos ajudar para que haja alternativas concretas de equilíbrio nas relações de trabalho, muito mais acobertados e tranquilos ficaremos, se adotarmos a proposta do Relator, e rejeitarmos hoje, como rejeitamos ontem, num ato de coerência e boa postura, a emenda que hoje se nos apresenta. **(Muito bem. Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Para encaminhar a favor, tem a palavra o Sr. Constituinte Gerson Peres.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Para encaminhar, Sr. Presidente, prezados colegas Constituintes:

Estou bem à vontade para falar aos Srs., tenho 32 anos de atividade numa empresa privada. A adotar o princípio que um grupo aqui deseja adotar no País, eu estaria garantindo a minha própria estabilidade absoluta. Mas, ocorre que não me cabe pensar em mim, mas pensar no meu País, pensar nos centros que fazem o desenvolvimento deste País: os trabalhadores e os empresários. Não existem empregados sem empresas e a estabilidade absoluta é o instituto decadente dentro do Século XX. Vejam bem que não somos contra a estabilidade. A emenda que desejamos votar nada mais é do que a que está escrita no inciso I do art. 6º do Cabral II, que os Srs. pretendem e desejam aprovar. Vou lê-lo, diz o Relator:

"A garantia de emprego, protegido contra despedida motivada."

Diz a emenda que defendo:

"Contrato de trabalho protegido contra despedida imotivada nos termos da lei."

Tanto um quanto outro instituem, na Constituição, o princípio geral da estabilidade, já consagrado no art. 157 da Constituição de 1937 e no art. 165 das Constituições de 1946 e 1967. Trata-se de matéria complexa em Direito.

Minha modesta opinião funda-se na evolução desse instituto, a nível constitucional, e de sua evolução em países e organismos internacionais.

As Cartas de 1941 e de 1934 foram omissas, não instituindo a estabilidade. As de 1937, 1946 e 1967 reconheceram a estabilidade no emprego, garantida em lei. A de 1937 registra-a, em seu art. 37, e estas, nos casos em que a lei estatuiu. O art. 157, inciso XII, nos termos da lei e o art. 165, inciso XIII, também nos termos da lei. Esta é a tradição constitucional brasileira.

Não há dúvida de que o FGTS enfraqueceu a estabilidade, uma vez que o texto constitucional permaneceu querendo-a como instrumento de permanência, juridicamente garantida, como nos ensina Masaryk.

O problema é complexo, justamente porque a estabilidade pode ser, segundo as legislações, de diversos modos: absoluta, relativa própria e relativa imprópria. Podendo, inclusive, como ocorre entre nós, ser excluída de determinadas classes de trabalhadores.

Perguntaria aos que vão votar a estabilidade absoluta: terão estabilidade absoluta os trabalhadores que exercerem cargos de confiança nas empresas? Terão estabilidade absoluta os profissionais liberais? Terão estabilidade absoluta as domésticas, as cozinheiras, as lavadeiras? Terão estabilidade absoluta os artistas? Terão estabilidade absoluta os eventuais e os contratados por tempo determinado?

Vejam que a Constituição, pelo que está escrito no Substitutivo II do Relator Bernardo Cabral, estabelece, de início, uma discriminação contra a própria estabilidade. Daí por que a emenda de Max Rosenmann, remetendo para a lei ordinária o estudo das situações sobre a estabilidade ser mais consentânea com a tradição constitucional brasileira. É na lei que vamos dizer quais os tipos, as classes de trabalhadores que terão direito à estabilidade absoluta. É na lei que vamos assentar o princípio da estabilidade relativa própria. É na lei que vamos estabelecer o princípio da estabilidade relativa e própria. **(O Sr. Presidente faz soar a campainha)**

Sr. Presidente, pretendo receber da Mesa a mesma condescendência que foi tributada ao Líder do PFL, há poucos instantes, para, justamente no final, contestá-lo. S. Ex.<sup>a</sup> não está dentro do programa do seu Partido. O programa do seu Partido não deseja o caos para este País. A estabilidade é um engodo, é uma mentira e uma farsa! Apenas vamos legislar na Constituição para estabelecer um conchavo interno entre empregados e empregadores.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – O tempo de V. Ex.<sup>a</sup> está esgotado. Queira concluir.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Vou terminar, Sr. Presidente. Vamos assistir a espetáculos os mais degradantes e precisamos ter coragem e falo com a autoridade moral de quem está perdendo a sua estabilidade em nome dos interesses superiores do meu País, em ame da segurança de milhares de trabalhadores. A instabilidade é, sim, a estabilidade do fim da garantia do trabalho dos empregados nas empresas públicas e privadas. Votemos pelo princípio geral que garante o emprego contra a demissão imotivada e tenhamos a coragem, em Congresso Nacional, de regulamentar a matéria para as situações que são diversas e complexas.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. **(Muito bem! Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Tem a palavra para encaminhamento contra, a Sra. Deputada Constituinte Cristina Tavares.

**A SRA. CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES:** – Sr. Presidente, com mais autoridade do que eu para falar sobre o programa do PMDB, passo a palavra, e peço o encaminhamento, ao Líder do PMDB na Constituinte, Deputado constituinte Euclides Scalco. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Tem a palavra o Sr. Deputado Constituinte Euclides Scalco, para pronunciar-se contra, como último orador.

**O SR. CONSTITUINTE EUCLIDES SCALCO:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

O Programa do PMDB não aborda esses assuntos. A posição da Liderança do PMDB, que substitui o Senador Mário Covas, sempre foi muito nítida em todas as questões. Este problema que estamos discutindo hoje é um dos três mais sérios, mais profundos que esta Assembléia discutirá. E, sabendo disto, o meu companheiro e ex-Líder na Câmara dos Deputados, Pimenta da Veiga, que na Câmara dos Deputados apresentou projeto de lei, passou de Norte a Sul discutindo a questão.

S. Ex.<sup>a</sup>, que me assessora nesta Liderança, dizia: "É preciso, Scalco, encontrar uma saída, um acordo, porque isto é impasse". Há 15 dias no exercício da liderança, não fiz outra coisa a não ser conversar com todos, com integrantes de todos os Partidos de maneira franca e aberta, dizendo a uns o mesmo que dizia a outros, para que não houvesse dúvidas. A posição do PMDB foi a de defender o Inciso nº I do Substitutivo I do Constituinte Bernardo Cabral, porque entendemos que aquele atende melhor aos interesses desta Nação. E é por isso que ontem, desta tribuna, os Constituintes Antonio Mariz e Pimenta da Veiga encaminharam em favor da aprovação do Substitutivo I. Fiz apelos, reuniões de toda forma e de toda sorte, com os Partidos da esquerda, do centro, da direita, com empresários e com trabalhadores, dizendo que a posição sensata é a de aprovarmos o Substitutivo I, para que a lei, com mais vagar, com mais profundidade pudesse definir, já que, inserindo na Constituição o princípio da dispensa imotivada já seria um caminho para o trabalhador. E ao empresário não havia o temor, porque a norma não é auto-aplicável. E a lei, e nós com a responsabilidade que temos, teríamos condições de ir lá na lei discutir? Falei com todos, a todos disse o mesmo, tratei da mesma forma, com a maior lealdade e este Plenário ontem votou contra. O PMDB cumpriu a sua função, defendeu a posição sensata. De um lado e de outro jogaram no confronto e – aí está – ficamos com a emenda do Rio Grande do Sul, e com o Substitutivo II.

Companheiros, essa foi a trajetória do PMDB, o PMDB votou dividido, e esta Liderança sempre teve posições muito claras. Estou exercendo a liderança de um Partido dividido, mas esta não é uma liderança de grupo, porque, na discussão conversei com todos os grupos que pertencem ao meu Partido. Lá na Liderança reúnem-se companheiros de todos os grupos em que foi dividido o meu Partido, de uma maneira uniforme, cavalheira e sempre muito aberta e muito franca.

A liderança do PMDB vem aqui, neste momento, traçar esse perfil e dizer que, por uma questão de ordem ética, de ordem política, de ordem moral não pode, embora ontem tenha votado pelo Substitutivo I, votar hoje com a Emenda Max Rosenmann. E também, hoje pela manhã, quando o meu Partido reuniu-se lá na Liderança e tomou essa decisão, fui ao Gabinete do Constituinte Carlos Sant' Anna que ontem, com a franqueza que lhe é característica, votou com a posição da Liderança. S. Ex.<sup>a</sup>, Líder do Governo disse-me: voto com a posição da Liderança. E hoje pela manhã, antes de falar com qualquer um outro, fui ao seu Gabinete dizer que a decisão da liderança do PMDB era para encaminhar contra, votar contra a Emenda do Constituinte Max Rosenmann que é do meu Estado. **(O Sr. Presidente faz soar a campainha)**

Companheiros, esta é a nossa posição. E eu dizia na abertura da discussão, no Senado, que o PMDB deve honrar o seu programa e deve honrar as decisões da Convenção. Resguardei, também, o fato de que na Assembléia Nacional Constituinte nós, Constituintes, somos soberanos

e livres para votar. A posição da Liderança é de encaminhar pela rejeição da emenda destaque do Constituinte Max Rosenmann, mas ressalva a liberdade de consciência de cada um. E encaminho à Mesa, Sr. Presidente, a seguinte declaração de voto. **(Palmas)** "A decisão da Mesa, colocando em votação a emenda PS 27.273/0, contraria as normas regimentais e a praxe parlamentar, tudo porque a deliberação de Plenário clara e inequívoca de rejeição do Destaque nº 7.072/87 é abrangente de todas as proposições de conteúdo idêntico. Entendemos que tal deliberação do Plenário não pode, por via oblíqua, ser revista, na medida em que sejam a ela submetidas, sucessivamente, matérias iguais e, por isso mesmo vencidas.

Independentemente do mérito da Emenda 27.273, a Liderança do PMDB na Assembléia Nacional Constituinte entende que não pode conviver com práticas estranhas ao procedimento regimental. Meu voto, portanto, significa a rejeição do expediente adotado, até pelo perigoso precedente.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – O eminente Relator deseja usar da palavra.

Com a palavra o Sr. Constituinte Bernardo Cabral.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente e Srs. Constituintes, ouvi que a proposta inserida no Substitutivo II contém uma irresponsabilidade. O que anotei é que ela foi chamada de proposição irresponsável que causaria demissão em massa, e que esta Casa não poderia deter-se em medida leviana e de platéia.

Também fui fundador do PMDB; por ele fui cassado tive dez anos de direitos políticos suspensos. **(Palmas)**

Em nenhum instante, ao longo da minha vida – e ela está aí numa trajetória assinalada – tive medo de afirmar uma liderança, porque nenhuma liderança se afirma pela omissão. O PMDB não pode omitir-se neste instante, quando nada – repito mais uma vez – porque, quando o Substitutivo I foi dado a lume, dizia-se que ele não prestava, porque era retrógrado; que ele não avançara na linha programática do que na Convenção havia sido decidido.

No instante em que ele avança, como se fosse um muro e se impusesse a um rio que se avança, não se opõem barreiras, mas dá-se-lhe curso, reclama-se de que o País irá à matroca por causa de uma garantia de emprego. Não há como confundir – disse-o bem o Constituinte Carlos Chiarelli – estabilidade com garantia de emprego.

O que este dispositivo consagra, Sr. Presidente, não é o contrato de trabalho que aí se fala, agora, na emenda que se vota, mas na garantia do emprego – e ele empurra para a lei. Não é verdade que o Substitutivo está refluindo, retirando da apreciação legal. Basta que se leiam os incisos a seguir.

É preciso dizer que os homens não valem pelos privilégios de fortuna ou pelo poder que conseguem eventualmente empalmar. Os homens valem por aquilo que realizam em favor da coletividade. Esta Assembléia Nacional Constituinte estará com os seus dias marcados, se fugir ao instante histórico que atravessamos. Há que se tomar posição, Sr. Presidente. Os anais vão registrar, daqui a 20 anos, quais os que foram coerentes, e quero sê-lo como fui a minha vida inteira.

Não estou, aqui, tratando de um assunto de forma emocional. Quero me portar coerente com o substitutivo que redigi. E não o fiz sozinho, foram tantos os que ajudaram! Alguns começam a ficar no caminho, outros desertam, outros fogem, outros se acocoram.

Não quero participar disso, Sr. Presidente.

Devo dizer que vou votar com o meu Substitutivo II, quando mais não seja, para não ter vergonha de olhar a minha cara frente ao espelho. **(Muito bem! Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Em face da declaração de voto do nobre Líder do PMDB, Deputado Euclides Scalco, a Mesa sente-se no dever de informar que a sua decisão foi exatamente fundada nas normas regimentais consolidadas, que foram aprovadas com a colaboração de S. Ex.<sup>a</sup>. Mas, a Mesa também informa que, por não considerar que essas normas estejam atendendo satisfatoriamente aos anseios da Comissão, ela irá entender-se com o Presidente da Assembléia Nacional Constituinte e com a sua Mesa, a respeito dessa e de outras normas que mereçam ser reformuladas.

Em votação a matéria.

### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Carlos Sant'Anna, Cid Carvalho, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Gasparian, José Geraldo, José Ulisses de Oliveira, Milton Reis, Prisco Viana, Raimundo Bezerra, Rodrigues Palma, Albano Franco, Marcos Lima Aloysio Chaves, Christóvam Chiaradia, Eraldo Tinoco, Francisco Benjamim, Inocêncio Oliveira, José Lins, José Santana de Vasconcellos, Luís Eduardo, Osvaldo Coelho, Paulo Pimentel, Ricardo Fiúza, Darcy Pozza, Gerson Peres, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia, Virgílio Távora, João Menezes, Jonas Pinheiro, José Lourenço, Ricardo Izar, José Maria Eymael e Antonio Farias. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Alfredo Campos, Almir Gabriel, Aluizio Campos, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Carlos Mosconi, Celso Dourado, Cristina Tavares, Egídio Ferreira Lima, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, Ibsen Pinheiro, João Calmon, João Herrmann Neto, José Fogaça, José Ignácio Ferreira, José Paulo Bisol, José Richa, José Serra, Manoel Moreira, Mário Lima, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nelson Friedrich, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Renato Vianna, Severo Gomes, Sigmaringa Seixas, Virgildásio de Senna, Wilson Martins, Octávio Elísio, Afonso Arinos, Alcení Guerra, Antonio Carlos Mendes Thame, Arnaldo Prieto, Carlos Chiarelli, José Jorge, José Thomaz Nonô, Mário Assad, Sandra Cavalcanti, Antônio Carlos Konder Reis, Brandão Monteiro, José Maurício, Lysâneas Maciel, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Afif Domingos, Haroldo Lima, Roberto Freire e Jamil Haddad.

### DECLARAÇÃO DE VOTO

"O momento é de assumir posições nítidas e transparentes. Quem não tem princípios não chega ao fim. A falta de princípios está desmoralizando o estado brasileiro e a classe política.

Neste momento histórico em que está em jogo o futuro do Brasil devemos claramente optar por um modelo eficiente e definido, voltado para a realidade do problema social.

A estabilidade no emprego foi a bandeira do populismo contemporâneo que nos levou, junto com o plano cruzado, ao maior estelionato eleitoral da história do Brasil de cujos custos a Nação ainda não se deu conta. Agora, na hora das definições, querem impingir na Constituição uma indefinição que permita, no transformismo de suas posições, provar a uns que não existe estabilidade e a outros que as promessas de campanha foram atendidas.

O retorno ao projeto Cabral I, ou forma assemelhada, se presta à tese transformista. O próprio DIAP reconhece que a introdução do princípio da indenização substitui a proteção contra a despedida imotivada por uma proteção econômica e que isto não interessa, pois querem a reintegração e não a indenização.

Os transformistas não querem estabelecer a indenização na Constituição. Preferem remetê-la à lei como forma de protelar a decisão.



Ora, se são os mesmos parlamentares que definirão a lei, por que não definir agora suas posições?

Esta falsidade ideológica é um esbulho à boa fé da sociedade brasileira. Chega de mentir para a Nação com a conivência de alguns setores da elite brasileira.

Chegou a hora da verdade.

Se for chamado a votar, declaro o meu voto assumindo responsabilidade para a história:

Votarei na Emenda ES 22.229-5.

"I – Contrato de trabalho protegido, mediante indenização, contra despedida imotivada ou sem justa causa, nos termos da lei."

Espero que os companheiros que têm compromissos com a realidade brasileira deixem marcadas para a história suas posições claras e objetivas.

Brasília, 8 de outubro de 1987. – Deputado **Afif Domingos**."

### DECLARAÇÃO DE VOTO

"A decisão da Mesa, colocando em votação a Emenda ES-27.273-D, contrária às normas regimentais e praxe parlamentar, tudo porque a deliberação do Plenário, clara e inequívoca, de rejeição do destaque nº 7.073/87, é abrangente de todas as proposições de conteúdo idêntico. Entendemos que tal deliberação do plenário não pode, por via oblíqua, ser revista, na medida em que sejam a ele submetidas, sucessivamente, matérias iguais, e, por isso mesmo vencidas.

Independentemente do mérito da Emenda nº ES-27.273-D, a Liderança do PMDB na Assembléia Nacional Constituinte entende que não pode conviver com práticas estranhas ao procedimento regimental.

O voto, portanto, significa a rejeição de expediente adotado, até pelo perigoso precedente. – Deputado **Euclides Scalco**."

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 34 Constituintes; votaram NÃO 59 Constituintes. Total: 93 votos. O Destaque foi **rejeitado**. Declaração de voto dos Senhores Constituinte Afif Domingos e Euclides Scalco.

Peço ao Sr. Constituinte Afonso Arinos que assuma a Presidência dos trabalhos. **(Pausa)**

**Destaque nº 6.569/87, do Sr. Afif Domingos – Emenda nº ES-34.378.5, do Sr. Francisco Dornelles, "que modifica o inciso I, do art. 7º, do Substitutivo nº 1 (art. 6. do Substitutivo n. 2) ". (104ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Votação do Destaque nº 6.569, requerido pelo nobre Constituinte Afif Domingos, referente à Emenda nº 34.378, de autoria do mesmo Constituinte, a quem concedo a palavra para encaminhar a favor.

**O SR. CONSTITUINTE AFIF DOMINGOS:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Pedimos o destaque desta emenda para firmar uma posição de coerência naquilo que temos defendido, pois apoiamos todo e qualquer destaque que observe o princípio da indenização, a fim de que torne um vínculo do trabalho dissolúvel e não, indissolúvel, como consta hoje do Projeto Cabral II, e que a sua remissão ao Projeto Cabral I não significa o esclarecimento da situação.

Na declaração de voto que fizemos pela negativa da remissão ao Cabral I, em torno do processo de indenização, colocamos a seguinte posição – e faço questão de colocá-la também no encaminhamento desta emenda para a qual pedi destaque.

O momento é de assumir posições nítidas e transparentes, quem não tem princípios não chega ao fim. A falta de princípios está desmoralizando o Estado brasileiro e, em consequência, a própria classe política.

Neste momento histórico, em que está em jogo o futuro do Brasil, devemos claramente optar por um modelo eficiente e definido, voltado para a realidade do problema social.

A estabilidade no emprego foi a bandeira do populismo contemporâneo que nos levou, junto com o Plano Cruzado, ao maior estelionato eleitoral da História do Brasil, de cujos custos a Nação ainda não se deu conta.

Agora, na hora das definições, querem impingir na Constituição uma indefinição que permita, no transformismo de suas posições, provar a uns que não existe a estabilidade e a outros que as promessas de campanhas foram atendidas.

O retorno ao Projeto Cabral I ou forma similar, se presta à tese transformista; o próprio DIAP reconhece que a introdução do princípio da indenização substitui a proteção contra a despedida imotivada por uma proteção econômica, e isso não interessa, pois querem a reintegração e não a indenização.

Os transformistas não querem estabelecer a indenização, na própria Constituição, preferem remetê-la à lei, como forma de protelar a decisão.

Ora, se são os mesmos parlamentares quem definem a lei, por que não definir agora as suas posições? Esta falsidade ideológica é um esbulho à boa-fé da sociedade brasileira. Chega de mentir para a Nação, com a conivência de alguns setores da elite brasileira.

Chegou a hora da verdade. Não só apóio esta emenda que destaca o princípio da indenização, como apoiarei e votarei a favor de todas as outras emendas que regulem o princípio da indenização como forma de garantia real. O resto é demagogia de palanque, e espero que, hoje, aqueles que detêm a maioria do processo nesta Constituição assumam a sua posição, pois, infelizmente, o estelionato eleitoral está falando muito claro na história da sociedade brasileira. E não sabemos ainda quanto nos custou todo este esbulho.

Muito obrigado. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Para se manifestar contrariamente, concedo a palavra ao nobre Constituinte José Genoíno.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes:

Em primeiro lugar, é uma honra encaminhar, aqui, emenda contra a liderança que o **marketing** político configurou no País como coisa nova. E o quê de novo a liderança do ilustre Constituinte Afif Domingos, apresentado ao País como algo novo, tenta restabelecer? O algo novo, apresentado como defensor da livre iniciativa, pode ser resumido numa colocação tão velha quanto velha é a exploração dos trabalhadores, que é a livre iniciativa para o capital acumular e a livre iniciativa para que os trabalhadores vendam a sua força de trabalho. Mas nem a livre iniciativa, nos termos do capitalismo moderno, o nobre Constituinte Afif Domingos consagra na sua emenda. O que, na verdade, o ilustre Constituinte, que é uma liderança promissora dos capitalistas brasileiros, consagra é a rotatividade premiada com a indenização, apresentada como algo novo. Não é a garantia no emprego, não é a estabilidade no emprego, não é nem, nobre Constituinte Afif Domingos, a relação transparente entre aqueles que vendem a sua força de trabalho e aqueles que a compram, como muito bem representa V. Ex.<sup>a</sup>. Não é essa relação estável que V. Ex.<sup>a</sup>, está defendendo, não é essa relação democrática, não é essa relação transparen-

te, porque o que V. Ex.<sup>a</sup> pretende na sua emenda, e preste atenção, é proteção especial ao contrário de trabalho, gravando-se pecuniariamente a demissão sem justa causa após um ano de serviço. Na verdade, ela não apresenta nada de novo. A única coisa que ela consagra no texto constitucional é um grave risco para os trabalhadores brasileiros, que é a consagração da rotatividade, é a institucionalização da demissão e essa indenização não pode ser apresentada como algo novo, porque é como se nós estivéssemos aqui, querendo, esperando ou defendendo uma migalha, uma miséria, para que os miseráveis continuem sendo miseráveis e baixando a cabeça diante dos poderosos.

O algo novo que estamos querendo nesta Constituinte é exatamente a estabilidade no emprego; estabilidade, não para acabar com os ilustres representantes do empresariado, não para acabar com os empresários, não para acabar com as empresas, porque, isso, os trabalhadores só quebrarão com essa relação quando eles forem os proprietários da sua produção. E é isso, Deputado Afif Domingos, que estamos defendendo. Estamos defendendo algo moderno no capitalismo contemporâneo, e eu esperava que V. Ex.<sup>a</sup>, como empresário moderno, tido como moderno, viesse aqui defender e não defender uma emenda constitucional que restabelece os termos do trabalhismo antiquado, daquele populismo superado pelos tempos das relações democráticas e transparentes que devem regular a contradição entre o capital e trabalho.

Por isso, nobre Constituinte Afif Domingos, essa emenda deve ser rejeitada, porque representa um risco, um sacrifício para os trabalhadores brasileiros, e nega, é radicalmente contra aquilo que está sendo deliberado, sistematicamente, por esta Comissão, ou seja, a garantia da estabilidade, nos termos do Substitutivo nº 2. Por isso, vamos rejeitar a Emenda Afif Domingos.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem a palavra o nobre Constituinte Roberto Freire, pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Sr. Presidente, desejaria formular um apelo, o qual, se adotado pela Mesa, talvez fosse capaz de acelerar nosso trabalho.

Acredito que ficou evidente que a maioria desta Comissão, por sucessivas votações, quer manter, pelo menos por agora, o texto do Substitutivo nº 2. Isso seria importante, pelo menos nesse inciso I do art. 6º.

Poderia ser feito o apelo àqueles que têm emendas substitutivas que modificam em parte, mas que no objetivo são idênticas, a fim de que retirem esses destaques.

É evidente que a maioria da Comissão pronunciou-se pelo Substitutivo nº 2. Ganharíamos tempo se os autores de destaques os retirassem, porque é óbvio que não temos condições de mudar, dada a reiterada votação a favor do Substitutivo nº 2.

Faria este apelo e, se a Mesa adotasse este critério, evidentemente, ganharíamos tempo.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Não se trata, propriamente, de uma questão de ordem, trata-se de um apelo do nobre Constituinte no sentido de que aqueles que solicitaram pedidos de destaque, antecipadamente declarem a sua desistência quanto a esses destaques. Foi o que me pareceu. Mas a Mesa não tem poderes regimentais, senão para transmitir o apelo do nobre Constituinte, a fim de que aqueles que considerassem útil para andamento mais rápido dos nossos trabalhos a retirada dos seus destaques que o façam, seja através de uma manifestação imediata, seja através de encaminhamento de requerimento de desistência imediatamente, ou logo após,

e se for possível. Pergunto ao assessor parlamentar como isso pode ser possível. **(Pausa)**

O Assessor declara que a qualquer momento podem ser retirados os destaques. De maneira que aqueles que o estiverem de acordo com a sugestão do nobre Constituinte, podem chegar até a mesa e fazer a retirada dos seus destaques.

Para encaminhar contrariamente, tem a palavra o Sr. Constituinte José Maria Eymael.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ MARIA EYMAEL:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Ocupo a tribuna, neste momento, por um dever de coerência. A democracia cristã aprovou ontem a sua participação no processo para que fosse adotado o item I do a Substitutivo nº 1 do Relator Bernardo Cabral.

Hoje, votamos novamente uma emenda que reproduzia o mesmo texto. E o que está atrás desta conduta, Sr. Presidente? – Está a visão que a democracia cristã tem do tipo de sociedade que nós precisamos construir – uma sociedade, Sr. Presidente, que não será justa nem construída com equidade, imaginando-se que a tranquilidade do trabalhador possa ser adquirida única e exclusivamente através da indenização.

O que queremos, Sr. Presidente – e é isto que está escrito no Substitutivo nº 1 do Projeto Bernardo Cabral – é um elenco de leis, um elenco de normas que resgate o trabalhador brasileiro e afaste a ameaça da intranquilidade, que a mera indenização não resgata.

Não podemos, portanto, Sr. Presidente, aprovar esta emenda, porque traz no seu bojo a idéia de que a mera e simples indenização possa ser o instrumento da construção da sociedade solidária e justa que todos nós queremos construir.

Não abdicamos ainda, Sr. Presidente, da idéia de que, eventualmente, poderemos evoluir para uma legislação a nível constitucional mais abrangente, como nos parecia a emenda do Constituinte Max Rosenmann. Mas não podemos aceitar esse tipo de colocação, através da qual imagina-se que o preço do trabalho, que a dedicação ao trabalho possa ser resgatada e amparada tão-somente através da indenização.

Não é esta a visão de uma sociedade solidária que nós possuímos. Desta forma, Sr. Presidente, fica o nosso encaminhamento contrário, para que a emenda seja rejeitada.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Não há mais oradores inscritos.

Vamos proceder à votação.

#### **(Procede-se à chamada)**

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Albano Franco, Eraldo Tinoco, Inocêncio Oliveira, José Lins, Luís Eduardo, Ricardo Fiúza, José Lourenço, Ricardo Izar e Afif Domingos. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Almir Gabriel, Aluizio Campos, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Carlos Mosconi, Carlos Sant'Anna, Celso Dourado, Cid Carvalho, Cristina Tavares, Egídio Ferreira Lima, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, Ibsen Pinheiro, João Calmon, João Herrmann Neto, José Fogaça, José Ignácio Ferreira, José Paulo Bisol, José Richa, José Serra, Manoel Moreira, Mário Lima, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nelson Friedrich, Nilson Gibson, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Rodrigues Palma, Severo Gomes, Sigmarina Seixas, Virgildásio de Senna, Wilson Martins, Chagas Rodrigues, Israel Pinheiro, José Tavares, Miro Teixeira, Octávio Elísio, Rose de Freitas, Vicente Bogo, Vilson Souza, Afonso Arinos, Alceni Guerra, Aloysio Chaves, Arnaldo Prieto,

Christóvam Chiaradia, Edme Tavares, Francisco Benjamim, José Jorge, José Thomaz Nonô, Mário Assad, Osvaldo Coelho, Paulo Pimentel, Sandra Cavalcanti, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Gerson Peres, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia, Virgílio Távora, Jonas Pinheiro, José Tinoco, Mozarildo Cavalcanti, Brandão Monteiro, José Maurício, Lysâneas Maciel, Francisco Rossi, Gastone Righ, Joaquim Bevilacqua, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, José Maria Eymael, Haroldo Lima, Roberto Freire, Jamil Haddad e Antonio Farias.

### DECLARAÇÃO DE VOTO

"Senhor Presidente,

Dirijo-me a V. Ex.<sup>a</sup>, nos termos regimentais, para apresentar declaração de voto, relativa ao destaque requerido para o art. 7º, do Substitutivo nº 1, do Relator Bernardo Cabral pelas razões que passo a expor.

Apesar do esforço das lideranças para um acordo onde houvesse consenso na compatibilização do texto de parte do Substitutivo nº 1 com outras emendas, e, especialmente, a do Constituinte José Maria Eymael, não foi possível obter êxito nesses entendimentos.

Assim, na expectativa de poder votar "sim" à preferência requerida para a emenda popular do Rio Grande do Sul apresentada ao Substitutivo nº 2, julguei por bem votar "não" àquele destaque requerido para o Substitutivo nº 1.

Sala da Comissão de Sistematização, 8 de outubro de 1987.— Constituinte **Albano Franco**."

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** — A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 9 Constituintes; votaram NÃO 83 Constituintes. Total: 92 votos. O Destaque foi **rejeitado**. Declaração de voto do Senhor Constituinte Albano Franco.

**Destaque nº 7.481/87 — Emenda nº ES-33.454.9, do Sr. Luís Roberto Ponte, "que modifica a redação do inciso I do art. 7º do Substitutivo nº 1 (art. 6º, inciso I do Substitutivo nº 2)".**

Votação do Destaque nº 7.481, requerido pelo nobre Constituinte Roberto Ponte, referente à Emenda nº 33.454, de autoria do mesmo Constituinte, com ressalva da letra **d** e expressões da letra **e**.

Tem a palavra o Sr. Constituinte Luís Roberto Ponte.

**O SR. CONSTITUINTE LUÍS ROBERTO PONTE:** — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes:

O tempo é curto, o orador não é tribuno e a matéria defendida, apesar de ao meu juízo ser da maior importância para a liberdade e a erradicação da miséria, é impopular; a derrota, portanto é certa. Ainda assim, sinto-me na obrigação de vir aqui defender uma emenda, a partir, inclusive, do que ouvi na defesa de uma emenda pelo Líder Pimenta da Veiga, quando S. Ex.<sup>a</sup> dizia que aquele era o último momento de aprovarmos uma posição que não levasse nem ao prejuízo dos trabalhadores, e nem à paralisação do País.

Não quero prejudicar, nem diminuir, nem menosprezar nem condenar, por qualquer forma, o voto de qualquer dos meus colegas. Participei de várias reuniões de Lideranças dos Partidos, na busca de um consenso que mais ou menos se fixara na recuperação do Substitutivo nº 1. Confesso que hoje estou sendo considerado radical, que não trabalhei para que o Substitutivo nº 1 fosse viabilizado. Ao contrário, tenho absoluta convicção de que uma emenda que já configurasse no texto constitucional a possibilidade de ressarcir, por qualquer forma que seja, a despedida imotivada seria, na verdade, aquilo que convém ao trabalhador.

O grande equívoco que se comete é que quando se analisa a tragédia da demissão, exatamente quando a demissão é causada por um empresário sem sensibilidade — como aqui, com grande brilhantismo, foi colocado pelo Constituinte Antônio Carlos Konder Reis —, não se leva em conta se o grande desejo daquele que é demitido, é ficar na empresa.

Há opções muito melhores para o trabalhador, e uma delas é exatamente ele não sair sem o amparo de uma indenização que lhe permita atravessar o caminho até encontrar outro emprego, principalmente quando o Estado lhe garanta o seguro-desemprego, para ele viver com decência, libertando-se do mau patrão.

Este é o equívoco que se está cometendo. Tenho esta convicção — acreditem se desejarem —, não por causa das empresas — é bom que se diga que os empresários não precisam das suas empresas para viverem muito bem —, mas, precisamente, porque temos aqui como meta principal no nosso trabalho exatamente achar os caminhos para erradicar a pobreza absoluta. Isso só será feito com o aumento da produção. Esse aumento só será conseguido quando tivermos as empresas podendo agir de conformidade com aquilo a que elas se propõem, que é exatamente a dignidade de servir ao povo.

Sei que aqui não tem trânsito esse tipo de raciocínio, mas se escolhermos o regime da livre iniciativa temos que achar uma maneira de viabilizar as empresas. Posso dar-lhes testemunho com absoluta convicção. Não vou fazer discursos de tragédias, dizendo que o desemprego vai campear... O tempo dirá se assim vai se passar ou não.

Vou ler a emenda. Gostaria de alertar aos Constituintes que verifiquem modificação substantiva naquilo que continha a emenda popular do Rio Grande do Sul. A emenda, que não foi distribuída corretamente, diz o seguinte:

"Garantia da relação de emprego, salvo:

- a) contrato a termos;
- b) ocorrência de falta grave;
- c) prazos definidos em contratos de experiências, atendidas as peculiaridades do trabalho a ser executado..."

Finalmente, este é o ponto de controvérsia:

"e) pagamento de indenização progressiva na forma da lei."

Essa progressividade — e chamo a atenção para este ponto — pode remeter a qualquer tipo de análise pela lei. Ela pode ser tanto maior quanto mais tempo tem o trabalhador; ela pode ser tanto maior quanto mais rotatividade tem a empresa que está demitindo; ela pode ser tanto maior quanto maior tenha sido o número de demissões do último mês.

Em suma, a legislação está sem peias, para que possa verdadeiramente conferir ao trabalhador até uma indenização que represente o total do que ele vai receber trabalhando pelo resto dos seus dias. Portanto, para ele, sem qualquer dúvida, será melhor do que se manter num vínculo empregatício, que já não é mais desejado. Não interessam quais as causas. Já não existe mais nem a indissolubilidade do vínculo matrimonial, porque não se tem que demonstrar a origem da falta do desejo de perpetuação desse vínculo para rompê-lo. Muito mais seqüelas traz uma dissolução de vínculo matrimonial do que a dissolução de vínculo empregatício. O que não se pode é jogar o trabalhador à penúria. Na minha visão, isto está absolutamente contemplado nesta emenda. E tenho certeza de que, se fizessemos um escrutínio secreto, explicando convenientemente a cada trabalhador brasileiro o que estaria sendo votado, não tenho dúvida de que, tranquilamente, mais de 80% dos trabalhadores haveriam de

escolher esse dispositivo, em vez do dispositivo do Substitutivo nº 2, que será aprovado, se este não for. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Para se manifestar contrariamente, tem a palavra o nobre Constituinte Brandão Monteiro.

**O SR. CONSTITUINTE LUÍS ROBERTO PONTE:** – Sr. Presidente, tendo em vista o apelo das Lideranças do meu Partido, retiro a preferência. Obrigado. **(Palmas!)**

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Em votação o Destaque nº 8.265, requerido pelo nobre Constituinte **Alysson Paulinelli. (Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup>, está ausente.

Está prejudicado.

Em votação o Destaque nº 4.534, requerido pelo nobre Constituinte José Egreja, referente à Emenda nº 31.088, de autoria do mesmo Constituinte. **(Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup> está ausente.

Está prejudicado.

Em votação o Destaque nº 4.000, requerido pelo nobre Constituinte Aluizio Campos. Concedo a palavra a S. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE ALUÍZIO CAMPOS:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, está mais do que demonstrado que, para chegarmos a uma votação de consenso em torno do problema da estabilidade, tem que ser edificada a base do Substitutivo nº 2.

A minha emenda supressiva a respeito do item I é apenas parcial e visa a dar uma redação mais simples à alínea **c**, do inciso III, ampliando apenas os casos de demissão por justa causa nos casos determinados na legislação trabalhista.

O que pode dificultar o entendimento, entre os que desejam proteger o trabalhador de uma forma, e outros de uma forma mais gradualista, é exatamente a restrição a respeito do problema da justa causa, que se encontra inserida no texto do projeto. É preciso que se garanta ao empresário, pelo menos, o direito de desfazer, dissolver a sua empresa, sem que isso possa, em si mesmo, constituir, por exemplo, um fato econômico intransponível, ou uma das outras causas mencionadas na alínea **c**. De maneira que o que eu proponho é simplesmente a mesma redação do texto até à alínea **c**.

Vou passar a ler como ficaria a redação da alínea **c**, como resultado da emenda. O texto do substitutivo diz que são direitos dos trabalhadores a garantia de emprego. Acho que a expressão "garantia de emprego" pode dar lugar a dúvidas de interpretação e é melhor apenas dizer "emprego protegido contra despedida imotivada, assim entendida, há que se fundar em – aí, permanecem as alíneas **a** e **b**; mas a alínea **c** ficaria com a seguinte redação:"

"Justa causa, de acordo com os critérios estabelecidos na legislação do trabalho."

Somente isso. Nós retirariamos do texto a referência aos casos de fato econômico intransponível, ou tecnológico, ou infortúnio da empresa, porque podem acontecer outras razões de justa causa que possibilitem, sem ferir o direito do empregado, como a que eu já citei da dissolução da empresa. Então, na verdade, o espírito do texto é o de criar uma presunção **juris tantum** em favor da estabilidade. Desde o momento em que se constitui a relação de emprego, estabelece-se a presunção de que o empregado não pode ser demitido, merece a proteção a não ser nos casos de dispensa involuntária. Mas a letra **c** restringe demasiadamente os casos de justa causa, de maneira que, fora das 3 hipóteses mencionadas, não pode-

riam ser admitidas outras hipóteses. O objetivo fundamental da emenda reside, portanto, na ampliação dos casos de justa causa, exatamente, para possibilitar uma despedida que não seja injusta, que seja motivada por fatores econômicos e sociais e que não prejudiquem o trabalhador.

De maneira que, mantido o espírito do texto do Relator, nós também atenderemos a certos interesses da economia empresarial, dando uma extensão maior ao motivo da justa causa. Por isso é que eu não retirei a proposta de fazer o destaque dessa parcela da alínea **c**, do item 1º do Regimento.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Para encaminhar em sentido contrário, tem a palavra o Sr. Constituinte Edmilson Valentim.

**O SR. CONSTITUINTE ALUÍZIO CAMPOS:** – Eu gostaria que os nobres companheiros pensassem com certa isenção de espírito na proposta, mas se a maioria se inclina a não apoiar a proposição, eu a retiro com muito prazer.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Votação do Destaque nº 5.739, requerido pelo nobre Constituinte Carlos Alberto Caó, referente à Emenda nº 30.966, de autoria do mesmo Sr. Constituinte.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS ALBERTO CAÓ:** – Sr. Presidente, nós retiramos o destaque.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – O nobre Constituinte retira o destaque. Peço ao nobre Constituinte Jarbas Passarinho que assuma a Presidência dos trabalhos. **(Pausa)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Votação do Destaque nº 4.555, requerido pelo Constituinte Francisco Dornelles, referente à Emenda nº 28.742, de autoria do Sr. Constituinte Rubem Medina.

O Sr. Constituinte Francisco Dornelles está ausente. Prejudicado o destaque.

Em votação o Destaque nº 7.770, requerido pelo Sr. Constituinte Mansueto de Lavor, referente à Emenda nº 26.972.

O Sr. Constituinte Mansueto de Lavor está ausente e indicou a Sra. Constituinte Cristina Tavares, para defender a sua emenda.

**A SRA. CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES:** – Retiro o destaque.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Prejudicado.

Em votação o destaque requerido pelo nobre Constituinte José Tinoco, referente à Emenda nº 8.036.

S. Ex.<sup>a</sup> retira o destaque.

Em votação o Destaque nº 1.228, requerido pelo nobre Constituinte Vivaldo Barbosa, referente à Emenda nº 9.934, de sua autoria.

**O SR. CONSTITUINTE VIVALDO BARBOSA:** – Sr. Presidente, já está atendido, no Substitutivo do Relator, o propósito dessa minha emenda. De maneira que eu retiro o destaque.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Retirado o destaque.

**Destaque nº 4000-87, do Sr. Aluizio Campos, "que suprime o art. 6º, inciso I, do Substitutivo nº 2".**

Em votação o Destaque nº 4.000, requerido pelo nobre Constituinte Aluizio Campos, que altera a alínea **c** do item I, nos seguintes termos: "fundada em fato econômico, intransponível, tecnológico ou infortúnio da empresa".

**O SR. CONSTITUINTE ALUÍZIO CAMPOS:** – Sr. Presidente, na verdade, quero pedir desculpas ao Plenário porque o destaque sobre o item I do art. 6º tinha duas supressões de uma das quais desisti para atender ao apelo do Plenário, mas a outra é realmente mais importante.

Sabemos que, como eu dizia há pouco, o instituto da estabilidade é realmente o que se deseja proteger no texto do Projeto Bernardo Cabral, o texto do segundo substitutivo estabelecendo que o emprego é protegido contra a despedida imotivada.

Então, cito as três hipóteses: contrato a termo, falta grave e justa causa, nas quais esta proteção eventualmente pode não incidir, porque a justa causa deve ser fundada exclusivamente em três hipóteses, que são a do fato econômico intransponível, tecnológico ou infortúnio da empresa, de acordo com os critérios estabelecidos na legislação do trabalho.

Assim, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, não se deve deixar de pensar em uma das coisas mais importantes, para a proteção do interesse do trabalhador, que é o acesso ao emprego, a garantia do emprego, a segurança econômica que amplia as possibilidades do emprego.

A minha emenda supressiva, à que me referi antes por equívoco, tende apenas, e repito, a ampliar a possibilidade de serem examinadas pela lei outras hipóteses de justa causa, que não sejam apenas as indicadas no texto da Constituição que, na verdade, transferiu para o corpo do projeto matérias que sempre foram, por sua natureza, tratadas em legislação ordinária. Mas nada impede que os Constituintes, agora, com a evolução dos Direitos Sociais, transformem em matérias constitucionais aquelas que eram apenas consideradas em legislação ordinária.

O que desejo submeter – e para isso chamo a atenção dos Srs. Constituintes – é exatamente deixar mais ampla e mais sintética a disposição constante da alínea c, que ficará assim redigida:

"Justa causa, de acordo com os critérios estabelecidos na legislação do trabalho."

Aí, comporta não apenas o fato econômico intransponível, tecnológico ou infortúnio da empresa, mas outras ocorrências que possam constituir justa causa, e que a Constituição não deve limitar, porque isto se poderá transformar em situação desvantajosa, para o próprio trabalhador, com o estabelecimento de providências dos empregadores tendentes a diminuir o acesso ao emprego. O texto do projeto primitivo tinha, até, uma redação mais compatível com os interesses do trabalhador, porque garantia o acesso ao emprego e, depois, regulava o problema da estabilidade.

Na verdade, todos nós desejamos ampliar os direitos sociais, proteger os trabalhadores contra a despedida imotivada, mas a Constituição não pode reduzir a justa causa apenas a três hipóteses. Deve permitir que a matéria de justa causa seja livremente apreciada pela Justiça do Trabalho e definida na lei ordinária, podendo até, à medida em que os trabalhadores tiverem mais influência na vida política do País, estabelecer casos mais amplos de manutenção da estabilidade.

Por essa razão é que mantenho o texto do destaque, suprimindo a expressão "fundada em fato econômico intransponível, tecnológico ou infortúnio", deixando "justa causa, de acordo com os critérios estabelecidos na legislação do trabalho".

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra, para encaminhar contra, a nobre Constituinte Cristina Tavares.

**A SRA. CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES:** – Sr. Presidente, Srs. e Sras. Constituintes:

A intenção do Constituinte Aluizio Campos não pode ser colocada em dúvida. S. Ex.<sup>a</sup> tem uma militância partidária a quem prestamos permanente homenagem.

Contudo, a emenda que S. Ex.<sup>a</sup>, neste momento, submete a esta Assembléia Nacional Constituinte, acaba com a estabilidade que reiteradamente esta Comissão votou.

Se a justa causa de demissão é remetida à lei, melhor fora que não nos tivéssemos submetido, nesses últimos dois dias, a tanta polêmica e a tantas discussões.

De forma que solicito a V. Ex.<sup>a</sup>, Constituinte Aluizio Campos formule um apelo a V. Ex.<sup>a</sup>. Já enalteci os méritos de homem público, que toda Campina Grande conhece, mas a emenda que V. Ex.<sup>a</sup>, neste momento, oferece à apreciação da Casa acaba com a estabilidade que nós todos votamos. Ampliar a justa causa, enviá-la à lei ordinária é, na prática, estabelecer a quebra daquela estabilidade que votamos.

Desta forma, apelo a V. Ex.<sup>a</sup>, em nome do bom senso, em nome do que todos nós votamos nas últimas 48 horas, que retire a emenda agora apresentada.

**O SR. CONSTITUINTE ALUÍZIO CAMPOS:** – Infelizmente, não posso atender o apelo da Constituinte Cristina Tavares, porque existem outros companheiros que desejam votar com a minha emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Com a palavra o Relator.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, pediria a V. Ex.<sup>a</sup> que consultasse, realmente, se há esse número enorme, senão eu reiteraria, ao eminente Constituinte Aluizio Campos, a retirada da sua emenda; dependendo da consulta ao plenário.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Peço a atenção do Plenário.

Não há oradores inscritos para defender a emenda.

Vou atender a sugestão do Relator, na mesma base em que aqui já se fez, sob a Presidência do Constituinte Fernando Henrique Cardoso, e pergunto se há quem se disponha a apoiar o destaque de autoria do Constituinte Aluizio Campos. Se tiver, por favor, levante o braço. **(Pausa)**

Apenas um braço levantado.

Constituinte Aluizio Campos, pergunto a V. Ex.<sup>a</sup> se, diante da evidência, retira o seu destaque?

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Quero justificar o meu voto, Sr. Presidente. Acho que a emenda é sensata e atende perfeitamente os objetivos que estão aqui. Mesmo porque outras razões poderão ocorrer a um texto mais bem formulado.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Lastimo, mas o autor do destaque é o Constituinte Aluizio Campos. Está retirado. **(Muito bem! Palmas.)**

Em votação o Destaque nº 1.741, requerido pela Constituinte Cristina Tavares, referente ao texto da letra "c", supressivo.

**A SRA. CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES:** – Retiro.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Retira o destaque. Prejudicado.

Em votação o Destaque nº 8.157, requerido pelo Constituinte Haroldo Sabóia, referente ao texto da letra c, supressivo também. Encontra-se S. Ex.<sup>a</sup> presente? O Constituinte Haroldo Sabóia está ausente. Prejudicado o destaque.

**Destaque nº 000810/87, do Sr. Haroldo Lima, "que substitui a alínea "c" do artigo 6º do Substitutivo nº 2 pela alínea "d", inciso I, do artigo 13 do Projeto de Constituição. (105ª votação).**

Em votação o Destaque nº 810, requerido pelo Constituinte Haroldo Lima, referente ao texto da letra c: "Substituir pela letra d, inciso I, art. 13 do projeto.

Está presente o Constituinte Haroldo Lima?

S. Ex.<sup>a</sup> indicou o Constituinte Aldo Arantes para defender a sua proposição.

**O SR. CONSTITUINTE ALDO ARANTES:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Este destaque tem por objetivo suprimir a letra "c", que diz o seguinte:

"Justa causa fundada em fato econômico intransponível, tecnológico ou infortúnio na empresa, de acordo com critérios estabelecidos na legislação do trabalho."

E recolocar a redação do Cabral-zero, diz o seguinte:

"Superveniência de fato econômico intransponível, tecnológico ou infortúnio da empresa, sujeito à aprovação judicial, sob pena de reintegração e indenização a critério do empregado."

Na nossa opinião, Srs. Constituintes, sobre esta questão que estamos discutindo aqui, da estabilidade, é um problema da mais alta relevância, da mais alta importância. Como já foi dito aqui, hoje, em debates bastante acessos é uma questão que tem sido fruto de avanços do Direito Internacional, através de normas da Organização Internacional do Trabalho. E hoje, aqui, conseguimos um avanço significativo ao reafirmar a decisão tomada ontem contra a redação dada ao Cabral-I, que, na verdade, era uma redação que não resolvia o problema, nem estabelecia, de fato, o critério da estabilidade, jogando a questão para a legislação ordinária. Queremos, aqui avançar um pouco mais, porque a redação dada pelo Cabral-II, ao definir a questão tecnológica, introduz um elemento ambíguo que pode ser um fato de negação da estabilidade.

Por isso mesmo, nós defendemos a redação de Cabral-zero que tem a redação que eu já aqui coloquei, inclusive submetendo a decisão à comprovação judicial, sob pena inclusive de reintegração ou indenização a critério do empregado. Esta, a proposta que temos a apresentar, pedindo o apoio dos integrantes desta Casa.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra o Sr. Constituinte Aluizio Campos, para falar contra.

**O SR. CONSTITUINTE ALUIZIO CAMPOS:** – Sr. Presidente, atendendo à tendência de votarmos o texto do Relator Bernardo Cabral retirei destaque, por solicitação de votação simbólica do Plenário. Agora, é a hora de apelar para o Constituinte Aldo Arantes, autor do destaque, para fazer a mesma coisa, com o propósito de colaborar, porque a proposta de S. Ex.<sup>a</sup> para restabelecer o texto do projeto primitivo vai criar, além das restrições já contidas para o exercício da justa causa a outra, de precisar o empregador comprovar judicialmente porque, tendo justa causa, precisou demitir o empregado estabelecendo outras obrigações que podem até causar, para o empregado, prejuízos eventuais, dado o temor de ampliar a possibilidade de emprego em empresas que estão se desenvolvendo em áreas de maior progresso econômico do País. Por essa razão, apelaria – do mesmo modo que apelaram para mim para que o Constituinte Aldo Arantes também desistisse do seu destaque.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Não há oradores inscritos para defender a propositura.

Tem a palavra o Sr. Relator.

**O SR. RELATOR BERNARDO CABRAL:** – Sr. Presidente, apenas para esclarecer ao Constituinte Aldo Arantes que a preocupação de S. Ex.<sup>a</sup> quanto ao problema tecnológico não deve existir – e explico o porquê. Este substitutivo tem sido lido com muita pressa. Lido com um certo

vagar e interpretação, chegamos à conclusão de que a dúvida procedente – se não houvesse um outro registro – do Constituinte Aldo Arantes, deve ser espancada agora. E é espancada no inciso XXIII, quando diz que é um direito do empregado a participação nas vantagens advindas da modernização tecnológica e da automação. Veja que basta a simples modernização, que já é um direito do trabalhador, para que esse desemprego não assista.

Assim, na esteira do que acaba de lhe pedir o Constituinte Aluizio Campos, também encareço ao eminente Constituinte Aldo Arantes que retire a sua emenda, da mesma maneira como o Constituinte Aluizio Campos o fez.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Como não há oradores inscritos, pergunto ao autor do destaque, Constituinte Haroldo Lima, se S. Ex.<sup>a</sup> retira o destaque ou não?

O Constituinte Haroldo Lima não está presente? **(Pausa)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Estou perguntando ao autor do Destaque. Ainda há pouco, disse ao Constituinte José Lins que não podia manter um destaque de autor diferente. Então, perguntei ao Constituinte Haroldo Lima. Está prejudicado.

Em votação o Destaque nº 5.725, requerido pela Constituinte Cristina Tavares, referente à letra c...

#### (Intervenção fora do microfone)

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Seria bom que, nesta oportunidade, os Srs. Constituintes não prejudicassem a Mesa e o autor. Chamei duas vezes o autor do destaque, que era o Constituinte Haroldo Lima. Dali disseram que ele retirava o destaque.

**O SR. CONSTITUINTE ALDO ARANTES:** – Sr. Presidente, ele não está aqui e me autorizou a defender por escrito – e eu disse que não retirava.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Não ouvi V. Ex.<sup>a</sup> dizer que não retirava. Junto de V. Ex.<sup>a</sup> houve vários Constituintes que disseram que V. Ex.<sup>a</sup> tinha retirado. Por isso que anunciei.

**O SR. CONSTITUINTE ALDO ARANTES:** – Não! Absolutamente!

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Se V. Ex.<sup>a</sup> não retirou permanece a matéria.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Almir Gabriel, Cristina Tavares, José Paulo Bisol, Mário Lima, Nelson Friedrich, Paulo Ramos, Sigmaringa Seixas, Antonio Mariz, Miro Teixeira, Nelson Wedekin, Octávio Elísio, Uldurico Pinto, Vicente Bogo, Vilson Souza, Brandão Monteiro, José Maurício, Lysâneas Maciel, Luís Inácio Lula da Silva, Plínio de Arruda Sampaio, Roberto Freire, Jamil Haddad e Aldo Arantes. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Aluizio Campos, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Carlos Sant'Anna, Celso Dourado, Egídio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Henrique Cardoso, Ibsen Pinheiro, João Calmon, João Herrmann Neto, José Fogaça, José Ignácio Ferreira, José Richa, José Serra, Manoel Moreira, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nilson Gibson, Oswaldo Lima Filho, Pimenta da Veiga, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Rodrigues Palma, Severo Gomes, Virgildásio de Senna, Wilson Martins, Albano Franco, Israel Pinheiro, José Carlos Grecco, José Tavares, Marcos Lima, Aloysio Chaves, Antonio Carlos Mendes Thame, Arnaldo Prieto, Carlos Chiarelli, Edme Tavares, Eraldo Tino-

co Inocêncio Oliveira, José Lins, José Santana de Vasconcelos, José Thomaz Nonô, Luís Eduardo, Paulo Pimentel, Ricardo Fiúza, Gerson Peres, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia, Virgílio Távora, Jonas Pinheiro, José Lourenço, José Tinoco, Paes Landim, Ricardo Izar, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Adolfo Oliveira e Antonio Farias. Voto **ABSTENÇÃO** o Senhor constituinte José Maria Eymael.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 24 Constituintes; votaram NÃO 61 Constituintes; absteve-se votar 1 Constituinte. Total: 86 votos. O Destaque foi **rejeitado**.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Sr. Presidente, pela ordem. Peço que conste, inclusive para que a Mesa analise, que essa votação foi evidente perda de tempo, porque esta emenda havia sido rejeitada, ontem, quando apresentada pelo Constituinte Luis Inácio Lula da Silva. Estava prejudicada. Portanto, quero que conste isso, até para que a Mesa reveja a sua posição anterior de não estender que estão prejudicadas as emendas que sejam idênticas à matéria já rejeitada.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tenho o maior apreço e atenção ao que V. Ex.<sup>a</sup> está dizendo, mas há um reparo a fazer.

Naturalmente, acompanhamos, aqui, o trabalho da assessoria que nos dá a matéria. Quando a matéria é absolutamente idêntica e foi rejeitada, ainda estamos presos ao documento básico que, infelizmente, foi feito pelos Líderes, inclusive pelo Líder Euclides Scalco, documento esse denominado depois "Consolidação de Normas", assinado pelo Presidente Ulysses Guimarães. Contrariamente ao que diz o Regimento Interno da Câmara, a Consolidação diz muito cristalina: "Considera-se prejudicada a emenda de matéria idêntica à de outra já aprovada". Não coloca rejeitada. Conseqüentemente, a Mesa tem que cumprir o que está aqui. Concordo plenamente com a posição do Constituinte Roberto Freire, considerando uma perda de tempo, uma inutilidade estamos votando matérias prejudicadas que deviam ser naturalmente prejudicadas, quer aprovadas, quer rejeitadas. Mas temos que cumprir pelo menos o que até agora é a norma, e a Mesa tem que ter subordinação a ela.

**O SR. PRESIDENTE ALDO ARANTES:** – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE ALDO ARANTES:** – Gostaria de dizer o seguinte: o meu Partido, o Partido Comunista do Brasil, apresentou pouquíssimos destaques, e dos destaques que apresentamos, inúmeros foram retirados. Consideramos que este era um destaque importante e tínhamos – e temos – o direito de levá-lo a voto.

Os Companheiros que entediam que não deveriam votá-lo, que votassem contra.

Então parece-me muito estranho que um Companheiro venha, aqui – exatamente nós, que temos poucos destaques, que temos falado pouco da tribuna – que venha, agora, argumentar que estamos, aqui, dificultando os trabalhos.

Não posso aceitar; em nome da Liderança do meu Partido repudio essas manifestações. A nossa atitude tem sido de colaboração para com os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte.

**O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE:** – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE:** – Sr. Presidente, gostaria de ponderar, a V. Ex.<sup>a</sup> e à Mesa da Comissão de Sistematização, que eu também, embora não sendo Líder, participei das discussões. É uma ponderação que acredito importante para os nossos trabalhos.

Também participei da discussão que levou a esse documento das normas dos nossos trabalhos. O que houve, naquela ocasião, foi uma preocupação, inclusive do Constituinte Carlos Sant'Anna, no sentido de que quando S. Ex.<sup>a</sup> quisesse aprovar uma emenda substitutiva ao texto integral, como ficaria, se antes deveríamos aprovar o texto do Substitutivo nº 2. Foi devido a isso que se convencionou que, para se chegar a essa emenda, teríamos que rejeitar o Substitutivo nº 1, rejeitar o de nº 2 e rejeitar o zero, para vir a uma emenda supressiva total.

Não posso, Sr. Presidente, conceber racionalmente o que aconteceu aqui hoje neste Plenário. Foi uma coisa que todos nós, conscientemente, temos que admitir que foi um erro grave; seria um absurdo estarmos votando quatro, cinco, seis, sete vezes consecutivamente uma matéria idêntica.

Sr. Presidente, gostaria de ponderar a V. Ex.<sup>a</sup> e a toda a Mesa da Assembléia Nacional Constituinte que refizesse essa interpretação porque, quando discutimos esse problema, não era isso que queríamos dizer, e a Mesa precisa ter a compreensão deste fato para não nos deixar incorrer num erro grave como o que ocorreu na reunião desta tarde.

Era isso que gostaria de ponderar a V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A ponderação de V. Ex.<sup>a</sup> cai no vazio porque a matéria já foi definida e reafirmada, mas não totalmente, porque a Mesa, hoje reunida, decidiu levar ao presidente Ulysses Guimarães a necessidade de modificação do texto.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem, por ter sido citado nominalmente.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra V. Ex.<sup>a</sup>, pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Sr. presidente, foi resolvendo uma questão de ordem escrita que encaminhei à Presidência da Comissão de Sistematização sobre a importância da consolidação de normas para a votação em tese, antes que cada causa fosse aqui debatida, que o Presidente Ulysses reuniu as Lideranças. A reunião das Lideranças feita com todos os partidos presentes deu como resultado a Consolidação das Regras Regimentais que aí está. Num dos itens que foram debatidos, que foram analisados – em tese – sem que cada caso fosse julgado, para evitar problemas como os de hoje, o que se estendeu foi que, quando a emenda fosse aprovada, estariam prejudicadas todas as demais, mas que, em sendo rejeitada, não haveria a prejudicialidade. Esta foi a decisão tomada e assim foi escrito, porque assim, na tese, foi estabelecido. Se hoje estão existindo questões que estão causando polêmicas, essas polêmicas na hora em que não havia questões identificadas e discutidas, as Lideranças por unanimidade, concordaram que a emenda rejeitada não gerava prejudicialidade das demais.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Constituinte Carlos Sant'Anna, peço a atenção de V. Ex.<sup>a</sup>: em adiamento ao que acabei de dar como resposta ao Constituinte Ademir Andrade, quero lembrar a V. Ex.<sup>a</sup> que talvez tivesse sido oportuno, nesta ocasião da reunião, prestar atenção ao que se diz aqui:

"Consideram-se prejudicados... (Câmara dos Deputados – art. 200)".

Então, dá a impressão de que o art. 200 foi o artigo que comandou a decisão. O art. 200 da Câmara dos Deputados diz:

"Consideram-se prejudicados:

Item V – a emenda de matéria idêntica à de outra já aprovada ou rejeitada."

Então, parece-se que esse é o lógico.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Com permissão da Presidência, e suscitando a lembrança do nosso companheiro Paulo Affonso, a expressão rejeitada estava inclusive escrita na Consolidação e os Líderes concordaram que era importante cortar, porque não se poderia, aqui, na rejeição, considerar a prejudicialidade, tanto que, escrita, ela foi cortada.

Estou só lembrando para demonstrar que essa questão, na tese, foi analisada e a opção das Lideranças foi não dar a prejudicialidade na rejeição.

**O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE:** – Mas não nos casos idênticos, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Veja V. Ex.<sup>a</sup> que a Mesa não tinha outra alternativa. Agora, a Mesa vai propor ao Presidente da Constituinte a modificação da redação.

**Destaque nº 5725-87, da Sra. Cristina Tavares, "que suprime a expressão "tecnológico" do art. 6º, inciso I, alínea "c", do Substitutivo nº 2)". (106ª votação)**

Em votação o Destaque nº 5.725, requerido pela Constituinte Cristina Tavares, referente à supressão da palavra "tecnológico", da letra c do art. 6º.

Concedo a palavra à nobre Constituinte Cristina Tavares.

**A SRA. CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES:** – Sr. Presidente e Srs. Constituintes:

Gostaria de chamar a atenção deste Plenário, de ter a atenção do Líder do meu partido e do Relator para o item c, quando se define justa causa. A justa causa está aqui definida como: "fundada em fato econômico intransponível, tecnológico ou em infortúnio na empresa, de acordo com critérios estabelecidos na legislação do trabalho".

No item XXIII, aos trabalhadores é concedida a participação nas vantagens advindas da modernização tecnológica e da automação.

Ora, Srs. Constituintes, há uma clara contradição entre a intenção do Relator, a intenção da sociedade em que haja um benefício dos trabalhadores com a sua participação na automação e na modernização tecnológica e a sua punição como justa causa em face do aumento tecnológico.

Queria lembrar aos Srs. Constituintes que estamos nos aproximando, com muita rapidez, de extraordinário desenvolvimento tecnológico onde a automação das fábricas, a automação das empresas é inevitável e indesejável.

Nós próprios, aqui, na nossa sociedade, estamos assistindo à enorme velocidade com que o sistema bancário vem sendo automatizado, e seria lastimável que fosse considerada como justa causa para o desemprego a modernização tecnológica.

Chamo novamente a atenção dos Srs. Senadores Virgílio Távora, Severo Gomes e Carlos Chiarelli, como de todos aqueles que nos ajudaram a formar, nesta Casa, uma equipe suprapartidária através da qual aprovamos não apenas a Lei da Informática, mas a lei da modernização da economia brasileira.

A V. Ex.<sup>as</sup>, Srs. Senadores, responsáveis pelo avanço tecnológico, pela modernização, pela proteção do mercado,

pelo incentivo, pelos recursos que estão sendo dados, a nós cabe decidir, também, este fato que me parece absolutamente necessário: que o trabalhador não seja dispensado, que não seja considerado justa causa a dispensa em face da modernização tecnológica.

Estaremos cometendo um grave equívoco, na medida em que estimularemos a modernização da máquina produtiva, porque estaremos punindo o trabalhador justamente por esta razão.

Por isso, peço aos Srs. Relatores, peço aos Srs. Senadores e Deputados que fizeram e que batalham nesta Casa pela modernização da tecnologia e avanço da economia brasileira, que nos ajudem a retirar a palavra "tecnológico", o conceito de avanço tecnológico, como razão de despedida por justa causa.

Era a solicitação que tinha a fazer a V. Ex.<sup>as</sup>.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Para falar contra o destaque, tem a palavra o nobre Constituinte Virgildásio de Senna.

**O SR. CONSTITUINTE VIRGILDÁSIO DE SENNA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Temos vários e diversos motivos para sermos contrários à alínea c do inciso I do art. 6º deste projeto de Constituição. Nenhum poderá fundamentar-se em contradição. Do ponto de vista da matéria, tal como foi colocado no inciso XVIII e na alínea c deste anteprojeto. O que se propõe é que, no avanço tecnológico oriundo de melhorias de produtividade, venham os trabalhadores a participar desses avanços, com as vantagens decorrentes dessa minoria que nada tem a ver o dispositivo 18 com aquele referenciado na alínea c do inciso I do § 6º.

A matéria é completamente diferente, versa sobre princípios discordantes, e não me parece procedente a invocação que poderá ser feita, estou seguro, por outros motivos. Motivos de natureza econômica, que se venha a criar, conforme a lei, condições para absorção da mão-de-obra oriunda da melhoria tecnológica introduzida no processo produtivo.

Estarei inteiramente de acordo que, na formulação desta lei, o princípio assecutorio de um espaço necessário à absorção da mão-de-obra decorrente da melhoria tecnológica seja introduzido.

Todavia, nenhuma economia pode sobreviver na medida em que os avanços tecnológicos são impedidos de ter curso, em virtude de uma rigidez de mão-de-obra que impede totalmente o avanço desse processo. É o caso, Srs. Constituintes, por exemplo, e aqui ninguém se lembra da agricultura em que um simples trator sobre pneus substitui a mão-de-obra de quarenta e duas pessoas em uma operação na fazenda. E como é que iríamos resolver o processo de produção agrícola no Brasil, sem introduzir tecnologia avançada?

A lei precisa criar os dispositivos necessários para, em um determinado tempo, absorver esta mão-de-obra e impedir que ela seja jogada na sarjeta ou no exército de reserva para ter a sua força de trabalho aviltada.

Por outro lado, andou corretamente o nobre Relator a separar as duas matérias permitindo que as fábricas, a agricultura, o processo produtivo se modernize e que os trabalhadores tenham lucro, tenham participação nos resultados, oriundos, evidentemente, desse avanço tecnológico.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra, para falar a favor, o Constituinte Roberto Freire.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Serei breve. Inclusive o Sr. Relator, no inciso 23 desse próprio capítulo escreveu como um direito dos trabalha-



dores o seguinte: "participação nas vantagens advindas da modernização tecnológica e da automação". No próprio capítulo, mais adiante, diz que a modernização tecnológica deve vir para beneficiar o trabalhador e não pode, ao se dizer isso, se colocar os avanços tecnológicos como justificativas para demissão do emprego.

Ao se manter os avanços tecnológicos como justificativa para a demissão, estamos criando junto aos trabalhadores exatamente o sentido de se posicionarem contra avanços tecnológicos, atomização ou robotização, ou seja, colocando os trabalhadores contrários à modernização da economia tecnológica brasileira.

É importante retirar esta questão exatamente por isso. Avanço tecnológico não pode ser causador de demissão mesmo que, em algumas empresas, isto venha a ocorrer que caiba ao poder público garantir exatamente a participação e a garantia de emprego, para que esses avanços sejam adotados, admitidos e incentivados por toda a sociedade, e não apenas por uma parcela desta.

É fundamental que se retire o "tecnológico", porque isto significa, na prática, colocar a classe operária em contradição com os avanços da modernização tecnológica,

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Concedo a palavra ao Constituinte José Fogaça, que falará como Relator.

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – Sr. Presidente, Srs. membros da Comissão de Sistematização, o Constituinte Virgildásio de Senna colocou a posição da relatoria. Na verdade, o Substitutivo II não pune os trabalhadores em relação aos avanços tecnológicos, mas lhes propicia a efetiva participação nesses avanços.

Pelo Relatório Cabral II, a simples modernização não acarreta desemprego. É preciso caracterizar que o fato tecnológico pode, inclusive, ser alheio à vontade do empresário e acabaria por ser uma atitude obscurantista, contrária ao progresso e causadora de desestímulo ao investimento, à pesquisa, no setor estatal e no setor privado e impedir que o fato tecnológico possa gerar um tipo de situação que altere os planos e os projetos de uma empresa.

Portanto, a posição da relatoria é pela manutenção do texto.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Em votação.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Almir Gabriel, Artur da Távola, Cristina Tavares, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, Ibsen Pinheiro, João Herrmann Neto, José Paulo Bisol, José Ulisses de Oliveira, Mário Lima, Nelson Friedrich, Nilson Gibson, Paulo Ramos, Raimundo Bezerra, Sigmaringa Seixas, Antonio Mariz, Chagas Rodrigues, Israel Pinheiro, José Tavares, Miro Teixeira, Octávio Elísio, Rose de Freitas, Vicente Bogo, Vilson Souza, Virgílio Távora, Brandão Monteiro, José Maurício, Lysâneas Maciel, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Adolfo Oliveira, Roberto Freire, Jamil Haddad e Aldo Arantes. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Aluizio Campos, Bernardo Cabral, Carlos Sant'Anna, Celso Dourado, Egídio Ferreira Lima, João Calmon, José Fogaça, José Ignácio Ferreira, José Richa, José Serra, Milton Reis, Nelson Carneiro, Pimenta da Veiga, Prisco Viana, Rodrigues Palma, Virgildásio de Senna, Wilson Martins, Albano Franco, Délio Braz, Marcos Lima, Alcení Guerra, Aloysio Chaves, Antonio Carlos Mendes Thame, Arnaldo Prieto, Carlos Chiarelli, Edme Tavares, Eraldo Tinoco, Inocêncio Oliveira, José Lins, José Thomaz Nonô, Luís Eduardo, Mário Assad, Osvaldo Coelho, Paulo Pimentel, Sandra Cavalcanti, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Gerson Peres, Jarbas Passarinho, José Luiz

Mata, Jonas Pinheiro, José Tinoco, Paes Landim, Ricardo Izar, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, José Maria Eymael e Antonio Farias.

Durante a chamada nominal da votação do Destaque nº 5725/87, o **Sr. Jarbas Passarinho**, Terceiro-Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo **Sr. Fernando Henrique Cardoso**, Quarto-Vice-Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 39 Constituintes; votaram NÃO 49 Constituintes. Total 88 votos. O Destaque foi **rejeitado**.

Está aprovado o inciso 1º, com seus itens **a**, **b** e **c**.

Passamos, portanto, à votação do inciso 2º.

Há um destaque do Constituinte Paulo Pimentel.

Pergunto a S. Ex.<sup>a</sup> se o mantém. **(Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup>, retirou o destaque.

**O SR. CONSTITUINTE VIVALDO BARBOSA:** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Pois não, nobre Constituinte.

**O SR. CONSTITUINTE VIVALDO BARBOSA:** – Há um Destaque de nº 1229, acerca da alínea **c**. Não sei que decisão a Mesa tomou, se o desconsiderou ou se o considerou prejudicado.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Vamos verificar, nobre Constituinte. **(Pausa)**

Foi considerado igual ao Destaque nº 810, que foi rejeitado.

**O SR. CONSTITUINTE VIVALDO BARBOSA:** – Mas, Sr. Presidente, exatamente eu queria comentar essa decisão, porque pelo visto o destaque foi rejeitado; e tendo sido rejeitado, pela decisão anterior da Mesa – que tanto lamento – não pode prejudicar qualquer outra emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Nobre Constituinte, a informação que a Mesa me presta é de que o destaque tem a mesma redação.

**O SR. CONSTITUINTE VIVALDO BARBOSA:** – Não é a mesma redação, mas jamais, se tivesse a mesma redação, poderia prejudicar.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Não, não, Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE VIVALDO BARBOSA:** – Porque exatamente a decisão da Mesa determinou a votação de uma emenda de mesma redação, com as mesmas palavras.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Não, perdão, Ex.<sup>a</sup>, mas a decisão da Mesa é que houve discrepância quanto a considerar-se da mesma redação, e fomos votos minoritários dos que achavam que era da mesma redação, no caso do destaque do Constituinte Max Rosenmann.

**O SR. CONSTITUINTE VIVALDO BARBOSA:** – Quero saudar, então, essa mudança de orientação da Mesa. Para o caso da emenda anterior, considerou que uma emenda rejeitada jamais poderia modificar qualquer outra emenda, em sentido contrário. Se a Mesa está mudando a decisão, confesso que saúdo essa decisão porque clamei por outra semelhante no caso anterior.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – V. Ex.<sup>a</sup> me permite, mas não posso mudar decisão alguma porque existe uma norma. Concordo que essa decisão está

tornando a votação morosa e acho que devemos até revê-la, mas não posso mudar a decisão. Se V. Ex.<sup>a</sup> tiver razão, eu não mudo de decisão. A razão pela qual a Mesa me informa de que não submeteu à votação não é por isso, mas porque a redação é a mesma.

**O SR. CONSTITUINTE VIVALDO BARBOSA:** – Eu pediria a V. Ex.<sup>a</sup> que lesse os dois dispositivos para conferir se têm a mesma redação.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – V. Ex.<sup>a</sup> tem inteira razão. Procederei à leitura para verificar se é a mesma. (Pausa)

**O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA:** – Sr. Presidente, antes de V. Ex.<sup>a</sup> fazer a leitura, e independente da mesma, eu queria dizer que também não concordo com a decisão da Mesa. Acho a decisão absolutamente equivocada, mas o Constituinte Vivaldo Barbosa tem inteira e ampla razão, porque a decisão adotada e anunciada pela Mesa é de que as emendas rejeitadas não prejudicam as outras, em qualquer hipótese. Portanto, pouco importa se os textos são iguais ou não. É uma decisão absurda, mas deve ser mantida para que a Mesa tenha coerência!

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – De qualquer maneira, a questão está resolvida, porque segundo a minha opinião as emendas não têm redação igual.

Vou submeter a votos. Mas, primeiro, pergunto se V. Ex.<sup>a</sup> mantém o destaque?

**O SR. CONSTITUINTE VIVALDO BARBOSA:** – Para um esclarecimento, antes de ferir a questão, para entender a posição da Mesa. A Mesa considera que se a redação for idêntica ela está prejudicada?

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – A idéia é essa. No caso da emenda anterior, a Mesa considerou que não eram idênticas as propostas.

**O SR. CONSTITUINTE VIVALDO BARBOSA:** – Mesmo usando as mesmas palavras, a emenda anterior foi vencida?

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Houve um debate a respeito da matéria e uma clara discrepância. E a Mesa, com a solidariedade de todos os seus membros, considerou que não eram idênticas.

V. Ex.<sup>a</sup> mantém o destaque?

**O SR. CONSTITUINTE VIVALDO BARBOSA:** – Sr. Presidente e Sr. Relator, considero que a alínea c merece debates e até um aperfeiçoamento de redação. Daí a minha proposta. Mas, em face da decisão tão dramática e as tensões vividas pelo Plenário hoje, eu não quero submeter os meus colegas a uma decisão a respeito da estabilidade. Reservo-me o direito, retirando o destaque, de debater essa questão em plenário, oportunamente.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Agradeço a compreensão de V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Tem a palavra, pela ordem, o nobre Constituinte Paulo Ramos.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – Eu queria aproveitar a oportunidade para sugerir que a Mesa reexaminasse essas questões, para que o bom senso prevaleça nesta Casa. Senão, infelizmente, vamos ter dificuldades de conduzir os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte. É óbvio que a Mesa, em relação a uma situação anterior, que causou grande tumulto nesta Casa, agiu equivocadamente. Estamos aqui com o objetivo de concluir os trabalhos e não podemos permitir que uma deci-

são equivocada numa matéria grave prevaleça. É preciso que prevaleça o bom senso e não uma decisão equivocada anterior.

Era esta a minha questão de ordem e a minha sugestão, para que a Mesa reformule, não hoje, mas que se reúna e reformule para que possamos concluir os trabalhos.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Pois não, nobre Constituinte. Como sabe V. Ex.<sup>a</sup>, apesar da famosa frase de Descartes, "o bom senso não está muito bem distribuído no mundo", e tal ponto que todos juntos não tivemos o bom senso suficiente e escrevemos aqui uma norma que obriga a Mesa a tomar decisões que são ilógicas. Tem V. Ex.<sup>a</sup> a razão, vamos tentar mudar, só que essa decisão não foi da Mesa, foi das Lideranças e a Mesa não quer se sobrepor a elas. No momento oportuno, as Lideranças hão de se reunir e nós vamos modificar essa decisão. Enquanto ela não for modificada eu cumpro o Regimento.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Pois não. Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – Sr. Presidente, ontem, quando do Destaque nº 1411, de 1987, relativo à Emenda nº IP-220953-5, uma emenda popular, pedi destaque dessa emenda para três tópicos apenas: um dizia respeito ao *caput*, que foi rejeitado porque prevaleceu outra tese. Mas logo ficou ressaltado desta tribuna, sendo presidente, no momento, o nobre Constituinte Brandão Monteiro, que quando chegasse o exame dos dois outros tópicos destacados, eles seriam objeto de exame.

Um desses tópicos se refere ao nº 2. Quero ressaltar porque, neste momento, eu vou retirar essa emenda, mas o terceiro tópico, que é "onde couber oportunamente", eu quero ter o direito de defender e ver votado.

No momento, eu o retiro porque compreendo que a redação dada pelo projeto oferecido pelo nobre Relator Bernardo Cabral tem a melhor redação do que aquela sugerida pela emenda popular.

Queria apenas deixar essa ressalva, para, no momento oportuno, defender o terceiro destaque constante daquela emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup>. Está feito o registro, o destaque será, oportunamente, trazido à consideração do plenário.

**O SR. CONSTITUINTE ADOLFO OLIVEIRA:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Tem a palavra, pela ordem, o Constituinte Adolfo Oliveira.

**O SR. CONSTITUINTE ADOLFO OLIVEIRA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Quero, em poucas palavras, explicar o porquê da minha ausência aos trabalhos de ontem e também, parcialmente, aos trabalhos de hoje. Chamado a cumprir um dever penosíssimo, fui surpreendido ontem pela manhã, aqui em Brasília, com a notícia da morte súbita de um grande companheiro, de um grande amigo, um verdadeiro irmão, aquele que coordenou toda a minha campanha eleitoral, aquele que se tornou coordenador vitorioso de uma campanha pobre, aquele que representava os nossos ideais na minha cidade, no meu Município de Petrópolis. Ao receber a notícia, imediatamente me dirigi ao aeroporto e fui a Petrópolis velar o corpo do meu amigo. Hoje, pela manhã, ajudei a sepultá-lo.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, emocionou-me ver a quantidade de pessoas que compareceram ao seu sepul-

tamento. E ele que sempre foi ligado e preocupado em defender os pequeninos e os humildes, estes não lhe faltaram, estavam lá! Eu pouca coisa pude fazer, além de viver uma emoção muito profunda, além de jogar algumas rosas no seu ataúde, além de trazer, na última homenagem que pude prestar a ele, o seu nome para que fique constando, embora com modéstia, com humildade, dos Anais desta Assembléia Constituinte, desta Comissão de Sistematização.

Eu ajudei a sepultar, com o povo da minha cidade, o meu amigo, o meu companheiro, o meu irmão Ricardo Otello.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Está em discussão o destaque supressivo do Constituinte Aluizio Campos, relativo ao inciso III do art. 6º.

Concedo a palavra ao Constituinte Aluizio Campos.

**O SR. CONSTITUINTE ALUIZIO CAMPOS:** – Sr. Presidente, pode parecer uma coragem inusitada se propor pura e simplesmente que não conste da Constituição o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. Mas o que tem sido o Fundo de Garantia ao longo da sua experiência? Foi instituído em 1966, como alternativa para compensar o fim da estabilidade, e, nos termos da Consolidação das Leis do Trabalho, consistia basicamente no pagamento em dobro, por despedida imotivada, àqueles que fossem jogados na rua pelos empregadores, mas foi utilizado basicamente como principal instrumento da política nacional de habitação. Essa política conduziu à extinção do próprio Banco Nacional da Habitação, porque a utilização do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço só serviu para encarecer os investimentos dos empregados, através dos agentes financeiros, que atuaram, dentro de um sistema perverso, contra os interesses dos próprios trabalhadores.

Na legislatura anterior, na Câmara dos Deputados, defendi sempre e fiz várias proposições ao Governo, no sentido de fundir o Fundo de Garantia com o PIS/PASEP num Fundo de Investimento dos Trabalhadores, garantido por um seguro-desemprego, que permitisse que eles, trabalhadores, pudessem participar da sua gestão e utilizar esse fundo para aplicações de maior interesse, que procurassem consolidar a sua parca situação econômica. A única coisa que assegura ao trabalhador que utiliza o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço é o seguro de vida, através do qual, só consegue pagar o empréstimo levantado no banco que só conseguia no Banco Nacional da Habitação, depois de morto. Só pela morte, a família levava vantagens. Fora daí, o endividamento era cada vez mais crescente, mais continuado e mais prejudicial aos interesses dos trabalhadores que tiveram de abandonar suas casas, de adotar procedimentos ilícitos, para vender as chaves das casas obtidas através de inscrição. A meu ver, estabelecer no texto constitucional, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço é uma medida que se pode tornar negativa, porque deve ficar livre a lei, o legislador ordinário, para transformá-lo numa utilização muito mais eficaz em favor dos interesses daquele que contribui para esse Fundo.

Srs. Constituintes, a proposta que sempre fiz e não a converti em projeto de lei, porque a matéria era de iniciativa do Presidente da República, era no sentido de juntar os dois Fundos: o PIS/PASEP e o FGTS, constituindo um Fundo de Investimento do Trabalhador que lhe possibilitasse uma ajuda financeira mais eficaz, para o desenvolvimento e a proteção dos seus interesses.

Por isso, que, corajosamente, proponho, pura e simplesmente, que se elimine do texto da Constituição o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, que pode se tornar num grande obstáculo contrário aos interesses do próprio trabalhador.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Não há oradores inscritos. Tendo em vista a coragem na proposta de V. Ex.<sup>a</sup>, pergunto se V. Ex.<sup>a</sup> a mantém.

**O SR. CONSTITUINTE ADOLFO OLIVEIRA:** – Mantenho-a.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Mantida a proposta, corajosamente, passamos à votação. **(Pausa)**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Vou fazer uma consulta simbólica à Casa, voto simbólico: alguém mantém a proposta?

Só o autor pode retirar. **(Pausa)**

O Constituinte Aluizio Campos, com a compreensão habitual e agradecendo a solidariedade corajosa, com a qual foi honrado pelo Constituinte Senador Jarbas Passarinho, retira o destaque.

Em votação o Destaque nº 5156, do Constituinte Santinho Furtado. **(Pausa)**

Não estando presente o autor, fica prejudicado o destaque.

Quero prestar uma informação ao Plenário: havia uma sessão conjunta do Congresso Nacional, convocada para hoje, às 20 horas e 35 minutos. Como há uma possibilidade de que se ultrapasse as 20:30 horas, está cancelada a sessão do Congresso Nacional.

Em votação o Destaque nº 6.795, do Constituinte Carlos Sant'Anna. **(Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup> retirou o destaque.

Passamos, portanto, ao inciso IV. Há um destaque supressivo do Constituinte José Dutra, de nº 6366. **(Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup> está ausente.

Está prejudicado o destaque.

Sobre a mesa, requerimento de preferência do Sr. Constituinte Nilton Friedrich. Trata-se da Emenda nº 29565/9.

Em votação o pedido de preferência.

**O SR. CONSTITUINTE NELTON FRIEDRICH:** – Sr. Presidente, retiro o pedido de preferência.

**Destaque nº 130-87 – Emenda nº ES-34313-1, do Sr. Paulo Paim, “que modifica o art. 7º, inciso IV do Substitutivo nº 1 (art. 6º, IV do Substitutivo nº 2)”.**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Em votação o Destaque nº 130, substitutivo do Constituinte Paulo Paim.

Está presente o Sr. Constituinte Paulo Paim?

**(Pausa)**

**O SR. CONSTITUINTE PAULO PAIM:** – Sim, Sr. Presidente, estou presente.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Concedo a palavra ao Sr. Constituinte Paulo Paim.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO PAIM:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o que nos traz mais uma vez à tribuna é o desejo de defender uma emenda popular que conta com o aval da CGT, da Central única, do DIAP e de mais de 100 parlamentares que a assinam e ainda da Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores, que também a aprovou por unanimidade, como também da Comissão da Ordem Social.

A nossa proposta, simplesmente, em relação ao texto do Relator, é no sentido de que a questão do salário mínimo seja fixada em lei e explicamos qual é a nossa intenção, com esse objetivo: é passar a responsabilidade da definição do salário mínimo para o Congresso Nacional e não mais para o Executivo, como tem feito hoje, infelizmente, que, por decreto-lei, destina e define o destino de 42% dos trabalhadores que recebem até um salário mínimo.

Consultei o Relator Bernardo Cabral da importância desta proposta popular e enfatizava ainda ao nobre Relator que, se nós todos defendemos, tanto aqueles que defendem o parlamentarismo ou o presidencialismo, um Congresso forte, eu entendo que, nesse momento, é hora dos Constituintes assumirem a responsabilidade de um novo salário mínimo a partir da nova Constituição.

Essa emenda, Srs. Constituintes, não está em meu nome. E digo mais; eu gostaria que constasse na Casa que essa emenda é de mais de uma centena de parlamentares, é da Comissão dos Trabalhadores e que, se aqui aprovada, não conste o nome deste Deputado, ou mesmo do companheiro Küster do PMDB, com quem ainda há pouco conversei. Mas que ela saia em nome de todos os Constituintes de 87.

Muito obrigado. (Palmas)

**O SR. CONSTITUINTE CHAGAS RODRIGUES:** – Sr. Presidente peça a palavra para contestar.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Chagas Rodrigues.

**O SR. CONSTITUINTE CHAGAS RODRIGUES:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Quero louvar o intuito do autor da emenda. Mas, em última análise, a emenda prejudica. Atualmente, nada impede que o Congresso, através de lei fixe salário mínimo, reajuste salário mínimo ou aumente o salário mínimo, ou seja, atribua um poder aquisitivo maior.

Pode acontecer, Sr. Presidente, que amanhã o Executivo, através de lei delegada – porque nós somos contra o decreto-lei – pode ser que, amanhã, o Congresso fique impedido de permitir que o salário mínimo seja reajustado.

De qualquer modo, Sr. Presidente, extinto o decreto-lei, que é uma instituição que não se compatibiliza com o regime democrático, nada impede que nós, a qualquer momento, através de lei, fixemos os novos níveis de salário mínimo. Eu temo que, amanhã, uma maioria conservadora possa criar dificuldades para um simples reajuste do salário mínimo. Por isso, Sr. Presidente, sou contra a emenda. Acho que é desnecessária, pois, atualmente nós já podemos, através de lei, fixar o salário mínimo e por lei podemos retirar uma delegação de simples reajuste.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Tem a palavra o Constituinte Paulo Ramos, para encaminhar a favor.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – Sr. Presidente, Sras e Srs. Constituintes, embora tenha o dever de expressar o mais profundo respeito ao Ex.<sup>mo</sup> Sr. Senador Chagas Rodrigues, vejo-me no dever de manifestar, também, a minha total contrariedade, a minha total divergência à formulação.

A emenda ora defendida, conforme muito bem sustentou o Constituinte Paulo Paim, recebeu o apoio das centrais sindicais e de mais de 100 Constituintes. É uma emenda, portanto, que vem legitimada pela própria vontade popular.

Por outro lado, ao longo dos últimos anos, o Poder Legislativo foi colocado à margem das decisões que mais interessavam à classe trabalhadora. A Assembléia Nacio-

nal Constituinte tem, portanto, o dever não só de prestigiar as reivindicações da própria classe trabalhadora, mas, acima de tudo, de fazer prevalecer, de impor o prestígio ao Poder Legislativo. O Poder Legislativo há de reconquistar não só as suas prerrogativas, mas também de assumir as responsabilidades legislativas, e não há nada mais significativo para o trabalhador brasileiro do que a fixação do seu salário mínimo.

É preciso que o Poder Legislativo tenha e assuma a responsabilidade com o trabalhador brasileiro de fixar, pelo menos, o teto mínimo, através do qual o trabalhador há de superar as suas necessidades básicas. Não podemos abrir mão de tal responsabilidade porque, ao fazê-lo, estaremos deixando de assumir um compromisso que é inarredável e que há de caber ao Poder Legislativo.

Peço, pois, a todos aqueles que estão atentos ao meu pronunciamento, que apóiem esta emenda, porque ela é, acima de tudo, uma reivindicação daqueles que, com o seu voto, nos colocaram aqui para elaborar a Nova Constituição.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Tem a palavra o nobre Constituinte Nelson Carneiro, que encaminhará contra.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Louvo a intenção dos que querem atribuir à lei o encargo de fixar o salário mínimo. Mas nós sabemos que, a não ser que se mude o texto constitucional, a iniciativa de toda lei que aumente despesa, e nós quando falamos em salário mínimo não nos referimos apenas ao trabalhador que tem um patrão, falamos também naqueles trabalhadores que integram as autarquias, as sociedades de economia mista, e que são fixados através de uma lei de iniciativa do Poder Executivo.

De modo que esse texto tem duas virtudes: a primeira é que antecipa os reajustes quando diz: “com reajustes periódicos de modo a preservar seu poder aquisitivo”, portanto, já estipula uma regra que deve ser observada por diante. E, mais ainda, tem uma outra disposição que vale ressaltar: vedada sua vinculação para qualquer fim”. De modo que não há nenhuma vantagem em se deixar para a lei a fixação do salário mínimo.

Aqui estão os parâmetros dentro dos quais o poder público, seja no presidencialismo, o Presidente da República, seja no parlamentarismo, o gabinete, terá que agir.

Assim, Sr. Presidente, acredito que defendo, neste momento, mais os interesses dos trabalhadores do que aqueles que pugnam pela aprovação da emenda. E, por isso, quero dirigir um apelo aos defensores dessa emenda, para que a retirem porque, ao contrário de servir ao trabalhador, ela está, se vitoriosa, prejudicando a esses mesmos interesses.

Era o que tinha a dizer.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Tem a palavra o Sr. Relator.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente Constituintes, quero formular um apelo ao eminente Constituinte Paulo Paim. Veja que as manifestações inequívocas dos Senadores Chagas Rodrigues e Nelson Carneiro levam a que eu formule a V. Ex.<sup>a</sup> um pedido para retirar o seu destaque.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO PAIM:** – Nobre Relator Bernardo Cabral, ouvindo as suas ponderações, mesmo não concordando com as argumentações daqueles que se posicionaram contra, mas consultando os que assinaram a emenda popular, nós entendemos que, para agilizar os trabalhos, neste momento, e pela postura do Relator

durante toda a discussão dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, nós retiramos a emenda.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Obrigado a V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Retirada a emenda, passamos ao Destaque seguinte, o de nº 1230, do Deputado Vivaldo Barbosa. É uma emenda substitutiva.

Com a palavra o nobre Constituinte Vivaldo Barbosa.

**O SR. CONSTITUINTE VIVALDO BARBOSA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, consulto ao Presidente e ao Relator se a minha emenda pode ser considerada apenas como aditivo de sua parte final, na parte em que cria o crime de responsabilidade pelo abuso de autoridade na fixação do salário mínimo contra os critérios legais e constitucionais.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Não há base regimental para acolher esta sugestão, porque V. Ex.<sup>a</sup> não fez qualquer modificação no texto aqui presente.

**O SR. CONSTITUINTE VIVALDO BARBOSA:** – Mas há diversos precedentes em que muitas emendas foram aproveitadas apenas na parte em que elas acrescem o conteúdo do dispositivo que se procura emendar.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Não houve precedente. Os precedentes a que V. Ex.<sup>a</sup> se refere dizem respeito a outra matéria. Quando alguém, por antecipação, vem à Mesa e o Presidente lê a emenda modificada, é que é então acolhida.

Não há modificação proposta.

**O SR. CONSTITUINTE VIVALDO BARBOSA:** – Desculpe-me V. Ex.<sup>a</sup>, mas não entendi o motivo da decisão final.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Não existe qualquer precedente. Não fez V. Ex.<sup>a</sup> qualquer pedido de alteração. Tenho sobre a Mesa, está em votação, a emenda tal qual ela está. Não tenho como atender à demanda de V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. CONSTITUINTE VIVALDO BARBOSA:** – Sim; mas, ao encaminhar a emenda estou solicitando que ela seja considerada apenas na sua parte final, como aditiva ao texto do Substitutivo II.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Não tenho base regimental para fazê-lo. Repito a V. Ex.<sup>a</sup>, não posso, não há precedente nesta matéria.

**O SR. CONSTITUINTE VIVALDO BARBOSA:** – Não aconteceu uma só vez, Ex.<sup>a</sup>

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Lamento, mas peço a V. Ex.<sup>a</sup> que não insista, porque é decisão da Mesa. Não tenho base regimental e não acolho o pedido.

**O SR. CONSTITUINTE VIVALDO BARBOSA:** – Para entender a posição da Mesa, Sr. Presidente, V. Ex.<sup>a</sup> está dizendo que não foi feito requerimento por escrito?

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Está V. Ex.<sup>a</sup> recordado de que, num momento difícil, aqui, quando se pensava que não houvesse nada por escrito, dissemos que não podíamos acolher a emenda, e não o fizemos; o único caso que houve é que havia por escrito e o autor mostrou que havia por escrito, e por isso foi acolhida a emenda.

Não posso acolher. Eu posso até simpatizar, como de fato ocorre com a sugestão de V. Ex.<sup>a</sup>, mas não tenho base regimental para ela.

**O SR. CONSTITUINTE VIVALDO BARBOSA:** – Mas, para um esclarecimento: requerimentos de consideração

de maneira diferente da emenda, têm que ser por escrito? É este o entendimento da Mesa?

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Claro que é. Antecipadamente e por escrito. Aí sim.

**O SR. CONSTITUINTE VIVALDO BARBOSA:** – E antecipadamente até que ponto?

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Antes de eu anunciar que o destaque está em discussão. Aí sim. V. Ex.<sup>a</sup> pode consultar o Presidente e o Líder do seu Partido, o nobre Constituinte Brandão Monteiro, que verá que estou adotando a posição que é a mesma de todos nós.

**O SR. CONSTITUINTE VIVALDO BARBOSA:** – Diante desta impossibilidade eu retiro o destaque.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Agradeço a sua compreensão.

Fica prejudicado o destaque.

Destaques nº 1582, do Constituinte Paulo Paim. É o mesmo e está retirado.

Está presente a Constituinte Irma Passoni?

Não estando presente está prejudicado o Destaque nº 2251.

Destaques nº 2321, de Luiz Gushiken. Está presente o Constituinte?

O Deputado Luiz Gushiken retira o destaque.

O nobre Constituinte Nelton Friedrich. Destaque nº 2671. É o mesmo?

**O SR. CONSTITUINTE NELTON FRIEDRICH:** – Sr. Presidente, nós votaremos este assunto no Plenário, numa aditiva para decompor necessidades básicas. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup>

Fica prejudicado.

Novamente o Deputado Nelton Friedrich. Destaque nº 2673, do nobre Constituinte Nelton Friedrich. É uma emenda substitutiva.

V. Ex.<sup>a</sup> retira? É igual? Se V. Ex.<sup>a</sup> quiser, pode retirar.

**O SR. CONSTITUINTE NELTON FRIEDRICH:** – Retiro.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Retirado. Obrigado.

Outro destaque, do operoso e nobre Constituinte Nelton Friedrich, de nº 2714.

V. Ex.<sup>a</sup> mantém o destaque?

**O SR. CONSTITUINTE NELTON FRIEDRICH:** – Retiro.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – V. Ex.<sup>a</sup> está, hoje, dando um exemplo admirável.

Destaques nº 3598, do Constituinte Francisco Küster. S. Ex.<sup>a</sup> está presente? **(Pausa)**

Não estando presente, o destaque está prejudicado. Destaque nº 4282, do Constituinte Nelton Friedrich.

V. Ex.<sup>a</sup> tem todo o direito de mantê-lo, se assim o desejar, mas pergunto: mantém?

**O SR. CONSTITUINTE NELTON FRIEDRICH:** – Retiro.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Retirado. Excelente.

Destaques nº 4606, do Constituinte Renato Vianna, S. Ex.<sup>a</sup> está presente? **(Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup> não está presente. O destaque está prejudicado.

**Destaque nº 4635-87 – Emenda nº ES-21292-3, do Sr. Chagas Rodrigues, que “modifica o art. 7º, inciso IV, do Substitutivo nº 1 (art. 6º, inciso IV, do Substitutivo nº 2)”.**

Destaque nº 4635, do Constituinte Chagas Rodrigues. S. Ex.<sup>a</sup> está presente? **(Pausa)**

V. Ex.<sup>a</sup> assoma à tribuna para defender o destaque, ou faz um gesto de grandeza? Aliás, o outro também seria, faria com grande competência a defesa do destaque.

Tem a palavra o Constituinte Chagas Rodrigues para defender o seu destaque.

**O SR. CONSTITUINTE CHAGAS RODRIGUES:** – Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes:

Inicialmente, peço tolerância porque é o primeiro destaque que trago à apreciação de V. Ex.<sup>as</sup>

Trata-se, Sr. Presidente, de assunto relacionado a salário mínimo. Quero louvar o nobre Relator pelo fato de ter inserido essa matéria na nova Constituição que estamos elaborando, e vejo que do Substitutivo I para o Substitutivo II, houve uma alteração, tornando o texto mais extenso e abrangente.

A minha emenda, naturalmente, sobre o texto do Substitutivo I se prende a dois fatos. **Data venia**, observa-se que a redação atual, ao tratar do salário mínimo, diz que “o salário mínimo, nacionalmente unificado, capaz de satisfazer as necessidades básicas”.

Sr. Presidente e nobre Constituintes, vejo nisso um retrocesso. A Carta constitucional vigente estabelece o salário mínimo para atender necessidades normais dos trabalhadores e de sua família. E como consta da justificação da minha emenda, a Constituição de 46 também falava em salário mínimo para atender necessidades normais. Entendo que necessidades básicas constituem algo inferior a necessidades normais. Entendo que este adjetivo, necessidades básicas, constitui num retrocesso que nos leva a antes da Constituição de 46.

E há outra observação. A atual redação não permite salário mínimo que melhore a situação do trabalhador, assegurando-lhe um poder aquisitivo melhor. Sabemos que o salário mínimo, no Brasil, nem sempre foi reajustado, para atender à linguagem de advogados e economistas, para atender à depreciação e à desvalorização da moeda, ou apenas para permitir o mesmo poder aquisitivo. No Governo Juscelino Kubitschek foi quando o salário mínimo atingiu o nível mais alto, permitindo um poder aquisitivo muito maior.

Ora, a redação atual diz:

“salário mínimo nacionalmente unificado, capaz de satisfazer as suas necessidades básicas” – que nós já condenamos – “e as de sua família, com reajustes periódicos, de modo a preservar o seu poder aquisitivo, vedada a sua vinculação”.

Ora, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, não basta reajuste periódico de modo a preservar o poder aquisitivo. O poder aquisitivo do salário mínimo pode melhorar se as condições econômicas do País assim o permitirem. De modo que essas duas restrições me parecem injustas, e **data venia**, peço permissão ao nobre Relator para fazer essas considerações, de modo que a minha emenda valorize o salário mínimo e atenda aquela adjetivação, aquele termo de necessidades normais da Constituição de 46.

Finalmente, não uso mais a expressão salário mínimo que já está, de certo modo, desmoralizada. Uso a nova terminologia já constante de lei e de jurisprudência, que é o piso nacional de salários.

Portanto, a emenda é favorável aos trabalhadores e, por isso, votarei com ela pedindo o apoio de V. Ex.<sup>as</sup> **(Muito bem! Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Com a palavra o Constituinte José Serra, para encaminhar contra.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ SERRA:** – Sr. Presidente e Srs. Constituintes, não obstante estar de acordo com as intenções do nobre Constituinte Chagas Rodrigues, realmente, queria manifestar-me em desacordo com a sua emenda, por vários motivos: em primeiro lugar, a emenda do Senador Constituinte exclui um dispositivo que o Relator incluiu na Constituição que me parece extremamente importante, que é a vedação da vinculação do salário mínimo a outras variáveis dentro da economia. Essa é uma questão que me parece fundamental, porque um dos maiores obstáculos que se coloca, sistematicamente, ao aumento do poder aquisitivo do salário mínimo, é a sua vinculação a outras coisas que terminam, a cada momento em que se discute o reajuste do mínimo, colocando um obstáculo político e aumentando muito a resistência, para que o salário mínimo receba aumentos substanciais. Creio, portanto, que é fundamental manter essa idéia da proibição constitucional da vinculação do salário mínimo a outras variáveis dentro da economia. E a emenda do Senador termina excluindo essa vinculação.

Em segundo lugar, com relação à questão dos reajustes, a colocação do Relator no texto diz que o salário mínimo terá reajustes periódicos, de modo a preservar o seu poder aquisitivo, mas não diz que o salário mínimo não será aumentado. A idéia de reajuste não é a mesma idéia de aumento; reajuste visa a reposição do poder aquisitivo. Não há nada contraditório, em absoluto, com aumentos reais de salário mínimo. O problema do nível do salário mínimo e do seu aumento está relacionado com o montante necessário para satisfazer as necessidades básicas e as da família do trabalhador. E refere-se, realmente, às necessidades básicas, não às necessidades normais. O salário mínimo é realmente o que é, ou que deveria ser um salário mínimo, porque sabemos que está muito abaixo do mínimo realmente.

Então, não vejo em que a mudança para necessidades normais represente um avanço. Representa, sim, a introdução de um outro conceito que não o salário mínimo. Não vejo que o fato de dizer que existirão reajustes para preservar o poder aquisitivo seja até um retrocesso, porque impediria aumentos reais. Em absoluto, a idéia de reajuste é a idéia de reposição de poder aquisitivo e não de aumento de salário mínimo, que faz parte da política econômico-social do País.

Em terceiro lugar, insisto que, aprovada a emenda do Constituinte Chagas Rodrigues, perderíamos um dispositivo importante para o aumento real do salário mínimo, que é a proibição da sua vinculação.

Acho que o texto do Relator inclui conquistas dentro da definição do mínimo e acho que não podemos perdê-las através dessa emenda.

Essas são as razões pelas quais me manifestaria contra a proposta do nobre Constituinte.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Não há oradores inscritos para a defesa ou para encaminhar contra. Pergunto a V. Ex.<sup>as</sup> se me permite o Constituinte Chagas Rodrigues, se há disposição de sustentar a emenda? **(Pausa)**

Estou fazendo consulta, por sugestão do próprio Constituinte que pediu destaque. Pergunto se, na Casa, existem Constituintes com disposição de sustentar a emenda de destaque do Constituinte Chagas Rodrigues.

**O SR. CONSTITUINTE CHAGAS RODRIGUES:** – Retiro o destaque.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Não existindo, agradeço a V. Ex.<sup>a</sup> a compreensão que, aliás, era esperado, dado o seu comportamento sempre exemplar.

Destaque nº 413 do Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva. (Pausa.) O nobre Constituinte retira o seu destaque.

**Destaque nº 6792/87, do Sr. Carlos Sant’Anna – Emenda nº ES-30255-8, do Sr. Francisco Amaral “que modifica o art. 7º incisos IV e VII do Substitutivo nº 1 (art. 6º incisos IV e VI do Substitutivo nº 2)”. (107ª votação)**

Destaque nº 6792, do Constituinte Carlos Sant’Anna, que já está na tribuna mostrando disposição de defesa do seu destaque.

Com a palavra o nobre Constituinte Carlos Sant’Anna.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT’ANNA:** – Sr. Presidente e Srs. Constituintes, o texto do Substitutivo II, do eminente Relator Bernardo Cabral consta no inciso IV: “Salário mínimo nacionalmente unificado, capaz de satisfazer as suas necessidades básicas e de sua família, com reajustes periódicos de modo a preservar seu poder aquisitivo, vetado sua vinculação para qualquer fim.”

Valho-me da emenda do ilustre Constituinte Francisco Amaral para propor o seguinte: ao invés de “salário mínimo nacionalmente unificado”, substituíssse a expressão para “piso nacional de salário unificado”. Então, a redação do inciso IV ficaria da seguinte forma:

“Piso nacional de salário unificado capaz de satisfazer, etc...”, e tudo o mais como o Relator propõe.

Peço aos Srs. Constituintes que atentem para a importância, talvez, da mudança da designação. É que toda a economia, o pagamento de salários das diversas categorias profissionais está ligado ao salário mínimo. O Relator, já atento a essa questão, com muita propriedade – e por isso mesmo ainda há pouco eu estava preocupado que uma outra emenda substitutiva pudesse ser vitoriosa – já colocou a expressão “vedada a sua vinculação para qualquer fim”. Porém, parece-me que o objetivo de evitar a vinculação será melhor alcançado se nós convencionarmos, através da nova Constituição, que o salário mínimo do trabalhador deixa de se chamar salário mínimo e passa a se chamar piso nacional de salário.

Quero, inclusive, dizer que nos últimos decretos relativo ao salário mínimo que têm sido usados, o próprio Governo já vem usando a expressão “piso nacional de salário”, para exatamente tentar evitar essa vinculação com o restante da economia. Permitam-me que lhes refira aqui, que além dos salários profissionais, salários normativos, vencimentos e vantagens, soldos, remuneração regional dos servidores civis e militares da União e dos Estados, do Distrito Federal, dos territórios, dos municípios, autarquias etc. a toda uma vinculação a esta expressão salário mínimo. Ainda agora, na Constituinte, diversas categoriais funcionais estão lutando para manter essa vinculação com o salário mínimo. De modo que lamento que a matéria tenha entrado numa hora como esta, já de fim de sessão, mas a idéia básica é substituir a expressão salário mínimo pela idéia de vinculação que traz a todas as diversas categoriais funcionais, pela expressão piso nacional de salário. Por isso mantive o meu destaque.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Dou a palavra ao Constituinte José Serra para encaminhar contra.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ SERRA:** – O Presidente interpretou que eu desejava encaminhar contra. Eu estava pensando em pedir, mas...

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Mas V. Ex.<sup>a</sup> me permite, está registrado contra. Eu não tenho os dons do Dr. Ulysses Guimarães.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ SERRA:** – Quero dizer que pela interpretação da leitura da emenda do Constituinte Francisco Amaral se não me equivoco, cujo destaque foi feito pelo Constituinte Carlos Sant’Anna, verifico que num aspecto essencial a proposta está atendida pela redação do atual substitutivo, que é a questão da vinculação do salário mínimo, da proibição. Isso está atendido e, a meu ver, numa redação mais simples, sem traduzir na expressão conceitos como expressão monetária e vários outros aspectos que, a meu ver, não são muito próprios de um texto constitucional.

Vejo, inclusive, que a redação está mais complicada na proposta apresentada. Por outro lado, a mudança do nome “Piso Nacional de Salários” com relação a salário mínimo, penso que envolve, também, um problema conceitual. Qual é o problema conceitual? É que salário mínimo, em princípio, é um salário que é determinado fora do mercado – quer dizer – é um salário que deveria ser assim; determinado segundo certas necessidades de sobrevivência mínima de uma família. E pela proposta apresentada, perde-se esse conceito. Poderia alguém argumentar que isso nunca foi cumprido na Constituição; nós sabemos que o salário mínimo, hoje, não é capaz de atender as necessidades mínimas de uma família por uma semana. Mas eu me pergunto se é o caso de excluir da Constituição? E tratar agora apenas de um conceito econômico com relação à remuneração – chamemos assim – do fator trabalho; quer dizer o piso de salários será esse, isso e aquilo. Então, esse também me parece um passo que, se for dado, terá que ser dado com consciência; nós estamos excluindo a definição de um salário mínimo de sobrevivência na Constituição.

Enfim, essas são as razões pelas quais eu preferiria que fosse mantida a redação dada pelo Relator. Não tenho muitas objeções de fundo, especialmente no que se refere à questão da vinculação, mas trata-se de uma objeção relativa ao problema conceitual porque há uma mudança aqui de enfoque e há, também, o problema da terminologia. Efetivamente, o Governo definiu, para efeito de escapar do problema da vinculação no mínimo, um piso nacional de salário. Agora, na medida em que houver uma proibição Constitucional a essa vinculação, passará a ser proibida a vinculação à idéia do próprio salário mínimo. Eu mesmo, numa oportunidade, conversei a esse respeito com o Ministro da Fazenda acerca da questão da mudança do nome. E S. Ex.<sup>a</sup> concordou que, na medida que isto fique na Constituição a idéia que era da proibição da vinculação a esse salário mínimo ganhará muito mais força.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT’ANNA:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Concedo a palavra, pela ordem, ao Sr. Constituinte Carlos Sant’Anna.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT’ANNA:** – Sr. Presidente, preciso esclarecer para que não haja dúvida, inclusive pelas palavras do ilustre Constituinte José Serra que, no meu destaque da emenda do Constituinte Francisco Amaral, só destaquei a expressão “piso nacional de salário”.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – É verdade.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT’ANNA:** – De modo que tudo mais fica tal como está no “Cabral II”. Então o que estaria sendo votado, se eu tivesse o consenso dos Srs. Constituintes, seria a redação seguinte. “Piso nacional de salário unificado, capaz de satisfazer as suas

necessidades básicas e a de sua família com reajustes periódicos, de modo a preservar seu poder aquisitivo vedada a sua vinculação para qualquer fim." Portanto seria apenas substituir a expressão "salário mínimo nacionalmente unificado" por piso nacional de salário unificado e mantido todo o resto da redação do Relator Bernardo Cabral.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – V. Ex.<sup>a</sup> esclareceu com propriedade. O destaque que tenho aqui nas minhas mãos correspondente exatamente ao que disse V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Concedo a palavra ao Relator.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, em que pese a brilhante argumentação do eficiente Líder Carlos Sant'Anna, o Constituinte José Serra colocou com propriedade. O nome salário mínimo já está consagrado.

Por esta razão, o Relator vota contra a emenda e pela manutenção do inciso IV, tal como se encontra.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Farei uma consulta, se me permite o nobre Constituinte Carlos Sant'Anna. Quais são os Constituintes dispostos a sustentar o destaque de S. Ex.<sup>a</sup>?

Nobre Constituinte Carlos Sant'Anna, existe um grupo de Constituintes e V. Ex.<sup>a</sup> avaliará da conveniência ou não da votação.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Gostaria que fosse votado.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Em votação.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Carlos Mosconi, Carlos Sant'Anna, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Gasparian, Fernando Henrique Cardoso, Francisco Pinto, João Calmon, Milton Reis, Nilson Gibson, Rodrigues Palma, Israel Pinheiro, Marcos Lima, Miro Teixeira, Eraldo Tinoco, Inocêncio Oliveira, Luis Eduardo, Osvaldo Coelho, Ricardo Fiúza, Hugo Napoleão, João Menezes e Jonas Pinheiro. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Celso Dourado, Cristina Tavares, Egídio Ferreira Lima, Haroldo Sabóia, José Ignácio Ferreira, José Paulo Bisol, José Richa, José Serra, José Ulisses de Oliveira, Manoel Moreira, Mário Lima, Nelson Carneiro, Nelson Friedrich, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Raimundo Bezerra, Sigmaringa Seixas, Virgildásio de Senna, Wilson Martins, Albano Franco, Antonio Mariz, Chagas Rodrigues, Nelson Wedekin, Octávio Elísio, Rose de Freitas, Uldurico Pinto, Vicente Bogo, Vilson Souza, Alcení Guerra, Arnaldo Prieto, Carlos Chiarelli, Mário Assad, Paulo Pimentel, Sandra Cavalcanti, Antônio Carlos Konder Reis, Gerson Peres, José Luiz Maia, José Tinoco, José Maurício, Lysâneas Maciel, Francisco Rossi, Joaquim Bevilacqua, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Adolfo Oliveira, Ottomar Pinto, José Maria Eymael, Roberto Freire, Jamil Haddad e Aldo Arantes.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 21 Constituintes; votaram NÃO 55 Constituintes. Total: 76 votos. O Destaque foi **rejeitado**.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Para o inciso IV temos ainda dois destaques. Pergunto se os autores os mantêm. Um é do Constituinte Luís Roberto Ponte. V. Ex.<sup>a</sup> vai manter o destaque?

**O SR. CONSTITUINTE LUÍS ROBERTO PONTE:** – Vou manter, Sr. Presidente.

Há uma série de pedidos para que se retire o destaque, mas acho que pelo menos deve-se ouvir a argumentação. Entendo que é uma coisa favorável aos trabalhadores.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – O Constituinte Vivaldo Barbosa já me comunicou que retira o destaque que está sobre a mesa. Então, o último destaque sobre o inciso IV é do Constituinte Luís Roberto Ponte, que tem todo o direito de ser escutado com atenção e respeito da Casa.

Tem a palavra o Constituinte Luís Roberto Ponte.

**O SR. CONSTITUINTE LUIS ROBERTO PONTE:** – Sr. Presidente, embora a sua decisão não seja irrecorrível, cogitaria de que talvez, até por uma necessidade de todos irem embora, haja um empenho para insistir no pedido de desistência para que todos fôssemos para casa. Não seria mais prudente se deixássemos para amanhã? Acho que é um assunto importante para o trabalhador.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Vejo que os ânimos estão muito fortes na Casa. Vamos continuar.

Com a palavra para encaminhar favoravelmente, o Constituinte Luís Roberto Ponte.

A reunião está prorrogada, de ofício, até o fim da votação. Houve uma suspensão por algum tempo, e vamos então descontá-lo.

**O SR. CONSTITUINTE LUIS ROBERTO PONTE:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, trata-se de uma emenda supressiva do item IV do art. 6º, que retira as duas palavras "nacionalmente unificado", visando não engessar na Constituição o salário mínimo, em todo o Brasil, um País continente, que tem necessidades completamente diferentes, que tem custos de vida diferentes. Que fique impossibilitado de diferenciar até numa contradição ao próprio texto, quando o texto diz que o salário mínimo deve atender às condições básicas, mínimas de cada trabalhador. Elas são diferentes em São Paulo e são diferentes no interior do Nordeste.

O que se passa hoje? Nós temos um salário mínimo iníquo, por causa disto, porque a Nação, na contra-mão, unificou, e só pode unificar pelo que pode pagar as regiões mais pobres. Isto é que vai predominar na determinação do salário mínimo nacional. Porque não adianta você colocar para o interior de um Estado nordestino o nível de salário que não possa ser pago por aquela comunidade.

O resultado é que cidades desenvolvidas como São Paulo e outras, que têm um custo de vida maior, que exigem valores mais elevados para atender às condições básicas mínimas, vão estar não com um salário mínimo efetivo, mas pagando salário acima do mínimo, e achatando o salário mínimo em todo o Brasil.

Isto eu acho extremamente negativo para o trabalhador brasileiro. Não temos nenhuma restrição, em termos empresariais, porque o mercado vai elevar os salários, mas certamente não é anseio da classe trabalhadora daquela cidade, que tem um custo mais elevado, engessar na Constituição. Poderemos até discutir na legislação a cada momento, até sob circunstâncias muito mais lúcidas, numa apreciação mais elevada.

Como tem predominado, aqui, a tese de que aquilo que não deva ser registrado na Constituição não fique, é que eu sugiro que sejam retiradas essas palavras em benefício superior, salvo o melhor juízo do trabalhador brasileiro, sobretudo das cidades mais adiantadas. É isso que eu quero que fique aqui configurado.



É um texto que se contradiz por si próprio, que me perdoem a insistência, porque não será mais o mínimo necessário para atender às necessidades básicas.

Era isso, Sr. Presidente. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Consulto à Casa quais são os Constituintes que mantêm a disposição de sustentar o destaque do nobre Constituinte Luís Roberto Ponte.

Pergunto a V. Ex.<sup>a</sup>, nobre Constituinte, se mantém o destaque ou o retira?

**O SR. CONSTITUINTE LUÍS ROBERTO PONTE:** – Sr. Presidente, Sr. Relator, atendendo ao pedido das lideranças sindicais que têm assento nesta Constituinte, porque eu entendo que isto visava exatamente a atender aos interesses dos trabalhadores, e como a voz mais nítida dos trabalhadores são eles, eu retiro o destaque.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Srs. Constituintes, o Constituinte Vivaldo Barbosa já retirou anteriormente o destaque.

Está aprovado o inciso nº IV.

Amanhã, portanto, passaremos à votação do inciso nº

V.

## V – SUSPENSÃO DA REUNIÃO

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– A Presidência vai suspender os trabalhos, convocando os Senhores Constituintes para a continuação da presente reunião, amanhã, 9 de outubro de 1987, às 9:00 horas.

Está suspensa a reunião.

## EM 9 DE OUTUBRO DE 1987 (1)

Presidência dos Srs: **Brandão Monteiro**, Segundo-Vice-Presidente; **Fernando Henrique Cardoso**, Quarto-Vice-Presidente.

## I – REABERTURA DA REUNIÃO

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Havendo número regimental, declaro reaberta a reunião, para votação do art. 6º inciso V.

## II – EXPEDIENTE

### OFÍCIOS

**Ofícios do Sr. Líder do PFL:**

OFÍCIO nº 262/87 – PFL

Brasília, 8 de outubro de 1987

Ao Excelentíssimo Senhor

Deputado Ulysses Guimarães

DD. Presidente da Assembléia Nacional Constituinte

Senhor Presidente:

Comunico a Vossa Excelência, para os devidos fins, que o Deputado Oscar Corrêa deixa de integrar, a partir desta data, a Comissão de Sistematização.

Em substituição ao nome desse Parlamentar, passo a integrar a referida Comissão, como Membro Efetivo.

Outrossim, indico o nome do Deputado Gilson Machado para Membro Suplente da Comissão.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protestos de consideração e apreço. – Deputado **José Lourenço**, Líder do PFL.

OFÍCIO Nº 265/87 – PFL

Brasília, 8 de outubro de 1987

Ao Excelentíssimo Senhor

Deputado Ulysses Guimarães

DD. Presidente da Assembléia Nacional Constituinte

Senhor Presidente:

Comunico a Vossa Excelência, para os devidos fins, que o Senador Marcondes Gadelha deixa de integrar, a partir desta data, a Comissão de Sistematização.

Em substituição ao seu nome, passa a integrar a referida Comissão, como Membro Efetivo, o Senador João Menezes.

Outrossim, indico o nome do Senador Edison Lobão para Membro Suplente da Comissão.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protestos de consideração e apreço. – Deputado **José Lourenço**, Líder do PFL.

**Ofício do Sr. Líder do PCB:**

Brasília, 9 de outubro de 1987

Exmº Sr.

Deputado Ulysses Guimarães

Presidente da Assembléia Nacional Constituinte

Nesta

Exmº Deputado Ulysses Guimarães:

Comunico a V. Ex.<sup>a</sup> que durante os dias 9, 10 e 11 deste mês, por motivo de força maior e em resguardo do voto partidário na Comissão de Sistematização, indico em substituição ao Deputado Fernando Santana, como suplente da referida Comissão, o Deputado Augusto Carvalho.

Atenciosamente. – Deputado **Roberto Freire**, Líder do PCB.

## III – ORDEM DO DIA

### VOTAÇÃO DO PROJETO DE CONSTITUIÇÃO

#### TÍTULO II (continuação)

**Destaque nº 0127/87, do Sr. Paulo Paim – Emenda nº ES-34310-6, dos Srs. Augusto Carvalho e outros, “que modifica o art. 7º, inciso V do Substitutivo nº 1 (art. 6º, inciso V do Substitutivo nº 2)”. (108ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Em votação o Destaque nº 127, requerido pelo Constituinte Paulo Paim, referente à Emenda nº 34310, de autoria do Constituinte Augusto Carvalho.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO PAIM:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, entendo que essa questão, oriunda de emenda popular, é fundamental para a classe trabalhadora.

Pretendo indicar para defesa da matéria os companheiros Augusto Carvalho e Luiz Inácio Lula da Silva.

Faço um apelo ao Relator, no sentido de que dê à classe trabalhadora o mesmo tratamento que dispensou aos juizes.

**O SR. CONSTITUINTE EGÍDIO FERREIRA LIMA:** – Sr. Presidente, gostaria de levantar uma questão de ordem, mas, como já se iniciou o processo de votação, eu a apresentarei logo após.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Concedo a palavra ao Constituinte Augusto Carvalho.

**O SR. CONSTITUINTE AUGUSTO CARVALHO:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, Sr. Relator, o espírito da emenda é exatamente assegurar ao trabalhador a perenidade daquilo que está estabelecido na legislação no que tange ao direito adquirido. Não se pode admitir a possibilidade de que direitos que já tenham sido conquistados pela classe trabalhadora venham, por força de uma abertura para que haja redução salarial, na prática a ser derogados.

Entendemos que a irredutibilidade de salário deve ser assegurada ao trabalhador, e ponto final. Não se pode admitir que haja essa brecha, que na verdade não é uma brecha e sim um arrombamento, por onde pode prosperar qualquer tipo de manobra em assembleias sindicais, em tentativas de o patronato fazer segmentos dos assalariados e do movimento sindical brasileiro aceitarem acordos que venham a violentar direitos consagrados em convenções coletivas anteriores.

A nossa proposta é no sentido de que o direito adquirido venha a ser protegido de qualquer tipo de manobra, parta de onde partir. Por isso, propomos seja suprimida a expressão: "em lei, em dissídio coletivo ou em acordo coletivo".

Entendemos que o direito deve ser assegurado tal como ele existe. Direito adquirido não se reduz. Se se pretende argumentar trazendo à baila a questão do "marajás", sabemos que há uma série de mecanismos que podem ser postos em prática para coibir esses abusos dos chamados "marajás" brasileiros. Não se trata, portanto, da questão ora em foco. Aqui se pretende é assegurar aos trabalhadores a manutenção de benefícios alcançados através das lutas salariais e das convenções coletivas, direitos adquiridos que vão sendo conquistados ao longo das sucessivas campanhas salariais.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Tem a palavra o Constituinte Egídio Ferreira Lima, para encaminhar contra.

**O SR. CONSTITUINTE EGÍDIO FERREIRA LIMA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, com o texto do 2º Substitutivo o trabalhador alcança uma grande conquista, que é a irredutibilidade dos seus vencimentos, da sua remuneração.

Pretende a emenda que o texto se limite a este enunciado. Ora a regra deve ser em benefício mesmo de quem a norma constitucional pretende alcançar e proteger. Que não se façam especificações que, na interpretação, na lei ordinária, na negociação livre, muitas vezes terminam tirando, danificando o alcance da norma. Irredutíveis devem ser a remuneração e os vencimentos, salvo nas exceções determinadas na lei, salvo em convenção decorrente de acordo coletivo. Esses dois flancos devem ser deixados abertos para proteção do próprio trabalhador, que muitas vezes tem necessidade de outras estipulações, ampara-se e protege-se por outras regras determinadas em lei ou no acordo coletivo. A lei nunca poderá limitar essa irredutibilidade para prejudicar o trabalhador, desde que o princípio constitucional apõe como fundamento magno de proteção do trabalhador. O que a lei venha a se tornar um entrave à própria evolução das conquistas do trabalhador.

Acho que toda leitura tem verso e averso, e ler simplesmente e querer, na ânsia de dar mais direitos, estabelecer restrições ou limitação, impedindo a liberdade do trabalhador, é enfraquecer a conquista do trabalhador, até a luta de classe para aqueles que tanto a defendem e a apontam como um fundamento inequívoco e presente em toda luta do povo por novas conquistas. Acho que a emenda, em lugar de proteger, limita e estratifica o direito do trabalhador.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Com a palavra o Deputado Luiz Inácio Lula da Silva, para encaminhamento a favor.

**O SR. CONSTITUINTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA:** – Antes de entrar na defesa da emenda do companheiro Paulo Paim, é preciso explicar que o destaque não é dele; é um destaque coletivo, que tem a assinatura de mais de 100 Deputados desta Casa, e é uma emenda que conta com o apoio dos sindicalistas que estão na Comissão de Sistematização.

Em segundo lugar; queria aqui – por que não dizer – fazer uma denúncia do que vi hoje de manhã na televisão, no programa "Bom-Dia Brasil", da TV Globo. Só existe uma explicação para aquela entrevista de Luiz Antônio Medeiros, Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo: parece-me que a entrevista é um sinal de que a "Globo" não está contente com o que está acontecendo aqui, porque os Constituintes não se estão curvando às pretensões dos donos dos meios de comunicação de massa. E na entrevista tenta-se jogar por terra os sacrifícios que cada um de nós fez para avançar um milímetro naquilo que era possível. A impressão que se teve foi que o cidadão que criticou o que até agora foi aprovado sequer tinha lido o preâmbulo do que fizemos aqui, tendo sido levado a, como marionete do sistema de comunicação deste País, falar mal de um trabalho que não está acompanhando.

Quero fazer este protesto, porque acho que pessoas que dele não estão participando, que não estão acompanhando os nossos trabalhos, quando tiverem que fazer críticas, precisam fazê-las com a maior responsabilidade possível. Dizer que o texto que aprovamos ontem neste Plenário não vale nada para o trabalhador, na verdade é querer ser dono da classe trabalhadora, quando todos sabemos que o texto aprovado aqui ontem, se não é o ideal, é melhor do que aquele que se apresentava no dia anterior. Quero deixar registrado esse protesto em defesa do trabalho que realizamos até agora nesta Constituinte.

Em terceiro lugar, quero enaltecer o espírito do Sr. Relator quando discute a questão da redução de salário e coloca em seu Substitutivo "salvo o disposto em lei, em convenção ou acordo coletivo de trabalho".

Ouvi atentamente as palavras do companheiro Egídio Ferreira Lima. Acho que S. Ex.<sup>a</sup> cometeu apenas um pequeno engano em sua fala. Se quisermos aprovar um texto constitucional baseado no que acontece hoje e não naquilo que gostaríamos que acontecesse, chegaremos à conclusão de que, em primeiro lugar, temos ainda um grande número de trabalhadores inorganizados neste País, que, sequer, participam da vida sindical. Em segundo lugar, temos ainda um grande número de sindicatos totalmente atrasados, despreparados para fazer determinados acordos coletivos. Temos, também, espalhados por este Brasil afora, um sem-número de empresários espertos que, às vezes, induzem os trabalhadores dentro da fábrica, até sem consultar o sindicato, a aceitarem os acordos coletivos, tentando reduzir os salários dos trabalhadores. O ano de 1981 foi muito rico nisso: o ano de 1987 está sendo rico na tentativa de as empresas induzirem os trabalhadores a aceitarem a redução de salário como forma de se manterem no emprego.

Por isso estamos aqui defendendo a emenda do Constituinte Paulo Paim, porque entendemos que a lei tem de ser definitiva. Precisamos acabar com qualquer possibilidade de se reduzir o salário neste País, porque reduzi-lo mais do que a política econômica do Governo está fazendo é levar a classe trabalhadora a um sacrifício sem precedentes na história do Brasil.

Portanto, pediria aos Srs. Constituintes que aprovassem a emenda do nobre Constituinte Paulo Paim, única capaz de garantir a manutenção do já baixo padrão

de vida da classe trabalhadora, a fim de não reduzi-lo mais.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte José Serra, que encaminhará contra o destaque.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ SERRA:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, gostaria apenas de complementar as observações do Constituinte Egídio Ferreira Lima a respeito dessa questão.

Acreditamos que efetivamente podem ocorrer na economia determinadas situações – quedas de venda, contração econômica, alterações no funcionamento de uma empresa ou algum setor – que levem os sindicatos e os próprios trabalhadores a se interessarem por acordos transitórios para garantir o nível de emprego, com a diminuição da remuneração em determinadas situações. Esta é uma situação indesejável, mas possível. Creio que no texto constitucional já se produz um avanço quando se fixa a irredutibilidade da remuneração ou do vencimento. Aqui se estabelecem duas exceções: “salvo o dispositivo em lei, em convenção ou sem acordo coletivo”.

A posição do PMDB, no caso – acredito que posso falar em nome do meu partido e em nome do Constituinte Egídio Ferreira Lima, que me antecedeu – era no sentido de que mantivéssemos a exceção no que se refere à “convenção ou ao acordo coletivo” e aceitássemos a supressão do “salvo disposto em lei”. Isso porque tais situações serão localizadas e relacionadas com setores singulares para determinados momentos. E não vejo como o legislador ou o Poder Executivo, a nível nacional, poderá determinar essa redutibilidade em certas circunstâncias. Ela deve ficar a critério do acordo coletivo e, portanto, de uma posição sindical. Inclusive, no caso, estaremos dando um grau de liberdade para os sindicatos fazerem isso.

Perguntaria portanto, ao Relator Bernardo Cabral se S. Ex.<sup>a</sup> acolheria a nova redação do texto do inciso V, que passaria a ser: “irredutibilidade de remuneração ou vencimento, salvo o disposto em convenção ou em acordo coletivo”; suprimiríamos a expressão “em lei”, que não cabe no caso. Seria, inclusive, inaplicável, porque essas situações de irredutibilidade estão sempre relacionadas com certas circunstâncias peculiares ao processo econômico e a determinados setores.

Nesse sentido, não sei se isso é regimental, e faria um apelo ao Constituinte Paulo Paim para que S. Ex.<sup>a</sup> permitisse que figurasse a exceção “salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo”.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o eminente Constituinte José Serra arguiu sobre a circunstância de poder o Relator concordar com a sugestão. Dentro da Emenda Paulo Paim, absolutamente não posso, a não ser que S. Ex.<sup>a</sup> retire a emenda. Se S. Ex.<sup>a</sup> levá-la à votação, a Relatoria colocar-se-á contra, porque há uma emenda do Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva que atende a essa reivindicação e poderemos ficar com a emenda do último Constituinte citado. Portanto, depende de V. Ex.<sup>a</sup>, Constituinte Paulo Paim.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – A Mesa indaga ao Constituinte Paulo Paim se mantém a emenda.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO PAIM:** – Sr. Presidente, essa é uma emenda popular, encaminhada a esta Casa pelas centrais sindicais e pelo DIAP, e visa principalmente a proibir a redução do salário da classe trabalhadora em todo e qualquer momento em que a empresa aponte para uma solução desse tipo.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Constituinte Paulo Paim, V. Ex.<sup>a</sup> já encaminhou a favor.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO PAIM:** – Por isso, peço a V. Ex.<sup>a</sup> que proceda à votação.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, pela ordem. Apenas para definir a posição da Relatoria, que vota contra, à vista das circunstâncias já declaradas anteriormente.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Em votação.

**O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem sobre o processo de votação, pedindo escusas à Mesa. Há uma certa dúvida entre alguns Constituintes consultados sobre o texto final que está sendo votado. Peço a V. Ex.<sup>a</sup> que nos informe sobre a matéria; mesmo a essa altura da votação.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Dê-se ao inciso V do art. 7º do Projeto de Constituição a seguinte redação:

“Irredutibilidade de salários ou vencimentos.”

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Carlos Mosconi, Cristina Tavares, Haroldo Sabóia, José Paulo Bisol, Mário Lima, Nelson Friedrich, Paulo Ramos, Antonio Mariz, João Agripino, Nelson Wedekin, Octávio Elísio, Rose de Freitas, Vilson Souza, Darcy Pozza, Brandão Monteiro, José Maurício, Lysâneas Maciel, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Roberto Freire, Jamil Haddad e Aldo Arantes. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Artur da Távola, Bernardo Cabral, Egídio Ferreira Lima, Fernando Gasparian, João Calmon, João Herrmann Neto, José Serra, José Ulisses de Oliveira, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nilson Gibson, Pimenta da Veiga, Prisco Viana, Renato Vianna, Rodrigues Palma, Virgildásio de Senna, Albano Franco, Euclides Scalco, Israel Pinheiro, Vicente Bogo, Antonio Carlos Mendes Thame, Arnaldo Prieto, Edme Tavares, Eraldo Tinoco, Inocêncio Oliveira, José Lins, José Thomaz Nonô, Luís Eduardo, Mário Assad, Paulo Pimentel, Sandra Cavalcanti, Antônio Carlos Konder Reis, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia, Jonas Pinheiro, José Tinoco, Paes Landim, Ricardo Izar, Joaquim Bevilacqua, Adolfo Oliveira e Antonio Farias.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 24 Constituintes; votaram NÃO 41 Constituintes. Total: 65 votos. O Destaque foi **prejudicado** por falta de **quorum** qualificado.

**O SR. CONSTITUINTE EGÍDIO FERREIRA LIMA:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE EGÍDIO FERREIRA LIMA:** – Sr. Presidente, V. Ex.<sup>a</sup> tem-se conduzido nos trabalhos da Presidência de maneira muito expedita e precisa e, como estímulo e homenagem a isto, já que todos os membros da Comissão de Sistematização receberam as instruções para uso do sistema de votação eletrônica, quero pedir a V. Ex.<sup>a</sup> que faça, solenemente, um apelo a cada membro da Comissão para que leia, detalhadamente, as instruções. A experiência que temos na Câmara é de que há a necessidade de um período de adequação para que os Parlamentares votem bem.

Solicito aos nobres colegas Constituintes que aproveitem o final de semana e leiam as instruções para termos um tempo mais curto de adequação.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – A Mesa agradece a V. Ex.<sup>a</sup> as referências feitas à nossa pessoa bem como a colaboração, nobre Constituinte Egídio Ferreira Lima que está preocupado com o processo de votação eletrônica. V. Ex.<sup>a</sup> é um parlamentar que já conta com alguma experiência e sabe das dificuldades iniciais que todos nós enfrentamos.

Aproveito a oportunidade para transmitir da Mesa o apelo feito aqui pelo nobre Constituinte Egídio Ferreira Lima.

Gostaria que o Plenário tomasse conhecimento de um problema que devemos ter a coragem de enfrentar: o Regimento, com as normas consolidadas – e esse assunto tem sido extremamente polêmico, já o verificamos ontem, quando a sessão, inclusive, foi suspensa – diz, com muita clareza:

2.12 – Consideram-se prejudicadas (CD – art. 200):

**b)** A emenda de matéria idêntica à de outra já aprovada

Temos sobre a mesa cinco destaques absoluta e literalmente idênticos ao que acabou de ser votado e rejeitado. Evidentemente, temos que nos ater ao Regimento, de forma a não abrir precedentes que possam criar dificuldades. Afinal, a norma é a garantia das minorias, penso eu.

Gostaria de consultar o Plenário, especialmente os autores dos destaques, Constituintes Paulo Paim, Francisco Küster, Nelson Friedrich e Augusto Carvalho. Consultaria V. Ex.<sup>as</sup> se desejam manter os seus destaques ou, atendendo à própria tendência do Plenário, apelo para que retirem os destaques. **(Pausa)**

A Mesa agradece a V. Ex.<sup>as</sup> a retirada dos destaques.

Em votação o Destaque nº 1231, requerido pelo Constituinte Vivaldo Barbosa, referente à Emenda nº 9931.

**O SR. CONSTITUINTE VIVALDO BARBOSA:** – Retiro o destaque, Sr. Presidente.

**Destaque nº 7552/87 – Emenda nº ES-22378-0, do Sr. Darcy Pozza, "que modifica o art. 7º, inciso V, do Substitutivo nº 1 (art. 6º, inciso V do Substitutivo nº 2)".**

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Retirado o destaque, passamos à votação do Destaque nº 7552 requerido pelo Constituinte Darcy Pozza, referente à Emenda Substitutiva nº 22378. O Constituinte Darcy Pozza mantém o destaque?

**O SR. CONSTITUINTE DARCY POZZA:** – Mas a minha emenda não é idêntica, nem semelhante aos destaques que foram retirados.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Constituinte Darcy Pozza, estou perguntando a V. Ex.<sup>a</sup> se mantém o destaque. Não estou fazendo um apelo para que o retire, aliás, esse não é meu comportamento.

**O SR. CONSTITUINTE DARCY POZZA:** – Antes gostaria de justificar, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Com a palavra o Constituinte Darcy Pozza.

**O SR. CONSTITUINTE DARCY POZZA:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, o texto do Relator, no inciso V, diz: "irredutibilidade de remuneração ou vencimento, salvo disposto em lei ou convenção". Nossa emenda pretende modificar para: "irredutibilidade de salário", porque entendemos que a manutenção da expressão "ou vencimento" pode possibilitar interpretações errôneas. E, se a proposta for mantida, os chamados "marajás" certamente irão invocá-la perante o Judiciário, para manter seus privilégios, tornando-os irredutíveis.

Esta é minha proposta, e queria submetê-la à apreciação, se houver suficiente disposição do Plenário para sua votação.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Concedo a palavra ao Constituinte Antônio Britto, que encaminhará contra.

**O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO BRITTO:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, eu me permitiria chamar a atenção do ilustre Constituinte **Darcy Pozza**, que manifesta a elogiável preocupação de não permitir que o texto constitucional abra a possibilidade da preservação de privilégios indevidos, alguns dos quais obtidos rigorosamente contra a lei e contra a ética. O Relator Bernardo Cabral teve esse cuidado ao estabelecer no seu Substitutivo, na parte relativa às Disposições Transitórias, exatamente esse mecanismo, que impedirá a preservação de direitos adquiridos em relação a esses casos, como pretende o Constituinte Darcy Pozza, através da supressão da palavra "vencimentos".

Por outro lado, gostaria de lembrar V. Ex.<sup>a</sup> de que a supressão da palavra "vencimentos" criará dificuldades de outra ordem em relação a toda generalidade de trabalhadores e massa salarial, criando, portanto, um obstáculo para resolver um problema, que, na minha opinião, já está resolvido. Por isso, faço o apelo ao nobre Constituinte Darcy Pozza, para que considere estas observações.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Não há oradores inscritos para encaminhar a favor ou contra.

Concedo, portanto, a palavra ao nobre Relator Bernardo Cabral.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, quero fazer um apelo ao Constituinte Darcy Pozza, no sentido de que retire a sua emenda, porque a sua inquietação, que é válida, está perfeitamente abrangida no Substitutivo nº 2. Peça a V. Ex.<sup>a</sup> que me acompanhe.

O Capítulo VII da administração pública, § 6º, do art. 43, prevê:

"A lei fixará a relação de valores entre a maior e menor remuneração da administração pública, direta ou indireta, observados, como limites máximos e no âmbito dos respectivos poderes, os valores percebidos como remuneração, em espécie, a qualquer título, por membros do Congresso Nacional Ministros do Supremo Tribunal Federal e Ministros de Estado e seus correspondentes nos Estados e Municípios."

Essa se compõe com o § 13:

"Os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público não serão computados nem acumulados, para fins de concessão de acréscimos ulteriores, sob o mesmo título ou idêntico fundamento."

Com isso, Constituinte Darcy Pozza, quis o Substitutivo eliminar aquele problema da "cascata". Portanto, os "marajás", no art. 33 das Disposições Transitórias, são eliminados. De modo que a preocupação de V. Ex.<sup>a</sup> está atendida.

Pediria, então, a V. Ex.<sup>a</sup> que retirasse a emenda, a fim de que pudéssemos ganhar tempo.

**O SR. CONSTITUINTE DARCY POZZA:** – A minha intenção, Sr. Presidenta, era não deixar nenhuma brecha que pudesse possibilitar a intocabilidade dos salários dos "marajás".

Diante das explicações de V. Ex.<sup>a</sup>, para facilitar os trabalhos da Comissão eu retiro a proposta.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Obrigado a V. Ex.<sup>a</sup> **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Constituinte Darcy Pozza, a Mesa agradece a V. Ex.<sup>a</sup> a retirada. Aliás, devo-lhe uma explicação, assim como ao Plenário.

Quando este humilde Constituinte está presidindo, normalmente perguntamos se o Constituinte quer manter destaque. Não se trata, de forma alguma, de uma insinuação para S. Ex.<sup>a</sup> retirá-lo, porque nós, Parlamentares, é que sabemos da importância e responsabilidade do nosso trabalho.

**Destaque nº 414/87, do Sr. Luiz Inácio Lula da Silva "que suprime a expressão "em lei" do art. 6º, inciso V, do Substitutivo nº 2)". (109ª votação)**

Em votação o Destaque nº 414, requerido pelo Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva, referente ao inciso V do art. 6º, para suprimir a expressão "em lei".

Com a palavra o Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva.

**O SR. CONSTITUINTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA:** – Sr. Presidente, gostaríamos de fazer um apelo aos Srs. Constituintes no sentido de que suprimissem a expressão "em lei", deixando para os sindicatos a responsabilidade de fazerem os acordos que julgarem convenientes. Achamos mais prudente deixar o assunto nas mãos das convenções dos sindicatos do que na lei, com a supressão da palavra "lei" já conquistaremos um avanço considerável na Constituição.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Com a palavra o Constituinte Antônio Britto, para encaminhar a favor.

**O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO BRITTO:** – Sr. Presidente, gostaria apenas de dar ciência aos nobres Constituintes de que, nos entendimentos que mantivemos com o nobre Relator Bernardo Cabral, chegamos – com a participação do Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva – à compreensão de que a fórmula proposta pelo nobre representante do PT estabelece exatamente o equilíbrio, a flexibilidade que permite a realização de convenções coletivas e acordos sobre a matéria e a manutenção do princípio de irredutibilidade.

Acreditamos que a manutenção da expressão "nos termos da lei" poderia trazer futuramente alguns prejuízos aos trabalhadores. Se deixarmos como está no texto proposto pelo nobre Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva será estabelecida a flexibilidade e condicionada a participação dos trabalhadores por intermédio das negociações e convenções. Parece-nos ser esta a fórmula que buscávamos desde o primeiro momento: uma fórmula equilibrada que permite a manutenção da participação geral, sem a inflexibilidade que, oportunamente, poderia voltar-se até contra os trabalhadores.

Por isso, encaminhamos a favor da aprovação do destaque, nos termos sugeridos pelo Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Concedo a palavra ao nobre Relator Bernardo Cabral.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, tendo em vista as explicações dos Constituintes Luiz Inácio Lula da Silva e Antônio Britto, o Relator encarece aos Srs. Constituintes que aprove a emenda. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Passa-se à votação.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Ademir Andrade, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Carlos Mosconi, Cristina Tavares, Egidio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Haroldo Sabóia, João Calmon, João Herrmann Neto, José Ignácio Ferreira, José Paulo Bisol, José Serra, Mário Lima, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nelton Friedrich, Nilson Gibson, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Renato Vianna, Rodrigues Palma, Sigmaringa Seixas, Virgildásio de Senna, Albano Franco, Antonio Ma-

riz, Israel Pinheiro, João Agripino, Nelson Wedekin, Octávio Elísio, Rose de Freitas, Uldurico Pinto, Vicente Bogo, Vilson Souza, Alcení Guerra, Antonio Carlos Mendes Thame, Arnaldo Prieto, Carlos Chiarelli, Edme Tavares, Eraldo Tinoco, Inocêncio Oliveira, José Jorge, José Thomaz Nonô, Luís Eduardo, Mário Assad, Paulo Pimentel, Sandra Cavalcanti, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia, Virgílio Távora, Jonas Pinheiro, José Tinoco, Paes Landim, Ricardo Izar, Brandão Monteiro, José Maurício, Lysâneas Maciel, Francisco Rossi, Joaquim Bevilacqua, Luiz Ignácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Adolfo Oliveira, Roberto Freire e Aldo Arantes.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 66 Constituintes. Total: 66 votos. O Destaque foi **aprovado**.

A próxima é a Emenda nº 5976, de autoria do Constituinte Darcy Pozza. **(Pausa)** S. Ex.<sup>a</sup> retira a emenda.

Passamos à votação do Inciso VI, do art. 6º.

Emenda nº 8053, requerida pelo Constituinte João Paulo. **(Pausa)** S. Ex.<sup>a</sup> retira o destaque.

Em votação o Destaque nº 6792, requerido pelo Constituinte Carlos Sant'Anna, referente à Emenda nº 30255. S. Ex.<sup>a</sup> está ausente; o destaque está prejudicado.

**Destaque nº 6867/87, do Sr. Fernando Henrique Cardoso, "que adita a expressão "além da remuneração variável, quando esta ocorrer" constante do art. 7º inciso VI do Substitutivo nº 1, ao art. 6º inciso VI do Substitutivo nº 2)". (110ª votação)**

Em votação o Destaque nº 6867, requerido pelo Constituinte Fernando Henrique Cardoso, que está ausente. S. Ex.<sup>a</sup> teria credenciado o Constituinte José Serra a fazer a defesa da sua emenda. Solicito a todos os Constituintes, especialmente ao colega José Serra, que, quando ocorrer um fato como este, tragam pelo menos o documento escrito e completo, pois aqui há uma assinatura, num papel branco, do Constituinte Fernando Henrique Cardoso. A rigor, a Mesa não irá aceitá-lo, pois não faz referência ao dispositivo e ao destaque em votação.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ SERRA:** – Sr. Presidente, na verdade, reconheço, tratou-se de uma atitude um pouco apressada. O nobre Constituinte Fernando Henrique Cardoso deixou, junto à direção do PMDB, essa folha com a assinatura para que o destaque fosse encaminhado, e foi transmitido a mim, indiretamente, o pedido para que o defendesse.

Peço a V. Ex.<sup>a</sup> compreensão no sentido de permitir, não obstante a falha que aponta, a defesa do destaque.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Nobre colega, o Constituinte Fernando Henrique Cardoso é, inclusive, membro da Mesa. Quero dizer a V. Ex.<sup>a</sup> que a minha experiência muito pequena como advogado... S. Ex.<sup>a</sup> acabou de chegar, o que soluciona o problema, mas quero dizer a V. Ex.<sup>a</sup> que não posso aceitar um documento em que não existe referência ao destaque nem ao nome de V. Ex.<sup>a</sup>. Era como se eu pudesse dar seguimento a um documento em branco.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ SERRA:** – Sr. Presidente, V. Ex.<sup>a</sup> sabe que a autorização foi dada para que eu a preenchesse com os dados do momento. Todavia, a chegada do Constituinte Fernando Henrique Cardoso soluciona o problema.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Perfeito.

A cada momento temos novas experiências. Espero que não volte a ocorrer situação como essa, porque penso que a Mesa deve agir dessa forma.

Em votação o Destaque nº 6867, requerido pelo Constituinte Fernando Henrique Cardoso, para incluir a expressão "além da remuneração variável, quando esta ocorrer", constante do inciso VI do art. 7º do 1º Substitutivo.

**O SR. CONSTITUINTE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO:** – Sr. Presidente, ao chegar, ouvi V. Ex.<sup>a</sup> mencionar o meu nome. Suponho que o tenha feito com relação ao destaque de minha autoria, e cujo encaminhamento autorizei o Constituinte José Serra a efetuar.

Simplemente, estou pedindo volte-se à redação anterior que garante a existência, pelo menos, do salário fixo e, depois, o variável. Na forma atual não está explícita essa garantia.

Peço a V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Presidente, que ponha em votação o destaque, pois me parece de toda justiça que se faça essa correção, em homenagem ao Relator, e que se volte ao texto inicial do Constituinte Bernardo Cabral.

Peço ao Constituinte José Serra que faça a defesa do destaque.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Está inscrito para encaminhar a favor o Constituinte Nilton Friedrich, mas antes concedo a palavra ao Constituinte José Serra.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ SERRA:** – Sr. Presidente, apenas para explicitar: no atual Substitutivo, o inciso VI do art. 6º diz:

"garantia de salário fixo, nunca inferior ao mínimo, ainda que a remuneração seja variável."

A, proposta do Senador Fernando Henrique Cardoso e, inclusive, do Deputado Carlos Sant'Anna, que não estava presente – por isso seu destaque foi prejudicado – é que voltássemos à redação do 1.º Substitutivo, que diz:

"Garantia de salário fixo, nunca inferior ao salário mínimo, além da remuneração variável, quando esta ocorrer."

Qual é a diferença entre uma situação e a outra?

Na situação do 2º Substitutivo, digamos, um empregado de comércio, ou garçom de um restaurante, tem uma remuneração variável, mas terá que trabalhar, através de um esforço de produtividade, para chegar ao piso de um salário mínimo, e só a partir daí é que ele ganhará de acordo com sua produtividade, seja em venda, seja de atendimento. O 1º Substitutivo garante o mínimo como piso e remuneração variável a partir desse piso.

Creio que do ponto de vista financeiro para as empresas comerciais trata-se de uma questão insignificante; do ponto de vista do trabalhador e do ponto de vista da eficiência da própria empresa, o 1º Substitutivo é mais adequado. Por quê? O trabalhador terá estímulo imediato para ter maior produtividade, porque ganhará imediatamente, em função dessa produtividade, enquanto que no outro caso poderia até, em tese, haver uma acomodação sabendo que, mesmo não tendo essa produtividade, receberá de toda maneira um salário mínimo. Então, acredito que compatibilizamos dois casos numa reivindicação muito antiga dos comerciários, no sentido de que possam ter um piso mínimo e ganhar uma remuneração variável. O efeito financeiro, insisto, é pequeno, porque inclusive a empresa pode ajustar quais seriam as margens de remuneração variável a serem fixadas.

São estas as razões pelas quais creio que é de todo conveniente que voltemos à redação do 1º Substitutivo.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Não há oradores inscritos para encaminhar contra. O Constituinte Bernardo Cabral deseja pronunciar-se sobre o destaque?

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Nada a opor, Sr. Presidente. A relatoria deixa em aberto a votação.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Em votação.

**(Procede-se à votação)**

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Ademir Andrade, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Carlos Mosconi, Cristina Tavares, Egidio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Henrique Cardoso, Haroldo Sabóia, João Calmon, João Herrmann Neto, José Ignácio Ferreira, José Paulo Bisol, José Serra, Mário Lima, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nilton Friedrich, Nilson Gibson, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Renato Vianna, Rodrigues Palma, Sigmaringa Seixas, Virgildásio de Senna, Albano Franco, Antonio Mariz, Euclides Scalco, Nelson Wedekin, Octávio Elísio, Rose de Freitas, Uldurico Pinto, Vicente Bogo, Vilson Souza, Alcení Guerra, Antonio Carlos Mendes Thame, Arnaldo Prieto, Edme Tavares, Eraldo Tinoco, Inocêncio Oliveira, José Jorge, José Lins, José Thomaz Nonô, Mário Assad, Paulo Pimentel, Sandra Cavalcanti, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia, Virgílio Távora, Jonas Pinheiro, José Tinoco, Paes Landim, Ricardo Izar, Brandão Monteiro, José Maurício, Lysâneas Maciel, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Adolfo Oliveira, José Maria Eymael, Roberto Freire, Jamil Haddad e Aldo Arantes. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Carlos Chiarelli e Luís Eduardo.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 68 Constituintes; votaram NÃO 2 Constituintes. Total: 70 votos. O Destaque foi **aprovado**.

Em votação o Destaque nº 8373, requerido pelo Constituinte Paes Landim, referente à Emenda nº 32588.

**(Pausa)** O Sr. Constituinte Paes Landim retira o destaque.

Passemos à votação do inciso VII do art. 6º.

**Destaque nº 0480/87 – Emenda nº 1.P-05547-4, do Sr. Florestan Fernandes, "que modifica o art. 13 inciso IX do Substitutivo nº 1. (art. 6º inciso VII do Substitutivo nº 2)". (111ª votação)**

Em votação o Destaque nº 480, requerido pelo Constituinte Florestan Fernandes, referente à Emenda nº 05547: "salvo em relação à expressão "ou do valor até". Indica o autor, para encaminhar a favor, o ilustre Constituinte Jorge Hage.

Na verdade, o ilustre Constituinte está presente. A indicação estava sobre a mesa, sem informar se S. Ex.<sup>a</sup> abria mão ou se era o segundo a encaminhar. Peço minhas escusas ao ilustre mestre Florestan Fernandes.

**O SR. CONSTITUINTE FLORESTAN FERNANDES:** – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs. Constituintes, na proposta inicial tinha em mente a situação dos idosos. É a emenda que tentei fazer passar, desde a Subcomissão a que pertenci, mas infelizmente, ela não foi absorvida. Os colegas aqui sugeriram uma mudança no texto que acolhi, de modo que a redação ficaria: "Décimo terceiro salário com base na remuneração integral de dezembro de cada ano ou no valor da aposentadoria".

Creio não ser necessário salientar a importância dessa emenda, porque ela garante ao aposentado, no texto constitucional, algo equivalente ao que estamos garantindo ao trabalhador ativo. Esse período da vida do homem moderno é muito difícil, e especialmente os idosos e acidentados que recebem aposentadorias ínfimas necessitam de uma atenção maior do legislador e da sociedade. A pedido do meu colega Constituinte Ricardo Izar, a redação do texto ficará: "Décimo terceiro salário com base na remuneração integral de dezembro de cada ano ou no valor da aposentadoria". Então, essa é a proposta que creio ser evidente por si própria e dispensar maiores comentários.

Agradeço a V. Ex.<sup>as</sup> a atenção e o apoio que puderem dar a essa emenda, que estabelecerá uma equivalência entre o que se faz ou se propõe com referência ao trabalhador ativo, estendendo a medida ao trabalhador inativo. Muito obrigado. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Tem a palavra o Constituinte Jorge Hage, que encaminhará a favor.

**O SR. CONSTITUINTE JORGE HAGE:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, apenas para endossar e sublinhar a importância da emenda apresentada pelo nobre e ilustre Constituinte do Partido dos Trabalhadores de São Paulo, Deputado Florestan Fernandes, de alto alcance. É preciso deixar claro que, na sua formulação, após a retirada parcial, o texto manterá – se contarmos para isso, evidentemente, com a aquiescência desta Casa – a formulação do Substitutivo Cabral II na sua íntegra: "décimo terceiro salário, com base na remuneração integral de dezembro de cada ano", acrescentando-se a expressão contida numa parte da emenda do Constituinte Florestan Fernandes: "ou no valor da aposentadoria do mesmo mês".

Portanto, não se altera a colocação inicial, integral, do inciso VII do Relatório Cabral II, mantendo-se a denominação "décimo terceiro salário", que não é modificada para "gratificação natalina". Apenas se acrescenta, ao final, a explicitação da garantia de que os aposentados também receberão o décimo terceiro salário no mesmo valor e no mesmo mês de dezembro, tal qual os trabalhadores em atividade.

Ao eminente e ilustre Relator Bernardo Cabral, que já tem dado, ao longo desta discussão de destaques e emendas, mostras de sua lucidez e grandeza, ao acolher tudo aquilo que concorre para aperfeiçoar seu magnífico texto, formulo um apelo no sentido de que também dê sua palavra de acolhimento a esta emenda.

Muito obrigado. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Concedo a palavra ao nobre Relator Bernardo Cabral.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, Srs. Membros da Comissão de Constituição, o Constituinte Jorge Hage acaba de merecer, por via oblíqua, com as palmas que estrugiram no Plenário, o "de acordo" do Relator, de modo que o acompanho. **(Palmas)**

#### **(Procede-se à votação)**

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Carlos Mosconi, Carlos Sant'Anna, Celso Dourado, Cristina Tavares, Egídio Ferreira Lima, Fernando Henrique Cardoso, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, João Calmon, João Herrmann Neto, José Ignácio Ferreira, José Paulo Bisol, José Serra, José Ulisses de Oliveira, Manoel Moreira, Mário Lima, Milton Reis, Nelson Carneiro, Nelson Friedrich, Nilson Gibson, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Prisco Viana, Renato Vianna, Rodrigues Palma, Sigmaringa Seixas, Virgildásio de Senna, Albano Franco, Antonio Mariz, Euclides Scalco, Israel Pinheiro, Nelson Wedekin, Octávio Elísio, Roberto Brant, Rose de Freitas, Uldurico Pinto, Vicente Bogo, Vilson Souza, Antonio Carlos Mendes Thame, Arnaldo Prieto, Carlos Chiarelli, Edme Tavares, Inocêncio Oliveira, José Jorge, José Lins, José Thomaz Nonô, Luís Eduardo, Mário Assad, Paulo Pimentel, Sandra Cavalcanti, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Jarbas Passarinho, Virgílio Távora, Jonas Pinheiro, José Tinoco, Paes Landim, Ricardo Izar, Brandão Monteiro, José Maurício, Lysâneas Maciel, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Adolfo Oliveira, José Maria Eymael, Roberto Freire, Jamil Haddad e Aldo Arantes. Votou **NÃO** o Senhor Constituinte Eraldo Tinoco.

#### **DECLARAÇÃO DE VOTO**

"Na oportunidade da votação do inciso VII do art. 6º do 2º Substitutivo do Relator Bernardo Cabral, votei contrariamente à Emenda nº 1P-05547-4 do Constituinte Florestan Fernandes, pelas razões seguintes:

1) Tratando o referido artigo 6º dos direitos dos trabalhadores em atividade, entendi não ser o local apropriado do texto constitucional para figurar o direito à gratificação natalina para os aposentados;

2) O referido inciso VII trata do direito ao décimo terceiro salário. Tecnicamente o inativo não percebe Salário e sim Proventos, o que justifica a impropriedade de tratar-se da matéria no mesmo dispositivo;

36) O artigo 230, contido na Seção II (Da Previdência Social) do Capítulo II (Da Seguridade Social) do Título VIII – Da Ordem Social, trata especificamente do direito à aposentadoria, garantindo inclusive condições específicas relacionadas a esse direito. No meu entender, nesse artigo deveria ser incluída a matéria referente à Emenda 1P-05547-4, e não no artigo 6º, daí o meu voto contrário;

4) Além do artigo 230, há o Capítulo VII do mesmo Título VIII, que trata da Família, da Criança, do Adolescente e do Idoso, sendo que o artigo 260 trata especificamente do amparo ao Idoso, onde a matéria poderia ser incluída, como aliás foi o entendimento da Subcomissão da família, do Menor e do Idoso, da qual tive a honra de ser o Relator, quando pude sugerir e acatar várias propostas em benefício dos aposentados, como pode ser encontrado no Parecer e no Anteprojeto daquela Subcomissão. O Relator Bernardo Cabral achou que era mais apropriado tratar do problema dos aposentados na Seção da Previdência Social, para ali deslocando vários aspectos da matéria aprovada na Subcomissão, o que aceitamos sem dificuldade.

Sala das Sessões, 13 de outubro de 1987 – Constituinte **Eraldo Tinoco.**"

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 75 Constituintes; votou NÃO 1 Constituinte. Total 76 votos. O Destaque foi **aprovado**. Declaração de voto, do Sr. Constituinte Eraldo Tinoco.

Em consequência, estão prejudicados os Destaques nº 2779, requerido pelo Constituinte José Maria Eymael, e nº 6419, requerido pelo Constituinte Max Rosenmann.

Em votação o inciso VIII do art. 6º.

Nobre Constituinte José Maria Eymael, V. Ex.<sup>a</sup> tem alguma questão de ordem a levantar?

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ MARIA EYMAEL:** – Sr. Presidente, acabei de confirmar com a Mesa meu interesse na manutenção deste destaque, que é da maior relevância porque corrige e completa a redação. E com relação ao...

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Constituinte José Maria Eymael, V. Ex.<sup>a</sup> diz que acaba de confirmar na Mesa. Perdoe-me, mas não sei em qual das Mesas.

Explico a V. Ex.<sup>a</sup> que acaba de ser aprovado o seguinte destaque:

"Gratificação natalina, com base na remuneração integral de dezembro de cada ano, ou no valor da aposentadoria do mesmo mês."

A emenda de V. Ex.<sup>a</sup> é proporcional ao tempo de serviço no respectivo ano.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ MARIA EYMAEL:** – O assunto é completamente diverso.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – É evidente que, aprovada esta redação, a emenda de V. Ex.<sup>a</sup> está prejudicada.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ MARIA EYMAEL:** – Minha emenda não prejudica esta.

Sr. Presidente, a Mesa permite que eu esclareça o sentido da emenda?

Pela forma como está redigido no Substitutivo nº 2, o dispositivo permite a interpretação de que uma pessoa que entre no mês de outubro pode receber o 13º salário integral.

Minha Emenda apenas impede esta possibilidade de interpretação.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Constituinte José Maria Eymael, o que pretende a Emenda aprovada é a remuneração integral de dezembro de cada ano.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ MARIA EYMAEL:** – Minha Emenda não conflita com essa interpretação.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Mas é evidente. V. Ex.<sup>a</sup> acaba de dar o exemplo. Se eu entrar em outubro, vou receber um salário proporcional – aliás, não vou fazer cálculo aqui – que pode ser de dois doze avos. A Emenda aprovada é de que seja "com base na remuneração integral de dezembro de cada ano".

Nobre Constituinte José Maria Eymael, a questão está resolvida.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ MARIA EYMAEL:** – Sr. Presidente, apelo para a urbanidade e ao espírito democrático de V. Ex.<sup>a</sup>, permitindo-me explicar o assunto de uma forma um pouco detalhada, porque a emenda não conflita com a norma que foi aprovada, que estabelece que o décimo terceiro salário corresponderá à remuneração integral do mês de dezembro. Esta é a norma aprovada. A minha emenda não conflita com este ponto de vista, apenas o completa. Qual foi o espírito do projeto? O autor da própria emenda aprovada não estabelece que uma pessoa que tenha três meses de casa receba a remuneração integral.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Nobre Constituinte José Maria Eymael, a Mesa não vai entrar no espírito da emenda ou no espírito daquilo que querem os Constituintes. A Mesa só pode decidir em cima do que está colocado nas emendas.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ MARIA EYMAEL:** – Exatamente, Sr. Presidente. Não é conflitante.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Antônio Carlos Konder Reis.

**O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, o nobre Constituinte José Maria Eymael está incorrendo num equívoco. A interpretação que S. Ex.<sup>a</sup> acaba de sugerir, para aplicação no texto, não se conforma com a redação do texto. A emenda do nobre Constituinte Florestan Fernandes é realmente substitutiva. Diz a emenda aprovada: "gratificação natalina com base na remuneração integral de dezembro."

O critério estabelecido na emenda está claro, é "com base". A emenda não diz que a gratificação natalina seja de igual valor à remuneração de dezembro. A lei ordinária estabelecerá o mecanismo para a fixação do valor, tendo em vista a redação.

Desse modo, creio que a emenda aprovada, de fato, prejudica a proposição do Constituinte José Maria Eymael, até porque a interpretação de S. Ex.<sup>a</sup> não se conforma com o que está escrito no texto. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Em votação o inciso VIII...

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ MARIA EYMAEL:** – Sr. Presidente, apresento recurso à Mesa da Assembléia

Nacional Constituinte, quanto a essa decisão na sessão que V. Ex.<sup>a</sup> preside, a qual carece de fundamento.

**Documento a que se refere o Sr. Constituinte José Maria Eymael:**

"Excelentíssimo Senhor Senador Afonso Arinos Digníssimo Presidente da Comissão de Sistematização.

Requeiro a Vossa Excelência que coloque a apreciação à Mesa da Assembléia Nacional Constituinte em grau de recurso, decisão de Vossa Excelência sobre a prejudicialidade da Emenda nº 32449, Destaque nº 2779/87, depois da aprovação do destaque anterior de nº 480/87, de autoria do nobre Deputado Florestan Fernandes.

Discordo de tal decisão, pois a emenda de minha autoria não foi prejudicada, até porque antes de ser substitutiva, conforme parecer oral de Vossa Excelência, ela é aditiva ao texto aprovado, apenas explicitando a norma.

Sala de Reuniões, 9 de outubro de 1987. – Constituinte **José Maria Eymael.**"

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – V. Ex.<sup>a</sup> pode fazê-lo através do que explicita o Regimento.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – Sr. Presidente, V. Ex.<sup>a</sup> já decidiu. Rendo-me à sua decisão, mas quero ressaltar que, como advogado e jurista brilhante, V. Ex.<sup>a</sup> sabe que as exceções devem ficar expressas, sob pena de vigorar a regra geral. A interpretação "com base" é subjetiva. Pode ficar ao arbítrio de cada um dos intérpretes. A emenda que V. Ex.<sup>a</sup> não quer colocar em votação leva à exceção. É preciso disciplinar aquele dispositivo. Sempre que alguém trabalhar um ano, receberá um salário integral; mas, se for nomeado em dezembro, receberá um doze avos e não o salário integral de dezembro. O nobre Constituinte Antônio Carlos Konder Reis lembrou que era "com base", mas V. Ex.<sup>a</sup>, advogado militante, sabe que é falha a jurisprudência. Para evitar dúvidas e para que amanhã não surjam numerosas ações na Justiça do Trabalho, melhor seria que ficasse claro que quem trabalhou seis meses terá direito a seis doze avos do mês e não a doze avos. V. Ex.<sup>a</sup>, que conhece as sutilezas e as dificuldades da interpretação, poderia permitir que isso ficasse expresso, porque a regra geral é para todo mundo: de agora por diante é um mês, igual ao de dezembro. Quem for nomeado em dezembro terá direito a dois meses, o de dezembro e o outro. De modo que essa interpretação é que vai vigorar como regra geral, que fica sendo a do dispositivo. A outra é exceção. V. Ex.<sup>a</sup>, que conhece as variedades da jurisprudência, sabe quantos processos irão à Justiça do Trabalho para discutir se é mais, ou menos. V. Ex.<sup>a</sup> poderia rever a sua decisão e admitir a votação dessa emenda, que tem um consenso geral, já que apenas ressalva a exceção e não a regra geral.

**O SR. CONSTITUINTE LYSÂNEAS MACIEL:** – Sr. Presidente, peço a palavra para contraditar.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Lysâneas Maciel, para contraditar.

**O SR. CONSTITUINTE LYSÂNEAS MACIEL:** – Sr. Presidente, na verdade, se for porventura aprovada a explicitação de que fala o Constituinte José Maria Eymael, haverá uma contradição, porque a expressão "integral" vai chocar-se com a expressão "proporcional". E note bem V. Ex.<sup>a</sup> como eu habituado à Justiça do Trabalho, aí poderá residir o perigo maior. A expressão, com base no que expôs o eminente Constituinte Antônio Carlos Konder Reis, resolve plenamente. Não está no espírito de ninguém, mas, se colocarmos as expressões "proporcional" e "integral" aí, sim, isso dará margem a sucessivas interpretações, geralmente contra os interesses dos empregados. Será inclusive contra-senso inserirmos as duas expressões no mesmo dispositivo legal.



Portanto, não tem razão o eminente Constituinte Nelson Carneiro, nem o relator da emenda, Constituinte José Maria Eymael. Será um contra-senso aprovarmos as duas expressões no mesmo dispositivo legal.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – A matéria está decidida. Na questão de ordem que levantou, o Constituinte Nelson Carneiro solicitava, em última análise, a revisão da decisão da Mesa, com a qual o Constituinte José Maria Eymael não se conformou. S. Ex.<sup>a</sup> conhece meu espírito democrático. Não vai aqui nenhuma posição no sentido de pretender cercear o direito de V. Ex.<sup>a</sup> recorrer, medida adequada quando se verifica posicionamento de insatisfação diante de um decisório. Considera a Mesa que há contradição evidente entre os textos aprovados e a emenda de V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – É sobre a mesma matéria, Sr. Constituinte? Matéria vencida é matéria decidida.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Acato a decisão de V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Passamos a votação do inciso VIII.

Em votação o Destaque nº 139, requerido pelo Constituinte Paulo Paim, referente à Emenda nº 34360, de autoria do Constituinte Geraldo Campos, salvo em relação à expressão "independente".

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ MARIA EYMAEL:** – Sr. Presidente, apenas uma última colocação. Sem pretender causar polêmica, solicito a V. Ex.<sup>a</sup> que, a exemplo do que ocorreu hoje, a Mesa se reúna posteriormente para decidir esta questão de ordem. As Lideranças traçaram, em conjunto com a Mesa, a seguinte orientação: toda questão de ordem que se tornasse polêmica seria decidida posteriormente pela Mesa em colegiado. Solicito a V. Ex.<sup>a</sup> que, posteriormente, sem tumultuar os trabalhos de agora da Mesa, se reúna e examine a matéria.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Lamento dizer a V. Ex.<sup>a</sup>, mais uma vez, que a razão não milita a seu favor. A Mesa se reúne, sempre que possível e necessário, para interpretar o Regimento, quando houve interpretação diversa em relação ao mesmo. Não se trata aqui de interpretação diversa em relação ao Regimento.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ MARIA EYMAEL:** – A Mesa se reuniu ontem para examinar questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – O problema está solucionado. Com a palavra o Constituinte Paulo Paim.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO PAIM:** – Sr. Presidente, neste momento estamos retirando nosso destaque desta emenda, em apoio à emenda do Constituinte Inocêncio Oliveira, do PLF, que também atende ao nosso interesse. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Retirado o destaque pelo Constituinte Paulo Paim.

Em votação o Destaque nº 4278, requerido pelo Constituinte Friedrich, em relação à Emenda nº 34360 do Substitutivo.

**O SR. CONSTITUINTE NELTON FRIEDRICH:** – Sr. Presidente, retiramos nosso pedido porque estamos inscritos para fazer a defesa da emenda popular que tem a participação do ilustre Constituinte Inocêncio Oliveira, do PFL.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Em votação o Destaque nº 5380, requerido pelo Constituinte Francisco Küster, referente à Emenda nº 23656.

Está presente o Constituinte Francisco Küster ou alguém credenciado? **(Pausa)** Prejudicado.

Em votação o Destaque nº 3059, requerido pelo Constituinte Albérico Cordeiro, referente à Emenda nº 29.465 S. Ex.<sup>a</sup> está presente? **(Pausa)** Prejudicado.

**Destaque nº 3572/87 – Emenda nº ES-22577-4, do Sr. Inocêncio Oliveira, "que modifica o art. 7º inciso VIII do Substitutivo nº 1 (art. 6º inciso VIII do Substitutivo nº 2)". (112.ª votação)**

Em votação o Destaque nº 3572, requerido pelo Constituinte Inocêncio Oliveira, referente à Emenda nº 22577, de autoria do próprio Constituinte, salvo a expressão "conforme dispuser a lei."

Com a palavra o Constituinte Inocêncio Oliveira.

**O SR. CONSTITUINTE INOCÊNCIO OLIVEIRA:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, os fatos mostram que o texto do Substitutivo do ilustre Relator Bernardo Cabral, apesar das críticas que foram feitas, é muito bom. Como ficou demonstrado, o texto do ilustre Relator foi fruto de excelente trabalho, realizado por S. Ex.<sup>a</sup>, juntamente com sua equipe.

No entanto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, no inciso VIII, achamos que este texto não faz justiça ao trabalhador brasileiro. Diz o atual texto: "salário do trabalho noturno superior ao diurno".

Nossa emenda está assim redigida: "salário do trabalho noturno nunca menos de cinquenta por cento superior ao do diurno..."

Assim o fizemos porque, num País como o nosso, em que mais de 70% dos trabalhadores recebem entre um e três salários mínimos, em que o índice de desemprego é muito grande, a parte mais fraca da relação empregador-trabalhador é sempre o trabalhador. A permanecer o atual texto – "salário do trabalho noturno superior ao diurno" – o empresário poderia dar apenas 1 ou 2%, e assim estaria atendido o que aí está.

No entanto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, não é preciso ser médico para saber que o trabalho noturno é extremamente penoso e desgastante, provocando diminuição de tempo de vida ao trabalhador. Ora, se uma pessoa dorme seis horas à noite, no dia seguinte estará completamente recuperada. Mas se passa a noite acordada, ainda que durma as mesmas seis horas durante o dia, sempre estará mais desgastada.

Assim sendo, demonstrando também que o Partido da Frente Liberal defende o trabalhador, encaminhamos essa emenda, que esperamos mereça aprovação dos nobres pares.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte José Thomaz Nonô, para encaminhar contra.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ THOMAZ NONÔ:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, a emenda do nobre Constituinte Inocêncio Oliveira inequivocamente é de vasto alcance social. Brilhante companheiro de partido, firmando suas posições inclusive pela orientação lúcida que tem imprimido na Liderança do PFL nas reuniões anteriores, apresenta aqui S. Ex.<sup>a</sup> proposta deveras original. Propõe fixar o adicional por salário noturno num patamar nunca inferior ao percentual de 50%. Com isso sem dúvida alguma, S. Ex.<sup>a</sup> sensibilizará profundamente os seus eleitores do sertão pernambucano, a vasta massa de trabalhadores deste País, e avançará celeremente em direção aos propósitos do PT, introduzindo neste Plenário um novo tipo de aliança democrática e progressista.

É de todo elogiável a postura do Constituinte Inocêncio Oliveira, diferente, aliás, da assumida ontem. Queremos parabenizar S. Ex.<sup>a</sup> por esse avanço. Entretanto, a

bem dos instantes de reflexão e de bom senso – não vou ouvir aqui, tenho certeza, acusações de reacionário ou de conservador porque, graças a Deus, uma tradição de muitos anos nesta Casa respalda o que vamos dizer –, quero manifestar minha estranheza técnica quanto a esse avanço surpreendente do meu companheiro de partido.

O adicional de salário noturno foi inteiramente fixado na legislação ordinária em 1/4, ou 25% do salário normal, de forma justa e correta, e é prática há muito consolidada na nossa legislação trabalhista. O Relator Bernardo Cabral, homem avançado, comprometido com as causas da esquerda deste País, tem procurado traduzir com eficácia os legítimos anseios da massa trabalhadora brasileira, e com muita propriedade optou no seu substitutivo pela não-fixação desse percentual, deixando a matéria, como de direito como colocação correta, para decisão pela legislação ordinária. Fixou o que é legal, o que é correto e o que é justo, ou seja, que o trabalho noturno tenha constitucionalmente, e sempre, remuneração superior ao diurno.

Não se trata de jogar para a platéia, jogamos para um País. O avanço justo dos trabalhadores, na questão da estabilidade, foi obtido com meu voto contrário à equivocada posição adotada pela Liderança do meu partido. Daí a jogar-se para satisfazer aos anseios da platéia, a meu ver equivocados em relação à nossa realidade trabalhista, é coisa completamente distinta. A Constituição que se quer fazer é uma, o País sobre o qual trabalhamos é outro. Deste avanço não quero participar, pois não quero ser responsável por arroubos que são muito mais demagógicos do que propriamente sociais e trabalhistas. **(Palmas)**

Durante o pronunciamento do Sr. José Thomaz Nonô, o Sr. Brandão Monteiro, Segundo-Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Fernando Henrique Cardoso, Quarto-Vice-Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Com a palavra o Constituinte Nilton Friedrich, para encaminhar a favor.

**O SR. CONSTITUINTE NELTON FRIEDRICH:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a construção de nova ordem democrática continuará sendo uma obra incompleta enquanto não ocorrer a revisão total das leis que regulam as relações trabalhistas.

A questão do trabalho noturno, que, nesse momento, tem uma contribuição muito grande do ilustre Constituinte Inocêncio Oliveira, apresenta uma opção exequível dentro da nossa realidade. E mais do que isso porque não podemos jogar para a lei ordinária um direito fundamental, que deve ser assegurado de plano num assunto de extrema relevância. Afinal de contas, ao analisarmos o conteúdo dessa proposta, que prevê que o salário noturno será superior ao diurno em pelo menos 50%, nós, que retiramos uma emenda mais completa, como também o fez o Constituinte Paulo Paim – aqui há vários parlamentares com postura semelhante, como o Constituinte Jamil Haddad, que há mais de um ano vem trabalhando nesse assunto –, gostaríamos de fazer uma reflexão no sentido de que, se o trabalho noturno significa um sacrifício familiar enorme, retirando em grande parte o trabalhador da convivência com filhos e esposa, representa também uma quebra extrema do direito ao lazer e se transforma numa tarefa estafante, atingindo a saúde e encaminhando o trabalhador para o processo de fadiga.

Hoje, importantes pesquisas, levando em conta os aspectos biológicos e analisando todos os aspectos da questão, desde a década de 40, a partir dos Estados Unidos, multiplicando-se em estudos na Europa e hoje praticamente atingindo todos os países, inclusive o Brasil, evidenciam que a fadiga cria graves riscos, e entre esses alguns imediatos, como, por exemplo, os acidentes de trabalho.

Poderia aqui abrir um parêntese para, na radiografia que se faz da realidade do Brasil, dizer que trazemos uma chaga, a marca terrível de campeões mundiais em acidentes de trabalho. E dentro dessa triste e perversa estatística, há uma grande contribuição do trabalho noturno. Nesse aspecto de grandes riscos, que tem um desdobramento imediato, que são os acidentes de trabalho, há um outro comprovado, o do envelhecimento precoce do trabalhador. De um lado o acidente que se multiplica em razão do grave risco da fadiga nesse tipo de atividade – o trabalho noturno; de outro lado, o envelhecimento precoce do trabalhador.

Por tudo isso, mais uma vez está intrinsecamente colocada a questão da qualidade de vida e um princípio fundamental, do qual não podemos arredar o pé: o de não objetificar o trabalhador. O trabalhador não é máquina, não é objeto descartável. Portanto, não podemos objetificar o trabalhador. Em muitos casos, quando há esse desdobramento em trabalho noturno, vemos este aspecto da fadiga, evidentemente aumentando o número de acidentes e presente o envelhecimento precoce. Não há necessidade de nos debruçarmos sobre estudos da sociologia do trabalho ou da chamada psicologia da indústria. É preciso ficarmos tão-somente, neste instante, com um ponto fundamental de valorização, sim, do trabalhador, para que possamos, vitoriosos, definir que o salário noturno será superior ao diurno em pelo menos 50%.

Fica aqui esta convocação de apoio à proposta do Constituinte Inocêncio Oliveira, destacando que retiramos a nossa proposição, por entender que a de S. Ex.<sup>a</sup>, neste momento, é mais exequível, factível e oportuna. Muito obrigado.

**O SR. CONSTITUINTE INOCÊNCIO OLIVEIRA:** – Sr. Presidente, pela ordem. O meu caro colega José Thomaz Nonô, quando veio aqui contestar a emenda que apresentei, usou termos pejorativos.

Quem poderia falar, nesta hora, sobre o tema é este orador, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, porque sou homem sério, pequeno empresário, profissional liberal, que não recebe dinheiro de ninguém para se eleger. O Constituinte José Thomaz Nonô recebe dinheiro dos usineiros de Alagoas e vive pregando de esquerda neste Plenário.

Então, venho aqui trazer o meu protesto.

Sou um homem sério e voto de acordo com minha consciência. Não tenho vinculações com grupos econômicos e empresariais. E desafio qualquer colega a provar o contrário.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Deputado, como não houve Questão de Ordem, pergunto ao Relator se quer fazer uso da palavra. Pediria ao Constituinte José Thomaz Nonô que não respondesse às palavras do Constituinte Inocêncio Oliveira já que não houve Questão de Ordem, apesar de S. Ex.<sup>a</sup> ter sido citado nominalmente.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ THOMAZ NONO:** – V. Ex.<sup>a</sup> há de me facultar a palavra, Sr. Presidente. Mas fique tranqüilo, pois não entro nesse nível de diálogo.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Não quero entrar no problema do foro íntimo de V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ THOMAZ NONO:** – Gostaria apenas de esclarecer à Casa que, em momento algum, insultei S. Ex.<sup>a</sup> o Deputado Inocêncio Oliveira. Disse apenas que entendo sua proposição, e continuo entendendo-a, como demagógica. É um direito que me assiste. Lamento profundamente que o nível dos debates dessa Assembléia Nacional Constituinte seja diminuído com esse tipo de discussão. A opinião é colocada quanto a proposta. Acho que nesse sentido foi a minha colocação.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– V. Ex.<sup>a</sup> já explicou que é contra a proposta. Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup> a compreensão.

Passamos, portanto, à votação, Proceda-se à chamada

**(Procede-se à votação)**

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Carlos Mosconi, Cristina Tavares, Fernando Henrique Cardoso, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, Ibsen Pinheiro, João Herrmann Neto, José Paulo Bisol, Manoel Moreira, Mário Lima, Nelson Friedrich, Paulo Ramos, Sigmaringa Seixas, Antonio Mariz, João Agripino, Miro Teixeira, Nelson Wedekin, Octávio Elísio, Rose de Feitas, Uldurico Pinto, Vicente Bogo, Vilson Souza, Alcenio Guerra, Carlos Chiarelli, Inocêncio Oliveira, Sandra Cavalcanti, Brandão Monteiro, José Maurício, Lysâneas Maciel, Joaquim Bevilacqua, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Robesto Freire, Jamil Haddad e Aldo Arantes. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Artur da Távola, Bernardo Cabral, Carlos Sant'Anna, Celso Dourado, Egídio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, João Calmon, José Ignácio Ferreira, José Richa, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nilson Gibson, Pimenta da Veiga, Renato Vianna, Rodrigues Palmas, Virgildásio de Senna, Albano Franco, Israel Pinheiro, Manoel Viana, Marcos Lima, Michel Temer, Roberto Brant, Edme Tavares, Eraldo Tinoco, José Jorge, José Lins, José Thomaz Nonô, Luís Eduardo, Mário Assad, Paulo Pimentel, Antonio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Virgílio Távora, Jonas Pinheiro, José Tinoco, Paes Landim, Ricardo Izar, Bonifácio de Andrada, Francisco Rossi, Gastone Righi, Adolfo Oliveira, José Maria Eymael e Antonio Farias.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 37 Constituintes; votaram NÃO 43 Constituintes. Total 80 votos. O Destaque foi **prejudicado** por falta de **quorum** qualificado.

Vamos passar à votação do Destaque nº 4957, do ilustre constituinte Jamil Haddad, que é idêntico ao destaque anteriormente votado. Peço a S. Ex.<sup>a</sup> que considere isso.

**O SR. CONSTITUINTE JAMIL HADDAD:** – Na realidade, meu destaque é idêntico ao que acaba de ser votado, mas quero declarar que no ano passado apresentei no Senado projeto de lei modificando a CLT, passando de 20 para 50% o adicional do trabalho noturno. Retirei-o este ano, já que ao final são arquivados, e coloquei-o novamente em pauta para discussão e votação. O projeto propõe aumento de 50% para o trabalho noturno. Diante da votação do destaque anterior não cabe, na realidade, este destaque. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Agradeço a compreensão de V. Ex.<sup>a</sup>.

**A SRA. CONSTITUINTE SANDRA CAVALCANTI:**

Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem. Gostaria de utilizar este recurso regimental para endereçar à Mesa um requerimento verbal no sentido de termos o feriado de segunda-feira. Recuperaremos esse dia em outras sessões durante a Semana, se for necessário. Dia 12 de outubro é feriado nacional. Todas as famílias terão este dia de folga, assim como as crianças. É um dia em que as famílias poderão reunir-se. Todos nós estamos trabalhando em um regime de horário ininterrupto, o que nos impede, muitas vezes, de visitar nossa família e com ela conviver. Acho que seria muito justo se V. Ex.<sup>a</sup> consultasse o Relator sobre a conveniência de termos a segunda-feira livre, compensando com outras sessões, durante a semana – como disse – se assim for necessário.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Pois não. Encaminharei o requerimento de V. Ex.<sup>a</sup> à Mesa. Convidarei o Relator para uma reunião, a fim de decidir-

mos sobre a matéria, porque é da alçada da Mesa, que já tomou a deliberação, mantendo no calendário a segunda-feira como dia de trabalho. Portanto, preciso consultar para resolver esta decisão.

**A SRA. CONSTITUINTE SANDRA CAVALCANTI:**

– Se V. Ex.<sup>a</sup> achar conveniente reforçar a posição da Mesa na hora da discussão, bastará pedir que o Plenário se manifeste de forma simbólica. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– A Mesa se sente suficientemente forte, mas ficaria, naturalmente, muito satisfeita se o Plenário, depois de tomada a decisão, aprovasse sua decisão. Primeiro decidiremos depois comunicaremos ao Plenário.

Art. 6º, inciso IX. Em pauta o Destaque nº 7596, supressivo, do Constituinte Darcy Pozza, a quem concedo a palavra, perguntando inicialmente se mantém o destaque.

**O SR. CONSTITUINTE DARCY POZZA:**

– Sr. Presidente, retiro o destaque.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Obrigado, nobre Constituinte. O Destaque nº 95141, do Constituinte Ricardo Izar, foi retirado.

O Destaque nº 2377, do Constituinte Luiz Gushiken, é substitutivo. Está presente o autor? **(Pausa)** Ausente. Retirado o destaque.

**Destaque nº 1183/87 – Emenda nº 1P-09867-0, do Sr. Vivaldo Barbosa, "que modifica o art. 13, inciso XIII do Projeto de Constituição (art. 6º, inciso IX do Substitutivo n.º 2)". (113.ª votação)**

Em votação o Destaque nº 1183, de autoria do Constituinte Vivaldo Barbosa. Pergunto a V. Ex.<sup>a</sup> se mantém o destaque. **(Pausa)**

Concedo a palavra ao nobre Constituinte Vivaldo Barbosa.

**O SR. CONSTITUINTE VIVALDO BARBOSA:** – Toda vez que o Constituinte Fernando Henrique Cardoso está presidindo a sessão, tenho a sensação de que S. Ex.<sup>a</sup> não o faz com muito gosto, porque está sempre estimulando ou às vezes até constringendo os Srs. Constituintes a retirar os destaques. Ao invés de conceder a palavra na ordem natural, S. Ex.<sup>a</sup> pergunta primeiro se o Constituinte mantém ou retira o destaque. Parece-me que o nobre Constituinte Fernando Henrique Cardoso não gosta de presidir votações.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, vamos decidir agora uma das questões centrais do modelo industrial brasileiro. Não há dúvida alguma de que, se não transformarmos o modelo industrial do País, não conseguiremos construir uma economia avançada, moderna, de ponta, capaz de competir com a economia internacional – temos consciência disso. A questão central da transformação do modelo industrial do País é a inserção do trabalhador no centro e na sorte da sua empresa. Já demos um bom passo nesse sentido, quando aprovamos a garantia de emprego, mesmo em condições muitas vezes precárias, como ficou inserido no texto do Substitutivo.

Agora, quando decidimos sobre a participação nos lucros e na gestão da empresa, temos diante de nós, a oportunidade de inserir definitivamente o trabalhador no destino da sua empresa, fazendo com que seu trabalho dependa do sucesso da sua empresa.

Invoco, neste momento, o argumento expendido ontem com aquele brilho que nós todos aplaudimos, pelo Senador Carlos Chiarelli, quando S. Ex.<sup>a</sup> colocou que nosso drama é produzir o equilíbrio, a integração entre capital e trabalho, e não um texto legal que produza o antagonismo entre capital e trabalho.

Não há dúvida de que as próximas décadas da economia e da ordem social e política deste País dependem disso, da inserção do trabalhador na sorte da empresa, ou seja, a sua participação nos lucros que ele ajuda a construir com seu trabalho e suor. Ele trabalha na empresa e a constrói. É a participação do trabalhador na gestão da empresa.

Aliás, essa reivindicação não está apenas contida num texto constitucional antigo, mas em todos os programas dos partidos. E me vem à memória, neste momento, o PDS, um dos primeiros partidos que deram a arrancada para adotar esse princípio. Foi exatamente o programa do PDS, redigido pelo Presidente Sarney, hoje Presidente de honra do PMDB, noticiado pelos jornais da época. Na época, ao redigir o programa do PDS, S. Ex.<sup>a</sup> lá colocou a participação nos lucros e na gestão da empresa.

A Constituição de 46 já consagrara esse princípio. E esse foi um dos pontos mais dramaticamente atacados ao longo dos últimos 40 anos. Não só o Legislativo, mas os Constituintes de 1946 consagraram um princípio vazio. Agora, não podemos repetir este mesmo erro. Temos que dar concretude a esse ideal, a este princípio, à transformação do modelo industrial deste País. É este o objeto da emenda.

O texto do Substitutivo, ao repetir, praticamente, a Constituição de 1946, joga para um futuro incerto e não sabido a operacionalização da integração do trabalhador na sorte da sua empresa. Sabemos o que isso significa, ou seja, o trabalhador ter seus ganhos vinculados aos ganhos da própria empresa. Sabemos que o seu nível de produção será diferente, assim como o seu nível de integração e de amor à empresa. Sabemos o que significa o trabalhador participar da co-gestão da empresa e o que lhe representa aquela empresa; com que ardor e carinho ele vai dedicar-se ao mínimo bem da empresa, à sorte e à atividade na sua empresa. Todos nós já estamos convencidos disso. Não quero aqui reiterar este argumento.

Chamo a atenção desta Comissão e da Assembléia Nacional Constituinte no sentido de darmos concretude a esse princípio, a essa aspiração. Este é o alcance da minha emenda: estabelecer um percentual mínimo de participação, de 1/3 nos lucros e na gestão da empresa. Ela dá outra execução ao princípio. Com isso, estaremos assumindo uma atitude transformadora e de grandeza diante da sociedade, do trabalhador brasileiro e do modelo industrial deste País que precisa ser transformado. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Concedo a palavra ao Constituinte Antônio Britto, para encaminhar contra.

**O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO BRITTO:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, a emenda do nobre Constituinte Vivaldo Barbosa é apresentado, como é hábito de S. Ex.<sup>a</sup> com a mais louvável das intenções. Ela me parece, pelo texto oferecido à consideração deste Plenário, apresentar ao menos duas dificuldades para as quais gostaria de chamar a atenção deste Plenário. Em primeiro lugar, S. Ex.<sup>a</sup> remontou a 1946, lembrando que dispositivo similar a este, tratando da mesma matéria, tornou, por não ser matéria auto-aplicável e, em consequência, dependendo de legislação complementar ou na inexistência desta, o dispositivo sem efeito prático.

Chamo a atenção de S. Ex.<sup>a</sup> e dos nobres Constituintes para o fato de que o Relator Bernardo Cabral, com muita acuidade, acresceu, ao final do dispositivo apresentado à consideração da Constituinte, a expressão "ou em negociação coletiva", trazendo para o conjunto dos trabalhadores o apoio constitucional para, via negociação coletiva, chegar a este objetivo. Então, não estamos diante de um texto que repete 1946, mas que avança em relação a 1946, objetivamente.

Em segundo lugar, gostaria de lembrar que o texto do nobre Relator Bernardo Cabral estabelece uma condição fundamental para que isso seja igualmente efetivo e realmente se realize.

Diz o Relator: "Participação nos lucros desvinculada da remuneração."

Tal expressão é suprimida na proposta do nobre Constituinte Vivaldo Barbosa.

Por último, S. Ex.<sup>a</sup>, o Constituinte Vivaldo Barbosa diz: "Participação nos lucros e na gestão da empresa onde trabalha nunca inferior a um terço dos lucros."

Creio, Sr. Presidente Sras. e Srs. Constituintes, que é hora de se reafirmar algo que tem sido o sentimento médio desta Casa: é preciso avançarmos, é preciso darmos clareza ao texto. E nenhum avanço pode ser considerado como tal se não tiver exatamente a condição da clareza. Quando, em nome dela, se vai ao detalhe da legislação ordinária, talvez o avanço não seja exatamente um avanço.

Em nome destes argumentos, encaminho a votação em favor da manutenção do texto apresentado pelo nobre Relator Bernardo Cabral, reafirmando convicção de que este texto é a favor da participação na gestão e não é a exemplo do que ocorreu em 1946, um texto que seja simplesmente a favor, no adjetivo. Ele cria, seja se referindo à desvinculação da remuneração, seja às negociações coletivas, o caminho concreto pelo qual esse avanço se tornará realidade a partir da promulgação deste texto.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Concedo a palavra à Constituinte Cristina Tavares, para encaminhar a votação a favor.

**A SRA. CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES:** – Sr.

Presidente, Sras e Srs. Constituintes, o Brasil é um País historicamente dominado pelo capitalismo selvagem. A não ser que me engane, os Constituintes do lado de cá do plenário passaram vinte anos acusando o capitalismo selvagem que impera no País: concentração de renda, arrocho salarial, legislação sindical e trabalhista feita para não ser obedecida.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, a demagogia imperava ao ponto de a redação do programa da Arena e do atual PDS, escrita pelo hoje Presidente da República José Ribamar Sarney, consagrar a participação dos trabalhadores nos lucros das empresas.

O que pretende o representante do PDT do Rio de Janeiro, nobre Constituinte Vivaldo Barbosa, é que isso não se torne apenas a expressão de uma vontade demagógica, mas a realidade, a participação dos trabalhadores nos lucros e na co-gestão das empresas. Não venham dizer que trabalhador não tem competência nem responsabilidade para participar dessa co-gestão. Não me digam, como nos argumentos que ouvi há pouco neste plenário, que, se, por exemplo, participassem da co-gestão e dos lucros de uma empresa multinacional, como a Volkswagen, os trabalhadores iriam trabalhar para que os preços subissem, a fim de usufruírem os lucros excessivos da empresa. Acredito, Sr. Presidente, que a classe trabalhadora brasileira já amadureceu o suficiente para poder participar da co-gestão e dos lucros das empresas e não precisa da tutela de um parlamento burguês, nem dos supostos iluminados que vêm conduzindo a economia brasileira – os de direita e os de esquerda – cada vez mais concentrando a pirâmide elitista, que considera o trabalho como o mais desvalorizado, o mais miserável dos insumos.

Ao pedir a aprovação desta emenda, temos consciência – o Constituinte Vivaldo Barbosa, eu e os que vão votar – da consagradora derrota que vamos receber, mas queremos que fique registrada nos Anais da Assembléia Nacional Constituinte a posição daqueles que, às vésperas do século XXI – e quantas mil vezes se disse isso, neste ple-

nário – defendem a participação dos trabalhadores nos lucros e na gestão das empresas. Daí por que, Sr. Presidente Fernando Henrique Cardoso, tendo V. Ex.<sup>a</sup> com uma das figuras mais modernas deste País a presidir a Mesa, ousou pedir ao Plenário a aprovação da Emenda Vivaldo Barbosa. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Com a palavra o Constituinte José Serra, que encaminhará contra.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ SERRA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, venho à tribuna, para encaminhar contra a proposta do Constituinte Vivaldo Barbosa.

Na seqüência dos argumentos colocados pelo meu companheiro de partido, Constituinte Antônio Britto, vou chamar a atenção para um ponto. A Emenda Vivaldo Barbosa excluiu um aspecto do texto do Relator que é muito importante, que diz "participação nos lucros desvinculada da remuneração". Trata-se de um aspecto importante que se procura fixar na Constituição.

Outro aspecto para o qual queria chamar a atenção – com todo o respeito que tenho pelo Constituinte Vivaldo Barbosa – refere-se à precariedade da redação, tal como está colocada: "Participação nos lucros e na gestão da empresa onde trabalha nunca inferior a 1/3 dos lucros, e cargos de direção", o que nos leva a crer também que a participação nos lucros e na gestão nunca deverá ser inferior a 1/3. Não dá para entender. A precariedade da redação é bem acentuada.

Pessoalmente, com muita franqueza, tenho dúvidas a respeito da idéia de participação nos lucros. Por quê? Porque acho que os sindicatos têm como função defender aumentos salariais, aumentos na participação do produto que a empresa gera, independentemente da questão de lucro *stricto sensu*. A questão de lucro poderia levar, em certas circunstâncias, à formação de alianças entre determinados sindicatos ou segmentos de trabalhadores e empresas com a finalidade de deter aumentos de lucros através de aumentos inflacionários, que contrariam o interesse público. No entanto, esse já é um conceito consagrado na Constituição. Agora, chega-se ao requinte de se estabelecer um percentual dos lucros, independente da conjuntura que a empresa atravesse, do seu tamanho e das suas condições. Quer dizer, trata-se realmente de um detalhismo absurdo de um conceito que, insisto, já é discutível tal como colocado.

E com relação à questão da gestão, realmente já instituí na economia brasileira um sistema de co-gestão – talvez por amor ao pré-socialismo, que não vai ser alcançado numa economia de mercado capitalista como a que vivemos. A maneira de se realizar essas transformações não seria através da fixação dessa fração, dessa proporção, mesmo se achássemos que esta seria a fórmula de o progresso social ocorrer no Brasil imediatamente, amanhã, a partir desta Constituição. Por esses motivos e por outros que o tempo não me permite expor, encaminho contra a proposta do Constituinte Vivaldo Barbosa. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Indago do Sr. Relator se quer acrescentar alguns esclarecimentos.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, o eminente Constituinte Antônio Britto havia expressado o ponto de vista da Relatoria, o que agora é confirmado pelo Constituinte José Serra. Em verdade, não há que se dar 1/3 de lucro aos empregados, porque em uma empresa onde houver três sócios, o empregado vai ter mais do que o sócio. É preciso ter cuidado com isso. De modo que a Relatoria vota contra, com pesar, pela admiração que sempre tributou ao Constituinte Vivaldo Barbosa.

**O SR. CONSTITUINTE HAROLDO LIMA:** – Sr. Presidente, para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Haroldo Lima.

**O SR. CONSTITUINTE HAROLDO LIMA:** – Gostaria de solicitar de V. Ex.<sup>a</sup> um esclarecimento: A emenda em votação retira a expressão "desvinculada da remuneração"? Estabelece a participação na base de 1/3?

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Sim, retira. Vou ler a emenda: "Participação nos lucros e gestão da empresa onde trabalha, nunca inferior a 1/3 dos lucros, e cargos de direção". Espero que V. Ex.<sup>a</sup> tenha entendido com clareza a emenda.

**O SR. CONSTITUINTE HAROLDO LIMA:** – Agora entendi. Muito obrigado. Embora tenha tentado inscrever-me, não o consegui e, portanto, não pude falar. A idéia da participação dos lucros, eu, como comunista, a esposo inteiramente. Creio que desvinculá-la da remuneração é um grave risco, além do que a idéia de que vamos, através de uma votação, ganhar 1/3 supõe uma perspectiva um tanto idealista: poderíamos estar admitindo a Hipótese, por exemplo, de ganhar para os trabalhadores a Volkswagen, o que não tem cabimento. A revolução passaria a ser dispensável.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Agora que já esclareci a questão de ordem de V. Ex.<sup>a</sup>, peço-lhe que nos devolva a palavra para começarmos a votação.

#### (Procede-se à votação)

**O SR. CONSTITUINTE ADOLFO OLIVEIRA:** – Sr. Presidente, 17 Srs. Constituintes votaram "sim"; 60 votaram "não"; não houve abstenção.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – O destaque do Constituinte Vivaldo Barbosa foi rejeitado.

A Mesa gostaria de submeter agora à votação o destaque do Constituinte Raul Ferraz. Sem querer constranger ninguém, pergunto se S. Ex.<sup>a</sup> está presente. Poderíamos fazer esta pergunta pelo menos para verificar as ausências.

**O SR. CONSTITUINTE JONAS PINHEIRO:** – Sr. Presidente, há alguns suplentes que não foram chamados.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Sr. Secretário, a questão de ordem é no sentido de que alguns suplentes não foram chamados. Aliás, suplentes de um determinado partido, o que é mais grave.

**O SR. CONSTITUINTE ADOLFO OLIVEIRA:** – A reclamação é procedente.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Procedendo, continua a chamada nominal. Pedimos escusas pelo fato. Como já aconteceu certa feita, encerra-nos a chamada com a votação apenas dos suplentes do PMDB, omitindo os demais.

#### (Prossegue a votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Ademir Andrade, Cristina Tavares, José Paulo Bisol, Nilson Gibson, Paulo Ramos, Miro Teixeira, Rose de Freitas, Uldurico Pinto, Vicente Bogo, Vilson Souza, Brandão Monteiro, José Maurício, Lysâneas Maciel, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Roberto Freire e Jamil Haddad. Votaram **NÃO** os seguintes senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Aluizio Campos, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Carlos Mosconi, Carlos Sant'Anna, Celso Dourado, Cid Carvalho, Egídio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Henrique Cardoso, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, Ibsen Pinheiro, João Calmon, João

Herrmann Neto, José Ignácio Ferreira, José Richa, José Serra, José Ulisses de Oliveira, Mário Lima, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nelson Friedrich, Oswaldo Lima Filho, Pimenta da Veiga, Prisco Viana, Renato Vianna, Rodrigues Palma, Sigmaringa Seixas, Virgildásio de Senna, Albano Franco, Antonio Mariz, Israel Pinheiro, Marcos Lima, Michel Temer, Octávio Elísio, Alcení Guerra, Antonio Carlos Mendes Thame, Arnaldo Prieto, Carlos Chiarelli, Edme Tavares, Eraldo Tinoco, Inocêncio Oliveira, José Jorge, José Lins, José Santana de Vasconcellos, José Thomaz Nonô, Luís Eduardo, Mário Assad, Paulo Pimentel, Sandra Cavalcanti, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Virgílio Távora, Jonas Pinheiro, José Lourenço, José Tinoco, Paes Landim, Ricardo Izar, Bonifácio de Andrada, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Adolfo Oliveira, José Maria Eymael e Haroldo Lima.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 17 Constituintes; votaram NÃO 67 Constituintes. Total: 84 votos. Feita a retificação da votação, ampliou-se a diferença a favor da rejeição. O Destaque foi rejeitado.

**Destaque nº 3243/87 – Emenda nº ES-24967-3, do Sr. Ismael Wanderley, "que adita inciso ao art. 7º do Substitutivo nº 1 (art. 6º inciso IX do Substitutivo nº 8)". (114.ª votação)**

Destaque nº 3243, requerido pelo Constituinte Ismael Wanderley.

Como faço habitualmente, pergunto a S. Ex.ª se deseja fazer uso da palavra já ou se quer considerar a possibilidade de renunciar à apresentação do seu destaque.

**O SR. CONSTITUINTE ISMAEL WANDERLEY:** – Sr. Presidente, desejo usar da palavra para manter o destaque.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Quero esclarecer à Casa que minha pergunta não tem o objetivo de constranger quem quer que seja, mas o de evitar delonga muito grande na votação, quando, de antemão, sabe-se o resultado. Acho que a Constituição deve ser votada com brevidade, mas, repito, não quero constranger ninguém.

Concedo a palavra ao Constituinte Ismael Wanderley, que vou ouvir com a maior atenção e interesse, como sempre o fiz.

**O SR. CONSTITUINTE ISMAEL WANDERLEY:** – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs Constituintes, entendemos que nosso destaque vem aprimorar o texto constitucional, quando dizemos: "a participação dos trabalhadores, de forma representativa, na gestão, e, direta, nos lucros da empresa, na forma que dispuser a lei".

Tivemos a felicidade de ver nosso destaque aproveitado pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, que o escolheu como o mais preciso e que vem realmente definir, de forma enxuta, a participação dos trabalhadores nos lucros e na gestão da empresa. Essa é uma conquista da Constituição de 1946.

A co-gestão é debatida até no programa do PDS, que, como sabemos, é um partido conservador.

Chamo a atenção para a importância da redação deste texto, porque teremos, de maneira indiscutível, inserida na Constituição, de forma clara, a participação dos trabalhadores nos lucros da empresa.

Repito, nosso destaque é o seguinte:

"A participação dos trabalhadores, de forma representativa, na gestão, e, direta nos lucros da empresa, na forma que dispuser a lei."

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Não havendo mais oradores inscritos, pergunto se há alguém que deseja fazer encaminhamento a favor ou em sentido contrário.

Não havendo, vou passar a palavra ao Relator Bernardo Cabral.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, com toda a admiração que tributo ao eminente Constituinte, sabe S. Ex.ª que o texto do Substitutivo está mais completo. Eminente Constituinte Ismael Wanderley, observe que no texto do Substitutivo existe inclusive a desvinculação da remuneração, o que garante mais o empregado. Se V. Ex.ª perceber que, além disso, a emenda de V. Ex.ª suprime a negociação coletiva, há de convir que há um prejuízo para o trabalhador.

Só me resta, para não ter o constrangimento de votar contra V. Ex.ª pela amizade que há entre nós, fazer o pedido para que retire sua emenda.

**O SR. CONSTITUINTE ISMAEL WANDERLEY:** – Em nenhum momento, Sr. Relator, vejo como o meu destaque pode prejudicar o interesse do trabalhador. Citei, inclusive, levantamento feito pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, que escolheu nosso destaque como o mais preciso, mais claro e o mais enxuto a ser inserido no texto constitucional.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Mantido o destaque pelo Sr. Constituinte, passa-se à votação.

**(Procede-se à votação)**

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Cristina Tavares, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, José Paulo Bisol, Mário Lima, Nelson Friedrich, Nilson Gibson, Paulo Ramos, Renato Vianna, Sigmaringa Seixas, Virgildásio de Senna, Miro Teixeira, Nelson Wedekin, Octávio Elísio, Uldurico Pinto, Vicente Bogo, Brandão Monteiro, José Maurício, Lysâneas Maciel, Francisco Rossi, Gastone Righi, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Haroldo Lima, Roberto Freire e Jamil Haddad. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Aluizio Campos, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Carlos Mosconi, Carlos Sant'Anna, Celso Dourado, Cid Carvalho, Egídio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Henrique Cardoso, João Calmon, José Ignácio Ferreira, José Richa, José Serra, José Ulisses de Oliveira, Manoel Moreira, Nelson Jobim, Oswaldo Lima Filho, Pimenta da Veiga, Rodrigues Palma, Aécio Neves, Albano Franco, Antonio Mariz, Israel Pinheiro, Marcos Lima, Roberto Brant, Vilson Souza, Alcení Guerra, Antonio Carlos Mendes Thame, Arnaldo Prieto, Carlos Chiarelli, Edme Tavares, Eraldo Tinoco, Inocêncio Oliveira, José Jorge, José Santana de Vasconcellos, José Thomaz Nonô, Luís Eduardo, Mário Assad, Paulo Pimentel, Sandra Cavalcanti, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Virgílio Távora, Jonas Pinheiro, José Tinoco, Paes Landim, Bonifácio de Andrada, Joaquim Bevilacqua, Adolfo Oliveira e José Maria Eymael.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 28 Constituintes; votaram NÃO 51 Constituintes. Total: 79 votos. O Destaque foi rejeitado.

Passamos à votação do Destaque nº 3522, do Constituinte Victor Fontana. Estando S. Ex.ª ausente, fica prejudicado o seu destaque.

Destaque nº 4186, do Constituinte Walmor de Luca. Estando ausente, fica prejudicado o destaque.

Destaque nº 4495, do Constituinte Victor Fontana. Estando ausente, fica prejudicado o destaque.

Destaque nº 4608, do Constituinte Renato Vianna. Foi retirado o destaque.

Constituinte José Ignácio Ferreira. Foi retirado o destaque.

Constituinte Darcy Pozza. Estando ausente, fica prejudicado o destaque.

O Constituinte Luís Roberto Ponte retira o destaque. **(Palmas)**

O Constituinte Luís Eduardo mantém o destaque n.º 8196? **(Pausa)** S. Ex.ª também o retira.

Terminamos, portanto, a votação do Inciso IX.

**O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE:** — Sr. Presidente, pela ordem. Logo mais, na sessão da tarde, votaremos um tema extremamente polêmico e da maior importância, que é a jornada de trabalho. Estive olhando a organização da colocação dos destaques pela Assessoria da Mesa, e observei que há destaques que propõem 35 horas semanais; há outros que propõem 40 horas semanais, outros 42 horas, outro; 44 horas, e finalmente outros que propõem 48 horas semanais de trabalho. Todavia, a ordem em que as diversas proposições estão colocadas não é essa, Sr. Presidente. Apelar à Assessoria da Mesa para que colocasse os destaques na devida ordem, para que fôssemos votando por partes, até chegarmos à posição final. Ou num sentido ou no outro, mas que houvesse uma ordem em algum sentido, para que pudéssemos votar a questão de maneira organizada e consciente.

Esta a questão de ordem que levanto, sabendo que isso precisa ser feito antes da sessão que se iniciará às 15 horas.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** — O Presidente está limitado ao Regimento, que obriga se respeite a ordem de entrada do pedido. Não sei quem presidirá a sessão. Levarei a questão de V. Ex.ª ao próximo Presidente

**A SRA. CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES:** —Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** — Concedo a palavra à nobre Constituinte Cristina Tavares.

**A SRA. CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES:** — Sr. Presidente, as normas consolidadas pelo nobre Constituinte Nelson Jobim — a quem peço me suceda nesta tribuna — têm uma lógica, tanto que as mais abrangentes devem servotadas antes do que as menos abrangentes. Por exemplo: se é aprovada emenda que estabelece quarenta horas semanais — é mais abrangente do que a que determina 42 — todas as outras caem. De forma que, diante da lógica que inspirou as normas consolidadas, estas devem prevalecer. E esta não pode deixar de ser a ordem adotada no plenário.

**O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE:** — Sr. Presidente, desejo apenas levar à Mesa um esclarecimento. V. Ex.ª disse que são votados os destaques por ordem de entrada, mas o documento que recebemos — e tenho observado isso em todas as outras votações — não segue essa ordem. Aqui há exemplos de todos os tipos de emendas. A da Constituinte Irma Passoni, de nº 2248, está muito à frente da de nº 5373. Não estou entendendo a ordem que a Mesa está adotando.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** — Se V. Ex.ª permitir que eu fale, explicarei esse detalhe. Há ordem dentro de cada bloco. As supressivas vêm primeiro; depois, as substitutivas e as modificativas. Há uma classificação feita na Mesa. De qualquer forma, não tenho como resolver uma questão em abstrato. Assim que se proceda à votação desta matéria já terei informado o Presidente da sessão das objeções de V. Ex.ª Parece-me até que o argumento da Constituinte Cristina Tavares é sólido — pela abrangência maior ou menor. Vou transmiti-lo ao Presidente, dando a minha opinião de que ele tem algum fundamento. Vamos ver o que é possível fazer!

#### IV — SUSPENSÃO DA REUNIÃO

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** — A Presidência vai suspender os trabalhos, convocando os do Senhores Constituintes para a continuação da presente reunião, hoje, 9-10-87, às 15:00 horas. Está suspensa a reunião.

#### EM 9 DE OUTUBRO DE 1987 (2)

Presidência dos Srs.: **Jarbas Passarinho**, Terceiro-Vice-Presidente; **Afonso Arinos**, Presidente.

#### I — REABERTURA DA REUNIÃO

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** — Havendo número regimental, declaro reaberta a reunião.

#### II — ORDEM DO DIA

##### VOTAÇÃO DO PROJETO DE CONSTITUIÇÃO TÍTULO II (continuação)

Em votação o Destaque nº 4000, requerido pelo ilustre Constituinte Aluizio Campos, referente ao texto do Inciso X. **(Pausa)** S. Ex.ª não está presente. Prejudicado o destaque.

**Destaque nº 119-87 do Sr. Paulo Paim — Emenda nº ES-32974-0, do Sr. Geraldo Campos "que modifica o art. 7º, Inciso X do Substitutivo n.º 1 (art. 6º, inciso X do Substitutivo nº 2)".**

Em votação o Destaque nº 119, requerido pelo Constituinte Paulo Paim, referente à Emenda nº 32974, de autoria do Sr. Constituinte Geraldo Campos.

Tem a palavra o Sr. Constituinte Geraldo Campos.

**O SR. CONSTITUINTE GERALDO CAMPOS:** — Sr. Presidente, srs. Constituintes, o destaque tem por objetivo substituir a redação contida no 2º Substitutivo do Relator Bernardo Cabral pela do Substitutivo zero, ou seja, a mesma da Comissão Temática, que diz:

"... Salário-família aos dependentes dos trabalhadores que percebem até quatro salários mínimos, na base de percentual variável, de 20% a 5% do salário mínimo, a partir do menor ao maior salário aqui compreendido respectivamente."

A finalidade da proposta é assegurar que o salário-família seja pago apenas aos trabalhadores que percebem até quatro salários mínimos. Mesmo porque, para os trabalhadores que ganham acima de quatro salários mínimos, geralmente a quantia correspondente ao salário-família não é significativa. Há trabalhadores que percebem dezenas de milhares de cruzados, mas o salário-família nada representa em proporção a seu ganho.

Em um país como o nosso, onde é elevado o índice de mortalidade infantil, é mister assegurar ajuda aos mais carentes, com o salário-família. Assim, o objetivo da proposta é garantir um salário-família correspondente a 20% do salário mínimo para quem ganha um salário mínimo; 15% por dependente para quem ganha até dois; 10% por dependente para quem ganha até três e 5% para quem ganha até quatro salários mínimos. Daí por diante não se perceberá salário-família.

Entendemos que a adoção desse sistema não acarretará nenhum prejuízo para o empresário, pois o salário continuará, como agora, a ser pago pela Previdência Social, ficando o empregador responsável apenas pelo seu adiantamento na ocasião do pagamento mensal. A Previdência Social também não seria prejudicada, já que a elevação do salário-família seria compensada pela dispensa de pagamento aos que ganhassem acima de quatro salários mínimos. Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a medida, além de não onerar o empregador nem a Previdência, ainda asseguraria ajuda substancial ao trabalhador menos afortunado.

Houve quem pensasse, durante a discussão desse tema na Comissão Tema na Comissão Temática, que isso poderia servir de estímulo ao aumento da prole, por parte da camada menos

aquinhoados dos trabalhadores, o que representaria também um aumento da população. No entanto, o que se observa é o inverso. À medida que aumenta o ganho, é reduzido o número de dependentes. Por isso, acreditamos que a adoção da emenda nos termos propostos na Comissão Temática representaria um desestímulo ao aumento da prole, o que consideramos conveniente ao País. Atualmente, o salário-família é pago à razão de 5% por dependente. Sua elevação para 20%, para quem ganha apenas um salário mínimo, contribuiria para a redução da carência nos lares mais necessitados.

Acreditamos, pois, Sr. Presidente, que melhor do que a redação do Relator no seu 2º Substitutivo é a redação do Substitutivo "zero", da Comissão Temática que tratou da ordem social, porquanto representa uma ajuda às camadas mais carentes dos trabalhadores.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Para encaminhar contra, concedo a palavra ao Constituinte João Menezes. (Palmas) S. Ex.<sup>a</sup> não está presente.

Com a palavra o nobre Constituinte Egídio Ferreira Lima.

**O SR. CONSTITUINTE EGÍDIO FERREIRA LIMA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o texto do projeto assegura o salário-família. Querer limitar o salário-família de quem ganha até determinado número de salários mínimos, querer fixar e estereotipar no texto constitucional o **quantum**, a forma, os percentuais do salário-família é comprometer o seu grande alcance.

Em primeiro lugar, e o que preocupa o autor da emenda é o fato de ser um reforço para o salário familiar. Mas o salário-família tem também o alcance de estabelecer um controle correto da população, estimulando a procriação, ou fazendo com que seja reduzida. Alguns países da Europa Ocidental – a Alemanha é um exemplo típico – aumentam o salário pelo número de filhos que a família tem, em virtude da redução de população que ali está ocorrendo.

Aprovar esta emenda, em última análise, é querer resolver o problema do salário dos que ganham pouco por intermédio do salário familiar, comprometendo-o.

Os trabalhadores devem lutar pelo salário justo, não necessariamente para que este salário seja complementado com o salário-família, que tem outro alcance.

Manifesto-me contra a emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra o Constituinte Paulo Ramos, para encaminhar a votação a favor da emenda.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, estamos discutindo, nesta tarde, os direitos dos trabalhadores, não os seus deveres ou encargos, porque estes já são comprovados no dia-a-dia da nossa história.

Hoje, no Brasil, temos, por dados oficiais, 37 milhões de menores carentes, sendo 8 milhões abandonados. Já houve quem dissesse que para cada menor abandonado há uma família também abandonada. Sabemos que essa família é a do trabalhador. Precisamos compreender, ao contrário dos argumentos apresentados pelo Constituinte Egídio Ferreira Lima, que não podemos estabelecer a mais remota comparação entre o Brasil e qualquer país da Europa. É necessário reconhecer que o Brasil, com a sua força de trabalho, construiu a oitava economia mundial, mas os responsáveis pela produção de toda essa riqueza enfrentam a maior miséria do mundo.

Hoje o Brasil ostenta, diante da comunidade internacional, altíssimos índices de pobreza. Não podemos compreender, nem, acima de tudo, aceitar que o salário-família

seja encarado como um instrumento para incentivar o descontrole da natalidade. Sabemos que hoje os índices de natalidade são menores na medida em que se aumenta a renda familiar. E o salário-família já está arraigado na consciência do povo brasileiro. Qualquer concessão feita ao trabalhador em relação ao aumento do valor do salário-família, em nenhum momento poderá ser vista como um instrumento para o descontrole da natalidade e muito menos para desviar o trabalhador da luta por melhores salários.

Todos sabemos que o trabalhador brasileiro, mesmo quando submetido à mais dura repressão, procura, com grande sacrifício, encontrar caminhos para se organizar e para se instrumentalizar na luta por melhores salários.

Hoje toda a classe trabalhadora está com os olhos voltados para a Assembléia Nacional Constituinte. Não podemos aceitar que um Constituinte eleito com os votos dos trabalhadores queira confirmar que eles foram incautos, escolhendo-o para representá-los na elaboração da nova Carta constitucional.

Subscrita por vários Constituintes, a proposta de autoria do Constituinte Geraldo Campos tem um conteúdo inarredável de justiça social, sem que, de alguma forma, seja gravado o empregador. Precisamos compreender que a Previdência Social dispõe de recursos e tem possibilidade de arcar com um ônus que certamente há de contribuir para a redução do número de famílias carentes, ou de menores abandonados.

Hoje, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, é preciso reafirmar que toda a classe trabalhadora, a esmagadora maioria do povo brasileiro, está atenta ao posicionamento de cada Constituinte, que deve consagrar os direitos dos trabalhadores. E este é o capítulo que estamos discutindo.

Vamos, juntos, apoiar esta emenda, que em momento algum desfigura a proposta do nobre Relator. Ao contrário, funciona como um alerta. Espero, portanto, que o Sr. Relator se posicione favoravelmente à proposta, para que possamos avançar não só na construção de um modelo democrático, mas também para alcançar-se a justiça social em nosso País.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Com a palavra o nobre Relator, Constituinte Adolfo Oliveira.

**O SR. RELATOR SUBSTITUTO (Adolfo Oliveira):** – Sr. Presidente, nobres colegas, cabe-nos defender o texto do 2º Substitutivo, que é amplo e justo para com os trabalhadores. Temos sérias e fundadas dúvidas quanto à justeza da emenda de autoria do nobre Constituinte Geraldo Campos, embora reconheçamos os propósitos de S. Ex.<sup>a</sup> como os mais elevados. Diz a emenda:

"Dê-se ao inciso X a seguinte redação:

X – Salário-família aos dependentes dos trabalhadores..."

E aqui nos deparamos com o primeiro problema, já que o **caput** do artigo diz: "Além de outros, são direitos dos trabalhadores..." Portanto, não há como repetir. E prossegue a emenda:

"...que percebam até quatro salários mínimos".

Consideramos, Sr. Presidente, a exemplo do que tão bem sustentou o nobre Constituinte Egídio Ferreira Lima, não ser humano nem justo proibir-se a percepção do salário-família àqueles que ganhem cinco, seis, dez salários mínimos, eis que suas carências e problemas são os mesmos.



A aplicação, depois, de um percentual variável de 20%, até o mínimo de 5% do salário mínimo, tampouco é matéria constitucional.

Finalmente, diz-se "a partir do menor ao maior salário aqui compreendido..." Isso também não existe mais, porque o inciso IV decretou o caráter nacional do salário mínimo.

Parece-nos muito melhor deixar para a lei a definição dos critérios e da forma de aplicação do salário-família, razão pela qual, para não cometermos injustiças e não excluirmos milhões de trabalhadores do benefício do salário-família, permanecemos com o texto do Substitutivo.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO PAIM:** – Sr. Presidente, retiro o destaque.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Retirado o destaque.

Em votação o Destaque nº 1585, requerido pelo Constituinte Paulo Paim, referente à Emenda nº 28163. **(Pausa)** S. Ex.<sup>a</sup> retira o destaque.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Pergunto ao Constituinte Nilton Friedrich se mantém o destaque.

**O SR. CONSTITUINTE NELTON FRIEDRICH:** – Retiro o destaque.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Retirado o destaque. Passamos ao item XI, que trata da "duração do trabalho não superior a oito horas diárias". Por ser supressivo, tem preferência para votação o Destaque nº 8154, do Constituinte Haroldo Sabóia, que suprime o inciso.

**O SR. CONSTITUINTE HAROLDO SABÓIA:** – Retiro o destaque.

**Destaque nº 665/87, do Sr. Brandão Monteiro, "que substitui o art. 6º inciso XI do Substitutivo nº 2 pelo art. 13 inciso XV do Projeto de Constituição". (115ª votação).**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Retirado o destaque.

Por ser substitutivo e referente ao Projeto, tem preferência o Destaque nº 665, de autoria do Constituinte Brandão Monteiro, que substitui o inciso XI pelo inciso XV do art. 13 do Projeto. O autor do destaque indicou o Constituinte Oswaldo Lima Filho para falar a favor.

**O SR. CONSTITUINTE OSWALDO LIMA FILHO:** – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Constituintes, a emenda de autoria do Constituinte Brandão Monteiro, em última análise, é, simplesmente, o destaque do art. 13, inciso XV, do 1º Substitutivo.

O que S. Ex.<sup>a</sup> pretende é o que consta da Emenda nº 33645, de igual teor, de minha autoria, e repete o Projeto de Constituição anterior.

Diz o inciso XI:

"Duração de trabalho não superior a 40 horas semanais, e não excedente a oito horas diárias, com intervalo para repouso e alimentação."

Sr. Presidente, no discurso proferido anteontem pelo Sr. Presidente da República, está cunhado o lema para o Brasil de hoje. Dizem os industriais, os grandes comerciantes e os líderes políticos que o Brasil é a oitava potência industrial do mundo. Mas, se assim o é, como explicar o fato – e não quero no momento discuti-lo – de que no campo da dívida social estamos ao nível dos países mais atrasados da América Latina, do sudoeste asiático, com os mais altos índices de mortalidade infantil, da doença de Hansen, ou de Chagas, ou doenças endêmicas que já estão afastadas do mundo desenvolvido? Hoje, neste mundo de-

envolvido a que o Brasil se orgulha de pertencer, não há uma só nação em que a jornada de trabalho seja ainda de 48 horas semanais. Países da Escandinávia, assim como a França, a Holanda, a Bélgica, a Itália, a Inglaterra, e até mesmo países europeus menos desenvolvidos, como Portugal e os da área do Mediterrâneo – Espanha e Grécia – já adotam jornada de trabalho inferior a 40 horas.

Quero salientar, ainda, sem vanglória, que fui o autor do Projeto nº 526, de março de 1983, que fixou em 40 horas a jornada semanal de trabalho. Menciono este fato para destacar que a medida, portanto, em termos de lei ordinária, já está aprovada, desde novembro de 1985, pela Câmara dos Deputados, em votação praticamente unânime, embora ainda hoje durma nas gavetas do Senado Federal.

Esse parece-me o argumento fundamental contra os que, equivocadamente, afirmam que a matéria não deve figurar na Constituição. Ora, como não figurar na Constituição, se quando se apresenta a matéria como lei ordinária ela é engavetada, como ocorreu com o projeto de minha autoria, já referido, que, mesmo aprovado pela Câmara em 28 de novembro de 1985, continua dormindo nas gavetas do Senado Federal?

A crise social que vive o Brasil – já o têm dito numerosos representantes que assomaram a esta tribuna – é devida basicamente à má distribuição de renda nacional. O País tem crescido a níveis de fazer inveja aos Estados Unidos ou a qualquer outro país desenvolvido, ou seja, em termos de 7 a 8% do Produto Interno Bruto. No entanto, a remuneração dos trabalhadores se reduz de ano para ano. Nossos industriais, nossos grandes comerciantes se enriquecem, ostentam um nível de vida igual ao dos empresários das grandes nações desenvolvidas do Ocidente. Mas o trabalhador brasileiro é considerado um pária e, em sua grande maioria, vive de um salário que sequer é suficiente para a alimentação de sua família.

E preciso salientar que a medida proposta permitiria aumentar em 16% a força de trabalho no País. É, portanto, indispensável para o aquecimento do mercado interno brasileiro, para o nosso desenvolvimento econômico. E na economia moderna não pode haver desenvolvimento sem consumidores com suficiente poder aquisitivo. É certo que, em parte, o alto índice de desemprego no Brasil decorre da recessão que a dívida externa nos impôs. Não obstante, em todo o mundo civilizado, a medida que os economistas têm recomendado para se combater o desemprego é a redução da jornada de trabalho.

Peço, pois, aos Srs. Constituintes que meditem sobre a crise brasileira, que, na verdade, decorre da má distribuição de renda, do desemprego, e votem pela emenda que estabelece uma jornada de trabalho que já vigora em todo o mundo civilizado.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra o Sr. Constituinte Egídio Ferreira Lima, para encaminhar contra.

**O SR. CONSTITUINTE EGÍDIO FERREIRA LIMA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, esta matéria que estamos votando agora é de repercussão social e de grande alcance político. Devemos, por isso mesmo, tratá-la com maturidade, com senso de responsabilidade, com perspectiva do amanhã e em defesa da classe trabalhadora.

Talvez fosse desnecessário, mas este orador se sente no dever de reportar alguns fatos.

Sou um homem que, desde estudante, passando pela magistratura e pelo magistério, sempre pensou politicamente e sempre esteve voltado para os interesses dos trabalhadores e dos mais sofridos. Não apenas pelo discurso, não para aparecer bem, mas para alcançar o melhor e dar curso à revolução brasileira. Eu poderia, hoje, integrar um dos Tribunais superiores do País ou poderia manter uma banca de advocacia e ter fortuna e conforto, mas corri todos os riscos neste País. Em toda a minha existên-

cia, nunca, um minuto sequer, mostrei transigência diante da verdade, diante dos princípios de justiça, diante do interesse dos trabalhadores e da sociedade brasileira.

Se, agora, em nome da Liderança do PMDB, que quer agir com responsabilidade, eu me oponho à emenda, faço-o na certeza de que ela não é o melhor caminho. Que pretende o texto? Estabelecer um limite não superior a 48 horas. No entanto, a Liderança se reserva para votar pela emenda que reduz esse limite para 44 horas. Seguramente, neste momento da evolução social, política e revolucionária do Brasil, é este o passo que melhor atende às classes sociais e à luta dos trabalhadores.

Se tenho dito, em alguns momentos, que muito da matéria que aqui está sendo discutida não deveria ser inserida no texto constitucional, não é porque pretenda limitar o direito do trabalhador, mas porque quero deixá-lo livre para que reivindique e lute, para que se emancipe, para que se organize e possa realmente transformar este País e o Estado brasileiro em uma democracia. Limitar a jornada de trabalho a quarenta horas, neste momento, é estratificar, no texto constitucional, uma solução que não atende aos trabalhadores brasileiros. Os trabalhadores das grandes empresas, sobretudo de São Paulo, já trabalham quarenta ou, no máximo, quarenta e cinco horas semanais. Os trabalhadores do Nordeste, dos Estados pequenos, das regiões mais pobres, não seriam alcançados por esse benefício; ao contrário, sofreriam a dispensa, a redução da oportunidade de trabalho, para que as empresas pudessem atender ao que se pretende inserir agora. Não se está dizendo que os trabalhadores vão ter 40 horas por semana, mas, sim, que o limite não pode ser superior a este.

Sr. Presidente, temos certeza de que os trabalhadores brasileiros, dentro de pouco tempo, conquistarão, pela sua luta, pela sua pressão, as 40 horas semanais. Afirma-se que outros países já adotam a jornada de 40 horas, mas esquece-se de que esta foi uma conquista dos trabalhadores.

Não podemos transformar o Brasil em um Estado paternalista, com uma classe trabalhadora inerte, sem capacidade de luta, amaciada por soluções oferecidas pela lei, pelo Estado. No fundo, os que pretendem as 40 horas estão contendo o processo revolucionário da classe trabalhadora brasileira. **(Muito bem!)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Para defender seu destaque, tem a palavra o nobre Constituinte Brandão Monteiro.

**O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO MONTEIRO:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, todos sabem do profundo respeito que nutro pelo Constituinte Egídio Ferreira Lima. E tenho a necessária modéstia para dizer que eu não teria condições de ser hoje ministro de qualquer Tribunal, como as tem S. Ex.<sup>a</sup> Este modesto Constituinte, que, feliz ou infelizmente, é mais novo do que o Constituinte Egídio Ferreira Lima, não enumerará desta tribuna as lutas e os sofrimentos que enfrentou, por fidelidade ao povo e aos trabalhadores brasileiros. Não os utilizarei para argumentar a favor da jornada de 40 horas, já que me preocupam muito os que, sem dialogar com os trabalhadores, falam em nome dos trabalhadores, em defesa dos trabalhadores.

Os argumentos aqui expendidos pelo ilustre Constituinte que me antecedeu não militam a seu favor. Dizer que esta não é uma questão constitucional não diz bem com a tradição constitucional brasileira. De 1934 até hoje, as Constituições do País têm fixado a jornada de trabalho. Dizer que vamos produzir uma catástrofe no Brasil com a redução da jornada de trabalho, é desconhecer a realidade dos trabalhadores e do mundo. De fato, há redução da jornada de trabalho em todos os países, e para todos os gostos.

Quero lembrar que hoje a Assembléia Nacional Constituinte discute a redução da jornada de trabalho,

isto é, cem anos depois do grande levante de Chicago, em 1881, quando os trabalhadores americanos, no dia 1º de maio, desfilaram pelas ruas em defesa da jornada de trabalho que ainda hoje praticamos no Brasil. Em 1919, a I Convenção Internacional do Trabalho aprovou a redução da jornada de trabalho para 48 horas semanais. Em 1935, a OIT aprovou a redução dessa jornada para 40 horas semanais. Quanto ao Brasil, a jornada de trabalho de 8 horas foi conquista dos trabalhadores brasileiros, nos idos de 30, com sua inclusão na Carta de 1934.

Não quero estender-me referindo dados sobre a realidade mundial dos trabalhadores nem sobre a realidade dos trabalhadores do Brasil, mas quero dizer, sobretudo, que aqueles que sempre procuram utilizar o trabalhador para escravizá-lo, para, cada vez mais, deixá-lo sem condições de subsistência, não se lembram de aspectos sumamente importantes da economia brasileira, como, por exemplo, o de que o PIB, em nosso País, cresceu treze vezes, de 1954 a 1983, e a população cresceu três vezes, enquanto o salário mínimo real diminuiu, entre 1964 e 1984.

É preciso lembrar que vários países do mundo já reduziram sua jornada de trabalho. Aqueles que dizem que a redução da jornada de trabalho seria uma catástrofe para a economia brasileira estão repetindo, hoje, o que diziam os que defendiam a escravidão no Império, ou seja, que sua abolição desorganizaria a economia brasileira. **(Palmas)**

Lamento que os que ontem falavam e hoje falam em nome do povo – falavam e apoiavam, por exemplo, a I Conferência da Classe Trabalhadora, a Conclat, de 1981, e ali já empunhavam a bandeira de luta pela redução da jornada de trabalho para quarenta horas – venham à tribuna agora, sendo maioria nesta Casa, desonrar as tradições de luta do velho MDB e, agora, do PMDB, tentando conciliar propostas sem nenhum valor para a classe trabalhadora.

Hoje, a maioria da classe trabalhadora conquistou a jornada de 44 horas; a maioria dos trabalhadores, por força de suas lutas, não pela defesa daqueles que pretensamente a defendem, já conseguiu as 44 horas. É fundamental, pois, que a Assembléia Nacional Constituinte tenha consciência de que esta questão é fundamental. Na verdade, é uma questão básica que a Constituinte terá que aqui decidir.

Por isso, deixo aqui meu apelo aos Constituintes que de fato queiram não só resolver o grave problema da exploração do trabalhador – porque o trabalho está intimamente ligado à vida – mas também resolver o problema dos desempregados e dos semi-empregados.

Observem as soluções adotadas em vários países do mundo. Quando se fala, aqui, em redução da jornada do trabalho, diz-se, por exemplo, que a Grã-Bretanha a adotou por ser um país desenvolvido. Do mesmo modo, citam-se a Alemanha Oriental, hoje com 36 horas, e a França, com 38 horas. Mas existe redução da jornada de trabalho – repito – para todos os gostos, como as ocorridas no Paraguai, na Colômbia, na Argentina e no Equador, que já reduziram a jornada de trabalho para 40 horas semanais.

Esta é uma responsabilidade básica e fundamental da Assembléia Nacional Constituinte. Ontem diziam que a dispensa imotivada acabaria com a economia brasileira. Hoje voltam a bater na mesma tecla, de que a redução da jornada irá desorganizar a economia brasileira. Ouvimos V. Ex.<sup>as</sup>, ontem. Hoje queremos ver o voto de V. Ex.<sup>as</sup>, aqui. E os trabalhadores vão anotar esses votos. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra, para encaminhar contra, o Constituinte Alcení Guerra. **(Pausa prolongada).**

Tenho a impressão de que S. Ex.<sup>a</sup> não está inscrito, pois reluta em assomar à tribuna.

**O SR. CONSTITUINTE ALCENI GUERRA:** – Sr. Presidente, peço desculpas a V. Ex.<sup>a</sup>, mas o fato é que eu não sabia que estava inscrito. Assim, estou tentando informar-me pelo menos sobre o que devo falar. Peço a V. Ex.<sup>a</sup> que aguarde alguns instantes. Em seguida, ocuparei a tribuna. (Pausa)

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Comunico a V. Ex.<sup>a</sup> que a Mesa descontinuará esses minutos do tempo a que tem direito.

**O SR. CONSTITUINTE ALCENI GUERRA:** – Sr. Presidente, V. Ex.<sup>a</sup> sabe muito bem, como, de resto, todos os Srs. Constituintes, que o processo de discussão na Comissão de Sistematização é muito intenso e, por vezes, até os ânimos se exaltam um pouco, como ocorreu hoje, pela manhã. Torna-se, pois, necessário que esse estado de espírito seja arrefecido pelo diálogo, pela discussão e pelo entendimento.

Era o que eu fazia, Sr. Presidente, quando fui surpreendido com a chamada de V. Ex.<sup>a</sup> para que eu viesse à tribuna. Confesso que até o presente momento não consegui inteirar-me do teor da emenda que iria defender. Informado, porém, pela Liderança, de que há um acordo no meu partido – caso raro nestes últimos dias – no sentido de se lutar pela adoção das 44 horas semanais, faço a defesa com muito prazer, pois se trata de uma evolução em direção à produtividade, à maturidade nas relações capital/trabalho, no País.

Desconheço o número da emenda que estou defendendo, Sr. Presidente, mas defendo-a com convicção, por ser realmente um avanço, repito, para o aperfeiçoamento do diálogo que deve existir entre a classe empresarial e a classe trabalhadora em nosso País. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – V. Ex.<sup>a</sup> não estaria defendendo a emenda, mas deveria falar contra.

Como o Sr. Relator não se pronunciará, passemos à votação. Chamo a atenção dos Srs. Constituintes – exatamente em face das observações feitas pelo nobre Constituinte Alcení Guerra – para o fato de que o destaque do Constituinte Brandão Monteiro, se aprovado, colocará a seguinte redação:

"...duração de trabalho não superior a quarenta horas semanais" e não excedente de oito horas diárias, com intervalo para repouso e alimentação."

É o texto do projeto original.

Os Constituintes que votarem sim, aprovarão esta redação.

O Sr. Secretário procederá à chamada.

**A SRA. CONSTITUINTE RAQUEL CAPIBERIBE:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra a nobre Constituinte Raquel Capiberibe.

**A SRA. CONSTITUINTE RAQUEL CAPIBERIBE:** – Sr. Presidente, tenho em mãos um documento assinado por vários Parlamentares do PMDB, que diz o seguinte:

"Nós, militantes e Parlamentares do PMDB, repelimos a defesa prioritária da jornada de trabalho de 44 horas semanais. O Brasil, no mundo civilizado, é o país sobre cujos trabalhadores recai a maior jornada de trabalho. Defendemos 40 horas como proposta prioritária, postulação de todos os trabalhadores, como bandeira do PMDB."

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Peço, por favor, à Sr.<sup>a</sup> Constituinte que decline seu voto. Se quiser fazer declaração de voto, poderá fazê-lo depois.

**A SRA. CONSTITUINTE RAQUEL CAPIBERIBE:** – Pois eu voto com esta proposta. Sou a favor da emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Passa-se à votação.

**(Procede-se à votação)**

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes:

Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Almir Gabriel, Carlos Mosconi, Cristina Tavares, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, João Herrmann Neto, José Paulo Bisol, José Ulisses de Oliveira, Mário Lima, Nelson Carneiro, Nelson Friedrich, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Rodrigues Palma, Sigmaringa Seixas, Aécio Neves, Antonio Mariz, João Natal, Miro Teixeira, Nelson Wedekin, Octávio Elísio, Rose de Freitas, Uldurico Pinto, Vicente Bogo, Vilson Souza, Afonso Arinos, Brandão Monteiro, Lysâneas Maciel, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Bocayuva Cunha, Haroldo Lima, Augusto Carvalho e Jamil Haddad. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Aluizio Campos, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Carlos Sant'Anna, Celso Dourado, Egídio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Henrique Cardoso, João Calmon, José Richa, José Serra, Nelson Jobim, Pimenta da Veiga, Prisco Viana, Renato Vianna, Virgildásio de Senna, Albano Franco, Euclides Scalco, Israel Pinheiro, Marcos Lima, Roberto Brant, Alcení Guerra, Antonio Carlos Mendes Thame, Arnaldo Prieto, Carlos Chiarelli, Edme Tavares, Eraldo Tinoco, Francisco Benjamim, Inocêncio Oliveira, José Jorge, José Lins, José Santana de Vasconcellos, José Thomaz Nonô, Luís Eduardo, Mário Assad, Osvaldo Coelho, Paulo Pimentel, Ricardo Fiúza, Sandra Cavalcanti, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia, Virgílio Távora, Jonas Pinheiro, José Lourenço, Mozarildo Cavalcanti, Paes Landim, Ricardo Izar, Bonifácio de Andrada e Adolfo Oliveira.

## DECLARAÇÃO DE VOTO

"A Comissão de Sistematização perdeu nesta tarde uma oportunidade histórica de assinar a Lei Áurea dos Trabalhadores brasileiros, reduzindo a sua jornada de trabalho para 40 horas semanais.

Por uma coincidência também histórica este fato ocorreu 100 anos após a Abolição da Escravidão.

Por temor, por insegurança ou mesmo por insensibilidade, esta generosa proposta do Deputado Brandão Monteiro, que simplesmente visa a colocar o Brasil no rol dos países civilizados, foi derrotada por uma pequena margem de votos.

A redução da jornada de trabalho para 40 horas e a proibição da demissão imotivada seriam, inegavelmente, o marco histórico desta Assembléia Nacional Constituinte, por regularem as relações entre o trabalho e o capital.

Confiamos em que o Plenário da Assembléia Nacional Constituinte tenha sensibilidade para modificar a decisão da Comissão de Sistematização, nivelando a jornada de trabalho em vigor no Brasil, àquela estabelecida pela Organização Internacional do Trabalho e já adotada em todos os países da América Latina, com exceção do Brasil e em todos os países industrializados.

Há cem anos atrás, no dia 1º de maio de 1886, milhares de operários saíram às ruas, em Chicago nos Estados Unidos reivindicando a redução da jornada de trabalho para 8 horas diárias. A sangrenta repressão policial e as prisões e condenações à morte e a prisão perpétua transformaram o massacre de Chicago no Dia Internacional do Trabalho.

A eclosão da 1ª Guerra Mundial impediu que esta reivindicação dos operários fosse consagrada pela legislação dos países industrializados.

A primeira Conferência Internacional do Trabalho, realizada em 1919, assegurou a jornada de 8 horas, mostrando que o sacrifício dos operários americanos não fora em vão.

No Brasil, a redução da jornada de trabalho só foi alcançada com a Revolução de 30. Até então a questão social era, no dizer do Presidente Washington Luiz, "uma questão de polícia".

A Constituição de 1934, em seu art. 121, letra c, assegurou o princípio constitucional da jornada de trabalho de 8 horas, princípio este repetido em todas as Constituições brasileiras.

Em 1935, a Organização Internacional do Trabalho, celebrou uma Convenção fixando a jornada de 40 horas semanais.

Mais uma vez a guerra, em 39, impediu que essa resolução fosse adotada em todos os países do mundo.

Há 50 anos, a jornada de trabalho no Brasil está congelada em 48 horas. Nesses últimos 50 anos, houve um notável avanço tecnológico, com o aperfeiçoamento das máquinas e a introdução da automação nas indústrias.

No entanto, os trabalhadores não participaram das vantagens advindas dessa revolução tecnológica. A produtividade mais do que triplicou-se nesses 50 anos, o trabalhador do fim do século XX produz várias vezes mais do que produzia há 50 anos, e no entanto, a jornada de trabalho continuou em 48 horas semanais.

Todos os países da América Latina já adotam a jornada de 40 horas, Paraguai, Colômbia, Equador, Argentina, para citar apenas alguns. Na Grã-Bretanha a jornada de trabalho já foi reduzida para 37 horas semanais e na França está sendo reduzida gradativamente para 35 horas. Isto sem falar na Alemanha Democrática, cuja jornada de trabalho é de apenas 36 horas semanais.

O Brasil é hoje a 8ª economia do mundo, no entanto ostenta a maior jornada semanal de trabalho.

Os principais argumentos usados contra a redução da jornada de trabalho são os seguintes:

1º – A economia brasileira não suportaria essa redução, pois o País necessita de competir no mercado internacional.

O temor é improcedente. Basta diminuir os impostos para tornar nossos produtos competitivos, pois o Brasil paga os menores salários dentre os países industrializados. Sabe-se ainda que em cada automóvel produzido pelo Brasil 3/4 de seu preço são decorrentes de impostos que gravam a sua produção. A redução do custo da produção industrializada não pode passar pela exploração dos trabalhadores e sim pela redução dos impostos.

O 2º argumento é que o Brasil é um País de grandes potencialidades e enormes problemas, portanto, todos deveriam trabalhar muito para alcançar o progresso.

O argumento também não procede, porque enquanto alguns trabalham demais, com a pesadíssima jornada de trabalho, enquanto um grande número de brasileiros permanece desempregado ou subempregado.

Se todos trabalhassem, todos poderiam trabalhar menos. Não chego ao exagero do filósofo Bertrand Russel, que sustentava a jornada de 4 horas diárias de trabalho tendo em vista o nível da técnica já alcançado pela humanidade. Mas é um absurdo que após 50 anos de grandes progressos tecnológicos não tenhamos a coragem de reduzir a jornada de trabalho, abrindo espaço para incorporação ao mercado dos milhões de desempregados e

subempregados, este exército de reserva que perambula pelas grandes cidades, a espera de uma oportunidade de trabalhar.

Estamos entrando na 3ª Revolução Industrial, quando robôs e máquinas inteligentes começam a substituir o homem ou a exonerá-lo dos trabalhos pesados. Precisamos começar a colocar em prática o dispositivo que já está consagrado no inciso XXIII do Segundo Substitutivo do nobre relator, que assegura aos trabalhadores "a participação nas vantagens advindas da modernização tecnológica e da automação". A redução da jornada de trabalho é, sem nenhum favor, a mais importante e justa participação dos trabalhadores nos progressos tecnológicos da humanidade.

Não podemos permitir que a nossa futura Constituição, que é feita para o século XXI, consagre esta absurda, desumana e injusta jornada de 48 horas, obrigando os trabalhadores brasileiros a uma penosíssima jornada de trabalho, enquanto milhões batem às portas das fábricas à procura de trabalho.

Temos a satisfação de constatar que liberais da estatura moral e intelectual do Senador Afonso Arinos também votaram pela redução da jornada de trabalho. Esperamos que o Plenário da Assembléia Nacional constituinte retifique o equívoco praticado pela Comissão de Sistematização, reduzindo a jornada de trabalho para 40 horas.

Lamentamos que o glorioso PMDB, Partido majoritário nesta Casa, desrespeite o seu programa e suas promessas eleitorais e com palavras de seu Líder, Egídio Ferreira Lima, contribua para a derrubada das 40 horas, alinhando-se com os setores mais retrógrados da sociedade brasileira que não admitem qualquer avanço ou reforma social.

Perde a Comissão de Sistematização a oportunidade única de resgatar a credibilidade da Assembléia Nacional Constituinte atendendo às reivindicações de milhões de trabalhadores brasileiros, embrutecidos pelas longas jornadas de trabalho.

Desejo registrar, também, o nosso aplauso aos integrantes do MUT – Movimento de Unidade Progressista que conseguiram manter a bandeira histórica do MDB e do PMDB, votando com os trabalhadores e a Justiça Social.

Sala das Sessões, 9 de outubro de 1987. – Constituinte **Bocayuva Cunha.**

**O SR. CONSTITUINTE ADOLFO OLIVEIRA:** – Sr. Presidente, o resultado é o seguinte: 39 senhores Constituintes votaram SIM e 51 senhores Constituintes votaram NÃO.

**O SR. CONSTITUINTE AUGUSTO CARVALHO:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Lembro ao querido e eminente colega que ainda não recebeu ofício da Presidência da Constituinte sobre a substituição do nobre Deputado Roberto Freire.

**O SR. CONSTITUINTE AUGUSTO CARVALHO:** – Sr. presidente, tenho em mãos cópia de documento do Líder do PCB, Constituinte Roberto Freire, indicando-me para substituí-lo em sua ausência. Gostaria de registrar a posição do Partido Comunista Brasileiro, favorável à proposta de 44 horas. **(Pausa)**

**O SR. CONSTITUINTE ADOLFO OLIVEIRA:** – V. Ex.<sup>a</sup> tem toda a razão. Por equívoco do serviço de secretaria da Comissão, o ofício não me foi entregue.

V. Ex.<sup>a</sup> está chamado. Como vota?

**O SR. CONSTITUINTE AUGUSTO CARVALHO:** – Com a classe trabalhadora: sim. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 40 Constituintes;

votaram **NÃO** 51 Constituintes. Total: 91 votos. O Destaque foi **rejeitado**. Declaração de voto, do Senhor Constituinte Bocayuva Cunha.

**Requerimento de Preferência nº 12 para o Destaque nº 3867-87 – Emenda nº ES-25794-3, dos Srs. Gastone Righi e José Maria Eymael, "que modifica o art. 7º, inciso XI, do Substitutivo nº 1 (art. 6º, inciso XI, do Substitutivo nº 2)". (116ª votação)**

Peço a atenção dos Srs. Constituintes. Há sobre a mesa requerimento de autoria do nobre Constituinte Gastone Righi, nos seguintes termos:

"Requeiro a V. Ex.<sup>a</sup> preferência para votação da Emenda nº 25794 de minha autoria."

Essa emenda diz o seguinte:

"No item XI, a redação seria: ... duração máxima de trabalho normal, semanal, de 44 horas e jornada diária não superior a 8 horas."

Nos termos do que dispõe o art. 12 do Regimento, o requerimento não necessita de encaminhamento para ser votado. A votação é simbólica. De maneira que peço aos Srs. Constituintes que estão a favor do requerimento que levantem o braço – de preferência, o direito.

**(Procede-se à votação simbólica)**

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Peço verificação de votação, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – V. Ex.<sup>a</sup> será atendido. Passa-se à chamada nominal, para verificação de votação. Os Constituintes que votarem SIM, deferem o requerimento; os que votarem NÃO, estarão contra o requerimento de preferência.

**(Procede-se à votação)**

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Aluizio Campos, Bernardo Cabral, Prisco Viana, Afonso Arinos, Arnaldo Prieto, Antonio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Jarbas Passarinho, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Adolfo Oliveira e Jamil Haddad. Votaram **NÃO** os seguintes senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Almir Gabriel, Artur da Távola, Carlos Mosconi, Celso Durado, Cristina Tavares, Egídio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, João Galmon, João Herrmann Neto, José Paulo Bisol, José Richa, José Serra, José Ulisses de Oliveira, Mário Lima, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nilton Friedrich, Nilson Gibson, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Renato Vianna, Alcení Guerra, Antoniocarlos Mendes Thame, Edme Tavares, Eraldo Tinoco, Francisco Benjamim, Inocêncio Oliveira, José Jorge, José Santana de Vasconcellos, José Thomaz Nonô, Luís Eduardo, Mário Assad, Oswaldo Coelho, Paulo Pimentel, Ricardo Fiúza, Sandra Cavalcanti, José Luiz Maia, Virgílio Távora, Brandão Monteiro, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio e Haroldo Lima.

Durante a chamada nominal da votação da Preferência nº 12, o **Sr. Jarbas Passarinho**, Terceiro-Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo **Sr. Afonso Arinos**, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram **SIM** 13 Constituintes; votaram **NÃO** 47 Constituintes. Total: 60 votos. Foi **rejeitado** o pedido de preferência.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ JORGE:** – Sr. Presidente, peço a palavra, para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem a palavra V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ JORGE:** – Sr. Presidente, gostaria de prestar algumas informações sobre o funcionamento do painel eletrônico, encarregado que fui, juntamente com os companheiros Cristina Tavares e Virgílio Távora, de acompanhar as providências que vêm sendo adotadas para sua utilização, muito importante para a agilização de nossos trabalhos.

Mantivemos contato com o Dr. Paulo Affonso, Secretário-Geral da Mesa, com o Presidente Ulysses Guimarães e com os técnicos da empresa que está implantando o sistema. Hoje a situação é a seguinte: a firma prometeu para a próxima 2ª ou 3ª feira, no máximo, o funcionamento do sistema eletrônico de votação. No entanto, depende, ainda, de uma autorização formal para que possa trabalhar durante o fim de semana e concluir sua tarefa. Portanto, é necessário que hoje o Presidente Ulysses Guimarães dê à firma essa autorização, a fim de que seja preparada essa programação especial, diferente da que havia sido elaborada.

Pela manhã, tentei entrar em contato com o Presidente Ulysses Guimarães, mas não consegui. Faço, pois, um apelo a V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Presidente, para que, em nome da Comissão, solicite que S. Ex.<sup>a</sup> autorize, ainda hoje, o referido trabalho, para que na próxima semana o sistema eletrônico já possa funcionar.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Obrigado a V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE LYSÂNEAS MACIEL:** – Permita-me, Sr. Presidente.

Trata-se de questão de ordem, relacionada com o funcionamento do sistema eletrônico de votação.

Hoje à tarde recebemos uma comunicação do Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, no sentido de que o sistema eletrônico – se não me falha a memória – iria começar a funcionar a partir da próxima 2ª-feira. Mas, nesse expediente, S. Ex.<sup>a</sup> utilizou uma expressão que me causou profunda preocupação, ao dizer que seria garantido o sigilo do voto.

Não sei se foi uma impropriedade de S. Ex.<sup>a</sup> ou incompreensão de minha parte. Mas eu gostaria de salientar que o sigilo do voto é uma arma daqueles que se escondem. E não foi isto que se decidiu para nossos trabalhos. Houve longas discussões, aqui, ao elaborar-se o Regimento, e ficou decidido que o voto seria a descoberto. E esta foi uma das grandes conquistas – talvez, a maior – desta Assembléia, ou seja, o voto transparente, claro, para que a História e o tempo nos julguem.

O expediente que recebi do Sr. Presidente da Assembléia Nacional Constituinte causou-me enorme preocupação e, desta forma, a questão de ordem que levanto é a seguinte: houve alguma impropriedade ou, talvez, incompreensão, neste caso, ou, na verdade, o voto será transparente, apesar do processo eletrônico?

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ JORGE:** – Sr. Presidente, permita-me oferecer uma explicação, para esclarecer a dúvida do Constituinte Lysâneas Maciel.

Na realidade, todos os votos serão registrados no painel, com o nome do respectivo Constituinte. Portanto, o voto não será secreto. O sigilo referido no ofício diz respeito ao código de cada Constituinte, a fim de evitar que um Constituinte vote por outro. Mas o voto será aberto, aparecerá no painel, à vista de todos. Ademais, haverá publicação nos Anais. Quer dizer do ponto de vista da transparência do voto, o processo é idêntico àquele atualmente utilizado. O sigilo, repito, refere-se apenas ao código.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Eu havia exatamente manifestado esse receio ao Presidente Ulysses

Guimarães, ou seja, o da possibilidade – muito remota, naturalmente, mas que sempre se deve considerar – de um Constituinte votar por outro. Explicou-me S. Ex.<sup>a</sup>, já naquela ocasião, que o código é que é sigiloso, não o voto. Este se vincula ao código, que só diz respeito ao Constituinte que tem o direito de votar.

**O SR. CONSTITUINTE LYSÂNEAS MACIEL:** – Excelência, minha preocupação é a seguinte – li atentamente as instruções: não quero que o voto apareça e desapareça de repente, eis que esta é a única arma que o povo terá para verificar como os Constituintes estão votando.

Desejo que fique clara e inequívoca, por exemplo, a maneira como vota o eminente Constituinte Israel Pinheiro, ou o eminente Constituinte Oswaldo Lima Filho. Não pode ser assim, isto é, no apagar das luzes, no frigar dos ovos, misturarem-se todos aqueles que têm responsabilidade perante seus eleitores, mas que, na hora de votar, descumprem seus compromissos.

**O SR. CONSTITUINTE ISRAEL PINHEIRO:** – Sr. Presidente, quero explicar ao ilustre Constituinte Lysâneas Maciel que os votos são registrados no computador. E há, ainda, uma fita.

O formulário do computador é entregue à Presidência e publicado nos Anais da Assembléia Nacional Constituinte. É evidente que tem de ser publicado. O voto permanece no painel o tempo necessário para se fazer a leitura, mas é registrado automaticamente num formulário que é entregue à Mesa e publicado.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Os votos são todos impressos.

**O SR. CONSTITUINTE OSWALDO LIMA FILHO:** – Sr. Presidente, peço a palavra, para uma brevíssima questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem a palavra V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE OSWALDO LIMA FILHO:** – Sr. Presidente, aqui foi dito que a Liderança do Partido do Movimento Democrático Brasileiro votaria contra a redução da jornada para 40 horas. A Liderança que assim decidiu o fez indevidamente, porque a bancada, por expressiva maioria de 27 contra 20 votos, votou favoravelmente à redução da jornada de trabalho. **(Palmas)**

**O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA:** – Sr. Presidente, peço a palavra, para contraditar a questão de ordem do Constituinte Oswaldo Lima Filho.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem a palavra V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA:** – Sr. Presidente, ouvi a questão de ordem com preocupação e, de certa forma, com desalento. O que se tem procurado, nesta Comissão, é o entendimento. Não participo da Liderança do PMDB, mas me sinto no dever, como integrante do Partido, de responder à questão de ordem, pois quero dar meu testemunho pessoal.

O Líder em exercício do PMDB, Constituinte Euclides Scalco, só tem tido uma preocupação: o entendimento. E S. Ex.<sup>a</sup> tem buscado esse entendimento em todas as oportunidades, a todo momento. E tem igualmente procurado cumprir os compromissos assumidos.

Lamentavelmente, porém, não é isso que tem obtido como resposta a seus atos. Estamos vendo, neste momento, ser levantada uma questão de ordem para desmoralizar a palavra do Líder do PMDB.

Aqui venho, no entanto, em socorro de S. Ex.<sup>a</sup>. Muitos dos que votaram contra a proposta, participaram da reunião à qual estive presente **(Palmas)**, e lá decidiram em sentido contrário.

Portanto, é preciso ficar dito que o Líder agiu conforme o combinado na reunião. Infelizmente, muitos dos que dela participaram não honraram sua palavra. **(Palmas)**. O Líder teve que decidir entre duas posições conflitantes. Alguns Parlamentares desejavam votar a favor do texto atual, que prevê 48 horas, enquanto outros pretendiam a jornada de 40 horas. O Líder, então, decidiu, equilibradamente, contra sua posição pessoal, manifestar-se a favor da jornada de 44 horas.

Valho-me da tolerância de V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Presidente, para dizer ainda que ou partimos para o entendimento ou talvez não possamos cumprir nossa tarefa. Em muitas ocasiões, tem-se decidido sem reflexão, apenas com a preocupação de ouvir a platéia. **(Apupos nas galerias)**. É muito mais importante, nesta hora, decidir de acordo com a própria consciência **(Palmas)** e com o interesse do País.

Quero repetir que, algumas vezes, aqui, neste plenário, decidimos equivocadamente. A propósito, aqui está o Deputado Paulo Macarini, que teve recusada uma proposta sua, notável, pois ampliava o asilo político no Brasil a todos os que dele necessitassem. No entanto, equivocadamente, o Plenário a recusou, lamentando, posteriormente, o fato.

Recordo, ainda, a decisão do Plenário sobre emenda do Constituinte Victor Fontana, a qual, potencialmente, punia dirigentes e empresários corruptos e que, no entanto, acabou resultando no prejuízo dos dirigentes esportivos e prefeitos, que, agora, podem ser presos por atos que não tenham cometido.

Lembro, finalmente, que, preocupado com a primeira leitura – sempre a mais fácil, mas nem sempre a mais correta – este Plenário aprovou emenda propondo a impenhorabilidade de propriedade de até 25 hectares. Na verdade, o que se fez, naquele momento, Sr. Presidente, foi aprovar medida que dificultará o crédito para o pequeno proprietário. **(Apupos e palmas)** O que se fez – isto, sim – foi aprovar a impenhorabilidade de casas de campo de luxo, como as situadas em Petrópolis e Teresópolis; foi também aprovar a impenhorabilidade dos haras que circundam São Paulo e Belo Horizonte, para goáudio dos milionários que deles desfrutam.

Tanto o que estou dizendo é verdade, Sr. Presidente, que a própria Contag, ontem, publicou manifesto condenando essa votação. O que fizemos, Sr. Presidente, ao aprovarmos equivocadamente e apressadamente essa emenda, foi dificultar a vida do pequeno proprietário. **(Palmas) (Não apoiado)**

Por isto, Sr. Presidente, quero aqui repelir com veemência tais atitudes, que não nos conduzirão, tenho certeza, à conclusão de nossos trabalhos, com a responsabilidade que o eleitorado brasileiro espera de nós. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – O Presidente deseja fazer uma declaração, em tom vagaroso e conciliatório.

O Presidente compreende perfeitamente o que está ocorrendo. São os resíduos da paixão com que a Assembléia Nacional Constituinte – a meu ver, muito dignamente, com todas as honras dessa situação – defende posições contrárias. De maneira que o rescaldo desses encontros, dessas lutas que emergem aqui, no Plenário, não representa questões de ordem, é claro, mas esse rescaldo representa encontros anteriores, que definiram situações extremamente louváveis num sentido ou noutro, porque impregnados de sinceridade e devotamento patriótico. **(Pausa prolongada)**

O Presidente está demorando de propósito.

Então, eu pediria à Assembléia que concordasse apenas com um ponto. Vamos deixar fermentar todos os sen-

timentos e ressentimentos que se encontram no coração de muitos Constituintes. Que venham à tona neste debate sob pretexto de questões de ordem. Mas, depois disto – não haverá vítimas nesta confrontação; entre mortos e feridos todos se salvarão, graças a Deus – o Presidente, tendo demorado de propósito, para os ânimos se tranquilizarem, pede que passemos a considerar a matéria que está diante de nós, já que, se não tivermos muita aplicação e muita diligência, não chegaremos ao final de nossos trabalhos. Vamos ver o resultado destas discussões, desta briga, no noticiário dos fatos diversos – noticiário, aliás, um pouco especulativamente, escandaloso da imprensa. Mas precisamos, além da briga, de momentos de construção e confluência.

O Presidente, então, deixa todos brigarem, mas pede que, depois, ninguém mais brigue, ficando, assim, o restante do tempo para votarmos e decidirmos.

Tem a palavra o Constituinte Brandão Monteiro, para uma questão de ordem.

**O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO MONTEIRO:** – Sr. Presidente, em nome do meu partido – a própria prática regimental não-lo permite, e nos socorremos dela com base no Regimento da Câmara – levanto esta questão de ordem.

Enquanto partido, fomos citados, como outros partidos, pelo Constituinte Pimenta da Veiga. E nos sentimos atingidos. Penso que é nosso dever responder a S. Ex.<sup>a</sup>.

De início, o Constituinte Pimenta da Veiga não foi fidalgo para com a Assembléia Nacional Constituinte, para com o plenário da Assembléia, nem para com o seu Presidente, já que se revoltou também contra o voto de S. Ex.<sup>a</sup>. Queremos deixar claro que estamos aqui representando o povo brasileiro, a partir de compromissos que não são feitos levemente. Não nos reunimos até a calada da noite para defender interesses que não sejam os interesses do povo brasileiro.

Ontem verificou-se aqui uma votação que se referia à questão de remeter ao 1º Substitutivo o problema da estabilidade, que se pretendia deixar para a lei ordinária. A verdade é que o Constituinte Pimenta da Veiga, da Liderança do PMDB, nos procurou – é bom que isto fique registrado nos Anais – a mim, aos Constituintes Luiz Inácio Lula da Silva, Haroldo Lima, Jamil Haddad e integrantes do MUP, a fim de fazer um acordo. S. Ex.<sup>a</sup> nos disse que a emenda dos empresários iria passar aqui. O que S. Ex.<sup>a</sup> queria, realmente, era deixar o problema da estabilidade para o futuro – Deus lhes dará, no futuro, trabalhadores, a garantia de que não haverá dispensa imotivada! – fazendo aquilo que sempre fez, ou seja, indo à praça pública e falando em estabilidade, em jornada de trabalho de 40 horas semanais, e vindo aqui com a ameaça dos empresários do Rio Grande do Sul – aquela não era uma emenda popular, mas uma emenda empresarial – para tentar fazer-nos votar em favor do que eles queriam.

Temos um mandato igual ao de S. Ex.<sup>a</sup>. Se ele não tem o respaldo da bancada do PMDB, é porque ela está acima de eventuais líderes que não se comprometeram com os interesses do Partido.

**O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE:** – Peço a palavra, pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE:** – Sr. Presidente, lamento tenhamos chegado a esta situação, isto é, estarmos discutindo assuntos alheios à votação. Mas gostaria de contestar o Constituinte Pimenta da Veiga, que falou em nome do PMDB e disse que o Partido tem pautado sua conduta pela conciliação.

Não concordamos com esses argumentos. Primeiro, porque nenhum de nós, do MUP – e nele se encontram mais de dezesseis Constituintes integrantes desta Comissão – foi convocado para discutir a questão do acordo sobre a jornada de trabalho. Nenhum de nós foi ouvido neste sentido. Portanto, S. Ex.<sup>a</sup> não pode falar em nome da bancada do PMDB.

Segundo, perdemos às 40 horas por causa de sete votos. Então, a conciliação que o Constituinte Pimenta da Veiga deseja não é aquela que interessa à classe trabalhadora, mas à classe empresarial, aliada a partidos que aqui representam esses interesses.

Faço, portanto, questão de registrar nos Anais da Comissão de Sistematização que não fomos ouvidos sobre a questão das 40 horas. Votamos conscientemente pelas 40 horas, e lamentamos profundamente que o setor minoritário do PMDB, dentro da Comissão, tenha derrotado um anseio da classe trabalhadora deste País.

Digo mais: o Constituinte Pimenta da Veiga não pode criticar os votos de outros Constituintes integrantes desta Comissão. Votei de maneira consciente em todas as questões referidas por S. Ex.<sup>a</sup>, especialmente no que se refere à impenhorabilidade de pequenas propriedades de até 25 hectares. A lei ordinária pode proteger seus proprietários e obrigar os bancos a emprestar-lhes os recursos de que eventualmente necessitem para implementar suas atividades.

Esta, portanto, é a nossa posição. Opomo-nos, assim, à manifestação do Constituinte Pimenta da Veiga.

**O SR. CONSTITUINTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA:** – Permita-me, Sr. Presidente.

O Partido dos Trabalhadores não poderia calar-se diante das aberrações aqui proferidas, há pouco, pelo Constituinte Pimenta da Veiga.

Em primeiro lugar, porque líder não é aquele que ostenta o cargo de líder, mas aquele que lidera. E, se S. Ex.<sup>a</sup> não tem capacidade para liderar a bancada do PMDB, que peça as contas e dê o lugar para outro. As brigas internas do Partido devem ser travadas dentro do Partido. Ele não tem o direito de, por causa de divergências na bancada, menosprezar e minimizar o grau de consciência política dos noventa e três Constituintes integrantes desta Comissão de Sistematização. (Palmas.) Se S. Ex.<sup>a</sup> votou sob pressão, se está coagido, é problema dele. O meu voto, o voto do meu Partido – e, acredito, o da maioria dos Constituintes aqui presentes – foi consciente, de compromisso. E vamos repeti-lo depois, na plenária, aqui mesmo, para que todos os 559 Constituintes o ouçam.

Em segundo lugar, é importante dizer, alto e bom som, que a ofensa feita pelo Constituinte Pimenta da Veiga, inclusive pretendendo mostrar eventuais erros cometidos nas votações, é de inteira responsabilidade de S. Ex.<sup>a</sup>. Cada um de nós vai arcar com os erros que porventura houver cometido. Gostaria apenas de pedir ao Constituinte Pimenta da Veiga que seja prudente ao utilizar a tribuna. Se quiser ofender um companheiro do PMDB, que o chame reservadamente e o ofenda; os demais, porém, nada têm a ver com a briga interna do PMDB, que poderia ser resolvida politicamente, sem a grosseria cometida por S. Ex.<sup>a</sup> e que atingiu toda Comissão de Sistematização. (Palmas)

**O SR. CONSTITUINTE JAMIL HADDAD:** – Permita-me, Sr. Presidente.

Todos têm verificado que nós, dos partidos progressistas, nos comportamos sempre de maneira a buscar a conciliação. Temos tido vários encontros com o Líder do PMDB, em exercício, Constituinte Euclides Scalco, e a posição de cada um de nós ficará registrada nos Anais desta Comissão. O problema levantado pelo Constituinte Pimenta da Veiga não nos atinge. Votamos todas as ma-

térias conscientemente e defendendo princípios dos quais não nos arredamos. Queremos o entendimento, para podermos evoluir em termos de conquistas sociais, mas não aceitamos recriminações nem puxões de orelha de quem quer que seja, ou de qualquer partido com assento nesta Assembléia.

Quero, pois, deixar bem clara, neste momento, a posição do Partido Socialista Brasileiro. Temos votado de acordo com nosso programa e com os entendimentos havidos com os demais partidos progressistas.

**A SRA CONSTITUINTE ROSE DE FREITAS:** – Permita-me, Sr. Presidente.

Eu gostaria de deixar registrado o pensamento de uma integrante da Comissão de Sistematização e, antes de mais nada, de uma vice-líder da Constituinte.

Este País tem sofrido inúmeras fatalidades: elegemos Tancredo, temos o Sarney; elegemos Covas, temos o Pimenta. Tudo isso tem-nos colocado em situação difícil e complicada.

Na qualidade de vice-líder da Constituinte, quero dar meu testemunho de que não tenho sido ouvida, de nada tenho participado. A não ser no âmbito do MUP, já que sou integrante deste movimento, cujas decisões têm sido pautadas pela coerência, pela determinação, a partir do nosso programa e de nossa conduta ideológica e política nesta Assembléia.

Queremos também o entendimento, o diálogo. Procuramos agir, neste plenário, sempre em consonância com nossos companheiros e com o nosso Relator, que tem atuado como verdadeiro líder na Comissão de Sistematização, assumindo, sobretudo, em todas as horas, a posição e a linha programática do PMDB.

Desejo dizer que não foi um voto equivocado o do Sr. Constituinte Pimenta da Veiga. S. Ex.<sup>a</sup> votou, conscientemente, declaradamente, a favor dos proprietários e dos empresários. Isto tem que ser dito aqui. Quem derrotou as 40 horas de jornada dos trabalhadores – e que me custe o cargo de vice-líder, para o qual, aliás, não fui indicada por eles, mas pelo Senador Mário Covas e por mais cem companheiros nesta Assembléia – foi a Liderança do PMDB, em exercício, na Constituinte. Perdemos essa votação por apenas sete votos.

Registro, pois, o meu protesto, fazendo coro com os companheiros de outros partidos. Destaco, mais uma vez, a posição digna que o Movimento da Unidade Progressista tem assumido nesta Comissão. Parabenizo V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Presidente, por sua conduta política, brilhante, e, acima de tudo, por seu companheirismo.

Elogio, igualmente, a conduta exemplar do ilustre Relator, o Constituinte Bernardo Cabral. Muito obrigada. **(Palmas)**

**O SR. CONSTITUINTE OCTÁVIO ELÍSIO:** – Peço a palavra, pela ordem, Sr. Presidente, para, em meu nome e no do companheiro Jorge Hage, registrar nossa posição quanto ao que aqui se discute.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem a palavra V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE OCTÁVIO ELÍSIO:** – Sr. Presidente, estivemos presentes, o Constituinte Jorge Hage e eu, à reunião convocada pelo Líder do PMDB, em exercício, Constituinte Euclides Scalco, para a discussão do que se iria votar hoje à tarde. Fomos duas das quatro pessoas favoráveis à defesa das 40 horas semanais de jornada de trabalho. **(Palmas)** Fomos também favoráveis, pessoalmente – e dissemos isto lá, por intermédio do companheiro Jorge Hage –, a que o Constituinte Euclides Scalco negociasse aquilo que representava, naquela oportunidade, a posição da maioria dos vinte parlamentares presentes – a favor das 44 horas. Assomo à tri-

buna para dizer a verdade. **(Muito bem. Palmas)** Engana-se o Constituinte Ademir Andrade, ao dizer que o MUP não tem sido convocado a participar. Tem. Mas é bom que se diga que a posição que assumimos foi claramente em defesa das 40 horas. Esta é a nossa posição pessoal, e tem sido a posição do MUP. Ao aceitarmos a negociação proposta pelo Constituinte Euclides Scalco, o Constituinte Jorge Hage disse que esta era uma posição pessoal nossa, porque não estávamos autorizados a falar em nome do MUP.

Nesta questão de ordem quero deixar clara a verdade. Respeitamos a posição de todos, mas queremos que respeitem nossa posição individual, porque sempre a deixamos muito clara em todas as reuniões de que participamos.

Muito obrigado. **(Palmas)**

**O SR. CONSTITUINTE HAROLDO LIMA:** – Sr. Presidente, peço a palavra, para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Concedo a palavra a V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE HAROLDO LIMA:** – Sr. Presidente, na condição de Líder do Partido Comunista do Brasil, não poderíamos ficar ausentes deste debate.

Na verdade, o Constituinte Pimenta da Veiga, em função de um problema interno de sua bancada, teceu comentários desairosos a respeito do comportamento dos integrantes desta Comissão. Não podemos aceitá-los porque, além de não fazermos esse mesmo juízo, integramos a Comissão. Pensamos que é difícil alguém arrostar a idéia de que S. Ex.<sup>a</sup> vota com irresponsabilidade, coerência e que os outros votam irresponsavelmente. Na verdade, a responsabilidade e a coerência, no caso específico, estão relacionadas ao fato de justamente se ter votado em função dos interesses da classe operária e dos trabalhadores de todo o Brasil. Pensamos que todos aqueles que na reunião votaram pelas 40 horas, longe de terem demonstrado, com seu voto, alguma atitude irresponsável, incoerente e precipitada, demonstraram altivez, coerência, responsabilidade e, mais do que isso, a disposição de elaborar uma Constituição mais avançada, e não retrógrada, atrasada, acanhada, mesmo quando se consideram as disposições constitucionais vigentes na América Latina.

Então, rejeitamos as alusões de que outros estão votando com irresponsabilidade. Nossa opinião é de que, neste caso específico, houve, sem dúvida alguma, um problema interno na bancada do PMDB.

Como bem disse, há pouco, o Constituinte Brandão Monteiro, fomos procurados pelo Líder, quando se votava a estabilidade. A Liderança do PMDB realmente nos expôs o ponto de vista de que, se não nos uníssemos para votar a emenda do Constituinte Antonio Mariz, poderíamos perder para a coligação que se armava para votar a emenda gaúcha. A prática demonstrou que nós, os responsáveis, levantamos a bandeira da luta pelo 2º Substitutivo, o que, longe de se ter revelado uma atitude incoerente, precipitada, nos conduziu à vitória. O resultado da votação registrou que 28 Constituintes do PMDB votaram a favor da jornada de quarenta horas e apenas 20 contra. Concluímos, assim, que se 1/3 desses Constituintes que seguiram a Liderança tivessem votado também a favor das 40 horas, estas teriam sido aprovadas e agora estaríamos rejubilando-nos com esse grande feito.

Ao concluir, Sr. Presidente, cito a frase daquele que é o integrante mais idoso da Constituinte de 1987, o Constituinte Afonso Arinos, que, ainda há pouco, quando votou a favor das 40 horas de trabalho, afirmou o seguinte: "Estou muito velho para votar contra o povo".

Eis, Sr. Presidente, a atitude de responsabilidade que V. Ex.<sup>a</sup> assumiu, e que foi também a de todos aqueles que aqui desejavam sufragar as 40 horas semanais.



**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ COSTA:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem a palavra V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ COSTA:** – Sr. Presidente, quero fazer um apelo a V. Ex.<sup>a</sup> para que retomemos a normalidade dos nossos trabalhos e passemos à votação da matéria. Evidentemente, os eminentes Líderes queriam marcar suas posições pessoais, bem como a dos seus partidos, e o fizeram.

Pessoalmente, embora seja favorável às 40 horas semanais, estou absolutamente solidário com o eminente Constituinte Euclides Scalco, que não precisa do aval de qualquer um de nós em abono do seu passado e da sua vida pública. O PMDB é um partido que tem responsabilidade, tem consciência do seu papel, tem um programa, e vai assumi-lo, sem dúvida alguma nos trabalhos da Constituinte. Estaremos presentes em todas as votações, desempenhando um papel à altura dos nossos compromissos com o povo brasileiro. Peço a V. Ex.<sup>a</sup> – repito – que a normalidade dos trabalhos, passando à votação do Substitutivo nº 2. Muito obrigado a V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – O Presidente acede com grande satisfação à solicitação do nobre Constituinte José Costa e aproveita a oportunidade para manifestar a S. Ex.<sup>a</sup> sua admiração e solidariedade. Caso seja necessário, deseja ainda pedir-lhe desculpas por um momento de arrebatamento que teve em relação a um pedido de S. Ex.<sup>a</sup> Portanto, é com o pedido de desculpas que neste momento acedo prazerosamente a sugestão de V. Ex.<sup>a</sup>, reconhecendo-o como intérprete de todo o Plenário.

Aceite V. Ex.<sup>a</sup> publicamente, minhas desculpas pelo momento de exaltação que tive, o que também é imputável à minha idade.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ COSTA:** – Sr. Presidente, acho que se trata de um gesto de humildade de V. Ex.<sup>a</sup>. Quem deve pedir desculpas, porém, publicamente, sou eu. Quero fazê-lo como V. Ex.<sup>a</sup> o fez, num gesto de grandeza. (Palmas)

**Requerimento de preferência para votação do Destaque nº 7988/87 – Emenda nº ES-32913-1, do Sr. Paulo Ramos, "que fixa limite da jornada de trabalho em 42 horas semanais (art. 6º do Substitutivo nº 2)".**

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Sobre a mesa requerimento do Constituinte Paulo Ramos nos seguintes termos:

"Nos termos regimentais e com base no bom senso" – assim está no original – "solicito a V. Ex.<sup>a</sup> preferência para a votação do Destaque nº 7988, relativo à Emenda nº 32913/1, posto que a mesma fixa limite da jornada de trabalho em 42 horas semanais, estando prejudicadas as demais, de 40 horas. O objetivo consiste em responder à melhor avaliação do posicionamento dos membros da Comissão de Sistematização, já que a proposta outra fixa a jornada de 44 horas."

Este, o requerimento de preferência apresentado por S. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – Permita-me, Sr. Presidente. Gostaria fosse ouvido o Sr. Relator.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – O Plenário está de acordo? (Pausa.) O requerimento é sobre preferência para uma emenda que estabelece o prazo de 42 horas, como mediação entre a proposta de 40 e a de 44 horas. Posso considerá-lo aprovado? (Pausa) (Protestos no Plenário.) Não.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – Sr. Presidente, repito que gostaria que o Sr. Relator fosse ouvido a este respeito.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem a palavra o Sr. Relator.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, a tese do Relator é de que as propostas que solicitam 40 horas estão prejudicadas. Na relação de emendas, pelo que estou sendo informado, a do Constituinte Paulo Ramos está entre as últimas. Então, a preferência não pode ser deferida, exatamente em virtude da ordem de classificação.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem a palavra o nobre Constituinte Paulo Ramos.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – Sr. Presidente, meu requerimento tem por fim possibilitar à Comissão de Sistematização um posicionamento coerente. Na medida em que a proposta da jornada de trabalho de 40 horas semanais foi rejeitada, manda a lógica – que, por certo, há de prevalecer nos trabalhos desta Comissão – seja feita a apreciação da proposta que dispõe sobre carga horária imediatamente superior, para que cada Constituinte possa assumir uma posição coerente, conforme sua própria consciência.

Esta, a razão pela qual solicitei a preferência. Acredito ser a melhor forma para conduzir os trabalhos. Em última instância, caso V. Ex.<sup>a</sup> não pretenda decidir, com base nos poderes que tem, na condição de presidente da Comissão, peço que submeta a questão ao Plenário, já que, independentemente de se obter ou não concordância, estou convencido de que os membros da Comissão votarão, pelo menos, de acordo com a lógica.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON JOBIM:** – Sr. Presidente, peço a palavra, para contraditar.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem a palavra o nobre Constituinte Nelson Jobim.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON JOBIM:** – Sr. Presidente, há um requerimento de preferência?

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Sim, acaba de ser apresentado pelo Constituinte Paulo Ramos.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON JOBIM:** – Quando foi ele apresentado? Se não o foi a tempo, não pode ser submetido ao Plenário.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – O nobre Constituinte Nelson Jobim declara que o requerimento de preferência do Constituinte Paulo Ramos não pode ser considerado por não ter sido apresentado no momento oportuno. Em consequência, estaria prejudicado. A Mesa está inclinada a achar que o nobre Constituinte Nelson Jobim tem razão. O requerimento não foi aprovado, regimentalmente; então, não pode ser considerado. Está prejudicado.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra, pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – Sr. Presidente, quero manifestar aqui meu profundo pesar pela decisão de V. Ex.<sup>a</sup>. Isto porque aqueles que assumem, às vezes, a posição de representar, como líderes ou vice-líderes, o PMDB, não procuram compreender que é preciso imprimir aos trabalhos desta Comissão um mínimo de bom senso. Defendem de forma até ridícula, levando-os até as últimas consequências, os pontos de vista que desejam fazer prevalecer, os acordos feitos sem a participação de todos.

Faço questão de esclarecer que, quando os nobres Constituintes Octávio Elísio e Jorge Hage compareceram, como integrantes do MUP – Movimento de Unidade Progressista, à reunião convocada pelo Líder, representavam um grupo maior. E a Liderança, ao fazer a aferição para verificar a posição da bancada, os considerou individualmente, quando, na verdade, representavam um grupo muito maior.

Esta, a razão pela qual a posição da Liderança não representou a da bancada. É preciso fazer este esclarecimento, pois o nobre Constituinte Ademir Andrade, ao usar da palavra, frisou que o MUP não estaria sendo ouvido. O MUP está sendo convocado pela Liderança para que seja feita a avaliação da sua posição. Só que, no momento da votação, o MUP é avaliado pelos dois integrantes presentes, não pelo que realmente representa na Comissão de Sistematização.

**O SR. CONSTITUINTE ERALDO TINOCO:** – Sr. Presidente, peço a palavra para contraditar a questão de ordem levantada pelo Constituinte Paulo Ramos.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Concedo a palavra ao Constituinte Eraldo Tinoco.

**O SR. CONSTITUINTE ERALDO TINOCO:** – Sr. Presidente, na realidade, mesmo sem comentar o problema interno de qualquer partido, não se trata de questão de bom senso. Trata-se do cumprimento do Regimento Interno. Por isso, acho que não cabem mais comentários, já que a Mesa decidiu, de maneira acertada, com base no Regimento Interno desta Comissão.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – É preciso ser dito que o Regimento vem sendo desrespeitado várias vezes.

**O SR. CONSTITUINTE HAROLDO LIMA:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE HAROLDO LIMA:** – Sr. Presidente, gostaria de fazer uma indagação, com base no Regimento, para orientar o voto de diversos parlamentares – entre os quais o meu.

Estamos defendendo as 40 horas semanais. Perdemos. Assunto vencido. Queremos agora votar as 42 horas. Logicamente, imaginávamos que esta seria a alternativa que a Mesa colocaria em votação. Derrotados, iríamos para a apreciação da proposta das 44 horas. Entretanto, a Mesa, apegando-se a determinações discutíveis, do ponto de vista regimental, coloca antes a proposta das 44 horas.

Indago, pois, que tipo de comportamento terão aqueles que querem votar pela jornada de 42 horas – e são vários. Votarão contra as 44 horas e, em seguida, V. Ex.<sup>a</sup> colocará em votação a proposta de 42 horas? Como ficará a questão? Ocorrerá o risco de, votada a proposta de 44 horas, ser prejudicada a de 42 horas?

Esta, a indagação que faço a V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Se for aprovada a questão das quarenta e quatro horas, fica prejudicada a das quarenta e duas horas. Mas S. Ex.<sup>a</sup> o Sr. Constituinte Paulo Ramos apresentou requerimento que foi considerado inaceitável, por não ter sido apresentado no tempo oportuno.

A Presidência quer apenas acentuar – por achar que todos estão de acordo – que a expressão "questão de ordem" adquiriu um sentido completamente novo, inédito na lingüística portuguesa e nos hábitos parlamentares.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – Permita-me, Sr. Presidente.

Quero dizer-lhe que não posso conformar-me. Espero que V. Ex.<sup>a</sup> faça uma reavaliação, no sentido de que, uma vez votada a proposta sobre a jornada de trabalho de quarenta e quatro horas, esteja prejudicada a emenda que propõe quarenta e duas horas. Do contrário, estaremos desrespeitando a emenda que foi apresentada, porque certamente vários Constituintes – inclusive eu – votaremos favoravelmente à jornada de trabalho de quarenta e quatro horas, de modo a resguardar a classe trabalhadora e impedir que ela regreda à escravidão, submetida ao regime de 48 horas, mas certamente pretendendo reduzir a jornada, quando proposta de 42 horas for votada. Não pode V. Ex.<sup>a</sup> se antecipar, porque, aí, estaremos atropelando não só o bom senso, mas também as normas regimentais, visto que a vontade da Comissão de Sistematização não estará aferida, desde que existe emenda propondo a jornada de 42 horas.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Permita-me, Sr. Presidente, uma questão de ordem, exatamente sobre a votação.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ PAULO BISOL:** – Permita-me, Sr. Presidente.

A questão é de justiça e liberdade. Se votarmos as 44 horas de jornada de trabalho e a decisão eliminar a possibilidade de votarmos as 42 horas, estaremos restringindo a liberdade da Comissão de Sistematização.

Queremos dar ao povo o máximo de liberdade possível, e o Parlamento tem decisões autoritárias e antijurídicas, Sr. Presidente! O problema é de justiça! Os que pensam em votar a favor das 42 horas não podem ser arbitrariamente tolhidos na liberdade de manifestar sua decisão de consciência! (Palmas)

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Permita-me, Sr. Presidente, levantar uma questão de ordem. Eu tinha uma emenda destacada e que postula as 44 horas semanais como jornada normal de trabalho. Veja V. Ex.<sup>a</sup> que a mistura entre preferências, destaques e emendas de vários matizes contraria o ordenamento regimental para a votação. O fato de optarmos por 40 horas não elide a preferência por 42, assim como optar-se por 44 horas não elide as 42 ou 46. São momentos e distâncias diferentes. Por motivos diversos, posso querer 46 horas, não 44; outro pode querer 42 horas, não 44. Não é o fato de eleger 44 horas em determinado momento que elimina as demais alternativas.

Por outro lado, Sr. Presidente, ao votarem e recusarem a minha preferência, na realidade, tornaram prejudicada outra preferência. A Emenda José Maria Eymael pleiteia 44 horas, mas estende uma outra obrigatoriedade, qual seja, a de respeitar acordos dissídios coletivos entre trabalhadores e empregadores.

Trata-se, portanto, de uma adição à minha proposta. Evidentemente, se recusada a Emenda Eymael, minha proposta poderá vir a ser prejudicada, ao passo que, se votada a minha em primeiro lugar, a Emenda Eymael não seria prejudicada. Logo, não se justifica que a Emenda Eymael seja votada antes da minha, como não tem fundamento que, votada a minha ou a Emenda Eymael, as demais, que prevêm outros horários, não sejam votadas.

Era o que queria apresentar como questão de ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Concedo a palavra ao nobre Relator Bernardo Cabral.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, eminentes colegas da Comissão de Sistematização, não é verdade – e permita-me, eminente Constituinte Gastone

Righi, discordar da sua argumentação – que, aprovada uma emenda, isto não prejudicaria outra. Claro que sim. Sr. Presidente, as pessoas precisam assumir as suas responsabilidades. Quem quiser votar contra as 42 horas de jornada de trabalho, que o faça, mas não se retire a oportunidade de este Plenário manifestar-se sobre o problema. (Palmas)

Sr. Presidente, desejo parodiar Rousseau, numa frase que até hoje continua viva: pode ser que eu não concorde com a proposta das 42 horas, mas defenderei o direito dos meus companheiros de votarem por ela. Na qualidade de Relator, peço a V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Presidente, submeta a matéria à consideração do Plenário. Se o Plenário – a começar pelo meu voto contrário – rejeitar a proposta das 42 horas, que não sejamos, no entanto, coarctados em manifestar nossa vontade, para que não saíamos daqui com o título de perdedores ou ganhadores, por meio de manobras solertes, que não se coadunam com a autoridade moral que V. Ex.<sup>a</sup>, Senador Constituinte Afonso Arinos, encarna nessa Presidência. Para todos nós, V. Ex.<sup>a</sup> é um exemplo político e cívico.

Encareço a V. Ex.<sup>a</sup> que ponha em votação a emenda das 42 horas de jornada de trabalho. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Não tenho a menor dúvida em aceder à solicitação do ilustre Relator. (Palmas). Ela corresponde a uma decisão prudente gradativa, que exprimirá uma sucessão de radiografias do Plenário, Vamos tirar sucessivas radiografias da opinião do Plenário para saber, qual é, realmente, o estado de espírito mais definido do Plenário.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON JOBIM:** – Sr. Presidente, em momento algum, na ocasião em que se suscitava a questão de ordem, passou pela cabeça deste Constituinte evitar fosse aferida alguma manifestação do Plenário. Absolutamente. Este Constituinte requereu a V. Ex.<sup>a</sup> a estrita obediência ao procedimento regimental. Se alguém quiser, dentro deste quadro, votar nas 42 horas, que rejeite as emendas anteriores. A alteração circunstancial das regras de precedência, no entanto, cria um privilégio, que vai resultar em risco, o qual V. Ex.<sup>a</sup> terá de assumir nos movimentos posteriores desta Assembléia Nacional Constituinte. (Palmas.) Que fique bem claro que em momento algum, se pretendeu excluir a possibilidade de ser votada por este Plenário a proposta para as 42 horas. O que se quis foi exatamente a obediência às regras regimentais. Pois se não obedecermos aos procedimentos estabelecidos e aprovados por esta Assembléia por esta Comissão, não conseguiremos chegar ao fim, uma vez que há normas que delimitam toda a nossa ação estabelecem nossa conduta interna. A insegurança passará a imperar neste Plenário.

**O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE:** – Peço a palavra, Sr. Presidente, para contraditar.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Solicito aos colegas que não insistam mais no debate.

Vamos passar ao fulcro das decisões. Assumo a responsabilidade por esta decisão. (Palmas), porque ela representa uma forma gradativa e conseqüente para nos aproximarmos de uma conclusão. A conclusão não pode vir por uma decisão alternativa. A alternativa mostrou-se insuficiente para indicar as gradações existentes entre as posições. Então, se a alternativa é demasiadamente contundente, o Presidente nada mais faz senão aceder não apenas ao desejo dos manifestantes como ao seu próprio sentimento íntimo, já que a aproximação com a verdade só se faz gradativamente em muitas questões. Não nos convencemos de chofre; nós nos convencemos à medida que os argumentos vão transformando nossa maneira de pensar. Trata-se, pois, de algo razoável. Não estou desobedecendo a nenhuma lei moral nem

a compromisso político. Estou obedecendo a um sentimento de justiça e a um desejo de concordância. Posso estar errado – confesso, antecipadamente meu erro – mas eu me arrependeria muito mais de ter acertado sem incorrer neste erro.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Permita-me, Sr. Presidente.

Se V. Ex.<sup>a</sup> consumir o ato, que nos curvaremos, estará subvertendo completamente dispositivo da Consolidação das Regras Regimentais. V. Ex.<sup>a</sup> poderá fazê-lo, entretanto, submetendo a votos o requerimento de preferência que considerou intempestivo. É muito menos drástico submeter a votos o requerimento de preferência, para ver se realmente a Assembléia consegue a preferência requerida, do que, ao contrário, subverter a ordem, ao arrepio do Regimento, das normas consolidadas. Pelo que entendo, é muito mais consentâneo do que os argumentos que V. Ex.<sup>a</sup> está levantando, submeter ao Plenário o pedido de preferência para votação da proposta de 42 horas.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Não há contradição entre o que requer o nobre Líder da Maioria e a decisão que eu havia tomado. S. Ex.<sup>a</sup> está querendo que se vote a preferência para as 42 horas – se não estou enganado. Essa preferência, contudo, desobedece ao Regimento. A concessão das 42 horas, por decisão do Presidente, também desobedece ao Regimento. Mas estou tomando esta decisão conscientemente. Se, com esse ato, desmereço a confiança da Comissão, resigno à Presidência da Comissão, imediatamente. Se estou praticando qualquer coisa que seja digna de condenação, com justiça, pela Assembléia, neste momento, eu renuncio. Para mim é muito fácil sair. Não tenho encontrado apoio para minha proposta, que é sincera, demito-me da Presidência.

**O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE:** – V. Ex.<sup>a</sup> tem apoio, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Há quatro grandes vice-presidentes. Saio daqui satisfeito. É só a Comissão manifestar qualquer decisão neste sentido, que o faço imediatamente. (Pausa)

Não há necessidade de fazer isso. (Risos)

Submeto a votação a sugestão do nobre Líder da Maioria, que é razoável. Chega ao mesmo resultado através de um processo que S. Ex.<sup>a</sup> considera regimental. (Palmas)

Tomemos a proposta do Líder, com a qual chegaremos ao mesmo fim.

Os que aprovam o requerimento do nobre Constituinte Paulo Ramos, queiram responder "sim".

Vamos para a alternativa da jornada semanal de 42 horas, de acordo com a sugestão do Líder do Governo na Câmara, o Constituinte Carlos Sant'Anna. Aceitei a proposta de S. Ex.<sup>a</sup>. Se votarmos "sim", estaremos aprovando a jornada de 42 horas.

**O SR. CONSTITUINTE ERALDO TINOCO:** – Permita-me, Sr. Presidente, registrar minha discordância quanto a este critério. Com todo o respeito que devoto a V. Ex.<sup>a</sup>, devo dizer que temos um Regimento que deve ser respeitado, em benefício dos trabalhos desta Comissão. O encaminhamento não está cumprindo o Regimento.

Registro, pois, meu protesto quanto a este procedimento.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup>, mas desde que assumi a Presidência, há precisamente uma hora e meia, o Regimento vem sendo constantemente desrespeitado, e V. Ex.<sup>a</sup> não fez qualquer reclamação.

Vamos continuar. Que se faça a chamada.

**O SR. CONSTITUINTE ADOLFO OLIVEIRA:** – Em votação o requerimento de preferência do nobre Constituinte Paulo Ramos para destaque de sua autoria. Os que aprovam a preferência, respondam SIM; os que lhe forem contrários, respondam NÃO.

**(Procede-se à votação)**

**O SR. CONSTITUINTE ADOLFO OLIVEIRA:** – Sr. Presidente, já há 47 votos "não".

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Pelo resultado da votação, o requerimento foi rejeitado.

Vamos votar o Destaque nº 3140, requerido pelo Constituinte José Maurício, referente à Emenda nº 24528, de autoria do requerente.

O Constituinte José Maurício está presente? **(Pausa)**

Está retirado o destaque, segundo o Constituinte Brandão Monteiro.

**A SRA. CONSTITUINTE BETH AZIZE:** – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**A SRA. CONSTITUINTE BETH AZIZE:** – Sr. Presidente, peço permissão a V. Ex.<sup>a</sup> para registrar a presença, nas galerias, de um grupo de funcionários do Banco do Brasil, que se encontram em Brasília para participar do I Congresso Nacional das Funcionárias do Banco do Brasil.

Muito obrigado. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – O Presidente da Comissão de compras em saudar suas jovens colegas. Digo "colegas" porque sou funcionário da Consultoria Jurídica do Banco do Brasil S.A. Então, às jovens colegas aqui presentes o meu desvanecimento com o prazer de vê-las. **(Palmas)**

Dando prosseguimento à sessão, concedo à palavra à Sr.<sup>a</sup> Constituinte Sandra Cavalcanti.

**A SRA. CONSTITUINTE SANDRA CAVALCANTI:** – Sr. Presidente, na sessão matutina, levantamos uma questão e encaminhamos um requerimento à Mesa. Nós, Constituintes, solicitamos à Mesa Diretora que nos conceda o feriado de segunda-feira. Além de ser feriado nacional, é uma das mais lindas festas religiosas do País, por ser o dia consagrado à padroeira do Brasil. Nós todos, que vimos num ritmo intenso de trabalho, com sessões ininterruptas, com reuniões que iniciam pela manhã e se prolongam pela noite a dentro estamos distantes das nossas famílias há bastante tempo, necessitados de uma pequena pausa em nossos trabalhos.

Este requerimento foi apresentado hoje, na parte da manhã. O Constituinte Fernando Henrique Cardoso, que presidia a reunião, declarou-nos que consultaria o Relator sobre a possibilidade de interrupção dos trabalhos. Estamos dispostos, até, a duplicar as sessões da semana que vem para recompor nossa escala de trabalho. Estávamos aguardando resposta, mesmo porque precisamos tê-la ainda hoje, a fim de tomarmos as providências necessárias para as viagens que, certamente, faremos depois da sessão de amanhã, para gozarmos esse feriado em companhia de nossas famílias e darmos também o direito de descanso aos funcionários, da Casa, aos jornalistas, enfim, a todos que vêm atuando aqui, assessorando-nos neste trabalho intenso.

Como a Comissão de Sistematização depende muito da opinião de V. Ex.<sup>a</sup>, gostaríamos, Sr. Presidente, de contar com seu apoio nesse pleito que é de todas as correntes. Trata-se de um pleito sem quaisquer divergências doutrinárias, nem ideológicas, nem regimentais.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – O Presidente, pessoalmente, estaria inclinado a deferir o requerimento, mas tem ao seu lado o mais severo observador dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, seu Presidente, o Deputado Ulysses Guimarães. O pedido realmente foi feito em termos tão convincentes que acho que S. Ex.<sup>a</sup> concordará conosco. Gostaria de ver uma reação intensivo do plenário. **(Palmas)** Insisto em adotar uma manifestação do plenário. Estou de acordo com a Constituinte Sandra Cavalcanti.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS** – Permita-me, Sr. Presidente. Minha sugestão seria que V. Ex.<sup>a</sup> concedesse o feriado de segunda-feira e marcasse, para a terça-feira, duas reuniões – como ocorre hoje – ou seja, uma pela manhã, outra à tarde.

**A SRA. CONSTITUINTE BETH AZIZE:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**A SRA. CONSTITUINTE BETH AZIZE:** – Sr. Presidente, segunda-feira é o Dia da Criança, e a maior homenagem que a Comissão poderia prestar às crianças do Brasil seria não interromper seus trabalhos, a fim de que pudéssemos avançar na votação do projeto de Constituição do País, que trata, inclusive, do direito da criança.

Tenho a impressão, Sr. Presidente, de que estou externando o ponto de vista da maioria dos membros da Comissão. Parece-me até dispensável a votação da matéria, porque acredito ser este o pensamento da grande maioria dos membros da Comissão.

**O SR. CONSTITUINTE INOCÊNCIO OLIVEIRA:** – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE INOCÊNCIO OLIVEIRA:** – Sr. Presidente, sem prejuízo dos trabalhos da Comissão de Sistematização, proponho que a reunião de segunda-feira seja compensada na próxima quarta-feira, realizando-se duas, uma de nove às quinze horas e outra de quinze às vinte horas.

**A SRA. CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES:** – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**A SRA. CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES:** – Sr. Presidente, há dificuldades de toda ordem. As pessoas fazem suas programações. Há dificuldades, inclusive, de reserva de passagens de avião. Quem ficou em Brasília, quem fez questão de ficar na Comissão de Sistematização, é porque assumiu a responsabilidade de um trabalho que deveria ser muito mais ágil do que está sendo.

Apesar de considerar nobre a intenção da Constituinte Sandra Cavalcanti, de homenagens, todos nós, as crianças, creio que a pretensão não tem cabimento. Temos responsabilidade, estamos atrasados perante a Nação.

Os trabalhos estão sendo lentos, embora isto não seja de nossa responsabilidade integral, e não conseguimos sequer colocar a matéria em votação.

É, pois, absolutamente descabida a pretensão.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Havendo manifestações constantes e parecendo que a maioria da Comissão se inclina pela não interrupção dos trabalhos, o Presidente considera que devemos trabalhar na segunda-feira, Dia de Nossa Senhora Aparecida, Padroeira do Brasil.

É o sentimento que extraio das manifestações sucessivas que estou observando. Podemos até votar. Perderíamos mais tempo, mas posso colocar a matéria em votação.

**O SR. CONSTITUINTE INOCÊNCIO OLIVEIRA:** – Vamos, então, votar, Sr. Presidente. E a minha proposta é a seguinte: na quarta-feira, para compensarmos o feriado da próxima segunda-feira, faríamos duas reuniões, uma das 9 às 13 horas e outra, das 15 às 20 horas, como estamos fazendo hoje.

**O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO MONTEIRO:** – Sr. Presidente Afonso Arinos, intervenho só para contribuir com a Mesa e com a Comissão de Sistematização.

V. Ex.<sup>a</sup> já teve oportunidade de ler as instruções que a Mesa da Assembléia Nacional Constituinte encaminhou a esta Comissão. Recordo-me de que houve quase um protesto geral – devo considerar mesmo uma histeria coletiva – quando o Presidente Ulysses Guimarães encarecia a necessidade de terminarmos os nossos trabalhos. Não é justo que a Mesa da Comissão de Sistematização, depois de ter-se reunido e feito um calendário, curve-se a cada dificuldade ou a interesses menores e procure modificar essa solução.

Ninguém aqui está mais sacrificado do que eu. Há quase 30 dias não vou ver meus filhos e minha mulher. Chamo a atenção da Comissão para o fato de que o Presidente Ulysses Guimarães, aqui presente, tem dito de forma reiterada que, se não completarmos a votação no prazo, irá encaminhar diretamente ao Plenário o Substitutivo, mesmo sem votação, o que prejudicaria muito os trabalhos, já que nossos problemas seriam multiplicados por cinco. E, também, ninguém é de ferro para trabalhar de manhã, de tarde e de noite, sobretudo quando as sessões são profundamente desgastantes – e V. Ex.<sup>a</sup> sabe disso. Não mudemos, pois, o que foi anteriormente definido.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Muito bem!

Passemos à votação do Destaque nº 2961, requerido pelo Constituinte Israel Pinheiro, referente à Emenda nº 33943, de autoria de S. Ex.<sup>a</sup>. **(Pausa)**

Sr. Constituinte retira o destaque.

**Destaque nº 2769/87 – Emenda nº ES-26856-2 (em parte), do Sr. José Maria Eymael "que modifica o art. 7º, inciso XI do Substitutivo nº 1 excetuando-se a expressão "convencionais" (art. 6º, inciso XI do Substitutivo nº 2).**

Em votação o Destaque nº 2769, requerido pelo nobre Constituinte José Maria Eymael, referente à Emenda nº 26856, de sua autoria. Suprime a palavra "convencionais".

Tem a palavra, para encaminhar favoravelmente a votação, o nobre Constituinte José Maria Eymael.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ MARIA EYMAEL:** – Sr. presidente, Sras. e Srs. Constituintes, neste momento da Assembléia Nacional Constituinte estamos debruçando sobre uma das maiores aspirações de conquistas sociais que inspiram hoje o nosso povo. No vértice da preocupação com a construção de uma sociedade solidária está o anseio, que anima toda a classe trabalhadora, de uma conquista real, representada por uma diminuição na carga semanal de trabalho. Esta preocupação, este anseio, e esta esperança, todos nós trouxemos a esta Assembléia Nacional Constituinte.

E foi com este espírito que apresentamos a emenda que ora se debate, levando à consideração dos Srs. Constituintes uma jornada semanal máxima não superior a 44 horas e uma jornada diária não superior a 8 horas.

E mais, Sr. Presidente: assinala-se no corpo da própria norma, em letras evidentes, claras, solares, a possi-

bilidade, mais do que a possibilidade, a certeza de repetidos avanços, através de acordos e dissídios entre sindicatos patronais e sindicatos de trabalhadores.

A carga de 40 horas é o máximo que se estabelece, mas também abre-se de forma generosa o caminho para o entendimento, a fim de que, em tempo rápido, acompanhando a evolução da sociedade brasileira, consigamos resultados cada vez melhores. E acredito que, com produtividade e com o empenho de todos, iremos reduzindo esse tempo, assegurando mais lazer e felicidade à nossa gente, ao nosso povo.

Com estas observações, Sr. Presidente, encaminho esta emenda ao voto dos Srs. Constituintes, certo de que ela representa para a Nação brasileira um imenso avanço e uma imensa conquista social. **(Muito bem!)**

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Para manifestar-se contrariamente, tem a palavra o nobre Constituinte Luís Roberto Ponte.

**O SR. CONSTITUINTE LUÍS ROBERTO PONTE:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, quero, preliminarmente, deixar explicitado que tenho o maior respeito por todos aqueles que discordem da posição que aqui vou externar e que estou consciente de que o fazem com a melhor das intenções.

Sei que a redução da jornada de trabalho vai ser uma decisão inquestionável da Assembléia Nacional Constituinte. Sinto-me, todavia, na obrigação de deixar registrado, em nome dos 40 milhões – no mínimo – de brasileiros que nada têm e que sequer sabem que, por esta via, prorrogaremos mais e mais o tempo em que vão continuar na miséria, que estamos aqui cometendo um dos maiores equívocos desta Constituinte.

Todos sabemos que só há uma forma de as pessoas obterem os bens materiais: produzindo-os. Sem produzi-los não chegaremos a propiciar aos brasileiros pobres a obtenção dos bens de que necessitam. E todos sabemos – principalmente os trabalhadores – que só pela via do trabalho é que se consegue aumentar os bens que a Nação produz.

Há o equívoco de que os países desenvolvidos trabalham menos e que os países mais pobres trabalham mais.

Tem-se a impressão de que trabalhar mais significa pobreza. Mas isso não pode passar pela cabeça de ninguém que seriamente trate da questão. Todos os países que tiveram dificuldades, em alguma ocasião, para atender às condições mínimas do seu povo, fizeram exatamente o contrário. A Alemanha, por exemplo, que hoje trabalha 36 horas, e o Japão, que continua trabalhando 48 horas, no primeiro momento do pós-guerra aumentaram sua jornada para 60 horas, até que o último de seus cidadãos tivesse o mínimo de dignidade, em termos de condições materiais, de sobrevivência.

No entanto, nós, que vivemos um quadro de carência mais grave do que aquele do pós-guerra, estamos marchando na direção contrária, cometendo um dos maiores equívocos que se possa imaginar. E não se diga que menor jornada de trabalho aumenta a produtividade. Tenho, a propósito, em mãos documentos do PT, distribuído hoje entre os Constituintes; que, textualmente, afirma o seguinte:

"É importante ressaltar que, para se manter o mesmo nível de produção, sem alterar a base tecnológica, seria necessário um acréscimo do número de empregos na mesma proporção das horas efetivamente trabalhadas."

E acrescenta dados de que será preciso aumentar a quantidade de empregos para suprir a redução da jornada de trabalho.

Não se diga também que isso visa a ocupar os desocupados, pois este País, ainda no ano passado, apresentava níveis de desemprego inferiores a 2% – certamente, os mais baixos do mundo. Continuamos, no entanto, sem produzir os bens necessários ao atendimento de nossa população.

Gostaria de trazer à reflexão de V. Ex.<sup>as</sup>, mais uma vez, o fato de que os que pensam que assim se estará fazendo distribuição de renda, estão cometendo outro equívoco. Na verdade, dá-se aos trabalhadores com urna das mãos e se lhes tira mais com a outra. Além de produzir menos, a empresa, pagando o mesmo salário, naturalmente terá o custo ampliado, e o empresário nada estará dando; ao contrário, repassado ao custo o aumento da produção, haverá ainda agravante de nesse custo embutir-se o ônus da máquina que tenha ficado parada, ou da instalação que tenha sido subutilizada. Portanto, contrariamente ao que se pensa, essa redução representa menor salário real – mesmo para os que estão empregados – e, sobretudo, menos bens materiais para os que nada têm.

Gostaria de deixar registrada esta posição com absoluta clareza. Não que eu seja contra a jornada de 44 horas, porque representa menos do que as 40 horas que alguns irão defender, mas, sim, porque, a rigor, se tivéssemos a solidariedade que dizemos ter para com os pobres, este seria o momento de ampliarmos a jornada de trabalho, elevando-a para 50 ou 52 horas até que o último dos brasileiros tivesse o que comer, tivesse onde morar, onde tratar-se e como educar-se. A partir daí, sim, seria possível reduzir a jornada de trabalho até o ponto que desejamos.

E ainda há outro equívoco, que é o de inserir na Constituição uma jornada de trabalho que amanhã haverá de ser menor – certamente o será – e que agora não pode sê-lo. A menos que venhamos a mudar novamente a Constituição.

É uma sucessão de equívocos, portanto, e, o que é pior, com a convicção de que estamos marchando para o bem.

Quero deixar registradas estas palavras, para que não me acusem, amanhã, de não ter tido a consciência de que estamos votando uma verdadeira insanidade.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem a palavra o nobre Constituinte Celso Dourado, para se manifestar contrariamente à emenda. **(Pausa).** S. Ex.<sup>a</sup> não está presente.

Vai falar a favor o nobre Constituinte José Serra.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ SERRA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a pedido do meu Líder, Euclides Scalce, devo falar a favor da emenda do nobre Constituinte José Maria Eymael, segundo a qual a duração do trabalho normal será não superior a 44 horas semanais e não excedente a 8 horas diárias, com intervalo para repouso e alimentação, respeitados os acordos e dissídios coletivos entre sindicatos de trabalhadores e patronais.

Acreditamos que o texto cuja aprovação propomos agora representa significativo e concreto avanço na condição social do trabalhador brasileiro. Os dados a respeito da região da Grande São Paulo, que hoje à tarde me foram enviados – dados de insuspeita fonte de pesquisa, do Dieese, da Secretaria de Planejamento de São Paulo – mostram que a duração média da jornada de trabalho, ali, é da ordem de quarenta e seis horas. Portanto, a redução para quarenta e quatro horas representará uma conquista e um significativo avanço para os trabalhadores dessa região.

Acontece que a Grande São Paulo tem uma produtividade – ou seja, aquilo que é produzido por trabalhadores – pelo menos quatro vezes superior à média do con-

junto do País, o que nos leva a crer que, para o conjunto do Brasil, o número de horas trabalhadas por semana, em média, é bem superior a quarenta e seis horas.

Portanto, é importante termos em mente que a redução para quarenta e quatro horas representa, inegavelmente, um avanço, uma conquista.

E este é um ponto importante a ser sublinhado. Muitos argumentam que setores importantes da classe trabalhadora já trabalham 44, 45 ou mesmo menos do que 44 horas. E isto é verdade.

O texto constitucional não fixa obrigatoriamente um ganho para esta parcela dos trabalhadores. Mas queria deixar claro que, pelos dados de que dispomos, as empresas de até 50 empregados reúnem cerca de 56% da força de trabalho no Brasil. Apenas na Grande São Paulo as empresas de até 50 empregados têm, em média, jornada de 48 horas por semana – este é um dado muito significativo quer dizer, bem mais da metade da força de trabalho, na região mais desenvolvida do País, onde a duração da jornada de trabalho é a menor, será concretamente beneficiada por essa medida. Este é um fator importante para nossa reflexão, porque é nas empresas menores, nas de menor capacidade de mercado, tecnológica, financeira – menos competitiva – que será realmente sentido o efeito da diminuição da jornada de trabalho. São essas empresas que têm menor capacidade de repassar aumentos de custos aos preços.

A diminuição da jornada de trabalho, contudo, significa aumento do custo por hora do trabalhador empregado na empresa. Precisamos ter isso claro. Precisamos ter claro que estamos aprovando uma medida que implica isso. Portanto, temos que olhar com cuidado a situação das empresas que empregam provavelmente – considerando-se o Brasil como um todo – cerca de dois terços da força de trabalho.

Uma mudança mais violenta para baixo, em termos de horas trabalhadas, poderia trazer efeitos extraordinariamente perversos sobre essas empresas. Não para as grandes multinacionais, como as montadoras de automóveis e assim por diante.

É importante também dizer que em absoluto se está bloqueando o caminho para que os setores mais organizados da classe operária conquistem uma jornada de trabalho menor. Ao contrário, essa conquista se fará, como se fez no passado no mundo inteiro, através da luta sindical. Estamos fortalecendo, mediante outras medidas esta Constituição, a capacidade de luta dos trabalhadores, possibilitando-lhes maior liberdade sindical, com o desatrelamento dos sindicatos com relação ao Estado e, através de uma emenda do PMDB, que o Relator Bernardo Cabral acolheu, criando um seguro-desemprego decente neste País. Este é um aspecto fundamental para fortalecer a luta reivindicatória dos trabalhadores.

Mais, ainda: a emenda que estamos defendendo dispõe que serão respeitados acordos e dissídios coletivos entre sindicatos de trabalhadores e patronais, evidentemente considerando o limite superior das 44 horas, eliminando uma ambigüidade que favoreceria as conquistas dos sindicatos para a diminuição das horas de trabalho. Refiro-me aos sindicatos mais fortes, mais organizados e aos mais ligados às grandes empresas, que têm capacidade financeira, de mercado, de inovação tecnológica para absorver esse processo.

Estas são as razões pelas quais a Liderança do PMDB optou por essa proposta, que resultou de entendimento e representa um avanço importante que não podemos subestimar. As lutas sociais no Brasil, a partir desta Constituição, sairão fortalecidas. E as lutas sociais são o único, ou, talvez, o principal instrumento para a melhoria das condições de vida da classe trabalhadora e para a diminuição das desigualdades sociais em nosso País. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem a palavra o nobre Relator.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, pediria a atenção de V. Ex.<sup>as</sup>, sobretudo do Constituinte Gastone Righi, uma vez que o Constituinte Chagas Rodrigues encontra-se ausente do plenário. O eminente Constituinte José Maria Eymael apresentou emenda que merece todos os louvores, mas que em determinada parte pode ser prejudicial. O Constituinte Gastone Righi submete uma emenda que atende ao que se quer, no que se refere à chamada duração máxima de 44 horas por semana do trabalho normal. O eminente líder dos empresários, Constituinte Albano Franco – que, aliás, tem sido vítima de injustiça e está sempre disposto ao diálogo – está de acordo com as emendas sobre as 44 horas. Desta forma, eu indagaria ao Constituinte Gastone Righi sobre a possibilidade de o Constituinte José Maria Eymael assinar a sua emenda. Assim, não haveria necessidade de duas votações.

Faço ao Constituinte José Maria Eymael quase um apelo, no sentido de que retire sua emenda. Com o Constituinte Gastone Righi, S. Ex.<sup>a</sup> assinaria a emenda, que passaria a ter dois autores. Com isso, pouparíamos trabalho, economizando o tempo de votação.

Ouçõ V. Ex.<sup>a</sup>, Constituinte José Maria Eymael, antes de opinar sobre o mérito da sua proposta.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ MARIA EYMAEL:** – Sr. Presidente, ilustre Relator, nosso propósito, ao colocar a ressalva da emenda apresentada, assegurando que acordos e dissídios pudessem baixar esse teto máximo, foi inteiramente o de estabelecer um instrumento de conquista e de avanço para os trabalhadores.

No momento em que, através da assessoria de vários Parlamentares, sinto que essa ressalva pode, eventualmente, conduzir a um resultado completamente contrário ao que desejo, não me resta outro caminho, dentro da coerência, senão o de retirar minha emenda. Se o Constituinte Gastone Righi concorda, sinto-me honrado em subscrever a sua emenda. **(Palmas)**

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr. Relator, muito me honra a proposta que V. Ex.<sup>a</sup> formula, com a qual o ilustre Constituinte José Maria Eymael concorda. Assim, apenas aguardo que V. Ex.<sup>a</sup> e o Presidente coloquem em votação a emenda por mim proposta e que agora passa a ter, acompanhando minha modesta assinatura, as dos ínclitos Constituintes Bernardo Cabral, Relator, e José Maria Eymael.

**O SR. RELATOR (Constituinte Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, peço a V. Ex.<sup>a</sup> que, considerando retirada a emenda do Constituinte José Maria Eymael, submeta à votação a de autoria dos nobres Constituintes Gastone Righi e José Maria Eymael.

**Destaque nº 3867-8 – Emenda nº ES-25794-3, dos Srs. Gastone Righi e José Maria Eymael, "que modifica o art. 7º inciso XI do Substitutivo nº 1 (art. 6º inciso XI do Substitutivo nº 2)". (117ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Constituinte Afonso Arinos):** – A Comissão acompanhou as diferentes manifestações: primeiro, a solicitação do Relator, depois, a concordância do Constituinte José Maria Eymael e, afinal, o assentimento do Constituinte Gastone Righi. Portanto, existe um acordo que está prevalecendo e vai ser votado através do Destaque nº 3867, requerido pelo Constituinte Gastone Righi, com apoio do Constituinte José Maria Eymael. A Emenda nº 25794, de co-autoria dos dois Constituintes citados, passará a ser votada.

Algum orador deseja manifestar-se? **(Pausa)**

Concedo a palavra ao autor do destaque, Constituinte Gastone Righi.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, nascida de uma composição que envolveu o insigne Relator desta Comissão de Sistematização, bem como as Lideranças do PMDB, no caso o Constituinte Fernando Henrique Cardoso, que nos acompanha na assinatura da emenda, apenas desejo e espero que ela obtenha o **quorum** constitucional, de 47 votos, para se insculpir como uma das conquistas do trabalhador brasileiro na presente Constituição.

De 48 horas estamos reduzindo a jornada de trabalho para 44. Se este não é o sonho maior da população trabalhadora brasileira, pelo menos é um avanço. A diminuição de quatro horas semanais irá trazer, para milhões e milhões de brasileiros, um alívio em sua carga de trabalho, em seu esforço semanal, em sua jornada de suor, de desgaste e de sacrifícios. É mais uma das conquistas sociais na presente Constituição.

Quero dizer que já não é sem tempo que estamos registrando na legislação o fato. Há cerca de 100 anos o Brasil reconhece a semana inglesa – semana de cinco dias e metade do sábado – o que representa aproximadamente 44 horas semanais. Se admitimos isso em nossos hábitos e costumes, não o estendemos à legislação, o que quer dizer que o trabalhador não tem recebido a contrapartida em horas extras, ou seja, não tem podido receber a recompensa por uma jornada mais dilatada. Para compensar esse horário de sábado, ele acaba estendendo sua jornada diária para além das 8 horas, o que a grande greve de Chicago conquistou para o mundo civilizado.

Assim sendo, espero que os Srs. Constituintes aprovelem esta emenda como reconhecimento da vontade da maioria desta Assembléia.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Para manifestar-se contrariamente, concedo a palavra ao nobre Constituinte Luís Roberto Ponte.

**O SR. CONSTITUINTE LUÍS ROBERTO PONTE:** – Sr. Presidente, o que eu tinha a dizer, substantivamente, já foi dito anteriormente. De modo que abro mão do meu pronunciamento.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – O Sr. Constituinte Luís Roberto Ponte já havia falado, anteriormente, sobre outro assunto, mas estava inscrito novamente para pronunciar-se sobre este.

Concedo a palavra ao nobre Constituinte Oswaldo Lima Filho, para manifestar-se a favor.

**O SR. CONSTITUINTE OSWALDO LIMA FILHO:** – Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, a emenda ora apreciada não representa a aspiração do trabalhador. Isto é evidente, e já foi dito. Em todos os foros sindicais a que tenho comparecido, no Nordeste, em São Paulo, no Rio, nos congressos ou nos simpósios realizados aqui, em Brasília, com a presença das grandes lideranças do PMDB, inclusive de líderes do nosso partido, no Senado, na Câmara dos Deputados, entre os quais o Presidente do partido, houve o compromisso claro de defender a jornada de trabalho de 40 horas. Esse compromisso foi sustentado aqui, neste Plenário, pela maioria da bancada que, por 28 contra 21, votou favoravelmente à emenda do Sr. Constituinte Brandão Monteiro.

Derrotada aquela emenda – portanto, prejudicada, por ser idêntica a de nº 33645, de minha autoria – a jornada de trabalho de 40 horas, cara aspiração dos trabalhadores, foi rejeitada pela Constituinte com votos expressivos de Constituintes do PMDB, que por isto irão responder perante a classe trabalhadora. **(Palmas)** Levantaram-se, aqui, ilustres Líderes do PMDB, para combater a redução da jornada para 40 horas semanais e para afirmar que nossa posição, a posição dos que, como nós,

defendiam a redução, era demagógica. Foi o caso, por exemplo, do Sr. Constituintes Pimenta da Veiga, ao dizer que, quando aprovamos aqui a impenhorabilidade das propriedades de menos de 25 hectares, estávamos fazendo demagogia. O que não fazemos é a defesa dos bancos, que estão levando à fome e à ruína centenas de milhares de pequenos proprietários rurais no Brasil. Os que vivem no Paraná e no Rio Grande do Sul vêm todos os dias pequenos proprietários serem executados, perderem suas propriedades e sendo, em consequência, levados à periferia das grandes cidades como marginais.

A sociedade brasileira torna-se cada dia mais profundamente injusta e desigual. Premia, concede favores, subsídios e incentivos. Ninguém desta Casa discute os incentivos concedidos aos exportadores, os quais podem ser muito interessantes para o comércio internacional do Brasil. Somam, contudo, bilhões de cruzados anualmente. Quando se fala, porém, em defesa do trabalhador, vem logo o refrão de que estamos fazendo a demagogia. Este é o capitalismo selvagem!

Mas para nós, nesta tarde, basta uma glória e uma vantagem: nós votamos com a nossa consciência. Os vinte e oito deputados do PMDB que votaram a favor da redução da jornada de trabalho cumpriram antigo compromisso do nosso partido. Votaram de acordo com este compromisso, assumido em praça pública, nos comícios eleitorais. Para nós bastariam o julgamento e o apoio do eminente Presidente da Comissão de Sistematização, Senador Afonso Arinos, cuja experiência, valor e patriotismo somar-se-ão ao nosso voto neste momento.

Não nos resta outra alternativa senão votar a redução menor, de 44 horas. Por isso deixo aqui uma declaração de voto. Era o que tinha a dizer.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Em votação.

**O SR. CONSTITUINTE PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO:** – Permita-me, Sr. Presidente.

Quero pedir um esclarecimento a V. Ex.<sup>a</sup>, pois sinto que vários colegas estão em dificuldade, embora a matéria já tenha sido amplamente tratada.

Noto confusão no Plenário: se aprovarmos a emenda que fixa em 44 horas semanais a jornada de trabalho, em seguida podemos votar a emenda que preveja 42 horas, ou esta estará prejudicada?

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Se for aprovada a emenda que fixa em 44 horas semanais a jornada de trabalho, todas as demais estarão prejudicadas.

**O SR. CONSTITUINTE PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO:** – Então, Sr. Presidente, uma vez aprovada a emenda que fixa em 44 horas semanais a jornada de trabalho, o Plenário já está sabendo que a emenda sobre as 42 horas nem será colocada em votação?

Era o esclarecimento que desejava. Muito obrigado.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ SERRA:** – Sr. Presidente, permita-me apenas esclarecer a V. Ex.<sup>a</sup> e aos Constituintes aqui presentes que a minha argumentação a favor da proposta do Deputado José Maria Eymael continua, no meu entender, sendo válida para a proposta de emenda do Constituinte Gastone Righi.

Quero sublinhar este ponto, porque me parece extremamente importante, no sentido de que minha argumentação foi em torno da proposta de entendimento, que se prolongou da emenda do Constituinte José Maria Eymael para a do Constituinte Gastone Righi.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – Sr. Presidente, pela ordem. Acredito que a Mesa esteja incorrendo, mais uma vez, em grave equívoco: a matéria é a mesma, mas a fixação da jornada de trabalho é diversa. O

fato de ser votada uma proposta que fixa em 44 horas a jornada semanal de trabalho não implica a prejudicialidade da proposta que a fixa em 42 horas, pela simples razão de que as propostas não são iguais e não há, ainda, matéria aprovada. Ainda existem emendas.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, não posso ouvir calado esta acusação ao Dr. Paulo Affonso, a quem conheço há mais de 25 anos. O Dr. Paulo Affonso em nenhum instante interfere, quer com V. Ex.<sup>a</sup>, quer comigo. O Dr. Paulo Affonso sugere, opina, não decide. Quem decide é V. Ex.<sup>a</sup>, ou eu.

Registro o meu mais veemente protesto às palavras que acabo de ouvir, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Advirto que as expressões extra-regimentais e acusações infundadas serão retiradas pela Taquigrafia, por decisão do Presidente (Palmas). O Presidente não pode consentir que se venham insinuar irregularidades e maquinações imorais ao Assessor da Mesa. As palavras não serão incluídas no registro da Ata.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON JOBIM:** – Sr. Presidente, para defender e elogiar as palavras do eminente Relator, basta uma questão simples que está no Regimento e que fugiu à percepção do eminente suscitador da questão de ordem.

É que, se for votada e aprovada a emenda do Constituinte Gastone Righi, temos uma questão que foi aprovada e que, evidentemente ficará prejudicada.

Isto é de uma evidência total e absoluta. Somente aqueles que não querem ver e que pretendem conturbar os trabalhos é que podem pensar diferentemente.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Se houver tumulto no Plenário, suspendo a sessão. (Pausa)

Tem a palavra o Constituinte Ricardo Fiúza.

**O SR. CONSTITUINTE RICARDO FIÚZA:** – Sr. Presidente, desejo apenas fazer um registro, em nome do nosso Partido e em meu nome pessoal.

Trata-se de absoluto repúdio à injustiça que o Constituinte Paulo Ramos faz ao Dr. Paulo Affonso, a quem conhecemos nesta Casa como um exemplo de dignidade (Palmas), pessoa de alto gabarito e isenta.

Devo dizer, ainda, em meu nome pessoal, que o Constituinte Paulo Ramos comete uma covardia, porque ataca uma pessoa que não pode defender-se no mesmo nível. (Palmas)

**A SRA. CONSTITUINTE ABIGAIL FEITOSA:** – Sr. Presidente, gostaria de um esclarecimento. Caso essa proposta de 44 horas perca, votaremos a de 42 horas?

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Sim.

**A SRA. CONSTITUINTE ABIGAIL FEITOSA:** – Muito obrigada.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ COSTA:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem a palavra V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ COSTA:** – Sr. Presidente, considerando que a emenda de autoria do eminente Constituinte Gastone Righi contém a expressão "duração máxima de trabalho normal semanal de 44 horas e jornada diária não superior a 8 horas". essa proposta, evidentemente, pela sua abrangência, compreende a emenda de 42 horas. Aprovada, logicamente, ficará prejudicada a emenda defendida por outros eminentes Constituintes e que propõe a jornada de 42 horas.

Peço a V. Ex.<sup>a</sup> que submeta imediatamente à votação a matéria em questão.



**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Em votação a emenda.

**(Prossegue a votação)**

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Almir Gabriel, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Carlos Mosconi, Carlos Sant'Anna, Celso Dourado, Egídio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Lyra, João Calmon, João Herrmann Neto, José Serra, José Ulisses de Oliveira, Mário Lima, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nilson Gibson, Pimenta da Veiga, Prisco Viana, Renato Vianna, Rodrigues Palma, Virgildásio de Senna, Albano Franco, Antonio Mariz, Euclides Scalco, Israel Pinheiro, João Agripino, José Costa, Miro Teixeira, Nelson Wedekin, Octávio Elísio, Roberto Brant, Alceni Guerra, Antoniocarlos Mendes Thame, Arnaldo Prieto, Edme Tavares, Eraldo Tinoco, Inocêncio Oliveira, José Jorge, José Lins, José Santana de Vasconcellos, José Thomaz Nonô, Luís Eduardo, Mário Assad, Osvaldo Coelho, Paulo Pimentel, Ricardo Fiúza, Sandra Cavalcanti, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Jarbas Passarinho, José Luiz Mala, Virgílio Távora, Hugo Napoleão, Jonas Pinheiro, José Lourenço, José Tinoco, Mozarildo Cavalcanti, Paes Landim, Bonifácio de Andrada, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Adolfo Oliveira e José Maria Eymael. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Cristina Tavares, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, José Paulo Bisol, Nelson Friedrich, Osvaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Sigmaringa Seixas, João Natal, Rose de Freitas, Uldurico Pinto, Vicente Bogo, Vilson Souza, Afonso Arinos, Brandão Monteiro, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Bocayuva Cunha, Haroldo Lima, Augusto Carvalho e Beth Azize. Votou **ABSTENÇÃO** o Senhor Constituinte Lysâneas Maciel.

**DECLARAÇÃO DE VOTOS**

Nós, militantes e parlamentares do PMDB, repelimos a defesa prioritária de jornada de trabalho de 44 horas semanais. O Brasil, no mundo civilizado, é o País sobre cujos trabalhadores recai a maior jornada de trabalho. Defendemos às 40 horas como proposta prioritária, postulado de todos os trabalhadores, como bandeira do PMDB. – **Abigail Feitosa – Vilson Souza – Cristina Tavares – Haroldo Sabóia – Nelson Friedrich – Francisco Pinto – Paulo Ramos – Miro Teixeira – José Paulo Bisol – Almir Gabriel – João Herrmann Neto – Ademir Andrade – Fernando Lyra – Francisco Küster – Rose de Freitas – Vicente Bogo.**

**DECLARAÇÃO DE VOTOS**

Votamos contra a emenda das 44 horas, porque ela foi colocada em votação de maneira errada, impedindo-nos de votar a emenda que fixa o horário de trabalho em 42 horas semanais, numa evidente limitação do nosso direito de examinar as várias hipóteses de fixação do horário de trabalho. Negamos a de 44 para poder votar a de 42.

Brasília, 9 de outubro de 1987. – **Beth Azize, Paulo Ramos, Haroldo Sabóia, Vilson Souza, Nelson Friedrich, José Paulo Bisol, Brandão Monteiro, Sigmaringa Seixas, Bocayuva Cunha, Plínio Arruda Sampaio, Luiz Inácio Lula da Silva e Augusto Carvalho.**

**DECLARAÇÃO DE VOTOS**

Vencida pela votação a opção pela jornada de trabalho de 40 horas; a nossa segunda opção será pela jornada de 42 horas. Diante da irracionalidade da ORDEM seqüencial da votação, que deu prioridade à votação de emenda que preconiza as 44 horas, votamos a seu favor para não correr o risco de ver mantida às 48 horas do Substitutivo II, sem prejuízo da emenda relativa às 40 horas, que votaremos em Plenário.

José Paulo Bisol, Cristina Tavares, Carlos Mosconi, Miro Teixeira, Ademir Andrade, João Herrmann Neto.

**DECLARAÇÃO DE VOTOS**

Tendo sido derrotadas as emendas dos deputados Brandão Monteiro e Osvaldo Lima Filho (nº 33645-2), que fixavam em 40 horas a jornada semanal de trabalho, não nos resta outra alternativa senão renovar a proposição em Plenário, pelo que votamos contra a fixação da jornada em 44 horas.

Brasília, 9 de outubro de 1987. – **Oswaldo Lima Filho, Francisco Pinto.**

**DECLARAÇÃO DE VOTOS**

(Constituinte Lysâneas Maciel)

Tendo em vista a série de manobras que subtraíram aos constituintes o direito de opinar sobre as várias alternativas (emendas em estudo) sobretudo aquelas referentes às 42 horas de trabalho;

Tendo em vista o que prescreve o Regimento (do Senado, da Câmara) e o consolidado, no que se refere à matérias idênticas, para considerá-las prejudicadas (será que 42 horas semanais são iguais as 44 horas).

Tendo em vista a notória e constante inutilidade dos recursos e requerimentos e encaminhados com fundamento no art. 12 que jazem engavetados na mesa.

Sente-se este constituinte sem condições de exercer livremente seu voto, reservando-se o direito de exercê-lo plenamente no Plenário da Constituinte para manter no texto constitucional as quarenta horas semanais.

Abstenho-me portanto, desta votação viciada, anti-regimental. – **Lysâneas Maciel.**

**DECLARAÇÃO DE VOTOS**

Com relação à votação da jornada de 44 horas de trabalho declaro:

1) a posição do meu partido, o PC do B, é favorável à jornada de 40 horas semanais;

2) o encaminhamento da Mesa fez com que a emenda que prevê as 44 horas de jornada fosse votada antes de outra que definia em 42 horas dito período de trabalho;

3) votamos contra a emenda que previa 44 horas para, derrotando-a votarmos a jornada de 42 horas;

4) como foi vitoriosa a emenda das 44 horas, a Mesa considerou, contra nossa opinião, prejudicada a emenda das 42 horas;

5) reiteramos nossa disposição de continuarmos lutando pelas 40 horas e de levantarmos essa emenda, de novo, no Plenário da constituinte. – **Haroldo Lima**, Líder do PC do B.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 66 Constituintes; votaram NÃO 23 Constituintes: absteve-se de votar 1 Constituinte. Total: 90 votos. O Destaque foi **aprovado**.

Declaração de voto, dos Senhores Constituintes Abigail Faltosa, Vilson Souza, Cristina Tavares, Haroldo Sabóia, Nelson Friedrich, Miro Teixeira; José Paulo Bisol, Almir Gabriel, João Herrmann Neto, Ademir Andrade, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Paulo Ramos, Rose de Freitas, Sigmaringa Seixas, Beth Azize, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Brandão Monteiro, Bocayuva Cunha, Carlos Mosconi, Osvaldo Lima Filho, Lysâneas Maciel, Haroldo Lima, Francisco Küster, Vicente Bogo e Augusto Carvalho.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ PAULO BISOL:** – Permita-me, Sr. Presidente.

Em nome da dignidade desta Constituinte, solicito a V. Ex.<sup>a</sup> que me permita registrar nos Anais e na História deste País, o meu mais profundo e veemente protesto pela ordem de sucessão das votações, a pretexto da existência de uma norma consolidada.

Quero registrar, diante dos Srs. Constituintes, que estamos no caminho do absurdo. E estamos cassando a liberdade de votar, de escolher entre as possibilidades de decisão. **(Palmas)** V. Ex.<sup>a</sup> haverá de compreender comigo, tão dramaticamente quanto eu – V. Ex.<sup>a</sup> é jurista e eu sou Juiz de Direito – que a liberdade, em matéria de voto, pode ser quantitativamente medida. Se existem cinco possibilidades de escolha, a dimensão da liberdade tem um índice 5, e eu preciso participar de todas elas.

Não posso, pois, admitir, Excelência, que, havendo a possibilidade de votar em uma jornada de quarenta horas, e depois, se não for vencedor nesta, havendo a possibilidade de votar nas quarenta e duas horas, eu não possa fazê-lo. Trata-se de uma cassação da minha liberdade de escolha.

Deixo aqui este profundo e veemente protesto. Como juiz, eu digo que, se é uma regra, uma norma consolidada que está produzindo essa anormalidade parlamentar, eu julgaria **contra legem**, como faz a magistratura – e V. Ex.<sup>a</sup> conhece muito bem a teoria do direito de decidir contra a lei, quando ela é iníqua. Essa lei é iníqua, essa norma é absurda. Cassa a liberdade da decisão pessoal. Cassa o voto. Não pode continuar admitindo a incidência dessa norma.

Peço à Mesa, encarecidamente, que faça uma revisão e decida contra essa norma, ou a modifique. **(Palmas)**

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Sr. Presidente, para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem a palavra V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Sr. Presidente, nobre Constituinte Afonso Arinos, neste momento, dirijo-me também ao Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, Constituinte Ulysses Guimarães, bem como ao ilustre Relator Bernardo Cabral e a todas as lideranças partidárias que estiveram naquela reunião em que se decidiu sobre a consolidação das regras regimentais. E chamo a atenção deste Plenário, em nome da ética e da dignidade, para as relações que devem existir entre parlamentares e partidos políticos.

Divergi do nobre Constituinte Paulo Ramos, quando S. Ex.<sup>a</sup> colocou seu pedido de preferência, mas não posso deixar de invocar o testemunho dos que participaram daquela reunião.

O nobre Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva fez, naquela oportunidade, a seguinte pergunta sobre jornada de trabalho: "tenho propostas de 40, de 42, de 44 e de 48 horas. Como essas propostas vão ser votadas?" Qual foi a resposta dada naquela reunião, nobre Presidente Ulysses Guimarães? Foi exatamente a seguinte: "são matérias distintas, porque 40 horas são diferentes de 42, estas são diferentes de 44, assim como 44 são diferentes de 48".

Portanto, cada uma dessas emendas tem que ir a votos, porque elas não se anulam, têm conteúdos distintos. O conteúdo de uma não pode anular o de outra, porque 44 horas são diferentes de 42, assim como são diferentes de 48. Temos de levar em conta – e chamo, repito, o testemunho de todos os que estavam presentes à reunião – a pergunta feita pelo companheiro Lula, porque lhe foi dito que seriam votadas uma a uma.

A votação da preferência não podia ter sido feita. Foi anti-regimental. Mas não se pode, Sr. Presidente, nobre Constituinte Afonso Arinos, deixar de votar a emenda que propõe as 42 horas, já que ela é diferente da que propõe 44 horas.

Quero, a propósito, lembrar o que ocorreu ontem, aqui, quando da votação de emenda referente ao 1º Substitutivo, e a Emenda Max Rosenmann voltou a ser votada, apesar de semelhante. Levantei questão de ordem, e a Mesa decidiu contra. Não criei problemas para a Mesa. Acatei

sua decisão. Votamos a Emenda Max Rosenmann, que foi derrotada.

Sr. Presidente, considero esta questão cristalina. A emenda que propõe 42 horas tem que ser colocada a votos, porque, se não o for, serão abertos dois precedentes. O primeiro, de se negar o direito de votar matérias diferentes; o segundo, mais grave, o de atestar-se que a palavra dos Líderes, proferidas perante a Presidência da Assembléia Nacional Constituinte, da Comissão de Sistematização e perante o Relator Bernardo Cabral, de nada valem. E, daqui para a frente, como vamos fazer acordo?

Conclamo todas as Lideranças para testemunharem quanto à resposta dada ao companheiro Luiz Inácio Lula da Silva na referida reunião.

Sr. Presidente, em nome do bom andamento dos trabalhos, sugiro que votemos a emenda que propõe as 42 horas. Muito obrigado. **(Palmas)**

**O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA:** – Sr. Presidente, peço a palavra, para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Com a palavra V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA:** – Sr. Presidente, as decisões adotadas pela Mesa no tocante à matéria em votação foram absolutamente irrepreensíveis. V. Ex.<sup>a</sup> decidiu de forma absolutamente correta. E os dois oradores que apresentaram questão de ordem não têm nenhuma razão e nenhum direito, até porque se insurgem não contra uma decisão de V. Ex.<sup>a</sup>, mas, na realidade, contra uma decisão do Plenário.

Parece até, a quem ouviu as questões de ordem aqui levantadas, que não foi decisão do Plenário, e que este não teve oportunidade de manifestar-se. O Plenário votou a preferência.

A primeira das questões de ordem dizia respeito à ordem das votações. O Constituinte José Paulo Bisol veio ao microfone e, de modo inflamado, contestou a decisão da Mesa, esquecendo-se de que a ordem de votação foi determinada pelo Plenário, que recusou a preferência votada. Depois votamos a emenda de 44 horas, e o Plenário, por larga margem, a aprovou.

Ora, Sr. Presidente, se o Plenário preferisse as 42 horas, no momento da votação da preferência teria aprovado a preferência, ou, no momento da votação da emenda de 44 horas, teria recusado essa emenda para aprovar a que propunha 42 horas.

É evidente, Sr. Presidente, que a decisão de V. Ex.<sup>a</sup> foi perfeita, pois estribada em duas decisões do Plenário. Portanto, o que ouvimos agora não passa de inconformismo político. A decisão do Plenário foi correta e a de V. Ex.<sup>a</sup>, mais ainda. **(Pausa)**

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Sr. Presidente, peço o testemunho de todas as lideranças que estiveram naquela reunião. O nobre Constituinte Pimenta da Veiga não estava na reunião. Estavam presentes os Constituintes Euclides Scalco, Carlos Sant'Anna, Gastone Righi, Luiz Inácio Lula da Silva e Adolfo de Oliveira.

Invoco – repito – o testemunho dos líderes que estavam presentes àquela reunião, quando foi respondida a pergunta feita pelo Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva, ou seja, que as emendas sobre jornada de trabalho iriam à votação. A pergunta foi clara.

**O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA:** – Sr. Presidente, já que o Constituinte José Genoíno voltou ao microfone, eu gostaria de ter a mesma oportunidade para também responder a um dos argumentos que não tinha sido respondido por mim, quando S. Ex.<sup>a</sup> alegou o precedente da votação de ontem.

Acontece que S. Ex<sup>a</sup> se esquece de que hoje a proposta de 44 horas foi aprovada. E diz a Consolidação das Regras Regimentais que, quando aprovada uma emenda prejudica todas as demais. E ontem não havia sido aprovado o substitutivo. Por isso, e exatamente por isso, É que as demais propostas foram votadas, se bem que muito parecidas, ou até idênticas. Por esta razão, ontem houve a rejeição e hoje a aprovação.

A Consolidação das Regras Regimentais é muito clara a esse respeito. Portanto, também nessa questão não socorre nenhuma razão ou nenhum direito ao Constituinte José Genuíno.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ COSTA:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Concedo a palavra a V. Ex<sup>a</sup>, pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ COSTA:** – Sr. Presidente, não há o que decidir. Parece-me, **data venia**, que se trata de matéria vencida. Precisamos prosseguir em nossos trabalhos, ou não sairemos daqui.

**O SR. CONSTITUINTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA:** – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Concedo a palavra a V. Ex<sup>a</sup>, pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA:** – Sr. Presidente, não se trata de matéria vencida ou não. Creio que o companheiro José Genuíno levantou uma questão delicada, porque se trata da ética que tem sido observada entre as lideranças partidárias, que vinham atuando perfeitamente até agora.

Lembro-me de que, quando discutimos as regras, naquela reunião, tive a preocupação de perguntar – e gostaria de invocar o testemunho de V. Ex<sup>a</sup> – se, votada uma proposta, fosse no sentido de 40, 42, 43 ou 44 horas, prejudicar-se-ia a outra. Ficou acertado que, quanto à jornada de trabalho, nenhuma proposta seria prejudicada, ou seja, todas seriam votadas.

Gostaria, pois, de ouvir, inclusive do Relator Bernardo Cabral, que estava presente à reunião, assim como das lideranças do PMDB, PTB, PDT, PL, PFL, e PDS, a confirmação desse entendimento, já que isso vai determinar a manutenção ou não do comportamento ético das lideranças daqui por diante, do respeito mútuo que devemos ter nos assuntos que decidirmos nas reuniões com o Presidente da Constituinte.

Gostaria de ouvir de V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente da Comissão de Sistematização, que também participou da reunião, se concorda com a questão levantada pelo Constituinte José Genuíno, relativamente ao que foi estabelecido na reunião das lideranças com o Presidente Ulysses Guimarães.

**O SR. CONSTITUINTE ISRAEL PINHEIRO:** – Sr. Presidente, V. Ex<sup>a</sup> deve encerrar este debate, até porque está deslustrando a inteligência dos Srs. Constituintes. O que os Srs. Constituintes querem é que aprovemos as 44 horas, para depois terem também oportunidade de aprovar a proposta de 42 e, em seguida, a de 44. É ridículo. Se for aprovada a proposta de 44 horas, não se tem como aprovar a de 42 e a de 40. Isto é claro, cristalino, Sr. Presidente. E esta discussão até depõe contra a inteligência de todos os presentes e contra o tempo, que vem sendo perdido em uma discussão estéril. Talvez os novos Constituintes não tenham experiência parlamentar. Foi aprovado, e o nobre Constituinte José Genuíno quer obstruir, já que, é óbvio, aprovadas as 44 horas, S. Ex<sup>a</sup> sabe muito bem que não há mais como votar a proposta de 42 horas.

Sr. Presidente, vamos encerrar esta discussão.

**O SR. CONSTITUINTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA:** – Sr. Presidente, não somos maquiavélicos. Estamos aqui pedindo o pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup>, do Sr. Relator Bernardo Cabral e das demais lideranças. Isto é o que foi pedido. Acho que 48 horas não são iguais a 44, como não são iguais a 47, como não são iguais a 42, como não são iguais a 40 e como não são iguais a 35.

A vontade da maioria esmagadora que representa parte do poder econômico do País pode até prevalecer. Entretanto, não se pode negar uma votação. Que se confirme a votação pelas 44 horas, mas não se pode impedir que este plenário tenha o direito de votar. Se houvesse 43 emendas iguais sobre 40 horas, votar-se-ia uma e as demais estariam prejudicadas. Se houvesse 10 emendas de 48 horas, ou se houvesse 10 de 44, ocorreria o mesmo. Mas o que estamos querendo votar não é matéria igual à que foi votada. Trata-se da proposta de 42 horas. E duas horas para quem trabalha em uma fábrica têm muito mais importância do que para alguém que fale bobagens ao microfone da Comissão de Sistematização.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem a palavra V. Ex<sup>a</sup>

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Sr. Presidente, V. Ex<sup>a</sup> deferiu o pedido de preferência para votar a emenda das 42 horas. Se o plenário entendesse, por maioria, que a emenda das 42 horas devia ter preferência, te-la-ia aprovado. Mas o Plenário não a aprovou. Por conseguinte, não deu preferência para a votação. Em não tendo dado preferência para a votação, conforme decisão de V. Ex<sup>a</sup> de encaminhar a votação, e, feita a votação, tendo sido negada preferência, foi votada e aprovada a emenda das 44 horas, por amplo **quorum**, acima daquele necessário para inserção no texto constitucional. Ora, a Consolidação das Regras Regimentais está estribada nos Regimentos Internos da Assembléia Nacional Constituinte, da Comissão de Sistematização, do Senado Federal, da Câmara dos Deputados e no Regimento Comum. A matéria aprovada prejudica as demais correspondentes ao mesmo título. Poderia deixar de ser assim, eis que, uma vez ter o Plenário decidido em favor das 44 horas, pelo **quorum** com que decidiu – e o faz depois de ter votado a preferência e negado a preferência pelas 42 horas –....

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – Sr. Presidente, preferência não é mérito.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – decidiu, no mérito, que às 44 horas devem ser inseridas no texto do 2º Substitutivo. De tal maneira que todos os aspectos podem ser políticos, mas dos pontos de vista processual e regimental, V. Ex<sup>a</sup> só tem, no meu entender, uma única posição: o após a decisão do Plenário, passarmos ao item seguinte.

**O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO MONTEIRO:** – Sr. Presidente, peço a palavra para contraditar.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem a palavra o nobre Constituinte Brandão Monteiro.

**O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO MONTEIRO:** – Sr. Presidente, trago aqui um depoimento. Participei da reunião dos Líderes, e o Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva aventou a hipótese das diversas votações. As normas complementares são claras: matéria idêntica à já aprovada.

Sr. Presidente, faço um apelo a V. Ex<sup>a</sup>, para que dê o mesmo tratamento de equidade que deu à preferência requerida pelo Constituinte Paulo Ramos. Embora a preferência tenha ingressado a destempo, V. Ex<sup>a</sup> deu provimento a que a mesma fosse votada, porque achava que era democrático. Inúmeros Constituintes queriam votar a

favor das 42 horas, e ainda pretendem fazê-lo. Não há contradição. Só quem não trabalha sabe que 44 horas não são iguais a 42 horas.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem a palavra o nobre Constituinte.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr. Presidente, lembro que a votação foi encerrada há mais de uma hora e V. Ex<sup>a</sup> sequer proclamou seu resultado. As questões de ordem nada têm a ver com o resultado da votação. Peço a V. Ex<sup>a</sup> que pelo menos proclame o resultado.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem a palavra o nobre Constituinte Nelson Carneiro.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – Sr. Presidente, minha pergunta é simples: se for aprovada a emenda referente à jornada de 42 horas, tendo sido aprovada a de 44, qual delas prevalecerá?

**O SR. CONSTITUINTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem a palavra o nobre Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva.

**O SR. CONSTITUINTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA:** – Sr. Presidente, não estou questionando o resultado da votação. Apenas quero ouvir, de viva voz, de quem esteve naquela reunião, se foi ou não acertado esse aspecto levantado pelo Constituinte José Genuíno. Isto porque, a partir da manifestação de cada Líder, bem como do Presidente da Comissão de Sistematização e do Relator Bernardo Cabral, poderá mudar o comportamento ético que adotamos até agora. A única coisa que estou ponderando é isso. Gostaria de ouvir de cada Liderança, de V. Ex<sup>a</sup> e do Relator Bernardo Cabral se foi ou não firmado esse acordo.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – O Presidente pede licença aos Srs. Constituintes para manifestar-se.

**O SR. CONSTITUINTE ADOLFO OLIVEIRA:** – Sr. Presidente, pela ordem. Quero repetir ao Plenário o resultado da votação da Emenda nº 25.794-3. Votaram a favor 66 Constituintes; contra 23; uma abstenção.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Em todo o decurso da discussão, eu estava extremamente preocupado com a minha própria posição, porque me sentia indeciso diante da argumentação, em termos diferentes, dos grupos. Pouco me importa o número daqueles que constituem os grupos: há uma minoria que está sustentando uma tese e uma maioria que pretende inclinar-se por outra. Não vou levar em consideração este aspecto do número, mas a minha tranquilidade moral e ética.

Diante de tudo que estava sendo debatido, o Presidente estava hesitando, não sabia como se contentar, como se tranquilizar, como pacificar a sua própria consciência. Mas há um argumento que aqui foi passado muito depressa – como se dizia antigamente, como gato sobre brasas: é que hoje se votou aqui uma solicitação de preferência para as 42 horas e ela foi rejeitada. Então, isto é uma coisa que me tranquilizou moralmente. Posso estar errado, mas moralmente estou convencido que tenho o direito de tranquilizar a mim mesmo, eis que hoje o assunto foi colocado aqui e a preferência de 42 horas foi rejeitada.

Aceito o resultado da votação.

**O SR. CONSTITUINTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA:**

– Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

Acato à decisão de V. Ex<sup>a</sup>, mas existe um problema muito sério. Quero comunicar às Lideranças que a partir de agora o mínimo de respeito e de credibilidade que existia

entre nós não existe mais. Ninguém acreditará mais em palavra de lideranças que depois não se cumpre. Não pedi que se entrasse no mérito. Disse apenas que queria ouvir de V. Ex<sup>a</sup>, da boca do Relator, Constituinte Bernardo Cabral, do Líder Gastone Righi, enfim, de todos que estavam lá, uma confirmação. Não estou perguntando se alguém foi contra ou a favor, estou apenas perguntando se isso foi decidido ou não. A uma pergunta minha foi dito que nenhuma das propostas seria prejudicada, porque não eram iguais.

Na medida em que foi aprovada aqui a proposta da jornada de até quarenta e quatro horas, isso significa, até por entendimento miúdo, que proposições para jornadas superiores não poderiam mais ser votadas. Mas aquelas entre quarenta e quarenta e quatro horas poderiam ser votados.

Já que o Presidente não quer ouvir as Lideranças a respeito do que ficou estabelecido naquela reunião quero dizer que daqui para a frente tais reuniões serão menos produtivas, pois não haverá mais confiabilidade nem credibilidade.

Gostaria de saber se esse aumento foi ou não acordado na referida reunião, já que ninguém se manifestou até agora sobre a matéria.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Quero dizer que não faço parte da Liderança. Não tomei parte da reunião, nem dessa decisão, porque não tenho a qualidade de Líder.

Agora, quero dizer que o fato de V. Ex<sup>a</sup> perder a confiança em quem quer que seja não significa que esse "quem quer que se seja" não perca a confiança em V. Ex<sup>a</sup>. De maneira que isso pode ser recíproco. A perda de confiança de V. Ex<sup>a</sup> em quem quer que seja corresponde à perda de confiança de quem quer que seja em relação a V. Ex<sup>a</sup>. Isso não altera em nada o destino do País, nem o movimento das estrelas, nem o das galáxias.

**O SR. CONSTITUINTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA:** – Altera a respeitabilidade que deve existir nesta Comissão.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Não tem a menor repercussão o sentimento pessoal de V. Ex<sup>a</sup> com relação a mim, como não tem a menor repercussão em V. Ex<sup>a</sup> o meu sentimento com relação a V. Ex<sup>a</sup>. Topo a parada em qualquer terreno. Sempre topei.

**O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO MONTEIRO:** – Sr. Presidente, quero dizer a V. Ex<sup>a</sup> que sua decisão é irrecorrível, e a acatamos. Aqui não vai qualquer desluzre à sua pessoa. Na Presidência, V. Ex<sup>a</sup> decidiu conforme o seu livre entendimento.

O que quero dizer, entretanto, é que, de agora em diante, qualquer acordo entre lideranças, nesta Comissão, deixa de valer. Digo isso porque fui Deputado na legislatura de 82, e tive oportunidade de ser Líder da minha bancada e ter como companheiros de liderança os Deputados Airton Soares, Nelson Marchezan, Freitas Nobre e outros Parlamentares. Mesmo havendo divergências, tudo que era acordado era sempre cumprido. Não tem acontecido isso, no entanto, nesta legislatura – penso que, basicamente, pela ausência do grande Líder do PMDB, o Senador Mário Covas, a que todos lastimamos.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – A Presidência, que fala tão pouco, gostaria de pedir desculpas por qualquer excesso verbal de que tenha sido instrumento. Se me excedi, peço desculpas.

Mas, quero insistir em dois aspectos. Primeiro, não sou Líder; nada tenho a ver com assuntos de Liderança. Segundo, foi hoje decidido em votação, pelo Plenário, contrariamente à preferência para a emenda das 42 horas.

Nisto é que me baseei e foi isto que mudou minha maneira de pensar.

Vamos dar prosseguimento aos trabalhos.

Concedo a palavra ao Constituinte Euclides Scalco.

**O SR. CONSTITUINTE EUCLIDES SCALCO:** – Sr. Presidente, tenho o dever de, respondendo pelo PMDB na ausência do Líder Mário Covas – respondendo por ele em sua plenitude – não aceitar os argumentos do Líder do PDT, Deputado Brandão Monteiro.

A Liderança do PMDB sempre se posicionou com lealdade e franqueza. Ainda nesta manhã, na presença do Senador Albano Franco e com o testemunho de Jair Meneguelli, esta Liderança disse que defendia as 40 horas semanais. Depois, conversei com todos os líderes, inclusive o Constituinte Brandão Monteiro, para ver se haveria acordo em torno das 44 horas. Falei com o Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva e todos os outros. A Liderança do PMDB tem sido leal, franca, honesta e cavalheira como nunca. Portanto, não admito que alguém se levante contra esta liderança, neste momento representada por mim, pois sempre tratei todos com dignidade e respeito e assim exijo ser tratado também pelos integrantes do mau partido e dos demais.

Era o que tinha a dizer. **(Palmas)**

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – O assunto está encerrado.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – É sobre outro assunto, Sr. Presidente, com base no regimento.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Suspenderei a sessão, se continuar esse tumulto. **(Pausa)**

Em votação o Destaque nº 1642, requerido pelo nobre Constituinte Délio Braz, referente à Emenda nº 33803, supressiva, do mesmo Constituinte.

**O SR. CONSTITUINTE PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO:** – Sr. Presidente, quero merecer de V. Ex<sup>a</sup> um privilégio. Estamos em uma sessão tensa, complicada, mas o assunto é de tal importância que ousei pedir a V. Ex<sup>a</sup> mais um minuto de atenção.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Pois não, nobre Constituinte. Paço apenas que V. Ex<sup>a</sup> fale um pouquinho mais alto.

**O SR. CONSTITUINTE PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO:** – Sr. Presidente, pelo que tenho entendido – e acabo de conferir com o Senador Jarbas Passarinho – a ordem de colocação das emendas para votação é da mais abrangente para a menos abrangente. Aprovou-se uma, mais abrangente; prejudicaram-se as menos abrangentes. No caso, qual é a emenda mais abrangente: a que fixa 44 horas ou a que fixa 42 horas? O número de horas, aí é decrescente. Se aprovo 44 horas, não posso mais aprovar 48 horas; se aprovo 42 horas, não posso mais aprovar 44 horas; mas, se aprovo 42 horas, posso aprovar, digamos, 35 horas. A abrangência é, portanto, decrescente.

Tanto é este o entendimento, que um dos membros da Mesa, o Senador Jarbas Passarinho, cujo testemunho invoco neste momento, entende exatamente da mesma forma. Apelo para V. Ex<sup>a</sup>, porque isto nos permitiria fazer nova votação e dar espaço, então, plenamente, a todas as manifestações de vontade deste Plenário. Com isso a Comissão poderia prosseguir seus trabalhos em clima de entendimento – o que, aliás, sempre a caracterizou. Se há uma maioria sólida, em nada prejudica que esta idéia seja novamente mantida.

Peço a V. Ex<sup>a</sup> que ouça o Senador Jarbas Passarinho, membro da Mesa, que tem exatamente o mesmo entendimento. Muito obrigado. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Sinto-me na mesma posição de há 40 anos, quando fiz concurso para catedrático, na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro. Sinto-me como que diante de uma banca examinadora, respondendo a perguntas extremamente sutis e freqüentemente insidiosas.

Acho a afirmação de que a abrangência é numérica discutível. Estou conversando com o meu "examinador" – estou aqui defendendo minha tese. Ele diz que a abrangência é sempre numérica. Acho isso muito discutível. Do meu ponto de vista, a abrangência maior é aquela que atende mais aos interesses dos trabalhadores. Aí está a verdadeira abrangência. De maneira que 42 é mais abrangente do que 44.

Trata-se, porém, de discussão inútil. Esse tipo de argumento nada esclarece. Para mim, abrangência é a dos direitos sociais, que é o título do capítulo. Então, quanto menos horas mais abrangente, é claro. Ninguém concorda comigo? Espero que alguém concorde. Parece-me um raciocínio evidente. Então, essa história de abrangência é extremamente discutível.

Agora, continuo, aqui, tentando levar avante a votação. Se não conseguir, vou pedir a um dos meus colegas que, atendendo à minha rotória idade, tome a cadeira, pois vou repousar em minha casa. Sinto muito abandonar a companhia tão tranqüila de V. Ex<sup>a</sup> **(Risos)**, tão tendentes ao acordo. Sinto-me um pouco constrangido pela franqueza de confessar que estou querendo descansar.

**O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA:** – Permita-me, Sr. Presidente, uma questão de ordem.

V. Ex<sup>a</sup> encaminhou a votação de um destaque anteriormente. Pediria que desse seguimento ao processo.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Vou fazê-lo, mas daqui a pouco vou retirar-me. Estou cansado. Isto já foi notado por todos, embora eu o esteja menos do que dizem.

Em votação o Destaque nº 1642, requerido pelo nobre Constituinte Délio Braz. **(Pausa.)** S. Ex<sup>a</sup> não está presente. Prejudicado o destaque.

**O Sr. Afonso Arinos**, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. **Jarbas Passarinho**, Terceiro-Vice-Secretário.

**Destaque nº 4847/87 – Emenda nº 1P-04498-7, do Sr. Israel Pinheiro, "que suprime o inciso XXIII do art. 14 do Projeto de Constituição (art. 6º, inciso XII do Substitutivo nº 2)".**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Em votação o Destaque nº 4847, referente à Emenda nº 4847, de autoria do nobre Constituinte Israel Pinheiro e que trata do inciso XII do art. 6º

Concedo a palavra ao Constituinte Israel Pinheiro.

**O SR. CONSTITUINTE ISRAEL PINHEIRO:** – Sr. Presidente, gostaria que o nobre Relator esclarecesse uma dúvida a respeito da interpretação deste inciso, que diz: "jornada máxima de 6 horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento".

Há duas interpretações: primeiro, a jornada máxima em turnos ininterruptos significa que só se pode trabalhar 6 horas se não houver interrupção na jornada de trabalho; segundo, se houver trabalho constante numa empresa que exija turnos de 8 horas, isto quer dizer que deve haver três turnos diários.

Pelo inciso em discussão, temos de aumentar para quatro turnos de 6 horas de trabalho?

É o questionamento que faço ao ilustre Relator, para que eu possa tomar uma decisão quanto ao encaminhamento do meu destaque.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Constituinte Israel Pinheiro, o que se quis aqui foi preservar aqueles trabalhadores que atuam em hospitais, em clínicas médicas. Quando atenderem a esse período de 6 horas ininterruptas, não poderão ultrapassar esse tempo. É a forma de preservar a produção, limitando o tempo. Se são seis horas ininterruptas, a partir da sexta o empregado terá direito a folga, quando, então, começará o outro turno.

**O SR. CONSTITUINTE ISRAEL PINHEIRO:** – Nobre Relator, isto significa, no caso específico de uma indústria que tenha trabalho permanente, que ela não estará obrigada a adotar o quarto turno de trabalho, e, sim, a manter os três turnos de oito horas?

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Isso depende da possibilidade de a empresa ter três ou quatro turnos. Não a estamos obrigando a ter o quarto turno, mas protegendo aqueles que trabalham continuamente por seis horas.

**O SR. CONSTITUINTE ISRAEL PINHEIRO:** – Sr. Presidente, em função desse esclarecimento, retiro o destaque.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Retirado o destaque.

Em votação do Destaque nº 4865, requerido pelo Constituinte Paulo Roberto Cunha, referente à Emenda nº 30546. **(Pausa)** S. Ex.<sup>a</sup> não está presente. Prejudicado o destaque.

Em votação o Destaque nº 5089, do Constituinte Roberto Campos, referente à Emenda nº 27478, do Constituinte Max Rosenmann. **(Pausa)** S. Ex.<sup>a</sup> não está presente. Prejudicado o destaque.

Em votação o Destaque nº 6415, do Constituinte Max Rosenmann, referente à Emenda nº 27478, de sua autoria. **(Pausa)** S. Ex.<sup>a</sup> não está presente. Prejudicado o destaque.

Em votação o Destaque nº 5928, requerido pelo Constituinte Oscar Corrêa, referente à Emenda nº 26579, de sua autoria. S. Ex.<sup>a</sup> não está presente. Prejudicado o destaque.

Em votação o Destaque nº 7479, requerido pelo Constituinte Luís Roberto Ponte, referente à Emenda nº 33465, de sua autoria.

Com a palavra o Constituinte Luís Roberto Ponte.

**O SR. CONSTITUINTE LUÍS ROBERTO PONTE:** – Sr. Presidente, à luz dos esclarecimentos oferecidos ao Plenário pelo Sr. Relator, sobre o sentido do item XII, no sentido de que trabalhador não pode trabalhar mais do que seis horas sem descanso, retiro meu destaque.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – O Sr. Constituinte Luís Roberto Ponte retira o destaque.

Em votação o Destaque nº 8263, requerido pelo Constituinte Alysson Paulinelli, referente à Emenda nº 23913. **(Pausa)** S. Ex.<sup>a</sup> não está presente. Prejudicado o destaque.

Em votação o Destaque nº 2051, requerido pelo Constituinte Virgílio Guimarães, referente à Emenda nº 12722, de sua autoria. **(Pausa)** S. Ex.<sup>a</sup> não está presente. Prejudicado o destaque.

**Destaque nº 4068-87 – Emenda nº ES-21530-2, do Sr. Jofran Frejat, “que modifica o art. 7º inciso XII do Substitutivo nº 1 (art. 6º inciso XII do Substitutivo nº 2)”.** **(118ª votação)**

Em votação o Destaque nº 4068, requerido pelo Constituinte Jofran Frejat, referente à Emenda nº 21530, de sua autoria.

Com a palavra o nobre Constituinte Jofran Frejat.

**O SR. CONSTITUINTE JOFRAN FREJAT:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a proposta do 2º Substitutivo apresenta alguns inconvenientes que eu gostaria de ressaltar neste momento.

O processo de carga horária de seis horas em sistema de revezamento cria problemas em determinados setores, como, por exemplo, na área hospitalar. Há, aproximadamente, quatro mil hospitais no Brasil. Naturalmente, a obrigatoriedade de seis horas em sistema de revezamento criará, para aqueles que dão plantão, a impossibilidade de fazê-lo durante o horário noturno. Ou seja, os trabalhadores de menor renda terão que iniciar seu plantão às 18 ou 19 horas terminá-lo à meia-noite, ou à uma hora da manhã, quando terão que deslocar-se para suas casas. E isto é algo penoso, como se sabe, tendo em vista a enorme dificuldade oferecida pelo sistema transportes, especialmente em tais horários, em todo o País.

Apesar de nossas várias tentativas de compor situação, para permitir-se o horário noturno, razoável, de 12 horas, desejo dos servidores da área hospitalar não foi atendido. Acrescentamos, então, a esta proposta uma outra, modificativa, que diz respeito àqueles que dão plantão de seis horas ou têm opção de horário de 6 horas de trabalho, para incluir também as mães trabalhadoras que tenham filhos menores de 12 anos ou deficientes físicos ou mentais. Isto porque uma das razões de haver grande quantidade de menores abandonados é exatamente a impossibilidade que tem a mãe – muitas vezes, arrimo da família – de cuidar dos seus filhos na primeira e segunda infância. E é claro que os filhos deficientes físicos ou mentais necessitam mais do que nunca do apoio das mães trabalhadoras. Portanto, se se vai propiciar ao trabalhador um sistema de revezamento de seis horas, inclusive noturno, nada mais justo do que dar à mãe trabalhadora que tenha filhos menores de 12 anos, ou filhos excepcionais, a oportunidade de, trabalhando apenas seis horas, cuidar de sua família, mantendo o núcleo familiar intacto, tanto quanto possível.

Peço, pois, aos Srs. Constituintes que estendam esse benefício à mãe trabalhadora.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Para encaminhar a votação contra, tem a palavra o Constituinte João Paulo.

**O SR. CONSTITUINTE JOÃO PAULO:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, venho à tribuna solicitar aos membros da Comissão de Sistematização a aprovação do texto do 2º Substitutivo, que é o mesmo de todos os anteriores e foi mantido sem alteração até agora.

A alegação do nobre Constituinte Jofran Frejat, relativa ao problema dos trabalhadores em hospitais, prende-se a uma situação particular. Evidentemente, esses trabalhadores preferem trabalhar doze horas para folgar vinte e quatro, a fim de utilizá-las em outros hospitais, dada a baixa remuneração dessa categoria.

A emenda beneficia aqueles que trabalham em minas, m indústrias siderúrgicas, em trabalho extremamente pesado e em atividades que os penalizam ainda mais. É a jornada de revezamento de turnos em trabalho contínuo e ininterrupto, na qual, por exemplo, numa semana a pessoa trabalha no horário de 7 às 15; em outra, de 15 às 23; na seguinte, de 23 às 7 horas. Nessas indústrias ou minas não há folga para alimentação e descanso. A alimentação é feita em apenas 15 ou, no máximo, 20 minutos.

No horário noturno, legalmente a hora é de 52 minutos e 30 segundos, mas essa folga de 7 minutos, que durante a jornada lhes daria uma folga de uma hora, compensada em forma de pagamento e, de fato, ele não descansa.

As folgas são variáveis, porque entre uma jornada e outra há o interstício de onze horas, que, somado a vinte e quatro horas, representa trinta e cinco horas. As folgas semanais, a cada dia, a cada semana, são deslocadas. E o trabalhador tem apenas uma folga, no domingo, de 42 em 42 dias. Esses trabalhadores não têm folga em feriados e dias santos.

Portanto, há conseqüências nesse tipo de trabalho. Em alguns países evoluídos, em que se pode interromper o trabalho, as folgas, nas indústrias, não são feitas neste turno, ou seja, de 23 às 7 horas.

Por conseguinte, no caso do Brasil, as conseqüências são extremamente duras para o trabalhador, que sofre, com esse processo de revezamento de turno, desajustes familiares gravíssimos. Ele tem de dormir durante o dia, em horários absolutamente impróprios para o sono num ambiente familiar, não lhe sendo possível descansar. Deste modo, criam-se situações familiares adversas, havendo, inclusive, repressão aos filhos, para que o trabalhador possa conciliar o sono.

Da mesma forma, são impostos aos trabalhadores desajustes sociais gravíssimos, já que a sociedade sequer oferece um tipo de lazer adaptado a esse sistema de trabalho. E a desorganização do sono é algo extremamente sério. No horário de trabalho de 7 às 23 horas, o trabalhador deapaura-se e é obrigado a dormir de dia. Nas duas semanas em que deveria recuperar-se, ele não chega a tanto, e aí entra em outra jornada, das 23 às 7 horas. Levantamentos feitos em relação ao assunto comprovam o desgaste físico e psíquico, assim como o declínio da produtividade e da qualidade do produto. Ademais, há acidentes gravíssimos nesses momentos em que a atividade exige aquilo que o organismo da pessoa humana não está condicionado a oferecer.

Esse regime de trabalho é conhecido por poucas pessoas.

Eu gostaria de esclarecer, ainda, que a saúde do trabalhador se desgasta prematuramente, sendo que, nesse revezamento, poucos atingem os 15 anos de trabalho com plena saúde. Muitos são dispensados sem contar com qualquer cobertura da Previdência Social, ficando, marginalizados no processo de trabalho.

Portanto, reduzindo-se essa jornada de trabalho para seis horas, diminuir-se-ia o absenteísmo e cuidar-se-ia da saúde do trabalhador. Haveria, assim, melhoria na produtividade e na qualidade, com a preservação dos profissionais altamente qualificados, que, de outra forma, não podem integrar a força de trabalho durante toda a sua vida útil. E também ao trabalhador seria possibilitada maior integração familiar e social.

Trata-se, portanto, da humanização do trabalho, no caso daqueles até hoje não considerados pela legislação Era o que tinha a dizer.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** —Concedo a palavra ao Constituinte Domingos Leonelli, para uma questão de ordem.

**O SR. CONSTITUINTE DOMINGOS LEONELLI:** — Sr. Presidente, minha questão de ordem é sobre a declaração feita pelo ilustre Relator, na oportunidade em que o Constituinte Luís Roberto Ponte abriu mão do seu destaque.

S. Ex.<sup>a</sup> compreendeu que a posição do Relator teria sido a de que na jornada de seis horas é apenas possibilitado um intervalo, um descanso semelhante àquele existente na jornada de 8 horas. Autor do projeto origi-

nal, ainda na comissão que tratou das relações de trabalho, e do projeto de lei que a Câmara dos Deputados aprovou na legislatura anterior, eu gostaria de ver fixada na norma constitucional, de forma clara e definitiva, uma interpretação clara sobre jornada de seis horas para turnos de revezamento, que estamos aqui aprovando e que foi tão bem defendida pelo Constituinte João Paulo, com argumentos cientificamente baseados em trabalhos até internacionais, e que será também defendida por quem vive a questão, o Constituinte Mário Lima, líder sindical. No caso, eu gostaria de confirmar a interpretação do Sr. Relator, ou seja, de que se trata exatamente da limitação da jornada daquelas trabalhadores que operam em turnos ininterruptos de seis horas.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** —É exatamente isso, nobre Constituinte. Quando a jornada for ininterrupta, não poderá ultrapassar as seis horas.

**O SR. CONSTITUINTE FRANCISCO ROSSI:** — Sr. Presidente, peço a palavra, para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** — Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE FRANCISCO ROSSI:** — Sr. Presidente, gostaria de um esclarecimento.

O texto do Substitutivo do Relator Bernardo Cabral diz o seguinte:

"... jornada mínima de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento..."

O Deputado João Paulo, pelo que entendi, fez encaminhamento contra, e fiquei sem entender o motivo. Na verdade, a proposta do Deputado Jofran Frejat diz o seguinte:

"... jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento e para as mães de filhos menores de doze anos ou de deficientes físicos ou mentais."

Fiquei sem entender. Talvez haja algum equívoco, eis que, a meu ver, perderam-se cinco ou seis minutos em um encaminhamento contra e que, com todo o respeito ao nobre Constituinte, nada tem a ver com a matéria em discussão.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** — Esta é uma observação feita ao nobre Constituinte, mas que não confunde a inteligência de V. Ex.<sup>a</sup>

Tem a palavra, para falar a favor, o Constituinte Virgildásio de Senna.

**O SR. CONSTITUINTE VIRGILDÁSIO DE SENNA:** — Sr. Presidente, para melhor entendimento do texto, claro e correto, apresentado pelo nobre Relator, conviria explicar que a emenda teve origem no trabalho apresentado pelo Constituinte Domingos Leonelli, atendendo a antiga aspiração dos trabalhadores da indústria petroquímica da Bahia, obrigados a cumprir longos turnos para executar seu trabalho. O assunto já obteve aprovação da Câmara dos Deputados, no sentido de regular em lei ordinária a proposição que o nobre Constituinte Domingos Leonelli fez alçar à categoria da proteção constitucional.

O que aí está embutido, como sabe V. Ex.<sup>a</sup>, é que há duas formas de se conduzir o processo industrial produtivo: continuamente e em turnos. Quando o processo produtivo é contínuo e as condições técnicas obrigam que nele não haja interrupção, os que estão engajados na fase produtiva são obrigados a cumprir, em trabalho contínuo ou intermitente, oito horas de jornada.

Ora, toda a segurança do trabalho exige que a jornada não seja superior a seis horas, como prazo máximo. Entretanto, em algumas categorias, como, por exemplo, a daqueles que prestam serviço em torres de controle de voo,

não se pode operar por mais de quatro horas contínuas; as telefonistas, que trabalham em turnos, também não podem operar por mais de três ou quatro horas. O mesmo ocorre na indústria petroquímica, onde se chegou à conclusão de que é impossível trabalhar mais de seis horas continuamente. Daí, a legitimidade da proposta sob apreciação

Sr. Presidente, para enriquecer a proposição, o nobre Constituinte deseja aditar o mesmo princípio para as mães que têm filhos menores a cuidar. Parece-me que a proposição é do maior alcance social. Todavia, não vejo como, neste instante, embuti-la no projeto do nobre Relator, sem que isso venha perturbar o andamento da proposição. Sou, pois, inteiramente favorável à proposta do nobre Constituinte, desde que a matéria seja levada à alçada da lei ordinária, na Consolidação das Leis do Trabalho. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Como se vê, estamos todos confusos. Quem se inscreveu para falar contra, falou a favor, e quem se inscreveu para falar a favor, falou contra. Peço ao Constituinte Mário Lima que resgate a natureza da inscrição.

**O SR. CONSTITUINTE MÁRIO LIMA:** – Falarei contra a emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – O Relator acha que não se pode mais falar, porque estavam inscritos o Constituinte Jofran Frejat, como autor da emenda, e o Constituinte Virgildásio de Senna, para falar a favor.

**O SR. CONSTITUINTE MÁRIO LIMA:** – Vou falar contra a Emenda nº 21.530.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Volto a pedir ao Constituinte Mário Lima, último orador inscrito, que resgate a natureza da inscrição. Tem a palavra V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. CONSTITUINTE MÁRIO LIMA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o nobre Constituinte Jofran Frejat apresentou emenda que nos deixa confusos. Na primeira parte, S. Ex.<sup>a</sup> endossa o princípio do texto do Relator e, na segunda, inclui algo que se encontra inteiramente em desacordo com o objetivo da emenda. A proposta do Constituinte Domingos Leonelli visa a proteger os que trabalham em atividade ininterrupta, em condições de altas temperaturas, pressão, ou de emanção de gases. Todos os países modernos reconhecem que uma jornada muito longa leva o homem à exaustão e prejudica sua saúde. No Brasil, Srs. Constituintes – é importante esse detalhe – havia, em algumas unidades de trabalho periculoso, de alto índice de ruído, o turno de seis horas. Com o advento do movimento militar de 1964, o Congresso, pressionado, votou lei que revogou esse direito. Mas algumas unidades o preservaram. No Município de Cubatão, dos mais poluídos do mundo, existe o turno de seis horas para os trabalhadores. Repito que foi aqui votada, sob pressão, lei que retirava esse direito, mas quem o adquirira continuou a merecê-lo.

O objetivo do texto do Relator é claro: permitir que a jornada de trabalho ininterrupto seja de seis horas. É aplicável ao caso das siderúrgicas, das refinarias e do setor petroquímico. São trabalhos executados com alto índice de ruído, acima de 90 decibéis, e que deixam o homem surdo, prejudicando seu sistema nervoso.

Esta a intenção do texto. O nobre Constituinte Jofran Frejat, contudo, nos traz um texto que nos deixa em dúvida, quando diz:

“... para as mães com filhos menores de 12 anos ou deficientes mentais.”

No caso, trata-se de mães que trabalham em turnos, também? Porque, se a intenção é proteger as crianças, por que também não protegê-las se suas mães trabalham em qualquer outra atividade? Não é compatível. A proteção a essas crianças através da proteção a suas mães que trabalham em turnos é de natureza diferente.

Se a emenda prosperasse, poderia criar dificuldade para a aprovação final do texto do Relator, que é específico e, como disse o Constituinte Domingos Leonelli, foi aprovado por unanimidade na Subcomissão que tratou dos direitos dos trabalhadores e na Comissão Temática. Tenho certeza de que, se aprovado como está pela Comissão de Sistematização, também o será pelo Plenário da Constituinte. Se nele, porém, entrar esse aspecto, inteiramente diverso, poderá criar dificuldades e obstáculos.

Para o trabalhador em hospital deve haver lei específica, porque no seu trabalho há peculiaridades muito diferentes, e uma lei como essa não abarcará todos os aspectos. Como está, sim, protegerá o trabalhador de mina o trabalhador de condições adversas, aquele que em uma semana dorme durante o dia e presta serviço à noite e na semana seguinte, faz o contrário, em condições de trabalho e de vida inteiramente desfavoráveis.

Tenho certeza de que o ilustre Constituinte Jofran Frejat entende minha posição. Sei que sua intenção é proteger as mães de deficientes, mas este é o caminho menos indicado. No fim, acabaremos desprotegendo as mães e os trabalhadores. Ao passo que, se adotarmos o texto do Relator, tenho certeza de que a Assembléia Nacional Constituinte protegerá milhões de trabalhadores que gastam sua mocidade e sua vida em atividades que exigem revezamento, o que custa sacrifícios e prejudica grandemente a saúde dos trabalhadores.

Muito obrigado. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Em votação o destaque.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes Artur da Távola, Sigmaringa Seixas, Edme Tavares, Inocência Oliveira, José Thomaz Nonô, Luís Eduardo, Osvaldo Coelho, José Lourenço, Paes Landim, Antônio Carlo Konder Reis, Francisco Rossi, Joaquim Bevilacqua, Haroldo Lima e Augusto Carvalho. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Bernardo Cabral, Carlos Mosconi, Carlos Sant'Anna, Celso Dourado, Cristina Tavares, Egídio Ferreira Lima, Fernando Gasparian, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, João Calmon, João Herrmann Neto, José Ulisses de Oliveira Mário Lima, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nelson Friedrich, Nilson Gibson, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramo: Prisco Viana, Rodrigues Palmas, Virgildásio de Senna Antonio Mariz, Euclides Scalco, Israel Pinheiro, José Costa, Miro Teixeira, Nelson Wedekin, Octávio Elísio, Roberto Brant, Rose de Freitas, Uldurico Pinto, Wilson Souza Arnaldo Prieto, Eraldo Tinoco, José Santana de Vasconcellos, Paulo Pimentel, Sandra Cavalcanti, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia, Bonifácio de Andrada, Brandão Monteiro, Lysâneas Maciel, Bocayuva Cunha, Gastone Righi, José Genoíno. Adolfo Oliveira, José Maria Eymael e Beth Azize. **ABSTEVE-SE** de votar o Senhor Constituinte Darcy Pozza.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 14 Constituintes votaram NÃO 53 Constituintes: **ABSTEVE-SE** de votar Constituinte. Total: 68 votos. O Destaque foi **rejeitado**.

**A SRA CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES:** – Si Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem. V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**A SRA CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES:** – Sr. Presidente, antes que V. Ex.<sup>a</sup> assumisse a Presidência desta sessão, o Constituinte José Jorge, que integra comissão que deverá analisar a viabilização do uso do painel eletrônico em nossas votações, informou à Mesa



que era necessário que ainda hoje o Presidente Ulysses Guimarães desse a autorização para que os técnicos pudessem trabalhar no fim de semana. Se tal autorização ocorrer ainda hoje, na próxima 2.<sup>a</sup> feira poderá começar a ser usado o processo de votação eletrônica, o que nos poupará do vexame em que se transformaram essas votações irracionais.

Rogo, pois, a V. Ex.<sup>a</sup> diligenciar no sentido de que essa autorização seja concedida ainda hoje. Obrigado a V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Levarei a questão de ordem de V. Ex.<sup>a</sup> imediatamente à consideração do Presidente efetivo da Comissão de Sistematização, já que pessoalmente não me sinto em condições de dar esta ordem. Há uma correlação estreita entre a Presidência da Comissão de Sistematização e a Administração. Portanto, levarei ao Sr. Presidente a recomendação de V. Ex.<sup>a</sup>

Estamos com o tempo da sessão praticamente encerrado. Há, entretanto, um destaque de autoria do Constituinte Paulo Paim e gostaria de ouvir S. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. CONSTITUINTE PAULO PAIM:** – Retiro o destaque, Sr. Presidente, e fico com a proposta do Relator. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Retirado o destaque.

### III – SUSPENSÃO DA REUNIÃO

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A Presidência vai suspender os trabalhos, convocando os Senhores Constituintes para a continuação da presente reunião, amanhã, 9-10-87, às 9:00 horas.

Está suspensa a reunião.

### EM 10 DE OUTUBRO DE 1987

Presidência dos Srs: **Aluizio Campos**, Primeiro-Vice-Presidente; **Brandão Monteiro**, Segundo-Vice-Presidente; **Jarbas Passarinho**, Terceiro-Vice-Presidente.

### I – REABERTURA DA REUNIÃO

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Havendo número regimental, declaro reaberta a reunião.

### II – COMUNICAÇÕES

Do Senhor Constituinte Plínio Arruda Sampaio:

**O SR. CONSTITUINTE PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO:** – Sr. Presidente, gostaria de fazer uma sugestão à Mesa. (Pausa)

Nós todos temos, para acompanhar a reunião, indicadores fornecidos pela Mesa; alguns deles estão defasados. Estive fazendo uma conferência com o Dr. Paulo Affonso entre o espelho que tinha em mãos, o que preparei e o que vai ser votado, isto é, a ordem de entrada das emendas em votação. Verifiquei que o meu está completamente equivocado. Então, fui ao que está sendo distribuído agora e notei que também neste há uma diferença em relação ao que foi distribuído aqui. De acordo com a informação que recebi do Dr. Paulo Affonso, a emenda do Constituinte Brandão Monteiro é a quarta e, de acordo com a lista que tenho em mãos, essa emenda é a terceira. Assim, para facilitar o nosso trabalho sugiro à Mesa, que, antes da votação de cada inciso, procedesse à leitura pausadamente e de maneira a chamar a atenção dos Membros da Comissão, para que acompanhem nos textos em seu poder. Isto, acho, evitará uma tensão, uma dificuldade que está prejudicando os nossos trabalhos.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A sugestão de V. Ex.<sup>a</sup> é inteiramente pertinente. A Mesa vai providenciar no sentido de ser distribuído o espelho da pauta antes de cada votação. Quando houver modificação da ordem da pauta, já entregue aos Srs. Constituintes, ela será corrigida.

### III – ORDEM DO DIA

#### VOTAÇÃO DO PROJETO DE CONSTITUIÇÃO

#### TÍTULO II (continuação)

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Vamos começar a votação do inciso XIII do art. 6º Destaque nº 707, de autoria do Constituinte Mário Maia.

Com a palavra o nobre Constituinte Mário Maia, que se encontra presente, para encaminhamento do seu destaque.

**O SR. CONSTITUINTE PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO:** – Sr. Presidente, tenho a impressão de que não fui entendido.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Se V. Ex.<sup>a</sup> quiser que a Mesa proceda à leitura...

**O SR. CONSTITUINTE PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO:** – A leitura pausada, com todos os números e nome do autor da emenda, para que cada um possa corrigir no seu texto.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Pois não! A pauta que está sendo entregue à Presidência, agora, é a seguinte:

Destaque nº 707, do Constituinte Mário Maia. É um destaque supressivo do texto; Destaque nº 4.527/87, do Constituinte Carlos Cardinal, que é igual, segundo a indicação aqui, ao do Constituinte Mário Maia; Destaque nº 604/87, do Constituinte Brandão Monteiro, referente à Emenda Substitutiva, apresentada ao primeiro Substitutivo, nº 30.547-6.

Há outro Destaque do Constituinte Paulo Paim, nº 112/87, que se refere a uma outra Emenda Substitutiva nº 32.950; um segundo Destaque do Constituinte Paulo Paim, nº 1.596/87, referente à Emenda nº 22.731-9, que é igual à Emenda Substitutiva do Constituinte Brandão Monteiro. Outro, do Constituinte Francisco Küster, Destaque nº 5.376, referente à Emenda Substitutiva nº 23.648, também igual à 112. Há outro, do Constituinte Carlos Cardinal, referente à Emenda nº 32.950, igual ao do Constituinte Francisco Küster.

Destaque do Constituinte Nelson Wedekin, sobre a Emenda nº 20.938, substitutiva.

Com relação à última emenda, do Constituinte Paulo Roberto Cunha, foi retirado o destaque pelo autor.

Na verdade, agora só temos, de acordo com a pauta, de votar dois destaques: o do Senador Mário Maia, de nº 707, porque os outros são todos iguais; assim, sendo aprovados esses dois destaques, a matéria restante, relativa ao inciso III, ficará prejudicada.

**O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – V. Ex.<sup>a</sup> tem a palavra pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE:** – Sr. Presidente, desde o início, não conseguimos compreender qual tem sido a ordem de votação destes destaques. Por isso, ontem, houve todo aquele problema, quando deveria ser votada a matéria, da forma mais restrita até a forma mais ampla. Peço explicações à Mesa, porque isso se repetiu em todos os casos anteriores. Não sei que tipo de critério essa Mesa tem adotado. V. Ex.<sup>a</sup> lê as emendas e daqui faço a pergunta: da emenda do Constituinte Brandão Monteiro

para frente, todas são emendas substitutivas, portanto, têm a mesma característica. A numeração, entretanto, não segue a ordem: o primeiro, vem o Destaque nº 604, depois, o Destaque nº 112; a emenda do Constituinte Nelson Wedekin, de nº 2.492, vem após a de nº 5.828. Afinal de contas, que critério a Mesa está seguindo, Sr. Presidente?

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A Mesa adotou o que foi acertado em princípio, ou seja, que os pedidos de destaque ocorreriam logo depois de anunciada a votação de determinado título, pela ordem de apresentação dos destaques. Aqueles que desejam destacar a matéria relativa àquele título, antes de a Mesa submeter à votação o referido título, abre um espaço de meia hora para isso.

O Dr. Paulo Affonso acaba de me informar que V. Ex.<sup>a</sup> tem razão, porque o Destaque nº 112 devia preceder...

**O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE:** – Não estou tratando de questão de preferência, Sr. Presidente, estou falando sobre a ordem natural. Desde o início, a Mesa não tem colocado os destaques na ordem natural, e agora, V. Ex.<sup>a</sup> acaba de ler da Presidência da Comissão a ordem de votação desses destaques, e essa ordem não é a ordem numérica de votação dos destaques.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Já expliquei a V. Ex.<sup>a</sup> que, neste caso, o Dr. Paulo Affonso está informando que V. Ex.<sup>a</sup> tem razão, porque a ordem natural que vem sendo observada não está sendo seguida, porque o Destaque nº 112 devia preceder ao Destaque nº 604.

**O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE:** – Assim como o Destaque nº 2.492, do Constituinte Nelson Wedekin

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – V. Ex. será atendido.

**SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE:** – Isso tem acontecido e faço questão de registrar que não é só neste caso, mas em todos. Não sei como foi colocado em votação. Por isso, criou-se toda aquela polêmica ontem, quando deveríamos ter votado por abrangência de assunto.

**SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A Presidência tomará providência para que a justa reclamação de V. Ex. seja atendida.

Tem a palavra o nobre Constituinte Mário Maia, autor do Destaque nº 707.

**SR. CONSTITUINTE MARIO MAIA:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes:

Apesar de entendermos desejável a jornada de 40 horas, que é a prática corrente, em diversas categorias profissionais no Brasil, pelo perfil da população brasileira onde anualmente ao redor de 4 milhões de jovens chegam às portas do mercado de trabalho, pela aprovação da jornada de trabalho de 44 horas acontecida ontem, neste plenário, retiro o destaque que está relacionado com a matéria. (Palmas)

**SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Obrigado a V. Ex.<sup>a</sup>.

Destaque nº 4.524, do nobre Constituinte Carlos Cardinal, referente ao texto do inciso. (Pausa)

S. Ex.<sup>a</sup> não está presente.

Fica prejudicado o destaque.

**Destaque nº 0112/87, do Sr. Paulo Paim – Emenda, nº ES-32.950-2, dos Srs. Francisco Küster e outros, "que modifica o art. 7.º inciso XIII do Substitutivo nº 1 (art. 6.º inciso XIII do Substitutivo nº 2)". (119.ª votação)**

Destaque nº 112, do Constituinte Paulo Paim, referente à Emenda nº 32.950, de autoria do Sr. Constituinte Francisco Küster.

O Constituinte Paulo Paim, em requerimento enviado à Mesa, indicou dois membros da Comissão para defender o seu destaque: os Constituintes Francisco Küster e José Genoíno.

O Constituinte Francisco Küster não está presente.

Tem a palavra o Constituinte José Genoíno.

**SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a emenda do nosso companheiro de Bancada, Paulo Paim, é semelhante à de vários outros companheiros. Nesse inciso XIII, chamo a atenção dos Constituintes, a planilha indica que são emendas semelhantes.

E qual é a questão clara, singular que merece uma decisão da Assembleia Nacional Constituinte? Essa decisão é da maior importância, é crucial para os trabalhadores. O Substitutivo II coloca o repouso semanal remunerado preferencialmente aos domingos e feriados civis e religiosos de acordo com a tradição local.

Veja bem, Sr. Presidente, está claro aqui que a intenção, a proposta do Relator é o descanso semanal de um dia. O que a emenda propõe, para deixar claro, para que as posições se possam expressar através da palavra e, principalmente, através do voto, é que a Assembleia Nacional Constituinte defina, na nossa proposta, que o repouso semanal será aos sábados e domingos.

Temos que relembrar, aqui, que a questão do repouso semanal remunerado foi uma luta histórica dos trabalhadores de todo o mundo. Eles pagaram inclusive por esta luta com sacrifícios, prisões, assassinatos, muitas mobilizações e greves, até arrancar da burguesia, dos patrões, o repouso semanal remunerado.

O capitalismo sempre buscou acumular riquezas através da superexploração, que, nos seus primórdios, se dava basicamente nas longas jornadas de trabalho, na exaustão inclusive física dos trabalhadores.

Hoje, vivemos um processo de modernização da produção capitalista. Apesar de a situação não se configurar como nos relatos tão bem feitos dos primórdios do capitalismo na Inglaterra e nos Estados Unidos, a intensidade do trabalho nas indústrias modernas coloca um outro problema tão importante e grave quanto os do início do capitalismo. Trata-se do aspecto humano do trabalhador. Ele não pode ser visto, na definição da sua jornada de trabalho ou do repouso semanal, como se fosse uma máquina que precisa parar algumas horas para, na semana seguinte, voltar a produzir. Esta foi sempre a visão dominante: a máquina funciona durante um período e entra em repouso, não porque é necessário para o ser humano, mas para que a máquina volte a funcionar na segunda-feira.

Por isso a discussão sobre o repouso semanal remunerado é da maior importância. A nossa proposta de definir sábados e domingos ou feriados civis e religiosos, de acordo com os costumes locais, para repouso semanal, objetiva quebrar uma visão, uma tradição e uma concepção do capitalismo brasileiro de considerar o trabalhador apenas como uma máquina que reproduz, que é sugada e desgastada no sentido de produzir a mais-valia, de aumentar o lucro dos patrões.

A proposta busca resguardar o sentido da defesa da pessoa humana. O trabalhador não pode ser encarado como apenas uma máquina. E o repouso semanal de um dia não pode ser visto, não pode ser definido, apenas como um repouso para que a máquina volte a funcionar na semana seguinte. Nós não defendemos isso, nós não queremos isso. Nós queremos o repouso semanal para que o trabalhador tenha a sua dignidade na sua vida familiar, na sua vida social, no lazer, no estudo, na leitura, na vida

social, na vida sindical e na vida política, esta é questão crucial.

Não venham dizer que essa emenda visa a destruir o Capitalismo. Não venham dizer que essa emenda é a socialização. Não venham dizer que essa emenda abala os alicerces do capitalismo brasileiro e vai causar a anarquia da produção. Não venham com esses argumentos porque eles não existem.

É preciso dizer, aqui, os que são contra essa emenda, que defendem uma visão de que o trabalhador é apenas uma máquina que tem que parar por um dia e que são contra a visão humanitária que defende o direito e a dignidade de o trabalhador ter um repouso semanal de dois dias para que ele viva como gente, para que ele viva como ser humano.

E se é o centro, esse é o cerne do debate posto na emenda do companheiro Constituinte Paulo Paim e de vários outros companheiros com emendas semelhantes.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Tem a palavra o nobre Constituinte José Lourenço, para encaminhar contra.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LOURENÇO** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Acho a emenda confusa, acho que a nossa Constituição merece algo melhor, que me perdoe o autor. E diante de alguns erros que já temos cometido e dos quais somos vítimas por críticas constantes da Imprensa e da Sociedade brasileira quase que na sua unanimidade, entendo, e acho que também o entendem o meu Partido e muitos nobres colegas que aqui se encontram, que ao aprovarmos essa emenda estaremos dando uma contribuição a mais para uma crítica generalizada da sociedade brasileira por mais um erro que iríamos cometer.

Diz a emenda o seguinte:

“Repouso semanal remunerado nos sábados, domingos e feriados, civis e religiosos de acordo com a tradição local, ...”

Ora, se formos seguir a tradição local, em muitos municípios existe o dia da padroeira, noutro existe o dia de São João, que é resguardado, bem como vários outros. Então iríamos localizar, em cada município brasileiro, a remuneração do repouso semanal em função de uma questão local – iríamos localizar e estender ao Brasil um problema que deve ser exclusivamente nacional.

Eu não entendo por que e qual o motivo que nos poderia levar a aprovar uma emenda desse tipo. Penso que ela foge à boa técnica de matéria constitucional e entendo que não atende aos interesses nacionais.

Quero deixar bem claro que não somos contra o repouso remunerado. Isto não, somos favoráveis, mas dentro de outra técnica e de outra redação, e eu sei, todos reconhecemos, que existem outros destaques que apresentam melhor redação do que este que está sendo, agora, avaliado. Muito obrigado. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos)** – Tem a palavra o eminente Constituinte Francisco Küster, autor da emenda destacada.

**SR. CONSTITUINTE FRANCISCO KÜSTER** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, apesar de o eminente Líder do PFL considerar a nossa proposta confusa, nós queremos defendê-la porque a entendemos justa, não por termos sido nós o primeiro signatário dela e por ser, também, uma emenda de vários colegas. É uma emenda de cunho social, avançada. Ela pretende contemplar o trabalhador com repouso remunerado aos sábados e aos domingos e não precisamos questionar muito para ver que

isto está-se transformando numa realidade. É só verificar as atividades do serviço público. Aos sábados e domingos os servidores públicos já têm o seu repouso remunerado. E para atender também à tradição brasileira nós o estendemos aos feriados de cunho religioso.

Agora, o mais importante, que temos para apresentar, neste momento, para a defesa da aprovação da nossa proposta, da nossa emenda, que é também de vários Srs. Constituintes como Paulo Paim, Nelson Wedekin e outros, é que aqueles colegas que se frustraram diante da impossibilidade de votar a alternativa das 42 horas, poderão agora, votando este destaque, ter a oportunidade de se aproximarem mais do anseio e do objetivo do trabalhador.

Então faço um apelo, em primeiro lugar, àqueles companheiros, àqueles colegas que se frustraram diante da negativa da Mesa em dar oportunidade de votar o destaque das 42 horas.

Não vejo por que só nós outros, que constituímos a chamada classe média, decadente classe média, temos a oportunidade de um repouso remunerado nos finais de semana e alguns momentos para passar com os nossos familiares, para refazer as nossas energias. Por que a Assembléia Nacional Constituinte, por que a Comissão de Sistematização, vai negar ao trabalhador, também, este direito inalienável, dele, de poder passar um final de semana, um sábado e domingo com seus familiares para refazer as suas energias? Esse trabalhador, que na maioria das vezes inicia o seu dia de trabalho às cinco horas da manhã, mesmo que trabalhando apenas oito horas, tem a sua jornada de trabalho iniciada às cinco horas da manhã, porque ele mora distante do seu trabalho e só tem o seu término às 21 horas.

Por que a ele lhe é negado o direito de ter um sábado e um domingo para repouso, para conviver com seus familiares, para conversar um pouco, para sentir um pouco do lazer? Hoje, lazer só se fala para a classe média e classe média alta. Se queremos um Brasil justo, se queremos uma sociedade justa, mais humana, não podemos deixar de acolher a emenda, meu caro Presidente, Srs. Constituintes, meu caro colega, Constituinte Líder do PFL, que considerou confusa essa emenda – não sei, às vezes a gente pela manhã vê tudo confuso quando se está com a consciência meio perturbada.

Mas quero fazer um apelo a todos os companheiros, a todos os colegas Constituintes que nos dêem o apoio a essa proposta. Ela é humana, ela é justa; ela é mais que justa, ela vai permitir ao trabalhador assumir uma condição de dignidade. Ela vai permitir, meu caro Presidente, que o trabalhador se sinta mais cidadão, que ele se sinta mais participante da vida, da sociedade. Ele vai ter dois dias por semana para conviver com seus familiares, para refazer as suas energias, para se dar ao luxo de sonhar com o lazer neste País de miserabilidade, de opressão e de repressão aos trabalhadores.

Á “Aqueles que não tiveram a oportunidade de votar as 42 horas: vamos agora acompanhar este destaque, companheiros! E aqueles outros que pensam num Brasil moderno, num Brasil diferente deste Brasil de exploração do capital: vamos, companheiros, dar este apoio a este destaque!

Muito obrigado. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Tem a palavra, para encaminhar contra o destaque, o ilustre Constituinte Nelson Carneiro.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, no distante ano de 1947 ou 1948, integrava eu a Comissão de Legislação Social da Câmara dos Deputados, ao lado de ilustres figuras, inclusive a do Deputado comunista João Amazonas, cujo nome defendo com a devida deferência. Ali foi onde nasceu, não sei se nesse momento por iniciativa do então Deputado

Paulo Sarasate ou do Deputado Aluizio Campos, a idéia do repouso semanal remunerado. Aprovado na Câmara dos Deputados fui no mesmo dia com os originais ao Senado Federal e implorei ao Presidente da Comissão de Legislação Social, que era o então Senador Filinto Müller, para que fosse aprovado imediatamente. E realmente foi. Se estudar a história daquele projeto verá como ele correu depois que saiu da Comissão de Legislação Social da Câmara dos Deputados.

Sou um homem suspeito para combater essa emenda; ontem votei pelas 40 horas. Existe um projeto no Senado já com parecer favorável só faltando ser votado pelo Plenário. Portanto, se combater esta emenda, não estou aqui criando nenhuma dificuldade aos que defendem este repouso, nem estou-me incluindo entre os que estão aqui acusados de contrários aos interesses dos trabalhadores. Falo com a maior tranquilidade e só por isso aceitei justificar a minha divergência com a emenda proposta.

O texto é claro:

"Repouso semanal remunerado..." Preferencialmente – nos sábados, domingos e feriados, civis e religiosos de acordo com a tradição local,..."

Ora, preferencialmente, porque nem sempre o repouso pode ser sábados e domingos; nós temos os hospitais e temos vários estabelecimentos em que o trabalhador tem que trabalhar sábado e domingo, portanto, ele terá o repouso na terça-feira, quarta-feira e na quinta-feira. Por isso que se diz preferencialmente e não obrigatoriamente ao sábados e domingos.

Ora, Sr. Presidente, por mais que eu seja partidário das 40 horas, não posso ser partidário das 24 horas, porque se houver feriado sábado e domingo não se trabalha, e os feriados dos outros dias da semana passaram para segunda-feira por força de lei. Então, são três dias que não se trabalha são três dias seguidos e pode ocorrer várias vezes no ano. Então não se trabalha mais, vamos diminuindo cada vez mais o trabalho, quando todos aprendemos que o trabalho é um dever social. Nenhum de nós está aqui, senão porque está trabalhando. Cada um tem o seu trabalho, cada um exerce a sua função.

Vou concluir, Sr. Presidente.

Ressalvados os casos de serviço, quando o trabalhador deverá receber o pagamento em dobro e repouso em outros dias da semana, está-se garantindo o repouso de pelo menos dois fins-de-semana por mês.

De modo, Sr. Presidente, que a emenda tem bons propósitos, mas vai além da meta. O dardo foi lançado além do que se devia lançar. É tão exagerada a emenda, que eu, que sou partidário das 40 horas, que votei ontem pelas 40 horas, não posso aplaudir esse projeto. Daí por que peço aos companheiros que meditem, que aqui não há nada contra às 40 horas, mas contra a realidade social – o trabalho de cada um de nós. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – O ilustre Relator, o Constituinte Bernardo Cabral, comunicou por escrito que não pode comparecer à reunião de hoje e manteve a indicação do Constituinte José Fogaça e dos Constituintes Adolfo Oliveira e Antônio Carlos Konder Reis, para substituí-los nas matérias que estão sendo submetidas à votação.

**Documento a que se refere o Senhor Presidente Aluizio Campos:**

Brasília, 10 de outubro de 1987

Eminentes

Senador José Fogaça, Deputado Adolfo Oliveira e Deputado Konder Reis:

Encareço aos ilustres Relatores que me dão a honra de contribuir com o seu talento na sustentação do Subs-

titutivo nº 2, a gentileza de me substituírem, em conjunto ou isoladamente, na reunião de hoje da Comissão de Sistematização, à vista da minha inteira impossibilidade de comparecer à mesma.

Pedindo que seja dada ciência da presente solicitação aos Exmo. Sr. Presidente da Comissão e demais ilustres Membros, envio-lhes, a par dos agradecimentos, um cordial abraço. – **Bernardo Cabral.**

Com a palavra o Senhor Constituinte Antônio Carlos Konder Reis.

**O SR. RELATOR (Antônio Carlos Konder Reis)** – Sr. Presidente, Sras. E Srs. Constituintes, falo em nome no Sr. Relator-Geral.

O dispositivo que está sendo objeto de exame, deliberação da Comissão de Sistematização, que se refere ao repouso semanal remunerado, foi objeto de tratamento nas Constituições anteriores.

Em 1946, o legislador constituinte escreveu a seguinte regra:

"IV – repouso semanal remunerado, preferentemente aos domingos e, no limite das exigências técnicas das empresas, nos feriados civis e religiosos, de acordo com a tradição local;"

Em 1967, o dispositivo foi alterado e foi suprimida a expressão "e no limite das exigências técnicas das empresas", ficando a regra assim disposta:

"Repouso semanal remunerado e nos feriados civis e religiosos, de acordo com a tradição local."

A Constituição em vigor repetiu o dispositivo de 1967.

O projeto estabelece como norma:

"Repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos e feriados civis e religiosos de acordo com a tradição local;"

A esse dispositivo foram apresentadas inúmeras emendas, sendo duas delas supressivas, que foram retiradas pelos seus respectivos autores, e seis emendas alterando substancialmente a regra. Todas as seis emendas têm redação idêntica.

Dizem elas:

(Leio a emenda subscrita pelo nobre Sr. Constituinte Francisco Küster.)

"Repouso semanal remunerado nos sábados domingos e feriados, civis e religiosos de acordo com a tradição local, ressalvados os casos de serviços indispensáveis, quando o trabalhador deverá receber pagamento em dobro e repouso em outros dias da semana, garantido o repouso de pelo menos dois fins de semana ao mês."

São alterações de duas naturezas: a primeira delas estende o repouso semanal remunerado a dois dias na semana, e as outras alterações referem-se à remuneração do trabalhador na hipótese de trabalhar naqueles dias considerados de repouso semanal remunerado, com o pagamento em dobro e, ainda, a regra de que, pelo menos, o repouso semanal remunerado deve incidir sobre dois fins de semana. As alterações últimas podem ser contempladas na legislação ordinária. Elas não dizem respeito ao direito ao repouso semanal remunerado. Elas contemplam regras adjetivas no que toca à administração desse princípio. A alteração maior é a ampliação do repouso semanal remunerado de um para dois dias. O Sr. Relator-Geral entende que o dispositivo inscrito no projeto atende à satisfação do direito do repouso semanal remunerado, e ainda que a emenda do nobre Constituinte Francisco Küster, que é repetida por outros Srs. Constituintes, tenha os propósitos mais altos e as melhores intenções, a boa técnica de elaboração constitucional não recomenda que ela seja acolhida porque, na sua parte

final, a regra contempla questões adjetivas, que podem ser objeto da legislação ordinária.

Quanto à primeira modificação, que estende o repouso semanal remunerado a dois dias na semana – sábado e domingo –, o Relator-Geral pediu que transmitisse à Casa a seguinte observação: ontem, depois de longo debate, a Comissão inclinou-se pela jornada semanal de quarenta e quatro horas, e como muito bem observou, em comentário feito à Relatoria, o nobre Sr. Constituinte Nelson Jobim, se aprovarmos essa emenda, o texto constitucional vai incluir uma incongruência porque aprovamos quarenta e quatro horas e agora estaríamos adotando a regra de dois dias de repouso semanal remunerado. Como o projeto já estabelece oito horas de jornada diária, teríamos, de fato, quarenta horas de jornada semanal. Não entro no mérito de questão. O meu voto pessoal é conhecido na Comissão, mas devo chamar a atenção para essa incongruência, essa contradição: não é aconselhável estabelecê-la no texto constitucional.

São esses os argumentos que levam o Relator-Geral a se manifestar contrariamente à emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Em votação.

Encareço ao nobre Constituinte Adolfo Oliveira proceder à chamada.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Ademir Andrade, Carlos Mosconi, Cristina Tavares, José Paulo Bisol, Mário Lima, Nelton Friedrich, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Renato Vianna, Antonio Mariz, João Agripino, Nelson Wedekin, Octávio Elísio, Uldurico Pinto, Vilson Souza, Brandão Monteiro, Lysâneas Maciel, Bocayuva Cunha, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Haroldo Lima e Augusto Carvalho. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Aluizio Campos, Artur da Távola, Carlos Sant'Anna, Celso Dourado, Egídio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Gasparian, Fernando Henrique Cardoso, João Calmon, João Herrmann Neto, Nelson Carneiro, Nilson Gibson, Pimenta da Veiga, Prisco Viana, Virgildásio de Senna, Euclides Scalco, José Costa, Luiz Henrique, Manuel Viana, Roberto Brant, Antonio Carlos Mendes Thame, Arnaldo Prieto, Edme Tavares, Eraldo Tinoco, Inocência Oliveira, Luís Eduardo, José Lourenço, Paulo Pimentel, Sandra Cavalcanti, Edison Lobão, José Tinoco, Mozarildo Cavalcanti, Paes Landim, Antônio Carlos Konder Reis, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia, Virgílio Távora, Adolfo Oliveira e Siqueira Campos.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 25 Constituintes; votaram NÃO 39 Constituintes; total: 64 votos. O Destaque foi **prejudicado** por falta de **quorum** qualificado.

**O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO MONTEIRO:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem a palavra V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO MONTEIRO:** – Sr. Presidente, no momento em que nós, Constituintes, estamos reunidos na Comissão de Sistematização com o Plenário da Assembléia Nacional Constituinte e da Câmara dos Deputados, basicamente, sem funcionar, o noticiário informa que está em marcha um complot, liderado por algumas figuras notórias do antigo regime, objetivando, entre outras coisas, um golpe de Estado ou o próprio fechamento da Assembléia Nacional Constituinte.

Sei que a Comissão pouco poderá fazer, mas sinto-me na obrigação de levantar uma questão de ordem, de forma a que V. Ex.<sup>a</sup> leve ao Presidente Ulysses Guimarães a

preocupação da Casa a respeito de articulações que estariam ocorrendo, objetivando, inclusive, fechar a Assembléia Nacional Constituinte.

Penso que, se ficarmos na expectativa da discussão do futuro, sem estar preocupados com o presente, poderemos estar vivendo um momento do chamado "baile do Império da Ilha Fiscal".

Gostaria que a Presidência da Comissão de Sistematização levasse ao Presidente Ulysses Guimarães a preocupação da Comissão, a fim de que a Assembléia Nacional Constituinte tome posição, objetivando obter informações e a Casa toda ter conhecimento, e, assim, os partidos e todos nós possamos, neste momento da vida brasileira, tomar uma atitude contra velhos notórios lobistas, como o Sr. João Paulo Burnier, ex-Ministro Armando Falcão e outros.

Essas informações dizem que são os próprios órgãos de informação do Governo que levaram ao Presidente as informações sobre o complot contra a Assembléia Nacional Constituinte, em última análise, contra o próprio Governo do Presidente Sarney.

Sabe V. Ex.<sup>a</sup> que nós fazemos oposição ao Governo Sarney, mas muito mais importante do que a oposição ao Governo Sarney ou qualquer questão, é o processo democrático e a defesa da democracia no País.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A advertência de V. Ex.<sup>a</sup>, que não é uma questão de ordem, será inserida na Ata dos nossos trabalhos e V. Ex.<sup>a</sup>, naturalmente, vai repeti-la perante o Plenário da Assembléia Nacional Constituinte e sob a Presidência do Constituinte Ulysses Guimarães.

**O SR. CONSTITUINTE FERNANDO GASPARIAN:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra, para uma questão de ordem.

**O SR. CONSTITUINTE FERNANDO GASPARIAN:** – Sr. Presidente, um cidadão que não é deputado, não é senador, nem é constituinte, está dentro do plenário distribuindo uma fotocópia muito constrangedora para nós, Constituintes, que, usando de prerrogativa, votaram de forma diferente do gosto e do pensamento do referido cidadão.

A fotocópia diz: "Traição aos Trabalhadores", e cita o nome de Constituintes que, na questão da estabilidade de emprego, votaram de forma que não é do gosto do mencionado cidadão.

Acho que esses métodos autoritários, que lembram o tempo do fascismo – só falta daqui a pouco se trazer óleo de rícino e manganelo para cima das pessoas que não fazem aquilo que um grupinho está exigindo seja feito.

Peço providências, Sr. Presidente, a fim de que as pessoas pudessem, aqui, exercer a sua obrigação de votar com a sua consciência, sem pressões intoleráveis e abusivas.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A Presidência solicita a esse cidadão que não é constituinte a gentileza de deixar o plenário, que só pode ser freqüentado pelos membros da Comissão e pelos demais Constituintes. Aproveita a oportunidade para informar, também, que o encaminhamento de votação só poderá ser feito, porque já é processo de votação, pelos membros da Comissão e respectivos suplentes. O encaminhamento de votação não pode ser feito por Constituintes que não pertençam aos quadros da Comissão, a não ser, evidentemente, que o Constituinte seja o autor do destaque porque nessa hipótese o Regimento prevê a prioridade para defender.

**O SR. CONSTITUINTE FERNANDO GASPARIAN:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem a palavra o nobre Constituinte Fernando Gasparian.

**O SR. CONSTITUINTE FERNANDO GASPARIAN:** – Sr. Presidente, não estou aqui preocupado com o cidadão que está fazendo esse tipo de pressão, porque não quero amanhã, quando se votar o Capítulo da Ordem Econômica, ser pressionado aqui por nenhum representante de multinacional.

Acho que tem que haver uma providência que impeça que qualquer pessoa que não seja Constituinte fique aqui no plenário.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Esta Presidência comunica que a solicitação que foi feita é consequência natural do entendimento de V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. CONSTITUINTE LYSÂNEAS MACIEL:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem a palavra o nobre Constituinte Lysâneas Maciel.

**O SR. CONSTITUINTE LYSÂNEAS MACIEL:** – Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Constituintes, ao se iniciarem os trabalhos desta Assembléia Nacional Constituinte levantamos um problema que não mereceu a devida acolhida quando denunciamos as pressões militares sobre a liberdade e a soberania desta Assembléia Nacional Constituinte. Apresentamos, Sr. Presidente, um projeto de decisão e um projeto de resolução para introduzir no Regimento e nos dispositivos que regem os trabalhos desta Assembléia Nacional Constituinte, uma proibição: que os ministros militares, ou que estivessem em postos de comando, discutissem matéria que estivesse sendo submetida à apreciação desta Assembléia Nacional Constituinte. Na época, Sr. Presidente, houve certa escalada, denunciada também ao longo do curso dos trabalhos desta Assembléia Nacional Constituinte. O Ministro do Exército, em primeiro lugar, disse que o mandato do Presidente José Sarney deveria ser de seis anos; depois, começou a falar em estabilidade do trabalhador – está aí o resultado; depois, começou a falar no voto dos praças – está aí o resultado posteriormente a ser consagrado. E foi lidando com várias matérias ao ponto de dizer que, se fosse votado o Projeto de Anistia, as Forças Armadas não obedeceriam a essa deliberação livre e soberana. Naquela época, denunciamos isso, Sr. Presidente, e agora o Presidente da República, o último biônico que temos neste País, manda outro recado para a Assembléia Nacional Constituinte. Não falo, Sr. Presidente, da questão da fisiologia, porque os fisiológicos de vários matizes sempre existiram, o PFL, de certa maneira, é a ARENA de antigamente, sempre foi cômodo de serventia eventual do Governo. Mas agora, Sr. Presidente, estamos notando que o Presidente da República acaba de mandar outro recado: "O meu mandato é de cinco anos e o regime é tal e qual...". Claro que isso não provocou maior revolta, não provocou nenhuma reação a não ser de vários grupos dentro do PMDB, que conhecemos e que estão reagindo a esse fisiologismo, a essa intimidação.

Esse homem, que conhecíamos de um passado de adesão, que é o Presidente da República, agora quer exigir. O recado primeiro foi aos covardes – o do Ministro do Exército, e há vários aqui que atenderam à determinação militar. Agora, o recado é dos fisiológicos: ou assinam, ou estão fora dos postos do Governo.

Este é mais um atentado que estamos denunciando, porque estamos votando sob o império da intimidação do Ministro do Exército e do fisiologismo do Presidente José Sarney.

Ontem, Sr. Presidente, vimos reacenderem as esperanças: uma parte do PMDB votou de acordo com os interesses dos trabalhadores, assim como uma parte do PFL. Vimos o exemplo de um homem moço, apesar dos seus 81 anos, dizer que não votava, que estava muito velho para votar contra o povo. Que exemplo, Sr. Presidente!

Este é o divisor de águas: ou votamos de acordo com os interesses dos oprimidos, dos espoliados ou estaremos

confeccionando, a baixo nível, o estatuto das classes dominantes.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos, fazendo soar a campainha):** – Peço a V. Ex.<sup>a</sup> que complete o seu pronunciamento.

**O SR. CONSTITUINTE LYSÂNEAS MACIEL:** – É preciso que a Assembléia repila essa tentativa, agora já não mais a intimidação das armas.

Ontem, reuniu-se um grupo de direita, que queria pôr fogo neste País, que queria jogar longe homens ao mar e não mereceu qualquer protesto ou resistência. Estamos votando aqui sob a égide do fisiologismo ou da intimidação isto a Assembléia Nacional Constituinte não pode aceitar.

Ressalto o exemplo dado pelo Constituinte Afonso Arinos: "Eu não voto contra o povo!". Talvez seja este o apelo que está sendo acolhido por vários membros de dignidade do PMDB, que nunca se curvou na época da ditadura. Do PMDB que está comprando forças para resistir, do PMDB que ontem votou 27 contra 20, começando início da resistência para fazer uma Constituição justa e equânime para o povo brasileiro...

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Esta Presidência formula um apelo aos Srs. membros da Comissão para não abordarem questões políticas ou outras de qualquer natureza estranhas ao processo de votação. Essas matérias deverão ser tratadas no Plenário da Constituinte, às quartas-feiras, nas sessões que se iniciam às nove horas da manhã. De maneira que a Presidência não concederá mais a palavra a nenhum membro desta Comissão...

**O SR. CONSTITUINTE LYSÂNEAS MACIEL:** – Sr. Presidente, levantei uma questão de ordem sobre injunções, sobre a soberania da Assembléia. V. Ex.<sup>a</sup>, então, considera que não há nenhuma injunção, nenhuma pressão sobre a liberdade, a soberania, sobre o recado fisiológico que se seguiu a intimidação militar?

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A questão de ordem que V. Ex.<sup>a</sup> levantou foi idêntica à já indeferida por esta Presidência, quanto ao pronunciamento do nobre Constituinte Brandão Monteiro, porque não é uma questão de ordem, é uma advertência. A advertência que V. Ex.<sup>a</sup>, com toda a liberdade de procedimento, pode apresentar, deve fazê-lo na Assembléia. Nós estamos em processo de votação...

**O SR. CONSTITUINTE HAROLDO LIMA:** – Eu gostaria de usar da palavra.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – ...somente questões referentes ao processo de votação serão admitidas pela Presidência. Fora disso, acho que não podemos admitir, pois o nosso interesse é comum de acelerar a votação.

**O SR. CONSTITUINTE HAROLDO LIMA:** – E o nosso interesse também é de acelerar...

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Qual é a matéria que V. Ex.<sup>a</sup> vai apresentar?

**O SR. CONSTITUINTE HAROLDO LIMA:** – Sr. Presidente, vou falar a respeito do processo de acelerar o nosso trabalho com garantia e com liberdade, sem o que nós não podemos estar votando aqui e acelerando processo algum.

Há poucos instantes o Constituinte Fernando Gasparian fez uma observação deste plenário a respeito de supostas ameaças que estariam perpassando no clima deste plenário por conseguinte, um assunto pertinente.

Constituinte Brandão Monteiro também chamou a atenção de que estamos sendo ameaçados. Gostaria de acrescentar rapidamente, Sr. Presidente, para ser breve, peço a V. Ex.<sup>a</sup> que permita que conclua com rapidez a minha observação, dizendo o seguinte: as observações feitas pelo

Constituinte Fernando Gasparian dizem respeito a um texto que está circulando aqui, com a minha autorização, que é uma cópia xerocada de noticiário da imprensa baiana a respeito do procedimento que Deputados baianos tiveram, ontem, aqui.

Os títulos foram dados pela imprensa baiana, um jornal, o mais conservador da Bahia, que deu os títulos que aqui estão circulando com a minha autorização.

Gostaria de acrescentar que isso foi visto, pelo Constituinte Fernando Gasparian, como ameaça à liberdade de se votar aqui, agora, liberdade essa com a qual V. Ex.<sup>a</sup> quer justamente encaminhar, como eu também. Por isso mesmo quero acrescentar aqui, ao tempo que vejo que isso não é ameaça alguma, é apenas uma informação aos Constituintes do que a imprensa está falando. Gostaria de salientar que ameaça vejo – peço a V. Ex.<sup>a</sup> que permita que eu conclua, com toda a atitude correta que V. Ex.<sup>a</sup> teve para com os outros, eu, então, apresso a finalização da minha intervenção. Acho que ameaça existe quando um jornal de Brasília anuncia, em primeira página, que está havendo ameaças a esta Assembléia Nacional Constituinte.

Assim sendo, para não repetir as observações que já foram apresentadas pelo Constituinte Brandão Monteiro, queria sugerir à Mesa concretamente que encaminhasse ao Presidente Ulysses Guimarães, não só essa advertência feita pelo Constituinte Brandão Monteiro, essa preocupação aí sim, verdadeira ameaça à soberania desta Casa, que todos estamos sentindo, e uma sugestão para que o Presidente Ulysses Guimarães se informe do que está acontecendo e informe à Assembléia Nacional Constituinte a respeito da veracidade ou não das informações que estão sendo divulgadas hoje pela imprensa.

Acredito, Sr. Presidente, que os Constituintes têm o direito de ouvir do Presidente da Casa uma informação tranquilizadora a respeito dessas notícias que, efetivamente, são golpistas e que visam intimidar a esta Casa.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – V. Ex.<sup>a</sup> tem o direito soberano de manifestar esta sua inconformidade perante o Plenário da Assembléia Nacional Constituinte mas aqui, na Comissão de Sistematização, nós devemos nos limitar, por hora, a votar a elaboração do Projeto de Constituição. Fica registrada a advertência de V. Ex.<sup>a</sup>

Estamos, agora, no Destaque nº 1596 do Deputado Paulo Paim, referente à Emenda nº 22.731. Antes, porém, passo a Presidência ao nobre Constituinte Brandão Monteiro para prosseguir na direção dos trabalhos da Mesa.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Em votação o Destaque nº 2492, requerida pelo Constituinte Nelson Wedekin, referente à Emenda nº 20938, de autoria do autor – é uma Emenda substitutiva do Constituinte Nelson Wedekin, S. Ex.<sup>a</sup> retira o seu destaque.

Em votação o Destaque nº 5376, requerida pelo Constituinte Francisco Küster, referente à Emenda nº 23648, do próprio autor do destaque.

**O SR. CONSTITUINTE PAES LANDIM:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – O nobre Constituinte Francisco Küster mantém o destaque?

**O SR. CONSTITUINTE FRANCISCO KÜSTER:** – Retiro o destaque.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Passa-se ao Destaque nº 5376, referente à Emenda nº 23648.

O nobre Constituinte retirou o Destaque.

**O SR. CONSTITUINTE PAES LANDIM:** – Sr. Presidente, faço um apelo a V. Ex.<sup>a</sup>, no sentido de que, mantido o destaque, V. Ex.<sup>a</sup> lesse o conteúdo da emenda para facilitar a votação.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Em votação o Destaque nº 5228, requerido pelo Sr. Constituinte Carlos Cardinal, referente à Emenda nº 32950.

O Sr. Constituinte Carlos Cardinal está presente ou há alguém autorizado para defender o seu destaque? **(Pausa)** Prejudicado.

Passemos à votação do inciso XIV do art. 6º

**Destaque nº 3507/87, do Sr. Edmilson Valentim, "que suprime o art. 6º, inciso XIV, do Substitutivo nº 2" (120ª votação)**

Em votação o Destaque nº 3507, requerido pelo Sr. Constituinte Edmilson Valentim, referente ao texto do inciso. Trata-se de uma emenda supressiva, objetiva suprimir o inciso.

Antes de dar a palavra ao nobre Constituinte, quero levar ao Plenário da Assembléia Nacional Constituinte, especialmente aos Srs. Constituintes, aos Assessores dos Srs. Constituintes, aos Jornalistas o seguinte: temos recebido reclamações reiteradas em relação à circulação de pessoas não credenciadas, no plenário. Chamava-nos a atenção, também os nobres Vice-Presidentes Fernando Henrique Cardoso e Jarbas Passarinho. Queremos fazer um apelo aos Constituintes e a seus Assessores: entendemos que não se trata de uma liberalidade, mas, na verdade, a Comissão acedeu que os Assessores pudessem prestar assessoria aos Srs. Constituintes, e também que os Jornalistas pudessem trabalhar no final da fila a eles destinada.

Temos observado que, independente de Assessores e Jornalistas, tem circulado no plenário da Comissão um conjunto de pessoas estranhas à Comissão e à Assessoria. Queremos fazer um apelo no sentido de evitar constrangimentos, de forma a que os Assessores se mantenham nos lugares a eles destinados e os Jornalistas também, sob pena de a Mesa da Comissão tomar as devidas providências.

Tem a palavra o nobre Constituinte Edmilson Valentim.

**O SR. CONSTITUINTE EDMILSON VALENTIM:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, gostaria da atenção do Plenário da Comissão de Sistematização. Estou falando na condição de metalúrgico que saiu da fábrica há aproximadamente um ano para entrar nesta briga política.

Nossa emenda é supressiva, com relação à questão dos serviços extraordinários, à chamada hora extra. É uma posição minha enquanto classe que represento, enquanto posição do meu Partido.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, uma das lutas da classe operária em todo o mundo é a redução da jornada de trabalho. Essa luta tem sido marcada por vários acontecimentos. E um dos mais importantes é o que se refere aos mártires de Chicago, em 1886, com o enforcamento de sete sindicalistas na luta pela redução da jornada para oito horas diárias. Isto se deu há cento e um anos, em Chicago, nos Estados Unidos. Daquela época e esta parte, a classe operária, em todo o mundo, vem evoluindo nesta luta da redução da jornada.

No Brasil, trabalhamos oito, doze, dezesseis horas por dia. Ontem, foi aprovada, na Comissão de Sistematização, a redução da jornada de trabalho para quarenta e quatro horas – redução esta que os trabalhadores já reivindicavam em diversos congressos, de diversos sindicatos. Queriam as quarenta horas semanais, mas foram aprovadas quarenta e quatro horas semanais, ou seja, uma redução da jornada de trabalho.

Quando encaminhamos um destaque que pede a supressão da hora extra é por entender que ela é nociva aos trabalhadores. Somos daqueles que defendem que é preciso regulamentar, que é preciso dar números, que é preciso inserir na Constituição os artigos que interessam à classe

operária e aos trabalhadores. Mas, na questão da hora extra, temos posição clara, a de que ela é nociva aos trabalhadores. Por que, Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Constituintes? Primeiro, porque a hora extra é a forma utilizada pelos patrões para escamotear a jornada de trabalho e aumentá-la. Segundo, porque ela tira o trabalhador da luta sindical; ao invés de o trabalhador lutar por um aumento de salário, ele "aceita" o aumento da hora extra e, com isso, a alijado dessa participação. A hora extra tira o trabalhador da participação política, tira-o da escola, tira a possibilidade de aprendizado, porque o obriga a ficar mais tempo dentro da empresa. A hora extra tira-o do seio da sua família, porque o obriga a ficar mais tempo no emprego. A hora extra e a jornada de trabalho excessiva são, hoje, responsáveis por um bom número, se não a maior parte, de acidentes de trabalho. E, acima de tudo, a hora extra desgasta fisicamente o trabalhador, reduzindo-o a um bagaço no final do dia, além de contribuir em uma boa parcela para o nível de desemprego na nossa sociedade. É por causa destes fatores que entendemos que constar na Constituição a hora extra é prejudicial aos trabalhadores. A luta dos trabalhadores, a luta dos sindicatos é no sentido de se proibir a hora extra. Ela é conhecida como o estoque do patrão, justamente porque é utilizada para servir aos interesses da maioria dos patrões.

E é neste sentido que pedimos a compreensão do Plenário da Comissão de Sistematização para que se suprima o capítulo de serviço extraordinário da Constituição e que deixe para a lei ordinária, para o movimento sindical decidir, a curto ou a médio prazo, o que se fazer, o que se discutir com relação as horas extras; que não se coloque na Constituição, pois impede que os trabalhadores, através de sua luta, atinjam a sua meta que é a proibição do serviço extraordinário. Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Não há oradores inscritos para encaminhamento; nem contra nem a favor.

A Mesa quer desde logo esclarecer o que antes foi referido pelo ilustre Constituinte Aluizio Campos, na Presidência dos trabalhos. Está inscrito, para encaminhar contra, o Constituinte Antônio Britto. Entretanto, as normas do art. 2.º, impedem que o Constituinte Antônio Britto faça uso da palavra:

"2.º. Para encaminhar a votação de matéria destacada poderão falar, uma só vez, por cinco minutos, quatro Constituintes, sendo dois, a favor, tendo preferência o autor do requerimento, e dois, contra. O autor poderá indicar o outro orador, que falará a favor, de acordo com o respectivo apoio e desde que seja membro da Comissão. Aqueles membros da Comissão que desejarem falar contra, deverão se inscrever em livro próprio."

**O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO BRITTO:** – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente. **(Assentimento da Presidência)** – Quero fazer a leitura de documento entregue pela Liderança do PMDB, nos seguintes termos: "Ofício nº 216/87

Brasília, 9 de outubro de 1987

Exmo. Sr. Presidente:

Comunico a Vossa Excelência que em razão da necessidade de afastamento do Deputado Ibsen Pinheiro das atividades da Comissão de Sistematização, o Deputado Antônio Britto irá ocupar a vaga do PMDB como titular daquela Comissão, a partir desta data.

Sem outro particular, reitero a Vossa Excelência votos de cordial apreço e consideração.

Atenciosamente, Deputado **Euclides Scalco**, Líder em exercício do PMDB na Assembleia Nacional Constituinte."

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Ilustre Constituinte Antônio Britto, o requerimento chegou à Mesa, mas é preciso que o Presidente Ulysses Guimarães o despache, para que possa ter força legal.

**O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO BRITTO:** – Apenas quis fazer o registro da existência do documento. Agradeço a V. Ex.ª

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Pois não! O registro está feito e constará dos Anais.

**O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO BRITTO:** – Gostaria também de lembrar que, ontem, houve um caso nestes exatos termos.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Em votação o Destaque nº 3507, de autoria do ilustre Constituinte Edmilson Valentim.

Constituinte Edmilson Valentim, a Constituinte não pode parar; há gestões para que V. Ex.ª retire o Destaque.

**(Pausa)**

Não retira.

Passa-se à tomada de votos.

### **(Procede-se à votação)**

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Carlos Mosconi, Haroldo Sabóia, João Herrmann Neto, José Paulo Bisol, Nilson Gibson, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Antonio Mariz, João Agripino, Ulderico Pinto, Vicente Bogo, Edme Tavares, Lysâneas Maciel, Haroldo Lima. **Votaram NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Ademir Andrade, Artur da Távola, Carlos Sant'Anna, Celso Dourado, Cristina Tavares, Egidio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Gasparian, Fernando Henrique Cardoso, João Calmon, José Serra, Mario Lima, Nelson Carneiro. Nelson Jobim. Nelton Friedrich, Rment da Veiga, Prisco Viana, Renato Vianna, Sigmaringa Seixas, Virgildásio de Senna, Euclides Scalco, José Costa, Luiz Henrique, Manuel Viana, Nelson Wedekin, Octávio Elísio, Vilson Souza, Alcení Guerra, Antonio Carlos Mendes Thame, Arnaldo Prieto, Eraldo Tinoco, Inocência Oliveira, Luis Eduardo, Jose Lourenço, Osvaldo Coelho, Paulo Pimentel, Sandra Cavalcanti, Edison Lobão, Jose Tinoco, Mozarildo Cavalcanti, Antônio Carlos Konder Reis, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia, Virgílio Távora, Brandão Monteiro, Bocayuva Cunha, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Adolfo Oliveira, Jose Maria Eymael e Augusto Carvalho.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram **SIM** 14 Constituintes; votaram **NÃO** 54 Constituintes; total: 68 votos. O Destaque foi **rejeitado**.

Solicitaria a atenção do Plenário para o fato de que há sobre a Mesa um requerimento de preferência para votação da Emenda nº 25793, de autoria do eminente Líder do PTB Gastone Righi.

Em votação preferência requerida pelo Constituinte Gastone Righi, referente à Emenda nº 25793.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr. Presidente, só para que V. Ex.ª pudesse anunciar que esta emenda objetiva estabelecer um limite de duas horas extras diárias e a remuneração mínima de 50% a mais para a hora extra do que para a hora normal. Só para elucidar, porque houve confusão e assim não se sabe que preferência se está votando.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Em votação o requerimento de preferência.

Os Srs. Constituintes que o aprovam queiram permanecer sentados. **(Pausa)**

Aprovado.



**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ COSTA:** – Sr. Presidente, requeiro a V. Ex.<sup>a</sup> verificação de votação.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Vai-se proceder a verificação. Solicitaria aos Srs. Constituintes, que estiverem contra, ficarem sempre atentos para o que estabelece o Regimento: ou votem contra ou requeiram a verificação, porque, daqui de cima, o que observamos é que o requerimento foi aprovado.

**O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE:** – Sr. Presidente, pela ordem. **(Assentimento da Presidência)** Eu apelaria para o Constituinte Gastone Righi no sentido de que nós não perdêssemos tempo aqui, e assim este requerimento de preferência não fosse votado, pois existem varias proposições na Mesa – a emenda do Constituinte Geraldo Campos, que e a mais abrangente para o trabalhador, ou seja, pede remuneração em dobro e proíbe a hora extraordinária, a não ser em casos excepcionais; existe, em seguida, uma emenda de nossa autoria, que não proíbe a hora extraordinária, mas pede a remuneração em dobro. Em seguida, existe a do Constituinte Gastone Righi, que limita a hora extraordinária a duas horas, com 50% de pagamento a mais.

Então, gostaria que a Mesa, com a concordância do nobre Constituinte Gastone Righi, fizesse votar, na seqüência de interesses da classe trabalhadora, as emendas que anunciei; até chegar a sua emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Constituinte Ademir Andrade, a Mesa não pode tomar esta decisão. O nobre Constituinte Gastone Righi requereu preferência e foi pedida verificação de votação. Então, só o Constituinte Gastone Righi pode fazê-lo.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI** – Sr. Presidente, a colocação do ilustre Constituinte Ademir Andrade pode ter causado alguma confusão. A minha emenda de forma alguma prejudica as emendas posteriores. Aprovada a minha emenda, pode entrar a emenda seguinte, porque a minha diz: 50% no mínimo a mais. A emenda seguinte entra como aditiva: 100% no mínimo a mais.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Sr. Constituinte Gastone Righi, para evitar qualquer dúvida, a emenda de V. Ex.<sup>a</sup>, em sendo substitutiva, prejudica as outras emendas.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Como aditiva, não.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Não vou discutir essa questão agora.

A emenda é substitutiva.

Vamos passar à verificação de votação.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr. Presidente, diante da decisão de V. Ex.<sup>a</sup>, de que a votação da minha emenda prejudicaria outras, evidentemente, reformularei o meu raciocínio: o que eu queria era a votação da minha emenda, com a possibilidade da processação das outras e a aditiva. Se não é possível, retiro a minha e entro na ordem de prejudicialidade.

**Destaque nº 137/87, do Sr. Paulo Paim – Emenda nº ES-34358-1, dos Srs. Geraldo Campos e outros, "que modifica o art. 7º, inciso XIV, do Substitutivo nº 1 (art. 6º, inciso XIV, do Substitutivo nº 2)". (121ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Em votação o Destaque nº 137, requerido pelo Constituinte Paulo Paim, referente à Emenda substitutiva nº 34358, de autoria do Sr. Constituinte Geraldo Campos.

Tem a palavra, para defender o Destaque, o ilustre pernambucano Constituinte Egidio Ferreira Lima.

**O SR. CONSTITUINTE EGÍDIO FERREIRA LIMA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

O PMDB, por sua liderança, a cargo do Constituinte Euclides Scalco, vem procurando conduzir os trabalhos desta Comissão com todo cuidado, com toda maturidade, com a consciência plena da tarefa que estamos cumprindo e do momento em que estamos vivendo.

Não impressiona ao Constituinte Euclides Scalco e não nos impressiona o noticiário do primeiro momento, as reações de pessoas ou de grupos; nos contenta a convicção, de que estamos fazendo o que é mais correto para a sociedade e para o futuro deste País.

Ferdinand Lassalle, um dos primeiros teóricos do constitucionalismo, dizia que ao lado da Constituição escrita havia uma Constituição real. Para que se possa fazer uma Constituição inteiramente nova, quebrando as estruturas todas, modificando todos os mecanismos do Estado, é indispensável uma insurreição, uma guerra civil, uma quebra absoluta de toda a Constituição real pré-existente.

Nós não estamos fazendo isso! A História e o destino nos deu a tarefa de, pacificamente, viabilizar uma Constituição modernizante, em cima de uma Constituição real, injusta e discriminatória. O êxito de nossa tarefa, a possibilidade dessa renovação vai depender de nosso mérito e de nossa maturidade; daí a preocupação a que me reporte, do Constituinte Euclides Scalco. É certo que não vamos romper essa Constituição real de maneira profunda, ela ficará aí: o que poderemos fazer é rompê-la no que for possível e melhor para a sociedade e aí, sim, criar mecanismos de ação do Governo voltados para a sociedade, capaz de fazer com que a luta do povo evolua. E esses mecanismos estão aí e iremos vote-los logo mais no Poder Legislativo, no sistema de Governo, no Poder Judiciário, em todas as funções de Poder.

Ontem, nesta Casa, avançamos e arranhamos essa estrutura injusta quando reduzimos a jornada semanal de trabalho a 44 horas. É um avanço ponderável, uma conquista de 16 horas em um mês. Além disso, seria cavar fundo nessa Constituição real, talvez perdendo nós a condição de luta e de avanço com esta Constituinte. Não digo isso com receio ou com temores; é uma coisa que desde a adolescência não conheço; exorcizei muito cedo os temores; é os receios e enfrento todas as situações.

Mas aqui não estou em meu nome, não estou defendendo as minhas convicções; estou aqui em nome da sociedade, em nome da Nação brasileira, em nome do que povo nos confiou, a mim e a todos que aqui se encontram, o mandato de Constituinte. Pois bem, se ontem avançamos, hoje nos deparamos com um particular que por ser particular não deixa de ser importante. É a questão do trabalho extraordinário.

Esta Constituinte optou por ser minudente, por ser programática em relação aos direitos individuais e aos direitos sociais que estamos discutindo agora. E se vamos nos deter no trabalho extraordinário, a primeira regra é impedi-lo, obstaculizá-lo, é dificultá-lo. A jornada diária de oito horas é a jornada biológica...

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Prezado Constituinte Egidio Ferreira Lima, V. Ex.<sup>a</sup> está com seu tempo esgotado. A Presidência solicita a V. Ex.<sup>a</sup> que encerre o seu pronunciamento.

**O SR. CONSTITUINTE EGÍDIO FERREIRA LIMA:** – Sr. Presidente, peço só mais um minuto para encerrar.

...é a jornada de acordo com a capacidade física e mental da resistência de cada homem. A partir daí o trabalho extraordinário lesa biologicamente o homem, lesa psiquicamente. Devemos então estabelecer na Constituinte a regra proibitiva, com a ressalva de que nas emergências, nos casos excepcionais, a hora de trabalho seja paga em

dobro. Nesse caso não podemos reduzi-la a 20%, a 50%, fazer o que hoje já faz a jurisprudência trabalhista do País. Esse é o caminho mais correto e esse caminho não abalará, nem afetará a economia; logo ela se adequará a essa modificação.

Esse é um avanço possível, esta é uma renovação que humaniza e que deixa nossa consciência tranqüila quanto à responsabilidade de transpor esta tempestade e chegar ao final da Constituinte com a Constituição modernizante e nova.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Para encaminhar contra, tem a palavra o Sr. Constituinte Fernando Gasparian.

A Mesa há que explicar um incidente: o Constituinte Luís Roberto Ponte inscreveu-se. Entretanto, S. Ex.<sup>a</sup> não é o autor da emenda nem do destaque, não tem autorização do autor para falar e não a membro da Comissão de Sistematização. Segundo as normas complementares, não poderá fazer uso da palavra.

Com a palavra o Constituinte Fernando Gasparian.

**O SR. CONSTITUINTE FERNANDO GASPARIAN:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, vim para esta Assembléia Nacional Constituinte certo de que iria auxiliar e, junto com os demais Constituintes, votar aqui avanços.

Encontro-me numa posição difícil, porque uma série de medidas na área social estão sendo propostas, algumas vezes votadas, num sentido que, no meu entendimento, não é avanço, mas retrocesso. Isto ocorreu quando votamos a estabilidade. Esta é mais uma das emendas que, na minha opinião, são um retrocesso.

A Assembléia Nacional Constituinte não deve engessar o País de acordo com a conjuntura que vivemos. Hoje em dia, seria útil que as empresas não pudessem fazer horas extras para ficarem obrigadas a dar mais emprego. Realmente, o desemprego existe hoje no Brasil.

O modelo econômico dos meus sonhos – imagino que também do meu Partido, e o que dará emprego neste País. E, nesses momentos – e por isso acho que isso não deva ser colocado na Constituição – o País deverá ter a possibilidade de ver a classe trabalhadora trabalhando mais horas do que aquelas que seriam as horas normais para que a produção deva crescer, para que, em certos momentos, como, por exemplo, no ano passado na época do cruzado, onde se aqueceu muito a demanda, a produção pudesse aumentar e não tivessem aparecido os ágios, por exemplo, e, seria um empecilho para as horas extras, para que a produção pudesse crescer se houvesse um dispositivo constitucional como esse que se quer aqui aprovar e, inclusive, há um outro problema sério: do jeito que estamos votando, nós vamos paternalisticamente votar numa série de medidas que, teoricamente, estariam resolvendo os problemas do País. E, o que farão amanhã os sindicatos? E a evolução que esperamos que ocorra no Brasil através das leis e das práticas? Nós vamos querer agora resolver tudo na Constituição de uma forma paternalista? Realmente isso, para mim, não tem o menor sentido. Então, estou, no fundo, contrário a essa medida porque acho que ela a uma medida retrógrada; ela começa a criar tantos empecilhos, como outras que também estão sendo propostas aqui, que farão amanhã com que a classe trabalhadora nada ganhe, ou como consumidora ou como produtora; e impedirá em certos momentos – como, por exemplo, ocorreu na época da guerra, nos anos 40 – se amanhã o País precisar, um esforço maior de produção, como ocorreu em outros momentos da economia do mundo e do Brasil; também a nossa Constituição engessará a nossa economia, ficara engessada e ela não poderá, de forma alguma, ficar fora, ou então teríamos que modificar a Cons-

tituição para permitir que o trabalho em horas extras fosse realizado.

Nem quero discutir aqui o acréscimo que acho absolutamente ridículo. Não sei por que, por exemplo, colocam 100%. Por que não colocar 200% ou 300%? Poderia parecer, até, que seria mais favorável à classe trabalhadora, mas isso não é solução, de forma alguma. Por isso fico com o Sr. Relator.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Tem a palavra o Constituinte Mário Lima, para encaminhamento a favor.

**O SR. CONSTITUINTE MÁRIO LIMA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, ontem a Assembléia Nacional Constituinte votou a jornada de trabalho, estabelecendo-a em oito horas diárias. Se não proibirmos a hora extra, aquele artigo praticamente perde a razão de ser. Não podemos fechar questão do esquecendo a realidade.

Há determinadas circunstâncias em que a hora extra deve existir e não pode deixar de existir. Dou um exemplo: uma usina hidrelétrica, o operador está operando, depois de oito horas de trabalho há um acidente no trajeto de seu substituto e este não vem; esse trabalhador deve abandonar o seu posto de serviço e deixar a cidade às escuras, os hospitais sem energia? Claro que não. Ele deverá se sacrificar. Há pode ser uma rotina.

Eu acho que essa emenda do nobre Constituinte Paulo Paim penaliza as empresas que fazem da hora extra uma rotina para baratear os seus custos. Então, a hora extra deve ser permitida por uma emergência, mas uma emergência caracterizada e não uma emergência rotineira que existe por aí.

Outra coisa que devemos levar em consideração é que estamos fazendo uma Constituição para o Brasil. Não estamos fazendo uma Constituição para o Japão e nem para os Estados Unidos. Aqui no Brasil há mão-de-obra sobrando. Então, não se justifica pagar um trabalhador e colocá-lo para trabalhar de 8 a 10 horas todo o dia, quando se pode dar o emprego a um segundo trabalhador. A hora extra a boa para o empresário, mas não é para o trabalhador. Isso eu conheço de perto. Sou operador de refinaria e já trabalhei durante 24 horas, porque houve um acidente e o meu substituto foi para o hospital e eu não iria abandonar o meu posto. Uma refinaria – todos sabem – funciona ininterruptamente durante 24 horas ao dia no mês, no ano ou anos. Mas no caso é uma emergência. Se penalizarmos a hora extra, faremos com que o empresário crie mecanismos para substituir o trabalhador que, por força maior, deixa de trabalhar. Temos de criar penalizações financeiras – que é o que importa ao empresário – lamentavelmente, a maioria do empresário brasileiro só faz cálculos, esquecendo a segurança e a saúde do trabalhador.

Então, acho que a posição correta é esta. Nós já estabelecemos a jornada de 8 horas, admitindo as exceções, e se não proibirmos a hora extra, se deixamos de complementar a medida agora, não podemos fechar questão e é o que muito bem faz a emenda do nobre Constituinte Paulo Paim.

A empresa não quer se organizar, e quem não quer se organizar não pode ter empresa. Quem é dono de empresa e dirige uma empresa admite-se que seja uma pessoa organizada, que planeja. O que não pode é estar improvisando com a saúde do trabalhador.

Toda empresa tem que ter um contingente de mão-de-obra para essas emergências. Ao se fazer um quadro de pessoal de uma fábrica, o empresário tem que fazer um contingente para as emergências, para um acidente, para uma doença imprevista. E quem não trabalha em

condições adversas adoece, agora, avaliem quem trabalha em condições de altas temperaturas, alto índice de ruído, pressão alta. Claro que a tendência a adoecer é maior. Nesse caso a empresa tem a obrigação de se organizar, para quando houver tais casos não precisar fazer hora extra. Que as turmas extras sejam trabalhadores de quadro suplementar.

Na minha opinião, opinião de dirigente sindical, de trabalhador, é que realmente o caminho é esse; não veda a hora extra, mas penaliza de maneira financeira, que é o que faz o empresário raciocinar. O empresário competente procura diminuir os seus custos.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – Existe o banco de reservas do time de futebol.

**O SR. CONSTITUINTE MÁRIO LIMA:** – O ilustre e querido Senador Nelson Carneiro está mostrando o exemplo. Um time de futebol joga com 11 jogadores; quando um se machuca joga com 10, ou entra um do time de reserva, então pegar um jogador e dizer: você vai ser goleiro, vai ser atacante? Não dá.

Assim tem que ser na indústria. Quer dizer, tem que haver previsão.

Outra coisa, meus Srs. a mão-de-obra brasileira é a mais barata do mundo. Conversava outro dia com um empresário da minha terra que tem uma indústria de confecção de roupa que usa mão-de-obra intensiva, e ele me dizia que gastava 16% com mão-de-obra e 40% com custo financeiro e tributos.

Por que não se procura diminuir o custo no lado financeiro? Quer sempre se cortar na carne do mais fraco, que é o trabalhador? (Palmas)

Então tem que ser penalizado, para que o empresário, ao invés de querer diminuir mais o custo da mão-de-obra que ele invista contra o custo financeiro, que ele invista contra os impostos que são reconhecidamente altos.

Daí a nossa posição de solidariedade, e tenho certeza que iremos votar essa emenda, porque ela não cria o problema de impedir que se faça hora extra quando necessário, mas a desaconselha porque torna o seu custo alto e faz com que o empresário use a sua imaginação criadora e encontre outras soluções que não, cada vez mais sacrificar e onerar o trabalhador.

Muito obrigado. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Tem a palavra, para encaminhar contra, o ilustre Líder do PFL, Constituinte José Lourenço.

A Mesa quer informar ao Plenário – vários Constituintes aqui estiveram para fazer essa solicitação – que a emenda é do Constituinte Geraldo Campos, mas é assinada por mais de cem Constituintes.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LOURENÇO:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, eu acho que nós temos que começar a levar um pouco a sério o trabalho que estamos realizando, e o exemplo citado agora da tribuna me deixou perplexo. Citou-se que no sistema produtivo da Nação teríamos que seguir o modelo do futebol. Por isso, entendo que houve tantos aplausos. Não à proposta do Constituinte, mas pela citação do futebol que, de fato, e o esporte amado por todos os brasileiros.

Queria, então, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, que tivéssemos uma alternativa. O que fosse sugerido pelo ilustre Constituinte Mário Lima é que tivéssemos nos setores produtivos da Nação, na indústria, por exemplo, dois times: um time trabalhando e outro de reserva. Naturalmente, que a reserva ganharia tanto quando o titular e o povo iria pagar por todo este festival.

Sinceramente, por vezes, fico extremamente preocupado com o que está-se fazendo aqui, porque a Nação

está de olhos voltados para nós. Quando se cita o futebol como o exemplo a ser seguido, no sistema de produção nacional, é algo que me preocupa. De fato temos tido muitos êxitos no campo desportivo, com alguns fracassos eventuais mais recentes, em função de que não conseguimos, de fato, mas boas equipes, apesar de haver aí sucessos mundiais; fomos tricampeões mundiais. Parece-me que o exemplo do futebol não é o melhor exemplo a ser seguido para que possamos adotá-lo, como sugeriu o nobre Deputado Constituinte Mário Lima, do meu Estado, por quem tenho particular apreço e estima; não é o melhor caminho a ser seguido na Constituição do meu País.

Chego a ficar pasmo, chego a ficar assustado com algumas propostas que aqui vejo. Só me falta ouvir uma que espero que surja a qualquer momento: é proibido trabalhar no Brasil. Porque, então, teremos não 90% do povo contra nós, mas a unanimidade da Nação, porque a unanimidade da Nação é trabalhadora. Parece-me que os que não querem trabalhar seriamente são ,alguns dos que estão aqui.

**O SR. CONSTITUINTE MÁRIO LIMA:** – Sr. Presidente, peso a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Constituinte Mário Lima, não há questão de ordem. Estamos no encaminhamento de votação V. Ex.<sup>a</sup>, por certo, quer argüir contrariamente o que afirmou o Constituinte José Lourenço.

**O SR. CONSTITUINTE MÁRIO LIMA:** – Apenas queria fazer um breve registro. É que vai ficar nos Anais uma afirmativa que não corresponde à realidade. O Constituinte José Lourenço disse uma coisa que eu não disse. V. Ex.<sup>a</sup> não estava prestando atenção e, por isso, não viu. Não gostaria que ficasse registrado nos Anais o que não disse.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Sr. Constituinte Mário Lima, V. Ex.<sup>a</sup> como um velho parlamentar sabe que não cabe questão de ordem, só no momento oportuno.

Em votação.

**O SR. RELATOR (Adolfo Oliveira):** – Sr. Presidente, o ponto de vista do Relator-Geral, especificamente sobre essa emenda não me foi declarado. O pensamento da Relatoria não é consensual. Pessoalmente, eu simpatizo com a emenda e votarei com ela. (Palmas)

O nobre e ilustre Constituinte Antônio Carlos Konder Reis, pensa contrariamente. Não obstante o meu voto, quero ressaltar que o texto do substitutivo também atende as reivindicações dos trabalhadores e deixa em aberto a possibilidade de se arbitrar a remuneração em dobro e se adotarem as providências que sejam necessárias para cautelar o interesse dos trabalhadores. Assim a Relatoria considera o problema.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Vai-se proceder a chamada para votação.

(Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Ademir Andrade, Aluizio Campos, Artur da Távola, Celso Dourado, Egidio Ferreira Lima, Fernando Henrique Cardoso, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, João Herrmann Neto, José Paulo Bisol, José Serra, Mário Lima, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nelson Friedrich, Nilson Gibson, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Renato Vianna, Sigmaringa Seixas, Virgildásio de Senna, Antonio Mariz, Euclides Scalco, João Agripino, José Costa, Luiz Henrique, Manuel Viana, Nelson Wedekin, Ulderico Pinto, Vicente Bogo, Vilson Souza, Brandão Monteiro, Lysâneas Maciel, Bocayuva Cunha, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Adolfo Oliveira, Jose Maria Eymael, Ha-

roldo Lima e Augusto Carvalho. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Carlos Sant'Anna, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Gasparian, João Calmon, Pimenta da Veiga, Prisco Viana, Alcení Guerra, Antonio Carlos Mendes Thame, Arnaldo Prieto, Edme Tavares, Eraldo Tinoco, Inocêncio Oliveira, Luis Eduardo, José Lourenço, Osvaldo Coelho, Paulo Pimentel, Sandra Cavalcanti, Edison Lobão, José Tinoco, Antônio Carlos Konder Reis, José Luiz Maia, Virgílio Távora, Bonifácio de Andrada, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 40 Constituintes; votaram NÃO 26 Constituintes. Total: 66 votos. O Destaque foi **prejudicado** por falta de **quorum** qualificado.

A Emenda nº 968, de autoria do Constituinte Vilson Souza, é no mesmo sentido e esta também prejudicada.

Passa-se ao Destaque nº 1169, do Constituinte Vivaldo Barbosa, referente à Emenda nº 9881.

O nobre Constituinte Vivaldo Barbosa não se encontra presente no plenário. Há alguém autorizado a representa-lo? **(Pausa)**

A sua emenda esta prejudicada.

O Destaque seguinte, de nº 1576, de autoria do Constituinte Paulo Paim, referente a Emenda nº 22695, e no mesmo sentido, e esta também prejudicada.

Destaque nº 2955 do Constituinte Israel Pinheiro, referente à Emenda nº 33772, está prejudicada, porque S. Ex.<sup>a</sup> não se encontra em Plenário.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Com a palavra o nobre Constituinte Carlos Sant'Anna, pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Sr. Presidente, acontecimentos anteriores e pronunciamentos aqui feitos me levam, abusando da bondade de V. Ex.<sup>a</sup>, a pedir-lhe a palavra para dizer à Assembléia Nacional Constituinte, que não há nenhum relatório do SNI sobre qualquer movimento de direita, dirigido ao Presidente da República. As notícias que hoje estão veiculadas em alguns jornais e que causaram tanta apreensão não correspondem à verdade dos fatos. Não só não há relatório quanto o Governo não está preocupado com qualquer movimento, até porque, sendo um Governo eminentemente democrático, reconhece que o direito de reunião é um direito constitucional que os brasileiros livremente podem exercê-lo.

Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup>, e creio que essa manifestação era absolutamente necessária. Sabem V. Ex.<sup>as</sup>, e os meus companheiros o quanto uso pouco desse tipo de expediente, mas creio que, face ao clima que se gerou aqui, ele era absolutamente indispensável e, por isso, ofaço. Muito obrigado a V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – A Mesa recolhe as palavras do Constituinte Carlos Sant'Anna como informação do Líder do Governo na Constituinte. Tenho o posicionamento de que não foi uma questão de ordem, como não fora a que eu antes requerera, mas acho que na medida em que a Assembléia Nacional Constituinte não estiver funcionando, não se pode cercear o direito de qualquer Constituinte levantar questões que preocupam a Assembléia e o País.

A Mesa quer também fazer uma comunicação. Parece que, felizmente, a questão das votações, tanto a nominal quanto a que diz respeito à votação de preferência, com a consequente solicitação de verificação de votação, deverão, dentro de seis dias, estar superadas porque o Presidente da Assembléia Nacional Constituinte já autorizou a modificação necessária no painel eletrônico. O prazo solicitado

pela empresa que cuidará desse trabalho de forma que possamos utilizá-lo durante os trabalhos da Comissão de seis dias, o que, por certo, facilitará bastante os nossos trabalhos.

Em votação o Destaque nº 3082, requerido pelo Constituinte José Geraldo, referente à Emenda nº 32348. É uma emenda substitutiva. Está presente o Sr. Constituinte José Geraldo? **(Pausa)**

Está prejudicada a emenda.

**Destaque nº 3868-87 – Emenda nº ES-25793-5, do Sr. Gastone Righi, "que modifica o art. 7º, inciso XIV, do Substitutivo nº 1 (art. 6º inciso XIV, do Substitutivo nº 2)". (122ª votação)**

Em votação o Destaque nº 3868, requerido pelo Constituinte Gastone Righi, referente à Emenda nº 25793; é uma emenda substitutiva ao texto.

Com a palavra, se desejar manter o destaque à emenda, o ilustre Líder do PTB, Gastone Righi.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, desejaria alertar esta egrégia Comissão para a matéria que vai ser votada agora e as consequências dessa votação. Acabamos de rejeitar uma emenda que estabelecia a proibição de prestação de horas extras e, quando elas tivessem que ocorrer, sofreriam uma incidência de, no mínimo, 100% da remuneração normal. Com a queda desta emenda, restaram as seguintes alternativas concretas: ou prevalece o texto que não fixa nenhum limite para horas extras, nenhuma condição, e apenas as subordina à existência de convenção.

Quero alertar os Srs. Constituintes que 90 a 95% dos trabalhadores brasileiros não têm convenção coletiva de trabalho. Só as categorias organizadas sindicalmente é que conseguem estabelecer contratos ou convenções coletivas. E essas categorias sequer precisam da disciplina das horas extras porque elas conquistam muito mais do que parâmetros mínimos que a lei preconiza.

No entanto, Srs. Constituintes, imensas categorias, como a de portuários ou marítimos, como a de bancários e principalmente comerciários, ou a indústria da construção civil, a mais numerosa do País, não têm convenção coletiva que lhes possa proteger em relação às horas extraordinárias.

A minha emenda estabelece o que já vem contemplado em vários tratados internacionais de que o Brasil é subscritor. As horas extras devem ter o limite de duas horas diárias. Além disso, só poderão ser prestadas horas extras, além dessas duas, em caso de emergência ou força maior, e sempre a remuneração há de ter um piso mínimo de 50% superior à hora normal.

Portanto, Srs. Constituintes, apelo ao espírito e à preocupação social de V. Ex.<sup>as</sup> para que aprovem esta emenda que estabelecerá um piso mínimo, um parâmetro básico, abaixo do qual não poderão acordar operários e empregadores. Se não significar um avanço muito grande, significará, no entanto, uma efetiva e real conquista para o trabalhador brasileiro, onde ele tem o limite de duas horas diárias e de que a sua hora extraordinária não será remunerada em menos de 50% do que a hora normal.

Se não votarmos a favor dessa emenda não haverá mais oportunidade, aqui, de modificarmos o texto draconiano que se encontra no Substitutivo nº 2 do insigne Relator Bernardo Cabral.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Com a palavra o nobre Constituinte José Maria Eymael, para encaminhar contra a emenda do nobre Constituinte Gastone Righi. Já está inscrito para encaminhar a favor o Constituinte Nelson Wedekin.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ MARIA EYMAEL:** – Sr. Presidente, ainda pouco votei SIM para com a emenda do nobre Constituinte Paulo Paim. Agora, com a mesma liberdade, venho a essa tribuna para esclarecer aos Srs. Constituintes que existe uma outra emenda na mesa, ao contrário do que colocou o Constituinte Gastone Righi, que é mais abrangente. Foi a emenda apresentada ainda há pouco pelo Constituinte Alysso Paulinelli, que estabelece a remuneração superior à remuneração normal na forma da lei ou através de convenção coletiva, porque, no momento em que perdemos a possibilidade de termos a remuneração em dobro, para determinados casos, esta possibilidade fica engessada através da remuneração de 50% em dobro. E remetendo para a convenção coletiva, ou para a lei, não há dúvida de que poderemos ter uma situação mais abrangente.

Mas o ponto fulcral do meu pronunciamento, Sr. Presidente, é que existe sobre a mesa uma emenda concreta, que pode afastar o perigo que realmente está no texto. Porque na letra do texto, quando fala em convenção, pode ser um acordo intramuros dentro da empresa, podendo dar inclusive apenas 5, 4, 3, 2 ou 1% de remuneração acima da remuneração normal. Mas a emenda que também existe, do Constituinte Alysso Paulinelli, é mais abrangente e pode inclusive vir a contemplar exatamente o objetivo da norma que ainda há pouco rejeitamos.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Convidaria o ilustre Senador Jarbas Passarinho, para completar mais uma etapa dos trabalhos da Mesa. (Pausa)

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra o Sr. Constituinte Nelson Wedekin, que encaminhará a favor da emenda requerida pelo Constituinte Gastone Righi.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON WEDEKIN:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Superadas e vencidas as outras propostas a respeito e com relação aos serviços extraordinários, neste exato momento estamos diante de duas propostas apenas: uma, do Constituinte Gastone Righi, e a outra, evidentemente, a do Substitutivo 2, do Relator Bernardo Cabral.

Creio, e estou absolutamente convencido, de que a proposta do Constituinte Gastone Righi é melhor, é mais completa, atende mais aos interesses da classe trabalhadora.

Ambas as propostas, evidentemente, prevêm a existência de serviços extraordinários e a prestação de serviços em horas extras. Todavia, aquilo que está no Substitutivo do Relator, reza o seguinte:

"O serviço extraordinário com remuneração superior ao normal."

Não fixando o percentual em que esta remuneração será maior, fica à mercê das convenções dos acordos coletivos de trabalho.

Creio que o Constituinte Gastone Righi lembrou muito bem, uma parte substantiva, talvez maior, majoritária dos trabalhadores brasileiros não dispõe desse instrumento fundamental, que é o acordo da convenção coletiva do trabalho.

Seria indesejável, temerário, se deixássemos em aberto a fixação desse percentual, em que seria maior a remuneração dos serviços extraordinários.

O Constituinte Gastone Righi prevê a remuneração mínima da 50%, além daquele que é o valor normal da hora normal. E é importante que digamos isso, que o valor de 5% é o valor mínimo, significando que onde houver e for possível o acordo e a convenção coletiva de trabalho, esse valor de 50% poderá ser de 70 ou até de 100%, como outras propostas que foram feitas aqui.

Além disso, a proposta do Constituinte Gastone Righi tem o que me parece bastante saudável, que é limitar o máximo de 2 horas extraordinárias, por dia, a possibilidade do exercício dessas horas extraordinárias. O que significa dizer que, salvo os casos de urgência e emergência, o máximo de horas extraordinárias que o trabalhador poderá realizar será de 2 horas. Isto significa que está dentro do espírito de todas as demais emendas, de todas as demais propostas aqui colocadas, até mesmo a da proibição. O que não se deseja, o que não se quer é que a hora extraordinária seja inteiramente a vontade do patronato, do empresário, para que fixe essas horas extraordinárias a sua vontade, a seu capricho.

Pelas razões expostas, pelo fato que me parece claro de que a proposta do Constituinte Gastone Righi é melhor, é mais completa, atende melhor aos interesses da classe trabalhadora, é que me dispus a falar a favor dessa emenda, e por essa razão, apelo aos Constituintes que irão votar em seguida que votem com essa proposta, com esse destaque pelas razões que apontei.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Concedo a palavra ao Sr. Constituinte Alcení Guerra, para falar contrariamente.

**O SR. CONSTITUINTE ALCENÍ GUERRA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, embora reconhecendo na intenção do Constituinte Gastone Righi a clara e inequívoca vontade de melhorar e aperfeiçoar o texto do Sr. Relator, sentimo-nos na obrigação de encaminhar em contrário a sua intenção, por vermos que existe, para ser colocada em discussão, logo a seguir, uma emenda do Constituinte Alysso Paulinelli, que nos parece melhor redigida e nos parece atender melhor aos interesses da classe trabalhadora do que a emenda proposta pelo Constituinte Gastone Righi.

Diz a emenda de Alysso Paulinelli:

"... serviço extraordinário com remuneração superior ao normal, conforme lei ou convenção coletiva de trabalho..."

Parece-nos, Sr. Presidente, que esta redação, por sua flexibilidade e por nortear-se, inclusive, no espírito que propõe a Emenda Gastone Righi, atende melhor aos interesses da classe trabalhadora, deixa ao futuro, para a classe trabalhadora, toda a possibilidade de negociação e, conseqüentemente, a seqüência de vitórias que essa classe tem obtido.

Por isso, Sr. Presidente, opinamos pela rejeição da Emenda Gastone Righi e pela aprovação – na seqüência dos trabalhos – da Emenda Alysso Paulinelli.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – S. Ex.<sup>a</sup> o Sr. Relator deseja fazer uso da palavra?

**O SR. RELATOR (Adolfo Oliveira):** – Sim, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra o Sr. Relator.

**O SR. RELATOR (Adolfo Oliveira):** – Sr. Presidente, gostaríamos de pedir a atenção do Plenário para a circunstância de que a emenda, em primeiro lugar, prejudicaria, se aprovada, a Emenda do nobre Constituinte Ademir Andrade, que não limita a duas horas, no máximo, o período de horas extras. Justamente essa fixação de limite máximo de duas horas, a nosso ver, não é favorável ao interesse legítimo dos trabalhadores.

Há pouco, o ilustre Constituinte Mário Lima teve oportunidade de lembrar que, certa feita, trabalhou durante 24 horas seguidas na refinaria para que esta não parasse.

Se o texto da Constituição vem engessar em, no máximo, duas horas, o período de trabalho extraordinário,

isso vai prejudicar o trabalhador e o próprio interesse social. No máximo duas horas, é o que diz a Emenda do ilustre Líder Gastone Righi.

Por essas razões, neste particular e quanto a esta emenda, o Relator deplora, mas opina contrariamente, embora reconhecendo os elevados objetivos do eminente e dinâmico Constituinte pelo Estado de São Paulo.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Em votação.

**(Procede-se à votação)**

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Ademir Andrade, Aluizio Campos, Artur da Távola, Celso Dourado, Egídio Ferreira Lima, Fernando Gasparian, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia João Herrmann Neto, José Paulo Bisol, José Serra, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nelton Fridrich, Nilson Gibson, Oswaldo Lima Filho, Pimenta da Veiga, Prisco Viana, Renato Vianna, Sigmaringa Seixas, Virgildásio de Senna, Antonio Mariz, Euclides Scalco, Luiz Henrique, Manuel Viana, Nelson Wedekin, Uldurico Pinto, Vicente Bogo, Vilson Souza, Brandão Monteiro, Lysâneas Maciel, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Haroldo Lima, Augusto Carvalho e Beth Azize. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Carlos Sant'Anna, Fernando Bezerra Coelho, João Calmon, Paulo Ramos, Israel Pinheiro, Alceni Guerra, Antonio Carlos Mendes Thame, Arnaldo Prieto, Edme Tavares, Eraldo Tinoco, Inocêncio Oliveira, Luís Eduardo, José Lourenço, Osvaldo Coelho, Paulo Pimentel, Sandra Cavalcanti, Edison Lobão, José Tinoco, Mozarildo Cavalcanti, Antônio Carlos Konder Reis, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia, Virgílio Távora, Bonifácio de Andrade, Bocayuva Cunha, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Adolfo Oliveira e José Maria Eymael.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 39 Constituintes; votaram NÃO 29 Constituintes. Total: 68 votos. O Destaque foi **prejudicado** por falta de **quorum** qualificado.

Peço a atenção dos Srs. Constituintes. Há um requerimento sobre a mesa, que deve ser objeto de deliberação:

"Requeremos a V. Ex.<sup>a</sup> a suspensão da sessão da próxima segunda-feira, dia 12 do corrente, e a marcação de sessão matutina extraordinária para quinta-feira, dia 15."

Assinam os Líderes Luiz Inácio Lula da Silva, José Lourenço, Haroldo Lima, José Maria Eymael, Brandão Monteiro, Augusto Carvalho, Euclides Scalco, Virgílio Távora e Adolfo Oliveira.

O requerimento, de acordo como art. 12 do Regimento da Comissão de Sistematização, deve ser considerado como "outros", porque não está definido naqueles indicados e como tal depende de manifestação do Plenário.

Vou tomar votos, apesar de os Líderes todos estarem de acordo. Não há voto de Liderança.

Peço aos Srs. Constituintes que estejam de acordo com o requerimento, que substitui a reunião de segunda-feira por uma reunião extraordinária de quinta-feira, pela manhã, queiram permanecer sentados. **(Pausa)**

Aprovado.

**Destaque nº 4283-87, do Sr. Nelton Friedrich – Emenda nº 34358-1, do Sr. Geraldo Campos e outros "que modifica o inciso XIV do art. 7º do Substitutivo nº 1 (art. 6º, inciso XIV, do Substitutivo nº 2)". (123ª votação)**

Em votação o Destaque nº 4283, de autoria do Sr. Constituinte Nelton Friedrich. A Emenda é de nº 34358, mas está alterada pelo autor da emenda dentro daquilo

que se tem convencionado como aceitável. A emenda passa a ter a seguinte redação:

"Proibição de serviço extraordinário, salvo os casos de emergência, com remuneração em dobro."

Esta é a nova redação da emenda, que está sendo submetida ao Plenário.

Tem a palavra o Sr. Constituinte Nelton Friedrich.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ COSTA:** – Sr. Presidente, requeiro a V. Ex.<sup>a</sup> a gentileza de enunciar o texto da emenda, porque me parece que acabamos de aprovar, não faz muito, uma emenda cujo conteúdo é idêntico; talvez estivesse prejudicado.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Houve rejeição. Quero esclarecer que a emenda votada falava em "emergência e força maior". Esta fala apenas em emergência; retira "força maior".

Tem a palavra o nobre Constituinte Nelton Friedrich, autor da Emenda.

**O SR. CONSTITUINTE NELTON FRIEDRICH:** – Sr. Presidente, os argumentos aduzidos por diversos Constituintes, inclusive pelo Líder sindicalista, com vinculação profunda com a classe trabalhadora, destacaram evidentemente a procedência, a necessidade e a importância desta emenda que foi subscrita por diversos Constituintes.

Esta proposta, Sr. Presidente, teve na verdade uma avaliação durante vários dias e chegamos a quase cem Constituintes que a subscreveram. Mas, evidentemente, o nosso desejo, neste instante, é exatamente encontrar um caminho intermediário no sentido da proibição dos serviços extraordinários, salvo os casos de força maior com remuneração em dobro. É necessário, nesta hora, já que há pouco tivemos uma emenda que não foi acatada por este Plenário, que possamos tentar esta solução, que não busca descaracterizar as emendas seguintes, mas tem o objetivo de encontrar um caminho intermediário. Venho à tribuna pedir o apoio das Sras. e Srs. Constituintes no sentido de que, se obtivemos 40 votos quando de uma votação recente sobre esta matéria, agora, com a alteração que se faz dentro dos ditames regimentais, possamos ter, na Constituição, a proibição de serviços extraordinários, salvo os casos de força maior, com remuneração em dobro.

Esta a argumentação que queremos apresentar, rebuscando muito mais em cima dos fundamentos, das análises aqui levantadas por Constituintes como Egídio Ferreira Lima e Mário Lima, que com qualificação, com substância, defenderam esta proposta; só que agora ela tem esta alteração. E com esta alteração, quem sabe possamos chegar à votação pretendida e atingir o **quorum** necessário e assim defender esse interesse dos trabalhadores. Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem sobre a votação.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem V. EX.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – O autor do destaque está fazendo uma modificação na emenda. Parece-me que o autor do destaque pode modificar destaques, mas não pode modificar emendas. O conteúdo da emenda é um e só o autor da emenda poderia tê-lo modificado.

**O SR. NELSON JOBIM:** – Sr. Presidente, para contraditar.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra o nobre Constituinte.

**O SR. NELSON JOBIM:** – Sr. Presidente, o Regimento autoriza os destaques totais ou parciais à emenda, ou

seja, a forma pela qual é trazido ao plenário é obra do autor do destaque e não é necessariamente vinculado ao conteúdo da emenda. Se os destaques podem ser parciais, é poder, é condição e é direito do autor do destaque trazer o conteúdo que deseje e não o conteúdo da emenda necessariamente.

É isto, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Absolutamente certo. Chamo a atenção do Constituinte Gastone Righi, se S. Ex.<sup>a</sup> me honrar com sua atenção, para o fato de que o autor do destaque apropria-se da emenda e, como tal, pode alterá-la. Só não poderia alterá-la depois de enunciada a votação. Assim tem sido a norma utilizada.

Para falar contra, tem a palavra o Constituinte José Costa.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ COSTA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, sinto um imenso constrangimento em encaminhar contrariamente à aprovação desta emenda, porque, em verdade, ela vai impedir a realização do trabalho extraordinário. O conceito de força maior está plenamente definido na legislação e na copiosa jurisprudência dos tribunais superiores do País.

Ora, o empresário que **sponte sua** entender que se encontra em uma situação de força maior e se a Justiça do Trabalho, na hipótese de ser convocada, decidir sobre um caso concreto, verifique que a hipótese não se ajusta ao conceito pacífico de força maior, conceito de força maior contido não apenas na legislação, mas na jurisprudência copiosa, abundante, desse Tribunal, vai apenas sempre o empresário. Isso significa que, na prática, o serviço extraordinário vai ser abolido. Isto atenta contra os interesses das classes trabalhadoras e atenta contra os interesses superiores do País. De modo que é constrangido que tenho de encaminhar contrariamente à aprovação dessa emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Para encaminhar a favor, concedo a palavra ao Constituinte Haroldo Lima.

**O SR. CONSTITUINTE HAROLDO LIMA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, há pouco encaminhamos e votamos uma outra emenda que suprimia do texto constitucional a referência ao trabalho extraordinário. Pensávamos que isso era mais conveniente, porque seja em movimento operário internacional, seja em movimento sindical brasileiro, em diversas oportunidades em que firmou documentos a respeito do assunto, inclusive expressou-se de uma forma muito pitoresca e oportuna, chamando a atenção para que o trabalho extraordinário, com as horas extras, é estoque do patrão, o que significa que nos parecia não ser conveniente constitucionalizarmos a questão do horário extraordinário e da hora extra, sem perder de vista que estamos num país concreto, numa sociedade concreta, num regime capitalista em que essa hora extra subsistiria sem nenhuma dúvida, mas que não deveria ser regulamentado pelo texto constitucional. Perdida essa batalha, como de fato já está perdida, estamos agora enfrentando a emenda do Constituinte Geraldo Campos, que fala sobre a proibição de serviço extraordinário, “salvo os casos de emergência, com remuneração em dobro”.

Nós pensamos, Sr. Presidente, que esta emenda, nas circunstâncias existentes, é boa, é oportuna e, responde mais aos interesses dos trabalhadores do que deixarmos como está aí no texto do Substitutivo II. O Substitutivo II, como se sabe, não estabelece nenhum tipo de limitação ao trabalho extraordinário, nem nenhum condicionamento a sua remuneração.

Aqui especifica: “A proibição do serviço extraordinário”. Diz, entretanto, “salvo os casos de emergência”. Sabemos que isto; no contexto de uma fábrica, é uma alter-

nativa que a cada hora o patrão utiliza para dizer que existe uma situação de emergência, que ele recebeu uma encomenda extraordinária, em função da qual é necessário então o serviço extraordinário, e por aí as coisas vão passando. Mas, também, o Constituinte Geraldo Campos especifica que, nesses casos extraordinários, a remuneração deverá ser feita em dobro. Ora, Sr. Presidente, sabemos que hoje isso se faz na base de 20%, 25%, 30%. Por conseguinte, é uma extorsão extremamente grande de trabalho dos operários, dos trabalhadores brasileiros. Na medida em que a remuneração é posta como em dobro, estamos criando um condicionamento ao trabalho extraordinário, porque o patrão vai ter que pensar duas vezes se interessa a ele fazer hora extraordinária ou exigir do trabalhador horário extra, posto que terá que pagar esse horário em dobro e, por conseguinte, será uma forma de limitar a própria utilização do trabalho extraordinário e da hora extra.

Por esta razão, achamos que na alternativa de termos de ficar com o que está posto no Substitutivo II, qual seja nenhuma limitação mais específica e rigorosa ao trabalho extraordinário, pensamos que a Emenda do Constituinte Geraldo Campos deve ser apoiada por todos aqueles que estão dispostos a fazer deste texto constitucional um texto mais adequado aos interesses do povo e dos trabalhadores brasileiros.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra o Sr. Constituinte Gastone Righi, para encaminhar contra.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

É lastimando que me vejo compelido a ter de sustentar contrariamente à presente emenda. E sustento contra ela porque vivo em uma região em que o trabalho extraordinário é fundamental, indispensável para que os trabalhadores possam sobreviver e terem condições dignas de vida.

Num porto, não fossem as horas extraordinárias, teríamos um congestionamento ampliado, permanentemente. Imaginem V. Ex.<sup>a</sup> que a carga ou a descarga de um barco dependesse da operação de mais uma hora nessa mesma unidade. Se não pudéssemos trabalhar com os extraordinários, o navio teria que ficar ancorado, aguardando o dia seguinte, às 7 horas da manhã, para perfazer esta hora que completaria a sua carga.

Ora, a emenda que agora está sendo votada proíbe terminantemente o trabalho, ressaltando só casos de emergência. Mas o que seria emergência? Emergência há de ser algum problema absolutamente intransponível. E por certo não será o talhar a carga de um navio. Também por emergência não há de se entender a arrumação num quarto de hospital, não haverá de se compreender o transporte de alguém. Emergência há de ser emergência, há de ser um estado de calamidade pública, incontável pelo poder público, incontável pela empresa, pelo empregador.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Sr. Constituinte Gastone Righi, peço a V. Ex.<sup>a</sup> que me permita interrompê-lo, por absolutamente imprescindível, o esclarecimento diante do que V. Ex.<sup>a</sup> está falando e do que o Constituinte José Costa também falava. Quero esclarecer a V. Ex.<sup>a</sup> que os encaminhamentos foram em desacordo com o texto. O texto, na verdade, preserva “força maior” e retira “emergência”. O Constituinte José Costa encaminhou corretamente. Mas, está havendo equívoco, pensando que é exatamente o contrário. Não! O texto ficaria assim:

“Proibição de serviço extraordinário, salvo os casos de força maior, com remuneração em dobro.”

Retira a emergência.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Não há prejuízo à minha sustentação; muito ao contrário, Sr. Presidente, porque motivo de força maior é então muito mais grave; são apenas alguns poucos casos que realmente exorbitam a possibilidade humana de suas contenções. Ora, motivo de força maior nem é a mão-de-obra extraordinária que se utiliza, mas o trabalho recrutado, do povo, porque o motivo de força maior é aquele ao qual voluntário, obrigatório, até, se necessário for, de qualquer sucumbe toda a comunidade, que passa a depender dele.

Não posso aceitar a emenda. O serviço extraordinário pode ser ou deve ser voluntário e pode ser prestado dentro de um limite, conforme preconizava em minha emenda, de até duas horas. Por isto, não posso acolher a presente emenda. Recomendando aos companheiros que votem contra ela porque, na verdade, ela cerceia a possibilidade de o trabalhador prestar horas extraordinárias, em poder completar o seu ganho salarial através de um serviço que evidentemente não o extenuará. Porque o trabalhador que se encontrar em um banco, depois que se deslocou de sua residência, depois que concluiu seu período de trabalho, podendo prestar duas horas de serviço que vão – lhe valer três ou quatro horas de serviço efetivo, ele estará tendo um privilégio e não será uma tapitis diminutio, não será um esforço dispensável.

Assim sendo, opinamos pelo voto contrário à emenda e concitamos os nossos companheiros a fazerem o mesmo.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Em votação.

**O SR. CONSTITUINTE HAROLDO LIMA:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem, a respeito do processo de votação.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE HAROLDO LIMA:** – Sr. Presidente, estamos tratando de uma questão da máxima importância e estamos observando que não há **quorum**.

Solicito a V. Ex.<sup>a</sup> que, nos termos regimentais, faça uma verificação sobre a possibilidade de haver ou não votação.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Nobre Constituinte Haroldo Lima, de acordo com o Regimento, que V. Ex.<sup>a</sup> conhece tão bem quanto eu, eu só poderia levantar a sessão se não houvesse **quorum** para o seu funcionamento, que é de dezoito parlamentares. É evidente que há dezoito parlamentares presentes. E só posso verificar se não há **quorum** para decisão de matéria constitucional com a votação.

Então, V. Ex.<sup>a</sup> há de me permitir que ponha a matéria em votação.

Em votação.

(Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Ademir Andrade, Egidio Ferreira Lima, Fernando Henricise Cardoso, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Antônio Britto, João Herrmann Neto, José Serra, Nelson Carneiro, Nilson Gibson, Pimenta da Veiga, Sigmaringa Seixos e Euclides Scalco. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Aluizio Campos, Carlos Sant'Anna, Cid Carvalho, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Gasparian, João Calmon, Prisco Viana, Israel Pinheiro, José Costa, Alcení Guerra, Arnaldo Prieto, Edme Tavares, Eraldo Tinoco, Inocêncio Oliveira, Luís Eduardo, José Lourenço, Osvaldo Coelho, Paulo Pimentel, Sandra Cavalcanti, Edison Lobão, José Tinoco, Mozarildo Cavalcanti, Paes Landim, Antônio Carlos Konder Reis, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia, Virgílio Távora, Bonifácio de Andrada, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Adolfo Oliveira e José Maria Eymael.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 13 Constituintes; votaram NÃO 33 Constituintes. Total: 46 votos. A votação do destaque foi adiada por falta de **quorum** para votação de matéria constitucional.

#### IV – SUSPENSÃO DA REUNIÃO

A Presidência vai suspender os trabalhos, convocando os Senhores Constituintes para a continuação da presente reunião, terça-feira, dia 13 às 14:00 horas.

Está suspensa a reunião.

(Levanta-se a reunião às 12 horas e 30 minutos)

#### EM 13 DE OUTUBRO DE 1987

Presidência dos Srs.: **Brandão Monteiro**, Segundo-Vice-Presidente, **Afonso Arinos**, Presidente e **Jarbas Passarinho**, Terceiro-Vice-Presidente

#### I – REABERTURA DA REUNIÃO

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Havendo número regimental, declaro reaberta a reunião.

#### II – COMUNICAÇÕES

**Do Sr. Eraldo Tinoco:**

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** - Concedo a palavra ao nobre Constituinte Eraldo Tinoco, para uma comunicação.

**O SR. CONSTITUINTE ERALDO TINOCO:** – Sr. Presidente, passo a ler uma declaração de voto relativa à matéria votada na última sexta-feira:

“Na oportunidade da votação do inciso VII do art. 6º do 2.º Substitutivo do Relator Bernardo Cabral, votei contrariamente à Emenda nº 1P-05.547-4, do Constituinte Florestan Fernandes, pelas razões seguintes:

1) Tratando o referido artigo 6º dos direitos dos trabalhadores em atividade, entendi não ser o local apropriado do texto constitucional para figurar o direito à gratificação natalina para os aposentados;

2) O referido inciso VII trata do direito ao décimo terceiro salário. Tecnicamente o inativo não percebe salário e sim proventos, o que justifica a impropriedade de tratar-se da matéria no mesmo dispositivo;

3) O art. 230, contido na Seção II (Da Previdência Social) do Capítulo II (Da Seguridade Social) do Título VIII – Da ordem Social, trata especificamente do direito à aposentadoria, garantindo inclusive condições específicas relacionadas a esse direito. No meu entender, nesse artigo deveria ser incluída a matéria referente à Emenda nº 1P-05.547-4, e não no art. 6º, daí o meu voto contrário;

4) Além do art. 230, há o Capítulo VII do mesmo Título VIII, que trata da Família, da Criança, do Adolescente e do Idoso, sendo que o art. 260 trata especificamente do amparo ao Idoso, onde a matéria poderia ser incluída, como, aliás, foi o entendimento da Subcomissão da Família, do Menor e do Idoso, da qual tive a honra de ser o Relator, quando pude sugerir e acatar várias propostas



em benefício dos aposentados, como pode ser encontrado no Parecer e no Anteprojeto daquela Subcomissão. O Relator Bernardo Cabral achou que era mais apropriado tratar do problema dos aposentados na Seção da Previdência Social, para ali deslocando vários aspectos da matéria aprovada na Subcomissão, o que aceitamos sem dificuldade.

Sala das Sessões, 13 de outubro de 1987. – Constituinte **Eraldo Tinoco**."

Sr. Presidente, encaminho essa declaração, porque na oportunidade da votação não pude fazê-lo, nem me posicionar contrariamente à matéria, como seria o óbvio, em virtude de ter sido solicitado a dar entrevista a determinada revista de circulação nacional. Achei que era também do meu dever atender a uma jornalista que buscava informações, pois julgava poder transmiti-las. Mas, como houve equívoco de interpretação a respeito desse voto, decidi que, para efeito de inclusão nos Anais era meu dever encaminhar essa declaração. Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Nobre Constituinte Eraldo Tinoco, na verdade V. Ex.<sup>a</sup> não levantou uma questão de ordem; fez uma declaração de voto. Quero, sobretudo, dizer ao plenário que nosso comportamento aqui, deve obedecer ao Regimento. Na verdade, quando o Constituinte Eraldo Tinoco fez sua declaração de voto, a Mesa aquiesceu, da mesma forma que em outra oportunidade o fez com relação aos Constituintes Bocayuva Cunha e Abigail Feitosa. Mas faço, desde logo, um apelo a todos os Srs. Constituintes, para que, quando tiverem declaração de voto, a encaminhem diretamente à Mesa – não há necessidade de leitura – o que contribuirá para o ordenamento de nossos trabalhos.

**O SR. CONSTITUINTE ERALDO TINOCO:** – Muito obrigado.

### III – ORDEM DO DIA

#### VOTAÇÃO DO PROJETO DE CONSTITUIÇÃO TÍTULO II (continuação)

**Destaque nº 004283/87, do Sr. Nilton Friedrich – Emenda nº ES-34358-1, do Sr. Geraldo Campos e outros, "que modifica o Inciso XIV do art. 7º, do Substitutivo nº 1, (art. 6º, inciso XIV, do Substitutivo nº 2)". (124ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Em votação o Destaque nº 4283, requerido pelo Constituinte Nilton Friedrich, referente à Emenda nº 34358, de autoria do Sr. Constituinte Geraldo Campos.

A matéria já foi encaminhada na última reunião. Iremos proceder à tomada de votos.

**O SR. CONSTITUINTE HAROLDO LIMA:** – Permita-me, Sr. Presidente. Seria conveniente V. Ex.<sup>a</sup> proceder à leitura da emenda, para que todos os Constituintes tenham consciência do que está sendo votado – só para relembrar a pauta da sessão passada.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – A Mesa acede, embora a matéria já tenha sido encaminhada. O texto é o seguinte:

"Dê-se ao inciso XIV do art. 7º do Substitutivo do Relator ao Projeto de Constituição, a seguinte redação:

XIV – proibição de serviço extraordinário, salvo os casos de emergência ou força maior, com remuneração em dobro; (...)

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Artur da Távola, Carlos Mosconi, Cristina Tavares, Egídio Ferreira Lima, Haroldo Sabóia, Antônio Britto, João Herrmann Neto, José Fogaça, José Paulo Bisel, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nilton Friedrich, Nilson Gibson, Paulo Ramos, Raimundo Bezerra, Rodrigues Palma, Sigmaringa Seixas, Virgildásio de Senna, Antônio Mariz, José Tavares, Miro Teixeira, Nelson Wedekin, Octávio Elísio, Uldurico Pinto, Vicente Bogo, Vilson Souza, Edme Tavares, Brandão Monteiro, Lysâneas Maciel, Luiz Salomão, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Luiz Inácio Lula da Silva, José Genoíno, Haroldo Lima, Roberto Freire, Jamil Haddad. Votaram **NAO** os seguintes Senhores Constituintes: Bernardo Cabral, Cid Carvalho, João Calmon, Renato Vianna, Theodoro Mendes, Délio Braz, Israel Pinheiro, José Costa, Marcos Lima, Aloysio Chaves, Arnaldo Prieto, Carlos Chiarelli, Fraldo Tinoco, Inocêncio Oliveira, José Thomaz Nonô, Luís Eduardo, José Lourenço, Paulo Pimentel, Jonas Pinheiro, Ricardo Izar, Simão Sessim, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Gerson Pares, José Luiz Maia, Adylson Motta, Adolfo Oliveira e José Maria Eymael.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram **SIM** 40 Constituintes; votaram **NAO** 28 Constituintes. Total: 68 votos. O Destaque foi prejudicado por falta de **quorum** qualificado.

**Destaque nº 004378/87 – Emenda nº ES-33745/9, do Sr. Ademir Andrade, "que modifica o item XIV do art. 7º, do Substitutivo nº 1 (art. 6º, inciso XIV, do Substitutivo nº 2)". (125.a votação)**

Em votação o Destaque nº 4378, requerido pelo Constituinte Ademir Andrade, referente à Emenda nº 33745, substitutiva, que tem a seguinte redação:

"Art. 7º, item XIV: Serviço extraordinário com remuneração em dobro."

Com a palavra o Constituinte Ademir Andrade, que encaminhará a votação favoravelmente à proposta.

**O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, antes de fazer a defesa da emenda gostaria de fazer algumas considerações.

Neste fim de semana tivemos oportunidade de descansar em nossas casas, assistir a programas de televisão e ler os jornais. Chamaram-nos a atenção as reportagens da Rede Globo, da TVE e da Rede Bandeirantes, que abordaram a questão da criança, todas elas colocando de maneira muito clara o problema da miséria, da pobreza em que vive a população brasileira.

Mostravam, a propósito, que no Brasil existem 12 milhões de menores abandonados e que 40 milhões de trabalhadores recebem até um salário mínimo.

De uma forma ou de outra, todas essas reportagens jogavam sobre os políticos a responsabilidade pela situação de miséria, de fome e de exploração por que passa a classe trabalhadora brasileira. Nós somos os responsáveis por esta situação. Jogam nas nossas costas esta responsabilidade. Isto, apesar de, neste momento, estarmos na Assembleia Nacional Constituinte, defendendo os direitos da classe trabalhadora, que a imprensa apresenta em situação de verdadeira miséria. E esta imprensa burguesa, nos seus editoriais da **Folha de S. Paulo**, de **O Estado de S. Paulo** e do **O Globo**, tece críticas atrozes à Assembleia Nacional Constituinte, aos Constituintes desta Casa, no momento em que estes assumem sua responsabilidade e votam a favor do trabalhador, pela estabilidade no emprego, por uma jornada de 44 horas, enfim, por uma série de direitos e garantias individuais. Esta imprensa, porém,

no seu noticiário, mostra, de um lado, a miséria do povo e, de outro, nos culpa por essa miséria, criticando-nos violentamente quando buscamos soluções para esses problemas da classe trabalhadora.

Srs. Constituintes, estamos votando as garantias do trabalhador. Não vamos ter medo daqueles que representam o interesse dos poderosos. Neste instante, por exemplo, estamos a propor, com esta emenda, não que se proíba a hora extraordinária, ou o serviço extraordinário, mas que seu pagamento seja em dobro. Trago meu testemunho pessoal, pois fui engenheiro civil durante oito anos seguidos, quando dirigia dois mil homens, em obras por este País afora. É justamente para esse tipo de trabalhador, o trabalhador sem qualificação, o trabalhador sem letras, que não sabe ler nem escrever, o da construção civil, também chamado de "juqueiro", que estamos buscando proteção, a fim de acabar com a absurda exploração que lhe é imposta, principalmente, pelo construtor civil. E a única forma de conter essa exploração é fazer que pelo menos sejam pagas aos trabalhadores as horas extras, em dobro.

Minha emenda é, portanto, diferente da anterior, já que não proíbe o serviço extraordinário, mas garante o direito da classe trabalhadora.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Constituinte Ademir Andrade, seu tempo está esgotado.

**O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE:** – Ao encerrar, Sr. Presidente, apelo aos Srs. Constituintes para que façamos justiça a quem durante séculos, neste País, só tem merecido injustiça e exploração.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Não há oradores inscritos para encaminhar nem a favor nem contra.

Passo a palavra ao Relator-Substituto, Constituinte José Fogaça. **(Pausa)**

O Sr. Relator não deseja falar sobre a emenda. Vamos à chamada, para votação.

#### **(Procede-se à votação)**

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Artur da Távola, Carlos Mosconi, Cristina Tavares, Egídio Ferreira Lima, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, Antônio Britto, João Herrmann Neto, José Fogaça, José Paulo Bisol, José Ulisses de Oliveira, Mário Lima, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nelson Friedrich, Nilson Gibson, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Renato Vianna, Rodrigues Palma, Sigmaringa Seixas, Theodoro Mendes, Virgildásio de Senna, Antonio Mariz, Euclides Scalco, José Carlos Grecco, José Costa, José Tavares, Miro Teixeira, Nelson Wedekin, Octávio Elísio, Uldurico Pinto, Vicente Bogo, Vilson Souza, Mário Assad, Jonas Pinheiro, Simão Sessim, Gerson Peres, Brandão Monteiro, Lysâneas Maciel, Luiz Salomão, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Luiz Inácio Lula da Silva, José Genoíno, Adolfo Oliveira, Haroldo Lima, Roberto Freire e Jamil Haddad. **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Bernardo Cabral, Carlos Sant'Anna, João Calmon, Raimundo Bezerra, Délio Braz, Israel Pinheiro, Marcos Lima, Afonso Arinos, Aloysio Chaves, Antônio Carlos Mendes Thame, Arnaldo Prieto, Carlos Chiarelli, Christóvam Chiaradia, Edme Tavares, Eraldo Tinoco, Inocêncio Oliveira, José Jorge, José Santana de Vasconcellos, José Thomaz Nonô, Luís Eduardo, José Lourenço, Paulo Pimentel, Enoc Vieira, Edison Lobão, Ricardo Izar, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, José Luiz Maia, Adylson Motta e Siqueira Campos.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 53 Constituintes; votaram NÃO 30 Constituintes. Total: 83 votos. O Destaque foi **aprovado**.

Estão prejudicados os demais destaques referentes ao inciso XIV.

Passa-se à votação do inciso XV, com a apreciação do Destaque nº 4868, de autoria do Constituinte Paulo Roberto Cunha.

S. Ex.<sup>a</sup> está presente? **(Pausa)** Ausente. Prejudicado o destaque.

Sobre a mesa, requerimento de preferência, assinado pelo Líder do **PTB**, Gastone Righi, nos seguintes termos:

"Requeiro a V. Ex.<sup>a</sup> preferência para votação da Emenda nº 25792-7, de minha autoria, objeto do Destaque nº 3869-87."

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr. Presidente, existe uma emenda, de autoria do Constituinte Paulo Paim, que é mais abrangente do que a minha, neste capítulo, porque estabelece férias de trinta dias com remuneração em dobro, enquanto a minha estabelece uma remuneração mínima superior a 1/3. Ou seja, ela está contida na outra emenda.

Assim, indago de V. Ex.<sup>a</sup> se seria possível manter a ordem anterior, apreciando-se, primeiro, a emenda de maior amplitude e, depois, a que apresentei.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – O Sr. Constituinte Gastone Righi acaba de desistir do requerimento de preferência.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Há sobre a mesa outro requerimento de preferência, do Constituinte Ismael Wanderley, nos seguintes termos:

"Requeiro preferência para o Destaque nº 003242-87, referente à Emenda nº 245431 (Título II)."

O Sr. Constituinte Ismael Wanderley mantém o requerimento de preferência? **(Pausa)**

Não há encaminhamento para preferência.

Em votação o requerimento de preferência do Constituinte Ismael Wanderley. Os Srs. Constituintes que estiverem a favor da proposição, permaneçam como estão. **(Pausa)** Rejeitado.

**Destaque nº 000023-87 – Emenda nº ES-28845.8, do Sr. Floriceno Paixão, "que modifica o inciso V do art. 7º, do Substitutivo nº 1 (art. 6.º, inciso XV, do Substitutivo nº 2)". (126.a votação)**

Em votação o Destaque nº 23, requerido pelo Constituinte Floriceno Paixão, referente à Emenda nº 28.845, do mesmo autor do destaque.

A emenda do Constituinte Floriceno Paixão diz o seguinte:

Dê-se ao inciso XV do art. 7º do Substitutivo a seguinte redação:

"XV – gozo de 30 (trinta) dias de férias anuais, com remuneração em dobro."

Com a palavra o Constituinte Floriceno Paixão, para encaminhar sua emenda.

**O SR. CONSTITUINTE FLORICENO PAIXÃO:** – Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, encaminhamos a votação da emenda de nossa autoria, que institui as férias remuneradas em dobro.

Já em 1963, recebia ofício da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação do Estado do Rio Grande do Sul, em que me solicitavam apresentasse projeto de lei, instituindo as férias remuneradas em dobro. Foi o que fiz. O projeto em questão tomou o nº 167/63

e foi aprovado por todas as Comissões Técnicas pelas quais tramitou, de 1964 até 1967.

Em 1968, com o advento do AI-5, que suspendeu meus direitos políticos, nossa propositura foi arquivada. Em 1983, reapresentei meu projeto, que tomou o nº 2.928 e atualmente tramita pelas Comissões Técnicas da Casa.

Sr. Presidente, para não me alongar, lerei apenas a justificação, em que transcrevi o ofício que recebi, em 1963, da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação do Estado do Rio Grande do Sul, do seguinte teor:

"A remuneração em dobro das férias é uma velha aspiração das classes trabalhadoras, já consagradas em favor de algumas categorias profissionais, através de contratos coletivos de trabalho. Pensamos que esta reivindicação é mais do que justa. As férias foram instituídas em nossa legislação mais como uma necessidade orgânica do que qualquer outra coisa. É sabido que após doze ou mais meses de trabalho há uma necessidade orgânica para que o trabalhador se afaste dos locais de trabalho, a fim de recuperar suas energias para novo período de trabalho.

Entretanto, da maneira como são concedidas as férias ao trabalhador, não há, ou dificilmente poderá ocorrer, a possibilidade de uma recuperação total das energias perdidas no trabalho, pois lhe são pagas pelo empregador apenas as importâncias que deveria perceber, caso continuasse no trabalho. Não há qualquer possibilidade de um trabalhador sair em férias, na serra ou no campo, onde a recuperação orgânica é mais eficiente, pois perceberá apenas seu salário normal, que, na maioria das vezes, não chega nem para as despesas normais.

Ocorre, então, que o operário, depois das férias, volta ao trabalho ainda com suas energias não recuperadas totalmente e, com isto, quem sofre as consequências, na realidade, é o próprio empregador, que dispõe de um empregado sem condições físicas ideais.

Por isto, entendemos que é medida do próprio (interesse social que o empregado perceba, além de seu salário normal, a remuneração correspondente aos dias de férias. Com isto, seu orçamento doméstico ficará acrescido de mais alguns dias de salário, com o qual poderá fazer frente às despesas decorrentes do gozo de suas férias em local aconselhável à recuperação orgânica."

Sr. Presidente, eram estas as considerações que gostaria de expender, lembrando aos nobres Constituintes presentes que as férias remuneradas em dobro já foram aprovadas, como um direito, na Comissão da Ordem Social, após terem sido aprovadas pela Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores.

Nesta conformidade, Sr. Presidente. Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, apelo a V. Ex.<sup>as</sup> no sentido de que dêem a sua aprovação a esta proposição.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Concedo a palavra ao Constituinte Gerson Peres, que encaminhará contrariamente à emenda.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, acabo de votar favoravelmente ao serviço remunerado em dobro. Parece-me que, no caso, deve-se fazer justiça ao trabalhador, no que diz respeito à sua exploração direta, ou à maneira de contribuir para que tenha mais oportunidades de trabalho, evitando-se a indústria das horas extras. Mas no que se refere as férias em dobro, devemos analisar a questão nacional e conscientemente.

Não podemos pagar duas vezes o mesmo salário a um cidadão que vai sair de férias. Estamos introduzindo aí um artifício. Já introduzimos o primeiro artifício quando da criação do décimo-terceiro salário, no caso do abono natalino. Foi aceito, introduzido na sistemática do trabalho, e hoje se paga o décimo-terceiro salário. Se aprovarmos esse dispositivo, estaremos introduzindo não as férias em dobro, mas o décimo-quarto salário, sob uma justificativa que não me parece racional, nem de acordo com os interesses do País. Se caminhamos por essa estrada, acabaremos inviabilizando a empresa particular, sobretudo as pequenas empresas. Mais de dez milhões de pequenas empresas serão forçadas a pagar duplo salário, mas férias, para o empregado nada fazer, o que representará um estímulo à vadiagem. Férias em dobro é uma demagogia que se quer fazer com o trabalho. Não podemos aceitar isto.

Pediria que V. Ex.<sup>as</sup> parassem para meditar, em nome do País e das pequenas empresas, aquelas que não têm capital de giro, que vivem à sombra de um capital asfixiante, em que pese a todas as dificuldades que caem sobre seus ombros. As pequenas empresas, na verdade, constituem o maior reservatório da força de trabalho. O maior número de empregados está sediado nas pequenas e médias empresas, que serão massacradas com este dispositivo.

Apelo, portanto, para a consciência jurídica dos Parlamentares do PMDB, responsáveis por isto e, aqui, maioria. Apelo àqueles Constituintes que podem falar à vontade, neste plenário, e que não estão vinculados a compromissos, pois as férias em dobro só constituem um sacrifício e um ônus. Não sabemos as consequências que advirão em função desse dispositivo, em que pese o fato de estarmos introduzindo outros, em termos de direitos do trabalhador. Acabamos de introduzir um, por exemplo, a hora-extra em dobro, e agora vamos dar as férias em, dobro. A justificativa nada traz de racional, de lógico, que possa convencer-nos. Por isso, votarei contra. Pediria aos nobres colegas que também votassem contra, deixando as férias pagas pelo valor exato do tempo a que correspondem e também a oportunidade da negociação parcial em dinheiro pelo trabalhador.

Estas modestas e despretensiosas considerações, eu as faço em nome da micro, da pequena e da média empresa. Se V. Ex.<sup>as</sup> aprovarem esse dispositivo, estarão inviabilizando, inclusive, o emprego nas micro, pequenas e médias empresas.

Era o que tinha a dizer.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Edmilson Valentim, para encaminhar a favor da proposta do Constituinte Floriceno Paixão.

**O SR. CONSTITUINTE EDMILSON VALENTIM:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, Sr. Relator da Comissão de Sistematização, acabamos de ouvir o Constituinte Gerson Peres, a quem muito respeito como Parlamentar, firme na defesa de suas posições. Situo-me, porém, do lado oposto. Queria dizer a S. Ex.<sup>a</sup> que sua posição é das mais atrasadas, não somente do ponto de vista ideológico, já que isso seria, inclusive, um critério de avaliação, mas cronológico. Pois suas considerações remontam à situação do Brasil ao início do século, quando a então poderosa Federação das Indústrias de São Paulo utilizava o mesmo argumento. Na época, ao discutir-se as férias de quinze dias para os trabalhadores, dizia-se que isso seria um estímulo à vadiagem, já que os trabalhadores ficariam malucos se não tivessem nada para fazer e, por conseguinte, as férias estimulariam a marginalidade e o ócio. Seria, assim, prejudicial o gozo de férias por 15 dias.

Esse foi o argumento que o Constituinte Gerson Peres utilizou – além de outro, isto é, o de que a concessão de

férias em dobro acabaria com as pequenas e médias empresas.

Ora, Sr. Presidente, Sr. Constituinte, no que se refere às pequenas, médias ou grandes empresas, dizer-se que sua inviabilização se daria por conta do gozo de férias, e de seu pagamento em dobro, pelos trabalhadores, convenhamos, é uma brincadeira. Quando do advento do 13º salário algumas vozes também se levantaram contra sua instituição, no sentido de que a economia não iria suportar isso – mesmo argumento, aliás, que o Constituinte Gerson Peres acabou de utilizar. No entanto, não houve qualquer abalo, já que a economia absorveu o pagamento do 13º salário.

Por último, gostaríamos de dizer que a questão da remuneração em dobro das férias é uma questão de justiça para com o trabalhador, que, no nível salarial em que se encontra hoje, ao entrar em férias, consome quase 90% do seu salário com alimentação, transporte, vestuário, aluguel, luz etc. Na realidade, sua remuneração normal não é suficiente para que ele tire férias. A grande verdade é que o salário é insuficiente para propiciar-lhe o descanso que deseja.

Só para fornecer mais um dado aos Srs. Constituintes, que votarão essa proposta do Constituinte Floriceno Paixão, que é uma proposta coletiva, de vários Constituintes, do DIAP, das centrais sindicais, de todas as confederações de trabalhadores, eu diria o seguinte: desde 1960, a potência instalada, por trabalhador, em ramos diferenciados da indústria aumentou de 100 a 1000%, dependendo de cada ramo de atividade. Ou seja, houve aumento da força de trabalho no País. Ao contrário, o percentual de renda relativo ao trabalho, no contexto da renda nacional, diminuiu, quer dizer, apresenta-se de forma inversamente proporcional ao da renda referente ao capital. Isto significa que enquanto aumentou o fator trabalho concentrou-se a riqueza nas mãos de 5% dos brasileiros.

Concluindo, Sr. Presidente, eu diria que a remuneração em dobro é uma questão de justiça, em face da cruel realidade em que hoje vivem os trabalhadores do nosso País. Não é nenhuma benesse, nenhum estímulo à vadiagem, à ociosidade. Propiciar o gozo de férias ao trabalhador, que produz a riqueza do Brasil, é, de fato, um ato de justiça, pois do contrário, ele não terá como usufruí-las. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Não há mal oradores inscritos. Iniciemos o processo de tomada de votos.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Carlos Mosconi, Cristina Tavares, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia José Paulo Bisol, Mário Lima, Nelson Friedrich, Paulo Ramos, Sigmaringa Seixas, Theodoro Mendes, José Carlos Grecco, Octávio Elísio, Uldurico Pinto, Vicente Bogo Wilson Souza, Simão Sessim, Brandão Monteiro, Lysâneas Maciel, Luiz Salomão, Francisco Rossi, Gastone Righi, Luiz Inácio Lula da Silva, José Genoíno, Haroldo Lima, Roberto Freire e Jamil Haddad. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Artur da Távola, Carlos Sant'Anna, Egídio Ferreira Lima, Antônio Brito, José Fogaça, José Serra, José Ulisses de Oliveira, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nilson Gibson, Oswaldo Lima Filho, Pimenta da Veiga, Virgildásio de Senna, Albano Franco, Antonio Mariz, Délio Braz, Israel Pinheiro, José Tavares, Nelson Wedekin, Afonso Arinos, Aloysio Chaves, Arnaldo Prieto, Carlos Chiarelli, Christóvam Chiaradia, Edme Tavares, Eraldo Tinoco, Inocêncio Oliveira, José Jorge, José Santana de Vasconcellos, Luís Eduardo, Mário Assad, José Lourenço, Paulo Pimentel, Ricardo Fiúza, Enoc Vieira, Edison Lobão, Jonas Pinheiro, Gilson Machado, Paes Landim, Ricardo Izar, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Gerson Peres,

Jarbas Passarinho, José Luiz Maia, Adylson Motta, Adolfo Oliveira, José Maria Eymael e Antonio Farias.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 28 Constituintes; votaram NAO 49 constituintes. Total: 77 votos. O Destaque foi **rejeitado**.

Em consequência, os Destaques nºs 133, requerido pelo Constituinte Paulo Paim, 3547, requerido pelo Constituinte Roberto Freire, 4281, requerido pelo Constituinte Nelson Friedrich, e 5374, requerido pelo Constituinte Francisco Küster, estão prejudicados, por terem redação idêntica.

Em votação o Destaque nº 1563, requerido pelo Constituinte Paulo Paim, referente à Emenda nº 22729, de sua autoria. O destaque requerido pelo Constituinte Paulo Paim tem a seguinte redação:

“Modifique-se o inciso XV, do art. 7º, do Projeto de Constituição. Substitutivo do relator dando a seguinte redação: gozo de férias anuais, pelo menos de 30 dias, com pagamento igual ao dobro da remuneração mensal.”

O Constituinte retira seu destaque.

Em votação o Destaque nº 3014, requerido pelo Constituinte José Geraldo, referente à Emenda nº 32361.

O Constituinte José Geraldo está presente? **(Pausa)** Ausente. Prejudicado o destaque.

Em votação o Destaque nº 3242, requerido pelo Constituinte Ismael Wanderley, referente à Emenda nº 24.543, de sua autoria. **(Pausa)** Está prejudicado também. Houve um equívoco da Secretária.

**Destaque nº 3869-87 – Emenda nº ES-25792-7, do Sr. Gastone Righi “que modifica o inciso XV do art. 7º do Substitutivo nº 1 (Título II, Cap. II, art. 6º, inciso XV, do Substitutivo nº 2)”.** (127.ª votação)

Em votação o Destaque nº 3869, requerido pelo Constituinte Gastone Righi, referente à Emenda nº 25792, de sua autoria. Sugere a seguinte redação para o inciso XV:

“Gozo de férias anuais remuneradas em pelo menos 1/3 a mais do que o salário normal.”

Com a palavra o Constituinte Gastone Righi, para encaminhar sua proposição.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, na discussão do tema referente às férias e sua remuneração, ouvimos argumentos que se opunham frontalmente. Mas, na realidade, ninguém poderia contestar a procedência de ambas as argumentações. Por um lado, invoca-se uma situação de dificuldades econômico-financeiras no País, que poderia impedir ou dificultar o desenvolvimento econômico, o crescimento das empresas nacionais, devido os ônus de natureza social representado pelas férias. Por outro lado – e não podemos negar – o trabalhador brasileiro, na realidade, não goza férias. De fato, o período que lhe dão a título de férias lhe é danoso. Como gozar férias se, na maioria das vezes, ele não ganha sequer o suficiente para sua sobrevivência e, muito menos, a de sua família? De que lhe adianta ter, nominalmente, férias, se não pode esparecer, ter acesso ao lazer, ao descanso, enfim, a tudo o que lhe permita recuperar as forças, perdidas durante a labuta de um ano de trabalho? Com seu minguado salário, tem que atender ao pagamento do aluguel, à escola dos filhos e à alimentação da família.

Srs. Constituintes, propus uma fórmula que me parece uma alternativa razoável. O que não impede, no entanto, que possamos avançar na direção de maiores con-

quistas para o trabalhador. A fórmula, no caso, estabelece que pelo menos o pagamento das férias seja acrescido de um terço a mais do que a remuneração normal. E por que um terço? A legislação hoje vigente estabelece que o trabalhador tem direito a trinta dias de férias. Desses trinta dias, ele pode dispor de dez dias, ou seja, um terço. Com isso, ele auferirá uma remuneração a mais, pelo período das férias que vende, isto é, dez dias. Se eu não conseguir o ideal, quer dizer determinar que a empresa responda pelo outro terço das férias, terei possibilitado aos trabalhadores brasileiros o gozo de, pelo menos, vinte dias de férias. É uma remuneração dobrada, que lhes possibilita um lazer condigno, que eles bem merecem, pelo esforço despendido. Com um terço dos dez dias que ele terá vendida, mais um terço que o empregador lhe assegurar, ele terá aquilo que é o anseio da classe trabalhadora, o desejo de todos os que sonham com justiça social, ou seja, que, um dia, neste País, haja férias efetivamente remuneradas e compensadas pelo dobro do vencimento.

Assim sendo, conclamo meus nobres colegas para darmos o primeiro passo nesta caminhada, com o ressarcimento de um terço a mais na remuneração de férias devidas aos trabalhadores.

Durante o pronunciamento do Sr. Gastone Righi o Sr. Brandão Monteiro, Segundo-Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Afonso Arinos, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Não havendo mais oradores inscritos, passa-se à votação.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Cristina Tavares, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, José Fogaça, José Paulo Bisol, José Ulisses de Oliveira, Mário Lima, Nelton Friedrich, Paulo Ramos, Theodoro Mendes, Antonio Mariz, José Carlos Grecco, Nelson Wedekin, Octávio Elísio, Uldurico Pinto, Vicente Bogo, Vilson Souza, Simão Sessim, Brandão Monteiro, Lysâneas Maciel, Luiz Salomão, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Luiz Inácio Lula da Silva, José Genoino, José Maria Eymael, Haroldo Lima, Roberto Freire e Jamil Haddad. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Artur da Távola, Carlos Sant' Anna, Celso Dourado, Egídio Ferreira Lima, Antônio Britto, José Serra, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nilson Gibson, Oswaldo Lima Filho, Virgildásio de Senna, Albano Franco, Délio Braz, Israel Pinheiro, Roberto Brant, Afonso Arinos, Alcení Guerra, Aloysio Chaves, Antônio Carlos Mendes Thame, Arnaldo Prieto, Carlos Chiarelli, Christóvam Chiaradia, Edme Tavares, Eraldo Tinoco, Inocêncio Oliveira, José Jorge, Luís Eduardo, Mário Assad, Osvaldo Coelho, Paulo Pimentel, Ricardo Fiúza, Enoc Vieira, Jonas Pinheiro, Glson Machado, Paes Landim, Ricardo Izar, Antônio Carlos Konder Reis, Gerson Peres, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia, Adylson Motta, Adolfo Oliveira e Antonio Farias.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 32 Constituintes; votaram NÃO 43 Constituintes. Total: 75 votos. O Destaque foi prejudicado por falta de **quorum** qualificado.

Em votação o Destaque nº 7243, requerido pelo nobre Constituinte Mendes Botelho, referente à Emenda nº 24.380, de sua autoria. Encontra-se presente o nobre Constituinte Mendes Botelho? **(Pausa)** Ausente. Prejudicado o destaque.

Em votação o Destaque nº 8261, requerido pelo nobre Constituinte Alysson Paulinelli, referente à Emenda nº 23.911, de autoria do mesmo nobre Constituinte. Encon-

tra-se presente o nobre Constituinte Alysson Paulinelli? **(Pausa)** Ausente. Prejudicado o destaque.

Passa-se à votação do inciso XVI, Capítulo II, "Dos Direitos Sociais".

Votação do Destaque nº 706, requerido pelo Constituinte Mário Maia. **(Pausa)** S. Ex.<sup>a</sup> retira o pedido de destaque.

Destaque nº 00116-87, do Sr. Paulo Paim – Emenda nº ES-32968-5, da Sra. Abigail Feitosa, "que modifica o art. 7º, inciso XVI do Substitutivo nº 1 (art. 6º, inciso XVI do Substitutivo nº 2)"

Em votação o Destaque nº 116, requerido pelo Constituinte Paulo Paim, referente à Emenda nº 32.968, de autoria da Constituinte Rose de Freitas. Tem a palavra a Constituinte Abigail Feitosa, para defender a emenda.

**A SRA. CONSTITUINTE ABIGAIL FEITOSA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, vamos analisar uma questão seriíssima, referente à licença à gestante trabalhadora.

Neste País, a mortalidade infantil chega às raias de 85 por mil. A trabalhadora gestante, que integra a grande massa que ganha salários baixíssimos, quando vai para o trabalho não tem com quem deixar seu filho, pois não existem creches. O que o País gasta com alimentação artificial e assistência médica na reidratação desses menores é algo assombroso. Gostaria que os Srs. Constituintes pesassem bem essa questão.

Em certos países, como a União Soviética, a mulher tem direito à licença de gestante de seis meses, durante os quais percebe o salário normal. Após esse período, pode ficar mais um ano em casa ganhando um salário mínimo. Só que o salário mínimo na União Soviética equivale a 250 dólares, enquanto que, no Brasil, equivale a 37 dólares, com a grande massa de trabalhadores vivendo, por causa disso, nas favelas.

Daí, nós, as Parlamentares, fazermos um apelo para que todos os Srs. Constituintes se sensibilizem e votem favoravelmente a este destaque, que dispõe sobre a concessão de 120 dias de licença para as trabalhadoras gestantes.

Vejam bem, Sr. Presidenta, Sras. e Srs. Constituintes, a mulher precisa amamentar seu filho. Leite de multinacional nenhum é igual ao leite materno, que, além de ser um alimento ideal, sem contaminação, protege e imuniza a criança. Em nossa campanha de alimentação para o recém-nascido tem que caber, seguramente, uma licença remunerada mais prolongada para a gestante. A meu ver, a licença deveria ser de 180 dias. Mas, como sei que vai ser difícil aprovar emenda nesses termos, solicitamos que se prolongue um pouco mais o período concedido atualmente, a fim de que a licença para a gestante seja de 120 dias.

Pensem bem, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes: ou tomamos providências para diminuir a mortalidade infantil neste País ou seremos outra Biafra, onde milhares de crianças, esqueléticas, famélicas, morrem de diarreia e de outros males, diariamente. O homem já vai à Lua e, no entanto, aqui, no Brasil, crianças ainda morrem de diarreia e desidratação. Para diminuir essa mortalidade, é preciso aumentar o período de licença para a gestante. Mesmo porque essa providência não onerará tanto as empresas, eis que o índice de natalidade baixou muito no País. Aliás, o Brasil foi o País, em todo o mundo, onde esse índice mais rapidamente diminuiu.

Há vinte anos, o índice de natalidade era de 7.4; hoje é de apenas 2.4.

Portanto, Sr. Presidente, Sras e Srs. Constituintes, as Parlamentares lutam para que a trabalhadora gestante, integrante da grande massa de mulheres trabalhado-

ras que ganham salários vis, tenha direito a pelo menos quatro meses de licença para ficar com o filho, o que certamente contribuiria para a redução do índice de mortalidade infantil e, ainda, para aumentar o nível de inteligência da criança brasileira.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Para encaminhar a favor, concedo a palavra à nobre Constituinte Lídice da Mata. (Pausa)

**O SR. CONSTITUINTE PAULO PAIM:** – Permita-me, Sr. Presidente.

Como essa emenda fala em estabilidade, consideramos que está prejudicada, já que foi aprovada a proibição da demissão imotivada. Dessa forma, retiramos o destaque, em benefício de outros que vêm em seguida.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – O nobre Constituinte Paulo Paim retirou o primeiro destaque.

Em votação o Destaque nº 126, requerido pelo nobre Constituinte Paulo Paim, referente à Emenda nº 34.288, de autoria do nobre Constituinte Edmilson Valentim.

Tem a palavra o autor do destaque, Constituinte Paulo Paim (**O Sr. Presidente aciona a campainha.**)

As vezes, o Presidente aciona a campainha quando o orador está falando; outras vezes, quando ele está calado. (Pausa)

**O SR. CONSTITUINTE PAULO PAIM:** – Retiro o destaque, Sr. Presidente.

**Destaque 352-87 – Emenda nº ES-23084-1, do Sr. Mário Maia, “que modifica o inciso XVI, do art. 7º, do Substitutivo nº 1 (Tit. II, cap. II, art. 6º, inciso XVI, do Substitutivo nº 2)”. (128.ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Em votação o Destaque nº 352, requerido pelo Constituinte Mário Maia, referente à Emenda nº 23084-1, de autoria de S. Ex.ª, a quem concedo a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE MARIO MAIA:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, estamos na parte pré-final dos trabalhos de elaboração da nova Constituição do Brasil. Já aprovamos, no plenário desta Assembléia Nacional Constituinte, o Preâmbulo, que há de constar como as intenções primeiras da nossa Carta Magna. Nele se afirma, solenemente, que “os representantes do povo brasileiro, reunidos, sob a proteção de Deus, em Assembléia Nacional Constituinte, afirmam o seu propósito de construir uma grande Nação, baseada – entre outras coisas – “... na proteção especial à criança e ao adolescente...”

Sr. Presidente, nossa emenda propõe uma ligeira modificação no inciso XVI do art. 6º do Capítulo II, que diz:

“.....

XVI – licença remunerada à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, nos termos da lei;”

Este, além de outros, é um direito das trabalhadoras. Ora, Sr. Presidente, a reprodução humana é muito importante, e não pode constar na Constituição que apenas a lei ordinária regulamentará o trabalho da mulher gestante. Pela experiência profissional que temos na área da Medicina, principalmente no interior de nosso País, achamos que é uma atitude de coerência, inclusive, com os princípios basilares firmados no preâmbulo da Constituição, determinarmos um tempo mínimo necessário para que a mulher gestante dê assistência a seu filho.

Sr. Presidente, conforme Relatório sobre o desenvolvimento mundial, produzido pelo Banco Mundial, em sua

versão de 1986, em cada grupo de mil crianças nascidas no Brasil 68 morrem antes de completar um ano de idade, e mais seis vêm a falecer antes de completar quatro anos de idade. Ainda segundo o mesmo relatório, os 20% mais ricos do Brasil detêm 66,6% de toda a renda nacional, enquanto que os 60% mais pobres detêm apenas 16,4%.

Um país com este perfil tem que priorizar a alimentação da criança na primeira infância, através do aleitamento materno, pelo maior prazo possível, uma vez que a grande concentração da renda não nos permite o luxo de substituir precocemente o leite materno por outro tipo de alimentos. Neste sentido, apresentamos proposta de sugestão e emendas que dão a seguinte redação ao inciso XVI do art. 6º: “Licença remunerada à gestante pelo prazo de 180 dias, sem prejuízo do emprego e do salário, nos termos da lei.”

Sr. Presidente, quero repetir, chamando a atenção dos Srs. Constituintes, que este é o tempo necessário para que a gestante dê assistência a seu filho: 180 dias. Entendemos que este período de licença deverá abranger desde quando o produto da concepção se torne viável, isto é; a partir dos 7 meses de gravidez. Portanto, a mulher está em estado fisiológico que necessita de atenção e de repouso adequado aos cuidados da criança. Necessita, também, de mais 4 meses após o parto, tempo mínimo necessário ao aleitamento. Com isto pode-se minorar a taxa de mortalidade infantil no País.

Portanto, propomos licença remunerada à gestante pelo prazo de 180 dias, sem prejuízo do emprego e do salário, nos termos da lei, dada a relação direta, já comprovada, entre a diminuição da taxa de mortalidade infantil e o aumento do tempo de aleitamento materno. Ademais, a medida visa também à diminuição das despesas da Previdência Social, do Governo e dos trabalhadores com medicamentos, com alimentos sucedâneos ao leite materno, creches, hospitais e outros, decorrentes do pequeno lapso de tempo que a mãe, na situação atual, dispõe para os cuidados necessários à higiene e à alimentação do recém-nascido.

Em recente congresso brasileiro e latino-americano sobre aleitamento materno, promovido pelo Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição – INAM, órgão do Ministério da Saúde, uma das ações propostas pelos diversos especialistas internacionais participantes do evento foi a prorrogação da licença-maternidade pelo prazo mínimo de 4 meses. Mas nós não queremos o prazo mínimo. Queremos 180 dias, mirando-nos nos exemplos de países mais adiantados do que o Brasil, que, além de permitirem em suas constituições prazos mais dilatados do que o que propomos, ainda os estendem aos pais.

O Brasil não pode mais conviver com a pecha de ser a oitava economia de mercado do mundo e ao mesmo tempo ver morrer a cada dois minutos, uma criança brasileira por motivos invariavelmente ligados à desnutrição. Espero que esta Comissão, por seus membros, seja sensível a esta proposta, que, aprovada, irá demonstrar a preocupação de todos nós, Constituintes, em modernizar o Brasil e não em perpetuá-lo como um grande País onde os indicadores de desenvolvimento social nos nivelam às populações mais miseráveis do mundo.

Portanto, Srs. Constituintes, peço o acolhimento de nossa emenda, que propõe cento e oitenta dias para a gestante.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Afinas):** – Para se manifestar em sentido contrário, concedo a palavra ao nobre Líder, Constituinte José Lourenço.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LOURENÇO:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, considero que, entre outros males que estamos fazendo a este País, a aprovação desta emenda que concede 180 dias de licença remunerada

às mulheres gestantes é de fato, algo que muito nos preocupa, por atingir, sobretudo, as mulheres.

Gostaria de saber qual o empresário, neste País, que vai gerar mais emprego para as brasileiras, sabendo que, no momento em que gerar um filho, ela terá direito a 180 dias para tê-lo e dar-lhe pelo menos assistência inicial.

Parece-me que a Assembléia Nacional Constituinte está divorciada daquilo que mais interessa à Nação. Parece-me existir um interesse fundamental em atender a determinados segmentos da sociedade, em dizer, lá fora, que estamos extremamente preocupados em melhorar as condições da mulher brasileira, quando o resultado, se aprovada esta emenda, será totalmente inverso aos objetivos do seu autor, o Constituinte Mário Maia, que considero um homem sério.

Conhecedor da vida – comecei a trabalhar aos quinze anos – tenho uma visão diferente de muitos dos que aqui se encontram e que, após saírem da Faculdade, adotaram profissões liberais sem jamais terem trabalhado em uma empresa como empregado, cumprindo horário rígido, lutando para conseguir emprego. Vejo agora, aqui, S. Ex.<sup>as</sup> votarem matérias que me deixam extremamente preocupado com o futuro da Constituição do meu País. Essas matérias estão totalmente divorciadas da realidade nacional, pois sabemos que ou não serão cumpridas, ou irão gerar fatos sociais altamente negativos no seio da sociedade brasileira.

Parece-me haver um grupo de Srs. Constituintes envolvidos nisso. Mas não nos cabe aqui citá-los. S. Ex.<sup>as</sup> não têm essa visão do quadro nacional. Sua visão é de que quanto pior, melhor. Tenho a impressão de que o que pretendem é que avancemos tanto nas conquistas sociais, através da Constituição – e, no caso, não se trata de matéria constitucional, permitam-me os doutos constitucionalistas – gerando tantas responsabilidades para as empresas, que estas, certamente, irão transferir seus custos para a sociedade no seu todo.

Tal despreocupação, tal insensibilidade em relação a problema dos mais graves para a vida do País, poderá fazer com que esta Constituição jamais chegue a ser a Constituição do povo, tornando-se apenas a Constituição de alguns que votaram divorciados da vontade nacional.

Chamo portanto, a atenção dos Srs. Constituintes para essa matéria, que considero da maior importância, porque envolve o conceito de trabalho da mulher brasileira. E nós, aqui, estamos criando os instrumentos que farão com que a mulher, cada vez mais, tenha dificuldade de acesso ao mercado de trabalho do País. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Não havendo mais oradores inscritos, passa-se à votação.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Carlos Sant'Anna, Haroldo Sabóia, José Paulo Bisol, Paulo Ramos, José Carlos Grecco, Vicente Bogo, Vilson Souza, Brandão Monteiro, Lysâneas Maciel, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Haroldo Lima, Jamil Haddad. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Aluizio Campos, Artur da Távola, Carlos Mosconi, Celso Dourado, Cristina Tavares, Egidio Ferreira Lima, Francisco Pinto, João Calmon, José Fogaça, Mário Lima, Nelson Jobim, Nelton Friedrich, Nilson Gibson, Oswaldo Lima Filho, Prisco Viana, Rodrigues Palma, Sigmaringa Seixas, Theodoro Mendes, Virgildásio de Senna, Albano Franco, Antônio Mariz, Délio Braz, Israel Pinheiro, José Costa, Octávio Elísio, Roberto Brant, Alcení Guerra, Aloysio Chaves, Antoniocarlos Mendes Thame, Arnaldo Prieto, Carlos Chiarelli, Christóvam Chiaradia, Edme Tavares, Eraldo Tinoco, Francisco Benjamim, Inocência Oliveira, José Jorge, José Thomaz Nonô, Luís

Eduardo, Mário Assad, José Lourenço, Osvaldo Coelho, Paulo Pimentel, Ricardo Fiúza, Enoc Vieira, Jonas Pinheiro, Gilson Machado, Paes Landim, Ricardo Izar, Antônio Carlos Konder Reis, Gerson Pares, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia, Adylson Motta, Luiz Salomão, Adolfo Oliveira, José Maria Eymael, Roberto Freire. **ABSTENÇÃO** do senhor Afonso Arinos.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 18 Constituintes; votaram NÃO 53 Constituintes; **ABSTEVE-SE** de votar 1 Constituinte. Total: 77 votos. O Destaque foi rejeitado.

Em votação o Destaque nº 1536, requerido pela nobre Constituinte Benedita da Silva. S. Ex.<sup>a</sup> está presente? (Pausa) Ausente. Prejudicado o destaque.

Em votação o Destaque nº 1577, requerido pelo nobre Constituinte Paulo Paim, referente à Emenda nº 22.500, de sua autoria. (Pausa) S. Ex.<sup>a</sup> retira a emenda.

**Destaque nº 008244-87 – Emenda nº ES-27066-4, da Sra. Irma Passoni, “que modifica o inciso XVI, art. 7º, do Substitutivo nº 1 (Tit. II, cap. II, art. 6º, inciso XVI, do Substitutivo nº 2)” (129ª votação).**

Em votação o Destaque nº 2244, requerido pela nobre Constituinte Irma Passoni, referente à Emenda nº 27066, de sua autoria. Por indicação da Constituinte Irma Passoni, a Constituinte Cristina Tavares está credenciada para fazer a defesa da emenda.

**A SRA. CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes a emenda que venho defender é de autoria coletiva dos movimentos de mulheres do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Coincidentemente, esta emenda tem duas assinaturas, a da Constituinte Lúcia Braga, do Partido da Frente Liberal da Paraíba, e a da Constituinte Irma Passoni, do Partido dos Trabalhadores de São Paulo, o que poderá demonstrar a abrangência, a necessidade, a importância da aprovação de uma licença de 120 dias para gestantes.

Não precisarei expor, aqui, as razões pelas quais reivindicamos a ampliação da licença de maternidade. Este assunto foi exposto com muito brilhantismo, desta tribuna, pelos que me antecederam. Chamo apenas a atenção dos Srs. Constituintes, dos membros da Comissão de Sistematização, para a abrangência dos apoios, das autorias, dizendo que esta votação realmente importa para todas as mulheres. Espero poder contar com o voto de V. Ex.<sup>as</sup>.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Solicito ao nobre Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva que nos informe e desiste da palavra.

**O SR. CONSTITUINTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA:** – Desisto.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem a palavra o nobre Constituinte José Maria Eymael, para falar a favor não há inscritos para se manifestarem contra.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ MARIA EYMAEL:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, o fenômeno social contemporâneo assinala dois fatos relevantes. De um lado, a busca permanente e contínua por uma sociedade mais igualitária e distributiva. De outro, um aspecto que merece destaque e realce, que é o conhecimento das massas aculturadas, elementares, rudimentares, sobre planejamento familiar.

Essas duas premissas, esses dois pressupostos nos conduzem a duas conclusões. Primeiramente, que o tecido da organização social, hoje, é unânime no reconhecimento de que deve haver um tratamento diferenciado à mulher na fase pré-parto e após o parto, sem aquele tipo de

proteção que, ao contrário, represente, na prática, fator impeditivo de trabalho.

Parece-nos que o prazo tutelado na emenda contempla esta realidade, representa um efetivo avanço, um instrumento de distribuição da conquista social, sem constituir fator limitante à oferta de trabalho.

Hoje – e este ponto também é relevante – com o planejamento familiar, a média para a qual se encaminha as famílias – e há experiências em todo o mundo, inclusive no Brasil, avançando nesse sentido – é de dois filhos por casal. E, nesta progressão, o que se constata é que, no caso, ao longo da vida útil de trabalho de uma mulher – trinta anos – seriam, brutos, 240 dias de licença. Tirando-se os domingos e feriados, chega-se, contudo, **grosso modo**, a apenas 150 dias de licença.

Ora. Sr. Presidente, se o sistema empresarial, a sociedade economicamente organizada, não for capaz de assistir à mulher que lhe dá trinta anos de trabalho e lhe conceder 150 dias de proteção, então esta sociedade estará falida.

Sou, pois, favorável à aprovação da emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem a palavra o nobre Relator.

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – Sr. Presidente, ilustres membros da Comissão de Sistematização, a emenda da ilustre Constituinte Irma Passoni em nada colide com o texto do 2º Substitutivo, que diz:

"Licença remunerada à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, nos termos da lei;"

Isto significa dizer que o prazo dessa licença pode ser de 120 ou, até, de 180 dias.

No entanto, no entender da Relatoria, por unanimidade dos Relatores Adjuntos, a emenda da ilustre Constituinte Irma Passoni constitui um avanço possível e necessário e, por isso, tem nossa aprovação e o apoio.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Em votação.

**(Procede-se à votação)**

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Artur da Távola, Carlos Mosconi, Carlos Sant'Anna, Celso Dourado, Cristina Tavares, Egídio Ferreira Lima, Fernando Gasparian, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, Antônio Britto, José Fogaça, José Paulo Bisol, Mário Lima, Nelson Friedrich, Nilson Gibson, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Rodrigues Palma, Sigmaringa Seixas, Virgildásio de Senna, Antonio Mariz, Délio Braz, Euclides Scalco, Israel Pinheiro, João Natal, José Carlos Grecco, José Costa, Octávio Elisio, Roberto Brant, Uudurico Pinto, Vicente Bogo, Vilson Souza, Afonso Arinos, Alcení Guerra, Aloysio Chaves, Antoniocarlos Mendes Thame, Carlos Chiarelli, Edme Tavares, Eraldo Tinoco, Francisco Benjamim, José Jorge, Jonas Pinheiro, Simão Sessim, Antônio Carlos Konder Reis, Gerson Peres, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia, Adylson Motta, Brandão Monteiro, Lysâneas Maciel, Luiz Salomão, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Adolfo Oliveira, José Maria Eymael, Haroldo Lima, Roberto Freire, Mário Assad e Jamil Haddad. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Aluizio Campos, Theodoro Mendes, Arnaldo Prieto, Inocêncio Oliveira, José Thomaz Nonô, Luís Eduardo, João Menezes, José Lourenço, Osvaldo Coelho, Paulo Pimentel, Ricardo Fiúza, Gilson Machado, Ricardo Izar.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 65 Constituintes; votaram NÃO 13 Constituintes; Total: 78 votos. O Destaque foi **aprovado**.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Estão prejudicadas todas as demais emendas que se referem ao mesmo assunto.

Encerrada a votação do inciso XVI.

Passa-se à votação do inciso XVII – "Aviso prévio e direito à indenização nos termos da lei."

**Destaque nº 1.064/87, do Sr. Vilson Souza, "que suprime o art. 6º, inciso XVII do Substitutivo nº 2".**

Em votação o Destaque nº 1.064, requerido pelo Constituinte Vilson Souza. Tem a palavra S. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE VILSON SOUZA:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, o meu destaque visa a suprimir do texto constitucional o inciso XVII, que estabelece como direito dos trabalhadores aviso prévio e indenização.

Gostaria de fazer um alerta aos Srs. Constituintes. Estamos elaborando um texto constitucional e, tanto quanto nos for possível, devemos fazê-lo com um sentido claro, objetivo e específico, porque as palavras, o conteúdo retórico do texto constitucional tem um sentido que não se esgota no processo de enunciação do texto. A interpretação do texto será dada, oportunamente, numa outra instância pela Corte Constitucional. E nós, aqui, no capítulo que trata dos direitos dos trabalhadores, através de um processo penoso, discutido e polêmico, não aprovamos a estabilidade no emprego, mas, sim, a garantia contra a despedida imotivada. Este será o instituto que garantirá ao trabalhador a sua permanência no emprego.

No mesmo nível constitucional, ao mantermos a atual redação do texto, estaremos também introduzindo na futura Constituição uma outra instituição alternativa, o instituto da indenização e do aviso prévio. E esse sentido não será esgotado aqui, porque o texto desse inciso não remete ao inciso I ou a qualquer outro inciso, levando a um profundo conflito de interpretação. Aqueles que pensem que o aviso prévio com indenização refere-se às causas de demissão previstas no inciso I, laboram num brutal equívoco, porque o inciso III, na sua parte final, remete a regulamentação desses aspectos à legislação ordinária.

Sr. Presidente, se, amanhã, uma lei ordinária aprovada nesta Casa estabelecer e regulamentar o instituto da indenização e do aviso prévio como complemento das causas possíveis de demissão, ninguém poderá impedir que se argua a inconstitucionalidade desses texto, e que a Corte constitucional declare sua inconstitucionalidade.

Chamo, ainda, a atenção de V. Ex.<sup>as</sup> para o fato de que a atual Constituição consagra o instituto da estabilidade e também o do Fundo de Garantia como optativo. E sabemos que o texto referente à estabilidade não passa de uma farsa, já que, no momento da contratação, o empregador impõe ao empregado a opção pelo Fundo de Garantia. Uma interpretação do texto constitucional não impedirá que, após sua promulgação, o empregador submeta ao trabalhador à opção entre o inciso I, referente à garantia do emprego, e o inciso XVII, que trata do instituto da indenização. Peço a atenção de V. Ex.<sup>as</sup>, pois não se trata sequer de uma questão de ideologia, mas de técnica legislativa. Se aprovarmos esse dispositivo da forma como está, estaremos consagrando a indenização e o aviso prévio como alternativas à demissão imotivada.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte José Costa, para encaminhar contrariamente.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ COSTA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, estranho profundamente a grita que o empresariado nacional vem fazendo contra a aprovação, pela Assembléia Nacional Constituinte, do instituto da estabilidade, que vige com muito mais vigor – como acentua o eminente mestre Evaristo de Moraes – na Alemanha, na Espanha, na Itália, nos Estados Uni-



dos, na Argentina e no México. Acho que a Assembléia Nacional Constituinte não poderia faltar a esse compromisso, assumido nas praças públicas com a classe trabalhadora, pondo fim a uma situação absolutamente indefensável, a da despedida imotivada do trabalhador, verdadeira denúncia vazia que vinha sendo praticada a partir de 1966.

No caso concreto da emenda em discussão, receio, por exemplo, o que está contemplado no art. 6º, inciso I, alínea c, ou seja, a possibilidade de configuração de justa causa, fundada em fato econômico intransponível, tecnológico ou em infortúnio na empresa, de acordo com critérios estabelecidos na legislação do trabalho. Concretamente, se uma empresa vai à falência, como fica o trabalhador?

Por essa razão, entendo que o dispositivo contemplado no art. 6º, inciso XVII – a garantia do aviso prévio e direito à indenização – nos termos da lei, protege precisamente o trabalhador em situações como a que há pouco referi.

Lastimo, portanto, encaminhar contrariamente à aprovação da emenda referida.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Concedo a palavra, também para encaminhar contrariamente, ao nobre Constituinte João Menezes.

**O SR. CONSTITUINTE JOÃO MENEZES:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, esta Assembléia tem-se caracterizado por vetar um projeto de Constituição que estabelece direitos em quase todos os seus artigos. É uma Constituição interessante, pois o cidadão brasileiro terá direitos, mas poucas obrigações a cumprir para obtê-los. Esse é um fato que precisa ser notado. Temos o art. 6º, com vinte e cinco itens. Em todos se concedem direitos e vantagens, mas nenhuma disposição determina como o cidadão deverá obter tais direitos e vantagens.

Parece-me que a Constituição não pode servir de pêndulo para regular as relações na sociedade brasileira. Está-se discutindo apenas porque se diz, no inciso XV, "gozo de férias anuais, na forma da lei".

Então, a emenda está pedindo para retirar a expressão "na forma de lei". Qual a dificuldade? Será que este Congresso está incapacitado de estabelecer normas que amanhã precisarão ser examinadas? Será que este Congresso se sente desprestigiado para fazer a lei que regulará a relação perfeita – vantagens, direitos e deveres – entre empregadores? Será que este Congresso se sente incapacitado de estabelecer as normas necessárias para que a sociedade possa viver em paz e tranquilidade?

A Constituição não pode e não deve entrar em todas as filigranas. Só falta dizer-se, na Constituição, a hora em que se vai almoçar e jantar. Apenas não se diz qual o posicionamento que se é obrigado a tomar para se obter esse almoço e esse jantar.

Sr. Presidente, Sr.ªs e Srs. Constituintes, precisamos mudar um pouco essa visão fantasmagórica que estamos tendo em função da Constituição. Estamos fazendo a Constituição não para atender a pequenos grupos.

Muitos aqui discutem, defendendo direitos dos trabalhadores. Vemos capitalistas defendendo direitos dos trabalhadores, querendo falar em seu nome. Trabalhador é todo cidadão brasileiro que trabalha. Qualquer que seja sua classe social, tem o mesmo direito, o mesmo condicionamento. Portanto, deve ter a mesma oportunidade.

A Constituição não pode ser discutida na base do gracejo, de estabelecermos o impossível. Há aqui coisas impossíveis de serem realizadas. Não que não sejam necessárias, mas como estabelecer o sustento de uma família inteira com um salário mínimo, abrangendo creche, maternidade, transporte, habitação, tudo, enfim? Às vezes, numa família que se compõe de 10 ou 15 pessoas, apenas

um de seus membros trabalha. São os absurdos que estão aqui contidos. É uma Constituição para não ser cumprida, para ser burlada, para atender apenas a determinado grupo, para fazer figuração em torno do que aqui se discute. A discussão desta emenda é a prova cabal de que o que se quer é fugir das normas da lei, o que se quer é que o Congresso não se manifeste, que perca seu poder.

Todo mundo fala na independência e na liberdade do Congresso, mas, na hora em que o Congresso tem a oportunidade de fazer a lei, de ser procurado pelas partes, pelos grupos interessados na elaboração da lei, queremos suprimir da Constituição todas as condições que são asseguradas na forma da lei. E quem vota a lei? O Congresso Nacional. Por que tirar do Congresso Nacional essa oportunidade, esse dever, essa obrigação?

Portanto, na discussão dessa emenda, quis deixar registrado meu ponto de vista, meu pensamento em torno de como se vem discutindo uma Constituição que apenas estabelece direitos e vantagens, não estabelece obrigações de espécie alguma.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Não havendo mais oradores inscritos, passa-se à votação.

**O SR. CONSTITUINTE VIVALDO BARBOSA:** – Sr. Presidente, peço a palavra para um esclarecimento acerca da matéria.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem V. Ex.ª a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE VIVALDO BARBOSA:** – Sr. Presidente, sendo autor de destaque semelhante, idêntico ao que acaba de ser discutido, queria um esclarecimento da Presidência e da Relatoria.

Quando fiz o destaque, foi para ter um instrumento à mão. Dependendo do resultado da votação do inciso I, poderia usá-lo ou não. Hoje, em face da aprovação do inciso I, nos termos do Substitutivo do Relator, a mim não resta mais dúvida de que o inciso XVII não se choca, não se atrita com o inciso I. Ao contrário, subsiste com o inciso I, para prevenir aquelas hipóteses em que é possível ao empregador não mais garantir o emprego, isto é, exercer seu direito de demissão nos termos e na forma prevista nos incisos. Nessa hipótese, necessariamente, o empregado receberá aviso prévio e indenização. Como o ilustre Constituinte Vilson Souza encaminhou seu destaque em sentido contrário, não sendo exatamente esta a sua interpretação, gostaria de ouvir da Presidência e do Relator a interpretação exata para a permanência deste inciso XVII. Ele coexiste com o inciso I, agride o inciso I ou restringe o seu âmbito, apenas complementando o inciso I?

Esse esclarecimento me orientará não somente na votação; mas na permanência ou retirada do meu destaque subsequente.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem a palavra o nobre Relator.

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – Sr. Presidente, atendendo à demanda do ilustre Constituinte Vivaldo Barbosa, o que a Relatoria tem a dizer é que entende que o instituto da indenização, tal como está posto no 2º Substitutivo, não se contrapõe à garantia de emprego prevista no inciso I. Não tem caráter anulatório, mas, sim, caráter somatório, no sentido de que estamos criando – basta lermos o inciso I – a despedida imotivada, que se dará nos casos excepcionais aqui descritos e enumerados, que são o infortúnio, o fato econômico intransponível e o fato tecnológico. Pois bem, o inciso XVII está garantindo que, nos casos de despedida imotivada, somar-se-á o direito à indenização. Portanto, entendemos que, se retirarmos do texto esta expressão, caminharíamos na direção contrária aos interesses dos trabalhadores deste País. Por outro

lado, a indenização, da forma como se contém no 2º Substitutivo do Relator, jamais poderá ser usada como instrumento contra a estabilidade. Toda vez que um empresário, um empregador quiser usar a indenização como instrumento para eliminar a estabilidade do trabalhador, este terá em sua defesa o texto claro, inequívoco e insofismável da Constituição, quando diz que só será possível no caso de "fato econômico intransponível, de fato tecnológico ou de infortúnio".

Portanto, a indenização, tal como aqui está, não se pode transformar em instrumento contra a estabilidade. Ao invés disso, é um direito a mais que se soma à garantia de emprego para os trabalhadores urbanos e rurais.

A posição da Relatoria, portanto, também é no sentido de acolher a interpretação do nobre Constituinte Vivaldo Barbosa.

**O SR. CONSTITUINTE VILSON SOUZA:** – Sr. Presidente, embora entenda que o parecer do douto Relator não tenha força vinculativa nessa etapa de interpretação da norma constitucional, e atendendo a pedidos de lideranças sindicais, desisto do destaque. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE:** – Retirado o destaque.

Concedo a palavra ao nobre Constituinte Vivaldo Barbosa.

**O SR. CONSTITUINTE VIVALDO BARBOSA:** – Sr. Presidente, como autor do destaque subsequente e tendo sido reafirmada minha interpretação pelo ilustre Relator, de que subsiste a indenização e o aviso prévio tão somente para os casos em que o empregador tem direito de despedir o seu empregado, e também, especialmente, caso subsista o § 4º do art. 6º, para aqueles empregadores de empresas com menos de dez empregados, que não estão cingidos, pelo inciso 1º, a ter demissão apenas motivada, e tendo em vista a interpretação praticamente unânime deste plenário e de todos os Constituintes com quem tivemos a oportunidade de conversar e trocar idéias sobre o sentido, o objetivo e o alcance da norma do inciso 17, retiro o meu destaque, por já, a esta altura, não ter mais sentido. **(Palmas)**

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ SERRA:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte José Serra, para uma questão de ordem.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ SERRA:** – Sr. Presidente, apenas para que fique registrado que, a meu ver, a questão da indenização e do aviso prévio não ficam necessariamente relacionados com outro inciso, que exclui as empresas com até 10 empregados da aplicação do dispositivo 1º do art. 6º. Acho, inclusive, que esse parágrafo que exclui as empresas com até 10 empregados deve ser, aqui no plenário, retirado. Há emendas e destaques a esse respeito. Portanto, não posso aceitar a interpretação de que uma coisa amarra a outra. Na ocasião própria teremos oportunidade de discutir o problema da exclusão de empresas com até 10 empregados – que reúne nada menos do que 35% da força de trabalho do Brasil no setor urbano.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – O ponto de vista de V. Ex.<sup>a</sup> será registrado em ata.

Destaque nº 3.484, do nobre Constituinte Milton Reis. Está S. Ex.<sup>a</sup> presente? **(Pausa)** Ausente. Prejudicado o destaque.

Em votação o Destaque nº 6.553, requerido pelo nobre Constituinte Afif Domingos, referente ao texto do mesmo inciso XVII. É destaque supressivo. Está presente? **(Pausa)** Destaque prejudicado.

**Destaque nº 3963-87 – Emenda nº ES-26792-2, do Sr. José Maria Eymael, "que modifica o art. 7º "caput", item I, incisos "a" e "b", do Substitutivo nº 1, (art. 6º, inciso I, do Substitutivo nº 2." (130ª votação)**

Em votação o Destaque nº 3963, de autoria do nobre Constituinte José Maria Eymael, referente à Emenda nº ES-26792-2, de autoria do mesmo autor. Tem a palavra V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ MARIA EYMAEL:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, a emenda proposta é apenas aditiva ao texto e estabelece que o aviso prévio será proporcional ao tempo de serviço e será de no mínima trinta dias. Como se insere dentro do texto, caberá à lei estabelecer posteriormente esse gradualismo.

Onde se inspirou esta emenda, Sr. Presidente? Ela se inspirou na prática das democracias socialmente mais avançadas, como é o caso, por exemplo, da França e da Itália, onde é tratado de forma diferente o empregado que tem um ano, ou 5 anos, ou 10 anos de casa. Srs. Constituintes, evidentemente é uma norma de elementar justiça – e, de resto, os bons e conscientes empregadores já a praticam – tratar com deferência maior aquele empregado que contribuiu mais tempo para o desenvolvimento econômico da empresa, conjugando-se com o seu processo.

De forma que estou absolutamente seguro de que a inclusão, com o mandamento constitucional, do aviso prévio proporcional ao tempo de serviço e assegurado para todos os casos o mínimo de 30 dias representará um imenso avanço social e uma conquista inequívoca dos trabalhadores brasileiros. Dentro da interpretação dada pelo Sr. Relator, pelo conteúdo da norma, acreditamos que o aviso prévio, nos termos propostos apenas aperfeiçoa e estabelece dentro do texto constitucional aprovado, uma garantia mais abrangente.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Não havendo mais oradores inscritos, passa-se à votação.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ MARIA EYMAEL:** – Pela ordem, Sr. Presidente. Permita-me V. Ex.<sup>a</sup> fazer a leitura do texto completo, que ficará assim:

"Aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de 30 dias e direito a indenização, nos termos da lei."

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Em votação.

**(Procede-se à votação)**

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Artur da Távola, Carlos Mosconi, Carlos Sant'Anna, Celso Dourado, Cristina Tavares, Egídio Ferreira Lima, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, Antônio Britto, João Herrmann Neto, José Fogaça, José Paulo Bisol, José Ulisses de Oliveira, Mário Lima, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nelson Friedrich, Nilson Gibson, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Rodrigues Palma, Sigmaringa Seixas, Virgildásio de Senna, Antônio Mariz, Israel Pinheiro, João Natal, José Carlos Grecco, José Costa, Octávio Elísio, Roberto Brant, Uldurico Pinto, Vicente Bogo, Vilson Souza, Alcení Guerra, Antoniocarlos Mendes Thame, Arnaldo Prieto, Carlos Chiarelli, Edme Tavares, Eraldo Tinoco, Francisco Benjamim, Inocêncio Oliveira, Mário Assad, Paulo Pimentel, Jonas Pinheiro, Simão Sessim, Antônio Carlos Konder Reis, José Luiz Maia, Brandão Monteiro, Lysâneas Maciel, Luiz Salomão, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Haroldo Lima, Roberto Freire, Jamil Haddad. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Bernardo Cabral, Theodoro Mendes, Albano

Franco, Délio Braz, José Tavares, Marcos Lima, Afonso Arinos, Aloysio Chaves, José Jorge, José Thomaz Nonô, Luís Eduardo, João Menezes, José Lourenço, Osvaldo Coelho, Ricardo Fiúza, Gilson Machado, Darcy Pozza, Gerson Peres, Jarbas Passarinho, Adylson Motta, Adolfo Oliveira e José Maria Eymael.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 62 Constituintes; votaram NÃO 22 Constituintes. Total: 84 votos. O Destaque foi **aprovado**.

Passamos ao inciso XVIII:

"Redução dos riscos inerentes ao trabalho por meio de normas de saúde, higiene e segurança."

Em votação o Destaque nº 2840, requerido pelo nobre Constituinte Farabulini Júnior. S. Ex.<sup>a</sup> está presente? **(Pausa)** Prejudicado.

Em votação o Destaque nº 3479, requerido pelo nobre Constituinte Milton Reis. S. Ex.<sup>a</sup> está presente? **(Pausa)** Prejudicado.

Em votação o Destaque nº 3480, requerido pelo mesmo Constituinte. **(Pausa)** Prejudicado.

Em votação o Destaque nº 4571, requerido pelo Constituinte Francisco Rossi, referente à Emenda nº 32.848, de autoria do mesmo Constituinte. **(Pausa)** Prejudicado.

Em votação o Destaque nº 5341, requerido pelo nobre Constituinte Fausto Rocha. S. Ex.<sup>a</sup> está presente? **(Pausa)** Prejudicado.

Em votação o Destaque nº 6004, requerido pelo nobre Constituinte Arnaldo Prieto, referente à Emenda nº 23333. S. Ex.<sup>a</sup> está presente? **(Pausa)**

Estando S. Ex.<sup>a</sup> presente, concedo-lhe a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE ARNALDO PRIETO:** – Sr. Presidente, nossa solicitação já foi atendida. Peço a retirada do destaque.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – S. Ex.<sup>a</sup> retirou o destaque.

Votação do Destaque nº 7165, requerido pelo nobre Constituinte Roberto Balestra. S. Ex.<sup>a</sup> não está presente. Prejudicado.

Votação do Destaque nº 7549, requerido pelo nobre Constituinte Darcy Pozza. S. Ex.<sup>a</sup> está presente. Retira o destaque.

Votação do Destaque nº 8121, requerido pelo nobre Constituinte Osvaldo Coelho. S. Ex.<sup>a</sup> está presente. Retira o destaque.

Votação do Destaque nº 344, requerido pelo nobre Constituinte Eduardo Jorge, referente à Emenda nº 34.058, de autoria da Constituinte Abigail Feitosa. S. Ex.<sup>a</sup> está presente? **(Pausa)** Há alguém autorizado a falar? É emenda substitutiva.

**A SRA. CONSTITUINTE ABIGAIL FEITOSA:** – Sr. Presidente, retiro o destaque.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Em votação o Destaque nº 1749, requerido pelo Constituinte Bocayuva Cunha. S. Ex.<sup>a</sup> está presente? **(Pausa)** Prejudicado.

Em votação o Destaque nº 5153, requerido pelo Constituinte Santinho Furtado, referente à Emenda nº 9.608, S. Ex.<sup>a</sup> está presente. **(Pausa)** Prejudicado.

Em votação o Destaque nº 5163, do mesmo autor que se encontra ausente. Prejudicado.

**Destaque nº 6129-87 – Emenda nº ES-3163-4, do Sr. Antônio Carlos Konder Reis, "que modifica o item XVII do art. 7º do Substitutivo nº 1" (art. 6º, inciso XVIII, do Substitutivo nº 2)". (131ª votação)**

Em votação o Destaque nº 6129, requerido pelo Constituinte Antônio Carlos Konder Reis, que está presente. Concedo a palavra a S. Exa.

**O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, a emenda que tive oportunidade de apresentar ao item XVIII busca estabelecer para a redação desta regra da Constituição a redação tradicional. Diz o projeto: "Saúde, segurança e higiene do trabalho".

Entendo que a questão da saúde está contemplada em capítulo próprio, do título "Da Ordem Social". Diz o dispositivo inscrito no capítulo próprio "que a saúde é um direito de todos e um dever do Estado". Portanto, é um direito que abrange os trabalhadores, seja qual for seu vínculo empregatício, e todas as demais categorias, seja do ponto de vista profissional, seja do ponto de vista social. O direito estabelecido no inciso que estamos discutindo é o referente à segurança e higiene do trabalho. Saúde é um direito geral e deve ser tratado e disciplinado no título próprio, ou seja, Da Ordem Social.

O que se busca aqui é anunciar com clareza e concisão o direito dos trabalhadores à segurança e à higiene do trabalho, matéria da competência do Ministério do Trabalho, que tem uma estrutura para zelar por esses direitos do trabalhador.

Apresentei esta emenda porque, ao longo da discussão do projeto – as Sras. e os Srs. Constituintes são testemunhas deste fato – se buscou, através de uma série de fórmulas, transferir essa competência, essa atribuição do Ministério do Trabalho para o âmbito do Ministério da Saúde.

Pela observação que tenho da vida brasileira, estou absolutamente convicto de que a segurança e a higiene do trabalho devem ser direitos do trabalhador a serem cuidados e disciplinados através do órgão próprio do Ministério do Trabalho. A saúde, que é um direito de todos e um dever do Estado, há de ser objeto do título próprio, ou seja, "Da Ordem Social".

Da forma com está redigido o dispositivo, certamente, na sua aplicação haverá prejuízos para o trabalhador. Serviço de segurança e higiene do trabalho são operados em nosso País por servidores especializados e de acordo com uma legislação específica para a segurança e higiene do trabalho. Nada têm a ver com a saúde.

Essa é a razão pela qual, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, busquei restabelecer a nomenclatura tradicional, que, no meu modo de ver, é aquela que melhor atende a esse direito e aos interesses legítimos dos trabalhadores. É a nossa justificativa, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem a palavra o nobre Constituinte Arnaldo Prieto para se manifestar.

**O SR. CONSTITUINTE ARNALDO PRIETO:** – Sr. Presidente, tenho um destaque referente a esse parágrafo. O Destaque nº 6018, visa a retirar do texto a palavra "saúde". O objetivo é o mesmo do destaque apresentado pelo Constituinte Antônio Carlos Konder Reis.

Por isso, retiro o meu destaque em benefício da proposição apresentada por S. Ex.<sup>a</sup>. O que buscamos com essa posição é atender à reivindicação dos técnicos em higiene e segurança do trabalho e manter a luta contra o acidente de trabalho no âmbito do Ministério do Trabalho.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Muito obrigado a V. Ex.<sup>a</sup>. O nobre Constituinte Arnaldo Prieto retira o seu destaque em função do seu acordo com a posição do Constituinte Konder Reis.

Falará em contrário o nobre Constituinte Lysâneas Maciel.

**O SR. CONSTITUINTE LYSÂNEAS MACIEL:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a simples enunciação do número de acidentes de trabalho sofridos pelos trabalhadores brasileiros serve para justificar a inteira improcedência de uma série de emendas que estão sendo propostas: Brasil, campeão mundial de acidentes do trabalho; Brasil, campeão mundial de falta de segurança no trabalho; Brasil; campeão mundial de falta de saúde para os trabalhadores.

O curioso nessa preocupação, aparentemente legítima, de tirar do âmbito do Ministério do Trabalho o problema da saúde e colocá-la em setor mais próprio é que nos esqueçamos de que no Brasil houve uma inversão nesta questão da saúde. Essas agências que são as casas de saúde particulares – e chamo de agências porque são nada mais que meros estabelecimentos de comércio em sua grande maioria, não puderam estabelecer no País um sistema de saúde para canalizar para si a questão da remuneração do cidadão comum. O cidadão brasileiro, especialmente a classe trabalhadora, é extremamente pobre. Então, houve neste País uma coisa curiosa: uma inversão do capitalismo, ou seja, o Estado recolhe a contribuição do trabalhador e entrega essa importância às empresas particulares.

Antigamente, Sr. Presidente, a grande aspiração dos políticos fisiológicos era obter um cartório do Estado. Hoje, Sr. Presidente, eles querem obter um convênio com o Instituto Nacional da Previdência Social. Isso revela que o sistema de saúde neste País tem de ser profundamente modificado. E é preciso que se diga aqui que o Brasil é o campeão mundial em acidente do trabalho porque o sistema não tem funcionado. Portanto, tem que haver uma revisão a nível constitucional para acabar com essa calamidade. Estamos dentro de um sistema profundamente errado, deturpado e nocivo até, sob o ponto de vista meramente econômico, para o Estado. Somos os campeões mundiais em acidentes do trabalho e, na verdade, quem paga por isso no final é o próprio Estado, que é incapaz de resolver o problema, que recai sobre a população através da majoração dos descontos previdenciários.

Tenho notado aqui uma coisa curiosa: de repente há uma preocupação com a questão da saúde do trabalhador. Vários constituintes que não tiveram aquela coragem demonstrada por V. Ex.<sup>a</sup> na última sexta-feira, quando disse que não votaria mais contra o povo e o trabalhador, agora se preocupam em fazer uma alteração desse dispositivo constitucional. Cremos que, a rigor, se há uma preocupação com a saúde do trabalhador – é homens como o ilustre Constituinte Antônio Carlos Konder Reis têm dignidade e passado para defender isso – então, por que não modificar esse sistema profundamente nefasto à saúde do trabalhador?

Mais de vinte emendas foram apresentadas com o objetivo de modificar um dispositivo que é razoável e deve ser mantido.

Essa, portanto, é a posição do nosso partido em relação àquilo que está estatuído na proposta do Relator Bernardo Cabral. Somos contra essa enxurrada de medidas supressivas de um dispositivo que tem que mudar, ou então vamos manter esse galardão nefasto e odioso de campeões mundiais em acidentes de trabalho.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Luiz Salomão para se manifestar contrariamente.

**O SR. CONSTITUINTE LUIZ SALOMÃO:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, de início, gostaria de congratular-me com o nobre Constituinte Antônio Carlos

Konder Reis, quando sustenta que o direito à saúde é um direito de todos e não um direito específico do trabalhador. Sobre isso, estamos de acordo, e é como interpreto a redação dada pelo nobre Relator Bernardo Cabral. Nada há que contrarie essa postulação do Constituinte Konder Reis. O que o nobre Relator Bernardo Cabral procurou, na sua redação, foi reduzir os riscos e, se possível, a eliminação deles no ambiente de trabalho de toda natureza. Não apenas aqueles que provocam acidentes, como aqui foi destacado pelo Constituinte Lysâneas Maciel, mas também aqueles que são fatores de doenças funcionais e que agravam a saúde do trabalhador, com custos enormes para a sociedade e para o Estado.

Neste sentido, parece-me que a redação do Relator Bernardo Cabral é perfeita, é mais no sentido de ser abrangente em relação à redução e, se possível, à eliminação de todos os riscos a que o trabalhador está sujeito no ambiente de trabalho. S. Ex.<sup>a</sup> especifica que tipos de normas devem ser baixadas para promover esse processo de redução de risco: normas de saúde do trabalho, de higiene e de segurança. Essa questão adquire, a cada dia, maior importância, na medida em que os processos industriais, a poluição no ambiente de trabalho e todos os riscos decorrentes do manuseio de equipamentos tornam-se uma ameaça à segurança do trabalhador.

Assim sendo, apelaria ao nobre Constituinte Antônio Carlos Konder Reis para que reveja a intenção de manter o destaque, tendo em vista que a norma contida no Inciso XVIII do art. 6º do 2º Substitutivo do Constituinte Bernardo Cabral é mais abrangente e propicia maior segurança ao trabalhador. Temos certeza de que este também é o objetivo do nobre Constituinte Antônio Carlos Konder Reis, que aqui se pronunciou de maneira brilhante na defesa da garantia do emprego, contra a demissão imotivada.

Durante o pronunciamento do Sr. Luiz Salomão, o **Sr. Afonso Arinos**, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo **Sr. Jarbas Passarinho**, Terceiro-Vice-Presidente.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FOGAÇA:** – Consulto o nobre Presidente que assume os trabalhos se podemos iniciar a votação.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Perfeitamente.

**(Procede-se à votação)**

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Nelson Carneiro, Nilson Gibson, Albano Franco, Délio Braz, Israel Pinheiro, Antoniocarlos Mendes Thame, Arnaldo Prieto, Carlos Chiarelli, Christóvam Chiaradia, Edme Tavares, Eraldo Tinoco, Inocêncio Oliveira, Luís Eduardo, José Lourenço, Osvaldo Coelho, Paulo Pimentel, Ricardo Fiúza, Jonas Pinheiro, Gilson Machado, Ricardo Izar, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Gerson Peres, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia e Adylson Motta. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Carlos Mosconi, Carlos Sant'Anna, Celso Dourado, Egídio Ferreira Lima, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, Antônio Britto, João Herrmann Neto, José Fogaça, José Paulo Bisol, José Ulisses de Oliveira, Mário Lima, Nelson Jobim, Nelton Friedrich, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Renato Vianna, Rodrigues Palma, Sigmaringa Seixas, Theodoro Mendes, Virgildásio de Senna, João Natal, José Costa, José Tavares, Miro Teixeira, Roberto Brant, Rose de Freitas, Uldurico Pinto, Vilson Souza, Aloysio Chaves, José Jorge, José Santana de Vasconcellos, José Thomaz Nonô, Simão Sessim, Lysâneas Maciel, Luiz Salomão, Gastone Righi, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Adolfo Oliveira, Haroldo Lima, Roberto Freire, Jamil Haddad.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 26 Constituintes; votaram NÃO 47 Constituintes. Total: 73 votos. O Destaque foi rejeitado.

**Destaque nº 008.044/87, do Sr. Roberto Ballestra – Emenda nº ES-27.090-7, do Sr. Antoniocarlos Mendes Thame, "que substitui os incisos XVIII e XIX do art. 7º do Substitutivo nº 1" (art. 6º, incisos XVIII e XIX, do Substitutivo nº 2.) (132ª votação)**

Em votação o Destaque nº 8.044, do Constituinte Roberto Balestra, referente à Emenda nº 27.090, do Constituinte Mendes Thame. Não está presente o autor do destaque, mas está o da emenda. Tem a palavra S. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE ANTONIOCARLOS MENDES THAME:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, temos, em diversas oportunidades, ouvido neste plenário referências à tão triste **pole position** que ocupa o Brasil no campeonato internacional de acidentes do trabalho.

É muito difícil para todos nós, que durante sete meses vimos tentando, semana após semana, fazer com que o texto constitucional abrigue alguma norma auto-aplicável e de plena eficácia jurídica, que signifique avanço no que concerne à defesa da saúde do trabalhador. Mas, ao final da primeira fase de trabalho, temos um texto inócuo, que praticamente nada diz, como este que preconiza a redução dos riscos inerentes ao trabalho por meio de normas de saúde, higiene e segurança. Bastaria que a empresa promovesse, por exemplo, a redução dos riscos em pelo menos 5% ou tomasse qualquer medida que fosse, para estar cumprindo essa norma que se traduz – repito – em preceito praticamente inócuo.

Nesse sentido, tomo a liberdade de propor aos prezados Constituintes a volta do texto objeto das discussões na Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e na Comissão da Ordem Social. Preconiza o texto a "proibição de trabalho em atividades insalubres e perigosas, salvo lei ou convenção coletiva que, além dos controles tecnológicos visando à eliminação do risco, promova a redução da jornada...

"Meu destaque é apenas nesta parte, acrescentando-se ponto final depois da palavra "jornada" e eliminando-se a redação que também preconiza "um adicional de remuneração incidente sobre o salário contratual". Uma das grandes metas de quantos lutam por mais segurança é o fim desse perverso adicional de insalubridade, que significa a ratificação de um comércio com a saúde do trabalhador.

Diversos países já aboliram. Na Itália, todos os sindicatos recusam, em contrato coletivo, qualquer tipo de adicional de insalubridade. Também nos Estados Unidos, Japão e Suíça foi abolido esse adicional, por não corresponder à defesa não apenas do trabalhador, mas até mesmo à segurança necessária para o equipamento da empresa – sobretudo porque a eliminação das condições de insalubridade é objetivo a ser perseguido de forma rápida, precisa e eficaz. É a oportunidade que temos hoje de contribuir para que haja menos mutilados, menos trabalhadores mortos; para que possa a esposa do trabalhador brasileiro recebê-lo de volta às seis horas da tarde, ou ao final do turno de trabalho, ileso como saíra pela manhã. Estaremos contribuindo para que isso ocorra se votarmos um texto eficaz, que consubstancie um avanço na defesa da saúde do trabalhador.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Não há oradores inscritos. Peço a atenção dos Srs. Constituintes. Pergunto se há quem se disponha a apoiar a emenda. Se houver, que se manifeste, por obséquio.

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – Sr. Presidente, a Relatoria pede a palavra para fazer uma consulta. Ocorre

que o ilustre Constituinte Antoniocarlos Mendes Thame apresenta emenda no sentido de consubstanciar num inciso único os incisos XVIII e XIX. Aprovada sua emenda, o inciso XVIII estaria eliminado, ou o inciso XIX, o que retiraria a conquista já obtida em relação a normas de saúde, higiene e segurança. Ao ver da Relatoria, se V. Ex.<sup>a</sup> apresentasse emenda ao inciso XIX, não haveria prejuízo da conquista já obtida no inciso XVIII. Mas S. Ex.<sup>a</sup> está apresentando emenda em relação a ambos os incisos isto é, substituindo ambos.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Sr. Presidente, só uma questão de ordem. Foi aprovado, evidentemente, o inciso XVIII, que trata da redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança. Isso já foi aprovado, ou seja, qualquer coisa que pretenda modificá-lo estará prejudicada evidentemente.

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – Refere-se V. Ex.<sup>a</sup> ao inciso XVIII?

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Ao inciso XVIII, evidentemente.

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – Acontece que o texto da emenda diz: "Substituam-se os incisos XVIII e XIX."

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Estaria prejudicado em relação ao inciso XVIII.

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – A Relatoria entende que a emenda está prejudicada e tecnicamente tornou-se inviável por confrontar-se com o inciso XVIII; daí, a consulta do nobre Constituinte.

**O SR. CONSTITUINTE ANTONIOCARLOS MENDES THAME:** – Sr. Presidente, Sr. Relator, considero que o que houve na votação do destaque anterior, apresentado pelo nobre Constituinte Antônio Carlos Konder Reis, derrotado, é que o texto original sempre prevalece. Agora, isso não significa que um dispositivo completamente diferente não possa ser votado. Em que oportunidade se disse que esse dispositivo foi aprovado? O que entrou em votação não foi a palavra "saúde", mas sim a retirada dessa palavra. O texto prevalece sempre. A minha proposição é para retirar essa parte inócua, "redução dos riscos inerentes ao trabalho".

Uma Constituição ou tem auto-aplicabilidade ou estaremos redigindo um apanhado de intenções, apenas uma declaração de princípios, o que não é o caso. Temos de ter uma legislação que seja auto-aplicável. Essa é a minha preocupação.

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – Considero-me esclarecido, Sr. Presidente. O esclarecimento agora prestado pelo ilustre Constituinte Mendes Thame me parece inequívoco, deixando bem claro que sua intenção é emendar os incisos XVIII e XIX. Portanto, o parecer da Relatoria é contrário.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Solicitaria à Presidência que fizesse nova consulta, porque meu voto era a favor do inciso XIX; em relação ao XVIII, não.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Não posso colocar em votação a matéria relativa ao inciso XIX enquanto se está votando a do XVIII. É evidente que não posso fazê-lo. Agora, se o ilustre Constituinte quiser fazer alguma alteração na redação antes de eu enunciar o inciso XIX, pode fazê-lo. Quanto ao inciso XVIII, realmente, considero a emenda prejudicada. Por isso perguntei se havia alguém que quisesse apoiá-lo.

Pergunto ao próprio Constituinte se quer preservar sua emenda em relação ao inciso XIX. Se quiser, terá oportunidade de fazê-lo já e agora; do contrário, estará prejudicado também em relação ao inciso XIX, que enunciarei em seguida.

O problema é que V. Ex.<sup>a</sup> apresentou documento que, como disse o Constituinte José Fogaça, está imbricado em dois textos diferentes. Quando V. Ex.<sup>a</sup> diz "proibição de trabalhos insalubres" é evidente que está relacionado com o inciso XIX: "adicional de remuneração para atividades consideradas penosas, insalubres ou perigosas na forma da lei". O que V. Ex.<sup>a</sup> está tentando é regulamentar um determinado tipo de decisão para as atividades insalubres. Isto cabe no Inciso XIX e não no XVIII. De maneira que se V. Ex.<sup>a</sup> quiser mantê-la para o inciso XVIII, peço a V. Ex.<sup>a</sup> que venha à Mesa e retire parte da emenda que se refere ao Inciso XVIII.

**O SR. CONSTITUINTE ANTONIOCARLOS MENDES**

**THAME:** – Sr. Presidente, minha intenção é clara. O inciso XVIII é um item que não tem absolutamente auto-aplicabilidade – redução e isto, acredito, não está prejudicado. A minha preocupação é no sentido de que a Constituição não contenha dispositivos inócuos, e a única forma de dar auto-aplicabilidade é que realmente haja proibição dessas atividades insalubres. Não é apenas o problema do adicional, que está nos seguintes. Por isso, do ponto de vista técnico, a emenda teria de substituir os dois, porque ela não diz respeito apenas ao adicional, mas às atividades, ao risco e este está contemplado no inciso XVIII, enquanto o adicional está no inciso XIX. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Na verdade, a emenda de V. Ex.<sup>a</sup> é substitutiva dos dois incisos. Não posso pôr em votação o inciso XIX antes do inciso XVIII. Vou submeter à votação a parte correspondente ao inciso XVIII. Em votação.

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – Sr. Presidente, a Relatoria pede, mais uma vez, o uso da palavra.

Há outras emendas com o mesmo texto que explicitamente se referem ao inciso XIX. Por exemplo, a do Constituinte Edmilson Valentim, modificativa do inciso XIX. Se V. Ex.<sup>a</sup> retirar sua emenda, poderá ser votada uma outra. Isso é apenas um esclarecimento técnico da Relatoria, não significa uma posição.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Em votação.

**(Procede-se à votação)**

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Antoniocarlos Mendes Thame, Edme Tavares, Eraldo Tinoco, Inocêncio Oliveira, José Lins, José Santana de Vasconcellos, Luís Eduardo, José Lourenço, Osvaldo Coelho, Paulo Pimentel, Ricardo Fiúza, Edison Lobão, Jonas Pinheiro, Gilson Machado, Ricardo Izar, Simão Sessim e José Maria Eymael. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Carlos Mosconi, Carlos Sant'Anna, Celso Dourado, Egídio Ferreira Lima, Fernando Gasparian, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, Antônio Britto, João Herrmann Neto, José Fogaça, José Paulo Bisol, José Serra, José Ulisses de Oliveira, Milton Reis, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nelton Friedrich, Nilson Gibson, Osvaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Prisco Viana, Raimundo Bezerra, Rodrigues Palma, Sigmaringa Seixas, Virgildásio de Senna, Albano Franco, Délio Braz, Israel Pinheiro, João Natal, José Tavares, Miro Teixeira, Octávio Elísio, Rose de Freitas, Vicente Bogo, Vilson Souza, Aloysio Chaves, Arnaldo Prieto, Carlos Chiarelli, Sandra Cavalcanti, Enoc Vieira, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Gerson Peres, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia, Adylson Motta, Lysâneas Maciel, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Luís Inácio Lula da Silva, Plínio de Arruda Sampaio, Adolfo Oliveira, Haroldo Lima, Roberto Freire e Jamil Haddad.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 17 Constituin-

tes; votaram NÃO 61 Constituintes. Total: 78 votos. O Destaque foi **rejeitado**.

Em votação o Destaque nº 3483, requerido pelo Constituinte Milton Reis, referente à Emenda nº 29457, de sua autoria.

S. Ex.<sup>a</sup> encontra-se presente e retira o destaque.

Em votação o Destaque nº 4517, requerido pelo Constituinte Bocayuva Cunha, referente ao inciso de supressão da palavra "saúde". S. Ex.<sup>a</sup> não se encontra presente. Está prejudicado o destaque.

Em votação o Destaque nº 5238, requerido pelo Constituinte Ziza Valadares, referente ao inciso de supressão da palavra "saúde". S. Ex.<sup>a</sup> não se encontra presente. Está prejudicado o destaque.

Em votação o Destaque nº 5342, requerido pelo Constituinte Fausto Rocha, referente à Emenda nº 29.379, de sua autoria. S. Ex.<sup>a</sup> não se encontra presente. Está prejudicado o destaque.

Em votação o Destaque nº 7550, requerido pelo Constituinte Darcy Pozza.

**O SR. CONSTITUINTE DARCY POZZA:** – Sr. Presidente, a minha emenda, semelhante à do Constituinte Antônio Carlos Konder Reis, tem a mesma intenção da de S. Ex.<sup>a</sup>. Tendo em vista a rejeição desta última, peço a retirada desse destaque.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Retirado o destaque.

Em votação o Destaque nº 8123, requerido pelo Constituinte Osvaldo Coelho, referente à Emenda nº 30243. S. Ex.<sup>a</sup> está ausente. Prejudicado o destaque.

Em votação o Destaque nº 310, requerido pelo Constituinte Eduardo Jorge, referente à Emenda nº 34090, de autoria do Constituinte Uldurico Pinto. Este destaque está prejudicado por ter sido atendido.

Inciso XIX, que, no Substitutivo, tem a seguinte redação:

"XIX – adicional de remuneração para as atividades consideradas penosas, insalubres ou perigosas, na forma de lei;"

**Destaque nº 129-87, do Sr. Paulo Paim – Emenda nº ES-34312, do Sr. Edmilson Valentim, "que modifica o art. 7º inciso XIX do Substitutivo nº 1 (art. 6º, inciso XIX do Substitutivo nº 2)".**

Em votação o Destaque nº 129, requerido pelo Constituinte Paulo Paim, referente à Emenda nº 34.312, de autoria do Constituinte Edmilson Valentim. O Constituinte Paulo Paim está presente? **(Pausa)** Para defender a proposição, tem a palavra o Constituinte Edmilson Valentim.

**O SR. CONSTITUINTE EDMILSON VALENTIM:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes e Sr. Relator, essa emenda é semelhante à que foi apresentada pelo Constituinte Mendes Thame, com a mesma preocupação, sendo que se refere ao Inciso XIX, que visa a legislar sobre a questão do trabalho em condições insalubres. A grande realidade é que esse trabalho em condições insalubres, perigosos, hoje é responsável por grande parte das doenças profissionais, que obrigaram a aposentadoria antecipada dos trabalhadores em virtude da prejudicialidade das condições em que é exercido, aliada à jornada de trabalho excessiva. Isto faz com que nós, representantes da classe operária, tenhamos a preocupação de exigir das empresas que obrigam os trabalhadores a se submeterem ao trabalho em condições insalubres uma solução para o problema.

Trago aqui um exemplo claro no que aconteceu com este Constituinte. A fábrica onde trabalhávamos, como inúmeras outras, considerada como de condições insalubres, utilizava-se do serviço de caldeiraria, de soldas. Ao final do dia, ao passarmos a mão sobre a testa, verificávamos a enorme quantidade de partículas em suspensão de pó de ferro que ficava acumulada em nossa face. Isso era um exemplo patente de quanto daquele material acumulávamos em nossos pulmões. Cerca de 600 trabalhadores, naquela empresa, acumulavam em seus pulmões aquelas partículas em suspensão de pó de ferro, que os prejudicava em muito e era responsável pela sua ida constante aos hospitais, pela aposentadoria antecipada e pelo prejuízo que causava à sua saúde. Esse é o exemplo numa indústria metalúrgica. Temos outros exemplos, o das minas de carvão, o das indústrias químicas e o de várias outras indústrias aonde a preocupação das empresas com a condição insalubre de trabalho vai a quase nada.

O que acontece hoje é a incidência de um adicional de 20 ou 30%, que, para ser pago, é preciso que o sindicato recorra à Justiça, numa briga sindical de vulto, quando, na realidade o correto seria que essas empresas químicas e metalúrgicas de mineração procurassem investir na solução do problema, no sentido de eliminar a insalubridade, a fim de que sejam eliminadas, como se fez no item anterior, os riscos à saúde dos obreiros.

Assim, procuramos, através desta emenda, pressionar no sentido de que as empresas tenham a preocupação de diminuir a insalubridade e que, no caso de se trabalhar em condição insalubre, se promovia a redução da jornada de trabalho, a fim de se garantir ao trabalhador que labuta nessas condições um período menor de trabalho e, por conseguinte, com maior garantia para a sua saúde.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Não há oradores inscritos. Dou a palavra ao Relator Bernardo Cabral.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, ouvi o eminente Constituinte Edmilson Valentim fazer a sustentação da emenda e pediria a S. Ex.<sup>a</sup> que observasse as argumentações do Relator em homenagem ao seu trabalho. A emenda fala na redução ou controle dos riscos profissionais, o que já foi aprovado no inciso anterior. Mas o texto é melhor.

Observem o eminente Constituinte e os demais companheiros da Comissão de Sistematização que se trata, no inciso XIX, de adicional de remuneração para as atividades consideradas penosas. A emenda não aborda a atividade do guindasteiro, do estivador, ambas de caráter penoso. Pelo texto da emenda, retira-se esse adicional que se está dando. Faço um apelo ao eminente Constituinte Edmilson Valentim para que, à vista desta argumentação, retire a emenda, porque não há absolutamente qualquer prejuízo para os trabalhadores que S. Ex.<sup>a</sup> considera dentro da sua argumentação. Ao contrário.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Está com a palavra o apelado.

**O SR. CONSTITUINTE EDMILSON VALENTIM:** – Sr. Relator, entendo a argumentação de V. Ex.<sup>a</sup> mas, ainda assim, mantenho a minha discordância, porque como está o texto não se obriga, de maneira alguma, as empresas a realmente acabarem com o problema da insalubridade. Mas, ouvindo os colegas, com esta ressalva e acreditando no resguardo da possibilidade de a lei atingir as empresas que fraudam essa situação, retiramos a emenda. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Obrigado a V. Ex.<sup>a</sup>.

Temos agora uma sucessão de emendas iguais. Como a que acabamos de apreciar não foi votada, apregoarei as outras.

Em votação o Destaque nº 283, requerido pelo Constituinte Eduardo Jorge. **(Pausa)** Ausente. Prejudicado o destaque.

Em votação o Destaque nº 721, requerido pelo Sr. Constituinte Floriceno Paixão. **(Pausa)** Ausente. Prejudicado o destaque.

Em votação o Destaque nº 1.569, requerido pelo Sr. Constituinte Paulo Paim. **(Pausa)** O destaque foi retirado.

Em votação o Destaque nº 3.339, requerido pelo Sr. Constituinte Paulo Pimentel. **(Pausa)** Retirado.

Em votação o Destaque nº 3.604, requerido pelo Constituinte Francisco Küster, referente à Emenda nº 23.666. S. Ex.<sup>a</sup> não está presente. Prejudicado o destaque.

Em votação o Destaque nº 4.279, requerido pelo Constituinte Nelson Friedrich, referente à Emenda nº 34.312, de autoria do Constituinte Edmilson Valentim. S. Ex.<sup>a</sup> não está presente, mas o autor da emenda, sim. Retirado o destaque.

Em votação o Destaque nº 7.411, requerido pelo Constituinte Jorge Uequed, referente à Emenda nº 27.234. S. Ex.<sup>a</sup> não está presente. Prejudicado o destaque.

Em votação o Destaque nº 8.044, requerido pelo Constituinte Roberto Balestra, referente à Emenda nº 27.090, de autoria do Constituinte Antoniocarlos Mendes Thame. Retirado o destaque.

Em votação o Destaque nº 4.764, requerido pelo Constituinte Artur da Távola, referente à Emenda nº 27.832. S. Ex.<sup>a</sup> não está presente. Prejudicado o destaque.

Em votação o Destaque nº 5.050, requerido pelo Constituinte Tadeu França, referente à Emenda nº 31.537. S. Ex.<sup>a</sup> não está presente. Prejudicado o destaque.

Em votação o Destaque nº 5.150, requerido pelo Constituinte Ricardo Izar, referente à Emenda nº 25.760. Prejudicado o destaque.

Passamos ao inciso XX, cujo texto no Substitutivo do Relator é o seguinte:

"XX – aposentadoria, bem como a do trabalhador rural;"

Em votação o Destaque nº 117, requerido pelo Constituinte Paulo Paim, referente à Emenda nº 32.972, de autoria do Sr. Constituinte Francisco Küster.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO PAIM:** – Sr. Presidente, Sr. Relator, caberia aqui uma explicação da Relatoria, porque estou entendendo que a emenda, que trata da aposentadoria aos trinta e aos vinte e cinco anos, como estamos propondo, deveria ser discutida mais adiante e não quando da apreciação deste capítulo.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – V. Ex.<sup>a</sup> retirou o destaque?

**O SR. CONSTITUINTE PAULO PAIM:** – Não, apenas estou colocando que o nosso destaque, embora tenha sido requerido para este capítulo, deve ser discutido quando tratarmos da questão específica, conforme requerimento já proposto pelo Constituinte Nelson Friedrich.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Há um texto específico. A pergunta que faço a V. Ex.<sup>a</sup> é se seu destaque prevalecerá nessa ocasião.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO PAIM:** – É exatamente isso que estou propondo.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Sr. Presidente, o inciso XX do art. 6º diz: "aposentadoria, bem como a do trabalhador rural".

Houve entendimento entre as Lideranças e o Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, pelo menos no que se refere à questão do regime de governo – presidencialismo ou parlamentarismo – no sentido de que, caso fosse aprovado o presidencialismo, ficariam prejudicadas todas aquelas referências pontuais a Primeiro Ministro. Acho que, no caso, não cabe a expressão "bem como a do trabalhador rural", em função de que aprovamos a inclusão, no **caput** deste capítulo, "Dos Direitos Sociais, do termo direitos sociais para os trabalhadores urbanos e rurais." Seria, pois, interessante que a Mesa desse conhecimento à Casa de que é redundante tal expressão e deve ser retirada.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Do meu ponto de vista, a argumentação de V. Ex.<sup>a</sup> é precisa, porque o **caput** foi alterado, e, como foram dadas ao trabalhador rural as mesmas condições do urbano, quando se garante aposentadoria a um, garante-se a ambos. Mas a palavra está com o Relator, que foi quem escreveu a matéria.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, é evidente que o Constituinte Roberto Freire tem razão, porque não havia sido feita a inclusão aqui citada. A partir do instante em que foi feita a inclusão, isso fica, como se diz na linguagem jurídica, despiendo. Quando da sistematização da matéria, será excluída a expressão "bem como a do trabalhador rural".

Desse modo, Sr. Presidente, peço a V. Ex.<sup>a</sup> que faça extirpar do texto, já nas anotações, a referida expressão.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Consequentemente, para não haver prejuízo aos autores dos destaques, estes serão apreciados na ocasião oportuna. É bom que isso seja lembrado na oportunidade, Constituinte Roberto Freire, porque é uma decisão pessoal, mas a Mesa, naturalmente, acompanhará a minha decisão.

**O SR. CONSTITUINTE NELTON FRIEDRICH:** – Senhor Presidente, quanto ao nosso destaque, fizemos um requerimento por escrito transferindo-o para a ocasião adequada, quando da discussão do art. 230.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – É mais prudente.

A assessoria está analisando as matérias de igual conteúdo. **(Pausa)**

**O SR. CONSTITUINTE DEL BOSCO AMARAL:** – Senhor Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

Uma das emendas populares versava sobre a aposentadoria da mulher aos vinte e cinco anos de serviço. O Sr. Relator, inclusive, discursou desta tribuna a favor da referida emenda, e depois, ocorrências várias levaram a que a aposentadoria da mulher aos vinte e cinco anos não sugisse no texto do Sr. Relator.

Sr. Presidente, requeri destaque para esta emenda porque só cabe no capítulo Dos Direitos Sociais, no seu inciso XX. Por quê? Porque há a mulher servidora pública, a servidora não estatutária, a estatutária e a operária. Assim, teríamos de requerer destaque para cada capítulo que tratasse dos funcionários públicos. Ou a emenda que trata da aposentadoria da mulher aos vinte e cinco anos é apreciada agora, ou mais adiante teríamos que apresentá-la, e não haveria tempo hábil para que cada aposentadoria fosse apreciada. Esse tema só cabe no capítulo dos Direitos Sociais. Aliás, o Constituinte Roberto Freire, com a inteligência que lhe é peculiar, levantou o caso do trabalhador rural. Este realmente seria um caso de pontuação. O trabalhador rural tem seus direitos sociais como qualquer trabalhador brasileiro. Quero dar a aposentadoria às mulheres brasileiras e não um tipo de trabalhadora brasileira – eu não, a emenda popular. Se ela não for apreciada no inciso XX do art. 6º, estará altamente prejudicada.

Conversando com a assessoria da Mesa, com o Relator e com o Presidente que estava exercendo os trabalhos na época, assim ficou acordado. Cheguei inclusive a ver junto à assessoria da Mesa já incluída a emenda no inciso XX. Existiam três emendas, três destaques. Um deles era a emenda da aposentadoria da mulher aos 25 anos. V. Ex.<sup>a</sup> há de convir em que isso não caberá em outro espaço.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Em solução à questão de ordem apresentada por V. Ex.<sup>a</sup>, devo dar-lhe razão em parte, porque jogamos, ainda há pouco, a matéria do título da Seção II para a parte que corresponde à Previdência Social. Como V. Ex.<sup>a</sup> salienta, há mulheres trabalhadoras que não estão regidas pela Previdência Social, podendo ser estatutárias, por exemplo. Mas a emenda de V. Ex.<sup>a</sup> ficará onde couber e será discutida no momento oportuno, que corresponde exatamente ao fim do capítulo que estamos estudando. Não há prejuízo.

**O SR. CONSTITUINTE DEL BOSCO AMARAL:** – Senhor Presidente, queria fazer um esclarecimento.

Veja V. Ex.<sup>a</sup> que a Mesa – logicamente qualquer Presidente em exercício representa a Mesa – decidiu naquele momento soberanamente. Inclusive sábado, antes de viajar, esta emenda estava selecionada já no inciso XX para ser apreciada. Ela já é marcada por uma série de acontecimentos lamentáveis ocorridos anteriormente. Vossa Excelência diz que não há prejuízo para os direitos sociais da mulher. Ela não representa uma categoria. Portanto, não pode ser onde couber. Ela cabe no direito social mesmo. Incluindo-a no inciso XX, dar-lhes-emos o que nunca lhes foi dado antes. Diria a V. Ex.<sup>a</sup> que logicamente, sendo votado mais adiante, iremos votar da mesma forma. V. Ex.<sup>a</sup> não foi o responsável por essa inclusão, e o Relator é testemunha de que o assessor da Mesa chamou uma assessora, quando prepararam inclusive as pastas, sábado de manhã. Esta emenda está assim capitulada para ser votada no inciso XX. Por quê? Porque ela abrange tudo. A força de trabalho da mulher brasileira é composta por 18 milhões de profissionais. A mulher brasileira, que não é uma categoria profissional, teria que estar contemplada nem que fosse neste inciso XX, por todas as forças, por uma razão muito simples: ela é genérica e abrangente, não destaca esta ou aquela mulher. É aposentadoria para a mulher aos 25 anos.

Pediria a V. Ex.<sup>a</sup> que refletisse sobre isso. E até, se fosse o caso, discutisse o assunto com o Relator e tomasse uma decisão favorável.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Chamo em meu favor o autor, Del Bosco Amaral. Foi ele quem apresentou a emenda com a seguinte redação:

"Incluir onde couber, na Seção II da Previdência Social do Capítulo II da Seguridade Social, do Título 9 da Ordem Social, o seguinte dispositivo: É assegurada aposentadoria integral para a mulher após 25 anos de contribuição para a Previdência Social."

Essa é a emenda que tenho em mãos, passada pela assessoria. Se V. Ex.<sup>a</sup> se refere à Previdência Social...

**O SR. CONSTITUINTE DEL BOSCO AMARAL:** – A emenda, que sequer é minha, diz simplesmente: "A mulher aposentar-se-á aos 25 anos". Seguem-se 32 mil assinaturas. Não existe essa redação.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Eu pediria a V. Ex.<sup>a</sup> que viesse à Mesa. **(Pausa)**

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Senhor Presidente, acho que a decisão da Mesa foi correta. Na Seção II, do Capítulo VI, que trata dos servidores públicos civis e da questão da aposentadoria da servidora pública, fala-se em 30 anos para aposentadoria, e há a emenda solicitando 25 anos. E mais adiante, no art. 229,



que trata da Previdência Social, fala-se também da aposentadoria da mulher. O capítulo que estamos votando trata do princípio geral da aposentadoria e não do tratamento de servidor ou de trabalhador rural ou urbano. É a aposentadoria como direito do trabalhador. Acho que está corretíssima a decisão da Mesa.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Como direito social. Agora, o Constituinte Del Bosco Amaral argúi em seu favor que a emenda que apresentou não é a que eu li. **(Pausa)**

Gostaria de ouvir o Relator sobre a questão de ordem formulada pelo Constituinte Del Bosco Amaral.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, em primeiro lugar, devo dizer que estava presente quando, na sexta feira ou no sábado, se confirmava a votação do destaque requerido pelo eminente Constituinte Del Bosco Amaral. Quanto ao problema do estatutário, o art. 45, inciso III, trata do problema da aposentadoria da mulher estatutária e o art. 230, letra **a**, da celetista. Quando se faz menção que aos servidores da administração pública se aplica o disposto, não se fala no inciso XX, onde está a aposentadoria. De modo que o servidor estatutário está contemplado no capítulo próprio e no capítulo da Previdência Social, que também trata da aposentadoria. Apenas fica pendente a promessa que fizeram ao Constituinte Del Bosco Amaral de que a emenda popular da qual S. Ex.<sup>a</sup> foi signatário e defendeu da tribuna viria para o Plenário – e eu disse, em aparte, que votaria favoravelmente. Não foi incluída no Substitutivo porque os líderes partidários acharam melhor que viesse para o Plenário. Fica para a decisão agora de V. Ex.<sup>a</sup>, se leva ou não, neste momento, para votação, uma vez que há capítulos próprios.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Peço a atenção do nobre Constituinte Paulo Paim. Ainda há pouco, quando V. Ex.<sup>a</sup> apresentou um destaque, retirou-o em seguida, para que fosse colocado no título próprio. Da Previdência Social. A mesma coisa aconteceu com o Constituinte Nelson Friedrich, a quem também garanti o direito de, de logo, ter esta matéria discutida na ocasião oportuna. A valer a argumentação do Constituinte Del Bosco Amaral, valerá antes a sua, que diz:

"Aposentadoria com remuneração igual à da atividade, garantido o reajustamento para a preservação de seu valor real:

- a)** com 30 anos, para o homem;
- b)** com 25 anos, para a mulher;
- c)** com tempo inferior ao das alíneas acima, pelo exercício de trabalho noturno, de revezamento, penoso, insalubre ou perigoso;
- d)** por invalidez."

A sua, tanto quanto a dele, é global. Não se aplica apenas à mulher trabalhadora regida pelo regime de CLT. Se eu tiver de rever a posição terei de rever também a ordem da apresentação dos destaques aqui colocados.

Concedo a palavra ao nobre Constituinte Virgildásio de Senna.

**O SR. CONSTITUINTE VIRGILDÁSIO DE SENNA:** – Nobre Presidente, V. Ex.<sup>a</sup> se caracteriza, na direção dos trabalhos, pela justeza e capacidade de tomar decisões. É claro que, no Capítulo dos Direitos Fundamentais, não pode caber adjetivação. Não se está fazendo diferença alguma entre trabalhador homem ou mulher. O local próprio não é este capítulo. O que se está dizendo aqui é que constitui direito do trabalhador a aposentadoria. Se quisermos qualificar, determinar, adjetivar, vamos fazê-lo no capítulo próprio, caso contrário não caminharemos. O que estamos discutindo são os direitos fundamentais.

V. Ex.<sup>a</sup> decidiu com sabedoria, e espero que mantenha a decisão de fazer a Casa avançar, sem esses percalços de querermos separar, neste instante, o que é trabalhador homem do que é trabalhador mulher. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Principalmente respaldado na argumentação de V. Ex.<sup>a</sup> e com as razões que aduzi ao Constituinte Del Bosco Amaral; mas S. Ex.<sup>a</sup> continua irredutível. Não há prejuízo. A matéria será examinada no momento oportuno, em cada item.

**O SR. CONSTITUINTE DEL BOSCO AMARAL:** – V. Ex.<sup>a</sup> é quem vai decidir mesmo. Tenho a impressão, ao ouvir esse tipo de comentário, de que não devemos particularizar. O nobre Constituinte não entendeu bem o sentido da coisa. Nos Direitos Sociais, caberia, sim, contemplar a mulher – somente nos Direitos Sociais – com o que ela não teve até hoje. Estão dizendo que o homem também deve ser contemplado nos Direitos Sociais. Quando a pontuação foi retirada no trabalhador rural, entendemos perfeitamente que a expressão trabalhadores rurais se referia a homens e mulheres. Da forma como estão fazendo – quero apenas alertar, naturalmente a decisão é de V. Ex.<sup>a</sup>, e não voltarei a contraditá-lo – tomara que seja o que estou pensando, ou seja, que desejam que alguma emenda seja aprovada. Não voto nesta Comissão. Gostaria de fazê-lo, para votar mais rapidamente a de alguém. Esta é uma emenda popular, não é minha. Gostaria de dizer a V. Ex.<sup>a</sup> que corremos o risco de, a continuar o Governo com as suas pressões, ou aqueles que julgam poder votar pelas operárias e não pelas estatutárias, ou vice versa, amanhã vermos aprovada para algumas mulheres a aposentadoria aos 25 anos e para outras não. Por isso é que digo que a mulher deveria ser contemplada nos Direitos Sociais, pelas razões que iria defender. Mas V. Ex.<sup>a</sup> é quem vai decidir. Agora, eles ficarão com a responsabilidade de para a mulher celetista e para a mulher estatutária aprovarem a aposentadoria aos 25 anos, já que se haviam comprometido perante o Relator e a Assessoria, chegando inclusive a colocar no envelope e na pasta próprios a votação para o inciso XX.

V. Ex.<sup>a</sup> está no comando dos trabalhos. Logicamente, tem o poder de modificar uma decisão. Isso, porém, foi feito pelo Presidente em exercício, tendo participado inclusive da conversa o Assessor da Mesa. Quem faz manobras fica responsável por elas. Se a mulher ficar fora dos 25 anos, logicamente a responsabilidade será no momento da votação. O que V. Ex.<sup>a</sup> decidir eu acatarei, porque o que quero ver é a aposentadoria da mulher aos 25 anos.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho)** – Muito obrigado a V. Ex.<sup>a</sup>. Acrescento que V. Ex.<sup>a</sup> disse que a mulher não é uma categoria profissional. É um sexo distinto, não categoria profissional. Nesse caso, V. Ex.<sup>a</sup> poderá aproveitar a ocasião oportuna. Mas, como não prejudicaremos as oportunidades, agradeço a V. Ex.<sup>a</sup> a gentileza.

**O SR. CONSTITUINTE DEL BOSCO AMARAL:** – Não vou retirar o destaque e não retirarei a questão de ordem. Somente acatarei a decisão soberana de V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Mas V. Ex.<sup>a</sup> não quer preservar o destaque para a ocasião oportuna?

**O SR. CONSTITUINTE DEL BOSCO AMARAL:** – Não. Meu destaque está posto e numerado. Só estou protestando pelo fato de não ser votado neste inciso. A História dirá se eu estava certo ou não.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Já dialogamos bastante. Muito obrigado a V. Ex.<sup>a</sup>.

Em votação o Destaque nº 5.590, requerido pelo Constituinte Humberto Lucena, referente à supressão da expressão "bem como a do trabalhador rural". Já foi atendido.

Em votação o Destaque nº 7785, requerido pelo Constituinte Luís Roberto Ponte, no mesmo sentido. Prejudicado.

Concluído o inciso, XX, passamos ao XXI, cuja redação, do Substitutivo nº 2, é a seguinte:

"XXI – assistência gratuita aos seus filhos e dependentes em creches e pré-escolas de zero a seis anos de idade completos."

**O SR. CONSTITUINTE DÉLIO BRAZ:** – Sr. Presidente, pela ordem. Temos ainda, no inciso XV, a Emenda nº 33806.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Ainda no inciso anterior? É a mesma coisa, nobre Constituinte. Peço a V. Ex.<sup>a</sup> compreensão para nossa decisão anterior, que já foi polêmica. A emenda de V. Ex.<sup>a</sup> diz: "aposentadoria, inclusive da dona-de-casa".

Está perfeitamente enquadrada nas seções futuras, que discutiremos. O destaque de V. Ex.<sup>a</sup> será mantido.

**Destaque nº 003176-87 – do Sr. José Lins, "que suprime o art. 6º, inciso XXI, do Substitutivo nº 2". (133ª votação)**

Votação do Destaque nº 3176, supressivo do inciso, requerido pelo Constituinte José Lins.

Tem a palavra o Constituinte José Lins.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, peço a atenção do Sr. Relator para este destaque, referente ao item XXI, que é de natureza supressiva. Na realidade, Sr. Presidente, o Capítulo II deste título se refere a obrigações diversas, mas quase todas elas ligadas às obrigações das empresas para com os trabalhadores. Neste item depois de citar a garantia de emprego, o seguro desemprego, o fundo de garantia, o salário mínimo, a irredutibilidade de remuneração ou vencimento, a garantia de salário fixo, em suma, uma série de itens referentes à obrigação das empresas para com os trabalhadores, chegamos ao inciso XXI, cuja redação é a seguinte:

"XXI – assistência gratuita aos seus filhos e dependentes em creches e pré-escolas de zero a seis anos de idade completos;"

Acresce, Sr. Presidente, que essa matéria vem tratada também no Título VIII, Capítulo III – Da Educação, da Cultura e do Desporto – e aqui pediria a atenção do Sr. Relator e dos Srs. Constituintes para o que diz o art. 234:

"O dever do Estado com a educação efetivar-se-á mediante a garantia de:

IV – atendimento em creches e pré-escolas às crianças de zero a seis anos de idade."

Essa obrigação do Estado é relevante e diz respeito a todas as crianças com essa idade.

Acresce mais, Sr. Presidente, que no § 2º desse mesmo artigo está escrito:

"O não oferecimento do ensino pelo Estado, ou a sua oferta irregular, importa em responsabilidade das autoridades competentes."

Ora, Sr. Presidente, vê-se bem que há uma duplicidade de citações quanto à obrigação de creches, no texto constitucional, ainda mais que no item XXI do § 6º não se excluem nem mesmo as pequenas empresas. Parece-me que a obrigação tornar-se-á extremamente pesada para essas pequenas empresas, ainda superpondo a essa obrigação da empresa, a do Estado, como citei, e que vem referida no artigo do capítulo da Educação, da Cultura e do Desporto.

O art. 257, do capítulo Da Família, da Criança, do Adolescente e do Idoso, diz:

"É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão."

§ 2º Do direito da criança e do adolescente à educação constará:

I – a obrigatoriedade, por parte do Estado, de oferta de educação especializada e gratuita, a todas as famílias que o desejarem, em instituições como creches e pré-escolas às crianças de zero a seis anos;"

Sr. Presidente, parece-me que há realmente uma grande redundância no corpo do projeto. E aqui no item XXI do art. 6º parece-me que a redação poderia trazer algum mal-entendimento que forçasse a empresa a uma obrigação que, na realidade, é do Estado.

Era o que tinha a dizer.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra a Constituinte Abigail Feitosa para encaminhar contra.

Peço ao Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva vir à Mesa para uma consulta.

**A SRA. CONSTITUINTE ABIGAIL FEITOSA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o grande problema que temos, neste País com relação à mãe é exatamente ela não ter onde deixar o filho quando vai trabalhar.

A grande massa de mulheres trabalhadoras quando sai para o trabalho deixa os filhos nas favelas, trancados, às vezes amarrados à perna de uma mesa, e o índice de mortalidade infantil é altíssimo.

Estamos vendo crianças de 14 anos inclusive armadas de revólver. Elas não tiveram formação, acesso à escola, aos valores culturais, éticos, ficaram alheias aos valores que todo ser humano tem quando é criado, porque entraram na selva da cidade grande sem ter ninguém para lhes assegurar cultura. Elas estão nas favelas defendendo-se, inclusive enfrentando a polícia. Não podemos esperar que isso aconteça. Temos que investir maciçamente na criança, que precisa ir para a creche.

Onde trabalho, na periferia de Salvador, há uma grande massa de mulheres carentes cujos filhos em sua maioria não contam com a ajuda do pai. A mãe precisa trabalhar fora para poder sustentar o filho, dar-lhe comida, e não pode largá-lo abandonado. Várias tentativas feitas, inclusive de deixar o filho na casa de outras famílias para tomarem conta, não têm dado certo. O dinheiro para a família tomar conta do filho termina sendo dividido com todo o mundo, e a criança fica sem comida.

Temos que baixar o índice de mortalidade infantil no País. A coisa mais vergonhosa e desumana é que em pleno século XX, já raiando o século XXI, ainda estejamos com uma mortalidade infantil neste País de 85 por 1.000 – no Nordeste, há áreas que chegam a mais de 250.

Então, é preciso tornar obrigatória a criação de creches, que é um direito da criança, porque com a creche ela terá alimentação garantida e condições, inclusive, de higiene, de escola etc. Precisamos mudar a face principalmente do Nordeste, em que os meninos estão perdendo até a inteligência por falta de alimentação. O salário do trabalhador é vil e a mulher, para poder levar dinheiro para

casa, para dar comida ao seu filho, tem que trabalhar em horas-extras e fazer bicos. É realmente desumano o que se faz com a criança brasileira.

Não estou querendo creche para o filho de um deputado, de um doutor, do médico ou do engenheiro, mas creche obrigatória para a grande massa de mulheres trabalhadoras que ganham, no mais das vezes, menos do que um salário mínimo. E essa mulher tem de ter creche garantida, como direito do cidadão, porque as mulheres, hoje, lutam para terem o direito de criar os filhos. É uma coisa vergonhosa o que vemos.

Portanto, sou contra essa emenda que pretende impedir o direito à mulher de ter o filho que, ela concebeu, de criar o filho e fazer dele um cidadão, com acesso à comida, ao zelo e à escola.

Insisto, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, em que não podemos abandonar a primeira infância do Brasil.

Temos que investir no menino que entra na creche, que começa a aprender desde cedo o gosto pela vida e a sentir que também é cidadão deste País.

Espero que os Srs. Constituintes se sensibilizem, para que não assistamos ao quadro vergonhoso que se apresenta nas favelas: meninos abandonados sem qualquer perspectiva de futuro. Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Para encaminhar a favor, concedo a palavra ao nobre Constituinte Ricardo Izar.

**O SR. CONSTITUINTE RICARDO IZAR:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, fiz questão de assomar a esta tribuna para pedir alguns esclarecimentos ao Relator. E gostaria, também, de esclarecer à Constituinte Abigail Feitosa que a primeira sugestão à Constituinte refere-se ao dever de o Estado implantar a obrigatoriedade da criação de pré-escolas e creches.

Gostaria de dar alguns esclarecimentos e pedir outros. Neste texto constitucional, em três momentos, o nosso Relator colocou a obrigatoriedade da assistência gratuita aos filhos e dependentes em creches e pré-escolas, da idade de zero a seis anos completos, no art. 6º.

Sr. Presidente, estou sendo repetitivo para receber uma explicação concreta do nosso Relator. No Capítulo III, referente à Educação, Cultura e do Desporto, o art. 234, inciso IV, novamente diz:

"Atendimento em creches e pré-escolas às crianças de zero a seis anos de idade."

E, posteriormente, no art. 257.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, uma coisa deve ser esclarecida: somos favoráveis a esse texto. O importante é que precisamos saber onde deve ser colocado. E diria que deve ser colocado exatamente no Capítulo da Educação, Cultura, e Desportos. Gostaria de ouvir os esclarecimentos do nobre Relator.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Com a palavra, para encaminhar contra, a nobre Constituinte Rose de Freitas.

**A SRA. CONSTITUINTE ROSE DE FREITAS:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, para nós mulheres, a inclusão desse inciso no texto do Relator é uma conquista não só das mulheres, mas da sociedade, sobretudo da classe trabalhadora. Mas o nobre Constituinte, mais adiante, no Capítulo da Educação, da Cultura e do Desporto, em alguns incisos e artigos que se relacionam com essa matéria, faz uma exposição equivocada. Na verdade, vemos que o art. 234 estabelece o seguinte:

"O dever do Estado com a educação efetivar-se-á mediante garantia de:

IV – Atendimento em creches e pré-escolas às crianças de zero a seis anos de idade." Mais adiante lemos:

"O não-oferecimento de ensino pelo Estado, ou a sua oferta irregular, importa em responsabilidade de autoridades competentes."

O Relator foi tão abrangente que não assegurou aquilo que nós, mulheres, pelo menos no trabalho da bancada feminina, queríamos assegurar: o direito de as classes trabalhadoras serem privilegiadas com a obrigatoriedade da criação de creches, dando, sob a responsabilidade do Governo, aos filhos das mulheres trabalhadoras e dos trabalhadores em geral a garantia da creche e pelo menos da educação pré-escolar.

Entendemos, Sr. Relator, que essa assistência gratuita que V. Ex.<sup>a</sup> tão bem colocou – e que inclusive foi objeto de várias emendas que apresentamos à Casa – assegura o mínimo dos direitos e garantias que queríamos ver instituídos para os trabalhadores. O Estado precisa ter um mínimo de responsabilidade para com as famílias dos trabalhadores, garantindo-lhes, na primeira infância, um atendimento escolar, a fim de que não vejamos o que estamos vendo todos os dias: crianças de mãos estendidas nas ruas, implorando por um pedaço de pão; ou enquanto as mães trabalham, jogadas na sarjeta, nos cantos das ruas abandonadas. E, quando se fala aqui em menor abandonado, as pessoas se esquecem de que o tratamento que se lhe deve dar, em lei deve vir desde as etapas primordiais de sua vida. Quando aqui brigamos pela licença-maternidade, fizemo-lo para que a criança tivesse um mínimo de segurança ao sair do aleitamento materno para ser depositada numa creche qualquer. E sabem V. Ex.<sup>as</sup> qual foi a saída para este direito assegurado pelas leis trabalhistas e que o Governo até hoje não enfrentou com responsabilidades? Foram os chamados lares comunitários. As creches foram criadas com a alternância do trabalho das mães, um trabalho gratuito e voluntário. E a irresponsabilidade do Governo foi tal que constatamos, hoje, que o mínimo assegurado pela legislação trabalhista nunca foi cumprido.

E ainda mais, há um erro de interpretação, de colocação: dizer-se que para cada grupo acima de vinte ou trinta mulheres trabalhadoras deve haver uma creche no local, este não é o problema. A creche tem de ser instituída no local de trabalho, seja ele com mulheres ou homens, pois a responsabilidade da segurança dos filhos não é um problema só da mulher, mas de toda a sociedade. Qual o pai que vai trabalhar tranqüilo sabendo que seu filho fica abandonado, à mercê dos vizinhos, ou sob os cuidados de outra criança de dez ou doze anos de idade? Qual o pai que tem tranqüilidade de ir para o trabalho, sabendo que sua companheira também faz a mesma coisa para ajudá-lo no sustento da família, deixando seu filho em casa sem uma companhia?

Quero crer, com o devido respeito que merece o Constituinte José Lins, que há um equívoco nesta emenda supressiva. O texto do Relator trata de preservar este direito mínimo aos trabalhadores, não de uma forma abrangente, como nos outros parágrafos e artigos, mas de uma forma específica. E seria até bem-vinda a retirada desta emenda supressiva de S. Ex.<sup>a</sup> (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Com a palavra o Relator José Fogaça.

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – Sr. Presidente, Srs. membros da Comissão de Sistematização, não há dúvida de que o texto constitucional que estamos elaborando é o mais moderno e o mais avançado entre tantos quantos textos modernos e avançados foram produzidos recentemente na América Latina. Estamos caminhando para construir uma Constituição consentânea com o estágio que estamos vivendo e pretendemos atingir.

E não há dúvida de que uma das conquistas mais notáveis que o Relator Bernardo Cabral abrigou no seu texto é a instituição do direito da criança. Esta é uma diferença fundamental que precisamos registrar neste momento. Aquilo que diz o inciso XXI, ao se referir à assistência gratuita em creches e pré-escolas para crianças de zero a seis anos de idade completos, não é um direito do pai ou da mãe pobres. Por esta Constituição que estamos escrevendo, pela primeira vez na história das Constituições brasileiras, pelo texto que está consagrado no Relatório Bernardo Cabral, esse é um direito fundamental da criança. E isso é inédito na história constitucional brasileira. O inciso XXI tem o mérito puro e simples de criar esse direito social da criança enquanto filha do trabalhador. Ou, em outras palavras, é um direito social do trabalhador que tem filhos.

O Relator Bernardo Cabral teve o cuidado, no art. 257, § inciso I, de cuidar do provimento desse direito: O direito social do trabalhador que tem filhos ou da criança enquanto filha de um trabalhador. Tal direito social tem sua concretude e seu provimento assegurados no inciso I do § 2º, que diz:

"a obrigatoriedade, por parte do Estado, da oferta de educação especializada e gratuita, a todas as famílias que o desejarem, em instituições como creches e pré-escolas às crianças de zero a seis anos."

Portanto, não se trata de um direito vazio, inócuo e inconsequente. Cria-se o direito social e estabelece-se o dever correlato do Estado de dar provimento a esse direito. Esta é uma conquista fantástica, magnífica e inédita na história constitucional brasileira. Eliminar esta conquista seria, neste momento, lamentável. Àqueles que temem que por trás desta norma haja uma imposição às empresas lembra o Relator Bernardo Cabral que o dever do provimento desse direito é do Estado, sem prejuízo da sociedade e da família, porque o próprio **caput** do art. 257 diz:

"É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão."

Tão fantástica, tão magnífica e tão inédita é essa conquista que neste momento eliminá-la ou suprimi-la deste texto seria torná-la menor do que poderia ser. Por isso, a posição da Relatoria é pela manutenção do item XXI. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Passa-se à chamada para votação.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Arnaldo Prieto, Eraldo Tinoco, Inocêncio Oliveira, José Lins, Luis Eduardo, João Menezes, Paulo Pimentel, Sandra Cavalcanti, Hugo Napoleão, Edison Lobão, Jonas Pinheiro, Gilson Machado, Ricardo Izar, Afif Domingos. **Votaram NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Celso Dourado, Egídio Ferreira Lima, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, Antônio Brito, João Calmon, José Fogaça, José Paulo Bisol, José Serra, José Ulisses de Oliveira, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nelson Friedrich, Nilson Gibson, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Prisco Viana, Raimundo Bezerra, Rodrigues Palma, Sigmaringa Seixas, Virgildásio de Senna, Albano Franco, Daso Coimbra, Israel Pinheiro, José Tavares, Miro Teixeira, Octácio Elísio, Roberto Brant, Rose de Freitas, Vicente Bogo, Aloysio Chaves, Carlos Chiarelli, José Santana de Vasconcellos, An-

tônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia, Adylson Motta, Lysâneas Maciel, Luiz Salomão, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, José Maria Eymael, Haroldo Lima, Roberto Freire, Jamil Haddad.

#### DECLARAÇÃO DE VOTO

(Do Dep. José Maria Eymael)

"Voto **NÃO** ao Destaque nº 3176/87 uma vez que entendo ser o item XXI um enunciado geral de direita e, que não implica em definição da titularidade do dever correspondente.

Entendo outrossim, que deve ser mantido o espírito do artigo 234, item IV, que estabelece o Estado, como titular do dever, não proibindo, todavia, que este dever tenha a solidariedade da sociedade.

Desde já, defino minha posição contrária a qualquer norma constitucional ou ordinária que conduza a discriminação pelo empregador do empregado com muitos filhos.

Brasília, 13-10-87 – **José Maria Eymael."**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 14 Constituintes; votaram NÃO 55 Constituintes. Total: 69 votos. O Destaque foi rejeitado. Declaração de voto, do Senhor Constituinte José Maria Eymael.

Em votação ao Destaque nº 7592, requerido pelo Constituinte Darcy Pozza, com a mesma redação. Prejudicado.

Em votação o Destaque nº 134, requerido pelo Constituinte Paulo Paim, referente à Emenda nº 34319, de autoria do Sr. Constituinte Edmilson Valentim.

Tem a palavra o autor do destaque.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO PAIM:** – Sr. Presidente, retiramos o destaque por nos sentirmos satisfeitos com a redação do Relator.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Retirado destaque.

Em votação o Destaque nº 210, requerido pela Constituinte Moema São Thiago, referente à Emenda n.º 32955, de autoria da Sr.a Constituinte Lídice da Mata. Retirado o destaque.

Em votação o Destaque nº 1578, requerido pelo Constituinte Paulo Paim, referente à Emenda nº 22498, de sua autoria. Retirado o destaque.

Em votação o Destaque nº 4532, requerido pelo Constituinte José Egreja, referente à Emenda nº 29.364, de sua autoria. Não se encontra presente o autor. Prejudicado o destaque.

Em votação o Destaque nº 5379, requerido pelo Constituinte Francisco Küster, referente à Emenda nº 23.667. Está ausente o autor. Prejudicado.

Em votação o Destaque nº 6699, requerido pelo Constituinte Vasco Alves, referente à Emenda nº 30754, de sua autoria. Ausente.

Prejudicado.

Em votação o Destaque nº 7094, requerido pelo Constituinte Álvaro Valle, que pede à supressão da expressão "de zero a seis anos de idade". Ausente. Prejudicado.

**Destaque nº 7478-87 – Emenda nº ES-33457-3, do Sr. Luiz Roberto Ponte, "que modifica o art. 7º, inciso XXI do Substitutivo nº 1 (art. 6º inciso XXI do Substitutivo nº 2)".**

Em votação o Destaque nº 7478, requerido pelo Constituinte Luís Roberto Ponte, referente à Emenda nº 33457,

de sua autoria, e que solicita o acréscimo ao inciso XXI da expressão "por conta do Estado, na forma da lei". O autor está presente. Tem S. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE LUÍS ROBERTO PONTE:** – Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, sobre o mérito da proposição não vou dizer nenhuma palavra, porque já foi defendida com grande brilhantismo por todos os Constituintes que nos antecederam.

Esse é um dos direitos que mais convém ao trabalhador. Hoje, o auxílio-família pago a todos os trabalhadores não é desembolsado pelos empresários diretamente para evitar uma seleção ao contrário, que prejudicaria precisamente aquilo que se pretende proteger, ou seja; as famílias mais numerosas, e para que todos possam ter a sua creche assegurada. Imaginar-se que é o empresário que paga a creche do filho do trabalhador é incorrer num equívoco enorme. Se o empresário tiver que fazer este pagamento, obviamente haverá a transferência para o custo do produto, e, por via de consequência, quem em última instância pagar isso será o consumidor final.

Nada mais lógico que remeter ao Estado – como já está inclusive, no título "Da Educação" – a responsabilidade de arcar com esse compromisso social, que é de toda a sociedade, sobretudo para evitar essa seleção ao contrário a que já me referi, pois, ao admitir qualquer trabalhador, a primeira pergunta que o empregador fará é a seguinte: quantos filhos entre 0 e 6 anos você tem? Se tiver muitos, será preferido em favor daqueles que não têm filhos. Esta será a seleção na disputa de mercado. Isso se dará de modo absolutamente inquestionável.

Por isso; acho que, embora o texto possa ser entendido como não sendo de responsabilidade do empresário, porque não está explicitado que assim o é, não custa nada tornar explícito que esta responsabilidade é do Estado, como está colocado no texto ligado à educação.

Era isso que queria dizer e peço o apoio dos meus companheiros para a adição dessa expressão.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Para encaminhar contra, concedo a palavra ao Constituinte Artur da Távola.

**O SR. CONSTITUINTE ARTUR DA TÁVOLA:** – Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, lamento não poder participar da idéia de meu companheiro de partido a respeito da Inclusão da expressão "por conta do Estado" no parágrafo em questão, pela mesma razão que aduzi a alguns Constituintes que pretendiam colocar essa responsabilidade exclusivamente no empresariado.

Parece sábio que o texto não aluda diretamente a uma responsabilidade, para que posteriormente a lei defina de maneira adequada, prudente, a forma pela qual se fará a assistência prevista neste parágrafo.

O fundamental desta questão não está na obrigatoriedade do Estado ou do empresariado e sim na palavra "gratuita": O fundamental aqui é exatamente a gratuidade. Essa é a grande conquista.

O texto diz:

"Assistência gratuita, aos seus filhos e dependentes em creches e pré-escolas de zero a seis anos de idade completos..."

O legislador aqui está pretendendo tão-somente garantir o direito à gratuidade nas creches e pré-escolas. Esse dispositivo provém da Subcomissão e da Comissão dá qual fui Relator. Os Srs. Constituintes vão encontrar idêntico texto no capítulo relativo ao menor. Mas é importante que ele faça parte dos direitos e que, posteriormente, na redação final, se encontre a fórmula adequada.

A gratuidade, ela sim, é um direito. Não estamos aqui, neste momento, ao examinar este capítulo, cominando deveres. Estamos garantindo direitos. E o que se está a preservar aqui é o direito da criança.

Chamo a atenção dos Srs. Constituintes para uma conquista, que se vai aos poucos fazendo, e que será, no futuro, uma das maiores. Apenas vinha em texto separado. A Constituição que está sendo votada aqui está garantindo às crianças de zero a seis anos gratuidade nas creches e pré-escolas.

Em seguida, no Capítulo da Educação, o velho dispositivo constitucional garante escola primária obrigatória, gratuita, dos sete aos quatorze anos. Só aqui já estamos tendo um notável avanço na garantia dos direitos sociais. Dos zero aos quatorze anos, a gratuidade é garantida às crianças e adolescentes deste País.

E mais, o Constituinte Roberto Freire lembra outras garantias paralelas, como a do mandado de injunção. Mas há mais: há um dispositivo no Capítulo da Educação, que espero seja aprovado, através do qual se estende, de modo progressivo, na medida do possível, a gratuidade para o ensino médio.

Então, este diploma legal está dando, pela primeira vez no Brasil, para o menor, do nascimento à escola média, uma gama de proteção de alto valor e de alta significação. Por essa razão, encaminho contra a emenda do ilustre Constituinte Luís Roberto Ponte.

A palavra "gratuidade" é que é a chave dessa decisão. Quanto a caber ao Estado e ao empresariado, convenhamos, cabe aos dois, na medida do possível, o auxílio nesse particular. Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup> (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte José Serra, para- falar contra a emenda.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ SERRA:** – Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, eu economizaria aqui parte da minha argumentação, que já foi desenvolvida de maneira precisa pelo Constituinte Artur da Távola. Apenas queria acrescentar mais alguns elementos que não foram colocados. Em primeiro lugar, como disse o Constituinte Artur da Távola, o aspecto essencial aqui é o aspecto do direito não do dever. Em segundo lugar, creio que o texto, como está, não exclui a participação do Estado no financiamento das creches. Este é um outro aspecto muito importante. Não estamos excluindo a participação do Estado ao não aceitar a emenda do Constituinte do Rio Grande do Sul:

Por outro lado, o argumento de que isso oneraria mais as empresas e que deveria ficar por conta do Estado, evidentemente é um argumento que não resiste, porque o Estado tira seu dinheiro de algum lugar: tira dos impostos, se tudo ficar rigorosamente por conta do Estado. Isso, provavelmente, será financiado mediante um aumento ao salário-educação, enfim, mediante aumento de outros tributos que irão onerar os contribuintes e as empresas, de maneira que esse problema não estaria resolvido.

De outra parte, creio que a solução para o problema de creches, no Brasil, não passa exclusivamente pelo Estado; mas também por setores da comunidade, da sociedade, das igrejas, que têm um papel importante nessa área em todas as regiões do País e que, às vezes tão capazes de "fazer um tipo de atendimento mais econômico, com uma eficiência maior do que a do próprio Estado e com uma atenção melhor nesse aspecto. Não vejo por que se deveria, fechar o caminho para isso e já estabelecer, de pronto, estatização de todas as creches de zero a seis anos: Se me permite o Constituinte Luís Roberto Ponte, sem qualquer ironia, isso representa uma contradição com o

que os próprios empresários têm sustentado em relação aos limites da estatização. Quero dizer que sou contra a estatização na Constituição no que se refere ao atendimento de creches na idade de zero a seis anos. E ser contra a estatização não é ser contra a gratuidade, porque a gratuidade pode ser feita com a participação do Estado, da empresa e insisto – da própria comunidade. Temos, por exemplo, no caso de São Paulo, uma ação que é desenvolvida por várias Igrejas e pela Igreja Católica, comandada por D. Luciano, que representa um trabalho extraordinário e que, a meu ver, o Estado deve apoiar, dando todas as condições para que a própria sociedade também desenvolva o seu trabalho nesse sentido.

Estas as razões pelas quais, também, em parte em nome do PMDB, encaminho contra a emenda do Deputado Luís Roberto Ponte.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, quero fazer um apelo ao nobre Constituinte Luís Roberto Ponte, lembrando que o art. 257, § 2º, inciso I, diz que essa obrigatoriedade é responsabilidade do Estado. No Capítulo de Direitos Sociais, em nenhum instante se estabelece que essa obrigação, é da empresa. De modo que faço um apelo a S. Ex.<sup>a</sup> para que retire a sua emenda, como uma homenagem ao seu amigo Relator.

**O SR. CONSTITUINTE LUÍS ROBERTO PONTE:** – Sr. Presidente, Sr. Relator, a finalidade da emenda era exclusivamente evitar que se fizesse, como eu bem disse, uma seleção ao contrário na admissão do trabalhador.

A luz dos esclarecimentos que agora presta o Relator, reafirmando uma interpretação que é perfeitamente possível, de que a sociedade é que tem que assegurar esse direito, retiro a emenda, porque estou esclarecido. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Muito obrigado a V. Ex.<sup>a</sup>

Retirado o destaque, passamos ao inciso XXII, cujo texto do Substitutivo fala:

"XXII: reconhecimento das convenções coletivas de trabalho."

Em votação o Destaque nº 2.952, requerido pelo Constituinte Israel Pinheiro Filho, referente à Emenda nº 33.769.

Está S. Ex.<sup>a</sup> em Plenário? (Pausa) Não. Prejudicado o destaque.

Em votação o Destaque nº 8.240, requerido pelo Constituinte Alysson Paulinelli, referente à Emenda nº 23.910.

S. Ex.<sup>a</sup> não se encontra em Plenário. Prejudicado o destaque.

Passemos ao inciso XXIII.

**Destaque nº 003.177/87, de Sr. José Lins, "que suprime o art. 6º, inciso XXIII, do Substitutivo nº 2". (134ª votação)**

Destaque nº 3.177 solicitado pelo Constituinte José Lins, supressivo do inciso. S. Ex.<sup>a</sup> deseja usar da palavra?

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Sr. Presidente, entendo que as conquistas sociais devem ser amplas em tudo o que diga respeito ao tipo de sociedade em que vivemos. O inciso XXIII do art. 6º diz que são direitos dos trabalhadores: "participação nas vantagens advindas da modernização tecnológica e da automação".

Ora, Sr. Presidente, não sei o que o Relator ou o futuro intérprete da Constituição entenderia pela leitura desse texto que, no mínimo, cria dúvidas. Como vê V. Ex.<sup>a</sup>, já anteriormente o item II refere-se ao seguro desemprego; o item III, ao fundo de garantia; o item IV, ao salário mínimo; o item V, à irredutibilidade da remuneração; o item VI, à garantia de salário nunca inferior ao salário mínimo; o item VII, ao 13º salário; o item VIII, ao salário do trabalho noturno; o item IX – chamo a atenção para este item – refere-se à participação nos lucros desvinculada da remuneração do trabalhador e na gestão da empresa conforme definido em lei ou em negociação coletiva.

Sr. Presidente, entendo que a participação na vantagem advinda da modernização tecnológica realiza-se exatamente através do que estabelece o item IX. Aqui, parece-me que estamos cedendo uma participação antes mesmo que dela advenha qualquer benefício, seja para o empregado, seja para o empregador. Na realidade, estamos antecipando a participação. Cada vez que a empresa se modernizar-se comprar uma máquina ou equipamento mais moderno – deverá imediatamente haver participação dos empregados, mesmo sem saber se o lucro virá ou não. Da mesma forma, quando a empresa adquirir qualquer tecnologia nova, terá também que dar participação aos empregados.

Ora, a empresa, quando adquire equipamento novo, melhora sua tecnologia ou moderniza-se, está-se preparando para oferecer mais lucro, para atender melhor à comunidade, reduzir seus custos e, possivelmente, aumentar o número de empregos ou, então, a remuneração dos seus trabalhadores. Portanto, a partir do momento em que a Constituição obriga a empresa a ceder participação ao trabalhador após introdução da nova tecnologia, sem saber qual será o resultado da modernização do seu equipamento, estaremos adiantando algo que não se sabe se será viável ou não, ou até mesmo poderemos estar impedindo a própria empresa de se modernizar.

De modo que não entendo o que o Relator diz nesse texto, para o qual inclusive chamo a atenção de S. Ex.<sup>a</sup> Porque ou nosso objetivo é modernizar o País, fazer com que a empresa pague todos os benefícios sociais – naturalmente necessários, os quais a comunidade deve exigir – ou então estamos contra a empresa, imaginando que tudo poderá ceder, ainda que pague impostos e o Governo também se obrigue a conceder benefícios através desses impostos recebidos. Portanto, peço a S. Ex.<sup>a</sup> que, no mínimo, explique o que pretende dizer o texto.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Eminentíssimo Constituinte José Lins, se V. Ex.<sup>a</sup> permite, já solicitei autorização do eminente Presidente Jarbas Passarinho no sentido de prestar esclarecimentos a V. Ex.<sup>a</sup>

O inciso IX trata da participação nos lucros; o inciso XXIII, quando fala na participação e nas vantagens, refere-se à redução da jornada de trabalho – amanhã poderá ser uma vantagem da tecnologia; o remanejamento funcional para servidos e trabalhos mais leves; o melhor salário, como existe no Japão. A idéia foi essa.

Veja V. Ex.<sup>a</sup> que esse foi o cuidado do Relator no sentido de não se incluir aí a jornada de trabalho, porque anteriormente estabelecia-se a duração da jornada de trabalho não superior a oito horas diárias, exatamente para poder permitir o que estamos pretendendo.

Quanto ao item que se refere à participação das vantagens advindas, dessa modernização, não é sobre lucro, ao contrário; amanhã poderá haver redução, da jornada de trabalho, em consequência de remanejamento funcional etc. Esta é, portanto, a característica que presidiu a redação desse dispositivo.

Por isso mesmo, com este esclarecimento, sabedor de que, V. Ex.<sup>a</sup> é sobretudo liberal e acreditando que a informação poderá chegar ao que pretendemos, peço a V. Ex.<sup>a</sup>

retirar o destaque, porque me parece que o esclarecimento foi satisfatório.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Sr. Relator, as explicações de V. Ex.<sup>a</sup> não me convencem, mesmo porque a empresa está voltada para o lucro, que proporcionará benefícios, como redução da jornada de trabalho e a participação a que V. Ex.<sup>a</sup> se refere.

Estamos aqui produzindo um texto e, antes mesmo de se saber qual o resultado, a consequência das medidas em benefício da empresa já se lhe obriga a novas concessões ao empregado.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra, para encaminhar contra, o Constituinte Oswaldo Lima Filho.

**O SR. CONSTITUINTE OSWALDO LIMA FILHO:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, imaginei desnecessário defender um texto dessa clareza e até acreditei que nobre Constituinte José Lins; diante de explicações tão claras, tão evidentes, do nobre Relator retirasse sua emenda. Como S. Ex.<sup>a</sup> persiste no objetivo de suprimir o texto, passo a lê-lo e a fazer breves considerações a respeito.

O item XXIII, diferente do item XI – que trata da participação nos lucros – diz, textualmente:

"XXIII – participação nas vantagens advindas da modernização tecnológica e da automação."

É evidente que a Assembléia Nacional Constituinte está legislando para o futuro – um futuro de automação, de tecnologia moderna, de robotização, de tecnologia que incorpora os satélites e o computador a toda atividade industrial.

Ora, a principal decorrência dessa automação tem sido, em todo o mundo industrial, nos países modernos, o desemprego. Raros países tiveram a inteligência e a sabedoria de utilizar a automação, de com ela enriquecer e adquirir produtividade sem promover o desemprego. Entre eles está o Japão, como bem corrobora o ilustre Relator Bernardo Cabral, e é por isso que esse país se constituiu num modelo de desenvolvimento do mundo moderno atingiu elevado grau, de produtividade, os mais altos índices de Produto Interno Bruto e de renda **per capita** e todos os índices promissores na economia, porque ali a automação e o uso dos robôs não conduziram a indústria ao desemprego.

Entre nós, é conveniente que o dispositivo constitucional estabeleça essa meta para o futuro, de modo que a ei ordinária, amanhã, assegure aos trabalhadores participação no resultado, nas vantagens decorrentes da automação e do uso dos robôs e dos computadores.

De resto, essa tem sido a prática nas convenções coletivas de trabalho. Essa reivindicação da classe trabalhadora, onde os sindicatos não são muito fortes, onde a taxa de desemprego – já é alta, não alcança maior resultado. Por isso, é necessária a manutenção do dispositivo, e creio que a "Constituinte agirá acertadamente mantendo-o.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Para falar contra, concedo a palavra ao Constituinte Virgildásio de Senna.

**O SR. CONSTITUINTE VIRGILDÁSIO DE SENNA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, gostaria de chamar a atenção. Ide V. Ex.<sup>as</sup>, no sentido de que o entendimento deste texto está relacionado com a alínea c do inciso I, deste Capítulo.

Nesta Assembléia Nacional Constituinte defendemos ponto de vista de que as empresas poderiam ter como fundamento para a despedida por justa causa dos traba-

lhadores a sua modernização tecnológica. Em contrapartida, estava inserido, exatamente neste inciso, disposição no sentido de que adviriam para o trabalhador vantagens oriundas dessa modernização. Não é, portanto, feliz a emenda do nobre Constituinte José Lins, que busca condenar duplamente o trabalhador. Primeiro, despedindo-o porque a fábrica se moderniza; e, em segundo lugar, porque ele não participa dos resultados e das vantagens dessa modernização, porque entende S. Ex.<sup>a</sup> que todo esse resultado, todas as vantagens advindas de tal modernização devem caber exclusivamente ao empresário.

Assim, como entendo que o texto, claríssimo, contido na alínea c tem de se compatibilizar com o que prescreve o inciso XXIII, encaminho contrariamente à aprovação da emenda supressiva do nobre Constituinte José Lins.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Em votação.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Antoniocarlos Mendes Thame, Arnaldo Prieto, Eraldo Tinoco, Inocêncio Oliveira, José Lins, José Santana de Vasconcellos, Luís Eduardo, José Lourenço, Jonas Pinheiro, Gilson Machado, Darcy Pozza, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia e Afif Domingos.

Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Carlos Sant'Anna, Celso Dourado, Egídio Ferreira Lima, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, Antônio Britto, José Fogaça, José Paulo Bisol, Mário Lima, Nelson Jobim, Nelson Friedrich, Nilson Gibson, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Prisco Viana, Raimundo Bezerra, Rodrigues Palma, Virgildásio de Senna, Albano Franco, José Carlos Grecco, José Tavares, Miro Teixeira, Octávio Elísio, Rose de Freitas, Uldurico Pinto, Carlos Chiarelli, Osvaldo Coelho, Sandra Cavalcanti, Simão Sessim, Antônio Carlos Konder Reis, Gerson Peres, Adylson Motta, Lysâneas Maciel, Luiz Salomão, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, José Maria Eymael, Haroldo Lima e Roberto Freire.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 14 Constituintes; votaram NÃO 47 Constituintes. Total: 61 votos. O Destaque foi **rejeitado**.

Em consequência, dez destaques iguais, do mesmo inciso, ficam rejeitados igualmente. (**Palmas**)

Parece que estamos trabalhando lentamente, porque todas as referências são feitas a que ainda estamos no art. 6º Informa-me a Secretaria que já votamos 108 vezes e eliminamos mais de 1.100 destaques. Espero que prossigamos com maior velocidade.

#### IV – SUSPENSÃO DA REUNIÃO

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A Presidência vai suspender os trabalhos, convocando os Senhores Constituintes para a continuação da presente reunião, amanhã, 14-10-87, às 14:30 horas.

Está suspensa a reunião.

#### EM 14 DE OUTUBRO DE 1987

Presidência dos Srs.: **Aluizio Campos**, Primeiro-Vice-Presidente; **Jarbas Passarinho**, Terceiro-Vice-Presidente; **Fernando Henrique Cardoso**, Quarto-Vice-Presidente.

#### I – REABERTURA DA REUNIÃO

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Havendo número regimental, declaro reaberta a reunião.

**II – COMUNICAÇÕES DA PRESIDÊNCIA:**

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Antes de prosseguirmos com a votação dos destaques, a Presidência deseja informar que, do dia 24 de setembro até o dia 10 de outubro, durante vinte e um dias, foram realizadas aqui, na Comissão, 121 votações. Aprovados 38 destaques; rejeitados 69; prejudicados, por falta de **quorum** 7; prejudicados por matéria não votada, 342; retirados 348 e acolhida uma sugestão pelo Relator sob a denominação do título, que passou a denominar-se Direitos e Garantias, em vez de Direitos e Liberdades. O total foi de 815 destaques que passaram-se por esta Comissão nesses dias.

**III – ORDEM DO DIA****VOTAÇÃO DO PROJETO DE CONSTITUIÇÃO****TÍTULO II (continuação)**

**Destaque nº 1553/87 – Emenda nº 1P-02597-4, do Sr. Olívio Dutra, "que modifica o art. 18, inciso IV, alínea "r" do Projeto de Constituição (art. 6º do Substitutivo nº 2)". (135ª votação)**

Em votação o Destaque nº 1553, do ilustre Constituinte Olívio Dutra, referente à Emenda nº 2597, de sua autoria. Presente o autor do destaque, concedo a palavra a S. Ex.<sup>a</sup>

Trata-se de uma emenda modificativa ao inciso XXIII art. 6º S. Ex.<sup>a</sup> propõe que se diga:

"É assegurada a participação das organizações de trabalhadores nos processos decisórios relativos à introdução de normas tecnológicas no processo de produção."

Tem S. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE OLÍVIO DUTRA:** – Sras. e Srs. Constituintes, membros da Comissão de Sistematização:

Nosso destaque se refere exatamente ao inciso XXIII do art. 6º do capítulo II, dos Direitos Sociais.

O inciso diz textualmente o seguinte:

"Participação nas vantagens advindas da modernização tecnológica e da automação".

Nosso destaque quer enfatizar as questões que entendemos importantes e que trazemos à reflexão dos ilustres membros da Comissão de Sistematização. Somos favoráveis à introdução de modernas tecnologias na produção. Até mesmo entendemos que há setores em que essa tecnologia já deveria ter sido introduzida há mais tempo, mas que o capital não o faz, porque o retorno não é na rapidez que ele gostaria que ocorresse e nem no volume de lucro que lhe interesse.

As modernas tecnologias são decorrentes da apreensão do conhecimento científico que; um patrimônio da humanidade. A tecnologia é transformar o conhecimento científico em bens úteis a serviço da sociedade. Então nós trabalhadores, somos os principais empenhados em que o processo científico chegue ao local de trabalho; melhore as condições de trabalho, os métodos de produção; aumente a produtividade. Entendemos, porém, que devemos ser os principais beneficiários da introdução dos modernos processos tecnológicos. E o texto do inciso XXIII está possibilitando a participação nas vantagens advindas, isto é, está colocando a participação dos trabalhadores a **posteriori** da introdução dos modernos processos tecnológicos.

O art. 6º, na sua letra c, coloca o fator tecnológico como uma possibilidade de justificar demissões. Portanto, se o trabalhador não tiver uma participação na introdução, na definição de políticas tecnológicas ou de automação

no seu local de trabalho, ele poderá não ter participação alguma nos benefícios da introdução, dos processos tecnológicos, porque o fator tecnológico poderá demiti-lo, conforme diz a letra c do art. 6º. Então, o nosso destaque visa corrigir essa possibilidade de o trabalhador, em vez de ser beneficiário da tecnologia, ser a sua principal vítima, com a perda do seu emprego, e possibilita que o trabalhador, através das suas organizações, os sindicatos, a federação ou a confederação, as organizações criadas pelos trabalhadores, até mesmo o seu local de trabalho, com as comissões de fábrica, com as comissões paritárias entre empregados e empregadores, esta forma possibilita que os trabalhadores estejam participando dos benefícios da introdução de modernos processos tecnológicos desde antes deles começarem a produzir seus efeitos.

Entendemos assim, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, que estaremos dando o real espírito que o ilustre e nobre Relator quis dar à redação do inciso XXIII; possibilitar efetivamente que os trabalhadores sejam beneficiários dos modernos processos tecnológicos. Entendemos que o Sr. Relator não quis apenas marcar uma posição de princípio, colocar uma letra morta no texto da Constituição que não tivesse eficácia. Por isto, o nosso destaque vai no sentido de aperfeiçoar a redação do ilustre Relator e assegurar ao conjunto dos trabalhadores a participação nos benefícios da introdução de modernos processos tecnológicos desde o seu início e não apenas a **posteriori**.

Esta é a reflexão que trazemos para os Membros da Comissão de Sistematização. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Só existe até agora, descrição para encaminhamento a favor. A Mesa pergunta aos Srs. presentes se desejam fazer inscrição para encaminhamento contra.

Tem a palavra a Sra. Constituinte Cristina Tavares, para encaminhamento a favor.

**A SRA. CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, estamos chegando ao final deste artigo em que se definem os direitos dos trabalhadores. Queremos assinalar alguns progressos obtidos, aqui, através de um voto, e que longe de significar um processo que venha a ameaçar a consolidação do capitalismo no Brasil, ele apenas resgata o que os trabalhadores já vêm perdendo desvairada acumulação de capital e o desprezo ao trabalho.

Estamos vivendo, Srs. Constituintes, um momento muito importante do desenvolvimento tecnológico mundial. A introdução de novas tecnologias no processo produtivo determinará, como sempre determinou ao longo da história econômica do mundo, não só o poder dos povos, mas o poder dos trabalhadores.

Vimos aqui derrotada uma proposta para a qual pedi destaque mas que não era da minha autoria, era da autoria coletiva, de uma centena de entidades de trabalhadores, de cientistas, de professores que, ao mesmo tempo que aplaudiam um progresso tecnológico e defendiam a necessidade de um projeto tecnológico nacional que acelerasse diante da economia, iria preservar os avanços dessa tecnologia, para que beneficiassem não apenas ao capital, mas, também, ao trabalho. Desgraçadamente, e até acredito que alguns dos Constituintes que votaram contra o destaque não prestaram muita atenção, porque a introdução de tecnologias em uma empresa seria motivo de dispensa por justa causa.

Temos a oportunidade, agora, de resgatar aquele erro cometido semana passada nesta Comissão. Reza o destaque apresentado pelo nobre Constituinte Olívio Dutra que é assegurada a participação da organização dos trabalhadores nos processos decisórios relativos a introdução de novas tecnologias no processo de produção.



Por favor, não venham argumentar que estamos querendo introduzir, através desta Assembléia Nacional Constituinte, desta Comissão de Sistematização, processos exóticos do capitalismo moderno. Falo em modernidade, falo num capitalismo em que possa haver a convivência entre o trabalho e o capital, pois em vários países do mundo, e eu citaria um dos mais desenvolvidos, que é o Japão, existe, na sua legislação, um, instituto que se denomina moratória tecnológica.

A tecnologia, quando é apropriada pelo ramo da atividade econômica, seja nas fábricas, seja nos serviços, as empresas negociam com os sindicatos, e há uma moratória para que a introdução das novas tecnologias não se faça de forma extremamente rápida, prejudicando o mercado de trabalho.

Peço a atenção dos Constituintes, para esta votação. É importante definirmos, aqui, que estamos preocupados com a consolidação de um sistema social, econômico e político, em que uma banda do Brasil, a banda minoritária, não esmague a outra banda do Brasil, a banda majoritária, a banda dos trabalhadores.

Daí por que venho defender o destaque, do Constituinte Olívio Dutra. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Para pronunciar-se contra, concedo a palavra ao nobre Constituinte Egídio Ferreira Lima.

**O SR. CONSTITUINTE EGÍDIO FERREIRA LIMA:** – Sr. Presidente, o texto do inciso enfocado pela emenda diz que:

"É direito do trabalhador a participação nas vantagens advindas da modernização tecnológica e da automação."

A emenda é substitutiva, propõe que se tire, que se exclua esse texto, e ponha um outro que permite a participação dos trabalhadores nas decisões que levarão à modernização.

Creio que a melhor política, em favor dos trabalhadores, é o preceito como se encontra o enunciado: o direito do trabalhador de participar dos produtos advindos da tecnologia e da modernização.

Como o texto está redigido vai permitir que a legislação ordinária, mais tarde, crie mecanismos que permitam a participação do trabalhador naqueles atos, naquelas decisões da empresa que levarão a essa evolução, a essa modernização.

Não vejo como possa ser acolhida a emenda, sobretudo quando visa à erradicação do princípio colocado pelo Relator do Projeto.

Pronuncio-me contra.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Tem a palavra o Sr. Relator, Bernardo Cabral.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente e Srs. Constituintes, malgrado a posição dos eminentes Constituintes que defenderam a emenda, assiste razão ao Constituinte Egídio Ferreira Lima. S. Ex.<sup>a</sup> coloca, com propriedade, o que pretende o inciso XXIII.

Em verdade, diz a emenda que é assegurada a participação das organizações de trabalhadores nos processos decisórios, relativos à introdução de novas tecnologias no processo de produção. O substitutivo dá a garantia ao trabalhador de participar nas vantagens advindas da modernização tecnológica e da automação. Se fôssemos acolher a emenda, seria uma subordinação, uma inversão da empresa para a entidade, quando queremos é dar ao trabalhador esse direito. E chamo a atenção dos Srs. para o inciso IX do Substitutivo já aprovado, onde se vê a participação dos trabalhadores nos lucros desvinculados da sua remuneração e na gestão da empresa.

Conseqüentemente, com esse aspecto o empregado está completamente garantido; mudar como se pretende aqui, numa substituição, seria prejudicá-lo. Por isso, a Relatoria também se posiciona contra a emenda.

Durante o pronunciamento do Sr. Bernardo Cabral, o **Sr. Aluísio Campos**, Primeiro-Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo **Sr. Jarbas Passarinho**, Terceiro-Vice-Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Passa-se à votação.

(Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Carlos Mosconi, Cristina Tavares, Francisco Pinto, Haroldo: Abóia, Mário Lima, Paulo Ramos, Sigmaringa Seixas, Antonio Mariz, José Carlos Grecco, Miro Teixeira, Octávio Elísio, Rose de Freitas, Vilson Souza, Brandão Monteiro, José Maurício, Lysâneas Maciel, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Haroldo Lima, Roberto Freire e Jamil Haddad. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Aluísio Campos, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Egídio Ferreira Lima, Fernando Gasparian, Antônio Britto, João Calmon, José Ignácio Ferreira, José Serra, Nelson Jobim, Nilson Gibson, Oswaldo Lima Filho, Pimenta da Veiga, Raimundo Bezerra, Theodoro Mendes, Wilson Martins, Délio Braz, Israel Pinheiro, José Tavares, Marcos Lima, Aloysio Chaves. Arnaldo Prieto, Eraldo Tinoco, Inocêncio Oliveira, José Lins, José Santana de Vasconcellos, Luís Eduardo, Paulo Pimentel, Ricardo Fiúza, Sandra Cavalcanti, Jonas Pinheiro, Ricardo Izar, Simão Sessim, Darcy Pozza, Gerson Peres, Jarbas Passarinho, Bonifácio de Andrada, Francisco Rossi, Joaquim Bevilacqua e Adolfo Oliveira.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 23 Constituintes; votaram NÃO 40 Constituintes. Total: 63 votos. O Destaque foi **prejudicado** por falta de **quorum** qualificado.

Em votação o Destaque nº 1.581, requerido pelo nobre Constituinte Paulo Paim. **(Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup> retira o destaque.

**Destaque nº 5.757-87 – Emenda nº ES-30879-A, do Sr. Carlos Alberto Caó, "quem adita expressão ao art. 7º inciso XXV do Substitutivo nº 1 (art. 6º, inciso XXIII do Substitutivo nº 2.)" (136ª votação)**

Em votação o Destaque nº 5.757, requerido pelo nobre Constituinte Carlos Alberto Caó. **(Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup> não se encontra presente.

Há indicação para o nobre Constituinte Luiz Salomão defender o destaque Tem a palavra S. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. CONSTITUINTE LUIZ SALOMÃO:** – Sr. Presidente, nobre Relator, nobres Constituintes, a tarefa que me cabe de defender a emenda do Constituinte Carlos Alberto Caó está bastante dificultada pelo parecer exarado, minutos atrás, pelo nobre Constituinte Bernardo Cabral. Ainda assim, tenho a pretensão de encarecer ao nobre Relator Bernardo Cabral uma reflexão em torno desta questão, porquanto discordo do ponto de vista do Constituinte Egídio Ferreira Lima.

O que interessa aos trabalhadores não é a participação nos resultados da introdução de novas tecnologias, mesmo porque é extremamente difícil mensurar quais são as vantagens da introdução de novas, tecnologias. A introdução de novas tecnologias implica a redução do consumo dos coeficientes técnicos, pelo emprego de mão-de-obra ou do emprego de fatores de produção, de matérias-primas, de energia, do que seja. E isto é extremamente difícil de mensurar a que atribuir economias do processo de produção.

Nobre Relator Bernardo Cabral, eu encareceria a sua atenção para este aspecto, porque é extremamente importante compreender como se dá a inovação tecnológica nos processos industriais. O que pretende a emenda do nobre Constituinte Carlos Alberto Caó não é uma participação eventual em vantagens auferidas pela empresa, pela melhoria do seu processo de produção. O que ele pretende é uma participação dos trabalhadores no processo político de decisão da introdução dessas tecnologias sempre que estas novas tecnologias impliquem redução dos postos de trabalho. O que se está buscando com esta proposição é evitar o desemprego tecnológico, o deslocamento do trabalhador pela maquinaria, sem que haja qualquer tipo de negociação entre o detentor da tecnologia, entre o patrão que introduz essa inovação tecnológica e os seus empregados.

De modo que há uma diferença bastante acentuada entre o que propõe a emenda do Constituinte Carlos Alberto Caó e o que consta do texto do nobre Relator Bernardo Cabral, que teve a melhor das intenções, que teve uma intenção realmente louvável de dar aos empregados uma participação, qualquer que seja, nas vantagens decorrentes das inovações tecnológicas. O que eu quero registrar em termos dessa diferença é que o que se está propondo não é uma participação economicista, não é uma partilha das vantagens entre o patrão e os empregados. O que se está pretendendo é a defesa do emprego em função das inovações tecnológicas que são substituidoras de mão-de-obra, e isto é extremamente importante para clarear o inciso I, letra b, do art. 6º, do nobre Relator Bernardo Cabral.

Hoje, uma das causas de motivação aceitas no projeto de V. Ex.<sup>a</sup> é exatamente a mudança tecnológica como um dos fatores que permite ao patrão desempregar. Se isso não ficar esclarecido, pode-se interpretar que a letra b, inciso I, do art. 6º faculta ao patrão despedir, dentro das ressalvas da proteção contra a demissão imotivada, apenas porque se introduziu uma inovação tecnológica.

Presto este esclarecimento, tento esclarecer este ponto na expectativa de fazer V. Ex.<sup>a</sup> compreender que há uma diferença entre a participação do ponto de vista econômico as vantagens das inovações tecnológicas introduzidas nos processos industriais e o que propõe o Constituinte Carlos Alberto Caó, que é uma participação; não é, de nenhuma forma, uma intervenção; a decisão permanece com o patrão. Apenas ele tem de dar conhecimento das implicações técnicas das inovações tecnológicas introduzidas.

Era este o esclarecimento que eu queria prestar.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Não há oradores inscritos.

O Sr. Relator quer falar? (Pausa)

Em votação.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Constituintes: Abigail Feltosa, Ademir Andrade, Carlos Mosconi, Cristina Tavares, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, João Herrmann Neto, José Paulo Bisol, Mário Lima, Nilton Friedrich, Paulo Ramos, Rodrigues Palma, Sigmaringa Seixas, Antonio Mariz, José Carlos Grecco, Octávio Elísio, Rose de Freitas, Uldurico Pinto, Vilson Souza, Brandão Monteiro, José Maurício, Lysâneas Maciel, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Haroldo Lima, Roberto Freire, Jamil Haddad. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Alfredo Campos, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Celso Dourado, Egídio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Gasparian, Antônio Britto, João Calmon, Milton Reis, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nilson Gibson, Oswaldo Lima Filho, Pimenta da Veiga, Raimundo Bezerra, Theodoro Mendes, Wilson Martins, Délio

Braz, Israel Pinheiro, João Natal, José Costa, Marcos Lima, Michel Temer, Roberto Brant, Alcení Guerra, Aloysio Chaves, Arnaldo Prieto, Eraldo Tinoco, Inocêncio Oliveira, José Jorge, José Lins, José Santana de Vasconcellos, Luís Eduardo, Mário Assad, Paulo Pimentel, Ricardo Fiúza, Sandra Cavalcanti, Jonas Pinheiro, Gilson Machado, Ricardo Izar, Simão Sessim, Darcy Pozza, Gerson Pares, Jarbas Passarinho, Adylson Motta, Francisco Rossi, Joaquim Bevilacqua, Adolfo Oliveira, José Maria Eymael, Antonio Farias.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 27 Constituintes; votaram NÃO 51 Constituintes. Total: 78 votos. O Destaque foi **rejeitado**.

Passa-se à apreciação do Inciso XXIV, cujo teor é:

"Seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa."

**Destaque nº 0344-87, do Sr. Constituinte Eduardo Jorge – Emenda nº ES-34058-1 (em parte) da Sra. Abigail Feitosa, "que dá nova redação do inciso XXIV do art. 7º, do Substitutivo nº 1 (art. 6º, inciso XXIV, do Substitutivo nº 2)".**

Em votação o Destaque 344 do Constituinte Eduardo Jorge, referente à Emenda 34058, de autoria da Constituinte Abigail Feitosa.

Tem a palavra a Sra. Constituinte Abigail Feitosa.

**A SRA. CONSTITUINTE ABIGAIL FEITOSA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

A emenda que defendo do Inciso XXIV é:

"XXIV – seguro contra acidente do trabalho, doenças profissionais e do trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a responsabilidade civil e criminal e a indenização prevista no direito comum em caso de culpa ou dolo."

O País tem altos índices de acidente do trabalho e as doenças profissionais estão sendo vistas todos os dias, haja vista o caso dos mineiros, a contaminação, o problema do mercúrio, do pessoal que lida com ouro. Agora mesmo estamos vendo um acidente que não é especificamente de trabalho, mas, no instante em que se utiliza a energia nuclear, é indispensável levantar este assunto. Eu gostaria, então, que os companheiros vissem com cuidado essa questão do acidente do trabalho, porque muita gente fica, inclusive, incapacitada. Temos na Bahia um problema com o pessoal que trabalha no sisal, que fica mutilado. Assisti, em determinada ocasião, a uma assembleia com 500 pessoas com os braços levantados, semelhante a um quadro de guerra, pois todos tinham o antebraço amputado. Temos de valorizar isto. Outro exemplo é do pessoal que trabalha na indústria petroquímica e sofre contaminação por substâncias químicas.

Desta forma, eu gostaria de chamar a atenção do Presidente e dos Srs. Constituintes, para que seja garantida ao trabalhador a assistência e para que ele tome conhecimento de que seu trabalho é perigoso, porque não se admite mais que exatamente quando o homem se prepara para avançar na civilização, que ele não esteja preparado para trabalhar com este tipo de substância que pode trazer dano à sua saúde. O caso dos mineiros é o que mais me chama a atenção.

Assim, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, eu gostaria que fosse modificado o texto e constasse esta expressão:

"Seguro contra acidente do trabalho, doenças profissionais e do trabalho a cargo do empregador, sem excluir a responsabilidade civil e criminal e a indenização prevista no direito comum em caso de culpa ou dolo."

Os empresários não se incomodam muito com essa questão, e realmente levam mais em conta o quanto eles ganham e que fatura eles têm ao trabalhar com essa questão. E os trabalhadores pagam com a saúde e, às vezes, de maneira fatal.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Não há mais oradores inscritos.

Com a palavra o nobre Relator Bernardo Cabral.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente e Srs. Constituintes: É com profundo pesar que me coloco contra a Constituinte Abigail Feitosa, para a manutenção do texto, que além de explícito, protege o trabalhador da seguinte forma:

"Seguro contra acidentes do trabalho, a cargo do empregador, sem excluir indenização a que este está obrigado quando incorrer em dolo ou culpa."

A emenda pretende o mesmo seguro, mas imputa a doença profissional e a do trabalho, a cargo do empregador, ainda quer que a ele seja também incluída a responsabilidade civil, criminal e a indenização prevista comum em caso de culpa ou dolo.

Há muita mistura no campo do Direito. De modo que não é uma boa redação, e peço permissão para esta crítica, a fim de ficar com a do texto, que é bastante explícito. Por isso, o Relator vota contra, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Passa-se à chamada da votação.

Antes de dar início à votação, o Relator consulta se a Constituinte Abigail Feitosa retira a sua emenda.

**A SRA. CONSTITUINTE ABIGAIL FEITOSA:** – Retiro.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Retirada a emenda.

**Destaque nº 2.959-87 – Emenda nº 33776-9, do Sr. Israel Pinheiro, "que dá nova redação ao inciso XXIV, do art. 7º do Substitutivo nº 1 (art. 6º, inciso XXIV do Substitutivo nº 2)".**

Em votação o Destaque nº 2959, requerido pelo Constituinte Israel Pinheiro referente à Emenda nº 33776, de sua autoria.

Tem a palavra o Sr. Constituinte Israel Pinheiro.

**O SR. CONSTITUINTE ISRAEL PINHEIRO:** – Sr. Presidente e Srs. membros desta Comissão, este destaque talvez seja até mais redacional. Propondo a supressão da parte final do inciso XXIV, quando diz: a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado quando incorrer em dolo ou culpa."

A razão é que nos arts. 223 e 224, quando trata da seguridade social, diz o seguinte:

"Art. 223 – A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações, voltado para assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social."

E o bolo financeiro compreende a parte do empregador e a parte do empregado. Ora, aqui no inciso XXIV diz que só compete ao empregador. Então, vai entrar em choque com o bolo da Previdência Social, quando sabemos hoje que há uma participação da parte do empregado no seguro, que é pago pela Previdência Social aos empregados.

A emenda, Sr. Relator e Sras. e Srs. membros da Comissão, visa exatamente a corrigir, a dirimir dúvidas que por acaso possam surgir, sem prejudicar o mérito do inciso, que é da maior importância quando protege o trabalhador de seguro contra acidente de trabalho. Diria mais: é uma emenda corretiva, esclarecedora, para evitar futu-

ras dúvidas a respeito da formação fundo que há de definir os recursos oriundos para o pagamento do seguro em função dos acidentes de trabalho.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra o Relator Bernardo Cabral.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente e Srs. Constituintes, é evidente que a emenda do Constituinte Israel Pinheiro é danosa ao empregado. O que se quer aqui não tem nada a ver com Previdência Social. O que se fala aqui é em acidente de trabalho a cargo do empregador, devidamente caracterizado como direito social do trabalhador. Sabe S. Ex.<sup>a</sup> da estima em que o tenho, a dificuldade com que me sinto tomado de me posicionar contra S. Ex.<sup>a</sup> mas sou forçado, à vista de não querer amputar esse direito social do trabalhador, a votar contra a emenda de S. Ex.<sup>a</sup>

**O CONSTITUINTE ISRAEL PINHEIRO:** – Sr. Presidente, em função das explicações do Relator, retiro o destaque.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Muito obrigado a V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Retirado o destaque.

Em votação o Destaque nº 8049, requerido pelo Constituinte Antoniocarlos Mendes Thame, referente à emenda de sua autoria.

Está presente o autor? **(Pausa)**

Ausente.

Prejudicado.

Em votação o Destaque nº 8259, requerido pelo Constituinte Alysson Paulinelli referente à emenda de sua autoria.

Está presente o autor? **(Pausa)**

Ausente.

Prejudicado.

Passamos ao item XXV do art. 6º, cujo teor na redação do Substitutivo é o seguinte:

"Proibição de distinção entre trabalho manual, técnico ou intelectual ou entre os profissionais respectivos."

**Destaque nº 3187-87, do Sr. José Lins, "que suprime o inciso XXV, do art. 6º do Substitutivo nº 2".**

Em votação o Destaque nº 3178, de autoria do Constituinte José Lins, supressivo do inciso.

Tem a palavra o Constituinte José Lins.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a redação proposta pelo autor ao item XXV, do art. 6º diz:

"Proibição de distinção entre trabalho manual, técnico ou intelectual ou entre os profissionais respectivos."

Este texto é tradicional nas Constituições brasileiras. As três últimas Constituições, pelo menos, consagram a mesma redação. Mas, Sr. Presidente, imagino que nós temos obrigação de aperfeiçoar o texto. Na realidade, não sei qual é o objetivo a atingir, através do estabelecimento dessa redação na Constituição. Porque ela se refere à proibição de distinção entre trabalho manual, técnico, ou de outra natureza, pergunto se essa distinção é para efeito de salários, se é para efeito de jornada de trabalho, porque mesmo quando se trata de trabalho físico, a própria Constituição já distingue o trabalho, diurno do trabalho noturno, o trabalho salubre do insalubre. E quando se pensa na formação da mão-de-obra, chegamos a não entender realmente qual é o objetivo do texto, porque a mão-

de-obra tem todo um rito de formação: desde a mão-de-obra desqualificada, que praticamente não precisa de nenhuma escola, até a mão-de-obra de nível médio e a mão-de-obra altamente especializada. Ora, se pretendemos que não haja distinção, deve haver um objetivo: distinção para fins de jornada de trabalho, distinção para fins de salário. Parece-me que este é um objetivo praticamente inatingível. E quando se trata de proibição de distinção entre os profissionais respectivos, a coisa realmente se complica, pelo menos para mim, que não chego a perceber bem qual é o objetivo desse parágrafo.

Imagino que a redação natural seria: "Ninguém será discriminado em função de sexo, cor, profissão, trabalho". Eu entenderia a redação, se ela se dirigisse para esse lado.

Tenho um profundo respeito pelo Relator, e quem sabe ele poderia nos ajudar esclarecendo essa matéria.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Constituinte José Lins, pediria a atenção de V. Ex.<sup>a</sup> para a sua indagação.

A Constituição de 1967, a atual, conforme diz V. Ex.<sup>a</sup>, já é uma tradição em nosso Direito Constitucional este registro de proibição de distinção entre trabalho manual, técnico ou intelectual, ou entre os profissionais respectivos. Parou-se aí, como as Constituições anteriores assim vêm fazendo, porque foi a de 1946 que estabeleceu qual era essa distinção:

"Não se admitirá distinção entre direitos, garantias e benefícios."

Por isso tinha razão V. Ex.<sup>a</sup> quando indagava: – Será que era jornada de trabalho? Não caberia.

Então, apenas direitos, garantias e benefícios. Por isso é que se justifica a inclusão no texto constitucional, para que se respeitem esses direitos, essas garantias e esses benefícios.

À vista desse esclarecimento, que é o texto original da Constituição de 1946, que me permito ler para V. Ex.<sup>a</sup>:

"Não se admitirá distinção entre o trabalho manual ou técnico e trabalho intelectual, nem entre os profissionais respectivos."

Aqui param as demais; e a de 1946 continuava:

"...no que concerne a direitos, garantias e benefícios."

E hoje não continua, porque já está devidamente consagrado o que diz respeito a esses direitos, garantias e benefícios.

Por essa razão, apelo para V. Ex.<sup>a</sup> – caso o meu esclarecimento tenha satisfeito a V. Ex.<sup>a</sup> – no sentido de que retire a emenda de sua autoria.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Talvez eu tivesse preferido o texto a que V. Ex.<sup>a</sup> fez referência. Retiro, porque, realmente, entendo que a intenção é boa.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Muito obrigado a V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Retirado o destaque.

Em votação o Destaque nº 7.486, requerido pelo Constituinte Luís Roberto Ponte, que suprime a expressão "ou entre os profissionais respectivos".

**O SR. CONSTITUINTE LUÍS ROBERTO PONTE:** – Sr. Presidente, a minha dúvida era muito na linha do colega que me antecedeu, porque se era a finalidade de distinguir entre salários de profissionais iguais, me pareceria não ser conveniente, já que se tem sempre a necessidade de distinguir, dentre os mesmos profissionais, em termos de remuneração, aqueles que são mais capazes e mais dedicados. A preocupação era desta ordem. A luz dos esclarecimentos – se me confirma o Relator que não é isto que pretende impedir – retirarei o meu destaque.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Muito obrigado, Ex.<sup>a</sup> É exatamente isso!

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Retirado o destaque.

Em relação ainda ao art. 6º, temos agora as emendas aditivas.

A primeira é de autoria do nobre Constituinte Nelson Carneiro, que requer preferência para o Destaque nº 1.395/87, Emenda nº ES-22193-1, de sua autoria.

Trata-se, portanto, de um requerimento de preferência. Não há encaminhamento, mas é requerimento que deve ser submetido a votação simbólica.

Os Srs. Constituintes que estejam de acordo com o requerimento de preferência queiram permanecer sentados.

**(Pausa.)**

Aprovado por maioria.

**Destaque nº 1395-87 – Emenda nº ES-22193-1 do Sr. Nelson Carneiro, "que adita inciso ao art. 7º do Substitutivo nº 1 (art. 6º do Substitutivo nº 2)". (137ª votação)**

Em consequência, passaremos à votação da Emenda nº 22193-1, de autoria do Constituinte Nelson Carneiro, que acrescenta o seguinte item:

XXV – proibição de diferença de salários e de critério de admissões por motivo de sexo, cor e estado civil.

Tem a palavra S. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, acredito que o nobre Relator, por um lapso, não incluiu este dispositivo no texto do seu projeto. Ele figurou, pela primeira vez, e por minha iniciativa, na Constituição de 1967.

O que visa esse texto? Diz apenas o seguinte:

"Proibição de diferença de salários e de critério de admissões por motivo de sexo, cor e estado civil."

Esse texto constitucional já foi objeto de duas leis que o regulamentam: a Lei nº 5.473, de 1968, e a Lei nº 7.437, de 1985.

O que visa isso, Srs. Constituintes?

O dispositivo visa impedir que, por motivo de sexo, cor e, principalmente, de estado civil, sejam impedidas de entrar no serviço público ou no serviço privado pessoas que seriam discriminadas.

A primeira Lei, sob o nº 5.473, de 1968, que regulamentou esse dispositivo, diz o seguinte, no seu art. 1º:

"São nulas as disposições e providências que, direta ou indiretamente, criam discriminações entre brasileiros de ambos os sexos para provimento de cargos sujeitos à seleção, assim nas empresas privadas como nos quadros do funcionalismo público civil, estadual ou municipal, do serviço autárquico, de sociedades de economia mista e de empresas concessionárias do serviço público."

Todos nós sabemos que certas empresas despedem as suas funcionárias quando elas se casam, porque não querem arcar com a ausência durante o período de gravidez. Outras não são admitidas por motivo de cor, embora na seleção elas tenham alcançado o mesmo nível, ou muitas vezes um nível melhor do que as suas concorrentes.

Há dois exemplos frisantes que todos conhecem. Há poucos anos, a Petrobrás se recusou a empregar geólogas que tinham sido aprovadas no concurso a que se submeteram. Por quê? Por motivo de sexo. Foi preciso que no Parlamento se fizesse um grande movimento, do qual participei e de que participaram as instituições femininas, para que a Petrobrás acabasse admitindo a presença das

geólogas nos serviços especializados para os quais se tinham preparado. E mais ainda. Os pernambucanos se lembram de que o Tribunal de Justiça de Pernambuco se recusou a dar posse às juízas que haviam passado no concurso, somente porque eram mulheres. Foi preciso um grande clamor nacional para que o Tribunal de Justiça acolhesse juízes que tinham passado no concurso, mas que eram no sexo feminino.

Todos vemos as discriminações que marcam a presença da mulher, principalmente da mulher devido ao seu estado conjugal. As mulheres não podem entrar sozinhas num bar, porque não são atendidas, as mulheres não podem se hospedar sozinhas num hotel, porque não são atendidas.

Quero a atenção especial do Sr. Relator, para dizer a S. Ex.<sup>a</sup> que só por engano esse texto não figura, desde logo, no seu projeto porque o atual artigo, o art. 165, item III, da atual Constituição, já é um direito que está na atual Constituição e que está regulamentado por duas leis.

De modo que espero que S. Ex.<sup>a</sup> opine favoravelmente a esta emenda que consubstancia um direito do trabalhador: a igualdade na admissão e no salário, independentemente do sexo, da cor e do estado civil.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Vamos proceder à votação.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada dos Srs. Constituintes.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Alfredo Campos, Artur da Távola, Carlos Mosconi, Carlos Sant'Anna, Celso Dourado, Egidio Ferreira Lima, Haroldo Sabóia, Antônio Britto, João Calmon, João Herrmann Neto, José Fogaça, José Serra, Mário Lima, Milton Reis, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nilson Gibson, Oswaldo Lima Filho, Pimenta da Veiga, Prisco Viana, Raimundo Bezerra, Rodrigues Palma, Sigmaringa Seixas, Wilson Martins, Antonio Mariz, Israel Pinheiro, José Carlos Grecco, José Costa, José Tavares, Miro Teixeira, Octávio Elísio, Rose de Freitas, Antoniocarlos Mendes Thame, Arnaldo Prieto, Eraldo Tinoco, José Lins, Mário Assad, Oswaldo Coelho, Paulo Pimentel, Ricardo Fiúza, Sandra Cavalcanti, Jonas Pinheiro, Gilson Machado, Ricardo Izar, Simão Sessim, Darcy Pozza, Gerson Peres, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia, Adylson Motta, Francisco Rossi, Joaquim Bevilacqua, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Siqueira Campos, Roberto Freire e Antonio Farias. **Votaram NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Bernardo Cabral, Cristina Tavares, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Gasparian, Francisco Pinto, José Paulo Bisol, José Richa, Nelson Friedrich, Paulo Ramos, Theodoro Mendes, Virgildásio de Senna, Délio Braz, Michel Temer, Uldurico Pinto, Vilson Souza, Alcení Guerra, Aloysio Chaves, Inocêncio Oliveira, José Jorge, Luís Eduardo, José Maurício, Bocayuva Cunha, Adolfo Oliveira, Haroldo Lima e Jamil Haddad.

Durante a chamada nominal da votação do Destaque nº 1395, o **Sr. Jarbas Passarinho**, Terceiro-Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo **Sr. Fernando Henrique Cardoso**, Quarto-Vice-Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 59 Constituintes; votaram NÃO 25 Constituintes. Total: 84 votos.

O Destaque foi **aprovado**.

**Destaque nº 2451/87 – Emenda nº ES-33193-1, do Sr. Adhemar de Barros Filho, "que adita o inciso XXV ao art. 7º do Substitutivo nº 1 (art. 6º do Substitutivo nº 2)".**

Passa-se à consideração do Destaque nº 2451, apresentado pelos Constituintes Adhemar de Barros Filho e José Maurício.

A emenda do Constituinte Adhemar de Barros Filho diz o seguinte:

"É assegurado ao trabalhador urbano e rural o direito de se organizar sob forma cooperativa."

Tem a palavra o Sr. Constituinte Adhemar de Barros Filho.

**O SR. CONSTITUINTE ADHEMAR DE BARROS FILHO:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a emenda de nossa autoria, de nº **33193**, realmente busca introduzir, sob forma de inciso ao art. 6º, o texto que acaba de ser lido por V. Ex.<sup>a</sup>

"Assegura ao trabalhador urbano ou rural o direito de se organizar sob forma de cooperativa."

Entendemos que deveríamos ser explícitos ao nível dos direitos sociais. Foi esta a proposta, exatamente pelo texto do substitutivo apresentado pelo ilustre Relator, Constituinte Bernardo Cabral.

As referências ao cooperativismo são limitadas ao Capítulo da Ordem Econômica. S. Ex.<sup>a</sup> propõe no art. 195, por exemplo, § 1º:

"A lei apoiara e estimulará o cooperativismo e outras formas."

Coloca ao nível, portanto, de lei ordinária, lei complementar.

No § 3º do mesmo art. 195, propõe o ilustre Relator:

"O Estado organizará a atividade garimpeira em cooperativas."

Isto também é ao nível de lei ordinária.

Ainda no Capítulo da Ordem Econômica, no art. 213, S. Ex.<sup>a</sup> propõe que:

"A alienação ou concessão, a qualquer título, de terras públicas, com área superior a 500 hectares, a uma só pessoa física ou jurídica, ainda que por interposta pessoa, excetuados os casos de cooperativas de produção, originárias de processos de reforma agrária..."

Nós entendemos que o direito de se organizar sob forma de cooperativa é muito mais um direito que se insere no contexto dos direitos sociais e que, portanto, deveria ser claramente expresso como inciso do art. 6º. Entendemos que, embora repita, ao nível de princípio constitucional e não ao nível de lei ordinária, facultando ao Estado organizar-se ou permitir que se organize, permitir que receba estímulo ou apoio, entendemos que se fortalece efetivamente, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a tese do cooperativismo fundamental para o princípio do artesanato, fundamental para o princípio de toda a forma de organização em que entra aquilo que o trabalhador tem de mais importante que é o seu trabalho, a sua capacidade de gerar trabalho. No instante em que essa capacidade se organiza sob forma cooperativa ou sob forma associativa, qualquer que ela seja, desse momento em diante ele pausa a se valorizar.

Então, o objetivo da Constituinte nada mais é do que realmente inserir, ao nível do contexto dos direitos sociais, o direito de se organizar sob forma cooperativa e que esteja claramente e bem explícito como inciso do art. 6º.

Esta é a proposta que nós, neste momento, submetemos a voto dos ilustres Constituintes aqui presentes para que, recebendo o apoio desta Casa, possa vir a fortalecer a tese do cooperativismo que, a nossa ver, está fragilmente exposta no artigo, no capítulo da Ordem Econômica, seja no art. 195, seja no art. 213.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente, e neste sentido gostaria de ouvir a palavra do ilustre Relator com

relação à proposta que estamos encaminhando através desta emenda destacada por nós.

Muito obrigado.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ PAULO BISOL:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Tem a palavra o Constituinte José Paulo Bisol.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ PAULO BISOL:** – Sr. Presidente, entendo que deveremos refletir sobre o assunto. Esta emenda está prejudicada, porque em uma outra emenda, anteriormente, relativa ao inciso da liberdade de associação, acrescentamos a liberdade na formação e estruturação de cooperativas. De modo que é matéria inteiramente prejudicada, é matéria vencida. Era a questão.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Vou pedir ao Relator que faça uso da palavra e, quem sabe, depois o Constituinte Adhemar de Barros faça uma reflexão coletiva.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, quando o Constituinte Bisol levantou da tribuna esta questão, S. Ex.<sup>a</sup> dizia que era seu convencimento de que a associação englobaria, mas, depois, retificava o seu conceito para ampliar para a cooperativa no que foi aplaudido por este Relator que com S. Ex.<sup>a</sup> concordou. Acontece que o Constituinte Adhemar de Barros Filho não se encontrava aqui. Temos que louvar e saudar a sua responsabilidade em querer fazer esta inclusão. Mas como já está atendido, eu faria um apelo ao Constituinte Adhemar de Barros Filho, se S. Ex.<sup>a</sup> concordaria em retirar a sua emenda, uma vez que ela já foi contemplada.

**O SR. CONSTITUINTE ADHEMAR DE BARROS FILHO:** – Consulto o ilustre Constituinte, Relator Bernardo Cabral, sobre o texto a que o Senador Bisol se refere, no qual já estaria assegurada essa liberdade, de que o trabalhador se organizasse em forma ou associativa ou cooperativa, porque, realmente, nesta sessão, eu não estava presente. Consulto V. Ex.<sup>a</sup> se seria possível ler da tribuna o texto que foi referido pelo Constituinte.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ PBISOL:** – Apresentamos uma emenda ao § 40, que reza:

"É plena a liberdade de associação." Vou-me permitir a omissão da leitura restante. E nós, com a emenda que foi aprovada, acrescentamos: "é plena a liberdade de associação e cooperativa." Então, incluí o conteúdo da matéria, rigorosamente idêntica. Há, portanto, prejudicialidade.

**O SR. CONSTITUINTE ADHEMAR DE BARROS FILHO:** – Sr. Presidente, considero, então, prejudicada a emenda, por ter sido acolhida. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Retirado.

Há um pedido de preferência para o Destaque de nº 7.704, da Constituinte Cristina Tavares. (Palmas)

Retirado.

V. Ex.<sup>a</sup> abre mão do destaque ou só da preferência?

(Pausa)

A Constituinte Cristina Tavares pede que "seja assegurada a igualdade de salário para igual trabalho, sendo vedada a diferença de critério de admissão, promoção e dispensa por motivo de raça, sexo, cor, religião, opinião política etc...". Creio que está prejudicada.

Constituinte Cristina Tavares, V. Ex.<sup>a</sup> mantém o destaque, uma vez que desistiu da preferência?

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Pois não.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Quer me parecer, sem querer me jogar contra a colega, que esta emenda está prejudicada pela aprovação da anterior.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Creio que procede a questão de ordem. V. Ex.<sup>a</sup> assistiu aqui à votação da emenda do Senador Nelson Carneiro.

**A SRA. CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES:** – Se V. Ex.<sup>a</sup> crê que ela está prejudicada, acato a decisão de V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. CONSTITUINTE PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO:** – Para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Pois não.

**O SR. CONSTITUINTE PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO:** – Tenho a impressão de que não está prejudicada a emenda, porque a do Constituinte Nelson Carneiro diz o seguinte:

"Não se pode discriminar ninguém por causa de estado civil, sexo e cor."

As emendas do Constituinte Paulo Paim e de vários outros Constituintes introduzem várias outras causas e que não podem ser prejudicadas, porque o Plenário não se manifestou sobre essas outras. Tenho a impressão de que não é isso que impede que se possa consultar a cada um sobre se retira ou não.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – V. Ex.<sup>a</sup> tem razão. Aqui se amplia o número de itens a partir dos quais não pode haver desigualdade de salários.

Neste caso vamos votar a preferência pedida pela Constituinte Cristina Tavares para o seu destaque.

A votação é simbólica. Peço que aqueles que estão de acordo com a concessão de preferência à emenda da Constituinte Cristina Tavares permaneçam sentados.

(Pausa)

Está aprovada a preferência.

Destaque nº 7.704/87, da Sra. Cristina Tavares - Emenda nº ES-32967-7, da Sra. Wilmares Maia, que adita artigo ao Capítulo II do Título II do Substitutivo nº 1 (Título 11, Capítulo II, do Substitutivo nº 2)".

Tem a palavra a Constituinte Cristina Tavares para defender o seu destaque.

**A SRA. CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, aprovamos a emenda Nelson Carneiro que introduzia no dispositivo constitucional exercer a proibição de e Paulo Paim amplia discriminação em razão do sexo e de cor. A emenda amplia os casos em que a discriminação, no texto constitucional, se torna insuportável: proibição de diferença de salário ou de vencimento, de critério de admissão ou promoção em razão do nascimento, etnia, raça, cor, idade, sexo, orientação sexual, potadológicas ou civil, natureza filosóficas, do trabalho, religião, convicções políticas deficiências s física ou mental, atuação sindical ou qualquer outra condição social ou individual.

O que pretende o nobre Constituinte Paulo Paim é colocar no texto constitucional um elenco de proibições às discriminações.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – V. Ex.<sup>a</sup> me permite interrompê-la para um esclarecimento?

**A SRA. CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES:** – Pois não.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – V. Ex.<sup>a</sup> pediu destaque para a emenda da Constituinte Wilma Maia. V. Ex.<sup>a</sup> está defendendo a emenda apresentada pela Constituinte Wilma Maia, e não pelo Consti-

tuínte Paulo Paim. ". Ex.<sup>a</sup> tem todo o direito de defendê-la, e provavelmente vai nos convencer das razões.

**A SRA. CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES:** – Sr. Presidente, V. Ex.<sup>a</sup> há de entender que o tumulto desta Assembléia faz com que cometamos enganos como este.

Naturalmente a emenda do Constituinte Paulo Paim merece toda a minha homenagem, mas a Constituinte Wilma Maia também faz uma emenda aditiva a este Capítulo Dos Direitos Sociais, pedindo que seja incluído o seguinte:

"É assegurada a igualdade de salário para igual trabalho, sendo vetada a diferença de critério de admissão, promoção e dispensa por motivo raça, cor, sexo, religião, opinião política, orientação sexual, nacionalidade, idade, estado civil, origem, deficiência física ou condição social."

Como pode ver V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Presidente e nobres Srs. Constituintes, as emendas são muito semelhantes, são praticamente iguais. Pretende-se – como já disse – fazer uma ampliação aos Direitos Sociais. Essa é uma reivindicação que não pertence exclusivamente ao Parlamentar Paulo Paim ou à Constituinte Wilma Maia ou à Constituinte Moema São Thiago, enfim, ao conjunto de parlamentares que estudaram as questões das discriminações em que, ao considerá-las odiosas, fizeram emendas e não propuseram destaques.

Parece-me, Sr. Presidente, que há destaques que são mais abrangentes e já negociados neste Plenário. De forma que peço a V. Ex.<sup>a</sup> que retire este destaque, esta preferência em favor de outros mais abrangentes.

Muito obrigada! (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**  
– Foi retirado o destaque.

**Destaque nº 5937-87, do Sr. Eduardo Jorge, "que adita ao art. 6º do Substitutivo nº 2, o inciso XXII do art. 13 do Projeto de Constituição".**

(138.a votação)

Passamos, agora, ao Destaque de nº 5937, do Constituinte Eduardo Jorge que diz o seguinte:

"Recusa ao trabalho em ambiente sem controle adequado de risco com garantia de permanência no emprego."

Tem a palavra o Sr. Constituinte Eduardo Jorge.

**O SR. CONSTITUINTE EDUARDO JORGE:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a realidade de acidentes de trabalho e doenças profissionais no Brasil, é realmente dramática. As estatísticas oficiais do Ministério do Trabalho apontam que no ano passado aconteceram, vejamos bem, 1 milhão e 154 mil acidentes de trabalho; desse 1 milhão 154 mil, 30 mil trabalhadores chegaram à invalidez; de 1 milhão 154 mil, 4 mil e 500 morreram por acidente de trabalho. Esse quadro se torna mais dramático, ainda, quando tomamos conhecimento de que esses dados do Ministério do Trabalho só dizem respeito ao trabalhador urbano, previdenciário, com relação formal de trabalho. Estão excluídos, portanto, toda a gama de trabalhadores rurais, autônomos, domésticos e aquela imensa massa de trabalhadores que estão no mercado informal de trabalho.

Srs. Constituintes, vemos que a situação no Brasil, com relação a acidentes e mortes no trabalho, é dramática. Gostaria de colocar que o que foi aprovado até agora, neste capítulo, infelizmente pouco inova. O que aprovou-se até agora na Constituinte, em relação a acidentes e doenças profissionais, o que foi? Foi o art. 13, que prevê a redução de riscos; foi o inciso 19, que prevê o adicional para o trabalhador, em caso de ser sujeito a atividades insalubres; foi o inciso XXIV que prevê o seguro contra acidentes.

Ora, Srs. Constituintes, esses três incisos aprovados, aqui, já existem na legislação atual. Gostaria, apesar do esforço do Sr. Relator, de afirmar que em nada inovam, e em nada avançam em relação à legislação atual, que acidentes colocados de forma insatisfatória em prevenir os das doenças profissionais.

Sr. Presidente e Srs. Constituintes, estou aqui defendendo uma emenda que foi aprovada na Subcomissão de Saúde, Seguridade e Meio Ambiente, que foi aprovada na Comissão de Ordem Social, que veio indicada pelo respaldo da I Conferência nacional dos Trabalhadores do Brasil, realizada no ano passado, aprovada pelos sindicatos e centrais sindicais, que prevê um direito novo, que é o direito do trabalhador recusar-se a submeter a ambiente de trabalho onde os riscos não estão controlados. Identifica-se o risco, há medidas obrigatórias a tomar e o empregador não toma. O trabalhador teria direito a se recusar a trabalhar com garantia do seu trabalho, seu emprego e seu salário.

Esse dispositivo, eu acredito, seria um avanço. Por quê? Porque superaria a atual filosofia prevista nesses incisos que aprovamos aqui, de adicional de seguro, que é a filosofia de vender a saúde do trabalhador, com consequências nefastas para o trabalhador, para sua família e para o sistema previdenciário de saúde de todo o País. Essa possibilidade da recusa coloca o direito num estágio superior; o trabalhador, ao invés de lutar simplesmente pelo adicional de insalubridade, passará a lutar para que aqueles riscos, aqueles fatores de insalubridade não o exponham, para não expor, assim, a sua saúde, a saúde de sua família e a própria repercussão no sistema previdenciário e de saúde no Brasil.

Defendo essa emenda proveniente da Comissão da Ordem Social, que poderá dar um avanço substancial na questão da prevenção de acidentes e doenças profissionais no Brasil.

Muito obrigado. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**  
– Tem a palavra o Sr. Constituinte Egídio Ferreira Lima, para encaminhar contrariamente.

**O SR. CONSTITUINTE EGÍDIO FERREIRA LIMA:** – Sr. Presidente, o Plenário não está identificando a emenda nos volumes, nas publicações. Peço a V. Ex.<sup>a</sup> que mande proceder à leitura do fixo, já que o orador não o leu da tribuna.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**  
– Aqui, o quanto posso entender, o texto diz o seguinte para o inciso XXII:

"Recusa ao trabalho em ambiente sem controle adequado de riscos, com garantia de permanência no emprego."

V. Ex.<sup>a</sup> deverá ter entendido melhor do que eu.

**O SR. CONSTITUINTE EGÍDIO FERREIRA LIMA:** – Sr. Presidente, peço a palavra para falar sobre a emenda, contrariamente.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**  
– Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE EGÍDIO FERREIRA LIMA:** – Sr. Presidente, pela leitura do texto, a emenda não deixa transparecer o seu alcance, seu objetivo.

Quanto à segurança do emprego em lugares insalubres e de risco, já votamos texto constitucional nesse sentido.

Pronuncio-me contra a emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Na verdade, essa matéria já foi objeto de deliberação. Nobre Constituinte Eduardo Jorge, pergunto a V. Ex.<sup>a</sup> se

não considera prejudicada a emenda, dado que, no nosso extenso Código do Trabalho, já a aprovamos.

**O SR. CONSTITUINTE EDUARDO JORGE:** – Sr. Presidente, a leitura da emenda, conforme V. Ex.<sup>a</sup> havia feito no começo, mostra claramente que se trata do meu próprio direito. Conforme expliquei da tribuna, o que votamos e aprovamos refere-se à possibilidade de adicional de insalubridade, de seguro no caso de acidente de trabalho. Aqui, é um direito que me assiste, que permite ao trabalhador a recusa de se expor aos ambientes onde os riscos não estão controlados. É um dispositivo que encaminha na direção da prevenção do acidente, da doença profissional. De um lado, aprovamos, aqui, a reparação quanto a acidentes e doenças profissionais, no caso do seguro, e um adicional para o trabalhador se expor àqueles riscos. Os dois não contribuem para a prevenção, mas esse sim contribui para a prevenção do acidente, da doença profissional. Essa a diferença, Sr. Presidente. Por isso, deve ser votada.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**  
– Passo a palavra ao nobre Relator, para que me esclareça sobre a matéria, porque, confesso, tenho dúvidas a respeito.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, se V. Ex.<sup>a</sup> está em dúvida normal, eu estou em dúvida duplicada.

Confesso que a dificuldade se acentua, porque vem de um destaque anterior que era o 22º desse dispositivo do projeto de Constituição:

"Recusa ao trabalho em ambiente sem controle adequado de riscos, com garantia de permanência no emprego."

Depois do projeto, Sr. Presidente, veio sendo derrubado sucessivamente. E, agora, se tenta reintroduzi-lo por uma emenda, cujo destaque foi requerido pelo eminente Constituinte Eduardo Jorge, mas que, ao que pude auscultar na Liderança do PMDB, não há possibilidade de aceitação, o que amplia a recusa do Relator quanto a esta emenda.

**O SR. CONSTITUINTE EDUARDO JORGE:** – Sr. Presidente, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**  
– É para alguma questão de ordem?

**O SR. CONSTITUINTE EDUARDO JORGE:** – Sr. Presidente, indico o Constituinte Antonio Carlos Mendes Thame, que também quer defender esta emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**  
– V. Ex.<sup>a</sup> não pode fazê-lo. O Constituinte Antoniocarlos Mendes Thame pode pedir a palavra, se a desejar, porque V. Ex.<sup>a</sup> já fez a defesa.

**O SR. CONSTITUINTE EDUARDO JORGE:** – Sr. Presidente, posso indicá-lo porque sou autor do destaque.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**  
– Eu darei a palavra ao Constituinte Antoniocarlos Mendes Thame, sem nenhum problema. Apenas o Constituinte já havia pedido a palavra, portanto, V. Ex.<sup>a</sup> não precisaria ter indicado. Tem a palavra o Constituinte Antoniocarlos Mendes Thame.

**O SR. CONSTITUINTE ANTONIOCARLOS MENDES THAME:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a proposta do nobre Constituinte Eduardo Jorge não é novidade em muitos países.

Gostaria de anotar aqui o caso da França, onde a ocorrência de risco grave, iminente, que possa causar a incapacidade ou morte do trabalhador, dá direitos ao mesmo para interromper a atividade laboral e paralisar o sistema de produção. Isso é comum em muitos países, e tem até a anuência do empregador, porque há estatística que mostram que, para cada trinta acidentes de

trabalho sem vítimas, com quebra das máquinas e, portanto, com prejuízo para o capital imobilizado, ocorre um acidente em que um trabalhador se machuca. Essa atenção permanente do empregado, recusando-se quando alguma coisa não vá bem é, também, uma garantia para o próprio empregador de que o seu equipamento, de que o seu patrimônio não vá ser lesado, é quase uma válvula de segurança. Portanto, gostaria de encaminhar a votação a favor da proposta do Constituinte Eduardo Jorge que, acredito, vem exatamente no sentido de não apenas melhorar as relações capital-trabalho, mas, além de proteger a saúde, a vida do trabalhador também valoriza todo o patrimônio investido no setor industrial, enfim, no setor produtivo. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**  
– Não havendo mais orador inscrito, coloco em votação o destaque proposto pelo Sr. Constituinte Eduardo Jorge.

**(Procede-se à votação)**

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Faltosa, Ademir Andrade, Carlos Mosconi, Celso Dourado, Cristina Tavares, Fernando Gasparian, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, João Calmon, João Herrmann Neto, José Paulo Bisol, José Richa, José Ulisses de Oliveira, Mário Lima, Nelton Friedrich, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Raimundo Bezerra, Sigmaringa Seixas, Antonio Mariz, José Carlos Grecco, Octávio Elísio, Rose de Freitas, Uldurico Pinto, Vilson Souza, Alcení Guerra, Antoniocarlos Mendes Thame, Sandra Cavalcanti, José Maurício, Lysâneas Maciel, Luiz Salomão, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Haroldo Lima, Roberto Freire e Jamil Haddad. **NÃO** os seguintes Srs. Constituintes: Artur da Távola, Bernardo Cabral, Carlos Sant Anna, Egídio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Henrique Cardoso, Antônio Britto, José Fogaça, José Geraldo, José Ignácio Ferreira, José Serra, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nilson Gibson, Pimenta da Veiga, Renato Vianna, Rodrigues Palma, Theodoro Mendes, Virgildásio de Senna, Wilson Martins, Euclides Scalco, José Tavares, Michel Temer, Aloysio Chaves, Arnaldo Prieto, Christóvam Chiaradia, Eraldo Tinoco, Francisco Benjamim, Inocêncio Oliveira, José Jorge, José Lins, José Thomaz Nonô, Luís Eduardo, José Lourenço, Osvaldo Coelho, Paulo Pimentel, Ricardo Fiuza, Jonas Pinheiro, Ricardo Izar, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Gerson Pares, José Luiz Maia, Bonifácio de Andrada, Adolfo Oliveira, Siqueira Campos e Antonio Farias.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**  
– A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM, 40 Constituintes; votaram NÃO, 47 Constituintes. Total: 87 votos.

O Destaque foi **rejeitado**.

**Destaque nº 111-87 – Emenda nº ES-32949-9, do Sr. Paulo Paim, "que adita inciso ao art. 7º do Substitutivo nº 1 (art. 6º do Substitutivo nº 2)".**

**(139ª votação)**

Vamos passar ao Destaque nº 111 apresentado pelo Constituinte Paulo Paim, destaque esse que diz o seguinte: "Piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho realizado."

Concedo a palavra ao Sr. Constituinte Plínio Arruda Sampaio para encaminhar favoravelmente.

**O SR. CONSTITUINTE PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

A emenda visa acrescer ao art. 7º do projeto um inciso que diz: "Piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho realizado."

O objetivo do inciso é muito claro. Uma das pragas que rondam a casa do trabalhador é a rotatividade, e o que facilita a rotatividade é a inexistência do piso salarial. Toda vez que há um piso salarial, e em toda disputa,



em toda convenção coletiva, todo o esforço dos operários e dos trabalhadores é o de elevar o piso salarial, porque, elevando este piso, ele, de certa maneira, se previne contra a rotatividade.

Por outro lado, em muitos dissídios, o Supremo Tribunal Federal tem considerado a impossibilidade de julgar o piso salarial estabelecido em convenção, por falta de um dispositivo constitucional que fale claramente no instituto.

Em função disto, esta emenda viria prevenir esta legação judicial e viria ampliar a proteção que se dá ao trabalhador.

Creio que esses dois argumentos justificam, por si só, inclusão que emenda, a que, evidentemente, seria muito mais facilmente votada, caso o ilustre Relator se pronunciasse favoravelmente sobre a mesma.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Concedo a palavra ao Constituinte Paulo Ramos.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Assumo a tribuna para encaminhar favoravelmente o destaque apresentado pelo Constituinte Paulo Paim, porque entendo – e espero que todos os demais Constituintes entendam – que estamos tratando dos direitos do trabalhador. Estamos tratando daquilo que deve ser oferecido aos trabalhadores pela Assembléia Nacional Constituinte, em função do próprio esforço da classe trabalhadora e em função da nossa presença aqui.

Tenho tido a oportunidade de dizer que todos nós fomos eleitos com os votos dos trabalhadores. Sabemos que o piso salarial é sempre conquistado por toda a categoria profissional, depois de um esforço muito grande. E não podemos permitir que a norma constitucional não ofereça aos próprios tribunais os mecanismos capazes de impedir qualquer conflito. Os argumentos que foram utilizados pelo Constituinte Plínio Arruda Sampaio são extremamente suficientes e contundentes, para que qualquer Constituinte, que compreenda as reivindicações da classe trabalhadora, possa aqui deixar de dar o seu apoio à emenda, que só visa a consagrar aquilo que o trabalhador busca na prática. Vamos votar juntos com esta emenda, porque, certamente, o nosso Relator há de dar a sua opinião também favorável.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Não havendo oradores inscritos, se o Sr. Relator não quiser se pronunciar...

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Não, Sr. Presidente, o Sr. Relator vota contra, fica com o texto do Substitutivo II.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Com parecer contrário do Relator, passamos à votação.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Vou proceder à leitura do texto, que é aditivo ao art. 7º:

"Piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho realizado."

Em votação.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Artur da Távola, Carlos Mosconi, Carlos Sant'Anna, Celso Dourado, Cristina Tavares, Egidio Ferreira Lima, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Lyra, Haroldo Sabóia, João Herrmann Neto, José Fogaça, José Geraldo, José Paulo Bisol, José Ulisses de Oliveira, Manoel Moreira, Mário Lima, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nelton Friedrich, Nilson Gibson, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Raimundo Bezerra, Renato

Vianna, Rodrigues Palma, Severo Gomes, Sigmaringa Seixas, Theodoro Mendes, Antonio Mariz, José Carlos Grecco, José Tavares, Michel Temer, Nelson Wedekin, Octávio Elísio, Rose de Freitas, Uldurico Pinto, Vicente Bogo, Vilson Souza, Alcení Guerra, José Thomaz Nonô, José Maurício, Righi, Joaquim Bevilacqua, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, José Maria Eymael, Haroldo Lima, Roberto Freire e Jamil Haddad. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Bernardo Cabral, Antônio Britto, João Calmon, José Ignácio Ferreira, Pimenta da Veiga, Virgildásio de Senna, Wilson Martins, Délio Braz, Euclides Scalco, Aloysio Chaves, Antoniocarlos Mendes Thame, Arnaldo Prieto, Carlos Chiarelli, Christóvam Chiaradia, Eraldo Tinoco, Francisco Benjamim, Inocêncio Oliveira, José Jorge, José Lins José Santana de Vasconcellos, Luís Eduardo, José Lourenço, Paulo Pimentel, Ricardo Fiúza, Sandra Cavalcanti, Jonas Pinheiro, Gilson Machado, Mozarildo Cavalcanti, Ricardo Izar, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Gerson Peres, José Luiz Maia, Adylson Motta, Bonifácio de Andrade e Adolfo Oliveira.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram **SIM** 54 Constituintes; votaram **NÃO** 36 Constituintes. Total: 90 votos.

O Destaque foi **aprovado**.

Concedo a palavra ao Relator, Constituinte Bernardo Cabral, que tem uma comunicação importante a fazer à casa.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, murmura-se que uma onda de descrédito se abateria sobre essa Assembléia Nacional Constituinte e, por via de consequência a partir da atuação desta Comissão de Sistematização.

Por essa razão, Sr. Presidente, tenho a honra de encaminhar a V. Ex.<sup>a</sup>, para exame e deliberação do Plenário desta Comissão, com o objetivo de permitir que os trabalhos se processem dentro do prazo regimental, a seguinte sugestão, devidamente fundamentada:

1) considerando que a Comissão de Sistematização realizou, desde o dia 24 de setembro, 19 reuniões que, somadas, atingiram mais de 110 horas de trabalho;

2) considerando que foram examinados, durante este período, 815 destaques e realizadas 121 votações, restando, para apreciação, nada menos de 7.559 destaques;

3) considerando que os trabalhos da Comissão de Sistematização, embora profícuos e objetivos, tendem a ocupar um tempo consideravelmente superior àquele determinado pelo Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, para a conclusão dos nossos trabalhos na atual fase;

4) considerando a justa expectativa dos 466 Constituintes que não integram a Comissão de Sistematização, e que desejam participar ativamente da elaboração do texto constitucional dentro dos prazos regimentais;

5) considerando que a reabertura sucessiva de prazos para os trabalhos da Comissão de Sistematização pode gerar uma natural incompreensão da opinião pública, ensejando, de outra parte, a ação daqueles que, à vista de seus interesses contrariados, busquem promover o descrédito da Assembléia Nacional Constituinte;

6) considerando o grande número de destaques idênticos ou semelhantes que, mantida a atual sistemática de trabalho, a Comissão terá de examinar;

7) considerando que o momento nacional exige da Assembléia Nacional Constituinte um gesto resolutivo e afirmativo, para mais uma vez evidenciar a sua liberdade e a sua soberania;

O Relator-Geral, com o apoio unânime dos Relatores Adjuntos, no exercício de sua responsabilidade e no cumprimento do seu dever, vem submeter ao douto Plenário

desta Comissão e ao seu ilustre Presidente, a seguinte proposição:

a) rejeição em bloco dos destaques apresentados ao Substitutivo do Relator, com exceção de duzentos e seis emendas ou destaques preferenciais a serem indicados pelas lideranças, ouvidas as respectivas bancadas, distribuídos proporcionalmente entre os partidos, com base no seguinte critério: dois destaques por representante na Comissão de Sistematização, quando se tratar de partido com mais de 50 constituintes; 3 destaques por representante, quando se tratar de partido com menos de 50 constituintes; foi a forma de beneficiar os pequenos partidos, Sr. Presidente;

b) o Relator se compromete a examinar com os mesmos critérios de cuidado e isenção todas as proposições incluídas entre os destaques rejeitados em bloco pela Comissão, se objeto de requerimento de destaque no plenário da Assembléia Nacional Constituinte, na forma regimental.

Certos da alta compreensão de V. Ex.<sup>a</sup> e dos demais membros desta Comissão, subscrevemo-nos.

Atenciosamente, – Constituinte **Bernardo Cabral** – Constituinte **Adolfo Oliveira** – Constituinte **Antônio Carlos Konder Reis** – Constituinte **José Fogaça**.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Tendo recebido, neste instante, a sugestão do Constituinte Bernardo Cabral, Relator desta Comissão de Sistematização, e tendo em vista a relevância da proposta que, eu creio, de uma maneira ou de outra acolhe sugestões de vários setores desta Constituinte, tendo em vista, especialmente, aquilo que aqui foi dito pelo Relator, de que existe uma expectativa muito grande com relação aos nossos trabalhos e uma incompreensão do esforço feito, e basta rememorar que nós conseguimos, como aqui foi dito, deixar de votar mais de 1.000 destaques, pelo esforço imenso que tem sido feito pelos vários partidos e membros desta Casa, vou encaminhar esta sugestão para uma reunião conjunta da Mesa e das Lideranças, antes de submetê-la a qualquer decisão do Plenário.

Passamos, portanto, ao Destaque n.º 113, do Sr. Constituinte Paulo Paim, que propõe se aprove a emenda aditiva do Deputado Vasco Alves, que diz:

"A redução da jornada de trabalho não importa na redução proporcional da remuneração e vencimentos".

Constituinte Paulo Paim...

**O SR. CONSTITUINTE PAULO PAIM:** – Nós estamos retirando o destaque, porque entendemos que já está contemplada quando foi aprovada a irredutibilidade dos salários.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Pois não! Retirado.

Novamente o Constituinte Paulo Paim, Destaque n.º 118. É uma emenda aditiva que diz o seguinte:

"Reajuste de salários, remunerações, vencimentos, proventos e pensões, de modo a lhes preservar permanentemente o poder aquisitivo, sem prejuízo de sua elevação real, mediante acordo ou sentença normativa."

Pergunto ao Constituinte se mantém este destaque. Trata-se de matéria sumamente complexa, posto que tem implicações de economia que eu não ousaria dizer se entendi ou não.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO PAIM:** – É uma emenda coletiva e, consultando aqui os Líderes partidários, resolvemos retirar também esta emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Obrigado pela cooperação de V. Ex.<sup>a</sup> Sr. Constituinte.

Destaque n.º 120/87 – Emenda n.º ES-32.975-8, do Sr. Paulo Paim, "que adita inciso ao art. 7º do Substitutivo n.º 1 (art. 6º do Substitutivo n.º 2)". (140ª votação)

Novamente o Constituinte Paulo Paim, Destaque n.º 120 da Emenda n.º 32.975. Vou ler o destaque, porque houve uma modificação. Ele se refere à emenda, como eu disse, n.º 32.975-8, e aqui há um aditivo que diz:

"Acrescentem-se: raça, religião, convicções políticas ou filosóficas, deficiência física, atuação sindical ou qualquer outra condição social ou individual"

– ou seja, que, não se pode discriminar salário a partir destas características".

**O SR. CONSTITUINTE PAULO PAIM:** – Sr. Presidente, esta é apenas uma emenda que complementa a do Senador Nelson Carneiro. O Senador Paulo Bisol irá fazer a defesa.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Dou a palavra ao nobre Constituinte Paulo Bisol, para encaminhar favoravelmente.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO BISOL:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

O art. 5º, que já votamos, estabelece que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza. Este artigo que estabelece o princípio da igualdade na nossa tradição constitucional sempre mereceu uma complementação especificadora, que aliás se encontra no projeto de Constituição, onde se lê:

"Ressalvada a compensação para igualar as oportunidades de acesso aos valores da vida e para reparar injustiças produzidas por discriminações não evitadas, ninguém será privilegiado ou prejudicado em razão de nascimento, etnia, raça, cor, idade, sexo, etc."

Esta especificação que existiu em todas as Constituições brasileiras e que existe em grande parte das Constituições democráticas, foi abandonada pelo substitutivo do eminente Relator Bernardo Cabral, com o argumento da síntese e da desnecessidade da especificação. Eu não discuto se é correta ou incorreta esta abstração. Só quero afirmar que quando uma norma geral afeta a efetividade social é da técnica constitucional e é da técnica legislativa a redundância e a especificação. Mas, a opção do Substitutivo n.º 1 e do Substitutivo n.º 2 foi no sentido da desnecessidade da especificação a esse nível intermediário. Todavia, em emenda que aprovamos há pouco, e daí vem a minha preocupação, emenda que veio à nossa consideração por iniciativa do eminente Constituinte Nelson Carneiro, nós aprovamos o seguinte texto, relativo à admissão em emprego, em trabalho. A emenda aprovada diz assim:

"Proibição de diferença de salários e de critério de admissões por motivo de sexo, cor e estado civil."

Esta colocação, incluindo três discriminações, a rigor, autoriza todas as demais discriminações. Esta é a minha preocupação.

O nobre Constituinte Nelson Jobim, com a sua sabedoria, com o seu conhecimento dos temas jurídicos, afirma que se trata de uma regra enunciativa, exemplificativa, e não de uma regra taxativa. Mesmo assim, entendo que a periculosidade se estabelece porque é a jurisprudência que define a exemplificatividade ou a taxatividade de uma norma e vamos ficar constitucionalmente sujeitos à jurisprudência, à decisão dos tribunais, à decisão dos juízes, num tema de alta relevância social. E, amanhã, teremos sentencialmente a possibilidade de vermos consagradas as discriminações mais odiosas.

Chamo a atenção para um outro aspecto da questão: nem todos os processos vão até a cúpula do Poder Judiciário. Às vezes, uma pendência judicial se exaure na primeira instância, e quando um Juiz erra a decisão, por efeito da preclusão, por efeito de passar em julgado, essa decisão, apesar de errada e contrária à Constituição ou a qualquer lei, passa a ter força de lei.

Fico imaginando que os trabalhadores pobres, que não podem exaurir as instâncias, vão ficar sujeitos a interpretações de juizes que vão definir esta regra que aprovamos há pouco, como taxativa.

É neste sentido que subo a esta tribuna para pedir a reflexão dos Srs. Constituintes, sobre a necessidade que temos de tornar mais abrangente a regra adotada.

Já que admitimos que nos casos de admissão no emprego não se pode fazer discriminação de raça ou cor, vamos acrescentar os outros elementos que, normalmente, estavam implicados naquela especificação da regra que se encontra no Projeto de Constituição.

Além das três discriminações proibidas pela emenda que aprovamos, vamos acrescentar raça,...

**(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)**

Sr. Presidente, estou ultimando. Vamos acrescentar raça, religião, convicções políticas ou filosóficas, deficiência física, atuação sindical, ou qualquer outra condição social ou individual. E assim impedir que possa nascer neste País uma jurisprudência consagradora de discriminações absurdas e odiosas. Lembrem V. Ex.<sup>as</sup> esta afirmação que faço, com toda a responsabilidade: "As regras que afetam a afetividade social são regras de eficácia fraca." E quando se têm regras de eficácia fraca é preciso especificar corretamente, porque as discriminações não nascem normalmente de um processo consciente, são frutos do inconsciente e se perfazem inocentemente. Por favor, vamos fazer essa reflexão e completar a emenda já aprovada com esta que torna, pelo menos, mais difícil a discriminação.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Tem a palavra o Constituinte Egídio Ferreira Lima, para encaminhar contrariamente.

**O SR. CONSTITUINTE EGÍDIO FERREIRA LIMA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes: em regra, quando há excesso na especificação fica-se sujeito a erros.

A emenda destaca dois fatores que não poderão determinar mudança de critério para admissão no emprego, como a idade e a natureza do trabalho.

Ora, uma pessoa com 18 anos não pode ser admitida num emprego que exija um desenvolvimento físico e psíquico mais completo; é o caso do magistrado, é o caso do representante do Ministério Público. O critério para a ocupação de um cargo não pode permitir que o portador de uma deficiência física grave se inscreva num concurso para a polícia, para funções de vigilância. E eu ficaria a indicar uma série de inconvenientes outros que estão a contra-indicar a aprovação da emenda.

O Senador Nelson Carneiro, numa emenda há pouco aprovada, indicou três critérios que, a meu ver, bastam: o estado civil, o sexo, e a cor. As três indicações realmente não devem ensejar a discriminação e a diferença. Mas esse leque amplo vai levar, para a Constituição, situações que não são precisas e criar embaraços à organização do trabalho quer no setor privado, quer no setor público.

Não seria de bom senso, não seria preciso, seria atentar até contra as leis da biologia aprovar esta emenda. Como admitir que uma mulher faça concurso para ser estivadora ou para ocupar uma função semelhante?

Acho que a emenda – desculpem-me o orador e aqueles que a defendem – é um contra-senso e eu me pronuncio contra a mesma. **(Muito bem! Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Joaquim Bevilacqua, para falar favoravelmente.

**O SR. CONSTITUINTE JOAQUIM BEVILACQUA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Tenho, para mim, que está com razão o Sr. Constituinte José Paulo Bisol. Não há nada na Constituição que diga que os princípios nela consagrados são exemplificativos e não exaustivos. A rigor, nós não deveríamos ter votado, **data venia**, a Emenda Nelson Carneiro. No instante em que votamos essa emenda, que consagra três princípios, estamos excluindo as demais possibilidades e a rigor, estamos discriminando as outras possibilidades.

Acredito que através da Emenda do Constituinte Paulo Paim, podemos reduzir a possibilidade de erro e de discriminação. Quero crer, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, que nós não deveríamos, na verdade, mexer no texto, mas deixar como estava anteriormente. Teremos oportunidade de refletir a respeito do assunto, examinar o texto no seu conjunto, após a votação na Comissão de Sistematização e, se for o caso, evidentemente, na votação em plenário, fazer as supressões necessárias.

Neste instante, eu entendo que é necessário para diminuir, ao menos, as possibilidades de discriminação, aprovar a emenda do Constituinte Paulo Paim.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Com a palavra o Constituinte Gerson Peres, para falar contra.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, prezados colegas. O Constituinte Egídio Ferreira Lima praticamente esgotou todos os argumentos básicos contra esta emenda do Constituinte Paulo Paim. A extensão dos conceitos que ele pretende aqui dar como garantia de direitos ao trabalhador, vão ser, por exemplo, até contrários aos próprios interesses dos trabalhadores. Nós temos situações que serão inclusive incompatíveis, e estaremos ferindo os direitos de terceiros, pois o direito de um termina quando começa o de outrem. – Imaginem V. Ex.<sup>as</sup> o Arcebispo de Brasília ter que aceitar dentro da sua propriedade, do seu trabalho e das suas atividades, cidadãos trabalhadores ateus. Vejam bem por que não pode haver discriminação alguma. Mas, ao mesmo tempo, esta Constituição garante o direito do Arcebispo assim viver, conviver e trabalhar livremente. Imaginem V. Ex.<sup>as</sup> termos que obrigar determinados cidadãos, com determinados defeitos físicos a concorrerem a determinados tipos de trabalho sem terem condições de produzir, que é um dos fatores fundamentais da contrapartida entre o que oferece o trabalho e o que vai trabalhar. Se preciso de manipuladores para determinados tipos de equipamentos, mas não posso discriminar um cidadão que tenha deficiência física na mão, esse cidadão, entretanto, vai dar um rendimento muito menor a minha empresa, por não ter condições físicas de produzir o suficiente para que eu possa ter lucro e manter a minha própria empresa. Aqui cita o colega um exemplo interessante de um motorista deficiente sem o braço esquerdo, só tendo o braço direito. Enfim, parece-me que esta intenção ridiculariza a própria emenda do Constituinte Nelson Carneiro, que centrou na raça, no sexo, e na parte do registro civil, na situação civil do cidadão, a regra geral. O resto é a própria relação de trabalho que vai determinar. Portanto, prezados colegas há aspectos que devem até ser considerados – e aos quais temos que dar curso aqui, nesta Comissão. Mas emendas como esta depreciam até os nossos trabalhos e nos deixam mal perante os que vão nos julgar amanhã no que diz respeito à elaboração de uma carta política para o nosso País.

Eu pediria a V. Ex.<sup>as</sup> que meditassem no que querem e no que pleiteiam na Constituição, mas não exagerem, porque esse exagero nos leva ao ridículo. E já dizia alguém que a pior desgraça do homem público é cair no ridículo, Sr. Presidente. Era o que eu tinha a dizer.

**O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA:** – Sr. Presidente, para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Pois não, Sr. Constituinte.

**O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA:** – Eu pediria a V. Ex.<sup>a</sup> que informasse ao Plenário, diante da controvérsia estabelecida, exatamente qual o texto que está sendo votado.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Eu lirei o texto. Trata-se de uma emenda aditiva que proclama a desistência parcial do Destaque nº 120/87 e que mantém, daquele destaque, as seguintes expressões:

"Raça, religião, convicções políticas ou filosóficas, deficiência física, atuação sindical ou qualquer outra condição social ou individual", ou seja, que proíbe qualquer tipo não apenas de discriminação, mas de qualificação para o ingresso na força de trabalho. Ela é aditiva à emenda do Constituinte Nelson Carneiro.

**O SR. CONSTITUINTE JORGE HAGE:** – Sr. Presidente, se V. Ex.<sup>a</sup> me permitir...

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Pois não.

**O SR. CONSTITUINTE JORGE HAGE:** – ... para colaborar com a Mesa em termos de esclarecimento. A emenda acresce ao texto da emenda Nelson Carneiro, que foi aprovada e que tinha a seguinte redação:

"Proibição de diferença de salários e de critérios de admissão por motivo de sexo, cor e estado civil."

Acresce, reafirmando o que disse V. Ex.<sup>a</sup>, as expressões: raça, estado civil, religião, convicções políticas ou filosóficas, deficiência física, atuação sindical, ou qualquer outra condição social ou individual. É aditiva ao texto da emenda Nelson Carneiro, como disse V. Ex.<sup>a</sup> somente ajudando a esclarecer.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – É exatamente isso, ou seja, não pode haver diferença de salário ou de critério de admissão em função dessas características, inclusive da natureza do trabalho, aqui está dito assim.

Indago ao Relator se S. Ex.<sup>a</sup> deseja fazer uso da palavra. (Pausa.)

Com a palavra o Relator Bernardo Cabral.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, na emenda Nelson Carneiro o Relator fez questão de declinar a sua posição contrária ao que havia naquele texto. Para surpresa sua, uma esmagadora maioria aprovou a Emenda Nelson Carneiro. A emenda do Constituinte Paulo Paim, escoimada de vários trechos, amplia sem desfigurar o texto Nelson Carneiro. Não é possível, Sr. Presidente, desrespeitar a maioria naquela altura. A Relatoria fica em aberto para os demais Constituintes que queiram votar, mas pessoalmente, ou vou acompanhar a votação do Constituinte Paulo Paim. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Não me é dado fazer comentários a respeito.

Perguntaria ao Constituinte Paulo Paim se S. Ex.<sup>a</sup> mantém, inclusive, que não pode haver proibição de diferença de salário, de acordo com a natureza do trabalho.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO PAIM:** – Eu já retirei, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Perfeito, é raça, religião, convicções políticas ou filosóficas, deficiência física, atuação sindical ou qualquer outra condição social ou individual.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Em vista disso, eu pediria ao eminente Constituinte Paulo Paim, que retirasse as suas demais emendas que são umas semelhantes e outras quase que idênticas a essa.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO PAIM:** – Não há problema. Retiramos todas as emendas semelhantes, em homenagem ao Relator.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Passamos, portanto, à votação.

Vou ler novamente, fica assim: proibição de diferença de salário e de critério de demissão, em função de raça, religião, convicções políticas, filosóficas, deficiência física, atuação sindical ou qualquer outra condição social ou individual.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Faço a V. Ex.<sup>a</sup> o mesmo apelo feito pelo eminente Constituinte Egídio Ferreira Lima, de riscar a expressão deficiência física.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO PAIM:** – Tudo bem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Então vamos retirar a deficiência física.

Eu pediria um esclarecimento para o meu voto, se eu tenho direito a isso, não sei.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Tem a palavra pela ordem o nobre Constituinte José Lins.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Sr. Presidente, aqui está acertado que pode haver um destaque parcial de emendas, mas somente quando a proposta nova é apresentada antes da votação.

Não podemos ficar aqui tirando palavra de texto a toda hora para votar, do contrário não saberemos mais em que texto vamos votar.

Peço a V. Ex.<sup>a</sup> que leve em consideração esta minha observação que acho que é absolutamente fundamental para a boa ordem dos trabalhos.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – V. Ex.<sup>a</sup> tem razão na questão de ordem.

Para pesar meu, não posso aceitar a retirada da expressão deficiência física e vou me coibir de fazer o pedido que faria para explicar melhor o que é condição social ou individual, porque não entendo, mas não posso mais fazer o apelo.

Vou colocar em votação a emenda tal qual está.  
Em votação.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Artur da Távola, Carlos Mosconi, Celso Dourado, Cristina Tavares, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, João Herrmann Neto, José Paulo Bisol, Mário Lima, Nelson Carneiro, Nelton Friedrich, Paulo Ramos, Sigmaringa Seixas, Antonio Mariz, João Agripino, Nelson Wedekin, Octávio Elísio, Rose de Freitas, Uldurico Pinto, Vicente Bogo, Vilson Souza, Christóvam Chiaradia, Antônio Carlos Konder Reis, José Maurício, Lysâneas Maciel, Bocayuva Cunha, Joaquim Bevilacqua, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Aldo Arantes, Roberto Freire, Beth Azize. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Egídio Ferreira Lima, Fernando Henrique Cardoso, Antônio Britto, João Calmon, José Fogaça, José Geraldo, José Serra, José Ulisses de Oliveira, Nilson Gibson, Pimenta da Veiga, Renato Vianna, Rodrigues Palma, Theodoro Mendes, Wilson Mar-

tins, Délio Braz, José Costa, José Tavares, Alcení Guerra, Aloysio Chaves, Arnaldo Prieto, Eraldo Tinoco, Francisco Benjamim, José Jorge, José Lins, José Santana de Vasconcellos, José Thomaz Nonô, Luís Eduardo, João Menezes, José Lourenço, Osvaldo Coelho, Paulo Pimentel, Ricardo Fiúza, Sandra Cavalcanti, Enoc Vieira, Hugo Napoleão, Jonas Pinheiro, Gilson Machado, Paes Landim, Ricardo Izar, Simão Sessim, Darcy Pozza, Gerson Peres, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia, Gastone Righi, Afif Domingos e José Maria Eymael. **ABSTENÇÃO** do Senhor Francisco Rossi.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 35 Constituintes; votaram NÃO 47 Constituintes; ABSTEVE-SE de votar 1 Constituinte. Total: 83 votos. O Destaque foi **rejeitado**.

**Destaque nº 121-87 – Emenda nº ES-32.976-6, do Sr. Paulo Paim, "que adita inciso ao art. 7º do Substitutivo nº 1 (art. 6º do Substitutivo nº 2.)" (141ª votação)**

Passamos agora ao destaque nº 121 do Constituinte Paulo Paim à Emenda nº 32.976.

Com a palavra o Sr. Constituinte Paulo Paim.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO PAIM:** – Sr. Presidente, defenderei este destaque e; desde já, gostaria de retirar todos os outros destaques que são, em número de 10 que estão com a Mesa.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Serão retirados todos os destaques, menos este. V. Ex.<sup>a</sup> tem sido muito generoso realmente. Muito obrigado.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO PAIM:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

O nosso destaque, na verdade, visa a resgatar uma dívida com o conjunto da classe trabalhadora. Explico: No longo da história os trabalhadores, embora assegurem os seus direitos, até mesmo na Constituição, quando eles entram na justiça, de imediato, começam a ser penalizados por uma série de formas, desde pressão interna, à demissão. E por isso, Srs. Constituintes, a nossa posição, neste momento, é assegurar, como nessa tribuna na primeira votação que houve nesta Casa foi aprovado por 92 votos contra 1, que os trabalhadores rurais tenham os mesmos direitos que os urbanos. Neste momento, estou pleiteando que os trabalhadores urbanos tenham os mesmos direitos que os 'trabalhadores rurais. A atual legislação já diz que o direito dos trabalhadores rurais não prescreverão durante o contrato de trabalho, mesmo dois anos após a cessação. Entendo, Srs. Constituintes, que essa emenda popular, que chegou a esta Casa com mais de 1 milhão de assinaturas, que é apoiada por todas as Centrais Sindicais, apoiada pela Contag, e por mais de 100 sindicalistas que assinaram essa emenda, deverá, no meu entendimento, até por uma questão de coerência desta Comissão, também ser aprovada praticamente por unanimidade. Lembro a todos os senhores, neste momento, que milhares de trabalhadores não entram na Justiça porque entendem que é fundamental que os seus direitos estejam assegurados. E vou mais além ainda: entendo que a própria relação capital/trabalho deverá melhorar. E explico o porquê. Se estou numa empresa e o meu empregador não me paga o que me é devido, posso entrar na Justiça, após o contrato de trabalho, ou esperar e buscar todo o retroativo. Vai haver interesse do próprio empregador em manter em dia os direitos da classe trabalhadora.

Por isso entendo, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, que é interesse de empregadores e de empregados que a prescrição não aconteça durante o contrato de trabalho e mesmo dois anos após.

O texto é o seguinte:

"Não incidência da prescrição no curso do contrato de trabalho até dois anos de sua cessação."

Hoje, a lei já mantém até dois anos da sua cessação. Quero apenas que, durante o tempo que tiver um vínculo com um empregador de um contrato, o meu direito não se prescreva. É uma questão lógica que estamos propondo nesta redação: a não prescrição, enquanto tiver um vínculo com contrato de trabalho com o empregador. Isso já é assegurado a todos os trabalhadores rurais. Por isso, entendo que a votação poderá ser até por unanimidade.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Pergunto ao Relator se deseja opinar na matéria.

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – Sr. Presidente, Srs. Membros da Comissão de Sistematização, a Relatoria considera que a emenda proposta pelo ilustre Constituinte Paulo Paim vem preencher uma lacuna no campo do Direito do Trabalho e abriga na Constituição uma luta da classe trabalhadora de muitos anos. Não é uma emenda que promova a desorganização do processo produtivo. Não cria o confronto e não prejudica a atividade empresarial.

É uma emenda que assegura ao trabalhador o direito a reivindicar, o direito a repor tudo aquilo que entende tenha sido lesado, mesmo após dois anos, enquanto durar o seu contrato de trabalho. Neste sentido, a posição da Relatoria é favorável à emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Com parecer favorável do Relator, submeto à votação.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Artur da Távola, Carlos Mosconi, Celso Dourado, Cristina Tavares, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, Antônio Britto, João Calmon, João Herrmann Neto, José Fogaça, José Geraldo, José Paulo Bisol, José Ulisses de Oliveira, Mário Lima, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nelson Friedrich, Nilson Gibson, Paulo Ramos, Raimundo Bezerra, Rodrigues Palma, Sigmaringa Seixas, Virgildásio de Senna, Wilson Martins, Antonio Mariz, José Maranhão, José Tavares, Miro Teixeira, Nelson Wedekin, Octávio Elísio, Rose de Freitas, Vilson Souza, Alcení Guerra, Eraldo Tinoco, Antônio Carlos Konder Reis, Gerson Peres, José Luiz Maia, José Maurício, Lysâneas Maciel, Bocayuva Cunha, Francisco Rossi, Joaquim Bevilacqua, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Aldo Arantes, Roberto Freire, Beth Azize. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Egídio Ferreira Lima, Theodoro Mendes, Délio Braz, Aloysio Chaves, Arnaldo Prieto, Francisco Benjamim, José Lins, José Santana de Vasconcellos, José Thomaz Nonô, Luís Eduardo, João Menezes, Mário Assad, José Lourenço, Osvaldo Coelho, Paulo Pimentel, Ricardo Fiúza, Sandra Cavalcanti, Enoc Vieira, Hugo Napoleão, Edison Lobão, Jonas Pinheiro, Gilson Machado, Mozarildo Cavalcanti, Ricardo Izar, Darcy Pozza, Jarbas Passarinho, e Bonifácio de Andrada.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM, 51 Constituintes; votaram NÃO, 27 Constituintes. Total: 78 votos. O Destaque foi **aprovado**.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr. Presidente, antes da proclamação, eu estava anunciando o meu voto e quero registrá-lo.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Mas V. Ex.<sup>a</sup> não estava presente, quando foram chamados os titulares. Será consignado nos Anais.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Não tem importância, Sr. Presidente. Para mim, foram chamados

os titulares e não havia suplente. Portanto, continuei antes de encerrar a votação e proclamei o meu voto.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FOGAÇA:** – O Partido Trabalhista Brasileiro, entre titulares e suplentes, tem direito a um voto. O que ocorreu é que a votação já tinha sido consignada na folha de votação.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Só votaram dois e temos três votos. Portanto, estou dando o terceiro voto. Ainda não está proclamado o resultado...

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FOGAÇA:** – Os totais estão consignados na folha de votação.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Mas eu estava aqui anunciando o meu voto.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FOGAÇA:** – Salvo uma emenda à folha de votação.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Perdão, nobre Constituinte, V. Ex.<sup>a</sup> estava ocupado. A senhorita ao lado de V. Ex.<sup>a</sup> me viu votando. Fiquei chamando a atenção de V. Ex.<sup>a</sup>, porque eu queria votar e não fui atendido. Depois V. Ex.<sup>a</sup> começou a proclamar o resultado. Peço que V. Ex.<sup>a</sup> consigne o meu voto. Não anunciou o número de votos, se ainda não acabou a votação...

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – A norma adotada, aqui, nobre Constituinte Gastone Righi, é a seguinte: quando se chama os suplentes, os titulares não podem mais votar.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Salvo se não houver suplentes.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FOGAÇA:** – Sr. Presidente, peço a palavra para um esclarecimento.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – V. Ex.<sup>a</sup> tem a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FOGAÇA:** – Realmente, havendo entre suplentes e titulares vagas para um determinado partido, a Mesa tem adotado a prática de voltar a chamada e tem feito isso reiteradas vezes. O que ocorre é que desta feita, infelizmente, e não por vontade da Mesa, quando o ilustre Constituinte Gastone Righi, Líder do Partido Trabalhista Brasileiro, se dispôs a consignar o seu voto, a Mesa já havia registrado os totais de votação. Se a Presidência determinar uma emenda ao total da votação, com rubrica do Presidente, nós colheremos o voto do Constituinte Gastone Righi.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Nobre Constituinte, a Presidência resolve a questão de ordem de V. Ex.<sup>a</sup> da seguinte forma: o voto de V. Ex.<sup>a</sup> foi consignado em ata, mas proclamo o resultado: foi aprovada a emenda.

Passamos ao Destaque nº 200, de autoria da Constituinte Moema São Thiago. **(Pausa)** Não estando presente a nobre Constituinte e nem havendo procuração, o destaque está prejudicado.

As Emendas nºs 215 e 233, também de autoria da Constituinte Moema São Thiago, estão prejudicadas.

**Destaque nº 0504-87 – Emenda nº ES-29.928-0, do Sr. José Genoíno, "que adita parágrafo ao art. 7º do Substitutivo nº 1 (art. 6º do Substitutivo nº 2)".**

Emenda nº 504, do Constituinte José Genoíno.

S. Ex.<sup>a</sup> tem a palavra, para encaminhar favoravelmente.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a Emenda nº 29.928, do Destaque nº 504, diz exatamente o seguinte:

Garantir-se-ão aos trabalhadores menores de 18 anos todos os direitos trabalhistas e previden-

ciários garantidos aos demais trabalhadores, assegurada a isonomia salarial em trabalho equivalente ao do adulto.

Qual o fundamento dessa emenda? Trabalho igual, salário igual. E por que estamos fazendo essa emenda? Porque o parágrafo que vamos examinar, nesta Comissão, o § 2º do art. 6º, diz exatamente o seguinte:

É proibido o trabalho noturno ou insalubre aos menores de 18 anos e qualquer trabalho a menores de 14 anos, salvo na condição de aprendiz.

Vejam V. Ex.<sup>as</sup> que aos menores de 14 anos existe a figura do aprendiz; entre 14 e 18 anos há uma situação que se nós não aprovarmos esta emenda, o que está no texto constitucional dará margem à desigualdade de salários em relação à mão-de-obra entre 14 e 18 anos, porque o texto constitucional proíbe o trabalho aos menores de 14 anos, e fica garantido o trabalho só a partir de 14 anos.

A minha emenda objetiva exatamente fechar essa possibilidade, de corrigir essa lacuna, isto é, trabalho igual, salário igual, quando houver trabalho para aqueles compreendidos na faixa entre 14 e 18 anos.

Para concluir, Sr. Presidente, a minha emenda é exatamente esta:

Todos os direitos trabalhistas e previdenciários garantidos aos demais trabalhadores, assegurada a isonomia salarial em trabalho equivalente ao do adulto, isto é, para os trabalhadores menores de 18 anos.

Em outras palavras, para os trabalhadores menores de 18 anos e superiores a 14 anos. É a faixa etária que procuramos atingir com a nossa emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Concedo a palavra ao Sr. Constituinte Gerson Feres, para encaminhar contra.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, serei breve.

Os argumentos do ilustre Constituinte José Genoíno caem em contradição com os princípios gerais do trabalhador menor, no que diz respeito à carga horária de trabalho do menor de 18 anos, que é menor do que a carga horária do trabalhador adulto.

De duas, uma: ou o Constituinte José Genoíno quer privilegiar essa etapa do trabalhador menor, ou quer acabar de uma vez para sempre com o trabalhador menor nas empresas. Ninguém mais vai contratar o menor, porque ninguém vai pagar salário igual com horário diferente! Nenhum empregador vai se submeter a esse regime de pagar um salário igual ao do adulto por um menor horário de produção! Isso daí não me parece racional, me perdoe o ilustre Constituinte José Genoíno.

Que S. Ex.<sup>a</sup> busque as conquistas do trabalhador, tudo bem – e nós, aqui, em algumas delas, temos dado o nosso apoio, o nosso voto – mas aí é querer invadir numa seara de desigualdades e prejudicar o menor. E isto é grave! Não dar mais oportunidades de mercado de trabalho para ele e há no Norte e no Nordeste – e aí vem o problema das regiões brasileiras, onde as desigualdades são flagrantes, são palpáveis – há um enorme contingente de trabalhadores nessa idade, que ajudam seus familiares, que são pobres e que se submetem a um salário menor por uma carga horária menor para dar sustento às suas famílias.

Sr. Presidente, eu pediria aos nobres colegas da Comissão de Sistematização que meditassem, pois essa emenda não traz nenhuma conquista para o trabalhador, pelo contrário, vai prejudicar o trabalhador menor; por isso, pediria que os nobres colegas, conscientemente, rejeitassem esse pleito que em nada beneficia a conquista dos trabalhadores brasileiros.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Dou a palavra à Constituinte Rose de Freitas, para encaminhar favoravelmente.

**A SRA. CONSTITUINTE ROSE DE FREITAS:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, eu me senti no dever de assumir esta tribuna para defender o destaque do Constituinte José Genoíno, porque, em todas as oportunidades, temos de fazer justiça e reconhecer a importância que tem o trabalho da mulher, como também tem o trabalho do menor. O Constituinte Gerson Peres comete um equívoco, quando S. Ex.<sup>a</sup> reconhece, no menor, a figura de um trabalhador, e não reconhece que precisamos, através de um ato concreto, nesta Constituição, reconhecer essa força de trabalho prematura, que se coloca a serviço do seu País até pela necessidade da subsistência. Quando o Constituinte José Genoíno traz esta proposta ao Plenário: "Todos os Direitos Trabalhistas e Previdenciários garantidos aos demais trabalhadores, assegurada a isonomia salarial ao trabalho equivalente ao do adulto", S. Ex.<sup>a</sup> reconhece que uma pessoa, em condição inferior, por não ser um adulto, desempenha um trabalho de adulto e não pode ser reconhecido no valor produtivo do seu trabalho, recebendo os direitos, o que é, pelo menos, uma forma justa e adequada de reconhecer que essa força de trabalho, colocada em qualquer empresa, em qualquer setor de trabalho deste País, em qualquer setor produtivo, possa receber um salário adequado e ter suas garantias trabalhistas. Então, quando S. Ex.<sup>a</sup> diz que, na verdade, nós estamos trabalhando contra o menor, por que não reconhecer que uma pessoa, em condição inferior, pela sua idade, pela sua capacidade de trabalho, exercita esse trabalho e, portanto, precisa ser reconhecida, e, para tanto, precisa ter um salário adequado, ter as suas garantias trabalhistas?

S. Ex.<sup>a</sup>, ao contrário de reconhecer isto, até por uma questão de justiça, defende a empresa, o interesse da empresa. Ora, esta Constituição que está sendo feita aqui não é para defender apenas os interesses de empresas. Esta Constituição tem, sobretudo, uma palavra de ordem social, tem que procurar garantir tanto às mulheres como aos menores e às minorias desqualificadas deste País, o direito de reconhecimento do valor do seu trabalho, o seu valor social, o seu valor econômico e a necessidade de, politicamente, ter posições nesta Casa; reconhecer o trabalho do menor, qualificá-lo, reconhecer o seu valor produtivo, em forma de garantias trabalhistas.

Essa é uma forma adequada de Constituintes responsáveis, que sabem que fazem uma Constituição agora, que não legisla para setores privilegiados, para elites dominantes, para setores econômicos que já têm, por si e pela sua própria história, todas as garantias e todos os privilégios.

O que queremos agora, neste exato momento, é que aqueles que sempre falaram em menores nesta Casa, aqueles que sempre defenderam que, para os menores, se tem que providenciar as leis, as metas, o apoio necessário, para que eles vivam numa sociedade melhor, agora, nesta emenda, devem votar a favor, porque vamos reconhecer que seres menores, pela idade, pela sua capacidade física, pela sua capacidade mental, desempenham um trabalho de adulto. Portanto, têm que ser reconhecidos, no seu valor final, que é exatamente a sua remuneração, as suas garantias, o seu valor social, o seu valor produtivo, com essas garantias trabalhistas. Eu o parabenizo, Constituinte, pela sua iniciativa.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Com a palavra o Constituinte Antônio Britto, para encaminhar contrariamente ao projeto.

**O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO BRITTO:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, qualquer pesquisa que seja feita entre todos aqueles que tiveram a ventura e a responsabilidade de chegar, por delegação do povo, a esta Assembléia Nacional Constituinte, seguramente indicará

que as duas frases que mais se ouviu durante a campanha eleitoral foram, primeiro, que esta Constituição teria que avançar e, segundo, teria que ser cumprida, por ser uma Constituição, a partir de um texto factível, realista, com condições concretas de aplicabilidade e de eficácia. A emenda do Constituinte José Genoíno é mais uma daquelas que, coberta da melhor intenção, prenuncia o pior resultado, porque a aplicação desse dispositivo, se aprovado fosse, teria apenas uma consequência clara e assegurada: impediria que menores continuassem trabalhando. Não é possível, Sr. Presidente, não é possível, Sras. e Srs. Constituintes, que nos debruçemos sobre as propostas apenas com a visão imediata do aplauso de hoje. É preciso que esta Assembléia tenha também os olhos postos sobre a História; tenha também os olhos postos sobre a condição de aplicabilidade, de realizabilidade daquilo que agora se propõe. Não é possível que um homem, Professor de História, como o Constituinte José Genoíno, um homem extremamente experiente em várias facetas da vida, nos leve a votar alguma coisa que, coberta das melhores intenções, terá, repito, o pior resultado.

Temos, nos últimos dias, conquistado os avanços que até pareciam inimagináveis no campo dos direitos dos trabalhadores. Tenho certeza de que estamos respondendo à primeira frase que escutamos na campanha; estamos, sim, avançando. Mas, Sras. e Srs. Constituintes, é preciso lembrar da segunda frase dita pelos eleitores, e é preciso respondê-la. E a segunda frase era fazer uma Constituição em condições de ser cumprida; uma Constituição que não fique no papel, que vá para a realidade; uma Constituição que não altere a vida apenas do texto; altere a vida lá, onde ela hoje é difícil, lá, onde hoje se exige avanços.

Srs. Constituintes, Sr. Presidente, não tenho condições, apesar de elogiar a generosa intenção do Constituinte José Genoíno, senão a de solicitar que esta Assembléia rejeite a emenda proposta por S. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Não havendo mais oradores inscritos, eu pergunto à Relatoria, se quer fazer uso da palavra brevemente.

**O SR. RELATOR (José Fogaça):**

– Sr. Presidente, Srs. Membros da Comissão de Sistematização, a Relatoria considera que a emenda proposta pelo Constituinte José Genoíno se constitui em uma demasia. É uma emenda que nada repõe ao texto, que nada acrescenta, e mais: o Constituinte José Genoíno parte do pressuposto equivocado de que o princípio da isonomia salarial, de que salário igual e trabalho igual, isso já não está contemplado no Substitutivo nº 2.

Em primeiro lugar, é preciso observar atentamente para inciso VI, do art. 6º, que diz: "garantia de salário fixo nunca inferior ao mínimo, ainda que a remuneração seja variável". A garantia do salário mínimo aqui está assegurada no inciso VI.

Agora, é preciso que se saiba que uma constituição não se completa em apenas um capítulo; ela é uma correlação de princípios, de normas que se ajustam e que se combinam, que se limitam e que se interpoem.

Eu pediria ao Constituinte José Genoíno que lesse o art. 257, no seu § 3º, item II, que diz apenas o seguinte: "O direito à proteção especial aos menores abrangerá os seguintes aspectos: item II, garantia de direitos previdenciários e trabalhistas e de isonomia salarial quando o adolescente realize trabalho equivalente ao do adulto. O princípio do trabalho igual com salário igual já está assegurado no Substitutivo II e é inaceitável para esta relatoria; é inaceitável a pressuposição de que a isonomia salarial já não estivesse consagrada no texto constitucional. Por isto, somos pela preservação do Substitutivo II e contra a emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Tendo-se em vista os esclarecimentos prestados pelo Relator, que mostram que a proposta de V. Ex.<sup>a</sup>, está contida na Constituição, Constituinte José Genoíno, pergunto a V. Ex.<sup>a</sup>, se deseja ainda submeter a voto o que já está contido.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Sr. Presidente, desejo submeter a voto, sim, porque os termos em que está redigido o artigo lido pelo nobre Relator são diferentes do colocado aqui em relação ao equivalente ao trabalho do adulto.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Quanto a este, permitir-me-á V. Ex.<sup>a</sup>, vou ler o propósito de V. Ex.<sup>a</sup>, que diz: "Garantir-se-á aos trabalhadores menores de 18 anos todos os direitos trabalhistas e previdenciários garantidos aos demais trabalhadores, assegurada a isonomia salarial em trabalho equivalente ao do adulto."

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – Sr. Presidente, indago no que isto é diferente...

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Não há diferença...

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FOGAÇA:** – ...garantia de direitos previdenciários e trabalhistas e isonomia salarial quando o adolescente realize trabalho equivalente ao do adulto. Indago: no que isto é diferente?

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Retiro a emenda, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Foi retirada a emenda.

Passo a outro destaque, o de nº 725, do Constituinte Floriceno Paixão, a quem concedo a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE FLORICENO PAIXÃO:** – Sr. Presidente, a emenda visa a conceder pensão por morte do segurado da Previdência Social, nas mesmas bases da aposentadoria que estaria recebendo ou a que teria direito na data da morte. Apresentei essa emenda para figurar no art. 6º, num de seus incisos, porque num dos incisos desse mesmo artigo estava prevista a concessão de aposentadoria. Mas como o Relator Bernardo Cabral, que não está presente, já concordou com a emenda, desde que ela fosse transferida para o capítulo próprio da Previdência Social, e ali apreciada, gostaria de ouvir a confirmação do Relator sobre essa concordância.

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – O parecer do Relator Bernardo Cabral, conforme conversações mantidas com o ilustre Constituinte Floriceno Paixão, é favorável a que esta emenda seja apresentada no capítulo que lhe é próprio, que é o da Previdência Social.

**O SR. CONSTITUINTE FLORICENO PAIXÃO:** – Mas ele concordou com a emenda.

Portanto, Sr. Presidente, requeiro V. Ex.<sup>a</sup> seja transferida a emenda para apreciação no Capítulo próprio – Da Previdência Social.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Pois não! Peço a V. Ex.<sup>a</sup> faça o requerimento aqui e eu o deferirei.

Passamos, portanto, a outro destaque do Deputado Floriceno Paixão, o de nº 727.

Pergunto ao Sr. Constituinte se mantém o destaque.

**O SR. CONSTITUINTE FLORICENO PAIXÃO:** – Sr. Presidente, parece-me que esse Destaque está prejudicado pelo Destaque nº 111, do Constituinte Paulo Paim, apreciado aqui.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Se V. Ex.<sup>a</sup> assim entende, eu atendo com o maior prazer ainda.

Está prejudicado.

Do Constituinte Olívio Dutra, Destaque nº 1.555. S. Ex.<sup>a</sup> está presente? **(Pausa)**

Não estando presente, está prejudicado o destaque.

Sr. Constituinte Paulo Paim retirou os Destaques nºs 1.564, 1.565, 1.571, 1.579, 1.588, 1.591, 1.593, 1.597 e 1.598.

Destaques do Sr. Constituinte Luiz Gushiken que estão retirados: 2.364 e 2.395.

O Sr. Constituinte Nelson Wedekin retira os Destaques nºs 2.543 e 2.562.

O Constituinte Luis Eduardo retirou o seu Destaque de nº 2.589.

O Sr. Constituinte Walmor de Luca não se encontra no plenário. Seu Destaque nº 3.425 está, portanto, prejudicado.

O Sr. Constituinte Francisco Küster também não se encontra no plenário. Seus Destaques nºs 3.590, 3.595 e 3.606 estão prejudicados.

O Sr. Constituinte Nilton Friedrich retira seus Destaques nºs 4.263, 4.271, 4.273 e 4.287.

Destaque nº 5.206, do Sr. Constituinte Antonio Salim Curiati. **(Pausa)**

Prejudicado.

Destaque nº 5.365, do Sr. Constituinte Erico Pegoraro. **(Pausa)**

Prejudicado.

Destaque nº 5.389, do Sr. Constituinte Carlos Chiarelli.

Retirado.

Destaque nº 5.619, do Sr. Constituinte José Ignácio Ferreira. **(Pausa)**

Prejudicado.

Destaques nºs 5.825 e 5.830 do Sr. Constituinte Carlos Cardinal. **(Pausa)**

Prejudicado.

Destaque nº 5.885, do Sr. Constituinte Augusto Carvalho.

Retirado.

Destaque nº 6.121, da Sr.<sup>a</sup> Constituinte Anna Maria Rattes.

Retirado.

**Destaque nº 6.130/87 – Emenda nº ES-28560-2, do Sr. Antônio Carlos Konder Reis, "que adita incisos ao art. 7º do Substitutivo nº 1 (art. 6º do Substitutivo nº 2)". (142ª votação)**

Destaque nº 6.130, do Sr. Constituinte Antônio Carlos Konder Reis. **(Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup> mantém o destaque e, portanto, lhe concedo a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, a Emenda nº 28.560 inclui duas proposições. Eu pedi destaque para a primeira parte da emenda, conforme requerimento que encaminhei à Mesa.



O destaque refere-se, portanto, ao seguinte dispositivo, objeto da proposição que tive a honra de submeter à consideração da Assembléia Nacional Constituinte:

"Acrescente-se ao art. 7º, no Substitutivo 2 art. 6º, que cuida dos direitos sociais, o seguinte princípio:

"Igualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador avulso."

Sr. Presidente, nasci numa cidade portuária, a cidade de Itajaí, em Santa Catarina, e vivi a minha infância e a minha adolescência noutra cidade portuária – Santos, o maior porto do nosso Continente. Por isso, convivi com os problemas dos trabalhadores avulsos, especialmente os portuários: estivadores, arrumadores, vigias portuários, consertadores de carga, conferentes de carga. O elenco dos trabalhadores avulsos, de conformidade com a legislação brasileira, não se esgota naqueles que desenvolvem aquelas atividades na orla portuária. Mas, são os trabalhadores portuários, os trabalhadores avulsos que têm uma significação maior no mercado de trabalho brasileiro. Enfrentei, como homem público, uma série de problemas que busco resolver através desta singela emenda. Em 1967, juntamente com o eminente Senador Aurélio Vianna, no Senado da República, realizamos um trabalho de reformulação do Decreto-Lei nº 5, de modo a assegurar os direitos e as prerrogativas dos trabalhadores avulsos, especialmente os portuários.

Mais tarde, Sr. Presidente, participando da Comissão Mista que emitiu parecer sobre a Lei Orgânica da Previdência Social, travamos nova batalha, pois que os trabalhadores avulsos, no projeto, eram fundamentalmente prejudicados, seja no que toca ao salário-contribuição, seja no que toca aos seus direitos e garantias, perante a Previdência Social. Pouco antes de deixar o Senado da República, creio que em 1972, voltei a me empenhar para que os direitos dos trabalhadores avulsos me fossem postergados. O Congresso examinou o projeto que criou o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço e, logo depois, o projeto que instituiu o Programa de Integração Social. Nas duas proposições, os trabalhadores avulsos, aqueles que têm vínculo com o seu sindicato, estavam muito prejudicados. Os direitos atribuídos aos outros trabalhadores de outras categorias, que têm vínculos empregatícios, esses direitos não eram estendidos aos trabalhadores avulsos. Foi em razão de emenda que apresentei, ao projeto que criou o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço, e foi em razão do parecer que emiti, como relator do projeto que instituiu o Programa de Integração Social, que se ressaltou, que se protegeu, que se consagrou o direito dos trabalhadores avulsos.

A emenda não cria qualquer dificuldade, ela não vem, de modo algum, estabelecer nenhum problema; diz apenas que os trabalhadores avulsos, os que têm vínculo através do Sindicato tenham os mesmos direitos e, portanto, as mesmas prerrogativas dos trabalhadores com vínculo empregatício permanente.

Conheço, Sr. Presidente, por ter vindo, à luz, do mundo, em Itajaí e aberto os meus olhos, para o Brasil, na cidade de Santos, tenho vivido intensamente a luta daqueles trabalhadores avulsos que fazem a grandeza do Brasil nos portos brasileiros. E para lhes fazer justiça é que, não na qualidade de relator-adjunto, mas como representante do povo brasileiro, pelo Estado de Santa Catarina, peço o apoio da Comissão de Sistematização para esta emenda, que virá assegurar aos trabalhadores avulsos os mesmos direitos que estamos, de justiça, estendendo a todos os trabalhadores brasileiros.

É a justificação. (Palmas)

Durante o pronunciamento do Sr. Antônio Carlos Konder Reis, o **Sr. Fernando Henrique Cardoso**, Quarto-Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo **Sr. Jarbas Passarinho**, Terceiro-Vice-Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Em votação.

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – Sr. Presidente, apenas para um esclarecimento, antes de iniciar a votação.

A Emenda nº 28560, do ilustre Constituinte Antônio Carlos Konder Reis contém dois itens que devem ser acrescentados ao art. 6º do substitutivo.

O primeiro diz:

"Igualdade de direito entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e trabalhador avulso."

O outro diz:

"Instituição da ação comunitária, através dos Conselhos Comunitários que, na forma da lei, operarão mecanismos destinados à elevação da capacidade das pessoas e comunidades de prever para prover."

Antes de se proceder à votação, é preciso deixar registrado que o segundo item foi retirado pelo autor da emenda. Portanto, o que está em votação é, apenas:

Igualdade de direito entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e trabalhador avulso.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – Sr. Presidente, pela ordem.

Eu gostaria que o nobre autor da emenda ou o nobre Relator esclarecesse quem é o patrão do trabalhador avulso e quem é que vai responder pelo pagamento das férias, pelo 13º salário. Se tudo isso for possível, quem garante o emprego se ele é trabalhador avulso? Se é o pedreiro, que chega à nossa casa, trabalha oito dias, depois vai embora! Quem pagará o repouso semanal remunerado? Eu gostaria de conhecer esses detalhes para poder votar em consciência.

Conheço o trabalhador avulso, aquele que não tem um patrão certo. Mas quem é que responde por esse encargo que estamos dando àqueles que têm vínculo empregatício?

**O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS:** – O Sr. Relator-Geral Bernardo Cabral dá-me a oportunidade de prestar o esclarecimento solicitado pelo nobre Senador Nelson Carneiro, e eu o faço de pronto. (Pausa)

O trabalhador avulso tem o seu vínculo empregatício com o sindicato. Há uma designação vulgar de trabalhador avulso, aquele que não tem vínculo com o sindicato, e V. Ex.<sup>a</sup> fez menção à hipótese de alguém que vá prestar serviço eventual. Mas, do ponto de vista legal, esse não é o trabalhador avulso. Existem três categorias de trabalhadores, de acordo com a Lei Orgânica da Previdência Social e de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho: o trabalhador celetista – é o que tem vínculo empregatício; o trabalhador autônomo é o profissional liberal, aquele que não tem patrão, nem vínculo empregatício; e o trabalhador avulso, que tem vínculo empregatício com o seu sindicato. Os estivadores se submetem a um teste junto à Delegacia do Trabalho Marítimo; eles têm, portanto, estabilidade. Existe até um quadro de reservas que ascende ao quadro efetivo, na medida das necessidades e das possibilidades. Eles têm, através do sindicato, que é quem recebe dos armadores, dos agentes marítimos, um fundo para efeito de férias. E foi em razão de decisão do Congresso que eles também foram contempla-

dos com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço, que recebem na hora de sua aposentadoria e com o Programa de Integração Social.

Quando fui Relator do Programa de Integração Social, esta dúvida foi levantada: "Mas, como o trabalhador avulso pode receber o Fundo de Integração Social, participar do Programa de Integração Social?" E eu mostrei: através do Sindicato, com o qual o trabalhador avulso tem o seu vínculo, ele não só podia, como devia receber a participação no Programa de Integração Social. E assim ocorreu, também, com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço: à medida em que avança a legislação social brasileira, estamos abrindo um lugar para o trabalhador avulso – aquele que trabalha no porão do navio, no cais, que confere a mercadoria, que toma conta dela e que a conserta.

Hoje, em razão da omissão, não raro o trabalhador avulso não tem os seus direitos reconhecidos.

Não se confunda trabalhador avulso, tomando-se a expressão no sentido vulgar, com aquele que, pela Consolidação das Leis do Trabalho e de acordo com a Lei Orgânica da Previdência Social, é trabalhador avulso porque tem o seu vínculo empregatício com o sindicato. E, através do sindicato, ele é senhor de todos os direitos e garantias de todos os demais trabalhadores brasileiros. É o que pretende a emenda consagrar.

Espero ter prestado os esclarecimentos necessários, para contar com o valiosíssimo voto do nobre Senador Nelson Carneiro.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Carlos Mosconi, Cristina Tavares, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, Antônio Britto, João Herrmann Neto, José Fogaça, José Paulo Bisol, Mario Lima, Nelson Carneiro, Nilton Friedrich, Nilson Gibson, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Renato Vianna, Sigmaringa Seixas, Virgildásio de Senna, Wilson Martins, José Carlos Grecco, José Tavares, Miro Teixeira, Nelson Wedekin, Octávio Elísio, Vilson Souza, Luís Eduardo, Simão Sessim, Antônio Carlos Konder Reis, Gerson Peres, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia, Lysâneas Maciel, Bocayuva Cunha, Luiz Salomão, Francisco Rossi, Joaquim Bevilacqua, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Adolfo Oliveira, José Maria Eymael, Aldo Arantes, Roberto Freire e Beth Azize. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Celso Dourado, Egídio Ferreira Lima, José Geraldo, José Ulisses de Oliveira, Raimundo Bezerra, Rodrigues Palma, Délio Braz, Aloysio Chaves, Carlos Chiarelli, Eraldo Tinoco, Francisco Benjamim, Inocência Oliveira, José Jorge, José Lins, José Santana de Vasconcellos, João Menezes, Mário Assad, José Lourenço, Osvaldo Coelho, Paulo Pimentel, Ricardo Fiúza, Sandra Cavalcanti, Enoc Vieira, Hugo Napoleão, Edison Lobão, Jonas Pinheiro, Gilson Machado, Darcy Pozza, Virgílio Távora e Antonio Farias.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 48 Constituintes; votaram não 30 Constituintes. Total 78 votos. O Destaque foi **aprovado**.

Em votação o Destaque nº 6.150 requerido pelo Constituinte Lélío Souza, autor da Emenda nº 31.885. **(Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup> está ausente.

Fica prejudicado o destaque.

Em votação o Destaque nº 6.158 requerido pelo mesmo Constituinte Lélío Souza. **(Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup> está ausente.

Fica prejudicado o destaque.

Em votação o Destaque nº 6.436 requerido pelo Constituinte Geraldo Campos, referente à Emenda nº 330.626. **(Pausa.)**

S. Ex.<sup>a</sup> está ausente.

Fica prejudicado o destaque.

Em votação o Destaque nº 7.424 requerido pelo Constituinte Jorge Uequed. **(Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup> está ausente.

Fica prejudicado o destaque.

Em votação o Destaque nº 7.551 requerido pelo Constituinte Darcy Pozza. **(Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup> retira o destaque.

Em votação o Destaque nº 8.043 requerido pelo Constituinte Mendes Thame. **(Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup> está ausente.

**O SR. CONSTITUINTE EDUARDO JORGE:** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Antes ou depois de eu enunciar o prejuízo do destaque?

**O SR. CONSTITUINTE EDUARDO JORGE:** – Sr. Presidente, eu gostaria de perguntar à Mesa se o Constituinte Mendes Thame deixou algum encaminhamento de defesa?

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A Secretaria informa que não.

Fica prejudicado o destaque.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Em votação o Destaque nº 8.045, requerido pelo nobre Constituinte Antoniocarlos Mendes Thame. **(Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup> está ausente.

Fica prejudicado o destaque.

**A SR.<sup>a</sup> CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Pela ordem tem a palavra V. Ex.<sup>a</sup>.

**A SR.<sup>a</sup> CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES:** – Sr. Presidente, o Relator da Comissão de Sistematização fez uma proposta e, depois de algumas consultas, gostaria de aditar algumas sugestões à mesma, no sentido de agilizarmos as votações na Comissão de Sistematização, da Assembléia Nacional Constituinte.

Propõe S. Ex.<sup>a</sup>, o Constituinte Bernardo Cabral, que sejam selecionados por Partidos, o que me parece não ser muito justo, uma vez que há Constituintes que dormiram nas filas, que apresentaram 200, 300 ou 500 destaques, quer dizer, houve uma manifestação de maior empenho do que outros, independente do Partido.

Sugeriria a V. Ex.<sup>a</sup> que nas reuniões de liderança se adotasse um outro critério: que cada Constituinte que apresentou destaques, pudesse retirar 75% deles; o Constituinte ficaria à vontade para saber quais retirar.

Com essa sugestão que faço, aliada ao funcionamento do sistema eletrônico de votação, e ao funcionamento conjunto da Assembléia Nacional Constituinte, à tarde, e da Comissão de Sistematização, pela manhã, acredito que terminaremos os nossos trabalhos, algo como antes do ano 2000.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Constituinte Cristina Tavares, apenas um esclarecimento, 75% de retirada é a proposta de V. Ex.<sup>a</sup>?

**A SR.<sup>a</sup> CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES:** – Sim, de retirada.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Acolho a proposta de V. Ex.<sup>a</sup> e a levarei à reunião da Mesa.

**A SR.<sup>a</sup> CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES:** – Sr. Presidente, a segunda questão, parece-me, merecerá a atenção deste Plenário: a Imprensa de hoje registra a escuta telefônica, que é um ato inconstitucional, na residência do Senador Mário Covas, Líder do PMDB na Assembléia Nacional Constituinte.

Há alguns indicadores, Sr. Presidente, de que as coisas não estão bem na Nova República. Há pouco o **Correio Braziliense** deu um recado daqueles que estávamos acostumados a ouvir na Velha República: "A direita estaria se reunindo para ameaçar".

Os sinais são inquietadores e aos poucos estamos sentindo, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, que de fato se aglutina e se prepara alguma coisa que poderá sobrestar os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, sobretudo a ousadia e a falta de cerimônia com que se faz escuta de telefones, até mesmo do Líder do PMDB na Assembléia Nacional Constituinte, que diz pelos jornais que está falando de orelhões, por não mais confiar no telefone da sua residência.

Será que perdemos a capacidade de nos indignar, Presidente Jarbas Passarinho? Será que todos aqui estamos elaborando uma farsa? Nós que estamos sentados para fazer uma nova Constituição garantindo os direitos individuais e coletivos? Estamos vivendo a quebra descarada da atual Constituição e ficamos calados?

Peço a V. Ex.<sup>a</sup>, como Presidente da Mesa dos trabalhos da Comissão de Sistematização, na Assembléia Nacional Constituinte, que faça saber ao Presidente Ulysses Guimarães que esta Assembléia Nacional Constituinte mostra a sua inquietação e indignação e exige, do Senhor Presidente da República – que por sinal, a partir de amanhã, é também o Dr. Ulysses Guimarães – que tome enérgicas providências contra esses abusos ao Poder Constituinte.

**O SR. CONSTITUINTE ERALDO TINOCO:** – Sr. Presidente, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Antes de dar a palavra aos Srs. Constituintes, tenho que dar uma palavra de resposta à Constituinte Cristina Tavares. Tenho que dizer a S. Ex.<sup>a</sup> que considero a denúncia extremamente grave e que naturalmente levarei, de minha parte, à Mesa da Comissão de Sistematização, com recomendação de levar ao Presidente Ulysses Guimarães a reclamação que foi feita aqui.

Tive oportunidade, quando Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social, de ter, eu mesmo, o meu telefone grampeado, o que provou, depois de alguma sindicância, que se tratava de grampeamento feito por interessados em obter a conversa que o Ministro da Previdência tinha com o seu delegado de São Paulo, graças a uma corrente de corrupção generalizada existente naquele Estado no campo da Previdência Social. Portanto, a origem de um grampeamento, de uma escuta telefônica, pode ser diversa daquela que se supõe desde logo que possa ser do Estado. Mas, em sendo do Estado, tanto mais grave e, neste caso, levarei ao Presidente Ulysses Guimarães a reclamação da Constituinte Cristina Tavares.

Quanto à observação feita, o Relator atendeu, e naturalmente S. Ex.<sup>a</sup> modificará o documento que apresentou como base para a discussão na reunião da Mesa, que se dará hoje mesmo às 20 horas e 30 minutos.

Concedo a palavra ao Constituinte Eraldo Tinoco.

**O SR. CONSTITUINTE ERALDO TINOCO:** – Sr. Presidente, quero contraditar a sugestão da ilustre Constituinte Cristina Tavares, pelas seguintes razões: devemos ter a preocupação não com a quantidade mas sim com a qualidade dos trabalhos da Constituinte e, efetivamente, poderemos ter um Constituinte que tenha se preo-

cupado com a qualidade das emendas e dos destaques apresentados, altamente prejudicados por esse critério de proporcionalidade.

Vejamos: um Constituinte que tenha, em todo o texto do Substitutivo do Relator Bernardo Cabral, identificado apenas um ponto importante e o tenha destacado, ficará prejudicado. Se destacou quatro itens, selecionará apenas um; não importa nesse critério se farão destaques criteriosos, baseados efetivamente em pontos de alta importância. Um outro Constituinte que tendo uma assessoria talvez maior, tendo talvez melhores condições e que apresentou quinhentos destaques, vai ficar beneficiado nessa proporção.

De sorte que quero chamar a atenção para esse aspecto, porque me parece que o critério da proporcionalidade prejudicará a qualidade do trabalho de quem se preocupou com a qualidade e não com a quantidade.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Pergunto a V. Ex.<sup>a</sup>, nobre Constituinte Eraldo Tinoco, se quando eu estava ausente, enquanto fui ao meu gabinete, quando a proposta foi apresentada pelo Relator Bernardo Cabral, – ouvi pelo microfone do meu gabinete – se V. Ex.<sup>a</sup> estava presente?

**O SR. CONSTITUINTE ERALDO TINOCO:** – Sim, eu estava presente.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – V. Ex.<sup>a</sup>, na ocasião, concordou?

**O SR. PRESIDENTE ERALDO TINOCO:** – A proposta do Relator Bernardo Cabral é em outro sentido, é que as Lideranças dos Partidos pudessem analisar e adotar um critério para diminuir o número de destaques.

A proposta da Constituinte Cristina Tavares é que cada Constituinte elimine, de sua própria vontade, 75% dos seus destaques e, aí, me parece, é que existe o prejuízo.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – V. Ex.<sup>a</sup> contraditou inclusive aquilo que o Relator Bernardo Cabral já havia aceito por parte da proposta da Constituinte Cristina Tavares.

Tem a palavra o Relator José Fogaça.

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – Sr. Presidente, o Relator Bernardo Cabral acaba de receber e de acolher a sugestão da Constituinte Cristina Tavares para encaminhar à reunião de Lideranças.

Mas, conviria esclarecer à nobre Constituinte que o teor, o objetivo da proposta do Relator Bernardo Cabral é de estabelecer um critério de base política para seleção das emendas e, além desta, um senso coletivo estabelecido pelos Partidos: este o objetivo da proposta. Deixar a critério de cada Constituinte levaria a uma seleção pessoal, e, mais uma vez, estimularia o individualismo parlamentar que, muitas vezes, marca infelizmente, os nossos trabalhos, e numa autocrítica temos que reconhecer.

A proposta de V. Ex.<sup>a</sup> é da melhor qualidade, mas quero chamar a atenção para o fato de que ainda temos 7.559 destaques a serem examinados. A vigorar a proposta, teremos que examinar nada mais nada menos que 1.890 destaques, que são, exatamente, 25% do total a ser examinado.

Quero dizer que, em 110 horas de trabalho até aqui cumpridas, realizamos 121 votações. Portanto, a proposta do Relator é mais drástica do que a de V. Ex.<sup>a</sup>, no sentido de que apenas 206 emendas, consideradas prioritárias pelo senso coletivo, ou seja, pelo entendimento de base política e interna **corporis** dos partidos, a partir dos temas fundamentais e mais polêmicos, venhamos a trabalhar até o final das atividades da Comissão de Sistematização e concluir o Projeto de Constituição, para ser

levado, o mais rapidamente possível, a plenário, sem prejuízo das outras emendas rejeitadas, que poderão ser objeto de requerimento de destaque no plenário.

Na verdade, esta é uma decisão das Lideranças, mas era preciso fazer este esclarecimento ao plenário, para que fosse entendido o teor e o objetivo da proposta do Relator Bernardo Cabral.

**A SRA. CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES:** – Nobre Constituinte José Fogaça, com todo o respeito e admiração que tenho por V. Ex.<sup>a</sup>, eu gostaria de dizer que até em alguns partidos as Lideranças poderão retirar destaques de Constituintes, fato que se tornará muito perigoso, muito difícil nos grandes partidos. Parece-me que não deveríamos, mesmo atendendo às ponderações de V. Ex.<sup>a</sup>, tanto assim que não há voto de Liderança na Constituinte.

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – Ouvidas as Bancadas.

**A SRA. CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES:** – Imagine V. Ex.<sup>a</sup> consultar 7.500 destaques. Isso não existe. Queria ponderar, respondendo ao Constituinte Eraldo Tinoco que ele tem razão. Algumas pessoas fizeram 4, 5 e deveria ter um critério mínimo; quem fez 4 ou 5 destaques manteria seus 4, 5 ou 6 destaques, que é o destaque da qualidade. Concordo inteiramente com isso. Quero lembrar a V. Ex.<sup>a</sup>, se me permite...

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – Diz que não são membros dessa comissão.

**A SRA. CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES:** – Concluirei em dois minutos. Quero dizer a V. Ex.<sup>a</sup> que essas votações estão defeituosas por falta de competência de quem está dirigindo a Mesa e não a administração da Presidência, porque este painel eletrônico que reduziria em 75% do tempo, ainda não está funcionando. Estamos aqui sendo administrados pela incompetência e não podemos admitir que uma Comissão de Sistematização não vote mil e poucos destaques.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Peço a V. Ex.<sup>a</sup> que conclua e não darei mais a palavra sobre esta questão de ordem. Esta matéria não pode ser decidida agora, neste instante. O assunto vai ser submetido à Mesa, e quando ela trouxer a decisão os Srs. Constituintes dela tratarão. Acabamos de ver aqui, por exemplo, um diálogo entre o Relator e a Constituinte. Não tem cabimento, estamos perdendo tempo sobre isto.

Passemos ao art. 6º, § 1º, que diz:

"A lei protegerá o salário e definirá como crime a retenção de qualquer forma de remuneração do trabalho já realizado."

Em votação o Destaque nº 7598, requerido pelo Constituinte Darcy Pozza. **(Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup> retira o destaque.

Em votação o Destaque nº 7476, requerido pelo Constituinte Luís Roberto Ponte, referente à Emenda nº 33461, de sua autoria. **(Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup> está ausente.

Fica prejudicado o destaque.

Em votação o Destaque nº 5113, requerido pelo Constituinte Fernando Gomes. **(Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup> está ausente.

Fica prejudicado o destaque.

Em votação o Destaque nº 2972, requerido pelo Constituinte Israel Pinheiro, referente à Emenda nº 33779. **(Pausa)**

O Deputado Israel Pinheiro não se encontra presente. Fica prejudicado o destaque.

**Destaque nº 3028/87 – Emenda nº ES-32358-0, do Sr. José Geraldo, "que modifica o art. 7º, § 1º, do Substitutivo nº 1 (art. 6º, § 1º, do Substitutivo nº 2" (143ª votação)**

Em votação o Destaque nº 3028, requerido pelo Constituinte José Geraldo, referente à Emenda nº 32358, de sua autoria, com ressalva da expressão "definitiva ou temporária". **(Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup> está presente, tem a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GERALDO:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

A emenda que apresentamos ao § 1º do art. 6º visa acrescentar a expressão ou a ressalva "sem justa causa" à redação deste parágrafo primeiro. O § 1º reza o seguinte:

"A lei protegerá o salário e definirá como crime a retenção de qualquer forma de remuneração do trabalho já realizado."

O que estamos propondo é o acréscimo desta ressalva:

"A lei protegerá o salário e definirá como crime a retenção, sem justa causa, de qualquer forma de remuneração do trabalho já realizado."

A razão que nos levou à apresentação da proposta desta emenda foi exatamente a proteção do interesse dos trabalhadores, principalmente aqueles empregados das pequenas e médias empresas ou os trabalhadores rurais.

O que normalmente acontece é que, no trabalho rural ou no trabalho nas pequenas e médias empresas, cria-se um vínculo, pela facilidade de contato entre empregadores e empregados, propicia-se um relacionamento pessoal e direto entre patrões e empregados e, em decorrência desse relacionamento, estabelece-se um clima saudável de confiança e de amizade mesmo, entre essas duas forças que se relacionam.

Ainda em decorrência desse clima, o empregador é levado a fazer uma série de concessões a seus empregados, notadamente no que diz respeito a antecipações de recursos, para fazer face a despesas não previstas ou a situações emergenciais, principalmente no tocante ao tratamento de saúde.

Além disso, na atividade rural, é muito comum que um trabalhador rural também possua, muitas vezes por herança, uma reduzida gleba de terra. Assim, além de ser empregado, ele também trabalha esta pequena gleba. O empregador também faz uma série de financiamentos a esse empregado, que não tem acesso fácil às instituições de crédito organizadas e a garantia que todos esses empregados podem oferecer a essas atitudes dos empregadores, essas concessões, é, normalmente, o salário.

Na medida em que o empregador ficar sujeito a ser punido como criminoso, pela retenção de salário, previsto nesses casos em que antecipa recursos financeiros a seu empregado, será levado a evitar esse risco e a ser constrangido, por uma falta de ressalva nesse artigo, a não mais conceder esse tipo de ajuda a seu empregado que cria, como já disse, um relacionamento saudável e de confiança.

A nossa preocupação é exatamente a de não quebrar esse hábito e esse relacionamento que normalmente existe nas pequenas empresas e na atividade rural, fazendo essa ressalva, que permita ao empregador continuar funcionando ou agindo assim com seus empregados.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra para falar contra o Constituinte Mário Lima, que está inscrito.

V. Ex.<sup>a</sup> está inscrito para falar contra. Aceita?

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Sr. Presidente, eu pediria a palavra, porque estou inscrito.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Está havendo prazo para esclarecimento do orador.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Estou inscrito e penso que talvez fosse desnecessário...

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Eu dou a palavra a V. Ex.<sup>a</sup> por economia de tempo.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Sr. Presidente, vou falar daqui mesmo, do microfone do plenário.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – À escolha de V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Eu pediria a atenção dos Constituintes, apelando, inclusive, para o bom senso.

É meio difícil se admitir qualquer retenção de salário por trabalho realizado que tenha justa causa. Isto é uma questão de bom senso. Agora vejam o que pretende o Constituinte José Geraldo, na sua argumentação. Diz S. Ex.<sup>a</sup> o seguinte: É importante colocar a justa causa porque pode haver a impossibilidade do pagamento por falta de recurso do empregador. Isso é um dado que atenta para algo fundamental. O salário por um trabalho realizado significa sobrevivência não do trabalhador, a sobrevivência de sua família. É um verdadeiro absurdo se admitir exceções por um trabalho realizado e não remunerado.

Eu solicitaria ao nobre Constituinte José Geraldo que retirasse, porque isso atenta para o bom senso, atenta contra os princípios fundamentais, atenta contra a nossa formação, o nosso trabalho. Evidentemente, não há cabimento em se discutir justa causa, para retenção de um trabalho que foi realizado e que tem que ser remunerado. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Pergunto ao Constituinte Mário Lima se aceita segunda época.

**O SR. CONSTITUINTE MÁRIO LIMA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Acho que está claro o texto do Relator. A retenção é quando for proposital. Eu daria um exemplo: uma empresa construtora empreiteira está fazendo uma obra para o Governo, não recebe, ela tem motivo para não pagar o salário. Agora, a retenção admite-se que seja voluntária, ela reteve para especular com o dinheiro do salário dos trabalhadores. Do mesmo modo que o trabalhador não pode lançar mão de nada de propriedade do empresário, o empresário também não tem o direito de lançar mão do que é propriedade do trabalhador. Claro! Se o empresário não recebe, ele não pode pagar. E dou este exemplo: ele está fazendo uma obra, o Governo não lhe paga, ele não tem condições de pagar ao seu empregado; não é retenção, é um atraso motivado pela circunstância – justa causa. A retenção é quando fica caracterizado que ele deixou de pagar ao trabalhador, objetivando tirar proveito dessa retenção. Portanto, a minha opinião é que deve manter o texto do Relator.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Se bem entendi, o orador falou a favor, contra a emenda. Entendi que a empresa, no momento em que não recebe do Estado, não tem como pagar. Mas isso não é comigo.

O Relator quer falar?

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sou contra.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – O Relator é contra.

Em votação.

(Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: José Geraldo, Délio Braz, Antoniocarlos Mendes Thame, Eraldo Tinoco, Inocêncio Oliveira, José Lins, Luís Eduardo, João Menezes, Mário Assad, Ricardo Fiúza, Enoc Vieira, Hugo Napoleão, Edison Lobão, Jonas Pinheiro, Gilson Machado, Darcy Pozza, Gerson Peres, José Luiz Maia. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Carlos Mosconi, Celso Dourado, Cristina Tavares, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, Antônio Britto, João Herrmann Neto, José Fogaça, José Ignácio Ferreira, José Paulo Bisol, José Ulisses de Oliveira, Mário Lima, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nelton Friedrich, Paulo Ramos, Rodrigues Palma, Sigmaringa Seixas, Virgildásio de Senna, Wilson Martins, José Carlos Grecco, José Tavares, Miro Teixeira, Nelson Wedekin, Octávio Elísio, Uldurico Pinto, Vilson Souza, Aloysio Chaves, Carlos Chiarelli, Christóvam Chiaradia, José Jorge, Sandra Cavalcanti, Antônio Carlos Konder Reis, Jarbas Passarinho, Virgílio Távora, Lysâneas Maciel, Luiz Salomão, Francisco Rossi, Joaquim Bevilacqua, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Adolfo Oliveira, José Maria Eymael, Aldo Arantes, Roberto Freire e Beth Azize.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 18 Constituintes; votaram NÃO 50 Constituintes. Total: 68 votos. O Destaque foi **rejeitado**.

Em votação o Destaque nº 3738, requerido pelo Constituinte Joaci Góes. (Pausa)

S. Ex.<sup>a</sup> está ausente. Fica prejudicado o destaque.

**Destaque nº 4376-87 – Emenda nº ES-33746-7, do Sr. Ademir Andrade, "que adita ao § 1º do art. 7º, do Substitutivo nº 1, a expressão "com multa por dia de atraso" (art. 6º, § 1º do Substitutivo nº 2).**

Em votação o Destaque nº 4376, requerido pelo Constituinte Ademir Andrade.

Tem a palavra o nobre Constituinte Ademir de Andrade, para encaminhar favoravelmente.

**O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, eminente Relator:

Apresentamos uma emenda a este parágrafo, com uma preocupação básica: como normalmente ocorrem atrasos de salários pagos principalmente aos funcionários públicos e mais ainda funcionários públicos de vários municípios brasileiros, atrasos decorrentes de abusos da espécie, onde prefeitos e governadores de Estados, usando a arrecadação das suas localidades de Governo, aplicam os recursos em investimentos financeiros, no "over", no "open" atrasando o pagamento aos funcionários públicos para ganharem, para ampliarem esses recursos. E quando o funcionário recebe o seu salário é sem nenhum reajustamento, sem nenhuma vantagem. Recebe o seu salário como se estivesse recebendo no dia a que ele tinha direito.

Ora, quando o trabalhador atrasa de pagar a sua conta de luz, de pagar a sua conta de água, de pagar o seu carnê na loja, de pagar a sua prestação da casa própria, ele é cobrado com multa por dia de atraso; em qualquer pagamento que ele tenha, que ele deva em qualquer setor do comércio ou do Governo ou de prestação de serviço, ele sempre paga com multa por dia de atraso. Entretanto, o patrão e o Estado podem atrasar sem a estes haver qualquer cobrança de multa.

O meu destaque, ilustre Relator, mantém na íntegra texto de V. Ex.<sup>a</sup>, pois é um texto excelente. É um texto da melhor qualidade, que protege, sem nenhuma dúvida o interesse do trabalhador. O que procuro é garantir na lei que será feita e que considerará como crime o atraso

no pagamento do salário do trabalhador, o que desejamos é incluir ali apenas uma frase. Trata-se, portanto, de uma emenda aditiva, colocada no fim do texto escrito pelo Relator, e que diz o seguinte: "com multa por dia de atraso", ou seja, toda vez que o empresário e o Governo atrasarem o pagamento do seu funcionário, do seu empregado, no momento em que fizerem esse pagamento, ele será pago com uma multa, que será estabelecida em lei, e com isso faremos justiça ao trabalhador, porque, esse aumento do seu salário, envolvido na questão do reajuste, compensará, quando ele pagar, a multa da luz, da água, da prestação da casa própria, entre tantas coisas.

Sr. Relator, tem havido uma interpretação, especialmente do caro amigo Domingos Leonelli, em que S. Ex.<sup>a</sup> entende que, anexada a expressão "com multa por dia de atraso", o que entendo que não tira a idéia de crime, quando ocorre o atraso, porque isso está estabelecido no conteúdo do parágrafo, esta questão da multa implicaria a desqualificação de crime. Discordo completamente da interpretação do ilustre Constituinte Domingos Leonelli.

Trago esta proposta ao § 1º deste artigo, como um pedido dos funcionários públicos do meu Estado, que fizeram essa solicitação, a qual trago, sugerindo a V. Ex.<sup>a</sup> e aos Constituintes desta Comissão de Sistematização o acolhimento dessa nossa proposta. Muito obrigado.

**O SR. CONSTITUINTE DOMINGOS LEONELLI:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – V. Ex.<sup>a</sup> tem a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE DOMINGOS LEONELLI:** – Fui citado pelo orador que encaminhava, e, como sou – digamos – o autor original desse parágrafo, desde a Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores, eu queria pedir ao nobre Relator Bernardo Cabral, que tão audaciosamente introduziu esse texto original, modernizador em relação inclusive a outras Constituições – pela primeira vez o trabalho é protegido criminalmente – que essa proposta, essa emenda aditiva de autoria do meu querido amigo, companheiro Ademir Andrade, restaurando o caráter pecuniário da pena, retira completamente a criminalidade, que é a inovação do texto apresentado pelo nobre Relator.

Tenho certeza de que o nobre Constituinte Ademir Andrade acataria e compreenderia e até retiraria, imagino, se o Relator esclarecesse isso definitivamente.

Essa a questão de ordem. Peço desculpas por apresentá-la, talvez, um pouco imprecisamente, agradecendo a tolerância de V. Ex.<sup>as</sup>.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Não há questão de ordem a decidir. Há um apelo ao Relator.

O Relator falará, nobre Constituinte Domingos Leonelli, depois de ouvir o contraditório. Tem a palavra o Constituinte Mário Lima, Constituinte Mário Lima, que se inscreveu para encaminhar contra.

**O SR. CONSTITUINTE MÁRIO LIMA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, sou disciplinado e, por isso, vou usar exatamente os cinco minutos regimentais.

Creio que o texto do Relator está conciso, está claro, não cabendo mais dúvidas.

Atraso é uma coisa, retenção é outra. O atraso pode ser involuntário, mas a retenção, Srs. Constituintes, é voluntária.

Realmente, já era hora de haver justiça.

Conheço diversos casos de trabalhadores que foram demitidos e saíram das portas das fábricas conduzidos pela polícia para responder a inquérito na delegacia.

Conheço, também, casos de empresários que, fazendo obras públicas, trabalhando para outras empresas, recebem as medições das obras e esquecem de pagar o trabalhador.

Eu citaria, ainda, um fato ilustrativo de um trabalhador que teve os seus salários retidos, não pagos, e foi reclamar junto ao Juiz local. E, como todo julgamento tem a fase de conciliação, foi proposto a este trabalhador um acordo. Ele tinha trabalhado, fazia jus aos seus salários e, no entanto, o Juiz lhe fez uma proposta de acordo. Qual era a proposta de acordo? Que ele recebesse metade dos seus salários que havia ganho honestamente.

E, diante da sua impotência, ele preferiu receber metade do seu salário, mas teve um gesto significativo. Havia, sobre a mesa do Juiz, uma Consolidação das Leis do Trabalho. Ele abriu, rasgou e disse: "Sr. Juiz, a metade é do Sr. e a outra metade é minha." Essa é a realidade.

Há empresários que atrasam o pagamento, porque sabem que o trabalhador é mais fraco e não resiste a uma demanda judicial. Essa é a grande realidade. O atraso é proposital, o atraso é feito, porque ele sabe que, na Justiça do Trabalho, o trabalhador é mais fraco para demandar.

Daí achamos que esse artigo da Constituição punirá o mau empresário, o mau patrão, aqueles que usam ainda o expediente de explorar e prejudicar o trabalhador. Claro que o atraso involuntário, o atraso motivado por questões alheias à vontade do empresário esse será tolerado pela lei, quando regulamentarem esse artigo da Constituição. E, obviamente, aquele atraso maldoso, voluntário, que visa tirar proveito do dinheiro do trabalhador, este atraso será criminalizado, para haver igualdade entre o capital e o trabalho. Da mesma maneira que o trabalhador, ao se apropriar do patrimônio do patrão é levado à polícia, é responsabilizado criminalmente, esse mau patrão, que se apropria indevidamente do salário, honesta e justamente ganho, deve também ser criminalizado.

Daí, entendermos que o texto do Relator está conciso, está claro, não comporta dúvida e somente punirá os maus patrões, aqueles que realmente se apropriam de maneira desonesta, de maneira injusta, de maneira indevida do salário legitimamente ganho.

Portanto, a nossa opinião é de que, se mantivermos, sem modificação, em que pese a boa intenção, em que pese o mérito da proposta do ilustre companheiro Ademir Andrade, deixando apenas o texto como está, esse texto atingirá, de maneira mais conseqüente e de maneira mais clara, os objetivos da proposta colocada no texto pelo ilustre Relator. Daí eu fazer um apelo a todos os Constituintes e, de maneira especial, aos companheiros de meu Partido, para que votemos no texto, conseqüentemente, rejeitando a emenda. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Para encaminhar contrariamente, concedo a palavra ao nobre Constituinte Gerson Peres.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, prezados colegas, eis aqui mais um exagero na carta política. Uma Constituição que coloca no seu dispositivo penas a serem aplicadas – meu Deus do céu! – tem um caminho completamente diferente dos seus objetivos. Ela não está assentando o estado de direito em princípios gerais, está se transformando até em um próprio Código Penal, o que não é próprio da sua norma ela que é o conjunto de normas jurídicas que vão delimitar as outras normas. O que é uma norma constitucional senão isso? A norma constitucional é delimitadora das demais normas do Direito. Colocando essa emenda neste dispositivo, ela já está sendo não mais delimitadora das demais, ela já está sendo a própria lei ordinária dentro do seu próprio bojo, o que não me parece correto e nem objetivo porque, em que pese como bem disse o orador que me antecedeu, as boas intenções do eminente Constituinte

Ademir Andrade, o seu desejo de querer resgatar mais essa conquista para os trabalhadores aqui não é o local para isso. Colocar a pena de multa por um dia de atraso quando os salários forem retidos ou forem atrasados – são duas expressões que aqui foram colocadas e que, na terminologia da lei, quando se discute nos tribunais, não estão bem definidas – retenção e atraso.

A retenção, dizem alguns, caracteriza o dolo, e o atraso não. Mas até se provar isso em juízo, custa-se a acreditar que a pena possa ser aplicada àquele que reteve ou atrasou o salário do trabalhador. Portanto, eu pediria aos colegas, primeiro, que rejeitassem essa proposta do eminente Constituinte Ademir Andrade. E queria, também, apelar ao Relator, por ocasião da redação final, que estudasse a maneira de substituir a palavra "crime" por "penalidade" da retenção. Porque me parece muito fora do preceito constitucional termos que escrever que o atraso do salário de um trabalhador seja crime para a lei definir. Ou deveria a Constituição dizer: "a lei definirá as penalidades do atraso", que vem a ser a mesma coisa. Porém, parece-me que, tecnicamente, em redação de preceito constitucional, ela fica mais adequada e mais acertada para os objetivos aos quais se propõe.

Portanto, prezados colegas, a redação que o eminente Constituinte Ademir Andrade quer dar não é cabível nesse texto. A lei vai definir as penas, inclusive a de multa, e se o legislador ao entender que também deve ser de cadeia, ali colocará a cadeia e a multa.

Eram essas as considerações que eu fazia, pedindo a rejeição da Emenda do Deputado Ademir Andrade.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Com a palavra o Relator.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, realmente, ousou falar aos Srs. Constituintes porque o eminente Deputado Domingos Leonelli considerou uma audácia a inclusão desse artigo, desse parágrafo, e eu não faria jus ao qualificativo se não ousasse dar duas explicações. O eminente Constituinte Ademir Andrade quis colocar um espartilho constitucional que pudesse apertar ainda mais aquele que retém o produto do trabalhador. Mas S. Ex.<sup>a</sup> comete – e faço isso com todas as ressalvas da estima e da admiração do advogado pelo engenheiro – S. Ex.<sup>a</sup> comete uma imprudência jurídica ao escalar, desde logo, a pena de multa no texto constitucional, quando é precedido do termo "crime". Tal qual se vê no texto, que a lei protegerá o salário e definirá como crime, escalará, portanto, a lei que tipo de crime e conseqüente penalidade – uma é o núcleo e outra a periferia. O importante é assegurar o essencial e deixar acessório para a letra da lei. O que é o essencial no texto constitucional? É a lei proteger o salário. Este é o primeiro ponto fundamental e, a partir daí, definir que considerará crime a sua retenção.

Entendo, pela recíproca estima que há entre mim e S. Ex.<sup>a</sup>, que o Constituinte Ademir Andrade já havia ouvido, aí sim, as explicações audaciosas do Constituinte Domingos Leonelli, quando entendia da discórdia que pairava na interpretação. O fim colimado, o fim buscado, objetivo a ser atingido era, exatamente, aquele de boa fé que V. Ex.<sup>a</sup>, eminente Constituinte Ademir Andrade, persegue aqui no desempenho do seu mandato: a proteção do mais fraco.

Mas se V. Ex.<sup>a</sup> eventualmente é informado de que o texto constitucional consagra essa sua preocupação, inquietação, eu lhe faço um apelo, um apelo que me parece apropriado, um apelo que centraliza, o apelo que abarca o desejo de todos os Constituintes que aqui se encontram, qual seja aquele de V. Ex.<sup>a</sup> retirar esta sua emenda.

**O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE:** – Sr. Relator, eu entendo que essa proposta, acrescida ao final do parágrafo, não implicaria em anular o início do texto

do parágrafo, ou melhor, não anularia a condição de crime à retenção de salário.

Eu não consigo entender desta forma, inclusive conversei com V. Ex.<sup>a</sup> aí, ao seu lado e V. Ex.<sup>a</sup> concordou comigo nesse aspecto.

De forma que eu entendo que o que nós estamos querendo é, na verdade, estabelecer uma condicionante, que seja considerada como crime, tudo bem, nada muda na emenda aditiva que faço.

Nós condicionamos na lei o pagamento de uma multa, ou seja, o ressarcimento ao funcionário público ou ao empregado pelo atraso de seu salário.

Entretanto, apesar de discordar de V. Ex.<sup>a</sup>, mas conversando e ouvindo todos os nossos companheiros aqui, atendo ao apelo de V. Ex.<sup>a</sup> e retiro o destaque.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Há requerimento sobre a Mesa. Peço a atenção dos Srs. Constituintes. Requerimento manuscrito do Sr. Constituinte José Lins. Como fui do tempo dos paleógrafos posso lê-lo:

"Considerando que a disponibilidade dos textos a serem votados é condição essencial para orientação dos Constituintes, no mister de bem cumprir as suas responsabilidades;

Considerando que compete à Mesa diligenciar para que se cumpram condições mínimas de trabalho produtivo e consciente nesta Comissão;

Considerando que a apresentação dos textos, como acima indicado, é perfeitamente possível, tanto que esse trabalho já vem sendo feito por grupos isolados, sem que todavia se torne útil a todos;

Solicito de V. Ex.<sup>a</sup> submeta ao Plenário indicação ao Sr. Presidente da Constituinte no sentido de que mande providenciar a distribuição dos textos a serem votados nas sessões, a todos os Constituintes, com a antecedência mínima de 24 horas."

Constituinte José Lins, peço a S. Ex.<sup>a</sup> que, verbalmente, me esclareça melhor aquilo que verbalmente foi feito.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Sr. Presidente, creio que todos entenderam, ou, pelo menos, a maior parte entendeu o que desejamos. Estamos trabalhando sem a disponibilidade dos textos das emendas que são votadas diariamente. Alguns grupos estão se reunindo, tirando **xerox** dos livros-de-bolso, dos três ou quatro volumes verdes e azuis – e somando os verdes e azuis, são cerca de oito volumes – e estão fazendo esse trabalho com antecedência, só que esse trabalho somente está sendo útil a alguns de nossos colegas.

Ora, como esses grupos podem atender a esse mínimo necessário, para que disponhamos do texto, acho que a Mesa também poderia fazer o mesmo trabalho. Não precisa fazer de todas as emendas, de uma vez, basta fazer com antecedência de 24 horas a publicação, ou a **xerox** das cópias das emendas que serão votadas na sessão seguinte.

Isso ajudará, creio, a apressar os nossos trabalhos, porque, tendo conhecimento do conjunto das emendas que serão votadas, poderemos, já, adotar preferências e, juntamente com os colegas, a eliminação daquelas que forem combinadas para serem retiradas.

Não sei se V. Ex.<sup>a</sup> agora entendeu meu ponto de vista.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Entendi, antes, parcialmente; agora, completamente. Se bem entendi, deseja V. Ex.<sup>a</sup> apenas que 7.346 emendas sejam previamente apresentadas ao Plenário, para que tenhamos a possibilidade de, analisando-as concluir até sobre a que seria melhor para efeito de aprovação.

Como os 4 volumes já estão impressos – foi a solução que deu a Mesa para o problema – e como cada indicação na pauta que é apresentada previamente, cada indicação aí está perfeitamente clara sobre a emenda a que se reporta, se sobre o Substitutivo 1, ou sobre o projeto ou quando é destaque...

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Refiro-me, Sr. Presidente, aos destaques, as emendas destacadas.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – V. Ex.<sup>a</sup> se refere apenas aos destaques e as emendas destacadas. Os destaques podem não ser necessariamente coincidentes com as emendas. Posso ter destaque supressivo, que não se refere à emenda diretamente constante do livro. Neste caso, a Mesa tem esclarecido perfeitamente. Mas vou ouvir o Relator Geral.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Sr. Presidente, pela ordem.

Eu solicitaria, inicialmente, para fazer um esclarecimento ao nobre Constituinte José Lins.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – V. Ex.<sup>a</sup> prefere antes ou depois do Relator?

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Preferiria falar antes porque poderia ajudar o nobre Relator.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Constituinte Roberto Freire, depois de ouvir nosso Presidente, que hoje foi um rival de Champollion, decifrando os hieróglifos, espero que V. Ex.<sup>a</sup> me ajude no lado verbal.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Não é isso. É verdade que alguns Constituintes, mas fundamentalmente algumas lideranças, se deram ao trabalho, através de suas assessorias, de fazer o levantamento das emendas que tinham sido destacadas e, através de xerox, colocar no acompanhamento devido. Isso tem ajudado muito algumas das lideranças, particularmente a Liderança do PMDB. E isso está se refletindo quando das votações, de se saber com antecedência o que consta, especificamente, em cada um dos destaques.

Acho que o PFL, através da sua assessoria, inclusive a assessoria que se encontra aqui nos fundos do Plenário, ela possivelmente poderia fazer esse levantamento.

Acho que seria desnecessário, e até do ponto de vista processual e econômico da Mesa, entregar a cada um, algo muito custoso. Cada liderança poderia ter e os Constituintes daquele Partido, buscassem, junto à liderança, informação sobre o que está sendo votado.

E mais; acho que agora, em função da colocação feita pelo Relator, nós vamos ter talvez um número enorme de destaques que serão retirados e que serão votados em blocos. E, evidentemente, essa preocupação do Constituinte José Lins não será mais necessária. Espero que nós tenhamos o bom senso para que ela não venha a ser necessária futuramente.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Ouço o Relator.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Sr. Presidente, V. Ex.<sup>a</sup> me permite uma réplica?

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Com muito prazer.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – É que o trabalho é viável, conforme acaba de demonstrar o nobre Constituinte Roberto Freire, só que esse trabalho está sendo feito particularmente e usado por alguns. Eu acho que a Mesa pode ajudar no sentido de que todos e não somente alguns ou algumas lideranças disponham desse trabalho.

Acho que o mínimo que a Mesa pode fazer é fornecer o material como se fornece avulso nas votações. Há aqueles que vão deles precisar para votar conscientemente.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, o Constituinte José Lins acaba de fazer uma injustiça com a Mesa. E, por via de consequência, com a Mesa da Assembléia Nacional Constituinte. Porque a relação dos destaques que V. Ex.<sup>a</sup> pleiteia foi distribuída num volume onde se vê o número de 8.377 destaques.

O que acontece com as lideranças é que cada liderança está fazendo, a par do destaque, a fotocópia do livro, onde saíram publicadas as emendas, para distribuir.

Mas veja V. Ex.<sup>a</sup> que – e o Constituinte Nelson Carneiro é uma testemunha viva – o Constituinte Nelson Carneiro está ali com o seu volume de destaques, de emendas e mais o destaque, acompanhando **pari passu**. O que acontece é, Constituinte José Lins, que a esta altura somente a liderança poderia fazer esse trabalho, que é um trabalho **interna corporis**, para chegar a cada um dos seus membros e dos respectivos partidos. Porque não cabe mais – e aqui não estou defendendo nem a Mesa, estou apenas pretendendo contribuir com V. Ex.<sup>a</sup> – e se amanhã nós chegarmos a uma média, dentro da proposta que ofereci, juntamente com os relatores auxiliares, a V. Ex.<sup>as</sup>, nós estaremos diminuindo muito o número dos destaques.

A mim me parece, não sei se V. Ex.<sup>a</sup> aceita a sugestão, que tendo o Constituinte Roberto Freire este trabalho tão bem delineado que ele tire uma cópia a mais e forneça a V. Ex.<sup>a</sup> pela amizade que cerca.

Consulto o eminente Constituinte Roberto Freire se não poderia fazer essa gentileza com o Constituinte José Lins?

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – V. Ex.<sup>a</sup> está fazendo ironia, certamente.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Não, absolutamente.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Acredito. V. Ex.<sup>a</sup> sabendo que esse trabalho é perfeitamente viável, sabendo que o material é essencial, sabendo que esse material já está distribuído em oito volumes, por que, então, a própria Mesa não pede ao Constituinte Roberto Freire, ou à Liderança do PMDB e manda tirar xerox? Acho esquisito, Sr. Presidente, que a Mesa se ofenda ou não aceite esta proposta. A impressão que tenho é que seria uma ajuda séria que a Mesa poderia dar, ao invés de estarmos, a cada momento, em que V. Ex.<sup>a</sup> anuncia uma emenda, procurando nessas páginas, muitas vezes não se ouve bem a anúncio do número da emenda. Então isso cria dificuldades, Sr. Presidente. Fica o meu apelo. O plenário pode decidir, mas a minha sugestão é válida e importante.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Constituinte José Lins, peço a atenção de V. Ex.<sup>a</sup>.

O serviço de assessoria, como V. Ex.<sup>a</sup> sabe, está supercarregado de trabalho. Os livros de bolso, a que V. Ex.<sup>a</sup> se referiu ironicamente, são quatro, quatro de um tipo e quatro de outro, fora, ainda, uma relação como esta, relação dos destaques oferecidos aos projetos da Constituição. Como salientou o Constituinte Roberto Freire, os partidos, especialmente o partido de V. Ex.<sup>a</sup> que é o segundo maior partido da Casa, pode ter perfeitamente uma assessoria capaz de relacionar isso, porque até as planilhas já foram distribuídas com larga antecipação em relação à matéria a ser votada – já se conhece pela planilha. Então, bastaria um trabalho dessa natureza, preparado pela comissão de assessoria de cada Partido. Mesmo os Partidos pequenos, os Partidos menores têm feito. Eu vi, ainda ontem, na mão, por exemplo, do Constituinte Plínio de Arruda Sampaio, um trabalho magnífico de apreciação do que seriam as matérias, qual era a maior abrangência, qual era a menor abrangência, feito pelo PT, que é uma pequena Bancada, comparada com a da Frente Liberal.

V. Ex.<sup>a</sup> deseja que a Mesa tenha essa sobrecarga de trabalho. V. Ex.<sup>a</sup> faz um requerimento, o que eu não



posso deixar de levar em consideração. V. Ex.<sup>a</sup> deseja ouvir o plenário, como pede?

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Sr. Presidente, eu tenho uma profunda admiração por V. Ex.<sup>a</sup>, pessoalmente. Mas eu não entendo como a Mesa acha fácil fazer o trabalho 8 ou 15 vezes através das várias Lideranças dos Partidos, do que de uma só vez.

Se V. Ex.<sup>a</sup> pensa desse modo, eu concordo pela admiração que tenho e de tantas vezes ter seguido a sua orientação.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Eu credito isso na minha conta-corrente em favor de V. Ex.<sup>a</sup>, sempre. Muito obrigado pela retirada do requerimento.

Há um último destaque a ser votado, aqui, a respeito desse item: Destaque 8258, requerido pelo Constituinte Alysson Paulinelli.

Está presente S. Ex.<sup>a</sup>? **(Pausa)**

Ausente. Prejudicado o destaque.

Aproveitaremos os minutos finais para tratar do início da votação do art. 6º, § 2º

Em votação o Destaque 4523/87, do Constituinte Carlos Cardinal. **(Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup> não está presente.

Em votação o Destaque 4875/87, do Constituinte Paulo Roberto Cunha. **(Pausa)**

Supressiva, retirada.

Em votação o Destaque 5133/87 do Constituinte Fernando Gomes. **(Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup> não está presente.

Prejudicado.

Em votação o Destaque 8117/87 requerido pelo Constituinte Osvaldo Coelho, referente à Emenda nº 28247. **(Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup> não está presente.

Prejudicado o destaque.

Em votação o Destaque 8309/87, requerido pelo Constituinte Ronan Tito. **(Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup> está ausente.

Está prejudicado o destaque.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Considerando que faltam sete minutos para o encerramento da hora e que a matéria é importante, requerendo o natural descanso que devemos ter hoje para votarmos conscientemente amanhã, pergunto ao plenário se concorda com o encerramento da reunião agora. **(Anuência do plenário)**

#### IV – SUSPENSÃO DA REUNIÃO

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – a Presidência vai suspender os trabalhos, convocando os Senhores Constituintes para a continuação da presente reunião, amanhã, às 9:00 horas.

Está suspensa a reunião.

**(Levanta-se a reunião às 20 horas e 25 minutos)**

**EM 15 DE OUTUBRO DE 1987 (1)**

Presidência dos Srs. **Aluizio Campos**, Primeiro-Vice-Presidente; **Fernando Henrique Cardoso**, Quarto-Vice-Presidente e **Brandão Monteiro**, Segundo-Vice-Presidente.

#### I – REABERTURA DA REUNIÃO

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Havendo número regimental, declaro reaberta a reunião.

#### II – EXPEDIENTE

**Ofício do Senhor Líder do PDT:**

Brasília, 15 de outubro de 1987.

Senhor Presidente:

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência o Constituinte Vivaldo Barbosa, para substituir o Constituinte José Maurício, como membro titular da Comissão de Sistematização, nos dias 17 e 19 de outubro do corrente ano. Informo, outrossim, que a partir de 20-10-87, o Constituinte José Maurício reassumirá suas funções na referida Comissão.

No ensejo, renovo a Vossa Excelência protestos de consideração e apreço. – Constituinte **Brandão Monteiro**, Líder do PDT.

#### III – COMUNICAÇÕES

**Da Presidência da Comissão de Sistematização:**

Desejo comunicar aos membros da Comissão que, em virtude de decisão adotada ontem pela Presidência da Comissão de Sistematização, na pessoa do Senador Fernando Henrique Cardoso, relativamente a requerimento apresentado pelo nobre Relator, ficou acertada a realização de uma reunião, hoje, entre 14 horas e 14 horas e 30 minutos, das lideranças partidárias, no gabinete do líder do PMDB. O nobre Constituinte Euclides Scalco ficou incumbido de fazer o convite aos demais líderes, para esse encontro, que se dará antes da sessão normal da Comissão, a ser iniciada às 15 horas.

#### IV – ORDEM DO DIA

VOTAÇÃO DO PROJETO DE CONSTITUIÇÃO

TÍTULO II (continuação)

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Vamos agora passar à votação dos destaques relativos ao § 2º do art. 6º.

Em votação o Destaque nº 115, do Constituinte Paulo Paim, referente à Emenda nº 32959/6, da nobre Constituinte Cristina Tavares, que pretende modificar o texto do Substitutivo. A proposta modificativa é a seguinte:

"É proibido o trabalho noturno ou insalubre aos menores de dezoito anos e qualquer trabalho aos menores de quatorze anos, salvo na condição de aprendiz..."

Até aí, coincide com o texto.

"... a partir dos dez anos, por período nunca superior a três horas diárias."

É a modificação que se deseja introduzir.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO PAIM:** – Desisto do destaque, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – O autor desiste do destaque.

Concedo a palavra ao Constituinte Carlos Sant'Anna, para uma questão de ordem.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Sr. Presidente, estou dirigindo à Mesa, ainda que o faça também verbalmente, a seguinte questão de ordem.

O ilustre Relator Bernardo Cabral apresentou, ontem, proposta visando à redução do número de destaques a

serem votados pelos Constituintes nesta Comissão de Sistematização. Em que pese aos altos propósitos do ilustre Relator, a proposta não pode ser acolhida, por ferir frontalmente o Regimento Interno da Constituinte em seu art. 63, que prevê a apresentação de destaques sem nenhuma restrição no que tange à quantidade, definindo apenas as condições essenciais à sua apresentação.

A Comissão de Sistematização não pode, por isso, tomar decisão que importe em restrições ao direito do Constituinte de participar do processo de votação na Comissão, atribuindo às Lideranças tutela que o Regimento não lhes confere de selecionar os requerimentos de destaques que possam ser objeto de deliberação. Se o requerimento preenche os pressupostos de apoio, são tempestivos e pertinentes, têm que ser acolhidos, sob pena de se praticar um ato de cerceamento inaceitável. Principalmente se levarmos em conta a autonomia do Sr. Relator em aceitar as emendas que desejou, obedecendo unicamente aos seus próprios e legítimos critérios e contando a seu favor com o processo de votação adotado pela interpretação da Mesa, na quase incolumidade de seu substitutivo, pois para alterá-lo se exige o voto da maioria absoluta dos membros da Comissão.

Impedir que os demais membros da Comissão possam, pelo menos, propor alteração no texto, equivale a delegar ao nobre e ilustre Relator o direito de elaborar sozinho o texto constitucional. Qualquer decisão nesse sentido. Sr. Presidente, importará em violação manifesta do Regimento Interno e, em última análise, na sua reforma.

Dispõe o Capítulo II, do Título V, do Regimento Interno sobre a alteração do mesmo. Há um procedimento regimental para alteração do **quorum**: a apresentação de proposta por pelo menos, 94 Srs. Constituintes. E quem vai decidir sobre a proposição é o Plenário da Assembléia Nacional Constituinte.

Se adotarmos a possibilidade de alteração das regras do jogo mediante decisão da maioria do órgão, ao arrepio das normas estabelecidas pela Assembléia no exercício da sua soberania, estaremos abrindo um precedente dos mais perigosos. O processo que se instalou é lento e se tornou mais complexo ainda pelo descompasso entre os textos oferecidos e a maioria dos Constituintes, o que pode ser comprovado através de inúmeros destaques apresentados em todas as fases. Se são repetitivos, é porque o texto oferecido também o tem sido, apesar de emendado insistentemente, e também sem levar em conta a colaboração ofertada através das emendas da maioria da Assembléia Nacional Constituinte. O que não se pode admitir, no entanto, é que se procure sanar os defeitos do processo através de ato de força, em detrimento do direito sagrado da minoria e de cada um de discutir e emendar a matéria. A presente questão de ordem destina-se, portanto, a impugnar o acolhimento da proposta que é, evidentemente, anti-regimental. Na forma do art. 114, § 3º, do Regimento da Câmara dos Deputados, subsidiário, deve a proposta ser devolvida ao seu autor, pela impossibilidade de ser submetida a deliberação.

Sr. Presidente, não espero que V. Ex.<sup>a</sup> dê resposta à questão de ordem neste momento. Sei que a matéria é complexa, controversa e exige, evidentemente, meditação. Tenho conhecimento de que há intenção de colocar em votação algo absolutamente anti-regimental, que vai ferir o direito individual do Constituinte, assegurado pelas regras estabelecidas. Antes de submeter a matéria a votação, quis colocar a questão de ordem para exame da Mesa e apreciação dos companheiros, a fim de que não aconteça algo inaceitável.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Concedo a palavra ao Sr. Constituinte Egídio Ferreira Lima.

**O SR. CONSTITUINTE EGÍDIO FERREIRA LIMA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, recebi a proposta do Re-

lator Bernardo Cabral como sugestão a ser debatida pelas Lideranças, a fim de se chegar a uma solução capaz de acelerar os trabalhos desta Comissão. Este foi o propósito do Sr. Relator. Tanto o foi que o Líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso, ao recebê-la, afirmou, de pronto que ela seria motivo de discussão da Mesa da Comissão com as Lideranças partidárias.

Entendo a preocupação do Constituinte Carlos Sant'Anna. Suas críticas e objeções estão rigorosamente de conformidade com as regras regimentais. Mas, se atendermos às normas regimentais não ultimaremos nossos trabalhos nem em dezembro de 1988. Não vamos feri-las nem tolher o direito de cada Constituinte apresentar destaques e vê-los discutidos, aprovados ou rejeitados.

O que deseja o Relator é que a Mesa, as Lideranças e os Constituintes, de modo geral, despertem para a problemática que estamos vivendo. O que sugere S. Ex.<sup>a</sup> de certo modo já foi feito nas Subcomissões e nas Comissões Temáticas. Cito o exemplo da Comissão da Organização dos Poderes, porque fui seu Relator. Lá foram apresentadas mil, quatrocentas e tantas emendas. Era impraticável, no exíguo prazo que teve a Comissão, debater e votar todas as emendas, mas o fizemos em duas sessões, que se prolongaram por uma noite inteira. Isto porque houve um acordo por parte de líderes não formais, e muitos Constituintes, voluntariamente, retiraram as suas emendas.

O que quer o Relator? O que deseja a Comissão? O que o problema exige? Que cada Constituinte se detenha sobre os destaques que apresentou. A esta altura dos trabalhos, S. Ex.<sup>as</sup> já têm condições de saber qual o destaque importante, qual o fundamental, qual o que não prescinde de apreciação.

Aliás, a Constituinte Cristina Tavares, revelou, ontem, grande compreensão em relação ao assunto, quando disse que cada Constituinte poderia reduzir em 75% os seus destaques, sem nenhum prejuízo, já que, ao apresentarem seus destaques, os Srs. Constituintes não sabiam quais os que os companheiros haviam apresentado. Há, pois, muita coincidência e correlação. Portanto, se fizermos um exame sistemático, isento, com o propósito de fazer o melhor, reduziremos esses destaques, e a Comissão cumprirá sua tarefa a tempo.

Foi nestes termos que entendi a proposta do Sr. Relator. O Constituinte Carlos Sant'Anna faz bem ao colocar suas objeções, por zelo à regra, ao Regimento, aos parâmetros fundamentais até para que cumpramos o nosso dever.

**O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA:** – Sr. Presidente peça a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – É sobre a mesma matéria?

**O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA:** – É referente...

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Peço a V. Ex.<sup>a</sup> a gentileza de contribuir para que não haja mais oradores sobre a questão. O Constituinte Carlos Sant'Anna já levantou o assunto, e houve a contradição do Constituinte Egídio Ferreira Lima. A Mesa fará uma comunicação a respeito da matéria.

**O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA:** – Trata-se do mesmo assunto, mas com outra interpretação. Ao invés de haver prejuízo, ficaria como uma contribuição.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A Mesa dará solução à questão. Depois, se V. Ex.<sup>a</sup> achar conveniente,...

**O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA:** – Depois não haverá mais interesse.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – democraticamente dar-lhe-ei a palavra.

Ontem, quando presidia a reunião, o Constituinte Fernando Henrique Cardoso informou ao Plenário que iria realizar uma reunião da Mesa a fim de apreciar a proposição do Relator e ouvir, também, as Lideranças dos partidos.

Há pouco comuniquei ao Plenário que o Líder Euclides Scalco promoveria uma reunião de todas as Lideranças no seu gabinete, hoje, às 14h30min. Também convoco para as 14 hs. Hoje, uma reunião da Mesa, a fim de apreciarmos a questão de ordem levantada pelo nobre Constituinte Carlos Sant'Anna, que será solucionada na sessão da tarde, que terá início às 15h30min. Acho conveniente adotarmos esses entendimentos preliminares, antes de se decidir a questão de ordem argüida pelo Constituinte Carlos Sant'Anna.

Podemos, assim, com a matéria posta sob exame da Mesa e das Lideranças, prosseguir nossos trabalhos.

Em votação o Destaque nº 1171, do Constituinte Vivaldo Barbosa, referente à Emenda nº 9879, de sua autoria. Em votação o § 2º do art. 6º do 2º Substitutivo.

**O SR. CONSTITUINTE BRANDAO MONTEIRO:** – Permita-me, Sr. Presidente.

O Constituinte Vivaldo Barbosa me deu poderes para desistir do destaque.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Há outro destaque, o de nº 1588, do Constituinte Paulo Ramos, referente à Emenda nº 30306, do mesmo autor. V. Ex.<sup>a</sup> mantém o destaque?

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – Desisto, Sr. Presidente.

**Destaque nº 1912/87, do Sr. Luiz Inácio Lula da Silva – Emenda nº 1P-02 582-6, do Sr. Plínio Arruda Sampaio, "que modifica o art. 14 inciso XXII do Projeto de Constituição (art. 6º, § 2º do Substitutivo nº 2)". (144ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Em votação o Destaque nº 1912, do Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva, referente a Emenda nº 2582, do Constituinte Plínio Arruda Sampaio.

Com a palavra S. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. CONSTITUINTE PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o destaque trata do difícil assunto que é o trabalho do menor.

O texto do substitutivo na § 2º do art. 6º, estabelece:

"É proibido o trabalho noturno ou insalubre a menores de dezoito anos e qualquer trabalho a menores de quatorze anos, salvo na condição de aprendiz."

Nossa emenda, a do Partido dos Trabalhadores e de vários partidos desta Casa, vai mais longe: determina a proibição de trabalho a menores de quatorze anos, sem exceção. Queremos impedir que exista a chamada figura do aprendiz, que, na verdade, é uma forma de encobrir o trabalho do menor. Estamos fazendo um grande esforço, nesta Constituinte, para resgatar a figura da criança, do jovem, do menor. Esta Constituinte está investindo no menor. No capítulo que trata da educação há um preceito que diz que o Brasil tenderá, progressivamente, a estender o ensino obrigatório ao curso médio, portanto, ao menino de até quatorze anos.

Tenho larga experiência nesta questão. Primeiro, porque fui Promotor Público; segundo, porque meu pai foi Curador de menores em São Paulo e muitas e muitas vezes discutimos sobre o trabalho de aprendiz. Na verdade, escreve-se na carteira de trabalho: "aprendiz". Mas o menor faz um trabalho, muitas vezes, servil, sem qualquer

aprendizado, e é explorado, porque recebe menos e deixa de ter educação.

Então, o apelo que faço aos Constituintes é no sentido de que aprovemos esta emenda, que modifica o texto do Relator apenas no concernente à proibição total do trabalho do menor de quatorze anos.

O grande argumento que se utiliza, é o de que o Brasil é um país de gente pobre e o salário desse menino é importante para a família. Isto quer dizer que nós argumentamos com o erro, com o defeito do processo de distribuição de renda, para perpetuar tal processo, porque é óbvio que o menino que começa a trabalhar muito cedo não pode preparar-se bem para depois exercer um trabalho melhor remunerado.

O segundo argumento é o de que a criança, entre os dez anos, quando sai do curso primário, até os quatorze anos, quando adquiriria o direito de trabalhar, sofre um hiato perigoso, o de ociosidade. É outro erro que convalidaríamos na lei. É preciso que a escola, o clube de bairro, o lazer, a assistência social, o cuidado ao menor façam com que ele seja, durante esse tempo, atendido pela sociedade e não o jogue num trabalho no mais das vezes servil, sem qualquer aprendizado, apenas sob o pretexto de tirá-lo das ruas.

É tão óbvia a matéria que me eximo de maiores argumentações. Tenho certeza, até, de que o Sr. Relator, ponderando melhor, acatará nossa sugestão e este Plenário não negará apoio à idéia de que o menor deve ser a primeira prioridade do nosso País.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Concedo a palavra, para encaminhar a votação, contrariamente, ao nobre Constituinte José Maria Eymael.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ MARIA EYMAEL:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, inicialmente queremos louvar a intenção do autor da emenda, que se debruça sobre a problemática da criança e busca, através desta emenda, aquilo que no seu entendimento é uma forma de proteção.

Temos a mesma ótica e queremos também, de forma quase desesperada, proteger a integridade do desenvolvimento da criança e do quase adolescente, o jovem entre doze e quatorze anos. Mas não estamos certos de que esta emenda venha a contemplar o objetivo do autor. Parece-nos exatamente o contrário. Acreditamos que esta emenda é do tipo daquelas providências que, visando a proteger um direito, na realidade acaba tendo uma conseqüência completamente diferente da desejada pelo autor.

A realidade nacional demonstra que temos um imenso número de crianças que nem trabalham, nem estudam; são multidões e multidões vagando pelas ruas. É evidente que a escola integral até os quatorze anos é uma solução que se impõe, e somos favoráveis a ela. Mas como compatibilizar a emenda proposta com as escolas profissionalizantes, que poderão estabelecer os dois critérios: o estudo e o aprendizado?

De outro lado, debruça-se o autor da emenda sobre o argumento de que, na maioria dos casos, o que existe é uma falácia: na carteira está "aprendiz"; na prática, é um trabalho servil. Mas o que se está castigando neste ponto é exatamente o abuso praticado sob o beneplácito da fiscalização. Que se aprimore e melhore a fiscalização, mas não se tire o instrumento efetivo de desenvolvimento da criança. E falo isto com a tranqüilidade de quem começou a trabalhar como aprendiz. Dou aqui meu testemunho pessoal. Minha família era totalmente carente de recursos, e comecei a trabalhar aos doze anos como aprendiz em uma gráfica. Graças a isto consegui ter uma educação razoável.

Portanto, Sr. Presidente, considero esta emenda totalmente prejudicial à criança brasileira. Ao invés de

atingir o objetivo que propõe, na realidade constituirá um obstáculo ao desenvolvimento integral da criança.

Há outro exemplo: todo o processo de apoio à criança hoje existente no País, através de clubes de serviço, que apanham a criança aos 12 anos de idade, dão-lhe escola, de um lado, e aprendizado supervisionado, de outro, tornar-se-á impossível.

Portanto, em nome da criança brasileira e profundamente convicto de minhas palavras, peço a rejeição da emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Com a palavra o Constituinte Artur da Távola, para encaminhar a favor.

**O SR. CONSTITUINTE ARTUR DA TÁVOLA:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, o texto do 2º Substitutivo, e a emenda apresentada pelo Constituinte Plínio Arruda Sampaio, trazem-me à memória a cândida e simbólica história de Chapeuzinho Vermelho, na qual, embuçado na figura da avó, o lobo mau se preparava para devorar a menina. E vem-me à lembrança a história de Chapeuzinho Vermelho porque estamos diante de um caso em que a aparência do problema sobrepõe-se com dramática intensidade, à sua essência. Na aparência, não há dúvida de que a situação social brasileira está a indicar uma válvula de escape na lei, para que possa a criança menor de 14 anos, quanta vez arrimo de família, trabalhar e prover o sustento dos seus. É evidente que há outro argumento de natureza ética, o de que quantos homens, hoje vitoriosos, começaram a trabalhar com tenra idade. São, sem dúvida, aspectos da realidade do cotidiano.

Lembrava o Constituinte Virgildásio de Senna, com muita razão, o caso da criança das zonas rurais brasileiras diretamente participante da economia familiar, diretamente participante do trabalho dos pais. Há, portanto, um sem-número de aparências nessa matéria. E, por trás das aparências, embuçado na figura da avó bondosa, está o lobo mau da estória. Exatamente a idéia de que um país, no momento em que organiza a base do seu novo Estado, deve abrir mão de um dos mais sagrados direitos sociais do ser humano: o direito à educação, esta, sim, a obrigação que tem esta Casa com as crianças e com o futuro do País.

Na medida em que a Constituição abre um caminho, para que a criança seja retirada de onde deve estar na idade devida – na escola – permite que sobre a infância do País pare, com a aparência da bondosa avó da história do Chapeuzinho Vermelho, a idéia de que a criança tenha de ser lançada precocemente no mercado de trabalho. Esse mercado de trabalho, Srs. Constituintes, pode, em alguns casos, ser essencial, como foi lembrado ao início de minha fala, mas geralmente explora o trabalho da criança, porque lhe paga salários menores e, muitas vezes, obtém rendimento igual ao trabalho normal de um assalariado, na forma da lei.

Estaria, portanto, a emenda do Constituinte Plínio Arruda Sampaio, destacada pelo Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva, carregada de um princípio dos mais saudáveis, se se tratasse de resolver no cerne o problema do menor, ai, sim de certa forma, entender-se-ia a política de emprego não como norma constitucional. Um país não se organiza em termos constitucionais para fazer a criança trabalhar. Um país não se organiza em termos constitucionais para garantir escola com igualdade e liberdade para as crianças na idade devida. Esse o princípio embutido na emenda.

Para concluir, Sr. Presidente, devo dizer que a emenda do Constituinte Plínio Arruda Sampaio tem por norma um princípio reitor constitucional, e não uma submissão à conjuntura, que é uma submissão mais normativa, e, portanto, não deve estar presente no texto da Constituição

que estamos escrevendo. Nesse sentido, encaminho favoravelmente a emenda de S. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Com a palavra a Constituinte Sandra Cavalcanti, para encaminhar contra.

**A SRA. CONSTITUINTE SANDRA CAVALCANTI:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, não vou encaminhar contra a emenda do Constituinte Plínio Arruda Sampaio, destacada pelo Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva, mas a favor do texto do Substitutivo, até porque a diferença entre ambos os textos é muito pequena. Ocorre que se abrirmos mão do texto do Substitutivo, estaremos abrindo mão de uma das instituições mais importantes existentes no País, qual seja, o aprendizado profissional por menores de dezoito anos. Ninguém está aqui defendendo que a criança não vá para a escola, que seja explorada, que, ganhando menos, execute trabalho tão bom quanto o de um adulto. Não acredito que, na Assembléia Nacional Constituinte, alguém defenda a exploração de uma criança.

Não é essa a questão. A questão foi deslocada e posta em termos que não coincidem com o fato discutido. O texto do Substitutivo ressalva apenas que, sendo "proibido qualquer trabalho noturno ou insalubre aos menores de dezoito anos e qualquer trabalho a menores de quatorze, salvo na condição de aprendiz", está garantindo que, de forma organizada, vigiada, orientada e acertada para uma sociedade como a nossa, uma criança menor de 14 anos não possa trabalhar de qualquer maneira, mas, sim, apenas e tão-somente, na condição de aprendiz. Ora, esta condição de aprendiz é historicamente um manacial de lideranças e vocações. Foi pelo fato de ser aprendiz de tipógrafo que um dia tivemos Machado de Assis, ou pelo fato de ser aprendiz de carregador de martelete que um dia tivemos Aleijadinho. Foi porque tivemos crianças aprendendo muito cedo na oficina do pai que chegamos a ter algumas das mais importantes figuras deste País. Pessoas que, na condição de aprendiz num trabalho tutelado, organizado, vigiado pela sociedade, e bem encaminhado, conseguem desenvolver até com mais facilidade e mais cedo algumas das suas vocações.

Se este dispositivo do Substitutivo do Relator cair, vamos ter problemas seriíssimos com instituições modelares que existem neste País, tal como os guardinhas de campinas, por exemplo.

Gostaríamos de lembrar aos Constituintes, a propósito, o trabalho feito pelo Secretário de Trabalho, Mário Assad, em Minas Gerais, quando organizou um esquema de aproveitamento de menores, dando-lhes alimentação, educação, remuneração e uma direção na vida. Se esta disposição do substitutivo cair, não tenham dúvida de que o único trabalho que vai restar a estes menores de 14 anos, neste País, que poderiam, na condição de aprendizes em instituições organizadas, encontrar um caminho na vida profissional, vai ser realmente o de serem ajudantes de traficantes, mendigos, pivetes ou "trombadinhas", porque é este trabalho desorganizado que se lhes permite e que se quer continue a existir paralelamente a uma sociedade que nunca se preocupou com as crianças e que, na hora em que se preocupa, vê seu esforço devastado.

Peço encarecidamente aos meus colegas e às minhas colegas que pensem no que vamos fazer, isto é, se abriremos mão do direito de trabalho como aprendizes, uma das grandes conquistas da civilização moderna depois que Dickens passou a ser apenas um autor que se lê com muito desgosto. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Com a palavra o eminente Relator, Deputado Bernardo Cabral.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a eminente Constituinte Sandra Caval-

canti interpretou muito bem o pensamento da Relatoria. Nosso parecer é contrário à aprovação da emenda. Em votação.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Peço ao eminente Constituinte Adolfo Oliveira que proceda à chamada.

Um momento. Tem a palavra, pela ordem, o Constituinte José Serra.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ SERRA:** – Sr. Presidente, gostaria de um esclarecimento quanto à questão da votação.

Ouvi do Senador Carlos Chiarelli um tipo de interpretação desse artigo, e talvez fosse interessante que o nobre Constituinte Plínio Arruda Sampaio pudesse esclarecer se é esse o significado que o Senador Carlos Chiarelli atribui ao artigo.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Esclareço ao nobre Constituinte José Serra que a emenda que está em votação é pela proibição de qualquer trabalho a menores de 14 anos e de trabalho noturno e insalubre a menores de 18 anos. Esta é a emenda, e o texto é o § 2º do Substitutivo, que diz o seguinte:

"É proibido o trabalho noturno ou insalubre ao menor de 18 anos e qualquer trabalho ao menor de 14 anos, salvo na condição de aprendiz."

Pergunto ao Deputado Plínio Arruda Sampaio se, sendo tão semelhante a redação, S. Ex.<sup>a</sup> mantém o destaque.

**O SR. CONSTITUINTE PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO:** – Mantenho o destaque, Sr. Presidente, e queria fazer um esclarecimento. O que se proíbe com a emenda é o contrato de aprendiz de menores de 14 anos. O contrato de aprendiz aos menores de 14 a 18 anos não está proibido pela emenda. A leitura dela é linear. A simples e mera leitura cursiva demonstra que o que se proíbe é que se faça um contrato de aprendiz com crianças menores de 14 anos.

**O CONSTITUINTE JOSÉ MARIA EYMAEL:** – Sr. Presidente, para contraditar.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Em votação a emenda. Os Srs. Constituintes que forem a favor, responderão sim, e os que forem contra, responderão não.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Artur da Távola, Carlos Mosconi, Cristina Tavares, Haroldo Sabóia, Antônio Britto, João Herrmann Neto, José Paulo Bisol, José Serra, José Ulisses de Oliveira, Mário Lima, Nelson Jobim, Nelson Friedrich, Paulo Ramos, Sigmaringa Seixas, José Carlos Grecco, Nelson Wedekin, Octávio Elísio, Uldurico Pinto, Brandão Monteiro, José Maurício, Lysâneas Maciel, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Haroldo Lima, Roberto Freire, Jamil Haddad. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores. Constituintes: Aluizio Campos, Bernardo Cabral, Carlos Sant'Anna, Cid Carvalho, João Calmon, Nilson Gibson, Prisco Viana, Rodrigues Palma, Virgildásio de Senna, Wilson Martins, Daso Coimbra, Délio Braz, Israel Pinheiro, José Tavares, Alcení Guerra, Arnaldo Prieto, Carlos Chiarelli, Eraldo Tinoco, José Jorge, José Lins, Luiz Eduardo, Mário Assad, José Lourenço, Sandra Cavalcanti, Enoc Vieira, Ricardo Izar, Darcy Pozza, Gerson Peres, Jarbas Passarinho, Virgílio Távora, Francisco Rossi, Gastone Righi, Adolfo Oliveira e José Maria Eymael.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 28 Constituintes; votaram NÃO 34 Constituintes. Total: 62 votos. O Destaque foi **prejudicado** por falta de **quorum** qualificado.

Em votação o Destaque nº 3630, do nobre Constituinte José Camargo, relativo à Emenda nº 23497. **(Pausa)** S. Ex.<sup>a</sup> está ausente. Prejudicado.

Destaque nº 5875, do nobre Constituinte Augusto Carvalho, relativo à Emenda nº 19018. **(Pausa)** O nobre Constituinte Augusto Carvalho não está presente. Prejudicado.

Destaque nº 7532, do nobre Constituinte Nyder Barbosa, relativo à Emenda nº 21414. **(Pausa)** O nobre Constituinte Nyder Barbosa não está presente. Prejudicado.

Destaque nº 415, do nobre Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva, relativo ao § 2º do art. 6º, ressalvada a expressão "salvo na condição de aprendiz". V. Ex.<sup>a</sup> mantém o destaque?

**O SR. CONSTITUINTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA:** – Embora pretendesse defender a proposta, creio que ela é supressiva, sendo idêntica à defendida pelo companheiro Plínio Arruda Sampaio. A proposta do companheiro Vivaldo Barbosa entrará a seguir. Retiro meu destaque, em defesa da proposta do Constituinte Vivaldo Barbosa.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup> a retirada do destaque.

Em votação o Destaque nº 2806, de autoria do Constituinte Farabulini Júnior. **(Pausa)** S. Ex.<sup>a</sup> está ausente. Prejudicado o destaque.

Passaremos agora à votação do § 3º do art. 6º, que tem o seguinte teor:

"A lei regulamentará, no interesse dos trabalhadores, as atividades de intermediação remunerada da mão-de-obra permanente, ainda que mediante locação."

Destaque nº 3506, de autoria do Constituinte Edmilson Valentim. Tem S. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE EDMILSON VALENTIM:** – Sr. Presidente, minha intenção e a do meu partido, com esse destaque supressivo, é de procurar atender à vontade dos trabalhadores e dos sindicatos. E o que melhor atenderia aos trabalhadores seria a proibição de intermediação remunerada de mão-de-obra permanente, ainda que mediante locação. É justamente no sentido de acabar com empresas como as de asseio e de vigilantes, verdadeiros antros de exploração dos trabalhadores, que pagam o salário mínimo, enquanto recebem das empresas contratantes às vezes cinco ou oito vezes mais. Nosso destaque foi no sentido de suprimir, na hipótese de que permacesse o texto atual. Mas, como no decorrer da votação já foi aprovado o destaque que iguala, em direitos, o trabalhador avulso àquele que mantém vínculo empregatício, resguardando, com isso, categorias como a dos trabalhadores portuários e rurais – e nesse sentido existe também a emenda do Constituinte Maurício Fruet, que atende aos interesses desses trabalhadores – retiramos nosso destaque.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Muito obrigado a V. Ex.<sup>a</sup>.

Em votação o Destaque nº 5113, do Constituinte Fernando Gomes. S. Ex.<sup>a</sup> não está presente. Prejudicado.

Em votação o Destaque nº 6282, da Constituinte Myriam Portella. S. Ex.<sup>a</sup> não está presente. Prejudicado.

Em votação o Destaque nº 6481, do Constituinte Geraldo Campos. S. Ex.<sup>a</sup> não está presente. Prejudicado.

**Destaque nº 8054/87, do Sr. João Paulo, "que suprime o § 3º do art. 6º do Substitutivo nº 2".**

Em votação o Destaque nº 8054, do Constituinte João Paulo.

Os Srs. Constituintes que quiserem se inscrever para encaminhamento, devem fazê-lo antes que S. Ex.<sup>a</sup> termine seu pronunciamento.

S. Ex.<sup>a</sup> propõe a supressão do parágrafo.

Com a palavra o autor do destaque.

**O SR. CONSTITUINTE JOÃO PAULO:** — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, lamento que, numa votação de tamanha importância, a ausência dos Srs. Constituintes nesta sessão seja tão expressiva. A decisão sobre esse parágrafo determinará a desonra ou a dignidade da atuação dos Constituintes neste momento. Todos os documentos exarados desde as Subcomissões até a Comissão de Sistematização vinham proibindo a locação de mão-de-obra e a utilização de empresas interpostas. Estranha e lamentavelmente a Comissão de Sistematização dá uma guinada de 180 graus, admitindo o aluguel da pessoa humana através da interposição de empresas de locação de mão-de-obra.

O inciso V do art. 165 da atual Constituição determina a integração do trabalhador à vida e ao desenvolvimento da empresa, o que o § 3º do Substitutivo não admite e não admitirá, se prevalecer no texto constitucional.

Como pode um homem integrar-se à vida da empresa se está vinculado a outra, prestando trabalho a uma locadora de mão-de-obra, numa situação esdrúxula, o que não poderá ser admitido num documento importante como a nossa Constituição? Isso tem servido de burla em contratos coletivos de trabalho e também para impor condições desumanas numa situação subalterna a trabalhadores que, lado a lado, trabalham em situação de extrema desigualdade.

Milhares de ações levadas à Justiça do Trabalho vieram unificar a jurisprudência através do Enunciado 256, que proíbe interposição ou locação de mão-de-obra. Assim como a jurisprudência investe contra esse tipo de prática, também os mais eminentes juristas deste País se repudiam. E eu citaria Fernando Américo Veiga Damaceno, que diz:

"Repugnando à consciência social atividades comerciais cuja mercadoria é o trabalho humano, surgiram entraves legais a esta mercância. O mais expressivo veio em 1888 com a edição da denominada Lei Áurea quando se aboliu a escravidão, ou seja, a compra e venda de trabalhadores, estes considerados objetos.

Mas o "engenho humano" continuou a buscar formas para explorar a intermediação do trabalho humano. Se já não é mais possível comprar e vender um empregado, cria-se uma nova mercância: compra-se a força de trabalho do empregado, revendendo-a com lucro."

E Arnaldo Sussekund diz:

"É ilegal a contratação de trabalhadores por empresa interposta, formando-se o vínculo empregatício diretamente com o tomador do serviço."

E vai mais além, demonstrando que "o suposto empregado de mão-de-obra é mero testa-de-ferro daquele que verdadeiramente exerce a atividade econômica desde os encargos trabalhistas".

E mais:

"O presente enunciado" — o Enunciado 256 — "visa a impedir a fraude trabalhista e a evitar que empresas locadoras de mão-de-obra, que não sejam as de trabalho temporário, regulado pela Lei nº 6019, de 1974, e as do serviço de vigilância e transporte de valores, Lei nº 7102, de 1983, continuem aliciando trabalhadores e obtendo lucros indevidos sobre seu trabalho, em autêntica **marchandage**, já profligada desde muito pelo Di-

reito, numa verdadeira exploração do homem pelo homem. Tais pessoas, empresas ou pessoas físicas, na área urbana, são os atravessadores do trabalho alheio e, na área rural, são os chamados "gatos", que recebem dos tomadores de serviços preços bem maiores do que a remuneração paga aos trabalhadores por elas recrutados."

Invoco o testemunho do Constituinte Arnaldo Prieto, ex-Ministro do Trabalho, que, à sua época, pôde largamente repudiar essa prática. Não é admissível, alegando-se que existe uma enorme população de trabalhadores, como existia também antes da Lei Áurea, que se consagre um dispositivo desta natureza. A pessoa humana não pode ser objeto de aluguel. Isso implica retrocesso histórico, transformando-se o homem em objeto e o trabalho, em mera mercadoria, o que não se pode admitir.

Portanto, espero que os Constituintes rejeitem o § 3º do 2º Substitutivo e que adotem emendas que serão apresentadas depois, como a do companheiro Maurício Fruet.

Renuncio ao meu destaque.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** — S. Ex.<sup>a</sup> retirou o destaque. Em votação o Destaque nº 8308, do Constituinte Ronan Tito. **(Pausa)** S. Ex.<sup>a</sup> não está presente. Prejudicado o destaque.

Em votação o Destaque nº 43, referente à Emenda nº 24750, do Constituinte Cunha Bueno. **(Pausa)** S. Ex.<sup>a</sup> não está presente. Prejudicado.

**Destaque nº 2915-87 — Emenda nº ES-25671-8, do Sr. Eliel Rodrigues, "que suprime o art. 7º § 3º do Substitutivo nº 1 (art. 6º § 3º do Substitutivo nº 2)". (145ª votação)**

Em votação o Destaque nº 2915, do Constituinte Eliel Rodrigues, a quem concedo a palavra para a defesa de sua proposição.

**O SR. CONSTITUINTE ELIEL RODRIGUES:** — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, queremos defender a supressão do § 3º do art. 7º do Substitutivo anterior, que estabelece a proibição de "atividades de intermediação remunerada de mão-de-obra permanente, ainda que mediante locação, salvo nos casos previstos em lei".

Esse dispositivo, a nosso ver, significa um retrocesso sócio-econômico que afetará a vida de grande parte da população brasileira, principalmente ante a atual taxa de desemprego.

Para a economia nacional, principalmente nos grandes centros, será uma dificuldade a mais, uma vez que o trabalho temporário possibilita a agilização de recursos humanos em tarefas de curto período. A prestação de serviços de empresas especializadas que recrutam, selecionam, treinam e contratam pessoal para exercer tarefas eventuais e de duração limitada em outras empresas, é prática consagrada em muitos países desenvolvidos. A contratação de temporários só é possível, por outro lado, porque atinge e beneficia significativo contingente de pessoas que, por motivos diversos, não quer assumir um emprego fixo ou encontra dificuldade de colocação, em termos efetivos, no mercado de trabalho.

À semelhança do que contém minha proposição, outros companheiros são de opinião de que não se deve acabar com as alternativas de geração de empregos. A inviabilidade do mercado de trabalho, a sazonalidade de certos setores da economia, a migração de mão-de-obra, a pouca qualificação de muitos, tudo isso impossibilita a adoção de medidas que impeçam a contratação por tempo indeterminado ou temporário de trabalhadores, sob pena de muitos virem a ser marginalizados.

A proibição da atividade em questão reduzirá a oferta de empregos, em prejuízo dos trabalhadores, o que preju-

dicará a própria nacionalidade. O Brasil precisa de trabalho, de seriedade e de honestidade para desenvolver-se e saldar seus compromissos.

Portanto, apelo no sentido da supressão do § 3º do artigo em causa.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Concedo a palavra ao Constituinte Ademir Andrade, para encaminhamento contrário.

**O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, lamento ter um posicionamento contrário ao do meu colega de profissão, Engenheiro Eliel Rodrigues, também Deputado pelo Estado do Pará.

A Constituição não pode deixar de falar sobre esse assunto. O § 3º do Substitutivo do eminente Relator Bernardo Cabral diz o seguinte:

"A lei regulamentará, no interesse dos trabalhadores, as atividades de intermediação remunerada da mão-de-obra permanente, ainda que mediante locação."

Ora, na verdade, o que ocorre na prática é que há muita intermediação de mão-de-obra, principalmente pelas entidades governamentais, bancos, setores de segurança e vigilância etc., e há uma verdadeira exploração dessa mão-de-obra alugada. A empresa paga pouco – normalmente, o salário mínimo – a essas pessoas e cobra muitas vezes mais da empresa contratante desses serviços. Já se tornou uma norma, neste País, empresas como a Eletronorte, cuja maioria – eu diria que 90% – dos empregados, na Hidrelétrica de Tucuruí recebe por locação de mão-de-obra, e a empresa paga às locadoras dessa mão-de-obra, diretamente, duas, três ou sete vezes mais. Isto é, essa atividade custa, para a empresa contratante, 370% acima do salário recebido pelo trabalhador.

Temos de buscar uma forma de coibir essa exploração. Na verdade, desejaríamos a proibição desse tipo de locação. A não ser em determinados casos, como na atividade de segurança, para a qual é necessário mão-de-obra especializada.

Não se pode, porém, em nenhuma hipótese, admitir a supressão desse parágrafo. Pretende-se, isto sim, melhorá-lo e ver aprovada uma proposta que, salvo engano, é de autoria do Constituinte Vilson Souza e proíbe a locação de maneira geral, mas prevendo exceções, nos termos da lei. Todavia, mesmo que não houvesse possibilidade de aprovar aquela proposta, que logo em seguida será colocada em votação, jamais se poderia admitir a supressão desse parágrafo, porque, de uma forma ou de outra, pelo menos ele determina que a lei disponha, no interesse do trabalhador, sobre a questão da mão-de-obra alugada.

Portanto, Srs. Constituintes, entendemos que devemos rejeitar a proposta de supressão do § 3º desse artigo, sugerida pelo eminente Constituinte Eliel Rodrigues.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ MARIA EYMAEL:** – Sr. Presidente, pela ordem, para solicitação de esclarecimento.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Com a palavra o Constituinte José Maria Eymael.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ MARIA EYMAEL:** – Sr. Presidente, entendemos – acredito ser este igualmente o ponto de vista de, todos os Constituintes – que o espírito da norma é a proibição da intermediação de mão-de-obra permanente, com a finalidade de não restringir o mercado de trabalho. Todavia, pode haver uma interpretação extensiva, atingindo, desta forma, milhares de empresas de seleção de pessoal.

Tenho certeza de que não é este o objetivo, mas gostaria, para registro nos Anais, que a Relatoria se manifestasse a este respeito.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Com a palavra o Sr. Relator-Substituto.

**O SR. RELATOR (Adolfo Oliveira):** – Srs. Constituintes, o propósito do dispositivo foi muito bem interpretado pelo nobre Constituinte José Maria Eymael. Não haveria sentido em tal dispositivo aplicar-se às organizações que fazem seleção e encaminhamento de mão-de-obra, para que esta mão-de-obra seja regulada pela legislação trabalhista comum, que rege os contratos de trabalho. Não há possibilidade de ser extensivo a essas empresas.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ MARIA EYMAEL:** – Obrigado a V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. RELATOR (Adolfo Oliveira):** – Quero aproveitar a oportunidade, Sr. Presidente, para solicitar a V. Ex.<sup>a</sup> que ouça o autor do pedido de destaque, pois o dispositivo que S. Ex.<sup>a</sup> pretendia suprimir, já o foi, com a nova redação dada ao 2º Substitutivo.

O que S. Ex.<sup>a</sup> queria suprimir era a proibição total da intermediação remunerada de mão-de-obra permanente, enquanto o § 3º, com a nova redação, submete, no interesse dos trabalhadores, esse tipo de atividade à regulamentação legal. Quer dizer, o que era feito sem a exigência de que a lei disciplinasse tal atividade, a prevalecer o texto do 2º Substitutivo passa a ter controle e fiscalização por parte do Congresso Nacional.

Creio, portanto, que o nobre Constituinte Eliel Rodrigues não deseja a supressão do § 3º do 2º Substitutivo, mas, sim, do 1º Substitutivo, razão por que a Relatoria considera o pedido de destaque prejudicado e submete a questão à Presidência.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Com a palavra o Constituinte José Lins.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Sr. Presidente, consulto V. Ex.<sup>a</sup> se uma vez aprovada emenda supressiva, cabe voltarmos a outra, ou se a primeira prejudica todas as demais.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Até agora não aprovamos qualquer emenda supressiva a respeito desse parágrafo.

Vamos passar à votação da proposta. Se for suprimido, as demais estarão naturalmente prejudicadas.

Em votação a emenda.

**O SR. CONSTITUINTE ELIEL RODRIGUES:** – Permita-me, Sr. Presidente.

Ouvi dizer que, minha emenda não é supressiva. Gostaria de uma explicação de V. Ex.<sup>a</sup>, já que ela o é.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A emenda de V. Ex.<sup>a</sup> suprime o § 3º.

**O SR. CONSTITUINTE ELIEL RODRIGUES:** – Justamente. Desta forma, também está de acordo com a supressão do atual § 3º, já que ambas tratam de mão-de-obra mediante locação.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Suprima o § 3º.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Permita-me, Sr. Presidente, para um pedido de esclarecimento à Mesa.

Votada a supressão do § 3º, o que ocorre? Ficam prejudicadas todas as emendas, permanecendo apenas o buraco, voltamos ao Substitutivo nº 1 ou ao projeto original?

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A supressão do parágrafo restabelece o texto do Substitutivo.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Isso é um absurdo!

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A supressão prejudica todas as emendas relativas à matéria.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – E fica o buraco?

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Todas as emendas relativas à matéria.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Não se vota o 1º Substitutivo?

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Não se vota nada mais.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Obrigado a V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Em votação.

#### (Chamada nominal para votação)

Durante a chama nominal da votação do Destaque nº 2915, o **Sr. Aluizio Campos**, Primeiro-Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo **Sr. Fernando Henrique Cardoso**, Quarto-Vice-Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Permita-me interrompê-lo, Sr. Secretário.

Quero reafirmar aqui as normas prevalecentes nesta Casa. Houve uma decisão da Mesa, no sentido de que a assessoria parlamentar teria acesso às duas últimas fileiras do plenário.

Peço, portanto, aos Srs. Assessores, quaisquer que sejam, que se atenham à restrição feita. De outra maneira, serei obrigado a pedir que a Mesa proíba a presença de pessoas que não sejam Parlamentares neste recinto.

Peço que se mantenham estritamente à norma. Interromperei qualquer orador para determinar a retirada de plenário daqueles que não sejam Constituintes. Muito obrigado. **(Muito bem! Palmas)**

#### (Prossegue a votação)

Votaram **SIM** os seguintes senhores Constituintes: Aluizio Campos, José Ulisses de Oliveira, Albano Franco, Daso Coimbra, Alcení Guerra, Antoniocarlos Mendes Thame, Carlos Chiarelli, Eraldo Tinoco, Luís Eduardo e Gastone Righi. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Artur da Távola, Carlos Mosconi, Carlos Sant'Anna, Celso Dourado, Cid Carvalho, Cristina Tavares, Fernando Henrique Cardoso, Haroldo Sabóia, Antônio Britto, João Calmon, João Herrmann Neto, José Geraldo, José Paulo Bisol, José Serra, Mário Lima, Nelson Jobim, Nelson Friedrich, Nilson Gibson, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Prisco Viana, Raimundo Bezerra, Rodrigues Palma, Sigmaringa Seixas, Virgildásio de Senna, Wilson Martins, Euclides Scalco, Israel Pinheiro, José Carlos Grecco, José Tavares, Michel Temer, Nelson Wedekin, Octávio Elísio, Uldurico Pinto, Arnaldo Prieto, José Jorge, José Lins, José Santana de Vasconcellos, Mário Assad, José Lourenço, Paulo Pimentel, Sandra Cavalcanti, Jonas Pinheiro, Ricardo Izar, Simão Sessim, Brandão Monteiro, José Maurício, Lysâneas Maciel, Francisco Rossi, Joaquim Bevilacqua, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Adolfo Oliveira, José Maria Eymael, Haroldo Lima, Roberto Freire, Antonio Farias.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 10 Constituintes; votaram NÃO 59 Constituintes. Total: 69 votos. O Destaque foi **rejeitado**.

Em consequência, estão prejudicados todos os destaques; o do Constituinte Hélio Rosas, nº 3920; o do Constituinte José Egreja, nº 5575; o da Constituinte Maria de Lourdes Abadia, nº 6601, e o do Constituinte Roberto Balestra, nº 7317.

**Destaque nº 1099/87, do Sr. Vilson Souza, "que substitui o art. 6º § 3º do Substitutivo nº 2, pelo art. 7º § 3º do Substitutivo nº 1". (146ª votação)**

Sobre a mesa, o Destaque nº 1099, do Constituinte Vilson Souza, que pede a substituição do artigo atual pelo § 3º do art. 7º do 1º Substitutivo.

Concedo a palavra, para encaminhar a votação a favor, ao nobre Constituinte José Tavares.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ TAVARES:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, uma das matérias mais relevantes deste projeto que estamos analisando, sem dúvida alguma, é a que pretendo defender neste momento.

O Constituinte Bernardo Cabral, desde o primeiro documento que emitiu, procurou contemplar o texto que faz parte do 1º Substitutivo. Somente o 2º Substitutivo – isto é importante, e eu gostaria de pedir a atenção dos ilustres companheiros – modificou a redação que vinha sendo mantida até então. Tive o cuidado, desde o primeiro instante, de acompanhar a redação da matéria. Por quê? Porque é natural que cada Constituinte tenha, nas suas preocupações, o interesse de defender esta ou aquela disposição. Desde o começo, assumi comigo mesmo a responsabilidade, no momento oportuno, colocar-me a favor do texto do 1º Substitutivo.

Por conseguinte, gostaria de pedir a atenção das Sras. e dos Srs. Constituintes para o fato de que, se conseguirmos colocar no § 3º deste Substitutivo as disposições contidas no § 3º do 1º Substitutivo, estaremos avançando no sentido da moralização nessa área.

Cito sempre como exemplo os absurdos que vêm ocorrendo neste País, ao longo desses anos, no que se refere à locação de mão-de-obra, de maneira vil, absurda, caracterizando-se como uma verdadeira escravidão branca. E nós temos a responsabilidade, nesta hora – já que a hora é agora, não será amanhã, nem foi ontem – de acabar com essa exploração do trabalho humano. Isso não existia antes; passou a ocorrer nestes vinte e poucos anos.

Por isso, Sr. Presidente e nobres colegas, gostaria que V. Ex.<sup>as</sup> refletissem bem sobre o assunto. Inicialmente, eu pensava em ficar com o texto redigido pelo Constituinte Maurício Fruct, que também procurou pedir destaque para sua emenda. Mas, ontem à tarde, participando de alguma conversação neste plenário, convenci-me de que prejudicará menos a classe trabalhadora se ficarmos com o texto do 1º Substitutivo do Relator Bernardo Cabral, que, aliás, manifestou-me sua concordância em acolher novamente aquela redação, o que parece ser também o entendimento da Frente Liberal.

Portanto, existe um consenso sobre a matéria, que, repito, é da maior importância. Em última análise, Sr. Presidente, o que estou a defender é o retorno do texto que passo a ler:

"São proibidas atividades de intermediação remunerada de mão-de-obra permanente, ainda que mediante locação, salvo os casos previstos em lei."

Pretendo que esse texto substitua o § 3º do 2º Substitutivo.

Na Câmara dos Deputados, bem como no Senado Federal, enfim, em todos os órgãos públicos deste País, existe mão-de-obra alocada. É um verdadeiro absurdo! Trabalhadores de empresas privadas prestam serviço a órgãos públicos e recebem apenas um salário mínimo e meio, no máximo, dois, por mês. No entanto, o poder público paga, pelos serviços deste mesmo empregado, entre quatro a seis salários mínimos mensais à empresa locadora.



Daí eu defender o texto do 1º Substitutivo. Gostaria, pois, de contar com o apoio dos meus colegas da Comissão de Sistematização.

Muito obrigado. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Concedo a palavra ao Constituinte Gastone Righi, para encaminhar contrariamente.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, temos sido surpreendidos, por vezes, na Assembléia Constituinte, com a ocorrência de autênticas paralisias mentais ou anencefalias. De repente, a Constituinte resolve acreditar que os que investem em educação são criminosos ou que os que investem em saúde são criminosos.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Permita-me interrompê-lo, nobre Constituinte.

Peço aos Srs. Constituintes que procurem ocupar seus lugares e escutem o orador que está na tribuna. (Aciona a campainha)

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Eu dizia, então, Sr. Presidente, que essa anecefalia generalizada acaba levando a parâmetros absurdos, dados os critérios que aqui são estabelecidos.

Neste exato momento, tenta-se proibir, de forma absoluta e terminante, salvo em casos excepcionais, que a lei preveja a intermediação de mão-de-obra. Mas, quando e por que a intermediação de mão-de-obra há de ser um procedimento criminoso, desairoso, espoliativo? Não é verdade. O mundo capitalista, o mundo da livre empresa tem que conviver com a locação de mão-de-obra. Ninguém pode imaginar, por exemplo, que a limpeza da fachada de um edifício possa ser feita sem a utilização de empresa especializada em locação de mão-de-obra. Ninguém poderá levar a cabo, no seu edifício, a tarefa de conservação de sua antena de televisão ou de rádio sem contratar esse pessoal em empresa especializada, que evidentemente irá alocar mão-de-obra permanente. O mesmo ocorre nos casos de serviços de vigilância, guarda ou custódia.

Por que, então, pretender-se introduzir tal dispositivo na Constituição? Vou dizer-lhes por quê. Porque, aqui, na Câmara dos Deputados, determinada empresa que presta serviços de limpeza vem sofrendo acusações. Não sei se procedentes ou não – não me arrego em seu advogado, e até gostaria de ser promotor público para atuar contra ela. Dizem que tal empresa recebe três a cinco vezes mais do que paga a seus empregados, que fazem a limpeza do prédio do Congresso. Muito bem. Esse fato isolado, que poderia ser reprimido pela própria Mesa da Câmara, fiscalizando o contrato ou nele estabelecendo que os trabalhadores não poderiam ganhar menos, ou mais, que o determinado, de repente se transforma num cavalo-de-batalha, e é apresentado como algo a ser inserido no texto constitucional.

Pergunto a V. Ex.<sup>as</sup>, portanto, se já pensaram com seriedade no que estão tentando aprovar. Será o fim, por exemplo, da medicina de grupo, pela qual 65% dos metalúrgicos – só para citar um exemplo – são atendidos. E nenhum deles quer deixar o sistema. Acontece que a medicina de grupo é intermediação de mão-de-obra permanente! Trata-se de contrato de locação de serviço que uma empresa de medicina de grupo faz com uma firma que quer oferecer assistência médica a seus empregados. Não poderá mais, portanto, existir esse tipo de serviço.

Há também escritórios de advocacia, modestos, como o meu, que têm dois ou três assistentes. O que eu faço com meus clientes é contrato de locação de serviços. Presto assistência jurídica a algumas empresas e mando para lá meus assistentes. É claro que há, aí, uma intermediação embutida. Mas, será isto imoral, irracional, espoliativo? Que absurdo é este?!?

Está a faltar-nos um pouco de bom senso! É como se, de repente, o espírito de Karl Marx estivesse baixando aqui para dirigir uma sociedade que quer ser livre e independente. Vamos deixar de arroubos fantásticos, ilusórios, que agridem não só a economia nacional, não só o futuro do País, mas a inteligência da própria Constituinte. Esta Assembléia não pode continuar chafurdada na ignorância e no pugilato ideológico, através dos quais se pretende que certas teses aqui sejam ou não sufragadas.

Somos contra a emenda. Ficamos, pois, com o 2º Substitutivo, que pelo menos determina, sem nada proibir, que as atividades relativas à intermediação de mão-de-obra ou locação de serviço sejam disciplinadas pela lei ordinária. Este é o melhor caminho, pois não se pode condenar, no texto constitucional, uma atividade que é lícita, moral, boa e produtiva. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Concedo a palavra ao Constituinte José Serra, que encaminhará a favor.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ SERRA:** – Sr.

Presidente, Srs. Constituintes, a proposta que defendemos aqui é a da substituição do atual texto do Relator, que diz que "A lei regulamentará, no interesse dos trabalhadores, as atividades de intermediação remunerada da mão-de-obra permanente, ainda que mediante locação", pelo texto do 1º Substitutivo, que diz: São proibidas as atividades de intermediação remuneradas da mão-de-obra permanente, ainda que mediante locação, salvo os casos previstos em lei".

Trata-se de uma proposta de conciliação, no plenário da Comissão de Sistematização, em relação a outras existentes, que vão da exclusão de qualquer referência, no texto a esta atividade, passam pela manutenção do atual texto do 2º Substitutivo e chegam à proibição total de qualquer atividade de intermediação de mão-de-obra, mesmo temporária.

Acreditamos seja uma proposta de unidade e que de alguma maneira representa a garantia de que o problema será tratado de forma racional, pois defende os interesses da mão-de-obra que hoje trabalha sob a forma de intermediação.

Na verdade, tanto o problema é relevante, que tem havido uma mobilização muito grande por parte dos sindicatos nesse sentido.

Qual o aspecto que mais motiva o movimento sindical, quando deseja que esta questão seja disciplinada? É o fato de que muitas empresas, inclusive estatais, têm recorrido com frequência ao expediente de contratar mão-de-obra para determinadas funções, típicas da empresa, por meio de intermediação, pagando-se menos com isto e excluindo este setor de mão-de-obra do sindicato e dos benefícios da própria empresa.

Este é um aspecto essencial, que tem levado a práticas abusivas no Brasil.

Cremos ser esta uma prática que deve ser coibida. Mesmo porque seria muito estranho e difícil que pudesse ser regulamentada e aprovada em lei.

Este, o espírito deste artigo.

A respeito das considerações aqui expendidas pelo nobre Líder Gastone Righi, do PTB, no que se refere, por exemplo, à questão das empresas de serviço, eu diria o seguinte. Uma empresa especializada em serviços de limpeza tem equipamentos próprios à sua especialização. Não necessariamente irá representar, segundo se organize, uma intermediação de mão-de-obra. Nem sequer naquelas propostas mais fortes, que visam à proibição da intermediação, se incluiriam obrigatoriamente essas empresas, na medida em que estarão vendendo um tipo específico de

serviço, a exemplo do que faz, digamos, uma empresa de pavimentação de estradas, que, naturalmente, pode trazer sua própria mão-de-obra.

Por outro lado, creio que o Parlamento e o próprio Executivo, no futuro, terão sabedoria, critério e discernimento para impor uma organização mais adequada ao setor, enquanto se propicia um espaço para que haja essa adaptação. Isto porque muitos setores de intermediação já têm sua atividade prevista em lei e, por conseguinte, não serão extintos após a promulgação da nova Constituição.

Creio ser uma proposta de equilíbrio e moderação, portanto, dentre as diversas alternativas existentes, e que não levará, de modo algum – eu me permitiria dizer –, ao cataclismo aqui preconizado pelo nobre Líder do PTB, que, aliás, merece todo o meu respeito por sua combatividade. Não creio, porém, que isso vá acontecer; não é isto o que se contém na proposta do 1º Substitutivo. Não é também o que muitos desejariam que fosse, em termos de impor total proibição a qualquer espécie de intermediação de mão-de-obra. É uma proposta que abre caminho para que o problema seja tratado de maneira racional, sem perder de vista o aspecto essencial, ou seja, a proteção de um setor superexplorado da mão-de-obra no Brasil e que não pode deixar de ser levado em consideração.

Há, ainda, o argumento de que isto não é matéria para ser inserida na Constituição. É um argumento ponderável, mas eu desejaria apenas lembrar que, de fato, no Capítulo que trata dos direitos sociais estamos tratando de muitas questões, com muita especificidade até, e que talvez fosse mais apropriado remeter para a lei ordinária. Estamos procedendo assim, portanto, porque esta tem sido a lógica seguida em nossos trabalhos, e seria absurdo, neste momento, excluir essa camada de trabalhadores da proteção que a lei terá que dar-lhes no futuro.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Vamos passar à votação da matéria. Peço ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Artur da Távola, Carlos Mosconi, Carlos Sant'Anna, Celso Dourado, Cid Carvalho, Cristina Tavares, Egídio Ferreira Lima, Fernando Henrique Cardoso, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, Antônio Britto, João Calmon, José Geraldo, José Paulo Bisol, José Richa, José Serra, Mário Lima, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nelton Friedrich, Nilson Gibson, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Rodrigues Palma, Severo Gomes, Sigmaringa Seixas, Virgildásio de Senna, Albano Franco, Antonio Mariz, Euclides Scalco, Israel Pinheiro, José Carlos Grecco, José Tavares, Marcos Lima, Michel Temer, Nelson Wedekin, Octávio Elísio, Uldurico Pinto, Alcení Guerra, Antonio Carlos Mendes Thame, Arnaldo Prieto, Eraldo Tinoco, Francisco Benjamim, José Jorge, José Lins, José Santana de Vasconcellos Luís Eduardo, Mario Assad, José Lourenço, Paulo Pimentel, Ricardo Fiúza, Sandra Cavalcanti, Paes Landim, Ricardo Izar, Simão Sessim, José Maurício, Lysâneas Maciel, Bocayuva Cunha, Francisco Rossi, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Haroldo Lima, Roberto Freire, Antonio Farias. **Votaram NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Theodoro Mendes, Daso Coimbra, Jonas Pinheiro, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Adolfo Oliveira, José Maria Eymael.

**O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE:** – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem, antes que V. Ex.<sup>a</sup> proclame o resultado.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Estou apenas escutando os aplausos. Em seguida, darei, com aplausos, a palavra a V. Ex.<sup>a</sup> (**Pausa**) Tem a palavra V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE:** – Sr. Presidente, normalmente tem sido feita a chamada para votação. Eu estava dando uma entrevista no instante em que fui chamado e, portanto, gostaria de ter direito a voto, a exemplo do que tem sido feito em todas as sessões desta Comissão. Se não é completa o número de integrantes de um partido, o titular tem direito a voto. Este tem sido o procedimento.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Pediria ao Sr. Secretário que explicasse o que ocorreu. Depois comunicarei minha decisão.

**O SR. CONSTITUINTE ADOLFO OLIVEIRA:** – Sr. Presidente, em mais de sessenta chamadas por nós realizadas, temos utilizado um critério que não mereceu, até hoje, contestação. Chamamos os titulares duas vezes. Depois, quando voltamos para chamar os suplentes, verificamos se há algum titular presente no recinto. Caso afirmativo, S. Ex.<sup>a</sup> é chamado. A seguir, inutilizamos todas as linhas referentes aos titulares e contamos o número de suplentes a serem chamados. Isso tem alcançado não apenas o PMDB, como o PFL, com muita frequência. Ainda ontem à tarde o nobre Constituinte Santana...

**O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE:** – Mas não completou.

**O SR. CONSTITUINTE ADOLFO OLIVEIRA:** – ...desejou votar e não era mais possível fazê-lo, porque os titulares já haviam sido chamados duas vezes, sendo que, depois são chamados os suplentes, antes que se encerre a votação.

Este é o critério que temos usado, que é igual para todos. Senão, haveria tumulto aqui.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – V. Ex.<sup>a</sup> levantou uma questão de ordem e eu a decidirei como fiz ontem, ou seja, o voto de V. Ex.<sup>a</sup> será registrado em Ata, mas não será computado.

**O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE:** – O comportamento do Constituinte José Fogaça é diferente do comportamento do Constituinte Adolfo Oliveira, e a Mesa o acatou todas as vezes. Não compreendo isto.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Quem toma decisões aqui é o Presidente da Mesa, que já decidiu. A opinião do Sr. Secretário é meramente esclarecedora.

**O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE:** – A Mesa não pode tomar posições diferentes em momentos diferentes. Tem que haver uma norma.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – A norma existe e eu a cumpri.

**O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE:** – Então, os outros presidentes não a cumpriram.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 68 Constituintes; votaram NÃO 7 Constituintes. Total: 75 votos. O Destaque foi **aprovado**.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Passemos a outra questão. Estão prejudicados os destaques relativos a esse tópico, isto é, os de n<sup>os</sup> 131, 1586, 3463, 3605, 4280, 4762, 4829, 5049, 5160, 5308, 7281, 8256, 416 e 6482.

Passemos ao § 4º do art. 6º.

**O Sr. Fernando Henrique Cardoso,** Quarto-Vice-Presidente deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo **Sr. Brandão Monteiro,** Segundo-Vice-Presidente.

**Destaque nº 0811-87, do Sr. Haroldo Lima, "que suprime o art. 6º, § 4º, do Substitutivo nº 2". (147ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** — Em votação o Destaque nº 811, requerido pelo Constituinte Haroldo Lima, referente à supressão do parágrafo.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ ELIAS MURAD:** — Permita-me, Sr. Presidente.

Parece-me ter havido omissão, porque temos um destaque referente ao § 3º, inciso XXIV, do art. 6º, que não foi colocado em discussão. Já foi aprovado?

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** — Foi aprovado em razão da aprovação da emenda anterior.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ ELIAS MURAD:** — O destaque foi prejudicado?

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** — Sim, em razão da aprovação da emenda anterior.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ ELIAS MURAD:** — Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** — Em votação o destaque requerido pelo Constituinte Haroldo Lima. S. Ex.<sup>a</sup> deseja encaminhar a votação. Tem a palavra o nobre Constituinte Haroldo Lima.

**O SR. CONSTITUINTE HAROLDO LIMA:** — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o destaque que encaminho pretende a supressão do § 4º do art. 6º, que diz:

"Os princípios de garantia de emprego de que trata o inciso I não se aplicam à pequena empresa com até dez empregados."

Ora, os princípios de garantia no emprego contêm-se justamente no inciso I, aprovado aqui, neste plenário, em uma das mais importantes vitórias da Comissão de Sistematização. Embora não tenhamos aprovado a estabilidade no emprego, conseguimos a garantia do emprego, a proteção contra a despedida imotivada.

O objetivo do § 4º, evidentemente, é proteger a pequena e a média empresa, daí pretender que os princípios de garantia do emprego não se apliquem às pequenas empresas com até dez empregados. Entretanto, Sr. Presidente, o art. 207 do próprio substitutivo que estamos debatendo prevê a proteção das pequenas e microempresas. Diz o artigo:

"As microempresas e as de pequeno porte, assim definidas em lei, receberão da União, dos Estados e dos Municípios tratamento jurídico diferenciado, visando ao incentivo de sua criação, preservação e desenvolvimento, através da eliminação, redução ou simplificação de suas obrigações administrativas, tributáveis, previdenciárias e creditícias, nos termos da lei complementar."

Portanto, o objetivo de dar proteção às pequenas e microempresas já está satisfeito no art. 207 do substitutivo, na forma pela qual julgamos conveniente, através de apoio creditício, fiscal, tributário, também por incentivo previdenciário.

Ora, o referido artigo, em seu § 4º, pretende, além desse incentivo às pequenas empresas, pretende introduzir outro. Entretanto, toca numa questão de natureza diferenciada. Não se trata de dar incentivo às pequenas e médias empresas, mas sim de quebrar um outro princípio básico, relacionado ao trabalho e ao capital. A garantia de emprego protegido contra a despedida imotivada não é uma questão de incentivo à pequena e média empresa, mas de garantia aos trabalhadores, especialmente porque a situação das empresas com até nove trabalhadores tem outro significado.

Temos aqui dados do Ministério do Trabalho demonstrando que, de 120.600 indústrias no País, 47.800 tem até

nove empregados. O Ministério do Trabalho nos informa, ainda, que, em 1985, empresas que tinham de zero a dez empregados contavam com um número total de 2.229 mil empregados contavam com um número total de 2.229 **ilegível** brasileira. Os dados que conseguimos, relativos ao ano de 1986, dão conta de que esse número subiu para 2.500, relativamente à empresas de até dez empregados, o que representa 12% da força de trabalho brasileira.

Sem dúvida, se aceitarmos o que prevê o art. 4º, esses 12% de trabalhadores brasileiros estarão desguarnecidos da garantia do emprego, contra a demissão imotivada, já votada nesta Comissão. Assim, estaríamos dando um tratamento discricionário aos trabalhadores, pois haveria trabalhadores do tipo "A" e os do tipo "B", além do que, por alguma razão, trabalham em pequenas empresas e que não teriam as garantias mínimas aqui estabelecidas.

Concluindo, Sr. Presidente, gostaríamos de insistir sobre o fato de que, na verdade, só existe uma forma básica de se incentivar e apoiar a pequena e a microempresa, ou seja, através dos incentivos fiscais, previdenciários e creditícios, conforme está bem colocado no art. 207. A forma que aqui se discute não visa a beneficiar a empresa, mas a prejudicar os trabalhadores.

Deste item os trabalhadores brasileiros não podem abrir mão, sob pena de virem a ser discriminados. Não se pode estabelecer, aqui, distinção entre trabalhadores, com alguns tendo direito e outros, não.

Queremos, pois, com esta emenda, que o § 4º seja suprimido.

Era este o encaminhamento que desejava fazer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** — Com a palavra o Constituinte Afif Domingos. Ausente.

Com a palavra o Constituinte José Maria Eymael, para encaminhar contra.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ MARIA EYMAEL:** — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, ouvi com muita atenção o Constituinte Haroldo Lima, em sua eloquente e brilhante defesa da emenda apresentada.

O que queremos assinalar, na defesa de uma posição contrária, não se fundamenta na preocupação com as pequenas e médias empresas, mas com a imensa massa de trabalhadores dessas empresas.

Temos que ter uma posição coerente nesta Assembléia Nacional Constituinte. Por que apoiamos o texto do Cabral I? Porque lá estavam expressos um comando central de garantia de emprego e a remessa à lei ordinária, para que esta, com tranquilidade, com profundidade, estabeleça uma efetiva defesa dos direitos dos trabalhadores.

O que se verifica neste texto é que, de um lado, ficou a figura dos contratos a termos, que, hoje, em Portugal, é o grande instrumento da rotatividade social. Dezessete por cento da mão-de-obra portuguesa, hoje, são, utilizados com base em contratos a termo de seis meses, que, depois, não são renovados, o que gera terrível rotatividade de mão-de-obra.

O que desejamos, Sr. Presidente, é proteger os trabalhadores das pequenas empresas contra essa verdadeira tragédia social representada pelo texto atual do Cabral II; é a chance de pelo menos defender uma parte dos trabalhadores do massacre que se preconiza com o texto do Cabral II. Não podemos omitir-nos. Discordamos do 2º Substitutivo, que não serve à classe trabalhadora, porque somos coerentes com o texto do Cabral I. Temos que ser contrários à retirada de parte do texto, a fim de que os trabalhadores das pequenas empresas sejam colocados a salvo da tragédia social representada pelo texto há dias aprovado.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Com a palavra o Constituinte José Serra.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ SERRA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, venho a esta tribuna defender enfaticamente a idéia da supressão do § 4º do art. 6º, que exclui as empresas de até dez empregados do que estabelece o inciso I do mesmo artigo, a respeito da proteção do emprego.

Quero apresentar algumas ponderações, e me permito pedir a atenção de meus colegas para um raciocínio que devemos fazer com objetividade.

Em primeiro lugar, dada a permanência que deve ter um texto constitucional, não há cabimento em este texto estabelecer uma divisão segundo o tamanho das empresas: as com até dez empregados e as com mais de dez empregados. Estamos fazendo uma Constituição que deve ser para sempre. E o que hoje pode ser algo significativo ou importante, amanhã poderá não ser. Mas esta é a parte menos importante do argumento.

O segundo aspecto é que a questão da pequena empresa envolve uma contradição. Todos aqui estão de acordo em que não podem ser tratadas da mesma maneira, no que se refere à estabilidade, uma pequena loja de comércio que tenha cinco ou seis empregados e uma grande montadora de automóveis. Isto leva a quê? A necessidade de que a questão da estabilidade seja tratada em lei, porque esta é que teria flexibilidade para permitir, na prática, a diferenciação de tratamento nesses casos. Por isto é que, na ocasião, o Líder do PMDB e vários peemedebistas defenderam a volta, no caso da estabilidade, ao texto do 1º Substitutivo.

Procurar resolver o problema da pequena empresa, excluindo as que possuam até dez empregados, só vai produzir mais distorções. O que vai acontecer? Não vai haver nenhuma empresa de onze, doze, vinte empregados; vamos ter uma subdivisão artificial de empresas, uma informatização maior do mercado de trabalho.

Lembraria que, na região da grande São Paulo – hoje, de longe, a mais desenvolvida do País –, 25% dos trabalhadores não possuem carteira assinada. Se aprovarmos um dispositivo como este, haverá um aumento generalizado dessa informatização dos trabalhadores não registrados e empresas familiares que têm 30 empregados serão subdivididas: ficará uma com o marido, outra com a mulher, outra com o filho etc. E isso produzirá profundas distorções no funcionamento da economia. Então, a pretexto de resolver um problema, não podemos criar outro mais sério.

Dentro do encaminhamento que faço, não há, nem remotamente, desconsideração quanto ao problema da pequena empresa. Inclusive, escrevi à imprensa a este respeito, antes que a questão da estabilidade fosse aqui votada. Acho que temos de resolvê-lo na lei ou, eventualmente, no plenário, através de um tratamento mais adequado da questão. O que se está querendo fazer agora é um tipo de exceção que vai provocar mais problemas do que supostamente resolvê-los. Temos uma grande responsabilidade nisso.

Lembro, ainda, que as empresas de até dez empregados reúnem 35% da força de trabalho assalariada urbana. Isso pode parecer um argumento contrário à minha tese, mas não é, porque tampouco podemos criar um mercado de trabalho com trabalhadores de 1ª, 2ª e 3ª classes. Os de 1ª classe seriam os beneficiados pela estabilidade que o inciso I do art. 6º supostamente daria – algo em que não acredito.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Constituinte José Serra, o tempo de V. Ex.ª está esgotado.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ SERRA:** – Pediria clemência ao Sr. Presidente, dada a importância do tema.

Portanto, supostamente teríamos trabalhadores de 1ª classe. Os de 2ª classe não teriam nenhuma proteção neste aspecto, enquanto os de 3ª classe não teriam carteira assinada. É o que vai acontecer em toda a economia urbana – no comércio, nos serviços etc.

Creio, pois, que a decisão de manter este artigo seria realmente irresponsável, tanto do ponto de vista do que pode acontecer na economia quanto do que é a realidade dos assalariados. As empresas de até vinte empregados tem 47% da força de trabalho. Podemos calcular que metade da força de trabalho vai ficar de fora. Ao mesmo tempo, isso vai desorganizar toda a economia urbana, especialmente no setor da pequena empresa, da pequena indústria, da microempresa, de empresa de serviços, de comércio etc.

Portanto, a meu ver, para resolver este problema temos que tratá-lo de forma adequada e não estabelecendo uma diferenciação absurda no texto constitucional – e eu me permito insistir nisso junto aos companheiros Constituintes –, que vai criar mais problemas do que resolvê-los. Isto vai dificultar ainda mais a solução adequada de questão tão crítica quanto a da estabilidade.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Concedo a palavra ao Relator Bernardo Cabral.

**O SR. RELATOR BERNARDO CABRAL:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, ouvi com muita atenção o Constituinte José Serra e até me pareceu que estava ouvindo a argumentação expendida pelo líder sindical Luiz Antônio Medeiros, ainda recentemente, num programa de televisão. S. Ex.ª menciona um lado e se esquece do outro, ou seja, aquele representado por pobres empregados que querem montar sua empresa e nunca o farão, a partir deste raciocínio.

S. Ex.ª lembra o problema de São Paulo e se esquece do Nordeste, do Centro-Oeste e do Norte, onde essas pequenas famílias tem suas empresas, sem essa proibição. (Palmas) S. Ex.ª precisa lembrar que se deve incentivar o emprego.

Este texto não veio para cá de forma irresponsável, como foi dito. Ouvi as alas progressistas, que me diziam que a garantia do emprego estabelecida no art. 6º, inciso I, seria, como sugeriu o DIAP, a retirada de empresas com até dez empregados. Mostravam-me o aspecto de o operário poder juntar-se com outros e fundar a sua microempresa. É por isso que, mais à frente, no texto constitucional, há incentivos para os que constituem a pequena empresa.

Precisamos raciocinar não mais apenas em termos das grandes empresas. Estamos excluindo a pequena empresa com até dez empregados, porque é formada por familiares, por poucos empregados, que não dispõe de grande capital. E isto é o que temos que estimular. Se não o fizermos, se não houver a manutenção deste texto, acontecerá exatamente o previsto no raciocínio do Constituinte José Serra.

De modo que o Relator continua defendendo a permanência do texto e votando contra a emenda. (Palmas)

**O SR. SECRETÁRIO ADOLFO OLIVEIRA:** – Em votação.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Permita-me, Sr. Secretário.

Solicito a atenção dos Srs. Constituintes. Quero fazer um apelo especial ao Dr. Ulisses Riedel, bem como aos assessores dos Srs. Constituintes e aos jornalistas, no sentido de que se mantenham nos limites permitidos pela Assembléia Nacional Constituinte. Há vários Constituintes reclamando, e temos que cumprir aqui, rigorosamente, as normas regimentais, sem discriminação ou privilégio para qualquer das partes.

**(Procede-se à votação)**

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Almir Gabriel, Artur da Távola, Carlos Mosconi, Celso Dourado, Cristina Tavares, Egídio Ferreira Lima, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, Antônio Britto, José Paulo Bisol, José Serra, Mário Lima, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Paulo Ramos, Sigmarina Seixas, Virgildásio de Senna, Albano Franco, Antonio Mariz, Euclides Scalco, José Carlos Grecco, Michel Temer, Octávio Elísio, Rose de Freitas, Uldurico Pinto, Vicente Bogo, Brandão Monteiro, José Maurício, Lysâneas Maciel, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Haroldo Lima e Roberto Freire. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Bernardo Cabral, Carlos Sant'Anna, João Calmon, José Geraldo, José Ignácio Ferreira, José Richa, Nelton Friedrich, Pimenta da Veiga, Renato Vianna, Rodrigues Palma, Theodoro Mendes, Daso Coimbra, Israel Pinheiro, José Tavares, Marcos Lima, Alcení Guerra, Aloysio Chaves, Antonio Carlos Mendes Thame, Arnaldo Prieto, Eraldo Tinoco, Francisco Benjamim, Jose Jorge, Jose Lins, Jose Santana de Vasconcellos, Luis Eduardo, Mário Assad, José Lourenço, Paulo Pimentel, Ricardo Fiuza, Sandra Cavalcanti, Hugo Napoleão, Jonas Pinheiro, Ricardo Izar, Simão Sessim, Adolfo Oliveira e José Maria Eymael.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram **SIM** 38 Constituintes; votaram **NÃO** 36 Constituintes. Total: 74 votos. O Destaque foi **prejudicado** por falta de **quorum** qualificado.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Em consequência, fica prejudicado o Destaque nº 8052, requerido pelo Constituinte João Paulo.

Passa-se à votação do art. 7º.

Sobre a mesa, requerimento da Ilustre Constituinte Rose de Freitas:

"Nos termos do Regimento Interno, requeiro preferência para o Destaque nº 7700."

Em votação a preferência requerida pela Constituinte Rose de Freitas. Os Srs. Constituintes que estiverem a favor da preferência, permaneçam como estão. **(Pausa)** Aprovada.

Em votação o Destaque nº 7700, requerido pela Constituinte Cristina Tavares, relativo à emenda supressiva do art. 7º.

A Constituinte Cristina Tavares retira o seu destaque.

Em votação o Destaque nº 6284, requerido pela Constituinte Myrian Portella. **(Pausa)** Ausente. Prejudicado.

Em votação o Destaque nº 225, da Constituinte Moema São Thiago. Já retirado.

Em votação o Destaque nº 229, requerido pela Constituinte Moema São Thiago, referente à Emenda nº 33030. **(Pausa)** A Constituinte Moema São Thiago não está presente. Prejudicado.

Em votação o Destaque nº 1411, requerido pelo ilustre Constituinte Nelson Carneiro, referente à Emenda nº 20783, substitutiva, de sua autoria.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – A emenda do ilustre Constituinte Nelson Carneiro é substitutiva em relação aos empregados domésticos. Com a palavra o ilustre Constituinte Nelson Carneiro, que defenderá sua proposta.

**O SR. CONSTITUINTE VIVALDO BARBOSA:** – Peço a palavra para uma Questão da Ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Tem a palavra, para uma Questão de Ordem, o Sr. Constituinte Vivaldo Barbosa.

**O SR. CONSTITUINTE VIVALDO BARBOSA:** – Antes da votação do art. 7º, existem as emendas aditivas de parágrafo ao art. 6º, que, pela ordem, deveriam ser votadas em sequência.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Elas serão votadas no final do capítulo referente aos Direitos Sociais.

Com a palavra o Senador Nelson Carneiro.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – Gostaria de que a Mesa me informasse se já não foi aprovado, no art. 6º, inciso que estende aos empregados domésticos os mesmos direitos assegurados aos trabalhadores.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Constituinte Nelson Carneiro, a Mesa informa que não foi aprovado.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – Bem, mas o art. 7º já foi. Diz:

"São assegurados à categoria dos trabalhadores domésticos os direitos previstos nos incisos IV, V, VII, XIII, XV, XVII e XX do artigo anterior, bem como a integração a Previdência Social."

Pareça que já foi aprovado.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Constituinte Nelson Carneiro, é exatamente este o artigo que esta sendo apreciado neste momento.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – Sr. Presidente, a informação é de que esse texto atende a todas as reivindicações dos empregados domésticos. Assim, retiro a emenda nesta parte, porque a outra parte, o art. 3º, diz respeito a outro assunto que será votado no final do art. 7º. Retiro essa parte da emenda, porque o texto já consagra esse dispositivo. Certamente a emenda popular foi feita antes da segunda edição do Substitutivo do nobre Relator Bernardo Cabral.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – O Constituinte Nelson Carneiro retira a sua emenda. A Mesa agradece a S. Ex.ª

Em votação o Destaque nº 1513, requerido pela Constituinte Benedita da Silva, referente a Emenda nº 7475, substitutiva. **(Pausa)** A Constituinte Benedita da Silva não se encontra presente. Prejudicado.

A Mesa quer fazer uma retificação: a Constituinte Benedita da Silva indicou as Constituintes Abigail Feitosa e Cristina Tavares para sustentarem os destaques. **(Pausa)** Retirado o destaque.

Em votação o Destaque nº 2203, requerido pelo Constituinte João Paulo, referente à Emenda nº 1309, substitutiva. S. Ex.ª não está presente. **(Pausa)** Prejudicado.

Em votação o Destaque nº 7264, requerido pelo Constituinte Waldyr Pugliesi, referente à Emenda nº 27650. **(Pausa.)** S. Ex.ª não está presente. Prejudicado.

Em votação o Destaque nº 7507, requerido pelo Constituinte Nyder Barbosa, referente à Emenda nº 21416. **(Pausa)** S. Ex.ª não está presente. Prejudicado.

**Destaque nº 1517/87 – Emenda nº 1P-03269-5, da Sr.ª Benedita da Silva, "que adita incisos ao art. 15 do Projeto de Constituição (art. 7º do Substitutivo nº 2)". (148ª votação).**

Em votação o Destaque nº 1517 requerido pela Constituinte Benedita da Silva, referente à Emenda nº 3269, de sua autoria. É uma emenda aditiva:

"Inclua-se no artigo 14 do Projeto, os seguintes itens: II, III, VII, XIX, XXIX."

Concedo a palavra à Constituinte Benedita da Silva, para a defesa de sua proposta.

**A SRA. CONSTITUINTE BENEDITA DA SILVA:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, sabemos que as trabalhadoras domésticas receberam, no Substitutivo do nobre Relator Bernardo Cabral, atenção especial. Todavia, isso não lhes trouxe – acredito que por lapso – garantia quanto à percepção de alguns direitos.

Gostaríamos que, com os demais trabalhadores, elas tivessem assegurados todos os direitos. Mas verificamos que, por constituírem um caso específico, parece merecerem um tratamento diferenciado.

O que nos chamou a atenção – e gostaria de contar com o interesse e a sinceridade dos Srs. Constituintes – foi a questão do seguro-desemprego, que defendo seja estendido também a essas trabalhadoras. Sabemos que isso é importante e fundamental.

Também não dispõem de Fundo de Garantia. E sabemos que essas trabalhadoras labutam anos a fio e não conseguem ver apesar da limpidez do seu direito, o reconhecimento digno de suas prerrogativas. Não são pequenos casos: conhecemos muitos.

De igual modo, não ficou garantido a essas trabalhadoras um salário fixo, mas um ganho que poderá ser inferior ao salário mínimo. Não podemos conceder a idéia de que se reconheça uma categoria profissional e não se lhe dê o legítimo direito de perceber, pelo menos, determinado salário no exercício da sua função.

Não estamos querendo aqui, absolutamente, prejudicar essa proposta, mas aprimora-la, porque acredito ser isso de interesse dos Srs. Constituintes, que, quase por unanimidade, fizeram-na vitoriosa na Comissão da Ordem Social.

Outra questão que levanto refere-se à licença à gestante, que naturalmente, só pode ter sido esquecida por lapso. Sabemos que, dos trabalhadores domésticos, o contingente maior é composto de mulheres. E, pura e simplesmente, para essas trabalhadoras, o exercício da maternidade é algo natural, pois é inerente ao ser humano mulher. É importante, assim, garantir-lhes licença nesse período.

Srs. Constituintes, acho não ser necessário fazer grandes discursos de convencimento. V. Ex.<sup>as</sup> haverão e reconhecer que o pedido aqui feito, relativamente a essa emenda, nada mais é do que um ato de justiça para uma situação específica, o qual, acredito, não comprometerá o projeto como um todo. Trata-se de dar a essas mulheres nada mais, nada menos do que o necessário para que possam desenvolver suas atividades, com tranquilidade.

Que elas tenham, pois, assegurado o seguro-desemprego, o Fundo de Garantia, o, direito a um salário mínimo e a licença de gestante.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Não há oradores inscritos para encaminhamento contra. Ainda há oportunidade para inscrições, antes que outro Constituinte fale a favor. **(Pausa)** Com a palavra a Srs. Constituinte Cristina Tavares.

**A SRA. CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES:** – Sr. Presidente, eu pediria a V. Ex.<sup>a</sup> que lesse o exato teor da emenda que estamos votando. Houve certa confusão, e não estamos conseguindo identificar os itens que a Constituinte Benedita da Silva deseja acrescentar ao texto, com relação aos trabalhadores domésticos.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Embora a Mesa já o tenha feito, a leitura será repetida, com muito prazer.

**A SRA. CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES:** – Queria que V. Ex.<sup>a</sup> esclarecesse isso ao Plenário, face a dificuldades no manejo dos volumes.

V. Ex.<sup>a</sup> referiu-se ao 2. O que quer dizer "2"?

Desculpe-me, Sr. Presidente. Renunciarei ao encaminhamento, mas desejo que tenhamos real consciência do que esta sendo tratado.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – A Mesa informa que estamos examinando a seguinte emenda:

"Incluam-se no art. 4º os seguintes itens:

II – seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário;

III – Fundo de Garantia do Patrimônio Individual;

VII – garantia de salário fixo, nunca inferior ao salário mínimo, além da remuneração variada, quando esta ocorrer;

XIX – licença remunerada à gestante, antes depois do parto, por período não inferior a cento e vinte dias;

XXIX – seguro contra acidentes de trabalho."

**A SRA. CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES:** – Obrigada a V. Ex.<sup>a</sup>

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, queria enfatizar o grande ganho que tiveram os empregados domésticos, fruto da sua luta e organização. Todos nós temos empregados domésticos em nossas casas. A partir deste momento, nessa nova Constituição, através do louvável art. 7º, incluído pelo Relator Bernardo Cabral, o empregado doméstico começa a ser uma categoria de empregados, não mais de escravos ou de "lava penicos", como se costumava chama-lo.

A nobre Constituinte Benedita da Silva pretende incluir, talvez, o único direito que não foi contemplado no 2º substitutivo do Relator, ou seja, a licença maternidade a todas as empregadas domésticas, antes e depois do parto, tal como se concede a todas as mulheres trabalhadoras. Parece-me que seria justo.

Chamo a atenção do Sr. Relator-adjunto, o Constituinte José Fogaça, e do Relator Bernardo Cabral: seria justo que as mulheres trabalhadoras em geral tivessem direito à licença-maternidade de cento e vinte dias, como foi aprovado aqui com a aquiescência de V. Ex.<sup>a</sup>, e as empregadas domésticas não?

Peço, pois, a V. Ex.<sup>as</sup>. Srs. Constituintes, sobretudo às Sras. Constituintes, que lutam todos os dias por mais direitos para as trabalhadoras, que aprove a emenda destacada da Constituinte Benedita da Silva.

**O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO BRITTO:** – Peço a palavra, Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Tem a palavra o nobre Constituinte Antônio Britto.

**O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO BRITTO:** – Sr. Presidente, na leitura da emenda, o último inciso que a nobre Constituinte Benedita da Silva pretende seja incluído entre os direitos da doméstica – pelo menos está no texto que tenho em mãos – e o de número XXIX.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – O inciso XXIX foi retirado.

**O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO BRITTO:** – Salvo melhor juízo, teria ouvido V. Ex.<sup>a</sup> ler o inciso XXX, que trata do seguro contra acidentes no trabalho, e este inciso não consta do texto da emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Temos em mãos cópia da emenda distribuída a todos os Srs. Constituintes, em que se retira o inciso XXIX e se inclui o inciso XXX.

**O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO BRITTO:** – Pergunto a V. Ex.<sup>as</sup>, apenas para confirmar, se a emenda é a de numero IP-03269/5?

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Sim a de nº 03269-5.

É preciso esclarecer, Constituinte Antônio Britto, a fim de que V. Ex.<sup>a</sup> tenha conhecimento do que ocorreu, que qualquer Constituinte – após decisões da Mesa – pode apresentar sua emenda e, antes de defendê-la, pode desistir de parte dela. É o que, penso, ocorreu com a Constituinte Benedita da Silva.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Tem a palavra o nobre Constituinte José Lins.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – A dúvida se deve ao fato de, no livro, o texto estar diferente do que V. Ex.<sup>a</sup> tem em mãos. Aqui, no texto publicado, constam os itens II, III, VII, XIX e XXIX. Ora, no de V. Ex.<sup>a</sup> está XXX, que não se encontra na publicação oficial. Nem poderia, realmente, uma modificação proposta pela autora da emenda incluir matéria nova. S. Ex.<sup>a</sup> poderia retirar, mas não incluir matéria nova.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Ilustre Constituinte José Lins, temos em mãos cópia xerográfica da emenda, datada de 2 de julho de 1987, excluindo o inciso XXIX e incluindo o XXX. Aliás, quero dizer que tal fato já ocorreu anteriormente. E eu me curvei a esse entendimento, para dar meu voto na Mesa, quando da votação da emenda do ilustre Constituinte Darcy Pozza, que dela retirou uma parte. Verificou-se, na ocasião, que S. Ex.<sup>a</sup>, antes, retirara parte da emenda. Salvou a decisão o Relator-Substituto Adolfo Oliveira, que nos trouxe cópia da matéria – presidia a sessão o ilustre Constituinte Afonso Arinos – a qual, distribuída anteriormente, para nós constituiu prova de que S. Ex.<sup>a</sup> o fizera anteriormente aquela discussão que se travava na Mesa.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Estou de acordo com V. Ex.<sup>a</sup> Há um entendimento, desde o início, de que o autor poderia suprimir parte do texto de sua emenda, mas não há nenhum acordo autorizando o autor a acrescentar algo à emenda.

O problema de V. Ex.<sup>a</sup> seria decidir, em caso de discordância entre os textos, qual deles prevalecerá. O texto que V. Ex.<sup>a</sup> tem em mãos pode ser modificado; este aqui, não, por estar impresso.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Só posso decidir esta questão, nobre Constituinte José Lins – e o Constituinte Antônio Britto nos mostra aqui o texto obtido no computador – se robustecida por uma prova original da apresentação da Emenda da Constituinte Benedita da Silva. Penso que há um pressuposto de que aqui todos mantemos um nível de dignidade. E todos os Srs. Constituintes prezam isto. Trata-se de uma questão de dignidade pessoal. Na verdade, eu não poderia fazer um julgamento, se fosse juiz, se não tivesse em mãos o original. Não posso, porém, levantar suspeitas quando à modificação anterior.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Como a Mesa tem que tomar uma decisão, sugiro que V. Ex.<sup>a</sup> prestigie o original.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Nobre Constituinte José Lins, o Sr. Relator esclarecerá a questão.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – A Constituinte Benedita da Silva não usou nem usaria de má fé, porque tem sempre adotado um comportamento, nesta Assembléia, à altura dos nobres Constituintes. Por sua vez, procedeu bem, e de forma elogiável, o Constituinte José Lins, que demonstra cuidado, atenção aos trabalhos, e até carinho

para com seus companheiros Constituintes. O que ocorreu foi que a Constituinte Benedita da Silva, que na sua justificativa esclarece que quer assegurar alguns direitos para as trabalhadoras domésticas – seguro-desemprego, licença remunerada à gestante, seguro contra acidentes do trabalho e outros direitos trabalhistas, como o Fundo de Garantia – percebeu que a indicação do inciso XXIX estava errada. Por isso, S. Ex.<sup>a</sup> procurou corrigir a mão. Mas a justificativa diz bem da sua boa fé.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Aliás, em abono da Constituinte Benedita da Silva, acaba de chegar a esta Presidência o original, que confirma exatamente as palavras do Relator Bernardo Cabral.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Se V. Ex.<sup>a</sup> me permite, Sr. Presidente, eu gostaria de esclarecer que em nenhum instante duvidei da honestidade da Mesa ou da nobre Constituinte Benedita da Silva. A questão de ordem visou apenas dirimir uma dúvida.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Quanto à decisão sobre a questão de ordem, eu teria que partir do pressuposto de que teria havido ou não violação do original. Não foi V. Ex.<sup>a</sup> quem levantou essa dúvida. Mas a Presidência não poderia resolver de forma diferente, a não ser considerando a violação.

**O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO BRITTO:** – Permita-me, Sr. Presidente. Para contribuir com V. Ex.<sup>a</sup> e com o bom andamento dos trabalhos – evidentemente, feita a ressalva quanto à permanente lisura do comportamento da Constituinte Benedita da Silva, o que não dependeria de nenhum tipo de depoimento para se manter como uma verdade nesta Casa – quero dizer que tenho em mãos publicação oficial da Assembléia Nacional Constituinte, com a indicação do inciso XXIX, o que levou a esta confusão, a qual nos faz temer que, com falhas desse tipo, estabeleça-se um precedente, que V. Ex.<sup>a</sup> seguramente não permitiria ocorresse, mas que, em meio à estafa em que nos encontramos, poderia acontecer, ou seja, uma emenda ser votada com algo que não continha antes.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Agradecemos a colaboração do Constituinte Antônio Britto, mas desejamos aduzir que a Mesa não permitiria fossem cometidos erros desse tipo – e certamente o nobre Constituinte Antônio Britto não nos deixaria incorrer em algum.

Damos prosseguimento aos trabalhos.

Não havendo oradores inscritos para encaminhar contra, passa-se à votação.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Celso Dourado, Cristina Tavares, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, José Fogaça, José Paulo Bisol, Mário Lima, Nelson Carneiro, Nelson Friedrich, Paulo Ramos, Sigmaringa Seixas, Antonio Mariz, José Carlos Grecco, Miro Teixeira, Octávio Elísio, Rose de Freitas, Uldurico Pinto, Vicente Bogo, Alcení Guerra, Simão Sessim, Brandão Monteiro, José Maurício, Lysâneas Maciel, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, José Maria Eymael, Aldo Arantes e Roberto Freire. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Almir Gabriel, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Egidio Ferreira Lima, Antônio Britto, João Calmon, José Geraldo, José Richa, José Serra, Nelson Jobim, Nilson Gibson. Oswaldo Lima Filho, Pimenta da Veiga, Renato Vianna, Rodrigues Palma, Theodoro Mendes, Wilson Martins, Daso Coimbra, José Tavares, Michel Temer, Antoniocarlos Mendes Thame, Arnaldo Prieto, Eraldo Tinoco, Francisco Benjamim, José Lins, José Santana de Vasconcellos, Luis Eduardo, Mártio Assad, José Lourenço, Paulo Pimentel, Ricardo Fiúza, Sandra Cavalcanti, Hugo Napoleão, Jonas Pinheiro, Ricardo Izar e Adolfo Oliveira.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram **SIM** 33 Constituintes; votaram **NÃO** 36 Constituintes. Total: 69 votes. O Destaque foi **prejudicado**, por falta de **quorum** qualificado.

**Destaque nº 002928-87 – Emenda nº ES-23462-5 do Sr. Eliel Rodrigues, “que adita parágrafo único ao art. 8º do Substitutivo nº 1 (art. 7º do Substitutivo nº 2)”.**

Em votação o Destaque nº 2928, requerido pelo Constituinte Eliel Rodrigues, referente à Emenda nº 23462, aditiva, de autoria do requerente. A emenda é aditiva e seu art. 8º tem a seguinte redação – sugiro a atenção, do Plenário para que não precisemos repetir a leitura:

“Parágrafo único. As despesas realizadas pelo empregador, pessoa física, com os trabalhadores domésticos, são dedutíveis do imposto de renda.”

Com a palavra o autor da emenda.

**O SR. CONSTITUINTE ELIEL RODRIGUES:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, não nos parece justo que o Estado apenas imponha, sobre a pessoa física, uma série de obrigações, próprias da pessoa jurídica, sem, em contrapartida estender-lhe os direitos fiscais concedidos aos da referida categoria (pessoa jurídica).

Não sendo, esses empregados, considerados dependentes do empregador, nada mais justo de deduzir os gastos havidos com as exigências legais da previdência social, do respectivo imposto de renda.

Em face do que estamos observando e ainda do interesse em beneficiar os empregados domésticos, parece-nos necessário os empregadores terem algo em que se basear para dedução do seu imposto de renda na ocasião própria.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Não havendo mais oradores para encaminhar a favor, com a palavra o Constituinte José Genoíno, para encaminhar contra.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, faço um breve encaminhamento solicitando ao nobre Constituinte, autor da Emenda, que a retire. Submeter ao Plenário desta Comissão emenda desse teor – “as despesas realizadas pelo empregador, pessoa física, com os trabalhadores domésticos, são dedutíveis do imposto de renda...” – não tem sentido, Sr. Presidente. Primeiro, porque estabelece discriminação em relação aos demais trabalhadores; segundo, porque coloca a empregada doméstica como pessoa de segunda categoria, já que o empregador deduzirá do imposto de renda despesas que constam da legislação.

Não é possível que se aprove uma emenda dessas. Por isto, caminho contra e reitero meu pedido de que seja retirada.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr. Presidente, peço a palavra, para encaminhar a favor.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Com a palavra o Constituinte Gastone Righi, para encaminhar a favor.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr. Presidente, desejo encaminhar a favor desta emenda, alertando o Plenário para o fato de que, aparentemente, o benefício que se está trazendo aos empregadores privados é, na verdade, proteção e incentivo a favor do empregado doméstico. Se a pessoa física que tenha empregado doméstico puder declarar no imposto de renda o dispendido com empregado, será a primeira pessoa interessada em legalizar a situação do empregado doméstico.

Peço a esse trabalhista efetivo, o ilustre Constituinte José Genoíno do PT, que preste atenção a esse fato pois, caso contrário, prejudicará os empregados domésticos. Se seus salários puderem ser abatidos do imposto de renda do empregador, terão sua situação legalizada, INPS recolhi-

do, 13º salário pago, férias atendidas, enfim, terão cumpridos todos os preceitos legais.

Logo, o dispositivo beneficia os empregados domésticos e não, individualmente, a pessoa física do empregador. É preciso fazer uma alerta no sentido de que quem fixa a alíquota para o imposto de renda é o Estado, que no caso poderá fazê-lo gradativamente, de forma a não criar benesses para as pessoas físicas empregadoras.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Concedo a palavra ao Constituinte José Serra, para encaminhar contra.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ SERRA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a emenda, na verdade, tem uma característica fundamental. É extremamente regressiva, tem efeitos injustos, do ponto de vista tributário. Isto porque as famílias que podem ter mais empregados domésticos são precisamente as de mais alta renda.

De fato, o que se está pretendendo fazer é dar um prêmio tributário as famílias de mais altas renda, que podem manter um número mais elevado de empregados domésticos. Portanto, ao invés de caminhar no sentido da justiça social, a emenda caminha no sentido oposto. Não exatamente – e aqui me permito estabelecer a diferença com relação ao que diz o Constituinte José Genoíno – porque transforme os trabalhadores domésticos em trabalhadores de segunda classe. Não é por causa disso, eis que, hoje, inclusive, descontam-se do Imposto de Renda despesas com filhos ou dependentes. Acontece que os abatimentos estão relacionados com despesas essenciais, ou absolutamente recomendáveis, como educação e saúde. Não há, sentido em procurar dar estímulo tributário para aumentar a utilização de trabalhadores domésticos.

Esta, a razão fundamental por que acredito que emenda não pode ser aceita. Quero, inclusive, renovar meu apelo ao nobre Constituinte Eliel Rodrigues, no sentido de que a retire, já, que seu objetivo é extremamente concentrador e desigual.

Chamo a atenção, ainda, dos nobres Constituintes para outro aspecto. A meu ver, para que muitos dos Constituintes sejam conseqüentes com os princípios de menor intervenção do Estado, de maior liberdade para a vida econômica privada, é muito importante atentar para esses aspectos. Sempre há a mania de se querer criar privilégios tributários para isso ou para aquilo, na suposição de que se relacionam com o interesse público, quando, ao contrário, tais medidas tem um efeito concentrador e discriminador, do ponto de vista social.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Concedo a palavra ao Relator-Substituto, José Fogaça.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FOGAÇA:** – Sr. Presidente, Srs. membros da Comissão de Sistematização, a emenda do Constituinte Eliel Rodrigues merece, de parte da Relatoria, todo o respeito, pela nobreza de suas intenções. Evidentemente, porém, não pode ter acatamento de nossa parte, por suas conseqüências danosas. O argumento no qual se baseia esta Relatoria para contrapor-se à emenda é o de que o capítulo sob apreciação trata dos direitos sociais. E deduzir imposto de renda, rigorosamente, não é um direito social.

A emenda de V. Ex.<sup>a</sup> a nosso ver, é, tecnicamente, incabível. Do ponto de vista constitucional, dedução do imposto de renda é subquestão e, portanto, deve ser tratada na legislação ordinária ou no Código Tributário.

Com todo o respeito que a nobreza de intenções de V. Ex.<sup>a</sup> merece, a Relatoria se pronuncia contra, embora discorde, profundamente, dos argumentos, levantados, por exemplo, pelo ínclito e combativo Deputado José Genoíno, que disse tratar-se de emenda que reduziria os trabalhadores domésticos a trabalhadores de segunda categoria. Trata-se de argumento inveraz e sem fundamento, até por-



que V. Ex.<sup>a</sup>, no dizer do Relator Bernardo Cabral, ao transformar as despesas com serviços domésticos em fatores dedutíveis do Imposto de Renda, eleva socialmente a importância do empregado, do trabalhador doméstico, ao nível dos dentistas, médicos e profissionais de nível superior. Portanto, S. Ex.<sup>a</sup> não pretendeu transformá-los em trabalhadores de segunda categoria. Ao contrário, pretendeu elevá-los ao nível dos trabalhadores de formação de nível superior.

Da mesma forma que discordamos da natureza deste argumento, não podemos concordar com a aprovação da emenda, por ser tecnicamente incabível no capítulo que trata dos princípios e direitos sociais. A Relatoria é, portanto, contrária.

**O SR. CONSTITUINTE ELIEL RODRIGUES:** – Permita-me, Sr. Presidente.

Diante das ponderações que ouvi e considerando o fato de que a matéria pode ser remetida à lei ordinária, retiro minha emenda. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – O ilustre Constituinte Eliel Rodrigues retira sua emenda.

A Mesa comunica aos Srs. Membros da Comissão de Sistematização que faltam exatamente cinco minutos para o encerramento do horário normal desta sessão. Não seria, portanto, cabível, nem factível, que iniciássemos a votação do art. 8º. Em consequência, faremos a convocação da sessão vespertina, antes concedendo a palavra, pela ordem, à ilustre Constituinte Sandra Cavalcanti.

**A SRA. CONSTITUINTE SANDRA CAVALCANTI:** – Sr. Presidente, gostaria de uma solicitação à Mesa que preside os trabalhos desta Comissão de Sistematização.

Tive oportunidade de assistir, ontem, a uma entrevista concedida pelo Consultor-Geral da República. Dr. Saulo Ramos, a uma cadeia nacional de televisão. É um programa que já está sendo reproduzido, pela segunda vez, e, evidentemente, faz parte de uma orquestração oficial para desmoralizar os trabalhos da Comissão de Sistematização, citada várias vezes durante a entrevista, e da Assembléia Nacional Constituinte.

O Consultor-Geral da República, além de fazer uma carga violentíssima contra a adoção do parlamentarismo e sustentar uma tese esdrúxula, de que a Constituinte não tem poderes originários, mas é uma Constituinte com poderes secundários, apenas reformistas, o que é uma tese já superada, até pelo teor das próprias eleições, revelou, durante a entrevista, o real pensamento do Poder Executivo sobre o que aqui estamos fazendo.

Sr. Presidente, para quem está aqui trabalhando, levando a sério aquela delegação que recebeu do eleitorado, para os que estão aqui votando com toda a consciência, com os olhos postos no futuro do Brasil, para quem não está defendendo emprego, mordomias, ou pretendendo ficar ou não no poder, é muito difícil continuar tal esforço com tal campanha oficial mantida em cima de nós. Está na hora de esta Assembléia reagir. Temos o direito de exigir o mesmo tempo na televisão. **(Palmas)** Aliás, é uma pena, Sr. Presidente, que a Constituição que estamos elaborando ainda não tenha sido promulgada, pois nela já se prevê oportunidade igual a esta. Se esta Constituição já estivesse em vigor, bastaria recorrer a um artigo muito bem elaborado, que já votamos aqui, para que pudéssemos, imediatamente, requisitar à mesma emissora de televisão o mesmo tempo e o mesmo espaço para dar ao Consultor-Geral da República a resposta que ele merece receber da Assembléia. Fique o Governo sabendo que não vai ser às custas de orquestração deste tipo que irá impedir que a Assembléia Nacional Constituinte chegue ao final do seu trabalho. A Assembléia é livre, soberana, nasceu da vontade do povo. E, se o Consultor-Geral da República não sabe, temos o poder, sim, de mudar o regime, de mudar o sistema de governo, de convocar eleições gerais já, no ano que vem

de alterar inteiramente a fisionomia deste País. Temos que ser respeitados no nosso trabalho.

Tenho estado à margem dessas discussões partidárias, tenho procurado, aqui, fazer o melhor possível, como a maioria dos nossos companheiros. Estamos sacrificados, enfiados, confinados neste recinto, passando dez, doze, quinze horas dentro de um plenário discutindo, com toda a consciência, os rumos do País. Não estamos aqui para levar pito de quem não tem a menor autoridade, nem administrativa, nem política, nem histórica, nem eleitoral para nos dizer como é que devemos trabalhar. **(Muito bem! Palmas.)**

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Constituinte Sandra Cavalcanti, V. Ex.<sup>a</sup> levantou uma questão de ordem, a que a Mesa tem que responder. A par dos aplausos que V. Ex.<sup>a</sup> está recebendo, eu solicitaria que ouvisse a resposta da Mesa, já que se trata de questão de ordem e não de um mero pronunciamento.

Entendemos que, ao levantar a questão de ordem, V. Ex.<sup>a</sup> o fez em defesa da Comissão de Sistematização. Também tivemos oportunidade de ouvir o pronunciamento do Consultor-Geral da República e, a propósito, vamos sugerir à Comissão de Sistematização que informe o Presidente Ulysses Guimarães da necessidade – com base no que estatui o Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte – de requisição de horário no rádio e na televisão para resposta em defesa do trabalho da Constituinte.

A questão de ordem de V. Ex.<sup>a</sup> é, pois, pertinente. Penso que, na decisão que acabo de enunciar, conto com a solidariedade de todos os demais membros da Mesa. **(Palmas)**

**O SR. CONSTITUINTE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO:** – Sr. Presidente, peço a palavra, para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Tem a palavra V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. CONSTITUINTE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO:** – Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero dizer a V. Ex.<sup>a</sup> que contará com meu irrestrito apoio quando levantar essa questão junto à Presidência da Assembléia Nacional Constituinte e à sua Mesa-diretora. Ontem, em reunião com a Comissão Executiva do PMDB, pedi ao Deputado Ulysses Guimarães que, na qualidade de Presidente do Partido, fizesse saber ao Presidente da República da nossa repulsa pelas declarações feitas pelo Consultor-Geral da República, que não pode continuar a assacar injúrias contra a Assembléia Nacional Constituinte e permanecer no Governo. Pedi que S. Ex.<sup>a</sup>, o Presidente do meu partido, transmitisse ao Sr. Presidente da República o meu pensamento, no sentido de que há incompatibilidade entre o exercício de uma função de assessoramento direto ao Presidente da República e simultaneamente, a formulação de críticas, indignas e persistentes, ao desenvolvimento dos trabalhos desta Assembléia.

Estou, portanto, de pleno acordo com a Deputada Sandra Cavalcanti. Subscrevo as palavras de S. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ MAURÍCIO:** – Permita-me, Sr. Presidente.

Ao solidarizar-me, na sua inteireza, com a manifestação da ilustre Deputada Sandra Cavalcanti, quero levar a Mesa meu veemente protesto quanto à atitude que determinados órgãos de comunicação social têm adotado com relação a Assembléia Nacional Constituinte, sobretudo a esta Comissão. Sabe V. Ex.<sup>a</sup>, na condição de Líder do meu partido e Presidente desta sessão, em que condições trabalhei no, dia de ontem: com febre e sob o efeito de comprometidos. Em determinado momento fui obrigado a recostar-me na poltrona, o que deu ao **Correio Braziliense** a oportunidade de fotografar-me e procurar

fazer crer à opinião pública que eu estava dormindo no plenário, o que não é verdade.

Este tipo de comportamento sórdido contra a Assembléia precisa acabar. Precisamos reagir. Trabalhei ontem durante dezoito horas, com febre, repito, e não posso aceitar, em hipótese alguma, que qualquer jornalista ou "jornaleco" atente contra a dignidade do exercício de meu mandato.

Era o protesto que desejava consignar.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – A Mesa recebe a manifestação de V. Ex.<sup>a</sup> e a considera de inteira justiça. Solidariza-se, pois, com a justa indignação de V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – Sr. Presidente, peço a palavra, para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Com a palavra o nobre Constituinte Nelson Carneiro, para uma questão de ordem. Estimamos que os oradores sejam breves – sei que o assunto é importante –, pois teremos sessão à tarde. Não se trata, de maneira alguma, de cerceamento a V. Ex.<sup>a</sup>, Senador Nelson Carneiro.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – Sr. Presidente, não queria quebrar, com minha questão de ordem, a grandeza deste momento. Mas, como V. Ex.<sup>a</sup> anunciou que à tarde se iniciará o exame do art. 8º, eu queria pedir um esclarecimento.

Há um texto ainda a ser votado, relativo ao art. 7º Trata-se exatamente do Destaque nº 1411. Queria fazer essa ressalva para que, no começo da próxima sessão, fosse votado esse dispositivo.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Ilustre Senador Nelson Carneiro, já resolvemos o assunto em outra questão de ordem, quando a Mesa explicou que todas as proposições referentes à inclusão "onde couber" serão votadas posteriormente, ao final do capítulo. **(Pausa)**

O ilustre Relator José Fogaça pede a palavra para manifestar-se sobre a questão levantada pelos Constituintes Sandra Cavalcanti e Fernando Henrique Cardoso.

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – Sr. Presidente, ilustres membros da Comissão de Sistematização, em nome do Relator Bernardo Cabral, que nos pediu usássemos da palavra neste momento, desejamos, na qualidade de integrante da Relatoria, manifestar igualmente nossa inconformidade, nos termos aqui expressos pela nobre Constituinte Sandra Cavalcanti. Devo lembrar, inclusive, que o substitutivo do Relator Bernardo Cabral foi alvo das mais desrespeitosas críticas, das palavras mais ofensivas e pouco edificantes por parte do Sr. Consultor-Geral da República.

A Relatoria associa-se, portanto, a esse protesto, por entender que a Comissão de Sistematização vem comprovando que o substitutivo, como uma caravana árabe, vem passando, vem sendo vitorioso, não só pela aprovação sucessiva e sistemática dos seus pontos mais importantes, mas também pela contribuição riquíssima, diligente, frutífera, dedicada e generosa dos seus noventa e três membros e dos seus suplentes.

A Relatoria, repito, associa-se, neste momento, a esse protesto.

## V – SUSPENSÃO DA REUNIÃO

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – A Presidência vai suspender os trabalhos, convocando os Senhores Constituintes para a continuação da presente reunião, hoje, 15-10-87, às 15 horas.

Está suspensa a reunião.

## EM 15 DE OUTUBRO DE 1987 (2)

Presidência dos Srs.: **Aluízio Campos**, Primeiro-Vice-Presidente; **Brandão Monteiro**, Segundo-Vice-Presidente; **Jarbas Passarinho**, Terceiro-Vice-Presidente e **Fernando Henrique Cardoso**, Quarto-Vice-Presidente.

## I – ABERTURA DA REUNIÃO

**O SR. PRESIDENTE (Aluízio Campos):** – Havendo numero regimental, declaro reaberta a reunião. Passamos à votação do art. 8º.

**O SR. PRESIDENTE JOSÉ GENÓINO:** – Sr. Presidente, desejo neste momento levantar uma questão de ordem que diz respeito ao art. 9º, porque, assim, dependendo da resposta, existiria tempo suficiente para que a Mesa encaminhasse a solução adequada.

**O SR. PRESIDENTE (Aluízio Campos):** – Estamos ainda votando o art. 8º Gostaria que V. Ex.<sup>a</sup> deixasse para apresentar a questão de ordem relativa ao art. 9º após a votação do art. 8º.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENÓINO:** – Gostaria de levantar a questão de ordem agora porque isso teria uma implicação prática, que é a de dar tempo à Mesa. Não é no sentido de prejudicar, mas de facilitar o andamento dos trabalhos da Mesa.

**O SR. PRESIDENTE (Aluízio Campos):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE JOSE GENÓINO:** – Sr. Presidente, estou aqui com a ordem de votação das emendas ao art. 9º e verifico que parte de um critério que, pela consolidação das normas, é correto: primeiro as emendas supressivas, em seguida as substitutivas. Acontece que existem muitas emendas substitutivas – e aí vem a questão de ordem que formulo a V. Ex.<sup>a</sup> É necessária uma reclassificação das emendas substitutivas, porque a experiência que tivemos, quando da votação da jornada de trabalho, em que se criou uma situação de impasse, mostrou que a ordem das emendas substitutivas tem que começar pelas mais abrangentes, isto é, aquelas que têm uma incidência mais ampla sobre o conteúdo do art. 9º Nesse sentido, como existem várias emendas substitutivas iguais – e a aprovação de uma prejudica outras – deve-se começar pela mais abrangente.

Por exemplo, concretamente, a emenda substitutiva do companheiro Luiz Inácio Lula da Silva é mais abrangente do que as dos companheiros Vivaldo Barbosa, Francisco Küster, Nelson Friedrich e José Ignácio Ferreira, porque a primeira, do companheiro Lula, trata de vários aspectos da organização sindical e as demais referem-se especificamente à questão de existir ou não um só sindicato. Se aprova uma emenda substitutiva menos abrangente, ela não pode prejudicar outra mais abrangente, porque esta trata de outras questões.

Então, Sr. Presidente, para não criar uma situação de impasse, minha questão de ordem à Mesa é no sentido de que as emendas substitutivas ao art. 9º obedeçam à classificação da mais abrangente para a menos abrangente.

É questão de ordem que formulo a V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. PRESIDENTE (Aluízio Campos):** – A questão de ordem levantada por V. Ex.<sup>a</sup> deve realmente ser solucionada antes de iniciarmos a votação do art. 9º, porque a emenda do Constituinte Alysson Paulinelli a supressiva da totalidade do texto do art. 9º e, sendo assim, tem preferência sobre qualquer outra emenda substitutiva.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENÓINO:** – Refiro-me às substitutivas.

**O SR. PRESIDENTE (Aluízio Campos):** – Portanto, não há por que tomarmos qualquer providência sobre a

inversão da ordem da votação das emendas, a não ser a partir do momento em que começarmos a votação do art. 9º Peço a V. Ex.<sup>a</sup> compreensão.

**O SR. CONSTITUINTE VIVALDO BARBOSA:** – Sr. Presidente, no momento oportuno eu gostaria de contraditar os argumentos do Constituinte José Genoíno.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Em votação os destaques referentes ao art. 8º.

**O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO BRITTO:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE ANTONIO BRITTO:** – Sr. Presidente, gostaria de levar à consideração de V. Ex.<sup>a</sup> e da Mesa o problema com o qual nos encontramos em relação ao art. 8º No substitutivo anterior, essa matéria, como me parece mais apropriado, constava do Capítulo referente à Seguridade Social. Agora, foi transferida para o art. 8º deste Substitutivo. Ora, as emendas apresentadas – e me refiro especialmente às dos nobres Constituintes Vicente Bogo e Ivo Mainardi – enfrentam a seguinte dificuldade: se forem votadas nesta fase, passarão a detalhar, porque essa é a intenção dos autores, outros aspectos relativos à seguridade social. O art. 8º não pode ser votado na ordem em que está porque senão haveria evidentemente um grave prejuízo para os autores das emendas. Não sei se a relatoria – permita-me a sugestão, Sr. Presidente – poderia considerar o que já tem sido um precedente nesta Casa. Estamos discutindo os direitos do trabalhador, e o direito genérico à aposentadoria já foi por nós discutido e aprovado. Este art. 8º é o antigo art. 267 do outro substitutivo, tanto que as emendas aqui apresentadas – como V. Ex.<sup>a</sup> poderá verificar – referem-se a este último. Por isso faço esta ponderação a V. Ex.<sup>a</sup>, no sentido de organizar a votação.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A Mesa só poderia tomar a decisão de transpor o art. 8º para o Título VIII do Projeto, que trata “Da Ordem Social”, se houvesse alguma emenda propondo esta transposição, mas infelizmente não há. Eu próprio achava que o art. 6º, com todo o seu elenco de disposições, também deveria ser transferido para a Ordem Social antes de ser votado. Entretanto, isso não foi feito porque não apresentei emenda propondo essa transposição. De maneira que talvez V. Ex.<sup>a</sup> possa providenciar essa correção quando da redação final do projeto, nada impedindo que a matéria, no seu mérito, seja discutida agora, embora possa ser posteriormente transferida para a Ordem Social.

**O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO BRITTO:** – Sr. Presidente, quero apenas lembrar, sem evidentemente discutir com a Mesa, que obviamente não poderia haver emendas a este artigo porque, à época, ele correspondia ao nº 267 do outro substitutivo.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Se os autores das emendas substitutivas apresentadas ao art. 8º concordarem, poderemos fazer a transposição. Se S. Ex.<sup>as</sup> acham que as emendas podem ser examinadas no Título da Ordem Social, assim faremos. Vou consultar um a um os autores dos destaques.

Nobre Constituinte Vicente Bogo, concorda V. Ex.<sup>a</sup> em que a emenda substitutiva de sua autoria seja apreciada quando cuidarmos do Título VIII, da Ordem Social?

**O SR. CONSTITUINTE VICENTE BOGO:** – Concordo, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Constituinte Érico Pegoraro, concorda V. Ex.<sup>a</sup> em que a sua emenda substitutiva seja apreciada quando cuidarmos do Título VIII, da Ordem Social?

**O SR. CONSTITUINTE ERICO PEGORARO:** – Concordo, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Constituinte Ivo Mainardi, concorda V. Ex.<sup>a</sup> em que a sua emenda substitutiva seja apreciada quando cuidarmos do Título VIII, da Ordem Social? **(Pausa)** S. Ex.<sup>a</sup> não está presente.

Constituinte Nelson Friedrich, concorda V. Ex.<sup>a</sup> em que a sua emenda substitutiva seja apreciada quando cuidarmos do Título VIII, da Ordem Social?

**O SR. CONSTITUINTE NELTON FRIEDRICH:** – Concordo, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Diante da concordância de todos os Srs. Constituintes autores de destaque, a Mesa decide...

**O SR. CONSTITUINTE NELTON FRIEDRICH:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem e para fazer uma inserção na Ata.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE NELTON FRIEDRICH:** – Sr. Presidente, se tivemos a oportuna intervenção, no final dos trabalhos da manhã, com referência à intromissão do Procurador-Geral da República, Dr. Saulo Ramos, queremos neste momento fazer também uma intervenção, no sentido de registrar e pedir a transcrição nos Anais desta Comissão de Sistematização do artigo elaborado pelo Sr. Paulo Moreira Leite, Editor de Assuntos Nacionais, na última edição da conceituada revista. “Veja”, em “Ponto de Vista”, intitulado “Um ataque hipócrita”. Nessa matéria, o autor manifesta que por trás dos golpes contra os políticos há a sombra de uma ditadura de elites.

Nessa mesma revista há também uma posição ofensiva do ex-Ministro Mário Henrique Simonsen, que ousa dizer que a Constituinte desenha um paraíso sobre os alicerces de um progressismo que ninguém sabe o que significa, porque só traduz um progressivo estado de tumulto mental.

É preciso registrar nos Anais que tumulto mental deve existir no ex-Ministro, que acusa setores progressistas e até a Constituinte de ataques de xenofobia e de estatismo.

É preciso registrar que foi no período em que S. Ex.<sup>a</sup> era Ministro da Fazenda do Governo Geisel e do Planejamento, em parte do Governo Figueiredo, que mais se criaram estatais neste País – 50 ao todo. Foi nessa época também que cresceu nossa dívida externa. Coincidentemente, ao deixar o Ministério, após conhecer a fundo as entranhas do nosso sistema econômico e da nossa estrutura financeira, o ex-Ministro assumiu uma das diretorias do Citicorp, o maior credor internacional do Brasil.

Portanto, carece de autoridade moral esse ex-ministro para atacar a Assembléia Nacional Constituinte e a posição dos progressistas.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – V. Ex.<sup>a</sup> não está levantando questão de ordem. Peço a V. Ex.<sup>a</sup> a gentileza de encerrar suas declarações.

**O SR. CONSTITUINTE NELTON FRIEDRICH:** – É uma questão de ordem, sim, Sr. Presidente, porque S. Ex.<sup>a</sup> está atacando os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte e atacando a liberdade de opinião e de ação dos Constituintes.

É inadmissível que um ex-ministro responsável pelo período de maior endividamento do País ocupe a diretoria de um dos maiores conglomerados internacionais. É preciso que isto fique registrado nesta Casa. **(Palmas)**

**Documento a que se refere o Sr. Constituinte  
Nelton Friedrich:**

**“UM ATAQUE HIPÓCRITA**

Basta ler os jornais e ver televisão para se descobrir qual é o inimigo público número 1 – o político. Pelo que se diz, o País não anda bem por causa da classe política, que é incompetente. Os cofres do Governo estão sem dinheiro porque os políticos são corruptos. O Brasil também não tem salvação porque os parlamentares são incapazes de escrever uma Constituição adequada. Esse raciocínio esconde muita hipocrisia – e até desonestidade. As vozes mais poderosas que hoje atacam os políticos eleitos em 15 de novembro como um tipo de monstro genético são as mesmas que, há um ano, despejavam 1 bilhão de dólares na campanha eleitoral – transformando o pleito de 1986 num concurso de milionários. O Presidente José Sarney também gosta de se queixar dos políticos. Mas foi o Planalto que limpou os cofres do País, fez a Operação Boi Gordo e até importou cerveja da Holanda para esconder o naufrágio do Cruzado antes de 15 de novembro – dessa forma, o PMDB e o PFL conseguiram fazer 440 votos numa Constituinte de 559 parlamentares. Esses fatos são didáticos – ajudam a lembrar que os políticos não são pessoas de paternidade incerta e endereço ignorado. São, simplesmente, o produto de uma sociedade.

O mesmo movimento capaz de construir, numa de suas pontas, a idéia do político como um delinquente irrecuperável vai armando, na outra ponta, a sombra de seu substituto – a ditadura, a ser exercida por pessoas iluminadas, honestas e eficientes. Como boa parte dos escândalos do regime anterior ainda está viva na memória, não se faz a comparação de uma forma direta – mas através de sugestões e elipses. Assim, vai-se ficando com a impressão de que nos tempos do Doi-Codi havia ordem, quando, na verdade, o que houve foi o reinado da anarquia até na residência habitual do Urutu, os quartéis – onde oficiais do DOI, contra os regulamentos militares, se dedicavam a torturar presos políticos. Da mesma forma, entra em vigor a frase “nunca se roubou tanto como hoje” – na prática, a maior diferença é que os escândalos do novo regime podem ser denunciados pela imprensa, quando, no passado, estavam escondidos pela Censura e pela conveniência da ditadura.

É certo que os políticos formam uma família cheia de problemas. No Congresso, há um deputado acusado de falsificar assinaturas de outros parlamentares para dar emprego a seus afilhados – na lei do cidadão comum, isso é crime de estelionato. Na Câmara de Vereadores de São Paulo, uma das estrelas da Casa, Antônio Carlos Fernandez, já declarou em entrevista: “Sou corrupto”. Também não faltam políticos ignorantes, há outros que são simplesmente estúpidos e um grupo que se aninha no Parlamento apenas para ter a imunidade que os protege de um processo e da cadeia. Isso não quer dizer, porém, que se deva acabar com os políticos para colocar “outra coisa” em seu lugar. Por esse caminho, fica-se pior ainda. Bom ou ruim, o político só pode ser comparado a seu oposto – o Urutu. Nesse caso, as vantagens saltam à vista. No pior das hipóteses, um político pode ser xingado. Pode-se, num passo adiante, fazer oposição ao político. Enfim, também se pode acusar um político e denunciá-lo na Justiça. Quando se faz qualquer dessas coisas com o Urutu, ele manda prender. Além disso, no

momento em que pára de gostar de um político, o eleitor sempre pode tomar uma providência simples – abandoná-lo no próximo pleito, fazendo com que volte para casa. Quando se pára de gostar do Urutu, não há remédio. Tanque de guerra não foi feito para obedecer ao eleitorado, mas ao dono das chaves que o colocam em movimento.

Também se tornou costume atacar os políticos por causa da fisiologia – essa rotina onde se trocam votos por favores distribuídos ao eleitorado. Tal crítica tem a marca do moralismo de ocasião. Mais fisiológicos que todos os parlamentares reunidos são os dirigentes de grupos como Coroa-Brastel, Brasilinvest e Comind, por exemplo, que aplicaram, juntos, um golpe de 1 bilhão de dólares nos cofres do Estado para distribuir favores a seus próprios bolsos. Há uma diferença de peso entre o político que faz fisiologia e empresários que têm uma tradição de relações incestuosas com os cofres do Governo. Num caso, o político está entregando a seu eleitor um direito pago na forma de impostos – o absurdo é a discriminação do eleitorado de seus rivais. No outro caso, a fisiologia do empresário não passa de eufemismo para golpes nas contas públicas.

Em sua essência, esses ataques aos políticos têm sua matriz numa tradição das elites do País. Fiéis à velha mania de sentir saudade de um passado edificante que nunca chegou a existir, os monarquistas do início do século espalhavam a lenda de que a corrupção nascera com a República – esquecidos de que Dom Pedro I, por exemplo, assinou sua abdicação e embarcou para Portugal quando explodiu um escândalo de altos funcionários do Império que haviam sido subornados por banqueiros ingleses. Mais tarde, começou a se divulgar o mito de que os problemas da classe política teriam se iniciado no 13 de maio de 1888, com a abolição do trabalho escravo, medida que assegurou direitos constitucionais à “massa impura e formidável de 2 milhões de negros”.

Por um caminho ou por outro, essas lendas sempre deram arma para o ataque aos políticos. Como se vê pelo passado, o que essa postura indica não é a vontade de melhorar a classe política ou seus partidos – que continuam iguais ao que sempre foram. O que ela mostra de assustador é a permanência de um desprezo histórico pelos direitos do cidadão brasileiro. Especialmente pelo seu voto.”

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Novamente consulto o Constituinte Nelton Friedrich: concorda V. Ex.<sup>a</sup> em transferir a sua emenda referente ao art. 8º para outro título do projeto?

**O SR. CONSTITUINTE NELTON FRIEDRICH:** – Sim, Excelência.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Quero deixar bem clara a decisão que a Mesa está tomando. O art. 8º, que estava em discussão, será transferido para a Ordem Social. Então, quando se discutir este assunto, ele será apreciado. Há uma emenda supressiva parcial do Constituinte Nelton Friedrich. Se o Plenário não concorda com esta transferência, a Mesa é forçada a submeter à votação a emenda de autoria de S. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Sr. Presidente, creio que o art. 8º deve permanecer onde está. As emen-

das é que deverão ser transferidas para serem analisadas no momento adequado. Tenho impressão de que o art. 8º não pode ser transferido.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Desculpe-me V. Ex.<sup>a</sup>, mas isto não pode acontecer. Se V. Ex.<sup>a</sup> concorda em que o art. 8º deve ficar onde se encontra, as emendas a esse artigo logicamente têm de ser discutidas agora. Não podem ser transferidas.

Concedo a palavra ao Relator-Adjunto, Constituinte Antônio Carlos Konder Reis, para dar explicação a respeito da colocação do artigo onde ele se encontra.

**O SR. ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, os dois relatores-adjuntos presentes à Mesa neste início dos nossos trabalhos não atentaram suficientemente bem para a observação feita pelo nobre Constituinte Antônio Britto. S. Ex.<sup>a</sup>, ao solicitar a remessa da matéria para o capítulo da Previdência Social, não justificou o porquê dessa transferência e tampouco deixou claro se seriam transferidas a matéria principal e a matéria acessória, objeto das quatro emendas apresentadas, ou apenas a matéria acessória.

Como Relator-Adjunto, devo esclarecer à Comissão que a transferência à que o Sr. Relator-Geral procedeu desse dispositivo, que no 1º Substitutivo figurava no capítulo da Previdência Social, no título Da Ordem Social, sob o nº 257, para o capítulo Dos Direitos Sociais, fundou-se no argumento de que não se trata aqui de instituir nem de estender um benefício previdenciário, mas de estabelecer um direito.

Peço permissão aos nobres colegas para esclarecer que, quando ainda não era Relator-Adjunto, apresentei uma emenda em plenário, e esta foi aproveitada pelo Sr. Relator-Geral.

Figurou, primeiro, como o art. 257, do capítulo Da Previdência Social e, depois, no 2º Substitutivo, no capítulo Dos Direitos Sociais, sob o nº 8.

Por que foi feita esta transferência? Porque não se trata de estender ou criar um benefício previdenciário, mas de estabelecer um direito.

Quando apresentei a emenda que agora é objeto de uma série de proposições acessórias, eu o fiz em razão da ausência de direitos para os pescadores artesanais e pequenos produtores rurais. Nesse sentido, recebi farta correspondência do meu Estado, de câmaras dos vereadores, de colônias de pescadores, de sindicatos rurais. O pequeno produtor rural não tem definidos os seus direitos sociais e assim também ocorre com os pescadores artesanais. Eles são eventualmente segurados do Funrural. Eventualmente, porque não raro não cumprem determinadas exigências estabelecidas na lei complementar que criou o Funrural. Não podem ser segurados autônomos, muito menos avulsos e, com muito maior razão, celetistas, pois não têm vínculo empregatício. O pescador artesanal trabalha determinado período do ano. Durante esse tempo, em que há safra, pode recolher para o Instituto da Previdência, isto é, habilitar-se a ser um segurado autônomo. Como em vários meses do ano não tem renda, interrompe sua contribuição e perde o seu direito. Não havia sido caracterizado na legislação ordinária, muito menos na Constituição, esse direito do pescador artesanal. O mesmo ocorre com o pequeno produtor rural. Ele não é um trabalhador rural, nem alguém que possa inscrever-se no Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social como profissional autônomo, porque a sua renda também é sazonal. Não tem condições de preencher os requisitos do segurado autônomo, isto é, pagar a contribuição do empregado e do empregador. Assim, o Sr. Relator-Geral entendeu que esse dispositivo se refere a direitos e não a benefícios previdenciários, cuja disciplinação consta do capítulo referente à Previdência Social. Estas foram as razões da localização do dispositivo. Devo, no entanto, por dever de lealdade para com a Comissão, acrescentar que, se houvesse

transferência, não haveria prejuízo total, apenas a localização não seria a mais apropriada. É este o esclarecimento.

**O SR. CONSTITUINTE ERICO PEGORARO:** – Sr. Presidente, se houver o acordo do Constituinte Nelton Friedrich – e sua emenda é supressiva de parte – não haverá constrangimento nem erro técnico, jurídico ou legislativo que impeça essa transferência para outro artigo. Isto se o Constituinte Nelton Friedrich retirar a sua emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Esclareço que isso só poderia ser feito se houvesse consenso e submetido o pedido à aprovação do plenário. Esse procedimento não contribuiria para acelerar o processo de votação. O substitutivo já foi aprovado em globo. Então, não havendo convergência de opiniões, temos de respeitar a ordem de votação estabelecida no Substitutivo. Passaremos a votar os destaques apresentados ao art. 8º, a não ser que os eminentes autores concordem em desistir dos destaques.

**O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO BRITTO:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO BRITTO:** – Sr. Presidente, gostaria apenas que constasse – já que está ausente o nobre Relator Bernardo Cabral, mas presentes os brilhantes Relatores-Adjuntos Adolfo Oliveira e Antônio Carlos Konder Reis – a nossa posição baseada no próprio Relator, de que todo detalhamento em relação à questão da seguridade, obviamente cabe melhor na seguridade. Tanto assim que, primeiro, desse modo agiu o Relator até agora; segundo, foi ao art. 267 que se apresentaram emendas; terceiro, esta Comissão, reiteradas vezes, entendeu que caberia mais adiante examinar isso para que S. Ex.<sup>a</sup>, quando da redação final, considere ao menos esta localização correta dos dispositivos.

## II – ORDEM DO DIA

### VOTAÇÃO DO PROJETO DE CONSTITUIÇÃO

#### TÍTULO II (continuação)

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A Mesa vai passar à votação dos destaques apresentados ao art. 8º

**Destaque nº 3712/87 – Emenda nº ES-21878-6, do Sr. Vicente Bogo, "que modifica o art. 267 e adita parágrafo único ao art. 267 do Substitutivo nº 1 (art. 8º do Substitutivo nº 2)." (149ª votação).**

O primeiro destaque, nº 3712, do Constituinte Vicente Bogo, refere-se à Emenda nº 21878. S. Ex.<sup>a</sup> está com a palavra para encaminhar.

**O SR. CONSTITUINTE VICENTE BOGO:** – Sr. Presidente, quero voltar a lembrar o que colocou o nobre Constituinte Antônio Britto, de que cabe a esta Comissão a adequação do texto. Não sei se V. Ex.<sup>a</sup> desistiu da consulta que estava a fazer ao Plenário, no sentido de jogar à frente o artigo e a sua discussão. Gostaria de saber qual a posição da Mesa, isto é, se ela rejeitou essa possibilidade.

Sr. Presidente, gostaria de saber se V. Ex.<sup>a</sup> vai submeter ou não à apreciação do Plenário, para adequação do texto, a matéria que visa a inserir esse artigo no Capítulo da Ordem Social, na parte de seguridade.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Como a emenda de V. Ex.<sup>a</sup> afeta o mérito da disposição, sugiro a V. Ex.<sup>a</sup> que discuta agora o seu destaque e oportunamente proponha ao Relator que desloque a matéria para o Capítulo da Ordem Social. Temos de discutir o destaque na ordem correspondente à estabelecida nos capítulos, senão poderemos criar um precedente que irá tumultuar a votação dos capítulos seguintes.

Peço a V. Ex.<sup>a</sup> que defenda o seu destaque.

**O SR. CONSTITUINTE VICENTE BOLO:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, gostaria de chamar a atenção dos nobres colegas para o art. 8º, ao qual já se referiu, em parte, o nobre Relator-Adjunto ao colocar as dificuldades do pequeno produtor rural e do pescador artesanal que desenvolvem suas atividades em regime de economia familiar. Quero acrescentar alguns dados importantes a fim de que possamos tomar uma posição que realmente beneficie o conjunto daqueles que trabalham na unidade familiar, no caso o miniprodutor rural e o pescador artesanal. O princípio, como está colocado no art. 8º, que garante ao produtor rural e ao pescador artesanal, em regime de economia familiar, o direito à Previdência Social, equiparado ao autônomo, não contempla o conjunto dos membros da família, mas apenas o chefe da unidade familiar. Atentem bem para este fato: só o chefe da unidade familiar tem o direito aos benefícios da Previdência Social, sem contar que, no caso da aposentadoria, esta é apenas de meio salário mínimo. A mulher, a esposa que trabalha em casa e na lavoura, ao lado do marido, não está amparada pelos benefícios da Previdência Social. Então, a preocupação da minha emenda, que já foi discutida com o Relator Bernardo Cabral, é no sentido de que estendamos este direito de que já desfruta o chefe, o titular da unidade familiar, aos demais membros dessa unidade, a fim de que a eles se faça justiça.

Vou ler o art. 8º e a nossa emenda, a fim de que haja uma compreensão mais clara do que estou a dizer:

"Art. 8º O produtor rural e o pescador artesanal, que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, sem empregados permanentes, serão, para os efeitos da Previdência Social, considerados segurados autônomos, na forma que a lei estabelecer, a eles equiparados o parceiro, o meeiro e o arrendatário."

Vejam V. Ex.<sup>as</sup> que, quando se fala em segurado autônomo, pela prática usual e atual, inclusive, entende-se uma contribuição mensal à seguridade. Por ser autônomo, este contribui com a parte de empregado e empregador, isto é, tem de contribuir em dobro. Apesar de o responsável pela unidade familiar contribuir para a Previdência Social, os demais membros da unidade familiar têm de inscrever-se individualmente como autônomos. Isto torna impossível uma família de pequenos agricultores ou pescadores artesanais fazer essa contribuição e, portanto, beneficiar-se da Previdência Social. Nossa emenda foi feita nos seguintes termos, mantendo parcialmente o artigo:

"O produtor rural e o pescador artesanal que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, sem empregados permanentes, contribuirão – esta é a alteração que estamos fazendo, prestem atenção se quiserem entender – para a seguridade social através da aplicação de uma alíquota sobre o resultado da comercialização e da produção, e obterão os benefícios com valor equivalente ao salário mínimo, podendo equiparar-se ao segurado autônomo, na forma que a lei estabelecer."

Portanto, esta emenda permite que ele possa ser equiparado, conforme a lei estabelece, mas garante o princípio de que o assalariado contribui sobre um vencimento fixo. O produtor rural e o pescador não têm renda fixa. Eles dependem do que colhem ou pescam e vendem. Assim sendo, a contribuição também tem de ser proporcional ao que eles realmente possam perceber.

Concluindo, quero dizer que esta emenda atende aos interesses de pelo menos 3,5 milhões de unidades de produção familiar no País.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – O segundo destaque e de autoria do nobre Constituinte Erico Pego-

raro, que está inscrito para encaminhar a favor. Como não há ainda oradores inscritos para encaminhar contra o destaque, concedo a palavra ao nobre Constituinte Erico Pegoraro para defender seu destaque.

**O SR. CONSTITUINTE ERICO PEGORARO:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, na verdade também tenho uma emenda aditiva ao 1º Substitutivo, a de nº 267, que hoje corresponde, no 2º Substitutivo, ao art. 8º. No entanto, a emenda do Constituinte Vicente Bogo é substitutiva e mais abrangente, porque inclui também a esposa do pescador artesanal e titula a do pequeno agricultor, aquele que, em regime de economia familiar, lida na propriedade sem empregados. A Previdência Social teima em não reconhecer a mulher do trabalhador rural e a do pequeno agricultor como beneficiárias do sistema de previdência e dos benefícios pecuniários. Na verdade, a emenda do Constituinte Vicente Bogo dá cobertura às esposas do pequeno agricultor e do pescador artesanal, que hoje são duas categorias que lutam **pari passu** ao lado do companheiro, mas não são reconhecidas como beneficiárias do sistema da Previdência Social.

Por isso, Srs. Constituintes, seria interessante e benéfico para essas categorias – das mulheres dos agricultores e dos pescadores – que fosse incluída no texto constitucional a emenda como arquitetada pelo Constituinte Vicente Bogo. No Paraná, em Santa Catarina, no Rio Grande, do Sul e em outras Unidades da Federação há um movimento das mulheres de pequenos agricultores, no sentido de ver, no texto constitucional, reconhecido o seu direito aos benefícios da Previdência Social. Inclusive, no Paraná há mulheres assalariadas, com carteiras de trabalho anotadas, e que não são reconhecidas, no sistema pecuniário da Previdência e no sistema de assistência médico-hospitalar, pelo Estado e pela União.

Seria o passo correto e definitivo se no texto constitucional houvesse a inclusão da Emenda Substitutiva Vicente Bogo, que inclui a mulher do pequeno agricultor, do pescador artesanal, inclusive do parceiro ou meeiro, como beneficiária.

Esta comissão, que foi tão benéfica, tão generosa com relação a outros direitos de trabalhadores, deve reconhecer a inclusão da mulher do pequeno agricultor como beneficiária do sistema de previdência.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, o Relator declara ao Plenário que está de acordo com a emenda do nobre Constituinte Vicente Bogo.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Em votação a emenda.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Aluizio Campos, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Carlos Mosconi, Carlos Sant'Anna, Celso Dourado, Cristina Tavares, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, Antônio Britto, João Herrmann Neto, José Ignácio Ferreira, José Paulo Bisol, Manoel Moreira, Mário Lima, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nelton Friedrich, Nilson Gibson, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Rodrigues Palma, Severo Gomes, Sigmarina Seixas, Wilson Martins, Aécio Neves, Antonio Mariz, Israel Pinheiro, João Natal, José Carlos Grecco, Marcos Lima, Nelson Wedekin, Octávio Elísio, Rose de Freitas, Uldurico Pinto, Vicente Bogo, Alcení Guerra, Christóvam Chiaradia, José Jorge, José Lins, José Santana de Vasconcellos, Mário Assad, Paulo Pimentel, Sandra Cavalcanti, Gilson Machado, Mozarildo Cavalcanti, Ricardo Izar, Simão Sessim, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Gerson Peres, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia, Virgílio Távora, Brandão Monteiro, José Maurício, Lysâneas Maciel, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Adolfo Oliveira, Aldo Arantes, Roberto

Freire, Beth Azize e Antonio Farias. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Egídio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, João Calmon, José Bicha, Theodoro Mendes, Albano Franco, Aloysio Chaves, Eraldo Tinoco e Luís Eduardo.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 71 Constituintes; votaram **NÃO** 9 Constituintes. Total: 80 votos. O Destaque foi **aprovado** e, em consequência da sua aprovação, ficam prejudicados os demais destaques apresentados ao art. 8º, dado que a emenda é mais abrangente.

Foram prejudicados os destaques dos Srs. Constituintes Ivo Mainardi, Nelson Friedrich e Erico Pegaroro.

Passamos agora à votação dos destaques referentes ao art. 9º.

O primeiro destaque é o de nº 8.281, requerido pelo nobre Constituinte Alysson Paulinelli, que propõe a supressão do **caput**. Não estando presente o Constituinte Alysson Paulinelli, está prejudicado o destaque.

**Destaque nº 259/87 – Emenda nº ES-32 977-4, do Sr. Vivaldo Barbosa, "que substitui o art. 9º do Substitutivo nº 1 (art. 9º do Substitutivo nº 2)".**

O segundo destaque é o de nº 259, do Constituinte Vivaldo Barbosa, referente à Emenda nº 32.977.

Com a palavra o Constituinte Vivaldo Barbosa.

**O SR. CONSTITUINTE VIVALDO BARBOSA:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, debruçamo-nos agora sobre uma questão crucial nas deliberações da Assembléia Nacional Constituinte. É que, neste momento, refletimos sobre a organização sindical, política e partidária da sociedade brasileira.

A Assembléia Nacional Constituinte há de marcar, neste instante, uma nova fase da vida política deste País. Não estamos apenas substituindo o autoritarismo militar que nos governou nos últimos 20 anos, mas também rompendo com a estrutura sindical autoritária e corporativista que nos tem governado e infernizado a vida dos trabalhadores desde há muito tempo. Temos agora a oportunidade de romper os grilhões que seguram, amarram e tornam dependente do Estado o movimento sindical brasileiro.

Para felicidade nossa, constatamos que há unanimidade no sentido de que é hora de fazer esse rompimento, de se dar autonomia cabal, plena e completa à organização sindical em nosso País. Chegou a hora da alforria do trabalhador, de cortar o cordão umbilical que tem ligado o sindicato ao Estado e diminuído a atividade política e sindical em nosso País nos últimos cinquenta anos.

Faremos história não apenas porque promulgaremos uma Constituição, mas também porque romperemos esses grilhões e essa dependência do movimento sindical ao Estado brasileiro. Estamos uníssomos em relação a isso.

E é esse, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o alcance da emenda, que não apenas eu, mas um grupo de aproximadamente 100 Constituintes, representando partidos e movimentos políticos no interior desta Assembléia, apresentamos. Esta emenda, com uma visão liberal, marca a autonomia do movimento sindical brasileiro. Creio que, nesta visão, praticamente todos nos somamos, porque queremos marcar esta nova época e ingressar neste novo momento da História do País.

Trago aqui para apreciação de V. Ex.<sup>as</sup>, além da ruptura do cordão umbilical que nos une ao Estado, também uma outra idéia, que é muito cara a quase todo o movimento sindical deste País: a unidade e o fortalecimento, cada vez maiores, do sindicalismo. Além da autonomia, além do rompimento dos grilhões e dos vínculos, trago a idéia, nesta emenda, da unidade da luta do trabalhador em torno de seu sindicato.

Quero apenas dizer que neste ponto começamos a nos separar de alguns grupos de pensamento diferente. Aqui sustentamos a unidade que se encerra no princípio que propomos no § 2º da emenda, para uma nova redação do art. 9º: "Não será constituída mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de uma categoria profissional ou econômica, em cada base territorial, a qual será definida pelos trabalhadores, não podendo ser inferior a de um município".

Sei que não há unanimidade de ponto de vista sobre esta questão, como também que alguns exacerbam a visão liberal da sociedade, a ponto de pretenderem que nem a Constituição nem a lei imponham qualquer condicionamento à organização sindical. Para nós, porém, a unidade, o fortalecimento da luta do trabalhador é tão fundamental que, neste ponto, encostamos um pouco nossa visão liberal e fazemos prevalecer o princípio da unidade do trabalhador. Não precisamos trazer aqui os grandes exemplos que todos nós conhecemos; não precisamos trazer a quase unanimidade dos pontos de vista dos líderes sindicais deste País; não precisamos trazer a visão da Convenção 87, tão invocada por aqueles que não pensam da maneira como pensamos, que não é nada além do que um movimento histórico ultrapassado que decorreu da guerra fria....

**(O Sr. Presidente desliga o microfone do orador e faz soar os tímpanos)**

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – V. Ex.<sup>a</sup> já excedeu o seu tempo. Logo, encareço-lhe a gentileza de concluir seu pronunciamento.

**O SR. CONSTITUINTE VIVALDO BARBOSA:** – Vou concluir, Sr. Presidente, mas não posso tolerar que microfone seja desligado.

Não precisamos trazer aqui a origem histórica desta batalha, nem o que representou para o movimento sindical europeu e para o movimento sindical, como um todo, a imposição da Convenção 87, que é o fracionamento entre os sindicatos comunistas, socialistas, democrata-cristãos e liberais. Queremos que os sindicatos sejam impregnados dos ideais políticos e das posturas ideológicas de que toda a sociedade há de ser possuída. Não queremos que os partidos políticos sejam a expressão do movimento sindical. Poderão lá ter a sua influência, mas, acima de tudo, queremos a autonomia do movimento sindical e da organização partidária. Daí, Sr. Presidente, a emenda que submetemos à consideração dos Srs. Constituintes.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem para um esclarecimento.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Sr. Presidente, a emenda do nobre Constituinte Vivaldo Barbosa é substitutiva do art. 9º e de seus parágrafos. Então, se for aprovada, prejudicará todos os parágrafos seguintes do artigo.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Exatamente. Se a emenda do Constituinte Vivaldo Barbosa, que abrange todo o texto do art. 9º, for aprovada, estarão prejudicadas as demais emendas que tratam de outros textos do artigo.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Cairão o **caput** e seus parágrafos.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Ela tem, portanto, efeito equivalente ao de uma emenda supressiva.

A Mesa aproveita a oportunidade para pedir a atenção dos Senhores membros desta Comissão para o fato de a emenda destacada pelo nobre Constituinte Vivaldo Barbosa dar uma redação diferente ao texto do substitutivo,

já que ela pretende alcançar a unidade sindical, enquanto o texto permite a pluralidade sindical.

Tem a palavra o nobre Constituinte José Genoíno, para encaminhar contrariamente a votação.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, com todo o respeito ao nobre Constituinte que ma antecedeu, eu gostaria de iniciar minha fala contrária a sua emenda levantando uma contradição básica no raciocínio do Constituinte Vivaldo Barbosa. Qual a contradição básica? O valor maior, o valor principal, a questão crucial que a Carta Constitucional tem que garantir aos trabalhadores brasileiros é a liberdade de organização, que, no texto do Substitutivo, não está sendo quebrada, como pensa o Constituinte Vivaldo Barbosa. É verdade que a organização sindical brasileira, iniciada em 1943, é de inspiração fascista, e a proposta do nobre Constituinte recupera o art. 516 da CLT. Também sabemos que a CLT impôs um valor à classe operária e aos trabalhadores brasileiros, que é a questão de que em torno deles exista apenas um único sindicato. Contudo, os trabalhadores brasileiros, mais do que ninguém, sabem que a sua unidade política é essencial. A sua unidade política, portanto, é o coração, é a força para as suas vitórias. O que não podemos aceitar é que essa unidade seja colocada no texto constitucional, sacrificando-se o princípio maior para os trabalhadores brasileiros, que é o da liberdade.

Os trabalhadores brasileiros precisam da liberdade para construir a unidade, para construir a verdadeira democracia sindical, enfim, para opor-se a uma legislação que desde 1943 impõe a vinculação dos sindicatos ao Estado. E para que serve esse art. 516 da CLT? Para que no Brasil não tenhamos um sindicalismo democrático, independente do Estado, a fim de que não tenhamos um sindicalismo construído na base da unidade política dos trabalhadores. Mas a unidade política é dever dos trabalhadores, é da consciência dos trabalhadores e depende da sua ação.

Portanto, não cabe à Carta Constitucional de um Estado político que não é a dos trabalhadores dizer como eles podem organizar-se, como quer a Emenda Vivaldo Barbosa. Não cabe a uma força externa, de fora da experiência concreta dos trabalhadores brasileiros, assegurar ou impor essa unidade sindical. É, pois, contraditória a emenda do nobre Constituinte, porque ela não resolve, por exemplo, a unidade por ramo da atividade.

Lembro às Sras. e Srs. Constituintes que, nos portos brasileiros, há vários sindicatos. Na Volkswagen do Brasil existem trabalhadores filiados a vários sindicatos, como o dos desenhistas, o dos metalúrgicos... Se os bancários pretenderem criar um sindicato nacional e único, então será de interesse do patronato fazer a divisão territorial em cada Município, em cada lugar, para enfraquecer a unidade política, que é da consciência, que é da livre organização dos trabalhadores brasileiros. Por isso, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, não podemos aprovar a emenda nos termos em que está posta. Ela coloca o princípio da liberdade – é certo – mas, em seguida, limita, amarra essa liberdade, a partir de uma visão que devemos superar, que é a visão do Estado cartorial, do Estado que vai ser uma espécie de senhor protetor dos coitadinhos operários. Os operários e trabalhadores brasileiros não querem esse cuidado de um Estado que não representa os seus interesses, porque no capitalismo o Estado é representante da classe patronal. O que os trabalhadores querem é liberdade para que nos seus sindicatos não haja intervenção; é liberdade para se organizar, é liberdade para fazer greve; a liberdade sagrada é o princípio maior; a livre organização naquilo que é básico e essencial é o alicerce da organização política da classe dos explorados, que é a organização sindical. Por isso,

encaminhamos contrariamente à emenda Vivaldo Barbosa. (Palmas).

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Mário Lima para encaminhar a favor.

**O SR. CONSTITUINTE MARIO LIMA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, ouvi com muita atenção a defesa feita pelo orador que me antecedeu. S. Ex.<sup>a</sup> procurou dar a impressão de que a liberdade sindical se contrapõe à Constituição. Isto não é verdade. O sindicato pode e deve ser livre. Para que tal ocorra é importante, primeiro, que o sindicato se constitua sem necessidade de autorização do Estado. Isto vamos conseguir agora. O segundo fator mais importante é que haja eleições sindicais limpas e democráticas, o que não se verifica hoje.

Atualmente, o processo eleitoral sindical é um dos maiores responsáveis pelo peleguismo, quer de direita, quer de esquerda. Hoje, o diretório que detém o poder no sindicato já começa a eleição com um **handicap** muito grande contra a oposição, e sobre isto quase ninguém fala. Ninguém fala em democratizar, ninguém fala em moralizar as eleições sindicais. Agora, dizer que, para que haja liberdade sindical, deve haver 10, 15, 20 sindicatos é trazer um argumento que se choca com a realidade.

A Convenção 87 foi ratificada pelo Paraguai de Stroessner, e pelo Chile de Pinochet. Nem por isso o trabalhador do Paraguai, ou o trabalhador do Chile, é livre e é forte. Em vários dos países que adotaram a Convenção 87 o índice de sindicalização é muito baixo. Nos Estados Unidos, esse índice atinge aproximadamente 20%; na Alemanha, 40%; na Suíça, no Canadá, no Japão e na Holanda, entre 30% e 40%.

Não é por aí que se fortalece o movimento sindical, mas a experiência brasileira prova que a maioria das entidades sindicais – quer as centrais, quer as federações, quer os sindicatos – já se posicionaram de maneira clara pela unicidade sindical.

É preciso que se esclareça o que é unicidade sindical: é impedir que haja fragmentação, pulverização do movimento sindical brasileiro. Quando se pulveriza, quando se divide, a tendência natural é enfraquecer o movimento.

Todos os congressos realizados nos últimos 20 anos neste País, todos os Enclat's votaram a favor da unicidade sindical. Eu daria um exemplo aos companheiros que não se aperceberam do detalhe. Aprovada a unicidade sindical, haveria um sindicato de empresa que iria, aí sim, enfraquecer o movimento sindical, pois qualquer empresa que hoje financia movimentos paralelos financiaria o surgimento de sindicatos.

**(O Sr. Presidente faz soarem os tímpanos)**

Dizer-se que a unicidade é responsável pela permanência de pelegos em movimentos sindicais também não corresponde à realidade. O que permite a permanência de pelegos é o sistema eleitoral vigente, e nada que aí está vai-se modificar.

Defendo a unicidade sindical porque é o que pensam quase todas as entidades sindicais do País. Muitos companheiros que ultimamente passaram a defender o pluralismo já pertenceram a correntes que, até recentemente, defendiam a tese da unicidade.

**(O Sr. Presidente faz soarem os tímpanos)**

E para concluir, Sr. Presidente, é preciso que os trabalhadores tenham em mente que o cooperativismo não tem mais condições de conduzir nada. Se os trabalhadores acham que a Constituição não pode disciplinar nada, os banqueiros e comerciantes também vão achar e, assim, não haverá mais lei nem ordem no País? Não; não é isso que os trabalhadores querem, mas sim liberdade para constituir seus sindicatos sem autorização prévia, sem fis-



calização, sem intervenção do Estado. Mas os trabalhadores não querem a pulverização das suas entidades. Vejam se os patrões pulverizam suas entidades. Pelo contrário, procuram centralizá-las.

**(O microfone é desligado pela Presidência)**

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Peço a V. Ex.<sup>a</sup> que conclua seu pronunciamento. Desliguei o microfone para lhe fazer esta advertência, pois o tempo que lhe foi destinado já está esgotado.

De agora em diante, depois de advertir oradores, a Presidência ver-se-á obrigada a desligar o microfone, a fim de possibilitar o andamento da discussão. Encareço, pois, a V. Ex.<sup>a</sup> a gentileza de concluir.

**O SR. CONSTITUINTE MARIO LIMA:** – Sr. Presidente, quero elogiar V. Ex.<sup>a</sup> pelo cuidado que tem com o horário, mas acho que nem tanto ao céu nem tanto à terra. Os Constituintes Jarbas Passarinho e Fernando Henrique Cardoso, quando na Presidência da Mesa, têm tido alguma tolerância. V. Ex.<sup>a</sup> cortou inteiramente o meu raciocínio. Lamento ter falado em vão.

Acho que não podemos colocar na cabeça que o sindicalismo é coisa estranha ao País, que nem a Constituição pode discipliná-lo. A Constituição pode e deve disciplinar o sindicalismo. O que queremos é que a Constituição estabeleça, primeiro, que não haja intervenção do Governo na fundação, no registro e no funcionamento dos sindicatos; segundo, que se permitam eleições livres e democráticas e que coíba a pulverização para o enfraquecimento do movimento sindical, que certamente servirá a interesses que não são os verdadeiros interesses dos trabalhadores brasileiros. **(Muito bem! Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva, inscrito para falar contra a emenda. O segundo destaque substitutivo também é de autoria do orador.

**O SR. CONSTITUINTE LUIZ INACIO LULA DA SILVA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, penso que todas as questões aqui discutidas foram importantes, mas este artigo, que se refere ao modelo sindical que queremos, é, possivelmente, um dos mais importantes que vamos discutir nesta Constituinte.

Enquanto discursavam os companheiros Vivaldo Barbosa e Mário Lima, em meio ao cochicho no plenário, a impressão que eu tinha era de que ou todos já conheciam perfeitamente bem a estrutura sindical e não queriam ouvir os oradores, ou as pessoas não estavam dando a mínima importância ao assunto que aqui estava sendo discutido. Todos sabem do respeito que tenho pelos sindicalistas que não pensam como eu, notadamente nosso querido companheiro Vivaldo Barbosa e nosso companheiro Mário Lima. Entretanto, os dois cometeram um equívoco. Isso vem ocorrendo há quase meio século no movimento sindical, pura e simplesmente em função de uma concepção ideológica equivocada, principalmente para um país que quer ser democrático, que quer ser pluripartidário e que quer que sejam mantidas acesas as mais diferentes concepções ideológicas. O engano – ainda alguns companheiros sindicalistas o cometem – é o de confundir o princípio da unidade da classe trabalhadora com a sua forma de organização. Os trabalhadores podem estar unidos num único sindicato, definido por lei, mas não na luta diária.

Vou dar um exemplo: a legislação, hoje, permite um único sindicato por categoria. No caso da construção civil em São Paulo, que tem 200 mil trabalhadores na categoria, apenas 2 mil são associados. Nas últimas eleições votaram apenas 1.800 associados. A lei garante que a diretoria eleita com apenas 1.800 votos é a única representante dessa categoria.

Qual foi o grande equívoco cometido pelo ilustre Constituinte Vivaldo Barbosa?

S. Ex.<sup>a</sup> citou aqui, se não me falha a memória, o exemplo da Itália, para demonstrar a fragmentação. Quero apenas esclarecer ao nobre Constituinte Vivaldo Barbosa, com vistas a ilustrar suas futuras palestras, que o movimento sindical italiano é dividido em Central Sindical Comunista, Central Sindical Socialista e Central Sindical Democrata Cristã. Entretanto, a unidade se faz em cima das lutas concretas. O sindicalismo italiano é hoje mais atuante da face da Terra, embora existam três centrais sindicais. Ninguém pode dizer que sou defensor do pluralismo sindical. Sou até um dos responsáveis pela criação de uma entidade chamada Central única dos Trabalhadores, e pretendemos que um dia, efetivamente, não pela Constituição, mas pela prática e pelo embate político, do ponto de vista do convencimento da sociedade da classe trabalhadora, seja ela a única representante da classe trabalhadora brasileira.

O nobre Constituinte Mário Lima também cometeu outro equívoco, que é comum. Há dias, conversava eu com companheiros do porto de Santos que me diziam que era preciso haver um único sindicato. Eu lhes perguntei: "Se defendem a existência de um único sindicato, por que há no porto de Santos quinze sindicatos, e não apenas um Sindicato dos Trabalhadores do Porto de Santos?" Não os condeno. Acho que a sua organização é resultado da sua consciência política. Criaram, pois, o sindicato dos maquinistas, o sindicato dos conferentes, o sindicato dos portuários, dos estivadores e assim por diante. Na Petrobrás, hoje, há 16 sindicatos. Por que não um, de caráter nacional, na medida em que a empresa é nacional e o patrão é um só, a nível nacional? Porque surgiram também a partir da sua experiência política de organização. Embora haja 16 sindicatos, poucas categorias estão tão unidas quanto a dos petroleiros. Por isso, sou contra a aprovação do § 2º da emenda do Constituinte Vivaldo Barbosa. S. Ex.<sup>a</sup> fala em liberdade no § 1º, mas coloca uma corrente estabelecendo meia-liberdade quando, no § 2º, diz: "... desde que só se possa constituir uma única entidade a nível nacional, estadual e municipal".

Acabará a liberdade se aprovarmos a emenda do Constituinte Vivaldo Barbosa com este texto. Depois, não mais poderemos fazer discursinhos dizendo que a legislação sindical é baseada na "Carta del Lavoro", de Mussolini. Vamos dizer que é baseada numa emenda do Constituinte Vivaldo Barbosa. Por isto, temos de derrotar este texto. **(Palmas nas galerias)**

**O SR. CONSTITUINTE VIVALDO BARBOSA:** – Sr. Presidente, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem a palavra o Constituinte Vivaldo Barbosa.

**O SR. CONSTITUINTE VIVALDO BARBOSA:** – Sr. Presidente, tendo em vista as negociações desenvolvidas nestes instantes, em torno da emenda do Constituinte Geraldo Campos, que possibilita, a tempo, conciliar as idéias centrais da minha proposta com o texto do Relator Bernardo Cabral, produzindo um conjunto de normas mais enriquecido do que aquele que preparei, retiro minha emenda, pois representa a convergência, sem dúvida alguma, a esta altura, expressiva do conjunto de forças políticas da Assembléia Nacional Constituinte e da Comissão de Sistematização. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Muito obrigado, Sr. Constituinte.

**Destaque nº 1885/87 – Emenda nº ES-29798-8, do Sr. Luiz Inácio Lula da Silva, "que substitui o art. 9º do Substitutivo nº 1 (art. 9º do Substitutivo nº 2)". (150ª votação)**

A emenda subsequente é do Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva. O Constituinte Vivaldo Barbosa acaba de comunicar que está havendo um entendimento para ser apresentada em conjunto a emenda do Constituinte Geraldo Campos. Por isso, retirou seu destaque.

Sr. Constituinte Luiz Inácio, V. Ex.<sup>a</sup> mantém ou retira?

**O SR. CONSTITUINTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA:**

– Mantenho o meu destaque.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Então, tem a palavra V. Ex.<sup>a</sup> para defendê-lo.

**O SR. CONSTITUINTE VIVALDO BARBOSA:** – Sr. Presidente, permita-me. Pela ordem de votação, agora viria...

**(Apagam-se as luzes)**

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Está suspensa a sessão até que se restabeleça a energia elétrica no plenário.

**(É suspensa a sessão)**

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Encareço aos Srs. Constituintes que retornem aos seus lugares, para reiniciarmos a sessão.

A Mesa tem reafirmado que os destaques serão votados pela sua ordem de apresentação, segundo o número dos destaques, respeitados os critérios de prioridade. Em primeiro lugar serão votados os destaques supressivos integrais; depois, os substitutivos integrais, os modificativos e, por último, os aditivos.

O eminente Constituinte Vivaldo Barbosa desistiu do seu destaque, e o que vai ser imediatamente votado, por ordem de apresentação, é o de nº 1885, referente à Emenda nº 29798, substitutiva do texto integral do art. 9º. Este destaque é de autoria do Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva. Devemos seguir essa ordem de apresentação.

**O SR. CONSTITUINTE VIVALDO BARBOSA:** – Sr. Presidente, não tive tempo de argumentar, porque as luzes falharam. Pediria vênha para, agora, fazê-lo. Trabalhamos com a ordem de destaques que nos foi distribuída oficialmente pela Comissão de Sistematização. Nesta ordem, e em função dela, chegamos a uma composição entre diversas emendas, resultando praticamente numa adequação da emenda Geraldo Campos com o substitutivo do Relator. Em função de a emenda Geraldo Campos estar aglutinada à minha, por ter o mesmo texto original, desisti da emenda que apresentei.

Sr. Presidente, não é possível a Mesa inverter a sequência da votação. Na ordem em que foi distribuída, as emendas do mesmo teor serão votadas conjuntamente, porque, inclusive, uma prejudica a outra, em função de sua aprovação ou rejeição. Por isto, Sr. Presidente, insisto em que agora a ordem natural é colocar em votação, se não houver desistência, as emendas Francisco Küster, Nelton Friedrich e Luiz Inácio Lula da Silva. Desisto do meu destaque, porque há uma emenda idêntica, de autoria do Constituinte Geraldo Campos. Peço ainda, Sr. Presidente, que ouça o nobre Relator a este respeito, pois ele tem entendimento que pode subsidiar o de V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – A Mesa já esclareceu que a ordem da listagem não prevalece, mas sim a de numeração dos destaques, estabelecida de acordo com sua apresentação. Na coluna "número do destaque" é que deve ser observada a precedência. Desta maneira, a Presidência decide colocar em votação o Destaque nº 1.885/87 e dá a palavra ao seu autor para fazer o encaminhamento de votação a favor do mesmo. V. Ex.<sup>as</sup> podem se inscrever para encaminhar a votação contra o destaque.

**O SR. CONSTITUINTE HAROLDO LIMA:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem. Estamos encaminhando diversos destaques, como V. Ex.<sup>a</sup> bem sabe, de forma conjunta. Somos diversos setores, lideranças e parlamentares que se articulam, raciocinam e tomam decisões conjuntamente, inclusive para o bom an-

damento dos trabalhos. Ora, a decisão tomada pelo Constituinte Vivaldo Barbosa não foi individual. S. Ex.<sup>a</sup> consultou todos nós, que somos participantes da proposta contida no destaque por ele apresentado. E, baseando-nos num documento apresentado oficialmente pela Mesa, sobre o qual a Mesa tem responsabilidade, deliberamos retirar a emenda do Constituinte Vivaldo Barbosa, posto que, em seguida, viria a emenda do Constituinte Geraldo Campos, que nesse documento, apresentado pela Mesa – repito mais uma vez – está logo em seguida. Consideramos que não deve haver na Mesa qualquer tipo de esquematismo que possa levar à suposição de oportunidade política para aniquilar determinado ponto de vista. Queremos que esse ponto de vista, se tiver que ser derrotado, o seja abertamente, através de votação. Assim sendo, Sr. Presidente, solicito a V. Ex.<sup>a</sup> que dê cumprimento ao que a Mesa divulgou na Constituinte, ou seja, que substitutivos análogos devem ser votados conjuntamente. Em seguida, deverá ser votado o destaque de autoria do Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva, que, aliás, devemos apoiar também.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Sr. Presidente, peço a palavra para apresentar a V. Ex.<sup>a</sup> um subsídio que, certamente, solucionará a questão.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Lamento ter de ponderar a V. Ex.<sup>a</sup> que estou decidindo a questão de ordem levantada.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Peço a palavra para contraditar, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – V. Ex.<sup>a</sup> já se pronunciou sobre a matéria. A Mesa vai decidir a questão de ordem.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Sr. Presidente, desejo contraditar, tenho esse direito.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – A Mesa não pode ser interrompida. V. Ex.<sup>a</sup> vai ter paciência e aguardar a decisão da Presidência.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Sr. Presidente, é para oferecer uma solução a esta questão. O Partido dos Trabalhadores, considerando que a unidade entre as forças progressistas é mais importante que não é a primeira vez que se altera destaque em lista, mesmo considerando que estamos certos, porque o número do destaque do companheiro Lula antecede ao dos demais, e não querendo criar uma polêmica com os companheiros do PC do B e do PDT, o Partido dos Trabalhadores, para não prejudicar essa unidade, num gesto de grandeza, concorda em que seu destaque seja colocado em discussão após o do Constituinte Geraldo Campos. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Concedo a palavra ao eminente Relator Bernardo Cabral.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, louvo o gesto nobre do Constituinte José Genoíno, mas, se for aprovada a Emenda Geraldo Campos, a do Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva estará prejudicada. De modo que peço a V. Ex.<sup>as</sup> que atentem bem para esta circunstância.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – A Mesa, certamente, cumprirá o Regimento.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Há, então, concordância do autor do Destaque nº 1885 para que ele seja votado depois do Destaque nº 6433, do Constituinte Geraldo Campos.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Concedo a palavra a V. Ex.<sup>a</sup>, pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Sr. Presidente, V. Ex.<sup>a</sup> certamente prestigiará o Regimento da Assembléia Nacional Constituinte. Aberto um precedente deste, ele convulsionará toda a votação daqui por diante. De modo que espero que V. Ex.<sup>a</sup> cumpra o Regimento, como, aliás, já anunciou, que manterá a ordem, a não ser que haja um pedido de preferência, o que não há.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Para que o destaque do Constituinte Geraldo Campos possa ser votado preferencialmente, será necessário que os autores dos demais destaques precedentes desistam da preferência que têm. Do contrário, a Mesa será obrigada a cumprir a ordem de votação estabelecida pela apresentação dos destaques. **(Palmas)**

Consulto os autores dos destaques antecedentes ao do Constituinte Geraldo Campos se desistem dos mesmos.

Para efeito dessa prioridade, o primeiro destaque é do Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva, que já se pronunciou a respeito. O segundo é do Constituinte Eraldo Tinoco. Consulto S. Ex.<sup>a</sup> se concorda em retirar seu destaque ou em postergar sua apresentação.

**O SR. CONSTITUINTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA:** – Sr. Presidente, pela ordem.

Não retiramos nosso destaque. Apenas invertemos a ordem de discussão, sem prejuízo para o destaque.

**O SR. CONSTITUINTE ERALDO TINOCO:** – Sr. Presidente, pela ordem. Fui chamado a me pronunciar, mas estou verificando que há outro orador. Portanto, gostaria de saber com quem está a palavra.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – V. Ex.<sup>a</sup> está com a palavra.

Estou consultando V. Ex.<sup>a</sup> se concorda em retirar o destaque ou deixar a apreciação dele para depois da votação do destaque do Constituinte Geraldo Campos. É a indagação da Mesa.

Tem a palavra V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. CONSTITUINTE ERALDO TINOCO:** – Entendo que não há essa figura de se postergar a ordem natural dos destaques. Acho que é um precedente perigoso. Entretanto, quero fazer um comentário relativo a meu destaque, concernente à Emenda nº 22349. Esta emenda tem praticamente a mesma redação da do ilustre Constituinte Geraldo Campos. Entretanto, na sua redação há dois aspectos mais precisos: na de S. Ex.<sup>a</sup>, quando se refere à base territorial, estabelece que seja no mínimo a de município, quando na emenda de minha autoria falo de base territorial sem essa especificidade. Conseqüentemente, retiro meu destaque em favor do destaque do Constituinte Geraldo Campos. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Há um outro destaque precedente, de autoria do Constituinte Francisco Küster. Está S. Ex.<sup>a</sup> presente? **(Pausa)** Prejudicado.

Há um outro destaque do mesmo Constituinte. Como S. Ex.<sup>a</sup> está ausente, fica também prejudicado.

O destaque seguinte é de autoria do Constituinte Joaci Góes. S. Ex.<sup>a</sup> está presente? **(Pausa)** Prejudicado.

Há um outro destaque de autoria do Constituinte Nelson Friedrich. Com a palavra S. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. CONSTITUINTE NELTON FRIEDRICH:** – Sr. Presidente, o destaque do Constituinte Geraldo Campos, pelo seu conteúdo, é mais preciso, mais vantajoso. Por esta razão, retiro o de minha autoria.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – V. Ex.<sup>a</sup> retira o destaque. Há um outro, de autoria do Constituinte Vivaldo Barbosa, que já o retirou.

**O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO BRITTO:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE ANTONIO BRITTO:** – Sr. Presidente, gostaria de registrar, em primeiro lugar, que, evidentemente – e esta é uma das nossas tarefas fundamentais – todos nós desejamos o entendimento e lutamos por ele. Mas me parece que a criação da figura da postergação é um precedente perigosíssimo.

Por isso, Sr. Presidente, tenha o nome de inversão ou de postergação, o que até agora o Regimento conheceu foi, primeiro, a ordem de votação; segundo, o pedido de preferência para inverter esta ordem. Tal pedido deve ser também com base no Regimento Interno, submetido à votação. Gostaria apenas que isso ficasse registrado, para que não se torne um precedente, sob pena de se criar uma figura que não existe no Regimento e uma dificuldade a mais para votações, que já estão suficientemente dificultadas.

**O SR. CONSTITUINTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA:** Sr. Presidente, gostaria de ouvir da Mesa se, mantida a prioridade para a emenda do Constituinte Geraldo Campos, isto prejudicará minha emenda. Pois, se assim for, discutirei, então, minha emenda em primeiro lugar. Não haverá reversão.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A Mesa já esclareceu que a aprovação do destaque do Constituinte Geraldo Campos – destaque substitutivo – prejudica os demais destaques apresentados sobre a mesma matéria. O destaque de V. Ex.<sup>a</sup> é anterior, não adotei a figura da postergação. Disse que só poderia postergar se houvesse desistência dos demais destaques. E foi o que ocorreu: todos que tinham apresentação anterior foram retirados. Se V. Ex.<sup>a</sup> não retirar seu destaque, a Mesa será obrigada a submetê-lo precedentemente à votação.

**O SR. CONSTITUINTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA:** Isto não prejudica a votação?

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – O destaque de V. Ex.<sup>a</sup> é muito abrangente, tem 15 parágrafos, mas a matéria é a mesma, referente ao art. 9º Trata da liberdade sindical, dispondo sobre interferência do Estado etc.

De maneira que a matéria é a mesma. Em se tratando da mesma matéria, se for aprovado o destaque do Constituinte Geraldo Campos, o de V. Ex.<sup>a</sup> estará prejudicado. V. Ex.<sup>a</sup> deverá decidir se retira ou mantém seu destaque.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Pela ordem, Sr. Presidente.

Acho que está sendo cometido um equívoco de interpretação que é muito simples de se ver. A emenda destacada pelo Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva, por exemplo, admite a existência do chamado pluralismo orgânico dos sindicatos. A emenda do Constituinte Geraldo Campos não o permite. São coisas distintas. E digo mais: é a questão fundamental que está sendo discutida agora. Não há prejuízo. Podem ser matérias referentes ao mesmo artigo, mas são distintas. Por isso, não há prejuízo.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – As próprias palavras de V. Ex.<sup>a</sup> justificam e fundamentam o critério da prejudicialidade. Se se trata de manter a unidade sindical ou não, se for adotada a pluralidade, o critério da unidade estará prejudicado. Essa é uma matéria totalmente lógica. De maneira que há prejudicialidade. A Mesa sustenta que haverá prejudicialidade.

Concedo a palavra ao Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva para encaminhar o seu destaque, se o quiser.

**O SR. CONSTITUINTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA:** – Mantenho o destaque.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra para defendê-lo.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Não há mais questão de ordem. O orador está com a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Sr. Presidente, desejo apenas saber da Mesa se seria possível o Constituinte, que vai defender emenda substitutiva, ressaltar, nessa votação, o § 6º do art. 9º do Substitutivo, exatamente para podermos votar a questão básica, a da unicidade ou pluralidade. Isso já fizemos em outras oportunidades. Poderia ser adotado agora. Esta questão não prejudicaria as emendas que existem em relação ao § 6º.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A Mesa, democraticamente, tem admitido modificação do destaque até antes de iniciarmos a sua votação. Mas o destaque do Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva, por coincidência, não tem apenas 6 parágrafos, como o do texto, mas 15. É mais abrangente em subdivisão, aliás tecnicamente muito bem elaborado, para a regulamentação da matéria. De maneira que não podemos admitir, nesta altura, nenhuma modificação do destaque.

Com a palavra o nobre orador.

**O SR. CONSTITUINTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA:** – Sr. Presidente, gostaria, mesmo que o tempo não me permitia...

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Há uma solicitação dos grupos interessados na matéria no sentido de que a Mesa suspenda a sessão por 10 minutos, para entendimentos. Gostaria de saber se há concordância do Plenário.

#### (Manifestações em contrário do Plenário)

Não há concordância. Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra para encaminhar a votação.

**O SR. CONSTITUINTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, não pedi a prorrogação por dez minutos, mas gostaria de deixar aqui o meu protesto. Há dias, o PMDB e o PFL precisavam de um entendimento. Ficaram quase três horas em entendimentos. Tivemos que esperar. A ditadura da maioria sobre a minoria é uma velha prática neste País. Deixo, pois, aqui o meu protesto contra a desigualdade de tratamento.

De qualquer forma, vou tentar fazer valer meus direitos de defender o meu destaque. Gostaria apenas que a Mesa tivesse paciência, porque é impossível alguém votar, se não conhece a totalidade da emenda. Pediria à Mesa que me desse mais tempo para ler minha emenda, para que fique gravada na cabeça de cada Constituinte e nos Anais desta Casa. Se, entretanto, for aprovada a emenda que vai ser votada depois da minha, iremos perceber que a liberdade sindical não nos alcançará e com isso não vamos mais poder gritar e blasfemar contra uma coisa que há 40 anos reivindicamos.

Por isso, queria que os Srs. Constituintes prestassem atenção. Em primeiro lugar, minha emenda, em nenhum momento fala no pluralismo sindical. Ela fala em liberdade – e não conheço meia-liberdade. A única meia-liberdade que conheço é a da Nova República. Ela está falindo, porque não é nem mais meia, mas apenas um quarto de liberdade.

O texto da minha emenda é o seguinte:

"Artigo É livre a associação profissional ou sindical em todos os níveis; a aquisição da personalidade jurídica de direito privado pelas associações profissionais ou sindicais se dará mediante registro em cartório.

§ 1º A lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato.

§ 2º É vedada ao poder público qualquer interferência na organização sindical.

§ 3º É igualmente livre a organização de associações ou comissões de trabalhadores no seio das empresas ou estabelecimentos empresariais, ainda que sem filiação sindical, garantida aos seus integrantes a mesma proteção legal dispensada aos dirigentes sindicais.

§ 4º À entidade sindical incumbe a defesa dos direitos e interesses dos trabalhadores, individuais ou coletivamente, inclusive como substituto processual em questões judiciais ou administrativas.

§ 5º Ao dirigente sindical, além da estabilidade plena no emprego, é garantida a proteção necessária ao exercício de sua atividade, inclusive o acesso aos locais de trabalho no âmbito de sua representação.

§ 6º A assembleia geral é o órgão deliberativo supremo da entidade sindical, competindo-lhe deliberar sobre a sua constituição, organização, dissolução, eleições para os órgãos diretivos e de representação; aprovar o seu estatuto; e fixar, por ocasião da obtenção de normas coletivas, contribuição extensiva a todos os trabalhadores que por ela serão regidos e que deverá ser descontada em folha e recolhida à entidade para custeio de suas atividades.

§ 7º As organizações sindicais de qualquer grau podem estabelecer relações com organizações sindicais internacionais.

§ 8º Os aposentados terão direito de votar e ser votados nas organizações sindicais.

§ 9º A lei não obrigará a filiação a sindicatos e ninguém será obrigado a manter a filiação.

§ 10º Os sindicatos terão acesso aos meios de comunicação social, conforme a lei.

§ 11º É prerrogativa da entidade sindical a representação nas negociações coletivas de trabalho.

§ 12º É assegurada a participação dos trabalhadores, em igualdade de representação com os empregadores, em todos os órgãos da administração pública, direta e indireta, bem como em empresas concessionárias de serviços públicos, onde seus interesses profissionais, sociais e previdenciários sejam objeto de discussão e deliberação. A escolha da representação será feita diretamente pelos trabalhadores e empregadores.

§ 13º Nas entidades de orientação, de formação profissional, cultural, recreativa e de assistência social dirigidas aos trabalhadores, é assegurada a participação tripartite de governo, trabalhadores e empregadores.

§ 14º A Justiça do Trabalho poderá estabelecer normas e as entidades sindicais poderão celebrar acordos sobre tudo que não contra venha às disposições e normas de proteção ao trabalho.

§ 15º É assegurada a participação das organizações de trabalhadores nos processos decisórios relativos ao reaproveitamento de mão-de-obra e aos programas de reciclagem, prestados pela empresa, sempre que importar em redução ou eliminação de postos de trabalho ou ofício."

Sr. Presidente, fiz questão de ler a emenda inteira, porque ela representa um possível novo avanço na questão sindical deste País. Penso que é preciso levar dois pontos em consideração: primeiro, se mantida a questão

do sistema confederativo; segundo, se mantida a proibição de os trabalhadores livremente criarem suas entidades da forma que melhor lhes convenha.

Sr. Presidente, quero chamar a atenção desta Assembléia para o fato de que corremos o risco de terminarmos a Constituição sem conquistar as tão almejadas liberdade e autonomia sindicais. Por isso, quero que os Srs. Constituintes pensem bem na hora de votar.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Com a palavra o Constituinte Roberto Freire, para encaminhamento contrário.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, estamos encaminhando a votação contrariamente ao destaque apresentado pelo Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva, não pelo conteúdo da sua emenda, até porque, se pudéssemos ter a inversão, estaríamos dispostos a aprová-la; mas porque a sua aprovação significaria abrir as portas para a divisão do movimento operário e dos trabalhadores brasileiros na sua organização sindical.

A emenda do Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva permite a chamada pluralidade orgânica dos sindicatos, que foi uma criação, no pós-guerra, dos setores então dominantes na Europa Ocidental, que desejavam a divisão do forte movimento operário europeu, particularmente dos movimentos operários hegemonzados pelos Partidos Comunistas. E, mais grave, insere na vida sindical aquilo que, como entidade de massa, deveria resguardar: a partidarização das entidades.

O que ocorre com o pluralismo é a ausência da pluralidade que existe no movimento sindical; com ele teremos os sindicatos vinculados a partidos políticos, ao patronato e até aos amarelos do próprio Governo. Essa é a experiência da Itália, aqui citada como possuidora de um movimento sindical uníssono. Isso não é verdade. Recentemente, o movimento sindical e a classe operária italiana foram derrotados pelo Governo na questão da escala móvel, exatamente pela divisão que se dá, partidariamente, no seu movimento sindical.

Isso não interessa à classe operária, e há uma tradição nessa luta. A história desse movimento não é recente nem é coisa de brasileiros. Esta é uma tradição de luta que vem de séculos. É bem conhecido o caminho da divisão na luta de classes. Não há divisão do patronato, e falo aqui em nome do Partido Comunista – e, portanto, entendam as colocações que faço.

Esta emenda pode ser até ampla, porque há setores do patronato brasileiro que querem manter a unicidade. Vai haver aliança desse tipo, da mesma forma que há aliança entre aqueles que querem o pluralismo com setores do patronato. É o interesse fundamental daqueles que querem quebrar a espinha dorsal do movimento operário, daqueles que querem, no confronto da luta de classes, ter condições de poder pactuar com aqueles que melhor defendam os interesses, não dos operários, não dos trabalhadores, mas da classe patronal.

Portanto, em função dessa questão, que é básica – até porque outras conquistas que a emenda do Constituinte Lula pretende alcançar são contempladas em outros destaques – encaminhamos contrariamente a matéria para podermos, garantida a unicidade, aí sim, buscar também as conquistas que aqui estão. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem a palavra o Constituinte José Genoíno, para encaminhar a favor.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, esta é uma discussão importante. O nobre Constituinte Roberto Freire, que diz concordar com vários aspectos do conteúdo da proposta

do companheiro Lula, recomenda o voto contrário, porque nela não está contida a imposição de existir um único sindicato.

Aos que consideram que a luta de classe é o elemento fundamental que move a História, aos que consideram que sob a tutela do Estado burguês o essencial para a classe operária é a liberdade, devo dizer que temos de garantir essa emenda, porque ela permite a liberdade plena e soberana das assembléias de trabalhadores para decidirem sobre sua organização.

O nobre Constituinte Roberto Freire teceu considerações sobre o movimento sindical europeu no pós-guerra. Na verdade, não devemos entrar aqui numa discussão, porque as raízes da crise do movimento sindical do pós-guerra não se devem a essa simplificação da existência de várias centrais sindicais.

Mas quero trazer a experiência brasileira, desde a época desse Estado, montado como protetor, como patrão, desse Estado montado sob o argumento de defender os humildes. Foi em nome dessa unicidade imposta pelo Estado, dessa estrutura sindical atrelada, que o movimento sindical brasileiro não construiu até hoje, a não ser rompendo com essas amarras, o movimento sindical classista independente e democrático. Temos que tratar de assunto que não cabe a este Estado: regulamentar a unidade dos trabalhadores. O Constituinte Roberto Freire se equivoca quando pretende colocar na Constituição de um Estado burguês um princípio legal para definir a unidade dos trabalhadores. Se a unidade dos trabalhadores é para eles um valor universal, é o coração da sua luta, cabe-lhes defendê-la, compreender essa unidade. Mas o que estamos discutindo aqui é o valor maior da liberdade, para que os trabalhadores construam essa unidade.

Na verdade, o que está em discussão aqui não é a unicidade **versus** pluralidade; o que está em discussão é outro eixo. O que nós, do PT, propomos na Emenda Luiz Inácio Lula da Silva é que os trabalhadores tenham plena liberdade para se organizarem e, com ela possam construir soberanamente uma unidade democrática independente do Estado, não tutelada, uma unidade que não pode ser concebida como aquela em que os coitados dos operários precisam da proteção do bom Estado patronal. É isso o que vamos permitir aprovando o art. 516 da CLT. A unidade é um valor político a ser construído pelos trabalhadores. A liberdade é um direito pleno que devemos consagrar em lei. Esta é a questão central. Se os trabalhadores brasileiros até hoje enfrentam a situação que esta aí pergunto: É por que existe um só sindicato? E qual o problema? É exatamente porque aí se deu a imposição patronal e não se garantiu a liberdade plena para esses trabalhadores se organizarem.

Para concluir, Sr. Presidente, toda vez que os trabalhadores se quiserem organizar de maneira autônoma e livre, tiveram que cortar as amarras que na Assembléia Nacional Constituinte se querem manter. O que o Partido dos Trabalhadores propõe é cortar essas amarras, garantindo a liberdade plena e soberana aos trabalhadores para construírem a unidade. A unidade tem que ser construída com liberdade e, não, sacrificando-a. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Com a palavra, para sustentação contra, o Sr. Constituinte Mário Lima.

**O SR. CONSTITUINTE MÁRIO LIMA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, ouvi com muita atenção a defesa da emenda feita pelo Constituinte José Genoíno e destaquei alguns dos conceitos emitidos por esse valoroso companheiro. S. Ex.<sup>a</sup> diz que o essencial é a liberdade, com o que concordo.

A emenda pela qual o movimento sindical se inclina diz, de maneira clara:

"É livre a associação profissional e sindical.

§ 1º – É vedado ao Poder Público qualquer interferência na organização sindical, e a lei não poderá exigir autorização do Estado para fundação de sindicatos, ressalvado o disposto nos §§ 2º e 3º deste artigo."

Queremos um movimento sindical independente do Governo. O que o Constituinte José Genoíno defende é um movimento sindical à margem da lei, um movimento sindical corporativista. Não é isso que os trabalhadores querem. Ninguém quer a tutela do Estado nem um movimento sindical à margem da lei, em que impere a lei da selva.

Queremos uma lei que diga o que está aqui: não haverá luta fratricida entre as lideranças sindicais e não surgirão sindicatos a serviço da empresa e dos partidos políticos. Quem diz isso é um dirigente sindical que está nesta luta há muitos anos e que jamais permitiu que o seu sindicato marchasse a reboque de qualquer partido político. Em nossa trajetória de dirigente sindical, jamais permitimos uma vez sequer que o nosso sindicato e o nosso movimento operário servissem de massa de manobra para partido político. Penso contrariamente. Os sindicatos não devem servir aos partidos políticos; estes, sim, é que devem servir àqueles. Daí a nossa discordância dos conceitos emitidos por esse valoroso companheiro.

Está em jogo, sim, a unicidade ou a pluralidade. Mas é preciso que fique claro o que é unicidade e o que é pluralidade. A unicidade evita que haja pluralização do movimento operário. Evita, por exemplo, numa cidade como Brasília, que surjam cinco, seis, oito sindicatos de jornalistas. Na prática isso vai fortalecer o movimento sindical? Porém, se a pretensão é ganhar a direção de determinados sindicatos, que se democratizem e moralizem as eleições sindicais, que são tão erradas, tanto onde se encontram os líderes da esquerda como onde se encontram os da direita. Há pelegos de direita e de esquerda. Pelego é quem usa o sindicato para fins diversos da sua finalidade, que é defender o interesse e a organização da classe trabalhadora. Há pelegos de direita, mas também há pelegos de esquerda, que usam o sindicato não para atingir seus objetivos primordiais, como defender os interesses da classe trabalhadora, mas para engrossar as fileiras de seus partidos e defender seus pontos de vista políticos, esquecendo o fundamental, que é o interesse da classe operária.

Se a Constituinte prestar dois serviços ao movimento sindical, estará justificada diante da classe trabalhadora. Um deles, se permitir que os sindicatos se organizem inteiramente livres e desvinculados do Estado, mas não pensando em fazer um sindicalismo à margem da lei. A lei tem de existir porque, se o movimento sindical se considerar imune a ela, todos os outros segmentos da Nação também irão pedir que a lei não interfira na sua organização. Os banqueiros, os latifundiários, os industriais e os comerciantes também exigirão que a lei passe ao largo das suas atividades.

O que o verdadeiro movimento sindical deseja é que a Constituição discipline com sabedoria a questão sindical. Todas as federações e confederações querem a unicidade sindical. Só quem não a quer são os valorosos companheiros da CUT, que, neste caso, estão em passo errado, na contramão do movimento sindical brasileiro. Não é possível que toda essa maioria esteja errada e apenas a CUT esteja certa. A maioria esmagadora das lideranças sindicais e das entidades de classe, federações e confederações quer a unicidade, porque vêem nela a maneira de fortalecer e capacitar o movimento sindical para, demo-

craticamente, melhorar as condições de vida do trabalhador brasileiro. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Com a palavra o Constituinte José Fogaça, para pronunciar-se em nome da Relatoria.

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – Sr. Presidente, Srs. Membros da Comissão de Sistematização, o Relator Bernardo Cabral foi obrigado a ausentar-se dos trabalhos desta Comissão por ter sido convocado pelo Presidente da República em exercício, Ulysses Guimarães. Mas S. Ex.<sup>a</sup> deixou seu parecer a respeito desta emenda.

O parecer do Relator é contrário à emenda e conta com o apoio unânime dos três Relatores Adjuntos.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Em votação.

### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Brandão Monteiro, José Maurício, Lysâneas Maciel, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Almir Gabriel, Aluizio Campos, Artur da Távola, Carlos Mosconi, Carlos Sant'Anna, Celso Dourado, Cristina Tavares, Egidio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, Antônio Britto, João Calmon, João Herrmann Neto, José Fogaça, José Ignácio Ferreira, José Paulo Bisol, José Richa, Manoel Moreira, Mário Lima, Milton Reis, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nelton Friedrich, Nilson Gibson, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Prisco Viana, Renato Vianna, Rodrigues Palma, Severo Gomes, Sigmaringa Seixas, Virgildásio de Senna, Wilson Martins, Aécio Neves, Albano Franco, Antonio Mariz, Euclides Scalco, Israel Pinheiro, José Carlos Grecco, Michel Temer, Miro Teixeira, Nelson Wedekin, Octávio Elísio, Roberto Brant, Rose de Freitas, Vicente Bogo, Aloysio Chaves, Antoniocarlos Mendes Thame, Arnaldo Prieto, Carlos Chiarelli, Eraldo Tinoco, Francisco Benjamim, José Lins, Luís Eduardo, Mário Assad, José Lourenço, Paulo Pimentel, Ricardo Fiuza, Sandra Cavalcanti, Hugo Napoleão, Jonas Pinheiro, Gilson Machado, Mozarildo Cavalcanti, Paes Landim, Ricardo Izar, Simão Sessim, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Gerson Peres, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia, Bonifácio de Andrada, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Ottomar Pinto, Adolfo Oliveira, José Maria Eymael, Haroldo Lima, Roberto Freire e Beth Azize.

### DECLARAÇÃO DE VOTO

"Votamos pela unidade sindical, embora, em tese, sejamos pela pluralidade, já que esta, ainda em tese, não exclui a unidade e consagra o princípio da liberdade. Não obstante isso, considerando o momento da história nacional e as peculiares condições em que se desenvolve a luta dos trabalhadores neste período, entendemos que a sociedade brasileira não pode prescindir da unidade sindical se quiser alcançar um nível, de desenvolvimento e justiça que permita a implantação da pluralidade sindical. Admitimos que duas ou três unidades da Federação estariam preparadas para o exercício do pluralismo, mas o Brasil, como um todo, não está.

Plenário da Comissão de Sistematização, 15 de outubro de 1987. – **José Paulo Bisol – Cristina Tavares – Paulo Ramos – Rose de Freitas.**"

### DECLARAÇÃO DE VOTO

"Apesar de entendermos que a liberdade sindical que enseja o pluralismo é a melhor opção para o Brasil, somos levados a votar contra esta emenda para que permaneça o texto do Substitutivo número 2 que atende de modo equilibrado a este objetivo.

Sala das Sessões, 15 de outubro de 1987. – **Egidio Ferreira Lima – Antônio Britto – Pimenta da Veiga** e outros."

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 5 Constituintes; votaram NÃO 83 Constituintes. Total: 88 votos. O Destaque foi **rejeitado**. Declaração de voto, dos Senhores Constituintes José Paulo Bisol, Cristina Tavares, Paulo Ramos, Rose de Freitas, Egídio Ferreira Lima, Antônio Britto e Pimenta da Veiga.

Hoje pela manhã, o nobre Constituinte Carlos Sant'Anna apresentou uma questão de ordem. Esta Presidência informou a S. Ex.<sup>a</sup> que as questões de ordem de relevância estavam sendo decididas pela Mesa, em termos de colegiado, não havendo decisão individual do Presidente. Acontece que a Mesa é constituída por três membros, que também são líderes de partidos: os Constituintes Brandão Monteiro, Jarbas Passarinho e Fernando Henrique Cardoso. S. Ex.as tiveram de comparecer a outras reuniões consideradas prioritárias e, por isso, esta Presidência encarece ao Constituinte Carlos Sant'Anna paciência, no sentido de esperar que a questão de ordem seja resolvida na próxima segunda-feira.

**Destaque nº 6433-87 – Emenda nº ES-34514-1, do Sr. Geraldo Campos, "que substitui o art. 9º do Substitutivo nº 1 (art. 9º do Substitutivo nº 2)". (151.<sup>a</sup> votação)**

Feita esta comunicação, passamos a votar o Destaque nº 6433, de autoria do Constituinte Geraldo Campos.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LUIZ MAIA:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra, pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LUIZ MAIA:** – Sr. Presidente, a Comissão de Sistematização, quinta-feira da semana passada, recebeu informação de que a administração da Casa necessitaria de quatro dias para consertar algumas falhas no painel eletrônico, visando a agilizar o processo de votação. Existem rumores de que já se gastou uma fortuna nesse sistema eletrônico e no entanto ele não funciona. Pergunto: há ou não viabilidade de se colocar o famigerado sistema eletrônico em funcionamento para a votação?

Soube também, Sr. Presidente, que uma das dificuldades é em relação ao voto do Presidente. Ora, o voto do Presidente poderia ser tomado em separado, verbalmente, sem precisar ser instalado mais um dispositivo eletrônico. O Presidente daria o seu voto de forma verbal. O importante é restabelecer imediatamente o sistema eletrônico de votação.

Era esta a questão de ordem que desejava apresentar, pedindo à Mesa que agilize os trabalhos necessários para colocar em funcionamento o painel eletrônico, o mais rapidamente possível.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A Mesa da Comissão tem reiterado solicitações neste sentido, mas infelizmente o problema depende de soluções técnicas que não estão ao seu alcance antecipar. Agora mesmo, o Dr. Paulo Affonso, Secretário-Geral da Mesa da Câmara dos Deputados, está nos informando que o assunto se encontra praticamente solucionado e que provavelmente, a partir de amanhã, já estaremos com o sistema eletrônico em condições de processar a votação.

Convido o nobre Constituinte Brandão Monteiro a assumir a Presidência da Mesa.

Está em votação o Destaque nº 6433, apresentando a emenda substitutiva do Constituinte Geraldo Campos. O destaque está assim redigido: "É livre a associação profissional e sindical..." e apresenta novas redações para os §§ 1º, 2º e 3º, mantendo os demais do texto do projeto.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Sr. Presidente, a informação que a Mesa acaba de nos dar não está batendo com a emenda que nos foi entregue. A emenda se refere ao substitutivo global, a tudo que está no projeto, ou não?

Durante o pronunciamento do Sr. José Genoíno o **Sr. Aluizio Campos**, Primeiro-Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo **Sr. Brandão Monteiro**, Segundo-Vice-Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Ilustre Constituinte José Genoíno, o Destaque nº 6433, referente à Emenda nº 34514, requerido pelo Constituinte Geraldo Campos, é substitutivo, sem prejuízo dos §§ 1º, 4º, 5º, 7º, 8º, 9º do 2º Substitutivo. Para melhor esclarecimento dos Srs. Constituintes leio o destaque, mas adianto que poderíamos poupar tempo. Diz o texto:

"Substitua-se o art. 9º do Substitutivo do Relator do Projeto de Constituição pelo seguinte teor:..."

Está claro, ou querem que prossiga a leitura?

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Sr. Presidente, pela ordem. V. Ex.<sup>a</sup> acaba de afirmar que a emenda é substitutiva, mas ressalva alguns parágrafos. Essa informação não está contida no livro publicado pela Mesa. De modo que, sendo substitutiva, ela prejudica o todo, no meu entender.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Constituinte José Lins, o destaque é claro: "requero destaque para votação em separado da Emenda nº 34514, sem prejuízo dos parágrafos 1º, 4º, 5º, 7º, 8º e 9º do Substitutivo do Relator Bernardo Cabral".

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Sr. Presidente, o destaque foi feito agora?

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Eminentíssimo Constituinte José Lins, V. Ex.<sup>a</sup>, que tem grande experiência, sabe que o destaque teve prazo.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Não, porque não consta na publicação. Aqui diz apenas: "Substitua-se o art. 9º do Substitutivo do Relator do Projeto de Constituição pelo seguinte teor". Nada mais consta. Isso é matéria nova.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Tenho, inclusive, em mãos a emenda redigida. É a mesma coisa que observamos hoje pela manhã.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – A Mesa fez publicar de modo diferente.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Sr. Presidente, antes da votação foi entregue requerimento, com ressalvas. Essa é uma prática que vimos adotando. Ou seja, substituir o que diz a emenda, ressalvada a matéria objeto do requerimento anterior, solicitando que ela não seja votada agora, mas sim futuramente, após essa votação. Não serão prejudicados os incisos e os parágrafos que foram ressalvados no requerimento.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Sem dúvida, V. Ex.<sup>a</sup> colaborou com a Mesa, e foi essa a explicação que dei, talvez não com o brilhantismo de V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Muito obrigado.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Sr. Presidente, gostaria de ser melhor esclarecido, porque a publicação oficial não faz referência a isso. Se da emenda constavam originalmente essas ressalvas, a Mesa não as publicou. Talvez a ressalva tenha sido feita em outra oportunidade.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – O nobre Constituinte Roberto Freire explicou: tem sido comum aqui o destaque ressaltando parte da emenda.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Mas a supressão...

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Entretanto, não houve qualquer acréscimo.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – V. Ex.<sup>a</sup> permite? É possível ter-se admitido a supressão de parte do texto apresentado, mas não a inclusão de parte da ressalva, ou de qualquer outro assunto.

Está-se modificando o **caput** da emenda. "Substitua-se art. 9º do Substitutivo do Relator pelo seguinte teor". Não diz mais nada; está acrescentando com ressalva disso e daquilo. Não se pode acrescentar, mas apenas suprimir. V. Ex.<sup>a</sup> deve entender nesse sentido, porque é o que tem sido observado desde o início.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Geraldo Campos.

**O SR. CONSTITUINTE GERALDO CAMPOS:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, desde o início dos debates na Assembléia Nacional Constituinte, ainda na fase das subcomissões, a questão a que se refere o art. 9º do substitutivo do Relator foi motivo de discussão constante por parte das diferentes federações, confederações e centrais sindicais que tiveram oportunidade de participar dos debates; debates esses que continuaram na fase da comissão temática da Ordem Social e, como é natural, prosseguem nesta Comissão de Sistematização.

A emenda que defendemos visa, antes e acima de tudo, à unicidade sindical. Esta opinião está hoje alicerçada em consultas maduramente feitas às mais diversas correntes do pensamento sindical, tanto às centrais sindicais como aos departamentos intersindicais, que auxiliaram em muito o trabalho de estudo do assunto, assim como às confederações e demais representantes de categorias profissionais. Na sua quase totalidade – com todo respeito pelas opiniões divergentes – essas entidades defenderam a unicidade sindical.

O que se objetiva, Sr. Presidente, é, antes e acima de tudo, impedir que, em nome da liberdade sindical, fique aberta a válvula por onde poderiam passar experiências negativas já vividas em outros setores, onde o capitalismo consegue maior influência do que aqui, permitindo que surgissem, em lugar de um único sindicato para representar a mesma categoria, em uma mesma base territorial, diversos sindicatos. Partidos políticos ou talvez até correntes religiosas poderiam simplesmente julgar-se no direito de inscrever um sindicato rival. O Substitutivo do Relator, em seu art. 9º, § 6º) diz:

"Se mais de uma entidade pretender representar a mesma categoria ou a mesma comunidade de interesses profissionais, somente uma terá direito à representação nas convenções coletivas, conforme a lei".

Já aí está prevista a existência concreta de vários sindicatos de uma mesma categoria em uma mesma base territorial. Achamos inclusive, Sr. Presidente – acredito que a maioria deste Plenário concorda conosco – que temos de proteger nossos trabalhadores, principalmente aqueles das zonas rurais, onde o movimento sindical é incipiente. Os 12 milhões de filiados da Contag precisam ser protegidos contra as artimanhas dos senhores de engenho, dos fazendeiros, que tudo farão para pulverizar o movimento sindical. É necessário instrumentalizar de forma concreta, no próprio texto constitucional, independentemente de lei ordinária, a unicidade sindical. E, por isso, o § 1º do texto que defendemos diz: "É vedada ao Poder Público qualquer interferência na organização sindical e

a lei não poderá exigir autorização do Estado para fundação do sindicato, ressalvado o disposto nos §§ 2º e 3º".

E no § 2º já se diz:

"Não será constituída mais de uma organização sindical, em qualquer grau, quer seja confederação ou sindicato, na mesma base territorial, para uma mesma categoria econômica ou profissional definida pelos trabalhadores e empregadores, respectivamente, não podendo ser inferior a de um município".

Srs. Constituintes, confiamos em que a unicidade sindical será vitoriosa pela maioria e sábia consciência deste Plenário.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Concedo a palavra ao Constituinte Carlos Chiarelli, que encaminhará contra.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS CHIARELLI:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a discussão do tema unidade e pluralidade sindical obriga a algumas considerações mais genéricas e mais amplas. Em primeiro lugar, é bom que se lembre que a Câmara dos Deputados, integrada por muitos que aqui estão na qualidade de Constituintes, ao analisar a Convenção nº 87 da OIT, entendeu de aprová-la e encaminhá-la ao Senado, posicionando-se claramente a favor da possibilidade da pluralidade. Não se trata de discutir o impedimento e a vedação da unidade, mas o direito à pluralidade, que não elide, na medida em que haja, por conquista da categoria e por entendimento dos seus integrantes, lideranças e liderados, o atingimento da unidade como forma espontânea de atuação efetiva. O que se busca é evitar que se impeça o direito à pluralidade em nome da unidade imposta, em nome da submissão.

Há uma norma estabelecida por lei que violenta o fundamento básico da liberdade de associação.

É bom lembrar que esse direito à pluralidade, consagrado em 1947 – portanto, há 40 anos – como a convenção única que até hoje teve unidade e unanimidade de votos pela Convenção Internacional do Trabalho, merece, por ter sido uma conquista das categorias profissionais e econômicas, o acolhimento tranqüilo de uma Carta Constitucional moderna.

É bom que se diga que os modelos sindicais internacionais, desenvolvidos na Itália, na França, na Alemanha, na Inglaterra, na Suécia, na Argentina, no México, na Venezuela, e em alguns países do Terceiro Mundo, outros desenvolvidos em suas realidades econômicas e sociais, todos eles conviveram, rigorosamente, com a pluralidade para atingir os estágios fundamentais de liberdade.

Não há um exemplo sequer no mundo de regime de unidade sindical e de autoritarismo político em termos de sociedade ocidental. Não se diga que a pluralidade exija, conseqüentemente, a liberdade, mas que ela jamais conviveu com qualquer regime político autoritário. Da unidade não se pode dizer a mesma coisa. Ao contrário, a sua convivência normal é com formas impostas e autoritárias de Governo. Olhe-se o exemplo da história, no antes e no hoje, e verifique-se, com tranqüilidade e isenção, se a afirmativa não é rigorosamente verdadeira.

Lembrem-se do exemplo da "Carta del Lavoro" e vejam onde se disseminou esse sistema: na Alemanha de Hitler, na Itália de Mussolini, em Portugal de Salazar, na Espanha de Franco. Esses foram os padrões básicos do sistema para cá importado e que agora, com algumas maquiagens, se insiste em colocar na Carta constitucional que se quer moderna e democrática.

Em "Jubiabá", Jorge Amado levanta a época em que tivemos pluralidade sindical. Foi na década de 20 em que



as mais significativas expressões da espontaneidade associativa dos trabalhadores ocorreram e estão traduzidas quer na literatura jurídica, quer nas obras do próprio romancista nacional, que aí não faz ficção, mas o demonstrativo claro de uma luta que não nasceu das imposições da lei nem em decorrência da vontade do Estado.

Lembro, por outro lado, que se tem falado muito em estatização e privatização. Tem-se falado – lembro isto aos Srs. Constituintes do Partido da Frente Liberal – em ideais liberais. Pois bem. Os princípios do pluralismo, do pluripartidarismo e da pluralidade sindical não são apenas normas do programa do partido, mas princípios da própria essência do liberalismo social. Falar-se em liberdade, em liberalismo, em sociedade participativa e pluralista e insistir-se nessa figura capenga e anedótica da unidade sindical imposta é, indiscutivelmente, construir um monstro e inviabilizar o projeto global de sociedade democrática.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Com a palavra o Constituinte Roberto Freire para encaminhar a favor.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Sr. Presidente, vou ceder a minha vez ao Constituinte Haroldo Lima.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Com a palavra o Constituinte Haroldo Lima.

**O SR. CONSTITUINTE HAROLD LIMA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o tema em debate está relacionado a um dos problemas da maior importância para o movimento operário do Brasil e do mundo. Não é recente a luta que se trava no Brasil e nos demais países a respeito dessa questão da unicidade ou pluralidade do movimento sindical. Na verdade, no mundo já houve uma época em que a unicidade no movimento sindical era bem maior. Alguns argumentam que, com a modernidade, com o avanço e o desenvolvimento das coisas, houve também uma adequação do movimento sindical, resultando na idéia da pluralidade sindical.

Achamos, Sr. Presidente, que, do ponto de vista do movimento operário e trabalhador, a pluralidade sindical existente em diversos países da Europa não significou um avanço da luta operária, da classe trabalhadora da Europa mas sim um avanço da divisão no seio da classe operária europeia, um avanço da social-democracia naquela parte do mundo. Por isso, essa é uma luta histórica dos trabalhadores do mundo inteiro.

Quando há poucos instantes nós, do **PC do B**, votamos contra o destaque apresentado pelo Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva, nós o fizemos especialmente porque aquela proposta encerrava a idéia da pluralidade sindical. Consideramos o destaque do Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva bom, no geral. Estávamos dispostos a votá-lo em sua inteireza, não fosse a interpretação da Mesa de que a votação daquele destaque iria prejudicar a do destaque a seguir, relacionado com a luta pela unicidade sindical. Pensamos que essa interpretação da Mesa foi facciosa, equivocada, levando-nos a ter de votar contra a emenda do Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva, porque na questão central, decisiva, aquela emenda não era correta, não estava consentânea com os interesses da classe operária e dos trabalhadores do Brasil e do mundo.

Aqui mesmo, no Brasil, a Constituição de 1934, no seu art. 120, parágrafo único, estabeleceu a pluralidade sindical. Naquela Constituinte, no momento específico em que esteve em pauta esse parágrafo único do art. 120, a influência de diversos setores, especialmente ligados à Igreja Católica – e, por conseguinte, ligados à idéia do pluralismo sindical – foi muito forte e prevaleceu este ponto de vista, mas em seguida, na continuidade da luta

objetiva das classes operárias brasileiras, impôs-se a unicidade sindical pela prática e pela luta.

Isso me faz lembrar outro aspecto importante que também foi levantado aqui por oradores que externaram opiniões a respeito desse assunto. Diziam alguns, inclusive o Constituinte José Genoíno, que estávamos pretendendo fazer com que o Estado brasileiro forçasse a unicidade sindical. Não é isso que pretendemos. O que pretendemos é que a luta de classes não esteja alheia à elaboração da Constituição. Da mesma maneira que aqui, quando se põe uma questão concreta, todos nós aparecemos para defender os interesses da classe operária, naquela questão específica e também nesta assim o fazemos, vindo aqui para respaldar aquilo que é o anseio geral do movimento operário do mundo inteiro, e que não poderia ser diferente no Brasil.

Por isso, apelamos para que todos os democratas, patriotas e especialmente aqueles Constituintes ligados aos trabalhadores votem na emenda do Constituinte Geraldo Campos.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Com a palavra o Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva; que encaminhará contra a emenda do Constituinte Geraldo Campos.

**O SR. CONSTITUINTE LUIZ INACIO LULA DA SILVA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, penso que alguns pontos graves são mantidos na proposta do Constituinte Geraldo Campos. Creio que todos os Constituintes aqui presentes sabem como funciona a estrutura sindical, hoje. Acho que todos têm idéias de como funciona o imposto sindical: 60% ficam com o sindicato, 20% vão para uma conta de emprego e salários do Ministério do Trabalho, 15% vão para as federações estaduais e 5%, para as confederações. Essa é uma das coisas graves que são mantidas. A proposta do Constituinte Geraldo Campos mantém inclusive o sistema confederativo.

Penso ser importante analisarmos que o movimento sindical brasileiro, hoje, não está dividido pelos que defendem a total liberdade para o movimento sindical e pelos que defendem a unicidade sindical; ele está dividido por duas outras coisas. Em primeiro lugar, é importante saber-se que o movimento sindical brasileiro é tão desacreditado que apenas 20% dos trabalhadores são sindicalizados, e isso nas grandes categorias, porque em outras categorias os operários sindicalizados representam menos do que esse percentual. Em segundo lugar, é importante levar-se em consideração que a outra divisão no movimento sindical é entre os trabalhadores que têm uma consciência de classe e aqueles que não a têm. Muitos não têm consciência de classe porque a grande maioria dos sindicatos brasileiros, nestes últimos trinta anos, não esteve preocupada em formar uma consciência de classe entre os trabalhadores. Aliás, muitos não tiveram sequer vontade de ir até a porta para sindicalizar, porque o imposto sindical é a forma cômoda pela qual sobrevivem confederações e federações neste País. O que é que nós queríamos e o que é que nós queremos? É que confederações e federações possam existir quando a classe trabalhadora quiser que elas existam, quando a classe trabalhadora quiser criá-las, e sem nenhum sacrifício. Agora vejamos: simplesmente, sem qualquer debate, retirar-se dinheiro de um sindicato e passá-lo diretamente às confederações e federações representa, no mínimo, pedirmos desculpas – e volto a dizer isto para ficar bem gravado – a Getúlio Vargas pelos 40 anos de "porrada" que demos nele, representa nunca mais podermos falar contra a "Carta del Lavoro", de Mussolini.

Penso que, se esta Constituição não inovar na questão sindical, pagaremos o preço histórico de termos perdido a oportunidade de permitir, pelo menos uma vez na vida, que a classe trabalhadora, a partir de sua formação cultural, a partir dos embates com o patrão, crie

as suas próprias organizações. Muita gente fica dizendo: mas é porque Albano Franco é favorável a isso, que a Fiesp é favorável àquilo. Ora, por que há divergência entre o Albano Franco, da CNTI, e a Fiesp, por exemplo? É porque a estrutura sindical é a mesma para os trabalhadores e patrões. Ela não difere. Se o Constituinte Albano Franco defende a unicidade, ele o faz exatamente porque quer manter o sistema confederativo que há hoje, porque é o que dá oportunidade ao voto de cabresto, seja nas confederações patronais, seja nas confederações dos trabalhadores. (Muito bem!) Há dirigentes sindicais neste País que já estão aposentados há mais de 20 anos, que já perderam o sindicato há 16 anos e continuam dirigindo confederações, federações, exatamente porque são eleitos por um colégio eleitoral composto de apenas 38, 40 ou 60 dirigentes sindicais. E a classe trabalhadora não participa disso. Aliás, a classe trabalhadora nem sabe que existe isso.

É por tudo isso que a proposta do companheiro Geraldo Campos – com todo o respeito que S. Ex.<sup>a</sup> nos merece – não inova absolutamente nada. Coloco-me, portanto, contra a proposta e peço aos membros desta Comissão que votem contra ela, porque a sua derrota nos possibilitará inovar com emendas aditivas, neste particular, o Projeto do Relator Bernardo Cabral. **(Muito bem! Palmas)**

Durante o pronunciamento do Sr. Luiz Inácio Lula da Silva, o **Sr. Brandão Monteiro**, Segundo-Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo **Sr. Jarbas Passarinho**, Terceiro-Vice-Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra o Sr. Relator.

**O SR. ERICO PEGORARO:** – Sr. Presidente, antes que o Relator se pronuncie, pergunto ao nobre Constituinte, que assina a emenda, se concordaria em retirar expressão final "independente do estabelecido em lei", que é o que configura a contribuição sindical. Portanto, como já houve antecedentes nesse sentido, pergunto ao Sr. Constituinte Geraldo Campos se concorda em retirar a expressão "independente do estabelecido em lei".

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – É intempestivo.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENÓINO:** – Sr. Presidente, peço a V. Ex.<sup>a</sup> um esclarecimento sobre a votação. No caso de a emenda do nobre Constituinte Geraldo Campos ser mantida, o que ressalva ela do Substitutivo Bernardo Cabral?

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A emenda já foi lida pelo Constituinte Brandão Monteiro. Ela incide sem prejuízo aos §§ 1º, 4º, 5º, 7º, 8º e 9º do 2º Substitutivo. Assim, ela corresponde aos §§ 2º e 3º, sem prejuízo dos §§ 1º, 4º, 5º, 7º, 8º e 9º Assim foi anunciado pelo Presidente que me antecedeu na direção dos trabalhos.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Até hoje admitiram-se supressões na emenda ou no destaque, mas não acréscimos. Ocorre que a emenda acrescenta parágrafos. É claro que está acrescentando parágrafos. E a emenda é substitutiva do artigo, não de parte dele. Então ela é parcial.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A argumentação de V. Ex.<sup>a</sup> tem cabimento, mas peço sua atenção para o que diz a emenda Geraldo Campos. "Substitua-se o art. 9º do Substitutivo do Relator pelo seguinte teor". Segue-se a redação do art. 9º e de seus §§ 1º,

2º e 3º, e mais nada. Então, ela suprime os §§ 4º, 6º e 7º Resultado: a emenda provoca uma remuneração. Daí dizer-se sem prejuízo dos parágrafos.

**O SR. CONSTITUINTE HAROLDO LIMA:** – Sr. Presidente, peço a palavra para um esclarecimento.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE HAROLDO LIMA:** – Sr. Presidente, V. Ex.<sup>a</sup> acaba de esclarecer que a emenda do Constituinte Geraldo Campos subentende que o § 4º do 2º Substitutivo, entre outros, permanece inalterado. Minha pergunta é a seguinte: isso significa que o § 4º poderá ser destacado em seguida pela emenda do Constituinte Carlos Chiarelli?

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Nobre Constituinte Haroldo Lima, como se trata de uma emenda substitutiva, a partir do momento em que a sua integralidade é aprovada, ela prejudica as demais. Então precisamos votar com consciência do que estamos votando. Se aprovada, essa emenda prejudica as demais.

**O SR. CONSTITUINTE HAROLDO LIMA:** – É exatamente por isso que pedi esse esclarecimento a V. Ex.<sup>a</sup> O que vamos votar é uma parte da emenda, sem prejuízo desses outros parágrafos, que serão votados *a posteriori*. Gostaria de saber se compreendi bem.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr. Presidente, sou autor da emenda modificativa exatamente do § 4º Assim, se este permanecer intocado, é claro que minha emenda modificativa terá oportunidade de ser considerada. Ela não é bem modificativa, seria mais aditiva. Pretendo acrescentar uma expressão a este parágrafo. Se ele permanecer incólume, terá oportunidade, então, a minha emenda, mesmo porque eu não teria condição de formulá-la.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Mas é evidente. Em primeiro lugar, como V. Ex.<sup>a</sup> classifica sua emenda como aditiva, isso está fora de qualquer discussão. Quanto aos outros parágrafos, teremos oportunidade de discuti-los depois.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Pela ordem, Sr. Presidente. Pretendo ser esclarecido, inclusive para orientar minha votação. Tenho em mãos o texto do destaque requerido à Emenda ES-34514-1, que diz textualmente: "Substitua-se o art. 9º do Substitutivo do Relator do Projeto de Constituição pelo seguinte teor..." E cita o art. 9º, §§ 2º, 3º, e nada mais. A emenda não faz nenhuma ressalva; portanto, ela é substitutiva integral. Agora, o que quero saber é se V. Ex.<sup>a</sup>, daqui por diante, vai permitir modificações dessa natureza, que ainda não foram feitas até hoje.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Constituinte José Lins, quando interpretei a primeira intervenção de V. Ex.<sup>a</sup>, dei-lhe razão – lembra-se? Eu estava chegando à mesa. Estou sendo apanhado aqui naquilo que se chama de flagrante delito de mudança de posição. Em tática militar, é uma desgraça. É a hora em que uma tropa é substituída pela outra e sofre um ataque. Então, não tem como se defender. Estou lendo agora que, em tempo oportuno, o autor escreveu aqui: sem prejuízo dos §§ 1º, 4º, 5º, 7º, 8º e 9º Consequentemente...

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Pergunto a V. Ex.<sup>a</sup> se qualquer um poderá fazer acréscimo nessas emendas e até que oportunidade, porque a Mesa anterior não tomou decisão alguma.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Claro. Quero continuar com o Relator, enquanto me informo sobre o resto do problema.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENÓINO:** – Sr. Presidente, este dado é importante, porque se está criando

uma norma que é novidade na Comissão de Sistematização.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Ao contrário, isso já foi feito inúmeras vezes.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – O que precisamos deixar registrado – já que temos matérias importantes daqui para frente – é se fica garantido, ao se fazer emenda substitutiva, que se pode alterar a emenda, nos termos em que a Mesa decidiu.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Sr. Presidente, peço a palavra para contraditar. É para esclarecer esta Comissão. A matéria é nova, inclusive...

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Sr. Presidente, não terminei ainda. Continuo com a palavra.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – O Constituinte Roberto Freire há de atender a um apelo meu, pois ou falamos dentro da ordem, ou estabeleceremos a desordem. Estou ouvindo o Constituinte José Genoíno e vou responder a S. Ex.<sup>a</sup> Agradeceria a V. Ex.<sup>a</sup> se me desse, posteriormente, argumentos que me ajudem. Mas, por favor, aguarde. Queira não ser tão impaciente.

Ouç o Constituinte José Genoíno.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Sr. Presidente, até hoje, temos feito alterações de emendas pela supressão. Estamos agora modificando uma emenda substitutiva em relação ao texto. Ela deixa de ser substitutiva global para ser substitutiva parcial. Houve, pois, uma alteração.

Essa norma que a Mesa inaugura na sessão de hoje vigorará como norma permanente para outros temas da própria Constituição? Porque, se assim for, ela terá implicação em outros temas, que poderemos alterar. Podemos transformar uma emenda substitutiva global em uma emenda substitutiva parcial?

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Entendo a pergunta de V. Ex.<sup>a</sup> como procedente. Até aqui, nossa prática foi admitir que, até o instante em que a matéria é enunciada, há a liberdade de alteração.

Agora se deu, pela primeira vez, uma liberdade em sentido contrário: ao invés de ser supressiva, ela é cautelosamente resguardadora de outros parágrafos que se contêm no mesmo título, no mesmo artigo. Conseqüentemente, não há o que discutir, visto que a matéria já havia sido decidida pelo Constituinte Brandão Monteiro e, por um princípio de ética, devo manter essa decisão. **(Muito bem! palmas)**

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – Sr. Presidente, desde que mantidos os §§ 1º, 4º, 5º, 7º, 8º e 9º e assegurada a possibilidade de compatibilização no § 3º com a expressão "intervenção ou interferência", o parecer do Relator Bernardo Cabral, que S. Ex.<sup>a</sup> solicitou à Relatoria Substituta que transmitisse a esta Comissão, é favorável à Emenda Geraldo Campos. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Em votação.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Almir Gabriel, Artur da Távola, Carlos Mosconi, Carlos Sant'Anna, Celso Dourado, Cristina Tavares, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, João Herrmann Neto, José Fogaça, José Ignácio Ferreira, José Paulo Bisol, José Richa, Manoel Moreira, Mário Lima, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nelson Friedrich, Nilson Gibson, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Rodrigues Palma, Sigmaringa Seixas, Virgildásio de Senna, Aécio Neves, Albano Franco, Antonio Mariz, Israel Pinheiro, José Carlos Grecco, Nelson Wedekin, Octávio Elísio, Rose de Freitas, Vicente Bogo, Alcení Guerra, Antonio Carlos Mendes Thame, Arnaldo Prieto, Eraldo Tinoco,

Luís Eduardo, José Lourenço, Paulo Pimentel, Ricardo Fiuza, Hugo Napoleão, Jonas Pinheiro, Mozarildo Cavalcanti, Ricardo Izar, Antônio Carlos Konder Reis, Gerson Peres, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia, Virgílio Távora, José Maurício, Bocayuva Cunha, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Adolfo Oliveira, José Maria Eymael, Haroldo Lima, Roberto Freire e Beth Azize. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Egídio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Antônio Britto, João Calmon, Pimenta da Veiga, Wilson Martins, Délio Braz, Aloysio Chaves, Christóvam Chiaradia, Francisco Benjamim, José Lins, Mário Assad, Sandra Cavalcanti, Edison Lobão, Gilson Machado, Paes Landim, Darcy Pozza, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio. **ABSTENÇÃO** do Senhor Constituinte Luiz Salomão.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 63 Constituintes; votaram NÃO 19 Constituintes; ABSTEVE-SE de votar 1 Constituinte. Total: 83 votos. O Destaque foi **aprovado**.

Quero chamar a atenção dos Constituintes que, aprovado o destaque, está garantido o princípio da unicidade sindical.

Gostaria de prestar um esclarecimento a mais ao Constituinte José Genoíno – se estiver presente – acerca da pergunta que fez ainda há pouco sobre a apresentação de um documento. Em tempo hábil, o Constituinte Geraldo Campos – naturalmente dentro dessa flexibilidade que se adotou para negociar – pediu que se preservassem os §§ 1º, 4º 5º, 7º, 8º e 9º do Substitutivo. Assim, estão preservados, de acordo com o resultado da votação. É como se S. Ex.<sup>a</sup>, em tendo tempo, tivesse apresentado emenda substitutiva reenumerando estes parágrafos. Em vez de parar no 3º, ele reenumeraria os demais. Foi esta a intenção da medida. Então, discutiremos agora os parágrafos pertinentes à proposta aprovada. O primeiro parágrafo que foi preservado diz:

"A entidade sindical cabe a defesa dos direitos e interesses da categoria, individuais ou coletivos, inclusive como substituto processual em questões judiciais ou administrativas."

A primeira emenda que existe sobre este parágrafo é de autoria do Constituinte Antônio Britto, sendo supressiva.

**O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO BRITTO:** – Sr. Presidente, retiro a emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Retirada a emenda.

A segunda também foi retirada.

A terceira emenda é de autoria do Constituinte Vivaldo Barbosa, sendo aditiva. Destaque nº 1122, requerido pelo Constituinte Vivaldo Barbosa.

"Ao § 1º adita-se a expressão "no limite de seus objetivos sociais e na forma de seus estatutos."

Permanece o destaque, nobre Constituinte Waldo Barbosa?

**O SR. CONSTITUINTE VIVALDO BARBOSA:** – Sr. Presidente, com a aprovação da Emenda Geraldo Campos e parte do texto do projeto, o meu objetivo já está atendido pela disciplina global que teve o novo artigo. Por isso, retiro o destaque.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Retirado o destaque.

Passamos ao § 4º. Em votação o Destaque nº 8306, requerido pelo Constituinte Ronan Tito. O Constituinte Ronan Tito encontra-se presente? **(Pausa)** Ausente. Prejudicado o destaque.

Destaque nº 2973, requerido pelo Constituinte Israel Pinheiro Filho. S. Ex.<sup>a</sup> está ausente. O destaque está prejudicado.

Destaque nº 4878, requerido pelo Constituinte Paulo Roberto Cunha. S. Ex.<sup>a</sup> está ausente. O Sr. Secretário informa que o pedido de destaque foi retirado.

Destaque nº 5564, requerido pelo Constituinte José Egreja. S. Ex.<sup>a</sup> não está presente. Prejudicado o destaque.

Destaque nº 8243, requerido pelo Constituinte Alysson Paulinelli. S. Ex.<sup>a</sup> está ausente. Prejudicado o destaque.

Destaque nº 8359, supressivo, requerido pelo Constituinte Paes Landim, referente à Emenda nº 32586. S. Ex.<sup>a</sup> encontra-se no Plenário e retira o destaque.

#### (Palmas)

Há, sobre a mesa, requerimento assinado pelo Constituinte Pimenta da Veiga pedindo preferência, quando da votação do Título II, para votação do destaque relacionado no quadro anexo. Conseqüentemente, como estamos tratando do § 4º... O Constituinte Pimenta da Veiga retira o destaque.

**O SR. CONSTITUINTE ERICO PEGORARO:** – Sr. Presidente, gostaria de obter um esclarecimento. É que V. Ex.<sup>a</sup> já enumerou diversos pedidos de destaque do § 4º e agora anuncia um pedido de preferência, quando a matéria já estava em votação.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – É do mesmo parágrafo. Até agora, os requerimentos de preferência não foram mantidos. Resta um, para o Destaque nº 6641, da Constituinte Rose de Freitas. A Sra. Constituinte está ausente. Prejudicado.

Destaque nº 1646, requerido pelo Constituinte Délio Braz. **(Pausa)** Retirado o destaque.

Destaque nº 2883, requerido pelo Constituinte José Thomaz Nonô. S. Ex.<sup>a</sup> está ausente. Prejudicado.

Destaque nº 4542, requerido pelo Constituinte Francisco Dornelles. S. Ex.<sup>a</sup> está ausente. Prejudicado.

Destaque nº 4832, requerido pelo Constituinte José Elias Murad. S. Ex.<sup>a</sup> está ausente. Prejudicado.

**Destaque nº 5397/87 – Emenda nº ES-31327-4, do Sr. Carlos Chiarelli, "que modifica o § 3º, do art. 9º do Substitutivo nº 1 (art. 9º, § 4º do Substitutivo nº 2)".**

Destaque nº 5397, requerido pelo Constituinte Carlos Chiarelli, referente à Emenda nº 31327. S. Ex.<sup>a</sup> está presente e mantém o destaque. Em votação. Concedo a palavra ao nobre Constituinte Carlos Chiarelli.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS CHIARELLI:** – Sr. Presidente, tenho uma dúvida com relação à emenda. Gostaria de ser esclarecido, antes de qualquer comentário. Na emenda recentemente aprovada há um dispositivo referente à contribuição. Agora, minha emenda dispõe sobre o direito da assembleia geral fixar a contribuição dos associados, que deverá ser descontada em folha para custeio das atividades da entidade.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Ao assumir a Presidência, já estava em curso uma votação. O § 3º da emenda substitutiva do Constituinte Geraldo Campos diz: "A assembleia geral do sindicato fixará contribuição da categoria, que será descontada em folha, para custeio das atividades da entidade, independentemente do estabelecido em lei". Isso foi o que encontrei aqui, e já aprovado. Conseqüentemente, a emenda de V. Ex.<sup>a</sup>, ao invés de cair no § 4º, está caindo no § 3º, que está aprovado. Logo, está prejudicada.

**O SR. CONSTITUINTE HAROLDO LIMA:** – Sr. Presidente, precisamente antes dessa votação, levantei uma questão de ordem à Mesa. V. Ex.<sup>a</sup> respondeu exatamente no sentido contrário ao que está decidindo agora. Levantei questão de ordem no sentido de que a emenda do Constituinte Geraldo Campos justamente ressaltava o § 1º e o § 4º. E exatamente para poder fazer uma votação posterior sobre o § 4º é que vem a emenda de autoria do Constituinte Carlos Chiarelli. Eu havia indagado a V. Ex.<sup>a</sup> se, votando a emenda do colega Geraldo Campos, não poderíamos votar posteriormente aquilo que ela não colocava em votação, mas ressaltava, que é justamente o § 4º. Então, V. Ex.<sup>a</sup>, depois de se informar melhor, esclareceu – a mim e à Casa – que a matéria poderia ser posta em votação. Justamente agora queremos colocá-la em votação.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – O que percebo, dando razão a V. Ex.<sup>a</sup>, é que, quando o Constituinte Geraldo Campos escreveu: "sem prejuízo dos §§ 1º, 4º e 5º – o § 4º, de sua autoria, ficou substituído pelo também seu, § 3º.

**O SR. CONSTITUINTE HAROLDO LIMA:** – Mas se trata do § 4º do 2º Substitutivo, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Exatamente. O art. 3º do documento dele. Até perguntei a um assessor da Mesa se havia sido retirado, e a informação é de que não o foi, o que compatibilizaria exatamente isso. Qual é o quadro atual que temos? A aprovação de uma redação que aqui figura como § 3º no documento original do destaque do Constituinte Geraldo Campos, que fala sobre assembleia geral, fixando contribuição de categoria, e, ao mesmo tempo, ressaltando o § 4º, o que me levou a dar a resposta que forneci a V. Ex.<sup>a</sup> Está havendo uma convergência difícil de solucionar, dúplice.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS CHIARELLI:** – Sr. Presidente, se V. Ex.<sup>a</sup> me permite argumentar, na verdade houve, preliminarmente, essa idéia da ressalva e do direito à preservação das emendas. O texto aprovado, inclusive, cria um sistema duplo de contribuição. A lei estabelece uma contribuição obrigatória, e a Assembleia Nacional Constituinte, uma outra contribuição sobre todas as categorias, independentemente de serem ou não associadas.

Acredito – e não é questão de ser ou não emenda de minha autoria ou de outro Constituinte – que este é um tema que, na verdade, não foi motivo fundamental de debate. O que preocupou V. Ex.<sup>as</sup>, ao debaterem a emenda Geraldo Campos, foi o problema da unicidade e da pluralidade sindical. E tinha-se o entendimento de que a matéria ainda que nela graficamente inscrita, não estava sendo decidida, por tratar da contribuição sindical, autônoma. E aqui está tratada.

Completando meu raciocínio, Sr. Presidente, – não é meu ponto de vista, mas podemos aprovar, como se aprovou aqui, pela maioria, a unicidade e a não manutenção da contribuição sindical, que é uma posição perfeitamente compatível.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Sem ser exegeta, vou-me permitir fazer uma exegese daquilo que foi aprovado.

Se o Constituinte que é autor da emenda escreve, de próprio punho, "se prejuízo do § 4º", está mantido o § 4º. Conseqüentemente vou submetê-lo à votação.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENÓINO:** – Sr. Presidente, peço licença para apresentar uma questão de ordem, antes que a palavra seja dada ao nobre Constituinte Carlos Chiarelli.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Já que o Constituinte Carlos Chiarelli não começou seu pronunciamento, V. Ex.<sup>a</sup> está com a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENÓIO:** – Sr. Presidente, quero apenas fazer um registro, como questão de ordem. Uma prova de que houve absurdo na votação dessa emenda, de autoria do nobre Constituinte Geraldo Campos, é que aprovamos dois dispositivos diferentes sobre contribuição sindical.

Na verdade, foi aprovado na emenda Geraldo Campos um tipo de visão de contribuição sindical, porque não riscada, e agora vamos aprovar uma emenda, desaprovando algo que já foi aprovado.

Quero apenas registrar esse absurdo, para servir de emenda em outras questões que vamos enfrentar.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – O registro será feito. Mas note bem V. Ex.<sup>a</sup> que, quando dei a decisão sobre este assunto, disse que o fazia levando em conta a intenção do autor da emenda, e li o que ele escreveu: "sem prejuízo do § 1º – saltou os § 2º e 3º – 4º e 5º". Na verdade ele deveria ter completado, riscando o 3º, o que não fez.

Fica o registro.

Com a palavra o Constituinte Carlos Chiarelli.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS CHIARELLI:** – Sr. Presidente, de maneira muito objetiva, gostaria de chamar a atenção dos Srs. Constituintes para aquilo que foi aprovada recentemente. Releio o § 3º da emenda Geraldo Campos:

"A assembleia geral do sindicato fixará a contribuição da categoria, que será descontada em folha para custeio das atividades da entidade, independentemente da estabelecida em lei."

Isto quer dizer que a atual contribuição sindical, hoje já questionada, por sua natureza extremamente aética, é uma imposição que sobrepuja o limite da representação e da representatividade do sindicato. Passa a ter em função do § 3º, duplicidade de imposição. O trabalhador que exercitar o direito constitucional, que consagramos aqui, de ser ou não associado – e se ele não for associado, ainda assim esse trabalhador, ou a empresa, no caso das entidades sindicais patronais, terá de fazê-lo – terá de pagar dupla contribuição. Ficará constrangido e, por isso mesmo, com seu direito constitucional de não se associar invalidado na prática, pois terá de pagar por aquilo com o que não concorda, e contribuirá por força da lei e da assembleia do sindicato, que terá direito a tributar toda a categoria e não apenas seus associados. Isto acontece não apenas em matéria sindical, mas também em matéria tributária. É uma anomalia, uma excrescência e um arbítrio, de que não existe antecedente em lugar algum do mundo moderno.

Sr. Presidente, estaremos cometendo um atropelo verdadeiramente inaceitável. Hoje, Srs. Constituintes, o único País do mundo que, além do Brasil, mantém a contribuição sindical é o Paraguai. Vamos agora conseguir um recorde, vamos, no assunto, bater o Paraguai, porque teremos a dupla contribuição sindical imposta coercitivamente sobre o trabalhador, que, mesmo exercendo o direito de não se associar, terá a obrigação, imposta por terceiros e indevidamente, de pagar, do seu salário, aquilo que não queria, para quem não desejava que o representasse. Esta é a razão da apresentação da emenda: mais uma definição de princípio do que propriamente uma aprovação.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Com a palavra, para encaminhar contra, o ilustre Constituinte Gastone Righi.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a emenda de autoria do insigne Constituinte Carlos Chiarelli, brilhantemente sustentada por S. Ex.<sup>a</sup>, se ressentida de alguns defeitos de raciocínio, que me permitiria apontar.

Todos conhecemos os recursos oratórios do ilustre Constituinte Carlos Chiarelli. Aqui, S. Ex.<sup>a</sup> sofismou muito, e quero deixar bem claro o que foi sofismado. Ele tem toda razão quando declara que não é possível permitirmos a uma assembleia de filiados, a um determinado sindicato estabelecer, com relação a toda a categoria, e até àqueles que não são filiados ao sindicato, determinada contribuição. Mas o que S. Ex.<sup>a</sup> não explicou é que está, com sua emenda, subtraindo do texto do § 4º dois elementos que me parecem fundamentais.

O primeiro deles é o sistema confederativo da representação sindical. Se adotarmos a emenda do Constituinte Carlos Chiarelli, cairá por terra todo o arcabouço a estrutura sindical brasileira, que se reveste de uma engrenagem, que funciona do sindicato à federação à confederação e, hoje às centrais. Não é possível abolirmos essa forma organizativa das entidades sindicais brasileiras com uma simples penada. Seria negarmos o que votamos antes. Se votamos pela unicidade, se votamos pela estrutura sindical existente, não podemos negá-la agora, rejeitando o § 4º, como está posto.

Por outro lado, declara o § 4º: "A assembleia geral fixará a contribuição da categoria que, se profissional, será descontada em folha para custeio do sistema confederativo de sua representação sindical". Basta que votemos a emenda de minha autoria, que entrará em votação a seguir, que não mexe com a redação do § 4º; apenas lhe adiciona a expressão "de seus filiados". Portanto, essas contribuições que a assembleia venha a criar em relação aos sindicatos ou ao sistema confederativo serão descontadas em folha dos filiados dos sindicatos, não indiscriminadamente de todos. Atenderemos, assim, aos argumentos expendidos pelo Constituinte Carlos Chiarelli sem, no entanto, mexermos no sistema confederativo, sem fazermos com que os sindicatos não possam ter, por exemplo, contribuições instituídas por lei, porque a lei poderá, a qualquer tempo, criar recursos para os sindicatos, e deve poder fazê-lo sem nenhuma limitação ou proibição constitucional. Assim, somos contra a Emenda Carlos Chiarelli, para votarmos a favor da emenda de nossa autoria, que será a seguinte e que impõe que essa contribuição se dirija apenas aos filiados do sindicato.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra o Constituinte Plínio Arruda Sampaio para encaminhar contra.

**O SR. CONSTITUINTE PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO:** – Caros colegas, desejo apenas fazer um esclarecimento. A emenda do Constituinte Carlos Chiarelli permite que o desconto seja feito apenas em relação aos associados do sindicato. Ora, o sindicato não atua somente em benefício dos seus associados, mas em benefício de toda a categoria. Tem gastos para fazer esses benefícios, que ultrapassam de muito aqueles que teria se unicamente tivesse a defesa dos seus associados. Ele defende toda a categoria e, quando ganha, o faz para toda a categoria. O resultado que consegue estende-se a todos os membros da categoria. De modo que sempre foi da nossa tradição que a assembleia-geral dos sindicatos vote a contribuição e todos os da categoria paguem por ela. Esse é o mesmo defeito da emenda que vem em seguida, do Constituinte Gastone Righi, que também diz que a assembleia fixará a contribuição da categoria, que deverá ser descontada de seus filiados apenas em folha. É o mesmo problema. A solução do mesmo está na emenda supressiva do Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva, que é o Destaque nº 418. Ele mantém o texto do 2º Substitutivo do Relator Bernardo Cabral, apenas retirando a expressão "do sistema confederativo". Se ficar essa expressão, estaremos, aí sim, de certa maneira, preordenando e enrijecendo, na Constituição, um determinado tipo de estrutura sindical, quando estamos dando aos sindicatos toda a liberdade para se organizarem e estabelecerem a sua estrutura.

Dessa forma, encaminho contra o destaque e a emenda do Constituinte Carlos Chiarelli, para que se aprove o Destaque nº 418, que entrará em votação em seguida. É supressivo e permitirá que o § 4º, do art. 9º, do Substitutivo Cabral 2 seja lido da seguinte maneira: "A assembleia-geral fixará a contribuição da categoria que, se profissional, será descontada em folha, para custeio de sua representação sindical", retirando-se a expressão "do sistema confederativo".

Era o esclarecimento que queria prestar. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra o Relator José Fogaça.

**O SR. CONSTITUINTE ERICO PEGORARO:** – Sr. Presidente, para um esclarecimento.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra V. Ex.ª.

**O SR. CONSTITUINTE ÉRICO PEGORARO:** – Não sei se somente eu não estou esclarecido, ou também outros Constituintes. Mas, com a aprovação da emenda, ficou aprovado que a assembleia-geral do sindicato fixará a contribuição da categoria, que será descontada em folha para o custeio das atividades da entidade, independentemente da estabelecida em lei. O § 4º do art. 9º, do Substitutivo nº 2 do Sr. Relator, diz:

"A assembleia-geral fixará a contribuição da categoria que, se profissional, será descontada em folha, para custeio do sistema confederativo de sua representação sindical."

Então, ficou dúvida a redação, repetida duas vezes. Alerto, pois, V. Ex.ª para o fato de que, se não for suprimido o § 4º destacado, ficará uma redação tal que o Relator terá que tomar a atitude de tirá-lo por conta própria.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Aqui eu dei uma solução à questão de ordem levantada anteriormente e mostrei que houve uma falha lastimável no momento em que o autor da emenda apresentou, em tempo hábil, um manuscrito, com um acréscimo ao destaque onde diz:

"Sem prejuízo dos §§ 1º, 4º, 5º, 7º, 8º e 9º do Substitutivo nº 2."

Conseqüentemente à matéria, cairiam os §§ 2º, 3º e 6º, que ficariam com a redação que ele deu.

Tive que fazer uma interpretação na hora, porque sua intenção foi não chocar o § 4º do art. 9º do Substitutivo nº 2, com a redação da sua própria emenda. Por isso, V. Ex.ª tem razão quando fala de dubiedade. O Relator José Fogaça já me chamou a atenção para outra questão relacionada com uma diferença de redação. Estou submetendo o § 4º aos destaques, e veremos qual será o resultado da votação. Pelo resultado da votação, então compatibilizaremos a redação.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENÓINO:** – Sr. Presidente, solicito um esclarecimento: se for rejeitada a emenda Chiarelli, ficará o texto do Relator, e aquela parte da emenda será riscada?

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – É esta a decisão dada anteriormente.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS CHIARELLI:** – Sr. Presidente, a minha dúvida é sobre o § 3º da Emenda Geraldo Campos: está ou não aprovada? Está ou não sendo suscetível, neste momento, de ser substituído, se for aprovada a emenda ora em vigência? Se aquele parágrafo não tiver sido aprovado e como tal for incluído, muda a panorâmica e até a posição do próprio autor da emenda com relação à matéria. Então, quero saber se, na verdade, aquele parágrafo está ou não, neste momento, aprovado, ou se está no limbo, por enquanto.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Precisaria revestir-me de paciência franciscana para poder voltar a proclamar o que já o fiz algumas vezes. No entanto, entendo que as inteligências brilhantes sempre levantam dúvidas que são, na verdade, a origem dos acertos. Interpretamos que o Constituinte Geraldo Campos, quando fez, à mão, a ressalva, incluiu o texto do § 4º do Substitutivo 2. S. Ex.ª diz isso claramente. Se isso conflita com o § 3º da sua própria emenda, S. Ex.ª criou o conflito interno. E, como aprovamos a manutenção do § 4º, é este que está mantido.

**O SR. CONSTITUINTE PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO:** – Sr. Presidente, desejo apenas fazer um esclarecimento para dirimir essa questão. Suponhamos que o Constituinte Geraldo Campos, ao apresentar a sua emenda, tivesse feito aquele risquinho em cima do art. 3º. Nesse caso, ela não seria apresentada – não haveria problema algum. Quando escreveu ao lado que a aprovação da sua emenda não implica prejudicar o § 4º, S. Ex.ª praticamente fez o mesmo risquinho, manifestando expressamente a sua vontade – não há dúvida alguma. Estamos votando o art. 4º. Se a emenda do Constituinte Carlos Chiarelli for aprovada, o art. 4º cairá; se for rejeitada, o referido artigo permanecerá. Se a emenda do Constituinte Gastone Righi for rejeitada, ela permanecerá e iremos votar o destaque do Constituinte...

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A matéria já está vencida, e já disse isso como resposta à questão de ordem. V. Ex.ª defende brilhantemente a ausência de um procedimento, porque quando escreveu que ressalvava, S. Ex.ª deveria ter tido o cuidado de eliminar, para que o Presidente que me antecedeu não anunciasse a matéria no todo.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Sr. Presidente, em suma, o § 3º do Constituinte Geraldo Campos já caiu, porque, se não for aprovada nenhuma emenda, permanece a redação do Constituinte Bernardo Cabral.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – De acordo com o Constituinte Plínio Arruda Sampaio, S. Ex.ª implicitamente a fez cair; de acordo com a votação, explicitamente caiu.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem V. Ex.ª palavra.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, gostaria de formular um apelo ao Constituinte Carlos Chiarelli. À vista dos esclarecimentos e resguardados não só a sua atuação como o brilho de sua sustentação, peço a S. Ex.ª que retire sua emenda.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS CHIARELLI:** – Pela pertinência dos argumentos do Relator e da lúcida manifestação do Presidente da Mesa – eu, enganadamente, fiz uma guerra não diria injusta, mas inglória, porque discuti sobre um parágrafo que não existia – evidentemente retiro a emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Mas a Casa só teve a lucrar ouvindo V. Ex.ª, Constituinte Carlos Chiarelli.

**Destaque nº 0418/87, do Sr. Luiz Inácio Lula da Silva, "que suprime a expressão "do sistema confederativo" do art. 9º § 4º do Substitutivo nº 2". (152ª votação)**

Em votação o Destaque nº 418, requerido pelo Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva. S. Ex.ª quer a supressão "do sistema confederativo".

Tem a palavra o Constituinte Roberto Freire, para encaminhar a favor.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** –

Sr. Presidente, quero dizer que a emenda supressiva proposta pelo Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva, que deseja suprimir a expressão "do sistema confederativo", tem e guarda a lógica com que se aprovou a emenda do Constituinte Geraldo Campos, que determina que os trabalhadores e empregadores definirão a base territorial e o grau de suas entidades.

Não nos cabe, agora, definir um nível de organização das entidades superiores do movimento sindical. O que aprovamos com a Emenda Geraldo Campos é que os trabalhadores e os empregadores definirão suas entidades, a base territorial e sua representatividade. Portanto, não podemos agora definir um nível de organização da entidade sindical, o chamado nível confederativo.

Por questão de coerência e lógica com a Emenda Geraldo Campos, teremos que votar a favor da supressão da expressão "do sistema confederativo", ficando o § 4º da seguinte forma:

"§ 4º A Assembléia Geral fixará a contribuição da categoria, que, se profissional, será descontada em folha para custeio de sua representação sindical."

São os trabalhadores e empregadores que vão definir, nas suas assembleias gerais, a sua estrutura e a sua contribuição.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Em votação a matéria.

**(Procede-se à votação)**

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Almir Gabriel, Artur da Távola, Celso Dourado, Cristina Tavares, Egídio Ferreira Lima, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, João Herrmann Neto, José Paulo Bisol, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Sigmaringa Seixas, Antonio Mariz, José Carlos Grecco, Miro Teixeira, Nelson Wedekin, Octávio Elísio, Roberto Brant, Vicente Bogo, Paes Landim, Antônio Carlos Konder Reis, José Maurício, Lysâneas Maciel, Bocayuva Cunha, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Adolfo Oliveira, Haroldo Lima e Augusto Carvalho. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Bernardo Cabral, Carlos Sant'Anna, Fernando Bezerra Coelho, Antônio Britto, João Calmon, José Fogaça, José Ignácio Ferreira, José Richa, Milton Reis, Nelson Carneiro, Nilson Gibson, Oswaldo Lima Filho, Prisco Viana, Raimundo Bezerra, Rodrigues Palma, Virgildásio de Senna, Albano Franco, Délio Braz, Aloysio Chaves. Antônio Carlos Mendes Thame, Arnaldo Prieto, Carlos Chiarelli, Eraldo Tinoco, Francisco Benjamim, José Lins, José Santana de Vasconcellos, Luís Eduardo, João Menezes, Mário Assad, Paulo Pimentel, Ricardo Fiuza, Sandra Cavalcanti, Hugo Napoleão, Jonas Pinheiro, Gilson Machado, Ricardo Izar, Darcy Pozza, Gerson Pares, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia, Virgílio Távora, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua e José Geraldo.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 32 Constituintes; votaram NÃO 45 Constituintes. Total: 77 votos. O Destaque foi **prejudicado** por falta de **quorum**.

Em votação o Destaque nº 3721, requerido pelo Constituinte Renato Vianna.

Está presente o Constituinte Renato Vianna?  
**(Pausa)**

Ausente. Prejudicado o destaque.

**Destaque nº 5586-87 – Emenda nº ES-26029-4, do Sr. Gastone Righi, "que modifica o art. 9º § 3º do Substitutivo nº 1 (art. 9º § 4º do Substitutivo nº 2)". (153ª votação)**

Em votação o Destaque nº 5586, requerido pelo Constituinte Gastone Righi, referente à Emenda nº 26029, de sua autoria, aditiva da expressão "de seus filiados".

Tem a palavra S. Ex.ª

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, para ser breve, já que sustentamos e debatemos exaustivamente a matéria, desejaria apenas elucidar o Plenário. A minha emenda visa, única e exclusivamente, a aditar ao texto do § 4º a expressão "de seus filiados", para que as contribuições criadas pelos sindicatos se apliquem aos seus filiados e não indiscriminadamente a toda a categoria, mesmo àqueles que não queiram filiar-se a sindicatos, que é um direito assegurado pela Constituição a todos os trabalhadores.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Em votação.

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – Sr. Presidente, no entender da Relatoria já houve manifestação contrária do Plenário, embora nenhuma emenda tivesse sido votada. Houve a retirada de emendas nessa direção.

Estou sendo informado pelo ilustre Constituinte Gastone Righi de que o Constituinte Carlos Chiarelli retirou a emenda de sua autoria, a fim de que seja votada a de S. Ex.ª.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Em votação.

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – A posição da Relatoria é contrária, por entender que toda a categoria é beneficiária dos dissídios coletivos, da atividade do sindicato. Portanto, ela também deve contribuir. A posição do Relator é pela manutenção do texto.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Passase à chamada para a votação.

**(Procede-se à votação)**

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Rodrigues Palma, Virgílio de Senna, Albano Franco, Délio Braz, Aloysio Chaves, Antonio Carlos Mendes Thames, Carlos Chiarelli, Eraldo Tinoco, Luís Eduardo, Mário Assad, Ricardo Fiúza, Sandra Cavalcanti, Jonas Pinheiro, Gilson Machado, Paes Landim, Darcy Pozza, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia, Virgílio Távora, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua e Ricardo Izar. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Almir Gabriel, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Carlos Sant'Anna, Celso Dourado, Cristina Tavares, Egídio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, Antônio Britto, João Calmon, José Fogaça, José Ignácio Ferreira, José Paulo Bisol, José Richa, Milton Reis, Nelson Carneiro, Nelson Jobin, Nilson Gibson, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Prisco Viana, Raimundo Bezerra, Sigmaringa Seixas, Antonio Mariz, José Carlos Grecco, Miro Teixeira, Nelson Wedekin, Octávio Elísio, Roberto Brant, Vicente Bogo, Arnaldo Prieto, José Lins, João Menezes, José Lourenço, Paulo Pimentel, Antônio Carlos Konder Reis, Gerson Peres, José Maurício, Lysâneas Maciel, Bocayuva Cunha, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Adolfo Oliveira, Siqueira Campos e Haroldo Lima.

Durante a chamada nominal da votação do Destaque nº 153/87, o **Sr. Jarbas Passarinho**, Terceiro-Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo **Sr. Fernando Henrique Cardoso**, Quarto-Vice-Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 23

Constituintes; votaram NÃO 52 Constituintes. Total: 75 votos. O Destaque foi **rejeitado**.

Passemos ao Destaque nº 2508, de autoria do Constituinte Nelson Wedekin. **(Pausa)** Retirado. **(Palmas)**

Passemos agora ao § 5º Há um destaque do Constituinte Michel Temer relativo ao § 5º **(Pausa)** Retirado.

O Constituinte Alysson Paulinelli encontra-se presente? **(Pausa)** Prejudicado.

O Constituinte Nelson Wedekin retira seu destaque? **(Pausa)** Retirado. **(Palmas)**

Não há destaque ao § 7º **(Pausa)** O § 6º está prejudicado pela aprovação da emenda anterior.

Passemos ao § 8º O § 8º foi mantido. Há uma emenda supressiva, de autoria do Constituinte Darcy Pozza. S. Ex.<sup>a</sup> está presente? **(Pausa)** Retirado.

O Constituinte Israel Pinheiro Filho encontra-se ausente. **(Pausa)** Prejudicado.

O Constituinte Alysson Paulinelli também se encontra ausente. **(Pausa)** Prejudicado.

O Constituinte Albérico Cordeiro também se encontra ausente. **(Pausa)** Prejudicado.

Emenda substitutiva ao § 8º Pergunto ao Constituinte Ricardo Izar se vai manter o destaque.

**O SR. CONSTITUINTE RICARDO IZAR:** – Sr. Presidente, apresentei esse destaque modificando o texto e colocando-o nos seguintes termos:

"O sindicato poderá participar das negociações de acordos salariais."

Estou preocupado, pois quando apresentei o destaque lembrei-me das associações e dos círculos dos trabalhadores, principalmente nas cidades onde não há sindicatos. Pergunto ao nobre Relator: nesses casos, essas entidades poderão participar, ou os sindicatos existentes nas grandes cidades próximas é que irão fazer essa representação?

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Com a palavra o Relator. Tenho certeza de que S. Ex.<sup>a</sup> dará uma resposta satisfatória à pergunta. **(Pausa)**

Diante das argumentações **a latere** dos nobres Constituintes Gastone Righi e Erico Pegoraro, creio que o nobre colega está convencido.

**O SR. CONSTITUINTE RICARDO IZAR:** – Retiro o destaque, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Passamos ao § 9º Temos o destaque supressivo de autoria do Constituinte Eliel Rodrigues. S. Ex.<sup>a</sup> está presente? **(Pausa)** Prejudicado.

Constituinte Darcy Pozza, V. Ex.<sup>a</sup> mantém a emenda supressiva? **(Pausa)** Retirada.

O Sr. Constituinte Vladimir Palmeira está ausente. Prejudicado o destaque.

Esgotado o § 9º, passamos ao art. 10.

Concedo a palavra ao Constituinte José Lins.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Sr. Presidente, aqui está a relação distribuída pela Mesa...

**O SR.. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Nobre Constituinte, adianto a V. Ex.<sup>a</sup> que as aditivas serão votadas posteriormente, ao final.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Então é agora.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Se V. Ex.<sup>a</sup> levantar a questão de ordem, responderei. É uma questão de ordem?

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – SIM.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Então, respondendo favoravelmente. Vamos passar à votação

das aditivas antes do art. 10, que trata da greve, atendendo também à Liderança do Constituinte Antônio Britto, que estava inscrito.

O Constituinte Gastone Righi pede preferência para a votação da emenda nº 24203-2. V. Ex.<sup>a</sup> mantém o pedido de preferência? **(Pausa)** Trata-se da Emenda de nº 24203, página 2, relativa ao Destaque nº 2825. **(Pausa)** Vamos aguardar a definição do autor.

Concedo a palavra ao Constituinte José Lins.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Sr. Presidente, na relação distribuída pela Mesa não consta essa emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Segundo estou informado, a emenda consta da relação distribuída esta manhã. A não ser que no meio do caminho tenha havido alguma coisa.

Constituinte Gastone Righi pede preferência para a votação de uma emenda. S. Ex.<sup>a</sup> vai expor, primeiramente, qual é a emenda e em seguida fará sua defesa. Só então verificaremos se damos ou não a preferência. Pela votação simbólica, pergunto aos Srs. Constituintes se estão dispostos a conceder a preferência solicitada pelo Constituinte Gastone Righi a uma emenda do Constituinte Farabulini Júnior, cujo número já declinei. Os que estão dispostos...

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr. Presidente, pela ordem, apenas para esclarecer à Mesa que esta emenda é de autoria do Constituinte Farabulini Júnior, que se encontra internado em um hospital em São Paulo e me pediu que fizesse a sustentação da preferência. Como muitos a ela não tiveram acesso, esclareço que essa emenda acrescenta, onde couber, dispositivo que estabelece a obrigatoriedade do ensino, em todos os níveis, da disciplina de segurança do trabalho, criando o Sistema Nacional de Segurança do Trabalho. Portanto, a emenda só tem esse objetivo e pretendo que obtenha a preferência.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Em votação o pedido de preferência. **(Pausa)** Rejeitada.

Há um novo pedido de preferência do ilustre Constituinte Gastone Righi à Emenda nº 26033-2, de sua própria autoria.

**O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO BRITTO:** – Sr. Presidente, pela ordem.

Abusando da paciência e da gentileza da Mesa, seria possível saber-se o que diz a emenda, já que ela não consta da lista?

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS CHIARELLI:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

Por que a Mesa não se atém às emendas que estão nas listas distribuídas? Assim ficariam um pouco mais pertinentes.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Vou justificar a V. Ex.<sup>as</sup> o seguinte: são requerimentos de preferência, que sou obrigado a colocar em votação. A Emenda nº 26033/2 de autoria do Constituinte Gastone Righi diz o seguinte:

"Aos integrantes de categorias profissionais regulamentadas com atribuições exclusivas pelo exercício da profissão, são assegurados todos os direitos e benefícios previstos em lei, mesmo quando exerçam suas atividades na administração pública".

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr. Presidente, se V. Ex.<sup>a</sup> me permitir, gostaria de esclarecer o seguinte: a lei tem conferido a algumas categorias determinadas vantagens; no entanto, quando o profissional bene-



ficiado exerce atividade em Prefeituras ou na administração pública, estas não observam as vantagens ou direitos que a lei lhe confere.

Então, a emenda busca a isonomia, só isto.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – V.Ex.<sup>a</sup> não encaminhou a emenda, apenas a esclareceu. Vou colocar em votação o pedido de preferência à emenda do Constituinte Gastone Righi. **(Pausa)** Recusada a preferência.

Temos, agora, o Destaque nº 124, do Constituinte Paulo Paim, referente à Emenda nº 34286, de autoria do Constituinte Floriceno Paixão. Pergunto ao Constituinte Paulo Paim se mantém o destaque ou não. **(Pausa)** Retirado.

**Destaque nº 0136/87, do Sr. Paulo Paim – Emenda nº ES-34357-2, dos Srs. Floriceno Paixão e outros, “que adita artigo ao Título II do Capítulo II do Substitutivo nº 1 (art. 9º do Substitutivo nº 2)”. (154ª votação)**

Passemos a outro destaque do Constituinte Paulo Paim, de nº 136, em relação aos §N 1º e 2º da Emenda número 34357. O Constituinte Paulo Paim pede destaque, portanto, para uma emenda do Constituinte Floriceno Paixão, e indica o Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva para fazer a defesa. Quero esclarecer também, conforme já foi anunciado, que foi retirado o **caput**. Estamos votando apenas os §§ 1º e 2º. É uma emenda aditiva.

Com a palavra o Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva.

**O SR. CONSTITUINTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA:** – Penso que a emenda referida pelo Constituinte Paulo Renato Paim vem aprimorar a organização dos trabalhadores no local de trabalho. O § 1º diz o seguinte:

“Para a defesa dos interesses dos trabalhadores, as entidades sindicais poderão organizar comissões por local de trabalho, garantida aos seus integrantes a mesma proteção legal dispensada aos dirigentes sindicais.

§ 2º – Os dirigentes sindicais, no exercício de sua atividade, terão acesso aos locais de trabalho na sua base territorial de atuação.”

Lembro apenas aos companheiros Constituintes que as comissões de fábrica já são hoje uma realidade em algumas categorias profissionais. É importante lembrar também que a primeira comissão de fábrica nesses últimos anos constituída no Brasil foi um golpe que a Volkswagen do Brasil tentou dar no Sindicato de São Bernardo, quando ele estava sob intervenção. A direção da Volkswagen resolveu criar uma comissão para tentar contrapor-se à diretoria que estava cassada. Os trabalhadores, que não são ingênuos como alguns pensam, tiveram uma atitude de primeiro participar da comissão e depois, ao invés de fazer o jogo da Volkswagen, de defender os interesses do conjunto dos trabalhadores daquela fábrica da mesma forma que o sindicato já defendia. Hoje, em São Bernardo do Campo, Santo André, São Caetano, Osasco, Guarulhos e acredito que em outras cidades deste País já existem algumas centenas de comissões de fábrica que nada mais são do que uma extensão do sindicato no local de trabalho, garantindo a solução de centenas de problemas que não seriam resolvidos se não existisse a comissão de fábrica para dialogar diretamente com a chefia, com a supervisão e com a própria direção da empresa.

Só espero que os empresários representados nesta Constituinte e alguns prepostos de empresários aqui presentes não sejam mais retrógrados do que as empresas, inclusive multinacionais, que já criaram comissões de fá-

brica. Espero que as pessoas que em determinadas circunstâncias citam a Suécia, a Alemanha, a França, a Itália, os Estados Unidos e o Canadá como exemplos de desenvolvimento industrial e sindical fiquem agora com as comissões de fábrica e ajam como essas empresas e esses países com relação às mesmas.

As comissões de fábrica são hoje uma exigência do mundo moderno. Elas são uma exigência do conjunto da classe trabalhadora, na medida em que temos uma Justiça do Trabalho morosa, emperrada e, às vezes, até se voltando contra os interesses da classe trabalhadora.

É por isso que peço aos Constituintes de direita, de centro e de “muito pelo contrário” que votem a favor da emenda do Constituinte Paulo Paim, que virá aprimorar o movimento sindical brasileiro e dar aos trabalhadores a garantia de sua representação no local de trabalho.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Para falar contra, tem a palavra o Constituinte Ricardo Fiúza.

**O SR. CONSTITUINTE RICARDO FIÚZA:** – Sr. Presidente, vou fazer apenas uma pergunta ao meu estimado amigo Luiz Inácio Lula da Silva: não poderíamos fazer um acréscimo neste destaque? Além da proteção dessas comissões de fábrica, já que os dirigentes dos sindicatos também a têm, poderíamos fazer a proteção armada, porque aí as transformaríamos logo nas milícias sindicais revolucionárias, no grupo dos 11 ou nos comissários do povo. É muito fácil.

**O SR. CONSTITUINTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA:** – Sr. Presidente, mesmo que fosse uma pergunta séria, eu não deveria responder ao Constituinte Ricardo Fiúza. S. Ex.<sup>a</sup> traz uma experiência da região dele. **(Palmas)** A experiência histórica demonstra...

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Sr. Constituinte, V. Ex.<sup>a</sup> já fez o encaminhamento da questão. De modo que não posso permitir que continue falando. Não há esse tipo de debate. Eu agradecerá a V. Ex.<sup>a</sup> se tivesse a compreensão de não insistir.

**O SR. CONSTITUINTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA:** – Mas S. Ex.<sup>a</sup> me fez uma pergunta...

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Não existe, nesta fase, a prática de responder perguntas.

**O SR. CONSTITUINTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA:** – Então, gostaria que a Mesa respondesse a S. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – A Mesa vai responder da seguinte maneira: vamos votar a emenda que foi proposta. Vou dar a palavra ao Constituinte Edmilson Valentim, co-autor da emenda. Nessa qualidade, tem S. Ex.<sup>a</sup> o direito de falar.

**O SR. CONSTITUINTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA:** – Sr. Presidente, vou acatar a decisão da Mesa, mas um dado concreto é que fui citado nominalmente...

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Sim, mas não existe essa regra.

**O SR. CONSTITUINTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA:** – ...e a pergunta foi provocativa.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Sem dúvida alguma, a pergunta poderia ser respondida se fosse no Senado Federal, onde existe essa regra. Na Comissão de Sistematização não existe essa norma. E se foi provocativa, será melhor V. Ex.<sup>a</sup> não respondê-la.

Com a palavra o Constituinte Edmilson Valentim.

**O SR. CONSTITUINTE EDMILSON VALENTIM:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, é bom deixar

claro que estamos elaborando o capítulo sobre os direitos dos trabalhadores e todas as propostas aqui apresentadas – sem dúvida nenhuma esta é especial – têm uma importância muito grande para os trabalhadores. O nobre Constituinte Ricardo Fiúza não entende assim. Não aceitamos esse tipo de colocação provocativa, que em nada contribui para o debate, para elucidar uma proposta que, sem dúvida, é o que há de mais democrático na relação patrão-empregado nas empresas.

Uma das bandeiras da maior importância para os trabalhadores, além da sua unidade e da democracia sindical, é a questão da sua organização. E a sua organização no local de trabalho é uma experiência histórica nos países onde reina a democracia, uma experiência concreta neste País, onde os trabalhadores estão mais organizados, e nas empresas estatais, onde se respira resquício de democracia, como é o caso das associações de empresas estatais, como o IBGE, o extinto BNH, a Petrobrás e diversas empresas públicas. Nesses órgãos essas associações têm dado grandes contribuições, não somente na discussão do monopólio, mas principalmente no que diz respeito à representação desses trabalhadores.

Queria colocar também que a experiência dos trabalhadores nas comissões de fábrica tem sido de vital importância para a solução dos problemas dentro das empresas. Passei por uma experiência de ser quase presidente de uma comissão de fábrica. Digo quase, porque fui demitido às vésperas da eleição.

Esse direito dos trabalhadores de se organizarem dentro da empresa, como muito bem disse o Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva, foi implantado no Brasil como uma forma de contrapor às entidades sindicais que representam esses trabalhadores.

A organização e a consciência dos trabalhadores são fundamentais. Deve existir também o diálogo, para que os trabalhadores participem da solução dos problemas existentes no seu local de trabalho. Isso é de fundamental importância para a sua atividade sindical como um todo.

Resta-nos pedir, aos membros desta Comissão, que já ratificaram a liberdade sindical, a unicidade sindical e diversas conquistas importantes para os trabalhadores, que ratifiquem mais esse direito de se organizar dentro dos locais de trabalho, tal qual já existe hoje em diversas empresas públicas e privadas. Só resta ratificar mais esse direito para irmos ao encontro da democracia, que, sem dúvida alguma, é o desejo do plenário da Comissão de Sistematização, à revelia das propostas provocativas do Constituinte Ricardo Fiúza. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Não havendo mais oradores inscritos, pergunto ao Relator se deseja fazer uso da palavra. **(Pausa)** Tem S. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, os Constituintes Luiz Inácio Lula da Silva e Edmilson Valetim têm recebido desta Relatoria provas inequívocas de estima. Acontece que ambos, com a devida vênia, acabam de cometer um duplo engano. Em primeiro lugar, no capítulo Dos Direitos Sociais, todos os itens são afirmativos. Cria-se agora aqui um facultativo.

O Relator teve o cuidado – e me parece que talvez essa seja uma das grandes conquistas – de incluir no 2º Substitutivo o seguinte: “A entidade sindical cabe a defesa dos direitos e interesses da categoria, individuais ou coletivos, inclusive – este era um velho sonho – como substituto processual em questões judiciais ou administrativas.

A emenda, ao estender a apreciação deste artigo, quer a inclusão de dois parágrafos para defesa desses direitos, já consagrados afirmativamente de forma abrangente no

substitutivo. O texto constitucional é restritivo quando transmite a idéia de que só as comissões por local de trabalho é que poderão ser criadas e não outras modalidades para que se amplie, se regularize e se faça a análise desse direito.

Nesta circunstância, quando estamos afirmando que são todos eles afirmativos, não posso aceitar uma emenda que diz “poderão”, que é uma faculdade. Não faz sequer uma afirmativa, o que é natural até para uma legislação ordinária. Portanto, é de forma dolorosa, deplorante – e sabem S. S.<sup>as</sup> quanto tenho sido colaborador nos avanços – que tenho de votar contrariamente a esta emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Feito o esclarecimento do Relator, passa-se à votação.

Peço ao Sr. Secretário que proceda à chamada.

**(Procede-se à votação)**

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Almir Gabriel, Artur da Távola, Carlos Mosconi, Celso Dourado, Cristina Tavares, Fernando Henrique Cardoso, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, José Fogaça, José Paulo Bisol, Osvaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Sigmaringa Seixas, Virgildásio de Senna, Antonio Mariz, José Carlos Grecco, Miro Teixeira, Nelson Wedekin, Octávio Elísio, Rose de Freitas, Uldurico Pinto, Vicente Bogo, José Maurício, Lysâneas Maciel, Bocayuva Cunha, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Haraldo Lima e Roberto Freire. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Bernardo Cabral, Carlos Sant’Anna, Egídio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Antônio Britto, João Calmon, José Ignácio Ferreira, José Richa, Nelson Carneiro, Nilson Gibson, Pimenta da Veiga, Prisco Viana, Raimundo Bezerra, Rodrigues Palma, Wilson Martins, Albano Franco, Délio Braz, Euclides Scalco, Antoniocarlos Mendes Thame, Arnaldo Prieto, Carlos Chiarelli, Eraldo Tinoco, José Lins, José Santana de Vasconcellos, Luís Eduardo, João Menezes, Mário Assad, José Lourenço, Paulo Pimestel, Ricardo Fiúza, Sandra Cavalcanti, Jonas Pinheiro, Gilson Machado, Ricardo Izar, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Gerson Peres, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia, Virgílio Távora, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Adolfo Oliveira e Siqueira Campos.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– A Mesa vai proclamar o resultado: votaram **SIM** 31 Constituintes; votaram **NÃO** 45 Constituintes. Total: 76 votos. O Destaque foi **prejudicado** por falta de **quorum** qualificado.

Com a palavra o Constituinte Nelson Carneiro para uma questão de ordem.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – Sr.

Presidente, na sessão de ontem o nobre Relator Bernardo Cabral sugeriu uma fórmula para que tivessem um andamento mais rápido os trabalhos desta Comissão. Com este objetivo, quarenta e seis titulares e dois suplentes, os Constituintes Euclides Scalco e Nelson Wedekin – que foram os únicos suplentes procurados – assinaram um documento que com a assinatura – espero – do Constituinte Bernardo Cabral, completará as quarenta e sete assinaturas de membros titulares da Comissão de Sistematização. O texto da sugestão que queremos oferecer à Mesa para estudo dos líderes, como colaboração, diz o seguinte:

“Mantida inalterada a votação por títulos, já decidida pela Mesa da Assembléia Nacional Constituinte, será permitida a votação de capítulos ou de seções e subseções de um ou mais capítulos do mesmo título, desde que integrados por emendas devidamente destacadas e o requerimento seja subscrito por 47 membros efetivos da Comissão de Sistematização.”

Com isso poderemos, numa só emenda, votar várias seções e vários capítulos do mesmo título. Respeitamos a ordem das votações dos títulos e asseguramos a possibilidade de uma só emenda dar a solução de várias seções. Por isso, Sr. Presidente, como uma colaboração aos trabalhos da Mesa, no intuito de apressar os resultados da Comissão de Sistematização, em nome desses 48 signatários, dos quais 46 efetivos – esperando que o nobre Relator seja o 47º – estou encaminhando a V. Ex.<sup>a</sup> este requerimento.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Pois não, Senador. Recebo o requerimento de V. Ex.<sup>a</sup>. Espero que o Relator o subscreva, como disse V. Ex.<sup>a</sup>, e encaminharei o seu requerimento à Mesa da Comissão de Sistematização. Essa matéria, naturalmente, não pode ser resolvida de plano pela Presidência, mas é uma sugestão que pode ser útil para acelerar o nosso trabalho de forma ordenada.

**O SR. CONSTITUINTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Pois não.

**O SR. CONSTITUINTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA:** – Há algum tempo, aliás desde o dia que começamos os trabalhos da Comissão de Sistematização, seja de manhã, seja de tarde ou de noite, um Constituinte pede a palavra pela ordem para fazer queixa contra a imprensa, que está falando mal da Comissão. Ouvimos hoje, aqui, a companheira Constituinte Sandra Cavalcanti referindo-se ao discurso do Dr. Saulo Ramos, à entrevista etc.

Agora, Sr. Presidente, desejo pedir a V. Ex.<sup>a</sup> – se estiver presidindo a sessão de amanhã no seu início – que chame a atenção dos Srs. Constituintes para uma coisa: marcamos, todo dia, o começo dos trabalhos para as 9 horas, mas nunca começamos nesse horário porque não existe **quorum** pelo menos até às 10 horas e 30 minutos todo santo dia. Ou seja, perdemos uma hora e meia pela manhã. Depois do almoço não começamos às 15 horas e sim às 16 e após as 18 ou 19 horas nada mais é aprovado aqui porque a maioria dos Constituintes já foi embora.

Assim sendo, é importante que amanhã, pela manhã, o Presidente chame todos os Srs. Constituintes – inclusive este orador – à responsabilidade, pois não é apenas retirando destaques que agilizaremos nossos trabalhos. Hoje, por exemplo, se todos os membros da Comissão de Sistematização estivessem presentes, poderíamos, com uma ação de graças, acabar este capítulo e já amanhã iniciar outro.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – É uma proposta de V. Ex.<sup>a</sup>?

**O SR. CONSTITUINTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA:** – Proponho a prorrogação desta sessão, porque não é possível amanhã, pela manhã, começarmos a sessão discutindo outra vez o mesmo assunto, que poderia já estar concluído. Tenho pena das meninas taquígrafas que estão aqui, e dos demais funcionários, mas não há outro jeito. Todo mundo está ansioso pelo término dos trabalhos, pois existe uma pressão da sociedade em cima de nós. Vamos prorrogar a sessão até acabar a apreciação deste capítulo.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Estou aqui diante de uma preocupação do Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva. Na verdade, S. Ex.<sup>a</sup> faz um requerimento verbal de prorrogação da sessão. Acho que o Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva tem muita razão quando chama a atenção dos Constituintes no sentido de que a presença é indispensável. Peço, portanto, aos colegas Constituintes que estejam aqui, amanhã, pontualmente às 9 horas.

Amanhã haverá duas sessões – uma de 9 às 13 horas e outra de 15 até as 20 horas. Acho que isso é importante. Vamos pedir aos ausentes que compareçam. Vamos orar para que os ausentes compareçam. Mas não tenho condições, a esta altura, de prorrogar a sessão.

**A SRA. CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Dou a palavra pela ordem à nobre Constituinte Cristina Tavares.

**A SRA. CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES:** – Sr. Presidente, desejo referir-me a dois pontos distintos. Ontem, quando presidia esta Comissão o Constituinte Jarbas Passarinho, fiz uma referência ao suposto grampeamento do telefone do Constituinte Mário Covas e, segundo um noticiário de jornal, o telefone de V. Ex.<sup>a</sup> e até o do Constituinte Luiz Henrique também estariam sendo grampeados. Lembrava eu na ocasião que, além de ser inconstitucional, esta Assembléia não poderia ficar apática. Pedi à Mesa que fizesse diligência junto às autoridades competentes para dar uma satisfação a esta Assembléia.

Em segundo lugar, como membro da Comissão que deveria estar estudando este famoso painel eletrônico, quero informar à Casa que o funcionário da AEG, parece, é invisível. Tenho procurado por ele várias vezes: às 10 horas, está dormindo; às 15 horas, não chegou; às 16 horas, já saiu. Quero comunicar que me retiro desta Comissão. Não estou disposta a avaliar o que considero ser uma sabotagem contra a Comissão de Sistematização. Repinto que me retiro oficialmente da Comissão, porque não consegui sequer enxergar o representante, o funcionário dessa empresa multinacional encarregada de executar o serviço. Parece-me que há forças políticas que não querem que este painel funcione, as mesmas que não querem ver as decisões fundamentais da Assembléia Nacional Constituinte votadas. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Aceito o seu pedido de demissão.

**O SR. CONSTITUINTE HAROLDO LIMA:** – Sr. Presidente, pela ordem, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE HAROLDO LIMA:** – Sr. Presidente, nesta questão de ordem formulo um pedido de explicação a V. Ex.<sup>a</sup>. Há mais de 20 dias, reiteradas vezes, diversos Parlamentares, entre os quais me incluo, levantaram para a Presidência da Mesa esta questão ora reposta pela Constituinte Cristina Tavares. Diversas explicações nos foram dadas. Na verdade, já existe certo clima de chacota entre nós. Alguns falam que o assunto será resolvido amanhã, outros, depois de amanhã. Um terceiro pergunta qual a notícia que se dá naquele dia. Com a seriedade que a Constituinte está a exigir, há necessidade de fazermos com que esse painel funcione o mais rápido possível. Já temos um problema político criado. Parece que está existindo – e agora a Constituinte Cristina Tavares retira-se da Comissão denunciando isto – uma eventual sabotagem à Constituinte. É uma denúncia séria, formulada por uma Deputada e Constituinte membro – acaba de afastar-se – de uma comissão indicada pela Mesa para examinar esse assunto. Diversos líderes já falaram sobre o caso. Achamos que existe certo mistério a respeito desta questão, o que é intolerável. Na verdade, quem comanda esse processo? Quem dirige esta Constituinte? É a Presidência, da Assembléia Nacional Constituinte? É quem dirige esta Comissão de Sistematização? É a sua Presidência, ou algum ser estranho, como parece? Quem sabe, há uma firma por trás disso, a serviço não se sabe de quem! Sr. Presidente, existe certa afronta à soberania desta Constituinte e da Comissão de Siste-

matização. É necessário um tratamento sério, uma resposta à altura, cabal e conclusiva, proveniente da Mesa, a respeito desse tema que já se está tornando rumoroso. Por isso, a Mesa está com a palavra e no dever de dar uma resposta séria para esta nossa preocupação.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Pois não, Sr. Constituinte Haroldo Lima. Pergunto se está presente o Constituinte José Jorge. **(Pausa)** Está ausente.

A informação que me foi dada neste instante é que os técnicos trabalham depois que acaba a sessão, em razão dos testes que são feitos de madrugada. Esta é a informação de que disponho neste momento. O outro esclarecimento que me foi dado – e sou, no caso, tão jejuno na matéria quanto V. Ex.<sup>a</sup> sobre o estado real da situação, embora eu também tenha procurado informar-me – é de que, se houver condições de teste, ainda esta semana, portanto amanhã ou depois, o painel estará funcionando. A Constituinte Cristina Tavares levantou uma questão importante, e a Mesa conversará com a Presidência da Assembléia Nacional Constituinte para que o assunto seja devidamente esclarecido. Eu próprio não cheguei a entender o que aconteceu com o contrato. Não tenho a impressão de haver sabotagem política, mas acho que deve haver, sim, uma negociação mal conduzida, do ponto de vista do pagamento de contratos, ou talvez excesso de demanda, com relação à necessidade adicional, para que o programa seja feito. Não posso ir além disso porque será mera suposição.

**A SRA. CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES:** – Quer dizer que V. Ex.<sup>a</sup> admite não ser sabotagem política, mas sim incompetência administrativa?

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Não admito, apenas sugiro...

**A SRA. CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES:** – V. Ex.<sup>a</sup> está sugerindo que é incompetência administrativa do Presidente da Assembléia Constituinte ou de outra pessoa?

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – V. Ex.<sup>a</sup> sabe que o Presidente da Assembléia Nacional Constituinte é também o Presidente do meu partido e eu seria incapaz de reconhecer, mesmo de longe, qualquer defeito em S. Ex.<sup>a</sup>.

**A SRA. CONSTITUINTE ROSE DE FREITAS:** – Sr. Presidente, gostaria que me fosse dado um esclarecimento, se possível, porque, novata como sou nesta Casa, tive outro aprendizado na Assembléia Legislativa de onde vim. Encaminhei a essa Mesa, há alguns dias, um requerimento apoiado pela maioria dos membros da Comissão de Sistematização em que sugeria uma nova agenda de trabalho para as terças e quintas-feiras, antes de a Mesa decidir sobre o novo plano de trabalho da Sistematização. Queria que V. Ex.<sup>a</sup> me respondesse, porque realmente estou querendo esclarecer essa questão. Esse requerimento não foi votado e a Mesa decidiu de maneira soberana – e é essa a minha dúvida – que daí para frente a pauta de trabalho seria outra. Gostaria de saber se, sobre a decisão do plenário, prevalece a decisão da Mesa. A resposta ao meu requerimento não houve e eu, na minha perplexidade e talvez até na minha ingenuidade, mereço uma resposta.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Nobre Constituinte, não sei se me junto à sua perplexidade ou à sua ingenuidade. Assim talvez nós dois juntos possamos trilhar os caminhos difíceis pelos quais passou esse requerimento. Até onde posso estar informado, dentro das minhas limitações, houve a decisão de se adotar o novo cronograma que estamos seguindo: de segundas às quintas-feiras, de 14h30min às 20h30min; sextas-feiras de 9h30min às 13:00h e de 15:00h às 20:00h; e aos sábados de 9:00h às 13:00h. Foi esta a decisão da Mesa comunicada

ao plenário. Como não houve contestação, o requerimento de V. Ex.<sup>a</sup> foi considerado prejudicado.

**A SRA. CONSTITUINTE ROSE DE FREITAS:** – Mas não poderia, Sr. Presidente, porque a essa decisão da Mesa antecedeu um requerimento que encaminhei. É por isso que peço a V. Ex.<sup>a</sup> que me esclareça, porque vai encurtar meu trabalho e poupar meu esforço de não encaminhar novos requerimentos, em sabendo que a Mesa poderá amanhã desconsiderá-los numa decisão unilateral.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – V. Ex.<sup>a</sup> me perdoará, mas eu disse que, dentro das minhas limitações de ingenuidade e de perplexidade, é a informação que tenho. Houve prejudicialidade por decisão da Mesa. Que eu saiba, cabe a ela decidir sobre essa matéria.

**A SRA. CONSTITUINTE ROSE DE FREITAS:** – Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup> a explicação considerando democraticamente sua limitação.

### III – SUSPENSÃO DA REUNIÃO

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – A Presidência vai suspender os trabalhos, convocando os Senhores Constituintes para a continuação da presente reunião, amanhã, 16-10-87, às 9:00h.

Está suspensa a reunião.

**(Suspende-se a reunião às 20h40min)**

**EM 16 DE OUTUBRO DE 1987 (1)**

Presidência dos Srs.: **Jarbas Passarinho**, Terceiro-Vice-Presidente, e **Fernando Henrique Cardoso**, Quarto-Vice-Presidente.

### I – REABERTURA DA REUNIÃO

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Havendo número regimental, declaro reaberta a reunião.

### II – EXPEDIENTE

#### OFÍCIO

**Do Sr. Vice-Líder no exercício da Liderança do PDT:**  
Of. nº 165/87

Brasília, 16 de outubro de 1987

A Sua Excelência o Senhor  
Constituinte Ulysses Guimarães  
DD. Presidente da Assembléia Nacional Constituinte

Nesta

Senhor Presidente,  
Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência o Senhor Constituinte Carlos Cardinal para substituir-me na Comissão de Sistematização, no dia 17 de outubro do corrente ano.

Informo, outrossim, que, de acordo com o Ofício S/N, de 15-10-87, do Líder do PDT, Constituinte Brandão Monteiro, estarei como titular da referida Comissão.

Na oportunidade, apresento a Vossa Excelência protestos de consideração e apreço. – Constituinte **Vivaldo Barbosa**, Vice-Líder no exercício da Liderança do PDT.

### III – ORDEM DO DIA

#### VOTAÇÃO DO PROJETO DE CONSTITUIÇÃO

#### TÍTULO II (Continuação)

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Estamos votando a matéria "onde couber", como foi interrompida ontem ao fim da reunião.

Em votação o Destaque de número 41, que foi requerido pelo Constituinte Cunha Bueno. S. Ex.<sup>a</sup> se encontra ausente. Prejudicado o destaque.

**Destaque nº 0138/87, do Sr. Paulo Paim – Emenda nº ES-34359/9, dos Srs. Floriceno Paixão e outros, "que adita artigo ao Título II, Capítulo II do Substitutivo nº 1 (art. 9º do Substitutivo nº 2). (155ª votação)**

Em votação Destaque de número 138, de autoria do Constituinte Paulo Paim, à emenda de autoria do Constituinte Floriceno Paixão.

O Constituinte Paulo Paim indicou por escrito dois Constituintes, para defesa: Srs. Luiz Inácio Lula da Silva e José Genoíno.

O texto da emenda é:

"Nas entidades de orientação, de formação profissional, cultural, recreativa e de assistência social, dirigidas aos trabalhadores, é assegurada a participação tripartite de Governo, trabalhadores e empregadores."

Tem a palavra o Constituinte José Genoíno.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Sr. Presidente, brevemente quero apelar a esta Comissão para que a Emenda nº 34359, do Constituinte Floriceno Paixão, destacada pelo Constituinte Paulo Paim, seja aprovada.

Vamos, aqui, deixar esta questão simplificada e devidamente colocada em seu respectivo lugar. Quando a Comissão da Ordem Social discutiu esse problema, surgiu um movimento nacional, uma verdadeira campanha de denúncia de que se queria acabar com o SESC/SENAC, que era algo bem organizado, moderno, competente, o que não era verdade.

O que a Comissão da Ordem Social pretendia era, exatamente, a universalização do sistema.

Agora, faço um apelo aos que sinceramente se preocuparam pela manutenção desses órgãos, dessas entidades de orientação e de formação profissional, recreativa, cultural e assistencial – que elas têm, isso é inegável, ninguém vai dizer aqui que não é verdade, elas manuseiam, elas têm o produto da contribuição dos trabalhadores brasileiros: vamos aprovar um princípio de participação tripartite nessas instituições, nesses organismos, isto é, teríamos uma administração do Estado, dos empresários e dos trabalhadores. Aí colocam-se, no meu entender, os pontos nos "ii". Se é verdade que o SESC/SENAC são instituições necessárias, importantes e aceitas e se é verdade, também, que elas têm, que elas usam, que elas trabalham com a contribuição direta do trabalhador brasileiro, por que o trabalhador não participa da administração? Por que não se constitui aqui uma participação tripartite? Eu até sou daqueles que defendem, e temos um destaque neste sentido, que o mais correto era a participação paritária. E temos um destaque defendendo a participação paritária, porque diz respeito a uma relação com o Estado, e temos que cortar esta relação cartorial. Mas não é esse o assunto que vai ou não a debate. O que estamos querendo agora é uma medida – para usar a palavra com que os ilustres empresários não se assombrem, é menos radical –, é uma participação tripartite nessas instituições. E é inconcebível que se negue aos trabalhadores brasileiros a participação na administração, a participação nessas instituições, à medida que, concretamente, objetivamente, elas se movem, elas trabalham com o dinheiro, com a contribuição do trabalhador brasileiro. Por isto é que apelo para a aprovação da emenda do Constituinte Floriceno Paixão, destacada pelo Companheiro Paulo Paim. Essa emenda, repito, busca estabelecer um critério de democracia em relação à utilização, à administração de dinheiro do trabalhador brasileiro.

Não podemos aceitar que essas instituições que trabalham com o dinheiro do trabalhador neguem ao trabalhador a participação nessas mesmas instituições. Por isto, apelo à Comissão, ao ilustre Relator, para que essa emenda seja aprovada, porque, no meu entender, ela relaciona, ela adequa corretamente a questão da democracia política da participação da gestão com a contribuição que o trabalhador tem para manutenção destas entidades.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra o Constituinte Celso Dourado, para encaminhar contra.

**O SR. CONSTITUINTE CELSO DOURADO:** – Sr. Presidente, a escola é de extraordinária importância na vida da pessoa humana, mas ela, neste País, fracassou. Somos um País hoje com alto desenvolvimento tecnológico no setor de comunicação e ainda temos mais de 30 milhões de analfabetos. Então, temos de reconhecer que o nosso modelo de escola e de educação fracassou. Defendo a democratização do ensino. Sou defensor da escola pública; faço questão de defendê-la em todos os sentidos, mas sou crítico da escola pública, porque, lamentavelmente, ela tem-se tornado uma escola burocrática, clientelista e com sérias distorções. Temos que lutar para reverter este quadro. Defendo a heterogeneidade neste setor de educação e de escola. Se o SESC e o SENAI estão funcionando razoavelmente bem, estão dando uma contribuição adequada à nossa sociedade, não sei o porquê dessa preocupação de interferir, modificar, alterar, extinguir este setor que vai bem. Posso concordar perfeitamente com a preocupação de democratizar. É bom que a escola seja democrática, mas não há necessidade de colocarmos na Constituição um artigo definindo essa realidade, ainda mais que é um setor da escola que está indo bem. Podemos perfeitamente deixar a questão aberta para que os trabalhadores, junto aos empregadores, possam ter diálogos sobre este assunto, visando melhorar o funcionamento, visando democratizar, porque a escola só vai bem quando democrática, a escola só vai bem quando heterogênea, só vai bem quando serve a todos. Não podemos concordar com esta preocupação de colocar na Constituição uma decisão que chega a esses detalhes, de determinar qual vai ser a participação dos empregadores ou dos trabalhadores neste setor. O importante é defender um setor da educação que está indo razoavelmente bem num quadro lamentável da educação brasileira que vai mal, e que temos de reconhecer que o nosso modelo de escola fracassou, porque temos o setor de comunicação bastante desenvolvido, mas ainda temos um número lamentável de mais de 30 milhões de analfabetos. É preciso modificar, alterar essa realidade da vida do nosso povo, porque a escola é tão importante quanto o pão nosso de cada dia. Só não concordo com essa preocupação do ilustre Constituinte que me antecedeu, sugerindo que interferimos nesses detalhes, alterando um setor da escola brasileira que funciona razoavelmente bem. Se visa melhorar, democratizar, concordo, mas não há necessidade de definirmos na nossa Constituição os detalhes e as minúcias a respeito da estratégia do funcionamento dessas instituições, hoje reconhecidas e valorizadas na nossa sociedade e que têm dado uma contribuição muito significativa.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Para encaminhar favoravelmente, tem a palavra o Constituinte Nelson Friedrich.

**O SR. CONSTITUINTE NELTON FRIEDRICH:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes a emenda do Constituinte Floriceno Paixão, subscrita por dezenas de Constituintes, tem objetivo muito evidente, exatamente de democratizar a gestão desses órgãos, dessas entidades, dessas atividades que dizem respeito diretamente ao trabalhador. Se nós nos reportamos a outros exemplos que temos, embora em outra esfera de ação, o que tivemos com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço que envolvendo atividade trabalhadora, recolhendo em cima da atividade do trabalha-

dor boa parte da sua arrecadação, do seu fundo, é que não temos a participação dos trabalhadores nessas administrações.

Tenho como hábito basear-me no Programa do PMDB. Assim, podemos verificar que há uma recomendação muito clara no Programa partidário, de que é inaceitável a não participação dos trabalhadores na administração dos fundos sociais, e assim por diante. Quer dizer, o controle, a participação dos trabalhadores assalariados é imprescindível sob todos os aspectos e assim diz o Programa do PMDB, na sua página 29, quando fala dos sindicatos, das reivindicações dos trabalhadores e assalariados. Quando nos reportamos à questão do Sesi, Senai, Senac, Sesc, verificamos que aí também houve um vesguismo autoritário, porque temos hoje em boa parte dessas entidades uma composição no seu Conselho, na sua administração, de 15 membros, de 12 membros, e apenas um representante dos trabalhadores. Em muitos desses órgãos há a presença de apenas um representante dos trabalhadores, de um representante do Ministério do Trabalho, de um representante do Ministério da Previdência e demais representantes dos empregadores.

Ora, é preciso que possamos inaugurar uma nova fase neste País, em que aquilo que diz respeito aos trabalhadores tenha a presença dos trabalhadores nesse processo de autogestão, de co-gestão, de administração realmente democratizada.

Sr. Presidente, sabemos, por exemplo, que o SENAI, Sesi, SESC, SENAC têm hoje um orçamento extraordinário. Segundo levantamentos feitos, muitos Estados têm orçamento menor do que o orçamento global desses órgãos, dessas entidades. É preciso que tenhamos a presença dos trabalhadores, sim.

Há quem possa argumentar que esses recursos provêm do empresariado, o que é meia verdade, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, porque, se recolhe 1% sobre a folha, é evidente que esse recolhimento se repassa, e, ao se repassar, se socializa, porque são os consumidores, os contribuintes como um todo, portanto, os cidadãos, as cidadãs, que acabam sofrendo e carregando essa contribuição no repasse que se faz no produto final ao contribuinte. Ora, se socializa essa arrecadação no ponto final, por que não temos a presença dos trabalhadores nessa administração? Que haja a permanência do Ministério do Trabalho, é importante; que haja a presença do Ministério da Previdência, é fundamental, mas por que não ampliar essa presença dos trabalhadores? E aí a justiça, a clara justiça desta emenda, como disse, subscrita por mais de 50 Srs. Constituintes, para que nas entidades de orientação, de formação profissional, cultural, recreativa e de assistência social dirigidas aos trabalhadores seja assegurada a participação tripartite de governo, trabalhadores e empregadores.

Sr. Presidente, muito se falou, muito se escreveu que se pretendia acabar com essas entidades de orientação. Nós apenas e tão-somente estamos querendo a democratização dessa administração, a co-gestão dessas entidades. Volto a um ponto básico da convenção do PMDB do ano passado, de que a construção da ordem democrática continuará uma obra incompleta enquanto não ocorrer a revisão total das leis que regulam as relações trabalhistas, particularmente aquelas referentes à organização sindical, à negociação coletiva, ao exercício da greve e outras formas.

É por isso, Sr. Presidente, que precisamos também compreender que até para a elaboração da Constituinte nós contamos com as emendas populares, procurando inaugurar uma nova experiência inédita, quem sabe, no mundo, nos processos construtivos de novas Constituições, se estamos tentando ter a participação da sociedade, quem

sabe, pela primeira vez, buscando construir o sujeito coletivo nacional, que ainda não existe no País, onde muito mais somos objetos do que sujeitos da História, em todas as relações precisamos compor e ter este valor extraordinário da participação.

Ninguém na verdade se entusiasma, ninguém na verdade vibra, na medida em que não participa das coisas. É um ensinamento antigo, é um ensinamento dos momentos iniciais até das civilizações, que quanto mais houver a participação mais haverá o respeito e a aplicação das iniciativas e das decisões.

Por isso, faço aqui um apelo, Sr. Presidente, a todos os Constituintes de todos os partidos políticos, numa demonstração de respeito ao trabalhador, de respeito ao empresário, de respeito aos órgãos de governo ligados a essas atividades: vamos premiar essas entidades de orientação, até para não burocratizá-las, mas para democratizá-las, para que nós tenhamos a participação tripartite de governo, trabalhadores e empregadores nessa orientação e nessa gestão. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra, para encaminhar contra, o Constituinte Gerson Feres.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, desde que me entendo, há um grupo de brasileiros que olha o Sesi, o SENAI, o SESC e o SENAC com olho grande, pretendendo botar a mão através da intervenção. Foi assim no Governo de Jânio Quadros e no Governo de Juscelino Kubitschek; no governo revolucionário também várias tentativas foram feitas para estatizar esses empreendimentos. É com esses empreendimentos que a empresa brasileira pôde e pode mostrar ao mundo do que é capaz, porque foi criatividade do próprio empresariado, com uma estrutura *sui generis*, típica, onde nada foi copilado integralmente. Durante estes quarenta anos, cerca de cinco milhões e meio de brasileiros tiveram a oportunidade de se formar profissionalmente e de receber assistência social. Essas entidades, criadas e administradas pela iniciativa privada, são, no meu entendimento, uma bofetada nas entidades similares do Governo que são ineficientes, são de má qualidade, são mal administradas e não atingem os objetivos a que se propõem.

Ouvi, há pouco, um parlamentar, meu colega, dizer que é nessas entidades onde há mais corrupção. É uma mentira deslavada. Se ele é um parlamentar e conhece a corrupção, que suba à tribuna e venha provar a corrupção. Não vai conseguir provar, porque ele não conhece o mecanismo administrativo dessas entidades. Essas entidades são espontaneamente fiscalizadas pelo Tribunal de Contas. Uma atitude que poucos têm a coragem de tomar. Pedimos ao Tribunal de Contas para fiscalizar o dinheiro arrecadado compulsoriamente dos empregadores. Dizer que esses recursos são repassados no preço já está cheirando à balela: não tem procedência. Pergunto a esses que argumentam favoravelmente à estatização: o que é repassado no preço ao contribuinte? Até a taxa de expediente do governo, até o papel que o governo gasta quando quer protocolar uma petição, tudo é repassado. Mas uma verdade é incontestável: os recursos que sustentam essas entidades são pagos pelos empregadores, que prestam um serviço inestimável à Nação.

Essas entidades são tão eficientes e são orgulho do nosso País, que geraram outras similares no mundo. Eu citaria o INCE na Venezuela, o INACAP no Chile, o UTU no Uruguai, o SENATTI no Peru, o SENA na Colômbia; são todas originárias do nosso modelo e estruturadas dentro do sistema administrativo que essas entidades adotam. Daí o êxito dessas entidades nos países latino-americanos. Será possível que nós não temos o direito de dizer que ao menos de pouca coisa devemos ter orgulho no Brasil?

Pois bem, quando viajei pela Europa, pude verificar que muito se falava nos centros universitários europeus sobre Pelé e Oscar Niemeyer; além disso, pouca coisa se falava do Brasil. Mas, em relação ao SENAI, SESI, SESC e SENAC, não há um universitário europeu, norte-americano que não conheça a eficiência dessas entidades. Muitos dos seus alunos vêm para cá fazer estágios para adquirir melhores condições de profissionalização, de qualificação profissional.

Concluindo, Sr. Presidente, é preciso botar para fora dessas entidades os tentáculos do Estado. A intervenção do Estado nessas entidades contraria a opinião de milhões de brasileiros e não satisfaz aos interesses dos trabalhadores, que andam correndo de onde há o dedo do Governo, porque aí, sim, é que se institui o antro da corrupção, da interferência político-partidária. Nessas entidades, ali dentro, esses fatores não existem: estuda o filho do operário comunista, o filho do operário socialista, o filho do operário da direita, o filho do operário da esquerda, sem distinção nenhuma.

Defendo essas entidades e acho que os nossos colegas devem dar à população brasileira uma resposta, rejeitando esta emenda intervencionista que deseja acabar com o que o Brasil ainda tem de bom e de melhor para beneficiar os trabalhadores brasileiros.

Era o que desejava dizer, Sr. Presidente. **(Muito bem! Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Com a palavra o Sr. Relator.

**O SR. RELATOR (Adolfo Oliveira):** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, tem o Relator-Geral a maior simpatia, como, de resto, todos nós, pelos critérios que assegurem a efetiva participação da sociedade nos órgãos que devam ter vinculações com os interesses dos trabalhadores.

Nada obstante esta disposição nossa, que já está consagrada no projeto, quando, no art. 6º, IX, se assegurou a participação na gestão da empresa, parece-nos que a emenda não vem atender, na realidade, aos interesses da grande massa trabalhadora.

Não temos dúvidas das superiores intenções do seu ilustre autor, mas a verdade é que, no caso, ainda mais com a inclusão da figura do Estado como participe na condução dos interesses dessas entidades, o que se configura é uma verdadeira intervenção, que não é desejável quando se tem notícia de que razoavelmente elas vêm sendo mantidas e prestando seus serviços.

Apenas para concluir, lembraria que, há poucos dias, lendo com toda a atenção dados biográficos do nosso estimado colega e grande líder dos trabalhadores Luiz Inácio Lula da Silva, encontramos a lembrança de que sua formação básica profissional, como torneiro-mecânico, S. Ex.<sup>a</sup> a adquiriu no Senai, e, portanto, no seu íntimo, é um dos muitos e muitos brasileiros e trabalhadores que guardam uma boa lembrança daquela oficina de trabalho que é o SENAI, como de resto são as demais entidades do gênero.

Mais adiante, quando se cogitar dos direitos sociais, devemos encarar e devemos providenciar mecanismos de participação de trabalhadores, empregados e empregadores na administração até de fundos que sejam geridos e mantidos com os seus recursos.

No momento, muito a contragosto, nos vemos compelidos a votar contrariamente à emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Em votação. **(Pausa)**

### **(Procede-se à votação)**

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Cristina Tavares, Haroldo Sabóia, José Paulo Bisol, José Ulisses de Oliveira, Nelton Friedrich, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Raimundo Bezerra, Sigmaringa Seixas, João Agripino, Nelson Wedekin, Octávio Elísio, Uldurico Pinto, José Maurício, Lysâneas Maciel, Luís Salomão, Gastone Righi, Ottomar Pinto, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Haroldo Lima, Roberto Freire e Beth Azize. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Artur da Távola, Bernardo Cabral, Carlos Sant'Anna, Celso Dourado, Egídio Ferreira Lima, Fernando Lyra, Antônio Britto, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nilson Gibson, Pimenta da Veiga, Prisco Viana, Rodrigues Palma, Virgildásio de Senna, Albano Franco, Daso Coimbra, Alcení Guerra, Aloysio Chaves, Arnaldo Prieto, Eraldo Tinoco, José Lins, José Santana de Vasconcellos, José Thomaz Nonô, Luís Eduardo, João Menezes, Mário Assad, José Lourenço, Ricardo Fiúza, Sandra Cavalcanti, Enoc Vieira, Hugo Napoleão, Edison Lobão, Jonas Pinheiro, Gilson Machado, Mozarildo Cavalcanti, Paes Landim, Ricardo Izar, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Gerson Peres, José Luiz Maia, Virgílio Távora, Francisco Rossi, Adolfo Oliveira, Siqueira Campos. **ABSTENÇÃO** do Senhor Constituinte Jarbas Passarinho.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 25 Constituintes; votaram NÃO 45 Constituintes; absteve-se de votar 1 Constituinte. Total: 71 votos. O Destaque foi **prejudicado** por falta de **quorum** qualificado.

Em votação o Destaque nº 500, requerido pelo Constituinte José Genoíno, referente à Emenda nº 28191, de sua autoria, emenda aditiva. **(Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup> retira o destaque.

Em votação o Destaque nº 543, requerido pelo Constituinte José Genoíno, referente à Emenda nº 11822, de sua autoria. **(Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup> retira o destaque.

Em votação o Destaque nº 900, requerido pelo Constituinte Haroldo Lima, referente à Emenda nº 27679, de autoria do Sr. Constituinte Edmilson Valentim.

**O SR. CONSTITUINTE EDMILSON VALENTIM:** – Sr. Presidente, a minha emenda tem o teor basicamente igual ao que acaba de ser aprovado na emenda do Constituinte Paulo Paim. Eu retiro o destaque.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Em votação o Destaque nº 943, requerido pela Constituinte Cristina Tavares, referente à Emenda nº 25673, de sua autoria. É uma emenda aditiva e do seguinte teor:

"Art. É assegurada a participação dos trabalhadores em igualdade de representação com os empregadores em todos os órgãos da administração pública direta e indireta, bem como empresas concessionárias de serviços públicos onde seus interesses profissionais, sociais e previdenciários sejam objetos de discussão e deliberação. A escolha da representação será feita diretamente pelos trabalhadores e empregadores.

Art. Nas entidades de orientação, de formação profissional, cultural, recreativa e de assistência social dirigida aos trabalhadores, é assegurada a participação tripartite do Governo, trabalhadores e empregadores."

Este segundo artigo está prejudicado pela situação anterior. O primeiro está mantido.

**A. SRA. CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES:** – Diante da composição de força nesta Comissão, retiro a emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Retirada a emenda.

Em votação o Destaque nº 980, requerido pelo Constituinte Vilson Souza, referente à Emenda nº 25841. S. Ex.<sup>a</sup> indicou vários Constituintes para encaminhar a votação do destaque à emenda que apresentou. O primeiro deles citado nominalmente é o Constituinte Nelton Friedrich.

A Emenda é do seguinte teor:

"É garantido às categorias diferenciadas e a profissões regulamentadas o direito de organização de respectivas entidades sindicais únicas, por base territorial, não se lhes aplicando o disposto no artigo..."

**(Pausa)**

Retirado.

Em votação o Destaque nº 990, requerido pelo Constituinte Vilson Souza, referente à Emenda de nº 23206, também com indicação dos Constituintes Nelton Friedrich, Jorge Hage, José Paulo Bisol e Nelson Wedekin para defendê-la.

A emenda tem o seguinte teor:

"O candidato a qualquer cargo eletivo terá direito a pelo menos 60 dias de férias no período imediatamente anterior à data das eleições, não podendo ser demitido em razão de sua filiação político-partidária, e gozará de estabilidade no emprego enquanto durar o seu mandato."

**O SR. CONSTITUINTE VILSON SOUZA:** – Retiro, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Retirada a emenda.

Em votação o Destaque nº 1083, requerido pelo Constituinte Vilson Souza.

Requer S. Ex.<sup>a</sup> destaque para votação em separado do art. 17, inciso IV, alínea o, do projeto de Constituição chamado "Cabral Zero", de autoria do Sr. Constituinte Nelton Friedrich.

**O SR. CONSTITUINTE NELTON FRIEDRICH:** – Retiro, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Retirada a emenda.

Em votação o Destaque nº 1129, requerido pelo Constituinte Vivaldo Barbosa, referente à Emenda nº 7212, de sua autoria.

Tem a palavra o Constituinte Vivaldo Barbosa.

**O SR. CONSTITUINTE VIVALDO BARBOSA:** – Sr. Presidente, esta matéria já contém o seu propósito e o seu alcance na votação do art. 9º, de ontem. Por isto, retiro o destaque da emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Também de autoria do Constituinte Vivaldo Barbosa, o Destaque nº 1168, referente à Emenda nº 9882, de sua autoria.

A emenda tem o seguinte teor:

"As convenções e os acordos coletivos vincularão e produzirão efeitos para as partes signatárias e seus associados."

**O SR. CONSTITUINTE VIVALDO BARBOSA:** – Também retiro, Sr. Presidente, em função da votação do art. 9º.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Retirada a emenda.

**Destaque nº 1226-87 – Emenda nº 1P 9936-6, do Sr. Vivaldo Barbosa, "que acrescenta parágrafo ao art. 13 do Projeto de Constituição (art. 6º do Substitutivo nº 2).**

Ainda de S. Ex.<sup>a</sup>, Constituinte Vivaldo Barbosa, o Destaque nº 1226, referente à Emenda nº 9936, que tem o seguinte teor:

"Constituirá crime a violação dos direitos dos trabalhadores fixados nesta Constituição."

S. Ex.<sup>a</sup> tem a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE VIVALDO BARBOSA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, comungo com as teorias penais mais modernas, mais recentes, que recomendam a descriminalização e, acima de tudo, a despenalização, com a pena privativa da liberdade de uma gama imensa de fatos considerados até então como crime. Há uma situação em nossa relação de trabalho, nas relações sociais em geral, que merecem a nossa consideração para uma penalização mais rígida, mais dura do que as penalizações pecuniárias que são as violações costumeiras reiteradas, repetidas, corriqueiras dos direitos dos trabalhadores fixados na legislação e nas Constituições.

Estamos aqui, hoje, debruçados sobre um conjunto de medidas, de normas, que assegurem o direito dos trabalhadores de forma profunda, que assegurem o direito dos trabalhadores de maneira a garantir a sua sobrevivência pessoal e de sua família; estamos aqui cuidando das famílias dos trabalhadores deste País. Não podemos tolerar que as violações dessas normas, o desrespeito a essas normas que ferem fundamentalmente a sobrevivência de um ser humano, a dignidade de um ser humano e a dignidade de uma família, sejam tratadas de maneira simplória, de maneira meramente financeira e pecuniária, com multas irrisórias que são as multas por infrações trabalhistas e sujeitas apenas a um controle de fiscalização de uma estrutura deteriorada, arcaica, inadequada do Ministério do Trabalho.

Temos que dar um passo para que as normas contidas nesta Constituição tenham maior relevância, maior ressonância, maior respeito por aqueles que devem cumpri-las no interesse da defesa, da dignidade do trabalhador e de sua família.

Por isso, Srs. Constituintes, é que trago esta emenda à consideração deste Plenário, para que voltemos os nossos olhos e até as nossas emoções, para que possamos penalizar como crime as violações dos direitos fundamentais dos trabalhadores e de suas famílias, assegurados nesta Constituição pelo esforço de todos nós Constituintes.

Já aprovado por esta Comissão o dispositivo do Relator Bernardo Cabral, como aconteceu em muitos momentos do seu Substitutivo, de extraordinária felicidade e limpidez, que estabelece uma categoria de penas a serem aplicadas em caso de cometimento de qualquer crime. Entre elas se incluem a pena privativa da liberdade, a pena de suspensão ou interdição de direitos. Podemos hoje considerar como crime uma violação de direitos trabalhistas que estamos assegurando na Constituição e a lei depois definirá qual dessas penas mais se adequará a uma violação dos direitos trabalhistas.

Inclino-me pela interdição e suspensão dos direitos como uma das principais e primeira das penas, mas não podemos deixar que essas penas possam ser aplicadas àqueles empregadores violadores contumazes e permanentes das normas dos direitos trabalhistas que estamos assegurando nesta Constituição. Para isso que chamo a atenção dos Srs. Constituintes; não estou pensando que a lei venha a impor a pena privativa da liberdade, a impor prisão aos empregadores que faltem com suas obrigações trabalhistas; excomungo das teorias penais que a pena privativa da liberdade deve ser usada em casos e em cir-



cunstâncias especiais, mas as outras penas aplicadas aos crimes, em especial a suspensão e interdição dos direitos. Devemos segurar e refletir que podemos abrir caminhos para o legislador ordinário, para que os congressos nacionais de amanhã possam adequadamente disciplinar e penalizar as violações do Direito Trabalhista de uma maneira mais concreta, mais eficaz, mais contundente; que possam legislar para que os empregadores inescrupulosos pensem, reflitam, meditem mais e com mais responsabilidade diante da violação dos direitos dos trabalhadores, que estamos assegurando nesta Constituição, que dizem respeito à sobrevivência digna de um trabalhador, de um ser humano e de sua família.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra o Constituinte Egídio Ferreira Lima, para encaminhar contra.

**O SR. CONSTITUINTE EGÍDIO FERREIRA LIMA:** – Sr. Presidente, antes de fazer o pronunciamento contra a emenda, eu gostaria de levantar uma questão de ordem. Eu queria pedir permissão à Mesa para que, quando eu desejasse, pudesse falar daqui, usando o microfone para apartes. Quando eu me sentisse mais descansado, eu iria à tribuna. Digo isto a V. Ex.<sup>a</sup>, porque o Constituinte Aluizio Campos vem exigindo reiteradamente que os Constituintes subam até à tribuna. Fazendo isso, V. Ex.<sup>a</sup> vai evitar que ocorra o que ocorreu ontem com a Constituinte Abigail Feitosa, e dias atrás comigo, quando me estatelei no chão. Não aconteceu nada pior graças à presteza dos Constituintes Gerson Pares e Gastone Righi.

Ficarei imensamente grato a V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A minha interpretação, respondendo à questão de ordem de V. Ex.<sup>a</sup>, é que a decisão é do Constituinte falar de onde lhe aprouver, usando o microfone de aparte ou a tribuna.

**O SR. CONSTITUINTE EGÍDIO FERREIRA LIMA:** – Muito obrigado.

Sr. Presidente, o Constituinte Vivaldo Barbosa está imbuído do melhor propósito, quando quer de logo definido na Constituição o caráter delituoso das infrações contra o trabalho e o trabalhador. Mas não devemos fazer isto. Creio que já é chegada a hora de não engordarmos excessivamente a Constituição com matéria que é própria da legislação ordinária. Se continuarmos nesse caminho, iremos perder a credibilidade e a seriedade para introduzir na Constituição mecanismos que são fundamentais a uma Constituição.

Ora, a legislação penal e legislações extravagantes, leis especiais, já definem uma série de crimes contra o trabalho e contra os trabalhadores. A partir da nova Constituição, que pretendemos seja moderna e racional, a nova legislação ordinária, que virá a ter advento a partir da nova Constituição, cuidará de tipificar todos esses delitos e infrações que em regra são praticados contra o trabalhador e contra o trabalho.

Vamos votar contra a emenda do Constituinte Vivaldo Barbosa, embora reconhecendo em S. Ex.<sup>a</sup> o melhor dos propósitos, até quando se reporta à doutrina mais moderna e mais avançada que se preocupa em identificar esses abusos contra o trabalhador.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Com a palavra o Relator Bernardo Cabral.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Em particular quero dirigir-me ao Constituinte Vivaldo Barbosa. Sabe S. Ex.<sup>a</sup> o apreço que lhe tributo. E é com muito pesar que me vejo forçado a votar contra o texto apresentado por S. Ex.<sup>a</sup>, em que pese, e é bom que se coloque em relevo, a altitude que pretende. É evidente que na legislação ordinária S. Ex.<sup>a</sup> encontrará em todos

nós um aliado para esta matéria, cuja idéia é das melhores.

Faço, assim, um apelo a S. Ex.<sup>a</sup> no sentido de que retire esta emenda, para que não figure no texto constitucional.

**O SR. CONSTITUINTE VIVALDO BARBOSA:** – Sr. Presidente, atendendo ao apelo do Sr. Relator, e tendo em vista a atitude construtiva que S. Ex.<sup>a</sup> tem mantido com este plenário, com os Srs. Constituintes, assimilando idéias parciais, adaptando e mesmo alterando o projeto a de sua autoria, retiro o destaque.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Obrigado a V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Está retirado o destaque.

**O SR. CONSTITUINTE JOÃO MENEZES:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra o Sr. Constituinte João Menezes, pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE JOÃO MENEZES:** – Sr. Presidente, reconheço que o trabalho da Mesa é árduo e difícil. Foi distribuída agora, pela manhã, a relação das emendas que estão sendo votadas. Entretanto, quando V. Ex.<sup>a</sup> lê a emenda, procuramos aqui e não a achamos. Várias delas não constam aqui. Isto causa um atrapalho. Ou isto não funciona e vamos pelo número que V. Ex.<sup>a</sup> der e jogamos de banda, ou, então, quando vier, tem que estar certo, para não perdermos tempo no acompanhamento.

Esta era a informação que queria prestar a V. Ex.<sup>a</sup> como colaboração, não como crítica.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Exato. E V. Ex.<sup>a</sup> naturalmente prestará homenagem ao trabalho estafante da Secretaria. A planilha foi distribuída em tempo oportuno, apenas, naturalmente, haverá um ou outro momento em que a indicação da emenda, como é o caso do próprio autor, pediu ele a mim que a lesse, porque teve dificuldade em encontrá-la, mas ela está a registrada no livro que o Senador José Lins chama ironicamente de "livro de bolso", os oito livros de bolso já distribuídos.

Em votação o Destaque nº 1227, requerido pelo Constituinte Vivaldo Barbosa, referente à Emenda nº 9935.

**O SR. CONSTITUINTE VIVALDO BARBOSA:** – Sr. Presidente, eu havia entendido que este destaque estaria prejudicado, em virtude da votação da matéria anterior, idêntica.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Exatamente. Obrigado a V. Ex.<sup>a</sup>

**Destaque nº 1411/87 – Emenda nº 1P 20783-5, do Sr. Nelson Carneiro, "que adita artigos ao Título II, Capítulo II do Projeto de Constituição (art. 9º do Substitutivo nº 2)". (156ª votação)**

Em votação o Destaque nº 1411, requerido pelo Constituinte Nelson Carneiro, referente à Emenda nº 20783.

Em atenção ao que acabou de reclamar o Constituinte João Menezes, e devido à prática que se tem adotado aqui de permitir que antes do enunciado da matéria em votação seja possível fazer alterações, chamo a atenção para o fato de que há alterações de fundo nesta matéria. Então, vamos ler o art. 2º O art. 1º não está modificado. No art. 2º, S. Ex.<sup>a</sup>, o Senador Nelson Carneiro, fez supressão de várias palavras.

Peço a atenção dos nobres Constituintes, porque é um texto que modifica bastante a redação original da emenda.

O texto fica da seguinte maneira:

"Art. É assegurada a participação dos trabalhadores, empregador e empregadores em to-

dos os órgãos onde seus interesses profissionais e previdenciários sejam objeto de discussão e de deliberação."

Então, é assecuratória da participação de trabalhadores e empregadores sem qualificar paridade ou cogestão.

É a emenda do Senador Nelson Carneiro.

**O SR. CONSTITUINTE JOÃO MENEZES:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra o Sr. Constituinte João Menezes, pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE JOÃO MENEZES:** – Sr. Presidente, reconheço a dificuldade que têm os Srs. Constituintes ao votar este projeto de lei, mas parece-me que é um hábito que está havendo aqui, de que os autores estão emendando as emendas que estão em discussão. Ora, o prazo para essas emendas já foi vencido e determinado. Então, não existe mais prazo para vencer. Enquanto elas não entrarem em discussão, não se pode modificar, não se pode chegar à Mesa, e cortar uma palavra ou acrescentar outra. Isto, parece-me, traz uma balbúrdia à discussão. Isso já foi decidido anteriormente, não por V. Ex.<sup>a</sup>, e traz dificuldades ao trabalho porque não se deu mais prazo para as emendas e as emendas são alteradas a qualquer momento. Isto causa uma confusão geral, como aliás a confusão geral está em toda a discussão deste projeto.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – "A confusão é geral", "D. Casmurro", Machado de Assis. Acontece que aqui o prazo é um pouco diferente. O que se permitiu foi para dar maior flexibilidade aos trabalhos, que acordos interpartidários fossem feitos antes do enunciado da matéria. Não como chamou a atenção ontem o Constituinte José Lins, com grande razão, não inovando no sentido de editar, mas, sim, de suprimir, dando um novo texto. Esse está mantido dentro da praxe que foi adotada.

**O SR. CONSTITUINTE JOÃO MENEZES:** – V. Ex.<sup>a</sup> está mantendo a praxe, e é natural que a mantenha.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Foi uma decisão comunicada em 2 de outubro.

**O SR. CONSTITUINTE JOÃO MENEZES:** – Sei que foi, mas, no meu entender, foi uma decisão ruim, porque abriu um precedente.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Recolho ponto de vista de V. Ex.<sup>a</sup>

Tem a palavra o Constituinte Nelson Carneiro.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, desnecessário será dizer que aqui compareço com o único título que tenho, além de Senador. Sou aposentado do INPS. Durante os 55 anos da minha vida de advocacia nunca fui advogado de partido algum, nunca fui advogado de empresa alguma, fui apenas advogado daquele cidadão que batia na minha porta, entregava a causa, terminava e ia embora.

Com essa tranqüilidade e com os 58 anos de vida pública, e os 55 anos de advocacia militante, sustento a emenda popular, com as modificações que me pareceram as mais razoáveis e que podem encontrar o consenso desta Casa.

O texto é simples:

"É assegurada a participação dos trabalhadores e empregadores em todos os órgãos onde seus interesses profissionais e previdenciários sejam objeto de discussão e deliberação."

A dúvida, Sr. Presidente, que se levanta – e sei que é o motivo da impugnação do nobre Constituinte Gastone

Righi – é porque se excluiu a palavra "sociais". Creio que a palavra "sociais" é ampla demais, porque inclui, por exemplo, que num clube de banqueiros se tivesse que ter uma participação necessária de bancários; ou numa sociedade de industriários fosse necessária a participação dos industriais. A palavra "sociais" é ampla demais, e, como não podia modificar senão restringindo, tive que retirar a palavra "sociais", porque chegaríamos ao absurdo de fazer, um dia, uma associação de profissionais da indústria automobilística para festejar aniversários e outras comemorações, obrigando que tivessem, entre seus diretores, os empregados da empresa. O que é um absurdo, daí eu ter retirado a palavra "sociais".

É possível que se pudesse substituir a palavra "sociais" por outra, mas é impossível, depois de apresentada a emenda, substituir expressões.

Falo isso e a ressalvo, porque, aqui, sou apenas um homem que tem votado de acordo com a sua consciência. Não tenho compromisso com empregador nem com empregado; estou no último quartel da minha vida, aos 77 anos, Senador eleito por 8 anos; sou um Senador vitalício, porque aos 85 anos não irei pedir mais votos a ninguém, se Deus me der vida e saúde para chegar até lá. **(Palmas)**

Muito obrigado. Recebo comovido estas palmas. Mas o que quero acentuar é que nesta altura eu aqui não defendo interesse de ninguém: voto sempre de acordo com o que acho justo, principalmente para não transformar a Constituição nem na Consolidação das Leis do Trabalho, nem no Código Civil, nem no Código Penal. Devemos ter aqui regras gerais que podem ser aperfeiçoadas e discriminadas na legislação ordinária.

Por isso, Srs. Constituintes, é que peço o apoio dos meus eminentes Colegas para o texto que agora está sendo votado. Esperei que fossem votados ontem os textos mais amplos, inclusive aquele do eminente Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva. Mas esses textos não passaram. Aguardei que esses textos fossem votados, de modo que este é o último texto sobre este assunto. Espero que a Assembléia Nacional Constituinte, através de sua Comissão de Sistematização, vote tranqüilamente, com consciência este texto. **(Muito bem! Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra a Sra. Constituinte Cristina Tavares, para encaminhar contrariamente à emenda.

**A SRA. CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, provavelmente a maior soma de dinheiro, de **lobby**, está sendo jogada em favor do Sesc, Senai e Sesi e a maior demagogia a empresários está evidentemente nesta processo e nesta emenda.

Gostaria que todos os Srs. Constituintes soubessem de alguns números que são importantes. Saibam V.Ex.<sup>as</sup> Srs. Constituintes, que o Sesi de São Paulo, somente ele arrecadou, em 1986, mais dinheiro do que as transferências do Governo Federal para os Estados do Rio Grande do Norte, Piauí, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Espírito Santo. Nove Estados desta Federação receberam menos recursos do Governo Federal do que exclusivamente o Sesi do Estado de São Paulo.

As quatro entidades juntas – Sesc, Senac, Senai e Sesi – arrecadaram mais do que qualquer Estado da Federação. As quatro entidades juntas, Srs. Constituintes e Sr. Relator Bernardo Cabral, arrecadaram Cz\$ 13.790.000.000,00.

Este dinheiro não é dos patrões ou dos empresários, conforme dito largamente; faz parte da planilha de custos e é repassado, de forma que todos nós o pagamos. É um dinheiro público, administrado exclusiva-

mente pelos empresários e de forma desonesta. Isto é pelegagem patronal!

A Confederação Nacional da Indústria, com 172 bilhões de cruzados em seu orçamento do ano passado, recebeu 66% desta quantia, ou seja, quase 114 bilhões de cruzados, do Senai.

Em nome dos trabalhadores, novamente se enriquecem os organismos patronais e a dominação! Não é possível fazer sindicalismo e defender os trabalhadores fazendo tamanha concessão, tamanha demagogia!

Não queremos acabar com Sesi, Senai, Sesc ou Senac; o que queremos é que a organização seja tripartite ou paritária. Queremos a participação responsável dos trabalhadores na administração desses enormes recursos, que hoje, sob a capa ou fachada dos argumentos dos **outdoors** utilizados pelo **lobby** dessas entidades, servem exclusivamente aos institutos patronais.

Srs. Constituintes, deixo a V. Ex.<sup>as</sup> a análise desta matéria. Preferiria que tivéssemos aprovado com responsabilidade a administração tripartite: Governo, trabalhadores, empresários. Estamos analisando agora a Emenda Nelson Carneiro; posteriormente virá uma outra emenda, a emenda paritária. Avaliem V. Ex.<sup>as</sup> os riscos que poderemos ter. Acredito, Constituinte Nelson Carneiro, que a proposta de V. Ex.<sup>a</sup> é boa no sentido de que admite uma participação, mas a joga para a legislação ordinária.

Os recursos dos empresários num **lobby**; neste **lobby** que está sendo realizado, o empregado não permitirá... – ou faremos isso agora ou não faremos mais!

Quero concluir dizendo: não sou contra... esse **lobby** empresarial, que de certa forma se apresenta de forma muito suja nesta Constituinte; andou espalhando, através de **outdoors**, através de publicações, sempre pagas com o dinheiro do trabalhador, que aqueles que querem a participação dos trabalhadores na gestão dessas entidades estão contra as entidades. Não! Estamos contra a manipulação dos recursos de todos apenas por um ou dois participantes que são os empresários.

De forma que avaliem V. Ex.<sup>as</sup> se vale a pena correr o risco de aprovar a emenda seguinte ou votarmos na de Nelson Carneiro.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra, para se pronunciar a favor da emenda, o Constituinte Nelson Jobim.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON JOBIM:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

O destaque do eminente Constituinte Nelson Carneiro embasa-se em emenda popular oriunda da Associação Profissional dos Empregados Domésticos de São Paulo, da Associação Profissional dos Empregados Domésticos de Santa Catarina e da Associação Profissional dos Empregados Domésticos de Uberlândia, a qual prevê altamente a participação dos empregados, dos trabalhadores e empregadores em todos os órgãos onde seus interesses profissionais e previdenciários sejam objeto de discussão e deliberação.

Parece, e é seguro, que esta emenda e este destaque fazem com que se estabeleça, na Constituição, o princípio geral da participação, sem a preocupação de que esta participação se deva dar em órgãos de "A" ou de "B". A forma pela qual essa participação se dará estará assegurada na Constituição e na lei ordinária e lá definida. Não há aqui a preocupação de excluir ou de colocar um universo de participação popular só ao Sesc, ao Senai etc. Está a participação assegurada em todos os órgãos, quer aqueles que existam hoje, quer aqueles que existam amanhã.

É necessário que esta Constituinte e que este corpo de Constituintes percebam que esta Constituição não é feita para o Brasil de hoje que possui o órgão "A", o órgão "B" e o órgão "C". É necessário que esta Constituição seja feita para o Brasil de hoje e para o Brasil de amanhã, um Brasil que desconhecemos, mas no qual, pela vontade e pela emenda de Nelson Carneiro, os trabalhadores terão a participação necessária em todos os órgãos de hoje e em todos os órgãos de amanhã, em que seus interesses profissionais e previdenciários sejam objeto de decisão.

É por isso, Srs. Constituintes, pela visão ampla que precisamos ter, pela necessária visão de que esta Constituição não é da conjuntura de hoje, mas da conjuntura de 20 anos, de 50 anos, para que possamos responder, com competência, a este anseio nacional; é por isso e por tudo isso que encaminho favoravelmente à Emenda Nelson Carneiro.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. **(Muito bem! Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Concedo a palavra ao Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva, para encaminhar, contrariamente, a votação.

**O SR. LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, eu me inscrevi para falar na emenda do Senador Nelson Carneiro, exatamente porque, se a emenda de S. Ex.<sup>a</sup> for aprovada, a minha emenda, que viria **a posteriori**, estará prejudicada e eu quero confessar, até antes de falar, que sem opção de voto numa emenda que defina, concretamente, o tipo de participação, eu não terei dúvida em votar na própria emenda do Senador Nelson Carneiro na hora em que tiver que dar o meu voto. Mas, eu me inscrevi para falar porque algumas verdades têm que ser ditas aqui.

Os empresários passaram 7 meses fazendo uma campanha caluniosa contra vários Constituintes, que não queriam acabar com o Senai e nem queriam acabar com o Senac mas que queriam, pura e simplesmente, garantir aos trabalhadores o direito de participação e igualdade de condições e eles foram para a televisão dizer que nós queríamos acabar com o Senai, que nós queríamos acabar com o Sesc, que era preciso fazer uma emenda popular com a ajuda dos trabalhadores dentro das entidades, para que assinassem uma emenda popular para a manutenção do Sesi e do Senac. Acho que essas coisas precisam ser ditas a bem da verdade e somente os empresários é que têm os meios de comunicação nas mãos para dizerem o que bem entendem e nem sempre os Constituintes que defendem as propostas mais avançadas podem falar contra. Precisamos dizer aqui, por exemplo, que o Sesc, o Sesi, o Senai e o Senac, as quatro entidades juntas, vão arrecadar este ano mais de 25 bilhões de cruzados. Vão arrecadar mais de 25 bilhões de cruzados, dos quais uma parcela desse dinheiro vai para a administração da CNI e para as Federações dos Empregados nos Estados.

Só para se ter uma idéia, em São Paulo, no ano passado, de 172 milhões e 540 mil cruzados, 114 milhões foram repassados para a Fiesp ou seja, aproximadamente 66% foram repassados para a Fiesp. Se nós pegarmos alguns dados que a companheira Constituinte Cristina Tavares já disse aqui, vamos perceber uma coisa gritante: a União repassou para o Estado de São Paulo, no ano passado, 9 bilhões e 600 milhões de cruzados. Enquanto isto, a arrecadação do Sesi e do Senai foi de 11 bilhões e 300 milhões de cruzados. Ora, esses números, façam questão de dizê-los, apenas para mostrar – eu não compreendia bem – o porquê da campanha alucinante que a Fiesp, que a CNI fizeram contra a participação tripartite. Até então, não conhecia os números, mas vendo essa quantidade de dinheiro sendo repassada uma parte para

o CNI, sendo repassada uma parte para as Federações dos Estados, começo a compreender por que a ganância e por que, às vezes, até a falta de respeito, com as posições progressistas dos que queriam administração já definida na Constituição.

Penso que é importante dizer também que o empresariado brasileiro, que chora a vida inteira que há muitos impostos para pagar – é imposto da Previdência, é imposto do Fundo de Garantia, é imposto disso, é imposto daquilo – na verdade, um dia vai ter um empresário sério que vai vir à tribuna e vai dizer:

"Olha gente, nós não estamos pagando nada, é o "Zé Povinho" que está comprando as coisas que está pagando tudo aquilo que a gente diz que paga" (Palmas.) Porque aí vamos começar a esclarecer. E outra coisa, a participação que eles querem dos trabalhadores já existe hoje. Num conselho de 15 tem um "pingüim de geladeira" dos trabalhadores. É como no Conselho Monetário Nacional. Estão lá o Governo e o patrão juntos e há um representante dos trabalhadores, ou seja, a figura decorativa para mostrar para o mundo que os trabalhadores brasileiros participam.

Como no Brasil não existe diferença entre Governo e patrão, é tudo a mesma coisa, porque são os patrões que estão governando, ou seja, ficam as duas partes contra os trabalhadores.

Eu fazia questão de dizer isso, que quando o Relator Adolfo Oliveira disse que não tinha a participação dos trabalhadores, hoje já tem participação dos trabalhadores, hoje os trabalhadores já participam com um representante e é muito pouco. O que nós queremos é participar de forma decisiva.

Falando isso, quero dizer, de antemão, que vou votar na emenda do Constituinte Nelson Carneiro, porque é a única que dá chance de no futuro conseguirmos conquistar a participação tripartite, que é a reivindicação de vários Constituintes nesta Casa. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra o Sr. Relator Bernardo Cabral.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente e Srs. Constituintes, ainda bem que o final da sustentação do Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva foi declarar que votaria a favor da Emenda Nelson Carneiro. Preocupei-me, porque conheço o Senador Nelson Carneiro há mais de 25 anos. Tive a honra de ser seu colega, e lá se vão vintentos anos, e foi um dos primeiros companheiros que me telegrafou, solidarizando-se comigo pela minha cassação e suspensão dos meus direitos políticos por 10 anos. Depois, sua filha, advogada, teve a honra que fosse a minha assistente no meu escritório profissional. Fiquei preocupado com os números que a Constituinte Cristina Tavares enunciou aqui, como **lobby** dos empresários. Confesso que, se a emenda não fosse assinada por Nelson Carneiro, teria dificuldade em acompanhá-la, porque se lança uma dúvida, até que ponto os empresários teriam feito um trabalho não muito correto, conforme ressaltou a Constituinte Cristina Tavares. Mas como S. Ex.<sup>a</sup>, o próprio Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva e eu conhecemos V. Ex.<sup>a</sup> pessoalmente, Senador Nelson Carneiro, vamos prestar-lhe uma homenagem, a homenagem de o acompanhar na sua emenda que, em verdade, assegura a participação dos trabalhadores. V. Ex.<sup>a</sup> ressaltava em todos os órgãos em que haja interesses profissionais e previdenciários acho que é um passo à frente; penso que V. Ex.<sup>a</sup>, nobre Constituinte Nelson Carneiro, coloca de uma vez por todas no texto constitucional a segurança desta participação.

Em homenagem ao seu nome, ao passado que V. Ex.<sup>a</sup> cultivou neste Parlamento. O meu voto pessoal é pela aprovação de sua emenda. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Em votação a Emenda de nº 1P-20783-5.

## (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Ademir Andrade, Alfredo Campos, Almir Gabriel, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Carlos Mosconi, Carlos Sant'Anna, Celso Dourado, Cid Carvalho, Egídio Ferreira Lima, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, Antônio Britto, João Calmon, José Fogaça, José Paulo Bisol, José Richa, José Ulisses de Oliveira, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nilton Friedrich, Nilson Gibson, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Prisco Viana, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Rodrigues Palma, Sigmaringa Seixas, Virgildásio de Senna, Wilson Martins, Albano Franco, Antonio Mariz, Délio Braz, Euclides Scalco, Israel Pinheiro, João Agripino, José Carlos Grecco, Octávio Elísio, Rose de Freitas, Uldurico Pinto, Vicente Bogo, Alcení Guerra, Aloysio Chaves, Antonio Carlos Mendes Thame, Arnaldo Prieto, Eraldo Tinoco, José Lins José Santana de Vasconcellos, José Thomaz Nonô, Luís Eduardo, Mário Assad, José Lourenço, Ricardo Fiúza, Sandra Cavalcanti, Enoc Vieira, Hugo Napoleão, Edison Lobão, Jonas Pinheiro, Gilson Machado, José Tinoco, Mozarildo Cavalcanti, Paes Landim, Antonio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Gerson Peres, Jarbas Passarinho, Virgílio Távora, Adylson Motta, José Maurício, Bocayuva Cunha, Luiz Salomão, Francisco Rossi, Gastone Righi, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Adolfo Oliveira, Siqueira Campos, Haroldo Lima, Roberto Freire e Beth Azize. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Cristina Tavares e João Menezes.

Durante a chamada nominal da votação do Destaque nº 001411/87 o **Sr. Jarbas Passarinho**, Terceiro-Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo **Sr. Fernando Henrique Cardoso**, Quarto-Vice-Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 84 Constituintes; votaram NÃO 03 Constituintes. Total: 87 votos. O Destaque foi **aprovado**.

Peço a atenção dos Srs. Constituintes para uma comunicação importante: hoje, pela manhã, antes de se iniciar a sessão, tivemos uma conferência com o técnico responsável pelo painel eletrônico. Estamos prontos para fazer o primeiro ensaio de votação hoje à tarde. Peço aos Srs. Constituintes que não se esqueçam de trazer à tarde o número de suas carteiras de Constituintes, de Deputado ou Senador, o número do código que foi a todos repassado numa comunicação escrita do Presidente da Constituinte. Então, faremos uma experiência, uma espécie de treinamento geral, prévio, antes da primeira votação, de preferência entre 15 horas e 30 minutos e 16 horas da tarde, quando estaremos, provavelmente, com maior número de presentes. O painel só registrará o voto dos titulares; dos suplentes, por impossibilidade de resolver o problema técnico, votarão, como no momento, pela chamada adicional. A lista dos titulares será, dentro de dois minutos, entregue à Mesa, depois da votação. Por esta lista os Relatores poderão verificar imediatamente quantos suplentes de cada partido podem ser chamados. Desta forma, poderemos dinamizar estas votações, agilizá-las mais, a partir desse ensaio. (Pausa)

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Destaque nº 1584, do Constituinte Paulo Paim, com emenda aditiva, que está prejudicada pela aprovação da Emenda Nelson Carneiro.

Do mesmo Constituinte Paulo Paim, Destaque nº 1587. S. Ex.<sup>a</sup> se encontra presente? (Pausa)

Retirado.

Destaque nº 1594 do Constituinte Paulo Paim. Retirado. Prejudicado pela Emenda Nelson Carneiro.

Do Constituinte Wilson Campos, Destaque nº 1581. Não estando S. Ex.<sup>a</sup> presente, o destaque está prejudicado.

Do mesmo autor, Destaque nº 1831, com o mesmo destino.

Do Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva, Destaque nº 1914. Retirado.

Do Constituinte Virgílio Guimarães, Destaque nº 2055. Retirado.

Os Destaques nºs 2097, 2107, 2117, 2184, 2195 e 2216, do Constituinte João Paulo, foram retirados.

Do Constituinte Vladimir Palmeira, Destaque nº 2285. Retirado.

Do Constituinte Luiz Gushiken, Destaques nºs 2392, 2294, 2395, 2406, 2407, prejudicados pela ausência.

Do Senador Nelson Wedekin, Destaque nº 2537. Prejudicado pela ausência.

Do Deputado Nelson Friedrich, Destaque nº 2633.

**O SR. CONSTITUINTE NELTON FRIEDRICH:** – Sr. Presidente, tão-somente estava completando o requerimento, para que este assunto seja transferido para a área competente, porque se trata do direito à propriedade.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Perfeitamente.

**O SR. CONSTITUINTE NELTON FIEDRICH** – Aproveito para desistir de outros requerimentos que tenho neste sentido.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – A Mesa agradece penhoradamente ao Sr. Constituinte, o esforço, desistindo de todos os seus destaques nesta manhã.

Do Constituinte Nelson Friedrich, Destaque nº 2721. Retirado.

Do Constituinte Farabulini Júnior, Destaque nº 2825. Prejudicado.

**Destaque nº 3184/87 – Emenda nº ES-34447-1, do Sr. José Lins, "que adita parágrafo ao art. 7º do Substitutivo nº 1 (art. 9º do Substitutivo nº 2)". (157ª votação)**

Do Constituinte José Lins, Destaque nº 3184. Trata-se de uma emenda aditiva que acrescenta o § 4º ao art. 7º, dizendo:

"As empresas de mais de 50 empregados são obrigados a manter em seus quadros de pessoal efetivo pelo menos 10% de pessoas maiores de 45 anos de idade".

Está mantido? **(Pausa)**

Se está mantido, ao nobre Constituinte ofereço a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Sr. Presidente, a emenda é bastante simples e acho que compreensiva para todos. Propomos apenas que as empresas com mais de 50 operários dêem uma quota percentual dos seus empregados a pessoas com mais de 45 anos de idade.

Parece-me que esta é uma medida importante, porque, apesar de a Constituição impor que não devam ser discriminados nem por sexo nem por idade, na verdade essa discriminação existe.

De modo que peço o apoio dos meus Pares para aprovar esta emenda.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – Sr. Presidente, peço a palavra, para encaminhar favoravelmente.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Tem a palavra o Constituinte Paulo Ramos, para encaminhar a favor da emenda.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, a emenda apresentada pelo Constituinte José Lins guarda, em certo sentido, uma vinculação com a estabilidade no emprego e serve também como um empecilho para a rotatividade da mão-de-obra.

Sabemos hoje, que no Brasil, o homem, a partir de certa idade, tem dificuldades de encontrar emprego e até dificuldades de permanecer no emprego. Não obstante a preocupação com a aceleração do trabalho, não podemos deixar de endossar esta proposta, porque certamente tem um grande alcance social.

Parabenizo o Constituinte José Lins pela sua propositura e espero que os Integrantes desta Assembléia Nacional Constituinte saibam compreender a sua relevância e votem a favor.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Pergunto se há algum Constituinte que queira fazer uso da palavra para encaminhar contra a emenda. **(Pausa.)**

O Sr. Relator deseja fazer uso da palavra? **(Pausa.)**

A emenda do Constituinte José Lins exige das empresas com mais de 50 empregados a obrigação de que pelo menos 10% tenha mais de 45 anos de idade.

Em votação.

#### **(Procede-se à votação)**

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes:

Ademir Andrade, Alfredo Campos, Celso Dourado, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, José Paulo Bisol, José Richa, Nelson Carneiro, Nelson Friedrich, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Raimundo Bezerra, Rodrigues Palma, Sigmaringa Seixas, Albano Franco, Antonio Mariz, José Maranhão, Octávio Elísio, Vicente Bogo, Alcení Guerra, Antonio Carlos Mendes Thame, Arnaldo Prieto, Eraldo Tinoco, José Lins, José Thomaz Nonô, Mário Assad, José Lourenço, Ricardo Fiúza, Sandra Cavalcanti, Enoc Vieira, Hugo Napoleão, Edison Lobão, Jonas Pinheiro, José Tinoco, Mozarildo Cavalcanti, Bonifácio de Andrada, José Maurício, Bocayuva Cunha, Luiz Salomão, Francisco Rossi, Gastone Righi, Ottomar Pinto, Luiz Inácio Lula da Silva, Aldo Arantes, Roberto Freire e Beth Azize.

Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Almir Gabriel, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Carlos Mosconi, Carlos Sant'Anna, Cristina Tavares, Egídio Ferreira Lima, Fernando Henrique Cardoso, Antônio Britto, José Fogaça, Nelson Jobim, Nilson Gibson, Pimenta da Veiga, Prisco Viana, Renato Vianna, Virgildásio de Senna, Wilson Martins, Délio Braz, Euclides Scalco, Israel Pinheiro, João Grippo, José Carlos Grecco, Roberto Brant, Rose de Freitas, Uldurico Pinto, Aloysio Chaves, Luís Eduardo, Gilson Machado, Paes Landim, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Gerson Peres, Virgílio Távora, Plínio Arruda Sampaio, Adolfo Oliveira e Siqueira Campos.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram **SIM** 47 Constituintes; votaram **NÃO** 37 Constituintes. Total 84 votos. O Destaque foi **aprovado**.

Passa-se ao Destaque nº 3222, do Constituinte Osvaldo Bender. **(Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup> não está presente, fica, portanto prejudicado o destaque.

Passa-se ao Destaque nº 3594, do Constituinte Roberto Freire. **(Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup> retira o destaque.

Passa-se ao Destaque nº 3560, do Constituinte Roberto Freire. **(Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup> retira o destaque.  
Passa-se ao Destaque nº 3593, do Constituinte Francisco Küster. **(Pausa)**  
S. Ex.<sup>a</sup> não se encontra presente.

Fica prejudicado o destaque.  
Passa-se ao Destaque nº 3597, do Constituinte Francisco Küster.  
S. Ex.<sup>a</sup> não se encontra presente.  
Fica prejudicado o destaque pela ausência.  
Passa-se ao Destaque nº 3602, do Constituinte Francisco Küster.  
S. Ex.<sup>a</sup> não se encontra presente.  
Fica prejudicado o destaque.  
Passa-se ao Destaque nº 3861, do Constituinte Gastone Righi. **(Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup> não se encontra presente.  
Fica prejudicado o destaque, pela ausência do Autor.  
Passa-se ao Destaque nº 4268, do Constituinte Nelton Friedrich. **(Pausa)**  
S. Ex.<sup>a</sup> retira o destaque.  
Passa-se ao Destaque nº 4269, do Constituinte Nelton Friedrich. **(Pausa)**  
S. Ex.<sup>a</sup> retira o destaque.  
Passa-se ao Destaque nº 4876, do Constituinte Paulo Roberto.

S. Ex.<sup>a</sup> retira o destaque.  
Passa-se ao Destaque nº 5011, do Constituinte Tadeu França. **(Pausa)**  
S. Ex.<sup>a</sup> não se encontra presente.  
Fica prejudicado o destaque, pela ausência de S. Ex.<sup>a</sup>.

Passa-se ao Destaque nº 5203, do Constituinte Koyu Iha. **(Pausa)**  
S. Ex.<sup>a</sup> não se encontra presente.  
Fica prejudicado o destaque.  
Passa-se ao Destaque nº 5664, do Constituinte José Ignácio Ferreira. **(Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup> está ausente.  
Fica prejudicado, pela ausência.  
Passa-se ao Destaque nº 5668, do Constituinte José Ignácio Ferreira. **(Pausa)**  
S. Ex.<sup>a</sup> não está presente.  
Fica prejudicado o destaque.  
Passa-se ao Destaque nº 5753, do Constituinte Carlos Alberto Caó. **(Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup> está ausente.  
Fica prejudicado o destaque.  
Passa-se ao Destaque nº 5758, do Constituinte Carlos Alberto Caó. **(Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup> não se encontra presente.  
Fica prejudicado o destaque.  
Passa-se ao Destaque nº 5824, do Constituinte Carlos Cardinal. **(Pausa)**  
S. Ex.<sup>a</sup> não se encontra presente.  
Fica prejudicado o destaque.

Passa-se ao destaque do Sr. Constituinte Augusto Carvalho, de nº 5857. **(Pausa)**

Foi retirado o destaque.  
Passa-se ao destaque do Sr. Constituinte Itamar Franco, de nº 7170. **(Pausa)**  
Está indicado o Sr. Constituinte Jamil Haddad para justificá-lo. **(Pausa)**

Ausente.  
Prejudicado o destaque.  
Passa-se ao destaque do Sr. Constituinte Paulo Ramos, de nº 7984. **(Pausa)**

Retirado.  
Passa-se ao destaque do Sr. Constituinte Domingos Leonelli, de nº 7993. **(Pausa)**

Ausente.  
Prejudicado.  
Passa-se ao destaque do Sr. Constituinte Vicente Bogo, de nº 7996. **(Pausa)**

Retirado.  
Passa-se ao destaque do Sr. Constituinte Hélio Manhães, de nº 8294. **(Pausa)**

Ausente.  
Prejudicado.  
Terminamos os destaques sob a rubrica "onde couber".

Passamos, portanto, ao art. 10.  
Sobre a mesa, o seguinte requerimento:

"Os Constituintes abaixo firmados, membros da Comissão de Sistematização, nos termos do parágrafo único do art. 12 do Regimento Interno da Comissão, vêm requerer a V. Ex.<sup>a</sup> que submeta a Plenário a retirada, em bloco, da totalidade dos destaques relativos ao **caput** do art. 10 e ao § 1º do mesmo artigo."

Vêm as assinaturas de todos os Srs. Líderes da Constituinte.

A Mesa aceita o requerimento e o submete à votação.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Tem a palavra, pela ordem, o Sr. Constituinte Gerson Peres.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, assinei este documento em nome dos meus colegas e consultando-os previamente. Aqui não estamos praticando nenhuma violência ao direito dos meus colegas. Assinei nesta condição.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Nunca duvidaria de V. Ex.<sup>a</sup>, que V. Ex.<sup>a</sup> tivesse feito de outra maneira.

A Mesa aceitou o requerimento e vai submetê-lo à votação simbólica.

**O SR. CONSTITUINTE BONIFÁCIO DE ANDRADA:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – V. Ex.<sup>a</sup> tem a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE BONIFÁCIO DE ANDRADA:** – Acho que V. Ex.<sup>a</sup> não tem que submeter esse documento a votos. É automático. Cada Líder está falando em nome dos seus respectivos liderados.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Se fosse o autor, eu não teria dúvidas, mas, não sendo o autor, submeto à votação.

Os Srs. Constituintes que estiverem de acordo queiram permanecer sentados. **(Pausa)**

Aprovado. **(Palmas)**

Sendo assim, passo ao § 2º do art. 10.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – Louvo o espírito democrático de V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Muito obrigado, Sr. Constituinte. Fico envaidecido.

**Destaque nº 420/87, do Sr. Luiz Inácio Lula da Silva, "que suprime o art. 10, § 2º, do Substitutivo nº 2". (158ª votação)**

Há o destaque do Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva, sob o nº 420.

Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva, V. Ex.<sup>a</sup> mantém o destaque? É supressivo.

Tem a palavra o Constituinte Plínio Arruda Sampaio, por delegação do Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva.

**O SR. CONSTITUINTE PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes:

Acabamos de aprovar o texto do Relator Bernardo Cabral disciplinando o direito de greve. Isto é um avanço, na verdade, muito maior do que a facilidade com que a decisão da Constituinte parece indicar. Este é um enorme avanço na luta dos trabalhadores. O que se está dizendo aqui é que a greve se tornou uma liberdade social e que ela se limita à Constituição, à legislação civil e à legislação penal. Não há mais interferência do Estado regulamentando; na verdade, restringindo, limitando a capacidade de os trabalhadores fazerem greve.

A greve passa a ser uma liberdade que os trabalhadores exercerão no limite dos direitos garantidos nesta Constituição. Esta Constituição garante direitos às pessoas e às coletividades. Esta Constituição pune os abusos, seja através do ilícito civil, seja através do ilícito penal. Para isto existe uma legislação civil e um Código de Processo Civil, para isto existe uma legislação penal e um Código de Processo Penal. De tal maneira que o preceito do § 2º é excrecente, abundante, desnecessário, porque todos os abusos cometidos sempre sujeitam os responsáveis às penas da lei. O inconveniente que vemos, além do aspecto formal de que a Constituição não deve conter dispositivos desnecessários, o inconveniente de fundo que vemos nesse parágrafo é que, de certa maneira, ele abre caminho para uma lei de greve que introduza restrições que a Constituição não quis introduzir, que ele vá além da liberdade que foi concedida e estabeleça casuisticamente uma série de abusos que seriam reprimidos.

E é por isto, Sr. Presidente, que vários Constituintes de vários Partidos estão concordes em que é necessário eliminar do texto esta expressão, por desnecessária e por criar o pretexto para que, futuramente, em uma conjuntura menos democrática, se possa fazer uma lei que limite, aquilo que os Constituintes de 87, recolhendo as aspirações da classe trabalhadora e recolhendo as aspirações da sociedade brasileira, que quer viver na democracia e que quer dar aos trabalhadores a oportunidade de uma cidadania plena, decidiram conceder-lhes nesta data histórica de hoje.

**O SR. CONSTITUINTE ITAMAR FRANCO:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Concedo a palavra a V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. CONSTITUINTE ITAMAR FRANCO:** – Sr. Presidente, desculpe esta interferência, talvez inopinada, mas

eu estava em meu gabinete quando V. Ex.<sup>a</sup> anunciou a votação da minha emenda.

Ocorre, Sr. Presidente, que estou destituído desta Comissão pelo Partido de que fazia parte, o PL. Eu era suplente da Comissão, e às vésperas de reunir-se a Comissão de Sistematização, o PL teve a gentileza de me substituir na Comissão, inopinadamente. Então, deixei de fazer parte da Comissão de Sistematização e apresentei alguns destaques. Ocorre que, embora não fazendo parte da Comissão de Sistematização, tenho acompanhado os trabalhos e as emendas que recebi para destaque. Evidentemente que é minha não constava e estou sendo certificado de que foi distribuída após a minha presença aqui, razão pela qual faço um apelo a V. Ex.<sup>a</sup>, por ter sido chamado, há apenas cinco minutos, me permita defender a minha emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– A informação que tenho da Mesa é que houve a redistribuição com antecedência. A nossa prática regimental é a de que, não estando presente o autor do destaque e nem alguém por ele indicado, o destaque fica prejudicado. V. Ex.<sup>a</sup> não estava presente.

**O SR. CONSTITUINTE ITAMAR FRANCO:** – Veja, Sr. Presidente, redistribuído durante o processo. Evidentemente, entendemos a dificuldade da Secretaria da Mesa, mas seria muito mais lógico que se distribuíssem as emendas, os destaques, no início da votação. Agora, durante o processo de votação, é muito difícil.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Estava aqui à disposição dos Constituintes toda a relação dos destaques que seriam votados. V. Ex.<sup>a</sup> me perdoará, mas não tenho modo regimental de acolher sua questão de ordem.

**O SR. CONSTITUINTE ITAMAR FRANCO:** – Lamento.

**O SR. CONSTITUINTE PRISCO VIANA:** – Peço a palavra, Sr. Presidente, para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Tem a palavra V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. CONSTITUINTE PRISCO VIANA:** – A decisão que vem de ser tomada pela Mesa, acolhendo requerimento que pedia a supressão de emendas relacionadas com o **caput** do art. 10 e seu § 1º, entendo eu que carece de uma explicação da Mesa.

Nos termos do Regimento, o destaque é do autor, não pode ser suprimido da forma como o foi, sob pena de se constituir em uma violência contra o autor do destaque. E há, daqui para frente, uma série de matérias muito importantes que vão envolver grandes problemas políticos e é necessário que a Mesa defina exatamente a profundidade dessa decisão, para que sejam protegidos os direitos dos autores dos destaques.

É o esclarecimento que peço a V. Ex.<sup>a</sup>, na condição de Presidente da Mesa neste instante.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON JOBIM:** – Peço a palavra, Sr. Presidente, para contraditar.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Tem a palavra o Constituinte Nelson Jobim.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON JOBIM:** – Sr. Presidente, o requerimento formulado pelas Lideranças foi no sentido de ser submetido a Plenário, para rejeição em bloco de todos os destaques. Não houve retirada de destaques. Houve, sim, votação de Plenário no sentido de rejeitar os destaques. Este foi o sentido.

**O SR. CONSTITUINTE VIVALDO BARBOSA:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Darei a palavra pela ordem a V. Ex.<sup>a</sup> quando terminar-

mos a votação, pois estamos encaminhando a votação. Logo após voltarei ao tema.

Vamos continuar com aqueles que vão falar agora contra o destaque do Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva.

Tem a palavra o Constituinte Gerson Peres, para contraditar.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o eminente Constituinte Plínio Arruda Sampaio pretende, com os argumentos com que nos brindou, suprimir do art. 10 o § 2º relacionado com o direito da greve.

O § 2º diz:

"Os abusos cometidos sujeitam seus responsáveis às penas da lei."

Ora, a Constituição declara livre a greve, veda a iniciativa patronal e diz que compete aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade e o âmbito de interesses que deverão, por meio dela, defender. Também estabelece as hipóteses em que serão adotadas providências pelas entidades sindicais que garantam a manutenção dos serviços indispensáveis ao atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade. Assim, dá toda liberdade, mas quer o Constituinte Plínio Arruda Sampaio tirar a parte essencial, que é o controle jurisdicional sobre o abuso que possa ocorrer.

A greve é um movimento consagrado, respeitado e adotado por todos nós, mas é um movimento de classe, de grupo, que defende interesses. Ela pode ser justa e correta e, também, pode ser injusta e incorreta. Os Tribunais, inclusive, podem declará-la ilegal. A greve também pode servir de instrumento de abuso para defesa de interesses de classe.

Ora, é neste exato momento que devemos deixar na Constituição que o abuso cometido sujeita os responsáveis às penas da lei, porque, admitamos, que pode um grupo de trabalhadores fazer uma greve ilegal e que prejudique os interesses da comunidade e até do próprio Estado, e a Constituição não preveja nada que realmente apene esses cidadãos que utilizam a greve para defender interesses que não estão amparados na lei.

A greve não é um instrumento anárquico, a greve não é um instrumento para se criar condições que inviabilizem o estado de direito. Pelo contrário, a greve é um elemento que contribui para as conquistas sociais dos trabalhadores, mas dentro do respeito ao direito da sociedade, ao direito do Estado, e os abusos cometidos devem ser apenados pelos Tribunais. Tirar o controle jurisdicional sobre os abusos é propiciar — parece-me — um instrumento que poderá servir ao estado anárquico, causando sérios prejuízos à tranquilidade e ao desenvolvimento do País.

Portanto, Sr. Presidente, pedi aos Colegas que atentassem bem para a necessidade da permanência desse dispositivo. É nesse dispositivo que a sociedade está protegida. Sem ele a sociedade não está protegida. Dê-se a greve como livre, mas que se reprimam os abusos dela decorrentes.

Estas as considerações que faço, pedindo aos Colegas que mantenham o texto do Projeto Cabral 2, para que assim fique equilibrado o dispositivo constitucional. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** — Tem a palavra o Constituinte Jorge Hage, para falar favoravelmente à emenda.

**O SR. CONSTITUINTE JORGE HAGE:** — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o § 2º do art. 10, que ora se discute, tem, como não poderia deixar de ser, a sua bis-

tória, a sua origem. E a sua presença, hoje, na condição de parágrafo, portanto, dispositivo acessório ou complementar do artigo que assegura a liberdade e o direito de greve, sua presença nesta condição, no articulado do texto, Srs. Constituintes, deve-se, evidentemente, a um lapso. Este dispositivo provém do chamado Projeto Cabral Zero, ou seja, do Projeto de Constituição Primeiro, e lá ele tinha a hierarquia de alínea **b** do inciso V, que definia, entre os direitos e liberdades coletivos e invioláveis, a manifestação coletiva. Evidentemente, naquele momento o Projeto Constitucional do Sr. Relator tratava, no inciso V do art. 17, sob o Título — e aqui eu pediria particular atenção da Relatoria e dos ilustres Relatores — naquele Projeto Chamado Cabral Zero cuidava-se dos direitos e liberdades coletivos e invioláveis. E se dizia:

"São direitos e liberdades coletivos e invioláveis.

V — a manifestação coletiva."

Aí, então, dentro desse gênero "manifestação coletiva", vinham várias coisas:

"**a** — é livre a manifestação coletiva em defesa dos interesses grupais, associativos e sindicais;

**b)** — é livre a greve;

**d)** — os abusos cometidos sujeitam seus responsáveis à pena da lei."

Significa que a alínea **d** não era dispositivo acessório da alínea **b** no mesmo nível que ela, e na alínea **b** se definia "sem qualquer outra espécie de limitação ou direito de greve".

Este dispositivo sobre abusos cometidos não se referia ao direito de greve e, sim, à manifestação coletiva em termo mais amplo, esta, sim, a exigir seguramente, na visão dos que fizeram o texto, aquele limitador que se referia a possíveis abusos, da manifestação coletiva em geral. No chamado Cabral 2, a situação é outra. Aqui se estabeleceu, em determinado artigo, a disciplina do direito de greve. Este é o art. 10, que já contém em si e no seu § 1º tudo o que cabe legislar constitucionalmente sobre o direito de greve. Foi colada, trazida e justaposta aqui, agora na condição de parágrafo, aquela expressão: "Os abusos cometidos, sujeitos ou responsáveis à pena da lei", absolutamente desnecessária, redundante, descabida, que pode, entretanto, induzir à criação de novas limitações que não as da legislação civil e penal, que serão sempre aplicáveis aos abusos de qualquer espécie, que jamais poderão ser retirados, como dizia o nobre Constituinte Gerson Peres, da apreciação judicial. De forma alguma. Jamais poderão ser retirados, uma vez que é o art. 5º, "Dos Direitos Individuais e Coletivos", que diz: "A lei não poderá excluir da apreciação judicial qualquer lesão, ou ameaça ao Direito". É evidente que qualquer espécie de abuso jamais deixará de ser penalizado pela legislação. De sorte que o dispositivo é, de um lado, absolutamente inócuo, redundante, desnecessário; de outro, impreciso, não diz a quem se dirige. Abusos de quem? Do cidadão? Do sindicato? Da entidade sindical? Do Poder Público ao reprimir a greve? É um absurdo, pode gerar qualquer tipo de interpretação e só contribui para confundir o texto constitucional que em todas as suas demais dimensões só tem merecido aqui os mais amplos e generalizados elogios de todos os segmentos políticos desta Constituinte.

Esta homenagem, que renovo, neste momento, ao Relator, a faço acompanhar do apelo no sentido que apóie a retirada que vai escoimar e recolocar nos devidos termos o dispositivo Do Direito de Greve.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Tem a palavra V. Ex.<sup>a</sup>, para uma questão de ordem.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Sr. Presidente, dirigi à Mesa uma questão de ordem que apresentei verbalmente – acredito que não era V. Ex.<sup>a</sup> que estava presidindo – e ao mesmo tempo a fiz por escrito. Recebi depois uma resposta, através da palavra do então Presidente, Constituinte Aluísio Campos, de que essa questão de ordem seria resolvida e que teríamos conhecimento do seu resultado na segunda-feira.

Entretanto, V. Ex.<sup>a</sup> me surpreendeu com uma decisão que, a ser perpetrada, a ser consumada, envolverá temática que está na questão de ordem, porque, liminarmente, V. Ex.<sup>a</sup> acolheu um requerimento de lideranças contendo urna solicitação de rejeição em bloco de destaques que não foi submetida a votos da maioria nominal da Comissão. A votação simbólica não me parece suficiente para questão constitucional.

Essa fórmula de rejeição em bloco, a pedido de duas, três ou várias lideranças, agora pode ser até interessante pela matéria que está sendo tratada, mas o mecanismo utilizado pode ser extremamente delicado em questões mais importantes, e, no meu entender, V. Ex.<sup>a</sup> o fez absolutamente ao arrepio do Regimento, porque não há nada no Regimento, do qual V. Ex.<sup>a</sup> foi Relator, nada que o ampare para que os destaques, por cima do direito de cada Constituinte, possam ser rejeitados em bloco, por votação simbólica.

Então, quero colocar como uma questão de ordem que, se agora a matéria interessa a alguns de nós, lá na frente vamos poder ter, se este procedimento for mantido, graves prejuízos e dificuldades sérias, a não ser que seja uma decisão, mas uma decisão respaldada por modificação do próprio Regimento da Constituinte.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Informei a V. Ex.<sup>a</sup> que voltaríamos a esta matéria no final, respondendo ao Constituinte Prisco Viana. Então, não quero tratar de forma diferente o Constituinte Prisco Viana e outros Srs. Constituintes. De modo que vamos prosseguir a votação e no final voltaremos para elucidar os fundamentos da decisão da Mesa, quando não me furtarei a esclarecer ponto por ponto.

Continua, então, em discussão.

Com a palavra o Constituinte Egídio Ferreira Lima, para encaminhar contrariamente.

Antes, porém, quero recordar aqui que o Regimento só permite que façam uso da palavra aqueles que são membros da Comissão ou, então, o autor de destaque. Eu não prestei atenção e não fui informado a tempo, mas o Constituinte Jorge Hage não é membro da Comissão nem autor de destaque. Como S. Ex.<sup>a</sup> já estava falando, eu não queria perpetrar uma violência. Assim, solicito que, daqui por diante, aqueles que não são membros da Comissão só peçam para encaminhar se efetivamente forem autores das emendas.

**O SR. CONSTITUINTE EGÍDIO FERREIRA LIMA:** – Sr. Presidente e Srs. Constituintes, em verdade este § 2º do art. 10 é uma desmesura. Ele podia deixar de estar no texto. Naturalmente que os abusos praticados no exercício do direito de greve são punidos pela lei, e a Constituição não teria necessidade de dizer isto. No entanto, devemos reconhecer também que não tomamos o melhor caminho nas votações da Comissão Sistematização, quando estamos detalhando, quando estamos tornando excessivamente analítica a Constituição. Há pouco votamos a obrigação de as empresas terem no seu quadro 10% de pessoas com mais de 45 anos. Se isso constasse da lei ou viesse a constar de uma lei futura, tudo bem!

Facilmente a lei poderia ser alterada quando não fosse conveniente ou até ampliados os direitos conferidos por ela.

Estamos imbuídos de uma grande descrença na democracia. Só isto justifica essa ânsia de levar para o texto da Constituição toda uma matéria que deveria ser objeto do Poder Legislativo que irá resultar nela. Com isto corremos um grande risco, risco de enclausurar, risco de injetar no texto da Constituição preceitos, direitos e garantias que irão sofrer evolução dentro do processo e que encontrarão obstáculos para que essa evolução se dê em virtude de esses direitos terem sido enclausurados no texto constitucional. Se tomamos o caminho do analítico, do detalhe, da minúcia, esse óbvio ululante, a que se reportava Nelson Rodrigues, não faz mal que fique. Liturgicamente até, pela orientação que tomamos, ele se impõe, em nada mitiga ou limita o direito de greve assegurado pelo art. 10, e seu § 1º, bem posto, bem amplo, bem singular para a situação atual do País. Se não fizermos isso, a sociedade vai dizer amanhã que estamos ampliando direitos e não estamos estabelecendo deveres correspondentes a esses direitos.

Em virtude da filosofia, do rumo tomado por esta Comissão, não devemos retirar essa disposição do texto; ela em nada – repito e enfatizo – limita o direito de greve.

Não me escandalizo por esta tendência analítica de que estamos imbuídos. É muito difícil se fazer uma Constituição sem que seja marcada pelo conjuntural. E o conjuntural que temos aí, com anos e anos que tivemos de regime autoritário, está muito carregado de ressentimentos e de preconceitos.

Falam tanto na Constituição americana, que seria orgânica, que seria sintética, mas é analítica também. Ela tem 7 artigos, mas tem um mundo de secções e itens, e tem nada menos de 28 emendas com o mesmo critério de elaboração, em secções e em itens.

E lá na Constituição americana – vou apontar só duas pérolas, a primeira no próprio texto dos sete artigos – vamos encontrar que a migração é permitida entre um estado americano e outro, do Distrito de Colúmbio para a Virgínia. Só que aquele que vai migrar tem que pagar 10 dólares de imposto. Por que isso, essa migalha desse detalhe? Porque alguns estados eram escravocratas outros não, e eles queriam proibir que o escravo fugisse da Virgínia e fosse para a Filadélfia, sendo que 10 dólares para o escravo era muito dinheiro.

Na Guerra da Secessão se fez uma emenda à Constituição americana, dizendo que o soldado não podia ocupar o imóvel alheio. Vejam que pérola de casuísmo particularidade está no texto americano!

Podemos, assim, amenizar o nosso pecado e nossa falta de estar elaborando uma Constituição excessivamente analítica. Voto pela permanência do texto, até para não negar o que fizemos até agora. Ele lembra bem aquele ditado romano: "A mulher de César não só tem que ser séria, mas tem que parecer séria."

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. **(Muito bem! Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Pergunto ao Sr. Relator se deseja fazer uso da palavra.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente e Srs. Constituintes:

Quero prestar uma homenagem ao Constituinte Jorge Hage, que, se não tem o direito como Membro tem o **droit de conquête** para usar da palavra, como o fez tão bem. S. Ex.<sup>a</sup> brindou a Casa, ao se referir ao § 2º, dizendo que era desnecessário, redundante, descabido, inútil, impreciso.

Ora, Sr. Presidente, parágrafo é seqüência do **caput**. Na hora que em latim se fizeram os dois se, o **signum sectiones**, que é exatamente a seqüência do que está no **caput**, o Constituinte Jorge Hage trouxe para a Comissão de Sistematização que a greve, que é livre e assegurada, passa a ser desnecessária, redundante, descabida, inócua e imprecisa.

Ora, não posso ouvir calado, Sr. Presidente, – e louvei-me na postura jurídica do Senador e Jurista José Paulo Bisol, a quem presto homenagem, porque de S. Ex.<sup>a</sup> transcorre este texto e sua autoria não poderia ser desnecessária nem descabida. Vamos louvar e respeitar o Constituinte José Paulo Bisol – com a sua companhia faço a defesa do texto que incorporei. A Comissão precisa dar-se conta de que a partir da promulgação desta Constituição, se aprovado o texto, acabou-se aquilo que se dizia neste País, no combate à greve: o direito está assegurado!

Como bem lembrou o Constituinte Egídio Ferreira Lima sobre a mulher de César, é preciso que se prove a seriedade, e é o que este texto está querendo fazer: vamos fazer a greve, vamos permitir que os trabalhadores decidam de sua oportunidade, vamos deixar que adotem as providências para que se garanta a manutenção dos serviços indispensáveis e vamos definir as responsabilidades. De quem? De quem faz a greve e comete o abuso, ou daquele que pega o "Urutu" e vai terminar com a greve? Essa responsabilidade precisa ser bem colocada. Não é só o grevista que comete o abuso; aquele que o reprime também pode chegar a tanto.

É preciso que se ressalte aqui que este texto está dando a certeza de que tudo que não for, de forma alguma, abuso, não será punido. Não podemos extirpar isto do texto, pois, se assim o fizermos, ficaremos com o texto mutilado, capenga, zarolho, porque se tirou a conseqüência exata do **caput**.

Vejam, portanto, que me encontro na seguinte encruzilhada: não sei se atribuo ao **caput** o que é desnecessário, descabido, inócua, ou se entendo que ele é, se ele o é, necessário. Aqui, entre mim e o eminente Constituinte Jorge Hage começa a primeira diferença – se o **caput** é necessário, o § 2º o completa com perfeição.

Não é justo que se faça aqui um pedido assinado por todas as Lideranças e que por invios caminhos se mantenha o artigo e o § 1º e de maneira solerte se tente suprimir o 2º. Isto não é possível! Talvez até que o Relator não usasse da palavra se não tivesse ouvido o redundante, o descabido, o desconexo, o inócua, o impreciso. Teria que corrigir. Faço-o, evidentemente, sem o brilho do Constituinte Jorge Hage. Mas que o texto tem que ser mantido é uma obrigação natural de quem está escrevendo com a seriedade precisa.

Com esta e por este razão, manifesto-me contrário à supressão e pela manutenção do texto. **(Muito bem! Palmas)**

**O SR. CONSTITUINTE MIRO TEIXEIRA:** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Pela ordem, tem a palavra o Constituinte Miro Teixeira.

**O SR. CONSTITUINTE MIRO TEIXEIRA:** – Sr. Presidente, examinando o Capítulo referente ao Sistema Financeiro Nacional, não verifiquei onde estão estruturadas as "formas de promover o desenvolvimento equilibrado do País e de servir aos interesses da coletividade". Não encontro aqui qualquer dispositivo remetendo à Lei Penal os abusos cometidos na área do sistema financeiro.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Se V. Ex.<sup>a</sup> quer apresentar uma emenda para colocar na cadeia os que cometeram abusos na área financeira, poderá fazê-lo, mas não se trata de uma questão de ordem.

**O SR. CONSTITUINTE MIRO TEIXEIRA:** – Em seguida, Sr. Presidente. Agora estou apenas fundamentando.

Passo os olhos também sobre as normas que determinam as maneiras como serão feitos os investimentos do capital estrangeiro. Não vejo aqui qualquer transgressão punível com a Lei Penal.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Esta é uma opinião de V. Ex.<sup>a</sup> A Mesa solicita que formule sua questão de ordem.

**O SR. CONSTITUINTE MIRO TEIXEIRA:** – Vou apresentá-la, Sr. Presidente.

Lamento que conste que os abusos cometidos, no caso das greves, sujeitem seus responsáveis às penas da lei, como se tivesse que se fazer um Código Penal para grevistas; como se, no Código Penal, não estivessem contidas e descritas as condutas típicas, antijurídicas e culpáveis que devem servir de balizamento para o comportamento de todo cidadão.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Se V. Ex.<sup>a</sup> me permite, não vejo nenhuma questão de ordem formulada por V. Ex.<sup>a</sup>

Não havendo questão de ordem, passa-se à votação.

Aqueles que disserem "sim" terão votado favoravelmente à emenda do Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva, que é supressiva, e, portanto, estarão eliminando o § 2º do art. 10. Quem disser "não", fica com o Relator; quem disser "sim", com o destaque, obviamente.

**(Procede-se à votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Sr. Constituinte José Fogaça, V. Ex.<sup>a</sup> computou o voto de um titular, depois de ter chamado os suplentes.

Tenho mantido aqui a decisão de que, depois de chamados os suplentes, não votam os titulares. (Pausa.)

Não é de V. Ex.<sup>a</sup>, refiro-me a um Senador do PMDB.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FOGAÇA:** – Sr. Presidente, não fizemos chamada de suplentes. Nenhum suplente respondeu antes de ter sido chamado o titular, o Constituinte Francisco Rossi. O Sr. Constituinte, suplente, Ottomar Pinto já respondeu "Não". Agora, sim, está impossibilitada a chamada dos titulares.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Falta um voto. Sr. Constituinte, V. Ex.<sup>a</sup> não pode privar o PTB de um voto. O PTB tem 3 votos e só deu 2. Estou presente e quero conferir o terceiro voto.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – O Suplente, o Constituinte Ottomar Pinto, já foi chamado, já respondeu "não".

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sim, mas falta um voto. Só 2 votaram e o PTB tem 3 votos. É claro.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FOGAÇA:** – Foi decisão da Mesa, ontem.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Mas não há decisão, o PTB tem 3 votos e só 2 votaram, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Acabei de observar ao nobre Constituinte José Fogaça que S. Ex.<sup>a</sup> tomara um voto de um Constituinte do PMDB depois de tomar votos dos suplentes, e eu pedi que não tomasse esse voto. Não posso ter duas opiniões, não toma nenhum voto.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr. Presidente, a minha questão de ordem não é esta. Temos 3 votos, eu tenho que votar.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– A questão de ordem de V. Ex.<sup>a</sup> é a seguinte: o PTB tem 3 votos e apenas 2 foram dados.

Pergunto à Mesa o seguinte: quando qualquer Partido, depois de chamados os suplentes, chegando algum titular, não tendo sido preenchida ainda a quota daquele Partido, neste caso, cabe colher o voto?

Estou tomando a decisão. A questão ontem com o Constituinte Ademir Andrade foi diferente, estava esgotada a quota do PMDB. Hoje não está esgotada a quota do PTB. São situações diferentes. Se ontem não estava esgotada a quota, ter-me-ia equivocado.

Então, toma-se o voto hoje do Constituinte Gastone Righi.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FOGAÇA:** – Fica, então, a decisão de que, mesmo sendo chamada a lista de suplentes, não estando completa a lista de votos do respectivo Partido, pode-se voltar a recorrer à lista dos titulares.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Antes da programação do resultado.

**O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE:** – Sr. Presidente, só para reunir o meu voto.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Informo a V. Ex.<sup>a</sup> que este era o procedimento que a Mesa vinha adotando e que era...

**O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE:** – Deixei de votar por uma decisão contrária à de hoje de V. Ex.<sup>a</sup>, mas concordo plenamente que esta deva ser a posição mais correta.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – O fundamento da minha decisão ontem era que não havia a questão levantada hoje, que é a falta de quota. Se tivesse sido levantado este fundamento ontem e isso fosse observado efetivamente, teria tido a maior satisfação de coligir o seu voto para reforçar o que já estava aprovado.

Em votação...

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FOGAÇA:** – Como vota o Constituinte Gastone Righi, Líder do Partido Trabalhista Brasileiro?

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – NÃO.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FOGAÇA:** – O PDS tem direito a três votos de suplentes.

Como vota o Líder do PDS, Bonifácio de Andrada? **(Pausa)**

O Sr. Líder do PDS, Bonifácio de Andrada, não se encontra presente.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FOGAÇA:** – Como vota o Vice-Líder Adylson Motta?

**O SR. CONSTITUINTE ADYLSO MOTA:** – NÃO.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FOGAÇA:** – Tal como antes fizemos, vamos agora novamente adotar a prática de dizer o seguinte: o PDS tem ainda direito a dois votos entre titulares e suplentes – tal como antes dizíamos – antes da decisão de ontem. O PDS tem direito a dois votos entre titulares e suplentes. Não há mais ninguém.

Vamos ao PDT: tem direito a um voto do suplente.

**(Prossegue a votação)**

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FOGAÇA:** – O PDT tem direito a 1 voto de suplente.

**(Prossegue a votação)**

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FOGAÇA:** – O PFL, entre titulares e suplentes, tem o direito a 3 votos ainda.

**(Prossegue a votação)**

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FOGAÇA:** – Votaram 13 Srs. Senadores do PMDB.

**(Prossegue a votação)**

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Almir Gabriel, Carlos Mosconi, Cristina Tavares, Haroldo Sabóia, Nelton Friedrich, Paulo Ramos, Sigmaringa. Seixas, Antonio Mariz Miro Teixeira, Nelson Wedekin, Octávio Elísio, Uldurico Pinto, Vicente Bogo, José Maurício, Bocayuva Cunha, Luiz Salomão, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Aldo Arantes, Roberto Freire e Beth Azize. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Artur da Távola, Bernardo Cabral, Carlos Sant'Anna, Celso Dourado, Egídio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Antônio Britto, José Fogaça, José Paulo Bisol, José Richa, José Ulisses de Oliveira, Milton Reis, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nilson Gibson, Oswaldo Lima Filho, Pimenta da Veiga, Prisco Viana, Raimundo Bezerra, Re-nato Vianna, Rodrigues Palma, Virgildásio de Senna, Wilson Martins, Albano Franco, Délio Braz, Euclides Scalco, Israel Pinheiro, José Carlos Grecco, Roberto Brant, Rose de Freitas, Alcení Guerra, Aloysio Chaves, Antoniocarlos Mendes Thame, Arnaldo Prieto, Eraldo Tinoco, José Lins, José Santana de Vasconcellos, José Thomaz Nonô, Luís Eduardo, Mário Assad, José Lourenço, Ricardo Fiúza, Sandra Cavalcanti, Enoc Vieira, Hugo Napoleão, Edison Lobão, Jonas Pinheiro, Gilson Machado, José Tinoco, Mozarildo Cavalcanti, Paes Landim, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Gerson Peres, Adylson Motta, Francisco Rossi, Gastone Righi, Ottomar Pinto, Adolfo Oliveira e Siqueira Campos.

### DECLARAÇÃO DE VOTO

"Em defesa do direito dos trabalhadores, e como fator de fortalecimento da extraordinária conquista obtida no **caput** do art. 10 do Substitutivo 2 do Projeto de Constituição, voto contrariamente à supressão do parágrafo 2º O parágrafo 2º **delimita** a punição. Neste país, **de greve**, por si só, não será mais punida.

Os abusos poderão ser praticados por brigadas facistas antigreve; inclusive pelas autoridades. A punição dos abusos, mesmo dos grevistas, dá solidez e seriedade ao direito de greve. Fica assegurado que tudo que não for abuso não pode ser objeto de punição.

Desconhecer tal fato significa enfraquecer o extraordinário avanço, significa vulneralizá-lo.

Por fim, é necessário manter o § 2º porque ele limita à lei comum a punição aos abusos. E impede que uma Lei de Segurança, autoritária e facista, venha se sobrepor.

Sala das Sessões, 6 de outubro de 1987. – **José Fogaça – Fernando Henrique Cardoso.**"

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram. SIM 23 Constituintes; votaram NÃO 63 Constituintes. Total: 86 votos. O Destaque foi **rejeitado**. Declaração de voto, dos Senhores Constituintes José Fogaça e Fernando Henrique Cardoso.

Não foi aprovado o destaque. Considero prejudicados os Destaques nºs 1.065, de Vilson Souza, 1.338, de Vivaldo Barbosa, porque era supressiva, 8.326, de Ronan Tito, que é supressiva, 7.254, de Mendes Botelho.

Está encerrada a votação do artigo. Concedo a palavra ao Relator.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, quero prestar uma homenagem ao eminente Constituinte Miro Teixeira. S. Ex.<sup>a</sup> merece-a, veio ao microfone para dizer que... E eu sei que é um teste que faz ao Relator, porque ele tem conhecimento do texto que tinha lido e

relido e não tinha encontrado nenhuma penalidade para os crimes de "colarinho branco", aos abusos, enfim. Quero que S. Ex.<sup>a</sup> ouça, assim como eu o ouvi, com o carinho de sempre...

**O SR. CONSTITUINTE MIRO TEIXEIRA:** – Eu pediria a V. Ex.<sup>a</sup>, só pela oportunidade, com o carinho que V. Ex.<sup>a</sup> merece. Eu não fiz referência ao assunto dessa forma tão abrangente, eu peguei dispositivos específicos, capítulos específicos que tratavam de assuntos de natureza grave na área financeira e indiquei que ali eu não estava verificando a mesma preocupação havida com relação ao movimento grevista. Conheço, dentro do texto, inúmeras sanções determinadas pela Constituição, remetendo à legislação penal a obrigação de fixar penas para punir os autores de determinadas práticas. Eu apenas peguei duas, rapidamente, e indiquei que, nesses casos que havia lido, não encontrava a mesma preocupação. Encontro esta preocupação, encontro esta preocupação, se V. Ex.<sup>a</sup> quiser, em vários outros dispositivos e não deixaria de lhe render esta homenagem.

Como advogado experiente que é, ex-Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, V. Ex.<sup>a</sup> conhece muito bem esta realidade e sabe que não nos ficaria bem, sequer, se a nossa Constituição não demonstrasse esta preocupação também com aqueles que administram somas muito mais importantes e interesses muito mais vultosos, embora tão relevantes para o País, quanto os interesses que os operários também mobilizam.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Então, V. Ex.<sup>a</sup> vai ter que ouvir, por um minuto apenas, que é exatamente no Capítulo da Ordem Econômica e Financeira, que V. Ex.<sup>a</sup> não encontrou, pois o § 4º do art. 194 diz o seguinte:

"A lei, sem prejuízo da responsabilidade individual dos integrantes da pessoa jurídica, estabelecerá a responsabilidade criminal desta, sujeitando-a às penas compatíveis com sua natureza, nos crimes praticados contra a ordem econômica e financeira e a econômica popular."

Esta é a resposta a V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Pelo que vejo, estão todos de acordo e a reunião está terminando **en beaute** todos fazendo elogios mútuos.

**O SR. CONSTITUINTE VIVALDO BARBOSA:** – Sr. Presidente, quero avisar que ainda tenho que dar um esclarecimento da decisão tomada e pediria que fossem breves, mas cedo a preferência à Constituinte Rose de Freitas.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Tem a palavra a Constituinte Rose de Freitas.

**A SRA. CONSTITUINTE ROSE DE FREITAS:** – Muito obrigada, Sr. Presidente. Já é praxe pedir a V. Ex.<sup>a</sup> alguns esclarecimentos e o faço, porque gostaria que a Mesa nos esclarecesse qual foi a medida adotada, ante a questão levantada pela Constituinte Sandra Cavalcanti, com relação às declarações do Consultor-Geral da República, Dr. Saulo Ramos, e a própria declaração de V. Ex.<sup>a</sup>, porque tem sido uma praxe comum nesta Casa adotar-se medidas discursivas no plenário e a Mesa jogá-las para a gaveta, ou para a ambigüidade, ou para a omissão, ou para o esquecimento.

Gostaria que caso tão significativo e importante para todos nós tivesse um esclarecimento ou uma resposta da Mesa.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Pois não. A questão levantada pela nobre Constituinte Sandra Cavalcanti – e reforçada por outros Constituintes, inclusive por mim próprio – não se dirigia à Comissão de Sistematização, senão à Mesa da Assembléia Nacional

Constituinte. Não tive alguma Informação de parte da Mesa da Assembléia Nacional Constituinte até o momento. A nobre Constituinte Sandra Cavalcanti, a título, suponho, pessoal, está pedindo o direito de resposta, porque o mesmo programa foi reprisado – mais gravemente no meu modo de entender – em cadeia de televisão educativa. Então, a nobre Constituinte está providenciando – e acho que S. Ex.<sup>a</sup> tem razão e tem o meu endosso também, porque não podemos ser objeto de críticas generalizadas por parte de membros do Governo sem que haja uma resposta adequada.

**A SRA. CONSTITUINTE ROSE DE FREITAS:** – Sr. Presidente, só relembro que à Mesa estava o Presidente Brandão Monteiro e o entendimento de S. Ex.<sup>a</sup> é que a Comissão de Sistematização tenha sido diretamente atingida nesse episódio. Então, S. Ex.<sup>a</sup>, entendia que a Comissão de Sistematização, representada pela sua Mesa, deveria também adotar uma medida. Por isso, consulto a Mesa sobre esse fato, sobre as declarações do Sr. Consultor-Geral da República.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Não creio que haja alguma coisa diretamente com a Comissão de Sistematização. As referências do Consultor-Geral foram ao conjunto da Constituinte, e hoje mesmo S. Ex.<sup>a</sup> continua numa polêmica a este respeito, considerando que nem eu nem a nobre Constituinte Sandra Cavalcanti entendemos o que quer que seja de Direito Constitucional. No que diz respeito a mim, é verdade, não entendo de Direito Constitucional, mas entendo que represento seis milhões e meio de paulistas e de brasileiros residentes em São Paulo, e isto é o que tem peso em fazer uma Constituição.

**A SRA. CONSTITUINTE ROSE DE FREITAS:** – Sr. Presidente, a única parte do processo constitucional que está funcionando é esta Comissão. Assim, gostaria de solicitar a V. Ex.<sup>a</sup>, como Titular da Mesa, ultimasse as providências para que tivéssemos, de pronto, esta resposta.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Atenderei ao pedido de V. Ex.<sup>a</sup>

Tem a palavra o Constituinte Vivaldo Barbosa.

**O SR. CONSTITUINTE VIVALDO BARBOSA:** – Sr. Presidente, retomando aquela questão de ordem que, por solicitação de V. Ex.<sup>a</sup>, seria agora focalizada, quero manifestar algumas preocupações, porque, quando entrava aqui, no plenário, a decisão estava sendo tomada; preocupei-me, evidentemente, pela natureza da decisão. Fui informado pelo Constituinte Luiz Salomão de que o alcance da decisão do plenário – e depois V. Ex.<sup>a</sup> me reafirmou, junto com o Dr. Paulo Affonso, e creio que também tenha sido esta a natureza da manifestação do Constituinte Nelson Jobim – significava que os apoios dados a cada destaque, na forma regimental, ficavam sem efeito.

Sr. Presidente, se esta é a natureza, o alcance, o objetivo da decisão, temos motivos a nos preocupar, de maneira especial, porque isto viola os nossos direitos.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – V. Ex.<sup>a</sup> pode esperar o fundamento da decisão para depois fazer os comentários?

**O SR. CONSTITUINTE VIVALDO BARBOSA:** – Há outro aspecto que quero expressar a V. Ex.<sup>a</sup> Esta preocupação ficou um pouco desanuviada mediante a conversa com o Relator, que também manifestou sua preocupação intensa com a decisão tomada.

Outro aspecto da decisão que pretendo colocar para esclarecimento de V. Ex.<sup>a</sup> é que – como disse o Constituinte José Genoíno, também intensamente preocupado com a questão – isso poderia significar um requerimento de preferência para votação antecipadamente de dispositivos na linha posterior, o que seria também uma afronta

ao Regimento. Desta maneira, o direito de o Constituinte apresentar o seu destaque, tê-lo discutido, votado na Comissão de Sistematização, no Plenário da Constituinte, é regimental, intocável e não pode sujeitar-se a uma decisão de plenário.

Aqui, manifesto uma preocupação diferente da do Constituinte Carlos Sant'Anna. Não me importa se a decisão foi por voto nominal ou se a decisão foi por voto simbólico, mesmo que tenha sido por voto simbólico, o plenário não tem o poder, na forma do Regimento, de rejeitar, retirar, votar em bloco negativamente qualquer destaque feito por qualquer Constituinte, assim como a decisão do plenário não pode retirar o apoio para cada destaque de cada Constituinte. Não tenho qualquer problema com a matéria, aliás, eu tinha um destaque no mesmo sentido que se desejava votar a matéria decidida neste instante, mas é um precedente, uma atitude da Mesa e do plenário que não podemos admitir, sob pena de comprometermos os direitos de cada Constituinte daqui para a frente, de comprometermos o processo limpo e liso de votação da nova Constituição.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Vou explicar os fundamentos da decisão, e só lamento que o Constituinte não tenha esperado que eu dissesse o porquê da decisão, para, então tecer seus comentários.

Aqui, o que se fez foi o seguinte: tenho sobre a mesa um requerimento pedindo a retirada de destaques, que foi assinado por quase todos os Líderes. Na verdade, quando eu o apresentei, disse que era assinado pela totalidade dos líderes, e V. Ex.<sup>a</sup> me disse que o PDT não o havia assinado. Eu não estava informado e imaginei que fosse a totalidade. Qual foi o objetivo desses requerimentos? Terá sido, por acaso, de impedir que alguém pudesse aqui ter seus destaques apresentados? Não foi. Foi um entendimento de Liderança – um mecanismo usual no funcionamento das Assembleias Legislativas – e que eu não decidi de plano aceitá-lo. Eu o submeti a plenário, que poderia perfeitamente ter pedido verificação de votação nominal, mas não o fez.

Em segundo lugar, se algum Constituinte, tendo um destaque e desejar votá-lo, eu o ponho em votação. É óbvio. É um procedimento de **bona fides**, de boa-fé. Não se trata de impedir que destaques sejam votados. E o fundamento político da boa fé é que chegamos até o fim sem que tivesse havido protesto quanto à substância da matéria. Entretanto, reafirmo, se algum Constituinte quiser apresentar destaque, reafirmar seu destaque, estando presente, S. Ex.<sup>a</sup> o fará. No momento em que disseram que todos estavam de acordo, entendi que estavam concordando e como procedimento que os destaques só são votados se estiverem presentes os seus Constituintes. Não infringi um átomo do Regimento nem a liberdade de quem quer que seja, guardião tão zeloso do Regimento quanto V. Ex.<sup>a</sup>, até porque fui eu o Relator do Regimento.

**O SR. CONSTITUINTE VIVALDO BARBOSA:** – Sr. Presidente, é necessário um esclarecimento adicional. Queria entender bem a posição da Mesa. Ela considerou retirados os destaques por decisão do plenário e não por requerimento individual de cada Constituinte autor do destaque?

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Não estando presente o Constituinte autor, aqui, está prejudicado. Esta foi a natureza da decisão. E os que estavam presentes não quiseram fazer uso do seu direito, nobre Constituinte Vivaldo Barbosa. Isso é tão palmar que a mim me custa responder a V. Ex.<sup>a</sup>, como o brilho habitual de V. Ex.<sup>a</sup>, um dos mais operosos e cooperativos Constituintes desta Casa. É tão simples, nobre Constituinte, de tão boa fé, tão aberto...

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra, pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Sr. Presidente, mais uma vez faço os encômios à inteligência de V. Ex.<sup>a</sup> que, sem dúvida, é de brilho invulgar.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– V. Ex.<sup>a</sup> sabe que a dilação que tenho por V. Ex.<sup>a</sup> é maior ainda do que a que V. Ex.<sup>a</sup> tem para comigo.

**O SR. CARLOS SANT'ANNA:** – Saiba V. Ex.<sup>a</sup> que foi importante ter feito a colocação. Primeiro, por mais que tivesse percorrido o Regimento Interno da Comissão de Sistematização, em nenhum momento – e isso não representa desdouro algum – há menção à palavra "líder". De modo que, em verdade, com respeito a todas as Lideranças, cada Constituinte aqui tem o seu direito igual. O direito de fazer o destaque é um direito do Constituinte e individual. A comissão pode derrubar, pode rejeitar-lhe o destaque, mas não pode a Mesa, não podem as Lideranças, não pode ninguém em nome do Constituinte, considerar-lhe o destaque retirado.

A explicação está sendo dada agora. Nem vamos insistir nisso, pela boa fé, pela extraordinária fidalguia e pelo extraordinário descortino de V. Ex.<sup>a</sup>. Se fôssemos ouvir a fita onde V. Ex.<sup>a</sup> realmente falou, a decisão foi na retirada dos destaques. Foi isso que motivou a minha vinda rápida ao plenário para pedir a palavra pela ordem e para uma reclamação, e estou atendido nas colocações que V. Ex.<sup>a</sup> fez, porque, aí, sim, repõe nos devidos termos. Muito obrigado. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup> as palavras amáveis e a compreensão tão generosa do processo.

**O SR. CONSTITUINTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA:**

– Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Tem a palavra o Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva.

**O SR. LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA:** – Gostaria de pedir à Mesa que intercedesse junto ao Ministério da Justiça, à Secretaria da Justiça do Estado da Bahia e ao Governador Waldir Pires, a fim de que tomassem as providências necessárias para que fosse marcada logo a data do julgamento de seis companheiros que estão em greve de fome há onze dias, e cuja reivindicação maior é marcar a data do julgamento. Todo mundo sabe que esses companheiros era filiados ao PT e foram presos dia 11 de abril do ano passado, em função de um assalto à agência do Banco do Brasil do **campus da UFBA**. Todos sabem também que eles foram expulsos do Partido dos Trabalhadores, mas não é justo que esses companheiros, que já estão presos há mais de um ano e meio, até agora não tenham marcada a data do julgamento.

Gostaria que a Mesa intercedesse junto ao Ministro Paulo Brossard, junto ao Governador Waldir Pires e junto à Secretaria da Justiça da Bahia, para que tentassem fazer com que fosse marcado o mais rápido possível esse julgamento, porque, inclusive, dos companheiros que estão em greve dois já se encontram debilitados em decorrência da greve de fome. Não é justo permitirmos que no Brasil aconteça uma morte em função da indisciplina ou, quem sabe, da morosidade da própria Justiça.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Pode V. Ex.<sup>a</sup> ter a certeza de que, pessoalmente, interferirei junto ao Governador Waldir Pires nesta matéria assim que eu tenha oportunidade, o que espero seja hoje mesmo.

**O SR. CONSTITUINTE JORGE HAGE:** – Sr.

Presidente, sobre este mesmo assunto, complementando a manifestação de V. Ex.<sup>a</sup>, e creio que neste momento expresso os sentimentos dos meus companheiros da Bancada da

Bahia, quero dizer que o Governador Waldir Pires já está devidamente sensibilizado e encaminhando providências a este respeito, sem prejuízo de que todos nós iremos imediatamente reforçar o encaminhamento e o apelo que V. Ex.<sup>a</sup> vai encaminhar.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup> o esclarecimento.

O Constituinte Paulo Ramos é o último orador inscrito na parte final.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – Aliás, tenho tido a paciência de conceder a vez para diversos outros Constituintes.

Quero aqui manifestar a minha solidariedade a toda repulsa que foi manifestada pela Comissão de Sistematização no que concerne aos assaques que foram praticados contra a Assembléia Nacional Constituinte pelo Consultor-Geral da República.

Quero solicitar a solidariedade dos companheiros a uma agressão que está sendo praticada, ao longo do tempo, contra a Comissão de Sistematização, infelizmente, pelo Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, que insiste em não enviar para o plenário da Assembléia Nacional Constituinte, para votação, o Projeto de Decisão nº 4, que veda a conversão da dívida externa em capital de risco. Acredito que essa agressão seja superior às agressões verbais, porque resiste ao cumprimento de uma decisão da Comissão de Sistematização.

Espero que esse mau exemplo não se comunique a outras situações em que decisões da Comissão de Sistematização possam ser igualmente descumpridas.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– V. Ex.<sup>a</sup> faz uma observação que regimentalmente procede. É preciso haver votação.

#### IV – SUSPENSÃO DA REUNIÃO

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– A Presidência vai suspender os trabalhos, convocando os Senhores Constituintes para a continuação da presente reunião, hoje, 16-10-87, às 15:00 horas.

Está suspensa a reunião.

(Suspende-se a reunião às 13 horas e 15 minutos)

EM 16 DE OUTUBRO DE 1987 (2)

Presidência dos Srs. **Jarbas Passarinho**, Terceiro-Vice-Presidente, e **Fernando Henrique Cardoso**, Quarto-Vice-Presidente.

#### I – REABERTURA DA REUNIÃO

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Havendo número regimental, declaro reaberta a reunião.

Esgotada a matéria da manhã, correspondente ao Capítulo II, passaremos ao Capítulo III – Da Nacionalidade.

#### II – ORDEM DO DIA

##### VOTAÇÃO DO PROJETO DE CONSTITUIÇÃO

##### TÍTULO II (Continuação)

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Em votação o Destaque nº 2868, requerido pelo Constituinte Aluizio Campos, supressivo do capítulo todo. (Pausa)

S. Ex.<sup>a</sup> não está presente. Prejudicado.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Pois não!

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Sr. Presidente, V. Ex.<sup>a</sup> pessoalmente não assistiu, mas houve uma grande reunião de Lideranças e de diversos outros Constituintes de todos os Partidos para que se pudesse fazer, como feita foi, a consolidação das normas que estão regulamentando os trabalhos da Comissão Executiva. E, exatamente no momento em que havia essa reunião, questionou-se muito sobre a necessidade ou não da antecipação do Título IV, que versa sobre Sistema de Governo ou se o Título IV devia ser discutido no seu lugar e na sua sequência.

O Líder Luiz Henrique, do PMDB na Câmara, levantou inclusive a necessidade da precedência, e alguns de nós, entre os quais eu também, referiram que nos títulos iniciais poderia haver alguma referência que pudesse ter conotação de sistema de governo, e que seria preciso, então, que o sistema de governo já estivesse definido. Presente, o Relator Bernardo Cabral disse que desafiava alguém que mostrasse em algum outro capítulo ou título anterior ao Título IV qualquer referência a sistema de governo. E lá, no momento, tive a ocasião de lhe mostrar que na página 37, exatamente no Capítulo III – Da Nacionalidade, tem uma referência a Primeiro-Ministro. Houve, então, imediatamente, o entendimento de que essa referência ao Primeiro-Ministro não conteria, no momento em que o capítulo fosse debatido e discutido, nenhuma conotação, nenhuma vinculação de sua aprovação a sistema de governo, até porque é possível perfeitamente um sistema presidencialista com um Primeiro-Ministro. Há, inclusive, uma emenda, dentre as diversas emendas sobre sistema de governo, há uma emenda entre nós que admite um sistema presidencialista com a figura de um Primeiro-Ministro.

A questão de ordem que faço é que, pelo entendimento havido, embora não tenha sido expresso exatamente na coletânea das normas, pelo entendimento expresso neste capítulo, a palavra "Primeiro-Ministro" não tem, aprovada ou reprovada, qualquer correlação com o sistema de Governo que será discutido no Título IV.

De modo que formulo a questão para que a Mesa, realmente, confirme ou não a interpretação que antes havia sido dada.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Gostaria de fazer duas perguntas, se V. Ex.<sup>a</sup> me permite.

A primeira: essa reunião se deu quando? Hoje?

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Permita-me V. Ex.<sup>a</sup>. Fiz uma questão de ordem escrita ao Presidente da Comissão de Sistematização, Afonso Arinos, alertando S. Ex.<sup>a</sup> e pedindo-lhe que a consolidação das normas fossem feitas muito antes da votação. Porque discutir, na tese, a questão era muito mais fácil do que em cima de cada assunto, visto não termos as normas consolidadas.

O Presidente Afonso Arinos encaminhou a questão ao Presidente da Assembléia Nacional Constituinte e o Presidente da Assembléia, com os seus assessores, inclusive o Dr. Paulo Afonso, e ainda outros assessores e com diversos regimentalistas, inclusive Constituintes, fizeram uma minuta da consolidação de todas as normas, e depois essa minuta foi amplamente discutida e debatida antes que tivesse sido começada sequer a votação do Projeto de Constituição.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A pergunta que lhe fiz justificava-se, de minha parte, porque não era membro da Mesa. Se fosse uma reunião feita agora, por exemplo, teria, naturalmente, de acrescentar mais um fato que é imperativo, que a reunião de líderes seja comunicada à Mesa, senão fica, às vezes, um trabalho de liderança sem uma comunicação à Mesa, que não saberá como proceder. E, com base na primeira consolidação a que V. Ex.<sup>a</sup> se refere, a interpretação que eu dou

é exatamente esta. No caso, por exemplo, quando discutirmos sistema de governo, admitindo-se vitorioso o sistema presidencialista, esse artigo automaticamente teria que ser revisto.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – Depende do tom de cada voto.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Em votação o Destaque nº 1498, requerido pelo Constituinte Arnaldo Prieto, referente à Emenda nº 28559.

O Constituinte Arnaldo Prieto está presente? **(Pausa)**

Ausente.

Prejudicado.

Em votação o Destaque nº 5422, requerido pelo Constituinte José Egreja. **(Pausa)**

Ausente.

Prejudicado o destaque.

Em votação o Destaque nº 6026, requerido pelo Constituinte Arnaldo Prieto, referente à Emenda nº 34607. **(Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup> continua ausente.

Prejudicado o destaque.

Em votação o Destaque nº 7185, requerido pelo Constituinte José Richa, referente à Emenda nº 18694.

Há alguém indicado? **(Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup> está ausente e não há indicação para defendê-lo.

Prejudicado.

Art. 11. Em votação o Destaque nº 3975, requerido pelo Constituinte Aluizio Campos, supressivo do **caput**. **(Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup> está ausente.

Fica prejudicado o destaque.

Em votação o Destaque nº 7095, requerido pelo Constituinte Álvaro Valle, ao texto da letra **a**, inciso I, art. 11. **(Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup> está ausente.

Fica prejudicado o destaque.

Sobre a mesa, requerimento de preferência para votação do Destaque nº 0049, assinado pelos Constituintes Cunha Bueno e Gastone Righi. **(Pausa)**

S. Ex.<sup>as</sup> estão ausentes.

Fica prejudicado o requerimento.

Em votação o Destaque nº 7111, requerido pelo Constituinte Francisco Amaral, referente à Emenda nº 30143. **(Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup> está ausente.

Fica prejudicado o destaque.

Em votação o Destaque nº 2853, de autoria do Constituinte Farabulini Júnior, sobre a Emenda nº 23887. **(Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup> está ausente.

Fica prejudicado o destaque.

Em votação o Destaque nº 49, requerido pelo Constituinte Cunha Bueno, referente à Emenda nº 24752. **(Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup> não está presente.

Fica prejudicado o destaque.

Em votação o Destaque nº 8024, requerido pelo Constituinte José Tinoco, referente à Emenda nº 31319.

**(Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup> não está presente.

Fica prejudicado o destaque.

Em votação o Destaque nº 3857, requerido pela Constituinte Marluce Pinto, referente à Emenda nº 16833. **(Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup> está ausente.

Fica prejudicado o destaque.

Há requerimento sobre a mesa, nos seguintes termos:

"Requeiro, ouvido o Plenário, seja concedida a preferência para a votação do Destaque nº 3661."

Emenda S-33633-3, assinada pelo Constituinte Oswaldo Lima Filho.

Está presente o nobre Constituinte Oswaldo Lima Filho? **(Pausa)**

Ausente.

Fica prejudicado o requerimento.

Em votação o Destaque nº 3523, requerido pelo Constituinte Victor Fontana, referente à Emenda nº 21254. **(Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup> não está presente.

Fica prejudicado o destaque.

Em votação o Destaque nº 5388, requerido pelo Constituinte Carlos Chiarelli, referente à Emenda nº 31791. **(Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup> não está presente.

Fica prejudicado o destaque.

Em votação o Destaque nº 6819, requerido pelo Constituinte Jutahy Magalhães, referente à Emenda nº 28064. **(Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup> não está presente.

Fica prejudicado o destaque.

Em votação o Destaque nº 7687, requerido pelo Constituinte Luiz Viana Neto, referente à Emenda nº 23468. **(Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup> não está presente.

Fica prejudicado o destaque.

Em votação o Destaque nº 4848, requerido pelo Constituinte Israel Pinheiro, referente ao texto do § 3º **(Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup> não está presente.

Fica prejudicado o destaque.

Em votação o Destaque nº 7107, requerido pelo Constituinte Álvaro Valle, referente ao texto do § 3º **(Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup> não está presente.

Fica prejudicado o destaque.

**Destaque nº 001126/87 – Emenda nº 1P-07215-8, do Sr. Vivaldo Barbosa, "que adita a expressão: "...Governador e Vice-Governador de Estado e Distrito Federal" à alínea "b" do inciso III do art. 27 do Projeto de Constituição (art. 11, § 3º, do Substitutivo nº 2).**

Em votação o Destaque nº 1126, requerido pelo Constituinte Vivaldo Barbosa, referente à Emenda nº 7215, de sua autoria, que manda acrescentar à alínea **b** do inciso III, do art. 27, o seguinte: "Governador e Vice-Governador de Estado e Distrito Federal."

**O SR. CONSTITUINTE VIVALDO BARBOSA:** – Sr. Presidente, a emenda é simples no seu enunciado e no seu alcance. Portanto apenas justificar por que devam ser incluídas, nas condições de privatividade para brasileiros natos das candidaturas para cargos de Presidente da República, da Câmara Federal e do Senado Federal, também as de Governador e Vice-Governador.

Se há o princípio de que é privativo de brasileiro nato o exercício do cargo de Presidente da República, de membro da Câmara Federal e do Senado da República, é lógico e consentâneo que se incluam aí também o cargo de Governador e Vice-Governador.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Não há oradores inscritos. O Relator deseja falar?

**A SRA. SANDRA CAVALCANTI:** – Sr. Presidente, peço a palavra para contraditar.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A favor ou contra?

**A SRA. CONSTITUINTE SANDRA CAVALCANTI:** – Contra.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra a nobre Constituinte Sandra Cavalcanti, para contraditar.

**A SRA. CONSTITUINTE SANDRA CAVALCANTI:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, tenho a impressão de que entre as características mais acentuadas e importantes do povo brasileiro está exatamente a de poder oferecer ao mundo um espetáculo aberto, generoso, de convivência de raças, de religiões e de pessoas que vindas para cá, aqui fazem a sua pátria de adoção definitiva e verdadeira. Já são muitas as restrições que nós, brasileiros, fazemos aos que se naturalizam brasileiros se compararmos a nossa legislação com a de outros países.

O texto do Substitutivo do Relator já colocou, a meu ver, as restrições mais importantes. Ampliá-las não me parece que combine nem com a índole do nosso povo nem com a retribuição que o País deve poder exibir na sua legislação quando alguém resolve adotar o Brasil como sua pátria.

Fazer com que um brasileiro naturalizado continue sendo permanentemente posto à margem de todas as responsabilidades, de toda a possibilidade de poder de decisão, parece-me então, que mais fácil seria negar-lhes essa naturalização. É como se disséssemos a eles: "Vocês são brasileiros, relativamente brasileiros. Vocês não são os brasileiros que, no papel, estamos reconhecendo e aceitando".

Não me parece, Sr. Presidente, que seja justo impedir que amanhã possa governar um Estado, possa ser Vice-Governador, possa governar o Distrito Federal ou ascender aos postos mais importantes, um brasileiro que veio para cá aos 5, 6 anos de idade, aqui cresceu, aqui estudou, aqui aprendeu a viver e que ama esta terra. Já não acho razoáveis todas as restrições que estão no texto do Relator. Por mim, nós, no Brasil, teríamos uma abertura muito maior para com todos aqueles que um dia adotaram a nossa terra como sua. Como o texto do Relator consagra uma prática tradicional, não concordo e até estranho que de uma mentalidade tão aberta, juridicamente tão bem estruturada, como a do nosso colega Vivaldo Barbosa, possa ter surgido a idéia dessa restrição.

Votarei pelo Substitutivo porque acho que é brasileiro, merecedor de todo o nosso crédito e de todo o nosso apoio aquele que um dia, perante a Justiça da nossa terra, resolve abdicar da sua nacionalidade de origem e passar a ter este País como sua pátria verdadeira. Era o que tinha a dizer.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra para encaminhar a votação favoravelmente, o nobre Constituinte Gerson Peres.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, parece-me que o nobre Constituinte Vivaldo Barbosa tem toda razão quando pretende fazer restrição ao cargo de Governador dos Estados. A Constituição tem que ser coerente no esboço dos princípios que vai adotar. Nós estamos, nos diversos capítulos que vamos debater aqui, legando instrumentos de fortalecimento às Unidades Federativas, dando mais autonomia a estes órgãos, conseqüentemente, assegurando aos governantes uma maior autonomia no campo da administração e da gerência dos negócios do Estado.

Um Governador, por exemplo, de São Paulo, detém nas mãos uma forte dose de poder e, por certo, a nacionalidade deste cidadão influencia muito na condução, na gerência de um Estado como aquele; sobretudo, um Estado cosmopolita. Ali existem cidadãos de várias raças, naturalizados, com grande poder de influência e de barganha, na administração desses Estados.

A precaução a se adotar, parece-me, pela emenda do Constituinte Vivaldo Barbosa, válida. O governante de um Estado desse porte tem que ser brasileiro nato. Ele terá, pela própria natureza da sua nacionalidade, maior segurança na condução dos negócios, deixará de se influenciar menos, talvez. Pelo amor, pela dedicação, pelo sentimento que a sua personalidade comporta, haverá de conduzir os negócios dentro de um espírito de nacionalidade mais pura, mais consentânea, conservando inclusive aquilo que temos de mais nobre, no que diz respeito às nossas tradições culturais, religiosas, lingüísticas, etc. O cargo é muito importante para ser ocupado por um cidadão naturalizado. Aquele que vem para cá quando criança e é naturalizado, até posso concordar com a oradora que me antecedeu, a Constituinte Sandra Cavalcanti, que tenha por este País um arraigado e um acendrado amor; mas o mesmo, por certo, não vai ocorrer com aquele que, adulto, para cá veio e adquiriu, já na maturidade, a nacionalidade e venha dirigir o nosso povo. Não creio que nesse período ele esteja suficientemente nacionalizado, imbuído daqueles sentimentos natos de brasilidade para conduzir os negócios de um Estado da Federação. Parece-me meio temeroso aceitar isso, parece-me válida a emenda do Constituinte Vivaldo Barbosa. Ela é coerente.

O Executivo, no âmbito mais forte, quer dizer, da Nação, do País e dos Estados, deve ficar nas mãos dos brasileiros natos. A exceção já é generosa. Verificamos que há legisladores federais brasileiros naturalizados, legisladores estaduais; prefeitos já poderão exercer cargos públicos no Brasil. Portanto, já está bem ampla a concessão constitucional para estes naturalizados.

O cargo de Governador de Estado é um cargo importantíssimo e não pode, portanto, no meu entendimento, ser exercido por brasileiros que não sejam natos.

Eram estas as considerações que eu traria, pedindo aos colegas que acompanham a singela mas muito oportuna emenda do Constituinte Vivaldo Barbosa, porque ela é coerente com o texto da maioria dos artigos que fortalecem as unidades da Federação e realmente dão oportunidade de maior segurança para a unidade nacional.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra o Sr. Constituinte José Lourenço, para encaminhar contrariamente a emenda.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LOURENÇO:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, todos hão de compreender que o art. 11, que iremos analisar, tem algo que me toca de perto.



Não tendo tido o privilégio de ter nascido neste grande País, tive, no entanto, a sensibilidade, tocado que fui pelo amor a esta grande Nação, de optar pela nacionalidade brasileira e fi-lo, conscientemente, há trinta e cinco anos. Aqui nasceram meus filhos; aqui vive minha família; esta é a minha Pátria.

Chegando ao Congresso Nacional numa feliz coincidência, participando da Assembléia Nacional desta grande Nação, não queria deixar de, nesta oportunidade, homenagear brasileiros e portugueses e todos os povos que, das mais diversas origens, aqui têm passado; têm deixado uma marca com o seu trabalho, com o seu esforço, com a sua enorme contribuição, têm dado uma contribuição ainda maior para a construção deste grande País.

Somos uma Nação multirracial, mas somos todos uma Nação em que povos que vieram das mais diversas origens, das mais diversas culturas, todos aqui, transformando-se num só cadinho, fizeram prevalecer esta cultura que é hoje a cultura luso-afro-brasileira, não existe uma cultura em separado; não existe uma cultura em paralelo; não existe uma vocação de grandeza que não seja a vocação do fundador desta grande Nação. Conseguimos manter ao longo da nossa história as fronteiras que nos foram legadas, conseguimos ampliar o espírito de fraternidade que prevaleceu no encontro entre Pedro Álvares Cabral e os índios, nas praias da Bahia.

Creio, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, que nesta prova de amor que hoje tento transmitir a todos meus colegas da Assembléia Nacional Constituinte do Brasil, ela se evidencia maior nesta emenda que apresentei ao Sr. Relator, Deputado e Constituinte Bernardo Cabral, que ele, num gesto de grandeza, acatou:

"Aos portugueses com residência permanente no País, se houver reciprocidade em favor de brasileiros, serão atribuídos os direitos inerentes aos brasileiros natos, salvo nos casos previstos nesta Constituição."

Esta emenda não é para privilegiar alguém, esta emenda traz no seu bojo uma prova de amor minha ao Brasil. (Palmas)

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Há um engano. Estamos discutindo a emenda Vivaldo Barbosa e o Constituinte José Lourenço está abordando um outro tema, um outro dispositivo. A emenda Vivaldo Barbosa pede para incluir uma letra no dispositivo.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A Mesa não tem culpa de o orador, inscrito para falar a favor ou contra uma determinada proposição, confundir-se na tribuna. O que a mesa poderia fazer era associar-se às palmas com essa declaração de amor ao Brasil.

**O SR. GASTONE RIGHI:** – Pela ordem, Sr. Presidente! (Assentimento da Presidência) Aí aconteceu um fato curioso. Eu pretendia sustentar contrariamente a emenda. O Constituinte José Lourenço pediu o meu lugar para fazê-lo, achei até que por sua origem, pelo fato pessoal, realmente era relevante, mas acho que S. Ex.<sup>a</sup> fez uma certa confusão; acabou sustentando a favor mas a favor de uma emenda que não está em votação. Os aplausos devem ser tomados em favor de derrotarmos a emenda Vivaldo Barbosa, porque essa é que agride, na verdade, os brasileiros naturalizados. Desejava só registrar isso, senão o plenário ficará confuso.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Já tivemos casos aqui, Constituinte Gastone Righi, em que, infelizmente, os Constituintes se inscreveram para falar

contra e o fizeram a favor; com isso prejudicam a inscrição dos demais.

Tem a palavra o Relator Adolfo Oliveira.

**O SR. RELATOR (Adolfo Oliveira):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, é um verdadeiro privilégio poder falar em nome da Relatoria a propósito desse tema. O nosso grande companheiro e amigo Constituinte Bernardo Cabral tem, nesse dispositivo, um dos pontos mais altos do projeto de Constituição. É um grande passo à frente, não é um pequeno passo, é um grande passo. E por que um grande passo? – Porque, hoje em dia, as discriminações impostas aos nossos patrícios por adoção, por escolha, por eleição são odiosas, para dizer o menos. Eu lembraria à Comissão de Sistematização que hoje o brasileiro naturalizado não pode sequer ser comandante de um pequeno rebocador que traz o navio até o cais do porto.

Quando o projeto, o Substitutivo nº 2 alarga a mais ampla participação aos brasileiros naturalizados, ele faz justiça a uma verdade, uma realidade deste País. Nós não somos portugueses, espanhóis, árabes, japoneses, italianos, africanos. Nós nos tornamos brasileiros, àqueles que aqui viviam, os nossos irmãos, os índios, têm hoje a companhia de mais 140 milhões de brasileiros. E essa origem multifacetada, ela se congrega e se harmoniza em uma forma especial de viver que nós, brasileiros de todas as origens, escolhemos como aquela que nos parece a melhor. Vedações ainda subsistem e não poderíamos acabar com todas elas.

Realmente, Presidente da República, Presidente do Senado e da Câmara, Ministro, membro do Supremo Tribunal Federal, militar e Diplomata, ainda não. Mas tudo o mais: Senador da República, Deputado Federal, Juiz e por que não Governador? Por que não?

Se a autoria da emenda não fosse de iniciativa desta figura admirável de homem público que é Vivaldo Barbosa, eu, talvez, fosse mais rigoroso no conceito. Mas tenho certeza de que, compreendendo, assim, a missão que nos congrega a todos, brasileiros que tivemos a felicidade de nascer aqui ou que escolhemos esta terra como Pátria, tenho certeza de que S. Ex.<sup>a</sup> vai retirar a sua emenda para receber os nossos aplausos e a nossa gratidão. (Muito bem! Palmas)

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Constituinte, também sustento o Constituinte Adolfo Oliveira no pedido e encareço que V. Ex.<sup>a</sup> retire esta emenda.

**O SR. CONSTITUINTE VIVALDO BARBOSA:** – Sr. Presidente, o projeto emendado é o Projeto de Constituição anterior ao substitutivo do Relator Bernardo Cabral. Nele, dizia-se que são privativas de brasileiros natos as candidaturas para os cargos de Presidente da República, da Câmara e do Senado Federal. Mantida essa sistemática, é evidente que faltava incluir o cargo de Governador que, na importância, é até uma hierarquia superior à de integrante do Congresso Nacional, não há dúvida disso. A emenda foi dirigida no sentido de manter uma sistemática e não deixar falho o que estava anteriormente. Mas, agora, revendo a redação do substitutivo, vejo que foi mudada a orientação de que são privativos de brasileiro nato apenas os cargos de Presidente da República e Presidente do Congresso Nacional – Câmara e Senado Federal – que até se justifica pela linha sucessória de Chefia do Estado.

Nestes termos e, também, para não esconder, sensibilizado pela manifestação do Constituinte José Lourenço, retiro a emenda. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Retirada a emenda.

Em votação o Destaque nº 3661 requerido pelo Constituinte Oswaldo Lima Filho, referente à Emenda nº 33636.

Está presente o Constituinte Oswaldo Lima Filho?  
(Pausa)

Ausente.

Prejudicado o destaque.

Há sobre a mesa requerimento de preferência assinado pelo nobre Constituinte Pimenta da Veiga para o Destaque nº ... (Pausa)

Está retirado o pedido de preferência.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Em votação o Destaque nº 1647, requerido pelo Constituinte Délio Braz, referente a Emenda nº 33812.

S. Ex.<sup>a</sup> se encontra no plenário? (Pausa)

Ausente.

Prejudicado.

Em votação o Destaque nº 5999, requerido pelo Constituinte Arnaldo Prieto, referente ao texto do § 4º

**O SR. ARNALDO PRIETO:** – Retiro-o.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – S. Ex.<sup>a</sup> retira o destaque.

Em votação o Destaque nº 6855, requerido pelo Constituinte Fernando Henrique Cardoso, referente à Emenda nº 34948. Nem S. Ex.<sup>a</sup> está presente, nem há indicação para quem defenda o destaque.

Prejudicado.

**Destaque nº 0421-87 – do Sr. Luiz Inácio Lula da Silva, "que suprime o art. 11 § 4º inciso II do Substitutivo nº 2". (159ª votação)**

Em votação o Destaque nº 421, requerido pelo Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva, referente ao inciso II, § 5º supressivo. Indicado para fazer a defesa o Constituinte Jose Genoíno.

Tem a palavra S. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. CONSTITUINTE JOSE GENOÍNO:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Eu gostaria de, em defesa deste destaque do companheiro Luiz Inácio Lula da Silva iniciar referindo-me às manifestações desta Comissão, em relação às intervenções no plenário, da ilustre Constituinte Sandra Cavalcanti e do nobre Líder do PFL José Lourenço sobre a questão dos naturalizados, posição correta e coerente em relação à visão que o Direito Constitucional brasileiro tem, de estabelecer a igualdade entre brasileiros e brasileiros naturalizados. Chamo a atenção de V. Ex.<sup>as</sup> para o que diz o § 4º do substitutivo nº 2. O item II diz exatamente o seguinte:

"Será declarada a perda da nacionalidade brasileira nos casos em que o brasileiro." – mantemos o item I e estamos propondo a supressão do item II – "tiver cancelada sua naturalização por sentença judicial, em processo que a lei estabelece por exercer atividade nociva ao interesse nacional."

Existem duas questões fundamentais na defesa deste destaque supressivo: a primeira é que não podemos na Constituição estabelecer uma diferença para a penalização entre brasileiros e brasileiros naturalizados, isso porque no § 33 da parte dos direitos individuais, já aprovado por esta Comissão, estabelece-se a condição de extradição para naturalizado por crime comum praticado antes da naturalização. Então, há a possibilidade de o naturalizado ser extraditado por crime comum antes da naturalização. Se mantivermos o item II do § 4º, estaremos aplicando uma dupla pena; se naturalizado cometeu crime, de acordo com a legislação brasileira, terá que ser condenado, terá que ser preso de acordo com a Legislação brasileira.

Sr. Presidente, existe outra questão que me parece mais grave. Veja a redação do item II:

"... em processo que a lei estabeleça por exercer atividade nociva ao interesse nacional."

Exercer atividade nociva ao interesse nacional nos lembra – e chamo a atenção e faço um apelo ao Relator Bernardo Cabral, que tem a sumido posições liberais na feitura do texto constitucional – que esta formulação apareceu com outras palavras, mas com algumas semelhanças à famosa legislação, a Lei Celerada do início do nosso século, em relação ao problema da expulsão dos emigrantes, por participação no movimento sindical, no início do Século.

Outro risco é que o conceito de exercer a atividade nociva ao interesse nacional a um conceito, por exemplo, que pode ser aplicado ao ex-Presidente da UNE, companheiro Javier, que poderia ser processado por ação judicial, por considerar o Governo da época, ou um Governo futuro uma atividade nociva ao interesse nacional, e aí justificaria a extradição. Poderíamos aqui citar outros casos.

Sr. Presidente, na Constituição atual, existe um dispositivo que a Emenda Fernando Henrique Cardoso manteve. Felizmente, não estava aqui para defender a sua emenda. Consultei alguns Constituintes e eles se mostraram preocupados em relação à "naturalização obtida em fraude e em condições ilícitas". Mas há aqui no parágrafo único, que é a cópia da Constituição atual, o seguinte:

"Será anulada por decreto do Presidente da República a aquisição de nacionalidade obtida em fraude, contra a Lei".

Isto, sim, é correto. E quando nós, do Partido dos Trabalhadores, propomos a supressão do item II, achamos que este aqui, sim, o parágrafo único, que está no atual texto constitucional e que consta da emenda do Constituinte Fernando Henrique Cardoso, mereceria ser aprovado por esta Comissão. Mas a manutenção do item II do § 4º cria uma descriminação em relação ao naturalizado e estende um conceito amplo e subjetivo, dependendo do julgamento do Governo na época, do que seja "atividade nociva ao interesse nacional".

Então, Srs. Constituintes, o nosso destaque é no sentido de suprimir este item. Vou concluir a defesa do meu destaque. A existência e a possibilidade de se estabelecer na lei o que é "atividade nociva ao interesse nacional" não resolve o problema, porque a lei ordinária ao estabelecer um conceito do que é "nocivo ao interesse nacional" daria margem a uma lei – e aí lembraria novamente a Lei Celerada do início desse século, ou a Lei dos Estrangeiros – dependendo do Governo ou de um outro Parlamento a estabelecer uma lei que aplique uma dupla penalização para o naturalizado. Por isso que é necessário a supressão desse item. Relembro mais uma vez que esta Comissão já aprovou, em relação ao naturalizado, que praticou crime comum antes da naturalização, a extradição. Seria necessário aprovarmos, a naturalização obtida em fraude, isso sim, pode ser cancelada por ato do Presidente da República. Aí nós temos um conceito democrático, amplo, na relação entre brasileiro e brasileiro naturalizado. Por isso, solicito o apoio a aprovação do nosso destaque supressivo. Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Para encaminhar contra, tem a palavra o nobre Constituinte Eraldo Tinoco.

**O SR. CONSTITUINTE MÁRIO LIMA:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Pois não!

**O SR. CONSTITUINTE MÁRIO LIMA:** – Sr. Presidente, para fazer um apelo. Nós concluímos a votação do Capítulo II, Título II, e houve muitas alterações aditivas,

emendas supressivas na redação. Tenho lido nos jornais e cada jornal publica uma versão. Apelo a V.Ex.<sup>a</sup>, que tão bem dirige os nossos trabalhos, para a Mesa proceder a uma publicação singela do que já foi feito, porque se houver alguma dúvida nós, membros da Constituinte, poderemos saná-la. A presença tem sido em média de cem Parlamentares, de modo que esta publicação pode ser até mesmo mimeografada, xerocopiada, daquilo que já foi aprovado na versão formal. É um apelo que faço a V.Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tomei essa iniciativa individualmente, junto com a minha assessoria, apanhei todo o material que foi aprovado e fiz a compatibilização. A Mesa pode proporcionar isso.

**O SR. CONSTITUINTE MÁRIO LIMA:** – Isso muito nos ajuda, Sr. Presidente. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem V.Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE ERALDO TINOCO:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, sem dúvida alguma, o ato de naturalização é um ato de interesse recíproco, em que o indivíduo manifesta o seu propósito de se integrar à nacionalidade brasileira, de conviver segundo as normas e os padrões e até as práticas culturais do povo brasileiro. Mas, por outro lado, também significa que a nação brasileira aceita aquele indivíduo, desde que ele demonstre interesse de se submeter a essas normas de convivência da nação brasileira.

É evidente que se em determinado momento, houver um rompimento ou uma quebra desse interesse recíproco, o ato de nacionalidade deve ser cancelado. O indivíduo terá sempre a prerrogativa de abrir mão da nacionalidade que ele adquiriu por adoção, se a partir de um determinado instante essas regras de convivência da nação brasileira deixarem de lhe interessar. Mas essa reciprocidade também requer que, num determinado instante, se esse indivíduo não adota, ou se esse indivíduo contraria essas normas de convivência, é óbvio que a sua nacionalidade, por interesse do País, deva ser cancelada.

Vejam que o item é muito preciso quando o parágrafo diz que será declarada a perda da nacionalidade, se tiver sido cancelada a sua naturalização por sentença judicial em processo que a lei estabeleça. Não surge, aqui, a possibilidade desta preocupação do ilustre Constituinte José Genoíno, porque não estará esta ação condicionada ao interesse de um Governo ou de uma autoridade que, eventualmente, esteja ocupando um cargo, mas sim se esse indivíduo contrariar aquilo que a lei estabeleça, dentro das condições que uma lei de naturalização exija, demonstre e apresente como um processo e como uma condição para um eventual cancelamento da naturalização.

Devemos, sim, estar de braços abertos para todos aqueles que desejem se integrar a esse grande projeto, que é a nação brasileira, entretanto, não poderemos jamais permitir que esse seja o interesse unilateral, mas sempre a possibilidade da ação bilateral em que seja cancelada, desde quando haja uma transgressão qualquer que não um crime comum, mas um crime nocivo ao interesse nacional, ao exercício de uma atividade nociva ao interesse nacional.

Vejam, Srs. é um mecanismo de autodefesa necessário e, por isso mesmo, este dispositivo do ilustre Relator Bernardo Cabral deve ser mantido na sua íntegra.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Para encaminhar a favor, tem a palavra o nobre Constituinte José Paulo Bisol.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ PAULO BISOL:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, venho a esta tribuna fazer duas reflexões pedindo especial atenção do eminente Relator.

O § 4º em discussão, diz:

"Será declarada a perda da nacionalidade brasileira nos casos em que o brasileiro:

I – aceitar de governo estrangeiro, sem licença, etc. ...

II – tiver cancelada sua naturalização por sentença judicial, ..."

Esta hipótese, necessariamente, está referida ao brasileiro naturalizado. Mas, se nós cancelamos – é apenas uma questão de lógica – a naturalização, implicitamente está declarada a perda de nacionalidade.

Então, não é preciso tratar-se de um caso de processo por exercer atividade nociva ao interesse nacional, não é preciso esse acréscimo, porque em todas as hipóteses de cancelamento haverá a perda de nacionalidade. Então, estou achando que aqui há um excesso. De qualquer forma, eminente Relator, se não se trata de um **bis in idem**, de uma repetição, ou de um acréscimo desnecessário, quero chamar a atenção dos Srs. Constituintes para uma questão jurídica na qual a teoria alemã se aprofundou muito, que é a Teoria dos Atos Jurídicos.

Existem normas jurídicas que dispõem de conceitos carecidos de uma valoração complementar e normas jurídicas que dispõem de conceitos carecidos de uma determinação complementar. Se o Código Penal diz "raptar mulher honesta, a pena é x, a lei não define o que é mulher honesta. Para aplicar o texto, é indispensável se adicione uma valoração complementar, que é feita pelo juiz. A obrigação do juiz é retirar da sociedade essa valoração, embora nem sempre faça.

Estes conceitos carecidos de valoração complementar são a maior abertura para o autoritarismo, para a distorção, para o moralismo e para a má interpretação. E o conceito de "nocivo ao interesse nacional", é um conceito que tem duas carências, que carece de duas complementações: primeiro, de uma complementação valorativa. O que se entende, valorativamente, por interesse nacional? O interesse nacional está sempre conjunturalmente determinado, e quando não conjunturalmente determinado está sempre historicamente determinado. Tudo, de repente, pode ser interesse nacional, e nada de repente, pode ser interesse nacional. Estamos abrindo as portas com este conceito carecido de uma valoração complementar, estamos abrindo as portas para o autoritarismo, para a violência judicial, para a violência sentencial.

Chamo a atenção para este aspecto porque se trata de um problema jurídico de real profundidade. Quando se legisla não se pode escapar sempre de conceitos carecidos de valorações complementares ou de conceitos carecidos de determinações complementares. Mas a técnica legislativa, sobretudo a técnica constitucional, recomenda que se reduza, ao mínimo possível, a utilização desses conceitos.

Mesmo porque, se utilizarmos numa constituição conceitos carecidos de valorações complementares, ou conceitos carecidos de determinações complementares, estamos transferindo para a Magistratura, transferindo para os juízes, transferindo para os delegados de polícia uma atividade tipicamente constitucional, porque na prática, caso a caso, elaborando o conceito complementar valorativo ou determinativo, eles estarão exercendo uma atividade tipicamente de Constituintes, uma atividade de complementação constitucional.

Pelas duas razões, primeiro, porque o texto, se eu o compreendi bem, contém uma ilogicidade, uma aporia lógica. E em segundo lugar, porque o texto é perigoso por conter um perigoso conceito carecido de valoração complementar e de determinação complementar. Venho a esta tribuna pedir que se vote em favor da emenda do eminente Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra o Sr. Constituinte Gastone Righi, para encaminhar contra.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, inicialmente eu desejaria refutar algumas afirmações que o brilho da inteligência do Constituinte José Paulo Bisol transformaram em verdade aquilo que não passa de confusão terminológica.

Diz o Constituinte Paulo Bisol que há um manifesto erro redacional e até em termos de definição entre o **caput** do § 4º e esse item II. Diz S.Ex.<sup>a</sup> que se o **caput** do parágrafo diz que será declarada a perda da nacionalidade brasileira..., não haveria a necessidade de se conter no inciso II aquele que "tiver cancelada a sua naturalização...", porque cancelada a naturalização, **ipso facto**, se teria a perda da nacionalidade.

Ora, na verdade, o argumento não procede. Quando, no inciso II, se exige o cancelamento da naturalização por sentença judicial, é porque se quer separar o brasileiro nato do brasileiro naturalizado, porque no **caput** do § 4º, faz-se referência que "será declarada a perda da nacionalidade". Se essa perda pudesse ser indiscriminada, ela poderia também ser atribuída ao brasileiro nato quando fosse condenado aqui por algum fato nocivo à segurança ou a interesse brasileiro.

Não se quer que o brasileiro nato perca a nacionalidade. Isto não pode acontecer. Nascido aqui, sempre brasileiro, faça o que for. É o caso do lixo atômico: se o produzimos, temos de arranjar um jeito de sepultá-lo, Constituinte Gerson Peres.

Por isso, vamos voltar à expressão exata do que se contém nesse inciso II. Quando se diz que é indispensável o cancelamento da naturalização por sentença judicial, é porque esse fato só deve ser aplicado ao brasileiro naturalizado. Logo, não há contradição no texto; ao contrário, há a reafirmação de expressão exata, precisa e que deve ser mantida.

Por outro lado, em que pese, e respeito, o brilho do Constituinte José Paulo Bisol, é preciso fazer aqui uma crítica contudente à sua exposição quanto ao que seria lacunoso, as expressões do parágrafo em termos de: "... em processo que a lei estabeleça por exercer atividade nociva ao interesse nacional."

É verdade que isto é amplo, É verdade que isto pode ser contingencial. Mas é mister que seja assim. O interesse nacional há de ser aferido de acordo com o momento; cassase ou não a naturalização de alguém dependendo do interesse do país em determinado instante, não de um fato absoluto, permanente, fixado, eterno, e sim por fatos que são muitas vezes aleatórios, contingenciais, temporários, mas que tem que ser feito o julgamento no ato, na época, durante o prazo e enquanto o perigo. É, portanto, preciso mais uma vez o que está disposto no item II. Se fossem termos absolutos e pré-fixados seria muito perigoso, porque a Nação tem uma dinâmica, o Estado tem no concerto internacional dos demais países um dinamismo a que corresponderia e a que responder.

Por fim, para dar mais uma resposta ao Constituinte José Genoíno, S. Ex.<sup>a</sup> tratou a matéria com uma superficialidade que deve ser condenada. Há uma distinção muito grande entre a nacionalidade que se adquire pelo nascimento e aquela que se adquire pela opção, pela naturalização. A primeira é força, é nata; ela decorre de um fato concreto tipificado, característico, material. A outra, não. A outra é manifestação de vontade, de desejo, de amor, de dedicação. Portanto, enquanto a primeira, que é o nascimento, não pode ser subtraída nem contestada, a segunda é fonte permanente de contestação. Quando desaparecerem os fatores subjetivos que são o amor à Pátria, o desejo de servir à Nação, o de se incorporar à cidadania, no instante que isso desaparecer ou que isso for questionado por um procedimento nocivo aos interesses nacionais,

esse direito tem que ser subtraído e não será do pura e simplesmente; se-lo-á por sentença judicial que admite recursos aos tribunais até o Supremo Tribunal. E aquele que não confiar na Justiça da sua Pátria não deveria nem estar aqui votando esta Constituição, muito menos dando arrimo a esta extração não desejada deste dispositivo que aqui está muito bem posto ser mantido.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. **(Muito bem! Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra o Sr. Relator.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Sr. Presidente, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra o nobre Constituinte José Genoíno.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Sr. Presidente, para um esclarecimento sobre a questão da emenda, porque tem uma emenda do Senador Fernando Henrique Cardoso, que foi lida antes da emenda que defendi, do companheiro Luiz Inácio Lula da Silva. A emenda do Senador Fernando Henrique Cardoso é aditiva e estava como supressiva ao substitutivo; ela é aditiva porque adiciona um parágrafo ao texto. Só para informar que ela será discutida posteriormente, na medida em que aprovando o nosso destaque, terá a emenda do Constituinte Fernando Henrique Cardoso, que prevê aquelas condições de cassação da naturalização por métodos fraudulentos.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – V. Ex.<sup>a</sup> fez uma consulta?

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Uma informação, Sr. Presidente. Ela será discutida...

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – É evidente que, se for aprovada a emenda supressiva do parágrafo, cai a aditiva, aquilo que já caiu, que é o parágrafo em si.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Não prejudica, portanto, a emenda do Constituinte Fernando Henrique Cardoso?

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Prejudica.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON JOBIM:** – Sr. Presidente, a emenda do Senador Fernando Henrique Cardoso é aditiva de um parágrafo único ao art. 12, que não terá prejuízo se for suprimido o inciso II.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Eu vou reler a emenda:

"Perderá a nacionalidade o brasileiro que:

1 – por naturalização voluntária adquirir outra nacionalidade"...

Esta está no inciso I que S.Ex.<sup>a</sup> colocou aqui, mas creio que está se referindo ao Substitutivo nº 1.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, esta emenda está prejudicada pela ausência do autor.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Não, não está prejudicada. Nós temos é que dirimir esta dúvida está aqui. Como a Emenda do Constituinte Fernando Henrique Cardoso esteve aqui na mesa e se refere ao § 4º a interpretação clara da Mesa é que se a supressão do § 4º se der, a emenda aditiva, que foi suprimida, não tem validade. Há prejuízo.

Com a palavra o nobre Relator.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o nobre Constituinte José Genoíno

teve, nesta tarde, um auxílio magnífico do eminente Senador José Paulo Bisol. De fato, ainda que S. Ex.<sup>a</sup> desta ajuda não precisasse, mercê da sua inteligência, o que quis caracterizar o Constituinte José Paulo Bisol foi o perigo que se criaria se se fizesse incluir no texto constitucional atividade nociva ao interesse nacional. Isto geraria um ato ditatorial.

Tenho ouvido ao longo da minha vida de estudante e nesta Casa, lido na imprensa, que os maiores juristas deste País integraram a Constituição de 1946. As loas e os encômios partem dos mais diversos recantos deste País.

Pois, então, dou a resposta ao Constituinte José Paulo Bisol, com a Constituição de 46, que diz:

"Art. 130. Perde a nacionalidade o brasileiro:

I – .....

II – .....

III – que por sentença judiciária, no processo em que a lei estabelecer, tiver cancelada a sua naturalização por exercer atividade nociva ao interesse nacional."

O que o Relator fez foi apenas tomar uma medida de defesa do Estado democrático, repetindo a aula haurida nos seus tempos de estudante, na Constituição de 1946. E veja V. Ex.<sup>a</sup> que, de lá até cá, nunca este problema de atividade nociva ao interesse nacional levou este País a qualquer medida, porque a Constituição de 1967 repete o texto; e a atual também. E nós, como temos bom senso, vamos repeti-lo, aprovando o texto e negando aprovação à emenda aqui sustentada pelos eminentes Constituintes José Genoíno e José Paulo Bisol.

É a posição da Relatoria, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Em votação o destaque.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Fernando Henrique Cardoso, Haroldo Sabóia, José Paulo Bisol, Nilton Friedrich, Paulo Ramos, Sigmaringa Seixas, João Natal, Octávio Elísio, Rose de Freitas, Uldurico Pinto, Vicente Bogo, Plínio Arruda Sampaio, José Genoíno, Haroldo Lima, Roberto Freire e Beth Azize. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Alfredo Campos, Almir Gabriel, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Carlos Sant'Anna, Celso Dourado, Egídio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Francisco Pinto, Antônio Britto, João Calmon, João Herrmann Neto, José Fogaça, José Geraldo, José Richa, José Ulisses de Oliveira, Milton Reis, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nilson Gibson, Oswaldo Lima Filho, Pimenta da Veiga, Prisco Viana, Raimundo Bezerra, Rodrigues Palma, Virgildásio de Senna, Wilson Martins, Aécio Neves, Euclides Scalco, Israel Pinheiro, João Agripino, José Carlos Grecco, José Costa, Miro Teixeira, Nelson Wedekin, Alcení Guerra, Aloysio Chaves, Antonio Carlos Mendes Thame, Arnaldo Prieto, Eraldo Tinoco, Francisco Benjamim, José Lins, José Santana de Vasconcellos, José Thomaz Nonô, Luís Eduardo, Mário Assad, José Lourenço, Ricardo Fiúza, Sandra Cavalcanti, Enoc Vieira, Hugo Napoleão, Edison Lobão, Jonas Pinheiro, Gilson Machado, José Tinoco, Mozarildo Cavalcanti, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Gerson Peres, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia, Virgílio Távora, José Maurício, Bocayuva Cunha, Luiz Salomão, Francisco Rossi, Gastone Righi, Ottomar Pinto, Adolfo Oliveira e Siqueira Campos.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 18 Constituintes; votaram NÃO 70 Constituintes. Total: 88 votos. O Destaque que foi **rejeitado**.

**O SR. CONSTITUINTE SIQUEIRA CAMPOS:** – Sr. Presidente, para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Pois não.

**O SR. CONSTITUINTE SIQUEIRA CAMPOS:** – Sr. Presidente, na reunião da manhã, foi anunciado pelo Presidente da Mesa que agora, à tarde, seria feita uma experiência com a votação eletrônica, e o Presidente nos avisou que trouxéssemos nossas carteirinhas, nossos números para fazermos essa experiência, já para iniciarmos esse processo.

Por outro lado, sabe V. Ex.<sup>a</sup> do desgaste imenso que Comissão de Sistematização e a Assembléia Nacional Constituinte estão tendo, a cada dia, num sentido bastante ampliado, no seio da opinião pública.

Sabe V. Ex.<sup>a</sup> também dos boatos, que correm por aí, de que haveria uma sabotagem no processo eletrônico, e inclusive uma obstrução deliberada, para que nós não chegássemos à conclusão dos nossos trabalhos na Comissão de Sistematização. E veja V. Ex.<sup>a</sup> que nós votamos apenas 11 artigos; estamos no Título II, e faltam ainda 325 artigos, mais cerca de 2.000 a 3.000 dispositivos desses 325 artigos. Quando é que nós, nessa marcha, Sr. Presidente, iremos concluir os trabalhos da Comissão de Sistematização?

E já que o Presidente Ulysses Guimarães está anunciando pela Imprensa que não vai dar uma nova prorrogação, então vai o projeto da forma em que está para Plenário? Ou nós vamos ter um meio de agilizar os nossos trabalhos e chegarmos à conclusão desse projeto, desse substitutivo tão bem elaborado pelo eminente Constituinte Bernardo Cabral, para que a nossa responsabilidade, a nossa tarefa, a nossa obrigação seja cumprida com a entrega desse substitutivo pronto, ao Plenário, no tempo necessário, para que não haja um descrédito maior por parte da opinião pública, quanto à Assembléia Nacional Constituinte. Essa é a questão de ordem que coloco agora perante V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Devo esclarecer a V. Ex.<sup>a</sup> que já votamos 132 vezes. Pela experiência que tenho das Casas, nós já votamos mais do que toda uma legislatura comum no Senado ou na Câmara.

Agora, nós não podíamos naturalmente agilizar trabalhos em prejuízo dos requerentes de destaques. Como V. Ex.<sup>a</sup> tem observado, esses destaques têm sido retirados quase que em massa, ultimamente, pois à proporção que a votação vai crescendo os destaques semelhantes, os destaques prejudicados, por antecipação, os autores os retiram.

Quanto ao rumor de uma deliberada intenção de evitar outro tipo de agilização, que é a votação eletrônica, nós daremos resposta agora, exatamente agora. Vou fazer primeira experiência, só esperei que tivéssemos um número maior, para evitar que amanhã tivéssemos pessoa que não tendo participado da experiência se queixassem de que não teriam tido a oportunidade de treinar. Então nós votaremos agora, imediatamente, após esse anúncio que vou fazer da votação do Destaque nº 855, requerido pelo Constituinte Fernando Henrique Cardoso.

**O SR. CONSTITUINTE SIQUEIRA CAMPOS:** – Se V. Ex.<sup>a</sup> ainda me permite, Presidente Jarbas Passarinho, é verdade, a Comissão de Sistematização tem trabalhado como poucos núcleos legislativos neste País, tem produzido muito.

Mas, veja V. Ex.<sup>a</sup>, nós temos um prazo, o prazo já findou, já foi prorrogado, e nós temos 325 artigos, mais de 3 mil dispositivos. Mesmo que tenhamos trabalhado muito, estamos diante de um impasse, de uma situação difícil, porque o Presidente Ulysses Guimarães está anunciando que não quer prorrogar os prazos. Então, como é que nós vamos resolver isso?

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A colocação de V. Ex.<sup>a</sup> é irrecusável. Nós estamos trabalhando contra o tempo, vamos ver se agilizando mais conseguiremos progredir.

Havia sido indicado para defender este destaque de autoria do nobre Constituinte Fernando Henrique Cardoso o nobre Constituinte José Genoíno.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Sr. Presidente, acabei de me comunicar por telefone com o Constituinte Fernando Henrique Cardoso, e S. Ex.<sup>a</sup> me autorizou a comunicar à Comissão que ele está retirando o destaque, porque o destaque estaria acoplado com a supressão da minha emenda, que seria ao Parágrafo único. Esta é a comunicação que S. Ex.<sup>a</sup> faz.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Peço a atenção dos Srs. Constituintes, a máxima atenção. Pergunta didática: os Srs. Constituintes estão de posse do número de código? Se não estiverem de posse do número de código não vão poder fazer a experiência; a grande maioria está, pois caso contrário levantaria o braço. Parece que houve apenas um ou dois casos.

Segunda advertência: como o sistema eletrônico só está preparado para a votação dos titulares, só estes vão poder digitar os seus números; os suplentes continuarão na idade da Pedra Lascada, votando mediante chamada nominal.

Pelo que diz, aqui, o sistema eletrônico, na sua regulamentação, cada um de nós tem 5 algarismos. Os Deputados, 3 algarismos, correspondentes ao número de sua carteira de Deputado, e mais dois que eles guardarão em segredo, para evitar que alguém se aproprie desse segredo e possa votar por eles.

Como os Senadores são em menor número – e isto parece ser um bem – são somente 72, seus números de carteira precedidos do algarismo 8. Assim, o Senador que tiver, por exemplo, a carteira 14, na verdade, ele trabalhará com o número ostensivo 814, seguido do dígito, que é o código de segredo, correspondente a 5 algarismos.

Em seguida, tentaremos fazer uma prova. A aparelhagem já está pronta para o registro, mas peço que aguardem a sucessão do comando da Mesa.

Vamos considerar o Destaque nº 1, hipotético; no caso real seria o destaque a ser votado.

**(Apartes do Plenário: Mandato Presidencial! Mandato do Presidente da República!)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – (Risos) Não. Isso é manobra diversionista. Não aceito.

Agora começamos o trabalho. A Presidência solicita a todos os Srs. Constituintes, que tomem os seus lugares, a fim de ter início a votação pelo sistema eletrônico. Temos que estar sentados.

Os Srs. Constituintes têm em frente às suas bancadas o painel com números e, portanto, podem registrar seus códigos de votação desde já. Podem registrar o código com 5 algarismos. Só os titulares, os suplentes não. Agora, com a mão direita, os Srs. Constituintes selecionarão seus votos por baixo da mesa, onde há três teclas, uma para SIM, outra para ABSTENÇÃO, e outra para NÃO. **(Pausa)**

Querendo verificar se os votos foram corretamente registrados pelo sistema eletrônico, o que devemos fazer? Há um botão preto que está abaixo das letras "A", "B", "S" e "T". Se apertarmos esse botão acenderá uma luz. Há um botão preto que está abaixo de abstenção, por abreviatura; se apertarmos esse botão acenderá uma luz num dos três pontos correspondente ao voto e aí verificaremos se o nosso voto está corretamente registrado. **(Pausa)**

Queiram acionar primeiro o voto: voto SIM, voto NÃO ou ABSTENÇÃO; depois acionando-se o botão preto aparece uma luzinha correspondente ao voto da tecla acionada. **(Pausa)**

Observação: Falei com a mão direita, mas o Presidente é privilegiado, ele não é suposto votar duas vezes, por isso é que eu me equivoquei e peço desculpas. Tem que, paralelamente, com a mão esquerda, acionar o outro botão e durante cinco segundos manter-se essa posição dupla. **(Pausa)**

Todos os Srs. Constituintes permaneçam segurando por 5 segundos, com as duas mãos, simultaneamente, os dois botões até apagar a luz verde. **(Pausa)**

Vamos colher o resultado:

**(Procede-se ao teste de placar eletrônico)**

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr. Presidente, quando V. Ex.<sup>a</sup> nos explicava o funcionamento, alguma coisa não ficou clara para mim. Após anunciados os votos, V. Ex.<sup>a</sup> disse: "A Mesa, então, apurará qual o voto, Partido por Partido, dado por titulares e quantos suplentes faltam". Eu pergunto a V. Ex.<sup>a</sup>: de que forma vai-se fazer isso? O Secretário contará todos e aí é que se saberá quantos titulares por Partido? Aritmeticamente, na mão? Mas é pior do que fazer chamada, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Se V. Ex.<sup>a</sup> quiser me dar o prazer de vir até à Mesa, eu lhe mostrarei o mapa, através do qual, o scrutador – que, no caso, é o Relator – vai verificar, desde logo, quais foram os faltosos do Partido. Pelo Partido, eles sabem quantos titulares são do PMDB, quantos são do PTB...

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Mas demora mais do que a chamada, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Não.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Asseguro a V. Ex.<sup>a</sup> que o empenho material para se saber Partido por Partido, quantos titulares votaram e quantos novos faltam, isso vai demorar muito.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Mas é imediato, Deputado, é imediato! Venha ver aqui, por favor.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Mas, aí, demorará mais.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Só demorará mais se os titulares não votarem e tivermos que chamar todos os suplentes.

**O SR. CONSTITUINTE ERALDO TRINDADE:** – Sr. Presidente, o fato de muitos Constituintes não terem os seus votos registrados decorreu de que existem dois botões pretos do lado direito. Um, quadrado, logo abaixo do algarismo 8. Esse não deve ser pressionado. O botão a ser pressionado é o botão que está abaixo da abstenção. Então, verifiquei que muitos Constituintes apertaram o botão preto que está abaixo do algarismo 8. Por isso, não tiveram os seus votos registrados.

**O SR. CONSTITUINTE LUIZ SALOMÃO:** – Sr. Presidente, pela ordem.

Sr. Presidente, quero levantar duas questões para a Mesa e para os técnicos que estão administrando esse sistema. A primeira decorre de uma confusão já surgida aqui, entre vários Constituintes, que tentaram conferir o resultado numérico e totalizador, com os votos consignados com as cores ali. A confusão é cromática, porque os votos nulos aparecem em vermelho e as abstenções em laranja. Só que é extremamente difícil distinguir os dois.

A segunda é saber se existirá uma impressora que nos permita colher o resultado impresso numa folha de votação. Essa questão me parece fundamental para fim de acompanhamento da votação, em todas as votações que forem feitas pelo painel, a fim de que haja um registro mais seguro dos resultados e da votação nominal.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – As duas observações têm procedência. O alaranjado está muito próximo do vermelho. Devia ser amarelo, mas é alaranjado como no sistema. Mas tanto eu verifiquei que Eraldo Tinoco e João Herrmann Neto tinham votado abstenção, que eu perguntei a ambos e S. Ex.<sup>as</sup> confirmaram abstenção. Aqui, quando se diz que está errado, que havia maior número de votos NÃO do que votos totalizados no painel, porque confundiram as cores. Naturalmente há apenas uma condição para não poder votar aqui, é quem for daltônico...

**O SR. CONSTITUINTE ERALDO TINOCO:** – Epa, é o meu caso!

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Quem for daltônico evidentemente vai ter o problema...

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ THOMAZ NONÔ:** – Sr. Presidente, eu não consegui enxergar absolutamente nada, cor nenhuma nesse painel.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Um momentinho por favor, já vou ouvi-lo.

A segunda parte, a folha de votação é imediata; dois minutos depois está à disposição.

Constituinte Thomaz Nonô, quer me dar o prazer de repetir sua colocação?

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ THOMAZ NONÔ:** – Sr. Presidente, eu queria apenas fazer um apelo. Eu sou completamente daltônico. Concorde com o Constituinte Virgílio Távora, agora, como nós estamos ajudando os deficientes físicos de todos os níveis, eu quero me enquadrar nessa categoria. E queria fazer um apelo à Mesa, se os técnicos, pudessem mudar o vermelho ou o verde para uma tonalidade mais escura, azul ou coisa semelhante, porque para mim é absolutamente impossível distinguir. É só um apelo, pois sei que sou minoria aqui dentro.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – V. Ex.<sup>a</sup> levaria uma grande vantagem como observador aéreo. Como daltônico não teria diferença sobre as cores e tudo que estivesse camuflado seria revelado. Aqui, acho que a única solução possível é alguém ao seu lado, um companheiro, caracterizar que o voto é ostensivo, enquanto ele o for; quando for secreto é diferente – o voto ostensivo é dizer que o seu voto correspondeu ao sim, ao não ou à abstenção.

**O SR. CONSTITUINTE NELTON FRIEDRICH:** – Sr. Presidente, só uma observação.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Eu gostaria de fazer mais um ou dois testes para nós.

**O SR. CONSTITUINTE NELTON FRIEDRICH:** – Mas é uma observação importante, rápida. É que no painel aparece a votação do Constituinte Jarbas Passarinho e também a votação do Presidente. É só para observar o problema de computação final. São 21 votos, mas são 22 verdes; e o Presidente ainda teria o direito de voto e o desempate, mas só conta uma vez.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Esses são computados, e o Presidente ainda teria o direito do voto de desempate, mas só conta uma vez. A observação que foi feita pelo Constituinte Tinoco é importante, porque eu estou trabalhando aqui numa mesa que é simplificada. Quando eu for aí para baixo terei que me adaptar ao que está em baixo.

Vou pedir ao técnico que prepare o sistema para o Destaque nº 349. É como se nós fôssemos votar o Destaque nº 349 que diz: "todas as mulheres são iguais aos homens em todos os aspectos, menos em alguns."

A Presidência solicita a todos titulares da Comissão de Sistematização que tomem seus lugares a fim de ter início a votação pelo sistema eletrônico.

O lugar é qualquer um. Os seus lugares, portanto, são aqueles assentos que forem tomados de acordo com a escolha de cada um. Agora, por obséquio, os Srs. Titulares queiram com a mão direita registrar os seus códigos de votação, acionando um único botão: SIM, ABSTENÇÃO ou NÃO.

Primeiro o código. Queiram registrar os seus códigos de votação. Em terceira fase, selecionar os votos e não precisa segurá-los. Apertem o botão com força e o liberem.

Nº 4 – Os Srs. Constituintes queiram acionar o botão preto que está embaixo da letra ABST e a chave de registro simultaneamente até que a luz verde se apague.

Se o nome não aparecer é porque as duas chaves não foram acionadas simultaneamente. É uma das possibilidades.

O Constituinte Antônio Carlos Konder Reis, por exemplo, declara que não teve a paciência de esperar cinco segundos. Então o nome não apareceu. Temos que ter atenção, senão o tiro sai pela culatra. Se não tivermos o cuidado de segurar simultaneamente os dois botões, o voto não aparece.

**O SR. CONSTITUINTE AÉCIO NEVES:** – Sr. Presidente, gostaria de fazer uma indagação a V. Ex.<sup>a</sup> Já que me parece que a maioria dos Srs. Constituintes já aprenderam essa lição, para que esse sistema seja operado imediatamente, como seriam computados os votos dos membros suplentes desta comissão? Votarão pelo sistema eletrônico ou serão chamados nominalmente?

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Serão chamados nominalmente. (Pausa)

Seria interessante eu saber quantos votos foram perdidos.

Nobre Constituinte Adolfo Oliveira peço que V. Ex.<sup>a</sup> complete o teste. Esse é o resultado que corresponde a essa votação. Automaticamente, V. Ex.<sup>a</sup> encontrará aqui, de imediato, o número de votos dados pelo PMDB e, conseqüentemente, comparado com o número de titulares, o número de suplentes que deve votar e, ao lado, o nome do suplente. Veja se V. Ex.<sup>a</sup> concorda.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Sr. Presidente, gostaria de dar uma explicação rápida, se V. Ex.<sup>a</sup> me permite.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra V. Ex.<sup>a</sup> o Constituinte José Lins pede a atenção do Plenário.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Colegas, pelo que entendi, quando o Constituinte senta na cadeira, ele registra o seu código. Isso significa, somente, que fulano de tal vai votar nesse lugar. Não disse mais nada. Isso, é evidente, tem que ser feito depois que o painel acendeu. Então, simplesmente, registra o número, significando: este lugar está reservado para eu votar nele.

Em seguida, o colega aperta a tecla do voto, significando: vou votar sim. Mas, até aí, o colega apenas escolheu a preferência do voto dele, ainda não votou, para o registro. O registro do voto, no painel, vai ser dado apertando o botão de Abstenção e torcendo o outro da mão esquerda e tem que ficar apertando até que desapareça do registro – nesse lugar aí de registrar o voto no painel

– a luz que tem que apagar é a do registrar voto. As mãos: uma na direita e a outra na esquerda.

Acho que assim fica mais simples, distinguindo, primeiro, a ocupação do lugar pela escrita do número; em seguida o voto e, em terceiro lugar... (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Depois da didática explicação do Constituinte José Lins, sou obrigado a me lembrar de uma velha leitura de George Bernard Shaw, que dizia: "Quem não sabe ensina". Porque o voto de S. Ex.<sup>a</sup> não saiu em nenhuma das vezes.

**O SR. CONSTITUINTE GILSON MACHADO:** – Sr. Presidente, eu gostaria de saber, da Mesa e dos técnicos, o seguinte: a quantidade de cadeiras do Plenário é menor do que a quantidade dos Srs. Constituintes. No caso de o Plenário estar cheio, os Constituintes que estiverem de pé, como irão votar?

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Há dois casos que posso interpretar na sua consulta: um para nós na Comissão de Sistematização e outra para o Plenário como um todo.

Para o Plenário será preparado outro projeto, esse projeto foi feito para nós; para o Plenário haverá a utilização farta da mesa avulsa.

Vamos tentar mais uma vez.

Avisa-me o escrutinador, no caso o Sr. Relator, que há 59 membros titulares e só apareceram, nas duas votações, 39 votos. Há um número excessivo de votos perdidos. Vamos ver se nos aproximamos da verdade agora.

Vamos cancelar.

#### (Início de novo teste de votação)

Peço ao técnico que coloque, agora, como se fôssemos votar, o Destaque nº 222 e que esse destaque fosse, por exemplo, o voto aos 14 anos de idade.

Está pronto. Então, vamos agora, com paciência, fazer a seqüência dos atos. Todos sentados já estão. Em segundo lugar, todos queiram registrar seus códigos de votação. Naturalmente, no painel, aparece o número comum, o número que é secreto não aparece, é claro.

Queiram, agora, selecionar o voto sim, não ou abstenção, com um toque firme e abandonando a tecla, em seguida. Agora, chega o momento importante que tem que acionar simultaneamente o botão preto que está embaixo da palavra "abstenção" por abreviatura e a chave de registro também simultaneamente, durante 5 segundos, até que a luz verde se apague.

Agora, vou mostrar os votos com o resultado desastroso do Presidente.

Votaram Sim 24 Srs. Constituintes.

Votaram Não 20 Srs. Constituintes.

Houve 3 abstenções.

Total: 47 votantes.

Foi aprovado o destaque.

Agora, 47 votos, não. Isso aqui é apenas invenção.

Para treinamento do escrutinador, do relator, eu vou esperar 2 minutos para a entrega da relação. E ele faria imediatamente, por favor, uma indicação de quantos votos teria, desde logo, o PMDB, para os seus suplentes.

**O SR. RELATOR (Adolfo Oliveira):** – Sr. Presidente, eu faria uma consulta que acho que é de interesse de todos. O caso é o seguinte: titulares da comissão que, presentes ao recinto, não votaram ou não tiveram seu voto no painel, no caso aqui são cerca de 12, como se procede?

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Podem aproveitar a oportunidade e votar no avulso, certo?

**O SR. RELATOR (Adolfo Oliveira):** – V. Ex.<sup>a</sup> determina.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Houve aqui caso em que apareceu o nome e não apareceu o voto.

**O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA:** – Sr. Presidente, uma questão de ordem. Parece-me que esse caminho não é bom, porque isso dá uma condição desigual a alguns titulares, porque eles votarão conhecendo o resultado da votação. Por isso, sugiro a V. Ex.<sup>a</sup> que não aceite. O titular só pode votar simultaneamente com os demais.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Perdão, constituinte, há uma fase anterior em que aparece o nome no painel, mas não o voto. É nesse momento que ele, não tendo o seu nome no painel, vem ao avulso.

**O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA:** – Sem conhecer o resultado?

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Vamos fazer um teste. Houve algum dos Srs. aí que acionou.

**O SR. CONSTITUINTE VIRGILDÁSIO DE SENNA:** – Sr. Presidente, só para uma informação.

O programa elaborado pela técnica diz quantos deputados titulares do PMDB e dos demais partidos votaram, e que número de suplentes está aberto à votação complementar, ou não diz?

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Diz! Diz exatamente. Terminada a votação, Constituinte Virgildásio de Senna, ele recebe o mapa e imediatamente verifica o número de titulares – nem precisa analisar nome por nome, pois ele logo nota pelo número de votos. Por exemplo, se o partido tem 49 titulares e aparecem 40 votos, ele já sabe que vai chamar 9 suplentes.

**O SR. CONSTITUINTE RAIMUNDO BEZERRA:** – Sr. Presidente, vários constituintes esqueceram o dígito, ou no seu gabinete, ou em casa, como o Constituinte Celso Dourado. Então, seria mais interessante deixarmos para amanhã, porque se nós vamos votar – os próprios titulares – manualmente, depois suplentes, etc., possivelmente irá atrasar ainda mais.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Realmente, faltando o voto, eu não vou querer prejudicar; fizemos hoje apenas uma tentativa.

**O SR. CONSTITUINTE RAIMUNDO BEZERRA:** – Sr. Presidente, o técnico acaba de nos informar que está com a listagem. De forma que aqueles que esqueceram, poderão procurar o técnico, que ele dirá qual o número e ficaria resolvido o problema.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – V. Ex.<sup>a</sup> teria a gentileza de repetir, porque eu fui prejudicado na audição.

**O SR. CONSTITUINTE RAIMUNDO BEZERRA:** – O técnico da computação acaba de nos informar que tem a listagem, quer dizer, o dígito. Aqueles que se esqueceram poderão procurar o técnico, que ele informará qual o dígito.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – O número de código?

**O SR. CONSTITUINTE RAIMUNDO BEZERRA:** – É, o número de código.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Para mim é uma novidade que esse funcionário possa saber os números de código todos, nossos.



**O SR. CONSTITUINTE ADOLFO OLIVEIRA:** – Sr. Presidente, creio que poderia dar um depoimento ao Plenário, sobre o número de votos que foram computados. Por exemplo: da representação do PMDB, foram computados 25 votos, mas estão presentes outros constituintes, como eu vejo aqui os Constituintes Carlos Sant'Anna e Celso Dourado. Eles não votaram, não estão na lista; do PDT não tem ninguém, o PDT não apareceu com voto nenhum; o Constituinte José Maurício, que é titular, não votou.

Agora, aquela dúvida levantada pelo Constituinte Pimenta da Veiga procede, porque os suplentes, quando forem chamados, já vão conhecer o resultado da votação dos titulares.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr. Presidente, para a seguinte questão de ordem: quando for maior o número de titulares dos que os quatro postos – e isso aconteceu agora e acontecerá outras vezes – como fazer? Mais, ainda: chamados os suplentes, se ainda houver vaga para algum partido e o titular estiver presente, ele pode votar, porque até a proclamação do voto não se pode obstar ou impedir que um membro da comissão vote. Como fazer? Por exemplo, votaram os suplentes; do próprio PTB, votaram só dois, eu chego e quero votar...

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Só me ocorre aqui algo em relação ao problema levantado ainda há pouco pelo Constituinte Pimenta da Veiga. Se os titulares votarem em massa, como é de se esperar, naturalmente os suplentes já votarão com a matéria praticamente conhecida, a inclinação da Casa definida. Mas isto também se dá na votação nominal.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sim, e a votação não é secreta. O Constituinte Pimenta da Veiga fez crer na sua argumentação, inteligente como ela é, que a votação fosse secreta e que alguém levasse vantagem por saber o resultado ou não. Ora, não existe nada disso, a votação é em aberto, cada um assume o seu voto e ponto final. O que é preciso é que todos votem.

**O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA:** – Sr. Presidente, quero insistir, contestando o Constituinte Gastone Righi, que isso dá uma posição diferente entre titulares: alguns votarão sem conhecer a tendência do plenário, e outros votarão já conhecendo a tendência do plenário, o que é muito diferente e pode levar até a que alguns Constituintes, em certas votações prefiram votar oralmente para que conheçam o resultado. Então, desmoraliza o sistema, quando o que nós queremos é aprimorá-lo.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Mas, Sr. Presidente, isso não é nem anti-regimental, nem nada. É que o Constituinte Pimenta da Veiga tem suas normas éticas e quer fazê-las prevalecer.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Com a palavra o Relator José Fogaça.

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – Sr. Presidente, eu gostava de fazer uma proposição, dada a experiência das listas de chamada.

Vamos ter, na verdade, por ocasião do registro do voto, dois estágios diferentes. O primeiro é o registro dos votantes no painel, ou seja, quem votou e quem não votou; quem, por desatenção ou por inabilitação momentânea, deixou de registrar corretamente o seu voto. O segundo estágio é aquele em que o Presidente aciona o botão que caracteriza o voto, ou seja, que revela se o votante optou pelo voto "sim", "não" ou "abstenção".

Antes desse segundo estágio, antes da caracterização do voto, é possível que os titulares que, por desatenção ou por qualquer problema técnico, não tenham registrado

seu voto, antes disso, é possível dar-lhes uma segunda oportunidade para, nos postos avulsos de votação, registrarem o seu voto antes da caracterização do mesmo.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Uma pergunta: o programa está feito para isto?

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – Sim. Acabei de consultar os técnicos, e é possível acrescentar votos de titulares antes da caracterização, antes que apareça a luzinha vermelha ou verde.

**O SR. CONSTITUINTE AÉCIO NEVES:** – E os suplentes votam antes dessa caracterização?

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – Não, os suplentes votam só depois dessa etapa. Isso é inevitável. Os suplentes votarão sabendo que...

**O SR. CONSTITUINTE AÉCIO NEVES:** – Não sei se é inevitável, porque da mesma maneira que os titulares – como V. Ex.<sup>a</sup> disse – não votaram no momento adequado, podem votar sem saber o voto de cada um, os suplentes poderiam também votar, dessa forma. Parece-me que poderiam, porque o que é necessário para o suplente votar é que se contabilize os votos dos titulares, sem saber a opção de cada um.

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – Mas isso é inevitável. A Mesa já terá os números sem ter os votos; terá quem votou mas não o que votou.

**O SR. CONSTITUINTE VIRGILDÁSIO DE SENNA:** – A revelação do voto só se fará a partir do Presidente acionar o resultado. Sem isso, ninguém conhece o voto de ninguém, nem de suplente, nem de titular.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Bem, Srs. Constituintes...

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – Sr. Presidente, só queria concluir a proposição, que é no sentido de que, dada essa segunda oportunidade aos titulares, após a primeira votação, não tendo o seu nome, registrado no painel, dada a segunda oportunidade de utilizarem os postos avulsos, passando-se aos votos dos suplentes, aí sim, então, estaria impossibilitada a votação dos titulares, como tem sido até agora.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Atendendo à solicitação de vários Srs. Constituintes que por não terem estado aqui pela manhã, ou por outra razão, não trouxeram seus números de código e preferem lê-los no documento que receberam, fizemos o teste e, a partir de amanhã, votaremos com o sistema eletrônico.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Carlos Sant'Anna, pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Sr. Presidente, a Mesa conhece o tempo médio de votação pela lista nominal?

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Sim, o recorde foi de 15 minutos.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Porque temos que comparar o tempo médio de votação nominal com o do placar eletrônico para ver se há realmente vantagem ou não.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Esse tempo vai depender exatamente da presença dos titulares. Se houver muito titular faltoso, evidentemente nós vamos ficar praticamente com o mesmo.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Ou se tiver que repetir a operação para que os titulares votem duas vezes.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A repetição de operação acredito que será fatal nos primeiros votos, depois se regularizará. No Senado já aplicamos esse sistema há muitos anos e com o tempo ficou absolutamente tranqüilo, mas é um sistema mais simples.

Constituinte Carlos Sant'Anna, informa-me a Secretaria que o tempo médio é de 20 minutos de chamada. Eu havia lhe falado no recorde de velocidade. Acredito que a tecnologia avançada merece respeito e confiança.

Entramos no art. 12, o último do Capítulo III "Da Nacionalidade".

Art. 12. A língua nacional do Brasil é a portuguesa, e são símbolos nacionais a bandeira, o hino, as armas da República e o selo nacional já adotados na data da promulgação desta Constituição.

Em votação o Destaque nº 3474, requerido pelo Constituinte Milton Reis, referente ao texto do artigo supressivo.

Constituinte Milton Reis estava presente, mas no momento S. Ex.<sup>a</sup> encontra-se ausente. Fica prejudicado o destaque.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Solicito ao nobre Constituinte Fernando Henrique Cardoso que, de acordo com o combinado, venha assumir a Presidência.

Em votação o Destaque nº 746, requerido pelo Constituinte José Carlos Sabóia, referente à Emenda nº 31887, substitutiva, de sua autoria. **(Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup> não está presente no plenário.

O destaque está prejudicado.

Pela mesma razão está prejudicado o Destaque nº 755, também do Constituinte José Carlos Sabóia.

Em votação o Destaque nº 3473, requerido pelo Constituinte Milton Reis. **(Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup> não está presente no plenário.

O destaque está prejudicado.

**Destaque nº 006103-87 – Emenda nº ES-31 471-8, da Sra. Anna Maria Rattes, "que modifica a redação do art. 12 do Substitutivo nº 1 (art. 12 do Substitutivo nº 2)".**

Em votação o Destaque nº 6.103, requerido pela Constituinte Anna Maria Rattes, referente à Emenda nº 31471.

S. Ex.<sup>a</sup> autoriza, na forma das disposições regimentais, o Constituinte Paulo Ramos a defender o destaque.

Tem a palavra o nobre Constituinte Paulo Ramos.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – Sr. Presidente, Srs. e Sras. Constituintes:

Sei que há uma preocupação muito grande com a aceleração dos trabalhos. Entretanto, a emenda apresentada pela Constituinte Anna Maria Rattes é igual à apresentada pelo Constituinte José Carlos Sabóia, e ambos defendem valores dos quais não pretendem abrir mão, não obstante valores outros expressos pelos Constituintes que, talvez, tenham se manifestado sem saber sequer do que trata o destaque.

O destaque pretende, simplesmente – e espero que tenha a aprovação do Relator – promover uma pequeníssima alteração no art. 12, substituindo a expressão "a língua nacional do Brasil" pela expressão "a língua oficial do Brasil". E por quê? Porque temos brasileiros que compõem outras nações, os primeiros brasileiros que ocupam este Território e que merecem ter, em nome da democracia, o seu direito respeitado. Só haverá democracia, neste País, quando compreendermos que o direito da minoria há que

ser preservado. E esta minoria que, hoje, não tem assento nesta Casa, espera, pelo menos, ter a sua nacionalidade respeitada.

O Constituinte José Carlos Sabóia, muito preocupado com a questão das nações indígenas, fez esta emenda e pretende vê-la defendida. Por sua vez, a Constituinte Anna Maria Rattes, que defendeu igual emenda, solicitou-me, juntamente com o Constituinte José Carlos Sabóia, que fizesse esta defesa.

Espero que, em nome da democracia, a velocidade dos trabalhos não atropela as nações indígenas, primeiros ocupantes deste Território. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Para encaminhar contra, tem a palavra a Constituinte Sandra Cavalcanti.

Durante o pronunciamento da Sra. Sandra Cavalcanti, o **Sr. Jarbas Passarinho**, Terceiro Vice Presidente deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo **Sr. Fernando Henrique Cardoso**, Quarto Vice Presidente.

**A SRA. CONSTITUINTE SANDRA CAVALCANTI:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes:

Às vezes, a diferença é de apenas uma palavra e não é pequeníssima. Se assim o fosse, não seria importante. Neste caso, é importante.

O texto diz que a língua oficial, a língua nacional que se fala no Brasil é a língua portuguesa, o que significa que a língua portuguesa é a língua da Nação brasileira.

A pequeníssima diferença pretende introduzir que a língua portuguesa é a oficial, porque outras nações dentro do Brasil falam outras línguas nacionais. E nessa pequeníssima diferença vai uma negação da integração das populações indígenas à Nação brasileira, o que é uma grande contradição para quem vem lutando, como nós todos vimos lutando, há tanto tempo, para que as populações indígenas, as tribos indígenas, os grupamentos indígenas, que falam suas línguas nativas próprias e que devem tê-las respeitadas, deixem de se integrar à grande Nação brasileira, no momento em que forem reconhecidas como nações dentro da grande Nação brasileira.

Então, a expressão nacional, que em muito boa hora e de forma muito feliz, o, Relator consagrou no Substitutivo, é a repulsa completa e total da Nação brasileira, para que se considerem as suas populações indígenas como nações diferentes da Nação brasileira. Essa é a colocação que todos aqueles que defendem as populações indígenas vêm defendendo, porque o que queremos é que eles, que representam uma outra etnia, que representam uma outra tradição, que têm uma outra história, e até falam, dentro do Brasil, uma outra língua, tenham como língua nacional, a língua portuguesa. Esta pequena diferença não é tão pequena assim, e é muito importante para a unidade do povo brasileiro. Que todas as vezes em que nos referirmos às nossas populações indígenas, às nossas tribos, tenhamos o cuidado de não chamá-las de nações, porque elas estão dentro do Brasil, e a Nação que temos, que amamos, que queremos unida, e que queremos preservar, é a Nação brasileira. **(Muito bem! Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Com a palavra, para encaminhar contra o Constituinte Ricardo Fiúza.

**O SR. CONSTITUINTE RICARDO FIÚZA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

A eminente Constituinte Sandra Cavalcanti, com a sua competência, com o brilho da sua inteligência, já praticamente esgotou os argumentos que íamos utilizar a respeito da emenda...

S. Ex.<sup>a</sup> informa que vai retirar, dessa forma, vamos ganhar tempo; só Sr. Presidente que me reserve o direito de voltar a encaminhar se não for retirado.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Pois não. Pergunto então se o destaque vai ou não ser retirado.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – Sr. Presidente, o autor da emenda está aqui presente e eu havia feito a defesa da mesma em respeito à ausência de S. Ex.<sup>a</sup> que nos transmitiu, juntamente com a Constituinte Anna Maria Rattes, que entendia o tema como relevante, mas S. Ex.<sup>a</sup>, aqui presente, me solicita que a retire e assim o faço.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Está retirada a emenda. (Palmas)

Passemos a outro destaque.

Destaque nº 7766, do Constituinte Mansueto de Lavor. **(Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup> está ausente.

Prejudicado o destaque.

Terminado o art. 12.

Passemos agora aos destaques relativos às emendas "onde couberem".

Destaque nº 5012, do Constituinte Tadeu França.

**(Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup> não está presente.

Prejudicado.

Destaque nº 7198, do Constituinte José Richa.

**(Pausa)** Foi retirado.

Destaque nº 7688, do Constituinte Luiz Viana Neto.

**(Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup> não está presente.

Prejudicado.

Passa-se ao Capítulo IV – "Dos Direitos Políticos".

Art. 13.

Existem várias emendas substitutivas a todo o capítulo. A primeira é do Constituinte José Paulo Bisol.

Se S. Ex.<sup>a</sup> vai manter o destaque, concedo-lhe a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ PAULO BISOL:** – Sr. Presidente, trata-se de uma emenda global, isto é, abrange todo o capítulo. A preocupação da emenda era mais com a concepção estrutural do capítulo. Isso havia feito em capítulos anteriores, e não obtivemos êxito. Agora, se esta emenda tivesse êxito, criaria uma desconexão estrutural no todo, de modo que a retiro.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Tem razão V. Ex.<sup>a</sup>. Muito obrigado. A motivação é a mais alta possível, pois desestruturaria realmente o texto.

Vamos agora ao Destaque nº 1446, do Constituinte Arnaldo Prieto, que é também substitutivo do capítulo.

**(Pausa)**

Não estando presente o Constituinte Arnaldo Prieto, fica prejudicado o destaque.

Do mesmo autor, o Destaque nº 1478 que, pelas mesmas razões, fica prejudicado.

Destaque do Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva.

**(Pausa)**

Retirado.

Destaque nº 245 do Constituinte Lysâneas Maciel.

**(Pausa)** S. Ex.<sup>a</sup> não está presente.

Prejudicado.

Destaque nº 3351, do Constituinte Prisco Viana, substitutivo do capítulo. **(Pausa)**

Retirado.

Destaque nº 4083, do Constituinte Edme Tavares.

**(Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup> não está presente.

Prejudicado.

Destaque nº 4599, do Constituinte Victor Faccioni.

**(Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup> não está presente.

Prejudicado.

Destaque nº 5423, do Constituinte José Egreja.

**(Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup> não está presente.

Prejudicado.

Destaque nº 7195, do Constituinte José Richa.

**(Pausa)**

Retirado.

Todas as emendas substitutivas foram ou prejudicadas ou retiradas. Passemos, portanto, à votação do **caput** do art. 13.

Emenda substitutiva do Constituinte Brandão Monteiro. **(Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup> não está presente.

Não havendo nada por escrito, fica prejudicada.

**Destaque nº 002343-87 – Emenda nº 1P-17046-0, do Sr. Paulo Delgado, "que dá nova redação à alínea "a" do inciso I do art. 27, suprimindo-se, na alínea "b" do mesmo inciso, a expressão: "e o voto" do Projeto de Constituição." (art. 13 do Substitutivo nº 2).**

Emenda Substitutiva nº 2343, do Constituinte Paulo Delgado. Está presente o autor e eu pergunto se S. Ex.<sup>a</sup> a mantém? **(Pausa)**

Emenda substitutiva, do mesmo autor, de nº 17046, que propõe o seguinte:

"Dê-se nova redação à alínea "a" do inciso I do art. 27, suprimindo-se na alínea "b", do mesmo inciso a expressão "e o voto". Fica assim: **a)** o sufrágio é universal e o voto igual, direto, secreto e facultativo".

Ou seja, trata-se de dar voto facultativo e não obrigatório.

Com a palavra o nobre Constituinte, para defender a sua emenda substitutiva.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO DELGADO:** – Sr. Presidente, Srs. membros da Comissão de Sistematização:

Apesar do Relator substituto já ter antecipado o seu parecer sobre aquilo que ainda vou defender, gostaria de usar esse direito que me foi assegurado pelos eleitores do meu Estado.

Penso, Sr. Presidente e Srs. Membros da Comissão de Sistematização, que ao nos preocuparmos em introduzir ou em suprimir determinada norma do Substitutivo, com o objetivo de transformá-la em texto constitucional, o que deve estar em discussão é se essa norma corresponde ou não às exigências dos nossos modernos problemas políticos e sociais.

É com esse espírito que temos que discutir a possibilidade ou não de romper com determinadas tradições constitucionais brasileiras, e determinadas tradições que já estão em vigor e incorporadas à vida nacional como

se fosse um hábito, que não deve ser então passível de ser discutido ou modificado.

Não há, segundo penso, nenhuma possibilidade de colocarmos a concepção do voto obrigatório e a concepção do voto facultativo como duas concepções que sejam opostas e diferentes no sentido de que uma mais madura ou menos madura, que uma é mais verdadeira ou menos verdadeira, são na verdade duas questões diferentes sobre o que deve ser a natureza do voto. Se o voto é uma obrigação e logo tem o seu caráter coercitivo, ou se o voto é uma liberdade e que deve então estar à disposição do cidadão, para que ele tenha ou não acesso àquela liberdade.

É por isso que desde a fase da Comissão defendo, em nome do meu Partido, que o alistamento eleitoral seja sempre obrigatório, mas que o voto possa vir a ser facultativo, porque penso que liberdade não se impõe, liberdade não se obriga porque a liberdade é uma possibilidade e os homens têm ou não acesso a ela.

Essa, a razão pela qual penso que ao defender o caráter facultativo do voto, estamos, em nome do meu Partido, lutando para que possamos ter na sociedade brasileira cada vez mais um número de brasileiros que não recorram ao voto em branco para manifestar a sua frustração e seu desencanto com o sistema eleitoral. A luta é para que tenhamos condições de convencer os brasileiros a votarem, a comparecerem às eleições em qualquer lugar do País mas, para isso, é necessário que todos estejam alistados, para que no processo de convencimento que é democrático, todos aqueles que decidirem participar do processo eleitoral, uma vez convencidos possam participar deles.

É preferível um número de brasileiros que tenham aquela convicção de que necessitam comparecer às urnas, do que o que temos hoje, um ritual sem qualquer significado ou de significado perverso que é o ritual de comparecer, única e exclusivamente, para carimbar o título e nós precisamos de modificar essa concepção. É com esse espírito que nós defendemos o caráter facultativo do voto, porque, se fizermos uma pesquisa na opinião pública brasileira, entre o conjunto dos eleitores, de qualquer lugar do País, o voto obrigatório é considerado uma imposição que nosso povo não quer, repudia, porque só se vota para não se ter a multa da Justiça Eleitoral. É preciso modificar isso, é essa coragem que nós precisamos de ter e não os velhos surrados argumentos de que o nosso povo não sabe votar e por isso precisa de uma norma coercitiva para que compareça autoritariamente à urna para defender essa ou aquela posição, esse ou aquele candidato, com o qual ele não tem nenhuma vinculação, nenhuma capacidade de controle e que só é levado a votar pelo caráter coercitivo da norma. Esse é o sentido, Sr. Presidente e Srs. membros da Comissão de Sistematização.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**  
– Para encaminhar contra, com a palavra o Constituinte Nelson Jobim

**O SR. CONSTITUINTE NELSON JOBIM:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, há necessidade de que se faça uma distinção fundamental: o que a norma estabelece é a obrigatoriedade do comparecimento à seção eleitoral. Não há que se confundir um dever jurídico do comparecimento à seção eleitoral, um dever instrumental da manifestação do voto no sentido de acolher, eleger ou não alguém para o Executivo e Legislativo deste País. O que é necessário é distinguir o dever jurídico, portanto, do comparecimento perante a seção eleitoral para manifestar-se triplicemente, ou deposita o voto ou deposita-o em branco.

Materialmente o voto em branco não é o voto. É abstenção do voto no sentido material da palavra. E, portanto, poderemos ter o que já conseguimos neste País, que é a participação eleitoral já na ordem de 50% da população.

Até 1961 a participação eleitoral no País foi na ordem de 12 a 18%. Hoje estamos próximos a grande participação eleitoral de 50% de toda a população brasileira. Daí poderemos extrair a manifestação popular, seja pelo voto, pela manifestação material do voto, pela abstenção ou seja pelo voto em branco. Melhor dito pelo voto em branco. O voto em branco assegura uma manifestação popular sobre a rejeição de determinadas estruturas partidárias e manifestação popular. Este é o ponto fundamental. Não se obriga a materialidade do voto. Obriga-se, isto sim, que se compareça à seção eleitoral para manifestar a sua opção às correntes políticas existentes, ocasião em que se poderá repudiar o sistema com a manifestação do voto em branco. E este dado é fundamental no mundo moderno, é fundamental nesta terra brasileira.

Não se está obrigando a manifestação material do voto. Está, isto sim, se compelindo ao cumprimento daquele dever jurídico do comparecimento à seção eleitoral.

Por esta razão, Sr. Presidente, é de todo conveniente a manutenção do texto, porque assegurará a participação efetiva da população dentro do trabalho eleitoral e dentro do sistema eleitoral brasileiro.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**  
– Tem a palavra V. Ex.<sup>a</sup>, pela ordem.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, quero formular um apelo ao eminente Constituinte Paulo Delgado. À vista da argumentação aqui expendida e do natural caminho que S. Ex.<sup>a</sup> teria em continuar defendendo a sua emenda, faço um apelo para que a retire.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO DELGADO:** – Nobre Relator, penso que o princípio – e essa é a concepção que defendo em nome do meu Partido, para a qual estou convencido que também, do ponto de vista político, é a mais adequada para a sociedade brasileira – talvez não seja adequado para a discussão que hoje nós temos aqui no Congresso Constituinte e mesmo em relação à pressão que a sociedade brasileira fez sobre este Congresso Constituinte na questão do sistema eleitoral. Durante todo o processo de discussão do sistema eleitoral deixamos a Comissão da Organização Eleitoral, Partidária e Garantia das Instituições, que cuidou também, coincidentemente, do papel das Forças Armadas, de certa forma, passar ao largo, mantendo uma estrutura no sistema eleitoral que penso que não avance.

Entendendo o apelo do nobre Relator, retiro a proposta, sem prejuízo de reapresentá-la no Plenário.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**  
– Agradecemos a colaboração do Constituinte Paulo Delgado.

Está retirada a proposta de destaque.

Em discussão o Destaque nº 4433, de autoria do Constituinte José Egreja. **(Pausa)** Não estando presente S. Ex.<sup>a</sup>, prejudicado o destaque.

Em discussão o Destaque nº 5395, de autoria do Constituinte Carlos Chiarelli. **(Pausa)**

Não estando presente S. Ex.<sup>a</sup>, prejudicado o destaque.

Constituinte Haroldo Sabóia retirou o seu Destaque de nº 8143.

**Destaque nº 5254-87, do Sr. Prisco Viana, "que suprime a expressão "igual" do art. 13, caput do Substitutivo nº 2". (160ª votação)**

Em discussão o Destaque nº 5254, de autoria do Constituinte Prisco Viana, no sentido de suprimir a pa-

lavra "igual". Trata-se de uma emenda modificativa. Ter a palavra V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE PRISCO VIANA:** – Sr. Presidente, conforme enunciou V. Ex.<sup>a</sup>, o destaque visa suprimir do **caput** do art. 13 a palavra "igual".

O art. 13, que estamos votando neste instante, diz que "O sufrágio é universal e o voto igual, direto e secreto".

Sr. Presidente, confesso que busquei nos registros da legislação eleitoral, nos trabalhos de vários estudiosos, cientistas, políticos esclarecimentos para o que seja "o voto igual". Creio que a palavra é desnecessária. O voto é universal e está declarado no **caput** do artigo. A não se que o nobre Relator nos dê uma explicação sobre o que seja "voto igual", poderemos caminhar para construir um pensamento suspicaz em relação ao que isso possa representar, ou por que razão aqui foi incluído.

Discute-se, aqui, já há algum tempo, e a discussão foi retomada com ênfase nesta Constituinte, a questão do valor do voto em relação às unidades da Federação, em relação ao volume de eleitores, e desconfio – e aqui está o pensamento suspicaz – de que se esteja pretendendo – e o Relator poderá explicar – dar, no futuro, um respaldo constitucional para se alterar o sistema de composição da Câmara dos Deputados em nome do voto igual – do Acre com o de São Paulo, de São Paulo com o do Acre.

De sorte que, na dúvida, e por não ter encontrado qualquer explicação jurídica para a inclusão desta expressão, trago este destaque.

Peço, sobretudo, a atenção dos Srs. Constituintes do Nordeste, do Norte, do Centro Oeste, das regiões que, sendo mais pobres economicamente sem o ser mais forte politicamente, que prestem atenção para este destaque no momento em que forem proferir o seu voto.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Foi chamado à colação o Relator, para dar uma explicação. Talvez fosse conveniente que o Relator explicasse.

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – Parece-me que o objetivo, aqui, é claro: evitar a existência do voto ponderado, com diferentes coeficientes por região e, também as diferenças do voto censitário, ou do voto por desníveis sociais. Trata-se de uma declaração de princípios de igualdade e de nivelamento absoluto do valor do voto.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Feito o esclarecimento, pergunto ao Sr. Constituinte Prisco Viana se S. Ex.<sup>a</sup> mantém o destaque.

**O SR. CONSTITUINTE PRISCO VIANA:** – Sr. Presidente, mantenho o destaque.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Então, tem a palavra o Sr. Constituinte Luiz Salomão, para encaminhar contra.

**O SR. CONSTITUINTE LUIZ SALOMÃO:** – Sr. Presidente, esperava que o esclarecimento do Sr. Relator pudesse convencer o nobre Constituinte Prisco Viana do objetivo real do "voto igual".

Mas creio que, na medida em que S. Ex.<sup>a</sup> se referiu à possibilidade de ponderar o voto por região, acabou contribuindo para confundir ainda mais o entendimento do Sr. Constituinte Prisco Viana.

Creio que é preciso deixar claro que "voto igual" refere-se ao direito de cada cidadão de exercer, em igualdade de condições, o seu voto; sem ponderação, por qualquer critério, que conduzisse ao voto censitário, mas não à diferença segundo a região ou o Estado em que vive o eleitor.

Há várias formas de exercer o voto em eleições diversas, em deliberações diversas, conforme critérios de pon-

deração diferentes: numa sociedade anônima o voto é ponderado; numa cooperativa o voto é unitário.

Desse modo, o que pretendeu o Relator, ao esclarecer que o voto é igual, é que qualquer cidadão, independente de critérios que se possa estabelecer para conduzir a uma eleição censitária, fica consagrada constitucionalmente a igualdade do voto de todos os cidadãos.

Nesse sentido encaminhamos contrariamente o destaque do nobre Constituinte Prisco Viana.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Não há nenhum Constituinte inscrito para falar a favor. Tem, portanto, a palavra o Constituinte Nelson Jobim, que encaminhará contra.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON JOBIM:** – Sr. Presidente, a expressão "voto igual" decorreu de uma opção inglesa que, até 1813, dispunha-se na Inglaterra da possibilidade do voto múltiplice; ou seja, o chefe de família, por exemplo, possuía, além do voto comum, como pessoa, também mais um voto na qualidade de chefe de família.

A preocupação do eminente Constituinte Prisco Viana, no sentido de, do "voto igual", extrair-se uma consequência em relação ao problema da composição da Câmara dos Deputados, fundamentalmente, já que na composição da Câmara há disparidades regionais, essa preocupação não procede, porque isso diz respeito ao problema do sistema eleitoral proporcional para o preenchimento das cadeiras ou vagas da Câmara dos Deputados. Isto diz respeito à apuração e divisão das cadeiras na sua distribuição, nada tem a ver com a manifestação do voto.

E a manutenção da expressão "igual" é exatamente para excluir a possibilidade de que alguém tenha um voto superior a outro na manifestação individual, e não na composição das Casas Legislativas.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Para encaminhar a favor, tem a palavra o Constituinte José Thomaz Nonô.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ THOMAZ NONÔ:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, parece-me que a extensão que se aplica ao "voto igual", a expressão "voto igual", que em boa hora se pretende suprimir do texto, é manifesta até pela própria forma como foi discutida a questão neste Plenário, agora.

Vários dos Srs. Constituintes interpelantes, cada um aplicou e entendeu uma conotação e uma extensão distinta à expressão "voto igual". Em acréscimo, a expressão consagrada em todos os nossos antecedentes próximos constitucionais, e em inúmeras outras Cartas constitucionais de outros países, é o sufrágio universal direto e secreto, louvando a intenção, evidentemente, igualitária, correta, bem intencionada do Relator, ao fazer inserir a expressão "e o voto igual" parece-me, **data venia**, e com todo o respeito ao Sr. Relator, que a expressão mais adequada ao **caput** do art. 13 é "o sufrágio universal e o voto direto e secreto".

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Não havendo mais nenhum orador inscrito, e já tendo o Relator expandido seu ponto de vista, vamos passar à votação.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Tem a palavra V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Sr. Presidente, é apenas para uma pequena correção. A expressão traduzida do inglês, para o português, do "voto igual" não tem a significação que o Constituinte Nelson Jobim quis evidentemente apresentar.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Eu não entendo de inglês. Vamos passar, portanto, à votação.

O Sr. Secretário proceda à chamada nominal.

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – Sr. Presidente, é só para registrar, para esclarecer ao Constituinte Jose Thomaz Nonô que as Constituições brasileiras já abrigaram o voto censitário; portanto não é injustificada a presença da expressão "voto igual". No período do Império, 1,2% dos cidadãos brasileiros votaram. Esta é a intenção do Relator, e é pela manutenção da expressão no texto.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Creio que já está suficientemente esclarecida a intenção do "voto igual". Então, vamos igualmente votar. Proceda à chamada, Sr. Secretário.

### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Carlos Sant'Anna, Celso Dourado, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Lyra, João Calmon, José Richa, Nilson Gibson, Prisco Viana, Raimundo Bezerra, Rodrigues Palma, Wilson Martins, Antônio Mariz, Délio Braz, Aloysio Chaves, Eraldo Tinoco, Francisco Benjamim, José Lins, José Santana de Vasconcellos, José Thomaz Nonô, Luís Eduardo, José Lourenço, Ricardo Fiúza, Enoc Vieira, Edison Lobão, Jonas Pinheiro, Gilson Machado, José Tinoco, Mozarildo Cavalcanti, Paes Landim, Gerson Peres, Virgílio Távora, Ottomar Pinto, Siqueira Campos. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Ademir Andrade, Almir Gabriel, Artur da Távola, Carlos Mosconi, Cid Carvalho, Egídio Ferreira Lima, Fernando Henrique Cardoso, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, Antônio Britto, João Herrmann Netto, José Fogaça, José Ignácio Ferreira, José Paulo Bisol, Manoel Moreira, Nelson Jobim, Nelson Friedrich, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Renato Vianna, Severo Gomes, Sigmaringa Seixas, Virgildásio de Senna, Aécio Neves, Euclides Scalco, Israel Pinheiro, Octávio Elísio, Rose de Freitas, Uldurico Pinto, Vicente Bogo, Antônio Carlos Konder Reis, Bonifácio de Andrada, José Maurício, Bocayuva Cunha, Luiz Salomão, Francisco Rossi, Gastone Righi, Plínio Arruda Sampaio, José Genoíno, Adolfo Oliveira, Haroldo Lima, Roberto Freire e Beth Azize.

**O SR. CONSTITUINTE ADOLFO OLIVEIRA:** – Vai ser feita à apuração. **(Pausa)**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 33 Constituintes; votaram NÃO 44 Constituintes. Total: 77 votos. O Destaque foi **prejudicado** por falta de **quorum** qualificado.

Destaque nº 1930, do Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva, que está prejudicado porque já foi atendido.

Passemos, portanto, ao § 1º. Não há mais nenhum destaque para o **caput**. Há um aqui do Constituinte Caio Pompeu, de nº 4659.

S. Ex.<sup>a</sup> está presente? **(Pausa)**

Como não está presente, fica prejudicado.

**O SR. CONSTITUINTE ADOLFO OLIVEIRA:** – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Pois não.

**O SR. CONSTITUINTE ADOLFO OLIVEIRA:** – Desejo informar a V. Ex.<sup>a</sup> que a chamada tomou exatamente 10 minutos e 30 segundos.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – V. Ex.<sup>a</sup> tem uma rapidez maior do que o nosso sistema eletrônico. **(Risos)**

Destaque nº 8328, do Constituinte Ronan Tito.

S. Ex.<sup>a</sup> está presente? **(Pausa)**

Como não está presente, fica prejudicado.

Há um requerimento de preferência do Constituinte Vicente Bogo.

**Destaque nº 0094-87 – Emenda nº ES-22910-9, do Sr. Hermes Zaneti, "que modifica o art. 13 § 2º do Substitutivo nº 1 (art. 13 § 1º do Substitutivo nº 2)". (161ª votação)**

S. Ex.<sup>a</sup> está presente. O requerimento de preferência é correspondente à Emenda nº 22.910, que se refere ao § 2º, art. 3º, do substitutivo nº 1.

V. Ex.<sup>a</sup> mantém a preferência? **(Pausa)** Vamos examinar qual é o texto.

É o seguinte:

"De-se ao § 2º do art. 13 a seguinte redação: o alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios para os maiores de 18 anos e facultativos para os analfabetos, os maiores de 70 anos, os deficientes físicos e os menores a partir dos 16 anos."

Houve, entretanto, um requerimento ao Presidente da Comissão, feito pelo Constituinte Hermes Zaneti, que é o autor da emenda, solicitando que o destaque requerido seja considerado apenas quanto à parte final da emenda.

Assim, a expressão a ser votada é: "...e os menores a partir dos 16 anos". Ou seja, que se acrescente que é permitido facultativamente o voto para os menores de 16 anos.

Em votação a preferência. **(Pausa)**

Os Srs. Constituintes que estão de acordo com a preferência, por favor se manifestem levantando o braço. **(Pausa)**

Aprovada.

Está, portanto, concedida à preferência.

Tem a palavra o Sr. Constituinte Hermes Zaneti, para encaminhar a favor.

**O SR. CONSTITUINTE HERMES ZANETI:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, Sr. Relator:

A emenda que oferecemos à consideração dos colegas da Comissão de Sistematização prevê o direito ao voto facultativo para os jovens brasileiros, na faixa dos 16 aos 18 anos de idade.

Estamos, há alguns anos, trabalhando nessa tarefa. Em abril de 1985, oferecemos ao Congresso Nacional uma proposta de emenda constitucional que, após tramitação chegou a ser incluída na Ordem do Dia do dia 21 de junho de 1986, não chegando, no entanto, a ser votada.

Sr. Presidente e Srs. Constituintes, retornamos agora ao assunto, através desta proposta de emenda, que queremos aqui defender em nome, também dos Constituintes Paulo Delgado, Chico Pinto, Aécio Neves, Siqueira Campos e tantos outros Constituintes que apresentaram emenda de mesmo teor.

Quero ressaltar a grande mobilização da juventude brasileira, especialmente os jovens da União Juventude Socialista que aqui estão, neste plenário, para acompanhar a votação desta emenda.

Quero dizer que o Brasil foi dos países...

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Peço a atenção dos que estão assistindo à sessão, pois não têm o direito de manifestação, nem de exibição de faixas Contínuas com a palavra o Constituinte Hermes Zaneti.

**O SR. CONSTITUINTE HERMES ZANETI:** – O Brasil foi dos países onde o direito ao voto e a legislação eleitoral sempre foram dos mais avançados do mundo. É importante, neste momento, recordarmos a evolução do direito ao voto em relação à idade, nas diferentes Constituições brasileiras.

Em 1824, passaram a ter direito ao voto os brasileiros, do sexo masculino, que tivessem uma receita mínima de cem mil réis e que, pelo menos, tivessem 25 anos de idade.

Em 1891, a idade foi reduzida para 21 anos e, em 1934, a idade para o direito do exercício do voto foi reduzida para 18 anos.

Eu queria lembrar aos colegas Constituintes que o jovem brasileiro de 18 anos, em 1934, evidentemente, pelas circunstâncias daquele momento, não tinha, nem de longe, as condições de compreensão crítica, de entendimento, de informação, de capacidade de avaliação, como tem hoje o jovem de 16 anos, quando a maioria deles terminou o curso fundamental, muitos já concluíram o 2º Grau e muitos deles já estão na Universidade brasileira.

Por isso, estamos aqui para fazer esse apelo, para conclamar os membros da Comissão de Sistematização, para chamarmos a juventude brasileira e se integrar no processo político brasileiro, para que nos ajude a construir a grande democracia que todos queremos.

Quero chamar a atenção também que nós precisamos ter presente que, há poucos dias, aqui, na Comissão de Sistematização aprovamos que os jovens brasileiros podem trabalhar a partir dos 14 anos de idade. De 8 milhões e 300 mil jovens nessa faixa etária, 4 milhões e 100 mil, segundo dado do IBGE, trabalham.

Eu pergunto: se os jovens brasileiros podem integrar-se ao processo produtivo, podem ajudar a construir a riqueza deste País, por que não damos a eles o direito facultativo a participar também do processo político, podendo votar para decidir, também de si mesmos, o seu destino e o destino da Pátria que integram?

Quero especialmente chamar a atenção dos meus companheiros e companheiras do PMDB. No Capítulo II, Da Filiação Partidária, o Estatuto do nosso Partido, no art. 8º, § 4º, diz: "Poderão filiar-se ao Partido maiores de 16 anos, desde que se comprometam com os seus princípios doutrinários e programáticos".

Companheiros do PMDB, se pode, um jovem, com 16 anos, filiar-se ao Partido "desde que se comprometam com os seus princípios doutrinários e programáticos", pergunto: não temos também o dever de dar-lhes o direito para votar? Se o chamamos a filiar-se ao Partido, "desde que se comprometam com os seus princípios doutrinários e programáticos", logo, reconhecemos a capacidade que têm os jovens, aos 16 anos, de poder, criticamente, decidir sobre a filiação e sobre a compreensão que têm do processo político. Afinal, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, quero lembrar que a nossa proposta prevê o direito ao voto facultativo. Nós compreendemos que, antes de entrar na faixa obrigatória dos 18 anos, é pedagógico, é útil ao processo político permitir que aqueles jovens, que tenham o interesse, que tenham o desejo, que tenham a capacidade de se integrar ao processo político, possam fazê-lo. Por isso, vou aqui insistir com os meus colegas Constituintes, e quero ouvir também a palavra seguramente confortante, do nosso Relator para que aqui, em conjunto, integremos a juventude brasileira no processo político, e a chamemos a nos ajudar a elaborar a grande democracia que aqui estamos construindo neste processo Constituinte. Muito obrigado. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**  
– Com a palavra, para encaminhar contra, o nobre Constituinte Gastone Righi.

**O SR. GASTONE RIGHI:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Através da palavra inflamada do Constituinte Hermes Zaneti, ouvimos aqui uma proclamação, que muito tem de vontade nacional, de desejo de afirmação de um povo e de confiança, até desta Assembléia, na juventude e na mocidade que compõe o povo brasileiro. Eu desejaria dizer que o problema da maioridade não é, em nenhum, momento, ideológico e muito menos doutrinário e muito distante de programático, como fez crer o Constituinte Hermes Zaneti.

Maioridade é um problema, antes de mais nada, biológico. A humanidade tem um caminho que se pressente, se afirma e todos nele acreditamos. O homem está ganhando mais tempo de vida, está tendo condições de exercer na plenitude de sua capacidade física, mental, intelectual e psíquica, atividades muito além até dos 70 anos. O homem, daqui a pouco, poderá fazê-lo até aos 100 anos. Da mesma forma, também, a velocidade dos meios de comunicação a média eletrônica as formas de educação estão tornando maduros, mais celeremente, os nossos jovens. É claro que hoje já se encontra, a partir dos 14 anos, indivíduos, em nossa sociedade, com plena capacidade para decidir até sobre o futuro nacional, escolhendo seus representantes, elegendo seu Presidente, optando por um Partido político. Esta é apenas uma questão de se fixar, no quadro do tempo, biologicamente, as faixas etárias que podem responder à responsabilidade e aos direitos da cidadania.

Deixemos isso de lado. Ninguém mais do que eu gostaria de ver os jovens votando livremente, fazendo o seu aprendizado político e dando até exemplo, na pureza dos seus sentimentos e de seus propósitos, para que a humanidade e nosso povo caminhem melhor, por caminhos mais idealísticos, por caminhos mais acendrados, por caminhos mais purificados.

No entanto, Srs. Constituintes, a todo direito corresponde uma responsabilidade. Não há e não pode existir direito sem a contrapartida do dever. Quem exerce um direito, como o do voto, tem que ter a responsabilidade pelo voto e esta há de ser civil e criminal. Não se pode admitir um eleitor que não tenha imputabilidade criminal. Como posso me fiar na segurança de um voto que se mantém incólume quando ele não está sujeito às penas da lei, quando pode ser vendido, fraudado, quando pode praticar um crime eleitoral impunemente?

A maioridade, para votar aos 16 anos, não pode deixar de ser acompanhada pela responsabilidade criminal, com a imputabilidade a partir dos 16 anos. Diria a V. Ex.<sup>a</sup> que muitos outros direitos estão aquém. Ora querem dar o direito de cidadania de voto? Estou de acordo. Mas vejam, esse jovem, a quem se quer entregar o direito de votar, e impunemente, se lhe nega o direito até mesmo de uma viagem intermunicipal ou interestadual sem a autorização do pai. Esse jovem de 16 anos, cidadão pleno, que pode escolher seu Deputado, Senador, mesmo o Presidente da República, não pode viajar de ônibus de um município para o outro, não pode se matricular em uma escola sem a autorização paterna, não pode comprar um bem móvel, não pode sacar um cheque, não pode ter uma conta bancária, não pode possuir ou administrar um imóvel ou receber o seu aluguel, não pode contratar, não pode casar, não pode assumir o mínimo ato de responsabilidade na vida civil. Pode, até, entrar num clube de futebol, mas não pode jogar futebol sem a autorização paterna ou da Federação.

Então, veja os Srs. que se quer dar um direito, um avanço com o qual todos concordávamos, mas não se dão os demais direitos aos jovens: todos os direitos civis, todos os direitos da plenitude da cidadania. Ou damos todos os direitos e, ao mesmo tempo, a contrapartida da responsabilidade, ou, então, o que se está querendo fazer

é um ato demagógico, puramente demagógico, voltado às galerias ou à notícia fácil da imprensa.

Vamos ser sérios, aqui estamos construindo uma Nação que deseja ser perene, permanente, e não viver episodicamente no aplauso ou no apuro das platéias ocasionais. **(Muito bem!)**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Tem a palavra o Constituinte Nelson Jobim, que falará a favor.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON JOBIM:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

A manifestação e as objeções do eminente Constituinte Gastone Righi fazem lembrar, com clareza, 1934. Observem os Srs. Constituintes que, até a Constituição de 1934, a maioria civil coincidia com a capacidade eleitoral; só votavam e eram maiores civilmente aqueles com 21 anos de idade. Pois bem, a Constituição de 1934 reduziu a capacidade eleitoral para 18 anos, e manteve, não fez referência alguma à capacidade civil que estava regulada no Código Civil.

Em 1935, – e a companhia do eminente Constituinte Gastone Righi é boa, mas o equívoco histórico não o ajuda, – o eminente Clóvis Bevilacqua, analisando a aprovação e a redução da capacidade eleitoral, discutiu, em parecer publicado no **Jornal da Bahia**, de que havia sido revogado o Código Civil porque a capacidade eleitoral havia sido reduzida para 18 anos, e portanto a capacidade civil também deveria estar aos 18 anos. Pois bem, este eminente jurista baiano sofreu uma resposta terrível dos tribunais, mostrando algo de extremamente importante na Teoria do Direito: é que a capacidade para os diversos ramos do Direito advém de ramo específico. E foi por isso que o Supremo Tribunal Federal, examinando o tema, manteve a capacidade civil aos 21 anos, não obstante a capacidade eleitoral ter sido reduzida para os 18 anos.

Isso é importante para que nós possamos compreender que cada ramo do Direito tem o seu domínio específico e fixa os seus critérios de capacidade. Por ventura menor de 17 anos não pode casar? Porventura aquele que vota aos 18 anos pode praticar atos da vida civil senão antes dos 21? Evidentemente que não! O que mostra a desconexão entre a capacidade delitual no campo do Direito Penal; a capacidade eleitoral no campo do Direito Eleitoral, a capacidade civil no campo do Direito Civil. E eu chamaria a atenção dos eminentes Constituintes para o fato de que nós temos um exemplo de Direito Comparado extremamente relevante; a Alemanha Ocidental, quanto ao problema da capacidade penal, estabelece a capacidade penal plena aos 21 anos, e a capacidade eleitoral aos 18 anos, sendo que há variação da pena que começa dos 14, passa aos 16, passa aos 18 e vai aos 21.

Essa demonstração histórica nos faz perceber claramente que não há necessidade da coincidência da capacidade plena, e o eminente Constituinte Gastone Righi, ao estabelecer um princípio da correlação entre o direito e o dever, equivocou-se, porque aquele que tem o direito de votar exerce um direito, e o dever não é dele, é da sociedade em respeitar o voto que foi exercido soberanamente na urna. A relação dos direitos e dos deveres diz respeito à possibilidade de alguém estar vinculado a minha manifestação de vontade. Eu não posso ser, ao mesmo tempo, titular do direito e titular do dever. Não há que se confundir os deveres e as responsabilidades, não há que se confundir a responsabilidade e a imputabilidade, não há que responder e não há que se confundir a possibilidade de uma parcela sensível da população brasileira passar a ingressar na vida política.

Exigimos necessariamente a participação política do jovem, porque nós sabemos, claramente, lucidamente, que é no exercício da capacidade política que esta Nação irá melhorar, irá conquistar aquilo que aqui, nesta Constituinte, estamos a lutar.

Vamos trazer a capacidade eleitoral aos 16 anos, porque conseguiremos, por fim, dar a demonstração absoluta, clara e inequívoca de que nós queremos um País moderno. **(Palmas)** Não será o medo dos jovens aos 16 anos que poderá nos afastar da reta que esta Constituinte colocará este País, não obstante forças poderosas estejam a lutar contra nós, estejam a nos ocultar. Mas nós sabemos que a resposta a esta Assembléia não vem no dia de amanhã, vem pela história dos 30, dos 50 e mais anos em que a História se debruçará sobre nós e verá que aqui, cada um de nós, lúcida e responsavelmente, cumpriu com desassombro, com denodo, com verticalidade, o poder político que à Nação coube e que depositou em nós.

Eram essas as minhas palavras. **(Muito bem! Palmas.)**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Tem a palavra o Deputado Prisco Viana.

**O SR. CONSTITUINTE PRISCO VIANA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, uso e ouso muito em vir a esta tribuna depois da brilhante e entusiasta oratória do Deputado Nelson Jobim, que aqui defendeu o direito do jovem de votar. Não lhe restou, entretanto, um segundo sequer para que defendesse o direito do jovem de 16 anos ser eleito. Por que querer ter o voto, receber o voto do jovem de 16 anos e discriminá-lo? Dar-se-lhe elegibilidade, aliás, o direito de votar, e não se lhe dar o direito de se eleger.

Será porque o Constituinte Nelson Jobim admite que aos 16 anos não há, ainda, capacidade cívica sedimentada, para que o jovem de 16 anos possa ser eleito e exercer o mandato eletivo? Acho que há um pouco de hipocrisia nesta posição. E aqui, em absoluto, quero atingir o honrado e nobre Constituinte Nelson Jobim. Porque da mesma forma se está procedendo em relação ao analfabeto. Todos querem o voto do analfabeto e ninguém quer dar o voto ao analfabeto.

Sr. Presidente, essa questão do voto aos 16 anos é, de certa forma, antiga, nesta Casa. Ela tem sido tratada aqui em diversas oportunidades e sempre com uma forte carga emocional. É necessário analisar a questão com frieza, com realismo. Não é dando o voto aos jovens que nós vamos salvar a juventude brasileira. As dificuldades dela são tantas. Há tanto que fazer por ela, que dar o voto não é o suficiente.

Esta questão foi discutida, aprofundadamente, na Comissão Temática. Ali me manifestei contra, na condição de Relator. A Comissão aprovou o relatório, não concedendo o voto aos 16 anos. Aqui, agora, é que minutos após se haver aprovado o dispositivo que torna obrigatório o voto como regra geral, se quer trazer o voto facultativo só para os jovens. Penso que é uma posição incoerente, Sr. Presidente.

Não vou mais tomar tempo dos Srs. Constituintes, que são muito esclarecidos. Todo o político sabe o que envolve o exercício da atividade política, sabe o que se exige para o exercício da atividade política, sobretudo de maturidade, de conhecimento das realidades econômicas e sociais do País.

Todas as grandes democracias do mundo não adotam o voto aos dezesseis anos. Isso não acontece na Alemanha Ocidental que é uma grande democracia, não acontece na França, não acontece na Itália. Na pesquisa que fiz, para proferir o meu voto, encontrei apenas a Nicarágua concedendo o voto aos dezesseis anos.



A meu ver, podemos servir os jovens, promovê-los, levanta-los, de outra forma, e nesta Constituição, tratando de outras questões fundamentais, sobretudo no campo da educação e do mercado de trabalho, jamais nesse lance – perdoem-me – demagógico, do voto aos 16 anos. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Com a palavra o nobre Constituinte José Fogaça, que falará pelo Relator por ser mais jovem.

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – Sr. Presidente, Srs. Membros da Comissão de Sistematização:

O nobre Relator Bernardo Cabral me incumbiu de traduzir o seu pensamento a respeito desta matéria. Antes de mais nada, transmito essa posição que é a do Relator. S. Ex.<sup>a</sup> sempre esteve a favor do voto aos 16 anos e demonstrou através de compromisso com os Constituintes Hermes Zaneti e Aécio Neves.

Sr. Presidente, Srs. Membros da Comissão de Sistematização, não vou fazer aqui a mesma análise jurídica a respeito da questão do voto aos 16 anos. Essa matéria foi suficientemente exaurida pelo depoimento brilhante do Constituinte Nelson Jobim. S. Ex.<sup>a</sup> provou aqui que não há uma correlação necessária entre a questão da imputabilidade e a questão da maioridade. A sociedade tem instrumentos, medidas de segurança, os seus meios institucionais para punir a prática do ilícito. O que está em jogo não é a correlação entre o direito e o dever. O dilema que estamos enfrentando e a decisão que estamos tomando, neste momento, que não é meramente jurídica ou institucional, estamos tomando uma decisão, aqui, se queremos construir uma Constituição democrática ou se queremos construir uma Constituição que amarre e que engesse a sociedade.

O dilema que estamos enfrentando é se vamos construir um Estado liberal clássico, paralisado e imutável, ou se vamos construir uma sociedade dinâmica, aberta às transformações, às reformas sociais e aos avanços que se fazem necessários. Para isso, é preciso abrir, no processo político, a participação da juventude, porque, sem dúvida nenhuma, o que marca a cultura deste final do século XX, num país em desenvolvimento como o Brasil, o que marca essa cultura social e popular é a presença do jovem, construindo novas formas de pensar, novas formas de agir, novas formas de se conduzir socialmente, e novas formas de viver e de organizar a família.

Não há dúvida alguma que essa é a discussão e esse é o dilema que estamos enfrentando. Ou queremos uma sociedade aberta às reformas, às transformações e às mudanças, ou queremos uma sociedade amarrada pela camisa de força de um sistema fechado.

Aqui, o nobre Constituinte Prisco Viana se referiu a sociedades que vivem sob uma economia de abundância, sociedades estáveis onde vigora o estado liberal clássico e paralisado. Não é o caso da sociedade brasileira com as suas profundas injustiças e diferenças arraigadas na estrutura social.

Uma sociedade que precisa mudar, que precisa caminhar para a frente não pode abrir mão da sua juventude e não pode abrir mão de uma Constituição que seja instrumento efetivo dessas mudanças. Pertencemos, eu e o Constituinte Hermes Zaneti, autor da emenda, a uma geração que, desde os seus 16 anos de idade até hoje, jamais pôde escolher o Presidente do seu País. Uma geração – não porque sejamos presidencialistas – que não teve o direito de participar das formas básicas de decisão política, fomos colocados à margem da vida institucional como se fôssemos uma geração obrigada a passar em branco na vida brasileira. E se há um legado e uma herança que queremos deixar é de uma Constituição que sirva de instrumento às mudanças.

Por isso, o Relator, a relatoria, é favorável à emenda, apóia a emenda e tem certeza que esta será uma conquista que se transformará num patamar definitivo para o futuro. **(Muito bem! Palmas!)**

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LOURENÇO:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Concedo a palavra, pela ordem, ao Sr. Constituinte José Lourenço.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LOURENÇO:** – Sr. Presidente, muito obrigado, acho que esta é uma questão fundamental.

Ouvi, há pouco, do nobre Relator Bernardo Cabral, dizendo que era favorável à emenda. Mas eu vi, e leio aqui no seu relatório, o seguinte:

"O alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios para os maiores de 18 anos e facultativo para os analfabetos e para os maiores de 70 anos."

E eu vi mais! Eu vi uma entrevista na televisão em que S. Ex.<sup>a</sup>, o Relator, dizia: "Não posso admitir – é um pedido de esclarecimento, pois este é um assunto muito importante para o País – eu não posso, como Relator desta matéria, admitir que se vote e se autorize, se permita que jovens de 16 anos votem, porque eu não posso aceitar que eles amanhã possam ser responsáveis criminalmente por qualquer ato que eles possam cometer."

Ele vinculava uma coisa à outra e, agora, eu quero saber do nobre Relator se a sua posição é a mesma da entrevista da televisão, ou alterou-se, ou mudou-se, ou é uma nova em função dos comícios recentemente aqui realizados nas tribunas da Assembléia Nacional Constituinte?

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Na verdade, o Sr. Constituinte José Lourenço não colocou uma questão de ordem, mas fez uma indagação para esclarecimento do ponto de vista do Relator, que é livre de saber se vai responder agora ou em outro momento.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, peço que V. Ex.<sup>a</sup> me garanta a palavra. Não vou permitir que meu nome tenha sido citado nominalmente e eu não fale.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – A palavra está concedida ao Relator.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Pela manhã esta Casa ouviu, surpresa e estarrecida, ser reservado às empresas que têm mais de 50 empregados a manterem, em seus quadros, pelo menos 10% de pessoas maiores de 45 anos. Por que agora não se pode permitir, Sr. Presidente, que se aprove uma emenda para a faculdade do voto aos 16? Porque está registrado... **(Tumulto)** V. Ex.<sup>a</sup> garante a minha palavra?

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Garanto a palavra ao Relator. Peço que seja breve.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Estão querendo pressionar o Relator.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Nós estamos aqui por liberalidade da Presidência, ouvindo o esclarecimento do Relator, posto que S. Ex.<sup>a</sup> foi aludido. Eu peço ao Relator que conclua, porque passarei à votação.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, quero ter a mesma gentileza que teve o Líder José Lourenço, e quero responder a S. Ex.<sup>a</sup> O texto para o alistamento eleitoral dos maiores de 18 anos foi respeitado pelo Relator, tal qual veio da Comissão. E, lá na frente, a coerência com a imputabilidade dos 18 anos está escrita no Capítulo do Menor, se V. Ex.<sup>a</sup> for ler.

Relator foi completamente coerente com o que aqui escreveu. O que eu disse numa reunião na casa do Constituinte Ulysses Guimarães, que eu não importaria a minha ideia – e invoco o testemunho do Sr. Constituinte Adolfo Oliveira, – porque a maioria havia decidido a implantação dos 18 anos. Eu respeitava a maioria para colocar aqui, mas o meu ponto de vista pessoal, disse-o de público ao Constituinte Hermes Zaneti, e por isso, Constituinte José Lourenço, não quis utilizar da palavra.

Como o mais novo dos Senadores é o Constituinte José Fogaça, e como S. Ex.<sup>a</sup> me dá a honra de me auxiliar nesta tarefa, eu não queria, a fim de não formar proselitismo, ou de ouvir o que acabei de ouvir, que eu estaria sendo, de um lado, manipulado pelo comício e, de outro, sendo forçado pela ala da direita, quero dizer a esta Casa...

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LOURENÇO:** – Não, a direita não está forçando nada a V. Ex.<sup>a</sup>.

(Tumulto)

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Sr. Constituinte José Lourenço, V. Ex.<sup>a</sup> não está com a palavra. Está, com a palavra o Relator.

**O SR. CONSTITUINTE SIQUEIRA CAMPOS:** – Uma questão de ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Eu darei a questão de ordem a V. Ex.<sup>a</sup>, quando o Relator terminar. E peço S. Ex.<sup>a</sup> que termine brevemente.

**O SR. CONSTITUINTE SIQUEIRA CAMPOS:** – Quero dizer ao Relator que ele está de parabéns, porque quem tem medo dos jovens já morreu.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Está com a palavra o Relator. Peço aos Constituintes que se coibam de fazer uso do microfone de apartes, sob pena de eu desligá-los. Está com a palavra o Relator e, depois, eu passo à votação.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, lamentavelmente esta Casa acaba de assistir a uma cena que não condiz com um dos seus integrantes. Quem rasga um texto de substitutivo de uma Constituição, é capaz de coisa muito pior adiante.

Sr. Presidente, nesta Casa existe uma senhora a quem eu respeito pelo talento, pela cultura e pela inteligência, que é a minha querida colega Sandra Cavalcanti. Ela estava presente quando comigo se manifestou pela idade dos 16 anos. E, ainda assim, Sr. Presidente, fomos coerentes e respeitamos o texto.

Mas eu mesmo, Sr. Presidente, aqui nesta Casa, já acolhi várias emendas que contrariavam o texto deste substitutivo. Querer imputar, Sr. Presidente, um ato menos sério ao Relator, é uma forma de atentar contra esta Assembléia Nacional Constituinte, em particular contra a Comissão de Sistematização.

Eu não vou permitir, Sr. Presidente, que se diga que está se tratando de um problema dar o voto ao menor emocionalmente, e um Líder de um Partido, de forma muito mais emocional, agride um colega.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Eu peço a V. Ex.<sup>a</sup> para concluir.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Isso está virando um dramalhão mexicano. Chega de drama mexicano.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Sr. Relator, peço a V. Ex.<sup>a</sup> que termine, se me permite, para eu passar à votação.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, lamentavelmente eu não uso sequer bigode ou barba para ser comparado a um ator de dramalhão mexicano. De modo que devolvo a quem ousa...

V. Ex.<sup>a</sup>, não grite, Dr. Gastone Righi, respeite os seus companheiros, tenha dignidade pessoal, saiba se manter como parlamentar. V. Ex.<sup>a</sup> não está à altura...

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Eu peço aos Srs. Constituintes, inclusive ao Relator...

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Concluo, Sr. Presidente, dizendo que o meu voto é pelo acolhimento da emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Em votação.

(Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Ademir Andrade, Almir Gabriel, Bernardo Cabral, Carlos Mosconi, Celso Dourado, Cid Carvalho, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, Antônio Britto, João Calmon, João Herrmann Neto, José Fogaça, José Ignácio Ferreira, José Paulo Bisol, José Richa, Manoel Moreira, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nelson Friedrich, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Rodrigues Palma, Severo Gomes, Sigmaringa Seixas, Wilson Martins, Aécio Neves, Antonio Mariz, Délio Braz, Israel Pinheiro, José Costa, Nelson Wedekin, Octávio Elísio, Rose de Freitas, Uldurico Pinto, Vicente Bogo, Sandra Cavalcanti, Enoc Vieira, Antônio Carlos Konder Reis, Adylson Motta, Benifácio de Andrada, José Maurício, Bocayuva Cunha, Luiz Salomão, Francisco Rossi, Ottomar Pinto, Plínio Arruda Sampaio, José Genoíno, Adolfo Oliveira, Siqueira Campos, Haroldo Lima, Roberto Freire, Beth Azize. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Artur da Távola, Carlos Sant'Anna, Egídio Ferreira Lima, Nilson Gibson, Prisco Viana, Virgildásio de Senna, Euclides Scalco, Aloysio Chaves, Eraldo Tinoco, Francisco Benjamim, José Lins, José Santana de Vasconcellos, José Thomaz Nonô, Luís Eduardo, José Lourenço, Ricardo Fiuza, Jonas Pinheiro, Gilson Machado, José Tinoco, Paes Landim, Jarbas Passarinho, Gastone Righi. **ABSTENÇÃO** dos Senhores Constituintes: Gerson Pares e José Luiz Mala.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 58 Constituintes; votaram NÃO 22 Constituintes; abstiveram-se de votar 2 Constituintes. Total 82 votos. O Destaque foi **aprovado**.

Peço à galeria que não se manifeste.

Quero avisar aos Srs. Constituintes que ainda faremos, hoje, mais tarde, um teste de votação. Vamos avançando, porque há muitos destaques que podem ser resolvidos antes disso.

Destaque do Constituinte Nelson Friedrich, de nº 2731, foi prejudicado pela aprovação desta matéria, e o Constituinte Hermes Zaneti retirou seu destaque sobre matéria semelhante.

Destaque do Constituinte Vilson Souza. (Pausa) S. Ex.<sup>a</sup> não está presente.

Prejudicado.

Destaque do Constituinte, Délio Braz. Basicamente, a emenda de S. Ex.<sup>a</sup> se refere ao mesmo tema. Diz:

"Têm direito a voto os maiores de 16 anos na data da eleição, alistados na forma da lei."

O alistamento é obrigatório para todos os brasileiros, salvo as exceções previstas em lei, mas o voto é facultativo.

Considero que se trata de matéria já votada.

O destaque está prejudicado.

Destaque nº 1882, do Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva. (Pausa)

S. Ex.<sup>a</sup> não está presente.  
Prejudicado.  
Destaque nº 2250, da Constituinte Irma Passoni.  
**(Pausa)**  
S. Ex.<sup>a</sup> não está presente.  
Prejudicado.  
Destaque nº 2329, do Constituinte Paulo Delgado, que torna obrigatório o voto dos maiores de 16 anos.  
Prejudicado.  
Destaque nº 2331, do Constituinte Paulo Delgado, que versa sobre matéria semelhante.  
Prejudicado.  
Destaque do Constituinte Nelson Wedekin.  
**(Pausa)**  
S. Ex.<sup>a</sup> não está presente.  
Prejudicado.  
Destaque do Constituinte Mozarildo Cavalcanti.  
**(Pausa)**  
S. Ex.<sup>a</sup> não está presente.  
Prejudicado.  
Destaque nº 2874, do Constituinte Caio Pompeu.  
**(Pausa)**  
S. Ex.<sup>a</sup> não está presente.  
Prejudicado.  
Destaque nº 3635, do Constituinte José Camargo.  
**(Pausa)**  
S. Ex.<sup>a</sup> não está presente.  
Prejudicado.  
Destaque nº 3922, do Constituinte Cláudio Ávila.  
**(Pausa)**  
S. Ex.<sup>a</sup> não está presente prejudicado.  
Destaque nº 3950, do Constituinte Iram Saraiva.  
**(Pausa)**  
S. Ex.<sup>a</sup> não está presente.  
Prejudicado.  
Destaque do Constituinte Francisco Pinto.  
**(Pausa)**  
Retirado.  
Destaque do Constituinte José Egreja.  
**(Pausa)**  
S. Ex.<sup>a</sup> não está presente.  
Prejudicado.  
Destaque do Constituinte Tadeu França.  
**(Pausa)**  
Retirado.  
Destaque do Constituinte José Ignácio Ferreira.  
**(Pausa)**  
S. Ex.<sup>a</sup> não está presente.  
Prejudicado.  
Destaque do Constituinte Vasco Alves.  
**(Pausa)**  
S. Ex.<sup>a</sup> não está presente.  
Prejudicado.  
Destaque do Constituinte Nelson Jobim.  
**(Pausa)**  
Retirado.  
Destaque de Minha autoria. **(Pausa)**  
Retirado.  
Destaque da Constituinte Rita Camata. **(Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup> não está presente.  
Prejudicado.  
Destaque do Constituinte Carlos Sant'Anna. **(Pausa)**  
Retirado.  
Destaque do Constituinte Sérgio Brito. **(Pausa)**  
S. Ex.<sup>a</sup> não está presente.  
Prejudicado.  
Destaque do Constituinte Aécio Neves. **(Pausa)**  
S. Ex.<sup>a</sup> não está presente.  
Prejudicado.  
Destaque do Constituinte João Natal. **(Pausa)**  
S. Ex.<sup>a</sup> não está presente.  
Prejudicado.  
Destaque do Constituinte José Genoíno. **(Pausa)**  
Retirado.  
**Destaque nº 2335-87 – Emenda nº 1P-11825-5, do Sr. Paulo Delgado, “que modifica o art. 27, inciso I, alínea “b”, do Substitutivo nº 1 (art. 13, § 1º, do Substitutivo nº 2)”. (162ª votação.)**  
Destaque do Constituinte Paulo Delgado, que propõe que seja obrigatório o voto do analfabeto.  
Concedo a palavra ao nobre Constituinte para encaminhar.  
**O SR. CONSTITUINTE PAULO DELGADO:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, Srs. Membros da Comissão de Sistematização:  
Há pouco defendi a concepção do voto facultativo, voltarei a defender no Plenário e espero que ao ter aprovado aqui o voto para os maiores de 16 anos, como facultativo, não se tenha aprovado por achar que menor de 16 anos é menos cidadão; foi dito aqui, por vários Constituintes, que o voto facultativo é uma forma distorcida do voto. Defendo, no entanto, que se tivermos o voto obrigatório que ele seja obrigatório para todos e que não patrocinemos aqui, uma regressão da própria legislação em vigor que conquistou o alistamento eleitoral e o voto obrigatório para os analfabetos.  
No início dos trabalhos da Constituinte tínhamos a facultabilidade do voto também para os deficientes físicos, e estes através de um movimento nacional, conseguiram convencer a esta Constituinte até este momento de que são cidadãos de plena capacidade e que não podem ter esse tipo de vantagem que, na verdade, é uma mutilação da sua cidadania. O Estado é que tem que se aparelhar para colher o alistamento e o voto, no dia das eleições, se assim se fixar, que ele tem que ser obrigatório. O mesmo raciocínio fazemos para os analfabetos. O voto e o alistamento facultativo, que sempre defendemos que fosse o alistamento obrigatório, para que o direito de voto e a liberdade pudessem ser exercidos plenamente, não pode ser objeto de uma discriminação dentro do texto constitucional. Se esta Constituinte entende que o voto tem que ser obrigatório, que não haja qualquer tipo de privilégio às avessas, qualquer tipo de discriminação que deixe de fora os analfabetos, como deixaram até ontem os deficientes físicos nesse mesmo trabalho constitucional.  
É por isso que a nossa emenda e o destaque propõem a supressão, salvo para os analfabetos, para que a universalidade do alistamento do voto seja conferida a todos os brasileiros, independente da instrução formal que tenham e, principalmente, independente das condições artificiais que a miséria neste País produz em determinados companheiros, nesse povo, dando a idéia de que uns são melho-

res do que outros, exclusivamente porque têm instrução formal ou não.

Por isso peço ao Plenário da Comissão de Sistematização que acolha a obrigatoriedade do alistamento do voto para os analfabetos, para que eles sejam cidadãos de pleno direito, como devemos querer para todos os brasileiros.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Para se manifestar contra, concedo a palavra ao Constituinte José Lourenço.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LOURENÇO:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, vivemos um momento histórico e vivemos, simultaneamente, o momento de grandes decisões nacionais. Assistimos a emoção nos dominar e ao invés da sensatez que o julgamento, a avaliação e o comportamento recomendam a todos para podermos dar continuidade a um trabalho tão significativo para a Nação brasileira, como este que estamos fazendo, o que se vê é a cada instante, darmos passos significativos para inviabilizarmos o País.

Ouvi, há poucos dias na televisão, uma entrevista de S. Ex.<sup>a</sup>, o nobre Constituinte Bernardo Cabral, em que afirmava que jamais poderia admitir o voto aos 18 anos, porque admitir essa hipótese seria estender também ao jovem de 16 anos; seria levar para os de 16 anos as penalidades por qualquer crime cometido.

E dizia S. Ex.<sup>a</sup>: "A minha consciência não pode permitir que tal faça". Assim o fez, assim o escreveu no seu Substitutivo. Assim o fez, assim o escreveu e assim, hoje, não o disse aqui. Falhou! Falhou! No nosso julgamento e na nossa avaliação, um Relator que tem tal comportamento, e que faz revisões tão rápidas da sua ação política ele, também, terá de nossa parte uma reavaliação de sua ação e do seu comportamento.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Sr. Constituinte, peço a V. Ex.<sup>a</sup> que discuta o tema em pauta. Não estamos discutindo como vota o analfabeto.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LOURENÇO:** – Temos que denunciar, aqui, hoje, a tomada de assinaturas para apresentar um substitutivo a esta Assembléia, que seja intérprete da Maioria que não está na Comissão de Sistematização, mas está na maioria silenciosa que está envolta nesta Casa, que é a Assembléia Nacional Constituinte.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Sr. Constituinte, peço a V. Ex.<sup>a</sup> que se atenha àquilo pelo qual a sua palavra foi pedida. Pedirei a todos aqueles que, também, se desviarem do Regimento. V. Ex.<sup>a</sup> é livre para opinar como queira e respeito. Mas V. Ex.<sup>a</sup> pediu a palavra para encaminhar o assunto sobre o voto do analfabeto e não o fez. Não posso permitir isso.

Tem a palavra o nobre Constituinte José Genoíno, para falar a favor.

Peço aos Constituintes que cumpram a palavra quando aqui se inscreverem para falar sobre uma matéria, que o façam.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Serei breve para colocar, aqui a questão que vamos votar na Emenda Paulo Delgado, não é o problema do voto, é uma questão maior que está por trás dessa emenda que queremos aflorar no debate. Qual é a questão? É o problema da discriminação em relação ao analfabeto. Esta é a questão que está em julgamento nessa emenda. Dizemos isso, porque está na nossa proposta de Constituição, no nosso projeto, o voto facultativo para todos. Mas na medida em que esta Comissão escolheu o caminho do voto obrigatório, não podemos deixar de apresen-

tar este destaque, porque se for mantido que o voto é facultativo para os analfabetos, entendemos que é uma forma e um tipo de discriminação. Estamos falando de uma questão recente, porque, até às últimas eleições, existia uma discriminação em relação aos analfabetos. É um avanço parcial a extensão do direito de voto para os analfabetos, mas colocar no texto constitucional que o analfabeto exerce uma cidadania diferente do alfabetizado, isto é uma forma de discriminação e nós do Partido dos Trabalhadores queremos deixar bem claro que esta discriminação não pode ficar configurada no texto constitucional. Razão pela qual a nossa emenda é no sentido de retirar o facultativo para os analfabetos, porquanto manter o facultativo para os analfabetos é sustentar um preconceito e uma discriminação em relação aos analfabetos. É isso que fundamenta a nossa emenda, o nosso destaque do companheiro Paulo Delgado.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Tem a palavra o Constituinte Gerson Peres que encaminhará contra.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr.

Presidente e demais colegas, na legislatura passada eu votei favoravelmente ao direito do voto do analfabeto. Meditei, pesei, vamos dar uma oportunidade para o analfabeto votar.

Na Comissão de Constituição e Justiça, ao lado dessa inteligência maravilhosa que o Rio Grande do Sul nos trouxe na legislatura passada, que é o ex-Deputado João Gilberto, verifiquei o esforço mental que este homem fez para apropriar o voto do analfabeto, a ginástica para fazer o analfabeto votar. Desenharam cédulas, fizeram quadrinhos, escreveram legendas e colocaram nas cabines para o analfabeto votar. Ora, se o analfabeto não sabe distinguir, não sabe ler, nós verificamos o espetáculo mais degradante em matéria de votação que já se viu na história do Brasil. Na história do Brasil! Nunca tantos votos em branco e nulos apareceram, em montes, nas urnas do interior brasileiro.

É verdade que outros fatores determinaram o voto em branco como a crise econômica, a política, etc. mas aquela soma imensa de votos em branco e nulos advinha do pobre analfabeto. Ao entrar na cabine, com a cédula na mão, não sabia o que fazer com aquele papel! Ora assinalava um rabisco numérico, que decorava em sua casa, para um candidato do PMDB e, embaixo, riscava uma legenda do PDS. E, assim, verificamos este espetáculo.

Perdoe-me, ilustre Constituinte José Genoíno, a quem admiro a combatividade, a luta, a inteligência, nas colocações que fez aqui, hoje, mas se eu tivesse de votar de novo, iria me encaminhar no raciocínio de Rui Barbosa, quando condenou o voto do analfabeto. Aqueles argumentos do Direito Civil do analfabeto de sustentar a família, de poder fazer contratos, de votar em sindicatos, não me pareceram adequados para serem transplantados para o exercício do direito eleitoral, porque não deu certo a experiência. Mas estamos diante do voto do analfabeto.

Faço um apelo ao Constituinte autor desta emenda, no sentido de que deixe para o analfabeto o voto facultativo, não o coloque numa posição até aviltante. Nesse País, o analfabeto está votando porque uma elite o está obrigando a votar.

V. Ex.<sup>as</sup> já viram pelas ruas e praças brasileiras movimentos de negros pedindo igualdade de direitos; já viram movimentos gays, pelas ruas, pedindo, lutando e protestando contra a discriminação; já viram movimento de mulheres pelas ruas, pedindo igualdade de direitos. Mas eu desafio V. Ex.<sup>as</sup> me provarem que viram algum dia, nas ruas e nas praças brasileiras os analfabetos pedirem ao Congresso e aos políticos o direito de votar. V. Ex.<sup>as</sup> nun-

ca viram isso. Analfabeto nunca se movimentou para buscar esse direito. Nós o impusemos para que votasse, humilhando-o perante os seus concidadãos. Esta a grande realidade. Nunca vi um movimento de analfabeto nas ruas brasileiras pleiteando o direito de votar. Já vi de outros segmentos da sociedade. Portanto, para que possamos humilhar menos o analfabeto, ou prejudicá-lo ainda mais com os votos em branco, que aumenta o coeficiente eleitoral, deixemos que o analfabeto tenha a faculdade de escolher se deve ou não votar, se deve ou não se alistar, se deve ou não treinar para votar. Parece-me que este é o caminho mais adequado, se quisermos respeitar o direito de o analfabeto votar, porque analfabeto não sabe votar.

Era o que tinha a dizer.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Não havendo mais oradores inscritos, pergunto se o Relator deseja fazer uso da palavra. (Pausa.) Não desejando o Sr. Relator fazer uso da palavra, passaremos à votação.

**O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA:** – Sr. Presidente, V. Ex.<sup>a</sup> me permite?

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Pois não, Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA:** – V. Ex.<sup>a</sup>, em ocasiões anteriores, fez uma consulta prévia.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Posso fazê-la.

**O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA:** – Quem sabe V. Ex.<sup>a</sup> possa fazê-la agora.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Farei uma consulta prévia que, evidentemente, dependerá da decisão de retirada ou não exclusivamente do autor da emenda.

Desejo saber quais os Constituintes que estão dispostos a sustentar, no voto, a emenda aqui apresentada.

Pergunto, agora, a S. Ex.<sup>a</sup> se, diante da manifestação, insiste com a emenda. A vontade, aqui, é exclusiva da Constituinte que apresentou a emenda, de mais ninguém.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO DELGADO:** – Sr. Presidente, a Constituição brasileira, depois de uma longa discussão no Congresso Nacional, consagrou o voto ao analfabeto. A Justiça Eleitoral exigiu que ele soubesse ler e escrever para votar; logo, penso que não podemos, sob pena de estarmos regredindo no texto com as conquistas que tivemos. Temos é que fazer a Justiça Eleitoral se aparelhar para recolher aquilo que decidimos.

Mantenho a votação.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– O ponto de vista de V. Ex.<sup>a</sup> é perfeitamente razoável. A votação de V. Ex.<sup>a</sup> é discricionária. Não tenho mais o que fazer senão submetermos todos à votação.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Sigmaringa Seixas, Antonio Mariz, Euclides Scalco, Uldurico Pinto, Bocayuva Cunha, Francisco Rossi, Plínio Arruda Sampaio, José Genoíno, Haroldo Lima, Roberto Freire. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Ademir Andrade, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Carlos Sant'Anna, Celso Dourado, Egídio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, Antônio Britto, João Calmon, João Herrmann Netto, José Fogaça, José Ignácio Ferreira, José Paulo Bisol, José Richa, Manoel Moreira, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nilton Friedrich, Nilson Gibson, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Prisco Viana, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Rodrigues Palma, Virgildásio de Senna, Wilson Martins, Aécio Neves, José Costa, Octávio Elísio, Rose de Freitas, Vicente Bogo, Aloysio Chaves, Eraldo Tinoco, José Lins,

José Santana de Vasconcellos, José Thomaz Nonô, Luís Eduardo, José Lourenço, Ricardo Fiúza, Sandra Cavalcanti, Edison Lobão, Jonas Pinheiro, Gilson Machado, José Tinoco, Mozarildo Cavalcanti, Paes Landim, Antônio Carlos Konder Reis, Gerson Peres, José Luiz Maia, Adylson Motta, Bonifácio de Andrada, José Maurício, Luiz Salomão, Gastone Righi, Ottomar Pinto, Adolfo Oliveira, Siqueira Campos.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 10 Constituintes; votaram NÃO 63 Constituintes. Total: 73 votos. O Destaque foi **rejeitado**.

Destaque nº 97, do Constituinte Hermes Zaneti, está prejudicado.

Destaque nº 2330, do Constituinte Paulo Delgado, está prejudicado.

Destaque nº 7355, do Constituinte Antonio Mariz, está prejudicado.

E o destaque do Constituinte Álvaro Valle, que não está presente.

**O SR. CONSTITUINTE ADOLFO OLIVEIRA:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Pois não.

**O SR. CONSTITUINTE ADOLFO OLIVEIRA:** – O tempo da chamada, para efeito de comparação com o painel eletrônico, foi de 9 minutos e 24 segundos.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – V. Ex.<sup>a</sup> está batendo recorde sobre recorde. Parabéns ao nosso escrutinador, ao nosso Nelson Piquet. **(Risos)**

Destaque nº 5209, do Constituinte Antonio Salim Curiati, está prejudicado. S. Ex.<sup>a</sup> está ausente.

Destaque nº 2336, do Constituinte Paulo Delgado. É uma emenda aditiva.

V. Ex.<sup>a</sup> deseja tornar o voto facultativo? Já foi votado isso.

Está prejudicado.

**Destaque nº 4190-87 – Emenda nº ES-23585-1, do Sr. Octávio Elísio, "que modifica o art. 13, § 2º do Substitutivo nº 1 (art. 13, § 1º do Substitutivo nº 2)". (163ª votação.)**

O Constituinte Octávio Elísio propõe se especifique que para aqueles que na data da eleição tiverem 16 ou 18 anos, ou algo semelhante.

Tem a palavra o Constituinte Octávio Elísio para encaminhar favoravelmente.

**O SR. CONSTITUINTE OCTÁVIO ELÍSIO:** – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs. Constituintes:

A emenda que estamos apresentando é aditiva e propõe que no texto o voto seja obrigatório para aqueles que na data da eleição contarem 18 anos. E prosseguem com a mesma redação agora aprovada, tornando facultativo o voto para os maiores de 70 anos, maiores de 16 anos e para os analfabetos.

O que estamos propondo é exatamente o que está hoje no texto Constitucional. A Constituição vigente diz que:

"São eleitores os brasileiros que à data da eleição contem 18 anos ou mais, alistados na forma da lei."

No texto do substitutivo nº 2, de Bernardo Cabral, está redigido que "o alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios para os maiores de 18 anos e facultativo para os analfabetos e para os maiores de 70 anos", dando a entender que os 18 anos se contam na data do alistamento.

Portanto, a emenda que apresento aos Srs. Constituintes da Comissão de Sistematização é de que venhamos a manter o que estabelece hoje o texto constitucional, definindo que a idade para ser eleitor se conte na data da eleição. Quem completar 18 anos até 15 de novembro, mesmo que se aliste de acordo com a lei antes disso, terá direito de votar no 15 de novembro.

Parece-me que a emenda é perfeitamente aceitável pela Comissão de Sistematização, pois é exatamente o que estabelece hoje a Constituição em vigor.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** — Sr. Presidente, quero que V. Ex.<sup>a</sup> preste atenção ao seguinte: tem toda a razão o Constituinte Octávio Elísio, a sua proposta é perfeitamente aceitável. Mas, veja bem: S. Ex.<sup>a</sup> propõe que sejam alistados os eleitores que tiverem 18 anos à data das eleições. Com a aprovação, antes, do dispositivo que retroage aos 16 anos a essa data, visivelmente está prejudicada a Emenda do Constituinte Octávio Elísio, porque, é claro, aquele que fizer 18 anos, à data das eleições, já tinha 16 anos e, portanto, poderia se alistar muito antes.

Acho que está absolutamente prejudicada, não há nenhuma dúvida, não há necessidade que seja à data ou à data do alistamento, porque retroagindo aos 16 anos está suprida a Emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** — Mas a Emenda aqui propõe para os dois casos: para os 16 anos e 18 anos.

**O SR. CONSTITUINTE AÉCIO NEVES:** — Sr. Presidente, a emenda do Constituinte Octávio Elísio visa garantir a obrigatoriedade do voto àqueles que tiverem completado 18 anos na data da eleição. Antes de 18 anos, continua facultativo. Aqueles, portanto, que tiverem 18 anos na data da eleição, se aprovada a emenda, terão a obrigatoriedade do voto; aqueles que não tiverem, não terão a obrigatoriedade do voto.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** — Na verdade, a emenda diz que aqueles que completarem 18 anos até à data da eleição, e não no alistamento, terão o voto obrigatório; torna o voto obrigatório. Essa emenda poderia ser resolvida em outro nível, talvez até da relatoria.

**O SR. CONSTITUINTE PRISCO VIANA:** — Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** — Concedo a palavra ao Constituinte Prisco Viana.

**O SR. CONSTITUINTE PRISCO VIANA:** — Sr. Presidente, trata-se de uma questão prática: como o cidadão brasileiro, que completar 18 anos no dia da eleição, vai se alistar, vai se munir do título para votar?

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** — Ele pode alistar-se por antecipação, com base na data de seu nascimento. Não há dificuldade quanto a esta matéria.

Pergunto ao nobre Constituinte se insiste na emenda?

**O SR. CONSTITUINTE OCTÁVIO ELÍSIO:** — Sim.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** — Concedo a palavra ao nobre Constituinte Pimenta da Veiga, para defendê-la.

**O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA:** — Sr. Presidente, Srs. Membros da Comissão:

Quero dizer que a Emenda tem inteiro cabimento, e assim creio por várias razões.

Inicialmente, porque se trata dos eleitores que são obrigatoriamente alistáveis, os que tiverem 18 anos. Portanto, não ocorre a hipótese levantada pelo Constituinte Gastone Righi.

Em segundo lugar, porque na hipótese de se modificar a parte facultativa daqueles que têm mais de 16 anos, ficará a disposição proposta pelo Constituinte Octávio Elísio para os que têm mais de 18 anos. Portanto, até por essa precaução se deve votar a emenda e penso que é caso de aprová-la por várias razões: primeiro, porque a lei já contemplou esta hipótese na última eleição. Aqueles que, inicialmente, estavam proibidos de votar, mesmo com 18 anos, porque completavam a maioria entre o fim do alistamento e a eleição, na última eleição, já puderam votar porque a lei dispunha assim, mas a lei dispunha assim apenas para a eleição que passou e como agora o novo texto constitucional está tratando de forma expressa quanto à capacidade de alistamento, ele deve dispor que a idade não será contada de um momento que não tem importância, que é do alistamento, o importante é o momento do voto e é nesta hora que o eleitor deve ter a idade mínima exigida, que é 18 anos.

Há muitas razões, há talvez até uma que envolva a capacidade de elegibilidade, mas acima de tudo — e esta é a razão fundamental, é uma razão de bom senso — não pode alguém que preenche os requisitos da lei deixar de votar porque o prazo de alistamento se esgotou.

É por esta razão, razão de bom senso, para corrigir uma falha da lei, que devemos aprovar a oportuna emenda do Constituinte Octávio Elísio.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** — Concedo a palavra ao nobre Constituinte Gerson Peres, para encaminhar contra.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** — Sr. Presidente, veja bem que é uma questão de raciocínio. O título de eleitor, Deputado Pimenta da Veiga, é um só. Eu, aos dezesseis anos, tiro o meu título de eleitor. Posso colocar no meu bolso e voto, se quiser. Quando eu completar 18 anos, ele está no bolso e eu sou obrigado a tirar e votar.

Ora, pelo amor de Deus! Só isto mata um argumento de V. Ex.<sup>a</sup> e acaba com a questão; é uma questão de raciocínio. Eu tiro o meu título de eleitor, com 16 anos. Na véspera da eleição, eu completo 18 anos e, com esse título de eleitor, estou obrigado a votar pela própria Constituição.

Era só o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** — Sr. Presidente, peço a palavra para um rápido esclarecimento.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** — Concedo a palavra ao nobre Constituinte Paulo Ramos.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** — Constituinte Gerson Peres, é que, a partir dos 18 anos, passa a ser elegível, podendo concorrer a Vereador e até a Juiz de Paz.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** — Está em votação a emenda. (Pausa)

**O SR. CONSTITUINTE RICARDO FIÚZA:** — Sr. Presidente, apenas para um esclarecimento. A votação não acabou. Lamentavelmente, confundi e votei contrariamente ao que eu desejava. Se a Mesa não puder corrigir, eu gostaria de enfatizar que, por equívoco, votei erradamente essa matéria.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** — Ficará consignado nas atas. No futuro, algum historiador vai tomar em consideração esse voto.

Em votação.

(Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Ademir Andrade, Artur da Távola, Egídio Ferreira Lima, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, Antônio Britto, João Calmon, João

Herrmann Neto, José Fogaça, José Ignácio Ferreira, José Paulo Bisol, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nelton Friedrich, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Sigmaringa Seixas, Wilson Martins, Aécio Neves, Antonio Mariz, Euclides Scalco, José Costa, Octávio Elísio, Rose de Freitas, Uldurico Pinto, Vicente Bogo, Eraldo Tinoco, José Lins, Jonas Pinheiro, José Maurício, Bocayuva Cunha, Luiz Salomão, Plínio Arruda Sampaio, José Genoíno, Haroldo Lima, Roberto Freire. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Bernardo Cabral, Carlos Sant'Anna, Celso Dourado, Fernando Bezerra Coelho, José Richa, Manoel Moreira, Nilson Gibson, Prisco Viana, Raimundo Bezerra, Rodrigues Palma, José Thomaz Nonô, Luís Eduardo, José Lourenço, Ricardo Fiúza, Sandra Cavalcanti, Gilson Machado, José Tinoco, Mozarildo Cavalcanti, Paes Landim, Antônio Carlos Konder Reis, Gerson Peres, José Luiz Maia, Adylson Motta, Bonifácio de Andrada, Francisco Rossi, Gastone Righi, Ottomar Pinto, Adolfo Oliveira e Siqueira Campos.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 39 Constituintes; votaram NÃO 29 Constituintes. Total: 68 votos. O Destaque foi **prejudicado** por falta de **quorum** qualificado.

Srs. Constituintes, terminamos todos os destaques relativos ao § 1º do art. 13. Parece-me que é mais prudente suspender a reunião até amanhã, às 9 horas da manhã.

Eu tinha a intenção de fazer mais um teste eletrônico, mas vejam que vamos ter uma dose de erros estatísticos muito elevada a esta hora da noite.

### III – SUSPENSÃO DA REUNIÃO

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – A Presidência vai suspender os trabalhos, convocando os Senhores Constituintes para a continuação da presente reunião, amanhã, 17-10-87, às 9:00 horas.

Está suspensa a reunião.

**(Suspende-se a reunião às 20 horas e 15 minutos.)**

### EM 17 DE OUTUBRO DE 1987

Presidência dos Srs: **Jarbas Passarinho**, Terceiro-Vice-Presidente; **Fernando Henrique Cardoso**, Quarto-Vice-Presidente.

### I – REABERTURA DA REUNIÃO

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Havendo número regimental, declaro reaberta a reunião.

### II – ORDEM DO DIA

#### VOTAÇÃO DO PROJETO DE CONSTITUIÇÃO

#### TÍTULO II (continuação)

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Vamos dar continuidade ao processo de votação.

Art. 13, § 2º

"Não podem alistar-se eleitores os estrangeiros e os conscritos, durante o período de serviço militar obrigatório."

Em votação o Destaque nº 1490, supressivo, requerido pelo Constituinte Arnaldo Prieto. S. Ex.<sup>a</sup> não se encontra presente. Está, portanto, prejudicado o destaque.

Em votação o Destaque nº 8327 – supressivo do parágrafo –, requerido pelo Constituinte José Tavares. S. Ex.<sup>a</sup> não se encontra presente. Está prejudicado o destaque.

**Destaque nº 2986-87, do Sr. Nelton Friedrich, "que suprime o art. 13, § 2º, do Substitutivo nº 2". (164ª votação)**

Em votação o Destaque nº 2986, do Constituinte Nelton Friedrich, supressivo parcial do parágrafo. S. Ex.<sup>a</sup>

está presente e indica o Constituinte Paulo Ramos para defender o destaque.

A proposta é suprimir as seguintes palavras: "... e os conscritos, durante o período de serviço militar obrigatório..." Significa dar direito de voto aos conscritos.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, tivemos a oportunidade ontem, numa votação justamente passionalizada, de dar o direito de voto aos maiores de 16 anos. Certamente, muitos maiores de 16 anos desejaram prestar o serviço militar, mas preservando a condição de eleitores. Entendo que seja nossa responsabilidade, no novo texto constitucional, organizar um sistema de normas, onde a coerência prevaleça. É razoável, então, compreender que não podemos, de forma alguma, a partir do momento em que concedemos o direito de voto aos maiores de 16 anos, fazer com que esse eleitor perca o direito do voto num dos momentos mais importantes da sua vida, qual seja, o momento em que serve à Pátria.

Não podemos, por outro lado, desviar da prestação do serviço militar jovens que compreendam a importância da prestação do serviço militar, mas que, numa situação de dúvida, numa situação de escolha inarredável, pretendam preservar o direito de voto.

Então, em homenagem, primeiro, à importância da prestação do serviço militar, mas acima de tudo à liberdade de todos os cidadãos de fazerem a opção, sem abrir mão de um direito fundamental, é que assomo à tribuna para pedir a todos que não eliminem da prestação do serviço militar jovens que certamente se enquadrariam bem no cumprimento desse dever mas que também pretendam preservar seu direito político.

Não é justa a pressuposição de que o conscrito teria seu voto dirigido em função das pressões da hierarquia disciplina, porque sabemos que a hierarquia e a disciplina prevalecem em qualquer escalão de uma organização militar. Não podemos também admitir a dificuldade para o recolhimento do voto do conscrito, porque a mesma dificuldade, em termos de manifestação de vontade, envolveria todos os militares de serviço no dia da eleição, e a Justiça Eleitoral dispõe de amplos mecanismos para recolhimento do voto do militar em serviço.

Espero que todos os Constituintes – sei que o número presente é pequeno para apreciação de qualquer matéria – compreendam que estamos votando uma Constituição não para se adaptar à atual conjuntura, mas que certamente atravessará o século e haverá de se coadunar com as expectativas gerais, com as expectativas libertárias do povo brasileiro.

Peço aos Constituintes que reflitam sobre a matéria e votem favoravelmente ao destaque, porque nenhum brasileiro poderá ser privado do seu direito político, nem mesmo os conscritos, no momento da prestação do serviço militar, algo tão importante para a vida do cidadão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Para encaminhar contra, tem a palavra o Constituinte Ottomar Pinto. **(Pausa)**

Em seu lugar, tem a palavra o Constituinte Oswaldo Lima Filho.

**O SR. CONSTITUINTE OSWALDO LIMA FILHO:** – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Constituintes, os objetivos de uma democracia total não passam pelos propósitos da emenda do meu nobre colega e amigo, Constituinte Nelton Friedrich. Um dos objetivos fundamentais dos democratas, sobretudo na América Latina, diante da realidade latino-americana, tem sido o da despolitização das Forças Armadas.

O que desejamos é inserir nos quartéis a velha máxima de um marechal francês – **on ne bouge pas sous les armes** – porque no dia em que os quartéis se politizarem novamente prevalecerão os argumentos da força, jamais os da razão. E não podemos compreender – e falo com a experiência de quem foi soldado durante a última conflagração mundial – a politização nos quartéis, a discussão política dentro dos quartéis, e até o exercício do direito de voto, incompatível com a disciplina militar dessa categoria.

Imaginemos que alguém esteja sediado com sua unidade militar no Recife, como era o nosso caso, e, de repente, fosse deslocado para Goiás. Isso é um ato absolutamente normal e corriqueiro na vida militar. Geralmente, até os partidos políticos sempre fizeram da presença das Forças Armadas no dia das eleições uma garantia de lisura e de ordem contra a politização das polícias militares. Então, haveria a necessidade de os conscritos serem deslocados de Recife para Ouricuri, a 800 km. Como eles poderiam exercer seu direito de voto? Se começarmos a criar esses casuísmos de votar em separado, nobre Constituinte Paulo Ramos, onde vamos terminar?

Por isso – pelo sentido geral de despolitização das Forças Armadas, uma necessidade nas democracias – compreende-se que em períodos excepcionais todos votem.

Durante a última guerra assistimos, na Coréia, aos americanos sendo chamados para votar. Milhões de cidadãos são convocados. Realmente explica-se essa medida. Por este motivo, não votarei a favor da emenda do Constituinte Nelson Friedrich e espero que a Constituinte também não o faça.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Com a palavra o nobre Constituinte Celso Dourado, para falar a favor.

**O SR. CONSTITUINTE CELSO DOURADO:** – Sr. Presidente, não sou soldado, nem parente de soldado. Tenho minha carteira de 3ª Categoria. Entendo que nesse processo de democratização do País nenhum setor da sociedade brasileira deve ficar à margem do processo político. Tenho defendido o diálogo com as Forças Armadas, com os soldados em geral, porque benéfico à democracia do País. Mesmo o jovem que é obrigado a servir, porque o serviço militar é obrigatório por um ano, não deve ficar à margem desse processo. A democratização do País passa pela participação de todos. Alguns desses jovens têm experiências amargas de isolamento, de falta de comunicação com a sociedade; é uma experiência às vezes traumática. Tenho a impressão de que o fato de ficarem distantes da família, dos seus grupos sociais, à margem do dia-a-dia das pessoas, conscritos num ambiente militar, essa experiência não é salutar.

A participação política nada tem de negativo – o diálogo político, a discussão, o voto – porque alguns decidem prosseguir na carreira militar, a maioria não. Então, entendo que esta emenda ajuda o processo democrático. Os jovens de dezoito anos servindo às Forças Armadas podem perfeitamente, no dia da eleição, participar do processo político. Alguns levantam argumento contrário, dizendo que, se o coronel for candidato, todos os recrutas votarão nele. Não é verdade. Esses jovens têm relacionamento com partidos políticos – alguns até participam das campanhas políticas –, têm relacionamento familiar intenso, que se recobre de afetividade. Então, não vejo por que estabelecer na Constituição impedimento ao jovem, durante o serviço militar, de exercer o direito de votar. Estou de acordo com a emenda. Acredito que ela ajuda o processo de democratização do País.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Para encaminhar contra, tem a palavra o Constituinte José Lourenço.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LOURENÇO:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, não é de surpreender esta proposta. Aliás, aqui todos têm o direito, que ninguém nega, nem contesta, de exprimir aquilo que pensam. E nós temos o direito de discordar.

Não posso aceitar nem compreender que se queira levar a política para dentro das instituições militares do País. O que se pretende, naturalmente – temos uma visão perfeita do quadro que se tenta implantar no País – é subverter a ordem constitucional e democrática, estabelecendo no Brasil aquilo que a sociedade brasileira, na sua grande maioria, jamais aceitaria. São tentativas que não irão encontrar respaldo nas consciências livres da Assembléia Nacional Constituinte do nosso País. Propostas deste tipo jamais foram aceitas, porque elas, aliás, não existem, pelo que sei, em nenhum país democrático do mundo. Parece-me que estamos inovando e avançando rapidamente. Demos a possibilidade do voto, ontem, aos 16 anos, copiando a Nicarágua. Há um parágrafo que é cópia fiel da Constituição da União Soviética, pois quem o implantou não teve nem o poder criativo de acrescentar uma vírgula. Houve apenas um transplante. E este parágrafo consta na proposta constitucional do Brasil, também aceito pelo Sr. Relator.

Mas quero chamar a atenção de todos quantos aqui se encontram e de todos que acreditam na via democrática, para que possamos construir, de fato, uma sociedade livre e mais justa e orgulhar-nos de ter participado de sua construção. Parece-me que, aceitando propostas deste tipo, não iremos atingir a democracia plena, as instituições democráticas fortes, pelas quais pugnamos. Alguns falsos pregadores de sermão de semana pensam que se adentram nas nossas idéias, vindo à tribuna da Assembléia Nacional Constituinte defender teses sempre defendidas, e nós sabemos por que setores. Estranho, agora, que uns novatos, alguns mais jovens que aqui chegaram recentemente, homens até respeitáveis, sob todos os títulos, também se tenham engajado neste canto de sereia que por aqui apareceu. Estamos conscientes do que ouvimos, avaliamos, e iremos decidir de acordo com aquilo que pensam os democratas do Brasil.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Vamos proceder à votação eletrônica.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Ademir Andrade, Celso Dourado, Haroldo Sabóia, José Paulo Bisol, Nelson Carneiro, Nelson Friedrich, Paulo Ramos, Sigmaringa Seixas, Antonio Mariz, Délio Braz, João Agripino, Nelson Wedekin, Octávio Elísio, Uldurico Pinto, Vicente Bogo, Carlos Cardinal, Lysâneas Maciel, Plínio Arruda Sampaio, José Genoíno, Aldo Arantes e Roberto Freire. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Almir Gabriel, Antônio Britto, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Carlos Sant'Anna, Egídio Ferreira Lima, João Calmon, João Herrmann Neto, José Fogaça, Nelson Jobim, Nilson Gibson, Oswaldo Lima Filho, Pimenta da Veiga, Prisco Viana, Raimundo Bezerra, Rodrigues Palma, Wilson Martins, Euclides Scalco, Israel Pinheiro, Eraldo Tinoco, José Lins, José Lourenço, José Thomaz Nonô, Luís Eduardo, Sandra Cavalcanti, Enoc Vieira, Jonas Pinheiro, Gilson Machado, Mozarildo Cavalcanti, Paes Landim, Antônio Carlos Konder Reis, Gerson Peres, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia, Francisco Rossi, Gastone Righi, Ottomar Pinto, Adolfo Oliveira e Siqueira Campos.

**O SR. CONSTITUINTE ISRAEL PINHEIRO:** – Sr. Presidente, sugiro a V. Ex.<sup>a</sup> que oriente os técnicos no sentido de que os votos dos titulares não apareçam inicialmente; somente os seus nomes devem aparecer. Em seguida haveria a chamada dos suplentes. Terminada a chamada dos suplentes, aí sim, apareceria na tela os votos dos titulares. Caso contrário, os votos dos efetivos vão influen-



ciar os votos dos suplentes, podendo até permitir que ocorram manobras. Essa é a sugestão que faço.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Eu darei a resposta a V. Ex.<sup>a</sup>.

A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 21 Constituintes; votaram NÃO 39 Constituintes. Total: 60 votos. O Destaque foi **prejudicado** por falta de **quorum** qualificado.

Gostaria, humildemente, de sugerir ao Relator – suponho que ganharíamos tempo – que, uma vez tendo o resultado dos votos dos titulares, aqueles que viessem em seguida votar tivessem os seus votos somados automaticamente ao número já titulado.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FOGAÇA:** – Sr. Presidente, ocorre que aquele número que está ali não é o básico para o prosseguimento da votação, uma vez que há titulares não registrados que vêm ao microfone para fazê-lo.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A partir do momento em que o titular der o seu voto, ele será somado automaticamente. No entanto, esse procedimento conflita com a opinião do Constituinte Israel Pinheiro.

**O SR. CONSTITUINTE ISRAEL PINHEIRO:** – Pode aparecer o nome do titular sem a declaração do seu voto.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Todo Constituinte tem de manifestar seu voto.

**O SR. CONSTITUINTE ISRAEL PINHEIRO:** – Sr. Presidente, vamos esperar o desdobramento das votações e, então, chegaremos a melhores entendimentos.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Não sei se o Constituinte Artur da Távola se lembra de uma velha peça de teatro, de Cordélia Brasil, que dizia: "A Primeira vez é Sempre Difícil".

**O SR. CONSTITUINTE ERALDO TINOCO:** – Sr. Presidente, não vejo dificuldade em compatibilizar, as duas sugestões. O escrutinador sabe quantos suplentes devem ser chamados. A partir da chamada desses suplentes, pode começar a contagem dos votos. Por exemplo: "sim", 1; "sim" 2... Depois, soma-se um total com o outro.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – É uma idéia. Na votação nominal procede-se assim.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Se os suplentes votarem primeiro, os outros podem ser influenciados.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – Ainda há a dificuldade de V. Ex.<sup>a</sup> não receber a lista antes de conhecidos os votos. De modo que será preciso que o escrutinador leia os votos. V. Ex.<sup>a</sup> não recebe a lista antes dos votos.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Em votação o Destaque nº 422, requerido pelo Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva, referente ao texto do § 2º, para suprimir a expressão "e os conscritos". É o mesmo parágrafo.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, pela ordem. Esta emenda está prejudicada. Nós já a rejeitamos.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Sr. Presidente, aceito a prejudicialidade desse destaque. Em seguida, há outro destaque de minha autoria com uma redação diferente e que, portanto, ainda não está prejudicado.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Destaque nº 3.794, do Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva, para suprimir a expressão "e os" até "obrigatório". Por se tratar da mesma hipótese, está prejudicado.

Em votação o Destaque nº 6628, do Constituinte José Genoíno, para suprimir a expressão "e os conscritos" até "obrigatório".

De igual forma está prejudicado.

Destaque nº 935, de autoria do Constituinte Haroldo Lima, idêntico ao anterior. Prejudicado.

No mesmo sentido, o Destaque nº 1012, do Constituinte Vilson Souza. "... e/os" até "obrigatório". Prejudicado.

Destaque nº 6869, do Constituinte Fernando Henrique Cardoso, referente à Emenda nº 34972. O destaque manda acrescentar uma expressão ao § 3º, após o termo "eleitores". Prejudicado.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LOURENÇO:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LOURENÇO:** – É apenas para um esclarecimento. De fato estou preocupado porque o destaque do nobre Constituinte Fernando Henrique Cardoso, ilustre Líder do PMDB no Senado da República diz: "Não podem alistar-se os menores de 18 anos".

Será que esse é o mesmo Constituinte que ontem votou a favor do voto para os maiores de 16 anos?

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Só perguntando a S. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LOURENÇO:** – Não compreendo. Estamos vendo que de fato alguma coisa está acontecendo neste País e que foge à nossa percepção. Gostaria de saber do ilustre Constituinte se o que está valendo é o voto de ontem ou se é o destaque de hoje.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A matéria já está prejudicada.

**O SR. CONSTITUINTE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO:** – Como V. Ex.<sup>a</sup> é muito inteligente, certamente terá percebido que sanei uma falha do projeto anterior, que estabelecia a idade mínima de 18 anos, razão por que se fazia necessária essa referência. Mudando-se a regra, a referência perde o sentido. É uma questão de compreensão elementar.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Como disse o nobre Constituinte Fernando Henrique Cardoso, é provável que daqui a 20 anos os historiadores se debrucem sobre esse episódio.

A emenda está prejudicada.

Passa-se à votação do § 3º.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Sr. Presidente, para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Sr. Presidente, ontem foi aprovado o § 1º, que faculta o direito do voto a partir dos 16 anos. Não houve **quorum** para se modificar o § 2º e agora estamos diante de uma contradição constitucional insolúvel. Se o § 1º garante o alistamento eleitoral do jovem a partir dos 16 anos, poderá ocorrer que um cidadão alistado não possa votar. Veja bem V. Ex.<sup>a</sup> esta contradição constitucional. Ainda há outra condição: o cidadão alista-se aos 16 anos, vota aos 17 e não poderá fazê-lo aos 18, porque estará servindo ao Exército, à Marinha ou à Aeronáutica. Então, já que não há **quorum** para aprovar a modificação do § 2º – houve para o § 1º – estamos diante de um texto que contém uma contradição mortal. Ele precisa ser adequado, senão no Brasil haverá uma figura de cidadania esdrúxula e contraditória: o alistado que não poderá votar. Se todos os alistados podem votar, não podemos permitir que a

Constituição estabeleça que alguns deles não possam fazê-lo.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Estou pronto para dar a V. Ex.<sup>a</sup> a resposta, mas antes vou ouvir, para contraditar, o Constituinte Nelson Jobim.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON JOBIM:** – Sr. Presidente, na realidade o alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios para os maiores de 18 anos e facultativo para os maiores de 16. O § 2º tem que ser lido considerando a redação original do § 1º. Ou seja, o que se buscava com o § 2º era proibir o alistamento dos estrangeiros e dos conscritos, durante o período do serviço militar obrigatório. Na medida em que foi aprovado que o alistamento é facultativo e que é permitido o voto aos maiores de 16 anos, é evidente que o § 2º tem de ser ajustado a essa nova redação. O Relator tem o poder de dar nova redação ao § 1º, em face das normas que determinam o ajustamento das relações dos diversos dispositivos entre si. O que se quer efetivamente com esse § 2º é impedir que o cidadão, durante o período em que está na condição de conscrito, exerça o direito ao voto.

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – Sr. Presidente, a Relatoria não só entende da mesma forma que o Constituinte Nelson Jobim, como não vê qualquer contradição, porque no § 1º o que se faz é restrição de idade e no § 2º é a restrição de situação. Portanto, não há incompatibilidade entre os diversos dispositivos.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Nobre Constituinte José Genoíno, dando solução à questão de ordem de V. Ex.<sup>a</sup>, considero que o que V. Ex.<sup>a</sup> chamou de contradição, diferentemente do que disse o ilustre Constituinte José Fogaça, é aceito como restrição. É um direito restrito aos 18 anos, no momento em que ele se encontra em serviço militar obrigatório, o que não prejudica a sua qualidade de votante facultativo aos 16 ou 17 anos. É o momento em que ele perde o direito, por estar em serviço militar obrigatório. É o que Alfred de Vigny chamava de "grandezas e misérias da vida militar".

Art. 13, § 3º Em votação o Destaque nº 4005, requerido pelo Constituinte Aluizio Campos, supressivo. Encontrando-se S. Ex.<sup>a</sup> ausente, o destaque fica prejudicado.

Requerimento de preferência assinado pelo Deputado Gastone Righi para votação da Emenda nº 26032. Deputado Gastone Righi está presente? Se estiver ausente, estará prejudicado o requerimento.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Todos nós costumamos elogiar muito o bom humor de V. Ex.<sup>a</sup>, mas espero que a cegueira não seja permanente, Presidente!

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Não se tratou de cegueira, mas sim de um momento em que, de maneira indesculpável, não vi V. Ex.<sup>a</sup> – vulto proeminente e preeminente da Constituinte.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Pois isto me preocupou muito. Quero ver V. Ex.<sup>a</sup> sempre enxergando muito bem, como sempre fez durante a sua vida.

Sr. Presidente, pediria a V. Ex.<sup>a</sup> que anunciasse o número da emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – É a Emenda nº 26032, item 4.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – V. Ex.<sup>a</sup> quer que eu leia a emenda para conhecimento geral?

Emenda do Deputado Gastone Righi ao art. 13, § 4º, que corresponde ao 3º do Substitutivo nº 2:

"São condições de elegibilidade: a nacionalidade brasileira, a cidadania, a idade, o alistamento,

a filiação partidária, à data da Convenção que homologar a indicação do candidato" e o domicílio eleitoral, na circunscrição no prazo mínimo de seis meses.

Requerimento de preferência não tem encaminhamento. Estando presente o autor, vou submetê-lo, simbolicamente, à votação.

Os Srs. Constituintes que aceitam dar preferência ao requerimento assinado pelo Constituinte Gastone Righi, sobre essa emenda, queiram, por favor, levantar um dos braços.

**(Pausa)**

Pela observação visual, o requerimento está prejudicado, sem prejuízo do destaque.

Em votação o Destaque nº 6473, requerido pelo Constituinte Edmilson Valentim, ao texto do parágrafo, para substituí-lo pelo art. 13 do Substitutivo nº 1.

S. Ex.<sup>a</sup> se encontra presente.

Retirado o destaque.

Destaque nº 1005, requerido pelo Constituinte Vilson Souza, referente à Emenda nº 23.203.

O autor do destaque está ausente, mas indicou o Constituinte Nelson Friedrich para defender sua emenda.

**O SR. CONSTITUINTE NELTON FRIEDRICH:** – Retiro a emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Retirada a emenda.

**Destaque nº 1650 – Emenda nº ES-33815-3, do Sr. Délio Braz, "que modifica a redação do § 4º do art. 13 do Substitutivo nº 1 (art. 13, § 3º do Substitutivo nº 2)".**

Em votação o Destaque nº 1650, requerido pelo Constituinte Délio Braz. Estou sendo informado pela secretaria que o destaque foi retirado... Mas S. Ex.<sup>a</sup> mantém o destaque. O autor indicou o Constituinte Paes Landim para defender o destaque. Peço que tenham mais cuidado nas informações.

"§ 4º Lei Complementar estabelecerá as condições de elegibilidade tendo em vista a nacionalidade, a cidadania, a idade, o alistamento e o domicílio eleitoral na circunscrição, e a filiação partidária."

**O SR. CONSTITUINTE PAES LANDIM:** – Sr. Presidente, o artigo que estamos discutindo propõe prazo de 6 meses para o domicílio eleitoral. O atual texto constitucional fala em um ano, e a experiência brasileira de 1986 mostrou vários desmandos cometidos pelo abuso do poder econômico e barganhas de várias naturezas a respeito da mutabilidade do domicílio eleitoral. O paradoxo de tudo isso, Sr. Presidente, é que na emenda que propõe o regime parlamentarista tem por sedimentação o voto distrital ou um vínculo partidário distrital, eleitoral da sua circunscrição muito forte. Essa é a tradição da maior parte dos países parlamentaristas, da sua quase totalidade, sobretudo dos grandes países. É incrível que se queira estabelecer uma regra de domicílio eleitoral de apenas seis meses, o que vai mostrar que candidatos serão escolhidos sem nenhuma ligação com suas bases geoeconômicas, desvinculadas das problemáticas locais, regionais, enfim, descompromissados com os problemas da região. O candidato deve ter um vínculo qualquer com sua região, seja qual for o regime, presidencialista ou parlamentarista. Mas sobretudo no regime parlamentarista, este teria que ter uma vinculação profunda com sua região, sua área política, geográfica e econômica.

Portanto, parece-me, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, que a emenda do ilustre Constituinte Délio Braz, ao remeter para a lei complementar a disciplina do domicílio eleitoral, traz uma vantagem, pois a lei complemen-

tar vai oferecer situações diferentes para domicílio em eleições municipais, federais ou estaduais. Não é justo que o texto do atual projeto queira pôr numa camisa-de-força o domicílio eleitoral de apenas seis meses, o que vai proporcionar o carreirismo, o oportunismo, o aventureirismo, riscos políticos que foram responsáveis também pela instabilidade política do regime de 1946.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Com a palavra o Constituinte Israel Pinheiro.

**O SR. CONSTITUINTE ISRAEL PINHEIRO:** – Sr. Presidente, Srs. membros da Comissão, minha preocupação aqui é que permaneça no texto a inelegibilidade através da necessidade do alistamento e domicílio eleitoral. Estou mais interessado no domicílio eleitoral, que é um instrumento muito importante para o aperfeiçoamento do sistema eleitoral e da moralização das eleições. Para se conseguir realmente um sistema eleitoral que possa atender aos interesses da Nação precisamos adotar o sistema eleitoral majoritário e proporcional. Isto se chama-se voto distrital misto, em que metade da representação é eleita pelos distritos, e a outra metade pelas listas eleitorais. O voto distrital misto permite perfeitamente atender às minorias. Para que não sejam prejudicadas, os votos podem ser dados em listas partidárias que, por sua vez, definirão uma consciência eleitoral. Mas, para que funcione um sistema distrital misto é preciso domicílio eleitoral, por que do contrário o poder econômico continuará com a mesma atividade, a mesma agilidade no sistema eleitoral brasileiro.

É preciso ficar bem claro, Srs. Constituintes, que o voto distrital evita a corrupção eleitoral, porque o candidato pelo distrito precisa ter um prazo de domicílio eleitoral. Isso impede que os pára-quedistas de última hora, os aventureiros e os arrivistas cheguem aos Estados e comprem suas eleições, já que só têm domicílio eleitoral no Estado, na Capital. Tendo a obrigatoriedade do domicílio eleitoral, no distrito eleitoral não pode aparecer o arrivista, porque temos de manter como princípio na Constituição o domicílio eleitoral. E na lei ordinária – aí, sim – para atender ao autor da emenda, Constituinte Délio Braz, poderemos colocar um prazo mais longo para o distrito eleitoral, por exemplo, quatro ou cinco anos. Isto vai impedir que o pára-quedista, o aventureiro, compre o voto. O vereador, o prefeito, o deputado estadual ou mesmo o deputado federal, que têm vivência no seu distrito, na sua região, não compra o voto. Ele tem despesas eleitorais – há uma diferença muito grande.

Mas o que vimos na última eleição, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, foram homens que voaram por este Brasil inteiro e se implantaram em Estados onde tinham, acidentalmente, o domicílio eleitoral, e lá compraram a sua eleição, violentaram a vontade popular e o voto distrital, com as listas partidárias, para atender às esquerdas, que, acho, têm todo o direito. É preciso evitar que isso se repita. O domicílio eleitoral estará impedindo que um candidato se apresente num distrito sem ter o prazo exigido pela lei, e não poderá ser candidato.

Digo ao Constituinte que se manifesta que, quando a verdade atinge o coração, a inteligência se obscurece, porque a verdade prevalece e a Inteligência vai desaparecendo, surgindo a ignorância.

Sr. Presidente, outro argumento que acho fundamental para a defesa do voto distrital misto, uninominal ou binominal – isto dependerá dos Srs. Constituintes – é que a máquina partidária fique em mãos dos candidatos, e não das lideranças locais. Este é um aspecto muito importante. Precisamos amarrar o sistema eleitoral das bases até a cúpula, que significa Deputados federais. Hoje, somos os últimos na escala de prioridades nas eleições municipais: primeiro, os candidatos a prefeito; depois, os candidatos a vereador; em seguida, os candidatos a governador; depois, os candidatos a senador; e, finalmente, **last but not least**, os sofridos, pobres e abandonados deputados

federais, sempre os últimos nas opções, preferências e decisões do eleitorado brasileiro. Este problema é que está levando ao enfraquecimento dos partidos políticos, à destruição do nosso arcabouço partidário e, em consequência, à instabilidade político-institucional. O que ocorre é que não temos nem oposição nem Governo.

Lembro que há anos, quando acompanhava meu pai, Deputado Constituinte, ao Palácio Tiradentes, via, de um lado, a bancada do Governo e, do outro, a bancada da oposição, o líder do Governo e o líder da oposição. Nesta Casa não temos líder de oposição; temos, felizmente, um líder do Governo. Não há democracia sem Governo, porque quem faz o Governo é a oposição.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO DELGADO:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO DELGADO:** – O Constituinte Israel Pinheiro aparentemente encaminhou contra a Emenda do Constituinte Délio Braz, o que envolveu a discussão do voto distrital e do proporcional, que não estão em questão neste momento.

Gostaríamos que a Mesa esclarecesse o que está em votação de fato, que é a ausência de quaisquer condições de elegibilidade, o que a Emenda Délio Braz propõe seja remetido à lei ordinária.

**O SR. CONSTITUINTE ISRAEL PINHEIRO:** – Sr. Presidente, peço a palavra para responder ao Constituinte Paulo Delgado.

Trata-se de domicílio eleitoral. A minha discussão girou em torno da manutenção, no texto constitucional, do domicílio eleitoral, um instrumento poderoso para a fortificação do voto distrital. Estes assuntos estão interligados. O Constituinte Paulo Delgado está usando de sutilezas.

Constituinte José Genoíno, respeito a sua inteligência, mas V. Ex.<sup>a</sup> tem que respeitar nossos argumentos.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Constituinte Israel Pinheiro, V. Ex.<sup>a</sup> não me deu oportunidade de ouvir o Constituinte Paulo Delgado. Sei que V. Ex.<sup>a</sup> é um homem ardoroso e árdego.

**O SR. CONSTITUINTE PRISCO VIANA:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem, sobre o mesmo assunto.

**SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Darei a palavra a V. Ex.<sup>a</sup> em seguida.

O que o Constituinte Délio Braz propõe – aliás devo referir-me com maior respeito ao meu prezado colega de bancada, porque a minha censura à Secretaria não tinha cabimento...

Aqui há um documento escrito de V. Ex.<sup>a</sup>, retirando o destaque, a menos que a assinatura seja falsificada. Peço a V. Ex.<sup>a</sup> que venha até a Mesa.

Mas está mantido o destaque, Constituinte Paulo Delgado, porque o que vale é a expressão do momento do autor, que remete à lei complementar apenas as condições de elegibilidade, tendo em vista a nacionalidade, a cidadania, a idade, o alistamento e o domicílio eleitoral na circunscrição e a filiação partidária. Também entendo que não está envolvido o problema do voto distrital.

**O SR. CONSTITUINTE PRISCO VIANA:** – O esclarecimento que queria obter de V. Ex.<sup>a</sup> diz respeito ao destaque que está sendo votado e que se refere ao § 4º do art. 13. Não havíamos concluído a discussão do § 3º do art. 13.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Mas é o § 4º do art. 13 do Substitutivo I, que corresponde ao § 3º do mesmo artigo no segundo substitutivo. Por isso, estamos votando o § 3º, que trata das condições de elegibilidade.

Dou a palavra ao Constituinte Eraldo Tinoco.

**O SR. CONSTITUINTE ERALDO TINOCO:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o ilustre Constituinte Israel Pinheiro, ao combater esta emenda, apresentou dois argumentos que considero altamente justificativos da proposta.

—O primeiro refere-se à questão do domicílio eleitoral para um eventual sistema de voto distrital. Vejam os Srs. Constituintes que o Projeto Cabral II estabelece um prazo extremamente pequeno, de apenas seis meses, para o domicílio eleitoral. Isto significa que, se porventura o voto distrital vier a ser aprovado nesta Casa — o que, aliás, espero não aconteça; sou contra esse sistema. (Muito bem!) — evidentemente muitos indivíduos, verificando maior possibilidade eleitoral em um distrito diferente daquele em que normalmente atua, farão sua transferência de domicílio, com antecedência de apenas seis meses, para concorrer a uma eleição, muitas vezes até beneficiados por um esquema econômico de apoio, algo que possa viabilizar uma eleição distrital. No caso de aprovação do voto distrital, o prazo de domicílio eleitoral deveria ser muito maior e não de apenas seis meses, como estabelece o atual projeto.

O segundo argumento diz respeito ao fortalecimento do sistema partidário. Também se fala nesta Casa na eventual aprovação de um regime parlamentarista. Desde já, coloco-me contrariamente a esta tese. Lembro a V. Ex.as, no entanto, que, na hipótese de um regime parlamentarista, o requisito fundamental seria naturalmente um sistema partidário forte. Aquela imagem utilizada pelo Constituinte Israel Pinheiro, de que antigamente se via, de um lado, a bancada da oposição, e, de outro, a da situação, não ocorre hoje exatamente porque a mudança de partido se verifica às vésperas de uma eleição com a maior facilidade. Tivemos oportunidade de constatar esse exemplo com muita frequência nas últimas eleições. Pessoas que, na Legislatura passada, defendiam aqui determinada tese ideológica, hoje, por essa facilidade de mudança de partido, assumem posição inteiramente oposta.

Sr. Presidente, se quisermos que nosso País tenha um sistema partidário forte, de maneira alguma poderemos utilizar um sistema de filiação partidária de apenas seis meses anteriormente às eleições. Considero de bom alvitre, de boa técnica constitucional deixar que essa matéria seja defendida em lei complementar, onde os detalhes, as circunstâncias e as demais características sejam previstas. Devemos imaginar que uma Constituição não visa atender a circunstâncias momentâneas. Ao contrário, deve conter dispositivos permanentes, estruturais, que possam realmente transformá-la num modelo básico de organização da sociedade.

Por isso, coloco-me inteiramente favorável à Emenda Délio Braz.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Concedo a palavra ao Constituinte Antônio Britto, para encaminhar contrariamente.

**O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO BRITTO:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, gostaria de chamar a atenção para um aspecto que não foi suficientemente considerado pelos nobres Constituintes Eraldo Tinoco e Israel Pinheiro.

Se estivéssemos discutindo unicamente a questão do prazo de domicílio e de filiação, poderia assistir razão ao nobre Constituinte Eraldo Tinoco. A emenda do Constituinte Délio Braz propõe nova redação a todo o dispositivo previsto no Substitutivo Bernardo Cabral, remetendo, em primeiro lugar, à legislação complementar dispositivos como, entre as condições de elegibilidade, a nacionalidade, a cidadania, a idade, o alistamento — e só aí estão o domicílio e a filiação.

Se fosse aprovada esta emenda, o dispositivo remeteria à legislação complementar questões essenciais, referen-

tes à elegibilidade, que não são meramente conjunturais ou eventualmente secundárias diante de outras, como a da filiação e o domicílio. Pior ainda, há que se lembrar que, no art. 13, estamos também tratando de outras questões. O § 3º estabelece a idade mínima para Presidente da República, Senador e Governador de estado. Logo adiante, no entanto, quando se definem as condições para que alguém dispute os cargos de Presidente da República, Governador de Estado e Prefeito Municipal, não se faz referência à idade mínima e há remissão a esse artigo. Entendo que a medida proposta pelo nobre Constituinte Délio Braz, com o apoio do Constituinte Paes Landim, ao tentar enfrentar um problema localizado, cria outro muito maior, quando o remete à questão das idades mínimas e o suprime do texto constitucional; contrariando toda a nossa tradição, dispositivos que sempre foram considerados indispensáveis à condição de elegibilidade, tais como o referente à cidadania.

Por isso, encaminho meu voto contrariamente a esta emenda, lembrando, por último, que outras emendas que enfrentam especificamente o problema do domicílio e da filiação, ao seu tempo, permitirão que a maioria da Comissão de Sistematização chegue à forma considerada correta, em termos de domicílio e de filiação, sem criar, evidentemente, os riscos aqui constatados.

Gostaria ainda, para concluir, de lembrar que, se se retira a idade e se remete à legislação complementar essa definição, numa homenagem ao Constituinte Hermes Zaneti, estaremos possibilitando que nosso próximo Presidente da República tenha eventualmente dezesseis anos.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Sr. Presidente, peço a palavra para levantar questão de ordem sobre o processo de votação.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem V. Ex.ª a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Sr. Presidente, o 2º Substitutivo do ilustre Relator Bernardo Cabral não podia ser considerado quando foram apresentadas as emendas e os destaques. Especialmente as emendas foram apresentadas ao 1º Substitutivo, de modo que se reportam à redação e composição de redação do 1º Substitutivo. Quando foi apresentada a Emenda Délio Braz, o § 4.º do art. 13 do 1.º Substitutivo estabelecia o seguinte:

"São condições de elegibilidade: a nacionalidade brasileira, a cidadania, a idade, o alistamento, a filiação partidária e o domicílio eleitoral, na circunscrição, por prazo mínimo de seis meses."

Constituinte Délio Braz apresentou a esse dispositivo emenda que tomou o número 33.815-3. Ao ser destacada, a Secretaria da Mesa a remeteu ao 2º Substitutivo cuja redação ainda não era conhecida. Sua abrangência, portanto, é bem maior que a do 1º Substitutivo. Minha questão é a seguinte: naquilo que excede o que constava do § 4º, a emenda do Deputado Délio Braz, feita ao 1º Substitutivo, prejudica? Ou poderá ser aprovada se acoplada à nova redação do 2º Substitutivo?

**SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Acho que entendi a dúvida levantada por V. Ex.ª Vejamos se minha síntese pode mostrar isso. Todos sabemos que não houve prazo para apresentação de emendas ao 2º Substitutivo. Houve, entretanto, um acordo entre nós no sentido de que, antes de enunciada a matéria em votação, os destaques poderiam sofrer alterações, desde que não fossem inovações, com as ressalvas que ainda ontem votamos: "Ressalvado o parágrafo tal do 2º Substitutivo, etc."

Tem razão V. Ex.ª É preciso haver uma compatibilização da redação.

**SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – V. Ex.ª me concede a palavra, pela ordem, apenas para aditar?

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Com a palavra V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – As razões levantadas pelo ilustre Constituinte Antônio Britto serão pertinentes se não se puder fazer o que, no meu entendimento, seria o mais certo, isto é, aprovada a emenda do Constituinte Délio Braz, ela substituiria apenas a parte correspondente ao texto a que se referia do 1º Substitutivo, adstrita unicamente a essa questão. E quanto ao restante da redação seria feita uma composição pela Relatoria.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – O Constituinte Adolfo Oliveira vai dar o esclarecimento pela Relatoria.

**O SR. RELATOR (Adolfo Oliveira):** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, a Relatoria gostaria de chamar a atenção do Plenário para o texto do § 3º. O eminente Constituinte Antônio Britto lembrou que a fixação da idade mínima para as diversas candidaturas é objeto de inúmeras remissões do texto de todo o projeto. Por outro lado, a Relatoria considera bastante razoável a ponderação feita quanto ao prazo mínimo de domicílio eleitoral. Mas não seria esse – com a máxima vênias nós o enunciamos – talvez o melhor caminho.

Mais adiante há uma emenda do eminente Constituinte Paes Landim, na qual S. Ex.<sup>a</sup> poderia perfeitamente solicitar que fosse isolada a expressão "por doze meses" na circunscrição, o que viria atender ao objetivo do nobre Constituinte Délio Braz e manter auto-aplicável esse dispositivo. Temos que levar em conta que haverá um pleito eleitoral, cuja magnitude não temos condições de antecipar, a 15 de novembro do próximo ano, e é de todo conveniente que o texto da nova Constituição já preveja as hipóteses, para não ensejar o eventual casuismo de leis complementares ou ordinárias. Razão por que a Relatoria solicita ao nobre Constituinte Délio Braz que, em contato e em conjunto com o nobre Constituinte Paes Landim, chegue a um resultado único que venha atender a todos e que possa, eventualmente, ser acolhido pela Relatoria. Nas condições atuais da emenda, ela remete para a lei, complementar embora, e exclui do texto constitucional o que deve ser, a nosso ver um mandamento da Carta Magna.

Quero também ponderar, para concluir, que o prazo de domicílio eleitoral – com o maior respeito que devotamos ao ilustre Parlamentar e velho companheiro Israel Pinheiro – nada tem a ver com o voto distrital. Essa exigência do domicílio eleitoral se aplica tanto ao voto proporcional quanto ao distrital. Pessoalmente – aí não falo pela Relatoria – sou contrário ao voto distrital. (Palmas) Mas nada tem a ver uma coisa com a outra. Esse é o apelo que a Relatoria dirige ao eminente autor do destaque, nobre Constituinte Délio Braz.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Constituinte Carlos Sant'Anna, V. Ex.<sup>a</sup> se considera satisfeito? Tenho decisões a tomar.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Veja V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Presidente, que não discuti o mérito da emenda, mas a questão formal e regimental. Outros casos virão. O que estava querendo saber era quanto ao caso de uma emenda, feita ao 1º Substitutivo, que tinha determinada redação e composição, ser agora considerada em relação ao 2º Substitutivo, com redação diferente. Talvez se pudesse alterar apenas a parte correspondente ao 1º Substitutivo que está no texto do 2º Substitutivo e, então, se fazer uma complementação da redação. Só coloquei isso em tese, não entrei no mérito da emenda. Pode ser que inclusive nem vote ou que o Deputado Délio Braz o retire, mas não era quanto ao mérito.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Não entro no mérito, faço apenas a seguinte colocação lógica:

há uma emenda do Constituinte Délio Braz, em relação ao texto do Substitutivo-1, cujo parágrafo corresponde a outro diferente do Substitutivo-2, e mais alongado. Se a Comissão de Sistematização aprovar a redação proposta pelo Constituinte Délio Braz, automaticamente estará prejudicada a redação do Substitutivo-2.

O que agora fica em confronto é a emenda nova, a nova redação do Substitutivo-1, em comparação com o Substitutivo-2. Esta a nossa colocação, o entendimento da Mesa.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – A Mesa é soberana e a decisão é irrecorrível, mas, *data venia*, acredito que a emenda, que não foi feita ao Substitutivo-2, poderia substituir, se aprovada, aquilo que correspondesse à nova redação, sem prejuízo do acréscimo, que não estava em questionamento.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Se ela fosse uma emenda aditiva, Constituinte Carlos Sant'Anna, V. Ex.<sup>a</sup> teria inteira razão, mas trata-se de uma emenda substitutiva.

Ouç o Constituinte Nelson Jobim.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON JOBIM:** – Sr. Presidente, outro detalhe que não foi ressaltado é que, na medida em que o requerimento de destaque não faz nenhuma restrição ou ressalva, a vontade do destacante é a substituição global. Todas as restrições deveriam ser feitas num requerimento de destaque.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – O confronto, portanto, é entre a emenda – se aprovada – e o texto do Substitutivo-2.

Ouç o Constituinte Paulo Delgado.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO DELGADO:** – Sr. Presidente, para uma questão de ordem. Gostaria de ter feito esta interpelação antes do Relator-Adjunto para orientar o nosso voto. Na redação do § 3º está dito que a condição de elegibilidade é o domicílio eleitoral, pelo prazo mínimo de seis meses, alistamento, filiação partidária e domicílio eleitoral.

A minha questão é uma só, saber se no texto do Substitutivo, como está escrito, o prazo de seis meses se estende também à filiação partidária.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Informe-me a Relatoria que o assunto que V. Ex.<sup>a</sup> está percutindo no momento encontra-se mais adiante. Gostaria de chamar sua atenção, com a maior polidez, para o seguinte fato: têm, na Comissão de Sistematização, autorização para falar os suplentes, titulares e os autores de emenda, quando não-membros da Comissão de Sistematização. Não quero ser privado das luzes de V. Ex.<sup>a</sup>, mas lembro que o suplente do partido de V. Ex.<sup>a</sup> é o Constituinte José Genoíno.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO DELGADO:** – Sr. Presidente, sei que já houve casos em que não-membros falaram na Comissão independentemente de estarem encaminhando. Entendo o rigor normativo da Presidência, mas lamento que essa decisão tenha sido tomada agora. Gostaria de saber, antes de ser colocada em prática tal norma, se é possível o Relator do Substitutivo responder a essa questão.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Relator Bernardo Cabral, por favor, poderia informar ao Constituinte Paulo Delgado?

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Estamos numa questão de ordem. Antes de dar a decisão, espero que tenha paciência para levantar outra questão de ordem. Está havendo irritação por parte da platéia.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, a filiação não se confunde com o domicílio eleitoral. De modo, que aqui só se trata do domicílio eleitoral.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra o Constituinte José Lins, para formular uma questão de ordem.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Sr. Presidente, peço a palavra apenas para esclarecer um ponto que me parece importante. Todos os destaques requeridos são para o Substitutivo-2, sejam eles originalmente do Substitutivo-1 ou das emendas. Esse é o meu entendimento que poderá ser confirmado pela Mesa. Apenas julgo que a classificação do destaque, em termos de emenda, pela Mesa, poderá naturalmente sofrer uma interpretação. No caso, da Emenda Délio Braz, a meu ver, ao invés de modificativa, ela é substitutiva.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Ela foi interpretada como substitutiva.

Concedo a palavra ao Constituinte Paes Landim para uma questão de ordem.

**O SR. CONSTITUINTE PAES LANDIM:** – Sr. Presidente, diante das explicações do Relator-Adjunto e do eminente Relator-Geral, sobretudo ao esclarecerem que não se deve confundir domicílio eleitoral com filiação partidária, e devidamente autorizado pelo autor da emenda, Constituinte Délio Braz, e ainda em razão de ter uma emenda de minha autoria pertinente ao assunto, retiro o destaque. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Concedo a palavra ao Constituinte José Luiz Maia.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LUIZ MAIA:** – Sr. Presidente, gostaria de fazer um apelo. Não sei se se trata de uma questão de ordem. Acho que estamos brincando com a Constituinte, com a sociedade brasileira, porque não é possível o que aqui está ocorrendo. Estamos, há 70 minutos, discutindo uma emenda já retirada. Não quero aqui cercear o direito nem a liberdade de ninguém. Acho que cada um tem o direito de manter ou retirar destaque. Mas é importante que tenhamos a consciência de que a sociedade brasileira está de olho em nós e contra nós. Portanto, quero fazer um apelo no sentido de que os nobres Constituintes se conscientizem bem da importância dos seus destaques, a fim de que não percamos tempo como ora ocorreu.

Era o protesto e o apelo que queria fazer, neste instante.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Em votação o Destaque nº 2.074, requerido pelo Constituinte Virgílio Guimarães. S. Ex.<sup>a</sup> não está presente. O Constituinte Plínio Arruda Sampaio retira o Destaque.

**Destaque nº 4142-87 – Emenda nº ES-28895-4, do Sr. Humberto Lucena, "que modifica os arts. 13 § 4º, 39 e 43 do Substitutivo nº 1 (art. 13 § 3º do Substitutivo nº 2)". (165ª votação)**

Em votação o Destaque nº 4142, requerido pelo nobre Constituinte Humberto Lucena, referente à Emenda nº 28895 de sua autoria. A emenda é aditiva.

Tem a palavra o Constituinte Humberto Lucena.

**O SR. CONSTITUINTE HUMBERTO LUCENA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, apresentei a Emenda nº 28895-4, pela qual sugeri que o art. 13 do Substitutivo do Relator tivesse a seguinte redação:

"São condições de elegibilidade a nacionalidade brasileira, a cidadania, a idade, o alistamento, o domicílio eleitoral, na circunscrição, por prazo mínimo de seis meses, e a indicação de candidaturas por partido político, em eleição primária onde

o candidato se tenha filiado com antecedência mínima de seis meses."

Ocorre que, no Substitutivo, o nobre Relator não acolheu a emenda. Diante disso requeri o destaque, para que fosse inserida no texto do § 4º do art. 13, entre as condições de elegibilidade, a expressão seguinte: "... indicação de candidatura por partido político, em eleição primária..."

Vale dizer que pretendo contribuir para a democratização dos partidos políticos brasileiros e, por via de consequência, combater as chamadas "ditaduras" das cúpulas partidárias, tão condenadas ao longo de todo o processo democrático brasileiro.

Hoje tenho quase quarenta anos de vida pública, mais de 32 anos de mandato parlamentar. Sou, inclusive, Presidente do meu partido, no meu Estado, e sei o que significa esse problema na vida política brasileira. Se a tendência da maioria da Assembléia Nacional Constituinte é, como reconheço, nitidamente parlamentarista, mais um motivo para a aprovação da emenda, já que parlamentarismo sem partidos fortes dificilmente poderá vingar em qualquer Estado de Direito democrático.

Portanto, faço um apelo aos membros efetivos e suplentes da Comissão de Sistematização no sentido da aprovação da Emenda, que visa, como disse, a incluir no texto do § 4º do art. 13 uma expressão da emenda originária, rejeitada pelo Relator, relativa à exigência da indicação de candidatura por partido político, através de eleições primárias.

Era o que tinha a dizer.

Durante o pronunciamento do Sr. Humberto Lucena, o **Sr. Jarbas Passarinho**, Terceiro-Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo **Sr. Fernando Henrique Cardoso**, Quarto-Vice-Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Dou a palavra ao Constituinte Nelson Jobim, que vai encaminhar a votação contra o destaque.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – A Emenda do nobre Constituinte Humberto Lucena abrange praticamente o **caput** do art. 13.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Explico a V. Ex.<sup>a</sup> que o Constituinte Humberto Lucena refez a emenda aqui e pede apenas, para se incluir no art. 13, § 4º, a expressão "indicação de candidatura por partido político, em eleição primária..."

Tem a palavra o Constituinte Nelson Jobim.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON JOBIM:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, embora o princípio que a emenda pretende acolher constitucionalmente, o da indicação de candidatura por partido político através de eleições primárias, seja louvável, incluí-lo na Constituição é fazer com que a maioria determine uniformidade a todos os partidos. Evidentemente, deve competir a cada partido decidir, nos seus estatutos, pela fórmula que entenda ser melhor e que as condições da própria operacionalidade do partido possam determinar, no que diz respeito à indicação dos seus candidatos. Estabelecer-se na Constituição Federal que, necessariamente, todos os candidatos, de todos os partidos, devam passar por eleições primárias e obrigar os partidos à mesma conduta, que eventualmente poderá ser inadequada, dependendo da necessidade e da destinação de cada partido, é absurdo.

O sistema democrático, Sr. Relator, possibilita a criação de partidos, mas também que os partidos, internamen-

te, determinem forma pela qual deverão seus candidatos ser indicados. Caberá ao partido a indicação dos seus candidatos, da forma que bem entender e com base nos estatutos. O fundamental não são as eleições primárias, mas a eleição, quando o povo escolherá, no rol de candidatos oferecidos pelos diversos partidos, os melhores.

Daí a razão por que entendo que o princípio do eminente Constituinte é louvável, mas não deve ser tornado obrigatório a todos os partidos. Cada um deverá ter a sua fórmula e ajustar seu estatuto às suas condições de partido nacional, às suas condições ideológicas e, igualmente, às suas idiossincrasias.

Esta, a razão pela qual encaminho contrariamente à emenda. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Concedo a palavra ao Constituinte Ademir Andrade, para encaminhar a favor, pois, estando na Presidência, sinto-me impedido de fazê-lo.

**O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a emenda do Constituinte Humberto Lucena pretende apenas incluir no § 4º do art. 13 a expressão "... indicação de candidatura por partido político, em eleição primária..." No restante, a redação é idêntica à do Relator.

Trata-se de instituir uma regra que deve prevalecer em todo e qualquer partido político, sendo, a nosso ver, fundamental. Não vejo por que cada partido tenha que ter sua própria estrutura e seu próprio funcionamento. Isso deve constar da norma programática, em que cada um defende um tipo de sociedade, um tipo de relacionamento entre capital e trabalho, etc. Mas o princípio democrático é fundamental.

Defendo a inserção desse princípio no texto constitucional, pois, quem se levantará contra um dispositivo que estabeleça uma condição democrática, isto é, a de que tem que haver eleição primária para alguém candidatar-se pelo próprio partido?

A tradição política brasileira tem demonstrado que os partidos políticos nada mais são do que máquinas eleitorais, do que máquinas de fazer candidatos, com exceção de partidos ideológicos como o Partido Comunista do Brasil, o Partido Comunista Brasileiro, o Partido dos Trabalhadores, que já adotam essa prática há muito tempo, e o Partido Socialista Brasileiro. Salvo esses partidos ideológicos, todos os outros têm a característica de ser máquinas eleitorais, usados nas épocas de eleições. E, na maioria das vezes, se estão no Governo, essas agremiações comandam o processo, impõem as candidaturas que querem, sem que os filiados tenham o direito de participação e de escolha, isto é, sem que haja nenhuma democracia interna. No meu Estado, por exemplo, recentemente sofremos a imposição de uma candidatura absolutamente contrária aos interesses da maioria dos filiados do partido em todo o Estado.

Por essa razão, Sr. Presidente e Srs. Constituintes; somos absolutamente favoráveis à emenda do Constituinte Humberto Lucena. Acreditamos que ela traz uma imposição a todos os partidos políticos, mas uma imposição de caráter democrático, extremamente essencial aos partidos que querem realmente praticar a democracia, que realmente respeitam a vontade de seus filiados, e que querem filiados que conheçam e respeitem o seu programa. O partido que não quer a democracia interna, este sim, vota contra esse princípio.

Por essa razão, somos absolutamente favoráveis à emenda do nobre Constituinte Humberto Lucena, com quem nos congratulamos pela sua apresentação. (Muito bem! Palmas)

**A SRA. CONSTITUINTE BETH AZIZE:** – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. presidente (Fernando Henrique Cardoso):** – Concedo a palavra à nobre Constituinte Beth Azize, pela ordem.

**A SRA. CONSTITUINTE BETH AZIZE:** – Sr. Presidente, gostaria de pedir a V. Ex.<sup>a</sup> permissão para solicitar ao Relator Bernardo Cabral um esclarecimento a respeito desta questão.

Entendo que a emenda apresentada pelo ilustre Constituinte Humberto Lucena tem o propósito de moralizar a disputa eleitoral dentro dos próprios partidos e de dar à sociedade brasileira o direito de votar nos melhores nomes, já que, na maioria das vezes, a direção dos partidos impõe nomes...

**O SR. CONSTITUINTE ALDO ARANTES:** – Sr. Presidente, gostaria também de utilizar a palavra para falar contra porque existem candidatos ...

**A SRA. CONSTITUINTE BETH AZIZE:** – Sr. Presidente, quero esclarecer que pedi a palavra para solicitar ao Relator sua opinião sobre a legitimidade desta emenda, porque o próprio Relator, Constituinte Bernardo Cabral, foi vítima, nas últimas eleições, da ditadura do PMDB no Estado do Amazonas.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – No momento oportuno, darei a palavra ao Relator.

Concedo a palavra ao nobre Constituinte Roberto Freire.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, queria recordar, particularmente, aquele que se constituiu no símbolo da resistência democrática em nosso País, o Movimento Democrático Brasileiro, extinto por existir neste País – e precisamos extirpá-la – uma Lei Orgânica dos Partidos que, concretamente, é o seguinte: a maioria define como a minoria deve conduzir-se. Aqui se está discutindo uma proposta que o Constituinte Humberto Lucena poderia debater na convenção do seu partido. Se, amanhã, S. Ex.<sup>a</sup> assomasse à tribuna para defender propostas antidemocráticas – e a ditadura fez isso durante vinte anos, contra o MDB – estaríamos aceitando o princípio de que qualquer Constituinte, qualquer pessoa, qualquer maioria pode determinar como os partidos devem organizar-se.

A lei interna dos partidos é o seu estatuto. E a este eu adiro. Não posso ser obrigado a fazer coisa alguma no meu partido que não seja decidido por seus militantes. Isto é fundamental!

**O SR. CONSTITUINTE HUMBERTO LUCENA:** – (Fora do microfone.)

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – A ditadura de cúpula existe no seu partido porque V. Ex.<sup>a</sup> a ela se submete. Se não quiser submeter-se, tem liberdade para sair. Mas não pode impor uma ditadura no meu partido.

Esta proposição seria democrática, Sr. Presidente, se apresentada em convenções partidárias. Em princípio, a sugestão é justa, mas, se aceitarmos tal interferência, futuramente a Maioria poderá impor princípios não democráticos. E, aí, que vamos dizer?

A questão é muito clara. Os partidos têm que ser livres. Não podem, como ocorre agora, sujeitar-se a esse tipo de norma, como, por exemplo, serem obrigados a ter determinado número de filiados, ou serem obrigados a ter tantos membros, na sua direção central, ou serem obrigados a se reunir dentro de tantos dias ... Fixa-se até a forma da data que devem ter as reuniões dos partidos! Isto é abusivo! É algo criado pela ditadura, através da Lei Orgânica dos Partidos, que, repito, precisamos extirpar de nossa legislação. É uma tentativa de manter uma interferência indebita na vida partidária. E as agremiações partidárias devem ser livres para adotar o princípio de eleição

primária, se assim o desejarem. Mas, impô-lo a todos os partidos, é absurdo!

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Não havendo mais oradores inscritos, vamos passar à votação da proposta, a qual será feita pelo processo eletrônico.

**(Procede-se à votação)**

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Ademir Andrade, Antônio Britto, Carlos Sant'Anna, Fernando Henrique Cardoso, João Calmon, José Fogaça, Nelton Friedrich, Nilson Gibson, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Severo Gomes, Wilson Martins, Antonio Mariz, Délio Braz, João Natal, Octávio Elísio, Aloysio Chaves, Luís Eduardo, Paes Landim, Adylson Motta, Lysâneas Maciel, Adolfo Oliveira, Beth Azize. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Almir Gabriel, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Celso Dourado, Egídio Ferreira Lima, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, João Herrmann Neto, José Paulo Bisol, Manoel Moreira, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Prisco Viana, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Rodrigues Palma, Sigmaringa Seixos, Israel Pinheiro, João Agripino, Nelson Wedekin, Uldurico Pinto, Vicente Bogo, Eraldo Tinoco, José Lins, José Thomaz Nonô, Sandra Cavalcanti, Hugo Napoleão, Jonas Pinheiro, Gilson Machado, José Tinoco, Mozarildo Cavalcanti, Antônio Carlos Konder Reis, Gerson Peres, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia, Bonifácio de Andrada, Carlos Cardinal, Luiz Salomão, Francisco Rossi, Gastone Righi, Ottomar Pinto, Plínio Arruda Sampaio, José Genoíno, Siqueira Campos, Haroldo Lima e Roberto Freire.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– A Mesa vai proclamar o resultado: votaram **SIM** 24 Constituintes; votaram **NÃO** 47 Constituintes. Total: 71 votos. O Destaque foi rejeitado.

Em votação o Destaque nº 5585, de autoria do nobre Constituinte Gastone Righi. Tem a palavra S. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr. Presidente, uma das formas de acelerar a votação é desistir. Portanto, desisto do destaque. **(Muito bem! Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Obrigado a V. Ex.<sup>a</sup>.

**Destaque nº 4699-87, do Sr. Euclides Scalco, "que suprime o art. 13, § 3º, inciso III, do Substitutivo nº 2". (166ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Em votação o Destaque nº 4699, de autoria do nobre Constituinte Euclides Scalco.

Tem a palavra o Constituinte Antônio Britto. para defendê-lo.

Trata-se de emenda supressiva de leitura muito complicada. Peço a S. Ex.<sup>a</sup> que a explique, porque, pelas anotações que tenho; é difícil reconstituir – são hieróglifos.

**O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO BRITTO:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, no art. 13, § 3º, cuja votação e discussão ora estamos realizando, há o inciso III, que estabelece 25 anos como idade mínima para que alguém possa eleger-se Prefeito Municipal. O objetivo desta emenda é suprimir este dispositivo, da mesma forma que, posteriormente, teremos ocasião de encaminhar e votar, através de destaque formulado pelo nobre Constituinte Euclides Scalco, emendas supressivas aos incisos IV e V. Qual o Objetivo do conjunto das três emendas, das quais apenas a primeira se votará agora, referente ao inciso III, que, por sua vez, se refere à questão das prefeituras?

Temos aqui, proposto pelo nobre Relator, um sistema pelo qual se passa a considerar a idade mínima para Vereador, 18 anos; para Deputado Estadual e Federal, 21 anos, e, para Prefeito, 25 anos. Nosso entendimento – peço vênha ao nobre Relator para com relação a isto discordar do Substitutivo de S. Ex.<sup>a</sup> – é de que não há razões que levam a estabelecer esse limite indiscriminado de 25 anos em todo o País. Temos acompanhado, ao longo dos últimos textos constitucionais e da própria dinâmica, que não será privilégio dos maiores de 21 e dos menores de 25 anos o eventual desmando, a eventual má administração, eventual exercício equivocado do poder municipal. E, se assim fosse seria a partir de uma escolha feita pela população do Município.

Hoje, democraticamente, existe a possibilidade de que pessoas com menos de 25 anos administrem de forma brilhante prefeituras municipais, como também o contrário tem ocorrido. Logo, tentar estabelecer, magicamente, a idéia de que somente a partir dos 25 anos as pessoas estão habilitadas para o exercício do poder municipal, parece-nos, evidentemente, um equívoco. Por isso, de acordo com a linha de coerência que sustentaremos nas próximas emendas, estamos propondo que haja apenas treze seções relacionadas com a questão de idade; que o texto constitucional se debruce apenas sobre a condição do Presidente da República, do Senador e do Governador de Estado. Que para os demais seja estabelecido como limite mínimo a idade de 18 anos; que o povo brasileiro faça o restante e escolha, entre aqueles com mais de 18 anos, os que considera mais capazes para o exercício da vereança, da prefeitura, da deputação estadual ou federal. Assim será estabelecido – apenas com exceção do Presidente, do Governador e do Senador – um direito elementar: aquele que pode votar, pode também ser votado.

Por último, Sr. Presidentes e nobres Sr. Relator, gostaríamos de informar à Casa que, por questão também de coerência com o que estamos propondo, estamos dispostos a votar em favor da emenda do Constituinte Octávio Elísio. Se fossem suprimidos esses três dispositivos, haveria a possibilidade, aí sim, de que alguém pudesse votar – e isto já é possível desde ontem – e ser votado a partir dos 16 anos.

Vamos, pois, procurar complementar essas três emendas supressivas, das quais apenas a primeira – sobre prefeito – será agora votada, com outra emenda que, a seguir, será discutida e votada, propondo que a condição de elegibilidade se dê a partir dos 18 anos.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, estamos solicitando o exame e o apoio dos nobres companheiros Constituintes à primeira dessas emendas – a que propõe a supressão do inciso III do § 3º, do art. 13 – que fixa limite de 25 anos para que alguém possa ser prefeito municipal.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Se eu tivesse latitude regimental, sugeriria que aprovássemos as emendas em cascata. Não sei se haveria essa possibilidade.

Concedo a palavra ao Constituinte Bonifácio de Andrada.

**O SR. CONSTITUINTE BONIFÁCIO DE ANDRADA:** –

Sr. Presidente, nós nos colocamos a favor da tese de que prefeito deve ter 25 anos; caso contrário, vamos ter prefeitos com 16 e 18 anos. O cargo público é, por um lado, um direito de todos, mas, por outro, é uma função de interesses da comunidade. Então, parece-nos muito justo exigir que o cidadão tenha 25 anos para ser prefeito, porque nesta idade já adquiriu experiência suficiente para prestar serviços à comunidade.

Já com relação aos cargos de Deputado Federal e de Vereador – 21 anos – estamos de acordo, porque precisamos trazer a mocidade, a inquietação dos jovens para as câmaras. Para o cargo executivo, porém, devemos estabe-



lecer o limite mínimo de 25 anos, dada a necessidade de se exigir responsabilidade e experiência do homem público que vai exercê-lo.

Por isso somos contrários à emenda que acaba com o limite de 25 anos para Prefeito e apoiamos a que estabelece a idade limite de 21 anos para Deputado. Como também estamos contra aquela que permite que aos 18 anos alguém seja Juiz de Paz.

Um Juiz de Paz, Sr. Presidente, deve ter mais de 50 ou 60 anos, porque a experiência da função é que vai fazer com que preste serviço à comunidade, no sentido de evitar conflitos.

Portanto, apesar do brilhantismo do nobre Constituinte Antônio Britto, somos pela manutenção do texto do eminente Relator Bernardo Cabral, ou seja, para que a idade mínima para Prefeito seja 25 anos.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Com a palavra o nobre Constituinte Nelson Carneiro, para falar a favor.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – Sr. Presidente, minha intervenção é rápida, para colaborar com o andamento dos trabalhos.

Admitamos que um moço de 18, ou 21 anos – pouco importa – seja Deputado Federal. Desta forma, ele pode ser também Presidente da Câmara dos Deputados. Então, com relação ao cargo de Prefeito, por que vamos criar essa dificuldade aos que completam 18 anos?

Era a indagação que queria fazer.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Vamos passar a palavra ao Sr. Relator.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, em primeiro lugar, gostaria de esclarecer, com o respeito que me merece o Senador Nelson Carneiro, que o texto constitucional não prevê a idade mínima de 18 anos para Deputado Federal, mas, sim, 21. E, mesmo assim, nenhum Parlamentar que aqui chegue com 21 anos se elege presidente da Câmara dos Deputados. S. Ex.<sup>a</sup> sabe que isso seria muito difícil.

Gostaria de dizer, ainda, ao Senador Nelson Carneiro que a argumentação trazida pelo eminente Deputado Bonifácio de Andrada foi o que motivou a Relatoria. Temos exemplos aqui, na Câmara: o Deputado Cássio Cunha Lima, que ainda não atingiu 25 anos de idade, é, provavelmente, futuro candidato à Prefeitura de Campina Grande. Quando chegar àquela titularidade em sua comuna, levará para lá a experiência que está adquirindo aqui, como Deputado Federal.

É claro que idade não dá responsabilidade. Todos sabemos disso. Como sabemos também que namorar é um direito da juventude, mas saber amar é um privilégio da idade madura!

Quero reportar-me às grandes prefeituras, por exemplo, à Prefeitura de Porto Alegre, terra do eminente Constituinte Antônio Britto. É evidente que aos vinte e cinco anos de idade há a maturidade, o controle emocional, enfim, uma argamassa de experiência.

Meu objetivo não foi reduzir a potencialidade que o jovem tem, mas imprimir a responsabilidade que ele deve possuir quando ocupar tais cargos. De modo que esta circunstância me leva a ficar contra a emenda do eminente Constituinte Euclides Scalco.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Permita-me, Sr. Presidente.

Quero apenas registrar que estranho que alguém que se diz parlamentarista defenda uma tese como essa.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Registrado o protesto do Constituinte Roberto Freire.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ PAULO BISOL:** – (Intervenção fora do microfone.)

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Já me manifestei a respeito da chamada votação em cascata, mas creio que ela já virou rio de corredeira, pelas dificuldades existentes. Em todo o caso, acho que a decisão quanto a uma não necessariamente inclui a outra. São situações diferentes e, infelizmente, não vou poder seguir a sugestão para votação em cascata.

Em votação o Destaque nº 4699, do Constituinte Euclides Scalco. A votação será feita pelo processo eletrônico. E vamos tentar continuar batendo recordes.

(Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Ademir Andrade, Almir Gabriel, Antônio Britto, Artur da Távola, Egídio Ferreira Lima, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, João Herrmann Neto, José Paulo Bisol, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nelton Friedrich, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Renato Vianna, Severo Gomes, Sigmaringa Seixas, Antonio Mariz, Euclides Scalco, Octávio Elísio, Nelson Wedekin, Uldurico Pinto, Vicente Bogo, Alcení Guerra, Mozarildo Cavalcanti, Carlos Cardinal, Lysâneas Maciel, Luiz Salomão, Francisco Rossi, Ottomar Pinto, Plínio Arruda Sampaio, José Genoíno, Siqueira Campos, Aldo Arantes, Roberto Freire, Beth Azize. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Bernardo Cabral, Carlos Sant'Anna, Celso Dourado, Cid Carvalho, José Fogaça, Manoel Moreira, Nilson Gibson, Prisco Viana, Raimundo Bezerra, Rodrigues Palma, Wilson Martins, Délio Braz, João Agripino, Alcení Guerra, Eraldo Tinoco, José Lins, José Lourenço, Luis Eduardo, Sandra Cavalcanti, Enoc Vieira, Jonas Pinheiro, Gilson Machado, Paes Landim, Antônio Carlos Konder Reis, Gerson Peres, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia, Adylson Motta, Bonifácio de Andrada, Adolfo Oliveira.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 39 Constituintes; votaram NÃO 30 Constituintes. Total: 69 votos. O Destaque foi **prejudicado**, por falta de **quorum** qualificado.

**Destaque nº 4699-87, do Sr. Euclides Scalco, "que suprime o art. 13, § 3º inciso IV, do Substitutivo nº 2". (167ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Em votação o Destaque nº 4699, do Constituinte Euclides Scalco. Trata-se de emenda supressiva. Constituinte Euclides Scalco, pergunto se V. Ex.<sup>a</sup> o mantém.

**O SR. CONSTITUINTE EUCLIDES SCALCO:** – Sim.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Então, trata-se, agora, do inciso IV, sobre Deputado Federal e Deputado Estadual. Vamos votar a emenda supressiva ao inciso IV.

Mantido o destaque, pergunto a V. Ex.<sup>a</sup> se fará uso da palavra para defendê-lo. **(Pausa)**

Não sendo necessário, posto que já foi feita a defesa, pergunto se alguém mais quer fazer uso da palavra. **(Pausa)**

Não havendo oradores inscritos – talvez pela primeira vez no decorrer dos nossos trabalhos – passamos à votação. Quem votar SIM, estará votando a favor do destaque do Constituinte Euclides Scalco e, portanto, pela supressão do texto, que diz: "Deputado Federal e Deputado Estadual: 21 anos."

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Nelson Carneiro.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – Sr. Presidente, queria prestar um esclarecimento, se V. Ex.<sup>a</sup> me permitir, à guisa de defender a emenda.

A Emenda Constitucional nº 25 diz o seguinte:

"A Câmara dos Deputados compõe-se de até quatrocentos e oitenta e sete representantes do povo, eleitos, dentre cidadãos maiores de dezoito anos e no exercício dos direitos políticos, por voto direto e secreto em cada Estado ou Território e no Distrito Federal."

Se aprovarmos o texto do Relator Bernardo Cabral, estaremos retrocedendo.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Pois não. V. Ex.<sup>a</sup> fez o registro da sua opinião e de seu voto por antecipação.

Vamos passar à votação.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes senhores Constituintes:

Ademir Andrade, Almir Gabriel, Antônio Britto, Artur da Távola, Cid Carvalho, Egídio Ferreira Lima, Fernando Henrique Cardoso, Haroldo Sabóia, João Herrmann Neto, José Paulo Bisol, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nelton Friedrich, Nilson Gibson, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Severo Gomes, Sigmaringa Seixas, Antonio Mariz, Euclides Scalco, João Agripino, Nelson Wedekin, Octávio Elísio, Uldurico Pinto, Vicente Bogo, Carlos Cardinal, Lysâneas Maciel, Luiz Salomão, Francisco Rossi, Ottomar Pinto, Plínio Arruda Sampaio, José Genoíno, Siqueira Campos, Aldo Arantes, Roberto Freire e Beth Azize. Votaram **NÃO** os seguintes senhores Constituintes: Bernardo Cabral, Carlos Sant'Anna, Celso Dourado, Fernando Lyra, Francisco Pinto, João Calmon, José Fogaça, Manoel Moreira, Oswaldo Lima Filho, Prisco Viana, Raimundo Bezerra, Rodrigues Palma, Wilson Martins, Délio Braz, Aloysio Chaves, Eraldo Tinoco, José Lins, José Lourenço, Luís Eduardo, Sandra Cavalcanti, Enoc Vieira, Jonas Pinheiro, Gilson Machado, Mozarildo Cavalcanti, Paes Landim, Antônio Carlos Konder Reis, Gerson Peres, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia, Adylson Motta, Bonifácio de Andrada e Adolfo Oliveira.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 36 Constituintes; votaram NÃO 32 Constituintes. Total: 68 votos. O Destaque foi **prejudicado**, por falta de **quorum** qualificado.

**Destaque nº 4699-87, do Sr. Euclides Scalco, "que suprime o art. 13, § 3º, inciso IV, do Substitutivo nº 2". (168ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Passamos à votação do Destaque nº 4699, de autoria do Constituinte Euclides Scalco, que propõe a supressão do inciso V, estabelecendo para vereador e juiz de paz a idade mínima de dezoito anos. S. Ex.<sup>a</sup> mantém o destaque.

Concedo a palavra ao nobre Constituinte Egídio Ferreira Lima, para se manifestar a favor.

**O SR. CONSTITUINTE EGÍDIO FERREIRA LIMA:** –

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, é quase certo que, por falta de **quorum**, vai ser difícil a aprovação de emendas. Nada conseguimos até agora.

Devo dizer que o projeto, ao estabelecer o elenco de idades para que o cidadão se torne elegível para cargos públicos, não foi feliz, nem substantivamente, nem na colocação técnica dos diversos casos.

Quando se refere ao Prefeito, por exemplo, estabelece a idade de 25 anos. Adiante, quando disciplina o sistema de governo, permite que o Ministro de Estado tenha apenas a maioria civil, ou seja, com 21 anos pode-se ser Ministro de Estado. Se com 21 anos o cidadão pode ser Ministro de Estado, pode, igualmente, ser Prefeito de uma cidade.

Também não foi feliz o projeto, no inciso V, ao estabelecer a idade mínima de 18 anos para o Juiz de Paz. Ora, o art. 115, em seu § 1º, ao instituir o Juizado de Paz, atribui-lhe a função de celebrar casamentos. Mas não é só isso. Abre à lei estadual a possibilidade de conferir-lhe outras atribuições. O Juiz de Paz pode tornar-se uma peça importante, ter um papel relevante na administração da Justiça. Quanto ao Juiz Arbitral, por exemplo, como já previsto pelo Código de Processo Civil, muito do que a ele compete poderá ser conferido ao Juiz de Paz.

A instituição do Juiz de Paz é uma tentativa de se escolher membros integrantes do corpo judiciário pelo voto popular. Então, a Constituição que está sendo feita agora – e que pretendemos dure muito – deveria deixar a versatilidade ao legislador ordinário, para, maduramente, ir conferindo atribuições ao Juiz de Paz. Não está preparado, não está amadurecido o homem de 18 anos, o adolescente de 18 anos, para exercer a função de Juiz de Paz. É até estranho que um casal se apresente e veja celebrado seu casamento diante de um adolescente de 18 anos, embora aí o mal fosse menor, ou nenhum.

Quis fazer o registro destas críticas às disposições do § 3º do art. 13 para que o Plenário desta Comissão, não podendo alterá-lo agora – já foram frustradas duas tentativas anteriores quanto a outros parágrafos – fique ciente da necessidade de se dar a esta matéria uma nova estrutura técnica e um novo conteúdo substantivo.

Sou pela sua supressão, porque já anteciparia este trabalho. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Dou a palavra ao nobre Constituinte Paes Landim, que falará a favor da matéria, posto que não há Constituinte inscrito para falar contra.

**O SR. CONSTITUINTE PAES LANDIM:** – Sr.

Presidente, o ilustre Constituinte Egídio Ferreira Lima já expôs, com muita propriedade, as razões impeditivas a que alguém possa ser Juiz de Paz com apenas dezoito anos de idade.

A figura do Juiz de Paz foi uma criação de nossa primeira Constituição e foi profundamente estudada, em nosso País, por Oliveira Viana. Mas, infelizmente, não teve, nos últimos cinquenta anos, o destaque devido em nossa Constituição, sobretudo, em nosso ordenamento jurídico.

É um absurdo, Sr. Presidente, com a devida vênia, que o Juiz de Paz, que vai ter função de jurisdição voluntária, celebrando casamentos e com a responsabilidade de dirimir conflitos, prevenindo-os, fazendo acordos, dando conselhos, possa ter somente dezoito anos de idade. Até porque dele não se vai exigir qualquer formação profissional, mas, sim, respeitabilidade, dignidade e, sobretudo, experiência, tradição, perante a comunidade.

O Constituinte Egídio Ferreira Lima disse muito bem quando afirmou que seria uma perplexidade... Uma pessoa que vai celebrar casamento de pessoas maduras, que vai aconselhá-las, evitando os conflitos judiciais, e que vai desburocratizar a Justiça, tem de ser altamente amadurecida, com a experiência adquirida ao longo da vida.

Razão por que, Sr. Presidente, não há condições para que um Juiz de Paz tenha apenas dezoito anos de idade. Seria uma inovação muito perigosa para uma instituição que se pretende importante no conjunto da agilização da Justiça, para permitir que as pessoas, ao invés de procurarem a Justiça, resolvam, através do aconselhamento de um árbitro, os seus problemas, as suas dificuldades, os seus conflitos, enfim.

Estou de pleno acordo com o autor da emenda, que pretende suprimir a idade mínima de dezoito anos para o Juiz de Paz.

**O SR. CONSTITUINTE ERALDO TINOCO:** – Permita-me, Sr. Presidente, pois desejo fazer um esclarecimento que considero da maior importância para a votação da matéria.

A emenda do Constituinte Euclides Scalco propõe a supressão do inciso V, que retira o Vereador e o Juiz de Paz. Combinada com o § 3º, daria a impressão de que o Vereador poderia ser eleito aos dezesseis anos, desde que é alistável – e uma das condições é o alistamento. Ora, se não há norma para a idade mínima, vigoraria a norma do alistamento. Entretanto, quero esclarecer – e isso foi objeto de conversações – que existe a Emenda nº 23354, do Constituinte Octávio Elísio, que propõe a questão do Vereador, dizendo que são inelegíveis os inalistáveis, os analfabetos e os que não contem o mínimo de dezoito anos. Então, a emenda do Constituinte Octávio Elísio reporia a questão da eleição do Vereador com a idade mínima de dezoito anos.

Era o esclarecimento que queria prestar, pois acho importante para o processo de votação.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Agradeço a interferência a V. Ex.<sup>a</sup>, que levantou a questão de ordem e já a respondeu, poupando a Presidência de fazê-lo.

Concedo a palavra ao nobre Relator.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Quero registrar minha admiração ao Constituinte Egídio Ferreira Lima. S. Ex.<sup>a</sup> abordou com muita precisão dois equívocos do Relator. O primeiro, quando casa com o art. 107, onde houve um lapso que, de público, faço questão de registrar, já que, tendo sido oriundo da Subcomissão e da Comissão, me passou – confesso – despercebido, no que se refere à idade-limite para Ministro de Estado.

Por isso, Sr. Presidente, acolho a sustentação oral do eminente Constituinte Egídio Ferreira Lima e a Emenda Euclides Scalco.

**O SR. CONSTITUINTE EGÍDIO FERREIRA LIMA:** – Sr. Relator, quero dizer aquilo que o povo sabe muito mais do que o sábio – e o povo também é sábio: só erra quem trabalha, quem produz e quem cria.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – V. Ex.<sup>a</sup> está apresentando uma questão de ordem?

**O SR. CONSTITUINTE EGÍDIO FERREIRA LIMA:** – O Relator pediu-me um esclarecimento e, se a Presidência me permitir, eu o darei.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – V. Ex.<sup>a</sup> tem a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE EGÍDIO FERREIRA LIMA:** – Gostaria de sugerir ao Sr. Relator – e isso dependerá do Plenário, do qual já chamei atenção para o fato – que se acrescesse ao § 3º somente o dado referente à idade para Presidente da República e para os Governadores, deixando os demais casos para que a lei ordinária disciplinasse.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Diante da opinião favorável do Relator, e não havendo outros Constituintes inscritos para encaminhar contra, passaremos à votação, pelo processo eletrônico, do Destaque nº 4699.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Ademir Andrade, Almir Gabriel, Antônio Britto, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Carlos Sant'Anna, Celso Dourado, Cid Carvalho, Egídio Ferreira Lima, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, João Calmon, João Herrmann Neto, José Fogaça, José Paulo Bisol, Manoel Moreira, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nelton Friedrich, Nilson Gibson, Oswaldo Li-

ma Filho, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Prisco Viana, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Rodrigues Palma, Sigmaringa Seixas, Antonio Mariz, Délio Braz, Euclides Scalco, João Agripino, Nelson Wedekin, Octávio Elísio, Uldurico Pinto, Vicente Bogo, Alcení Guerra, Aloysio Chaves, Eraldo Tinoco, José Lins, José Lourenço, Luís Eduardo, Sandra Cavalcanti, Enoc Vieira, Edison Lobão, Jonas Pinheiro, Gilson Machado, Mozarildo Cavalcanti, Paes Landim, Gerson Peres, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia, Adylson Motta, Bonifácio de Andrada, Carlos Cardinal, Lysâneas Maciel, Luiz Salomão, Francisco Rossi, Ottomar Pinto, Plínio Arruda Sampaio, Aldo Arantes, Roberto Freire e Beth Azize. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Wilson Martins e Siqueira Campos. **ABSTENÇÃO:** Senhores Constituintes Antônio Carlos Konder Reis e Adolfo Oliveira.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 65 Constituintes; votaram NÃO 2 Constituintes; abstiveram-se de votar 2 Constituintes. Total: 69 votos. O Destaque foi **aprovado**.

Em votação o Destaque nº 6661, do Constituinte Vasco Alves. **(Pausa)** S. Ex.<sup>a</sup> está ausente. Prejudicado o destaque.

**Destaque nº 8365-87 – Emenda nº ES-33686.0, do Sr. Paes Landim, "que modifica o art. 13, § 4º do Substitutivo nº 1 (art. 13, § 3º, do Substitutivo nº 2)". (169ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Em votação o Destaque nº 8365, requerido pelo Constituinte Paes Landim – emenda substitutiva.

Tem a palavra o Constituinte Paes Landim.

**O SR. CONSTITUINTE PAES LANDIM:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o destaque diz respeito à fixação do prazo do domicílio eleitoral. Ao invés de seis meses, estou sugerindo 12 meses.

Como o eminente Relator Bernardo Cabral muito bem referiu, o prazo do domicílio eleitoral não se confunde com o prazo de filiação partidária – e sobre isso havia dúvidas. Parece-me que agora a questão está esclarecida. É importante mantermos o princípio vigente, de que o domicílio eleitoral seja de pelo menos um ano, para que as pessoas se identifiquem com as causas e problemas de sua região, Estado ou Município.

Um dos graves problemas do regime anterior, de 1946, foi exatamente um certo carreirismo, quando políticos de um Estado puderam ser candidatos em lugar de outros, à última hora, ou políticos do Estado, divorciados da vida política, resolveram, à base do poder econômico, da publicidade intensiva, candidatar-se, em detrimento de políticos e de lideranças tradicionais.

Em nenhum país do mundo, de regime presidencialista ou parlamentarista, alguém tem domicílio eleitoral com o prazo de seis meses, como estamos pretendendo adotar. As pessoas têm vinculação com suas regiões e Estados. Parece-me ser um princípio moralizador da própria vida política do país obrigar as pessoas a um prazo mínimo de convivência com sua realidade. É o país real, porque exige que as pessoas se vinculem às suas bases regionais geográficas e econômicas. É importante que um ano seja o mínimo, exigido, de acordo com o vigente texto constitucional.

Eram estas as considerações, quanto ao destaque submetido à apreciação da douta Comissão de Sistematização.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Concedo a palavra ao Constituinte Pimenta da Veiga, para encaminhar contra.

Tem a palavra S. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra, pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Sr. Presidente, dado o teor da Emenda nº 33686, gostaria de saber se o autor suprimiu alguma parte.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Na verdade, o autor pede apenas que se substitua o prazo de 6 meses pelo prazo mínimo de 12 meses.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Para quê? Filiação partidária ou domicílio eleitoral?

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – É o § 3º do art. 13.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Domicílio eleitoral?

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Votamos as emendas supressivas; esta é uma emenda modificativa. Então, por esta razão, continuamos apreciando o § 3º, apenas aumentado o prazo de seis para doze meses. Nada mais.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Muito obrigado a V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA:** – Sr. Presidente, ilustres membros da Comissão de Sistematização, gostaria de destacar alguns aspectos da iniciativa do Constituinte Paes Landim.

O primeiro refere-se a uma compreensão diferente que tenho da que foi apresentada pelo autor do destaque, há pouco, da tribuna. Entende S. Ex.<sup>a</sup> que o aumento do prazo para doze meses atinge apenas o domicílio eleitoral. Mas quero divergir de S. Ex.<sup>a</sup> para ter meu entendimento pessoal, que atinge também a filiação partidária e o alistamento.

Seria contra mesmo que fosse apenas quanto à extensão do prazo para o domicílio eleitoral; mas o sou mais ainda com esse entendimento de que atinge a filiação partidária e o alistamento.

Quando da discussão desta emenda e de matéria semelhante, anteriormente apresentada, ouvi argumentos muito duros e enfáticos no sentido de que é preciso ampliar o processo para proteger o eleitorado, da hipótese de ele errar escolhendo alguém que esteja abusando do poder econômico. Não me parece seja esta a análise correta da emenda proposta, porque temos vários exemplos em sentido contrário. Temos neste Plenário o exemplo – que me permito lembrar, porque fui autorizado por S. Ex.<sup>a</sup> – do Constituinte Nelson Carneiro, que me dizia, há poucos instantes, que só é Senador hoje porque, na época, quando se transferiu da Bahia para o Rio de Janeiro, não havia este dispositivo, que é antidemocrático, restritivo das liberdades. Somente por isso o notável e eminente Senador Nelson Carneiro pôde candidatar-se, disputando por idealismo os votos dos cariocas e alcançando sua eleição.

Apenas por esta razão já seria eu contra a emenda proposta, mas o sou também pela tese, porque ela amplia as inelegibilidades. É, portanto, uma tese restritiva do sistema democrático. O que defendo, enfim, é que todos possam candidatar-se e que apenas um juízo prevaleça – o da vontade soberana do eleitorado.

Não concordo com qualquer tipo de restrição às candidaturas. O eleitorado, este, sim, é soberano para decidir. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Não havendo mais oradores inscritos e como o Relator não deseja fazer uso da palavra, passaremos à votação. Peço aos titulares da Comissão de Sistematização que tomem seus lugares.

(Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: José Fogaça, Nelson Carneiro, Oswaldo Lima Filho, Eraldo Tinoco, José Lins, José Lourenço, Luís Eduardo, Délio Braz, Enoc Vieira, Edison Lobão, Jonas Pinheiro, Mozarildo Cavalcanti, Paes Landim, José Luiz Maia, Adylson Motta, Bonifácio de Andrada, Otomar Pinto, Adolfo Oliveira e Siqueira Campos. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Almir Gabriel, Antônio Britto, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Carlos Sant'Anna, Celso Dourado, Cid Carvalho, Egídio Ferreira Lima, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, João Calmon, João Herrmann Neto, José Paulo Bisol, Manoel Moreira, Nelson Jobim, Nelton Friedrich, Nilson Gibson, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Prisco Vianna, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Rodrigues Palma, Sigmaringa Seixas, Wilson Martins, Antonio Mariz, Euclides Scalco, João Agripino, Nelson Wedekin, Octávio Elísio, Uldurico Pinto, Vicente Bogo, Alcení Guerra, Aloysio Chaves, Sandra Cavalcanti, Gilson Machado, Antônio Carlos Konder Reis, Gerson Peres, Jarbas Passarinho, Carlos Cardinal, Lysâneas Maciel, Luiz Salomão, Francisco Rossi, Plínio Arruda Sampaio, Aldo Arantes, Roberto Freire e Beth Azize. **ABSTENÇÃO** do Senhor Constituinte Fernando Henrique Cardoso.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 19 Constituintes; votaram NÃO 48 Constituintes; absteve-se de votar 1 Constituinte. Total: 68 votos. O destaque foi **rejeitado**.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – Pela Ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Tem a palavra V. Ex.<sup>a</sup>, nobre Constituinte Nelson Carneiro.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – Em amor à coerência da minha vida pública, queria deixar consignado que me equivoquei ao votar "sim". Meu propósito era votar "não", tanto mais após a referência feita a mim da tribuna pelo nobre Constituinte Pimenta da Veiga. Emocionado, acabei votando sim.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Nobre Constituinte Nelson Carneiro, mesmo que V. Ex.<sup>a</sup> não tivesse feito este esclarecimento, leríamos seu voto "sim" como se fosse "não". Não se preocupe.

Passemos à votação do § 4º

Em votação o Destaque nº 705, do Constituinte Mário Maia. (Pausa) Ausente. Prejudicado.

Em votação o Destaque nº 8323, do Constituinte Ronan Tito. (Pausa) Ausente. Prejudicado.

Em votação o Destaque nº 107, do Constituinte Hermes Zaneti. (Pausa) Ausente. Prejudicado.

Em votação o Destaque nº 2249, da Constituinte Irma Passoni. (Pausa) Ausente. Prejudicado.

**Destaque nº 2318-87 – Emenda nº 1P-08344-3, do Sr. Paulo Delgado, "que modifica o art. 27 inciso II, alínea b, do Projeto de Constituição (art. 13, § 4º, do Substitutivo nº 2)". (170.a votação)**

Em votação o Destaque nº 2318, do Constituinte Paulo Delgado. S. Ex.<sup>a</sup> está presente. Portanto, concedo-lhe a palavra para defender seu destaque.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO DELGADO:** – Sr. Presidente, gostaria apenas de confirmar se é o referente à Emenda nº 8344.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Sim.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO DELGADO:** – Obrigado, Sr. Presidente.

O objetivo deste destaque é assegurar que haja uma universalização da elegibilidade para todos aqueles que sejam alistáveis. Nos termos do Substitutivo, significa que os analfabetos, uma vez alistáveis, poderão também ser elegíveis.

Este é o objetivo do destaque. Entendemos que não pode haver duplicidade de direitos para aqueles que são alistáveis. Concordamos com a emenda do nobre Constituinte Octávio Elísio, que restringe a elegibilidade para os menores de 18 anos, mas não podemos admitir restrição de direito no caso dos analfabetos. Se eles podem votar, devem poder também eleger-se.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – V. Ex.<sup>a</sup>, portanto, está propondo que os analfabetos sejam elegíveis?

**O SR. CONSTITUINTE PAULO DELGADO:** – Sim, esta é a proposta.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Vamos votar a proposta do Constituinte Paulo Delgado, que é muito clara.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Desejo encaminhar contra, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Tem a palavra o Constituinte Gerson Peres, para encaminhar contra.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, eu me permito discordar do ilustre Constituinte Paulo Delgado, já que V. Ex.<sup>a</sup> fala em restrição. Restrição é uma palavra que no dicionário só tem um significado. Se V. Ex.<sup>a</sup> restringe para os analfabetos, dizendo que abre porque os analfabetos estão impossibilitados de serem candidatos, também os que votam com 16 anos estão proibidos de serem votados. Então, há uma dupla restrição.

Portanto, temos que ficam com o autor e não com a proposta do Constituinte Paulo Delgado. Se S. Ex.<sup>a</sup> abre para os analfabetos, tem que abrir para os de 16 anos – senão é um absurdo.

E acredito, até, que um jovem de 16 anos está muito mais apto a ser eleito do que um analfabeto. Não é possível que um jovem de 16 anos possa votar, mas não possa ser candidato.

Minha restrição é esta. Quero pedir aos colegas que rejeitem o destaque do Constituinte Paulo Delgado, porque não elimina a restrição; pelo contrário, dá direito aos analfabetos de serem votados e restringe o direito de os de 16 anos serem votados. E os de 16 anos também podem ser analfabetos. Há, no Brasil, muitos rapazes de 16 anos que são analfabetos e estão votando.

De forma que eu pediria aos colegas que rejeitassem a emenda do Constituinte Paulo Delgado.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Para falar a favor, está inscrito o Constituinte Antonio Mariz, a quem dou a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE ANTONIO MARIZ:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, o destaque que vamos votar implica supressão da parte final do § 4º do art. 13. Manda eliminar a expressão "e os analfabetos". Isto significa que o texto do § 4º será extinto: "§ 4º São elegíveis os alistáveis." Conseqüentemente, são também elegíveis os analfabetos.

Ora, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, a persistência das restrições ao direito político do analfabeto revela um preconceito longo, estratificado, e que ainda assim não encontra exemplo sequer na legislação do Império. Durante todo o período monárquico no Brasil não se proibiu o analfabeto de votar. E verdade que se adotou o voto censitário, partindo-se da falsa premissa, com certeza, de que os que alcançassem determinada renda revelavam capacidade política, ainda que analfabetos, e assim se

integrassem ao processo eletivo e democrático. Mas se esse voto censitário é por todo aspecto condenável, na medida em que faz da riqueza a condição de acesso a cargos públicos, é ainda menos estúpido do que a proibição de votar nos analfabetos. Porque, quando se diz que o analfabeto não vota ou não se elege, na verdade o que se está fazendo é confundir analfabetismo com ignorância – coisas, no entanto, absolutamente distintas. Há muitas formas de adquirir –se conhecimento que não apenas pela leitura, pelo domínio do alfabeto, quais sejam, pelos meios de comunicação, pelo rádio, pela televisão, pelo convívio social, pela participação partidária etc. Quem de nós ignora a presença ativa de dezenas ou centenas de companheiros de partido, muitas vezes impedidos de votar, certamente de candidatar-se, pela simples condição de analfabeto, quando guardam consciência política, quando estão informados sobre a realidade da sua terra, do seu círculo de atividade profissional e dos interesses do seu País?

É absurdo, pois, considerar analfabetismo sinônimo de ignorância. Vi, no curso de minha vida pública, líderes sindicais, militantes partidários e até mesmo vereadores e prefeitos analfabetos. Isto porque a legislação brasileira, na verdade, estabeleceu um critério **sui generis** para avaliar alfabetização. E a simples firma do nome – "ferrar o nome", como se diz no jargão popular. E a experiência demonstra que isto constitui nada mais nada menos do que um preconceito que deve ser erradicado, o de excluir os analfabetos da elegibilidade.

O que se está fazendo de fato – e é preciso que cada um examine sua própria consciência e o reconheça honestamente – é manter o voto censitário que condenamos no Império. Coincidentemente, o analfabetismo incide sobretudo nas camadas mais carentes do povo brasileiro. É nos pobres, nos humildes, nos marginalizados que se concentra o analfabetismo. Excluir o analfabeto é manter o voto censitário, é manter o privilégio das classes mais abastadas, é excluir e marginalizar a massa imensa deste povo, a massa imensa de brasileiros que estão, pela sua formação social, pela sua participação na vida coletiva, habilitados a candidatar-se a defender os interesses da sua classe, da sua comunidade, da sua cidade, do seu País (**Palmas**)

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Concedo a palavra ao Constituinte Eraldo Tinoco, para encaminhar o contrário.

**O SR. CONSTITUINTE ERALDO TINOCO:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, tenho verificado, em várias oportunidades, que esta Comissão tem tentado solucionar problemas por vias inadequadas. A emenda que está sendo votada é um exemplo claro disso. Queremos oferecer a oportunidade de exercício da cidadania ao analfabeto, pretendendo que possa ser eleito para determinado cargo.

O primeiro e único direito que devemos defender é o de o cidadão ser alfabetizado. Não encontramos limitações de ordem biológica, de ordem física ou de ordem material para que o indivíduo possa ser alfabetizado. Julgar que alguém que tenha interesse em exercer militância política, que queira desempenhar um mandato, não tenha capacidade ou possibilidade de alfabetizar-se, efetivamente, é algo que não encontra amparo na realidade. Talvez lhe falte, sim, a oportunidade de ser alfabetizado. Mas, se lhe falta essa oportunidade, há o remédio, a solução que a sociedade tem de oferecer para o exercício pleno da cidadania: a possibilidade material de esse indivíduo ser alfabetizado.

Portanto, Srs. Constituintes, se queremos resgatar, na totalidade, o direito ao exercício da cidadania por todos os brasileiros, deveremos buscar o caminho adequado, e não soluções que a nada conduzirão. Há o exemplo e a vivência dos evangélicos. Pode-se fazer qualquer estatística no País que se encontrará entre os evangélicos um número mínimo de analfabetos. Isso porque os evan-

gélícos têm como princípio a Bíblia e o interesse pela sua leitura. A motivação é extraordinária e no caso, não encontramos velhos, moços, pobres ou ricos que não busquem a alfabetização.

Com a cidadania deve ocorrer o mesmo. Se alguém deseja o exercício pleno da cidadania, deve ser estimulado, incentivado. E o incentivo maior é que o indivíduo possa de fato, ser alfabetizado. Temos que corrigir essa chaga, essa mancha com soluções concretas e não com dispositivos constitucionais que vão deixar sempre marginalizados milhões e milhões de brasileiros. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Passo a palavra ao Sr. Relator.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, quando incluí a proibição ao analfabeto, eu o fiz com a idéia de desestimular o analfabetismo. Ouvi, aqui, a arguição de que isto representa um preconceito contra o analfabeto. Ao contrário, esse raciocínio não deve ter qualquer valia, porque se acaba premiando quem jamais procurará sair das trevas do analfabetismo.

Quero, Sr. Presidente, colocar-me contra a emenda, para ficar com o texto.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Tendo falado o Relator, vamos passar à votação do Destaque.

Para esclarecer: aqueles que votarem "sim", estarão aprovando o Destaque. Portanto, estarão suprimindo a restrição aos analfabetos e, por consequência, permitindo sua eleição.

Em votação o Destaque.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes senhores Constituintes: Ademir Andrade, Artur da Távola, Carlos Sant'Anna, Cid Carvalho, Egídio Ferreira Lima, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, José Paulo Bisol, Nelson Carneiro, Melton Friedrich, Paulo Ramos, Sigmaringa Seixas, Antonio Mariz, João Agripino, Nelson Wedekin, Octávio Elísio, Uldurico Pinto, Mozarildo Cavalcanti, Carlos Cardinal, Lysâneas Maciel, Luiz Salomão, Francisco Rossi, Plínio Arruela Sampaio, Aldo Arantes, Roberto Freire e Beth Azize. Votaram **NÃO** os seguintes senhores Constituintes: Almir Gabriel, Antônio Brito, Bernardo Cabral, Celso Dourado, João Calmon, João Hermann Neto, Manoel Moreira, Nelson Jobim, Nilson Gibson, Oswaldo Lima Filho, Pimenta da Veiga, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Rodrigues Palma, Wilson Martins, Délio Braz, Euclides Scalco, Vicente Bogo, Aloysio Chaves, Eraldo Tinoco, José Lins, José Lourenço, Luís Eduardo, Sandra Cavalcanti, Enoc Vieira, Jonas Pinheiro, Gilson Machado, Paes Landim, Antônio Carlos Konder Reis, Gerson Peres, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia, Adylson Motta, Bonifácio de Andrada, Ottomar Pinto, Adolfo Oliveira e Siqueira Campos.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 28 Constituintes; votaram NÃO 37 Constituintes. Total: 65 votos. O Destaque foi **prejudicado**, por falta de **quorum** qualificado.

**Destaque nº 4177-87 – Emenda nº ES-20906-0 do Sr. Asdrúbal Bentes "que modifica a redação do § 5º do art. 13 do Substitutivo nº 1 (art. 13, § 4º, do Substitutivo nº 2)".**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Passamos à votação do Destaque nº 4177, de autoria do Constituinte Asdrúbal Bentes.

Concedo a palavra a S. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. CONSTITUINTE ASDRUBAL BENTES:** – Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, ao apresentar esta

emenda, para a qual requeri destaque, eu tinha por objetivo tornar inelegíveis os cidadãos com mais de 70 anos. Conquanto possa parecer discriminatória, quero dizer que nossa proposta está fundada no princípio maior de que todos são iguais perante a lei. Não vejo por que qualquer servidor tenha que aposentar-se compulsoriamente aos 70 anos e o político possa continuar com mandato eletivo após os 70 anos.

Fi-lo também tomando por base a média de vida do povo brasileiro, que é de 63 anos, segundo o IBGE. Temos exemplos na História. Entre os presidentes eleitos com mais de 70 anos, um não chegou a assumir o mandato – refiro-me ao saudoso Presidente Tancredo Neves – e os outros faleceram durante o mandato.

Esta emenda tem ainda o objetivo de propiciar a renovação de valores, tão salutar para todos os Poderes da República. Entretanto, depois do que assisti ontem nesta Assembléia, quando se abriram horizontes permitindo que jovens de 16 anos participem da vida política deste País, e quando se obrigou a que empresas nacionais ou estrangeiras sediadas no Brasil tenham 10% de seus empregados com 45 anos de idade, não seria justo viéssemos aqui tolher os mais idosos, aqueles que já têm 70 anos, de participarem ativamente da vida pública e política nacional.

Não vou retirar minha emenda como uma homenagem, porque não estamos nesta Casa para render homenagens, mas para elaborar uma Carta Magna. Entretanto, farei isso como justiça a esses grandes valores que temos aqui, a esses eminentes vultos da História brasileira que muito honraram e continuam honrando o nosso Parlamento, como Nelson Carneiro, Ulysses Guimarães e Afonso Arinos de Melo Franco. E também porque precisamos mesclar todos os setores da vida nacional, tanto no Legislativo como no Executivo e no Judiciário, unindo a inteligência e o vigor da juventude à experiência, à inteligência, à capacidade e ao exemplo dos mais antigos.

Retiro, pois, minha emenda, com a consciência tranqüila do dever cumprido.

Era o que tinha a dizer.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Agradeço ao Constituinte Asdrúbal Bentes por haver retirado a emenda, e o faço em nome do Presidente da Comissão de Sistematização, do Presidente desta Casa, do Constituinte Aluizio Campos e – quem sabe? – de todos nós.

Em votação o Destaque nº 6661, do Constituinte Vasco Alves. (Pausa) S. Ex.<sup>a</sup> está ausente. Prejudicado o destaque.

Em votação o Destaque nº 7716, do Constituinte Miro Teixeira. (Pausa) Prejudicado, pela ausência do autor.

Teríamos que passar, agora, à votação do pedido de preferência feito pela Constituinte Sandra Cavalcanti, mas, dado o adiantado da hora, vou suspender a reunião.

#### III – SUSPENSÃO DA REUNIÃO

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– A Presidência vai suspender os trabalhos, convocando os senhores Constituintes para a continuação da presente reunião, 2.<sup>a</sup>-feira, dezenove de outubro, às 14:30 horas.

Está suspensa a reunião.

(Suspende-se a reunião às 13:05 horas)

**EM 19 DE OUTUBRO DE 1987**

Presidência dos Srs.: **Fernando Henrique Cardoso**, Quarto-Vice-Presidente, **Brandão Monteiro**, Segundo-Vice-Presidente.

## I – REABERTURA DA REUNIÃO

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Havendo número regimental, declaro reaberta a reunião.

## II – COMUNICAÇÕES

**Da Presidência:**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Queria comunicar aos Srs. membros da Comissão de Sistematização que esta manhã houve uma reunião dos partidos, representados nesta Casa, através de seus líderes, da qual participei como Vice-Presidente, no exercício da Presidência da Comissão de Sistematização.

Nesta reunião ficou decidido que, para agilizar o processo de votação do substitutivo do Relator Bernardo Cabral, vamos procurar seguir algumas normas.

Em primeiro lugar, os partidos tratarão de reduzir os destaques a serem votados de modo a atingir certo número máximo de destaques por partido, tomando por base a proposta do Relator Bernardo Cabral e analisando também a possibilidade de reduzirmos ao máximo de 10% os destaques apresentados. A solução proposta foi a intermediária, dando-se um peso maior aos partidos com menor representação parlamentar, de tal modo que os partidos – e eu tenho insistido muito nisto – procurarão reduzir os destaques. Assim, caberão ao PMDB não mais do que 210 destaques, até o final da Constituinte; ao PFL, 98; ao PDS, 42; ao PDT, 28; ao PTB, 28; ao PT, 21; ao PL, 14; ao PDC, 14; ao PC do B, 14; ao PCB, 14; ao PSB, 14, e ao PMB, 7, num total de 504 destaques.

Quero deixar claro que esse mecanismo é de iniciativa dos partidos. Não se trata de mecanismo da Mesa. Os partidos se comprometem a chegar a esse objetivo, e não existe nenhuma imposição. É um mecanismo de cooperação das lideranças, que procurarão ater-se a esses números.

Em segundo lugar, também ficou bem evidenciado na reunião que, na definição dos destaques a serem levados a votação, cuidar-se-á de assegurar, independentemente da cota máxima de cada partido, a apreciação, pelo Plenário, de questões políticas polêmicas, controvertidas e que impliquem posições de princípio. Isso, através da seleção de destaques que configurem melhor as opções. Ou seja, o mecanismo de colaboração proposta não pode, de maneira alguma, ser confundido com algo que, eventualmente, uma maioria utilize para limitar o direito das minorias de colocarem a votos questões por elas, minorias, consideradas fundamentais. É um mecanismo perfeitamente democrático, visando apenas a agilizar o processo de aprovação, pela Comissão de Sistematização, do Substitutivo do Sr. Relator.

Além disso, para que haja um embasamento regimental, a única maneira pela qual será possível dar sustentação às decisões das lideranças será através de pedidos de preferência. E vamos manter o mecanismo regimental, segundo o qual a preferência é solicitada por títulos. Isto é, os partidos chegarão a acordo, em relação a cada título, quanto à definição sobre quais destaques irão permitir a adoção desse mecanismo.

Da mesma maneira, as lideranças presentes consideraram possível que os destaques venham a ser prejudicados, segundo a forma ou conteúdo, pela sua similitude com outro já aprovado ou rejeitado, mudando assim o entendimento anterior dessas mesmas lideranças, que não é o da Mesa.

Por fim, concordaram as lideranças que se faça um esforço para que na votação apenas dois oradores encaminhem – um a favor e outro contra.

Tudo isso tem o propósito de que possamos cumprir o prazo e, no dia 28 deste mês, o Projeto tenha sido integralmente submetido à apreciação desta Comissão. Na eventualidade de isso não acontecer, analisaremos, então, em

conjunto com a Presidência da Assembléia Nacional Constituinte, uma forma alternativa para levar adiante nosso trabalho. Não há, pois, outro propósito, senão a agilização dos trabalhos, e isso depende, fundamentalmente, da cooperação de V. Ex.<sup>as</sup>, eis que não haverá, em qualquer momento, qualquer decisão, por parte da Mesa, ao arrepio do que os Regimentos estipulam.

Estou, portanto, fazendo uma comunicação e pedindo o apoio e a colaboração de V. Ex.<sup>as</sup>. Evidentemente, no caso de se insistir noutro caminho, com apoio regimental, a Mesa não terá alternativa a não ser seguir o Regimento.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Permita-me, Sr. Presidente. Tenho uma questão de ordem escrita sobre a matéria, para a qual ainda não obtive resposta. Por isso peço preferência.

Sr. Presidente, acabo de ouvir de V. Ex.<sup>a</sup> – ao mesmo tempo impressionado e surpreendido – que essa decisão, ou seja lá que nome se lhe dê, que acaba de ser anunciada é, digamos, informal. Que as lideranças entre si, informalmente, tenham resolvido isso e passem a atuar por si, de acordo tal informalidade, tudo bem; mas, na medida em que a Presidência, onde V. Ex.<sup>a</sup> se encontra, anuncia à Comissão de Sistematização questões completamente ao arrepio do seu Regimento Interno, que não reconhece sequer lideranças partidárias nem partidos na Comissão de Sistematização, achei por bem apresentar, por escrito, uma questão de ordem, para demonstrar que o dono do destaque e da emenda é o Constituinte que o formulou, que o assinou em primeiro lugar, sendo os demais, signatários Ninguém mais, a não ser o Plenário da Comissão de Sistematização e o Plenário da Constituinte, poderá decidir sobre o destaque. Qualquer outro trabalho que possa haver sobre os destaques e sobre as emendas, no meu entender e no dos melhores regimentalistas que consultei, terá que ser informal. Mas, informal, em relação ao Constituinte, para que somente ele decida, individualmente, abrir mão do destaque.

Do mesmo modo, Sr. Presidente, quero registrar minha incompreensão – "quantitativa" – em relação aos números que V. Ex.<sup>a</sup> acaba de citar. Ser estabelecido isso informalmente é admissível. No entanto, o fato de V. Ex.<sup>a</sup> anunciar a cota a que cada partido terá direito, em termos de destaques, é o mesmo que aplicar um critério que, evidentemente, destoa por inteiro da função precípua não só da Comissão de Sistematização, não só do Plenário da Constituinte, mas, afinal, da própria Constituinte, que está aqui para elaborar uma Constituição.

Faço estes comentários sobre o pronunciamento de V. Ex.<sup>a</sup> insistindo em que essas decisões não podem ser tomadas ao arrepio do Regimento. De duas, uma: ou a Comissão de Sistematização, através de sua Mesa, decide que o Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte não está mais em vigor – o que nem ela nem a Mesa da Assembléia Nacional Constituinte podem fazer, porque para isso seria necessário que o Plenário da Constituinte decidisse modificar o Regimento – ou, então, ficaremos todos estapafurdidamente confusos diante do que acabamos de ouvir de V. Ex.<sup>a</sup>, que, inteligente, anunciou as decisões com vários considerandos, independentemente da vontade geral, o que, neste caso, é dispensável, pois bastaria que a decisão fosse comunicada às lideranças.

**O SR. CONSTITUINTE LUIZ ALBERTO RODRIGUES:** – Sr. Presidente, gostaria de argumentar no mesmo sentido, acreditando facilitar a resposta de V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE LUIZ ALBERTO RODRIGUES:** – Sr. Presidente, gostaria de dizer, inicialmente, que estou surpreso com a comunicação feita por V. Ex.<sup>a</sup>, a qual, um pouco enxugada, nos leva a um caminho profundamente arbitrário, desmontando o trabalho de alguns Constituintes mais comedidos.

É evidente que, ao interpretar a comunicação de V. Ex.<sup>a</sup>, percebemos que ela equivale à inutilização do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte. Quanto a mim, não fui consultado sobre o assunto. Criteriosamente, apresentei dois destaque. Entendo, assim, haver contribuído pessoalmente para a celeridade dos trabalhos desta Comissão. Eu gostaria de defendê-los, na forma do Regimento Interno, e gostaria que fossem votados. Alguns Constituintes, porém, fizeram uma verdadeira maratona, uma competição, a partir dos direitos que lhes são assegurados pelas normas regimentais, apresentando centenas de destaques.

A comunicação feita por V. Ex.<sup>a</sup> tem um caráter arbitrário, intempestivo e me parece ter o sentido – e eu não gostaria de interpretar deste modo – de dar uma satisfação à imprensa do País, segundo a qual a Assembléia Nacional Constituinte tem de fazer uma Constituição "no tapa", senão o Brasil acaba. É uma posição de que discordo. Creio que o trabalho desta Comissão tem sido produtivo, pois temos enxugado o texto durante as discussões e votações. Entre os Constituintes que apresentaram centenas de destaques, alguns têm tido o bom senso de retirá-los.

Gostaria, portanto, de comunicar à Mesa que não aceito ser prejudicado naquilo que entendo importante. Não quero ficar subordinado à liderança do meu partido, que poderia informalmente ter reunido as bancadas para colaborar com a Assembléia Nacional Constituinte e sugerir soluções internas que não necessitariam ser anunciadas por V. Ex.<sup>a</sup>, comprometendo a Mesa, numa atitude arbitrária, autoritária, anti-regimental e extemporânea.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Posteriormente responderei a V. Ex.<sup>a</sup>.

Com a palavra o Constituinte Brandão Monteiro.

**O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO MONTEIRO:** – Sr. Presidente, quero deixar bastante clara a posição do meu partido.

O PDT não concorda com o que foi expresso na leitura produzida por V. Ex.<sup>a</sup>. Até porque deixou essa posição muito clara, na reunião que houve hoje, pela manhã, na pessoa do Vice-Líder Vivaldo Barbosa. Tínhamos feito uma reunião anterior, e o objetivo da realizada hoje pela manhã, era listar os destaques de que os partidos abriam mão, sem que isso representasse uma decisão impositiva.

Nesse sentido, Sr. Presidente, devo dizer que o PDT não concorda com tal decisão e a ela não se subordinará. cremos que a solução para esse impasse está contida no que prescreve o Regimento Interno. Não seriam reuniões de lideranças que iriam revogar o Regimento Interno. Estamos prontos a colaborar, entendendo que devemos agilizar o processo de apreciação do projeto.

Outrossim, ainda não obtive resposta a uma pergunta que fiz na última reunião, sobre os partidos que discutem e votam na Comissão de Sistematização.

O Relator Bernardo Cabral participou dessa reunião? Quantos artigos S. Ex.<sup>a</sup> concordou em retirar?

Essas questões são importantes, porque, quando faço a leitura das Disposições Transitórias constato, ali, verdadeiros absurdos e casuísmos.

Dessa forma, quero dizer que iremos colaborar no sentido de diminuir o número de destaques, mas não vamos de maneira alguma, aceitar imposições que começam a ocorrer em função do que diz a imprensa, sobretudo depois de ter tomado conhecimento de que o Presidente Ulysses Guimarães reuniu-se, no domingo, com as Lideranças do PMDB, a fim de encontrar uma solução para o problema e sugerir que os demais partidos assinassem embaixo. Esta, a posição do PDT.

**O SR. CONSTITUINTE TADEU FRANÇA** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Tem a palavra o nobre Constituinte Tadeu França.

**O SR. CONSTITUINTE TADEU FRANÇA:** – Sr. Presidente, desejo apenas solicitar que uma deliberação desse teor seja previamente encaminhada às Lideranças dos partidos, a fim de que possam reunir-se com as respectivas bancadas e deliberar sobre o assunto.

A verdade é que há destaques para artigos do projeto que representam um retrocesso até com relação à Constituição vigente. Estão presentes nesta Casa professores paranaenses, esperando que aquilo que é caracterizado no projeto como retrocesso no setor da educação possa ser corrigido através do destaque.

Por esta razão, manifesto minha profunda discordância com a decisão anunciada por V. Ex.<sup>a</sup> eis que não houve uma discussão profunda e sistemática a respeito. Mais do que a pressa, o que importa é fazermos uma Constituição que vá ao encontro dos anseios do povo brasileiro. **(Palmas nas galerias.)**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Quero informar que, de acordo com o Regimento desta Casa, as galerias não podem manifestar-se.

Ao responder às questões de ordem e procurando sanar algumas dúvidas levantadas, quero reafirmar o seguinte: eu apenas informei à Comissão de Sistematização o resultado de um encontro de líderes. Tive o cuidado – e o Deputado Carlos Sant'Anna, com a agilidade mental que o caracteriza e com a sua generosidade, já ponderou que o havia feito – de deixar claro, mas talvez não tanto, que não se trata de uma decisão da Mesa, mas de uma questão que, a meu ver, supera as demais.

Há necessidade de agilizarmos nossos trabalhos. Não porque a imprensa tenha dito isso ou aquilo, embora, pessoalmente, eu ache que, quando a imprensa faz uma crítica correta, havendo possibilidade, deve-se corrigir o erro. Mas não se trata disso. O fato é que a experiência nos mostrou que nessas três semanas de funcionamento trouxemos cerca de 1.200 destaques, dos quais foram votados apenas 130, ou seja, cerca de 10%. Se tivéssemos feito um trabalho prévio, político, de convencimento, ao invés de o fazermos com o atropelo do momento, teríamos avançado mais.

O objetivo é só esse. Não há qualquer imposição, mas uma disposição de cooperação. Quanto a isto, creio que também fui claro. E respondo, assim, ao Constituinte Tadeu França. Quanto a qualquer assunto, ainda que uma só pessoa o considere fundamental, não temos alternativa senão submetê-lo a voto.

Trata-se, pois, de cooperação racional, não de imposição. Existem mecanismos regimentais que poderiam ser usados, mas não queremos fazê-lo. Seria muito simples, por exemplo, que dois partidos majoritários se reunissem e se pusessem de acordo com relação às preferências. Regimentalmente, nada haveria a objetar. Mas não nos passa pela cabeça tal prática, que seria autoritária. A questão é outra. O que se pretende é uma forma de cooperação. Nada impedirá – como não impediu, quando da apresentação de uma questão de ordem, na vez anterior – que um Constituinte que se sinta lesado no seu legítimo interesse de apresentar um destaque, o faça. A Mesa não poderá privar o Constituinte desse direito. As Lideranças, porém, têm a obrigação política de tentar convencê-lo quanto a apresentá-lo ou não. Se não forem capazes disto, ele guarda a autonomia que tem, e insiste. Esta, porém, não é a última instância para julgamento dos destaques. Se requerido, os que não forem aprovados irão ao Plenário da Assembléia Nacional Constituinte.

Não há, assim, qualquer mecanismo de força sendo implementado; existe apenas a consciência geral de que precisamos agilizar nossos trabalhos. Se trabalharmos bem antes da sessão nós a agilizaremos.



Uma tentativa nesse sentido já se começou a fazer, hoje de manhã, exatamente a partir do que o Constituinte Brandão Monteiro referiu há pouco: um acordo político. Neste sentido, desejo dizer que me parece pertinente, tempestiva e absolutamente não autoritário sugerir uma disciplina espontânea. E, mais: os que a ela não quiserem cingir-se, que saiam e arrastem a responsabilidade de explicar o por quê. Talvez nos convençam de que têm razão, e neste caso votaremos a favor de sua posição.

Quero também dizer ao Constituinte Brandão Monteiro que fiz ao Relator a mesma pergunta que S. Ex.<sup>a</sup>, e obtive resposta afirmativa. S. Ex.<sup>a</sup> participará, como participou hoje, das reuniões, e está disposto a colaborar para a agilização dos trabalhos, tanto quanto necessário, substituindo ou conciliando seus destaques.

Srs. Constituintes, estamos propondo um mecanismo de cooperação entre nós. Fiquem certos de que a Mesa da Comissão de Sistematização assegurará, até o final, os direitos de V. Ex.<sup>as</sup> e também as regras regimentais. Se algum Constituinte, ainda que por teimosia, insistir em manter seus destaques, contra todos, terá seu ponto de vista respeitado, como ocorreu em outras ocasiões.

**O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO MONTEIRO:** – Permita-me Sr. Presidente

Uma declaração de V. Ex.<sup>a</sup> me chamou a atenção. O Relator Bernardo Cabral apresentou destaques?

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Não.

**O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO MONTEIRO:** – V. Ex.<sup>a</sup> disse que o Relator está disposto a abrir mão de seus destaques?

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Formulei mal meu pensamento. Não quis dizer isto.

**O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO MONTEIRO:** – O Relator está disposto a enxugar seu Projeto?

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Encontrando-se algum mecanismo regimental que o permita, está.

Darei a palavra ao Relator para que S. Ex.<sup>a</sup> explique sua intenção.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Sr. Presidente, sobre a mesma questão, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Sr. Presidente, desejo registrar uma distorção e corrigi-la. As palavras de V. Ex.<sup>a</sup> podem dar a impressão de que só V. Ex.<sup>a</sup> está preocupado com a agilização dos trabalhos.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Perdoe-me V. Ex.<sup>a</sup> Não foi minha intenção. Todos estamos preocupados.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Pode parecer também que os Constituintes que estão questionando as medidas estejam interessados em outras práticas. O que é um entendimento distorcido. Ao contrário, tenho, no máximo que posso, apresentado sugestões – e todos os companheiros que aqui nos circundam também o têm feito – a fim de que a agilização ocorra. Todavia, o que transforma tudo isso numa camisa-de-força, de difícil saída, é o Regimento Interno. Neste caso, se quisermos realmente propiciar uma abertura para maior agilidade dos trabalhos, o que a Mesa da Assembléia Nacional Constituinte – acima da Mesa da Comissão de Sistematização – deverá fazer é reconhecer que precisa urgentemente alterar o Regimento.

A verdade é que, com esse Regimento Interno, será muito difícil alcançar o propósito que V. Ex.<sup>a</sup> propugna. É preciso coragem para que a Mesa da Assembléia Nacional Constituinte assuma a iniciativa de fazer modificações, que se estão mostrando absolutamente necessárias para o bom rendimento dos trabalhos.

Por exemplo, temos sugerido a diversos companheiros – e a idéia não é originariamente nossa – que a Assembléia Nacional Constituinte e a Comissão de Sistematização, passem a atuar de tal maneira que, de manhã, funcione a Comissão de Sistematização e, à tarde, o Plenário da Assembléia Nacional Constituinte – naturalmente para votar capítulos e títulos já aprovados pela Comissão de Sistematização. Sabe V. Ex.<sup>a</sup> por que isso não pode ser feito? Porque o Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte não o permite. Para fazê-lo, será preciso proceder a uma ampla modificação do Regimento. Por este motivo, o Presidente Ulysses Guimarães, profundo conhecedor do Regimento, tem relutado em aprovar essa forma de trabalharmos. A agilização, sem dúvida alguma, depende de uma profunda modificação do Regimento, que não previu a absurda quantidade de destaques e emendas apresentada na Comissão de Sistematização, como ocorrerá também no Plenário da Constituinte.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Nobre Constituinte Carlos Sant'Anna, quero dizer a V. Ex.<sup>a</sup> que em nenhum momento me ocorreu formular meu pensamento de maneira a dar a impressão de que só eu, ou os Líderes, ou só a Mesa estivéssemos interessados na agilização dos trabalhos. Se não fui explícito, torno-me claro agora – em particular no que diz respeito a V. Ex.<sup>a</sup>.

Concordo com a última observação que fez. Fui Relator do Regimento Interno, e todos se lembram da luta que empreendi para tornar mais restrita a apresentação de destaques e de como perdi a questão em Plenário, porque naquele momento predominava o espírito de abertura. A decisão não foi minha, mas da Assembléia Nacional Constituinte. O que ocorreu agora e provocou essa enxurrada de destaques foi que a Comissão de Sistematização se abriu a todo o Plenário. E isto não está no Regimento. Estamos diante de um fato grave. Hoje nos defrontamos com 8 mil destaques, apresentados por mais de 500 Parlamentares, enquanto o Regimento previa que apenas 90 e poucos pediriam destaques. É esta a realidade.

Concordo com V. Ex.<sup>a</sup> quanto à necessidade de mudar o Regimento. No momento oportuno – que já se está aproximando –, V. Ex.<sup>a</sup> terá em mim um aliado na defesa de uma modificação que seja eficaz, rápida, cirúrgica e que nos permita votar de forma adequada no plenário. Deixei de dizer aqui o mesmo que V. Ex.<sup>a</sup>, ou seja, que estávamos dispostos a discutir com a Mesa – tenho isto aqui por escrito – a sugestão de V. Ex.<sup>a</sup>, no sentido de que houvesse concomitância. E não o disse porque tenho tanta consciência quanto V. Ex.<sup>a</sup> de que isto implica uma alteração no Regimento.

Concedo a palavra ao Constituinte Brandão Monteiro.

**O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO MONTEIRO:** – Sr. Presidente, devo voltar ao assunto, na medida em que as argumentações aqui amplamente expendidas – e eu chamaria a atenção da Presidência para este fato – dizem respeito à questão regimental.

Poderemos abrir um grave precedente. Sei que certas forças, aqui, buscam, no momento, modificar realmente o Regimento – acho que esta não é a idéia dos Líderes –, objetivando, inclusive, a apresentação de substitutivos integrais, o que é expressamente negado pelo Regimento.

Devemos ter essas questões presentes na hora das discussões. Estamos aqui para colaborar, certos de que nosso posicionamento pretende a defesa de agilizar os

trabalhos, mas também cobrando da Presidência algumas providências.

No bojo dessa discussão, por exemplo, fala-se que a imprensa tem, diuturnamente, comentado o funcionamento da Assembléia Nacional Constituinte. Há mais de dois meses solicitei reunião dos Líderes ao Presidente Ulysses Guimarães, pedindo também que se requisitasse uma cadeia de rádio e televisão para explicar ao povo brasileiro o tipo de trabalho que estamos realizando. A propósito, a Constituinte Sandra Cavalcanti, secundada por V. Ex.<sup>a</sup>, levantou aqui, na semana passada, a questão referente ao posicionamento do Consultor-Geral da República, Saulo Ramos. Contudo, apesar de todas essas posições, não foi tomada providência alguma pela Presidência da Assembléia Nacional Constituinte.

Não quero estender-me, mas gostaria de ouvir a palavra do Relator. Na verdade, se os partidos, se os Constituintes devem abrir mão de seus destaques – e acho que devem – é preciso também saber se o Relator Bernardo Cabral está disposto, de acordo com as Lideranças, a enxugar seu Projeto. Basicamente, nas Disposições Transitórias, ele contém verdadeiros casuísmos e absurdos, que não poderão nele permanecer. Eu objetaria a que os Parlamentares retirassem suas emendas com o Relator mantendo aquilo que dará muita discussão aqui no Plenário. Mais do que isso, perguntaria, quais emendas estão sendo discutidas no plenário da Comissão de Sistematização. Quero saber: Como vamos agilizar os trabalhos no Plenário? Ou os Constituintes sofrerão *capitis diminutio* em sua tarefa de fazer a nova Constituição?

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Esperarei a presença do Relator Bernardo Cabral, para pedir que S. Ex.<sup>a</sup> esclareça a questão levantada por V. Ex.<sup>a</sup>.

Ratifico, no entanto, o que disse; os destaques poderão ser novamente considerados pela Assembléia Constituinte, no plenário, sob requerimento.

Concedo a palavra ao Constituinte João Menezes. Em seguida, passaremos à votação.

**O SR. CONSTITUINTE JOÃO MENEZES:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, vejo com certa preocupação a transformação que se deseja fazer aqui na discussão do Projeto de Constituição. Sei que V. Ex.<sup>a</sup> está procurando, da melhor forma, encontrar um caminho que pareça mais fácil, para votarmos a futura Constituição.

Defendo, porém, idéia exatamente contrária. Quando os Srs. Constituintes apresentam uma emenda ou pedem um destaque, estão representando parcela da população que os trouxe a esta Casa. Portanto, não podem e não devem ser tolhidos em seu direito de discutir essas emendas.

Não vejo por que estabelecer uma data fixa, determinada, para a votação do Projeto de Constituição. Por que a pressa em encerrar a discussão nesta Comissão de Sistematização para, em seguida, marcar data para a promulgação da Constituição? Por que isso, Sr. Presidente?

Precisamos, realmente, discutir os termos da Constituição para depois aprová-la. Não podemos amputar a discussão, porque, se assim o fizermos, teremos uma Constituição falha, que não irá atender aos interesses dos Constituintes.

Manifesto-me contrário a todas essas medidas que se quer adotar, com reunião de líderes ou de grupos, para decidir se tira essa ou aquela emenda. O Constituinte que quiser retirar, na hora, sua emenda, que o faça. Estamos aqui para discutir – demore um, dois ou três meses, ou o tempo que for. O prazo para se terminar a discussão não pode ser fixado.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Registro a opinião de V. Ex.<sup>a</sup>.

Concedo a palavra ao nobre Constituinte Gastone Righi.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr. Presidente, quero apenas registrar uma opinião sobre toda essa celeuma. O que V. Ex.<sup>a</sup> anunciou à Comissão foi a manifestação de intenções de algumas Lideranças. Não há nada estabelecido como decisão, seja da Mesa, seja da Comissão. Eu, simplesmente, não tomei parte dessa reunião porque não fui convidado. Mas é claro que participo com V. Ex.<sup>a</sup> do empenho e do desejo de abreviarmos ao máximo os nossos trabalhos.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup> a perfeita compreensão do assunto.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ ULÍSSES DE OLIVEIRA:** – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Tem a palavra V. Ex.<sup>a</sup>, pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ ULÍSSES DE OLIVEIRA:** – Sr. Presidente, gostaria de obter uma informação. Ouvi pelos alto-falantes a discussão sobre os critérios a serem adotados pelas Lideranças com relação ao funcionamento da Comissão de Sistematização. O PMDB teria 200 e poucos destaques, e o Partido Municipalista Brasileiro, se não me engano, 7. Pois bem, o PMDB tem 305 Constituintes, o que significa menos de um destaque por Constituinte; o Partido Municipalista Brasileiro tem um, o que representa sete destaques por Constituinte. Então, qual o critério? Tem-se um mínimo e um máximo, como na questão eleitoral, ou é diferente? Esse Constituinte será privilegiado. Se ele, sozinho, tem direito a apresentar 7 destaques, os outros Constituintes, por pertencerem, digamos, ao PMDB – não sei qual a relação – não podem apresentar um destaque por Constituinte.

O critério não está sendo justo e proporcional.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Esclareço ao nobre Constituinte que essa questão deve ser levada à Liderança do seu Partido. Isso foi ponderado para mostrar que o PFL e o PMDB, compreendendo as dificuldades, cederiam mais, dentro desse princípio.

### III – ORDEM DO DIA

#### VOTAÇÃO DO PROJETO DE CONSTITUIÇÃO

#### TÍTULO II (continuação)

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Passamos à votação do requerimento de preferência, de autoria da Constituinte Sandra Cavalcanti, que pede preferência para o Destaque nº 7219, de 1987, referente ao § 4º do art. 3º (**Pausa**)

A Constituinte Sandra Cavalcanti retirou o pedido de preferência.

Em votação o Destaque nº 395, do Constituinte José Genoíno.

Constituinte José Genoíno encontra-se presente? (**Pausa**) Ausente.

Está prejudicado o destaque

**Destaque nº 4189-87 – Emenda nº ES-23354-8, do Sr. Octávio Elísio, "que modifica o art. 13, § 5º, do Substitutivo nº 1 (art. 13, § 4º, do Substitutivo nº 2)". (171ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Em votação o Destaque nº 4189, do Constituinte Octávio Elísio. Constituinte Octávio Elísio, V. Ex.<sup>a</sup> mantém o destaque, relativo ao art. 13, § 4º? (**Pausa**)

Concedo a palavra a V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. CONSTITUINTE OCTAVIO ELÍSIO:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a emenda que estamos apresentando é indispensável, especialmente a partir da apro-

vação, por esta Assembléia Nacional Constituinte, do voto facultativo a partir dos 16 anos.

O § 4º do 2º Substitutivo diz: "são inelegíveis os inalistáveis e os analfabetos".

A emenda que apresento à consideração desta Comissão é aditiva da seguinte expressão: "...e os que não contem o mínimo de 18 anos na data da eleição".

Portanto, a nossa proposta é no sentido de que, a partir da aprovação, por esta Comissão, do voto facultativo aos 16 anos, o § 4º tenha a seguinte redação:

"São inelegíveis os inalistáveis, os analfabetos e os que não contem o mínimo de 18 anos na data da eleição."

Acho que não há necessidade de maior justificativa a esta emenda que apresentamos e para a qual peço o voto da Comissão de Sistematização. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Com a palavra o Constituinte Gastone Righi, para encaminhar contra.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr. Presidente, meu encaminhamento será muito breve. Desejo apenas esclarecer a esta Comissão que é absolutamente irrelevante a emenda apresentada pelo insigne Constituinte Octávio Elísio.

O que S. Ex.<sup>a</sup> pretende é explicitar que serão inelegíveis os que não tiverem atingido a idade de 18 anos. Devo chamar a atenção dos ilustres membros desta Comissão da Sistematização para os itens anteriores do § 3º **(Pausa)**

Diante da explicação dada pelo Constituinte Nelson Jobim, retiro minha contradita em relação à emenda, e passo a apoiá-la.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Vai-se proceder à votação.

**(Procede-se à votação)**

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Almir Gabriel, Antônio Britto, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Cid Carvalho, Egídio Ferreira Lima, Fernando Gasparian, Fernando Henrique Cardoso, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, João Calmon, José Fogaça, José Paulo Bisol, José Richa, José Ulisses de Oliveira, Mário Lima, Nelson Jobim, Nelson Friedrich, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Renato Vianna, Rodrigues Palma, Sigmaringa Seixas, Wilson Martins, Antonio Mariz, Délio Braz, Israel Pinheiro, João Natal, Octávio Elísio, Uldurico Pinto, Vicente Bogo, Vilson Souza, Aloysio Chaves, Antoniocarlos Mendes Thame, Arnaldo Prieto, Cristóvam Chiaradia, Edme Tavares, Eraldo Tinoco, Inocêncio Oliveira, José Jorge, José Lins, José Lourenço, Mário Assad, Sandra Cavalcanti, Enoc Vieira, Edison Lobão, Jonas Pinheiro, Gilson Machado, Ricardo Izar, Antônio Carlos Konder Reis, Gerson Peres, José Luiz Maia, Adylson Motta, Bonifácio de Andrada, Brandão Monteiro, Vivaldo Barbosa, Lysâneas Maciel, Francisco Rossi, Gastone Righi, Ottomar Pinto, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Adolfo Oliveira, Siqueira Campos, Haroldo Lima, Roberto Freire e Jamil Haddad. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Carlos Sant'Anna, Celso Dourado, Nilson Gibson, Prisco Viana, Francisco Benjamim e Luís Eduardo.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 70 Constituintes; votaram NÃO 6 Constituintes. Total: 76 votos. O Destaque foi **aprovado**.

Passamos agora à consideração do Destaque nº 7212, do Senador José Richa. Pergunto se S. Ex.<sup>a</sup> se encontra presente e se mantém o destaque para suprimir a expressão "e os analfabetos".

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ RICHÁ:** – Sr. Presidente, retiro o destaque.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Retirado.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Tem a palavra o nobre Constituinte José Lins.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Sr. Presidente, o material que a Mesa tem distribuído para acompanhamento das votações é simplesmente a lista dos destaques por artigo, por parágrafo, ou por item a ser votado. Infelizmente, essas listas são bastante incompletas. Portanto, solicito a V. Ex.<sup>a</sup> diligenciar para que nos forneçam roteiros adequados, para que possamos trabalhar melhor.

Os dois últimos destaques citados por V. Ex.<sup>a</sup>, por exemplo, não constam da lista apresentada pela Mesa.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Quero esclarecer a V. Ex.<sup>a</sup> que na reunião feita esta manhã pedimos que a Mesa nos informasse com antecipação e por classificação as emendas – supressivas, modificativas etc. – que constariam da pauta. Mas há a questão das preferências, que altera a dinâmica do processo.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Sr. Presidente, fui informado de que o destaque do Constituinte Octávio Elísio está classificado no § 3º do mesmo artigo.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – É verdade. Está deslocado.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, peço a palavra, para um esclarecimento.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Tem a palavra V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, trata-se de um esclarecimento que é mais uma satisfação aos ilustres membros da Comissão de Sistematização e à própria Assembléia Nacional Constituinte.

O jornal **A Folha de S. Paulo**, edição de ontem, deu publicidade a matéria altamente ofensiva a minha pessoa e recheada de inverdades, razão pela qual tomarei as medidas judiciais competentes dentro do prazo que me assegura a legislação pertinente.

Era esta a comunicação, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – A Mesa solidariza-se com V. Ex.<sup>a</sup>, merecedor de nosso respeito, e acredita que a providência adotada por V. Ex.<sup>a</sup> foi adequada, de tal maneira que se preserve o bom nome dos Constituintes.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Passemos ao Destaque nº 7356, do Constituinte Antonio Mariz, que igualmente pede que se suprima a expressão "e os analfabetos".

O Destaque nº 7356 já está prejudicado. O mesmo ocorre com o de autoria do Constituinte Percival Muniz e com o de nº 8145, do Constituinte Haroldo Sabóia. O de nº 1131, de autoria do Constituinte Vivaldo Barbosa, atendido o 2º Substitutivo, está prejudicado, o mesmo ocorrendo com o Destaque nº 8098, do Constituinte Osvaldo Coelho, que já foi atendido no § 4º.

Passemos ao § 5º do art. 13. Há um pedido de destaque, de nº 704, do Constituinte Mário Maia. Encontra-se presente S. Ex.<sup>a</sup>? **(Pausa)** Pela ausência do requerimento, está prejudicado o destaque. Destaque nº 5233, do Depu-

tado Ziza Valadares. Está presente S. Ex.<sup>a</sup> **(Pausa)**. Não estando presente, está prejudicado o destaque.

Deputado Prisco Viana retira o seu destaque de nº 6431. Há também um requerimento de preferência para o Destaque nº 7220, do Senador José Richa, assinado pela Constituinte Sandra Cavalcanti. Suponho que foi retirado pela autoria. **(Pausa)**. Retirado. Idem, quanto ao Destaque nº 7220, referente ao § 5º, de autoria da nobre Constituinte. Retirado.

Da mesma forma, o Destaque nº 7220 foi retirado. Há um requerimento de preferência do nobre Constituinte Pimenta da Veiga. A preferência foi retirada e creio que, com ela, vários destaques.

Destaque nº 4705, do nobre Constituinte Euclides Scalco. Retirado.

Pedido de preferência para votação da Emenda nº 34022, do nobre Constituinte Nelson Friedrich.

Sr. Constituinte, V. Ex.<sup>a</sup> a mantém? Trata-se do art. 13, § 6º V. Ex.<sup>a</sup> pede preferência? **(Pausa)**

**O SR. CONSTITUINTE NELTON FRIEDRICH:** – Para o § 5º, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – É difícil entender o que está escrito aqui. Está escrito a lápis: destaque nº 2696, art. 13, § 6º do 1º Substitutivo. Mas é o 6º do Substitutivo. Retirado?

**O SR. CONSTITUINTE NELTON FRIEDRICH:** – Sr. Presidente a emenda que tenho interesse em submeter à apreciação da Casa é a de nº 34022-1.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – V. Ex.<sup>a</sup> a mantém? É relativa a quê? Vamos votar a preferência?

**O SR. CONSTITUINTE NELTON FRIEDRICH:** – É referente à reeleição. A preferência diz:

"São elegíveis, para os mesmos cargos, o Presidente da República, o Governador de Estado, o do Distrito Federal e Prefeitos, por um mandato subsequente."

Mas há outra, mais ampla.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – São elegíveis ou inelegíveis? O que está escrito aqui é ilegível.

**O SR. CONSTITUINTE NELTON FRIEDRICH:** – Não dá para ler? Trata-se de reeleição: elegíveis para o mesmo cargo...

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Então, a palavra é "elegíveis"?

**O SR. CONSTITUINTE NELTON FRIEDRICH:** – Exato. Houve erro gráfico, erro de impressão. É "elegíveis". É o princípio da reeleição, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Deseja V. Ex.<sup>a</sup> aprovar o princípio da reeleição?

**O SR. CONSTITUINTE NELTON FRIEDRICH:** – Exatamente.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Mantém V. Ex.<sup>a</sup> esse destaque?

**O SR. CONSTITUINTE NELTON FRIEDRICH:** – Mantenho.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Tendo V. Ex.<sup>a</sup> mantido o pedido de preferência, vamos votá-lo.

Os Srs. Constituintes que estiverem de acordo com a preferência queiram manifestar-se. **(Pausa)** Negada a preferência.

Em votação Destaque nº 770, do Constituinte Percival Muniz. S. Ex.<sup>a</sup> está presente? **(Pausa)** Não estando presente, está prejudicado o destaque.

**Destaque nº 2696-87 – Emenda nº ES-34022-1, do Sr. NELTON FRIEDRICH "que modifica o § 6º do artigo 13 do Substitutivo nº 1 (artigo 13, § 5º, do Substitutivo nº 2)".**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Sr. Constituinte Nelson Friedrich, veja como os deuses estão do seu lado. Foi negada preferência para a Emenda nº 2696, de sua autoria, e agora a preferência recai automaticamente sobre ela. Eu pediria a V. Ex.<sup>a</sup> que se expressasse melhor sobre a matéria, porque o texto que tenho em mãos diz: São elegíveis para o mesmo cargo..."

**O SR. CONSTITUINTE NELTON FRIEDRICH:** – Sr. Presidente, há um erro gráfico. A proposta, em síntese, é pela previsão do direito de reeleição, por um mandato, dos titulares de cargos executivos, como Prefeitos, Governadores, Presidentes da República e assim por diante.

A possibilidade de reeleição é uma prática consagrada na maior parte dos países que consolidaram suas instituições e que têm um conteúdo democrático, ajustado a esses tipos de soberania popular, de respeito à vontade do povo. O princípio da reelegibilidade em momento algum fere o princípio da alternância do poder. Aliás, é complementar a este princípio. Cabe ao eleitor, em última instância, optar pela reeleição de um chefe do Executivo. Na medida em que o supremo julgamento popular decide sobre a reeleição ou não do chefe de um cargo do Executivo, estamos restabelecendo, mais do que nunca, este princípio democrático do respeito à vontade, ao desejo do eleitor, ao julgamento popular.

Sobre esse assunto há muitas dúvidas, eu sei. Há também muitas alegações. Alguns acreditam que, na medida em que um Prefeito possa ser candidato à reeleição, usará a máquina administrativa pública com vistas ao fortalecimento de sua candidatura. Outros argumentam que estaríamos incentivando o abuso do poder e o abuso no uso da máquina administrativa pública, e que isso poderia significar a manutenção de muitas pessoas em cargos de Prefeito, por vários anos.

Nesta hora, ao falar aos Srs. Constituintes presentes e ao ilustre Relator, devo dizer que não podemos continuar legislando sobre os efeitos. Precisamos aprimorar a fiscalização popular sobre o Executivo. Precisamos melhorar o Poder Judiciário, para que haja efetivamente punição nos casos de abuso de autoridade, de irregularidades, nos casos em que haja, portanto, o uso da máquina administrativa em eleição. Precisamos ampliar a liberdade de imprensa, para que possam ser divulgados, com amplos poderes e ampla liberdade, os abusos, as irregularidades e os desvios do Poder Executivo no transcorrer de um mandato eletivo. Precisamos criar mecanismos fortes, consolidados, de participação popular, constituindo, por exemplo, conselhos de ouvidores, para fiscalizarem as contas públicas, auxiliando as próprias Câmaras Municipais. Precisamos ampliar a participação popular nos conselhos comunitários, institucionalizando a chamada democracia participativa, o que até certo ponto começamos a fazer, ao aprovar o primeiro artigo desta proposta à Constituição, quando colocamos que o poder pertence ao povo, a soberania é do povo, que a exercerá por seus representantes, ou diretamente, nos casos previstos na Constituição.

Ao mesmo tempo, tirar de um Prefeito, de um Governador eleito ou de um Presidente da República a condição de se expor ao julgamento popular, para que não só sejam julgadas as suas gestões, mas também para que possam dar-lhes continuidade, se forem de boa qualidade, é atribuição a ser também restaurada pelo retorno dos poderes do Legislativo, para que o Legislativo municipal tenha força, não seja um sub-poder, como acontece hoje.

Sabedores de que no Projeto ora em discussão se contempla com vigor o retorno das prerrogativas do Poder Legislativo, podemos ter maior tranqüilidade, permitindo a reeleição, porque teremos uma Câmara Municipal, uma Assembléia Legislativa, um Congresso Nacional vigorosos, para não só apreciar o Orçamento, como também para acompanhar sua execução e, evidentemente, exercer até o planejamento geral.

Concluo, dizendo que as legislações partidária e eleitoral devem ser aprimoradas. Faço esta síntese porque não devemos continuar administrando os efeitos. Abusos aconteceram e ainda hoje acontecem. Quem pretende uma Constituição para durar 30, 40, 50 anos não pode, nesta hora, obstruir o direito legítimo à reeleição. Insisto em que o supremo julgamento popular seja atribuição do eleitor.

Além disso, há o aspecto administrativo do planejamento público melhor viabilizado na modernização administrativa e na continuidade, vista no melhor sentido.

Quero, portanto, dizer que, sendo candidato, o Chefe do Executivo também terá maior cautela, não só quanto aos órgãos institucionalizados de fiscalização, mas também quanto à opinião pública.

A proposta de reeleição que faço nesta emenda visa a permitir que o povo julgue seus governantes, que, sendo bons, poderão continuar. A má administração será, através desse julgamento, definitivamente superada, com a não-aprovação popular do candidato à reeleição.

Democracia plena é o poder popular de, pelo voto, acolher ou repudiar candidatos e partidos.

Respeito a plenitude da soberania popular e democrática, para que o povo seja o supremo julgador. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Com a palavra o Constituinte Celso Dourado, que vai encaminhar contra.

**O SR. CONSTITUINTE CELSO DOURADO:** – Sr. Presidente, estamos vivendo uma época em que a questão do poder é extremamente complexa. Hoje, quem detém o poder tem condições de mantê-lo, mesmo em situações muito adversas. Lamentavelmente, na tradição brasileira, os detentores do poder não gostam de abrir mão dele em circunstância alguma.

Não podemos, portanto, aceitar a emenda proposta pelo nobre Constituinte Nelson Friedrich, porque, em vez de aprimorar nosso sistema democrático, ela estimula a corrupção e a manutenção da atual realidade política.

Nosso partido, o PMDB, lutou durante décadas pela democratização do Brasil. Agora ele consegue uma bonita vitória eleitoral, mas não detém inteiramente o poder, dada a complexidade política existente no País. Mais do que nunca, estamos conscientes de que é preciso aprimorar a prática democrática. Permitir a reeleição dos que ocupam o Poder Executivo será abrir ampla possibilidade à corrupção já existente. Sobretudo para os pequenos e médios municípios, a aprovação desta emenda seria um retrocesso muito grande, porque neles o Poder Executivo controla toda a vida municipal. Lamentavelmente, esta é tradição do clientelismo. Todos querem ter um emprego público.

Posso falar desta maneira crítica sobre a realidade porque nunca busquei emprego ou ocupei cargo público. Este é o primeiro mandato que exerço, e espero ter possibilidade de contribuir para a prática democrática. Como neófito, procuro aprender, com as figuras históricas desta Casa, o que essas pessoas podem transmitir, para o aprimoramento democrático do País. Estou também consciente e crítico a respeito do comportamento de pretensos políticos experientes, que, às vezes, dão exemplo de maus democratas – alguns porque têm nostalgia do período

ditatorial, outros porque continuam pretendendo ditar o comportamento popular.

Sr. Presidente, meu partido precisa estar consciente desta realidade. Não podemos aceitar a idéia de reeleição de Prefeitos, de Governadores e do Chefe do Poder Executivo, porque desta forma abriríamos ampla possibilidade à corrupção, à distorção das administrações e ao desvio das verbas. Lamentavelmente, a atual realidade, nos Municípios, é que, às vezes, nem 30% da arrecadação são empregados na administração municipal; a maior parte dessa arrecadação é desviada vergonhosamente. Os Executivos municipais estão sempre esperando a época das eleições para investir na eleição de seu compadre, de seu parente ou de seu amigo. Se colocarmos na Constituição essa possibilidade, eles investirão, violenta e vergonhosamente, na própria reeleição, o que seria extremamente prejudicial à prática democrática no País. Muito obrigado. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup> e indago se o Constituinte Nelson Friedrich está presente. **(Pausa)**

Consulto informalmente o Plenário sobre quais Constituintes estariam dispostos a sustentar a emenda de autoria do Constituinte Nelson Friedrich. **(Pausa)** Pergunto a S. Ex.<sup>a</sup> se deseja submetê-la à votação.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Esta emenda é fundamental, vamos votá-la.

**O SR. CONSTITUINTE NELTON FRIEDRICH:** – Sr. Presidente, acho que minha proposição é fundamental. Mas existe proposta melhor.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Perdoe-me V. Ex.<sup>a</sup>, mas vou seguir estritamente o Regimento. Esta emenda prejudica as que são iguais ou semelhantes a ela. Se V. Ex.<sup>a</sup> quiser colocá-la em votação, que o faça agora.

**O SR. CONSTITUINTE LUIZ ALBERTO RODRIGUES:** – Sr. Presidente, permita-me levantar questão de ordem a respeito do processo de votação.

Há uma dúvida a respeito da redação dada pelo Constituinte Nelson Friedrich à sua emenda. Entende-se que, ao dizer que são elegíveis os prefeitos, tornaria inelegíveis, por exemplo, os parlamentares. Portanto, a reeleição se mantém.

Estou inscrito para defendê-la. Gostaria de saber se esse entendimento é válido, porque, no caso, defenderei a próxima emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Em primeiro lugar, lamento informar a V. Ex.<sup>a</sup> que, de acordo com as regras vigentes, só podem fazer uso da palavra os membros da Comissão de Sistematização, ou seus suplentes. V. Ex.<sup>a</sup> não pode, portanto, usá-la.

Em segundo lugar, quero dizer que devo ater-me ao texto que aqui está. Os acordos devem ser feitos antes. Se V. Ex.<sup>a</sup> o desejar, coloco a emenda em votação imediatamente, nos termos em que está redigida.

**O SR. CONSTITUINTE NELTON FRIEDRICH:** – Sr. Presidente, como há outras emendas com melhor redação e com o mesmo objetivo, retiro a minha.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup> a colaboração.

Vejam V. Ex.<sup>as</sup> a importância dos acordos prévios: se tivesse havido acordo, não teríamos tido essa discussão desnecessária.

Em votação emenda do Constituinte José Geraldo. **(Pausa)** S. Ex.<sup>a</sup> não está presente. A emenda está, portanto, prejudicada.

Em votação a Emenda nº 3063, do Constituinte Albérico Cordeiro. **(Pausa)** S. Ex.<sup>a</sup> está ausente. A emenda está prejudicada.

Em votação a Emenda nº 3477, do Constituinte Milton Reis. **(Pausa)** Ausente. Prejudicada.

Em votação a Emenda nº 3624, do Constituinte José Camargo. **(Pausa)** Ausente. Prejudicada.

Em votação a Emenda nº 4235, do Constituinte Nilson Sguarezi. **(Pausa)** Ausente. Prejudicada.

**Destaque nº 501-87 – Emenda nº ES-28769-8, do Sr. Tadeu França, "que modifica o art. 13, § 6º do Substitutivo nº 01 (art. 13, § 5º do Substitutivo nº 02)".**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Em votação a Emenda nº 5016, do Constituinte Tadeu França.

S. Ex.<sup>a</sup> tem a palavra, para defender sua emenda, que diz o seguinte:

"A lei regulamentará o direito de reeleição do Presidente da República, Governadores dos Estados, do Distrito Federal e quem os houver sucedido durante o mandato."

Trata-se de proposição semelhante à anterior, que já foi discutida. Vou dar a palavra ao autor da emenda, em consideração a S. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE TADEU FRANÇA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, há várias argumentações de que a reeleição possibilita a prática da corrupção e do uso indevido da máquina administrativa. No entanto, a grande verdade é que através desta abertura, pelo menos através desta emenda, estamos propondo seja assegurado o direito de reeleição dos Prefeitos, dos Governadores e do próprio Presidente da República. Acreditamos que assim estaremos começando a afirmar positivamente a classe política brasileira.

Recordamos que, numa das discussões sobre reforma tributária no nosso Estado, um dos partidários contra esta reforma dizia que, se já existem tantos corruptos que roubam do povo, imagine-se agora, se mais recursos chegarem a esses Prefeitos. Esta prática representa um estereótipo, representa a visão preconceituosa de que o político é corrupto enquanto não provar o contrário. Da mesma forma, um Prefeito, ao apoiar um candidato, e valendo-se da sistemática atual, pode tranquilamente usar a máquina administrativa. E não será a legitimação do contrário, da não-reeleição, que haverá de fazer com que sejam extirpadas as práticas tradicionais. Acima de tudo, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, precisamos, afirmativamente, ressaltar a crença na democracia, no discernimento popular, na mudança, na conscientização de nossa população.

A máquina que constrói é também a máquina que destrói. Portanto, o direito de submeter uma administração à opinião popular é, sem dúvida, um resgate, um princípio, uma bandeira que precisa ser definida por esta Assembléia Nacional Constituinte.

**O SR. CONSTITUINTE LUIZ ALBERTO RODRIGUES:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE LUIZ ALBERTO RODRIGUES:** – Sr. Presidente, tenho uma emenda de igual teor, mas com variações. A opinião de juristas aqui presentes é a de que, por serem diferentes, as emendas, a votação de uma não implica necessariamente a inutilização de emenda de teor parecido, embora diferente.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Nobre Constituinte, se a emenda do Constituinte Tadeu França for aprovada, a de V. Ex.<sup>a</sup> será votada. Mas, se

recusada, não será votada a de V. Ex.<sup>a</sup>, porque prejudicada no mérito.

**O SR. CONSTITUINTE TADEU FRANÇA:** – Permita-me, Sr. Presidente.

Considerando-se que a maior parte dos Constituintes que estão a favor da reeleição faz questão de levantar, de modo específico, claro, apenas a reeleição por um mandato subsequente, e já que nossa emenda fixa o critério de reeleição a ser posteriormente objeto de legislação complementar, peço sua retirada, a fim de que um colega Constituinte possa melhor explicitar o assunto, de forma a contemplar os interesses da maioria que concorda com esta bandeira.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Aceito a retirada, porque sou obrigado regimentalmente. Mas quero alertar para o fato de que não vou mais permitir retiradas sucessivas, abrindo a palavra para a mesma questão, porque isso prejudica o andamento dos trabalhos. **(Palmas)**

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Não há mais encaminhamento sobre o mesmo assunto, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Está resolvida a questão.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Sr. Presidente, para facilitar o entendimento sobre o que vamos votar, consulto V. Ex.<sup>a</sup> sobre a real interpretação do § 5º do art. 13, que diz:

"São irreelegíveis para os mesmos cargos o Presidente da República, os Governadores dos Estados, do Distrito Federal e Prefeitos."

**Lato sensu**, é possível haver o entendimento de que um Governador, no atual exercício, nunca mais possa candidatar-se a Governador outra vez, porque completamente irreelegível, como também pode haver o entendimento de que a irreelegibilidade – o que aqui não está muito claro – seria apenas para o mandato imediatamente seguinte. Portanto, saber exatamente qual a interpretação do Relator sobre o texto é fundamental para a orientação do nosso voto.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Procede a questão de V. Ex.<sup>a</sup>.

Dou a palavra ao Relator.

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – Sr. Presidente, a Relatoria entende que a irreelegibilidade se refere sempre e necessariamente à eleição subsequente. No entanto, caso haja ou permaneça essa dúvida, há uma emenda do Constituinte Alfredo Campos, a de nº 31880, que explicita isso em relação ao § 5º, sem alterar a natureza e a proposta do § 5º. Mas, de qualquer forma, mesmo que a emenda do Constituinte Alfredo Campos não venha a ser votada e aprovada, entende a Relatoria que o princípio da irreelegibilidade se refere ao mandato subsequente, sempre.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Está feito o esclarecimento. Retirada a emenda.

Passamos à Emenda nº 5149, do Constituinte Santinho Furtado **(Pausa)** S. Ex.<sup>a</sup> não está presente. Prejudicada a emenda.

Emenda nº 6614, do Constituinte Max Rosenmann. **(Pausa)** S. Ex.<sup>a</sup> não está presente. Prejudicada a emenda.

**Destaque nº 6720-87 – Emenda nº ES-21982-1, do Sr. Luiz Alberto Rodrigues, "que modifica o art. 13, § 6º do Substitutivo nº 01 (art. 13, § 5º do Substitutivo nº 02)". (172ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Destaques nº 6720, do Constituinte Luiz Alberto Rodrigues, que está presente. Embora não seja membro da Comissão, S. Ex.<sup>a</sup> pode falar como autor do destaque.

**A SRA. CONSTITUINTE ABIGAIL FEITOSA:** – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Pois não.

**A SRA. CONSTITUINTE ABIGAIL FEITOSA:** – Sr. Presidente, vai-se ficar encaminhando o mesmo assunto, do mesmo lado?

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Vou ler a emenda para que V. Ex.<sup>as</sup> conheçam seu teor.

A emenda do Constituinte diz o seguinte:

"Art. 13. O Presidente da República, os Governadores dos Estados, do Distrito Federal, os Prefeitos, e quem os houver sucedido durante o mandato poderão ser reeleitos por uma única vez."

Esta emenda foi defendida.

**A SRA. CONSTITUINTE ABIGAIL FEITOSA:** – Sr. Presidente, já foi defendida a reeleição.

**O SR. CONSTITUINTE LUIZ ALBERTO RODRIGUES:** – Sr. Presidente já foram defendidas várias emendas com outras redações e completamente diferentes.

Peço a V. Ex.<sup>a</sup> que me assegure a palavra. Não é possível que eu aguarde 21 dias para defender a emenda e não possa fazê-lo agora.

Minha emenda é completamente diferente das outras.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Então, tem a palavra V. Ex.<sup>a</sup>. Por favor, seja breve. Não mais permitirei a repetição de fatos como este. Peço a V. Ex.<sup>a</sup> que seja breve, pois os argumentos já foram expendidos. É uma liberalidade da Mesa.

**O SR. CONSTITUINTE LUIZ ALBERTO RODRIGUES:** – Sr. Presidente, tenho argumentos que reputo sólidos a respeito da reeleição. Estamos tratando da mudança dos processos políticos e administrativos no Brasil, principalmente sob um aspecto que tem sido mutilador, sucateador de lideranças políticas, ou seja, a proibição de reeleições em nosso País. Argumentam alguns que isso vai permitir que haja corrupção, que o detentor do cargo, para se reeleger, lançará mão dos recursos públicos para poder continuar mais tempo no cargo.

Destruo este primeiro argumento dizendo que é muito mais fácil gastar para eleger o sucessor do que gastar para eleger a si mesmo. Qualquer Prefeito, qualquer Governador, qualquer Presidente da República neste País tem como ponto de honra, quando termina o seu mandato, no mínimo reeleger seu sucessor. E para isso lança mão, com todas as forças, dos recursos públicos.

Mas isso não é o mais grave. O mais grave é que somos uma classe política empírica. O Prefeito, normalmente, é o dono da farmácia, é o motorista de táxi, prestativo, é um fazendeiro abastado, alguém, enfim, que nada entende de administração pública. Um ano e meio após assumir seu mandato, ainda está aprendendo a ser prefeito e, quando vai desenvolver sua administração, é, então, cassado, não pode concluir seu aprendizado e oferecer melhor retorno daquele investimento à população que o elegeu.

A reeleição é democrática, é pertinente, irá trazer estabilidade política e permitir que tenhamos um planejamento de médio e longo prazos. Permitirá, além do mais, o melhor aproveitamento da classe política formada empiricamente, sem que, de quatro em quatro anos, tenhamos de formar novos líderes e eles tenham que aprender, no exercício do cargo, a desenvolver sua função.

Em nenhum lugar do mundo o eleitorado elege executivos relapsos ou incompetentes. Nos Estados Unidos da América do Norte, Sr. Presidente, o homem mais poderoso do mundo ocidental disputa a reeleição no cargo sem dele ter que afastar-se. Nós, que copiamos tantos defeitos da cultura americana, particularmente da nor-

te-americana, não temos coragem, aqui, de permitir que um prefeito dispute a reeleição. Primeiro, porque duvidamos do eleitor, do povo, da capacidade de julgamento daqueles que nos elegem; segundo, pela síndrome de desconfiança da própria classe política em relação a si mesma.

Nós, legisladores, podemos reeleger-nos. Não temos de nos afastar dos nossos cargos, e isto é perfeitamente democrático e legítimo. No entanto, o Prefeito, o Governador de Estado, o Presidente da República já são taxados, *a priori*, de corruptos, que dispostos a gastar recursos públicos para eleger a si mesmos. Mas, repito, é muito mais fácil gastar para eleger o sucessor.

A Câmara não fiscaliza o prefeito que está no cargo; não há bloqueio algum, nenhum tipo de pudor, nenhum tipo de posição ética ou moral quando se trata de gastar para eleger o sucessor. Democracia é assim. Acreditar no julgamento do povo e permitir uma reeleição será uma mudança substancial, de natureza sociológica, até, no comportamento político do brasileiro.

Confiamos em nós, mas confiamos também na Câmara, na fiscalização da sociedade organizada e confiaremos na capacidade de discernimento dos eleitores, que nunca elegerão executivos corruptos, incompetentes e ineptos. Peço a este Plenário que reflita e peço também um voto a favor de uma única reeleição, para que possamos fazer uma mudança estrutural em nosso comportamento político.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, peço a palavra, para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Pois não.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, deixamos de votar as emendas anteriores porque eram mais abrangentes. Não permitimos que houvesse a reeleição muitas vezes. Essa emenda do ilustre colega – sem querer prejudicá-la, mas apenas argumentar com base na lógica – permite reeleição uma vez. Ora, se não permitimos a reeleição várias vezes, é lógico que não podemos permitir uma vez. Por isso, a proposição está prejudicada e não pode ser votada, pois a outra é mais abrangente.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Esclareço aos Srs. Constituintes que não houve definição específica sobre esta matéria. Preferiria que a votássemos. Tenho certeza de que o bom senso irá prevalecer.

Pergunto se ainda há algum orador que deseje usar da palavra.

**A SRA. CONSTITUINTE ABIGAIL FEITOSA:** – Sr. Presidente, alguém tem que encaminhar contra, já que três encaminharam a favor.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Concedi a palavra, por liberalidade da Mesa – pois há decisão de que não se pode falar sobre a mesma matéria – ao Constituinte Luiz Alberto Rodrigues, porque ele é autor de emenda e não é membro da Comissão. Esta a razão por que não quis tolher sua palavra.

Passemos à votação, que será feita pelo processo eletrônico.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Ademir Andrade, Carlos Sant'Anna, Fernando Gasparian, Fernando Lyra, José Richa, Nelton Friedrich, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Renato Vianna, João Natal, José Tavares, Octávio Elísio, Antonio Carlos Mendes Thame, Edme Tavares, Sandra Cavalcanti, Francisco Rossi, Gastone Righi, José Maria Eymael, e Roberto Freire. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores (Constituintes: Abigail Feitosa, Almir Gabriel, Antônio Britto, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Celso Dourado, Cid Carvalho, Egídio

Ferreira Lima, Fernando Henrique Cardoso, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, José Fogaça, José Paulo Bisol, José Ulisses de Oliveira, Mário Lima, Nelson Jobim, Nilson Gibson, Oswaldo Lima Filho, Prisco Viana, Rodrigues Palma, Sigmaringa Seixas, Wilson Martins, Antonio Mariz, Délio Braz, Israel Pinheiro, João Agripino, Luiz Henrique, Uldurico Pinto, Vilson Souza, Aloysio Chaves, Arnaldo Prieto, Carlos Chiarelli, Christóvam Chiaradia, Eraldo Tinoco, Francisco Benjamim, Inocêncio Oliveira, João Menezes, José Jorge, José Lins, José Lourenço, José Santana de Vasconcellos, José Thomaz Nonô, Luís Eduardo, Mário Assad, Osvaldo Coelho, Enoc Vieira, Jonas Pinheiro, Gilson Machado, Paes Landim, Simão Sessim, Antônio Carlos Konder Reis, Gerson Peres, José Luiz Maia, Virgílio Távora, Adylson Motta, Bonifácio de Andrada, Brandão Monteiro, Vivaldo Barbosa, Lysâneas Maciel, Joaquim Bevilacqua, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Adolfo Oliveira, Haroldo Lima e Jamil Haddad.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– A Mesa vai proclamar o resultado: votaram **SIM** 19 Constituintes; votaram **NÃO** 65 Constituintes. Total: 84 votos. O Destaque foi rejeitado.

**Destaque nº 6814-87 – Emenda nº ES-31880-2, do Sr. Alfredo Campos, "que modifica o art. 13, § 6º do Substitutivo nº 1, (art. 13, § 5º, do Substitutivo nº 2)". (173ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Passemos ao Destaque nº 6814, do Constituinte Alfredo Campos, que designou o Constituinte Nelson Jobim para defender o seu destaque, que diz o seguinte:

"Dê-se ao § 5º, do art. 13, a seguinte redação:

São inelegíveis para o mesmo cargo, no período subsequente, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal, os prefeitos e quem os houver sucedido durante o mandato ou substituído nos seis meses anteriores à eleição."

Com a palavra o Constituinte Nelson Jobim para encaminhar a favor.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON JOBIM: – Sr.**

Presidente, Srs. Constituintes, o § 5º do Substitutivo nº 2 estabelece a impossibilidade de reeleição, para os mesmos cargos, do Presidente da República, dos Governadores de Estado ou do Distrito Federal ou dos Prefeitos. A emenda do eminente Constituinte Alfredo Campos, além de tratar o assunto com mais clareza, estabelecendo a inelegibilidade para os mesmos cargos no período subsequente – embora a expressão "reeleição" possa ser entendida nesse sentido – determina também a inelegibilidade para quem os houver sucedido durante o mandato, ou, ainda, os tenha substituído nos seis meses anteriores à eleição, para evitar que aquele que preside a eleição seja candidato a algum desses cargos.

Então, é fundamental a aprovação do destaque do eminente Constituinte Alfredo Campos, porque espanca do texto a dúvida sobre a reeleição, quer em relação à sucessão durante o mandato, quer em relação à substituição nos seis meses anteriores à eleição.

Por isso, sou a favor da emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Dou a palavra ao Constituinte Gerson Peres, para encaminhar contra.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES: – Sr.**

Presidente, o ilustre e brilhante Parlamentar Nelson Jobim está esclarecendo o esclarecido, praticamente. O Projeto Cabral já diz tudo. É uma redundância o que S. Ex.<sup>a</sup> está dizendo. Vou apresentar uma hipótese ao meu eminente colega, que é estudioso da matéria e faz isso, estou certo, com a melhor das intenções, ou seja, deixar bem clara a questão da inelegibilidade na Constituição.

Há cidadãos que substituem governantes seis meses antes das eleições, de maneira definitiva, digamos, quando o governante renuncia para ocupar outro cargo de Senador ou Deputado Federal. Mas há também o caso em que o Vice-Governador substitui o governante, se este é acometido por enfermidade grave e tem que ficar hospitalizado por certo tempo. Não me parece justo, nesse caso, o Vice-Governador ficar impedido de disputar eleição. Ele, então, abdica da substituição para se desincompatibilizar.

O Projeto Cabral, quando fala em mandato, diz que quem exerce o mandato até seis meses antes das eleições torna-se praticamente inelegível. O mandato é um só. O ilustre Constituinte Nelson Jobim torna redundante a colocação. No meu entendimento, como está redigido o texto está muito bem e não há necessidade de maiores interpretações. Está bem claro.

Por isso, peço aos colegas que mantenham o texto do Cabral-II, que me parece o mais adequado, o mais correto.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Pergunto ao Relator se S. Ex.<sup>a</sup> quer fazer uso da palavra. **(Pausa).**

Não desejando o Relator fazer uso da palavra, passaremos à votação do Destaque nº 6814, de autoria do Constituinte Alfredo Campos.

**(Procede-se à votação)**

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Almir Gabriel, Artur da Távola, Carlos Sant'Anna, Celso Dourado, Egídio Ferreira Lima, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, José Fogaça, José Paulo Bisol, José Richa, José Ulisses de Oliveira, Mário Lima, Nelson Jobim, Nelson Friedrich, Nilson Gibson, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Rodrigues Palma, Sigmaringa Seixas, Wilson Martins, Antonio Mariz, Israel Pinheiro, João Agripino, José Tavares, Manuel Viana, Octávio Elísio, Uldurico Pinto, Vilson Souza, Aloysio Chaves, Antonio Carlos Mendes Thame, Carlos Chiarelli, Christóvam Chiaradia, Edme Tavares, Eraldo Tinoco, Francisco Benjamim, Inocêncio Oliveira, João Menezes, José Jorge, José Lins, José Lourenço, José Thomaz Nonô, Mário Assad, Paulo Pimentel, Sandra Cavalcanti, Enoc Vieira, Jonas Pinheiro, Gilson Machado, Ricardo Izar, Antônio Carlos Konder Reis, Adylson Motta, Bonifácio de Andrada, Brandão Monteiro, Vivaldo Barbosa, Lysâneas Maciel, Luiz Inácio Lula da Silva, Adolfo Oliveira, José Maria Eymael, Haroldo Lima, Roberto Freire e Jamil Haddad. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Ademir Andrade, Bernardo Cabral, Fernando Gasparian, Prisco Viana, Délio Braz, Arnaldo Prieto, José Santana de Vasconcellos, Luís Eduardo Paes Landim, Gerson Peres, José Luiz Maia, Virgílio Távora, Francisco Rossi, Joaquim Bevilacqua e Plínio Arruda Sampaio.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso) –**

A Mesa vai proclamar o resultado: votaram **SIM** 65 Constituintes; votaram **NÃO** 15 Constituintes. Total: 80 votos. O Destaque foi aprovado.

Em votação o Destaque nº 7077, de autoria do Constituinte Mello Reis. **(Pausa)** S. Ex.<sup>a</sup> não está presente. Prejudicado o destaque.

Em votação destaque de autoria do Constituinte Francisco Amaral. **(Pausa)** S. Ex.<sup>a</sup> não está presente. Estaria prejudicado de qualquer maneira, porque a matéria é a mesma.

Em votação o Destaque nº 7815, de autoria do Constituinte Giovanni Masini. **(Pausa)** S. Ex.<sup>a</sup> não está presente. Prejudicado o destaque.

Em votação o destaque de autoria do Constituinte Ivo Cersósimo. S. Ex.<sup>a</sup> não está presente. Prejudicado.



Em votação o destaque de autoria do Constituinte Antônio Carlos Konder Reis. **(Pausa)** Retirado.

Em votação o destaque de autoria do Constituinte Fernando Henrique Cardoso. **(Pausa)** Retirado.

Em votação o destaque de autoria do Constituinte Valter Pereira. **(Pausa)** S. Ex.<sup>a</sup> não está presente. Prejudicado.

Está encerrada a apreciação do parágrafo.

Passemos, agora, ao § 6º.

Em votação o destaque de autoria do Constituinte Mário Maia. **(Pausa)** S. Ex.<sup>a</sup> não está presente. Prejudicado.

Basicamente, os destaques apresentados no § 6º estão prejudicados – não é necessário ler – dada a aprovação de texto alternativo.

**Destaque nº 836-87 – Emenda nº ES-27313-2, do Sr. Haroldo Lima "que suprime § 8º, artigo 13 do Substitutivo nº 1 (artigo 13, § 7º, do Substitutivo nº 2)".**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Passamos, portanto, ao § 7º.

Em votação Destaque nº 836, do Constituinte Haroldo Lima. Dou a palavra ao Constituinte Haroldo Lima para defender o seu destaque. **(Pausa)** S. Ex.<sup>a</sup> indica o Constituinte Nelson Jobim.

Com a palavra o nobre Constituinte Nelson Jobim, para defender a supressão do § 7º.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON JOBIM:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o § 7º atribui à lei complementar a fixação de outros casos de inelegibilidade e os prazos de sua cessação, levando em conta a vida pregressa dos candidatos, a fim de proteger o regime democrático, a probidade administrativa, a moralidade para o exercício do mandato e a normalidade e legitimidade das eleições, contra a influência do poder econômico ou o abuso do exercício de função, cargo ou emprego público da administração direta ou indireta.

Srs. Constituintes, este dispositivo transfere para a lei complementar algo extremamente grave, ou seja, a fixação de requisitos de inelegibilidade. Essas circunstâncias de transmitir à legislação ordinária técnicas de inelegibilidade correspondem à apenação do indivíduo. O indivíduo, por força de lei ordinária, perderia certas condições de exercício da cidadania. E, mais, quando diz que levará em conta a vida pregressa do candidato, a fim de proteger o regime democrático, a probidade administrativa, a moralidade para o exercício do mandato e a normalidade e legitimidade das eleições, faz com que se atribua à legislação ordinária aquilo sobre que o eminente Constituinte José Paulo Bisol teve oportunidade, aqui, de chamar a atenção.

Estamos perante expressões tecnicamente anêmicas, ou sejam, vazias de conteúdo, que seriam definidas na legislação complementar, ou mesmo nos regulamentos e, talvez, pelo juízo da própria Justiça Eleitoral.

No art. 14 veda-se a cassação de direitos políticos, mas se estabelece a sua perda. Está lá uma disposição estabelecendo que perderá os direitos políticos e, conseqüentemente, e mandato aquele que tiver sido condenado penalmente. Ora, já estabelecemos, como conseqüência da condenação penal, uma pena à cidadania – perda dos direitos políticos – que redundará, por sua vez, em perda de mandato. Então, atribuir-se à legislação ordinária ainda mais prerrogativas para isto, significa extravasarmos o âmbito da esfera penal para ingressarmos no contexto meramente político através de técnicas de linguagem terrivelmente distorcidas.

A criação dessas restrições, o texto constitucional não pode permitir. Não é, vejam bem, pela sugestão da supressão que devemos apoiar situações diversas. Não é isso. O que se quer, fundamentalmente, é evitar que, através dessa linguagem aberta, e anêmica, se possam criar restrições na auto definição do sistema democrático. Por quê? Porque a definição do conceito de democracia estará convivendo com as circunstâncias eleitorais de determinado momento e de determinada circunstância histórica. O que se deve assegurar, fundamentalmente, é o respeito ao exercício da cidadania. E a Constituição é que deve definir isso, não uma lei complementar, votada na balbúrdia e ao alvêdrio das circunstâncias políticas do Governo.

Precisamos respeitar e manter os critérios constitucionais de forma justa e definitiva, fazendo com que cada cidadão brasileiro saiba, desde logo, que sua capacidade política já está definida claramente na norma inicial.

Por este motivo, Sr. Presidente, sou a favor do destaque.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Dou a palavra ao Constituinte Oswaldo Lima Filho.

**O SR. CONSTITUINTE OSWALDO LIMA FILHO:** – Pergunta o nobre Constituinte Roberto Freire se encaminhado contra uma emenda que, no entender de S. Ex.<sup>a</sup>, visa a defender o regime democrático. Que regime democrático seria esse que assegurasse o registro e a eleição daqueles que atentaram, pelo abuso do poder econômico, comprovadamente, contra a lisura das eleições, contra o processo democrático?

O texto poderia ser melhor redigido, sem dúvida, mas a alternativa que nos oferece o ilustre representante pelo Rio Grande do Sul é simplesmente a de eliminar o dispositivo. Esta não me parece uma providência compatível com o zelo que devamos ter com o futuro da democracia no Brasil. Que diz o dispositivo?

"Lei complementar estabelecerá outros casos de inelegibilidade e os prazos de sua cessação, levando em conta a vida pregressa do candidato, a fim de proteger o regime democrático, a probidade administrativa, a moralidade para o exercício do mandato e a normalidade e legitimidade das eleições contra a influência do poder econômico ou o abuso do exercício de função, cargo ou emprego públicos da administração direta ou indireta."

Sabemos todos que este é o País da impunidade, em que os Mários Garneros da vida, depois de assaltarem o Tesouro, desfilam nas televisões. Este é o País em que os Tribunais Regionais Eleitorais cassam mandatos por abuso do poder econômico, comprovadamente apurado, e aqueles que os perderam na instância inferior conseguem recuperá-los por decisão da instância superior e vêm aqui exercê-los. Este é o País que acolhe aqueles que cometem os crimes de corrupção e de abusos públicos e notórios. Se há alguma coisa que a Constituição brasileira precisa fazer é assegurar a punição dos corruptos, porque há uma vaga de descrença nos homens públicos deste País e ela reside basicamente na impunidade dos que usam e abusam dos dinheiros públicos, dos que se enriquecem nos cargos públicos, dos que compram mandatos a peso de ouro e vêm defraudando as eleições e o uso dos mandatos.

Não vejo, portanto, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, como se possa suprimir da futura Constituição o § 7º do art. 13 do anteprojeto do Sr. Relator Bernardo Cabral. Nem se diga que, supresso o dispositivo, ele poderia ser melhor redigido em lei ordinária, pois não o poderá. Os casos de inelegibilidade já estão previstos anteriormente, e se não se autoriza claramente a possibilidade de uma lei complementar, então não haverá punição nem haverá inelegibilidade para esses casos.

Que a Assembléia Nacional Constituinte medite sobre sua responsabilidade e vote pela manutenção do substitutivo. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Pergunto ao Relator se deseja usar da palavra. **(Pausa)** Concedo a palavra ao Constituinte Bernardo Cabral.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a Constituição de 1946 foi mais dura – apesar de considerada liberal – do que o texto do 2º Substitutivo.

Dizia o art. 2º da EC nº 14:

"Além dos casos previstos nos arts. 138, 139 e 140 da Constituição, lei especial poderá estabelecer novas inelegibilidades, desde que fundadas na necessidade de preservação:

I – do regime democrático; – que é o que se pede aqui;

II – da exação e probidade administrativas;

III – da lisura e normalidade das eleições contra o abuso do poder econômico e uso indevido da influência de exercício de cargos ou funções públicas."

Mais adiante, Sr. Presidente, a Carta falava da inelegibilidade do Presidente e do Vice-Presidente.

A Constituição de 1967, que teve como Relator o eminente Constituinte Konder Reis, estabelece, na alínea b do art. 146...

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – A Constituição democrática de 1967?

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – A de 1946 era democrática e a de 1967 também. Só que nesta era maior o prazo, ou seja, até seis meses depois de afastado definitivamente de suas funções. Aí vem um elenco imenso: Ministro de Estado, Governador, Interventor, Ministro do Supremo Tribunal Federal, Chefe do Estado-Maior, e outros.

Resolvemos não tocar no texto constitucional, e remeter para lei complementar.

O problema reside apenas na expressão "vida pregressa". Estou de pleno acordo com sua supressão, porque se trata de texto da Constituição vigente. Concorro com a retirada da expressão "vida pregressa", aqui inserida por um lapso.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Não há emenda...

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Não há emenda, Sr. Presidente? Se não há emenda, terá que ser mantido o texto.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Sr. Relator, não há emenda porque, tal como foi apresentada, a emenda é supressiva. Não há nenhuma emenda sobre a expressão "vida pregressa".

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Então, Sr. Presidente, gostaria que V. Ex.<sup>a</sup> chamasse a atenção do Plenário para o fato de que chefe de polícia e Procurador-Geral da República – todos esses – são completamente livres para serem candidatos, e não sofrerão nenhuma restrição de inelegibilidade.

**O SR. CONSTITUINTE BONIFÁCIO DE ANDRADA:** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Tem a palavra o Constituinte Bonifácio de Andrada.

**O SR. CONSTITUINTE BONIFÁCIO DE ANDRADA:** – Sr. Presidente, o autor da emenda pode restringir a supressão aos termos a que se referiu o eminente Relator.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Não, o autor poderia ter feito isso. Mas, no próximo, poderá fazê-lo.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – O Constituinte Vilson Souza está mostrando que há uma emenda supressiva sobre a questão da vida pregressa.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Então, o procedimento a que me posso cingir é o seguinte: se houver entendimento de V. Ex.<sup>as</sup>, e se o autor da presente emenda retirá-la, verificaremos o que se poderá fazer com relação à próxima. Pergunto ao autor se S. Ex.<sup>a</sup> retira a emenda.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FOGAÇA:** – É preciso chamar a atenção também para o fato de que, se for aprovado o parlamentarismo, será preciso regulamentar a situação dos Ministros de Estado e dos Secretários de Estado, no caso dos Estados. É preciso haver lei complementar.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Vou dar a palavra ao Constituinte Adolfo Oliveira, pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE ADOLFO OLIVEIRA:** – Sr. Presidente, eu queria lembrar ao Plenário e a V. Ex.<sup>a</sup> que a Emenda 1P-11345, sobre a qual se refere o Destaque nº 1106, de autoria do ilustre Constituinte Vilson Souza atende a todas as sugestões feitas aqui, ao dizer o seguinte:

"Lei Complementar estabelecerá outros casos de inelegibilidade e os prazos de sua cessação, a fim de proteger a normalidade e a legitimidade das eleições contra a influência do poder econômico ou o abuso no exercício da função, cargo ou emprego públicos, na administração direta ou indireta, fixando, ainda, sanções criminais adequadas ao desencorajamento das fraudes nas eleições, nos pleitos."

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Respondo à questão de ordem dizendo que, na condição de Presidente, eu preciso de que se retire a emenda. Não ocorrendo isto, eu a coloco em votação. V. Ex.<sup>a</sup> retirou a emenda, Constituinte Haroldo Lima? **(Pausa)** Retirada a emenda.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Retirada a emenda.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Sr. Presidente, mantenho o pedido para falar pela ordem, para defender um princípio.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Tem a palavra V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Sr. Presidente, a emenda apresentada tem como texto total o próprio parágrafo. É costume – e tem sido admitido isto aqui – o texto apresentado pelo Relator pode ser reduzido. Assim, é preciso defender o princípio de que o autor pode deixar de retirar a emenda e simplesmente retirar o pedaço.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Já está resolvido. Foi retirada a emenda do Constituinte Haroldo Lima.

Em discussão a Emenda nº 3557, do Constituinte Roberto Freire. **(Pausa)** Retirada.

**Destaque nº 1106-87 – Emenda nº 1P-11345-8, do Sr. Vilson Souza, "que modifica o art. 27, inciso II, alínea "e", e adita alínea ao art. 27, inciso III, do Substitutivo nº 1 (art. 13, § 7º, do Substitutivo nº 2)". (174.ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Emenda Substitutiva nº 1P-11345-8 Destaques nº 1106 do Constituinte Vilson Souza. S. Ex.<sup>a</sup> retirou o item C. Submeto à votação apenas o que está aqui marcado a tempo oportuno, antes da votação.

"E – Lei Complementar estabelecerá outros casos de ineligibilidade e os prazos de sua cessação, a fim de proteger a normalidade e a legitimidade das eleições contra a influência do poder econômico ou abuso do exercício da função, cargos ou empregos públicos na Administração Direta ou Indireta."

Com a palavra o Constituinte Vilson Souza para defender sua emenda.

**O SR. CONSTITUINTE VILSON SOUZA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a matéria já foi exaustivamente discutida, e, em relação ao parágrafo que estamos votando, tem por fim suprimir exatamente a expressão polêmica "levando em conta a vida pregressa dos candidatos, a fim de proteger o regime democrático". Com isso, haveria a reintrodução dos atestados de ideologia. **(Palmas)**

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, o Relator acolhe a emenda.

Durante o pronunciamento do Sr. **Bernardo Cabral**, o Sr. **Fernando Henrique Cardoso**, Quarto Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. **Brandão Monteiro**, Segundo Vice-Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Em votação.

A Presidência solicita aos Srs. Constituintes que tomem seus lugares, a fim de ter início a votação pelo sistema eletrônico.

#### **(Procede-se à votação)**

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Almir Gabriel, Antônio Britto, Artur da Távora, Bernardo Cabral, Celso Dourado, Cid Carvalho, Egídio Ferreira Lima, Fernando Gasparian, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, José Fogaça, José Paulo Bisol, José Richa, José Ulisses de Oliveira, Mário Lima, Nelson Jobim, Nelton Friedrich, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Rodrigues Palma, Sigmaringa Seixas, Wilson Martins, Antonio Mariz, Délio Braz, Israel Pinheiro, João Agripino, João Natal, José Tavares, Octávio Elísio, Uldurico Pinto, Vilson Souza, Aloysio Chaves, Arnaldo Prieto, Cristóvam Chiaradia, Edme Tavares, Eraldo Tinoco, Francisco Benjamim, Inocêncio Oliveira, José Jorge, José Thomaz Nonô, Mário Assad, Gilson Machado, Ricardo Izar, Antônio Carlos Konder Reis, Gerson Pares, José Luiz Maia, Adylson Motta, Bonifácio de Andrada, Brandão Monteiro, Vivaldo Barbosa, Lysâneas Maciel, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Adolfo Oliveira, Haroldo Lima, Roberto Freire e Jamil Haddad. **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Carlos Sant'Anna, Nilson Gibson, Prisco Viana, Carlos Chiarelli, José Lins, José Lourenço, José Santana de Vasconcellos, Luís Eduardo, Sandra Cavalcanti, Enoc Vieira, Virgílio Távora e Siqueira Campos.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram **SIM** 67 Constituintes; votaram **NÃO** 12 Constituintes. Total: 79 votos. O Destaques foi aprovado.

Em votação Destaques nº 1109, requerido pelo Sr. Constituinte Vilson Souza, referente à Emenda nº 23147. É uma emenda supressiva. O destaque está prejudicado.

Igualmente prejudicado, o Destaques nº 5621, requerido pelo Sr. Constituinte José Ignácio Ferreira, referente à Emenda nº 14221. É uma emenda substitutiva.

Em votação o Destaques nº 5698, requerido pelo Constituinte José Ignácio Ferreira, referente à Emenda nº 11152. É um destaque aditivo.

Está presente o Constituinte José Ignácio Ferreira? **(Pausa)** Ausente. Prejudicado.

Em votação o Destaques nº 8122, requerido pelo Constituinte Osvaldo Coelho, referente à Emenda nº 30242.

Está presente o Constituinte Osvaldo Coelho? **(Pausa)** Ausente. Prejudicado.

**O SR. CONSTITUINTE VIVALDO BARBOSA:** – Sr. Presidente, peço a palavra, para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Tem a palavra V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. CONSTITUINTE VIVALDO BARBOSA:** – Sr. Presidente, o painel já foi desligado e os nomes e os votos da última votação já desapareceram. Encareceria à Mesa que, enquanto o painel não fosse usado novamente, permanecessem os nomes e os votos consignados na última votação. **(Muito bem! Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Esta é uma solicitação que a Mesa não tem facilidade de atender, por ser matéria referente ao processo de informática, em que o Presidente não tem experiência. Segundo nosso assistente, é impossível fazê-lo, pois o painel tem que ser imediatamente preparado para a votação subsequente. Insisto em que não sou autoridade no assunto e que não posso dialogar com os nobres Constituintes que o são. Prefiro louvar-me neste momento, na informação do nosso assistente.

**O SR. CONSTITUINTE VIVALDO BARBOSA:** – O Presidente poderia indagar ao assistente por quanto tempo o painel pode permanecer com as indicações?

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Constituinte Vivaldo Barbosa, sua questão de ordem já foi respondida. Solicito a colaboração sempre eficaz de V. Ex.<sup>a</sup> com a Mesa.

Em votação o Destaques nº 6869, requerido pelo Constituinte Fernando Henrique Cardoso, referente à Emenda nº 34972. Este destaque já está atendido em votações anteriores.

Passemos à votação do art. 13, § 8º

Sobre a mesa requerimento da ilustre Constituinte Sandra Cavalcanti:

"Nos termos regimentais, requeiro preferência para votação dos seguintes destaques, quando da votação do Título II..."

A ilustre Constituinte Sandra Cavalcanti retira o rosário de preferências colocadas aqui, sobre a mesa.

**Destaques nº 2871-87, do Sr. Aluizio Campos, "que suprime o art. 13, § 8º, do Substitutivo nº 2".**

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – O Destaques nº 2871 do Constituinte Aluizio Campos está prejudicado pela sua ausência. **(Pausa)** A Mesa quer agilizar os trabalhos, mas não é sempre que pode fazê-lo. Há, aqui, indicação do ilustre Constituinte Aluizio Campos, indicando o ilustre Constituinte Antônio Carlos Konder Reis para fazer a defesa do seu destaque, referente ao texto do § 8º É uma emenda supressiva do § 8º O destaque não está prejudicado, repito, porque houve indicação

para usar da palavra o Sr. Constituinte Antônio Carlos Konder Reis, a quem, neste momento, a Mesa concede a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, o destaque não é supressivo do parágrafo, mas da expressão "espontaneamente", encontrada no final do parágrafo. Foi esta a informação que o Constituinte Aluizio Campos me transmitiu, quando solicitou que fizesse a defesa do destaque.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Ilustre Constituinte Konder Reis, só para que não se estabeleça confusão entre o encaminhamento de V. Ex.<sup>a</sup> e o que a Mesa anuncia o Destaque nº 2871, requerido pelo Constituinte Aluizio Campos, pretende a supressão do texto do parágrafo. Obviamente, é um destaque posterior, segundo estou informado. **(Pausa)**

Ilustre Constituinte Konder Reis, a Mesa tem de penitenciar-se, já que se trata de prática que não ajuda a Mesa. O Constituinte Aluizio Campos anuncia seu destaque e depois o escreve à máquina, modificando o que pretendia inicialmente. Tem sido assim. Vamos, porém, respeitar o ilustre ausente e membro da Mesa.

Com a palavra o Constituinte Konder Reis.

**O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS:** – Realmente, o Destaque nº 2871, do nobre Constituinte Aluizio Campos, segundo cópia que me foi encaminhada, pretende a supressão "espontaneamente", constante ao final do § 8º. Estou sendo informado, neste momento, de que o nobre Constituinte José Richa tem um destaque mais abrangente. Retiro, portanto, o destaque.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – V. Ex.<sup>a</sup> tem razão.

**Destaque nº 7222-87, do Sr. José Richa, "que suprime o art. 13, § 8º do Substitutivo nº 2". (175ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Em votação o Destaque nº 7222, do Constituinte José Richa, que solicita a supressão integral do texto.

Com a palavra o ilustre Constituinte José Richa.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ RICHÁ:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, aprovamos o § 3º do art. 13, que diz que, dentre outras são condições de elegibilidade a filiação partidária seis meses antes da eleição. E o § 5º do art. 50 diz que os militares, enquanto em efetivo serviço, não poderão estar filiados a partidos políticos. Ora, se enquanto em exercício não podem estar filiados a partidos políticos e para serem elegíveis têm de filiar-se seis meses antes, o § 8º não tem sentido, quando quer disciplinar a forma, depois da eleição, da agregação até a eleição e, se eleito, o afastamento da atividade militar.

Já aprovamos um. Vamos aprovar o § 5º do art. 50. Evidentemente, não tem sentido manter-se o § 8º deste artigo, uma vez que não cabe disciplinar algo que efetivamente não vai acontecer. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Com a palavra o Constituinte Paulo Ramos.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, naturalmente, depois da exposição feita pelo Constituinte José Richa, talvez fosse desnecessário que outro Constituinte usasse da palavra. Entretanto, é importante dizer que a História do Brasil registra a participação de vários militares no engrandecimento do Congresso Nacional. Hoje, inclusive, há vários militares que, não obstante possíveis divergências, são Constituintes que engrandecem os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte.

Não podemos, de forma alguma, permitir que ao militar sejam impostas excessivas restrições que certamente impedirão que à vida pública tenham acesso os militares.

Portanto, o destaque apresentado pelo Constituinte José Richa, que hoje, nesta Casa, todos sabem, guarda vínculo estreito com setores militares, deve ser acolhido, por representar um sentimento maior, aqui defendido, qual seja, o de que possamos caminhar no sentido do fortalecimento do regime democrático.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Com a palavra o Constituinte Prisco Viana, que fará encaminhamento contrário.

**O SR. CONSTITUINTE PRISCO VIANA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, não sem grande constrangimento, venho à tribuna para discordar do entendimento do Constituinte José Richa a respeito do dispositivo ora em discussão.

S. Ex.<sup>a</sup> disse que o § 3º do art. 13 estabelece as condições de elegibilidade – dentre elas, a obrigatoriedade de filiação a partidos políticos e de domicílio eleitoral pelo prazo mínimo de 6 meses. Segundo o entendimento de S. Ex.<sup>a</sup>, esse dispositivo dispensaria o § 8º, que estabelece uma regra para elegibilidade dos militares, atendendo às peculiaridades da sua atividade e de sua própria organização: não poderem filiar-se a partidos políticos e, muito menos, manterem atividade política. A redação oferecida pelo nobre Relator é correta, porque, se o militar da ativa desejar ser candidato, deverá desligar-se a tempo de cumprir a exigência do § 3º.

Por esta razão, manifesto-me contrário à emenda, e advirto o Plenário para o fato de que o entendimento do nobre Constituinte é equivocado e devemos, assim, votar pela manutenção do texto. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Não há oradores inscritos. Vamos passar ao processo de votação. A Presidência solicita a todos os Srs. Constituintes que tomem os seus lugares, a fim de darmos início à votação pelo sistema eletrônico.

#### **(Procede-se à votação)**

Votaram **SIM** os seguintes senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Almir Gabriel, Antônio Brito, Bernardo Cabral, Celso Dourado, Cid Carvalho, Egídio Ferreira Lima, Fernando Gasparian, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, José Paulo Bisol, José Richa, Mário Lima, Nelson Jobim, Nilton Friedrich, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Renato Vianna, Sigmaringa Seixas, Wilson Martins, Antonio Mariz, Daso Coimbra, Israel Pinheiro, João Agripino, João Natal, José Tavares, Octávio Elísio, Uldurico Pinto, Vilson Souza, Antoniocarlos Mendes Thame, Edme Tavares, Francisco Benjamim, Sandra Cavalcanti, Enoc Vieira, Antônio Carlos Konder Reis, Brandão Monteiro, Vivaldo Barbosa, Lysâneas Maciel, Francisco Rossi, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Haroldo Lima, Roberto Freire e Jamil Haddad. **NÃO** os seguintes senhores Constituintes: José Fogaça, Nilson Gibson, Prisco Viana, Raimundo Bezerra, Rodrigues Palma, Aloysio Chaves, Arnaldo Prieto, Carlos Chiarelli, Christóvam Chiaradia, Eraldo Tinoco, Inocêncio Oliveira, José Jorge, José Lins, José Santana de Vasconcellos, José Thomaz Nonô, Luís Eduardo, Mário Assad, Hugo Napoleão, Jonas Pinheiro, Gilson Machado, Ricardo Izar, Gerson Pares, José Luiz Maia, Adylson Motta, Bonifácio de Andrada, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Adolfo Oliveira.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 45 Constituintes; votaram NÃO 29 Constituintes. Total: 74 votos. O Destaque foi prejudicado por falta de **quorum** qualificado.

Prejudicados estão também os Destaques nºs 5838, de autoria do Constituinte Carlos Cardinal, referente às Emendas nºs 1115 e 4574, requerido pelo Constituinte Francisco Rossi, referente à Emenda nº 32851.

**Destaque nº 0265-87, do Sr. José Genoíno – Emenda nº ES-33000-4, do Sr. José Carlos Sabóia, "que modifica o art. 13 § 9º do Substitutivo nº 1 (art. 13, § 8º do Substitutivo nº 2)". (176ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Em votação o Destaque nº 265, requerido pelo Constituinte José Genoíno, referente à Emenda nº 33000, de autoria do Sr. Constituinte José Carlos Sabóia.

O Constituinte José Genoíno não está presente, mas deixou indicação para o ilustre Constituinte Paulo Ramos defender o destaque.

O texto da emenda é o seguinte:

"Seja dada ao § 9º, do art. 13, a seguinte redação:

§ 9º São elegíveis os militares alistáveis, observadas para o militar em atividade as disposições seguintes:

I – serão agregados pela autoridade superior ao se candidatarem, permanecendo nesta condição, se eleitos, sendo promovidos apenas pelo critério de antiguidade;

II – o tempo de exercício do mandato eletivo será contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento;

III – em caso de renúncia de mandato ou não reeleição o militar será desagregado e reintegrado ao serviço ativo;

IV – é facultada a opção pela remuneração do posto ou graduação dos titulares de mandato municipal."

Concedo a palavra ao Constituinte Paulo Ramos.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, quando tive a oportunidade de encaminhar favoravelmente a emenda supressiva apresentada pelo Senador José Richa, deixei de observar que o texto atual do 2º Substitutivo do nobre Relator, nos termos em que se encontra redigido, impede qualquer militar do serviço ativo de ser candidato. Segundo o texto, o militar do serviço ativo está proibido de ser candidato a cargo eletivo. Ora, se um artigo exige como condição para ser candidato que o pretendente seja filiado a partido político, outro já diz que o militar, enquanto no serviço ativo, não poderá estar filiado a partido político. O que é pior: o § 8º, constante do texto, ainda determina que o militar, desde que conte menos de dez anos de serviço, para concorrer a cargo eletivo deverá pedir baixa do serviço ativo. Tendo mais de dez anos e sendo eleito – vejam bem – será obrigatoriamente transferido para a reserva.

Sr. Presidente, esta pena não se aplica a nenhum servidor público ou privado. Estamos pretendendo elaborar uma Constituição para o fortalecimento do Estado de direito democrático. E o próprio texto constitucional diz que todos são iguais perante a lei. Não é possível que esta Assembléia Nacional Constituinte vá restringir ao militar o exercício do poder político. Não podendo exercer democraticamente direitos políticos, ao militar só resta servir de massa de manobra, muitas vezes de cúpula para intromissão no processo político. É necessário que esta Assembléia Nacional Constituinte compreenda que, se pretendemos a democracia, precisamos eliminar da vida do militar a possibilidade de participar do processo político apenas por meio de instrumentos não democráticos.

O texto do Relator, ao abordar os direitos políticos relativos ao servidor público civil, diz o seguinte:

"Ao servidor público em exercício de mandato eletivo aplicam-se as seguintes disposições:

1 – Tratando-se de mandato eletivo federal ou estadual, ficará afastado de seu cargo, emprego ou função, sem direito a optar pela remuneração.

2 – Investido do mandato de prefeito ou vereador, será afastado de seu cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração."

Vejam bem que ao servidor público civil é concedido ainda o direito de optar por uma remuneração mais favorável. Não podemos, Sr. Presidente, Srs. e Sras. Constituintes, tratar com discriminação o militar simplesmente em função de estarmos fazendo uma Constituição para superar a da ditadura militar. Não podemos apenas o militar porque estamos tentando sair de uma ditadura militar.

O que pretende esta emenda é simplesmente dar ao servidor militar iguais direitos políticos, condições iguais às do servidor público civil, aquelas condições das quais se beneficiam todos os cidadãos. Estamos aqui para preparar um texto democrático que possibilite a todos os cidadãos, militares ou não, participarem da atividade política. Não se trata de levar a atividade política para o quartel. Ao contrário, pretende-se, sim, dar ao militar a possibilidade de, em pretendendo participar do processo político, ter ao seu cargo ou função remunerada garantida, apenas dela ficando afastado, enquanto for candidato e exercer o mandato.

Peço a todos os Srs. Constituintes que compreendam o alcance desta medida e procurem dar uma demonstração de que esta Casa não discrimina o cidadão simplesmente por vestir farda.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Não há oradores inscritos para encaminhamento contrário. Vamos passar ao processo de votação.

### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Fernando Lyra, Haroldo Sabóia, José Paulo Bisol, Nelton Friedrich, Paulo Ramos, Sigmaringa Seixas, Antonio Mariz, João Agripino, João Natal, José Tavares, Octávio Elísio, Uldurico Pinto, Vilson Souza, Jonas Pinheiro, Brandão Monteiro, Vivaldo Barbosa, Lysâneas Maciel, Francisco Rossi, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Haroldo Lima, Roberto Freire e Jamil Haddad. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Almir Gabriel, Antônio Britto, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Celso Dourado, Cid Carvalho, Egídio Ferreira Lima, Fernando Gasparian, João Calmon, José Fogaça, José Richa, Nelson Jobim, Nilson Gibson, Oswaldo Lima Filho, Pimenta da Veiga, Prisco Viana, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Rodrigues Palma, Wilson Martins, Euclides Scalco, Israel Pinheiro, Aloysio Chaves, Amaldo Prieto, Carlos Chiarelli, Christóvam Chiaradia, Edme Tavares, Eraldo Tinoco, Francisco Benjamim, Inocêncio Oliveira, José Jorge, José Lins, José Lourenço, José Santana de Vasconcellos, José Thomaz Nonô. Luís Eduardo, Mário Assad, Sandra Cavalcanti, Enoc Vieira, Hugo Napoleão, Gilson Machado, José Tinoco, Paes Landim, Simão Sessim, Antônio Carlos Konder Reis, Gerson Peres, Jorge Luiz Maia, Bonifácio de Andrada, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Adolfo Oliveira e José Maria Eymael.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 25 Constituintes; votaram NÃO 52 Constituintes. Total 77 votos. O Destaque foi **rejeitado**.

Em consequência, está prejudicado o Destaque nº 750, requerido pelo Constituinte José Carlos Sabóia, referente à Emenda nº 33000. Ela era idêntica.

**Destaque nº 2332-87 – Emenda nº IP-07650-1, do Sr. Paulo Delgado, "que modifica o art. 27 inciso II alínea "f" do Projeto de Constituição (art. 13, § 8º do Substitutivo nº 2)". (177ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Em votação o Destaque n. 2332, requerido pelo Constituinte Paulo Delgado, referente à Emenda nº 7650, emenda substitutiva, cujo texto é o seguinte:

"Dê-se nova redação à alínea f do inciso II do art. 27:

É garantida a plena elegibilidade dos militares, desde que se licenciem ou se afastem do serviço ativo quatro meses antes da data designada para a realização das eleições."

Com a palavra o Constituinte Paulo Delgado.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO DELGADO:** – Sr. Presidente, Srs. Membros da Comissão de Sistematização, para nós, do Partido dos Trabalhadores, a concepção que deve prevalecer no sistema eleitoral e na regra de orientação e definição da elegibilidade é a universalização ao máximo das condições de elegibilidade. E, ao pensar nisso, entendemos que não é possível, a pretexto de não se politizarem as Forças Armadas, pretender-se contrapolitizá-las, não incorporando os militares ao processo político nacional. A desmilitarização da sociedade brasileira implica visão profissional das Forças Armadas e, ao mesmo tempo, sua não incorporação ao processo político.

Por esta razão – a fim de se evitar a contrapolitização das Forças Armadas ou sua politização negativa – entendemos que os militares, como cidadãos de pleno direito, e não de segunda classe, como já disse o Constituinte Paulo Ramos, devam ter plenos direitos assegurados. Isso desde que se afastem do serviço ativo, como qualquer cidadão que trabalhe, por exemplo, em órgão público, para se candidatarem e, caso eleitos, passassem a gozar de licença. Posteriormente, não permanecendo na política, que possam retornar aos quartéis e seguir profissão definida como opção pessoal.

Esta a razão pela qual entendemos que a Comissão de Sistematização deve acatar a emenda em forma de destaque, para que possamos ter definitivamente sanada a ruptura, na concepção democrática, existente entre a sociedade civil e os militares, incorporando-os, com plenos direitos, à vida democrática nacional.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Lysâneas Maciel.

**O SR. CONSTITUINTE LYSÂNEAS MACIEL:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, quando apresentamos, na Subcomissão dos Direitos Políticos, dos Direitos Coletivos e Garantias, a norma que permitia a todos os militares participarem da política na condição de cidadão pleno, estávamos precisamente preocupados com sua inserção na política e o rompimento de uma vala existente entre os militares e a sociedade civil no Brasil, entre a questão da segurança nacional e a questão das liberdades democráticas.

Sugerimos, então, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, que todos os militares tivessem pleno direito a todos os aspectos da cidadania, não como corporação ou organização, como têm ocorrido nos últimos anos, quando quiseram manipular os destinos políticos do País. E nós o fizemos conscientemente, porque na verdade não há razão lógica para excluí-los da participação plena.

Agora, quando vêm como corporação militar, como Ministério – Marinha, Exército e Aeronáutica – ou na con-

dição de Chefe do SNI tentar influir nos mecanismos políticos do País, a sociedade tem que se precaver, porque vêm numa condição privilegiada. Muitas vezes, como fizeram no início dos trabalhos da Constituinte, mandaram recados para que nos curvássemos às suas pretensões nem sempre legítimas, nem sempre verdadeiras.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o que se defende aqui é o direito de o cidadão, fardado ou não, concorrer a todos os postos eletivos. Se são alistáveis, são elegíveis. O que se pretende com essa emenda é que tenham – na condição de dirigentes, de comandantes de tropa ou de unidade – as mesmas condições que os cidadãos comuns. É preciso que se possam licenciar, a fim de concorrerem em igualdade de condições com os cidadãos comuns.

Sr. Presidente, pode ser que se inicie aqui o fim do fosso entre as Forças Armadas e a sociedade civil no País. Pode ser que se lhes tire essa condição privilegiada. São cidadãos comuns, sim, os militares, mas cidadãos que não podem manter no comando de suas guarnições militares o direito especial de, com a farda, com as estrelas ou com o comando de unidade, terem a condição de influir na vida política do País. Os militares devem ter o direito, como cidadãos comuns, de se candidatar. Eles têm direito, como cidadãos comuns e não como comandantes de guarnição, como comandantes de Ministérios, de influir nos destinos do País.

Portanto, devemos romper esse fosso, permitindo ao marinho, ao general que se candidatem, deixando ao povo o julgamento supremo da apreciação de suas candidaturas. Essa a intenção da emenda, que deve merecer o nosso sufrágio para romper a dicotomia entre sociedade civil e força militar.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Não há oradores inscritos para encaminhamento contra.

Com a palavra o ilustre Relator auxiliar Antônio Carlos Konder Reis.

**O SR. RELATOR (Antonio Carlos Konder Reis):** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, em nome do Sr. Relator-Geral, devo manifestar-me favoravelmente à manutenção do texto. A emenda do nobre Constituinte Paulo Delgado estabelece a garantia plena da elegibilidade dos militares, desde que se licenciem ou se afastem do serviço ativo quatro meses antes da data designada para as eleições. S. Ex.<sup>a</sup> toma, como ponto de referência, a data da realização das eleições e não a data da escolha como candidato nem a data em que aceita disputar a eleição. O Relator entende que há, certamente, uma intenção generosa, mas também um erro técnico na elaboração da emenda, porque o ponto de referência para o licenciamento ou afastamento das Forças Armadas é a data da eleição, e o tempo designado é de apenas quatro meses. Em razão desse argumento, o Relator mantém o texto do Substitutivo. (Palmas)

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, Antonio Mariz, Octávio Elísio, Uldurico Pinto, Vicente Bogo, Vilson Souza, José Paulo Bisol, Nelson Friedrich, Paulo Ramos, Sigmaringa Seixas, Brandão Monteiro, Vivaldo Barbosa, Lysâneas Maciel, Francisco Rossi, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Haroldo Lima, Roberto Freire e Jamil Haddad. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Almir Gabriel, Antônio Brito, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Carlos Sant'Anna, Celso Dourado, Cid Carvalho, Egidio Ferreira Lima, Fernando Gasparian, João Calmon, Euclides Scalco, Israel Pinheiro, João Agripino, João Natal, José Tavares, José Richa, Nelson Jobim, Nilson Gibson, Oswaldo Lima Filho, Pimenta da Veiga, Prisco Viana, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Rodrigues Palma, Severo Gomes, Wilson Martins, Aloysio Chaves, Arnaldo

Prieto, Carlos Chiarelli, Christóvam Chiaradia, Edme Tavares, Eraldo Tinoco, Francisco Benjamim, Inocêncio Oliveira, José Jorge, José Lins, José Lourenço, José Santana de Vasconcellos, José Thomaz Nonô, Luís Eduardo, Mário Assad, Sandra Cavalcanti, Enoc Vieira, Hugo Napoleão, Jonas Pinheiro, Gilson Machado, José Tinoco, Paes Landim, Ricardo Izar, Antônio Carlos Konder Reis, Gerson Peres, José Luiz Maia, Adylson Motta, Bonifácio de Andrada, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua e Adolfo Oliveira.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 23 Constituintes; votaram NÃO 57 Constituintes. Total: 80 votos. O Destaque foi **rejeitado**.

**O SR. CONSTITUINTE VIVALDO BARBOSA:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE VIVALDO BARBOSA:** – Sr. Presidente, é do nosso conhecimento que, tão logo terminada cada votação, um ou dois minutos depois a Mesa já possui cópia impressa do resultado do computador. Então encareço à Mesa que mande distribuir uma cópia para cada membro da Comissão à medida que as impressões forem tiradas. Assim todos poderão acompanhar melhor o processo e até conferir os votos anunciados no painel.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Constituinte Vivaldo Barbosa, V. Ex.<sup>a</sup> levanta uma questão de ordem que é mais uma reclamação. Mas a Mesa vai examinar a viabilidade do pedido de V. Ex.<sup>a</sup>

Em votação o Destaque nº 6386, requerido pelo Constituinte Valter Pereira, referente à Emenda nº 30395. O Constituinte não está presente; a emenda está, pois, prejudicada.

Sobre a mesa requerimento de preferência do Constituinte Pimenta da Veiga. S. Ex.<sup>a</sup> desiste da preferência.

Em votação o Destaque nº 2857, requerido pelo Constituinte Farabulini Júnior, referente à Emenda nº 23884. O Constituinte Farabulini Júnior não está presente nem indicou quem o substituiu; a emenda está, pois, prejudicada.

Em votação o Destaque nº 4701, requerido pelo Constituinte Euclides Scalco. S. Ex.<sup>a</sup> desiste de seu destaque.

Em votação o Destaque nº 6870, requerido pelo Constituinte Fernando Henrique Cardoso, referente ao texto do parágrafo. O Constituinte Fernando Henrique Cardoso não está presente. Prejudicado o destaque.

Em votação o Destaque nº 396, requerido pelo Constituinte José Genoíno, referente ao texto do parágrafo. Não há nenhuma indicação e o nobre Constituinte não está presente; está, pois, prejudicado o destaque.

Passemos à votação do § 9º.

**Destaque nº 3870-87 – Emenda nº ES-26031-6, do Sr. Gastone Righi, "que suprime o art. 13 § 10 do Substitutivo nº 1 (art. 13 § 9º do Substitutivo nº 2)". (178ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Sobre a mesa há requerimento de preferência, de autoria do Constituinte Gastone Righi para a votação da emenda nº 26031-6, também de sua autoria.

V. Ex.<sup>a</sup> mantém o requerimento de preferência?

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr. Presidente, só um esclarecimento. Minha emenda é supressiva total, e parece-me que já seria a primeira a ser votada. Portanto, é dispensável a preferência?

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – A Mesa vai examinar a questão. A primeira emenda a ser votada

seria a do Constituinte Aluizio Campos. Não estando presente S. Ex.<sup>a</sup>, ela está prejudicada.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Se minha emenda já for a primeira, evidentemente não vamos cometer **bis in idem**.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Há também uma emenda supressiva, de autoria do Constituinte José Ulisses de Oliveira. S. Ex.<sup>a</sup> está presente? **(Pausa)** Não estando presente o autor está prejudicada a emenda.

Não precisamos votar a preferência. Passemos à votação da emenda do Constituinte Gastone Righi. É o Destaque nº 3870, referente à Emenda nº 26031-6, que objetiva a supressão de parágrafo.

Tem a palavra o Constituinte Gastone Righi.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o § 9º do art. 13 estabelece que são inelegíveis, para quaisquer cargos, o cônjuge ou parentes até segundo grau, por consangüinidade, afinidade ou adoção, do Presidente da República, do Governador e do Prefeito que tenha exercido mais da metade do mandato, e só ressalva os que já exercem mandatos eletivos.

Com esta redação, Srs. Constituintes, qualquer pessoa que morar no Rio Grande do Sul e for parente de um prefeito no Rio Grande do Norte não se poderá candidatar a nenhum cargo eletivo dentro do País. É uma verdadeira aberração.

Na realidade, a nossa proposta constitucional já prevê lei complementar para estabelecer casos de inelegibilidade na defesa do regime democrático, da probidade administrativa, da moralidade e da normalidade e legitimidade das eleições. Portanto, não é preciso que a Constituição vá ao ponto absurdo da proibição total e absoluta de eleição mesmo para parentes por afinidade. E vejam os Srs. Constituintes que parente por afinidade é o cunhado, alguém que sequer escolheu o parentesco e nem mesmo tem a consangüinidade ou o liame familiar estabelecido.

Srs. Constituintes, é uma verdadeira aberração o que aqui está escrito. Esta proibição de candidatura a qualquer cargo deve ser suprimida. Já há dispositivo que permite à lei complementar estabelecer casos de inelegibilidade, em decorrência do parentesco, do exercício de cargo ou função pública.

Portanto, é despendiosa, é irrita, é anódina esta disposição. Até mesmo por economia, no esforço de enxugarmos esta Constituição, recomenda-se suprimir este artigo, absolutamente dispensável e até incômodo e indesejável para uma boa ordem jurídico-constitucional no País.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Com a palavra o Constituinte Antônio Britto, que encaminhará contra a proposição do ilustre Constituinte Gastone Righi.

**O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO BRITTO:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, o nobre Constituinte Gastone Righi aponta uma dificuldade existente no texto do § 9º do art. 13, que ora discutimos e votamos. S. Ex.<sup>a</sup>, tendo em vista esse argumento, vem a esta Casa propor simplesmente a supressão integral do dispositivo.

Seria visivelmente um grave equívoco e, mais do que isso, uma originalidade, contrariando toda a tradição que vem sendo sustentada em nosso País. E isto ocorre felizmente, porque, ao elencarmos dispositivos moralizadores do texto constitucional, seguramente não haverá muitos com a mesma correção e importância deste que aqui está.

Para tranquilizar o nobre Constituinte e Líder Gastone Righi, informo a S. Ex.<sup>a</sup> e à Casa que existe e será votada, logo a seguir, emenda que resolve as duas dificuldades apontadas no texto do Substitutivo. Trata-se de emenda de autoria do Constituinte Felipe Mendes, do PDS, determinando em primeiro lugar, que a inelegibilidade se dê no território de jurisdição do titular.

Em segundo lugar, no final, o dispositivo esclarece que essa inelegibilidade não se daria se já fosse titular de mandato eletivo e candidato à reeleição. Portanto, resolve as duas dificuldades que poderiam ser apontadas nesse dispositivo.

Ora, Sr. Presidente, ouvimos, há poucos minutos, o texto que remedia as dificuldades apontadas pelo nobre Constituinte Gastone Righi. Mas, ainda que este remédio regimental não houvesse, a supressão deste dispositivo permitiria exatamente o contrário: que se tornasse, pela primeira vez neste País, elegíveis o cônjuge e o parente até segundo grau de qualquer dos detentores de cargos executivos, colocando fora uma das mais moralizadoras tradições deste País.

Por isto, peço a rejeição da Emenda do Constituinte Gastone Righi, e uma vez mais, insisto em que as dificuldades existentes no texto serão, a seu tempo, resolvidas com a aprovação da Emenda Felipe Mendes.

**O SR. PRESIDENTE (Bandão Monteiro):** – Com a palavra o nobre Constituinte Francisco Rossi.

**O SR. CONSTITUINTE FRANCISCO ROSSI:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, entendemos que essa proposta do Substitutivo nº 2 é uma verdadeira aberração, porque os casos de inelegibilidades de cônjuges e outros parentes devem ser tratados em legislação ordinária. Aprovando o texto deste Substitutivo, estaremos promovendo a maior cassação até hoje feita, na História do Brasil, praticada pela Assembléia Nacional Constituinte. Temos aproximadamente 5 mil Municípios. Se multiplicarmos este número por 8 a 10 parentes, por prefeito – citando apenas o caso do prefeito – teremos 40 mil pessoas cassadas neste País.

Considero este dispositivo um verdadeiro monstro. Faço um apelo no sentido de possibilitarmos que outros casos, invocados pelo Constituinte Antônio Britto, sejam tratados em legislação ordinária – com a supressão do § 9º, porque realmente tal dispositivo promoveria uma, cassação absurda neste País e contraria os princípios democráticos que têm norteado as ações desta Assembléia Nacional Constituinte.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Com a palavra o Constituinte Gerson Peres.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, prezados colegas, estamos diante de uma emenda supressiva do ilustre Constituinte Gastone Righi, que retira o § 9º pura e simplesmente. É estranho que os argumentos do eminente Parlamentar, realmente judicioso, não nos possam convencer, porque, ao retirar esse dispositivo, estamos atentando contra a moralidade que deve existir no trato da coisa pública com relação às eleições. Ignorar que parentes próximos de Governadores, cônjuges candidatos, por exemplo, são beneficiados pelo poder público, com recursos públicos, em suas eleições, seria tapar o sol com a peneira. É a realidade brasileira. Temos de manter o texto do Cabral II, moralizador, que sustenta a moralidade na coisa pública. Não vamos, em nome da liberdade, da democracia, dos que acham que tudo se pode fazer, abrir a porta para que no País ocorram fatos degradantes, como estamos acostumados a presenciar, mesmo com a proibição da lei. A Constituição precisa ser clara. Essa proibição é válida.

O eminente Constituinte Felipe Mendes tem uma emenda que me parece melhorar um pouco o texto, quando limita a proibição à área territorial da jurisdição do titular. Esta é a única vantagem da Emenda Felipe Mendes, embora eu tenha também minhas dúvidas, porque moralidade não tem limite territorial. Analisemos uma hipótese: o irmão do Governador de São Paulo se candidata, amanhã, a Governador do Estado do Espírito Santo. Ninguém poderá ignorar que o irmão ajudará o candidato, no Espírito Santo, utilizando a força e o poder do Estado de São Paulo. Moralidade não tem limite nem jurisdição, repito. A utilização do poder é dentro do território nacional.

Acho que o texto do Cabral II moraliza nacionalmente este fato, e deveríamos ficar com ele. É a consideração que faço, dirigindo apelo aos colegas no sentido de mantermos esse texto, que parece ser o mais correto e moralizador.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Em votação.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Ademir Andrade, Artur da Távola, Francisco Rossi e Gastone Righi. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Almir Gabriel, Antônio Britto, Bernardo Cabral Carlos Sant'Anna, Celso Dourado, Cid Carvalho, Egídio Ferreira Lima, Fernando Gasparian, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, João Calmon, José Paulo Bisol, José Richa, Nelson Jobim, Nelton Friedrich, Nilson Gibson, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Prisco Viana, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Rodrigues Palma, Sigmaringa Seixas, Wilson Martins, Antonio Mariz, Euclides Scalco, Israel Pinheiro, João Agripino, João Natal, José Tavares, Octávio Elísio, Uldurico Pinto, Vicente Bogo, Vilson Souza, Aloysio Chaves, Antoniocarlos Mendes Thame, Arnaldo Prieto, Carlos Chiarelli, Christóvam Chiaradia, Edme Tavares, Eraldo Tinoco, Francisco Benjamim, Inocêncio Oliveira, João Menezes, José Jorge, José Lins, José Lourenço, José Santana de Vasconcellos, José Thomaz Nonô, Luís Eduardo, Mário Assad, Osvaldo Coelho, Sandra Cavalcanti, Enoc Vieira, Edison Lobão, Jonas Pinheiro, Gilson Machado, Ricardo Izar, Antônio Carlos Konder Reis, Gerson Peres, José Luiz Maia, Adylson Motta, Bonifácio de Andrada, Brandão Monteiro, Vivaldo Barbosa, Lysâneas Maciel, Plínio Arruda Sampaio, Adolfo Oliveira, Haroldo Lima, Roberto Freire, Jamil Haddad e Joaquim Bevilacqua.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram **SIM** 4 Constituintes; votaram **NÃO** 75 Constituintes. Total 79 votos. O destaque foi **rejeitado**, em consequência, prejudicados estão os Destaques nº 4008, de autoria do Constituinte Aluizio Campos, nº 6431, de autoria do Constituinte Prisco Viana; nº 7103, de autoria do Constituinte Álvaro Valle; nº 8324, de autoria do Constituinte Ronan Tito e nº 4573, de autoria do Constituinte Francisco Rossi.

Em votação o Destaque nº 7223, requerido pelo Constituinte José Richa.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ RICHÁ:** – Sr. Presidente, retiro o destaque.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Retirado o destaque. Sobre a mesa requerimento de preferência, de autoria do Constituinte Osvaldo Lima Filho. Pretende S. Ex.<sup>a</sup> que, ouvido o Plenário, seja concedida preferência para a votação do Destaque nº 3649 à Emenda nº 33644-4. Os Srs. Constituintes desejam algum esclarecimento sobre a preferência. **(Pausa)**

Em votação o destaque. Os Srs. Constituintes que estiverem a favor do destaque permaneçam como estão. **(Pausa)** Aprovado.

**Destaque nº 3649-87 – Emenda nº ES-33644-4, do Sr. Osvaldo Lima Filho "que modifica o art. 13, § 10, do Substitutivo nº 1 (art. 13, § 9º, do Substitutivo nº 7)".**

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Em consequência será feita a votação do Destaque nº 3049, requerido pelo Constituinte Osvaldo Lima Filho, referente à Emenda nº 33644, do próprio autor, que objetiva, no Título II "Direitos e Liberdades Fundamentais", que se substitua o texto do § 10, do art. 13, pelo seguinte: "São inelegíveis, para qualquer cargo, cônjuges ou os parentes por consaguinidade, afinidade ou adoção, até o segundo grau, do prefeito e do governador, ressalvados os que já exerceram mandato legislativo".



Concedo a palavra ao Constituinte Oswaldo Lima Filho.

**O SR. CONSTITUINTE OSWALDO LIMA FILHO:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a emenda que defendo é muito singela. Ela busca substituir, no texto do ante-projeto, a expressão "Ressalvados os que já exerçam mandato eletivo", por, "Ressalvados os que exercem mandato legislativo".

A tradição Constitucional brasileira, antes de 1964, foi sempre a de permitir que os vereadores, os deputados estaduais, os deputados federais, e os senadores que já exerciam mandato, embora parentes, nos termos da proibição constitucional, de governadores, de presidentes e de prefeitos, pudessem disputar o mandato, serem eleitos, mas para cargos legislativos, não para cargos eletivos. Se se colocar a expressão "cargo eletivo" vamos perturbar a inelegibilidade anteriormente prevista. Os parentes serão elegíveis para todos os cargos: prefeito, governador e presidente da República. É só essa a modificação que pretendo obter no texto.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Com a palavra o Constituinte Antônio Britto, que fará o encaminhamento contrário.

**O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO BRITTO:** – Sr. Presidente, antes de fazer o encaminhamento contrário, gostaria de solicitar à Mesa um esclarecimento. Pela leitura do texto do Substitutivo, comparativamente ao texto da emenda, a única alteração seria "Presidência da República" ou "Presidente da República", pelo que gostaria de ouvir um esclarecimento.

**O SR. CONSTITUINTE OSWALDO LIMA FILHO:** – Sr. Presidente, a emenda que ofereci atingia todos os cargos – presidente, vice-presidente, governador. Por um defeito na datilografia, houve uma supressão no texto. Retiro a emenda por esse motivo. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Retirada a emenda.

Destaque 148 de autoria do Constituinte Oscar Corrêa. Alguém está indicado para representá-lo? **(Pausa)** Prejudicado.

Sobre a Mesa Destaque nº 2079, requerido pelo nobre Constituinte Virgílio Guimarães, à Emenda nº 22091. Há algum Constituinte por S. Ex.<sup>a</sup> credenciado? **(Pausa)** Prejudicado.

Destaque nº 2706, requerido pelo nobre Constituinte Nelson Friedrich, referente à Emenda nº 3412. Emenda substitutiva. O nobre Constituinte Nelson Friedrich está presente? **(Pausa)** Prejudicado o destaque.

Destaque nº 2935, requerido pelo nobre Constituinte Ruy Bacelar, referente à Emenda nº 25653. Há alguém credenciado pelo nobre Senador? Não há. **(Pausa)** Prejudicado.

Destaque nº 4815, requerido pelo nobre Constituinte Chagas Rodrigues, referente à Emenda nº 21907. S. Ex.<sup>a</sup> não está presente e não há nenhum Constituinte credenciado para defender a emenda. Prejudicado.

**Destaque nº 5851-87 – Emenda nº ES-28060-1 do Sr. Jutahy Júnior "que modifica o artigo 13, § 10, do Substitutivo nº 1 (artigo 13, § 9º, do Substitutivo nº 02)".**

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Destaque nº 5851, requerido pelo nobre Constituinte Jutahy Júnior, referente à Emenda nº 28060, de autoria do próprio autor. É uma emenda substitutiva, que objetiva dar ao § 10 do art. 13 do Substitutivo a seguinte redação.

"São inelegíveis o cônjuge, os parentes consanguíneos ou afins, até segundo grau, ou por adoção, do Presidente da República, de Gover-

nadores de Estado ou de Território, de Prefeito ou dos que os hajam substituído, dentro de seis meses anteriores ao pleito, salvo os titulares de mandato eletivo e candidatos à reeleição."

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Com a palavra o Constituinte Jutahy Júnior.

**O SR. CONSTITUINTE JUTAHY JÚNIOR:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, quero fazer algumas observações com relação ao texto proposto no Substitutivo do Relator Bernardo Cabral. De início, temos de fazer uma avaliação filosófica. Há os que acreditam e os que não acreditam neste instrumento, no sentido de não permitir que alguém, no exercício de cargo executivo, influencie a eleição de parentes até segundo grau. Para aqueles que defendem a reeleição, tanto faz o texto atual como que nós propomos para substituí-lo. Mas aqueles que acreditam que o Poder Executivo exerce uma influência nítida no processo eleitoral têm de observar – vou usar a palavra que acho correta – algumas incorreções no texto proposto pelo Relator Bernardo Cabral. S. Ex.<sup>a</sup> diz o seguinte: "São inelegíveis, para qualquer cargo, o cônjuge ou parente até o segundo grau, por consanguinidade, afinidade, adoção, do Presidente da República, do Governador e do Prefeito que tenham exercido mais da metade do mandato, ressalvados os que já exercem mandato eletivo".

Quero explicar o que pode ocorrer com este texto. Os atuais prefeitos têm um mandato de seis anos. Digamos que um prefeito renuncie a seu mandato com três anos e um dia e o vice-prefeito, assumindo o cargo, o exerça durante 2 anos, 11 meses e 29 dias, fato que permite a eleição de todos os seus parentes. Não está cumprido o objetivo de se proibir o abuso de poder econômico e administrativo na eleição dos seus parentes. Temos uma outra situação: a não-coincidência nas eleições de vereador, prefeito e governador. O que ocorre? O governador, eleito em 1986, pode eleger um parente até o segundo grau, em 1988, seja para vereador ou prefeito, e fazer esse parente, em 1990, candidato a governador de Estado.

O que estamos propondo? Que o efeito real do abuso do poder seja evitado num prazo mínimo de seis meses. Então, só se torna imperativo o exercício do mandato nos seis meses anteriores, e mantemos a garantia para os que de fato exercem mandato eletivo e são candidatos à reeleição. Esse é o objetivo moralizador da emenda que acredito seja importante no texto constitucional. Não tem sentido criar-se burla, fazer com que o cidadão seja candidato apenas para acabar com a inelegibilidade. Quero repetir o que aconteceria, governador eleito em 1986 elege filho ou mulher vereador ou vereadora no mais distante Município e faz dele ou dela candidato ou candidata à sua própria sucessão quatro anos depois.

O caso é ainda mais absurdo quando o fato de o prefeito, no exercício do cargo ter exercido um dia menos do que a metade do mandato torna elegível todos os seus parentes. Não me preocupo com os que defendem a reeleição. Conhecemos pensamentos diversos no sentido de que não deve existir inelegibilidade e que o povo é quem decide. Mas, dentro da nossa tradição política brasileira, que deseja resguardar a lisura do pleito e não haver abuso do poder por parte da administração, da máquina do Estado, a fórmula que acreditamos seja mais correta é manter apenas o direito para a reeleição ou tendo o prazo de seis meses anteriores ao pleito.

Era o que tínhamos a dizer.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Não há oradores inscritos.

A Mesa solicita a todos os Srs. Constituintes que tomem os seus lugares a fim de darmos início à votação pelo sistema eletrônico. **(Pausa)**

O nobre Constituinte Jutahy Júnior retira a sua emenda. **(Palmas)**

Em votação o Destaque nº 6404, requerido pelo Constituinte Valter Pereira, referente à Emenda nº 30396. O Constituinte Valter Pereira está ausente. Prejudicado o destaque.

Em votação o Destaque nº 6404, requerido pelo Constituinte Vasco Alves, relativo à Emenda nº 30396. Ausente. Prejudicado.

Em votação o Destaque nº 8132, requerido pelo Constituinte Osvaldo Coelho. Ausente. Prejudicado.

**Destaque nº 8151-87 do Sr. Haroldo Sabóia – Emenda nº ES-22627-4, do Sr. Felipe Mendes, "que modifica o art. 13, § 10 do Substitutivo nº 1 (art. 13, § 9º do Substitutivo nº 2)". (179ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Em votação o Destaque nº 8151, requerido pelo Constituinte Haroldo Sabóia, referente à Emenda nº 22627, substitutiva, com a seguinte redação:

"§ 10 – São inelegíveis, no território da jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins até o segundo grau ou por adoção, do Presidente da República, de Governadores e de Prefeito ou de quem os haja substituído dentro de seis meses anteriores ao pleito, salvo se titular de mandato eletivo e candidata à reeleição."

Concedo a palavra ao Constituinte Antonio Mariz, indicado pelo Constituinte Haroldo Sabóia.

**O SR. CONSTITUINTE ANTONIO MARIZ:** – Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, conforme lido pelo Sr. Presidente, Constituinte Brandão Monteiro, a emenda substitutiva, cujo destaque é do Constituinte Haroldo Sabóia, de autoria do Constituinte Felipe Mendes, está redigida nos seguintes termos:

"São inelegíveis, no território da jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins até segundo grau ou por adoção, do Presidente da República, de governadores e de prefeito, ou de quem os haja substituído dentro de seis meses anteriores ao pleito, salvo se titular de mandato eletivo e candidato à reeleição."

O texto aqui sugerido corrige, a meu ver, dois graves excessos contidos na proposta do Substitutivo II. Estou certo de que eles decorrem de um lapso e não de uma intenção do relator, que se tem havido com extrema proficiência nas proposições que apresentou a esta Assembléia. No entanto, o § 9º, tal como redigido, levaria a que essa inelegibilidade decorrente do parentesco fosse estendida a todos no País inteiro, ainda que o parentesco fosse com o prefeito municipal, pois não faz ressalva "no território da jurisdição do titular do cargo".

Ora, o prefeito que se elegeisse no Estado de Rondônia tornaria inelegível o seu parente de até segundo grau em qualquer outro Estado do País, o que é, evidentemente, um absurdo, porque foge aos fins da norma. O objetivo dessa legislação é impedir o nepotismo, a prática da oligarquia e que se governe através de prepostos. Essa é a finalidade da norma. Como um prefeito, em um Estado distante, poderia tornar inelegível os seus parentes no outro extremo desse imenso território nacional? Daí a importância de assinalar, como faz o destaque que é encaminhado, a jurisdição do titular do cargo. A inelegibilidade se dá na jurisdição do prefeito, no município em que a pessoa é prefeito; na jurisdição do governador, quer dizer, no Estado em que alguém governa; na jurisdição nacional, em todo o território nacional, quando se tratar do presidente da República. Só no caso do presi-

dente da República as inelegibilidades alcançam todo território nacional. Por isso se impõe fazer a ressalva contida na emenda, no sentido de que são inelegíveis no território da jurisdição. Aí, sim, cabe aplicar esse tipo de norma.

Por outro lado, ao final do texto, ocorre um excesso: a inelegibilidade desaparece desde que o candidato seja titular, como diz o texto, de "mandato eletivo", sem se referir ao fato da reeleição. Isso significa que o parente em primeiro grau – o filho ou o pai do governador, do prefeito ou do presidente da República – pode candidatar-se a esses mesmos cargos pelo fato de deter um mandato eletivo. Por exemplo, o de vereador de uma pequena cidade do interior brasileiro. É fugir à teleologia da norma, aos seus fins e aos seus objetivos. Tem em mira justamente evitar, como disse, o nepotismo e a formação de oligarquias.

Daí o texto proposto: sanar esses dois óbices que se antepõem à aprovação do texto do sr. relator. De um lado, fixa-se que a inelegibilidade ocorre na jurisdição do titular do cargo; de outro, exclui-se a inelegibilidade no caso apenas da reeleição, para quem já é detentor de mandato eletivo. Essas as razões pelas quais defendemos a aprovação da emenda do Constituinte Felipe Mendes, destacado pelo Constituinte Haroldo Sabóia, que tem a, especificações por V. Ex.<sup>a</sup> anunciadas.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Com palavra o Constituinte Gastone Righi, que encaminhará contra a proposição.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, há pouco, sustentei desta tribuna uma emenda supressiva de todo esse dispositivo. E o fiz mostrando que o dispositivo era realmente incongruente e mal redigido e que trazia em seu bojo um absurdo inadmissível: que o parente de prefeito do interior de um Estado não pudesse candidatar-se a vereador em outro Estado longínquo.

Na esteira desse entendimento, vem agora essa emenda reconhecendo que realmente o dispositivo é um absurdo. Só que não corrige o absurdo. Através de um português que deixa muito a desejar e de uma expressão de absoluta incongruência, declara a emenda que "são inelegíveis no território da jurisdição do titular" – só que não explica que titular e que gênero de jurisdição – "o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o segundo grau, ou por adoção, do presidente da República do Governador e de Prefeitos, ou de quem os haja substituído dentro de seis meses anteriores ao pleito, salvo se titular de mandato eletivo".

Titular só aparece aí. Então, a jurisdição de titular seria a desse titular de mandato eletivo? É claro que o defeito redacional compromete em seu todo essa emenda. Mais ainda, ressalva apenas o titular de mandato eletivo, se candidato a reeleição. Quem votou contra minha emenda supletiva, na verdade estava votando contra Roseane porque permitia ao Zequinha Sarney candidatar-se, mas não a Roseane. Agora, quem votar nesta emenda estará votando contra o Zequinha, porque estará proibindo nosso colega de se candidatar a qualquer posto que não seja o de deputado federal. Não sei por que essa ingerência e essa incongruência a que se quer levar esta douda Comissão. Se votaram não à minha emenda, este não deve ser mantido, mesmo porque a emenda atual não melhora o texto. Pelo contrário, confunde-o e, ainda, torna-o mais casuístico, num sentido que não podemos tolerar. É preciso que esta Constituição seja mais aberta, a mais democrática possível, oferecendo oportunidade a todos e não restringindo, não limitando, não sectarizando.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Dou a palavra ao Constituinte Nelson Jobim.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON JOBIM:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o texto da emenda do Constituinte Felipe Mendes corresponde exatamente ao art 151, § 1º, letra **d** da Constituição de 1969, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 22. Este texto assegura, por um lado, a inelegibilidade do cônjuge, do parente consanguíneo ou afim, até o 2º grau, ou por adoção; do presidente da República, do governador, do prefeito ou de quem os haja substituído, dentro dos seis meses anteriores ao pleito, salvo seja titular de mandato eletivo e candidato à reeleição. Isso tudo no território da jurisdição do titular.

O que significa isso? Significa que o prefeito da cidade de Santa Maria não impede que o seu irmão, candidato a prefeito de São Paulo, seja candidato. Por quê? Porque não está no mesmo ambiente do titular. Em segundo lugar, o fato de alguns dos deputados federais aqui presentes terem candidatos parentes dentro dessas linhas de parentesco e seja presidente da República, governador ou prefeito, não impedirá a sua reeleição. Vejam bem, esse dispositivo assegura, por um lado, a situação de elegibilidade, e impede por outro, a manutenção da elegibilidade absoluta. Então, o acolhimento dessa emenda se impõe, posto que aquelas alegações do Constituinte Gastone Righi sobre sua inconsistência estão espargidas em face da interpretação constitucional já existente.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – A Presidência solicita aos Srs. Constituintes que ocupem seus lugares para início da votação eletrônica.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Almir Gabriel, Antônio Britto, Artur da Távola, Celso Dourado, Egídio Ferreira Lima, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, José Fogaça, José Paulo Bisol, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nelton Friedrich, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Raimundo Bezerra, Sigmaringa Seixas, Antonio Mariz, José Tavares, Octávio Elísio, Uldurico Pinto, Vicente Bogo, Vilson Souza, Aloysio Chaves, Carlos Chiarelli, Edme Tavares, Sandra Cavalcanti, Antônio Carlos Konder Reis, Adylson Motta, Bonifácio de Andrada, Brandão Monteiro, Vivaldo Barbosa, Lysâneas Maciel, Plínio Arruda Sampaio, Adolfo Oliveira, Roberto Freire, Haroldo Lima e Jamil Haddad. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Bernardo Cabral, Carlos Sant'Anna, Cid Carvalho, Fernando Gasparian, João Calmon, José Richa, Nilson Gibson, Prisco Viana, Renato Vianna, Rodrigues Palma, Wilson Martins, Israel Pinheiro, João Agripino, João Natal, Antoniocarlos Mendes Thame, Arnaldo Prieto, Christóvam Chiaradia, Eraldo Tinoco, Francisco Benjamin, Inocêncio Oliveira, João Menezes, José Jorge, José Lourenço, José Santana de Vasconcellos, José Thomaz Nonô, Luís Eduardo, Mário Assad, Osvaldo Coelho, Gerson Peres, José Luiz Maia, Enoc Vieira, Edison Lobão, Jonas Pinheiro, Gilson Machado, Paes Landim, Ricardo Izar, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua e José Maria Eymael. **ABSTENÇÃO** dos seguintes Senhores Constituintes: Ademir Andrade e Darcy Pozza.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram **SIM** 40 Constituintes; votaram **NÃO** 40 Constituintes; abstiveram-se de votar 2 Constituintes. Total: 82 votos. O Destaque foi **prejudicado** por falta de **quorum** qualificado.

Em votação o Destaque nº 5932, requerida pelo Constituinte Paulo Delgado, que objetiva suprimir a expressão "que tenham exercido mais da metade do mandato". Trata-se de emenda modificativa. O Constituinte Paulo Delgado retira sua emenda.

Em votação o Destaque nº 6871, requerido pelo Constituinte Fernando Henrique Cardoso. S. Ex.<sup>a</sup> não está presente. Prejudicado.

**Destaque nº 6140-87, do Sr. Antônio Carlos Konder Reis, "que adita a expressão "no território de jurisdição" após a palavra "inelegíveis" do art. 27 inciso II alínea "g" do Projeto de Constituição ao art. 13 § 9º do Substitutivo nº 2). (180ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Em votação o Destaque nº 6140, requerido pelo Constituinte Antônio Carlos Konder Reis, referente ao texto do parágrafo. É emenda aditiva e objetiva incluir a expressão "do território de jurisdição do titular", constante da letra **g**, inciso II, art. 27 do projeto.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – A emenda está prejudicada.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Constituinte Roberto Freire, pensa a Mesa que a emenda não está prejudicada; porque não houve rejeição, houve falta de **quorum**. (Palmas)

Com a palavra o Constituinte Antônio Carlos Konder Reis.

**O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS:** – Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, o destaque é singelo e pretende corrigir o que suponho tenha sido um lapso no texto do substitutivo. O destaque visa a incluir no texto do substitutivo a expressão "na área de jurisdição do titular", de modo a conformar o dispositivo do projeto com a tradição do Direito Constitucional brasileiro e a impedir o absurdo da situação já aqui focalizada. Um determinado homem público, parente até o segundo grau de um outro titular de um cargo num determinado Estado, não pode disputar a eleição, é inelegível, em função da regra constitucional. Creio que o destaque visa a preencher uma lacuna no texto do substitutivo e por isso peço a sua aprovação.

Durante o pronunciamento do Sr. Antônio Carlos Konder Reis, o **Sr. Brandão Monteiro**, Segundo-Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo **Sr. Fernando Henrique Cardoso**, Quarto-Vice-Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Com a palavra, para encaminhar contra, o Sr. Constituinte Gerson Peres.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, vou repetir aqui uma frase de Stanley, que dizia: "a perspectiva do Direito é o direito justo". Ninguém entende Direito sem que haja justiça. Vou dar um exemplo: não pretendo contrariar a brilhante inteligência de Santa Catarina, do eminente colega Antônio Carlos Konder Reis, mas gostaria de colocar um fato concreto. Não posso me conformar com a norma que ele deseja estabelecer na Constituição: área territorial ou jurisdicional para qualquer tipo de titular de mandato, porque aí vamos fazer uma injustiça.

Vamos logo ao fato: o filho do Presidente da República é titular de um mandato em São Luiz do Maranhão, e ele pretende, ou precisa, ser candidato a Governador do Estado. Com esta redação, seu direito está tolhido porque a área jurisdicional do Presidente da República é todo o território nacional e, assim, ele fica impedido. Não é o mesmo caso para Governador. Por exemplo: o Governador de Alagoas – como há pouco citou o Senador Guilherme Palmeira – não impediria que seu irmão fosse candidato a Deputado ou a Governador do Estado do Rio de Janeiro. Colocando este dispositivo de autoria do Constituinte Konder Reis, possibilitaria ao seu irmão ser candidato ao Rio de Janeiro, mas o filho do Presidente da República ficaria impossibilitado de ser candidato em qualquer área territorial. Logo, a perspectiva do direito deixou de ser justa. Este é o princípio fundamental no qual me baseio para não aceitar a limitação jurisdicional. Não sei

se estou raciocinando mal. Mas penso que estou certo, porque não posso favorecer uns e não beneficiar outros. A regra há que ser universal. Deve atingir todos, pela proibição ou pela concessão. De outra forma, não estaremos erigindo uma Constituição sob a égide do direito.

Voto contra a emenda, com muito pesar, com esta redação. Pediria aos colegas que atentassem para a emenda que se refere à área jurisdicional. Ela não é justa, no que diz respeito aos parentes consanguíneos ou afins do Presidente da República, seja este quem for, o atual ou o futuro.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Sr. Presidente, pela ordem, para falar sobre o processo de votação.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – V. Ex.<sup>a</sup> tem a palavra, pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Sr. Presidente, quero apenas um esclarecimento. Como ficará a redação, na hipótese de ser aprovada a emenda?

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – A emenda pede que se inclua a expressão "no território de jurisdição do titular," no § 9º, que ficaria assim redigido:

"São inelegíveis para qualquer cargo os cônjuges ou os parentes até segundo grau, por consanguinidade, afinidade ou adoção, do Presidente da República, do Governador e do Prefeito, que tenham exercido mais da metade do mandato, ressalvados os que já exercem mandato eletivo, no território de jurisdição do titular."

**O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS:** – Sr. Presidente, pela ordem. Peço permissão a V. Ex.<sup>a</sup>, na qualidade de autor do destaque, para esclarecer ao nobre Constituinte Carlos Sant'Anna, Líder do Governo, que, aprovado o destaque, a redação seria a seguinte:

"São inelegíveis no território de jurisdição do titular, para qualquer cargo, o cônjuge ou os parentes até o segundo grau, por consanguinidade, afinidade ou adoção, do Presidente da República, do Governador e do Prefeito, que tenham exercido mais da metade do mandato, ressalvados os que já exercem mandato eletivo..."

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Sr. Presidente, pela ordem. Não compreendi. Desculpe-me, V. Ex.<sup>a</sup>. Deve ser deficiência da minha parte, mas acho importante para o processo de votação esclarecer se o titular se refere aos cargos mencionados, ou ao detentor de mandato eletivo.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Refere-se aos cargos mencionados.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Mas, de acordo com o que acaba de dizer o ilustre autor do destaque, tenho a impressão de que titulares são o Presidente, o Governador, etc. Este esclarecimento dá margem a esse tipo de interpretação.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Concedo a palavra ao nobre Relator, a fim de que dê uma explicação sobre a redação final.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Sr. Presidente, não quero insistir, nem me delongar, mas fica parecendo que a titularidade é de quem cria a inelegibilidade, e quem a cria é o titular do cargo de Presidente e de Governador. Fica circunscrita a jurisdição ao titular do cargo que cria inelegibilidade, e não a quem tem o mandato eletivo.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Exatamente. Meu entendimento coincide *ipsis litteris* com o de V. Ex.<sup>a</sup>. Em todo caso, o Sr. Relator vai nos esclarecer, reafirmando...

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – Sr. Presidente, há uma clara distinção, porque o titular é referido no singular, assim como o Presidente da República, o Governador e o Prefeito também o são. Portanto, titular se refere a esses três cargos: detentores do mandato de Presidente, de Governador ou de Prefeito. Isto fica bem claro, porque, quando se referir aos que exercem mandato eletivo, estará no plural. Neste caso, deveria ser: "no território de jurisdição dos titulares. Mas está "do titular". Portanto, é o Prefeito, é o Governador e é o Presidente da República. Isto está bem claro e bem explícito.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Em votação o Destaque nº 6140.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Almir Gabriel, Antônio Britto, Artur da Távola, Egídio Ferreira Lima, Fernando Gasparian, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, José Fogaça, José Paulo Bsol, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nelson Friedrich, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Renato Vianna, Sigmaringa Seixas, Wilson Martins, Antonio Mariz, Euclides Scalco, Octávio Elísio, Uldurico Pinto, Vicente Bogo, Vilson Souza, Carlos Chiarelli, Edme Tavares, Francisco Benjamim, Sandra Cavalcanti, Antônio Carlos Konder Reis, Adylson Motta, Bonifácio de Andrada, Brandão Monteiro, Vivaldo Barbosa, Lysâneas Maciel, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Plínio Arruda Sampaio, Adolfo Oliveira, Haroldo Lima, José Maria Eymael, Roberto Freire e Jamil Haddad. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Carlos Sant'Anna, Celso Dourado, João Calmon, José Geraldo, José Richa, Nilson Gibson, Prisco Viana, Raimundo Bezerra, Rodrigues Palma, Israel Pinheiro, João Agripino, Aloysio Chaves, Arnaldo Prieto, Christóvam Chiaradia, Eraldo Tinoco, Inocêncio Oliveira, João Menezes, José Jorge, José Lins, José Santana de Vasconcellos, José Thomaz Nonô, Luís Eduardo, Mário Assad, Osvaldo Coelho, Enoc Vieira, Hugo Napoleão, Edison Lobão, Gilson Machado, José Tinoco, Paes Landim, Ricardo Izar, Darcy Pozza, Gerson Peres e José Luiz Maia.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram **SIM** 47 Constituintes; votaram **NÃO** 34 Constituintes. Total 81 votos. O destaque foi **aprovado**.

Os Srs. Constituintes Brandão Monteiro, Myrian Portella, Bonifácio de Andrada e José Richa retiraram seus destaques ao § 10.

Destaque nº 1653, do Constituinte Délio Braz. S. Ex.<sup>a</sup> está presente?

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Sr. Presidente, pela ordem. Então, qual foi o texto finalmente aprovado?

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Entendo que foi aprovado o texto como lido por V. Ex.<sup>a</sup> e que diz: "são inelegíveis..." e aí se insere a cláusula do território, de jurisdição e o resto. Entendo que foi aprovado o texto que V. Ex.<sup>a</sup> leu e como o interpretou. Foi aprovada emenda com a interpretação do Constituinte Carlos Sant'Anna.

Constituinte Délio Braz está presente? **(Pausa)** Não estando S. Ex.<sup>a</sup> presente, está prejudicando o destaque.

Passamos, portanto, ao § 11. Destaque nº 5770, do Constituinte Brandão Monteiro. S. Ex.<sup>a</sup> se encontra no plenário? **(Pausa)** S. Ex.<sup>a</sup> retira o destaque.

**Destaque nº 6300-87, do Sr. Bonifácio de Andrada, "que suprime o art. 13611 do Substitutivo nº 2" (181ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Destaques nº 6300, do Constituinte Bonifácio de Andrada. Tem a palavra S. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE BONIFÁCIO DE ANDRADA:** – Sr. Presidente, mantemos o destaque desta emenda supressiva ao § 11, porque, após conversarmos com as Lideranças do PMDB, do PFL, do PDT, do PDS, do PCB, do PC do B e do PT. Porque esse dispositivo contém um princípio que nos parece duvidoso, que é aquele de dar ao Juiz de Direito a prerrogativa de processar e condenar o impugnante, que está levantando justamente uma providência judicial contra aquele que considera indiciado em crime eleitoral. Por outro lado, este dispositivo já consta de lei complementar. É, assim, matéria muito duvidosa que não deve constar da Constituição, mas ser examinada em outro momento na legislação complementar ou ordinária. Por estas razões sugerimos a supressão deste dispositivo.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Tendo o Sr. Constituinte Bonifácio de Andrada mantido o destaque e manifestado que, previamente, as Lideranças dos vários partidos concordaram com S. Ex.<sup>a</sup>, pergunto se é necessário que alguém encaminhe contra. Não havendo ninguém para encaminhar contra, se o Relator me permite, passamos à votação, pelo processo eletrônico. O destaque que vai ser votado é, portanto, o de nº 6300, de autoria do Constituinte Bonifácio de Andrada.

**(Procede-se à votação)**

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Antônio Britto, Artur da Távola, Celso Dourado, Egídio Ferreira Lima, Fernando Gasparian, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, José Geraldo, José Richa, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Prisco Viana, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Rodrigues Palma, Sigmaringa Seixas, Wilson Martins, Antonio Mariz, Israel Pinheiro, João Agripino, Octávio Elísio, Uldurico Pinto, Vilson Souza, Aloysio Chaves, Arnaldo Prieto, Christóvam Chiaradia, Edme Tavares, Eraldo Tinoco, Inocêncio Oliveira, João Menezes, José Lourenço, José Santana de Vasconcellos, José Thomaz Nonô, Luís Eduardo, Mário Assad, Sandra Cavalcanti, Enoc Vieira, Hugo Napoleão, Edison Lobão, Jonas Pinheiro, Gilson Machado, Paes Landim, Ricardo Izar, Antônio Carlos Konder Reis, Gerson Peres, José Luiz Maia, Bonifácio de Andrada, Brandão Monteiro, Vivaldo Barbosa, Lysâneas Maciel, Joaquim Bevilacqua, Plínio Arruda Sampaio, Haroldo Lima, Roberto Freire e Jamil Haddad. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Carlos Sant'Anna, José Paulo Bisol, José Ulisses de Oliveira, Nilson Gibson, Vicente Bogo, Francisco Benjamim, José Jorge, Oswaldo Coelho, Darcy Pozza, Adylson Motta, Francisco Rossi, Gastone Righi, Ottomar Pinto e José Maria Eymael. **ABSTENÇÃO** dos seguintes Senhores Constituintes: Bernardo Cabral, José Fogaça e Adolfo Oliveira.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 62 Constituintes; votaram NÃO 14 Constituintes; abstiveram-se de votar 3 Constituintes. Total: 79 votos. O Destaque foi **aprovado**.

Conseqüentemente, o § 11 foi suprimido do texto.

Em função desta decisão, estão prejudicado os Destaques nºs 7697 e 7698, de autoria do Constituinte Paulo Zarzur; 5700, de autoria do Constituinte José Ignácio Ferreira, e 6389, de autoria do Constituinte Valter Pereira.

**Destaque nº 6715-87 – Emenda nº ES-30373-2, do Sr. Vasco Alves, "que adita parágrafo ao art. 6º do Substitutivo nº 1 (art. 13 do Substitutivo nº 2".) (182ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Passamos, portanto, ao Destaque nº 6715, referente à Emenda Aditiva nº ES-30373-2, parágrafo de autoria do Constituinte Vasco Alves, que substabeleceu o Constituinte Paulo Ramos para defendê-lo. O Destaque pede que se introduza o seguinte parágrafo: "o preso terá direito de voto".

Para defender o direito de voto do preso, concedo palavra ao Constituinte Paulo Ramos.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – Sr. Presidente Sras. e Srs. Constituintes, o autor do Destaque Constituinte Vasco Alves, pediu-me para fazer a defesa do mesmo junto aos companheiros da Assembléia Nacional Constituinte. O Código Penal estabelece a privação da liberdade e a multa isolada, cumulativa ou alternativamente. Hoje todos têm conhecimento da situação em que se encontra o sistema penitenciário a nível nacional. Certamente os administradores públicos voltarão sua atenção para a situação dos presos, caso eles não sejam privados do direito de voto.

Portanto, em nome do Constituinte Vasco Alves, transmito aos Srs. e Sras. Constituintes, apelo no sentido de que pelo menos parcela da cidadania seja atribuída e recluso, a fim de que ele possa participar das decisões políticas do País e ter os seus direitos políticos respeitados, o que hoje não ocorre. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Pergunto se algum Constituinte vai falar contra (**Pausa**). Não havendo orador inscrito, indago se o Relator quer fazer uso da palavra. (**Pausa**).

Concedo a palavra ao Sr. Relator Bernardo Cabral.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, como os nobres Constituintes devem ter observado, além de incompleta, a emenda não discrimina que tipo de preso. Pena de detenção, pena de reclusão? Como faríamos no dia da eleição para conduzir esse preso e exercício do direito de voto? De que modo, Sr. Presidente, deslocar-se-ia uma junta eleitoral, uma urna par o presídio?

Como a emenda está incompleta, a relatoria vota contra.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Emitida a opinião do Relator, passaremos à votação.

**(Procede-se à votação)**

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, Nelson Friedrich, Oswaldo Lima Filho, Paul Ramos, Sigmaringa Seixas, Antônio Mariz, João Agripino, Nelson Wedekin, Uldurico Pinto, Vicente Bogo, Vilson Souza, Vivaldo Barbosa, Lysâneas Maciel, Haroldo Lima, Roberto Freire e Jamil Haddad. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Antônio Britto, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Carlos Sant'Anna, Celso Dourado, Egídio Ferreira Lima, Fernando Gasparian, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Lyra, José Fogaça, José Geraldo, José Paulo Bisol, José Richa, José Ulisses de Oliveira, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nilson Gibson, Pimenta da Veiga, Prisco Viana, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Rodrigues Palma, Wilson Martins, Israel Pinheiro, Octávio Elísio, Aloysio Chaves, Arnaldo Prieto, Carlos Chiarelli, Christóvam Chiaradia, Eraldo Tinoco, Francisco Benjamim, Inocêncio Oliveira, João Menezes, José Jorge, José Lins, José Lourenço, José Santana de Vasconcellos, José Thomaz Nonô, Luís Eduardo, Mário Assad, Oswaldo Coelho, Sandra Cavalcanti, Enoc Vieira, Hugo Napoleão, Edison Lobão, Jonas Pinheiro, Gilson Machado,

Paes Landim, Ricardo Izar, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Gerson Peres, José Luiz Maia, Adylson Motta, Bonifácio de Andrada, Francisco Rossi, Gastone Righi, Ottomar Pinto, Adolfo Oliveira e José Maria Eymael.

**ABSTENÇÃO:** Senhor Constituinte Joaquim Bevilacqua.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram **SIM** 19 Constituintes; votaram **NÃO** 60 Constituintes; absteve-se de votar 1 Constituinte. Total: 80 votos. O Destaque foi **rejeitado**.

Passamos, portanto, ao artigo 14. Só há destaques para o inciso III.

**O SR. CONSTITUINTE OSWALDO LIMA FILHO:** – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação desse destaque.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Existem três destaques sobre essa matéria. Todos três pedem a supressão. Os autores, Aluizio Campos, Eduardo Bonfim e Aluizio Campos, não estão presentes. Há entretanto, uma indicação do Constituinte Eduardo Bonfim, que substabelece o seu colega Aldo Arantes, que também não está presente. Não tenho como colocar a matéria em votação.

**O SR. CONSTITUINTE OSWALDO LIMA FILHO:** – Sr. Presidente, um destaque foi requerido por mim. Tenho em mãos apenas a cópia que a Mesa me forneceu.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – A Mesa está verificando. Efetivamente, há um requerimento de V. Ex.<sup>a</sup>, mas a anotação que tenho é de que há uma emenda, não um pedido de destaque.

**O SR. CONSTITUINTE OSWALDO LIMA FILHO:** – Tenho cópia do requerimento de destaque fornecida pela Mesa.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Se V. Ex.<sup>a</sup> o tem, vale. Se V. Ex.<sup>a</sup> puder fornecer-me o número do destaque, colocá-lo-ei imediatamente em discussão.

Temos aqui as emendas supressivas, que não pude submeter a votos, pois os autores não estão presentes. Esta é uma emenda substitutiva.

O inciso III, atualmente, diz o seguinte:

"III – por motivo de condenação penal, enquanto durarem seus efeitos."

Propõe o Constituinte Oswaldo Lima Filho que se substitua esta redação por uma outra que diz: "por motivo de condenação penal irrecorrível, por prazo superior a dois anos, enquanto durarem os seus efeitos".

Tem a palavra o Constituinte Oswaldo Lima Filho, para defender o seu destaque.

**O SR. CONSTITUINTE ERALDO TINOCO:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Concede a palavra ao Constituinte Eraldo Tinoco.

**O SR. CONSTITUINTE ERALDO TINOCO:** – Sr. Presidente, acredito, salvo melhor juízo, que a observação constante da pauta é correta. Não há menção de emenda e, pelo que entendo, o destaque não poderia ser substitutivo, porque senão haveria um prazo para emenda, não concedido a todos os Constituintes.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Informo a V. Ex.<sup>a</sup> que há efetivamente um destaque requerido e houve falha da assessoria.

**O SR. CONSTITUINTE ERALDO TINOCO:** – Qual o número do destaque oferecido?

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – O destaque tem o número 003663-87.

**O SR. CONSTITUINTE ERALDO TINOCO:** – Mas o destaque oferece uma nova redação sem referir-se à emenda, o que significaria um prazo de emenda não concedido a todos os Constituintes.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Vamos examinar com cuidado.

**O SR. CONSTITUINTE OSWALDO LIMA FILHO:** – A emenda foi apresentada dentro do prazo regimental, no dia 23 de setembro. Tenho aqui a cópia dela.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Não há como votar o destaque sem o número da emenda.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Sr. Presidente, pelo que vejo o Deputado Oswaldo Lima Filho tem o número da emenda a que se refere o destaque.

**O SR. CONSTITUINTE OSWALDO LIMA FILHO:** – A emenda foi apresentada conjuntamente com o destaque após a apresentação do Substitutivo do Relator, não poderia ser de outra forma, e surgiu de uma advertência do nobre Constituinte Nelson Carneiro. No texto do anteprojeto há um defeito gravíssimo e não podemos mantê-lo como está.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – V. Ex.<sup>a</sup> me permite, Constituinte Oswaldo Lima Filho? É preciso haver uma emenda; caso contrário, não estaremos votando coisa alguma.

**O SR. CONSTITUINTE OSWALDO LIMA FILHO:** – Requeri destaque para o item III do art. 14 do Substitutivo do Relator, apresentado regimentalmente à Comissão de Sistematização, para votação da seguinte redação: "por prazo superior a dois anos, enquanto durarem seus efeitos".

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Vou fazer duas perguntas. Primeira: qual o autor da emenda? Segunda: qual é o seu número?

**O SR. CONSTITUINTE OSWALDO LIMA FILHO:** – A emenda é de minha autoria. Está aqui na relação que me foi fornecida pela Mesa. Tenho cópia da emenda em meu gabinete, mas não a trouxe. Não sabia que a matéria entraria na pauta hoje. Este material é da Mesa.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Estamos verificando qual o número da emenda. Se houver a emenda, colocá-la-ei em votação; se não houver, não terei como fazê-lo. A Mesa está verificando. Qual é o número da emenda? A qual texto ela se refere: ao 1º ou ao 2º?

**O SR. CONSTITUINTE OSWALDO LIMA FILHO:** – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Tem S. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE OSWALDO LIMA FILHO:** – Quero chamar atenção dos Srs. Constituintes para o seguinte: regimentalmente, apresentei à Comissão de Sistematização um destaque, dentro do prazo estabelecido. Visa ele à modificação do item III do art. 14. Saliento que esse gravíssimo defeito do Substitutivo só foi por nós encontrado após advertência do Constituinte Nelson Carneiro.

Substitutivo prevê:

"É vedada a cassação de direitos políticos, e a perda destes dar-se-á por motivo de condenação penal, enquanto durarem seus efeitos."

Isto significa que qualquer parlamentar, federal ou estadual, condenado por crime doloso, por acidente de automóvel, por um caso criminal de vias de fato, con-

denado a pena alternativa, pode ter seu mandato cassado. É absurdo. É de defeito gravíssimo o que está no Substitutivo nº 2. Aqui está também a proposta de destaque que ofereci a emenda. À época, o Vice-Presidente da Comissão, Constituinte Aluizio Campos, apresentou emenda semelhante e sustentou sua legitimidade. A Comissão deve decidir se mantém ou não o texto com erronia gravíssima.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Sr. Constituinte, V. Ex.<sup>a</sup> recoloca a mesma questão do Constituinte Aluizio Campos, já decidida. Não há o que decidir. Peço desculpas a V. Ex.<sup>a</sup>, mas a Mesa não tem outra alternativa. Se fosse supressivo, a Mesa teria meios de colocá-lo em votação. Ao se aprovar o destaque de V. Ex.<sup>a</sup> não se teria emenda para colocar no lugar.

Vamos passar ao destaque ao art. 15.

Há emenda supressiva do Constituinte Aluizio Campos, prejudicada pela ausência do autor.

Constituinte Vilson Souza, presente, pede a supressão do artigo.

V. Ex.<sup>a</sup> mantém o destaque de supressão do art. 15? **(Pausa).** Peço à Liderança do PMDB que fale com o nobre Constituinte.

**O SR. CONSTITUINTE VILSON SOUZA:** – Sr. Presidente, o destaque é modificativo e não supressivo.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Aqui consta supressivo. V. Ex.<sup>a</sup> está pedindo o seguinte...

**O SR. CONSTITUINTE VILSON SOUZA:** – Estou pedindo a votação do art. 17 do Substitutivo nº 1.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – V. Ex.<sup>a</sup> pede a votação em favor do Substitutivo nº 1 a ser apreciado oportunamente.

**O SR. CONSTITUINTE VILSON SOUZA:** – Tendo em vista que o Constituinte Egídio Ferreira Lima tem emenda com redação mais perfeita do dispositivo, desisto do destaque.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – V. Ex.<sup>a</sup> então, retirou a emenda supressiva?

Constituinte Bonifácio de Andrade também tem emenda supressiva. **(Pausa).**

Retirada.

Constituinte Victor Faccioni não está presente, portanto, está prejudicado o destaque. A emenda de sua autoria era supressiva.

A Constituinte Sandra Cavalcanti tem um requerimento de preferência. **(Pausa)** Retirado.

Há um requerimento de preferência do Constituinte Egídio Ferreira Lima. V. Ex.<sup>a</sup> mantém a preferência para o destaque? **(Pausa).**

O nobre Constituinte mantém o requerimento de preferência para votação do Destaque nº 4798 referente a Emenda nº 33329 ao primeiro Substitutivo destacado para votação de matéria em separado. Em votação o requerimento. **(Pausa).** Aprovado.

**Destaque nº 4798-87 – Emenda nº ES-33329-1, do Sr. Egídio Ferreira Lima, "que substitui o art. 17 do Substitutivo nº 1 (art. 15 do Substitutivo nº 2)". (183ª votação).**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – O texto diz o seguinte:

"A lei complementar ou ordinária que alterar o processo eleitoral só entrará em vigor um ano depois de sua promulgação."

Ao invés de seis meses, estabelece um ano.

**O SR. CONSTITUINTE EGÍDIO FERREIRA LIMA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a emenda tem três objetivos. O primeiro, reporta-se expressamente à lei complementar ou ordinária, excluindo a norma constitucional. De maneira que se encontra, o texto alcançaria também a norma constitucional, o que não é razoável, não é correto.

O segundo objetivo é estabelecer tecnicamente que se dê *vacatio legis* por um ano. Votada e promulgada a lei, somente entrará em vigor um ano após. Não é técnico, nem preciso dizer que a lei ficará suspensa durante um ano.

O terceiro objetivo, o mais substantivo, é ampliar o prazo de seis meses para um ano. Não adiantará a proibição, se não tiver amplitude de um ano. O prazo de seis meses cairia precisamente em pleno início do processo eleitoral. Temos longa e dolorosa experiência de leis eleitorais promulgadas às vésperas dos pleitos de maneira casuística e concorrendo para a deformação da vontade popular. Não devemos temer a eleição municipal já marcada para o dia 15 de novembro de 1988. A legislação em vigor presidirá esta eleição. O texto, conforme posto na emenda, não só está preciso tecnicamente, como substantivamente representa grande inovação e afasta, de uma vez por todas, a corrupção, a ilegalidade e a torpeza do processo eleitoral. Por isso a emenda, Sr. Presidente.

**O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO BRITTO:** – Sr. Presidente, pela ordem, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO BRITTO:** – Sr. Presidente, sobre o processo de votação, gostaria apenas de confirmar com o nobre Relator Bernardo Cabral a existência do art. 18 – e a aceitação por parte de S. Ex.<sup>a</sup>, já no atual Substitutivo, nas Disposições Transitórias – que diz que não se aplica às eleições de 15 de novembro do ano que vem o disposto no artigo que estamos examinando.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Daí o equívoco cometido pelo eminente Constituinte Egídio Ferreira Lima, quando desconhece a existência do dispositivo.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Tem a palavra o Constituinte Prisco Viana, que falará contra.

**O SR. CONSTITUINTE PRISCO VIANA:** – Sr. Presidente, acabamos de aprovar que lei complementar estabelecerá outros casos de inelegibilidade.

Ora, apesar da ressalva feita pelo ilustre Relator, provocado que foi pelo nobre Constituinte Antônio Britto, de que essas regras não se aplicarão às eleições deste ano, ainda assim, com a minha experiência, embora pequena, em processos de eleições na vida partidária, fizemos algumas ponderações no sentido de que não se adote esta norma. A legislação eleitoral, conquanto não deva estar submetida aos casuísmos, em função mesmo da própria realidade nacional, que não é uma realidade de estabilidade política, deve mirar o que caracteriza o nosso processo político, que é exatamente a instabilidade. Às vezes, surgem fatos não previstos na Constituição, não previstos na legislação, que precisam ser acudidos, precisam ser reparados para a melhor mecânica do processo eleitoral.

Não recomendaria adotar-se processo tão extenso de 12 meses para que a legislação eleitoral entre em vigor. Não se deveria a rigor estabelecer prazo algum, mas o Relator, colocando aqui 6 meses, acredito que estabeleceu o prazo adequado, que é o que coincide exatamente com o início do processo eleitoral. Ir além é criar dificuldades, é criar condições para que amanhã se tenha que alterar

a Constituição a fim de atender à forte realidade do processo político-eleitoral.

Por essas razões, manifesto-me contrário à emenda, sustentando a manutenção do texto do anteprojeto, que estabelece o prazo mínimo de vigência da legislação eleitoral de 6 meses antes do pleito.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Pergunto ao Sr. Relator se deseja fazer uso da palavra.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sim. Vamos apoiar a emenda do Constituinte Egídio Ferreira Lima, de acordo com a composição feita com o Senador José Richa. (Palmas).

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Vamos passar à votação.

Em votação o Destaque nº 4798, do Constituinte Egídio Ferreira Lima.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes:

Ademir Andrade, Antônio Britto, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Celso Dourado, Cid Carvalho, Egídio Ferreira Lima, Fernando Gasparian, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, João Calmon, José Fogaça, José Paulo Bisol, José Richa, José Ulisses de Oliveira, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nelton Friedrich, Nilson Gibson, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Renato Vianna, Sigmaringa Seixas, Wilson Martins, Antonio Mariz, Israel Pinheiro, João Agripino, Nelson Wedekin, Octávio Elísio, Uldurico Pinto, Vicente Bogo, Vilson Souza, Aloysio Chaves, Arnaldo Prieto, Carlos Chiarelli, Christóvam Chiaradia, Edme Tavares, Eraldo Tinoco, Francisco Benjamim, Inocêncio Oliveira, João Menezes, José Jorge, José Lins, José Santana de Vasconcellos, Mário Assad, Sandra Cavalcanti, Hugo Napoleão, Jonas Pinheiro, Paes Landim, Antônio Carlos Konder Leis, Darcy Pozza, Gerson Peres, José Luiz Maia, Adylson Motta, Bonifácio de Andrada, Vivaldo Barbosa, Lysâneas Maciel, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Adolfo Oliveira, Haroldo Lima, José Maria Eymael, Roberto Freire e Brandão Monteiro. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Carlos Sant'Anna, José Geraldo, Milton Reis, Prisco Viana, Raimundo Bezerra, Rodrigues Palma, José Thomaz Nonô, Luís Eduardo, Osvaldo Coelho e Enoc Vieira.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 70 Constituintes; votaram NÃO 10 Constituintes: Total: 80 votos. O Destaque foi **aprovado**.

Há sobre a mesa três destaques, que estão prejudicados: o do Constituinte Prisco Viana, de nº 3354, o do Constituinte José Richa, de nº 7197, que foi aprovado ria prática, e o do Constituinte Humberto Lucena, que também tem o mesmo conteúdo, o de passar para um ano, mas prejudicado por ter sido o outro aprovado.

Com a palavra o Constituinte Antonio Mariz para uma questão de ordem.

**O SR. CONSTITUINTE ANTONIO MARIZ:** – Sr. Presidente, estamos concluindo a votação das declarações de direitos do Título I. Faltam ainda os capítulos relativos aos partidos políticos.

Minha questão de ordem diz respeito à não-inclusão de um destaque de autoria do Constituinte Euclides Scalco sobre emenda de minha autoria. A Emenda é de nº ES-33984-2, e o Destaque nº 4712. Esse destaque, inicialmente, fora feito para que se incluísse onde coubesse o dispositivo do art. 26 e seu parágrafo único da emenda citada. Posteriormente, pediu-se desistência do destaque, porque

na emenda esse destaque se dirige ao Capítulo "Da Nacionalidade", e não ao "Dos Direitos Individuais".

Nesse processo, perdeu-se o destaque. Ele não voltou, não foi reapresentado à votação nesta Comissão. Mas, como se trata de dois princípios que me parecem da maior relevância – um deles diz respeito ao direito do estrangeiro residente no País, o outro à proibição de extraditar estrangeiro por crime político ou de opinião – como se trata de matéria de grande significação, omissa no projeto, pergunto a V. Ex.<sup>a</sup> se seria possível, ao final da votação do Título I, votar este destaque, para inserir onde couber.

Quero apenas, para completar a informação, acrescentar que, de fato, no art. 1º do Título I está dito que todos são iguais perante a lei. Em tese, aí estariam incluídos os direitos do estrangeiro. Ocorre que todas as Constituições brasileiras, desde 1934, asseguraram de forma expressa este direito dos estrangeiros residentes e ainda assim consagraram o princípio da isonomia, contido no **caput** do artigo a que me referi.

Assim sendo, considerando que não deva, a meu ver, omitir-se a Constituição brasileira sobre estes dois pontos essenciais – direito individual ou direito à nacionalidade – solicito a V. Ex.<sup>a</sup> colocar em votação este destaque, que por um lapso deixou de ser reincluído no Capítulo Da Nacionalidade.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Pois não, Sr. Constituinte. Vou tomar em consideração a reclamação de V. Ex.<sup>a</sup>. Não vou decidir hoje. Consultarei a Mesa. Adianto, entretanto, que a minha opinião é favorável, pois a matéria é de fato relevante e devemos dar uma chance para que venha a ser discutida. Encaminharei a reclamação de V. Ex.<sup>a</sup> amanhã.

Srs. Constituintes, temos ainda meia hora de sessão. Terminamos a discussão do art. 15 e temos algumas matérias para serem incluídas onde couberem. Vamos, quem sabe, trabalhar nestas, porque há muitas que estarão prejudicadas por ausência dos que as propõem. Vamos verificar até onde podemos avançar.

Constituinte Domingos Leonelli, Destaque nº 806.

**O SR. CONSTITUINTE NELTON FRIEDRICH:** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– V. Ex.<sup>a</sup> tem autorização para falar sobre isto?

**O SR. CONSTITUINTE NELTON FRIEDRICH:** – Como estou credenciado, requeiro que esta matéria seja colocada no capítulo adequado, ou seja, no capítulo referente ao Poder Legislativo.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Despacho favorável. A matéria é transferida para o capítulo competente.

Constituinte Vilson Souza, Destaque nº 1011. V. Ex.<sup>a</sup> mantém o destaque? **(Pausa)** Retirado o destaque.

Constituinte Délio Braz, Destaque nº 1647. **(Pausa)** Retirado o destaque.

Constituinte Délio Braz, Destaque nº 1647. **(Pausa)** Infelizmente S. Ex.<sup>a</sup> está ausente. Prejudicado o destaque.

Constituinte Délio Braz, Destaque nº 1645. **(Pausa)** Prejudicado.

Constituinte João Paulo, Destaque nº 2166. **(Pausa)** Retirado.

Constituinte Paulo Delgado, vai retirar ou manter seu destaque? **(Pausa)** Retirado.

Destaque do Sr. Constituinte Nelton Friedrich. **(Pausa)** Retirado de pauta por iniciativa do Relator.

Destaque do Sr. Constituinte Walmor de Luca. **(Pausa)** Ausente. Prejudicado.



Destaque do Sr. Constituinte Humberto Lucena **(Pausa)** Ausente. Prejudicado.

Destaque do Sr. Constituinte Paulo Macarini. **(Pausa)** Ausente. Prejudicado.

Destaque do Sr. Constituinte João Menezes. **(Pausa)** Ausente. Prejudicado.

Destaque do Sr. Constituinte José Ignácio Ferreira **(Pausa)** Ausente. Prejudicado.

Destaque do Sr. Constituinte Brandão Monteiro. Retira V. Ex.<sup>a</sup> a emenda?

**O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO MONTEIRO:** – Disseram que retirei. Vou retirar minha emenda, mas quem responde por mim sou eu. Não aceito pressão de ninguém.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – V. Ex.<sup>a</sup> tem inteira razão. A emenda foi retirada por iniciativa do Sr. Constituinte Brandão Monteiro.

Destaque da Sra. Constituinte Myrian Portella **(Pausa)** Ausente. Prejudicado.

Destaque da Sra. Abigail Feitosa. **(Pausa)** Ausente Prejudicado.

Destaque do Sr. Constituinte Valter Pereira. **(Pausa)** Ausente. Prejudicado.

**Destaque nº 6227-87 – Emenda nº 1P09376-7 do Sr. Jorge Hage, "que adita alínea ao art. 27 inciso I do Projeto de Constituição (Título II, Capítulo II do Substitutivo nº 2." (184ª votação).**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – O Constituinte Jorge Hage está presente e tem o direito de decidir sobre o seu Destaque nº 6227, que diz o seguinte:

"Lei criminal estabelecerá penalidades rigorosas para os que utilizarem o poder econômico para influenciar o processo eleitoral, desvirtuando significado do voto."

Concedo a palavra ao Constituinte Jorge Hage, que vai defender o seu destaque.

**O SR. CONSTITUINTE JORGE HAGE:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a emenda é aditiva de parágrafo tem a seguinte redação: "Lei criminal estabelecerá penalidades rigorosas para os que utilizarem o poder econômico para influenciar o processo eleitoral, desvirtuando o significado do voto."

Os dispositivos constantes do texto, com referência aos abusos do poder econômico, em nosso entendimento não esgotam a matéria, uma vez que se referem especificamente à inelegibilidade e à impugnação de candidaturas. Não abrangem a penalização daqueles que, sem serem candidatos – grupos econômicos patrocinadores de candidaturas distorcem o processo eleitoral neste País, a ponto de deformar profundamente a representação política, que deveria ser a mais fiel possível à vontade popular.

O objetivo da emenda aditiva é apenas este: ampliar a possibilidade de penalização por abuso do poder econômico, indo além dos candidatos, que hoje já são puníveis pela impugnação ou pela inelegibilidade. Este o objeto da emenda, para a qual peço a anuência do nobre Relator, de sua equipe de relatores auxiliares e, sobretudo deste Plenário, sugerindo a tantos quantos tenham preocupações com a legitimidade, com a representatividade efetiva dos nossos corpos legislativos, principalmente, a aprovação de mais esta medida moralizadora do processo eleitoral no País. Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Não há orador inscrito para falar contra a emenda. Pergunto ao Relator se quer fazer uso da palavra.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, o Relator é contra a emenda e mantém o texto do 2º Substitutivo.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Em votação o destaque do Constituinte Jorge Hage.

#### **(Procede-se à votação)**

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes:

Ademir Andrade, Fernando Henrique Cardoso, Haroldo Sabóia, José Paulo Bisol, Nelson Carneiro, Nelson Friedrich, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Renato Vianna, João Agripino, Octávio Elísio, Uldurico Pinto, Vicente Bogo, Vilson Souza, Inocêncio Oliveira, Jonas Pinheiro, Gilson Machado, Antônio Carlos Konder Reis, Adylson Motta, Brandão Monteiro, Vivaldo Barbosa, Lysâneas Maciel, Francisco Rossi, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Haroldo Lima e Roberto Freire. Votaram **NÃO** os seguintes senhores Constituintes: Antônio Britto, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Carlos Sant'Anna, Celso Dourado, Cid Carvalho, Egídio Ferreira Lima, Fernando Gasparian, Fernando Lyra, Francisco Pinto, José Geraldo, José Richa, José Ulisses de Oliveira, Milton Reis, Nelson Jobim, Nilson Gibson, Pimenta da Veiga, Prisco Viana, Raimundo Bezerra, Rodrigues Palma, Sigmaringa Seixas, Wilson Martins, Antonio Mariz, Israel Pinheiro, Nelson Wedekin, Arnaldo Prieto, Carlos Chiarelli, Edme Tavares, Eraldo Tinoco, Francisco Benjamim, José Lins, José Santana de Vasconcellos, Luís Eduardo, Mário Assad, Osvaldo Coelho, Sandra Cavalcanti, Enoc Vieira, Darcy Pozza, Gerson Peres, José Luiz Maia, Bonifácio de Andrada, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Adolfo Oliveira e José Maria Eymael.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– A Mesa vai proclamar o resultado: votaram **SIM** 27 Constituintes; votaram **NÃO** 45 Constituintes. Total: 72 votos. O Destaque foi **prejudicado** por falta de **quorum** qualificado.

Há um destaque de minha autoria, que, a pedido do Relator, retiro.

Destaque do Constituinte Miro Teixeira. Ausente. Prejudicado seu destaque.

Destaque do Constituinte Sérgio Brito. Ausente. Prejudicado seu destaque.

Destaque do Constituinte Alysso Paulinelli. Ausente. Prejudicado seu destaque.

Acabou o capítulo. Não sei se V. Ex.<sup>as</sup> se dispõem ainda a analisar o capítulo V. Mas noto uma pressão contrária no ar.

#### **IV –SUSPENSÃO DA REUNIÃO**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– A Presidência vai suspender os trabalhos, convocando os Senhores Constituintes para a continuação da presente reunião, amanhã, 20 de outubro, às 14:30 horas.

Está suspensão a reunião.

#### **EM 20 DE OUTUBRO DE 1987**

Presidência dos Srs.: **Fernando Henrique Cardoso**, Quarto Vice-Presidente; **Brandão Monteiro**, Segundo Vice-Presidente e **Jarbas Passarinho**, Terceiro Vice-Presidente.

#### **I – REABERTURA DA REUNIÃO**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Havendo número regimental, declaro reaberta a reunião.

**II – EXPEDIENTE****Do Sr. Líder do PFL:**

Ofício nº 269/87/PFL

Brasília, 20 de outubro de 1987

Ao Excelentíssimo Senhor

Deputado Ulysses Guimarães

DD. Presidente da Assembléia Nacional Constituinte

Senhor Presidente:

Tendo em vista o retorno do Deputado Oscar Correa, que se achava licenciado, comunico a Vossa Excelência que o Senador Edison Lobão deixa a Suplência da Comissão de Sistematização.

Em consequência, permanecem na Comissão o Deputado José Lourenço, como efetivo, e o Senador João Menezes, como Suplente.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protestos de consideração e elevado apreço. – **José Lourenço**, Líder do PFL.

**III – COMUNICAÇÕES****Do Sr. Constituinte Aldo Arantes:**

**O SR. CONSTITUINTE ALDO ARANTES:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Aldo Arantes para uma comunicação.

**O SR. CONSTITUINTE ALDO ARANTES:** – Sr. Presidente, o **Jornal do Brasil** do dia 2 de agosto de 1987 traz uma declaração do Deputado José Serra, em que dizia que os debates sobre a conversão da dívida não giram em torno do dilema de permitir ou não permitir a conversão mas, sim, em torno da ampliação do esquema já existente. Com base nessa informação, Sr. Presidente, que não era do conhecimento do Plenário da Assembléia Nacional Constituinte, fiz um pedido de informação ao Ministério da Fazenda, para saber se de fato já estava em curso a conversão da dívida em capital de risco.

Obtive, Sr. Presidente, a confirmação de que, entre 1978 e 1987, houve a conversão no montante de 8 bilhões 951 milhões de dólares. E no período anterior, 990 milhões, ou seja, um total de quase 4 bilhões de dólares, convertidos até 1987.

Sr. Presidente, se esta informação já não fosse grave, porque ela se baseia numa decisão tomada num decreto-lei, assinado pelo ex-Presidente da República Castello Branco, que assegurava esta conversão, mas se isto não fosse suficiente para demonstrar que a Nova República tem dado continuidade na sua política econômica, às normas determinadas pela ditadura militar, através de um Ofício assinado pelo Sr. Ministro Interino da Fazenda, Mailson Ferreira da Nóbrega, aí, Sr. Presidente, vem uma informação estarecedora, que eu quero que a Mesa da Comissão de Sistematização tome medidas.

Como é do seu conhecimento, esta Comissão aprovou o Projeto de Decisão nº 4, de autoria do Sr. Constituinte Paulo Ramos. Pois bem, enquanto estamos na expectativa de que o Plenário da Assembléia Nacional Constituinte analise, aprove ou rejeite esse Projeto de Decisão, neste ofício que recebi hoje vem a seguinte afirmação:

..."esclarecer que o Projeto de Decisão nº 4, da Assembléia Nacional Constituinte, mencionado no Requerimento, encontra-se arquivado definitivamente."

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Pode V. Ex.<sup>a</sup> repetir a última informação?

**O SR. CONSTITUINTE ALDO ARANTES:** – Vou repetir porque realmente isso é objeto de espanto e gostaria

que os demais integrantes da Comissão de Sistematização prestassem atenção na denúncia que aqui estou fazendo, que considero da maior gravidade.

Concretamente, o ofício assinado pelo Ministro Interino da Fazenda, Mailson Ferreira da Nóbrega, dirigido ao Ministro Ronaldo Costa Couto, em resposta a um requerimento de minha autoria, questionando que a Comissão de Sistematização havia aprovado o Projeto de Decisão nº 4, que impedia a conversão dos juros em capital de risco, faz a seguinte afirmação:

..."esclarecer que o Projeto de Decisão nº 4, da Assembléia Nacional Constituinte, mencionado no Requerimento, encontra-se arquivado definitivamente."

Sr. Presidente, parece-me uma piada de mau gosto, porque nós, membros da Assembléia Nacional Constituinte, nós, Membros da Comissão de Sistematização, o Constituinte autor do Projeto de Decisão estamos na expectativa de que o Plenário da Assembléia Nacional Constituinte venha a tomar posição sobre esse projeto, tomamos conhecimento através de ofício do Poder Executivo de que o projeto está arquivado definitivamente.

Sr. Presidente, a minha questão de ordem é no sentido de que V. Ex.<sup>a</sup> responda, em nome da Comissão de Sistematização, se já houve o arquivamento. Porque se já houve, no meu entender, é um problema extremamente grave que esta Comissão e este Plenário terá que tomar as devidas medidas.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Para informação de V. Ex.<sup>a</sup> e dos membros da Comissão de Sistematização quero dizer que o projeto do Constituinte Paulo Ramos encontra-se na Secretaria da Mesa da Assembléia Nacional Constituinte pronto para ser votado, e que o Vice-Presidente da Assembléia, Constituinte Mauro Benevides, que fora encarregado de dar parecer, ainda esta semana, declarou que está com o seu parecer pronto e que, portanto, o projeto poderá ser submetido ao Plenário para receber o voto dos Srs. Constituintes.

**O SR. CONSTITUINTE ALDO ARANTES:** – Sr. Presidente, então, acho realmente estranho e uma atitude irresponsável do Ministro Interino da Fazenda, porque, S. Ex.<sup>a</sup> não tinha, em hipótese alguma, de estar dando opiniões sobre matérias que não dizem respeito à sua função como Ministro da Fazenda.

**Documentos a que se refere o orador:**

Ofício nº 356/87

Brasília, 13 de outubro de 1987

A Sua Excelência o Senhor

Constituinte Aldo Arantes

Gabinete nº 735 – Anexo IV

Brasília DF

Senhor Constituinte:

Tenho a honra de dirigir-me a V. Ex.<sup>a</sup> para, em atendimento ao Requerimento nº 105, de sua autoria, dar-lhe conhecimento dos termos do Aviso nº 738, de 1987, do Sr. Ministro-Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, assim como do documento a ele apenso (cópias anexas).

Na oportunidade, renovo a V. Ex.<sup>a</sup> protestos de estima e consideração. – Constituinte **Marcelo Cordeiro**, Primeiro-Secretário.

Aviso nº 738–SUPAR.

Em 9 de outubro de 1987.

A Sua Excelência o Senhor

Constituinte Marcelo Cordeiro

DD. Primeiro-Secretário da Assembléia Nacional Constituinte

Câmara dos Deputados

Brasília (DF).

Excelentíssimo Senhor Primeiro-Secretário:

Em atenção ao Ofício ANC n.º 118, de 19-8-87, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência cópia do Aviso n.º 1282, de 30-9-87, com os esclarecimentos do Ministério da Fazenda sobre os quesitos constantes do Requerimento n.º 105, de 1987, de autoria do Senhor Constituinte Aldo Arantes, formulado com a finalidade de obter informações sobre notícia veiculada no **Jornal do Brasil**, a respeito da conversão da dívida externa brasileira.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protestos de elevada estima e consideração. — **Ronaldo Costa Couto** — Ministro Chefe do Gabinete Civil. Aviso n.º 1282.

Em 30-9-87

A Sua Senhoria o Senhor

Doutor Ronaldo Costa Couto

Ministro-Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República.

Senhor Ministro,

Refiro-me ao Aviso n.º 378—SUPAR, de 25 de agosto de 1987, através do qual Vossa Excelência solicita pronunciamento deste Ministério sobre o Requerimento de Informações n.º 105, de 1987, em que o Senhor Deputado Constituinte Aldo Arantes solicita ao Poder Executivo esclarecimentos sobre notícia veiculada pelo **Jornal do Brasil**, de 2 de agosto de 1987, a respeito da conversão da dívida externa brasileira em capital de risco.

A propósito, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência o Ofício PRESI-2656-87, onde o Banco Central do Brasil presta as informações requeridas, permitindo-me, ainda, esclarecer que o Projeto de Decisão n.º 4 da Assembléia Nacional Constituinte, mencionado no Requerimento, encontra-se arquivado definitivamente.

Valho-me do ensejo para renovar protestos de estima e consideração. — **Mailson Ferreira da Nóbrega**, Ministro Interino da Fazenda. PRESI-2656-87

Brasília (DF), 28 de setembro de 1987

Do: Chefe do Gabinete do Presidente, em exercício.

Ao: Secretário de Assuntos Legislativos do Ministério da Fazenda.

Refiro-me ao ofício SAL n.º 1978/87, de 2-9-87, por intermédio do qual essa Secretaria solicita informações a fim de subsidiar resposta ao Requerimento de Informações n.º 105, de 1987 (ANC), de autoria do Senhor Constituinte Aldo Arantes, versando sobre artigo publicado no **Jornal do Brasil**, edição de 2-8-87, de autoria do Deputado Federal José Serra, intitulado "Conversão da dívida: realidade e alternativas".

2. A propósito, por recomendação do Sr. Presidente, transcrevo, a seguir, as respostas elaboradas pelos setores técnicos desta Autarquia, em atendimento aos quesitos formulados naquele Requerimento de Informações:

Pergunta 1: "As informações prestadas pelo Deputado José Serra são procedentes?"

Resposta: No que se refere à assertiva do Deputado José Serra de que "os debates sobre conversão da dívida não giram em torno do dilema de permitir ou não, mas sim em torno da ampliação do esquema existente", cabem os seguintes esclarecimentos:

— a conversão da dívida externa no Brasil está prevista no art. 50 do Decreto n.º 55762, de 17-2-65 (cópia anexa), que tem amparado as conversões realizadas até esta data:

— a partir de junho de 1984, contudo, deixou-se de autorizar as conversões de créditos adquiridos

de bancos por empresas no exterior, o que foi regulamentado pela Carta-Circular n.º 1125, de 9-11-84 (cópia anexa). A conversão ficou então restrita aos credores originais e aos créditos "inter-company" originais;

— as conversões autorizadas pelo Banco Central neste ano, com base nas mencionadas normas, montam cerca de US\$ 401 milhões.

**Pergunta 2:** "Em caso positivo (refere-se à pergunta 1), qual o total do montante da dívida externa brasileira já convertido em capital de risco e qual o total que está sendo analisado para ser autorizada a conversão?"

**Resposta:** De 1978 a 1987 (julho) foram autorizadas conversões de aproximadamente US\$ 2.951 milhões, conforme quadro anexo. Anteriormente a esse período foram autorizadas conversões de US\$ 990 milhões.

Os pedidos apresentados ao Banco Central até 20-7-87 — que somam aproximadamente US\$ 737 milhões — serão processados de acordo com as regras da Carta-Circular n.º 1125-84. De que forem apresentados posteriormente à mencionada data — que em 4-9-87 correspondiam a cerca de US\$ 538 milhões — ficarão sujeitos às regras ora em estudo para as conversões.

**Pergunta 3:** "Que medidas estão sendo tomadas para sustar esse procedimento até que o plenário da Assembléia Nacional Constituinte se pronuncie sobre o Projeto de Decisão n.º 4?"

**Resposta:** Conforme informado anteriormente, os pedidos de conversão apresentados ao Banco Central após 20-7-87 estão aguardando a definição de novas regras a serem fixadas pelo Governo, tendo em vista as disposições dos arts. 4.º, incisos V e XXXI, e 57, da Lei n.º 4.595, de 31-12-64, e do art. 50 do Decreto n.º 55762, de 17-2-65.

Atenciosamente,

José Roberto da Silva.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

— Informarei ao Ministro titular a respeito da informação prestada pelo Ministro Interino.

Tem a palavra o Sr. Constituinte Carlos Sant'Anna.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS**

**SANT'ANNA:** — Sr. Presidente, ainda uma vez, sou abrigado a intervir num debate que preferia não existisse.

O Projeto de Decisão, proposto pelo ilustre colega Deputado Constituinte Paulo Ramos foi, equivocadamente, considerado pela Comissão de Sistematização como aprovado, porque teve 42 votos e, sendo matéria constitucional, sendo...

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

— Existe em matéria de ordem.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** — ...

deliberação de Comissão, precisava do quorum privilegiado de 47 votos, sem entrar no mérito de que o Projeto de Decisão, como outros, foi colocado para votação num dia de sábado, quando o Regimento da Comissão de Sistematização diz muito claramente que os projetos de decisão não devem ser votados nos dias de sábados, domingos e feriados. Assim, interpus uma questão de ordem que ainda resposta não teve. De modo que é importante que se faça esta colocação, porque V. Exª ainda há pouco referiu-se — ou eu equivocadamente tive a impressão de ter ouvido assim — que o projeto estaria pronto para ser votado. Não, o projeto não teve aprovação nesta Comissão que sabe que são necessários 47 votos para que pudesse ter

sido aprovado. Apenas o que houve foi equívoco da Presidência que, em tendo 42 votos **SIM** e outros votos, em menor quantidade. **NÃO**, pensou, inadvertidamente, que o projeto tivesse sido aprovado, mas, na verdade, não o foi, porque não teve o **quorum** qualificado e, por isto, a questão de ordem foi interposta.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – A questão de ordem foi interposta em momento tempestivo por V. Ex.<sup>a</sup> A informação que prestei procede: o projeto subiu à consideração da Assembléia Nacional Constituinte e, lá, o Vice-Presidente Mauro Benevides deverá responder a esta questão.

Tem a palavra o nobre Constituinte Paulo Ramos, a quem ouço com toda a atenção.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – Naturalmente que não pretendo estabelecer com o Líder do Governo, na Câmara, no Congresso – e não nesta Assembléia Nacional Constituinte, na medida em que nesta Assembléia Nacional Constituinte não existe a figura do Líder do Governo – mas não pretendo manter com o ilustre Constituinte Carlos Sant'Anna o mesmo debate que tenho tido em torno do Projeto de Decisão n.º 4, na medida em que constato que o ilustre Constituinte pretende persistir num equívoco de interpretação, no que concerne ao Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, diversa da interpretação dada pela própria Mesa da Assembléia Nacional Constituinte e diversa da que realmente consta do Regimento Interno. Só queria dizer a V. Ex.<sup>a</sup> – dizer a todos os membros desta Comissão de Sistematização – que não basta apenas que o Plenário da Comissão de Sistematização se insurja contra qualquer denúncia, contra qualquer maledicência em relação aos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte. O descumprimento do Projeto de Decisão n.º 4 se nos afigura em um atentado muito mais grave do que meras palavras ditas por qualquer Consultor da República através dos meios de comunicação.

Estou aguardando e tenho certeza absoluta de que a informação que consta no documento apresentado pelo Constituinte Aldo Arantes, que atesta que o Ministro da Fazenda, mesmo interino, não está correta. Era só o que queria registrar.

**O SR. CONSTITUINTE CARDOSO ALVES:** – Peço a palavra Sr. Presidente, para contraditar.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Sr. Constituinte Cardoso Alves, é V. Ex.<sup>a</sup> membro desta Comissão ou suplente dela?

**O SR. CONSTITUINTE CARDOSO ALVES:** – Mas tenho direito regimental de falar sobre o assunto, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – V. Ex.<sup>a</sup> me perdoará, mas a decisão tomada aqui – e a mim é tão doloroso – ...

**O SR. CONSTITUINTE CARDOSO ALVES:** – Mas o Regimento Interno me garante a palavra.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – V. Ex.<sup>a</sup> pode citar o artigo, o documento, assim, prazerosamente, cederei a palavra a V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. CONSTITUINTE CARDOSO ALVES:** – Em todas as comissões da Casa o Deputado pode falar, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Mas esta Comissão elaborou um Regimento, e eu não pude sequer votá-lo.

**O SR. CONSTITUINTE CARDOSO ALVES:** – Ela quer fazer mal sozinha para a Nação; não admite a presença dos demais Constituintes. Ela quer ser sozinha a respon-

sável pelo mal que está fazendo à Nação e pela paralisia que impõe à Nação.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Fui informado pela Mesa que V. Ex.<sup>a</sup> pode contribuir com uma parcela mínima que seja para este mesmo mal. Tem a palavra V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. PRESIDENTE CARDOSO ALVES:** – Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup> e ao seu espírito democrático que não poderia ser de outra forma, Sr. Presidente. Embora não pertença, como frisa V. Ex.<sup>a</sup>, à Comissão de Sistematização, por isso me louvo neste instante em águas de rosa, porque não gostaria de nela permanecer. Esta é a Comissão que mais tem feito mal à Nação, esta é a Comissão que aplicou curar a Nação e a paralisou em todos os sentidos. Quero dizer que para ela será um desdouro se esta matéria for rejeitada **in limine** pela Assembléia Nacional Constituinte. Eu estava aqui no dia da votação e realmente é uma matéria que envolve maioria absoluta – sem maioria absoluta não poderia ser de maneira alguma encaminhada – **per fas et nefas**, no entanto, a Comissão encaminhou-a à Constituinte. Acho que o Ministro Interino da Fazenda, cujo ofício foi lido pelo nobre Constituinte Aldo Arantes, deve ter se baseado na lógica jurídica. Se a Comissão não poderia tê-la encaminhado, obviamente ela deveria ter sido arquivada na Constituinte. Mas, espero que o parecer do nobre vice-Presidente da Constituinte seja no sentido de remetê-la aos arquivos, porque esta proposição é justamente daquelas que, embebidas no pior veneno da incompreensão, impõe à Nação a paralisia da qual está sendo vitimada, onde o capital nacional não se investe, o capital estrangeiro não quer vir, e o que está aqui quer sair por culpa justamente de proposições como estas que ficam se arrastando meio vivas, meio mortas, num estado letárgico que contudo não impede a transmissão do seu veneno e do mal que ela faz ao resto da Nação.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Muito obrigado pelo aparte de V. Ex.<sup>a</sup>

Tem a palavra o Constituinte Lysâneas Maciel.

**O SR. CONSTITUINTE LYSÂNEAS MACIEL:** – Sr. Presidente, em nome do meu Partido, quero manifestar a minha estranheza a uma informação da Mesa.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Pois não.

**O SR. CONSTITUINTE LYSÂNEAS MACIEL:** – Ao que entendi, V. Ex.<sup>a</sup> afirmou que o ofício do Ministro Interino da Fazenda não correspondia à verdade dos fatos. Estou certo desta afirmação?

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Informe-me que não houve nenhum despacho, uma decisão que remetesse para o arquivo o Projeto de Decisão. Que esta decisão está ainda pendente de opinião da Mesa da Assembléia Nacional Constituinte.

**O SR. CONSTITUINTE LYSÂNEAS MACIEL:** – Entendo que a Mesa, no intuito de resguardar a soberania e a liberdade desta Assembléia Nacional Constituinte, deve, pedir esclarecimentos ao Sr. Ministro da Fazenda sobre um ofício indevido, inadequado, ilegal e completamente afastado da lógica que rege os trabalhos desta Assembléia Nacional Constituinte e não tem nada a ver com os interesses do Brasil, conforme salientou o Constituinte que me antecedeu. Acho que a soberania e a liberdade desta Assembléia Nacional Constituinte estão seriamente em jogo, passou-se como uma tábula rasa sobre uma decisão ainda pendente. Portanto, aquela expressão de V. Ex.<sup>a</sup>, que não corresponde à verdade das decisões, deveria ser objeto – e é este o requerimento de nosso Partido à Mesa – de esclarecimento e uma negativa peremptória, porque estamos informados de que várias providências estão sendo tomadas baseadas na ignorância de uma decisão que ainda está pendente nesta Assembléia Nacional Constituinte.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Pois não. Tomo em consideração o requerimento do Partido de V. Ex.<sup>a</sup> e comunicar-me-ei com o Presidente da Assembléia Nacional Constituinte.

Peço ao Constituinte Aldo Arantes que me dê cópia da informação que obteve, de tal forma que o Presidente da Assembléia possa colocar nos devidos termos a questão. Agradeço.

**IV – ORDEM DO DIA****VOTAÇÃO DO PROJETO DE CONSTITUIÇÃO****TÍTULO II (fim)****O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Vamos passar, agora, ao Título II, relativo aos Partidos Políticos.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Sr. Presidente, sobre o processo de votação...

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Pois não, Constituinte Carlos Sant'Anna.

**SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:**

– Sr. Presidente; sobre o processo de votação, estou recebendo um documento que está redigido assim:

"Com base nos entendimentos havido entre as Lideranças partidárias, a proposta é que seja aprovado o seguinte:"

E segue-se.

Ora, Sr. Presidente, o que quero estabelecer é que o trabalho constituinte é eminentemente do Constituinte, pessoal do Constituinte, como delegação popular e individual que traz, evidentemente, dentro da contextura do seu Partido.

De tal maneira, é absolutamente intolerável quanto método, sem entrar no mérito do trabalho apresentado, que as Lideranças partidárias se reúnam e queiram tutelar o trabalho dos Constituintes, apresentando uma receita do que devem votar, considerando, evidentemente, por outro lado, inoportuno e inaceitável que o que não esteja aqui seja evidentemente votado. Ora, sabe V. Ex.<sup>a</sup>, consta do Regimento da Comissão de Sistematização, que as Lideranças sequer são reconhecidas na Comissão de Sistematização, porque não há referência em nenhum de seus artigos às respectivas Lideranças partidárias, não por demérito das respectivas Lideranças; é pelo entendimento de que o trabalho constitucional tem características e natureza tais que não podem prescindir do trabalho constituinte e, em várias questões, eles sobre passam e sobre pairam às questões de Liderança partidária.

Da mesma maneira, Sr. Presidente, além de questionar o método, que se tivesse o caráter da informalidade, que se houvesse o pressuposto de que, por exemplo, cada um dos líderes reunisse as respectivas bancadas e discutisse as questões que contêm a receita ora proposta, se isso fosse feito sob o caráter de informalidade, mas não sob o caráter impositivo ou, pelo menos, de proposta formulativa, impositiva, eu ainda quero salientar que não posso obviamente concordar, nem aceitar, que os requerimentos de preferência tenham que ter – para receber guarida da direção da Comissão de Sistematização – a assinatura do Líder de cada Partido, tal como o modelo recebido, de requerimento de preferência que, para ter andamento, precise da assinatura do Líder dos Partidos, de acordo com os entendimentos havidos.

Ora, de acordo com todos os Regimentos em vigor, o requerimento de preferência é um direito do Constituinte, na forma regimental e o Constituinte o usará; a preferência será posta em votação, será dada ou não, e o Constituinte a retirará, mas não é necessário, em nenhum dos Regimentos, para que ele possa prosperar, a tutela preli-

minar prévia, anterior, inclusive da assinatura da respectiva Liderança. Não estou questionando os méritos. Como disse ontem a V. Ex.<sup>a</sup>, estou a favor de todas as atitudes que sejam para agilizar, mas é indispensável que haja a democratização, especialmente em trabalhos que são eminentemente de elaboração de uma Constituição, que tanto desejamos e queremos fazer.

**Documento a que se refere o Sr. Constituinte Carlos Sant'Anna:**

Com base nos entendimentos havidos entre as Lideranças Partidárias, a proposta é que seja aprovado o seguinte:

**Capítulo V do Título II****DOS PARTIDOS POLÍTICOS**

Art. 16. É livre a criação, fusão, incorporação e extinção dos Partidos Políticos, resguardados e soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo e os direitos fundamentais da pessoa humana.

§ 1º É proibido aos partidos utilizarem organização paramilitar.

§ 2º Os Partidos Políticos adquirem personalidade jurídica mediante o registro dos estatutos no Tribunal Superior Eleitoral, dos quais constam normas de fidelidade e disciplina partidárias.

§ 3º É assegurado aos partidos completa autonomia para definir sobre sua estrutura interna, organização e funcionamento.

§ 4º Os Partidos Políticos têm direito ao acesso aos meios de comunicação social e aos recursos do fundo partidário, conforme a lei.

§ 5º Funcionamento parlamentar, conforme dispuser a lei.

**O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO BRITTO:** – Peço a palavra, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Pois não, Ex.<sup>a</sup>

**O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO BRITTO:**

– Sr. Presidente, eu gostaria de prestar o seguinte esclarecimento: hoje, pela manhã, como tem sido felizmente hábito na Casa, tivemos a oportunidade de participar de uma reunião com a presença de praticamente todas as Lideranças presentes à Assembléia Nacional Constituinte. Como também tem sido hábito, essa reunião se deteve e trabalhou sob duas premissas: a primeira é a de que reunião nenhuma e entendimento nenhum poderão passar por cima daquilo que é, felizmente – e graças ao Regimento Interno, do qual V. Ex.<sup>a</sup> foi o Relator uma conquista desta Casa – o direito óbvio de cada Constituinte elaborar suas emendas, pedir para elas destaque e, depois, preferência. Mas há uma segunda premissa, Sr. Presidente, a de que, nesta hora, especialmente, é também papel das Lideranças buscar, através do entendimento, através da negociação, através da conversação, aplainar caminhos, construir consensos que, evidente e obviamente, estarão sempre a juízo final do Plenário, do voto de cada um dos Constituintes, seja aqui, seja no plenário. Por isto, Sr. Presidente, estes esclarecimentos – e invoco o testemunho de V. Ex.<sup>a</sup> – são indispensáveis para tranquilizar a justa preocupação do nobre Constituinte Carlos Sant'Anna. Fique tranquilo S. Ex.<sup>a</sup>, porque nenhum direito tem sido ou será desrespeitado. Mas o que se procura é acrescer à preocupação de S. Ex.<sup>a</sup> uma outra: fazer com que, nesta Casa, através da negociação e do entendimento, dentro dos Partidos e entre eles, se chegue a um resultado feliz no trabalho da Constituinte.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Srs. Constituintes, Srs. Líderes, tenho, diante de mim, o Regimento da Assembléia Nacional Constituinte e aqui no art. 12 declara-se que "as representações partidárias

terão Líderes e Vice-Líderes". A figura do Líder é, portanto, uma figura regimental na Assembléia Nacional Constituinte. O Regimento da Assembléia se sobrepõe ao Regimento da Comissão e o Líder tem peso até mesmo para designar os membros da Comissão. Quem pode o mais pode o menos, o que não quer dizer que eu vá submeter à votação qualquer substitutivo feito por Líder, porque, isso sim, não seria regimental. Os acordos feitos têm o caráter de informais. Eu aqui me cingirei estritamente, como temos feito todos os que presidimos as sessões, às normas regimentais. Deste modo, se há algum documento circulando, ele é de natureza partidária e a Mesa não tem que levá-lo em consideração ou referir-se a ele. Porei em votação os destaques tais e quais são apreciados normalmente pela Mesa.

Dito isto, passemos à matéria. Está em votação o requerimento da Constituinte Sandra Cavalcanti, que pede preferência para a Emenda nº 33996-6, do Constituinte José Richa. É o Destaque nº 7195, um substitutivo do Capítulo.

Pergunto à Constituinte Sandra Cavalcanti se mantém a preferência.

**A SRA. CONSTITUINTE SANDRA CAVALCANTI:** – Sim.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Mantida a preferência, está em votação.

Os Srs. Constituintes que estão de acordo queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

**Destaque nº 7195-87 – Emenda nº ES-33996-6, dos Srs. José Richa e outros "que substitui o Título II, arts. 6º a 18, do Substitutivo nº 1 (Título II, Capítulo V, do Substitutivo nº 2)". (185ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Vamos colocar em votação o Destaque nº 7195, ressalvadas as seguintes expressões do art. 18 do substitutivo: "na forma" até "serão" e, no § 2º, com ressalva da expressão "Direito Público". São mantidos os incisos X, XII e XIII do Substitutivo nº 2, Emenda José Richa.

**O SR. CONSTITUINTE FRANCISCO BENJAMIM:** – Sr. Presidente, a emenda diz respeito ao substitutivo?

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Perdão, a emenda que está aqui em minhas mãos é a emenda do Constituinte José Richa, na página 912, que V. Ex.<sup>a</sup> tem às mãos, diz:

"Art. 18. É livre a criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos..."

A seguir:

"... na forma da lei."

Suprima-se "na forma da lei" até "serão..." Então, ficará assim:

"É livre a criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos, resguardados a soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo e os direitos fundamentais da pessoa humana."

**O SR. CONSTITUINTE FRANCISCO BENJAMIM:** – Na realidade, diz respeito ao art. 16 do substitutivo.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – É verdade.

Em votação.

Se nenhum dos Srs. Constituintes desejar encaminhar a votação, vou passar à votação, que será feita pelo processo eletrônico. (Pausa)

Peço que V. Ex.<sup>as</sup> registrem seus códigos de votação. Em atenção a alguns Constituintes que estão experimen-

tando pela primeira vez o sistema de votação, vou repetir o procedimento.

Peço aos Srs. Constituintes que tomem seus assentos e registrem os números de código.

**O SR. CONSTITUINTE ERALDO TINOCO:** – Sr. Presidente, vou abusar da boa vontade de V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Com a maior satisfação.

**O SR. CONSTITUINTE ERALDO TINOCO:** – Pediria a V. Ex.<sup>a</sup> lesse a emenda, porque muitos Constituintes não entenderam bem. Quais são os incisos mantidos pela Emenda José Richa?

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – No destaque para a emenda do Constituinte José Richa, sob o nº 33996, está escrito "art. 18", e no substitutivo do Relator é art. 16, que tem este teor:

"É livre a criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos."

Que se salte a expressão "na forma da lei".

E:

"Na sua organização e funcionamento serão..."

Salte-se esta expressão e prossiga-se:

"... resguardados a soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo e os direitos fundamentais da pessoa humana."

Colocarei, portanto, em votação.

Peço aos Srs. Membros da Comissão de Sistematização que registrem seus códigos de votação. (Pausa)

Registrados os códigos, peço que V. Ex.<sup>as</sup> selecionem seus votos, ou seja, digam SIM, NÃO, ou abstenção. Somente os titulares, os suplentes não votam. (Pausa)

Selecionados os votos, peço que V. Ex.<sup>as</sup> pressionem o botão preto e girem a chave sob a mesa de votação, e que mantenham a posição até que a luz verde se apague. (Pausa)

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ RICA:** – Sr. Presidente, só para esclarecer a votação: o que V. Ex.<sup>a</sup> está colocando em votação não é só o **caput** do artigo, são o § 1º e o § 2º, também, não é isto?

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Exatamente! Em votação.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Ademir Andrade, Antônio Britto, Artur da Távola, Carlos Mosconi, Celso Dourado, Cristina Tavares, Egídio Ferreira Lima, Fernando Henrique Cardoso, Haroldo Sabóia, João Calmon, José Paulo Bisol, José Richa, José Serra, Mário Lima, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nelton Friedrich, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Sigmaringa Seixas, Theodoro Mendes, Virgildásio de Senna, Wilson Martins, Antonio Mariz, Euclides Scalco, Israel Pinheiro, João Natal, José Carlos Grecco, José Costa, José Tavares, Michel Temer, Miro Teixeira, Nelson Wedekin, Octávio Elísio, Roberto Brant, Rose de Freitas, Uldurico Pinto, Vicente Bogo, Vilson Souza, Aloysio Chaves, Arnaldo Prieto, Carlos Chiarelli, Christóvam Chiaradia, Eraldo Tinoco, Francisco Benjamim, Inocêncio Oliveira, José Jorge, José Lins, Oscar Corrêa, Paulo Pimentel, Sandra Cavalcanti, Enoc Vieira, João Menezes, Jonas Pinheiro, Ricardo Izar, Simão Sessim, José Maurício, Lysâneas Maciel, Luiz Salomão, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Plínio Arruda Sampaio, José Genoíno, Adolfo Oliveira, Haroldo Lima, Roberto Freire e Jamil Haddad. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Bernardo Cabral, Carlos Sant'Anna, Francisco Pinto, José Fogaça, Nilson Gibson, Prisco Viana, Rodrigues Palma, Marcos Lima, Edme Ta-

vares, Luís Eduardo, Paes Landim, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Gerson Peres, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia e Bonifácio de Andrada.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– A Mesa vai proclamar o resultado: votaram **SIM** 70 Constituintes; votaram **NÃO** 17 Constituintes. Total: 87 votos. O destaque foi **aprovado**.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Com a palavra o Sr. Constituinte Gerson Peres, para uma questão de ordem.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Pediria a V. Ex.<sup>a</sup> nos declarasse como ficou a redação desse dispositivo, porque, conforme a redação, gostaria de fazer uma indagação posterior.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Pois não! Por enquanto, o que temos aprovado é o seguinte: "É livre a criação, fusão, incorporação e extinção dos Partidos políticos, resguardados a soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo e os direitos fundamentais da pessoa humana."

§ 1º É proibido aos Partidos utilizarem organização paramilitar.

§ 2º Os Partidos políticos adquirem personalidade jurídica mediante o registro dos estatutos no Tribunal Superior Eleitoral, dos quais constem normas de fidelidade e disciplina partidárias."

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, não há qualquer emenda supressiva para o que está escrito no texto:

"Proibição do recebimento de recursos financeiros de entidades ou governos estrangeiros, ou de estar a estes subordinado."

Portanto, pergunto a V. Ex.<sup>a</sup> se esse texto continua vivo no original, para depois ser acomodado como inciso ou como item, uma vez que não há qualquer emenda supressiva sobre essa redação. Eu queria um esclarecimento, pois me preocupa muito que se retire do texto uma proibição tão necessária como esta.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Eu diria a V. Ex.<sup>a</sup> que o que tenho sobre a mesa – e tenho que me cingir a isto – é que, com a ressalva das expressões já mencionadas, são mantidos os incisos X, XII e XIII do Substitutivo nº 2. Isto é o que foi aprovado. Se V. Ex.<sup>a</sup> encontrar um meio de manter esta redação, a Mesa, com muita satisfação, poria em funcionamento um mecanismo que permitisse, pois ela concorda com V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE PRISCO VIANA:** – Sr.

Presidente, gostaria de aduzir ao pedido de esclarecimento do Constituinte Gerson Peres mais os seguintes esclarecimentos: se em face desta votação suprimiu-se do texto do Substitutivo o inciso VII que exige atuação permanente dos Partidos? Se foi suprimido o inciso VIII que exige o caráter nacional dos Partidos?

Porque, na verdade, se V. Ex.<sup>a</sup> me conceder alguns instantes, eu lhe diria o seguinte: foi feito um acerto para, com base num processo de preferências, se montar um novo texto – e peço a atenção da Comissão de Sistematização, pois me parece não haver votado com muita atenção a matéria anterior – foi montado um texto para dar total e absoluta liberdade de criação dos Partidos. Não se quer tutela da lei, mas é necessário um mínimo de norma legal para a vida dos Partidos e se está eliminando. E se está eliminando a proibição de que os Partidos recebam dinheiro do exterior, a proibição a que mantenham vínculos com governos estrangeiros, se está proibindo

do que o Partido tenha caráter nacional e se está proibindo que o Partido tenha atuação permanente? V. Ex.<sup>a</sup> esclareça porque eu mesmo tenho uma emenda que, se aprovada, restabelecerá toda essa situação.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Pois não.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Sr.

Presidente, antes que V. Ex.<sup>a</sup> inicie sua resposta eu gostaria de dizer como votei, até para também ter a confirmação.

De acordo com o pedido feito no destaque solicitado para a emenda do Constituinte José Richa, esta ficou prejudicada, uma vez que era substitutiva de todo o art. 16, à exceção dos incisos X, XII e XIII. O que votamos e foi aprovado foi o destaque de uma emenda substitutiva a todo o texto do art. 16, salvo o inciso X, que dispõe sobre a manutenção do registro e funcionamento condicionados à votação obtida de acordo com o que dispuser lei complementar; o inciso XII, que se refere à utilização gratuita do rádio e da televisão, e o inciso XIII, relativo ao acesso à propaganda eleitoral gratuita e aos recursos do Fundo Partidário. O restante foi prejudicado com a votação substitutiva recentemente aprovada.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Sr.

Presidente, peço a palavra para falar sobre o processo de votação.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Pois não.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Sr.

Presidente, o Plenário não tomou suficiente conhecimento nem esclarecimento do que estava em votação.

Pelas palavras de V. Ex.<sup>a</sup>, a impressão foi de que estávamos votando o **caput** com as alterações que V. Ex.<sup>a</sup> leu de respeito à fusão, criação e incorporação de Partidos. Em seguida, depois da votação e antes da computação, o Constituinte José Richa destacou de sua emenda, que era muito longa, os §§ 1º e 2º e disse que também estavam em cotação.

O Plenário não tomou conhecimento – isto poderia estar escrito, mas não ficou suficientemente claro – que, ao mesmo tempo, estaríamos suprimindo todos os incisos que seguem ao **caput**. O que nos pareceu era que estávamos votando o **caput** e mais o § 1º e o § 2º sem prejuízo dos incisos. Também o Plenário estranha que numa eliminação desta natureza e, desta importância, a Relatoria, que se manifesta sempre e tantas vezes, sequer a Relatoria se manifestou sobre a questão esclarecendo a extensão do que estamos votando.

Por isto, peço a V. Ex.<sup>a</sup> considere como tendo sido aprovado o **caput**, os §§ 1º e 2º, sem prejuízo dos incisos que serão votados e discutidos agora no curso do processo de votação. E peço **vênia** a V. Ex.<sup>a</sup> para que a Relatoria, a respeito, possa manifestar-se.

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – Sr. Presidente,

peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Tem a palavra o nobre Constituinte.

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – Sr. Presidente,

apenas para um esclarecimento que a Mesa poderia dar e tenho a impressão de que deve ser um esclarecimento a toda a Comissão.

O art. 16, no **caput**, diz:

"Os Partidos são os instrumentos de participação do povo na instituição, organização, composição e funcionamento dos órgãos do Poder."

Parece-me que esta parte do texto qualifica, valoriza e consolida a participação dos partidos na vida institucional. Suponho que as lideranças partidárias não ti-

nham a intenção de suprimir essa parte do texto. E o que indago de V. Ex.<sup>a</sup> é se, com a aprovação da matéria que acabamos de votar, considera suprimida esta parte que antecede a expressão: "É livre a criação dos partidos políticos". Porque foi só disso que tratamos na votação, senão considero uma perda irreparável para o texto termos aprovado uma matéria que suprimiu aquilo que é um conceito doutrinário e programático que valoriza, que eleva e que dá significação essencial aos partidos no momento institucional brasileiro.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Tem a palavra o nobre Constituinte Roberto Freire.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – O Constituinte José Fogaça votou contra e, evidentemente, que S. Ex.<sup>a</sup> é contra. Está ali. Não precisava justificar voto. V. Ex.<sup>a</sup> votou contra, não tinha que justificar voto. Aqui está-se discutindo questão de ordem, não o voto declaratório. V. Ex.<sup>a</sup> votou contra. Não precisava justificar.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Peço a V. Ex.<sup>a</sup> um minuto de atenção.

Tenho que me cingir às regras. Srs. Constituintes, vou me cingir a dois critérios. Primeiro, o critério regimental. Segundo, o esforço de que a nossa decisão expresse a vontade efetiva da Comissão de Sistematização.

Li, aqui, a emenda do Constituinte José Richa e o destaque tenho por escrito. Diz:

"Votar o art. 18 do texto" – o texto de S. Ex.<sup>a</sup>, correspondente ao do art. 16 aqui – "...com as ressalvas já feitas e já lidas."

Diz ainda:

Mantidos o inciso X, que diz: "Manutenção do registro e funcionamento condicionados à votação obtida, de acordo com o que dispuser a lei complementar."

O inciso XII, que diz: "Utilização gratuita do rádio e da televisão."

O inciso XIII que diz: "Acesso à propaganda eleitoral gratuita e aos recursos do fundo partidário."

Essa emenda é substitutiva. Regimentalmente, o restante está prejudicado.

Ouçõ, agora, que vários Srs. Constituintes, ao votarem, não tomaram pleno conhecimento do significado do seu voto. Se este for o caso, eu pergunto às Lideranças ou aos Srs. Constituintes se há algum mecanismo pelo qual a vontade de uma parcela substantiva desta comissão possa ser preservada, no que diz respeito a algum outro tópico? Se houver algum mecanismo regimental, eu posso submeter a voto e se não houver, não terei meios. V. Ex.<sup>as</sup> terão se equivocado.

**O SR. CONSTITUINTE BONIFÁCIO DE ANDRADA:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Tem a palavra o nobre Constituinte Bonifácio de Andrada, pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE BONIFÁCIO DE ANDRADA:** – Sr. Presidente, o que se verifica é que o substitutivo do nobre Constituinte José Richa altera determinados itens do texto do Relator. Todavia, alguns itens do texto do Relator não são alterados por este substitutivo e, a nosso ver, eles não foram revogados por esta votação – não há dúvida quanto ao **caput** do artigo. O **caput** do artigo está alterado. Vários itens, aqui, estão alterados. Mas alguns itens que foram mencionados em questões de ordem, ainda a nosso ver, estão prevalecendo e estão, digamos assim, de

pé, dentro do texto do Relator. Este texto não é o substitutivo em bloco, mas é um substitutivo parcial. Aquilo que ele não altera no texto do autor, nos parece que está de pé.

Sr. Presidente, aquilo que este substitutivo não altera no texto do Relator, que não colide com o substitutivo, não está prejudicado. Por exemplo, o **caput** do Relator está prejudicado. Existem muitos incisos que não estão prejudicados. Por quê? Porque não colidem com o texto que foi votado aqui pela comissão.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Tem a palavra o Sr. Constituinte José Richa, como autor do destaque.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Tem a palavra, pela ordem, o nobre Sr. Constituinte José Lins.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Sr. Presidente, acabamos de aprovar um texto. Compete à Mesa decidir o que foi que esse texto revogou.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – V. Ex.<sup>a</sup> me desculpe, mas já disse que a Mesa não tem alternativa, da Mesa não sairá nenhuma alternativa. Tenho em mãos um papel assinado pelo Sr. Constituinte José Richa, que diz o que acabei de ler. Talvez V. Ex.<sup>as</sup> tenham votado equivocadamente, pelo que, se V. Ex.<sup>as</sup> me oferecerem uma saída regimental, com muito prazer, me junto a ela.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Sr. Presidente, insisto na minha questão de ordem: é que o autor da proposta tem o direito de destacar parte de sua emenda para propor a nossa aprovação, mas não tem o direito de indicar o que essa proposta revoga no texto do Relator. Isso compete à Mesa dizer e a mais ninguém.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Pois não!

Vou dar, de novo, a palavra ao Constituinte José Richa, porque não tenho recurso regimental; arranjem-me um.

Constituinte José Richa, pergunto a V. Ex.<sup>a</sup> se fui fiel ou não à sua vontade, ao dizer que aqui foi submetido à votação o **caput** do artigo e mantidos os incisos X, XII e XIII.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ RICH:** – Realmente, Sr. Presidente, é isso que diz a emenda. Acontece que a minha emenda substituiu o capítulo por inteiro, na medida que, em função de um acordo, foram pinçados apenas três dispositivos e no requerimento de preferência é que constava o destaque, ressalvados os incisos X, XII e XIII – apenas no requerimento de preferência, não na emenda. A emenda não diz isso; ela apenas pede a substituição do capítulo inteiro do Relatório nº II pela nossa emenda. Foram apenas pinçados três dispositivos, no meu entendimento – a decisão final é da Mesa, vou respeitar – o que está no texto e não colide com o que foi aprovado tem que ser submetido à votação.

**O SR. CONSTITUINTE HAROLDO LIMA:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Tem a palavra, para uma questão de ordem, o Sr. Constituinte Haroldo Lima.

**O SR. CONSTITUINTE HAROLDO LIMA:** – Sr. Presidente, acabamos de realizar uma votação, estamos tocando em duas questões da maior gravidade que, se feridas, criam um precedente inaceitável na Casa. Na verdade, acabamos de fazer uma votação límpida, clara e



pura. Ela está sendo, no fundo, questionada; isso nos parece completamente inaceitável.

Em segundo lugar, existe um entendimento de lideranças, acordos explícitos que também **a posteriori**, começam a se turvar. Se isso também acontecer, Sr. Presidente, seguramente o processo final de encaminhamento dessa votação será muito complicado.

Então, a minha questão de ordem que levanto é para que V. Ex.<sup>a</sup>, como Presidente desta Comissão de Sistematização, seja rigoroso na aplicação dos dispositivos regimentais que regem a nossa Casa e regem esta comissão, ou seja, que a votação recentemente feita, de forma absolutamente clara e inequívoca, não seja toldada. Que não se admita que pessoas que ficaram contra a votação, como, inclusive, o Constituinte José Fogaça que votou contra, aí resolva dizer que não entendeu direito o que estava votando. Porque todos nós doravante poderemos, a qualquer instante, argüir esse ponto: "Não! Eu votei, sim, porque não entendi direito", logo uma outra emenda que tinha e que não está mais em cogitação, proponho que também seja votada apesar de ela ter sido prejudicada com a votação preliminar". Considero, Sr. Presidente, esta questão da máxima gravidade e depende da decisão que V. Ex.<sup>a</sup> tomar a continuidade ordeira dos nossos trabalhos.

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – Sr. Presidente, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Tem a palavra o nobre Constituinte José Fogaça.

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – Sr. Presidente, quero esclarecer qualquer dúvida em relação ao meu voto. Usei a tribuna apenas para tentar um esclarecimento a respeito da composição final do texto porque eu entendi desde o início que a emenda era substitutiva e que suprimiria, portanto, uma parte fundamental do texto. Daí o meu voto contrário. Ora, diante do questionamento que foi levantado, diante das dúvidas que se levantaram, diante de todas as incertezas que se manifestaram no Plenário, pensei poder recuperar esta parte que considero substancial e imprescindível ao texto. Foi esta a minha intenção. Não pretendi justificar o voto e sequer pretendi manifestar qualquer dúvida da minha parte quanto a minha posição; apenas tentei recuperar uma parte que para mim é substancial e imprescindível ao texto. Eu não quis justificar nem sequer alterar o meu voto, que continua o mesmo, porque ao retirar esta parte do texto não concordo com a emenda do substitutivo. Aliás, não era esta a intenção do Senador José Richa, autor da emenda; a sua intenção era manter o restante. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Tem a palavra o nobre Constituinte Plínio Arruda Sampaio.

**O SR. CONSTITUINTE PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO:** – A emenda foi colocada como uma emenda substitutiva, não como uma emenda substitutiva parcial. Se alguns Constituintes foram induzidos em erro porque imaginaram que aprovada a emenda estariam de pé os incisos, que acham que foram aprovados, outros Constituintes estavam absolutamente seguros de que uma vez aprovada a fórmula lida por V. Ex.<sup>a</sup> os outros itens estavam prejudicados, e por isso votaram a favor. Esta Casa funciona por normas constitucionais, por normas legais, regimentais e por uma cultura, a da negociação parlamentar; e em função desta negociação parlamentar eu comprometi os votos do meu partido e dos partidos reunidos hoje pela manhã.

Neste texto distribuído está o seguinte:

"Com base nos entendimentos havidos entre as Lideranças partidárias há proposta que seja aprovado o seguinte:..."

E segue o texto. Assim, vários Constituintes só deram a sua aprovação porque entenderam, como V. Ex.<sup>a</sup> anun-

ciou, a emenda como substitutivo; sem acrescentar o adjetivo parcial, ela era total e, conseqüentemente, a sua aprovação prejudicaria automaticamente os outros itens.

Achamos que, realmente, nesse momento não pode haver modificação no que foi aprovado.

**O SR. CONSTITUINTE BONIFÁCIO DE ANDRADA:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Tem a palavra V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. CONSTITUINTE BONIFÁCIO DE ANDRADA:** – Nós não votamos um substitutivo porque substitutivo é um documento que diz respeito ao total das normas de um projeto. Há um engano, há um erro, há uma falha séria; não se trata de substitutivo, nós votamos uma emenda. Ora, se votamos uma emenda, essa emenda naquilo que não colide com o texto do relator, continua de pé. Não se trata de substitutivo. Substitutivo é uma peça inteira que substitui todo o projeto. Ora, se se trata apenas de uma emenda, a emenda só recai naquilo que ela revoga, naquilo que ela prejudica, e o texto do relator, por conseguinte, continua de pé, nos itens que não foram atingidos pelo texto da emenda.

Não se trata de substitutivo, Sr. Presidente, trata-se de emenda e emenda prejudica aquilo a que ela se destina, aquilo a que ela se vincula, aquilo que com ela conflita. Lógico que naquilo que ela não conflitou no texto, continua de pé. E, o texto que permanece ainda pode ser submetido a outras emendas que vêm modificá-lo.

Com a Emenda Richa, nós alteramos parte desse artigo, mas não alteramos todo o artigo porque não existe substitutivo para artigo, existe, sim, substitutivo para todo o projeto. E além disso, Sr. Presidente, quero aqui, já que está tumultuada, como é natural, essa matéria e eu vendo a dificuldade de V. Ex.<sup>a</sup> ao ferir a vontade da comissão, chamar a atenção para o art. 20, § 6º do Regimento Interno da comissão que permite, inclusive, que o relator ao final tenha entendimentos com os protagonistas, com os autores das emendas para chegar a uma conclusão a respeito da matéria. Finalmente, Sr. Presidente, não existe substitutivo para artigo, substitutivo vai para todo o projeto.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Concedo a palavra ao Constituinte Pimenta da Veiga.

**O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA:** – Eu acabei de ouvir há instantes atrás a intervenção do Constituinte Plínio Arruda Sampaio, cuja palavra a Casa inteira já está acostumada a ouvir com muita atenção. Confesso que ao ouvir S. Ex.<sup>a</sup> fiquei preocupado com a interpretação que dava ao processo de votação que está em curso. Só que a hipótese levantada pelo Constituinte Plínio Arruda Sampaio, na realidade, não ocorre. Diz S. Ex.<sup>a</sup> que alguns parlamentares teriam votado o **caput** porque imaginavam que com isso estariam recusando algumas outras partes do artigo e que, em virtude disto, desistiram de emendas apresentadas a esse respeito.

Quero dizer ao Constituinte Plínio Arruda Sampaio que se a Mesa entender que essas partes não foram prejudicadas, as emendas existentes, evidentemente, serão votadas. Porque se a Mesa compreender que essas partes permanecem, as emendas atinentes a elas devem ser votadas e, portanto, não é prejuízo para nenhum parlamentar, que poderá manifestar a sua posição. E se o Plenário, por sua maioria, entender que elas devem ser recusadas, elas o serão. Por isso, a hipótese de prejuízo no direito de qualquer Parlamentar não ocorre, a despeito do entendimento do Constituinte Plínio Arruda Sampaio.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – O Constituinte Pimenta da Veiga abriu um brecha.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, peço a palavra para um esclarecimento.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Um momento, nobre Constituinte Gerson Peres. Quero apenas ajudar naquilo que o Dr. Ulysses Guimarães chamou de “a interpretação construída do Regimento”.

O Regimento não me dá margem, Srs. Constituintes. Estou preso e vou manter a decisão regimental. Se V. Ex.<sup>a</sup>s não me oferecerem uma saída, não tenho como fazê-lo.

**O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA:** – Abriu uma brecha que permite alguns passos adiante.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – É aí que quero entrar, Sr. Presidente. Quero lembrar a V. Ex.<sup>a</sup> que a emenda que aprovamos, do Constituinte José Richa, substituiu, em parte, o texto do relator.

Existem outras emendas substitutivas que incluem esta parte que a emenda do Constituinte José Richa não incluiu. Conseqüentemente, a saída de V. Ex.<sup>a</sup> está em aproveitar a emenda que restabelece a proibição de recursos estrangeiros aos partidos brasileiros, que restabelece a prestação de contas dos partidos ao Tribunal de Contas, o que o texto muito bem colocava. São medidas moralizadoras que restabelecem o caráter nacional dos partidos, porque se não fizermos isto, vamos ter partidos do PMDB paulista, do PDS cearense e outros tipos. Vamos estabelecer a anarquia partidária!

Portanto, Sr. Presidente, a Emenda Prisco Viana pode ser votada porque não se choca com matérias além daquelas que estão sendo consignadas na Emenda Richa. Ela não está prejudicada. Esta é a questão de ordem que faço a V. Ex.<sup>a</sup> e aí está a saída para que V. Ex.<sup>a</sup> continue os nossos trabalhos e encerre a discussão.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Vou conceder a palavra ao Constituinte José Costa e depois aos Constituintes Virgílio Távora e João Menezes. Darei a resposta a V. Ex.<sup>a</sup>: eu não tenho alternativa. Essa emenda, a emenda que foi votada, já está decidida. A emenda que foi votada é uma emenda substitutiva; ela prejudica as outras emendas substitutivas. A saída possível – desde que não constitua precedente – é que há destaques para os dois tópicos de maior discussão. Há destaques. Então, é possível que, através desses destaques, se possa aferir a vontade do Plenário. Fora disso, não tenho alternativa. Vou manter a decisão porque a decisão é regimental.

Tem a palavra o Sr. Constituinte José Costa.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ COSTA:** – Sr. Presidente, foi levantada uma questão de ordem a respeito da amplitude da votação a que acabamos de proceder. O art. 67, § 2º – estou me referindo ao Regimento da Assembléia Nacional Constituinte – que diz:

“A medida que se sucederem os votos, o resultado parcial da votação irá sendo anunciado, vedada a modificação do voto depois de colhido o de outro Constituinte.”

O princípio consagrado nesse parágrafo é o da imutabilidade do voto proferido, anunciada a decisão.

A questão de ordem submetida à apreciação de V. Ex.<sup>a</sup> dizia respeito à amplitude da votação. Se V. Ex.<sup>a</sup> entendeu que a votação do destaque abrangeu toda a matéria compreendida no art. 16, então dessa decisão caberia, eventualmente, um recurso para o Plenário da Constituinte da interpretação de V. Ex.<sup>a</sup>, apoiado por 35 Srs. Constituintes. Do contrário, Sr. Presidente, não há como proceder a outra votação, em função do que estabelece o § 2º do art. 67, acima mencionado. Se, entretanto, V. Ex.<sup>a</sup> entende que alguns dispositivos do art. 16 não foram compreendidos na votação a que acabamos de proceder, evidentemente os inconformados deverão recorrer da decisão de V. Ex.<sup>a</sup>; o que me parece cristalino à luz do preceito regimental. O que não podemos é perder mais tempo, precisamos prosseguir nesses trabalhos. Peço a V. Ex.<sup>a</sup> que faça

valer a sua decisão a respeito da questão de ordem levantada.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Srs. Constituintes, precisamos sair desse impasse momentâneo em ordem. Não é questão de “pela ordem” agora é “em ordem”. Estão inscritos os Constituintes Virgílio Távora, João Menezes, Prisco Viana e José Genoíno. Vou ouvi-los e encerrar, reafirmando a decisão que já dei.

Tem a palavra o nobre Constituinte Virgílio Távora.

**O SR. CONSTITUINTE VIRGÍLIO TÁVORA:** –

Colocando um pouco de serenidade neste debate, inicialmente diremos a V. Ex.<sup>a</sup> que não tomamos parte nesta votação por outras obrigações que tínhamos, como também não participamos da reunião de Lideranças por motivos de sobejo conhecidos por V. Ex.<sup>a</sup>: pela necessidade de comparecimento ao Senado e solução de problema agudo que lá aconteceu. Ao mesmo tempo, Sr. Presidente, isto é curial, votam-se outros destaques existentes, V. Ex.<sup>a</sup> mantém o que já decidiu, e, nesses outros destaques, o Plenário se manifestará a favor ou contra outros itens que dizem estar expurgados. É esta a nossa declaração.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Tem a palavra o Sr. Constituinte João Menezes.

**O SR. CONSTITUINTE JOÃO MENEZES:** – Sr.

Presidente, acho que V. Ex.<sup>a</sup> está agindo com toda a correção possível. V. Ex.<sup>a</sup>, quando anunciou a emenda, fê-lo como substitutiva. O erro vem do seguinte: quando V. Ex.<sup>a</sup> mencionou o art. 16, objeto da emenda, ninguém a encontrou no art. 16, porque a emenda está mencionada, aqui no livro, no art. 18. Além disso, há um aspecto, um grande mal que já reclamamos de V. Ex.<sup>a</sup>: essa maneira de consertar a emenda aí na mesa, a lápis. V. Ex.<sup>a</sup> não deve consentir mais nisto, porque toda vez que se age desta forma, o Plenário fica sem saber o que foi feito. Parece-me que quando V. Ex.<sup>a</sup> deu como emenda substitutiva, a meu ver, esta decisão foi certa. Tudo o que conste aqui no art. 18, é o que está válido. O que está no art. 18! O restante caiu, ficou como V. Ex.<sup>a</sup> já decidiu. É essa a nossa opinião. E V. Ex.<sup>a</sup> não pode voltar atrás, porque já deu uma decisão pronta, exata, correta e quando colocou-a em votação o fez como emenda substitutiva.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Tem a palavra o Constituinte Carlos Sant'Anna.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Sr.

Presidente, volto ao entendimento anterior e à necessidade de respeito às normas. O próprio destaque que foi feito, o foi de uma forma extraordinariamente, eu diria, confusa e inusitada, porque realmente inusual. O art. 18 que foi destacado de uma longa emenda do Constituinte José Richa, ele o foi numa pequena parte, porque o foi no **caput**, no § 1º e no § 2º. Depois houve uma verdadeira mistura de redação para que se pudesse chegar aos objetivos que estão sendo colimados no que é dito, acordo de Liderança.

Menos do que ao espírito abrangente de V. Ex.<sup>a</sup>, apelo para o Relator do Regimento, para que haja um mínimo de respeitabilidade às normas que votamos para nós próprios nos regularmos.

Por outro lado, quando V. Ex.<sup>a</sup> orientou a votação, a impressão que ficou... Não importa o convencimento daqueles que tinham participado de um entendimento, que nós outros não participamos – quando digo nós outros, eu me refiro à maioria do Plenário – não importa nem que tenha agora votado e que esteja de acordo. Mas nós outros não participamos desse entendimento. Eu me louvei nas palavras de V. Ex.<sup>a</sup>, e nelas, o que estava parecendo em votação era o **caput** e mais, segundo o que fiquei entendendo depois das palavras do Constituinte José Richa, o § 1º e o § 2º, volto a insistir nisso! De tal maneira que o espírito dominante na votação não era o da prejudicia-

lidade daquilo que estava sendo votado, ao contrário, era que estava sendo substituído aquilo sobre o que incidia.

De modo que fica prevalecente o que não foi modificado e o que não foi substituído. O único entendimento regimental que resta a V. Ex.<sup>a</sup>, insisto, é permanecer como válidos os incisos que não foram modificados e, evidentemente, estão substituídos aqueles incisos que constam da redação explícita do substitutivo votado.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Tem a palavra, pela ordem, o nobre Constituinte José Genoíno.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Sr. Presidente, lembro dois elementos importantes no sentido de contribuir com a decisão da Mesa.

Em primeiro lugar, quando a matéria foi anunciada – e foi anunciada claramente como emenda substitutiva – ressaltando alguns incisos, ninguém levantou esta questão de ordem.

Mas vou levantar um outro argumento, Sr. Presidente, que já há uma jurisprudência nesta Comissão. Quero que os Srs. Constituintes, membros desta Comissão, lembrem-se quando votamos nos Direitos Sociais o art. 9º, Emenda Geraldo Campos. O que aconteceu com a Emenda Geraldo Campos, Sr. Presidente? A Emenda Geraldo Campos que tinha neste Constituinte um opositor, foi exatamente uma emenda substitutiva e dizia: “Ela substitui isso, isto e aquilo, ressaltando aquilo e aquilo”.

Levantei a questão de ordem na Emenda Geraldo Campos. A Mesa decidiu que a Emenda Geraldo Campos era uma emenda substitutiva e estavam prejudicadas outras emendas automaticamente. Isso naquela questão de ordem, que levantei, antes da votação, Sr. Presidente! Não aceitamos agora que se usem dois pesos e duas medidas: na Emenda Geraldo Campos, aceitou-se o critério que a Mesa adotou, e o mesmo critério adotado na emenda José Richa, em que foi destacado o que ela substitua e o que ela não substitua. Eis que agora vão se usar dois pesos e duas medidas. É inaceitável, Sr. Presidente. E eu lembro, é só consultar os Anais desta Comissão, eu disse para os Anais desta Comissão que se estava abrindo um precedente e que ficava registrado. Se foi decidido assim, essa decisão tem que ser mantida. Do contrário, estamos quebrando a regra do jogo em cada questão e isso é inaceitável. Portanto, a decisão da Mesa tem que ser de acordo com a decisão da Emenda Geraldo Campos.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Tem a palavra o Constituinte Nelson Carneiro. Depois, tomarei uma decisão.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – Sr. Presidente, acredito que a solução pode resultar da votação dos §§ 3º, 4º e 5º e, em seguida, porque não são colidentes com o texto do projeto. V. Ex.<sup>a</sup> votaria o caráter nacional e a proibição do recebimento de recursos financeiros. O que diz respeito ao Tribunal de Contas já está no § 4º, quando diz: “Conforme a lei”. A lei vai disciplinar. Acredito que será melhor, para solucionar o impasse, que V. Ex.<sup>a</sup> conclua a votação. A minha sugestão ...

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Peço aos Srs. Constituintes – nós estamos decidindo uma questão importante, e eu não tenho condições sequer de ouvir o que está sendo dito, em plenário – peço aos Srs. Constituintes, especialmente os que me rodeiam, que respeitem a palavra do Senador Nelson Carneiro.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – Sr. Presidente, se V. Ex.<sup>a</sup> me permite uma sugestão, nós continuaríamos votando o texto que temos em mão. Depois de aprovado o § 5º – V. Ex.<sup>a</sup> poria em votos – porque não foram emendados e não são colidentes com o que se aprovou, são complementares, explicitam, V. Ex.<sup>a</sup> decla-

raria aprovados, porque não há emenda que retire não só o caráter nacional como a proibição do recebimento de recurso financeiro.

Quanto ao Tribunal de Contas, não é necessário porque ele figura no § 4º E assim se encerraria o debate.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Vou tomar a decisão seguinte e peço a atenção da Casa: não se trata do conteúdo da matéria. A Mesa não pode decidir em função do conteúdo da matéria. A Mesa tem de decidir em função de regras existentes e da necessidade de expressar corretamente o sentimento do Plenário. Estou diante de uma votação onde houve, inequivocamente, a manifestação do Plenário. Repeti duas vezes o texto que estava sobre a mesa. Li a nova forma que seria aprovada ou rejeitada. Alguns de V. Ex.<sup>as</sup> protestaram por terem recebido das Lideranças um papel onde tudo estava escrito. Não posso partir da pressuposição de que a Casa não estava informada, porque ela estava informada. Eu preferiria ter errado, porque eu confessaria o erro de público e resolveria a questão. Mas não errei. Li tal e qual. Considero que foi aprovado o substitutivo apresentado pela emenda Richa. Está aprovado e isso prejudica as matérias aqui constantes. Para dar vazão a um sentimento que eu sinto lavar aqui nesta Casa, e que o Constituinte Nelson Carneiro acabou de expressar aqui, nos temos uma muleta regimental: disponho de duas emendas, dois destaques, precisamente sobre o caráter nacional e sobre a proibição de recebimento de recursos estrangeiros, que podem ser votadas.

Se forem votadas, aquilo que é fundamental, que é resguardar a vontade política da Casa, estará feito. E eu não terei ferido o Regimento, porque tenho que considerar, como considero, daqui por diante, aprovada a emenda Richa.

**O SR. CONSTITUINTE PRISCO VIANA:** – Permite V. Ex.<sup>a</sup>?

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Pois não!

**O SR. CONSTITUINTE PRISCO VIANA:** – Poderia V.

Ex.<sup>a</sup> ter a gentileza de determinar a leitura dos destaques sobre os quais V. Ex.<sup>a</sup> imagina que possa haver um pronunciamento?

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Pois não.

Estou com muito receio desta questão.

**O SR. CONSTITUINTE PRISCO VIANA:** – Já que V.

Ex.<sup>a</sup> admite que possa utilizar-se de uma muleta regimental, indago de V. Ex.<sup>a</sup> o seguinte: há uma emenda, objeto de destaque, de minha autoria, que pretendia ser substitutiva de todo o art. 16, que trata da questão dos partidos Políticos. Tendo, como tenho, que o que o Plenário aprovou, nos termos do que foi requerido, foi o **caput** deste artigo...

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Não foi.

**O SR. CONSTITUINTE PRISCO VIANA:** – ... pergunto

a V. Ex.<sup>a</sup>, se houver manifestação minha, como tem ocorrido, desistindo da votação do **caput**, se V. Ex.<sup>a</sup> submeteria à votação os incisos e itens seguintes...

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Não tenho meios de fazê-lo, Sr. Constituinte Prisco Viana, eu feriria demasiado o Regimento, não há possibilidade. Já foi votada uma emenda substitutiva que prejudicou as emendas substitutivas. Não há recursos.

**O SR. CONSTITUINTE PRISCO VIANA:** – V. Ex.<sup>a</sup> vai

mandar ler os destaques?

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Estou providenciando.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ RICHÁ:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Pois não!

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ RICHÁ:** – Se eu entendi bem a interpretação da Mesa, V. Ex.<sup>a</sup> está interpretando que tudo foi prejudicado. Mas, como temos destaques não colidentes com o texto e aditivos, acho que aí o precedente é maior. Acho que é aí que a Mesa fica mais descoberta com essa decisão. Porque, na verdade, a levar em consideração a decisão que a Mesa acabou de adotar, toda emenda aditiva estaria prejudicada. Acho que a interpretação direta é mais correta. Porque, na verdade, Sr. Presidente, a emenda é substitutiva do capítulo inteiro se fosse votada minha emenda por inteiro, mas, não foi, a minha emenda foi parcialmente aprovada. Ora, se ela foi parcialmente aprovada, o que consta do substitutivo do Relator, que não esteja já aprovado nesta parcela da minha emenda aprovada, não está prejudicado. Parece-me fundamental. O quê, na minha emenda, ficou prejudicado? O **caput** do art. 16. Perfeito, está prejudicado. Os incisos I, II, III, IV e V estão prejudicados; os VI e VIII não estão prejudicados, porque não constam da minha emenda. Apenas estes dois incisos é que não estão prejudicados com a aprovação da minha emenda.

Como a minha emenda também ressalva os incisos X, XII e XIII, esses também não estão prejudicados porque é o voto de Plenário.

Sr. Presidente, acho que a interpretação mais correta da Mesa seria essa: ressaltar aquilo que foi aprovado, e está ressaltado na aprovação, que são os incisos X, XII e XIII. E não considerar prejudicados os incisos VI e VIII.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Sr. Constituinte José Richá, lamento que V. Ex.<sup>a</sup> não tenha feito esse requerimento antes da votação. Não posso me submeter à deliberação subjetiva posterior à votação. De outra forma, a Mesa não sustentará o processo de decisão daqui por diante. Se V. Ex.<sup>a</sup> considera assim, devia ter considerado antes e ter trazido à minha presença. Eu li várias vezes. Não tenho alternativa.

Srs. Constituintes, considero a matéria ultrapassada.

**O SR. CONSTITUINTE PRISCO VIANA:** – Sr. Presidente, solicitei de V. Ex.<sup>a</sup> a leitura dos destaques.

Rogo a V. Ex.<sup>a</sup>, humildemente, que determine essa leitura.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Estou pedindo os destaques.

Agora, se V. Ex.<sup>as</sup> consideram que, mesmo sendo aditivo, não é possível submeter a votos, imaginem este destaque não aditivo! O aditivo pode, obviamente. É a resposta que dou ao Constituinte José Richá.

Estamos verificando se há alguma emenda aditiva.

Vamos proceder da seguinte maneira: continuar a votação, enquanto a Mesa procura verificar, porque, obviamente, é do interesse coletivo sair deste impasse, e é com esse espírito que vamos tentar sair dele buscando uma forma de abranger na decisão essas duas emendas.

Passemos então para outro tema.

Há, aqui, um requerimento de preferência do Constituinte Roberto Freire, Destaque nº 3.539, que se refere aos arts. 29 e 30 do Substitutivo I.

Quero saber se os Srs. Constituintes estão de acordo em votar a preferência requerida pelo Constituinte Roberto Freire.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, gostaria que V. Ex.<sup>a</sup> lesse a matéria, para que pudéssemos encaminhar.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Vou ler a matéria.

**O SR. CONSTITUINTE PRISCO VIANA:** – Sr. Presidente, conto com a tolerância de V. Ex.<sup>a</sup> É preciso encerrar o processo de votação, inclusive declarando que emendas foram ou não prejudicadas.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Já declarei. Declarei que há duas matérias que me parecem não colidir com o espírito da emenda e, se houver um destaque que me permita interpretação construtiva, colocarei a votos. Quais são? Relativa ao caráter racional e à proibição de recursos estranhos. Estamos buscando uma fórmula para isso.

Está encerrada a votação e passamos a outra matéria.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr. Presidente, V. Ex.<sup>a</sup> vai dar por encerrado com a decisão que determinou a prejudicialidade de todas as emendas, eu não me conformo com isso.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Não prejudiquei emenda alguma; disse que o Substitutivo aprovado é para substituir os itens que aí estão e que há dois tópicos que, segundo o próprio autor, não estariam prejudicados e estou dizendo que para considerar algo nesta matéria preciso de emendas que, por sorte, parecem existir.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Então está resolvido, senão haveria a possibilidade de eu recorrer da sua decisão ao plenário.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Não entendi, Ex.<sup>a</sup>

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Digo que se for encontrada a solução, tudo bem, senão quero recorrer da sua decisão ao plenário, que é a última alternativa. O Plenário pode refazer a votação.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Cabe recurso à Assembléia.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Acho que, das decisões do Presidente, cabe recurso ao Plenário, nos termos do Regimento Interno da Comissão de Sistematização.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Cabe recurso ao Plenário, é a informação que tenho do Regimento.

**O SR. CONSTITUINTE VIRGILDÁSIO DE SENNA:** – Sr. Presidente, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Concedo a palavra ao Sr. Constituinte Virgildásio de Senna.

**O SR. CONSTITUINTE VIRGILDÁSIO DE SENNA:** – Conceda-me um minuto da sua atenção, Sr. Presidente. É sobre a forma com que estamos encaminhando votações, muitas vezes originárias de acordos, acordos necessários para que os nossos trabalhos tenham andamento compatível com a vontade nacional, V. Ex.<sup>a</sup> tem feito ressaltar isto, e isto, de algum modo, prejudica o acompanhamento dos Srs. Constituintes da matéria votada. V. Ex.<sup>a</sup>, que é universitário, com enorme experiência, sabe o papel do leitor. V. Ex.<sup>a</sup> é catedrático, e eu pediria, para tranqüilidade da Casa, que, em qualquer matéria a ser submetida a votação, o leitor dê preliminarmente, total, cabal e completo conhecimento à Casa, para que se evite tumulto. Sem a leitura clara da matéria votada a coisa fica no ar, fica no vazio; pode não ser regimental, mas é absolutamente necessário que o leitor faça a leitura da matéria votada antes de se proceder a votação.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> inteira razão. Assim será feito.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ TINOCO:** – Sr. Presidente, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**  
– Pois não!

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ TINOCO:** – Todos nós temos o maior empenho e interesse em que a votação, nesta Comissão, possa ocorrer da forma mais rápida, mais objetiva e o mais eficiente possível. Verificamos que esta matéria foi encaminhada, foi aberta a possibilidade de encaminhamento e não houve inscrição para que alguém se pronunciasse a favor ou contrariamente. Considero isso uma falha, inclusive daqueles que conduziram a negociação, e não podemos mais corrigir, inteiramente, esta dificuldade.

Entretanto, Sr. Presidente, parece-me que prosseguir na votação de outros parágrafos deste mesmo artigo, antes de uma solução da Mesa, inclusive, de quais as emendas ou quais os destaques que possam ser votados, parece-me que isto pode contribuir ainda mais para dificultar o bom encaminhamento do assunto.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**  
– Pois não.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ TINOCO:** – Por isso, sugiro a V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Presidente, como tem sido feito de outras vezes, que a sessão seja temporariamente suspensa, até que a Mesa possa identificar a matéria que possa efetivamente ser votada, a respeito ainda do assunto contido no **caput** do artigo e nos §§ 1º e 2º, para que o Plenário tenha plena consciência do que pode ser votado, da forma que pode ser votado, para evitarmos dificuldades maiores. Os outros destaques que foram objeto desse entendimento de Liderança são matérias intrínsecas porque há, inclusive, parágrafos a este mesmo artigo.

Se votarmos estes três parágrafos seguintes antes de termos idéias dos dispositivos que estão sobre a mesa e podem ser votados, parece-me que pode dificultar, ainda mais, o processo de entendimento e de votação.

É a sugestão que ofereço, com toda a humildade, a V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**  
Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup> mas estamos, neste momento, discutindo o pedido de preferência do Constituinte Roberto Freire e vou primeiro, antes de dar a palavra a quem quer que seja, atendendo ao apelo do Constituinte Virgildásio de Senna, expor o pedido de preferência.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Sr. Presidente, desejo usar da palavra pela ordem e na linha do que V. Ex.<sup>a</sup> está questionando.

Primeiro preciso saber o que é que está, por favor, prevalecente por ter sido aprovado por votação dentro desse emaranhado todo do art. 16.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**  
Pois não.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – É a primeira coisa que preciso saber: o que é que é agora o art. 16?

Segundo: quero, preventivamente, procurar saber de V. Ex.<sup>a</sup> se é possível trocar o caráter de emenda substitutiva adrede reconhecido pela Comissão de Sistematização pelo caráter de emenda aditiva, porque se isso é possível para emendas de um lado, que pretendem determinadas coisas, como a Emenda Roberto Freire, deveria também poder ser para a Emenda Prisco Viana que V. Ex.<sup>a</sup>, ainda há pouco, não reconheceu. Porque o caráter de emendas que estão sendo propostas agora como aditivas, as conhecíamos nas classificações da Comissão, como substitutivas. Então se é possível ao autor da emenda modificar-lhe o caráter, neste caso também o Cons-

tituinte Prisco Viana pode trocar o caráter da sua emenda substitutiva para aditiva, e propor a sua votação.

Duas são, portanto, as colocações.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**  
Já entendi!

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Acho que a Casa precisa saber qual o conteúdo do art. 16. Em segundo lugar, a decisão da Mesa de que se é reconhecido ao Constituinte trocar o caráter da classificação da emenda que a Secretaria da Mesa adrede lhe deu.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**  
– Começo por responder a última parte.

A Emenda do Constituinte Roberto Freire é aditiva a um inciso que foi mantido. Essa é a questão. Altera um inciso mantido pela votação, razão pela qual posso pô-la em votação.

V. Ex.<sup>a</sup> há de perceber, inclusive no esforço de lentidão que estou fazendo, contrariamente aos meus hábitos, estou procurando ver se produz aquilo que é essencial em qualquer decisão que é o entendimento político entre V. Ex.<sup>as</sup>. a respeito de como sair do impasse anterior. Já abri a fresta, a porta não posso abri-la.

Com relação a outro pedido de V. Ex.<sup>a</sup> sobre o que foi mantido, lerei mais uma vez o texto, aprovado pela Casa.

Peço a atenção dos Senhores. O Constituinte Carlos Sant'Anna perguntou. Lerei pela quarta vez a Emenda José Richa, acho que é meu dever e lerei quantas vezes quantas forem necessárias para o bom andamento dos trabalhos.

Diz o seguinte:

"É livre a criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos, resguardada a soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo e os direitos fundamentais da pessoa humana."

§ 1º É proibido aos partidos utilizarem organização paramilitar.

§ 2º Os partidos políticos adquirem personalidade jurídica mediante o registro dos estatutos no Tribunal Superior Eleitoral dos quais constem normas de fidelidade e disciplinas partidárias."

Foi mantido ainda o inciso X, que diz "Manutenção do registro e funcionamento condicionados à votação obtida de acordo com o que dispuser a lei complementar.

O inciso XII diz: utilização gratuita do rádio e da televisão.

É o inciso XIII diz: acesso à propaganda eleitoral gratuita e aos recursos do fundo partidário.

Agora, o Constituinte Roberto Freire faz uma emenda onde diz que é preciso modificar, manter a expressão gratuita do rádio e a televisão.

Trata-se de emenda aditiva ao inciso XII.

"Os partidos políticos têm direito de acesso aos meios de comunicação social e aos recursos do fundo de participação, conforme a lei pela expressão: os partidos políticos têm direito ao acesso gratuito ao rádio e a televisão e ao recurso do fundo partidário conforme a lei."

Para isso que ele pede preferência, ou seja, simplesmente pedindo que se acrescente à sua emenda anterior a idéia de gratuidade ao acesso ao rádio e a televisão.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Sr. Presidente, pela ordem. V. Ex.<sup>a</sup> me explicará o porquê dela

ser aditiva, pois ela é eminentemente substitutiva pela redação que V. Ex.<sup>a</sup> acaba de dar.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Ela é modificativa. O requerimento do Constituinte se compõe de dois parágrafos.

Deputado, V. Ex.<sup>a</sup> há de nos ajudar a construir uma solução, se V. Ex.<sup>a</sup> quer dificultar esta maior dificuldade ainda terei para resolver a outra.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Sr. Presidente, queria dar uma explicação sobre a minha emenda. Minha emenda é modificativa e tem preferência no momento em que ela irá modificar exatamente o inciso que foi mantido, ressalvado no substitutivo, ou seja, o substitutivo aprovado ressaltou os §§ 2º e 3º, que tratam do acesso ao rádio e à televisão. Eu os modifico. Pedi preferência para modificar – e é a preferência o que se está discutindo – para colocar que o acesso gratuito ao rádio e à televisão sejam definidos conforme a lei, o que, no substitutivo, não está feito.

Em segundo lugar, acrescente-se, porque cabe, no caso em questão, que a organização, o funcionamento dos partidos políticos é de completa autonomia dos próprios partidos, até para dar consequência ao que foi aprovado no Substitutivo José Richa. Não é nada que modifique substancialmente, embora o faça.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Está em votação a preferência pedida.

Os Srs. Constituintes que estiverem de acordo, queiram permanecer sentados. **(Pausa)**

Aprovada a preferência.

**Destaque nº 3539-87 – Emenda nº 1P-18875-0, do Sr. Roberto Freire "que substitui o art. 29, e suprime o art. 30, do Projeto de Constituição (art. 16, do Substitutivo nº 2)". (186ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Em votação o Destaque nº 3539.

Se alguém quiser encaminhar contra ou a favor...

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Sr. Presidente, creio que o encaminhamento talvez seja desnecessário. Em função da discussão, ficou evidenciado que esta emenda é fundamental para se determinar que o acesso aos meios de comunicação social no caso, especificamente, rádio e televisão, como é o costume e a prática no País, dar-se-á conforme a lei; e, em segundo lugar, para acrescentar que as questões de economia interna dos partidos políticos devem ser de sua única e exclusiva representatividade, ou seja, a autonomia dos partidos para definirem seu funcionamento e a sua organização. Acredito que aí estamos definindo, exatamente a plena liberdade partidária no País.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Carlos Sant'Anna para encaminhar a favor.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, meus colegas:

Estou encaminhando a favor da proposição do ilustre Constituinte Roberto Freire, mas preliminarmente, com um objetivo, para que os companheiros entendam que tendo sido aprovada a Emenda José Richa, substitutiva que, no meu entender era parcial e não total, e não só no meu entender, mas no entender de vários. Entretanto, permaneceram prevaletentes, por exemplo, o inciso XII que se refere à utilização gratuita do rádio e de televisão.

Com este inciso está prevaletente, tal como se encontra no texto, entendi que ele pode sofrer modificações na forma da emenda que propõe o Constituinte Roberto Freire com

a redação que aqui está: "Os partidos políticos têm direito ao acesso aos meios de comunicação social e aos recursos do fundo partidário, conforme a lei".

Estou encaminhando, menos pela necessidade de encaminhar, mas para ressaltar não ser possível que acordos de liderança dos quais os integrantes das respectivas Bancadas, que são mais do que integrantes de Bancadas, são Constituintes, não tomem conhecimento detalhado de deliberações que são adrede feitas poucas horas antes do início da sessão do início da votação, e são anunciados estapafúrdiamente na hora em que vamos votar sem conhecimento prévio. Que haja um entendimento de lideranças eu até me regozijo e acho importante, mas acho também fundamental que as lideranças reúnam os seus liderados e expliquem a cada um dos seus liderados o que acertaram, o que convencionaram. E, mais do que isso, que permitam aos integrantes das Bancadas, Constituintes que são, participar das deliberações, inclusive discordar e tentar, antes da reunião, pela sua argumentação, fazer talvez modificar ou alterar os acordos feitos.

Registro também, a minha estranheza – e aproveito a oportunidade de encaminhar a favor da emenda do Constituinte Roberto Freire – para um acordo que permite retirar do texto, o qual foi feito com tanto esmero no particular, a seguinte redação quanto a partidos políticos:

"Proibição de recebimento de recursos aos partidos políticos; proibição de recebimento de recursos financeiros de entidade ou governos estrangeiros ou de estar a estes subordinados."

Então, quanto a eliminação deste inciso ter sido acolhida por um acordo de liderança, sem que cada um de nós tenha disto participado, quero consignar o meu protesto a esse tipo de resolução; e também sobre o que votamos, pois o fizemos sem ter tido o prévio conhecimento explicado e detalhado do que estávamos votando.

Da mesma maneira, não podemos deixar de estranhar que as lideranças, por acaso, tenham resolvido eliminar que é importante o caráter nacional dos partidos políticos. E é evidente que o Presidente esteja tendo dificuldades para encontrar, segundo ele, uma fórmula que seja uma muleta – uma muleta! – para dar o caráter nacional dos Partidos, o que estava no projeto do texto constitucional, mas que, agora, subitamente, segundo um acordo de lideranças, que não posso entender, está eliminado, da mesma maneira como eliminaram a atuação permanente de partidos políticos, Sr. Relator.

Quer dizer que um partido cartorial, que pode evidentemente existir apenas em cartório, que pode ser um partido para utilização de maneiras menos lícitas de legendas, no futuro, pode permanecer. E tiraram o caráter de atuação permanente, que constava do inciso.

De modo que, aproveitando a oportunidade regimental que tenho de encaminhar a favor da Emenda Roberto Freire, quero consignar a minha estranheza e o meu repúdio à eliminação desses textos. Espero que a Mesa, com a sua sabedoria, com o seu conhecimento e com o seu patriotismo, bem como a Relatoria, possa encontrar soluções para esses assuntos que, sem dúvida alguma, a opinião pública nacional nos cobrará.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Tem a palavra o nobre Constituinte Prisco Viana, para encaminhar contra.

**O SR. CONSTITUINTE PRISCO VIANA:** – Sr. Presidente, é louvável que as lideranças partidárias busquem, em determinados instantes dos nossos trabalhos, o entendimento e o acordo. Já exerci Liderança nesta Casa, por mais de uma vez, e conheço a eficácia de um bom acordo, como sei que os acordos não se implementam se não encontram correspondência na vontade e na posição das bancadas.

O que não é admissível, sobretudo num instante destes, quando se está votando a Constituição, é que as bancadas sejam surpreendidas com decisões tomadas pelas lideranças no instante da votação, sem que lhes seja dada, sequer, a oportunidade de tempo para analisar as decisões e adotar as suas posições; porque há uma certa peculiaridade da liderança na Constituinte. Se é verdade que todos devemos obediência a programas, a diretrizes e, também, a doutrinas partidárias, neste instante e neste fórum, neste plenário, temos que preservar a nossa liberdade de decidir, sobretudo em relação a questões em que cada um tem a sua opinião formada.

Lamento dizer que o que estamos aprovando vai nos levar fatalmente a uma grave crise partidária dentro de pouco tempo. O que se está aprovando não é a livre criação de Partidos; o que está se aprovando é um excesso de liberdade na organização dos Partidos. Se defendemos um sistema em que a lei não tutele os Partidos, não podemos defender um sistema em que não haja nenhuma norma legal. O que se está aprovando aqui é um sistema partidário sem nenhuma regra legal, nem para Criar, nem para estabelecer condições de funcionamento, nem para extinguir, nem para fundir Partidos. Se temos entre nós quase nenhuma tradição partidária, se não há entre nós uma consciência partidária, podemos perfeitamente imaginar o que será amanhã a vida dos Partidos, sem nenhuma regra legal que possa conter, dentre outros males da vida partidária, o carreirismo e o oportunismo, tão freqüentes na vida dos Partidos.

Compreendemos as dificuldades em que ainda se encontra o Presidente da Comissão em face do Regimento. A solução que S. Ex.<sup>a</sup> está dando é talvez a possível, mas é ainda a solução contra o Regimento. Podemos dizer que neste instante estamos trabalhando sem norma regimental, ela varia em cada situação. Eu faria aqui – perdoem-me a liberdade – dois apelos, aos Líderes que acordem consultando aqueles que supõem liderar, e à Mesa que dê o tratamento firme da regra regimental, para que não sejamos a todo instante atropelados por decisões momentâneas, ocasionais e conjunturais.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** Tem a palavra o Relator, Constituinte Bernardo Cabral, para opinar.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, esta, inegavelmente, é uma sessão surrealista. Estou aqui surpreso de ver que caminhos diversos, oblíquos, acabam se encontrando mais adiante. O texto do Substitutivo, por acordo das lideranças foi completamente mutilado. Vejo, agora, a Emenda do eminente Constituinte Roberto Freire, quando diz, no § 4º:

"Os Partidos Políticos têm direito ao acesso aos meios de comunicação social."

É o recurso de fundo partidário, que acaba de ser modificado, porque é uma invasão aos donos de jornais, que não têm concessões, como dizia o texto do Substitutivo. "Utilização gratuita do rádio e da televisão." E agora já foi corrigido.

No meu entendimento – e que terá o nosso apoio – os incisos VI, VIII e IX não foram revogados pela Emenda Richa. Espero que o Plenário, depois, se manifeste. Mas devo dar um esclarecimento. Esse inciso VI, "Proibição de recebimento de recursos financeiros de entidades ou governos estrangeiros", é o célebre IBAD, em que no passado faziam flexão contra todos nós; e se nós retirarmos isso, agora, estaremos esquecendo o passado, pensando que estamos construindo para o futuro outro caminho.

Sr. Presidente, não há, como disse o eminente Constituinte Carlos Sant'Anna, numa contraposição rara ao

Constituinte Prisco Vianna, ambos se colocaram em situações divergentes – e daí o surrealismo desta sessão – não há como deixar de acolher a Emenda Roberto Freire, porque ela corrige a anomalia anterior. Mas espero, Sr. Presidente, que V. Ex.<sup>a</sup> ao decidir, decida que não ficaram prejudicados os incisos VI, VIII e IX, porque se retirarmos o caráter nacional dos Partidos vamos voltar à Velha República do passado.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Em votação.

Srs. Constituintes, membros da Comissão de Sistematização, queiram tomar seus assentos. Queiram registrar seus códigos de votação, e, por favor, selecionar SIM, NÃO ou ABSTENÇÃO.

Pressionem agora o botão negro e girem a chave sobre a mesa, e mantenham pressionados os botões até que a luz verde se apague.

Vai-se proceder à apuração.

### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Almir Gabriel, Antônio Britto, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Carlos Mosconi, Cristina Tavares, Egídio Ferreira Lima, Fernando Henrique Cardoso, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, João Herrmann Neto, José Paulo Bisol, José Richa, José Serra, José Ulisses de Oliveira, Mário Lima, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nelson Friedrich, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Prisco Viana, Raimundo Bezerra, Rodrigues Palma, Severo Gomes, Sigmaringa Seixas, Virgildásio de Senna, Antonio Mariz, Euclides Scalco, Israel Pinheiro, João Natal, José Carlos Grecco, José Costa, José Tavares, Nelson Wedekin, Octávio Elísio, Roberto Brant, Rose de Freitas, Vicente Bogo, Vilson Souza, Ziza Valadares, Aloysio Chaves, Arnaldo Prieto, Carlos Chiarelli, Edme Tavares, Inocêncio Oliveira, José Jorge, José Lins, José Lourenço, José Thomaz Nonô, Luís Eduardo, Sandra Cavalcanti, Enoc Vieira, Jonas Pinheiro, Gilson Machado, Ricardo Izar, Antônio Carlos Konder Reis, Bonifácio de Andrada, Brandão Monteiro, José Maurício, Lysâneas Maciel, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Ottomar Pinto, José Genoíno, Adolfo Oliveira, Haroldo Lima, Roberto Freire, Jamil Haddad e Antonio Farias. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Renato Vianna, Theodoro Mendes, Délio Braz, Marcos Lima, Alcení Guerra, Christóvam Chiaradia, Eraldo Tinoco, Francisco Benjamim, Mário Assad, Oscar Corrêa, Osvaldo Coelho, Paulo Pimentel, João Menezes, Darcy Pozza, José Luiz Maia e Virgílio Távora. **ABSTENÇÃO** dos Senhores Constituintes: Carlos Sant'Anna, Nilson Gibson e Jarbas Passarinho.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 72 Constituintes; votaram NÃO 16 Constituintes; abstiveram-se de votar 3 Constituintes. Total: 91 votos. O Destaque foi aprovado.

**Destaque nº 0821-87, do Sr. Haroldo Lima, "que suprime as expressões: "manutenção do registro e"; "condicionados à votação obtida" e "complementar" do art. 16, inciso X, do Substitutivo nº 2. (187ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Passamos, portanto, ao Destaque nº 821, do Constituinte Haroldo Lima, modificativo do inciso X.

Manda ressaltar as expressões:

1 – "manutenção – até – e";

2 – "condicionados – até – obtida";

3 – "complementar";

de tal forma que a redação seria a seguinte – peço a atenção dos Srs. Constituintes: "Funcionamento parla-

mentar, conforme dispuser a lei"; ou seja, se for aprovado o Destaque do Constituinte Haroldo Lima, incluir-se-á ao inciso que diz que haverá uma lei que vai regulamentar o funcionamento parlamentar dos partidos.

Para encaminhar a favor, tem a palavra o Constituinte Pimenta da Veiga.

**O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA:** – Sr. Presidente e Srs. Membros da Comissão de Sistematização, apesar de todas as dificuldades encontradas nesta reunião desde o seu início, apesar dos aparentes desencontros que estamos vivendo aqui nesta tarde, quero, preliminarmente, registrar a minha avaliação pessoal de que esta tem sido uma reunião construtiva; construtiva por vários aspectos, e o maior deles é que se tem procurado o entendimento. Apesar das dificuldades manifestadas de início, e do aparente impasse que reinou no plenário durante alguns instantes, a verdade é que, pela compreensão dos Partidos aqui representados, pela compreensão dos membros desta Comissão, pela compreensão da Mesa Diretora, estamos no final construindo uma decisão que nos parece inteiramente acertada e sábia.

Votamos já alguns destaques para o capítulo dos partidos políticos, que vão permitir ao final desta votação uma redação absolutamente apropriada para o tema, pois está sendo aqui estabelecido logo no **caput** desse artigo que é livre a criação partidária. E quero aproveitar, já que naquele momento eu não podia fazê-lo, para contestar o Constituinte Prisco Viana que dizia que com, a liberdade da criação de partidos seria estabelecida a desordem. Não é um entendimento correto, não deve haver na legislação e muito menos na Constituição Federal nenhuma restrição à criação de partidos políticos. No País deve existir tantos partidos quantas forem as linhas de pensamento político, quantos forem os segmentos políticos existentes na sociedade. Há países democráticos, nos quais, os Partidos não são contados às dezenas, mas são contados às centenas, e isso nada atrapalha a democracia, mas, ao contrário, vem protegê-la e aperfeiçoá-la. O que deve haver, isto sim, é uma regra rígida para a representação partidária, no Parlamento, e é exatamente disto que está tratando a emenda em questão.

Diz a emenda do Constituinte Haroldo Lima, que agora vamos votar, que o funcionamento dos Partidos dependerá de lei. É verdade que, aprovando esta emenda teremos que aprovar a emenda seguinte do Senador Carlos Chiarelli, que, acoplada a esta, construirá o texto adequado, que ficará assim expresso: "Funcionamento parlamentar, conforme dispuser a lei." Pouco importa se são centenas os Partidos políticos. Aqui, eu me permito reproduzir conversa que tive com o Presidente Adolfo Soares, Presidente do Conselho de Ministros da Espanha, quando estive no Brasil, visitando o Parlamento há alguns anos. Ao indagar o número de Partidos existentes na Espanha, o Presidente Adolfo Soares nos informou que, lá, havia 198 Partidos Políticos. Curioso ainda, voltei a indagar daquele parlamentar se isso não prejudicava a nascente democracia espanhola e S. Ex.<sup>a</sup> me disse que não. Que eles funcionavam rotineiramente. Alguns com muitos votos, outros quase sem votos, mas se reuniam nos fins de semana, distribuindo carteirinhas para os seus associados. E que isso, na realidade, uns mais outros menos, representava válvulas de escape para as tensões sociais.

Mas o fundamental, o essencial, aquilo do que não podemos nos descuidar é a representação parlamentar, porque, conforme está redigido este texto "funcionamento não nos sendo agradável, a verdade é que os parlamentos funcionam pelos entendimentos de lideranças. E não é possível um parlamento funcionar com dezenas de líderes, com 20, 30, 40 ou 50 líderes. E é por isto que devíamos, agora, aprovar esta emenda que irá transferir a legislação. E, aqui, quero dizer ao eminente Relator Bernardo Cabral

que, conforme está redigido este texto "Funcionamento parlamentar conforme dispuser a lei", esta lei só pode ser entendida como uma lei interna do Parlamento. Isto quer dizer: só pode ser entendida como uma disposição do Regimento Interno das Casas Legislativas. Por isso, talvez, seja o caso de S. Ex.<sup>a</sup> o Relator, em sua redação final, expor que essa lei é o Regimento Interno.

Finalizando, quero dizer que aprovando esta emenda, acoplada às emendas anteriormente aprovadas, e ainda às emendas que a Mesa colocará em votação, resgatando os textos referentes ao caráter nacional dos Partidos e à proibição do recebimento de recursos estrangeiros, este capítulo estará absolutamente correto e perfeito em sua redação e em seus propósitos políticos.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Pois não, nobre Constituinte Carlos Sant'Anna.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Sr. Presidente, vou explicar, para que V. Ex.<sup>a</sup> possa me responder. Na redação do inciso X, – e peço aos companheiros que me sigam, na leitura – há uma porção de destaques, aparentemente supressivos. Para manter, apenas no inciso X, onde tem "manutenção do registro e..." sai esta expressão e fica "funcionamento", como está na tal "receita de bolo" que nos deram. Onde tem "funcionamento", sai tudo mais: "condicionados à votação obtida." "De acordo com o que dispuser a lei complementar" sai e fica "de acordo com a lei".

Sr. Presidente, pelo que entendo, estamos votando o seguinte: "Funcionamento de acordo com a lei". Pergunto se é isto que estamos votando, porque a palavra "parlamentar não existe no inciso X. Se tal palavra não existe no inciso X, ela não pode, portanto, fazer parte do processo de votação, conforme, ainda há pouco, encaminhava o ilustre Constituinte Pimenta da Veiga. Evidentemente, aprovar o que está escrito no **caput** do art. 16 e, agora, "funcionamento, conforme dispuser" – "conforme dispuser", não pode ser, porque não está no inciso X – tem que ser "de acordo com a lei".

Primeiro, eu gostaria de saber de V. Ex.<sup>a</sup> se o que vamos votar se refere à seguinte frase: "Funcionamento de acordo com a lei".

Segundo, questão de ordem preventiva. Se uma emenda é modificativa sobre o inciso, as demais estão prejudicadas. Para que não venha descobrir uma outra que tenha a palavra "parlamentar", para, depois, votar a palavra "parlamentar" isoladamente, sendo introjetada – só usando a expressão de Sousandrade, depois do "funcionamento". Primeiramente, quero saber, pela ordem, o que estamos votando é "funcionamento de acordo com a lei".

**O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA:** – Sr. Presidente, peço a palavra para contestar.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Pois não, V. Ex.<sup>a</sup> tem a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA:** – Quero louvar a iniciativa de V. Ex.<sup>a</sup>, quando, há poucos instantes, disse que, seguindo a prática do Presidente Ulysses Guimarães, V. Ex.<sup>a</sup> estava sempre procurando uma interpretação construtiva. Quero, nesta hora, registrar a reiteração com que o Constituinte Carlos Sant'Anna tem vindo ao microfone levantar questões de ordem que são muito mais protelatórias do que questões essenciais. Por exemplo, agora parece-me que ficou claro que S. Ex.<sup>a</sup> veio ao microfone levantar uma questão de ordem absolutamente desnecessária, porque S. Ex.<sup>a</sup> veio perguntar se está no texto, a expressão "conforme dispuser a lei". É evidente que não está no texto. O que estamos é votando uma emenda



da. Está na emenda e não no texto. S. Ex.<sup>a</sup>, talvez, bem o saiba disso.

Tenho em mãos a emenda que diz: "Funcionamento de acordo com o que dispuser a lei". É uma coisa absolutamente clara e que V. Ex.<sup>a</sup> teve o cuidado de ler, antes, com todas as letras.

Posteriormente, conforme expliquei da tribuna, votaremos uma emenda do Constituinte Carlos Chiarelli, o Destaque nº 005384, de onde sai o termo "parlamentar". Isso ficou claro, a não ser que se queira protelar os trabalhos desta Comissão, não há cabimento em levantar questões de ordem como essa.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Pois não.

Não tenho o que responder, depois da explicação do Constituinte Pimenta da Veiga que, efetivamente, foi o que aconteceu.

Tem a palavra o Constituinte Gastone Righi, para encaminhar contra.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Sr. Presidente, então, o que está em votação é "funcionamento de acordo com a lei"?

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Conforme dispuser a lei. Li o texto.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, apesar do empenho do ilustre Constituinte Pimenta da Veiga e da composição de Lideranças; quero me manifestar contrário a essa emenda.

O que vamos votar não é aquilo que queremos votar.

Segundo o Constituinte Pimenta da Veiga, vamos votar o funcionamento dos Partidos "de acordo com a lei", ou "nos termos. que a lei dispuser". Ou seja: a lei disciplinará o funcionamento dos Partidos para depois, numa outra .emenda, que se sucederá a esta, é que iremos dizer que esse funcionamento é o funcionamento parlamentar.

Ora, é um verdadeiro absurdo, porque é possível que aproveamos a primeira e não tenhamos condições de aprovar a segunda, ou seja, todos os que votaram na primeira, votaram incorrendo, em erro, votaram a favor daquilo que não eram a favor. Isso é uma aberração.

Segundo, eu não posso compreender como é que esta Comissão de Sistematização vai votar pelo funcionamento parlamentar dos Partidos de acordo com o que for disposto em lei, quando o funcionamento parlamentar é problema de cada uma das Casas Parlamentares e, portanto, de Regimento Interno. E quando eu falo em lei, não me refiro a projeto de resolução ou a Regimento Interno. Projeto de Resolução é uma coisa, lei é outra. O funcionamento parlamentar há de ser de acordo com cada Casa e corresponderá às necessidades desta Casa. O funcionamento parlamentar dos Partidos aqui, na Câmara dos Deputados, deve ser aquilo que o Colégio da Câmara dos Deputados entende como melhor para ele e, portanto, por Regimento Interno, por Projeto de Resolução que deve disciplinar.

Como é que eu vou dizer que o funcionamento parlamentar deve ser disposto em lei? Ora, isso é uma coisa ampla. O funcionamento parlamentar de um Estado na Assembléia Legislativa é problema desta Assembléia Legislativa, e seu Regimento Interno, seus Projetos de Resolução é que devem dispor sobre ele, assim como será na Câmara dos Deputados e no Senado. O funcionamento partidário e parlamentar na Câmara dos Deputados é um e no Senado é outro. E não haverá de ser por lei e sim por projeto de resolução, por Regimento Interno.

Daí eu proclamar que esta emenda, antes, de tudo, tenha a ver da falta de técnica legislativa, afronta o princípio normativo da lei e, inclusive, desfaz, na reali-

dade, a autoridade **interna corporis** de cada uma das instituições de se autodisciplinar, impondo que isso seja feito por lei, quando deve ser feito por Regimento Interno. Assim, somos contra a emenda e entendemos que esta comissão deve repudiá-la.

**O SR. CONSTITUINTE BONIFÁCIO DE ANDRADA:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Pois não!

**O SR. CONSTITUINTE BONIFÁCIO DE ANDRADA:** – Sr. Presidente, a votação deste texto, "funcionamento parlamentar conforme a lei"...

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Parlamentar não, por enquanto é só "funcionamento conforme a lei".

**O SR. CONSTITUINTE BONIFÁCIO DE ANDRADA:** – "Funcionamento conforme a lei"?

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – V. Ex.<sup>a</sup> votará de acordo com o que está pensando.

**O SR. CONSTITUINTE BONIFÁCIO DE ANDRADA:** – Poderia fazer uma consulta à Casa? Votar as palavras: "Parlamentar conforme a lei".

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Posteriormente! Não tenho modo de fazer, regimentalmente, a votação.

**O SR. CONSTITUINTE BONIFÁCIO ANDRADA:** – Então, Sr. Presidente, precisa ficar claro o seguinte: a Casa não pode aprovar "funcionamento conforme a lei", apenas.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Parece-me que seria insensato se a Casa fizesse isso.

**O SR. CONSTITUINTE BONIFÁCIO DE ANDRADA:** – Não, não é insensato. Está prejudicada a matéria.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Está prejudicada.

**O SR. CONSTITUINTE BONIFÁCIO DE ANDRADA:** – Quando se votou o dispositivo anterior, que dá autonomia interna para o Partido de organizar, a Casa manifestou a vontade que anula todas as propostas que venham a ferir esse princípio. Ora, o "funcionamento conforme a lei" fere esse princípio. Agora, "funcionamento parlamentar", não! Porque é uma exceção, uma exceção ao princípio geral.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Pois não!

**O SR. CONSTITUINTE BONIFÁCIO DE ANDRADA:** – Mas eu queria chamar a atenção de V. Ex.<sup>a</sup> porque estou muito arraigado à decisão da Casa em favor da autonomia interna dos Partidos.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Pois não! V. Ex.<sup>a</sup> tem razão.

**O SR. CONSTITUINTE PRISCO VIANA:** – Sr. Presidente, apenas uma ponderação – é possível que esteja ferindo o Regimento, mas conto com a tolerância de V. Ex.<sup>a</sup>

Funcionamento parlamentar! Os Partidos não funcionam aqui dentro; aqui, funcionam Deputados e Senadores sob as normas regimentais da Câmara. Não entendo, absolutamente, como se possa estabelecer, num dispositivo que trata da criação, do funcionamento da extinção e da fusão de Partidos, o funcionamento parlamentar. Daí ter cabimento a observação do Constituinte Carlos Sant'Anna de que não se poderá votar a emenda seguinte para compor esse texto.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Vou colocá-lo em votação, depois de ouvir, com muita atenção, as questões de ordem.

**O SR. CONSTITUINTE MARIO MAIA:** – Sr. Presidente, peço a palavra, para um esclarecimento.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Senador, logo darei a palavra a V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. CONSTITUINTE MARIO MAIA:** – Sr. Presidente, para um esclarecimento da redação do § 5.º ...

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Se V. Ex.<sup>a</sup> me permite, estou falando. Em seguida darei a palavra a V. Ex.<sup>a</sup>

Vou colocar em votação e cada Constituinte tirará as conclusões que entender.

Com relação à sugestão colocada pelo Constituinte Bonifácio de Andrada, tomarei as medidas cabíveis, no momento oportuno, se a decisão for essa.

**O SR. CONSTITUINTE BONIFÁCIO DE ANDRADA:** – Sr. Presidente, eu queria apenas que V. Ex.<sup>a</sup>

O recebesse o meu recurso, porque se for aprovada a palavra "parlamentar", retiro o recurso; caso contrário, recorro da decisão de V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Aceito, desde já, o recurso de V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. CONSTITUINTE BONIFÁCIO DE ANDRADA:** – Muito obrigado

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Tem a palavra o nobre Constituinte Mário Maia.

**O SR. CONSTITUINTE MARIO MAIA:** – Sr. Presidente, para um esclarecimento da redação do § 5º – de funcionamento parlamentar, nós vamos através de funcionamento parlamentar conforme dispuser a lei?

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Isso!

**O SR. CONSTITUINTE MÁRIO MAIA:** – Acho que está incompleta a redação, porque, em se tratando de um parágrafo, tem que dar a idéia completa. Falta uma expressão verbal afirmativa ou negativa. Então, eu queria trazer esta cooperação a todos que estão considerando, porque o Partido político tem ou não direito, é ou não assegurado o funcionamento parlamentar conforme dispuser a lei. De modo que do jeito que está fica vago e incompleto. Falta uma expressão verbal definidora, afirmativa ou negativa do propósito.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Perdão, Senador Mário Maia! V. Ex.<sup>a</sup> pode, nesta altura, formular alguma questão de ordem que eu possa resolver. Fora disso, as considerações de V. Ex.<sup>a</sup> são, no meu modo de entender, construtivas e corretas.

Mas eu não tenho como resolver, eu não tenho culpa de as emendas terem sido apresentadas dessa forma. Assim, vou submetê-las à votação como estão.

**O SR. CONSTITUINTE MARIO MAIA:** – Levanto, então, a questão de ordem, para sugerir ao Relator...

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Mas isso não é questão de ordem. V. Ex.<sup>a</sup> poderá, depois de aprovada, e concordo desde já, remeter ao Relator, para uma questão de redação.

**O SR. CONSTITUINTE MARIO MAIA:** – Não entendi o que V. Ex.<sup>a</sup> falou!

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Vou repetir:

V. Ex.<sup>a</sup> não me formulou nenhuma questão de ordem; fez uma sugestão que, a meu ver, é procedente, mas, se aprovada a emenda, é uma questão de redação. Então, aceito a questão de ordem nesses termos.

Com a palavra o Constituinte Carlos Sant'Anna.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Pelo que estou entendendo, e quero mais uma vez que fique bem claro, o que vai ser votado é a seguinte expressão: "funcionamento de acordo com a lei".

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – V. Ex.<sup>a</sup> tem inteira razão.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Se é funcionamento de acordo com a lei, diante do que já foi anteriormente aprovado, V. Ex.<sup>a</sup> deve decidir pela prejudicialidade dessa votação, uma vez que os itens anteriormente aprovados não permitem a votação desse inciso, porque ele está evidentemente prejudicado.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Já recebi o requerimento do Deputado Bonifácio de Andrada. Quero ver o resultado desta votação, depois eu tomo a decisão.

Em votação.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Recorro da decisão de V. Ex.<sup>a</sup>, muito pesarosamente e outra vez, porque V. Ex.<sup>a</sup> deveria decidir pela prejudicialidade e não pela votação.

Está evidentemente prejudicado e se está prejudicado não vai à votação.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Pois não.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – É fundamental que V. Ex.<sup>a</sup> defina antes, e eu queria fazer um esclarecimento em função de uma série de acordos e negociações que foram feitos.

Essa emenda, se for considerada de acordo com o que foi levantado pelo Constituinte Carlos Sant'Anna, da prejudicabilidade do Inciso X, evidentemente que está prejudicado também o destaque, no caso do funcionamento parlamentar. E quero dizer que, independente do que for definido, acho que é a posição mais correta.

Agora, quero lembrar à Casa que, no caso de a Mesa não considerar prejudicado o Destaque, em função de haver sido rejeitado o inciso X, quando aprovados todos aqueles outros destaques, é necessário aprovar, para manter coerência com a liberdade partidária que estamos adotando, já que o art. 10 vincula a existência e o registro de partido à obtenção de determinados resultados eleitorais, e que no **caput**, dissemos que era livre e independente de qualquer outra exigência.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Se o art. 10 não houvesse sido mantido, não estaria em votação.

O inciso X foi mantido expressamente pelo Constituinte José Richa.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Então, é fundamental que se vote a favor desta emenda, mesmo discordando, para manter-se a coerência do acordo. É isto que eu queria esclarecer, como encaminhamento de votação.

**SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – V. Ex.<sup>a</sup> me permitiria? Eu poria em votação.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENÓINO:** – Sr. Presidente, existe um problema: não está em votação o funcionamento parlamentar, conforme a lei, está em votação o funcionamento conforme a lei. Mas já foi aprovado e votado que é assegurado aos partidos completa autonomia para decidirem sobre sua estrutura interna, e funcionamento. Mas é claro que, se os partidos têm autonomia para decidirem sobre seu funcionamento, não se pode votar funcionamento conforme a lei. Isso é óbvio,

Sr. Presidente, é cristalino. Isso está resolvido tranqüilamente pela prejudicialidade, inclusive de acordo com votação em matérias de outros tópicos, de outros artigos, nesta mesma Comissão de Sistematização. O nobre Constituinte Carlos Sant'Anna tem absoluta razão. Não podemos votar uma coisa contrária a um princípio já votado na emenda anterior.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Srs. Constituintes, estou-me louvando em entendimentos que V. Ex.<sup>as</sup> mesmas me transmitiram através das lideranças partidárias.

Se as lideranças partidárias, se cada partido desiste agora, resolvo já, com muita facilidade. Mas, antes de resolver com muita facilidade, e resolverei **stricto sensu**, se os acordos não valem, se o que se decide de manhã, se desfaz à tarde, a Mesa não tem outro modo senão de dizer que está prejudicado e eu o prejuízo com a maior tranqüilidade.

Ou V. Ex.<sup>as</sup> fazem valer o que me disseram que valia, ou, então, prevalecerá o Regimento Interno.

Em votação.

Peço aos Srs. Constituintes que tomem seus lugares.

**O SR. CONSTITUINTE ALDO ARANTES:** – Sr. Presidente, peço a palavra, para um esclarecimento.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Concedo a palavra a V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE ALDO ARANTES:** – Sr. Presidente, queria saber de V. Ex.<sup>a</sup> se o inciso X está prejudicado ou não?

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Se o inciso X estivesse prejudicado, eu não poria em votação emenda alguma modificativa sobre ele. É a décima vez que declaro que o inciso X não está prejudicado, porque o Senador José Richa pediu. Peço a V. Ex.<sup>as</sup> que tomem em consideração que a Mesa não faria tal grau de arbitrariedade.

Em votação.

Peço aos Srs. Constituintes que tomem seus assentos.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

Sr. Presidente, é exatamente uma matéria semelhante. Desculpe-me voltar à Emenda Geraldo Campos. A Emenda Geraldo Campos, na sua primeira versão, tem uma formulação em que já estava em aberto a contradição com o texto, e foi considerada a prejudicialidade Sr. Presidente. Portanto, está prejudicado o funcionamento do art. 10, pelo que já foi aprovado.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – V. Ex.<sup>a</sup>, então, irá votar contra, por favor!

Em votação.

Quem entender como o Constituinte José Genoíno, terá consciência e votará contra.

Em votação, pelo processo eletrônico.

#### Procede-se à votação

Votaram **SIM** os seguintes senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Almir Gabriel, Antônio Britto, Artur da Távora, Bernardo Cabral, Cristina Tavares, Egídio Ferreira Lima, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, João Herrmann Neto, José Fogaça, José Paulo Bisol, José Richa, José Serra, Mário Lima, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nelton Friedrich, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Severo Gomes, Sigmaringa Seixas, Theodoro Mendes, Virgildásio de Senna, Antonio Mariz, Israel Pinheiro, José Tavares, Michel Temer, Octávio Elísio, Rose de Freitas, Vicente Bogo, Vilson Souza, Alcení Guerra, Carlos Chiarelli, Inocêncio Oliveira, José

Jorge, José Lins, José Lourenço, José Thomaz Nonô, Paulo Pimentel, Sandra Cavalcanti, Hugo Napoleão, Gilson Machado, Simão Sessim, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, José Luiz Maria, Virgílio Távora, Bonifácio de Andrada, Brandão Monteiro, José Maurício, Lysâneas Maciel, Haroldo Lima, Roberto Freire, Jamil Haddad e Antonio Farias. Votaram **NÃO** os seguintes senhores Constituintes: Carlos Sant'Anna, João Calmon, José Geraldo, José Ulisses de Oliveira, Milton Reis, Nilson Gibson, Prisco Viana, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Rodrigues Palma, Délio Braz, José Costa, Marcos Lima, Arnaldo Prieto, Edme Tavares, Eraldo Tinoco, Francisco Benjamim, Luís Eduardo, Mário Assad, Oscar Corrêa, Osvaldo Coelho, Paes Landim, Ricardo Izar, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Ottomar Pinto. **ABSTENÇÃO** dos Senhores Constituintes: Fernando Henrique Cardoso, Aloysio Chaves, Jarbas Passarinho, Adolfo Oliveira e José Genoíno.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 58 Constituintes; votaram NAO 26 Constituintes; abstiveram-se de votar 5 Constituintes. Total: 89 votos. O Destaque foi **aprovado**.

**Destaque nº 5384-87 – Emenda nº ES-31634-6, do Sr. Carlos Chiarelli, "que modifica o art. 18, § 2º, do Substitutivo nº 1 (art. 16, inciso IX, do Substitutivo nº 2)". (188ª votação).**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Passa-se agora à consideração o Destaque nº 5384, do Constituinte Carlos Chiarelli, sobre a Emenda nº 31634. O destaque é somente em relação à expressão "parlamentar", para editar no inciso X.

Constituinte Carlos Sant'Anna quer encaminhar a favor ou contra?

**O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA:** – Eu estava inscrito para encaminhar a favor.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – O Constituinte Carlos Sant'Anna tem a palavra para encaminhar contra.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, meus companheiros de Comissão de Sistematização, V. Ex.<sup>as</sup> estão hoje me vendo com maior frequência – o que não é do meu hábito – nesta tribuna. É uma forma, entretanto, Sr. Presidente, Sr. Relator e Srs. Constituintes, de protesto que estou usando a um direito absurdo, que hoje se quer preconizar, de receitas previamente elaboradas de votação, para que nós outros, que não participamos dos acordos feitos horas antes, tenhamos simplesmente que seguir o que está preconizado nas fórmulas. Vejam V. Ex.<sup>as</sup> que, de acordo com a fórmula recebida que, pelo visto, vai ser completamente aprovada, nós já aprovamos o seguinte § 3º do art. 16:

"É assegurado aos Partidos completa autonomia para definir sobre a sua estrutura interna, organização e funcionamento."

Então, nós já aprovamos que o funcionamento dos partidos é da sua interna e própria autonomia. Mas, agora, com o inusitado e estranho consentimento do Presidente, nós acabamos de aprovar um parágrafo seguinte, que até agora diz o seguinte:

"Funcionamento conforme a lei."

Como é que nós antes aprovamos que o funcionamento do partido é da autonomia do mesmo e, agora, nós aprovamos que o funcionamento é conforme a lei? Das duas uma: ou ele é da autonomia do partido, ou é conforme a lei. Se ele é da autonomia do partido, não é conforme a lei e, se é conforme a lei, ele não é da autonomia do partido. Mas, agora, surge alguma coisa estranhamen-

te inovadora. Numa emenda de um ilustre Constituinte destaca-se uma palavra, uma palavra da emenda. Vejam bem! Destaca-se uma palavra. A emenda está destacada para ser votada numa palavra. Eu nem sei o que a emenda diz. Eu só sei que, da emenda, foi destacada a palavra "parlamentar". E pretende-se agora, a emenda aditiva, introduzir-se a palavra "parlamentar" no dispositivo; supõe-se – mas é mera suposição – que deve, naturalmente, caber a decisão final aos ilustres Relatores, que essa palavra "parlamentar" deva ser introduzida depois do funcionamento, porque também não está dito onde ela vai entrar. Podia ser, por exemplo: "funcionamento conforme dispuser a lei, parlamentar funcionamento conforme dispuser a lei – desculpem-me a brincadeira – parlamentar. Poderia ser no princípio, parlamentar funcionamento, porque não está dito que é parlamentar depois do funcionamento.

Mas, meus, Srs., quero que fique bem claro o seguinte: ou o funcionamento do partido é da autonomia partidária – e neste caso, inclusive, o seu funcionamento parlamentar é da autonomia partidária – ou o funcionamento é conforme a lei e, neste caso, o § 3º parte com o § 5º, um não soma com o outro. Não podemos aprovar o § 5º, simplesmente porque já aprovamos o § 3º, mesmo com a palavra "parlamentar". Se já dissemos que o funcionamento é da autonomia partidária, significa que o funcionamento parlamentar também é da autonomia partidária e não é possível que venha agora um parágrafo seguinte dizendo que no 3º é da autonomia e, no 5º, o funcionamento parlamentar é conforme dispuser a lei.

Diante de tantas incongruências, sou obrigado a vir à tribuna para chamar a atenção de V. Ex.<sup>as</sup> para as incompatibilidades que estão sendo aprovadas hoje e, especialmente, pelo menos neste parágrafo, solicitar aos meus companheiros que não permitamos esse absurdo entre um texto e o texto que já foi aprovado, e votemos contra o § 5º, para que, pelo menos prevaleça o funcionamento de acordo com a autonomia partidária.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – A favor, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Para falar a favor, já está inscrito o Constituinte Haroldo Lima, a menos que S. Ex.<sup>a</sup> permita que V. Ex.<sup>a</sup> defenda.

V. Ex.<sup>a</sup> permite que o Constituinte Nelson Carneiro defenda ou V. Ex.<sup>a</sup> deseja defender, Constituinte Haroldo Lima?

**O SR. CONSTITUINTE HAROLDO LIMA:** – Vou fazê-lo. Sr. Presidente e Srs. Constituintes. Há poucos instantes, o Constituinte Carlos Sant'Anna fez referência a respeito do § 5º, que trata do "funcionamento conforme dispuser a lei" e tecem comentários a respeito da emenda que está em discussão, do Constituinte Carlos Chiarelli, que prevê a introdução da palavra "parlamentar".

Na verdade, Srs. Constituintes, estamos elaborando uma verdadeira obra fruto de um acordo. Como disse, ainda há pouco, o nobre Constituinte Pimenta da Veiga, é salutar que, numa Assembléia Nacional Constituinte, exista a busca de um acordo mais amplo, em geral complexo e difícil, para se chegar a um entendimento a respeito de um tema da máxima importância.

Estamos, há muito tempo, discutindo esse tema nesta Casa, nesta tarde. É o tema que diz respeito à liberdade no País. Se não assegurarmos a liberdade de organização partidária no País, tudo o mais que fizermos nesta Casa, nesta Constituição, será em vão.

Por isso não é, de forma alguma, um esforço supérfluo; não é, de forma alguma, um artifício desnecessário à busca tão meditada, consciente e demorada de um acordo que visa assegurar a liberdade de organização partidária em nossa Pátria.

Falo isso, Srs. Constituintes, porque estamos ainda compondo um acordo, que, se não for composto até o fim, estará completamente insubstancial e insuficiente,

Nós estamos agora discutindo duas questões: uma, o funcionamento do Partido, e a outra, que vamos discutir em seguida, é a questão da eventual vinculação desses partidos a estrangeiros, a governos e a recepções de ajuda aos estrangeiros.

O funcionamento do Partido, aqui e agora, neste acordo que estamos selando, está, pela primeira vez, posto no Brasil em termos de liberdade:

É livre a criação, fusão e incorporação.

Diz ainda:

"É assegurado aos Partidos completa autonomia para definir a sua estrutura interna, organização e funcionamento."

Isso significa que quando, em 1947, o Partido Comunista do Brasil foi cassado, se existisse uma formulação constitucional desse tipo, não poderia ter sido cassado o Partido então porque, nos dossiês, um dos argumentos mais importantes que foram levantados no Supremo Tribunal Federal e no Superior Tribunal Eleitoral para aquela casação, era o de que foram descobertos, no interior de São Paulo, alguns documentos do Partido Comunista que fazia referência ao comitê municipal, tomando diversas decisões regimentais ligadas ao Partido. E argüiam que comitê municipal não podia existir num Partido cuja lei previa diretório, ou seja, o funcionamento do Partido, que foi cassado em 1947, o único Partido já casado no País, o foi porque não podia deliberar sobre o tipo de funcionamento que tinha que ter. Ele tinha que ter um diretório, porque assim estava estabelecido em lei. Ele não tinha que ter um comitê, como pretendia, e, quando deixou escapar um documento que levantou a lebre de que, no interior de São Paulo a estrutura, era de comitê, por isso, entre outras razões, foi cassado. Pois bem, posto aqui em funcionamento como livre – e estará, Srs. Constituintes, afastada da cena política brasileira essa arbitrariedade patente e provável.

Entretanto, nós vimos aqui, se o § 3º já define que o funcionamento é livre, na verdade o Constituinte Carlos Sant'Anna tem razão, um funcionamento livre não pode ser, conforme dispuser a lei, porque o § 3º já diz expressamente:

"É assegurado aos partidos completa autonomia de estrutura interna, organização e funcionamento."

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso) (Fazendo soar a campainha):** – O tempo de V. Ex.<sup>a</sup> já está esgotado, nobre Constituinte.

**O SR. CONSTITUINTE HAROLDO LIMA:** – Já encerro, Sr. Presidente. Por conseguinte, para que o texto tenha coerência, é absolutamente necessário que a palavra "parlamentar" seja incorporada, sem o que fica contraditório e sem o quê o funcionamento do Partido deixa de ser livre no País, e, sem o quê, todo esse acordo que nós fizemos demorada e meticulosamente cai por água abaixo.

Muito obrigado e, apelo aos Constituintes aqui presentes que votem. Esse é o ponto de vista dos comunistas, é o ponto de vista dos demais Partidos minoritários desta Casa, é o ponto de vista das minorias políticas do nosso País. Muito obrigado, (Muito bem!)

**O SR. CONSTITUINTE THEODORO MENDES:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Tem a palavra o nobre Constituinte Theodoro Mendes, para uma questão de ordem.

**O SR. CONSTITUINTE THEODORO MENDES:** – Sr. Presidente, a fim de que os membros da Comissão de Sistematização possam deliberar com absoluta consciência do seu voto, solicito à Mesa a leitura da redação completo deste artigo de maneira vagarosa, a fim de que nós possamos entender até onde se desfigurou ou até onde se acrescentou, afinal de contas, depois de tantas emendas aprovadas ou rejeitadas.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Entendo que V. Ex.<sup>a</sup> está pedindo que eu leia o que vai ser Notado agora.

**O SR. CONSTITUINTE THEODORO MENDES:** – Não!

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Então não poderia fazer a leitura, porque estamos na fase final de votação, depois eu leio. Agora nós estamos votando o funcionamento e o acréscimo da expressão "parlamentar" conforme dispuser a lei. A palavra "parlamentar" é destaque do Constituinte Carlos Chiarelli, defendido pelo Constituinte Haroldo Lima.

**O SR. CONSTITUINTE THEODORO MENDES:** – Mas essa palavra "parlamentar" é a primeira da proposição inteira, é a última ou está no meio?

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – A emenda do Constituinte Carlos Chiarelli diz o seguinte: acrescenta-se a expressão "parlamentar" onde couber no inciso número tal.

**O SR. CONSTITUINTE THEODORO MENDES:** – E esse onde couber?

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Esse onde couber fica por conta do Relator. Mas eu suponho que é funcionamento parlamentar, porque é a única possibilidade. Se ficar parlamentar funcionamento, agride mais ainda o vernáculo.

**O SR. CONSTITUINTE THEODORO MENDES:** – Fica, então, a critério do Relator.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Acredito que fica no bom senso, porque, se eu colocar parlamentar funcionamento, acho que...

Se os Srs. me permitem, darei a palavra ao Relator.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Um momento, Sr. Relator, o Constituinte Nelson Carneiro pediu a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – Eu queria dissipar uma dúvida suscitada pela intervenção do nobre Constituinte Carlos Sant'Anna. Quando nós falamos em assegurar aos Partidos funcionamento, nós dizemos que a autonomia é para definir a sua estrutura interna, organização e funcionamento. Aí é o funcionamento interno do Partido. Aqui, é o funcionamento parlamentar que não pode ser disciplinado por cada partido, por um ou outro partido. Quem tem que disciplinar é a lei.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Por isso mesmo eu disse que, se não vier a ser aprovado o acréscimo da expressão "parlamentar", eu acolho o requerimento do Constituinte Bonifácio de Andrada.

Concedo a palavra ao Constituinte José Fogaça para falar pelo Relator.

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – Para esclarecer e elucidar a indagação levantada pelo ilustre Constituinte Theodoro Mendes, a relatoria entende de forma óbvia e indiscutível que a palavra "parlamentar" será introduzida como um adjetivo da palavra "funcionamento". Parece-me que isto é irrecusável! Está no requerimento do autor do destaque.

E, em segundo lugar, o que a relatoria deve manifestar neste momento é que considera fundamental e imprescindível a aprovação desta matéria. Uma vez que a não aprovação geraria, em primeiro lugar, o rompimento com o princípio da autonomia dos partidos políticos, porque deixaria "funcionamento".

E para completar, Sr. Presidente, a relatoria entende que é fundamental a aprovação desta emenda, porque sem ela o texto ficaria com uma contradição insanável. Portanto, é pela aprovação.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Passamos à votação. Peço aos Srs. membros da Comissão que tomem os seus assentos.

Peço aos Srs. Constituintes que registrem o código de votação. Se já registraram o código de votação, peço a V. Ex.<sup>as</sup> que selecione a opção de voto; SIM, NÃO ou Abstenção. Em votação.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosá, Ademir Andrade, Almir Gabriel, Antônio Britto, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Cristina Tavares, Egídio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, João Hermann Neto, José Fogaça, José Geraldo, José Paulo Bisol, José Richa, Mário Lima, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nelson Friedrich, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Raimundo Bezerra, Rodrigues Palma, Severo Gomes, Sigmaringa Seixas, Virgildásio de Senna, Antonio Mariz, Délio Braz, Israel Pinheiro, João Natal, José Carlos Grecco, José Costa, José Tavares, Michel Temer, Octávio Elísio, Roberto Brant, Rose de Freitas, Vicente Bogo, Vilson Souza, Aloeni Guerra, Carlos Chiarelli, Christóvam Chiaradia, Inocêncio Oliveira, José Jorge, José Lins, José Santana de Vasconcellos, José Thomaz Nonô, Sandra Cavalcanti, Cleonânio Fonseca, Hugo Napoleão, Jonas Pinheiro, Gilson Machado, José Tinoco, Antônio Carlos Konder Reis, Jarbas Passarinho, Bonifácio de Andrada, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Adolfo Oliveira, Haroldo Lima, Roberto Freire e Jamil Haddad.

Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Carlos Sant'Anna, Milton Reis, Nilson Gibson, Prisco Vianna, Renato Vianna, Theodoro Mendes, Marcos Lima, Aloysio Chaves, Amaldo Prieto, Edme Tavares, Eraldo Tinoco, Francisco Benjamim, Luís Eduardo, Oscar Corrêa, Osvaldo Coelho, Paulo Pimentel, Ricardo Fiúza, Brandão Monteiro, Lysâneas Maciel, Luiz Salomão, Darcy Pozza, José Luiz Maia e Virgílio Távora.

**ABSTENÇÃO** dos Senhores Constituintes: Fernando Henrique Cardoso e José Genoíno.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram **SIM** 65 Constituintes; votaram **NÃO** 23 Constituintes; **ABSTIVERAM-SE** de votar 2 Constituintes. Total: 90 votos. O Destaque foi **aprovado**.

Passaremos, agora, à apreciação dos destaques ao inciso VI.

**O SR. CONSTITUINTE BONIFÁCIO DE ANDRADA:** – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem, para requerer a retirada do meu requerimento.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Está concedida a retirada do requerimento de V. Ex.<sup>a</sup>.

Vamos passar à votação do inciso VI.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ JORGE:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Tem a palavra o nobre Constituinte.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ JORGE:** – Sr. Presidente, gostaria de dar uma explicação sobre o painel ele-

trônico. Peço, até, que não o desliguem, porque está suscitando algumas dúvidas entre alguns Constituintes.

É o seguinte: aparecem, no painel, 20 pontos vermelhos entre votos não e abstenções, quando, na realidade, tinha 18 mais 1, que daria 19, dando a impressão que tinha um voto a mais; mas é que o voto do Presidente, aparece duas vezes mas só é computado 1. Então, se alguém contar vai dar sempre um a mais.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – É verdade, aparece o voto do Presidente que, no caso, foi de abstenção. Abstive-me duplamente.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Sr. Presidente, ouvi que V. Ex.<sup>a</sup> vai colocar em votação os destaques para o inciso VI.

O problema, Sr. Presidente, é que se vai votar destaques para um inciso que não existe.

V. Ex.<sup>a</sup> vai tomar uma deliberação – respeito a soberania da Mesa – mas tenho, aqui, em mãos, e quero que fique registrado o seguinte protesto: a Emenda substitutiva José Richa, diz: mantidos, apenas, os incisos X, XII e XIII; substitutiva, mantendo, apenas, os incisos que li.

V. Ex.<sup>a</sup> vai colocar em discussão um destaque para um inciso que não existe mais, Sr. Presidente. Esse inciso foi substituído, porque a Emenda José Richa suprimiu simplesmente, substituiu este inciso.

Quero apenas deixar claro a V. Ex.<sup>a</sup> que um procedimento como o que V. Ex.<sup>a</sup> está tendo agora não foi o mesmo – a Presidência não era de V. Ex.<sup>a</sup> – que a Mesa da Comissão de Sistematização adotou em relação à emenda da Organização Sindical; não foi o mesmo procedimento! Temos um caso típico de dois pesos, e duas medidas e isso é inaceitável, e queremos aqui deixar muito claro o protesto em relação a isso.

Se é uma emenda substitutiva, substitui todos os incisos, ressalvadas as que ela indica. Está aqui dizendo o que ela ressalva para ser destacado. Portanto, Sr. Presidente, estamos diante de um grande casuismo regimental e um caso de dois pesos e duas medidas.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Pois não Ex.<sup>a</sup> Algum outro Constituinte deseja fazer uso da palavra?

**O SR. CONSTITUINTE VIVALDO BARBOSA:** – Sr. Presidente, estávamos com a informação de que V. Ex.<sup>a</sup> decidiria após as votações a questão de ordem que agora reiterou o Constituinte José Genoíno. Estou entendendo que V. Ex.<sup>a</sup> ainda não decidiu esta questão, se vai colocar ou não em votação os incisos, se eles permanecem ou não ou se estão prejudicados ou não.

Pediria que V. Ex.<sup>a</sup>, antes de colocar em votação, tomasse a decisão, para que pudéssemos nos comportar face à decisão de V. Ex.<sup>a</sup>.

Reiteraria, aproveitando a questão de ordem, que o inciso VI não está ressalvado pela Emenda José Richa, e assim sendo não poderá ser colocado em votação.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – V. Ex.<sup>as</sup> ouviram e perceberam o tempo imenso que levamos discutindo esta matéria.

Já declarei aqui que não tinha base regimental para dizer outra coisa senão o que disse. Pedi o apoio das Lideranças porque o modo pelo qual votamos hoje foi, todo ele, a partir de um encaminhamento. Cingi-me a este encaminhamento e V. Ex.<sup>as</sup> terão talvez até notado as dificuldades e as objeções íntimas em algum momento, mas mantive o entendimento político, porque me parece que esta Casa é uma Casa política. A decisão tomada foi no sentido de que a Emenda do Constituinte José Richa era substitutiva; S. Ex.<sup>a</sup> veio aqui e declarou que pediu preferência e nesta fez alusão a estes incisos. Disse mais S.

Ex.<sup>a</sup>: que os incisos números VI, VIII e XI no seu entender não se chocavam com a sua emenda. Pedi auxílio ao Relator e este pediu, expressamente, que se mantivesse a possibilidade de uma votação e estou tentando uma interpretação construtiva que tomarei com o apoio da Casa, com o apoio político da Casa. **(Palmas)** Se a Casa não quiser apoiar, ou se a minoria, da Casa não quiser apoiar ela vota contra; eu poderia ter tomado outra decisão, ou seja, uma decisão autoritária: declarar que já estavam aprovados os incisos VI, VIII e XI aprovados pelos simples fato de não serem colidentes. Ao invés de aprová-los decidi submetê-los à votação, o que estou fazendo.

Em votação o inciso VI.

Quem quiser fazer uso da palavra para discutir a emenda do Deputado José Thomaz Nonô, que é supressiva...

**O SR. CONSTITUINTE VIVALDO BARBOSA:** – Sr. Presidente, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Pois não?

**O SR. CONSTITUINTE VIVALDO BARBOSA:** – Sr. Presidente, só para esclarecer o pensamento e a posição da Mesa. Estou entendendo que a decisão de V. Ex.<sup>a</sup> em colocar esses incisos não tem base regimental.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Não, Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE VIVALDO BARBOSA:** – Não obstante, V. Ex.<sup>a</sup> está se curvando a um entendimento político.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Não, Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE VIVALDO BARBOSA:** – Então, gostaria de ser esclarecido a esse respeito.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Explicarei mais uma vez e quantas vezes V. Ex.<sup>a</sup> o desejar, porque é meu dever. Mas pediria que V. Ex.<sup>a</sup> prestasse atenção para o que estou dizendo: estou dizendo que existem emendas sobre estes incisos. E como o Senador José Richa considera que estes incisos não são colidentes e como percebo que...

**O SR. CONSTITUINTE VIVALDO BARBOSA:** – Ex.<sup>a</sup> é a Mesa que tem que considerar, não o Senador.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Ex.<sup>a</sup>, estou considerando, ao expor a vontade desta Casa que espero ver refletida no painel. Se o painel refletir a vontade negativa, é muito simples: prevalecerá a maioria que é a regra da democracia. V. Ex.<sup>a</sup> pode insistir o tempo todo, mas a minha decisão está tomada.

**Destaque nº 1758-87, do Sr. José Thomaz Nonô, "que suprime o art. 16, inciso VI, do Substitutivo nº 2".**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Em votação. Peço aos Srs. Constituintes que ocupem seus lugares e esclareço que está sendo submetida à Casa a Emenda do Deputado Thomaz Nonô, nº 1758, que é supressiva. Aqueles que desejarem manter o inciso votarão pela negativa, rejeitarão a emenda Thomaz Nonô. Se a emenda não for recusada, o inciso será recusado, porque ela é supressiva, ou seja, quem vota NÃO acompanha o Relator e mantém o texto inicial.

Peço aos Srs. Constituintes que ocupem seus lugares.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente e Srs. Constituintes, peço a manutenção do texto do inciso VI, pelas razões aduzidas anteriormente.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – O texto diz respeito ao seguinte: "proibição de recebimento de recursos financeiros, de entidade ou Governo estrangeiro, ou de estar a estes subordinado".

**O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA:** – Sr. Presidente, para encaminhar contra.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Foi retirada a emenda. Retirado o destaque.

**O SR. CONSTITUINTE VIVALDO BARBOSA:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**Destaque nº 00398-87 – do Sr. José Genoíno, "que suprime a expressão "e do regime democrático" do art. 16, inciso II do Substitutivo nº 02".**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Passo ao Destaque nº 398, do Constituinte José Genoíno, que pede para suprimir uma expressão: entidade, ou seja proibição de recebimento.

**O SR. CONSTITUINTE VIVALDO BARBOSA:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Peço a V. Ex.<sup>a</sup>...

**O SR. CONSTITUINTE VIVALDO BARBOSA:** – Mas é matéria anterior, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Ex.<sup>a</sup> estou lendo, quando eu terminar de ler darei a palavra a todos que me pedirem, mas peço a V. Ex.<sup>a</sup> que no meio de uma frase não me interrompam.

"Proibição de recebimento de recursos financeiros, ou de Governos estrangeiros, ou de estar a estes subordinados", ou seja, permite-se que receba dinheiro de entidades estrangeiras que não sejam governamentais.

Dou a palavra ao Constituinte Vivaldo Barbosa, pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE VIVALDO BARBOSA:** – Sr. Presidente, é sobre a matéria anterior. Entendi que a decisão de V. Ex.<sup>a</sup> encontraria ou não respaldo pela manifestação do Plenário. A manifestação do Plenário, num sentido ou noutro, reconheceria a decisão de V. Ex.<sup>a</sup> no sentido da subsistência do inciso VI. Com a desistência da emenda não mais houve manifestação do Plenário. Então, retorna a decisão de V. Ex.<sup>a</sup> sobre se está mantido, subsistente ou não, o inciso VI. Reitero que esse inciso VI não pode subsistir, porque não há nenhum requerimento pedindo a sua subsistência.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Dou a palavra pela ordem, ao Constituinte Nelson Jobim.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON JOBIM:** – Sr. Presidente, o fato que deve ser posto perante esta Casa é que o Senador José Richa tinha uma emenda substitutiva total. Posteriormente, dentro das regras regimentais ele reduziu a sua emenda substitutiva total à emenda substitutiva parcial que atingia o **caput** do art. 16 do inciso I, inciso II, inciso III, inciso V e o inciso IX. Logo o universo abrangido pela emenda do Senador José Richa é exclusivamente aquele universo que ele pretendeu, o resto ficou mantido de acordo com a decisão da Mesa.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Em votação.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Sr. Presidente, eu sou o autor do destaque. Concorde inteiramente com este destaque. No entanto, manter este destaque significa legitimar uma ação anti-regimental e arbitrária da Mesa de colocar em votação o inciso que a Emenda José Richa substitui. Este inciso não existe. Estou com a cópia aqui, retiro o meu destaque em sinal de protesto a essa atitude porque essa posição não foi tomada em relação à emenda Geraldo Campos.

Vou repetir, a Emenda Geraldo Campos da Organização Sindical, é exatamente isto que está aí, é um absurdo! Aqui está a assinatura do Senador José Richa. O Senador

José Richa diz: emenda substitutiva, ressalvados os incisos X, XII, XIII, essa é que é a verdade. Está se buscando uma saída casuística. Se eu mantiver o meu destaque, estarei legitimando esse casuismo.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Retirado o destaque do Constituinte José Genoíno.

Há outro destaque de S. Ex.<sup>a</sup>?

**O SR. CONSTITUINTE VIVALDO BARBOSA:** – Sr. Presidente, fiz uma questão de ordem que não foi respondida pela Mesa anteriormente: Com que base regimental, com que fato a Mesa considera subsistente o inciso VI?

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Nobre Constituinte Vivaldo Barbosa, V. Ex.<sup>a</sup> me permite? Não vou passar o dia inteiro repetindo a mesma decisão. Está decidido e peço a V. Ex.<sup>a</sup> que, se não estiver de acordo, requeira à Mesa da Assembléia Nacional Constituinte, recorra de minha decisão, mas não repita a mesma questão.

**O SR. CONSTITUINTE VIVALDO BARBOSA:** – Sr. Presidente, não respondeu V. Ex.<sup>a</sup> à minha questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Concedo a palavra a V. Ex.<sup>a</sup> para outra questão de ordem; para a mesma, não. Requererá V. Ex.<sup>a</sup> à Mesa da Assembléia. Eu me submeterei à decisão da mesma.

Inciso VIII – Constituinte José Genoíno.

Destaque nº 399. É supressivo.

Mantém V. Ex.<sup>a</sup> a supressão para o caráter nacional do partido? **(Pausa)**

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Está na mesma situação.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Retirado. **(Palmas.)**

Quanto ao inciso VIII, aditivo, foi retirado por S. Ex.<sup>a</sup> o nobre Constituinte Konder Reis.

Destaque supressivo ao inciso XI do nobre Constituinte Paulo Delgado. Indago a S. Ex.<sup>a</sup> se o retira ou mantém?

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Os incisos XI e XII foram substituídos.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Prejudicado.

Esgotado o texto, passa-se à matéria, "onde couber".

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Não vou mais polemizar com a Mesa sobre essa questão. A Comissão de Sistematização aprovou o **caput** do art. 16, e tanto na Emenda José Richa como no texto substitutivo II, entre as condições de funcionamento dos partidos, o pluripartidarismo, os direitos da pessoa humana, etc., existe uma expressão que se chama regime democrático. Conta na Emenda José Richa e no texto substitutivo. Tenho uma emenda supressiva a esta expressão.

Pergunto a V. Ex.<sup>a</sup> se ela está prejudicada?

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Entendo que ela está prejudicada.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO (Fora do microfone):** – Ela constava das duas. Quero que fique gravado.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – O problema é que foi aprovado o substitutivo desse **caput** e aí prejudica todos os outros destaques.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Não. O problema é o seguinte. Ele não está entendendo. O substitutivo aprovado prejudica todos os destaques, nesse caso.

No restante, concordo, inclusive, com a interpretação, mas a Mesa já decidiu, não vou voltar. Mas, nesse, ele está equivocado.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**  
– Tenho um requerimento de preferência do Constituinte Oswaldo Lima Filho. **(Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup> não está presente.

Prejudicado.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Sr. Presidente, infelizmente, esta é a última vez que vou insistir nessa questão. Quero apenas lembrar a esta Comissão que no preâmbulo, matéria semelhante, foi votada, através de uma emenda, à qual foi garantida a votação porque a mesma expressão constava nas várias emendas substitutivas do preâmbulo, que era exatamente a expressão – "Sob a proteção de Deus". Como a expressão "regime democrático" consta em várias emendas, ela não poderia ser considerada prejudicada, mas eu quero apenas fazer este registro e deixar nos Anais da Comissão de Sistematização, porque nós temos ainda muita água pela frente.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**  
– Tem a palavra o Relator, que explicará ao Constituinte as razões pelas quais não assiste razão a S. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – O esclarecimento que cabe aqui ao Constituinte José Genoíno parece-me simples e meridiano. A emenda supressiva de S. Ex.<sup>a</sup> estaria recaindo sobre matéria aprovada, e que incide sobre o texto. Não é o caso do inciso VI, não é o caso do inciso VIII, sobre o qual não houve incidência de matéria aprovada. Portanto a de V. Ex.<sup>a</sup>, realmente, está prejudicada, porque houve matéria aprovada que incidiu sobre ela, mantendo a expressão.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**  
– Passo ao Destaque nº 163, do Constituinte Brandão Monteiro, que diz respeito ao seguinte:

"Serão considerados partidos políticos de âmbito nacional os que tiverem representantes eleitos sob sua legenda à Câmara Federal ou ao Senado da República, sem prejuízo das funções deliberativas dos órgãos estaduais e municipais.

Os partidos políticos terão atuação permanente baseados na doutrina e no programa aprovados em convenção."

Tem a palavra o nobre Constituinte Brandão Monteiro.

**O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO MONTEIRO:** – Sr. Presidente, evidentemente que o meu destaque – penso – não está prejudicado. Vou retirar em função da conotação geral do acordo que foi feito. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**  
– O destaque de V. Ex.<sup>a</sup> não estava prejudicado.

O Constituinte Haroldo Lima pede que se restabeleça a redação do § 4º do art. 18, do Substitutivo nº 1.

Peço a S. Ex.<sup>a</sup>, Constituinte Haroldo Lima, que se manifeste se deseja manter o destaque. **(Pausa)**

Retirado.

Destaque do Constituinte José Maurício. **(Pausa)**

Prejudicado pela ausência.

Destaque do Constituinte Mário Mala, de nº 353.

V. Ex.<sup>a</sup> mantém o destaque?

**O SR. CONSTITUINTE MÁRIO MAIA:** – Sim.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**  
– Tem a palavra o nobre Constituinte Mário Maia.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Pela ordem, Sr. Presidente. O que significa o destaque?

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Pois não. Vou ler:

"A escolha dos candidatos a cargos eletivos dos Municípios, Estados e Territórios Federais far-se-á sempre por votação prévia, direta e secreta, dos filiados de cada partido político, em convenções convocadas pelas respectivas Comissões Executivas dos Diretórios Municipais, Regionais e Nacionais, em conformidade com a instrução da Justiça Federal."

Perdão, Constituinte Mário Maia, mas entendo que este destaque está prejudicado, pela votação havida, ontem, no caso da Emenda Humberto Lucena. Já foi votado ontem, negativamente.

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – As eleições primárias já foram votadas e rejeitadas.

**O SR. CONSTITUINTE MÁRIO MAIA:** – Sr. Presidente, curvo-me à decisão da Mesa. Fui convidado a ocupar a tribuna para defender o destaque, mas, se esta é a decisão da Mesa, curvo-me ao que está decidido. **(Palmas)**

Durante o pronunciamento do Sr. Mário Maia, o Sr. Fernando Henrique Cardoso, Quarto-Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Brandão Monteiro, Segundo-Vice-Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Em votação o Destaque nº 991, requerido pelo Constituinte Vilson Souza, referente à Emenda nº 23174. **(Pausa)**

O Constituinte retira o seu destaque.

Destaque nº 1047, também do Constituinte Vilson Souza. **(Pausa)**

Retirado.

Destaque nº 1130, requerido pelo Constituinte Vivaldo Barbosa, referente à Emenda nº 7211, de autoria do próprio requerente do destaque.

**O SR. CONSTITUINTE VIVALDO BARBOSA:** – Sr. Presidente, em face do acordo geral feito, a emenda já está satisfeita e retiro o destaque.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Retirado o destaque.

Do mesmo autor, Destaque nº 1281, Emenda nº 34587.

**O SR. CONSTITUINTE VIVALDO BARBOSA:** – Pelo mesmo motivo, Sr. Presidente, em face do acordo geral, retiro o destaque.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Retirado o destaque.

Em votação o Destaque nº 1396, requerido pelo Constituinte Nelson Carneiro, referente à Emenda nº 22192.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – Sr. Presidente, já está incluída no texto. Retiro o destaque. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Retirado o destaque.

Em votação o Destaque nº 1867, requerido pelo Constituinte Oswaldo Lima Filho, à Emenda nº 33648.

O Constituinte Oswaldo Lima Filho está presente? **(Pausa)**

Prejudicado.

Há indicação do Constituinte Oswaldo Lima Filho.

Está indicado o Constituinte Antônio Britto.

**O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO BRITTO:** – Sr. Presidente, tendo em vista o que foi aprovado anteriormente,



e respeitada, evidentemente, a intenção nobre do Constituinte Oswaldo Lima Filho, retiro o destaque.

**O SR. CONSTITUINTE OSCAR CORRÊA:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Tem a palavra o Constituinte Oscar Corrêa, pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE OSCAR CORRÊA:** – Em que pese, Sr. Presidente, haver uma boa vontade geral nossa no Plenário, em relação às matérias, e principalmente em relação a acordos, parece-me que essa prática não seria regimental; ou seja, a procuração foi dada para sustentação da matéria, defesa da matéria, mas não para a retirada do destaque, razão pela qual penso que o destaque deve ser, de qualquer maneira, votado. Esse é o meu entendimento.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Constituinte Oscar Corrêa, V. Ex.<sup>a</sup>, que é um excelente jurista, sabe que sendo ele o mandatário, tem o direito de desistir ou prosseguir com a ação.

**O SR. CONSTITUINTE OSCAR CORRÊA:** – Tenho a impressão de que é só para sustentar.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Em votação o Destaque nº 1745, requerido pelo Constituinte Bocayuva Cunha, referente à Emenda nº 30791. **(Pausa)**

Prejudicada.

Em votação o Destaque nº 1892, requerido pelo Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva, à Emenda nº 608. **(Pausa)**

Prejudicada.

Em votação o Destaque nº 2286, requerido pelo Constituinte Vladimir Palmeira, referente à Emenda nº 104434. **(Pausa)**

Prejudicado.

Em votação o Destaque nº 2326, requerido pelo Constituinte Paulo Delgado, referente à Emenda nº 15093.

Está presente o autor. **(Pausa)**

Vou auxiliar V. Ex.<sup>a</sup> É o Destaque nº 2326, referente à Emenda nº 15093:

"Acrescente-se onde couber o seguinte artigo: Seção 1 do Capítulo II do Título II":

"Perderá o mandato o ocupante de cargo eletivo que abandonar ou for expulso do Partido político pelo qual foi eleito."

**O SR. CONSTITUINTE PAULO DELGADO:** – Pelo que foi aprovado, retiro o destaque. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Retirado o destaque.

O mesmo autor. Destaque nº 2337. Emenda nº 13702.

Prejudicado pela desistência.

Em votação o Destaque nº 2338, pelo mesmo autor, Constituinte Paulo Delgado, à Emenda nº 13704. **(Pausa)**

**O SR. CONSTITUINTE PAULO DELGADO:** – Retiro.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Retirado.

Ainda, pelo mesmo autor, Constituinte Paulo Delgado, o Destaque nº 2341, à Emenda nº 15092.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO DELGADO:** – Retiro.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Retirado.

**Destaque nº 4712-87 do Sr. Euclides Scalco – Emenda nº ES-33984-2 (em parte), dos Srs. Antônio Mariz e Nelson Friedrich, "que adita expressão ao parágrafo único do art. 26 da Emenda ao texto do Título II do Substitutivo nº 2", (189ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Destaque nº 4712, do Constituinte Euclides Scalco, referente à Emenda nº 33984.

S. Ex.<sup>a</sup> não está presente.

O Constituinte Antonio Mariz é o autor da emenda, que é aditiva. Tem S. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE ANTONIO MARIZ:** – Sr. Presidente, a emenda destacada tem a seguinte redação:

"Não será concedida extradição de estrangeiro por crime político ou de opinião."

É preciso esclarecer agora a razão dessa emenda. Somente por um lapso, certamente involuntário do Exmº Sr. Relator, com quem mantive contato sobre a questão e que comigo concordou, não se incluiu esse dispositivo entre os direitos e garantias individuais ou no capítulo da nacionalidade. Por que votar agora esta emenda? Em virtude de a Mesa haver reconhecido, respondendo à questão de ordem por mim levantada ontem, que o destaque, também por um lapso, não havia sido oportunamente submetido à votação. Como estamos discutindo o mesmo título, do Capítulo 1º dos Direitos e Garantias Individuais, é pertinente, pois, votar agora esta emenda, que se refere, como foi dito, à proibição de extraditar estrangeiro por crime político ou de opinião.

Toda a legislação constitucional brasileira, desde o Império até à Constituição vigente, consagrou esse dispositivo em seu texto. Tenho aqui a Constituição de 1969, que está em vigor, a Emenda Constitucional nº 1:

"Não será concedida extradição de estrangeiro por crime político ou de opinião."

Eis aqui a de 1934, exatamente nos mesmos termos:

E, assim, a de 1946; e assim a Lei Constitucional do Império, de 1847, que regulou a questão da extradição, seja de brasileiro, seja de estrangeiro.

Em relação aos brasileiros, o texto aqui votado já disciplinou a matéria, quando disse que não se concederia a extradição de brasileiro, salvo do brasileiro naturalizado, quando o crime fosse anterior à naturalização ou na hipótese do tráfico de tóxicos. Mas em relação ao estrangeiro, houve uma omissão que, agora, vimos suprir.

Srs. Constituintes, é por isso que trago este destaque à votação, certo de que nada mais fazemos que atender a uma imposição da tradição constitucional brasileira: a de proteger o estrangeiro contra a extradição de crime político ou de opinião.

Aqui, repetimos o texto que o tempo consagrou, que as várias constituições consagraram. Estou certo de que a Comissão não permitirá que esta lacuna permaneça, como igualmente estou certo de contar com a solidariedade e com o apoio do Ex.<sup>o</sup> Sr. Relator nessa matéria.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Concedo a palavra ao Relator Bernardo Cabral.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, estou de pleno acordo com a Emenda do eminente Constituinte Antonio Mariz e sugiro a V. Ex.<sup>a</sup> que faça incluir este parágrafo no art. 5º, logo após "será concedido asilo, não será concedida extradição", para que haja uma seqüência normal, pois realmente houve um lapso.

De modo, Sr. Presidente, que estou de pleno acordo.

**(Procede-se à votação)**

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Almir Gabriel, Antônio

Britto, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Carlos Mosconi, Carlos Sant'Anna, Celso Dourado, Cristina Tavares, Egidio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Gasparian, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, João Herrmann Neto, José Fogaça, José Ignácio Ferreira, José Paulo Bisol, José Richa, Mário Lima, Milton Reis, Nelson Jobim, Nelton Friedrich, Nilson Gibson, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Raimundo Bezerra, Rodrigues Palma, Severo Gomes, Sigmaringa Seixas, Theodoro Mendes, Virgildásio de Senna, Wilson Martins, Antonio Mariz, Délio Braz, Israel Pinheiro, João Natal, José Carlos Grecco, José Costa, José Tavares, Marcos Lima, Michel Temer, Octávio Elísio, Roberto Brant, Rose de Freitas, Vicente Bogo, Vilson Souza, Aloysio Chaves, Arnaldo Prieto, Carlos Chiarelli, Christóvam Chiaradia, Edme Tavares, Eraldo Tinoco, Francisco Benjamim, Inocência Oliveira, José Lins, José Thomaz Nonô, Luís Eduardo, Oscar Corrêa, Osvaldo Coelho, Paulo Pimentel, Ricardo Fiuza, Sandra Cavalcanti, Enoc Vieira, Hugo Napoleão, Jonas Pinheiro, José Tinoco, Paes Landim, Ricardo Izar, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Gerson Peres, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia, Bonifácio de Andrada, Brandão Monteiro, Lysâneas Maciel, Luiz Salomão, Francisco Rossi, Joaquim Bevilacqua, Ottomar Pinto, José Genoíno, Adolfo Oliveira, Siqueira Campos, Haroldo Lima, Roberto Freire e Beth Azize.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 89 Constituintes. Total: 89 votos. O Destaque foi **aprovado**.

Em votação o Destaque nº 4987, requerido pelo Constituinte Jamil Haddad, referente à Emenda nº 25001. **(Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup> está ausente. Fica prejudicado o Destaque.

Em votação o Destaque nº 5642, requerido pelo Constituinte José Ignácio Ferreira, referente à Emenda nº 32829. **(Pausa)**

O Constituinte retirou o seu Destaque.

Em votação o Destaque nº 5815, requerido pelo Constituinte Carlos Cardinal, referente à Emenda nº 15113. **(Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup> está ausente. Fica prejudicado o Destaque.

Em votação o Destaque nº 6665, requerido pelo Constituinte Vasco Alves.

S. Ex.<sup>a</sup> está ausente. Fica prejudicado o Destaque. **(Pausa)**

Em votação o Destaque nº 8130, requerido pelo Constituinte Osvaldo Coelho, referente à Emenda nº 30232. **(Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup> está ausente. Fica prejudicado o Destaque.

Em votação o Destaque nº 8235, requerido pelo Constituinte Alysso Paulinelli, referente à Emenda nº 24499. **(Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup> está ausente. Fica prejudicado o Destaque.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Passemos à votação dos destaques ao título, onde couber.

Em votação o Destaque nº 247, requerido pelo Constituinte Lysâneas Maciel, referente à Emenda nº 34051 de autoria do Sr. Constituinte José Genoíno. O destaque tem a seguinte redação e objetivos: "Acrescente-se, como § 3º, do art. 27, a seguinte norma:

"Por representação da sociedade civil, o defensor do povo poderá, a qualquer tempo, ser destituído pela maioria absoluta da Câmara dos Deputados, pela mesma sessão legislativa, elegerá o substituto."

**O SR. CONSTITUINTE LYSÂNEAS MACIEL:** – Está prejudicado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Está prejudicado.

**Destaque nº 0251/87 do Sr. Lysâneas Maciel Emenda nº ES-34045-0 do Sr. Haroldo Sabóia e outros, "que adita Capítulo ao Título III, do Substitutivo nº 1 (Título II, do Substitutivo nº 2)". (190ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Em votação o Destaque nº 251, requerido pelo Constituinte Lysâneas Maciel, referente à Emenda nº 34045 do Constituinte Haroldo Sabóia.

"É criado o Tribunal de Garantias dos Direitos Constitucionais, da soberania do povo, da nacionalidade e da cidadania."

Com a palavra o Constituinte Lysâneas Maciel.

**O SR. CONSTITUINTE LYSÂNEAS MACIEL:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes na verdade, quando se coloca um dispositivo na Lei Maior, tem-se a impressão de que este dispositivo, por estar numa lei mais nobre, tem maior eficácia. E, quando isso acontece, na verdade, é um contra-senso, porque o acesso do cidadão comum a este dispositivo ou a esta lei é, na verdade, mais difícil.

Ora, o Tribunal de Garantias Constitucionais – é bom que eu chame a atenção dos Srs. Constituintes para esse aspecto – não é parte da estrutura do Poder Judiciário; é um tribunal social e não um tribunal judiciário. Inexiste, praticamente, como inexistiu até agora, em nossa legislação, um tribunal que fosse uma mediação entre a sociedade e a Constituição. Este tribunal teria esta característica. Portanto, ele não usurpa, não entra nos aspectos pertinentes aos tribunais comuns do Poder Judiciário. Ele tem a característica de ser um tribunal constituído pela sociedade, para a interpretação daquelas garantias que, normalmente, são inacessíveis ao povo.

Devo confessar aos Srs. Constituintes que, uma vez levando a nossa Comissão até a Baixada Fluminense, alguém disse lá: "Mas, Deputado, porque o Senhor não coloca na Constituição um dispositivo que garanta o direito ao saneamento básico?" Acredito que várias pessoas devam ter-se aproximado de vários Constituintes, pedindo também que colocassem dispositivo de proteção a alguns direitos fundamentais da pessoa humana. Eu disse para aquela associação de bairro que é muito fácil colocar, na Lei Maior, um dispositivo que assegure a saúde, a segurança, todos aqueles direitos fundamentais da pessoa humana. Mas a eficácia, a eficiência desse dispositivo é o grande drama de nossas Leis Maiores, de nossas Cartas Magnas.

De repente, conversando com um dos homens mais ilustres que o Rio Grande do Sul enviou para cá, indagávamos qual a forma de assegurar os direitos que escrevemos em nossas Cartas Magnas, de maneira que o cidadão comum não seja, mais uma vez, iludido por meras e belas declarações de princípios? E as nossas Constituições estão repletas disso. O Senador José Paulo Bisol imaginou, com a sua experiência, esse Tribunal de Garantias Constitucionais, ao qual acrescentamos várias emendas na nossa Subcomissão dos Direitos Políticos, dos Direitos Coletivos e Garantias. É preciso que se estabeleça e entenda que se trata de um Tribunal Social e não de um Tribunal Jurídico. Trata-se de um tribunal que vai estabelecer a mediação entre a sociedade e as leis que lhe são normalmente acessíveis, ou seja, um tribunal em que o Estado não tem uma interferência direta, mas é a sociedade que nomeia e destitui. Tanto o é que se tem um caráter de não vitaliciedade.

Os integrantes desse Tribunal de Garantias Constitucionais dos Direitos do Cidadão, da soberania do povo, não têm aquelas características de inamovibilidade, de vitaliciedade que são próprias dos tribunais comuns.

Sr. Presidente, na verdade, esse Tribunal está acima e fora do Estado. O que isso quer dizer? Quer dizer que ele não está sujeito, não está dependendo de como o Estado regulará. Sabemos disso, incluída a nossa experiência. A nossa experiência é a de que os tribunais, de uma certa forma, os tribunais normais, os tribunais que pertencem, que integram o Estado e o Poder Judiciário, através de uma interpretação da Constituição, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, muitas vezes, têm chancelado golpes de Estado, têm chancelado violações contínuas a interpretações da Constituição, que não têm nada a ver com o seu espírito e a sua forma.

Na verdade, o que se pretende é exatamente um instrumento que nunca houve, de mediação entre a sociedade, o Estado e as leis aplicadas, colocando o Estado numa subordinação desse tribunal.

Nessas condições, e com todos os adminículos que certamente serão, aqui, produzidos pelo inspirador dessa norma, quero apenas lembrar aquele grito de angústia que ouvi na Baixada Fluminense: "Deputado, coloque isso na Constituição: direito à saúde, direito à educação, direito ao transporte." "Ponha na Constituição, Sr. Deputado, atenda aos anseios desse povo!" Naquela noite não dormi, Sr. Presidente, porque colocar na Constituição é uma coisa muito fácil, mas garantir a eficácia, realmente, é o problema. E o tribunal de garantias constitucionais, que não tem nada a ver com o tribunal constitucional que está sendo proposto, pode ser esse instrumento da sociedade, um tribunal social para, exatamente, implementar os anseios e as angústias de um povo que acredita que, quando se coloca uma norma na Constituição, por ser uma Lei Maior, uma lei mais nobre, ele será atendido nos seus anseios e nas suas aspirações.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Tem a palavra o nobre Constituinte.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Sr. Presidente, é evidente que essa matéria nada tem a ver com o capítulo que está sendo votado.

Sugiriria a V. Ex.<sup>a</sup> que propostas desse tipo fossem transferidas para apreciação no momento próprio, quando se terá uma visão de conjunto da matéria a ser votada. Já votamos, há pouco, uma outra emenda que também nada tinha que ver com o capítulo pertinente ao momento.

Eu peço a V. Ex.<sup>a</sup> que reclassifique a matéria para a oportunidade adequada. É uma sugestão.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Ilustre Constituinte José Lins, V. Ex.<sup>a</sup> deve-se recordar que nós estamos votando o Título II "Dos Direitos e Liberdades Fundamentais" e evidentemente que o Tribunal de Garantias Constitucionais, no meu parco conhecimento, só poderia ser inserido neste Título.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Sr. Presidente, a matéria distribuída pela Mesa diz "aditivos ao Capítulo" e não ao Título. Essa matéria não é aditiva ao Capítulo.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – V. Ex.<sup>a</sup>, mais uma vez, parece que não milita razão em seu favor. Título II, aditivos de Capítulo.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Aditivos de Capítulo...

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Ao Título II, pode ser ao Capítulo I, ao Capítulo II, ao Capítulo III do Título IV, ou até se criar um novo capítulo.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – V. Ex.<sup>a</sup> está misturando título com capítulo.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Não, V. Ex.<sup>a</sup> é que está.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Desculpe-me, nem a matéria que nós terminamos de votar e nem a seguinte...

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Constituinte José Lins, só para que não percamos tempo e para que não haja um início de, não direi um tumulto, mas que não ajudará na condução dos trabalhos, nós, encerrada a votação de todas as proposições ao Título II, estamos agora votando aquelas emendas, aqueles destaques onde couber no Título II.

V. Ex.<sup>a</sup> deve estar esclarecido.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ PAULO BISOL:** – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Concedo a palavra a V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ PAULO BISOL:** – Não obstante não assistir razão ao nobre Constituinte José Lins, a **contrario sensu**, podemos haurir de sua colocação uma missão indispensável, porque existem 13 hipóteses no contexto do processo constituinte a respeito do Tribunal Constitucional: existe a hipótese do Tribunal ter garantias dos direitos constitucionais, que é o que está em pauta, existe a hipótese de um Tribunal Constitucional que é diferente da primeira, e uma terceira hipótese, a de um Supremo Tribunal Federal com competência exclusivamente constitucional. Então, fica registrado, e por isso eu pedi a palavra, Sr. Presidente, que a votação desta emenda não prejudica as referidas ao Tribunal Constitucional e ao Supremo Tribunal Federal com poderes exclusivamente constitucionais.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Exm.<sup>o</sup> Sr. Constituinte José Paulo Bisol, é evidente que a questão de ordem de V. Ex.<sup>a</sup> é menos que uma questão de ordem e mais do que uma informação, é uma afirmação de que a matéria em votação é Tribunal de Garantias Constitucionais, nada tendo a ver com o instituto do Tribunal Constitucional. Tem a palavra o nobre Constituinte Gerson Peres.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, prezados colegas:

Aqui se reclama que a Justiça é vagarosa, que a Justiça é emperrada, que os processos levam 10 anos dentro da Justiça, e agora o eminente Constituinte Lysâneas Maciel, em que pese as suas boas intenções, deseja criar mais um Tribunal neste País, o de Garantias Individuais e Constitucionais, sobretudo quando estamos escrevendo uma Constituição analítica e que quase todos os problemas da sociedade vão ficar ali inseridos e desaguar nesse Tribunal. Um caminho mais tortuoso ainda, no final da demanda. Já não basta o Supremo Tribunal Federal que aí está preenchendo de maneira tradicional, correta todos os requisitos necessários aos desejos, às aspirações da sociedade brasileira?

Para não me alongar, porque não adianta aqui buscar a história de outros países para comparar com o nosso, que não é o caso, da França, da Itália, da Áustria, nada disso, vou tomar, para meu argumento, em honra a um eminente brasileiro que sempre nos tem honrado, no Supremo Tribunal Federal, com a sua inteligência, vou fazer das conclusões do trabalho de S. Ex.<sup>a</sup> o meu pensamento para contestar, de maneira lógica, racional, jurídica, essa proposição do eminente Constituinte Lysâneas Maciel.

Trata-se de um trabalho do eminente Ministro do Supremo Tribunal Federal, Oscar Dias Corrêa, homem da nossa geração, participante da vida pública, político militante, portanto uma larga experiência a nos ditar conclusões lógicas que fulminam, por completo, essa pretensão do ilustre Deputado Lysâneas Maciel.

Diz S. Ex.<sup>a</sup>:

"1) O STF foi criado para desempenhar a missão superior de "Guardião da Constituição", que lhe vem assinada desde a Constituição de 1891 e assim se manteve, invariavelmente, em todos os textos constitucionais brasileiros.

2) Desde a criação, cumpriu essa missão, com largueza de competência e com o respeito da Nação, até mesmo em graves momentos de crise nacional.

3) A princípio exercendo apenas o controle **difuso** (norte americano) de constitucionalidade, a partir da EC Nº 16/1965 passou a realizar também o **concentrado** (austriaco ou europeu).

4) Essa competência sempre foi exercida sem nenhuma limitação ao direito das partes, nos termos constitucionais. E envolve-a – como sempre envolveu – conteúdo político.

5) O STF não é, por destinação constitucional, uma terceira instância, a ser usada amplamente em todas as demandas. Não houve, porém, **já, jamais, nenhum obstáculo ao cabimento de recurso ao STF em matéria constitucional.**

6) A exigência do prequestionamento é garantia elementar da igualdade das partes, às quais não se substitui o juiz, e sempre existiu na Corte, desde o surgimento do recurso extraordinário.

7) Nenhum Tribunal do mundo assegura mais ampla proteção aos direitos fundamentais..."

Prestem atenção os Srs. Constituintes que vão votar agora:

"Nenhum tribunal do mundo assegura mais ampla proteção aos direitos fundamentais do cidadão, pelo **habeas corpus**, o mandado de segurança e a ação popular, do que o Supremo Tribunal Federal. E ainda decide recursos constitucionais eleitorais e trabalhistas, ou recursos ordinários de civis julgados pela Justiça Militar."

E ainda:

"19) Nas Cortes Constitucionais exerce-se rigoroso processo de **filtragem** na admissão dos recursos constitucionais (como nos Estados Unidos, na Itália, na Alemanha, na Áustria e na Espanha). Não se há de recusá-lo ao STF, que, ainda assim, o exerce de modo muito mais eficaz e menos rígido, com arguição de relevância.

20) Muitas das soluções apregoadas pelas Cortes Constitucionais européias, e que lhes garantem o prestígio de que desfrutam, constam, há dezenas de anos, usual e repetidamente, de decisões do STF, definitivamente incorporadas à nossa ordem constitucional; quer no que respeita a direitos fundamentais do cidadão, quer na formulação de normas de exegese constitucional.

21) As sugestões apresentadas pelo STF à Comissão Afonso Arinos representam o equacionamento equilibrado e sério do sistema judiciário brasileiro que reestrutura, com o respeito à tradição, às exigências da liberdade e às necessidades do Estado de Direito."

Sr. Presidente e eminentes colegas, aqui teriam ainda outras razões a serem lidas, mas isso nos basta.

O Constituinte Lysâneas Maciel quer mais uma Corte de Justiça para burocratizar a Justiça e infernizar a vida dos brasileiros.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Com a palavra o ilustre Constituinte Senador José Paulo Bisol, que encaminhará a emenda favoravelmente.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ PAULO BISOL:** – Srs. Constituintes, se nós tivéssemos no Substitutivo nº 2 a estrutura jurídico-constitucional que havíamos elaborado na Comissão de Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher, este tribunal, o Tribunal dos Direitos e Garantias Constitucionais seria rigorosamente indispensável, porque nós havíamos estabelecido o princípio da não limitação do controle da constitucionalidade. O que significa que o mais infeliz, o menos privilegiado dos cidadãos brasileiros, ferido em qualquer dos seus direitos, inclusive o da existência digna, careceria de um tribunal como esse para livrar-se precisamente da ditadura das relevâncias estabelecida pelo Supremo Tribunal Federal.

Prestem atenção, Srs. Constituintes. No Brasil, hoje, existe a ditadura judicial da relevância, estabelecida pelo Supremo Tribunal Federal. E isso significa que quaisquer que sejam as inconstitucionalidades que atinjam a população pobre do País, dificilmente elas conseguirão chegar ao juízo constitucional do Supremo Tribunal Federal.

E gostaria de acrescentar, Srs. Constituintes, que quando se discutia, na História, a concepção tripartite dos Poderes, desde Aristóteles, passando por Locke e chegando a Montesquieu, já se sabia – e isso ficou explícito na obra do último autor que mencionei – que na relação entre os Poderes a autonomia deles era uma ilusão e que entre um Poder e outro, onde termina um e começa o outro, existe uma zona gris, uma zona de ambigüidades. Pois bem, num País onde um dos mais negros e profundos abismos é a distância que existe entre a sociedade, entre povo e o Estado, cumpre a um verdadeiro espírito constituinte estabelecer as mediações entre a população e o poder. E este Tribunal tem, exatamente, essa função, mediar, habitar a zona gris entre os Poderes e ali restaurar a palavra e a voz revogada dos pobres. A inconstitucionalidade é o fenômeno mais grave de nulidade. Quando se discute nulidade em Direito, todas as viabilidades são possíveis, mas quando se discute a mais importante nulidade, que é a inconstitucionalidade, as próprias leis limitam as possibilidades de ação, sobretudo as de ação daqueles que não desfrutam de nenhum poder social. Esta seria a nobre nova verdade, mas grande função desse tribunal: ele seria um tribunal instituído, não para compor a máquina do Estado, mas um tribunal fora da mecânica do Estado, porque, precisamente, as mais dolorosas inconstitucionalidades são praticadas pelos poderes públicos.

Esse tribunal seria, constitucionalmente, o primeiro grande grito histórico do Direito brasileiro em defesa dos infelizes e dos marginalizados.

Muito obrigado. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Nelson Jobim.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON JOBIM:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes: o tema trazido a esta Casa, pela Emenda Lysâneas Maciel, requer, seguramente, meditação muito séria, porque o tema é a pretensão da criação de um tribunal de garantias constitucionais, que, pelo texto da emenda, teria competência para julgar, em última instância, os recursos interpostos em relação a sentenças prolatadas em processo de **habeas corpus**, **habeas data**, mandado de segurança, mandado de injunção, ação popular e ação de declaração de inconstitucionalidade. É este o universo recursal da pretensão desse tribunal.

Sr. Presidente e Srs. Constituintes, é fundamental que façamos uma análise histórica. Este tribunal de garantias constitucionais foi algo pensado, em 1919, pelo constitucionalista e jurista alemão Hans Kelsen, quando elaborava o projeto da Constituição austríaca de 19. O Chanceler Remer, que presidia a Áustria de então, encomendou a Kelsen a elaboração do texto constitucional e este criou, pela primeira vez no sistema europeu, um tribunal de garantias constitucionais ou um tribunal constitucional, fora do sistema do Poder Judiciário. E lá na Europa, efetivamente, reclamava-se a criação de um tribunal constitucional fora do Poder Judiciário, porque os juízes europeus, dentro da tradição que vinha da Revolução Francesa, não tinham o poder de declarar a inconstitucionalidade das leis produzidas pelos Paramentos.

Assim, o tribunal de garantias constitucionais ou o tribunal constitucional alemão, o tribunal constitucional francês, o tribunal constitucional português, o tribunal constitucional italiano, todos eles decorrem de uma concepção do Poder Judiciário que coincide com a história europeia pós-Revolução Francesa.

Naquela época, quando da Revolução Francesa, a magistratura francesa se vinculava ao **Ancien Régime**, vinculava-se à aristocracia. Daí por que os juízes franceses posteriores à Revolução não tinham competência de decidir sobre a constitucionalidade das leis, porque a soberania do povo estava no Parlamento e não na magistratura, que vinha de posturas aristocráticas vinculadas ao **Ancien Régime**. Daí por que sempre se disse, na França, que existe uma função administrativa de formar e formular a lei, ou melhor, de interpretar a lei nos limites interpretativos permitidos pelo Parlamento. A Corte de Cassação francesa, que foi criada logo após a Constituição francesa, era um tribunal junto ao Parlamento. Mas nós, no Brasil, desde 1891 atribuímos ao Poder Judiciário brasileiro a competência do juiz da inconstitucionalidade, dentro da tradição fundada na Conferência de Filadélfia e na Constituição de 1794.

É fundamental que entendamos que o controle da constitucionalidade no Brasil é o poder do juiz de direito desde 1891. Não há necessidade aqui, neste País, de se recorrer a produtos históricos que não se ajustam à nossa tradição. A criação de um tribunal constitucional fora do Poder Judiciário é absoluta importação do sistema europeu que não coincide com o nosso sistema de Poder Judiciário. O trabalho, o tema da inconstitucionalidade, que é um tema político, já está no poder do Juiz de Direito de 1º grau, lá da minha cidade de Santa Maria, de São Pedro do Sul, de qualquer cidade do interior deste País. E lá estão os poderes exercidos pela magistratura, que aqui não podem ser denegridos. Nós precisamos assegurar um Poder Judiciário independente e autônomo, mas que seja o único **forum** deste País, para decidir sobre a inconstitucionalidade de leis.

E por que isto? Porque é a única forma de garantir a absoluta independência do Poder Judiciário. E nós teremos que ter consciência disso, Sr. Presidente, porque – vejam – nós possuímos uma emenda junto ao Supremo Tribunal Federal, para assegurar a característica do Supremo Tribunal Federal como Tribunal Constitucional, mas não há necessidade de nós tirarmos disso o que o Poder Judiciário já tem.

Na Europa, deu-se a um poder aquilo que o Poder Judiciário não tinha. Aqui, o Poder Judiciário tem esse poder. Asseguramos com menor proficiência, mas não vamos criar uma estrutura separada e diversa, que só vai criar imensas dificuldades, mormente considerando-se que este projeto atribui os conflitos de jurisdição à decisão desta Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (**Muito bem! Palmas**)

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – O Relator José Fogaça dará o seu parecer.

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – A Relatoria tem parecer contrário e pediria ao Constituinte Antônio Carlos Konder Reis que fundamentasse esse parecer.

**O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, valeu – e valeu muito – à Assembléia Nacional Constituinte a iniciativa do nobre Sr. Constituinte Lysâneas Maciel, colocando à consideração da Comissão a sua proposta de criação do Tribunal de Garantias Constitucionais. Valeu, porque tivemos a oportunidade de ouvir quatro depoimentos. O primeiro de S. Ex.<sup>a</sup>, todo ele repassado pela angústia, na busca de mecanismos capazes de fazer com que a Lei Maior de nosso País seja cumprida e atenda aos anseios e às aspirações de todo o povo. Foi oportuna, também, a intervenção do nobre Constituinte Gerson Peres, que defendeu a posição tradicional da Justiça brasileira, valendo-se do depoimento do Sr. Ministro Oscar Dias Corrêa.

Por fim, nas palavras de dois eminentes representantes do Rio Grande do Sul, Constituintes José Paulo Bisol e Nelson Jobim, a Casa tomou conhecimento do mérito da iniciativa, de seu aspecto do ponto de vista jurídico, da sua oportunidade, da sua conveniência, das possibilidades de sua eficácia. O nobre Constituinte José Paulo Bisol defendeu a escola europeia, buscando para o nosso País a criação de um Tribunal de Garantias Constitucionais, que se sobrepõe ao Poder Judiciário e que terá a competência de julgar todas as questões relativas ao cumprimento, à aplicação da Constituição.

O nobre Constituinte Nelson Jobim repetiu a lição que nos deu, durante o período da primeira discussão do Projeto de Constituição. Se naquela ocasião, já num fim de tarde, S. Ex.<sup>a</sup> com mais tempo, não teve, por uma natural desatenção da Casa, a oportunidade de fixar o seu ponto de vista com precisão, hoje, em cinco minutos, deu as razões e os motivos da conveniência de o Projeto de Constituição guardar respeito, obediência e consideração à tradição do Direito Constitucional brasileiro.

Seria muita ousadia, Sras. e Srs. Constituintes, se eu aqui me aventurasse em acrescentar mais algum argumento sobre o mérito, porque as duas teses são válidas. O que a Assembléia Nacional Constituinte tem que decidir é sobre a estrutura que ela vai adotar. A matéria foi objeto de consideração em três Comissões Temáticas: na Comissão da Soberania, dos Direitos do Homem e da Mulher, cujo Relator foi o nobre Sr. Constituinte José Paulo Bisol, na Comissão dos Direitos Políticos, onde atuou o Constituinte Lysâneas Maciel e na Comissão do Sistema Eleitoral, dos Partidos Políticos e da Defesa do Estado, onde apresentou a proposta o nobre Sr. Constituinte Nelson Friedrich.

Em nome do Sr. Relator devo dizer que a nossa posição, do ponto de vista técnico – e somente deste – porque, no mérito, a matéria foi esgotada, entendemos que, do ponto de vista técnico, a oportunidade para essa decisão será quando examinarmos o Capítulo do Poder Judiciário, ainda que o Tribunal Constitucional não se atenha à estrutura do Poder Judiciário, não se atenha totalmente, porque a própria emenda do nobre Sr. Constituinte Lysâneas Maciel estabelece um liame entre o Poder Judiciário e esse Tribunal, que S. Ex.<sup>a</sup> denominou de Tribunal de Caráter Social.

Assim é que, no § 1º do art. 1º da Emenda, há a referência:

"Compete ao Tribunal de Garantias Constitucionais apreciar e julgar, em última instância, os recursos interpostos de despachos decisórios, sentenças prolatadas nos autos das ações previstas no art. 19 dessa Constituição."

Então, haverá, em função da tradição da estrutura do Poder Judiciário brasileiro, um liame entre esse Tribunal,

que se quer acima, ou além, ou ao lado do Poder Judiciário, e toda a estrutura desse Poder que tomará as decisões até os recursos em última instância.

Em razão desses argumentos de ordem técnica, o Sr. Relator entende que o Tribunal de Garantias Constitucionais, um Tribunal Constitucional – que não se confunda com o Supremo Tribunal Federal ou a manutenção do Supremo Tribunal Federal, com a competência exclusiva para julgar as questões ligadas à constitucionalidade das leis...

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Ilustre Constituinte Antônio Carlos Konder Reis, a Mesa gostaria que V. Ex.<sup>a</sup> encerrasse.

**O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS:** – Vou concluir, Sr. Presidente. Estou me alongando um pouco para dar o testemunho do respeito e da admiração por aqueles que me antecederam na tribuna e que aqui produziram verdadeiras lições.

Sr. Presidente, zeloso no cumprimento do Regimento, fez com que eu perdesse o fio da meada, mas vou buscá-lo para concluir. O Relator Geral entende que essa questão, Tribunal de Garantias Constitucionais, a forma singular proposta pelo nobre Constituinte Lysâneas Maciel, o Tribunal Constitucional, como cúpula do Poder Judiciário, ou Supremo Tribunal, enriquecido de sua competência, ainda que essa competência seja limitada a questões de ordem constitucional, é questão a ser decidida quando iniciarmos a votação do Capítulo do Poder Judiciário. E então estará aqui o nobre Constituinte Bernardo Cabral para dizer, de pronto e em definitivo, o ponto de vista da relatoria.

É a justificação contrária à emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Para tomada de votos sob o sistema eletrônico, nós solicitamos aos Srs. Constituintes votantes, da Comissão de Sistematização que tomem seus lugares. Os Srs. Constituintes queiram registrar seus códigos de votação. Os Srs. Constituintes queiram selecionar os seus votos. Selecionados os votos, queiram acionar o botão preto e a chave de registro simultâneo, até que a luz verde se apague. **(Pausa)**

#### **(Procede-se à votação)**

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Carlos Mosconi, Celso Dourado, Cristina Tavares, Fernando Gasparian, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, João Herrmann Neto, José Paulo Bisol, Nelton Friedrich, Paulo Ramos, Virgildásio de Senna, Antônio Mariz, João Natal, José Tavares, Nelson Wedekin, Rose de Freitas, Vicente Bogo, Vilson Souza, Mário Assad, Brandão Monteiro, Lysâneas Maciel, Luiz Salomão, José Genoíno, Haroldo Lima, Roberto Freire, Beth Azize. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Antônio Britto, Artur da Távola, Carlos Sant'Anna, Egídio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, José Fogaça, José Ignácio Ferreira, José Richa, José Serra, Mário Lima, Nelson Jobim, Nilson Gibson, Pimenta da Veiga, Prisco Viana, Raimundo Bezerra, Rodrigues Palma, Theodoro Mendes, Wilson Martins, Délio Braz, Euclides Scalco, Israel Pinheiro, João Agripino, José Carlos Grecco, José Costa, Manuel Viana, Marcos Lima, Roberto Brant, Arnaldo Prieto, Carlos Chiarelli, Christóvam Chiaradia, Edme Tavares, Eraldo Tinoco, Francisco Benjamim, Inocêncio Oliveira, José Lins, José Santana de Vasconcellos, José Thomaz Nonô, Luís Eduardo, Oscar Corrêa, Osvaldo Coelho, Paulo Pimentel, Ricardo Fiúza, Sandra Cavalcanti, Enoc Vieira, João Menezes, Jonas Pinheiro, Gilson Machado, José Tinoco, Paes Landim, Ricardo Izar, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Gerson Peres, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia, Virgílio Távora, Francisco Rossi, Joaquim Bevilacqua, Ottomar Pinto, Adolfo Oliveira e Siqueira Campos.

Durante a chamada nominal da votação do Destaque nº 251-87, o **Sr. Brandão Monteiro**, Segundo Vice Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo **Sr. Jarbas Passarinho**, Terceiro Vice Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 30 Constituintes; votaram NAO 61 Constituintes. Total: 91 votos. O Destaque foi **rejeitado**.

**Destaque nº 0795-87 – Emenda nº ES-32069-6, do Sr. José Paulo Bisol, "que substitue o Título III, Capítulo II, do Substitutivo nº 1 (Título II, do Substitutivo nº 2)". (191ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Em votação o Destaque nº 795, requerido pelo Constituinte José Paulo Bisol, referente a Emenda nº 32069, de sua autoria.

Tem a palavra o nobre Constituinte José Paulo Bisol.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ PAULO BISOL:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, vou arrancar dos pós-glosadores medievais uma pequenina mas indiscutivelmente relevante proposição: **cuique custodiam**. Quem cuida de quem cuida? Quem guarda o guarda? Sabemos que o poder se organiza em estruturas de gradação hierárquica.

Em tese, a gradação hierárquica controla e fiscaliza na medida em que é superior àquela que lhe é inferior. Mas, na mesma medida, isto é, na medida em que se afunila a pirâmide, quem cuida de quem tem o poder? Esta é uma questão fundamental. Questão que vem do direito romano e que se renova, ano a ano, em todas as dimensões civilizacionais de nossa história. É por isso que defendemos a criação do **ombudsman**, a criação da defensoria do povo, porque precisamos de uma instituição colocada fora da máquina estatal. Precisamos de uma instituição social como a defensoria do povo para fiscalizar e controlar o poder em todas as suas gradações hierárquicas, inclusive nas mais altas.

Volto a frisar um argumento importante: A mais profunda denúncia que os teóricos do Direito, cientistas jurídicos, fazem ao constitucionalismo brasileiro é que entre o Estado brasileiro e a sociedade brasileira existe uma distância abismal. Para superar este problema, não sou eu quem denuncia, mas grandes juristas, precisamos, nesta oportunidade, quando Constituintes, criar as mediações. Se não foi possível criar, por ser realmente revolucionário, o Tribunal das Garantias Constitucionais, por ser realmente revolucionário, vamos pelo menos criar o **ombudsman**, o defensor do povo, estender a mão direita à sociedade e a mão esquerda ao Estado e fazer a mediação indispensável.

Srs. Constituintes, trata-se de uma das experiências constitucionais mais existosas do mundo, uma experiência escandinava que se difundiu por todo o mundo. Cito apenas dois grandes países que já adotaram esta instituição: os Estados Unidos da América e a França.

Lembro aos Srs. Constituintes que estamos correndo risco de estabelecer uma corregedoria confinada e corporativista em cima do Poder Judiciário, e isso vai marcar a nossa Constituição com uma mácula indelével e não nos esquecerá a História por este equívoco. A meu ver, o Poder Judiciário carece de uma Corregedoria, mas penso que o Poder Legislativo e o Poder Constituinte não podem criar uma Corregedoria em cima da Justiça, sem criar uma em cima de si mesmo e em cima do Executivo.

Venho aqui oferecer aos Srs. Constituintes uma alternativa para sanar um dos poucos grandes erros do Substitutivo nº 2: a criação de uma Corregedoria em cima dos juízes, sem Corregedoria em cima dos Legisladores e sem Corregedoria em cima do Executivo. Aqui está a alternativa: Vamos criar esta grande instituição social que é o **ombudsman**; vamos criar o defensor do povo, que se encarregará de zelar pelo cumprimento dos princípios cons-

titucionais e legais em cima do Juiz, do Legislador e dos Executivos.

Volto a trazer à colação o problema da ditadura das relevâncias. Para isso, conto rapidamente uma estória de Ernesto Sábato: "Uma determinada pessoa escreveu uma carta de suicida. Endereçou-a e colocou-a no correio. Depois disso, decidiu modificar a sua decisão e não praticar mais o suicídio. Saiu em busca de sua carta e os trâmites burocráticos impediram que essa pessoa a alcançasse e esta foi ao suicídio, justamente por uma preclusão burocrática".

Chamo a atenção dos Srs. Constituintes: as preclusões burocráticas são geradoras de infelicidade, de dor e de sofrimento. Se tivermos uma defensoria do povo, um **ombudsman**, teremos criado uma instituição justamente para acabar com as preclusões burocráticas e com a ditadura das relevâncias, que o confinamento da justiça – as decisões de um tribunal da máquina do Estado, como é o Supremo Tribunal Federal – evidentemente implica.

Peço a reflexão sincera de cada um dos meus companheiros de Constituinte. O **ombudsman** não se confunde com a Promotoria de Justiça. Promotoria de Justiça ou instituição semelhante existe na Escandinávia, nos Estados Unidos e na França, onde há o **ombudsman**.

Vamos acabar com esses monstros sagrados das estruturas institucionais do Brasil; vamos criar alguma coisa que realmente signifique estender a mão generosa de um Constituinte ao povo do Brasil.

Muito obrigado. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Para encaminhar contra, tem a palavra o nobre Constituinte Egídio Ferreira Lima.

**O SR. CONSTITUINTE EGÍDIO FERREIRA LIMA:** – Sr. Presidente e Srs. Constituintes, alguns mecanismos que vão sendo elaborados e se incorporam à estrutura do Estado para sua operacionalidade e, sobretudo, para defesa das e o Constituinte Nelson Jobim rastreou na História os distintos e se estendem para outras nações, quase sempre racionalizados, adequados à formação política e sociológica de cada país. Reportou-se aqui hoje, nesta tarde, e não faz muito, a concepção de um tribunal constitucional para controle da Lei Maior, das garantias nela estabelecidas e o Constituinte Nelson Jobim rastreou na História o papel dessa corte e mostrou como nós não vamos simplesmente, batizar um novo órgão com o nome de Tribunal Constitucional, mas vamos dar ao Supremo Tribunal Federal a atribuição específica, singular, importante, de Tribunal Constitucional. Chamo-me Egídio e poderia me chamar de Artur, a minha substância não se modificaria com a mudança de nome, o Supremo será a corte constitucional. A mesma coisa eu posso dizer com relação a essa notável concepção que é o defensor do povo e que vem sendo adotado por alguns países. O professor e ex-Desembargador, o Constituinte José Paulo Bisol, disse aqui, ele próprio, que o Estados Unidos adotaram o instituto. E como o adotaram? Respeitando a sua tradição estrutural na defesa dos interesses civis. Atribuíram à Procuradoria Geral nos Estados Unidos, vale dizer ao Ministério Público, as atribuições de defensor do povo. E o que fizemos aqui? O que nos oferece o projeto que estamos discutindo? A defensoria do povo nitidamente inserida no Ministério Público. Por que iríamos dar autonomia financeira e administrativa ao Ministério Público? Por que determinar eleição dos Procuradores, o Geral e o dos Estados, por sua classe, podendo ser afastados por decisão do Congresso e das Assembléias? Por que iríamos dizer que ao Ministério Público incumbe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indispensáveis? Por que iríamos dizer que os Procuradores Gerais poderão ser destituídos por deliberação de 2/3 do Senado da República e das Assembléias Legislativas? Por que iríamos dizer, no inciso II ao art. 150 do Projeto:

"Que compete ao Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços sociais de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição."

Está aqui inserido e contido com amplitude e com profundidade de maneira precisa a defensoria do povo.

O Relator e as Comissões que precederam a sua tiveram esta perspicácia e se precisaram perante a História deste País. Não teria sentido duplicar este órgão, criar uma defensoria do povo, estruturada em todo o País com o ônus que ela representa. O Ministério Público com a independência, com a autonomia financeira e econômica, com as garantias próprias do magistrado, eles assumem perante a Nação a defensoria pública. Ele é o Ministério Público, que já tem uma estrutura, cobrindo todo este País. A defensoria pública defendida pelos trabalhadores, pela CNBB, pela OAB, ela está aqui contida e inserida dentro do novo Ministério Público, desenhado pelo projeto de Constituição que estamos discutindo.

Manifesto-me contra a emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Para encaminhar a favor tem a palavra o Constituinte Nelson Friedrich.

**O SR. CONSTITUINTE NELTON FRIEDRICH:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, cada vez mais nos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte o discurso tem que se transformar em prática, os compromissos têm que se transformar em realidade, e, às vezes, não podemos ficar numa posição até liberal quando na hora é preciso dar a resposta, como por exemplo numa iniciativa como esta, em que se pretende instituir o defensor do povo.

O que é o defensor do povo, Sr. Presidente? Nada mais nada menos do que uma nova e ativa garantia do cidadão frente ao poder do Estado, este Estado que precisamos controlar, colocá-lo a serviço da sociedade; este Estado que precisamos ter mecanismos para poder agir contra os seus abusos em defesa da sociedade exatamente nos casos de abuso do poder pelo Estado, para apurar os excessos, as omissões das autoridades, indicar a correção e até a punição.

Defensor do povo, Sr. Presidente, não é a mesma coisa do que o Ministério Público, o próprio Ministério Público precisa ser fiscalizado e aí também é uma função da defensoria do povo.

Quantas e quantas vezes o cidadão busca no próprio Ministério Público e tem um grande respeito, mas, quando não encontra socorro vai buscar onde? E aí é que surge a defensoria do povo.

Também é um conceito que devemos ter da participação da sociedade exatamente nesse controle sobre o Estado, os abusos e as suas omissões.

Sr. Presidente, na subcomissão que tratou dessa matéria a defensoria do povo foi aprovada; na Comissão Temática também foi aprovada e, na Comissão de Sistematização, o ilustre Relator Bernardo Cabral, no seu projeto 1, também contemplou a defensoria do povo, mas, se formos buscar lá na Comissão Afonso Arinos, onde tantos pontos foram levantados sobre este tema, vamos encontrar uma análise profunda sobre esta proposta. E eu me louvo aqui, ilustre Relator, quando o Professor Cândido Mendes, na Comissão Afonso Arinos, Relator deste assunto, fez um extraordinário trabalho, um arrazoado perfeito sobre esta proposta. A emenda popular contempla e pede o defensor do povo.

Vamos experimentar, Sr. Presidente.

Queremos construir uma nova ordem econômica, social, política e cultural, e, por isso, uma nova Constituição, para uma nova ordem constitucional, para que tenhamos uma pessoa experiente no campo das ciências administrativas, jurídicas, eleitos por nós, pelo Parlamento, para ser esse instrumento da sociedade, do cidadão, da cidadania.

Sr. Presidente, vários países, todos com a mesma essência de controle da administração pública contemplam o defensor do povo.

Na Inglaterra – e não vou buscar, portanto, apenas os países escandinavos – tem o que eles chamam de Comissário Parlamentar, em outras palavras, o defensor do povo.

A França, Sr. Presidente, instituiu o **immedoateur**.

A Nova Zelândia, Sr. Presidente, e vamos lá do outro lado buscar a experiência que também o Canadá, que Israel, que a Alemanha, que o Zâmbia, que países como a Nigéria e a Tanzânia já instituíram, Sr. Presidente, não só os países nórdicos. Mas vamos, Sr. Presidente, em cima da recente experiência autoritária da Espanha e Portugal; uma das grandes conquistas que os estudiosos contemplam é que a sua nova Constituição estabeleceu defensor do povo. Está lá na Constituição espanhola defensor do povo, e está lá na Constituição portuguesa provedor de justiça.

Sr. Presidente, queremos novos tempos, queremos a cidadania sendo exercida e temos que ter instrumentos para isto.

Quero concluir, Sr. Presidente, dizendo que se levantam alguns argumentos contra a defensoria do povo, que teria eficácia duvidosa por vivermos num contexto diferente da realidade nórdica, que somos um País muito populoso e se perderia em excesso de reclamações; poderia até criar uma nova burocracia, mas não é nada disso, Sr. Presidente. A defensoria do povo tem uma atuação que exatamente quebra a desconfiança entre a administração pública e o cidadão, combate as injustiças e tem uma grande função preventiva, porque a simples existência da defensoria do povo atenua a tendência ao abuso do poder da administração e dos homens da administração. É preventivo e muito menos repressivo, muito mais preventivo, é um caráter informal, porque não é uma nova instituição burocratizada, não é mais um grande departamento não, uma pessoa experiente na área das ciências administrativas e jurídicas, escolhido pelo Parlamento, é que vai exercer esta função.

Termino, Sr. Presidente, fazendo um apelo a todos os Constituintes, de todos os partidos, e tomando a liberdade de me louvar, para terminar, no catecismo do PFL, do Partido da Frente Liberal, que na sua página 11, no número 17, quando fala da organização do poder, diz:

"A instituição do defensor do cidadão como fiscal do desempenho da administração pública, em nome da sociedade, dotado de competência fundamentalmente investigatória e recomendatória..."

Sigamos o que diz o próprio programa do PFL, e aqueles que, liberais ou não, querem o cidadão controlando Estado.

Obrigado, Sr. Presidente. **(Muito bem! Palmas)**

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – Sr. Presidente, peço a palavra, para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – Sr. Presidente, não tenho em mãos a emenda. Gostaria apenas que V. Ex.<sup>a</sup> esclarecesse se esse ouvidor, ou defensor público do povo, seria nomeado pelo Poder Executivo ou eleito pela Câmara dos Deputados?

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Vou ler para V. Ex.<sup>a</sup> o teor da emenda, e V. Ex.<sup>a</sup>, com inteligência muito superior à minha, concluirá.

A emenda diz:

"É criada a defensoria do povo, incumbida de zelar pela efetiva submissão dos poderes do Esta-

do e dos poderes sociais de relevância pública à Constituição e às leis.

§ 1º São atribuídas ao defensor do povo a inviolabilidade, os impedimentos, as prerrogativas processuais dos membros do Congresso Nacional e os vencimentos dos juizes dos Tribunais de Garantias Constitucionais.

§ 2º A função do defensor do povo é incompatível com o exercício de qualquer outro cargo ou função pública."

Como vê V. Ex.<sup>a</sup>, sua pergunta fica em suspenso em relação ao texto da emenda.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – É eleito pelo Poder Legislativo.

**O SR. CONSTITUINTE LYSÂNEAS MACIEL:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Pois não.

**O SR. CONSTITUINTE LYSÂNEAS MACIEL:** – Há aí a parte final.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Perdão, A emenda prossegue:

"§ 3º O defensor do povo poderá ser substituído por outro, a qualquer tempo, por deliberação da maioria absoluta dos Membros da Câmara dos Deputados, mediante representação popular, que a lei regulamentará.

§ 4º As Constituições estaduais instituirão a Defensoria do Povo, de conformidade com os princípios constantes deste artigo, e para atendimento de todos os Municípios.

§ 5º Lei Complementar disporá sobre competência, organização, recrutamento, composição e funcionamento da Defensoria do Povo."

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup>.

Nós todos estávamos aqui – pelo menos um grupo – pensando que era repetição do Defensor do Povo nomeado pelo Presidente da República, que pode ser demitido a qualquer momento. Esse, não, é eleito pelo Congresso.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra o nobre Constituinte Gastone Righi.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr. Presidente e Srs. Constituintes, desejamos encaminhar contrariamente a esta emenda, apesar de o Constituinte Egídio Ferreira Lima ter exaurido a matéria com uma explicação elementar e básica.

Apesar de eu não gostar muito deste quase palavra **ombudsman**, evidentemente não sou daqueles que me perfilho contra a idéia ou contra a figura do Defensor Público. Ela é importante, na medida em que esse Defensor pudesse representar a garantia do povo, de que as instituições são preservadas, a Constituição observada, as leis cumpridas e os interesses populares atendidos.

Acontece que não precisamos importar modelos; podemos criar a nossa solução, autóctone, própria; é isso que fizemos, e fizemos muito bem, a meu ver, porque criamos uma defensoria pública que se destina à orientação jurídica e à defesa dos necessitados; e, por outro lado, criamos, ou atribuímos ao Ministério Público um somatório de poderes, e lhe demos um cunho de independência, através do qual ele exercerá essa função do defensor público, ou defensor dos interesses públicos. Isso está dito claramente no art. 149, que o Ministério Público é a instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica e do regime democrático, e dos interesses sociais e individuais indisponíveis. O que é isso senão toda a figura



do **ombudsman**? É exatamente essa a defesa dos interesses sociais e individuais indisponíveis, a defesa da ordem jurídica como um todo.

E mais: ao longo de todo o texto da Constituição, quando tratamos do meio ambiente, quando tratamos da segurança no trabalho, dos itens de saúde etc., sempre se atribuiu ao Ministério Público responsabilidade e co-patrocínio na sustentação de todos esses direitos, e é o que ele deverá fazer.

Portanto, ao invés de criarmos uma nova figura, nós optamos por uma solução que me parece muito mais fluida, muito mais viável, é a de que esse defensor público esteja introduzido, inoculado dentro da instituição do Ministério Público, ao qual se deu independência e autonomia, exatamente para que não mais fique sob a influência, sob a direção do Poder Executivo. É um órgão já organizado, é um órgão que obedecerá a uma hierarquia própria, uma progressão e uma promoção dentro dele, e ao qual incumbirá exatamente exercer em defesa do povo essas garantias, esses direitos que a Constituição lhe assegura.

Finalmente, Srs. Constituintes, criar-se essa figura isolada de **ombudsman** seria apenas criarmos mais cargos públicos, com remuneração ao nível dos "marajás", outra vez, e ferindo e conflitando funções. Imaginem que autoridade, que figura incrível será esse **ombudsman**, eleito pelo Congresso Nacional, mas não submetido a ele, pairando sobre todos os Poderes, como uma figura do Monte Olimpo, como um autêntico Deus, eleito por nós, para, distante dos demais Poderes, pairar sobre tudo e sobre todos? Que figura exótica, estranha e completamente diversa dessa harmonia de Poderes que a Constituição visa a estabelecer. É uma figura que não fica apenas aqui no cenário nacional, ela se desdobra nas Assembléias, nos Estados, e ela se multiplica cinco mil vezes, em todos os municípios nacionais, e se organiza através de um quadro de funcionários e de assessores etc., numa verdadeira teia que poderá, na realidade, criar um organismo maior que todos os outros já existentes. É um absurdo o que se está pretendendo com essa emenda!

Conceito aos Membros desta Comissão a terem o bom senso, a terem o equilíbrio necessário para podermos recusá-la, primeiro porque ela é dispensável, desde que o texto constitucional já contempla todas as funções do chamado **ombudsman**; segundo porque ela na verdade não inova, ela vem danificar a estrutura e a harmonia entre os poderes. Finalmente, porque significaria uma despesa e a criação de cargos inúteis e sem nenhum sentido. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Com a palavra o Relator Bernardo Cabral.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, Srs. componentes da Comissão de Sistematização:

Devo-lhes uma explicação. Pessoalmente sempre entendi que a figura do **ombudsman** é uma boa figura, com uma rentabilidade muito grande nos países que adotam o chamado defensor do povo. Confesso que a Emenda apresentada pelo eminente conterrâneo do Constituinte José Bisol, o Constituinte Ibsen Pinheiro, me convenceu de que preferível seria que ampliássemos as garantias constitucionais ao Ministério Público. E o Constituinte Ibsen Pinheiro é, inegavelmente, um homem de cujo comportamento ideológico não se pode duvidar. S. Ex.<sup>a</sup> me fez a seguinte observação: o instituto do **ombudsman** seria uma **capitis diminutio** para o Ministério Público se este, estruturado devidamente, com a dimensão continental que tem o nosso País, pudesse exercer sua função, sem a ligação umbilical e subordinado ao Chefe do Poder Executivo. Observem que o substitutivo, pela primeira vez, dá poderes constitucionais ao Ministério Público e, neste

passo, substitui com muito mais vantagem e menos despesa e também menos protocolo a figura do defensor do povo. Agora, pelo art. 149 – eu chamaria a atenção de V. Ex.<sup>as</sup> –, o Ministério Público é instituição permanente, o essencial à função jurisdicional do Estado – já começa aí – incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica e do regime democrático e dos interesses sociais, individuais indisponíveis, e a partir daí, assegura-se ao Ministério Público a autonomia funcional e administrativa, além do que passa a ser o seu chefe, o chefe do Ministério Público, eleito pelos seus colegas. Ora, a argumentação expendida pelo eminente Constitucionalista Egídio Ferreira Lima de logo afastaria qualquer preocupação que o Relator pudesse ter na manutenção do texto. Mas eu não poderia, ainda que ouvindo o Constituinte Gastone Righi e V. Ex.<sup>a</sup>, poupar-me da obrigação de dar esta satisfação à Comissão de Sistematização, porque o defensor do povo figurou no substitutivo anterior, assim como no projeto que veio das Comissões Temáticas.

Por esta razão, que me parece lógica, jurídica, funcional e efetiva, o Relator fica com o texto e deplora ficar contra a Emenda do Constituinte José Paulo Bisol. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Em votação.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Antônio Britto, Carlos Mosconi, Carlos Sant'Anna, Cristina Tavares, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Gasparian, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, José Paulo Bisol, Manoel Moreira, Mário Lima, Nelson Carneiro, Nelson Friedrich, Paulo Ramos, Sigmaringa Seixas, Antonio Mariz, Miro Teixeira, Nelson Wedekin, Octávio Elísio, Rose de Freitas, Vicente Bogo, Vilson Souza, Mário Assad, Brandão Monteiro, Lysâneas Maciel, Luiz Salomão, José Genoíno, Haroldo Lima. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Bernardo Cabral, Celso Dourado, Egídio Ferreira Lima, José Serra, José Ulisses de Oliveira, Nilson Gibson, Prisco Viana, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Rodrigues Palma, Theodoro Mendes, Virgildásio de Senna, Wilson Martins, Euclides Scalco, Israel Pinheiro, João Agripino, José Costa, José Tavares, Marcos Lima, Michel Temer, Alcení Guerra, Arnaldo Prieto, Carlos Chiarelli, Edme Tavares, Eraldo Tinoco, Francisco Benjamim, Inocêncio Oliveira, José Lins, José Santana de Vasconcellos, José Thomaz Nonô, Nonô, Luís Eduardo, Oscar Corrêa, Osvaldo Coelho, Paulo Pimentel, Ricardo Fiúza, Sandra Cavalcanti, Enoc Vieira, Jonas Pinheiro, José Tinoco, Paes Landim, Ricardo Izar, Simão Sessim, Antônio Carlos Konder Reis, Gerson Peres, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia, Virgílio Távora, Adylson Motta, Gastone Righi, Francisco Rossi, Ottomar Pinto, Adolfo Oliveira, José Maria Eymael.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 31 Constituintes; votaram NÃO 53 Constituintes. Total: 84 votos. O Destaque foi rejeitado.

Teremos, agora, o Destaque de nº 1096, requerido pelo Constituinte Vilson Souza. Devo chamar a atenção de S. Ex.<sup>a</sup> que o Destaque está prejudicado. A matéria votada tinha, no seu parágrafo 5º, a seguinte redação: "Lei Complementar disporá sobre a competência, organização, recrutamento, composição e funcionamento da defensoria do povo". É praticamente idêntica ao Destaque de V. Ex.<sup>a</sup>

Está prejudicado.

Em votação o Destaque nº 796, requerido pelo Constituinte José Paulo Bisol, referente à Emenda nº 32070 de sua autoria, José Paulo Bisol é autor da Emenda nº 32070 e pediu o Destaque nº 796, sobre Garantias Constitucionais dos Instrumentos Jurídicos. (Pausa)

Retirado o destaque.

Em votação o Destaque nº 22059, requerido pelo Constituinte Virgílio Guimarães, referente à Emenda nº 12708 de sua autoria. **(Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup> está ausente. Prejudicado o destaque.

Em votação o Destaque nº 2137, requerido pelo Constituinte Nilton Friedrich, referente à Emenda nº 29641 de autoria do Constituinte João Paulo. **(Pausa)**

Retirado o Destaque.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Em votação o Destaque nº 2140, requerido pelo Constituinte João Paulo. **(Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup> está ausente. Fica prejudicado o Destaque.

Em votação o Destaque nº 2221, requerido pelo Constituinte João Paulo, referente à Emenda nº 3480. **(Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup> está ausente. Fica prejudicado o Destaque.

Em votação o Destaque nº 2651, requerido pelo Constituinte Nilton Friedrich. **(Pausa)**

Retirado o Destaque.

Em votação o Destaque nº 2678, requerido pelo Constituinte Nilton Friedrich. **(Pausa)**

Retirado o Destaque.

Em votação o Destaque nº 2886, requerido pelo Constituinte José Thomaz Nonô, referente à Emenda nº 25073. **(Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup> está ausente. Fica prejudicado o Destaque.

Em votação o Destaque nº 4161, requerido pelo Constituinte Humberto Lucena. **(Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup> está ausente. Fica prejudicado o Destaque.

Em votação o Destaque nº 4590, requerido pelo Constituinte Lavoisier Maia. **(Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup> está ausente. Fica prejudicado o Destaque.

Em votação o Destaque nº 5425, requerido pelo Constituinte José Egreja, referente à Emenda nº 32184. **(Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup> está ausente. Fica prejudicado o Destaque.

Em votação o Destaque nº 5425, requerido pelo Constituinte Lavoisier Maia. **(Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup> está ausente. Fica prejudicado o Destaque.

Em votação o Destaque nº 5699, requerido pelo Constituinte José Ignácio Ferreira, referente à Emenda nº 11743. **(Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup> está ausente. Prejudicado o Destaque.

Em votação o Destaque nº 6628, requerido pelo Constituinte Vasco Alves, referente à Emenda nº 30438. **(Pausa)**

Ausente o autor. Prejudicado o Destaque.

Em votação o Destaque nº 6633, requerido pelo Constituinte Vasco Alves. **(Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup> está ausente. Prejudicado o Destaque.

Em votação o Destaque nº 6664, requerido pelo Constituinte Vasco Alves. **(Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup> está ausente. Prejudicado o Destaque.

Em votação o Destaque nº 6678, do Constituinte Vasco Alves. **(Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup> está ausente. Fica prejudicado o Destaque.

Em votação o Destaque nº 7657, do Constituinte Paulo Macarini. **(Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup> está ausente. Prejudicado o Destaque.

Em votação o Destaque nº 7871, requerido pelo Constituinte Nilton Friedrich, referente a aditamento ao art. 47 do Projeto, onde couber. Ele quer revivificar o art. 47 **(Pausa)**

**O SR. CONSTITUINTE NELTON FRIEDRICH:** – Retiro este, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – S. Ex.<sup>a</sup> retira.

Do mesmo Constituinte o Destaque nº 7872, em aditamento do art. 45 do projeto.

**O SR. CONSTITUINTE NELTON FRIEDRICH:** – Sr. Presidente, este nosso destaque simplesmente joga para a lei complementar a questão do defensor do povo; não cria a defensoria pública. É bem mais restrito e há vários Constituintes aqui presentes que fizeram a avaliação de que era fundamental permanecer este destaque. Este destaque não fala em defensoria, não cria aqueles condicionamentos, comparando inclusive a desembargador, etc., mas basicamente joga para a lei complementar as funções, a organização, a funcionalidade e os limites desta atividade.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr. Presidente, peço a palavra para contraditar a questão de ordem do requerente.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Ouço V. Ex.<sup>a</sup>, que me perdoará, enquanto procuro o número, mas conseguirei ouvi-lo assim mesmo.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr. Presidente, este Plenário acabou de decidir que não caberá ao órgão da Defensoria Pública e julgou isso *lato sensu*, ou seja, genericamente. Não aceitou a criação do *ombudsman*, esse órgão de defensoria pública, nesse caráter.

Ora, não pode agora uma emenda mais restritiva vir a restabelecer essa figura, deixando-a para a lei ordinária regulamentar. Essa é uma questão de prejudicialidade direta. Portanto, não deve ser conhecido o destaque.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Darei ao Constituinte Nilton Friedrich a interpretação da Mesa. Ao contrário, infelizmente do argumento de S. Ex.<sup>a</sup>, o art. 45 do Projeto diz:

"Lei complementar disporá sobre a competência, organização, recrutamento, composição e funcionamento da Defensoria do povo."

É a mesma redação do destaque do Constituinte Vilson Souza que foi considerado prejudicado.

**O SR. CONSTITUINTE NELTON FRIEDRICH:** – Sr. Presidente, faço um apelo a V. Ex.<sup>a</sup>, porque os demais destaques, os de nºs 7873, 7874, são desdobramentos deste que V. Ex.<sup>a</sup> interpretou agora como prejudicado. Portanto, retiro esses destaques. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Muito obrigado, Ex.<sup>a</sup>

Não há nenhuma questão de ordem levantada!

Concluimos a votação do Título II.

**O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO MONTEIRO:** – Sr. Presidente, não se trata de nenhuma questão de ordem. V. Ex.<sup>a</sup> até saudou por não ter havido alguma. É a respeito do requerimento.

Em nome da Liderança do PDT, gostaria de requerer à Mesa da Assembleia Nacional Constituinte cópia dos votos do sistema eletrônico, dos quais, todos sabemos, a Mesa tem uma listagem.

Em nome da Liderança do PDT, queria uma cópia que, até, se não houver oposição, fosse estendida às Lideranças dos outros Partidos.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Deferido. V. Ex.<sup>a</sup> será atendido. Lembro, apenas, ao Constituinte Brandão Monteiro que o resultado do sistema eletrônico é parcial. Assim mesmo V. Ex.<sup>a</sup> o deseja?

**O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO MONTEIRO:** – Sim.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Pois não.

## V – SUSPENSÃO DA REUNIÃO

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A Presidência vai suspender os trabalhos, convocando os Senhores Constituintes para a continuação da presente reunião, amanhã, vinte e um de outubro às 14:00 horas, para votação do Título III.

Está suspensa a reunião.

**(Suspende-se a reunião às 20 horas e 25 minutos)**

**EM 21 DE OUTUBRO DE 1987**

Presidência dos Srs.: **Brandão Monteiro**, Segundo-Vice-Presidente; **Jarbas Passarinho**, Terceiro-Vice-Presidente.

## I – REABERTURA DA REUNIÃO

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Havendo número regimental, declaro reaberta a reunião.

**ÀS 14:32 HORAS COMPARECEM OS SENHORES:**

Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Adolfo Oliveira, Afonso Arinos, Alcení Guerra, Alfredo Campos, Almir Gabriel, Aloysio Chaves, Aluizio Campos, Antônio Britto, Antonio Farias, Antônio Carlos Konder Reis, Antoniocarlos Mendes Thame, Arnaldo Prieto, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Brandão Monteiro, Carlos Chiarelli, Carlos Mosconi, Carlos Sant'Anna, Celso Dourado, Christóvam Chiaradia, Cid Carvalho, Cristina Tavares, Darcy Pozza, Edme Tavares, Egidio Ferreira Lima, Eraldo Tinoco, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Lyra, Floriceno Paixão, Francisco Benjamim, Francisco Pinto, Francisco Rossi, Gastone Righi, Gerson Peres, Haroldo Lima, Haroldo Sabóia, Ibsen Pinheiro, Inocêncio Oliveira, Jamil Haddad, Jarbas Passarinho, João Calmon, João Herrmann Neto, Joaquim Beviláqua, José Fogaça, José Freire, José Geraldo, José Ignácio Ferreira, José Jorge, José Lins, José Lourenço, José Luiz Maia, José Maucício, José Paulo Bisol, José Richa, José Santana de Vasconcellos, José Serra, José Thomaz Nonô, José Ulisses de Oliveira, Luís Eduardo, Luiz Inácio Lula da Silva, Lysâneas Maciel, Manoel Moreira, Marcondes Gadelha, Mário Assad, Mário Lima, Milton Reis, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nelson Friedrich, Nilson Gibson, Oscar Corrêa, Osvaldo Coelho, Oswaldo Lima Filho, Paulo Pimentel, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Plínio Arruda Sampaio, Prisco Viana, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Ricardo Fiuza, Roberto Freire, Rodrigues Palma, Sandra Cavalcanti, Severo Gomes, Sigmaringa Seixas, Siqueira Campos, Theodoro Mendes, Virgildásio de Senna, Virgílio Távora, Vivaldo Barbosa, Wilson Martins, Adylson Motta, Aécio Neves, Albano Franco, Aldo Arantes, Antonio Mariz, Beth Azize, Bocayuva Cunha, Bonifácio de Andrada, Chagas Rodrigues, Daso Coimbra, Délio Braz, Enoc Vieira, Euclides Scalco, Fernando Santana, Furtado Leite, Gilson Machado, Hugo Napoleão, Israel Pinheiro, João Agripino, João Menezes, João Natal, Jofran Frejat, Jonas Pinheiro, Jorge Hage, José Carlos Grecco, José Costa, José Fernandes, José Genoíno, José Maranhão, José Maria Eymael, José Tavares, José Tinoco, Luiz Henrique, Luiz Salomão, Manuel Viana, Márcio Braga, Marcos Lima, Michel Temer, Miro Teixeira, Mozarildo Cavalcanti, Nelson Wedekin, Octávio Elísio, Ottomar Pinto, Paes Landim, Ricardo Izar, Roberto Balestra, Roberto Brant, Rose de Freitas, Simão Sessin, Sólton Borges dos Reis, Sotero Cunha, Uldurico

Pinto, Valmir Campelo, Vicente Bogo, Vilson Souza, Ziza Valadares, Fernando Gasparian, Adroaldo Streck e Afif Domingos. Comparecem, ainda, os Senhores Constituintes não membros: Chico Humbreto, Roberto D'Ávila, Paulo Delgado, Florestan Fernandes, Vitor Buaiz, Costa Ferreira, Matheus Iensen, Ubiratan Spinelli, Cunha Bueno e Luiz Alberto Rodrigues. Deixou de comparecer o Senhor Constituinte Francisco Dornelles.

## II – EXPEDIENTE

**Ofício do Sr. Líder em exercício do PMDB:**

Ofício nº 222-87

Brasília, 21 de outubro de 1987.

Excelentíssimo Senhor

Senador Afonso Arinos

DD. Presidente da Comissão de Sistematização na Assembléia Nacional Constituinte

Nesta

Senhor Presidente:

Tomo a liberdade de comunicar a V. Ex.<sup>a</sup> que a Bancada de Suplentes dessa Comissão, em acordo, estabeleceu a seguinte ordem de inscrição: 1. Rose de Freitas; 2. Roberto Brant; 3. José Carlos Grecco; 4. Marcos Lima; 5. João Natal; 6. Aécio Neves; 7. José Tavares; 8. Antonio Mariz; 9. Manuel Viana; 10. Michel Temer; 11. João Agripino; 12. José Costa; 13. Israel Pinheiro; 14. Miro Teixeira; 15. Nelson Wedekin; 16. Délio Braz; 17. Márcio Braga; 18. Vilson Souza; 19. Daso Coimbra; 20. José Maranhão; 21. Vicente Bogo; 22. Luiz Henrique; 23. Octávio Elísio; 24. Ziza Valadares e 25. Euclides Scalco.

Sem outro particular, reitero a Vossa Excelência votos de estima e cordial apreço. – Deputado **Euclides Scalco**, Líder em exercício do PMDB na Assembléia Nacional Constituinte.

**Ofício do Sr. Líder do PFL:**

Ofício nº 266-87 – PFL

Brasília, 9 de outubro de 1987.

Ao Excelentíssimo Senhor

Deputado Ulysses Guimarães

DD. Presidente da Assembléia Nacional Constituinte

Senhor Presidente:

Comunico a Vossa Excelência, para os devidos fins, que o Deputado Cleonânio Fonseca deixa de integrar, a partir desta data, a Comissão de Sistematização, como Suplente.

Em substituição ao seu nome, passa a integrar a referida Comissão, como membro Suplente, o Deputado Valmir Campelo.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protestos de consideração e apreço. – Deputado **José Lourenço**, Líder do PFL.

## III – ORDEM DO DIA

### VOTAÇÃO DO PROJETO DE CONSTITUIÇÃO

#### TÍTULO III (Início)

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Vamos passar à votação do Título III – Da Organização do Estado.

Nos termos do Regimento, a reunião será suspensa por 30 minutos, para recebimento de requerimentos de preferência para as proposições referentes a esse título.

Os Srs. Constituintes que tenham esses pedidos queiram apresentá-los à Mesa.

Está suspensa a reunião.

**(É suspensa a reunião)**

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro)** – Está reaberta a reunião. Votação do Título III – Da Organização do Estado.

Com a palavra o Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva, para uma questão de ordem.

**O SR. CONSTITUINTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA:** – Sr. Presidente, acredito que todos os Constituintes têm acompanhado pelos jornais e pela televisão o momento que vive a economia nacional, que é muito grave. E, a nível mundial, a queda das ações nas Bolsas de Valores de todos os países desenvolvidos terá reflexos imediatos no Brasil, possivelmente agravado a crise econômica e social que já estamos vivendo.

Correm rumores aqui – e temos lido sobre isto na imprensa – de que há uma predisposição de fazer com que haja funcionamento concomitante do Plenário da Constituinte e da Comissão de Sistematização. Gostaria de perguntar a V. Ex.<sup>a</sup> qual o espaço que vamos ter para discutir a conjuntura, a política do dia-a-dia que se leva a efeito neste País, ora na casa do Dr. Ulysses Guimarães, ora no Palácio do Planalto.

Há aproximadamente 30 dias S. Ex.<sup>a</sup> o Sr. Presidente da República disse que faria reformas substanciais. Já utilizou dois programas de televisão, e, pelo que vejo, a reforma que fará será basicamente nenhuma. S. Ex.<sup>a</sup> continua governando por decreto-lei.

As greves têm-se sucedido neste País. Ainda ontem, em São Bernardo do Campo, município situado na região mais industrializada do País, 40 mil operários da Autolatina pararam de trabalhar em função de uma luta pela recuperação do seu poder aquisitivo, porque há uma defasagem, se comparada a fevereiro do ano passado, de 65,9% no salário dos trabalhadores. As greves vão suceder-se em várias categorias. Então, entendemos que é preciso haver espaço para que possamos discutir a conjuntura e os desmandos cometidos pelo Governo do Presidente José Sarney os desmantelos causados pela política econômica comandada pelo Ministro Bresser Pereira.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Gostaria que V. Ex.<sup>a</sup> formulasse sua questão de ordem.

**O SR. CONSTITUINTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA:** – Minha questão de ordem é para que V. Ex.<sup>a</sup> que está presidindo a Comissão de Sistematização hoje, alerte o Dr. Ulysses Guimarães sobre a necessidade de uma reunião com todas as lideranças partidárias no sentido de que possamos estabelecer um horário ou um dia a fim de discutir um pouco da conjuntura política e econômica deste País, porque o desmando é total. Já está mais do que provado que, a continuar do jeito que está, este País irá à falência.

Então, é preciso que haja uma discussão a respeito. E acho que ninguém melhor do que V. Ex.<sup>a</sup>, que está presidindo a Comissão de Sistematização, para comunicar ao Dr. Ulysses Guimarães que há a necessidade de se convocar uma reunião de lideranças com certa urgência para que possamos discutir problemas muito sérios que estão acontecendo neste País.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva, na verdade V. Ex.<sup>a</sup> está formulando um requerimento, e, presidindo circunstancialmente a Mesa, levarei o pedido de V. Ex.<sup>a</sup> ao Presidente Ulysses Guimarães.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ COSTA:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ COSTA:** – Sr. Presidente, tenho um enorme apreço pelo eminente Líder do

PT, Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva, mas questões de ordem como essa de S. Ex.<sup>a</sup>, formuladas em todo início da sessão da Comissão de Sistematização, acabarão por impedir que cheguemos a bom termo nos nossos trabalhos. Pediria a V. Ex.<sup>a</sup> – esta é a questão de ordem – que encontrasse algum lugar neste plenário para colocar um painel, lembrando aos Constituintes que, a partir de hoje, teremos apenas 7 dias úteis para votar todos estes artigos que estão aí para serem submetidos à nossa apreciação. Estamos votando ainda o art. 17. Pediria a V. Ex.<sup>a</sup> que não admitisse questões de ordem pertinentes, em favor do bom andamento dos nossos trabalhos.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Respondendo a V. Ex.<sup>a</sup> dizendo que só posso admitir a questão de ordem ou não quando formulada. O Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva, como V. Ex.<sup>a</sup>, pediu a palavra para levantar uma questão de ordem. Solicitei a S. Ex.<sup>a</sup> que a formulasse. Do contrário, estaria cerceando um direito que o Constituinte tem de solicitar questões de ordem.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Sr. Presidente pela ordem. Não me vou alongar, sobretudo pela compreensão que tenho da importância do trabalho que estamos desenvolvendo. Mas quero dizer que a questão de ordem que o ilustre Líder do PT, Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva, acabou de levantar poderia ter sido ventilado hoje pela manhã, na reunião da Assembléia Nacional Constituinte, ou ontem, na sessão da Câmara dos Deputados. Apenas quero acrescentar que sempre fui a favor – e tenho defendido isto – de que a Câmara dos Deputados e o Senado Federal funcionem nesse período, para permitir exatamente o debate das questões conjunturais. Concordo em que aqui, nas sessões da Comissão de Sistematização, todos temos que trabalhar na elaboração da Constituição.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Na realidade, V. Ex.<sup>a</sup> não formulou uma questão de ordem, mas contraditou um requerimento do Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva.

Na votação do Título III, a que vamos proceder neste momento, deveríamos passar a palavra aos líderes por ordem alternativa. Evidentemente, gostaria de chamar a atenção das diversas lideranças para o fato de que houve um compromisso assinado pelos líderes no sentido de que abririam mão da utilização deste horário de liderança, a não ser quando achassem substancialmente importante. Penso que nenhum dos líderes pretende usar da palavra, o que ajudaria neste momento a continuidade e a celeridade dos trabalhos. Evidentemente, pelo Regimento, os líderes têm esse direito.

Passemos à votação do art. 17 do Capítulo I – da Organização Político-Administrativa.

Sobre a mesa vários requerimentos de destaque, que vou ler. A Mesa tem aqui uma comunicação a fazer. Temos várias emendas substitutivas do título, de autoria dos Constituintes Arnaldo Prieto, Victor Faccioni e José Richa, ao art. 19, e esta matéria é preliminar para a decisão do art. 19, pois preconiza a substituição integral do título.

Ora, louvo-me no Regimento Interno que prescreve, no seu art. 23, § 2º:

"Fica vedada a apresentação de emenda que substitua integralmente o projeto, ou que diga respeito a mais de um dispositivo, a não ser que trate de modificações correlatas, de maneira que a alteração, relativamente a um dispositivo, envolva a necessidade de se alterarem outros."

A Mesa, em consequência, decide pelo não acolhimento das emendas substitutivas integrais.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Muito bem.

**O SR. CONSTITUINTE JOÃO MENEZES:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Tem a palavra, pela ordem, o ilustre Constituinte João Menezes.

**O SR. CONSTITUINTE JOÃO MENEZES:** – Sr. Presidente, ouvi a decisão de V. Ex.<sup>a</sup> e a aceito. Apenas, se, como V. Ex.<sup>a</sup> leu, o Regimento diz respeito a emendas substitutivas do projeto todo e as proposições, na verdade, são substitutas do capítulo, parece-me que não é o caso. Creio que V. Ex.<sup>a</sup> decidiu contrariamente ao que ouvi V. Ex.<sup>a</sup> ler.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Direi a V. Ex.<sup>a</sup> que o art. 23, no seu § 2º, tem a seguinte redação:

"Fica vedada a apresentação de emenda que substitua integralmente o projeto, ou que diga respeito a mais de um dispositivo, a não ser que trate de modificações correlatas, de maneira que a alteração, relativamente a um dispositivo, envolva a necessidade de se alterarem outros."

O entendimento da Mesa é o de que não é possível o substitutivo integral.

Ainda dentro desse entendimento, vamos passar à votação preferencialmente, como sói acontecer, das emendas substitutivas de capítulos, que é possível em função de não se tratar de mais de um dispositivo.

Em votação o Destaque nº 7199, requerido pelo Constituinte José Richa, referente à Emenda nº 33998. O Constituinte José Richa está presente? **(Pausa)** Prejudicado.

Em votação o **caput** do art. 17. O Destaque em votação é o de nº 4012, requerido pelo Constituinte Aluizio Campos, referente ao texto do art. 17.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Com a palavra o nobre Constituinte Roberto Freire, para uma questão de ordem.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Sr. Presidente, realmente houve um equívoco da Mesa. Todos estamos percebendo, agora, que não se votou o título, ressaltados os destaques.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – É verdade. V. Ex.<sup>a</sup> tem razão.

**Título III, do Substitutivo nº 2, ao Projeto de Constituição, do Sr. Bernardo Cabral. (192ª votação.)**

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Vamos proceder a votação do título, ressaltados os destaques, como foi muito bem lembrado, em questão de ordem, pelo ilustre Constituinte Roberto Freire.

Em votação o Título III, ressaltados os destaques.

**(Procede-se à votação)**

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Antônio Britto, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Carlos Sant'Anna, Celso Dourado, Cid Carvalho, Cristina Tavares, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, José Fogaça, José Paulo Bisol, José Richa, José Ulisses de Oliveira, Manoel Moreira, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nelson Friedrich, Nilson Gibson, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Prisco Viana, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Rodrigues Palma, Sigmaringa Seixas, Theodoro Mendes, Wilson Martins, Antônio Mariz, Israel Pinheiro, João Agripino, João Natal, José Costa, José Maranhão, José Tavares, Vilson Souza, Alcení Guerra, Aloysio Chaves, Arnaldo Prieto, Christóvam Chiaradia, Edme Tavares, Eraldo Tinoco, Francisco Benjamim, Inocêncio

Oliveira, José Jorge, José Lins, José Santana de Vasconcellos, Luís Eduardo, Mário Assad, Oscar Corrêa, Paulo Pimentel, Sandra Cavalcanti, Valmir Campelo, Enoc Vieira, João Menezes, Jonas Pinheiro, Gilson Machado, José Tinoco, Ricardo Izar, Simão Sessim, Darcy Pozza, Gerson Pares, Jarbas Passarinho, Virgílio Távora, Adylson Motta, Bonifácio de Andrada, Brandão Monteiro, José Maurício, Lysâneas Maciel, Gastone Righi, Ottomar Pinto, Luiz Inácio Lula da Silva, José Genoíno, Adolfo Oliveira, Siqueira Campos, Haroldo Lima, Roberto Freire, Jamil Haddad e Antônio Farias.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 80 Constituintes. Total: 80 votos. O Título III do Substitutivo nº 2 foi **aprovado**, por unanimidade, ressaltados os destaques.

Em votação o Destaque de autoria do Constituinte Aluizio Campos, que por equívoco já havia sido mencionado como prejudicado devido à ausência do referido Constituinte.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ TAVARES:** – Antes de submeter o título à votação, ressaltados os destaques, V. Ex.<sup>a</sup> considerou prejudicado um destaque de autoria do Constituinte José Richa, devido à ausência de S. Ex.<sup>a</sup> Tenho a impressão de que esta decisão também é nula, na medida em que o título não havia sido votado.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – V. Ex.<sup>a</sup> tem razão.

Em votação emenda substitutiva ao Capítulo I do Título III, de autoria do ilustre Constituinte José Richa. A Emenda nº 33998-2, constante da pág. 3213 do avulso, tem o seguinte teor:

"Art. 28. A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos na sua respectiva esfera de competência."

§ 1º Brasília, Distrito Federal, é a Capital do Brasil."

O Constituinte José Richa desiste da emenda.

**Destaque nº 001507-87 do Sr. Ottomar Pinto – Emenda nº ES-33224-4, dos Srs. Ottomar Pinto e Marluce Pinto, "que modifica o art. 28, "caput", § 5º, o art. 29 "caput" e suprime o art. 28, § 2º, do Substitutivo nº 1", (modifica o art. 17, "caput", do Substitutivo nº 2)" (193ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Em votação o Destaque nº 1507, requerido pelo Constituinte Ottomar Pinto, referente à Emenda nº 33224.

Com a palavra o Constituinte Ottomar Pinto.

**O SR. CONSTITUINTE OTTOMAR PINTO:** – Sr. Presidente, ilustres membros da Comissão de Sistematização, nossa emenda aditiva visa a reparar sobretudo uma injustiça que se consumaria, se mantido o que se encontra no texto do Substitutivo do Relator. O nobre Relator compreendeu o alcance dessa medida, e temos certeza de que, ao proferir seu parecer, haverá de concordar com nosso destaque. Se for mantido o que se encontra no Substitutivo, os Territórios Federais serão discriminados. De acordo com a tradição constitucional, os Territórios Federais sempre foram elementos integrantes da Federação brasileira.

A Constituição de 1946 diz que "a União é composta dos Estados, Distrito Federal e Territórios". A Constituição de 1934 também diz que a Nação brasileira "é constituída pela união perpétua e indissolúvel dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios em Estados Unidos do Brasil e mantém como forma de governo..." De igual

modo, a Constituição de 1967 diz que o Brasil é uma República Federativa, constituída, sob o regime representativo, pela união indissolúvel dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios. Então, o que se contém no 2º Substitutivo é justamente a exclusão dos Territórios do sistema federativo e sua incorporação à União, como se fossem serventia da União.

Os Territórios foram criados sobretudo em zonas periféricas, de vazios demográficos, pobres, limítrofes com países estrangeiros nem sempre fraternos em relação ao Brasil. O propósito dessa criação, além de vivificar as áreas fronteiriças, era sobretudo a instituição de um sistema que propiciasse acelerar o desenvolvimento desses Municípios. Daí por que, não fosse a criação dos Territórios do Amapá, de Roraima, do Acre e também de Rondônia, certamente hoje Boa Vista, Capital pujante de vitalidade, seria um Município obscuro, como o são os Municípios de São Gabriel da Cachoeira, Borba, Barcelos e tantos outros, perdidos no isolamento e na distância dos rincões amazônicos.

Os Territórios têm as mesmas atribuições que os Estados: devem manter a educação, a saúde da população, fomentar a agricultura, a indústria, elaborar, acompanhar e incentivar programas de colonização, desenvolver a pecuária, manter a segurança pública e, ainda mais, efetivar ações no sentido de permitir que a administração da Justiça ocorra de forma satisfatória para os seus jurisdicionados. Portanto, têm todas as obrigações, todos os ônus do Estado. Se for mantido o estatuto jurídico consignado no 2º Substitutivo, os Territórios não gozarão dos benefícios que hoje desfrutam. Recebem recursos do Fundo de Participação dos Estados e do Fundo Especial, que compõem a parte primordial dos seus orçamentos. É com esses recursos que conseguem levar a bom termo todo um programa de desenvolvimento e assistência às populações que ali vivem. A alteração do estatuto consignado no Substitutivo contará naturalmente com o apoio e beneplácito do Relator. Irá fazer com que os atuais Territórios e aqueles que se vierem a criar posteriormente e não disponham de um mínimo de segurança orçamentária tenham que postular do Ministério do Interior recursos, para atender às necessidades da população que ali vive. Sabemos que o sistema tributário que será consagrado na Carta Constitucional privilegiará, com muita justiça, os Estados e Municípios, em detrimento do centralismo da União, que sofrerá erosão de 15 a 20% nos recursos orçamentários tradicionais. Como a União é dessanguada por esse sistema tributário, será muito mais difícil a um Governador de Território conseguir um mínimo, porque os Territórios não têm representação federal de peso, não têm voz, nem vez e nada conseguirão. Não conseguirão recursos suficientes para dar existência condigna àqueles brasileiros laboriosos que ali vivem.

Concluindo, Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, eis por que insistimos nessa correção no **caput** do artigo, onde se fala que "a organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreenda a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios" para que se faça justiça, para que não se discriminem as pessoas que vivem nos Territórios, para que esta Constituição seja realmente um marco de avanço social e econômico em nosso País e não um retrocesso, discriminando populações que vivem nas periferias.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Adylson Motta, que encaminhará contra.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON JOBIM:** – Sr. Presidente, preciso de um esclarecimento. A emenda é substitutiva do art. 17, e seus parágrafos?

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – A emenda suprime o § 2º do art. 17 e modifica o **caput** do art. 28.

Com a palavra o Constituinte Adylson Motta.

**O SR. CONSTITUINTE ADYLSON MOTTA:** – Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, encaminharei contrariamente à emenda do Constituinte Ottomar Pinto, baseado na premissa, fundada em minha convicção, da desnecessidade da figura do Território no elenco das entidades político-administrativas.

Sr. Presidente, os Territórios foram criados em 1943, para suprir uma deficiência existente à época. E tanto é comprovada a sua desnecessidade que ao longo dos anos seguintes, não mais foram criados Territórios neste País. Então, a minha proposta – que virá mais adiante e que constitui a razão de estar encaminhando contrariamente à emenda – é no sentido de que se tire do elenco de entidades político-administrativas brasileiras a figura do Território. Se, por necessidade de desenvolvimento de alguma região, ou por uma questão estratégica, for preciso promover alguma parte do nosso território, que seja feito diretamente, transformando-o em Estado.

Proponho, Sr. Presidente – e mais adiante tenho um destaque para o § 2º supressivo evidentemente – seja eliminada a figura do Território do elenco das nossas entidades administrativas até porque tenho uma proposta para que os Territórios remanescentes do Amapá e de Roraima, sejam transformados em Estados e para que Fernando de Noronha, que é apenas uma ilha com mil habitantes e que tem sua segurança garantida pela base militar que abriga, seja reanexado ao Estado de Pernambuco, talvez sob a condição de Município. Com tais providências, eliminaríamos essa figura de exceção, até porque, no momento em que defendemos eleição direta para o menor dos nossos Municípios, incentivaríamos a criação de entidades que seriam administradas através de Governadores nomeados, fugindo ao espírito do que se pretende hoje, que é a eleição em todos os níveis, para todas as entidades político-administrativas brasileiras.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Concedo a palavra ao Constituinte Gastone Righi, que irá encaminhar a favor da emenda Ottomar Pinto.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr. Presidente, ilustres membros da Comissão de Sistematização, a Emenda Ottomar Pinto visa apenas a inserir os Territórios Federais como unidades (autônomas e passíveis de perceberem as vantagens que os Estados, Municípios e o próprio Distrito Federal auferem hoje em dia. Um Território Federal é um pré-Estado, uma zona que se delimita se lhe for dado governo próprio e estrutura administrativa a fim de se desenvolver e, no mais breve tempo possível, transformar-se em mais um Estado Federado.

Ora, não é justo que, em se tratando de um pré-Estado, quando o desejo da Nação é transformar aquela região num Estado autônomo, se lhe tire o direito de percepção das verbas nos vários fundos de participação, impossibilitando o Governo desses Territórios de cumprirem com suas tarefas administrativas, seja no setor da educação e saúde ou mesmo dos melhoramentos de equipamentos públicos.

A emenda é absolutamente saudável e, ao contrário do que aqui foi dito pelo ilustre Constituinte do PDS, não se trata, na realidade, de desejarmos eternizar os Territórios Federais, mas, sim, de dar-lhes meios para que ascendam à condição de Estado. Tanto é assim que o mesmo Constituinte Ottomar Pinto é autor de emenda que eleva o Território de Roraima à condição de Estado. E nós, do PTB, temos apoiado aqui indiscriminadamente a elevação dos Territórios a Estado, graduação natural.

Assim sendo, esperando também que o insigne relator apóie esta emenda de todo procedente, concitamos os ilustres membros desta Comissão a aprová-la, o que

será feito em benefício dos atuais Territórios Federais. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Com a palavra o Constituinte Nelson Jobim, que encaminhará contra a proposição.

**O SR. CONSTITUINTE NÉLSON JOBIM:** – Sr. Presidente, é única e específica a emenda que suprime o § 2º do art. 17 Substitutivo, o qual estabelece que os Territórios Federais integram a União. Precisa ficar absolutamente lúcido e claro na Constituição se teremos, ou não, a figura do Território. Mas, elevar-se em Território à condição de Estado é nominar-se Território de Estado ou Estado de Território ou temos a figura do Território ou a de Estado. Não podemos ter duas figuras idênticas, ou seja, Estado igual a Território com nomes diversos. Então, a emenda tem esse equívoco ao transformar os Territórios em Estados sem elevá-los à condição nominal de Estado.

Por isso, Sr. Presidente, encaminho contra.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – O Sr. Relator não deseja se manifestar?

Vamos à tomada de votos pelo sistema eletrônico.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr. Presidente, apenas para orientar-nos na votação, poderia o Sr. Relator dizer-nos qual seu parecer sobre a emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Sr. Constituinte Gastone Righi, indaguei do Relator se queria usar da palavra. S. Ex.<sup>a</sup> respondeu que não. Perdemos tempo quando os Constituintes não prestam atenção no que ficou aqui decidido.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr. Presidente, um membro da Comissão de Sistematização está pedindo, para orientação de seu voto, a opinião do Relator.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Ele já disse não quer manifestar-se.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Disse que não daria parecer, mas votaria sim.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Solicito ao Sr. Relator, para ajudar também na agilidade dos trabalhos, ainda que não queira dar seu parecer, que pelo menos diga se é a favor ou não da emenda. Do contrário, serão levantadas questões de ordem sucessivas, acarretando perda de tempo.

Passemos à votação.

#### (Procede-se à votação)

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ SERRA:** – Sr. Presidente, solicito retificação do meu voto.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Constituinte Adolfo Oliveira, o Constituinte José Serra errou o seu voto e não pode – por ser uma decisão da Mesa – de maneira alguma, em matéria constitucional, modificá-lo. Lamentavelmente, não vamos deferir.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Pois não.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, para sermos justos e corretos, o Constituinte Egídio Ferreira Lima votou NÃO, enquanto outro Constituinte já havia votado SIM. E o voto, de S. Ex.<sup>a</sup> não pode ser retificado, tendo de ser computado como NÃO. Aliás, ao contrário, votou SIM e depois retificou para NÃO. Então, pediria a V. Ex.<sup>a</sup> que usasse também a mesma medida. S. Ex.<sup>a</sup>, homem sério e correto, pode confirmar o que estou dizendo.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Sem dúvida, só quero dizer que V. Ex.<sup>a</sup>, mais diligente do que a Mesa, observou este fato. A Mesa não o fez.

Levantada a questão em relação ao Constituinte José Serra, pelas decisões anteriores, não permitirei a modificação do voto. Quanto ao Constituinte Egídio Ferreira Lima, um homem da maior dignidade, diz V. Ex.<sup>a</sup> que ele também retificou o voto. Nesse sentido, se não há contestação do ilustre Constituinte, vou pedir que se confirme o voto dado e não a retificação.

**O SR. CONSTITUINTE ADOLFO OLIVEIRA:** – Sr. Presidente, o voto do nobre Constituinte Egídio Ferreira Lima foi retificado tempestivamente. O seu voto não estava assinalado no painel. Só assinalai o voto do Constituinte José Serra porque imaginei que o seu nome não estava no painel.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Já havia...

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – A Mesa está decidindo a questão, Constituinte Gerson Peres.

**O SR. CONSTITUINTE EGÍDIO FERREIRA LIMA:** – Sr. Presidente, eu chegava quando fui chamado. Antes de me sentar eu disse SIM de maneira equivocada e de imediato pedi a retificação. Foi no ato mesmo de proceder o registro do voto.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – O que ocorreu com o Constituinte Egídio Ferreira Lima foi uma falha admissível, o que não aconteceu com o Constituinte José Serra. É a decisão da Mesa.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Não vou insistir, mas o fato ocorreu.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Constituinte Adolfo Oliveira, continue a votação.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Bernardo Cabral, Carlos Mosconi, Carlos Sant'Anna, Celso Dourado, Cristina Tavares, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, José Serra, Manoel Moreira, Nelson Carneiro, Nelton Friedrich, Paulo Ramos, Rodrigues Palma, Theodoro Mendes, José Costa, Michel Temer, Miro Teixeira, Octávio Elísio, Vilson Souza, Edme Tavares, Francisco Benjamim, José Lins, Luís Eduardo, Mário Assad, Oscar Corrêa, Jonas Pinheiro, Ricardo Izar, Darcy Pozza, Gerson Peres, Jarbas Passarinho, Bonifácio de Andrada, Francisco Rossi, Gastone Righi, Siqueira Campos, Ottomar Pinto e Jamil Haddad. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Antônio Britto, Cid Carvalho, Egídio Ferreira Lima, José Fogaça, José Ignácio Ferreira, José Paulo Bisol, José Ulisses de Oliveira, Nelson Jobim, Nilson Gibson, Pimenta da Veiga, Sigmaringa Seixas, Aécio Neves, Antônio Maria, Israel Pinheiro, João Agripino, João Natal, José Carlos Grecco, José Maranhão, José Tavares, Aloysio Chaves, Carlos Chiarelli, Christóvam Chiaradia, Eraldo Tinoco, Inocêncio Oliveira, José Jorge, José Santana de Vasconcellos, Paulo Pimentel, Ricardo Fiúza, Sandra Cavalcanti, Valmir Campelo, Enoc Vieira, João Menezes, Gilson Machado, José Tinoco, Antônio Carlos Konder Reis, Adylson Motta, Brandão Monteiro, José Maurício, Lysâneas Maciel, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Adolfo Oliveira, Haroldo Lima, Roberto Freire e Antonio Farias. **ABSTENÇÃO** do Senhor Constituinte Wilson Martins.

#### DECLARAÇÃO DE VOTO

Sobre o Destaque nº 1.507 da Emenda 33224-4 do Constituinte Ottomar Pinto. Sou contrário a essa emenda tendo, no entanto, me equivocado ao votar, ao apertar, inadvertidamente, o botão **SIM**.

21 de outubro de 1987. – José Serra.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 38 Constituintes; votaram NÃO 45 Constituintes; absteve-se de votar 1 Constituinte. Total: 84 votos. O Destaque foi prejudicado por falta de **quorum** qualificado. Declaração de voto, do Senhor Constituinte **José Serra**.

Em consequência, o destaque seguinte, que é do Constituinte Ottomar Pinto, está prejudicado.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem sobre a votação.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr. Presidente, o ilustre Constituinte Adolfo Oliveira fez a chamada de suplentes e esqueceu-se do PTB. Faltou um voto do PTB, exatamente o do autor da Emenda Ottomar Pinto.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Foi tomado o voto do Constituinte Ottomar Pinto.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Mas como, se ele está ali e não votou.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Foi chamado e tomado o voto. Certamente o Constituinte Ottomar Pinto não prestou atenção ao seu próprio voto.

Passa-se à votação do § 1º

Em votação o Destaque nº 4640, requerido pelo Constituinte Chagas Rodrigues, referente à Emenda nº 21991, **(Pausa)** O Constituinte está ausente. Prejudicado o destaque.

Em votação o Destaque nº 6102. Emenda Substitutiva nº 31469 da Constituinte Anna Maria Rattes. **(Pausa)** Não está presente. Está prejudicado o destaque.

Passemos à votação do § 2º

Sobre a mesa requerimento de preferência do Constituinte Adylson Motta, que, na forma regimental, requer preferência para votação do destaque referente ao § 2º do art. 17 do Substitutivo.

Para que os Srs. Constituintes tenham clareza em relação à votação, pretende o Constituinte Adylson Motta preferência para votação do Destaque que tem como objetivo suprimir o § 2º do art. 17.

Em votação a preferência. Os Srs. Constituintes que estiverem a favor do requerimento de preferência do Constituinte Adylson Motta permaneçam como se encontram. **(Pausa)**

Aprovada a preferência.

**Destaque nº 006184-87, do Sr. Adylson Motta, "que suprime o art. 17, § 2º do Substitutivo nº 2". (194ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Em consequência, votação do Destaque nº 6184, requerido pelo Constituinte Adylson Motta, referente ao texto do § 2º

Com a palavra o Constituinte Adylson Motta, para encaminhar a sua proposição.

**O SR. CONSTITUINTE ADYLSO MOTA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, os argumentos que usei, ao encaminhar contrariamente a Emenda Ottomar Pinto, são os mesmos que lanço para defender a minha proposta. Solicitei uma série de destaques para suprimir os artigos que tratam da criação ou de atribuições referentes à figura do Território.

Sr. Presidente, creio que está na hora de repensarmos o nosso País, de ser redesenhado o mapa brasileiro, mas

que isso se faça de uma maneira definitiva, não com exceções, com situações paliativas, que depois perduram, constituindo-se em verdadeiras excrescência na nossa organização político-administrativa.

Os territórios criados emergencialmente têm 44 anos. Alguns foram extintos; outros transformados em Estado. Agora, contrariando o argumento do nosso eminente Constituinte Gastone Righi, quero dizer que não é preciso essa fase intermediária para se criar um Estado, e o Mato Grosso do Sul é um exemplo eloquente de que não há essa necessidade.

Reforço o meu argumento, acrescentando que, quando exigimos eleições para todos os municípios brasileiros, para as estâncias hidrominerais, para os municípios de fronteira, para as capitais de Estados, para os governos de Estado, não quero dar o meu voto incentivando a criação de uma entidade administrativa que será gerida por alguém que não tem voto.

Quero alertar também para o seguinte: a aceitação dessa minha proposta, a supressão desse parágrafo, praticamente implica um compromisso moral de todos nós no sentido de votarmos a favor da transformação de Roraima e Amapá em Estados; do contrário, não faria a apresentação dessa proposta. Portanto, a aprovação do meu destaque, ou seja, a supressão do § 2º, implica o compromisso moral de transformar os atuais Territórios de Roraima e Amapá em Estados e da reanexação do Fernando de Noronha ao Estado de Pernambuco. Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Queria trazer à consideração do Plenário que o Constituinte Roberto Freire, há pouco, solicitava que se mantivesse, para o encaminhamento de votação, somente um orador a favor e outro contra. Evidentemente, disse a S. Ex.<sup>a</sup> que isso a todos interessa a celeridade do processo. Agora, penso que poderíamos resolver da seguinte maneira: quando ousaria cercar o direito de os Constituintes falarem, embora ver duas inscrições a favor e uma contra, para se manter o princípio do contraditório, nós deferiríamos a palavra a um e a outro. Com isso aceleraríamos o trabalho e seria mantida a justiça do contraditório. Creio que não há posição contra, e a Mesa passa a adotar este sistema.

Com a palavra o Constituinte Michel Temer.

**O SR. CONSTITUINTE MICHEL TEMER:** – Sr. Presidente. Srs. Constituintes, vou tomar a liberdade de encaminhar contra a emenda do Constituinte Adylson Motta por razões eminentemente técnicas, e revelo o porquê. A tradição dos nossos Constituintes desde 1934 foi no sentido da previsão constitucional dos Territórios Federais como integrantes da Federação brasileira. Nos primeiros artigos das Constituições de 1934, 1937, 1946, 1967 e da Emenda Constitucional nº 1, de 1969, está expressa a idéia do alcance espacial, do alcance geográfico de incidência de uma determinada Constituição. E a regra geral é dizer: "Esta Constituição abrange as figuras da União, dos Estados e dos Territórios Federais." A Federação é geograficamente a soma de duas pessoas de natureza política, quais sejam, a União e os Estados, e uma pessoa de natureza administrativa caracterizada geograficamente como Territórios Federais.

De fato, geograficamente o território brasileiro é dividido em Estados e Territórios e neles estão os Municípios. O ideal até seria que o **caput** do art. 17 dissesse, como estabelece a Constituição de 1967, que integram a Federação a União, os Estados e os Territórios. Nem haveria necessidade da menção aos Municípios. Mas não foi o que se fez. Entretanto, o parágrafo estabelece uma previsão constitucional dos Territórios Federais, revelando aquilo que a doutrina e a jurisprudência já dizem pacificamente: "Os Territórios Federais, como entes federados, integram a União."



Ou seja, não são Estados, não têm a mesma natureza do Distrito Federal, mas são uma realidade geográfica do País, onde incide a norma constitucional, criada em 1946, em 1967 e agora criada por nós outros Constituintes de 1987.

Ora, o Território tem um governo administrativo, mas de qualquer maneira percebe receitas tributárias. Os recursos tributários arrecadados pela União nos Territórios – costumam dizer as Constituições e diz o texto atual – são destinados aos Territórios. Há até um arremedo do Poder Judiciário nos próprios Territórios, com juízes locais e, em segunda instância, o Tribunal de Justiça dos Territórios, que é o Tribunal de Justiça do Distrito Federal.

Não vejo como fazer desaparecer do texto constitucional a figura geográfica e jurídica dos Territórios Federais. E o que se faz é o mínimo, ao dizer que os Territórios Federais integram a União.

O argumento apontado pelo eminente Constituinte Adylson Motta, de que o ideal é que os Territórios se transformem em Estados, não pode impressionar. Logo no parágrafo seguinte possibilita-se aos Territórios serem alçados à posição de Estado. É até possível que em dado instante desapareçam os Territórios Federais. Esta norma que hoje prevê os Territórios Federais deixaria de ter eficácia jurídica. Mas a nossa realidade atual é a presença no nosso sistema geográfico e jurídico dos Territórios Federais.

Estas as razões. Sr. Presidente, pelas quais, com muito pesar, encaminho contra a emenda do Constituinte Adylson Motta.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Com a palavra o Constituinte Ottomar Pinto, para uma questão de ordem.

**O SR. CONSTITUINTE OTTOMAR PINTO:** – Sr. Presidente, **data vênua**, o contraditório não se caracteriza por opiniões quantitativamente divergentes mas por opiniões qualitativamente divergentes. Permito-me, então, discrepar de V. Ex.<sup>a</sup> quando estabelece critérios aritméticos como forma de caracterizar o contraditório no encaminhamento das propostas ou das emendas na Comissão de Sistematização. Por isto insisto em que me dê permissão para falar a favor.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Constituinte Ottomar Pinto, todos estamos aqui sob a pressão do tempo e da votação até o dia 28. Várias reuniões fizemos no sentido de acelerar o processo. Um argumento levantei agora, para decidir: havendo a inscrição de um ou de dois e um encaminhando a favor, outro teria a palavra para falar contra, e o Plenário acendeu. Se V. Ex.<sup>a</sup> insiste, é um direito de que dispõe. Mas faria um apelo a V. Ex.<sup>a</sup> no sentido de que precisamos acelerar o processo de votação. Entretanto, V. Ex.<sup>a</sup> tem todo o direito de usar da palavra, e não vou cercear, de maneira alguma, esse direito.

**O SR. CONSTITUINTE OTTOMAR PINTO:** – Serei breve, Sr. Presidente, não usarei sequer metade do tempo.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Se V. Ex.<sup>a</sup> deseja, tem a palavra para o encaminhamento a favor.

**O SR. CONSTITUINTE OTTOMAR PINTO:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, queremos encaminhar favoravelmente à proposta do Constituinte Adylson Motta.

Entendemos, sobretudo que depois do que foi aprovado anteriormente, quando os Territórios Federais foram colocados como serventias da União por esta Comissão de Sistematização, que eles estarão inviabilizados como pólo de desenvolvimento, de segurança e como entidades capazes de prestar o mínimo de assistência aos brasileiros que lá vivem. Então teremos, nesta República Federativa, brasileiros de primeira categoria – os que vivem nos Estados –

e o rebotinho, os brasileiros de segunda categoria, aqueles que vivem nos Territórios. Aliás, isto não me surpreende, quando vimos, por exemplo, que foi aprovado aqui que a Federação não é mais indissolúvel. Praticamente deu-se uma chance para a secessão brasileira. E também se escoimou dos crimes imprescritíveis o crime de terrorismo. De maneira que estou vendo aqui uma verdadeira revolução naquilo que, entendendo deva ser uma ordem constitucional capaz de assegurar ao povo brasileiro caminhos mais seguros, tranquilos e pacíficos. Considero que a não-aprovação da nossa emenda representa um retrocesso e uma inviabilização para os Territórios. Daí por que perfilho a tese do nobre Constituinte Adylson Motta, no sentido de que também se suprima o § 2º, para que desapareça, que seja banido do texto constitucional a figura dos Territórios.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhamento de votação.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Roberto Freire.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Sr. Presidente, seria interessante que ficasse claro para a Comissão de Sistematização que estamos votando um destaque supressivo que, se aprovado, significará a extinção da figura da unidade da federação chamada Território.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Nobre Constituinte Roberto Freire, V. Ex.<sup>a</sup> sempre colaborou com esta Presidência. Quero dizer a V. Ex.<sup>a</sup> que já houve encaminhamento da votação.

Trata-se de uma questão de ordem?

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Sim, Sr. Presidente. Trata-se de uma questão de ordem, no sentido de que se saiba o que se está votando. Caso isso seja aprovado, ficam prejudicadas todas aquelas referências a Territórios futuramente.

Para não perdermos tempo, é necessário que fique evidenciado isso, para que não se tenham outros destaques em relação a esta questão quando ficar decidida.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Deputado Roberto Freire, agradeço a V. Ex.<sup>a</sup> a colaboração. Evidentemente, está claro e explícito que isso se dará quando do encaminhamento de uma emenda.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr. Presidente, peço a palavra para contraditar.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Não há o que contraditar, não há questão de ordem. Não há contraditório de questão de ordem.

**A SRA. CONSTITUINTE ABIGAIL FEITOSA:** – Sr. Presidente, por favor, poderia V. Ex.<sup>a</sup> me prestar um esclarecimento? Gostaria de saber como ficaria a situação dos Territórios, sendo aprovada esta emenda: eles se transformariam em Estados ou voltariam à condição original de Territórios?

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Sou um Constituinte igual a todos que estão aqui presentes. A intenção do Deputado Adylson Motta é que, em se retirando a figura do Território, eles sejam transformados em Estados. Esta é a intenção de S. Ex.<sup>a</sup> Agora, não cabe à Mesa interpretar, neste momento, a votação desta supressão: se isto implicaria transformar em Estado ou não.

**A SRA. CONSTITUINTE ABIGAIL FEITOSA:** – Gostaria de ouvir a palavra do nobre Relator.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – O Relator irá falar. Hoje, o que estamos votando é a supressão.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, se V. Ex.<sup>a</sup> me permite, se for extinto o Território, automaticamente estaremos aprovando a criação dos Estados. Está é a idéia. **(Muito bem. Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – A Presidência solicita a todos os Srs. Constituintes que tomem assentos nos seus lugares, a fim de darmos início à votação pelo sistema eletrônico.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Com a palavra o Sr. Constituinte Gerson Peres.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, queria que V. Ex.<sup>a</sup> me esclarecesse o que é que vamos votar: se a extinção dos Territórios, ou a transformação deles em Estados. Porque, ao aceitar o argumento do douto e ilustre Relator – a interpretação de S. Ex.<sup>a</sup> – fiquei confuso. O ilustre Relator acaba de dizer que nós, ao aceitarmos a emenda do Constituinte Adylson Motta, estaríamos transformando os Territórios em Estados, e isso não é verdade. Então, Sr. Presidente, esclareça bem que os Territórios não serão transformados em Estados. Eu chamaria a atenção do Plenário para o seguinte: o que estamos extinguindo são os Territórios. O que pode ocorrer, isto sim, é a extinção dos Territórios, pura e simples, e não a sua transformação em Estados o que constitui um perigo maior.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Sr. Constituinte Gerson Peres, a sua intervenção não chega a ser uma questão de ordem. É a forma de V. Ex.<sup>a</sup> também dar uma interpretação à votação do § 2º

Solicito aos Srs. Constituintes que tenham compreensão com a Mesa, porque, normalmente, não é a Mesa que não acelera o trabalho, mas as questões de ordem, as mais contraditórias possíveis, até de interpretação de texto, do pelo sistema eletrônico.

A Presidência solicita a todos os Srs. Constituintes que tomem seus lugares a fim de darmos início à votação pelo sistema eletrônico.

**O SR. CONSTITUINTE MICHEL TEMER:** – Sr. Presidente, a minha questão de ordem diz respeito à votação.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Constituinte Michel Temer, todas, as questões de ordem a respeito desta matéria estão esgotadas, a não ser que V. Ex.<sup>a</sup> traga alguma questão de ordem a respeito do processo de votação.

**O SR. CONSTITUINTE MICHEL TEMER:** – Sr. Presidente, não quero, em absoluto, tumultuar os trabalhos. Aliás, faço pouquíssimo uso do microfone.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – É verdade.

**O SR. CONSTITUINTE MICHEL TEMER:** – Acho que estamos tratando de um assunto da maior relevância. Regimentalmente, deveríamos, então, colocar, juntamente com esta matéria em votação, a votação da emenda do Constituinte Adylson Motta.

O Sr. Presidente, é uma questão de ordem e eu insisto nela.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Não é uma questão de ordem. Estamos votando o § 2º. É uma emenda supressiva do § 2º V. Ex.<sup>a</sup> teve a oportunidade de encaminhar a votação com seus doutos conhecimentos, defendendo a manutenção do texto.

V. Ex.<sup>a</sup> não está levantando uma questão de ordem. Está, sim, querendo fazer mais um encaminhamento, como foi feito pelos Constituintes Roberto Freire, Bernardo Cabral e Gerson Peres. Perdoe-me V. Ex.<sup>a</sup>, mas vamos ao processo de votação.

## (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Carlos Sant'Anna, Cristina Tavares, Egídio Ferreira Lima, José Paulo Bisol, Nilton Friedrich, Nilson Gibson, Paulo Ramos, Severo Gomes, Aécio Cunha, João Natal, Miro Teixeira, Vilson Souza, Valmir Campeio, Jonas Pinheiro, Ricardo Izar, Adylson Motta, Bonifácio de Andrada, Francisco Rossi, Gastone Righi, Ottomar Pinto, Siqueira Campos, Haroldo Lima, Roberto Freire e Jamil Haddad. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Antônio Britto, Celso Dourado, Cid Carvalho, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Gasparian, Francisco Pinto, João Herrmann Neto, José Fogaça, José Geraldo, José Ignácio Ferreira, José Richa, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Pimenta da Veiga, Raimundo Bezerra, Rodrigues Palma, Sigmaringa Seixas, Virgildásio de Senna, Wilson Martins, Antonio Mariz, Israel Pinheiro, João Agripino, José Carlos Grecco, José Maranhão, José Tavares, Michel Temer, Octávio Elísio, Roberto Brant, Aloysio Chaves, Christóvam Chiaradia, Edme Tavares, Eraldo Tinoco, Francisco Benjamim, Inocêncio Oliveira, José Jorge, José Lins, José Lourenço, José Santana de Vasconcelos Luís Eduardo, Oscar Corrêa, Paulo Pimentel, Ricardo Fiúza, Sandra Cavalcanti, Enoc Vieira, João Menezes, José Tinoco, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Gerson Peres, Jarbas Passarinho, Brandão Monteiro, Lysâneas Maciel, Luiz Salomão, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio e Antonio Farias. **ABSTENÇÃO** do Senhor Constituinte Haroldo Sabóia.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 28 Constituintes; votaram NÃO 56 Constituintes; absteve-se de votar 1 Constituinte. Total: 85 votos. O Destaque foi **rejeitado**.

Passemos à votação do § 3º Em votação o Destaque nº 4013, requerido pelo nobre Constituinte Aluizio Campos. **(Pausa)** Está prejudicado o destaque devido à ausência, do nobre Constituinte.

Há sobre a Mesa pedido de preferência do nobre Constituinte Fernando Gomes, que não é membro da Comissão, mas, como se trata de uma emenda supressiva, S. Ex.<sup>a</sup> indicou a nobre Constituinte Rose de Freitas para fazer a defesa de sua emenda. Lamentavelmente, o Constituinte Fernando Gomes não está presente nem a Constituinte Rose de Freitas. Portanto, estão prejudicados o destaque e a emenda do Constituinte Fernando Gomes.

Há sobre a Mesa requerimento de preferência do Constituinte Virgílio Galassi, nos seguintes termos:

"Na forma regimental, requiro preferência para votação do Destaque nº 3284-87, referente à Emenda nº 29777-5, de minha autoria."

Em votação a preferência requerida pelo Constituinte Virgílio Galassi. **(Pausa)** Aprovada.

**Destaque nº 003284-87 – Emenda nº ES-29777-5, do Sr. Virgílio Galassi, "que acrescenta artigo e parágrafos ao Título IV, Cap. I, do Substitutivo nº 1. (Art. 17, § 3º, do Substitutivo nº 2.)" (195ª votação.)**

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Em votação o Destaque nº 3284-87, requerido pelo Constituinte Virgílio Galassi, referente à Emenda nº 29777-5, com ressalva do § 1º, da expressão "nem" até a expressão "habitantes", suprimindo os §§ 3º, 4º e 5º.

Concedo a palavra ao Constituinte Virgílio Galassi.

**O SR. CONSTITUINTE VIRGÍLIO GALASSI:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, todos sabemos que a subdivisão do País facilitará sua administração e desenvolvimento.

Na proposta do ilustre Relator, Constituinte Bernardo Cabral, foi acrescida a expressão "aprovada pela Assembléia Legislativa."

Nossa emenda objetiva estabelecer a tradição jurídica e a ordem hierárquica dos poderes entre o Distrito, o Município, o Estado e a União. A divisão do Estado de Mato Grosso é um exemplo formidável das vantagens da subdivisão do País. Realmente, estamos assistindo a um espetáculo maravilhoso de desenvolvimento dos dois Estados: o antigo Estado do Mato Grosso, que não ficou prejudicado, e o Estado do Mato Grosso do Sul que explode em desenvolvimento. A existência de focos de resistência a essa idéia, principalmente nos Estados maiores, que pela sua dimensão permitem a divisão, é normal e entendemos como justa. Mas apelamos para esses ilustres Constituintes que tenham as vistas voltadas para a subdivisão do País como extremamente necessária e se esqueçam realmente dos seus Estados, num ato de despreendimento, porque a terra não muda de lugar. Uma convivência entre Estados é como entre Municípios. Este aspecto é muito importante. Confiamos, portanto, que no espírito dos Constituintes dos Estados maiores permaneça também como conveniente a idéia da subdivisão do País. A nossa emenda estabelece área mínima para os novos Estados e também para o Estado remanescente, o que protege os pequenos e médios Estados e dá ao País a certeza — porque a referência de 100 mil km<sup>2</sup> é mínima — de que realmente teremos no máximo, ao fim da subdivisão do País, 50 Estados.

É preciso que se esclareça também, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, que o Município legisla sobre o Distrito, o Estado sobre o Município e a União sobre o Estado na criação de novas unidades. Não é possível pretender que as Assembléias Legislativas se sobreponham ao Congresso Nacional numa decisão dessas. É importante não esquecer também que a competência final do processo de subdivisão do País é do Congresso Nacional. É inadmissível pensar que o Congresso Nacional vá, levemente, decidir mal sobre a subdivisão do País. O Congresso Nacional, na sua grandeza, só vai realmente aprovar a criação de novos Estados se eles tiverem condições de sobreviver sem sacrificar o País, ou serão criados por conveniência da própria Nação. Estas as razões da proposta da nossa emenda, que esperamos possa receber a concordância dos nobres Constituintes da Comissão de Sistematização.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** — Com a palavra o Constituinte Aloysio Chaves, que encaminhará contra a emenda.

**O SR. CONSTITUINTE ALOYSIO CHAVES:** — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, a Federação, tal como tem sido entendida, sobretudo neste século, não encontra símile nem modelo em qualquer outro período, em qualquer outra época. A própria união federativa dos cantões suíços, embora de origem medieval, sofreu uma transformação e adaptou-se ainda recentemente no período contemporâneo para adquirir a categoria de Estado federal representativo da sua comunidade.

Ao contrário do que se tem comumente pensado, a Federação não surgiu com a independência dos Estados Unidos; surgiu nos Estados Unidos, mas não com a sua independência, em 1776, nem se instituiu quando foram aprovados os artigos da Confederação, em 1777, segundo os seus autores no Congresso de quinze de novembro para salvar os Estados confederados da anarquia, do caos e do desastre. A Federação, tal qual é praticada hoje, surgiu com a Constituição norte-americana de 1787.

Há um princípio fundamental que resulta de um pacto que ocorre no momento em que a federação é instituída, ou de um pacto que a precede historicamente: o direito do Estado federado. Há um Estado federal, um Estado coletivo, e há os direitos dos Estados federados. Há uma autonomia que se exerce, pertinente ao Estado federal, mas o seu exercício distribuiu-se igualmente entre o Estado federal e os Estados federados. Os Estados têm como suporte, como base fundamental da sua existência o seu território. Não se pode dividir o Estado, não se pode des-

membrar um Estado, não se pode fazer a sua fusão sem a sua manifestação expressa, sem o seu assentimento, porque senão estaríamos atendendo contra a própria existência da unidade que integra a Federação. Este é um princípio basilar, fundamental dentro da organização federal. Aliás, nos seus ensinamentos, Georges Burdeau estabelece que a caracterização do Estado federal está subordinada a um jogo de dois princípios que lhe são essenciais: a autonomia e a lei da participação. Não pode o Estado federal prescindir da sua base, do seu território, do seu espaço físico sem o seu consentimento. Assim estabeleceu a Constituição de 1891, que subordinava a incorporação ou a fusão à aquiescência das Assembléias Legislativas, em duas sessões anuais sucessivas, e à aprovação do Congresso Nacional. Assim estabeleceu a Constituição de 1934 e a Constituição de 1946 dispôs da mesma maneira.

O projeto de Constituição de Fábio Konder Comparato diz:

"A criação de novos Estados, bem como o seu desmembramento, a sua incorporação ou a fusão dos já existentes dependerá da aprovação da maioria absoluta dos cidadãos neles domiciliados, em referendo convocado por iniciativa do Senado Federal, mediante resolução aprovada por dois terços dos seus membros."

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** — Nobre Constituinte Aloysio Chaves, o tempo de V. Ex.<sup>a</sup> já se esgotou.

**O SR. CONSTITUINTE ALOYSIO CHAVES:** — A Comissão Afonso Arinos opinou no mesmo sentido, bem como o primeiro projeto do Relator Bernardo Cabral, e da mesma forma o segundo. Ouço freqüentemente se dizer que, se depender da consulta à Assembléia Legislativa, nunca se fará o desmembramento, porque a parte mais rica quer ter autonomia. O resto do Estado não o permite, não o consente, mas foi ele como um todo que concorreu, com suas verbas, seu investimento, seu incentivo e sua administração, para o desenvolvimento dessa região. É natural que o Estado opine, através de sua Assembléia Legislativa. Há um interesse peculiar e há um interesse geral, cujo intérprete é a Assembléia Legislativa.

Sr. Presidente — apenas para concluir — na Comissão Temática da Organização do Estado, vi estarecido a apresentação de uma proposta de criação do Estado de Santa Cruz na Bahia com o desmembramento da Comarca de São Francisco e de outra área para Sergipe. Uma verdadeira delenda Bahia! É possível se fazer uma divisão assim sem se consultar a Assembléia Legislativa? É impossível, Sr. Presidente, dentro da Federação brasileira. **(Muito bem. Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** — A Relatoria irá pronunciar-se a respeito da emenda.

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** — A emenda do nobre Constituinte Virgílio Galassi no seu § 1º diz:

"Nenhum novo Estado poderá ter área inferior a 100 mil quilômetros quadrados"

E o § 2º diz:

"A área territorial remanescente do processo de redivisão não deverá ser inferior à do Estado ou Estados que deram origem."

Com todo o respeito que tenho por S. Ex.<sup>a</sup>, por seu trabalho diligente, profícuo e interessado, o parecer da Relatoria é contrário, por entender que essa matéria é de legislação ordinária.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** — Passa-se à votação.

**(Procede-se à votação)**

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Manoel Moreira, João Natal, Miro Teixeira, José Lins, Sandra Cavalcanti, Valmir Campelo, José Tinoco, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Gerson Peres, Jarbas Passarinho, Adylson Motta, Bonifácio de Andrada, Brandão Monteiro, Lysâneas Maciel, Luiz Salomão, Francisco Rossi, Gastone Righi, Ottomar Pinto, Siqueira Campos e Roberto Freire. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Antônio Britto, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Celso Dourado, Cid Carvalho, Cristina Tavares, Egídio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Gasparian, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Lyra, Haroldo Sabóia, José Fogaça, José Geraldo, José Ignácio Ferreira, José Paulo Bisol, José Richa, José Serra, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Raimundo Bezerra, Rodrigues Palma, Severo Gomes, Sigmaringa Seixas, Virgildásio de Senna, Wilson Martins, Aécio Neves, Albano Franco, Antonio Mariz, Israel Pinheiro, João Agripino, José Carlos Grecco, José Tavares, Michel Temer, Octávio Elísio, Roberto Brant, Vicente Bogo, Aloysio Chaves, Carlos Chiarelli, Eraldo Tinoco, Francisco Benjamim, Inocêncio Oliveira, José Jorge, José Santana de Vasconcellos, Luís Eduardo, Mário Assad, Oscar Corrêa, Paulo Pimentel, Ricardo Fiúza, Enoc Vieira, Ricardo Izar, Plínio Arruda Sampaio, Haroldo Lima, Jamil Haddad e Antonio Farias.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 21 Constituintes; votaram NÃO 59 Constituintes. Total: 80 votos. O Destaque foi **rejeitado**.

Requerimento de preferência – "Requeiro, na forma do inciso V do art. 12 da Resolução nº 1, de 10-6-87, preferência para o Destaque nº 4032, referente à Emenda nº 32642."

Os Srs. Constituintes que estiveram a favor do requerimento de preferência permaneçam como estão. **(Pausa)** Aprovado.

**Destaque nº 004032-87 – Emenda nº ES-32642-2, do Sr. Gabriel Guerreiro, "que modifica o art. 28, § 3º, do Substitutivo nº 1 (art. 17, § 3º, do Substitutivo nº 2)". (196.ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Em votação o Destaque nº 4032, requerido pelo Constituinte Gabriel Guerreiro, referente à Emenda nº 32642. A emenda modifica a redação do § 3º do art. 28 do projeto substitutivo.

§ 3º "Os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros ou formarem novos Estados mediante aprovação das populações diretamente interessadas, mediante referendo e do Congresso Nacional."

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – Sr. Presidente, a Relatoria pede a palavra. Se partirmos do princípio de que quem rejeita mais rejeita o menor, a matéria votada anteriormente abrange esta que está sendo agora apresentada.

**O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Tem a palavra o Constituinte Ademir Andrade.

**O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE:** – Queria levantar duas questões de ordem. A primeira é relativa a esta emenda, que é completamente diferente da outra. Votarei a favor desta emenda e fui contra a outra, que continha dois parágrafos que estabeleciam al-

gumas limitações quanto à criação dos Estados, com as quais eu não concordava. Mas sou favorável a esta.

Sr. Presidente, queria dizer a V. Ex.<sup>a</sup> que requerimento de preferência, no meu entendimento, é votado quando se inicia a votação do parágrafo. Já havíamos votado 4 ou 5 destaques neste parágrafo. Então, no meu entendimento, não cabia o requerimento de preferência. Quanto à possibilidade de votarmos este destaque, ele é diferente do anterior e eu sou favorável a ele, porque suprime a expressão "Assembléia Legislativa". Mas não seria favorável ao outro; votei contra porque ele tinha outras considerações.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Constituinte Ademir Andrade, só para explicar a V. Ex.<sup>a</sup> que se vota o requerimento de preferência na medida em que haja obviamente, a solicitação para o artigo, para o parágrafo. Há a preferência regimental normal. Por que estamos votando a preferência? Havia a preferência normal, a supressiva, depois a substitutiva. Agora temos a modificativa. E há o requerimento de preferência. V. Ex.<sup>a</sup> conhece bem a matéria, até mais do que eu.

Devo informar que a decisão da Mesa a respeito da prejudicialidade da matéria é a seguinte: a Mesa entende que não está prejudicada **(Palmas)** haja vista que a emenda anterior, a par de ter uma redação em relação a esse parágrafo quase idêntica, é muito mais ampla e tinha outros parágrafos. E os Srs. Constituintes, obviamente, poderiam – e ainda poderão – votar contra aquela emenda e a favor dessa.

**O SR. CONSTITUINTE ISRAEL PINHEIRO:** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – É sobre essa questão?

**O SR. CONSTITUINTE ISRAEL PINHEIRO:** – É sobre uma questão correlata. Preste bem atenção, Sr. Presidente. V. Ex.<sup>a</sup> deve ter os destaques aí. O Destaque nº 4032 é este que estamos votando? Se V. Ex.<sup>a</sup> pegar o Destaque nº 4236 verá que é exatamente igual. Os Destaques nºs 4311, 4746 e 4984 também são exatamente iguais. As diferenças são de nuances. Então, V. Ex.<sup>a</sup> tem de anunciar o seguinte: "Aqueles Srs. Constituintes que estão a favor da inclusão da Assembléia Legislativa como órgão decisório da emancipação de Estados votem SIM". Porque senão, Sr. Presidente, vamos ter sete votações. Só estou querendo ajudar.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Sem dúvida, e a Mesa agradece, mas sabe V. Ex.<sup>a</sup> que se referiu a emendas que estão por vir, as quais, obviamente, estarão prejudicadas se houver identidade.

**O SR. CONSTITUINTE ISRAEL PINHEIRO:** – Há diferença de palavras, sempre há uma palavra a mais.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Mas ainda não há prejudicialidade e não posso deferi-la aqui não havendo emenda idêntica aprovada ou rejeitada.

**O SR. CONSTITUINTE CHICO HUMBERTO:** – Sr. Presidente, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Constituinte Chico Humberto, é para falar sobre o mesmo assunto? É sobre o processo de votação? A Mesa já decidiu sobre a prejudicialidade.

**O SR. CONSTITUINTE CHICO HUMBERTO:** – É só para agradecer a V. Ex.<sup>a</sup> por estar respeitando as normas regimentais, porque só há prejudicialidade havendo matéria aprovada.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – A Mesa agradece a V. Ex.<sup>a</sup> a colaboração, mas já decidiu a questão.

Com a palavra o Constituinte Gabriel Guerreiro, autor do destaque.

**O SR. CONSTITUINTE GABRIEL GUERREIRO:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, apresentamos uma emenda modificando o primeiro Substitutivo do Relator, no sentido de eliminar a necessidade de a Assembléia Legislativa do Estado aprovar a criação de novas unidades federadas. Por que fizemos isso? Em primeiro lugar, por uma questão de hierarquia. Se a Câmara Municipal aprova o Distrito e a Assembléia Legislativa a criação do Município, há que se ver que o Congresso Nacional deve aprovar a criação de novos Estados, porque todos os Estados federados têm uma representação partidária no Senado Federal e uma representação proporcional na Câmara dos Deputados.

Além do mais, Sr. Presidente, Sr. Relator, existe outra questão fundamental. Afirmou aqui o Constituinte Aloysio Chaves, também do Pará, que o Estado federado independente deve ser ouvido em primeiro lugar. Entendo que em primeiro lugar deve ser ouvida a população – e o **referendum** popular é que determina a vontade do povo, e não os Deputados Estaduais, que na maioria das vezes são manipulados pelos Governadores dos Estados, que têm enorme poder sobre eles. E as Assembléias Legislativas dos Estados passariam a ter poder, inclusive, de desfazer aquilo que o próprio Congresso Nacional estabelecer. Vamos supor que o Congresso Nacional aprove uma medida e a Assembléia Legislativa a negue. Ela estará negando aquilo que o Congresso Nacional aprovou anteriormente.

Quanto à criação dos Territórios, estes são criados sem se ouvir as Assembléias Legislativas. Aqui desta tribuna já se disse que o Território é uma premissa para se criar o Estado. Ora, se criarmos o Território a partir do Congresso Nacional, sem ouvir a Assembléia Legislativa do Estado – pode o Território depois ser transformado em Estado, sem ouvir qualquer Assembléia Legislativa, porque o Território não tem Assembléia Legislativa – está-se criando uma maneira de burlar o Estado na criação de uma nova unidade da Federação.

A emenda que propomos é no sentido de que seja ouvido o Congresso Nacional, que tem representação partidária e proporcional do Estado – Senado e Câmara dos Deputados – bem como a população interessada.

Concordo em que, em determinados Estados, a divisão territorial é um problema complicado, mas no caso da Amazônia, por exemplo, vemos que dois Estados apenas – Pará e Amazonas – detêm 1/3 do território nacional ou seja, 2 milhões 800 mil km<sup>2</sup>. É um absurdo, Srs. Constituintes, manter-se uma unidade federada como o Estado do Amazonas ou do Pará. O Estado do Pará tem uma dimensão tal que nele caberiam a França, a Espanha e Portugal. Fazendo a divisão do Estado do Pará, criando o do Tapajós, como está sendo proposto, se tira um Estado de Minas e ainda se deixa, Srs. Constituintes, uma Minas Gerais e meio. É inadmissível a situação da Amazônia.

Hoje fiz um pronunciamento nesta Casa mostrando aos Srs. Constituintes a absoluta inconseqüência de se manter a Amazônia com a integridade territorial que ora possui, porque é uma situação de inadmissibilidade absoluta. O Estado do Pará tem sete grandes regiões, não tem sequer condições de estabelecer prioridades para a solução dos seus problemas. Por isso, Srs. Constituinte, há que não se criarem entraves para a divisão territorial brasileira, eis que é uma necessidade.

Falou-se aqui sobre a divisão territorial dos Estados Unidos. Lembrem-se, Srs. Constituintes, que, quando foi criada a Federação pelos Estados Unidos, havia 50 estados, e a maioria destes – até dezenas deles – cabe dentro do Estado do Pará.

Gostaria de ouvir a opinião do Relator Bernardo Cabral a respeito desta questão, porque como eu, amazônida que é, deve saber muito bem a situação de inadmi-

nistrabilidade em que se encontra a região. O Brasil não pode, irresponsavelmente, deixar que a Amazônia continue deserdada. Precisamos transformá-la na grande oportunidade nacional de termos uma civilização justa, equilibrada com seu ecossistema. É uma necessidade o aproveitamento dessa oportunidade nacional, para termos uma Amazônia aproveitada como área de que nenhum outro país do mundo dispõe.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Para encaminhar a votação contrariamente, concedo a palavra ao nobre Constituinte Israel Pinheiro.

**O SR. CONSTITUINTE ISRAEL PINHEIRO:** – Sr. Presidente, ilustres membros da Comissão de Sistematização, o nobre Constituinte Gabriel Guerreiro tem razão em muitos aspectos. Só que não estamos discutindo a divisão ou redivisão do Estado do Pará ou do Amazonas, mas a emenda ao § 3º do art. 17, o qual diz:

"§ 3º Os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros ou formarem novos Estados, mediante aprovação das respectivas Assembléias Legislativas, das populações diretamente interessadas, através de plebiscito, e do Congresso Nacional."

Tenho a impressão de que o Relator foi muito sábio ao redigir este § 3º, porque atende às reivindicações do meu caro colega Gabriel Guerreiro, que solicita o referendo como instrumento para que as populações interessadas possam manifestar-se a respeito das emancipações. Mas o nosso argumento fundamental é que já foi rejeitada há poucos minutos uma emenda exatamente igual a esta, que tenta tirar das Assembléias Legislativas o poder decisório. Isto fere profundamente a Federação. Na medida em que se retira o poder decisório do Estado, a Federação perde a sua autonomia. E o nobre Constituinte Gabriel Guerreiro comete pequeno engano quando procura argumentar que não há necessidade de aprovação, por parte das Assembléias estaduais, da transformação de um Território em Estado.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, todos nós sabemos que nos Territórios não existem Assembléias Legislativas, e, evidentemente, nada pode ser por elas aprovado. A análise jurídico-constitucional já foi feita e maravilhosamente defendida pelo Constituinte Aloysio Chaves. Apresento um argumento econômico de ordem prática. Não somos contra a subdivisão do Pará ou do Amazonas algum dia. Votamos a favor da criação do Estado do Tocantins porque houve consciência em Goiás, por parte da Assembléia Legislativa local, da necessidade de se dividir o Estado. Só aprovamos a sua divisão com esta condicionante. Não podemos partir do princípio de que a divisão de Estados, sem um embasamento político, vai enriquecê-los. Isso seria partir do absurdo de que subdividir o Brasil tornaria este País rico. Isto é utopia, um sonho que esta Assembléia Nacional Constituinte não pode endossar.

Nobre Constituinte Gabriel Guerreiro, pela sabedoria do Sr. Relator, o § 3º atende perfeitamente ao crescimento do desenvolvimento do seu Estado, o Pará, e do Amazonas. Tenho certeza de que daqui a poucos anos, – não sei quantos – estaremos votando a divisão ou subdivisão dos Estados do Amazonas e do Pará, mas depois de ter havido uma construção política, econômica e sobretudo social. Não devemos, porém, nobre Constituinte, usar de artifícios e artimanhas que ferem profundamente os princípios da Federação. É o apelo que faço a todos os Srs. Constituintes.

Sr. Presidente, gostaria de chamar a atenção de V. Ex.<sup>a</sup>, já que assumiu há poucos minutos a Presidência, para o fato de haver seis destaques que tratam exatamente do mesmo assunto, isto é, tiram da Assembléia Legislativa o poder decisório. Há diferenças apenas na redação. Minha sugestão a V. Ex.<sup>a</sup>, visando à agilização

dos nossos trabalhos, é no sentido de que considere votados os destaques – e acabei de oferecer o número de cada um deles à Mesa – como se fossem um só pacote, porque todos referem-se à eliminação da necessidade da aprovação por parte da Assembléia Legislativa, num golpe de esperteza para poder emancipar algumas regiões deste Brasil.

Durante o pronunciamento do Sr. Israel Pinheiro, o **Sr. Brandão Monteiro**, Segundo-Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo **Sr. Jarbas Passarinho**, Terceiro-Vice-Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – V. Ex.<sup>a</sup> naturalmente há de compreender que a Presidência não tem o direito de empacotar os destaques, mas poderá considerá-los prejudicados a partir do momento em que um igual no seu conteúdo haja sido rejeitado ou aprovado.

Tem a palavra, para encaminhar a votação, favoravelmente, o Constituinte Nilso Sguarezi.

**O SR. CONSTITUINTE NILSO SGUAREZI:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, acho que a Constituição é um documento político, mas juridicamente tem que ser harmônica, sistêmica.

No § 3º, na verdade, está-se estabelecendo uma contradição jurídica quando se reconhece o poder originário ao Congresso Nacional para redividir o território nacional, mas consigna ao Deputado Estadual o poder de cercear e dificultar esse processo.

Vejam, Sr. Presidente, Srs. Constituintes: o poder originário de decidir sobre a emancipação é do povo. O povo é o mandante; o Deputado Estadual, o mandatário. Como fica esse verdadeiro sacrilégio jurídico de cassarmos o poder originário do povo, dando poder ao mandatário de partir contra o mandante? Peco a V. Ex.<sup>as</sup> que atentem para esta questão técnica e não cometamos o sacrilégio jurídico de colocar o mandante contra o mandatário e cassar, de plano, o poder originário do povo de decidir sobre o primeiro poder político – o da sua emancipação. No meu entendimento, se mantivermos tal exigência – e se queremos que esta Constituição avance no próximo século – na prática, além de cometermos um sacrilégio jurídico, estaremos impedindo nossas populações de se manifestarem.

Por isto, Sr. Presidente, este destaque e todos os demais são, na verdade, as várias pretensões de que o processo da criação de Estados se institucionalize. Acho que, nesse ponto, a Constituição avança, já que ninguém desconhece a necessidade de o Brasil sofrer uma redivisão territorial. Mas quem vai decidir sobre isto é o Congresso Nacional.

E digo mais, Sr. Presidente. Do ponto de vista ético, creio que, ao tratarmos da redivisão de determinado Estado, os Deputados Federais dele representantes deveriam ser impedidos de votar, por serem partes diretamente interessadas. Que dizer, então, do Deputado Estadual, diretamente vinculado à questão, com interesses imediatistas com relação à matéria?

Acredito mesmo que poderíamos estabelecer como norma, para uma equação sem paixões, mas tratando do real interesse nacional, que, quando se estudasse a divisão de um Estado, os Deputados Federais, partes interessadas no assunto, e visando ao resguardo do aspecto ético, fossem impedidos de atuar no processo respectivo e de participar – o que poderia ser incluído no Regimento Interno da Casa – da votação da matéria.

Creio que devemos retirar a exigência de ser ouvida a Assembléia estadual. Da mesma forma, o Relator teve a acuidade de suprimir a audiência das Câmaras Municipais para criação de novos municípios.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Entre as atribuições da Mesa há algumas que são de natureza penosa. Peço aos Srs. Constituintes a sua contribuição. É que aos membros da Comissão é facultado o encaminhamento da votação. É claro. Aqueles que não são membros da Comissão de Sistematização, mas são autores de emendas, a eles também é concedida a palavra. Mas aos demais não integrantes deste órgão não é permitido, evidentemente, encaminhar a votação, porque estamos em processo de votação. Pediria a quem está nessa situação para que não insista, porque é constrangedor inscrever-se para usar da palavra não sendo membro da Comissão de Sistematização, nem autor de emenda.

Concedo a palavra ao nobre Relator José Fogaça.

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – Sr. Presidente, a Constituição de 1891, produto de uma Assembléia Nacional Constituinte, diz no seu art. 4º:

"Os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se, para se anexar a outros, ou formar novos Estados, mediante aquiescência das respectivas Assembléias Legislativas, em duas sessões anuais sucessivas, e aprovação do Congresso Nacional."

A Constituição de 1934, também produto de uma Assembléia Nacional Constituinte, diz, no seu art. 14:

"Os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se, para se anexar a outros ou formar novos Estados, mediante aquiescência das respectivas Assembléias Legislativas..."

A Constituição de 1946, também produto de uma Assembléia Nacional Constituinte, diz:

"Os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros ou formarem novos Estados, mediante voto das respectivas Assembléias Legislativas, plebiscito das populações diretamente interessadas e aprovação do Congresso Nacional."

O Substitutivo nº 2, diz:

"Os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros ou formarem novos Estados mediante aprovação das respectivas Assembléias Legislativas, das populações diretamente interessadas, através de plebiscito e do Congresso Nacional."

Como se trata de uma tradição que vem sendo seguida nas Constituintes democraticamente eleitas em nosso País, o Relator é pela permanência e preservação do texto.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Em votação.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Ademir Andrade, Fernando Gasparian, Nilton Friedrich, Rodrigues Palma, Vicente Bogo, Alcení Guerra, Paulo Pimental, Sandra Cavalcanti, Valmir Campelo, Jonas Pinheiro, José Tinoco, Gerson Pares, Adylson Motta, Brandão Monteiro, José Maurício, Bocayuva Cunha, Francisco Rossi, Gastone Righi, Ottomar Pinto, Luiz Inácio Lula da Silva, Siqueira Campos, Roberto Freire e Jamil Haddad. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Antônio Brito, Artur da Távola, Carlos Mosconi, Carlos Sant'Anna, Celso Dourado, Cid Carvalho, Cristina Tavares, Egídio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Haroldo Sabóia, João Herrmann Neto, José Fogaça, José Geraldo, José Ignácio Ferreira, José Paulo Bisol, José Richa, José Serra, José Ulisses de Oliveira, Manoel Moreira, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nilson Gibson, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Raimundo Bezerra, Severo Gomes, Sigmaringa Seixas, Theodoro Mendes, Wilson Martins, Aécio Neves, Antonio Mariz, Israel Pinheiro, João Agripino,

José Carlos Grecco, José Tavares, Marcos Lima, Michel Temer, Miro Teixeira, Octávio Elísio, Roberto Brant, Aloysio Chaves, Carlos Chiarelli, Christóvam Chiaradia, Eraldo Tinoco, Francisco Benjamim, Inocêncio Oliveira, José Jorge, José Lins, José Santana de Vasconcellos, Luís Eduardo, Mário Assad, Oscar Corrêa, Ricardo Fiúza, Enoc Vieira, Paes Landim, Ricardo Izar, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Jarbas Passarinho, Plínio Arruda Sampaio, Adolfo Oliveira, Haroldo Lima e Antonio Farias.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 23 Constituintes; votaram NÃO 63 Constituintes. Total: 86 votos. O Destaque foi **rejeitado**.

Em votação o Destaque nº 1833, requerido pelo Constituinte Wilson Campos. S. Ex.<sup>a</sup> se encontra ausente. **(Pausa)** Prejudicado.

Em votação o Destaque nº 2234, requerido pelo Constituinte Vitor Buaz. **(Pausa)** Prejudicado, naturalmente, pela rejeição do destaque anterior.

Em votação o Destaque nº 3565, requerido pelo Constituinte Fernando Gomes, referente à Emenda nº 24937. **(Pausa)** S. Ex.<sup>a</sup> está ausente. Prejudicado o destaque.

Em votação o Destaque nº 3620, requerido pelo Constituinte José Camargo. **(Pausa)** S. Ex.<sup>a</sup> está ausente. Prejudicado o destaque.

Em votação o Destaque nº 4236, requerido pelo Constituinte Nilso Sguarezi, referente à Emenda nº 11121, do Constituinte Carlos Cardinal. **(Pausa)** Prejudicado o destaque pela rejeição do destaque solicitado pelo Deputado Gabriel Guerreiro.

Em votação o Destaque nº 4311, requerido pelo Constituinte Paulo Macarini, referente à Emenda nº 24546. **(Pausa)** Ausente. Prejudicado o destaque.

Em votação o Destaque nº 4746, requerido pelo Constituinte José Freire, referente à Emenda nº 30849. **(Pausa)** S. Ex.<sup>a</sup> está ausente. Prejudicado o destaque.

**Destaque nº 004984-W7 – Emenda nº ES-21469-1, do Sr. Jamil Haddad, “que modifica o art. 28 § 3º, do Substitutivo nº 1 (art. 17, § 3º do Substitutivo nº 2)”. (197ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Em votação o Destaque nº 4984, de iniciativa do nobre Constituinte Jamil Haddad. **(Pausa)**

Tem a palavra S. Ex.<sup>a</sup>, para defender seu destaque.

**O SR. CONSTITUINTE JAMIL HADDAD:** – Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, minha solicitação de destaque para essa emenda substitutiva se prende a dois pontos: primeiro, a má redação do texto atual e, segundo, porque acho que se deve iniciar esse processo pelo plebiscito. O plebiscito há de ser a primeira norma a ser seguida.

Farei a leitura da emenda, para que dela os nobres Constituintes tomem conhecimento:

“Os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados, dependendo de consulta prévia, mediante plebiscito às populações diretamente interessadas, seguida de aprovação das respectivas Assembléias Legislativas e do Congresso Nacional, por lei complementar.”

Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, o nobre Relator Bernardo Cabral, na redação, coloca duas vezes a expressão “Estado”. Gera confusão a redação do § 3º. O entendimento democrático é no sentido de inicialmente haver uma consulta plebiscitária. O povo deve decidir se quer ou não a anexação ou se quer ou não que se formem novos Estados. Se o povo disser sim, aí as Assembléias Legislativas serão chamadas a prestar seu depoimento. Posteriormente, caso solicitado, o Congresso Nacional. Como

está redigido o plebiscito, está aberta a consulta à Assembléia Legislativa. Há uma inversão da ordem democrática, razão pela qual solicito aos ilustres membros da Assembléia Nacional Constituinte que se atenham à leitura da emenda e votem favoravelmente.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Não há oradores inscritos.

Consulto a Relatoria se deseja falar. **(Pausa)**

Com a palavra o Relator Antônio Carlos Konder Reis.

**O SR. RELATOR (Antônio Carlos Konder Reis):** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, a emenda do nobre Constituinte Jamil Haddad, ainda que, numa primeira leitura, possa parecer idêntica à norma constante do 2º Substitutivo, apresenta diferença de monta, considerável.

Diz o Substitutivo:

“Os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros ou formarem novos Estados, mediante aprovação das respectivas Assembléias Legislativas, das populações diretamente interessadas, através de plebiscito, e do Congresso Nacional.”

O primeiro órgão a ser ouvido ou a se manifestar, segundo o Substitutivo, é a Assembléia Legislativa. A emenda do nobre Senador pelo Estado do Rio de Janeiro estabelece uma outra seqüência, ao determinar que “os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se, para se anexarem a outros ou formarem novos, dependendo de consulta prévia, mediante plebiscito às populações diretamente interessadas, seguida de aprovação das respectivas Assembléias Legislativas no Congresso Nacional por lei complementar”.

Aí também há uma diferença, porque, pelo Substitutivo, não há a exigência de lei complementar, e, pela emenda do nobre Constituinte Jamil Haddad, a criação de um novo Estado, depois de cumprido todo o processo estabelecido, ainda exige a manifestação do Congresso através de lei complementar, isto é, através de lei que obtenha o voto favorável de maioria absoluta dos membros da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

O Sr. Relator-Geral, segundo a decisão que adotou e me transmitiu, não oferece objeção maior à proposição do Constituinte Jamil Haddad, mas chega à conclusão, singela de que a exigência de lei complementar dificultará ainda mais a aprovação do desmembramento, da incorporação ou da criação de novo Estado.

A ordem estabelecida pelo projeto do Sr. Relator-Geral parece mais lógica. A Assembléia toma a iniciativa. É um procedimento preliminar. Depois far-se-á audiência através de plebiscito das populações interessadas. O processo é mais lógico. Ou seja, primeiro, a representação política do Estado tem uma manifestação, seguida de um plebiscito, isto é, a manifestação das populações interessadas.

Em razão desses argumentos, o Sr. Relator-Geral inclina-se pelo texto do 2º Substitutivo, sem negar que a emenda tem intenções as mais altas, de disciplinar competentemente a matéria do texto constitucional.

Pela rejeição.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Em votação.

**(Procede-se à votação)**

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Carlos Mosconi, Cristina Tavares, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, José Paulo Bisol, Manoel Moreira, Nilton Friedrich, Paulo Ramos, Rodrigues Palma, Sigmaringa Seixas, Theodoro Mendes, Wilson Martins, Délio Braz, João Natal, Miro Teixeira, Octávio Elísio, Rose de Freitas, Vicente Bogo, Aloysio Chaves, Francisco Benjamin, Inocêncio Oliveira, Oscar Corrêa, Paulo Pimentel, Valmir Campelo, Enoc

Vieira, Hugo Napoleão, Jonas Pinheiro, Simão Sessim, Adylson Motta, José Maurício, Francisco Rossi, Gastone Righi, Bocayuva Cunha, Luiz Salomão, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Siqueira Campos, Haroldo Lima, Jamil Haddad e Antonio Farias. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Antônio Britto, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Carlos Sant’Anna, Celso Dourado, Egídio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Gasparian, Fernando Lyra, João Calmon, João Herrmann Neto, José Geraldo, José Ulisses de Oliveira, Mário Lima, Nilson Gibson, Pimenta da Veiga, Raimundo Bezerra, Severo Gomes, Virgildásio de Senna, Antonio Mariz, Daso Coimbra, José Carlos Grecco, José Costa, Michel Temer, Roberto Brant, Carlos Chiarelli, Eraldo Tinoco, José Jorge, José Lins, José Santana de Vasconcellos, Luís Eduardo, Ricardo Fiúza, Sandra Cavalcanti, Jonas Pinheiro, Paes Landim, Antônio Carlos Konder Reis, Gerson Peres, Jarbas Passarinho, Ottomar Pinto, Adolfo Oliveira e Roberto Freire. **ABSTENÇÃO** do Senhor Constituinte Ademir Andrade.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 40 Constituintes; votaram NÃO 42 Constituintes; absteve-se de votar 01 Constituinte. Total: 83 votos. O destaque foi prejudicado por falta de **quorum qualificado**.

Seria colocado em votação o Destaque nº 5112, do Constituinte Fernando Gomes. Está prejudicado pela votação e rejeição da Emenda do Constituinte Geraldo Guerreiro.

Em votação o Destaque nº 5835, do Constituinte Carlos Cardinal. Igualmente prejudicado, pelo mesmo motivo.

Seria colocado agora em votação o Destaque nº 5918, do Constituinte Nestor Duarte. Igualmente, porém, encontra-se prejudicado, por conter redação semelhante ou igual à da Emenda Gabriel Guerreiro.

Consulto o nobre Constituinte Vivaldo Barbosa sobre seu requerimento de preferência pois a matéria está nitidamente prejudicada. **(Pausa)** S. Ex.<sup>a</sup> retira o requerimento.

**O SR. CONSTITUINTE VIVALDO BARBOSA:** – Permite-me, Sr. Presidente. Para confirmar, declaro que retiro o destaque, tendo em vista três manifestações do plenário – não que estivesse prejudicado – em sentido contrário à minha emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Nobre Constituinte, entendemos prejudicada porque a emenda de V. Ex.<sup>a</sup> se refere também à lei complementar, já recusada três vezes. Assim, está automaticamente prejudicada.

Passamos ao § 4º do art. 17.

Está assim redigido no Substitutivo nº 2:

“lei complementar disporá sobre a criação de Territórios, sua transformação em Estado ou sua reintegração ao Estado de origem.”

Na forma regimental, requereu preferência para a votação de seu destaque o Constituinte Adylson Motta.

**O SR. CONSTITUINTE ADYLSO MOTA:** – Sr. Presidente, tendo em vista o resultado adverso do pedido de supressão do § 2º, considero prejudicada a minha proposta e também, para colaborar com a Mesa, o art. 39, uma vez que havia correlação entre as três propostas.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Obrigado a V. Ex.<sup>a</sup>.

Votação do Destaque nº 5119, requerido pelo Constituinte Fernando Gomes. **(Pausa)** S. Ex.<sup>a</sup> está ausente. Prejudicado.

Votação do Destaque nº 7604, requerido pelo Constituinte Eraldo Trindade. **(Pausa)** S. Ex.<sup>a</sup> está ausente. Prejudicado.

Passemos ao § 5º do mesmo art. 17, cuja redação no Substitutivo nº 2 é a seguinte:

“Os Estados, o Distrito Federal, os Territórios e Municípios poderão ter símbolos próprios.”

O primeiro destaque, de nº 4014, pedido pelo Constituinte Aluizio Campos, está prejudicado pela ausência de S. Ex.<sup>a</sup>. O Destaque nº 7716 foi requerido pelo Constituinte José Maria Eymael, presente em plenário. O entendimento da Mesa é de que já houve o atendimento ao destaque.

Art. 17. Emendas aditivas onde couber.

Destaque nº 3636, do Constituinte José Camargo. Ausente S. Ex.<sup>a</sup>, prejudicado o destaque.

Destaque nº 5836, iniciativa do Constituinte Carlos Cardinal. S. Ex.<sup>a</sup> não está presente.

Prejudicado o destaque.

Destaque nº 7148, requerido pelo Constituinte Roberto Balestra. S. Ex.<sup>a</sup> não está presente. Prejudicado o destaque.

Concluída a apreciação do art. 17, passemos ao art.

18.

Destaque solicitado pelo Constituinte Nestor Duarte. Substitutivo. S. Ex.<sup>a</sup> não está presente. Este é um caso de que a Comissão precisa tomar conhecimento. O Constituinte Nestor Duarte indicou para sustentar seu destaque o Constituinte Joaci Góis, que não é membro da Comissão de Sistematização. Conseqüentemente, está prejudicado o destaque.

Destaque nº 1507, requerido pelo Constituinte Ottomar Pinto. S. Ex.<sup>a</sup> não está presente. Prejudicado o destaque.

Destaque nº 6637, requerido pelo Constituinte Vasco Alves. S. Ex.<sup>a</sup> não está presente. Prejudicado o destaque.

Concluído o Capítulo I, passemos ao Capítulo II do mesmo Título – Da União.

Destaque solicitado pelo Constituinte José Ignácio Ferreira, de natureza substitutiva. **(Pausa)** S. Ex.<sup>a</sup> está ausente. Fica prejudicado o destaque.

Passemos ao inciso I do art. 19.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Sr. Presidente, gostaria de usar a palavra, apenas para esclarecer que temos um requerimento de preferência para votação do inciso IX do art. 19.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Não recebi o pedido de preferência. Por haver sido apresentado hoje, pode ser que tenha havido algum problema na assessoria. **(Pausa)**

Nobre Constituinte José Genoíno, tratando-se do inciso IX, talvez a interpretação da Mesa tenha sido exatamente a seguinte: as preferências são dadas dentro dos incisos e conforme a natureza do destaque da emenda.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Em votação o Destaque nº 7728, requerido pelo Constituinte José Maria Eymael, referente ao inciso I – supressivo.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ MARIA EYMAEL:** – Sr. Presidente, é nossa intenção retirar esse destaque, mas gostaríamos de fazer menção ao assunto que nos causou preocupação e que motivou a apresentação do destaque.

Estão relacionadas entre os bens da União as vias de comunicação, sem que, no entanto, estejam especificadas na respectiva norma. Ou seja, trata-se das vias de comunicação interna, situadas nos Municípios, das intermunicipais ou das interestaduais? Conforme explicitado na norma, todas as vias de comunicação do País são propriedade da União.



Fiquei, então, no seguinte dilema: suprimir as vias de comunicação ou aditar alguma coisa. Como não é possível aditar, restaria o caminho da supressão. Penso, contudo, que seria draconiano retirar da propriedade da União as vias de comunicação. Gostaria apenas que o Relator se pronunciasse a este respeito.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – De acordo com o que já se tem feito – e está sendo bem recebido pela Mesa – talvez V. Ex.<sup>a</sup> pudesse ter sugerido, antes do enunciado da matéria, apenas a supressão da expressão "...das vias de comunicação". Agora o destaque está prejudicado.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ MARIA EYMAEL:** – Sr. Presidente, o destaque visaria apenas a supressão da expressão "...das vias de comunicação". Mas acho que se mutilaria o texto. Gostaria de ouvir do Sr. Relator, para que constasse nos Anais, a afirmação de que não é esse o entendimento. Ou seja, que se trata, realmente, de vias de comunicação a nível interestadual.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – O Constituinte José Maria Eymael pretende que, como está registrado no texto "vias de comunicação intermunicipais, interestaduais etc.", todos passem a organismo do Estado. S. Ex.<sup>a</sup> quer saber se a intenção é esta ou não. **(Pausa)**

O Relator diz que já havia informado previamente V. Ex.<sup>a</sup> a este respeito.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ MARIA EYMAEL:** – Mas gostaria que V. Ex.<sup>a</sup> registrasse isso nos Anais.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – O destaque de V. Ex.<sup>a</sup> foi retirado.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GERALDO:** – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GERALDO:** – Temos em mãos cinco destaques substitutivos do título do art. 19. A pergunta é se não deveriam ser votados antes do inciso I.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Vou analisar o assunto. **(Pausa)**

É um destaque supressivo do título?

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GERALDO:** – São cinco destaques substitutivos do *caput* do art. 19.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Mas já votamos o *caput*.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GERALDO:** – Ao que me consta, V. Ex.<sup>a</sup> só mencionou o destaque do Constituinte José Ignácio Ferreira.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Exatamente. Inclusive, foi prejudicado pela ausência de S. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GERALDO:** – Mas existem mais cinco – pelo menos no documento que tenho em mãos.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Nos documentos que eu recebi, não.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GERALDO:** – São destaques de nºs 1441...

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Sr. Presidente, peço a palavra, para uma informação.

Os destaques foram prejudicados tão logo iniciados os trabalhos de votação, porque eram substitutivos integrantes do título. Por isso foram prejudicados, quando se encontrava na Presidência o Constituinte Brandão Monteiro.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Constituinte José Geraldo, aqui está realmente a indicação. Não lhe dei a resposta prontamente porque, como disse V. Ex.<sup>a</sup>, na ocasião eu não estava presidindo os trabalhos. Mas foram indeferidos por não serem admitidas, regimentalmente, emendas substitutivas integrais.

Em votação o inciso II.

Destaque nº 3250, requerido pelo Constituinte Eraldo Tinoco, referente à Emenda nº 22351.

**O SR. CONSTITUINTE ERALDO TINOCO:** – Sr. Presidente, retiro o destaque.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – O Constituinte Eraldo Tinoco retira o destaque.

**Destaque nº 005332-87 – Emenda nº ES-21231-1, do Sr. Virgildásio de Senna, "que modifica o art. 30, inciso II, do Substitutivo nº 1 (art. 19 "caput", inciso II, do Substitutivo nº 2)". (198ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Em votação o Destaque nº 5332, requerido pelo Constituinte Virgildásio de Senna, referente à Emenda nº 21231.

Está presente o autor do destaque. Com a palavra S. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE VIRGILDÁSIO DE SENNA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, com o propósito de melhorar os termos do Substitutivo do nobre Relator Bernardo Cabral, no que diz respeito ao problema da água, apresentamos uma série de emendas, distribuídas pelos diversos incisos e artigos que tratam da matéria.

Parece-me que, no mundo moderno, o problema da água ganha relevância extraordinária. Hoje, a venda de água – declaradamente água mineral – tornou-se um dos maiores negócios, tal o nível de contaminação que as águas de superfície apresentam. Trata-se de elemento que começa a escassear. Dados de pesquisa informam que, de cada metro cúbico de água pura retirada de fontes consideradas potáveis, cerca de 20 m estão contaminados. As maiores reservas de água pura e potável existentes hoje no globo terrestre são as águas subterrâneas. Essas águas são, normalmente, de duas espécies, em função da sua localização na crosta terrestre: as águas do lençol freático, que procedem da percolação das chuvas e de outras fontes na área imediatamente subjacente àquela onde ocorreu o fenômeno, e as que são percoladas a grandes distâncias, formando verdadeiros rios subterrâneos e, conseqüentemente, dispondo de volumes muitas vezes superiores àqueles encontrados na superfície da crosta terrestre. Quando correntes, ou seja, quando submetidas aos fenômenos da hidrodinâmica, são águas normalmente puras, com grau de pureza elevado e facilmente utilizadas para fins industriais, consumo humano e animal.

Muitas foram as emendas apresentadas na Subcomissão que tratou dos princípios gerais da ordem econômica e propriedade do subsolo, e vários Srs. Constituintes apresentaram proposições para que a ação do Estado se exerça de forma tutelar sobre essas reservas. A emenda que estamos apresentando visa a acrescentar ao inciso II as águas subterrâneas cujos depósitos naturais estejam subjacentes ao território de mais de um Estado e as águas superficiais e subterrâneas situadas nos Territórios.

Não se diga que é difícil estabelecer a extensão dessas reservas, porque os conhecimentos técnicos existentes hoje na Geofísica, na Magmometria, ou qualquer outro sistema de determinação da existência ou ocorrência no subsolo, relativamente de modo fácil, identificam a extensão do manancial, ou seja, se é fechado ou dinâmico. Enfim, esclarecem a forma de sua utilização, como ele pode ser sacado para a utilização plena no interesse de toda a sociedade.

É com este propósito, o de o Estado exercer uma ação tutelar sobre algo que, segundo se informa, representa 1/3 de toda a água potável disponível, que estamos apresentando emenda modificativa ao respectivo inciso do art. 19 do 2º Substitutivo, para a qual peço a aprovação da Casa. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Para defender a proposição, tem a palavra o Constituinte Celso Dourado.

**O SR. CONSTITUINTE CELSO DOURADO:** – Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, esta emenda modificativa do nobre Constituinte Virgildásio de Senna é, sobretudo, oportuna e relevante para a situação em que vivemos hoje no nosso País. Está-se dando forte ênfase – aliás, necessária – à irrigação. É louvável, pois, esta iniciativa, que pode dar excelentes resultados na erradicação da fome no País. Mas vários cuidados precisam ser tomados, especialmente com a água subterrânea. Na agricultura, por exemplo, aplicam-se vários pesticidas, elementos químicos que podem poluir o lençol freático, e essa água subterrânea, no Nordeste, especialmente, e em todo o Território Nacional, é um bem que tem de ser defendido.

Os geólogos que trabalham no setor têm chamado a atenção das autoridades para a falta de zelo, de cuidado quanto a essa riqueza. Aliás, este País tem-se caracterizado por uma indiferença muito grande no que se refere à defesa dos lençóis de água, quer superficiais ou subterrâneos. Algumas indústrias estão localizadas, na Bahia e em outros Estados, em cima de lençóis freáticos que, muito próximo à superfície, infelizmente estão sendo poluídos. Próximo a Salvador temos um potencial aquífero admirável, com água de excelente qualidade. Algumas indústrias ali localizadas estão causando sérios prejuízos a esse lençol freático.

Então, esta emenda modificativa é sobretudo relevante para a realidade desta riqueza no País.

Aproveito a oportunidade para chamar a atenção dos Srs. Constituintes para a necessidade de aprovação desta emenda, que, de fato, enriquecerá o Projeto Bernardo Cabral. Nesse aspecto, sem dúvida, há uma lacuna no Substitutivo.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Com a palavra o Sr. Relator.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, em que pese ao respeito que tributo aos ilustres Constituintes que me antecederam – Virgildásio de Senna, autor da emenda, e Celso Dourado – devo posicionar-me contra a proposta.

O Constituinte Celso Dourado louva-se, para aprovar a emenda, no significado das águas subterrâneas subjacentes ao território de mais de um Estado. Entende S. Ex.<sup>a</sup>, bem assim o Constituinte Virgildásio de Senna, que no inciso I do art. 19 não se contempla tal preocupação. O que não é verdade, porque, mais adiante – e este Substitutivo não pode ser lido isoladamente, sob pena de não se chegar a um entendimento –, se S. Ex.<sup>as</sup> lerem o art. 28, verificarão que as águas superficiais ou subterrâneas, fluentes, ou em depósito, ou emergentes, incluem-se entre os bens do Estado.

Argüir-se-á com a questão das águas minerais. Mas as jazidas de águas minerais já estão contempladas no Código de Minas. E, a partir da publicação do Código de Minas, todas as demais concessões que tiverem de ser feitas estarão submetidas a ele. De modo que – e como eu o deploro – ficariam só os territórios. Mas as águas dos territórios pertencem à União, já que eles integram a União.

Por esta razão, a Relatoria coloca-se contrariamente à emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Em votação.

(Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Artur da Távola, Celso Dourado, Egídio Ferreira Lima, Mário Lima, Pimenta da Veiga, Severo Gomes, Virgildásio de Senna, Miro Teixeira, José Lins, Enoc Vieira, José Maurício, Lysâneas Maciel, Luiz Salomão, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Haroldo Lima e Roberto Freire. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Antônio Britto, Bernardo Cabral, Carlos Mosconi, Cristina Tavares, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Lyra, Haroldo Sabóia, João Calmon, José Fogaça, José Geraldo, José Ignácio Ferreira, José Paulo Bisol, José Richa, José Ulisses de Oliveira, Manoel Moreira, Nelson Jobim, Nilton Friedrich, Nilson Gibson, Paulo Ramos, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Rodrigues Palma, Sigmaringa Seixas, Theodoro Mendes, Wilson Martins, Antonio Mariz, Israel Pinheiro, João Natal, José Carlos Grecco, José Costa, José Maranhão, José Tavares, Nelson Wedekin, Octávio Elísio, Vicente Bogo, Vilson Souza, Alcení Guerra, Aloysio Chaves, Christóvam Chiaradia, Edme Tavares, Eraldo Tinoco, Inocêncio Oliveira, José Jorge, Luís Eduardo, Oscar Corrêa, Paulo Pimentel, Ricardo Fiúza, Sandra Cavalcanti, Valmir Campelo, Hugo Napoleão, João Menezes, Jonas Pinheiro, Gilson Machado, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Gerson Peres, Jarbas Passarinho, Virgílio Távora, Bonifácio de Andrada, Francisco Rossi, Gastone Righi, Ottomar Pinto e Jamil Haddad. **ABSTENÇÃO** do Senhor Deputado João Herrmann Neto.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 17 Constituintes; votaram NÃO 65 Constituintes; absteve-se de votar 1 Constituinte. Total: 83 votos. O Destaque foi **rejeitado**.

Teremos agora, de autoria do Constituinte José Ignácio Ferreira, o Destaque nº 5623, que está, naturalmente, prejudicado porque o próprio texto consta do 2º Substitutivo.

Passamos ao Inciso III. Em votação o Destaque nº 4324, requerido pelo Constituinte Paulo Macarini, referente à Emenda nº 22889. **(Pausa)** S. Ex.<sup>a</sup> está ausente. Está prejudicado o destaque.

Em votação o Destaque nº 5623, requerido pelo Constituinte José Ignácio Ferreira, referente à Emenda nº 32818.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA:** – Sr. Presidente, retiro o destaque.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Retirado o destaque.

Em votação o Destaque nº 1654, requerido pelo Constituinte Délio Braz, referente à Emenda nº 33819. **(Pausa)** Ausente. Prejudicado o destaque.

Passamos ao Inciso IV.

**Destaque nº 5305-87, do Sr. Manoel Moreira – Emenda nº IP-01904-4, do Sr. Renato Vianna, “que modifica o inciso V o artigo 52 do Projeto de Constituição (art. 19 inciso IV, Substitutivo nº 2)”. (199ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Em votação o Destaque nº 5305, requerido pelo Constituinte Manoel Moreira, referente à Emenda nº 1904, do Constituinte Renato Vianna. O Constituinte Manoel Moreira está ausente, mas indicou o Constituinte Nelson Carneiro para sustentar o destaque. S. Ex.<sup>a</sup> tem a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, este é o mais simples dos

destaque até agora oferecido ao exame desta Comissão. O texto atual diz:

"Dê-se ao inciso V do art. 52 a seguinte redação:

.....  
V – a plataforma continental e seus recursos naturais."

O que a emenda visa é modificar para:

"V – os recursos naturais da plataforma continental."  
.....

São as mesmas palavras, com nova redação. Por quê? O que isso importa? Importa que o texto se ajusta ao tratado sobre o Direito do Mar, já aprovado pela Câmara dos Deputados e que se encontra atualmente na Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal.

O Estado costeiro exercerá direitos de soberania sobre a plataforma continental tão-somente para efeitos de exploração e aproveitamento dos seus recursos naturais. Os recursos naturais a que se refere este dispositivo são os recursos minerais e outros recursos não vivos do leito do mar e subsolo, isto é, aqueles que no período da captura estão imóveis no leito do mar ou no subsolo.

Pela simples modificação da redação, assegura-se ao Brasil não só na presença entre os signatários do tratado sobre o Direito do Mar, já aprovado unanimemente pela Câmara dos Deputados, mas também o direito aos recursos naturais na plataforma continental – não a plataforma continental e seus recursos naturais.

Peço a atenção do nobre Relator para a relevância dessa simples transposição para a economia nacional, porque passaremos a ter o direito de haver e receber todos os recursos naturais na plataforma continental. É um assunto tipicamente técnico, pelo qual não há nenhum interesse político, a não ser a defesa dos interesses do País.

Era só, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Para falar a favor da emenda, o Constituinte Renato Vianna tem a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE RENATO VIANNA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a emenda de nossa autoria, cujo destaque foi requerido pelo Constituinte Manoel Moreira, visa a corrigir o texto que, na sua redação atual, dispõe:

"Inclua-se entre os bens da União a plataforma continental e seus recursos naturais."

Para evitar-se, inclusive, problemas para o Brasil, na qualidade de signatário da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, é necessário que o texto constitucional ora em elaboração não venha a conter disposições conflitantes com aquele documento que, afinal, recebeu mais acolhida no meio internacional do que a própria Carta das Nações Unidas.

O nobre Constituinte Nelson Carneiro é, inclusive, membro e relator da Comissão dos Direitos do Mar e se prontificou, imediatamente, a fazer a defesa de nossa emenda.

Sabemos que, pelo Direito Internacional e de acordo com a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, a plataforma continental de um Estado costeiro compreende o leito e o subsolo da margem continental – o prolongamento natural do território do Estado – até uma distância de, no mínimo, 220 milhas marítimas das linhas de base a partir das quais se mede a largura do mar territorial, e, no máximo, 350 milhas marítimas das referidas linhas, quando, observada determinada metodologia, a

margem continental se estende além desta distância, o que possivelmente ocorre em três pontos da nossa margem continental: na calha do rio Amazonas, no saliente nordestino e no sul do País.

O que é preciso que fique esclarecido neste instante é que a Convenção diz que o Estado costeiro exercerá direitos de soberania sobre a plataforma continental tão-somente para efeitos de exploração e aproveitamento dos seus recursos naturais. Seria um erro flagrante considerarmos a plataforma continental um bem da União. Na verdade, o que pertence à União são os recursos naturais da plataforma continental. Portanto, é essa a inversão que pretendemos e que julgamos seja necessária à sua aprovação, para que o texto não conflite com a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Concedo a palavra ao Relator, para pronunciar-se a respeito do assunto.

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – Sr. Presidente, a Relatoria apesar de todo o esforço de análise sintática, sintagmática e léxica para superar suas limitações, não consegue encontrar diferença de natureza semântica entre o que está no texto do Relator e o que está sendo proposto.

No entanto, em homenagem aos ilustres Constituintes Renato Vianna e Nelson Carneiro, acolhe a emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Nelson Carneiro.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – Sr. Presidente, esclareço ao Relator que a plataforma continental não é um bem da União. Por bem da União entende-se os recursos encontrados na plataforma continental. Porém, o texto diz que a plataforma continental é um bem da União, além dos seus recursos.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Nobre Constituinte Nelson Carneiro, parece-me que isso foi suficientemente explicado. A menos que V. Ex.<sup>a</sup> queira, como grande advogado, falar pela última vez para deixar o efeito causado, o assunto está perfeitamente esclarecido. Passo à votação.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Alfredo Campos, Antônio Brito, Artur da Távola, Celso Dourado, Cristina Tavares, Egídio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Gasparian, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, João Hermann Neto, José Fogaça, José Geraldo, José Paulo Bisol, José Richa, Manoel Moreira, Mário Lima, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nelton Friedrich, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Rodrigues Palma, Severo Gomes, Sigmaringa Seixas, Virgildásio de Senna, Wilson Martins, Antonio Mariz, Israel Pinheiro, José Costa, José Maranhão, José Tavares, Miro Teixeira, Nelson Wedekin, Octávio Elísio, Roberto Brant, Rose de Freitas, Vicente Bogo, Vilson Souza, Christóvam Chiaradia, Edme Tavares, Eraldo Tinoco, Francisco Benjamim, Inocêncio Oliveira, José Jorge, José Lins, José Santana de Vasconcelos, Luís Eduardo, Oscar Corrêa, Paulo Pimentel, Ricardo Fiúza, Sandra Cavalcanti, Valmir Campelo, João Menezes, Jonas Pinheiro, Gilson Machado, Simão Sessim, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Gerson Peres, Jarbas Passarinho, Virgílio Távora, Adylson Motta, José Maurício, Lysâneas Maciel, Luiz Salomão, Francisco Rossi, Gastone Righi, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Ottomar Pinto, Haroldo Lima, Roberto Freire e Jamil Haddad. Votaram **NÃO** os seguintes senhores Constituintes: José Ignácio Ferreira, Nilson Gibson, Theodoro Mendes, Alcení Guerra, Aloysio Chaves e Enoc Vieira.

Durante a chamada nominal da votação do Destaque nº 5305-87, o **Sr. Jarbas Passarinho**, Terceiro-Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo **Sr. Fernando Henrique Cardoso**, Quarto-Vice-Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 80 Constituintes; votaram NÃO 6 Constituintes. Total: 86 votos. O Destaque foi **aprovado**.

Passamos ao inciso VI.

**Destaque nº 003872-87 – Emenda nº ES-26045-6, do Sr. Gastone Righi, “que modifica o art. 30, inciso VII, do Substitutivo nº 1 (art. 19, “caput”, inciso VI, do Substitutivo nº 2)” (200ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Existe um pedido de preferência do Constituinte Gastone Righi para o Destaque nº 3872, referente à Emenda nº 26045.

Vamos passar à votação da preferência. Os Srs. Constituintes que estão de acordo com o pedido de preferência do Constituinte Gastone Righi, permaneçam como estão. **(Pausa)** Aprovada a preferência.

Trata-se de emenda supressiva ao inciso VI, que diz:

“...terrenos de marinha e seus acrescidos.” Propõe o Constituinte a supressão do inciso...

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FOGAÇA:** – Permita-me, Sr. Presidente, para um esclarecimento.

V. Ex.<sup>a</sup> se referiu à Emenda nº 26045 como supressiva. A emenda, porém, refere-se ao inciso VII, e é aditiva.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Parece ter havido um engano da Mesa. A emenda não é supressiva, mas aditiva. Manda crescer ao inciso VII, que diz “...terrenos de marinha e seus acrescidos,” as expressões:

“...considerados como de interesse para a segurança nacional, constituindo-se os demais patrimônio dos municípios.”

Concedo a palavra ao Constituinte Gastone Righi, para defender o destaque solicitado.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, desejo chamar a atenção dos ilustres membros desta Comissão para minha emenda, que é de revelante importância. Visa a estabelecer que pertencem à União os terrenos de marinha considerados de interesse para a segurança nacional, passando os demais a pertencer aos municípios.

Quero esclarecer o assunto aos ilustres pares, por ser extremamente relevante.

Terrenos de marinha são todos os terrenos situados até 33 metros do preamar médio de 1831, ocasião em que houve uma grande enchente. Todos os terrenos situados na desembocadura de rios ao longo de todo o litoral marítimo, bem como nos braços de mar e nos rios interestaduais até 33 metros de onde foram as águas da grande enchente de 1831 são considerados de marinha. O que não quer dizer que sejam da Marinha. Terrenos de marinha pertencem ao Serviço do Patrimônio da União. É exatamente nesses terrenos que se localizam os mocambos, as palafitas, as grandes favelas de todas as regiões litorâneas, seja em Recife, Salvador, Belém, Santos, Cubatão, São Vicente, no São Francisco ou onde houver litoral ou braços de mar.

Ocorre que esses terrenos de marinha, cuja propriedade é da União, não podem ser transferidos a particulares nem podem ser urbanizados ou administrados pelos municípios. E assim as favelas se eternizam, sem qualquer

condição, para o Poder Público de dar solução local. É preciso que se transfiram esses terrenos aos municípios, para que seus titulares possam ter mais facilidade nas transferências do domínio útil e, ainda, se permita ao Poder Público municipal remanejá-los, urbanizá-los, loteá-los e dar-lhes características muito mais humanitárias.

Não pensem V. Ex.<sup>as</sup> que se trata de problema de pequena monta. São milhões as propriedades que se estendem ao longo desses terrenos de marinha. Todos os apartamentos de frente para o mar, em toda cidade banhada pelo oceano, são terrenos de marinha, e a transferência de um único apartamento fica sempre na dependência de um alvará, que o infeliz ocupante tem de tirar, no Serviço do Patrimônio da União, localizado apenas nas capitais dos Estados, com ônus muito grande.

É uma grande confusão dominial, que não se resolve. Na realidade, se passarmos esses terrenos do Poder Público Federal para o Poder Público Municipal, agilizar-se-á a movimentação, a humanização e a urbanização desses terrenos. Assim, faço um apelo aos membros da Comissão de Sistematização, para que acolham a minha emenda, esclarecendo mais que, se tirarmos do Patrimônio Federal apenas os terrenos não considerados de interesse para a segurança nacional, não estaremos criando qualquer prebenda ou diminuição de receita, já que as taxas de ocupação desses terrenos não dão sequer para pagar o que a União despende com seus serviços de fiscalização e manutenção do Serviço de Patrimônio da União.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Com a palavra o ilustre Constituinte Luiz Salomão, para encaminhar contra.

**O SR. CONSTITUINTE LUIZ SALOMÃO:** – Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, serei bastante breve, porque o absurdo desta proposição não carece de demonstração mais detalhada.

A questão posta pelo nobre Constituinte Gastone Righi, no sentido de restringir o domínio da União às faixas de terreno da Marinha que interessem à segurança nacional, evidentemente contempla a intenção de municipalizar os terrenos de marinha, caso houvesse uma definição restritiva do que seja segurança nacional. De qualquer maneira, se fôssemos enfocar por esse ângulo, toda a costa seria de segurança nacional, tendo em vista qualquer tipo de agressão externa.

Mas, não é essa a questão, nobre Constituinte Gastone Righi.

A questão fundamental é que o Serviço de Patrimônio da União, efetivamente, exerce de maneira adequada sua função. As questões apontadas por V. Ex.<sup>a</sup>, como a formação de mocambos e de favelas à beira-mar, decorrem da pressão urbana, decorre de todas as dificuldades de formação das cidades, da inexistência de uma reforma agrária que permita o assentamento adequado das populações, sobretudo as carentes.

O que S. Ex.<sup>a</sup> está pretendendo, provavelmente, é a proliferação dos loteamentos, das mansões à beira-mar, das casas de veraneio, que certamente surgiriam como cogumelos, caso houvesse a municipalização dos terrenos de marinha. Isto só favoreceria à especulação imobiliária, que exerce pressões sobre as municipalidades menos dotadas, no sentido de fazer prevalecer seus interesses.

A emenda do Constituinte Gastone Righi atenta contra a proteção do patrimônio de todos, do patrimônio da União, porque as faixas de terrenos de marinha são bens públicos que têm de ser preservados.

Era o que tinha a dizer, conclamando os Srs. Constituintes a votarem contra a emenda do Constituinte Gastone Righi. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Dou a palavra ao Relator, se desejar fazer uso dela.

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – Sr. Presidente, o Constituinte Antônio Carlos Konder Reis vai manifestar-se pela Relatoria.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Pois não, Sr. Constituinte Antônio Carlos Konder Reis, vamos ouvir V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. RELATOR (Antônio Carlos Konder Reis):** – Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, as Constituições anteriores caracterizavam o domínio da União, a propriedade da União sobre os terrenos de marinha, considerando-os, de modo geral, de interesse de segurança nacional. Nos Textos Constitucionais de 1946, 1967 e 1969 não encontramos tal especificação. Ela existe, está presente no texto do projeto como um imperativo da boa técnica de elaboração constitucional. Assim é que já no item II foram incluídos entre os bens da União as terras marginais aos rios federais e as praias fluviais desses mesmos rios. Estendeu-se o conceito, deu-se maior amplitude ao elenco de bens da União. Em decorrência dessa orientação, o Sr. Relator especificou os terrenos de marinha, e seus acréscidos.

A emenda do nobre Constituinte Gastone Righi – acredita o Sr. Relator-Geral, em cujo nome falo neste momento – foi inspirada por algumas dificuldades burocráticas que porventura existiam quando da regularização dos termos de ocupação e dos termos de aforamento desses terrenos de marinha. Que eles são do interesse da segurança nacional, não há dúvida. A legislação em vigor estabelece como terreno de marinha uma faixa de 33 metros a partir da preamar média de 1860 e, ainda, uma faixa das margens dos rios, até onde chegam as águas das marés.

Admitamos, Sras. e Srs. Constituintes, que a emenda pudesse merecer acolhida. Diz a emenda:

"Os terrenos de marinha considerados como de interesse para a segurança nacional, constituindo-se os demais patrimônios dos Municípios."

Quando seriam esses terrenos assim considerados? Qual o critério a adotar para a aprovação de uma lei que fizesse a distinção? O texto constitucional não pode abrigar tal singularidade, já que estabelece regras gerais. Os terrenos de marinha são de propriedade da União, incluem-se entre os bens da União, mas podem ser objeto de ocupação ou aforamento de particulares ou de outras entidades de direito público, quando o interesse da segurança nacional naquele momento e naquela área não ditar que à União se reserve o domínio dessa área.

O nobre Constituinte Gastone Righi levantou ainda a questão das aglomerações populacionais urbanas, dos mocambos, nessa região. Cabe a pergunta: a transferência dessa área para a propriedade dos municípios mudaria o quadro? A situação se alteraria? Evidentemente, não, porque outros são os fatores – não o descuido, o descaso ou as dificuldades burocráticas que estão criando esses núcleos populacionais em terrenos de marinha –, outros são os fatores, repito, que ditam as condições para que aqueles que não têm terra e precisam morar, ocupem esses terrenos.

Finalmente, em nome do Relator-Geral, quero lembrar o aspecto da ocupação das terras de marinha pelos pescadores, especialmente pelos pescadores artesanais.

Em razão de emenda que apresentei quando exerci mandato de Senador, só o Serviço de Patrimônio da União, com assessoria do Ministério da Marinha, pode fazer cumprir a lei – salutar lei – que assegura a preferência aos pescadores artesanais quanto à ocupação dos terrenos de marinha, indispensáveis ao exercício de suas atividades.

Por isso, o Sr. Relator-Geral fica com a especificação do texto e manifesta-se contrariamente à emenda do nobre Constituinte Gastone Righi. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Em votação a matéria.

**(Procede-se à votação)**

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Theodoro Mendes, Francisco Rossi, Gastone Righi, Ottomar Pinto e Roberto Freire. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Alfredo Campos, Antônio Britto, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Celso Dourado, Cristina Tavares, Egidio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Gasparian, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, João Calmon, João Herrmann Neto, José Fogaça, José Ignácio Ferreira, José Paulo Bisol, José Richa, Manoel Moreira, Mário Lima, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nelson Friedrich, Nilson Gibson, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Prisco Viana, Raimundo Bezerra, Rodrigues Palma, Severo Gomes, Sigmaringa Seixas, Virgildásio de Senna, Wilson Martins, Antonio Mariz, José Costa, José Maranhão, José Tavares, Miro Teixeira, Octávio Elísio, Roberto Brant, Rose de Freitas, Vicente Bogo, Vilson Souza, Aloysio Chaves, Christóvam Chiaradia, Edme Tavares, Eraldo Tinoco, Francisco Benjamim, Inocêncio Oliveira, José Jorge, José Lins, José Santana de Vasconcellos, Luís Eduardo, Oscar Corrêa, Paulo Pimentel, Ricardo Fiúza, Sandra Cavalcanti, Valmir Campelo, Enoc Vieira, João Menezes, Jonas Pinheiro, Paes Landim, Simão Sessim, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Gerson Pares, José Maurício, Lysâneas Maciel, Luiz Salomão, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Haroldo Lima e Jamil Haddad.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 5 Constituintes; votaram NÃO 76 Constituintes. Total: 81 votos. O Destaque foi **rejeitado**.

Passamos ao Destaque nº 6209, do Constituinte José Santana de Vasconcellos. **(Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup> retirou o destaque.

Passamos ao inciso VII.

Existe uma emenda substitutiva do Constituinte José Dutra. **(Pausa)** S. Ex.<sup>a</sup> não está presente. Fica prejudicada a matéria.

Em votação o Destaque nº 4471, do Constituinte José Egreja. **(Pausa)** S. Ex.<sup>a</sup> não está presente. Prejudicado o destaque.

Em votação os Destaques nºs 4260 e 4262, do Constituinte Lúcio Alcântara. **(Pausa)** S. Ex.<sup>a</sup> desistiu.

Passamos ao inciso IX.

Há um pedido de preferência, do Constituinte Euclides Scalco, para o Destaque nº 4206, que visa suprimir a expressão "de posse imemorial".

O Constituinte Euclides Scalco tem indicação para o Constituinte Severo Gomes.

Em votação a preferência.

Os Srs. Constituintes que estiverem de acordo, permaneçam como estão. **(Pausa)** Aprovada a preferência.

**Destaque nº 004206.87, do Sr. Euclides Scalco, "que suprime a expressão "de posse imemorial" no art. 19, inciso IX, do Substitutivo nº 2º. (201ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Passamos à votação.

Para encaminhar a votação, fala o Constituinte Severo Gomes.

**O SR. CONSTITUINTE SEVERO GOMES:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, trata-se de destaque que propõe a supressão da expressão "de posse imemorial", como característica fundamental na qualificação de terras ocupadas pelos indígenas. A razão da proposta é o fato de que são poucas as populações indígenas que hoje ocupam terras que poderiam ser qualificadas de "posse imemorial".

São populações que vêm sendo remanejadas ao longo de nossa História, desde os aldeamentos de Marquês de Pombal, até os mais recentes, quando a própria Funai transferiu populações indígenas de uma região para outra com intuito até de preservá-las.

Quer dizer, a manutenção da expressão "de posse imemorial" reduziria substancialmente as terras ocupadas hoje pelos indígenas. Quero lembrar aos Srs. Constituintes que, com a morte do Marechal Rondon, assumiu a Presidência da Comissão Nacional de Proteção ao índio a Prof.<sup>a</sup> Heloísa Alberto Torres, filha de uma grande figura da República – Alberto Torres.

Conheci-a já muito idosa, doente e com dificuldades de movimentação. Mesmo assim, no momento dramático em que se discutia a Constituição de 1967, ela me procurou no Ministério da Agricultura, carregada de indignação, porque, por um lapso, o legislador tinha deixado de fazer, no projeto d.e Constituição, referência às terras das populações indígenas.

Dizia ela: "Durante todo esse tempo temos na Constituição esse direito assegurado, continua havendo genocídio. Imagine o que poderia ocorrer com a manutenção daquilo!"

Em seguida, fui ao Palácio das Laranjeiras e de lá nos comunicamos com o Relator da Constituinte de então, o Senador Konder Reis, que introduziu a emenda. Faltavam apenas 24 horas e, com essa providência do ilustre Senador, a Constituição continuou a preservar as populações indígenas, livrando-se daquele cochilo.

Hoje repete-se essa questão. A permanência da expressão "de posse imemorial" reduzirá substancialmente as terras ocupadas pela população indígena. Cabe a nós, Constituintes, fundados na tradição republicana – nunca se usou a expressão "de posse imemorial", nem no texto constitucional, nem na legislação ordinária – fazer essa correção, para assegurar um caminho certo, ético e moral, em obediência à nossa tradição e ao preconizado pelo Marechal Rondon. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Gerson Peres, para encaminhar contra.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Prezados colegas, essa questão das terras dos índios tem sido uma preocupação de pessoas que estão fora da órbita dos interesses e das verdadeiras necessidades dos índios brasileiros. Vejam bem o risco imenso que vamos correr se retirarmos a expressão "posse imemorial", que é fundamental para garantir a sobrevivência das tribos indígenas. Deixar isso a descoberto é proporcionar um jogo até com as próprias tribos indígenas – como já o estão fazendo.

Pegam-se grupos de dezenas de índios e alocam-nos em determinadas áreas por onde eles ainda não passaram, transformando-as em novas propriedades indígenas, para, mais adiante, multiplicar isso por dez. Chega-se ao absurdo de, hoje, no Estado do Pará, 14% da nossa área territorial estarem destinadas aos índios, que jamais poderão ocupá-la.

Porque eles não existem! Há terra demais para pouco índio. Vamos ser honestos e sinceros com o nosso País. Vamos dar aos índios terras onde eles possam realmente viver, produzir e abastecer-se. Mas, qual o interesse de multiplicar isso? O que está por detrás disso tudo? Não sabemos.

Diz o nobre Constituinte Severo Gomes que, não constando a expressão, estaremos garantindo mais a posse das terras dos índios. É justamente o contrário. Constando é que estaremos protegendo a vida desses silvícolas nas áreas onde habitam. Isto porque cabe à União detectar realmente estas populações. Já deve existir este cadastro, pelo tempo que a Funai existe, pelo tempo que as

Constituições tratam da vida dos índios, pelo tempo que os órgãos protetores dos índios existem no território nacional. Será muito difícil surgir uma nova população indígena ou, talvez, uma outra, ainda desconhecida no Brasil. Todas elas são detectadas e conhecidas. Por isso mesmo, a posse deve ser imemorial, porque já as identificamos, já as conhecemos, já as quantificamos. Sabemos, quase com absoluta certeza, a quantidade de índios que o nosso País possui. Para que, então, esta luta aleatória, quase que contraditória até? Atacam-se os homens públicos que vêm à tribuna ou que defendem a propriedade para os índios dentro de limites corretos, adequados e de áreas onde eles realmente existem. Não se pode fazer com o índio um jogo de interesses estranhos que não sabemos de onde parte, de que lado vem e a quem vai favorecer.

Nossa preocupação, ao pedir a V. Ex.<sup>as</sup> que deixem como está no texto é única e basicamente fundamentada no princípio de que a posse imemorial defende os interesses dos índios, não é contrária aos índios.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Pergunto ao Relator se deseja fazer uso da palavra.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sim, Sr. Presidente.

Srs. Constituintes, o inciso **IX**, quando se reporta às terras de posse imemorial, onde se acham permanentemente localizados os índios, tem que ser entendido com o § 1º do art. 262, que define o que são terras de posse imemorial.

Como o Relator achou que a questão deveria ficar em aberto, sua posição é de manutenção, mas a Relatoria auxiliar está dispensada quanto à sua posição.

Era apenas isso que tinha a dizer.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Em votação.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Antônio Britto, Artur da Távola, Celso Dourado, Cristina Tavares, Egídio Ferreira Lima, Fernando Gasparian, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, João Herrmann Neto, José Fogaça, José Paulo Bisol, José Serra, Nelson Jobim, Nelson Friedrich, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga Raimundo Bezerra, Severo Gomes, Sigmaringa Seixas, Virgildásio de Senna, Antonio Mariz, José Carlos Grecco, José Costa, Miro Teixeira, Roberto Brant, Rose de Freitas, Vicente Bogo, Vilson Souza, Alcení Guerra, Brandão Monteiro, José Maurício, Lysâneas Maciel, Francisco Rossi, Gastone Righi, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Aldo Arantes, Roberto Freire e Jamil Haddad. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Alfredo Campos, Bernardo Cabral, Fernando Bezerra Coelho, João Calmon, José Ignácio Ferreira, José Richa, Manoel Moreira, Mário Lima, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Prisco Viana, Renato Vianna, Rodrigues Palma, Theodoro Mendes, Israel Pinheiro, José Maranhão, José Tavares, Aloysio Chaves, Christóvam Chiaradia, Edme Tavares, Eraldo Tinoco, Inocêncio Oliveira, José Lins, José Santana de Vasconcellos, Luís Eduardo, Oscar Corrêa, Paulo Pimentel, Ricardo Fiúza, Sandra Cavalcanti, Valmir Campeio, Enoc Vieira, João Menezes, Paes Landim, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Gerson Pores, Adylson Motta, Bonifácio de Andrada, Ottomar Pinto e Siqueira Campos.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram **SIM** 43 Constituintes; votaram **NÃO** 40 Constituintes. Total: 83 votos. O Destaque foi **prejudicado** por falta de **quorum** qualificado.

**Requerimento de preferência para votação do Destaque nº 276-87, do Sr. Haroldo Lima – Emenda nº ES-33022-5, do Sr. Plínio Arruda Sampaio e outros, "que modifica o art. 30, inciso X, do Substitutivo nº 1 (art. 19, inciso IX, do Substitutivo nº 2)". (202ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Há, aqui, requerimento do Constituinte Haroldo Lima, de referência para o Destaque nº 276, do Constituinte Plínio Arruda Sampaio.

Em votação a preferência. O destaque apenas dá nova redação ao art. 30, inciso X. Ficaria da seguinte forma: "...as terras ocupadas pelos índios.

Não está prejudicado.

Srs. Constituintes, a preferência está em votação.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Com a palavra o nobre Constituinte Gerson Peres.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, discutimos aqui e acabamos votando uma emenda mais abrangente, que pedia a supressão da expressão "de posse imemorial". Vem a emenda do nobre Constituinte agora e pede a exclusão da palavra "posse", quando a proposição foi prejudicada. Veja bem, se permanece o texto, como agora se procura burlar, através de uma emenda, eliminando a peça importante que ficou consolidada no texto?

Se V. Ex.<sup>a</sup> me convencer, estou disposto a acatar os argumentos da Presidência. Estamos aqui para discutir e catar os argumentos da razão.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Vou explicar os fundamentos da decisão da Mesa.

A Mesa informa que a decisão foi baseada no fato de que a primeira emenda era modificativa. Esta é substitutiva e, portanto, de acordo com informação técnica, está em votação a preferência.

Aqueles que desejam votar favoravelmente à preferência, por favor queiram manifestar-se. **(Pausa)**

**O SR. CONSTITUINTE INOCÊNCIO OLIVEIRA:** – Sr. Presidente, peço verificação de quorum.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – O pedido de verificação foi aceito.

Vamos fazer a votação pelo processo eletrônico. Os que aprovarem a preferência, votarão SIM; os que a rejeitarem, votarão NÃO.

**O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE:** – Sr. Presidente, é a ordem natural. Foi a primeira emenda a ser votada.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Houve pedido de verificação de votação. Há uma preferência pedida e outra, em seguida.

Estamos em votação. Só concederei a palavra a questões relativas à votação.

**O SR. CONSTITUINTE HAROLDO LIMA:** – Permita-me Sr. Presidente.

A questão de ordem do Constituinte Ademir Andrade tem procedência. O pedido de preferência é meu; é minha a emenda. Meu destaque é o primeiro, independentemente da preferência. Tenho a preferência.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – V. Ex.<sup>a</sup> desiste da preferência?

**O SR. CONSTITUINTE HAROLDO LIMA:** – Se V. Ex.<sup>a</sup> reafirmar que se trata do meu pedido de preferência – preferência natural é do meu destaque –, eu desisto.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Desculpe-me V. Ex.<sup>a</sup> Não se trata do seu destaque. Se fosse, com muito prazer eu já o teria colocado em votação. Se V. Ex.<sup>a</sup> desistir, há outro pedido de preferência; sou obrigado a colocar em votação o outro. É tão simples...

Em votação.

**(Procede-se à votação)**

Votaram **SIM** os seguintes Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Antônio Britto, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Celso Dourado, Cristina Tavares, Egídio Ferreira Lima, Fernando Gasparian, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, José Fogaça, José Ignácio Ferreira, José Paulo Bisol, Mário Lima, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nelson Friedrich, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Raimundo Bezerra, Severo Gomes, Sigmaringa Seixas, Virgildásio de Senna, Antonio Mariz, José Carlos Grecco, José Costa, José Tavares, Miro Teixeira, Nelson Wedekin, Octávio Elísio, Rose de Freitas, Vicente Bogo, Vilson Souza, Alcení Guerra, Antônio Carlos Konder Reis, Brandão Monteiro, José Maurício, Lysâneas Maciel, Francisco Rossi, Luis Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Haroldo Lima, Roberto Freire e Jamil Haddad. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Fernando Bezerra Coelho, João Calmon, José Richa, Nilson Gibson, Rodrigues Palma, Theodoro Mendes, Israel Pinheiro, José Maranhão, Aloysio Chaves, Christóvam Chiaradia, Edme Tavares, Eraldo Tinoco, Francisco Benjamim, Inocêncio Oliveira, José Lins, José Lourenço, José Santana de Vasconcellos, Luís Eduardo, Oscar Corrêa, Paulo Pimentel, Ricardo Fiúza, Sandra Cavalcanti, Darcy Pozza, Jarbas Passarinho, Virgílio Távora, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua e Siqueira Campos.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 47 Constituintes; votaram NÃO 28 Constituintes. Total: 75 votos. O requerimento de preferência foi **aprovado**.

**Destaque nº 000276-87, do Sr. Haroldo Lima – Emenda nº ES-33022-5, do Sr. Plínio Arruda Sampaio e outros, "que modifica o art. 30, inciso X, do Substitutivo nº 1 (art. 19, inciso IX, do Substitutivo nº 2)". (203ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Plínio Arruda Sampaio.

**O SR. CONSTITUINTE PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO:** – Sr. Presidente, meus caros colegas Constituintes, chamo a atenção de alguns colegas para o fato de que, talvez pela polarização natural dos assuntos nesta Casa, não tenham atentado bem para o voto que acabam de dar e possam rever suas posições, em função do raciocínio que quero fazer aqui.

Não quero, de maneira alguma, ideologizar essa questão nem transformá-la num assunto passional e definitório do posicionamento de pessoas, aqui. Quero fazer um apelo aos meus colegas.

A marca de uma civilização, de uma cultura, de uma democracia é a defesa do destituído, do mais fraco, daquele que não tem como se defender por meios próprios. Por isso, é uma tradição constitucional brasileira a defesa do silvícola, a defesa do indígena. Desde a nossa primeira Constituição, e passando por todas as Constituições, as de 34, 37, 46 e a de 67, foram instituídos no texto constitucional preceitos que garantem ao silvícola a posse, a propriedade e o domínio da terra em que habitam, sem as restrições que queremos impor agora. Esta seria, pois, a primeira Constituição a introduzir no texto constitucional restrições que nenhuma das outras instituiu.

Quero citar aqui um exemplo insuspeito. Os colegas que conhecem a minha posição, sabem quão insuspeito sou para invocar, em benefício da minha tese, a Constituição de 1967, que tem exatamente a mesma redação que estamos propondo em nossa emenda, isto é, que o texto constitucional reza: "Inclua-se entre os bens da União as terras ocupadas pelos silvícolas".

O que queremos é que seja a terra ocupada pelos índios. De modo que não há radicalismo, leviandade ou espírito de levar mais longe a liberdade. Há simplesmente, a reprodução daquilo que o regime militar concedeu aos indígenas deste País.

Mas não queria terminar sem apelar à consciência dos juristas que me ouvem: se aprovarmos a exigência da terra imemorial, da posse imemorial, isto quer dizer que, para se considerar uma terra da União, um bem da União onde vivam os indígenas, é preciso que se prove a imemoriabilidade da presença indígena aí. Se essa condição não for cumprida, a terra não pode ser da União, embora os índios ali estejam. Se ela não for da União, de quem será? Ela não pode ser dos silvícolas, porque eles não têm o estatuto jurídico de personalidade plena e, portanto, não podem requerer usucapião. E quem vai requerer usucapião dessa terra? O branco, o grileiro, os que não respeitam nem a própria condição dos silvícolas no Brasil. **(Palmas)**

Faço um apelo aos companheiros, para que tenham consciência jurídica e vejam a gravidade do que estão aprovando. Não será nenhuma desfeita nem demérito que algum companheiro equivocadamente reveja seu voto e venha somar-se conosco, dando mais uma prova de que queremos construir uma sociedade humana, justa e que proteja o pequeno neste País. Muito obrigado. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Concedo a palavra ao Constituinte Gastone Righi, para falar contra a emenda.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, entendo que o problema, precipuamente em relação a esta emenda, está sendo tratado com muito passionalismo. Desejar-se uma redação diversa daquela que consta do art. 19, não será benéfico para os índios. Vamos esclarecer o porquê.

No artigo fala-se em "terras de posse imemorial, onde se acham permanentemente localizados os índios..." "Depois, o art. 202, § 1º, declara o que são terras de posse imemorial. Chamo a atenção de V. Ex.<sup>as</sup> para o § 1º, que diz:

"São terras de posse imemorial, onde se acham permanentemente localizados os índios, aquelas destinadas à sua habitação efetiva, às suas atividades produtivas e às imemoriais à sua preservação cultural, segundo os seus usos, costumes e tradições."

Portanto, é muito mais lógico dizer-se que são da União terras de posse imemorial, aquelas permanentemente onde se localizam os índios, do que declarar-se que pertencem à União as terras ocupadas pelos índios. Entende-se por "ocupada pelos índios" aquela onde está sua taba, cuja ocupação ele detém. E essa posse imemorial, como definido no art. 262, é muito mais, pois inclui todas as terras que os índios imemorialmente possuem, porque ali eles caçam, pescam, cultivam suas tradições, seus usos e costumes.

O que estão tentando fazer através do passionalismo é, na verdade, restringir em relação ao índio, é diminuí-lo. Mas o projeto é muito mais avançado. O que está havendo é um terrível preconceito, ou incompreensão, por parte de alguns que pretendem, com discursos ou palavras incisivas, obnubilar, à luz do sol, que é de meridiana clareza, o que está ocorrendo.

Votar a favor da emenda, ao contrário do que disseram alguns, é votar contra os índios. Portanto, contra

a emenda, a favor dos índios. Fico com o Cabral-II **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Com a palavra, em nome do Sr. Relator, o Constituinte Antônio Carlos Konder Reis.

**O SR. RELATOR (Antônio Carlos Konder Reis):** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, solicitei ao nobre Relator-Geral que me permitisse emitir seu parecer sobre esta emenda, por duas razões: primeira, porque fui honrado com uma citação do nobre Constituinte Severo Gomes, quando aqui defendeu sua emenda propondo a exclusão da expressão "posse imemorial" do inciso constante do art. 19, que cuida dos bens da União; segunda, porque, apesar daquela citação honrosíssima, votei contra a emenda.

Devo, pois, uma explicação à Casa. E quero iniciá-la lamentando que o clima passional que se estabeleceu no plenário da Comissão de Sistematização não tenha permitido um exame mais cuidadoso da questão.

Começo seguindo a trilha do nobre Constituinte Plínio Arruda Sampaio. De fato, as Constituições de 34 e 46 faziam referência ao problema dos silvícolas – ambas no art. 5º Uma, na letra "M", e a outra na letra "L". Em regra constitucional, era a singela incorporação da população indígena à comunhão nacional. Era quase uma declaração de intenções. Foi em 1967 que a matéria mereceu uma atenção especial no Congresso, então convocado para votar o projeto de Constituição. No art. 8º – Dos Bens da União – a regra escrita foi exatamente aquela que o Sr. Constituinte Plínio Arruda Sampaio deseja ver repetida na nova Constituição do Brasil. Mas é preciso que se faça uma observação. Já o projeto em discussão, o Senador Aurélio Viana, então Líder do Movimento Democrático Brasileiro, apresentou em uma emenda, as disposições gerais do projeto – emenda acolhida pelo Relator e pela Comissão, que abriu o caminho para a postura da atual Assembléia Nacional Constituinte. Dizia o artigo objeto da emenda do nobre Senador por Alagoas:

"É assegurado aos silvícolas a posse permanente das terras que habitam, e reconhecido o seu direito ao usufruto exclusivo dos recursos naturais e de todas as utilidades nela existentes."

Foi, sem dúvida, esse artigo que permitiu que o legislador constituinte de 1987 abrisse espaço, no projeto, em razão de decisão do nobre Sr. Relator-Geral, para o Capítulo destinado a cuidar, a proteger, a acobertar os direitos dos silvícolas.

A Constituição de 1969 repetiu, na forma ampliada, o dispositivo de 1967, mas condicionou a regra à lei federal, restringindo, portanto, aquele princípio da Constituição anterior.

Hoje, Sras. e Srs. Constituintes, o Sr. Relator-Geral está propondo mais do que uma regra isolada, mais do que um conjunto de normas e um sistema capaz de defender a vida, o desenvolvimento, a cultura da nossa população indígena. Vejamos se não é assim o projeto. O art. 19, item IX, reza:

"As terras de posse imemorial, onde se acham permanentemente localizados os índios..."

Esta é a regra geral, é a norma básica. Mas ela não se esgota. O Sr. Relator não se preocupou em garantir para a União a propriedade das terras ocupadas pelos índios, ou habitadas por eles, ou de posse imemorial dos índios, desde que eles estejam ocupando essas terras. Foi além do Capítulo VIII, do art. 262, após o enunciado de outros diretores, prerrogativas e salvaguardas de proteção às populações indígenas. O Sr. Relator escreveu, no § 1º do art. 262:

"São terras de posse imemorial, onde se acham permanentemente localizados os índios, aquelas destinadas à sua habitação efetiva..."



Mas o Relator não se satisfaz com essa formulação, já por si generosa, inovadora e asseguradora dos direitos dos indígenas. Foi além, e acrescentou:

"...às suas atividades produtivas e as necessárias à sua preservação cultural, segundo seus usos, costumes e tradições."

Se a emenda do nobre Constituinte Plínio Arruda Sampaio, a quem me contraponho com temor não só pela sua inteligência, mas, acima de tudo, pelo modelo que é a sua vida pública, se a emenda de S. Ex.<sup>a</sup> for aprovada, com a exclusão da expressão do item IX do art. 19, de posse imemorial, teremos de alterar o § 1º do art. 262. A Constituição não agasalhará um conceito, uma definição sobre posse imemorial, e continuará o Brasil a viver a angústia, a tristeza, o sofrimento das intermináveis discussões, nas esferas administrativa e judicial, sobre o que é terra ocupada por índios, terra habitada pelos índios, terra necessária aos índios, enfim, tudo aquilo que se contenha, apesar das melhores intenções, no texto constitucional, sem uma definição clara, precisa, completa do que é posse imemorial.

Por isso, Sr. Presidente, para defender os índios, para fazê-los presentes na Constituição e assegurar seus direitos, fico contra a emenda e a favor do texto, exemplar, do nobre Relator. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Vamos passar à votação.

#### **(Procede-se à votação)**

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Antônio Britto, Artur da Távola, Celso Dourado, Cristina Tavares, Egídio Ferreira Lima, Fernando Gasparian, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, José Fogaça, José Paulo Bisol, José Serra, Mário Lima, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nelton Friedrich, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Raimundo Bezerra, Severo Gomes, Sigmaringa Seixas, Virgildásio de Senna, Antonio Mariz, José Carlos Grecco, José Costa, José Tavares, Miro Teixeira, Nelson Wedekin, Rose de Freitas, Vilson Souza, Alcení Guerra, José Maurício, Lysâneas Maciel, Bocayuva Cunha, Francisco Rossi, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Haroldo Lima, Roberto Freire e Jamil Haddad. Votaram **NÃO** os Senhores Constituintes: Alfredo Campos, Bernardo Cabral, Fernando Bezerra Coelho, João Calmon, João Herrmann Neto, José Ignácio Ferreira, José Richa, Manoel Moreira, Nilson Gibson, Renato Vianna, Rodrigues Palma, Theodoro Mendes, Daso Coimbra, Israel Pinheiro, José Maranhão, Marcos Lima, Aloysio Chaves, Arnaldo Prieto, Christóvam Chiaradia, Edme Tavares, Eraldo Tinoco, Francisco Benjamim, Inocêncio Oliveira, José Lins, José Lourenço, José Santana de Vasconcellos, Luís Eduardo, Oscar Corrêa, Paulo Pimentel, Ricardo Fiúza, Sandra Cavalcanti, Enoc Vieira, João Menezes, Paes Landim, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Gerson Pares, Jarbas Passarinho, Virgílio Távora, Bonifácio de Andrada, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua e Siqueira Campos.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 43 Constituintes; votaram NÃO 43 Constituintes. Total: 86 votos. O Destaque foi **prejudicado** por falta de **quorum** qualificado. Em consequência ficam prejudicados todos os demais destaques relativos a esse inciso.

**O SR. CONSTITUINTE HAROLDO LIMA:** – Sr. Presidente, esse destaque que acaba de ser votado é de minha autoria. Não houve **quorum** para ser considerado rejeitado.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Tem V. Ex.<sup>a</sup> razão. Foi prejudicado.

**SR. CONSTITUINTE HAROLDO LIMA:** – Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** –

Se é assim, outro pode ser submetido à votação. Temos aí, Sr. Presidente, um pedido de preferência e um destaque.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Existem pedidos para encerrar a sessão.

Antes, porém, desejo transmitir comunicação do Presidente da Câmara dos Deputados, no sentido de que a reunião da Câmara convocada para amanhã, às 20h45min., ficou antecipada para as 10h de amanhã, uma vez que haverá também uma sessão do Senado a essa mesma hora. Conseqüentemente, não se reunirá a Comissão de Sistematização amanhã pela manhã.

**O SR. CONSTITUINTE VICENTE BOGO:** – Sr.

Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Tem a palavra V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. CONSTITUINTE VICENTE BOGO:** – Sr.

Presidente, todos nós estamos às voltas com as constantes alterações da nossa política nacional, com os anúncios das mudanças nos Ministérios, com boatos de toda ordem que acabam, por vezes, tumultuando e prejudicando os trabalhos da Constituinte.

Hoje, na sessão da manhã, da Assembléia Nacional Constituinte, estiveram nas galerias desta Casa funcionários do Incra e do Mirad, que vieram protestar contra a possível extinção desses dois órgãos, ou seja, o Ministério da Reforma Agrária e o Incra.

Recebi agora a informação de que o Sr. Ministro anunciaria hoje a extinção do Incra, o que mais uma vez iria dificultar os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, no que tange às negociações e discussões em torno da reforma agrária. Ainda não tenho informação oficial a este respeito, pois a notícia me foi passada através de pessoas que têm trânsito junto ao Mirad.

Gostaria de transmitir essa informação aos colegas Constituintes, para deixar registrado o meu protesto, caso seja mesmo consumada essa medida.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Infelizmente, não se encontra presente o Líder do Governo. S. Ex.<sup>a</sup> poderá dar-lhe informações mais adequadas, amanhã, na sessão da Câmara, quando V. Ex.<sup>a</sup> poderá retornar a esta questão.

Com a palavra o Constituinte José Genoíno.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** –

Sr. Presidente, é só para ficar claro o fato de que amanhã continuaremos com a sessão desta Comissão, às 14h30min.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Exatamente. Amanhã, às 14h30min continuaremos a sessão, para votação dos destaques em pauta.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Os

destaques do inciso IX.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Não há dúvida a respeito.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Muito

obrigado a V. Ex.<sup>a</sup>

**A SRA. CONSTITUINTE ROSE DE FREITAS:** – Sr.

Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Pois não. Com a palavra V. Ex.<sup>a</sup>

**A SRA. CONSTITUINTE ROSE DE FREITAS:** –

Sr. Presidente, há duas sessões solicitei a V. Ex.<sup>a</sup> a que me esclarecesse a posição adotada pela Mesa diante das declarações feitas pelo Consultor-Geral da República, assacando contra a Assembléia Nacional Constituinte. V. Ex.<sup>a</sup>, inclusive, acompanhou as denúncias e o protes-

to que a Deputada Sandra Cavalcanti trouxe ao Plenário desta Casa. Tanto da parte da Comissão de Sistematização quanto da Mesa da Assembléia Nacional Constituinte, até agora não obtivemos uma resposta, um ato da Mesa que, pelo menos, esclarecesse, publicamente, o trabalho que vimos desenvolvendo.

Reitero, portanto, a V. Ex.<sup>a</sup> solicitação para que esse assunto não caia no vazio, na ambigüidade, na omissão, como tem sido praxe nesta Casa. São tão sérias as declarações, as injúrias e as calúnias que o Consultor-Geral assacou contra esta Assembléia, contra o momento histórico e político que o País vive, que não podemos permitir, seja por comodismo ou por irresponsabilidade, que esse assunto seja matéria vencida.

Solicito a V. Ex.<sup>a</sup>, pessoa responsável que é, um dos políticos mais ilustres desta Casa, no momento, no exercício da Presidência da Comissão de Sistematização, que nos dê uma resposta, uma posição, eis que não é mais possível continuar a humilhante situação em que se encontra a classe política, que todos os dias, vê seu trabalho sofrer deformações. Ainda mais agora, com as declarações caluniosas do Sr. Consultor-Geral da República.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Quero informar a V. Ex.<sup>a</sup> que as reclamações dirigidas a esta Comissão de Sistematização por V. Ex.<sup>a</sup> estão sendo encaminhadas ao Presidente da Assembléia Nacional Constituinte. Quero informar também a V. Ex.<sup>a</sup> que estive hoje com o Presidente Ulysses Guimarães, a quem perguntei sobre as providências tomadas. S. Ex.<sup>a</sup> respondeu que havia transmitido nossas informações ao Sr. Presidente da República e ao Sr. Consultor-Geral da República.

**A SRA. CONSTITUINTE ROSE DE FREITAS:** – Sr. Presidente, lamento renovar meu protesto. Não podemos aceitar que algo declarado sob a forma de difamação pública pelo Sr. Saulo Ramos seja objeto, apenas, de um encontro coloquial entre o Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, o Consultor-Geral da República e o Sr. Presidente da República. Isto não redime ninguém, nem coloca a salvo a postura e o trabalho desta Comissão.

Solicito, pois, a V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Presidente, que reitere meu pedido, até porque V. Ex.<sup>a</sup>, com a veemência e a oportunidade que lhe são características nos seus posicionamentos políticos, combateu veementemente tais acusações. Não podemos admitir que tudo resulte em conversa coloquial, por parte do Sr. Presidente da Assembléia Nacional Constituinte.

Portanto, renovo aqui meu protesto, para que seja colocada a público a posição do Presidente da Assembléia Nacional Constituinte.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – O requerimento de V. Ex.<sup>a</sup> foi encaminhado ao Presidente da Assembléia Nacional Constituinte. Como informação adicional, eu diria a esta Comissão que o que poderia, eventualmente, ser um encontro privado tornou-se público.

Foi levado, portanto, ao conhecimento direto do Consultor-Geral a nossa posição, o que não nos exime de uma resposta por escrito ao requerimento de V. Ex.<sup>a</sup>

#### IV – SUSPENSÃO DA REUNIÃO

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – A Presidência vai suspender os trabalhos, convocando os Senhores Constituintes para a continuação da presente reunião, amanhã, vinte dois de outubro, às quatorze e trinta horas.

Está suspensa a reunião.

**(Suspende-se a reunião às 20:30 horas.)**

#### EM 22 DE OUTUBRO DE 1987

Presidência dos Srs: **Brandão Monteiro**, Segundo-Vice-Presidente; **Jarbas Passarinho**, Terceiro-Vice-Presidente; **Fernando Henrique Cardoso**, Quarto-Vice-Presidente.

#### I – REABERTURA DA REUNIÃO

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Havendo número regimental, declaro reaberta a reunião.

#### II - EXPEDIENTE

##### Do Senhor Líder do PDC:

"Senhor Presidente:

Nos termos regimentais, indico o Constituinte Sotero Cunha para substituir, como Suplente desta Comissão de Sistematização, ao Constituinte José Maria Eymael, nas reuniões nos dias 23 e 24 de outubro corrente.

Sala das Reuniões, 22 de outubro de 1987. – **Siqueira Campos**, Vice-Líder do PDC."

#### III – COMUNICAÇÕES

##### Do Senhor Constituinte Paulo Pimentel:

**O SR. CONSTITUINTE PAULO PIMENTEL:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Tem a palavra o Constituinte Paulo Pimentel.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO PIMENTEL:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, sinto-me na obrigação de participar a esta Comissão de Sistematização, e, por intermédio dela, à Assembléia Nacional Constituinte, um fato acontecido há algumas horas na cidade de Apucarana, Estado do Paraná.

Tropas do Exército invadiram a Prefeitura e a Câmara Municipal. Um capitão, sentado à mesa do prefeito, ausente, emitiu a seguinte nota oficial, depois de convocar a imprensa:

"Declaro que nesta data, inconformado com a situação financeira e de assistência médica em que vivem os meus comandados, tomo a iniciativa e a responsabilidade de protestar contra as autoridades políticas do País. Não obstante, confio em meus superiores hierárquicos e reconheço seus esforços. Procedo desta maneira antes que meus oficiais subalternos e os sargentos o façam."

A nota vem assinada pelo Cap. Luiz Fernando Walter da Almeida, do XXX Batalhão de Infantaria Motorizada, única unidade do Exército sediada no norte do Paraná.

Faço esta comunicação porque as informações que me chegam trazem a notícia de que o fato poderá repetir-se em outras unidades da Federação brasileira. Foi escolhida, segundo declarações do capitão, a Prefeitura, a mesa do prefeito, para que a nota oficial fosse emitida exatamente para demonstrar uma ameaça à autoridade civil.

Com razão ou não, é um protesto extremamente perigoso, a meu ver, que pode abalar os trabalhos desta Assembléia Nacional Constituinte.

Não me cabem maiores comentários, apenas a comunicação da nota oficial, clara, objetiva e com o responsável, assinando embaixo, um capitão das Forças Armadas.

Era o que tinha a comunicar, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Sr. Constituinte Paulo Pimentel, a Mesa da Comissão de Sistematização recebe a sua comunicação. A nota não é uma questão de ordem. Obviamente, já, por iniciativa do nobre

Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva, ontem, foi apresentada uma proposição no sentido de que as Lideranças dos Partidos e a Mesa da Comissão de Sistematização buscassem uma reunião com o Presidente Ulysses Guimarães. Tomamos a iniciativa de dar prosseguimento a esse requerimento, solicitando ao Presidente Ulysses Guimarães essa reunião. É o que posso informar, haja vista que, regimentalmente, V. Ex.<sup>a</sup> faz uma comunicação, não uma questão de ordem. Também entendo que não se pode, de forma alguma, cercear o direito de um parlamentar aqui fazer a sua comunicação, em face de que a Câmara e o Senado estão trabalhando de forma muito mitigada.

Com a palavra o Constituinte Carlos Sant'Anna.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Sr. Presidente, estou tomando conhecimento desses fatos trazidos, agora, pelo nobre Constituinte Paulo Pimentel e vou comunicar-me com as autoridades competentes. Assim que tiver maiores esclarecimentos sobre a situação, pedirei a benevolência de V. Ex.<sup>a</sup> para informar à Casa.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Sem dúvida, e a Mesa agradece a V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Sr. Presidente, sobre a mesma questão, sugiro a V. Ex.<sup>a</sup>, como Presidente da Comissão de Sistematização, peça ao Presidente da Assembléia Nacional Constituinte uma reunião de emergência com as Lideranças partidárias e procure imediatamente obter mais informações sobre esse episódio, porque entendemos que, como relatou o nobre Constituinte Paulo Pimentel, foi encontrado um momento, uma ocasião, para se lançar um manifesto contra a Assembléia Nacional Constituinte.

Que as autoridades que dirigem a Assembléia Nacional Constituinte procurem obter informações para, ainda hoje, dar um quadro mais detalhado à Assembléia Nacional Constituinte, através da Comissão de Sistematização.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – A Mesa agradece a V. Ex.<sup>a</sup> a sugestão.

**O SR. CONSTITUINTE FRANCISCO KUSTER:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Como V. Ex.<sup>a</sup>, nobre Constituinte José Genoíno, faz um requerimento, devo deixar claro que já dei prosseguimento a um requerimento do Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva ao Presidente da Assembléia Nacional Constituinte. Mas procurarei fazê-lo hoje ainda, pessoalmente.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Para concluir e completar a minha sugestão, peço paciência a V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Presidente, para que a Presidência da Assembléia Nacional Constituinte, juntamente com a Presidência da Comissão de Sistematização, ouvindo as Lideranças partidárias, analisem a possibilidade de convocação, em caráter permanente, da Assembléia Nacional Constituinte, para funcionamento permanente, enquanto Assembléia Nacional Constituinte.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Uma sugestão que, evidentemente, a Mesa aqui não pode acolhê-la nem dar prosseguimento, porque, na verdade, esta é uma questão da Presidência da Assembléia Nacional Constituinte.

Tem a palavra o Sr. Constituinte Francisco Küster.

**O SR. CONSTITUINTE FRANCISCO KUSTER:** – Na mesma forma, na mesma direção, quero sugerir a V. Ex.<sup>a</sup> sejam adotadas providências imediatas para esclarecer esta questão que foi levantada, ainda há pouco, neste microfone, por um dos Constituintes que me antecedeu. Que não fique por conta do representante do Presidente

José Sarney essa missão, que ela seja da Assembléia Nacional Constituinte, e que V. Ex.<sup>a</sup> diligencie imediatamente para que tenhamos o esclarecimento dos fatos com relação ao ocorrido.

São providências que solicito de V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Presidente.

#### IV – ORDEM DO DIA

##### VOTAÇÃO DO PROJETO DE CONSTITUIÇÃO

##### TÍTULO III (continuação)

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Em votação o requerimento de preferência, da lavra do ilustre Constituinte José Genoíno:

"Requeiro, nos termos regimentais, preferência para votação do Destaque nº 1918, referente ao Capítulo II do Título III, art. 19 do Substitutivo, referentemente à Emenda nº 33022."

Os Srs. Constituintes que estiverem de acordo com o requerimento de preferência, do Constituinte José Genoíno, queiram permanecer como estão. **(Pausa)**

Aprovado.

Em votação o Destaque nº 1918, requerido pelo Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva, referente à Emenda a sessão ontem. Essa emenda do Constituinte Plínio Arruda Sampaio.

O destaque objetivo substituir o inciso IX para a seguinte redação:

"As terras ocupadas pelos índios."

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Tem a palavra o Constituinte Gerson Peres.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, só para o meu esclarecimento.

Estou meio confuso. Parece-me que V. Ex.<sup>a</sup> presidia a sessão ontem. Essa emenda do Constituinte Plínio Arruda Sampaio não foi àquela defendida por S. Ex.<sup>a</sup> ontem, ou S. Ex.<sup>a</sup> fazia a defesa de outra? A redação é a mesma, não alcançou **quorum**, foi considerada prejudicada.

Estou confuso porque estávamos na preferência da emenda do Constituinte Haroldo Lima, que deveria entrar na pauta de hoje. O destaque do Constituinte Haroldo Lima é que tinha preferência. Agora votamos uma preferência sobre outra preferência. Parece-me que deveria entrar em votação, salvo melhor juízo ou engano de minha parte, creio que não estou enganado, a Emenda Haroldo Lima. Esta é que deveria ser votada agora, porque tinha preferência. V. Ex.<sup>a</sup> colocou outra preferência?

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Sr. Presidente, peço a palavra para contraditar.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Tem a palavra, para contraditar, o Sr. Constituinte José Genoíno.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Sr. Presidente, ontem foi votado o Destaque Haroldo Lima. Este destaque foi prejudicado por uma razão muito simples: a votação empatou 43 a 43. Então, não foi rejeitada nem aprovada, empatou. Não deu **quorum** para se rejeitar ou se aprovar a emenda. Por isso, Sr. Presidente, é que a emenda, mesmo sendo semelhante, sendo de outro destaque – a emenda é outro destaque – esse outro destaque deve ser votado, porque o Destaque Haroldo Lima teve uma votação empatada, 43 a 43. Por isso, que contradito a questão de ordem do nobre Constituinte Gerson Peres, no sentido de que o outro destaque seja submetido a votos.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – A Mesa decide a questão de ordem. Por informações da Secretaria da Mesa, na verdade, a emenda ontem foi votada e foi prejudicada. Está prejudicada.

**Destaque nº 000687-87 – Emenda nº ES-32414-4, do Sr. Brandão Monteiro, "que modifica o art. 30, inciso X, do Substitutivo nº 1 (art. 19, inciso IX, do Substitutivo nº 2)". (204ª votação)**

Em votação o Destaque nº 687, requerido pelo Constituinte Brandão Monteiro, referente à Emenda nº 32414.

Tem a palavra, para encaminhar, a favor, o Constituinte Nelson Jobim.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON JOBIM:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, volto a esta Comissão para discutir o inciso IX, do art. 19 do Substitutivo do relator. Diz o Substitutivo do relator que "as terras de posse imemorial, onde se acham permanentemente localizados os índios", incluem-se entre os bens da União. O que se discute aqui é que tipo de terras, onde estão os índios, pertencem à União. Esta é a questão que está sendo posta. Não estamos discutindo a propriedade dos índios, estamos discutindo, isto sim, a propriedade da União. Quais os bens que se incluem entre os bens da União?

Diz o Substitutivo:

Art. 19. Incluem-se entre os bens da União:

IX – as terras e posse imemorial, onde se acham permanentemente localizados os índios;

Observem bem, no sistema jurídico brasileiro existe uma diferença fundamental entre posse e detenção. Pontes de Miranda chega a examinar o problema da tença que não se constitui na posse. O conceito de posse imemorial, que está sendo utilizado no inciso IX do art. 19, vem do art. 432 da Consolidação das Leis Cíveis, de Teixeira de Freitas, quando dizia: "A posse imemorial tem força de título à instituição".

Nos Comentários à Consolidação das Leis Cíveis, o eminente Teixeira de Freitas já dizia:

"Posse imemorial é aquela de que ninguém sabe o princípio, nem por ter visto, nem por ter ouvido, a quem visse ou ouvisse."

Logo, qual é o problema que estamos a conviver?

Conviver, basicamente, é o seguinte: na medida em que se coloca como requisito para a propriedade da União – não à propriedade dos índios – que a posse seja imemorial, todos os locais onde os índios estão situados e que não sejam de posse imemorial não se incluem nos bens da União. E é isto o que se discute. E é basicamente isto o que se discute: a inclusão dos bens, onde estejam localizados os índios, na propriedade da União depende que este local seja de posse imemorial. Portanto, está-se criando um requisito a mais, que não existia no Direito brasileiro, para que os imóveis onde estejam os índios sejam de propriedade da União.

Pois bem, aqueles locais onde os índios estão localizados, onde detenham o imóvel, mas que não sejam de sua posse imemorial, por consequência da aplicação do inciso X, não pertencem à União. E pertencem a quem? Aos índios não, porque os índios têm incapacidade absoluta, pelo sistema do Código Civil. Quem é o proprietário? Serão terras devolutas? Não. E se não se sai da posse do domínio da União e do domínio dos bens públicos, estão sujeitos ao instituto do usucapião. Logo, o que temos que resguardar aqui não é o problema do índio, que não se está discutindo; é, isto sim, o domínio da União, ou seja, todas as longas áreas onde estão localizados os índios são de propriedade da União, e é isso que precisamos assegurar; não podemos condicionar que a propriedade da União sobre essas terras dependa da

posse ser imemorial. Este é o tema! De resto, leia-se também – e isto é importante que se leia, e peço a atenção dos Srs. Constituintes para que tiremos a nuvem ideológica que está envolvendo o tema – e se veja o que diz o art. 262 do projeto:

"As terras de posse imemorial dos índios são destinadas à sua posse permanente."

O que se diz no art. 262, eminente Relator? – Diz-se que aquelas terras de posse imemorial dos índios, somente elas, é que são destinadas à posse permanente dos índios. – Ora, ou posse imemorial é igual à posse permanente e se **A** é igual a **A**, não se precisa repetir o texto. Então, é por isso, e fundamentalmente por isso, e em defesa do patrimônio da União, isto é que tem que ficar claro, que se está discutindo. Em defesa do patrimônio da União, precisamos suprimir o conceito de posse imemorial, e isto se dará com a emenda do eminente Presidente, que estabelece que "As terras habitadas pelos índios incluem-se no patrimônio da União". Esta Comissão precisa assegurar que o patrimônio da União possa abranger também as terras ocupadas pelos índios.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Concedo a palavra ao Constituinte Gerson Peres, que encaminhará contrariamente à emenda.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente e prezados colegas, nem sempre as palmas, dados os argumentos, conduzem a uma boa solução, a uma boa decisão. Vamos parar para pensar que os argumentos, mesmo brilhantes, do eminente colega que nos honra com a sua inteligência, nesta Comissão, o Constituinte Nelson Jobim, são incompatíveis com o que desejamos para a comunidade indígena. Vejam bem que S. Ex.<sup>a</sup> disse: "Nós temos aqui é que garantir os bens da União, essas terras como bens da União. Pensando em ajudar os índios? Creio que S. Ex.<sup>a</sup> não está ajudando os índios. Nós queremos o contrário! Nós queremos proteger o patrimônio histórico e imemorial dos índios. É um patrimônio intocável; sendo bem da União, saiba a União que ela não pode tocar naquele bem. Não sei se estamos mais certos do que o Constituinte Nelson Jobim, que defende o direito do Estado sobre a propriedade indígena, e nós defendemos, contemos a União sobre a propriedade imemorial dos índios. Parece-nos que a nossa tese é muito mais condizente com os interesses dos aculturados. Estamos protegendo os índios no que lhe pertence imemorialmente, historicamente. O que quer o Constituinte Nelson Jobim é a restauração do inciso contido na Constituição arbitrária de 1967:

"As terras ocupadas pelos índios são bens da União."

Queremos corrigir esse ato arbitrário do Estado sobre a posse imemorial dos índios. Queremos avançar, não queremos retroceder! O que está na Constituição de 1967 é fruto do autoritarismo sobre a propriedade imemorial dos índios e não compreendo por que os eminentes representantes do PMDB querem tirar a posse imemorial do texto Constitucional.

Não há restrição nenhuma. A posse imemorial é a garantia permanente e perene da propriedade da comunidade silvícola.

Como vai ficar no texto? Vai ocorrer que a União avançará, com seus tentáculos intervencionistas, na propriedade imemorial indígena. Quando dentro dela ocorrer alguma riqueza de alto interesse do País, pode, de maneira arbitrária, ali avançar.

Sendo a posse imemorial da comunidade indígena, a União vai ter que ajustar as contas com os interesses dessa comunidade, vai ter que conversar com ela, porque o direito dessa posse está constitucionalmente garantido; ao passo que da maneira genérica, como prevê a Constituição de 1967, que se quer repetir na de

1987, deixamos a descoberto o único patrimônio que o índio tem, e porque dizer que o deslocamento deles para uma outra área que não seja imemorial, gera uma posse garantida, isto não está escrito na Constituição. A Constituição tem que definir bem a garantia da posse de terra das comunidades indígenas, e o douto relator, Constituinte Bernardo Cabral, foi muito lúcido, foi muito nacionalista, foi o advogado dessas comunidades, quando redigiu o texto nesses termos.

O argumento de natureza jurídica, aqui exposto pelo Constituinte Nelson Jobim, olhando o aspecto de garantia da União, muito bem, estamos de pleno acordo, mas estamos diante de um quadro em que uma comunidade é tutelada, que é a comunidade indígena: ela tem que ser tutelada. Por isso mesmo que a redação tem que ser expressa. Eu pediria aos eminentes colegas que atentassem bem para este voto. Na hora em que sacarmos a posse imemorial dos índios, estaremos apunhalando as comunidades indígenas, tirando-lhes o único direito que lhes resta e deixando a sorte dessas comunidades ao sabor do intervencionismo do Estado e da União.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Não há oradores inscritos.

Passo a palavra ao Sr. Relator.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FOGAÇA:** – Irá falar pela Relatoria o Constituinte Antônio Carlos Konder Reis.

**O SR. RELATOR (Antônio Carlos Konder Reis):** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes:

Lembrou, com muita oportunidade, o nobre Sr. Constituinte Ademir Andrade, de que não há necessidade de novos pronunciamentos sobre a questão. Estou na tribuna apenas para cumprir um dever. Aos esclarecimentos que formulei ontem à noite, quando da votação da emenda anterior, que tem os mesmos objetivos, quero aduzir apenas alguns rapidíssimos comentários. O primeiro deles é lembrar que procurei produzir, perante a Comissão, um histórico dos dispositivos que constam nas Constituições brasileiras, a partir de 1934, sobre a matéria, completando o depoimento do nobre Constituinte Severo Gomes, que aqui lembrou a sua iniciativa, quando ministro da Agricultura, de se incluir na Constituição; entre os bens da União, as terras ocupadas pelos índios. Lembrei o dispositivo incluído, à ocasião, nas Disposições Gerais. Depois, procurei demonstrar à Comissão a necessidade de um juízo sobre o inciso IX, do art. 19, tendo em vista o que consta expressamente no Capítulo que se refere aos índios, do Título VIII.

Hoje, Sr. Presidente, cumpre-me apenas acrescentar que a emenda do nobre Sr. Constituinte Brandão Monteiro, que vai ser objeto de votação dentro em pouco, propõe uma pequena modificação no texto do inciso IX: ao invés da expressão "ocupadas", propõe S. Ex.<sup>a</sup> "habitadas".

Tenho em mãos, Sr. Presidente, ofício do Sr. Presidente da Fundação Nacional do Índio, Romero Jucá Filho, que, coincidentemente, aborda a questão. Diz o documento:

"O primeiro ponto que gostaria de ressaltar refere-se aos conceitos de "terra ocupada", "terra habitada" e "onde se acham permanentemente localizados", conceitos que estão ligados diretamente ao problema de demarcação das terras indígenas."

E continua o Presidente da FUNAI:

"O termo "terra ocupada" é extremamente vago e impreciso para constar de uma norma constitucional. A Constituição vigente, em seu artigo 198, emprega o termo "terra habitada",

mais preciso que "terra ocupada", e mesmo assim gerou resultados que nem sempre corresponderam às necessidades dos índios e nem sempre se mostraram de acordo com a realidade do Brasil."

Ora, Sr. Presidente, esse depoimento do Presidente da FUNAI milita em favor da posição defendida pelo Relator. No inciso IX do art. 19, há a regra geral, que faz referência à posse imemorial, mas que tem o seu complemento no § 1º do art. 262, que define, do ponto de vista jurídico, o que a Constituição entende por posse imemorial.

Permito-me repetir a leitura do dispositivo, para que a Comissão possa votar, tendo em vista o sistema da Constituição, e não apenas o inciso IX do art. 19.

Diz o § 1º do art. 262:

"São terras de posse imemorial onde se acham permanentemente localizados os índios, aquelas destinadas à sua habitação efetiva, às suas atividades produtivas e as necessárias à sua preservação cultural, segundo seus usos, costumes e tradições."

A Constituição, portanto, cobre todas as hipóteses. Existem comunidades indígenas que são seminômades. Por isso, a expressão "ocupadas" ou "habitadas" não iria atender aos fins perseguidos pela Constituição neste ponto.

O texto do Sr. Relator, naturalmente a Comissão deseja conhecer, é originário de uma emenda do Sr. Constituinte José Fernandes, do PDT do Amazonas. Foi aproveitando essa emenda que o Sr. Relator escreveu na regra geral, no inciso IX, do art. 19, e completou essa regra, e a fortaleceu e a explicitou no § 1º, do art. 262.

Ainda, Sr. Presidente, uma última palavra.

O nobre Sr. Constituinte Nelson Jobim fez uma distinção entre os objetivos do dispositivo em relação à proteção, ao abrigo aos índios e o objetivo do mesmo dispositivo, no que toca ao patrimônio da União, aos bens da União.

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, se incluímos entre os bens da União as terras de posse imemorial dos indígenas, ocupadas por eles permanentemente, foi tendo em vista a proteção dos índios. Essas terras serão de propriedade da União, justamente para proteger as comunidades indígenas, não poderia haver outro objetivo.

Em razão deste esclarecimento muito rápido, que completa o discurso que pronunciei na noite de ontem, Sr. Presidente, o Sr. Relator-Geral manifesta-se pela manutenção do texto e, por via de consequência, pela rejeição da emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – A Presidência solicita aos Srs. e Sr.<sup>as</sup> Constituintes ocupem seus lugares, a fim de que possamos iniciar o processo de votação eletrônica. **(Pausa)**

#### **(Procede-se à votação)**

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Almir Gabriel, Antônio Britto, Artur da Távola, Carlos Mosconi, Cristina Tavares, Egídio Ferreira Lima, Fernando Gasparian, Haroldo Sabóia, João Hermann Neto, José Paulo Bisol, José Ulisses de Oliveira, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nelton Friedrich, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Severo Gomes, Sigmaringa Seixas, Virgildásio de Senna, José Carlos Grecco, José Tavares, Antonio Mariz, Michel Temer, José Costa, Vilson Souza, Vicente Boga, Octávio Elísio, Euclides Scalco, Alcení Guerra, Brandão Monteiro, José Maurício, Lysâneas Maciel, Francisco Rossi, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Haroldo Lima, Roberto Freire e Jamil

Haddad. Votaram **NÃO** os seguintes Constituintes; Alfredo Campos, Bernardo Cabral, Carlos Sant'Anna, Fernando Bezerra Coelho, João Calmon, José Fogaça, José Richa, Nilson Gibson, Rodrigues Palma, Theodoro Mendes, Wilson Martins, Roberto Brant, Marcos Lima, Israel Pinheiro, Daso Coimbra, Aloysio Chaves, Arnaldo Prieto, Christóvam Chiaradia, Edme Tavares, Eraldo Tinoco, Inocêncio Oliveira, José Jorge, José Lins, José Lourenço, José Santana de Vasconcellos, Luís Eduardo, Mário Assad, Oscar Corrêa, Sandra Cavalcanti, José Tinoco, Paes Landim, Jonas Pinheiro, Simão Sessim, Valmir Campelo, Gilson Machado, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Gerson Peres, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia, Virgílio Távora, Gastone Righi, Ottomar Pinto, Adolfo Oliveira, Siqueira Campos e Antonio Farias.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 41 Constituintes; votaram NÃO 46 Constituintes. Total: 87 votos. O Destaque foi **prejudicado**, por falta de **quorum** qualificado.

**Destaque nº 000757-87 – Emenda nº ES-33989-3, do Sr. José Carlos Sabóia, "que modifica o art. 30, inciso X, do Substitutivo nº 1 (art. 19, caput, inciso IX, do Substitutivo nº 2)". (205ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Em votação o Destaque nº 757, requerido pelo Constituinte José Carlos Sabóia, referente à Emenda nº 33989, substitutiva.

Tem a palavra o Sr. Constituinte José Carlos Sabóia.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ CARLOS SABÓIA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

O art. 19, no seu inciso IX, inclui entre os bens da União as terras de posse imemorial, onde se acham permanentemente localizados os índios. A defesa que fazemos, de outra afirmação constitucional que não esta, seria a seguinte: em vez de "as terras de posse imemorial", as terras ocupadas pelos índios, tal qual como existe na tradição constitucional brasileira, toda a terra ocupada historicamente pelos índios, sem que haja necessidade de uma definição de posse imemorial, como acontece no art. 262. Fica muito mais claro e deixa resguardado de uma forma mais segura, em termos constitucionais, em termos jurídicos sem nenhuma necessidade de definição complementar, como acontece no art. 262, em que há necessidade de se definir o que é posse imemorial.

Desta forma, duas questões se colocam para todos nós: a primeira, é fundamental, em termos de bens da União, resguardarmos o patrimônio da União contra qualquer forma de usucapião feito por terceiros. Se retirarmos "posse imemorial" estaremos resguardando melhor a figura dos bens da União, como terras ocupadas pelos índios somente.

Segunda questão, no que diz respeito à tradição constitucional, é mais importante mantermos na forma como está, hoje, na Constituição brasileira e em todas as Constituições, a partir de 1934. **(Muito bem! Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – O Senador Severo Gomes informa à Mesa que se manterá a favor. **(Pausa)**

A Mesa deseja saber se a Relatória ainda quer pronunciar-se sobre o assunto.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, a Relatoria mantém a sua posição, que em nada alterou, e é contra a emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – A Mesa solicita aos Srs. Constituintes assumam seus lugares, a fim de dar início à votação pelo sistema eletrônico.

Em votação.

### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Almir Gabriel, Artur da Távola, Carlos Mosconi, Cristina Tavares, Egídio Ferreira Lima, Fernando Gasparian, Haroldo Sabóia, Antônio Britto, João Herrmann Neto, José Ulisses de Oliveira, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nelson Friedrich, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Severo Gomes, Signaringa Seixas, Virgildásio de Senna, Aécio Neves, Antonio Mariz. Euclides Scalco, José Carlos Grecco, José Costa, José Tavares, Miro Teixeira, Octávio Elísio, Vicente Bogo, Vilson Souza, Alcení Guerra, Brandão Monteiro, José Maurício, Lysâneas Maciel, Francisco Rossi, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, José Genoíno, Haroldo Lima, Roberto Freire e Jamil Haddad. Votaram **NÃO** os Senhores Constituintes: Alfredo Campos, Bernardo Cabral, Carlos Sant'Anna, Fernando Bezerra Coelho, João Calmon, José Fogaça, José Richa, Manoel Moreira, Prisco Viana, Rodrigues Palma, Theodoro Mendes, Wilson Martins, Doso Coimbra, Délio Braz, Marcos Lima, Roberto Brant, Aloysio Chaves, Arnaldo Prieto, Christóvam Chiaradia, Edme Tavares, Eraldo Tinoco, Inocêncio Oliveira, José Jorge, José Lins, José Santana de Vasconcellos, José Thomaz Nonô, Luís Eduardo, José Lourenço, Mário Assad, Oscar Corrêa, Osvaldo Coelho, Paulo Pimentel, Ricardo Fiúza, Sandra Cavalcanti, Valmir Campelo, Jonas Pinheiro, José Tinoco, Paes Landim, Simão Sessim, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Gerson Peres, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia, Virgílio Távora, Gastone Righi, Ottomar Pinto, Adolfo Oliveira, Siqueira Campos e Antonio Farias.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 42 Constituintes; votaram NÃO 50 Constituintes. Total: 92 votos. O Destaque foi **rejeitado**.

Em votação o Destaque nº 4470, requerido pelo nobre Constituinte José Egreja, referente à Emenda nº 29326. **(Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup> não se encontra presente.

Fica prejudicado o destaque.

Passa-se à votação do inciso X.

**Destaque nº 003656-87 – Emenda nº ES-30839-4, do Sr. Oswaldo Lima Filho, "que modifica o art. 30, inciso XI, do Substitutivo nº 1 (art. 19, caput inciso X, do Substitutivo nº 2)". (206ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Em votação o Destaque nº 3656, requerido pelo nobre Constituinte Oswaldo Lima Filho, referente à Emenda nº 30839 – Emenda Substitutiva:

"Art. 30....."

XI – a propriedade dos bens de uso comum do povo pertence às pessoas jurídicas de Direito Público interno, sendo definida na forma da lei, que regulará os bens de domínio da União."

Tem a palavra o Constituinte Oswaldo Lima Filho.

**O SR. CONSTITUINTE OSWALDO LIMA FILHO:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes:

A emenda visa a incluir na enumeração prevista no artigo ora em votação os bens de uso comum da União. Sabemos que a expressão, que é tradicional do Direito Público brasileiro, figurava no primeiro anteprojeto da Comissão da Ordem Econômica, no Substitutivo oferecido pelo nobre Sr. Constituinte Virgildásio de Senna. Ela não consta, Sr. Presidente, em nenhum dos incisos, em nenhum dos itens do art. 19. E como o anteprojeto adotou uma enumeração exaustiva, quer-me parecer que é indispensável a

inclusão da expressão "bens de uso comum" às estradas, às ferrovias e àqueles bens que sempre pertenceram à União e que foram, de forma imemorial, usados pelo povo.

Não vejo como se possa dispensar a expressão, e por isto que apresentei a emenda.

A matéria me parece de tal simplicidade que não acredito seja necessária maior explicação. E sobre o assunto eu gostaria, e creio que toda a Comissão, de ouvir o nosso ilustre e eminente Relator, o Sr. Constituinte Bernardo Cabral.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Não há oradores inscritos.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Peço a palavra para um esclarecimento. Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Tem a palavra o Sr. Constituinte José Lins.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Esta emenda é substitutiva ao item X?

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – É uma emenda aditiva.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Era bom que V. Ex.<sup>a</sup> esclarecesse, porque, na realidade, não votamos o item X ainda, que está em jogo agora. Esta emenda, parece-me, nada tem que ver com o item X, a não ser que a Mesa assim o entenda.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – V. Ex.<sup>a</sup> tem razão. Ambas as emendas são aditivas. **(Pausa)**

Passemos à votação das emendas aditivas a incisos.

A primeira emenda é do Constituinte Aluizio Campos – Destaque nº 1632, referente à Emenda nº 30207, que é aditiva a inciso. **(Pausa)**

Está prejudicada.

Passamos à votação da emenda do Sr. Constituinte Oswaldo Lima Filho. Destaque nº 3656 – Emenda nº 30839-4, que modifica o art. 30, inciso XI.

Tem a palavra o Sr. Relator Bernardo Cabral.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, com todo respeito e admiração que tributo ao eminente Constituinte Oswaldo Lima Filho em percorrer o caminho de renovar o que propôs o nobre Constituinte Virgildásio de Senna. ambos merecedores de toda a minha admiração, tal qual está redigido, isto importa numa tautologia jurídica. Não há como se conciliar os bens do domínio da União com pessoas jurídicas de Direito Público interno.

Por esta razão, sou forçado a me manifestar contrário à aprovação da emenda do velho e querido amigo Oswaldo Lima Filho.

**O SR. CONSTITUINTE OSWALDO LIMA FILHO:** – Sr. Presidente, pela ordem. **(Assentimento da Presidência)**

V. Ex.<sup>a</sup>, com razão, classificou a emenda como aditiva; se há outras emendas substitutivas, ela ficaria para o final e, então, o nobre relator poderia dar-lhe a classificação que melhor lhe aprouvesse. Não me parece sensato é deixar sem determinação jurídica constitucional matéria desta importância.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Nobre Constituinte Oswaldo Lima Filho, V. Ex.<sup>a</sup> já fez, como sempre o faz, brilhantemente a defesa de sua emenda. O Relator Bernardo Cabral colocou-se contra.

Em votação.

### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Carlos Mosconi, Cristina Tavares, Egídio Ferreira Lima, Fernando Gasparian, Haroldo Sabóia, João Herrmann Neto, José Ulisses de Oliveira, Nilton Friedrich, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Sigmaringa Seixas, Virgildásio de Senna, Miro Teixeira, Vilson Souza, Vicente Bogo, Virgílio Távora, José Maurício, Lysâneas Maciel, Gastone Righi, Ottomar Pinto, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Aldo Arantes, Roberto Freire e Jamil Haddad. Votaram **NÃO** os Senhores Constituintes: Ademir Andrade, Alfredo Campos, Almir Gabriel, Antônio Britto, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Carlos Sant'Anna, Celso Dourado, Fernando Bezerra Coelho, João Calmon, José Fogaça, José Richa, Manoel Moreira, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nilson Gibson, Pimenta da Veiga, Prisco Viana, Rodrigues Palma, Theodoro Mendes, Wilson Martins, Marcos Lima, Aécio Neves, José Tavares, Antonio Mariz, Michel Temer, José Costa, Israel Pinheiro, Délio Braz, Daso Coimbra, José Maranhão, Octávio Elísio, Euclides Scalco, Aloysio Chaves, Arnaldo Prieto, Christóvam Chiaradia, Edme Tavares, Eraldo Tinoco, Francisco Benjamim, Inocêncio Oliveira, José Jorge, José Lins, José Lourenço, José Santana de Vasconcellos, José Thomaz Nonô, Luís Eduardo, Mário Assad, Oscar Corrêa, Osvaldo Coelho, Paulo Pimentel, Ricardo Fiúza, Sandra Cavalcanti, Enoc Vieira, José Tinoco, Paes Landim, Jonas Pinheiro, Simão Sessim, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Gerson Peres, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia, Brandão Monteiro, Adolfo Oliveira, Siqueira Campos e Antonio Farias.

Durante a chamada nominal da votação do Destaque nº 3656-87, o Sr. **Brandão Monteiro**, Segundo-Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. **Jarbas Passarinho**, Terceiro-Vice-Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 26 Constituintes; votaram NÃO 66 Constituintes. Total: 92 votos. O Destaque foi **rejeitado**.

**Destaque nº 004114-87 – Emenda nº ES-21830-1, do Sr. Mendes Ribeiro, "que acrescenta o inciso II ao "caput" do art. 30, do Substitutivo nº 1 (art. 19, inciso III, do Substitutivo nº 2)". (207ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Em votação o Destaque nº 4114, requerido pelo nobre Constituinte Mendes Ribeiro, referente à Emenda nº 21830, do autor.

**O SR. CONSTITUINTE MENDES RIBEIRO:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, serei muito breve na explanação do que pretendo e não o faria se não contasse com a aprovação do relator da Comissão de Sistematização.

Quero incluir entre os bens da União o subsolo, porque não consegui saber, até hoje, a razão pela qual ele não deva ser incluído como bem de propriedade da União. Pela sua abrangência, evitaria quaisquer surpresas futuras e deixaria a salvo toda e qualquer riqueza incluída no nosso subsolo.

Esta é a razão singela pela qual pretendo ver incluído como bem da União o subsolo.

Conto, porque antecipadamente o consultei, com o beneplácito do Relator da Comissão de Sistematização, S. Ex.<sup>a</sup> o Constituinte Bernardo Cabral.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o eminente Constituinte Mendes Ribeiro tem razão. A Relatoria acolhe a sua emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Em votação.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** — Sr. Presidente, poderia dar conhecimento do conteúdo da emenda?

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** — A emenda acrescenta entre os bens da União o subsolo.

**O SR. CONSTITUINTE OCTAVIO ELÍSIO:** — Sr. Presidente, pela ordem. **(Assentimento da Presidência)**

Eu gostaria de um esclarecimento do relator a respeito desta emenda que está sendo votada. Já temos um inciso definindo como bem da União os recursos minerais e potenciais de energia hidráulica. Ao se incluir também o subsolo, quero que S. Ex.<sup>a</sup> me diga qual a diferença que faz entre recursos minerais e subsolo.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** — Com a própria justificativa que passo a ler para V. Ex.<sup>a</sup>, apesar de o Constituinte Luiz Salomão já ter informado, vou esclarecer V. Ex.<sup>a</sup>.

A rigor não é preciso justificar o óbvio, quem seja proprietário de nossa maior riqueza. O autor entende que o subsolo é muito mais abrangente do que a...

**O SR. CONSTITUINTE OCTAVIO ELÍSIO:** — A idéia é colocar recursos minerais e subsolo no mesmo item, no mesmo inciso, como estão em outra parte, quando V. Ex.<sup>a</sup> propõe subsolo, jazidas minerais, recursos do subsolo e outros. Quer dizer que seria aditivo ao inciso?

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral)** — Sim, Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** — Vai-se passar à votação.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** — Sr. Presidente, poderia ser esclarecido definitivamente o que se está votando? As coisas estão confusas. Perdoe-me.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** — Tenho o prazer de atender a V. Ex.<sup>a</sup>.

O Constituinte Mendes Ribeiro apresentou uma emenda aditiva ao inciso XII — estávamos votando o XI. Onde está escrito "bens da União", S. Ex.<sup>a</sup> propõe que se acrescente o subsolo como bens da União. Compreendido, Constituinte Gastone Righi?

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** — Perfeitamente, Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** — E o relator explicou, em relação à pergunta feita pelo Constituinte Octávio Elísio, que já quis argumentar que a questão já estava definida, na medida em que os minerais eram também propriedade da União, que o subsolo é mais amplo do que a expressão.

Vai-se passar à votação.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Almir Gabriel, Antônio Britto, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Carlos Mosconi, Celso Dourado, Cristina Tavares, Egídio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, João Calmon, João Herrmann Neto, José Fogaça, José Serra, José Ulisses de Oliveira, Manoel Moreira, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nelson Friedrich, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Rodrigues Palma, Sigmaringa Seixas, Wilson Martins, Aécio Neves, José Tavares, Antonio Mariz, Michel Temer, José Costa, Israel Pinheiro, Miro Teixeira, Nelson Wedekin, Vilson Souza, Daso Coimbra, Vicente Bogo, Octávio Elísio, Alcení Guerra, Christóvam Chiaradia, Eraldo Tinoco, Francisco Benjamim, Inocêncio Oliveira, José Jorge, José Santana de Vasconcellos, José Thomaz Nonô, Mário Assad, Oscar Corrêa, Osvaldo Coelho, Paulo Pimentel, Sandra Cavalcanti, Enoc Vieira, José Ti-

noco, Jonas Pinheiro, Simão Sessim, Valmir Campelo, Gilson Machado, Antônio Carlos Konder Reis, Gerson Peres, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia, Virgílio Távora, Brandão Monteiro, Lysâneas Maciel, Luiz Salomão, Francisco Rossi, Gastone Righi, Ottomar Pinto, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Aldo Arantes, Roberto Freire e Jamil Haddad. Votaram **NÃO** os Senhores Constituintes: Alfredo Campos, Carlos Sant'Anna, José Richa, Nilson Gibson, Theodoro Mendes, Marcos Lima, Délio Braz, Aloysio Chaves, Arnaldo Prieto, José Lins, Luís Eduardo, Siqueira Campos e Antonio Faria. **ABSTENÇÃO** dos Senhores Constituintes Darcy Pozza e Adolfo Oliveira.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** — A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 74 Constituintes; votaram NÃO 13 Constituintes; abstiveram-se de votar 2 Constituintes. Total: 89 votos. O Destaque foi **aprovado**.

Peço a atenção dos Srs. Constituintes. Gostaria da presença dos Líderes à Mesa, para uma consulta.

Há uma comunicação a ser feita: o total de votações realizadas até agora, excetuada a última, é de 183. Tenho a impressão de que são mais votações do que aquelas que se fazem normalmente num ano legislativo de uma das duas Casas do Congresso. Entre destaques considerados e destaques prejudicados, 1.600, até a data de ontem.

Em votação o Destaque nº 582, requerido pelo Constituinte Brandão Monteiro, referente à Emenda nº 32033.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** — Sr. Presidente, me permita, pela ordem. **(Assentimento da presidência)**

Eu tinha prometido à Casa trazer a palavra do Governo sobre declarações do Constituinte Paulo Pimentel, acerca de acontecimentos de Apucarana, e apenas intercedo pela importância.

Realmente, o que aconteceu em Apucarana, a propósito do capitão, foi um fato absolutamente isolado, contornado. O capitão já está recolhido à prisão. Não há nenhuma consequência, nenhum desdobramento a este fato, e o Presidente da República me assegura que o Brasil está absolutamente tranqüilo e que esse fato, como tantos outros que acontecem nos diversos ramos da sociedade, não tem nenhuma outra significação nem outra maior importância. As Forças Armadas continuam com o firme propósito de permitir e nos ajudar na transição democrática.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** Na eventual Presidência da Comissão, devo dizer a V. Ex.<sup>a</sup> que não esperava outra decisão do Governo, até porque a própria explicação dada pelo capitão insubordinado representa a sua ausência de capacidade de chefia, na medida em que ele declarou que se antecipou a um ato dos seus subordinados, quando ele deveria, na verdade, contê-los e jamais antecipar-se a um ato dessa natureza.

Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup> a informação e a passo à Casa.

**O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO MONTEIRO:** — Sr. Presidente, presidi a reunião quando não só o Constituinte Paulo Pimentel deu a informação à Casa, como vários Constituintes solicitaram que a Mesa se dirigisse ao Presidente Ulysses Guimarães, na tentativa de tomar maiores informações sobre o incidente que considero incidente. Devo informar à Casa e a V. Ex.<sup>a</sup> que providenciamos o ofício ao Presidente Ulysses Guimarães.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** — Muito obrigado.

**O SR. CONSTITUINTE ISRAEL PINHEIRO:** — Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** — Tem a palavra V. Ex.<sup>a</sup>.



**O SR. CONSTITUINTE ISRAEL PINHEIRO:** — A respeito do destaque do nobre Constituinte Brandão Monteiro, comunico, para facilitar os nossos trabalhos, que a emenda do nobre Constituinte já está incluída pelo Relator no seu Substitutivo, no art. 255. Queria chamar a atenção do nobre Constituinte Brandão Monteiro — art. 255, § 4º, que diz:

"A Floresta Amazônica, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal e a Zona Costeira são patrimônio nacional e sua utilização,..."

É para ganharmos tempo, e comunico ao ilustre Constituinte que a sua emenda já está contemplada no texto original do Relator Bernardo Cabral.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** — Se V. Ex.<sup>a</sup> permanecer com a idéia de defendê-lo, peço se inscreva para falar.

**O SR. CONSTITUINTE ISRAEL PINHEIRO:** — Não estou contra nem a favor. Estou querendo ajudar.

**O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO MONTEIRO:** — Senador Jarbas Passarinho, Presidente da Comissão de Sistematização, na verdade, o ilustre Constituinte Israel Pinheiro tem razão. A nossa preocupação era exatamente a preservação, como bem da União, do Pantanal Mato-Grossense, da Floresta Amazônica e da Mata Atlântica.

Considero-me perfeitamente gratificado com a inclusão pelo Relator Bernardo Cabral, e no momento, evidentemente, desisto do meu destaque.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** — Peço a V. Ex.<sup>a</sup> que venha à Mesa, Constituinte Brandão Monteiro.

Peço à assistência alguns minutos.

Suspendo a reunião por 5 minutos, enquanto consulto os Líderes.

**(Suspensa às 15 horas e 22 minutos a reunião é reaberta às 15 horas e 26 minutos)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** — Está reaberta a reunião.

Devo uma informação à Casa: houve solicitações para que suspendêssemos os trabalhos, hoje, às 17 horas, para que os Constituintes pudessem levar cumprimentos aos Ministros, sobretudo os egressos desta Casa do Congresso. Porém, essa medida não foi acolhida, e por uma razão muito simples. É que a posse dos Srs. Ministros foi transferida para amanhã pela manhã. Então, de acordo com as Lideranças, unanimemente decidiu-se fazer a reunião amanhã, até às 11 horas; às 11 horas suspendê-la e recomençar a partir do momento do retorno dos Srs. Constituintes ao Plenário. Como amanhã haverá duas reuniões normais, a da tarde, ao invés de começar às 15 horas, começará às 14 horas. Na segunda-feira, que é dia 28, Dia do Funcionário Público, vamos realizar a nossa reunião normal de segunda-feira, e também teremos a reunião de sábado.

Passamos ao art. 19, § 1º:

"É assegurada aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, nos termos da lei, participação no resultado da exploração econômica e do aproveitamento de todos os recursos naturais, em seus territórios, bem como da plataforma continental e do mar territorial, respectivos."

A Presidência está tentando orientar a votação. Se os atletas vocais não deixarem, automaticamente, os microfones serão pouco ouvidos.

Destaque nº 1448, requerido pelo Constituinte Arnaldo Prieto.

S. Ex.<sup>a</sup> está presente?

S. Ex.<sup>a</sup> retira o destaque.

Destaque nº 1665, requerido pelo Constituinte Délio Braz.

Retirado.

**Destaque nº 3186-87 – Emenda nº ES-34476-5, do Sr. José Lins "que suprime o § 1º, do art. 30, do Substitutivo nº 1 (art. 19, § 1º, do Substitutivo nº 2)". (208ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** — Destaque nº 3186, requerido pelo Constituinte José Lins.

É um destaque supressivo do parágrafo. Concorde V. Ex.<sup>a</sup> Constituinte José Lins?

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** — Concorde, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** — V. Ex.<sup>a</sup> tem a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o § 1º do art. 19 está assim redigido:

"É assegurada aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, nos termos da lei, participação no resultado da exploração econômica e do aproveitamento de todos os recursos naturais, em seus territórios, bem como da plataforma continental e do mar territorial, respectivos."

Ora, Sr. Presidente, isto significa que o Estado será sócio de todos os empreendimentos que digam respeito à exploração de riquezas de qualquer natureza em seus territórios. Assim, aquele pequeno industrial que queira estruturar uma fábrica de tijolo, uma fábrica de telha ou que queira colher palha de carnaúba, babaçu ou qualquer outra riqueza natural do seu Estado, ele terá como sócio também o Estado. E, nestas condições ele terá um sócio que será, ao mesmo tempo, lançador de impostos sobre sua atividade.

Ocorre, Sr. Presidente, que o artigo não abrange apenas as riquezas minerais, é inteiramente geral, diz respeito a todas as atividades extrativas ou industriais que beneficiem recursos do Estado. O de que o Estado necessita, na realidade, é incentivar o desenvolvimento da iniciativa privada, criar riquezas, explorar suas riquezas dentro de uma norma legal, que incentive a produção, para que aumentem os benefícios, não só do Estado, através dos impostos, como também do povo, através de novos bens que devem ser produzidos ou adquiridos. A riqueza vem pela produção e pelos impostos; é impossível admitir que o Estado seja sócio, seja proprietário de uma parte de todo empreendimento, que tenha parte na exploração de todo e qualquer bem do seu território. O parágrafo em questão significa a completa estatização de toda e qualquer atividade que venha a se desenvolver dentro do seu território. Não é só isso. Como eu disse, o Estado passa a ser co-participante nesse empreendimento, passa a ser sócio do empreendimento e ainda passa a ser, ao mesmo tempo, um sócio que cobra imposto da sua própria empresa.

Ora, Sr. Presidente, o que se deseja, certamente, são os **royalties** que a Petrobrás pagará sobre o petróleo que extrair em determinados territórios, ou sobre o gás natural que explorar na costa da Bahia ou do Rio de Janeiro.

Isso nada tem a ver com o texto do parágrafo. Este é um caso especial que foi objeto de uma lei própria para isso, ao passo que o parágrafo, tal como está redigido, estatizará todas as atividades extrativas ou exploratórias que se realizem dentro do território.

Sr. Presidente, na realidade esse parágrafo está assim redigido por engano, e é impossível que nós, em sã consciência, o aprovemos. Proponho, Sr. Presidente, a retirada pura, única e exclusiva, do texto da Constituição deste parágrafo, que é nocivo a toda a iniciativa privada, que é o que o Estado, hoje, deve e procura incentivar.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Para encaminhar contra, a palavra está com o Constituinte Ademir Andrade.

**O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE:** – Sr. Presidente, em primeiro lugar, congratulo-me com o Relator Bernardo Cabral, que, num grande esforço e atendendo praticamente ao interesse de quase todos os Parlamentares desta Casa, conseguiu compor este parágrafo do art. 19, que resguarda o direito dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, sobre a exploração dos seus recursos minerais. Estou inscrito, também, para manifestar-me contra as propostas que virão em seguida, as propostas dos Constituintes Prisco Viana e José Serra, e reservo as minhas argumentações para colocar-me contra a proposta de S. Ex.<sup>as</sup>, que são substitutivas do texto atual. Tenho certeza de que a proposta do Constituinte José Lins será fragorosamente derrotada nesta comissão, e não cabe, portanto, que percamos tempo no encaminhamento contra. Até apelaria, para que ganhássemos tempo nesta comissão, que o Constituinte José Lins retirasse a sua proposta, porque, se S. Ex.<sup>a</sup> tem a preocupação com a iniciativa privada, há toda uma preocupação generalizada desta Casa em defender os interesses dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. É esta a nossa manifestação, Sr. Presidente.

**O SR. CONSTITUINTE JORGE HAGE:** – Peço a palavra, pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra V. Ex.<sup>a</sup>, pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE JORGE HAGE:** – Sr. Presidente, o destaque ora em exame refere-se à Emenda nº 34476. Correto?

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Exato.

**O SR. CONSTITUINTE JORGE HAGE:** – A Emenda nº 34476 tem o seguinte teor: "Suprima-se o § 1.º do art. 30".

§ 1º do art. 30 do Substitutivo 1 não tem o texto do atual § 1º do art. 19, é outra coisa.

Talvez a intenção fosse referir-se ao então § 2º do art. 30, mas a emenda refere-se ao § 1º do art. 30, que já não existe no texto do Substitutivo nº 2. Portanto, o destaque, na verdade, está prejudicado, ele não existe. Ele pretende suprimir o que o nobre Relator já suprimiu.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Antes de dar solução à questão de ordem, consulto o Constituinte José Lins. A emenda a que V. Ex.<sup>a</sup> se refere, nobre Constituinte, é a de nº 344765.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Sr. Presidente, estou convencido de que o parágrafo é absolutamente estatizante, já me disseram que não vai ser aplicado.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Não estou entrando no mérito, peço a V. Ex.<sup>a</sup> que me ouça primeiro. É questão de metodologia, não de mérito. V. Ex.<sup>a</sup> se refere ao § 1º do art. 30. Embora não tenha dito que é o Substitutivo nº 1, não existe o § 1º, arábico, no art. 30. O parágrafo II, romano, do art. 30 é completamente diferente.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Sr. Presidente, desculpe-me V. Ex.<sup>a</sup>. O destaque existe, foi classificado pela Mesa nessa posição e se refere exatamente a este texto do artigo.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – V. Ex.<sup>a</sup> poderia repetir, porque eu estava verificando o número do artigo.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – O destaque foi feito, como V. Ex.<sup>a</sup> sabe, por mim, foi classificado pela Mesa como referindo-se ao § 1º do art. 19, e está absolutamente colocado em posição correta, segundo o meu ponto de vista. Como o parágrafo é nocivo, voto pela supressão.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Apenas há a dúvida, Constituinte José Lins, subsequente à maneira pela qual V. Ex.<sup>a</sup> apresentou o destaque. V. Ex.<sup>a</sup> fez uma emenda que pode ser referente ao Projeto Zero e ao Projeto Um e, em nenhum deles a assistência da Mesa encontrou o parágrafo a que V. Ex.<sup>a</sup> se refere. É este o problema...

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Agora, Sr. Presidente, pergunto a V. Ex.<sup>a</sup>: com que capacidade paranormal a Mesa acertou exatamente, em colocá-lo para ser discutido, neste momento?

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Convoco uma reunião à meia-noite e decido isto com V. Ex.<sup>a</sup>; já que a capacidade da Mesa foi paranormal, à meia-noite discutiremos.

Peço a V. Ex.<sup>a</sup> que tenha generosidade no caso, porque houve aqui um duplo problema. Um, quando o Constituinte apresentou a emenda, e assiste razão a V. Ex.<sup>a</sup> inteiramente, porque, como está referida, a emenda não existe no substitutivo que procuramos; mas a Mesa classificou como sendo compatível com o § 1º do art. 19. S. Ex.<sup>a</sup> fez a defesa, porque considera o parágrafo estatizante, e temos oradores inscritos para combater; já tivemos o primeiro, Constituinte Ademir Andrade, e agora o Constituinte Pimenta da Veiga.

Peço a V. Ex.<sup>a</sup> que concorde em que prossigamos.

Tem a palavra o nobre Constituinte Pimenta da Veiga.

**O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA:** – Sr. Presidente, antes de iniciar a minha fala, gostaria de consultar a Mesa numa questão de ordem: se votada e rejeitada esta emenda supressiva, todas as demais que procuram suprimir este parágrafo estarão prejudicados?

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – É o que compreendo. Ficam prejudicadas.

**O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, ouvi com atenção a exposição, a defesa do nobre Constituinte José Lins, a sua proposta de suprimir não o artigo indicado originalmente em seu destaque, mas, ao contrário, o § 2º do art. 30, que foi reproduzido no Substitutivo nº 2, que é o seguinte:

"É assegurada aos Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos da lei, participação nos resultados da exploração econômica e do aproveitamento de todos os recursos naturais, renovados ou não, bem assim os recursos minerais em seu território."

Apesar de ter ouvido o Constituinte José Lins com toda atenção, não pude compreender a defesa que fez de sua emenda, pois diz S. Ex.<sup>a</sup> que este dispositivo seria inibidor da atividade privada. Não socorre razão ao Constituinte José Lins. O que se pretende apenas é proteger o interesse do Município e do Estado contra uma injusta espoliação que ocorre hoje, quando suas riquezas são retiradas, não ficando ao Estado e ao Município pouco mais do que nada. Na verdade, o que acontece em muitos Estados brasileiros, e no meu Estado, Minas Gerais, é uma situação de absoluta injustiça; as riquezas do Estado são há muito tempo espoliadas e o que fica não cobre sequer os estragos que são produzidos pela atividade extrativa.

Não é apenas essa a situação de Minas Gerais, mas é de grande interesse a manutenção de texto do relator, pois garante o direito, além de Minas Gerais, do Pará, do Maranhão, de Goiás, de Mato Grosso, de Mato Grosso do Sul, especialmente dos Estados produtores de petróleo, a Bahia, o Rio de Janeiro, São Paulo, Ceará, para não dizer daqueles que têm grandes extensões alagadas por usinas hidrelétricas, como o Paraná e novamente Minas Gerais.

Não é possível suprimir esses dispositivos porque, se os suprimíssemos, estaríamos permitindo que continuasse acontecendo, por exemplo, o que acontece no Município mineiro de Nova Lima, um grande produtor de ouro. Existe lá uma grande empresa mineradora, que traz para o Município grandes problemas urbanos e incontornáveis problemas sociais. No entanto, o que fica para o Município, em virtude dessa exploração – pasmem, Srs. Constituintes – é apenas 20%, ou seja, 1/20 de 1%, quantia absolutamente insuficiente para atender apenas aos problemas sociais e urbanos gerados por essa exploração, sem falar na exaustão de suas enormes riquezas minerais irrecuperáveis, porque não-renováveis.

Por estas razões, defendemos, com ênfase, a manutenção do texto do relator, votando contra a emenda do Constituinte José Lins. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra o nobre Relator Adolfo Oliveira.

**O SR. RELATOR (Adolfo Oliveira):** – Sr. Presidente e Srs. Constituintes, apenas para lembrar ao Plenário da Comissão de Sistematização, quero dizer do rigor e da correção do texto do § 1º, que se pretende suprimir:

"É assegurada aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, nos termos da lei, participação no resultado da exploração econômica e do aproveitamento de todos os recursos naturais, em seus territórios, bem como da plataforma continental e do mar territorial, respectivos."

Este é o dispositivo do **royalty** do petróleo e da participação dos Estados e Municípios na exploração das riquezas minerais existentes nos seus territórios.

O eminente Constituinte Pimenta da Veiga colocou com absoluta propriedade as razões que determinaram a compreensão manifestada pelo relator, quando redigiu esse parágrafo; portanto, a relatoria tem confiança em que será mantido o texto e será rejeitada a emenda de autoria do eminente Constituinte José Lins.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Em votação.

#### **(Procede-se à votação)**

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Theodoro Mendes, Délio Braz, Edme Tavares, José Lins, Darcy Pozza. Votaram **NÃO** os Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Almir Gabriel, Antônio Britto, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Celso Dourado, Cid Carvalho, Egídio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, João Calmon, João Herrmann Neto, José Fogaça, José Paulo Bisol, José Richa, José Ulisses de Oliveira, Manoel Moreira, Nelson Jobim, Nelson Friedrich, Nilson Gibson, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Rodrigues Palma, Severo Gomes, Sigmaringa Seixas, Virgildásio de Senna, Wilson Martins, Roberto Brant, José Carlos Grecco, Marcos Lima, Aécio Neves, José Tavares, Antonio Mariz, Michel Temer, Israel Pinheiro, Miro Teixeira, Nelson Wedekin, Vilson Souza, Daso Coimbra, Vicente Bogo, Octávio Elísio, Ziza Valadares, Euclides Scalco, Alcení Guerra, Aloysio Chaves, Arnaldo Prieto, Christóvam Chiaradia, Eraldo Tinoco, Francisco Benjamim, Inocêncio Oliveira, José Santana de Vasconcellos, José Thomaz Nonô, Luís Eduardo, Mário Assad, Oscar Corrêa, Osvaldo Coelho, Ricardo Fiúza, Sandra Cavalcanti, Enoc Vieira, José Tinoco, Paes Landim, Jonas Pinheiro, Simão Sessim, Valmir Campelo, Antônio Carlos Konder Reis, Gerson Peres, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia, Virgílio Távora, José Maurício, Lysâneas Maciel, Luiz Salomão, Francisco Rossi, Gastone Righi, Ottomar Pinto, Plínio Arruda Sampaio, José Genoíno, Adolfo Oliveira, Aldo Arantes, Roberto Freire, Jamil Haddad e Antonio Farias.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 5 Constituintes; votaram NÃO 85 Constituintes. Total: 90 votos. O Destaque foi rejeitado.

Vou anunciar os destaques que, por analogia, estão automaticamente prejudicados:

Destaque nº 4015, do Constituinte Alísio Campos que seria também supressivo. Prejudicado duas vezes, inclusive pela ausência.

Destaque nº 4261, do Constituinte Lúcio Alcântara, que era no mesmo sentido do já rejeitado.

Destaque nº 5975, requerido pelo Constituinte Darcy Pozza, também rejeitado. **(Pausa)**

Peço a atenção da Casa, especialmente do Ministro Prisco Viana. S. Ex.<sup>a</sup> tem um destaque apresentado. Ainda há pouco, quando o Deputado Pimenta da Veiga perguntou-me se todas as supressões idênticas àquelas propostas, na medida em que o destaque foi rejeitado, estariam prejudicadas, eu respondi afirmativamente. É esse o meu entendimento.

O destaque do eminente Ministro Prisco Viana é referente à Emenda nº 26092-8.

**O SR. CONSTITUINTE PRISCO VIANA:** – Eu retiro, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – S. Ex.<sup>a</sup> desiste do destaque.

**O SR. CONSTITUINTE OSWALDO LIMA FILHO:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra, pela ordem, o nobre Constituinte Oswaldo Lima Filho.

**O SR. CONSTITUINTE OSWALDO LIMA FILHO:** – Sr. Presidente, há o Destaque nº 1863-87, de minha autoria, sobre a Emenda Substitutiva nº 33640-1, também de minha autoria; essa emenda não foi votada nesse destaque.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – É porque, por enquanto, estávamos votando só as supressivas e aquelas que foram consideradas prejudicadas, por supressivas serem.

Sobre a mesa, requerimento de preferência, assinado pelo nobre Constituinte Prisco Viana. S. Ex.<sup>a</sup> requer preferência para o Destaque nº 3367, referente à Emenda nº 26093, de sua autoria. É uma emenda modificativa.

**O SR. CONSTITUINTE PRISCO VIANA:** – Sr. Presidente, pela ordem. Pergunto a V. Ex.<sup>a</sup> se, regimentalmente, cabe requerer neste instante transformar a emenda de modificativa para aditiva de expressões, na forma de precedentes já registrados em nossos trabalhos.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Essa classificação, naturalmente, dependeu de um trabalho técnico de Assessoria. Peço um minuto a V. Ex.<sup>a</sup> para ler o texto e lhe dar a resposta. **(Pausa)**

Entendo nobre Constituinte Prisco Viana, que V. Ex.<sup>a</sup> propõe é uma metodologia de como se fazer a distribuição de recursos, conseqüentemente eu a entendo como aditiva.

**O SR. CONSTITUINTE PRISCO VIANA:** – Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – O requerimento está em votação.

Os Srs. Constituintes que estão de acordo permaneçam sentados. **(Pausa)**

Aprovado o requerimento.

**Destaque nº 003367-87 – Emenda nº ES-26093-6, do Sr. Prisco Viana, "que modifica o § 1º, do art. 30, do Substitutivo nº 1 (art. 19, § 1º, do Substitutivo nº 2)" (209ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Passaremos à votação do destaque.

Tem a palavra S. Ex.<sup>a</sup> o Constituinte Prisco Viana.

**O SR. CONSTITUINTE PRISCO VIANA:** – Sr. Presidente e Srs. Constituintes, dirijo-me preliminarmente a V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Presidente, para expor o seguinte:

O texto do substitutivo que estamos votando, referente ao § 1º do art. 19, diz o seguinte:

"É assegurada aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, nos termos da lei, participação no resultado da exploração econômica e do aproveitamento de todos os recursos naturais, em seus territórios, bem como da plataforma continental e do mar territorial, respectivos."

A emenda, que pretendia fosse substitutiva, estabelece, além de explorar sobre a forma e as condições de participação dos Estados, Distrito Federal, Territórios, Municípios e órgãos da administração direta da União, os resultados da exploração econômica e do aproveitamento dos recursos naturais, renováveis ou não, da plataforma continental do mar territorial e do subsolo. O que venho propor a V. Ex.<sup>a</sup> é que a votação se faça para aduzir-se ao texto do substitutivo, que acabei de ler as seguintes expressões: "e órgãos da administração direta da União."

Explico, Sr. Presidente: primeiro, o interesse de que conste do texto constitucional esse dispositivo. Votei aqui, no Congresso Nacional, pelo menos quatro projetos de lei tratando de regulamentação da indenização aos Estados e Municípios produtores de petróleo, na forma de **royalty**. O Executivo, por três vezes, vetou esta proposta por inconstitucional.

De fato, a Constituição em vigor deixa dúvidas quanto a esse direito dos Estados e Municípios. O que se quer, agora, é deixar bastante claro, bem definido, que esses Estados que pagam um alto preço pela exploração de petróleo, em seus territórios, tenham esta indenização.

A lei atualmente em vigor, sancionada pelo Excelentíssimo Senhor Presidente José Sarney, em fins do ano de 1985, estabelece a participação dos Estados, dos Municípios e da Marinha de Guerra do Brasil.

O que pretendo com esta emenda é preservar a participação da Marinha de Guerra nesse processo. É que a Marinha de Guerra do Brasil tem todo um programa de reaparelhamento sustentado pelos recursos provenientes dos **royalties**. Se não fizermos a inserção dessas expressões, amanhã, o legislador não encontrará amparo constitucional para manter a situação hoje vigente, de participação da Marinha de Guerra nesses programas.

É bom se diga que é necessário manter essa participação porque, na medida em que se expande o esforço nacional de exploração de petróleo no mar, a Marinha tem mais e maiores encargos na sua atuação ali. Hoje, a Marinha executa grandes programas de apoio à Petrobrás, sobretudo no campo da pesquisa e do próprio apoio logístico para exploração do petróleo no mar.

Portanto, o que venho pedir, neste instante, aos Srs. Constituintes da Comissão de Sistematização é que aprove a inserção desta expressão no texto do substitutivo: "e órgãos da administração direta da União", por quem estaremos mantendo a situação que hoje tem a Marinha e garantindo a continuidade dos seus programas de reaparelhamento naval, técnico e científico.

Sr. Presidente, meus Colegas da Comissão de Sistematização, quero valer-me destes poucos minutos que tenho, talvez até contrariando o dispositivo regimental, para prestar uma informação a esta comissão e, por seu intermédio, à Assembléia Nacional Constituinte, à Câmara e ao Senado, dizendo que acabo de ser honrado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República com o convite para exercer função de ministro, ocupando o Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, que haverá de ter, daqui a pouco, outra nomenclatura, em função das transformações que o Governo está operando, nesta hora, na estrutura administrativa.

Quero dar esta informação para acrescentar-lhes uma declaração: estou nesta Casa desde 1971, quando assumi o primeiro mandato legislativo de Deputado Federal. Portanto, sou, ao longo desses anos, forçosamente e por vocação, prazerosa e orgulhosamente, um homem do Congresso Nacional, e dele vou sair. Estou me licenciando hoje para assumir esse cargo como homem do Congresso Nacional, mas, sobretudo, como um político. **(Palmas)**. Tenho posição política e partidária, mas quero declarar que exercerei esta função como desafiadora experiência no campo administrativo, para quem exerceu, por mais de 15 anos, a função legislativa, convencido de que aquilo que de bom levar para aquele ministério a adquiriu nesta Casa, na convivência com os colegas e no trabalho legislativo.

Sai desta Casa um deputado para ser um deputado-ministro, que atuará fiel ao seu partido, fiel ao Governo, mas fidelíssimo ao Congresso Nacional e aos seus colegas deputados e senadores. Muito obrigado. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – S. Ex.<sup>a</sup> acaba de encaminhar em favor do seu destaque.

O Regimento da Casa, assim como o Regimento das duas Casas do Congresso Nacional é omissivo em relação à palavra de assunção de ministro de Estado no momento em que se despede. Por isso, foram dados a S. Ex.<sup>a</sup> mais três minutos do que o tempo natural. Mas, pelos aplausos recebidos, penso que a Mesa está absolvida do espaço de tempo que deu. **(Palmas)**

Para encaminhar contra, tem a palavra o Constituinte Ademir Andrade.

**O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE:** – Sr. Presidente, desisto da palavra.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Para encaminhar contra, tem a palavra o Constituinte José Serra.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ SERRA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Quero, de maneira muito breve, apresentar a minha justificativa para encaminhar contra a proposta do Constituinte Prisco Viana e dizer que lamento este fato, uma vez que preferiria, hoje, aqui, apoiar uma proposta e uma emenda desse Constituinte que hoje deixa esta Casa.

Antes de apresentar as minhas razões, quero advertir que, a meu ver, a emenda do Constituinte Prisco Viana, com os aditivos que faz ao texto atual, é melhor, aperfeiçoa o texto atual. A minha oposição, portanto, não é propriamente à emenda do Constituinte; a minha oposição é ao § 1º, ao que ele tem de essencial e que, se aprovado, prejudicará a minha emenda, que deveria ser colocada em votação logo em seguida. E explico o porquê. Na minha emenda fica assegurada a participação dos Estados, Municípios e órgãos da União, exclusivamente, nos recursos de petróleo e de gás natural, não se permitindo a amplitude que é dada no atual parágrafo único do art. 19.

Creio que este é o primeiro e bastante sério problema: estamos incluindo com este parágrafo na Constitui-

ção um dispositivo de extraordinária amplitude, porque assegura aos Estados, Municípios e Distrito Federal, nos termos da lei é bem verdade, participação nos resultados da exploração econômica e aproveitamento de todos os recursos naturais em seus territórios, da plataforma continental e da plataforma submarina. Todos os recursos naturais! Estamos colocando isso numa Constituição, e muitos dos companheiros Constituintes que aqui estão ficam pensando no petróleo, no Município que fica pauperizado a partir da exploração de certos recursos minerais e outros, como no caso dos companheiros do Paraná, em áreas inundadas dentro de seu Estado por hidrelétricas.

Só que, através desse dispositivo, nós perpetuamos uma possibilidade de cobrança de um quase tributo, porque é um quase tributo – não é juridicamente, mas é do ponto de vista econômico – a exploração de todos os recursos naturais renováveis e não-renováveis, inclusive da agricultura, da atmosfera, da atividade da pesca, da atividade de silvicultura de todos os tipos. Não obstante requerer lei, através de processos de negociação ao longo dos anos, nós podemos realmente estruturar todo um sistema tributário paralelo, sem a disciplina e sem os critérios que formam a organização do Sistema Tributário. Esta é a razão essencial da minha oposição a este artigo, e esta é a razão pela qual venho aqui explicitar porque me parece um dever que essa posição seja explicitada.

Estamos, realmente, criando um sistema tributário paralelo que, mediante uma lei, se poderá tributar todo um conjunto de atividades relacionadas com recursos naturais – insisto – inclusive a agricultura, porque a agricultura é exploração de um recurso natural chamado solo.

O segundo argumento é que isso implica, evidentemente, a retirada de recursos ou da União ou do setor privado, porque os recursos não saem do céu, não saem do nada! E nós já estamos realizando no capítulo tributário uma redistribuição ela União em favor dos Estados e dos Municípios da ordem de 20% dos recursos ela União, que é um montante considerável! Em terceiro lugar, já estamos transferindo para os Estados e Municípios a competência sobre impostos que incidem sobre o aproveitamento dos recursos naturais, que é o caso do Imposto único sobre Energia Elétrica, que é o caso do Imposto único sobre Minerais.

Acho que este é outro aspecto a ser tomado em conta:

O ônus sobre a União que isso poderá representar implicará aumentos de preços da empresa ou tarifas públicas, ou aumento de déficit público, evidentemente porque os recursos não saem do nada. E, finalmente, poderá incidir sobre atividades do setor privado que, nesse caso serão tributadas. Uma tributação que não está enquadrada dentro do nosso sistema tributário.

Essas são as razões pelas quais eu me permito encaminhar contra a proposta do Constituinte Prisco Viana, embora reconheça que, para os que querem o atual texto, ela melhora o atual texto. A minha oposição é porque ela prejudicaria uma outra emenda que estreita o campo de incidência infinito do atual dispositivo do § 1º, do art. 19, e mantém, apenas no caso de petróleo e gás, que já pagam **royalty** e, nesse sentido, não representa uma inovação, digamos, dentro dessa regulamentação, no País.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra para encaminhar a favor, o Constituinte Nelson Carneiro.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o nobre Constituinte José Serra sustenta que apenas deva ser paga essa participação no que diz respeito a petróleo e gás, e, em numerosos

Estados do País, não há nem petróleo nem gás. De modo que essa emenda que o Constituinte José Serra defende como substitutiva da que está ora em exame divide o Brasil. Quem tem petróleo e gás poderá ter participação. Quem não tem, mas tem outras terras inundadas, problemas de eletricidade, como o Paraná, por exemplo, deixa de ter esse direito. A emenda que se vai aprovar, já que essa é a manifestação do Plenário, essa emenda não distingue, inclui o petróleo e o gás, mas não exclui nenhum outro recurso mineral. Uma emenda para o Brasil, e não para os Estados que têm petróleo e gás. E eu falo isso como um dos que mais trabalharam pela votação do texto hoje em vigor, que assegura **royalties** para petróleo e gás, tendo sido inclusive o autor do projeto, que resultou, não só do meu trabalho, mas do trabalho conjugado de todas as Bancadas. E, hoje, estende-se, com maiores benefícios, por numerosos Estados do País, não só pelo Rio de Janeiro, mas pelo Espírito Santo, pela Bahia, por Sergipe, por Alagoas, por Pernambuco, pelo Rio Grande do Norte, pelo Ceará. E Deus permita que se espalhe por todos os Estados do País.

A presença da Marinha foi indispensável para a aprovação da lei em vigor. Sem ela, sem a sua presença, pelo trabalho que ela realiza, pela fiscalização das plataformas do petróleo, pela segurança dessas plataformas, o texto ou a emenda agora defendida pelo Constituinte Prisco Viana merece o aplauso e o apoio desta Casa. A minha intervenção foi para explicitar que a emenda defendida pelo nobre Constituinte José Serra divide o Brasil, e esta é uma emenda que une o Brasil: onde houver recursos minerais, seja petróleo ou não, haverá aí recursos.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Com a palavra o Relator-Geral.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a Emenda Prisco Viana corrige um lapso da relatoria. No entanto, não fosse S. Ex.<sup>a</sup> ter dado à Mesa a redação completa que agora deu, no sentido de garantir o texto do Substitutivo nº 2, pois no texto diz: é assegurada aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, no termo da lei, a participação, já se assegura desde logo. A emenda diz: a lei disporá sobre a forma e condições de participação.

O Constituinte Prisco Viana retirou e proferiu uma frase que me corrige o lapso, dizendo que a sua emenda preserva a Marinha de Guerra.

Acho, Sr. Presidente, que a frase está incompleta e ouso fazer a inclusão de uma expressão – e aí, sim, torná-la merecida; ela não só preserva a Marinha de Guerra, ela preserva, de forma justa, a nossa Marinha que até há algum tempo, foi a segunda no mundo e, hoje, está relegada ao mais completo último ou penúltimo lugar, por falta exatamente de verba.

De forma, Sr. Presidente, que o Relator e a sua equipe de auxiliares votam favoravelmente à Emenda Prisco Viana, Deputado de hoje e Ministro de amanhã, a quem parabeno.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Isto posto, passamos à votação.

Os Srs. Constituintes queiram tomar os seus lugares.

Chamo a atenção dos Srs. Constituintes que estão agitados em torno do Ministro que, por obséquio, deixem espaço para que S. Ex.<sup>a</sup> possa transitar e queiram sentar para votar.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Antônio Britto, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Carlos Mosconi, Carlos Sant'Anna, Celso Dourado, Egídio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Gasparian, Fernando Lyra, Francisco Pinto, José Fogaça, José Paulo Bisol, José Richa, José Ulisses de Oliveira, Manoel Moreira,

Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nilson Gibson, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Prisco Viana, Rodrigues Palma, Virgildásio de Senna, Wilson Martins, Roberto Brant, José Carlos Grecco, Aécio Neves, José Tavares, Antonio Mariz, Michel Temer, José Costa, Israel Pinheiro, Miro Teixeira, Nelson Wedekin, Délio Braz, Vilson Souza, Daso Coimbra, Vicente Bogo, Octávio Elísio, Aloysio Chaves, Arnaldo Prieto, Christóvam Chiaradia, Edme Tavares, Eraldo Tinoco, Francisco Benjamim, Inocêncio Oliveira, José Lins, José Lourenço, José Santana de Vasconcellos, Luís Eduardo, Mário Assad, Oscar Corrêa, Paulo Pimentel, Ricardo Fiuza, Sandra Cavalcanti, Enoc Vieira, José Tinoco, Paes Landim, Jonas Pinheiro, Simão Sessim, Valmir Campelo, João Menezes, Gilson Machado, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Gerson Peres, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia, Bonifácio de Andrada, Brandão Monteiro, Bocayuva Cunha, Francisco Rossi, Gastone Righi, Ottomar Pinto, Adolfo Oliveira, José Maria Eymael, Jamil Haddad e Antonio Farias. Votaram **NÃO** os Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Almir Gabriel, Cid Carvalho, Cristina Tavares, Haroldo Sabóia, José Serra, Sigmaringa Seixas, Plínio Arruda Sampaio, José Genoíno e Aldo Arantes.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 80 Constituintes; votaram NÃO 11 Constituintes. Total: 91 votos. O Destaque foi **aprovado**.

Sobre a mesa, requerimento de preferência assinado pelo nobre Constituinte José Serra, para o Destaque nº 7823-87, referente à Emenda nº 34030.

Permito-me esclarecer a S. Ex.<sup>a</sup> que o seu Destaque está prejudicado. Pelo princípio da abrangência, já foi aprovado um texto mais amplo. Conseqüentemente, seria restrito, como disse o Constituinte Nelson Carneiro, este seria apenas para petróleo e gás. Pela abrangência, o outro é maior. Logo, está prejudicado o destaque do Constituinte José Serra.

**Destaque nº 1863-87 – Emenda nº ES-33640/ 1, do Sr. Oswaldo Lima Filho, "que modifica o § 2º, do art. 30, do Substitutivo nº 1 (art. 19, § 1º, do Substitutivo nº 2)". (210ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Em votação o Destaque nº 1863, requerido pelo Constituinte Oswaldo Lima Filho. S. Ex.<sup>a</sup> apresenta um destaque substitutivo. Naturalmente que ele tem um sentido restritivo parcial.

**O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE:** – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – V. Ex.<sup>a</sup> tem a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE:** – Gostaria que V. Ex.<sup>a</sup> lesse, então, o Destaque do Constituinte José Serra, que é também substitutivo. Pelo nosso entendimento, todos os destaques a essa matéria estão prejudicados porque foi aprovada emenda aditiva, que ampliou o texto e, portanto, não pode mais ser substituída por nenhum destaque. A emenda do Constituinte José Serra é parecida com a do Constituinte Oswaldo Lima Filho. Se a emenda do Constituinte Oswaldo Lima Filho pode ser submetida à votação, a do Constituinte José Serra também. No nosso entendimento, todos esses destaques estão prejudicados, porque já foi aprovada emenda aditiva ao texto.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Lastimo discordar de V. Ex.<sup>a</sup>. A emenda do Constituinte José Serra – repito – como salientou muito bem o Constituinte Nelson Carneiro, era restritiva para apenas um tipo de recurso natural; gás e petróleo; a emenda do Constituinte Oswaldo Lima Filho fala em "todos os recursos minerais em seu território", e em recursos minerais – V. Ex.<sup>a</sup>, que é

engenheiro, sabe – incluem-se aqueles que representam jazidas de subsolo.

A emenda, portanto, está mantida.

**O SR. CONSTITUINTE OSWALDO LIMA FILHO:** – Sr. Presidente, Srs. e Sr.<sup>as</sup> Constituintes, por vocação natural do espírito, sou um político vocacionado às idéias socialistas. Se vivêssemos num país de maior conscientização política, de outra organização social, a organização social, política e econômica que defenderia o meu País seria semelhante àquela que encontrei nos livros de Harold Lasky, Sidney Beatrice Wedd e Bernard Shaw, enfim, as bases do socialismo fabiano.

Infelizmente, este não é o caso do Brasil. E a luta em que temos nos empenhado – muitos que têm essas convicções – é a de promover o progresso e a reforma social dentro da ordem capitalista que, infelizmente, é aquela que vai prevalecer ainda por muitos anos neste País.

Ora, Sr. Presidente, o que prevê o § 1º do art. 19 do Substitutivo do nobre Relator Bernardo Cabral, é simplesmente uma inovação de cunho profundamente socialista. Estivéssemos nós num Estado socialista, eu não teria nenhuma dúvida em subscrevê-la com o maior entusiasmo. Vejam bem o que diz a emenda:

"É assegurado aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, nos termos da lei, participação no resultado da exploração econômica e do aproveitamento de todos os recursos naturais em seus territórios."

O que isto quer dizer? Que a União o Estado e os Municípios têm participação: nas matas, na agricultura, em todas as plantas, em todos os recursos naturais renováveis existentes em qualquer parte do seu território.

Não me parece, Sr. Presidente, que essa seja uma emenda compatível com o estágio de evolução social e política do Brasil. Imaginemos, com o facciosismo que domina a nossa política no **hinterland**, no interior do País, algum prefeito aplicando esses princípios. Ele vai entender que, na mata, de propriedade do seu adversário, o Município deve ter participação. E no dia em que o proprietário iniciar uma exploração florestal, a Prefeitura irá reclamar participação. A mesma coisa se o indivíduo – e hoje é muito comum e até tem crescido muito no Brasil – inicia um aproveitamento de piscicultura em águas interiores, em água doce a prefeitura ou o Estado pode chegar e reclamar metade do resultado econômico daquela exploração. É a isso que nos conduz a norma clara do dispositivo.

Por tudo isso, Sr. Presidente, é que ofereci a seguinte emenda substitutiva:

É assegurado aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, nos termos da lei, participação no resultado da exploração econômica dos recursos minerais, em seu território.

E por que a distinção? Porque os recursos minerais já, por definição constitucional, pertencem à União, que os concede ou não, segundo a lei e o arbítrio dos governantes.

Por isso, Sr. Presidente, é que entendo que a disposição constitucional, do projeto constitucional, está eivada de uma errônea, direi mesmo assim. Seria perfeita, acabada, dentro de uma simetria, dentro de uma sistematização socialista. Numa carta em que o socialismo anda longe, vai-se encontrar em completa contradição.

Por esses motivos, Sr. Presidente, nego a minha aprovação ao texto e defendo a sua alteração nos termos da emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Para encaminhar contra, tem a palavra a Constituinte Sandra Cavalcanti.

**O SR. CONSTITUINTE EGÍDIO FERREIRA LIMA:** – Para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Questão de ordem precedente.

**O SR. CONSTITUINTE EGÍDIO FERREIRA LIMA:** – Sr. Presidente, encontrava-me, acidentalmente, fora, quando V. Ex.<sup>a</sup> decidiu uma questão de ordem suscitada com relação a essa emenda. Volto à tribuna – e desculpe a insistência – fazendo um apelo à Mesa, no sentido de que proceda a um exame mais cuidadoso em relação às emendas.

A emenda do Constituinte Prisco Viana, aditiva, colocou a expressão "recursos naturais"; a emenda do Constituinte Oswaldo Lima Filho – e não entro no mérito – fala em recursos minerais. Então, restringe a amplitude da emenda Prisco Viana, quando fala em recursos naturais.

Se formos fazer isso reiteradamente, vamos muito longe, com um mundo de emendas de uma matéria que já foi votada. Não há como tirar recursos naturais para colocar recursos minerais aqui, agora. Seria restringir uma emenda aprovada. **(Palmas)**

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Sr. Presidente, para aditar.

A mesma idéia ocorreu-me, como a que acaba de expor o Constituinte Egídio Ferreira Lima. Creio que a emenda do Constituinte Oswaldo Lima Filho é mais restritiva e está completamente abrangida pela emenda do Constituinte Prisco Viana, que acabou de ser aprovada, se não me engano, com 80 votos. Conseqüentemente, estimaria que V. Ex.<sup>a</sup> reconsiderasse, porque, no meu entender e por mais que eu tente, a emenda do Constituinte Oswaldo Lima Filho está completamente prejudicada, sobretudo pela expressiva votação que obteve a emenda do Constituinte Prisco Viana.

De modo que eu solicitaria a V. Ex.<sup>a</sup> considerasse prejudicada a emenda do Constituinte Oswaldo Lima Filho.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Respondo à questão de ordem levantada pelos Constituintes Egídio Ferreira Lima e Carlos Sant'Anna. Talvez tenha escapado a ambas um pequeno detalhe, minúsculo detalhe: é que o Constituinte Prisco Viana, quando apresentou emenda pediu-me que ela fosse considerada aditiva, e assim a Mesa considerou, e não como supressiva, nem modificativa. Colocada como aditiva, ela permite que emendas modificativas possam substituí-la. Quero, entretanto, caracterizar que, quando dei a solução, à questão de ordem, parece que levantada pelo Constituinte Ademir Andrade, usei um argumento que agora se volta contra mim, que é o da abrangência. Realmente, quanto à medida aditiva, não haveria dúvida, as modificativas teriam um seguimento comum. Mas, como já está, primeiro foi repudiada a supressão; em segundo lugar, há uma medida aditiva, que é mais abrangente que as medidas modificativas que estão sendo apresentadas; daqui por diante, considerarei aquelas que forem apresentadas, nesse tipo de redação, como realmente prejudicadas. **(Palmas)**. Esta está em votação e peço paciência e vamos completar.

**A SRA. CONSTITUINTE SANDRA CAVALCANTI:** – Sr. Presidente e Srs. Constituintes:

Essa emenda está criando esse problema, porque a que foi apresentada pelo Constituinte Prisco Viana obteve preferência. Ela, naturalmente, deveria ter sido objeto de discussão e de debate, anteriormente. Talvez seja esse o

argumento mais poderoso para que V. Ex.<sup>a</sup>, daqui por diante, possa, de fato, dispor sobre a abrangência de determinadas matérias não tendo que submeter outras.

Mas, o Constituinte Oswaldo Lima Filho levantou, aqui, uma questão que precisa, de uma vez por todas, ficar definida, porque nós vamos tocar nesse assunto em vários outros dispositivos que virão adiante no texto do projeto, que é: o que se entende por recursos naturais? – O que se entende por recurso natural é aquilo que a natureza já tem ali, à nossa disposição, independente do nosso esforço e do nosso trabalho. E, por isso mesmo, não se podem confundir, neste momento, recursos naturais que venham a dar participação aos municípios e aos Estados, com as decorrentes do esforço da agricultura, do esforço da pecuária, ou qualquer outro esforço que nasça do trabalho do homem. Reduzir essa emenda apenas a recursos minerais criaria, de fato, um problema muito grande para várias unidades da Federação. Restringi-la, como queria o Deputado José Serra, apenas a petróleo e gás natural, seria a mesma forma de restrição. O grande acréscimo trazido pela emenda do Deputado Prisco Viana, que nós votamos, foi a permissão para que pudessem participar das riquezas advindas da exploração econômica desses recursos naturais que lá estão, não só os Estados, os Municípios, como entidades de Direito Público ou de administração direta, como é o caso, por exemplo, da participação da Marinha Mercante na exploração do petróleo na Plataforma Continental.

Isso tudo é muito importante que fique, de fato, no texto da Constituição. Essa história de jogar tudo para a lei ordinária e para a lei complementar, no Brasil, é muito perigoso. Nós temos precedentes graves, nós temos matérias que foram previstas para serem examinadas desde 1946. Até hoje a participação dos empregados nos lucros das empresas está esperando uma Lei Complementar. Em 46, falava-se na proteção ao menor e nunca veio lei alguma estabelecendo isso de forma clara e definida. Nós, do Estado do Rio de Janeiro, sofremos durante 10 anos a discriminação por falta de um texto que nos desse essa garantia. Por isso mesmo, é muito importante que a participação dos Estados e dos municípios, nos empreendimentos de exploração dos seus recursos naturais, fique assegurada no texto constitucional.

Por isso, voto contra a emenda do Constituinte Oswaldo Lima Filho, que restringe até na própria expressão utilizada "recursos minerais em seu território." Ora, recurso mineral em território não é, por exemplo, petróleo explorado **off shore** como é hoje explorado em todo o País. E, mais uma vez, os Estados que não têm forma terrestre de exploração de petróleo, ficariam fora da participação desta produção e de uma riqueza econômica que, no caso, por exemplo, do meu Estado, significa para nós uma riqueza importantíssima, uma vez que somos hoje, no Brasil, o Estado que mais produz petróleo, e que carrega sozinho com mais de metade da produção nacional de petróleo e de gás natural.

Era isso que tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Sr. Presidente, pela ordem, para me orientar na votação. **(Aqui escência da Presidência.)** Nós estamos discutindo o texto do § 1º do art. 19. Foi aprovada uma emenda aditiva, que inclui as entidades estatais, além de municípios, Estados e União, como participantes nos benefícios da exploração. Incluiu-se mais, se não me engano, subsolo, que evidentemente já está no texto original, porque este se refere a todos os recursos naturais, sejam vegetais, minerais, ou de qualquer natureza, do território, o que significa do solo, ou do subsolo – não há dúvida quanto a isso.

Então, há apenas, no momento, uma emenda aditiva que acresce entidades estatais como beneficiárias dos lucros da empresa. A meu ver, V. Ex.<sup>a</sup> está absolutamente

correto quando diz que o texto, não tendo sido ainda aprovado, pode sofrer modificações; apenas, não podem cair os aditivos feitos pela Emenda Prisco Viana.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Constituinte José Lins, eu já dei uma solução à questão de ordem levantada, e devo comentar aqui um equívoco que pratiquei. A planilha que V. Ex.<sup>as</sup> receberam, – está aqui sobre a mesa para mim –, caracteriza, depois das supressivas, todas as emendas como substitutivas. Quando dei a primeira solução na questão de ordem levantada pelo Constituinte Ademir Andrade, eu me amparei na classificação de modificativa dada inicialmente pela Mesa. Mas, ao reparar o documento final enviado, está lá como substitutiva. Realmente, uma substitutiva aprovada e abrangente prejudica as demais. A questão é que houve uma interpretação de modificativa, escrita, de um lado, modificativa e, de outro, substitutiva.

Vamos continuar a votação. **(Pausa)**

Tem a palavra, para encaminhar favoravelmente, o Constituinte Pimenta da Veiga. **(Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup> desiste da palavra.

Para encaminhar contra, tem a palavra o Constituinte Ademir Andrade.

**O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE:** – Sr. Presidente, são tão evidentes as razões de se votar contra essa emenda, que me abstenho de pronunciar-me.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Antes de passarmos à votação, o Relator José Fogaça irá falar.

**O SR. RELATOR (Constituinte José Fogaça):** – Sr. Presidente, a Relatoria precisa justificar sua posição. O Ministro Oswaldo Lima Filho merece todo o respeito e consideração dessa Relatoria, mas a sua justificativa não é procedente, pois o temor de S. Ex.<sup>a</sup> de que todos os recursos naturais, renováveis ou não, possam ser objeto de apropriação dos Estados e municípios, não se justifica, porque estamos tratando do art. 19, § 1º. Trata-se, portanto, de um dispositivo acessório ao art. 1º, que se refere só e exclusivamente aos bens da União; não se refere ao produto do trabalho individual ou ao produto do trabalho das empresas.

Não se justifica e não procede, infelizmente, o temor de S. Ex.<sup>a</sup>, de que haja uma socialização de toda a produção agrícola, ou de qualquer outra natureza, em relação aos recursos naturais.

Portanto, a posição da Relatoria, embora respeitando S. Ex.<sup>a</sup>, é contrária à emenda e pela manutenção do texto.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Em votação.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Francisco Pinto, Oswaldo Lima Filho, José Lins e Oswaldo Coelho. Votaram **NÃO** os Senhores Constituintes: Almir Gabriel, Antônio Britto, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Carlos Mosconi, Carlos Sant'Anna, Celso Dourado, Cristina Tavares, Egídio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Gasparian, Fernando Lyra, Haroldo Sabóia, João Calmon, José Fogaça, José Geraldo, José Ignácio Ferreira, José Paulo Bisol, Manoel Moreira, Nelson Carneiro, Nelton Friedrich, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Prisco Viana, Rodrigues Palma, Virgildásio de Senna, Roberto Brant, José Carlos Grecco, José Tavares, Antonio Mariz, Michel Temer, Israel Pinheiro, José Maranhão, Vicente Bogo, Aloysio Chaves, Edme Tavares, Eraldo Tinoco, Francisco Benjamim, Inocêncio Oliveira, José Lourenço, José Thomaz Nonô, Oscar Corrêa, Paulo Pimentel, Ricardo Fiúza, Sandra Cavalcanti, Enoc Vieira, José Tinoco, Jonas Pinheiro, Simão Sessim, Valmir Campelo, João Menezes, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Gerson Peres, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia, Adylson Motta, Luiz Salomão, Bocayuva

Cunha, Francisco Rossi, Gastone Righi, Ottomar Pinto, Plínio Arruda Sampaio, José Genoíno, Adolfo Oliveira, Roberto Balestra, Aldo Arantes, Roberto Freire e Beth Azize. **ABSTENÇÃO** do Sr. Constituinte José Serra.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram **SIM** 4 Constituintes; votaram **NÃO** 69 Constituintes; absteve-se de votar 1 Constituinte. Total: 74 votos. O Destaque foi **rejeitado**.

Prejudicadas as emendas substitutivas de destaque requerido pelo Constituinte Tadeu França.

Destaque nº 2599 do Constituinte Mansueto de Lavor.

Destaque nº 7757 também prejudicado.

Votação do Destaque nº 431 do Constituinte Sérgio Spada.

S. Ex.<sup>a</sup> está ausente.

Está prejudicado o destaque.

Passamos ao § 2º do art. 19. Trata-se da faixa de fronteira e etc.

Sobre a mesa, requerimento de preferência, assinado por S. Ex.<sup>a</sup> o Constituinte Euclides Scalco, que requer, nos termos regimentais, preferência para votação do Destaque nº 4314. S. Ex.<sup>a</sup> retirou a preferência. Retirou o destaque também? Acabo de tomar conhecimento de que S. Ex.<sup>a</sup> retirou o destaque.

Sobre a mesa, requerimento de preferência para o Destaque nº 1509, referente à Emenda ES-34472 ao art. 19, § 2º do Substitutivo II, assinado pelo nobre Constituinte Ottomar Pinto. Refere-se à emenda proposta pela Constituinte Marluce Pinto. Vou por em votação simbólica o requerimento de preferência.

Os Srs. Constituintes que estejam de acordo com a preferência permaneçam como se encontram. **(Pausa)**

Aprovada a preferência.

Passamos à discussão do Destaque. **(Pausa)**

**Destaque nº 001509-87 – Emenda nº ES-34472-2, da Sra. Marluce Pinto, "que modifica o § 3º, do art. 30 do Substitutivo nº 1 (art. 19, § 2º, do Substitutivo nº 2)". (211ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Destaque nº 1509, requerido pela Constituinte Marluce Pinto, referente à Emenda nº 34472. Para conhecimento dos Srs. Constituintes, leio a emenda:

"A faixa interna de até 50 quilômetros de largura, paralela à linha divisória terrestre do Território Nacional, é considerada indispensável à defesa das fronteiras e será designada como "faixa de fronteira, conforme dispuser lei complementar."

Tem a palavra o Sr. Constituinte Ottomar Pinto.

**O SR. CONSTITUINTE OTTOMAR PINTO:** – Sr. Presidente, Srs. Membros da Comissão de Sistematização, na Constituição de 1934, pela primeira vez, apareceu a figura da faixa de fronteira, e no art. 166 da Carta de 1934 ela ficou delimitada em 100 quilômetros. Veio, depois, a Constituição de 1937, a Constituição "Polaca" que estendeu a profundidade da faixa de fronteiras a 150 quilômetros. Posteriormente, veio a Constituição de 1946, que remeteu para a lei complementar a definição e a especificação do que seriam as zonas essenciais à defesa nacional. É bom salientar que, na Constituição em vigor, e na Constituição de 1946 pesavam sobre essas áreas diversas restrições – restrições, por exemplo, para concessão de terras, aberturas de vias de comunicação, instalação de linhas de transmissão. É uma espécie de intervenção da União em áreas que são do domínio dos Estados, mas que, por contingências de defesa nacional, ficam sob determinada vigilância e controle da União. Devo salientar que essa medida, essas



iniciativas da União pendentes sobre essas áreas, em determinados Estados praticamente, esterilizam a autoridade do Governo do Estado sobre extensas áreas de seus domínios. É o caso, por exemplo, do Acre, um Estado que é mais comprido do que largo, e os 150Km propostos no texto praticamente deixam todo o Estado sob a jurisdição da União. O mesmo, talvez, possa ser dito com relação ao Estado de Santa Catarina, ao Território de Roraima. Já no caso do Amazonas, do Mato Grosso e do Pará essas restrições não são tão sensíveis, dadas às dimensões desses Estados. De modo que, ao compulsar as diversas emendas propostas ao texto, nós verificamos que, de todas elas, a mais restritiva é essa da Constituinte Marluce Pinto, que reduz para 50km da largura da faixa de fronteira.

Existe uma emenda do Constituinte José Thomaz Nonô, de 60km; outra, do Constituinte Paulo Macarini, que estende o acesso à 16km; outra, de Ademir Andrade, que chega a 80 km a extensão da faixa, de Jovanni Masini, que mantém os 150 km.

Daí por que colocamos, submetemos e encaminhamos à aprovação da Comissão de Sistematização esta emenda, a mais restritiva de todas, reduzindo a faixa de fronteira a 50km, mesmo porque, até nas áreas de operações do Exército, a delimitação entre a linha de contato e a zona da administração é de 30km, então uma Divisão de Exército precisa de uma profundidade de 30km para desenvolver as suas ações bélicas com segurança.

Não há porque se admitir uma extensão tão vasta para a faixa de fronteira num país de vocação pacífica como é o Brasil.

**O SR. CONSTITUINTE PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO:** – Sr. Presidente, para uma questão de ordem.

Antes de entrarmos no processo de votação e de ouvir o parecer contrário, apenas quero esclarecer a Casa que vamos entrar numa situação semelhante àquela das horas da jornada de trabalho, em que há uma emenda com 40 e outras com 42, 44, 48, 62 etc.

Agora também, temos uma emenda com 50, que é a do Constituinte Ottomar Pinto, temos uma com 60, e gostaria que V. Ex.<sup>a</sup> enunciasse a prejudicialidade, qual o critério de abrangência que V. Ex.<sup>a</sup> tem e qual prejudica a seguinte, a fim de que formemos uma tática adequada de maneira a conseguir para nós a melhor situação.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Aproveito a questão de ordem de V. Ex.<sup>a</sup> para esclarecer mais uma coisa – naturalmente sem fazer nenhuma censura a quem trabalha tão arduamente, como trabalham os assessores.

Tínhamos uma emenda supressiva que não deveria ter sido objeto de protelação baseado num requerimento de preferência para uma emenda substitutiva, fizem-lo por equívoco. Não posso mais voltar atrás para votar primeiro a supressiva, por isso, vou utilizar o mesmo sistema adotado se não me engano, pelo Constituinte Fernando Henrique Cardoso, quando presidiu aquela sessão. A substitutiva que for aprovada, prejudica as demais. Ou seja, se tivermos uma substitutiva de 50 km, outra de 100, digamos, o texto de 150, e for aprovada a de 50, ela mata a questão. Senão a de 60; senão a de 80, podemos ir numa escala crescente até a supressiva final.

Para encaminhar a favor concedo a palavra ao nobre Constituinte Gastone Righi.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, desejo chamar a atenção de V. Ex.<sup>as</sup> para um pequeno pormenor. Esta faixa de segurança de fronteiras que se pretende agora estabelecer, constitucionalmente, em 150 km, sugere um descalabro definitivo que não poderemos mais remover ou alterar, de acordo com o que se alterem as condições tecnológicas ou o avanço científico de nação para nação.

Mas, o que é mais grave, e que os Srs. deveriam atentar para isso, é que temos cerca de 10 a 12 mil quilômetros de linha de fronteira interna; 150 km significará a bagatela de 1 milhão e 800 mil km<sup>2</sup> postos como faixa de segurança, com absoluta inutilidade, sem nenhum sentido. O que se está propondo é uma redução para 50 km; uma faixa de 150 km chegará a levar 7 a 8 municípios, um contíguo ao outro, da fronteira para o interior do Brasil e todos eles considerados, em sua totalidade territorial, como faixa de segurança. Isso traz impedimento ao desenvolvimento de municípios, dos Estados que ficam obrigados a obter autorizações, muitas vezes, impossíveis, distantes dos quartéis centrais que podem fornecê-las. Não se justifica mais, não há nenhum sentido, sequer em termos da segurança bélica, sequer em termos do interesse da segurança nacional, para a conformação de uma zona tão alta, tão grande, que chega a absorver, por exemplo, todo o Estado de Rondônia, do Acre, de Santa Catarina, do Rio Grande e outros tantos, todos compreendidos nessa faixa de 150 quilômetros.

Portanto, somos a favor da diminuição dessa extensão e que a lei depois, se desejar, que possa estabelecer outros conceitos, outras prioridades. Portanto, a favor da emenda da Constituinte Marluce Pinto.

Durante o pronunciamento do Sr. **Gastone Righi**, o Sr. **Jarbas Passarinho**, Terceiro Vice Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. **Fernando Henrique Cardoso**, Quarto Vice Presidente.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar contra.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Carlos Sant'Anna, para encaminhar contra.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o texto do Sr. Relator, quando se refere a faixa interna de 150 km de largura, paralela à linha divisória terrestre do território nacional, é considerada indispensável à defesa das fronteiras e será designada como faixa de fronteira, conforme dispuser a Lei Complementar.

A impressão que se tem da redação é que o texto do Relator tem apenas um inconveniente: exatamente quando classifica a faixa como sendo indispensável. Em verdade, especialmente de vários ilustres Constituintes ligados a Estados ou a territórios de fronteira, surgiu a idéia importante de diminuir essa faixa de fronteira, porque este pedaço tirado ficaria como sendo alguma coisa retirada do território dos Estados.

Na verdade o que o texto constitucional quer reconhecer é que, ao nível das fronteiras, há uma faixa que pode ser fundamental para a defesa do território nacional. Essa faixa de 150 km, pode ser fundamental, talvez não precise ser como está escrito no texto, "indispensável".

Por isso, antes que se vote a emenda de outros ilustres companheiros, diminuindo a faixa, é preciso que saibamos, por exemplo, que há uma emenda do Constituinte Jovanni Masini, que troca a expressão do texto, de "faixa indispensável", para "faixa considerada fundamental".

Neste caso, considerar que os 150 km são fundamentais à defesa não quer dizer que sejam indispensáveis à defesa. Quer dizer que poderão ser usados, se forem necessários e fundamentais, e poderão não ser usados, se não forem necessários nem fundamentais.

Por esta razão, venho sustentar que o texto, em princípio, poderia ser mantido, mas que, na verdade, deveremos aprovar a emenda que virá depois, do ilustre Constituinte Jovanni Masini, que troca a expressão do Relator, de "faixa indispensável" para "faixa considerada funda-

mental", e conservar os 150 km como faixa de fronteira. Neste caso, a conservação dos 150 km não prejudica nem os territórios nem os Estados nas suas faixas limítrofes a outros países. Tampouco prejudicam os problemas da segurança e da defesa do Brasil, nos momentos em que aquelas porções de terra forem consideradas, evidentemente, fundamentais ao processo de defesa.

Por esta razão é que me coloco contra a emenda defendida, há pouco, pelo ilustre companheiro e correligionário, Constituinte Ottomar Pinto, mas na expectativa de que nós possamos aprimorar o texto, aprovando-o depois; votando contra, agora, mas, mais na frente, votando a favor da Emenda Giovanni Masini.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Não havendo mais oradores inscritos consulto o Sr. Relator se deseja fazer uso da palavra?

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – Sr. Presidente, a Relatoria fará uso da palavra.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Tem a palavra o Relator.

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – A posição da Relatoria, em vista de que há uma série de emendas sucessivas, com diferentes propostas, de 50, 60 e até de 150 km, não tendo havido acordo entre as Lideranças, é pela manutenção do texto. Mas, desde já, manifesta a posição favorável ao acolhimento da Emenda do Constituinte Giovanni Masini, que procura modificar o texto apenas no adjetivo "indispensável" por "fundamental". O Relator Bernardo Cabral tomou posição favorável a esta emenda do Constituinte Giovanni Masini, que ressaltará apenas a expressão "fundamental". Mas quanto ao limite de 150 km, a posição da Relatoria Adjunta é a de que é necessária e, inevitavelmente, a favor do texto.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Tendo havido esclarecimentos da posição do Relator, que é pela manutenção do seu texto, passamos à votação.

**(Procede-se à votação)**

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Ademir Andrade, Almir Gabriel, Antônio Britto, Cid Carvalho, José Geraldo, Milton Reis, Pimenta da Veiga, Virgildásio de Senna, Rose de Freitas, Roberto Brant, Antônio Mariz, José Costa, Israel Pinheiro, Christóvam Chiaradia, Osvaldo Coelho, Jonas Pinheiro, Darcy Pozza, José Luiz Maia, Francisco Rossi, Gastone Righi, Ottomar Pinto, Plínio Arruda Sampaio, José Genoíno, Aldo Arantes, Roberto Freire e Beth Azize. Votaram **NÃO** os Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Artur da Távola, Carlos Mosconi, Carlos Sant'Anna, Celso Dourado, Cristina Tavares, Egidio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Gasparian, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, João Calmon, José Fogaça, José Paulo Bisol, José Serra, Manoel Moreira, Nelson Friedrich, Nilson Gibson, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Raimundo Bezerra, Rodrigues Palma, Sigmaringa Seixas, José Carlos Grecco, José Tavares, Vilson Souza, Vicente Bogo, Aloysio Chaves, Arnaldo Prieto, Edme Tavares, Eraldo Tinoco, Inocêncio Oliveira, José Jorge, José Lins, José Lourenço, Luís Eduardo, Oscar Corrêa, Paulo Pimentel, Ricardo Fiúza, Sandra Cavalcanti, Enoc Vieira, José Tinoco, Valmir Campelo, Antônio Carlos Konder Reis, Gerson Peres, Adylson Motta, José Maurício, Bocayuva Cunha, Adolfo Oliveira e Roberto Balestra. **ABSTENÇÃO** do Sr. Constituinte Fernando Henrique Cardoso.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram **SIM** 26 Constituintes; votaram **NÃO** 51 Constituintes; absteve-se de votar 1 Constituinte. Total 78 votos. O Destaque foi **rejeitado**.

Destaque nº 4.045, de autoria do Constituinte Roberto Campos. Não estando presente S. Ex.<sup>a</sup>, está prejudicado.

Destaque nº 2.900, do Constituinte José Thomaz Nonô. S. Ex.<sup>a</sup> encontra-se presente? **(Pausa)** Não está presente. Está prejudicado.

Destaque nº 4379, do Constituinte Ademir Andrade. Está presente? **(Pausa)** V. Ex.<sup>a</sup> propõe que a faixa de fronteira seja estendida até 80 km; é o meio termo.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO MACARINI:** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Pois não.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO MACARINI:** – Há um Destaque nº 4314 referente a uma emenda de minha autoria, que prevê uma faixa de fronteira da ordem de 66 km. Dentro do raciocínio desenvolvido há pouco, pela Mesa, esta emenda teria preferência sobre a outra.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Eu não a tenho sobre a Mesa. Se a tivesse, perguntaria imediatamente se V. Ex.<sup>a</sup> vai mantê-la. **(Pausa)**

Há um destaque do Constituinte Paulo Macarini e eu não o tenho sobre a Mesa. **(Pausa)** Perdão. Tem razão o Constituinte Paulo Macarini. Existe aqui um destaque de S. Ex.<sup>a</sup> que propõe que se altere a faixa interna para o limite de 66 km de largura. Pergunto a S. Ex.<sup>a</sup> se vai manter o destaque.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO MACARINI:** – Vou manter e defender.

**Destaque nº 004314-87 – Emenda nº ES-22512-0, do Sr. Paulo Macarini, "que modifica a redação do § 3º do art. 30 do Substitutivo nº 1 (art. 19, § 1º, do Substitutivo nº 2)". (212ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Tem a palavra V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO MACARINI:** – Sr. Presidente, Srs. e Sras. Constituintes a faixa de fronteira, neste País, tem duas dimensões bem distintas: a primeira, de 66 km, que vem desde o Império; e a segunda, de 150 km, que foi objeto da Lei nº 2.597, de 12 de setembro de 1955. Essas duas faixas de fronteiras têm criado, não apenas na legalização fundiária das terras, na interpretação dos tribunais, no desenvolvimento dessas regiões fronteiriças à área internacional, uma série de embaraços, que seria prudente e necessário defini-la de uma vez por todas.

Então, assegurava a Constituição do Império como pertencentes ao próprio País uma faixa de fronteira da ordem de 10 léguas, que corresponde, a rigor, aos 66 km, que é objeto da emenda de minha autoria, ora destacada, para definir, de uma vez por todas, que a faixa de fronteira neste País está compreendida apenas nesta extensão de 10 léguas, ou seja, de 66 km. Por isso, eu queria conchamar aos meus companheiros da Assembléia Nacional Constituinte, notadamente, porque, como profissional, como advogado que atuou em grande escala na faixa de fronteira deste País, notadamente nos Estados de Mato Grosso, no Paraná e em Santa Catarina, posso testemunhar que a permanência, e agora em caráter constitucional, de uma faixa de fronteira da ordem de 150 km criará sérios e inevitáveis embaraços não apenas à legalização fundiária deste País, mas, acima de tudo, ao desenvolvimento desta região. E até mesmo porque gostaria de dizer que, em termos de segurança nacional, não há razão nenhuma, absolutamente nenhuma, de se temer qualquer comprometimento deste País com os seus vizinhos, não apenas pela vocação pacifista deste País e dos demais integrantes da América Latina, mas, acima de tudo,

porque o avanço científico tecnológico está aí a demonstrar que não haverá isso em função de 66 km ou de 150 à segurança deste País. E essas coisas estão desaparecendo, até mesmo porque nós estamos, hoje, construindo uma ponte sobre o rio das Flores, entre Santa Catarina e a Argentina. Inaugurou-se, há pouco, a ligação rodoviária entre Foz do Iguaçu e Puerto Iguaçu, na Argentina, entre Foz do Iguaçu e o Paraguai, e assim por diante.

Então, para simplificar as coisas, para evitar os embaraços e, acima de tudo, para aprimorar o desenvolvimento deste País, faço um apelo ao Sr. Relator, até mesmo para que S. Ex.<sup>a</sup> reconsidere o seu ponto de vista e acolha esta emenda que pretende fixar a faixa de fronteira em torno de 66 km em toda a área internacional deste País. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Tem a palavra o Constituinte Gerson Peres, para encaminhar contra.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, a emenda do Constituinte Ademir Andrade fixa um valor numérico para a faixa interna de fronteira; a emenda do Constituinte Paulo Macarini também defende um valor numérico fixo para a faixa de fronteira. O Brasil apresenta hoje, dado o seu desenvolvimento, regiões em que, se nós admitirmos uma faixa fixa de fronteira, nós vamos penetrar pelos corações dos municípios e talvez até de algumas Capitais de Estado, e isso não me parece racional. O que uma Constituição deve colocar é o princípio geral, e aí eu pediria ao Constituinte Ricardo Fiúza a atenção para este raciocínio: o princípio geral é 150 km. Aqui existe uma emenda do Constituinte Giovanni Masini, que diz que a faixa de fronteira, a faixa inteira, de até 150 km de largura, é a faixa básica. Mas temos áreas no Sul do Brasil que não podemos metrificar este quantitativo de quilometragem para uma faixa de fronteira; é muito grande. E a emenda do Constituinte Giovanni Masini, que vamos votar lá adiante – por isso é que penso que devemos rejeitar todas essas, porque é melhor – ela transfere, conservando o princípio básico de 150 km, para a lei complementar os outros valores numéricos de faixa de fronteira no Brasil; pois me parece mais racional, por exemplo, que no Sul do Brasil essa faixa seja menor do que na Amazônia, e uma lei complementar pode especificar, vamos dizer, até três tipos de valores numéricos fixos para o Território brasileiro, considerando as faixas de fronteira realmente adequadas à realidade das regiões brasileiras.

O Projeto Calha Norte, por exemplo, que é um bom projeto, pode exigir uma faixa de fronteira maior. Na Amazônia, no Norte, onde há um despovoamento, onde a topografia também é ingrata, é imensa, mas no Rio Grande do Sul – e que diga o Constituinte Antônio Britto – 150 km de fronteira são um exagero! Portanto, atenta contra a racionalidade. Daí eu pedir aos colegas para rejeitarem essas emendas, no que pese até a emenda do Constituinte Ademir Andrade ser a de meio termo, porque é a metade. Eu estava propenso a votar com S. Ex.<sup>a</sup>, mas eis que surge esta aqui, que preserva o fundamental, que é 150 quilômetros e nós vamos estabelecer, de acordo com as peculiaridades regionais, os valores numéricos fixos dessas faixas, região por região. Tenho a certeza de que estaremos servindo melhor ao Brasil dessa maneira.

Era o que eu tinha a dizer.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Srs. Constituintes, surgiu um dado novo e o Relator quer opinar novamente. Tem a palavra o Relator. Quem sabe o dado novo nos iluminará.

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – Sr. Presidente, a relatoria não tem essa pretensão, porque, aqui, o sol é V. Ex.<sup>a</sup> e nós somos a lua. Mas é preciso dizer, depois dos argumentos trazidos pelo nobre Constituinte Paulo Macarini, que S. Ex.<sup>a</sup>, na sua exposição, labora numa con-

fusão de conceitos, **data venia**. O conceito de faixa de fronteira não pode ser confundido com o conceito de segurança nacional. Um tem objetivos muito mais econômicos do que militares, enquanto o outro tem objetivos predominantemente militares. O que se está fazendo aqui é estendendo, alargando o conceito, a área da faixa de fronteira.

Quero defender, com veemência, o texto do Relator Bernardo Cabral, porque, quanto mais extensa for a faixa de fronteira, mais assegurados estarão os interesses nacionais, do ponto de vista econômico. Para isso, peço que os Srs. Constituintes, membros da Comissão de Sistematização, se dêem ao trabalho de ler o art. 198 do Substitutivo II que diz:

"O aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica e a pesquisa e a lavra de recursos e jazidas minerais somente poderão ser efetuados por empresas nacionais, mediante autorização ou concessão da União, na forma da lei, que regulará as condições específicas quando essas atividades se desenvolverem em faixa de fronteira ou em terras indígenas."

Portanto, a proteção aos interesses nacionais está na exata medida e na proporção de quanto mais extensa for à faixa de fronteira. Reduzir a faixa de fronteira concorre na direção contrária ao dos interesses do País. Não se confunda segurança, área de segurança, com faixa de fronteira, que são conceitos distintos. Portanto, o conceito de segurança, como me lembra aqui o nobre Constituinte Antônio Carlos Konder Reis, se refere à questão militar, à questão da defesa. Por conseguinte, a relatoria solicita, com veemência, aos Srs. Constituintes que preservem o texto do Substitutivo II.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Conforme fiz em algumas ocasiões – peço ao Constituinte Paulo Macarini que siga a questão – pergunto a V. Ex.<sup>as</sup> quantos dos Srs. Constituintes estão dispostos a sustentar a emenda do Constituinte Paulo Macarini, para saber se S. Ex.<sup>a</sup> a manterá; caso contrário, vamos passar a tarde toda votando faixa a faixa. **(Pausa)** Parece-me que S. Ex.<sup>a</sup> não vai retirá-la, em nenhuma hipótese.

Antes do voto, pergunto às Lideranças se há algum entendimento a respeito de suprimir a expressão "até". **(Pausa)**

**O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO BRITTO:** – Sr. Presidente, peço a compreensão da Mesa para o problema que, a pretexto de perdemos um minuto, poderíamos estar ganhando.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Então, preliminarmente, vamos anular o que foi marcado.

Pergunto a V. Ex.<sup>as</sup> se existe algum entendimento de Liderança. **(Pausa)**

Peço a atenção das Lideranças que, em matéria desta natureza, é melhor que os acordos sejam feitos preliminarmente. Votamos dez vezes a mesma matéria!

Vamos passar à votação.

**(Procede-se à votação)**

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Ademir Andrade, Almir Gabriel, Antônio Britto, Celso Dourado, Cristina Tavares, Fernando Gasparian, Raimundo Bezerra, Severo Gomes, Virgildásio de Senna, José Carlos Grecco, José Tavares, Nelson Wedekin, Jonas Pinheiro, Francisco Rossi, Gastone Righi, Ottomar Pinto e Aldo Arantes. Votaram **NÃO** os Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Carlos Mosconi, Carlos Sant'Anna, Egídio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, João Calmon, João Herrmann Neto, José Fogaça, José Geraldo,

José Ignácio Ferreira, José Serra, Manoel Moreira, Nilson Gibson, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Rodrigues Palma, Sigmaringa Seixas, Wilson Martins, Rose de Freitas, Antonio Mariz, José Costa, Miro Teixeira, Vilson Souza, José Maranhão, Vicente Bogo, Alcení Guerra, Aloysio Chaves, Carlos Chiarelli, Christóvam Chiaradia, Edme Tavares, Eraldo Tinoco, Inocêncio Oliveira, José Jorge, José Lins, José Santana de Vasconcellos, Luís Eduardo, Oscar Corrêa, Osvaldo Coelho, Paulo Pimentel, Sandra Cavalcanti, Enoc Vieira, José Tinoco, Valmir Campelo, Gilson Machado, Antonio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia, Bonifácio de Andrade, Adylson Motta, José Maurício, Bocayuva Cunha, Plínio Arruda Sampaio, José Genoíno, Adolfo Oliveira, Roberto Balestra, Roberto Freire e Beth Azeite.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 17 Constituintes; votaram NÃO 64 Constituintes. Total: 81 votos. O Destaque foi **rejeitado**.

**Destaque nº 4379-87 – Emenda nº ES-33751-3, do Sr. Ademir Andrade, "que modifica o § 3º, do art. 30, do Substitutivo nº 1 (art. 19, § 2º, do Substitutivo nº 2)".**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Passamos, agora, ao Destaque de nº 4.379, de autoria do Constituinte Ademir Andrade, a quem dou a palavra para encaminhar favoravelmente.

**O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE:** – Sr. Presidente e Srs. Constituintes:

Embora esse tema possa não parecer importante, mas ele define coisas fundamentais. Está havendo aqui interpretações divergentes a respeito deste tema: de um lado, alguns acham e entendem que os interesses nacionais estariam mais protegidos quanto maior fosse a faixa de fronteira, e cito inclusive a questão mineral, chamando a atenção do art. 198. Quero deixar claro que o art. 198 já garante que a concessão de exploração mineral está definida em todo o território nacional para empresa nacional não apenas na faixa de fronteira. É o que diz o art. 198.

O Constituinte Severo Gomes faz uma ponderação – e chamo atenção de V. Ex.<sup>as</sup> – da maior importância: nunca se conseguiu neste País demarcar as terras indígenas de fronteira, há uma verdadeira objeção a esse tipo de coisa. A FUNAI nunca conseguiu demarcar as faixas indígenas de fronteira.

Se nós deixarmos a faixa de 150 km, criaremos, manteremos o problema, continuará o domínio absoluto da União nessa faixa de fronteira de 150 km, além de prevalecer a atual situação de indefinição de propriedade das terras indígenas nessa faixa de fronteira. Este é um aspecto.

O outro aspecto que me fez apresentar esta emenda é o seguinte: a União, através do Presidente Geisel, em 1971, baixou o Decreto-Lei nº 1.161 e através desta a União se apossou praticamente de todas as terras da Amazônia, tomou conta, se apoderou, passou a administrar as terras da Amazônia. E é o que a União vai fazer nesta faixa de 150 km, ela vai administrar, ela vai gerir, ela vai comandar tudo o que vai ser feito nesta faixa de 150 km.

Esta foi a razão que me fez pensar em não deixar acontecer um novo Decreto-Lei nº 1.161, que, inclusive, esta Constituição está revogando nas suas Disposições Transitórias. Como vou permitir agora um novo 116 na faixa de 159 km que já está na lei? Pretendo reduzir isto, mas já está se chegando a um consenso, em condições especiais, de se colocar na lei, através da Emenda do Constituinte Giovanni Masini, de se manter os 150 km, mas se colocar até 150 km. E a lei complementar definiria Estado por Estado, quanto seria essa faixa de fronteira nas condições especiais para cada local.

Em virtude desse entendimento e da dificuldade, inclusive, das interpretações que estava havendo em todos os setores, aqui, retiro a minha emenda em favor da Emenda do Constituinte Masini, mantendo a expressão "até 150 km".

**Destaque nº 007796-87 – Emenda nº ES-31654-1, do Sr. Giovanni Masini, "que modifica a redação do § 3º do artigo 30, do Substitutivo nº 1 (art. 19, § 2º, do Substitutivo nº 2)". (213ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Aceito a retirada e passo imediatamente à votação da Emenda de nº 7.796 do Constituinte Giovanni Masini. A emenda diz o seguinte:

§ 3º – A faixa interna de até 150 km de largura ao longo das fronteiras, designada como faixa de fronteira, é considerada fundamental para a defesa do território nacional e sua ocupação e utilização serão regulamentadas em lei complementar.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LUIZ MAIA:** – Peço a palavra, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Tem a palavra V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LUIZ MAIA:** – Parece-me que já foi firmada uma posição aqui pela Mesa de que estas matérias, que são correlatas e objeto de um acordo, não teriam encaminhamento, no sentido de que adiantássemos mais com os trabalhos. Não quero cassar a palavra do meu querido amigo Masini em quem vou votar, mas acho que ganharíamos tempo.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Nobre Constituinte, se depender simplesmente da minha vontade, a opinião de V. Ex.<sup>a</sup> é acatada imediatamente e acho que o Brasil inteiro agradece.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LUIZ MAIA:** – Sr. Presidente, não é opinião minha, é da Mesa; a Mesa foi quem firmou essa posição.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Acho a posição mais do que correta e acredito que o Brasil inteiro, que espera de nós uma Constituição e não discussões pormenorizadas da mesma coisa, a todo instante, ficará agradecido.

Sendo assim, pergunto ao Constituinte Giovanni Masini se deseja fazer uso da palavra. Parece que a emenda de V. Ex.<sup>a</sup> está prestes a ser consagrada.

V. Ex.<sup>a</sup> tem todo o direito, fará uso da palavra, se assim o desejar.

**O SR. CONSTITUINTE GIOVANNI MASINI:** – Tendo em vista o acordo estabelecido pelas lideranças, dispense a defesa, não haveria melhor defesa do que aquela elaborada pelo consenso da liderança desta Comissão de Sistematização.

Agradeço a oportunidade. **(Muito bem! Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Em votação.

Peço aos Srs. Constituintes tomem seus lugares. Peço aos Srs. Membros da Comissão de Sistematização que registrem seus números de código.

Os que estiverem de acordo com a emenda do Constituinte Giovanni Masini dirão SIM.

**(Procede-se à votação)**

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Almir Gabriel, Antônio Britto, Bernardo Cabral, Carlos Sant'Anna, Cristina Ta-

vares, Egídio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Henrique Cardoso, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, João Calmon, João Herrmann Neto, José Fogaça, José Geraldo, José Ignácio Ferreira, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nelson Friedrich, Nilson Gibson, Paulo Ramos, Raimundo Bezerra, Severo Gomes, Sigmaringa Seixos, Virgildásio de Senna, Wilson Martins, Rose de Freitas, Marcos Lima, José Tavares, José Costa, Miro Teixeira, Vilson Souza, Vicente Bogo, Octávio Elísio, Euclides Scalco, Albano Franco, Aloysio Chaves, Carlos Chiarelli, Christóvam Chiaradia, Edme Tavares, Eraldo Tinoco, Inocêncio Oliveira, José Jorge, José Lins, José Santana de Vasconcellos, Luis Eduardo, Oscar Corrêa, Osvaldo Coelho, Paulo Pimentel, Ricardo Fiúza, Sandra Cavalcanti, Enoc Vieira, Jonas Pinheiro, Valmir Campelo, Gilson Machado, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Gerson Pores, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia, Virgílio Távora, Francisco Rossi, Gastone Righi, Ottomar Pinto, Plínio Arruda Sampaio, José Genoíno, Adolfo Oliveira, Roberto Balestra, Aldo Arantes e Beth Azize. Votaram NÃO os Senhores Constituintes: Artur da Távola, Carlos Mosconi, Celso Dourado, José Richa, Oswaldo Lima Filho, Rodrigues Palma, Brandão Monteiro, José Maurício e Lysâneas Maciel.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 71 Constituintes; votaram NÃO 9 Constituintes. Total: 80 votos. O destaque foi **aprovado**.

Passemos agora ao Destaque de nº 4081, aditivo ao artigo, do Constituinte José Lourenço. **(Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup> não está presente.

Prejudicado.

Destaque do Sr. Constituinte Virgildásio de Senna, de nº 5332.

Retirado. **(Palmas)**

Passamos, portanto, ao art. 20.

O primeiro destaque, de nº 6349, do Constituinte Bonifácio de Andrada, é supressivo.

V. Ex.<sup>a</sup> mantém o destaque? **(Pausa)** É um destaque supressivo do art. 20, que diz:

"Compete à União:

I – manter relações com Estados estrangeiros e participar de organizações internacionais;

II – declarar a guerra e celebrar a paz;

III – assegurar a defesa nacional;

IV – permitir, nos casos previstos em lei complementar, que forças estrangeiras..."

**O SR. CONSTITUINTE BONIFÁCIO DE ANDRADA:** – Retiro o destaque. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – S. Ex.<sup>a</sup> retirou. **(Palmas)**

Vamos, então, às emendas do art. 20. São todas aditivas. A primeira é do Constituinte José Geraldo, de nº 3030. Ele se encontra presente.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GERALDO:** – Retiro.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – V. Ex.<sup>a</sup> retirou? Que maravilha! Foi retirado o destaque.

Do Sr. Constituinte João Paulo, de nº 2172. **(Pausa)** Aditiva. Não está presente o autor.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Sr. Presidente, e as emendas aos incisos do art. 20, modificativas?

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Vêm posteriormente.

V. Ex.<sup>a</sup> tem algum caso específico?

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Não, Sr. Presidente. É porque a lógica e a norma têm sido a seguinte: vota-se o artigo e todos os seus incisos. O aditivo é depois de votar os incisos.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – É porque não existe emendas.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Tem, Sr. Presidente. Inclusive eu tenho uma preferência para votar inciso XV do art. 20.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – V. Ex.<sup>a</sup> me perdoará, porque tenho que ser informado pela Mesa.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – É o Destaque de nº 528, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – V. Ex.<sup>a</sup>, provavelmente, terá razão. Tenho que esperar a Mesa me informar. **(Pausa)**

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Tenho razão, Sr. Presidente!

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Tem razão V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE ALDO ARANTES:** – Sr. Presidente, também tenho um requerimento de preferência para o inciso IV do art. 20.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Pois não! Houve, aqui, um equívoco da Mesa, que já está sendo corrigido.

Há uma emenda supressiva ao inciso I, do Constituinte Ivo Vanderlinde. Está presente? **(Pausa)** Não estando, Destaque nº 8285 foi prejudicado.

Passemos, então, ao inciso II. É isso. É do Constituinte Ivo Vanderlinde. Não está presente. Prejudicado o Destaque nº 8828.

Passemos ao inciso III, do Constituinte Ivo Vanderlinde. É supressiva a emenda, que fica prejudicada pela ausência, é a de nº 8285.

Passemos ao inciso IV.

Existe um pedido de preferência, assinado pelo Constituinte Haroldo Lima, do Destaque nº 847. É sobre uma emenda do Constituinte Eduardo Bonfim, que diz o seguinte:

"Suprima-se do art. 31 do Substitutivo I, do Relator, o inciso IV."

É, portanto, um pedido de preferência para suprimir o inciso IV.

O inciso IV diz:

"Permitir, nos casos previstos em lei complementar, que forças estrangeiras transitem pelo Território Nacional ou nele permaneçam temporariamente."

Em votação o pedido de preferência.

Os Srs. Constituintes que estiverem de acordo permaneçam sentados. **(Pausa)**

Aprovado.

**Destaque nº 0847-87, do Sr. Constituinte Haroldo Lima – Emenda nº ES-27322-1, do Sr. Eduardo Bonfim, "que suprime o inciso IV, do art. 31, do Substitutivo nº 1, (art. 20, inciso IV, do Substitutivo nº 2)".**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Existe uma indicação aqui, para que o Constituinte Aldo Arantes faça a defesa.

**O SR. CONSTITUINTE ALDO ARANTES:** — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a emenda supressiva visa retirar o inciso IV do art. 20 do Substitutivo 2, que diz:

"... permitir, nos casos previstos em lei complementar, que forças estrangeiras transitem pelo Território Nacional ou nele permaneçam temporariamente;"

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o Brasil é um País que tem uma tradição pacifista. E na nossa opinião, nós não deveríamos incorporar no texto constitucional a possibilidade de que tropas estrangeiras transitem pelo Território Nacional. Gostaria de chamar a atenção que, na Subcomissão que se tratou desse assunto, quando se levantou essa alternativa, se ressaltava pelo menos que essas tropas fossem comandadas por oficiais brasileiros, coisa que não está no texto. E a própria tradição das Constituições brasileiras submete a uma apreciação do Congresso Nacional.

No nosso entender, na opinião do Partido Comunista do Brasil nós não deveríamos abrir essa porta para que tropas estrangeiras ocupassem ou transitassem em nosso território. Somos um País de tradição pacifista, a história política do nosso País não envolve problemas dessa natureza e, sobretudo, quando essa questão não fica sequer submetida a uma decisão do Congresso Nacional. A nossa opinião, portanto, é de que esse inciso deve ser suprimido e que se deve estabelecer que tropa estrangeira não transite no território nacional. É claro que se poderia estabelecer uma norma de que o Congresso Nacional decidisse, e, nesta questão, nós poderemos discutir no momento em que formos discutir as atribuições do Congresso Nacional. Então, o Congresso Nacional, em situações específicas, muito claras e determinadas poderá, ele sim, o Congresso Nacional, decidir sobre problema dessa natureza.

**O SR. CONSTITUINTE RICARDO FIÚZA:** — Sr. Presidente, peço a palavra para falar contra.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** — Tem a palavra o nobre Constituinte Ricardo Fiúza, para falar contra.

**O SR. CONSTITUINTE RICARDO FIÚZA:** — Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

O texto do eminente Relator Bernardo Cabral, no art. 20, § 4º, "permitir, nos casos previstos em lei complementar, forças estrangeiras transitarem pelo território nacional ou nele permanecerem temporariamente", é absolutamente adequado ao Direito Internacional moderno. Suprimindo-o, Sr. Presidente, nós cairíamos naquela teoria dos poderes reservados. Se é suprimido, caberia, então, aos Estados, cada um decidir por si a autorização ou não. Além do mais, Sr. Presidente, é normal na comunidade das nações, em tempo de paz, o trânsito ou mesmo a permanência temporária de forças militares estrangeiras em Território Nacional, para visitas ou escalas operacionais, navios e aeronaves militares e, etc.

No caso específico do Brasil, em face da extensa fronteira terrestre e marítima, pode-se considerar como fato rotineiro o trânsito e a eventual permanência temporária de forças estrangeiras em território nacional, em tempo de paz.

Pode-se, por exemplo, citar a existência de determinados destacamentos militares de fronteiras, paraguaios e bolivianos, próximos ao nosso correspondente, cujo acesso só é realizável através de rodovias brasileiras. Muitas vezes ocorre que nossas aeronaves militares são obrigadas a utilizar outros aeroportos. Portanto, Sr. Presidente, já que lei complementar estabelecerá os casos e as condições para esse trânsito e essa permanência, simplificamos os procedimentos de rotina e, relevados os casos de guerra e de outros, como autorização expressa em caso de guerra, ficou clara a autorização expressa do Congresso.

Assim, não há, Sr. Presidente, a menor lógica em não ser mantido o texto do Relator Bernardo Cabral.

Por essa razão, somos contra a emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** — Concedo a palavra ao nobre Relator Bernardo Cabral.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** — Sr. Presidente e Srs. Constituintes, em primeiro lugar, tenho algumas respostas a dar ao eminente Constituinte Aldo Arantes.

Primeiro, S. Ex.<sup>a</sup> declarou que não era da tradição do Direito Constitucional. É o seu primeiro equívoco, porque a Constituição de 46, no art. 5º, inciso V, declara textualmente "permitir que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou, por motivo de guerra, nele permaneçam temporariamente". Não falava em lei complementar porque, àquela altura, não existia.

O segundo equívoco: S. Ex.<sup>a</sup> declara que o Congresso foi retirado disto, quando não é verdade. Veja V Ex.<sup>a</sup> que o art. 91 do Substitutivo, no inciso XXIII, declara: "Permitir, com a autorização do Congresso Nacional, ressalvados os casos previstos em lei complementar, que forças estrangeiras aliadas transitem pelo território nacional ou nele permaneçam temporariamente."

O texto é rigorosamente enxuto, constitucional e, por isso, e por consequência disso, lamentavelmente terei que votar contra a emenda do eminente Constituinte Aldo Arantes.

**O SR. CONSTITUINTE ALDO ARANTES:** — Sr. Presidente, solicito um esclarecimento do Sr. Relator: na hipótese de aprovação da emenda e suprimido o artigo, não cairia esta competência na mão dos Governadores dos Estados, face a autoria dos direitos reservados, prevista no § 1º do art. 27?

**O SR. CONSTITUINTE BERNARDO CABRAL:** — Pior! Seria muito pior se caísse.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** — Pergunto ao Constituinte Aldo Arantes se, diante das explicações, ele deseja manter a emenda. **(Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup> a retira.

Emenda supressiva do Constituinte Jamil Haddad.

**(Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup> não está presente.

Prejudicada.

Do Constituinte Haroldo Sabóia, emenda supressiva, Destaque nº 8162. **(Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup> está ausente.

Prejudicada.

Do Constituinte Ivo Vanderlinde, Emenda nº 8235, supressiva. **(Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup> está ausente.

Prejudicada.

**Destaque nº 000740-87 – Emenda nº ES-34458-7, do Sr. Sigmaringa Seixas, "que modifica o inciso IV do art. 31 do Substitutivo nº 1 (art. 20, inciso IV, do Substitutivo nº 2)". (214ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** — Do Constituinte Sigmaringa Seixas, Emenda nº 740, substitutiva.

Com a palavra o nobre Constituinte Sigmaringa Seixas.

**O SR. CONSTITUINTE SIGMARINGA SEIXAS:** — Sr. Presidente e Srs. Constituintes, a emenda visa dar nova redação ao texto do inciso IV do art. 20, ou o acréscimo das seguintes expressões:

"Sob o comando de autoridades brasileiras, vedada a concessão de bases militares."

A origem histórica desta norma remonta ao século passado e, muito provavelmente, a sua motivação estará na intenção de D. Pedro em permitir que tropas europeias, sobretudo inglesas e portuguesas, se deslocassem pelo território brasileiro a caminho do Prata, ou mesmo que aqui permanecessem, incorporadas ao Exército brasileiro, como era comum na época. Prova inequívoca disso é que a primeira previsão constitucional nesse sentido se encontra exatamente na Carta Imperial de 1824. De lá para cá, a norma foi reproduzida em todos os textos constitucionais, numa repetição absolutamente a crítica, sem qualquer razão que a justificasse. O ideal, talvez, seria que ela fosse suprimida do texto constitucional, mas, como isso não é possível, vamos, pelo menos, limitar o alcance da norma, de forma a preservar plenamente a própria soberania nacional.

Muito obrigado. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Não havendo nenhum Constituinte inscrito para falar, concedo a palavra ao Relator Bernardo Cabral.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente e Srs. Constituintes, sabem todos a expressão de admiração que tenho pelo eminente Constituinte Sigmaringa Seixas. Mas, S. Ex.<sup>a</sup> deixa de reconhecer que nós estamos tentando realizar um trabalho constitucional que dure anos. Na hora em que se vota a concessão de bases militares, S. Ex.<sup>a</sup> está esquecendo a Segunda Guerra Mundial, da nossa base aqui em Natal, que foi um empecilho ao nazi-fascismo tomar conta do nosso País. Por isso é que a lei complementar – e só por isso – está sendo incluída neste texto. Nós não podemos pôr uma barreira tão séria, tão forte, tão inoportuna, tão desconexa no texto constitucional.

Eu sou forçado a usar da palavra para me pôr contrário e me opor à emenda do eminente Constituinte Sigmaringa Seixas.

Para finalizar, este Congresso não pode ser nem traidor nem entreguista, porque é a ele que vai competir a concessão.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– O Constituinte Sigmaringa Seixas mantém a emenda.  
Em votação.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Cristina Tavares, Haroldo Sabóia, Nelson Carneiro, Nelson Friedrich, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Sigmaringa Seixas, Virgildásio de Senna, Rose de Freitas, Antonio Mariz, Miro Teixeira, Nelson Wedekin, Vilson Souza, Vicente Bogo, Octávio Elísio, José Tinoco, José Maurício, Lysâneas Maciel, Bocayuva Cunha, Francisco Rossi, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Aldo Arantes, Roberto Freire e Beth Azize. Votaram **NÃO** os Senhores Constituintes: Almir Gabriel, Antônio Britto, Bernardo Cabral, Carlos Sant'Anna, Celso Dourado, Egidio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Henrique Cardoso, João Calmon, João Herrmann Neto, José Fogaça, José Geraldo, José Ignácio Ferreira, Milton Reis, Nilson Gibson, Raimundo Bezerra, Rodrigues Palma, Wilson Martins, Roberto Brant, Marcos Lima, José Tavares, Israel Pinheiro, Alcení Guerra, Aloysio Chaves, Christóvam Chiaradia, Edme Tavares, Eraldo Tinoco, Inocêncio Oliveira, José Jorge, José Lins, José Santana de Vasconcellos, Luís Eduardo, Oscar Corrêa, Paulo Pimentel, Ricardo Fiuza, Sandra Cavalcanti, Enoc Vieira, Jonas Pinheiro, Gilson Machado, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Gerson Peres, Jarbas Passarinho, Virgílio Távora, Adylson Motta, Gastone Righi, Ottomar Pinto, Adolfo Oliveira, Roberto Balestra.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 27 Cons-

tituintes; votaram NÃO 49 Constituintes. Total: 76 votos. O Destaque foi **rejeitado**.

**O SR. CONSTITUINTE FRANCISCO ROSSI:** – Sr. Presidente, embora já tenha sido declarado o resultado, eu gostaria de dizer que tenho certeza absoluta de que apertei o botão correspondente a NÃO e o painel registrou SIM. Tenho certeza absoluta de que votei NÃO – repito – e votei com convicção. Eu pediria a V. Ex.<sup>a</sup> que permitisse a retificação do voto.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Será retificado na ata.

Destaque nº 1656, do Constituinte Délio Braz. (Pausa)

S. Ex.<sup>a</sup> está ausente.

Fica prejudicado o destaque.

Perdão. Eu não anunciei que o destaque do Constituinte Sigmaringa Seixas foi rejeitado.

Destaque nº 3660, do Constituinte Oswaldo Lima Filho.

É uma emenda substitutiva.

Considero que a emenda de V. Ex.<sup>a</sup>, nobre Constituinte, está prejudicada pela votação já ocorrida. Concederei a palavra a V. Ex.<sup>a</sup>, assim que terminar a leitura da emenda.

"Permitir, nos casos previstos em lei complementar, que forças estrangeiras, sob o comando de brasileiros, transitem pelo território nacional ou nele permaneçam temporariamente."

Está prejudicada.

**O SR. CONSTITUINTE OSWALDO LIMA FILHO:** –

Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Pois não, nobre Constituinte, concedo a palavra a V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE OSWALDO LIMA FILHO:** –

Peço a atenção da Mesa e solicito a V. Ex.<sup>a</sup> que leia, com a exatidão que talvez o tempo não tenha permitido, a emenda anterior rejeitada. A emenda anterior fala na vedação de bases estrangeiras no País, o que a minha emenda não trata.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– É verdade, mas a emenda anterior trata de tudo o que a emenda de V. Ex.<sup>a</sup> trata e mais alguma coisa. Ela diz o seguinte:

"Permitir, nos casos previstos em lei complementar, que forças estrangeiras aliadas transitem em território nacional ou nele permaneçam temporariamente, sob o comando de autoridades brasileiras."

**O SR. CONSTITUINTE OSWALDO LIMA FILHO:**

– Mas a Emenda nº 33639 não trata da vedação de bases; conseqüentemente, não é tão abrangente quanto a outra.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– V. Ex.<sup>a</sup> me perdoará, ela não é tão abrangente, mas a rejeição foi global. Não tenho como colocar em votação a emenda de V. Ex.<sup>a</sup>.

Está prejudicada.

**O SR. CONSTITUINTE OSWALDO LIMA FILHO:** –

Quero aqui, Sr. Presidente, então, aproveitar essa questão de ordem para registrar o meu protesto, porque a Assembléia Nacional Constituinte, pela sua Comissão e pelo seu Relator admite forças estrangeiras em território nacional, ob o comando de estrangeiros. É uma vergonha para este País.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Registrado o protesto de V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Peço a palavra, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Concedo a palavra a V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – O Constituinte Oswaldo Lima Filho acaba de fazer uma acusação grave a esta Comissão. Primeiro, porque acaba de desconhecer o que o nobre Constituinte Vilson Souza havia me falado, ainda há pouco – e eu concordara com S. Ex.<sup>a</sup> exatamente, porque era a única emenda que dizia, "sob o comando de autoridade brasileira". Veja V. Ex.<sup>a</sup> como a pressa não só é inimiga da perfeição como é capaz de fazer este tipo de acusação que não honra, porque não é da tonalidade do eminente...

**O SR. CONSTITUINTE OSWALDO LIMA FILHO:** – Mas a emenda foi recusada agora.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Não foi votada ainda, Excelência.

**O SR. CONSTITUINTE OSWALDO LIMA FILHO:** – Mas, então é outra igual e eu não sei por que a diferença de critérios.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Perdão, eu não tenho como colocar em votação a outra emenda, porque é igual. Ai eu votaria a emenda do Constituinte Oswaldo Lima Filho. Ela repete, vamos em frente. Destaque nº 4994, do Constituinte Jamil Haddad.

**(Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup> está ausente.

Fica prejudicado.

**Destaque nº 001018-87 – Emenda nº ES-23188-0, do Sr. Vilson Souza, "que adita a expressão "sob o comando de autoridades brasileiras" ao inciso IV do art. 31 do Substitutivo nº 1 (art. 20, IV, do Substitutivo nº 2)". (215ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Aqui está o Destaque nº 1018, do Constituinte Vilson Souza, que, no meu entender, está prejudicado por ser igual. A emenda do Constituinte Sigmaringa Seixas dizia:

"Sob o comando de autoridades brasileiras." E acrescentava...

Está prejudicada. O Relator terá oportunidade de corrigir o texto no Plenário da Assembléia Nacional Constituinte.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Acolho o texto de V. Ex.<sup>a</sup> no Plenário da Assembléia Nacional Constituinte.

**O SR. CONSTITUINTE VILSON SOUZA:** – Sr. Presidente, a emenda é menos abrangente.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Exatamente, ela é menos abrangente.

**O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO BRITTO:** – Sr. Presidente, pela ordem. Eu me confesso um pouco confuso e com dificuldades de entender. Até há algum tempo eu entendia que se um texto é posto em votação e esse texto é rejeitado e depois se pretende colocar em votação alguma coisa que, literalmente e igualmente, estava contida no texto rejeitado, é óbvio que estará rejeitada. Sem querer entrar no mérito da questão, acho, Sr. Presidente – e me perdoe –, que temos perdido muito tempo para discutir uma questão que, no fundo, é uma questão de matemática. Ela é igual e está contida naquilo que, sendo igual e ainda mais amplo, foi rejeitado.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – V. Ex.<sup>a</sup> acabou de expressar um teorema da Teoria dos Conjuntos, aprovado pela Matemática, segundo aqui aponta o nobre Constituinte.

**O SR. CONSTITUINTE VILSON SOUZA:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Pois não.

**O SR. CONSTITUINTE VILSON SOUZA:** – Essa emenda aqui é mais abrangente do que a do Constituinte Sigmaringa Seixas, porque a emenda do Constituinte Sigmaringa Seixas restringe o poder da União, uma vez que estabelece a vedação à concessão de bases e essa não estabelece. O Plenário da Sistematização não votou sobre essa emenda, que é só sob o comando de autoridades brasileiras. Inclusive, Sr. Presidente, há manifestação de acordo do Sr. Relator com relação à emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – O Relator poderia ter feito a ressalva anteriormente, e quem sabe isso até condicionasse o voto de muitos Constituintes na emenda anterior. O Relator terá modo de corrigir isso no Plenário, mas se não seguirmos uma norma não tenho condições...

**A SRA. CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES:** – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Pois não.

**A SRA. CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES:** – Permita-me manifestar a minha inconformidade.

O Constituinte Sigmaringa Seixas, além de pedir que forças estrangeiras estivessem sob o comando de autoridades brasileiras, vedava a concessão de bases militares. Por causa disto muitas pessoas não votaram a emenda do Constituinte Sigmaringa Seixas. Mas se neste momento estamos apenas pedindo que o comando seja de autoridades brasileiras sem vedar a concessão de bases militares, acredito que a proposição é radicalmente diferente e diferenciada.

Peço a atenção de V. Ex.<sup>a</sup> para esta diferença, que é muito importante, neste momento, em face da votação. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Quero dizer a V. Ex.<sup>as</sup> que tenho, em seguida, uma outra emenda, do Constituinte Roberto Freire, que diz: "vedada a concessão de bases militares". Pelo mesmo raciocínio deveríamos também votá-la, não há fim nesse processo.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – Se V. Ex.<sup>a</sup> me permite. **(Assentimento do Sr. Presidente)**

A Comissão de Sistematização, ao votar, foi contrária ao conjunto, não a uma parcela. É óbvio que foi contrária em função da parcela ligada "à concessão de bases militares". É claro que se o Constituinte Roberto Freire, assim como o Constituinte Vilson Souza, pretenderem preservar a emenda, estas devem ser votadas, porque a Comissão votou um conjunto não uma parte.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Se V. Ex.<sup>as</sup> me permitem: se fosse para votar alguma emenda teria sido a do Constituinte Oswaldo Lima Filho, e o Plenário concordou com a prejudicialidade. Considero prejudicada.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – Sr. Presidente, quero explicar que...

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Se fosse possível votar as emendas de V. Ex.<sup>a</sup>, eu votaria a favor, mas está prejudicada.

Passemos a outra emenda.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – Sr. Presidente, pela ordem, só para uma explicação.

Com relação à emenda do Constituinte Oswaldo Lima Filho, já em outras oportunidades o mesmo fato aqui aconteceu, que o Constituinte ao invés de apresentar uma emenda como aditiva, apresenta-a com o título de substitutiva porque repete toda a parcela do texto e acrescenta



com o nome de substitutiva, quando, na verdade, a emenda está classificada como substitutiva e é aditiva; simplesmente o Constituinte em vez de apresentar a adição de um texto pequeno, repete toda a emenda e acrescenta, somente isso.

Então, é preciso que V. Ex.<sup>a</sup> verifique que, se porventura este raciocínio é correto, devemos votar a emenda do Constituinte Oswaldo Lima Filho e não deixar de votar toda a emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Foi o que acabei de dizer e já foi prejudicada.

Com a palavra o Constituinte Inocêncio Oliveira.

**O SR. CONSTITUINTE INOCÊNCIO OLIVEIRA:** – Meu caro Presidente, com todo o respeito que V. Ex.<sup>a</sup> merece, com todas as decisões sábias e corretas, creio que neste caso a emenda do ilustre Constituinte Vilson Souza deveria ser votada, principalmente porque é uma emenda aditiva, só faz acrescentar "sob o comando de autoridade brasileira" e nada mais.

Então, requeiro a V. Ex.<sup>a</sup> que, honestamente, com todas as decisões sábias de V. Ex.<sup>a</sup>, se vote a emenda do nobre Constituinte Vilson Souza.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Peço que o Relator opine sobre a matéria, dado que encaminhou favoravelmente.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, devo confessar, em primeiro lugar, que não havia percebido quando V. Ex.<sup>a</sup> tinha julgado prejudicada a emenda do Constituinte Oswaldo Lima Filho e aí V. Ex.<sup>a</sup> tem razão. Mas, já opinei favoravelmente e, no meu entendimento, acho que se pode votar a Emenda Vilson Souza, porque ela completa, complementa, compõe com o inciso que aqui está colocado. E, ao que parece, é o desejo de todos os Constituintes que fique "sob autoridades brasileiras", e aí o que pretendia no cerne de sua emenda, o eminente Constituinte Oswaldo Lima Filho, acaba também sendo aproveitado, Sr. Presidente. Não haverá mais a reclamação de que V. Ex.<sup>a</sup> tenha sido ditatorial quanto ao segundo ponto.

Acho que V. Ex.<sup>a</sup> poderia deferir, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Srs. Constituintes, darei uma interpretação lata e direi que esta emenda é aditiva. Terei feito uma injustiça eventual ao Constituinte Oswaldo Lima Filho, que, entretanto, ficará atendido na substância se conseguir aprovar.

Vamos colocar em votação a emenda aditiva do Constituinte Vilson Souza.

**O SR. ANTÔNIO BRITTO:** – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Pois não, Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO BRITTO:** – Tomaria a liberdade, respeitosamente, de sugerir à Mesa que em uma de suas próximas reuniões, se possível na próxima chegasse ao entendimento definitivo sobre dois pontos: o primeiro, a forma correta de colocação em votação desse tipo de emenda, porque pela enésima vez votamos o todo, rejeitamos e depois vamos votar a parte, isto tem nos roubado um tempo muito grande. Em segundo lugar, Sr. Presidente, uma definição sobre essa outra questão, de emendas que substitutivas passam a aditivas; não estou discutindo o mérito, mas acho que estamos, a cada sessão, voltando à mesma questão.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Constituinte Vilson Souza, pergunto a V. Ex.<sup>a</sup> se abriria mão de fazer a defesa.

**O SR. CONSTITUINTE VILSON SOUZA:** – Sim, Sr. Presidente, abro mão de fazer a defesa.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Em votação. **(Pausa)**

Destaque de nº 1018, que acrescenta ao inciso IV do art. 31 a expressão "sob comando de autoridade brasileira".

A formulação fica da seguinte maneira:

"Permitir, nos casos previstos em lei complementar, que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou nele permaneçam temporariamente sob o comando de autoridade brasileira."

Peço a V. Ex.<sup>as</sup> que tomem seus lugares, registrem seus códigos, votem SIM, NÃO ou ABSTENÇÃO.

Tendo marcado a opção de votos, peço a V. Ex.<sup>as</sup> que pressionem o botão negro e girem a chave sob a mesa e mantenham pressionado até que a luz verde se apague.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Votaram 49 Constituintes.

39 SIM, 9 NÃO e uma ABSTENÇÃO.

Solicito ao Sr. Secretário que complemente a votação.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Vamos colher os votos dos Constituintes que não foram registrados no painel. **(Pausa)**

**(Procede-se à votação)**

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Almir Gabriel Antônio Britto, Bernardo Cabral, Carlos Mosconi, Celso Dourado, Cristina Tavares, Egídio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Henrique Cardoso, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, João Herrmann Neto, José Fogaça, Nelson Carneiro, Nilson Gibson, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Raimundo Bezerra, Rodrigues Palma, Sigmaringa Seixas, Virgildásio de Senna, Wilson Martins, Rose de Freitas, José Tavares, Antonio Mariz, Nelson Wedekin, Vilson Souza, Vicente Bogo, Octávio Elísio, Alcení Guerra, Edme Tavares, Eraldo Tinoco, Inocêncio Oliveira, José Jorge, José Santana de Vasconcellos, Paulo Pimentel, José Tinoco, Jonas Pinheiro, Antônio Carlos Konder Reis, Jarbas Passarinho, Virgílio Távora, Bonifácio de Andrada, José Maurício, Lysâneas Maciel, Bocayuva Cunha, Francisco Rossi, Gastone Righi, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Aldo Arantes, Roberto Freire e Beth Azize. Votaram **NÃO** os Senhores Constituintes: Carlos Sant'Anna, José Geraldo, José Ulisses de Oliveira, Manoel Moreira, Milton Reis, Marcos Lima, José Lins, José Lourenço, Luís Eduardo, Oscar Corrêa, Osvaldo Coelho, Ricardo Fiuza, Enoc Vieira, Ottomar Pinto, Adolfo Oliveira, Siqueira Campos. **ABSTENÇÃO** dos Senhores Constituintes Darcy Pozza e Gerson Pares.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 54 Constituintes; votaram NÃO 16 Constituintes; ABSTIVERAM-SE de votar 2 Constituintes. Total: 72 votos. O Destaque foi **aprovado**.

Queria anunciar a presença do Governador de Mato Grosso, Marcelo Miranda, que honra a Comissão de Sistematização.

Continuando, por isonomia, ponho em votação do Destaque do Constituinte Roberto Freire, de nº 3548. Pergunto se S. Ex.<sup>a</sup> o mantém.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Sr. Presidente, em função da votação da Emenda do Constituinte Sigmaringa Seixas, ficou evidenciado que o que a Casa rejeitou foi à vedação da concessão de bases militares e aprovou a questão do comando da autoridade brasileira. É evidente que, por conta disso, retiro a emenda. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Louvo o espírito claro de V. Ex.<sup>a</sup> e o esforço construtivo de retirar a emenda.

Passamos ao inciso V.

Destaque do Constituinte Ivo Vanderlinde.

**(Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup> não está presente.

Prejudicado.

Destaque da Constituinte Anna Maria Rattes, de nº

6115. **(Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup> não está presente.

Prejudicado.

Destaque do Constituinte José Genoíno, de nº 410.

**(Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup> está presente. Diz respeito ao inciso V, a suprimir a expressão "estado de defesa".

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Sr. Presidente, a questão do estado de defesa está no título V. Defendo a supressão, mas vou defender no título V, portanto, retiro o destaque.

**(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Muito obrigado a V. Ex.<sup>a</sup>.

Passamos ao inciso VI do Constituinte Sigmaringa Seixas de nº 742. É uma emenda substitutiva. O inciso VI diz:

"Autorizar e fiscalizar o desenvolvimento e tecnologia militar, a produção e o comércio de material bélico de armas..."

**O SR. CONSTITUINTE SIGMARINGA SEIXAS:** – Retiro.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – S. Ex.<sup>a</sup> retirou. **(Palmas)**

Constituinte Eduardo Jorge. **(Pausa)**

Não está presente.

Prejudicado.

**Destaque nº 007173-87 – Emenda nº ES-21614-7, do Sr. Itamar Franco, "que modifica o inciso VI do art. 31 do Substitutivo nº 1 (art. 20, inciso VI, do Substitutivo nº 2)". (216ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Constituinte Senador Itamar Franco. Destaques nº 7173, Emenda nº ES-21614-7.

Há uma indicação do Constituinte Itamar Franco ao Constituinte Jamil Haddad que também não está presente.

Há uma outra autorização dada ao Constituinte Nelson Wedekin.

Com a palavra, portanto, o nobre Constituinte Nelson Wedekin.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON WEDEKIN:** – Sr. Presidente, Srs. e Sras. Constituintes:

Solicita-me o nobre Constituinte Itamar Franco que faça a defesa da emenda que apresenta ao inciso VI do art. 20.

Além do que está exposto e escrito no Substitutivo segundo Relator Bernardo Cabral "autorizar a produção e o comércio de material bélico", acresce o Constituinte Itamar Franco na sua emenda o seguinte:

"... sendo que a sua exportação e reexportação, de qualquer espécie, fica sujeita à prévia autorização do Congresso Nacional."

Diz o Constituinte Itamar Franco na sua justificativa que o aspecto estritamente comercial da exportação de material bélico não deve ser o único a ser levado em conta; a venda a países estrangeiros de qualquer artefato que se destine a ter utilização militar tem graves conotações políticas. Os legítimos representantes do povo devem passar a ter decisiva participação em matéria tão grave e de intensa repercussão histórica.

Portanto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, deseja o Constituinte Itamar Franco que a exportação e a reexportação de qualquer espécie de material bélico fique sujeita à prévia autorização do Congresso Nacional.

O Brasil, nas suas relações externas, tem posições absolutamente claras em favor da autodeterminação dos povos e tem posições também muito claras, em favor da paz mundial. Mas há uma contradição entre esses discursos, entre as declarações e os votos formais do Brasil nas instituições internacionais como a ONU e a OEA. Há uma contradição entre o que é declaratório na intenção brasileira e a exportação e reexportação de armas para países que, muitas vezes, estão em conflito.

O que deseja o Constituinte Itamar Franco? Que essa exportação ou reexportação tenha uma passagem, tenha uma aprovação pelo Congresso Nacional. São dois aspectos da maior relevância. O Congresso Nacional tem ficado inibido na formulação da política externa. É bem verdade que o Itamaraty, que o Ministério das Relações Exteriores têm formulado, com muita competência, a política externa do nosso País. Mas, de certo modo, nós, Constituintes, o Congresso Nacional, não temos tido a posição, não temos tido a postura, não temos tido uma ação ativa, no sentido de ajudar a formular, também, essa política externa.

Portanto, essa emenda já tem esta conotação, já tem esta característica de uma participação mais ativa, mais profunda do Congresso Nacional na formulação da política externa. Este é um ponto. O outro, acho que o Congresso Nacional deve assumir esta responsabilidade de analisar, de examinar e, se for o caso, aprovar ou não um assunto de tamanha relevância, como é a exportação de material bélico de fabricação nacional.

Por essas razões, que são simples, lineares, que dizem respeito ao mais genuíno interesse nacional, que dizem respeito às melhores causas que o nosso País defende, declaratoriamente, nas instâncias e nos organismos internacionais, pela sua singeleza e pela sua clareza é que estamos, aqui, defendendo esta emenda do Constituinte Itamar Franco, em deferência a esse grande parlamentar que é, e sobretudo pelo mérito e pelo conteúdo desta emenda que acabamos de defender.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Tem a palavra o Constituinte Ottomar Pinto, para falar contra.

**O SR. CONSTITUINTE OTTOMAR PINTO:** – Sr. Presidente, Srs. Membros da Comissão de Sistematização, posicionamo-nos contrariamente à emenda, porque entendemos que ela representaria óbices ao desenvolvimento do mercado exportador e armamentos do Brasil. O Brasil precisa comercializar com todo mundo. Vamos colocar mais uma barreira neste processo que seria a intervenção do Congresso Nacional toda vez que o exportador quiser exportar armas. Como ficaria, por exemplo, a Embraer, na sua política agressiva de exportação de aviões? Como ficaria a indústria de míssil do Brasil? É claro que a União, de acordo com diretrizes, com orientações que ela recebe do Congresso, o Poder Executivo poderá definir parâmetros que devem ser observados por aqueles que produzem e exportam artefatos bélicos aqui no Brasil.

O que não se entende é que quando tiver que haver uma exportação o Congresso Nacional funcione como uma Cacex, para decidir quem deve exportar o quê. É criar, é dar um nó cego neste País, que precisa vender a Deus e ao mundo. De maneira que nós somos contra. Nós vemos aqui permissividade em muitas coisas. E num assunto como esse, que diz respeito, não somente ao fortalecimento do comércio externo brasileiro, mas também ao fornecimento da tecnologia nacional nesse mister, não vemos por que deva o Congresso interpor-se a esse processo, como se fosse mais um órgão burocrático a criar entraves ao mercado exportador nacional.

Peço aos Srs. Membros da Comissão de Sistematização que não criem mais esse óbice e votem desfavoravelmente a essa emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**  
– Tem a palavra o Sr. Relator.

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – A posição da Relatoria, do Relator Bernardo Cabral, é contrária a essa emenda. Em primeiro lugar, porque a emenda acrescenta o conceito de reexportação, que torna bastante crítica e polêmica a questão da venda de armas para o exterior. Isto poderia trazer ao Brasil uma situação de submissão a potências estrangeiras mais poderosas que, hoje, exigem um controle de reexportação.

Por outro lado, é bom lembrar que a Constituição liberal-democrática de 1946 adotou o texto que, agora, o Substitutivo nº 2 reproduz inteira e igualmente. Dizia a Constituição de 1946, no seu art. 5º, inciso VI:

"Autorizar a produção e fiscalizar o comércio de material bélico."

Isto dá amplos e genéricos poderes à União, para exercer controle rigoroso sobre esta área. Ademais, é preciso que se tenha a clara noção de que, se toda a venda de armas do Brasil depender de uma prévia autorização do Congresso Nacional, nós estaremos, praticamente, inviabilizando esse tipo de comércio externo do Brasil, que representa a perda de divisas e o que significa, evidentemente, fazer a alegria dos nossos concorrentes.

Por outro lado, é de fundamental importância lembrar que tem sido uma exigência do Departamento de Estado norte-americano que o Brasil restrinja o seu comércio de material bélico. O Departamento de Estado norte-americano tem pressionado os países, com os quais mantém relações, para que restrinjam a exportação e a reexportação. Portanto, obviamente, por todos os argumentos que aqui foram expendidos, a Relatoria fica com o texto e rejeita, é contrária à emenda do nobre Constituinte Itamar Franco.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**  
– Em votação.

Peço aos Srs. Constituintes que tomem os seus lugares.

Peço, especialmente, aos titulares da Comissão de Sistematização que tomem seus assentos; registrem os seus números de código e registrem sua opção de voto. Feito isso, pressionem o botão negro e girem a chave sobre a mesa, até que a luz verde se apague.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Celso Dourado, Cristina Tavares, Paulo Ramos, José Tavares, Nelson Wedekin, Vilson Souza, Vicente Bogo, Bocayuva Cunha, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Roberto Freire e Beth Azize. Votaram **NÃO** os Senhores Constituintes: Almir Gabriel, Antônio Britto, Bernardo Cabral, Carlos Mosconi, Carlos Sant'Anna, Cid Carvalho, Egídio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Henrique Cardoso, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, João Herrmann Neto, José Fogaça, José Geraldo, José Serra, José Ulisses de Oliveira, Manoel Moreira, Milton Reis, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nilson Gibson, Raimundo Bezerra, Rodrigues Palma, Virgildásio de Senna, Marcos Lima, Antonio Mariz, Israel Pinheiro, Miro Teixeira, Octávio Elísio, Euclides Scalco, Alcení Guerra, Arnaldo Prieto, Carlos Chiarelli, Christóvam Chiaradia, Edme Tavares, Eraldo Tinoco, Inocêncio Oliveira, José Lins, José Lourenço, José Santana de Vasconcellos, Luís Eduardo, Oscar Corrêa, Osvaldo Coelho, Paulo Pimentel, Ricardo Fiúza, Sandra Cavalcanti, Enoc Vieira, José Tinoco, Paes Landim, Jonas Pinheiro, Valmir Campelo, Antônio Carlos Konder Reis,

Gerson Peres, Jarbas Passarinho, Virgílio Távora, Bonifácio de Andrada, Adylson Motta, Francisco Rossi, Gastone Righi, Ottomar Pinto, Adolfo Oliveira, Siqueira Campos. **ABSTENÇÃO** do Senhor Constituinte Aldo Arantes.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**  
– A Mesa vai proclamar o resultado: votaram **SIM** 14 Constituintes; votaram **NÃO** 62 Constituintes; **ABSTEVE-SE** de votar 1 Constituinte. Total 77 votos. O Destaque foi **rejeitado**.

**Destaque nº 0596-87 – Emenda nº ES-32380-6, do Sr. Brandão Monteiro, "que acrescenta ao inciso VI, do art. 31, do Substitutivo nº 1 as expressões "explosivos e substâncias tóxicas" (art. 20, inciso VI, do Substitutivo nº 2)".**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**  
– Passamos, agora, ao Destaque nº 596 do Constituinte Brandão Monteiro, que indicou o Constituinte Bocayuva Cunha para encaminhar favoravelmente. A matéria é a seguinte: acrescentar ao inciso VI que tem a expressão: "autorizar e fiscalizar a produção e o comércio de matéria bélica", acrescentando "explosivos e substâncias tóxicas".

**O SR. CONSTITUINTE BOCAYUVA CUNHA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Quer o Constituinte Brandão Monteiro que eu encaminhe a defesa de sua emenda aditiva, que nos parece absolutamente justa e razoável, porque na prática, em grande parte, já é feita a fiscalização pela União.

Diz o projeto do Relator:

"Compete à União autorizar e fiscalizar a produção e o comércio de material bélico."

Pretende o Constituinte Brandão Monteiro, com o meu apoio, acrescentar: "explosivos e substâncias tóxicas".

Quero lembrar à Casa e aos Srs. Constituintes, sobre tudo ao nobre Relator, que os explosivos já são fiscalizados pela União, através do Exército. É só o Exército brasileiro que tem uma seção que controla o uso de explosivos em todo o Território Nacional. Em cada região militar, em cada Estado, há uma delegação do Exército com o objetivo específico de verificar e de controlar o uso de explosivos. Para a construção de estradas, abertura de frentes de pedra, exploração de pedreiras industriais, o explosivo é usado sob fiscalização do Exército.

Isso vem apenas colocar na Constituição uma prática já usada, com apenas uma inovação: acrescenta-se também "substâncias tóxicas".

A meu ver, ninguém em sã consciência pode ser contra a União fiscalizar também os explosivos e as substâncias tóxicas. Tenho a impressão de que não é preciso perder mais o tempo dos Srs. Constituintes, porque é pacífico, pelas expressões fisionômicas dos Constituintes que S. Ex.<sup>as</sup> estão de acordo com a Emenda do Constituinte Brandão Monteiro.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar contra.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**  
– Tem a palavra o nobre Constituinte Gerson Peres, para encaminhar contra.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, serei breve. Em que pese a boa intenção do ilustre Constituinte Brandão Monteiro, eu agora fico confuso e não atendo mais nada!

Vejam bem que, há pouco tempo, quando estávamos defendendo os direitos e as garantias individuais, esta Comissão sacou a expressão "terrorismo, entorpecentes, drogas" do texto, considerando essas duas entidades – se

assim eu puder chamar – não susceptíveis da prescrição quanto ao crime. Eram imprescritíveis e inafiançáveis. permaneceu apenas a tortura para encaminhar.

Vem, agora, o Constituinte Brandão Monteiro, pedindo à União fiscalizar os explosivos e as drogas. A fiscalização já existe, em lei especial. Atualmente, o controle de explosivos é feito pelo Exército. Agora, estamos querendo colocar na Constituição coisas demais... V. Ex.<sup>a</sup> vai retirar? Se vai, vou calar-me. Cabral nele! **(Risos)**.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Pergunto se V. Ex.<sup>a</sup> vai retirar... **(Pausa)**

Com a palavra o nobre Relator.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

A emenda não é de autoria do eminente Constituinte Bocayuva Cunha, e sim de um companheiro seu de Partido e ambos merecem o respeito desta Relatoria.

Chamei o Constituinte Bocayuva Cunha e lhe pedi que verificasse comigo o art. 255, item V e mais o § 3º, que atende plenamente a emenda, e fiz um apelo ao eminente Constituinte, à vista desta argumentação, e se S. Ex.<sup>a</sup> entendesse que estaria bem posta a questão, que a retirasse; pedido que ora renovo.

**O SR. CONSTITUINTE BOCAYUVA CUNHA:** – O apelo do Relator está plenamente atendido. Retiro a emenda. **(Palmas)**.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Agradeço ao Constituinte.

Passamos ao Destaque nº 2613, de autoria do Constituinte Roberto Jefferson. **(Pausa)**.

Prejudicado, pela ausência.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Sr. Presidente, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Tem a palavra o nobre Constituinte.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Sr. Presidente, peço vênica a V. Ex.<sup>a</sup>. Dirigi-me ao microfone, mas V. Ex.<sup>a</sup>, sem me ver, passou a palavra para o Relator.

Esta Comissão de Sistematização, nós todos, cometemos um erro, pois, ficou carente de solução matéria que diz respeito ao controle da União sobre o narcotráfico e as questões ligadas às drogas entorpecentes, estupefacientes e outras, que foram eliminadas do texto, inadvertidamente, talvez por falta de hábito na utilização técnica das palavras, quando se referiu no início à palavra "drogas". Eu, especificamente, que entendo drogas como também fármacos, medicamentos, não podia aceitar que se considerasse o problema do tráfico ilícito de drogas, porque drogas, aí seria medicamentos, como crime inafiançável, imprescritível e insuscetível de anistia.

Ficamos, entretanto, com um penhor e com uma dívida de encontrar uma solução para poder dar à União e dar ao Relator a condição de retornar à questão. Tivemos, depois, a oportunidade de, numa outra emenda aí que apareceu e que talvez tivesse sido a solução, a mesma dívida que a Comissão tem com a questão do terror, que precisa, no momento certo, na emenda certa e oportuna e, quando eu estive lendo a emenda do Constituinte Brandão Monteiro, pareceu-me que é através da emenda, na medida em que diz que autorizar e fiscalizar a produção e comércio de material bélico explosivo e substâncias tóxicas, foi por aí que eu comecei a entender que, talvez, pudéssemos encontrar um mecanismo de controle, da mesma maneira que nós temos que encontrar um mecanismo de controle para o transporte de substâncias radioativas. Inclusive, para disponibilidade de substâncias

radioativas, através da União, para evitar, por exemplo, acidentes trágicos e horripilantes, como o que tivemos, ainda há pouco, com o caso da inadvertência na manipulação e no uso da bomba de célio 137.

Não sei se seria oportuno, mas eu acho que uma pequena transgressão na norma processual poderia nos permitir aprovar a emenda Brandão Monteiro e, através da aprovação dessa emenda, dar ao Relator a condição para, evidentemente, enfrentar a questão ligada aos tóxicos, às substâncias tóxicas, estupefacientes e, sobretudo, a questão do narcotráfico.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Vou pedir ao Relator que faça uso da palavra, porque S. Ex.<sup>a</sup> tem outra solução para o mesmo caso.

Está retirado o destaque, mas dei a palavra ao Relator e S. Ex.<sup>a</sup> vai explicar o modo pelo qual vai solucionar o mesmo problema.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes.

Pela mesma via que, ainda há pouco, caminhávamos, para mostrar que a emenda Brandão Monteiro tinha o seu controle no art. 256, inciso V, chamo a atenção do eminente Constituinte Carlos Sant'Anna que o art. 228, letra f, diz: "Estabelecer normas para o controle e fiscalizar a utilização de tóxicos e inebriantes".

Nesta altura, quando tivermos nesta discussão, nós poderemos fazer o reparo que S. Ex.<sup>a</sup> agora o fez da tribuna, ampliando a matéria. De modo que foi atendida a emenda Bocayuva Cunha, com a retirada, e a sugestão de V. Ex.<sup>a</sup> está também atendida no art. 228, letra f.

**O SR. CONSTITUINTE BOCAYUVA CUNHA:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Concedo a palavra a V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE BOCAYUVA CUNHA:** – Em face destas observações do Constituinte Carlos Sant'Anna e a resposta do Relator, eu indago a V. Ex.<sup>a</sup> se essa sugestão, esta emenda, este destaque do Constituinte Brandão Monteiro não pode ser levado para o 225, porque, aí, permitirá que o Relator, na ocasião, faça a sistematização do que pretende o Constituinte Brandão Monteiro com aquilo que já está expresso no art. 255.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Infelizmente, eu tenho aqui um texto que me faz uma emenda, claramente, substitutiva, ao inciso VI. Eu creio que o Relator deu a solução. Há um momento adequado, estaremos atentos e corrigiremos nesse momento.

Passamos, agora, ao inciso IX. Aqui, nós temos um destaque do Constituinte João Paulo, que não está presente, 2162.

Depois, do Constituinte Simão Sessim, que está ausente, Destaque nº 4347.

Resta, apenas, para esse inciso, o destaque nº 6906, do Constituinte Antônio Britto. S. Ex.<sup>a</sup> está presente? S. Ex.<sup>a</sup>, retirou o destaque.

Temos aqui, do inciso XI, do Constituinte Aluizio Campos, uma emenda supressiva, que está prejudicada pela ausência de S. Ex.<sup>a</sup>, de nº 6499.

Do Constituinte Amaury Müller, nº 5721, prejudicada pela ausência. E há aqui o nº 1888, do Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva, a quem pergunto se mantém o destaque.

**O SR. CONSTITUINTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA:** – Retiro o destaque, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Tendo sido retirado o destaque, teremos aprovado, portanto, o **caput** do inciso XI.

Em relação à letra **a**, temos, do Constituinte Vladimir Palmeira, o Destaque nº 2287. S. Ex.<sup>a</sup>, está ausente Prejudicado.

Do Constituinte Eraldo Tinoco, nº 3249. S. Ex.<sup>a</sup>, retirou.

**Destaque nº 5748-87 – Emenda nº ES-30669-3, do Sr. Carlos Alberto Caó, "que dá nova redação à alínea "a" do inciso XI do art. 31 de Substitutivo nº 1 (art. 20, inciso XI, alínea "a", do Substitutivo nº 2)".**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – O Destaque de nº 5748, do Constituinte Carlos Alberto Caó, e, pelo que percebo, S. Ex.<sup>a</sup> pede que a Constituinte Cristina Tavares fale em nome de S. Ex.<sup>a</sup>.

**A SRA. CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, talvez das questões mais dramáticas que temos que decidir nesta Comissão de Sistematização, seguramente das mais polêmicas, é a questão do monopólio estatal das telecomunicações. Há uma recusa permanente de entendimento e de diálogo partindo de S. Ex.<sup>a</sup>, o Ministro das Comunicações Antônio Carlos Magalhães. Nós, que fomos Relatores da Subcomissão de Ciência e Tecnologia de Comunicação e, posteriormente, com o Constituinte Carlos Alberto Caó, membro da Comissão Temática, que tratou da questão das comunicações, vimos e assistimos talvez o espetáculo mais dramático, quando, por parte do Poder Executivo, por parte do Sr. Ministro das Comunicações, havia recusa. E sabemos também, por diversas fontes, que se pretende, através do processo da desregulamentação, privatizar os serviços de telecomunicações. A emenda que o Constituinte Carlos Alberto Caó apresenta tenta, de certa forma, modificar um conceito que está colocado aí de forma imprecisa, perdoem-me os Srs. Relatores: radiodifusão é uma questão; telecomunicações é uma outra tecnologia absolutamente diversa. Quero dar a V. Ex.<sup>as</sup>, Srs. Parlamentares da Comissão de Sistematização, um testemunho do que ocorre neste momento, nesta exata hora em que estamos aqui votando.

Passo a ler, para V. Ex.<sup>as</sup>, a transcrição de um telex que acaba de chegar e que diz respeito aos empregados da Telebrás, e também diz respeito à quebra do monopólio das telecomunicações:

"Desde quarta-feira da semana passada, os empresários Roberto Marinho (Sistema Globo) e Amador Aguiar (Bradesco) têm o direito de utilizar o satélite Brasilsat para a prestação de serviços de comunicação de dados. O contrato firmado entre a Embratel e a Vicon Ltda, garante aos empresários a atuação numa área protegida pela lei do monopólio estatal e dá ao setor privado o controle das informações transmitidas via satélite. Como prêmio pela transação, o Presidente da Embratel, Pedro Jorge Castelo Branco Sampaio, vai trabalhar em Washington, como diretor privilegiado da Intelsat, com um salário de oito mil dólares, livre de qualquer despesa. A assinatura do contrato é o último ato de Pedro Jorge no Brasil, pois ele deve assumir hoje o seu novo cargo. Em julho do ano passado, a **Tribuna da Imprensa** denunciou a manobra, que foi suspensa, e agora retoma às escondidas com o apoio do Governo Federal. Página 8."

Sr. Presidente, Srs. e Sras. Constituintes, a Embratel será responsável pelo fornecimento à Vicon dos serviços de telecomunicações necessários à prestação de serviços de difusão interativo de dados.

A Vicon poderá incluir, nos valores cobrados dos usuários, o custo dos equipamentos complementares a serem instalados na estação principal da Embratel.

Isto configura, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, numa clara quebra do monopólio. A intenção do Constituinte Carlos Alberto Caó, que representa, neste momento, todos os empregados da Embratel em greve, em virtude da grave denúncia que faço aqui, na Comissão de Sistematização, é alertar para que o monopólio estatal das telecomunicações, que é uma das questões vitais que temos de decidir, seja restaurado no Relatório Bernardo Cabral.

**O SR. CONSTITUINTE LUÍS EDUARDO:** – Peço a palavra para contraditar, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Pergunto primeiro – porque entendi que a Constituinte Cristina Tavares falava pelo Constituinte Caó: está mantido o destaque?

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS ALBERTO CAÓ:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Tem a palavra, pela ordem, o Constituinte Carlos Alberto Caó.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS ALBERTO CAÓ:** – Vamos retirar o destaque, mas gostaria de contar com a aquiescência de V. Ex.<sup>a</sup> para dar uma explicação aos integrantes da Comissão de Sistematização. Esse nosso destaque está associado a uma outra matéria que é tratada no art. 199 do Projeto II Bernardo Cabral, que se refere às atividades de monopólio da União. Deixaremos para voltar e discutir este assunto quando estivermos examinando e apreciando o art. 199. A retirada do nosso destaque, portanto, não implica num recuo com relação à consagração do monopólio das telecomunicações, tanto mais agora que esse monopólio é corroído por dentro através de acordos que colocam em questão a própria segurança nacional.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Retirado o destaque.

Tem a palavra, pela ordem, o Constituinte Luís Eduardo.

**O SR. CONSTITUINTE LUÍS EDUARDO:** – Sr. Presidente, cabem alguns esclarecimentos da denúncia feita pela Constituinte Cristina Tavares e ratificada pelo Constituinte Carlos Alberto Caó.

Primeiro, não há quebra de monopólio e, por isso mesmo, estamos apoiando o texto do Relator que garante o monopólio das telecomunicações.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, a Constituição atual, no seu art. 8º, item XV, diz que a União pode explorar diretamente ou através de autorização.

À Embratel cabe explorar industrialmente as linhas-tronco do sistema Telebrás e, portanto, não foi ferido o monopólio. O que acontece é que se querem criar mais subsidiárias para se tentar evitar que o setor privado possa contribuir sem quebrar o monopólio da Embratel. E isso nós garantimos. E tem mais, Sr. Presidente, os empregados da Embratel publicaram uma nota que tem cinco itens que se abrem à negociação, e vários deles são extremamente corretos, que a direção da empresa irá acatar. Inclusive, foi suspenso o início do contrato até que se possa promover essa negociação. Na verdade, é uma negociação clara, transparente, e o que se quer dar é um golpe no setor privado para se continuar criando subsidiárias, mais subsidiárias e o contribuinte sempre pagando por isso. O que queremos é atrair investimentos do setor privado para o setor público para que ele possa colaborar, e a Embratel continuará cumprindo com a sua função, inclusive usando disponibilidade de **transponders** que hoje estão sendo vendidos ao empresário nacional por preço superior a países estrangeiros vizinhos.

Muito obrigado, Sr. Presidente. **(Muito bem! Palmas)**

**V – SUSPENSÃO DA REUNIÃO****O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– A Presidência vai suspender os trabalhos, convocando os Senhores Constituintes para a continuação da presente reunião, amanhã, 23 de outubro, às nove horas.

Está suspensa a reunião.

**(Suspende-se a reunião às 20 horas e 35 minutos)**

**EM 23 DE OUTUBRO DE 1987**

Presidência do Sr. **Jarbas Passarinho**, Terceiro-Vice-Presidente.

**I – REABERTURA DA REUNIÃO****O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Havendo

número regimental, declaro reaberta a reunião.

Ofício do Sr. Líder do PDT:

**II – EXPEDIENTE**

Brasília, 23 de outubro de 1987

“Ofício nº 170/87

A Sua Excelência o Senhor

Constituinte Ulysses Guimarães

DD. Presidente da Assembléia Nacional Constituinte

Nesta

Senhor Presidente:

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência o Constituinte Vivaldo Barbosa para substituir o Constituinte Lysâneas Maciel, como membro titular da Comissão de Sistematização, nos dias 23 e 24 do corrente.

Informo, outrossim, que a partir de 26-10-87 o Constituinte Lysâneas Maciel Reassumirá suas funções na referida Comissão.

No ensejo, renovo a Vossa Excelência protestos de consideração e apreço. – Constituinte **Brandão Monteiro**, Líder do PDT.

Nesta

“Ofício nº 171/87

Brasília, 23 de outubro de 1987

A Sua Excelência o Senhor

Constituinte Ulysses Guimarães

DD. Presidente da Assembléia Nacional Constituinte

Nesta

Senhor Presidente:

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência o Constituinte Floriceno Paixão para substituir o Constituinte Brandão Monteiro, como membro Titular da Comissão de Sistematização, nos dias 23-10-87 e 24-10-87.

Informo, outrossim, que a partir de 26-10-87 o Constituinte Brandão Monteiro reassumirá suas funções na referida Comissão.

No ensejo, renovo a Vossa Excelência protestos de consideração e apreço. – Constituinte **Brandão Monteiro**, Líder do PDT.

“Ofício nº 172/87

Brasília, 23 de outubro de 1987

A Sua Excelência o Senhor

Constituinte Ulysses Guimarães

DD. Presidente da Assembléia Nacional Constituinte

Nesta”

Senhor Presidente:

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência o Constituinte José Fernandes para substituir o Consti-

tuínte Luiz Salomão, como membro Suplente da Comissão de Sistematização, nos dias 23 e 24 do corrente.

Informo, outrossim, que a partir de 26-10-87 o Constituinte Luiz Salomão reassumirá suas funções na referida Comissão.

No ensejo, renovo a Vossa Excelência protestos de consideração e apreço. – Constituinte **Brandão Monteiro**, Líder do PDT.

Ofícios do Sr. Líder do PFL:

Ofício nº 274/87 – PFL

Brasília, 23 de outubro de 1987

Ao Excelentíssimo Senhor

Deputado Ulysses Guimarães

DD. Presidente da Assembléia Nacional Constituinte

Senhor Presidente:

Comunico a Vossa Excelência, para os devidos fins, que o Deputado Francisco Dornelles deixa de integrar, a partir desta data, a Comissão de Sistematização, como Membro Efetivo.

Em substituição ao seu nome, passa a integrar a referida Comissão, como Membro Efetivo, o Senador Marcondes Gadelha.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protestos de consideração e apreço. – Deputado **José Lourenço**, Líder do PFL.

“Ofício nº 275/87 – PFL

Brasília, 23 de outubro de 1987

Ao Excelentíssimo Senhor

Deputado Ulysses Guimarães

DD. Presidente da Assembléia Nacional Constituinte”

Senhor Presidente:

Indico a Vossa Excelência o nome do Deputado Jofran Frejat para, na condição de Membro Suplente, integrar a Comissão de Sistematização, em vaga do Deputado João Alves.

Aproveitando a oportunidade, reitero a Vossa Excelência protestos do meu elevado apreço e consideração. – Deputado **José Lourenço**, Líder do PFL.

“Ofício nº 276/87 – PFL

Brasília, 23 de outubro de 1987

Ao Excelentíssimo Senhor

Deputado Ulysses Guimarães

DD. Presidente da Assembléia Nacional Constituinte”

Senhor Presidente:

Comunico a Vossa Excelência, para os devidos fins, que o Deputado Simão Sessim deixa de integrar, a partir desta data, a Comissão de Sistematização, na condição de Membro Suplente.

Em substituição ao seu nome, passa a integrar a referida Comissão, como Membro Suplente, o Deputado Furtado Leite.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência protestos do meu distinto apreço e elevada consideração. – Deputado **José Lourenço**, Líder do PFL.

**III – COMUNICAÇÕES****O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** –

Permita-me, Sr. Presidente. Desejaria sugerir à Mesa da Assembléia Nacional Constituinte que se fizesse um esclarecimento à opinião pública, que tem acompanhado os trabalhos desta Comissão. É preciso divulgar que nós, aqui, não

somos a Assembléia Nacional Constituinte; somos uma Comissão que está dando um parecer para posterior apreciação da Assembléia Nacional Constituinte. O que aqui aprovamos será submetido a seu exame. Por isso, mesmo sendo uma Comissão e tendo a missão de dar um parecer em projeto dessa relevância, não estamos tão atrasados. No dia-a-dia da vida parlamentar, projetos há que, durante meses, permanecem nas Comissões técnicas aguardando novas informações.

É preciso deixar claro isto, para que a opinião pública não confunda a Comissão de Sistematização com o seu trabalho, que é apenas o de oferecer um parecer para decisão do tribunal maior. Isto não diminui nossa responsabilidade, mas é preciso esclarecer a opinião pública que estamos emitindo um parecer e não deliberando em nome da Assembléia Nacional Constituinte.

Era apenas esta a declaração que desejávamos fazer, Sr. Presidente, para que a informação se espalhe e a opinião pública seja esclarecida.

Muito obrigado a V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup> Acho que de fato tem procedência sua afirmativa. O que mais lastimo é que todos, aqui, que somos atenciosos e até pressurosos na atenção que damos aos jornais, não tenhamos êxito em fazer com que o trabalho da Comissão de Sistematização, insano, cansativo, altamente absorvente, seja devidamente noticiado. Infelizmente, pinçam-se matérias para caracterizar esta Comissão como um órgão sobretudo lento e que passa horas a fio discutindo o sexo dos anjos. Evidentemente, isto não é verdade. Ainda ontem, tive a oportunidade de ler, aqui, dados estatísticos que, no entanto, nenhuma repercussão obtiveram na imprensa. Eu me permitirei repetir agora sua leitura, para conhecimento de V. Ex.<sup>a</sup> e demais companheiros desta Comissão.

Já foram realizadas 183 votações – sem contar as de ontem.

Sabe V. Ex.<sup>a</sup>, nobre Constituinte Nelson Carneiro, antigo e brilhante parlamentar, que, muitas vezes, em toda uma sessão legislativa, não chegamos a votar 183 vezes, quer na Câmara, quer no Senado.

Quanto aos destaques, já foram apreciados mil e seiscentos – entre retirados, prejudicados e votados.

Não seria realmente possível, apresentados mais de oito mil destaques, conseguir-se imprimir maior velocidade às nossas atividades. Acho que a Mesa tem feito um esforço muito grande para agilizar os trabalhos da Comissão. Ademais, há sensível cooperação por parte dos Srs. Constituintes, embora, por vezes, se verifique um excesso de questões de ordem levantadas desnecessariamente. Em verdade, porém, o trabalho é frutífero. Apenas, nossa missão é absolutamente incompatível com o prazo que nos deram.

Aí, em princípio, entram duas questões: uns desejam que a Constituição seja feita a toque de caixa, porque a Nação está paralisada e precisa de uma Constituição para que se resolvam, por exemplo, questões relacionadas com investimentos internos ou com problemas externos. Outros acham o contrário, isto é, que seria melhor elaborá-la pausadamente, a exemplo do que ocorreu em outros países, garantindo-se uma obra final que não tenha que ser emendada em curto prazo.

Agradeço muito a V. Ex.<sup>a</sup> a oportuna observação.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Permita-me, Sr. Presidente.

É realmente importante que o trabalho metódico, criterioso e detalhado que esta Comissão vem realizando – e os dados que V. Ex.<sup>a</sup> acaba de apresentar são prova disto – merece melhor divulgação perante a opinião pública, para que se forme um juízo verdadeiro, e não esse

juízo banalizado que tem sido apresentado a nosso respeito.

Neste sentido, aproveito esta rápida intervenção para sugerir a V. Ex.<sup>a</sup> que, junto à Presidência da Assembléia Nacional Constituinte, analise a possibilidade de o serviço oficial de televisão – não os particulares – no caso, a TVE, ser requisitado pela Mesa da Assembléia, para a transmissão, num espaço de tempo maior, do que aqui se faz.

Na verdade, somos sempre interrogados a este respeito. Ontem à noite, por exemplo, estive num debate e mostrei os dados que havíamos recebido à tarde, quanto ao número de votações, de emendas e de destaques apreciados. Tem-se trabalhado seis horas por dia – apenas no que se refere às atividades de plenário –, mas a população não está informada sobre isso, e costuma fazer um juízo que freqüentemente até desqualifica a atividade penosa, séria, da Comissão de Sistematização.

Encaminho, pois, esta sugestão a V. Ex.<sup>a</sup>, para que a leve à Presidência da Assembléia Nacional Constituinte.

**O SR. CONSTITUINTE OCTÁVIO ELÍSIO:** – Permita-me, Sr. Presidente

Dentro da mesma linha de raciocínio do nobre Constituinte José Genoíno, devo dizer que, como já dispomos de horários nas estações de rádio e de televisão, parece-me que tais espaços deveriam servir não apenas para uma informação quase burocrática do que aqui ocorre, mas para vender a imagem da Constituinte e do que está sendo realizado nesta Comissão.

Os dados que V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Presidente, nos transmite demonstram claramente as dificuldades que enfrentamos e como temos conseguido superá-las para agilizar nossos trabalhos.

Parece-me importante que a Mesa da Comissão de Sistematização procure, em contato com a Primeira Secretaria, sugerir se desenvolva uma programação de tipo efetivamente profissional de comunicação de massa, para dar a imagem real das atividades da Assembléia Nacional Constituinte. Com isso, o "Diário da Constituinte" deixaria de transmitir apenas eventuais discussões que, próprias do debate parlamentar, em nada, porém, ajudam, no momento, a dar ao grande público a verdadeira imagem da Assembléia Nacional Constituinte.

Isto me parece fundamental, Sr. Presidente.

Seria também interessante procurar o testemunho de pessoas que lutaram pela implantação da Assembléia Nacional Constituinte, mas que hoje estão caladas. Na verdade, muitos não querem o desenvolvimento dos trabalhos da Constituinte. Ao contrário, tentam até prejudicar seu funcionamento. Enfim, Sr. Presidente, há dois horários que precisam ser bem utilizados para divulgar o que V. Ex.<sup>a</sup> nos comunicou hoje.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Estou de pleno acordo com V. Ex.<sup>a</sup>, mas acho que devemos fazer essa solicitação à Mesa da Assembléia Nacional Constituinte, a quem compete regular essa atividade. Acato a opinião do nobre Constituinte, e eu mesmo tomarei a iniciativa de abordar o assunto com o Presidente Ulysses Guimarães e com o Deputado Marcelo Cordeiro.

**O SR. CONSTITUINTE RAIMUNDO BEZERRA:** – Permita-me, Sr. Presidente.

Quero comunicar à Comissão o resultado de uma visita que fizemos ontem ao Hospital Marçílio Dias, no Rio de Janeiro, juntamente com o colega Joaquim Sucena, de Mato Grosso, na qualidade de membro da Subcomissão de Saúde, Seguridade e do Meio Ambiente.

Nossa preocupação com o acidente de Goiânia – preocupação, acredito, não apenas desta Assembléia, mas de todo o Brasil – fez com que nos dirigíssemos àquele

hospital para verificar, médico que somos, o que estava sendo feito relativamente ao tratamento dos doentes contaminados. Tivemos a melhor impressão possível. Há seriedade nos trabalhos ali desenvolvidos, o hospital está aparelhado para tratar dos pacientes portadores de radiação, não havendo, como foi divulgado por um órgão de imprensa do Rio de Janeiro, possibilidade de contaminação de outros pacientes que procuram aquele hospital. Conversamos com médicos estrangeiros, inclusive com o Dr. Robert Peter Galo que, em Chernobyl, fez o transplante de medula de pacientes atingidos por radiações. No caso brasileiro, no entanto, ele contra-indicou esse transplante, visto que todos aqueles que o fizeram faleceram. Mas ele está trazendo uma substância nova empregada pela primeira vez no mundo, um ativador medular, cujos resultados, apesar do pouco tempo de uso, têm sido auspiciosos. É provável que esse ativador funcione melhor do que o transplante de medula.

Sr. Presidente, pela primeira vez no setor de energia nuclear, o que vimos no Hospital Marcílio Dias nos satisfaz. Anteriormente, havíamos estado em Angra dos Reis. As condições, ali, principalmente em termos de segurança, numa eventual necessidade de imediata evacuação da população local não nos convenceram. Ontem, porém, ficamos satisfeitos com o que está sendo feito naquele hospital.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Muito obrigado pelas informações, nobre Constituinte.

#### IV – ORDEM DO DIA

##### VOTAÇÃO DO PROJETO DE CONSTITUIÇÃO

##### TÍTULO III (continuação)

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Vamos iniciar a votação do art. 20, inciso XI, alínea "b".

O destaque do Constituinte Oscar Corrêa foi retirado. O segundo destaque é do Constituinte Aluísio Campos, relativo ao Destaque 1611. **(Pausa)** S. Ex.<sup>a</sup> está ausente! O destaque está prejudicado.

Destaque nº 2544, requerido pelo Constituinte Nelson Wedekin, referente à Emenda nº 21447. **(Pausa)** Ausente. Destaque prejudicado.

Em votação o Destaque nº 6749, requerido pelo Constituinte Domingos Juvenil. **(Pausa)** Ausente. Destaque prejudicado.

Em votação o Destaque nº 7579, requerido pelo Constituinte Darcy Pozza, referente à Emenda nº 22220. **(Pausa)** Ausente. Destaque prejudicado.

Passamos ao inciso XI, alínea "d".

Em votação o Destaque nº 5772, de autoria do Constituinte Brandão Monteiro. É uma emenda supressiva.

**O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO MONTEIRO:** – Sr. Presidente, retiro o destaque.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Destaque retirado.

Em votação o Destaque nº 5947, requerido pelo Sr. Constituinte Florestan Fernandes.

**O SR. CONSTITUINTE FLORESTAN FERNANDES:** – Retiro o destaque.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Retirado.

Em votação o Destaque nº 7338, requerido pelo Constituinte Nelson Carneiro, referente ao inciso XI, alínea "d", para suprimir a expressão "... entre ... Território".

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – Sr. Presidente, colaborando com a Mesa e a Comissão, retiro o destaque. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Retirado. Passa-se à alínea "e".

Em votação o destaque requerido pelo Constituinte Jorge Ueque. Encontra-se presente o Constituinte Jorge Ueque? **(Pausa)** Ausente. Prejudicado o destaque

Em votação o Destaque nº 7558, requerido pelo Constituinte Darcy Pozza. Encontra-se presente o Constituinte Darcy Pozza? **(Pausa)** Ausente. Prejudicado o destaque.

Passa-se à alínea "f".

Em votação o Destaque nº 7267, requerido pelo Constituinte Vilson Souza, referente à Emenda nº 12620, de autoria do Constituinte Waldyr Pugliesi.

**O SR. CONSTITUINTE VILSON SOUZA:** – Retiro o destaque.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Retirado.

Passa-se ao inciso XIII.

**Destaque nº 001382-87 – Emenda nº ES-27101-6, do Sr. Nelson Carneiro, "que modifica o item XIII do art. 31 do substitutivo nº 1 (art. 20, XIII do Substitutivo nº 2)". (217ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Em votação o Destaque nº 1382, de autoria do Constituinte Nelson Carneiro, referente à Emenda nº 27101, também de sua autoria.

Com a palavra o nobre Senador.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, acredito que por mero equívoco o ilustre Relator tenha deixado de incluir, no item XIII, a polícia ferroviária federal, que consta do item XXI, quando S. Ex.<sup>a</sup> se refere às ferrovias. Diz a emenda:

"Organizar e manter a polícia federal, a polícia rodoviária federal e a polícia ferroviária federal, bem como a polícia civil, a polícia militar e o corpo de bombeiros militar do Distrito Federal e dos Territórios."

Por certo, foi um lapso a não inclusão da polícia ferroviária federal, pois todos sabemos que nas gares e nos trens ocorrem muitos atos de violência, e, num país como o nosso, marcado pela violência, não podemos deixar de explicitar a presença da polícia ferroviária federal.

Sr. Presidente, espero que a Comissão aprove esta emenda.

Muito obrigado.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma reclamação.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr. Presidente, as secretárias desta Comissão costumavam ficar na entrada do plenário para nos fornecerem exemplares dos destaques. Hoje, porém, ninguém se encontra ali para nos fornecer coisa alguma. A confusão, então, é geral.

V. Ex.<sup>a</sup> tem a seu lado um assessor muito eficiente, o Dr. Paulo Affonso. Nós, porém, não podemos contar com essa assessoria, nem com o referido material. Solicito a V. Ex.<sup>a</sup> determinar que ali permaneça uma funcionária, a fim de que possamos receber essas cópias.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Nobre Constituinte, fornecemos a planilha a todos os Srs. Constituintes. V. Ex.<sup>a</sup> tem essa planilha?



**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – É exatamente a planilha que não temos, Sr. Presidente. Este é o problema, pois não havia uma funcionária para sua distribuição.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Um momento, Sr. Constituinte. Vamos decidir a questão.

Noto, Srs. Constituintes, que há uma divisão na Comissão. Grande número de membros possui a planilha. Desta forma, considero que o assunto não merece relevância no momento. **(Palmas)** Mas gostaria de dar uma informação aos Srs. Constituintes Gastone Righi e José Lins, a qual talvez ajude em casos futuros.

O PRODASEN, através das lideranças dos partidos no Senado, fornece não apenas a planilha – o que, aliás, não é de sua competência, pois quem deve fazê-lo é a Secretaria da Mesa – como também o trabalho completo, com as emendas referentes aos Substitutivos 0, 1 e 2. Portanto, basta que os partidos se dirijam ao PRODASEN que receberão esses documentos, como o que temos aqui, sobre a mesa, e que o PMDB também possui.

Sugiro que o PTB e o PFL façam isto. Será muito útil.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Sr. Presidente, quero agradecer a V. Ex.<sup>a</sup> a explicação sobre questão de ordem por mim levantada há dias. Quando a apresentei, já sabia que o PRODASEN tinha condições de fornecer esse material. Ontem consegui cópias de alguns artigos, mas seria interessante que a Mesa autorizasse o PRODASEN a fornecer-nos esses documentos. Acho que nos ajudaria bastante.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Nobre Constituinte José Lins, o PRODASEN tem quase todos os dados. Só não pode ter um, isto é, o que é alterado aqui. Isto acontece quando, por exemplo, resolve-se, na última hora, modificar alguma coisa do Substitutivo. Esse dado o PRODASEN não tem. Mas possui todos os demais. O Dr. Paulo Affonso acaba de informar que vai tomar as devidas providências.

Tem a palavra o Sr. Relator.

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – Sr. Presidente, ilustres membros da Comissão de Sistematização, o inciso XXI do art. 20 estabelece que é da competência da União “executar os serviços de polícia marítima, aérea e de fronteira, e nas rodovias e ferrovias federais...”

Portanto, o 2º Substitutivo reconhece a existência de uma atividade policial junto às ferrovias federais e, por uma falha, no item XIII não se atribui tal atividade a um ente específico, ou seja, a polícia ferroviária federal.

Deste modo, tem procedência a emenda do Constituinte Nelson Carneiro, que preserva a existência da polícia ferroviária federal, que, segundo depoimentos, exerce, inclusive, intensa atividade no controle e repressão do tráfico de drogas em áreas de fronteira.

Somos, pois, favoráveis ao acolhimento da emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Vou-me permitir informar aos Srs. Constituintes – pois alguns chegaram mais tarde – que o Senador Nelson Carneiro acrescenta a expressão “polícia ferroviária federal” ao texto original, que só se referia a “polícia rodoviária federal”. Houve concordância por parte do Relator. Passemos, então, à votação do destaque.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Almir Gabriel, Aluizio Campos, Egídio Ferreira Lima, Haroldo Sabóia, João Calmon, José Fogaça, José Geraldo, Nelson Carneiro, Nelson

Jobim, Nilton Friedrich, Nilson Gibson, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Raimundo Bezerra, Rodrigues Palma, Sigmaringa Seixas, Roberto Brant, Marcos Lima, Antonio Mariz, José Costa, Israel Pinheiro, Vilson Souza, Vicente Bogo, Octávio Elísio, Aloysio Chaves, Arnaldo Prieto, Christóvam Chiaradia, Edme Tavares, Eraldo Tinoco, Inocêncio Oliveira, José Lins, José Lourenço, José Santana de Vasconcellos, Luís Eduardo, Sandra Cavalcanti, Jonas Pinheiro, Valmir Campelo, Antônio Carlos Konder Reis, Gerson Peres, Jarbas Passarinho, José Maurício, Bocayuva Cunha, Gastone Righi, Plínio Arruda Sampaio, José Genoíno, Sotero Cunha, Haroldo Lima, Roberto Freire. **Votaram NÃO** os Senhores Constituintes: Fernando Bezerra Coelho, José Tavares, Paes Landim e Ottomar Pinto.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 50 Constituintes; Votaram NÃO 04 Constituintes. Total: 54 votos. O Destaque foi **aprovado**.

Aprovado o destaque do Senador e Constituinte Nelson Carneiro.

Votação do Destaque nº 1435, requerido pelo Sr. Constituinte Carlos Sant’Anna. **(Pausa)** S. Ex.<sup>a</sup> está ausente. Prejudicado o destaque.

Votação do Destaque nº 2611, requerido pelo Sr. Constituinte Roberto Jefferson. **(Pausa)** S. Ex.<sup>a</sup> está ausente. Prejudicado o destaque.

Em votação o Destaque nº 5817, requerido pelo Sr. Constituinte Carlos Cardinal. **(Pausa)** S. Ex.<sup>a</sup> está ausente. Prejudicado o destaque.

Em votação o Destaque nº 7027, requerido pelo Sr. Constituinte José Carlos Grecco. **(Pausa)** S. Ex.<sup>a</sup> está ausente. Prejudicado o destaque.

Votação do Destaque nº 7028, também requerido pelo Sr. Constituinte José Carlos Grecco. **(Pausa)** S. Ex.<sup>a</sup> está ausente. Prejudicado o destaque.

Votação do Destaque nº 7255, requerido pelo Sr. Constituinte Mendes Botelho. **(Pausa)** S. Ex.<sup>a</sup> está ausente. Prejudicado o destaque.

Em votação o Destaque nº 840, requerido pelo Constituinte Haroldo Lima. **(Pausa)** S. Ex.<sup>a</sup> retira o destaque.

Em votação o Destaque nº 2612, requerido pelo Constituinte Roberto Jefferson. **(Pausa)** S. Ex.<sup>a</sup> está ausente. Prejudicado o destaque.

Passamos ao inciso XIV.

Em votação o Destaque nº 782, requerido pelo Constituinte Percival Muniz. **(Pausa)** S. Ex.<sup>a</sup> está ausente. Prejudicado o destaque.

Em votação o Destaque nº 8272, requerido pelo Constituinte Alysson Paulinelli. **(Pausa)** S. Ex.<sup>a</sup> está ausente. Prejudicado o destaque.

Passamos ao inciso XV.

Em votação o Destaque nº 838, requerido pelo Constituinte Haroldo Lima, referente à Emenda nº 27320.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Permita-me, Sr. Presidente.

Há um requerimento de preferência sobre a mesa...

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – O Constituinte José Genoíno declara que apresentou requerimento de preferência referente a este capítulo. **(Pausa)**

Deixo claramente explicado, Constituinte José Genoíno, que estamos votando, primeiro, os destaques supressivos. Quando chegarmos aos destaques substitutivos, V. Ex.<sup>a</sup> terá o requerimento votado.

Constituinte Haroldo Lima, V. Ex.<sup>a</sup> mantém o destaque supressivo? **(Pausa)** Retirado o destaque.

O Constituinte Vitor Buaiz requer o Destaque nº 2226. **(Pausa)** S. Ex.<sup>a</sup> está ausente; portanto, prejudicado o destaque.

O Constituinte Nelson Wedekin requer o Destaque nº 2482. **(Pausa)** S. Ex.<sup>a</sup> está ausente. Prejudicado o destaque.

O Constituinte Nilton Friedrich requer o Destaque nº 2684, supressivo, também, do inciso XV. **(Pausa)** S. Ex.<sup>a</sup> está ausente. Prejudicado o destaque.

Do mesmo autor, está igualmente prejudicado o Destaque nº 2984.

**O SR. CONSTITUINTE OSWALDO LIMA FILHO:** – Permita-me, Sr. Presidente, uma questão de ordem.

Apresentei o Destaque nº 3662, relativo à Emenda nº 33635 – não sei onde está classificada na planilha –, mas V. Ex.<sup>a</sup> já está anunciando o item XV. Ora, o destaque refere-se, evidentemente, ao item que dispõe sobre a competência dos Estados para legislar sobre defesa do solo e Polícia Militar concorrentemente. É um inciso, portanto, anterior. Peço a V. Ex.<sup>a</sup> que a Mesa reconsidere essa classificação.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Anunciei a matéria exatamente na ordem, de acordo com as indicações fornecidas pelo assessoria da Mesa. **(Pausa)** Emenda nº 3662 ou 3692?

**O SR. CONSTITUINTE OSWALDO LIMA FILHO:** – A anotação que tenho é nº 3662. Sr. Presidente, a emenda oferecida ao primeiro Substitutivo – o segundo não era conhecido – diz respeito ao artigo que trata da concorrência competente. O art. 22 diz: “É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios...”

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Nobre Constituinte, este é o texto do art. 22. Estamos votando o art. 20. Portanto, o destaque de V. Ex.<sup>a</sup> será apreciado no momento oportuno.

**Destaque nº 003798-87, do Sr. Florestan Fernandes “que suprime o inciso XV do art. 20 do Substitutivo nº 2)”.** (218ª votação)

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Em votação o Destaque nº 3798, do Constituinte Florestan Fernandes, supressivo, ao inciso XV.

Tem a palavra S. Ex.<sup>a</sup>, para defesa de sua proposição.

**O SR. CONSTITUINTE FLORESTAN FERNANDES:** – Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, esta emenda supressiva que proponho diz respeito à idéia de que as diversões públicas devem ser classificadas como competência da União.

Acho que existe uma contradição em nosso comportamento. Reclamamos por liberdade e democracia e, ao mesmo tempo, pedimos ao Estado que exerça funções repressivas.

O melhor critério é a autodefesa da pessoa, que mesmo no caso de menores, consiste em transmitir-lhe aqueles valores que lhe permitam decidir o que pode e o que não pode, o que deve e o que não deve fazer.

É claro que, para um socialista, é muito difícil educar os filhos de forma socialista e viver numa sociedade de classes. Todavia, esta emenda está calcada na idéia de que a cultura cívica de uma sociedade democrática, sob o capitalismo, deve ser moldada para oferecer a todas as categorias critérios de seleção e autodefesa.

Por isso, acho aconselhável suprimir este inciso. Além do mais, esse inciso deu origem a arbitrariedades sem conta. Todos os que aqui estão sabem qual foi o uso de

prerrogativas desse gênero no regime ditatorial. E, ainda hoje, tanto o Poder Judiciário quanto outras categorias de autoridades têm recorrido ao arbítrio para estabelecer proibições, na verdade, intoleráveis. Nesse ponto, os norte-americanos têm nosso respeito e merecem ser imitados.

É necessário desenvolver a individualidade responsável e consciente. E a melhor contribuição que a família, a escola e outras instituições podem dar ao desenvolvimento da cultura cívica do Brasil consiste em combinar essas duas atitudes: de um lado, a defesa da decisão pessoal; de outro, a valorização da responsabilidade do cidadão.

Por isso, considero o dispositivo exorbitante e limitativo, e estou de acordo com os artistas de rádio, de televisão e de teatro, que contra ele se manifestaram, pois tem servido para tolher até sua liberdade profissional.

Não é necessário ampliar a defesa desta emenda supressiva. Limito-me, assim, a pedir aos nobres colegas que a apóiem, atendendo, deste modo, a uma forte reivindicação dos artistas brasileiros.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Para encaminhar contra, concedo a palavra ao Constituinte Nelson Jobim.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON JOBIM:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, pretende o ilustre autor da emenda suprimir do texto do art. 20 o inciso XV, que dispõe:

“.....  
XV – exercer a classificação das diversões públicas.”

Pela sustentação feita há pouco por S. Ex.<sup>a</sup>, creio estar havendo grande confusão no que diz respeito às competências.

Não quero dizer, absolutamente, que com a supressão de dispositivos se esteja proibindo a classificação das diversões públicas. Há, aqui, a mera distribuição das competências das unidades federadas. Na medida em que se suprimir o inciso XV, não estaremos proibindo a classificação das diversões públicas, mas, sim – e isso tem que ficar muito claro – remetendo para os Estados o exercício de tudo que não estiver elencado nas competências da União.

É necessário que se compreenda que nos regimes federativos a distribuição das competências ditas administrativas, financeiras e legislativas faz-se com base em três técnicas: ou se enumeram as competências da União, reservando aos Estados federados aquilo que se considera poderes remanescentes, ou se concentra nos Estados federados a enumeração, ficando os poderes remanescentes com a União, ou, ainda, enumeram-se os poderes da União e os dos Estados.

Na Federação brasileira tradicional, que se ajusta, por exemplo, à forma utilizada no sistema federativo da União Soviética e nos dos Estados Unidos, enumeram-se as competências da União, e tudo aquilo que for aí incluído é da competência dos Estados federados.

O Sr. Relator adotou a técnica tradicional, dizendo, no § 1º do art. 27, que:

“São reservados aos Estados as competências que não lhes sejam vedadas por esta Constituição.”

Logo, se suprimirmos qualquer dos dispositivos elencados no art. 20, que corresponde às competências administrativas e não legislativas, tudo o que não se contiver ali compete ao Estado. Estaríamos, assim, transferindo aos Estados a competência classificatória das diversões públicas. Isto, repito, tem que ficar claro. É preciso lembrar que a supressão do dispositivo constitucional não equivale a uma proibição. Segundo o chamado princípio

da clausura, que vem desde a Revolução Francesa, tudo o que não está proibido está permitido. A Constituição não é um elenco de permissões; pode ser, isto sim, um elenco de proibições, porque tudo o que estiver proibido evidentemente não estará permitido. Tem de ficar bem claro, portanto, que tudo o que não estiver elencado como competência da União, na divisão de competências, é da competência dos Estados federados. Não está em questão o problema da censura, mas a quem compete a classificação.

Daí, com todo respeito ao eminente Constituinte, quero encaminhar contra, no sentido de que fique na competência da União esta ordem de classificação das diversões.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Concedo a palavra à Constituinte Sandra Cavalcanti, para encaminhar contra. **(Pausa)** S. Ex.<sup>a</sup> desiste.

Concedo a palavra ao Relator, Constituinte José Fogaça.

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – Sr. Presidente, Srs. membros da Comissão de Sistematização, este é um dos temas fundamentais e dos mais polêmicos da Assembléia Nacional Constituinte: a liberdade de expressão. É preciso, antes de mais nada, dizer que esta emenda supressiva parte de um cidadão, de um professor com uma longa vida dedicada à causa democrática, de retidão política, de coerência ideológica, e que, portanto, merece todo o nosso respeito.

Mas é preciso dizer que os temores de S. Ex.<sup>a</sup> são infundados. O 2º Substitutivo, no § 29 do art. 5º, diz, de forma alta e sonante:

“É livre a expressão da atividade intelectual, artística e científica, sem censura ou licença...”

Portanto, a liberdade de expressão, o direito à livre manifestação da criação, a cultura sem peias e sem freios, está assegurada nas liberdades e garantias fundamentais da Constituição.

O temor do nobre Constituinte é, pois, improcedente, tendo em vista o disposto no § 29 do art. 5º, que garante aos trabalhadores em cultura o direito à livre manifestação e à livre criação.

Por outro lado, se retirarmos da Constituição esse item, estaremos permitindo espaço – quem sabe? – para que na lei se insira um moralismo retrógrado, medieval e repressor. E a única forma de impedir, no futuro, que a lei venha a avançar no sentido desse moralismo estúpido, antiquado e retrógrado, é garantir, desde já, que ela seja meramente classificatória. Digo isto não na qualidade de Relator-Adjunto, mas como trabalhador em cultura, ligado às atividades de produção cultural neste País. **(Palmas)**

Perdoe-me, Prof. Florestan Fernandes. Tenho profunda admiração por V. Ex.<sup>a</sup>, por sua coerência ideológica, por sua retidão política e por sua nobilíssima intenção, mas a única maneira de impedirmos que, no futuro, a lei tenha um caráter repressivo, obscurantista, é, desde já, repito, assegurarmos que ela seja meramente classificatória. Por isso, menos como Relator e muito mais como trabalhador em cultura, digo ser essencial à liberdade de expressão a manutenção desse item. Isto, para que, futuramente, possamos fazer aquilo que o nobre ex-Ministro da Justiça Fernando Lyra e o ilustre Constituinte Sigmaringa Seixas, enquanto integrante do Ministério da Justiça, propuseram ao País: ao invés de uma lei de censura, que tenhamos uma lei de defesa da liberdade de expressão. Desta forma, não se reprimirá essa liberdade, mas, ao contrário, se estará garantindo o direito à livre expressão do pensamento.

A Relatoria, portanto, vota pela manutenção do texto.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Em votação.

**(Procede-se à votação)**

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Ademir Andrade, Aluizio Campos, Haroldo Sabóia, Paulo Ramos, Vilson Souza e José Genoíno. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Almir Gabriel, Artur da Távola, Carlos Mosconi, Cid Carvalho, Egídio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Lyra, João Calmon, José Fogaça, José Geraldo, José Ulisses de Oliveira, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nilson Gibson, Oswaldo Lima Filho, Raimundo Bezerra, Rodrigues Palma, Sigmaringa Seixas, Roberto Brant, José Tavares, Antonio Mariz, José Costa, Israel Pinheiro, Nelson Wedekin, Vicente Bogo, Octávio Elísio, Euclides Scalco, Alcení Guerra, Aloysio Chaves, Arnaldo Prieto, Christóvam Chiaradia, Edme Tavares, Eraldo Tinoco, Inocêncio Oliveira, José Jorge, José Lins, José Santana de Vasconcellos, Luís Eduardo, Oscar Corrêa, Sandra Cavalcanti, Enoc Vieira, Paes Landim, Jonas Pinheiro, Valmir Campelo, Gilson Machado, Antônio Carlos Konder Reis, Gerson Peres, Jarbas Passarinho, José Maurício, Vivaldo Barbosa, Bocayuva Cunha, Francisco Rossi, Gastone Righi, Ottomar Pinto, Plínio Arruda Sampaio, Sotero Cunha, Haroldo Lima e Roberto Freire.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 06 Constituintes; votaram NÃO 58 Constituintes. Total: 64 votos. O Destaque foi **rejeitado**.

Conseqüentemente, estão prejudicados os de igual natureza, os de nºs 4757, de autoria do nobre Constituinte Maurício Fruet, e 7944, de autoria do nobre Constituinte Paulo Ramos.

**Destaque nº 528-87 – Emenda nº ES-23984-8, do Sr. José Genoíno, “que modifica o inciso XVII do art. 54 do Substitutivo nº 1 (art. 20, inciso XV, Substitutivo nº 2)”.**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Passemos às emendas substitutivas.

Sobre a mesa requerimento de autoria do nobre Constituinte José Genoíno, solicitando, nos termos regimentais, preferência para votação do Destaque nº 0528, referente ao Capítulo II do Título III, art. 20, inciso XV, do 2º Substitutivo. Em votação.

Os Srs. Constituintes que estão de acordo com a concessão da preferência queiram permanecer como se encontram. **(Pausa)** Aprovada.

Em votação o Destaque nº 528, requerido pelo Constituinte José Genoíno. Tem S. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, chamo a atenção de V. Ex.<sup>as</sup> para o nosso destaque, que procura adequar o que já votamos em relação a esta matéria no Título I do Projeto de Constituição, no qual ficou definido que “é livre a expressão de atividades intelectuais, artísticas e científicas, sem censura ou licença...”

A matéria já está aprovada, portanto, o que representou uma conquista democrática importante na Assembléia Nacional Constituinte.

Que pretende minha emenda ao inciso XV? Procura estabelecer uma cautela em relação ao inciso XV, que diz: “exercer a classificação de diversões públicas”. Qual o sentido desta classificação? Qual o seu alcance? A que conduz esta classificação? O que estamos pretendendo na emenda é, simplesmente, adequar a expressão ao texto já aprovado e onde se lê:

“Exercer a classificação para efeito indicativo de diversões públicas.”

Por conseqüente, se não estiver acrescida do que propõe esta emenda aditiva, a classificação pode ser proibi-

tiva, pode transformar-se em censura, pode exercer, enfim, uma ação coercitiva junto às pessoas, em relação às diversões públicas.

Por isso, apelo a V. Ex.<sup>as</sup> para que, coerentemente com o voto anterior desta Comissão, relativamente à censura, no Título I, aprovem este destaque, que estabelece uma cautela essencial, ao precisar esse caráter classificatório. O destaque define o sentido da classificação, que, a nosso ver, deve ser claramente indicativa.

Estariamos, no caso, dando seqüência ao anteriormente votado no Título I.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Para encaminhar contra, dou a palavra à Constituinte Sandra Cavalcanti.

**A SRA. CONSTITUINTE SANDRA CAVALCANTI:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, a Casa já deliberou sobre a matéria, na última votação, ao rejeitar o destaque supressivo solicitado pelo Constituinte Florestan Fernandes. Mas, como vem acontecendo, parece-me que ficaremos aqui, hoje, nesta sessão matutina meio surrealista, votando várias vezes a mesma matéria. Agora, por exemplo, o Constituinte José Genoíno apresenta emenda substitutiva e, na pauta dos trabalhos, provavelmente na mesa, deve estar a emenda que tenho em mãos, que, logo a seguir, deverá ser objeto de deliberação e que embora um pouco mais abrangente, trata do mesmo assunto. Isto, repito tem acontecido sempre, voltamos a votar sempre as mesmas coisas, para, devagar, ir acrescentando, aqui e ali, alguma palavra.

A emenda seguinte, de nº 23.984, também do Constituinte José Genoíno, diz:

“Exercer a classificação para efeito indicativo de diversões públicas e de programas de telecomunicações.”

Não sei se S. Ex.<sup>a</sup> manterá a emenda ou a retirará. Caso retire alguma, seria mais interessante retirar logo esta, objeto de deliberação, para não se gastar tempo desnecessário com a votação e discutirmos logo a emenda subsequente. Ela estabelece não apenas que se faça a classificação para as chamadas diversões públicas, mas também que haja classificação para programas – imagino que de rádio e de televisão –, aqui redigidos como programas de telecomunicação”.

Acrescentar-se apenas a expressão “para efeito indicativo” seria desnecessário, já que classificação, evidentemente, significa que a autoridade legisla sobre a matéria com o objetivo de indicar o padrão de espetáculo a ser exibido. Na emenda subsequente, porém, o Constituinte José Genoíno faz referência específica a rádio e televisão. Isto, sim, parece-me um acréscimo rico e importante para o nosso texto, porque, de fato, diversão pública – seja teatro, circo, cinema ou qualquer espetáculo em outro recinto – significa que os frequentadores normalmente pagam para assistir aos espetáculos. Quem faz o serviço de classificação e informação indica o limite de idade e também se dá, muitas vezes, ao trabalho de explicar que a exibição de certo tipo de filme, por exemplo, no território nacional, só poderá ocorrer em salas especiais. É uma indicação, uma classificação; não uma proibição.

Com os programas de rádio e de televisão é diferente. Esses entram em nossas casas, sem necessidade de pagamento de ingresso. E o que está acontecendo, neste momento, em matéria de pornografia, no rádio e, sobretudo, na televisão, em nosso País, é um escândalo nacional, é uma vergonha! A sociedade brasileira está sendo agredida, diariamente, no recinto de seus lares, por certos espetáculos cuja exibição só deveria ser liberada para salas especiais, onde pessoas que gostam dessa espécie de diversão são dadas ao luxo de pagar para vê-la.

Não sou a favor de uma censura retrógrada, antiquada, rígida, quadrada e fascista. Não é assim que a cultura no Brasil deve ser defendida. Mas uma coisa é permitir a livre expressão do artista, não proibir a exibição de filmes ou a encenação de peças teatrais. Agora, rádio e televisão merecem realmente que a classificação seja mais bem feita, especialmente no que diga respeito às novelas que entram em nossas casas. Essas novelas, que estão sendo exibidas neste momento, enquanto trabalhamos aqui, envergonham qualquer país civilizado. O que tenho ouvido do público estrangeiro é de estarrecer. Pessoas que vêm dos países mais livres, das democracias mais exemplares, afirmam que nunca imaginaram cenas como essas exibidas em televisão sem ser a cabo ou comercial, nas casas de famílias, sem que a sociedade tenha como defender-se.

Peço perdão por ter ido além do meu tempo. Sr. Presidente. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Gostaria de ouvir o nobre Constituinte José Genoíno, diante da argumentação da nobre Constituinte Sandra Cavalcanti. Há, realmente, outro requerimento de S. Ex.<sup>a</sup>, mais abrangente, que também fala da classificação para efeito indicativo de diversão pública, incluindo programas de televisão. A Constituinte Sandra Cavalcanti sugeriu a retirada do Destaque nº 528 para votarmos o seguinte.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Atendo à solicitação da nobre Constituinte Sandra Cavalcanti. Portanto, retiro o Destaque nº 528 e mantenho o Destaque nº 494.

O Constituinte Artur da Távola já está na tribuna para defendê-lo.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Retirado o destaque anterior.

**Destaque nº 000494-87 – Emenda nº ES-23984-8, do Sr. José Genoíno, “que modifica o inciso XV do art. 31 do Substitutivo nº 1 (art. 20, XV do Substitutivo nº 2)”. (21ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Em votação o Destaque nº 494, requerido pelo Constituinte José Genoíno.

Para defender a proposição, tem a palavra o Constituinte Artur da Távola.

**O SR. CONSTITUINTE ARTUR DA TÁVOLA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a rigor, estamos vivendo uma certa confusão. No fundo, pelo afã de se colocar como matéria de competência da União a possibilidade ou não da censura.

A meu juízo, laboraremos em equívoco se tentarmos resolver nossas preocupações em relação à censura neste parágrafo. A matéria foi muito bem regulada por esta Assembléia Nacional Constituinte, quando da votação do § 29 do art. 5º, referente aos direitos individuais. Diz o § 29:

“É livre a expressão da atividade intelectual, artística e científica, sem censura ou licença. Aos autores pertence o direito exclusivo...”

Esta Assembléia já aprovou a extinção da censura em matéria de criação artística, científica ou cultural de qualquer natureza. Assim, ao longo dos capítulos subsequentes, tanto na área de cultura como na de comunicação, e também – embora aqui não entre a censura – na área de educação, o texto do Constituinte de 1987 garante o mais amplo exercício das liberdades.

Portanto, a meu ver, e muito sinceramente, não há o menor cabimento fazermos, neste momento, uma “guerrinha” subjacente ao texto entre os que são favoráveis a esquemas um pouco mais rígidos de censura, no caso das diversões públicas, e os que não são favoráveis a

essa rigidez. Não há o menor fundamento, porque o que pretende o texto é apenas garantir como atribuição da União o exercício de uma atividade sobre o desempenho das diversões públicas.

Embora todos concordemos com o que se está legislando sobre a competência da União nessa matéria, o que nos divide, no momento, é o conceito da palavra "classificação". Para alguns o trabalho de classificação envolve ou pode envolver uma censura, na medida em que o organismo competente determina que certa película ou programa de televisão é proibido para menores de 16 anos, por exemplo. É verdade que dessa forma haveria mesmo censura. Contudo, a expressão mais adequada seria "não aconselhável", o fato já não implica censura, mas classificação. Este caráter classificatório, portanto, possui uma interpretação absolutamente subjetiva, da qual nenhum de nós sairá.

Daí por que me parece, apesar da redundância, que a Emenda Genoíno tem absoluta procedência, já que não institui a censura nas diversões públicas e nos meios de telecomunicação, ao referir-se ao caráter indicativo, para efeito indicativo, mas elimina a possibilidade de a classificação vir a ter uma interpretação restritiva. Então, caberá ao órgão encarregado da matéria sugerir as faixas etárias para as quais determinado programa é ou não aconselhável. Por conseguinte, apesar da relativa redundância, a expressão "indicativo", no caso, pretende tornar mais clara a atividade desse órgão.

É muito curioso este argumento. Em geral, é utilizado por pessoas que vêm no Estado uma entidade próxima ao Moloch devorador, que constantemente acusam o Estado de uma série de arbitrariedades e invasões na ordem privada. Paradoxalmente, no entanto, quando se trata de repressão, são essas mesmas pessoas que querem um Estado repressor.

Certa vez, o compositor Maurice Ravel foi agraciado com a mais alta láurea do Governo francês – a Legião de Honra da França. Tímido, recatado e silencioso, Ravel, sem qualquer alarde, recusou aquela alta honraria que a República Francesa lhe tributava não apenas como grande compositor, mas pelo fato de, embora sem nenhuma condição física, ter-se inscrito junto às forças francesas na guerra de 1914. Ravel recusou a Legião de Honra da França com este argumento: não reconheço ao Estado o direito de escolher quem deve ou não receber a mais alta láurea da República Francesa.

É um fato curioso.

Devemos reconhecer ao Estado a plenitude de poderes na indicação sobre o que deve ou não ser visto pelo povo? É o Estado a entidade adequada para a realização desse mister? Curiosamente – repito – setores que habitualmente vêm no Estado um Moloch devorador são os que, no tocante à repressão, à censura, querem o Estado extremamente aparelhado.

No Chile, antes de Pinochet, essa tarefa não era realizada pela polícia, mas, sim, pela Biblioteca Nacional. Recordo-me bem desse fato, porque estive exilado naquele país. Então, é justo que se tenha um organismo de classificação, não de proibição. E que este organismo não seja policial, pois não cabe à polícia resolver o que, por exemplo o meu filho deve ver. Daí a indicação da emenda, que, sem qualquer trocadilho, ao colocar a palavra "indicativo", defere ao organismo que tem essa tarefa – não necessariamente um organismo policial – apenas o poder de indicar quais as faixas etárias para as quais esse ou aquele espetáculo é destinado.

Esta a razão por que sugiro aos Srs. Constituintes que apóiem a emenda em questão. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A Presidência consulta a Relatoria se deseja fazer uso da palavra.

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – Sim, Sr. Presidente.

A Relatoria confessa que se sente um tanto confusa em relação ao que realmente está sendo proposto. A Constituinte Sandra Cavalcanti fez, da tribuna, uma proposta que aparentemente suprime uma parte da emenda. Ou esta ficaria como está?

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Eis o texto:

"Exercer a classificação, para efeito indicativo de diversões públicas e de programas de telecomunicações."

O outro destaque foi retirado. O que vai a votos é o que acabei de ler.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Em tempo oportuno, por sugestão da Constituinte Sandra Cavalcanti, o Constituinte José Genoíno retirou o primeiro destaque, que toca apenas a forma de censura indicativa, de modo geral. E, depois, manteve o segundo destaque, que diz:

"Exercer a classificação para efeito indicativo de diversões públicas e de programas de telecomunicações."

É isso que estamos votando. (Pausa)

Qual a conclusão do Sr. Relator?

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – Na verdade, a Relatoria não vê grande mudança em relação ao texto. Mas, como se trata de uma singular convergência entre a Constituinte Sandra Cavalcanti e o Constituinte José Genoíno, não há por que não acolher a emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Passemos à votação.

(Procede-se à votação.)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Almir Gabriel, Aluizio Campos, Artur da Távola, Carlos Mosconi, Cid Carvalho, Egídio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Gasparian, Fernando Lyra, Haroldo Sabóia, João Calmon, João Herrmann Neto, José Fogaça, José Geraldo, Milton Reis, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nelson Friedrich, Nilson Gibson, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Raimundo Bezerra, Rodrigues Palma, Severo Gomes, Sigmaringa Seixas, Wilson Martins, Roberto Brant, João Natal, José Tavares, Antonio Mariz, José Costa, Israel Pinheiro, Nelson Wedekin, Vilson Souza, Vicente Bogo, Octávio Elísio, Euclides Scalco, Alcení Guerra, Christóvam Chiaradia, Edme Tavares, Marcondes Gadelha, Inocêncio Oliveira, José Jorge, José Lins, José Santana de Vasconcellos, Luis Eduardo, Osvaldo Coelho, Sandra Cavalcanti, Enoc Vieira, Jonas Pinheiro, Valmir Campelo, Gilson Machado, Antônio Carlos Konder Reis, Gerson Peres, Jarbas Passarinho, Adylson Motta, Brandão Monteiro, José Maurício, Vivaldo Barbosa, Francisco Rossi, Gastone Righi, Ottomar Pinto, José Genoíno, Sotero Cunha e Haroldo Lima. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Aloysio Chaves, Oscar Corrêa, Paes Landim, Plínio Arruda Sampaio e Roberto Freire. **ABSTENÇÃO** do Senhor Constituinte Eraldo Tinoco.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram **SIM** 67 Constituintes; votaram **NÃO** 5 Constituintes; absteve-se de votar 1 Constituinte. Total: 73 votos. O Destaque foi **aprovado**. Em consequência, fica prejudicado o de nº 841, semelhante, de autoria do Sr. Constituinte Haroldo Lima.

Srs. Constituintes, de acordo com a decisão tomada ontem pelos Srs. Líderes, vamos interromper a sessão, para que aqueles que desejem cumprimentar os novos Ministros possam fazê-lo e, em seguida, retornem à Casa. Se não houver número, reiniciaremos os trabalhos às 14 horas.

**O SR. CONSTITUINTE OSCAR CORRÊA:** — Sr. Presidente, peço a palavra, para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** — Tem a palavra, para uma questão de ordem, o Sr. Constituinte Oscar Corrêa.

**O SR. CONSTITUINTE OSCAR CORRÊA:** — Data venia, Sr. Presidente, creio que seria uma solução mais adequada se V. Ex.<sup>a</sup> fixasse o horário para reinício dos trabalhos. De outra forma, alguns Constituintes voltariam, V. Ex.<sup>a</sup> reabriria a sessão, eventualmente, e até haveria **quorum** para a votação. Entretanto, outros colegas não regressariam e, daí, alguns projetos poderiam ser aprovados, mas outros seriam prejudicados pela ausência dos Constituintes interessadas na matéria.

Acho, portanto, de bom alvitre que V. Ex.<sup>a</sup> defina desde já a hora do reinício da sessão, que sugiro seja 14 horas.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** — Devo informar a V. Ex.<sup>a</sup> que, aqui, sou mandatário das decisões dos Líderes, que ontem combinaram que seria necessário, provavelmente, interromper a sessão apenas durante uma hora, dando tempo para voltarmos e completarmos a sessão, que prosseguiria até às 13 horas. Para compensar o tempo perdido entre ir ao Palácio do Planalto e voltar aqui, começaríamos mais cedo a sessão da tarde. Mas estou convencido de que não haverá **quorum**. De qualquer modo, virei e esperarei. Se não houver número, não haverá sessão.

## V – SUSPENSÃO DA REUNIÃO

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** — A Presidência vai suspender os trabalhos, convocando os Senhores Constituintes para a continuação da presente reunião, para hoje, 23-10-87, às 13:00 horas.

Está suspensa a reunião.

## EM 23 DE OUTUBRO DE 1987

Presidência dos Srs.: **Jarbas Passarinho**, Terceiro Vice-Presidente **Fernando Henrique Cardoso**, Quarto-Vice-Presidente; **Aluizio Campos**, Primeiro-Vice-Presidente; **João Menezes**, Presidente em exercício.

## I – REABERTURA DA REUNIÃO

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** — Havendo número regimental, declaro reaberta a reunião.

## II – ORDEM DO DIA

### VOTAÇÃO DO PROJETO DE CONSTITUIÇÃO

#### TÍTULO III (Continuação)

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** — Passa-se à votação do inciso XVII do art. 20. Há um destaque supressivo, de n.º 6.500, de autoria do nobre Constituinte Aluizio Campos. Este destaque suprime o inciso XVII, que diz:

“Planejar e promover a defesa permanente contra as calamidades públicas, especialmente as secas e as inundações.” **(Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup> retira o destaque. **(Palmas)**

Em votação o Destaque n.º 3194, requerido pelo Constituinte José Lins, referente à Emenda n.º 34484.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** — Sr. Presidente, trata-se de emenda extremamente simples. Como se sabe, hoje os movimentos em defesa das populações vitimadas pelas calamidades públicas no País são organizados pelas

comunidades. De modo que a redação que oferecemos é a seguinte:

“Planejar e promover a defesa civil permanente quanto às calamidades públicas, especialmente, as secas e inundações, conforme dispuser a lei.”

Esta é a sugestão que apresento à consideração de V. Ex.<sup>a</sup> e aos meus pares.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** — Usou V. Ex.<sup>a</sup> a palavra para defender o destaque?

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** — Sim, Sr. Presidente, e como o texto é muito claro, não precisamos perder tempo.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** — O tempo seria essencial agora se V. Ex.<sup>a</sup> defendesse a sua proposição.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** — Sr. Presidente, retiro o destaque. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** — Passa-se ao inciso XVIII, que institui o sistema nacional de gerenciamento de recursos hídricos e define critérios de outorga de direitos de seu uso.

Destaque n.º 2104, requerido pelo Constituinte João Paulo, referente à Emenda n.º 29748. **(Pausa)** S. Ex.<sup>a</sup> está ausente. Prejudicado o destaque.

Destaque n.º 2172 também requerido pelo Constituinte João Paulo. Por continuar ausente S. Ex.<sup>a</sup>, está prejudicado o destaque.

Na planilha, V. Ex.<sup>as</sup> encontram destaque de iniciativa do Constituinte Manoel Moreira, que foi retirado previamente.

Destaque n.º 5332, requerido pelo Constituinte Virgildásio de Senna. S. Ex.<sup>a</sup> está ausente, mas indicou para defender o destaque o Constituinte Celso Dourado, que também está ausente; conseqüentemente, está prejudicado o destaque.

Passa-se, assim, ao inciso XIX.

Destaque n.º 2172, requerido pelo Constituinte João Paulo. **(Pausa)** S. Ex.<sup>a</sup> está ausente. Prejudicado o destaque.

Passamos agora ao inciso XX, que estabelece princípios e diretrizes para o sistema nacional de transportes e viação.

Em votação o Destaque n.º 7692, requerido pelo Constituinte Álvaro Antônio. **(Pausa)** Estando S. Ex.<sup>a</sup> ausente, fica prejudicado o destaque.

Passa-se a inciso XXI, cujo teor é o seguinte:

“Inciso XXI – Executar o serviço de polícia marítima, aérea e de fronteira, e nas rodovias e ferrovias federais, a repressão a crimes contra a vida e o patrimônio.”

Sobre a mesa requerimento de preferência, objeto da iniciativa do Constituinte Gastone Righi, para votação da Emenda n.º 26039, de sua autoria e o Destaque n.º 3873.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** — Retiro a preferência.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** — V. Ex.<sup>a</sup> retira a preferência, mas não o destaque.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** — Sim.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** — Votação do Destaque n.º 1657, requerido pelo Constituinte Délio Braz. **(Pausa)** S. Ex.<sup>a</sup> encontra-se ausente. Prejudicado o destaque.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** — Sr. Presidente, peço que seja dada preferência para a emenda seguinte, de autoria do Constituinte Farabulini Júnior. É supressiva, portanto, deve ter preferência.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Constituinte Gastone Righi, V. Ex.<sup>a</sup> poderá encontrar referência às emendas supressivas na planilha. Elas não foram colocadas na frente, como é da ordem regimental, porque ambas já foram atendidas.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Mas não vejo como. A emenda visa a suprimir a expressão “e por este mesmo órgão nas rodovias e ferrovias federais”, na parte referente a “crimes contra a vida e o patrimônio”. E isto continuou constando do Substitutivo.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – V. Ex.<sup>a</sup> poderia explicar, pois não estou vendo isto na planilha. Vejo apenas duas emendas supressivas. Uma, de iniciativa do Constituinte Carlos Sant’Anna, e outra, do Constituinte Paes Landim.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Não, Sr. Presidente; uma, do Constituinte Farabulini Júnior, e outra, de Paes Landim.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Não estou com a do Constituinte Farabulini Júnior. Vou consultara Secretaria.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr. Presidente, a emenda é a de nº 28380-4.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Constituinte Gastone Righi, assiste razão a V. Ex.<sup>a</sup> Havia um equívoco de informação, porque houve troca da expressão “ferrovia” por “rodovia”. De maneira que V. Ex.<sup>a</sup> pede preferência porque é supressiva.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr. Presidente, para possibilitar o andamento dos trabalhos da Comissão de Sistematização, não seria exatamente este o momento de submetermos uma emenda à votação, quando podemos ter a passagem, através de V. Ex.<sup>a</sup>, de um grande número de emendas que poderão estar prejudicadas ou cujo autor não esteja presente? Poderíamos deixar para depois a votação desta emenda, com a inversão da pauta. Concordam as demais Lideranças com o procedimento?

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Acho que não haverá necessidade disso. Pretendia – até agora fui bem sucedido – eliminar as matérias suscetíveis de supressão, sem haver contencioso. Quando chegar o momento de a primeira matéria ser votada, eu verificarei a existência ou não de **quorum** e, neste caso, acionarei a campanha.

Então, diante da evidente falta de **quorum** constitucional para a votação, interrompo a sessão, esperando que se complete o **quorum** necessário.

(A reunião é suspensa)

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Está reaberta a reunião.

**Destaque nº 002807-87 – Emenda nº ES-28380-4, do Sr. Farabulini Júnior, que suprime do inciso XXI do art. 31 as expressões “e, por este mesmo órgão, nas rodovias e ferrovias federais, na parte referente a crimes contra a vida e o patrimônio” do Substitutivo nº 1 (art. 20, inciso XXI, Substitutivo nº 2) (220ª votação).**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Em votação o Destaque nº 2807, requerido pelo nobre Constituinte Farabulini Júnior, referente à Emenda nº 28380, que diz respeito ao Substitutivo nº 1. Há indicação para o nobre Constituinte Gastone Righi fazer a defesa do destaque. Esta emenda manda suprimir, tomando o Substitutivo nº 1, e não o nº 2, as expressões que estão no fim do art. 31, inciso XXI, a partir das expressões: “e, por este mesmo órgão, nas rodovias e ferrovias federais, na parte referente a crimes contra a vida e o patrimônio”.

Tem a palavra o Constituinte Gastone Righi.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, neste dispositivo está estabelecido que cabe à União, através da Polícia Federal, executar os serviços de polícia marítima, aérea e de fronteiras. E no mesmo dispositivo, o inciso XXI, completa-se com a seguinte expressão: “e, por este mesmo órgão, nas rodovias e ferrovias federais, na parte referente a crimes contra a vida e ao patrimônio.” Srs. Constituintes, as rodovias federais no Brasil se constituem numa grande malha rodoviária que corta toda a extensão territorial brasileira, interligando Estados a Estados. Ocorre que estas rodovias federais também interligam municípios a municípios, e, às vezes, bairros de municípios a bairros do mesmo município. A Polícia Federal não tem, em nenhuma rodovia federal do País, em centenas de milhares de quilômetros, um único posto policial. Da mesma forma nas ferrovias federais. Portanto, dar-se essa tarefa à Polícia Federal é, na verdade, deixarmos impunes os crimes contra a vida e contra o patrimônio em grande parte do território nacional. E, percebam bem, são para as rodovias federais que ocorrem todos os criminosos em fuga, depois de qualquer crime. A Polícia Federal não tem forças para esse patrulhamento, para se desincumbir dessa tarefa.

Esta emenda é de um ilustre Constituinte da minha bancada, Farabulini Júnior, que antes conversou com as autoridades policiais deste País e, eu próprio me comuniquei com as diversas associações de delegados, com diversos policiais militares do Estado e, finalmente, com o Dr. Romeu Tuma, Chefe da Polícia Federal brasileira, que ainda ontem voltava a falar comigo por telefone e me dizia que apelasse à Assembléia Nacional Constituinte para não atribuir esse tipo de tarefa à Polícia Federal, porque seria irreal, seria impossível dela se desincumbir, não só agora, mas, dentro dos próximos vinte ou trinta anos – quem sabe? – por muito mais tempo. Seria a desvirtuação da função da Polícia Federal, com uma tarefa muitas e muitas vezes superior à totalidade dos seus serviços e dos seus empenhos no momento. Assim, apelo ao bom senso da Assembléia para que seja suprimida esta parte do artigo.

Muito obrigado, Senhores.

**O SR. CONSTITUINTE OSCAR CORRÊA:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Oscar Corrêa para uma questão de ordem.

**O SR. CONSTITUINTE OSCAR CORRÊA:** – Sr. Presidente, a emenda do ilustre Constituinte Farabulini Júnior refere-se ao texto do 1º Substitutivo onde está escrito claramente que, “através da polícia federal, e, por este mesmo órgão, nas rodovias federais...” No entanto, Sr. Presidente, o 2º Substitutivo é omissivo em relação a qual seria a autoridade a efetuar esse tipo de repressão, especificamente contra a vida e contra o patrimônio. Indago a V. Ex.<sup>a</sup> se essa emenda continua a ter validade quando a matéria que ela visa a substituir não existe no texto que está sendo emendado. Confesso a V. Ex.<sup>a</sup> que, em princípio, sou favorável à proposta do ilustre Constituinte Farabulini Júnior, mas me ocorre esta dúvida.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Vejamos se posso esclarecer a questão a V. Ex.<sup>a</sup> A emenda apresentada – e eu já esclareci ao Constituinte Gerson Peres – suprime expressão, no art. 31, do inciso XXI, do 1º Substitutivo, cujo texto é o que passo a ler a V. Ex.<sup>a</sup>:

“Art. 31. Compete à União:

.....  
XXI – executar os serviços de polícia marítima, aérea e de fronteira, através da polícia federal, e, por este mesmo órgão, nas rodovias e ferrovias federais, na parte referente a crimes contra a vida e o patrimônio.”

Na defesa da emenda, o Constituinte Gastone Righi mostrou que a intenção do legislador, embora muito boa, não deve figurar na Constituição. O assunto deve ser tratado pela legislação ordinária, para que a defesa da vida e do patrimônio nas vias de acesso sejam asseguradas pela lei. Essa a razão.

**O SR. CONSTITUINTE OSCAR CORRÊA:** – Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Presidente. Neste caso, sendo aprovada a emenda exclui-se a expressão “referente a crimes contra a vida e o patrimônio”?

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Exato.

**O SR. CONSTITUINTE OSCAR CORRÊA:** – Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Concedo a palavra ao Constituinte José Tavares para defender a proposta.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ TAVARES:** – Sr. Presidente, nobres colegas, pelo que pude observar, seria até dispensável manifestar a minha posição favorável à emenda que está sendo destacada. Contudo, nunca é demais aduzir algumas palavras, apesar da quase absoluta falta de atenção por parte do Plenário da Comissão de Sistematização a respeito desse importante assunto. Depois de respondida a questão de ordem formulada pelo Constituinte Oscar Corrêa, tenho a impressão de que ficou mais claro ainda o que estamos a analisar. Na verdade, o que pretendemos com a Emenda Farabulini Júnior é suprimir as expressões: “e, por este mesmo órgão, nas rodovias e ferrovias federais, na parte referente a crimes contra a vida e o patrimônio”. Porque, se mantivermos este texto na Constituição, ficará de competência exclusiva da Polícia Federal, que não tem condições de resolvê-los nem interesse, além de criar conflito de competência nos Estados e Municípios. Por isso, é de absoluta oportunidade que esta Comissão aprove e acolha a emenda do Constituinte Farabulini Júnior. Esta emenda objetiva escoimar do texto expressões absolutamente desnecessárias. Com isto estaremos cumprindo com o nosso dever de analisar artigo por artigo, inciso por inciso, e aprovar aquilo que é conseqüente. É o que estamos procurando fazer nesta hora.

Portanto, conto com a compreensão, o entendimento e o apoio dos companheiros para o acolhimento desta emenda e, conseqüentemente, a supressão dessas expressões. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Concedo a palavra ao Relator.

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – Depois da exposição, que não deixou margem a nenhuma discussão sobre a matéria, a Relatoria acolhe a emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Em votação.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Ademir Andrade, Alfredo Campos, Aluizio Campos, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Celso Dourado, Egídio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, Antônio Britto, José Fogaça, José Paulo Bisol, José Richa, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nelton Friedrich, Nilson Gibson, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Raimundo Bezerra, Sigmaringa Seixas, Virgildásio de Senna, Wilson Martins. Israel Pinheiro, José Costa, José Maranhão, Nelson Wedekin, Octávio Elísio, Vicente Bogo, Vilson Souza, Aloysio Chaves, Arnaldo Prieto, Edme Tavares, Eraldo Tinoco, Marcondes Gadelha, Inocêncio Oliveira, José Lins, José Santana de Vasconcellos, José Thomaz Nonô, Luís Eduardo, Oscar Corrêa, Valmir Campelo, Jonas Pinheiro, Gilson Machado, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Gerson Peres, Jarbas Passarinho, Adyl-

son Motta, Floriceno Paixão, José Maurício, Vivaldo Barbosa, Francisco Rossi, Gastone Righi, Plínio Arruda Sampaio, José Genoíno, Adolfo Oliveira, Roberto Balestra, Aldo Arantes, Roberto Freire e Beth Azize.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 65 Constituintes. Total: 65 votos. O Destaque foi **aprovado**.

Durante a chamada nominal da votação do Destaque nº 002807-87, o Sr. **Jarbas Passarinho**, 3º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. **Fernando Henrique Cardoso**, 4º Vice-Presidente.

Passamos, agora, ao Destaque nº 7000, do Constituinte José Carlos Grecco. Está prejudicado o destaque, pois trata de matéria semelhante, além de estar ausente o seu autor.

O Destaque nº 6783, do Constituinte Carlos Sant’Anna, já foi atendido. O mesmo ocorre com o do Constituinte Paes Landim, de nº 8356.

Passamos, portanto, ao art. 20, inciso XXII.

Há um destaque do Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva de nº 1883. S. Ex.<sup>a</sup> está ausente. O destaque está prejudicado.

Destaques nº 2223, do Constituinte João Paulo. S. Ex.<sup>a</sup> está ausente. O destaque está prejudicado.

**Destaques nº 5943 – Emenda nº ES-32661-9, do Sr. Eduardo Jorge, “que adita artigos no Capítulo II do Título IV do Substitutivo nº 1 (art. 20, inciso XXII do “Substitutivo nº 2)”.**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Destaque nº 5943, do Constituinte Eduardo Jorge. S. Ex.<sup>a</sup> está ausente, mas há indicação para que o Constituinte Fábio Feldmann encaminhe a votação do destaque.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr. Presidente, de que é o destaque? Não encontro o número da emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – O autor do destaque é o Constituinte Eduardo Jorge; o Constituinte Fábio Feldmann é co-autor e tem indicação para defendê-lo. O número do destaque é 5943, referente à Emenda nº 32661-9.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – O destaque foi acrescentado agora, porque não constava...

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Tenho a impressão de que V. Ex.<sup>a</sup> tem razão, pois há no destaque a rubrica: “Inclua-se, onde couber...”

**O SR. CONSTITUINTE OSCAR CORRÊA:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Ouço V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. CONSTITUINTE OSCAR CORRÊA:** – Sr. Presidente, a emenda do ilustre Constituinte Fábio Feldmann, de nº 32661, ainda que possa ser incluída “onde couber”, parece-me que deve ser discutida agora, porque o inciso XXII do art. 20 trata desta atividade.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – V. Ex.<sup>a</sup> tem razão; ela está mal classificada.

Peço, pois, ao Constituinte Fábio Feldmann que faça uso da palavra, para encaminhar a votação do Destaque nº 5943, referente à Emenda nº 32661-9.

Lerei o destaque para S. Ex.<sup>a</sup>

“Art. Proibe no território nacional a instalação e funcionamento de reatores nucleares para a produção de energia elétrica, exceto para finalidades científicas.



§ 1º As demais atividades nucleares serão exercidas mediante rígido controle do poder público, assegurando-se a fiscalização supletiva pelas entidades representativas da sociedade civil.

§ 2º A responsabilidade por danos decorrentes de atividade nuclear independe da existência de culpa, vedando-se qualquer limitação relativa aos valores indenizatórios.

Art. ...Proíbe-se a importação, fabricação e transporte de artefatos bélicos nucleares, competindo ao Presidente da República o fiel cumprimento desses dispositivos, sob pena de responsabilidade prevista na Constituição."

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr. Presidente, vários dispositivos já foram aqui votados. Não é possível o **bis in idem**. Seria necessário que o autor, então, escolhasse a emenda, porque não podemos votar duplamente o mesmo assunto.

Constituinte Fábio Feldmann, V. Ex.<sup>a</sup> deveria dar por prejudicado o destaque.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – É preciso que se verifique a procedência, porque realmente esta é uma emenda aditiva muito ampla e eventualmente pode haver se chocado com outra. Gostaria que V. Ex.<sup>as</sup>, em questão de ordem me indicassem com que matéria se choca, porque a Mesa não me fornece tal informação.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Por exemplo, a proibição e funcionamento de reatores nucleares, as atividades nucleares exercidas mediante controle do Congresso Nacional; a responsabilidade por danos decorrentes da atividade nuclear independem de culpa. A proibição da importação, fabricação e transporte de artefatos bélicos, todas essas matérias já foram votadas.

Sr. Presidente, V. Ex.<sup>a</sup> tem razão. Esta emenda é tão ampla que deveria ser votada à época, antes de serem submetidas à votação outras matérias nela introduzidas. Votá-la agora não é possível. Estaríamos votando vários itens cuja votação já foi realizada.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Vou pedir a opinião do Relator sobre a matéria, porque S. Ex.<sup>a</sup> sabe o que já foi incorporado ou não no texto e poderá esclarecer se está prejudicada.

Tenho a impressão, Constituinte Fábio Feldmann, de que a emenda de V. Ex.<sup>a</sup> estaria melhor enquadrada no art. 199.

**O SR. CONSTITUINTE ERALDO TINOCO:** – Sr. Presidente, é exatamente este aspecto que gostaria de levantar.

Não discuto o fato de a matéria já ter sido votada. Mas é evidente que ela não cabe no artigo que estamos votando. O art. 20 trata das competências da União. O seu **caput** é claro: "Compete à União..." É evidente que não cabe neste artigo, entre as competências da União, a proibição de que se exerça atividade nuclear.

Sugiro ao ilustre Constituinte que procure classificar a matéria no local próprio, porque, quanto ao mérito, nem quero discutir-lo neste momento.

**O SR. CONSTITUINTE FÁBIO FELDMANN:** – Sr. Presidente, posso dar a seguinte explicação: este dispositivo tinha sido aprovado na Comissão de Ordem Social e o Relator Bernardo Cabral transferiu a questão nuclear para a competência da União. Assim, tive que colocá-la onde o relator tratou da questão nuclear, e S. Ex.<sup>a</sup> não o fez em nenhuma outra parte do texto. Então, tinha que discuti-la exatamente onde é tratada a questão nuclear. Gostaria que o Relator explicasse isso.

**O SR. CONSTITUINTE VIRGILDÁSIO DE SENNA:** – Sr. Presidente, apelo a V. Ex.<sup>a</sup> no sentido de darmos ordem

aos nossos trabalhos. Esperamos que a Presidência da Casa tenha um mínimo de bom senso e esta emenda tem que ser rejeitada por falta de bom senso. Não é possível que o País se prive de uma energia moderna, de natureza nuclear, por uma redação constitucional. V. Ex.<sup>a</sup>, com o espírito e a lucidez que tem, há de rejeitá-la, **in limine**, por falta de bom senso.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Agradeço a interferência de V. Ex.<sup>a</sup> e concedo a palavra ao Relator, para que restabeleça o bom senso.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, o texto é claro:

"Explorar os serviços de instalação nuclear de qualquer natureza, exercer o monopólio estatal sobre a pesquisa, a lavra, o enriquecimento, o reprocessamento, a industrialização e o comércio de minérios nucleares e seus derivados, atendidos os seguintes requisitos..."

O Constituinte Virgildásio de Senna tem absoluta razão quando diz que não se pode acolher esta emenda. Deste modo, o Relator é contra a sua aprovação, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – V. Ex.<sup>a</sup> opinou no mérito. Está evidenciado que essa emenda não cabe no capítulo.

Respondendo à questão de ordem, estamos discutindo aqui apenas a competência da União para legislar sobre essa matéria. Foi levantada uma questão de ordem e resolvo que a emenda não cabe neste capítulo. V. Ex.<sup>a</sup> poderá apresentá-la em outra oportunidade.

**O SR. CONSTITUINTE FÁBIO FELDMANN:** – Se não cabe neste capítulo, gostaria de perguntar ao nobre Relator se já foi tratada a questão nuclear.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – A questão nuclear não foi tratada aqui. Há um capítulo adequado e nele será tratada a emenda que V. Ex.<sup>a</sup> reapresentará.

**O SR. CONSTITUINTE FÁBIO FELDMANN:** – Gostaria, então, de pedir que me indicasse o lugar apropriado para tratar a minha emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – O lugar apropriado será indicado a V. Ex.<sup>a</sup>, que não perderá a emenda, pois ela poderá ser votada posteriormente.

Passo a palavra ao nobre Constituinte Nelson Friedrich.

**O SR. CONSTITUINTE NELTON FRIEDRICH:** – Sr. Presidente, embora a nossa emenda tenha outro objetivo ligado à mesma matéria, mas com outro sentido, gostaria que fosse, também, encaminhada para o capítulo específico do meio ambiente, porque a nossa solicitação se referia ao local adequado, que, inicialmente, estava correspondendo ao art. 417 do 1º Substitutivo. Trata-se da redação de explosivos nucleares. Portanto, é preciso que V. Ex.<sup>a</sup> defira o requerimento de inclusão dessa emenda no lugar apropriado. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Será deferido o requerimento de V. Ex.<sup>a</sup> e o do Constituinte Fábio Feldmann também. O Relator poderá auxiliá-los na classificação adequada.

**O SR. CONSTITUINTE NELTON FRIEDRICH:** – Sr. Presidente, há uma outra emenda, do Senador Gerson Camata, que trata da mesma matéria. S. Ex.<sup>a</sup> autorizou-me a defendê-la. Gostaria de solicitar a V. Ex.<sup>a</sup> que a inclua no local adequado.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Deferido imediatamente.

Passamos agora para o inciso XXII do art. 20, alínea a. Destaque nº 6769, do Deputado Carlos Sant'Anna. S. Ex.<sup>a</sup> não está presente. Prejudicado.

Destaque nº 6771, do Deputado Carlos Sant'Anna, alínea **b**. Prejudicado.

Destaque nº 4469, do Deputado José Egreja. Foi retirado.

Vamos votar as emendas aditivas ao inciso XXII. Temos o Destaque nº 3318, da Emenda nº 21843, do Deputado Paulo Pimentel. S. Ex.<sup>a</sup> não está presente. Prejudicado.

Destaque nº 5689, do Senador José Ignácio Ferreira S. Ex.<sup>a</sup> não está presente. Prejudicado o destaque.

Destaque nº 7409, do Senador Gerson Camata. Imagino que seja esse indicado pelo Deputado Nelson Friedrich, a respeito do qual foi aceito o requerimento para ser colocado mais adiante, onde couber, se couber.

Vamos agora ao inciso XXIII. Temos aqui uma Emenda Substitutiva do Constituinte José Genoíno, de nº 553. O Constituinte retirou o seu destaque.

Passamos à Emenda nº 5154, do Constituinte Santinho Furtado. Está ausente o Constituinte. Prejudicado o destaque.

Passamos agora ao inciso XXIV. Temos aqui um destaque da Constituinte Raquel Cândido, de nº 4170. A Constituinte não se encontra presente. Está prejudicado o destaque.

**O SR. CONSTITUINTE FÁBIO FELDMANN:** – Sr. Presidente, peço a palavra para fazer uma comunicação à Mesa.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Tem a palavra o Constituinte Fábio Feldmann.

**O SR. CONSTITUINTE FÁBIO FELDMANN:** – A primeira vítima do acidente de Goiânia acabou de falecer no hospital do Rio de Janeiro.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – A Mesa junta o seu pesar a essa informação, que motiva a Assembléia a tomar medidas necessárias para evitar desastres do mesmo tipo.

**Destaque nº 004242-87, do Sr. Gabriel Guerreiro, "que suprime o art. 20, XXIV, do Substitutivo 2". (221ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Emenda supressiva, nº 4242, do inciso XXIV, de autoria do Constituinte Gabriel Guerreiro.

Tem S. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE GABRIEL GUERREIRO:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes membros da Comissão de Sistematização, estou pedindo a supressão desse inciso por uma razão muito simples. Primeiro, esse inciso pede o estabelecimento de área – no singular. Deveria haver, no País, uma área para garimpagem. Como se trata de uma atividade que ocorre em diferentes locais, ninguém pode determinar, **a priori** a área para garimpagem. Este fenômeno ocorre porque as mineralizações superficiais aparecem em diferentes pontos do território, não podendo, pois, União estabelecer previamente áreas para a garimpagem.

Em segundo lugar, a garimpagem é uma atividade efêmera, passageira, tanto local como historicamente. No mundo inteiro – no Canadá, no Alasca, em Serra Nevada, nos Estados Unidos, em Vitória, na Austrália – em qualquer lugar onde surgir garimpagem a área é primitiva, índia, não-explorada, que normalmente aparece e desaparece. Assim foi em Minas Gerais e será na Amazônia. Daqui a pouco não se poderá mais garimpar na Amazônia, por falta de jazidas superficiais como as exploradas pelos garimpeiros.

Não me parece, necessário constar na Constituição tal inciso. O que deve ser feito é dar-se forma jurídica, no Código de Mineração, para a atividade garimpeira. É necessário proteger o garimpeiro hoje, pois essa é uma ati-

vidade que se vai extinguir. Colocá-la na Constituição é algo absolutamente desnecessário. Além do mais, é extremamente restritivo estabelecer-se área para garimpagem. Isto é absolutamente impraticável, pois existem hoje centenas, milhares de áreas sendo garimpadas.

Além do mais, Srs. Constituintes, no art. 195. Da Ordem Econômica e Financeira, o Relator dispõe sobre a atividade garimpeira, sendo desnecessário tratá-la novamente nas atribuições da União.

Peço, portanto, aos Srs. Constituintes a supressão do inciso.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Está inscrito para encaminhar contra o Constituinte Ademir Andrade.

**O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, estamos tratando do art. 20 da Constituição, da competência da União. Diz o inciso XXIV:

"estabelecer a área e as condições para o exercício da atividade de garimpagem, em forma associativa."

Querer retirar essa norma da Constituição –, aliás, os Constituintes Gabriel Guerreiro e Marcos Lima, entre outros, que nesta Casa se interessam pela questão da mineração, defendem, na verdade, o interesse das empresas mineradoras – é desconhecer a existência de uma categoria social da maior importância para a Nação brasileira.

No Título Da Ordem Econômica, art. 195, § 3º, o Relator Bernardo Cabral acatou emenda que garante a atividade garimpeira e prioriza inclusive para os garimpeiros os recursos minerais das áreas onde eles já estejam atuando. Esta é uma realidade concreta. Esse inciso do art. 20 procura colocar como obrigação da União resguardar o que está previsto no § 3º do art. 195: a promoção econômico-social do garimpeiro.

A atividade garimpeira é da maior importância para o Brasil e principalmente para a Amazônia. Os Constituintes de 1987 devem fazer justiça a uma categoria social que, ao longo de toda a nossa história, desde a descoberta do Brasil até hoje, tem sido perseguida e massacrada pelos governos, que jamais lhes deu qualquer apoio. Os garimpeiros na Amazônia, aliás, no Brasil, são atualmente responsáveis por 80% da produção de ouro e não recebem incentivo algum do Governo, nenhum financiamento, nenhuma isenção, ao passo que as mineradoras, além de receberem todos os benefícios do Governo, pagam o mesmo imposto que o garimpeiro paga, nem um centavo a mais, nem um centavo a menos. Não podemos desconhecer uma atividade que é essencial para muitas regiões, e, quando defendemos a permanência desse inciso, defendemos também a democratização da exploração da riqueza mineral, porque, na realidade, os garimpeiros são os prospectores naturais de recursos minerais, são eles que descobrem a maioria dessas riquezas. Posteriormente, as grandes empresas mineradoras conseguem alvarás de exploração no DNPM, porque têm geólogos, porque têm todo o aparato que o Código de Mineração exige, e expulsam centenas, milhares de garimpeiros que estavam trabalhando nas áreas muitas vezes há dezenas de anos. E quando isso ocorre, como, por exemplo, sucedeu recentemente com a Oca Mineração Ltda., em Volta Grande do Xingu, Altamira, o Município inteiro acaba passando por uma situação difícil, porque o garimpo não está presente para promover o desenvolvimento local e regional.

O que ganha o garimpeiro ele aplica ali mesmo, faz o comércio crescer e expandir-se. Muitas cidades no nosso Estado e na Amazônia desenvolveram-se à custa de garimpo e muito deve este País a essa atividade. Impedir que conste do texto constitucional essa proteção ao garimpeiro é aliar-se aos interesses das empresas mineradoras, contra as quais lutaremos com todas as nossas forças nesta Casa. Muito obrigado. **(Palmas)**

**A SRA. CONSTITUINTE BETH AZIZE:** – Sr. Presidente, há algum outro orador inscrito para se pronunciar contra a emenda?

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Estou colocando em prática a decisão das lideranças, porque acho que a opinião pública está ansiosa para termos uma Constituição (**Palmas**), e acredito que os argumentos são claros, uns a favor e outros contra. Antes mesmo de V. Ex.<sup>a</sup> se pronunciar eu já saberia a sua posição.

**O SR. CONSTITUINTE VIRGILDÁSIO DE SENNA:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Tem a palavra V. Ex.<sup>a</sup>, pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE VIRGILDÁSIO DE SENNA:** – Sr. Presidente, quero fazer, diante da Comissão de Sistematização, um pronunciamento que traduza o pensamento da maioria da Casa em relação ao companheiro constituinte Gabriel Guerreiro, representante do Estado do Pará.

Tenho em relação a essa matéria posição absolutamente discordante, mas conheço o Constituinte Gabriel Guerreiro, que participou conosco dos trabalhos da Comissão dos Princípios Gerais, Intervenção do Estado, Regime da Propriedade do Subsolo e Atividade Econômica, e faço – como toda a Comissão fazia a respeito dele – o julgamento correto de quem é, nesta Casa, representante do povo brasileiro, do povo paraense, não vinculado a qualquer interesse privatista de setor algum da economia nacional. (**Palmas**)

Deixo esse testemunho para que não paire nos registros históricos desta Casa qualquer julgamento desfavorável a respeito de um companheiro probo, sério e correto, de cuja opinião várias vezes discordei.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Não há questão de ordem a responder, senão que a Mesa fica satisfeita em poder registrar na Ata o testemunho de V. Ex.<sup>a</sup>

Sra. Constituinte Beth Azize, tem V. Ex.<sup>a</sup> alguma questão de ordem?

**A SRA. CONSTITUINTE BETH AZIZE:** – Não. Gostaria apenas de saber se há algum Constituinte inscrito para falar contra a emenda. São dois os oradores inscritos?

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Não. Houve uma decisão das Lideranças de que haveríamos de ouvir apenas um orador a favor da emenda e outro contra, para agilizar os nossos trabalhos.

Tem a palavra o Sr. Constituinte Gastone Righi, para uma questão de ordem.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr. Presidente, trata-se de uma questão de ordem que se destina mais ao Sr. Relator, a fim de que eu possa orientar o meu voto. O inciso XXIV do art. 20 diz:

“Estabelecer a área e as condições para o exercício da atividade de garimpagem, em forma associativa.”

A leitura atenta desse inciso leva a crer que apenas nos casos em que houver “forma associativa” a União teria poderes para estabelecer a área e as condições. As demais garimpagens, as garimpagens menores ou sucessivas, não teriam condições, nem áreas fixadas pela União.

Por outro lado, desejaria que o Sr. Relator nos explicasse melhor o conteúdo do parágrafo único do art. 20, absolutamente incompreensível, que diz o seguinte:

“O fluxo de dados transfronteiras será processado por intermédio da rede pública operada pela União.”

Ora, “fluxo de dados transfronteiras” não é instituição, nem entidade; e a expressão “será processado por

intermédio da rede pública operada pela União, é” inacreditável. Isso parece código de radioamador. Só faltou dizer: pelo prefixo 243 metros de ondas curtas. Não dá para entender. É preciso que o Relator explique isso melhor.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Concedo a palavra ao Relator Bernardo Cabral para que esclareça o Constituinte Gastone Righi, e, em seguida, submeterei a matéria à votação.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, apesar de serem coisas distintas, tenho muito prazer em esclarecer – se é que é possível esclarecer alguém tão esclarecido quanto o Constituinte Gastone Righi – o assunto. Em primeiro lugar, a União deve estabelecer as áreas e as condições para que não se formem garimpos selvagens e para evitar que, de uma hora para outra, todos entendam que podem garimpar em determinada área. Essa competência deve pertencer à União. Ela é que vai discriminar essas áreas.

Em segundo lugar, a expressão “fluxo de dados transfronteiras” – lamento que o Constituinte Gastone Righi seja tão cáustico contra os radioamadores, que prestam tão bons serviços à Nação – foi aqui embutido pelos que entendem da matéria. Eles me disseram que há dados que se processam também via computador pelas fronteiras.

Lembro-me, quando se discutia este assunto, de que o Constituinte Antônio Britto, um especialista na matéria comunicação, disse que esta é uma área para a segurança do próprio País.

De modo que, com estes esclarecimentos, espero que o Constituinte Gastone Righi tenha entendido a matéria.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Continuo não entendendo.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – É difícil às pessoas que têm pouca capacidade se fazerem entendidas por quem tem muito conhecimento. Fica difícil transmitir o seu apoucado conhecimento para quem o tem em demasia.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Vou submeter à votação o destaque pedido pelo Constituinte Gabriel Guerreiro.

Peço aos Srs. Constituintes que tomem os seus lugares.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Artur da Távola, Carlos Mosconi, Fernando Lyra, Francisco Pinto, José Ulisses de Oliveira, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nilson Gibson, Nelson Wedekin, Octávio Elísio, Vilson Souza, Aloysio Chaves, Gilson Machado, Paes Landim e Roberto Balestra. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Alfredo Campos, Aluizio Campos, Bernardo Cabral, Egidio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Henrique Cardoso, Haroldo Sabóia, Antônio Britto, João Calmon, José Fogaça, José Geraldo, José Paulo Bisol, José Richa, Nelson Friedrich, Paulo Ramos, Rodrigues Palma, Aécio Neves, Israel Pinheiro, João Natal, José Maranhão, José Tavares, Roberto Brant, Vicente Bogo, Alcení Guerra, Arnaldo Prieto, Carlos Chiarelli, Christóvam Chiaradia, Edme Tavares, Eraldo Tinoco, Marcondes Gadelha, Inocência Oliveira, José Jorge, José Lins, José Santana de Vasconcellos, José Thomaz Nonô, Luís Eduardo, Oscar Corrêa, Osvaldo Coelho, Ricardo Fiuza, Sandra Cavalcanti, Valmir Campelo, Jofran Frejat, Jonas Pinheiro, Mozarildo Cavalcanti, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Gerson Peres, Jarbas Passarinho, Adylson Motta, Bonifácio de Andrada, José Maurício, Vivaldo Barbosa, Bocayuva Cunha, Francisco Rossi, Gastone Righi, Plínio Arruda Sampaio, José Genoíno, Aldo Arantes, Roberto Freire e Beth Azize. **ABSTENÇÃO** do Senhor Constituinte Adolfo Oliveira.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 15 Constituintes; votaram NÃO 62 Constituintes; absteve-se de votar 1 Constituinte. Total: 78 votos. O Destaque foi **rejeitado**.

O Destaque nº 6213, do Constituinte Marcos Lima, está prejudicado, porque é idêntico ao que foi votado neste momento.

Destaques nº 5979, parágrafo único do art. 20. O Constituinte Enoc Vieira encontra-se presente? **(Pausa)** Prejudicado o destaque.

**Destaques nº 008355-87, do Sr. Paes Landim, “que suprime o art. 20, parágrafo único, do Substitutivo nº 2”. (222ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** –

Destaques nº 8355, supressivo do parágrafo único do art. 20. O Constituinte Paes Landim está presente.

**O SR. CONSTITUINTE PAES LANDIM:** – Sr. Presidente, respeito as ponderações do eminente Relator Bernardo Cabral a respeito da conveniência e necessidade deste dispositivo, que é o parágrafo único do art. 20. Discordo, no entanto, do entendimento de que a matéria mereça tratamento constitucional e de que, se o merecesse, aqui seria o lugar adequado para a sua inserção.

Lembro-me, Sr. Presidente, de que, quando das discussões preliminares do chamado “Grupo dos 32”, liderado pelo eminente Constituinte José Richa, o nobre colega Antônio Britto trouxe, no capítulo ligado às comunicações, este dispositivo. O Grupo achou-o inconveniente quando da sua apreciação, na presença do eminente Constituinte. Não vejo como, Sr. Presidente, um dispositivo desta natureza merecer, sinceramente, tratamento constitucional, embora reputa da maior importância as preocupações do eminente Relator Bernardo Cabral.

Chamaria a atenção dos colegas Constituintes para a leitura deste dispositivo. Diz assim o parágrafo único do art. 20: “O fluxo de dados transfronteiras será processado por intermédio da rede pública operada pela União.”

Sr. Presidente, por mais que o eminente Relator mostre a sua preocupação com este dispositivo, não vejo como ele possa ser aceito para figurar na Constituição. Ao ser analisada, no futuro, esta Constituição que estamos a elaborar, Sr. Presidente, o que dirão os constitucionalistas, os historiadores? Esse é um texto que não se compadece com a competência com que foi elaborado o Projeto de Constituição. Parece-me haver aqui um equívoco da maior gravidade, com a devida vênia do eminente Relator Bernardo Cabral. Não vejo como se incluir, no texto constitucional, um dispositivo desta natureza. É uma matéria de norma política governamental e me parece mais adequada para figurar na legislação ordinária. Daí por que, Sr. Presidente, por ser matéria técnico-constitucional, sem entrar no mérito da questão, não vejo como incluir tal dispositivo no texto constitucional. Sr. Presidente, a nossa emenda é supressiva para que se chame à reflexão dos Constituintes para esta matéria agora discutida.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Com a palavra o Constituinte Antônio Britto, que falará contra o destaque.

**O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO BRITTO:** – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Constituintes, esta Casa tem sido testemunha do esforço do Constituinte Paes Landim, no sentido de, através dos altos conhecimentos de que S. Ex.<sup>a</sup> dispõe, assegurar a feitura de um texto que realmente orgulhe a todos nós quando promulgado. Mas seguramente, nobre Constituinte Paes Landim, também será indispensável que esta Constituição não fique manchada por, simplesmente, suprimir o monopólio do País quanto à transmissão de dados, imagens e sons para fora do País. Trata-se de uma

questão clara de segurança nacional. O que aqui está em jogo é se teremos a Embratel, ou não, se este País, ao se comunicar com os demais países, deve fazê-lo com base numa entidade do governo, pública. Se abrimos à iniciativa privada todas as comunicações com outros países, iremos ferir de morte a soberania do País e à segurança nacional. Tanto isso é verdade que este dispositivo, ao longo de todo o debate constitucional, sempre mereceu a atenção e a aprovação dos nobres Srs. Constituintes.

Portanto, chamo a atenção da Casa para o fato de que o que aqui estamos votando é a manutenção indispensável, pelo País, do controle, através da União, de toda a comunicação que se faz com outros países. Vejo que S. Ex.<sup>a</sup>, o nobre Relator Bernardo Cabral, agiu com tamanho equilíbrio que em tudo aquilo que for atividade dentro do País, aí a União poderá dar em concessão para que seja executada por entidade de direito privado, que poderá, assim, fazer a exploração dos serviços.

Srs. Constituintes, assim decidindo, não estamos inovando. Dou testemunho, pela vivência que tenho no setor, de que hoje é exatamente assim. Qualquer um de nós, quando passa a se comunicar com o exterior por telefone, telex, transmissão radiofônica ou de televisão, o faz via Embratel e usando os seus serviços. O contrário serão brasileiros querendo comunicar-se com pessoas de outros países dependendo de empresas privadas ou, pior, de empresas multinacionais. Voto pela permanência da Embratel, para que continue existindo. Portanto, lamentando, voto contra a emenda do nobre Deputado Paes Landim. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Pergunto ao Sr. Relator se quer fazer uso da palavra.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Não é necessário.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Em votação.

O processo de votação será o da chamada nominal.

**(Procede-se à votação)**

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Eraldo Tinoco, José Thomaz Nonô, Marcondes Gadelha, Oscar Corrêa, Paes Landim, Darcy Pozza, Bonifácio de Andrada e Roberto Balestra. Votaram **NÃO** os Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Alfredo Campos, Aluizio Campos, Antônio Britto, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Carlos Mosconi, Egídio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Henrique Cardoso, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, João Calmon, José Fogaça, José Geraldo, José Paulo Bisol, José Serra, José Ulisses de Oliveira, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nilson Gibson, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Rodrigues Palma, Sigmaringa Seixas, João Natal, Aécio Neves, José Tavares, Israel Pinheiro, Vilson Souza, Vicente Bogo, Octávio Elísio, Alcení Guerra, Aloysio Chaves, Carlos Chiarelli, Christóvam Chiaradia, Edme Tavares, Inocêncio Oliveira, José Jorge, José Lins, Luís Eduardo, Ricardo Fiúza, Sandra Cavalcanti, Jonas Pinheiro, Valmir Campelo, Mozarildo Cavalcanti, Antônio Carlos Konder Reis, Gerson Peres, Jarbas Passarinho, Adylson Motta, José Maurício, Vivaldo Barbosa, Bocayuva Cunha, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Plínio Arruda Sampaio, José Genoíno, Adolfo Oliveira, Aldo Arantes, Roberto Freire e Beth Azize.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 8 Constituintes; votaram NÃO 63 Constituintes. Total: 71 votos. O Destaque foi **rejeitado**.

Há aqui pedido de preferência do Constituinte Euclides Scalco. **(Pausa)** Já foi atendido.

Destaques nº 4729, do Constituinte Antônio Britto. Trata-se de uma emenda aditiva.

Ouç o Constituinte Antônio Britto.

**O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO BRITTO:** – Sr. Presidente, a emenda que apresentei visava a sugerir ao Sr. Relator um aperfeiçoamento quanto à colocação de um dispositivo no texto constitucional. Tendo em vista os entendimentos mantidos com S. Ex.<sup>a</sup> e no sentido de, modestamente, contribuir para a celeridade dos trabalhos, retiro o destaque.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Excelente. O destaque foi retirado.

Destaque nº 5748, do Constituinte Carlos Alberto Caó. Trata-se de uma emenda supressiva. **(Pausa)** A pretensão de S. Ex.<sup>a</sup> já foi atendida.

Passamos, então, às emendas aditivas aos parágrafos.

O destaque à emenda do Constituinte Humberto Lucena foi retirado.

**Destaque nº 5194-87 – Emenda nº 1P-16236-0, do Sr. José Lins, “que adita alíneas ao art. 54 do Capítulo II do Título IV do Substitutivo nº 01 (art. 20, aditiva de parágrafo do Substitutivo nº 02)”.**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Em seguida, há o Destaque nº 5194, do Constituinte José Lins. S. Ex.<sup>a</sup> encontra-se presente. Pergunto a S. Ex.<sup>as</sup> se mantêm o destaque. **(Pausa)** O destaque diz respeito à Emenda Aditiva nº 16236.

Peço ao Sr. Constituinte José Lins que leia a sua emenda da tribuna.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Sr. Presidente, a matéria de que vou tratar, a meu ver, é de alta relevância. A emenda abrange dois itens, e eu começaria por perguntar a V. Ex.<sup>a</sup> se os dois seriam votados ao mesmo tempo, ou se o Plenário preferiria votar em separado. Para isso, lerei o texto, uma vez que V. Ex.<sup>a</sup> certamente querará ouvir o Plenário.

Item 25, no Capítulo de atribuições da União.

“Adotar, com prioridade, as medidas necessárias ao aproveitamento econômico e social das massas de água represadas ou represáveis nas regiões de baixa renda, sujeitas a secas periódicas.”

Este é um item.

“Item 2 – Nas regiões de baixa renda, sujeitas a secas periódicas, a União tomará a seu encargo, conforme for definido em lei, partes da despesa com a recuperação de terras para seu eficiente uso hidroagrícola.”

A primeira pergunta que faço, Sr. Presidente, é se votaríamos os dois ao mesmo tempo ou em separado. Até preferiria em separado.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – V. Ex.<sup>a</sup> me permita, mas aqui eu tenho só um destaque, incluso no art. 54 do Capítulo II do Título IV – suponho que seja do 1º Substitutivo – e V. Ex.<sup>a</sup> colocou A e B.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Exatamente, Sr. Presidente. A minha intenção era acrescentar dois itens, o 25 e o 26, ao art. 20. Esclareceria mais, Sr. Presidente, uma vez aprovado, gostaria que o Plenário autorizasse a inclusão desses dois dispositivos nas Disposições Transitórias, pelas razões que exporei agora.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Não posso autorizar isso, porque tenho um destaque composto de letras A e B, e não dois destaques. Em segundo lugar, V. Ex.<sup>a</sup> tem de optar: ou faz a apresentação para as Disposições Transitórias – e se V. Ex.<sup>a</sup> requerer, imediatamente, de plano, aceito o requerimento e traslado essa discussão para as Disposições Transitórias – ou então V. Ex.<sup>a</sup> discute agora. Se for aprovado, teremos de incluí-lo no art. 20. Creio que é melhor passar para as Disposições Transitórias.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Há um inciso ao art. 20 que diz o seguinte: “competê à União planejar e promover a defesa permanente contra as calamidades públicas...” e fala de seca. E depois diz que o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos tratará da matéria. É forma diferenciada de tratar e estaria prejudicada. Para agilizar os trabalhos, uma emenda dessas não deveria estar sendo votada.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Sr. Presidente, pretendo defender a emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Constituinte José Lins, V. Ex.<sup>a</sup> só poderá defender a matéria depois da decisão da Mesa. Ponderaria a V. Ex.<sup>a</sup> que a chance de aprovação de alguma medida específica aumenta nas Disposições Transitórias e diminui aqui. Além do mais, a ponderação feita pelo Constituinte Roberto Freire é correta. A matéria já foi tratada.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – V. Ex.<sup>a</sup> não ouviu as justificativas.

Sr. Presidente, considero que a mancha de pobreza absoluta no Nordeste exige da Constituinte um posicionamento sobre essa questão. Não há dúvida de que este País é vasto e amplo. Há regiões ricas e pobres. O Nordeste brasileiro tem hoje uma renda **per capita** de apenas 1/3 da renda nacional.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Estamos todos de acordo em favorecer o Nordeste, mas isso já foi resolvido. Essa matéria de V. Ex.<sup>a</sup> já foi aprovada. Se V. Ex.<sup>a</sup> tem alguma medida específica...

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Não concordo com o pensamento de V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Mas a Mesa decide.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – V. Ex.<sup>a</sup> me desculpe, mas da minha emenda não há uma palavra sequer que esteja no texto da Constituição.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Imagine V. Ex.<sup>a</sup> se todos os Parlamentares resolvessem, com palavras diferentes, dizer a mesma coisa, que Constituição faríamos?

V. Ex.<sup>a</sup> poderia transformar sua emenda numa Disposição Transitória, com uma medida específica, e eu gostosamente me juntaria a V. Ex.<sup>a</sup>, tendo em vista a necessidade imperiosa de melhor distribuição da renda. Mas, **bis in idem** na Constituição é um pouco de exagero. Se me permite, considero prejudicada.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Sr. Presidente, já que o Plenário e V. Ex.<sup>a</sup> não aceitam incluir a emenda nesse capítulo, eu aceitaria transferi-la para as Disposições Transitórias. Mas espero, Sr. Presidente, que o Plenário tenha um pouco de paciência. Não quero ouvir V. Ex.<sup>a</sup>, nobre Constituinte Roberto Freire, porque noto a má vontade com que encara esse problema. Estou aqui defendendo seu povo, o povo pobre do sertão, que tem renda **per capita** de cem dólares, que precisa de ajuda, e o Governo não resolve seus problemas. Peço a V. Ex.<sup>a</sup> que se forre pelo menos de falar contra seu povo.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – V. Ex.<sup>a</sup> é um dos responsáveis por tudo isso.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – V. Ex.<sup>a</sup> não tem direito a apartes, neste momento, nobre Constituinte Roberto Freire.

Peço ao Constituinte José Lins que encerre seu pronunciamento, porque a emenda está prejudicada. V. Ex.<sup>a</sup> apresentará sua emenda nas Disposições Transitórias, se assim o entender, dirigindo-se à Mesa. Não vou permitir agressões recíprocas nem diálogos entre Constituintes que não digam respeito à matéria. Agradeço a colaboração,

Constituinte José Lins, e aceito o requerimento de V. Ex.<sup>a</sup> para discutirmos a emenda nas Disposições Transitórias.

Passemos ao Destaque nº 4729, do Constituinte Antônio Britto.

**O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO BRITTO:** – Retiro o destaque.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Tenho sobre a mesa dois destaques idênticos ao do Constituinte José Lins, V. Ex.<sup>a</sup> manterá o destaque? Um, é o Destaque de nº 5193, relativo à Emenda nº 16239, e outro, também, sobre a mesma emenda.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Sr. Presidente, se não me engano, o destaque é o mesmo e já foi decidido que passará para as Disposições Transitórias.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – V. Ex.<sup>a</sup> tem razão. Passará para as Disposições Transitórias. Aceito o requerimento de V. Ex.<sup>a</sup>

Passemos às emendas aditivas ao art. 20.

A primeira é do Constituinte Eduardo Jorge e tem o número 1992. Não se encontra presente o Constituinte Eduardo Jorge. Há indicação para o nobre Constituinte Fábio Feldmann, que também não está presente. Está prejudicada a emenda.

Emenda nº 2023, do Constituinte Eduardo Jorge. S. Ex.<sup>a</sup> não está presente. Há indicação para o Constituinte Almir Gabriel. S. Ex.<sup>a</sup> não está presente. Está prejudicada a emenda.

Destaque nº 2104, do Constituinte João Paulo. Não há indicação. Prejudicado pela ausência do autor.

Destaque nº 3030, do Constituinte José Geraldo. S. Ex.<sup>a</sup> retirou o destaque.

**Destaque nº 003155-87 – Emenda nº ES-22697-5, do Sr. Lezio Sathler, “que adita inciso ao art. 31 (do Substitutivo nº 1) art. 20, XXIV (Substitutivo nº 2)”. (223ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Destaque nº 3155, do Constituinte Lezio Sathler. Há uma indicação para o Constituinte Egídio Ferreira Lima.

A emenda propõe o seguinte: “estabelecer diretrizes e coordenar a Política e o Sistema Nacional de Trânsito”. É para ser incluído neste item.

Concedo a palavra ao nobre Constituinte Egídio Ferreira Lima.

**O SR. CONSTITUINTE EGÍDIO FERREIRA LIMA:** – Sr. Presidente, a emenda visa a crescer, quanto à competência da União, no art. 20 do projeto, o inciso com as seguintes expressões: “estabelecer diretrizes e coordenar a Política e o Sistema Nacional de Trânsito”. A emenda é do Constituinte Lezio Sathler, do Espírito Santo, que precisou viajar e me passou procuração para defendê-la, o que faço com satisfação, pela sua inteira pertinência e procedência.

O País, em sua legislação constitucional, não evoluiu em relação à política de trânsito. Não temos uma política, um sistema de trânsito. Todos os Constituintes sabem que hoje este é um problema angustiante para o mundo inteiro, para o qual existem estudos, pesquisas e diretrizes.

A Constituição de 1946 foi elaborada antes de se completar a revolução industrial no Brasil, quando o trânsito ainda não era um problema tão grave e grande como hoje, quando temos 12 milhões de veículos – e 800 mil deles, por ano, envolvidos em acidentes que resultam na incapacidade permanente ou temporária de 400 mil pessoas e na morte de 50 mil.

Observem que no Brasil, por ano, morrem no trânsito maior número de pessoas do que os soldados perdidos pelos Estados Unidos na Guerra do Vietnã. É uma verda-

deira guerra anual, sem nenhuma diretriz, sem nenhuma política global, sem qualquer sistema referente à questão do trânsito.

O Constituinte Lezio Sathler quer reparar o atraso, a inadequação do Direito Constitucional brasileiro com a modernidade do desenvolvimento do mundo nesta hora. Por isso, Sr. Presidente, pronuncio-me pela emenda. Apelo ao Relator Bernardo Cabral no sentido de incluí-la no substitutivo. O texto constitucional de 1946 e, de certo modo, o projeto apenas se reportam ao tráfego e às vias terrestres, como se ainda estivéssemos nos anos 30, tempo em que Washington Luís dizia que governar era fazer estradas. Constitucionalmente, o País ainda não despertou para o problema da política de trânsito e para a delicadeza que representa o serviço de trânsito para a sociedade.

**O SR. CONSTITUINTE BOCAYUVA CUNHA:** – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar contra.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE BOCAYUVA CUNHA:** – Sr. Presidente, lamento muito ter de discordar de um dos mais brilhantes Constituintes desta Casa, Egídio Ferreira Lima, mas me parece que esta emenda é um absurdo completo. No momento em que a tendência moderna é a da descentralização da administração, a União é que vai legislar sobre o tráfego no Rio de Janeiro, em Duque de Caxias, em São João de Meriti, nos cafundós da Amazônia, do Pará, do Rio Grande do Sul? É um verdadeiro absurdo que não entra na cabeça de ninguém de bom senso. E só estou me manifestando em contrário porque aquela defesa pode impressionar o Plenário, que pode até, mesmo não prestando atenção à redação da emenda, só pelo fato de ter Egídio Ferreira Lima a defendê-la, inequivocamente votar a favor. Sou inteiramente contra essa emenda.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a relatoria chama a atenção para os incisos XIX e XX, onde se diz:

“Instituir o sistema nacional de desenvolvimento urbano, incluindo ...”

“Estabelecer princípios e diretrizes para o sistema nacional de transportes e viação;”

Até aí é compreensível. Agora, quanto à competência da União depois daí, o raciocínio do eminente Constituinte Bocayuva Cunha tem inteira procedência.

**O SR. CONSTITUINTE ISRAEL PINHEIRO:** – V. Ex.<sup>a</sup> poderia repetir em qual artigo está isso?

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Art. 20, incisos XIX e XX. Trata da matéria que inclui transporte urbano e que estabelece princípios e diretrizes para o Sistema Nacional de Transportes e Viação, deixando o problema de trânsito a cargo de cada Estado.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ ULÍSSES DE OLIVEIRA:** – Sr. Presidente, apenas para complementar o raciocínio. Fui relator da Subcomissão de Transportes, onde este item foi exaustivamente debatido. A subcomissão achou que a matéria já estava englobada neste item que o Relator acabou de indicar agora. Não vejo por que colocar tal matéria onde está questão urbana ou diretrizes para o Sistema Nacional de Transportes.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Pergunto ao Deputado Egídio Ferreira Lima se, diante dos argumentos expendidos, mantém o destaque. **(Pausa)** Mantém. Passamos à votação. **(Pausa)**

**(Procede-se à votação)**

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Ademir Andrade, Antônio Britto, Artur da Távola, Celso Dourado, Egídio Ferreira Lima, Haroldo Sabóia, Nelson Jobim, Nelson Friedrich, Nilson Gibson, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Roberto Brant, Eraldo Tinoco, Bonifácio

de Andrada, Vivaldo Barbosa, Plínio Arruda Sampaio, José Genoíno e Roberto Freire. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Alfredo Campos, Aluizio Campos, Bernardo Cabral, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Lyra, Francisco Pinto, João Calmon, José Fogaça, José Paulo Bisol, José Richa, José Serra, José Ulisses de Oliveira, Oswaldo Lima Filho, Aécio Neves, Israel Pinheiro, Vicente Bogo, Alcení Guerra, Aloysio Chaves, Carlos Chiarelli, Christóvam Chiaradia, Edme Tavares, Inocêncio Oliveira, José Jorge, José Lins, José Santana de Vasconcellos, Luís Eduardo, Marcondes Gadelha, Oscar Corrêa, Ricardo Fiúza, Sandra Cavalcanti, Jonas Pinheiro, Valmir Campelo, Antônio Carlos Konder Reis, Gerson Peres, Jarbas Passarinho, Adylson Motta, José Maurício, Bocayuva Cunha, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Adolfo Oliveira, Roberto Balestra, Aldo Arantes e Beth Azize.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 18 Constituintes; votaram NÃO 45 Constituintes. Total: 63 votos. O Destaque foi **prejudicado** por falta de **quorum** qualificado.

Destaque nº 4869, de autoria do Constituinte Paulo Roberto Cunha. Não está presente. Prejudicado.

Destaque nº 4930, de autoria da Constituinte Lúcia Vânia. Não está presente. Prejudicado.

Passamos ao art. nº 21. Emenda substitutiva.

**Destaque nº 001888-87 – Emenda nº 1P-17247-1, do Sr. Luiz Inácio Lula da Silva, "que adita inciso ao art. 54 do Projeto de Constituição (art. 20, XI – parte assinalada do Substitutivo nº 2)". (224ª votação)**

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Sr. Presidente, deve estar sobre a mesa emenda aditiva ao art. 20. É o Destaque nº 1888, do Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Existe uma emenda do Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva, que subestabeleceu ao Constituinte José Genoíno a defesa de seu destaque, que diz:

"Compete à União... Acrescente-se: "Explorar diretamente, ou mediante concessão ou permissão a entidades federais, estaduais ou municipais da administração direta ou indireta, os portos marítimos, fluviais e lacustres;"

Concedo a palavra ao Constituinte José Genoíno.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Sr. Presidente, serei breve. Trata-se de emenda aditiva. É a Emenda nº 17247.

**O SR. CONSTITUINTE INOCÊNCIO OLIVEIRA:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – V. Ex.<sup>a</sup> tem a palavra, pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE INOCÊNCIO OLIVEIRA:** – Sr. Presidente, a emenda do Constituinte José Genoíno está duplamente prejudicada. Nós já a aprovamos no inciso XI totalmente.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – É verdade. Já foi aprovada. Tem razão o Constituinte Inocêncio Oliveira.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Sr. Presidente, apenas para explicar. Veja V. Ex.<sup>a</sup>. Trata-se da letra **f** do inciso XI, que diz: "os portos marítimos, fluviais e lacustres." O que estamos colocando é que ela é aditiva, no sentido de explorar, mediante concessão ou permissão a entidades federais, estaduais e municipais. A permissão para entidades federais, estaduais e municipais se adiciona ao inciso XI, porque este, concretamente – para deixar claro, não vou insistir – é o

problema da privatização ou não dos portos. Por isso é aditiva. É nesse sentido.

**O SR. CONSTITUINTE INOCÊNCIO OLIVEIRA:** – Não diz aqui: "Compete à União... os portos marítimos, fluviais e lacustres." Não diz "manter". O nobre Constituinte José Genoíno está redondamente enganado. Estamos tratando de problemas genéricos, e não específicos. O capítulo é genérico. Acredito que está altamente prejudicada a emenda do Constituinte José Genoíno.

**O SR. CONSTITUINTE VIVALDO BARBOSA:** – Sr. Presidente, peço a palavra para contraditar.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE VIVALDO BARBOSA:** – Sr. Presidente, o dispositivo aprovado permite à União "explorar diretamente ou mediante concessão ou permissão" ... Aí seria qualquer entidade, pessoa física ou sociedade comercial privada, nacional ou internacional. A emenda restringe essa competência, esse poder da União apenas para entidades públicas, municipais ou estaduais.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Exatamente.

**O SR. CONSTITUINTE VIVALDO BARBOSA:** – A matéria é inteiramente diferente. Merece novo exame do Plenário.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – A discussão que poderia ser travada é outra, se seria agora ou se poderia ter sido feita antes. V. Ex.<sup>a</sup> tem razão.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Sr. Presidente, qual o objetivo da emenda? Aprovamos exatamente, no inciso XI, "explorar diretamente ou mediante concessão ou permissão: **f**) os portos marítimos, fluviais e lacustres".

A emenda é aditiva no seguinte sentido:

"Explorar diretamente, ou mediante concessão ou permissão a entidades federais, estaduais ou municipais..."

Vejam bem, estou adicionando e definindo a permissão para essa concessão da União a entidades federais, estaduais e municipais. O que justifica esta emenda é o problema de se garantir algo que já é comum no sistema portuário brasileiro, que é a sua estatização, a criação de um dispositivo constitucional que possa prevenir possíveis privatizações do sistema portuário. Se ficar só "concessão, ou permissão", é possível que essa concessão ou essa permissão seja feita para entidades privadas. O que estamos dispondo aqui é que essa concessão ou permissão possa acontecer para "entidades federais, estaduais ou municipais, da administração direta ou indireta". Isso diz respeito – concluindo a defesa da minha emenda – a uma reivindicação nacional de várias entidades, de vários técnicos, de trabalhadores do sistema portuário brasileiro, no sentido de garantir a estatização do sistema portuário, por entender a importância, a abrangência da atividade portuária, por entender que o sistema portuário está relacionado diretamente com a soberania nacional, por entender que os portos representam uma espécie de porta aberta para o País. Pela sua incidência, pela complexidade das atividades portuárias, é necessário definir na Constituição que a concessão só se dará para "entidades federais, estaduais ou municipais da administração direta ou indireta". Portanto, estamos vedando, proibindo a concessão a empresas privadas.

Este o sentido da nossa emenda, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Tem a palavra o Constituinte Oscar Corrêa.

**O SR. CONSTITUINTE OSCAR CORRÊA:** – Sr. Presidente, se houvesse, no nosso Regimento, uma emenda

de caráter restritivo, com certeza essa emenda seria assim caracterizada. Prefiro entender, **data venia** de V. Ex.<sup>a</sup>, que a matéria – neste ponto estou inteiramente de acordo com o ilustre Constituinte Inocêncio Oliveira – já está consagrada de maneira muito mais ampla. Isto não impede que, eventualmente, ela possa, inclusive, tornar-se restritiva, sem necessidade de que a lei assim o defina. Prefiro entender que a lei, sendo genérica, não impede eventualmente a explicitação dos casos em que ela pode ser inclusive restritiva, razão pela qual entendo que a matéria deve ser considerada prejudicada.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Dou a palavra ao Constituinte Marcondes Gadelha.

**O SR. CONSTITUINTE MARCONDES GADELHA:** –

Sr. Presidente, a discussão não deve prosseguir. A votação dessa matéria não se poderá processar, pelo critério que V. Ex.<sup>a</sup> já adotou, quando desclassificou, há poucos momentos, a proposta do Constituinte José Lins. V. Ex.<sup>a</sup> entendeu que a matéria dizia respeito a uma particularidade, dentro de um princípio geral, já tratado no mesmo capítulo. **Mutatis mutandis**, estamos tratando da mesma coisa neste momento. A Emenda José Genoíno apenas estabelece uma particularidade dentro do princípio geral, já estabelecido nesse mesmo capítulo.

Assim sendo, peço a V. Ex.<sup>a</sup> que considere prejudicada a matéria e passe ao item seguinte.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr.

Presidente, peço a palavra para contraditar.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra para contraditar.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr.

Presidente, apenas desejo chamar a atenção da Casa para o fato de que temos como sendo da competência da União "explorar diretamente ou mediante concessão ou permissão"... Seguem-se vários itens. Quando chega na letra f, "os portos marítimos, fluviais e lacustres", o dispositivo fica genérico. A emenda do nobre Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva especifica que, no caso de portos, só poderá haver concessão ou permissão a entidades federais, estaduais ou municipais da administração direta ou indireta. Portanto, na verdade, é uma emenda aditiva, não em relação ao 1º Substitutivo, mas em relação à redação do 2º Substitutivo, porque estabelece que, no que se refere aos portos, só poderá haver concessão a entidades federais, estaduais ou municipais. Portanto, é aditiva. Aí não há nada de excessivo, e nem a matéria já foi apreciada.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Concedo a palavra ao nobre Constituinte Roberto Freire.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Sr.

Presidente, uma vez que dois Constituintes argumentaram contrariamente à aceitação da matéria, lembraria a S. Ex.<sup>as</sup> e a Mesa que esses incisos tratam da competência da União. Alguns colocam "explorar", "manter o serviço postal", "exercer, conceder, organizar"; este quer determinar que os portos marítimos, fluviais e lacustres só possam ser explorados pela União, Estados e Municípios.

É necessário não deixar isto em aberto, para uma lei posterior definir se será diretamente, por concessão ou permissão; ou seja, a Mesa talvez se tenha equivocado ao não colocar esta emenda, no momento em que se estava discutindo o inciso XI. Deixar que a emenda seja prejudicada, não, pois esta matéria não foi votada em contradição. Ela está na parte "onde couber". Se for aprovada, será mais um inciso, estabelecendo que os portos brasileiros que estão estatizados não serão permitidos para concessionárias privadas. Isto é o que quer dizer. Seria a mesma coisa se tivéssemos uma emenda que não fosse votada, estabelecendo que os transportes rodoviários interestaduais terão que ser estatais. Neste caso, deveria ser votada, porque é matéria nova, diferente da que já foi discutida anteriormente.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Darei a palavra ao relator, como faço habitualmente quando há dúvida, porque não estamos aqui para ganhar "cara ou coroa" e sim para sermos justos.

Dou a palavra ao relator, para que S. Ex.<sup>a</sup> opine. Aqui há divergência, não só quanto ao mérito, mas quanto à procedência. Existem aqueles que consideram que a emenda já está atendida e há os que dizem que não está, porque ela acrescenta algo novo. Esse algo novo é o limite da questão da concessão apenas a entidades locais, "federais, estaduais ou municipais".

Portanto, existe algo novo. Darei a palavra ao Constituinte Nelson Carneiro.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – Se V.

Ex.<sup>a</sup> me permite, Sr. Presidente, o que é preciso ficar expresso é a exceção. É isto exatamente o que visa a emenda: a exceção. Se não existir a exceção, ficará a regra geral. A exceção é que precisa ficar explicitada.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– O Constituinte José Fogaça irá falar pelo Relator. Em seguida, darei a palavra ao Constituinte Joaquim Bevilacqua.

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – Sem entrar no

mérito desta emenda, é preciso deixar claro que, mesmo que ela venha a ser aprovada, o Relator terá de fazer uma retrojeção e voltar ao inciso XI, para alterar a letra f, acrescentando a especificação proposta pelo Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva. Mas a matéria é da letra f do Inciso XI, que já foi aprovada tal como está. Tecnicamente esta emenda é tardia, serôdia e intempestiva. No entanto, a relatoria não entrará no julgamento, e isto pode ser atribuído à responsabilidade do autor do destaque ou da Mesa. Talvez o autor do destaque não tenha culpa de que sua emenda tenha sido transferida para outra área que não a própria. Mas a relatoria entende que ela precluiu, porque esta matéria já foi votada.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– A matéria já está suficientemente esclarecida. O próprio Relator apenas faz uma objeção quanto a esta adição, que deveria ter sido feita antes; não o foi, mas ela procede.

Vou submeter à votação esta matéria, já suficientemente esclarecida. **(Palmas)**

#### **(Procede-se à votação)**

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes:

Ademir Andrade, Antônio Britto, Artur da Távola, Egídio Ferreira Lima, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, José Paulo Bisol, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nelton Friedrich, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Sigmaringa Seixas, Aécio Neves, Vicente Bogo, Floriceno Paixão, José Maurício, Vivaldo Barbosa, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Plínio Arruda Sampaio, José Genoíno, Aldo Arantes, Roberto Freire e Beth Azize. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Aluizio Campos, Celso Dourado, Fernando Bezerra Coelho, José Richa, José Ulisses de Oliveira, Nilson Gibson, Raimundo Bezerra, Rodrigues Palma, Roberto Brant, Marcos Lima, João Natal, Israel Pinheiro, Aloysio Chaves, Carlos Chiarelli, Christóvam Chiaradia, Edme Tavares, Eraldo Tinoco, Inocêncio Oliveira, José Jorge, José Lins, José Santana de Vasconcellos, Luis Eduardo, Marcondes Gadelha, Oscar Corrêa, Ricardo Fiúza, Sandra Cavalcanti, Jonas Pinheiro, Valmir Campeio, Antônio Carlos Konder Reis, Gerson Peres, Bonifácio de Andrada, Adylson Motta, Adolfo Oliveira e Roberto Balestra. **ABSTENÇÃO** dos seguintes Senhores Constituintes: Fernando Henrique Cardoso, José Fogaça e José Thomaz Nonô.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– A Mesa vai proclamar o resultado: votaram **SIM** 27 Constituintes; votaram **NÃO** 34 Constituintes; abstiveram-se de votar 3 Constituintes. Total: 64 votos. O Destaque foi prejudicado por falta de quorum qualificado.



O Presidente esclarece que se absteve porque tomou a decisão de pôr a votos a matéria e não queria confundir a sua decisão com a sua posição pessoal.

Agora vou pedir ao Constituinte Aluizio Campos que me substitua.

**(Assume a Presidência o Sr. Aluizio Campos)**

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Passemos agora à votação do art. 21.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Sobre a Mesa há um requerimento do nobre Constituinte José Richa, pedindo preferência para a votação do Destaque nº 7199, correspondente à Emenda ES-33998-2, a fim de substituir os arts. 21, 22 e 23, constantes do Capítulo II do Título III do Substitutivo. **(Pausa)** Retirado.

Em votação o Destaque nº 6730, da nobre Constituinte Rose de Freitas. **(Pausa)** Prejudicado.

**Destaque nº 007975-87, do Sr. Paulo Ramos, "que substitui o art. 21 do Substitutivo nº 2, pelo art. 32 do Substitutivo nº 1."**

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Em votação o Destaque nº 7975, do nobre Constituinte Paulo Ramos, sobre o art. 21. Substituí-lo pelo art. 32 do Substitutivo nº 1.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, vou procurar ser rápido, mas muito objetivo na minha formulação. Saibam que será necessário uma atenção muito grande do Plenário da Comissão de Sistematização para que haja compreensão dos propósitos que me movem a manter este destaque.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A Presidência solicita a V. Ex.<sup>a</sup> a gentileza de ler os textos que pretende restabelecer para que o Plenário deles tome conhecimento.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – É exatamente o que vou fazer, Sr. Presidente. Conforme verificamos, o art. 32 do Substitutivo nº 1 é o correspondente ao art. 21 do Substitutivo nº 2. Verificamos que todos os incisos do Substitutivo nº 1, que têm no Substitutivo nº 2 o seu correspondente, possuem redação mais clara, mais precisa e mais concisa.

O destaque que faço tem por fim preservar, portanto, a redação dos incisos constantes do Substitutivo nº 1 e manter os incisos constantes do Substitutivo nº 2 que não constam do 1. É uma forma de complementação. Por outro lado, preserva também minha emenda o parágrafo único do Substitutivo nº 2. Diz o referido parágrafo único: "Lei complementar poderá autorizar o Estado a legislar sobre matérias relacionadas neste artigo, excetuados os itens II, IV, VI, VII, VIII, XII, XVI e XX".

Há em cada Estado da Federação, muitas vezes, peculiaridades que não exigem necessariamente que a legislação seja da competência da União. Logo, uma legislação complementar poderia dar ao Estado autorização para legislar sobre aquela matéria.

Peço, então, a todos os membros da Comissão de Sistematização uma atenção especial, porque, além de a proposta aperfeiçoar o Substitutivo 2º, mantém aquilo que ele tem de melhor. Este destaque ainda permite que a Comissão de Sistematização acelere os trabalhos para que passemos a outros artigos.

Esta é a finalidade da minha proposição. Por isso peço a todos uma atenção muito especial, Porque estaremos contribuindo para o aperfeiçoamento e agilização dos trabalhos.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON JOBIM:** – Sr. Presidente, peço a palavra para fazer um esclarecimento.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem a palavra o nobre Constituinte.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON JOBIM:** – Sr. Presidente, o eminente Constituinte Paulo Ramos pretende repor o art. 32 do Substitutivo 1º, que tem uma complexidade de 22 incisos e mais um parágrafo único altamente discutível.

Consultaria a Mesa se a rejeição do destaque do eminente Constituinte Paulo Ramos prejudicaria todos os destaques enunciados em relação aos diversos incisos do Substitutivo 2º

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Pela indicação que temos é um substitutivo integral. Então, conseqüentemente, prejudica toda a matéria vinculada à principal. A indicação do destaque não está muito clara, por isso pedimos ao Constituinte Paulo Ramos que, da tribuna, fizesse o encaminhamento, como S. Ex.<sup>a</sup> o fez.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – Sr. Presidente, meu objetivo é aperfeiçoar o texto e agilizar os trabalhos, não agilizar os trabalhos prejudicando qualquer matéria correlata ou relativa a um inciso específico. Acredito que a prejudicialidade só venha a ocorrer no caso de aprovação. No caso de rejeição, votaremos os incisos um a um. É por este motivo que fiz questão de enfatizar que a contribuição que pretendo dar com este destaque é no sentido de aperfeiçoar o texto e agilizar os trabalhos.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A Mesa deseja esclarecer alguns pontos. Para tanto pede a atenção do Plenário, porque há substituição também.

O art. nº 32 do Substitutivo 1º diz: "Compete privativamente à União legislar sobre direito civil, comercial, penal, processual e eleitoral".

O texto aqui diz: "(...) direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário e do trabalho."

Assim, importaria a supressão da competência da União para legislar sobre toda essa matéria.

É bom o Plenário estar atento para a circunstância de que não é apenas clareza o que se pretende restabelecer, mas também a supressão de matéria substancialmente importante constante do texto.

Ouçõ o Constituinte Roberto Freire.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Quero apenas informar que reiteradas decisões da Mesa têm definido que, quando o substitutivo global é aprovado ou rejeitado, ficam prejudicadas todas as outras emendas. Tanto é verdade que, com relação a alguns substitutivos, quando não queríamos prejudicá-lo globalmente – o Substitutivo nº 2, por exemplo o ressalvávamos. Isto fizemos com a emenda de Geraldo Campos, isto foi feito com a emenda de minha autoria, que tratava dos partidos políticos. Estamos fazendo isso. Ressalvamos o que queremos manter, porque, como é substitutivo global, se rejeitado, rejeita todo o artigo, todo o dispositivo.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON JOBIM:** – Sr. Presidente, gostaria, veja bem...

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Vamos ouvir o Relator.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON JOBIM:** – Sr. Presidente, veja bem, gostaria de dizer que votaríamos o substitutivo total do art. 21, com vários incisos. Se for admitida a tese da prejudicialidade, se evidentemente a emenda for aprovada, ela prejudicará todas as demais. No entanto, se ela for rejeitada, dizer-se que a rejeição também prejudica é não dar opção alguma ao Plenário, porque aí prejudicará em qualquer hipótese, o que é absurdo.

**O SR. CONSTITUINTE ALDO ARANTES:** – Sr. Presidente, para contestar.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Se a emenda for rejeitada, prevalecerá o texto do art. 21. Em con-

seqüência, serão naturalmente apreciados todos os destaques.

Dou a palavra ao Relator, para que se pronuncie sobre a proposta. O destaque tende a substituir integralmente o art. 21, pelo art. 32 do 1º Substitutivo.

**O SR. CONSTITUINTE ALDO ARANTES:** – Sr. Presidente, pela ordem. Gostaria de me pronunciar antes do Relator. Normalmente o Relator se pronuncia no final. Gostaria de me pronunciar antes de S. Ex.<sup>a</sup> para esclarecer uma questão – e nesse sentido pediria a atenção do Constituinte Paulo Ramos. S. Ex.<sup>a</sup> propõe que retornemos ao 1º Substitutivo, preservando sua redação. Ocorre que, por exemplo, o inciso I do art. 21 não é igual, porque não se refere a direito "agrário e do trabalho". No meu entender, estaríamos cometendo grave erro se aprovássemos esse texto. Por outro lado, no inciso VIII, também se fala em "política de crédito, câmbio, seguros". No texto, não há seguros. O inciso XX fala de "normas gerais de organização, garantias e condições de convocação ou mobilização das polícias militares". Também não fala nisso o texto. Existem aqui algumas questões importantes, que o Constituinte Paulo Ramos não viu. Portanto, não temos condições de aprovar.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Com a palavra o Relator, para se pronunciar sobre a matéria.

Nobre Constituinte, V. Ex.<sup>a</sup> já defendeu a sua emenda. Aguarde.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – Sr. Presidente, vou retirá-la, não por causa dos argumentos utilizados pelo Constituinte Aldo Arantes, mas para não prejudicar os demais companheiros. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Estamos no art. 21, inciso I.

Há um requerimento de preferência do Constituinte Gastone Righi, para votação do Destaque nº 3874, referente à Emenda nº 26038-3, de autoria do requerente.

Em votação a preferência. O Constituinte Gastone Righi mantém seu pedido?

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Mantenho sim, Sr. Presidente. Será o primeiro mesmo.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Preferência para votação da Emenda nº 26038-3.

Em votação a preferência. (Pausa) Aprovada.

**Destaque nº 3874 – Emenda nº ES-26038-3, do Sr. Gastone Righi, "que modifica o inciso I do art. 32 do Substitutivo nº 1 (art. 21, inciso I, do Substitutivo nº 2)".**

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Em votação o Destaque nº 3874, do Constituinte Gastone Righi.

Tem a palavra o autor, para encaminhar a votação.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, minha emenda é muito singela. Determina a inclusão do termo "econômico" dentre os direitos sobre os quais compete à União legislar.

Modernamente, o Direito Econômico se constitui num grande ramo de Direito, insculpido como cátedra em todas as universidades, em todas as Faculdades de Direito. E todas as modernas constituições do mundo reconhecem a legislação no campo do Direito Econômico. Portanto, a nossa, quando faz referência ao Direito Civil, Comercial, Penal, Tributário etc., não contempla o Direito Econômico.

A emenda é pura e simplesmente para introduzir na competência da União a capacidade legislativa no campo

do Direito Econômico, hoje uma realidade no mundo universal do Direito.

Portanto, nossa emenda é apenas para incluir o termo "econômico".

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Concedo a palavra, para encaminhar contra, ao nobre Constituinte Gerson Peres.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, serei breve. Devemos prestar atenção a duas coisas na Emenda Gastone Righi, em que pese à sua intenção. Primeiro, S. Ex.<sup>a</sup>, Líder do Partido Trabalhista Brasileiro, exclui o Direito do Trabalho da Constituição. É a primeira razão para derrubá-la. A segunda é porque S. Ex.<sup>a</sup> tira também o Direito Agrário. As duas bandeiras do seu partido – Direito Agrário e Direito do Trabalho – S. Ex.<sup>a</sup> deixou de inserir na Constituição.

Pediria a S. Ex.<sup>a</sup> em nome do Partido Trabalhista Brasileiro, retirasse sua emenda, para não ir mais longe na argumentação.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr. Presidente, atendendo aos apelos unânimes do Plenário e mais, porque já se encontra inserida no 2º Substitutivo, como direito concorrente da União, a legislação sobre Direito Econômico, retiro meu pedido de destaque. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – O nobre Constituinte Gastone Righi retira seu destaque.

Destaque nº 3615, requerido pelo Constituinte José Camargo. Ausente. Prejudicado o destaque.

Destaque nº 432, requerido pelo Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva. Ausente. Está prejudicado o destaque.

Destaque nº 4583, do Constituinte Gil César, referente ao inciso V. Está prejudicado o destaque.

Em votação o Destaque nº 3252, do nobre Constituinte Eraldo Tinoco, referente à Emenda nº 22353. S. Ex.<sup>a</sup> retira o destaque.

Destaque nº 4550, requerido pelo Constituinte Francisco Dornelles. Ausente. Está prejudicado o destaque.

Destaque nº 3388, do nobre Constituinte Nilson Gibson, referente ao inciso XI.

Concedo a palavra ao autor do destaque para o encaminhamento.

**O SR. CONSTITUINTE NILSON GIBSON:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, pretendemos retirar a parte referente às ferrovias. Nossa emenda é idêntica à do Constituinte Denisar Arneiro, sobre trânsito e tráfego nas vias terrestres. Todavia, incluímos a Polícia Federal, o que também é competente no problema das ferrovias.

Retiramos, portanto, nosso destaque.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – S. Ex.<sup>a</sup> retirou o destaque.

Destaque do nobre Constituinte Denisar Arneiro. S. Ex.<sup>a</sup> está ausente. Prejudicado.

Destaque nº 7555, do Constituinte Darcy Pozza. S. Ex.<sup>a</sup> está ausente. Prejudicado.

Pedido de preferência do Constituinte Celso Dourado para o Destaque nº 5122. S. Ex.<sup>a</sup> está presente.

Em votação a preferência. (Pausa) Aprovada. O Destaque nº 5122 se refere ao inciso XX, que dispõe sobre normas gerais de organização, garantias e condições de convocação ou mobilização das polícias militares e corpos de bombeiros militares.

Tem a palavra o Constituinte Celso Dourado para encaminhar.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Sr. Presidente, e os outros incisos anteriores ao XX? Há destaques para os itens 12, 14 e 16, segundo a relação distribuída pela Mesa.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – V. Ex.<sup>a</sup> tem razão. Temos de votar pela ordem da numeração.

Peço ao nobre Constituinte Celso Dourado que aguarde a oportunidade.

Eu mesmo tenho um destaque para supressão de uma palavra no item nº 16.

Para organização dos destaques, suspendo a sessão por cinco minutos.

**(É suspensa a reunião)**

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Está reaberta a sessão.

**O SR. CONSTITUINTE ALDO ARANTES:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem, para uma informação.

Quero aproveitar a oportunidade do reinício da sessão para comunicar aos companheiros integrantes da Comissão de Sistematização um fato grave, do qual acabo de tomar conhecimento, ocorrido na minha cidade, Goiânia. Temos tido informações insistentes de articulações de grupos de extrema direita por este País afora procurando desestabilizar o processo democrático no Brasil.

Acabo de receber informação de que na madrugada de hoje foi colocada uma bomba de alto poder explosivo na frente da Federação dos Trabalhadores Agrícolas do Estado de Goiás. Trata-se de mais uma provocação da extrema direita. Em Goiás, sabemos que há uma forte articulação da União Democrática Ruralista contra a luta dos trabalhadores rurais pela reforma agrária, e eu queria trazer essa denúncia à Comissão de Sistematização e ao povo brasileiro. São grupos interessados em desestabilizar, a todo custo, o processo democrático neste País.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A Presidência transmitirá ao Presidente da Assembléia Nacional Constituinte a informação de V. Ex.<sup>a</sup> para as devidas providências.

O nobre Relator acaba de informar que amanhã cedo o Presidente Ulysses Guimarães irá a Goiânia exatamente para participar de reuniões, das quais poderão resultar informações concretas sobre o assunto.

Em votação o Destaque nº 4583, do Constituinte Gil Moreira de Abreu. S. Ex.<sup>a</sup> não está presente.

**Destaque nº 3853-87, – Emenda nº ES-33227-9, do Sr. Ottomar Pinto, "que modifica o inciso XIII do art. 32 do Substitutivo nº 1 (art. 21 inciso XIV do Substitutivo nº 2)".**

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Inciso XIV, Destaque nº 3853, do Constituinte Ottomar Pinto, referente à Emenda nº 33227. S. Ex.<sup>a</sup>, que não está presente, credenciou o Constituinte Righi para representá-lo no encaminhamento.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a emenda do ilustre Constituinte Ottomar Pinto, de minha bancada, refere-se ao direito de ampliação ou redução de áreas reservadas ou a reservar aos índios, de tal sorte que assim fique o Inciso XIII:

"Comunidades indígenas, inclusive a criação, ampliação ou a redução de áreas reservadas ou a reservar aos índios."

Vimos em plenário que a maioria dos membros desta Comissão são a favor dos índios, e isto é muito bom. Mas pergunto a V. Ex.<sup>a</sup>: a reserva que se faz aos índios é a

uma determinada tribo, a uma determinada povoação que está sujeito ao longo do tempo a diminuir, a civilizar-se ou a aculturar-se, passando a participar da comunidade branca citadina ou até metropolitana, e que pode esvair-se ao ponto de tornar desabitada reservas indígenas porventura criadas? Então é preciso que se tenha também direito paralelo, em favor do povo brasileiro, dos interesses nacionais, de se reduzir a área destinada à reserva indígena quando isto se tornar necessário ou recomendável. Não é possível que desconfiemos do Congresso Nacional, deste mesmo Congresso Nacional que está criando as reservas indígenas, ou do Governo Federal, que as está estabelecendo, e impedir que possam também reduzi-las ou extingui-las quando se tornem desnecessárias. O desenvolvimento nacional agrícola, pecuário e até mesmo o alto índice demográfico do Brasil poderá vir a exigir que reservas indígenas abandonadas, desocupadas ou já desnecessárias sejam transformadas em áreas úteis integradas ao patrimônio comum de nossa população para uso geral, favorecendo os carentes, os sem-terra e outros. Portanto, é preciso que, a par do direito de estabelecer reservas indígenas, possa-se estabelecer o direito de reduzir ou extinguir essas mesmas áreas indígenas.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Para encaminhar contra, tem a palavra o Constituinte Gerson Peres.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Prezados colegas, o Constituinte Gastone Righi quer modificar o inciso XIV do art. 21, do Substitutivo 2, que diz:

"Art. 21 – Cabe privativamente à União legislar sobre:

.....

XIV – populações indígenas;"

S. Ex.<sup>a</sup> quer complicar a história, ampliar, colocar mais palavras. O Relator com as palavras "populações indígenas" disse tudo. Não é preciso dizer mais nada porque quem fala em populações, quando legislar, terá que falar em área, porque população vive dentro de área, de reservas. Portanto, na legislação ordinária resolveremos problema de que trata a Emenda Gastone Righi.

Peço aos colegas que rejeitem a emenda, ficando com o Substitutivo do Relator, que está melhor redigido, em que pese à boa intenção do Constituinte Gastone Righi; querer proteger as populações indígenas. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Com palavra o eminente Relator.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Retiro destaque. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Foi retirado os destaques.

Destaque nº 5387, requerido pelo Constituinte Carlos Chiarelli.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS CHIARELLI:** – Desisto.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – O Constituinte Carlos Chiarelli desiste do destaque.

Solicito ao nobre Constituinte João Menezes que assuma a Presidência enquanto encaminho um destaque de minha autoria.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem a palavra o Sr. Relator.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Com que razões V. Ex.<sup>a</sup> não convidou o Constituinte João Calmon?

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Desculpe-me, tenho todo o apreço por S. Ex.<sup>a</sup>, mas o Constituinte João Calmon parece-me menos moço.

**O SR. CONSTITUINTE INOCÊNCIO OLIVEIRA:** – Sr. Presidente, o Constituinte João Calmon é titular.

**(Assume a Presidência dos trabalhos o Constituinte João Menezes).**

**Destaque nº 6501-87, do Sr. Aluizio Campos, "que modifica o inciso XVI do art. 21 do Substitutivo 2".**

**O SR. PRESIDENTE (João Menezes):** – Em votação o Destaque nº 6501, requerido pelo Constituinte Aluizio Campos.

**O SR. CONSTITUINTE ALUÍZIO CAMPOS:** – Sr. Presidente, lamento não ter convidado para assumir a direção dos nossos trabalhos algum constituinte menos moço do que V. Ex.<sup>a</sup>

O destaque é muito simples. O inciso XVI do art. 21 diz: "Cabe privativamente à União legislar sobre: – condições de capacidade para o exercício de profissões."

A expressão "de capacidade" restringe o objetivo da norma constitucional.

Na verdade, o que se pretende atingir com a norma do inciso XVI é, evidentemente, a lei disciplinadora das profissões que dependam de certa qualificação técnica e até de diploma, como é o caso do jornalismo, mas que não se restringe à capacidade. Pode, também, a lei estabelecer essas outras exigências, de acordo com a natureza da atividade. Então, proponho apenas que se cancele a expressão "de capacidade", ficando o texto com a seguinte redação: "condição para o exercício de profissões". É sobre isso que se deve realmente ater a lei, determinando os requisitos que devem ser exigidos para o exercício de determinada profissão, porque pode haver necessidade dos requisitos da idoneidade ou da nacionalidade, quando se tratar de uma atividade que, por sua natureza, diga respeito a interesses secretos do próprio Estado. A expressão "de capacidade" limita demasiadamente o objetivo, o alcance da disposição. O que se pretende, na verdade, disciplinar através de lei é a condição para o exercício de determinada profissão. Esta é a justificativa do destaque, porque torna mais genérica e mais abrangente a disposição constitucional.

**O SR. PRESIDENTE (João Menezes):** – Concedo a palavra ao Constituinte José Lins, pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Sr. Presidente, pelo que entendo, e com o maior respeito ao nobre Constituinte Aluizio Campos, a emenda de S. Ex.<sup>a</sup> é supressiva e não modificativa. Acho que no caso trata-se de uma questão de redação, que o próprio Relator poderia resolver.

**O SR. PRESIDENTE (João Menezes):** – V. Ex.<sup>a</sup> tem razão. A emenda é supressiva. Pergunto a V. Ex.<sup>a</sup> se mantém a emenda, nobre Constituinte Aluizio Campos.

**O SR. CONSTITUINTE ALUÍZIO CAMPOS:** – Mantenho, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (João Menezes):** – S. Ex.<sup>a</sup> mantém a emenda. Se alguém quiser falar a favor, que o faça.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr. Presidente, não há mérito em questão, porque a emenda de S. Ex.<sup>a</sup> não interfere no mérito da proposta; nem adiciona ou retira nada do mérito; simplesmente subtrai uma expressão que está excessiva no texto, mas que em nada altera o sentido do dispositivo. Portanto, trata-se de emenda meramente redacional e não de matéria consti-

tucional que deva ser submetida à votação. Assim, se o Sr. Relator acolher a sugestão, S. Ex.<sup>a</sup> adota-la-á quando for fazer redação, e ponto final.

**O SR. PRESIDENTE (João Menezes):** – O autor quer manter a emenda. Concedo a palavra ao Relator Bernardo Cabral para dar uma explicação.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup> a concessão da palavra para dizer que inequivocamente a emenda é de redação. A Relatoria a acolhe, ficando resolvido o assunto. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (João Menezes):** – Desde que o Relator acolhe a emenda, acho que não precisa ser votada. A emenda foi acolhida por unanimidade.

**(Reassume a Presidência o Sr. Constituinte Aluizio Campos).**

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Não posso deixar de agradecer, comovido, a aprovação, por unanimidade, da minha emenda

**Destaque nº 5122-87, do Sr. Celso Dourado, "que acrescenta art. 32, inciso XIX do Substitutivo nº 1 (art. 21, XX do Substitutivo nº 2)" (225.<sup>a</sup> votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Em votação o Destaque nº 5122-87, requerido pelo Constituinte Celso Dourado, sobre o inciso XX do art. 21.

Concedo a palavra ao nobre Constituinte Celso Dourado.

**O SR. CONSTITUINTE CELSO DOURADO:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, com a devida vênua do Sr. Relator, gostaria de fazer uma comparação entre a redação do inciso X do art. 21 do Substitutivo nº 2 e a do inciso XIX do art. 32 do Substitutivo nº 1. A minha preferência é pela redação do Substitutivo nº 1, que achei realmente pertinente à nossa realidade, pois ajuda a resolver um sério problema da nossa sociedade. A minha preferência é que fique a seguinte redação: "XIX – convocação ou mobilização das polícias militares e corpos de bombeiros". Não a do Substitutivo nº 2, que diz o seguinte: "XX – normas gerais de organização, garantias e condições de convocação ou mobilização das polícias militares e corpos de bombeiros".

Sr. Presidente, a cada dia a nossa sociedade se torna mais insegura e violenta, em grande parte porque as polícias estaduais perderam seu sentido de relacionamento com a comunidade. Passaram a ficar numa dependência direta do Exército, provocando o conflito entre a Polícia Militar e a Polícia Civil. Isto não tem ajudado de forma alguma. Está na hora, da democratização da nossa sociedade. Este é um setor muito importante e sensível. Aliás, chegou o momento de democratizarmos e humanizarmos nossas polícias.

É bom lembrar que temos milhares de subtenentes e sargentos que, durante esses quinze, vinte anos não tiveram o privilégio de ter qualquer graduação na sua carreira. Foram marginalizados. Chegou o momento de prestarmos atenção a esse fato. Chegou o momento de darmos aos Estados mais autonomia com relação à organização das suas polícias, que, na realidade, deveriam ser polícias estaduais, para que houvesse, cada vez mais um bom relacionamento com a comunidade. Só acredito em entendimento na sociedade se for baseado neste relacionamento pessoal, com as pessoas se conhecendo e cada uma assumindo sua responsabilidade e cumprindo bem o seu papel. Essa interferência de cima para baixo dá a aparência de paz, de segurança, mas, na realidade, é algo imposto, que termina provocando conflitos e injustiças.

É bom lembrar que são exatamente os subtenentes, os sargentos, os cabos e os soldados que estão na linha de frente no combate ao crime. São eles que expõem suas

vidas. Desta forma, eles precisam ter, cada vez mais, um relacionamento com a comunidade e com os Governos dos Estados, porque esse diálogo irá ajudar a superar esse sério problema atual da nossa sociedade que é a violência que a cada dia que passa se aprofunda mais no seio das nossas grandes cidades. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Antônio Britto para encaminhar contra.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte José Lins, pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Sr. Presidente, é apenas para ordenar os nossos trabalhos. A relação fornecida pela Mesa dá o Destaque nº 5122 como supressivo. O que se entende por supressivo é a supressão total do texto. Mas o nobre Constituinte Celso Dourado declarou do púlpito que quer suprimir apenas uma parte da redação. Neste caso, é necessário que a Mesa esclareça, para sabermos o que vamos votar.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A informação que temos é de que a emenda seria supressiva total. **(Pausa)** Consulto o nobre Constituinte Celso Dourado se a sua emenda é para a supressão total.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – S. Ex.<sup>a</sup> não pode fazer isto.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Pela informação que a Mesa tem, a emenda pede a supressão do inciso XX na sua totalidade. É este o objetivo da emenda de V. Ex.<sup>a</sup>? Suprimir todo o inciso?

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Sr. Presidente, uma emenda supressiva não pode ser alterada. Se a solicitação é de supressão total...

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Sr. Presidente, gostaria que o assunto ficasse claro, porque, se a emenda pede a supressão total do inciso XX, farei um apelo ao Constituinte para que a retire.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Mas isto é outra coisa.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Peço à Mesa que esclareça. A emenda requer a supressão total?

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A emenda exige que a supressão seja total.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Informo ao Constituinte Celso Dourado que já não mais pode alterar a emenda depois de ter feito o encaminhamento.

**O SR. CONSTITUINTE CELSO DOURADO:** – Sr. Presidente, fiz a comparação entre o que está escrito no Substitutivo nº 1 e no Substitutivo nº 2, para dizer que a minha preferência era pelo Substitutivo nº 1. Mas o meu destaque é supressivo apenas de parte do inciso XX, porque o restante é em outras palavras, o mesmo que está no Substitutivo nº 1. Então, o que quero é retirar a expressão "normas gerais de organização e garantias".

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Solicito à Mesa que leia o destaque nos termos em que foi apresentado.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – O destaque é o seguinte: "Requeiro o destaque para votação em separado do inciso 19 do art. 32, que corresponde ao inciso 20 do art. 21 do Substitutivo nº 2". O inciso 19 do art. 32, do Substitutivo nº 1 a que S. Ex.<sup>a</sup> se refere é o seguinte: "XIX convocação ou mobilização das polícias militares e corpo de bombeiros". Então, S. Ex.<sup>a</sup> pretende restabelecer o que estava contido no Substitutivo nº 1.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – E que tem prevalência sobre os outros. O que S. Ex.<sup>a</sup> quer é que se mantenha o que está escrito no Substitutivo nº 1.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Eu gostaria de ouvir a palavra do Relator antes da votação.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A Questão de Ordem de V. Ex.<sup>a</sup> já está resolvida.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Sr. Presidente, tenho outra Questão de Ordem a fazer.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Então, o que se verificou agora é que S. Ex.<sup>a</sup> requer a supressão do inciso XX para restaurar o que está escrito no Substitutivo nº 1.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Sr. Presidente, não é supressivo.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – O Constituinte Celso Dourado confirma que o destaque foi apresentado com o propósito de restaurar a redação do 1º Substitutivo.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – O Substitutivo é global e tem prevalência.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Estão inscritos para falar contra os Constituintes Antônio Britto e Gastone Righi e para falar a favor o Constituinte Oswaldo Lima Filho.

Concedo a palavra ao nobre Constituinte Antônio Britto.

**O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO BRITTO:** – Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, creio que seja interessante trazer ao exame e à consideração dos nobres colegas uma informação. Ao longo do processo de debate e de votação deste texto constitucional estivemos sempre trabalhando, ora com dispositivos que reproduziam uma abusiva interferência na legislação federal, na competência dos Estados e na competência das polícias militares para sua organização, ora na reprodução de dispositivos, como o da Constituição de 1946, que depois foi reproduzida em 1967, e que dizia:

"Organização, instrução, justiça e garantia das polícias militares em condições gerais de sua utilização pelo Governo Federal nos casos de mobilização ou de guerra."

Ora, a manutenção de um dispositivo como este efetivamente traria uma interferência, a meu juízo, abusiva, na possibilidade do que devem dispor as polícias militares estaduais, para sua organização.

Se tivermos o bom senso de rejeitar esta proposta, não poderemos, por outro lado, na minha opinião, permitir que sobre esta matéria se estabeleça a posição, que está colocada na outra parte, de supor que seria possível considerar hoje, dentro da Federação, uma praticamente absoluta liberdade, em termos de organização das polícias militares. Por isso, sempre se trabalhou, e assim operou o nobre Relator Bernardo Cabral, numa solução intermediária. E qual é a solução intermediária? Uma solução que, expressa no 2º Substitutivo, diz: "Normas gerais de organização".

E gostaria de aqui me deter no seguinte aspecto: que normas gerais são estas? Quem poderá organizar e aprovar estas normas gerais? Esta Casa, o Congresso Nacional. Normas gerais da organização, garantias e condições de convocação ou mobilização das polícias militares, na essência, reproduzem a expressão que quer restabelecer o nobre Constituinte Celso Dourado. Então, vejamos V. Ex.<sup>as</sup> a diferença entre o 2º Substitutivo, que estamos defendendo, e o 1º substitutivo naquele dispositivo que pre-

tende restabelecer o nobre Constituinte Celso Dourado. É a expressão "Normas gerais de organização". Elas serão determinadas pelo Congresso e, sem elas, a pretexto de assegurarmos uma importante descentralização, estaremos, na verdade, assegurando a inexistência de qualquer norma geral, de qualquer princípio que assegure, nesta matéria, o equilíbrio federativo de um mínimo de igualdade entre as várias Unidades da Federação.

Por isso, Sr. Presidente, encaminho pela rejeição da emenda proposta, através de destaque, pelo nobre Constituinte Celso Dourado, e pela aprovação e manutenção do texto do Substitutivo do nobre Relator Bernardo Cabral.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Oswaldo Lima Filho, para encaminhamento a favor.

**O SR. CONSTITUINTE OSWALDO LIMA FILHO:** – Sr. Presidente, ocupo a tribuna por imposição de um compromisso que assumi com o ilustre professor de Direito do Rio Grande do Sul, conterrâneo do Constituinte Antônio Britto, que acaba de combater a emenda, o Prof. Voltaire Schiling. Numa das minhas últimas viagens a Porto Alegre, ao receber os livros de S. S.<sup>a</sup>, que é um dos, ilustres membros do PMDB, chamava-me ele a atenção, como Deputado Constituinte, para o risco profundo de intervenção que a Constituinte estava cometendo sobre a autonomia dos Estados. E lembrava S.S.<sup>a</sup> que foi esmagando a autonomia dos Estados que se construiu a maioria dos golpes antidemocráticos no Brasil. Não há autonomia se o Estado não pode, sequer, regular a sua polícia estadual e civil. A polícia sempre foi um instrumento da justiça e de ação do Estado. Foi preciso que o golpe militar de 1964 reunisse todos os poderes junto à Presidência da República para que se instaurasse esse sistema em que as polícias estaduais perderam até o direito de ter os seus próprios comandantes, que eram designados de Brasília. Lembro aos Constituintes que, sem ser um federalista à **ou-trance**, tenho presente no meu espírito as palavras do grande mestre liberal francês que foi Laboulaye, que disse: "A autonomia das províncias é a cidadela da liberdade".

Por tudo isso, quer-me parecer que tem toda a razão o nobre Deputado Celso Dourado ao reclamar um mínimo de autonomia para os Estados regularem as suas polícias estaduais. E quando ele propõe que voltemos ao texto do art. 32, item 19, do 1º Substitutivo, que dizia "Convocação de poderes da União para mobilização das polícias militares e corpos de bombeiros", o que isso quer dizer? É que em situações graves, de calamidade pública, de estado de sítio legalmente votado, o Congresso Nacional pode regular a convocação das polícias estaduais. Mas isso não pode ficar com uma intervenção absurda, injusta, inqualificável da legislação federal. Este não é um País unitário. E para um País dessa vastidão, dessa complexidade, não podemos estar legislando aqui, de Brasília, para a polícia do Acre, de Pernambuco ou do Rio Grande do Sul.

Tem os meus aplausos o nobre Constituinte Celso Dourado. Nesse sentido apresentei duas emendas, uma sugerida pelo Prof. Schiling, do Rio Grande do Sul, subordinando a mobilização das polícias estaduais à administração das Assembléias Legislativas dos Estados respectivos; e outra determinando que os Estados tenham competência concorrente para legislar sobre a matéria. **(Palmas.)**

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Com a palavra o nobre Constituinte Gastone Righi, para encaminhamento contrário.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr. Presidente, Sr.<sup>s</sup> e Srs. Constituintes, por maior que seja a minha admiração pela inteligência, pelo brilho, pela agudez mental do ilustre Constituinte Oswaldo Lima Filho, tenho a impressão de que hoje ele falou de um outro

país, de um outro texto constitucional. O Brasil, em que pese ao fato ser uma Federação constitucionalmente estabelecida, tem um sentido unitário, absoluto. Nunca os seus Estados foram autônomos para legislar sobre matérias fundamentais, principalmente quanto à organização das polícias militares. Se o nosso País for dividido, talvez, em 25 ou 26 Estados como seremos admitindo que cada Estado organize sua polícia militar ao seu inteiro alvedrio, que confusão, que absoluta anarquia, em termos de organização de polícias militares, teríamos ao longo de todo o País! Confusão desde a sua hierarquização, suas funções, sua forma de funcionamento, até o impossível entrosamento entre elas, na manutenção do que lhes diz respeito, que é a lei e a ordem.

Mas o que o Constituinte Oswaldo Lima Filho lá invocava era o direito relativo a uma autonomia que não essa que S. Ex.<sup>a</sup> coloca. E anuncia que não pode sequer organizar sua polícia civil. Ora, o texto não se refere à polícia civil: só à polícia militar. Mais ainda, refere-se apenas à organização. Quanto à segunda parte, isto é, à mobilização, em termos de forças auxiliares do Exército, o autor do destaque não destacou, para que esse trecho fosse retirado do texto constitucional. Portanto, em metade do que disse o Constituinte Oswaldo Lima Filho, quanto a recrutar-se as polícias militares, no caso de convocação para a guerra ou em outras circunstâncias previstas constitucionalmente, evidentemente não há o que se referir ao presente destaque, porque essa matéria não é objeto dele.

Assim sendo, desejaria, como último argumento contra esse destaque, que me parece absurdo e indesejável, se tirarmos da União o direito de legislar sobre a organização de polícias militares – aqui não se tem nenhum texto substitutivo – nem o Distrito Federal nem os Territórios Federais poderão ter polícia militar, porque a União ficou sem poder para legislar sobre a organização da polícia militar. Vejam que absurdo, que insensatez esse destaque, que levaria a um vazio, a um vácuo constitucional, impossibilitando a União de manter a polícia militar no Distrito Federal e em todos os Territórios Federais!

Assim sendo, somos pela exclusão do destaque e pela manutenção do texto do 2º Substitutivo.

Durante o pronunciamento do Sr. Gastone Righi, o Sr. **Aluizio Campos**, Primeiro-Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. **Fernando Henrique Cardoso**, Quarto-Vice-Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Concedo a palavra ao Sr. Relator.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, eminentes Constituintes, ouvi o Constituinte Oswaldo Lima Filho, a quem tributo sempre admiração, dizer da sua inquietação, por ver inserido no texto constitucional um dispositivo que toca na organização e nas condições de convocação ou mobilização das polícias militares, sem que se registre a subordinação aos respectivos governos estaduais.

Pois bem, a Constituição de 1946, que é o balizamento da democracia neste País, foi muito mais rígida e rigorosa, porque dizia "organização". Enquanto o texto atual fala em normas gerais, a Constituição de 1946 ia mais além, dizendo "instrução, justiça" – expressões que foram retiradas do texto e "condições gerais de sua mobilização".

Quanto à subordinação, permita S. Ex.<sup>a</sup> que eu lembre o art. 162, § 3º, do Substitutivo, que declara que as polícias militares subordinam-se, juntamente com os corpos de bombeiros militares e as polícias civis, aos governos dos Estados, Distrito Federal e Territórios. Nenhuma palavra torna-se necessário ser aqui reproduzida.

Voto contra a emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Passamos à votação.

**(Procede-se à votação)**

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes:

Ademir Andrade, Celso Dourado, Haroldo Sabóia, José Paulo Bisol, Nelson Friedrich, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Sigmaringa Seixas, Virgildásio de Senna, José Tavares, Nelson Wedekin, Vilson Souza Octávio Elísio, Floriceno Paixão, José Maurício, Plínio Arruda Sampaio, José Genoíno, Aldo Arantes, Roberto Freire, Beth Azize e Vivaldo Barbosa. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Almir Gabriel, Aluizio Campos, Antônio Britto, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Carlos Mosconi, Egídio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Henrique Cardoso, João Calmon José Fogaça, José Richa, Manoel Moreira, Nelson Carneiro Nelson Jobim, Nilson Gibson, Raimundo Bezerra, Rodrigues Palma, Marcos Lima, Antonio Mariz, Israel Pinheiro Alcení Guerra, Aloysio Chaves, Arnaldo Prieto, Carlos Chiarelli, Edme Tavares, Eraldo Tinoco, Inocêncio Oliveira, José Jorge, José Lins, José Lourenço, José Thomaz Nonô, Luís Eduardo, Oscar Corrêa, Ricardo Fiúza, Paes Landim, João Menezes, Furtado Leite, Valmir Campelo Jofran Frejat, Antônio Carlos Konder Reis, Gerson Peres Bonifácio de Andrada, Adylson Motta, Francisco Rossi Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Adolfo Oliveira e Roberto Balestra. **ABSTENÇÃO** da Senhora Constituinte Sandra Cavalcanti.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 22 Constituintes; votaram NÃO 49 Constituintes; Absteve-se de votar 1 Constituinte. Total: 72 votos. O Destaque foi **rejeitado**.

Passemos ao Destaque nº 842, do Constituinte Haroldo Lima. S. Ex.<sup>a</sup> está ausente.

Prejudicado.

Inciso XX, Destaque do Constituinte Celso Dourado emenda supressiva. S. Ex.<sup>a</sup> está ausente.

Prejudicado.

Destaque nº 555, do Constituinte José Genoíno, que retira a expressão "estrutura básica", ficando "condições gerais de convocação ou mobilização das polícias militares e corpos de bombeiros".

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Retiro o destaque. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Passemos ao inciso XXII, Destaque nº 4046, do Constituinte Roberto Campos. **(Pausa)** Ausente. Prejudicado.

Destaque nº 4341, do Constituinte Paulo Macarini.

**(Pausa)** Ausente. Prejudicado.

Destaque nº 5398, do Constituinte Carlos Chiarelli. Ausente. Prejudicado.

Passaremos, agora, ao inciso XXVI. Emenda Modificativa nº 6999, do nobre Constituinte José Carlos Grecco. S. Ex.<sup>a</sup> não está presente. A emenda está prejudicada.

Passamos às emendas aditivas de inciso. Há um pedido de preferência do ilustre Constituinte Euclides Scalco para a Emenda 20941, requerida pelo Constituinte Nelson Wedekin.

A Liderança do PMDB retira o pedido.

Destaque nº 6361, do Constituinte Wilson Martins. Ausente. Prejudicada a emenda.

Destaque nº 3826, do Constituinte Ibsen Pinheiro. Ausente. Está prejudicada a emenda.

**Destaque nº 004254-87 – Emenda nº ES-23866-3, do Sr. Nilson Gibson, "que adita inciso ao art. 32 do Substitutivo nº 1 (art. 21 do Substitutivo nº 2)". (226.<sup>a</sup> votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Destaque nº 4254, do Constituinte Manoel Moreira. Ausente. O nobre Constituinte Nilson Gibson está autorizado a defender a emenda. Vou ler o seu texto:

"Inclua-se no art. 42 um inciso com a seguinte redação: defesa territorial, defesa aeroespacial e defesa civil."

Com a palavra o nobre Constituinte Nilson Gibson, que defenderá o destaque.

**O SR. CONSTITUINTE NILSON GIBSON:**

– Sr. Presidente, não há necessidade evidentemente, de defender o destaque ora proposto, porque V. Ex.<sup>a</sup> já o fez. Vou apenas aditar algo ao excelente entendimento explanado por V. Ex.<sup>a</sup>.

Nossa pretensão é que a União também legisle sobre a defesa civil, territorial e aeroespacial. Essa sugestão já foi aprovada na Comissão da Organização Eleitoral, Partidária e Garantias das Instituições.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Algum Constituinte deseja falar contra a emenda? O Constituinte Nilson Gibson fez a defesa do inciso, que é auto-explicativo. Propõe que a União possa legislar sobre a defesa civil, territorial e aeroespacial. Se ninguém quiser falar contra, vou colocar em votação.

O Sr. Relator deseja falar?

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – A Relatoria acolhe a emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Tendo a Relatoria acolhido a emenda passamos à votação.

**(Procede-se à votação)**

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes:

Ademir Andrade, Aluizio Campos, Celso Dourado, Fernando Bezerra Coelho, Haroldo Sabóia, João Calmon, José Fogaça, José Paulo Bisol, José Serra, Manoel Moreira, Milton Reis, Nelson Jobim, Nelson Friedrich, Nilson Gibson, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Raimundo Bezerra, Rodrigues Palma, Sigmaringa Seixas, José Tavares, Israel Pinheiro, Nelson Wedekin, Vilson Souza, Vicente Bogo, Octávio Elísio, Euclides Scalco, Aloysio Chaves, Arnaldo Prieto, Carlos Chiarelli, Edme Tavares, Eraldo Tinoco, Inocêncio Oliveira, José Jorge, José Lins, José Lourenço, José Thomaz Nonô, Luís Eduardo, Sandra Cavalcanti, Furtado Leite, Valmir Campelo, João Menezes, Jofran Frejat, Antônio Carlos Konder Reis, Gerson Peres, Jarbas Passarinho, Adylson Motta, Floriceno Paixão, José Maurício, Vivaldo Barbosa, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Adolfo Oliveira, Roberto Balestra e Beth Azize. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Almir Gabriel, Antônio Britto, Artur da Távola, Carlos Mosconi, Egídio Ferreira Lima, Nelson Carneiro, Pimenta da Veiga, Virgildásio de Senna, Antonio Mariz, Christóvam Chiaralia, Oscar Corrêa, Paes Landim, Bonifácio de Andrada, Plínio Arruda Sampaio, José Genoíno, Aldo Arantes e Roberto Freire. **ABSTENÇÃO** do Senhor Constituinte Fernando Henrique Cardoso.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 55 Constituintes; votaram NÃO 17 Constituintes; absteve-se de votar 1 Constituinte. Total: 73 votos. O Destaque foi **aprovado**.

**Destaque nº 004256-87, do Sr. Manoel Moreira – Emenda nº ES-23860-4, do Sr. Nilson Gibson, "que adita inciso ao art. 32 do Substitutivo nº 1 (art. 21, inciso do Substitutivo nº 2)". (227.ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Passamos ao Destaque nº 4256, de autoria do Constituinte Manoel Moreira. S. Ex.ª está presente. A emenda é de autoria do Constituinte Nilson Gibson.

Tem a palavra o nobre Constituinte Manoel Moreira.

**O SR. CONSTITUINTE MANOEL MOREIRA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a inclusão no art. 21 de "atividades de levantamentos e pesquisas aeroespaciais, aquáticos e terrestres" tem a mesma justificativa que a matéria que acabamos de aprovar. Esta matéria, necessariamente, deve ser legislada pela União. Não faz sentido deixá-la para a legislação residual, ou aos Estados e Municípios. Creio que, coerentes com a decisão tomada neste momento iremos examinar e aprovar a inclusão deste inciso, para que a União não perca sua posição numa matéria em que já tem experiência e na qual vem trabalhando atualmente.

Peço, portanto, o apoio dos Constituintes para que em assunto tão relevante não tenhamos a omissão desta Assembléia Nacional Constituinte.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, peço apenas dois minutos para explicar esta emenda que resguarda os interesses das empresas nacionais no que diz respeito às pesquisas e aos processos aerofotogramétricos. As empresas nacionais estão por ela protegidas, muitas vezes, das garras e da sanha das multinacionais. É uma emenda muito boa. Portanto, se eu pudesse dizer algo a meus colegas seria que refletissem bem, porque vale a pena garantir, através dela, os interesses nacionais.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – A emenda diz o seguinte:

"... atividades de levantamentos e pesquisas aeroespaciais, aquáticas e terrestres."

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, citarei a legislação atual para esclarecimento dos colegas. As atividades de levantamento aeroespacial estão contidas na Lei nº 960/49 e nos Decretos-Leis nºs 1177/71 e 84577/80. O Brasil conta hoje com uma capacidade instalada competente, construída e assegurada por empresas nacionais, que, além de garantirem um expressivo número de empregos diretos e indiretos no País, caracteriza-se por mecanismos de defesa dos interesses nacionais contra a intromissão inadmissível ou mesmo participações desnecessárias de empresas ou grupos estrangeiros. O que se propõe, pois, com a emenda aditiva – são destaques – não é inovar ou modificar, mas assegurar, por preceito constitucional, o que se vem fazendo com acerto e controle necessários. Por sua natureza e pelo seu significado para a soberania nacional é que tais atividades devem ter o seu disciplinamento a cargo da União.

Esta a justificativa que faço da emenda.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Sr. Presidente, quero apenas esclarecer e saudar o nacionalismo do Constituinte Gerson Peres, mas estamos discutindo apenas a quem compete legislar. Ainda não estamos discutindo méritos.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Pela ordem, concedo a palavra ao Constituinte José Lins.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Sr. Presidente, a matéria é visivelmente parte do capítulo Da Ciência e Tecnologia. E no art. 246 o projeto do relator, diz, explicitamente:

"Art. 246 – O Estado promoverá e incentivará o desenvolvimento científico, a autonomia e

a capacitação tecnológicas, e a pesquisa científica básica."

Ninguém faz pesquisa sem levantamento. De modo que o assunto está tratado em outro capítulo. A impressão que tenho é de que ele entra em duplicidade e em lugar errado.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Vou conceder a palavra ao Constituinte Vivaldo Barbosa, se a solicitou para uma questão de ordem.

**O SR. CONSTITUINTE VIVALDO BARBOSA:** – Sr. Presidente, apenas porque V. Ex.ª, ao tentar elucidar o Plenário, referiu-se apenas ao texto do inciso.

Em adição à elucidação de V. Ex.ª, queria chamar a atenção para o fato de que este inciso se insere no art. 21, que diz "legislar sobre", o que significa ampliar a competência do Congresso Nacional, trazer para suas mãos a definição dessas matérias, que, se não forem legisladas pelo Congresso Nacional, serão executadas pelas instituições do Poder Executivo, das Forças Armadas, que necessitam de uma disciplina pelo Congresso Nacional. Trata-se aqui de ampliar a capacidade do Congresso Nacional.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Tem inteira razão V. Ex.ª Explicou muito bem.

Tem a palavra o Constituinte Nelson Carneiro, pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – Sr. Presidente, V. Ex.ª tem um bom hábito, que é o de ler a emenda, porque nem sempre os oradores lêem as emendas, o que cria uma confusão para quem está ouvindo, como o caso do Constituinte Nilson Gibson, que falou para trás, de modo que não ouvimos o que ele disse. Pediria a V. Ex.ª, que sempre que tiver uma emenda, que a leia.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Já o fiz, mas vou ler a emenda novamente:

"Legislar sobre:

– atividades de levantamento e pesquisas aeroespaciais, aquáticas e terrestres."

Com a palavra o Constituinte Virgildásio de Senna para encaminhar contra.

**O SR. CONSTITUINTE VIRGILDASIO DE SENNA:** – Sr. Presidente, a Assembléia Nacional Constituinte é livre e soberana para votar a tolíce que quiser. Acabamos de votar que compete à União legislar sobre levantamentos fotogramétricos e aeroespaciais feitos permanentemente pelos satélites que estão rondando a Terra e sobre os quais o Congresso Nacional e o Governo brasileiro não têm qualquer controle. Qualquer cidadão pode comprar, hoje, seja na União Soviética, nos Estados Unidos, ou na França, levantamentos aerofotogramétricos, aeroespaciais feitos por satélites que estão em órbita.

Estudos de batimetria aérea, de levantamentos aerofotogramétricos – sejam espaciais, sejam tradicionais – são providências de natureza técnica, e não me parece oportuno serem introduzidos na Constituição, mesmo porque a Constituição e a lei precisariam ter uma mutabilidade tão rápida quanto rápido é o crescimento da técnica sobre o assunto. Assim, transforma-se numa coisa ridícula estarmos aqui discutindo esta matéria, que é assunto, se couber, de legislação ordinária, de legislação de terceira ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Com a palavra o relator, para expor o seu ponto de vista sobre a matéria, se assim o desejar.

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – Levando em conta os argumentos levantados pelo Constituinte Virgildásio de Senna, no sentido de que há tantas e tão poderosas ameaças à nossa segurança com satélites que mapeiam as



nossas jazidas, as nossas riquezas, acresce a preocupação e a necessidade de legislação restritiva nesse campo. **(Palmas)**

Lembro-me de uma denúncia feita em 1966 sobre levantamentos aerofotogramétricos da Amazônia feitos por uma potência estrangeira, que causou um grande escândalo nacional. Exatamente porque há essa ameaça tão concreta e poderosa e, muitas vezes, até tão fora do nosso controle, acresce a necessidade dessa legislação.

Portanto, a posição da Relatoria é pelo acolhimento da emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**  
– Em votação a emenda.

**(Procede-se à votação)**

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Ademir Andrade, Almir Gabriel, Aluizio Campos, Artur da Távola, Egidio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Lyra, Haroldo Sabóia, José Fogaça, José Paulo Bisol, José Ulisses de Oliveira, Manoel Moreira, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nilton Friedrich, Nilson Gibson, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Raimundo Bezerra, Rodrigues Palma, Sigmaringa Seixas, José Tavares, Nelson Wedekin, Vilson Souza. Vicente Bogo, Octávio Elísio, Euclides Scalco, Eraldo Tinoco, Inocêncio Oliveira, Sandra Cavalcanti, Gerson Peres, Jarbas Passarinho, Bonifácio de Andrada, Adylson Motta, Floriceno Paixão, José Maurício, Vivaldo Barbosa, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Plínio Arruda Sampaio, José Genoíno, Adolfo Oliveira, Aldo Arantes, Roberto Freire e Beth Azize. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Antônio Britto, Celso Dourado, Fernando Henrique Cardoso, João Calmon, José Geraldo, José Richa, Virgildásio de Senna, Antonio Mariz, Israel Pinheiro, Aloysio Chaves, Arnaldo Prieto, Carlos Chiarelli, Edme Tavares, José Lins; José Lourenço, Luís Eduardo, Oscar Corrêa, Paes Landim, Valmir Campelo, Jofran Frejat, Mozarildo Cavalcanti, Furtado Leite, Antônio Carlos Konder Reis e Roberto Balestra. **ABSTENÇÃO** dos seguintes Senhores Constituintes: José Jorge e José Thomaz Nonô.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**  
– A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 46 Constituintes; votaram NÃO 24 Constituintes; abstiveram-se de votar 2 Constituintes. Total: 72 votos. O Destaque foi **prejudicado** por falta de **quorum** qualificado.

Vamos passar agora ao Destaque nº 5273, do nobre Constituinte Manoel Moreira. S. Ex.<sup>a</sup> retira o destaque.

Destaques nº 3065, do Constituinte Albérico Cordeiro. S. Ex.<sup>a</sup> não está presente. Prejudicado o destaque.

Passamos às emendas aditivas.

Destaques nº 5332, do Constituinte Virgildásio de Senna, referente à Emenda nº 21231. S. Ex.<sup>a</sup> retira o destaque. **(Palmas)**

Destaques nº 5916, do Constituinte Nestor Duarte. Há uma indicação para o Constituinte Joaci Góes, que não é membro da Comissão nem está presente. Prejudicado o destaque.

Destaques nº 6507, do nobre Constituinte Aluizio Campos. S. Ex.<sup>a</sup> retira o destaque. **(Palmas)**

Há dois destaques meus. Vou mantê-los. Um deles diz respeito à possibilidade de os Estados legislarem segundo autorização de lei complementar. Indiquei o Constituinte Nelson Jobim para defendê-lo.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Sr. Presidente, a nota fornecida pela Mesa dá a Emenda nº 34529 como aditiva, mas não cita o texto.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**  
– V. Ex.<sup>a</sup> se refere ao destaque que eu pedi?

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Às duas emendas de V. Ex.<sup>a</sup>, ambas aditivas.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**  
– Vai ser feita a defesa de apenas uma.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Qual é o número do destaque?

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**  
– Destaque nº 6864, que restabelece o art. 32, parágrafo único, do primeiro substitutivo.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – É este exatamente que não cita a emenda

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**  
– Não o faz porque pede para restabelecer o texto do primeiro substitutivo. É esta a razão.

Com a palavra o nobre Constituinte Nelson Jobim.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON JOBIM:** – Sr. Presidente, está sendo posta em votação a Emenda nº 34529?

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**  
– Não. O que está sendo posto em votação é o Destaque nº 6864, que pede que se mantenha o parágrafo único do art. 32 do primeiro substitutivo.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON JOBIM:** – Eu sugeria a V. Ex.<sup>a</sup> que desistisse desse destaque e mantivesse o seguinte.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**  
– Perfeito. Desisto deste destaque.

**Destaques nº 006872-87 – Emenda nº ES-34529-0, do Sr. Fernando Henrique Cardoso, "que modifica a redação do art. 32, parágrafo único, do substitutivo nº 1 (art. 21, parágrafo único, do Substitutivo nº 2)". (228ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**  
– Passemos ao Destaque de nº 6872, relativo à Emenda nº 34529, que diz o seguinte:

"Lei complementar poderá autorizar os Estados a legislarem sobre questões específicas das matérias relacionadas neste artigo, desde que não causem risco à soberania e unidade nacionais."

**O SR. CONSTITUINTE BONIFÁCIO DE ANDRADA:** – Pela ordem, Sr. Presidente. Essa emenda é sobre o art. 32 do 2º Substitutivo ou art. 32 do 1º Substitutivo?

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**  
– Perdão, o destaque relativo ao 1º Substitutivo foi retirado, agora está em discussão uma emenda acrescentando um parágrafo único ao art. 32.

**O SR. CONSTITUINTE BONIFÁCIO DE ANDRADA:** – É relativa à competência dos Estados? Não é dos Municípios?

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – É relativa à competência dos Estados.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON JOBIM:** – Sr. Presidente, convém que esclareça perfeitamente que a emenda visa à criação de um parágrafo único ao art. 21, que regula a competência privativa da União. É esta a emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**  
– Exato.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON JOBIM:** – E pretende estipular no parágrafo único:

"Lei complementar poderá autorizar os Estados a legislarem sobre questões específicas das matérias relacionadas neste artigo, desde que não causem risco à soberania e unidade nacionais."

Objetiva esta emenda, considerando a distribuição de competências fixadas na Constituição e no Projeto do Relator, possibilitar que lei complementar futura venha eventualmente – e se o Congresso assim o entender – estender competência aos Estados de legislarem naquilo que agora, hoje, neste projeto, está estabelecido como competência privativa da União. Isso flexibiliza o critério da divisão da competência, a Constituição está estabelecendo um rígido e completo sistema de distribuição de competências pela técnica de enumerar as competências da União, deixando aos Estados tudo aquilo que não for enumerado. Portanto, tira dos Estados um elenco de competências e o privativa à União, fato que possibilita, no futuro, por circunstâncias futuras e modernas, não se necessitando recorrer à reforma constitucional, autorizar e estender aos Estados a faculdade de, por lei complementar, legislar sobre essas matérias. Ou seja, esta é uma técnica que faz com que o sistema federativo da nossa concepção de 1987 não comprometa a concepção eventual do sistema federativo do ano 2000, possibilitando, no ano 2000, ou mesmo antes disso, rever a nossa concepção de federação e aumentar a competência dos Estados, reduzindo a competência da União.

Entendo, Sr. Presidente, Sr. Relator, que esta emenda faz com que tenhamos uma consciência de futuro, uma vez que não procuramos fazer com que as gerações futuras venham a respeitar duramente aquilo que, de nossa concepção de federação, teria entrado no texto constitucional.

Esta é a razão pela qual encaminho favoravelmente a emenda, uma vez que assegura esta flexibilização no conceito de federação.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Pergunto se algum Constituinte quer encaminhar contra. **(Pausa)**

Pergunto ao Sr. Relator se deseja opinar.

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – A Relatoria entende que não há risco à competência privativa da União porque quem irá autorizar os Estados será o próprio Congresso Nacional através de lei complementar. Portanto, também é favorável ao acolhimento da emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Em votação.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Ademir Andrade, Almir Gabriel, Aluizio Campos, Antônio Britto, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Carlos Sant'Anna, Celso Dourado, Egídio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, José Fogaça, José Geraldo, José Paulo Bisol, José Richa, José Ulisses de Oliveira, Manoel Moreira, Milton Reis, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nelson Friedrich, Nilson Gibson, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Raimundo Bezerra, Sigmaringa Seixas, Virgildásio de Senna, Marcos Lima, José Tavares, Antonio Mariz, Israel Pinheiro, Vilson Souza, Vicente Bogo, Octávio Elízio, Eraldo Tinoco, Inocêncio Oliveira, José Jorge, José Lins, José Lourenço, José Thomas Nonô, Oscar Corrêa, Furtado Leite, Antônio Carlos Konder Reis, Gerson Peres, Jarbas Passarinho, Bonifácio de Andrada, Adylson Motta, Floriceno Paixão, José Maurício, Francisco Rossi, Joaquim Bevilacqua, José Genoíno, Roberto Balestra e Aldo Arantes. Votaram **NÃO**: João Calmon, Oswaldo Lima Filho, Rodrigues Palma, Aloysio Chaves, Arnaldo Prieto, Edme Tavares, Luís Eduardo, Sandra Cavalcanti e Jofran Frejat. **ABSTENÇÃO**: dos Senhores Constituintes Carlos Chiarelli, Paes Landim, Adolfo Oliveira.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 57

Constituintes; votaram **NÃO** 9 Constituintes; abstiveram-se de votar 3 Constituintes. Total: 69 votos. O Destaque foi **aprovado**.

Passamos ao Destaque nº 6998, de autoria do Constituinte José Carlos Grecco **(Pausa)**. S. Ex.<sup>a</sup> está ausente. Prejudicado.

Destaque nº 8113, de autoria do Constituinte Osvaldo Coelho **(Pausa)**. S. Ex.<sup>a</sup> está ausente. Prejudicado.

Passa-se ao art. 22.

Requerimento do Constituinte José Richa, de preferência para o Destaque nº 7199, relativo à Emenda nº 33998, que pretende substituir o art. 22 pelo art. 37, incisos e letras da emenda. **(Pausa)** Retirado.

Inciso II – Destaque nº 4197, do Constituinte Octávio Elísio. Retirado pela alta compreensão mineira.

Inciso III – Destaque nº 4344, do Constituinte Simão Sessim. **(Pausa)** Ausente. Prejudicado.

A Constituinte Myrian Portella retirou o Destaque nº 6266.

Inciso V – Destaque nº 4773, do Constituinte Maurício Fruet. Ausente. Prejudicado o destaque.

Inciso VI – Destaque nº 4466, do Constituinte José Egreja. **(Pausa)** Retirado o destaque.

Inciso VIII – Destaque nº 5915, do Constituinte Nestor Duarte. Ausente. Prejudicado o destaque.

**Destaque nº 5137-87 – Emenda nº ES-28260-3, do Sr. Ricardo Izar, “que modifica o inciso IX do art. 33 do Substitutivo nº 1 (art. 22, IX do Substitutivo nº 2)”.**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Inciso IX – Destaque nº 5137, do Constituinte Ricardo Izar. A indicação é para o Constituinte Oscar Corrêa. Trata-se do seguinte:

“Dê-se ao inciso IX do art. 33 a seguinte redação:

Promover a melhoria das condições habitacionais da população e de saneamento.”

O Sr. Constituinte Oscar Corrêa tem a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE OSCAR CORRÊA:** – Sr. Presidente, em que pese à boa vontade mineira, recebi uma procuração e terei de cumpri-la.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – V. Ex.<sup>a</sup> tem toda a razão.

**O SR. CONSTITUINTE OSCAR CORRÊA:** – Sr. Presidente, com satisfação, recebi do Constituinte Ricardo Izar a incumbência de defender sua emenda, que substitui o art. 22, inciso IX, dando-lhe a seguinte redação:

“Promover a melhoria das condições habitacionais da população e de saneamento.”

Diz S. Ex.<sup>a</sup>, nas suas razões:

“A redação ora proposta visa manter a natureza de ação do município, sem invasão da área pertinente à iniciativa privada, à qual sempre esteve afeta a construção de moradias no País, para todas as classes sociais.”

Inverteu-se a posição das palavras “da população” no texto, ligando-as a “condições habitacionais” e não a “saneamento”, por ser imprópria no caso presente, saneamento da população.”

Parece-me pois, pertinente a emenda do ilustre Relator, que, além de dar forma redacional condizente à matéria, adequa-a a uma nomenclatura mais precisa.

Pretende também S. Ex.<sup>a</sup> dar ênfase maior à participação da iniciativa privada nos processos de construções habitacionais. Através de sua emenda, S. Ex.<sup>a</sup> objetiva resguardar a possibilidade de que a iniciativa privada participe também do projeto de construção nacional de moradias.

Se mantivéssemos o texto proposto pelo ilustre Relator, ficaria claro que apenas à União seria dada competência para implantar – entende-se, no caso, construção – e construir conjuntos habitacionais. Por esse motivo, Sr. Presidente, entendo que tem toda a razão o Constituinte Ricardo Izar, ao propor essa mudança.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Concedo a palavra, pela ordem, ao Constituinte José Ulisses de Oliveira. Em seguida, o Constituinte Aldo Arantes falará contra a emenda.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ ULISSES DE OLIVEIRA:** – Sr. Presidente, manifesto-me contra a emenda do Constituinte Ricardo Izar porque o que consta no art. 22 inciso XI, preenche perfeitamente as necessidades da população carente brasileira. Aqui não se está vetando a ação da iniciativa privada. Muito pelo contrário, está obrigando a União, os Estados, os Municípios e o Distrito Federal a criarem programas habitacionais. Aqui não se diz que essa prerrogativa é exclusividade do Poder Público. É obrigação do Poder Público promover, criar programas, financiamentos para a população de baixa renda.

O dispositivo do Relator não veda a participação da iniciativa privada. Muito pelo contrário, há um incentivo do Poder Público à construção dessas moradias, principalmente por parte da iniciativa privada.

Discordo totalmente dos termos em que fez o encaminhamento da matéria o Constituinte Oscar Corrêa. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Como o Constituinte José Ulisses de Oliveira fez a defesa, concedo a palavra ao Constituinte Aldo Arantes, para uma questão de ordem.

**O SR. CONSTITUINTE ALDO ARANTES:** – Sr. Presidente, na minha questão de ordem, quero apenas esclarecer que, de fato, a redação dada ao inciso IX não estabelece que há um monopólio da União, dos Estados e do Distrito Federal na construção de moradias. Por outro lado, estabelece a necessidade de que haja programas de construção de moradias.

Acho que a proposta e o destaque apresentado não resolvem o problema da habitação popular, que é extremamente grave em nosso País. Sabemos das dificuldades que existem nas grandes cidades – as favelas – ocasionados pela carência de habitações populares. A situação é extremamente grave na periferia e a responsabilidade é do Poder Público. A empresa particular não irá construir casas populares de custo barato. Obviamente, investirá em empreendimentos de alta lucratividade. Retirar a parte referida do texto seria prejudicar os interesses dos setores da população de baixa renda. Portanto, sou favorável à manutenção do dispositivo como está.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Sr. Presidente, para uma questão de ordem. Por uma questão técnica redacional, a expressão "saneamento da população" é evidentemente imprópria. Ou a Relatoria se cinge à expressão "saneamento" ou refere-se a "saneamento básico". Mas, "saneamento da população" distorce completamente a idéia da Relatoria. Portanto, quer seja a emenda aprovada ou não, é necessário que a Relatoria proceda à adequação da redação aos termos da proposta.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Concedo a palavra à Relatoria para confirmar o que me parece óbvio.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FOGAÇA:** – Sr. Presidente, o Constituinte Konder Reis vai justificar a posição da Relatoria, que atende a estas ponderações.

#### **O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO CARLOS KONDER**

**REIS:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, a redação do inciso IX do art. 22 resultou de uma consideração do Sr. Relator-Geral, pelas inúmeras propostas constantes nos projetos oriundos das Comissões Temáticas. Alguns desses projetos acolheram regras mais rígidas, estabelecendo até a obrigatoriedade de o Poder Público assegurar moradia. O Sr. Relator adotou uma redação que, segundo seu entendimento, atende à solução dos problemas sem estabelecer uma regra de caráter absoluto.

A emenda do nobre Constituinte Ricardo Izar, aqui defendida pelo ilustre Constituinte Oscar Corrêa, altera o sentido da proposição do Sr. Relator, quando pretende inscrever na Constituição a seguinte norma:

"Promover a melhoria das condições habitacionais da população e de saneamento."

O Relator preferiu a redação:

"Implantar programas de construção de moradias, bem como promover a melhoria das condições habitacionais e de saneamento da população."

Toda a Comissão tem a lembrança de que a partir do momento em que se verificou no Brasil o fenômeno da concentração urbana, o Poder Público teve a preocupação de buscar meios e modos de resolver esse problema, que se agrava muito, não diria a cada ano, mês ou dia, mas a cada hora.

Por iniciativa do Presidente Getúlio Vargas foi criado o Programa da Fundação da Casa Popular e, mais recentemente, o Banco Nacional da Habitação, hoje com suas atribuições transferidas para a Caixa Econômica Federal.

É evidente que, diante desse gravíssimo fenômeno da concentração urbana, do surgimento dos aglomerados em situações as mais precárias e difíceis, o Governo não pode limitar-se à função de promover a melhoria das condições habitacionais. Ele tem de assumir a responsabilidade de implantar programas de construção de moradias e promover a melhoria das construções habitacionais.

Essa formulação de modo algum exclui a participação das iniciativas particulares. Não estabelece o monopólio do Poder Público, mas lhe atribui responsabilidade no que toca à implantação desses programas.

Ouvimos referências à necessidade de o Poder Público assumir a responsabilidade da construção das moradias populares. Recentemente discutimos esse problema e observei que, ao tempo em que exerci as funções de Governador do Estado de Santa Catarina, poderiam ser contadas nos dedos da mão as favelas, as aglomerações habitacionais altamente precárias existentes na capital daquele Estado, como também em cidades como Joinville e Criciúma. Hoje, essas aglomerações são incontáveis – cresceram, multiplicaram-se de tal forma que ou o Governo toma uma atitude decidida e decisiva, ou vamos chegar a um estado de precariedade, no que toca o problema habitacional, de conseqüências imprevisíveis. A participação do Poder Público é indispensável para a seleção das áreas, escolha do tipo das construções e implantação de infra-estrutura. Daí a redação constante no projeto.

Por outro lado, quero atender ao pregão do nobre Sr. Constituinte Carlos Sant'Anna, Líder do Governo, para reconhecer que o item, na sua parte final, padece de boa redação e, como Relator-Adjunto, farei presente aos meus companheiros, especialmente ao Sr. Relator-Geral, o compromisso que assumimos de proceder à devida correção. Assim, o parecer do Sr. Relator-Geral é pela manutenção do inciso IX, conforme a redação do 2º Substitutivo, e rejeição da emenda. (Palmas)

#### **O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Vou submeter ao Plenário uma questão. Vou fazer uma votação simbólica. Vamos ver quem está disposto a susten-

tar o destaque. Peço aos Srs. Constituintes dispostos a sustentar o destaque que levantem as mãos. **(Pausa)**

Peço agora ao Constituinte que medite. **(Pausa)**  
Agradeço por ter retirado o destaque. **(Palmas)**

Destaque nº 5914, do Constituinte Nestor Duarte. Ausente. Prejudicado.

Agora entramos na questão inclua-se, onde couber, no art. 22.

**Destaque nº 003251-87 – Emenda nº ES-22352-6, do Sr. Eraldo Tinoco, “que adita parágrafo único ao art. 33 do Substitutivo nº 1 (art. 22, adita parágrafo – Substitutivo nº 2)”. (229ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**  
– Há um requerimento de preferência do Constituinte Eraldo Tinoco. Votação do Destaque nº 3251 referente à Emenda nº 22352.

Diz a emenda:

"Inclua-se parágrafo único ao art. 22 em o seguinte teor:"

Art. 22

Parágrafo único. As competências comuns e específicas da União, dos Estados, dos Territórios, do Distrito Federal e dos Municípios serão detalhadas em lei complementar, fixando as responsabilidades administrativas de cada nível de Governo.

Em votação o requerimento. Os que desejam apoiá-lo, permaneçam como estão. **(Pausa)** Aprovado.

Com a palavra o Constituinte Eraldo Tinoco, para encaminhar a votação da Emenda nº 22352.

**O SR. CONSTITUINTE ERALDO TINOCO:** – Sr. Presidente, nesses dias tenho aprendido verdadeiras lições de ilustres juristas nesta Casa. A preocupação em apresentar esta emenda é a de um bacharel em administração pública, e decorre do seguinte aspecto: talvez o maior mal da administração pública brasileira venha a ser a superposição de funções. A duplicação de responsabilidades normalmente faz com que, tanto no mesmo nível de Governo como em níveis diferentes, surjam vários organismos, vários componentes da estrutura administrativa voltados para o exercício de uma mesma atribuição. Pretende-se com essa emenda que uma lei complementar estabeleça as responsabilidades administrativas de qualquer nível de governo no sentido de evitar-se à superposição de responsabilidades. Se aprovada a emenda, talvez tenhamos efetivamente no País a possibilidade de iniciar, através de uma lei complementar, uma verdadeira reforma administrativa, tão reclamada pela população brasileira e por aqueles que têm responsabilidade política e administrativa.

Sr. Presidente, lembro que há pouco aprovamos emenda de V. Ex.<sup>a</sup> que estabelecia a possibilidade de uma lei complementar delegar competência legislativa aos Estados. O art. 22 não trata de responsabilidade administrativa, mas da fixação de competência comum no campo administrativo. Peço a atenção especial dos juristas da Casa: o projeto de Constituição traz a figura do mandato de injunção. Pergunto aos senhores que são juristas: como o mandato de injunção poderá ter eficácia se o cidadão comum não souber, no campo da educação, no campo da saúde, no campo da preservação do patrimônio, a quem deve acionar para ter êxito em um mandato de injunção?

Sr. Presidente, o que se pretende com essa emenda é efetivamente, por um lado, resgatar a possibilidade de uma administração pública mais coerente neste País e, por outro, dar ao cidadão brasileiro, quando não atendido nos seus direitos, a certeza de quem responsabilizar. Por isso, a emenda diz “as competências comuns” diga-se,

“competências administrativas e específicas da União, dos Estados, dos Territórios, do Distrito Federal e dos Municípios”, que serão detalhadas em lei complementar, fixando as responsabilidades administrativas de cada nível de governo. É uma emenda que merece a aprovação desta Casa. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**  
– Com a palavra o Constituinte Nelson Jobim para encaminhar contra.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON JOBIM:** – Sr. Presidente, antes do encaminhamento, suscito uma questão de ordem fundamental sobre esta emenda. Acabamos de aprovar o **caput** do art. 22 e os incisos até o de número X. A emenda que quer inserir parágrafo único no art. 22 diz o seguinte:

“As competências comuns e específicas da União, dos Estados, dos Territórios, do Distrito Federal e dos Municípios serão detalhadas em lei complementar.”

Ou seja, a emenda pretende que lei complementar estabeleça a competência comum dos Estados, da União, do Distrito Federal e dos Territórios, assim como a competência específica. Ora, se já aprovamos o art. 22, dizendo que essas competências são comuns, é evidente que o parágrafo único por si só se contradiz com o texto aprovado, uma vez que já fixamos serem essas as competências comuns. Suscitaria, desde o início, um encaminhamento contrário a este ponto.

Mas há algo extremamente relevante. Aliás, O Sr. Relator, teve a felicidade absoluta na elaboração deste texto porque modernizou com absoluta clareza o texto constitucional. O que temos aqui é a divisão de competência comum. Não será competência comum dos Estado, da União, do Distrito Federal e dos Municípios zelar pela guarda da Constituição das leis e das instituições democráticas? Não será competência comum cuidar da saúde, assistência pública, proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, impedir a invasão, a destruição, a descaracterização de obras de arte e até bens de valor histórico, proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas, preservar as florestas, a fauna e a flora? Será que devemos estabelecer não ser esta uma competência comum? Ora, é evidente que na técnica constitucional moderna, na medida em que uma das unidades federadas toma para si esta função, está assumindo serviço próprio, não excludente dos serviços dos outros, porque todos nós e a população queremos que as unidades federadas – o Estado, a União e os Municípios – preservem todos os itens do art. 22. Esta é a razão da competência comum que temos e que a população poderá exigir de qualquer um dos setores, porque qualquer um deles é responsável. Quanto mais tivermos dentro das unidades federadas a responsabilidade por isso, melhor prestação do serviço, anunciado no art. 22, teremos. Não há que se falar no problema da superposição. Não há superposição, exatamente na medida em que são competências comuns, ou seja, nenhuma é excludente da outra. Daí por que não se fala da divisão de competência. O que se está tentando – e aí peço licença ao eminente Constituinte para encaminhar contrariamente – é estabelecer um critério burocrático de divisão de competência.

Mas o que é competência específica? Ora, competência específica é competência exclusiva e competência exclusiva já foi votada exaustivamente no art. 20. Essas competências exclusivas são um modelo constitucional indiano, absolutamente inafastado no mundo moderno. Hoje temos um sistema que o Sr. Relator adotou com absoluta clareza no texto: estabelecer a enumeração exaustiva da competência da União, esclarecendo aos Estados os poderes reservados, sendo que, em uma área específica do art. 22, a competência é comum, a bem da população, que poderá dirigir o conhecido mandado de injunção contra as três

áreas. Lembraria que o exemplo do mandado de injunção, que também não serve no caso específico, porque o texto que aprovamos em relação ao **injunction mandate**, ou seja, ao mandado de injunção do sistema mexicano e americano, nos diz que essa é a medida judicial nova sempre que a falta de normas regularizadora torne inviável o exercício das liberdades constitucionais. Nada tem a ver isto com o problema de podermos exigir do Estado, da União e do Município, que, em comum, isolada ou propriamente, cumprem o elenco de funções: zelar pela Constituição, estabelecer todo esse elenco exaustivo do Sr. Relator, que tem origem no sistema alemão e que vem da proteção do meio ambiente, de fomentar a produção agropecuária nas áreas de abastecimento urbano. Não é da competência da União, do Município ou do Estado. Por que o Estado terá que ficar com essa competência exclusiva e específica? Não é caso de superposição. É uma concepção nova, moderna, não burocratizada dos deveres do Estado, em que ele passa a servir a Nação, e não estabelecer o que se fez na universidade brasileira, onde se dividiu competência e hoje não sabemos a quem reclamar a insuficiência do ensino neste País. Por isso, Sr. Relator, encaminho contrariamente (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Concedo a palavra ao Constituinte Carlos Sant'Anna.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Sr. Presidente, creio que para esclarecimento é preciso que a Relatoria nos informe quanto ao art. 22, algo sobre as competências comuns da União, do Estado, do Distrito Federal e dos Municípios. Acredito que em outros capítulos, mais na frente, como por exemplo no caso da saúde, já está entendido que as competências terão suas partes administrativas discriminadas de acordo com a formação do próprio sistema único de saúde. Portanto, tenho a impressão de que em alguns dos itens é possível que haja na frente o desdobramento da forma como a competência da União, dos Estados e Municípios se fará.

Outro esclarecimento importante que a Relatoria nos deve dar, para nos ajudar na votação, é se este texto é auto-aplicável como está, porque, no meu entender, embora não se refira a leis, ele pode gerar leis. Por exemplo, pode gerar leis ou normas sobre a implantação de programas de construção de moradias. Nada impede que haja normas que digam qual é o papel da União, dos Estados e dos Municípios nesses programas, que podem ser feitos através de leis e decretos, embora não haja referência no texto constitucional a que esse desdobramento. Portanto, o que, como médico, quero saber é se isso aqui é desdobrável, apesar de não haver referência a outras leis ou normas, ou se tem que ficar na auto-aplicabilidade pura e simples do que o texto contém.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Ilustre Constituinte Carlos Sant'Anna, V. Ex.<sup>a</sup>, como médico, vai guardar agora a frase de um advogado: o advogado é o cirurgião plástico do fato. Ele alisa, apara os excessos para que a superfície lisa da sua argumentação possa aparecer. Nenhum desses incisos pode ser auto-aplicável se a lei complementar, mais adiante, não lhe facultar isso. De modo que o sistema de saúde está devidamente garantido. V. Ex.<sup>a</sup> pode ficar tranquilo.

Por esta razão, voto contra a emenda apresentada. E o faço muito contrariado pela admiração que tenho pelo Constituinte Eraldo Tinoco.

**O SR. CONSTITUINTE ALUÍZIO CAMPOS:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Com a palavra o Constituinte Aluizio Campos, para uma questão de ordem.

**O SR. CONSTITUINTE ALUÍZIO CAMPOS:** – Sr. Presidente, os arts. 21, 22 e 23 estão, sistematicamente, numa colocação não muito feliz.

O art. 21 trata da competência privativa da União para legislar sobre as matérias que especifica; o art. 22 trata da competência da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, estabelecendo uma relação de encargos puramente administrativos. O art. 22, portanto, versa sobre uma competência comum, que não é legislativa. Trata-se, na verdade, de uma discriminação de encargos considerados comuns.

Não há realmente incompatibilidade entre as duas emendas; a do nobre Constituinte Fernando Henrique Cardoso, defendida pelo nobre Constituinte Nelson Jobim, e que determina que uma lei complementar dê aos Estados competência para legislar sobre determinadas matérias, e a do Constituinte Eraldo Tinoco, que, acertadamente, pretende estabelecer que esses encargos sejam disciplinados por lei complementar para evitar conflitos eventuais.

Então, a questão de ordem que formulo a V. Ex.<sup>a</sup> é no sentido de que não há incompatibilidade, nem prejudicialidade entre as duas proposições.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Nobre Constituinte Aluizio Campos, não há questão de ordem para ser resolvida pela Mesa.

**(Procede-se à votação)**

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes:

Alfredo Campos, Aluizio Campos, Carlos Mosconi, Cid Carvalho, João Calmou, José Richa, Manoel Moreira, Nilson Gibson, Rodrigues Palma, Israel Pinheiro, Edme Tavares, Eraldo Tinoco, Inocêncio Oliveira, José Lins, José Lourenço, José Santana de Vasconcellos, Luís Eduardo, Sandra Cavalcanti, Enoc Vieira, Paes Landim, Furtado Leite, João Menezes, Jofran Frejat, Jarbas Passarinho, Adilson Motta, Floriceno Paixão, José Maurício e Vivaldo Barbosa. **Votaram NÃO:** Ademir Andrade, Almir Gabriel, Antônio Brito, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Celso Dourado, Egídio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, João Herrmann Neto, José Fogaça, José Geraldo, José Paulo Bisol, José Ulisses de Oliveira, Milton Reis, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nelton Friedrich, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Raimundo Bezerra, Sigmaringa Seixas, Virgildásio de Senna, Marcos Lima, José Tavares, Antonio Mariz, Nelson Wedekin, Vilson Souza, Vicente Bogo, Octávio Elísio, Euclides Scalco, José Thomaz Nonô, Oscar Corrêa, Antônio Carlos Konder Reis, Gerson Peres, Bonifácio de Andrada, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Plínio Arruda Sampaio, José Genoíno, Adolfo Oliveira, Roberto Balestra, Aldo Arantes, Roberto Freire e Beth Aize. **ABSTENÇÃO** dos Senhores Constituintes: Carlos Sant'Anna, Arnaldo Prieto e Carlos Chiarelli.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 28 Constituintes; votaram NÃO 50 Constituintes; abstiveram-se de votar 3 Constituintes. Total 81 votos. O Destaque foi **rejeitado**.

Durante a chamada nominal da votação do Destaque nº 3251-87, o Sr. **Fernando Henrique Cardoso**, Quarto Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. **Jarbas Passarinho**, Terceiro-Vice-Presidente.

Em votação o Destaque 306, requerido pelo Constituinte Eduardo Jorge. S. Ex.<sup>a</sup> está ausente. Fica, portanto, prejudicado.

Em votação o Destaque 2553, requerido pelo Constituinte Nelson Wedekin. S. Ex.<sup>a</sup> está ausente. Fica, portanto, prejudicado.

Em votação o Destaque nº 6359, requerido pelo Constituinte Wilson Martins. S. Ex.<sup>a</sup> está ausente. Fica, portanto, prejudicado.

Concluídas as emendas aditivas ao art. 22, passamos ao art. 23.

**O SR. CONSTITUINTE INOCÊNCIO OLIVEIRA:** – Pela ordem, Sr. Presidente. Falta ainda votarmos dois destaques aditivos de parágrafo, que são os de nºs 578/87 e 3221. São os mesmos. Estavam incorporados ao outro.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Art. 23 Matéria substitutiva do **caput**.

Destaque nº 3254, requerido pelo Constituinte Eraldo Tinoco. S. Ex.<sup>a</sup> retira o destaque. Fica, portanto, prejudicado.

Em votação o Destaque nº 3552, de iniciativa do Constituinte Roberto Freire. Substitutivo do **caput**. S. Ex.<sup>a</sup> retira o destaque. Fica, portanto, prejudicado.

Inciso 1º, do art. 23: em votação o Destaque nº 34, requerido pelo Constituinte Álvaro Valle. S. Ex.<sup>a</sup> está ausente. Fica, portanto, prejudicado.

Em votação o Destaque nº 5155, requerido pelo Constituinte Santinho Furtado. S. Ex.<sup>a</sup> está ausente. Fica, portanto, prejudicado.

Em votação o Destaque nº 7166, requerido pelo Constituinte Roberto Balestra, referente à Emenda nº 26.250. S. Ex.<sup>a</sup> retira o destaque. Fica, portanto, prejudicado.

Em votação o Destaque nº 7557, requerido pelo Constituinte Darcy Pozza. S. Ex.<sup>a</sup> está ausente. Fica, portanto, prejudicado.

Ainda sobre o Inciso 1º: em votação o Destaque nº 8249, requerido pelo Constituinte Alysson Paulinelli. S. Ex.<sup>a</sup> está ausente. Fica, portanto, prejudicado.

Inciso 5º: em votação o Destaque nº 8042, requerido pelo Constituinte Roberto Balestra. S. Ex.<sup>a</sup> retira o destaque. Fica, portanto, prejudicado.

Inciso 6º: matéria supressiva. Em votação o Destaque nº 4582, requerido pelo Constituinte Gil César. S. Ex.<sup>a</sup> está ausente. Fica, portanto, prejudicado.

Inciso 8º: em votação o Destaque nº 7680, requerido pelo Constituinte Octávio Elísio, que pede suprimir a palavra “estático”.

Entendo que o comitê de dissuasão foi pertinaz. Retirado o destaque.

**Destaque nº 3805-87, do Sr. Ibsen Pinheiro, “que suprime a expressão “de instrução” do inciso X do art. 23 do Substitutivo nº 2.”**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Em votação o Destaque nº 3805, requerido pelo Constituinte Ibsen Pinheiro, referente ao inciso 10, para supressão da palavra “de instrução”. Tem a palavra V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE IBSEN PINHEIRO:** – Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, o meu destaque tem o objetivo de corrigir uma impropriedade que deve ser resultado de outras naturais dificuldades do processo de elaboração do substitutivo, no seu último momento. Eu diria mesmo que a emenda supressiva que proponho teria quase o caráter de uma emenda de redação, porque no inciso 10 estabelece-se:

“Art. 23. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislarem concorrentemente sobre:”

X – criação, funcionamento e processo do juizado de instrução e de pequenas causas;”

Tenho a impressão, Sr. Presidente, de que a intenção do relator era manter o dispositivo relativo ao juizado de pequenas causas, porque em todo o substitutivo, em nenhum momento, se contempla a figura do juizado de instrução. Foi uma opção que se fez desde cedo, já na Comissão Temática. Não se optou pelo caminho do juizado

de instrução, mas pela preservação da tradição brasileira. A investigação criminal se faz na área da Polícia Judiciária, a titularidade da ação penal compete ao Ministério Público e a Magistratura tem a sua imparcialidade preservada pelo seu caráter estático. Esta é a melhor tradição brasileira: a investigação policial na área, o inquérito da Polícia Judiciária, o Magistrado estático e imparcial no aguardo de que, através do Ministério Público, se dê início à ação penal.

Além disso, Sr. Presidente, razões de natureza social e econômica, além dessas históricas, considerar-se-iam na hipótese de criar-se o Juizado de Instrução em distritos, em municípios pequenos, que são termos de comarcas maiores. Daí adviria a necessidade da presença de um juizado de instrução com encargos pesadíssimos, numa estrutura que seria concorrente com a do aparelhamento policial, determinando também a necessidade da criação das promotorias.

Então, Sr. Presidente, por todas estas razões, invoco a atenção do relator, convencido de que o dispositivo, tal como se encontra, é assistêmico, não tem guarida em toda a concepção constante do projeto que estamos votando. Por todas essas razões, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, encaminho em favor da aprovação do destaque, para que o texto fique expungido das palavras de instrução. Lendo-se então no inciso X:

“Criação, funcionamento e processo do juizado de pequenas causas.”

Esse é o encaminhamento, Sr. Presidente, e o apelo que faço ao relator, cuja manifestação acompanho com a maior atenção.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o Constituinte Ibsen Pinheiro fez uma observação correta. Há uma impropriedade de redação. Como tal, sendo assunto redacional, o relator acolhe a observação de S. Ex.<sup>a</sup> e está resolvida a matéria. Não é necessário submetê-la à votação, Sr. Presidente. **(Palmas)**

**O SR. CONSTITUINTE IBSEN PINHEIRO:** – Muito obrigado, Sr. Presidente.

**Destaque nº 006502-87, do Sr. Aluizio Campos, “que modifica o art. 23, XI do Substitutivo nº 1 (art. 23, XI do Substitutivo nº 2)”. (230ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Em votação o Destaque nº 6502, requerido pelo Constituinte Aluizio Campos, referente ao inciso XI **(Pausa)** S. Ex.<sup>a</sup>, mantém o destaque. Tem a palavra S. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE ALUIZIO CAMPOS:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o art. 21 estabelece a competência privativa da União para legislar sobre determinadas matérias, inclusive Direito Processual. Trata-se de uma competência privativa e, por consequência, excludente de qualquer outra competência. Direito Processual na sua total amplitude é matéria da competência da União. O art. 23 trata da competência da União, dos Estados e do Distrito Federal para legislar concorrentemente, e o Inciso XI desse artigo inclui, sem qualquer limitação, de maneira totalmente ampla, procedimentos em matéria processual. Dir-se-á que procedimentos em matéria processual é coisa distinta de Direito Processual, mas, na verdade, não o é. É matéria vinculada, consequente, estritamente ligada à realização formal dos atos judiciais que tentam a solução das questões, das pendências e dos litígios.

No Brasil, desde que se unificou a legislação federal, o Direito Processual passou a ser de competência da União. Era, anteriormente, da competência dos Estados. Os Estados, cada um deles tinha o seu Código de Processo – Código de Processo Penal e Código de Processo Civil. Depois, unificou-se em Direito Processual. De maneira que me parece que tecnicamente não devíamos manter essa

atribuição indiscriminada aos Estados para legislar sobre procedimentos em matéria processual, porque através dessa válvula poder-se-á tumultuar a legislação de processo a nível nacional, seja qual for o campo do Direito Processual – do Direito Processual Civil, do Direito Processual Agrário, Econômico.

Por esta razão, pareceu-me conveniente eliminar esse inciso do art. 23 do 2º Substitutivo apresentado pelo eminente Relator. São essas as razões, mais de natureza preventiva, para evitar tumulto futuro na legislação processual, que me conduzem a apelar para a Comissão de Sistematização no sentido de que ela concorde com a exclusão, embora já saiba, de antemão, que o nobre colega Nelson Jobim irá contestar-me.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Para encaminhar contra, concedo a palavra ao Constituinte Nelson Jobim.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON JOBIM:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, com a Revolução de 1930, começou o processo de destruição da Federação. Até 1930, a competência legislativa de Direito Processual era dos Estados e a História brasileira conta com obras monumentais. Desponta, entre outras, a do grande Eduardo Espínola, com o Código Processual Baiano. Depois de 1930, com a centralização da competência processual, essa incumbência passou integralmente para a União, que começou a legislar com o Código Processual de 1939, da lavra do mineiro Batista Martins. Observem que este dispositivo, recomendável a todos os planos e a todos os títulos, que se constem como um poder concorrente dos Estados, decorre da seguinte circunstância fundamental: uma coisa é processo, outra é procedimento. No dizer de James Goldschmidt, as regras processuais correspondem àquilo que se chamava o Direito Material Processual, o que definia os direitos processuais individuais e as competências processuais individuais; isto é, da competência da União. No entanto, os procedimentos, ou seja, a forma pela qual ação processual se realiza no tempo, nas suas seqüências, é que pretende que os Estados-membros também possam legislar concorrentemente e, portanto, supletivamente à legislação federal. O que se quer com isso? Fica na competência privativa da União – está lá – o Direito Processual Material. Ficam também na competência da União as normas gerais sobre procedimentos, mas se abre a possibilidade para cada Estado legislar diversamente, no que diz respeito aos procedimentos. Hoje, dispomos dos procedimentos civis ordinários, do procedimento civil sumário e de uma enésima quantidade de procedimentos civis especiais, como o são as ações demarcatórias, as ações de usucapião e as cautelares.

Este dispositivo possibilitará que cada Estado, considerando a realidade processual e praxista dos Estados, possa criar procedimentos adequados às realidades procedimental e cartorária. Lembrem-se de que é competência dos Estados legislar sobre Justiça estadual e o procedimento ajustará à técnica da Justiça de cada Unidade federada. Entendemos que esta possibilidade está-se abrindo no projeto do eminente Relator. Isto se ajusta claramente àquilo que o Rio Grande do Sul foi o grande iniciador, ou seja, o procedimento relativo às pequenas causas. A Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul criou uma técnica chamada procedimento para as pequenas causas e implantou esse sistema, na época, mesmo sem legislação. Hoje, há uma legislação que veio do Rio Grande do Sul e que possibilitou, então, aquilo que chamáramos de atendimento do magistrado e da Justiça brasileira a todo João-sem-nome deste País. Se mantivermos o que veio de 1939, e passou por 1974 no Código Processual, estaremos inviabilizando um compromisso desta Constituinte, isto é, fazer com que a Justiça brasileira seja acessível a todos aqueles a quem Oliveira Viana chamava os joãos-sem-nome deste País. Era o que tinha a dizer.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Vivaldo Barbosa, para encaminhar a favor.

**O SR. CONSTITUINTE VIVALDO BARBOSA:** – Sr. presidente, Srs. Constituintes, este destaque supressivo do Deputado Aluizio Campos é idêntico ao destaque supressivo do Constituinte Brandão Monteiro, e idêntico ao destaque supressivo do Constituinte Maurício Correa, e, parece-me, idêntico ao destaque supressivo do Deputado Lezio Sathler. Neste destaque nós temos diante de nós uma das questões centrais na ordem democrática, na garantia e proteção aos direitos humanos e na visão da cidadania. O processo é uma das questões nucleares de uma ordem democrática, com a garantia dos direitos da pessoa humana, porque é no processo que se realiza o contraditório, é no processo que cada um se defende, é no processo que todos são tratados igualmente, que todos têm os seus direitos reconhecidos como iguais. Trata-se, pois, de questão que interessa muito de perto a esta Assembléia Nacional Constituinte, tão preocupada com a ordem democrática, tão preocupada com a visão da cidadania.

Desde 1930 estabeleceu-se neste País um debate fundamental para a unidade nacional. E neste debate um dos primeiros temas em que o País podia encontrar-se unido e em que o cidadão brasileiro seria tratado como tal em qualquer canto deste País era a unidade do processo nacional, que culminou no Código de Processo baixado em 1939, em substituição aos códigos de processos estaduais que tanta balbúrdia, que tantos malefícios causaram à aplicação do Direito e à atividade advocatícia neste País, porque em cada Estado o procedimento era diferente para garantir o direito substantivo federal.

Tentamos restabelecer essa visão da unidade processual nacional, já que o Substitutivo abre uma porta para que cada Estado possa legislar em matéria processual. Procurou o Substitutivo fazer uma distinção entre procedimento e processo judicial. É uma distinção tênue, às vezes doutrinária, às vezes de linguagem. Procedimento é processo em matéria judicial. Muitos autores atribuem procedimento à defesa administrativa de qualquer processo e processo à esfera judicial. Não podem os autores ficar sujeitos às divisões doutrinárias, às tênues diferenças entre procedimento e processo.

Consultando todos os autores de Direito Processual neste País e consultando, nos últimos dias, os principais autores modernos e os principais advogados que freqüentam os foros deste País, extraí mais do que uma visão da unidade processual. Extraí – chamo a atenção do Sr. Relator – de muitos advogados e processualistas deste País uma grande preocupação. Abrir-se a porta para que Estados possam estabelecer os seus processos judiciais significa não apenas o retorno à República Velha, mas, acima de tudo, causar um grande e grave prejuízo à visão da cidadania, porque teríamos garantias diferentes em cada Estado para os cidadãos, teríamos procedimentos e processos judiciais diferentes em cada Estado para garantir os direitos da pessoa humana, quando o nosso caminho pela unidade processual é o melhor caminho para garantir a democracia, a proteção dos direitos da pessoa humana e uma melhor visão da cidadania.

Nestes termos, Sr. Presidente, encaminho favoravelmente o destaque do Constituinte Aluizio Campos, que é o mesmo dos Constituintes Brandão Monteiro e Maurício Correa, que procura eliminar do texto uma distinção que não existe, entre procedimento e processo. Parece-me que a única distinção que existe seria a mesma existente entre a missa no rito maronita, no da Igreja Católica Romana ou no da Igreja Ortodoxa. Por serem diferentes os ritos deixou de ser missa?

Sr. Presidente e Srs. Constituintes, chamo a atenção de V. Ex.<sup>as</sup> para o fato que temos diante de nós uma deci-

são muito importante: não se permitir aos Estados que abram a porta para que cada qual institua o seu Código de Processo.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Concedo a palavra ao Relator.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, não fosse a admiração que devoto ao nobre Constituinte Vivaldo Barbosa não daria a S. Ex.<sup>a</sup> resposta neste instante. S. Ex.<sup>a</sup> fez uma confusão de procedimento com cognição que assustou este Plenário e, ao final, para debater, se contrapôs à tese brilhantemente levantada pelo Constituinte Nelson Jobim, dizendo que essa disposição liquida com a unidade processual. É evidente que S. Ex.<sup>a</sup> não está entendendo a marcha que a respeito se quer imprimir a este País, fazendo-se justiça forrada em democracia. Em termos processualísticos e, processual, se S. Ex.<sup>a</sup> lesse o parágrafo único do artigo abaixo, veria que esse temor não pode existir, porque, no âmbito da legislação concorrente, a competência da União prevalecerá sobre a dos Estados. Ora, se há esta prevalência, não há como confundir uma coisa com outra.

Deploro ter que me insurgir contra a argumentação de S. Ex.<sup>a</sup>, porque, conforme se diz na linguagem jurídica, **despicienda** para ficar com a emenda, acompanhando o raciocínio do Constituinte Nelson Jobim.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Em votação.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Aluizio Campos, Antonio Mariz, Edme Tavares, José Lins Marcondes Gadelha, Jofran Frejat, Floriceno Paixão, José Maurício e Vivaldo Barbosa. Votaram **NÃO**: Ademir Andrade, Alfredo Campos, Almir Gabriel, Antônio Britto, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Carlos Mosconi, Carlos Sant'Anna, Celso Dourado, Egídio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, João Calmon, João Herrmann Neto, José Geraldo, José Paulo Bisol, José Richa, José Ulisses de Oliveira, Milton Reis, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nelton Friedrich, Nilson Gibson, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Raimundo Bezerra, Rodrigues Palma, Sigmaringa Seixas, Virgildásio de Senna, José Tavares, Israel Pinheiro, Nelson Wedekin, Vilson Souza, Octávio Elísio, Euclides Scalco, Arnaldo Prieto, Carlos Chiarelli, Eraldo Tinoco, Inocêncio Oliveira, José Lourenço, José Santana de Vasconcellos, Luís Eduardo, Sandra Cavalcanti, Enoc Vieira, João Menezes, Furtado Leite, Antônio Carlos Konder Reis, Gerson Peres, Jarbas Passarinho, Bonifácio de Andrada, Adylson Motta, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Plínio Arruda Sampaio, José Genoino, Adolfo Oliveira, Roberto Balestra, Aldo Arantes e Beth Azize.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 9 Constituintes; votaram NÃO 63 Constituintes. Total: 72 votos. O Destaque foi **rejeitado**.

Em votação o Destaque nº 595, da autoria do Constituinte Brandão Monteiro. Prejudicado por ser do mesmo teor.

Idem o Destaque nº 5715, requerido pelo Constituinte Maurício Correa.

Idem o destaque do Constituinte Lélío Souza. Todos prejudicados.

Como última matéria do art. 23 temos, sobre o inciso XII, o Destaque nº 4316, pedido pelo Constituinte Paulo Macarini. S. Ex.<sup>a</sup> está ausente. Prejudicado.

Ainda há, sobre a Emenda nº 23600, destaque solicitado pelo Constituinte Octávio Elísio.

**O SR. CONSTITUINTE OCTÁVIO ELÍSIO:** – Sr. Presidente, gostaria de consultar o eminente Relator se S. Ex.<sup>a</sup> acataria esse destaque, em termos de redação. Ele se refere à Emenda nº 23600 e propõe aditar ao inciso XIV, onde está escrito "normas de proteção a pessoas portadoras de deficiências", a palavra "integração". Ficaria: "normas de proteção e integração das pessoas portadoras de deficiências". Isto é importante, porque a filosofia do projeto todo é no sentido de tornar o deficiente, seja físico ou sensorial, também um cidadão. A emenda estabelece normas de integração dos deficientes à sociedade. **(Palmas)**

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, parece tratar-se mais de redação, não sendo necessária uma decisão do Plenário. A Relatoria acolhe.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Sobre a Mesa requerimento de preferência do Constituinte Euclides Scalco: "Requeiro, nos termos regimentais, preferência para a votação do Destaque nº 5856, relativo ao art. 23, § 5º".

Retirado o pedido de preferência.

Os Srs. Constituintes estão avisados de que haverá sessão amanhã, às 9 horas.

**O SR. CONSTITUINTE OSWALDO LIMA FILHO:** – Sr. Presidente, pela ordem. Ainda há um destaque aditivo sobre o art. 23.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Ainda existem destaques a serem votados, mas já ultrapassamos meia hora a sessão que deveria ter seis horas.

### III – SUSPENSÃO DA REUNIÃO

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A Presidência vai suspender os trabalhos, convocando os Senhores Constituintes para a continuação da presente reunião, amanhã, 24-10-87, às 9:00 horas.

Está suspensa a reunião.

Em 24 de outubro de 1987

Presidência dos Srs.: **Aluizio Campos**, Primeiro-Vice-Presidente; **Jarbas Passarinho**, Terceiro-Vice-Presidente e **Fernando Henrique Cardoso**, Quarto-Vice-Presidente.

### I – REABERTURA DA REUNIÃO

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Havendo número regimental, declaro reaberta a reunião.

### II – EXPEDIENTE

#### Ofícios do Sr. Líder em exercício do PMDB:

Ofício nº 223/87

Brasília, 22 de outubro de 1987.

Excelentíssimo Senhor  
Senador Afonso Arinos

DD. Presidente da Comissão de Sistematização na  
Assembléia Nacional Constituinte  
Nesta

Senhor Presidente:

Tenho a honra de indicar a Vossa Excelência o Deputado Antônio Britto para a vaga ora ocupada pelo Deputado Prisco Viana na titularidade da Comissão de Sistematização.

Sem outro particular, reitero a Vossa Excelência votos de estima e cordial apreço. – Deputado **Euclides Scalco**, Líder em exercício do **PMDB** na Assembléia Nacional Constituinte.



Ofício nº 224/87

Brasília, 22 de outubro de 1987.

Excelentíssimo Senhor  
Senador Afonso Arinos  
DD. Presidente da Comissão de Sistematização na  
Assembléia Nacional Constituinte  
Nesta

Senhor Presidente:

Tenho a honra de indicar o Deputado Jorge Hage para ocupar a vaga ora ocupada pelo Deputado Luiz Henrique na suplência da Comissão de Sistematização.

Sem outro particular, reitero a Vossa Excelência votos de estima e cordial apreço. — Deputado **Euclides Scalco**, Líder em exercício do **PMDB** na Assembléia Nacional Constituinte.

### III — ORDEM DO DIA

#### VOTAÇÃO DO PROJETO DE CONSTITUIÇÃO

##### TÍTULO III (Continuação)

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** — A Presidência solicita aos Srs. Constituintes tomem os seus lugares para começarmos a votação dos destaques ao art. 23, que serão submetidos ao Plenário.

**O SR. CONSTITUINTE ADYLSON MOTTA:** — Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** — Tem a palavra o nobre Constituinte Adylson Motta, pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE ADYLSON MOTTA:** — Sr. Presidente, eu faria um apelo a V. Ex.<sup>a</sup> para que fizesse acionar as campanhas e aguardasse mais alguns minutos, até porque um dos primeiros destaques é de minha autoria e serei prejudicado pelo exíguo número de participantes da reunião.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** — V. Ex.<sup>a</sup> será atendido.

Está suspensa a reunião.

**(A reunião é suspensa às 9 horas e 28 minutos e reaberta às 9 horas e 40 minutos)**

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** — Está reaberta a reunião.

Em votação o Destaque de nº 3211, requerido pelo nobre Constituinte José Lins, sobre a Emenda nº 16239. **(Pausa)**

O Constituinte José Lins não está presente e, portanto, o destaque fica prejudicado.

**Destaque nº 3662-87 — Emenda nº ES-33635-5, do Sr. Oswaldo Lima Filho, "que inclui no art. 37, item I, as seguintes alíneas: a) legislar supletivamente sobre a polícia civil-militar" do Substitutivo nº 1 (Título III do Substitutivo nº 2). (231ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** — Em votação o Destaque nº 3662, requerido pelo Constituinte Oswaldo Lima Filho, referente à Emenda nº 33635.

A emenda do Constituinte Oswaldo Lima Filho propõe aduzir, ao art. 33, dois incisos mandando que a competência concorrente inclua a defesa do solo, dos recursos naturais e do meio ambiente pelos Estados e Municípios, e também que os Estados e Municípios possam legislar concorrentemente sobre Polícia Civil e Militar.

Concedo a palavra ao autor do destaque.

**O SR. CONSTITUINTE OSWALDO LIMA FILHO:** — Sr. Presidente, tendo em vista que a Comissão, na reunião de ontem, por uma decisão que me parece profundamente infeliz e atentatória à autonomia dos Estados, colocou no

artigo referente à competência privativa do Congresso a Legislação sobre as Polícias Militares, peço a V. Ex.<sup>a</sup>, que o item **e**, proposto nesta emenda, seja supresso para que se vote apenas o item **b**, que dispõe "legislar supletivamente sobre a defesa do solo, dos recursos naturais e do meio ambiente".

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** — Fica deferida a questão de ordem, inclusive porque parece que, ontem, se votou matéria semelhante. Então, fica somente o primeiro inciso: "legislar supletivamente sobre a defesa do solo, dos recursos naturais e do meio ambiente".

**O SR. CONSTITUINTE OSWALDO LIMA FILHO:** — Sr. Presidente, Srs. e Sras. Constituintes, nenhuma matéria é mais grave à consideração do legislador no mundo contemporâneo do que o problema de defesa do solo.

Por uma visão errônea, acreditou-se muito tempo que o solo era também da natureza permanente, quando se sabe hoje que ele morre e que a formação de um centímetro do solo leva cerca de mil anos.

**O SR. CONSTITUINTE ERALDO TINOCO:** — Sr. Presidente, peço permissão para interromper o orador para dizer que na planilha não consta essa emenda. Então, gostaria de saber qual é a emenda, para que o Plenário possa votar.

**O SR. CONSTITUINTE OSWALDO LIMA FILHO:** — Acabei de ler a emenda, Constituinte Eraldo Tinoco. Ela é aditiva ao art. 23 e diz:

"Legislar supletivamente sobre defesa do solo, dos recursos naturais e do meio ambiente."

Se algum país vê ameaçado um metro das suas fronteiras, convoca tropas e põe sua população em armas para defendê-lo. Mas, anualmente, países como o Brasil, sobretudo os países dos Trópicos, submetidos a chuvas torrenciais, perdem centenas de milhares de hectares de terras férteis.

No Brasil, hoje, já se formam, segundo apreciação de nossos cientistas, alguns desertos, como em Alegrete, no Rio Grande do Sul, por exemplo, o qual se alarga a cada ano; no Oeste do Paraná e no Nordeste brasileiro.

A União não tem feito nada a este respeito. Os Estados Unidos da América do Norte — desde o governo de Theodoro Roosevelt, em 1908 — criaram um Departamento Nacional de Defesa do Solo, que evitou, por exemplo, que o Estado de Arkansas fosse convertido num deserto de areia, o chamado **dust bowl** que foi corrigido pela ação lúcida e inteligente desse Departamento e à custa de aplicação de verbas e de incentivos.

Em Pernambuco, quando Deputado Estadual, obtive a criação de um Departamento Estadual de Defesa do Solo, mas o Governador que nos sucedeu — porque achou que a criação tinha partido do PDS e ele era da UDN — extinguiu o Departamento. São as coisas da política brasileira.

Sr. Presidente, entendo hoje que há um Estado do Brasil — além do Estado de São Paulo que, pela ação do Instituto Agrônomo de Campinas, tem realizado uma obra magnífica — que está na vanguarda no Brasil, hoje, que é o Paraná, pela ação do Secretário Klaus Germer, no Governo José Richa, realizou o Programa Integrado de Defesa do Solo, da maior importância, e que o Congresso Nacional precisa conhecer. Mas, para os Estados realizarem esses programas precisam de competência legislativa, senão originária, mas concorrente.

Creio que a matéria é da compreensão do Congresso e apenas repeti os demais itens relativos aos recursos naturais e ao meio ambiente, que já estavam incluídos no texto do anteprojeto.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** — Com a palavra o nobre Relator.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, o Constituinte Oswaldo Lima Filho, com a experiência não só do Parlamento, mas como Ministro de Estado, traz uma emenda que, de forma indubitosa, merece ser acolhida, de forma que a Relatoria opina favoravelmente pelo seu acolhimento.

**O SR. CONSTITUINTE SIQUEIRA CAMPOS:** – Sr. Presidente, solicito a palavra para um esclarecimento.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Pois não, Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE SIQUEIRA CAMPOS:** – Foi acatada a solicitação do Constituinte Oswaldo Lima Filho, conquanto a ser suprimida da emenda de S. Ex.<sup>a</sup>, a alínea e?

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Sim, foi acatada.

**O SR. CONSTITUINTE SIQUEIRA CAMPOS:** – Então, Sr. Presidente, o PDC vota favoravelmente.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, vou ler a emenda que alguns Constituintes estão pedindo.

Emenda do eminente Constituinte Oswaldo Lima Filho diz: "Legislar supletivamente sobre defesa do solo, dos recursos naturais e do meio ambiente."

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Proceda-se à votação.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Ademir Andrade, Almir Gabriel, Aluizio Campos, Antônio Britto, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Carlos Mosconi, Carlos Sant'Anna, Egídio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Gasparian, José Fogaça, José Paulo Bisol, José Richa, Mário Lima, Milton Reis, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nelton Friedrich, Nilson Gibson, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Raimundo Bezerra, Rodrigues Palma, Sigmaringa Seixas, Virgildásio de Senna, Wivaldo Martins, José Tavares, Antonio Mariz, Israel Pinheiro, Nelson Wedekin, Octávio Elísio, Euclides Scalco, Aloysio Chaves, Eraldo Tinoco, Inocêncio Oliveira, José Jorge, José Lins, José Lourenço, José Thomaz Nonô, Enoc Vieira, Furtado Leite, Valmir Campelo, João Menezes, Jofran Frejat, Antônio Carlos Konder Reis, Gerson Peres, Jarbas Passarinho, Bonifácio de Andrada, Adylson Motta, Floriceno Paixão, José Maurício, Vivaldo Barbosa, Gastone Righi, Plínio Arruda Sampaio, José Genoíno, Siqueira Campos, Haroldo Lima e Roberto Freire. Votaram **NÃO** os Senhores Constituintes: Luís Eduardo, Sandra Cavalcanti, Paes Landim e Gilson Machado.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 59 Constituintes; votaram NÃO 4 Constituintes. Total: 63 votos. O destaque foi aprovado.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra, pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Sr. Presidente, quero solicitar a V. Ex.<sup>a</sup> que permita a análise do meu destaque, o primeiro que entrou hoje. Todos são testemunhas de que eu estava aqui e permaneci, mas no momento em que a reunião foi suspensa, por um instante em que saí, V. Ex.<sup>a</sup> começou sem soar as campainhas. De modo que peço a V. Ex.<sup>a</sup> permita que o destaque seja apresentado.

**Destaque nº 005193-87 – Emenda nº 1P-16239-4, do Sr. José Lins, "que acrescenta parágrafo único ao art. 54 do Projeto de Constituição (art. 23 do Substitutivo nº 2)".**

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Apresentou V. Ex.<sup>a</sup> dois destaques sobre matéria semelhante, pelo

que o segundo destaque pode ser defendido por V. Ex.<sup>a</sup>. É o Destaque nº 5193, sobre a Emenda nº 16239, também de V. Ex.<sup>a</sup>.

Tem a palavra para o encaminhamento do seu destaque.

Vou passar a ler, para conhecimento dos Srs. Membros da Comissão, o Destaque do Constituinte José Lins, S. Ex.<sup>a</sup> deseja acrescentar ao art. 23 um parágrafo com a seguinte redação:

"Parágrafo único. A delimitação de competências e atribuições executivas entre a União, os Estados e os Municípios regem-se pelas disposições desta Constituição e por lei complementar que fixará, inclusive as áreas e condições para cooperação entre a União e os Estados e Municípios, levando em conta a busca de adequado desenvolvimento econômico e de mais equânime bem-estar social entre os diversos Estados e regiões do País."

**O SR. CONSTITUINTE NELSON JOBIM:** – Sr. Presidente, uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem a palavra V. Ex.<sup>a</sup> para uma questão de ordem.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON JOBIM:** – A emenda do eminente Constituinte José Lins diz respeito, fundamentalmente, à competência material, ou seja, a atribuições, e não à competência legislativa propriamente dita, uma vez que S. Ex.<sup>a</sup> refere que "fixará áreas e condições para a cooperação entre a União..." etc.

Portanto, creio que seja inadequado ser votada como parágrafo único ao art. 23, que disciplina o problema de legislação concorrente. Poderá, isto sim, esta emenda ser votada como aditiva a esta Seção ou a este Capítulo, mas não como parágrafo único do art. 23, porque representa o artigo 23 a fixação da competência legislativa concorrente, e não de atribuições.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Sr. Presidente, acho que S. Ex.<sup>a</sup> tem razão. No entanto, a Mesa é quem fez a classificação da emenda, de modo que entendo que, por isso, ela não estaria prejudicada, cabendo, naturalmente, à revisão final da matéria localizá-la onde for conveniente e adequado. O autor da emenda não teve nenhuma culpa de que a Mesa a tivesse classificado num lugar que talvez não seja o mais conveniente.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON JOBIM:** – Muito bem, Sr. Constituinte! Só fica claro que não se está votando como o Parágrafo único do art. 23.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Certo!

Sr. Presidente, estou convicto de que ao Estado cabe promover o bem comum. É claro que entre esses bens comuns estão a segurança, a justiça, a educação, a promoção do progresso em geral e o propiciamento de condições para o desenvolvimento das atividades produtivas e, inclusive, na construção de uma infra-estrutura que permita o progresso de modo geral. Entre esses objetivos, e localizados exatamente no campo da justiça social, está a missão fundamental do Estado de distribuição da renda entre pessoas, entre classes, entre unidades da Federação e até entre regiões mais pobres e regiões mais ricas, objeto de uma ampla política de integração nacional já, hoje, prevista em lei.

Ora, entre as unidades federadas há, evidentemente, unidades pobres e unidades que são mais desenvolvidas. E eu me refiro, Sr. Presidente, à posição do Governo Federal quando trata dessa distribuição da justiça, da equidade de renda, da unidade ou da uniformidade do progresso e do bem-estar social, ao longo de todo o território nacional.

Considero, Sr. Presidente, que não é favor do Governo exercer essa função de redistribuição de renda, ao con-

trário, ela é uma função essencial de governo. É primordial ao Estado buscar o equilíbrio do desenvolvimento e do bem-estar entre as diversas classes sociais, entre os diversos indivíduos e entre as diversas unidades da Federação.

Há, portanto, um amplo campo em que o Estado, sobretudo, a União, exerce o poder de cooperação com Estados e Municípios. E nós temos, Sr. Presidente, nos rebelado, tentando uma legislação que impeça a influência do poder econômico dos candidatos, ou dos indivíduos, ou dos grupos, ou das classes, ou das claque, temos nos esforçado para evitar a influência do poder econômico nas eleições. E eu diria, Sr. Presidente, que o Estado, sobretudo, a União, representa a maior força corruptora, inclusive na área eleitoral. O poder de influência da União se faz aparentemente através de transferências para execução de programas, cujo fim é muitas vezes o aliciamento de votos. É público e notório que a União usa amplamente do poder de cooperação para eivar de erros até o resultado das eleições, como se tem visto ao longo de toda a história dos governos brasileiros. Basta examinar o aumento das transferências por ocasião das eleições. Sempre antes das eleições é público e notório que o Governo concede uma série de favores. Tem, em geral, um montante enorme de recursos, de fundos, que transfere através de convênios, ou de simples doações, a entidades, a governos estaduais, a municípios. A meu ver, Sr. Presidente, este poder de barganha, sem controle, é, talvez, o maior poder corruptor em toda a Nação brasileira.

É preciso, Sr. Presidente, que o Congresso regulamente o poder de barganha do Poder Executivo, não só para evitar o mal uso, como para orientá-lo para o seu verdadeiro objetivo.

Mas não é só isto, há problemas fundamentais no campo das atribuições comuns, como da saúde, da assistência social e da educação. Como se distribuem hoje os recursos de favores do Governo, como, por exemplo, através da **SEPLAN**, para os Estados. São convênios milionários que se assinam todos os dias e todas as horas.

No caso da educação, há Estados e municípios que não dispõem de recursos para o ensino, onde a professorinha ganha vinte e cinco ou trinta cruzados por mês.

O art. 233, do Projeto do Relator, atribui ao poder público, mas não pode detalhar como será a cooperação do Estado, da União para executar, por exemplo, o orçamento da educação.

Acho, Sr. Presidente, que este programa teria que garantir às unidades federadas, inclusive aos municípios pobres, que não têm a mínima condição de fornecer nem a instrução primárias para seus alunos, a cooperação teria que atender esses pontos todos: a delimitação de atribuições comuns, a forma de cooperação para que haja justiça social. Nada disso está definido.

Daí por que, Sr. Presidente, considero que é preciso ordenar o poder de barganha da União em relação aos Estados e municípios. Sem isto, a cooperação tanto pode ser instrumento de simples favores, como pode ser a arma letal de corrupção na mão do Estado, usada contra a democracia e a justiça social.

Quero, nada mais nada menos, que o Congresso tenha poder de regulamentar a cooperação, que é instrumento fundamental de justiça social ou de erros profundos.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (ALUÍZIO CAMPOS):** – Com a palavra o eminente Relator substituto, Senador Fogaça.

**O SR. RELATOR (JOSÉ FOGAÇA):** – Sr. Presidente, o constituinte José Lins tem sido extremamente diligente, operoso, dedicado aos trabalhos desta Comissão e temos que homenagear esta sua atividade incessante e incansável.

Mas, infelizmente, não podemos acolher esta emenda porque ela tenta delimitar exatamente aquilo que é competência comum. E a competência comum faz com que a própria superposição de competência seja algo positivo, recomendável e não delimitado.

Por isto infelizmente, mesmo reconhecendo o esforço, a intenção, a nobre diligência e operosidade do Constituinte José Lins, o parecer é contrário.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Sr. Presidente, tendo em conta o parecer do relator, embora considerando a matéria de suma importância, retiro o destaque.

**O SR. PRESIDENTE (ALUÍZIO CAMPOS):** – Muito obrigado a V. Ex.<sup>a</sup>.

**Destaque nº 006174-87 – Emenda nº ES-23712-8, do Sr. Adylson Motta "que acrescenta ao art. 34 inciso XV com a seguinte redação: "XV – organização, garantias, direitos e deveres da Polícia Civil" (art. 23, Substitutivo nº 2). (232ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (ALUÍZIO CAMPOS):** – Em votação o Destaque nº 6174 do ilustre Constituinte Adylson Motta que pretende acrescentar ao art. 23 o seguinte inciso:

Organização, garantia, direitos e deveres das polícias civis.

S. Ex.<sup>a</sup> quer incluir essa competência entre a competência concorrente da União, dos Estados e municípios.

S. Ex.<sup>a</sup> tem a palavra para encaminhar a votação.

**O SR. CONSTITUINTE ADYLSO MOTA:** – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs. Constituintes, atendendo ao apelo da Comissão de Sistematização retirei, praticamente, 80% dos meus destaques e me fixei naqueles que se me afiguram serem os mais importantes, como é o caso deste que estou aqui a defender.

Sr. Presidente, as polícias civis são também chamadas de polícias judiciárias exatamente por terem uma atribuição vinculada à execução de lei federal, que é o processo penal.

Parece-me que se elas são instituições – mesmo que estaduais – responsáveis pelo cumprimento de uma lei federal, têm que ter certas normas gerais de adequação à sua tarefa de aplicar a lei federal. Assim sendo, defendendo que, afora a sua competência regulada pelos Estados, uma vez que são entidades estaduais, elas também tenham normas gerais que as regulem no seu aspecto organizacional e nas suas atribuições sem prejuízo, evidentemente, daquela competência estadual de adequar às polícias civis as peculiaridades e as necessidades determinadas pelas unidades da Federação.

Quero dizer, Sr. Presidente, que em todos os Estados as polícias civis são, evidentemente, estaduais. Só existe uma polícia civil federal, que é a própria Polícia Federal que surgiu da transformação do antigo Departamento de Polícia de Segurança Pública, que hoje tem suas tarefas específicas reguladas e é uma entidade que está vinculada ao Ministério da Justiça.

Ao defender isto, em primeiro lugar, estamos atendendo a uma reivindicação da própria classe policial, através da Associação Brasileira dos Delegados de Polícia. Em segundo lugar, estamos procurando dar uma certa uniformidade, para evitar que, em cada Estado, tenhamos uma Polícia completamente diferente da de outro Estado. Em terceiro lugar, queremos adequá-la, com mais eficiência, ao cumprimento das suas funções.

Nesse sentido, faço um apelo aos Srs. Constituintes no sentido de que votem favoravelmente a esta proposta, que vem, de certa forma, repor o que foi retirado pelo Constituinte Oswaldo Lima Filho na emenda anterior. S. Ex.<sup>a</sup> o fez tão-somente para não prejudicar a primeira

parte do texto da sua emenda, uma vez que também é favorável à aprovação – segundo me confidenciou há pouco – deste aditivo que estou propondo agora.

Este é o sentido da minha proposta: inserir na estrutura constitucional brasileira também as Polícias civis. Parece-me um caso de justiça, que vem repor uma necessidade em termos de eficiência dos serviços policiais.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (ALUÍZIO CAMPOS):** – Não há mais oradores para se pronunciar sobre o destaque.

A Presidência solicita aos Srs. Constituintes que tomem os seus lugares, a fim de iniciarmos a votação pelo sistema eletrônico.

**O SR. RELATOR (JOSÉ FOGAÇA):** – Sr. Presidente, gostaria apenas de registrar que a Relatoria acolhe a emenda do Constituinte Adylson Motta. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Solicitamos aos Srs. Constituintes que registrem os seus códigos de votação e que selecionem seus votos. **(Pausa)**

#### **(Procede-se à votação)**

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Almir Gabriel, Aluizio Campos, Antônio Britto, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Carlos Mosconi, Egídio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Gasparian, Fernando Henrique Cardoso, Haroldo Sabóia, João Calmon, José Fogaça, José Richa, Mário Lima, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nilton Friedrich, Nilson Gibson, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Raimundo Bezerra, Rodrigues Palma, Virgildásio de Senna, Wilson Martins, José Tavares, Israel Pinheiro, Vilson Souza, Octávio Elísio, Euclides Scalco, Aloysio Chaves, Eraldo Tinoco, Inocêncio Oliveira, José Lins, José Lourenço, José Thomaz Nonô, Luís Eduardo, Sandra Cavalcanti, Enoc Vieira, Furtado Leite, Valmir Campelo, João Menezes, Gilson Machado, Mozarildo Cavalcanti, Jofran Frejat, Antônio Carlos Konder Reis, Gerson Pares, Jarbas Passarinho, Bonifácio de Andrada, Adylson Motta, Floriceno Paixão, José Maurício, Francisco Rossi, Gastone Righi, Adolfo Oliveira e Siqueira Campos. **Votaram NÃO** os Senhores Constituintes: Antonio Mariz, Nelson Wedekin, Vicente Bogo, Paes Landim, Plínio Arruda Sampaio, Haroldo Lima e Roberto Freire. **ABSTENÇÃO** dos Senhores Constituintes Carlos Sant'Anna, José Jorge, Vivaldo Barbosa e José Genoíno.

Durante a chamada nominal da votação do Destaque nº 6174-87, **o Sr. Aluizio Campos**, Primeiro-Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo **Sr. Jarbas Passarinho**, Terceiro-Vice-Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (JARBAS PASSARINHO):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram **SIM** 57 Constituintes; votaram **NÃO** 07 Constituintes; abstiveram-se de votar 04 Constituintes. Total: 68 votos. O Destaque foi **aprovado**. O segundo Destaque do Constituinte Adylson Motta é igual.

Em votação o Destaque nº 6295, requerido pelo Constituinte Amaral Netto, referente ao texto do parágrafo único **(supressão)**.

Com a ausência do Sr. Constituinte Amaral Netto fica prejudicado o destaque.

**Destaque nº 005856-87, do Sr. Jutahy Júnior, "que substitui o parágrafo único do art. 23 do Substitutivo 2, pelos parágrafos 1º e 2º do art. 34 do Substitutivo 1". (233ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (JARBAS PASSARINHO):** – Em votação do Destaque nº 5856, requerido pelo Constituinte Jutahy Júnior que, embora ausente, indicou o Sr. Constituinte Nelson Jobim para defendê-lo.

Tem a palavra o Sr. Constituinte Nelson Jobim.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON JOBIM:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, solicitaria a atenção dos eminentes membros da Comissão de Sistematização porque este parágrafo único, razão da votação deste Destaque, importa a compreensão total e completa do sistema de competência que o eminente Relator está criando no seu projeto. Verificamos e votamos, anteriormente, um item do art. 20 da competência da União no que diz respeito às suas atribuições administrativas, executivas e financeiras. Elencou-se longamente a competência da União. Depois votamos aquela área de competência comum entre a União, os Estados e os Municípios, estabelecendo a possibilidade de todos eles disporem de serviços próprios no que se refere àquelas áreas denominadas de competência comum. Votamos também a competência privativa da União no que concerne à legislação no art. 21. Estabelecemos de que legislará privativamente a União sobre uma série de matérias. Votamos depois um parágrafo único, que foi objeto de destaque de uma emenda do eminente Constituinte Fernando Henrique Cardoso, que possibilitou que lei complementar venha a outorgar aos Estados-membros algumas daquelas competências legislativas privativas da União. Depois disso, votamos a competência dita concorrente, ou seja, aquela competência em que se quer que os Estados legislem também sobre o tema de forma concorrente. E meu Destaque se destina a recuperar o inciso do § 1º e § 2º do Substitutivo I, que diziam o seguinte:

"§ 1º No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais;

§ 2º Inexistindo lei federal sobre matéria de competência concorrente, os Estados exercerão competência legislativa suplementar para atender as suas peculiaridades."

O que isto significa? – Significa que nós vamos ter um campo de competência privativa legislativa, vamos ter um campo de competência concorrente, na qual à União corresponderá a emissão de normas gerais e os Estados legislarão complementarmente. No entanto, se a União não tiver legislador, os Estados poderão legislar supletivamente sobre estas matérias. Eu diria, por exemplo, no caso da emenda aprovada recentemente sobre a organização da Polícia Civil, a recuperação do inciso do § 1º e § 2º do Substitutivo I regula completamente o problema porque limita a competência da União à emissão de normas gerais e aos Estados a legislação complementar para fazer com que a sua articulação e as suas peculiaridades regionais sejam votadas.

Eu leria agora o parágrafo único do Substitutivo II:

"No âmbito da legislação concorrente, a competência da União prevalecerá sobre os Estados e o Distrito Federal e a dos Estados sobre os Municípios."

Ou seja, o parágrafo único está fora do sistema, porque faz com que, na medida em que a União for legislando sobre esta matéria nominada de competência concorrente, está excluindo qualquer legislação das outras esferas das unidades federadas ou seja, precisamos recuperar os parágrafos 1º e 2º, para dizermos claramente que em termos de competência concorrente os Estados terão duas possibilidades: a União, em primeiro lugar, somente legislará de forma geral, no que diz respeito às zonas rurais; e, em segundo lugar, os Estados terão dois tipos de competência – supletiva, quando a União não tiver legislado e complementar quando a União tiver legislado. E aí o sistema criado pelo eminente Relator fica absolutamente perfeito. Diga-se de passagem, é um sistema que tem origem no federalismo moderno, numa concepção moderna de federalismo em que não se torna fixa e definitiva a estrutura federativa e possibilita que a Carta Constitucional, faça com que

as circunstâncias históricas se adentrem no sistema federal, e possam evoluir de forma perfeita e humana.

Faço um apelo ao Sr. Relator para que a recuperação dos §§ 1º e 2º do Substitutivo nº 1, em substituição ao parágrafo único do Substitutivo nº 2, seja acolhida, porque representa a forma de perfeccionar o sistema, e estabelece, então, algo absolutamente inédito para nós, do Brasil, e algo que é hoje a defesa doutrinária, total, do sistema federal moderno.

Muito obrigado, Sr. Relator. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (JARBAS PASSARINHO):** – Tem a palavra o nobre Relator.

**O SR. RELATOR (JOSÉ FOGAÇA):** – Sr. Presidente, o parecer é favorável.

**O SR. PRESIDENTE (JARBAS PASSARINHO):** – Em votação.

#### **(Procede-se à votação)**

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Ademir Andrade, Almir Gabriel, Aluizio Campos, Antônio Britto, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Carlos Mosconi, Carlos Sant'Anna, Egídio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Gasparian, Fernando Henrique Cardoso, Haroldo Sabóia, João Calmon, José Fogaça, José Richa, Mário Lima, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nelton Friedrich, Nilson Gibson, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Raimundo Bezerra, Rodrigues Palma, Sigmaringa Seixas, Virgildásio de Senna, Wilson Martins, Marcos Lima, José Tavares, Antonio Mariz, Israel Pinheiro, Nelson Wedekin, Vilson Souza, Vicente Bogo, Octávio Elísio, Euclides Scalco, Aloysio Chaves, Carlos Chiarelli, Edme Tavares, Inocêncio Oliveira, José Thomaz Nonô, Sandra Cavalcanti, Enoc Vieira, Furtado Leite, Valmir Campelo, João Menezes, Gilson Machado, Mozarildo Cavalcanti, Jofram Frejat, Antônio Carlos Konder Reis, Gerson Peres, Jarbas Passarinho, Bonifácio de Andrada, Adylson Motta, Floriceno Paixão, José Maurício, Vivaldo Barbosa, Joaquim Bevilacqua, Plínio Arruda Sampaio, José Genoíno, Adolfo Oliveira, Siqueira Campos, Haroldo Lima e Roberto Freire. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Arnaldo Prieto, Eraldo Tinoco, José Jorge, José Lins, Luís Eduardo, Marcondes Gadelha, Francisco Rossi e Gastone Righi.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 66 Constituintes; votaram NÃO 08 Constituintes. Total: 74 votos. O Destaque foi **aprovado**.

Tem a palavra, para questão de ordem, o Sr. Constituinte João Menezes.

**O SR. CONSTITUINTE JOÃO MENEZES:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, os jornais de hoje, como têm feito anteriormente, dão a notícia de que o prazo para discussão desse Projeto Cabral II termina no dia 28. Temos 336 artigos nesse projeto, dos quais, até a presente data só aprovamos 23 ou 26 artigos. Então, daqui para o dia 28, com certeza, não se vão votar esses destaques, nem o Projeto. Pergunto: como é que vamos ficar? Quem foi que determinou esse prazo, para terminar no dia 28 a votação do Projeto? Regimentalmente, não há tempo e já foram ultrapassados todos os prazos regimentais. O Regimento da Constituinte tem sido alterado constantemente, conforme as necessidades que têm surgido nesta Casa, para resolver essa ou aquela questão.

Então, acho que estamos marchando para uma questão agora difícil, e para a qual temos que encontrar uma solução, temos que encontrar um resultado prático. Como é que faremos esse Projeto Cabral II, se ele não foi aprovado na totalidade, porque ele vem sendo votado por capítulos, vem sendo aprovado na votação por capítulos. Então, se chegar o dia 28 e este Plenário não tiver aprovado o Cabral II, como é que vamos proceder?

Este é um assunto que eu gostaria que ficasse, desde já, no conhecimento da Mesa da Constituinte, para que se estudasse e se encontrasse uma fórmula razoável para sairmos desse impasse; porque, ou vamos aumentar os prazos e discutir todas as emendas que aí estão e vamos levar muito tempo, embora o tempo não importe, porque entendo que, para uma Constituição, não é o prazo fixo que importa, mas sim a discussão da matéria; ou como há essa quase idéia fixa de se ter que determinar um prazo para votar esta Constituição, seria interessante que, desde logo, os Líderes e a Mesa dos trabalhos procurassem para ser discutido aqui, com o Plenário, um caminho que melhor desse um resultado, porque senão continuaremos no impasse. Temos vários destaques. Até hoje, já se aprovaram inúmeros destaques dos que foram discutidos, o que quer dizer que, realmente, alguns destaques são aproveitados e têm sido aceitos pelo Plenário. Mas há uma quantidade muito maior que não foi discutida, nem o será.

Sr. Presidente, faço um apelo a V. Ex.<sup>a</sup> no sentido de que, juntamente com os outros Membros da Mesa e os Líderes, procurassem conversar para não chegarmos ao dia 28 e termos uma grande confusão para saber que caminho seguir e determinar.

Era essa a questão de ordem que eu queria colocar para estudo, exame da Mesa.

Muito obrigado a V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. PRESIDENTE (JARBAS PASSARINHO):** – Faço um apelo aos Srs. Constituintes, porque o nosso Regimento prevê que as questões de ordem nesta Casa, nesta Comissão têm duração máxima de três minutos. Neste tempo pode ser sintéticos e dizer muita coisa.

Em relação ao Sr. Constituinte João Menezes, eu pediria a sua atenção para dizer que há várias alternativas de solução. E a Mesa da Comissão de Sistematização está convocada pela Mesa da Assembléia Nacional Constituinte, junto com os Líderes de Partidos, para, no dia 27, tomarem a decisão com a qual V. Ex.<sup>a</sup> naturalmente está preocupado, como todos nós. Desta maneira, dia 27 V. Ex.<sup>a</sup> terá a resposta definitiva.

Sobre a mesa, requerimento que lerei:

"O infra-assinado autor do Destaque nº 6350 retira a denominação "Das Regiões" da Seção Única do Capítulo III do Título III, acima do art. 24, e requer que a matéria seja discutida e votada logo após o art. 43, que é o local mais adequado para o disposto nos arts. 24, 25 e 26 do Substitutivo. Assinado: Bonifácio de Andrada."

**(Palmas)**

**O SR. CONSTITUINTE ALUÍZIO CAMPOS:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra o Sr. Constituinte Aluizio Campos.

**O SR. CONSTITUINTE ALUÍZIO CAMPOS:** – Sr. Presidente, sabemos que existe um entendimento destinado a fazer esta transposição do texto da Seção Única, referente às regiões, para a seção referente à Administração Pública. Apenas estou ocupando o microfone para a declarar a V. Ex.<sup>a</sup> que a localização mantida pelo Sr. Relator no texto atual é absolutamente correta, porque vem em seguida à competência privativa da União, à regulação das regiões como instrumento de descentralização administrativa. E, na parte para onde se está pretendendo deslocar, trata-se da moralização administrativa, de acumulação e desacumulação de cargos e de outras normas que não são realmente vinculadas à questão de competência.

Deixo aqui registrada esta advertência para que, depois, não se pretenda eliminar o texto constante do anteprojeto, do projeto, do Substitutivo II, a pretexto de que ele estará colocado em lugar onde não deve tecnicamente permanecer.

Faço questão de frisar porque nós, do Nordeste, do Norte, que é a Região de V. Ex.<sup>a</sup> e da Região Centro-Oeste, fizemos entendimentos constantes para, junto ao Relator e a todas as Bancadas, que representam mais de 290 Constituintes, chegarmos a um avanço, a uma inovação real e da maior importância na Constituição, que é o de constitucionalizar regiões, instituí-las como um instrumento de descentralização da Administração Pública Federal, e através delas fortalecer um federalismo que até hoje não funcionou neste País, exatamente em virtude da concentração de poderes e de um presidencialismo apodrecido. **(Muito bem! Palmas!)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – V. Ex.<sup>a</sup>, como notável 1º-Vice-Presidente da Casa, sabe que requerimento não tem encaminhamento. Recebi a declaração de V. Ex.<sup>a</sup> como sendo de ordem pessoal. Não permitirei encaminhamento de requerimento, porque transgredirei o Regimento.

**O SR. CONSTITUINTE BONIFÁCIO DE ANDRADA:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Para formular questão de ordem, tem a palavra V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. CONSTITUINTE BONIFÁCIO DE ANDRADA:** – Sr. Presidente, apenas para contradizer a questão de ordem do Constituinte Aluizio Campos e para dizer a V. Ex.<sup>a</sup> que o que se requer nesta proposição é a transferência dos seus artigos e logicamente das emendas também vinculadas a eles para o setor mais lógico do substitutivo. O próprio primeiro artigo dessa matéria fala que se trata de mecanismos administrativos e, por conseguinte, se os quer levar para a área mais condizente e mais peculiar a essa questão.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Considero o assunto encerrado porque não há encaminhamento.

Passo à votação simbólica do requerimento apresentado pelo Constituinte Bonifácio de Andrada, para transposição da matéria para o título próprio quando se tratar de administração pública.

Os Srs. Constituintes que concordam com o requerimento permaneçam sentados. **(Pausa)**

Aprovado.

Aprovado o requerimento, todas as emendas que eram pertinentes à seção única passam também a ser discutidas no momento oportuno e adequado.

Passamos ao art. 27.

Em votação o Destaque nº 5429, requerido pelo Constituinte José Igreja. **(Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup> não está presente.

Prejudicado o Destaque.

Em votação o Requerimento nº 7.199, requerido pelo nobre Constituinte José Richa. S. Ex.<sup>a</sup> refere-se à Emenda nº 33998, de sua autoria. Pergunto ao Constituinte José Richa se o seu requerimento traduz um substitutivo integral de capítulo ou apenas se refere a parte, porque, como substitutivo integral de capítulo, não seria admissível. **(Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup> retirou o Destaque.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Passemos ao § 1º do art. 27, cuja redação no Substitutivo II diz:

"§ 1º São reservadas aos Estados as competências que não lhes sejam vedadas por esta Constituição."

Em votação o Destaque nº 30, do Constituinte Álvaro Valle. **(Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup> não está presente.

Prejudicado o Destaque.

Destaque nº 6708, de autoria do Constituinte Vasco Alves. **(Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup> não está presente.

Prejudicado o Destaque.

Passamos ao § 2º:

"§ 2º A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de municípios, obedecidos os requisitos previstos em lei complementar estadual, dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações diretamente interessadas, e se darão por lei estadual."

É o texto do Substitutivo II.

Há um destaque apresentado pelo nobre Constituinte José Genoíno, de nº 498.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Retiro, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Retirado o destaque.

Destaque de autoria também do nobre Constituinte José Genoíno, de nº 556.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Retiro, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Também retirado por S. Ex.<sup>a</sup>

Destaque nº 563, requerido pelo Constituinte José Genoíno, referente à Emenda nº 7287.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Retiro, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Retirado.

Em votação o Destaque nº 3639, requerido pelo Constituinte José Camargo, referente à Emenda nº 28413.

**(Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup> se encontra ausente.

Prejudicado o Destaque.

Em votação o Destaque nº 4568, requerido pelo Constituinte Francisco Rossi.

**O SR. CONSTITUINTE FRANCISCO ROSSI:** – Retiro, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Retirado o Destaque.

Em votação o Destaque nº 5282, requerido pelo Constituinte Manoel Moreira, referente à Emenda nº 27878.

**(Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup> não está presente.

Prejudicado o Destaque.

Em votação o Destaque nº 7756, requerido pelo Constituinte Mansueto de Lavor.

S. Ex.<sup>a</sup> não está presente.

Está prejudicado o Destaque.

Em votação o Destaque nº 7829, requerido pelo Constituinte José Serra, referente à Emenda nº 34171.

S. Ex.<sup>a</sup> não está presente.

Está prejudicado o Destaque.

Em votação o Destaque nº 8216, requerido pelo Constituinte Arnaldo Martins, referente à Emenda nº 22334.

S. Ex.<sup>a</sup> não está presente.

Está prejudicado o Destaque.  
Passemos ao art. 28.

Nada sobre o **caput**.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, o Constituinte Bonifácio de Andrada apresentou a Emenda nº 21993, que é Substitutiva do § 2º.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A informação da Mesa é de que foi retirada.

Mas há uma do Constituinte Virgildásio de Senna.

Em votação o Destaque nº 5332, requerido pelo Constituinte Virgildásio de Senna, referente à Emenda nº 21231. **(Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup> não está presente, mas existe indicação para o Constituinte Celso Dourado fazer a defesa. **(Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup> não está presente.

Está prejudicado pela ausência de ambos. Duas vezes prejudicado.

Art. 28, inciso II, cujo texto do substitutivo diz:

"As ilhas oceânicas e marítimas já ocupadas pelos Estados e Municípios."

Em votação o Destaque nº 1658, requerido pelo Constituinte Délio Braz. **(Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup> não está presente. Fica prejudicado o Destaque.

Em votação o Destaque nº 3928, requerido pelo Constituinte Cláudio Ávila. **(Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup> não está presente.

Fica prejudicado o Destaque.

Em votação o Destaque nº 5641, requerido pelo Constituinte José Ignácio Ferreira. **(Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup> não está presente.

Fica prejudicado o Destaque.

Em votação o Destaque nº 2478, requerido pelo Constituinte Nelson Wedekin. **(Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup> não está presente.

Fica prejudicado o Destaque.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Passa-se ao inciso III, que trata das ilhas fluviais e lacustres.

Em votação o Destaque nº 6612, requerido pelo Constituinte Vasco Alves. **(Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup> não está presente.

Fica prejudicado o Destaque.

Em votação o Destaque nº 4464, requerido pelo Constituinte José Egreja. **(Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup> não está presente.

Fica prejudicado o Destaque.

Em votação o Destaque nº 6820, requerido pelo Constituinte Ricardo Fiuza. **(Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup> não está presente.

Fica prejudicado o Destaque.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Passa-se ao inciso V: "As terras de extintos aldeamentos indígenas".

Em votação o Destaque nº 4463, requerido pelo Constituinte José Igreja. **(Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup> não está presente.

Fica prejudicado o Destaque.

Em votação o Destaque nº 6154, requerido pelo Constituinte Lélcio Souza. **(Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup> não está presente.

Prejudicado o Destaque.

Em votação o Destaque nº 745, requerido pelo Constituinte José Carlos Sabóia. **(Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup> não está presente.

Prejudicado o Destaque.

Passa-se às emendas aditivas do art. 28.

Em votação o Destaque nº 5332, requerido pelo Constituinte Virgildásio de Senna. **(Pausa)**

**O SR. CONSTITUINTE VIRGILDÁSIO DE SENNA:** – Sr. Presidente, peço encarecidamente a V. Ex.<sup>a</sup> que me informe a matéria que está sendo votada.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – V. Ex.<sup>a</sup> referia-se ao art. 30 do Substitutivo nº 1, cujo **caput** diz:

"Incluem-se entre os bens da União: ..."

E V. Ex.<sup>a</sup> mandou que o inciso II do art. 30 passasse a ter a seguinte redação:

"Os lagos, quaisquer correntes de água em terrenos de seu domínio, ou que banhem mais de um Estado, constituem limite com outros países ou se estendem a território estrangeiro, as águas subterrâneas cujos depósitos naturais estejam subjacentes ao território de mais de um Estado, e as águas superficiais e subterrâneas situadas nos territórios..."

**O SR. CONSTITUINTE VIRGILDÁSIO DE SENNA:**

– Essa matéria já foi votada.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Esta matéria já foi votada.

Mas, V. Ex.<sup>a</sup> prossegue:

"Inclua-se no art. 30, § 4º, do Projeto, com a seguinte redação:

§ 4º A União poderá transferir para o domínio municipal as águas de interesse exclusivamente local situadas nos territórios."

**O SR. CONSTITUINTE VIRGILDÁSIO DE SENNA:** – Como a lei não proíbe, implicitamente está permitido.

Retiro a emenda. **(Pausa)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Em votação o destaque nº 7765, requerido pelo Constituinte Mansueto de Lavor. **(Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup> está ausente.

Prejudicado.

Em consequência, declaro prejudicados os seguintes Destques: nº 1746, de iniciativa do Constituinte Bocayuva Cunha; nº 2897, do Constituinte José Thomaz Nonô; nº 6622, requerido pelo Constituinte Vasco Alves; nºs 7162, 7163, requeridos pelo Constituinte Roberto Balestra.

**O SR. CONSTITUINTE VIVALDO BARBOSA:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra o nobre Constituinte, pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE VIVALDO BARBOSA:** – Sr. Presidente, apenas para que ficasse registrado nos Anais que o Destaque do Constituinte Bocayuva Cunha, que nos credenciou para defendê-lo, não está prejudicado pela ausência do autor, mas porque o referido Destaque já se encontra atendido.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Perfeitamente.

Peço um minuto de pausa para que a Secretaria se organize, dado o número de destaques prejudicados.

**O SR. CONSTITUINTE SIQUEIRA CAMPOS:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra o nobre Constituinte Siqueira Campos, pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE SIQUEIRA CAMPOS:** – Sr. Presidente, o Partido Democrata Cristão sabe que não se enquadra no Regimento da Comissão de Sistematização a proposição que venho trazer a V. Ex.<sup>a</sup>, mas sabe também que V. Ex.<sup>a</sup> é um homem que pratica, em todos os momentos da sua vida, não só a solidariedade humana como, também, a fidalguia e a democracia. Então, pediria a V. Ex.<sup>a</sup> que acolhesse uma proposta nossa de um voto de regozijo pelo transcurso, hoje, dos 54 anos da cidade de Goiânia e que, ao mesmo tempo, aprovasse, também, o voto de solidariedade pelo acidente que a sua população sofreu mais no campo econômico do que no campo propriamente da saúde, porque já está totalmente controlada a radiação que só poderia contaminar alguém por contato, naquela fase em que partículas da cápsula de césio estavam distribuídas na cidade, em razão da irresponsabilidade das nossas autoridades. Hoje, tudo está recolhido, perfeitamente controlado, sem nenhum perigo para a população nem para os visitantes da nossa grande capital.

Pediria, pois, a V. Ex.<sup>a</sup> que acolhesse esse voto de regozijo pela passagem do aniversário de fundação de Goiânia. Quero, ao mesmo tempo, manifestar a minha solidariedade às vítimas, principalmente às famílias das duas pessoas atingidas pela radiação dessa cápsula de césio, acontecida, como já disse, pela irresponsabilidade de certas autoridades.

Esta a colocação que queria fazer, contando com o apoio de V. Ex.<sup>a</sup>, apesar de não ter acolhida no Regimento – e eu reconheço. **(Muito bem!)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A proposta de V. Ex.<sup>a</sup> é devidamente acolhida. Embora não se encontre, no Regimento da Comissão de Sistematização, em votação, uma matéria desta natureza, nós, como Parlamentares, como Constituintes, todos temos nossas obrigações, independentes de membros da Comissão de Sistematização.

Louvo a iniciativa de V. Ex.<sup>a</sup> e do seu Partido em trazer para os Anais da Casa a declaração que V. Ex.<sup>a</sup> acaba de fazer.

**O SR. CONSTITUINTE RAIMUNDO BEZERRA:** – Sr. Presidente, para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra o Sr. Constituinte Raimundo Bezerra.

**O SR. CONSTITUINTE RAIMUNDO BEZERRA:** – Sr. Presidente, embora concordando com este pronunciamento do nobre Sr. Constituinte Siqueira Campos, quando externa a sua preocupação com o prejuízo de ordem econômica, não concordamos que este prejuízo seja maior do que a perda de uma vida humana, desde quando temos vítimas fatais, pessoas que já faleceram e, provavelmente, teremos novas vítimas dentro de breves dias.

Era este o reparo que queria fazer.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup>

Peço aos Srs. Constituintes que tomem seus assentos, porque a planilha no esforço da Secretaria está sendo distribuída agora. Vamos continuar a reunião.

Art. 29. Não há nenhum destaque para o **caput**, nem para o § 1º.

Destaque, nº 1039, requerido pelo Constituinte Vilson Souza, referente à Emenda nº 23196, que substitui o § 2º.

**(Pausa)**

O nobre Constituinte está ausente.

Prejudicada.

Constituinte Vilson Souza, eu já havia declarado prejudicado o destaque de V. Ex.<sup>a</sup>, mas ainda não anunciei o seguinte.

Retirado.

**Destaque nº 4923-87, do Sr. Hélio Rosas, "que suprime o § 3º, do art. 29, do Substitutivo nº 2".**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Destaque nº 4923, do Constituinte Hélio Rosas, que tem indicação do Constituinte Luís Eduardo para defender o Destaque.

Tem a palavra V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. CONSTITUINTE LUÍS EDUARDO:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, o § 3º, do art. 29, do Substitutivo Cabral 2 impõe um limite à remuneração dos Deputados Estaduais. Por solicitação do Constituinte Hélio Rosas estamos sustentando a supressão do primeiro parágrafo. Este é um desejo de todos os companheiros de todas as Assembléias Legislativas do Brasil. Nesse momento, Sr. Presidente, creio que seja a melhor solução transferir para as respectivas assembléias a responsabilidades da fixação da remuneração dos Deputados Estaduais. Se não, vejamos:

Hoje os Deputados Federais e Senadores ficam expostos, porque toda a sociedade sabe e tem conhecimento de que eles percebem dois terços da remuneração dos Deputados Federais; como isso na prática, Sr. Presidente, não acontece ficamos todos expostos ao ridículo e à condenação da opinião pública. Nesse instante, que estamos querendo dar autonomia para os Estados é importante que os Deputados Estaduais fiquem responsáveis, sobretudo perante a opinião pública, pela remuneração que percebem; caso eles abusem, caso eles ultrapassem aquilo que deseja a sociedade, eles têm como nós, Sr. Presidente, de quatro em quatro anos, o julgamento popular.

Também não é justa a fixação para todo o Brasil, pois sabemos que, infelizmente, pelas condições regionais, inclusive quanto ao fator de distribuição de renda, não é justo que para todas as regiões seja fixado o mesmo patamar de salário.

Esta reivindicação de todas as Assembléias do Brasil tem o apoio do Partido da Frente Liberal, através da sua Liderança, que defende e confia nos Deputados Estaduais, nossos companheiros. E mais, Sr. Presidente, no próprio Substitutivo nº 2, no art. 43 § 6º, fixa-se o valor máximo das remunerações para todo o Brasil e estende-se, também, para os Estados e Municípios. Com isso a sociedade estará completamente precavida contra aqueles que resolveram abusar da confiança que esta Assembléia, por certo, dará, no instante em que suprimir esse parágrafo, transferindo a responsabilidade aos nossos companheiros, Deputados Estaduais.

Não creio que devamos, Sr. Presidente, partir do princípio de que irá ocorrer abuso. Ao contrário, nesse momento em que a classe política deseja a completa redemocratização do Brasil, nesse momento de transição devemos dar confiança e responsabilidade aos nossos companheiros, Deputados Estaduais.

Por isso, Sr. Presidente, e diante de tantos argumentos, somos pela supressão do § 3º do art. 29.

Muito obrigado. **(Muito bem! Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra o Constituinte Ademir Andrade, para encaminhar contra.

**O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o mal da política brasileira



é que se criou uma espécie de político paternalista, de político assistencialista e, em consequência disso, os políticos têm que ter salário que dê para fazer esse assistencialismo. Essa é a nossa tradição.

Com relação à questão dos Deputados Estaduais, eu me lembro que, em 1978, quando fui eleito Deputado Estadual, acontecia exatamente o que o Relator Bernardo Cabral coloca hoje no seu texto: o Deputado Estadual recebia dois terços da remuneração, em dinheiro, do que recebia o Deputado Federal. Naquele tempo, em 1978, era o que está hoje aqui no texto do Relator Bernardo Cabral isso é algo moralizador. Quero aqui me congratular com o Relator Bernardo Cabral, porque a melhor hipótese que há é essa aqui. O que ocorre, na realidade, é o seguinte: os Deputados Estaduais na maioria dos Estados brasileiros, estão ganhando quase duas vezes o que ganha, em recurso, em dinheiro, o Deputado Federal. E isto por quê. Porque, no período de 1978 a 1982, foi feita uma emenda constitucional nesta Casa suprimindo essa vinculação de receber 2/3 apenas do que se recebe em espécie. E os Deputados Estaduais, através da sua organização interparlamentar, passaram a receber 2/3 de tudo que o Deputado Federal recebe: 2/3 das passagens<sup>os</sup>; 2/3 do apartamento que Deputado Federal que mora em Brasília, recebe; 2/3 da cota de telefone; 2/3 da cota de Correio, enfim, passaram a receber tudo e, conseqüentemente, passaram a ganhar muito mais do que os Deputados federais. Eles não são obrigados a viajar como viajamos, não são obrigados a telefonar interurbano como telefonamos, estão morando em suas casas; na Capital, e nós, aqui, estamos morando nos apartamentos da Câmara dos Deputados. Então, não é justo que se sacrifique o Erário Público dos Estados com esses salários absurdos que os Deputados Estaduais ganham, e de maneira injusta, porque não é legal, não é correta essa cobrança em dinheiro de tudo o que temos de ter por necessidade de ofício, por necessidade de trabalhar em Brasília.

De uma maneira geral, entendo que ganhamos muito, mas o Relator Bernardo Cabral traz uma forma correta, traz uma forma lógica, traz uma forma justa, e deixar isto para os Governos dos Estados ou para a decisão de cada Assembléia é um perigo muito sério. A prova está no comportamento que houve em todas as Assembléias Legislativas de todo o Brasil.

Os políticos, infelizmente, nesta hora, não levam em consideração determinados aspectos éticos. Se fôssemos esperar que eles tomassem a decisão mais correta em cada um dos seus Estados, eles não estariam recebendo hoje 2/3 em dinheiro das passagens dos Deputados Federais; 2/3 do telefone; 2/3 da taxa de correio; 2/3, enfim, de tudo que temos de usar com o constituintes, como Deputados, porque trabalhamos em Brasília e temos, por obrigação, de receber esses subsídios pelo local onde estamos trabalhando.

Por isso devemos manter o texto do Relator Bernardo Cabral, que traz uma situação que já vinha da época de 78. É moralizadora, é importante para as Assembléias Legislativas e para os Governos dos Estados, de toda Federação brasileira. Portanto, sou contrário à proposta de supressão apresentada pelo Constituinte que me antecedeu, como também por toda e qualquer mudança que possa haver no texto do Relator. Virei aqui, a cada emenda que for apresentada, contestar as alegações e as propostas de mudança ao texto do Relator Bernardo Cabral. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (JARBAS PASSARINHO):**— Para encaminhar a favor, dou a palavra ao Constituinte Siqueira Campos.

**O SR. CONSTITUINTE SIQUEIRA CAMPOS:** — Sr. Presidente, nobres colegas de Comissão, este assunto nasceu na Subcomissão dos Estados. Eu já havia feito o primeiro relatório sem constar qualquer alusão à fixação de subsídios para Deputado Estadual porque entendia que era

mais uma intervenção descabida da União nos assuntos dos Estados. É básico, é importante no princípio federativo, exatamente, a autonomia dos Estados.

Sr. Presidente, também há uma diversidade muito grande entre todas as unidades da Federação. Não podemos fixar normas para o Estado do Amazonas igual fixamos para o Estado de Sergipe. O Estado do Amazonas tem de mais de um milhão e quinhentos mil quilômetros quadrados; o Estado de Sergipe tem vinte e um mil quilômetros quadrados. Não podemos fixar normas que possam obrigar, em qualquer aspecto, às autoridades e à população do Estado do Piauí e, ao mesmo tempo, obrigar o Estado de São Paulo a seguir determinadas medidas e providências e até determinados direitos e deveres que não se ajustam à realidade de uma ou de outra unidade da Federação.

Mas, o Presidente da UPI, junto com o Constituinte Hélio Rosas, autor do destaque supressivo que hoje estamos discutindo, trouxe um apelo para que eu incluísse no segundo relatório da Subcomissão dos Estados o texto que daria aos deputados estaduais o direito de perceberem 70% do que percebem os deputados federais. Mesmo contrariando princípios, Sr. Presidente, atendi aos deputados estaduais porque a classe política sabe, sugere, propõe e reclama determinadas providências.

Muito bem, revelei a minha posição, mas a modifiquei em função desse pedido. Hoje chega o Deputado Hélio Rosas e a própria UPI à conclusão de que tinha razão naquela época. E veja, Sr. Presidente, que na atual Constituição há o dispositivo que fixa em 2/3 a remuneração dos deputados estaduais, que nunca foi cumprido nem por São Paulo, nem por Sergipe, nem pelo Amazonas ou por quaisquer dos Estados da Federação.

Sr. Presidente, entendo que o Relator, baseando-se em emendas que lhe foram oferecidas, procurou caminho certo, moralizador. Ocorre que, tenho certeza, S. Ex.<sup>a</sup> mesmo irá concordar, mais hoje, mais amanhã, se não o fizer hoje, de que o melhor é deixarmos isso por conta das Assembléias Legislativas porque o político precisa assumir as responsabilidades por seus atos. Não podemos fixar aqui um critério que não será seguido e que, no final das contas, vai servir para, amanhã, determinados deputados estaduais dizerem: NÃO estamos estabelecendo esse critério, estamos seguindo essa orientação porque os Constituintes fixaram no artigo tal da Constituição Federal.

Assim, Sr. Presidente, cada um que assuma a sua responsabilidade e fique comprometido pelo que possa ocorrer perante a sua respectiva população. A posição do Partido Democrata Cristão é pela supressão deste dispositivo do § 3º do art. 29, entregando às Assembléias Legislativas o direito de fixarem a remuneração dos seus deputados.

**O SR. PRESIDENTE (JARBAS PASSARINHO):** — Com a palavra o Relator-Geral.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, não tinha intenção de utilizar a palavra, mas é preciso que não se diga com tanta ênfase que é preciso, que é necessário, que se impõe transferir a responsabilidade para as Assembléias Legislativas, como se elas fossem irresponsáveis. Irresponsável é o texto anterior que proíbe — como proíbe porque ainda não foi revogado — se pagar a qualquer título, a deputados estaduais mais de 2/3 dos subsídios da ajuda de custo.

É evidente que um deputado estadual não pode viver com 2/3 do subsídio da ajuda de custo porque há outro tipo de pagamento ao Deputado Federal. O que se quer aqui é moralizar o que se paga aos deputados federais. Por isto que se está estabelecendo um limite, para que se acabe com a via oblíqua das passagens, dos apartamentos, e se fixe realmente uma remuneração séria. São 600 mil cruzados, 700 mil que dá isso. 800? Um milhão? Seja quanto for, mas que se tenha a coragem, porque a partir daí vai haver

a incidência do Imposto de Renda também para os parlamentares.

Agora, quando se criam fórmulas e a partir daí há a alquimia de se burlar o erário a partido Deputado Federal, evidentemente que isso recai sobre o Deputado Estadual. Agora, dizer que o texto impõe limitações, não! O texto manda observar o limite exatamente por causa dos desequilíbrios regionais. Aqui, o que se diz é:

"§ 3º A remuneração dos deputados estaduais será fixada, observado o limite de dois terços..."

Estado que é mais afortunado, pague mais ao seu Deputado Estadual. O que é menos afortunado... O problema aí será da fixação da Assembléia Legislativa.

Agora, transferir uma irresponsabilidade, como se disse aqui, como se as Assembléias Legislativas fossem irresponsáveis, eu não poderia aceitar calado. Como também não posso deixar de fazer um registro ao Constituinte Ademir Andrade: é preciso ter coragem para assomar à tribuna e dizer o que foi dito aqui, porque nós, deputados federais – e fui Deputado Estadual – somos apoiados pela infra-estrutura do Deputado Estadual, e dizer o que foi dito reflete, realmente, um ponto de vista que precisa ser respeitado.

O que entendo, Sr. Presidente, é que a idéia – e esta é a posição do Relator – foi de uma moralização conjunta tanto da Câmara dos Deputados como das Assembléias Legislativas. O texto foi uma espécie de caminhada para se chegar a uma conclusão, agora. O Plenário é soberano; o Plenário encontrará a melhor forma e com esta melhor forma, evidentemente, que a Relatoria haverá de se compor, por isto, vota contra a emenda supressiva e o destaque do Constituinte Hélio Rosas.

**O SR. PRESIDENTE (JARBAS PASSARINHO):** – Gostaria de merecer a atenção dos Srs. Constituintes para evitar que ocorra problema semelhante ao que aconteceu com a questão das 40, 42, 44 e 48 horas. Temos diversos projetos, por isso, seria interessante que os Srs. Constituintes tomassem conhecimento, especialmente porque houve essa dificuldade – porque nós andamos mais depressa do que a própria secretaria nos pode proporcionar os dados – e a planilha foi entregue recentemente. Então, direi, há vários projetos supressivos, como este que nós estamos no momento votando, automaticamente prejudicados no caso de aprovação ou rejeição. Depois há projetos diferentes. Há um projeto substitutivo do Constituinte José Maria Eymael que, praticamente, restabelece o texto atual da Constituição, de dois terços... Está retirado? **(Pausa)**

Quem, em nome de S. Ex.<sup>a</sup>, pode me autorizar a retirar o pedido de destaque? Quem do PDC, autoriza esta Presidência a retirá-lo? **(Pausa)**

**O SR. CONSTITUINTE SIQUEIRA CAMPOS:** – Sr. Presidente, em nome da Liderança do PDC autorizo a retirada do pedido de destaque.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Há outro destaque do próprio Constituinte Hélio Rosas, que é o autor daquele que estamos votando, que manda remunerar no limite de 90%, exclusivamente a esse título, os deputados federais, vedados quaisquer acréscimos. São 90% do que o Deputado Federal recebe em dinheiro.

Há um outro destaque substitutivo do próprio Constituinte Hélio Rosas, são 6 (seis) alternativas de S. Ex.<sup>a</sup>, que manda pagar dois terços do que percebe, a qualquer título. Então, repete o que a Constituição atual prescreve.

Há um destaque do Constituinte Bonifácio de Andrada, que manda que a remuneração dos Deputados estaduais seja fixada na legislação anterior, naturalmente pelas Assembléias Legislativas.

Há um destaque do Constituinte Adolfo Oliveira, que manda que a remuneração dos deputados estaduais seja fixada, observado o limite de 90% do que percebem em dinheiro os deputados federais, vedados quaisquer acréscimos.

**O SR. CONSTITUINTE LUÍS EDUARDO:** – Sr. Presidente, pela ordem!

**O SR. PRESIDENTE (JARBAS PASSARINHO):** – Pois não!

**O SR. CONSTITUINTE LUÍS EDUARDO:** – Sr. Presidente, em virtude de um acordo entre as Lideranças, peço a retirada de meu destaque...

**O SR. PRESIDENTE (JARBAS PASSARINHO):** – Esclareço a V. Ex.<sup>a</sup> que é acordo de Plenário.

**O SR. CONSTITUINTE LUÍS EDUARDO:** – Mantenho, então, o meu destaque, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (JARBAS PASSARINHO):** – Praticamente estão retirados todos. Os destaques em pauta estão definidos.

Os Srs. Constituintes já sabem, portanto, as alternativas que têm.

Vamos passar à votação do primeiro pedido de destaque, que foi aqui defendido pelo Constituinte Luís Eduardo, pelo Constituinte Siqueira Campos, e contestado pelo Constituinte Ademir Andrade.

Passa-se à votação. A emenda é de supressão; suprime-se o artigo.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, aprovada esta emenda ficam prejudicadas todas as outras?

**O SR. PRESIDENTE (JARBAS PASSARINHO):** – Todas! A emenda é supressiva, uma vez aprovada, extingue o texto; não pode haver mais nenhuma emenda modificativa, aditiva ou alternativa a respeito.

**O SR. CONSTITUINTE LUÍS EDUARDO:** – Sr. Presidente, não é um acordo de Lideranças, mas há um consenso entre a ampla maioria do Plenário, que prefere votar a emenda do Constituinte Bonifácio de Andrada.

Conseqüentemente, retiro a minha emenda e apóio a emenda do Constituinte Bonifácio de Andrada. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (JARBAS PASSARINHO):** – Em votação a emenda supressiva, apresentada pelo Constituinte Ricardo Izar. **(Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup> não está presente. Fica prejudicada a emenda.

Em votação a emenda supressiva, apresentada pelo Constituinte Adylson Motta.

Pergunto a S. Ex.<sup>a</sup> se permanece com a emenda.

**O SR. CONSTITUINTE ADYLSO MOTA:** – Retiro, Sr. Presidente a emenda.

**O SR. PRESIDENTE (JARBAS PASSARINHO):** – Passamos agora, às emendas substitutivas e modificativas.

Destaque do Constituinte Hélio Rosas. **(Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup> não está presente. O indicado seria o Constituinte Luís Eduardo. Está retirado o pedido de destaque.

Outro destaque apresentado pelo Constituinte Hélio Rosas, remunerando com o fixo dos 2/3 do que percebem os deputados federais. **(Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup> está ausente e não há quem a defenda, está prejudicado.

**Destaque nº 006340-87 – Emenda nº ES-22019-5, do Sr. Bonifácio de Andrada “que dá à nova redação ao art. 38 § 2º à remuneração dos deputados estaduais será fixada na legislatura anterior do substitutivo nº 1 (art. 29, § 3º do Substitutivo nº 2)”. (234.ª votação)**

**O Sr. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho)** – Agora, passamos ao Destaque nº 6340 para o que solicito a atenção dos Srs. Constituintes. Este deve ser votado.

**O SR. PRESIDENTE (JARBAS PASSARINHO):** É de iniciativa do Sr. Constituinte Bonifácio de Andrada. S. Ex.<sup>a</sup> fez uma alteração, em tempo hábil, da emenda que apresentou. Se me permite o nobre Constituinte, lerei a emenda no seu todo para esclarecer ao Plenário.

Constituinte Bonifácio de Andrada, se V. Ex.<sup>a</sup> me permite, vou ler a emenda no todo e mostrar o que V. Ex.<sup>a</sup> destacou. **(Assentimento do autor.)**

Destaque nº 6340. Emenda nº 22019. A emenda, no todo, dizia:

“A remuneração dos deputados estaduais será fixada na legislatura anterior, devendo obedecer critérios idênticos ao que receber o Governador do Estado e respectivos Secretários...”

S. Ex.<sup>a</sup> retirou exatamente esta parte final, de maneira que a emenda fica apenas com estas expressões:

“... A remuneração dos deputados estaduais será fixada na legislatura anterior...” Naturalmente, pela Assembléia própria!

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – E a inflação?!

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho)** – Não entendi V. Ex.<sup>a</sup>, V. Ex.<sup>a</sup> falou tão depressa que não deu para eu ouvir.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Com esta emenda vamos enganar o povo! Vamos ter que aumentar todo ano os salários dos deputados das Assembléias

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho)** – Queira o hábil Constituinte paraense inscrever-se para falar a favor ou contra e a Mesa receberá com prazer a sua inscrição.

Com a palavra o Constituinte Bonifácio de Andrada, autor da emenda em questão.

**O SR. CONSTITUINTE BONIFÁCIO DE ANDRADA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituinte, consideramos que o problema político e constitucional que diz respeito ao subsídio dos deputados estaduais é matéria que há de submeter, no Brasil, a tradição do nosso Direito Constitucional que parte do pressuposto da Federação. Ou somos um País federativo, ou somos um Estado Federal, ou não somos. é. somos -um Estado Federal temos que nos curvar às exigências e aos imperativos desta própria mecânica que parte do pressuposto da autonomia estadual, que parte do pressuposto; das prerrogativas do Estado.

Julgamos que os deputados estaduais, através da Assembléia Legislativa, na legislatura anterior, é que devem ter a responsabilidade, a competência e a atribuição para Bicar os seus subsídios. Vincular subsídios de vereadores e deputados estaduais e federais é ferir o princípio federativo e partir de um pressuposto de desconfiança quanto à seriedade, ao valor, ao patriotismo e ao comedimento das Lideranças e elites estaduais.

Este é o sentido da nossa emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Para encaminhar centra tem a palavra o Constituinte Ademir Andrade.

**O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, existe argumentação, no Ple-

nário, em favor da emenda do Constituinte Bonifácio de Andrada, que diz que um deputado do Acre não pode ganhar o mesmo salário de um deputado de São Paulo. Portanto, cada Estado teria o direito de eleger a remuneração dos seus deputados.

Contra-argumento da seguinte forma: o texto do relator não diz que todo deputado estadual deve ganhar exatamente os dois terços do Deputado Federal, e sim, até o limite de dois terços, o que não impede que nenhuma Assembléia Legislativa em todo este País possa pagar aos seus deputados menos de 2/3 do que ganha o Deputado Federal. Volto a esta tribuna e insisto que o texto do relator é o melhor que há, é o mais moralizador que há, e apresento a seguinte argumentação: o salário do Deputado Federal é um salário extremamente acompanhado pela opinião pública brasileira; acompanhado de perto; a imprensa está atenta a tudo o que se passa nesta Casa, e atenta de tal forma, Sr. Presidente, que na legislatura atual não conseguimos sequer fixar os nossos salários.

Reunimo-nos aqui e não foi possível a fixação dos nossos salários. Foi um ato da Mesa que criou verbas por fora daquilo que ganhamos nesta Casa, porque, na verdade, em termos de subsídios, estamos ganhando 60 mil cruzados por mês. A taxa de transporte e de auxílio-gabinete é que se somam mais 140 mil cruzados por mês, o que soma, bruto, cerca de 200 mil cruzados por mês.

Então, é aqui que tem que haver um limite, é aqui que tem haver a contenção e a moralidade neste País. Não podemos admitir – e é lastimável que exista isso no Brasil – que um trabalhador ganhe 2 mil e 600 cruzados de salário mínimo e que existam pessoas que trabalham para o Governo e ganham 500 salários mínimos, como já vimos os casos dos marajás do Mato Grosso, de tantos lugares aí, de São Paulo, da Polícia Militar, ganhando 500 vezes o salário de outro trabalhador. Em nenhuma parte do Mundo existe isto que existe aqui no Brasil.

Se queremos moralizar a classe política, temos que impor esse limite aqui na Assembléia Nacional Constituinte. Temos que manter o texto do Sr. Relator e temos que deixar claro que os Deputados Estaduais devem receber 2/3 daquilo que recebemos em espécie.

Creio que a opinião pública está nos vigiando e haveremos de saber levar a bom termo os nossos próprios salários e, conseqüentemente, não permitir que as assembléias abusem do erário.

É esta a nossa manifestação, ficamos, portanto, com o texto do Relator e contra a emenda Bonifácio de Andrada.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra o nobre Constituinte Egídio Ferreira Lima, para falar a favor.

**O SR. CONSTITUINTE EGÍDIO FERREIRA LIMA:** – Sr. Presidente e Srs. Constituintes:

A emenda do Constituinte Bonifácio de Andrada resolve de maneira correta e sábia a contenda.

Primeiro S. Ex.<sup>a</sup> contempla o princípio de que ninguém deve legislar em causa própria e este princípio é tradicional em nosso Direito e é reconhecido universalmente por todos os países de regime democrático.

Ele também resolve um mal altamente danoso neste País que é a vinculação dos vencimentos de categorias funcionais diferentes. O magistrado, o juiz de primeira instância ganha X do que ganha o desembargador ou um Ministro de Estado. Nós sabemos e a Nação contempla, contristada, o que tem sido a fixação da remuneração, de um modo geral, dos Congressistas e, mais lamentável, ainda, é o comportamento generalizado, com suas exceções, naturalmente, das Assembléias Estaduais e das Câmaras Municipais.

Temos que resolver, com dignidade, essa questão em relação a nós próprios e em relação aos demais legisladores da Federação, quer no âmbito do Estado, quer no âmbito do Município. Eu ouvi um grito do nobre Deputado Gerson Peres indagando como ficaria o problema do reajuste em face da incidência da inflação. É fácil de resolvê-lo. Nós, Parlamentares, ficaremos sujeitos, em pé de igualdade, à remuneração e ao reajuste de todos os servidores públicos. Nós estabeleceremos isto num momento em que, previamente, para uma outra legislatura, fixarmos os nossos subsídios e a nossa remuneração e, aí, também, o critério de reajuste que não pode ser outro se não o comum dos funcionários, o de todos os servidores públicos.

Esta emenda restaura a dignidade do Poder Legislativo, não só no âmbito federal mas em todo o País. Esta é a solução correta e é a solução precisa.

Por isto, Sr. Presidente, eu me manifesto pela emenda do Sr. Constituinte Bonifácio de Andrada que teve o mérito – como sempre ocorre com S. Ex.<sup>a</sup> de trazer uma solução sábia, equilibrada e capaz de pôr fim à polêmica, além de respeitar aquilo que está muito dentro dele, que é o sentido da Federação, da autonomia dos Estados.

**O SR. CONSTITUINTE PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO:** – Sr. Presidente, para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra o Sr. Constituinte Plínio Arruda Sampaio.

**O SR. CONSTITUINTE PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO:** – Queria um esclarecimento do nobre Relator, sobre o significado da palavra “em espécie”.

Quando eu militava nas lides jurídicas, o que faz muito tempo, o pagamento poderia ser feito em dinheiro ou em espécie; se fosse em dinheiro, era moeda cantante e sonante, dizia o meu professor. E em espécie eram em bens, era em coisas fungíveis, em coisas materiais.

Agora, escutei do nobre Sr. Constituinte Nelson Jobim, que é um jurista, e do eminente Sr. Constituinte José Bisol, que é outro, que também em espécie se entende por dinheiro. E, neste caso, pergunto por que não se escreveu “em dinheiro”, que não permitiria dúvida em nenhum brasileiro, não só nos juristas, mas em qualquer outro que pudesse ler.

Então, queria saber de V. Ex.<sup>a</sup>, claramente, qual o sentido da expressão “em espécie”, para orientar o meu voto.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra o Sr. Constituinte Gerson Peres.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, prezados Colegas, nós estamos aqui com uma solução mineira. Os mineiros são sempre maneirados: eles fazem a coisa mineiramente e, depois, complicam lá adiante. Esta é que é a verdade.

Não sou, em absoluto, radicalmente contrário à Emenda do Constituinte Bonifácio de Andrada. Ele cortou a parte essencial da emenda e deixou uma cabeça confusa.

Prestem bem atenção! Pelo respeito que tenho aos argumentos do eminente Constituinte Egídio Ferreira Lima, vou mostrar a S. Ex.<sup>a</sup> que esta emenda complica mais e nos deixa muito mal perante a opinião pública, porque nós vamos escrever uma coisa que nós não vamos cumprir! A não ser que ele tenha escrito aqui numa linguagem diferente: “A remuneração dos deputados estaduais será fixada na legislatura anterior”.

Logo, durante a legislatura, o deputado não pode mais fixar a sua remuneração. Aí ele vai elaborar a lei – V. Ex.<sup>a</sup> já deve estar pensando – coloca todos os índices de correção que, dado à galopante crise econômica, a defasagem salarial, a queda do prestígio da moeda e o diabo que está ocorrendo no Brasil, no primeiro ano se tornarão

praticamente nulos. Aí vem um deputado querer legislar em causa própria no decurso da legislatura, e ele está proibido pela Constituição. Isso é desmoralizante para o Poder Legislativo.

Aí é que está o problema desta emenda. Ela não é moralizadora; ou, então, vamos correr para a supressão: deixar que a Assembléia Nacional Constituinte faça como queira. Agora, o que não pode é redigirmos um texto que não vamos cumprir e vamos cair no ridículo.

Ainda há mais: o projeto, no seu art. 66, diz o seguinte: “Os deputados e senadores perceberão idêntica remuneração, fixada para cada exercício financeiro pelo Plenário do Congresso Nacional, em sessão conjunta, e sujeita aos impostos gerais, inclusive o de renda e os extraordinários.”

Veja que uma coisa não se harmoniza com a outra. É completamente diferente! Agora, quem vai garantir que esse texto vai ser revogado, posteriormente à aprovação desse?

De forma que não me parece que esta emenda seja a ideal. Se o ideal existe em relação à emenda, seria suprimir tudo e transferir a responsabilidade à Assembléia Legislativa. E se quiserem estabelecer um teto, o mais suave, aquele que menos atinge os interesses financeiros, a bolsa do deputado estadual, é a Emenda Adolfo Oliveira, que estabelece 90% em dinheiro. Parece-me que o argumento do Constituinte Plínio Arruda Sampaio procede. Em espécie também é a passagem, em espécie também é a mordomia da moradia, em espécie são os selos e as cartas.

Então, estamos neste dilema. Não quero convencer nenhum dos Srs. Constituintes, pois todos são capazes, mas quero marcar a minha posição de Constituinte: não sou favorável a esta emenda por estas razões que apresentei. Primeiro, porque não se harmoniza uma coisa com a outra. Segundo, vamos dar uma oportunidade para que as Assembléias Legislativas, no decurso dos quatro anos de mandato, infringam o dispositivo constitucional. Porque, em quatro anos, os índices que S. Ex.<sup>a</sup> estabeleceram de correção, podem ficar defasados e, aí, S. Ex.<sup>a</sup> vão ser obrigados a mexer na lei. Aí, vão legislar em causa própria, aí vão praticar uma imoralidade. De forma que é este o risco que corremos se não tivermos cuidado. Se queremos limitar, usemos a Emenda Adolfo Oliveira; se não queremos, vamos suprimir tudo e transferir a responsabilidade da fixação salarial às próprias Assembléias Legislativas. Com isto, ficaremos em melhor situação.

Eram estas as considerações que eu desejava apresentar para votar contra esta emenda, porque não me parece a mais adequada para o momento que vivemos.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra o sr. relator-geral.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, o Constituinte Plínio de Arruda Sampaio e o eminente Constituinte José Paulo Bisol têm absolutamente razão; há um equívoco material aqui, que será corrigido se porventura for aprovado o texto.

O relator, neste instante, quer defender os deputados estaduais de forma diferente do que se disse aqui. Ouvi o eminente Constituinte Egídio Ferreira Lima declarar que esta emenda era a maneira mais correta e sábia de resolver o assunto. Imaginem os senhores que a cada quatro anos – somente neste período – é que os deputados estaduais poderão ter revistos os seus subsídios. É o que diz aqui: a cada legislatura. Permita-me, nobre Constituinte e ouça com a alegria com que ouvi V. Ex.<sup>a</sup> – se não for possível, com a paciência que eu lhe devotei – o que se diz no art. 66 é que os deputados federais e os senadores têm a sua remuneração revista a cada exercício financeiro. É o que diz o art. 66. E mais: os deputados federais e os sena-

dores vão ficar sujeitos aos impostos gerais, inclusive o de renda e os extraordinários. Estamos acabando com aquela censura que se faz, definitivamente, ao Parlamento federal. Conseqüentemente, esta emenda prejudica, de forma terrível, os deputados estaduais, porque se a outra, supressiva, deixava a critério das Assembléias, esta, sim, feriria a autonomia dos Estados, impondo que a cada legislatura, ou seja, quatro anos, eles possam ser revistos.

Sr. Presidente, esta emenda não tem como subsistir, sob pena de se inverter o que se quer aqui: ao invés de beneficiar as Assembléias Legislativas, elas serão fundamentalmente prejudicadas.

É o parecer da relatoria, que votará contra a emenda.

**O SR. CONSTITUINTE EGÍDIO FERREIRA LIMA:** –

Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Peço a V. Ex.<sup>a</sup> que, já tendo usado...

**O SR. CONSTITUINTE EGÍDIO FERREIRA LIMA:** –

Não vou atrapalhar a Mesa, nem vou contraditar o relator. Quero apenas dizer que esse princípio... **(Cruzam-se apartes)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Um momento! Isto pode ser importante para a nossa decisão. Meu respeito pelo Constituinte é grande, mas o meu respeito pelo Regimento é maior. Se S. Ex.<sup>a</sup> transgredir o Regimento, pedirei que se silencie.

**O SR. CONSTITUINTE EGÍDIO FERREIRA LIMA:** –

Apenas quero dizer ao relator que ele não alcançou o que eu quis dizer. Mas, espero que o Plenário julgue as duas hipóteses e aplaudirei a sua decisão, qualquer que seja, mesmo entendendo que o relator esteja certo, embora eu pense que não.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Muito bem!

**O SR. CONSTITUINTE SIQUEIRA CAMPOS:** –

Peço a palavra, Sr. Presidente, para um esclarecimento.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem

a palavra o Constituinte Siqueira Campos.

**O SR. CONSTITUINTE SIQUEIRA CAMPOS:** –

Tem o nobre relator a segurança de que eu jamais criticaria o seu trabalho, que acompanho de perto. Além de seu amigo pessoal, sou seu admirador e não quero nenhuma compensação de V. Ex.<sup>a</sup> a não ser a honra de continuar seu amigo. Agora, não votarei contra a orientação da UPI, porque os meus deputados estaduais me pediram esse compromisso e aceitei livremente. Desculpe-me V. Ex.<sup>a</sup> O que V. Ex.<sup>a</sup> se comprometeu a fazer eu acho que já atende bem: substituir espécie por dinheiro.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – O

encaminhamento está terminado.

Em votação.

**O SR. CONSTITUINTE VIVALDO BARBOSA:** – Sr.

Presidente, peço a palavra para um esclarecimento.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Só

aceitarei pergunta sobre votação.

**O SR. CONSTITUINTE VIVALDO BARBOSA:** – Sr.

Presidente, é para um esclarecimento, porque foi dito aqui que havia sido feito um acordo de Lideranças, naturalmente envolvendo todas as Lideranças de todas as Bancadas. Eu queria esclarecer que a Bancada do PDT...

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Foi

mudada a idéia; falou-se em consenso e não mais em unanimidade de Lideranças. De maneira que a posição de V. Ex.<sup>a</sup> está ressalvada.

Em votação.

## (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes:

Alfredo Campos, Almir Gabriel, Aluizio Campos, Antônio Britto, Artur da Távola, Carlos Mosconi, Carlos Sant'Anna, Cid Carvalho, Egídio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Henrique Cardoso, João Herrmann Neto, José Richa, Manoel Moreira, Mário Lima, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nelson Friedrich, Nilson Gibson, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Raimundo Bezerra, Rodrigues Palma, Virgildásio de Senna, Wilson Martins, Marcos Lima, José Tavares, Antonio Mariz, Israel Pinheiro, Nelson Wedekin, Vilson Souza, Octávio Elísio, Euclides Scalco, Alcení Guerra, Arnaldo Prieto, Carlos Chiarelli, Edme Tavares, Eraldo Tinoco, Inocêncio Oliveira, José Jorge, José Lins, José Lourenço, Luís Eduardo, Marcondes Gadelha, Osvaldo Coelho, Sandra Cavalcanti, Enoc Vieira, Paes Landim, Hugo Napoleão, João Menezes, Mosarildo Cavalcanti, Jofran Frejat, Bonifácio de Andrada, Adylson Motta, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua e Siqueira Campos. **Votaram NÃO** os Senhores Constituintes: Ademir Andrade, Bernardo Cabral, Fernando Gasparian, Fernando Lyra, Haroldo Sabóia, João Calmon, José Fogaça, Sigmaringa Seixas, Vicente Bogo, Aloysio Chaves, Furtado Leite, Gilson Machado, Antônio Carlos Konder Reis, Gerson Pares, Jarbas Passarinho Floriceno Paixão, José Maurício, Vivaldo Barbosa, Plínio Arruda Sampaio, José Genoíno, Adolfo Oliveira, Haroldo Lima e Roberto Freire. **ABSTENÇÃO** dos Senhores Constituintes: José Paulo Bisol e José Thomaz Nonô.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram **SIM** 59 Constituintes; votaram **NÃO** 23 Constituintes; abstiveram-se de votar 2 Constituintes. Total: 84 votos. O Destaque foi **aprovado**.

O Constituinte Aluizio Campos pede a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. CONSTITUINTE ALUÍZIO CAMPOS:** – Sr.

Presidente, a questão se vincula à prejudicialidade. A emenda do Constituinte Bonifácio de Andrada limita-se a declarar um requisito ou um pré-requisito para o estabelecimento da remuneração dos Deputados Estaduais, no sentido de que seja feita na legislatura anterior, como era no passado. Mas isto, a meu ver, não prejudica emendas que possam ainda existir sobre o montante da remuneração ou critérios que devam prevalecer para adotá-las. Apenas o destaque estabelece que a remuneração será fixada na legislatura anterior, mas não diz se ela é equivalente a dois terços, ou à metade, ou o que seja, da remuneração de Deputados Federais. Desta maneira, se houver emenda estabelecendo critério de prefixação de subsídios, no meu entender, essa fixação não estará prejudicada. Creio ser este o problema. Por esta razão, peço a V. Ex.<sup>a</sup> que examine a matéria.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra, para contraditar a questão de ordem, o Constituinte Nelson Jobim.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON JOBIM:** – Sr.

Presidente, a idéia do eminente Constituinte Aluizio Campos parte de um equívoco. O texto primitivo dispunha um valor. O Plenário substitui o texto primitivo que tinha um teto por critério diverso. Logo, não há mais espaço possível para se retornar àquilo que foi suprimido pelo próprio plenário.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Essa é exatamente a interpretação da Presidência da Mesa. Todas as matérias que agora se seguem, fixando parâmetros de remuneração, estão prejudicadas.

Em conseqüência, fica prejudicado o Destaque nº 6455, de iniciativa do Constituinte Adolfo Oliveira.

Passamos ao § 4º

Em votação o Destaque nº 6210, requerido pelo Constituinte José Santana. **(Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup> não se encontra presente.

Prejudicado o destaque.

Em votação o Destaque Aditivo nº 3077, requerido pelo Constituinte Ezio Ferreira. **(Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup> não se encontra presente.

Prejudicado o destaque.

Em votação o Destaque nº 3570, requerido pelo Constituinte Inocêncio Oliveira.

**O SR. CONSTITUINTE INOCÊNCIO OLIVEIRA:** –

Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra V. Ex.<sup>a</sup>, pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE INOCÊNCIO OLIVEIRA:** –

Sr. Presidente, peço a V. Ex.<sup>a</sup> que este destaque seja transferido para o Título IV, Capítulo IV, do Poder Judiciário, onde fica muito mais adequado.

Durante o pronunciamento do Sr. Inocêncio Oliveira, o Sr. **Jarbas Passarinho**, 3º-Vice-Presidente deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. **Fernando Henrique Cardoso**, 4º-Vice-Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Ouço o Sr. Relator. **(Pausa)**

O destaque de V. Ex.<sup>a</sup> já foi transferido para o tópico do Poder Judiciário.

**O SR. CONSTITUINTE INOCÊNCIO OLIVEIRA:**

– Sr. Presidente. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Passamos agora ao destaque supressivo do Constituinte Aluizio Campos.

Leio:

"Nenhuma Assembléia Legislativa poderá funcionar, em cada ano, por mais de seis meses nem menos de três meses, conforme estabelecido pela Justiça Eleitoral."

Retirado.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Passamos ao art. 30.

Em votação destaque do Constituinte José Carlos Grecco pedindo a supressão do art. 30. **(Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup> não está presente.

Prejudicado o destaque

**O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra, pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE:** – Gostaria, Sr. Presidente, de dirigir-me ao Relator sobre esse problema do art. 30. Tanto no caso do Governador como no caso do Prefeito, há uma questão que, tenho certeza, não é idéia do Relator, e se ficar como está vai acontecer uma coisa absolutamente inadmissível.

O art. 30 diz:

"O Governador de Estado será eleito até 45 dias... para o mandato de 4 anos e tomará posse no dia 1º de janeiro do ano subsequente, aplicando-se a regra do art. 87 e parágrafos."

É a questão da eleição em primeiro turno: a eleição indireta do Governador pela Assembléia Legislativa, ou

pela Câmara dos Deputados, no caso de Presidente. No caso do Governador, como está aqui, ele seria eleito pela Assembléia Legislativa atual e não pela Assembléia Legislativa que seria eleita junto com ele, Governador do Estado, já que a eleição dos Governadores e Deputados se dará na mesma data. Ficou uma questão muito confusa. Isso não pode permanecer no texto, em hipótese alguma. Porque, a permanecer esse texto e a permanecer a hipótese da eleição indireta no segundo turno, o Governador do Estado será eleito pela Assembléia Legislativa atual.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– A questão de ordem de V. Ex.<sup>a</sup> é bem posta e clara. Peço que o Relator esclareça.

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – Em atenção ao pedido de esclarecimento do nobre Constituinte Ademir Andrade, a Relatoria esclarece o seguinte: esse § 4º é, notoriamente, uma regra acessória ao art. 87. Se V. Ex.<sup>a</sup> entende que o conteúdo do art. 87 é incorreto, é equivocado, do ponto de vista político, bastará uma emenda ao art. 87 modificando a sua proposta, para que, necessariamente, o § 4º também se alerte, ou seja, para que a eleição passe a ser direta.

**O SR. CONSTITUINTE ALDO ARANTES:** – Permita-me, Sr. Presidente. Isso é novo, Sr. Relator, porque veio agora no substitutivo do Relator Bernardo Cabral. Portanto, não vejo como possamos emendá-la.

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – posso dizer a V. Ex.<sup>a</sup> que há emendas nesse sentido, não só emendas supressivas.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Permitam-me V. Ex.<sup>as</sup> A questão de ordem foi esclarecida. Há emendas supressivas, é só votá-las, se V. Ex.<sup>a</sup> desejar. Continuemos a votação.

Passa-se ao art. 30. Há uma emenda supressiva do

Constituinte Wilson Campos. **(Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup> não está presente. Prejudicada.

Constituinte José Egreja. **(Pausa)** Não está presente. Prejudicada.

Constituinte Mussa Demes. **(Pausa)** Não está presente. Prejudicada.

Constituinte Valter Pereira. **(Pausa)** Não está presente. Prejudicada.

Constituinte Waldyr Pugliesi. **(Pausa)** Não está presente. Prejudicada.

Constituinte Eraldo Tinoco. **(Pausa)** Encontra-se presente e retirou.

**Destaque nº 007744-87, do Sr. Gastone Righi, "que suprime as expressões "aplicando-se a regra do art. 87 e parágrafos" do art. 30, do Substitutivo 2". (235ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Há uma preferência do Constituinte Gastone Highi para uma emenda modificativa. S. Ex.<sup>a</sup> está presente?

**O SR. CONSTITUINTE JOAQUIM BEVILACQUA:** – É a de nº 7744?

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Sim.

Diz:

"Suprimir as expressões "aplicando-se", até parágrafos."

Ou seja, para resolver precisamente a questão proposta pelo ilustre Constituinte.

Vamos votar a preferência solicitada pelo Constituinte Gastone Righi.

Os Srs. Constituintes que estiverem de acordo queiram permanecer sentados. **(Pausa)**

Aprovada.

Tem a palavra o nobre Constituinte Joaquim Bevilacqua, para defender a emenda.

**O SR. CONSTITUINTE JOAQUIM BEVILACQUA:** – Sr. Presidente, as razões da emenda do Constituinte Gastone Righi são óbvias: para evitar que se consagre um princípio com o qual não concorda a maioria desta Casa. Aliás, essa disposição já aqui foi expressa por vários parlamentares. O mecanismo para que possamos suprimir essa eleição indireta do Governador biônico está exatamente na emenda cujo destaque V. Ex.<sup>a</sup> acaba de enunciar, que é o Destaque nº 07744, do Constituinte Gastone Righi.

Por esta razão, encaminho a favor da emenda, suprimindo, portanto, a parte final, referente ao art. 111, fixando a regra da eleição direta e suprimindo a regra da eleição indireta.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Para encaminhar contra, concedo a palavra ao nobre Constituinte Antônio Britto.

**O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO BRITTO:** – Sr. Presidente, Srs. e Sras. Constituintes:

Na verdade, a emenda proposta pelo Constituinte Gastone Righi afasta, em definitivo, a possibilidade de que tenhamos, nas eleições dos Governos estaduais, dois turnos.

Oportunamente, quando no art. 87, examinarmos a forma pela qual se dá a eleição em dois turnos, tenho certeza de que o sentimento democrático desta Casa haverá de restabelecer dois turnos sempre pela vontade do povo e não pela recriação de Colégio Eleitoral. Mas quando isso obtivermos, evidentemente, as remissões aos casos de eleições em dois turnos, para prefeitos municipais e para governadores, estarão ajustadas ao espírito claramente democrático, lisamente democrático.

Suprimir agora a possibilidade dos dois turnos, argumentando que lá adiante está o Colégio Eleitoral é, na verdade, acabar, em definitivo, com este avanço extraordinário que haverá de significar o estabelecimento de eleições em dois turnos, mas sempre pela voz e pelo comando do povo brasileiro. Por isso, na mesma medida em que antecipo, obviamente, a posição de lá no art. 87 restabelecer o conteúdo democrático do substitutivo anterior, aqui não há outra posição senão a de manter os dois turnos e, com isso, rejeitar a emenda do Constituinte Gastone Righi.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Pois não.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Sr. Presidente, eu gostaria que fosse esclarecido como ficaria o texto do art. 30, com a emenda Gastone Righi.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Ficaria assim:

"O Governador de Estado será eleito até 45 dias, antes do tempo do mandato do seu antecessor, para mandato de 4 anos, e tomará posse no dia 1º de janeiro do ano subsequente."

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Por que não põe dia 2 de janeiro?

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Porque a matéria não tem emenda. Eu preferiria também. E quantos de nós seremos Governadores?

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Pois não.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Sr. Presidente, deve ficar esclarecido que o dispositivo que estamos votando é o que trata de quando serão realizadas as eleições para Governador e a posse. Não tem nada a ver que seja a um turno, dois turnos, que tenha direta, ou indireta.

A supressão do que se refere a dispositivos do art. 87, em nada atrapalha o que este dispositivo quer determinar, ou seja, 45 dias antes de terminar o seu mandato, ele terá que ser eleito e tomará posse em 1º de janeiro. A questão se em um turno ou dois trataremos. Portanto, seria importante suprimir agora. Não temos por quê manter isto que é espúrio, esdrúxulo, seja presidencialista, seja parlamentarista o sistema que queremos adotar.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Com a palavra o Relator.

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – Sr. Presidente e Srs. Constituintes, o local adequado para tratar dessa matéria é exatamente o art. 30, porque estamos tratando aí da organização dos Estados. Portanto, este é o local adequado; não tem razão o Constituinte Roberto Freire não procede sua argumentação.

Aqueles que votarem SIM, em favor da emenda Gastone Righi, pela supressão, estarão acabando com a eleição de dois turnos para Governador.

Gostaria de deixar bem claro, que o votar SIM significa eliminar a eleição em dois turnos para o Governo de Estado.

A manutenção do princípio da eleição em dois turnos, para os Governos de Estado, está aqui assegurada, nada tem a ver com a questão de ser direta ou indireta. A questão de ser direta ou indireta vai ser tratada, isto sim, no art. 87, que trata da eleição do Presidente da República. E, desde já, a Relatoria adianta, em nome do Relator Bernardo Cabral, que irá acolher uma emenda do Constituinte Nelson Carneiro, que restabelece eleição direta no primeiro e no segundo turnos. **(Palmas)** O que significa dizer, que o temor que justifica a emenda Gastone Righi não procede, não tem fundamento. Se é só para acabar com a eleição indireta, ou com o chamado Colégio Eleitoral, não tem fundamento. Mas se o que se deseja é acabar com a eleição em dois turnos, então é outra coisa. Mas a Relatoria se pronuncia contrária a esta Emenda, e é pela manutenção do texto.

Trata-se de uma regra acessória e que, portanto, na sua natureza e no seu conteúdo, será alterada lá no artigo específico, que é o art. 87.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem. **(Assentimento do Presidente)** – Solicitaria que o Relator indicasse – e é uma questão de esclarecimento – para não ficarmos naquela de dizer que não temos razão. É uma questão de leitura, de interpretação quase que literal. Aqui trata o seguinte, no art. 30 – veja como estou entendendo:

"O Governador do Estado será eleito até 45 dias antes do término do mandato do seu antecessor."

Eu aí perguntaria a V. Ex.<sup>a</sup>: isto pode ser em eleições de um turno ou de dois? Nada impede. Correto? Para mandato de quatro anos. Também pode ter mandato de quatro anos sendo eleito em um turno ou com dois. E tomará posse no dia 1º de janeiro do ano subsequente – ele tomará posse sendo eleito com um turno ou dois turnos. Agora, aplicando-se a regra do art. 87 e seus parágrafos significa que vai haver dois turnos e um segundo de Colégio Eleitoral – desnecessário! Porque essa questão

de turno, será um ou dois, vai ser tratado no capítulo específico! Ali é no capítulo específico.

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – V. Ex.<sup>a</sup> está equivocado, Constituinte Roberto Freire.

Sr. Presidente, a Relatoria pede a palavra para esclarecer. Não vejo razão na argumentação do Constituinte Roberto Freire.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – A Presidência dará a palavra oportunamente a V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Tem a palavra, pela ordem, o Deputado Constituinte Carlos Sant'Anna.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Sr. Presidente, penso que é muito importante a minha intercessão, porque o Relator acaba de declarar que se acolhida a emenda estará totalmente prejudicada a possibilidade de eleição em dois turnos. Não acredito que essa interpretação possa ser, por exemplo, acolhida pelo Relator, porque S. Ex.<sup>a</sup> sabe que no art. 9º, das Disposições Transitórias, está estabelecido que as Assembleias Legislativas, com poderes constituintes, elaborarão, no prazo de até seis meses, a Constituição do Estado, observados os princípios desta. Ora, as Constituições dos Estados, quando dispuserem sobre as eleições dos Governadores, o farão de acordo com os princípios estabelecidos nesta Constituição sobre a eleição do Presidente da República. De modo que não há como outra interpretação ou, pelo menos, aceitar a circunstância de que, por exemplo, retiramos daqui aquela ligação com o inciso, que isso determine a eliminação da eleição do Governador em dois turnos. Penso que essa afirmação da Relatoria, pelo Sub-Relator, parece-me muito rígida e, no meu entender, não verdadeira. De modo que gostaria de ouvir a opinião do Relator-Geral.

**O SR. CONSTITUINTE JOAQUIM BEVILACQUA:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Tem a palavra o Constituinte Joaquim Bevilacqua, pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE JOAQUIM BEVILACQUA:** – Sr. Presidente, eu queria deixar bem claro que a interpretação dada pelo ilustre Relator José Fogaça absolutamente não tem nada a ver com o espírito da Emenda Gastone Righi. Essa emenda, como bem salientou o Constituinte Roberto Freire e como reafirmou o Constituinte Carlos Sant'Anna, prevê deixar o texto com maior clareza. Esta remissão ao art. 111 do texto antigo, na realidade, art. 87, parece-me antecipada e precipitada. Não estamos cuidando aqui da eleição do Presidente da República, mas da eleição do Governador de Estado.

Os princípios adotados pela Constituição, como salientou o Constituinte Carlos Sant'Anna, serão obedecidos. O que não se pode é vincular desde já, ou seja, deixar essa vinculação – até porque é imprópria, pois, repito, não estamos tratando de eleição do Presidente da República, mas de Governador de Estado – a um artigo que ainda vamos discutir e cujos princípios ainda não estão bem claros, que cuidam inclusive da possibilidade de eleição indireta entre o primeiro e o segundo turno.

O encaminhamento é muito claro: é pela supressão desse trecho, que torna confusa a matéria, para maior clareza.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Perguntaria a V. Ex.<sup>as</sup> se há alguma informação adicional. Estou deixando o debate fluir, porque a matéria é relevante. Há algum argumento novo? Se houver, peço que acrescentem; se não, pediria a V. Ex.<sup>as</sup> que não limitassem o prazer de ouvi-los.

**O SR. CONSTITUINTE MARCONDES GADELHA:** – Sr. Presidente, não se trata de discutir se há argumento novo ou não, mas se há consistência nos argumentos apresentados anteriormente.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Isso é debate, e ele já está encerrado, nobre Constituinte. A fase do debate já está encerrada.

**O SR. CONSTITUINTE MARCONDES GADELHA:** – Isso não é debate; estamos aqui discutindo uma questão de ordem que foi suscitada. Não é mais problema de mérito, mas se isso elimina ou não a eleição direta em dois turnos para Governador de Estado.

O Constituinte Roberto Freire levantou uma questão que é pertinente só até o ponto em que a matéria deixa omissa uma decisão sobre eleição em dois turnos agora para Governador de Estado. E nesse ponto acho que o Relator está com inteira razão. Não haverá outra oportunidade. Se retirarmos, fica em aberto a questão, e o que estamos querendo, ao aprovar o texto do Relator, é definir agora que a eleição de Governador é em dois turnos.

Se não fizermos isso agora não teremos outra oportunidade, Sr. Presidente. Se o sistema eleitoral de dois turnos vai ser modificado adiante, é outro problema; haverá uma emenda que vai melhorar. Mas a definição de que a eleição de Governador de Estado será em dois turnos só pode ser feita agora. E é claro que se eliminarmos isso vamos ficar a ver navios.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Quero reconhecer que me equivoquei quando da interpretação.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Pois não.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – É verdade que quando se manda aplicar, não há, no capítulo que trata das eleições de Governadores, nada que diga dois turnos, a não ser o art. 87. É verdadeiro. Quero só esclarecer: continuarei votando pela supressão, até porque, como parlamentarista, acho desnecessário os dois turnos.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS CHIARELLI:** – Sr. Presidente, um esclarecimento. Com relação ao art. 5º, § 1º, chamo a atenção de V. Ex.<sup>a</sup> para que me esclareça sobre a matéria.

Estabelece o § 1º que os mandatos dos Governadores e dos Vice-Governadores eleitos em 15 de novembro de 1986 terminarão no dia 15 de março de 1991. É o art. 5º, § 1º, das Disposições Transitórias. O art. 30, ora em debate, da parte permanente, estabelece que "o Governador de Estado será eleito até 45 dias antes do término do mandato de seu antecessor...", ou seja, poderemos ter uma eleição, seja como for, em dois turnos ou em um turno, até o dia 1º de fevereiro de 1991.

Continua o artigo:

"...para mandato de 4 anos, e tomará posse no dia 1º de janeiro do ano subsequente, isto é, 1º de janeiro de 1992, aplicando-se a regra..."

Numa interpretação combinada do art. 30 da parte permanente com o § 1º do art. 5º das Disposições Transitórias, permite, enseja que tenhamos a eleição do Governador em fevereiro de 91 e, por disposição constitucional, a posse desse Governador em 1º de janeiro do ano subsequente, com uma *vacatio legis*, a nível de governo, de dez ou de nove meses e meio, sem que a Constituição estabeleça quem estará no exercício do governo neste prazo, uma vez explicitada e interpretada a matéria nos moldes regimentais e nos moldes constitucionais.

Por isso que, antes da votação, gostaria de saber quem vai ser o Governador de 15 de março de 1991 a 1º de



março de 1992 nos Estados brasileiros, respeitadas as disposições aqui contidas.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Talvez seja uma tentativa de o Brasil se acostumar a viver sem governo.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente...

**O SR. CONSTITUINTE INOCÊNCIO OLIVEIRA:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – O Sr. Relator está com a palavra, darei a palavra a V. Ex.<sup>a</sup> em seguida.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, o ato das Disposições Transitórias, que fixa para 15 de março de 1991, é um respeito ao governador que foi eleito no dia 15 de novembro de 1986 e que tem que terminar no dia 15 de março de 1991.

A regra geral, a partir de agora, se aprovado o texto constitucional embutido, é que aquele não mais terminará em 15 de março de 1996, mas sim no dia 1º de janeiro de 1996. Não haverá **vacatio legis**. Não haverá dez meses sem governo, em absoluto, eminente Senador Carlos Chiarelli. Observe que o mandato do Governador que foi eleito no dia 15 de novembro de 1986, eu não poderia dizer que o mandato terminaria a primeiro de janeiro de 1991, porque estaria amputando 2 meses e meio de um mandato que era seu. Não poderia fazer isso. Mas estabeleci que o próximo que se eleger vai saber que tomará posse no dia primeiro de janeiro: – esta é a regra, respeitado o mandato do atual Governador.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS CHIARELLI:** – Permita V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – V. Ex.<sup>a</sup> poderá falar somente após o término da fala do nobre Relator, porque não é permitido apartes.

Tem a palavra o nobre Relator.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Quanto ao eminente Constituinte Carlos Sant'Anna, houve uma ligeira confusão entre o princípio e a regra substantiva. Quando se faz a remissão ao art. 87, o nobre Constituinte Marcondes Gadelha esgotou a argumentação com uma clareza meridiana e com uma perfeição irretocável, e que tenho a certeza de que será completamente desnecessário que eu, aqui, seja repetitivo até porque os Anais da Constituinte devem fazer justiça ao que S. Ex.<sup>a</sup> aqui disse e não seria eu quem iria repetir na esteira da sua argumentação. De modo que, Sr. Presidente, ainda bem que o eminente Constituinte Roberto Freire teve a elegância que acaba de ter, própria de um parlamentar. De modo que, Sr. Presidente, acho que a matéria está suficientemente esclarecida e nada há mais a aduzir.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – A Presidência considera a matéria esgotada. Vamos passar à votação.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS CHIARELLI:** – Sr. Presidente, gostaria que ficasse registrado que não há nenhum intuito de redução de mandato. Há a denúncia clara de que com o texto em vigor, mantido o mandato como deve ser e permitida a eleição até o dia primeiro de fevereiro, como está explicitado na parte permanente, encerra-se o mandato do atual em 15 de março, porque é o que dizem as Disposições Transitórias, mas se diz que o sucessor vai tomar posse em primeiro de janeiro do ano subsequente.

Cria-se, inequivocamente, uma acefalia em termos de poder.

Fica o registro, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Está registrado e quem sabe nas Disposições Transitórias possamos corrigir.

**O SR. CONSTITUINTE JOAQUIM BEVILACQUA:** – Pela ordem, Sr. Presidente, só para registrar que votando, NÃO, iremos consagrar hoje a possibilidade da eleição indireta pelo § 2º do art. 87.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Em votação.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes:

Carlos Sant'Anna, Nilson Gibson, Oswaldo Lima Filho, Rodrigues Palma, Antonio Mariz, Euclides Scalco, Edme Tavares, Eraldo Tinoco, José Jorge, Luís Eduardo, Osvaldo Coelho, Paes Landim, Hugo Napoleão, Jofran Frejat, Gerson Peres, Francisco Rossi, Joaquim Bevilacqua, Siqueira Campos e Roberto Freire. Votaram **NÃO** os Constituintes: Alfredo Campos, Aluizio Campos, Antônio Britto, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Carlos Mosconi, Cid Carvalho, Egidio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Gasparian, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Lyra, Haroldo Sabóia, João Calmon, João Herrmann Neto, José Fogaça, José Paulo Bisol, José Richa, Manoel Moreira, Mário Lima, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nelton Friedrich, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Raimundo Bezerra, Sigmaringa Seixas, Virgildásio de Senna, Wilson Martins, José Tavares, Israel Pinheiro, Vilson Souza, Vicente Bogo, Octávio Elísio, Alcení Guerra, Aloysio Chaves, Arnaldo Prieto, Inocêncio Oliveira, José Lins, José Lourenço, Marcondes Gadelha, Sandra Cavalcanti, Enoc Vieira, Valmir Campelo, Gilson Machado, Mozarildo Cavalcanti, Antônio Carlos Konder Reis, Bonifácio de Andrada, Adylson Motta, Floriceno Paixão, José Maurício, Vivaldo Barbosa, Plínio Arruda Sampaio, Adolfo Oliveira e Haroldo Lima. **ABSTENÇÃO** dos Senhores Constituintes Carlos Chiarelli e Ademir Andrade.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 19 Constituintes; votaram NÃO 55 Constituintes; abstiveram-se de votar 2 Constituintes. Total: 76 votos. O Destaque foi **rejeitado**.

Passamos ao Destaque nº 3500, do Constituinte Aldo Arantes.

Está prejudicado. É exatamente igual ao anterior.

Do Constituinte Délio Braz. **(Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup> está ausente.

Está prejudicado.

Do mesmo autor, Destaque nº 1660. Também prejudicado.

Do Constituinte Ézio Ferreira, Destaque nº 378.

**(Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup> está ausente. Está prejudicado.

Passamos, agora, ao art. 31.

Destaque nº 774, do Constituinte Percival Muniz.

**(Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup> está ausente.

Está prejudicado.

Destaque do Constituinte Prisco Viana. **(Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup> está ausente.

Está prejudicado.

Destaque do Constituinte Eraldo Tinoco.

S. Ex.<sup>a</sup> retirou-o.

Destaque do Constituinte Vascos Alves. **(Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup> está ausente.

Está prejudicado.

Do mesmo autor, Destaque nº 6646.

Está prejudicado.

Agora vamos passar a algumas emendas aditivas ao capítulo. Acabaram-se as emendas substitutivas.

Há um pedido de preferência, pedido pelo Constituinte Euclides Scalco, para o Destaque nº 7065, sobre a Emenda nº 32519, do Constituinte Nelson Jobim.

**(Pausa)**

Retirado.

Destaque nº 7007, do Constituinte José Carlos Grecco **(Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup> está ausente.

Está prejudicado.

Destaque do Constituinte Cunha Bueno. **(Pausa)**

Retirado.

Destaque nº 667, do Constituinte Brandão Monteiro **(Pausa)**

Retirado.

Destaque nº 1121, do Constituinte Vivaldo Barbosa.

Retirado.

Destaque nº 2024, do Constituinte Eduardo Jorge **(Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup> está ausente.

Está prejudicado.

Destaque do Constituinte Virgílio Guimarães.

**(Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup> está ausente.

Está prejudicado.

Destaque nº 2110, do Constituinte João Paulo.

**(Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup> está ausente.

Está prejudicado.

Do mesmo autor, Destaque nº 2183.

Está prejudicado.

Destaque do Constituinte Nelson Wedekin. **(Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup> está ausente.

Está prejudicado.

Destaque do Constituinte José Geraldo. **(Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup> está ausente.

Está prejudicado.

Destaque nº 3662, do Constituinte Oswaldo Lima Filho. **(Pausa)**

Está prejudicado.

Destaque do Constituinte Hélio Rosas. **(Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup> está ausente.

Está prejudicado.

Destaque nº 5907, do Constituinte Roberto Freire **(Pausa)**

Retirado.

Destaque nº 6650, do Constituinte Vasco Alves **(Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup> está ausente.

Está prejudicado.

Destaque do Constituinte Vasco Alves. **(Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup> está ausente.

Está prejudicado.

Destaque do Constituinte Darcy Pozza. **(Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup> está ausente.

Está prejudicado.

Destaque do Constituinte Francisco Dornelles.

**(Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup> está ausente.

Está prejudicado.

**Destaque nº 007065-87 do Sr. Nelson Jobim: – Emenda nº ES-32519-1, do Sr. Antônio Perosa, "que acrescenta artigo no Capítulo III do Título IV, com a seguinte redação "a Constituição Estadual disporá sobre a iniciativa popular (236.<sup>a</sup> votação) de projetos de lei ou propostas de emendas à Constituição e sobre o referendo às leis no Estado e no Município (Substitutivo 1) (Título III, "caput", Substitutivo 2)".**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Aqui há um Requerimento de preferência do Constituinte Euclides Scalco sobre a Emenda nº 32519 para ser aditado como parágrafo do art. 27 do Substitutivo II.

Aqui está emenda aditiva:

"Art. A Constituição Estadual disporá sobre a iniciativa popular de projetos de lei ou de propostas de emenda à Constituição e sobre o referendo às leis no Estado e no Município."

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Concedo a palavra ao Constituinte Pimenta da Veiga, para encaminhar.

**O SR. CONSTITUINTE (Pimenta da Veiga):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, trata-se de emenda do Deputado Antonio Perosa, que dispõe sobre a obrigatoriedade das Constituintes estaduais estipularem uma forma, mediante a qual projetos de lei ou propostas de emenda à Constituição possam ser apresentadas por iniciativa popular. Sabemos que a tendência dos legislativos modernos é, sem perderem a função principal de legislar, permitirem também que, no curso da legislatura, a população possa apresentar iniciativas que serão, enfim, decididas pela própria Assembléia Legislativa. Além disto, a emenda propõe também que essa mesma faculdade seja estendida aos municípios.

É uma medida altamente democratizante, que não prejudica em nada o trabalho legislativo mas, ao contrário, só vem complementá-lo.

Não pode a população de um Município ou de um Estado ficar impedida de ver apreciada uma iniciativa sua por uma deliberação elitista das assembleias. Por isto, defendemos que esta emenda seja aprovada, para que a participação popular se dê de forma cada vez mais aperfeiçoada.

Queremos lembrar que dispositivo semelhante existe no texto, em relação ao Congresso Nacional. Seria, portanto, apenas estender aos Municípios e Estados o que já está previsto para o Congresso Nacional.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Para encaminhar contrariamente à emenda, tem a palavra o Constituinte Marcondes Gadelha.

**O SR. CONSTITUINTE MARCONDES GADELHA:** – Sr. Presidente, esta proposta é uma forma de abdicação de um princípio ou de um sistema que nós já adotamos por definição, que é o da democracia representativa, da democracia indireta. No momento em que nos organizamos em Assembléia Nacional Constituinte; no momento em que criamos corpos deliberativos de natureza representativa, assumimos clara e definitivamente o princípio

da validade da delegação; da outorga, por parte da população a representantes legitimamente eleitos.

Ora, o Sr. Presidente, adotar esse princípio seria regredir a formas primárias e mal organizadas de elaboração do Estado e de constituição dos poderes; seria o retorno a formas desviadas e aberrantes de democracia direta que, além do mais, além de se conflitar com esse princípio moderno, que já adotamos, na prática, é de uma exequibilidade extremamente penosa.

Sr. Presidente, abrimos um precedente perigoso simplesmente para dar vazão a um populismo ou, simplesmente, para dar vazão a uma idéia que vamos ter a honestidade, a franqueza, de colocar com adjetivo claro e definitivo: demagógica! Esse princípio não pode prevalecer e não há de se usar a idéia de que estaríamos adotando uma atitude de natureza isonômica, porque, mais adiante, vai-se deferir ao Legislativo Federal esta competência diminuída ou substituída pela participação direta do povo. Não estamos obrigados a aprovar, também em nível federal, emendas dessa natureza.

Sr. Presidente, temos que assumir claramente o sistema para o qual fomos investidos; sistema de democracia indireta, representativa, pelo qual os representantes do povo têm plenos poderes, capacidade, competência e autoridade para legislar em seu nome.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Passaremos à votação. Peço aos Srs. Constituintes que tomem os seus lugares.

Esclareço à Casa que temos apenas mais uma emenda, um destaque a ser votado para terminarmos o Capítulo, e que, portanto, vamos terminá-lo.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Ademir Andrade, Almir Gabriel, Antônio Britto, Artur da Távola, Carlos Mosconi, Cid Carvalho, Egídio Ferreira Lima, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Lyra, Haroldo Sabóia, João Calmon, João Herrmann Neto, José Paulo Bisol, José Richa, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nelton Friedrich, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Sigmaringa Seixas, José Tavares, Antonio Mariz, Israel Pinheiro, Vilson Souza, Vicente Bogo, Octávio Elísio, Euclides Scalco, Alcení Guerra, Sandra Cavalcanti, Valmir Campelo, Bonifácio de Andrada, Floriceno Paixão, José Maurício, Vivaldo Barbosa, Francisco Rossi, Joaquim Bevilacqua, Plínio Arruda Sampaio, Siqueira Campos, Haroldo Lima e Roberto Freire. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Alfredo Campos, Aluizio Campos, Bernardo Cabral, Carlos Sant'Anna, Fernando Bezerra Coelho, José Fogaça, Manoel Moreira, Raimundo Bezerra, Rodrigues Palma, Virgildásio de Senna, Wilson Martins, Arnaldo Prieto, Carlos Chiarelli, Edme Tavares, Eraldo Tinoco, Inocêncio Oliveira, José Lins, José Lourenço, Luís Eduardo, Marcondes Gadelha, Osvaldo Coelho, Enoc Vieira, Paes Landim, Hugo Napoleão, Gilson Machado, Antônio Carlos Konder Reis, Gerson Peres e Adylson Motta. **ABSTENÇÃO** do Senhor Constituinte Adolfo Oliveira.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 41 Constituintes; votaram NÃO 28 Constituintes; absteve-se de votar 1 Constituinte. Total: 90 votos. O Destaque foi **prejudicado** por falta de **quorum** qualificado.

**Destaque nº 004808-87: –, do Sr. Fernando Gasparian, "que adita ao Título III, Capítulo III do Substitutivo nº 2, o art. 37, inciso V do Substitutivo nº 1 excetuando-se a expressão "ou mediante concessão". (237ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Passamos, agora, ao último destaque. É o 4808 de autoria

do Constituinte Fernando Gasparian, que pede para restabelecer o texto do art. 37, inciso 5º, do Cabral I.

É o seguinte:

"Explorar diretamente os serviços públicos locais de gás combustível canalizado."

Ou seja, o Constituinte Fernando Gasparian pede um destaque para que os municípios, ressalvada a expressão "mediante concessão", possam explorar diretamente os serviços públicos de gás combustível canalizado.

Com a palavra o Constituinte Fernando Gasparian.

**O SR. CONSTITUINTE FERNANDO GASPARIAN: –** Sr. Presidente, Srs. Constituintes, no Substitutivo Cabral I estava garantida aos Estados e não à União a distribuição do gás natural canalizado. Ocorre que no Substitutivo II esse direito dos Estados foi eliminado. Então estou propondo que se aprove esse destaque e se retire do Substitutivo I esse direito dos Estados de distribuir o gás natural. E esta é uma aspiração das companhias estaduais de São Paulo, e do Rio de Janeiro. Conversei com as diversas Lideranças do PDT, Constituintes do PFL, enfim, Constituintes de diversas bancadas e todos estão de acordo que isso favorecerá mais ao consumidor, uma vez que essas companhias exercerão o monopólio estatal do petróleo, não através da União, mas através dos Estados. Esse é o espírito da proposição que eu esperaria que os Srs. Constituintes viessem a aprovar. A CEMIG, por exemplo, no Estado de Minas Gerais, onde ainda não existe essa distribuição, pediu a todos os Constituintes de Minas Gerais que votassem a favor de que a distribuição fosse exercida pelos Estados e não pela União.

Este, então, Sr. Presidente, é o meu destaque. Inclusive conversei com o Sr. Relator e apresentei este destaque com a sua concordância e com a concordância do Líder do nosso Partido. Muito obrigado. **(Muito bem. Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Falará o Constituinte Gerson Peres.

S. Ex.<sup>a</sup> declinou de sua fala.

Dou a palavra ao Relator Bernardo Cabral.

Temos um a favor e um contra, V. Ex.<sup>a</sup> é contra? Então o Constituinte Bernardo Cabral falará por todos nós.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes: o eminente Constituinte Fernando Gasparian repara um lapso que ocorreu no segundo Substitutivo e que estava previsto no texto do primeiro. De modo que o Relator, Sr. Presidente, opina favoravelmente ao acolhimento da emenda. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Passamos, portanto, à votação.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ MAURÍCIO: –** Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Pois não.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ MAURÍCIO: –** Apenas para esclarecer: do texto resgatado, ou seja, do Cabral nº 1, elimina-se a expressão "ou mediante concessão". Correto?

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Corretíssimo, nobre Constituinte. Não sei se é correto o conteúdo, mas a forma é.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ MAURÍCIO: –** Correta é a nossa vontade, sem concessão.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Em votação.

Aqueles que estiverem de acordo com o Destaque Fernando Gasparian dirão SIM, os que não estiverem de acordo dirão NÃO. **(Pausa)**

**(Procede-se à votação)**

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Ademir Andrade, Alfredo Campos, Almir Gabriel, Aluizio Campos, Antônio Britto, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Carlos Mosconi, Cid Carvalho, Egídio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Gasparian, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Lyra, Haroldo Sabóia, João Calmon, João Herrmann Netto, José Fogaça, José Paulo Bisol, José Richa, Manoel Moreira, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nelton Friedrich, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Raimundo Bezerra, Rodrigues Palma, Sigmaringa Seixas, Virgildásio de Senna, Wilson Martins José Tavares, Antonio Mariz, Israel Pinheiro, Vilson Souza, Vicente Bogo, Octávio Elísio, Euclides Scalco, Alceni Guerra, Edme Tavares, José Lourenço, Marcondes Gadelha, Osvaldo Coelho, Sandra Cavalcanti, Enoc Vieira, Paes Landim, Valmir Campelo, Gilson Machado, Antônio Carlos; Konder Reis, Adylson Motta, Floriceno Paixão, José Maurício, Vivaldo Barbosa, Francisco Rossi, Joaquim Bevilacqua, Plínio Arruda Sampaio, Haroldo Lima e Roberto Freire. Votaram **NÃO** os Senhores Constituintes: Carlos Sant'Anna, Nilson Gibson, Arnaldo Prieto, Inocêncio Oliveira, José Lins, Luís Eduardo, Hugo Napoleão, Gerson Peres, Bonifácio de Andrada e Siqueira Campos. **ABSTENÇÃO** dos Senhores Constituintes Eraldo Tinoco e Adolfo Oliveira.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 59 Constituintes; votaram NÃO 10 Constituintes; abstiveram-se de votar 2 Constituintes. Total: 71 votos. O Destaque foi **aprovado**.

Em votação o Destaque nº 5728, requerido pelo Constituinte Hélio Rosas. **(Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup> não está presente.

Fica prejudicado o destaque.

Está terminada a votação do Capítulo III.

**IV – SUSPENSÃO DA REUNIÃO**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – A Presidência vai suspender os trabalhos, convocando os Senhores Constituintes para a continuação da presente reunião, segunda-feira, 26-10-87 às 14:30 horas.

Está suspensa a reunião.

**(Levanta-se a reunião às 13 horas e 15 minutos)**

**EM 26 DE OUTUBRO DE 1987**

Presidência dos Srs.: **Jarbas Passarinho**, Terceiro-Vice Presidente; **Brandão Monteiro**, Segundo-Vice-Presidente **Aluizio Campos**, Primeiro-Vice-Presidente; **Fernando Henrique Cardoso**, Quarto-Vice-Presidente.

**I – REABERTURA DA REUNIÃO**

**SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Havendo número regimental, declaro reaberta a reunião.

**II – EXPEDIENTE**

**Ofício do Sr. Líder em exercício do PMDB:**

Of. n.º 228/87

Brasília, 26 de outubro de 1987

Excelentíssimo Senhor

Deputado Ulysses Guimarães

DD. Presidente da Assembléia Nacional Constituinte

Câmara dos Deputados

Exmº Sr. Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que a partir desta data reassume na condição de titular na Comissão de Sistema-

tização o Deputado Ibsen Pinheiro, pois cessaram as causas de seu afastamento.

Sem outro particular, reitero a Vossa Excelência votos de cordial apreço e consideração.

Atenciosamente: – Deputado **Euclides Scalco**, Líder em exercício do PMDB na Assembléia Nacional Constituinte.

**Ofício do Sr. Primeiro-Vice-Líder, no exercício da Liderança do PFL:**

Ofício nº 277/87

Brasília, 26 de outubro de 1987.

A Sua Excelência o Senhor

Deputado Ulysses Guimarães

DD. Presidente da Assembléia Nacional Constituinte

Senhor Presidente:

Comunico a Vossa Excelência, para os devidos fins, que o Deputado Simão Sessim volta a integrar a Comissão de Sistematização, na condição de suplente, a partir desta data.

Em consequência, fica dispensado o Deputado Furtado Leite de membro suplente da referida Comissão.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência os protestos do meu elevado apreço. – Deputado **Inocêncio Oliveira**, Primeiro-Vice-Líder no exercício da Liderança do PFL.

**Ofícios do Sr. Líder do PDT:**

Ofício n.º 173-87

Brasília, 26 de outubro de 1987.

A Sua Excelência o Senhor

Constituinte Ulysses Guimarães

DD. Presidente da Assembléia Nacional Constituinte Nesta

Senhor Presidente:

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência o Constituinte Vivaldo Barbosa para substituir o Constituinte José Maurício, como membro efetivo da Comissão de Sistematização, no dia 26-10-87.

Informo, outrossim, que a partir de 27-10-87 o Constituinte José Maurício reassumirá suas funções na referida Comissão.

No ensejo, renovo a Vossa Excelência protestos de consideração e apreço.: – Constituinte **Brandão Monteiro**, Líder do PDT.

Ofício n.º 174-87

Brasília, 26 de outubro de 1987.

A Sua Excelência o Senhor

Constituinte Ulysses Guimarães

DD. Presidente da Assembléia Nacional Constituinte Nesta

Senhor Presidente:

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência o Constituinte Adroaldo Streck para substituir o Constituinte Bocayuva Cunha, como membro suplente da Comissão de Sistematização, no dia 26-10-87.

Informo, outrossim, que a partir de 27-10-87 o Constituinte Bocayuva Cunha reassumirá suas funções na referida Comissão.

No ensejo, renovo a Vossa Excelência protestos de consideração e apreço. – Constituinte **Brandão Monteiro**, Líder do PDT.

**Requerimento do Sr. Nelson Carneiro:**

Senhor Presidente:

Em face do disposto no art. 22 do Regimento Interno, e com propósito de colaborar para o mais rápido anda-

mento dos trabalhos desta Comissão, requeiro a V. Ex.<sup>a</sup> que, na primeira reunião da Mesa deste órgão juntamente com as Lideranças, seja aprovada decisão normativa a ser observada em todos os casos:

1º) Sempre dentro do mesmo Título, e desde que se trate de "modificações correlatas", podem ser votados conjuntamente, como um só destaque, destaques relativos a várias emendas, mediante requerimento assinado por todos os autores dos referidos destaques:

a) que integrem toda uma Seção do mesmo Capítulo do mesmo Título;

b) que integrem duas ou mais Seções do mesmo Capítulo do mesmo Título;

c) que integrem duas ou mais Seções de dois ou mais Capítulos do mesmo Título.

2º) Em caso negativo, se pode ser aceito e votado um destaque de emenda, sempre dentro do mesmo Título, e desde que se trate de "modificações correlatas", e haja requerimento do autor do destaque:

a) de toda uma Seção de um Capítulo do mesmo Título;

b) de duas ou mais Seções do mesmo Capítulo do mesmo Título;

c) de duas ou mais Seções de dois ou mais Capítulos do mesmo Título.

3º) Em qualquer caso, a aprovação compactada dos textos não impedirá a votação de destaques que com eles não colidam, mas o completem, qualquer que seja a classificação feita pela Secretaria.

Sala da Comissão de Sistematização, 26 de outubro de 1987. – Senador **Nelson Carneiro**.

### III – ORDEM DO DIA

#### VOTAÇÃO DO PROJETO DE CONSTITUIÇÃO

##### TÍTULO VII (continuação)

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Passamos à votação do art. 32.

Em votação o Destaque n.º 5430, requerido pelo Constituinte José Egreja. **(Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup> não está presente. Fica prejudicado o destaque.

Em votação o Destaque n.º 7199, requerido pelo Constituinte José Richa. **(Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup> não está presente. Fica prejudicado o destaque.

O Sr. **Jarbas Passarinho**, Terceiro-Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. **Brandão Monteiro**, Segundo-Vice-Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Iniciamos a votação do art. 32, **caput**.

Votação do Destaque n.º 4811, requerido pela Constituinte Raquel Cândido, referente ao texto do Capítulo IV, art. 32. É uma emenda supressiva. **(Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup> não está presente. Fica prejudicado o destaque.

**Destaque n.º 6506-87, do Sr. Aluizio Campos, “que suprime a expressão” “votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará” do art. 32, caput, do Substitutivo n.º 2”. (238.ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Em votação o Destaque n.º 6506, requerido pelo Constituinte Aluizio Campos, referente ao texto do art. 32, **caput**. É uma emenda supressiva.

Com a palavra o Constituinte Aluizio Campos.

**O SR. CONSTITUINTE ALUÍZIO CAMPOS:** – Sr. Presidente, Srs. membros da Comissão de Sistematização, o texto do **caput** do art. 32 determina:

“O município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com interstício mínimo de dez dias e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos na Constituição e na Constituição do respectivo Estado.”

E estabelece os requisitos que devem ser observados pela Constituição ou pela lei orgânica.

A minha emenda destina-se a suprimir a parte que incumbe ao Município organizar-se em lei orgânica municipal. A redação do texto ficaria assim:

“O município reger-se-á por lei orgânica, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição e na Constituição do respectivo Estado, observados os seguintes requisitos:”

Deixaremos que as Constituições estaduais disciplinem a matéria referente à organização dos seus municípios. A autonomia municipal será preservada através da autonomia dos Estados, que devem, nas suas respectivas Constituições, estabelecer as diretrizes e os requisitos das leis de organização municipal, como sempre aconteceu na história constitucional do País.

Antigamente, as duas leis principais votadas pelos Estados, que eram a Lei de Organização Municipal e a Lei de Organização Judiciária, só podiam ser revistas de cinco em cinco anos. Atualmente as condições mudaram. Naturalmente essa restrição não foi estabelecida na Constituição Federal nem deverá ser nas Constituições dos Estados, mas é de boa prudência retirarmos esse detalhe contido no **caput** do art. 132, a fim de que fique estabelecido, de forma mais enxuta, o seguinte texto:

“O município reger-se-á pela lei orgânica, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição e na Constituição do respectivo Estado, observados os seguintes requisitos:”

Aí são mantidos os requisitos que o art. 32 estipula no texto do projeto. É de toda conveniência fazermos essa supressão, para que cada município não tenha, eventualmente, uma lei orgânica muito diferente da dos outros municípios, criando uma confusão institucional a respeito do problema da autonomia municipal.

São estas, Sr. Presidente, fundamentalmente, as razões que me conduzem, com experiência do passado, a sugerir aos nobres membros da Comissão que suprimam essas expressões contidas entre a palavra “orgânica” e a palavra “promulgará”, de maneira que cada município terá a lei orgânica que for estabelecida, segundo as diretrizes previstas na Constituição Estadual.

Era isto que queria fundamentar, Sr. Presidente.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Ouço V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Sr. Presidente, pelo que acabamos de ver a emenda do Constituinte Aluizio Campos não é supressiva. Na realidade, é uma emenda substitutiva ou modificativa. Assim, ela passaria a ser votada no fim da lista, conforme V. Ex.<sup>a</sup> está vendo. Neste caso, teríamos, pelo menos, necessidade de conhecer o texto proposto.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Constituinte José Lins, a emenda do Constituinte Aluizio Campos é supressiva parcial porque suprime a parte contida

entre as palavras "orgânica" e "atendidos", de modo que o **caput** subsiste com a seguinte redação:

"O município reger-se-á por lei orgânica, atendido os princípios estabelecidos nesta Constituição e na Constituição do respectivo Estado, observados os seguintes requisitos:"

Tem a palavra o Constituinte Aloysio Chaves, para contraditar.

**O SR. CONSTITUINTE ALOYSIO CHAVES:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a emenda supressiva do ilustre Constituinte Aluizio Campos atinge praticamente o cerne desta questão, que é a autonomia municipal, que constitui o anseio, o reclamo de todos os segmentos da sociedade brasileira e fundamental nesta reformulação da Federação que procuramos realizar através dessa nova Constituição.

Sabemos que a Constituição do Império consagrou o município, a organização municipal com base nos conselhos portugueses, mas o Ato Adicional de 1934 tirou praticamente essa autonomia, cassou essa autonomia.

Com a proclamação da República, o seu programa era a descentralização. Falou-se em autonomia municipal nos assuntos de seu peculiar interesse, mas essa autonomia nunca chegou a ser definida, porque ela tem dois aspectos – um, no que concerne à organização própria do município, o município poder organizar-se, poder estruturar-se; o outro é a autonomia financeira, que é a interface desse problema. Não há autonomia político-administrativa sem a autonomia financeira e não há autonomia como Governo próprio do município, sem que ele possa determinar-se, organizar-se, estruturar-se, estabelecer a sua lei fundamental.

A Subcomissão da qual fui Relator recolheu subsídios de todo o País, de todas as organizações municipais, de vários segmentos da sociedade brasileira, em oito audiências, nas quais ouvimos 32 organizações e todas, sem exceção, insistiram nesse ponto. Algumas se inclinaram pela constituição no município; outras, pela lei fundamental. Afinal, ficou a expressão consagrada de "lei orgânica". Ainda, nesse particular, a Subcomissão não inovou nessa matéria. Ela apenas efetiva uma tendência já consolidada em alguns Estados da Federação brasileira.

Peço a atenção dos nobres Colegas para esse detalhe, que é importante ressaltar. É interessante notar que um projeto, ao consagrar, justamente, este princípio, adotou, de acordo com um grande número de propostas de Constituintes e de entidades voltadas ao estudo de problemas municipais, para todos os municípios brasileiros, o regime das Cartas próprias que, desde a sua primeira Constituição, vem sendo consagrado no Estado do Rio Grande do Sul e atualmente já foi incorporado ao Direito Constitucional de outros Estados, como, por exemplo, nos Estados da Bahia, do Paraná, para vários municípios e das capitais.

Em conseqüência, o projeto repudiou o regime das leis orgânicas, votadas pelos Estados para os municípios, o qual não é mais compatível com o Estado Federativo que estamos estruturando. Este ponto é fundamental, nuclear de toda esta questão. A autonomia para poder organizar-se, estruturar-se, elaborando a sua lei orgânica, a sua lei própria, a sua lei fundamental e completada a seguir com a autonomia financeira, sem a qual a autonomia político-administrativa é aquele ornato retórico, de que falava Pontes de Miranda, que anda no vácuo.

É preciso, portanto, insistir neste ponto, nesta proposição. Espero que a douta Comissão de Sistematização mantenha a proposta do Relator.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Não há oradores inscritos.

Passemos ao processo de tomada de votos. **(Pausa)**  
O Sr. Constituinte Adolfo Oliveira dará o parecer pela Relatoria.

**O SR. RELATOR (Adolfo Oliveira):** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, o eminente Relator-Geral pede-me esclareça que o texto do **caput** do art. 32 consulta, à perfeição, o interesse dos municípios de todo o Brasil; dá ênfase, dá importância a essa lei orgânica que os municípios irão votar em todo o território nacional e, ao mesmo tempo, já deixa lançadas as bases da elaboração desse diploma.

Não vê, portanto, a Relatoria nenhuma vantagem na alteração ou supressão parcial do texto do art. 32, razão por que, muito a contragosto, opina contrariamente à emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – O Constituinte Aluizio Campos não retira a emenda.

**O SR. CONSTITUINTE ALDO ARANTES:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Tem a palavra V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. CONSTITUINTE ALDO ARANTES:** – Outros Presidentes têm feito a consulta simbólica e isto tem ajudado o Constituinte a decidir se mantém ou não o texto. Sugiro a V. Ex.<sup>a</sup> faça essa consulta simbólica.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Constituinte Aldo Arantes, já perguntei ao Constituinte Aluizio Campos e S. Ex.<sup>a</sup> informou que, qualquer que seja o resultado, manterá a sua emenda.

**O SR. CONSTITUINTE ALUÍZIO CAMPOS:** – Sr. Presidente, para um esclarecimento. **(Assentimento da Presidência)** A matéria é muito importante, porque isto importa em que cada município no Brasil tenha a sua lei orgânica diferente, visto que as Constituições Estaduais têm como objetivo disciplinar as leis orgânicas.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Não há necessidade de esclarecimento. V. Ex.<sup>a</sup> já encaminhou a sua emenda.

Em votação.

**(Procede-se à votação)**

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Aluizio Campos, Carlos Sant'Anna, Nilson Gibson, José Costa, Christóvam Chiaradia, Eraldo Tinoco, José Santana de Vasconcellos, Paulo Pimentel, Paes Landim, Gerson Peres, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia e Virgílio Távora. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Alfredo Campos, Antônio Britto, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Carlos Mosconi, Celso Dourado, Cid Carvalho, Egídio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Gasparian, Fernando Henrique Cardoso, Haroldo Sabóia, João Calmon, João Herrmann Neto, José Richa, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nelton Friedrich, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Raimundo Bezerra, Rodrigues Palma, Sigmaringa Seixas, Virgildásio de Senna, Wilson Martins, João Natal, Antonio Mariz, Manuel Viana, Israel Pinheiro, Nelson Wedekin, Vilson Souza, Daso Coimbra, Vicente Bogo, Jorge Hage, Octávio Elísio, Ziza Valadares, Euclides Scalco, Chagas Rodrigues, Alceni Guerra, Aloysio Chaves, Arnaldo Prieto, Edme Tavares, Inocêncio Oliveira, José Jorge, José Lins, José Thomaz Nonô, Luís Eduardo, Marcondes Gadelha, Mário Assad, Oscar Corrêa, Sandra Cavalcanti, Enoc Vieira, Simão Sessim, Valmir Campeio, João Menezes, Mozarildo Cavalcanti, Jofran Frejat, Antônio Carlos Konder Reis, Adylson Motta, Brandão Monteiro, Lysâneas Maciel, Vivaldo Barbosa, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Plínio Arruda Sampaio, José Genoíno, Adolfo Oliveira, Siqueira Campos, Haroldo Lima, Roberto Freire, Jamil Haddad e Antonio Farias.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 13 Constituintes; votaram NÃO 76 Constituintes. Total: 89 votos. O Destaque foi **rejeitado**.

Em consequência, os Destaques nº 3607, do Constituinte Tito Costa; nº 6815, do Constituinte Alfredo Campos; e nº 8241, do Constituinte Alysson Paulinelli, estão prejudicados.

**O SR. CONSTITUINTE TITO COSTA:** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Tem a palavra o Constituinte Tito Costa, pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE TITO COSTA:** – Apenas para um esclarecimento: a minha emenda é substitutiva, mas verifiquemos, pela votação, que o espírito que prevalece nesta Casa é o de manter-se esse absurdo, de cada município fazer a sua própria lei orgânica.

Então, tendo sido prejudicada a minha emenda, em razão da votação agora terminada, por esmagadora maioria, que prevaleça o que esta Comissão acaba de decidir.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Muito obrigado a V. Ex.<sup>a</sup>.

Em votação o Destaque nº 4596, do Constituinte Victor Faccioni, referente à Emenda nº 34509.

Está presente o Constituinte Victor Faccioni? **(Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup> está ausente.

Prejudicado o destaque.

**Destaque nº 4989-87– Emenda nº ES-22553-7, do Sr. Jamil Haddad, "que modifica o art. 41 caput do Substitutivo nº 1 (art. 32 caput do Substitutivo nº 2)". (239ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Em votação o Destaque nº 4989, requerido pelo Constituinte Jamil Haddad, referente à Emenda nº 22553. É uma emenda modificativa, cujo texto é o seguinte:

"Substitua-se no **caput** do art. 41 a expressão "por dois terços" pela expressão "pela maioria absoluta."

Com a palavra o Constituinte Jamil Haddad.

**O SR. CONSTITUINTE JAMIL HADDAD:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, na minha emenda proponho modificar a expressão "por dois terços" pela expressão "pela maioria absoluta".

Com a devida vênia, não há lógica exigir-se dois terços para aprovação da lei orgânica municipal. Basta lembrar que não existe tal exigência para aprovação da Constituição Federal e das Constituições Estaduais, que são textos hierarquicamente superiores.

Por outro lado, na prática, a exigência do Projeto poderá levar o município a ficar sem sua lei orgânica, pela dificuldade de ter os 2/3 para aprová-la. A tradição é a maioria absoluta.

Faço um apelo aos nobres Constituintes, no sentido de que acolham esta emenda, já que a mesma não se conflita, em absoluto, com o desejo do Sr. Relator. Na prática, vemos que a Constituição Federal e as Constituições Estaduais necessitam apenas da maioria absoluta para sua aprovação. Por que exigir-se, para aprovação da lei orgânica dos municípios um **quorum** diferenciado de 2/3?

Faço um apelo aos Srs. Constituintes no sentido de que facilitem, para que seja aprovada a lei orgânica dos municípios, pois, a ser mantido o texto atual de 2/3, alguns municípios estarão, talvez, impossibilitados de ter a sua lei orgânica.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Concedo a palavra ao Constituinte Aloysio Chaves, para encaminhar contra.

**O SR. CONSTITUINTE ALOYSIO CHAVES:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, esta matéria, objeto da emenda modificativa do nobre Constituinte Jamil Haddad, foi também muito debatida na Subcomissão e, posteriormente, na Comissão Temática da Organização do Estado. Ponderamos vários argumentos apresentados, algumas propostas sugeridas por ilustres Companheiros nossos, mas a Subcomissão e a Comissão, ambas, afinal, estabeleceram esse **quorum** qualificado de dois terços. Se a lei orgânica, a lei fundamental do município é uma lei de extraordinária importância, tanto que o nobre Constituinte Aluizio Campos queria até retirar do município essa faculdade, cassando-lhe praticamente essa autonomia, essa lei não pode ficar ao sabor de uma maioria eventual de uma Câmara Municipal. Digamos, para exemplificar, que, em uma Câmara Municipal de nove vereadores, cinco, que constituem a maioria absoluta, podem fazer a lei orgânica, dependendo dos acertos ocasionais entre partidos ou com o próprio prefeito municipal. Quer dizer, não podíamos deixar isso a descoberto, sujeito a essas alterações, a essas flutuações que poderão pôr em risco a lei orgânica que vai ser estruturada pelo município.

De outro lado, o **quorum** qualificado não constitui nenhuma novidade.

No imposto intermunicipal, nas tarifas, nas alíquotas para o imposto interestadual, o projeto estabelece que é o Senado que fixa, por dois terços, que é o **quorum** qualificado. Como é que com a lei orgânica para o município, quando ela é muito mais decisiva, muito mais importante, fundamental para a estruturação da Federação, vamos entregar esta decisão a uma maioria eventual.

Por isto, a Comissão, **data venia**, deveria manter o **quorum** qualificado de dois terços para a aprovação da lei, em dois turnos, também como se estabeleceu para a própria Constituição Federal, como, conseqüentemente, será estabelecido para as Constituições dos Estados.

Por isto, sou contra a emenda e pela manutenção do dispositivo do Substitutivo Cabral. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Não há oradores inscritos.

A Mesa indaga se a Relatoria deseja manifestar-se.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – A Relatoria opina pela manutenção do texto, Sr. Presidente, e é contra a emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – A Relatoria é contra a emenda e pela manutenção do texto.

Pergunto ao nobre Constituinte Jamil Haddad se S. Ex.<sup>a</sup> e mantém a emenda.

**O SR. CONSTITUINTE JAMIL HADDAD:**– Sr. Presidente, eu a mantenho.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – O Sr. Constituinte Jamil Haddad mantém a emenda.

Passa-se à votação.

#### **(Procede-se à votação)**

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Ademir Andrade, Carlos Mosconi, Haroldo Sabóia, Nilson Gibson, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Sigmaringa Seixas, Antonio Mariz, José Costa, Vicente Bogo, Jorge Hage, Octávio Elísio, Eraldo Tinoco, Inocêncio Oliveira, José Lins, Jonas Pinheiro, Simão Sessim, Jofram Frejat, Gerson Peres, Jarbas Passarinho, Adylson Motta, Plínio Arruda Sampaio, José Genoíno e Jamil Haddad. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Aluizio Campos, Antônio Britto, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Celso Dourado, Cid Carvalho, Egídio Ferreira Lima, Fernando Bezer-

ra Coelho, Fernando Gasparian, João Calmon, João Herrmann Neto, José Freire, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Pimenta da Veiga, Raimundo Bezerra, Rodrigues Palma, Virgildásio de Senna, Wilson Martins, João Natal, Manuel Viana, Israel Pinheiro, Délio Braz, Daso Coimbra, Ziza Valadares, Chagas Rodrigues, Alcení Guerra, Aloysio Chaves, Arnaldo Prieto, Christovam Chiaradia, José Jorge, José Santana de Vasconcellos, José Thomaz Nonô, Luís Eduardo, Mário Assad, Oscar Corrêa, Paulo Pimentel, Sandra Cavalcanti, Enoc Vieira, Paes Landim, Valmir Campelo, Gilson Machado, Mozarildo Cavalcanti, Antônio Carlos Konder Reis, José Luiz Maia, Virgílio Távora, Lysâneas Maciel, Vivaldo Barbosa, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Adolfo Oliveira, Siqueira Campos, Haroldo Lima, Roberto Freire e Antonio Farias. **ABSTENÇÃO** do Senhor Constituinte Brandão Monteiro.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 24 Constituintes; votaram NÃO 56 Constituintes; absteve-se de votar 01 Constituinte. Total: 81 votos. O Destaque foi **rejeitado**.

Passa-se à votação do inciso I, do art. 32.

Em votação o Destaque nº 4460, requerido pelo Constituinte José Egreja, referente à Emenda nº 29275. É uma emenda substitutiva.

O Constituinte José Egreja está ausente.

Prejudicado o Destaque.

Em votação o Destaque nº 7248, requerido pelo Constituinte Mendes Botelho, referente à Emenda nº 24384.

Constituinte Mendes Botelho está ausente.

Prejudicado o Destaque.

Em votação o Destaque nº 7407, requerido pela Constituinte Rita Camata, referente à Emenda nº 24281. **(Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup> está ausente.

Prejudicado o Destaque.

Passa-se à votação do inciso II do art. 32.

Sobre a mesa, requerimento de preferência do Constituinte Haroldo Lima, nos seguintes termos:

"Requeiro, nos termos regimentais, o pedido de preferência para a votação do Destaque nº 000844-87." **(Pausa)**

O Constituinte Haroldo Lima desiste da preferência.

Em votação o Destaque nº 612, requerido pelo Constituinte Brandão Monteiro, referente à Emenda nº 32396.

Retiro a emenda, por não haver consenso na minha Bancada, pois já está sendo atendida no texto do ilustre Relator que consagra a inviolabilidade para os Vereadores.

O Constituinte Haroldo Lima retirou somente a preferência, não o destaque. **(Pausa)**

**O SR. CONSTITUINTE HAROLDO LIMA:** – Também o destaque.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Também o destaque.

Em votação o Destaque nº 3079, requerido pelo Constituinte Ézio Ferreira, referente à Emenda nº 22159, substitutiva. **(Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup> está ausente.

Fica prejudicado o destaque.

Em votação o Destaque nº 3568, requerido pelo Constituinte Inocêncio Oliveira.

Constituinte Inocêncio Oliveira retirou o seu destaque.

Em votação o Destaque nº 3688, requerido pelo Constituinte Arnaldo Faria de Sá. **(Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup> está ausente.

Fica prejudicado o destaque.

Em votação o Destaque nº 4587, requerido pelo Constituinte Lavoisier Maia, referente à Emenda nº 30433. **(Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup> está ausente.

Fica prejudicado o destaque.

Em votação o Destaque nº 7247, requerido pelo Constituinte Mendes Botelho. **(Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup> está ausente.

Fica prejudicado o destaque.

Em votação o Destaque nº 7425, requerido pelo Constituinte Jorge Ueque. **(Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup> não está presente. Fica prejudicado o destaque.

Em votação o Destaque nº 8217, requerido pelo Constituinte Arnaldo Martins. **(Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup> não está presente. Fica prejudicado o destaque. Passa-se ao inciso III.

Em votação o Destaque nº 7102, requerido pelo Constituinte Álvaro Valle. **(Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup> não está presente.

Fica prejudicado o destaque.

Em votação o art. 32, substitutivo de inciso.

Em votação o destaque.

Houve uma modificação na emenda, agora para o que é real, aditivo de inciso do Constituinte Vasco Alves.

S. Ex.<sup>a</sup> está ausente, mas há indicação.

**Destaque nº 6697-87 – Emenda nº ES-30454-2, do Sr. Vasco Alves, "que modifica o art. 41 "caput" e incisos I, II, III, e adita §§ 1º e 2º ao art. 41, inciso V do Substitutivo nº 1 (art. 32 do Substitutivo nº 2)". (240ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Em votação o Destaque nº 6697, requerido pelo Constituinte Vasco Alves.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr. Presidente, para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Tem a palavra o Constituinte Gastone Righi, para uma questão de ordem.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr. Presidente, V.Ex.<sup>a</sup> tem sempre muita atenção quanto à matéria em votação. E se proceder, esta matéria, na verdade, é uma emenda substitutiva que deveria ter sido apreciada ao início da apreciação do artigo, porque, a esta altura, já apreciamos incisos desse artigo, já os mantivemos e parte da emenda está visivelmente prejudicada. Não podemos refazer votações anteriores.

Essa emenda devia ser um substitutivo inicial, e não depois de votados os incisos é que vou votar uma emenda substitutiva global como essa. **(Muito bem!)**

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Constituinte Gastone Righi, para responder à questão de ordem de V. Ex.<sup>a</sup>: ela é uma aditiva de inciso. Ele não se insurge



contra nada do que foi aprovado, só quer incluir exatamente o seguinte:

"A lei orgânica disporá sobre a iniciativa popular e o **referendum** às leis municipais."

Por isso, penso que a questão de ordem de V. Ex.<sup>a</sup>, embora como sempre dotada de argumentos fortes, entretanto não procede.

**O SR. CONSTITUINTE EGÍDIO FERREIRA LIMA:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Tem a palavra o Constituinte Egídio Ferreira Lima, para uma questão de ordem.

**O SR. CONSTITUINTE EGÍDIO FERREIRA LIMA:** – Sr. Presidente, queria que V. Ex.<sup>a</sup> advertisse as pessoas que se encontram em Plenário, e que não são Constituintes, para que não abordem na sua bancada o Constituinte. Acabo de ser incomodado pelo Presidente da Associação dos Vereadores Brasileiros, que, por duas vezes, queria a minha opinião a respeito da emenda de interesse da classe.

Acho normal que todos os setores da sociedade procurem os Constituintes, tenham diálogo com eles em seu gabinete e até nos corredores da Casa (**palmas**), mas não neste Plenário, e principalmente no momento em que se procede à votação.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Constituinte Egídio Ferreira Lima, a Mesa acolhe a questão de ordem de V. Ex.<sup>a</sup>, solicitando àqueles que, já por liberalidade da Comissão de Sistematização, estão **intramuros** do Plenário, que fiquem nos lugares a eles destinados, sob pena de a Mesa solicitar que a segurança os retire do Plenário. V. Ex.<sup>a</sup> tem razão, pois ficou destinado aos assessores e jornalistas a parte final do Plenário.

Solicitamos àqueles que não sejam Constituintes que, por favor, não busquem violar o Plenário ou incomodar os Srs. Constituintes.

Está indicado o Constituinte Paulo Ramos para fazer encaminhamento favorável à pretensão do Destaque nº 6697, do Constituinte Vasco Alves.

Tem a palavra o Constituinte Paulo Ramos.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, recebi do Constituinte Vasco Alves a incumbência de encaminhar favoravelmente a Emenda nº 30454. Pretende esta emenda simplesmente adicionar um inciso que propõe a iniciativa popular o **referendum** às leis municipais. Todos nós, inclusive nesta Casa, defendemos a participação da sociedade como forma de sustentação de todo o modelo democrático.

Há aqueles, inclusive, que rememoram a antiga Grécia da democracia direta; outros admitem que, com o avanço tecnológico, toda a sociedade poderá participar diretamente do processo decisório.

Sabemos que o município é a menor unidade da Federação, e a sociedade tem a oportunidade de estar atenta e de participar diretamente das decisões sobre os destinos do próprio município. Estamos elaborando uma Constituição que pretende não apenas ser para o presente, mas, acima de tudo, uma Constituição que, compreendendo o presente, seja destinada a um futuro democrático. Precisamos, então, dar aos municípios a oportunidade da iniciativa das leis e do **referendum** às leis municipais. Uma lei orgânica há de estar prevista no texto constitucional, para que os municípios participem diretamente da iniciativa das leis e da vida do município.

Todo o texto da Emenda nº 30454 foi cortado, ficando unicamente a expressão:

"Inciso adicional – Iniciativa popular e o **referendum** às leis municipais."

Estou convencido de que prevalece nesta Casa o espírito democrático e que todos os Constituintes pretendem avançar para uma democracia participativa.

Por esta razão, em nome do Constituinte Vasco Alves, peço o apoio de todos aqueles Constituintes que compreendem a importância da participação popular e a defendem. (**Palmas**)

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Tem a palavra o Constituinte Chagas Rodrigues, para o encaminhamento contrário.

**O SR. CONSTITUINTE CHAGAS RODRIGUES:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a emenda, a nosso ver, é desnecessária, porque o **caput** do art. 32 já estabelece que

"O município reger-se-á por lei orgânica votada em dois turnos, com interstício mínimo de dez dias, aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição e na Constituição do respectivo Estado."

Ora, o princípio do **referendum** já está estabelecido na Constituição. De modo que o constante dos itens I, II, III e IV, Sr. Presidente, é matéria que não poderia deixar de figurar aqui: eleição do prefeito, inviolabilidade, proibição, incompatibilidade e organização das funções legislativas.

Portanto, a lei orgânica, que deverá obedecer aos princípios que figuram na Constituição Federal, já poderá consagrar o **referendum**, independentemente de aprovação desta emenda.

Por outro lado, Sr. Presidente, a emenda não se limita a isso. A emenda estabelece:

"Lei orgânica disporá sobre iniciativa popular e o **referendum** às leis municipais."

No entanto, há mais, há ainda o seguinte:

"Os prefeitos e vereadores serão submetidos a julgamento perante o Tribunal de Justiça."

Ainda mais, o § 3º reza ser condição de elegibilidade de vereador: ser brasileiro, estar no exercício dos direitos políticos e ter idade mínima de 18 anos.

Dê modo que, Sr. Presidente, não se trata de adição de apenas um artigo. Ainda que fosse, esse acréscimo, a nosso ver, é desnecessário, porque é um dos princípios que figuram na Constituição Federal.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (**Palmas**)

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Não há mais oradores inscritos.

Passemos à votação, antes perguntando ao Sr. Relator se deseja opinar sobre a matéria. (**Pausa**)

S. Ex.<sup>a</sup> não pretende opinar.

A Presidência solicita aos Srs. Constituintes que tomem os seus lugares, para iniciarmos o processo de votação eletrônica. (**Pausa**)

#### (Procede-se à votação)

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – O painel registra 10 votos SIM e 29 votos NÃO.

Vamos proceder à chamada dos Srs. titulares, cujos votos não apareceram no painel.

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Antônio Britto, Carlos Mosconi, Haroldo Sabóia, Nelson Jobim, Nelton Friedrich, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Sigmaringa Seixas., João Natal, Antonio Mariz, José Costa, Nelson Wedekin, Vilson Souza, Vicente Bogo, Jorge Hage, Octávio Elísio, Brandão Monteiro, Lysâneas Maciel, Vivaldo Barbosa, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Plí-

nio Arruda Sampaio, José Genoíno, Haroldo Lima, Roberto Freire e Jamil Haddad. Voltaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Alfredo Campos, Aluizio Campos, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Celso, Fernando Gasparian, João Calmon, José Freire, Nelson Carneiro, Nilson Gibson, Raimundo Bezerra, Rodrigues Palma, Virgildário de Senna, Wilson Martins, Manuel Viana, Israel Pinheiro, Délio Braz, Daso Coimbra, Ziza Valadares, Chagas Rodrigues, Alcení Guerra, Aloysio Chaves, Arnaldo Prieto, Chiristóvam Chíaradia, Eraldo Tinoco, Inocêncio Oliveira, José Jorge, José Lins, José Lourenço, José Santana de Vasconcellos, José Thomaz Nonô, Luíz Eduardo, Marcondes Gadelha, Mário Assad, Oscar Corrêa, Paulo Pimentel, Sandra Cavalcanti, Enoc Vieira, José Tinoco, Paes Landim, Simão Sessim, Valmir Campelo, Gilson Machado, Mozarildo Cavalcanti, Antônio Carlos Konder Reis, Gerson Peres, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia, Virgílio Távora, Adylson Motta, Adolfo Oliveira, Siqueira Campos e Antonio Farias.

**O SR. PRESIDENTE (BRANDÃO MONTEIRO):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 29 Constituintes; votaram NÃO 55 Constituintes. Total : 84 votos. O destaque foi **rejeitado**.

A Votação do Destaque nº 8241, do Sr. Constituinte Alysso Paulinelli, fica prejudicada pela ausência de S. Ex.<sup>a</sup>.

Passamos à votação do art. 33.

Sobre a mesa requerimento de preferência, de autoria do Constituinte Haroldo Lima. Entretanto, não vou colocá-lo em votação, pois a emenda do nobre Constituinte Haroldo Lima é a primeira, porque é substitutiva.

**Destaque nº 0845.87 – Emenda nº ES-275801, dos Srs. Haroldo Lima e outros, "que modifica o art. 42 do Substitutivo nº 1 (art. 33 do Substitutivo nº 2)". (241ª votação)**

Em votação o Destaque nº 845, requerido pelo nobre Constituinte Haroldo Lima, referente à Emenda nº 27580. Ressalvada a expressão "de 61", até "habitantes", mantido o restante do texto do Substitutivo nº 2.

Tem a palavra o Constituinte Haroldo Lima.

**O SR. CONSTITUINTE HAROLDO LIMA:** – Sr Presidente, Srs. Constituintes, o texto do nobre Constituinte Bernardo Cabral resolve um problema que hoje existe na Constituição das Câmaras Municipais das Capitais, porque já amplia o número de membros dessas Câmaras para até 55 membros, nos casos de cidades que têm mais de 5 milhões de habitantes. Entretanto, no texto introduz uma situação que para as cidades como Salvador, Recife, Porto Alegre, Belo Horizonte Curitiba, cidades de mais de 1 milhão de habitantes, pela redação do texto essas cidades teriam diminuído o número de vereadores que possuem hoje, o que coloca uma situação estranha, porque, pela legislação atual, as Câmaras Municipais dessas cidades são regidas pelo art. 15, § 5º, da Constituição Federal, que diz:

"Art. 15.....

§ 5º Nos Municípios com mais de um milhão de habitantes, o número de vereadores será de trinta e três".

Significa que todas essas cidades como Salvador, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre, já têm hoje 33 vereadores em suas Câmaras Municipais. Pelo texto, essas cidades teriam que constituir as suas Câmaras de forma proporcional ao eleitorado do Município, "não podendo exceder a 21 membros os municípios até um milhões de habitantes", – não é o caso delas – a 33, nos municípios de até 5 milhões de habitantes, que dizer, as Capitais que têm de um a cinco milhões de habitantes terão proporcionalmente, no máximo, 33 membros nas suas Câmaras Municipais; ora, o máximo, neste caso, seria São Paulo e o Rio de Janeiro;

as que têm um ou dois milhões de habitantes, teriam que ter diminuído o seu número de vereadores, porque, proporcionalmente, não têm o número máximo. Mas elas já têm hoje 33, o que significa que todas essas Capitais que têm um, dois três milhões de habitantes, têm o número de vereadores reduzido.

Para resolver esse problema, o destaque que faço de minha emenda diz: "Respeitando a proporcionalidade com a população do município, o número de Vereadores será no mínimo 11" – hoje, o número é 9. Então, subiria um pouco o número de Vereadores dos municípios – no máximo de 33, nos municípios de até um milhão de habitantes; permanecendo a situação atual, e permanece a situação do texto. Entretanto, agora vem a mudança, "e no mínimo, de 35 e no máximo de 55, para as cidades que têm mais de um milhão de habitantes", o que significa que para as que têm mais de um milhão de habitantes não cairá o número de vereadores, permanecerá o atual e proporcionalmente sobe, podendo chegar, como prevê o texto, nas cidades como São Paulo, até 55 vereadores.

Por conseguinte, a minha emenda pretende substituir todo o texto do art. 33 até a expressão: "e a". A redação final ficaria a seguinte:

"Respeita a proporcionalidade com a população do município, o número de vereadores será de, no mínimo, 11 e, no máximo, 33, nos municípios até um milhão de habitantes e, no mínimo, 35, e, no máximo, de 55, nos demais casos."

Era esta a emenda que eu queria encaminhar à Mesa e gostaria, inclusive, de ouvir a opinião do nobre Relator.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Tem a palavra o Relator.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr Presidente, Srs. Constituintes, o eminente Constituinte Haroldo Lima, em conversa com a Relatoria, manifestou a sua inquietação de que municípios como Salvador, Belo Horizonte, Porto Alegre fosse prejudicados pela forma como ficou redigido o art. 33. Ouvidas as várias opiniões, todos estão acordes de que o texto deixa bem claro que não há prejuízo para esses municípios que acabaram de ser mencionadas. A não ser que houvesse um interpretação rigorosa, o que o legislador não quis dar.

Por isso, Sr. Presidente, liberando a Relatoria para a votação, o Relator por uma obrigação de coerência, fica com o texto.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Vai-se proceder à votação.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Almir Gabriel, Haroldo Sabóia, Nelson Friedrich, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Sigmaringa Seixas, Antonio Mariz, José Costa, Nelson Wedekin, Vilson Souza, Jorge Hage, Octávio Elísio, Luís Eduardo, Mozarildo Cavalcanti, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Plínio Arruda Sampaio, José Genoíno, Haroldo Lima, Roberto Freire E Jamil Haddad. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Alfredo Campos, Aluizio Campos, Antônio Brito, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Carlos Mosconi, Carlos Santa'anna, Celso Dourado, Cid Carvalho, Egídio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Gasparian, João Calmon, João Herrmann Neto, José Freire, José Richa, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nilson Gibson, Pimenta da Veiga, Raimundo Bezerra, Rodrigues Palma, Virgildário de Senna, Wilson Martins, João Natal, Manuel Viana, Israel Pinheiro, Délio Braz, Daso Coimbra, Ziza Valadares, Euclides Scalco, Chagas Rodrigues, Aloysio Chaves, Arnaldo Prieto, Christovam Chiaradia, Edme Tavares, Eraldo Tinoco, Inocêncio Oliveira, José Jorge, José Lins, José Santana de Vasconcellos, José Thomaz Nonô, Mário Assad, Oscar Cor-

rêa, Paulo Pimentel, Sandra Cavalcanti, Enoc Vieira, José Tinoco, Paes Landim, Simão Sessim, Valmir Campelo, Gilson Machado, Jofran Frejat, Antônio Carlos Konder Reis, Gerson Peres, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia, Virgílio Távora, Adylson Motta, Brandão Monteiro, Lysâneas Maciel, Vivaldo Barbosa, Adolfo Oliveira, Siqueira Campos e Antonio Farias.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 24 Constituintes; votaram NÃO 65 Constituintes. Total: 89 votos. O Destaque foi **rejeitado**.

Em votação o Destaque nº 2090, requerido pelo Constituinte Virgílio Guimarães, frente à Emenda nº 12732.

S. Ex.<sup>a</sup> não está presente.

O destaque está prejudicado.

**Destaque nº 2791-87 – Emenda nº ES-22796-3, do Sr. Mozarildo Cavalcanti, "que modifica o art. 42 do Substitutivo nº 1 (art. 33 do Substitutivo nº 2)". (242ª votação)**

Em votação o Destaque nº 2791, requerido pelo Constituinte Mozarildo Cavalcanti, referente à Emenda nº 22796.

Tem a palavra o Constituinte Mozarildo Cavalcanti.

**O SR. CONSTITUINTE MOZARILDO CAVALCANTI:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

A minha emenda mantém praticamente o texto do Relator, introduzindo apenas o número mínimo de nove vereadores por Câmara Municipal.

Portanto, peço a atenção dos Srs. Constituintes, hoje os municípios têm um mínimo de cinco vereadores. Com essa emenda visamos elevar esse número mínimo para nove, dando, assim, maior representatividade a esses municípios, onde, principalmente os pequenos partidos não têm oportunidade de ter representatividade nas Câmaras Municipais.

Este é o espírito da emenda que apresentei e espero ter a acolhida dos Srs. Constituintes.

Durante o pronunciamento do Sr. Mozarildo Cavalcanti, o **Sr. Brandão Monteiro**, Segundo-Vice-Presidente deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo **Sr. Aluizio Campos**, Primeiro-Vice-Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Não há oradores inscritos. Em votação a Emenda nº 2791, de autoria do Sr. Constituinte Mozarildo Cavalcanti:

"O número de vereadores será variável, conforme dispuser a Constituição do Estado e a Lei, respeitadas as condições locais, proporcionalmente ao eleitorado do município, não sendo inferior a nove e superior a vinte e um dos municípios de até um milhão de habitantes, de trinta e três até cinco milhões, e de cinquenta e cinco nos demais casos."

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Carlos Mosconi, Haroldo Sabóia, João Calmon, João Herrmann Neto, José Paulo Bisol, José Richa, Nelson Friedrich, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Rodrigues Palma, Sigmaringa Seixas, Virgildásio de Senna, João Natal, José Costa, Nelson Wedekin, Délio Braz, Vilson Souza, Octávio Elísio, Ziza Valadares, Chagas Rodrigues, Aloysio Chaves, Arnaldo Prieto, Christovam Chiaradia, Edme Tavares, Eraldo Tinoco, Inocêncio Oliveira, José Lins, José Lourenço, José Santana de Vasconcellos, Luís Eduardo, Paulo Pimentel, Sandra Cavalcanti, Enoc Vieira, Paes Landim, Simão Sessim, Valmir Campelo, Gilson Machado, Mozarildo Cavalcanti, Jofran Frejat, Brandão Monteiro, Lysâneas Maciel, Vivaldo Barbosa, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Plínio

Arruda Sampaio, José Genoíno, Siqueira Campos, Haroldo Lima e Jamil Haddad. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Alfredo Campos, Almir Gabriel, Aluizio Campos, Antônio Britto, Artur da Távola, Carlos Sant'Anna, Celso Dourado, Cid Carvalho, Egídio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Gasparian, Fernando Henrique Cardoso, José Freire, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nilson Gibson, Pimenta da Veiga, Raimundo Bezerra, Wilson Martins, Antonio Mariz, Manuel Viana, Israel Pinheiro, Daso Coimbra, Jorge Hage, José Jorge, José Thomaz Nonô, Oscar Corrêa, José Tinoco, Antônio Carlos Konder Reis, Gerson Peres, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia, Virgílio Távora, Adylson Motta, Adolfo Oliveira, Roberto Freire e Antonio Farias.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 52 Constituintes; votaram NÃO 37 Constituintes. Total: 89 votos. O Destaque foi **aprovado**.

Em consequência, estão prejudicados os Destaques nº 3096, referente à Emenda nº 9406, da Constituinte Irma Passoni e o Destaque nº 3551, referente à Emenda nº 1P-18869-5, do Sr. Constituinte Roberto Freire.

**O SR. CONSTITUINTE PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO:** – Sr. Presidente, V. Ex.<sup>a</sup> acaba de declarar que está prejudicado o Destaque nº 3096. Gostaria de chamar a atenção de V. Ex.<sup>a</sup> para o seguinte fato: esse destaque foi, com a autorização da autora, modificado, para que tenha validade apenas o § 1º, que não colide com a votação, porque se trata de outra matéria.

De modo que requeiro a V. Ex.<sup>a</sup> que ele seja colocado em votação no sistema onde couber, porque essa matéria não foi examinada e foi ressalvada no destaque.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – V. Ex.<sup>a</sup> será atendido.

Prejudicado o Destaque nº 3772, do Constituinte José Dutra.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Por favor, qual o número do Destaque do Constituinte Roberto Freire?

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Nº 3555.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Não é. E quero pronunciar-me.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Para retirar?

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Sr. Presidente, quero encaminhar, e posso até retirar, dependendo de uma prévia que se possa fazer em plenário.

Lembrar à Assembléia Nacional Constituinte, através da Comissão de Sistematização, que houve um equívoco da Mesa, quando colocou emendas modificativas e destaques sobre elas na frente de uma emenda, essa sim, realmente, substitutiva. Ficamos, aqui, votando algo que modificava, por exemplo, o número – número mínimo, número máximo. Esta emenda que estou apresentando deveria ter sido votada logo no início, porque esta é substitutiva, inclusive substitui a própria sistemática na questão de fixação do número de vereadores nas nossas Câmaras Municipais.

E parte de um princípio que é comum nesta Comissão de Sistematização, e que vem sendo, talvez uma constante, e uma constante democrática, de garantirmos maior autonomia aos Estados, descentralizarmos decisões, criarmos realmente uma Federação neste País. Essa minha emenda tenta exatamente respeitar a autonomia dos Estados e dos Municípios, criar uma Federação, num ponto, inclusive, mais importante do que esta Casa fez, ao liberar, por exemplo, para que os Estados definissem a remuneração dos Srs. Deputados.

Politicamente, do ponto de vista democrático, é muito mais importante a Assembléia Nacional Constituinte dar autonomia aos Estados para que fixem as suas Câmaras de Vereadores de acordo com a proporcionalidade eleitoral dos diversos Estados. Não deveríamos estar aqui fixando número mínimo ou máximo, em função, inclusive, de evitar as distorções que hoje temos: uma cidade como São Paulo, uma megalópole, tem o mesmo número de vereadores que outras cidades muito menores. Esta questão deveria ficar com a autonomia dos Estados. Portanto, é uma emenda substitutiva, diferentemente das outras votadas anteriormente, que modificavam a questão dos números máximos ou mínimos.

Por um equívoco da Mesa, estamos numa situação constrangedora de votar uma questão repetidas vezes, se tivéssemos agido de acordo com o que diz o Regimento, na questão das emendas substitutivas e das modificativas, teríamos votado esta e definido diretamente se queríamos limitar a autonomia dos Estados ou se queríamos – como mantenho em meu destaque – que os Estados fixem os números máximos e mínimos, de acordo com a proporcionalidade nos seus Estados.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – O destaque de V.Ex.<sup>a</sup> está realmente prejudicado, porque o que foi aprovado – do Constituinte Mozarildo Cavalcanti – coincide a matéria, cujo texto é o seguinte:

"O número de vereadores será variável conforme dispuser a Constituição do Estado e a lei, respeitadas as condições locais, proporcionalmente ao eleitorado do município, não sendo inferior a nove e superior a vinte e um dos municípios de até um milhão de habitantes, de trinta e três até cinco milhões, e de cinquenta e cinco nos demais casos."

Esta emenda já foi aprovada com este texto e prejudica a de V. Ex.<sup>a</sup>, que, embora não se refira à relação de habitantes, trata-se, evidentemente...

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Sr. Presidente, V. Ex.<sup>a</sup> não está recordado de como comecei o pronunciamento.

Quero que fique evidenciado o equívoco da Mesa, porque este destaque era substitutivo e este, sim, deveria ser votado, porque modifica a lógica da fixação do número de vereadores, diferentemente da do Deputado Constituinte Mozarildo Cavalcanti, que apenas muda uma e não a lógica.

Portanto, que fique registrado este nosso protesto. Retiro o destaque e não vou discutir com a Presidência.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Os outros Destques prejudicados são: de nº 37773, sobre a Emenda nº 25609, do Deputado José Dutra; o de nº 7758, do Deputado Sérgio Brito, sobre a Emenda nº 33655; o de nº 8233, do Deputado Alysson Paulinelli – prejudicado porque S. Ex.<sup>a</sup> não estava presente –; o de nº 5359, do Constituinte Naphtali Alves de Souza, sobre a Emenda nº 21840, e Emenda nº 3358, do Deputado Prisco Viana, e de nº 4461, do Deputado José Egreja.

Passamos, agora, aos destaques apresentados sem referência específica aos itens onde couber.

O primeiro destaque é de autoria do Constituinte Euclides Scalco, que requer preferência, nos termos regimentais, para a votação do Destaque nº 4195-87, referente à Emenda nº 23593.

Os Srs. Constituintes que aprovam o pedido de destaque queiram permanecer sentados. **(Pausa)**

**O SR. CONSTITUINTE NAPHTALI ALVES DE SOUZA:** – Sr. Presidente, pela ordem.

Sr. Presidente, quero fazer a defesa do Destaque nº 5359...

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – O número do Destaque é 4195, do Constituinte Euclides Scalco.

**O SR. CONSTITUINTE NAPHTALI ALVES DE SOUZA:** – Sr. Presidente, trata-se do art. 33, Destaque nº 5359. Gostaria que V. Ex.<sup>a</sup> fizesse a leitura do destaque.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Os destaques são votados pela ordem de apresentação. O Destaque sobre o qual está incidindo preferência é o de nº 4195, que antecede ao que V. Ex.<sup>a</sup> está mencionando. Houve uma emenda substitutiva que prejudicou o destaque de V. Ex.<sup>a</sup>...

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE NAPHTALI ALVES DE SOUZA:** – Negativo. A colocação de V. Ex.<sup>a</sup> não é pertinente. O nosso destaque é sobre a fixação do mandato.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Realmente. O destaque de V. Ex.<sup>a</sup> se refere a mandato de vereador com duração de 4 anos.

**O SR. CONSTITUINTE NAPHTALI ALVES DE SOUZA:** – Exatamente.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – V. Ex.<sup>a</sup> tem a palavra pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Por que V. Ex.<sup>a</sup> vai colocar em votação os destaques onde couberem, se os artigos do Capítulo XXXIV e seguintes ainda não foram votados?

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Estamos votando os destaques referentes aos direitos e prerrogativas dos vereadores, regulados pelo art. 33. Por isso estamos admitindo os destaques relativos a esta disposição do projeto. A parte referente a prefeitos só se inicia no artigo seguinte, o 34.

**O SR. CONSTITUINTE NAPHTALI ALVES DE SOUZA:** – Sr. Presidente, insisto na minha questão de ordem. Estamos sendo atropelados. Por isso, solicito, mais uma vez, seja apreciada a emenda e colocada em votação.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A emenda de V. Ex.<sup>a</sup> será apreciada, mas votamos agora um requerimento de preferência para o Destaque nº 4195.

**O SR. CONSTITUINTE NAPHTALI ALVES DE SOUZA:** – O nosso destaque é anterior ao que V. Ex.<sup>a</sup> está colocando.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ COSTA:** – Sr. Presidente, V. Ex.<sup>a</sup> poderia anunciar o texto do destaque objeto do pedido de preferência? Confesso que não o conheço.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – V. Ex.<sup>a</sup> tem razão.

**O SR. CONSTITUINTE JOÃO NATAL :-** Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem, para auxiliar a Mesa.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem a palavra pela ordem o nobre Constituinte.

**O SR. CONSTITUINTE JOÃO NATAL:** – Não reside nenhuma dúvida em torno do pleito do Constituinte Naphtali Alves de Souza. Em tempo hábil, S. Ex.<sup>a</sup> se levantou para se dirigir à tribuna, quando V. Ex.<sup>a</sup> anunciou que seria apreciado o Destaque nº 5359, de autoria de S. Ex.<sup>a</sup> Mas V. Ex.<sup>a</sup> o atropelou, prosseguindo anunciando nomes, impedindo que S. Ex.<sup>a</sup> se servisse da palavra. Esta matéria é uma emenda aditiva, não há nenhum óbice regimental e deve ser dada a oportunidade para que S. Ex.<sup>a</sup> faça a sustentação dos segmentos que quer expender e para que esta Casa possa apreciar a emenda.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ COSTA:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem. É o único destaque do Constituinte Naphtali de Souza?

**O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO BRITTO:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Concedo a palavra a V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO BRITTO:** – Sr. Presidente, o Destaque para o qual foi solicitada preferência pelo Constituinte Euclides Scalco, tranqüilamente poderia ter sido votado no dispositivo anterior ou poderá ser votado depois. O que eu apenas quero preservar junto a Mesa é que a não votação, neste momento, do Destaque solicitado pelo Constituinte Euclides Scalco não o prejudique, tendo em vista o problema havido.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A Emenda do Constituinte Naphtali Alves de Souza adiciona um parágrafo único ao art. 33, estabelecendo que o mandato de vereador terá a duração de 4 anos. V. Ex.<sup>a</sup> deseja defendê-la Constituinte José Costa?

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ COSTA:** – Sim.

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – Sr. Presidente, a Relatoria está pedindo a palavra, para que possa se dirigir ao Constituinte Naphtali Alves de Souza, antes que S. Ex.<sup>a</sup> se pronuncie em defesa da sua emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – O Relator deseja prestar um esclarecimento a V. Ex.<sup>a</sup>, nobre Constituinte.

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – Gostaria que o Constituinte Naphtali Alves de Souza, cuja emenda é de definição de mandato de vereador por 4 anos, observasse que o inciso I do art. 32 estabelece que a eleição do prefeito e dos vereadores se fará mediante pleito direto e simultâneo. Portanto, vincula a eleição do prefeito e dos vereadores...

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ COSTA:** – Mas não fixa a duração do mandato.

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – O art. 34 explicita que o mandato de prefeito é de 4 anos. Ora, se os dois mandatos estão vinculados, está garantido aos vereadores o mandato de 4 anos, pela combinação do inciso I do art. 32 com o **caput** do art. 34. Não está descurada a questão do mandato de 4 anos. Esse é o esclarecimento que gostaríamos de dar, com toda a atenção e critério, ao nobre Constituinte Naphtali Alves.

**O SR. CONSTITUINTE NAPHTALI ALVES DE SOUZA:** – Sr. Presidente, ainda insisto, porque é o único caso em que se está fazendo por analogia. Em todos os outros, está explicitada a duração do mandato. Então, entendo que o de vereador também tem que ficar explicitado, e não feito por analogia.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Com a palavra o autor do Destaque para o encaminhamento. Depois, ouviremos o parecer do eminente Relator.

**O SR. CONSTITUINTE NAPHTALI ALVES DE SOUZA:** – Sr. Presidente, agradeço a oportunidade.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes. Entendemos que a nossa emenda é pertinente, uma vez que todos os cargos relacionados no texto constitucional fixam explicitamente a duração do mandato, enquanto que o de vereador não está claro, está sendo feito exatamente relacionando inciso com artigo. Por isso, nós queremos que fique bem claro e explícito que a duração do mandato de vereador seja de 4 anos.

Por isso, peço aos nobres colegas Constituintes que acolham esta proposta. Muito obrigado.

**Destaque nº 5359-87 – Emenda nº ES-21840-9, do Sr. Naphtali Alves de Souza, "que adita parágrafo único ao art. 42 do Substitutivo nº 1 (art. 33 do Substitutivo nº 2)". (243ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A Presidência resolveu admitir o Destaque porque, na verdade, até agora, no Capítulo IV referente aos municípios, os arts. 32 e 33 não estabeleceram prazo para o mandato de vereador. E a emenda do nobre Constituinte estabelece o prazo de 4 anos, como parágrafo único do art. 33. É esta a emenda; não é, portanto, "onde couber".

Para encaminhar contra, o Constituinte Gerson Peres tem a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, queria fazer um apelo ao autor da Emenda. O texto Cabral II está muito bem claro, não deixa dúvida alguma. No inciso I do art. 32 – e o Relator explicou isto – é, eleição do Prefeito e dos Vereadores. Não é "ou" e, sim, "e dos vereadores"; portanto, mediante pleito direto e simultâneo. Não pode ser mais claro do que isso. Acho redundante esta emenda e o nobre Constituinte deveria retirá-la. Ele vai colocar o mandato de vereador como sendo de 4 anos quando lá já está prescrito que o mandato de prefeito é de 4 anos. Ora, se a eleição se realiza simultaneamente, tem de ser de 4 anos o mandato de vereador. É uma questão lógica.

Portanto, eu pediria ao nobre Constituinte fizesse o favor de retirar a emenda, porque não cabe repetirmos a mesma coisa com outras palavras.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ COSTA:** – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a favor.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte José Costa, para pronunciamento a favor.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ COSTA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Evidentemente, a emenda é pertinente.

O art. 32, inciso I, tem a seguinte redação:

"A eleição do Prefeito e dos Vereadores, mediante pleito direto e simultâneo, realizado em todo o País..."

Isto diz respeito à contemporaneidade da eleição.

Se o texto fosse a eleição do Prefeito e dos Senadores, evidentemente, isto não significaria que o mandato dos Senadores seria de 8 anos. A palavra "simultâneo" diz respeito à contemporaneidade da eleição.

No art. 34 se fixa em 4 anos o mandato do Prefeito. De modo que me parece razoável explicitar também a extensão do mandato do vereador. Aqui encaminho favoravelmente a aprovação da emenda, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Concedo a palavra ao Relator, Constituinte José Fogaça.

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – A objeção que a Relatoria faz a essa emenda é meramente técnica. Não há nenhuma objeção de mérito, até porque entendemos que a emenda diz aquilo que o texto já está dizendo.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Em votação.

A Presidência solicita a todos os Srs. Constituintes que tomem seus lugares a fim de dar início ao sistema de votação eletrônico. (Palmas)

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Alfredo Campos, Aluizio Campos, Antônio Britto, Artur da Távola, Carlos Mosconi,

Carlos Sant'Anna, Cid Carvalho, Egídio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Gasparian, Fernando Henrique Cardoso, Haroldo Sabóia, João Hermann Neto, José Freire, José Paulo Bisol, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nelton Friedrich, Nilson Gibson, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Rodrigues Palma, Sigmaringa Seixas, Wilson Martins, João Natal, Manuel Viana, José Costa, Nelson Wedekin, Délio Braz, Vilson Souza, Jorge Hage, Octávio Elísio, Ziza Valadares, Chagas Rodrigues, Christovam Chiaradia, Eraldo Tinoco, Inocêncio Oliveira, José Lins, Oscar Corrêa, Enoc Vieira, Paes Landim, Simão Sessim, Valmir Campelo, Mozarildo Cavalcanti, Jofran Frejat, Brandão Monteiro, Lysâneas Maciel, Vivaldo Barbosa, Francisco Rossi, Joaquim Bevilacqua, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Siqueira Campos, Haroldo Lima, Roberto Freire, Jamil Haddad e Antonio Farias. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Almir Gabriel, Celso Dourado, João Calmon, José Fogaça, José Richa, Raimundo Bezerra, Virgildásio de Senna, Antonio Mariz, Alcení Guerra, Aloysio Chaves, Edme Tavares, José Jorge, José Santana de Vasconcellos, José Thomaz Nonô, Luís Eduardo, Paulo Pimentel, Sandra Cavalcanti, José Tinoco, Antônio Carlos Konder Reis, Gerson Peres, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia, Virgílio Távora, Adylson Motta, Gastone Righi e Adolfo Oliveira.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 60 Constituintes; votaram NÃO 26 Constituintes. Total: 86 votos. O Destaque foi **aprovado**.

**Destaque nº 4195-87 – Emenda nº ES-23593-1 (em parte) do Sr. Octávio Elísio, "que adita a expressão "participação das organizações comunitárias no planejamento municipal" ao art. 41 do Substitutivo nº 1 (art. 32, inciso, do Substitutivo nº 2)". (244ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Passamos à votação do Destaque nº 4195, Emenda nº ES-23593-1, que trata, como V. Ex.<sup>as</sup> sabem, da Lei Orgânica dos Municípios, observados alguns requisitos. Entre esses requisitos, o ilustre autor pretende incluir "participação das organizações comunitárias no planejamento e no processo decisório municipal". O autor mantém apenas a parte final. A emenda completa seria "instituição de mecanismos que assegurem a efetiva..." parte que S. Ex.<sup>a</sup> retira, deixando apenas "participação das organizações comunitárias no planejamento e no processo decisório municipal".

Está o autor presente?

O autor da emenda delega poderes ao Constituinte Jorge Hage, para encaminhar a favor.

**O SR. CONSTITUINTE JORGE HAGE:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a Emenda ES-23593, do nobre Constituinte Octávio Elísio é daquelas que buscam efetivamente o ponto de equilíbrio entre a especificidade e a colocação genérica de um princípio, como convém ao texto constitucional. Sem descer ao detalhamento do tipo de instituição, de mecanismo ou de conselho no qual terão participação os órgãos representativos da sociedade civil, da comunidade no planejamento e no processo decisório municipal, a emenda resume-se a fixar, como convém ao texto constitucional, esse princípio genérico, que permitirá, no caso concreto, às leis orgânicas e à legislação própria, definir o tipo de organização, a espécie de mecanismo que irá viabilizar essa participação da comunidade no planejamento, e somente no planejamento.

Quero, aqui, chamar atenção para o fato de que a proposta está reduzida, da sua formulação inicial, para conter-se apenas na expressão: "Participação das organizações comunitárias no planejamento municipal", ou seja, exclui-se do texto proposto o processo decisório, como também se exclui a parte inicial da emenda, que dizia: "Instituição de mecanismos que assegurem". Ela fica,

então, aditiva tão-somente da expressão "participação das organizações comunitárias no planejamento municipal".

Esta é, a meu ver, a medida justa, a medida exata do que deve ser previsto no texto da Constituição Federal. A participação comunitária no planejamento na planificação, na formulação das diretrizes da orientação do crescimento das cidades, nas decisões globais, naquelas questões que digam dos rumos da orientação espacial das cidades, das diretrizes gerais do zoneamento das definições a respeito do futuro de cada comunidade, da coexistência das diversas atividades dentro da malha urbana, em termos amplos e genéricos, referidos como estão no texto, meramente – quero chamar novamente a atenção – ao planejamento municipal. Esta é, portanto, a emenda que me parece adequada ao texto constitucional, que não avança na definição institucional de Conselho e que não interfere propriamente na gestão municipal, no seu processo decisório do dia-a-dia, fixando-se tão-somente a obrigatoriedade da participação comunitária no planejamento municipal.

Faço, aqui, em nome inclusive do Constituinte Octávio Elísio e sei que de muitos companheiros, um apelo à Relatoria, neste momento representada pelo nobre e eminente Constituinte José Fogaça, no sentido de que esta emenda possa contar com o seu beneplácito, da mesma forma que apelo para a todos os Srs. ilustres Constituintes de todas as siglas partidárias para que aprovelem esta emenda, que é efetivamente moderada, na medida em que não avança na especificação da participação comunitária, mas a prevê como princípio amplo no planejamento municipal.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Com a palavra o nobre Constituinte José Costa, para encaminhamento contra.

Deseja a Presidência esclarecer a V. Ex.<sup>a</sup> que a enunciação definitiva da emenda é a seguinte:

"Participação das organizações comunitárias no planejamento municipal."

O autor excluiu a parte referente a processo decisório.

Apenas para orientar V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ COSTA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, os laços afetivos que me ligam ao Constituinte Octávio Elísio são de tal ordem que quase me inibem aqui na sustentação que faço contrariamente à aprovação da emenda, porque os órgãos de planejamento, por excelência, situam-se, obviamente, no Executivo.

A emenda autoriza a participação de organizações comunitárias no planejamento, vale dizer, desde até a proposta orçamentária, não tem como excluir. Isso significa o tumulto na administração municipal. A idéia do eminente Constituinte Octávio Elísio é estritamente louvável, só não é operacional. De modo que, por essa razão, lastimo votar e encaminhar contrariamente a aprovação da emenda.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Peço a palavra, Sr. Presidente, para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem a palavra V. Ex.<sup>a</sup> para uma questão de ordem.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr. Presidente, inicialmente, solicito a V. Ex.<sup>a</sup> que me confirme um fato para que eu, sobre ele, pautar a minha questão de ordem. O que está, em votação é a emenda aditiva do Constituinte Octávio Elísio que declara, com as supressões feitas, o seguinte:

"Participação das organizações comunitárias no planejamento."

Retira a expressão: "no processo decisório municipal" e fica apenas a palavra "municipal."

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – O autor reduziu ao texto que V. Ex.<sup>a</sup> acaba de mencionar:

"Participação das organizações comunitárias no planejamento municipal."

Foi retirada a expressão relativa à parte decisória." É esse o texto em votação.

Com a palavra o eminente Relator Constituinte José Fogaça.

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – O parecer da Relatoria é favorável quanto à técnica e quanto ao conteúdo.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Em votação.

A Presidência solicita que os Srs. Constituintes tomem os seus lugares, a fim de ter início a votação pelo sistema eletrônico **(Pausa)**

Queiram, por gentileza, registrar os códigos de votação. **(Pausa)**

Queiram selecionar os votos. **(Pausa)**

Os Srs. Constituintes que votam a favor, façam a seleção como de costume. **(Pausa)**

Queiram acionar o botão preto e a chave de registro simultaneamente. **(Pausa)**

Em votação.

#### **(Procede-se à votação)**

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Almir Gabriel, Antônio Britto, Artur da Távola, Carlos Mosconi, Cid Carvalho, Egídio Ferreira Lima, Fernando Gasparian, Fernando Henrique Cardoso, Haroldo Sabóia, João Calmon, João Herrmann Neto, José Fogaça, José Paulo Bisol, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nelson Friedrich, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Raimundo Bezerra, Sigmaringa Seixas, João Natal, Antonio Mariz, Nelson Wedekin, Vilson Souza, Vicente Bogo, Jorge Hage, Octávio Elísio, Ziza Valadares, Euclides Scalco, Chagas Rodrigues, Alcení Guerra, José Jorge, Simão Sessim, Valmir Campelo, Antônio Carlos Konder Reis, Lysâneas Maciel, Vivaldo Barbosa, Luiz Salomão, Joaquim Bevilacqua, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Adolfo Oliveira, Haroldo Lima, Jamil Haddad e Antonio Farias. **NÃO** votaram os seguintes Senhores Constituintes: Alfredo Campos, Aluizio Campos, Carlos Sant'Anna, Fernando Bezerra Coelho, José Freire, José Richa, Nilson Gibson, Rodrigues Palma, Virgildásio de Senna, Wilson Martins, José Costa, Israel Pinheiro, Délio Braz, Aloysio Chaves, Arnaldo Prieto, Christóvam Chiaradia, Edme Tavares, Eraldo Tinoco, Inocêncio Oliveira, José Lins, José Santana de Vasconcelos, José Thomaz Nonô, Luís Eduardo, Mário Assad, Oscar Corrêa, Paulo Pimentel, Sandra Cavalcanti, Enoc Vieira, José Tinoco, Paes Landim, Gilson Machado, Mozarildo Cavalcanti, Jofran Frejat, Gerson Peres, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia, Virgílio Távora, Adylson Motta, Francisco Rossi, Gastone Righi e Siqueira Campos. **ABSTENÇÃO** do Senhor Constituinte Celso Dourado.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 48 Constituintes; votaram NÃO 41 Constituintes; absteve-se de votar 1 Constituinte. Total: 90 votos. O Destaque foi **aprovado**.

Encareço ao Senador Fernando Henrique Cardoso assumir a Presidência.

**O Sr. Aluizio Campos**, Primeiro-Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada, pelo a **Sr. Fernando Henrique Cardoso**, Quarto-Vice-Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Art. 34 – sobre a mesa, pedido de preferência do Cons-

tituinte Euclides Scalco, para emenda do Constituinte Jutahy Júnior, dizendo ao art. 43, do substitutivo, dê-se a seguinte redação:

"O prefeito será eleito até 45 dias antes do término do seu antecessor, aplicadas as regras dos §§ 1º e 2º, do art. 111, nas eleições das Capitais, Estados e Municípios com mais de 100 mil eleitores."

Retirada a preferência.

O Sr. Constituinte Mozarildo Cavalcanti retirou o Destaque nº 2797;

Prisco Viana **(Pausa)** Prejudicado pela ausência.

Destaque nº 5350, do Constituinte Mussa Demes.

**(Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup> está ausente, ficando assim prejudicado seu Destaque.

Voltamos, sem preferência, à Emenda do Constituinte Jutahy Júnior, cujo texto já foi lido. Encontra-se S. Ex.<sup>a</sup> presente, e irá à tribuna defender seu destaque e sua emenda.

**O CONSTITUINTE JUTAHY JÚNIOR:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a regra dos dois turnos acredito seja salutar para o aperfeiçoamento da nossa democracia, mas temos também que conviver com a realidade. Defendo a tese de que estamos numa democracia representativa, e, em função disso, os nossos representados têm direito e dever de exigir posições nossas.

Os Deputados estaduais que tenham vinculação, os Vereadores e Prefeitos do Estado da Bahia e de vários Municípios do Nordeste brasileiro têm demonstrado a inaplicabilidade das eleições em dois turnos nos pequenos municípios brasileiros. Isto é uma realidade e um anseio que não se coaduna com a nossa realidade regional. Sei que hoje é o sentimento generalizado em vários parlamentares nordestinos, principalmente. Em virtude disso e consciente que represento a posição do meu eleitorado, dos que me conduziram à Assembléia Nacional Constituinte, apresentei a seguinte emenda substitutiva:

"Haverá eleição em dois turnos para Presidente da República, Governador de Estado, Prefeito das Capitais e para Municípios com mais de 100 mil eleitores."

Naqueles em que não houver 100 mil eleitores teremos eleição apenas em um turno. Esta é a posição que defendo e coloco aqui tendo consciência de que esta emenda representa o sentimento da grande maioria das bases municipais, dos pequenos Municípios brasileiros. Esta é a posição que adotamos e solicitamos o voto dos Srs. Constituintes.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Tem a palavra o Constituinte Antônio Brito, para encaminhar contra.

**O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO BRITTO:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, ouvi com atenção que a Casa tributa ao jovem valoroso Constituinte Jutahy Júnior seus argumentos no sentido de que procedamos a uma alteração no dispositivo que determina a forma de realização de eleições nos Municípios.

Sugere S. Ex.<sup>a</sup> se abra uma exceção e que, nos Municípios com menos de 100 mil eleitores, não se proceda à eleição em dois turnos. Peço **vênia** a S. Ex.<sup>a</sup> para discordar. Obviamente, o que se pretende, e desde o início, na Subcomissão e na Comissão – e vejo aqui quem brilhantemente presidiu a Comissão, o Constituinte Jarbas Passarinho, que haverá de recordar do debate que lá nós tivemos – desde o início o que se discutia era a fixação de um princípio, qual seja o de que, havendo, como se deseja se quer que haja, o pluripartidarismo, havendo,

como se acabou de votar, ampla liberdade de organização partidária, deveríamos, nós os Constituintes, trabalhar no sentido de que o Poder Executivo, a nível municipal, estadual e federal, resguardasse sua legitimidade, resguardasse sua possibilidade de trabalho, assegurando que, não havendo no primeiro turno 50% mais um dos votos, isto fosse buscado num segundo turno. Portanto, desde o início, pretendeu-se a confirmação de um princípio.

A emenda do nobre Constituinte Jutahy Júnior nos leva a uma pergunta para a qual eu, evidentemente, não tenho resposta: Por que em cidades com menos de cem mil eleitores se deverá desejar que um prefeito, eventualmente, tente administrar a cidade com 20, 22, 24 ou 28% dos votos? Por que jogar as pequenas e médias cidades do Brasil neste desafio?

Poderia S. Ex.<sup>a</sup> ter levantado outro argumento: o de que, nas cidades com menos de cem mil eleitores, o sendo turno criasse dificuldades insuperáveis.

Ora, Sras. e Srs. Constituintes, é exatamente o contrário. Se há algum lugar, onde é fácil realizar eleição em dois turnos, é exatamente aquele em que o Colégio Eleitoral, sendo inferior, sendo menor, obviamente mais fácil se torna a realização da campanha para o segundo turno.

Sras. e Srs. Constituintes, deseja-se afirmar no texto constitucional um princípio, e como princípio não pode, na minha opinião, ser quebrado, deseja-se ter, de alto a baixo, neste País, pluripartidarismo, possibilidade de disputa nas eleições por qualquer Partido, mas se quer assegurar também, em qualquer cidade, em qualquer Estado e na República, através da Presidência da República, a força política, a composição política que torne exatamente o exercício do poder calçado, assegurado por todas as composições que a tese dos dois turnos leva à criação.

Por último, gostaria de aproveitar a oportunidade para, mais uma vez, repisar que sempre que se fala aqui em dois turnos está-se falando em dois turnos com voto, com o povo, não com qualquer tipo de Colégio Eleitoral indireto. Sr. Presidente, esta é a posição, e por isso, lamentando divergir do nobre Constituinte Jutahy Júnior, nessa parte, conclamo os companheiros Constituintes à manutenção do princípio e à rejeição da emenda de autoria de S. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Uma questão de ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Tem a palavra o nobre Constituinte.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr. Presidente, é regimental que as emendas supressivas tenham preferência na votação. No entanto, a ilustre Assessoria da Mesa está procedendo, a meu ver, com equívoco, porque há supressivas totais e supressivas parciais.

Tenho o Destaque nº 7746, que é supressivo parcial, e exatamente supressivo parcial da parte que está sendo modificada pela emenda que vamos votar. Então, não pode ser votada essa emenda substitutiva à frente da minha, que é supressiva.

Quero a supressão desta expressão: "Aplicadas as regras do art. 87 e parágrafos". O ilustre Constituinte Jutahy Júnior quer que sejam aplicadas essas regras em municípios até tantos habitantes, o que quer dizer que substitui ou modifica; e a minha suprime. Se suprime, desaparece a emenda do Constituinte Jutahy Júnior.

Por isso, a supressiva deve ser votada antes, que é o meu Destaque nº 7746. Feita a supressão, desaparece a emenda do Constituinte Jutahy Júnior.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – V. Ex.<sup>a</sup> me permitirá, porque a Mesa classificou a emenda do Constituinte Jutahy Júnior erradamente, como uma emenda modificativa, e não é, é supressiva, porque, na

verdade, é para suprimir a expressão "Aplicadas as regras do art. 87 e parágrafos".

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Exato, porque é uma supressão parcial, e é exatamente a expressão que a emenda do Constituinte Jutahy Júnior procura modificar.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – E V. Ex.<sup>a</sup> tem um pedido de preferência, além do mais.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Diria que ela, naturalmente, já deve ter preferência. Assim, votaríamos direto a emenda, sem necessidade de discutirmos a preferência.

**Destaque nº 7746-87 e, do Sr. Gastone Righi, "que suprime a expressão "aplicadas as regras do art. 87 e parágrafos" do art. 34 do Substitutivo nº 2". (245ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Portanto, a emenda de V. Ex.<sup>a</sup>, Deputado Gastone Righi, propõe que se faça o seguinte:

"O Prefeito será eleito até 45 dias antes do término do mandato de seu antecessor."

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Não, para mandato de 4 anos e tomará posse no dia 1º de janeiro do ano subsequente.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Isso, suprimindo "Aplicadas as regras do art. 87 e parágrafos".

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Que é exatamente sobre o que a emenda Jutahy procura modificar.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – A Emenda Jutahy Júnior altera exatamente esse mesmo ponto.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Exatamente isso, a supressão deve ter preferência.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Logicamente, V. Ex.<sup>a</sup> tem razão.

Srs. Constituintes, a questão de ordem levantada pelo Constituinte Gastone Righi parece-me que procede, porque a emenda de S. Ex.<sup>a</sup> é supressiva e, uma vez aprovada, prejudicaria a emenda do Deputado Jutahy Júnior. Desse modo, não tenho outro remédio senão corrigir o engano técnico da Mesa.

Constituinte Jutahy Júnior, informo a V. Ex.<sup>a</sup> que sou obrigado a atender à questão a de tem ordem do Constituinte Gastone Righi, porque S. Ex.<sup>a</sup> uma emenda supressiva que, uma vez aprovada, prejudica a emenda de V. Ex.<sup>a</sup>. Então, tenho que colocar em votação, em primeiro lugar, a emenda do Constituinte Gastone Righi. Se ela não for aprovada, então colocarei em votação a emenda de V. Ex.<sup>a</sup>.

De qualquer maneira, vou sobrestar a emenda de V. Ex.<sup>a</sup>. Vou considerar como substitutiva a emenda do Constituinte Gastone Righi, portanto não vou votar a preferência, porque automaticamente ela tem preferência.

Tem a palavra o Constituinte Gastone Righi para defender a sua emenda, que é supressiva.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, desde a Legislatura anterior que se tem discutido muito em relação aos dois turnos. Tenho me pronunciado, reiteradamente, que dois turnos não é processo democrático. Ao inverso do que se sustenta, que se faz os dois turnos para que o eleito tenha respaldo da maioria absoluta dos eleitores, na realidade, é o processo que ensaja, que alimenta, que nutre a corrupção mais deslavada. É o processo através do qual as minorias são impedidas de chegar ao poder; é o processo em que



apenas o **status quo** prevalece, e prevalece porque tem a facilidade de aglutinar as forças da reação, as conservadoras e as centristas, impedindo a modificação e o avanço, seja de natureza política, social ou econômica. A esquerda tem-se equivocado como sempre, e continua aqui equivocadamente procedendo. O processo de dois turnos é a própria corrupção, e lhes digo por quê. No primeiro turno participam todos os Partidos, cada um quer construir ou mostrar o seu cacife; todos os Partidos fazem, ou tentam fazer as suas Bancadas de vereador. Certo que a concorrência de muitos Partidos impossibilita que haja um vencedor real em primeiro turno. Ninguém atingirá a maioria absoluta. E o que acontece? Ficam dois no páreo, o primeiro e o segundo, e daí para a frente é um autêntico leilão, leilão em que os Partidos derrotados e fora da disputa irão forçar que se realize; leilão dos vereadores que já eleitos querem vender o seu núcleo eleitoral ou a soma de votos, e vão lá buscar o que gastaram na campanha e quererão troco, por certo.

Será a forma da forra dos suplentes e dos derrotados, que terão também, cada um, o seu cacife, e que vão cobrar de um dos dois infelizes que se colocarem em primeiro e segundo lugar. E será, enfim, o princípio da construção do monopartidarismo, do unipartidarismo. É o PRI chegando, é o Partido mais forte se apoderando do poder, porque só duas forças acabarão por existir depois de algumas eleições.

E essas duas forças, por certo, se transformarão em uma só, e teremos liquidado o pluripartidarismo. O processo de dois turnos é processo reacionário, é antipopular, é contra o avanço da própria esquerda que o enaltece irresponsavelmente, sem noção histórica, intelectual, sem sequer seriedade ou probidade.

Aí estão de mãos dadas a esquerda e os corruptos. Aos dois, a um não deveria interessar o processo, e ao outro o que interessa, galopará a fórmula até o final, porque é o meio de transformar o processo político-eleitoral em corrupção deslavada, melhor ainda, constitucionalmente prevista, legalmente estabelecida.

Não podemos concordar com isso! É preciso que V. Ex.<sup>as</sup> atentem para o fato. E mais, desdobramos isso através de quase 5 mil municípios brasileiros, pequenas comunidades a se exigir uma maioria absoluta que é ilusória, porque ela partirá da opção entre dois candidatos apenas e de uma aglutinação de forças que não sabemos como será feita, e por certo acabará sendo feita da pior forma possível, ou seja pela forma fisiológica. Os governos haverão de ser partilhados, as secretarias divididas, as diretorias vendidas, o nepotismo, o filhotismo, o apadrinhamento se dará em toda a extensão para que o candidato compre essa maioria absoluta.

É uma vergonha que muitos sustentem isso e falem que sustentam em nome da moral, em nome da ética ou em nome da democracia; isso só pode ser sustentado em da imoralidade e da corrupção!

Apesar do que aqui foi dito, se mentiu, pois, quando votarmos pelo art. 87 e seus parágrafos estaremos além de tudo votando por um segundo turno de um colégio indireto, atentatório espúrio a todos os princípios populares. O que está escrito no art. 87, e ninguém leia o contrário é que o segundo turno se dará no Congresso como se dará nas Assembléias e nas Câmaras, e isso é espúrio! Não está modificado o art. 87 e ninguém pode garantir uma modificação futura...

Portanto, pela extirpação do texto do art. 87 e seus nefandos parágrafos! (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

— Com a palavra o Constituinte Egídio Ferreira Lima, que vai encaminhar contra.

**O SR. CONSTITUINTE EGÍDIO FERREIRA LIMA: —**

Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Tenho atenção e respeito pelo Constituinte Gastone Righi, Líder do PTB, mas fico triste, não entendo que um Líder político se insurja contra os dois turnos.

O latino-americano, notadamente o brasileiro, tem um desprezo muito grande, uma falta de alcance do que seja a legitimidade, a anuência da maioria com o governante, anuência essa que se dá pelo voto.

A legitimidade é tão séria, tão concreta quanto a parede, quanto esta madeira.

O regime constitucional de 46 a 64 foi uma grande fragilidade, porque não adotou na Constituição de 46 os dois turnos.

Os franceses têm uma consciência nítida disso; o ex-Presidente francês, o estadista Charles de Gaulle quando voltou à Presidência, à Chefia da França, a primeira coisa que ele exigiu foi que a reforma constitucional, sugerida por ele, fosse submetida ao **referendum** popular e depois da primavera de 68, quando sentiu a reação da população, ele se submeteu a um plebiscito e foi para casa.

Se vamos adotar os dois turnos para a eleição do Chefe de Estado, por que não fazê-lo para o governador e para os municípios?

Imaginem o que seria um município de 10 mil eleitores com meia dúzia de candidatos a prefeito, podendo, em tese, eleger um prefeito por 2.500 votos, ou por 2.000 votos...

A eleição não faz mal a ninguém! É a eleição que cria consciência cívica; é a eleição que ensina o processo democrático; é a eleição que traz a nitidez da cidadania. Uma eleição em um município de interior é uma festa cívica, é um despertar...

Por que falar em corrupção?

Por que falar em cambalacho?

O caminho da corrupção são os corredores da ditadura e dos regimes fechados, em que o povo não é ouvido.

A democracia é própria aos conflitos e à coligação de partidos, e o segundo turno estimula, aprimora e purifica o jogo entre os partidos e dá ao chefe do município a maioria absoluta dos seus governados, dando-lhe vontade política, firmeza nas ações.

Votemos contra a emenda; a supressão do dispositivo do texto do projeto é uma violência à consciência política e à consciência popular brasileira. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

— Concedo a palavra ao Relator.

**O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE: —** Sr.

Presidente, peço a palavra, pela ordem, antes de ouvirmos o Relator.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

— V. Ex.<sup>a</sup> tem a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE: —** Sr.

Presidente, gostaria de me dirigir ao Relator, mais uma vez, chamando a atenção para esse problema.

Estamos votando o artigo 34, que faz referência ao art. 87, ou seja, o comportamento da eleição, em segundo turno, será semelhante ao do art. 87, que se dá através de eleição indireta no prazo de 15 dias, após o resultado. Dentro desse prazo, Sr. Presidente, a permanecer o que está no artigo 87 — e eu não posso trabalhar no pressuposto de que conseguiremos mudar isso, porque poderemos não conseguir — eu gostaria de saber do Relator como isso será corrigido, porque o prefeito seria eleito pela atual Câmara de Vereadores e o Governador pela atual assembléia legislativa e não como seria lógico que ele fosse eleito por aqueles que foram eleitos junto com ele.

Gostaria de saber como se resolverá isso, se por acaso não for revogado esse artigo da eleição indireta, no artigo 87?

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Por essa razão dei a palavra ao Relator, para que S. Ex.<sup>a</sup> nos explicasse.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Tem a palavra V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, submeto-me com humildade a determinadas regras das lideranças partidárias, mas quando a matéria é relevante, invoco, acima das lideranças, a lei, que é o Regimento. Portanto, tenho o direito de falar contra essa emenda, pelo Regimento; por isso, fui me inscrever. Não faço isso todas as vezes, Sr. Presidente, porque procuro colaborar, mas gostaria de falar contra o princípio dos dois turnos, porque acho isso muito importante para o futuro.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Eu daria a palavra a V. Ex.<sup>a</sup> na emenda seguinte, a do Constituinte Jutahy Júnior, pois V. Ex.<sup>a</sup> já me havia pedido, mas se prefere falar agora e estender suas considerações de tal maneira que abranja também a Emenda do Constituinte Jutahy Júnior, então se o nobre Relator me permite, vamos ouvir as doudas palavras do Constituinte Gerson Peres. **(Pausa)**

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente e prezados colegas, estamos querendo introduzir no Direito brasileiro a eleição de dois turnos.

Ouvi atentamente as judiciosas palavras desse brilhante e eminente Parlamentar Egídio Ferreira Lima. Teoricamente, S. Ex.<sup>a</sup> nos deixou quase que aptos a acompanhá-lo, se olharmos o aspecto teórico da maneira como expôs. Eu não gosto de discutir problemas eleitorais baseados só na doutrina, é preciso pegar a regra e aplicar aos fatos, à realidade brasileira.

Eleições de dois turnos no Brasil é algo que só vai acontecer uma vez, porque a reação vai ser muito grande das próprias bases políticas municipais. Os milhares de municípios brasileiros que aí estão são dotados de uma infra-estrutura precária, ainda não estão aptos a fazer o jogo duplo das eleições, mesmo porque a influência do poder do Governo municipal, do poder do Governo estadual, ainda está arraigado nestas áreas e nós vamos assistir a espetáculos degradantes com as eleições de dois turnos, vencendo sempre aquele que vai deter a máquina que vai conhecer a segunda regra do jogo, sobretudo em municípios distantes onde há uma pobreza até da presença da Justiça, para acompanhar o pleito, e onde os tentáculos do Governo são a palavra máxima. Estamos, aqui, "mexicanizando" o Brasil, dando instrumentos para o Governo se perpetuar no poder, ou demorar por mais tempo, mesmo sendo péssimo e ineficiente, porque a regra da compra do voto, da compra do jogo...

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – V. Ex.<sup>a</sup> está a favor ou contra a emenda do Constituinte Gastone Righi? Tenho anotado, aqui...

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Vou chegar lá, Sr. Presidente. Sou contra os dois turnos, a favor da emenda, porque a emenda do Constituinte Gastone Righi pede para retirar as regras do art. 87, que contrariam até o próprio programa do PMDB. Lamento que o Constituinte Egídio Ferreira Lima defenda essa regra dos dois turnos, consignada no art. 87, que restabelece as eleições indiretas e coloca o Parlamento acima da vontade do povo.

Vou ler para V. Ex.<sup>a</sup>, o art. 87, § 2º:

"Se nenhum candidato alcançar a maioria prevista – os dois turnos – o Congresso Nacional,

por voto secreto e até 15 dias da proclamação do resultado da primeira eleição, escolherá, em primeiro escrutínio, por maioria absoluta, e, em segundo, por maioria simples um dos dois mais votados". Se, no entanto, preferir decidir convocar eleição direta, concorrerão somente os dois candidatos mais votados. Isso, se o Congresso Nacional decidir convocar eleições diretas; é exceção. A regra é o Congresso decidir sobre os dois mais votados.

Vamos à prática: suponhamos que o eminente Constituinte Virgílio Távora vença o eminente Constituinte Egídio Ferreira Lima. Como o PMDB é detentor da maioria no Congresso, mesmo o povo votando em Virgílio Távora, vai escolher Egídio Ferreira Lima, porque tem um rolo compressor aqui de trezentos e tantos Deputados. É o Congresso contra o povo; é um jogo que não é democrático, que contraria tudo o que o PMDB pregou em praça pública. "Indiretas nunca mais", dizia o PMDB e, agora, restabelece na Constituição.

Não me parece correto. Quem é parlamentarista, Constituinte Egídio Ferreira Lima não vota em dois turnos. Sabe por quê? Porque, no parlamentarismo misto, o Presidente da República não pode ter maior representatividade e legitimidade política do que o Chefe do Governo, que é o chefe do gabinete parlamentar; e o chefe do gabinete parlamentar é eleito por maioria simples. Logo, democraticamente, o Presidente da República, no parlamentarismo misto, deverá ser eleito por maioria simples, para que haja equilíbrio entre a representatividade e a legitimidade de um com a representatividade e a legitimidade do outro.

É assim que penso, Constituinte, porque somente assim se faz democracia com equilíbrio, e na hora em que V. Ex.<sup>a</sup> colocar um Presidente da República escolhido por maioria absoluta, ele irá esmagar, pela representatividade e legitimidade, toda a força do governo do gabinete parlamentar.

Com estas considerações, eu pediria aos nobres colegas que acatassem a emenda do eminente Constituinte Gastone Righi, porque, ela é mais compatível com as nossas tradições, com os princípios democráticos e com o programa que o PMDB pregou em praça pública. **(Muito bem!)**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Depois dessa brilhante defesa ao programa do PMDB, dou a palavra ao nobre Constituinte Pimenta da Veiga, para secundá-la. S. Ex.<sup>a</sup> se pronunciará contra.

**O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA:** – Sr. Presidente, Sras e Srs. Constituintes, depois da ampla discussão estabelecida sobre o assunto em votação, talvez não fossem necessárias as palavras que pretendo proferir. Apenas insisto em vir à tribuna para desfazer uma confusão levantada pelo ilustre Constituinte Gerson Peres, quando quis dizer ao Plenário que o que está em discussão é a eleição, em segundo turno, pelo Colégio Eleitoral.

Sabem bem V. Ex.<sup>as</sup> que não foi essa a intenção, não foi esse o objetivo do autor da emenda, Constituinte Gastone Righi, que teve a oportunidade de ir à tribuna para dizer, clara e cabalmente, que apresentou essa emenda porque é contra o princípio da eleição em dois turnos, mesmo pelo sufrágio direto e universal.

Não pode, portanto, a afirmativa do Constituinte Gerson Peres, que defendia a emenda, por ser contra o segundo turno pela via indireta. Esta confusão não deve, portanto, prosperar. É visível a preferência do Plenário pelo segundo turno, pela forma direta. O próprio Relator, salvo engano e vejo que não me engano – já anunciou ao País que corrigirá, em sua versão final, em seu substitutivo final, esta imperfeição, independente da manifestação do Plenário, tinha S. Ex.<sup>a</sup> de corrigir o dispositivo do

art. 87, que dava a eleição em segundo turno, pela via indireta.

Mas é evidente, pela própria reação do Plenário, que soberanamente, irá corrigir esta imperfeição do texto. Portanto, o que está em votação é apenas se deve a Constituição consagrar, ou não, o princípio da eleição direta, em duas etapas, em dois turnos, caso, no primeiro turno, o candidato a cargo executivo não consiga a votação majoritária. Mas por que insistir nisso? Em defesa da democracia e em defesa, sobretudo, da legitimidade dos mandatos populares.

Mas não é à-toa, não terá sido à-toa que a história política brasileira é manchada com tantas interrupções de mandatos de Presidentes eleitos pelo voto direto. Certamente, terá influído, nessa sucessão de golpes que viveu o Brasil, a não exigência da votação em dois turnos, a não exigência...

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Protesto. V. Ex.<sup>a</sup> não está tendo honestidade intelectual. A minha emenda não fala de eleições de Presidente, nem de governador; só de ter o direito de protestar.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Sr. Constituinte Gastone Righi, a palavra está com o orador na tribuna. V. Ex.<sup>a</sup> teve a oportunidade de defender a sua emenda.

Com a palavra o Constituinte Pimenta da Veiga.

**O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA:** – Apesar da indevida intromissão do Constituinte Gastone Righi, na defesa que faço das minhas idéias, S. Ex.<sup>a</sup> não pode negar que defende também o fim do segundo turno para Presidente e Governador, porque já expôs isso aqui. Mas a verdade é que agora estamos decidindo para Prefeito, mas não podemos derrubar o princípio da eleição em dois turnos, o princípio de que é sempre indispensável o Chefe do Executivo, ter a participação e a solidariedade da maioria do eleitorado. A única exceção que tivemos de um Presidente eleito, sem a maioria absoluta, que conseguiu governar por todo o período, por sinal, fazendo uma grande administração, foi a do Presidente Juscelino Kubitschek, porque todos os demais não conseguiram cumprir o seu período. Por isso, temos que insistir na maioria absoluta, na solidariedade da maioria do eleitorado, que é indispensável para a legitimidade do mandato; é indispensável para a defesa da democracia. Por isso, estimulamos V. Ex.<sup>as</sup> para que votem contra essa emenda, que é uma emenda antidemocrática e que vai contra a legitimidade do mandato.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Tem a palavra o Relator.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr. Presidente para uma questão de ordem, só para repor a votação em um segundo.

Diante das sustentações que, na realidade, ou fugiram ou conflitaram com os fatos claros, a minha emenda ficou com a aparência distorcida. É preciso que a Presidência destaque que minha emenda se refere apenas aos municípios e que evita esse segundo turno espúrio, feito no aconchego dos parlamentos, como está estabelecido no restante.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – V. Ex.<sup>a</sup> não tenha cuidado, porque, antes da votação, darei todas as explicações pertinentes.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Muito obrigado.

**O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA:** – Sr. Presidente, já que fui nominalmente citado pelo Constituinte Gastone Righi.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Não citei ninguém.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – S. Ex.<sup>a</sup> apenas pediu que eu explicasse qual é o sentido da emenda, o que farei oportunamente.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Só isso.

**O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA:** – Para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

Apenas para lembrar à Casa que, até por simetria, devemos manter esse princípio para prefeito, porque já o mantivemos para governador e certamente o manteremos para presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – V. Ex.<sup>a</sup> já expôs o seu ponto de vista.

Com a palavra o Relator.

Peço à Casa preste atenção, porque o Relator vai explicar. Creio que é a terceira vez que o ouço sobre o mesmo ponto, mas gostaria de ouvi-lo mais uma vez.

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – Sr. Presidente, Srs. Membros da Comissão de Sistematização, voltamos a insistir no fato de que estamos votando aqui, quando se trata da remissão ao art. 87 – e este esclarecimento devemos principalmente à questão de ordem levantada pelo Constituinte Ademir Andrade – uma regra acessória, estamos votando aqui o espelho do art. 87.

Se quisermos recuperar a eleição direta, não será aqui, a recuperação da eleição direta se dará na regra substantiva que é a do art. 87, item IV, com a qual 90% dos membros desta Comissão já estão comprometidos, inclusive o Relator Bernardo Cabral, não no sentido de que ele, por si só, irá reformular o art. 87 e produzir uma nova regra, mas, sim, porque ele, Bernardo Cabral, Relator-Geral, desde já se dispõe a acolher uma entre as inúmeras emendas que reintroduzem o princípio da eleição direta para Presidente da República e, por consequência e como através de um espelho, para Governador de Estado, no art. 30, e para Prefeito, no art. 34.

Portanto, as regras do art. 30 e do art. 34 são acessórias ao art. 87. Se queremos alterá-las quanto ao princípio da eleição direta devemos bulir no art. 87. Lá se travará, essencialmente, essa questão. Não podemos trazer para cá esse tema, sob pena de gerarmos uma enorme confusão. E, infelizmente, um jornal brasileiro de grande circulação nacional, neste fim de semana, evidentemente que não por má fé ou má intenção, mas por um erro, por um equívoco até justificado de interpretação, exatamente porque as discussões aqui, no sábado, travaram-se equivocadamente em cima dessa questão, o jornal publicou, em todo o País, que a Comissão de Sistematização havia aprovado dois turnos, com eleição indireta para governador. Não! Nós aprovamos dois turnos para governador e vamos estabelecer dois turnos com eleição diretíssima no primeiro e no segundo turno, lá no art. 87.

Esse mesmo princípio, Sr. Presidente, vale, agora, para prefeitos municipais. Para mantermos os dois turnos, não podemos suprimir a remissão ao art. 87, precisamos votar contra a Emenda Gastone Righi e pela manutenção do texto.

O voto em dois turnos assegura o pluripartidarismo e a vida institucional dos pequenos Partidos. Eu me admiro que um Deputado que integra um Partido que não está entre os maiores, um Partido de médio para pequeno, como é o Partido Trabalhista Brasileiro, não queira manter um princípio que assegura, Sr. Presidente, que o PTB terá o direito de participar de todas as eleições municipais sem ser vítima do voto útil, que faz com que o eleitor...

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso) (Fazendo soar a campainha):** – O tempo de V. Ex.<sup>a</sup> já se esgotou, Sr. Relator.

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – Sinto muito. Encerro aqui. A Relatoria é contrária à emenda. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Vamos votar, portanto, neste momento, o destaque do Constituinte Gastone Righi, que pede que no art. 34 seja suprimida a expressão "aplicadas as regras do art. 87 e parágrafos." E por consequência, o art. 34, se aprovada a emenda Gastone Righi, será lido assim: "O prefeito será eleito até 45 dias antes do término do mandato do seu antecessor, para mandato de 4 anos, e tomará posse no dia 1º de janeiro do ano subsequente".

Os que estiverem de acordo com esta formulação, dirão SIM, obviamente os demais dirão NÃO, ressalvados os que queiram queiram abster.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: José Freire, Nilson Gibson, Marcos Lima, João Natal, Délio Braz Christóvam Chiaradia, Edme Tavares, Eraldo Tinoco, Inocêncio Oliveira, José Lins, José Lourenço, José Santana de Vasconcellos, José Thomaz Nonô, Luís Eduardo, Paulo Pimentel, Enoc Vieira, José Tinoco, Paes Landim, Gilson Machado, Mozarildo Cavalcanti, Gerson Pares, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia, Virgílio Távora, Adylson Motta, Brandão Monteiro, Lysâneas Maciel, Luiz Salomão, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Siqueira Campos e Antonio Farias. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Alfredo Campos, Almir Gabriel, Aluizio Campos, Antônio Britto, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Carlos Mosconi, Celso Dourado, Cid Carvalho, Egídio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Gasparian, Fernando Henrique Cardoso, Haroldo Sabóia, Ibsen Pinheiro, João Calmon, João Herrmann Neto, José Fogaça, José Paulo Bisol, José Richa, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nelton Friedrich, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Raimundo Bezerra, Rodrigues Palma, Sigmaringa Seixas, Virgildásio de Senna, Wilson Martins, José Costa, Israel Pinheiro, Nelson Wedekin, Vilson Souza, Jorge Haja, Octávio Elísio, Ziza Valadares, Chagas Rodrigues, Alcení Guerra, Aloysio Chaves, Antoniocarlos Mendes Thame, Arnaldo Prieto, Mário Assad, Oscar Corrêa, Sandra Cavalcanti, Simão Sessim, Valmir Campelo, Antônio Carlos Konder Reis, Francisco Rossi, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Adolfo Oliveira, Haroldo Lima, Roberto Freire e Jamil Haddad.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 32 Constituintes; votaram NÃO 58 Constituintes. Total: 90 votos. O Destaque foi **rejeitado**.

Vou considerar prejudicado o Destaque nº 3508, da Constituinte Lídice da Mata, porque versa sobre matéria idêntica.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ THOMAZ NONÔ:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Pois não, Constituinte José Thomaz Nonô.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ THOMAZ NONÔ:** – Sr. Presidente, acolhendo o art. 34, na forma que acabamos de fazer, ficamos no seguinte:

"o Prefeito será eleito até 45 dias antes do término do mandato do seu antecessor."

E pela disposição aplicada às regras do art. 87, quer dizer o seguinte:

"Se nenhum candidato alcançar a maioria prevista, o Congresso" – no caso a Assembléia ou a Câmara Municipal – "por voto secreto e até 15 dias da proclamação, etc., etc. escolherá, em pri-

meiro escrutínio, por maioria absoluta, e, em segundo com maioria simples."

Em suma, Sr. Presidente, nós acabamos de acolher aqui um princípio, pouco importa se esteja consubstanciado no art. 87, 93, 115. O que nós concordamos, o que nós fizemos na reunião de hoje, agora, ao rejeitar a emenda supressiva do nobre Constituinte Gastone Righi, foi admitir o princípio dos dois turnos com o primeiro escrutínio por maioria absoluta e o segundo por maioria simples. Nós admitimos este princípio. A minha questão de ordem é a seguinte: nós não podemos praticar, aqui, cotidianamente, o exercício da mediunidade e adivinhar como vai se comportar o Plenário 30 ou 40 artigos depois. Se nós acolhemos hoje este princípio, como fica, Sr. Presidente, a votação no futuro? Porque o que nós concordamos não foi no artigo – reitero – no artigo 87, nós acabamos de admitir um princípio. Parece-me que a Casa abriu um precedente para admitir um princípio na votação para Prefeito Municipal e um outro para Presidente da República. É a minha questão de ordem, Sr. Presidente.

**O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO BRITTO:** – Sr. Presidente, pela ordem, para contraditar.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Tem a palavra, pela ordem, o Sr. Constituinte Antônio Britto.

**O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO BRITTO:** – O nobre Constituinte José Thomaz Nonô volta, mais uma vez, a uma questão que, pela palavra do Relator, pela palavra do Relator Substituto, pela palavra de todos que encaminharam a questão, já deveria ter ficado clara. E se não ficou clara ao nobre Constituinte, precisa, como já está, ficar clara para a opinião pública brasileira.

Nesta Comissão, pela manifestação que tem sido feita de membro após membro da Comissão, a intenção é sepultar, quando da votação do art. 87, o mostrengo do Colégio Eleitoral. Este é um compromisso claro de todos nós. O que se está votando aqui é outra coisa. É a afirmação de que teremos dois turnos para Prefeitos, para Governador, para Presidente da República, e sempre pelo voto do povo.

Peço para fazer esta manifestação, Sr. Presidente, porque pela terceira vez se volta a isso. É preciso que fique claro, à imprensa e à opinião pública brasileira, o que realmente estamos votando e com o que realmente, estamos nos comprometendo.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – De acordo com o que já foi reiterado aqui, votaremos o art. 87. Se no art. 87 resolvermos que haverá um só turno, prevalecerá um turno só. O que resolvermos no art. 87 prevalecerá.

Não tenho dotes mediúnicos, e acredito que muitos de nós não os tenhamos. O que não posso é adivinhar o que vai ser. A presunção de V. Ex.<sup>a</sup>, até que mude alguma coisa, é verdadeira. Temos a sensação, pelas declarações reiteradas do Relator e da maioria, de que irá mudar. Espero, ardentemente, que mude, porque já estamos cansados de eleições indiretas.

**O SR. CONSTITUINTE VIRGILDÁSIO DE SENNA:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma reclamação, com fundamento no art. 55 do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Pois não, nobre Constituinte. V. Ex.<sup>a</sup> tem a palavra para reclamar.

**O SR. CONSTITUINTE VIRGILDÁSIO DE SENNA:** – Sr. Presidente, permita-me V. Ex.<sup>a</sup> que, com o maior respeito que tenho pela sua Presidência, reclame contra questões de ordem que não são questões de ordem, mas discursos paralelos sem nenhuma pertinência. Não há

nenhuma questão de ordem levantada nem no discurso do nobre Constituinte Antônio Britto nem no discurso do nobre Constituinte José Thomaz Nonô. Há a interpretação constitucional de matéria que ainda vai ser votada.

Por esse motivo, Sr. Presidente, pela boa marcha dos nossos trabalhos, reclamo e peço que, dentro da ordem regimental, V. Ex.<sup>a</sup> não permita discursos paralelos que só ocorrem, nesta Casa, na medida em que os focos, da televisão estão apontados para esses oradores.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – V. Ex.<sup>a</sup> tem razão. Defiro de plano o requerimento de V. Ex.<sup>a</sup>, porque nada mais me apraz do que nos cingirmos ao Regimento e votarmos.

Há alguém que tenha alguma questão de ordem, efetivamente de ordem, para ser levantada, ou deseja fazer discurso paralelo? Informo a V. Ex.<sup>a</sup> que não permitirei discurso paralelo.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ COSTA:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem. Em verdade, trata-se de embargos declaratórios.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Trata-se de questão de ordem? Temos muito o que votar ainda hoje.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ COSTA:** – Sr. Presidente, é questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – A respeito de que artigo do Regimento?

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ COSTA:** – Estou invocando o Regimento do artigo que me permite...

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Estou sob um fogo, Sr. Constituinte José Costa, que me obriga a seguir o Regimento. Qual o artigo do Regimento que V. Ex.<sup>a</sup> invoca?

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ COSTA:** – O Regimento me permite arguir questão de ordem sobre matéria que estamos votando aqui.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Qual a questão de ordem de V. Ex.<sup>a</sup>?

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ COSTA:** – Como V. Ex.<sup>a</sup>, entendo – e aí valem como embargos declaratórios – que, em verdade, já votamos e aprovamos o art. 87 e parágrafos. Não é mais objeto...

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – V. Ex.<sup>a</sup> me permite? Não é esse o procedimento. Vamos votar o art. 87. Trata-se, aqui de uma referência sem conteúdo, vazia, com vários destaques sobre os quais vamos votar. Passaremos à votação, se V. Ex.<sup>as</sup> me permitem. Precisamos terminar a votação.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma outra questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – V. Ex.<sup>a</sup> tem a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – Sr. Presidente, compreendo, inclusive não imaginar que esta discussão se alongasse por tanto tempo. Entretanto, na quarta-feira passada, respondendo a uma questão de ordem do Constituinte Aldo Arantes, V. Ex.<sup>a</sup> presidia os trabalhos e a questão de ordem foi levantada relativa ao Projeto de Decisão nº 4, que se constitui numa grave afronta à Assembléia Nacional Constituinte.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Nobre Constituinte, V. Ex.<sup>a</sup> me permite?

Peço a V. Ex.<sup>a</sup> que deixe essa questão de ordem para o final da reunião. Temos que votar, está em discussão...

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – É que no final da reunião, certamente V. Ex.<sup>a</sup> não estará presidindo

os trabalhos, e eu gostaria de levantar a questão de ordem estando os trabalhos presididos por V. Ex.<sup>a</sup>, na medida em que, na questão de ordem levantada na mesma semana passada, V. Ex.<sup>a</sup>, também nos honrava presidindo a reunião.

O **Jornal do Brasil** de ontem, na coluna "Informe Econômico", publica que o Banco Central, a partir de quarta-feira, com base na Circular nº 1.125, estará decidindo os requerimentos de conversão da dívida externa em capital de risco.

Gostaria, então, de solicitar a V. Ex.<sup>a</sup>, já que, resolvendo a questão de ordem do Constituinte Aldo Arantes, V. Ex.<sup>a</sup> mencionou que esta semana traria uma resposta, visto que a Mesa da Assembléia Nacional Constituinte estaria reunida para dizer quando o projeto de decisão seria encaminhado para o Plenário da Assembléia Nacional Constituinte.

Como o **Jornal do Brasil** publica que a partir de quarta-feira o Banco Central, à revelia e num desrespeito profundo à Assembléia Nacional Constituinte, estará decidindo sobre projetos de conversão da dívida, gostaria de reiterar...

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Amanhã haverá uma reunião conjunta da Mesa da Sistematização e da Mesa da Assembléia Nacional Constituinte. O requerimento de V. Ex.<sup>a</sup> será levado à presença da Mesa da Assembléia Nacional Constituinte, e saiba V. Ex.<sup>a</sup> que tem o meu apoio pessoal nesta matéria, não para votar o seu projeto, mas para que o projeto seja votado.

**Destaque nº 5853-87 – Emenda nº ES-28066-0, do Sr. Jutahy Júnior, "que modifica o art. 43 do Substitutivo nº 1 (art. 34 do Substitutivo nº 2)." (246ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Passamos, agora, à apreciação do Destaque do Constituinte Jutahy Júnior, que já estava em votação e que sobrestei, porque queríamos verificar, primeiro, se a Casa concordava ou não com o Constituinte Gastone Righi. O Constituinte Jutahy Júnior já fez a defesa do seu projeto, já foi contraditado. Vou ler o projeto e passar à votação. Ele diz o seguinte:

"Dê-se ao art. 34 a seguinte redação:

O Prefeito será eleito até 45 antes do término do mandato de seu antecessor, aplicadas as regras dos §§ 1º e 2º do art. 111 nas eleições das capitais dos Estados e municípios com mais de 100 mil eleitores ...", ou seja, restringe a aplicabilidade dos dois turnos àqueles – é o art. 87, naturalmente; aqui está na redação antiga – municípios que têm mais de 100 mil eleitores. Assim, nos municípios de menos de 100 mil eleitores não haveria dois turnos para a escolha do Prefeito.

É este o projeto do Constituinte Jutahy Júnior que está em votação.

**O SR. CONSTITUINTE JUTAHY JÚNIOR:** – No caso da Capital de Estado ter menos de 100 mil eleitores, continua tendo dois turnos.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – É verdade!

Está em votação, peço aos Srs. Constituintes que tomem seus assentos. **(Pausa)**

Peço ao Sr. Secretário que proceda a chamada nominal.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Fernando Bezerra Coelho, Fernando Henrique Cardoso, Ibsen Pinheiro, Israel Pinheiro, Arnaldo Prieto, Christóvam Chiaradia, Edme Tavares, Eraldo Tinoco, Inocêncio Oliveira, José Jorge, José Lins, José Lourenço, José San-

tana de Vasconcellos, José Thomaz Nonô, Luis Eduardo, Oscar Corrêa, Paulo Pimentel, José Tinoco, Paes. Landim, Valmir Campelo Gilson Machado, Mozarildo Cavalcanti, Jofran Frejat, Gerson Pares, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia, Virgílio Távora, Adylson Motta; Brandão Monteiro, Lysâneas Maciel, Luiz Salomão, Gastone, Righi, Siqueira Campos e Antonio Farias. Votaram **NÃO** os Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Alfredo Campos, Almir Gabriel, Aluizio Campos, Antônio Britto, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Celso Dourado, Cid Carvalho, Egídio Ferreira Lima, Fernando Gasparian, Fernando Lyra, João Calmon, João Herrmann Neto, José Fogaça, José Freire, José Paulo Bisol, José Richa, Nelson Carneiro, Nelton Friedrich, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Raimundo Bezerra, Rodrigues Palma, Sigmaringa Seixas, Virgildásio de Sentia, Marcos Lima, Antonio Mariz, José Costa, Délio Braz, Vilson Souza, Jorge Hage, Octávio Elísio, Chagas Rodrigues, Alcenir Guerra, Aloysio Chaves, Sandra Cavalcanti, Enoc Vieira, Simão Sessim, Francisco Rossi, Luis Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Adolfo Oliveira, Haroldo Lima, Roberto Freire e Jamil Haddad. **ABSTENÇÃO** dos Senhores Constituintes Nilson Gibson, Oswaldo Lima Filha e Joaquim Bevilacqua.

Durante a chamada nominal da votação do Destaque nº 5853-87, o Sr. **Fernando Henrique Cardoso**, Quarto-Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. **Jarbas Passarinho**, Terceiro-Vice-Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 34 Constituintes; votaram NÃO 47 Constituintes; abstiveram-se de votar 3 Constituintes. Total; 84 votos. O Destaque foi **rejeitado**.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ COSTA:** – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – V. Ex.<sup>a</sup> tem a palavra pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ COSTA:** – Sr. Presidente, perdoe-me V. Ex.<sup>a</sup>, mas me parece que a matéria é relevante e vou voltar ao assunto, uma vez que me disponho a recorrer da decisão da Mesa.

Há poucos instantes, votamos a regra contida no art. 34 do projeto, aprovando expressamente o preceito contido no art. 87 e parágrafos.

Sr. Presidente, admitindo a hipótese de, eventualmente, os trabalhos da Comissão de Sistematização não serem prorrogados por um espaço de tempo que permita, por exemplo, apreciar o art. 87 é parágrafos, evidentemente, nós ficaríamos numa situação embaraçosa e deixaríamos o Plenário, a despeito da sua soberania, também numa situação embaraçosa.

Quer-me parecer que sempre que um dispositivo faça remissão a um ou mais dispositivos do projeto, ou se procrastina a votação e ela será apreciada depois, ocorrerá depois, ou então esses dispositivos terão de ser apreciados contemporaneamente.

No caso concreto, ou o art. 34 seria apreciado conjuntamente como art. 87 e parágrafos, ou então se procrastinaria a apreciação do art. 34, sob pena de comprometermos o bom desempenho e o bom trabalho da Comissão de Sistematização, que, assim, transferiria o problema, talvez, insolúvel para o Plenário.

Caso a Mesa não reveja a sua posição com relação à questão de ordem, eu, nos termos do Regimento, e com apoio de 35 Constituintes – porque, se não me falha a memória, é esta a exigência regimental – recorrerei da decisão.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Pois não! Sabe V. Ex.<sup>a</sup> que, no momento, é uma questão ven-

cida, pois foi dada resposta e solução a uma questão de ordem levantada pelo nobre Constituinte Fernando Henrique Cardoso, exatamente sobre esta matéria.

Eu apenas me permitiria fazer um comentário breve sobre a matéria: a única hipótese em que o raciocínio de V. Ex.<sup>a</sup> se consolida é se de fato, não chegarmos a votar o art. 87; se o votarmos, e ele vier a ser de um turno só, o que está aqui também se aplica a de um turno só, não haveria problema algum. A única possibilidade, repito, é não chegarmos a votar o art. 87. Já houve uma questão de ordem levantada pelo nobre Constituinte Carlos Sant'Anna, à qual dei solução – que era mais grave ainda, porque falava, desde logo, na figura do Primeiro-Ministro. Esta, então não ficaria nem na dependência de votação ou não, e foi considerado pela Casa, sem qualquer protesto do plenário, que, se adiante vencesse o presidencialismo, automaticamente seria corrigida na redação aquela aprovação que tinha sido feita por antecipação. Mas recorro, junto com V. Ex.<sup>a</sup>, da decisão para a Mesa da Assembléia Nacional Constituinte.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ COSTA:** – Muito obrigado, a V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Em votação o Destaque nº 6390, requerido pelo Constituinte Valter Pereira. **(Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup> não está presente.

Prejudicado.

Em votação o Destaque nº 7275, requerido pelo Constituinte Waldyr Pugliesi. **(Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup> não está presente,

Prejudicado.

Em votação o Destaque nº 8012, requerido pelo Constituinte Eraldo Tinoco. **(Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup> não está presente.

Prejudicado.

Em votação o Destaque nº 8232, requerido pelo Constituinte Alysson Paulinelli. **(Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup> não está presente.

Prejudicado,

Em votação o Destaque nº 1661, requerido pelo Constituinte Délio Braz, referente à Emenda nº 33832.

O Constituinte Délio Braz retira o Destaque.

Em votação o Destaque nº 1662, requerido pelo Constituinte Délio Braz.

Também S. Ex.<sup>a</sup> retira o Destaque.

Em votação o Destaque nº 4519, requerido pelo Constituinte Alexandre Puzyna. **(Pausa)**

Ex.<sup>a</sup> não está presente.

Prejudicado.

Em votação o Destaque nº 4459, requerido pelo Constituinte José Egreja. **(Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup> está ausente.

Prejudicado.

Passamos ao art. 35, que trata da remuneração do prefeito.

Eu não sei se deveria pedir a atenção das Lideranças, porque houve uma emenda aqui que foi prejudicada pela ausência do requerente. E é curioso porque ela introduzia a figura do vice-prefeito, que está ausente no texto do Substitutivo, e pela ausência do autor foi prejudicada.

Partindo do pressuposto que o sistema parlamentarista será vitorioso, a ausência foi até oportuna, mas eu me permito, reservado o meu desejo.

Passamos ao art. 35.

Em votação o Destaque nº 24, do Constituinte Álvaro Valle.

S. Ex.<sup>a</sup> está ausente.

Prejudicado.

Em votação o Destaque nº 2930, requerido pelo Constituinte Eliel Rodrigues,

S. Ex.<sup>a</sup> está ausente.

Prejudicado.

Em votação o Destaque nº 3608, requerido pelo Constituinte Tito Costa.

S. Ex.<sup>a</sup> está ausente.

Prejudicado.

Em votação o Destaque nº 6405, requerido pelo Constituinte Valter Pereira. **(Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup> não está presente.

Prejudicado.

Em votação o Destaque nº 1123, requerido pelo Constituinte Vivaldo Barbosa. **(Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup> retira o Destaque.

Em votação o Destaque nº 4457, do Constituinte José Egreja. **(Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup> não está presente.

Prejudicado.

O Destaque nº 4458, do Constituinte José Egreja, fica igualmente prejudicado, em face a ausência do Requerente.

Passamos ao art. 36, Incisos I, V, VI e VII.

Em votação o Destaque nº 6676, requerido pelo Constituinte Vasco Alves. **(Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup> não está presente.

Prejudicado.

Em votação Destaque nº 5199, requerido pelo Constituinte Gerson Marcondes. **(Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup> não está presente.

Prejudicado.

Em votação o Destaque nº 4369, requerido pelo Constituinte Airtón Sandoval. **(Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup> não está presente.

Prejudicado.

Em votação o Destaque nº 6204, requerido pelo Constituinte José Santana de Vasconcellos. **(Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup> não está presente.

Prejudicado.

Em votação o Destaque nº 2356, requerido pelo Constituinte Gumercindo Milhomem. **(Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup> não está presente.

Prejudicado.

Em votação o Destaque nº 290, requerido pelo Constituinte Eduardo Jorge, referente à emenda de autoria da nobre Constituinte Abigail Feitosa. **(Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup> não está presente.

Prejudicado.

Em votação o Destaque nº 4201, requerido pelo Constituinte Octávio Elísio.

Retirado.

Em votação o Destaque nº 324, requerido pelo Constituinte Eduardo Jorge. **(Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup> não está presente.

Prejudicado.

Em votação o Destaque nº 5887, requerido pelo Constituinte Augusto Carvalho. **(Pausa)**

Retirado.

**Destaque nº 5939-87 do Sr. Eduardo Jorge, "que suprime a expressão "básico" do art. 36 inciso VII do Substitutivo nº 2". (247ª votação)**

Em votação o Destaque nº 5939, requerido pelo Constituinte Eduardo Jorge.

S. Ex.<sup>a</sup> não está presente, mas há a indicação para o Constituinte Carlos Mosconi defendê-lo.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS MOSCONI:** — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, a emenda do Constituinte Eduardo Jorge parece-me vir de encontro à intenção do nobre Sr. Relator, porque ela pretende que se mantenha a atenção ou a assistência à saúde providenciada também pelos municípios. Apesar, ela propõe o aperfeiçoamento do texto retirando o termo "básica", de saúde básica, o que no entender do Constituinte Eduardo Jorge e também no nosso entender, agiria como uma restrição ao município, já que inúmeros municípios no País oferecem saúde à população, não apenas saúde básica, o que me parece, portanto, que seria uma restrição à vontade e à ação de muitos municípios. Muitos municípios já têm por exemplo, pronto-socorro municipal, hospital municipal, portanto a questão, se limitada à saúde básica, funcionaria como total restrição à ação do município. O que me parece, Sr. Relator, contrário à sua intenção, que me parece que é exatamente fazer com que os municípios possam, de uma forma efetiva, de uma forma clara oferecer saúde, a mais abrangente, a mais ampla possível aos municípios.

Portanto, encareço ao Sr. Relator acolha essa proposta, que me parece estar de acordo com a vontade de V. Ex.<sup>a</sup> retirando apenas a expressão "básica" do texto, que ficaria assim redigido:

"Prestar, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, serviços de atendimento à saúde da população."

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** — Não há oradores inscritos.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** — Sr. Presidente, estou de acordo com a emenda apresentada pelo eminente Constituinte Carlos Mosconi. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** — Passamos à votação.

Os Srs. Constituintes queiram registrar seus números de códigos.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** — Sr. Presidente, uma questão de ordem. Essa emenda visa, na verdade, apenas suprimir uma palavra que quer dizer "é básico", palavra essa que não tem nada a ver com o mérito do dispositivo. Trata-se de mera adjetivação, é a supressão de um adjetivo apenas, com a qual o Sr. Relator concordou. Portanto, trata-se de emenda redacional, simplesmente. Não há mérito, não há nada de ordem constitucional a ser votado.

Como já fizemos em precedentes anteriores, quando for admitido que se trata de mera redação tem-se, na verdade, dispensado a votação.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Nobre Constituinte, lastimo discordar de V. Ex.<sup>a</sup> No próprio encaminhamento que fez o Constituinte Carlos Mosconi, há diferença entre assistência básica e assistência não básica, assistência geral; aqui o que se fala é assistência geral, não é mera questão de redação, é uma questão substantiva, é uma questão que modifica.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – É adjetiva!

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – O adjetivo leva a uma questão substantiva.

Prossigo na votação. Queiram registrar o número de código...

**O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO BRITTO:** – Sr. Presidente, para esclarecimento de votação, pediria ao nobre Relator que informasse, porque esse tema já foi objeto de uma intensa discussão, em outra ocasião, se no entendimento de S. Ex.<sup>a</sup>, a partir da redação dada pela emenda do nobre Constituinte Carlos Mosconi, se isso levaria, no entendimento do Relator, ao compromisso do município com o atendimento a toda a saúde ou todo atendimento à saúde.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – A redação, Sr. Presidente, diz que o município presta, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, uma assistência acessória e, por isso, se havia colocado atendimento básico, que são aqueles atendimentos iniciais, mas que em nada altera dizer "atendimento à saúde da população", porque a regra geral está instituída para a União e o Estado.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Não desejaria ser interrompido na hora em que anuncio votação e mando registrar número de códigos, senão perderemos tempo.

Em votação.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Ademir Andrade, Alfredo Campos, Almir Gabriel, Antônio Britto, Bernardo Cabral, Carlos Mosconi, Carlos Sant'Anna, Celso Dourado, Egídio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Gasparian, Fernando Lyra, Haroldo Sabóia, Ibsen Pinheiro, João Calmon, João Herrmann Neto, José Fogaça, José Freire, José Paulo Bisol, José Richa, José Ulisses de Oliveira, Nelson Carneiro, Nelson Friedrich, Nilson Gibson, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Rodrigues Palma, Severo Gomes, Sigmaringa Seixas, Virgildásio de Senna, Marcos Lima, Antonio Mariz, José Costa, Délio Braz, Vilson Souza, Jorge Hage, Octávio Elísio, Ziza Valadares, Euclides Scalco, Chagas Rodrigues, Alcení Guerra Aloysio Chaves, Arnaldo Prieto, Edme Tavares, Inocêncio Oliveira, José Jorge, José Lins, José Thomaz Nonô, Sandra Cavalcanti, Simão Sessim, Valmir Campeio, Gilson Machado, Mozarildo Cavalcanti, Jofram Frejat, Antônio Carlos Konder Reis, Gerson Pares, Jarbas Passarinho, Adylson Motta, Lysâneas Maciel, Vivaldo Barbosa, Luiz Salomão, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Adolfo Oliveira, Siqueira Campos, Haroldo Lima, Roberto Freire e Jamil Haddad. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Eraldo Tinoco, Luís Eduardo, Enoc Vieira, Paes Landim e Bonifácio de Andrada. **ABSTENÇÃO** do Senhor Constituinte Wilson Martins.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Encerrada a votação, vai-se proceder à apuração.

A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 71 Constituintes; votaram NÃO 5 Constituintes; absteve-se de votar 1 Constituinte: Total: 77 votos. O Destaque foi **aprovado**.

Passamos aos incisos VIII e IX, do mesmo art. 36.

Em votação o Destaque nº 6280, da Constituinte Myriam Portella, que está ausente.

Prejudicado o Destaque.

Em votação o Destaque nº 4346, requerido pelo Constituinte Simão Sessim. **(Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup> retira o Destaque.

**Destaque nº 6721-87 – Emenda nº ES-25462, do Sr. Luiz Alberto Rodrigues, "que suprime a expressão "urbano" do inciso VII, do art. 45 do Substitutivo do Relator" (art. 36 do Substitutivo nº 2).**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Em votação o Destaque nº 6721, requerido pelo Constituinte Luiz Alberto Rodrigues, referente à Emenda nº 25462, de sua autoria.

Concedo a palavra ao nobre Constituinte Luiz Alberto Rodrigues.

**O SR. CONSTITUINTE (Luiz Alberto Rodrigues):** – Sr. Presidente e Srs. Constituintes, o art. 36, item VIII, diz o seguinte:

"Compete ao município promover, no que couber, o adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, parcelamento e ocupação do solo urbano."

O entendimento que tivemos desde a Subcomissão de Municípios e Regiões é de que essa expressão como está exclui da jurisdição e da competência do município o planejamento, o ordenamento do uso e ocupação do solo rural, na medida em que ele explicita exatamente – e vou repetir isto – "promover no que couber o adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, parcelamento e ocupação do solo urbano."

Ora, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, a grande maioria dos municípios brasileiros tem as suas atividades de sustentação econômica exatamente na zona rural. E toda demanda de serviços é para atender às necessidades geradas por essas atividades econômicas, particularmente com a modernização do campo, com as agroindústrias, as grandes cooperativas, as usinas de álcool. Por exemplo, os municípios simplesmente são contemplados com uma grande usina de álcool o que exige a criação de escolas, vila para colonos, e uma série de outras atribuições e necessidades com que os municípios arcam sem ter que ser ouvidos a respeito daquilo, pois quando se trata de atividade na área rural, vilas, residências, para 200 colonos, ou 200 famílias, por exemplo são instaladas sem que exista a necessidade do aproveitamento de uma planta, nenhum tipo de exigência é feita. O que pretendemos – e o que foi aprovado também na Subcomissão dos Municípios e Regiões – e que é motivo de várias emendas subseqüentes a esta nossa, é agregar, acrescentar a expressão "e rural" para que o município não tenha vedada a sua jurisdição sobre o planejamento, o ordenamento, o zoneamento e a ocupação do solo rural.

Este é o esclarecimento, encaminhado a minha emenda e solicitando a análise e o apoio dos Srs. Constituintes.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Não há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao Constituinte Antônio Carlos Konder Reis, que falará pela Relatoria.

**O SR. RELATOR (Antônio Carlos Konder Reis):** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes a Emenda do nobre Sr. Constituinte Luiz Alberto Rodrigues propõe uma alteração de fundo na redação do inciso VIII, do art. 36, que estamos a examinar.



Diz a emenda:

"substitua-se o que consta no Projeto pelo seguinte:

VII – Promover adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, parcelamento e ocupação do solo urbano e rural."

A sistemática do projeto atribuiu à União a matéria que, pela emenda, passaria a ser atribuição do município. Seja no título do sistema tributário, quando o projeto atribui à União a competência para instituir e cobrar o Imposto Territorial Rural, seja no Capítulo II, do Título VII, quando o projeto abre espaço para o disciplinamento da política agrícola, fundiária e de reforma agrária, que são as matérias que determinam, que presidem todo o ordenamento territorial rural, mediante planejamento, controle do uso, parcelamento e ocupação.

Se porventura a emenda do nobre Sr. Constituinte Luiz Alberto Rodrigues tivesse preservado a expressão, constante no projeto, inciso VIII, "no que couber" poder-se-ia aceitá-la, porque não se criaria um conflito entre o que dispõe o projeto, seja no sistema tributário, seja no Título Da Ordem Econômica, especificamente no Capítulo II. Caberia, então, ao município a competência para cuidar do planejamento, do parcelamento, do controle do uso da área rural sem prejuízo das regras, das normas estabelecidas em caráter imperativo no já citado Capítulo II do Título Da Ordem Econômica.

Para que o projeto não acolha um conflito, uma contradição, é que o Sr. Relator-Geral não tem condições de acolher a emenda do nobre Sr. Constituinte Luiz Alberto Rodrigues. Entendemos as elevadas intenções da proposição mas diante da sistemática do projeto, o Sr. Relator-Geral mantém o texto do Substitutivo nº 2, e se manifesta contrariamente à proposição acessória do nobre Sr. Constituinte, representante de Minas Gerais.

**O SR. CONSTITUINTE LUIZ ALBERTO RODRIGUES:** – Sr. Presidente, para um esclarecimento, inteiramente pertinente em questão de ordem. **(Assentimento do Presidente.)** Na verdade, o meu pensamento é exatamente o pensamento que acabou de ser exposto pelo eminente Constituinte Antônio Carlos Konder Reis. Acontece que a emenda por nós apresentada foi o Substitutivo nº 1, do Sr. Relator, e nós estamos votando um texto do Substitutivo nº 2. Quero dizer que concordo inteiramente com o Sr. Relator com a preservação do que está no Substitutivo nº 2, a expressão "no que couber", que na verdade vem manter competências explícitas de setores que podiam ser conflitantes; e apenas acrescentando a essa expressão, como está no Substitutivo nº 2, a expressão "e rural", o que na verdade não traz nenhum tipo de conflito.

Sr. Presidente, estou dizendo isto porque há um desentendimento em função da modificação feita do Substitutivo nº 1 para o Substitutivo nº 2, do Sr. Relator.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – V. Ex.<sup>a</sup> tem todo o direito de defender o seu projeto, e explicou a todos nós, em termos claros. Todos sabemos que não há emendas ao Substitutivo nº 2, mas todos sabemos que quando queremos fazer qualquer alteração de emenda ao Substitutivo nº 1, referente ao nº 2, em tempo oportuno aqui escrevemos. V. Ex.<sup>a</sup> poderia ter feito isso, e não o fez em tempo oportuno. De maneira que agora o que está em jogo é exatamente a emenda completa de V. Ex.<sup>a</sup>, confrontada com o texto do Substitutivo nº 2.

**O SR. CONSTITUINTE LUIZ ALBERTO RODRIGUES:** – Sr. Presidente, retiro a emenda, porque tem aqui acrescentada a expressão "rural", que atende ao que o Sr. Relator acabou de explicar.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup>

Em votação o Destaque nº 5913, requerido pelo Constituinte Nestor Duarte. **(Pausa)** S. Ex.<sup>a</sup> se encontra ausente. Portanto, está prejudicado o pedido de destaque.

**Destaque nº 8009-87 – Emenda nº ES-20995-7, do Sr. Waldeck Ornêlas, "que acrescenta ao item VII, do art. 45 do Substitutivo a expressão "e rural" (art. 36 do Substitutivo nº 2).**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Em votação o Destaque nº 8009, requerido pelo Constituinte Eraldo Tinoco, referente à Emenda nº 20995, de autoria do Constituinte Waldeck Ornêlas.

**O SR. CONSTITUINTE WALDECK ORNÊLAS:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, Governo do Município não quer dizer Governo da cidade. Temos municípios cuja base é eminentemente rural, e mesmo no sistema tributário não se encontrou fórmula de criar tributos próprios dos municípios. É preciso, portanto, que os municípios participem e tenham condições institucionais para isso, da geração daquelas receitas, daqueles tributos, de que vão lhes resultar receitas transferidas por base constitucional.

Por outro lado, há um fato evidente, que é a urbanização do campo, a abertura de estradas vicinais, a implantação de linhas de eletrificação rural, a instalação de agroindústrias no campo. São fatores que exigem do município competência e responsabilidade, em termos da ocupação do solo rural, até para permitir que ele possa corresponder com os investimentos necessários. Daí por que se insiste na proposta de que o município deve ter competência, também, para a normalização do uso e da ocupação do solo na zona rural e não apenas na zona urbana. Quantos dos nossos Municípios têm uma taxa de urbanização ainda bastante baixa? Por outro lado, quantos deles, devido às distorções do processo de urbanização, que é concentrador, tem tido inclusive perda absoluta de população? Portanto se nos afigura extremamente importante atribuir essa competência ao Município. Não basta que no art. 23 tenha sido estabelecido, na competência conjunta, que os Municípios têm também uma responsabilidade no fomento às atividades agropecuárias. É preciso que o Município tenha, pela sua Câmara de Vereadores, competência explícita na Constituição para ter uma ação na zona rural.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Permito-me perguntar ao nobre orador, a quem peço atenção, se diante da explicação dada pelo nobre Relator, Constituinte Antônio Carlos Konder Reis, que foi aceita pelo Constituinte Luiz Alberto Rodrigues, de que a expressão "onde couber" "ou quando couber", ficando "no que couber", se abrangeria exatamente à possibilidade do atendimento à área rural; e se assim V. Ex.<sup>a</sup> mantém a emenda ou a retira?

**O SR. CONSTITUINTE WALDECK ORNÊLAS:** – Perdão, Ex.<sup>a</sup>, não ouvi.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Antes de V. Ex.<sup>a</sup> falar sobre a emenda, o Constituinte Luiz Alberto Rodrigues apresentou uma emenda semelhante, e S. Ex.<sup>a</sup> se deu por satisfeito com a explicação dada pelo Relator Antônio Carlos Konder Reis. S. Ex.<sup>a</sup> mostrou que a expressão "no que couber", constante do Substitutivo nº 2, já atende ao objetivo desejado de mandar aditar a expressão "e rural".

Se V. Ex.<sup>a</sup> concorda com o mesmo entendimento do Constituinte Luiz Alberto Rodrigues seria de se retirar a emenda. Se V. Ex.<sup>a</sup> não entende como tal, seria de mantê-la.

**O SR. CONSTITUINTE WALDECK ORNÊLAS:** – Mantenho a emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Está inscrito para falar contra o Constituinte Antônio Britto.

**O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO BRITTO:** – Desisto de falar.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Está inscrito para falar contra o Constituinte Egídio Ferreira Lima.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Sr. Presidente, as palavras de V. Ex.<sup>a</sup>, ainda há pouco, deram-me uma impressão diferente da emenda aditiva proposta pelo Constituinte Waldeck Ornélas. É uma emenda aditiva da expressão apenas "e rural", o que significa que o que está propondo o Constituinte Waldeck Ornélas é que o texto seja o do inciso VII, tal como ele está, e ele está assim: "promover, no que couber, o adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, parcelamento e ocupação do solo urbano". Propõe o Constituinte Waldeck Ornélas: "urbano e rural".

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Pois a mesma coisa foi apresentada, aqui, na emenda.

Vou ler a V. Ex.<sup>a</sup> Vejamos se entendi, enquanto procurava o documento.

A emenda do Constituinte Luiz Alberto Rodrigues, que era com referência ao art. 45 do Substitutivo nº 1, diz: "promover o adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, parcelamento e ocupação do solo urbano e rural".

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Sr. Presidente, veja V. Ex.<sup>a</sup> que essa emenda, não importa que redação tenha, é uma emenda modificativa, e essa é aditiva; mantém toda a redação do Relator e, ao final, acrescenta "e rural".

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Mas V. Ex.<sup>a</sup> vem ao mérito, Constituinte Carlos Sant'Anna. V. Ex.<sup>a</sup> está fazendo uma distinção nítida, correta, entre uma emenda modificativa e uma emenda aditiva. Esta adita apenas a expressão "e rural"; a outra modificativa, porque não colocava parte do texto que era substituído. Mas, no fundo, a luta é para manter a expressão "e rural". É por isso que eu perguntei ao Constituinte se S. Ex.<sup>a</sup> mantinha a emenda.

**O SR. CONSTITUINTE LUIZ ALBERTO RODRIGUES:** – Sr. Presidente, quero dar um esclarecimento. Há um desentendimento, pois na verdade retirei a minha emenda porque teríamos com a emenda do Constituinte Waldeck Ornélas, o atendimento à exposição feita pelo eminente Constituinte Antônio Carlos Konder Reis, preservando no texto do Substitutivo nº 2 a expressão "no que couber", que atende ao que a Relatoria entende imprescindível no texto.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Assim também entendi quando V. Ex.<sup>a</sup> foi ao microfone.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ ULISSES DE OLIVEIRA:** – Sr. Presidente, eu gostaria de pedir uma explicação do Sr. Relator Bernardo Cabral, porque aqui no inciso VIII está dizendo "territorial", enquanto que na explicativa diz "parcelamento urbano". O que não é urbano, é rural; agora como se vai fazer o parcelamento rural? Como o prefeito vai fazer o parcelamento rural? Para quê? Se é urbano, é loteamento, e, no meu entender, o parcelamento urbano implica em áreas não construídas, áreas dentro da cidade...

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – V. Ex.<sup>a</sup> faz um pedido de esclarecimento?

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ ULISSES DE OLIVEIRA:** – É um pedido de esclarecimento que faço ao Sr. Relator.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Vou-me permitir fazer o seguinte: primeiro dou a palavra ao Constituinte Egídio Ferreira Lima, e, quem sabe, no argu-

mento de S. Ex.<sup>a</sup> não está a resposta? Se não tiver a resposta, falará o Relator por último.

Tem a palavra o Constituinte Egídio Ferreira Lima.

**O SR. CONSTITUINTE EGÍDIO FERREIRA LIMA:** – Sr. Presidente e Srs. Constituintes:

Vamos ser muito claros e muito honestos no exame desta emenda e do seu alcance. O que se dá aqui é poder ao Município para parcelar a ocupação do solo urbano e do solo rural. O Município vai concorrer com a União no delicado e explosivo problema da ocupação de terra rural. V. Ex.<sup>as</sup> já imaginaram o que será o Município determinando áreas que podem ou não ser desapropriadas? Áreas que podem ou não ser objetos de desapropriação para a Reforma Agrária? Estará criado um grande, doloroso e grave conflito entre cada Município brasileiro e a União. Basta a inquietude, a tensão, a gravidade da questão rural disciplinada pela União e conduzida por ela; não vamos transformar este problema em foco constante de conflito e de choque, nele entrando, muitas vezes, o interesse político menor.

Vamos rejeitar a emenda porque ela representa, antes de tudo, uma incongruência e uma insensatez.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, pela ordem, eu queria uma explicação.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Primeiro quero perguntar ao Constituinte José Ulisses se mantém a pergunta?

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ ULISSES DE OLIVEIRA:** – Mantenho sim. Gostaria de uma maior explicitação dos poderes de conflito, porque entendo que parcelamento territorial do Município, que não seja urbano, é reforma rural que vem a ser reforma agrária. Porque há os planos federais; os planos rodoviários estaduais e federais. Então, vai haver um conflito: Como vai ficar o Prefeito, se vai parcelar e vem o Estado, a União, com os seus projetos rodoviários, ferroviários, hidrelétricos?... E o problema da reforma agrária, que vai ser competência exclusiva da União, como pode, então, o Município fazer a reforma agrária? Gostaria de ouvir as respostas do nobre Relator.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Gostaria, também, de pedir, com o maior empenho, aos Constituintes uma coisa. Por exemplo: no caso do Constituinte José Ulisses de Oliveira, S. Ex.<sup>a</sup>, na verdade, poderia ter-se inscrito para falar, porque ele tem um ponto de vista, e transforma seu ponto de vista numa consulta ao Relator. Acho que a consulta ao Relator é válida quando temos dúvidas sobre a consequência do que vamos votar.

Tem a palavra o Constituinte Gerson Peres. Logo em seguida ouviremos o Relator.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, é para um esclarecimento. Eu perguntaria se essa emenda aditiva, nos termos em que ela está colocada, não está conflitando com matéria já vencida e aprovada por esta Comissão no que diz respeito à privacidade da União para legislar sobre o problema rural? Eu queria saber se não se choca com o inciso I do art. 21, já aprovado, que diz:

"Cabe privativamente à União legislar sobre direito agrário."

Se não tem alguma conotação, uma vez que esse dispositivo vai delegar ao município o direito de promover parcelamento de áreas rurais, pois ele só pode fazer através de legislação na Câmara Municipal, se o princípio fundamental é que é privativo à União o direito de legislar sobre Direito Agrário, como poderá o Município também legislar sobre Direito Agrário se a Constituição não viu que isto é supletivo para ele?

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Vou dar a palavra ao Relator e, em seguida passar, à votação.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, o Constituinte José Ulisses, qual seu homônimo, em demanda de ítala, está com receio de ouvir o canto das sereias. E S. Ex.<sup>a</sup> tem razão nesta dúvida. O Relator não fez a inclusão do termo rural porque há uma lei, a Lei Otto Schmann, de um companheiro que já não se encontra em nossa Constituinte, sobre o parcelamento urbano. E ali, Sr. Presidente, ressalva que o parcelamento rural é da competência sempre do Incra, e do Mirad, não havendo como ser incluída aqui.

De modo, Sr. Presidente, que é completamente dispensável, mas o Relator continua deixando em aberto a votação na Relatoria. A minha posição é contrária.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Em votação.

Queiram tomar os seus lugares e digitar o número de código.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Sr. Presidente, apenas para registrar, como curioso, que o parecer do Relator-Geral é diferente do parecer do Relator Adjunto, o Constituinte Antônio Carlos Konder Reis.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Inscreva-se entre as curiosidades...

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – O que demonstra a democracia na Relatoria.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON FERES:** – Sr. Presidente, eu não fui esclarecido!

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Em votação.

Queiram tomar os seus lugares e, por obséquio, registrar o número de código. **(Pausa)**

Queiram selecionar os votos. **(Pausa)**

#### **(Tumulto em Plenário)**

**O SR. CONSTITUINTE WALDECK ORNÉLAS:** – Sr. presidente, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho)** – Dou a palavra ao nobre Constituinte Waldeck Ornélas.

**O SR. CONSTITUINTE WALDECK ORNÉLAS:** – Agradecendo a insensatez do Constituinte Egídio Ferreira Lima, retiro a minha emenda. **(Pausa)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – É retirada a emenda, e com isto eliminada a dúvida do Constituinte Gerson Peres.

Em votação o Destaque nº 4769, requerido pelo Constituinte Maurício Fruet que suprima o inciso IX.

Está presente S. Ex.<sup>a</sup>? **(Pausa)**

Prejudicado o destaque.

Em votação o Destaque nº 4199, requerido pelo nobre Constituinte Octávio Elisio, que o retira.

Passamos a analisar as emendas apresentadas, sob a condição de "onde couber" – emenda aditiva.

Em votação o Destaque nº 1037.

**Destaque nº 1037.87 – Emenda nº ES-23171-5, do Sr. Vilson Souza, "que acrescenta dispositivo ao Capítulo IV do Título IV do Substitutivo" (Capítulo IV, Título III, do Substitutivo nº 2).**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Emenda aditiva tem a seguinte redação, depois de escoimada parte do seu texto pelo seu autor.

"Como órgão subsidiário de colaboração, participação e controle do Poder Público Municipal, a Lei Orgânica poderá criar um Conselho Comunitário, regulando suas atribuições."

Trata-se, em última análise, de constituir um conselho comunitário dentro da Lei Orgânica dos Municípios.

Tem a palavra o nobre Constituinte Vilson Souza.

**O SR. CONSTITUINTE VILSON SOUZA:** – Sr. Presidente. Srs. e Srs.as Constituintes:

A emenda procura recuperar, no texto aprovado na Comissão de Organização do Estado, inclusive, constante do relatório ou do anteprojeto proposto pelo Constituinte José Richa, que foi o Relator da Comissão, que permitia e que permite que os Municípios venham criar um Conselho Comunitário, como forma de institucionalização de representação, ou da participação popular no controle do poder público municipal.

Essa emenda implementa o que já aprovamos no preâmbulo do texto constitucional, quando estabelecemos a criação de mecanismos de participação popular. E da mesma forma, ainda no parágrafo único do art. 1º, que também prevê a participação não política, da comunidade no controle do Poder público. De outro lado, complementa também o texto aprovado por esta Comissão, hoje, da emenda de autoria do nobre Constituinte Octávio Elisio, que prevê a participação das organizações comunitárias no planejamento municipal.

A emenda, com a criação do Conselho Comunitário, não obriga os Municípios a criarem o Conselho Comunitário, mas faculta que a Lei Orgânica Municipal crie esse Conselho Comunitário. É importante que haja previsão constitucional, para permitir que os Municípios, efetivamente, na elaboração da sua carta orgânica, não tenham acoidado de inconstitucionalidade, na eventualidade de criarem esses conselhos. É bom que se diga também que esse Conselho Comunitário de livre criação, de livre composição e organização, a ser determinado pela Lei Orgânica Municipal, não tenha as funções superpostas da câmara de Vereadores. É bom aqui que se frise, e é bom que nós lembremos aqui os programas partidários, que nós lembremos as propostas e as plataformas eleitorais de cada um dos candidatos, hoje Deputados, e de cada um dos Partidos, que nós temos insistido. Levamos à sociedade a proposta reiterada da organização popular e, agora, que detemos o mandato representativo, não podemos querer ter o monopólio exclusivo da representação da sociedade. Há a necessidade da criação de canais não formais, pelos quais, a sociedade possa, efetivamente, participar da formulação das políticas, como também dos controles do poder político instituído.

Por isso, dado o alto espírito democrático que forma esta Assembléia, há necessidade de estabelecermos mecanismos modernos, em que a democracia não seja representada, única e exclusivamente, como mecanismos formais de representação, porque a quantidade de democracia de uma sociedade é determinada pelo volume de mecanismos que essa mesma sociedade tem da possibilidade de participar no processo decisório.

A razão desta emenda, sem sombra de dúvida, é a de poder atribuir às organizações da sociedade a capacidade e o poder de intervir no controle, na fiscalização e nas formulações do poder político. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Para encaminhar contra, tem a palavra o Constituinte Gerson Peres.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – No que pese a boa intenção do ilustre colega, acabamos de votar, aqui, todas as atribuições às Câmaras de Vereadores. Demos a elas, até, um suporte de colaboração, com essas Comissões de Planejamento, a nível de colaboração dos trabalhos da Câmara.

Ora, no exato momento em que nós constitucionalizamos um Conselho Comunitário, com o controle, como S. Ex.<sup>a</sup> diz aqui, "participação e controle do Poder Pú-

blico", estaremos criando um poder paralelo; estaremos permitindo a criação de uma dupla Câmara de Vereadores, porque quem controla o poder público é a Câmara de Vereadores, é o Poder Legislativo Municipal.

Esta proposta do ilustre colega se choca, conflita, inclusive, com o arcabouço do Capítulo que acabamos de votar, ou estamos concluindo a votação. Ela confunde as atribuições da Câmara de Vereadores com o novo Conselho Comunitário, que, a meu ver, é uma aberração jurídica no texto da Constituição. Quando se vai constitucionalizar um Conselho, dá-se a ele uma superposição de poder e ele fica por cima dos demais; ele vai limitar e controlar. Então, vamos ter dois poderes ao mesmo tempo, dentro do Município, com as mesmas atribuições. E o pior, concluo que este meu raciocínio está correto em função da intenção do autor. Vou ler a intenção que está na emenda toda de S. Ex.<sup>a</sup>, isto vale mais do que o resumo é que S. Ex.<sup>a</sup> fez na mesa, agora. S. Ex.<sup>a</sup> diz que:

"Criar, como órgão subsidiário de colaboração, participação e controle do poder público municipal, a Lei Orgânica poderá criar o Conselho Comunitário, regulando as suas atribuições, dentre as quais lhe competirá" – e aí vem a intenção dele, que é flagrantemente inconstitucional com o que nós acabamos de votar – "acompanhar e participar da elaboração do orçamento, dos planos e programas municipais e manifestar-se sobre eles perante a Câmara de Vereadores;

II – Fiscalizar – chamo a atenção para a palavra fiscalizar – o desempenho da administração municipal, no curso da execução orçamentária ou dos planos e programas do município, manifestando-se perante a Câmara de Vereadores sempre que julgue necessário;

III – receber queixas da comunidade a respeito do funcionamento da administração municipal e encaminhá-las aos órgãos competentes, providenciando, quando for o caso, medidas de apuração da responsabilidade dos servidores.

§ 1º Os membros do Conselho Comunitário exercerão suas atribuições gratuitamente.

§ 2º Será conferida legitimidade processual ao Presidente do Conselho de Ouvidores, para representar, perante o Judiciário, sobre qualquer abuso de autoridade, desvio de poder e má aplicação dos recursos públicos."

Meus prezados Colegas de Comissão, o que o ilustre Constituinte Wilson Souza quer criar é o famoso e já excluído Conselho de Ouvidores, que não se compatibiliza com o que já aprovamos no texto do Cabral II. Portanto, isto aqui não me parece correto e pediria que V. Ex.<sup>as</sup>, pelo bom senso, meditando que estamos escrevendo uma Constituição não conflitante com os demais artigos, não aprovassem a emenda, porque ela conflita com os demais artigos agora mesmo aprovados por nós.

**O SR. CONSTITUINTE VILSON SOUZA:** – Sr. Presidente, tendo em vista a existência de uma emenda da Constituinte Irma Passoni, com redação melhor do que o texto desta, retiro a emenda. **(Muito bem! Palmas)**

**Destaque nº 1113-87 – Emenda nº 1P-09829.7, do Sr. Vivaldo Barbosa, "que adita alínea ao inciso III do art. 66 do Projeto de Constituição (art. 36 inciso IV do Substitutivo nº 2)." (248ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Em votação o Destaque nº 1113 requerido pelo nobre Constituinte Vivaldo Barbosa, referente à Emenda nº 9829. **(Pausa)**

Tem a palavra o nobre Constituinte Vivaldo Barbosa.

**O SR. CONSTITUINTE VIVALDO BARBOSA:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes:

A organização político-administrativa do País contempla apenas a União, os Estados, os Municípios. No entanto, não apenas permite mas quase que indica e, em consequência, cria o fato de que os municípios devem ser organizados em distritos, mas não abre qualquer perspectiva de qualquer atribuição que esses distritos devem ter. De maneira que os distritos hoje, na maioria ou na totalidade dos municípios no nosso País, perdem o seu significado, pouco representam, a não ser um aglomerado humano, uma parcela da sociedade municipal vivendo numa zona urbana que compõe o município. E neste imenso território do País, com municípios muito grandes, temos essa população urbana sem qualquer auto-governo, sem qualquer representação institucional, sem qualquer participação como uma instituição na vida municipal.

Pretendo aqui, com minha emenda, abrir um caminho para isso. Não prevejo que a Constituição possa criar uma instituição a nível distrital, mas que a Constituição possa abrir portas, no nível distrital, às populações, para que se organizem e criem conselhos distritais, como aqui prevejo, para tarefas, na forma objetiva, com a competência que a Lei Orgânica Municipal indicar. No mais, Srs. Constituintes, estaremos abrindo uma porta significativa para a auto-organização da sociedade, para permitir que esses distritos, tão longe das sedes municipais, possam exercer um mínimo de atividade própria, possam ter um mínimo de auto-representação, evidente, sem substituir a Câmara de Vereadores, sem substituir a prefeitura, mas exatamente com a competência que a Câmara de Vereadores, através da lei orgânica, lhes atribuir, com a descentralização de poder que a prefeitura também atribuir a esses Conselhos, não criando, em consequência, nenhum conflito de competência, nenhuma superposição de atribuições ou poderes, mas tão e simplesmente abrindo a possibilidade a que essas populações dos distritos do interior do País tenham um mínimo de auto-organização.

Chamo a atenção para isto, que é, sem dúvida alguma, uma salvação para que não se multiplique, inadequada e indevidamente, o número de municípios em nosso País, pois exatamente aí está a raiz do crescimento desorganizado nos municípios, porque o distrito, desassistido, sem qualquer auto-organização, a única aspiração que pode ter é tornar-se um município independente, e isso, muitas vezes, sem condições normais e naturais para se organizar, sem a população adequada, sem renda suficiente, sem a mínima atividade industrial e comercial também suficientes.

De maneira que o alcance dessa emenda, dessa proposta é tão-somente abrir a porta para que, nos distritos distantes das sedes dos municípios, a sua população possa organizar-se e, com a competência que a Lei Orgânica, votada na Câmara Municipal, atribuir a esses Conselhos, criar esses Conselhos Distritais que, sem dúvida alguma, darão vida institucional, administrativa e política a essas comunidades do interior. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra, para encaminhar contra, o Constituinte Egídio Ferreira Lima.

**O SR. CONSTITUINTE EGÍDIO FERREIRA LIMA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Uma boa Constituição, uma Constituição precisa é aquela que não cria obstáculos ao desenvolvimento da sociedade. A sua organização é que a deixa livre para que ela lute, para que ela se organize e crie comunidades. Foi exatamente por isso que estabelecemos aqui a liberdade partidária; foi exatamente por isso que adotamos, nesta Casa, a liberdade sindical; foi exatamente por isso que ampliamos o direito de greve.

Não podemos, agora, descer a particularidades, e, para usar uma expressão muito do gosto do nobre Constituinte

Nelson Jobim, não podemos engessar a sociedade brasileira. As comunidades de bases, as organizações populares já começam a surgir neste País naturalmente.

Acabamos de votar uma emenda instituindo a Lei Orgânica do Município. O município, na sua Lei Orgânica, pelos seus representantes, ouvindo os munícipes, sentindo a realidade de cada município e de cada rincão deste País. Essa Câmara Municipal vai legislar sobre os mecanismos mais próprios e mais indicados para as peculiaridades de cada município. Querer prever na lei a organização da sociedade, nos seus menores detalhes, é voltar ao Estado Novo, a legislação sindical e trabalhista, que lá foi votada, é querer voltar à concepção fascista que combatemos e da qual fomos vitoriosos na Segunda Guerra Mundial. O que uma Constituição deve fazer de fundamental é afastar os obstáculos à Caminhada do povo pela sua emancipação. Não devemos emascular o povo, não devemos tirar dele o ímpeto, a ânsia, a necessidade de lutar por seus direitos e por suas organizações. E, estamos pensando num esquerdismo que leva, exatamente, ao objetivo contrário daqueles que estão defendendo mecanismos como este. Não acredito que esta Casa, tendo a sensibilidade do momento revolucionário que está vivendo este País, queira conter esta revolução, queira conter este avanço, queira conter a liberdade de pensar, criar e se organizar da sociedade brasileira.

É por isso, Sr. Presidente e Sr. Relator, que eu me manifesto contra a emenda. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Para encaminhar, a favor, tem a palavra o nobre Constituinte Oswaldo Lima Filho.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Pela ordem, tem a palavra V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Sr. Presidente.

Quero salientar, sem entrar no mérito da emenda, e não poderia fazê-lo tendo pedido pela ordem, que há vícios redacionais, na proposta, enormes. Por exemplo quando diz: na emenda "que os Conselhos Distritais Comunitários Integrados – conselhos no plural – integrados por cidadãos – no plural – eleitos no Distrito por voto não obrigatório – voto no singular – não remunerado – no singular –" fica evidentemente, pela redação, parecendo que é o voto que é não remunerado. Ainda diz mais: quando a oração que vem depois, que é uma oração adjetiva relativa, "que exercerão competência subordinada", que exercerão a competência que lhes for determinada em lei, tanto pode se referir aos cidadãos, quanto pode se referir aos Conselhos. Então, há um vício de redação que dificulta enormemente a votação da emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Mas, teria sido interessante que V. Ex.<sup>a</sup> não houvesse roubado do Relator os argumentos que ele iria usar em seguida. V. Ex.<sup>a</sup> teria todo o direito se o fizesse através de uma inscrição normal. Mas, nós já havíamos notado isso aqui também, e seria objeto de observação do Relator. Porque é evidente que o Constituinte Vivaldo Barbosa não poderia falar em voto remunerado, haveria ali uma concordância equivocada.

**O SR. CONSTITUINTE VIVALDO BARBOSA:** – Sr. Presidente, acho que mereço dar um esclarecimento, aqui, ao Plenário, a V. Ex.<sup>a</sup> e ao ilustre Constituinte Carlos Sant'Anna, de que, efetivamente, na datilografia da emenda ficou não remunerado no singular e que nas minhas anotações eu já havia feito a correção. E, que, no caso do desfecho da votação, iria pedir ao Sr. Relator que levasse em conta essa posição e que fizesse a adequação depois na redação final.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A interpretação, sem favor nenhum a V. Ex.<sup>a</sup>, seria exatamente esta. É evidente que V. Ex.<sup>a</sup> já não iria falar em voto remunerado.

Permanece a emenda.

Tem a palavra o Constituinte Oswaldo Lima Filho, para defendê-la.

**O SR. CONSTITUINTE OSWALDO LIMA FILHO:** – Sr. Presidente, Srs. e Sras. Constituintes: sem embargo dos argumentos contrários à emenda do ilustre Constituinte Egidio Ferreira Lima, sinto-me profundamente inclinado a aprová-la, a dar-lhe meu voto e a defendê-la.

Desde muito moço, tenho sido, em política, um cidadão voltado para as lides municipais. E, realmente, quem vive politicamente no interior do País sente a necessidade da representação do tipo de órgão que o nobre representante pelo Rio de Janeiro propõe. Os distritos sofrem sempre uma carência de representatividade na administração municipal. O defeito salientado pelo ilustre Constituinte Carlos Sant'Anna é um defeito de redação. Eu já tinha lido a emenda, aqui, e antes que S. Ex.<sup>a</sup>, o Sr. autor, o nobre Constituinte Vivaldo Barbosa fizesse referência, eu já havia acrescentado, à tinta, aqui, o que falta. Na realidade, quem quer que leia a emenda, de boa fé, entenderá que se trata de conselhos distritais comunitários não remunerados e não o voto.

Esses conselhos, se a Constituinte aprovar incluí-los no Texto Constitucional, terão uma importância fundamental até na regeneração dos costumes políticos no interior do País. Nós sabemos que as câmaras municipais têm sido prejudicadas por um sentido profissionalizante que, em muitos casos, tem deformado o exercício do processo. Ora, esses conselhos de que se exige que não sejam remunerados, sejam exercidos por pessoas eleitas, em que o voto não seja obrigatório, serão como aqueles velhos homens bons, do início da formação nacional, e que poderão prestar, na fiscalização da administração, um serviço da maior valia, um auxílio, uma complementação da vida municipal da maior importância. Conheço, e todos nós, por certo, que fazemos política no interior do País conhecemos centenas de cidadãos que não desejam entrar no corpo a corpo de uma eleição municipal para um cargo de vereador, mas que aceitarão, de muito bom grado, o exercício dignificante de participar de um conselho distrital comunitário desse tipo, sem nenhuma remuneração, para prestar ser-viço público dos mais relevantes.

É por esse motivo que darei o meu voto à Emenda do nobre Constituinte Vivaldo Barbosa.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Para encaminhar contra, concedo a palavra ao nobre Deputado Gastone Righi.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes: esta é uma matéria densa e exaustivamente debatida desde as Subcomissões até este Plenário. Na realidade, todos nós convencionamos dotar o País de um sistema político e representativo. Por via da representação político-eleitoral é que se estabelece a participação do povo, dos cidadãos, das comunidades e dos vários segmentos da sociedade nos Governos, desde os Municípios ao Estado e à União. Qualquer fórmula paralela a esta é uma fórmula concorrente, significa anular esta formulação já estratificada e aceita por nós. Não é possível que alguém seja contrário a participação da comunidade nos governos, em qualquer dos níveis. Mas quando se dá essa participação? Ao nível municipal, através do Vereador, da Câmara de Vereadores; a nível estadual, através das Assembleias Legislativas; e a nível federal, do Congresso Nacional.

O que não se pode entender é que algum representante informal de uma sociedade comunitária informal possa ter poder de representação, de decisão, de deliberação.

Ora, se estas sociedades comunitárias têm força, elas elegem os Vereadores. Ou, então, elas não têm força, não têm representatividade e não têm legitimidade, como sói acontecer. Elas, na realidade, são apenas expressões – e muitas vezes menores – dos centros ou núcleos de agitação. Mas não têm a representatividade e, muito menos, a legitimidade direta do povo que se dá através do voto. Ora, se aqui estabelecemos que o município tem Câmara de Vereadores, como eu vou criar conselhos distritais em cada distrito de cada município, para ter a tarefa – supõe-se – mesmo da Câmara de Vereadores?

Quem terá mais legitimidade quando se estabelecer essa concorrência, essa disputa? Ora, na realidade, aceitar-se esses conselhos comunitários é negar todo o complexo que aqui mantemos de representação política por via das eleições. Então, vamos simplesmente abolir as Câmaras de Vereadores, as Assembléias Legislativas e este Congresso Nacional. Por que vamos existir simultaneamente? Só para encarecer os cofres dos poderes públicos? Acabemos com eles! Na realidade, ou a representação se estabelece pela via eleitoral legítima, ou ela é ilegítima desde o nascedouro.

A emenda ainda diz uma coisa paradoxal: a de que os membros desses conselhos comunitários distritais serão cidadãos eleitos sem cada um desses direitos. Ora, mas eleitos por quem? Por partidos políticos? Então, serão vereadores ou sub-vereadores? Não dá para entender e não dá para se aceitar. Que a participação comunitária seja feita a nível de colaboração, muito bem! Mas querer se criar um sentido paralelo, concorrente, rival da Administração Pública das câmaras de representantes, é um absurdo, uma aberração que não podemos aceitar. Seria, na realidade estarmos instituindo, desde já, os comissários do povo ou os "soviets" em cada distrito, em cada município e em cada Estado, para um futuro Estado absoluta-mente comunizado. É isso o que se dá a entender quando se erige um poder paralelo, como esses pretensos conselhos comunitários.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Com a palavra o nobre Relator-Geral.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, com toda admiração que dedico ao nobre Constituinte Vivaldo Barbosa – e não é pouca – peço que S. Ex.<sup>a</sup> reflita exatamente na argumentação do Constituinte Oswaldo Lima Filho, quando, com muita propriedade, fez a inversão, ao dizer que há pessoas que não querem entrar numa eleição desgastante, aquelas pessoas sérias, que já têm idade avançada, mas que podem contribuir e, conseqüentemente, participar de uma democracia participativa, se isso não implica em redundância.

Ora, Sr. Presidente, como se pode pensar numa democracia participativa sem a colisão com a democracia representativa? É claro que vamos ter, neste conflito de competência, a desmoralização do sistema representativo e o seu enfraquecimento, o que já não é pouco. Por isso, peço ao eminente Constituinte Vivaldo Barbosa que verifique, com essa reflexão, que a Câmara dos Vereadores, ou até a própria lei Orgânica poderá criar esses conselhos distritais, sem que haja essa imposição constitucional.

Por essa razão, tendo como premissa a admiração que dedico a V. Ex.<sup>a</sup> e a conclusão que não deixa de ser verdadeira, solicito a V. Ex.<sup>a</sup> retire a sua emenda. Esse, o apelo que faço.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Com a palavra o Constituinte Vivaldo Barbosa.

**O SR. CONSTITUINTE VIVALDO BARBOSA:** – Sr. Presidente, a essência do apelo do Relator Bernardo Cabral que não discordou do mérito da emenda, mas apenas aconselhou que ela fosse remetida para a Lei Orgânica, eu chamaria a atenção de V. Ex.<sup>a</sup> que esse é o alcance da emenda.

A lei é que instituirá esses conselhos, mas há uma recomendação constitucional. A meu ver, essa recomendação constitucional é válida e é uma inspiração para as Leis Orgânicas Municipais. Portanto, não posso retirá-la. Em função disso, solicito a V. Ex.<sup>a</sup> que leia o conteúdo da emenda para que o Plenário tome conhecimento.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – O Constituinte Vivaldo Barbosa manteve a emenda, pedindo-me apenas que a lesse, para complementação da instrução do voto.

Diz S. Ex.<sup>a</sup>:

"Serão instituídos os Municípios, divididos em Distrito, Conselhos Distritais Comunitários, integrados por cidadãos eleitos nos Distritos, por voto não obrigatório, não remunerado, que exercerão competência que lhes for determinada em lei."

O Relator já se pronunciou contra.

Em votação.

Peço aos Srs. Constituintes que retornem aos seus lugares

**(Procede-se à votação)**

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Ademir Andrade, Almir Gabriel, Carlos Mosconi, Fernando Henrique Cardoso, Haroldo Sabóia, José Paulo Bisol, Nelton Friedrich, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Sigmaringa Seixas, Nelson Wedekin, Vilson Souza, Vicente Bogo, Octávio Elísio, Lysâneas Maciel, Vivaldo Barbosa, Luiz Salomão, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Haroldo Lima e Roberto Freire. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Alfredo Campos, Aluizio Campos, Antônio Britto, Artur da Távora, Bernardo Cabral, Carlos Sant'Anna, Celso Dourado, Cid Carvalho, Egídio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Gasparini, Ibsen Pinheiro, João Calmon, João Herrmann Neto, José Fogaça, José Freire, José Richa, José Ulisses de Oliveira, Nelson Carneiro, Nilson Gibson, Raimundo Bezerra, Rodrigues Palma, Severo Gomes, Virgildásio de Senna, Wilson Martins, Marcos Lima, João Natal, Antonio Mariz, José Costa, Israel Pinheiro, Délio Braz, Jorge Hage, Euclides Scalco, Chagas Rodrigues, Aloysio Chaves, Arnaldo Prieto, Cristóvam Chiaradia, Edme Tavares, Eraldo Tinoco, Inocêncio Oliveira, José Lins, José Santana de Vasconcellos, Luís Eduardo, Mario Assad, Oscar Corrêa, Sandra Cavalcanti, Enoc Vieira, José Tinoco, Valmir Campelo, Gilson Machado, Mozarildo Cavalcanti, Jofran Frejat, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Gerson Pares, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia, Virgílio Távora, Francisco Rossi, Gastone Righi, Adolfo Oliveira, Siqueira Campos, Jamil Haddad e Antonio Farias. **ABSTENÇÃO** do seguinte Senhor Constituinte: Joaquim Bevilacqua.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 21 Constituintes; votaram NÃO 64 Constituintes; absteve-se de votar 1 Constituinte. Total: 86 votos. O destaque foi **rejeitado**.

Solicito a atenção dos Srs. Constituintes para uma comunicação. A Mesa da Comissão de Sistematização está sendo convocada, amanhã, para uma reunião com o Presidente da Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães. Como se sabe, estamos na antevéspera do fim do prazo prorrogado para funcionamento desta Comissão. Hoje, pela manhã, a Mesa Diretora da Comissão de Sistematização produziu este documento, que leio:

"Excelentíssimo Senhor Constituinte Ulysses Guimarães

Digníssimo Presidente da Assembléia Nacional Constituinte

A Mesa Diretora da Comissão de Sistematização, em reunião efetuada nesta data, para anali-

sar os trabalhos da referida Comissão, leva ao conhecimento de Vossa Excelência os seguintes pontos para sua consideração:

1º) reconhece o enorme esforço realizado pela Comissão e pelas lideranças partidárias para agilizar a votação do Projeto de Constituição;

2º) a prova deste esforço é o resultado obtido até a reunião de sábado 22 do corrente:

#### DESTAQUES VOTADOS

Aprovados.....	68
Rejeitados.....	108
Prejudicados/Falta de <b>quorum</b> .....	30
Total de Votações	206

#### NÃO VOTADOS

Retirados.....	636
Prejudicados: ausência, matéria identificada ou já acolhida.....	891
Total de Destaques.....	1.733

3º) Dada a urgência e importância da promulgação da nova Constituição, é necessário intensificar as articulações partidárias que garantam acordos para concessão de preferência, para os destaques e para a rápida tramitação do Projeto; sem este esforço e sem a aprovação de texto que represente um avanço na busca do consenso, o Plenário da Assembléia Nacional Constituinte terá enormes dificuldades para votar a Constituição;

4º) o trabalho, realizado pela Comissão de Sistematização, ao contrário, facilitará a votação pela Assembléia Nacional Constituinte;

5º) por todas estas razões, encaminhar-se o texto do Projeto ao Plenário da Assembléia Nacional Constituinte, sem sua prévia aprovação pela Comissão de Sistematização, tornará caótica a apreciação da matéria;

6º) por fim, cabe lembrar que, tecnicamente, a matéria está em processo de votação e seria anti-regimental sustá-la sem que esta se encerre no âmbito da Comissão.

Brasília, 26 de outubro de 1987."

Partes do Projeto		preâmbulo	Título I	Título II	Título III						Totais Até 21-10	Totais Até 21-10
Destaques												
Votados	Aprovados	01	04	58	01						64	63
	Rejeitados	04	11	80	05						100	95
	Prejudicados/ Falta de <b>quorum</b>	—	—	25	04						29	25
	Total de Votações	05	15	163	10						193	183
Não Votados	Retirados	06	30	571	12						619	607
	Prejudicados Ausência, Matéria Idêntica ou já Acolhida	08	56	746	48						858	810
Total de Destaques		19	101	1.480	70						1.670	1.600
Outras Votações		1 * 1 **	1 * 2 **	1 *	1 *						07	06

\* Substitutivo do relator

\*\* Requerimento de Preferência

Isto é o que a Mesa propõe levar amanhã à consideração do Presidente da Constituinte.

Eu me permitiria apenas, em complemento a uma atitude que hoje foi tomada pelo Constituinte Egidio Ferreira Lima, com muita coragem, quando salientou aqui a pressão que se faz de "lobismo" dentro do próprio plenário da comissão; enfatizar o quanto tem sido incompreendido o esforço que aqui se realiza.

Informações que vêm a mim através de companheiros que fazem palestras, que debatem, que estão junto ao

povo, levam a crer que a imagem da Comissão de Sistematização é má, na suposição que é lento o seu trabalho por deficiência nossa e não por outras razões.

É má — até recomendando que se leia farta matéria hoje publicada em revista de circulação nacional — até porque há pessoas que no momento de fazerem propostas em relação a seus salários, dizem que nós, Constituintes, estamos na Comissão de Sistematização trabalhando em causa própria exclusivamente, o que me parece uma tremenda injustiça.

Naturalmente, a imagem real só poderia ser expressada com veracidade através de informações que vazem daqui para o grande público e só pode vazar através do trabalho constante dos dedicados funcionários, servidores e membros dos órgãos da comunicação de massa.

Tenho a impressão de que este pequeno resumo mostrado aqui, e que vai ser entregue ao Presidente da Constituinte, responde pelo esforço que até aqui fizemos.

**O SR. CONSTITUINTE ALDO ARANTES:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra pela ordem o Constituinte Aldo Arantes.

**O SR. CONSTITUINTE ALDO ARANTES:** – Sr. Presidente, queria parabenizar a Mesa da Comissão de Sistematização pelas conclusões a que chegou.

Mas nós constatamos, Sr. Presidente, que está havendo, como disse aqui V. Ex.<sup>a</sup>, uma campanha sistemática por parte de órgãos da grande Imprensa contra a Assembléia Nacional Constituinte. E eu diria, mais especificamente, contra a Comissão de Sistematização. Considero que nós ainda não tomamos as medidas necessárias para veicular à opinião pública o resultado dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte.

Eu queria, portanto, com a mesma preocupação de V. Ex.<sup>a</sup>, que entendo bem formulada, propor que nesta reunião de amanhã, a própria Mesa da Comissão de Sistematização, expressando o sentimento e o trabalho que estamos realizando aqui, um trabalho demorado que todos estamos aqui presenciando, faça solicitação de um horário especial nos canais de televisão, para que a população brasileira tome conhecimento, com detalhes, do que está acontecendo aqui.

Não podemos admitir é que editoriais de grandes jornais, que pesquisas que estão sendo feitas não sabemos com que objetivo, venham denegrir os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte.

Se estamos vivendo uma situação política delicada, uma situação política de um governo débil, fraco, que coloca em risco as instituições, é necessário que este Poder, que foi eleito pela vontade do povo, possa expressar-se para o povo, e que o povo possam tomar conhecimento, realmente, dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte.

Portanto, nesta questão de ordem, sugiro e proponho à Mesa da Comissão de Sistematização que encaminhe, na reunião de amanhã, a utilização do horário de uma hora, na televisão, para que a Assembléia Nacional Constituinte possa levar ao povo brasileiro um balanço dos trabalhos feitos até agora na Comissão de Sistematização.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A proposição de V. Ex.<sup>a</sup> será levada à Mesa. Lembraria mais, até o seguinte: certos episódios que têm ocorrido aqui, que estão nitidamente dentro daquilo que se classifica como humor parlamentar, feito com correção, com elevação, têm sido interpretados muitas vezes, como facécia, como deboche, isso tem sido publicado. Quando no esforço que fazemos aqui, concentrado e realizado, uma tirada de humor, uma vez ou outra, nos ajuda a nós todos, desde que não se confunda humor com deboche. (Palmas)

**O SR. CONSTITUINTE SIQUEIRA CAMPOS:** – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra V. Ex.<sup>a</sup>, pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE SIQUEIRA CAMPOS:** – Sr. Presidente, o PDC apóia integralmente a nota que V. Ex.<sup>a</sup> leu e que levará, amanhã, ao Presidente da Assembléia Nacional Constituinte. Lembra que, não há culpa dos Membros da Comissão de Sistematização, nem da Assembléia Nacional Constituinte pelo atraso dos nossos trabalhos, o que

houve foi uma preocupação saudável de se democratizar mais nossos trabalhos, desde o início.

Vejam V. Ex.<sup>a</sup> que, no início tivemos as sugestões de normas constitucionais que todos os segmentos da sociedade nos encaminharam, o que era regimental. Mas tivemos os trabalhos das subcomissões onde, pela tradição dos trabalhos legislativos em nosso País, não se podia em cada uma dessas subcomissões receber emendas a não ser dos seus membros. Somente os membros de cada órgão técnico, mesmo das subcomissões, poderiam emendar. Mas abriram-se todas as subcomissões às emendas de todos os constituintes, o que foi bom, o que foi saudável. Em seguida, os trabalhos das comissões também deveriam ficar somente com as emendas dos seus membros. Também as comissões foram abertas para as emendas de todos os constituintes, o que foi saudável, o que foi bom. Em seguida isto aconteceu, também, com a Comissão de Sistematização, nas várias fases do seu trabalho e V. Ex.<sup>a</sup> vê que nós já temos um número aproximado de 80 mil emendas em todas essas fases, acredito que seja isso.

Ora, Sr. Presidente, não haveria como acelerar mais esse trabalho, mesmo trabalhando como nós estamos, duramente, numa intensidade que em nenhum parlamento do mundo já se trabalhou. A culpa, na realidade, Sr. Presidente, talvez seja da nossa grande preocupação em redemocratizar a vida do País alargadamente, avantajadamente. Talvez, somente isso, Sr. Presidente.

De forma que é preciso compreensão agora com esta Comissão de Sistematização, com a Assembléia Nacional Constituinte, para que possamos entregar ao povo brasileiro a Constituição que o povo espera que nós entreguemos.

**O SR. CONSTITUINTE ARTUR DA TÁVOLA:** – Peço a palavra, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Temos matéria a votar ainda. Concedo a palavra a V. Ex.<sup>a</sup> e gostaríamos que não prosseguíssemos sobre a tese, em seguida, se fosse possível.

Temos também uma contribuição do Constituinte Nelson Carneiro, que foi recebida aqui pela Mesa, quando me passou a Presidência do Constituinte Fernando Henrique Cardoso, que será também levada em consideração no momento oportuno.

**O SR. CONSTITUINTE ARTUR DA TÁVOLA:** – Sr. Presidente, eu pretendia realmente fazer uma sugestão sobre o que foi aqui colocado, mas se com isso atrapalho os trabalhos, eu deixaria...

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Não, ao contrário, ouvirei V. Ex.<sup>a</sup> com muito prazer.

**O SR. CONSTITUINTE ARTUR DA TÁVOLA:** – A minha sugestão é singela e se prende ao que está ao nosso alcance fazer. É uma sugestão para que a Mesa encaminhe ao Sr. Primeiro-Secretário uma ponderação na seguinte direção: a Assembléia Nacional Constituinte possui o **Diário da Constituinte**, noticiário de televisão diariamente indo ao ar. Justamente, é a única válvula de escape em que a palavra da Assembléia Nacional Constituinte pode chegar, pelo menos orientada por si mesma, ao público.

Diário da Constituinte tem feito, a meu juízo, com qualidade, um estilo de cobertura jornalística, que vem se repetindo ultimamente, que é o estilo de colocar, exatamente da mesma forma que o restante do noticiário, a palavra e a sua contradição, as posições antagônicas, as breves e pequenas entrevistas, em relação às matérias aqui votadas.

Não há dúvida de que, do ponto de vista técnico, esse trabalho vem sendo bem feito e, a meu juízo, quase sempre com exatidão.



Gostaria, porém de trazer uma sugestão a V. Ex.<sup>a</sup>, para que a leve aos que orientam o Diário da Constituinte. Que este noticiário ao lado da técnica jornalística utilizada atualmente, desenvolva o que se chama, tecnicamente, de matéria institucional, ou seja, que ao lado de levar a dita e a contradita, as posições contrárias, leve também matéria de caráter didático, ao povo brasileiro, sobre o trabalho que vem sendo realizado, e não, exclusivamente, as posições colocadas nesta Casa. A matéria institucional, não deverá ser entendida, jamais, como uma matéria de propaganda, porque no dia em que esta Casa fizer auto-propaganda estará ajudando aqueles que hoje a denigrem, mas a matéria institucional tem, justamente, esse caráter, didático, que a fala de V. Ex.<sup>a</sup> ainda há pouco, para a Casa em silêncio, marcou, o de levar friamente o que a Assembléia Legislativa está votando. Por exemplo: quando esta Assembléia vota uma determinada matéria, a explicação sobre as razões da matéria votada pode perfeitamente ser levada ao público, mais do que exclusivamente as posições favoráveis e contrárias. De maneira que, tendo em vista a variedade de possibilidades telejornalísticas de um noticiário de cinco minutos, a minha sugestão é para que a Mesa indique ao Sr. Primeiro-Secretário no sentido de que repense, no sentido da filosofia do noticiário a possibilidade de inserir, também, matéria institucional, que ao lado de reproduzir os debates, dê a essência profunda daquilo que está sendo votado nesta Casa.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Agradeço ao nobre Constituinte, e levarei a sugestão de V. Ex.<sup>a</sup> à consideração dos demais membros da Mesa.

**O SR. CONSTITUINTE JOACI GÓES:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE JOACI GÓES:** – Sr. Presidente, estava no meu gabinete quando ouvi V. Ex.<sup>a</sup> ler o requerimento que amanhã será apresentado ao Presidente Ulysses Guimarães. Entendi que esse era o momento oportuno para levar ao conhecimento desta Casa que amanhã, pela manhã, também estará sendo entregue ao Presidente Ulysses Guimarães um requerimento assinado por quase 300 Constituintes, precisamente na direção oposta, requerimento em que se pede a não prorrogação dos trabalhos da Comissão de Sistematização. E para que não se fique no vazio, entendo que seria muito importante que pudesse trazer ao conhecimento da Comissão de Sistematização o sentimento que está grassando muito forte no seio da Assembléia Nacional Constituinte. Tenho o receio de que se nós não formos capazes de um gesto criativo, as agressões que hoje partem de vários setores da sociedade brasileira, agressões infundadas contra a Comissão de Sistematização, em particular, e à própria Assembléia Nacional Constituinte, em geral, terminarão se originando dentro do seio da própria Assembléia Nacional Constituinte.

Sr. Presidente, o Regimento previa a conclusão dos trabalhos em determinada data. Houve uma primeira prorrogação de 20 dias, que expira depois de amanhã. Não sendo membro da comissão, acompanhei no entanto, diariamente, o esforço extraordinário, a competência, o civismo e o patriotismo dos membros desta comissão, preocupados todos em elaborar um texto à altura da confiança do povo brasileiro. Mas há um dado muito importante que não podemos esquecer. Existe um estado de prontidão na sociedade brasileira. A própria Assembléia Nacional Constituinte está nesse estado de prontidão, na expectativa da produção de um texto constitucional por volta do fim do ano. Mas, precisamos fazer contas, precisamos enfrentar a realidade de que o nosso Regimento – que é uma peça de engenharia do pensamento extraordinária – neste particular, apresenta um verdadeiro confronto com a realidade dos fatos. O tempo atribuído à Comissão de Sistema-

tização foi evidentemente pequeno. Se nós extrapolarmos o rendimento que até agora obtivemos, nós teremos aproximadamente, em meados do ano senão setembro, como a data em que a Comissão de Sistematização terminará o seu trabalho. Se isso é o imperativo da própria natureza do trabalho legiferante, acredito que tenhamos que nos sentar em torno de uma mesa e fazermos este grande esclarecimento à Nação.

Se não fizermos isto, Sr. Presidente, tenho a certeza de que vamos enfrentar problemas, porque existe um sentimento de profunda insatisfação que já atinge, inclusive os membros desta Assembléia Nacional Constituinte.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup> especialmente a comunicação que faz no sentido de que cerca de 300 Constituintes estariam já comprometidos com a tese de não prorrogação da Comissão de Sistematização. Mas pretendo ter vislumbrado no discurso de V. Ex.<sup>a</sup> uma posição contraditória quando V. Ex.<sup>a</sup> realmente reconhece o esforço que aqui se faz intenso – é um esforço permanente – e reconhece, ao mesmo tempo, que os prazos que nos foram dados foram insuficientes para o cumprimento do nosso dever.

De modo que isto levará, naturalmente, o Presidente Ulysses Guimarães como Presidente da Constituinte, respaldado no Regimento, naturalmente, que lhe cabe respeitar, dar a decisão que lhe aprouver amanhã.

**O SR. CONSTITUINTE JOACI GÓES:** – Sr. Presidente, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – V. Ex.<sup>a</sup> tem a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE JOACI GÓES:** – Eu poderia dar um esclarecimento a V. Ex.<sup>a</sup>?

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Gostaria, apenas que, V. Ex.<sup>a</sup> me concedesse a gentileza de ser breve para votar a minha matéria.

**O SR. CONSTITUINTE JOACI GÓES:** – Farei isso mas não sem antes dizer que, na realidade, o paradoxo é aparente, porque apenas diz o registro do fato. Se V. Ex.<sup>a</sup> me perguntasse eu poderia, por exemplo, apresentar, o que não é o caso ainda, soluções concretas para que possamos sair desse impasse.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Mas V. Ex.<sup>a</sup> contribuiria de maneira extraordinária. Todos nós estamos a busca dessa solução.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ COSTA:** – Sr. Presidente, uma rapidíssima colocação.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Não digo que seja por favor ou rapidíssima. O tempo, V. Ex.<sup>a</sup> sabe, muitas vezes é contra nós.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ COSTA:** – Desde que iniciamos os nossos trabalhos aqui na Comissão de Sistematização, falou-se em datas mágicas para a conclusão dos nossos trabalhos. Não estamos fazendo nem literatura de cordel, nem algo insignificante que fique ao sabor da decisão ou da deliberação de grupos ou de uma determinada pessoa. Enfim, estamos cuidando de elaborar uma Constituição onde encontre demanda todas essas aspirações da sociedade brasileira; as reformas estruturais que a sociedade brasileira está reclamando. Isso é o óbvio, além do trabalho comum de ajudar a viabilizar a transição para o estado de direito democrático.

Sr. Presidente, estamos dando um péssimo exemplo ao País, porque a toda hora estamos atropelando uma lei, que é o Regimento Interno da Casa. Estamos mostrando à sociedade brasileira que este País, agora que estamos fazendo uma nova Constituição, é um País que realmente

não tem tradição de respeito à lei. E parece-me que a solução objetiva seria, através de entendimentos das lideranças, fazer uma modificação no Regimento Interno para valer e que nos permitisse trabalhar, na Comissão de Sistematização e na Assembléia Nacional Constituinte, da forma mais adequada a otimizar os nossos trabalhos.

No mais, Sr. Presidente, quando a Assembléia Nacional Constituinte aqui discute, por exemplo, a questão de sistema de governo, o período do mandato do Presidente, a reforma agrária ou a questão tributária, em verdade, está entrando em rota de colisão com interesses de grupos poderosos. Isto responde pelo farto noticiário contra a Comissão de Sistematização e a Assembléia Nacional Constituinte como um todo. O que cabe é o Presidente da Assembléia Nacional Constituinte se contrapor com as armas que tem, a esse noticiário se colocar a realidade dos fatos para que o povo brasileiro tome conhecimento daquilo que estão fazendo os seus representantes.

Agora, a solução regimental, Sr. Presidente, concluo, parece-me absolutamente necessária. É imprescindível que se reformule o Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, para que possamos trabalhar com tranqüilidade e fazer a Carta Constitucional que a Nação espera.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup> O problema está exatamente entre fazer uma Constituição dentro de prazos fixados ou fazê-la dentro daquele que seria o trabalho normal de um legislador. A origem está aí. Se vamos terminar ou não este trabalho dentro do prazo, é uma questão que, por mais que nos esforcemos, não é possível votar 8.000 destaques ou considerar 8.000 destaques prejudicados em 20 dias.

**O SR. CONSTITUINTE JAMIL HADDAD:** – Pela ordem, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, queria apenas deixar bem clara uma realidade. O Presidente Ulysses Guimarães induziu a população brasileira, num dos primeiros pronunciamentos, a acreditar que a Constituição seria promulgada no dia 15 de novembro de 1987. A partir deste momento, tem sido cobrada, com veemência, a promulgação da Constituição.

Concordo, em gênero, número e grau, com as propostas, primeiro, da Mesa Diretora da Comissão de Sistematização, como também da proposta feita pelo Constituinte Aldo Arantes, no sentido de que S. Ex.<sup>a</sup> dê uma satisfação à sociedade brasileira.

E quero dizer, Sr. Presidente, neste momento, que não concordamos – falo em nome do Partido Socialista Brasileiro – em absoluto, e acho que é até uma atitude divisionista dos outros Parlamentares, com assento nesta Casa, que, não fazem parte da Comissão de Sistematização, de fazer um abaixo assinado que, em última instância, jogam contra a Comissão de Sistematização a responsabilidade pela não feita em prazo legal, como acham, da Constituição brasileira.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Em votação o Destaque nº 1124, requerido pelo Constituinte Vivaldo Barbosa, referente à Emenda nº 7217. Uma emenda aditiva.

**O SR. CONSTITUINTE VIVALDO BARBOSA:** – Sr. Presidente, à semelhança de procedimentos anteriores, queria requerer a V. Ex.<sup>a</sup> a transposição da discussão desse dispositivo para os relativos à questão urbana, que são dispositivos do título da Ordem Econômica e dentro dos arts. 200, 201, 202, 203, em que esta matéria poderá ser melhor adequadamente discutida.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – V. Ex.<sup>a</sup> pede, portanto, que haja uma adequação mais apropriada...

**O SR. CONSTITUINTE VIVALDO BARBOSA:** – Uma transposição.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – ...no futuro, no artigo que V. Ex.<sup>a</sup> citaria e que a Mesa localizaria?

**O SR. CONSTITUINTE VIVALDO BARBOSA:** – O capítulo próprio, o título próprio é da Ordem Econômica, entre os arts. 200, 201, 202.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Deferido.

**Destaque nº 1125-87 – Emenda nº 1P-07216'6, do Sr. Vivaldo Barbosa, "que adita inciso ao art. 62 do Projeto de Constituição (art. 32, inciso do Substitutivo nº 2)". (249ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Em votação o Destaque nº 1125. Tem a palavra para encaminhar o Sr. Constituinte Vivaldo Barbosa.

**O SR. CONSTITUINTE VIVALDO BARBOSA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, é aqui, neste momento, à semelhança de algumas discussões e de algumas votações anteriores, que podemos fazer opção pela incorporação junto à democracia representativa de práticas de democracia direta, de democracia participativa.

Esta emenda objetiva e assegura ao conjunto de cidadãos, no mínimo representando e expressando 5% do eleitorado de um município, requerer a realização do plebiscito, organizado pela Justiça Eleitoral, para decidir sobre a permanência de leis ou atos do Executivo municipal. E, aqui, Sr. Presidente, eu faria o requerimento a V. Ex. e, como eu não estava na ordem da lista oficial que recebi a inclusão dessa emenda, desse destaque, eu não tive oportunidade, antes de subir à tribuna, requerer a dispensa, a desconsideração do final desta emenda, o que faço agora.

Sr. Presidente, desde o início das democracias liberais, que se praticam democracias representativas de forma indireta, que têm sido, mais ou menos, o núcleo central do pensamento liberal, especialmente elaborado com mais brilho e com mais síntese no século XIX e no século passado. Mas a Humanidade já conhece a democracia participativa há muito tempo atrás. Desde as cidades gregas, em tempos mais recentes, nas colônias americanas da Nova Inglaterra, com a participação direta. E hoje, em nossos dias, não apenas nos Estados Unidos, a democracia direta ou participativa tem um fulgor muito grande, mas uma permanência muito acentuada e muito constante, de maneira que não se realiza nos Estados Unidos uma eleição representativa, sem que junto dela a população, na mesma cédula, decida sobre questões que dizem respeito à sua vida cotidiana, sobre opções que inclusive estão sendo discutidas no Parlamento, ou sobre atos da administração direta, da administração pública no Executivo, que estão influenciando, merecendo a atenção dos cidadãos americanos.

A Constituição da Espanha, a Constituição da Itália, a Constituição da Alemanha consagraram os princípios da democracia participativa, da democracia direta. E é tempo, Srs. Constituintes, é tempo, Sr. Presidente, de nós também abrirmos esse caminho em nosso País, para que, ao lado do nosso trabalho de representantes do povo, ao lado das nossas decisões indiretas, no exercício da democracia indireta, de cunho liberal, de cunho individualista, de essência individualista, nós possamos, de tempos em tempos, nos intervalos entre a participação da população, pela eleição dos seus representantes, termos também uma participação direta da população; nos assuntos que digam respeito à sua vida cotidiana, nos assuntos que digam respeito àquilo que de uma forma visível ou invisível governam a vida dos cidadãos, e com isto a nossa democracia dará um passo significativo, rompendo com os cordões que ligam ao pensamento liberal individualista, e assumindo um cunho social cada vez mais presente, cada vez mais

nítido, que é, sem dúvida nenhuma, o que se espera desta Assembléia Nacional Constituinte; que aqui se abram os caminhos para que a democracia brasileira adquira maior solidez, para que a consciência democrática crie raízes mais profundas na sociedade brasileira, na alma do povo brasileiro; para que possamos resistir de maneira mais eficaz contra os vendavais autoritários que, de forma permanente, têm assolado a História da nossa Pátria. Muito obrigado.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** — Sr. Presidente, vou falar daqui, se me permite V. Ex.<sup>a</sup>, porque quero ser breve para não atrapalhar. **(Assentimento do Sr. Presidente).**

Permita-me o Constituinte Vivaldo Barbosa, que é um dos atuantes e renitentes defensores do aumento da representatividade na vida política do País, e agora S. Ex.<sup>a</sup> está querendo até tirar o controle jurisdicional no que diz respeito à apreciação das leis pelos tribunais. Tenho a impressão de que o Constituinte Vivaldo Barbosa está querendo ampliar muito este controle das leis no País, e usa até o termo equivocado. S. Ex.<sup>a</sup> diz plebiscito, mas não se trata de plebiscito, trata-se, talvez, de um referendun. Imaginem V. Ex.<sup>as</sup> se todas as vezes que nós aqui no Congresso tivéssemos que fazer uma lei, e esta lei, depois de sancionada, passada pela tramitação que a Constituição determina, tivesse que ser submetida depois a **referendum**. Bastava que 5% da população assim decidisse. Penso que S. Ex.<sup>a</sup> incorre num grave erro. Em vez de S. Ex.<sup>a</sup> ajudar a democracia, atrapalha o funcionamento da democracia, e tira dos tribunais a apreciação das leis que possam ser consideradas inconstitucionais; para isso tem o Supremo Tribunal Federal que coordena, que faz esse controle.

Portanto, eu faria um apelo a S. Ex.<sup>a</sup> para que retirasse. Há na Constituição já um avanço bem grande em sentido inverso. Por exemplo, o art. 200 do Projeto Bernardo Cabral, no § 2º, dá à população do município, através da manifestação de pelo menos 5% do seu eleitorado, o poder de iniciativa de projetos de lei, de interesse específico da cidade e de bairros. Quer dizer, aqui há uma participação da comunidade na vida representativa dos Estados, dos Municípios e até da própria União.

Com essas considerações, eu faria um apelo ao Constituinte Vivaldo Barbosa, que é um colaborador permanente na elaboração da nossa Constituição, que retirasse a sua emenda, porque ela não se compatibiliza com os outros artigos que se direcionam no que S. Ex.<sup>a</sup> deseja. Já temos a Câmara, já temos as Assembléias Legislativas, já temos as Câmaras de Vereadores, que são as representações do povo, e a elas foi delegado o poder para legislar por um determinado período. Posteriormente, essas mesmas câmaras e suas representações serão julgadas pelo povo e serão substituídas para exercerem aquilo que S. Ex.<sup>a</sup> quer. Agora, referendar as leis só em casos excepcionais, eu acredito. Aí sim, se S. Ex.<sup>a</sup> pudesse nominar as exceções até poderíamos adotar, mas como princípio geral S. Ex.<sup>a</sup> anula as atribuições constitucionais desses organismos, que estão aí postos para serem escolhidos pelo povo para fazerem as leis para o nosso País.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** — Para encaminhar contra tem a palavra o Constituinte Artur da Távola.

**O SR. CONSTITUINTE ARTUR DA TAVOLA:** — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, creio que cabe uma palavra, porque se coloca, quando da apresentação de matérias como essa, a disjuntiva nem sempre correta entre progressistas, de um lado, e conservadores, de outro. Parece que há razões bastante fortes para que um segmento da posição progressista nesta Casa deixe claro por que não aprove medidas como esta, que não as compreenda no seu sentido, não que não acompanhe alguns aspectos de seu conteúdo;

porém, por considerar que o seu conteúdo se aplica com eficácia a momentos autoritários da vida dos países, e não a auras democráticas ou à construção democrática que se pretende fazer neste momento.

Uma vez mais dá-se uma disjuntiva presente em muitas discussões. Não estamos legislando para um momento autoritário, estamos legislando exatamente para um momento democrático; e é sobre o fato de legislarmos para um momento democrático que se assenta o argumento principal, pelo qual temos posição contrária a esta medida.

Nos anos de autoritarismo, no Brasil, desenvolveu-se, à margem da ação política, uma situação social muito curiosa: a situação de que os conflitos da sociedade eram resolvidos de um lado pela participação, de um lado pelo interesse. Em outras palavras, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, por um lado, a organização dos trabalhadores por outro. Jamais os conflitos fundamentais desta Nação, no período autoritário, foram resolvidos no foro adequado, o foro político, o foro da representação. E esta Nação foi se acostumando, gradativa e paulatinamente, a ter os seus problemas resolvidos pela autoridade máxima do Poder Imperial, ouvido quase sempre um dos lados e quase nunca o outro lado. Pela impossibilidade de resolver institucionalmente os seus conflitos, desenvolveu-se na sociedade brasileira um movimento de grande valor, o movimento comunitário que, à margem da organização institucional, cresceu, e com virtudes. O próprio Partido dos Trabalhadores é hoje um exemplo brilhante da forma pela qual a sociedade, esmagada por um sistema autoritário, buscava caminhos paralelos, circulações periféricas para resolver as dificuldades que a institucionalidade do País não possuía condições de resolver.

Desenvolveram-se então as atividades de natureza comunitária; cresceram líderes nascidos exatamente dessa fermentação de resistência; surgiram métodos, incorporaram-se formas adotadas por países mais avançados que o nosso, do ponto de vista institucional, e a atividade da participação é um dos aspectos, é um dos fenômenos mais brilhantes deste País, porque organiza a sociedade por si mesma, ao lado da organização institucional. Não é, porém, pelo fato de que a atividade institucional natural, espontânea, brotada na comunidade, é hoje uma realidade existente neste País que deve ser defendida, compreendida e alimentada pelo legislador, que no momento da organização institucional básica do País se sobreponha aos aspectos institucionais fundamentais.

Estamos legislando para criar a democracia brasileira, a democracia é o regime baseado, sobretudo, na atividade da representação. A representação está para a democracia como a essência, como a base fundamental da sua existência. Precisamos, sim, se somos progressistas, melhorar a qualidade da representação. Precisamos, sim, eliminar as presenças espúrias que ainda viciam a atividade da representação. Precisamos criar uma vida partidária suficientemente livre, e aqui votamos semana passada nessa direção. Na medida em que um país possui uma representação efetivamente entrosada com a sua sociedade, não precisa mais de mecanismos paralelos. A política passa a ser o grande fortim onde se resolvem os principais conflitos de uma nação, porque a política é a representação exata da vontade da sociedade.

Por essa razão, Sr. Presidente, aceitando que na essência de proposituras como esta existe um pensamento progressista, acreditamos, porém, que temos razões igualmente progressistas para não aceitá-las, de vez que estamos fortalecendo, nesse momento, o estado democrático e ele será suficientemente amplo para resolver todos esses impasses. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** — Concedo a palavra ao Constituinte Plínio Arruda Sampaio para falar

a favor. Devo esclarecer que S. Ex.<sup>a</sup> não estava inscrito, antes que eu tivesse concedido a palavra sucessivamente a dois Constituintes que falaram contra.

**O SR. CONSTITUINTE PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO:**

– Sr. Presidente, meus prezados colegas, é para mim uma surpresa subir esta tribuna para contraditar o meu velho companheiro Paulo Alberto, conhecido como Artur da Távola, meu companheiro de exílio, meu companheiro de reflexões, e um dos homens com cujo pensamento mais me identifico, nesta Casa, apesar de S. Ex.<sup>a</sup> não pertencer ao meu Partido.

Penso que S. Ex.<sup>a</sup>, mais o Constituinte Egídio Ferreira Lima e essa plêiade que constitui aqui a centro-esquerda do PMDB, estão cometendo um grave equívoco. Já que estamos chegando ao término da reunião, e pelo respeito que devo e sempre tive por S. Ex.<sup>as</sup>, tentarei esclarecer esse equívoco, porque penso que se o conseguir – se não for essa uma missão impossível – teremos dado um passo importante.

A origem desta emenda não é uma resistência, um rechaço ou qualquer ressentimento contra o período autoritário.

A origem desta emenda é uma exigência da complexidade da vida moderna; é uma reivindicação contra a burocracia, contra o automatismo burocrático das grandes corporações, das grandes administrações, das grandes entidades e visa, apenas, fazer com que o cidadão chegue mais perto da administração, entenda mais a administração, participe mais da administração.

Esta norma que estamos colocando – se o Constituinte Gerson Peres não interromper a atenção dos colegas com seus sempre jocosos comentários – visa, na verdade, fazer com que o cidadão conheça, pela participação freqüente, o problema da administração da sua cidade.

Não é por outra razão que, hoje, em Nova Iorque, por exemplo, que é uma cidade imensa, em geral, nas eleições para cargos representativos, vem junto um plebiscito sobre uma série de questões.

Eu estava na América, certa vez, quando fiquei espantado com o casuismo das consultas feitas nos eleitores de Nova Iorque que votavam para os seus representantes. Se formos à Itália, é a mesma coisa.

Quero só lembrar a V. Ex.<sup>a</sup>: numa cidade como São Paulo, uma lei votada pela Câmara Municipal que cause perturbação a 250 mil eleitores, não é uma coisa vulgarizada, banalizada, é um instrumento que será utilizado quando a medida impactar 250 mil eleitores em São Paulo. Só então será possível convocar o plebiscito, fazer um esclarecimento sobre aquela questão e, em torno dela, recolher a opinião da população.

Nem o Paulo Alberto, quer dizer, nem o Artur da Távola e nem os outros Colegas desconhecem que a promessa da democracia é a promessa da democracia representativa combinada com a democracia direta. Quem leu Thomas Jefferson sabe perfeitamente que uma das promessas da democracia americana era que o povo tivesse sempre, não só a soberania, como o poder de rebelião. É essa rebelião organizada, essa rebelião orgânica, essa rebelião consciente do povo que nós queremos inserir para entender o Brasil moderno. Os centros comunitários, as comunidade de base, as sociedades de amigos de bairro não surgiram apenas para combater a ditadura militar, elas surgiram como um imperativo de uma cidade que o homem não entende, porque ela já é grande demais para a sua dimensão; é por isso mesmo que existem esferas de decisão decrescentes em sua complexidade e que precisam encontrar numa sociedade moderna órgãos que o sistema clássico gestado, num período anterior do capitalismo, não foi capaz de conceber.

Acredito que se os meus companheiros, esta gente séria e correta, procurarem refletir mais, verão que não há aqui nenhum basismo, nenhum cooperativismo e nenhum ressentimento, mas um desejo de dar resposta a anseios mais profundos da nossa população.

Vejo ali o Constituinte Francisco Rossi, homem que trabalha numa cidade periférica de São Paulo, que sabe que não poderá administrá-la se não contar com a participação dos órgãos comunitários. Agora, por que deixar isso à cooptação da autoridade e não a fórmulas de intervenção direta, legalizada e orgânica da população?

De modo que tenho certeza e peço, apesar do atraso da hora, que os colegas reflitam e não vejam nisso, o extremismo, o radicalismo, ou um desejo de desordem, mas, pelo contrário, o desejo de fazer uma ordem que responda aos anseios da população. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Em votação. **(Pausa)**

Os Srs. Constituintes queiram registrar os seus números de código.

Queiram selecionar os seus votos. **(Pausa)**

**(Procede-se-à votação)**

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Faltosa, Ademir Andrade, Carlos Mosconi, Haroldo Sabóia, José Fogaça, José Paulo Bisol, Nelson Friedrich, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Sigmaringa Seixas, Nelson Wedekin, Vilson Souza, Vicente Bogo, Jorge Hage, Octávio Elísio, José Tinoco, Mozarildo Cavalcanti, Lynêneas Maciel, Vivaldo Barbosa, Luiz Salomão, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Haroldo Lima e Roberto Freire. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Alfredo Campos, Aluizio Campos, Antônio Britto, Artur da Távola, Carlos Sant'Anna, Celso Dourado, Cid Carvalho, Egídio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Ibsen Pinheiro, João Calmon, José Richa, José Ulisses de Oliveira, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nilson Gibson, Raimundo Bezerra, Rodrigues Palma, Virgildásio de Senna, Wilson Martins, Antonio Mariz, Israel Pinheiro, Délio Braz, Euclides Scalco, Alcení Guerra, Arnaldo Prieto, Cristóvam Chiaradia, Edme Tavares, Eraldo Tinoco, Inocêncio Oliveira, José Santana de Vasconcellos, Luís Eduardo, Mário Assad, Oscar Corrêa, Sandra Cavalcanti, Enoc Vieira, Simão Sessim, Valmir Campeio, Gilson Machado, Jofran Frejat, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia, Virgílio Távora, Bonifácio de Andrada, Adolfo Oliveira e Siqueira Campos.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 27 Constituintes; votaram NÃO 48 Constituintes. Total: 75 votos. O Destaque foi rejeitado.

**IV – SUSPENSÃO DA REUNIÃO**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A Presidência vai suspender os trabalhos, convocando os Senhores Constituintes para a continuação da presente reunião, amanhã, 31-10-87, às 9:00 horas.

Está suspensa a reunião.

**EM 27 DE OUTUBRO DE 1987**

Presidência dos Srs.: **Aluizio Campos**, Primeiro-Vice-Presidente; **Jarbas Passarinho**, Terceiro-Vice-Presidente; **Fernando Henrique Cardoso**, Quarto-Vice-Presidente.

**I – REABERTURA DA REUNIÃO**

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Havendo número regimental, declaro reaberta a reunião.

**II – EXPEDIENTE****Do Senhor Líder do PTB:**

"Ofício nº 225/87.

Brasília, 27 de outubro de 1987.

A Sua Excelência o Senhor

Constituinte Ulysses Guimarães

DD. Presidente da Assembléia Nacional Constituinte.

Senhor Presidente,

Tenho a honra de indicar a V. Ex.<sup>a</sup>, nos termos regimentais, o nome do Constituinte Sólton Borges dos Reis para integrar, como Suplente, a Comissão de Sistematização, em substituição à indicação anterior do Constituinte José Maria Eymael, que ocupava aquela vaga, em razão de acordo firmado entre esta Liderança e a do Partido Democrata Cristão.

Assim, sendo, as vagas de suplente, do Partido Trabalhista Brasileiro, na Comissão de Sistematização serão ocupadas pelos Constituintes Ottomar de Souza Pinto e Sólton Borges dos Reis.

Aproveito a oportunidade para reiterar a V. Ex.<sup>a</sup> protestos de elevada estima e distinta consideração. – Constituinte **Gastone Righi**, Líder do PTB."

**Do Senhor Líder do PDC:**

"Sr. Presidente,

Nos termos regimentais, requeiro a V. Ex.<sup>a</sup> que substitua, durante a reunião de hoje o Deputado Roberto Balestra pelo Deputado José Maria Eymael, como suplente do PDC.

Sala das Reuniões, 27 de outubro de 1987. – (Siqueira Campos) Vice-Líder do PDC."

**III – COMUNICAÇÕES****Da Presidência:**

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Antes de prosseguirmos na votação, desejo prestar algumas informações aos Senhores Membros da Comissão. Ontem, no exercício desta Presidência, convoquei uma reunião dos membros da Mesa Diretora desta Comissão para apreciar o problema da tramitação do projeto e da sua votação neste plenário, tendo em vista a reunião traduzida no documento lido, aqui, pelo eminente Constituinte Jarbas Passarinho e endereçada a S. Ex.<sup>a</sup>, o Sr. Presidente da Assembléia Nacional Constituinte. Hoje, tivemos uma reunião com as lideranças, sob a Presidência do Dr. Ulysses Guimarães e, amanhã, ou hoje ainda, nos será enviado um documento traçando as novas normas relacionadas com os trabalhos desta Comissão. O Constituinte Jarbas Passarinho, a quem passarei a Presidência dentro em pouco, comunicará aos membros desta Comissão o procedimento que deveremos, em consequência, adotar, sobretudo relativamente ao Título III, que continuará sendo votado hoje. E, amanhã, já se encontrará entre nós, depois do seu curto afastamento por motivo de força maior, o Presidente Afonso Arinos, que está regressando hoje do Rio de Janeiro.

Com essas informações, passo a Presidência ao Constituinte Jarbas Passarinho, que fará as demais comunicações aos nossos companheiros. Só estarei de volta a este plenário no próximo sábado. **(Palmas)**

(Assume a Presidência o **Sr. Jarbas Passarinho**. Terceiro-Vice-Presidente).

**A SRA. CONSTITUINTE SANDRA CAVALCANTI:**– Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra V. Ex.<sup>a</sup>

**A SRA. CONSTITUINTE SANDRA CAVALCANTI: –**

Sr. Presidente, Sras e Srs. Constituintes, recebemos, hoje, a nova escala de trabalho resultante de entendimentos havidos entre as lideranças. Tal escala propõe que as reuniões da Comissão de Sistematização se resumam às previstas numa tabela divulgada. Tudo isto em nome de uma suposta necessidade de acelerarmos nossos trabalhos, porque temos de atender a datas que vão sendo estabelecidas, sem que se saiba exatamente qual o critério adotado para elas. Desde o começo, quando ainda discutíamos nosso Regimento Interno, me insurgi, nesta Casa, contra essa pressa, muitas vezes desnecessária e quase sempre inimiga da perfeição. Nosso Regimento Interno, que hoje nos causa tantos atropelos, poderia ter sido muito melhor elaborado, se não tivéssemos ficado também espartilhados por prazos que nos foram impostos pela Mesa da Assembléia Nacional Constituinte.

Sr. Presidente, sei que não haverá qualquer consequência para isso, mas quero que fique registrado nos Anais desta Casa – até para alguém que, algum dia, venha a se debruçar sobre nossos trabalhos para tentar saber como eles se desenrolaram – meu protesto contra este modo de trabalho.

Temos uma responsabilidade histórica. Pela primeira vez, depois de tantos anos, o povo brasileiro encontrou, na Assembléia Nacional Constituinte, uma válvula de escape para seus anseios e esperanças. Nosso trabalho foi programado de baixo para cima, mas está sendo frustrado a cada etapa. Todas as vezes que vamos chegando ao final de uma etapa, ela é atropelada por uma sistemática nova.

Por exemplo, ficamos sabendo aqui que um grupo de Constituintes, signatários de um abaixo-assinado, protesta, porque está sem poder trabalhar durante este período. Quero dizer a S. Ex.<sup>as</sup> – e ainda não li a lista, portanto não sei quais são os signatários – que essa reclamação é falsa, impertinente, e inoportuna e desmerece a fisionomia da Assembléia Nacional Constituinte, diante da opinião pública. Se S. Ex.<sup>as</sup> não estão acompanhando os trabalhos da Comissão de Sistematização é porque não querem. O Regimento lhes faculta a presença e a voz. A prova disto é que nós, da Comissão de Sistematização, temos estado aqui, exaustivamente, discutindo destaques e emendas apresentados por companheiros que não pertencem à Comissão de Sistematização. Essas emendas e destaques enchem nossas planilhas todos os dias. E a Presidência é obrigada a mencioná-los, para grande tristeza, aí sim, para grande desmerecimento dos nossos trabalhos, dizendo "O destaque do Constituinte tal está prejudicado, porque S. Ex.<sup>a</sup> não está presente".

Se fizéssemos um levantamento das emendas que caíram aqui durante nossos trabalhos, tomando nosso tempo, impedindo o andamento mais rápido das nossas deliberações, veríamos que gastamos grande parte do nosso tempo discutindo matérias vencidas e apresentadas ao 1º Substitutivo e que não foram retiradas entulhando nossa planilha de trabalho todas as tardes.

Sr. Presidente, é lamentável que, num momento em que a Assembléia Nacional Constituinte é o grande fórum nacional e em que todo o País está de olhos postos em nossos tratados, tenhamos de enfrentar, de um lado, a acusação falsa de que nosso trabalho é lento, moroso e ineficiente e, de outro, mudanças sistemáticas nas regras do jogo, que vão alterando a forma de nosso comportamento.

Sr. Presidente, vamos enfrentar mais essa maratona e trabalhar duas sessões por dia até o próximo dia 20, mas, se nessa data não tivermos tido o direito de examinar, como é do nosso dever, o texto que nos foi submetido – e temos a lei do nosso lado – poderemos tranquilamente nos negar a nos submetermos todos os

dias a decisões imperiais, que, tomadas às custas de pequenas reuniões de Lideranças, vão, isto sim, desmoralizando o trabalho desta Assembléia Constituinte. (Palmas)

**O SR. CONSTITUINTE LUIZ ALBERTO RODRIGUES:**

– Sr. Presidente pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Pediria à Constituinte Sandra Cavalcanti o obséquio de ouvir-me por um minuto, porque ainda não cheguei sequer a trazer ao conhecimento do Plenário a decisão que hoje pela manhã foi tomada pelos Líderes. Entendo que S. Ex.<sup>a</sup> se antecipou. Tem o documento em mãos, provavelmente já modificado, mas não no mérito daquilo a que S. Ex.<sup>a</sup> se referiu. Talvez modificação em relação ao calendário e a outros pontos colecionados como sendo aqueles que devem nortear nossos trabalhos.

Por outro lado, o Presidente Ulysses Guimarães ainda não autorizou a distribuição dessa matéria, porque a mesma só seria autorizada depois da informação que nós, da Mesa, iríamos dar. E coube a mim essa tarefa, pela ausência tanto do Primeiro quanto do Segundo-Vice-Presidente. O assunto pode ser retomado, mas acredito que o protesto de V. Ex.<sup>a</sup> já está feito, nos termos devidos. Eu o acolho e, posteriormente ao que eu disser, se V. Ex.<sup>a</sup> quiser retomar a palavra, naturalmente o fará.

V. Ex.<sup>a</sup> pediu a palavra, pela ordem?

**O SR. CONSTITUINTE LUIZ ALBERTO RODRIGUES:**

– Pedi a palavra, pela ordem, mas espero V. Ex.<sup>a</sup> fazer a comunicação, para levantar minha questão de ordem logo após.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Srs. Constituintes, Srs. Membros da Comissão de Sistematização, cabe-me, em nome da Mesa, fazer uma comunicação a V. Ex.<sup>as</sup> naturalmente, estão todos lembrados de que aqui, sob palmas do Plenário, foi lido um documento da Mesa da Comissão de Sistematização, que deveria ser proposta ao Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, hoje. O fundamento da argumentação, então desenvolvida, era a necessidade de a Comissão de Sistematização continuar o seu trabalho e não vê-lo interrompido abruptamente. Este documento foi levado hoje ao Presidente da Assembléia Nacional Constituinte e, reunidas as Mesas da Assembléia Nacional Constituinte, da Comissão de Sistematização e todos os líderes dos partidos representados no Congresso, depois de longa discussão, chegou-se a uma conclusão.

Havia duas alternativas para as quais o Presidente Ulysses Guimarães, desde logo, chamou bem a atenção. Uma delas era realmente seguir aquela solicitação que, ainda ontem os Constituintes que aqui se encontravam ouviram por parte de um deputado. Tratou-se de um protesto feito em relação à prorrogação dos trabalhos, argüindo que já havia mais de trezentas assinaturas contra. Esse documento foi apresentado ao Presidente Ulysses Guimarães, mas com duzentas e setenta e quatro assinaturas e, ao que sei, algumas até de integrantes da Comissão de Sistematização. De qualquer maneira, não seriam duzentas e oitenta assinaturas, portanto, não haveria a maioria da Assembléia Nacional Constituinte comprometida com o documento. O Presidente Ulysses Guimarães ficou entre as duas alternativas: ou aceitar a pressão dos duzentos e setenta e quatro Constituintes, que desejavam que não houvesse sequer um dia a mais de prorrogação de prazo da Comissão de Sistematização, ou encontrar uma fórmula através da qual a comissão pudesse continuar seus trabalhos – e isto só seria possível paralelamente ao trabalho do Plenário da Assembléia Nacional Constituinte. Então, há uma série de consideranda, de que gostaria de ler o que me parece o principal:

“É concedido prazo de 20 dias úteis à Comissão de Sistematização para concluir seus trabalhos nos termos do quadro anexo”. Este quadro V. Ex.<sup>as</sup> o receberão. Antecipo-me, informando que ele dá o dia de hoje para o término da votação do Título III; no dia 28, amanhã, votação dos Títulos IV, V, VI, VII, VIII e IX, ressalvados os destaques. Depois, teremos, quinta, sexta-feira, sábado e terça-feira, dia três de novembro – portanto, depois do feriado de Finados – mais oito reuniões da Comissão de Sistematização, que passaria a trabalhar no sistema anterior em que o vinha fazendo de 9 às 13h e de 15 às 20h. Com isso, em cada dia, poderiam realizar duas sessões. Este quadro será distribuído posteriormente. Estou apenas me antecipando. Intercaladas, haveria sessões do Plenário da Assembléia Nacional Constituinte, na quarta e quinta-feiras, onde, naturalmente estaremos presentes também como membros do Plenário. Na sexta-feira, outra vez, teríamos o Título IV para ser votado em duas reuniões da Comissão de Sistematização. No sábado, dia 7, e na segunda-feira, dia 9 de novembro, votaríamos o Título V, com quatro reuniões da Comissão de Sistematização.

No dia 10 de novembro, terça-feira, iniciariamos a votação do Título VI, com duas reuniões, intercaladas de duas sessões da Assembléia Nacional Constituinte e mais quatro reuniões, que seriam realizadas nos dias 13 e 14 de novembro, sexta-feira e sábado, respectivamente, sões para votar o Título VI.

Passariamos ao Título VII, nos dias 16 e 17 de novembro, completando, portanto, quatro reuniões. Outra vez seriam intercaladas duas sessões da Assembléia Nacional Constituinte; passariamos à reunião da Comissão de Sistematização no dia 20, sexta-feira, com duas sessões para votar o Título VI.

O Título VIII, que é maior que o Título VII, teria oito reuniões nos dias 21, sábado, 23, segunda-feira e 24, terça-feira. Nos dias 25 e 26, haveria outra vez, reunião intercalada da Assembléia Nacional Constituinte.

Votaríamos às últimas seis reuniões da Comissão de Sistematização nos dias 27, 28 e 30, sexta, sábado e segunda-feira, respectivamente, para votar o último título, que é o Título IX e, em seguida, se dariam as sessões ininterruptas da Assembléia Nacional Constituinte. Para que esses títulos possam ser votados nesse processo, é evidente que há regras, que vou ler.

“Até o dia 30 de novembro, a partir do dia 4, o Plenário da Assembléia Nacional Constituinte votará matéria já decidida pela Comissão de Sistematização.” É matéria que já está decidida e será enviada imediatamente ao Plenário da Assembléia Nacional Constituinte para votação. “Após o dia 30, o Plenário da Assembléia Nacional Constituinte votará o substitutivo enviado pela Comissão de Sistematização ou seu relator, inclusive a parte já votada pela mesma. A votação no Plenário da Assembléia Nacional Constituinte será realizada pelo sistema eletrônico. As sessões da Assembléia Nacional Constituinte realizar-se-ão a partir de 4 de novembro, às quartas-feiras e quintas-feiras” – como foi lido, há pouco, com relação ao quadro anexo – “em Sessões Ordinárias e Extraordinárias. A Comissão de Sistematização funcionará às segundas, terças, sextas-feiras e sábado, em Sessões Ordinárias e Extraordinárias, com a votação, desde logo e preliminarmente, de todos os Títulos ainda não apreciados ressalvados os destaques; “os títulos serão votados como temos feito, até agora ressalvados os destaques. São fixados prazos determinados para a votação de cada título, findos quais, os destaques remanescentes serão encaminhados ao Plenário da Assembléia Nacional Constituinte, nos termos do parecer do relator, passando-se ao título seguinte.”

Peço a atenção dos Srs. Constituintes, porque estas vão ser as regras do jogo que nortearão nossos trabalhos

por mais um mês. Depois, será desagradável que, por não termos ouvido no momento oportuno aquilo que foi decidido, tenhamos que levantar questões de ordem que apenas nos tomarão mais tempo.

Vejam V. Ex.<sup>as</sup> os destaques não apreciados serão enviados automaticamente à Assembléia Nacional Constituintes, nos termos do parecer do relator. Com isso, não haveria necessidade de renovação. Houve uma dúvida levantada, porque a renovação poderia exigir no Plenário um número maior de apoio, mas, desde logo, declarar-se-ia que os destaques enviados já estavam assegurados, para serem objeto de deliberação da Assembléia Nacional Constituinte.

"Além do período destinado à apresentação de preferências" – outro ponto importante, são trinta minutos – "poderão ser oferecidas outras, através de 10% dos membros da Comissão ou de Líderes que representem esse índice, para votação de capítulo ou dispositivo, independentemente de sua ordem". Esse dispositivo garante que as minorias não sejam esmagadas pela maioria. Esta representa 74% do Plenário. Com 10% do Plenário, ou Líderes que representem esse índice, as preferências podem ser apresentadas.

"O dia 4 de novembro, fixado para início da votação em Plenário, se impõe para cumprimento das exigências estipuladas no Regimento Interno para publicação dos avulsos, sua distribuição e apresentação e ordenamento de destaques."

"Os Constituintes terão 48 horas para a apresentação de destaques, nos dias 30 e 31 de outubro, que serão organizados nos dias subseqüentes."

"Os requerimentos de destaque, que deverão ser apoiados, no mínimo, por 35 Constituintes ou por Líderes que representem esse número, serão decididos pelo Presidente, cabendo, de seu indeferimento, recurso ao Plenário." Cabe dizer que, até agora, não houve indeferimento algum em pedidos de destaque – automaticamente, eles têm sido recebidos.

"Serão realizadas Sessões Extraordinárias da Câmara dos Deputados às 21:00 horas de terças e quintas-feiras."

O documento não se refere ao Senado, que ainda vai deliberar sobre isso.

"A votação em Plenário será feita por Títulos ou Capítulos, ressaltados os destaques."

Esta é a comunicação. O que o Presidente Ulysses Guimarães enfatiza é que ele só teve duas opções. Uma, praticamente baseada no respaldo que lhe dariam 274 assinaturas, seria interromper amanhã o trabalho da Comissão de Sistematização, o que implicaria enviar para a Assembléia Nacional Constituinte não o Substitutivo II, não o Substitutivo I, mas, sim, o primeiro projeto. Este é que deveria ser enviado nos termos regimentais. E como já houve indiscutíveis avanços obtidos nas votações feitas aqui na Comissão, é de se preservar aquilo que já foi votado e o trabalho realizado. Então S. Ex.<sup>a</sup>, sensível a essa posição, preferiu essa outra, uma mescla de trabalhos entre nós e do Plenário da Assembléia Nacional Constituinte.

Parece-me que era tudo o que eu poderia dizer antes de ouvir questões de ordem.

**O SR. LUIZ ALBERTO RODRIGUES:** – Sr. Presidente, pela ordem.

Essencialmente, venho lamentar que o Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte tenha sido rasgado mais uma vez, e para pior. Acabamos de receber, anunciado por V. Ex.<sup>a</sup>, um pacote de atos institucionais, ou atos regimentais, ou atos da Mesa, seja qual for o nome que se dê. Na verdade, isto vem contra a vontade da maioria. Em primeiro lugar, Sr. Presidente, porque, procurado para assinar o documento para o funcionamento

concomitante da Comissão de Sistematização e do Plenário da Assembléia Nacional Constituinte, recusei-me a fazê-lo porque entendia que isto significaria, única e exclusivamente, prejuízo para todo o trabalho, para todo o esquema de concepção, de elaboração dessa nova Constituição.

Sabe o Brasil inteiro, e sabe principalmente a imprensa, que não estamos escrevendo artigos de jornal, que se escrevem hoje, se reescrevem amanhã e se podem reescrever depois de amanhã. O trabalho da Comissão de Sistematização, da maior importância, da maior envergadura, formador, na verdade, do texto básico, a partir das opiniões do Brasil inteiro, fica agora diluído e esfrangalhado. Diminuem-se os dois lados: esvazia-se o Plenário da Constituinte e esvazia-se a Comissão de Sistematização. Ficamos naquela esdrúxula situação de estar pavimentando o caminho aqui atrás quando ele pode ser modificado – às vezes pode ser necessária a sua modificação. A diluição será completa, porque estamos naquela situação de um Plenário da Constituinte e de uma Comissão de Sistematização casados às quartas e quintas-feiras e solteiros segunda, terça, sexta e sábado.

Quero lembrar, Sr. Presidente, que a Mesa da Assembléia Nacional Constituinte e as Lideranças aqui presentes não soubessem sustentar o importante trabalho de enxugamento, de peneiramento do texto até agora construído e que vinha sendo feito com a maior qualidade, com a maior dedicação dos membros desta Comissão. Uma pequena pressão basta para que a Assembléia Nacional Constituinte e o Plenário desta Comissão venham a submeter-se a uma situação que violenta toda a estrutura elaborada para esta Constituição. Não posso concordar, Sr. Presidente. O prejuízo será imenso, porque temos agora o esvaziamento do Plenário da Assembléia Nacional Constituinte e o esvaziamento da Comissão de Sistematização. Os membros da Comissão de Sistematização que aqui estão e que não acreditam no seu trabalho podiam pedir para serem substituídos. Aqueles que pediram o funcionamento concomitante e paralelo das duas instituições deviam ter saído daqui e ido apenas piara o Plenário.

Lamentavelmente, a Assembléia Nacional Constituinte se submeteu a pressões fabricadas. No momento em que a Comissão de Sistematização, competente, amadurecida, preparada, dava unidade ao texto, todo o trabalho é rompido. Se fosse para isto, poderíamos partir do texto de Afonso Arinos, da Constituição de 1946, ou até da atual, e trabalhar sobre eles. Lamento profundamente que meu partido, pelas suas Lideranças, tenha concordado com esse mecanismo, principalmente porque aquele documento não obteve assinaturas suficientes para impor essa decisão.

Finalmente, Sr. Presidente, quero lamentar que, no meu partido, o PMDB, haja líder demais, liderança de menos e nenhuma capacidade de resistência.

**O SR. CONSTITUINTE HAROLDO LIMA:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE HAROLDO LIMA:** – Sr. Presidente, gostaria de contraditar a colocação do nobre Constituinte Luiz Alberto Rodrigues.

Na verdade, nestes dias passados, enfrentávamos um problema nesta Casa: se os trabalhos da Comissão de Sistematização prosseguissem da forma pela qual se desenvolviam, levaríamos 4, 5, 6 meses para concluir nossa tarefa; por outro lado, se suspendêssemos abruptamente os trabalhos, para levar em conta a opinião expressa por esse abaixo-assinado, que, salvo engano, obteve 262 assinaturas e não 274, aí sim, sacrificaríamos todo esse metódico, sério e profundo trabalho que está fazendo a Co-

missão de Sistematização. Mais ainda, projetaríamos para o Plenário da Constituinte um grave problema: ele teria de examinar milhares de destaques que não foram examinados pelo Plenário da Comissão de Sistematização.

Sr. Presidente, estávamos enfrentando um verdadeiro dilema. Penso que – e sei que é a opinião de todos os líderes desta Casa que estiveram durante alguns dias reunidos, coroando essas suas reuniões na manhã de hoje – tivemos uma decisão sensata, corajosa e prudente, que foi incompreendida pelo nobre Constituinte Luiz Alberto Rodrigues, que há pouco a ela se referiu. O nobre Constituinte disse que diluímos os trabalhos da Comissão de Sistematização e também desprestigiámos os trabalhos do Plenário da Constituinte. Penso que foi feito precisamente o contrário. Resolvemos prestigiar o trabalho da Comissão de Sistematização até o fim, e resolvemos também iniciar os trabalhos do Plenário da Assembléia Nacional Constituinte.

Assim, vamos guarnecer a Comissão de Sistematização para que consiga realizar os seus trabalhos até o fim, de forma minuciosa e meticulosa, apreciando apenas aqueles que são os assuntos efetivamente fundamentais, ao invés de prorrogarmos os trabalhos da Comissão de Sistematização indefinidamente. Prorroguemos por vinte dias e, mais ainda, estabelecemos uma metodologia que garante o funcionamento desta Comissão até o fim. Então, ao mesmo tempo, estaremos começando os trabalhos do Plenário da Assembléia Nacional Constituinte e, com isto, garantindo, seja a Sistematização, seja a Constituinte, se consiga reiniciar ou retomar os seus trabalhos, fazendo com que a nossa tarefa de examinar seriamente todos os dispositivos sob exame possa ser concluída. Quero rejubilarme com a Mesa e com os Líderes pelo que foi feito, considerando que é uma saída à altura das necessidades da Constituinte.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Peço aos Srs. Constituintes que, quando levantarem questões de ordem, obedeçam ao que está escrito no Regimento, isto é, os três minutos destinados a cada orador. Darei a palavra a todos. O assunto é da maior importância e vou ter que fazê-lo. Vamos ter uma matéria repetitiva aqui, porque todos os protestos vão ser na mesma direção e todas as defesas também.

Tem a palavra o Constituinte Nelson Jobim.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON JOBIM:** – Sr. Presidente, são duas as manifestações. Em primeiro lugar, o conteúdo da documentação aprovada por unanimidade por todas as Lideranças expressa claramente a vontade de que a Comissão de Sistematização continue seu trabalho e que; paralelamente, o Plenário já comece a trabalhar. Com isso, teremos duas instâncias e dois momentos para examinar este Projeto de Constituição. De outra parte, deveria elogiar V. Ex.<sup>a</sup> pela correção e absoluta clareza na sua exposição, mostrando as vantagens totais da solução adotada.

Este, o sentido da minha intervenção, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte João Menezes.

**O SR. CONSTITUINTE JOÃO MENEZES:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, quando a eminente Constituinte Sandra Cavalcanti desceu aqui de pára-quedas dando aquela notícia, realmente fiquei meio atordoado. Felizmente, V. Ex.<sup>a</sup> depois retomou a palavra e deu uma explicação detalhada ao Plenário sobre o que se pretende fazer. Mas uma grande dúvida me envolve: quem tomou a deliberação de alterar o Regimento? O Regimento, parece-me, só pode ser alterado mediante votação do Plenário. Não sei como pode, segundo V. Ex.<sup>a</sup>, o Deputado Ulysses Guimarães, Presidente da Constituinte, sujeitar-se a pressões e encontrar soluções em **petit comité**. Isto não está certo e nos levará não sei aonde.

Acho que todos os assuntos nesta Casa, inclusive o que V. Ex.<sup>a</sup> nos expôs com muita clareza, só podem ser resolvidos mediante pronunciamento do Plenário.

Portanto, esta é a questão de ordem que levanto, um pouco diferente das que foram apresentadas.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Constituinte João Menezes, a questão de ordem de V. Ex.<sup>a</sup> pressupõe um recurso. V. Ex.<sup>a</sup> apenas registra um protesto. Se V. Ex.<sup>a</sup> recorrer, eu encaminharei o problema à Mesa da Assembléia Nacional Constituinte, e esta, por seu turno, o submeterá ao Plenário. É preciso termos em conta um dilema existente e que foi lembrado pelo Constituinte Haroldo Lima: temos ou não condições de fazer isso no prazo estipulado? Se se estabeleceu um prazo, temos de conseguir meios de votar isso dentro do prazo.

Concedo a palavra ao Constituinte Virgílio Távora, por deferência e cortesia do Constituinte José Genoíno, que a havia solicitado antes.

**O SR. CONSTITUINTE VIRGÍLIO TÁVORA:** – Sr. Presidente, pedi atenção à Casa porque o problema foi apresentado de maneira completamente surrealista por aqueles que se estão contrapondo à decisão que V. Ex.<sup>a</sup>, no momento, expõe ao Plenário.

O art. 26 do Regimento diz:

“Findo o prazo estabelecido” – o prazo está findo desde o dia 8 de outubro e prorrogado pela Presidência da Constituinte por mais vinte dias – “no § 2º do artigo anterior, o Projeto de Constituição, com ou sem parecer, será incluído em Ordem do Dia, devendo o Relator, quando for o caso, proferir parecer oral em Plenário.”

O Presidente Ulysses Guimarães não foi constrangido por ninguém. O que houve foi que um número considerável de Constituintes – para pesar nosso – pediu a S. Ex.<sup>a</sup> que cumprisse o Regimento. Tomou uma solução corajosa o Presidente da Constituinte. Do contrário, todo este trabalho estaria absolutamente perdido.

Era o que tinha a dizer.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte José Genoíno. Solicito a S. Ex.<sup>a</sup> que se atenha ao prazo de três minutos.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Não utilizarei nem dois minutos, Sr. Presidente. Em primeiro lugar, manifestando nosso apoio integral à decisão da Mesa, solicito a V. Ex.<sup>a</sup> um esclarecimento, importante para a Comissão, sobre o item 11 da resolução ora tomada, que estabelece: “Os Constituintes terão 48 horas para a apresentação de destaques nos dias 30 e 31 de outubro que serão organizados nos dias subsequentes”.

Gostaria de saber se esses destaques referem-se a matérias já aprovadas na Comissão de Sistematização. Isso quer dizer, Sr. Presidente, que para cada título aprovado na Comissão de Sistematização, antes de ir ao Plenário, teremos o prazo de 48 horas para fazer destaque?

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – É isto. E os destaques que não foram objeto de votação estão resguardados e garantidos para o Plenário da Assembléia Nacional Constituinte. Então, duas coisas protegem o Constituinte: a interpretação dada por V. Ex.<sup>a</sup>, que está correta, e a garantia de apresentação de destaques no futuro.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Jorge Hage.

**O SR. CONSTITUINTE JORGE HAGE:** – Sr. Presidente, quero apenas contraditar a questão de ordem anteriormente levantada. Solidarizo-me com a Mesa e as Lide-



ranças pela decisão em muito boa hora tomada. Está plenamente de acordo com o Regimento. Trata-se apenas de uma interpretação do Regimento.

O art. 27, ao prever que a votação em plenário será feita por títulos, abre as portas, tranqüilamente, para a interpretação que em muito boa hora foi encontrada pela Mesa. Congratulações, portanto, a V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Muito obrigado.

Tem a palavra o Constituinte Ademir Andrade.

**O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE:** – Sr. Presidente, sabendo das dificuldades que temos vivido nesta Casa e nesta Comissão, e diante do que ocorre com a opinião pública do Brasil, de maneira geral, venho, neste instante, registrar minha solidariedade às Mesas desta Comissão e da Assembléia Nacional Constituinte e às Lideranças desta Casa, pela decisão tomada – decisão realmente sensata, sábia e totalmente regimental. Não poderia deixar de expressar minha satisfação ao constatar tamanha sensatez. Vamos trabalhar e fazer uma bela Constituição para o povo brasileiro. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Constituinte José Lins, também V. Ex.<sup>a</sup> deseja falar sobre o assunto?

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Sr. Presidente, quero pedir um esclarecimento à Mesa. Referiu-se V. Ex.<sup>a</sup> aos destaques do texto enviado pela Comissão de Sistematização ao Plenário. Entendo que esses destaques são para o texto novo. Poderemos pedir destaques, ou melhor, os destaques analisados por esta Comissão poderão ser renovados lá?

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Em resposta a V. Ex.<sup>a</sup>, darei um exemplo prático. Aqui estão os destaques que deveremos votar hoje. Se ao término da data de hoje só conseguirmos votar esses destaques, todos os outros que não foram apreciados serão encaminhados automaticamente e validados perante a Assembléia Nacional Constituinte, segundo o parecer do Relator. É a garantia do destaque. Portanto, esses destaques não ficam prejudicados. Eles não serão votados porque, de acordo com as preferências, as lideranças – ou o que corresponder à liderança em termos de apoio – naturalmente desejam antecipar matérias consideradas de maior importância.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Minha pergunta não se refere a esse caso. Talvez até encontre resposta no Regimento. Mas V. Ex.<sup>a</sup> fez referência, há um ou dois dias – não me recordo bem – à apresentação de destaques ao texto remetido pela Comissão de Sistematização ao Plenário.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Trata-se do item 11:

Os Constituintes terão 48 horas para a apresentação de destaques, nos dias 30 e 31 de outubro, que serão organizados nos dias subsequentes.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Esses destaques são sobre o texto remetido pela Comissão de Sistematização ao Plenário?

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Destaques sobre matérias aprovadas pela Comissão de Sistematização.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Sem prejuízo de recuperação das emendas, mesmo as que foram derrotadas em Plenário?

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Exatamente. Como estamos dentro de nova ordem, à proporção que perdermos mais tempo agora teremos menos tempo para apreciar o Título III. (Palmas)

#### IV – ORDEM DO DIA

#### VOTAÇÃO DO PROJETO DE CONSTITUIÇÃO

#### TÍTULO III (continuação)

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Em votação o Destaque nº 1454, requerido pelo Constituinte Arnaldo Prieto, referente à Emenda nº 32464, de autoria do Constituinte Manoel Moreira.

**O SR. CONSTITUINTE ARNALDO PRIETO:** – Retiro o destaque.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Retirado. Em votação o Destaque nº 2025, requerido pelo Constituinte Eduardo Jorge, referente à Emenda nº 20050, de sua autoria.

Encontra-se presente o Constituinte Eduardo Jorge? (Pausa) Ausente. Prejudicado o destaque.

Passa-se à votação do Destaque nº 2100, requerido pelo Constituinte João Paulo, referente à Emenda nº 29747. S. Ex.<sup>a</sup> não se encontra presente. Está prejudicado o destaque.

**Destaque nº 2242-87 – Emenda nº ES-27065-6, da Sra. Irma Passoni, “que adita parágrafo ao art. 41 do Substitutivo nº 1 (art. 32 do Substitutivo nº 2) (250ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Passa-se à votação do Destaque nº 2242, requerido pela Constituinte Irma Passoni, referente à Emenda nº 27065. Ressalva a expressão “com mais de três milhões de habitantes”. A Constituinte Irma Passoni fez uma alteração, dentro da praxe que se tem adotado, suprimindo a expressão “com mais de três milhões de habitantes”. A emenda dizia:

“Os municípios com mais de três milhões de habitantes criarão Conselhos Regionais.”

S. Ex.<sup>a</sup> excluiu a expressão “com mais de três milhões de habitantes”.

Trata-se, outra vez, de tentativa de criação de conselhos regionais e municipais.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Nobre Constituinte Plínio Arruda Sampaio, é este o destaque que V. Ex.<sup>a</sup> deseja apoiar?

**O SR. CONSTITUINTE PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, já discutimos esta matéria, mas gostaria de voltar a ela, dada sua importância. Creio que tomamos ontem, ao final da tarde, neste Plenário, equivocadamente uma decisão. Gostaria de pedir a atenção da Casa para argumentos que talvez modifiquem aquela decisão, até porque essa emenda tem uma diferença bastante grande em relação à que foi votada ontem. A questão vem sendo bastante discutida: a cidade moderna, a cidade grande, a administração moderna são muito complexas. Um dos problemas graves que temos no País, dificultando a estabilidade da nossa democracia, é o fato de o cidadão estar distante das decisões. Há uma cadeia de decisões, na sociedade moderna, e o cidadão está muito longe dela. Para que ele possa acompanhar as decisões, ou mesmo delas participar, não basta que existam órgãos clássicos da democracia representativa: Câmara de Vereadores, Assembléia Legislativa, ou Câmara dos Deputados. É preciso colocar entre esses organismos representativos que se mantêm, órgãos intermediários mais próximos do povo, para atividades de participação que não impliquem decisão colidente com a competência dos representantes do povo.

Apenas me limitarei a ler a emenda: “Os Municípios criarão conselhos regionais, eleitos em pleito direto, com funções meramente de consulta e de fiscalização, complementares àquelas exercidas pelas Câmaras municipais”.

Ou seja, a emenda ressalva a competência das Câmaras municipais e preserva, em sua plenitude, o mandato dos representantes da cidade, eleitos pelos Municípios e regulamentados pela respectiva lei orgânica.

Tenho a impressão de que, se aprovarmos esta emenda, estaremos dando às administrações municipais instrumentos importantes para incorporar a população ao seu quadro administrativo. Só uma população que esteja fiscalizando e sendo consultada a todo momento terá a capacidade de atender as dificuldades de escolha de todo e qualquer governo, possibilitando-lhe estar mais próximo de uma democracia estável e tranqüila.

Era só isto, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Para encaminhar contra, tem a palavra o Constituinte Gerson Peres.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, prezados colegas, ontem votamos e rejeitamos matéria semelhante: a dos conselhos comunitários distritais na área dos Municípios. Agora muda-se apenas a terminologia, para conselhos regionais na área dos Municípios. É a mesma coisa. Se essa matéria fosse argüida por questão de ordem – e não o foi, impedindo que o Presidente pudesse falar sobre ela – veríamos que é vencida, porque a emenda foi rejeitada ontem pelo **quorum** constitucional.

Lembrava eu aos colegas que esta matéria se sobrepõe, ou corre paralelamente às atribuições das Câmaras municipais. Os conselhos regionais podem existir – não há qualquer impedimento – o que não devemos é constitucionalizá-los. Isso é diferente. Eles podem emanar da própria sociedade, dos meios comunitários, ser formados, trabalhar como órgãos colaboradores dos Municípios, mas nunca devem ser constitucionalizados. Se o forem, terão função fiscalizadora e consultiva, conforme dita a emenda da Constituinte Irma Passoni.

Desta forma, peço aos colegas que prestem atenção na expressão fiscalização e na parte consultiva, muito importantes se constitucionalizarmos os conselhos nestes termos.

Opino, portanto, pela rejeição da emenda, à semelhança do que fizemos ontem, negando aprovação à criação de conselhos regionais ou distritais no texto da Constituição Federal.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Creio que, em tese, cabe razão ao Constituinte Gerson Peres. Estamos votando matéria praticamente igual, apenas com terminologia diferentes. Como a redação também é, difere – uma atribui, desde logo, funções consultivas; outra diz “o que a lei determinar” – a Mesa é obrigada a submeter a matéria a votação. **(Palmas)** Em votação.

**(Procede-se à votação)**

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Carlos Mosconi, Cristina Tavares, Haroldo Sabóia, José Paulo Bisol, Nelton Friedrich, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Sigmaringa Seixas, Theodoro Mendes, João Natal, João Agripino, Nelson Wedekin, Vilson Souza, Vicente Bogo, Jorge Hage, Octávio Elísio, José Tinoco, Lysâneas Maciel, Luiz Salomão, Bocayuva Cunha, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Plínio Arruda Sampaio, José Genoíno e Jamil Haddad. Votaram **NÃO** os Senhores Constituintes: Alfredo Campos, Almir Gabriel, Antônio Britto, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Cid Carvalho, Egídio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, João Herrmann Neto, José Fogaça, José Freire, José Richa, José Ulisses de Oliveira, Mário Lima, Milton Reis, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nilson Gibson, Pimenta da Veiga, Raimundo Bezerra, Rodrigues Palma, Roberto Brant, José Costa, Israel Pinheiro, Délio Braz, Márcio Braga, Aloysio Chaves, Arnaldo Prieto, Christóvam Chiaradia, Edme Tava-

res, Eraldo Tinoco, Francisco Benjamim, Inocêncio Oliveira, José Jorge, José Lins, José Santana de Vasconcellos, Luis Eduardo, Mário Assad, Oscar Corrêa, Paulo Pimentel, Ricardo Fiúza, Sandra Cavalcanti, Paes Landim, Jonas Pinheiro, Valmir Campelo, João Menezes, Gilson Machado, Mozarildo Cavalcanti, Jofran Frejat, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Gerson Peres, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia, Adylson Motta, Adolfo Oliveira, Siqueira Campos, Aldo Arantes, Roberto Freire e Antonio Farias. **ABSTENÇÃO** do Senhor Constituinte Ademir Andrade.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 26 Constituintes; votaram NÃO 60 Constituintes; absteve-se de votar 1 Constituinte. Total: 87 votos. O Destaque foi **rejeitado**.

**O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE:** – Sr. Presidente, quero deixar registrado que o meu voto foi SIM e, por engano saiu **ABSTENÇÃO**.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Por engano de V. Ex.<sup>a</sup>.

Em votação o Destaque nº 2246, da Constituinte Irma Passoni. **(Pausa)** Ausente. Prejudicado.

Em votação o Destaque nº 3083, do Constituinte Raul Ferraz. **(Pausa)** Ausente. Prejudicado.

Em votação o Destaque nº 3096, requerido pela Constituinte Irma Passoni. Tem indicação, mas está prejudicado pela votação da matéria anterior.

Em votação o Destaque nº 4200, requerido pelo Constituinte Octávio Elísio, que retira o destaque.

Em votação o Destaque nº 4880, requerido pelo Constituinte Paulo Roberto Cunha. **(Pausa)** Ausente. Prejudicado.

Em votação o Destaque nº 4958, requerido pelo Constituinte Jamil Haddad, referente à Emenda nº 21465. S. Ex.<sup>a</sup> retira o destaque.

**Destaque nº 4972-87 – Emenda nº ES-21472-1, do Sr. Jamil Haddad, “que adita inciso ao art. 45 do Substitutivo nº 1 (art. 32 do Substitutivo nº 2)”.**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Em votação o Destaque nº 4972, requerido pelo Constituinte Jamil Haddad, referente à Emenda nº 21472.

S. Ex.<sup>a</sup> tem a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE JAMIL HADDAD:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a Emenda nº 21472 pretende provocar verdadeira revolução em termos de legislação de aluguéis.

Na prática, verificamos que a legislação que trata dos aluguéis é feita com critério equânime, independente das condições regionais. Pretendo com minha emenda, se acolhida pelos nobres Constituintes, disciplinar os aluguéis residenciais e não-residenciais na sua área, acrescentando-se ao art. 45 um inciso com esta redação:

“Essa disciplina deve ser confiada aos Municípios, pois se trata de assunto que inegavelmente exige tratamento diferenciado, isto é, em conformidade com o local. O sistema atual não tem dado certo e o cipoal legislativo a respeito vem concorrendo para injustiças e desequilíbrios.”

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, não é crível nem admissível que se aprove a mesma legislação, no que se refere aos aluguéis, para uma grande Capital e para um Município relativamente pobre. Em nossa opinião, deveria haver essa diferenciação. Cabe aos Municípios estipular o problema relacionado com os aluguéis. É esta a minha posição em defesa da Emenda nº 21473.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Não há oradores inscritos. Concedo a palavra ao nobre Relator José Fogaça.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FOGAÇA:** – O parecer da Relatoria é contrário por entender que isto poderia propiciar, efeito inverso ao desejado pelo ilustre Constituinte Jamil Haddad, ou seja, o efeito da pressão e da especulação imobiliária poderia ser mais efetivo sobre a Câmara Municipal e sobre as Prefeituras. Portanto, o parecer da Relatoria é contrário.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Considerando que não houve orador algum inscrito para defender a emenda, e após o parecer contrário do Relator, quero me dirigir ao Plenário: Srs. Constituintes, que levante o braço quem se dispõe a apoiar a proposta do Constituinte Jamil Haddad. **(Pausa)** Diante do número, perguntamos ao Constituinte Jamil Haddad se retira o destaque. **(Pausa)** Retirado o destaque. **(Palmas)**

Em votação o Destaque nº 5876 requerido pelo Constituinte Augusto Carvalho. **(Pausa)** Retirado o destaque.

Em votação o Destaque nº 5911, requerido pelo Constituinte Nestor Duarte. S. Ex.<sup>a</sup> está ausente.

**Destaque nº 6044-87 – Emenda nº ES-28456-8, do Sr. Arnaldo Prieto, “que adita inciso ao art. 41 do Substitutivo nº 1 excetuando-se a expressão “e os vereadores” (art. 32 do Substitutivo nº 2)”. (251ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Em votação o Destaque nº 6044, requerido pelo Constituinte Arnaldo Prieto, referente à Emenda nº 28456. Tem a palavra S. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. CONSTITUINTE ARNALDO PRIETO:** – Sr. Presidente, dentro do espírito da nova ordem, procurarei ser o mais breve possível na defesa do meu destaque. Propus a emenda com a seguinte redação:

“Os Prefeitos e os Vereadores serão submetidos a julgamento perante o Tribunal de Justiça.”

Após discutir o assunto com o eminente Constituinte Nelson Jobim e o Constituinte Antônio Britto, retirei a expressão “e os Vereadores”, ficando a seguinte redação:

“Os Prefeitos serão submetidos a julgamento perante o Tribunal de Justiça.”

Esta emenda visa a dar foro privilegiado ao Prefeito. Retira-se o julgamento da alçada do juiz do foro a que pertence o Município para que seja feita justiça com mais isenção pelo Tribunal de Justiça do Estado.

Muitos dos Srs. Constituintes aqui presentes já foram prefeitos, outros, talvez, ainda serão.

Mas todos conhecem os Prefeitos e, muitas vezes, os problemas existentes em uma comuna. Seria, por isso, interessante, evitando constrangimentos, que o julgamento desses Prefeitos se fizesse no Tribunal de Justiça do Estado. Portanto, peço a compreensão dos Srs. Constituintes e a votação favorável a esta emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A Relatoria, por obséquio, deseja manifestar-se?

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – O parecer da Relatoria é pelo acolhimento da emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Em votação.

Os Srs. Constituintes foram devidamente alertados para o que vão votar. É uma emenda aditiva, de autoria do Constituinte Arnaldo Prieto, dando aos Prefeitos o foro privilegiado de julgamento no Tribunal de Justiça do Estado.

## (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Alfredo Campos, Almir Gabriel, Bernardo Cabral, Carlos Mosconi, Carlos Sant’Anna, Cid Carvalho, Cristina Tavares, Haroldo Sabóia, João Calmon, João Herrmann Neto, José Fogaça, José Freire, José Paulo Bisol, José Ulísses de Oliveira, Mário Lima, Milton Reis, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nelton Friedrich, Nilson Gibson, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Raimundo Bezerra, Rodrigues Palma, Severo Gomes, Sigmaringa Seixas, Theodoro Mendes, Virgildásio de Senna, Roberto Brant, José Carlos Grecco, Antonio Mariz, João Agripino, Israel Pinheiro, Miro Teixeira, Nelson Wedekin, Délio Braz, Márcio Braga, Vilson Souza, Jorge Hage, Octávio Elísio, Ziza Valadares, Euclides Scalco, Alcení Guerra, Aloysio Chaves, Arnaldo Prieto, Carlos Chiarelli, Cristóvam Chiaradia, Edme Tavares, Eraldo Tinoco, Francisco Benjamim, Inocêncio Oliveira, José Jorge, José Lins, José Lourenço, José Santana de Vasconcellos, Luís Eduardo, Paulo Pimentel, Ricardo Fiúza, Sandra Cavalcanti, José Tinoco, Paes Landim, Jonas Pinheiro, Simão Sessim, Valmir Campelo, João Menezes, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Gerson Peres, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia, Virgílio Távora, Lysâneas Maciel, Luiz Salomão, Bocayuva Cunha, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Adolfo Oliveira, José Maria Eymael, Aldo Arantes, Roberto Freire, Jamil Haddad e Antonio Faria. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Artur da Távola, Egídio Ferreira Lima, Pimenta da Veiga, João Natal, Mário Assad e Oscar Corrêa.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 86 Constituintes; votaram NÃO 6 Constituintes. Total: 92 votos. O Destaque foi **aprovado**.

Estão prejudicados os Destaques nº 6619, nº 6623, nº 6631, nº 6648, nº 6663 e nº 6693, pela ausência do Constituinte Vasco Alves.

**Destaque nº 6698-87 – Emenda nº ES-30708-8, do Sr. Vasco Alves, “que adita o seguinte parágrafo ao art. 41 do Substitutivo nº 1 “Lei Orgânica disporá sobre a iniciativa peculiar” (art. 32 do Substitutivo nº 2)”. (252ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Para o Destaque nº 6698, S. Ex.<sup>a</sup> indicou, em tempo hábil, o Constituinte Paulo Ramos para fazer a defesa.

Tem a palavra o nobre Constituinte Paulo Ramos.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, a matéria já foi amplamente discutida nesta Casa e tenho certeza de que os membros da Comissão de Sistematização já está sensibilizados quanto à importância da participação popular. O texto apresentado pelo Constituinte Vasco Alves propõe a perspectiva de a iniciativa popular constar em lei orgânica.

O texto diz o seguinte: “Lei Orgânica disporá sobre iniciativa popular”. Isso para a legislação municipal.

É dever da Assembléia Nacional Constituinte proporcionar aos municípios a possibilidade da iniciativa das leis. Sabemos perfeitamente bem que a democracia hoje começa a ser sustentada pela organização popular. Não nos podemos esquecer, quando elaboramos uma Constituição para o futuro, para o Estado de Direito democrático, de que a iniciativa popular é um imperativo dos novos tempos. Vamos consagrar o texto constitucional à iniciativa popular como forma, como mecanismo que possibilite a toda a sociedade ter a iniciativa das leis.

Acredito sinceramente que o Relator haverá de acatar essa iniciativa, porque simplesmente corresponde aos an-

seios democráticos da nossa sociedade. Espero que a emenda apresentada pelo Constituinte Vasco Alves seja acolhida pelos membros da Comissão de Sistematização e tenha o respaldo de S. Ex.<sup>as</sup> independentemente de sigla partidária. Estou convencido de que todos, nesta Comissão, pretendem a implantação de um sistema democrático e, também, ver vitalizada a participação popular.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Não há oradores inscritos para falar contra.

Pergunto se a Relatoria quer manifestar-se para falar contra. **(Pausa)**

A nova ordem estabelecida pelo Constituinte Fernando Henrique Cardoso admite apenas um para falar a favor e um contra.

**O SR. CONSTITUINTE ARTUR DA TÁVOLA:** – Sr. Presidente, peço a palavra para falar a favor da emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A preferência para falar a favor é do autor. Peço desculpas a V. Ex.<sup>a</sup> de minha parte gostaria de ouvi-lo.

Peço a atenção dos Srs. Constituintes, membros da Comissão de Sistematização. A Relatoria vai pronunciar-se.

Tem a palavra o Relator.

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – Sr. Presidente, Srs. Membros da Comissão de Sistematização, o princípio da iniciativa popular já está consagrado no texto do Substitutivo, embora específico para a Câmara Federal, no art. 71, § 2º

É evidente que a Relatoria não poderia ser contrária à iniciativa popular também a nível de Câmaras Municipais, porque o princípio já está consagrado no texto.

A Relatoria ressalta apenas que no texto do Substitutivo II há uma especificação quanto aos requisitos da iniciativa popular. Evidentemente, ficará então delegada às leis orgânicas dos Municípios a normatização da iniciativa popular no âmbito municipal. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Passa-se ao processo de votação.

**(Procede-se à votação)**

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Almir Gabriel, Artur da Távola, Carlos Mosconi, Celso Dourado, Cid Carvalho, Cristina Tavares, Egídio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Gasparian, Fernando Lyra, Haroldo Sabóia, Ibsen Pinheiro, João Herrmann Neto, José Fogaça, José Paulo Bisol, Milton Reis, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nelson Friedrich, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Rmentia da Veiga, Severo Gomes, Sigmaringa Seixas, José Carlos Grecco, Antonio Mariz, João Agripino, Miro Teixeira, Nelson Wedekin, Vilson Souza, Jorge Hage, Octávio Elísio, Ziza Valadares, Antônio Carlos Konder Reis, Lysâneas Maciel, Luiz Salomão, Bocayuva Cunha, Francisco Rossi, Joaquim Bevilacqua, Luis Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Aldo Arantes, Roberto Freire, Jamil Haddad, Antonio Farias. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Alfredo Campos, Bernardo Cabral, João Calmon, José Freire, José Richa, José Ulisses de Oliveira, Nilson Gibson, Rodrigues Palma, Theodoro Mendes, João Natal, Israel Pinheiro, Délio Braz, Márcio Braga, Alcení Guerra, Aloysio Chaves, Arnaldo Prieto, Christóvam Chiaradia, Edme Tavares, Eraldo Tinoco, Francisco Benjamim, Inocêncio Oliveira, José Jorge, José Lins, Luís Eduardo, Osvaldo Coelho, Paulo Pimentel, Ricardo Fiúza, Sandra Cavalcanti, Enoc Vieira, José Tinoco, Paes Landim, Jonas Pinheiro, Valmir Campelo, João Menezes, Gilson Machado, Mozarildo Cavalcanti, Darcy Pozza, Gerson

Peres, José Luiz Maia, Virgílio Távora, Gastone Righi, Adolfo Oliveira e Siqueira Campos. **ABSTENÇÃO** dos Senhores Constituintes: Carlos Chiarelli e Jarbas Passarinho.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 47 Constituintes; votaram NÃO 43 Constituintes; abstiveram-se de votar 2 Constituintes. Total: 92 votos. O Destaque foi **aprovado**.

**O SR. CONSTITUINTE INOCÊNCIO OLIVEIRA:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Concedo a palavra ao Constituinte Inocêncio Oliveira.

**O SR. CONSTITUINTE INOCENCIO OLIVEIRA:** – Sr. Presidente, gostaria que V. Ex.<sup>a</sup> pedisse ao Relator-Adjunto que conferisse os votos porque houve um total de 94 votos. Entretanto os Membros da Comissão de Sistematização são apenas 93.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra o Relator.

**O SR. CONSTITUINTE ADOLFO OLIVEIRA:** – Sr. Presidente, anunciei 92 votantes, incluindo as duas abstenções. Faltou um voto do PMDB. O PMDB tinha um voto disponível ainda, mas, como a votação estava encerrada e o resultado definido, não havia por que se chamar ainda o Constituinte do PMDB depois de todos chamados. Então, repito o resultado: 47 votos SIM, 43 NÃO e duas abstenções. Total, 92 votos.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Mantida a decisão.

Em votação o Destaque nº 6731, requerido pela Constituinte Rose de Freitas. **(Pausa)**

Ausente. Prejudicado o destaque.

Igualmente prejudicado o Destaque nº 6736, por ausência do autor.

Em votação o Destaque nº 7117, requerido pelo Constituinte Enoc Vieira.

Retirado o destaque.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Em votação o Destaque nº 7251, requerido pelo Constituinte Mendes Botelho. **(Pausa)**

Em votação o Destaque nº 7559, requerido pelo Constituinte Darcy Pozza, referente à Emenda nº 22376, aditiva. **(Pausa)** Retirado.

Em votação o Destaque nº 8230. Prejudicado pela ausência do seu autor, Constituinte Alysson Paulinelli.

Fui informado de que havia, ainda há pouco, uma reunião de líderes. Gostaria de lembrar a S. Ex.<sup>as</sup> que vamos discutir agora a Seção Única do Capítulo IV. Em seguida iremos ao Capítulo V, que trata do Distrito Federal e dos Territórios; o Capítulo VI trata da intervenção; o Capítulo VII, da Administração Pública, com exceção dos servidores públicos civis e militares. Dentro do espírito da nova ordem, é preciso verificar se os líderes estão querendo ou não pedir preferência para determinadas matérias, senão teremos prejuízo para a matéria não votada.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Haverá pedidos de preferência não só na questão dos capítulos, mas também na questão de seções e dispositivos, e vai chegar à Mesa um consenso das lideranças.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Meu alerta é por causa do horário.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Claro.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Capítulo IV, Seção única: Da Fiscalização Financeira e Orçamentária Municipal.

Destaque nº 6240, requerido pelo Constituinte Gerson Peres. **(Pausa)** Ausente

Para o § 1º, Destaque nº 800, solicitado pelo Constituinte Domingos Leonelli. **(Pausa)** S. Ex.<sup>a</sup> está ausente fica prejudicado o destaque.

Igualmente prejudicado o Destaque nº 807, do mesmo autor.

Em votação o Destaque nº 3241, do Constituinte Luiz Viana Filho, referente à Emenda nº 22913. **(Pausa)** S. Ex.<sup>a</sup> está ausente, prejudicado o destaque.

Em votação o Destaque nº 6132, requerido pelo Constituinte Antônio Carlos Konder Reis, referente à Emenda nº 28407. **(Pausa)** Retirado o destaque.

Em votação o Destaque nº 7396, requerido pelo Constituinte Cid Sabóia de Carvalho. **(Pausa)** Ausente. Prejudicado.

Quanto ao art. 37, § 3º, agora votação do Destaque nº 668, requerido pelo Constituinte Brandão Monteiro **(Pausa)** Ausente. Prejudicado.

Votação do Destaque nº 702, requerido pelo Constituinte Mário Maia. **(Pausa)** Ausente. Prejudicado.

**Destaque nº 5326-87, do Sr. Virgildásio de Senna, "que suprime o art. 37 § 3º do Substitutiva nº 2" (253ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Em votação o Destaque nº 5326, requerido pelo Constituinte Virgildásio de Senna, referente ao § 3º do art. 37, emenda supressiva.

**O SR. CONSTITUINTE VIRGILDÁSIO DE SENNA:** – Sr. Presidente, solicito a V. Ex.<sup>a</sup> a fineza de informar-me sobre o teor da emenda, porque lamentavelmente não a tenho aqui.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – V. Ex.<sup>a</sup> se referiu ao art. 37, § 3º – requerimento de destaque supressivo. E, portanto, sobre o Substitutivo nº 2. O § 3º diz:

"Fica vedada a criação de tribunais, conselhos ou órgãos de contas municipais."

V. Ex.<sup>a</sup> tem a palavra, nobre Constituinte Virgildásio de Senna.

**O SR. CONSTITUINTE VIRGILDÁSIO DE SENNA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o dispositivo adotado apelo Substitutivo do Sr. Relator, proibindo que qualquer município disponha – qualquer que seja a sua dimensão – de uma corte de contas que faça o acompanhamento da execução orçamentária, parece-me contrário ao espírito da tradição brasileira e não serve de modo algum à realidade presente da vida brasileira. Já fui prefeito de uma capital onde funcionava um Tribunal de Contas. Sei que o Tribunal fazia o acompanhamento diário de todos os lançamentos, o registro prévio das despesas impedia essa terrível coisa que é a contratação indiscriminada, inchando todas as folhas de pagamento dos municípios e impedindo que a sociedade, por um dos seus órgãos, controle a execução orçamentária e permita enquadrar as despesas na realidade daquilo que foi votado pela Câmara de Vereadores. As contratações são feitas sem registro no Tribunal e, conseqüentemente, dependendo de abertura de crédito suplementar, feitas **a posteriori**, sem que se guarde qualquer decoro no cumprimento do orçamento municipal votado pela Câmara de Vereadores. Não faz sentido algum que a Constituição Federal vede constitucionalmente que os Municípios com mais de 1,5 milhão de habitantes, cujo orçamento tem capacidade de prover meios para uma Corte de Contas, acompanhem a execução desse orçamento. A Corte de Contas dos Estados, no caso concreto da Bahia, por exemplo, com mais de 360 Municípios, e de

Minas Gerais, com mais de 700 Municípios, é obrigada a acompanhar a execução orçamentária e a prestação de contas do Executivo em volume tão significativo, não podendo, senão formalmente, dar parecer. É exatamente por isso que julgo oportuno que a Comissão de Sistematização negue apoio a esse dispositivo, que veda aos Municípios com orçamento significativo terem a sua própria Corte de Contas.

A experiência que trago à Casa, pela vivência deste caso, recomenda como imprescindível, para que o orçamento guarde relação com a vontade dos municípios, que uma Corte de Contas, funcionando como órgão auxiliar da Câmara de Vereadores, faça o acompanhamento e o registro prévio de todas as despesas municipais. **(Palmas)**

Durante o pronunciamento do Sr. **Virgildásio de Senna** o Sr. **Jarbas Passarinho**, Terceiro-Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. **Fernando Henrique Cardoso**, Quarto-Vice-Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Tem a palavra o Constituinte Ademir Andrade, para falar contra.

**O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, no momento em que o relator redigiu o § 3º vedando a criação de Tribunais e Conselhos de Contas dos Municípios, S. Ex.<sup>a</sup> teve a preocupação de impedir, nos Estados onde o fato ainda não acontece, que o mesmo viesse a ocorrer. **(Muito bem)** No § 1º S. Ex.<sup>a</sup> respeita os que já estão criados. Esses Conselhos de Contas dos Municípios são verdadeiros apêndices dos Conselhos de Contas dos Estados, executando um serviço que pode perfeitamente ser exercido por esses Conselhos de Contas Estaduais. Não é necessário criar, como se criou em muitos Estados do Brasil, outro Tribunal de Contas, com pessoas recebendo altíssimos salários, com toda uma estrutura montada, o que encarece sensivelmente a administração pública de cada Estado.

Ora, a Constituição já determina que os Municípios com mais de determinada população – não me recordo exatamente do número – terão o seu próprio Conselho de Contas. No caso específico, o relator, pretende impedir o absurdo que ocorre em muitos Estados do País, o – inclusive no meu, o Pará – onde foi criada uma estrutura fabulosa e fantástica de Conselhos de Contas dos Municípios e que contribuiu decisivamente para gastos desnecessários no orçamento do Governo do Estado.

Por essas razões, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, é fundamental que permaneça no texto da Constituição o § 3º do art. 37, vedando esse absurdo, ou seja, a criação de mais órgãos absolutamente desnecessários. O que poderá acontecer, se o trabalho dos Tribunais de Contas Estaduais for muito grande, seja a expansão ou criação de determinados setores na competência estadual, não se permitindo a criação de mais órgãos. Acho que o relator já cedeu até demais, pois deixou que permanecessem os que já haviam sido criados. Permitir a criação de novos seria um verdadeiro absurdo.

Por essa razão entendo que devemos votar com o parecer do relator e, portanto, contra a emenda do nobre Constituinte Virgildásio de Senna.

**O SR. CONSTITUINTE VIRGILDÁSIO DE SENNA:** – Sr. Presidente, pela ordem, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Ontem pediram-me que não concedesse a palavra a não ser especificamente para uma questão de ordem.

**O SR. CONSTITUINTE VIRGILDÁSIO DE SENNA:** – Qualquer questão, Sr. Presidente, que mereça ou provoque o esclarecimento daqueles que vão votar, parece-me pertinente.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Gostei de ver.

**O SR. CONSTITUINTE VIRGILDÁSIO DE SENNA:** – A proposta que fazemos é a supressão de dispositivo do § 3º, o que tem que ser combinado com emendas substitutivas. Existem mais de dez, autorizando a criação de Cortes de Contas em Municípios de dimensões diferentes como de 3 milhões, de 2 milhões e outras de 1 milhão e meio de habitantes. O que se pretende é que não se vede a criação de Tribunais de Contas naqueles Municípios que já os têm, para que não sejam cancelados.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Está bem esclarecida a questão de ordem. Não se tem o que acrescentar. Dou a palavra ao Relator, se ele assim o desejar.

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – O parecer da relatoria é contrário à emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Passo à votação, pelo sistema eletrônico, do Destaque nº 5326.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Carlos Mosconi, Celso Dourado, Cid Carvalho, Cristina Tavares, João Herrmann Neto, José Paulo Bisol, Nelton Friedrich, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, João Natal, Antonio Mariz, João Agripino, Délio Braz, Vilson Souza, Jorge Hage, Octávio Elísio, Christóvam Chiaradia, Eraldo Tinoco, Luís Eduardo, Oscar Corrêa, Jarbas Passarinho e Roberto Freire. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Ademir Andrade, Alfredo Campos, Almir Gabriel, Antônio Britto, Artur da Távola, Egídio Ferreira Lima, Fernando Gasparian, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Lyra, João Calmon, José Fogaça, José Freire, José Richa, José Ulisses de Oliveira, Milton Reis, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nilson Gibson, Pimenta da Veiga, Raimundo Bezerra, Rodrigues Palma, Sigmaringa Seixas, Theodoro Mendes, Roberto Brant, José Carlos Grecco, Israel Pinheiro, Nelson Wedekin, Daso Coimbra, Ziza Valadares, Chagas Rodrigues, Alcení Guerra, Aloysio Chaves, Arnaldo Prieto, Carlos Chiarelli, Edme Tavares, Inocêncio Oliveira, José Jorge, José Lins, José Santana de Vasconcellos, Ricardo Fiúza, Sandra Cavalcanti, Enoc Vieira, José Tinoco, Jonas Pinheiro, Simão Sessim, Valmir Campelo, Gilson Machado, Mozarildo Cavalcanti, Jofran Frejat, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pazza, Gerson Peres, Virgílio Távora, Bonifácio de Andrada, Lysâneas Maciel, Luiz Salomão, Bocayuva Cunha, Francisco Rossi, Joaquim Bevilacqua, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Adolfo Oliveira, José Maria Eymael, Aldo Arantes, Jamil Haddad e Antonio Farias. **ABSTENÇÃO** do Senhor Constituintes Wilson Martins.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram **SIM** 23 Constituintes; votaram **NÃO** 66 Constituintes; absteve-se de votar 1 Constituinte. Total: 90 votos. O Destaque foi **rejeitado**.

Há sobre a mesa o Destaque nº 6381, do Constituinte Valter Pereira. Rejeitado, por tratar de assunto semelhante. O mesmo acontece com relação ao Destaque nº 7906, do Constituinte Nelton Friedrich.

Destaque nº 1663, do Constituinte Délio Braz – a emenda substitutiva. S. Ex.<sup>a</sup> encontra-se presente? **(Pausa)**

Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra. **(Pausa)** O nobre Constituinte retirou o destaque em virtude do acordo. **(Muito bem. Palmas)**

Passamos à apreciação das emendas aditivas ao art. 37.

Há um pedido de preferência para o Destaque nº 7869 do Constituinte Euclides Scalco. Permanece a preferência? **(Pausa)** Retirada a preferência.

Retira o destaque também, Sr. Constituinte? **(Pausa)** Retirado o destaque.

Destaque nº 7630, do Constituinte Paulo Macarini. Está S. Ex.<sup>a</sup> presente? **(Pausa)** Está presente.

Pergunto à Liderança do PMDB se mantém o pedido de preferência e o destaque. **(Pausa)**

Retira a preferência e mantém o destaque.

Destaque nº 2725, sobre a Emenda nº 34006, de autoria do Constituinte Nelton Friedrich. Pergunto se S. Ex.<sup>a</sup> mantém o destaque.

Diz a emenda: "Acrescente-se o § 1.º: Como órgão subsidiário de controle da atividade municipal, a lei orgânica poderá criar um Conselho de Ouvidores e regulará as suas atribuições".

**O SR. CONSTITUINTE NELTON FRIEDRICH:** – Sr. Presidente, em razão do que se verificou nas votações anteriores sobre esta matéria, eu a retiro. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Retirada. Mais um destaque do Deputado Nelton Friedrich, de nº 2670, sobre a Emenda nº 29585. Pergunto ao Deputado se mantém o destaque.

**O SR. CONSTITUINTE NELTON FRIEDRICH:** – É no mesmo sentido, ou seja, de uma assessoria à Câmara Municipal. Retiro-o.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Pedido de destaque do Senador Luiz Viana Filho. Está S. Ex.<sup>a</sup> presente? **(Pausa)** Prejudicado o destaque, pela ausência do autor.

Do Constituinte Virgildásio de Senna, Destaque nº 5335. O Sr. Constituinte está presente.

Concedo a palavra ao Constituinte Virgildásio de Senna.

**O SR. CONSTITUINTE VIRGILDÁSIO DE SENNA:** – Sr. Presidente, por gentileza, informe-me sobre a emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – É o parágrafo adicional que diz o seguinte:

"Lei complementar Federal estabelecerá as condições para criação, composição, número de membros e competência de Conselho de Contas Municipais, em municípios com mais de 1,5 milhão de habitantes."

**O SR. CONSTITUINTE VIRGILDÁSIO DE SENNA:** – Sr. Presidente, considerando que nem a Relatoria nem o Plenário desejam Tribunais de Contas, retiro a emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Retirada a emenda.

Destaque nº 5912, do Constituinte Nestor Duarte. **(Pausa)** Ausente. Prejudicado.

Do Constituinte Bonifácio de Andrada. Destaque nº 6328. O Sr. Constituintes Bonifácio de Andrada retira o destaque.

**Destaque nº 6809-87 – Emenda nº ES-24175-3, do Sr. Alfredo Campos, "que adita artigo ao Título V, Capítulo IV, Seção única do Substitutivo nº 1 (Título III, Cap. IV do Substitutivo nº excetuando-se o § 5º da referida emenda): (254ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Destaque requerido pelo Constituinte Alfredo Campos, de nº 6809.

**O SR. CONSTITUINTE ALFREDO CAMPOS:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, haveremos de ouvir, muitas vezes ainda, falar sobre a interdependência dos Poderes,

tanto da União quanto dos Estados e dos Municípios. Minha emenda visa a dar às Câmaras de Vereadores independência financeira. De que maneira? Fazendo que a Câmara vote seu orçamento encaminhando-o ao Executivo, o qual, dentro de limites, o aceitará ou não.

O que se quer com esta emenda é que a Câmara de Vereadores não continue a reboque dos Prefeitos; que o Poder Legislativo municipal seja independente e que reine a harmonia entre os Poderes.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Vou ler, para conhecimento de V. Ex.<sup>as</sup>, o texto da emenda aditiva, proposta pelo Constituinte Alfredo Campos. Seria acrescentar o art. 38, cujo teor é o seguinte:

Art. 38: "É assegurada independência financeira e administrativa às Câmaras Municipais.

§ 1º Lei estadual fixará limite e normas para elaboração e execução do orçamento da Câmara Municipal, contratação de pessoal e demais despesas necessárias ao funcionamento do Poder Legislativo.

§ 2º: A Câmara Municipal elaborará seu orçamento e o aprovará submetendo-o, em seguida, ao Executivo, que o rejeitará, caso exceda os limites fixados.

§ 3º: Aprovado o orçamento, os valores das receitas serão consignados no Orçamento da Prefeitura como Despesa de Transferência Intergovernamentais.

§ 4º: O Executivo Municipal transferirá à Câmara Municipal, no início de cada mês, os valores relativos ao percentual de participação do Orçamento da Câmara, incidente sobre a receita realizada no mês imediatamente anterior."

O autor avisa que cancela o § 5º Por isto, não o leio.

Desejo saber se há algum Constituinte que deseja encaminhar contra a proposta do Constituinte Alfredo Campos. **(Pausa)** Não havendo Constituinte inscrito para falar contra, pergunto ao Sr. Relator se deseja fazer uso da palavra.

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – O parecer da Relatoria é contrário.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – A Relatoria dá parecer contrário.

Concedo a palavra ao nobre Constituinte Alfredo Campos.

**O SR. CONSTITUINTE ALFREDO CAMPOS:** – Sr. Presidente, gostaria, se ainda houvesse tempo, de retirar os parágrafos, deixando apenas o artigo.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Tempo não existe, Sr. Constituinte, porque V. Ex.<sup>a</sup> deveria ter feito isso anteriormente.

**O SR. CONSTITUINTE ALFREDO CAMPOS:** – Já havia retirado o § 5º Gostaria de saber se posso retirar os demais parágrafos.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Infelizmente, V. Ex.<sup>a</sup> não pode.

Mantida a emenda. Pergunto aos Srs. Constituintes se estão dispostos a sustentar a emenda do Constituinte Alfredo Campos. **(Pausa).**

Existe no plenário número razoável de Constituintes. Em votação.

### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Ademir Andrade, Alfredo Campos, Almir Gabriel, Carlos Mosconi, Fernando Henrique Cardoso, Milton Reis, Nelton Friedrich, Paulo Ramos, Roberto Brant, João Natal, Nelson Wedekin, Délio Braz, Vilson Souza, Edme Tavares, Ricardo Fiúza, Lysâneas Maciel. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Antônio Brito, Artur da Távola, Carlos Sant'Anna, Celso Dourado, Cristina Tavares, Egídio Ferreira Lima, Fernando Lyra, Ibsen Pinheiro, João Calmon, João Hermann Neto, José Fogaça, José Freire, José Richa, José Ulisses de Oliveira, Nelson Jobim, Nilson Gibson, Osvaldo Lima Filho, Raimundo Bezerra, Sigmaringa Seixas, Theodoro Mendes, Virgildásio de Senna, Wilson Martins, José Carlos Grecco, Marcos Lima, Michel Temer, João Agripino, José Costa, Israel Pinheiro, Miro Teixeira, Daso Coimbra, Jorge Hage, Octávio Elísio, Ziza Valadares, Chagas Rodrigues, Aloeni Guerra, Aloysio Chaves, Amaldo Prieto, Inocência Oliveira, José Jorge, José Lins, Luís Eduardo, Mário Assad, Oscar Corrêa, Osvaldo Coelho, Sandra Cavalcanti, Enoc Vieira, José Tinoco, Paes Landim, Jonas Pinheiro, Simão Sessim, Valmir Campeio, Gilson Machado, Mozarildo Cavalcanti, Jofran Frejat, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Gerson Peres, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia, Virgílio Távora, Luiz Salomão, Bocayuva Cunha, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Adolfo Oliveira, José Maria Eymael, Aldo Arantes, Roberto Freire, Jamil Haddad, Antonio Farias. **ABSTENÇÃO** dos Senhores Constituintes José Paulo Bisol e Eraldo Tinoco.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 16 Constituintes; votaram NÃO 72 Constituintes; abstiveram-se de votar 2 Constituintes. Total: 90 votos. O Destaque foi rejeitado.

**Destaque nº 7630-87 – Emenda nº IP 09638-3 do Sr. Paulo Macarini, "que adita artigo ao Título IV, capítulo IV do Substitutivo nº 1 (Título III, Capítulo IV, Seção Única do Substitutivo nº 2.)" (255ª votação).**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Passamos agora ao Destaque nº 7630, do Deputado Constituinte Paulo Macarini, que está presente. É um destaque aditivo que diz o seguinte:

"As prestações de contas dos Municípios ficarão, durante 60 dias, anualmente, à disposição dos contribuintes, para exame e apreciação.

Parágrafo único. Qualquer cidadão é parte legítima para questionar a legitimidade das prestações de contas nos termos da lei."

**O SR. CONSTITUINTE PAULO MACARINI:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, esta emenda, para a qual peço a atenção dos membros da Comissão de Sistematização e de modo especial do ilustre Relator, procura trazer uma inovação na forma de participação do povo no que diz respeito à fiscalização das contas municipais. Prevê este dispositivo que as contas dos Prefeitos ficarão à disposição do povo durante sessenta dias por ano, para exame, análise e apreciação, e determina também que qualquer cidadão é parte legítima para contestar, impugnar e discutir a justa aplicação desse dinheiro público.

Para ser rápido, Sr. Presidente, esse dispositivo constitucional não elimina a corrupção por vezes existente em alguns Municípios, mas representará um grande fator capaz de limitar a corrupção e, acima de tudo, fazer com que, em verdade, o povo participe, não apenas das coisas municipais, mas principalmente da fiscalização da coisa

pública. Por isso, espero que os membros desta Comissão acolham este dispositivo.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Michel Temer para encaminhar contra.

**O SR. CONSTITUINTE MICHEL TEMER:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, tenho o maior apreço por toda e qualquer espécie de participação popular no controle das contas públicas. Mas ocorre, Sr. Presidente, que a esta altura estaríamos exagerando um pouco nessa participação. Já temos alguns instrumentos de permanente fiscalização. Há, hoje, obrigatoriedade da administração fornecer certidões a quem as solicitar. Temos o instrumento da ação popular, que foi substancialmente ampliado. Portanto, é exatamente esse instrumento da ação popular que deve ser incentivado para o controle das contas públicas. Aliás, o fundamento principal da ação popular é exatamente o de que, se o Legislativo apreciar e aprovar as contas, ainda assim qualquer cidadão pode impugnar uma parcela delas. Então, não vejo, Sr. Presidente – e o faço em nome do princípio republicano da coisa pública – necessidade, embora louvável a iniciativa do eminente Constituinte Paulo Macarini, de espalhar essa espécie de fiscalização. Acho que é preciso, isto sim, tornar sérios, críveis, e não incríveis, os instrumentos que já estamos adotando no texto constitucional. Esse projeto é dos mais pródigos em matéria de participação popular nas contas públicas, na fiscalização dos atos de Governo.

Agora, retardar a administração, fazendo com que as contas, ao invés de serem imediatamente apreciadas pelo Tribunal de Contas e, depois, pelo Poder Legislativo, fiquem um mês à disposição dos contribuintes, especialmente nas cidades do interior, Sr. Presidente, vai gerar, muitas e muitas vezes, o mau vezo da emulação, do capricho, da inimizade política, que se formulará apenas com o objetivo de prejudicar o prefeito que acabou de prestar suas contas. Se as contas foram lesivas ao patrimônio público, já temos, volto a dizer, o instrumento da ação popular. Ademais, Sr. Presidente, não vamos depreciar a atuação do legislativo municipal, que já está, jurídica e politicamente habilitado para este exame. Por isto, tomo a liberdade de apoiar a proposta do Relator e, lamentavelmente, votar em desfavor da emenda ora apresentada.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Concedo a palavra ao Relator. Consulto se S. Ex.<sup>a</sup> quer opinar sobre a matéria.

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – As contas municipais são sempre públicas. Isto já é um princípio de administração. Em segundo lugar, já existe o instituto da ação popular que provê e dá ao cidadão os meios de controle da administração pública municipal. Além do mais, esta matéria poderia ou deveria ser remetida para a Lei Orgânica, caso tivesse que ser incluída no rol dos Institutos de Controle da Administração Pública Municipal.

Mesmo reconhecendo a intenção democratizante do Constituinte Paulo Macarini, a posição da Relatoria é contrária à emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Como faço habitualmente, pergunto quais os Srs. Constituintes que estão dispostos a apoiar o destaque. **(Pausa)**

Diante disto, pergunto se o Constituinte Paulo Macarini mantém o destaque. **(Pausa)** S. Ex.<sup>a</sup> o mantém. Passa-se à votação.

### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Ademir Andrade, Almir Gabriel, Antônio Britto, Artur da Távola, Carlos Mosconi, Cid Carvalho, Cristina Tavares, Egidio Ferreira Lima, Fernando Henrique Cardoso, Haroldo Sabóia, Ibsen Pinheiro, João Herrmann Neto, José Paulo Bisol, José Ulisses de Oliveira, Milton Reis, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nilton Friedrich, Nilson Gibson, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Rodrigues Palma, Sigmaringa Seixas, Theodoro Mendes, Wilson Martins, Roberto Brant, José Carlos Grecco, João Natal, Antonio Mariz, João Agripino, José Costa, Miro Teixeira, Nelson Wedekin, Vilson Souza, Daso Coimbra, Jorge Hage, Octávio Elísio, Ziza Valadares, Euclides Scalco, Chagas Rodrigues, José Luiz Maia, Bonifácio de Andrada, Lysâneas Maciel, Luiz Salomão, Bocayuva Cunha, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Adolfo Oliveira, José Maria Eymael, Aldo Arantes, Roberto Freire, Jamil Haddad. **Votaram NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Alfredo Campos, Bernardo Cabral, Carlos Sant'Anna, Celso Dourado, Fernando Lyra, João Calmon, José Fogaça, José Freire, Raimundo Bezerra, Virgildásio de Senna, Marcos Lima, Michel Temer, Israel Pinheiro, Délio Braz, Aloysio Chaves, Arnaldo Prieto, Eraldo Tinoco, Inocêncio Oliveira, José Jorge, José Lins, Luís Eduardo, Marcondes Gadelha, Oscar Corrêa, Osvaldo Coelho, Paulo Pimentel, Ricardo Fiúza, Sandra Cavalcanti, Enoc Veira, José Tinoco, Paes Landim, Jonas Cavalcanti, Enoc Vieira, José Tinoco, Paes Landim, Jonas Frejat, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Gerson Pores, Jarbas Passarinho e Antonio Farias.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 55 Constituintes; votaram NÃO 39 Constituintes. Total: 94 votos. O Destaque foi **aprovado**.

O texto aprovado é o seguinte:

"As prestações de conta dos Municípios ficarão durante sessenta dias, anualmente, à disposição dos Constituintes para exame e apreciação."

Parágrafo único:

"Qualquer cidadão é parte legítima para questionar a legitimidade das prestações de conta, nos termos da lei."

Passamos à votação do Destaque nº 7762, requerido pelo Constituinte Mansueto de Lavor. Não estando presente o autor, está prejudicado o destaque.

Passemos, então, ao Capítulo V, Seção I, relativo ao Distrito Federal. Há um substitutivo do Constituinte Arnaldo Prieto referente a todo o capítulo. É o Destaque nº 1484. O Constituinte encontra-se presente e vai defender seu destaque.

**O SR. CONSTITUINTE ARNALDO PRIETO:** – Sr. Presidente, retiro o destaque.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Retirado o destaque.

Em votação. Destaque nº 1501, requerido pelo Constituinte Arnaldo Prieto, referente à emenda do Constituinte Furtado Leite.

**O SR. CONSTITUINTE ARNALDO PRIETO:** – Sr. Presidente, retiro também este destaque.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Retirado o destaque.

Em votação o Destaque nº 1508, requerido pelo Constituinte Ottomar Pinto.

Estando ausente o autor, está prejudicado o destaque.



**Destaque nº 4809-87, do Sr. Fernando Gasparian – Emenda nº ES-34994-5, do Sr. Cid Carvalho, "que substitui o art. 47 do Substitutivo nº 1 (art. 38, caput do Substitutivo nº 2)." (256ª votação).**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Em votação o Destaque nº 4809, requerido pelo Constituinte Fernando Gasparian, referente ao Capítulo V, Seção I. O destaque refere-se ao **caput**, que ficaria da seguinte forma:

"A lei disporá sobre a organização administrativa e judiciária do Distrito Federal."

S. Ex.<sup>a</sup> retira tudo o mais.

Com a palavra o Constituinte Fernando Gasparian.

**O SR. CONSTITUINTE FERNANDO GASPARIAN:** – Sr. Presidente, estamos apresentando um destaque para todo o art. 38, que se refere ao Distrito Federal. Queremos que seja aproveitada não toda a emenda destacada, que é do Constituinte Cid Carvalho, mas somente o seu **caput**, que diz:

"A lei disporá sobre a organização administrativa e judiciária do Distrito Federal."

Dessa forma, não estaríamos decidindo aqui se vai haver eleição para Governador ou Prefeito, se vai haver Assembléia Legislativa ou Câmara Municipal. Pessoalmente, eu era contra a eleição de Governador ou de Prefeito e a Constituição de uma Câmara Municipal ou de uma Assembléia Legislativa. Mas, como outros Constituintes julgam que este assunto deveria ser melhor discutido e também não estão satisfeitos com a redação do Substitutivo II, do Constituinte Bernardo Cabral, que já fixa a eleição para Governador e a constituição de uma Câmara Legislativa, estamos propondo que esse artigo fique reduzido a um dispositivo com o seguinte teor:

"A lei disporá sobre a organização administrativa e judiciária do Distrito Federal."

A lei, portanto, de forma mais profunda, deve resolver a situação político-administrativa da Capital Federal. Deve ser ponderado o fato de que o Presidente Juscelino Kubitschek, quando propôs a mudança da Capital Federal para cá, o fez porque julgava que não tinha condições de governar com tranqüilidade no Rio de Janeiro, onde havia a famosa "Gaiola de Ouro", a Câmara Municipal, e onde o Prefeito nem era eleito, mas simplesmente nomeado. Então, o País hoje paga 70% das despesas desta cidade, com a preocupação de dar ao seu Presidente uma cidade neutra, para que não só o Executivo, mas também o Legislativo e o Judiciário possam pensar no Brasil com a tranqüilidade necessária e não se deixarem influenciar somente pelos problemas locais. Isso foi feito para que realmente os Três Poderes pudessem pensar no País. Então, estamos colocando somente o **caput**, ficando a discussão, se vai haver eleição para Governador ou Prefeito, se vai haver Assembléia Legislativa ou não, para depois.

**O SR. CONSTITUINTE CID CARVALHO:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE CID CARVALHO:** – Sr. Presidente, sou o autor da emenda e quero dizer à Casa e a V. Ex.<sup>a</sup> que fui, no período de governo de Juscelino Kubitschek, um dos batalhadores de primeira linha para a instalação de Brasília. Ora, Sr. Presidente, minha emenda tem o objetivo de tornar Brasília a efetiva sede da União. Dessa forma, concordei com a modificação requerida pelo Constituinte Fernando Gasparian para inserir tudo isso na lei, a fim de que todos nós tivéssemos liberdade e sere-

nidade para fazer o efetivo estatuto do Distrito Federal. Levanto esta questão de ordem, Sr. Presidente, porque entendo que, sendo autor da emenda...

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Sr. Constituinte Cid Carvalho, lamentavelmente, V. Ex.<sup>a</sup> não pode falar mais. Concedi a palavra a V. Ex.<sup>a</sup> – e a concederei a outros Constituintes – dada a importância do tema. Alguns querem marcar posição. A Mesa será condescendente dentro dos limites.

Concedo a palavra ao nobre Constituinte Sigmaringa Seixas.

**O SR. CONSTITUINTE SIGMARINGA SEIXAS:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a emenda sustentada há pouco pelo ilustre Constituinte Fernando Gasparian propõe o óbvio, pois é evidente que só a lei pode dispor sobre a organização judiciária e administrativa do Distrito Federal. A organização administrativa do Distrito Federal compete à lei a ser votada pela futura Câmara Legislativa, com base na própria Lei Orgânica do Distrito Federal. **(Palmas)** E quem vai dispor sobre a organização judiciária do Distrito Federal, aí: sim, será uma lei federal, porque, segundo o Substitutivo do eminente Relator, cabe à União manter o Poder Judiciário do Distrito Federal.

Em verdade, Sr. Presidente, o que esta emenda, já agora mantida apenas em seu **caput**, pretende é encontrar uma forma sutil de negar autonomia plena ao Distrito Federal. Esta é a realidade, Sr. Presidente. **(Palmas nas galerias).**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Aviso às galerias que estão proibidas de qualquer manifestação. A Mesa manterá este princípio estritamente.

Com a palavra o Constituinte Sigmaringa Seixas.

**O SR. CONSTITUINTE SIGMARINGA SEIXAS:** – Sr. Presidente, não nego aos meus Pares o direito de propor emendas de sua convicção. O que lamento, entretanto, é o fato de esta emenda inserir exatamente contra um dos pontos fundamentais do programa do PMDB. Aliás, não só do PMDB como de todos os partidos políticos com assento nesta Casa, que é exatamente a luta pela representatividade popular em todos os níveis. É uma luta histórica e heróica, que sensibilizou o País, mobilizando centenas de milhares de pessoas pela reconquista daquilo que lhe foi usurpado como o maior dos direitos políticos, ou seja, o direito de o povo se fazer representar no Poder. **(Palmas)** Essa participação representativa do povo está na raiz da própria soberania.

Portanto, Sr. Presidente, o que está em discussão em verdade é a questão da legitimidade do Poder, ponto fundamental do programa partidário que para todos nós, filiados não só do PMDB como dos demais partidos políticos aqui constituídos, é um verdadeiro dogma. Quero dizer com isso que aqueles que não respeitarem esse dogma não são verdadeiros representantes do povo porque estarão renegando a essência do próprio mandato.

Desculpem-me os prezados colegas, autores desta emenda, mas o que há em verdade é uma profunda insensibilidade para com o problema do Distrito Federal, pois não há absolutamente qualquer compromisso político com o povo desta cidade. Nem se diga, de outro lado, que o Distrito Federal, por ser a Capital da República, não comporta governo de partidos distintos. Roma – e fico apenas com esse exemplo, poderia citar muitos outros – abriga a sede do poder central, exercida pela Democracia Cristã, mas a sede da prefeitura local até há bem pouco tempo, era ocupada pelo Partido Comunista, e ambos conviviam na mais absoluta harmonia. Se esta é a preocupação do Plenário, esclareço que o Substitutivo do Relator reserva à União as funções do Judiciário e do Ministério Público, além da própria segurança pública. Quanto à presumida

falta de recursos, ou seja, de capacidade financeira, quero dizer que esta inverdade não é uma característica do Distrito Federal, mas da grande maioria dos Estados brasileiros, fruto da excessiva centralização tributária, que concentra quase toda a renda pública na União. Aliás, quero também dizer que o texto em vigor concede até um privilégio ao Distrito Federal, que é o da competência tributária cumulativa, o que lhe permite arrecadar impostos estaduais e municipais. Esta competência está assegurada no substitutivo do eminente Relator.

Portanto, Sr. Presidente, a questão, na realidade é de ordem eminentemente política. Negar autonomia política ao Distrito Federal será um ato de profunda violência contra o povo desta cidade. Tenho certeza de que a consciência democrática desta Comissão saberá repelir essa malsinada emenda. **(Palmas prolongadas).**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Tem a palavra o Constituinte Valmir Campelo, para uma questão de ordem.

**O SR. CONSTITUINTE VALMIR CAMPELO:** – Sr. Presidente, com todo o respeito que tenho pelo Constituinte Fernando Gasparian, quero dizer a S. Ex.<sup>a</sup> que este não é o desejo que a comunidade do Distrito Federal tem com relação ao destaque do eminente Constituinte. Brasília cidade politizada, conscientizada, não quer mais um Governador biônico. Brasília deseja que seu governador seja eleito pela vontade da sua comunidade. Queremos, nesta oportunidade, sensibilizar todos os colegas Constituintes no sentido de que atendam ao desejo da população do Distrito Federal. Para os inimigos de Brasília, que não desejam eleição direta para Governador, Cabral II neles. **(Palmas).**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Israel Pinheiro para uma questão de ordem.

**O SR. CONSTITUINTE ISRAEL PINHEIRO:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, nesta hora tão grave para o futuro de Brasília – cidade que foi construída visualizando futuro do Brasil – estão raciocinando sobre o seu passado e seus ex-governadores, que não souberam honrar a delegação recebida. Faço um apelo sentimental aos Srs. Constituintes, em nome de meu pai, aquele que dedicou a vida inteira ao serviço da Nação. Esta cidade foi construída com muito sacrifício, foi um sonho arqui-secular deste País. No Plano Piloto, não pode haver eleição, pois será destruído se isso acontecer. Vamos empregar a lei ordinária para que tenhamos eleições diretas nas cidades-satélites. Com isso, concordo, mas o Plano Piloto, esse monumento à inteligência nacional, à arquitetura mundial, não pode ser entregue às mãos de pessoas que não terão preocupação e nem responsabilidade com o passado da construção de Brasília. Srs. Constituintes, vamos apoiar o destaque do Constituinte Fernando Gasparian em homenagem ao Patriarca da Independência, que foi o primeiro a sonhar com a mudança da Capital; em homenagem aos Constituintes de 90, de 46, a Juscelino Kubitschek, que enviou a Emenda Constitucional nº 3, a esta Casa, que a aprovou. Esta diz no § 2º: "O Prefeito desta cidade será nomeado pelo Presidente da República".

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Peço a V. Ex.<sup>a</sup> que termine sua oração.

**O SR. CONSTITUINTE ISRAEL PINHEIRO:** – Faço um apelo final, Sr. Presidente. Não estamos aqui em luta partidária, mas votando principalmente o futuro do Brasil.

**A SRA. CONSTITUINTE MÁRCIA KUBITSCHKE:** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Sr. Constituinte, a Mesa declarou que seria bastante tolerante na concessão de questões de ordem, entendendo a

importância do tema em debate. No entanto, solicito aos Srs. Constituintes, mesmo àqueles que tenham algo a acrescentar ao que já foi dito, que o façam brevemente.

A Constituinte Márcia Kubitschek tem a palavra.

**A SRA. CONSTITUINTE MÁRCIA KUBITSCHKE:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, gostaria de dizer, enfaticamente, que ninguém mais do que eu pode dizer quais eram os pensamentos de Juscelino Kubitschek **(Palmas)** Afinal de contas eu estive junto dele até o dia em que faleceu. Quero refutar, de todas as maneiras e com a maior veemência, as palavras ditas nesta Casa de que Juscelino Kubitschek seria contra a autonomia política do Distrito Federal. Juscelino Kubitschek criou esta cidade, com amor, dedicação, sangue, suor e lágrimas, parodiando o Sr. Winston Churchill. Juscelino Kubitschek era um democrata e ele disse-me, mais de uma vez, que só através do voto o povo aprende a votar e se depura uma democracia". **(Palmas).**

Juscelino Kubitschek jamais seria contra o voto, sobretudo na cidade que ele criou. Brasília é a cidade de JK, sim Senhores; é o seu sonho.

Falo aqui como sua filha, que conheceu o seu pensamento até o último dia de sua vida, quando na Fazendinha de Luziânia, expôs-me o que pensava sobre o futuro de Brasília e do Brasil. Ele acreditava na democracia, no voto e no futuro de Brasília como uma cidade que pudesse ter a sua autonomia política. Tanto assim que me disse: "Minha filha, quando a democracia voltar a este País, quero que você entre para a política, mas que o faça por Brasília, pela cidade que eu criei". Portanto, ele queria a autonomia política de Brasília. **(Palmas).**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Concedo a palavra ao Constituinte Jofran Frejat. Peço a V. Ex.<sup>a</sup> que seja breve.

**O SR. CONSTITUINTE JOFRAN FREJAT:** – Sr. Presidente, antes de mais nada, quero agradecer a V. Ex.<sup>a</sup> condescendência de permitir que a bancada de Brasília se expresse. Gostaria também de esclarecer pontos que me parecem importantes no momento da votação da autonomia de Brasília. Em primeiro lugar, esta cidade não pode ser considerada apenas como uma cidade em si, um município. Ela tem Senadores que representam o Estado. Está, portanto, muito mais próxima de um Estado do que de uma cidade que não permita sua representação política.

Em segundo lugar, a administração do Distrito Federal implica o conhecimento e o entendimento do entorno de Brasília, o que invoca, imediatamente, o seu relacionamento com os Governos de Goiás e Minas Gerais. Ora, Sr. Presidente, haverá grande dificuldade de entendimento entre um Prefeito ou governador nomeado e os Governadores eleitos de outros Estados próximos. O Distrito Federal merece a honraria de escolher o seu Governador.

Em terceiro lugar, a argumentação de que Brasília não tem tradição de Governo de Estado também é verdadeira. Nossa cidade tem vinte e sete anos, sendo dezessete com Governador. O Governador representa a tradição de Brasília.

Por último, Sr. Presidente, se Fernando de Noronha, com apenas mil e quatrocentos habitantes, tem um Governador, não é compreensível que Brasília, com quase dois milhões de habitantes, dos quais muitos para cá vieram para construí-la, não tenha um Governador escolhido pela sua população. **(Palmas).**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Concedo a palavra à nobre Constituinte Maria de Lourdes Abadia.

**A SRA. CONSTITUINTE MARIA DE LOURDES ABADIA:** – Sr. Presidente, Sr. Relator, colegas Constituintes

aqui presentes, não poderia calar-me neste momento como representante eleita pelo povo de Brasília na sua primeira eleição. Apenas gostaria de lembrar uma frase do saudoso democracia Tancredo Neves, que disse: "Eu já vi homens cassados, mas nunca tinha visto uma cidade cassada".

Lembro que estamos aqui com o compromisso de lutar pela autonomia política do Distrito Federal, que é também um compromisso com a liberdade, com a democracia, com Brasília e com o seu povo. **(Palmas).**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Concedo a palavra ao Constituinte Augusto Carvalho.

**O SR. CONSTITUINTE AUGUSTO CARVALHO:** – Sr. Presidente, em nome do Partido Comunista Brasileiro, queremos expressar a nossa posição.

Brasília, além de ser patrimônio da humanidade, contou, na sua construção, com a colaboração e o apoio de Juscelino Kubitschek e também com o grande nome internacional que é Oscar Niemeyer.

Para não me estender, gostaria de ouvir as ponderações do nobre Relator Bernardo Cabral, que insere no seu substitutivo a aspiração do povo de Brasília de ver finalmente assegurado no texto da Constituição o seu direito elementar de escolher os seus governantes e os seus representantes na Assembléia Legislativa.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Concedo a palavra ao Constituinte Chagas Rodrigues.

**O SR. CONSTITUINTE CHAGAS RODRIGUES:** – Sr. Presidente, fui Deputado Federal ainda no Rio de Janeiro integrei a bancada parlamentar mudancista. Aqui em Brasília, Deputado Federal eleito pela quarta vez, tive meu mandato cassado e os meus direitos políticos suspensos por cinco anos. Ex-Governador do Piauí, assumi o compromisso de só voltar ao meu Estado com os meus direitos políticos reconquistados. Passei dez anos de exílio nesta capital, proibido de freqüentar a Câmara dos Deputados.

Hoje, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, depois de ter sido o primeiro Secretário do Trabalho do atual Governo do Distrito Federal, do qual me desincompatibilizei para ser candidato ao Senado pelo meu Piauí – Estado que já governei, pela vontade do povo, como representante das oposições – considero-me o quarto Senador do Distrito Federal. **(Muito bem) (Palmas)** Votarei com os Senadores e Deputados que representam este povo que, em nome da democracia, tem o direito de eleger o seu Governador.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Há dois Senadores por Brasília. A Mesa tem sido de uma tolerância absoluta, mas peço a V. Ex.<sup>as</sup> que registrem seu pensamento com brevidade.

Concedo a palavra ao Constituinte Meira Filho.

**O SR. CONSTITUINTE MEIRA FILHO:** – O meu pronunciamento será rápido, como sempre faço.

Quero apenas ratificar as palavras dos companheiros que me antecederam e dizer que, se viemos para esta cidade construí-la e tivemos a capacidade de fazê-lo, por que não teremos competência para governá-la?

Apelo para os Srs. Constituintes no sentido de que votem pela autonomia do Distrito Federal.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Concedo a palavra ao Constituinte Pompeu de Sousa.

**O SR. CONSTITUINTE POMPEU DE SOUSA:** – Sr. Presidente, ilustres membros da Comissão de Sistematização, eu não pretendia pronunciar-me sobre o assunto, pois considero de grande evidência que negar a Brasília sua autonomia significa negar a própria democracia.

Creio que os Srs. Constituintes, membros desta Comissão, são bastante lúcidos e esclarecidos para compreender que o povo da Capital da República, da Unidade Federativa mais politizada deste País, não pode ter cassado o seu direito de governar-se a si mesmo, porque isso é a própria negação da democracia.

Portanto, dispenso-me de outras considerações e faço um apelo à consciência democrática dos Constituintes, no sentido de que dêem a Brasília aquilo que ela merece e reclama e de que o povo de Brasília não abrirá mão de maneira alguma. **(Palmas)**

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – A Mesa informa que a tolerância foi tanta – foi dada a palavra a quem dela não poderia fazer uso por não ser membro da Comissão de Sistematização – que não me poderia furtar de concedê-la ao Constituinte Gerson Peres, do PDS, que fala tantas vezes e, construtivamente, para juntar sua voz à de seus colegas.

Com a palavra o Constituinte Gerson Peres.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Serei bastante breve.

Sr. Presidente, em homenagem à luta que o Diretório do Partido Democrático Social do Distrito Federal vem desenvolvendo, através dos vários tempos em que milita na vida pública desta área, a bancada do Partido Democrático Social: integralmente, votará pela autonomia do Distrito Federal. **(Palmas).**

Nosso apoio é também uma homenagem ao nosso partido por ter sido um dos pioneiros na luta pela autonomia do Distrito Federal.

Era o que tinha a dizer.

**O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA:** – Sr. Presidente peço a palavra para uma questão de ordem sobre o processo de votação.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA:** – Sr. Presidente, por considerar esta votação de grande importância e por conviver com Brasília desde a inauguração da cidade, quero que o meu voto seja dado de forma consciente. Por isso, indago se há alguma emenda supressiva para texto do Relator na parte referente à Câmara Legislativa. Digo isto porque sou favorável à eleição do Governador do Distrito Federal, mas sou contra a criação da Câmara Legislativa. Para orientar meu voto, solicito este esclarecimento.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – A Mesa vai verificar se existe alguma emenda neste sentido. Vou dar a palavra ao Relator enquanto a Mesa faz esta análise. Depois responderei a V. Ex.<sup>a</sup>.

Relator cede a palavra, por meio minuto, ao Constituinte Maurício Corrêa.

**O SR. CONSTITUINTE MAURÍCIO CORRÊA:** – Agradeço ao honrado Relator Bernardo Cabral a gentileza especial.

Sr. Presidente, Srs. Constituinte, não era meu propósito usar da palavra neste momento, na medida em que não participo, infelizmente, da Comissão de Sistematização.

Moro em Brasília desde 1961 e estou aqui afeito à vida da cidade, com todas as idiossincrasias, todos os traumas, todas as dificuldades pelas quais passou. Tivemos, em Brasília, após Juscelino Kubitschek e a infelicitização de Jânio Quadros, o Presidente Marechal Humberto Castello

Branco, que tirou do bolso do seu colete o nome do primeiro Prefeito de Brasília, porque era essa a denominação, antigamente. Depois, tivemos o Presidente Costa e Silva, que também tirou do bolso do colete o nome do seu candidato a Prefeito, e depois o transformou em Governador. Dai, sucessivamente, todos os outros Presidentes escolheram os Governadores de Brasília a seu bel-prazer, fazendo composições de cúpula, sem ouvir esta cidade.

Quando chegamos a esta Casa no início da Nova República, esperávamos que os compromissos de Tancredo Neves fossem cumpridos, sobretudo porque, na condição de Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, levei-o uma exposição e S. Ex.<sup>a</sup> sustentou a defesa da autonomia política do Distrito Federal. Inclusive, o Governador escolhido em plena Nova República, o Dr. José Aparecido, foi o maior defensor da autonomia política do Distrito Federal, até que o Presidente da República colocou um fecho eclair na sua boca. E nunca mais S. Ex.<sup>a</sup> tocou nesse assunto.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, já estamos cansados de receber Governadores impostos que nada têm a ver com esta cidade. Lamento que o meu amigo Israel Pinheiro Filho venha aqui dizer, em nome de seu pai, que seria o próprio que a cidade se libertasse para ter o seu Executivo escolhido pela Capital da República. Quero dizer, Sr. Presidente, em nome de toda a bancada que é coesa unitariamente a favor da representação política no Distrito Federal, que fui, com muita honra, o Parlamentar mais votado na Capital da República.

Portanto, digo, em nome de todos os eleitores que em mim votaram, que o que mais deseja esta cidade os trabalhadores, os funcionários públicos, os aposentados, enfim, todos os habitantes de Brasília como um todo – é a emancipação política. Queremos libertar-nos definitivamente de um governador, como esse que aqui está, e também de toda essa política que é imposta, porque sempre que um governador é colocado na Capital da República ele executa um plano – o plano pessoal do Presidente da República.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, para concluir, cito um exemplo: o maior marco histórico da presença de um governador escolhido pela vontade pessoal do Presidente da República, no caso o Presidente Jânio Quadros, é aquele aparador de roupas da Praça dos Três Poderes.

Por isso, esta cidade deseja eleições livres, para escolher o seu governador. Dai por que não concordo com a proposta do Constituinte Fernando Gasparian, que aqui não viveu, que não enfrentou o General Newton Cruz e que não conhece as agruras desta Capital.

Queremos seja mantido, em nome do povo e do programa do PMDB, exatamente o princípio adotado no Projeto Bernardo Cabral. (Palmas)

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FOGAÇA:** – Sr. Presidente, permita-me falar pela ordem. Acho que aqui estamos em um momento de grandeza cívica. É preciso, acima de tudo, reconhecer a maturidade deste momento. Aqui não é o lugar para se fazer campanha pessoal para Governador. A luta pela emancipação política do Distrito Federal é do povo de Brasília e não só de um Parlamentar que deseja fazer campanha pessoal a partir desta proposta.

Se existe hoje a possibilidade de levarmos Brasília e seu povo à sua emancipação isto se deve a Tancredo Neves, à Nova República e ao PMDB, que lutou com o povo brasileiro por essa conquista. Não se pode fazer aqui demagogia barata, baixa, pobre e mesquinha em cima dessa luta que é de todo o povo brasileiro. Se há a conquista da emancipação do povo de Brasília, ela não se deve a um homem só, mas a uma comunidade, a um povo, a uma luta, a um conjunto de partidos. Não se faça aqui a demagogia barata, o proselitismo eleitoral em cima desta luta.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Não darei mais a palavra pela ordem a ninguém.

**O SR. CONSTITUINTE SIQUEIRA CAMPOS:** – Sr. Presidente, o Partido Democrata Cristão une-se à bancada de Brasília pela autonomia plena do Distrito Federal e lamenta que um filho de Israel Pinheiro esteja a brigar contra a filha de Juscelino Kubitschek, fundador desta cidade.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Srs. Constituintes, a Mesa foi muito liberal e não darei mais a palavra a ninguém.

**O SR. CONSTITUINTE FERNANDO GASPARIAN:** – Sr. Presidente, ouvi com paciência, apoiei inteiramente a Presidência que permitiu até o momento, que falassem mais de dois oradores contra e dois oradores a favor das emendas apresentadas.

Mas tenho o direito de lembrar ao Plenário, como autor do destaque, depois do comício feito aqui, que propusemos que este assunto fosse decidido por lei ordinária.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Esclareço que o destaque do Constituinte Fernando Gasparian diz respeito apenas à transferência dessa decisão para a lei ordinária.

Aviso ao Constituinte Pimenta da Veiga que não existe matéria que permita suprimir a Câmara ou a Assembléia Legislativa.

**O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA:** – V. Ex.<sup>a</sup> está dizendo, em outras palavras, que quem quiser aprovar a legislação para Governador de Brasília terá que aprovar também uma Câmara Legislativa.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – **Ipso facto.**

Com a palavra o Relator.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, entendo que não é hora para que as emoções transbordem. Este é o instante de se lembrar o primeiro candango que veio para cá, na frase do então Ministro da Cultura da França, André Malraux, quando convidado por Juscelino Kubitschek – "Brasília, Capital da esperança".

Espero que os Srs. Constituintes não arquivem hoje esta esperança retirando do povo de Brasília aquilo que deseja. Só posso entender que haja um único proprietário de Brasília, que é o povo – seu povo que veio para cá, sofreu as agruras, como ainda há pouco lembrava o eminente Constituinte Maurício Corrêa, Presidente da OAB – ele aqui e eu em todo o País acompanhamos a luta de Brasília pela sua autonomia. Não seria o caso, e talvez aí a coincidência maior, de se imaginar que uma Constituinte deva ter os olhos voltados para o presente ou para as dificuldades atuais. Não, ela tem que estar voltada para o futuro que, aí sim, tem que ter como ponto de partida o presente que se vê neste instante no plenário. (Palmas)

O que diz o texto? Declara que o Distrito Federal, dotado de autonomia política, legislativa, administrativa e financeira, será administrado por Governador e disporá de Câmara Legislativa. Observem que há nesta Casa três Senadores cujos nomes pronuncio com o máximo respeito e admiração. Não posso deixar de verificar, Sr. Presidente, que os oito Deputados Federais e os três Senadores compõem o quadro perfeito para que se chegue à autonomia política e administrativa de Brasília. (Palmas) É a partir desses colegas que o texto deve ser mantido, até porque o trabalho que realizaram não é personalista – e aqui faço questão de registrar o Senador Maurício Corrêa, que foi um defensor da matéria junto à Comissão de Sistematização, assim como os demais.

Quando ouvi comovido o depoimento de Márcia Kubitschek, fiquei a pensar se não haveria aqui mais uma coincidência do destino, que fez do seu pai o construtor desta cidade e dela própria uma Constituinte para fazer respeitar os direitos que seu pai conseguiu como Presidente da República.

Por tudo isso, Sr. Presidente, acho que não há dúvida alguma de que não há como ser contra a Emenda Fernando Gasparian, a quem rendo minhas homenagens pela coragem de enfrentar a realidade palpável da autonomia. Peço aos colegas Constituintes que aprovelem o texto tal qual se encontra.

Era o que, a Relatoria tinha a dizer. **(Palmas).**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Vamos proceder à votação do destaque do Constituinte Fernando Gasparian, que diz:

"A lei disporá sobre a organização administrativa e judiciária do Distrito Federal."

#### **(Procede-se à votação)**

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Cid Carvalho, Fernando Gasparian, Oswaldo Lima Filho, Pimenta da Veiga, Theodoro Mendes, Virgildásio de Senna, Roberto Brant, Israel Pinheiro. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Almir Gabriel, Antônio Britto, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Carlos Mosconi, Carlos Sant'Anna, Celso Dourado, Cristina Tavares, Egídio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Lyra, Haroldo Sabóia, João Herrmann Neto, José Fogaça, José Freire, José Paulo Bisol, José Richa, José Serra, Milton Reis, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nelson Friedrich, Nilson Gibson, Paulo Ramos, Raimundo Bezerra, Rodrigues Palma, Sigmaringa Seixas, Wilson Martins, Marcos Lima, João Natal, Antonio Mariz, Michel Temer, João Agripino, José Costa, Miro Teixeira, Nelson Wedekin, Délio Braz, Vilson Souza, Aloysio Chaves, Arnaldo Prieto, Cristóvam Chiaradia, Edme Tavares, Eraldo Tinoco, Francisco Benjamim, Inocêncio Oliveira, José Jorge, José Lins, José Santana de Vasconcellos, José Thomaz Nonô, Luis Eduardo, Marcondes Gadelha, Mário Assad, Oscar Corrêa, Osvaldo Coelho, Paulo Pimentel, Sandra Cavalcanti, Enoc Vieira, José Tinoco, Jonas Pinheiro, Vaimir Campeio, Jofran Frejat, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Gerson Pares, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia, Bonifácio de Andrada, Lysâneas Maciel, Luiz Salomão, Bocayuva Cunha, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Adolfo Oliveira, Siqueira Campos, Aldo Arantes, Roberto Freire, Jamil Haddad, Antonio Farias. **ABSTENÇÃO** dos Senhores Constituintes: Fernando Henrique Cardoso e Paes Landim.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 8 Constituintes; votaram NÃO 83 Constituintes; abstiveram-se de votar 2 Constituintes. Total: 93 votos. O destaque foi **rejeitado**.

Passamos ao Destaque nº 8229, do Constituinte Alysso Paulinelli. S. Ex.<sup>a</sup> está ausente. Prejudicado, portanto, o destaque.

Destaque nº 8366, do Constituinte Paes Landim, que diz o seguinte: "Lei complementar disporá sobre a organização do Distrito Federal".

Tem a palavra o Constituinte Paes Landim.

**O SR. CONSTITUINTE PAES LANDIM:** – Sr. Presidente, o consenso da Casa já foi demonstrado na votação anterior, razão por que vou desistir do destaque.

Mas quero aqui prestar um esclarecimento à Casa, Sr. Presidente. O cargo de Governador do Distrito Federal

foi criado pela Emenda Constitucional nº 1, de 1969, visto que, à época o Regimento Disciplinar do Exército proibia coronéis da ativa de serem prefeitos; só podiam ser governadores. Então, por conveniência militar, foi de certa maneira violentada a tradição republicana brasileira de Prefeito do Distrito Federal. Desde o Império e ao longo das Constituições republicanas, o Distrito Federal foi sempre considerado Município neutro. Isto ficou consagrado na Constituição de 1891 em virtude da tese vitoriosa do famoso constitucionalista João Barbalho, no sentido de que não é bom a sede da República estar encravada num Estado, porque o Presidente da República poderia ficar à mercê de um Governador adversário que não respeitasse as diretrizes do Poder maior do País.

Mas, em razão do consenso estabelecido e atendendo a pedidos, sobretudo dos colegas Maurício Corrêa e Sigmaringa Seixas, desisto do destaque. **(Palmas).**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Retirado o destaque.

Passemos agora dos destaques ao **caput**.

Há sobre a Mesa pedido de preferência do Constituinte Euclides Scalco. **(Pausa)** Retirado.

Emenda nº 6098, da Constituinte Anna Maria Rattes.

**(Pausa)** Retirada. **(Palmas).**

Emenda do Constituinte Pompeu de Sousa, que versa sobre matéria semelhante. **(Pausa)** Retirada. **(Palmas).**

Emendas ao § 1º do art. 38.

Pedido de preferência do Constituinte Euclides Scalco para a emenda da Constituinte Anna Maria Rattes. Prejudicado em face da retirada da emenda.

**Destaque nº 0739-87 – Emenda nº ES-27302-7, do Sr. Sigmaringa Seixas, "que modifica o art. 47 § 1º do Substitutivo nº 1 (art. 38 § 1º do Substitutivo nº 2)". (257ª votação).**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Emenda substitutiva do Constituinte Sigmaringa Seixas ao § 1º O parágrafo fica assim redigido: "A eleição do Governador e dos Deputados Distritais coincidirá com a dos Governadores de Estado e Deputados Estaduais, para mandato de igual duração, na forma da lei".

Tem a palavra o Constituinte Michel Temer, por indicação do autor, para defender a emenda para a qual apresentou destaque.

**O SR. CONSTITUINTE MICHEL TEMER:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a tese posta em debate é exatamente esta: as eleições para o chamado Governador Distrital devem coincidir com as eleições para Presidente da República ou Governadores de Estado.

Entendo que esta matéria só pode ser decidida à luz de um princípio constitucional, que é o da simetria. E, para que seja consagrado o princípio da simetria, é preciso verificar, neste caso, qual a exata natureza que a partir de agora, com o texto do projeto constitucional do eminente Constituinte Bernardo Cabral, passa a ter o Distrito Federal. O que é, afinal, o Distrito Federal? Será algo assemelhado aos Territórios Federais? Absolutamente não. Será um ente territorial vinculado à Presidência da República? Também não. Qual a sua identificação em relação aos demais seres territoriais existentes no Estado brasileiro? A semelhança, portanto, a simetria, é exatamente com os Estados federados, eis que o Distrito Federal passa a eleger o seu Governador e ter a sua Assembléia Legislativa, conquistando, assim, a sua autonomia política, tal e qual os Estados federados.

Não há razão, portanto, para desvincular a eleição dos Governadores desta circunscrição territorial, denominada

Distrito Federal, da eleição dos Governadores de Estado. Mas há, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, um dado complementar, e este de natureza eminentemente política. É este: se as eleições do Governador do Distrito Federal coincidirem com as eleições do Presidente da República, e se eventualmente for eleito, no mesmo instante, um Governador que, durante toda a campanha, se tenha oposto às teses do novo Presidente da República, não haverá sequer tempo, em face da assunção concomitante do Poder Executivo do Distrito Federal e do Poder Executivo Federal, para eliminar as feridas resultantes do curso da campanha eleitoral.

Por isso, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, e por indicação do eminente Constituinte Sigmaringa Seixas, venho pleitear ao Plenário desta Comissão de Sistematização o apoio à emenda destacada do eminente Constituinte Sigmaringa Seixas.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Não havendo orador inscrito, dou a palavra ao relator para opinar.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o eminente Constituinte Michel Temer, ao defender a Emenda Sigmaringa Seixas, tem absoluta razão. Houve um lapso no § 1º, pois que estipula a coincidência da eleição do Governador do Distrito Federal com a do Presidente da República. Este lapso já havia sido por nós registrado, mas achamos por bem aguardar a votação desta emenda que ora está sendo submetida ao Plenário da Comissão de Sistematização. Portanto, peço aos eminentes Constituintes que a aprovem, acolhendo o parecer do relator neste sentido. O voto da Relatoria é pela aprovação da emenda do Constituinte Sigmaringa Seixas, com o destaque do eminente Constituinte Michel Temer, que terá esta redação: "A eleição do Governador e dos Deputados Distritais coincidirá com a dos Governadores de Estado e Deputados Estaduais, para mandato de igual duração, na forma da lei".

Com isso, corrige-se o lapso.

Acolho a emenda, Sr. Presidente, e peço aos Srs. Constituintes que a aprovem. **(Palmas).**

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – Peço a palavra, pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – V. Ex.<sup>a</sup> tem a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – Entre aplausos foi aprovada a emenda anterior, agora referida neste destaque.

Tenho uma dúvida e gostaria que o relator a esclarecesse. Na nomenclatura administrativa e política do País há Assembléia Legislativa, Câmara Municipal, Câmara de Vereadores, mas não Câmara Legislativa. Trata-se de um equívoco de redação? O que quer dizer realmente Câmara Legislativa?

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Dou a palavra ao relator, para que esclareça a questão.

**O SR. RELATOR (Adolfo Oliveira):** – O ilustre relator-geral pede que eu transmita ao Plenário e especialmente ao nosso eminente e queridíssimo Constituinte Nelson Carneiro que a expressão Câmara Legislativa surgiu em função de reivindicação dos próprios meios políticos de Brasília e tem o objetivo de caracterizar a diferença que existe entre o Distrito Federal e os Estados da Federação, razão por que não nos parece que haja qualquer inconveniente em que esta Assembléia se chame Câmara Legislativa do Distrito Federal.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – Com os mesmos plenos poderes da Assembléia?

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – É a opinião do relator.

Com a palavra o Constituinte Oscar Corrêa.

**O SR. CONSTITUINTE OSCAR CORRÊA:** – Sr. Presidente, salvo engano, isso se refere ao **caput** do artigo. Disse o ilustre relator que com a aprovação dessa emenda o § 1º do art. 38 teria uma redação diversa da que está sendo dada pelo substitutivo. Parece-me – e reitero o que disse anteriormente – que essa emenda diz respeito ao **caput**, apenas alterando a expressão "Câmara Legislativa" por "Assembléia Legislativa". A Emenda de nº 34452 – tenho a impressão de que é essa que estamos examinando...

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Não. Há um engano. A emenda aqui discutida é a de nº 27302, que diz o seguinte:

"Que se dê ao § 1º, do art 38, a seguinte redação: A eleição dos Governadores e dos Deputados Distritais coincidirá com as dos Governadores de Estado e Deputados Estaduais, para mandato de igual duração, na forma da lei."

**O SR. CONSTITUINTE OSCAR CORRÊA:** – Indago de V. Ex.<sup>o</sup> se a Emenda nº 34452, do ilustre Constituinte Sigmaringa Seixas, não foi também anunciada por V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Foi anunciada, mas o nobre Constituinte retirou o destaque.

**O SR. CONSTITUINTE OSCAR CORRÊA:** – Então, peço desculpas.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Feitos os esclarecimentos, peço aos Srs. Constituintes que tomem seus lugares e vamos proceder à votação do destaque que acabo de ler, da emenda do nobre Constituinte Sigmaringa Seixas, que tem parecer favorável do relator.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Almir Gabriel, Antônio Britto, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Carlos Mosconi, Carlos Sant'Anna, Cristina Tavares, Egídio Ferreira Lima, Fernando Henrique Cardoso, Haroldo Sabóia, José Freire, José Paulo Bisol, José Serra, Milton Reis, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nelton Friedrich, Nilson Gibson, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Raimundo Bezerra, Rodrigues Palma, Severo Gomes, Sigmaringa Seixas, Wilson Martins, Marcos Lima, João Natal, Antonio Mariz, Michel Temer, João Agripino, Miro Teixeira, Nelson Wedekin, Délio Braz, Vilson Souza, Daso Coimbra, Jorge Hage, Octávio Elisio, Ziza Valadares, Chagas Rodrigues, Antonio Carlos Mendes Thame, Arnaldo Prieto, Cristóvam Chiaradia, Eraldo Tinoco, Francisco Benjamim, Inocêncio Oliveira, José Jorge, José Santana de Vasconcellos, José Thomaz Nonô, Luís Eduardo, Mário Assad, Oscar Corrêa, Paulo Pimentel, Ricardo Fiúza, Sandra Cavalcanti, Enoc Vieira, Jonas Pinheiro, Simão Sessim, Valmir Campeio, Mozarildo Cavalcanti, Jofran Frejat, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Gerson Pores, José Luiz Maia, Bonifácio de Andrada, Adylson Motta, José Maurício, Lysâneas Maciel, Luiz Salomão, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Luiz Inácio Lula da Silva, José Genoíno, Adolfo Oliveira, Siqueira Campos, Aldo Arantes, Roberto Freire e Jamil Haddad. Votaram **NAO** os seguintes Senhores Constituintes: José Richa, Theodoro Mendes, Aloysio Chaves e José Lins.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 82 Constituintes; votaram NAO 4 Constituintes. Total: 86 votos. O Destaque foi **aprovado**.

Em consequência, estão prejudicados os Destaques nº 5350 de autoria do Constituinte Mussa Demes; nº 6934, do Constituinte Euclides Scalco, e nº 7466, do Constituinte Luís Roberto Ponte.

Tenho sobre a mesa requerimento de preferência para o Destaque de nº 7743, do Constituinte Gastone Righi. Retirado.

O destaque de autoria do Constituinte Aldo Arantes foi retirado.

Passamos ao § 3º Há um pedido de destaque, de autoria do Constituinte Euclides Scalco, que foi retirado.

Destaques nº 6098, da Constituinte Anna Maria Rattes. Retirado.

Destaques de autoria do Constituinte Paulo Macarini. S. Ex.<sup>a</sup> não está presente. Prejudicado o destaque.

Destaques nº 846, do Constituinte Haroldo Lima.

**O SR. CONSTITUINTE ALDO ARANTES:** – Sr. Presidente, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE ALDO ARANTES:** – Sr. Presidente, aproveito oportunidade para dizer que, no momento em que se discutiu o destaque de autoria do Constituinte Fernando Gasparian, como estavam presentes vários Constituintes de Brasília, não quis utilizar a palavra. Quero agora dizer que o Partido Comunista do Brasil é totalmente solidário à luta pela autonomia do Distrito Federal. Entendemos que os argumentos contrários à autonomia política do Distrito Federal, na verdade, fazem parte de uma concepção ainda autoritária, e que a melhor forma de avançarmos no processo de democratização do País é através da eleição. O Partido Comunista do Brasil apresentou emenda em que considera adequada a criação do Estado de Brasília. No entanto, pelas condições que se criaram, partilhemos do ponto de vista os democratas de Brasília, que obtiveram uma grande vitória. Nesse sentido, para colaborar com o avanço do processo de votação, retiro o meu destaque.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Retirado o destaque, para grande alegria desta Casa.

Passa-se ao § 4º.

Emenda de autoria do Constituinte Délio Braz. Destaque nº 1664. Pergunto a S. Ex.<sup>a</sup> se vai manter o destaque. A emenda é supressiva do § 4º que diz o seguinte:

"A lei federal disporá sobre utilização pelo Governo do Distrito Federal das polícias civil e militar e do corpo de bombeiros militar."

Está retirado o destaque.

Passamos agora para o tópico das emendas "onde couber".

Destaques nº 734, do Constituinte Sigmaringa Seixas. S. Ex.<sup>a</sup>, vitorioso hoje, poderia retirar o destaque que diz o seguinte:

"O Distrito Federal, dotado de autonomia política, legislativa, administrativa e financeira, disporá de assembléia..."

Está retirado, prejudicado, contrariado e aprovado o destaque. **(Risos)**

Destaques nº 1508, do Constituinte Ottomar Pinto. Prejudicado.

Destaques nº 5332, do Constituinte Virgildásio de Senna. S. Ex.<sup>a</sup> encontra-se ausente. Está prejudicado o destaque. Há indicação do Constituinte Celso Dourado. S. Ex.<sup>a</sup> está ausente. Prejudicado o destaque.

Destaques nº 6098, da Constituinte Anna Maria Rattes. A Constituinte voltou recentemente à Casa. Retirado o destaque.

Está encerrada a votação sobre o Distrito Federal.

**(Palmas)**

Passaremos à Seção II, relativa aos Territórios.

Há um pedido de preferência, do nobre Constituinte Adylson Motta. Concedo a palavra a S. Ex.<sup>a</sup> para justificar a preferência, ou retirá-la.

**O SR. CONSTITUINTE ADYLSON MOTTA:** – Sr. Presidente, pela rejeição do § 2º do art. 17, considero prejudicada minha proposta. **(Palmas).**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Muito obrigado, nobre Constituinte. V. Ex.<sup>a</sup> foi muito cooperativo.

Emenda aditiva nº 849, do nobre Constituinte Haroldo Lima.

Prejudicada.

Está terminado, portanto, o Capítulo V.

Antes de passarmos ao Capítulo VI, discutiremos as preferências, colocando em funcionamento a sistemática que o nobre Constituinte Jarbas Passarinho fez aprovar nesta Casa.

Sobre a mesa há um pedido de preferência, assinado pelo conjunto de Lideranças, ao Destaque nº 7225, relativo aos arts. 24 e 26, seus parágrafos e incisos, do Substitutivo II. Emenda supressiva da Seção única do Capítulo II, do Título III, de autoria do Constituinte José Richa.

Os Srs. Constituintes que estiverem de acordo com o pedido de preferência para o destaque permaneçam como estão. **(Pausa).**

Aprovada a preferência.

**Destaques nº 7225-87, do Sr. José Richa, "que suprime expressão dos arts. 24 e 25, e seus incisos do Substitutivo nº 2". (258ª votação).**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Em votação, por consequência, o Destaque nº 7225, do Constituinte José Richa. Na qualidade de autor da emenda, S. Ex.<sup>a</sup> pede a supressão dos arts. 24, 25 e 26, do Substitutivo II, em discussão, e pede que sejam suprimidas as palavras que serão lidas a seguir, Peço, antes de proceder à leitura das palavras que serão suprimidas, aos Srs. Constituintes que prestem a máxima atenção, para que não tenhamos de fazer várias questões de ordem para esclarecer o já esclarecido. Trata-se do seguinte: no art. 24, S. Ex.<sup>a</sup> pede que se suprimam as palavras "unidades federadas limítrofes integrantes de". Então, serão suprimidas do art. 24, do Substitutivo II, as palavras "unidades federadas limítrofes integrantes de". Depois lerei como ficará o artigo. Mas peço que prestem atenção. No art. 24, § 1º, item I, pede S. Ex.<sup>a</sup> que se suprimam as palavras "do todo ou em parte" e, em seguida, que se suprimam "unidades que, pelas suas características sócio-econômicas, em face das regiões mais desenvolvidas, devem constituir". Pede-se a supressão de todas estas palavras do art. 24, § 1º, do Substitutivo II. Ainda no art. 24, § 1º, item II, as palavras que serão suprimidas são "forma de constituição, sede e" e, depois, "com a participação das unidades abrangidas." Suprimidos. Depois, no art. 25, as palavras "elaboraram e". Ficam mantidos os demais dispositivos da emenda e o art. 26 do Substitutivo. Vou ler como ficaria, então, a emenda.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr. Presidente, pela ordem. Não posso conceber que já tenhamos votado esses artigos.



**SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Não, nobre Constituinte. Se fosse assim eu não os leria – houve transferência. Se o fosse, eu não cometeria esse pecado mortal. Pecados veniais, eu os cometo muito, mas mortais eu evito.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – V. Ex.<sup>a</sup> tem razão.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Ficaria o texto da seguinte maneira...

**O SR. ALUIZIO CAMPOS:** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Vou esclarecer o texto e depois darei a palavra a V. Ex.<sup>a</sup> O texto fica da seguinte forma:

"Para efeitos administrativos a União poderá articular a sua ação em um mesmo complexo geoeconômico e social, visando ao seu desenvolvimento e à redução das desigualdades regionais."

§ 1º – Lei Complementar disporá sobre:

I – As condições para a integração de uma região em desenvolvimento;

II – A composição dos organismos regionais.

§ 2º – Cada unidade federada participará, no todo ou em parte, de apenas uma região de desenvolvimento.

Art. 25 – Os organismos regionais executarão planos regionais, integrantes dos planos nacionais de desenvolvimento econômico e social, aprovados conjuntamente com esses, na forma da lei."

O art. 26 fica, na íntegra, como estava anteriormente.

Espero que os Srs. Constituintes tenham prestado atenção.

Passemos à votação.

O nobre Relator pede a palavra.

**O SR. RELATOR (Adolfo Oliveira):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o Relator-Geral pede que eu diga que S. Ex.<sup>a</sup> está de acordo com a emenda feita e oferece apenas uma pequena ponderação. S. Ex.<sup>a</sup> tinha lembrança de que essa seção ficaria para logo depois da apreciação, do art. 43, no capítulo "da Administração Pública".

**O SR. CONSTITUINTE ANTONIO BRITTO:** – Não, fica logo antes.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – De qualquer maneira, isso é uma questão que poderemos resolver posteriormente à votação da substância desta matéria, dado que o Sr. Relator está de acordo com a emenda.

Voltamos, portanto, à votação.

### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Almir Gabriel, Aluizio Campos, Antônio Britto, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Carlos Sant'Anna, Celso Dourado, Cristina Tavares, Egídio Ferreira Lima, Fernando Gasparian, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Lyra, Haroldo Sabóia, João Calmon, José Freire, José Paulo Bisol, José Richa, Milton Reis, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nelton Friedrich, Nilson Gibson, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Raimundo Bezerra, Rodrigues Palma, Sigmaringa Seixas, Virgildásio de Senna, Wilson Martins, Roberto Brant, João Natal, Antonio Mariz, Michel Temer, Miro Teixeira, Nelson Wedekin, Vilson Souza, Vicente Bogo, Jorge Hage, Octávio Elízio, Chagas Rodrigues, Aloysio

Chaves, Arnaldo Prieto, Christóvam Chiaradia, Edme Tavares, Eraldo Tinoco, Francisco Benjamim, Inocêncio Oliveira, José Jorge, José Lins, José Santana de Vasconcellos, José Thomaz Nonô, Luis Eduardo, Mário Assad, Oscar Corrêa, Paulo Pimentel, Ricardo Fiúza, Sandra Cavalcanti, Jonas Pinheiro, Hugo Napoleão, Simão Sessim, Valmir Campelo, Gilson Machado, Mozarildo Cavalcanti, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Gerson Pores, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia, Virgílio Távora, Lysâneas Maciel, Luiz Salomão, Bocayuva Cunha, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Luiz Inácio Lula da Silva, José Genoíno, Adolfo Oliveira, Siqueira Campos, Aldo Arantes, Roberto Freire e Jamil Haddad. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Alfredo Campos, José Geraldo, Marcos Lima, Ziza Valadares e Enoc Vieira.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 85 Constituintes; votaram NÃO 5 Constituintes. Total: 90 votos. O Destaque foi **aprovado**.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Constituinte Bonifácio de Andrada.

### **O SR. CONSTITUINTE BONIFÁCIO DE ANDRADA:**

– Sr. Presidente, quando se iniciou a votação da seção "Das Regiões", fizemos um requerimento com base em emenda que apresentamos suprimindo o título "Das Regiões", porque consideramos uma parte fundamental da questão política, que está em discussão. E solicitamos que esta nossa emenda, com todos os artigos, fosse votada após a votação do art. 43. Então, pediria a V. Ex.<sup>a</sup> que colocasse em votação a emenda que suprime o título "Das Regiões", porque o Relator se dispôs a dar posteriormente, o nome de organismos regionais a esses dispositivos.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Não sei se é necessário sequer colocarmos em votação, porque mudamos tudo. Por isso, se o Relator estiver de acordo, S. Ex.<sup>a</sup> fará uma emenda de redação e consideraremos resolvida a questão.

**O SR. CONSTITUINTE BONIFÁCIO DE ANDRADA:** – Então fica considerado que o item "Das Regiões" saiu do texto.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Para que conste da Ata, está prejudicada a emenda, porque o Relator vai colocar "Dos Organismos Regionais." Considero, em função da votação aqui realizada, prejudicados todos os destaques relativos ao item "Das Regiões".

Haverá também um acerto de redação. O Constituinte Aluizio Campos já está de acordo, é uma questão de palavra. Não vamos nos perder por uma questão de lanacaprina.

Srs. Constituintes, antes de dar a palavra pela ordem ao Constituinte Virgílio Guimarães, quero, em nome da Presidência do Congresso, avisar a V. Ex.<sup>as</sup> que foi cancelada a sessão do Congresso, marcada para esta noite, posto que esta Comissão ficará de vigília cívica até que resolva as preferências já votadas por V. Ex.<sup>as</sup>.

Dou a palavra pela ordem ao Constituinte Virgílio Guimarães.

**O SR. CONSTITUINTE VIRGÍLIO GUIMARAES:** – Sr. Presidente, acredito que não está prejudicada a Emenda nº 5946-87, supressiva do art. 24, § 2º, porque foi mantida a exatamente como estava.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Mas foi votada.

**O SR. CONSTITUINTE VIRGÍLIO GUIMARAES:** – Mas a esse parágrafo foi mantido rigorosamente. É supressiva.



**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Será apreciada, então, no momento oportuno. Não há preferência para ela.

**O SR. CONSTITUINTE VIRGÍLIO GUIMARÃES:** – Sr. Presidente, V. Ex.<sup>a</sup> anunciou que estariam prejudicadas as demais emendas.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – A Mesa irá examinar, mas V. Ex.<sup>a</sup> tem razão à primeira vista. Parece-me que, como foi mantido o texto, cabe seu destaque. No momento oportuno será submetido ao Plenário.

Peço ao Constituinte Jarbas Passarinho que assuma a Presidência.

Assume a Presidência o **Sr. Jarbas Passarinho**, Terceiro-Vice-Presidente.

**O SR. PIRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Há requerimento de preferência sobre a mesa, nestes termos:

“Requeiro, nos termos regimentais, preferência para votação do Destaque nº 4205, relativo à Emenda nº 32695, de autoria do Constituinte Octávio Elísio referente ao art. 45.”

Assim o Constituinte Euclides Scalco e demais líderes. **(Pausa)** Aprovado.

**Destaque nº 4205-87 – Emenda nº 32695-3, do Sr. Octávio, Elísio, “que adita parágrafo ao art. 65 do Substitutivo nº 1 (art. 45 do Substitutivo nº 2)”.**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Em votação o Destaque nº 4205, requerido pelo Constituinte Octávio Elísio.

Tem a palavra S. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. CONSTITUINTE HERMES ZANETI:** – Sr. Presidente, permita-me uma questão de ordem, enquanto o orador não assoma à tribuna.

A emenda que será votada neste momento diz respeito apenas aos servidores públicos que exerçam função de magistério. Evidentemente, como professor, apoio a emenda. No entanto, desejo alertar o Sr. Relator e a Mesa da Constituinte para o fato de que aguardo oportunidade para, no capítulo próprio, estender também, se aprovada aqui esta proposta, o mesmo direito aos professores que trabalham em escolas particulares. Fiz contato com o Secretário-Geral da Mesa com o objetivo de tentarmos uma composição para, ao aprovarmos a emenda e o direito aos servidores públicos, resolver também a questão dos professores particulares. Creio, porém, que houve dificuldades. Não tive resposta definitiva do Sr. Secretário-Geral, mas a manifestação, **a priori**, de que teríamos dificuldades.

De modo que, Sr. Presidente, levanto esta questão de ordem no sentido de haver uma ressalva para que, no momento oportuno, lá – se não for possível aqui – apreciemos este assunto.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Acho que a única forma de resolver a questão de ordem de V. Ex.<sup>a</sup> é solicitar-lhe que espere o momento oportuno. O que não é possível é, desde já, vincularmos esta decisão a uma decisão futura, ainda que o seu entendimento com o assessor tenha ocorrido. Com certeza sua idéia será vitoriosa também.

**O SR. CONSTITUINTE OCTÁVIO ELÍSIO:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, apresentamos à Comissão de Sistematização, neste momento, uma das emendas que representam uma das mais fortes reivindicações que chegaram a esta Casa. A emenda que estamos propondo é aditiva ao art. 45 e estabelece que, em se tratando de servidores no efetivo exercício de função do magistério, o prazo para aposentadoria, previsto no item III desse

artigo, será de 25 anos de serviço. É uma reivindicação do magistério a garantia de aposentadoria aos 25 anos de serviço. Ao elaborar esta emenda tivemos a cautela de fazer com que se referisse os professores no exercício do magistério; não apenas aos professores, mas a todos aqueles que exercem a educação escolar, portanto incluindo os especialistas de educação.

Esta emenda, que traz o meu nome, não é apenas de minha responsabilidade. Quero dizer aqui que esse trabalho, que foi desenvolvido na Subcomissão de Educação, onde essa reivindicação estava incluída, surgiu de um esforço conjunto, com a efetiva participação de todas as entidades do magistério do País. Várias lideranças dessas entidades estão aqui presentes, acompanhando esta votação, e quero creditar à sua luta o esforço pela aposentadoria aos 25 anos de serviço. Mas não posso deixar, neste momento, de dizer que vários Constituintes aqui presentes, independentemente de partido, colocaram-se e colocam-se nessa luta: do PMDB, Hermes Zaneti, Jorge Hage e outros companheiros; do PFL, Pedro Canedo, Simão Sessim e Átila Lira, aqui presentes; do PTB, Sólón Borges dos Reis; do PT, Florestan Fernandes. Dentro do PDT, Chico Humberto esteve conosco, na Subcomissão, lutando para o atendimento dessa reivindicação. Peço aos colegas da Comissão de Sistematização o seu voto “sim” para a emenda destacada por mim e que agora é colocada em votação. Muito obrigado. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Não há oradores inscritos. Pela regra estabelecida pelo Constituinte Fernando Henrique Cardoso, fala um a favor, de preferência o autor da emenda, e um contra. Não há oradores inscritos para falar contra. Peça ao Relator que se manifeste, se quiser falar.

**O SR. RELATOR (Adolfo Oliveira):** – Sr. Presidente, é com muito prazer que cumpro o dever de transmitir o pensamento do eminente Relator Bernardo Cabral sobre a matéria. S. Ex.<sup>a</sup> todos nós, da Relatoria, somos favoráveis à emenda. Assim lhe damos parecer favorável. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – O Constituinte Nelson Carneiro tem questão de ordem a levantar, no momento?

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – Sr. Presidente, tenho uma questão de ordem a levantar e pediria as luzes de V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. CONSTITUINTE OCTÁVIO ELÍSIO:** – Sr. Presidente, apenas uma observação: fiz referência a vários companheiros, dentre os quais o companheiro Sólón Borges dos Reis, e quero dizer que S. Ex.<sup>a</sup>, pelo PTB, esteve, nesta Comissão, lutando para que esta emenda se tornasse realidade.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Pediria aos oradores que solicitassem a palavra à Mesa antes de a terem, **post verbum**, dado a público.

Tem a palavra o Constituinte Nelson Carneiro.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – Sr. Presidente, a minha questão de ordem é porque apresentei uma emenda sobre matéria que tanto diz respeito ao funcionário público como aos trabalhadores. Explico a V. Ex.<sup>a</sup> que a destinei ao Título “Da Seguridade Social”. Indago a V. Ex.<sup>a</sup> – porque se refere exatamente tanto a funcionários, quanto a trabalhadores – se essa emenda pode ser apreciada nesta oportunidade, quando se discute o problema da aposentadoria dos funcionários públicos.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Nobre Constituinte Nelson Carneiro, creio que uma questão de ordem igual, ou muito parecida, foi levantada pelo Constituinte Hermes Zaneti relacionada a isso. A emenda de

V. Ex.<sup>a</sup> se aplica quando discutirmos o título. "Da Seguridade Social". Então, a impressão da Mesa é de que a matéria deverá ser analisada agora, no título correspondente ao funcionário público e, mais tarde, na seguridade social. No momento oportuno, o art. 229 do Substitutivo II corresponderá à emenda de V. Ex.<sup>a</sup> e ao projeto original. Nesta ocasião, será votada a emenda de V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr. Presidente, solicito um esclarecimento do que V. Ex.<sup>a</sup> decidiu. Tenho um pedido de destaque para uma emenda do Constituinte Sólon Borges dos Reis, no Capítulo "Da Educação", que tem o mesmo teor da emenda do Constituinte Octávio Elísio. Aí surge o problema: essas emendas de igual teor, mas que estão em outros capítulos, em outros títulos, ficarão prejudicadas ou serão votadas agora? Como ficam?

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Estamos votando a Seção II, "Dos Servidores Públicos Civis". Então, a matéria onde houve preferência para a emenda do Constituinte Octávio Elísio é pertinente. Conseqüentemente, se forem matérias iguais, uma, naturalmente, prejudicará a outra se aprovada ou rejeitada.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr. Presidente, a matéria é relativa aos professores; só que está colocada no Capítulo "Da Educação".

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Discutiremos, então, no momento oportuno. Foi esta resposta que dei ao Constituinte Hermes Zaneti. No momento, estamos discutindo órgãos públicos, servidores públicos civis. Quando tratarmos da iniciativa privada, trataremos desta matéria também. Não há prejuízo da matéria.

Concedo a palavra ao nobre Constituinte José Serra.

**O SR. CONSTITUINTE JOSE SERRA:** – Sr. Presidente, pergunto se existe algum outro destaque, seguinte a este, que estabeleça (a aposentadoria, no magistério, aos 25 anos de serviço para as mulheres e trinta anos para os homens, como é hoje. Quero saber se existe essa emenda.

**O SR. CONSTITUINTE HERMES ZANETI:** – Sr. Presidente, a consulta que quero fazer a V. Ex.<sup>a</sup> é se, existindo – e sei que existe – uma segunda emenda com essas características, nos termos da consulta formulada pelo Constituinte José Serra e após a votação dessa emenda seria votada outra, sem a considerar prejudicada. Porque, na verdade, há, embora seja o mesmo assunto, propostas distintas: uma prevê 25 anos de trabalho para homens e mulheres, e outra prevê 25 anos e 30 anos de serviço, de acordo com o sexo do funcionário. A consulta que formulo é se V. Ex.<sup>a</sup> vai considerar prejudicada a segunda emenda que, embora tratando do mesmo assunto, apresento exigência de tipos de serviço distintos.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Agora entendo melhor a colocação de V. Ex.<sup>a</sup>, e ela tem procedência. Peço ao Plenário que note bem, o que o Constituinte Octávio Elísio está propondo – tentarei vencer os atletas vocais, com o microfone, e me fazer ouvir.

**O SR. CONSTITUINTE HERMES ZANETI:** – Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Presidente. Ocorre que não estamos conseguindo ouvir V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – O que posso fazer, além de tocar a campainha e pedir compostura a cada Constituinte? Peço aos Srs. Constituintes, notadamente os próximos ao Constituinte Hermes Zaneti, que façam um momento de silêncio, para que possamos resolver a questão de ordem.

A proposta do Constituinte Octávio Elísio é ampla:

"Em se tratando de servidor no efetivo exercício de função de magistério, o prazo para aposentadoria, previsto no item III deste artigo, será de 25 anos."

Não faz distinção de sexo. Se essa proposta for rejeitada, não prejudicará, no meu entender, a apresentação da seguinte, que determina um certo número de anos de serviços para mulheres e um número diferente para homens. Se for aprovada, é claro que prejudicará, porque é abrangente.

**O SR. CONSTITUINTE HERMES ZANETI:** – Se for aprovada, prejudicará.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Se for aprovada, vai conceder aposentadoria, aos 25 anos de serviço, a homens e mulheres.

**O SR. CONSTITUINTE HERMES ZANETI:** – Se for rejeitada, vota-se a outra emenda. V. Ex.<sup>a</sup> considera que não há prejuízo?

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Exatamente.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr. Presidente, mais um detalhe: a Emenda Francisco Rossi tem um outro aspecto, referente aos técnicos que trabalham na área da educação. Isto não estaria prejudicado?

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Constituinte Gastone Right, mesmo que tivéssemos uma hora para tomar conhecimento do que está se passando, não poderíamos saber as implicações desta votação. Na hora, darei a solução.

**O SR. CONSTITUINTE HERMES ZANETI:** – Sr. Presidente, gostaria de oferecer ao autor da emenda e do destaque, Deputado Octávio Elísio, uma sugestão.

Nobre Deputado, quero fazer a V. Ex.<sup>a</sup> uma sugestão, com a aquiescência da Mesa. Gostaria que a Mesa fizesse uma consulta, para orientação do autor, a fim de saber quantos dos Srs. Constituintes se dispõem a aprovar a emenda que V. Ex.<sup>a</sup> está apresentando.

Justifico, Sr. Presidente: é que há um apelo no sentido que seja retirada a emenda, e o Constituinte Octávio Elísio, por iniciativa própria, tem dificuldade de fazê-lo.

Faço esse apelo, Sr. Presidente, porque penso que é uma maneira de equacionar esse impasse e, inclusive, um mecanismo que já foi usado.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Deputado Hermes Zaneti, sou impedido de fazer verificação prévia de votação. O que posso fazer, no momento, é uma consulta. Depois de ouvir o contraditório, e não havendo oradores inscritos, farei uma consulta sobre quantos Constituintes estariam dispostos a apoiar a emenda. De acordo com o número de braços levantados, o autor da emenda a retirará ou não.

**O SR. CONSTITUINTE HERMES ZANETI:** – Meu apelo é neste sentido.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Entendi que V. Ex.<sup>a</sup> desejava que eu fizesse um tipo de votação prévia, para saber quem iria aprovar ou rejeitar a emenda.

**O SR. CONSTITUINTE JOSE LINS:** – Sr. Presidente, precisava, para votar conscientemente, de um esclarecimento. **(Tumulto no plenário)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Embora dotado de dois ouvidos, não posso ouvir apartes simultâneos. Peço que o Constituinte José Lins formule sua questão de ordem.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Minha pergunta é a seguinte, Sr. Presidente: tal como está redigida a emenda, parece-me que basta que o servidor esteja, no momento da aposentadoria, no efetivo exercício do cargo, e não é necessário que ele tenha 25 anos de efetivo exercício no cargo. Esclarecer este ponto me parece sumamente importante. Peço uma resposta do Relator sobre isto.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Depois darei a palavra ao Relator, para esclarecer.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Sr. Presidente, pela ordem. Esta emenda está sendo votada em função de um pedido de preferência, vindo de todos os líderes. Acho que estou interpretando o pensamento dessas lideranças. Faço um apelo ao Constituinte Octávio Elísio: que S. Ex.<sup>a</sup> consinta votarmos a retirada dessa preferência do Substitutivo.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Constituinte Roberto Freire, V. Ex.<sup>a</sup> apenas me cria um problema, porque já declarei concedida a preferência. Quero fazer a consulta, e em seguida perguntarei ao Constituinte Octávio Elísio se retira ou não sua emenda. Depois, se for o caso, responderei a V. Ex.<sup>a</sup>

Trata-se de conceder, entre possíveis emendas, de diferente natureza, benefícios aos servidores públicos e também aos servidores de entidades privadas. No caso da proposta que agora está sob exame, dá-se, sem distinção de sexo, a possibilidade de aposentadoria aos 25 anos de serviço, desde que o servidor esteja em efetivo exercício do magistério. Pergunto àqueles Constituintes que desejam votar esta matéria, mais abrangente do que outras existentes se estão dispostos a apoiá-la. Peço que levantem o braço os Srs. Constituintes dispostos a apoiá-la. **(Pausa)**

O número é pequeno. Constituinte Octávio Elísio, peço a V. Ex.<sup>a</sup> que se defina.

**O SR. CONSTITUINTE OCTÁVIO ELÍSIO:** – Sr. Presidente, quero inicialmente dizer que minha insistência com relação à emenda deve-se ao fato de que ela não é uma iniciativa pessoal. Tendo em vista a manifestação dos companheiros, e estando absolutamente consciente de que essa manifestação significa o compromisso de S. Ex.<sup>as</sup> com a aposentadoria aos 30 e 25 anos de serviço, retiro a minha em favor da emenda de autoria do Constituinte Francisco Rossi. **(Palmas)**

Entretanto, solicito ao eminente Relator que, ao redigir o texto, acolha o que está contido na minha emenda, referente à questão da aposentadoria para os servidores em efetivo exercício da função do magistério. Insisto neste ponto para que não fique discriminado apenas o professor. Gostaria, portanto, que o eminente Relator acolhesse a emenda do Constituinte Francisco Rossi, complementada com esta sugestão.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Concedo a palavra ao Constituinte Siqueira Campos, para uma questão de ordem.

**O SR. CONSTITUINTE SIQUEIRA CAMPOS:** – Sr. Presidente, fui chamado para fazer um acordo, que seria assinado por todos os Líderes, pelo qual seria pedida a preferência para o inciso III do art. 45, sem se mencionar o autor da emenda. Estou vendo que o acordo não foi cumprido. Então, pediria ao Constituinte Antônio Britto ajuda no sentido de esclarecer esta situação, porque o Destaque nº 9, de minha autoria, está na frente. Não disputei aqui a autoria de nada. Apresentei poucos destaques e apenas acompanho as votações, prestigiando os companheiros.

Ocorre que realmente foi firmado pelas Lideranças o pedido de preferência para o inciso III do art. 45, sem nominar o autor da emenda. A emenda que estivesse em melhor posição estaria à frente.

Peço que isso seja cumprido, porque, quando trato alguma coisa, eu cumprio.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Gostaria de dizer ao nobre Constituinte Siqueira Campos, se S. Ex.<sup>a</sup> me der a honra de me ouvir, que o requerimento de preferência que submeti à votação tinha várias assinaturas quase ilegíveis, à exceção das dos Constituintes Inocêncio Oliveira, Líder do PFL, José Luiz Maia, Roberto Freire, Vivaldo Barbosa e Luiz Inácio Lula da Silva. De fato, aqui não consta a assinatura de V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. CONSTITUINTE SIQUEIRA CAMPOS:** – Sr. Presidente, quero apenas esclarecer a V. Ex.<sup>a</sup> que realmente foi feito o acordo, mas na hora da assinatura do requerimento, que tinha ido para a datilografia, eu não estava presente. Peço ao nobre Constituinte Antônio Britto testemunhe que o acordo foi feito e a assinatura ficou para ser dada logo que o requerimento voltasse da datilografia. E eu o assinaria.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Considero-me devidamente interpelado. Acho que o assunto está mais do que esclarecido. Há uma posição tática, que está sendo considerada, de quem não quer perder tudo e pretende perder apenas uma parte, ou de quem, com medo de perder tudo, não quer perder a parte que quer resguardar. Não vou mais aceitar, depois de ouvir o nobre Constituinte Bocayuva Cunha, nenhuma questão de ordem sobre o assunto. Pergunto ao nobre Constituinte Octávio Elísio se retira a emenda ou se eu posso colocá-la em votação, com as devidas consequências.

Ouçó o nobre Constituinte Bocayuva Cunha.

**O SR. CONSTITUINTE BOCAYUVA CUNHA:** – Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Presidente, a atenção. Quero apenas fazer um apelo ao Relator para não se limitar a dizer que a relatoria é enfaticamente a favor ou contra. O papel do Relator não é esse, mas o de dar as suas razões. Por que está aceitando esta emenda? Quero ouvir a opinião do Relator de forma objetiva e não puramente subjetiva. Quero saber por que a relatoria é enfaticamente a favor. A relatoria – que me perdoem os Srs. Relatores, pelo respeito que merecem do Plenário – tem o dever de dar suas informações quando oferecer seus pareceres, fundamentando-o nem que seja com brevidade. Não quero ouvir que a relatoria é enfaticamente a favor. Não quero ouvir na opinião de maneira subjetiva, sem explicar por que mudou de idéia. É esse o apelo que faço a V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – O Relator não me passou procuração para a sua defesa, mas afirmo que ele tem posição. S. Ex.<sup>a</sup> não é neutro. O Relator é a favor ou contra. Quando S. Ex.<sup>a</sup> recebe a emenda, dá parecer pela aprovação ou pela rejeição, tendo o direito, neste caso, de dar a sua motivação.

A emenda foi retirada por iniciativa do Constituinte Octávio Elísio.

Srs. Constituintes, sei que o magistério é muito importante e tem ligação muito íntima com resultados eleitorais, mas peço a V. Ex.<sup>a</sup> que tenham mais paciência para darmos ordem aos trabalhos.

Temos outro requerimento de preferência, que reza: "Requeiro, nos termos regimentais, preferência para a votação do Destaque nº 4579, relativo à Emenda nº 32860, do Constituinte Francisco Rossi, art. 45."

Vou ler a emenda:

“No magistério, após trinta anos de serviço para o homem e vinte e cinco anos para a mulher, estendendo-se o mesmo critério para os especialistas que trabalham na área de educação.”

Portanto, a Emenda Francisco Rossi prevê aposentadoria, no magistério, para o homem com 30 anos de serviço e para a mulher com 25 anos de serviço, estendendo-a a todos que, mesmo não sendo do magistério, trabalhem na área de educação.

Em votação o requerimento de preferência.

Os Srs. Constituintes que estiverem de acordo, permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado por maioria.

**Destaque nº 4579-87 – Emenda nº ES- 32860 – do Sr. Francisco Rossi “que adita inciso IV ao artigo 65 do Substitutivo nº 1 (artigo 45 do Substitutivo nº 2)”.**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Em votação o Destaque nº 4579-87. Tem a palavra para encaminhar o Sr. Constituinte Francisco Rossi.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Sr. Presidente, pela ordem.

V. Ex.<sup>a</sup> estava colocando em votação a preferência, ou já havia iniciado a votação do destaque?

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Já havia dado a palavra inclusive ao Constituinte Francisco Rossi.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra o Constituinte Nelson Carneiro.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – Sr. Presidente, com a boa vontade que V. Ex.<sup>a</sup> demonstrou ao examinar a emenda anterior, gostaria que esclarecesse se não há outro texto que diga somente “para professor aos trinta anos e para professora aos vinte e cinco anos”.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Vou verificar.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – Acho que esse é o pensamento do Plenário.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Já que a nossa tática de atuação está na dependência de tantas condicionantes, vou verificar e darei a resposta a V. Ex.<sup>a</sup>

Suspendo a sessão por 1 minuto.

**O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE:** – Sr. Presidente, pela ordem. Gostaria de apresentar uma sugestão à Mesa.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Suspendi a sessão em homenagem à Presidência e para atender ao requerimento formulado pelo Constituinte Nelson Carneiro, que pede à Mesa verifique se há outra emenda no mesmo sentido. Logo em seguida darei a palavra a V. Ex.<sup>a</sup>

(É suspensa a reunião)

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Está reiniciada a reunião.

O nobre Constituinte Octávio Elísio, no momento em que eu suspendia a sessão, chamou-me a atenção. No tumulto em que se encontrava o plenário, não percebi que S. Ex.<sup>a</sup> retirava a emenda, sob condição. Esta era exatamente a retirada das expressões contidas no final da emenda hoje apresentada pelo Constituinte Francisco Rossi e que corresponde também à emenda do Constituinte Octávio Elísio. Em consequência, temos matéria para votar, dentro da posição adotada pelo nobre Relator,

quando com ela concordou. Com isto, ressaltou a falta de iniciativa do Constituinte Francisco Rossi de enunciar em momento oportuno a retirada das expressões. Então, a proposta em votação é a seguinte: “No magistério, após 30 anos de serviço para o homem e 25 anos para a mulher”...

Gostaria de ouvir o Constituinte Octávio Elísio e o Relator a respeito do assunto.

**O SR. CONSTITUINTE HERMES ZANETI:** – Permita-me um esclarecimento, Sr. Presidente. Da emenda apresentada pelo Constituinte Octávio Elísio consta: “... no efetivo exercício de função do magistério”...

**O SR. CONSTITUINTE OCTÁVIO ELÍSIO:** – Sr. Presidente, gostaria de fazer um esclarecimento não apenas para dizer a razão pela qual retirei a minha emenda, mas também por consideração ao Plenário.

Uma exigência do Plenário é aprovar esta emenda para aqueles que estão “em efetivo exercício de função do magistério”. Este é o texto da minha emenda, que passa para a introdução da do Constituinte Francisco Rossi. O que altera na emenda de S. Ex.<sup>a</sup> é o seguinte: aposentadoria aos 30 anos de serviço para o homem e aos 25 anos para a mulher.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra o Constituinte Francisco Rossi.

**O SR. CONSTITUINTE FRANCISCO ROSSI:** – Sr. Presidente, o que me inspirou a apresentar esta emenda foi o fato de estarmos nesta Assembléia Nacional Constituinte para avançar no que se refere aos direitos do cidadão brasileiro.

É bom que se lembre que a atual Constituição prevê essa aposentadoria aos 25 anos de serviço para a mulher e aos 30 anos para o homem. Creio que existe um consenso em relação ao tema. Tenho a impressão de que, com esta nova redação – “Em se tratando de servidor no efetivo exercício de função do magistério, após 30 anos de serviço para o homem e 25 anos para a mulher” – está resolvido o problema.

Sr. Presidente, como não tenho a intenção de ter a paternidade da emenda, convidaria, se fosse possível, os dois Constituintes que têm emenda a respeito do assunto – os Constituintes Octávio Elísio e Siqueira Campos – para que também a subscrevessem.

Era o que eu tinha a dizer. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Concedo a palavra ao Constituinte Celso Dourado, para encaminhar a votação, contrariamente à proposta.

**O SR. CONSTITUINTE CELSO DOURADO:** – Sr. Presidente, fiz minha inscrição porque não concordava com a maneira como estava redigida a emenda. Com essas alterações, estou de pleno acordo com ela.

**O SR. CONSTITUINTE VIRGÍDASIO DE SENNA:** – Sr. Presidente, peço a V. Ex.<sup>a</sup> que esclareça se a emenda se refere a 25 anos no exercício ou de exercício.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – No efetivo exercício.

Peço encarecidamente aos Srs. Constituintes, um momento de atenção, para que não se levante, depois, um precedente a respeito disso.

Houve o tumulto. O Constituinte Octávio Elísio dirigiu-se diretamente ao Relator, enquanto eu ouvia questões de ordem e não estava atento à matéria. Minha interpretação, depois de todo esse tumulto, era a de que o Constituinte Octávio Elísio retirava sua emenda, mas sob a condição de que o início da sua redação, que diz: “Em se tratando de servidor no efetivo exercício de função do magistério”, fosse completada com a redação do Constituinte Francisco Rossi, que, por seu turno, excluía os demais servidores na área de educação.

Sou compelido a aceitar isso, na medida em que há duas palavras: a do Constituinte Octávio Elísio e a do Relator Bernardo Cabral, que aceitaram a proposta sob essa condição. É apenas por isso que posso fazê-lo, na medida em que é uma violência contra qualquer regimento. Já havia uma emenda considerada por mim retirada, portanto, possivelmente fora de qualquer cogitação, e uma outra referente à qual, no momento oportuno, não houve a enunciação do que deveria ser feito. Então, apenas fazendo essa imbricação será possível votar a matéria. Só o faço dentro do princípio de que isso não constitui precedente. **(Palmas)**

**O SR. CONSTITUINTE SÓLON BORGES DOS REIS:**

– Sr. Presidente, peço a palavra para um esclarecimento.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE SÓLON BORGES DOS REIS:**

– Sr. Presidente, ainda há dúvida por parte de alguns Constituintes. E, como autor de uma emenda idêntica à do nobre Constituinte Octávio Elísio, desejo deixar bem claro que a Assembléia Nacional Constituinte, aprovando esta proposta, não estará dando nada de nova ao magistério brasileiro; estará mantendo o que o magistério já tem, estará respeitando uma conquista. Ela não estará tirando nada, mas também nada estará dando. Estará mantendo o que consta da atual Constituição. Quem votar a seu favor não estará abrindo precedente algum; estará mantendo a conquista que já figura na atual Constituição.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Isso no que tange ao serviço público.

**O SR. CONSTITUINTE SÓLON BORGES DOS REIS:**

– No que se refere ao professor do magistério público. Quanto à iniciativa privada...

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – O magistério da área de CLT.

Tem a palavra o Constituinte Egídio Ferreira Lima, que encaminhará a votação contrariamente à proposta.

**O SR. CONSTITUINTE EGÍDIO FERREIRA LIMA:** – Sr. Presidente, antes de proferir minhas palavras, gostaria de ouvir novamente – e peço a V. Ex.<sup>a</sup> que releve a minha insistência – o texto que será votado.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – O texto final diz o seguinte:

“Em se tratando de servidor no efetivo exercício de função do magistério, após 30 anos de serviços para o homem, e 25 anos para a mulher”.

**O SR. CONSTITUINTE EGÍDIO FERREIRA LIMA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, vejam o que vamos fazer aprovando esta emenda.

Nos termos em que se encontra redigida, ela diz que o professor, no exercício do magistério, desde que tenha 25 anos de serviço público, pode aposentar. O direito, já consagrado na atual Constituição, está assim redigido:

“Aposentadoria para o professor, após 30 anos e para a professora após 25 anos de efetivo exercício, em funções de magistério”.

Se isso não constar da emenda, funcionários que ocupam outros setores tornar-se-ão professores e terão aposentadoria aos 25 anos de serviço. O Plenário não tem condições de votar a emenda proposta, pois ela não é correta nem justa. Iremos criar uma grande discriminação num País que tem 70% da sua população em situação de penúria, vivendo, muitos deles, sem o salário mínimo. **(Muito bem) (Palmas)** Além disso, criaremos um expediente para que pessoas que exerceram funções em outros setores da administração se tornem professores nos últimos 5 anos e, com 25 anos de serviço, adquiram aposentadoria. **(Muito bem)**

Temos de resguardar a seriedade desta Casa e desta Constituinte. **(Muito bem. Palmas)** e o caráter de renovação, de equilíbrio, de modernidade que esta oportunidade nos oferece; assumindo atitudes coma esta, estamos comprometendo o caminho desta Constituinte.

Esta emenda, Sr. Presidente Jarbas Passarinho, não pode ser aprovada, porque, se aprovada nos termos em que se encontra, desonra esta Comissão.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra o Sr. Relator.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, o Constituinte Egídio Ferreira Lima inventa uma dúvida que, até certo ponto, é procedente. Isso poderá gerar confusão amanhã. Mas há uma emenda que já está nas mãos do eminente Constituinte Hermes Zaneti para ser defendida, de autoria do Constituinte Geraldo Alckmin, dizendo:

“É assegurada aposentadoria para o professor após 30 anos e para a professora após 25 anos em efetivo exercício da função do magistério salário integral”.

Esta emenda, sim, ressalva.

De modo que vamos votar contra essa primeira emenda. Portanto, Sr. Presidente, sugiro que seja retirada esta emenda de Francisco Rossi, Octávio Elísio e Siqueira Campos, para que possamos votar contra, que realmente atenda ao que queremos.

**(Tumulto)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Senhores, isto não é um convescote numa escola secundária. Afinal de contas, estamos fazendo uma Constituição da República. Não posso apanhar pedaços de emendas, somá-las, porque entendemos que assim deva ser. Possivelmente, no decorrer da votação, teremos emendas que satisfaçam ao consenso e vamos discutir isto. Então, pergunto ao Constituinte Siqueira Campos se a emenda Octávio Elísio – Francisco Rossi está retirada ou mantida. Retirada a emenda, vamos prosseguir com a votação.

**O SR. CONSTITUINTE DARCY POZZA:** – Sr. Presidente, tenho uma emenda que evidentemente não está relacionada neste capítulo dos funcionários civis mas lá adiante, no capítulo da educação, exatamente onde se encontra colocada a emenda do Constituinte Hermes Zaneti. A nossa emenda, Sr. Presidente, diz o seguinte:

“Fica assegurada aos professores e às professoras a aposentadoria aos 30 anos e 25 anos de efetivo exercício em função do magistério respectivamente.”

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Conheço a emenda de V. Ex.<sup>a</sup> e dei uma solução à questão de ordem levantada pelo nobre Constituinte Nelson Carneiro no mesmo sentido e, antes, aos Constituintes Hermes Zaneti também no mesmo sentido. A proposta de V. Ex.<sup>a</sup> será examinada no momento oportuno, no título próprio, e não será prejudicada.

**Destaque nº 3767-87 – Emenda nº ES-27504-6, artigo do Sr. Geraldo Alckmin Filho “que adita ao Substitutivo nº (Título III, Capítulo VII, Seção II do Substitutivo nº 2)”. (259ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Agora, temos em votação o Destaque nº 3767, requerido pelo Constituinte Geraldo Alckmin Filho, que tem uma indicação do Constituinte Hermes Zaneti para defendê-la. Mas, como S. Ex.<sup>a</sup>, não é membro da Comissão de Sistematização, não poderá fazê-lo. Isso é importante porque quando não se é membro da Comissão, só como au-

tor o Constituinte pode defender sua proposta. É regra geral.

**O SR. CONSTITUINTE OCTÁVIO ELÍSIO:** – Sr. Presidente, acho que o assunto já está bem esclarecido. O eminente Constituinte Hermes Zaneti compreende a restrição da Subcomissão. Solicito a V. Ex.<sup>a</sup> que coloque em votação a seguinte emenda:

“É assegurada a aposentadoria para o professor após 30 anos e para a professora após 25 anos de efetivo exercício em função de Magistério com salário integral.”

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Quem assina a emenda?

**O SR. CONSTITUINTE OCTÁVIO ELÍSIO:** – Geraldo Alckmin.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – S. Ex.<sup>a</sup> está ausente. O que faria V. Ex.<sup>a</sup> na minha posição? O autor da emenda indica um Constituinte que não pertence à Comissão de Sistematização para defendê-la. Querem V. Ex.<sup>as</sup> que eu rasgue tudo, em termos de Regimento?

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ ULÍSSÉS DE OLIVEIRA:** – O autor da emenda não se encontra presente. Ela está prejudicada.

**O SR. CONSTITUINTE BONIFÁCIO DE ANDRADA:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem. Temos de nos recorrer, dentro das questões de ordem regimental, a institutos conhecidos do Direito. Quando um Constituinte dá a outro procuração para defender sua emenda aqui, implicitamente está concedendo o direito de substabelecer a procuração. No caso, peço a V. Ex.<sup>a</sup> que aceite esse princípio, que é regra de Direito, permitindo que o nobre Constituinte Hermes Zaneti substabeleça sua procuração para o Constituinte Octávio Elísio. Daí, então, daremos andamento à sessão.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Essa é uma das razões pelas quais admiro os doutores em lei. Têm solução para tudo.

**O SR. CONSTITUINTE BONIFÁCIO DE ANDRADA:** – Trata-se de norma legal, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Aqueles pobres homens que foram criados na defesa da ordem e na interpretação do Regulamento sentem-se mal quando, diante de colocações desta natureza e em nome do Direito, se levanta essa possibilidade. Aqui seria a primeira vez.

Vou ouvir o plenário. Vou submeter a lição de Direito de V. Ex.<sup>a</sup> ao Plenário. Se este concordar, firma jurisprudência. E, estão, a partir daí, todas as pessoas que tiverem condições de substabelecer procuração sem ir ao cartório e farão aqui, porque aqui é mais do que cartório. Vamos proceder a uma votação simbólica.

**O SR. CONSTITUINTE SIQUEIRA CAMPOS:** – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar essa votação. Na hipótese de o Plenário apoiar a proposição do Constituinte Bonifácio de Andrada, que acho justa, retiro a minha emenda, porque o professorado será melhor servido com essa emenda do que com qualquer uma outra e estou perfeitamente de acordo com que o Constituinte Octávio Elísio sustente a defesa da emenda por esse substabelecimento. Se o Plenário assim decidir, retiraria a minha emenda, porque o que está em causa, Sr. Presidente, é o interesse do País e o de um segmento importante do serviço público que devemos defender. Estou com o Relator. Esta é a melhor emenda. Encaminharia nesse sentido.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Como se trata de matéria que indiscutivelmente é de alta relevância e do interesse nítido dos parlamentares, vou submeter a proposta do Constituinte Bonifácio de Andrada à votação. Pelo painel, por maioria simples. Não haverá necessidade de maioria absoluta.

Os que votaram “sim” concordarão com o substabelecimento pelo Constituinte Hermes Zaneti a outro companheiro que entenda que, como membro da Comissão, possa defender a matéria.

**O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA:** – Sr. Presidente, peço a V. Ex.<sup>a</sup> que esclareça ao Plenário o que estaremos votando, porque percebo que existe uma grande dúvida.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Trata-se, Constituinte Pimenta da Veiga, do seguinte: depois de grandes tumultos na Casa, infelizmente relacionados a momentos em que o Presidente não foi ouvido, houve diálogos paralelos e chegou-se à conclusão de que a emenda do Constituinte Octávio Elísio, por sua redação, estava prejudicada. Não seria, possivelmente, objeto de consenso. A emenda garantia aposentadoria aos 25 anos, independentemente de sexo, no efetivo exercício do magistério. Depois, o Constituinte Francisco Rossi, apresentou emenda que ressaltava a posição, fazendo distinção da aposentadoria com 30 anos de serviço para homens e 25 anos para mulheres. S. Ex.<sup>a</sup> porém, em tempo oportuno não fez a ressalva aqui admitida, quando tratamos das votações precedentes. Mas houve entendimento, entre o Constituinte Octávio Elísio, o Constituinte Francisco Rossi e o Relator Bernardo Cabral, do qual estive ausente, por haver questões de ordem a responder.

Admiti – acho que com generosidade – que poderia haver uma composição, já que o Relator havia concordado com a retirada **sub conditione** da emenda do Constituinte Octávio Elísio. Então, ficou a emenda que denominei de Octávio Rossi, uma mistura da emenda Octávio Elísio com a Francisco Rossi. Essa emenda recebeu parecer desfavorável do Relator depois da intervenção do Constituinte Egídio Ferreira Lima.

Em seguida, consideramos a matéria prejudicada e passamos à votação da emenda do Constituinte Alckmin Filho. Quando anunciei que S. Ex.<sup>a</sup> estava ausente, mas havia pedido ao Constituinte Hermes Zaneti que defendesse a emenda na sua ausência, a Secretaria informou-me que S. Ex.<sup>a</sup> não é membro da Comissão de Sistematização. Como se sabe, quem não é membro da Comissão não pode encaminhar em processo de votação. Então, aparece a figura do nobre Constituinte por Minas Gerais, Bonifácio de Andrada; S. Ex.<sup>a</sup> toma o microfone e convence a mim, pobre tocador de tambor durante 29 anos, de que no Direito é perfeitamente possível o procurador fazer substabelecimento da procuração. Eu não estava entendendo o fato como procuração formal, mas apenas como indicação. Como S. Ex.<sup>a</sup> diz que é lição de Direito, devo-me render ao Direito, embora haja quem diga que o Direito é uma sistemática de proteção de interesses. Não subscrevo tal afirmação, mas há quem o faça. Resolvi consultar o Plenário, porque assim me dará apoio. Se o Plenário entender que pode haver substabelecimento, quer dizer uma pessoa que foi indicada indicar uma segunda, isso ficará como norma. É assim que estou colocando a matéria. Se o Plenário votar SIM, por maioria, ficará norma se votar NÃO a matéria ficará prejudicada.

**O SR. CONSTITUINTE EGÍDIO FERREIRA LIMA:** – V. Ex.<sup>a</sup> me permitiria uma questão de ordem? Apresento outra sugestão. Acho que se poderia deixar de lado o instituto do substabelecimento e a questão jurídica, a fim de não se transformar isto num cartório, como disse V. Ex.<sup>a</sup>, porque, no momento em que o autor da emenda do destaque dá uma procuração, há aí implícito também um ato político, porque ele fez a escolha daquela pessoa. Acho que há uma solução regimental muito melhor do que essa. O Constituinte Hermes Zaneti aqui está e o autor do destaque manifestou expressamente a S. Ex.<sup>a</sup> o propósito de ver sua emenda discutida, defendida e votada. Há uma impossibilidade regimental de o Constituinte Hermes Zaneti de-

fendê-la, e V. Ex.<sup>a</sup> mesmo percebeu S. Ex.<sup>a</sup> não fala, mas quem quiser defender e quem quiser contrariar a emenda, que o faça.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – S. Ex.<sup>a</sup> o Constituinte Hermes Zaneti não fala, porque está proibido pelo item 2.9 da nossa Consolidação.

**O SR. CONSTITUINTE EGÍDIO FERREIRA LIMA:** – S. Ex.<sup>a</sup> não fala, mas é um Constituinte e está com a emenda, tendo havido manifestação expressa e inequívoca do autor do destaque no sentido de que a mesma fosse defendida e votada. O autor cometeu um equívoco, mas a Mesa pode aceitá-lo e é muito melhor do que a idéia do precedente do subestabelecimento, o qual tem sutilezas que podem criar problemas futuros.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Nobre Constituinte, V. Ex.<sup>a</sup> sempre traz luzes à Casa. Eu considero que estou – sem pretender fazer trocadilho infame com relação a coisas recente – num beco sem saída. Na verdade, eu teria, pelo menos no caso do subestabelecimento, no caso de nova indicação, o respaldo do Plenário, se ele assim entendesse.

**O SR. CONSTITUINTE EGÍDIO FERREIRA LIMA:** – Então, peça o respaldo para a outra solução, muito mais precisa.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – É uma idéia aceitável.

Peço aos Srs. Constituintes que prestem atenção à colocação do Constituinte Egídio Ferreira Lima. Em vez de se falar em subestabelecimento de procuração, o que não é o caso considerando a ausência do autor da emenda e no caso de haver prejuízo do indicado, por não ser membro da Comissão de Sistematização, mas como houve uma intenção prévia, o cuidado de defender a emenda, S. Ex.<sup>a</sup> sugere que não seja considerada prejudicada. E, como tal, dar-se-ia a palavra apenas aos que quisessem falar a favor ou contra e votaríamos a emenda. **(Palmas)**

Parece que não haverá necessidade de se pôr em votação, pela aclamação do Plenário. **(Palmas)**

Então, tem a palavra o Constituinte Octávio Elísio, para defender a emenda.

**O SR. CONSTITUINTE OCTÁVIO ELÍSIO:** – Sr. Presidente, já defendi emenda absolutamente semelhante ao espírito dessa. Portanto, agradeço a paciência da Presidência e dos colegas da Comissão em todos os encaminhamentos. Peço a V. Ex.<sup>a</sup> que apóiem a emenda a ser colocada em votação.

Muito obrigado. **(Palmas)**

**O SR. CONSTITUINTE HERMES ZANETI:** – Sr. Presidente, apenas gostaria de solicitar a todos aqueles que têm emendas nesse sentido que nos considerem co-autores e agora votem pela aprovação.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Constituinte Hermes Zaneti, pudesse eu e publicaria isto em todas as páginas dos jornais.

Em votação.

#### **(Procede-se à votação)**

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Alfredo Campos, Almir Gabriel, Antônio Britto, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Carlos Mosconi, Carlos Sant’Anna, Celso Dourado, Cid Carvalho, Egídio Ferreira Lima, Fernando Gasparian, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Lyra, Haroldo Sabóia, Ibsen Pinheiro, João Calmon, João Herrmann Neto, José Richa, José Serra, Milton Reis, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nelton Friedrich, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Raimundo Bezerra, Rodrigues Pal-

mas, Sigmaringa Seixas, Virgildásio de Senna, Wilson Martins, Roberto Brant, José Carlos Grecco, Marcos Lima, João Natal, Antônio Mariz, Michel Temer, Israel Pinheiro, Miro Teixeira, Nelson Wedekin, Vicente Bogo, Jorge Hage, Octávio Elísio, Ziza Valadares, Alcení Guerra, Aloysio Chaves, Antoniocarlos Mendes Thame, Arnaldo Prieto, Cristóvam Chiaradia, Edme Tavares, Eraldo Tinoco, Inocêncio Oliveira, José Jorge, José Lins, José Santana de Vasconcellos, José Thomaz Nonô, Luís Eduardo, Mário Assad, Oscar Corrêa, Osvaldo Coelho, Paulo Pimentel, Ricardo Fiúza, Sandra Cavalcanti, Enoc Vieira, Paes Landim, Jonas Pinheiro, Hugo Napoleão, Simão Sessim, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Gerson Peres, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia, Virgílio Távora, José Maurício, Lysâneas Maciel, Luiz Salomão, Francisco Rossi, Joaquim Bevilacqua, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Adolfo Oliveira, Siqueira Campos, Aldo Arantes, Roberto Freire e Jamil Haddad. **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Aluizio Campos, José Geraldo e José Ulisses de Oliveira.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 88 Constituintes; votaram NÃO 3 Constituintes. Total: 91 votos. O Destaque foi **aprovado**.

Há sobre a mesa requerimento assinado por todos os Srs. Líderes nos seguintes termos: “Tendo em vista o avançado da hora e o atraso na votação dos destaques do Título III, considerando, além disso, o compromisso das Lideranças de esgotar esse título até as 24 horas de hoje, requeremos prorrogação da sessão”.

Trata-se, portanto, de requerimento escrito de prorrogação da sessão. O Presidente pode, conforme o Regimento, fazê-lo de ofício. No entanto, prefiro fazer uma consulta ao Plenário. Para isso preciso ouvir a Mesa.

Quanto à matéria que resta, há ainda cerca de 30 preferências apresentadas para o Título III, decorrente do acordo de lideranças. As demais matérias seriam consideradas prejudicadas e automaticamente enviadas ao Plenário da Assembléia Nacional Constituinte.

Devo pôr em votação o requerimento dos líderes, porque assinado por todos eles. Tenho a impressão de que é um requerimento de aprovação tranqüila. Sugiro apenas o seguinte: em vez de fixarmos a prorrogação, das 20h30min às 24h, fixemo-la até as 24 horas. Nesse tempo votaríamos os requerimentos de preferência que aqui estão e, no decorrer do nosso trabalho, se avançássemos bem, terminaríamos ainda antes das 24 horas. Teremos amanhã uma sessão inteira para votar o que é pacífico: os demais títulos, sem prejuízo dos destaques das emendas, que talvez nos tomem apenas uma hora de sessão.

Se V. Ex.<sup>as</sup> estiverem de acordo, trabalharíamos um pouco mais agora à noite e amanhã completariamos o que faltasse. **(Palmas)**

**O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – V. Ex.<sup>a</sup> tem a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA:** – Tendo em vista as explicações da Presidência, talvez fosse o caso de as Lideranças retirarem o pedido de prorrogação. V. Ex.<sup>a</sup> pode observar que o Plenário, que não estava avisado de que haveria prorrogação, já está se esvaziando, porque a sessão deveria encerrar-se neste instante. Com as explicações de V. Ex.<sup>a</sup>, de que poderemos votar amanhã o que seria votado na prorrogação, talvez fosse o caso de retirada do pedido de prorrogação.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A dúvida que tenho surgiu depois da consulta feita ao Dr. Paulo

Affonso. Trinta preferências são provavelmente trinta votações, porque essas preferências já são seletivas. De qualquer modo, se não houver **quorum** terei que encerrar a sessão.

**O SR. CONSTITUINTE PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO:** – Sr. Presidente, tenho a impressão de que o risco de não votarmos as 30 preferências amanhã é pequeno. Talvez seja o caso de – apenas manifesto o ponto de vista do meu partido – se houver entendimento geral, ser retirado o pedido de prorrogação.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Faço proposta diferente. Proponho usar do meu direito, da minha prerrogativa de Presidente da Casa, e, de ofício, prorrogar a sessão por uma hora. Avançaremos a discussão até onde for possível, e amanhã a completaremos. **(Palmas)** Se não houver **quorum**, encerrarei a sessão.

**O SR. CONSTITUINTE SÓLON BORGES DOS REIS:** – Sr. Presidente, peço a palavra para um esclarecimento. Indago a V. Ex.<sup>a</sup>, com a devida vênua da Mesa, se, na condição de suplente do PTB, o meu voto, favorável à aprovação da emenda de autoria do nobre Constituinte Geraldo Alckmin Filho, relativa aos professores, foi anotado pela Mesa.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – É uma declaração que figurará nos Anais da Casa.

**O SR. CONSTITUINTE SÓLON BORGES DOS REIS:** – Sr. Presidente, não é declaração. Quero saber se o voto foi anotado.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Informo-me a Secretaria que o voto de V. Ex.<sup>a</sup> foi computado.

**O SR. CONSTITUINTE SÓLON BORGES DOS REIS:** – Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup>

**A SRA. CONSTITUINTE ABIGAIL FEITOSA:** – Sr. Presidente, gostaria de fazer uma consulta ao nobre Relator. Esta matéria que foi votada agora – de aposentadoria dos professores aos vinte e cinco anos de serviço para a mulher, e aos trinta anos para os homens – vai ser estendida a todos os trabalhadores? Esta Constituinte não pode criar privilégios somente para o professor; tem que estender essa medida aos trabalhadores como um todo. Gostaria de obter a resposta do nobre Relator.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Eu mesmo posso responder a V. Ex.<sup>a</sup>, independentemente da resposta do Relator.

As matérias são votadas nos títulos correspondentes. No momento, estamos votando a seção referente ao funcionário público civil. Quando houver o momento de entrar na matéria da seguridade, votaremos o assunto a que V. Ex.<sup>a</sup> está se reportando.

**A SRA. CONSTITUINTE ABIGAIL FEITOSA:** – Sr. Presidente, gostaria somente de lembrar que não pode haver privilégios na Constituinte. Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Todo privilégio é odioso.

"Requerimento de preferência, nos termos regimentais, para votação do Destaque nº 4221, relativo ao art. 47, parágrafo único, de autoria do nobre Constituinte Miro Teixeira. Signatários o Constituinte Euclides Scalco e outros."

Em votação.

Os Srs. Constituintes que estão de acordo com a preferência queiram permanecer como se encontram. **(Pausa)** Aprovado.

Requerimento de destaque para votação em separado o art. 68 do Substitutivo nº 1 para substituir o parágrafo único do art. 47 do Substitutivo nº 2. O art. 68 do Substitutivo nº 1 diz:

"O benefício de pensão por morte corresponderá à totalidade dos vencimentos ou proventos do servidor falecido, observado o disposto no artigo anterior."

O Constituinte Miro Teixeira pede se substitua o parágrafo único do art. 47 do Substitutivo nº 2, que diz:

"O benefício da pensão por morte equivalerá a 50% da remuneração..."

Com a palavra o Constituinte Miro Teixeira.

**O SR. CONSTITUINTE MIRO TEIXEIRA:** – Sr. Presidente, peço-lhe antes um esclarecimento. Penso que para a boa ordem dos trabalhos talvez seja mais interessante começarmos a examinar essa matéria, relativa a aposentadorias e pensões, pelo **caput** e não pelo parágrafo.

Há um outro destaque, também com pedido de preferência. Para mim é indiferente, mas consulto V. Ex.<sup>a</sup> se não considera ser melhor discutirmos isso antes, até para o entendimento da matéria.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Estou cumprindo a preferência na ordem de entrada, mas acho que a proposta de V. Ex.<sup>a</sup> é racional.

Passo ao requerimento de preferência, nos termos regimentais, do Destaque nº 4226, relativo ao art. 47, **caput**, requerido pelo Constituinte Euclides Scalco e outros signatários.

Os Srs. Constituintes que estiverem de acordo, permaneçam como se encontram. **(Pausa)**

Aprovado.

**Destaque nº 4226-87, do Sr. Miro Teixeira, "que substitui o art. 47 do Substitutivo nº 2 pelo art. 67 do Substitutivo nº 1." (260ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Trata-se de requerimento de Destaque nº 4226 do art. 67 do Substitutivo nº 1 para substituir o art. 47, **caput**, do Substitutivo nº 2. O art. 67 do Substitutivo nº 1 diz:

"Os proventos da inatividade serão revistos, na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, bem como sempre que for transformado ou reclassificado o cargo ou função em que se deu a aposentadoria ou a reforma."

Com a palavra o Constituinte Miro Teixeira.

**O SR. CONSTITUINTE MIRO TEIXEIRA:** – Sr. Presidentes, Srs. Constituintes, desde a subcomissão que tratou do assunto, a matéria relativa à revisão dos proventos da inatividade recebeu o tratamento descrito no art. 67 do Substitutivo nº 1 que passo a ler:

"Os proventos da inatividade serão revistos, na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, bem como sempre que for transformado ou reclassificado o cargo ou função em que se deu a aposentadoria ou a reforma."

Esse foi o texto aprovado na subcomissão, esse foi o texto aprovado na comissão temática, esse foi o texto do anteprojeto do relator, esse foi o texto do Substitutivo nº 1 – e esse texto foi alterado no Substitutivo nº 2. Pela redação do Substitutivo nº 2 pode-se até depreender que essa paridade permanente que vinha sendo consagrada



a partir da subcomissão está resguardada, mas pode haver dúvidas. Atualmente, no Substitutivo nº 2 diz o art. 47:

"Os proventos da inatividade e as pensões serão reajustados, na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade."

Então, assegura que é na mesma proporção e na mesma data, mas não dá a paridade permanente, não assegura aquela continuidade do poder aquisitivo do aposentado, que vai, aos poucos, perdendo a sua condição até de sobrevivência. E o mais grave – e por isso pedi até a inversão do destaque – é que, até o momento do Substitutivo nº 1, as pensões eram tratadas em um artigo próprio e passam a ser integrais.

No Substitutivo nº 2, as pensões passam a ser de 50% da remuneração ou dos proventos do servidor público falecido, acrescido de 10% por dependente econômico, até o limite da totalidade da remuneração ou dos proventos. Ou seja, quem tiver menos de cinco filhos não atinge os 100%. No momento em que se fala em planejamento familiar, no momento em que todas essas medidas começam até a ser revistas; temos ainda mais esse detalhe para rejeitar a fórmula do Substitutivo nº 2 e acolher tanto para a aposentadoria, que é o caso que estamos apreciando, quanto para pensões essa fórmula que veio consagrada da subcomissão, da comissão temática, do projeto e do Substitutivo nº 1.

Solicito ao meu partido que aprove o texto contido no Substitutivo nº 1, porque a paridade permanente vem sendo, ao longo de todos os tempos, a pregação do PMDB. Como também aos Srs. Constituintes dos demais partidos que também tenham essa defesa em seus programas. Dessa maneira, pois, estaremos correspondendo à confiança daqueles que imaginam que aqui vamos defender esses direitos sociais. (Palmas)

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ SERRA:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Concedo a palavra a V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ SERRA:** – Sr. Presidente, gostaria de um esclarecimento a respeito da proposta do Constituinte Miro Teixeira. Em relação ao conceito de servidor público se inclui também os celetistas? Trata-se de uma questão que parece essencial para que tenhamos consciência a respeito daquilo iremos votar.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Exatamente. A minha impressão coincide com a do relator porque há dois tipos de funcionários públicos: os regidos pelo Estatuto e pela Consolidação das Leis do Trabalho. Qual é a intenção do legislador, Constituinte Miro Teixeira?

**O SR. CONSTITUINTE MIRO TEIXEIRA:** – O Constituinte José Serra deve estar preocupado com a situação das empresas públicas, o que, aliás, é uma preocupação legítima. Atualmente está em elaboração – e deverá estar chegando a esta Casa nos dois próximos dias – a unificação do regime dos servidores, a qual foi anunciada pelo Ministério da Administração, já no bojo da reforma administrativa. De maneira que a própria dinâmica do processo vai acabar com essa angústia do Constituinte José Serra. Penso que São Paulo suporta bem essa despesa.

**O SR. CONSTITUINTE ADYLSON MOTTA:** – Sr. Presidente, quero apenas um esclarecimento.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra para um esclarecimento o Constituinte Adylson Motta.

**O SR. CONSTITUINTE ADYLSON MOTTA:** – O art. 44, § 2º, recomenda que seja instituído o regime jurídico

único para os servidores públicos. Então, de certa forma já está respondida a questão.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Constituinte Adylson Motta, quando respondeu à indagação, além do servidor público da administração direta, naturalmente o Constituinte Miro Teixeira referiu-se ao servidor da administração indireta.

Tem a palavra o Constituinte José Serra para encaminhar contra.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ SERRA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, venho a esta tribuna encaminhar contra a proposta do Constituinte Miro Teixeira. Quero dizer que o faço não por discordar do princípio e da intenção que envolvem a sua proposição. Meu encaminhamento contra tem outro fundamento.

Como o conceito de servidor público inclui o celetista – o que significa aquele que recolhe para o INPS – estaremos criando na economia e na sociedade uma situação de privilégio para os celetistas que são servidores públicos em relação aos que não são, o que não tem cabimento. E vamos ter um encargo adicional do ponto de vista da Previdência ou do setor público que, não tenho dúvida, poderá ter, no conjunto do País, um efeito devastador sobre as finanças municipais, estaduais e mesmo federal. Teria preferido que muitos outros artigos que estamos votando nesta comissão, bem com esta questão, pudessem ser tratadas em lei, quando inclusive, teríamos tempo para uma reflexão, para um detalhamento, a fim de contemplar situações particulares, o que a Constituição não permite.

Além disso, esse novo sistema complementa-se com o parágrafo único do art. 67, que também fará parte da proposta do regime de pensões, que deverá sempre acompanhar a revisão:

"Os proventos da inatividade serão revistos, na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, bem como sempre que for transformado ou reclassificado o cargo ou a função em que se deu a aposentadoria ou a reforma."

Assim, estaremos criando uma figura que prevalecia no Chile, por exemplo, que se chamava "perseguidora" e que, de alguma maneira, foi um dos fatores da verdadeira explosão das finanças e do déficit público naquele País. Chamo a atenção dos Constituintes quanto a isso porque temos, em certos momentos, de refletir não apenas com relação às intenções ou propósitos de justiça social que estamos votando, mas também sobre as implicações que tais dispositivos terão do ponto de vista prático e de organização da sociedade e, especialmente, no caso, do ponto de vista do Governo, do setor público em seu conjunto, com o estabelecimento de uma situação absurda de diferenciação entre empregados que recolhem para um mesmo sistema. Teremos uma categoria de trabalhadores integral e outras não, ambas dentro da CLT. E as aposentadorias dos primeiros acompanharão até a transformação dos cargos que eles ocupam um dia. Isto realmente poderia conduzir a uma situação de muita distorção e verdadeiramente absurda.

Por isso, contrariado nos meus sentimentos, vejo-me obrigado a encaminhar contra a emenda do Constituinte Miro Teixeira.

**O SR. CONSTITUINTE MIRO TEIXEIRA:** – Peço a palavra para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Isso foi lembrado há alguns momentos pelo Constituinte Adylson Motta. V. Ex.<sup>a</sup> não deve ter ouvido.

**O SR. CONSTITUINTE MIRO TEIXEIRA:** – O que foi uma falha de nossa parte.

**O SR. CONSTITUINTE ADYLSO MOTA:** – Sr. Presidente, ainda cabe encaminhamento?

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – V. Ex.<sup>a</sup> tem a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE ADYLSO MOTA:** – Srs. Constituintes, tenho sido parcimonioso no uso do microfone e, até em homenagem ao funcionário público, que comemora o seu dia amanhã, quero manifestar meu apoio à emenda do nobre Constituinte Miro Teixeira, porque devemos terminar com essa má vontade contra os funcionários públicos, que vivem hoje um dos piores momentos neste País, através de uma campanha à qual já me referi, orquestrada por alguns Governadores de Estado que, para esconder sua incompetência, estão fazendo seus programas em cima de uma pretensa moralização, embora saibamos que, evidentemente, existem alguns abusos.

Sr. Presidente, não se pode conceber que alguém, pelo fato de ir para a inatividade, seja penitenciado. Aposentadoria com dignidade é o mínimo que se pode desejar, tanto para os funcionários públicos como para os demais empregados. Defenderei não apenas para os funcionários públicos, mas para todos os trabalhadores essa equiparação, essa paridade, essa isonomia entre o que se ganha na atividade e o que se vai ganhar na inatividade.

Assim, quero contraditar os argumentos do nobre Constituinte José Serra e dizer que não os aceito. Queremos moralizar a função pública. Queremos unificá-la – já está previsto aqui – queremos adotar uma série de providências no sentido de valorizar o funcionário. Os proventos da aposentadoria, se concedidos nas condições propostas pelo Deputado José Serra, acompanhando os índices de vencimentos pagos ao servidor em atividade e sempre acompanhando os planos de reclassificação de cargos, representam um ato justo. Se quisermos mudar o conceito do funcionário público, que é péssimo, teremos de começar por estimulá-lo, por valorizá-lo, tratando-o de maneira adequada. Por isso, meu voto é favorável, e meu apelo aos Constituintes é no sentido de que apoiem o destaque do Deputado Miro Teixeira.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Com a palavra o Relator Antônio Carlos Konder Reis.

**O SR. RELATOR (Antônio Carlos Konder Reis):** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, o Relator-Geral entende, preliminarmente, que a regra inscrita do 2º Substitutivo, art. 46, só pode ser corretamente interpretada se V. Ex.as atentarem para o dispositivo do art. 45, que diz:

"Art. 45 – O servidor será aposentado:

I – por invalidez;

II – compulsoriamente, aos setenta anos;

III – voluntariamente, após trinta e cinco anos de serviço para o homem e trinta para a mulher.

§ 1º – Não haverá aposentadoria em cargos, funções ou empregos temporários.

§ 2º – Lei Complementar poderá estabelecer exceções ao disposto no **caput** deste artigo, no caso de exercício de atividades consideradas penosas, insalubres ou perigosas."

Estão, assim, recobertas todas as hipóteses de aposentadoria dentro de regras de estrita justiça.

O art. 46 completa a regra do art. 45 dizendo:

"Art. 46 – Os proventos de aposentadoria serão:

I – integrais, quando o servidor;

a) contar com o tempo de serviço exigido, na forma do disposto no artigo anterior."

Portanto, a regra geral é a da aposentadoria com proventos integrais, desde que preenchidas essas duas condições, a da letra **a**, que acabo de ler, a da letra **b** e **a** do inciso II, que dizem:

"b) sofrer invalidez permanente, por acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, especificadas em lei;

II – proporcionais ao tempo de serviço, nos demais casos."

Essas regras ditaram a redação do art. 47.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Nobre Constituinte Antônio Carlos Konder Reis, V. Ex.<sup>a</sup> poderia citar um fato, entre os demais casos? Porque isso já foi motivo de inúmeras cartas dirigidas a mim. Quero saber quais são as situações dos demais casos.

**O SR. RELATOR ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS:** – Aquele que se aposentar com tempo de serviço inferior a trinta e cinco anos, para o funcionário, e trinta anos para a funcionária...

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – E pode aposentar-se com menos tempo?

**O SR. RELATOR ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS:** – Pode. O disposto, no projeto, não veda essa hipótese.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – A hipótese da proporcionalidade já está inscrita?

**O SR. RELATOR ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS:** – Exatamente.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – E os demais casos que não estejam contidos na proporcionalidade?

**O SR. RELATOR ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS:** – Proporcionalidade ao tempo de serviço, nos demais casos...

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Quais são?

**O SR. RELATOR ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS:** – Pode ser um acidente, não em serviço. Pode ser uma das moléstias não citadas no projeto, porque ele especifica os tipos de enfermidade.

O art. 47 completa as regras dos artigos 45 e 46 e estabelece que "os proventos da inatividade e as pensões serão reajustados na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade". Se o funcionário preencheu as condições de tempo de serviço ou se sua aposentadoria foi concedida em função das alíneas "a" e "b" do item I do art. 46, seu provento de atividade será integral e será revisto sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade. É uma regra geral.

O nobre Constituinte Miro Teixeira, ao propor que se adote a redação do art. 67 do Substitutivo nº 1, acrescenta: "Bem como sempre que for transformado ou reclassificado o cargo ou função em que se deu a aposentadoria ou a reforma". O acréscimo é generoso, mas específica. E é uma especificação que não cobre todas as hipóteses que podem ocorrer na transformação ou na alteração da sistemática do serviço público. A regra geral foi inscrita no Substitutivo nº 2. É uma regra justa. Toda vez em que houver alteração nos proventos do pessoal em atividade, haverá revisão dos proventos do pessoal inativo. Seria exatamente perigoso se a Constituição descesse a especificações, a formulações de hipóteses e a enumerações que, por mais completas, serão sempre exemplificativas e jamais exaustivas.

Sr. Presidente, quanto à segunda parte da emenda, refere-se ao art. 68: "os benefícios de pensão por morte

corresponderão à totalidade dos vencimentos ou proventos do servidor falecido, observado o disposto no artigo anterior", isto é, toda vez que houver uma revisão dos vencimentos dos funcionários em atividade.

O Relator Geral entende que o Substitutivo nº 2 é muito mais justo e tem um alcance social muito maior porque estabelece, no parágrafo único do art. 47, que o benefício de pensão por morte equivalerá a cinquenta por cento da remuneração ou dos proventos do servidor público falecido, acrescido de dez por cento por dependente, até o limite da totalidade da remuneração ou dos proventos.

Essa regra tem alto alcance social. Se falta o pai de família e esta fica constituída pela viúva e quatro ou cinco filhos, a Constituição irá reconhecer essa situação e estabelecer para cada um de seus dependentes econômicos um acréscimo de 10% até o total dos proventos do falecido.

Sr. Presidente, creio que o Substitutivo nº 2 inova e faz justiça. Se a viúva tiver muitos filhos, ela terá uma pensão maior do que aquela que tem um número menor de filhos ou do que aquela que não tenha filhos. É uma norma inovadora, que vai revelar a preocupação da Assembleia Nacional Constituinte para com a justiça social e para com a Justiça em si mesma, pois aqueles que têm mais encargos receberão um provento uma pensão maior, e aqueles que tiverem menos encargos receberão uma pensão menor.

Essa a justificativa, Sr. Presidente, e em razão dela, a manifestação do Sr. Relator Geral pela manutenção das regras constantes no Substitutivo nº 2 e pela rejeição da emenda. Repito, esta proposta tem altos propósitos e as melhores intenções.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Em votação.

**(Procede-se à votação)**

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Almir Gabriel, Artur da Távola, Carlos Mosconi, Cristina Tavares, Haroldo Sabóia, Ibsen Pinheiro, José Paulo Bisol, José Ulisses de Oliveira, Nelon Carneiro, Nelon Friedrich, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Raimundo Bezerra, Sigmaringa Seixas, Antônio Mariz, Israel Pinheiro, Miro Teixeira, Nelon Wedekin, Vicente Bogo, Jorge Hage, Octávio Elísio, Chagas Rodrigues, Eraldo Tinoco, Inocêncio Oliveira, José Lins, José Santana de Vasconcellos, Mário Assad, Simão Sessim, Gerson Peres, José Luiz Maia, Bonifácio de Andrada, Adylson Motta, José Maurício, Lysâneas Maciel, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, José Maria Eymael, Aldo Arantes, Roberto Freire, Jamil Haddad. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Aluizio Campos, Antônio Britto, Bernardo Cabral, Carlos Sant'Anna, Celso Dourado, Egidio Ferreira Lima, Fernando Gasparian, João Calmon, José Freire, José Geraldo, José Serra, Milton Reis, Nelson Jobim, Rodrigues Palma, José Carlos Grecco, Euclides Scalco, Arnaldo Prieto, Luís Eduardo, Sandra Cavalcanti, Enoc Vieira, Jonas Pinheiro, Gilson Machado, Jofran Frejat, Antônio Carlos Konder Reis, Jarbas Passarinho e Adolfo Oliveira.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 46 Constituintes; votaram NÃO 26 Constituintes. Total: 72 votos. O Destaque foi prejudicado por falta de quorum qualificado.

**Destaque nº 4221-87, do Sr. Miro Teixeira, "que substitui o parágrafo único do art. 47 do Substitutivo nº 2 pelo art. 68 do Substitutivo nº 1". (261ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** –

Em seguida votação do Destaque nº 4221, também de autoria do Constituinte Miro Teixeira.

**O SR. CONSTITUINTE MIRO TEIXEIRA:** – Sr. Presidente, Sr.ªs e Srs. Constituintes, não vou tentar comover qualquer companheiro. Existem certas causas, que por mais justas que sejam, muito difíceis de serem sustentadas em defesa de categorias que não têm muita possibilidade de pressão social, como é o caso dos aposentados e pensionistas.

Pretendo, por este destaque, restabelecer o que vem desde a Subcomissão, que é a pensão integral para os aposentados e cem por cento da aposentadoria do servidor para a viúva. Mas as pensionistas não têm capacidade de pressão; então, tenho pouca esperança de ver restabelecer esse texto.

Imagino que é justo, Sr. Presidente, se estabelecer que a pensão corresponda a cem por cento dos proventos da aposentadoria do servidor ou do que ele recebia em atividade. Só pretendo restabelecer um texto que foi examinado, votado e aprovado pelos Srs. Constituintes desde a Subcomissão, desde a Comissão Temática, que passou pela primeira fase da Sistematização, que constou do Projeto de Constituição, que constou do primeiro Substitutivo e que agora, no Substitutivo II está revogado, transformado em 50% com um acréscimo de dez por cento por dependente. Vamos estimular as pessoas a terem muitos filhos, mais de cinco filhos, para que consigam os cem por cento de pensão. Esta foi uma forma de demonstrar que aqui na Constituinte essas categorias, que não têm poder de pressão, também são ouvidas.

Defendo o destaque pelo restabelecimento do texto do Substitutivo I, Sr. Presidente.

**O SR. CONSTITUINTE CELSO DOURADO:** – Sr. Presidente, uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra V. Ex.ª.

**O SR. CONSTITUINTE CELSO DOURADO:** – Queria apenas observar o seguinte: o Constituinte Miro Teixeira colocou certo emocionalismo em suas palavras, que não correspondem à verdade. Os que votaram contra a emenda fizeram conscientes de que estavam fazendo justiça aos aposentados. Então, não lhe assiste o direito de fazer esse tipo de colocação, como se nós outros, que votamos contra seu destaque, estivéssemos contra os aposentados. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – É um direito de V. Ex.ª.

Para encaminhar contra, tem a palavra o Constituinte José Serra.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ SERRA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, venho aqui novamente encaminhar contra uma proposta do Constituinte Miro Teixeira, que estabelece que o benefício de pensão por morte corresponderá à totalidade dos vencimentos ou proventos do servidor falecido, observado o disposto no artigo anterior. O artigo anterior, mesmo ficando mantido aquele que era do Relator, que é o do atual substitutivo, garante que os proventos da inatividade e as pensões serão reajustadas sempre na mesma proporção e na mesma data em que se modifique a remuneração dos servidores em atividade.

Prefiro realmente a proposta do Relator. Por quê? Em primeiro lugar, é preciso ter em conta que a maioria dos servidores públicos, especialmente em muitos Estados, é de funcionários estatutários, ou seja, tem aposentadoria integral e, nesse sentido, gozam de uma posição privilegiada dentro da sociedade. Devemos perseguir a possibilidade de que os servidores do setor privado também

tenham essa situação de aposentadoria integral um dia. Agora, é muito importante entender que, dentro do regime atual, a pensão por morte é variável e em geral esta em torno de 50%. De novo acho que teria sido mais adequado deixar isso para a lei ordinária, inclusive porque poderia variar de Estado para Estado, município para município. Mas estamos estabelecendo uma camisa de força que tem que ser válida para o conjunto do País. A forma que o Relator propõe parece-me justa. Por quê? No caso de uma pensão por morte, se o chefe de família morre, temos de ver que a remuneração que recebia em parte era empregada na sua subsistência e no desempenho do seu trabalho. Havia despesas em vida, com deslocamento, alimentação e tudo mais. Em princípio, a despesa do conjunto da família será menor após a morte do chefe de família. Então, não é uma coisa sem cabimento que a pensão seja maior. É algo perfeitamente lógica e razoável. Justamente para as famílias de menores posses, que inclusive têm um número maior de dependentes, o Relator propõe que essa pensão vá sendo acrescida de dez pontos percentuais por dependente. Ou seja, faz-se uma medida de justiça social, permitindo que as famílias mais pobres, cujo chefe era funcionário público e morre, tenham praticamente a remuneração integral, porque essas famílias são, em geral, compostas de três, quatro ou cinco dependentes.

Portanto, a proposta do Relator contempla os setores mais desprotegidos. É por essa razão que venho aqui defender a permanência do texto atual. Agora, é evidente que uma pensão integral seria melhor para todos. O problema é saber de onde vamos tirar esses recursos. Há pouco, um Constituinte amigo meu dizia que isso poderia ser interpretado como colocação de um "tecnocrata de esquerda". Queria dizer aqui, com muita franqueza, que a invocação de números, recursos e possibilidades daquilo em que estamos mexendo, no Brasil, não é um problema de tecnocrata, mas, sim, político, porque soluções que se revelem inviáveis do ponto de vista concreto não favorecem o conjunto do povo brasileiro; ao contrário, conduzem a situações opostas, de retrocesso.

Chamo, portanto, meus companheiros Constituintes a esta reflexão: não há qualquer dúvida de que poderemos inscrever e outorgar, aqui, as conquistas e os benefícios que bem entendermos, mas temos de pensar que estamos trabalhando em função de uma realidade, que estamos mudando bastante e que estamos assegurando regras do jogo que podem melhorar as condições de vida da população.

É isso o que a Constituição pode fazer: regras do jogo democráticas para que a população possa lutar e conquistar novos direitos, assegurando todo um conjunto de novos direitos. Mas isso tem limites. Tudo isso tem que ser refletido, porque temos que trabalhar dentro do real, do contrário, podemos levar esse processo à exatamente o oposto do resultado que todos desejamos.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Em votação a matéria.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Celso Dourado, Cristina Tavares, Egídio Ferreira Lima, Haroldo Sabóia, José Geraldo, José Paulo Bisol, José Ulisses de Oliveira, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nelson Friedrich, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Rodrigues Palma, Sigmaringa Seixas, Miro Teixeira, Nelson Wedekin, Vicente Bogo, Jorge Hage, Octávio Elísio, Euclides Scalco, Chagas Rodrigues, Antoniocarlos Mendes Thame, Arnaldo Prieto, Carlos Chiarelli, Eraldo Tinoco, Inocêncio Oliveira, José Lins, José Santana de Vasconcellos, Mário Assad, Enoc Vieira, Jo-

nas Pinheiro, Simão Sessim, Gilson Machado, Darcy Pozza, Gerson Peres, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia, Bonifácio de Andrada, José Maurício, Lysâneas Maciel, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Luís Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Adolfo Oliveira, José Maria Eymael, Haroldo Lima, Roberto Freire, Jamil Haddad. **Votaram NÃO** os Constituintes: Almir Gabriel, Antônio Britto, Carlos Sant'Anna, João Calmon, José Freire, José Serra, Virgildásio de Senna, Luís Eduardo, Sandra Cavalcanti, Antônio Carlos Konder Reis. **ABSTENÇÃO** o Senhor Constituinte Aluizio Campos.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 55 Constituintes; votaram NÃO 10 Constituintes; absteve-se de votar 1 Constituinte. Total: 66 votos. O Destaque foi **aprovado**.

**Destaque nº 3796-87, do Sr. Luiz Inácio Lula da Silva, "que substitui o art. 43, § 5º, do Substitutivo nº 2 pelo 57 do Substitutivo nº 1." (262ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Requerimento de preferência, assinado pelo Constituinte Euclides Scalco e demais Líderes, para a emenda do Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva, referente ao § 5º do art. 43, que deve ser substituído pelo art. 57 do Substitutivo I, que diz:

"A revisão geral da remuneração dos servidores públicos civis e militares será sempre na mesma época" – e acrescenta o Constituinte: "e com os mesmos índices".

Tem a palavra o Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva.

**O SR. CONSTITUINTE LUIZ INACIO LULA DA SILVA:** – Depois da leitura do texto feita pelo Presidente Jarbas Passarinho, penso que é desnecessário fazer sua defesa. Quero apenas que os Constituintes se lembrem de que, se nós não votarmos de acordo com o Substitutivo I, isto é, que o reajuste se dará na mesma época e com os mesmos índices dos militares, poderemos fazer com que se repita o que acabou de acontecer: o descontentamento geral do funcionalismo público, na medida em que o Governo dá um reajuste para os militares e tenta insinuar, através da imprensa, que vai escalonar o dos civis.

Acho que é uma boa política o Governo tratar todos aqueles que recebem reajustes de salário por parte do Governo Federal da mesma forma, fazendo com que tenham reajuste na mesma época e com os mesmos índices.

Por isso é preciso que os companheiros Constituintes prestem atenção à leitura do art. 43, que no seu § 5º, diz o seguinte: "A revisão geral da remuneração dos servidores públicos civis e dos militares será sempre na mesma época e com os mesmos índices."

Estou apenas incluindo a expressão "e com os mesmos índices" para não haver discriminação entre civis e militares.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Em votação.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Almir Gabriel, Aluizio Campos, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Carlos Sant'Anna, Celso Dourado, Cristina Tavares, Egídio Ferreira Lima, Fernando Henrique Cardoso, Haroldo Sabóia, João Calmon, José Freire, José Geraldo, José Paulo Bisol, José Serra, Milton Reis, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nelson Friedrich, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Rodrigues Palma, Sigmaringa Seixas, Virgildásio de Senna, Miro Teixeira, Nelson Wedekin, Vicente Bogo, Jorge Hage, Octávio Elísio, Euclides Scalco, Chagas Rodrigues, Carlos Chiarelli, Inocêncio Oliveira, José Lins, José

Santana de Vasconcellos, Mário Assad, Ricardo Fiúza, Sandra Cavalcanti, Enoc Vieira, Jonas Pinheiro, Simão Sessim, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Gerson Peres, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia, Bonifácio de Andrada, José Maurício, Lysâneas Maciel, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, José Maria Eymael, Aldo Arantes, Roberto Freire e Jamil Haddad. Votaram **NÃO** os Constituintes: Arnaldo Prieto, Gilson Machado e Luís Eduardo. **ABSTENÇÃO** os Senhores Constituintes Eraldo Tinoco e Adolfo Oliveira.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 61 Constituintes; votaram NÃO 3 Constituintes; abstiveram-se de votar 2 Constituintes. Total: 66 votos. O Destaque foi **aprovado**.

## V – SUSPENSÃO DA REUNIÃO

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A Presidência vai suspender os trabalhos, convocando os Senhores Constituintes para a continuação da presente reunião, amanhã, 28 de outubro, às 14:30 horas.

Está suspensa a reunião.

## EM 28 DE OUTUBRO DE 1987

Presidência dos Srs: **Fernando Henrique Cardoso**, Quarto Vice Presidente, e **Jarbas Passarinho**, Terceiro Vice Presidente.

## I – REABERTURA DA REUNIÃO

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Havendo número regimental, declaro reaberta a reunião.

## II – EXPEDIENTE

### Da Liderança do Partido Democrático Trabalhista – PDT

Ofício nº 176/87

Brasília, 28 de outubro de 1987

A Sua Excelência

Constituinte Ulysses Guimarães

DD. Presidente da Assembléia Nacional Constituinte

Nesta

Senhor Presidente

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência o Constituinte Vivaldo Barbosa para substituir o Constituinte Luiz Salomão, como membro Suplente da Comissão de Sistematização, no dia 28-10-87.

Informo, outrossim que a partir de 29-10-87 o Constituinte Luiz Salomão reassumirá suas funções na referida Comissão.

No ensejo, renovo a Vossa Excelência protestos de consideração e apreço. – Constituinte **Brandão Monteiro**, Líder do PDT.

### Ofício do Sr. Líder em exercício do PMDB

Ofício nº 231/87

Brasília, 28 de outubro de 1987

Excelentíssimo Senhor

Senador Afonso Arinos

DD. Presidente da Comissão de Sistematização na

Assembléia Nacional Constituinte

Nesta

Senhor Presidente

Informo a Vossa Excelência que a bancada dos Suplentes do PMDB na Comissão de Sistematização, através de acordo entre seus membros, estabeleceu ordem de inscrição para as votações daquela Comissão, para o Título IV – Organização dos Poderes, conforme relação anexa.

Sem outro particular, reitero a Vossa Excelência votos de estima e cordial apreço. – Deputado **Euclides Scalco**, Líder em exercício do PMDB na Assembléia Nacional Constituinte.

## RELAÇÃO DA ORDEM DOS SUPLENTES PARA O TÍTULO IV

Israel Pinheiro – Marcos Lima – Octávio Elísio – Délio Braz – José Costa – João Natal – Aécio Neves – Márcio Braga – Vilson Souza – Manuel Viana – Chagas Rodrigues – Daso Coimbra – José Carlos Grecco – Michel Temer – João Agripino – Antônio Mariz – Roberto Brant – José Tavares – Jorge Hage – Vicente Bogo – Euclides Scalco.

## Requerimento do Vice-Líder do PDC

Excelentíssimo Senhor

Presidente da Comissão de Sistematização

Senhor Presidente

Requeiro, nos termos regimentais, que seja autorizada a substituição do Deputado Roberto Balestra pelo Deputado José Maria Eymael, como suplente da Comissão de Sistematização, no dia de hoje, 28-10-87.

Sala das Reuniões, 28 de outubro de 1987. – Deputado **Siqueira Campos**, Vice-Líder do PDC.

## III – ORDEM DO DIA

### VOTAÇÃO DO PROJETO DE CONSTITUIÇÃO TÍTULO III (fim)

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Como V. Ex.<sup>as</sup> estão vendo, temos, hoje, a grata satisfação de contar entre nós com o Presidente efetivo da Comissão, Sr. Senador Afonso Arinos, a quem eu, em breves instantes, passarei a Presidência. Estou apenas cumprindo dever de ofício e por imposição do Presidente que me solicitou que abrisse os trabalhos.

**Destaque nº 5799-87 – Emenda nº ES-21242-7, do Sr. César Maia, "que adita inciso ao art. 63 do Substitutivo nº 1 (art. 44 § do Substitutivo nº 2)". (263ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Sobre a mesa, requerimento de preferência, assinado pelo nobre Constituinte Euclides Scalco e pelas Lideranças de todos os Partidos, do Destaque nº 5799, relativo a Emenda nº 21242, do nobre Constituinte César Maia. A Emenda diz o seguinte:

"Lei definirá os critérios e reservará porcentagem dos empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência física, mantido o que dispõe o item II, aplicável entre aquelas."

Em votação a preferência.

Os Srs. Constituintes que a aprovam queiram permanecer sentados. (**Pausa**)

Está aprovada.

Tem a palavra o Sr. Constituinte César Maia, a quem peço que nos explique o que significa o item II, aplicável entre aquelas, para que possamos votar com plena consciência do conteúdo.

**O SR. CONSTITUINTE CÉSAR MAIA:** – Sr. Presidente, Sr. Relator e Srs. Constituintes.

Na verdade, este destaque já foi apresentado no capítulo que tratou do direito dos cidadãos e teve acolhida positiva por parte do Sr. Relator, na época o Sr. Constituinte José Fogaça, e teve a concordância do Plenário.

Este destaque retorna com um detalhe que nos parece importante, que é o relativo à obrigação de concurso pú-

blico, mesmo no caso da reserva de percentagem de empregos públicos para deficientes físicos. Esta é uma prática dos países civilizados, como o Sr. Sub Relator na época informou, e são usados os percentuais em geral de 3 a 5% em países como Grã Bretanha e Estados Unidos.

Acho que o assunto foi debatido suficientemente, quando se discutiu o direito dos cidadãos e acredito que os Srs. Constituintes irão acompanhar este Destaque, pelo seu alto espírito público e social.

Era isto que tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Pois não. Pergunto se algum dos Srs. Constituintes deseja encaminhar contra a emenda proposta pelo Sr. Constituinte César Maia. **(Pausa)**

Não havendo nenhum Sr. Constituinte inscrito, tem a palavra o Sr. Relator. Pergunto a opinião de S. Ex.<sup>a</sup> a respeito da inclusão desta matéria no texto da Constituição.

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – O parecer da Relatoria já foi em outra oportunidade favorável. Apenas consulto ao Constituinte César Maia se o texto da emenda é exatamente este como está aqui. Não haverá nenhuma alteração? V. Ex.<sup>a</sup> suprime alguma palavra?

Depois a Relatoria fará a tradução desse termo "percentual", devidamente.

O parecer é favorável.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – O parecer do Relator é pela aprovação.

Peço aos Srs. Constituintes, Membros da Comissão de Sistematização, que tomem os seus lugares e registrem os seus números de códigos.

Vou ler, mais uma vez, o texto da emenda, para que V. Ex.<sup>as</sup> votem com plena consciência, como habitualmente o fazem. A emenda diz o seguinte:

"Lei definirá os critérios e reservará a percentagem dos empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência física, mantido o que dispõe o Item II, aplicável entre aquelas."

Em votação.

O Relator deu parecer favorável.

O item II diz o seguinte:

"O ingresso no serviço público sob qualquer regime dependerá sempre de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos".

Portanto, S. Ex.<sup>a</sup> o Constituinte César Maia propõe que haja um percentual reservado para os deficientes físicos, respeitados os critérios de concurso público dentro das normas de moralidade que devem reger o nosso pensamento.

#### **(Procede-se à votação)**

Votaram 30 Srs. Constituintes, dos quais 28 disseram SIM e 2 se abstiveram.

Peço ao Sr. Secretário que proceda à chamada dos Titulares que não votaram e dos Suplentes.

#### **(Prossegue à votação)**

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Antônio Britto, Bernardo Cabral, Carlos Mosconi, Egidio Ferreira Lima, Fernando Henrique Cardoso, Haroldo Sabóia, João Calmon, José Fogaça, José Paulo Bisol, Mário Lima, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nelson Friedrich, Nilson Gibson, Paulo Ramos, Raimundo Bezerra, Rodrigues Palma, Sigmaringa Seixas, Theodoro Mendes, José Carlos Grecco,

José Costa, Miro Teixeira, Vilson Souza, Vicente Bogo, Jorge Hage, Octávio Elísio, Euclides Scalco, Afonso Arinos, Aloysio Chaves, Eraldo Tinoco, José Lins, Luís Eduardo, Mário Assad, Oscar Corrêa, Jonas Pinheiro, Valmir Campelo, Jofran Frejat, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, José Luiz Maia, Virgílio Távora, Adylson Motta, José Maurício, Lysâneas Maciel, Gastone Righi, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Adolfo Oliveira, José Maria Eymael, Haroldo Lima, Roberto Freire e Jamil Haddad. **ABSTENÇÃO** dos Constituintes Carlos Sant'Anna e Wilson Martins.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 54 Constituintes votaram NÃO 0 Constituintes; abstiveram-se de votar 2 Constituintes. Total: 56 votos. O Destaque foi **aprovado**.

Passamos, agora, à Preferência nº 4380, assinada pelo conjunto das Lideranças.

Os Srs. Constituintes que estão de acordo, permaneçam sentados. **(Pausa)**

Aprovada a preferência.

**Destaque nº 4380-87 – Emenda nº ES-34343-2, do Sr. Ademir Andrade, "que modifica o art. 61 do Substitutivo nº 1 (artigo 43, § 6º do Substitutivo nº 2)". (264ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Passamos a apreciação da matéria, trata-se da Emenda de nº 34343, do Constituinte Ademir Andrade que diz respeito ao art. 61 do Substitutivo Cabral I, que corresponde ao § 6º do art. 43.

A matéria é a seguinte: o § 6º 1º art. 43 passa a ter a seguinte redação:

Art. 61 – "A remuneração do serviço público da União, dos Estados e dos Municípios pago ao funcionário civil ou militar ou a exercente de função ou cargo público, aposentado ou da ativa, não será menor que o salário mínimo e nem maior, aí qualquer título do que trinta salários mínimos."

Concedo a palavra ao nobre Constituinte Ademir Andrade para que S. Ex.<sup>a</sup> defenda esses parâmetros.

**O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, quero chamar a atenção dos Srs. para esta emenda.

Em primeiro lugar, estamos agora tratando da questão da Administração Pública. Portanto, estamos tratando daqueles que trabalham vinculados ao interesse da população, que recebem salários relativos a tributos pagos pelo próprio povo.

Quero dizer, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, que isso é razão de muita preocupação, uma coisa que sempre nos indignou e que sempre nos chamou atenção são as altas diferenças salariais existentes na nossa Pátria. Creio, sem dúvida alguma, que o Brasil é a Nação que possui a maior divergência salarial do mundo. Temos, dentro da Administração Pública, desde funcionários de Prefeituras municipais e de governos de Estado que ganham abaixo do salário mínimo; ganham, hoje, nesta data, neste momento, menos do que o salário mínimo. Várias Prefeituras municipais, por este Brasil afora, pagam aos seus funcionários menos de um salário mínimo.

De outro lado, temos os já conhecidos "marajás" sobre os quais a televisão fez uma grande publicidade: temos funcionários públicos ganhando 500 salários mínimos; temos a maioria das Assembléias Legislativas deste País inteiro ganhando 120 salários mínimos. O li-

mite proposto pelo Relator Bernardo Cabral é aquele equivalente ao salário dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

Entendemos, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, que devemos ter uma preocupação imediata para resolvermos o problema daqueles que ganham pouco. A única forma de motivar, de forçar a subida do salário é colocá-lo no contexto do limite máximo. No momento em que a Constituição estabelecer que ninguém, no serviço público, civil ou militar, aposentado ou da ativa, pode ganhar mais do que 30 salários mínimos, tenho certeza de que isto será uma grande motivação e isto proporcionará um grande impulso para que o salário mínimo atinja o seu valor real.

Quero lembrar, por exemplo, que hoje nós todos pretendemos e defendemos que o salário mínimo corresponda a 100 dólares. Acontecido isso, o salário máximo estaria em torno de 3 mil dólares, portanto, cerca de 160 mil cruzados, o que é suficiente para qualquer funcionário público, para qualquer ocupante de cargo público, Ministro de Estado, Deputado, Senador, General, qualquer um ganhar esta quantia.

A nossa luta, nesse sentido, não é de agora. Tenho a emenda constitucional apresentada a esta Casa, na Legislação passada, propondo que o maior salário fosse na proporção de 1 para 10. Naquela emenda nossa, que tramita até hoje aqui, propomos também a remuneração dobrada das horas extras e que já havíamos aprovado nesta Casa. Quando a Constituinte começou a funcionar, apresentei proposta à Comissão da Ordem Social, da qual era Suplente, para que esta proporção fosse de 1 para 10. A Comissão aprovou uma proporção de 1 para 25. Mais tarde, isto foi derrubado na Comissão Geral da Ordem Social, ficando estabelecido mais ou menos o que o Relator Bernardo Cabral apresenta.

**(Presidente faz soar a campainha)**

**O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE:** – Sr. Presidente, finalizo, dizendo que o que nos leva a apresentar esta proposta é reconhecermos que a única forma, a única razão, a única motivação, que existirá para o aumento real do salário mínimo será a limitação do salário mínimo. O que quero dizer é que aqui não existe vinculação, porque a desvinculação já está estabelecida no artigo que trata da questão do salário mínimo. O que aqui existe é apenas um limite entre o menor e o maior e não implica que quando o salário mínimo aumente, proporcionalmente o dos que ganham quatro, cinco ou seis. Defendemos aumento escalonado para buscar uma igualdade salarial a nível do que existe nos países civilizados do mundo, como na Europa e na América do Norte. Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Tem a palavra o nobre Constituinte Roberto Freire pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, gostaria apenas de me pronunciar dizendo que a idéia é, justa e correta, mas ela incorre num erro que, inclusive, estamos superando: o da indexação em termos de salário mínimo. Isso que na lei ordinária já é um grave equívoco, evidentemente que será um equívoco muito maior se colocarmos a nível constitucional. Por isso me pronuncio contra a referida emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Tem a palavra o nobre Constituinte Nelson Carneiro.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, todos nós compreendemos as razões que trouxeram à tribuna o nobre Constituinte

Ademir Andrade, mas devemos pensar no Brasil. O limite mínimo de um salário está certo, não há o que criticar, temos que aplaudir, mas o máximo de 30 salários mínimos num país que tem o menor salário mínimo do mundo, e que só no dia 1º de novembro vai ter 30 salários mínimos, dos quais, quem receber esse salário mínimo, terá que pagar Imposto de Renda. Como vamos recrutar valores para o serviço público? Indago dos Srs. Deputados e Senadores, aqui presentes, qual de V. Ex.<sup>as</sup> entraria no serviço público para receber Cz\$ 90.000,00, e estes cruzados estarem sujeitos ao Imposto de Renda? Acho que precisa fixar um limite máximo, mas o de 30 salários é insuficiente, sob pena de migrarem para as indústrias privadas e empresas particulares todos os valores do funcionalismo público. Não há como manter o limite máximo de 30 salários mínimos. Precisamos fixar uma medida, mas essa medida parece-me melhor consignada no próprio projeto, quando diz:

"A lei fixará a relação de valores entre a maior e a menor remuneração da administração pública direta ou indireta, observados, como limites máximos e no âmbito dos respectivos poderes, os valores percebidos como remuneração, em espécie, a qualquer título, por membros do Congresso Nacional, Ministros do Supremo Tribunal Federal e Ministros de Estado e seus correspondentes nos Estados e nos Municípios."

Acho que esse limite é razoável. Pergunto aos Srs. Constituintes: quem se dedicaria ao serviço público integralmente para receber, no final do mês, 90 mil cruzados – a partir de 1º de novembro, com todos os encargos, e exigindo mil cruzados – dos quais deixaria no mínimo 30% com o Imposto de Renda?

De modo que é irreal a proposta aqui sugerida, porque na parte de um salário mínimo estou de acordo, todos estamos de acordo. Se o salário é mínimo, não pode ser pago menos que o mínimo. Mas o máximo de 90 mil cruzados, a partir de 1º de novembro, com todos os encargos, e exigindo muitas vezes uma atividade permanente e exclusiva do funcionário, ou teremos péssimos funcionários, ou, então, esse imposto é irreal.

Por isso, Srs. Constituintes, acho que não merece acolhida esta proposição.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Tem a palavra o Relator para que opine.

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – Sr. Presidente, Srs. membro da Comissão de Sistematização: a Relatoria considera que há três dispositivos no texto do Substitutivo II que são, todos eles, favoráveis a um rígido controle e a uma severa moralização na questão dos salários na Administração Pública.

No art. 43, § 6º, está dito:

"A lei fixará a relação de valores entre a maior e a menor remuneração da administração pública direta ou indireta, observados, como limites máximos e no âmbito dos respectivos poderes, os valores percebidos como remuneração, em espécie, a qualquer título, por membros do Congresso Nacional, Ministros do Supremo Tribunal Federal e Ministros de Estado e seus correspondentes nos Estados e nos Municípios."

Aqui está a limitação do ganho salarial pelo teto do titular de cada Poder.

No art. 33 das Disposições Transitórias, o Relator Bernardo Cabral teve o cuidado de pôr um freio aos salários dos chamados "marajás" da Administração Pública, quando diz:

"Art. 33 – Os vencimentos, remunerações, quaisquer vantagens e adicionais que estejam

sendo percebidos em desacordo com esta Constituição serão, na data da sua promulgação, imediatamente reduzidos aos limites nela determinados, não se admitindo invocação de direito adquirido ou percepção do excesso a qualquer título."

E por fim, no art. 6º, no item nº IV, estabelece claramente a desindexação do salário mínimo:

"Salário mínimo nacionalmente unificado, capaz de satisfazer as suas necessidades básicas e às de sua família, com reajustes periódicos, de modo a preservar o seu poder aquisitivo, vedada sua vinculação para qualquer fim."

O ilustre Constituinte Ademir Andrade, no momento em que propõe uma vinculação do salário mínimo, está criando um verdadeiro instrumento de bloqueio, para a elevação dos salários mais baixos e principalmente para o ganho dos trabalhadores que percebem somente o salário mínimo.

A desvinculação é saudável e positiva, porque é a única forma de permitir que avancem os ganhos dos baixos salários. E toda forma de vinculação significa bloqueio aos pequenos assalariados.

Portanto, o parecer da Relatoria é contrário à emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**  
– Com parecer contrário do Relator, passamos à votação.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Haroldo Sabóia, Nelson Friedrich, Paulo Ramos, Miro Teixeira, Vicente Bogo, Jorge Hage, Brandão Monteiro, Lysâneas Maciel, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Haroldo Lima e Jamil Haddad. Votaram **NÃO** os seguintes Constituintes: Antônio Britto, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Carlos Mosconi, Carlos Sant'Anna, Celso Dourado, Egidio Ferreira Lima, Fernando Henrique Cardoso, João Calmon, José Fogaça, José Ignácio Ferreira, José Paulo Bisol, José Serra, José Ulisses de Oliveira, Mário Lima, Nelson Carneiro, Nilson Gibson, Pimenta da Veiga, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Rodrigues Palma, Sigmaringa Seixas, Theodoro Mendes, Wilson Martins, José Carlos Grecco, Vilson Souza, Octávio Elísio, Euclides Scalco, Chagas Rodrigues, Aloysio Chaves, Arnaldo Prieto, Christóvam Chiarádia, Eraldo Tinoco, Inocêncio Oliveira, José Lins, José Santana de Vasconcellos, José Thomaz Nonô, Luís Eduardo, Mário Assad, Oscar Corrêa, Paulo Pimentel, Sandra Cavalcanti, Enoc Vieira, Jonas Pinheiro, Ricardo Izar, Valmir Campelo, Jofran Frejat, Antônio Carlos Konder Reis, Gerson Peres, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia, Virgílio Távora, José Maurício, Francisco Rossi, Gastone Righi, Sólton Borges dos Reis, Adolfo Oliveira, José Maria Eymael e Roberto Freire. **ABSTENÇÃO** dos Constituintes Severo Gomes e Darcy Pozza.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**  
– A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 14 Constituintes; votaram NÃO 59 Constituintes; abstiveram-se de votar 2 Constituintes. Total: 75 votos. O Destaque foi rejeitado.

Passamos agora ao pedido de preferência nº...

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr. Presidente, antes que V. Ex.<sup>a</sup> inicie uma nova votação, gostaria que me concedesse a palavra para a formulação de uma reclamação.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**  
– Concedo a palavra ao Constituinte Gastone Righi, para uma questão de ordem.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr. Presidente, antes de passar à votação, gostaria que V. Ex.<sup>a</sup> me

concedesse uma questão de ordem, para formular, inclusive, uma reclamação.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**  
– Pois não.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr. Presidente, o **Correio Brasileiro** de hoje me brinda com um artigo grosseiro, no qual me lança epítetos típicos de um nível bem baixo e até imerecidos. Não desejo entrar na apreciação subjetiva quanto ao merecimento ou não, mesmo porque tenho bons amigos neste jornal, trato-os sempre com urbanidade, seriedade, atenção e muito respeito. Se não tive reciprocidade, isto não é muito importante. Entretanto, desejo corrigir uma informação, esta sim, fundamental. É um erro de informação. O que foi veiculado na matéria é absolutamente falso. V. Ex.<sup>a</sup> e o digno Relator, Constituinte José Fogaça, foram também personagens. Foram mencionados três fatos, omitindo-se a seqüência deles. Um deles diz respeito a uma questão de ordem que levantei para que um destaque meu pudesse ser votado. Estávamos sob a Presidência do Constituinte Jarbas Passarinho, que acabou me concedendo a questão de ordem, pois eu tinha dois destaques sobre a matéria e esta foi votada.

O segundo caso refere-se a uma reclamação minha ao Constituinte José Fogaça, pela qual, por recomendação de S. Ex.<sup>a</sup> e decisão de V. Ex.<sup>a</sup>, resolveu-se que, sempre que não se tivesse dado os três votos do PTB, se poderia, a qualquer tempo, antes de encerrada a votação, conferir o terceiro voto.

A matéria omite estes fatos, na verdade distorce-os, apenas para estereotipar, na minha pessoa, uma personalidade que, tenho certeza, não se configura com o meu comportamento, dentro da Comissão.

Assim, aqui fica o meu protesto e a minha reclamação para que a Mesa faça reparar, pelo menos, a informação do **Correio Brasileiro**, que é péssima, errônea e tendenciosa, fazendo com que os leitores se equivoquem quanto aos fatos corretos.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**  
– Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup> e acho importante que se registre em Ata. Eu não li a matéria, mas posso dizer a V. Ex.<sup>a</sup> que esta Presidência tem encontrado no Líder do PTB, aqui presente, Constituinte Gastone Righi, uma permanente cooperação. Todas as vezes que V. Ex.<sup>a</sup> tem pedido a palavra pela ordem tem-se demonstrado um lutador em defesa de suas próprias idéias, como todo Constituinte deve ser.

**Destaque nº 3513-87 –, do Sr. Eduardo Bonfim, "que suprime art. 40 inciso III do Substitutivo nº 2". (265ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**  
– Passamos, agora, ao Destaque nº 3513, do Constituinte Eduardo Bonfim, cuja emenda propõe a supressão do inciso III do art. 40, subscrita por todas as Lideranças.

Pergunto, em primeiro lugar, se os Srs. Constituintes aceitam a concessão de liderança para a discussão da preferência desse destaque. **(Pausa)**

Em votação a preferência.

Os Srs. Constituintes que estiverem de acordo permaneçam sentados. **(Pausa)**

Aprovado.

Tendo sido aprovada a preferência, vou dar a palavra ao autor. O destaque pede para que se suprima, no Capítulo VI, o inciso III do art. 40, que diz que capitula entre os casos de intervenção,

"...pôr termos a grave comprometimento da ordem pública."



Tem a palavra o nobre Constituinte Eduardo Bonfim.

**O SR. CONSTITUINTE EDUARDO BONFIM:** – Sr. Presidente, ao propormos a supressão do inciso III do art. 40, que afirma que "a União poderá intervir nos Estados para pôr termo a grave comprometimento da ordem pública". Na realidade, Sr. Presidente, esse inciso possibilita que a União venha a intervir nos Estados com a finalidade alheia aos superiores interesses da Nação e ao sabor de interesses políticos mesquinhos. Esse inciso, na realidade, é extremamente subjetivo, é genérico e não tipifica a gravidade do comprometimento aludido. Conseqüentemente, Sr. Presidente, fere o princípio consagrado da autonomia dos Estados.

Portanto, Sr. Presidente, propomos a supressão desse artigo, e como sugestão deixamos aqui um outro destaque que tipifique a gravidade do comprometimento, que exemplifique em que situação, de qual gravidade poderá a União intervir nos Estados. Dessa forma em que se encontra esse inciso, realmente, fere totalmente, pela subjetividade, pela generalidade, o princípio consagrado da autonomia dos Estados.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Algum dos Srs. Constituintes deseja pedir a palavra para encaminhar a votação em sentido contrário? **(Pausa)**

Não havendo quem peça a palavra, concedo a palavra ao nobre Relator, para que opine.

**O SR. RELATOR (Adolfo Oliveira):** – Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, a Relatoria se sente no dever de pedir toda a atenção, de resto habitual, dos ilustres integrantes da Comissão de Sistematização, para esta emenda supressiva do eminente Constituinte Deputado pelo Partido Comunista do Brasil.

Basta a leitura do texto para que se veja o correto alcance da previsão de um dos casos de intervenção federal nos Estados e no Distrito Federal. Qual é este caso? "Pôr termo a grave comprometimento da ordem pública". Eu imagino – e tenho o privilégio de falar em nome do Relator-Geral e dos meus companheiros da Relatoria Adjunta e Auxiliar – que nenhuma hipótese está melhor e mais nitidamente configurada do que esta. Ainda há pouco, o eminente Constituinte José Fogaça me lembrava um argumento seu, expendido a propósito de um texto de emenda com objetivo semelhante à do nobre representante, autor do destaque. Esse dispositivo é de defesa do Estado democrático, não é de defesa de uma ditadura militar. Temos de deixar de raciocinar em termos de regime autoritário, de regime de força, para pensarmos na defesa daquela democracia que desejamos plena e, por isso mesmo, com os seus instrumentos legítimos de defesa.

Eis a razão por que, embora tenhamos a maior simpatia pelo autor da emenda, somos contrários a ela e pedimos a manutenção do texto.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Em votação.

**(Procede-se à votação)**

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Carlos Mosconi, Celso Dourado, Cristina Tavares, Haroldo Sabóia, José Paulo Bisol, Nelson Friedrich, Paulo Ramos, Raimundo Bezerra, Sigmaringa Seixas, Rose de Freitas, Vilson Souza, Vicente Bogo, Octávio Elísio, Chagas Rodrigues, Brandão Monteiro, José Maurício, Lysâneas Maciel, Francisco Rossi, Joaquim Bevilacqua, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Haroldo Lima, Roberto Freire e Jamil Haddad. Votaram **NÃO** os Senhores Constituintes: Alfredo Campos, Antônio Britto, Artur da Távola, Egídio Ferreira Lima, Fernando Henrique

Cardoso, João Calmon, José Fogaça, José Ignácio Ferreira, José Richa, Mário Lima, Milton Reis, Nilson Gibson, Pimenta da Veiga, Renato Vianna, Rodrigues Palma, Theodoro Mendes, Wilson Martins, Roberto Brant, José Carlos Grecco, Michel Temer, João Agripino, José Costa, Daso Coimbra, Afonso Arinos, Alcení Guerra, Aloysio Chaves, Antoniocarlos Mendes Thame, Arnaldo Prieto, Eraldo Tinoco, Inocêncio Oliveira, José Lins, José Santana de Vasconcelos, Luís Eduardo, Mário Assad, Oscar Corrêa, Osvaldo Coelho, Paulo Pimentel, Sandra Cavalcanti, Enoc Vieira, Jonas Pinheiro, Simão Sessim, Ricardo Izar, Valmir Campelo, Jofran Frejat, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Gerson Peres, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia, Virgílio Távora, Gastone Righi, Adolfo Oliveira e José Maria Eymael.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 25 Constituintes; votaram NÃO 53 Constituintes. Total: 78 votos. O Destaque foi **aprovado**.

Passa-se ao pedido de preferência para o Destaque de nº 1201 relativo ao caput do art. 50, do Substitutivo Cabral II.

O Constituinte Vivaldo Barbosa pede que se suprima a parte final do art. 50 a partir da expressão – "Polícias Militares e Corpos de Bombeiros".

O artigo ficaria assim: "As patentes com as prerrogativas, os direitos e deveres a elas inerentes, são asseguradas em toda a plenitude aos oficiais da ativa, da reserva ou reformados, das Forças Armadas". E em seguida S. Ex.<sup>a</sup> pede que se suprima: – "Das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros dos Estados."

Em votação a preferência.

Os Srs. Constituintes que a aprovam queiram permanecer sentados. **(Pausa)**

Aprovada a preferência.

Concedo a palavra ao nobre Constituinte Vivaldo Barbosa.

**O SR. CONSTITUINTE VIVALDO BARBOSA:** – Sr. Presidente, eu retiro o destaque.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup> por mais essa cooperação.

**Destaque nº 005803-87, do Sr. César Maia, "que suprime o § 5º do art. 44, do Substitutivo nº 2".**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Passa-se ao pedido de preferência para o Destaque de nº 5803 do ilustre Deputado César Maia.

Destaque pede que o parágrafo 5º, do art. 44, seja suprimido.

O parágrafo 5º do art. 44, diz o seguinte:

"Os Cargos em Comissão e as funções de confiança na administração pública, serão exercidos preferencialmente por servidores ocupantes de cargo de carreira técnica ou profissional, nos casos e condições previstas em lei."

Em votação a preferência.

Os Srs. Constituintes que a aprovam queiram permanecer sentados. **(Pausa)**

Aprovada.

Aprovada a preferência, concedo a palavra ao Constituinte César Maia.

**O SR. CONSTITUINTE CÉSAR MAIA:** – Sr. Presidente, Srs. Relatores, Srs. Constituintes, na verdade o que se

objetiva com essa emenda supressiva é retornar ao texto do Substitutivo nº 1, onde os cargos em comissão eram privativos dos funcionários públicos, com exceção daqueles diretamente subordinados à administração superior. Entendemos que esta é a forma de fortalecer o Poder Legislativo na medida em que dá característica profissional à administração pública, evitando e restringindo a manipulação política.

Nesse sentido, entendemos que é do interesse de todos aqueles que querem o fortalecimento de uma administração pública profissional independente, o que é de interesse e garantia para o fortalecimento do Legislativo.

Peço ao Sr. Relator que comente essa emenda, que está inspirada no texto do Substitutivo nº 1, e peço o apoio dos Srs. Constituintes.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Tem a palavra o Relator, Antônio Carlos Konder Reis.

**O SR. RELATOR (Antônio Carlos Konder Reis):** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, o nobre Constituinte César Maia, ao defender o seu destaque, já apresentou as razões que o levaram a propor à Comissão de Sistematização a substituição do que dispõe o art. 44, § 5º, pela norma correspondente inscrita no Substitutivo nº 1.

Substitutivo nº 1 estabelece para o provimento dos cargos em comissão, em todos os níveis e de quaisquer graus, a obrigatoriedade do ocupante ser do quadro de funcionários públicos, ser servidor público. E a regra escrita no substitutivo do Sr. Relator estabelece um princípio menos rígido. Diz o § 5º:

"Os cargos em comissão e funções de confiança na administração pública serão exercidos preferencialmente por servidores ocupantes de cargo de carreira técnica ou profissional, nos casos e condições previstos em lei."

O Sr. Relator-Geral acolheu a idéia de se dar preferência, quanto ao exercício de cargos em comissão e funções de confiança, a funcionários de carreira, a servidores públicos efetivos, mas não acolheu a idéia em termos absolutos. A realidade, a prática estão a aconselhar que se estabeleça preferência, que se dê ênfase à valorização do servidor público de carreira, mas que não se impeça que o administrador convoque de outros setores pessoas de sua confiança para exercerem cargos em comissão ou funções que exigem um conhecimento, um entendimento entre o responsável pela função de chefia e aquele que vai assessorá-lo ou auxiliá-lo.

Sr. Relator-Geral entende que o § 5º do Substitutivo II atende às preocupações do nobre Sr. Constituinte César Maia, mas não as leva ao extremo de impedir que um titular de uma função pública eletiva não convoque em setores outros que os do serviço público pessoas da sua integral confiança para comporem a sua equipe, para o ajudarem a desenvolver as suas atividades, a cumprir a sua missão. Estas são as razões pelas quais o Sr. Relator-Geral mantém-se favorável ao texto do substitutivo e se manifesta contrário à adoção da emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Passaremos à votação.

**O SR. CONSTITUINTE CÉSAR MAIA:** – Sr. Presidente, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Pois não, Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE CÉSAR MAIA:** – Retiro o destaque, Sr. Presidente, tendo em vista que o interesse é retornar o Substitutivo nº 1, e como a retirada, pre-

ferencialmente, não atenta para isso, retorno no Plenário com o substitutivo completo.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup> a compreensão dinâmica do processo.

Quero avisar aos Srs. membros da Comissão de Sistematização que amanhã começaremos a votar o Título IV, e que, portanto, meia hora antes do início da sessão, das 8 horas e 30 minutos às 9 horas, os Srs. Constituintes deverão apresentar à Mesa as preferências que desejarem e se assim o desejarem, sem prejuízo, naturalmente, das preferências acordadas pelas lideranças. **(Pausa)**

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENÓINO:** – Sr. Presidente, no caso da não apresentação de preferências, V. Ex.<sup>a</sup> seguirá os capítulos dentro do que está no substitutivo?

**O SR. CONSTITUINTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Naturalmente. **(Pausa)**

**Destaque nº 2376-87 – Emenda nº 1P-15486-3, do Sr. Luiz Gushiken, "que adita artigo ao Capítulo VIII do Título IV do Projeto de Constituição". (266ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Temos sobre a mesa um pedido de preferência para o Destaque nº 2376, relativo a uma emenda aditiva do Constituinte Luiz Gushiken ao art. 43. A emenda do Deputado diz o seguinte. **(Pausa)**

Imagino que haja um equívoco, porque a emenda diz: Capítulo VIII, Título IV do Projeto.

Está presente o Constituinte Luiz Gushiken? **(Pausa)**

A questão não é de indicação, mas de esclarecimento à Mesa, porque o dispositivo emendado diz respeito ao Capítulo VIII do Título IV do Projeto, e estamos no Título III. Trata-se do antigo "Cabral" que espero que corresponda ao novo "Cabral". E diz:

Incluam-se os seguintes artigos:

"Art. – A participação popular nas funções públicas, ao lado de outras formas previstas nesta Constituição, se dará por conselhos populares, na forma do disciplinado em lei."

É uma emenda aditiva.

Esta matéria está prejudicada. Não há aqui nenhuma indicação. É só este artigo:

"A participação de funcionários na questão das entidades da administração indireta, ao lado de outras formas previstas nesta Constituição e na legislação, se dará por intermédio da eleição direta de representantes dos órgãos diretivos."

Em votação a preferência.

Os Srs. Constituintes que a aprovam, queiram permanecer sentados. **(Pausa)**

Aprovada pela maioria.

Em votação o destaque.

Tem a palavra o nobre Constituinte Plínio Arruda Sampaio.

**O SR. CONSTITUINTE PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO:** – Sr. Presidente, vou fazer a defesa desta emenda porque o assunto é importante, o nosso partido tem interesse e o povo brasileiro ganhará com a sua aprovação.

A emenda está dentro da linha de um série de outras emendas que estamos colocando aqui e de várias emendas que foram, inclusive, acolhidas na Casa. A idéia é ampliar a participação das pessoas na direção da coisa pública; a

idéia é democratizar o Poder; a idéia é fazer com que cada vez mais as autoridades respondam à representatividade de suas bases sociais.

Diz a emenda que nos órgãos de administração indireta haverá a participação dos funcionários da empresa na sua gestão por intermédio da eleição de representantes nos seus órgãos diretivos.

A emenda se explica por si só e está dentro dessa linha de ampliar o controle, enfim, a participação do povo em todos os órgãos de decisão. Acho que isso basta, haja vista a pressa com que estamos trabalhando.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**  
– Concedo a palavra ao nobre Constituinte Gerson Peres, que falará contra.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente e prezados colegas, os caminhos do Constituinte Plínio Arruda Sampaio se cruzam sempre com os meus.

Em que pese o meu respeito e admiração pela brilhante inteligência do eminente Constituinte, quero contestar seus argumentos com fatos muito simples: imaginem V. Ex.<sup>as</sup> aceitarem na Constituição um tipo de determinação dessas, em que os empregados, subordinados à direção geral, tenham que eleger diretamente os outros diretores que vão trabalhar sob a direção geral. Em primeiro lugar, vamos inverter o princípio da autoridade e vamos dar àqueles cidadãos, por eleição, talvez uma força até muito maior do que a do diretor-geral da entidade. Perde-se o princípio da confiança se talvez escolherem a pessoa que não tenha entrosamento, conhecimento técnico-administrativo para entrosar os serviços dessas entidades. É um sistema que, na prática, não pode funcionar dentro do sistema político que adotamos. Adotamos uma democracia participativa, é verdade, dentro de um sistema de governo neocapitalista, e nós não estamos dentro de um sistema socialista, esta que é a verdade. Para que isso pudesse funcionar seria preciso que tivéssemos uma Constituição socialista de cabo a rabo, do começo ao fim, com toda uma estrutura socialista.

Entendo que esses tipos de emenda são perturbadoras da consolidação do regime democrático, dentro do sistema em que vivemos; são criadoras de problemas, e vão, inclusive, inviabilizar a produtividade, vão burocratizar muito mais o sistema administrativo atual. Por isso é que esses conselhos populares ao eleger, dentro de uma administração indireta, administradores que são subordinados ainda a um topo maior da administração, vão gerar conflitos permanentes e aquele que foi eleito talvez tenha muito mais poder de força e de fogo para aviltar o princípio da autoridade superior das instituições da administração indireta.

Com estas considerações, chamo a atenção dos eminentes colegas para atentarem para o fato de que também esta matéria já é vencida e, pela coerência da decisão da Comissão de Sistematização, nós devemos rejeitá-la. Já rejeitamos os Conselhos Regionais, já rejeitamos os Conselhos Distritais, já rejeitamos os Conselhos Comunitários Municipais e agora vamos rejeitar os Conselhos Administrativos Internos, estes que pretendem eleger diretamente nas administrações indiretas, administradores, sobrepondo-se ao princípio da autoridade geral dessas entidades.

Com estas modestas e despretensiosas considerações apelo aos eminentes colegas para que fiquem com o texto e rejeitem, conseqüentemente, a emenda proposta pelo eminente Constituinte Plínio Arruda Sampaio.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**  
– Concedo a palavra ao Relator, para opinar.

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – Sr. Presidente, Srs. membros da Comissão de Sistematização, lembro aqui que esta Comissão já aprovou, em oportunidade anterior, uma emenda de autoria do Senador Nelson Carneiro que diz:

"É assegurada a participação dos trabalhadores e empregadores, em todos os órgãos, onde seus interesses profissionais e previdenciários sejam objeto de discussão e deliberação."

A esta Relatoria parece que cumpre e cabe aos trabalhadores da administração pública federal exercer a sua representação junto àqueles órgãos que deliberam sobre seus interesses profissionais e previdenciários, como bem recomenda e propõe a emenda Nelson Carneiro.

No entanto fazer com que os funcionários públicos participem da administração das empresas estatais, significa dar-lhes uma superdimensão representativa, é fazer com que se sobreponham à própria representação democrática do voto direto, da representação gerada pelas eleições institucionais que se realizam de 4 em 4 anos para o Legislativo e para o Executivo.

Quem deve gerir as empresas estatais é o povo, é a sociedade brasileira através dos seus representantes legitimamente eleitos e pelo voto majoritário. Qualquer outro tipo de representação é cooperativismo e pode ter um perigoso caráter antidemocrático.

Por isso a posição da Relatoria é contrária a esta emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**  
– Tendo opinado o Sr. Relator, vamos passar à votação.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Alfredo Campos, Carlos Mosconi, Cristina Tavares, Haroldo Sabóia, João Herrmann Neto, José Paulo Bisol, Mário Lima, Nelson Friedrich, Paulo Ramos, Sigmaringa Seixas, Roberto Brant, Michel Temer, João Agripino, Israel Pinheiro, Wilson Souza, Vicente Bogo, Jorge Hage, Octávio Elísio, Chagas Rodrigues, Mário Assad, Sandra Cavalcanti, Brandão Monteiro, José Maurício, Lysâneas Maciel, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, José Maria Eymael, Haroldo Lima, Roberto Freire e Jamil Haddad. Votaram **NÃO** os Senhores Constituintes: Antônio Britto, Artur da Távola, Celso Dourado, Fernando Henrique Cardoso, João Calmon, José Fogaça, José Freire, José Geraldo, José Ulisses de Oliveira, Nelson Carneiro, Nilson Gibson, Pimenta da Veiga, Raimundo Bezerra, Rodrigues Palmas, Theodoro Mendes, Wilson Martins, Daso Coimbra, Euclides Scalco, Afonso Arinos, Alceni Gnera, Aloysio Chaves, Christóvam Chiaradia, Eraldo Tinoco, Inocêncio Oliveira, José Jorge, José Lins, José Santana de Vasconcellos, José Thomaz Nonô, Luís Eduardo, Oscar Corrêa, Osvaldo Coelho, Paulo Pimentel, Ricardo Fiúza, Enoc Vieira, Jonas Pinheiro, Simão Sessim, Ricardo Izar, Gilson Machado, Jofran Frejat, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Gerson Pares, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia, Virgílio Távora e Adolfo Oliveira.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**  
– A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 34 Constituintes; votaram NÃO 46 Constituintes. Total: 80 votos. O Destaque foi **prejudicado** por falta de **quorum** qualificado.

Quero lembrar que a emenda Nelson Carneiro já atendia ao que foi pedido neste Destaque.

**Destaque nº 4127-87 – Emenda nº ES-23987-2, do Sr. Francisco Pinto, "que adita inciso ao art. 63 do Substitutivo nº 1 (art. 44 do Substitutivo nº 2)". (267ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**  
– Passamos ao Requerimento de Preferência de nº 4127,

que recai sobre emenda do Constituinte Francisco Pinto e dispõe o seguinte, para acrescentar:

"Nenhum concurso terá validade por prazo maior de quatro anos, contados da sua homologação."

Em votação o requerimento. Os Srs. Constituintes que estiverem de acordo, queiram permanecer como estão. **(Pausa)**

Está aprovado o requerimento de preferência.

Concedo a palavra ao Constituinte José Maria Eymael, posto que há uma indicação do Constituinte Francisco Pinto para que S. Ex.<sup>a</sup> defenda a sua emenda.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ MARIA EYMAEL:** – Sr. Presidente, Sras e Srs. Constituintes, o § 4º do art. 44 estabelece um salutar princípio constitucional, segundo o qual aqueles concursados terão preferência sobre os novos concursados no preenchimento dos respectivos cargos e funções.

Todavia, Sr. Presidente, a redação, embora meritória, da forma como está, restou incompleta, uma vez que a atual permite a eternização do resultado dos concursos públicos. Pela redação do texto, os resultados de concursos públicos poderão ser eternizados, impedindo a realização de novos concursos.

Isto fere dois aspectos. De um lado, temos conhecimento pleno da realidade moderna, onde em grande parte do conhecimento humano existe uma rápida evolução, o que estabelece como imperativa a necessidade da reformulação de conhecimento e de reavaliações.

De outro lado, temos também o fato incontestado de que o concurso público estabelece uma seleção natural de potencialidade. A emenda do ilustre Constituinte Francisco Pinto, ao mesmo tempo em que continua contemplando o princípio que está contido na forma constitucional, completa a redação estabelecendo o seguinte:

"Nenhum concurso público poderá ter um prazo de validade superior a quatro anos."

Portanto, Sr. Presidente, a emenda é meramente aditiva. Permanece o espírito do texto constitucional e esse espírito é completado com esta prudência, representada pela emenda do Constituinte Francisco Pinto, que estabelece que:

"Nenhum concurso público terá um prazo de validade superior a quatro anos."

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Tem a palavra, para encaminhar contrariamente à emenda, o nobre Constituinte Oscar Corrêa.

**O SR. CONSTITUINTE OSCAR CORRÊA:** – Sr. Presidente, serei rápido em minhas observações.

Em que pese o elevado espírito do ilustre legislador Francisco Pinto, parece-me que a emenda de S. Ex.<sup>a</sup> ao invés de beneficiar o funcionário público, eventualmente o aprovado, ela acaba indo de encontro aos seus interesses, ocasionando-lhe e acarretando-lhe um prejuízo incalculável. Senão, tomo a liberdade, Sr. Presidente, em utilizar-me, inclusive, das razões que S. Ex.<sup>a</sup> invocou para justificar sua emenda.

Diz S. Ex.<sup>a</sup> que, por outro lado, a ausência de prazo de legitimidade do concurso geraria uma dupla interpretação: ou o administrador público é árbitro absoluto do lapso de tempo de sua validade, com o que concordo com S. Ex.<sup>a</sup>, ou ele vale **ad extremum**, isto é, enquanto não se aproveitam todos os aprovados, mesmo que isso dure 20

anos; a administração se veria impedida de reabrir novo concurso.

**Data venia**, Sr. Relator, prefiro que S. Ex.<sup>a</sup>, o ilustre autor, fique durante 20 anos esperando que todos os aprovados em concurso público venham a ser aproveitados, a que ele reabra um novo concurso público em detrimento, em prejuízo claro àqueles que já foram aprovados e eventualmente não foram, ainda, chamados.

Então, fico com o espírito de S. Ex.<sup>a</sup>, mas contra o texto que me parece, ao contrário, essencialmente prejudicial àqueles que foram aprovados em concurso público.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Tem a palavra o Sr. Relator.

**O SR. RELATOR (ADOLFO OLIVEIRA):** – Sr. Presidente, Srs. e Sras. Constituintes:

A Relatoria tem conhecimento de entendimento das Lideranças favorável a esta emenda. Mas está no dever de justificar o texto que consta do projeto, que é um texto muito bom. Por quê? Diz o texto:

"Será convocado para assumir seu cargo ou emprego aquele que foi aprovado em concurso público de provas e títulos, com prioridade sobre novos concursados, na carreira. A convocação será por edital e fixará prazo improrrogável."

Que prazo é este? É o prazo que depende de cada atividade, de cada especialidade. O objetivo do Relator foi o de prestigiar a instituição do concurso público e foi o de impedir certas manobras que acontecem no serviço público de se esgotar a validade de um concurso em que vários cidadãos foram aprovados, pelo simples gosto de atender a novos clientes, a novos interessados em ingressar no serviço público. E mais: se for, desde logo, decretada a validade, por igual, de todos os concursos, como, no máximo de quatro anos, vamos ensinar a circunstância de que o concurso caduca e, em seguida, poderão ser aproveitados os servidores de caráter interino ou poderão entrar outros pela "janela". A Relatoria não tem nada a opôr, se o Plenário entender de aprovar o texto da emenda, mas pondera que o texto do projeto é muito melhor **(Muito bem!)**

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ SERRA:** – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Tem a palavra, pela ordem, o nobre Constituinte José Serra.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ SERRA:** – Sr. Presidente, gostaria de pedir um esclarecimento que é muito importante para a decisão sobre a votação e que, talvez, o nobre Relator ou V. Ex.<sup>a</sup> pudesse nos dar. O § 4º do art. 44 que é o que está recebendo uma emenda aditiva, diz o seguinte:

"Será convocado para assumir seu cargo ou emprego aquele que foi aprovado em concurso público de provas e títulos, com prioridade sobre novos concursados, na carreira.

A convocação será por edital e fixará prazo improrrogável."

Pergunto o seguinte: este dispositivo implica ou não na perenidade da validade do concurso público? Esta é a questão chave. Suponhamos que alguém faça o concurso; se dali a 10 anos fosse admitido alguém, obrigatoriamente esta pessoa teria prioridade? Ou seja, haveria uma perenidade ou não? Isto é muito importante para se decidir a votação, porque a emenda proposta estabelece um prazo que, automaticamente, suprime a perenidade, caso ela exista.

Pergunto: existe a perenidade?

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – No meu modo de entender, quando leio aqui o artigo, existe. Entretanto, ouço o Sr. Relator.

**O SR. RELATOR (Adolfo Oliveira):** – Acho que a consulta feita pelo nobre Constituinte José Serra é procedente. O que o dispositivo do texto afirma é que para cada concurso o edital fixará o prazo de validade daquele concurso, que pode ser diferente. Um concurso pode ter a validade de até 8 anos, outro deve ser de 2 anos ou 3. É por isso que o texto não engessa em 14 anos uma validade que, a nosso ver, deveria ficar para ser fixada a cada ocasião do edital do concurso.

Esta é a explicação e a justificação que dou ao nobre Constituinte José Serra, porque em nenhum momento poderia perdurar a impressão de que se desejava assegurar a perenidade daquele concurso.

Gostaria de ter merecido do nobre Constituinte José Serra a mesma e justíssima atenção que a Relatoria lhe dispensou.

**O SR. CONSTITUINTE VIRGILDÁSIO DE SENNA:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Tem a palavra o Sr. Constituinte Virgildásio de Senna.

**O SR. CONSTITUINTE VIRGILDÁSIO DE SENNA:** – Sr. Presidente, levanto uma questão de ordem. Evidentemente, não me parece que a matéria seja daquelas que devam figurar como dispositivo constitucional. Ela me parece mais apropriada para o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União, dos Estados e dos Municípios. Mas, como a matéria envolve direitos já existentes e direitos a serem adquiridos, proponho a V. Ex.<sup>a</sup> que transfira, de ofício, o assunto para as Disposições Transitórias, onde o assunto poderia ser melhor enquadrado, se não fosse transferido ao Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União, mesmo porque envolve questões que se implicam: aqueles que já fizeram concurso agora e que teriam o prazo da sua validade ampliado, e aqueles que, agora, vão se submeter a concurso. E se estaria tratando, agora, não fosse prorrogado, de forma desigual assuntos que são realmente iguais, isonômicos.

Por isso, parece-me que seria mais apropriado que V. Ex.<sup>a</sup>, usando dos poderes que esta Casa lhe deferiu, levasse o assunto às Disposições Transitórias ou para o Estatuto dos Funcionários Públicos.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Não creio que disponho de tantos poderes. Mas consultaria ao Plenário.

Constituinte Nelson Carneiro, V. Ex.<sup>a</sup> desejaria fazer uso da palavra?

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – Sr. Presidente, a dúvida continua, apesar do esclarecimento do Relator. Gostaria que o Relator esclarecesse...

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Quero informar ao Plenário que há oradores falando. Peço mais silêncio para que nós possamos prosseguir com a votação.

Tem a palavra o nobre Constituinte Nelson Carneiro.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – Sr. Presidente, para um esclarecimento. Se houver um concurso em que forem aprovados 10 mil candidatos, não haverá a possibilidade de se fazer um novo concurso, para a nova geração, enquanto estes 10 mil candidatos aprovados não forem aproveitados? É essa a dúvida.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – A dúvida que assola V. Ex.<sup>a</sup> também é minha, razão pela qual, ao responder ao Constituinte José Serra, eu disse que, lendo o texto eu tinha a impressão que sim, que iria assegurar a perenidade. A interpretação do Relator é diferente. Vejam V. Ex.<sup>as</sup> que o texto, no mínimo, comporta mais de uma interpretação. Entretanto, não disponho aqui de meios senão o regimental. O regimental manda-me proceder à votação da matéria.

Srs. Constituintes, por favor, queiram tomar seus lugares. **(Pausa)**

Os que estiverem de acordo com a Emenda Chico Pinto, dirão SIM; caso contrário, obviamente, NÃO.

#### **(Procede-se à votação)**

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Alfredo Campos, Almir Gabriel, Antônio Britto, Artur da Távola, Carlos Mosconi, Celso Dourado, Cristina Tavares, Fernando Gasparian, Fernando Henrique Cardoso, Haroldo Sabóia, João Calmon, José Paulo Bisol, José Ulisses de Oliveira, Nelson Carneiro, Nelson Friedrich, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Sigmaringa Seixas, Virgildásio de Senna, Rose de Freitas, Roberto Brant, Aécio Neves, Michel Temer, João Agripino, Israel Pinheiro, Vilson Souza, Vicente Bogo, Jorge Hage, Octávio Elísio, Chagas Rodrigues, Alcení Guerra, Eraldo Tinoco, Osvaldo Coelho, Sandra Cavalcanti, Valmir Campelo, Lysâneas Maciel, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, José Maria Eymael, Haroldo Lima, Roberto Freire e Antonio Farias. Votaram **NÃO** os Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Fernando Bezerra Coelho, José Fogaça, José Freire, José Geraldo, José Ignácio Ferreira, Mário Lima, Nilson Gibson, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Rodrigues Palma, Severo Gomes, Theodoro Mendes, Wilson Martins, Délio Braz, Daso Coimbra, Aloysio Chaves, Francisco Benjamim, Inocêncio Oliveira, José Lins, José Santana de Vasconcellos, José Thomaz Nonô, Luís Eduardo, Mário Assad, Oscar Corrêa, Paulo Pimentel, Ricardo Fiúza, Enoc Vieira, José Tinoco, Simão Sessim, Ricardo Izar, Gilson Machado, Jofran Frejat, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Gerson Peres, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia, Virgílio Távora, Brandão Monteiro, José Maurício, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Adolfo Oliveira e Jamil Haddad. **ABSTENÇÃO** do Constituinte José Jorge.

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – O Constituinte Jamil Haddad apenas ratifica para que conste dos Anais, o seu voto **SIM**.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 43 Constituintes; votaram NÃO 46 Constituintes; absteve-se de votar 1 Constituinte. Total: 90 votos. O Destaque foi prejudicado por falta de “quorum” qualificado.

**Destaque n.º 0048-87 – Emenda nº ES-24761-1, do Sr. Cunha Bueno, “que suprime da alínea “a”, inciso VII, do art. 52, do Substitutivo nº 1 a expressão “forma republicana” (art. 40, inciso VII, alínea “a” do Substitutivo nº 2).**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Passamos, agora, ao pedido de Destaque nº 48, que recai sobre emenda do Constituinte Cunha Bueno.

A Emenda é a seguinte: eliminar-se no inciso VII, alínea a, do art. 40, a expressão – “forma republicana”, ou seja, “que a União não intervirá nos Estados e no Distrito Federal, salvo para assegurar a forma republicana”. Retira-se isso e coloca-se só “representativa e democrática”.

Em votação o pedido de preferência.

Os Srs. Constituintes que o aprovam, queiram permanecer sentados. **(Pausa)**

Aprovado.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Cunha Bueno.

**O SR. CONSTITUINTE CUNHA BUENO:** – Sr. Presidente e Srs. Constituintes:

O destaque que solicitamos é exatamente sobre o artigo em discussão, para que possam os monarquistas existirem no País.

Muitos pensam que apresentei uma emenda para que se instaure novamente a monarquia no País, o que não é correto. A emenda que apresentamos é para que haja um plebiscito para que o povo possa ser ouvido e possa decidir qual o regime de Governo que deseja para o seu País.

Todos sabemos que a República foi instalada no País, através de um golpe de força no ano de 1889; jamais, sequer, o povo foi ouvido sobre qual sistema de Governo deseja para o seu País. E após o Golpe de 1889, todas as Constituições da República brasileira – todas, sem exceção – repetem uma cláusula, que denominamos a “cláusula pérea”, inspirada pelo positivismo que reinava na época que, associado ao militarismo, fez a Constituição de 1891. Cabe lembrar que, na mesma, mais de 40% dos Constituintes eram militares e mais de 80% participavam do movimento positivista, no País.

Portanto, naquela época foi colocada uma cláusula na Constituição, cláusula essa que vem sendo repetida em todas as demais Constituições do nosso Brasil, impedindo a existência de um movimento monarquista.

O que queremos é que se tire a expressão “a forma republicana”, porque república não é sinônimo de democracia e, certamente, a nossa não tem sido, como não tem sido também democráticas, lamentavelmente, as repúblicas dos países vizinhos.

Então, no Brasil, há uma discriminação àqueles que pensam que a monarquia parlamentar poderia ser uma forma de Governo.

Há algum tempo, aqui, nesta Casa, votei a favor da legalização do Partido Comunista, o que não queria dizer que eu era comunista. Queria apenas dar aos comunistas o direito de poderem se organizar, de poderem fazer a sua pregação e disputar, através do voto democrático, o direito de existirem no País.

O que venho pedir hoje a este augusto Plenário é que dêem, também, aos monarquistas, o direito de poderem se organizar em movimento político e poderem empregar exatamente uma forma de governo que tem dado certo em outros países e que já deu certo no Brasil, durante tantos anos. Esta cláusula impede a existência de movimento político organizado que vise a implantar a monarquia no País. Portanto, a anistia ainda não chegou aos monarquistas. Em 1891 colocou-se essa cláusula, e ela vem sendo repetida em todas as Constituições brasileiras, inclusive no Estudo Afonso Arinos, inclusive no Relatório Bernardo Cabral, não somente nesse artigo, mas também no art. 70.

Devo esclarecer que aqueles que votarem a favor não estarão votando a favor da monarquia, mas estarão votando tão-somente o direito de os monarquistas, a exemplo de outras correntes de pensamento no Brasil, poderem também se organizar, ter o seu direito de pregação e ter, também, a possibilidade de receber votos dos demais brasileiros. Esta é a última anistia que falta, Srs. Constituintes.

Einstein já disse certa vez: “É mais difícil quebrar um preconceito do que quebrar um átomo”. Mas não é possível que, em 98 anos de República, não seja possível a existência de movimentos organizados que queiram a monarquia parlamentar e constitucional no Brasil.

Quero fazer um apelo a V. Ex.<sup>as</sup>: concedam àqueles que, durante o governo monárquico em nosso País, jamais proibiram a pregação republicana.

Como disse, e quero aqui repetir: aqueles que votarem a favor da exclusão dessa frase, de maneira alguma estarão votando pela monarquia, mas pelo direito de um brasileiro poder ser monarquista. (Palmas)

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – A Relatoria vai se pronunciar através do Constituinte Antônio Carlos Konder Reis.

**O SR. RELATOR (Antônio Carlos Konder Reis):** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, Sr. Relator-Geral:

No exame da emenda, o nobre Constituinte Cunha Bueno recomendou que não nos cingíssemos ao aspecto técnico da proposição. Em homenagem mesmo à pertinácia do nobre representante por São Paulo, que exerce aqui um direito sagrado de defender que a Constituição brasileira não impeça, através de um princípio ou de uma regra substantiva, uma decisão que porventura o povo brasileiro venha a tomar, em favor da forma de governo monárquico, quero assim, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, cingir-me ao aspecto técnico. O destaque do nobre Sr. Constituinte Cunha Bueno é inadequado e inoportuno. A emenda de S. EX.<sup>a</sup> deveria propor a modificação do art. 1º do projeto, que reza: “A República Federativa do Brasil”. Já aí é uma tomada de posição, é uma decisão dos Srs. Constituintes em favor da forma de Governo, democrática ou republicana.

Por outro lado, a supressão proposta se põe, neste momento como uma contradição, porque é adotada a forma republicana no art. 1º quando a regra do art. 40, inciso III é uma consequência. Se a Constituição estabelece o regime republicano, evidentemente se uma Unidade federada contrariar esse princípio, não só pode, como deve ser objeto de intervenção. A emenda caberia, ainda, no art. 70, quando o projeto veda a apresentação de propostas de emenda à Constituição que tenham como objetivo alterar o regime republicano, suprimir a República.

Assim, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, sem o exame profundo do mérito da emenda, pois a tese do nobre Sr. Constituinte por São Paulo merece todo respeito por uma questão de ordem técnica, não há como acolher a emenda sem se alterar o art. 1º, que estabelece a República Federativa do Brasil, e sem também se alterar o que dispõe o art. 70, que veda a apresentação de emendas à Constituição que tenham por objetivo a supressão da República. Essa regra do art. 40 é uma regra reflexa; ela estabelece como razão para a intervenção o desrespeito ao regime republicano, porque no art. 1º está consagrado o regime republicano. A emenda, portanto, chegou fora de hora e em mau lugar. O Sr. Relator inclina-se pela manutenção do projeto e se manifesta contrariamente à emenda.

Durante o pronunciamento do **Sr. Antônio Carlos Konder Reis**, o **Sr. Fernando Henrique Cardoso**, Quarto-Vice-Presidente deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo **Sr. Jarbas Passarinho**, Terceiro-Vice-Presidente.

**O SR. CONSTITUINTE CUNHA BUENO:** – Sr. Presidente, diante dos esclarecimentos do Constituinte Konder Reis, de que o assunto não prejudica o art. 70, que realmente é a “cláusula pétrea”, retiro a emenda, baseado no parecer não do Constituinte Antônio Carlos Konder Reis, mas do Constituinte Antônio Carlos Konder Reis investido da qualidade de sub-relator da Comissão, retornando novamente a votação da matéria no art. 70.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Está bem. V. Ex.<sup>a</sup> será atendido.

**Destaque nº 7830-87 – Emenda nº ES-34177-4, do Sr. José Serra, “que suprime o inciso III do art. 53 do Substitutivo nº 1 (art. 41, inciso III do Substitutivo nº 2)”.** (268ª votação)

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Sobre a mesa requerimento de preferência, que passo a ler:

Requeiro, nos termos regimentais, preferência para votação do Destaque nº 7830-87, relativo à Emenda nº ES-34177, item 4, do Constituinte José Serra, com os apoiantes suficientes para que o requerimento possa ser apresentado à Mesa.

Os Srs. Constituintes que estão de acordo com a preferência permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado.

Trata-se da supressão do art. 41, inciso III do Substitutivo II.

Tem a palavra o Constituinte José Serra.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ SERRA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, em primeiro lugar, explico do que trata a minha emenda, que é equivalente à emenda supressiva feita pelo Constituinte Vasco Alves, do Espírito Santo.

A emenda suprime o inciso III do art. 41 do Capítulo VI.

O Capítulo VI trata da intervenção e o art. 41, da intervenção dos Estados nos Municípios. E, aqui, são contempladas três hipóteses de intervenção: quando o Município deixa de pagar, por dois anos consecutivos a dívida fundada, salvo por motivo de força maior; quando não forem prestadas as contas devidas, na forma da lei; e, em terceiro, no qual proponho a supressão, não tiver sido aplicado o mínimo exigido da receita municipal, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

A minha proposta, que é também do Constituinte Vasco Alves, tem o seguinte fundamento que eu gostaria de explicar: em primeiro lugar, não reflete nenhuma frouxidão com relação à necessidade de aplicarmos normas constitucionais na prática e estabelecermos mecanismos de sanção para a mesma. No entanto, creio que esta cláusula de intervenção é inadequada. Em primeiro lugar, há uma falta de isonomia no tratamento da questão. Não há a hipótese de intervenção nos Estados, caso estes não cumpram o mínimo exigido no dispêndio em educação, na proporção de sua receita. Nem há nenhuma outra cláusula tão drástica no caso do Governo Federal e, no entanto se introduz uma cláusula específica apenas no caso dos Municípios, quando, na verdade, essas três unidades, tanto Municípios, quanto Estados, quanto União, deverão, por artigos que veremos posteriormente, que provavelmente serão acolhidos, aplicar percentuais mínimos no ensino. Então, não há, razão para se deixar apenas o Município com a possibilidade dessa sanção.

Em segundo lugar, o próprio inciso II, cuja manutenção defendemos, diz que poderá haver intervenção, caso não forem prestadas as contas devidas na forma da lei. Ora, se o Município não prestar conta devida, inclusive do percentual que tem que aplicar, ele poderá ser passível de intervenção e de outras sanções. Para isso existe o Tribunal de Contas e para isso existe o controle da Câmara de Vereadores, inclusive mecanismos de representação popular contra o não cumprimento de determinadas medidas. Acredito que manter esse texto é, em primeiro lugar, especificar algo que já está contemplado no mais geral; em segundo, é dar uma arma que pode ser exercida de maneira discricionária por governadores. Inclusive, porque pode ocorrer, por exemplo, no mês de dezembro, por alguma razão, a receita municipal explodir, aumentar bastante, e portanto o percentual gasto no ensino, que foi estimado para o ano inteiro, ser menor do que aquele que deveria ser e isso justificar uma intervenção de um Estado no Município, que pode ser feita discricionariamente com base em argumentos de natureza política e mecanismo discricionários de perseguição, e tudo mais. E finalmente há um erro técnico que por si só seria suficiente para que isso fosse suprimido. O erro é o seguinte, aqui diz: "Não tiver sido aplicado um mínimo exigido da receita municipal". Não fala da receita de impostos. Receita municipal inclui operações de crédito, taxas e todos os tipos de receitas municipais. Há um erro que precisaria ser corrigido e não há emenda para corrigir esse erro, porque aqui a correção seria falar em receita de impostos. Isso por si só, só justificaria suprimir o item, porque ficaria inconsistente com o que vier a ser tratado depois. Portanto, por razões de natureza técnica e de justiça, porque a mesma coisa não se contempla para os Estados e para a União, e

porque trata-se de um dispositivo redundante, uma vez que já há outros mecanismos de controle, é que proporia a supressão deste item que corresponde, além do mais, a uma reivindicação dos prefeitos, dos movimentos municipalistas, e dos Deputados municipalistas que estão nesta Assembléia Nacional Constituinte.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Para encaminhar contra tem a palavra o nobre Constituinte Celso Dourado.

**O SR. CONSTITUINTE CELSO DOURADO:** – Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, exatamente porque somos municipalistas devemos ser cuidadosos nessa questão. A argumentação do Constituinte José Serra chama atenção para alguns aspectos que poderemos responder da seguinte maneira: No caso de situações especiais, de exceção, há toda possibilidade de superar-se esse problema sem que haja a decretação da intervenção. Mas, diante da situação em que nos encontramos, de indiferença dos prefeitos municipais com os recursos públicos, a tal ponto de em alguns casos, entenderem os prefeitos, que o fundo de participação não precisa de prestação de contas, porque é um dinheiro a fundo perdido, e na questão da educação a indiferença também é muito grande. Então, em função da própria realidade que enfrentamos no presente momento, entendo que o que o Relator estabelece é absolutamente necessário e preventivo, e pode ajudar muito a própria moralização da administração municipal.

Sr. Presidente, é chegado o momento de mostrarmos que os recursos para as diversas tarefas, para os diversos compromissos municipais estão no próprio município, mesmo nos menores, onde há recursos suficientes quando bem e corretamente administrados. Então esse aspecto da educação, que merece toda a atenção e a não prestação de contas deve, realmente, ser penalizada com a própria possibilidade de intervenção. Se o Município tem possibilidade de explicar os casos excepcionais, claro que não haverá intervenção, mas a regra geral é saudável, necessária e ajuda, sem dúvida alguma, a moralização da administração municipal. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Com a palavra o nobre Relator.

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – Sr. Presidente, Srs. Membros da Comissão de Sistematização, a posição da relatoria é inquestionavelmente pela manutenção do texto.

Em primeiro lugar porque mesmo que venham a ocorrer as exceções em que o Município, por razões particulares ou especiais não possa cumprir a determinação constitucional da aplicação do percentual em educação, o Estado terá suficiente sabedoria, equidade e ponderação para reconhecer essa condição e até vir em socorro do próprio Município. Em segundo lugar, porque ao Município, neste caso, a administração pública manterá um instrumento importante, uma conquista, desta Constituição, no sentido de fazer avançar a aplicação dos recursos em educação. Não seria recomendável retirar este instrumento eficaz, poderoso e importante do ponto de vista social que consideramos uma conquista do texto. Nesse sentido, corroborando os argumentos aqui já tão brilhantemente expendidos pelo Constituinte Celso Dourado e valendo-se, também, desses argumentos a relatoria é pela manutenção do texto.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ SERRA:** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra, pela ordem, o Constituinte José Serra.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ SERRA:** – Só uma pergunta ao Relator, apenas para uma questão de orientação de votação, S. Ex.<sup>a</sup> estaria disposto a incluir o mesmo dispositivo, promovendo intervenção nos municípios caso este dispositivo não venha a se cumprir, por vários fato-

res, para todos os governos estaduais e alguma forma de intervenção judicial, com intervenção supõe-se, inclusive, deposição temporária do Chefe do Executivo, no Governo Federal também, caso o dispositivo não fosse cumprido. S. Ex.<sup>a</sup> defenderia ambas as medidas? No caso de todos os Estados e no caso do Governo Federal?

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra o Relator.

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – A relatoria considera que a questão levantada pelo nobre Constituinte José Serra é impertinente e imprópria para o estudo, à votação e à análise desta matéria que estamos votando.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ SERRA:** – Permita-me retrucar que seria melhor o Relator responder com argumentos do que com adjetivos.

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – Sr. Presidente, gostaria de dar um esclarecimento, em homenagem ao Constituinte José Serra. Não há nesta posição nenhuma intenção e nenhum desejo de desmerecer o propósito de S. Ex.<sup>a</sup>. O que estamos dizendo é que, neste momento, não cabe desvelar uma posição da Relatoria quanto à questão dos Estados, porque estamos votando a questão dos Municípios, sobre a qual incide a emenda de S. Ex.<sup>a</sup>.

Portanto, em outra oportunidade, quando emergir a questão dos Estados, a Relatoria dará o seu parecer e a sua visão da matéria.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Queiram tomar os seus assentos. A matéria está devidamente esclarecida.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A Relatoria pode proceder à chamada.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Almir Gabriel, Antônio Britto, Fernando Bezerra Coelho, José Geraldo, José Serra, Rodrigues Palma, Severo Gomes, Theodoro Mendes, Wilson Martins, Michel Temer, Inocêncio Oliveira, José Jorge, José Lins, Luis Eduardo, Oscar Corrêa, Paulo Pimentel, José Tinoco, Jonas Pinheiro, Hugo Napoleão, Ricardo Izar, João Menezes, Gilson Machado, Jofran Frejat, Darcy Pozza, Gerson Peres, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia, Bonifácio de Andrada, Lysâneas Maciel, José Maciel, José Maria Eymael. Votaram **NÃO** os Constituintes: Ademir Andrade, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Carlos Mosconi, Celso Dourado, Cristina Tavares, Haroldo Sabóia, João Calmon, João Herrmann Neto, José Fogaça, José Freire, José Ignácio Ferreira, José Paulo Bisol, José Ulisses de Oliveira, Nelson Carneiro, Nelson Friedrich, Nilson Gibson, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Sigmaringa Seixas, Rose de Freitas, Marcos Lima, João Natal, Aécio Neves, João Agripino, Israel Pinheiro, Miro Teixeira, Nelson Wedekin, Délio Braz, Vilson Souza, Daso Coimbra, Octávio Elísio, Euclides Scalco, Chagas Rodrigues, Alceni Guerra, Eraldo Tinoco, José Thomaz Nonô, Oswaldo Coelho, Ricardo Fiúza, Enoc Vieira, Simão Sessim, Valmir Campelo, Adylson Motta, Brandão Monteiro, José Maurício, Francisco Rossi, Ottomar Pinto, Sólon Borges dos Reis, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Adolfo Oliveira, Aldo Arantes, Roberto Freire, Jamil Haddad e Antonio Farias. **ABSTENÇÃO** do Senhor Constituinte Aloysio Chaves.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 30 Constituintes; votaram NÃO 58 Constituintes; absteve-se de votar 1 Constituinte. Total: 89 votos. O Destaque foi **rejeitado**.

**Destaque nº 5946.87 – do Sr. Virgílio Guimarães, “que suprime o art. 24, § 2º do Substitutivo nº 02”. (269ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Passamos, agora, ao requerimento de preferência, pedido nos

termos regimentais, para o Destaque nº 5946-87, que pretende a supressão no art. 24 do § 2º.

Em votação o requerimento de preferência.

Os Srs. Constituintes que o aprovam queiram permanecer sentados. **(Pausa)**

Aprovado.

Passamos, agora, à votação do destaque.

Em votação o Destaque nº 5946, requerido pelo Constituinte Virgílio Guimarães.

Tem a palavra V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE VIRGÍLIO GUIMARÃES:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Trata-se de emenda com relação à criação das regiões do País que no § 2º diz: “Cada Unidade Federada participará, no todo ou em parte, de apenas uma região de desenvolvimento.”

Evidentemente, o espírito desse parágrafo é um espírito correto, inegavelmente em não querer que algum Estado seja beneficiado ou participe simultaneamente de vários programas de desenvolvimento regional, por força, quem sabe, de ter um Presidente da República, de ter um prestígio político, ou coisa que o valha.

No entanto, ao se observar a complexidade de nosso País é melhor deixar essa preocupação para a legislação ordinária, na medida em que hoje vários Estados seriam prejudicados. Minas Gerais, por exemplo, tem 43 municípios que fazem parte do Nordeste, todo o restante do Estado poderia estar prejudicado; o Maranhão que faz parte de duas regiões de desenvolvimento, no caso uma parte da SUDAM, outra da SUDENE. Enfim, existe uma complexidade em nosso País, que tem que ser levada em conta. Devemos preservar essa preocupação de algum Estado não obter vantagens descabidas, mas também não trazer para o texto constitucional alguma coisa que viesse amarrar, que pudesse, inclusive, prejudicar a situação atual, sem levar em conta as diversidades regionais, as complexidades e as situações já existentes.

Neste sentido é a nossa proposta, juntamente com outros companheiros, como o Constituinte Haroldo Sabóia, do Maranhão.

Já discutimos, inclusive, com as Lideranças do PMDB, e de vários Partidos que estão de acordo com a supressão deste parágrafo.

Mas, segundo nos explicaram, em função da pressa, este parágrafo não foi suprimido.

Neste sentido, peço aos companheiros Constituintes a supressão deste artigo, uma vez que já há uma idéia de que isso seja feito, e deixemos a aplicação desse princípio, para a legislação ordinária, inclusive pelo bom-senso dos dirigentes, dos governantes do futuro. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – O Sr. Relator deseja manifestar-se? **(Pausa)**

Em votação.

**O SR. CONSTITUINTE ENOC VIEIRA:** – Sr. Presidente, apesar de não ter havido nenhum Sr. Constituinte para falar contra, eu gostaria de me manifestar a favor.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A favor não pode mais. Pela nova regra fala a favor um, de preferência o autor. E somente um fala contra.

**O SR. CONSTITUINTE ENOC VIEIRA:** – Sou a favor, estou solidário com as palavras do autor, porque, na realidade, vários Estados ficariam prejudicados se fosse mantido este dispositivo na Constituição. E o nosso desejo é que seja mantida a situação atual. Os Estados que estão ligados a mais de uma região, que permaneçam e não sejam prejudicados.



**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – O autor deseja que nenhum Estado possa ter participação em mais de uma unidade de desenvolvimento regional.

**O SR. CONSTITUINTE ENOC VIEIRA:** – Perdão, Sr. Presidente, a proposta é que seja suprimido o § 2º do art. 24, considerando que a sua permanência prejudicará vários Estados das regiões Nordeste e Centro-Oeste.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Exatamente, é o reverso.

**O SR. CONSTITUINTE OCTÁVIO ELÍSIO:** – É o inverso do que V. Ex.<sup>a</sup> disse.

**O SR. CONSTITUINTE ENOC VIEIRA:** – O desejo é que seja mantido o *status quo*.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Está perfeitamente entendido agora pelo Presidente.

Vamos passar à votação.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FREIRE:** – Sr. Presidente, por gentileza, eu gostaria de ser esclarecido a respeito do encaminhamento da supressão de um dispositivo feito pelo orador que, por último, ocupou a tribuna.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A supressão é no art. 24, no § 2º, que diz: “Cada unidade federada participará, no todo ou em parte, de apenas uma região de desenvolvimento.”

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FREIRE:** – E o art. 24, § 2º S. Ex.<sup>a</sup> pede para suprimir esse parágrafo do artigo. E V. Ex.<sup>a</sup> vai colocar em votação o pedido dele. Quem votar NÃO estará votando com o Relator, e quem votar SIM estará de acordo com a emenda.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Quem votar NÃO mantém o texto, e quem votar SIM vota com a emenda.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Almir Gabriel, Antônio Britto, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Carlos Mosconi, Celso Dourado, Cristina Tavares, Fernando Bezerra Coelho, Haroldo Sabóia, João Herrmann Netto, José Freire, José Geraldo, José Paulo Bisol, José Serra, Nelson Friedrich, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Raimundo Bezerra, Rodrigues Palma, Severo Gomes, Sigmaringa Seixas, Rose de Freitas, Marcos Lima, João Natal, Aécio Neves, Michel Temer, João Agripino, Miro Teixeira, Nelson Wedekin, Délio Braz, Vilson Souza, Daso Coimbra, Octávio Elísio, Ziza Valadares, Euclides Scalco, Chagas Rodrigues, Uldurico Pinto, Aloysio Chaves, Arnaldo Prieto, Eraldo Tinoco, Inocência Oliveira, José Jorge, José Lins, José Santana de Vasconcellos, José Thomaz Nonô, Luís Eduardo, Oscar Corrêa, Osvaldo Coelho, Ricardo Fiúza, Sandra Cavalcanti, Enoc Vieira, José Tinoco, Jonas Pinheiro, Hugo Napoleão, Simão Sessim, Ricardo Izar, Valmir Campelo, João Menezes, Gilson Machado, Antônio Carlos Konder Reis, Jarbas Passarinho, Brandão Monteiro, José Maurício, Lysâneas Maciel, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Adolfo Oliveira, José Maria Eymael, Aldo Arantes, Roberto Freire, Jamil Haddad e Antonio Farias. Votaram **NÃO** os Constituintes: Ademir Andrade, Nelson Carneiro, Nilson Gibson, Theodoro Mendes, Darcy Pozza, Gerson Peres e Adylson Motta.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 75 Constituintes; votaram NÃO 7 Constituintes. Total: 82 votos. O Destaque foi **aprovado**.

**Destaque nº 6434-87, do Sr. Geraldo Campos – Emenda nº ES-28296-4, do Sr. Arnaldo Faria de Sá, “que adita art. ao Título IV, Capítulo VIII do Substitutivo nº 1 (Título III, Capítulo VII, Seção I do Substitutivo nº 2)”. (270ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Há um requerimento de preferência, assinado pelo Líder do PDT e demais acompanhantes que lhe dão apoio – não é, portanto, de todos os líderes – para a votação do Destaque nº 6434-87.

Os Srs. Constituintes que estão de acordo com a preferência permaneçam sentados. **(Pausa)**

Aprovado.

Passamos à votação do Destaque nº 6434, requerido pelo Constituinte Geraldo Campos, à Emenda nº 28296, de autoria do Constituinte Arnaldo Faria de Sá.

Constituinte Geraldo Campos, V. Ex.<sup>a</sup> abre mão da sua preferência para o encaminhamento em favor do Constituinte Gastone Righi, para quem há uma indicação? **(Pausa)**

Tem a palavra o nobre Constituinte Geraldo Campos.

**O SR. CONSTITUINTE GERALDO CAMPOS:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes membros da Comissão de Sistematização:

A emenda ora destacada objetiva assegurar a direção colegiada, tripartite e paritária, para os órgãos que dependam da contribuição dos empregados e empregadores, assegurando que os empregados e empregadores participarão através da eleição direta pelos seus órgãos de classes, dos representantes desses órgãos.

Antes de 1964, o sistema tripartite já era utilizado, de 1962 a 1964, nessa época a Previdência alcançou equilíbrio econômico e financeiro, começando uma fase nova no terreno da assistência, com os aplausos gerais tanto dos empregados como dos empregadores.

A Revolução de 64 acabou com a administração colegiada em geral. Depois de 23 anos de administração tecnocrática e política, ocorreu a pré-falência denunciada pelo Governador Waldir Pires, quando à frente da Previdência. Nada mais justo do que entregar a administração de um órgão como a Previdência aos próprios interessados que carregam o ônus de sua manutenção, que são os empregados e empregadores; e o Governo de forma colegiada, como estabelecia a Lei nº 3.807/60.

Politicamente, é conveniente que o próprio Governo, com a administração tripartite, divida as responsabilidades da condução de um setor dos mais sensíveis para a problemática social. Além do mais, com a administração tripartite não diminui o peso do Governo na tomada das decisões nos assuntos da Previdência Social, visto que, além de sua participação na administração paritária, esta continuará subordinada ao Ministério da Previdência, como sempre aconteceu.

O Constituinte Nelson Carneiro, permanente defensor dos interesses sociais, atento como sempre esteve aos problemas dessa ordem, apresentou emenda que garante a participação dos empregados e empregadores nos órgãos que deliberam sobre o assunto, assunto de interesse das duas categorias. Sua emenda obteve grande vitória nesta Comissão. Por isso estamos certos de que podemos contar com o apoio do ilustre Constituinte para a continuação da sua ingente luta em defesa dos interesses dos trabalhadores.

Sr. Presidente, a CNTI, a CGT, a USI, a CNTT, a CNPL, a CONTCOP; a CONTEC, a CONTAG, todas as confederações representativas dos trabalhadores assinaram um pe-

dido, manifestando o apoio a esta emenda, à emenda que ora está sendo apreciada por esta Comissão.

Alimentamos a esperança de que, como no passado, e quando foi votada a emenda do ilustre Constituinte Nelson Carneiro, o assunto merecerá o apoio da grande maioria desta Comissão.

**O SR. RELATOR (Adolfo Oliveira):** – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra, pela ordem, o nobre Relator Adolfo Oliveira.

**O SR. RELATOR (Adolfo Oliveira):** – Sr. Presidente, não desejamos pedir a palavra pela ordem antes da fala do nobre Constituinte Geraldo Campos, para que não privássemos a Casa do prazer de ouvi-lo. Agora, parece-nos que essa emenda está irremediavelmente prejudicada, pela aprovação, em reunião anterior, da Emenda Nelson Carneiro, que diz a mesma coisa com outras palavras. Vou reproduzir, mais uma vez, o que esta Casa já aprovou:

“É assegurada a participação dos trabalhadores e empregadores em todos os órgãos onde seus interesses profissionais e previdenciários sejam objetos de discussão e deliberação.”

Assim não há a menor sombra de dúvida, não pode perdurar nenhuma dúvida de que a emenda está prejudicada.

**O SR. CONSTITUINTE PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO:** – Sr. Presidente, eu queria um esclarecimento, para contraditar a opinião do Relator, porque a emenda acrescenta algo que não estava votada na Emenda do Constituinte Nelson Carneiro, que é a palavra “eleição direta”. É uma forma diferente de fazer essa participação. Portanto, ela não colide com a do Constituinte Nelson Carneiro, mas acrescenta duas expressões: “paritária”, que quer dizer a proporção; e “eleição direta”, que é a forma. Ela é mais ampla do que a aprovada.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A Presidência tem a mesma interpretação. No nosso caso, a colocação previamente aprovada não fixa composição, dá apenas um direito em ser; esta exige a paridade e a eleição direta.

De maneira que vamos passar à votação.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, estou inscrito para falar contra.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra o Constituinte Gerson Peres, para falar contra.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, eu queria lembrar aos colegas que, na discussão da emenda anterior, a qual votamos, os argumentos levantados, da paridade e da participação tripartite, foram argüidos várias vezes como indispensáveis para que ela fosse rejeitada, mas esta Comissão resolveu não aceitar esses argumentos, levando em conta muitas considerações. Entre elas foi destacada uma, a da intervenção indevida em órgãos da iniciativa privada, dando igualdades de administração e ingerência na administração a quem não detém a garantia do direito na iniciativa privada. Baseado também nesse argumento é que se deu a participação dos trabalhadores nesses órgãos da iniciativa privada, nesses órgãos patronais ou nos órgãos dos trabalhadores ou vice-versa. Esse foi um dos argumentos que nos levaram a acolher a Emenda Nelson Carneiro como a mais adequada a nossa realidade.

Portanto, pediria aos colegas mantivessem a mesma coerência, rejeitando a emenda do eminente e brilhante colega, Constituinte Geraldo Campos. No que pese o meu respeito e a minha admiração por S. Ex.<sup>a</sup>, mas acho que

a emenda de S. Ex.<sup>a</sup> é intervencionista e atinge o direito da iniciativa privada.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Em votação.

Os Srs. Constituintes tomem seus assentos e queiram registrar o número de código.

**O SR. RELATOR (Adolfo Oliveira):** – Sr. Presidente, quanto ao mérito, a relatoria gostaria de falar uma palavra.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Pois não! Antes de votar, vamos ouvir o Relator.

**O SR. RELATOR (Adolfo Oliveira):** – Vencida a preliminar, quanto ao mérito, gostaríamos de fazer a seguinte ponderação: aprovada a emenda, nos termos em que está redigida, ela iria, embora isso pareça absurdo, ser substitutiva à emenda já aprovada do Constituinte Nelson Carneiro. Ela não iria somar, não iria editar coisa alguma; ela iria ser uma segunda substitutiva àquilo que a Casa já aprovou.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Sr. Presidente, é a volta da preliminar que já foi discutida.

**O SR. RELATOR (Adolfo Oliveira):** – Acredito que, se diferente fosse a redação para acrescentar alguma coisa àquilo que a Casa já aprovou, a relatoria seria favorável. O que ela não pode se conformar é com a derrubada, a derrogação de um princípio já consagrado na Emenda Nelson Carneiro, já aprovada.

Por isso, o nosso parecer é contrário à emenda e pela manutenção do texto, que, a esta altura, é o texto da emenda do Constituinte Nelson Carneiro.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Não vamos discutir mérito algum. Isto é uma questão de redação posterior.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Vamos à votação.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Ademir Andrade, Almir Gabriel, Cristina Tavares, Haroldo Sabóia, José Paulo Bisol, Nilton Friedrich, Paulo Ramos, Severo Gomes, Sigmaringa Seixas, Rose de Freitas, João Natal, Miro Teixeira, Vilson Souza, Vicente Bogo, Octávio Elísio, Uldurico Pinto, José Maurício, Bocayuva Cunha, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, José Maria Eymael, Aldo Arantes e Roberto Freire. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Antônio Britto, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Celso Dourado, Fernando Bezerra Coelho, João Calmon, João Herrmann Neto, José Freire, José Geraldo, José Inácio Ferreira, José Ulisses de Oliveira, Manoel Moreira, Milton Reis, Nelson Carneiro, Nilson Gibson, Pimenta da Veiga, Rodrigues Palma, Theodoro Mendes, Marcos Lima, Aécio Neves, João Agripino, Israel Pinheiro, Délio Braz, Daso Coimbra, Ziza Valadares, Chagas Rodrigues, Aloysio Chaves, Arnaldo Prieto, Eraldo Tinoco, Inocêncio Oliveira, José Jorge, José Lins, Luís Eduardo, Ricardo Fiúza, Sandra Cavalcanti, Enoc Vieira, Jonas Pinheiro, Hugo Napoleão, Ricardo Izar, Valmir Campelo, João Menezes, Gilson Machado, Jofran Frejat, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Gerson Peres, Jarbas Passarinho, Virgílio Távora, Bonifácio de Andrada, Adolfo Oliveira, Jamil Haddad e Antonio Farias.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 26 Constituintes; votaram NÃO 52 Constituintes. Total: 78 votos. O Destaque foi **rejeitado**.

**A SRA. CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES:** – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem. (**Assentimento do Sr. Presidente.**)

Sr. Presidente, esta Comissão de Sistematização é uma **avant-première**, digamos, para o Plenário da Assembléia Nacional Constituinte. E os Srs. Parlamentares Constituintes têm a obrigação política e a responsabilidade perante a Nação de aprender a votar pelo sistema eletrônico. Há uma desatenção generalizada. E se isso se torna um lugar comum na Comissão de Sistematização, não vamos ter votação possível no plenário. De forma que peço a V. Ex.<sup>a</sup>, encarecidamente, advirto os Srs. Titulares, até que faça com alguns segundos mais pausadamente a votação, para que os titulares votem, porque essa displicência, esse relaxamento pode vir a prejudicar, seguramente prejudicará o Plenário.

Eu pediria então a V. Ex.<sup>a</sup> que levasse em consideração que os titulares que, por acaso, não votassem na hora perdessem o seu direito de voto. Não podemos ficar com 34 titulares votando, e todos os outros como se tivéssemos ainda no sistema não-eletrônico de votação. É um apelo que faço a V. Ex.<sup>a</sup> em nome da eficiência, em nome da responsabilidade, em nome do respeito à opinião pública nacional.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Quanto à primeira parte, é evidente que farei o apelo, e vou tentar, inclusive, aqui, até ser mais lento no encaminhamento da votação. Quanto à segunda, evidentemente, não posso evitar que aqueles que não usaram o direito de voto pelo painel percam o seu direito de votar nominalmente.

**A SRA. CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES:** – Pois não, Sr. Presidente! Agora, só advirto V. Ex.<sup>a</sup> de que esse precedente pode gerar um tumulto na hora do plenário! Seremos 559 parlamentares, e deveremos ter 10, 20, 30 votações por sessão. Então parece-me que o disciplinamento da votação não seria exigir demais dos Srs. Constituintes.

**Destaque nº 4246-87 – Emenda nº ES-22775-1, do Sr. Jalles Fontoura, “que adita artigo ao Título IV, Capítulo VIII, Seção II do Substitutivo nº 01 (Título III, Capítulo VII, Seção II do Substitutivo nº 02)”. (271ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Requerimento de preferência para o Destaque nº 4.246, pelos Líderes do PMDB, do PFL, do PCB, do PTB e do PC do B.

Os Srs. Constituintes que estão de acordo queiram permanecer sentados. (**Pausa**)

Aprovado.

Em votação o Destaque nº 4.246, requerido pelo Constituinte Jalles Fontoura, referente à Emenda nº 22.775, aditiva.

Tem a palavra o nobre Constituinte Jalles Fontoura.

**O SR. CONSTITUINTE JALLES FONTOURA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, é pacífico no Direito Constitucional brasileiro a interioridade de se realizar concurso público para nomeação de servidores públicos na administração direta. Esta norma é mantida pelo S-2.

A emenda em destaque estende aquela obrigatoriedade à contratação de servidores autárquicos, empregados das empresas públicas, da sociedade de economia mista e das fundações, universalizando uma norma, hoje, privativa de algumas estatais, como o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal, a Companhia Vale do Rio Doce entre outras que, em maior ou menor grau, são exatamente as empresas mais eficientes entre as estatais brasileiras. Vale lembrar que, hoje, o número de servidores fora da administração pública direta é bem superior ao de nomeados por concurso público, e a contratação se faz sem uma norma geral que favorecesse a todos da forma mais trans-

parente, democrática. Esta indefinição, normalmente, leva a classe política à tarefa desgastante de se exercer um clientelismo, um paternalismo político que leva à queda da qualidade do serviço público.

Se aprovado o sistema parlamentarista de governo, a adoção da norma do concurso público para toda a administração pública passa a ser obrigatória pelos motivos mais óbvios. A personalização do serviço público além de desejável é imprescindível e necessária para sua maior eficiência e só será possível se na admissão, quando o futuro servidor inicia sua vida profissional no serviço público, o candidato passar por uma competição a nível de igualdade de oportunidades e sem qualquer tipo de dependência ou vinculação.

Os argumentos contrários à emenda são principalmente dois: o primeiro é que a contratação dos serviços especializados estariam prejudicados pela impossibilidade do concurso público. Tal argumentação é contraditória pela simples constatação de que as exceções devem ser tratadas como exceções facultadas em lei, já que a escolha é restrita em número percentualmente insignificante no universo dos servidores que são normalmente admitidos. O outro argumento é de que o S2 acolheu a identidade de regime trabalhista entre as empresas públicas e as empresas privadas.

O contra-argumento é apenas o de lembrar que a semelhança exigida pelo S-2 não impede eventuais distinções. A distinção mais óbvia, entre outras, é a de que a empresa pública gera dinheiro público. Ademais, a exigência de concurso público na Caixa Econômica, no Banco do Brasil e na Companhia Vale do Rio Doce jamais foi argüida de inconstitucionalidade. Assim, a igualdade pretendida prende-se a situações iguais entre empregados na sua contratação.

Quando da velha e sábia lição de Rui Barbosa “deve-se designar a desigualdade”, o empregado da empresa particular não recebe dinheiro vindo dos cofres públicos, como ocorre com o empregado da empresa estatal.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, esta regra completa o princípio de moralidade administrativa da impessoalidade e da publicidade contempladas no art. 43. Sem dúvida, o concurso público deverá ser indicado pela Constituição como uma proposta aprovada.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Com a palavra o Constituinte Nelson Carneiro, para encaminhar contra.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes.

A emenda que acaba de ser defendida brilhantemente pelo nobre Constituinte diz o seguinte:

“A contratação de servidores autárquicos e de empregados das empresas públicas, sociedades de economia mista, e fundações sob qualquer regime jurídico, dependerá sempre de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos.”

Ora, Srs. Constituintes, o serviço público não se compõe apenas de serventes, contínuos, escriturários e agentes administrativos. Compõe-se também de grandes homens que as empresas vão buscar, em determinado momento, ou seja, grandes figuras da Engenharia, da Medicina, para participar das autarquias e das empresas públicas sob qualquer regime jurídico.

Esses homens ilustres são recrutados, em determinado momento, pelas grandes companhias ou pelo Poder Público sob um regime jurídico de simples contratação por prazo certo, que é uma das formas admitidas pela lei a qual temos votado. Embora sendo um professor, um cientista, esse homem não poderá ser nomeado, ele terá que fazer um concurso. Evidentemente, temos que

moralizar a administração, mas isso é um excesso que não pode vingar sob pena de excluirmos do serviço público, mediante contrato por prazo certo, figuras exponenciais da sua classe.

Por exemplo, esse problema do Césio-137 que ocorreu agora: se aparecesse um grande nome fora da equipe que compõe a autarquia, ou a empresa pública, não se poderia contratar esse homem, esse cientista, porque ele teria que prestar concurso, quando já teria a seu favor uma grande tradição científica.

Vamos moralizar. Mas, aqui, estamos impedindo que, para o serviço público, se aproveitem, ocasionalmente, dependendo do regime jurídico, que pode ser aquele funcionário administrativo. Muito bem! Vamos fazer concurso. Mas aqueles funcionários, aqueles homens que são recrutados em determinado momento para algum serviço, evidentemente que isso é um exagero.

Por isso, espero, apesar dos bons propósitos do autor, que essa emenda seja rejeitada em favor do bom ritmo da administração.

É essa a esperança com que assomo a esta Tribuna, e com essa esperança é que daqui me retiro, certo de que a Comissão rejeitará esse texto.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Em votação.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, a Relatoria é contra a emenda, na esteira do Senador Nelson Carneiro.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Chamo a atenção dos Srs. Constituintes para o baixo rendimento da votação, o que, ainda há pouco, foi lembrado pela Constituinte Cristina Tavares. Temos conseguido um resultado medíocre na votação dos titulares. Já estamos perfeitamente familiarizados com o sistema.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Ademir Andrade, Nelson Friedrich, Sigmaringa Seixas, Eraldo Tinoco, Inocêncio Oliveira, José Jorge, José Lins, Luís Eduardo, Paulo Pimentel, Ricardo Fiúza, Paes Landim, Jonas Pinheiro, Hugo Napoleão, Simão Sessim, João Menezes, Gilson Machado, Mozarildo Cavalcanti, Jofran Frejat, José Maurício, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Aldo Arantes, José Maria Eymael, Roberto Freire. Votaram **NÃO** os seguintes Constituintes: Almir Gabriel, Antônio Britto, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Celso Dourado, Cristina Tavares, Fernando Bezerra Coelho, Haroldo Sabóia, João Calmon, José Fogaça, José Freire, José Geraldo, José Inácio Ferreira, José Paulo Bisol, José Serra, José Ulisses de Oliveira, Manoel Moreira, Nelson Carneiro, Nilson Gibson, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Raimundo Bezerra, Rodrigues Palma, Theodoro Mendes, Miro Teixeira, Daso Coimbra, Alcení Guerra, Aloysio Chaves, Arnaldo Prieto, Christóvam Chiaradia, José Santana de Vasconcellos, Sandra Cavalcanti, Enoc Vieira, Valmir Campelo, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Gerson Peres, Jarbas Passarinho, Virgílio Távora, Bonifácio de Andrada, Lysâneas Maciel, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Adolfo Oliveira, Jamil Haddad, Antonio Farias.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A Mesa vai proclamar o resultado votaram SIM 24 Constituintes; votaram NÃO 47 Constituintes. Total: 71 votos. O Destaque foi rejeitado.

**Destaque nº 4817-87 do Sr. Antoniocarlos Mendes Thame – Emenda nº 1P-06354-0, do Sr. Horácio Ferraz, “que adita parágrafo único ao art. 89 do Projeto de Constituição (art. 47, “caput” do Substitutivo nº 2)” (272ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Sobre a mesa, requerimento de preferência para a votação do Des-

taque nº 4817, assinado pelos nobres Líderes do PMDB e da Frente Liberal.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Constituintes que estão de acordo queiram permanecer sentados. **(Pausa)**

Dada a preferência.

Passamos à votação do Destaque nº 4817, requerido pelo Constituinte Antoniocarlos Mendes Thame, referente à Emenda nº 6354 do projeto original, de autoria do Sr. Constituinte Horácio Ferraz.

Constituinte Antoniocarlos Mendes Thame tem a palavra V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE ANTONIOCARLOS MENDES THAME:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

A emenda apresentada pelo Constituinte Horácio Ferraz, do PFL, na realidade, não difere de diversas emendas apresentadas por outros Constituintes, inclusive, na noite de ontem, pelo Constituinte Miro Teixeira, emenda que foi aprovada, mas que por um voto apenas não pôde constar do texto, e que diz respeito a que os proventos da inatividade sejam revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que houver uma modificação da remuneração dos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação no cargo ou função em que se deu a aposentadoria ou a reforma.

É muito comum, no serviço público, que haja reformulações. Nestes 7 (sete) meses em que aqui estivemos, recebemos diversos documentos propondo reforma administrativas. A busca de uma burocracia eficiente, rápida e que realmente dê estabilidade ao setor público, faz com que o Governo, o Estado esteja procurando sempre formas de agilizar os trabalhos, modificando a estrutura operacional, a estrutura burocrática, a estrutura administrativa.

E, nada mais justo que aqueles que já se aposentaram, quando houver uma alteração que modifique a situação funcional dos que estejam na ativa, esta lhes seja também concedida, por extensão.

É o que pretende esta emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra o Constituinte Gerson Peres, pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Para levantar uma preliminar, esta é matéria vencida. Ontem, nós rejeitamos o art. 67, que vou ler, do Cabral I, cujo autor objetivava inserir no Cabral II, que diz: “Os proventos da inatividade serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, bem como sempre que transformado ou reclassificado o cargo ou função em que se deu a aposentadoria ou a reforma”.

Eu, aliás, até votei favoravelmente a esta emenda. E, agora, o nobre Constituinte Antoniocarlos Mendes Thame, em outras palavras, está reproduzindo o que rejeitamos, para confirmar o texto do Cabral II.

É isto o que entendi da emenda de S. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Não houve rejeição da emenda; houve prejuízo. Não houve **quorum** qualificado para aprovação nem para rejeição, de maneira que somos obrigados a colocar novamente em votação a matéria.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Então, desisto da votação, para ser coerente com minha posição ontem.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Chamo a atenção para o resultado da última votação: só na Banca do PMDB, 9 titulares deixaram de votar, para serem chamados depois, nominalmente.

A secretária ficou de me dar o resultado dos outros partidos. Isto, naturalmente, torna lenta a votação e, de algum modo, prejudica a votação eletrônica.

Concedo a palavra, para falar contra, ao nobre Constituinte José Serra.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ SERRA:** – Sr. Presidente e Srs. Constituintes:

Na verdade, eu repetiria aqui a argumentação ontem apresentada na votação da emenda proposta pelo Constituinte Miro Teixeira, de que, uma vez que a emenda agora apresentada pelo Constituinte Antoniocarlos Mendes Thame reproduz aquilo que votamos ontem, realmente pode ser reapresentada, porque não houve aprovação, mas não houve rejeição.

No substitutivo do relator que está sendo analisado, essa questão é tratada da seguinte maneira: "Os proventos da inatividade e as pensões serão reajustados na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade."

A nosso ver, esse dispositivo já representa uma boa conquista. Poderíamos discutir se questões como essa devem ou não constar de um texto constitucional. Mas, se tiverem que constar, é inegável que o que está aqui representa uma medida de justiça e uma garantia muito importante para aqueles que vivem de aposentadoria e de pensões.

A proposta apresentada acrescenta: "...bem como, sempre que for transformado ou reclassificado o cargo ou função, em que se deu a aposentadoria ou a reforma." Ora, a introdução desse aditivo trará, do ponto de vista da atividade governamental, em todos os níveis, ao longo do tempo – uma vez que é algo permanente –, inconvenientes que poderão ser muito grandes: estabelecerá uma rigidez quanto a mudanças dentro do setor público bastante grandes ao longo do tempo; praticamente poderá haver uma distância enorme entre uma função determinada no momento da aposentadoria e num outro momento do tempo, inclusive, com custos que não temos condições de avaliar, do ponto de vista do conjunto do setor público, dos Municípios, dos Estados e do próprio Governo Federal.

Um outro aspecto é que o conceito "servidor público" inclui também o pessoal "CLT servidor público", o que está ligado ao sistema da Previdência Social, que tem um sistema previdenciário diferente. A criação de um privilégio do ponto de vista de celetistas, quer dizer, haverão celetistas, aqueles ligados ao setor público e aqueles não ligados, que terão um tratamento diferente de aposentadoria, inclusive o fato de eles recolherem em correspondência a uma determinada função, com uma determinada remuneração.

Então, seria uma coisa extraordinária se alguém CLT, cujo cargo no futuro seja transformado – e isso é de uma avaliação extremamente subjetiva – vier, então, a ter um reajuste da sua aposentadoria. Não haverá sistema de previdência no Brasil que possa agüentar isso. Como consequência prática, o que vai haver, se esta ou outras medidas semelhantes forem aprovadas, é um tremendo aumento da carga tributária ou da carga das contribuições sociais, que oneram a todos os consumidores, oneram a toda a população, e de uma maneira regressiva, porque não haverá forma de financiar, quer dizer, isso terá que ser financiado por toda a coletividade, especialmente por aqueles que têm menos recursos, uma vez que o aumento desta carga é trasladado pelas empresas aos preços.

Na verdade, essa medida acaba sendo regressiva e injusta, quanto ao conjunto da população, embora a sua intenção seja a melhor possível, do ponto de vista da justiça social, mas tem outro efeito.

Lembraria que, no Brasil, temos cerca de 25 milhões de pessoas que recolhem para a Previdência e 11 milhões de

aposentados. O coeficiente entre quem recolhe para a Previdência – que está trabalhando – e aposentados é dos mais baixos do mundo. Só concorreremos, na matéria, com o Uruguai, ou seja, o Brasil é um dos países em que há mais aposentados como proporção dos que pagam para a Previdência. Um ônus desses, adicional, que, além do mais, estabelece tratamento diferente para pessoas que estão no mesmo regime, a meu ver, não tem cabimento. Não questiono, aqui, as boas intenções e os propósitos da proposta. Realmente, não faz sentido.

O texto do relator já representa um bom avanço. Até aí deveremos chegar, mas não ir além, em medidas que vão criar injustiça, do ponto de vista de pessoas que pertencem ao mesmo regime, e aumento da carga de impostos, porque as contribuições sociais têm os mesmos efeitos que os impostos sobre a população, impostos esses pagos pela grande massa de assalariados.

Só lembraria que, no Brasil, quem ganha um salário mínimo, paga 33% da sua renda, como impostos. Só vamos ter que aumentar isso, ainda mais, com medidas que, aparentemente, perseguiriam exatamente o efeito contrário, ou seja, o da justiça social.

**O SR. CONSTITUINTE ADYLSO MOTA:** – Sr. Presidente, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – V. Ex.<sup>a</sup> deseja usar da palavra para uma questão de ordem?

**O SR. CONSTITUINTE ADYLSO MOTA:** – Não, queria encaminhar favoravelmente.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Não há mais oportunidade. Peço desculpas a V. Ex.<sup>a</sup>, mas já falou o autor e S. Ex.<sup>a</sup> tem preferência.

**O SR. CONSTITUINTE ADYLSO MOTA:** – Então, apenas para lembrar, Sr. Presidente, que ontem foi votada uma emenda semelhante a essa, apontando o resultado de 46 a 26 votos.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Já esclareci isso ao Constituinte Gerson Peres. Em votação.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Almir Gabriel, Antônio Britto, Artur da Távola, Celso Dourado, Cristina Tavares, Fernando Bezerra Coelho, Haroldo Sabóia, João Calmon, João Herrmann Neto, José Geraldo, José Paulo Bisol, José Ulisses de Oliveira, Manoel Moreira, Mário Lima, Milton Reis, Nelson Carneiro, Nelson Fridrich, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Rodrigues Palma, Severo Gomes, Theodoro Mendes, Sigmaringa Seixas, Rose de Freitas, Roberto Brant, José Carlos Grecco, Michel Temer, Israel Pinheiro, Miro Teixeira, Nelson Wedekin, Vicente Bogo, Jorge Hage, Octávio Elísio, Alcení Guerra, Aloysio Chaves, Antoniocarlos Mendes Thame, Christóvam Chiaradia, Inocêncio Oliveira, José Jorge, José Lins, Mário Assad, Oscar Corrêa, Paulo Pimentel, Sandra Cavalcanti, Enoc Vieira, Jonas Pinheiro, Hugo Napoleão, Simão Sessim, Valmir Campelo, Mozarildo Cavalcanti, Jofran Frejat, Gerson Peres, Adylson Motta, Brandão Monteiro, José Maurício, Lysâneas Maciel, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, José Maria Eymael, Aldo Arantes, Roberto Freire, Jamil Haddad. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Bernardo Cabral, Ibsen Pinheiro, José Fogaça, José Freire, José Richa, José Serra, Nilson Gibson, Virgildásio de Senna, Francisco Benjamim, José Santana de Vasconcellos, Luís Eduardo, Ricardo Fiúza, Paes Landim, Antônio Carlos Konder Reis, Virgílio Távora, Adolfo Oliveira. **ABSTENÇÃO** dos Senhores Constituintes Chagas Rodrigues, Eraldo Tinoco, Jarbas Passarinho.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 69 Constituintes; votaram NÃO 16 Constituintes; abstiveram-se de votar 3 Constituintes. Total: 88 votos. O Destaque foi **aprovado**.

**Destaque nº 3876-87 – Emenda nº ES-26044-8, do Sr. Gastone Righi, “que adita parágrafo único ao art. 61 do Substitutivo nº 1 (art. 63, § 6º do Substitutivo nº 2)”.** (273ª votação)

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Sobre a mesa, requerimento de preferência para votação do Destaque nº 3876, do Constituinte Gastone Righi.

Os Srs. Constituintes que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (**Pausa**)

Aprovado.

Passamos à votação do Destaque.

Em votação o Destaque nº 3876, de autoria do Constituinte Gastone Righi, referente à Emenda nº 26044.

Concedo a palavra a S. Ex.ª.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, um fato vem provocando clamor popular e indignação pública: a existência dos chamados “marajás, na administração pública direta e indireta, em todo o País.

Nem se diga apenas que, na esfera federal, nos mais variados Estados e, até mesmo, no âmbito dos municípios, esses “marajás” estão incrustados na administração pública, somam vantagens, somam benefícios, multiplicam-nos e chegam a vencimentos, realmente, assustadores. No Estado de São Paulo, por exemplo, houve juiz, houve oficial da Polícia Militar que atingiu nível de quinhentos a oitocentos mil cruzados mensais.

Evidente que uma nação pobre como a nossa, que precisa se desenvolver, tem que ter uma política de austeridade na administração pública. E essa política tem que ser extensiva também à administração indireta, porque às empresas estatais, a que não temos acesso, nem a imprensa consegue lá chegar, para noticiar ou fiscalizar as polpudas recompensas de suas diretorias, de seus assessores, que muitas vezes excedem a casa de hum milhão de cruzados mensais. É preciso que lá também se instale a moralidade, a probidade, a austeridade, sem o que jamais sanaremos o déficit público do País, sem o que jamais conseguiremos construir uma nação onde haja justiça social, equilíbrio e, principalmente, credibilidade, em relação ao Governo e ao poder constituído.

A minha emenda tem esse objetivo; é simples, mas fixa pelo menos um parâmetro, um limite, um teto para que os salários e vencimentos não sejam utilizados à sanha, à voracidade daqueles que impunemente detêm cargos públicos ou a direção de empresas.

Diz a minha emenda:

“Nenhum funcionário, diretor ou empregador, na administração pública, direta ou indireta, de empresa estatal ou sociedade de economia mista, terá remuneração ou vantagens superiores às percebidas, respectivamente, na área municipal, pelo prefeito; na área estadual, pelos secretários de Estado e, na área federal, pelos ministros de Estado.”

Vejam bem que o teto que imponho a nível municipal é o prefeito, a nível estadual é o secretário de Estado, a nível federal é o ministro de Estado. **Ilegível** é nenhum nível baixo, não é nenhum nível aviltante ou descumprível, ao contrário, é um nível devado. É, pelo menos, um parâmetro, uma medida de controle, para que essas aberrações não se estabeleçam como no meu Estado, como nas Alagoas,

como em tantos outros rincões deste País sofrido e necessitado, que não pode ficar nesta sangria desatada imposta pela desonestidade de alguns e, com isso, trazendo o descrédito, a desconfiança e a desesperança para o povo.

Assim, esta emenda, é a emenda antimarajá, e peço que esta Constituinte vote a seu favor para que possamos recuperar a austeridade na administração pública direta e indireta do País.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Concedo a palavra ao Relator Antônio Carlos Konder Reis.

**O SR. RELATOR (Antônio Carlos Konder Reis):** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, o nobre Constituinte Gastone Righi, através da Emenda nº 26044, propõe que se inclua no Capítulo da Administração Pública a seguinte disposição: “Nenhum funcionário, diretor ou empregador da administração pública direta ou indireta, empresa estatal ou sociedade de economia mista, terá remuneração ou vantagem superiores às percebidas, respectivamente, na área municipal, pelo prefeito; na área estadual, pelo secretário de Estado e na área federal, pelos ministros de Estado.”

O projeto acolhe a matéria, da seguinte forma:

“No art. 43 do Substitutivo II que cuida da Administração Pública, o Sr. Relator-Geral teve a preocupação de explicitar “a administração pública direta ou indireta.”

Portanto, o Capítulo da Administração Pública, Capítulo VII do Título III, inclui em suas disposições regras a serem aplicadas na administração direta e na administração indireta.

Feita esta observação, Sr. Presidente, Sras e Srs. Constituintes, cumpre-me proceder à leitura do texto do substitutivo que corresponde à emenda do Sr. Constituinte Gastone Righi.

O substitutivo, no § 6º, do art. 46 determina: “A lei fixará a relação de valores entre a maior e a menor remuneração da administração pública direta ou indireta, observados como limites máximos e no âmbito dos respectivos poderes os valores percebidos com o remuneração em espécie, a qualquer título, por membros do Congresso Nacional, Ministro do Supremo Tribunal Federal e Ministro de Estado, e seus correspondentes nos Estados e Municípios”.

O simples cotejo entre a formulação da emenda do nobre Sr. Constituinte Gastone Righi e os termos do § 6º, do art. 43, do projeto evidencia que a redação do projeto é mais abrangente e mais precisa, e estabelece uma regra que poderá efetivamente coibir os abusos referidos pelo nobre Sr. Constituinte Gastone Righi.

Mas, o Sr. Relator-Geral não ficou aí; estabeleceu essa regra do § 6º do art. 43, no corpo permanente do texto constitucional, e acrescentou no art. 33 das Disposições Transitórias:

“Os vencimentos, remunerações, quaisquer vantagens e adicionais que estejam sendo percebidos em desacordo com esta Constituição – isto é, com o que dispõe o § 6º, do art. 43 – serão, na data de sua promulgação, imediatamente reduzidos aos limites nela determinados, não se admitindo invocação de direito adquirido ou percepção do excesso a qualquer título.”

Em razão desses argumentos, o Sr. Relator-Geral manifesta-se favoravelmente à manutenção dos textos do projeto, seja aquele escrito no corpo permanente, seja aquele contemplado nas Disposições Transitórias, e sem embargo do respeito que merece a iniciativa do nobre Sr. Constituinte Gastone Righi, suas altas intenções e seus

elevados propósitos, o parecer do Sr. Relator-Geral é contrário à emenda, porque a matéria já está disciplinada conveniente e suficientemente no projeto do Sr. Relator no Substitutivo nº 2. É o parecer, Sr. Presidente.

**O SR. CONSTITUINTE CHAGAS RODRIGUES:** – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem, para um esclarecimento. **(Assentimento da Presidência)**

Sr. Presidente, quer-me parecer que o § 6º, do art. 43, referido pelo nobre relator, refere-se apenas a servidores da administração federal.

**O SR. RELATOR (Antônio Carlos Konder Reis):** – De modo nenhum, Sr. Constituinte Chagas Rodrigues, tanto assim que **in fine**, o § 6º, constante do Substitutivo nº 2 estabelece: "E seus correspondentes nos Estados e Municípios"; a disposição abrange a administração direta e indireta e estende-se também ao âmbito dos Estados e Municípios.

**O SR. CONSTITUINTE CHAGAS RODRIGUES:** – Estou satisfeito. Muito obrigado a V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Passa-se à votação. **(Pausa)**

#### **(Procede-se à votação)**

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Ademir Andrade, Almir Gabriel, Antônio Britto, Artur da Távola, Carlos Mosconi, Cristina Tavares, Haroldo Sabóia, José Paulo Bisol, Milton Reis, Nelson Carneiro, Nilton Friedrich, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Sigmaringa Seixas, Theodoro Mendes, Rose de Freitas, José Carlos Grecco, José Costa, Vilson Souza, Vicente Bogo, Jorge Hage, Octávio Elízio, Bonifácio de Andrada, Brandão Monteiro, José Maurício, Lysâneas Maciel, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Aldo Arantes, Roberto Freire, Jamil Haddad. Votaram **NÃO** os Constituintes: Alfredo Campos, Bernardo Cabral, Celso Dourado, Fernando Bezerra Coelho, João Calmon, João Herrmann Neto, José Fogaça, José Geraldo, Manoel Moreira, Mário Lima, Nilson Gibson, Oswaldo Lima Filho, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Rodrigues Palma, Virgildásio de Senna, Wilson Martins, Roberto Brant, Manuel Viana, Michel Temer, Israel Pinheiro, Miro Teixeira, Délio Braz, Daso Coimbra, Chagas Rodrigues, Alcení Guerra, Aloysio Chaves, Arnaldo Prieto, Christóvam Chiaradia, Eraldo Tinoco, Francisco Benjamim, Inocêncio Oliveira, José Jorge, José Lins, José Thomaz Nonô, Luís Eduardo, Mário Assad, Oscar Corrêa, Paulo Pimentel, Ricardo Fiúza, Sandra Cavalcanti, Enoc Vieira, Jonas Pinheiro, Hugo Napoleão, Simão Sessim, Ricardo Izar, Valmir Campelo, Jofran Frejat, Antônio Carlos Konder Reis, Gerson Peres, Jarbas Passarinho, Virgílio Távora, Adilson Motta, Adolfo Oliveira, José Maria Eymael.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 34 Constituintes; votaram NÃO 55 Constituintes. Total: 89 votos. O destaque foi **rejeitado**.

Sobre a Mesa, requerimento de preferência para a votação do Destaque nº 248, relativo ao § 6º do art. 44 do Substitutivo nº 2, do Constituinte Lysâneas Maciel.

Os Srs. Constituintes que concordam com a preferência permaneçam como se encontram. **(Pausa)**

Aprovado.

Passamos à votação do Destaque nº 248, requerido pelo Constituinte Lysâneas Maciel, referente à emenda de autoria do Constituinte Nelson Aguiar e outros.

Tem a palavra o nobre Constituinte Lysâneas Maciel.

**O SR. CONSTITUINTE LYSÂNEAS MACIEL:** – Sr. Presidente, em virtude do adiantado da hora e para que nós terminemos os trabalhos aqui, retiro o meu destaque.

**Destaque nº 7959-87 – Emenda nº ES-28876-8, do Sr. Paulo Ramos, "que adita § 1º ao art. 72 do Substitutivo nº 1 (art. 50 do Substitutivo nº 2)". (274ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Requerimento de preferência, nos termos regimentais, para a votação do Destaque nº 7959, do Constituinte Paulo Ramos.

Os Srs. Constituintes que o aprovam permaneçam sentados. **(Pausa)**

Aprovado o requerimento de preferência.

Passamos ao Destaque nº 7959, requerido pelo Constituinte Paulo Ramos, referente à Emenda nº 28876.

Tem a palavra S. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, tivemos a oportunidade ontem de aprovar uma emenda que beneficiava as pensionistas dos servidores civis. Logo depois, aprovamos uma outra emenda que estabelecia que o aumento de vencimentos dos servidores civis e militares dar-se-ia sempre na mesma data e nos mesmos percentuais. A emenda ora em votação pretende estender às pensionistas dos bombeiros militares e dos policiais militares os mesmos benefícios que ontem foram aprovados para os servidores civis.

Estou convencido de que o sentimento democrático, que prevalece nesta Casa, há de promover a aproximação entre os servidores civis e os servidores militares. Estou convencido também de que a sociedade civil, a sociedade democrática, que há de redundar desta Assembléia Nacional Constituinte, estabelecerá a aproximação e não promoverá nenhuma distinção entre civis e militares. Muito obrigado, Sr. Presidente, e espero a aprovação desta emenda.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, é igualdade para as pensões das viúvas civis com as das viúvas dos militares. Acho que está certo cem por cento, vamos votar com eles.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Para encaminhar contra, tem a palavra o Constituinte José Maria Eymael.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ MARIA EYMAEL:** – Sr. Presidente, estávamos inscritos para falar sobre o destaque anterior do Constituinte Paulo Ramos, que foi substituído. Com relação a esta emenda, somos totalmente favoráveis.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, pediria a V. Ex.<sup>a</sup> que esclarecesse, pois muitos Constituintes não prestaram a atenção que deveriam prestar.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Praticamente, trata-se de mandar fazer equivalência entre aquilo que foi votado em favor dos servidores públicos civis para os servidores públicos militares. O que votaremos é o seguinte: aplica-se aos policiais militares e bombeiros militares e suas pensionistas o disposto nos arts. 67 e 68, que eram do antigo substitutivo, que hoje é o art. 47, que rege a Seção II dos servidores públicos civis.

O art. 47 fala dos proventos da inatividade e das pensões, e manda reajustar da maneira pela qual V. Ex.<sup>as</sup> aprovaram; ele agora pede que haja uma equivalência para a área militar.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Sr. Presidente, envolve também os benefícios da Emenda Antoniocarlos Mendes Thame, aprovada hoje?

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – O Constituinte Nilson Gibson pediu a palavra para falar a favor, mas já está completo o número dos que falam. Vamos passar à votação.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – O relator quer declarar aos eminentes colegas Constituintes que acolhe a emenda, está favorável a ela.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Vamos passar à votação.

**(Procede-se à votação)**

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Ademir Andrade, Alfredo Campos, Almir Gabril, Antônio Britto, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Carlos Mosconi, Celso Dourado, Cristina Tavares, Fernando Bezerra Coelho, Haroldo Sabóia, João Calmon, José Fogaça, José Geraldo, José Paulo Bisol, José Ulisses de Oliveira, Manoel Moreira, Mário Lima, Milton Reis, Nelton Friedrich, Nilson Gibson, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Rodrigues Palma, Sigmaringa Seixas, Theodoro Mendes, Wilson Martins, Rose de Freitas, Roberto Brant, Marcos Lima, Manuel Viana, Michel Temer, José Costa, Israel Pinheiro, Miro Teixeira, Nelson Wedekin, Délio Braz, Vilson Souza, Daso Coimbra, Vicente Bogo, Jorge Hage, Octávio Elísio, Euclides Scalco, Chagas Rodrigues, Aloysio Chaves, Christóvão Chiaradia, Eraldo Tinoco, Francisco Benjamim, Inocêncio Oliveira, José Jorge, José Lins, José Santana de Vasconcellos, José Thomaz Nono, Luís Eduardo, Mário Assad, Paulo Pimentel, Ricardo Fiúza, Sandra Cavalcanti, Enoc Vieira, Hugo Napoleão, Simão Sessim, Ricardo Izar, Valmir Campelo, Jofran Frejat, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Gerson Peres, Jarbas Passarinho, Virgílio Távora, Bonifácio de Andrada, Brandão Monteiro, José Maurício, Lysâneas Maciel, Francisco Rossi, Joaquim Bevilacqua, Ottomar Pinto, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Adolfo Oliveira, José Maria Eymael, Aldo Arantes, Roberto Freire, Jamil Haddad.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 86 Constituintes. Total: 86 votos. O destaque foi **aprovado**.

**Destaque nº 3912-87 – Emenda nº ES-25.785-4, do Sr. Gastone Righi, "que adita artigo ao Título IV, Capítulo VIII, Seção I do Substitutivo nº 1 (Título III, Capítulo VII, Seção I do Substitutivo nº 2)". 275ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Em votação o Destaque nº 3912, requerido pelo Constituinte Gastone Righi, cuja preferência esqueci de submeter à votação, anteriormente.

Os Srs. Constituinte que o aprovam, queiram permanecer sentados. **(Pausa)**

Aprovado.

Tem a palavra o nobre Constituinte Gastone Righi, que falará favoravelmente.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes:

Um dos problemas que vem afligindo sempre os legislativos, em todos os níveis, de municipal a federal, tem sido a questão da remuneração dos Parlamentares, particularmente dos membros do Congresso Nacional.

Estabelecer esta remuneração por fixação **interna corporis**, através de projeto de resolução, decisão da Mesa, ou de qualquer outro tipo de procedimento, sempre deixa permanecer sobre ela a eiva de suspeição, de legislação em causa própria, tisonando o mandato popular, e, mesmo que não tenhamos remuneração compatível, estaremos, o tempo todo, sob esta suspeição lastimável e indesejável.

É preciso estabelecermos, na Constituição, parâmetros, figuras de igualdade que tornem a remuneração, o vencimento do membro do Congresso Nacional, como dos Ministros de Estado e dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, compatível com o cargo e com a sua própria dignidade, suficiente ao atendimento de suas despesas e, ao mesmo tempo, transparente, publicamente afirmado, de tal sorte que não sofram a pecha permanente de sermos julgados como aproveitadores ou como legisladores em causa própria.

A minha emenda visa a estabelecer aquilo que todo o projeto da Constituição já está fixando, ou seja, que há três Poderes – Executivo, Judiciário e Legislativo – iguais e harmônicos entre si. Logo, os representantes desses três Poderes devem perceber as mesmas vantagens e a mesma remuneração. Desta forma, dou aos membros do Congresso Nacional a mesma remuneração que a dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, representantes do Judiciário, Ministros de Estado, e representantes do Executivo. E mando que essa remuneração seja estabelecida por lei ordinária que, evidentemente, será discutida nas duas Casas do Congresso e submetida à sanção do Presidente da República, sempre de forma pública, transparente, clara e notória.

Este é o teor da minha Emenda:

"Os Ministros de Estado, os Ministros do Supremo Tribunal Federal e os Membros do Congresso Nacional terão os mesmos vencimentos e vantagens, que serão fixados por lei ordinária."

Este princípio se casa, perfeitamente, com o disposto no § 6º do art. 43 do projeto, quando, segundo o Sr. Relator-Auxiliar, foram estabelecidos como parâmetros também a remuneração desses Ministros de Estado, do Supremo Tribunal Federal e dos Membros do Congresso Nacional, para efeito dos próprios funcionários públicos e servidores.

Assim, rogo a esta Comissão que vote pela aprovação desta emenda, altamente saneadora, duplamente estabelecadora de transparência e de lucidez em relação à remuneração dos Parlamentares, devolvendo ao Congresso Nacional a dignidade que muitas vezes foi posta em dúvida, principalmente quando se referiu a vencimentos e vantagens.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Para encaminhar contra, tem a palavra o nobre Constituinte Oswaldo Lima Filho.

**O SR. CONSTITUINTE OSWALDO LIMA FILHO:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes:

A minha presença na discussão desta emenda tem pouca significação. Reconheço os altos objetivos e até um sentido de justiça na Emenda do nobre Constituinte Gastone Righi, mas quero me valer da oportunidade regimental, que me oferece a discussão da emenda de S. Ex.<sup>a</sup>, para deixar consignado nos Anais da Comissão de Sistematização uma emenda de minha autoria, que é o sistema em vigor na Comissão de Sistematização, adotado pelas Lideranças, inclusive pela Liderança do meu Partido, que não permitiu sequer fosse submetida à votação. Por esse motivo, venho registrá-la nos Anais. A Emenda tem o nº 33632 e visa a regular a questão de vencimentos do funcionalismo em geral, inclusive Ministros, Deputados, por me parecer que o grande mal de que padece o sistema constitucional legal, vigente na República brasileira, é a disparidade monstruosa estabelecida entre os vencimentos dos altos funcionários e o salário dos humildes trabalhadores. O salário mínimo, hoje, não alcança sequer 3 mil cruzados.

Em reunião havida ainda há pouco com o Sr. Ministro Bresser Pereira, comunicava-nos S. Ex.<sup>a</sup> que, hoje, o piso salarial seria elevado para 3 mil cruzados, quantia que é insuficiente para alimentar uma só pessoa durante o mês e muito menos uma família inteira.



Por isso, Sr. Presidente, a emenda que eu pretendia discutir e que abrange a matéria da emenda de autoria do nobre Constituinte Gastone Righi era a seguinte:

"Nenhum funcionário ou servidor público de qualquer categoria da administração direta ou indireta, das autarquias ou empresas públicas da União, dos Estados e Municípios, poderá perceber, a qualquer título, vencimentos ou proventos superiores a 60 salários mínimos." Isso, com o salário mínimo decretado, equivaleria ao máximo de remuneração de 180 mil cruzados, quantia bastante para subsistência condigna de qualquer funcionário, de: Ministro, Deputado e de Ministro do Supremo.

Infelizmente, as lideranças desta Casa e as lideranças do meu Partido me negaram até o direito de ver essa emenda votada.

Vou insistir, sem muita esperança, junto ao Plenário da Assembléia Nacional Constituinte. E pelo motivo de ter uma emenda dessa natureza, que defendi na televisão, nos comícios públicos, por entender que, no Brasil, se caracteriza hoje um abuso contra o povo, porque, embora reconheça a boa intenção do Sr. Relator Bernardo Cabral, considero que a limitação que S. Ex.<sup>a</sup> estabeleceu é insuficientes. Por quê? Então, todos os marajás dessa República vão receber tanto quanto um Ministro de Estado. É justo isso? Não me parece. Porque a limitação fixa o máximo que será o dos vencimentos de Ministro de Estado. Ora, não é justo pagar essa quantia a marajás, a funcionários que, muitas vezes, exercem uma função de menor importância.

Só por isso, Sr. Presidente, a intenção do nobre Relator parece-me não ter atingido o seu objetivo.

Já fui lembrado pela Mesa, nobre Constituinte Jorge Hage, e creio que V. Ex.<sup>a</sup> vem apenas perturbar o fim do meu raciocínio. Lamento que V. Ex.<sup>a</sup> não esteja exercendo a direção da Mesa, porque teríamos trabalhos mais rápidos.

São essas as observações, Sr. Presidente, que eu queria fazer em torno da emenda do nobre Constituinte Gastone Righi.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra o Relator.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, em primeiro lugar, antes de declarar o meu apoio à Emenda do Constituinte Gastone Righi, preciso dizer ao eminente Constituinte Oswaldo Lima Filho que os "marajás" estão com os seus dias contados neste Substitutivo II, no art. 33 das "Disposições Transitórias", onde não se admite invocação de direito adquirido ou percepção de excesso, a qualquer título. De modo que não se preocupe S. Ex.<sup>a</sup> porque, nesse particular, os "marajás" se acabam, com a aprovação das Disposições Transitórias e quando for promulgada a Constituição.

O eminente Constituinte Gastone Righi, Sr. Presidente, tem razão. A sua emenda se compatibiliza com o § 6º do art. 43 do Substitutivo II. A vista dessa circunstância, opino favoravelmente à aprovação da emenda de S. Ex.<sup>a</sup> O voto da Relatoria será nesse sentido.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Vamos passar à votação do Destaque. Os termos do Destaque, para alguém que ainda não se tenha assenhoreado completamente do que foi discutido, são os seguintes: O Constituinte propõe "Os Ministros de Estado, os Ministros do Supremo Tribunal Federal e os Membros do Congresso Nacional terão os mesmos vencimentos e vantagens, fixados por lei ordinária".

Em votação.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Ademir Andrade, Alfredo Campos, Almir Gabriel, Artur da

Távola, Bernardo Cabral, Carlos Mosconi, Cristina Tavares, Fernando Bezerra Coelho, Haroldo Sabóia, João Calmon, José Fogaça, José Freire, José Geraldo, José Ignácio Ferreira, José Paulo Bisol, José Ulisses de Oliveira, Mário Lima, Milton Reis, Nelson Carneiro, Nelton Friedrich, Nilson Gibson, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Rodrigues Palma, Sigmaringa Seixas, Theodoro Mendes, Wilson Martins, Rose de Freitas, Roberto Brant, Marcos Lima, Michel Temer, José Costa, Miro Teixeira, Délio Braz, Vilson Souza, Daso Coimbra, Vicente Bogo, Jorge Hage, Octávio Elísio, Chagas Rodrigues, Antoniocarlos Mendes Thame, Arnaldo Prieto, Christóvam Chiaradia, Francisco Benjamim, Inocêncio Oliveira, José Jorge, José Lins, José Santana de Vasconcellos, José Thomaz Nonô, Mário Assad, Osvaldo Coelho, Paulo Pimentel, Ricardo Fiúza, Sandra Cavalcanti, Enoc Vieira, Jonas Pinheiro, Hugo Napoleão, Simão Sessim, Ricardo Izar, Mozarildo Cavalcanti, Jofran Frejat, Antônio Carlos Konder Reis, Gerson Peres, Jarbas Passarinho, Virgílio Távora, Bonifácio de Andrada, Adylson Motta, Brandão Monteiro, José Maurício, Lysâneas Maciel, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Adolfo Oliveira, José Maria Eymael, Aldo Arantes, Roberto Freire e Jamil Haddad. Votaram **NÃO** os Constituintes: Antônio Britto, Celso Dourado, Manoel Moreira, Oswaldo Lima Filho, Virgildásio de Senna, Eraldo Tinoco, Luís Eduardo e José Tinoco.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram **SIM** 82 Constituintes; votaram **NÃO** 8 Constituintes. Total: 90 votos. O Destaque foi **aprovado**.

**O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO BRITTO:** – Sr. Presidente, pela ordem. (**Assentimento do Sr. Presidente**)

Até hoje, a questão relativa aos vencimentos dos Deputados e Senadores era tratada nos diversos substitutivos no Capítulo atinente, relativo ao Poder Legislativo. O art. 66 do Substitutivo II tem esta redação:

"Os Deputados e Senadores perceberão idêntica remuneração, fixada para cada exercício financeiro pelo Plenário do Congresso Nacional, em sessão conjunta, e sujeito aos impostos gerais, inclusive os de renda e os extraordinários."

Eu gostaria de pedir a V. Ex.<sup>a</sup> a gentileza do esclarecimento sobre que futuro tem o art. 66.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Quero ouvir do Relator.

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – Eu gostaria de informar ao nobre Constituinte Antônio Britto que, com a aprovação desta emenda, evidentemente o art. 66 fica prejudicado e terá que sofrer as devidas alterações.

**O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO BRITTO:** – Sr. Presidente, eu evidentemente, não quero contraditar a decisão em relação ao mérito, mas só queria chamar a atenção sobre dois aspectos. O primeiro é que, uma vez mais, e peço **vênia** para dizer isto, votamos, num capítulo, dispositivo que altera, revoga ou substitui o de outro, prejudicando, sem conhecimento, as emendas relativas ao outro, que só poderiam ser apresentadas no outro capítulo. E, em segundo lugar, estamos aqui de novo com a situação na qual partes não conflitantes, parece-me, permanecem.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Sem dúvida.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Permite-me V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Presidente?

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Um momento!

Primeiro, eu gostaria de dar uma resposta ao Constituinte Antônio Britto. Não sei se me excedo como Presidente naquilo que vou falar. Eu, em primeiro lugar, con-

sidero que a colocação do Constituinte Antônio Britto tem razão de ser. Em segundo lugar, tenho a impressão de que nós, ao votarmos, não esgotamos toda a matéria no momento do encaminhamento, e verificamos que há coisas aqui que vão gerar grandes dificuldades de ordem administrativa. Por exemplo, os Ministros de Estado têm mordomia, têm casa para morar, têm alimentos próprios que os Senadores e Deputados não têm. Os Ministros do Supremo Tribunal têm vencimentos variáveis de acordo com o seu tempo de serviço. Então, como regulamentar isso? Acredito que será uma dificuldade muito grande, mas, por isso, de qualquer maneira, essas questões deveriam ter sido levantadas antes da votação. Eu, agora, estou diante do irremediável. Está votado. Agora, quando chegar ao art. 66, eu acho que nós podemos voltar à matéria.

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a Relatoria, na verdade, entende que a expressão correta não é a inteira prejudicialidade. Na verdade, a aprovação agora realizada condiciona o texto do art. 66 que, possivelmente, terá que ser modificado para se adaptar ao que agora acabamos de aprovar.

**O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO BRITTO:** – Sem prejuízo das emendas.

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – Sr. Presidente, há um condicionamento inequívoco. O guarda-chuva desta emenda cobre o art. 66.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr. Presidente, apenas para colocar como questão de ordem. Esclarecendo a questão do Deputado Antônio Britto, devo dizer que o término do artigo, quando se refere à incidência de tributos, está coberto, inclusive, por uma emenda que pedimos preferência, de autoria do Deputado Arnaldo Faria de Sá, que estende a todos os vencimentos a incidência de tributos, igualmente.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Quero acrescentar a V. Ex.<sup>a</sup>, Constituinte Gastone Righi, ainda mais uma coisa, pedir a observação de V. Ex.<sup>a</sup> e do Constituinte Antônio Britto.

O Presidente, naturalmente, recebe a matéria, aqui encaminhada automaticamente pela sua assessoria, que tem feito estafante trabalho de seleção de matéria para votarmos dentro dos títulos que estamos votando. Ocorre que a matéria que nós acabamos de votar está em título diferente daqueles que estamos votando; está na Seção I do Capítulo VIII do Título IV que ainda vamos votar. Entretanto, infelizmente, por um equívoco, a matéria foi posta em votação. Eu me permito, Constituinte Gastone Righi, depois de fazer uma consulta pessoal a V. Ex.<sup>a</sup>, discutir com a Mesa o resultado dessa votação.

**O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO BRITTO:** – Sr. Presidente, apenas para, da minha parte, concluir. Se bem entendi o pensamento de V. Ex.<sup>a</sup>, não estão prejudicadas e poderão ser votadas as emendas que tiverem sido destacadas ao artigo que tratava da questão no Título IV.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Esta me parece a resposta que foi dada pelo Relator José Fogaça, e a mim me reservo a ocasião em que estiver presidindo a sessão para dar a interpretação que achar mais adequada e correta.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra, pela ordem, o Sr. Constituinte Nelson Carneiro.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – V. Ex.<sup>a</sup> acaba de afirmar que este dispositivo deveria fazer parte do Título IV e o Regimento da Comissão de Sistematização proíbe que dispositivo do Título IV seja votado quando está em exame o do Título III. Houve, assim, um equívoco. Não quero atribuir a alguém. Mas houve um equívoco tão grave que se fez infringir gravemente o Regi-

mento. Qual a solução? Prevaler o Regimento ou prevalecer a votação? Esse é o meu dilema e quero que V. Ex.<sup>a</sup> resolva.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Essa foi a razão pela qual acabei de comunicar, há pouco, que, localizado o equívoco e chamada a atenção, embora já extemporaneamente, pedi ao Constituinte Gastone Righi que tivesse a cortesia de, com a Mesa, discutir o destino da votação. Naturalmente, neste momento, o argumento de V. Ex.<sup>a</sup> será valioso. Pode-se chegar até a uma anulação do resultado por inadequação momentânea.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – A meu ver, esta é a melhor solução.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Farei esta proposta à Mesa.

**Destaque nº 7567-87 – Emenda nº ES-24686-1, do Sr. Darcy Pozza, "que substitui o art. 70 do Substitutivo nº 1, (art. 48 do Substitutivo nº 2)". (276ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Na forma regimental, há um pedido de preferência para a votação do Destaque nº 7567-87, referente à Emenda nº 24.681, requerido para o dispositivo do art. 48 do Substitutivo II da Comissão de Sistematização, requerido pelo Constituinte Darcy Pozza, devidamente apoiado.

Os que aprovarem o requerimento de preferência permaneçam sentados. **(Pausa)**

Aprovado

Com a palavra o Constituinte Darcy Pozza.

**O SR. CONSTITUINTE DARCY POZZA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Serei breve, até por que gostaria que as demais emendas de preferência fossem aqui votadas.

Todos sabemos da importância do funcionário público civil, principalmente daqueles que exercem mandato eletivo.

A minha emenda visa substituir o texto do Relator, em que pese o mérito e o bom trabalho, fica um pouco distante ao atender aos funcionários públicos civis, detentores de mandato eletivo. Nossa emenda quer alterar principalmente o inciso II do art. 48, onde diz:

"investido no mandato de Prefeito ou de Vereador, será afastado de seu cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração".

É claro, Srs. Constituintes, que não havendo incompatibilidade de horário, poderá haver a opção pela remuneração e, principalmente, o Vereador poderá receber os subsídios.

De certa forma, no inciso II está colocada uma incoerência. Se afastarmos o funcionário, que é Vereador, do seu cargo de funcionário público, como temos mais de 80% de municípios pequenos, onde as Câmaras Municipais só se reúnem uma vez por semana e à noite, ou duas vezes ao mês, um funcionário graduado, como por exemplo o médico sanitário de um posto de saúde, ficaria afastado do seu cargo, percebendo a remuneração de funcionário e implicaria, além disso, num ônus para o erário público, que teria que substituir esse funcionário. Além do que, ele não mais exercera a sua função, porque a lei lhe faculta essa opção.

Sr. Presidente e Srs. Constituintes, quero ler, aqui, a minha emenda substitutiva:

"Art. 48 – Ao servidor público da administração direta e indireta, sociedades de economia mista ou fundações controladas pelo Poder Públi-

co, em exercício de mandato eletivo, aplicam-se as disposições seguintes:

I – Tratando-se de mandato eletivo federal ou estadual, ficará afastado do seu cargo, emprego ou função;

II – investido no mandato de Prefeito ou Vereador, havendo compatibilidade de horário, perceberá sua remuneração sem prejuízo dos subsídios;

III – em qualquer caso que exija o afastamento para exercício do mandato eletivo, seu tempo de serviço será contado, para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento;

IV – para efeito de benefício previdenciário, no caso do afastamento, os valores serão determinados como se no exercício estivesse."

Nossa emenda, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, está apoiada pela União de Vereadores do Brasil, pela União de Vereadores de diversos Estados, bem como centenas de milhares de Vereadores do País, de todos os Partidos representados neste apoio. Eu queria dizer aos Srs. Constituintes da importância que nós vamos assumir, votando favoravelmente a essa emenda, que visa dar ao Vereador o valor que ele realmente merece. Todos nós sabemos que o Vereador é o pilar, a base de sustentação da pirâmide política e todo prestígio a ele nós deveremos dar, principalmente porque não podemos legislar sem definir com exatidão o que representa um Vereador.

Muito obrigado.

**O SR. CONSTITUINTE OSCAR CORRÊA:** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Pela ordem, concedo a palavra a V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE OSCAR CORRÊA:** – Eu peço a V. Ex.<sup>a</sup> que releia, para o Plenário, a emenda do Constituinte Darcy Pozza, já que S. Ex.<sup>a</sup>, ao fazê-lo da tribuna, imagino erradamente, acrescentou ao item 2 da sua emenda a figura do prefeito municipal. Eu peço a V. Ex.<sup>a</sup> que diga ao Plenário se, na emenda do ilustre Constituinte Darcy Pozza, existe no item 2 a figura do prefeito municipal.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – V. Ex.<sup>a</sup> levanta uma questão de ordem absolutamente pertinente, porque o que nós temos admitido até aqui tem sido exatamente a possibilidade de supressão, e não de introdução. Diante do protesto de V. Ex.<sup>a</sup> e do entendimento da Casa, o item 2 fica mantido como na sua redação original: "investido no mandato de Vereador, havendo compatibilidade de horário, perceberá sua remuneração sem prejuízo de subsídios".

**O SR. CONSTITUINTE OSCAR CORRÊA:** – Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup>.

O destaque agora será, então, votado em plenário sem a expressão "Prefeito municipal".

**O SR. CONSTITUINTE CHAGAS RODRIGUES:** – Peço a palavra, Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra pela ordem, o Constituinte Chagas Rodrigues.

**O SR. CONSTITUINTE CHAGAS RODRIGUES:** – Perguntaria a V. Ex.<sup>a</sup> se aprovada a emenda, desapareceria do texto "referência a Prefeito"? Porque é este inciso II o que trata de prefeitos e vereadores. Se aprovada a emenda que se refere apenas a Vereador, ficaria a figura do prefeito sem nenhuma regulamentação?

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – É esta a resposta que acabei de dar à questão de ordem levantada

pelo Constituinte Oscar Corrêa. Como a proposta do Constituinte Darcy Pozza, que viu em tempo não oportuno que excluía a figura do prefeito, pretendeu incluí-la. Eu, inicialmente, me inclinei por aceitar; mas a regra que temos estabelecido até agora, não modificada, é não aceitar inclusões, mas só supressões. De maneira que a figura de prefeito fica fora de cogitação.

**O SR. CONSTITUINTE CHAGAS RODRIGUES:** – Pergunto se não haveria referência a prefeito noutro texto da emenda. A emenda só se refere a Vereador?

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Não, não! Lerei a emenda para V. Ex.<sup>a</sup>.

"Ao servidor público da Administração direta, indireta, sociedades de economia mista ou fundações controladas pelo Poder Público, em exercício de mandato eletivo, aplicam-se as disposições seguintes:

I – tratando-se de mandato eletivo federal ou estadual ficará afastado do seu cargo, emprego ou função."

O Constituinte, em tempo oportuno, fez a anulação da expressão:

"ou municipal."

E anulou, também:

"facultada a opção pela remuneração de um deles os titulares de mandato eletivo."

Os incisos II, III e IV estão como na emenda que V. Ex.<sup>a</sup> tem, naturalmente, em mãos. Então, não há referência a Prefeitos.

**O SR. CONSTITUINTE CHAGAS RODRIGUES:** – Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE DARCY POZZA:** – Sr. Presidente, eu consultaria V. Ex.<sup>a</sup> e a Mesa se, ao invés de suprimir, deixasse inalterada a emenda com o texto, facilitaria a discussão e, inclusive, a aprovação, porque daí incluiríamos mandato eletivo federal, estadual ou municipal e suprimiríamos a expressão "do prefeito".

Parece-me que isso atende exatamente à vontade do Plenário.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – V. Ex.<sup>a</sup> é o dono da emenda e preferiu suprimir "municipal", mas diante das questões de ordem levantadas, resolveu incluir o "municipal"?

**O SR. CONSTITUINTE DARCY POZZA:** – Exatamente; Mantendo o texto original.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Ficaria "tratando-se de mandato eletivo federal, estadual ou municipal". É a expressão de V. Ex.<sup>a</sup>?

**O SR. CONSTITUINTE DARCY POZZA:** – Exatamente.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – É a emenda que será votada.

**O SR. CONSTITUINTE DARCY POZZA:** – Não! Sr. Presidente, facultada a opção pela remuneração de um deles.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Mas, isso V. Ex.<sup>a</sup> cancelou...

**O SR. CONSTITUINTE DARCY POZZA:** – Não. No caso do Prefeito, dele poderá optar pela remuneração – há opção.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Com a palavra o nobre Relator José Fogaça.

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – Na verdade, a Relatoria não tem condições de dar um parecer, porque não está claro o texto, não está clara a intenção do autor.

A Relatoria está carregada de boas intenções, de bons propósitos, mas há uma confusão ainda não diluída, ainda não dissolvida.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tentarei auxiliar a compreensão da Relatoria.

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – Se é o texto original, se há acréscimos, se há supressões...?

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Pode V. Ex.<sup>a</sup> ouvir-me?

O texto ficaria como foi solicitado, e não posso alterá-lo:

"Ao servidor público da Administração direta, e indireta, sociedade de economia mista ou fundações controladas pelo Poder Público, em exercício de mandato eletivo, aplicam-se as disposições seguintes:

I – tratando-se de mandato eletivo federal, estadual ou municipal, ficará afastado de seu cargo, emprego ou função;

II – investido no mandato de Vereador, havendo compatibilidade de horário, perceberá sua remuneração sem prejuízo dos subsídios;

III – em qualquer caso que exija o afastamento para exercício de mandato eletivo, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento;

IV – para efeito de benefício previdenciário, no caso de afastamento, os valores serão determinados como se no exercício estivesse."

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – A palavra "Prefeito" consta do item II?

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Não consta.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – Sr. Presidente, pela ordem, antes do parecer do Relator?

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Nelson Carneiro.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – Sr. Presidente, eu gostaria de vencer uma dúvida: o art. 1º diz que o servidor fica afastado das funções, e, logo abaixo, diz que havendo compatibilidade de horários, ele recebe a remuneração e o salário. Se ele fica afastado das funções pelo **caput** do artigo, como pode receber, havendo compatibilidade de horários, tanto a remuneração quanto o subsídio?

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Isto, naturalmente, nobre Constituinte Nelson Carneiro, levará V. Ex.<sup>a</sup> à votação.

Compreendendo V. Ex.<sup>a</sup> que é incompatível, já sei qual será o seu voto. O que não posso é modificar a redação da emenda.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – Então, a situação é essa.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – É essa.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – Pelo **caput** ele fica afastado da função, pelo texto posterior, abaixo, ele recebe a remuneração e o salário, ainda tem que haver compatibilidade de horário, mesmo que não trabalhe.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Explicarei a razão a V. Ex.<sup>a</sup> que acertou exatamente no cerne do problema. É que o Constituinte Darcy Pozza quando fez a emenda, não incorreu, evidentemente, nesse contra-senso S. Ex.<sup>a</sup> acrescentava, "facultada a opção pela remuneração de um deles a titulares de mandato..." Mas S. Ex.<sup>a</sup> retirou isso, e a emenda fica dessa maneira e eu não posso alterá-la.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – Em conclusão, Sr. Presidente. O vereador que seja funcionário público federal, estadual e municipal quando assumir um mandato, afasta-se das funções e se o seu serviço que ele não executa for em horário diferente daquelas reuniões da Câmara ele recebe a remuneração pelo que não trabalha e o subsídio pelo que trabalha. É isso. Então é impossível.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Pergunto ao Constituinte Darcy Pozza se S. Ex.<sup>a</sup> mantém a emenda nessas condições?

**O SR. CONSTITUINTE DARCY POZZA:** – O Relator aceita como municipal.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Já pedi ao Relator, já dei a informação a S. Ex.<sup>a</sup> Vamos tentar ganhar tempo.

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – Sr. Presidente, o Inciso I, do art. 48 diz:

"Tratando-se de mandato eletivo federal ou estadual, ficará afastado de seu cargo, emprego ou função, sem direito a optar pela sua remuneração, o servidor público em exercício de mandato eletivo."

Isso é o que está no Substitutivo II. A Relatoria considera isto uma conquista notável no substitutivo, e dela não deseja abrir mão, ou seja, de que o servidor público, eleito para o mandato federal ou estadual, fique afastado de seu cargo sem direito a optar pela sua remuneração.

Ora, na emenda do nobre Constituinte Darcy Pozza, essa questão é reposta de uma forma contrária ao pensamento da Relatoria. Diz S. Ex.<sup>a</sup> no Inciso I da sua proposta: tratando-se de mandato eletivo federal ou estadual ou municipal, ficará afastado do seu cargo, emprego ou função, facultada a opção pela remuneração de um deles.

**O SR. CONSTITUINTE DARCY POZZA:** – A expressão "facultada a opção" foi retirada.

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – Retira, então, V. Ex.<sup>a</sup> a expressão?

**O SR. CONSTITUINTE DARCY POZZA:** – Retiramos, ela confere com o texto do relator.

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – É até emprego ou função?

**O SR. CONSTITUINTE DARCY POZZA:** – É até função.

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – Sr. Presidente, há uma falta de clareza, há uma falta de precisão que, infelizmente, impede a Relatoria de dar um parecer minimamente fundamentado.

Ao dizer "tratando-se de mandato eletivo federal, estadual ou municipal, ficará afastado do seu cargo, emprego ou função", gera-se um dilema de interpretação: fica afastado com o direito a acumular os dois vencimentos – o do mandato e o do cargo – ou fica afastado sem direito a qualquer dos dois vencimentos? Essa dificuldade, esse dilema de interpretação está inviabilizando um parecer minimamente claro, honesto e fundamentado, da Relatoria.

Infelizmente, há uma imensa boa vontade, há uma imensa disposição, porque a emenda do nobre Constituinte Darcy Pozza tem dois itens – o 3 e o 4 – que a Relatoria considera de notável valor e como uma grande contribuição ao texto. O que não podemos fazer é amarrar uma coisa à outra.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Vou passar à votação. A interpretação fica por conta de cada um dos Srs. Constituintes.

**O SR. CONSTITUINTE THEODORO MENDES:** – Gostaria de saber se posso encaminhar contra, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Como o relator já falou, infelizmente, agora, não é mais possível.

**O SR. CONSTITUINTE THEODORO MENDES:** – Muito obrigado a V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Em votação.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Alfredo Campos, Antônio Britto, Fernando Henrique Cardoso, Haroldo Sabóia, Nilson Gibson, Michel Temer, Délio Braz, Alcení Guerra, Antonio Carlos Mendes Thame, Arnaldo Prieto, Eraldo Tinoco, Inocêncio Oliveira, José Jorge, José Lins, José Santana de Vasconcellos, Luís Eduardo, Mário Assad, Sandra Cavalcanti, Jonas Pinheiro, Simão Sessim, Ricardo Izar, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, José Luiz Maia, Virgílio Távora, Adylson Motta, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua e Jamil Haddad. **Votaram NÃO** os Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Almir Gabriel, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Carlos Mosconi, Celso Dourado, Cid Carvalho, Cristina Tavares, Fernando Bezerra Coelho, João Calmon, João Herrmann Neto, José Fogaça, José Freire, José Geraldo, José Ignácio Ferreira, José Paulo Bisol, José Serra, José Ulisses de Oliveira, Manoel Moreira, Mário Lima, Nelson Carneiro, Nelson Friedrich, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Rodrigues Palma, Sigmaringa Seixas, Theodoro Mendes, Virgildásio de Senna, Wilson Martins, Rose de Freitas, Aécio Neves, Israel Pinheiro, Miro Teixeira, Vilson Souza, Daso Coimbra, Vicente Bogo, Jorge Hage, Chagas Rodrigues, Oscar Corrêa, Paulo Pimentel, Enoc Vieira, Jofran Frejat, Plínio Arruda Sampaio, José Maurício, Vivaldo Barbosa, Luiz Inácio Lula da Silva, Adolfo Oliveira, José Maria Eymael, Aldo Arantes e Roberto Freire. **ABSTENÇÃO** do Senhor Constituinte Jarbas Passarinho.

Durante a chamada nominal da votação do Destaque nº 007567-87, o Sr. **Jarbas Passarinho**, Terceiro-Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. **Fernando Henrique Cardoso**, Quarto-Vice-Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 30 Constituintes; votaram NÃO 54 Constituintes; absteve-se de votar 1 Constituinte. Total: 85 votos. O destaque foi **rejeitado**.

Srs. Constituintes, de acordo com o que havíamos anunciado esta manhã, a sessão terminaria às 19 horas e 30 minutos. São 20 horas, e temos que votar a redação final, dada pelo relator, aos Títulos I e II e ao preâmbulo, para que possamos enviá-los ao Plenário da Constituinte e, ainda, sem prejuízo dos destaques, os Títulos IV, V, VI, VII, VIII e IX.

Temos sobre a Mesa cinco destaques. Poderíamos fazer um esforço para votá-los se V. Ex.<sup>as</sup> cooperarem e passarmos efetivamente à votação dos mesmos, uma vez concedida a preferência, sem que haja muita discussão sobre a matéria. O outro caminho que tenho é de seguir

estritamente a determinação e remetê-los pura e simplesmente para consideração posterior do Plenário da Assembléia Nacional Constituinte.

**O SR. CONSTITUINTE JORGE HAGE:** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Pois não!

**O SR. CONSTITUINTE JORGE HAGE:** – Sr. Presidente, como autor do próximo destaque a ser votado, queria ponderar a V. Ex.<sup>a</sup> que a única alternativa que me parece justa, equânime, é a aventada por V. Ex.<sup>a</sup> de, de fato, votarmos, sem muita discussão, os destaques seguintes.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – É a minha inclinação, Constituinte Jorge Hage.

**O SR. CONSTITUINTE JORGE HAGE:** – Proporia a V. Ex.<sup>a</sup> que estabelecêssemos em comum acordo, um prazo de 2 minutos para explicação, pelo autor, de que se trata o destaque.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Se V. Ex.<sup>a</sup> me permite, eu mesmo posso explicar o conteúdo da matéria destacada e o farei da forma mais favorável para que todos tenham consciência do que vão votar. Assim damos chance a todos que pediram preferência. **(Palmas)**

Creio que o Plenário está apoiando esta decisão.

**Destaque nº 6218-87, do Sr. Jorge Hage, "que suprime a expressão: "salvo na hipótese de rescisão do contrato de trabalho", do art. 43 do Substitutivo nº 2". (277ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Passo, então, à leitura da preferência ao Destaque nº 6.218, que trata do seguinte: no **caput** do art. 43 suprimir a expressão: "salvo na hipótese da rescisão do contrato de trabalho".

O art. 43 ficaria assim:

"A administração pública, direta ou indireta, de qualquer dos poderes, obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade, exigindo-se – e aí se suprime –, salvo na hipótese de rescisão do contrato de trabalho, como condição de validade dos atos administrativos, a motivação suficiente e, como requisito de sua legitimidade, a razoabilidade."

É para excluir a expressão "salvo na hipótese de rescisão do contrato de trabalho", para manter apenas os princípios sem que isso exima a rescisão do contrato de trabalho dos mesmos princípios, se bem entendi.

Se V. Ex.<sup>a</sup> quiser aduzir ao que eu disse alguma questão, concedo a palavra a V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. CONSTITUINTE JORGE HAGE:** – Gostaria, Sr. Presidente, de explicar à Casa que esta emenda de minha autoria contou com destaques idênticos de V. Ex.<sup>a</sup> e dos Constituintes Luís Eduardo e Anna Maria Rattes, visando retirar o que parece uma injustiça, poderia se deduzir numa injustiça no tratamento do servidor público, que se poderia entender que pode ser despedido imotivadamente, dando-lhe o mesmo tratamento do trabalhador privado.

Consultei, previamente o nobre relator quanto a esta parte do trabalhador privado; consultei previamente o nobre relator e os relatores-adjuntos e contei com a aquiescência honrosa de S. Ex.<sup>as</sup>

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Em votação a preferência.

Os Srs. Constituintes que a aprovam, queiram permanecer sentados. **(Pausa)**

Aprovada

Sr. relator, por favor, a opinião.

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – De acordo.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– A opinião do relator é favorável à supressão da expressão.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA:** –

Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Tem a palavra V. Ex.a, para uma questão de ordem.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA:** –

Quero cumprir o dever de alertar a Casa, apesar da ponderação do eminente relator, para o fato de que o artigo exige motivação suficiente como requisito de sua legitimidade e razoabilidade. No momento em que a motivação suficiente para rescisão de um contrato de trabalho, por exemplo, for exigida, e se na véspera da promulgação da Constituição Federal for nomeado alguém para o serviço público, a partir da promulgação da Carta, não há mais como se demitir, porque é necessária a motivação suficiente para o ato de demissão. Alerto para este fato com o objetivo de dizer que este artigo consagra a estabilidade do servidor no serviço público.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Srs. Constituintes, a Mesa, por liberalidade e aquiescência do Plenário, sugeriu um rito sumário de votação. Vamos aplicar o rito.

O parecer do relator é favorável.

Em votação.

#### **(Procede-se à votação)**

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Alfredo Campos, Almir Gabriel, Antônio Britto, Artur da Távora, Bernardo Cabral, Carlos Mosconi, Celso Dourado, Cristina Tavares, Fernando Henrique Cardoso, Haroldo Sabóia, João Calmon, João Herrmann Neto, José Fogaça, José Paulo Bisol, Mário Lima, Milton Reis, Nelson Carneiro, Nelton Friedrich, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Renato Vianna, Rodrigues Palma, Sigmaringa Seixas, Virgildásio de Senna, Wilson Martins, Rose de Freitas, José Carlos Grecco, Aécio Neves, Michel Temer, Israel Pinheiro, Miro Teixeira, Nelson Wedekin, Vilson Souza, Daso Coimbra, Vicente Bogo, Jorge Hage, Octávio Elísio, Chagas Rodrigues, Alcení Guerra, Luís Eduardo, Mário Assad, Oscar Corrêa Ricardo Fiúza, Sandra Cavalcanti, Enoc Vieira, Simão Sessim, Jofran Frejat, Darcy Pozza, José Luiz Maia, Bonifácio de Andrada, Adylson Motta, Brandão Monteiro, José Maurício, Lysâneas Maciel, Joaquim Bevilacqua, Gastone Righi, Francisco Rossi, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Adolfo Oliveira, Aldo Arantes, Roberto Freire e Jamil Haddad. Votaram **NÃO** os Constituintes: Cid Carvalho, José Freire, José Geraldo, José Ignácio Ferreira, Nilson Gibson, Theodoro Mendes, Délio Braz, Antonio Carlos Mendes Thame, Eraldo Tinoco, Inocêncio Oliveira, José Lins, José Santana de Vasconcellos, Paulo Pimentel, Jonas Pinheiro, Ricardo Izar e José Maria Eymael. **ABSTENÇÃO** dos Senhores Constituintes: José Jorge e Antonio Carlos Konder Reis.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 66 Constituintes; votaram NÃO 16 Constituintes; abstiveram-se

de votar 2 Constituintes. Total: 84 votos. O Destaque foi **aprovado**.

**Destaque nº 6219-87 –, do Sr. Jorge Hage "que suprime a expressão: "após dois anos de efetivo exercício, dos artigos 44 do Substitutivo nº 2". (278.a votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Passemos, agora, a preferência de número 6219 do mesmo Constituinte Jorge Hage que diz o seguinte: que se suprima no artigo 44, § 3º a expressão "após dois anos de efetivo exercício".

"Art. 44 § 3º – São estáveis, após dois anos de efetivo exercício, os servidores nomeados por concurso público..." Ou seja, termina-se com o estágio probatório.

Em votação a preferência.

Os Srs. Constituintes que estiverem de acordo queiram permanecer sentados.

Aprovado.

Tem a palavra o Sr. Relator.

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – Opino pela manutenção do texto.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– O Relator opina contrariamente ao Destaque.

Em votação o Destaque pelo sistema eletrônico.

#### **(Procede-se à votação)**

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Haroldo Sabóia, Mário Lima, Nelton Friedrich, Paulo Ramos, Rose de Freitas, Vilson Souza, Vicente Bogo, Jorge Hage, Octávio Elísio, Arnaldo Prieto, Inocêncio Oliveira, Luís Eduardo, Simão Sessim, Ricardo Izar, Jarbas Passarinho, Brandão Monteiro, José Maurício, Lysâneas Maciel, Francisco Rossi, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, José Maria Eymael, Aldo Arantes e Roberto Freire. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Alfredo Campos, Almir Gabriel, Antônio Britto, Artur da Távora, Bernardo Cabral, Carlos Mosconi, Celso Dourado, Cid Carvalho, Fernando Henrique Cardoso, João Calmon, João Herrmann Neto, José Fogaça, José Freire, José Geraldo, José Ignácio Ferreira, José Paulo Bisol, Milton Reis, Nelson Carneiro, Nilson Gibson, Oswaldo Lima Filho, Pimenta da Veiga, Renato Vianna, Rodrigues Palma, Sigmaringa Seixas, Theodoro Mendes, Wilson Martins, José Carlos Grecco, Aécio Neves, Michel Temer, Israel Pinheiro, Miro Teixeira, Nelson Wedekin, Délio Braz, Chagas Rodrigues, Eraldo Tinoco, José Lins, Mário Assad, Paulo Pimentel, Ricardo Fiúza, Sandra Cavalcanti, Enoc Vieira, Jonas Pinheiro, Gilson Machado, Jofran Frejat, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Bonifácio de Andrada, Joaquim Bevilacqua, Adolfo Oliveira, e Jamil Haddad. **ABSTENÇÃO:** Os Senhores Constituintes José Luiz Maia e Victor Faccioni.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** –

A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 26 Constituintes; votaram NÃO 50 Constituintes; abstiveram-se de votar 2 Constituintes. Total: 78 votos. O Destaque foi **rejeitado**.

**Destaque nº 6165-87 – Emenda nº ES-30619-7, do Sr. Adylson Motta, "que suprime o art. 65, § 1º do Substitutivo nº 1 (art. 45, § 1º do Substitutivo nº 2)". (279.a votação):**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Passamos, agora Pedido de Preferência nº 6165, que se refere a uma emenda do Constituinte Adylson Motta,

que pede a supressão do § 1º, do art. 45. O § 1º do art. 45 diz o seguinte:

"Não haverá aposentadoria em cargos, funções ou empregos temporários.

Constituinte pretende que se suprima esse parágrafo. Pergunto ao Relator se quer opinar.

**O SR. CONSTITUINTE ADYLSON MOTTA:** – Eu desejava, Sr. Presidente, pelo menos explicar, já que nós estamos sendo prejudicados aqui na nossa tarefa de expor. Esse texto, Sr. Presidente, foi apresentado com a melhor das intenções. Mas o próprio autor tem algumas dificuldades sobre as dúvidas que geraram os efeitos desse texto e um deles, Sr. Presidente, vai liquidar com o funcionário público da carreira, porque ele não poderá mais levar para a aposentadoria aquela gratificação que ele recebe pelo desempenho de uma chefia, de um cargo de confiança. Inclusive na legislação trabalhista, um funcionário que tem um cometimento maior recebe uma gratificação que, com o tempo, passa a agregar aos seus vencimentos. Então, aqui, quando se refere à função, significa que o funcionário não mais poderá levar para a aposentadoria a sua função gratificada. Então, é esse tipo de dúvida que se está gerando.

Também, no caso do emprego temporário, ele por natureza é temporário. Mas se uma pessoa que está em um emprego temporário implementa os 35 anos num emprego, embora pela natureza seja temporário, vai ficar privada também de se aposentar?

Então, Sr. Presidente, pelas dúvidas suscitadas, sugiro que isso seja remetido para a legislação ordinária; porque é muito mais fácil estabelecermos uma legislação adequada, com todo o cuidado, do que cometermos uma injustiça com uma precipitação. Proponho, portanto, a supressão do parágrafo.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Vou primeiramente colocar em votação o pedido de preferência.

Os Srs. Constituintes que o aprovam queiram permanecer sentados. **(Pausa)**

Aprovada a preferência.

Tem a palavra, pela ordem, o Constituinte José Lins.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Sr. Presidente, preciso de um esclarecimento do Relator. A minha dúvida é se o sistema de aposentadoria é universal; esse artigo talvez desse a entender que não se conta tempo de serviço em cargo ou função. Eu gostaria de entender melhor.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Darei a palavra ao Sr. Relator, para que esclareça, e em seguida passaremos à votação.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, o dispositivo foi criado com a melhor intenção de se pôr um freio, no serviço público, ao cidadão que tem uma gratificação no emprego perde ou deixa de incorporá-la quando se aposenta; o que se quer proibir é a aposentadoria no cargo temporário, no emprego temporário, na função temporária. Isto é igual à moralização no serviço público. Acho que está claro o texto. Por isso, Sr. Presidente, a Relatoria se mantém como texto, e pede ao eminente Constituinte Adylson Motta que receba estes esclarecimentos para melhorar a sua análise em derredor do que quis o Relator.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Srs. Constituintes, o destaque será votado com parecer contrário do Relator.

Em votação.

### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Artur da Távola, Manoel Moreira, Milton Reis, Oswaldo Lima Filho, Renato Vianna, Rodrigues Palma, Theodoro Mendes, Alceni Guerra, Arnaldo Prieto, Eraldo Tinoco, Inocêncio Oliveira, José Lins, José Santana de Vasconcellos, Luís Eduardo, Oscar Corrêa, Enoc Vieira, Jonas Pinheiro, Jofran Frejat, Darcy Pozza, José Luiz Maia, Bonifácio de Andrada, Adylson Motta, Francisco Rossi, Joaquim Bevilacqua, Sólton Borges dos Reis, José Maria Eymael. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Alfredo Campos, Almir Gabriel, Antônio Britto, Bernardo Cabral, Carlos Mosconi, Celso Dourado, Cid Carvalho, Fernando Henrique Cardoso, Haroldo Sabóia, João Calmon, José Fogaça, José Freire, José Geraldo, José Inácio Ferreira, José Paulo Bisol, José Richa, Mário Lima, Nelson Carneiro, Nelton Friedrich, Nilson Gibson, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Sigmaringa Seixas, Wilson Martins, Rose de Freitas, José Carlos Grecco, Aécio Neves, Israel Pinheiro, Miro Teixeira, Nelson Wedekin, Vilson Souza, Vicente Bogo, Jorge Hage, Octávio Elísio, Chagas Rodrigues, Paulo Pimentel, Ricardo Fiúza, Sandra Cavalcanti, Simão Sessim, Ricardo Izar, João Menezes, Gilson Machado, Antônio Carlos Konder Reis, Brandão Monteiro, José Maurício, Lysâneas Maciel, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Adolfo Oliveira, Aldo Arantes, Roberto Freire e Jamil Haddad.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 26 Constituintes; votaram NÃO 54 Constituintes. Total: 80 votos. O Destaque foi **rejeitado**.

**Destaque nº 3684-87 – Emenda nº ES-28136-4, do Sr. Arnaldo Faria de Sá, "que adita § 7º ao artigo 72 do Substitutivo nº 1 (artigo 50 do Substitutivo nº 2)". (280.ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Passamos, agora, à apreciação do pedido de preferência para a Emenda nº 3684, de autoria do Constituinte Arnaldo Faria de Sá. S. Ex.ª pretende que se acrescente um parágrafo ao art. 72, que diz o seguinte:

"Os vencimentos, de qualquer espécie, estarão sujeitos a impostos gerais, inclusive os de renda extraordinário."

Os Srs. Constituintes que estiverem de acordo com a preferência queiram permanecer sentados. **(Pausa)**

Aprovada a preferência.

Concedo a palavra ao relator, para opinar.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, a Emenda Arnaldo Faria de Sá resolve um lapso do Substitutivo, que previu imposto para os parlamentares, para os membros do Poder Judiciário e se esqueceu da última categoria que estava isenta, que é a dos militares.

Com isto, resolve, porque sujeita a imposto gerais, inclusive o de renda e extraordinário, tais quais os membros do Poder Judiciário e do Poder Legislativo.

A Relatoria opina pela aprovação da emenda, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Com a opinião favorável do Relator, coloco em votação o destaque.

### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Alfredo Campos, Almir Gabriel, Antônio Britto, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Carlos Mosconi, Celso Dourado, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Henrique Cardoso, Haroldo Sabóia, José Fogaça,

José Freire, José Geraldo, José Ignácio Ferreira, José Paulo Bisol, José Serra, José Ulisses de Oliveira, Manoel Moreira, Mário Lima, Milton Reis, Nelson Carneiro, Nelton Friedrich, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Rodrigues Palma, Sigmaringa Seixas, Theodoro Mendes, Wilson Martins, Rose de Freitas, José Carlos Grecco, Aécio Neves, Israel Pinheiro, Nelson Wedekin, Vilson Souza, Vicente Bogo, Jorge Hage, Octávio Elísio, Chagas Rodrigues, Antonio Carlos Mendes Thame, Arnaldo Prieto, Eraldo Tinoco, Inocêncio Oliveira, José Lins, Oscar Corrêa, Ricardo Fiúza, Enoc Vieira, Jonas Pinheiro, Simão Sessim, Gilson Machado, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Bonifácio de Andrada, Adylson Motta, Brandão Monteiro, José Maurício, Vivaldo Barbosa, Francisco Rossi, Joaquim Bevilacqua, Sólón Borges dos Reis, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Adolfo Oliveira, Siqueira Campos, Aldo Arantes, Roberto Freire e Jamil Haddad. Votaram **NÃO** os Senhores Constituintes: Nilson Gibson, Alcení Guerra, José Santana de Vasconcellos, Luís Eduardo, Paulo Pimentel, Sandra Cavalcanti, João Menezes e José Luís Maia. **ABSTENÇÃO** dos Senhores Constituintes: Jofran Frejat e Jarbas Passarinho.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 71 Constituintes; votaram NÃO 8 Constituintes; abstiveram-se de votar 2 Constituintes. Total 81 votos. O Destaque foi **aprovado**.

**Destaque nº 3702-87, do Sr. José Geraldo "que suprime a expressão: "ou de vereador", do artigo 48 do Substitutivo nº 2)". (281.ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Passamos, agora, à votação da preferência, relativa ao Destaque nº 3702, que recai sobre a Emenda do Constituinte José Geraldo. Aviso que é o último destaque a ser votado. Esse Destaque do Constituinte José Geraldo pede, no seu art. 48, inciso II, que se suprima a expressão "ou Vereador", ou seja, ficaria assim:

"Investido no mandato de Prefeito, será afastado do seu cargo, emprego, ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração."

Com isso, o ilustre Constituinte pretende resolver a questão, e nós evitamos o problema do Vereador nesta matéria, sendo apenas o Prefeito quem vai optar, enquanto o Vereador ficará com a lei ordinária, que é uma multiplicidade de casos.

Passo a palavra ao Relator.

**SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente e Srs. Constituintes:

O eminente Constituinte José Geraldo quer passar para a legislação ordinária o problema dos Vereadores. De modo que a relatoria nada tem a opor à emenda de S. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Com o parecer favorável do Relator, passamos à votação.

Reitero que votarão a preferência.

Os Srs. Constituintes que a aprovam queiram permanecer sentados. **(Pausa)**

Aprovada a preferência, com um voto contra.

Em votação a emenda, com parecer favorável do Relator, que suprime a expressão "ou Vereador", do art. 48, inciso II, para facilitar que a lei ordinária regule a questão da remuneração conjunta do Vereador e resolva o impasse anteriormente produzido.

Vai-se proceder à votação.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Quero reiterar a necessidade de **quorum**, para que possa-

mos aprovar a redação final e os títulos de todo o projeto.

Está prorrogada a reunião, de ofício.

### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes:

Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Alfredo Campos, Almir Gabriel, Antônio Britto, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Carlos Mosconi, Celso Dourado, Cid Carvalho, Fernando Bezerra Coelho, José Fogaça, José Freire, José Geraldo, José Inácio Ferreira, José Paulo Bisol, José Richa, José Serra, José Ulisses de Oliveira, Manoel Moreira, Mário Lima, Milton Reis, Nelson Carneiro, Nelton Friedrich, Nilson Gibson, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Rodrigues Palmas, Sigmaringa Seixas, Theodoro Mendes, Wilson Martins, Rose de Freitas, José Carlos Grecco, Aécio Neves, Israel Pinheiro, Miro Teixeira, Nelson Wedekin, Vilson Souza, Vicente Bogo, Jorge Hage, Octávio Elísio, Euclides Scalco, Chagas Rodrigues, Alcení Guerra, Antonio Carlos Mendes Thame, Arnaldo Prieto, Eraldo Tinoco, Inocêncio Oliveira, José Lins, José Santana de Vasconcellos, Luís Eduardo, Oscar Corrêa, Osvaldo Coelho, Paulo Pimentel, Ricardo Fiúza, Sandra Cavalcanti, Enoc Vieira, Jonas Pinheiro, Simão Sessim, Gilson Machado Jofran Frejat, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia, Bonifácio de Andrada, Adylson Motta, José Maurício, Lysâneas Maciel, Vivaldo Barbosa, Francisco Rossi, Joaquim Bevilacqua, Sólón Borges dos Reis, Plínio Arruda Sampaio, José Genoíno, Adolfo Oliveira, Aldo Arantes, Roberto Freire e Jamil Haddad. Votaram **NÃO** os Constituintes: Haroldo Sabóia e Siqueira Campos. **ABSTENÇÃO** do Senhor Constituinte Fernando Henrique Cardoso.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Sr. Secretário, quero fazer uma retificação de voto. Não sei se foi o meu entusiasmo por fazer aprovar a emenda, que, subconscientemente, para ser objetivo como Presidente, marquei uma abstenção, quando na verdade minha intenção era marcar sim. Só para os Anais.

**O SR. SECRETÁRIO (José Fogaça):** – O voto de V. Ex.<sup>a</sup> ficará registrado nos Anais.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 82 Constituintes; votaram NÃO 2 Constituintes; absteve-se de votar 1 Constituinte. Total 85 votos. O Destaque foi **aprovado**.

**O SR. CONSTITUINTE ERALDO TINOCO:** – Sr. Presidente, só para efeito de registro, a minha Emenda nº 22357 tratava da mesma matéria. Como o Sr. Relator deu parecer favorável no substitutivo, julguei que a matéria já estava acolhida, por isso não apresentei destaque. Mas era o mesmo assunto. Quero fazer o registro.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Está acolhido e registrado.

**O SR. CONSTITUINTE ERALDO TINOCO:** – Muito obrigado.

Está encerrada a votação da matéria relativa ao Título III. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– A Mesa comunica que enviará ao Plenário da Assembléia Nacional Constituinte os destaques que, não tendo obtido preferência, não puderam ser submetidos à apreciação da Comissão de Sistematização.

**Redação Final do Preâmbulo, Títulos I e II do Substitutivo nº 2 ao Projeto de Constituição, do Sr. Bernardo Cabral. (282.ª votação):**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Passamos, agora, à votação da redação final dos Títulos



I e II e do Preâmbulo do Projeto de Constituição. Ao pedir aos Srs. Constituintes, que já tenham recebido o texto, que tomem seus lugares para proceder à votação, queria registrar que esse esforço de apresentar uma redação final deveu-se, não apenas, ao trabalho ao qual já estamos habituados, do dedicado Sr. Relator e do conjunto de Relatores que o auxiliam, com a exclusão do Presidente que ora fala, (**palmas**) deveu-se também à ação sempre prestimosa, eficaz e inteligente do Secretário Paulo Affonso.

Peço a V. Ex.<sup>as</sup> que neste momento, que é um momento importante por que significa o adiantamento de um trabalho, por uma antecipação de trabalho que foi feita com o propósito de dar continuidade e permitir que o conjunto da Assembléia Nacional Constituinte pudesse, desde já, participar da elaboração da Constituição de dar continuidade, portanto, a esse processo de elaboração constitucional, peço que V. Ex.<sup>as</sup>, ao fazer isso, tenho certeza que estamos contribuindo com o máximo de nosso esforço para que o Brasil seja dotado de uma Constituição, efetivamente, aprovada por representantes do povo.

E é nessa qualidade que peço a V. Ex.<sup>as</sup> que tomem os seus lugares. (**Pausa**)

A Presidência pede que aplaudam, da forma mais eficaz, votando, se possível, com unanimidade, esse trabalho da Comissão de Sistematização. (**Palmas**)

Será o primeiro passo que estaremos dando para a aprovação de um texto constitucional novo.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Sr. Presidente, para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Pois não, Constituinte Carlos Sant'Anna.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Sr. Presidente, eu entendo que V. Ex.<sup>a</sup> está submetendo à votação o Título I, certo?

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Não, estamos submetendo à votação a redação final do Título I, do Título II e do Preâmbulo.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Creio que V. Ex.<sup>a</sup> não tem condições regimentais de colocar os dois Títulos em votação ao mesmo tempo.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – É redação final, não são os Títulos.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Mesmo redação final. O Regimento diz, e V. Ex.<sup>a</sup> e ao Relator...

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Eu me lembro.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – ...que a votação é por Títulos e, portanto, V. Ex.<sup>a</sup> tem que submeter em primeiro lugar o Título I, em segundo lugar, o Título II.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Eu não creio que no Regimento exista qualquer coisa que diga que a redação final deva ser aprovada por Título. O conteúdo tem que ser aprovado título a título, mas a redação final...

**O SR. SECRETÁRIO (Adolfo Oliveira):** – Sr. Presidente, vamos proceder à votação. Depois V. Ex.<sup>a</sup> soluciona a questão de ordem do nobre Constituinte Carlos Sant'Anna.

#### Procede-se à votação

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Alfredo Campos, Almir Gabriel, Antônio Britto, Artur da Távora, Bernardo Cabral, Carlos Mosconi, Carlos Sant'Ana, Celso Dourado, Cid Carvalho, Egídio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho,

Fernando Henrique Cardoso, Haroldo Sabóia, José Fogaça, José Freire, José Geraldo, José Ignácio Ferreira, José Paulo Bisol, José Richa, José Serra, José Ulisses de Oliveira, Manoel Moreira, Mário Lima, Milton Reis, Nelson Carneiro, Nelton Friedrich, Nilson Gibson, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Rodrigues Palma, Sigmaringa Seixas, Wilson Cavalcanti, Rose de Freitas, José Carlos Grecco, Aécio Neves, Israel Pinheiro, Miro Teixeira, Vilson Souza, Vicente Bogo, Jorge Hage, Octávio Elísio, Euclides Scalco, Chagas Rodrigues, Alcení Guerra, Antoniocarlos Mendes Thame, Arnaldo Prieto, Eraldo Tinoco, Inocêncio Oliveira, José Jorge, José Lins, José Santana de Vasconcellos, Mário Assad, Oscar Corrêa, Paulo Pimentel, Ricardo Fiúza, Sandra Cavalcanti, Enoc Vieira, Jonas Pinheiro, Simão Sessim, Gilson Machado, Jofran Frejat, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia, Bonifácio de Andrada, Adylson Motta, Brandão Monteiro, José Maurício, Lysâneas Maciel, Francisco Rossi, Joaquim Bevilacqua, Sólton Borges dos Reis, Adolfo Oliveira, Plínio Arruda Sampaio, José Genoíno, Siqueira Campos, Aldo Arantes, Roberto Freire e Jamil Haddad. Votou **NÃO** o Constituinte: Oswaldo Lima Filho. **ABSTENÇÃO** dos Senhores Constituintes: Luís Eduardo e Osvaldo Coelho.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 84 Constituinte; votou NÃO 1 Constituinte; abstiveram-se de votar 2 Constituintes. Total: 87 votos. A Redação Final do Preâmbulo e dos Títulos I e II foi **aprovada**.

Respondo à questão de ordem do Constituinte Carlos Sant'Anna, dizendo que consultei mais uma vez o Regimento, e como fazia crer a minha memória, no art. 30, quando há uma referência à votação do texto final, nem aí há o requerimento de votação título a título. E tampouco, no Regimento da Comissão de Sistematização existe qualquer referência que peça a votação da redação final título por título. De modo que foi aprovada a redação final do preâmbulo do Título I e do Título II, de acordo com o Regimento.

**O SR. CONSTITUINTE ALDO ARANTES:** – Sr. Presidente, para uma questão de ordem. (**Assentimento do Sr. Presidente**)

Sr. Presidente, é uma pequena questão aqui, não é relevante, mas eu gostaria de deixar caracterizada, porque, no momento do Plenário nós podemos retificá-la.

Quando se discutiu a questão partidária houve um acordo e na proposta apresentada não se colocou a questão do caráter nacional e a proibição para recebimento de recursos, etc. Fruto de entendimento a que se chegou aqui, esses dois itens foram aprovados e incorporados. Mas, houve um terceiro item que não foi objeto de votação e que está aqui, que é a prestação de contas do Tribunal de Contas da União, através do balanço financeiro e patrimonial em exercício. No meu entender, é um absurdo completo que um partido político tenha que prestar contas. E ficou. Já conversei com o Deputado Bernardo Cabral – não quero criar nenhum problema aqui – mas eu gostaria apenas que ficasse constatado que houve um erro nesta questão na minha opinião, no processo final de elaboração do Relatório e que essa questão fosse, então, objeto de uma revisão no plenário da Assembléia Nacional Constituinte.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Pois não. Está registrada a opinião de V. Ex.<sup>a</sup>

Quero reiterar o aviso que já dei, de que amanhã haverá o livro para assinatura, para a questão dos suplentes, entre 8 horas e 30 minutos e 9 horas da manhã. Quero também dizer, que amanhã, no mesmo horário, serão aceitos os pedidos de preferência para o Título IV, por parte de todos aqueles que assim o desejarem, independentemente, naturalmente, dos acordos de Liderança que farão outras preferências.

Agora, Srs. Constituintes, nós vamos passar à votação dos Títulos IV, V, VI, VII, VIII e IX.

**Título IV, do Substitutivo nº 2 ao Projeto de Constituição, do Sr. Bernardo Cabral. (283ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– A votação será feita sem prejuízo, obviamente, dos destaques que serão julgados, posteriormente, por esta Comissão de Sistematização.

Aqui, se o Constituinte Carlos Sant'Anna insistir na observação que fez, eu teria mais dificuldade em decidir a questão em termos da votação. Eu só poderei fazer a votação em globo se não houver qualquer objeção.

Há objeção? Nesse caso, vamos votar de acordo com as normas regimentais: título a título. Peço, entretanto, a V. Ex.<sup>as</sup>, aos membros titulares que, por favor, tomem seus assentos e que votem pelo processo eletrônico, porque a chamada será mais rápida.

Submeto à consideração do Plenário desta Comissão, sem prejuízo de destaque, o Título IV do substitutivo do Relator. Peço a V. Ex.<sup>as</sup> que registrem seus votos.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Tem a palavra, pela ordem, o Sr. Constituinte Carlos Sant'Anna.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – O Título IV, que nós vamos votar, é um título que tem toda a estrutura de um sistema parlamentarista de Governo. Nós vamos votá-lo. Vamos, inclusive, aprová-lo, ressalvados os destaques. Quero que fique bem entendido, e amanhã nós estaremos exatamente no detalhamento da questão, de que aprová-lo significa meramente o apoio para que transite o título e os demais, porque, na verdade, nós que não somos parlamentaristas, vamos defender os destaques para, evidentemente, fazermos a mudança. A ressalva é da máxima importância, especialmente partindo de mim, que não tenho usado tanto da tribuna.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Com a palavra o Sr. Relator, Bernardo Cabral.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, desejo fazer um esclarecimento à Comissão de Sistematização, dentro da ressalva que ainda há pouco levantou o eminente Constituinte Aldo Arantes. Foi aprovada, com a participação do Constituinte José Richa, a seguinte matéria do art. 16, itens VI, VIII e XI. Houve até uma confusão na hora, foi feita a ressalva, e o inciso XI é exatamente o atual inciso III do art. 19. Portanto, está correta, porque, inclusive, consta da minha anotação.

Faço este esclarecimento pessoal ao eminente Constituinte Aldo Arantes.

**O SR. CONSTITUINTE BONIFÁCIO DE ANDRADA:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Pois não, nobre Constituinte Bonifácio de Andrada.

**O SR. CONSTITUINTE BONIFÁCIO DE ANDRADA:** – Sr. Presidente, lembro a V. Ex.<sup>a</sup> e ao eminente Relator que me parece que a denominação é Tribunal Superior Eleitoral, que está no texto do Relator, e não Tribunal de Contas.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Nobre Constituinte, como não temos mais modo regimental de corrigir nesta fase, peço que V. Ex.<sup>a</sup> deixe para o Plenário e para conversa com o Relator, que, com a boa vontade de sempre, irá corrigir.

Srs. Constituintes, o entendimento aqui expresso pelo Constituinte Carlos Sant'Anna não é outro, senão o que

a Mesa anunciou. Tudo será aprovado, sem prejuízo dos destaques.

Não havendo nenhuma dúvida a respeito, vai-se proceder à votação.

**(Procede-se à votação)**

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Alfredo Campos, Almir Gabriel, Antônio Britto, Artur da Távora, Bernardo Cabral, Carlos Mosconi, Carlos Sant'Anna, Celso Dourado, Cid Carvalho, Egídio Ferreira Lima, Fernando Henrique Cardoso, Haroldo Sabóia, José Fogaça, José Freire, José Paulo Bisol, José Richa, José Serra, José Ulisses de Oliveira, Mário Lima, Milton Reis, Nelson Carneiro, Nelton Friedrich, Nilson Gibson, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Sigmaringa Seixas, Wilson Martins, Rose de Freitas, José Carlos Grecco, Israel Pinheiro, Miro Teixeira, Nelson Wedekin, Vilson Souza, Vicente Bogo, Jorge Hage, Octávio Elísio, Euclides Scalco, Chagas Rodrigues, Alcení Guerra, Arnaldo Prieto, Eraldo Tinoco, Inocêncio Oliveira, José Jorge, José Lins, José Santana de Vasconcellos, Mário Assad, Oscar Corrêa, Osvaldo Coelho, Paulo Pimentel, Ricardo Fiúza, Sandra Cavalcanti, Enoc Vieira, Jonas Pinheiro, Simão Sessim, Jofran Frejat, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia, Bonifácio de Andrada, Adylson Motta, Lysâneas Maciel, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Plínio Arruda Sampaio, José Genoíno, Adolfo Oliveira, Siqueira Campos, Aldo Arantes, Roberto Freire e Jamil Haddad. Votaram **NÃO** os Constituintes: Fernando Bezerra Coelho, Manoel Moreira, Rodrigues Palma, Luís Eduardo, Gilson Machado, Brandão Monteiro e José Maurício. **ABSTENÇÃO** do Senhor Constituinte: Osvaldo Lima Filho.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 76 Constituintes; votaram NÃO 7 Constituintes; absteve-se de votar 1 Constituinte. Total: 84 votos. O Título IV do Substitutivo nº 2 foi **aprovado**, ressalvados os destaques.

**Título V do Substitutivo nº 2 ao Projeto de Constituição, do Sr. Bernardo Cabral. (284ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Passa-se ao Título V, que diz respeito à Defesa do Estado e das Instituições Democráticas.

Peço aos Constituintes que tomem os seus lugares para que possamos repetir o mesmo sistema.

Passa-se à votação.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Em votação o Título V.

**(Procede-se à votação)**

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Alfredo Campos, Almir Gabriel, Antônio Britto, Artur da Távora, Bernardo Cabral, Carlos Mosconi, Carlos Sant'Anna, Celso Dourado, Cid Carvalho, Egídio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Henrique Cardoso, Haroldo Sabóia, José Fogaça, José Freire, José Paulo Bisol, José Richa, José Serra, José Ulisses de Oliveira, Manoel Moreira, Mário Lima, Milton Reis, Nelson Carneiro, Nelton Friedrich, Nilson Gibson, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Rodrigues Palma, Sigmaringa Seixas, Wilson Martins, Rose de Freitas, José Carlos Grecco, Israel Pinheiro, Miro Teixeira, Nelson Wedekin, Vilson Souza, Vicente Bogo, Jorge Hage, Octávio Elísio, Euclides Scalco, Chagas Rodrigues, Alcení Guerra, Arnaldo Prieto, Eraldo Tinoco, Inocêncio Oliveira, José Jorge, José Lins, José Santana de Vasconcellos, Luís Eduardo, Mário Assad, Oscar Corrêa, Paulo Pimentel, Sandra Cavalcanti, Enoc Vieira, Jonas Pinheiro, Simão Sessim, Jofran Frejat,

Antônio Carlos Konder Reis, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia, Bonifácio de Andrada, Adylson Motta, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Plínio Arruda Sampaio, Adolfo Oliveira, Siqueira Campos, Aldo Arantes, Roberto Freire e Jamil Haddad. Votaram **NÃO** os Constituintes: Brandão Monteiro, José Maurício, Lysâneas Maciel e José Genoíno.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 75 Constituintes; votaram NÃO 4 Constituintes. Total: 79 votos. O Título V do Substitutivo nº 2 foi **aprovado**, ressalvados os destaques.

**Título VI do Substitutivo nº 2 ao Projeto de Constituição, do Sr. Bernardo Cabral. (285ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Passamos à votação, portanto, o Título VI.

O Título VI diz respeito à Tributação e Orçamento.

Em votação.

**(Procede-se à votação)**

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Alfredo Campos, Almir Gabriel, Antônio Britto, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Carlos Mosconi, Carlos Sant'Anna, Celso Dourado, Egídio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Henrique Cardoso, Haroldo Sabóia, José Fogaça, José Freire, José Paulo Bisol, José Richa, José Serra, José Ulisses de Oliveira, Manoel Moreira, Mário Lima, Milton Reis, Nelson Carneiro, Nelton Friedrich, Nilson Gibson, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Rodrigues Palma, Sigmaringa Seixas, Wilson Martins, Rose de Freitas, José Carlos Grecco, Israel Pinheiro, Miro Teixeira, Nelson Wedekin, Vilson Souza, Vicente Bogo, Jorge Hage, Octávio Elísio, Euclides Scalco, Chagas Rodrigues, Alcení Guerra, Arnaldo Prieto, Eraldo Tinoco, Inocêncio Oliveira, José Jorge, José Lourenço, Mário Assad, Oscar Corrêa, Paulo Pimentel, Sandra Cavalcanti, Enoc Vieira, Jonas Pinheiro, Simão Sessim, Antônio Carlos Konder Reis, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia, Bonifácio de Andrada, Adylson Motta, José Maurício, Lysâneas Maciel, Vivaldo Barbosa, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Plínio Arruda Sampaio, José Genoíno, Adolfo Oliveira, José Maria Eymael, Aldo Arantes, Roberto Freire e Jamil Haddad. Votou **NÃO** o Constituinte Luís Eduardo.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** –

A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 75 Constituintes; votou NÃO 1 Constituinte. Total: 76 votos. O Título VI do Substitutivo nº 2 foi **aprovado**, ressalvados os destaques.

**Título VII do Substitutivo nº 2 ao Projeto de Constituição do Sr. Bernardo Cabral (286ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Passemos agora à votação do Título VII, que diz respeito à Ordem Econômica e Financeira.

Em votação.

**(Proceder-se-á votação)**

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Alfredo Campos, Almir Gabriel, Antônio Britto, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Carlos Mosconi, Carlos Sant'Anna, Celso Dourado, Egídio Ferreira Lima, Fernando Henrique Cardoso, Haroldo Sabóia, José Fogaça, José Freire, José Paulo Bisol, José Richa, José Serra, José Ulisses de Oliveira, Manoel Moreira, Mário Lima, Milton Reis, Nelson Carneiro, Nelton Friedrich, Nilson Gibson, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Raimundo Bezerra, Rodrigues Palma, Sigmaringa Seixas, Wilson Martins, Rose de Freitas, José Carlos Grecco, Israel Pinheiro, Miro Teixeira,

ra, Nelson Wedekin, Vilson Souza, Vicente Bogo, Jorge Hage, Octávio Elísio, Euclides Scalco, Chagas Rodrigues, Alcení Guerra, Antoniocarlos Mendes Thame, Arnaldo Prieto, Inocêncio Oliveira, José Jorge, José Lins, José Lourenço, Mário Assad, Oscar Corrêa, Sandra Cavalcanti, Enoc Vieira, Jonas Pinheiro, Simão Sessim, Antônio Carlos Konder Reis, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia, Bonifácio de Andrada, Adylson Motta, José Maurício, Lysâneas Maciel, Vivaldo Barbosa, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Plínio Arruda Sampaio, José Genoíno, Adolfo Oliveira, Siqueira Campos, Aldo Arantes, Roberto Freire e Jamil Haddad. Votaram **NÃO** os Senhores Constituintes Eraldo Tinoco e Luís Eduardo.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 72 Constituintes; votaram NÃO 2 Constituintes. Total: 74 votos. O Título VII do Substitutivo nº 2 foi **aprovado**, ressalvados os destaques.

**Título VIII do Substitutivo nº 2 ao Projeto de Constituição, do Sr. Bernardo Cabral. (287ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Passa-se à votação do Título VIII, Da Ordem Social.

**(Procede-se à votação)**

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Alfredo Campos, Almir Gabriel, Antônio Britto, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Carlos Mosconi, Carlos Sant'Anna, Celso Dourado, Egídio Ferreira Lima, Fernando Henrique Cardoso, Haroldo Sabóia, José Fogaça, José Freire, José Paulo Bisol, José Serra, José Ulisses de Oliveira, Manoel Moreira, Mário Lima, Milton Reis, Nelson Carneiro, Nelton Friedrich, Nilson Gibson, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Raimundo Bezerra, Rodrigues Palma, Sigmaringa Seixas, Wilson Martins, José Carlos Grecco, Israel Pinheiro, Miro Teixeira, Nelson Wedekin, Vilson Souza, Vicente Bogo, Jorge Hage, Octávio Elísio, Euclides Scalco, Chagas Rodrigues, Alcení Guerra, Antoniocarlos Mendes Thame, Arnaldo Prieto, Eraldo Tinoco, Inocêncio Oliveira, José Jorge, José Lins, José Santana de Vasconcellos, Luís Eduardo, Mário Assad, Oscar Corrêa, Sandra Cavalcanti, Enoc Vieira, Jonas Pinheiro, Simão Sessim, Antônio Carlos Konder Reis, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia, Bonifácio de Andrada, Adylson Motta, Lysâneas Maciel, Vivaldo Barbosa, Bocayuva Cunha, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Plínio Arruda Sampaio, José Genoíno, Adolfo Oliveira, José Maria Eymael, Aldo Arantes, Roberto Freire e Jamil Haddad.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 72 Constituintes. Total: 72 votos. O Título VIII do Substitutivo nº 2 foi **aprovado**, ressalvados os destaques.

**Título IX do Substitutivo nº 2 ao Projeto de Constituição, do Sr. Bernardo Cabral. (288ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Passemos, agora à votação do Título IX "Disposições Transitórias."

**(Procede-se à votação)**

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Alfredo Campos, Almir Gabriel, Antônio Britto, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Carlos Mosconi, Carlos Sant'Anna, Celso Dourado, Egídio Ferreira Lima, Fernando Henrique Cardoso, Haroldo Sabóia, José Fogaça, José Paulo Bisol, José Richa, José Serra, José Ulisses de Oliveira, Manoel Moreira, Mário Lima, Milton Reis, Nelson Carneiro, Nelton Friedrich, Nilson Gibson, Pimenta da Veiga, Raimundo Bezerra, Rodrigues Palma, Sigmaringa Seixas, Wilson Martins, Rose de Freitas, José Carlos Grecco, Israel Pinheiro, Miro Teixeira, Nelson Wedekin, Vilson

Souza, Vicente Bogo, Jorge Hage, Octávio Elísio, Euclides Scalco, Chagas Rodrigues, Alcení Guerra, Antoniocarlos Mendes Thame, Arnaldo Prieto, Eraldo Tinoco, Inocêncio Oliceira, José Lins, José Lourenço, José Santana de Vasconcellos, Luís Eduardo, Mário Assad, Oscar Corrêa, Sandra Cavalcanti, Enoc Vieira, Jonas Pinheiro, Simão Sessim, Antônio Carlos Konder Reis, José Luiz Maia, Bonifácio de Andrada, Adylson Motta, Vivaldo Barbosa, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Plínio Arruda Sampaio, José Genoíno, Adolfo Oliveira, Aldo Arantes, Roberto Freire e Jamil Haddad. Votaram **NÃO** os Senhores Constituintes José Maurício e Lysâneas Maciel. **ABSTENÇÃO** do Senhor Constituinte Siqueira Campos.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 68 Constituintes; votaram NÃO 2 Constituintes; absteve-se de votar 1 Constituinte. Total: 71 votos. O Título IX do Substitutivo n.º 2 foi **aprovado**, ressalvados os destaques. Estão aprovadas as Disposições Transitórias. Tenho o prazer de declarar que o Substitutivo do Relator Bernardo Cabral foi aprovado na íntegra, sem prejuízo dos destaques e será enviado à Assembléia Nacional Constituinte.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Tem a palavra V. Ex.ª

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – Sei que os trabalhos, hoje, foram extenuantes e quero elogiar não só os Membros da Comissão de Sistematização mas, acima de tudo, o desempenho da Mesa e a harmonia como os trabalhos transcorreram. Mas, não posso deixar de mencionar que o jornal **O Globo**, de hoje, publica que o Banco Central elaborou as normas de conversão da dívida externa em capital de risco e as encaminhou para a aprovação do Conselho Monetário Nacional.

Quero dizer que considero tal atitude já o início de uma agressão que poderá ser perpetrada contra uma decisão soberana da Comissão de Sistematização da Assembléia Nacional Constituinte.

Quero reiterar e, desta vez, reiterar revoltado, o comportamento da Presidência e, talvez, da Mesa da Comissão de Sistematização da Assembléia Nacional Constituinte, que não envia, que resiste em encaminhar ao Plenário da Assembléia Nacional Constituinte, um projeto de decisão que foi aprovado e aguarda o cumprimento das normas regimentais. Quero dizer, também, que continuo considerando a conversão da dívida externa em capital de risco, uma grande afronta aos interesses nacionais. Não posso me conformar que a Mesa, que o Presidente da Assembléia Nacional Constituinte não respeite o exercício do mandato de um Constituinte, que veio para esta Casa pelo voto popular, e não respeite, acima de tudo, uma decisão soberana da Comissão de Sistematização.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Sr. Deputado Paulo Ramos, participo a V. Ex.ª que, dando cumprimento ao que informei na última reunião da Comissão em que V. Ex.ª levantou esta questão, novamente dei ciência ao Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, o qual encarregou o Constituinte Euclides Scalco de fazer as gestões na matéria. Procurei o Ministro da Fazenda e transmiti a S. Ex.ª a nossa preocupação com relação à eventual regulamentação. Disse-me, ontem, S. Ex.ª, que não havia regulamentação e não haveria nenhuma nos próximos dias.

De modo que, no que diz respeito às ações que eu poderia ter, eu as tive.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – Quero dizer a V. Ex.ª que não existe intransigência nem qualquer radicalismo da minha parte, como autor do projeto, inclusive, tendo em vista a decisão da última Convenção

do PMDB – que é o Partido majoritário – o qual decidiu na última Convenção, que as normas de conversão deveriam ser elaboradas pelo Congresso Nacional.

Sugeri, ao Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, com o objetivo de não criar obstáculos, compreendendo a importância e a supremacia da Assembléia Nacional Constituinte e do esforço que vem sendo desenvolvido para que seja elaborada o mais rapidamente possível, uma nova Constituição, sugeri, repito, que o projeto de decisão fosse encaminhado ao Congresso Nacional, mas com uma condição: respeitar-se a Convenção do PMDB, e que não fosse feita conversão enquanto o Congresso Nacional não elaborasse as normas.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Agradeço as palavras de V. Ex.ª que só reitera aquilo que nós conversamos tantas vezes. Reafirmo que falei com o Ministro da Fazenda, ocasião em que S. Ex.ª disse-me que não haveria nenhuma promulgação desta medida nesses dias.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FOGAÇA:** – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– V. Ex.ª tem a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FOGAÇA:** – Eu gostaria apenas de registrar, não sem confessar que o faço com uma certa ênfase e até certa emoção, as seguintes palavras:

"Nada vai pôr em risco o processo de transição. A finalidade das Forças Armadas é cumprir as suas missões constitucionais, a sua destinação constitucional. Nós somos elementos de estabilidade neste País, hoje, não somos elementos para traumatizar o País. As medidas de caráter político adotadas serão as medidas que serão seguidas."

Estas palavras pertencem a nada mais, nada menos, que ao Ministro do Exército Leônidas Pires Gonçalves.

Num momento de tantas incertezas, num momento de perspectivas tão sombrias para o País, de uma crise tão profunda, dentre aqueles que procuram provocar a instabilidade política, palavras desta ordem tornam-se dever de qualquer democrata reconhecer a sua validade e a sua importância e registrá-las aos trabalhos da Comissão de Sistematização, principalmente no momento em que votamos e aprovamos o Substitutivo nº II, que vai dar margem, quem sabe, a um debate rico, profícuo e engrandecedor desta Nação. É preciso dizer que, neste momento, a palavra do Ministro do Exército corre na direção correta de sustentar a transição e valorizar os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte. Isto significa que o Ministro do Exército, as Forças Armadas reconhecem, prestigiam, valorizam as decisões soberanas que são tomadas nesta Assembléia Nacional Constituinte, que representa legitimamente a vontade do povo brasileiro. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Agradeço as palavras de V. Ex.ª e torno-as minhas. Concordo com o que diz V. Ex.ª e em artigo que publicarei amanhã na **Folha de S. Paulo**, que já está escrito, eu reproduzo, de outra forma e com menos inteligência e menos graça que V. Ex.ª, os mesmos argumentos.

#### IV – SUSPENSÃO DA REUNIÃO

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– A Presidência vai suspender os trabalhos, convocando os Senhores Constituintes para a continuação da presente reunião, amanhã, 29-10-87, às 9:00 horas.

Está suspensa a reunião.

**(Levanta-se a reunião às 21 horas e 50 minutos.)**

**EM 29 DE OUTUBRO DE 1987**

Presidência dos Srs. Fernando Henrique Cardoso, Quarto-Vice-Presidente e Jarbas Passarinho, Terceiro-Vice-Presidente.

**I – REABERTURA DA REUNIÃO**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Havendo número regimental, declaro reaberta a reunião.

**ÀS 9 HORAS COMPARECEM OS SENHORES:**

Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Adolfo Oliveira, Afonso Arinos, Alcení Guerra, Alfredo Campos, Almir Gabriel, Aloysio Chaves, Aluizio Campos, Antônio Britto, Antonio Farias, Antônio Carlos Konder Reis, Antonio Carlos Mendes Thame, Arnaldo Prieto, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Brandão Monteiro, Carlos Chiarelli, Carlos Mosconi, Carlos Sant'Anna, Celso Dourado, Christóvam Chiaradia, Cid Carvalho, Cristina Tavares, Darcy Pozza, Edme Tavares, Egidio Ferreira Lima, Eraldo Tinoco, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Gasparian, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Lyra, Francisco Benjamim, Francisco Dornelles, Francisco Pinto, Francisco Rossi, Gastone Righi, Gerson Pares, Haroldo Lima, Haroldo Sabóia, Ibsen Pinheiro, Inocêncio Oliveira, Jamil Haddad, Jarbas Passarinho, João Calmon, João Herrmann Neto, Joaquim Bevilacqua, José Fogaça, José Freire, José Geraldo, José Ignácio Ferreira, José Jorge, José Lins, José Lourenço, José Luiz Maia, José Maurício, José Paulo Bisol, José Richa, José Santana da Vasconcellos, José Serra, José Thomaz Nonô, José Ulisses de Oliveira, Luís Eduardo, Luiz Inácio Lula da Silva, Lysâneas Maciel, Manoel Moreira, Marcondes Gadelha, Mário Assad, Mário Lima, Milton Reis, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nelson Friedrich, Nilson Gibson, Oscar Corrêa, Osvaldo Coelho, Oswaldo Lima Filho, Paulo Pimentel, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Plínio Arruda Sampaio, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Ricardo Fiúza, Roberto Freire, Rodrigues Palma, Sandra Cavalcanti, Severo Gomes, Sigmaringa Seixas, Siqueira Campos, Theodoro Mendes, Virgildásio de Senna, Virgílio Távora, Wilson Martins, Adylson Motta, Aécio Neves, Afif Domingos, Aldo Arantes, Antonio Mariz, Beth Azize, Bocayuva Cunha, Bonifácio de Andrada, Chagas Rodrigues, Daso Coimbra, Délio Braz, Enoc Vieira, Euclides Scalco, Fernando Santana, Gilson Machado, Israel Pinheiro, Jesualdo Cavalcanti, João Agripino, João Menezes, João Natal, Jofran Frejat, Jonas Pinheiro, Jorge Hage, José Carlos Greco, José Costa, José Genoíno, José Maranhão, José Maria Eymael, José Tavares, José Tinoco, Luiz Salomão, Manuel Viana, Márcio Braga, Marcos Lima, Michel Temer, Miro Teixeira, Mozarildo Cavalcanti, Nelson Wedekin, Octávio Elísio, Ottomar Pinto, Paes Landim, Ricardo Izar, Roberto Balestra, Roberto Brant, Rose de Freitas, Simão Sessim, Uldurico Pinto, Valmir Campelo, Vicente Bogo, Victor Faccioni, Vilson Souza e Ziza Valadares. Comparecem ainda os Senhores Constituintes não membros: Paulo Delgado, Atila Lira, Florestan Fernandes, Luiz Alberto Rodrigues, Robson Marinho e Chico Humberto.

**II – EXPEDIENTE****OFÍCIOS****Do Sr. Líder em exercício no PMDB:**

Ofício nº 232/87

Brasília, 29 de outubro de 1987

Excelentíssimo Senhor  
Senador Afonso Arinos  
DD. Presidente da Comissão de Sistematização  
na Assembléia Nacional Constituinte  
Nesta

Senhor Presidente:

Informo a Vossa Excelência que devem ser consideradas as seguintes modificações na ordem de inscrição de suplentes do PMDB nas votações do Título IV da Comissão de Sistematização, de acordo com o Ofício nº 231/87 desta Liderança, encaminhado a essa comissão.

1 – Deputada Rose de Freitas em substituição ao Deputado Aécio Neves – número de ordem 07;

2 – Deputado Uldurico Pinto em substituição ao Deputado Márcio Braga – número de ordem 08.

Sem outro particular, reitero a Vossa Excelência votos de estima e cordial apreço. – Deputado **Euclides Scalco**, Líder em exercício do PMDB na Assembléia Nacional Constituinte.

Ofício nº 239/87

Brasília, 29 de outubro de 1987

Excelentíssimo Senhor  
Senador Afonso Arinos  
DD. Presidente da Comissão de Sistematização  
na Assembléia Nacional Constituinte  
Câmara dos Deputados

Senhor Presidente:

Em razão da necessidade de alterações e inclusões nos anexos aos Ofícios nºs 231 e 232/87 desta Liderança, tendo em vista acordo havido, nesta data, entre os membros suplentes da Comissão de Sistematização, em que se estabeleceu nova ordem de inscrição nas votações do Título IV – Organização dos Poderes naquela comissão, solicito a Vossa Excelência desconsiderar os termos dispostos nos expedientes supramencionados.

Em face do exposto, encaminho em anexo, nova relação de ordem de inscrição dos membros suplentes do PMDB para votação do Título IV da Comissão de Sistematização.

Sem outro particular, renovo a Vossa Excelência votos de estima e cordial apreço. – Deputado **Euclides Scalco**, Líder em exercício do PMDB na Assembléia Nacional Constituinte.

Suplentes para o Título IV:

Israel Pinheiro, Marcos Lima, Octávio Elísio, Délio Braz, José Costa, João Natal, Aécio Neves, Uldurico Pinto, Vilson Souza, Manuel Viana, Chagas Rodrigues, Daso Coimbra, Márcio Braga, Michel Temer, João Agripino, Antônio Mariz, Roberto Brant, José Tavares, Jorge Hage, Vicente Bogo, Rose de Freitas, Nelson Wedekin, Miro Teixeira, José Carlos Greco, José Maranhão, Euclides Scalco.

**Do Sr. Vice-Líder do PDC:**

Excelentíssimo Senhor  
Senador Afonso Arinos  
DD. Presidente da  
Comissão de Sistematização  
na Assembléia Nacional Constituinte  
Câmara dos Deputados  
Nesta

Senhor Presidente:

Na forma regimental, requeiro a substituição do Constituinte Roberto Balestra, como suplente do PDC nesta Comissão, pelo Constituinte José Maria Eymael, nos dias 29 e 30 de outubro corrente.

Sala das Reuniões, 29 de outubro de 1987. – Constituinte **Siqueira Campos**, Vice-Líder do PDC.

**III – COMUNICAÇÕES****Da Mesa da Comissão de Sistematização:**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Srs. Constituintes, ilustres membros da Comissão de Sistematização, a Mesa recebeu, de acordo com as normas estabelecidas, um requerimento de preferência assinado pelos Líderes de vários partidos.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Sr. Presidente, permita-me interrompê-lo para uma comunicação que considero da mais alta importância.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Tem a palavra V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Sr. Presidente, os jornais de hoje noticiam com destaque a seguinte manchete: "Somem destaques de Sant'Anna –

Com esse pretexto, Líder pode até pedir adiamento de votação".

Quero registrar que isso é absolutamente inverídico. É claro, que, ontem, em meu gabinete, tive um trabalho muito grande para fazer a seleção de destaques, o que correspondia a um problema interno nosso e não ao que a nota se refere, de que a Comissão teria feito desaparecer meus destaques.

Não fiz essa declaração, que não tem, portanto, fundamento. De antemão, devo dizer que tal atitude seria uma agressão ao secretariado da Comissão, com o qual tenho o melhor entendimento e que absolutamente não merece isso.

Não fiz essa declaração – repito – a quem quer que seja, e aproveito a oportunidade para desmenti-la integralmente.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Nobre Constituinte Carlos Sant'Anna, conhecendo V. Ex.<sup>a</sup> como conheço, eu, em nenhum momento, quando li os jornais, tive dúvidas de que tal notícia não teria fundamento.

Dou prosseguimento aos nossos trabalhos.

A Secretaria da Comissão acaba de informar à Mesa que recebeu dos Srs. Constituintes 186 pedidos de preferência para o Título IV. De acordo com os procedimentos já aprovados por esta Comissão, esta Presidência recebeu, ainda, um protocolo firmado pelos Líderes dos vários partidos.

A Mesa, ao dar conhecimento do protocolo a V. Ex.<sup>as</sup>, o entende como aceito. Passa-se à leitura do referido documento:

#### "REQUERIMENTO DE PREFERÊNCIA

Os Líderes de todos os partidos com assento na Assembléia Nacional Constituinte requerem, à Mesa da Comissão de Sistematização, que submeta ao Plenário o pedido de preferência seguinte:

1. que a votação dos destaques relativos ao Capítulo I do Título IV realize-se neste dia 29;

2. que, nos dias 30 e 31 de outubro, sejam votados os destaques relativos aos Capítulos II e III do mesmo Título, e, nos dias 3 e 6 de novembro, os destaques relativos ao Capítulo IV.

Aprovado o presente requerimento, passar-se-á a votar as preferências relativas ao Capítulo I e, a seguir, os destaques com preferência aprovada.

No início da sessão do dia 30 de outubro, passar-se-á a votar os requerimentos de preferência relativos aos Capítulos II e III, seguidos dos destaques com preferência aprovada.

Já no início da sessão do dia 3 de novembro, votar-se-ão as preferências relativas ao capítulo IV, seguidas dos destaques com preferência aprovada.

Os eventuais requerimentos de preferência relativos aos Capítulos I, II e III, que não tenham sido votados nos dias 29, 30 e 31, poderão ser votados após o encerramento dos destaques do Capítulo IV, com preferência aprovada.

Em 29 de outubro de 1987. – **Adolfo Oliveira Haroldo Lima – Roberto Freire – Euclides Scalco Jamil Haddad – José Lourenço – Plínio Arruda Sampaio – Jarbas Passarinho – Joaquim Bevilacqua – Vivaldo Barbosa – Siqueira Campos.**"

#### "PROTOCOLO

Os Líderes de todos os partidos com assento na Assembléia Nacional Constituinte ajustam, mediante este protocolo, que a votação, na Comis-

são de Sistematização, do Título IV do Substitutivo nº 2 do Projeto de Constituição, obedecerá o seguinte cronograma:

Capítulo I – dia 29-10

Capítulos II e III – dias 30 e 31-10 Capítulo IV – dias 3 e 6-11

A fim de viabilizar esse cronograma, as lideranças firmam, paralelamente, pedidos de preferência dos referidos capítulos para serem apresentados, o primeiro deles, relativo ao Capítulo I, no início da Sessão do dia 29, e os demais, no fim de cada Sessão, para serem votados no início da Sessão correspondente ao ajuste.

Em 27 de outubro de 1987. – **José Lourenço – Euclides Scalco – Plínio Arruda Sampaio – Adolfo Oliveira – Joaquim Bevilacqua – Siqueira Campos – Vivaldo Barbosa – Haroldo Lima – Roberto Freire – Jarbas Passarinho.**"

Seguem-se as assinaturas dos mesmos Líderes aos quais já fiz referência anteriormente.

#### IV – ORDEM DO DIA

#### VOTAÇÃO DO PROJETO DE CONSTITUIÇÃO TÍTULO IV (início)

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Sendo requerimento de preferência, submeto-o à decisão do Plenário. Os Srs. Constituintes que estiverem de acordo, permaneçam como estão. **(Pausa)** Aprovado por unanimidade o requerimento de preferência. **(Palmas)**

**Destaque nº 2345-87 – Emenda nº 1P-17574-7, do Sr. Paulo Delgado, "que substitui o Capítulo I, Título V do Projeto de Constituição (Título IV do Substitutivo nº 2)".**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Passa-se, agora, ao requerimento de preferência para votação do Destaque nº 2345, de autoria do Constituinte Paulo Delgado, relativo ao Capítulo I do Título IV do 2º Substitutivo.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Concedo a palavra ao nobre Constituinte Carlos Sant'Anna, pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Sr. Presidente, respeitando o acordo de lideranças, desejo, mais uma vez, deixar registrado o fato de para mim ser estranho que os Líderes estejam fazendo acordos sem consultar seus liderados. Registro, ainda, minha incompreensão com relação ao PMDB, partido composto de diversas correntes e cuja liderança decidiu solitariamente, de acordo com o grupo a que se vincula, sem portanto, reunir sua bancada na Comissão de Sistematização para saber o que seria melhor a respeito do assunto.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– A Mesa registra o protesto de V. Ex.<sup>a</sup>.

Concedo a palavra ao Constituinte Pimenta da Veiga.

**O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA:** – Sr.

Presidente, gostaria de registrar que não foi apenas a Liderança do PMDB que decidiu, mas as lideranças de todos os partidos. A decisão foi tomada de acordo com o tempo de que dispúnhamos. Como V. Ex.<sup>a</sup> e todos os integrantes da Comissão sabem, a sessão de ontem terminou em hora muito avançada, tendo as decisões sido tomadas quase que de madrugada. Portanto, era absolutamente impossível, pela exiguidade de tempo e pela falta de condições físicas dos membros desta Comissão, realizar qualquer reunião. As decisões foram tomadas pelas lide-

ranças, orientadas pelo bom senso, tanto que o Plenário acaba de acatá-las.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – A Mesa registra a explicação de V. Ex.<sup>a</sup> e não pretende intrometer-se em assuntos internos do partido.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Permita-me, Sr. Presidente. Pediria a V. Ex.<sup>a</sup> que autorizasse a Secretaria da Mesa a distribuir cópia deste requerimento a todos nós, para nossa orientação.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Esta Presidência despacha favoravelmente ao pedido de V. Ex.<sup>a</sup> e solicita que a Secretaria da Mesa providencie as cópias, para que todos os membros da Comissão de Sistematização possam acompanhar as decisões. (Palmas)

**Destaque nº 005931-87, do Sr. Paulo Delgado, "que modifica o art. 51, do Substitutivo nº 2". (289ª votação)**

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Permita-me Sr. Presidente. (Assentimento da Presidência)

Quero dizer a V. Ex.<sup>a</sup> que o destaque anunciado é semelhante a outro apreciado ontem. O de nº 2345 refere-se a determinada emenda, e o de nº 5931 tem o mesmo sentido.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – É o destaque de autoria do Constituinte Michel Temer?

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Não. É o de nº 5931, que trata da unicameralidade e pretende retirar a expressão "do Senado da República". Nós solicitamos a correção, mas não houve tempo para que esta fosse feita.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Nobre Constituinte José Genoíno, resta fase estamos votando conteúdos.

Por esta razão, concedo a palavra ao Constituinte Paulo Delgado, que vai justificar a necessidade imperativa de que se suprima a expressão "do Senado da República", de tal maneira que se institua o sistema unicameral no País.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Peço a palavra, Sr. Presidente, para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Tem a palavra o Constituinte Carlos Sant'Anna.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Sr. Presidente, o Título IV, como sabemos, versa, nos Capítulos II e III, sobre o sistema de governo – especialmente no Capítulo II, que diz respeito ao Poder Executivo. Todavia, a parte correspondente ao Poder Legislativo depende da decisão sobre o sistema de governo.

Minha questão de ordem é a seguinte:

Se o ponto crucial da questão, ou seja, se o sistema será parlamentarista ou presidencialista, terá que ser decidido no momento próprio, quando da discussão sobre o Poder Executivo, então a grande disputa sobre a questão – e ninguém ignora isto – ficaria adstrita àquele instante, quando se tratasse do Poder Executivo. Como o 2º Substitutivo foi feito sob o modelo parlamentarista, na hipótese de vitoriosa a tese do presidencialismo o Poder Legislativo seria adequado ao modelo presidencialista. Neste caso, a posição dos presidencialistas, agora, em relação ao Poder Legislativo, poderá ser diferente, porque nos reservaremos para o grande embate no momento da discussão do Capítulo II. Todavia, se V. Ex.<sup>a</sup> decidir que a aprovação do Capítulo referente ao Poder Legislativo é definitiva e formal, não podendo adequar-se mais à frente, toda a nossa atitude fica diferente, pois teremos que começar o confronto e a grande disputa entre presidencialismo e parlamentarismo aqui e agora.

De modo que levanto esta questão de ordem, a fim de decidirmos qual atitude vamos assumir.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Sr. Presidente, peço a palavra, para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Tem a palavra V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Sr. Presidente, esta questão de ordem vem sendo reiteradas vezes apresentada pelo Líder Carlos Sant'Anna e por todos os outros Líderes que se declaram presidencialistas. E tem razão de ser.

Na primeira reunião que houve, inclusive com a Presidência da Assembléia Nacional Constituinte, quando até se tratou do tema referente à nacionalidade, ficou decidido que os cargos ou funções que só pudessem ser exercidos por brasileiros natos – e dentre eles constava, expressamente, o de Primeiro-Ministro – poderiam ser mantidos. Assim, quando da discussão e votação do sistema de governo, da organização dos Poderes, na parte relativa ao Poder Executivo, isso, evidentemente, seria resolvido.

Desejo, porém, registrar nossa estranheza, porque, de qualquer forma, no caso específico do Poder Legislativo, há uma certa escamoteação. Quero dizer que concordo com este entendimento e vamos aceitá-lo pacificamente. Mas, só para que não passe inadvertido, desejo ressaltar que no capítulo que trata do Poder Legislativo há uma seção específica – e isso perpassa todo este capítulo – sobre a "competência privativa da Câmara Federal". Essa seção, evidentemente, apresenta toda uma estrutura parlamentarista e, deste modo, seria importante que esse entendimento fosse relegado a um segundo plano. Evidentemente, isto não será possível, mas, só para que fique registrado, seria importante que os presidencialistas tentassem revogar isto. Infelizmente, não vamos ter ainda o confronto. Esperaremos até amanhã.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Vou resolver a questão de ordem do Constituinte Carlos Sant'Anna.

Em primeiro lugar, quero reiterar o que já disse ao Constituinte Carlos Sant'Anna e pela imprensa. Vamos decidir a partir de agora questões de suma relevância para o País. Não creio que temas dessa natureza devam ser resolvidos na base de mecanismos que tolham o debate ou, simplesmente, a partir de uma convicção doutrinária fechada. Haverá o momento certo. Acima de tudo, temos a responsabilidade de criar sistemas que funcionem para o País. Seja qual for a posição adotada, presidencialismo ou parlamentarismo, é nossa obrigação, num caso como no outro, criar um sistema compatível com as aspirações da sociedade. Considero importante que se faça isso. Acho importante que na hora da decisão se tome em consideração a governabilidade. E tanto o parlamentarismo quanto o presidencialismo têm requisitos de governabilidade.

Portanto, as decisões que vierem a ser tomadas hoje não devem prejudicar as de amanhã.

Isto, em termos de minha posição pessoal – mas com base em antecedente regimental. É que já decidimos aqui que haveria um Primeiro-Ministro. Porém, ao decidir isto, também ficou resolvido que aquela votação não implicaria a aprovação do sistema parlamentar de governo. Já houve esta decisão anteriormente. Em consequência, o que decidimos sobre o Poder Legislativo sofrerá modificação, se eventualmente a decisão que vier a ser tomada com relação ao sistema de governo for pela manutenção do presidencialismo.

Já que todo o enfoque do projeto é parlamentarista, o funcionamento do Poder Legislativo está baseado nos pressupostos do parlamentarismo. A Presidência entende, por

consequente, que, se a decisão for pelo presidencialismo, isto requererá uma revisão daquilo que eventualmente tenha sido aprovado quanto ao Poder Legislativo.

Esta é a decisão da Mesa, que atende, assim, às preocupações do Constituinte Carlos Sant'Anna. Mas não é por isso que atende às preocupações de todos nós, que temos de trabalhar sempre de boa-fé. O sistema a ser aprovado, seja ele qual for, vai requerer o apoio de toda a Comissão, para que seja o melhor possível.

Concedo a palavra ao Constituinte Virgildásio de Senna.

**O SR. CONSTITUINTE VIRGILDASIO DE SENNA:** – Sr. Presidente, a Casa acaba de aprovar pedidos de preferência para votação que alteram títulos e capítulos constantes do anteprojeto. Peço a V. Ex.<sup>a</sup>, se não for incômodo para a Mesa, e visando um melhor acompanhamento, pelos Srs. Constituintes, da matéria votada, fossem distribuídas cópias aos membros da Comissão.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Já tomei essa decisão. V. Ex.<sup>a</sup> não estava presente. Já pedi à secretaria que distribuisse cópias a todos os membros da Comissão.

Concedo a palavra, agora, ao Constituinte Paulo Delgado, que fará a defesa do unicameralismo.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO DELGADO:** – Sr. Presidente, talvez não seja fundamental para a democracia a implantação do sistema unicameral, mas certamente foi muito mais fácil para a ditadura colocar dentro do Senado da República os seus representantes, quando precisava alterar a qualidade da representação popular. Daí, foi no Senado que a ditadura pôs os "biônicos", não na Câmara dos Deputados.

Mas não é por isso que nós, do Partido dos Trabalhadores, defendemos a implantação do sistema unicameral na República brasileira. Apesar da disposição desta Constituinte ser, até este momento, contrária à proposta que defendemos em nome do PT, entendemos, pelo que vimos das votações nas Comissões Temáticas, que uma Assembléia Constituinte de um Brasil como o atual precisa abrir-se às discussões das propostas inovadoras. Principalmente, precisa abrir-se a uma discussão que já está sendo feita até mesmo nos países que adotam o sistema bicameral, dada a crescente certeza, convicção de que o sistema bicameral não representa de maneira clara, cristalina, a pureza do voto popular e a representatividade do voto proporcional. A origem do sistema bicameral situa-se na Grécia Antiga, na antiga Gerúsia dos gregos, onde um conselho de anciãos tinha a clara função de inibir a mudança social e a ruptura da sociedade democrática daquela época. Depois, na Europa do século XIV, exatamente na Inglaterra, nasceu a Câmara dos Lordes, sem dúvida uma assembléia das elites, com a preocupação de evitar o surgimento de uma genuína representação popular.

No caso brasileiro, o Senado da República é mais uma importação de nossa História – e má importação. Desde o século passado, o Senado vem tendo uma competência distorcida, e cada vez mais sufocando a representação da Câmara dos Deputados. Esta a razão pela qual submetemos à apreciação do Plenário da Comissão de Sistematização a modificação da estrutura do poder bicameral, alterando substancialmente a forma e a organização do Poder Legislativo. O esvaziamento da Câmara Alta não é uma tradição exclusivamente européia. Discute-se, repito – inclusive nos Estados Unidos – a diminuição do poder do Senado. No Brasil, o movimento se faz ao inverso. O Senado é sempre a consciência, o superego das elites, das classes dominantes, e, através de um "conselho de lordes", pretende deter o avanço que emerge da Câmara dos Deputados. Mais do que isto: o voto majoritário, que elege Senadores, identifica claramente no Senado, uma câmara distrital. O Senado, com competência para defender os in-

tarasses do Estado numa estrutura de poder federal, tornou-se, na verdade, uma câmara que adultera o voto proporcional e detém os avanços originários da Câmara dos Deputados, ao tornar-se uma câmara revisora, de competência exacerbada, para impedir as modificações aqui sugeridas e que lá são freadas.

Srs. Constituintes, pedimos a V. Ex.<sup>as</sup> que levem em conta a necessidade de o Brasil se abrir ao moderno, à contemporaneidade e acabar com essa duplicidade de poder hoje existente no Congresso Nacional, onde, às vezes, a Câmara quer e o Senado retém. O que a Câmara detém como poder, o Senado evita que se configure como concreto, por exemplo, em muitos casos, iniciativas que partem daqui e não se completam no Senado da República. Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Concedo a palavra ao Constituinte José Fogaça, que encaminhará contra.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FOGAÇA:** – Sr. Presidente, na qualidade de membro da Comissão de Sistematização, ocupamos esta tribuna para, neste momento em que se discute a questão do unicameralismo, tentar mostrar aos integrantes desta Comissão que o fim do bicameralismo é também o início do fim do sistema federativo.

O Senado representa os Estados. E eu diria que talvez o Senado não tenha a importância tão grande e tão significativa em países de igualdades regionais, como a Alemanha ou a França. Mas, num País de profundas e graves disparidades regionais, como é o caso do Brasil, o Senado da República é imprescindível para o equilíbrio do sistema federativo. A única garantia dos Estados pequenos, dos Estados mais pobres, de que terão direito a um voto equilibrado em face dos Estados mais poderosos, dos Estados economicamente mais fortes, é a atuação da Câmara Alta, do Senado da República. Cada pequeno, pobre Estado do Nordeste, marginalizado na Federação, tem a segurança de contar com três votos no Senado, como qualquer outro Estado rico, poderoso, forte e influente. **(Muito bem!)**

Por isso, defendemos veementemente a permanência da Câmara Alta. A Câmara dos Deputados representa o povo; o Senado representa os Estados. Este equilíbrio não pode ser rompido.

Chamo a atenção de V. Ex.<sup>as</sup> para o fato de que o 2º Substitutivo aumentou para 80 parlamentares o limite da representação proporcional dos Estados na Câmara. Alguns Estados atingirão o número de 80 Deputados numa Câmara de cerca de 500 representantes. Isto poderá provocar grave desequilíbrio no sistema federativo e no conjunto de interesses decididos no seio do Congresso Nacional.

Infelizmente, os mesmos Parlamentares que apresentam a emenda pelo fim do Senado da República são os que vêm apresentando, sistematicamente, emendas para desarmar o Estado democrático das suas defesas, supondo que estão fazendo uma Constituição para as ditaduras, quando estamos fazendo uma Constituição para o Estado democrático. Partem do pressuposto de que o Senado é sempre conservador e retrógrado, talvez por causa do vício interpretativo do condicionamento a que estiveram sujeitos, nos longos anos de "bioncidade" em que vivemos, sob todos os aspectos condenáveis na História da nossa República.

O papel do Senado, para o sistema democrático e para o equilíbrio do sistema federativo, é indispensável. E um Estado democrático não prescinde do Senado Federal. Os regimes presidencialistas do México, dos Estados Unidos, da Argentina, os regimes unitários da França, do Peru, os regimes federativos da Alemanha e do próprio Brasil, assim como os regimes parlamentaristas da Alemanha, da Itália, da França e da Espanha, não dispensam a existência do Senado da República. De igual modo, o Brasil tam-



bém precisa do Senado. Principalmente por sua peculiar situação, com características tão próprias e tão diferenciadas. Em um País como o nosso, onde há grande concentração de riqueza em determinadas regiões, tanta abundância em determinadas áreas e tanta escassez, tanta pobreza em outras, extinguir o Senado da República é jogar na marginalidade as Unidades federadas que estão abandonados à miséria em que hoje se encontram.

É, pois, em defesa dos pequenos, dos marginalizados e dos esquecidos Estados da República que fazemos um apelo pela rejeição desta emenda proposta pelo nobre Deputado Paulo Delgado. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

— Srs. Constituintes, havia duas emendas no mesmo sentido, uma, do Constituinte Paulo Delgado e outra, do Constituinte Lysâneas Maciel. Depois de um acordo de Lideranças, houve a fusão dessas emendas.

O Constituinte Lysâneas Maciel gostaria de dar sua opinião sobre a matéria. S. Ex.<sup>a</sup> é autor de uma das emendas. Como resolvemos que fariam dois oradores, um a favor e outro contra, mas que haveria certa flexibilidade, vou usar dessa flexibilidade, pedindo ao orador que entenda a posição da Mesa, pois, quanto mais tempo gastarmos para apreciar cada uma das emendas, menos proposições serão apreciadas.

Com a palavra o Constituinte Lysâneas Maciel.

**O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO MONTEIRO:** —

Permita-me, Sr. Presidente. Com licença do orador, vou levantar uma questão de ordem. Acho que V. Ex.<sup>a</sup> não pode e não deve cercear os Constituintes quanto ao direito de usar da palavra. O Regimento é claro. Já fizemos um esforço extraordinário, abrindo mão das emendas que apresentamos e votando títulos, ressaltados os destaques.

Quanto à restrição que V. Ex.<sup>a</sup> quer impor, solicito que não o faça, porque não é regimental e não contribui para o desenvolvimento dos trabalhos. Todos os líderes abriram mão, inclusive, do direito de encaminhar suas emendas. V. Ex.<sup>a</sup> há pouco falou em debate. O que não existe nesta Assembléia é o debate. Estamos querendo atropelar, nesta Comissão, as defesas de posicionamento. Resta apenas ao Constituinte o espaço para encaminhar emendas. Peço a V. Ex.<sup>a</sup> uma reflexão sobre o assunto.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

— V. Ex.<sup>a</sup> perceberá que a Presidência foi atenciosa quando deu a palavra a V. Ex.<sup>a</sup>. E não poderia fazê-lo, porque havia um orador na tribuna.

**O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO MONTEIRO:** — V. Ex.<sup>a</sup> está equivocado. Solicitei a questão de ordem e pedi autorização prévia ao orador, que a concedeu.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

— V. Ex.<sup>a</sup> conhece o Regimento e sabe que a Presidência não poderia conceder-lhe a palavra.

O objetivo da Presidência não é constranger alguém. Pelo contrário! Lembro, porém, a V. Ex.<sup>as</sup> que hoje termina o prazo de votação de todo o capítulo, e não podemos levar tanto tempo para votar cada emenda.

**O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO MONTEIRO:** —

Neste caso, seria melhor aprovarmos o Substitutivo Cabral, irmos para casa e acabarmos com tudo isto.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

— Reitero o apelo no sentido de agilizarmos os nossos trabalhos, em nome da cooperação, porque o Brasil deseja de nós muito mais do que palavras, espera ação.

Com a palavra o Constituinte Lysâneas Maciel.

**O SR. CONSTITUINTE LYSÂNEAS MACIEL:** —

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, com o afastamento da participação popular no processo constituinte, mais se acentua a necessidade do regime unicameral. Isto porque

a Câmara única permite uma participação popular mais intensa, e a curto prazo.

Temos quase certeza de que o voto destituinte, permitindo ao povo julgar os Parlamentares, sejam eles Senadores ou Deputados, que decaírem da confiança do eleitorado, não será aprovado. De modo geral, a grande maioria deste Parlamento não quer submeter-se ao julgamento popular.

A volta do sistema unicameral representaria uma possibilidade de renovação dos trabalhos legislativos. O Parlamento, na Câmara Baixa, tem representação popular muito mais autêntica e próxima do povo. Não é longa. O período de julgamento das suas atividades é muito breve. É preciso notar que o voto do Senador vale seis vezes mais que o voto dos Deputados, na Câmara Baixa. Numa correlação de forças, esse percentual pode ser até mais alto.

Em terceiro lugar, gostaria de chamar a atenção dos Srs. e Sras. Constituintes para o fato de que o Senador representa o Estado. Ele não representa o povo propriamente dito. Normalmente, o mandato de um Senador é um prêmio de consolação para aqueles que não conseguem eleger-se governadores de Estado. Faz-se, então, um arranjo, ou uma manobra, para mantê-los no poder. Em épocas anteriores, quando um "coronel" tinha qualquer problema — às vezes, até mental — escolhiam-no para governador ou interventor de um Território federal. Há vários exemplos disso.

Na verdade, o Senado é uma representação da maioria sem representação das minorias. Que regime democrático é este, no qual em uma de suas Câmaras as minorias não são representadas? Ali estão sentados aqueles que, por contingência eleitoral — válida, é verdade — não foram eleitos. O Senado não tem representação popular, nem democrática, pois ali não têm assento as minorias de cada Estado; é anacrônico, porque o Senador tem oito anos de mandato, que representam uma espécie de ócio concedido ao político. Em outros casos, dá-se um cartório a alguém, para que ali se estabeleça. Os que permanecem ativos são exceções.

O Senado é, portanto, um instrumento de contenção das inovações e das mudanças.

Quando esta Assembléia Nacional Constituinte está tendo a coragem de admitir o voto do eleitorado jovem, este vai ter frustrada sua oportunidade de escolher legítimos representantes do povo. Não há representação das minorias no Senado; ali não há representação popular, os Senadores são representantes do Estado.

Há ainda um aspecto grave: o número de funcionários necessários a quase 500 Deputados representa apenas a metade do número de funcionários existentes no Senado. Temos na memória os famosos "trens-da-alegria" que acontecem no Senado, desagudouro de políticos que se frustraram em suas regiões, não obtendo o prêmio de disputar o Governo estadual, ressaltadas honrosas exceções. Lá existe também premiação para as famílias dos Senadores. Parece-me que o orçamento do Senado é o dobro do orçamento da Câmara dos Deputados, para um número de Parlamentares sete ou oito vezes menor. A tendência de países mais evoluídos é no sentido de permitir, precisamente, que se institua o regime unicameral, para acompanhar as mudanças do mundo atual, em um processo de evolução muito rápida, que requer a extinção de instituições anacrônicas.

Para terminar, Sr. Presidente, tenho certeza de que o voto destituinte, que aqui deveria ser aprovado para corrigir os abusos do poder econômico e da corrupção eleitoral — vários banqueiros se elegeram à custa de dinheiro — não será aprovado. Sua adoção seria a maneira de corrigir essa distorção, reduzindo-se o tempo de mandato daqueles Parlamentares que nada representam, de modo geral, senão seus interesses pessoais.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Concedo a palavra ao nobre Constituinte Nelson Carneiro, para encaminhar contra.

Esclareço à Casa que dei a palavra a dois oradores, para encaminhar a votação a favor, e a dois, contra, a pedido do PDT. Trata-se de matéria relevante. Contrariando o acordo feito com as lideranças, aqui com flexibilidade.

Volto a explicar que a Presidência está dando toda a liberdade àqueles Constituintes que desejam expressar-se. Insisto em dizer que o mais importante é votarmos uma Constituição.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO: – Sr.**

Presidente, Srs. Constituintes, fui Deputado durante dezenove anos e só depois tive a honra de ser eleito Senador três vezes, pelo voto direto. Fui sempre para a praça pública, contra os governos, pedir o voto do povo.

Por isto, aqui estou – e passei toda a minha vida pública nas barricadas da oposição – para dizer que é um erro a afirmação, que se faz desta tribuna, de que no Senado não estão presentes as minorias. Lá estão os representantes do PDT, do PSB, do PTB e dos demais pequenos partidos. Portanto, não é um privilégio dos grandes partidos integrar o Senado Federal, eis que lá se encontram representantes de todas as correntes políticas. E de todas o povo pode escolher representantes para levar à Câmara Alta.

O que não se pode é afirmar, nesta tribuna, que o Senado é a Casa do ócio. Não! Todos nós, que entramos na política e nela envelhecemos, temos o direito de pleitear ser integrantes do Senado Federal, porque para lá levamos a experiência que colhemos na Câmara dos Deputados, a vivência que aqui tivemos, podendo transmitir com mais tranquilidade as observações colhidas e contribuir para o desenvolvimento nacional. O Senado Federal não é prêmio de consolação. Ali chegam as pessoas que o povo escolhe em eleições duras, majoritárias.

Finalmente, não se alegue a ocorrência de "trens-da-alegria", porque desde o primeiro dia de 1985 até hoje – portanto, há cerca de 3 anos – não houve uma só nomeação no Senado Federal. Isso demonstra que o argumento não pode pesar no julgamento dos membros da Constituinte. Quero dizer que, no Senado da República, os Estados são iguais. Não há Estado grande nem Estado pequeno. Não há bancada de oitenta membros e bancada de oito, pois todos os Estados têm três representantes, com a mesma voz, com o mesmo peso e a mesma influência.

Quero dizer, ainda, que, no começo da república americana, Jefferson interpelou Washington, que havia instituído o Senado da República nos Estados Unidos. Jefferson estava tomando café e derramou um pouco no pires. Washington respondeu: "Exatamente por isso, para esfriar o calor, o entusiasmo dos homens da Câmara dos Deputados".

É preciso que os maiores de 35 anos possam chegar ao Senado. Faço votos de que todos os unicameralistas de hoje cheguem aos 35 anos e possam, um dia, integrar o Senado Federal. Estou certo de que a manutenção da bicameralidade é indispensável ao Brasil, porque, repito, no Senado não há Estados grandes ou pequenos. O Estado de São Paulo, por exemplo, com oitenta Deputados, será igual ao Estado do Acre, ao Estado de Sergipe e aos Estados que têm apenas oito representantes.

Portanto, a manutenção do Senado da República é indispensável à Federação e à unidade brasileira. Era o que tinha a dizer. **(Muito bem! Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Não há mais oradores inscritos.

**O SR. CONSTITUINTE ADYLSO MOTA: – Pela**

ordem, peço a palavra, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Pois não, nobre Constituinte. Tem a palavra V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE ADYLSO MOTA: – Sr.** Presidente, quero apenas fazer um registro e pedir a V. Ex.<sup>a</sup> que aja com imparcialidade na condução dos trabalhos.

Ontem fui cerceado no meu direito de encaminhar uma emenda, porque um orador já havia falado a favor. Então, se existe uma norma, um acerto, que seja para todos os Constituintes, a fim de que não ocorram exceções, sob pena de serem prejudicados os trabalhos – já que agora estamos aceitando um acordo, contra o qual me insurji.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– O Presidente declara que, efetivamente, hoje houve liberalidade, e fundamenta a declaração: havia duas emendas semelhantes. Fui informado pelo Constituinte Vivaldo Barbosa, em nome do PDT, de que teria havido um acordo de lideranças e, em função da retirada da emenda do Constituinte Lysâneas Maciel, a palavra seria concedida a dois e dois.

A reclamação de V. Ex.<sup>a</sup> procede inteiramente. Doravante a Mesa dará a palavra a um e um, de acordo com o decidido.

De antemão, explico ao Plenário que não se trata de cerceamento, mas da necessidade de o processo fluir com certa rapidez.

**O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO MONTEIRO: – Sr.**

Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra, pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO MONTEIRO: – Sr.**

Presidente, não concordamos, enquanto partido, com a medida tomada por V. Ex.<sup>a</sup>, e não vamos aceitá-la.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– A medida não foi tomada por mim.

**O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO MONTEIRO: – Não**

houve acordo de lideranças, mas apenas uma reunião onde ficou determinado que se faria um esforço para agilizar os trabalhos, e somente um orador encaminharia, desde que a matéria não o exigisse e os Constituintes abrissem mão de usar da palavra. O Regimento é expresso e não pode ser revogado nem pela Mesa nem por acordo de lideranças, que não houve. Meu partido não subscreveu a determinação que V. Ex.<sup>a</sup> acaba de expor.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Apenas estou reiterando o que disse o Constituinte Jarbas Passarinho, dando fundamento à nossa ação comum. Se não houve, remeto a questão às lideranças. A Mesa não vai proceder de outra maneira.

**O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO BRITTO: – Sr.**

Presidente, mais uma vez gostaria de esclarecer que o Plenário e os membros da Comissão de Sistematização, reiteradas vezes, e até de forma não regimental, têm apelado para que haja bom senso. O bom senso está em que, havendo temas suficientemente esclarecidos e longa pauta pela frente, todos os companheiros Constituintes adotem atitude de desprendimento e encaminhem um a favor e um contra. Às vezes não isso, a juízo do Plenário, é considerado necessário.

No entanto, o Requerimento permite, quando o tema o exigir, pela sua relevância, dois encaminhamentos a favor e dois contra. Mas, ao lado do Regimento, precisamos continuar apelando para o bom senso, porque se, a partir de agora, isso não ocorrer, não votaremos matéria importante, e nada há pior do que isso.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– A Mesa informa que não cabe qualquer questão de ordem, até por que dei a palavra a dois e dois, de um lado e de

outro, de acordo com o Regimento. Apelo para a compreensão dos Constituintes.

Com a palavra o Relator Antônio Carlos Konder Reis, para opinar.

**O SR. RELATOR (Antônio Carlos Konder Reis):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, inicialmente, em nome do Sr. Relator-Geral, desejo destacar a oportunidade e a conveniência da proposição apresentada pelo nobre Constituinte Paulo Delgado, ao início dos debates, sob o título "Da Organização dos Poderes e do Sistema de Governo". Começamos uma tarefa de engenharia política, e a questão apresentada pelo nobre representante do Estado de Minas Gerais é, sem dúvida, a melhor, para que possamos, desde o início, cumprir satisfatoriamente nossa tarefa.

O Sr. Relator-Geral entende que a manutenção do Senado da República – portanto, do texto do Projeto – é importante, em razão de dois argumentos.

Primeiro, o Senado da República, na construção do sistema de governo, é um penhor do desenvolvimento político do povo brasileiro. Hamilton alinhou, entre os fatores capazes de promover o desenvolvimento político, dois atributos dos órgãos do poder: a adaptabilidade e a flexibilidade. A presença de uma Casa revisora é, sem dúvida alguma, um penhor seguro de que o Poder Legislativo, integrante da organização política no País, será, sem dúvida, um instrumento capaz de permitir a indispensável adaptabilidade das decisões do poder à realidade brasileira da flexibilidade às circunstâncias que presidem a laboração das leis.

Em segundo lugar, para o Sr. Relator-Geral a presença do Senado da República é um imperativo decorrente da forma de Estado eleita pelos representantes legítimos do povo brasileiro. E a forma de Estado consagrada já no art. 1º do projeto é a federativa. Então para que haja equilíbrio nessa forma de Estado, é indispensável à presença do Senado da República. Como penhor do desenvolvimento político e como imperativo do equilíbrio da forma de Estado eleita, há, pois, que se contemplar, na organização dos poderes e no sistema de Governo, o Senado da República, a Câmara Alta.

Estas são as razões. Uma, ligada à ciência política, à indispensável necessidade de estabelecer todos os instrumentos capazes de permitir o desenvolvimento político da sociedade brasileira. Outra, de natureza técnica. Se a forma de Estado é a federativa, há de haver um espaço e um tempo para que os Estados brasileiros se manifestem em igualdade de condições. E esse espaço é o Senado da República, e esse tempo é o momento em que as leis são objeto de exame da representação popular, através do Poder Legislativo. Sr. Presidente, quero juntar a esses argumentos do Sr. Relator-Geral, favorável à manutenção do Senado da República, um depoimento de ordem pessoal.

Cheguei a esta Casa aos 27 anos de idade e aqui exerci minhas atividades de legislador, cumprindo minha vocação de homem público, por duas legislaturas. Aos 36 anos, fui eleito Senador da República pelo povo de Santa Catarina. Tenho, pois, por força do destino, condições de fazer um juízo sobre a necessidade ou a desnecessidade de um Poder Legislativo composto por duas Câmaras.

Minha conclusão é de que, num Estado Federativo e numa sociedade como a brasileira, que há de avançar no que toca ao desenvolvimento político, o Senado é uma peça indispensável. Dizer que o Senado recolhe privilégios indevidos, até em relação ao seu quadro de servidores, é fazer uma observação irrealista. Se o Senado tem um número maior de servidores é porque, sob sua responsabilidade, a organização política do Brasil avançou. Lá está o Prodasen, um sistema de processamento de dados exemplar, que só enaltece o Poder Legislativo. É também grande

O número de servidores do Senado porque sob sua responsabilidade opera uma grande gráfica, que atende a todo o Poder Legislativo. Dizer que o Senado é retrógrado, é não ter conhecimento daquilo que a Casa vem realizando. Em 1967, foi em razão da atividade e da decisão do Senado – decisão comandada pelo então Senador Aurélio Viana, representante das Alagoas nesta Casa e, depois, do Rio de Janeiro no Senado – que se alterou de **fond en comble** o famoso Decreto-Lei n.º 5, que criava as maiores dificuldades para as categorias dos trabalhadores portuários.

Este depoimento pessoal deixo consignado nos Anais desta Comissão a par dos argumentos do Sr. Relator-Geral, favoráveis à manutenção do projeto, contrários, portanto, à proposição do nobre Constituinte Paulo Delgado, sendo, assim, pela rejeição da proposta.

**O SR. CONSTITUINTE LYSANEAS MACIEL:** – Sr. Presidente, peço a palavra, para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE LYSANEAS MACIEL:** – Sr. Presidente, como está sendo votada questão que envolve o interesse de uma grande parte da Comissão de Sistematização, faço uma indagação à Mesa. Antes porém, quero lembrar que a minha emenda protege o direito adquirido, prevendo, no caso da extinção do Senado, a transformação automática dos Senadores em Deputados.

Minha pergunta é se aquele dispositivo regimental que proíbe que o Parlamentar vote em causa própria, seria aplicável aos Srs. Senadores membros da Comissão de Sistematização.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Sr. Deputado, aqui somos Constituintes e vamos votar pensando no Brasil e não no interesse pessoal de quem quer que seja. (Palmas)

**O SR. CONSTITUINTE PAES LANDIM:** – Sr. Presidente, peço a palavra, para uma questão de ordem de natureza técnica.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Com a palavra V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. CONSTITUINTE PAES LANDIM:** – Sr. Presidente, quando da elaboração do último substitutivo do Constituinte Bernardo Cabral, o Grupo dos 32 ficou de levar a seguinte sugestão a S. Ex.<sup>a</sup> (o que, infelizmente, não foi feito): que a denominação da Câmara Alta seja Senado Federal e não Senado da República. Se ele representa a Federação, tem que ser Senado Federal. A Câmara não é federal, é Câmara dos Deputados, porque representa a população.

Faço este apelo a S. Ex.<sup>a</sup>, o Sr. Relator, para que, quando da redação final, examine tecnicamente este aspecto, da maior importância.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – O Relator levará em consideração o pedido de V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – Sr. Presidente, peço a palavra, para um esclarecimento.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Tem a palavra o nobre Constituinte Nelson Carneiro.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – Sr. Presidente, há uma emenda de minha autoria, destacada, que sugere a substituição, em todo o projeto, da expressão "Senado da República" por "Senado Federal", e "Câmara Federal" por "Câmara dos Deputados". Aprovada essa emenda, estará resolvido o problema.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – No momento oportuno esses assuntos serão resolvidos. Em votação.

**A SRA. CONSTITUINTE ROSE DE FREITAS:** – Sr. Presidente, peço a palavra para falar sobre a votação.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Nobre Deputada, já estamos em processo de votação.

**A SRA. CONSTITUINTE ROSE DE FREITAS:** – Sr. Presidente, V. Ex.<sup>a</sup> não poderá proceder à votação porque há ainda uma questão a ser discutida. Trata-se da inscrição dos suplentes, da maneira como foi feita.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Nobre Constituinte, quando houver o resultado, se forem chamados os suplentes, V. Ex.<sup>a</sup> levantará a questão. Antes, não.

**A SRA. CONSTITUINTE ROSE DE FREITAS:** – Então, Sr. Presidente, antes da votação dos suplentes tomarei a levantar a questão.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Evidentemente.

**SR. CONSTITUINTE JOSE LINS:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – V. Ex.<sup>a</sup> tem a palavra pela ordem.

**SR. CONSTITUINTE JOSE LINS:** – Sr. Presidente, quero elogiar o trabalho de V. Ex.<sup>a</sup> na Presidência, isto é, a maneira esportiva como se mantém. Acabamos de votar uma emenda substitutiva de capítulo, e espero que V. Ex.<sup>a</sup> mantenha essa mesma atitude durante todas as votações. E que esse procedimento seja estendido também ao Plenário.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Muito obrigado a V. Ex.<sup>a</sup>

Passa-se ao processo de votação.

#### (Procede-se A. votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feltosa, Ademir Andrade, Cristina Tavares, José Paulo Bisol, Nelson Friedrich, Paulo Ramos, Vilson Souza, Vicente Bogo, José Jorge, Adylson Motta, Brandão Monteiro, José Maurício, Francisco Rossi, Gastone Righi, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Haroldo Lima. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Alfredo Campos, Antônio Brito, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Carlos Mosconi, Carlos Sant'Anna, Egídio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Henrique Cardoso, Haroldo Sabóia, Ibsen Pinheiro, João Calmon, João Hermann Neto, José Fogaça, José Geraldo, José Ignácio Ferreira, José Richa, José Serra, José Ulisses de Oliveira, Milton Reis, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nilson Gibson, Pimenta da Veiga, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Rodrigues Palma, Sigmaringa Seixas, Theodoro Mendes, Virgildásio de Senna, Wilson Martins, Roberto Brant, José Carlos Grecco, Marcos Lima, Antonio Mariz, Michel Temer, Israel Pinheiro, Délio Braz, Jorge Hage, Octávio Elisio, Chagas Rodrigues, Afonso Arinos, Aloysio Chaves, Christóvam Chiaradia, Eraldo Tinoco, José Lins, Luís Eduardo, Oscar Corrêa, Osvaldo Coelho, Sandra Cavalcanti, José Tinoco, Paes Landim, Jonas Pinheiro, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Gerson Peres, Virgílio Távora, Adolfo Oliveira, Siqueira Campos, Roberto Freire, Jamil Haddad, Antonio Farias. **ABSTENÇÃO** dos Senhores Constituintes: Jarbas Passarinho e Joaquim Bevilacqua.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – A Mesa vai proclamar o resultado votaram SIM 17 Constituintes; votaram NÃO 62 Constituintes; abstiveram-se de votar 2 Constituintes. Total: 81 votos. O Destaque foi **rejeitado**.

Esclareço que o destaque recusado visava cancelar a expressão "e do Senado da República". Nada mais. Não houve emenda substitutiva. Votou-se apenas a supressão

desta expressão. Não procede, portanto, a afirmação do Constituinte José Lins de que a Mesa transgrediu o Regimento Interno.

Vamos passar à votação da Preferência nº 637, assinada pelas lideranças e que recai sobre a Emenda nº 33684.

Apenas o art. 74 de uma emenda do Constituinte Brandão Monteiro vai ser submetido à preferência para votação.

O art. 74 está aqui redigido da seguinte maneira:

"A Câmara Federal compõe-se de representantes do povo eleitos por voto igual, direto e secreto em cada Estado, Território e no Distrito Federal, dentre cidadãos maiores de vinte e um anos e no exercício dos direitos políticos, através de sistema proporcional."

É esta preferência que vou submeter à votação. Os Srs. Constituintes que estiverem de acordo com o consenso desta preferência permaneçam como estão.

**O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA:** – Sr. Presidente, poderia V. Ex.<sup>a</sup> ler novamente o mérito da preferência?

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Pois não. Vou repetir.

"A Câmara Federal compõe-se de representantes do povo eleito por voto igual, direto e secreto em cada Estado, Território e no Distrito Federal, dentre cidadãos maiores de vinte e um anos e no exercício dos direitos políticos, através de sistema proporcional."

É este o destaque.

Estão os Srs. Constituintes de acordo com 'a concessão desta preferência? Os que estiverem de acordo, permaneçam como estão. **(Pausa)** Rejeitada.

Se o Constituinte Brandão Monteiro não requerer votação nominal, a Mesa considerará não aceita a preferência. **(Pausa)** Rejeitada a preferência.

#### (Discussão fora do microfone)

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Passemos ao Destaque nº 2347.

Concedo a palavra ao nobre Constituinte José Genoíno.

**O SR. CONSTITUINTE JOSE GENOÍNO:** – Sr. Presidente, quero lembrar um aspecto importante. O acordo assinado por todas as lideranças deve ser minimamente considerado, pois quando somos favoráveis a uma preferência não significa sermos igualmente favoráveis ao mérito do destaque. Na medida em que a preferência é rejeitada, isto é negativo, porque compromete o acordo das lideranças para as demais preferências.

Registro, portanto, esta observação: ser favorável a uma preferência não significa ser também favorável ao mérito. É o sentido da minha observação.

**SR. CONSTITUINTE BRANDÃO MONTEIRO:** – Permita-me, Sr. Presidente, a preferência ora em discussão foi assinada por todos os líderes. Acaba de falir nesta Casa qualquer forma de entendimento, pelo menos com o meu partido. Não participaremos mais de qualquer reunião para tratar de preferências. Podem rejeitar nossas preferências. Assim, também no Plenário da Assembléia Nacional Constituinte vamos levantar todos os nossos destaques.

É um direito nosso. Não aceito quebra de acordo.

Não é a primeira vez que acontece isto. Fui líder de bancada em outras oportunidades. Relembro, com saudades, Freitas Nobre e Nelson Marchezan, que cumpriam acordos, como Gastone Righi e Celso Peçanha. Não vou

mais discutir a questão, mas de hoje em diante acabou, aqui, qualquer possibilidade de acordo.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Pois não, Excelência. Não posso fazer mais do que registrar sua posição.

Com a palavra o Constituinte José Maria Eymael.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ MARIA EYMAEL:** – Sr. Presidente, não considero rejeitada a preferência porque não há condições físicas para tal à luz do tumulto estabelecido. Portanto, solicito verificação da votação para a rejeição ou não da preferência. É o mínimo que desejamos.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Se V. Ex.<sup>a</sup> me permite, está registrado. Declarei, pela minha impressão, que a emenda tinha sido recusada, a menos que alguém pedisse verificação.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ MARIA EYMAEL:** – Sr. Presidente, a verificação está sendo pedida. Não se passou para outra matéria. Apelo para o espírito democrático de V. Ex.<sup>a</sup> Não entrou ainda em votação a outra matéria. Solicito verificação de votação.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOINO:** – Solicito uma informação à Mesa. Há preferência para a Emenda Enoc Vieira?

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Existe mais de uma preferência sobre esta matéria. Existe preferência do próprio Constituinte Paulo Delgado, semelhante a essa. A Mesa não está discutindo se a emenda é esta ou aquela. Segue apenas o procedimento. Quero recordar que percebi que a maioria do Plenário recusava a preferência. Ainda declarei que era oportuno que se pedisse verificação. Perguntei se alguém pedia verificação. Ninguém pediu. Assim passei a outra emenda, que está em minhas mãos.

Tem a palavra o nobre Constituinte Joaquim Bevilacqua.

**O SR. CONSTITUINTE JOAQUIM BEVILACQUA:** – Srs. Constituintes, gostaria de dizer ao nobre Líder do PDT, Constituinte Brandão Monteiro, que o PTB honra aquilo que foi assinado ontem. Não houve tempo hábil, desde o instante em que o Presidente, Constituinte Fernando Henrique Cardoso, perguntou se se pedia a verificação de presença. Nós, do PTB, queremos a verificação de presença e queremos honrar o acordo que assinamos ontem com o PDT e com os demais partidos.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Eu não tenho apoio regimental para fazê-lo.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, peço a palavra, para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Com a palavra o nobre Constituinte Gerson Peres.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – V. Ex.<sup>a</sup> está agindo de acordo com o Regimento. A matéria foi vencida, passou-se para outra. Não se pode voltar. Vamos para frente. É o Regimento. Quem não se habilitou na hora regimental, perdeu a oportunidade da verificação de votos.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Tenho sobre a mesa destaque assinado não por todos os Líderes, mas apenas por alguns. Tive o cuidado, principalmente por perceber isso, de dar tempo para que se pedisse a votação nominal. Não foi pedido. Não tenho apoio regimental para fazê-la.

Passamos ao Destaque nº 2347, relativo ao Capítulo I, art. 52 do 2º Substitutivo. O autor do destaque é o Constituinte Paulo Delgado.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO DELGADO:** – Sr. Presidente, dado o acordo de Liderança, retiro o pedido de preferência para meu destaque, apoiando o do Constituinte Enoc Vieira, que é o Destaque nº 7113. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – A Mesa registra as palavras de V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. CONSTITUINTE VIVALDO BARBOSA:** – Sr. Presidente, peço a palavra apenas para um esclarecimento ao Plenário.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Com a palavra V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. CONSTITUINTE VIVALDO BARBOSA:** – V. Ex.<sup>a</sup> está informando que a preferência do Constituinte Brandão Monteiro, requerida e subscrita pelas Lideranças, foi rejeitada pelo Plenário?

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Foi o que declarei. Declarei também que dei a oportunidade a que pedissem a verificação, porque isto me pareceu razoável.

**O SR. CONSTITUINTE VIVALDO BARBOSA:** – Sr. Presidente, está registrado.

**SR. CONSTITUINTE BRANDÃO MONTEIRO:** – Sr. Presidente, peço a palavra para fazer um registro.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Pois não, nobre Constituinte.

**O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO MONTEIRO:** – Sr. Presidente, houve um acordo e não foi cumprido. Há, na verdade, entre os partidos, cabal discriminação contra o meu partido. Assinaram um documento e o rasgaram.

Faço este registro para ficar na História. Meu partido não se sente comprometido, a partir deste momento, a entrar em qualquer acordo aqui.

**O SR. CONSTITUINTE HAROLDO LIMA:** – Sr. Presidente, peço a palavra, para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Tem a palavra o Constituinte Haroldo Lima.

**O SR. CONSTITUINTE HAROLDO LIMA:** – Sr. Presidente, ontem realizamos uma reunião de líderes que se estendeu até às primeiras horas da madrugada. O Constituinte Brandão Monteiro – e peço a S. Ex.<sup>a</sup> que escute o que estou dizendo – não participou da reunião. O PDT esteve representado pelo Constituinte Vivaldo Barbosa, que fez um acordo conosco. Lamentavelmente, o Constituinte Brandão Monteiro, que tem sido rigoroso em cumprir todos os acordos feitos – S. Ex.<sup>a</sup> cumpre todos os acordos que faz com as Lideranças, e eu testemunho este fato aqui, diante de todos – ontem não estava presente, quando do acordo feito entre os líderes. Estava, repito, o Constituinte, Vivaldo Barbosa.

Foi, então, feito um acordo com a minha participação. Eu tinha um destaque relativo ao mesmo assunto, assim como o PT e o PDT, sendo que o PFL tinha um **caput** e um destaque feito pelo Constituinte Enoc Vieira, que dizia respeito à mesma questão. Trocamos idéias e achamos que todos deveriam abrir mão. Eu abri mão, o PT abriu mão o PDT abriu mão, representado pelo Constituinte Vivaldo Barbosa. Assim, seria apresentado um único destaque, que é o que vem a seguir, de autoria do Constituinte Enoc Vieira.

Na verdade, o Constituinte Brandão Monteiro não presenciou este acordo e, por isso, não está informado desses meandros. Razão pela qual quero dizer que, no que diz respeito ao assunto, não existe nenhum descumprimento de acordo. Pelo contrário, há um esforço para que o acordo não seja malogrado em nenhum aspecto.

Além disso, queremos exortar o Constituinte Brandão Monteiro para que não se manifeste contrariamente aos acordos de agora em diante. No que diz respeito ao PC do B, afirmo que não fazemos nenhum tipo de discriminação a partido algum nesta Assembléia, muito menos ao PDT.

**(Tumulto em Plenário)**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Srs. Constituintes, vou conceder a palavra ao Constituinte José Maria Eymael, e ninguém falará sem que o Presidente conceda a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ MARIA EYMAEL:** – Sr. Presidente, peço-lhe considerar uma situação que ocorreu de fato.

Ontem, quando algumas lideranças se aproximaram da Mesa, o ilustre Presidente Jarbas Passarinho, com a propriedade, a cautela e a experiência que lhe são peculiares, assinalou que para a boa ordem dos trabalhos os Parlamentares deveriam utilizar os microfones para suas considerações. Sr. Presidente, ouvi quando V. Ex.<sup>a</sup> perguntou se alguém desejava ou não solicitar verificação de votação da preferência. Eu estava no meu assento, que não é na primeira fila, levantei-me e, no corredor, encontravam-se alguns Constituintes. Diligentemente, dirigi-me, de acordo com o procedimento fixado pela Mesa, a este microfone. E, no momento em que me foi possível, usei da palavra e fiz o pedido de verificação.

Portanto, trata-se de uma questão que ocorreu de fato. Houve um problema físico, ou seja, eu não pude aproximar-me antes do microfone e cumprir exatamente a orientação dada antes pelo Presidente Jarbas Passarinho, porque havia Constituintes no corredor e eu não estava sentado na primeira fila.

Portanto, Sr. Presidente, peço, com base neste argumento, tratando-se de uma questão de fato, que V. Ex.<sup>a</sup> faça a verificação de votação.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Eu também estou seguindo estritamente o comportamento orientado pelo Constituinte Jarbas Passarinho.

Concedo a palavra ao Constituinte Vivaldo Barbosa.

**O SR. CONSTITUINTE VIVALDO BARBOSA:** – Sr. Presidente, V. Ex.<sup>a</sup> não deveria elevar a voz nem pôr o dedo em riste quando se dirige a um Constituinte. Não deveria fazer isso, porque não apenas atinge a dignidade de um Constituinte individualmente, mas do Plenário, cuja atuação V. Ex.<sup>a</sup> deveria respeitar e elevar cada vez mais. O Constituinte estava apenas pedindo a palavra, que poderia ou não ser concedida por V. Ex.<sup>a</sup>

Mas, Sr. Presidente, pedi a palavra, porque fui referido nominalmente, e, como houve distorção em relação à discussão dos entendimentos de ontem, desejo prestar um esclarecimento.

Na rodada para indicação de preferência, eu havia ficado no final da fila, em último lugar, quando levantei que havia uma preferência requerida pelo Constituinte Brandão Monteiro, no mesmo sentido daquela requerida pelos Constituintes Plínio Arruda Sampaio, Haroldo Lima e Roberto Freire. Disse que tínhamos vivo interesse em apresentar nossa emenda e discuti-la. O Constituinte Euclides Scalco lembrou que o Constituinte Brandão Monteiro era um Líder e teria direito de pedir a preferência. Tanto assim que foi mantida, assinada e subscrita a preferência dos Constituintes Plínio Arruda Sampaio, Haroldo Lima, Roberto Freire e a nossa, de Brandão Monteiro. Hoje, seria feita a negociação sobre qual emenda a encaminhar, qual seria, o texto e quem encaminharia. Solicitei ao Constituinte Roberto Freire e ao Constituinte Haroldo Lima que procurassem o Constituinte Brandão Monteiro

para fazer o acerto dessa composição, o que não foi feito. Entendi, então, que tínhamos inteira liberdade de apresentar nossa emenda, já que estava em primeiro lugar.

Esta é a versão correta dos fatos, e sobre eles sustentaremos as nossas posições.

**O SR. CONSTITUINTE PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO:** – Sr. Presidente, peço a palavra, para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – V. Ex.<sup>a</sup> tem a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO:** – Sr. Presidente, pedi a palavra para, entre outras coisas, dizer que estamos fazendo um esforço muito grande para que nossas divergências de fundo não se transformem em divergências formais e não atraiam o trabalho desta Comissão. A reunião está sendo realizada para decidirmos a questão em debate. Desta forma, eu pediria que analisássemos o assunto com mais calma, para que todos pudéssemos ouvir os argumentos expendidos pelos ilustres pares.

Peço, sobretudo, a atenção do nobre Constituinte Brandão Monteiro, a quem sou ligado, como todos sabem, por laços de amizade pessoal. Fizemos todos um enorme esforço ontem à noite. Depois de uma exaustiva sessão, estávamos todos extremamente cansados. Foi um esforço geral muito grande, para se tentar diminuir a pauta e fazer com que se votasse, dentro do prazo exíguo que temos, as matérias fundamentais. Até onde minha memória me permitiu registrar o que ocorreu nas negociações, meu entendimento é o de que havíamos combinado retirar nossas emendas, em função da emenda do nobre Constituinte Enoc Vieira. Esse o meu entendimento.

Também me recordo da reclamação feita pelo nobre Constituinte Vivaldo Barbosa. É verdade, S. Ex.<sup>a</sup> está agindo corretamente. Tendo sido eu o primeiro a colocar a prioridade para um Constituinte do meu partido, se a situação geográfica fosse inversa, S. Ex.<sup>a</sup> teria colocado a dele e eu estaria em dificuldade, considerando que isso era um critério.

Tenho a impressão de que ficou decidido que teríamos uma outra conversa, para fazermos um acordo. Considerando que não houve essa conversa hoje de manhã, em decorrência da precipitação dos trabalhos e pela natural preocupação que envolve todos nós, acho que a solução de bom senso seria se V. Ex.<sup>a</sup> a aceitasse e se houvesse um entendimento em arras desta compreensão, já que temos de nos reunir para fazer um trabalho de consenso encontrar um meio regimental, talvez em termos de preferência, ou algo assim, para que votássemos aqui, primeiro, outro artigo, enquanto fazemos essa negociação que não foi feita. Trata-se, simplesmente, do seguinte: as emendas são iguais; uma, votada, prejudica as outras. Através de um entendimento de companheiros que tenham a mesma idéia, poderá ser decidido quem fala primeiro. Se V. Ex.<sup>a</sup> decidir dessa maneira, creio que contornaremos a questão.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – A Mesa tem procurado respeitar os acordos políticos. Até porque é Mesa de uma Comissão, e seu objetivo é chegar a um bom resultado. Se V. Ex.<sup>a</sup> conseguir um acordo de lideranças, a Mesa encontrará mecanismos regimentais pelos quais se restabelecerá a possibilidade de um diálogo civilizado.

**O SR. CONSTITUINTE PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO:** – Sr. Presidente, tenho a impressão de que, se V. Ex.<sup>a</sup> fizer uma consulta oral às lideranças, no sentido de que permitam que se coloque em votação um outro artigo, enquanto nos reunimos e decidimos essa questão, concluir-se-á que eles estarão de acordo com minha proposta, e poderemos resolver esta questão. Meu Partido está de acordo.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE** – Permita-me, Sr. Presidente.

Quero que também conste dos Anais a posição do Partido Comunista Brasileiro. Ate porque não foi bem entendida nossa posição aqui.

Ao contrário do que pareceu ter ocorrido, eu gostaria de ressaltar a validade dos acordos, pois os respeitamos profundamente.

Nossa manifestação a contraria a isso. Não estávamos entendendo o porque desta preferência, quando o acordo feito se relacionava com a emenda do Constituinte Enoc Vieira. Nada do que ocorreu tem a ver com a emenda do Constituinte Brandão do Monteiro. Inclusive, porque nossa identidade a muito maior com o PDT do que com o Constituinte Enoc Vieira, integrante do PFL. Não a por ai que se deve julgar nossa atitude.

Então, que fique claro que nossa manifestação se deve apenas ao fato de não se haver entendido o porque de não se ter continuado com o acordo de ontem. Talvez isto tenha ocorrido por equívoco do Constituinte Vivaldo Barbosa, de não ter articulado os entendimentos, embora isto fosse da sua responsabilidade – e bom que se frise isso – e não da responsabilidade do PCB, do PC do B ou de qualquer outro partido.

Podemos entrar em acordo e vamos fazê-lo, porque não nos interessa este tipo de mal-entendido.

Concordo, desde já, com a decisão que for adotada para resolver esse problema.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Em primeiro lugar, quero corrigir certa expressão aqui utilizada. Não coloquei dedo em riste ao me dirigir a alguém no Plenário. Apenas não permitirei, para seguir o Regimento e para permitir que a Comissão funcione, que os Constituintes tomem a palavra sem que esta lhes tenha sido concedida. Foi isso o que coibi e continuarei coibindo, não por mim, mas pela Comissão, pelo seu bom funcionamento. Falarei em termos os mais corteses, se o Constituinte for cortês, ou cortando o som do microfone, se for necessário – espero que não o seja.

Mas, se V. Ex.<sup>as</sup> quiserem fazer acordos, não he, nada que o impeça. Ate porque temos aqui, sobre a mesa, emenda do Constituinte Paulo Delgado, que diz o seguinte:

"A Câmara Federal compõe-se de representantes do povo, eleitos por voto igual, direto e secreto, dentre os cidadãos no exercício dos direitos políticos, pelo sistema proporcional, em cada Estado, Território e no Distrito Federal."

Há um requerimento de preferência. Não se trata do questão política. A questão existe meramente entre V. Ex.<sup>as</sup>. A Mesa não se envolvera na discussão dos partidos e das Lideranças.

**O SR. CONSTITUINTE OSCAR CORREA:** – Sr. Presidente, peso a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE OSCAR CORREA:** – Sr. Presidente, gostaria de levar uma questão de ordem.

Tenho a impressão que o assunto a muito importante para nos, daqui em diante. Suponhamos que se aprove uma preferência. Se, porventura, o autor do destaque relacionado com essa preferência, votada e aprovada, estiver ausente, estará o destaque automaticamente prejudicado?

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Temos considerado desta forma, conforme ocorreu em casos anteriores, salvo quando existe uma indicação.

**O SR. CONSTITUINTE OSCAR CORREA:** – Então, adianto um pouco o meu raciocínio.

Estamos partindo do princípio de que a emenda que deve ser a seguir examinada é a do Constituinte Enoc Vieira. Suponhamos que se vote e se aprove a preferência de S. Ex.<sup>a</sup> Até o presente momento S. Ex.<sup>a</sup> está ausente do Plenário. Neste caso, a matéria fica automaticamente prejudicada?

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Se não houver uma indicação, fica.

**O SR. CONSTITUINTE OSCAR CORREA:** – Então, peço a V. Ex.<sup>a</sup> que coloque em votação, salvo melhor entendimento, a preferência do destaque anterior, ou seja, a do Constituinte Paulo Delgado, ate que, eventualmente, o Constituinte Enoc Vieira adentre o Plenário e se possa votar a sua preferência, sob pena de se inviabilizar todo esse entendimento político.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Tenho que respeitar a ordem cronológica da matéria que será posta em votação.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO** – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO** – Sr. Presidente, parece-me que, ate por uma questão da lógica regimental que rege a apreciação das preferências e dos destaques, podemos resolver, através do debate e da discussão o problema de fundo que e a questão da composição da Câmara pelo voto proporcional. Existem emendas semelhantes, mas existem diferenças substantivas em relação a idade dos integrantes da Câmara – se a 18 ou 21 anos. E ha, ainda, a questão da lei complementar.

Sr. Presidente, a obvio que a emenda de ontem, a do Constituinte Enoc Vieira, e a que melhor resolve o problema, porque defende os 18 anos, o que se adequar ao que já foi aprovado nos capítulos anteriores. E a questão da lei complementar terá que ser regulamentada. Se a preferência pedida pelo Constituinte Enoc Vieira for voltada e o destaque, apreciado... Caso o Constituinte esteja aqui, ela será apreciada; caso contrario, vamos seguir a ordem normal dos destaques. Ou seja. apreciaremos a emenda Brandão Monteiro. a emenda Paulo Delgado e depois, então, apreciaremos a emenda Enoc Vieira.

Portanto, creio que podemos chegar, sem exacerbação de ânimos e. através da discussão e do debate, a uma solução política, pelo voto, Para esta questão que foi objeto de uma celeuma que a maior do que o conteúdo, que deve motivar a discussão e a votação.

Por isto, Sr. Presidente, creio que, votando a preferência, resolveremos a questão. Isto, se estiver presente o Constituinte Enoc Vieira. Caso contrario, nos a resolveremos votando os destaques que já tem a sua preferência pela ordem ditada pelo Regimento, isto e. o destaque relacionado com a preferência Brandão Monteiro, ou o destaque relacionado, em seguida, com a emenda Enoc Vieira.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso)** – Informo a V. Ex.<sup>a</sup> que esta já é a decisão da Mesa.

Concedo a palavra ao Constituinte Brandão Monteiro.

**O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO MONTEIRO:** – Sr. Presidente, gostaria que V. Ex.<sup>a</sup> chamasse a ordem os trabalhos, considerando o seguinte.

Minha preferência foi rejeitada, apesar de assinada pelos Lideres, o Constituinte Paulo Delgado retirou o seu destaque, e V. Ex.<sup>a</sup>, agora, não pode mudar esse fato. Está gravado. Que V. Ex.<sup>a</sup> coloque em votando a preferência

do Constituinte Enoc Vieira. Se S. Ex.<sup>a</sup> estiver presente, nós a votaremos; se não, estará prejudicado o destaque, de acordo com o Regimento.

Não quero ser parcial; nunca o fui. Gostaria, Sr. Presidente, que V. Ex.<sup>a</sup> restabelecesse a ordem dos trabalhos.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Srs. Constituintes, não mais permitirei questões de ordem sobre esta matéria.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOINO:** – Permita-me, Sr. Presidente, usar da palavra para contraditar.

Chamo a atenção do nobre Líder Brandão Monteiro para o fato de que foi votada a preferência e não o destaque. O Constituinte Paulo Delgado retirou a preferência, não o destaque. Vamos votar agora a preferência da Emenda Enoc Vieira. Os destaques serão apreciados pela ordem não das preferências, conforme esta ai... Não pode estar prejudicado o conteúdo do destaque.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Srs. Constituintes, informo a V. Ex.<sup>as</sup> que aqui há uma ordem a ser seguida. A Mesa vai obedecer rigorosamente ao Regimento. Vamos votar com base nessa ordem. Pego a V. Ex.<sup>as</sup> que não antecipem decisões que não foram tomadas. Vamos manter a ordem dos destaques.

Há sobre a mesa o Destaque nº 6997, relativo a Emenda nº 27163, que pede preferência para o art. 52.

Há sobre a mesa um requerimento de adiamento, assinado por todos os líderes, no sentido de que se adie a votação do art. 52 e parágrafos, para apreciação depois da votação dos artigos pertinentes ao Poder Judiciário. Isso diz respeito a composição das bancadas estaduais.

Vou submeter o requerimento a votação.

Aqueles que desejarem que esta matéria seja discutida após a referente ao Poder Judiciário; permaneçam como estão **(Pausa)**. Aprovado o requerimento, com votos contrários.

#### **Documento a que se refere o Sr. Presidente (Fernando Henrique Cardoso):**

##### **"REQUERIMENTO**

Requeremos o adiamento da votação do art. 52 e parágrafos para apreciação depois da votação dos artigos pertinentes ao Poder Judiciário.

Sala das Sessões, 29 de outubro de 1987. – **Euclides Scalco – Adolfo Oliveira – Joaquim Bevilacqua – Brandão Monteiro – Plínio Arruda Sampaio – Roberto Freire – Haroldo Lima – Jamil Haddad – Jarbas Passarinho José Lins.**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Passamos agora a preferência do Destaque nº 164.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Permita-me, Sr. Presidente.

Desejo apenas registrar que esta Comissão de Sistematização pode tudo, e nela vale tudo. Não que eu seja contra o mérito. Max, se a Comissão de Sistematização pode retirar o art. 52, que se contem no capítulo sobre Poder Legislativo, sob discussão agora, deixar para discuti-lo após a votação de matéria referente ao Poder Judiciário, outras coisas também a Comissão de Sistematização poderá fazer, evidentemente, por decisão própria.

Quero, mais uma vez, registrar minha estranheza.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Registro a intervenção, e explico a V. Ex.<sup>a</sup> que se trata de matéria contida no mesmo título. A decisão permitiu isso. Se V. Ex.<sup>a</sup> obtiver o apoio da maioria, gostosamente anunciarei o resultado favorável a V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Se fosse assim, V. Ex.<sup>a</sup> sabe em que absurdos poderíamos, evidentemente, incorrer.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Está registrada a intervenção de V. Ex.<sup>a</sup>.

Em votação o Destaque nº 164, do Constituinte Brandão Monteiro, referente a Emenda nº 32233, do Constituinte Paulo Delgado, que diz o seguinte:

"A Câmara Federal, compõe-se de representantes do povo, eleitos por voto igual, direto e secreto, dentre cidadãos no exercício dos direitos políticos, pelo sistema proporcional, em cada Estado, Território e no Distrito Federal"

Pergunto ao Constituinte Paulo Delgado se S. Ex.<sup>a</sup> retirou a emenda.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO DELGADO** – Sr. Presidente, a preferência foi pedida com base em um acordo de lideranças. De minha autoria são o destaque e a emenda. Retiro a emenda, para manter o acordo de lideranças, apoiando a do Constituinte Enoc Vieira.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Pois não. Acontece que V. Ex.<sup>a</sup> pede preferência para algo que V. Ex.<sup>a</sup> não assinou. O pedido está assinado pelo Constituinte Brandão Monteiro e por outros líderes. Só eles podem retirar a preferência.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO DELGADO:** – E exatamente o que estou dizendo, Sr. Presidente. O que posso retirar é a emenda e o destaque da minha autoria.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Retirada a preferência.

**O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO MONTEIRO:** – Sr. Presidente, o requerimento a meu e o Constituinte Roberto Freire retira a preferência. Quero deixar bem claro que estou retirando a preferência, para que conste dos Anais da Casa.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Sr. Presidente, para que fique claro: não estou retirando o pedido de preferência. Ate porque sou apenas um Constituinte e não posse fazer isto. Mas, pelo acordo de lideranças, não era este o requerimento que deveria ser votado: por isto esta sendo retirado. Que o Constituinte Brandão Monteiro saiba disco, através da liderança do Constituinte Vivaldo Barbosa.

**O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO MONTEIRO:** – Sr. Presidente, o Constituinte Roberto Freire tem a autoridade, o numero e a vontade de retirar uma preferência que foi pedida por mim. um dos maiores absurdos que já vi! E S. Ex.<sup>a</sup> reafirma isso! Que conste dos Anais da Casa.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – A Mesa só aceita retirada da preferência a pedido do signatário. Esta foi retirada pelo Constituinte Brandão Monteiro. A Mesa entendeu que havia um acordo de boa fé. Se não foi assim, esta retirado, já que o Constituinte Brandão Monteiro a retirou.

Quero também fazer uma comunicação a V. Ex.<sup>a</sup> O Presidente Ulysses Guimarães solicita que eu comunique ao Plenário o cancelamento da sessão da Câmara dos Deputados, convocada para hoje, às 21 horas. Portanto, podemos prorrogar nossos trabalhos.

**O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO MONTEIRO:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra

**O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO MONTEIRO:** – Sr. Presidente, em torno desta comunicação, quero dizer que a matéria a importante. Estamos recolhendo assinaturas para que não seja suspensa a sessão de hoje da Câmara



dos Deputados, quando se deverá votar a paridade para os aposentados.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Nobre Constituinte, estou apenas transmitindo uma comunicação da Presidência da Casa.

**Destaque nº 7113-87 – Emenda nº ES-28024-4 do Sr. Enoc Vieira, “que substitui o art. 74, “caput” e §§ 1º e 2º Substitutivo nº 1 (art. 52 “Caput” e parágrafos do Substitutivo nº 2)”.**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Em votação o Destaque nº 7113, referente à Emenda nº 28024, do nobre Constituinte Enoc Vieira, para que se analise somente o **caput** de sua emenda, que diz o seguinte:

“A Câmara Federal compõe-se de representantes do povo, eleitos por voto igual, direto e secreto, em cada Estado, Território e no Distrito Federal, dentre cidadãos maiores de 18 anos e no exercício dos direitos políticos, através do sistema proporcional, conforme o disposto em lei complementar.”

Peço a atenção de V. Ex.<sup>as</sup>. Colocarei em votação a preferência.

Os Srs. Constituintes que estiverem de acordo, permaneçam como estão. **(Pausa)**

Aprovado o requerimento de preferência, passamos à votação da matéria.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Contra meu voto, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Contra o voto de V. Ex.<sup>a</sup> e de outros mais.

Está inscrito o nobre Constituinte Nelson Jobim, para falar a favor.

**O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS:** – A emenda que será votada neste momento, de autoria do nobre Constituinte Enoc Vieira, dispõe sobre a composição da Câmara dos Deputados e inclui a expressão...

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Será votado somente o **caput**; não entraremos na composição.

**O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS:** – Segundo a leitura que V. Ex.<sup>a</sup> acaba de fazer, para conhecimento do Plenário, há a expressão “...maiores de 18 anos”. A Comissão de Sistematização já decidiu, quando da votação do Capítulo IV do Título II, sobre dispositivo constante do art. 13, § 3º, com a seguinte redação:

“São condições de elegibilidade: a nacionalidade brasileira, a cidadania, o pleno exercício dos direitos políticos, o alistamento, a filiação partidária e o domicílio eleitoral na circunscrição, por prazo mínimo de seis meses, e exigir-se-á dos candidatos a cargos eletivos a seguinte idade mínima, completada até a data limite para os respectivos registros...”

IV – Deputado Federal e Deputado Estadual: vinte e um anos;

Essa disposição foi aprovada, inclusive, com uma emenda que exclui o item V, referente à votação para eleição de vereador e juiz de paz.

Em questão de ordem, portanto, solicito a V. Ex.<sup>a</sup> que da emenda de autoria do nobre Sr. Constituinte Enoc Vieira seja excluída a expressão “...maiores de 18 anos...”, uma vez que a Comissão já decidiu sobre o tema.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT’ANNA:** – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Constituinte Carlos Sant’Anna.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT’ANNA:** – Sr. Presidente, ficou-me na memória – e esta pode ter falhado – que o art. 52 foi guardado para ser votado e apreciado após a votação do capítulo referente ao Poder Judiciário.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – É verdade.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT’ANNA:** – Entendo, pois, que a emenda agora proposta, cuja preferência foi pedida, versa matéria do art. 52.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – A composição não é objeto de análise agora, pois se encontra no § 2º S. Ex.<sup>a</sup> retirou a proposição, já que não diz respeito ao número de Deputados. Estamos votando apenas o **caput** do art. 52.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT’ANNA:** – Mas, Sr. Presidente, a Comissão já decidiu que o art. 52 será votado depois do capítulo que trata do Poder Judiciário.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Vou verificar o requerimento, nobre Constituinte.

**O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA:** – Sr. Presidente, creio que o Constituinte Carlos Sant’Anna tem razão. Ficou decidido que este artigo seria apreciado mais adiante.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – V. Ex.<sup>a</sup> tem razão. Está suspensa a discussão. Todo o art. 52, por decisão deste Plenário, passou para depois da votação sobre o Poder Judiciário. Não temos condições de votar parte dele. A questão de ordem procede.

Sobre a mesa, pedido de preferência para o Destaque nº 8146, relativo a Emenda nº 32146, sobre o art. 52, § 2º **(Pausa)** Prejudicado. Será também apreciado posteriormente, assim como o pedido de preferência seguinte.

Em votação o Destaque nº 4021, que recai sobre a Emenda nº 22749, do Deputado José Jorge.

Sobre a mesa, pedido de preferência. O texto da proposição é o seguinte:

“Suprima-se do art. 83, inciso III, alínea **d**, a seguinte expressão: “e deliberar sobre a sua exoneração.”

O art. 83, inciso III, corresponde ao art. 61.

Com a palavra o Sr. Deputado Plínio Arruda Sampaio.

**O SR. CONSTITUINTE PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO:** – Sr. Presidente, no entendimento de ontem à noite ficou acertado que os artigos seriam votados por ordem numérica, a partir dos números mais baixos.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Exatamente.

**O SR. CONSTITUINTE PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO:** – V. Ex.<sup>a</sup> está submetendo à apreciação o art. 83.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – A Mesa os está colocando na ordem de apresentação dos pedidos, porque não recebeu instrução neste sentido.

**O SR. CONSTITUINTE PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO:**

– Sr. Presidente, eu invocaria aqui o nosso entendimento de ontem à noite...

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– ...que não foi transmitido à Mesa.

**O SR. CONSTITUINTE PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO:**

– O entendimento de ontem à noite – acho que deve estar escrito – era para que fossem colocados na ordem de artigos, dos mais baixos aos mais altos.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Peço a V. Ex.<sup>as</sup> que se entendam e comuniquem a deliberação à Mesa.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOINO** – Permita-me, Sr. Presidente. Trata-se de informação importante, em função da necessidade de apressar os trabalhos.

A questão da proporcionalidade para eleição dos membros da Câmara, por decisão de todas as lideranças, ou seja, por unanimidade, seria tratada hoje; não seria deslocada para depois da apreciação do capítulo sobre o Judiciário.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Permitam-me. Não sou conhecedor dos acordos feitos por V. Ex.<sup>as</sup> Recebo, na Mesa, os requerimentos. Recebi requerimento para que o art. 52 fosse deslocado. Submeti-o a votos. V. Ex.<sup>as</sup> o aprovaram.

**O SR. CONSTITUINTE PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO:**

– Sr. Presidente, V. Ex.<sup>a</sup> me permite uma intervenção?

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Pois não.

**O SR. CONSTITUINTE PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO:**

– Tenho em mãos a lista de destaques com minha assinatura; está em meu nome. Nela V. Ex.<sup>a</sup> verificará as preferências, que se referem aos arts. 52, 55 e 56. Só depois é que vem o art. 61. Isto é o que foi deliberado.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso)**

– Vamos dar algum tempo para que a Mesa se organize. Não tenho como responder a V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Sr. Presidente, permita-me esclarecer, já que toda a complicação gira em torno de pedido de preferência que vai assinado, inicialmente, por mim, referente a destaque de autoria do Constituinte Haroldo Sabóia e a uma emenda também de S. Ex.<sup>a</sup>, que trata da composição numérica da Câmara dos Deputados. Essa questão está sendo produto de negociação, pois queremos transferir isso para depois da votação do capítulo sobre o Poder Judiciário, Mas essa preferência, esse destaque e essa emenda dizem respeito à composição numérica, não ao sistema eleitoral.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Compreendi, mas, então, V. Ex.<sup>as</sup> formularam o requerimento de forma errada.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – O requerimento visa adiar o pedido de preferência.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– O requerimento pedia que a Mesa deslocasse, na íntegra, o art. 52 para depois da votação sobre o Judiciário. Foi o que fiz. V. Ex.<sup>as</sup> erraram no encaminhamento do pedido.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:**

– Sr. Presidente, em questão de ordem, permita-me estranhar o comportamento da Mesa na condução dos trabalhos. E o faço com a melhor das intenções.

Entendo que V. Ex.<sup>a</sup> tenha que observar a metodologia lógica da seqüência dos trabalhos. O entendimento das Lideranças, encaminhado a V. Ex.<sup>a</sup>, apenas é inserido na metodologia dos trabalhos, em que a votação deve ser seqüenciada, assunto por assunto, encaminhados progressivamente. Não pode V. Ex.<sup>a</sup> proceder tal como está fazendo,

não permitindo que o Constituinte que não tenha participado dessas reuniões de Lideranças acompanhe o andamento dos trabalhos. Passa V. Ex.<sup>a</sup>, por exemplo, do art. 52 para o 80 e tantos, e deste para não sei qual...

Esta não a metodologia de debates ou questionamentos. A Mesa não pode deixar-se influenciar pelos acordos de Lideranças. Pode, sim, segundo a seqüência dos artigos, sessões e capítulos, levar em consideração as preferências que forem pedidas. Mas não pode passar a preferência de um artigo do final para o princípio, ou coisas deste tipo. Do contrário, nós, os Constituintes que não participamos dos acordos de Lideranças, não teremos condições de acompanhar, e reinará a maior confusão nos trabalhos. Vejo aqui Constituintes que, como eu, não participaram dos acordos e que estão completamente sem condições de acompanhar o que está acontecendo.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Vou esclarecer a dúvida levantada pela questão de ordem do Constituinte Carlos Sant'Anna.

Estou seguindo, rigorosamente, segundo a Secretaria da Mesa, as preferências, conforme chegam aqui. Estamos seguindo, portanto, a ordem dos pedidos de preferência. Preferência significa que se salta de um para outro – e V. Ex.<sup>as</sup> votam e aprovam, por seção.

A matéria é importante, e isto precisa ficar bem claro. Aqui houve apenas um pedido, relativo ao art. 52, que submeti a votação, no sentido de que esse artigo fosse votado depois do capítulo referente ao Judiciário. Somente isto. Se houve algum outro, terá sido mero engano. Mas a Mesa vai seguir rigorosamente a ordem.

Permitam-me, agora, fazer um apelo à consciência de todos: entendamo-nos, para que possamos votar matéria substantiva, pois estamos perdendo um tempo imenso, sem discutir o que é importante.

**O SR. CONSTITUINTE VIRGILDÁSIO DE SENNA:**

Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Tem a palavra V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE VIRGILDÁSIO DE SENNA:**

Sr. Presidente, dirijo-me pessoalmente a V. Ex.<sup>a</sup>, na qualidade de guardião do Regimento, ou seja, dos direitos de cada um dos membros desta Assembléia Nacional Constituinte.

Hoje, nesta sessão, considero-me esbulhado em meu direito de participar com clareza da matéria em votação. Os acordos de Liderança, feitos à revelia, pelo Plenário, como referiu o nobre Constituinte Carlos Sant'Anna, tornam impossível o exercício do mandato que me foi confiado. Não posso continuar a ser desrespeitado por acordos que não passam pela consciência daqueles que têm o dever de votar conscientemente.

Sou um Constituinte disciplinado, presente às reuniões, atento à palavra e à disciplina que o Presidente impõe à Casa. V. Ex.<sup>a</sup> tem o dever de zelar pelo cumprimento do Regimento. Os acordos de liderança as não podem prevalecer contra o Regimento, e os Constituintes não podem votar sem conhecimento pleno e total da matéria a ser votada.

Esta, a reclamação que dirijo a V. Ex.<sup>a</sup>. Pego que, em defesa do meu direito de votar conscientemente, V. Ex.<sup>a</sup> esclareça o Plenário sobre a matéria a ser votada, prevalecendo o Regimento sobre qualquer acordo, já que tais acordos não encontram abrigo no que é definido pelo Regimento Interno da Assembléia.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Quero, mais uma vez, prestar um esclarecimento à Casa, pois a matéria importante.

Não estou fazendo outra coisa senão seguir o Regimento e as decisões do Plenário. Submeti a voto, e V. Ex.<sup>as</sup> votaram requerimento que a Mesa recebera. Se V. Ex.<sup>as</sup> estão contra, deveriam, naquele momento, ter votado contra o requerimento, que foi aprovado por unanimidade. A Mesa seguira a decisão do Plenário. Não se trata mais de decisão de lideranças. Vamos votar de acordo com o que foi estabelecido pelo Plenário.

Tem a palavra o Constituinte Carlos Sant'Anna.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Sr. Presidente, o que deve reger a seqüência da reunião não são os pedidos de preferência recebidos pela direção da Mesa. Estou procurando não emocionalizar, apresentando a questão com toda calma. A seqüência é a dos artigos, seções e capítulos. Dentro da ordem das seções, dos artigos e dos capítulos, as preferências serão então chamadas. Se V. Ex.<sup>a</sup> pega todo um título, todo um capítulo e começa a permitir que haja preferência de um artigo que está lá no fim, para ser votado quando estamos na votação dos primeiros artigos, há uma subversão total da seqüência lógica da sessão e não temos condições de acompanhá-la.

De modo que V. Ex.<sup>a</sup> não deve nortear-se – desculpe-me, mas eu me baseio em minha experiência parlamentar, de muitos anos, como a de V. Ex.<sup>a</sup> – pela seqüência das preferências, mas pela seqüência dos artigos do Projeto de Constituição.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Vou responder a reiterada questão do Constituinte Carlos Sant'Anna.

Existe um instrumento regimental chamado preferência. Se não houvesse este instrumento, eu me cingiria à ordem – que poderia até não ser lógica – de apresentação dos artigos. Se existe o pedido de preferência, a ordem muda. Se V. Ex.<sup>a</sup>, por exemplo, pede uma preferência, é exatamente porque não deseja que a ordem seja obedecida.

Não darei mais informações a respeito do assunto, porque isto está no Regimento.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr. Presidente, pego a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Antes de formular a questão de ordem, Sr. Presidente, eu desejaria colocar meu ponto de vista.

Acho que a Presidência labora em flagrante equívoco. A preferência que se pede é de destaque em relação a outro destaque, é de emenda em relação a outra emenda, desde que no mesmo artigo. O absurdo a inverter ou subverter a ordem de artigos. V. Ex.<sup>a</sup> comete um erro palmar. Preferência que se pede – repito – é de emenda sobre emenda, destaque sobre destaque, com relação ao mesmo artigo. Se se alterar a ordem dos artigos, acontecerá o que vou explicitar – e aí esta minha questão de ordem.

Tenho o pedido de destaque nº 3881, para cuja preferência foi colhida a assinatura de todos os líderes, e que se refere ao art. 61. Veja bem V. Ex.<sup>a</sup>: meu pedido de preferência é sobre o art. 61, e V. Ex.<sup>a</sup> coloca em votação uma outra preferência sobre o mesmo art.: 61. Mas que preferência a essa que deve ser votada? E quanto a minha, de nº 3881, assinada por todos os líderes? Se V. Ex.<sup>a</sup> permite esta inversão, minha preferência sobre o mesmo artigo está postergada para o final, o que a um absurdo.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Constituinte Gastone Righi, a ordem de preferência, neste caso, é a ordem de entrada na Mesa; não há outra. Se o pedido de V. Ex.<sup>a</sup> a anterior e se V. Ex.<sup>a</sup> informar isto à Mesa...

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Mas, e o acordo de lideranças?

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Aí há uma confusão. Pelo acordo de lideranças – se V. Ex.<sup>a</sup> é signatário sabe disso – pede-se que se vote numa certa seqüência. É o que estou fazendo. Se existe mais de um pedido de preferência, vigora a ordem de chegada na Mesa.

É só isso, Constituinte Gastone Righi; é simples. Se V. Ex.<sup>a</sup> tiver razão, por favor, fale com o Sr. Secretário, o Dr. Paulo Affonso, que nos corrigirá. Não há intenção da Mesa em tumultuar os trabalhos.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Permita-me concluir.

Não desejo polemizar, mas, votando-se este destaque, em seguida entrara o meu, porque relativo ao art. 61, ou vamos voltar para o art. 52?

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Se o art. 61 for votado, é porque terei sido informado pela Mesa – talvez erroneamente – de que essa é a ordem. Neste caso, não terei a menor dúvida em corrigir, ou seja, do art. 52, a preferência passa para 61. Se isso não estiver certo, se houver pedido de preferência para o art. 53, imediatamente faço valer a ordem do art. 53. É muito simples.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Mas esclareço a V. Ex.<sup>a</sup> que existe pedido de preferência.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Nobre Deputado, estou dando tempo para que a Mesa se organize. V. Ex.<sup>as</sup> fizeram um acordo de madrugada, e a Mesa trabalhou até às 7 horas da manhã. É só isso. Não há nenhuma outra questão de mérito envolvida. É apenas uma questão de informação factual. Corrigiremos, se houver algum artigo anterior.

**O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA:** – Permita-me, Sr. Constituinte.

Primeiro, gostaria de dizer que é preciso que a Comissão compreenda o esforço que esta sendo desenvolvido pela Mesa, para, num tempo tão exíguo, organizar a votação. São centenas de destaques e dezenas de preferências que tiveram de ser organizados em apenas alguns minutos.

Esta é, sem dúvida, a matriz da dificuldade. A Comissão e todos aqueles que pretendam efetivamente a boa ordem dos trabalhos precisam compreender isso. Caso contrário, se houver insistência nessas questões de ordem – algumas disparatadas – pode parecer que alguns estão pretendendo obstruir a votação, o que é absolutamente condenável. Não nos esqueçamos de que a Nação inteira está acompanhando com enorme expectativa os trabalhos desta Comissão.

Quanto ao caso concreto levantado pelo Constituinte Plínio Arruda Sampaio, o que me parece que ocorreu é que, transferido que foi o art. 52, o seguinte seria o 55. Acontece que o Constituinte José Jorge estaria discutindo a matéria que versa sobre o art. 55 e o 61. E a Mesa talvez tenha incluído o primeiro – art. 55 – em combinação com o 61. Mas pode-se perfeitamente fazer apenas a discussão do em relação ao 55, o que repõe a ordem e me parece que resolve o problema.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – A Mesa está tentando colocar a discussão em ordem numérica e esclarece, mais uma vez, que esta matéria chegou agora, há mais ou menos 40 minutos, à Mesa, que precisa de algum tempo para se organizar.

Ouç o nobre Constituinte Jorge Hage, pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE JORGE HAGE:** – Sr. Presidente, quero fazer um apelo a V. Ex.<sup>a</sup>

Creio que V. Ex.<sup>a</sup> está sendo extremamente tolerante. A intenção é muito clara: existem aqui Parlamentares, com enorme experiência, levantando questões sobre o absolutamente óbvio, sobre assuntos estritamente regimentais, tais como o de que o pedido de preferência inverte a ordem normal da discussão.

Já é meio-dia, e só votamos um item, objetivo claro e único de obstrução está tendo êxito, está sendo atingido. Peço a V. Ex.<sup>a</sup> que ponha um limite na sua enorme capacidade de tolerância, determinada pelo seu espírito democrático, e ponha esta Casa para votar, que é o nosso dever.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup>.

Ouçó o nobre Constituinte Vivaldo Barbosa, pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE VIVALDO BARBOSA:** – Sr. Presidente, louvamos o esforço de V. Ex.<sup>a</sup>, que, num grande esforço pessoal, presidiu a sessão no dia de ontem até tarde da noite. Lembramos, porém a V. Ex.<sup>a</sup> que, no início dos trabalhos, V. Ex.<sup>a</sup> colocou dois requerimentos subscritos por todos os líderes em votação, com apoio das Lideranças e votação favorável do Plenário. Um deles dizia que o cronograma de votação do Título IV deveria obedecer a determinada ordem, com o Capítulo I, que trata do Poder Legislativo, previsto para o dia 29 de outubro. No requerimento seguinte, igualmente aprovado pelo Plenário, o primeiro item esclarecia que a votação dos destaques relativos ao Capítulo I do Título IV deveria realizar-se nesse mesmo dia 29.

Há uma questão nuclear, profundamente importante, no Capítulo I, para a qual chamei a atenção de V. Ex.<sup>a</sup>, referente ao voto proporcional e ao voto distrital, que deveria merecer encaminhamentos – dois favoráveis e dois contrários – tal a relevância do assunto. Se esse requerimento foi aprovado para o Título I, evidente que os assuntos relevantes desse Capítulo I deveriam ser votados hoje.

Para estarecimento de muitos que não o ouvimos, V. Ex.<sup>a</sup> comunica que o Plenário já decidiu diferentemente e revogou a decisão anterior, de adiar a apreciação dos dispositivos do Capítulo I para o final da discussão do Título IV.

Se isto aconteceu, se realmente este Plenário assim decidiu, o fez de uma maneira não avisada, porque uma mudança em decisão tão importante deveria ser pelo menos esclarecida e receber os encaminhamentos favoráveis ou contrários para permitir a elucidação do Plenário. Isso não foi feito, é por esta razão que estão surpresos não só Líder do PCB, mas também os do PT e do PDT.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Nobre Constituinte Vivaldo Barbosa, não vou mais permitir que se discuta sobre questões já resolvidas, como é o caso desta, aliás, sem o voto de V. Ex.<sup>a</sup>, que, não sendo membro da Comissão, não pode votar.

**O SR. CONSTITUINTE VIVALDO BARBOSA:** – Sr. Presidente, gostaria que V. Ex.<sup>a</sup> se reportasse ao Regimento para constatar se um não-membro da Comissão tem direito a encaminhar favorável ou contrariamente a emenda e a votar.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – V. Ex.<sup>a</sup> tem uma inteligência luminosa e entendeu o que eu disse: não pude colher o voto de V. Ex.<sup>a</sup> porque V. Ex.<sup>a</sup> não é membro da Comissão.

**O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO MONTEIRO:** – Permita-me, Sr. Presidente.

É bom que V. Ex.<sup>a</sup> se esclareça com a Mesa, porque o Constituinte Vivaldo Barbosa está representando o Par-

tido e é membro da Comissão. V. Ex.<sup>a</sup> precisa ser melhor esclarecido.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – A informação que tive foi contrária a esta. S. Ex.<sup>a</sup> não integra a Comissão. Portanto, peço a V. Ex.<sup>a</sup> que na condição de Líder, comunique à Mesa que S. Ex.<sup>a</sup> representa o partido, já que a informação que tenho é outra. Peço a V. Ex.<sup>a</sup> que corrija o erro da sua bancada.

**O SR. CONSTITUINTE VIVALDO BARBOSA:** – Sr. Presidente, quero concluir minha questão de ordem com uma única frase.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Pois não, nobre Deputado, conclua.

**O SR. CONSTITUINTE VIVALDO BARBOSA:** – Se isso aconteceu, Sr. Presidente, se houve mudança na decisão anterior do Plenário isso ocorreu sorrateiramente, de maneira não esclarecida, o que representa um golpe nos entendimentos de ontem. Foi um golpe que a Mesa aplicou no Plenário, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Em primeiro lugar, vou esclarecer que a Mesa não aplicou qualquer golpe, e não aceita tal tipo de insinuação. Em segundo lugar, creio que nos estamos dirigindo a pessoas altamente competentes e esclarecidas. A Mesa submeteu a decisão a votos e explicou do que se tratava. Se alguém votou equivocadamente a Mesa lamenta e pede que isso não se repita.

Concedo a palavra ao Constituinte Oscar Corrêa.

**O SR. CONSTITUINTE OSCAR CORRÊA:** – Sr. Presidente, gostaria de formular um requerimento verbal a V. Ex.<sup>a</sup>. Peço a V. Ex.<sup>a</sup> que, ouvido o Plenário, decida se dentro das preferências votadas e aprovadas não se poderia organizar o trabalho de tal modo, que as preferências e os destaques discutidos venham a seguir a ordem numérica do Substitutivo nº 2.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Essa decisão já foi tomada.

**O SR. CONSTITUINTE OSCAR CORRÊA:** – Qual foi a decisão de V. Ex.<sup>a</sup>?

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Estou ganhando tempo para que a Mesa se organize.

**O SR. CONSTITUINTE OSCAR CORRÊA:** – Então, peço a V. Ex.<sup>a</sup> que, de acordo com o Regimento, suspenda a sessão por cinco minutos, para que a Mesa organize os trabalhos.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Estamos ganhando tempo para que possamos organizar-nos de acordo com o que V. Ex.<sup>a</sup> deseja.

**O SR. CONSTITUINTE OSCAR CORRÊA:** – Eu estava querendo dar tempo a V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Concedo a palavra ao Constituinte José Genoíno.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Sr. Presidente, vamos colocar as coisas nos seus devidos lugares. O que aconteceu foi que o Plenário tomou duas deliberações contraditórias. A Mesa não tem responsabilidade por isso, pois foi o Plenário que votou equivocadamente.

Partindo desta constatação, V. Ex.<sup>a</sup>, na qualidade de Presidente em exercício da Comissão de Sistematização, pode consultar novamente o Plenário, já que há um choque de deliberações, na verdade, o Plenário votou duas matérias que se chocam. V. Ex.<sup>a</sup>, que não tem responsabilidade pelo ocorrido – queremos deixar bem claro isto – pois foi uma decisão do Plenário, pode consultar o Plenário sobre se devemos seguir a ordem normal.

Estou chamando a atenção para este fato, deixando claro que a Mesa não tem responsabilidade por isto, por

ter sido uma votação do Plenário, que deixou para depois do capítulo referente ao Poder Judiciário a apreciação do art. 52. Essa foi uma deliberação equivocada do Plenário. Só isto. Para resolver este problema, V. Ex.<sup>a</sup> pode consultar o Plenário para seguir a ordem normal das preferências dentro dos títulos.

Esta é a solução, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Informo à Comissão que vamos seguir a ordem dos artigos. A Mesa já se organizou para isto. O art. 52 será votado depois, sem que isto em nada prejudique o encaminhamento dos trabalhos.

A razão pela qual vamos cumprir esta decisão é que não vamos voltar àquelas já tomadas. Foi tomada a decisão pelo Plenário, e vou mantê-la. Tenho sobre a mesa um destaque que será votado, mas, primeiro vou pedir desculpas ao Constituinte José Jorge, apelando para o alto espírito de compreensão de S. Ex.<sup>a</sup>, para que se postergue a decisão sobre o art. 61, só sentido de atender aos reclamos da Comissão, pois vamos seguir a ordem. **(Pausa.)** Agradeço muito a S. Ex.<sup>a</sup> e quero louvar seu espírito de compreensão, pois se manteve quase uma hora em silêncio, sem tentar sequer o expediente normal de pedir a palavra pela ordem. Muito obrigado a S. Ex.<sup>a</sup>.

Concedo a palavra ao nobre Constituinte Theodoro Mendes.

**O SR. CONSTITUINTE THEODORO MENDES:** – Sr. Presidente, regimentalmente, as emendas substitutivas têm preferência sobre as demais. Sou autor de uma emenda substitutiva de capítulo inteiro referente ao Poder Legislativo. A emenda consta, inclusive, do pedido de preferência assinado pelo Líder do PFL, Constituinte José Lourenço. Considerando a necessidade de que essa emenda substitutiva se anteponha às demais, porque a decisão do Plenário sobre outros artigos viria a prejudicar a apreciação da emenda substitutiva de capítulo inteiro, requeiro a V. Ex.<sup>a</sup> sejam colocadas preferencialmente as emendas substitutivas de capítulo inteiro.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Eu diria a V. Ex.<sup>a</sup> que, em primeiro lugar, não é regimental fazer-se uma emenda substitutiva de todo um capítulo. Segundo, já existe uma ordem de preferência, que será mantida.

**O SR. CONSTITUINTE THEODORO MENDES:** – Sr. Presidente, haverá incoerência no momento em que for aprovado determinado artigo. Pode ser que no substitutivo ele seja modificado.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Pode ser, mas vamos seguir a ordem estabelecida.

**Destaque nº 001383-87 – Emenda nº ES-23262-2, do Sr. Nelson Carneiro, "que substitui as expressões Câmara Federal por Câmara dos Deputados e Senado da República por Senado Federal, art. 60, do Substitutivo nº 2". (290ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Em votação pedido de preferência para o Destaque nº 1383, de autoria do Constituinte Nelson Carneiro e demais lideranças. Este destaque diz respeito apenas a que o Senado e a Câmara mantenham-se com a atual denominação, rejeitando-se, pois, a proposta do Relator. Os Srs. Constituintes que estão de acordo, permanecem como estão. **(Pausa)** Aprovado o pedido de preferência.

Concedo a palavra ao Constituinte Nelson Carneiro, para encaminhar favoravelmente à proposta.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – Sr. Presidente, colaborando com os trabalhos da Comissão, vou apenas dizer do que se trata e que não precisa de Justificativa: onde se diz "Câmara Federal", em todo o

projeto, se dirá "Câmara dos Deputados"; e onde se diz "Senado da República", se dirá "Senado Federal".

É só isto. É esta a modificação que passará a vigore se aprovada a emenda, para todo o texto referente Poder Legislativo.

Durante o pronunciamento do Sr. Nelson Carneiro, o **Sr. Fernando Henrique Cardoso**, Quarto- Vice-Presidente deixa a cadeira da presidência que é ocupada pelo **Sr. Jarbas Passarinho**, Terceiro-Vice-Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A interpretação da solicitação do Constituinte Nelson Carneiro – se S. Ex.<sup>a</sup> concordar comigo – passará a ser genérica. É específica para o caso e genérica para todo o texto constitucional.

**O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO MONTEIRO:** – Sr. Presidente, peço a palavra, para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra o nobre Constituinte Brandão Monteiro.

**O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO MONTEIRO:** – Sr. Presidente, assinei, há pouco, o pedido de preferência do Senador Nelson Carneiro, por quem tenho o mas apreço. E esta não foi uma das preferências acordadas pelos Líderes. É preciso que a Mesa tenha ciência dessas questões, para que os trabalhos não se tornem extremamente complicados daqui para a frente.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem palavra o Sr. Relator.

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – A Relatoria é favorável, por entender que a denominação Câmara dos Deputados é mais apropriada à representação do povo. O Senado representa a Federação; daí a denominação "Senado Federal".

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Em votação.

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituinte Ademir Andrade, Antônio Britto, Artur da Távola, Bernardo Cabral Egídio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Lyra, Haroldo Sabóia, Ibsen Pinheiro, João Calmon, João Herrmann Neto, José Fogaça, José Geraldo, José Ignácio Ferreira, José Ulisses de Oliveira, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nilson Gibson Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Raimundo Bezerra, Rodrigues Palma, Sigmaringa Seixas, Theodoro Mendes, Virgildásio de Senna, Wilson Martins, José Carlos Grecco, Antonio Mariz, Michel Temer, José Costa, Israel Pinheiro, Délio Braz, Vilson Souza, Jorge Hage, Octávio Elísio, Chagas Rodrigues, Uldurico Pinto, Afonso Arinos, Alcení Guerra, Aloysio Chaves, Carlos Chiarelli, Edme Tavares, Eraldo Tinoco, Francisco Benjamim, José Jorge, José Lins, José Santana de Vasconcellos, Luís Eduardo, Mário Assad, Oscar Corrêa, Osvaldo Coelho, Paulo Pimentel, Sandra Cavalcanti, Enoc Vieira, José Tinoco, Paes Landim, Jonas Pinheiro, Simão Sessim, Jofran Frejat, Antônio Carlos Konder Reis, Gerson Peres, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia, Bonifácio de Andrada, Adylson Motta, Victor Faccioni; José Maurício, Francisco Rossi, Plínio Arruda Sampaio, José Genoíno, Adolfo Oliveira, José Maria Eymael, Haroldo Lima, Roberto Freire, Jamil Haddad, Antonio Farias. Votou **NÃO** o Senhor Constituinte Pimenta da Veiga.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 76 Constituinte votou NÃO 01 Constituinte. Total: 77 votos. O Destaque foi **aprovado**.

Vamos prosseguir os trabalhos.

Solicito a atenção dos Srs. Constituintes, no sentido que sigam exatamente a documentação distribuída a todos, a qual dá seqüência ao que os Líderes, de comum acordo, prepararam ontem. As preferências, segundo o que

verificamos aqui, pode ser apresentadas independentemente destas. Mas estas têm prioridade, e vão ser observadas na ordem rigorosa do crescimento dos artigos. As outras que forem apresentadas entrarão posteriormente. Serão observadas e analisadas, se o tempo o permitir.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Peço o auxílio do nobre Constituinte Plínio Arruda Sampaio, que estava acompanhando os destaques na planilha. No seu controle, qual a primeira matéria que deverá ser agora votada?

**O SR. CONSTITUINTE PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO:** – De acordo com a lista que aqui está, seria o Destaque nº 7727, do art. 55, inciso XVI.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Qual é o número, na ordem crescente?

**O SR. CONSTITUINTE PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO:** – É o nº 13, na ordem crescente.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Os anteriores foram votados ou foram postergados, de acordo com a decisão dada ao art. 52?

**O SR. CONSTITUINTE PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO:** – Foram votados, de acordo com a decisão.

**O SR. CONSTITUINTE OSCAR CORRÊA:** – Sr. Presidente, peço a palavra, para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra, para uma questão de ordem.

**O SR. CONSTITUINTE OSCAR CORRÊA:** – Solicito a V. Ex.<sup>a</sup> que peça à Secretaria da Comissão que faça imprimir a relação dos destaques, por ordem de votação, a partir de agora. Cito o exemplo do ilustre Constituinte Jonas Pinheiro, que apresentou preferências que vão do nº 31 ao nº 74 e, dentro das preferências apresentadas que nos foram encaminhadas, há destaques para os arts. 178 e 75.

Peço a V. Ex.<sup>a</sup> que, a partir de agora, coloque os pedidos de preferência por ordem de artigos, para que todos nós possamos acompanhar a apreciação da matéria.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Se não estou equivocado, Constituinte Oscar Corrêa, essa questão de ordem já foi respondida pelo Constituinte Fernando Henrique Cardoso, quando exercia a Presidência desta sessão. É o que acabei de declarar. É a ordem crescente dos números.

**O SR. CONSTITUINTE OSCAR CORRÊA:** – Peço a V. Ex.<sup>a</sup> que faça distribuir os destaques em ordem...

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Sr. Constituinte Oscar Corrêa, vai seguir a ordem crescente dos números, na ordem de inscrição já feita, de acordo com as lideranças. Os demais destaques serão apresentados e considerados se tempo houver. Pelos documentos que temos em mãos, há 186 pedidos de preferência.

**O SR. CONSTITUINTE OSCAR CORRÊA:** – Sr. Presidente, reitero a solicitação feita a V. Ex.<sup>a</sup>, já que não temos acesso aos acordos feitos entre as lideranças. Evidentemente, os Líderes têm esses dados, mas nós, humildes liderados, não temos acesso a esses números.

Peço, pois, a V. Ex.<sup>a</sup> que atenda a um dos liderados, fazendo chegar às nossas mãos o que foi acertado entre as lideranças.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – O ideal seria que os "humildes liderados", como disse V. Ex.<sup>a</sup>, merecessem a consideração dos nossos grandes Líderes, já que S. Ex.<sup>as</sup> têm o documento e poderiam passá-lo a V. Ex.<sup>as</sup>. Mas vou tentar, com a Secretária, obter o referido documento e passá-lo às mãos de V. Ex.<sup>as</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO:** – Sr. Presidente, permita-me usar da palavra, novamen-

te, pela ordem, sem prejuízo para os trabalhos e sem querer ser impertinente.

Indiscutivelmente, estamos trabalhando aqui sob pressão e com grandes dificuldades. Basta ver o caráter canhestro dos elementos informativos que temos em mãos. Cometi um equívoco, há pouco, e quero retificá-lo. O primeiro destaque tem o nº 464, de autoria do Constituinte Florestan Fernandes, o qual se refere ao art. 55, item XIII. Este é o primeiro, mas, infelizmente, nesta relação, por algum equívoco, escreveram "art. 52". Não se refere, portanto, ao art. 52, mas sim ao art. 55. De modo que este é o primeiro a ser apreciado, na ordem correta.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Qual é a ordem crescente numérico, lateral, que V. Ex.<sup>a</sup> tem?

**O SR. CONSTITUINTE PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO:** – É o 12º. Cometi o erro, por um número.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A Mesa corrigiu o equívoco.

**O SR. CONSTITUINTE JAMIL HADDAD:** – Sr. Presidente, peço a palavra, para contraditar.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra o nobre Constituinte Jamil Haddad.

**O SR. CONSTITUINTE JAMIL HADDAD:** – Sr. Presidente, ouvi as palavras do nobre Constituinte Plínio Arruda Sampaio e gostaria de esclarecer que, na realidade, a preferência, agora, não seria para o destaque do nobre Constituinte Florestan Fernandes, pois tenho uma solicitação de preferência para um destaque, referente ao art. 55, item II, que está colocado como art. 77 porque se refere ao art. 77 do 1º Substitutivo. No 2º Substitutivo, ela é referente ao art. 55, item II.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – O destaque é de autoria de V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE JAMIL HADDAD:** – É de minha autoria.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – O destaque está classificado equivocadamente em relação ao número do Substitutivo.

**O SR. CONSTITUINTE JAMIL HADDAD:** – Não há equívoco. Quando apresentei o destaque, a emenda era relativa ao 1º Substitutivo. Tratava-se do art. 77, que, no 2º Substitutivo corresponde ao art. 55, item II. E no destaque do nobre Constituinte Florestan Fernandes – se não me engano, sobre o item XIII – seria posterior ao item II. Se a decisão da Mesa é de que deva prevalecer o art. 77, porque estava relacionado com o 1º Substitutivo, parece-me que foge da ordem normal a preferência relativa ao 2º Substitutivo.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Acontece que não possuo o documento a que V. Ex.<sup>a</sup> se refere. Seria bom se V. Ex.<sup>a</sup> viesse à Mesa.

**O SR. CONSTITUINTE OSCAR CORRÊA:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. CONSTITUINTE OSCAR CORRÊA:** – Sr. Presidente, reitero a questão de ordem já feita.

Não há nenhum interesse nosso em protelar os trabalhos, mas estamos verificando situações absolutamente estranhas ao processo. Ou seja, houve destaques apresentados ao 1º Substitutivo e há destaques apresentados ao 2º Substitutivo, que têm numeração diferente. Em princípio, pela simples leitura, verificamos que há uma sequência ordenada de destaques pela ordem de artigos que haviam sido anteriormente acordados. Mas vê-se agora que, tendo em vista a disparidade de números existentes no Cabral-I e no Cabral-II, há artigos que efetivamente estão listados mais à frente e que, na realidade, dizem

respeito ao Cabral-II – e são dispositivos com número inferior.

Tive a oportunidade de, com muita honra, presidir uma Comissão temática. Ali chegou-se, muitas vezes, à conclusão de que nossos trabalhos deveriam ser suspensos por algum tempo até que se organizassem os destaques, sem o que jamais chegaríamos a bom termo. V. Ex.<sup>a</sup>, que também foi presidente de uma Comissão temática, conhece essas dificuldades. São várias as questões de ordem levantadas sobre o assunto; outras, por acerto, ainda surgirão. Portanto, para o bom andamento dos trabalhos, é preferível perdermos dez minutos agora, para ganharmos mais depois.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Já perdemos horas a fio, nobre Constituinte. Desde as nove horas da manhã estamos reunidos, e até agora votamos apenas dois destaques. A Mesa trabalhou a noite inteira, tentando ordenar a classificação, fazendo a correlação entre os dispositivos do 1º e do 2º Substitutivo. Os projetos estão, portanto, adequados. Nestes termos é que estamos procurando seguir a ordem das respectivas matérias.

Mas, às 13 horas interromperemos a sessão, para recomenciar às 15 horas, quando, então, iremos atender a V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE OSCAR CORRÊA:** – Já são 12h40min, Sr. Presidente, e duas questões de ordem já foram levantadas.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Peço a V. Ex.<sup>a</sup> que considere a questão de ordem encerrada. Não pode haver diálogo com a Mesa.

**Destaque nº 000464-87 – Emenda nº 1P-05445-1, do Sr. Florestan Fernandes, "que modifica o art. 100, inciso XIV e o "caput" do art. 402, do Substitutivo nº 1", (art. 55, inciso XIII e art. 252 "caput", do Substitutivo nº 2)". (291ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Em votação o Destaque nº 464, do Constituinte Florestan Fernandes, referente ao art. 55, Capítulo I, do 2º Substitutivo. Há requerimento de preferência. Em votação. Os que estiverem de acordo, permaneçam como se encontram. **(Pausa)** Aprovado o requerimento de preferência.

Com a palavra o autor, Constituinte Florestan Fernandes.

**O SR. CONSTITUINTE FLORESTAN FERNANDES:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, minha proposta sugere que se retome para o Congresso a competência de outorgar concessões para serviços de radiodifusão ou de som e imagem.

O Substitutivo do Sr. Relator tanto no art. 55, incisos XXII e XXIII, como também no art. 252 no Capítulo V – Da Comunicação, estabelece que:

"Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora de sons e imagens."

Acho que este assunto é da maior gravidade. Os meios de comunicação de rádio e televisão tornaram-se muito poderosos, não só economicamente, mas culturalmente. Concorrem hoje com todo o sistema escolar, na formação da mentalidade da criança, do adolescente, dos adultos. Todas as técnicas psicológicas modernas de propaganda subliminar acabaram tornando-se também poderoso instrumento de manipulação da vontade e do comportamento humanos.

Já não se trata apenas de uma questão de dominação ideológica, de dominação de classe. Trata-se do interesse coletivo de defender certos valores fundamentais mínimos para a existência de uma sociedade democrática. Portanto, acredito que a competência para conceder essa autori-

zação deve caber ao Congresso Nacional, único poder, em uma sociedade democrática, com maiores condições de equilíbrio e, ao mesmo tempo, maior visibilidade, maior transparência, por estar mais sujeito à fiscalização pública, à pressão popular.

No caso, não se trata apenas de prevenir as negociatas espúrias que têm ocorrido no Brasil, com o Estado, através do Governo, fazendo concessões de canais de televisão e estações de rádio, utilizados como meios de corrupção. Trata-se do interesse maior da própria República, da própria coletividade. O Executivo deve, por conseguinte, participar nessa concessão, mas o papel decisivo deve caber ao Congresso, referendado por um Conselho Nacional de Comunicação.

Quanto às outras medidas alvitradas no 2º Substitutivo, poderão ser mantidas de acordo com o espírito sugerido pelo nobre Relator. Peço a S. Ex.<sup>a</sup> que, neste caso, deve ter tanto interesse quanto eu na defesa dos interesses coletivos, que se manifeste pessoalmente a respeito desta matéria, que é essencial para o País como um todo.

Ao elaborarmos esta nova Constituição, não podemos ajustar-nos a interesses econômicos poderosos, nem a um poder ainda maior do que o da República. Às vezes, um sistema de comunicação chega a ter tanto poder que paralisa a vontade da Nação. E não podemos submeter-nos a isso. Ao contrário, é preciso criar meios de controle reativo para defender a Nação, a democracia, a formação intelectual das crianças, dos jovens e dos adultos, como proteção contra os efeitos negativos da propaganda subliminar.

Agradeço a atenção a todos e a tolerância ao Sr. Presidente, reiterando o pedido ao Sr. Relator, para que se manifeste pessoalmente a respeito da matéria. Muito obrigado. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Para encaminhar contra, concedo a palavra ao nobre Constituinte Artur da Távola.

**O SR. CONSTITUINTE ARTUR DA TÁVOLA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, do meu ponto de vista, lamento ser levado à tribuna para encaminhar contrariamente à proposição do eminente Constituinte Florestan Fernandes, a quem aprendi a admirar mais de perto, quando dos trabalhos da comissão temática da qual fizemos parte e onde a contribuição de S. Ex.<sup>a</sup> foi das mais profícuas e exponenciais.

A razão pela qual encaminhamos contrariamente o destaque de S. Ex.<sup>a</sup> não está propriamente ligada a seu conteúdo, mas à forma de que se reveste o saudável desejo de S. Ex.<sup>a</sup>, de que o Poder Legislativo participe do processo de outorga de concessões. O fato é que a emenda do nobre Constituinte reserva **exclusivamente** ao Congresso a tarefa de outorgar concessões, o que nos parece uma atribuição que não lhe cabe. Ao Congresso Nacional cabe, sim, participar deste processo e fazer o crivo em matéria de tal relevância como a das concessões de emissoras de rádio e de televisão – hoje uma forma inortodoxa, ou assistemática, de educação, ou deseducação, diretamente relacionada com a vida da população brasileira.

O Congresso, na verdade, não é poder concedente em matéria alguma. O Poder Executivo, por suas qualificações específicas, é o poder que concede. O Congresso Nacional tem a natureza de ser um poder, além de legislativo, fiscalizador, que participa diretamente dos processos, porém ao qual não está atribuída a tarefa de conceder serviços públicos. Aberto o precedente, amanhã o Congresso Nacional acabará sendo ouvido nas concessões de linhas de ônibus, por exemplo.

Há, porém, exatamente dentro da tese defendida pelo Constituinte Florestan Fernandes, a emenda que está

colocada a seguir, do nobre Constituinte Egídio Ferreira Lima, cujo texto é o seguinte:

"Cabe ao Congresso Nacional referendar os atos de concessão e de renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão."

Ai, sim, a tarefa fiscalizadora do Congresso Nacional deve estar presente no **referendum** ao ato do Poder Executivo. Esta é a função do Congresso Nacional. Cabe-lhe referendar atos do Poder Executivo. Tem toda razão o Constituinte Florestan Fernandes quando procura inserir Congresso Nacional no processo de decisão dessa matéria, mas não quando ele atribui a tarefa exclusiva da concessão.

A luta para que os dois Poderes, Executivo e Legislativo, participem das decisões na área de concessões acompanha a Assembléia Nacional Constituinte desde seus primeiros passos, desde a fase das Subcomissões. Parece, hoje, já haver consenso entre os Srs. Constituintes sobre essa função dupla do Poder Executivo e do Poder Legislativo, na outorga desses serviços de tão grande relevância. De fato, o Congresso Nacional a ela não pode ficar alheio. Há, no que se refere à concessão de serviços públicos na área da comunicação, grave distorção, decorrente da velocidade com que se expandem esses meios, ao lado de uma não concomitante velocidades de consenso em relação aos efeitos desses meios. Sem dúvida, hoje, o rádio e a televisão são muito mais meros instrumentos de natureza mercadológica do que executores de funções de alta relevância social, de caráter educativo e cultural. O rádio e a televisão brasileiros estão hoje invadidos por um exagerado processo de comercialização, que, de certa forma, lhes retira os conteúdos necessários a que esses dois meios se integrem no esforço comum de educar e tornar um pouco mais culto este País.

Por estas razões, Srs. Constituintes, defendemos que o Congresso Nacional participe do processo de outorga desses serviços, não, porém, com exclusividade, mas sim, como o organismo que estuda e referencia. Para tanto, deve ser criado um Conselho Nacional de Comunicações, ligado ao Congresso Nacional e que referencia a decisão do Poder Executivo. Que o Congresso a julgue, fazendo-a passar pelo crivo das variadas bancadas, dos variados matizes político-ideológicos de que é composta.

Daí, por uma questão de forma, não de conteúdo, sugere ao Plenário a não aceitação da emenda do ilustre Prof. Florestan Fernandes, mas a aprovação da seguinte, que coloca o Congresso Nacional como órgão que referendará as decisões do Poder Executivo relativamente à matéria.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Com a palavra o Sr. Relator.

**O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO MONTEIRO:** – Permita-me, Sr. Presidente, mas eu me inscrevi para falar a favor da emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – O autor já havia falado. Nesta qualidade, S. Ex.<sup>a</sup> tem preferência.

**O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO MONTEIRO:** – Sr. Presidente, com todo o respeito a V. Ex.<sup>a</sup>, quero dizer que não concordo com mais essa diminuição das prerrogativas do Constituinte. Votaremos aqui apenas 18 preferências. A minha, apesar de assinada pelos líderes, foi rejeitada, e não posso pronunciar-me sobre outro assunto. Confesso a V. Ex.<sup>a</sup> que me sinto impossibilitado de fazer outra coisa a não ser votar. Não foi esta a posição acertada pelos líderes.

Em respeito a V. Ex.<sup>a</sup>, retiro minha inscrição, mas quero registrar que não mais vou concordar com a posição da Mesa como autor do destaque da preferência. Minhas emendas não serão aqui examinadas. Hoje votaremos apenas 18 preferências. Nada mais tenho a fazer aqui.

Minha função é, exclusivamente, dizer "sim" ou "não". Triste Assembléia Nacional Constituinte!

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – V. Ex.<sup>a</sup> pode imaginar, Constituinte Brandão Monteiro, com que pesar cumpro aquilo que é uma decisão dos líderes. Eu tinha a convicção de que V. Ex.<sup>a</sup> estivesse entre os líderes que assumiram essa posição. Por informação do Constituinte Fernando Henrique Cardoso para surpresa minha – não tomei conhecimento, na Mesa, dessa decisão – reduzia-se o contraditório a apenas um orador de cada posição, dando-se preferência ao autor. Antes eram dois a encaminhar – cansei de dar autorização a dois oradores de cada lado. Mas foi declinado aqui, no Plenário, que tinha havido uma decisão de líderes, com vistas a enxugar mais a matéria, no sentido de que falassem apenas um a favor e um contra.

**O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO MONTEIRO:** – Sr. Presidente, permito-me dizer que V. Ex.<sup>a</sup> não foi bem informado. Na última reunião, no gabinete do Presidente Ulysses Guimarães, quando se decidia a matéria, com a presença do Dr. Paulo Affonso, do Relator Bernardo Cabral e dos Constituintes Adolfo Oliveira e Fernando Henrique Cardoso, o Vice-Presidente Fernando Henrique Cardoso levantou uma hipótese, que não foi aceita.

Aqui dizem-se coisas que não ocorreram, e V. Ex.<sup>a</sup>, tenho certeza, não está informado a respeito da matéria. Não foi decidida essa questão. A propósito, peço o depoimento de todos os líderes que lá estavam presentes. V. Ex.<sup>a</sup> estava presente, Sr. Presidente?

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Não. Não sou líder na Constituinte.

**O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO MONTEIRO:** – Foi uma reunião dos líderes com os membros da Mesa. O Constituinte Fernando Henrique Cardoso levantou essa hipótese. Contraditei, explicando que existem matérias da maior relevância – e esta é uma delas. Quando se discutir o sistema de governo, não aceitarei casuísmos. Não me refiro a V. Ex.<sup>a</sup>, mas têm acontecido aqui casuísmos, como há pouco, quando tive uma emenda prejudicada pela inclusão da proposta do Constituinte Nelson Carneiro, que não fora objeto de acordo de lideranças.

**O SR. CONSTITUINTE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO:** – Permita-me, Sr. Presidente, prestar um esclarecimento.

Efetivamente, na reunião a que se refere o nobre Líder Brandão Monteiro, V. Ex.<sup>a</sup> estava presente – foi a última reunião das Mesas da Câmara e da Comissão de Sistematização com as lideranças. De fato, propus que se normalizasse a questão em termos de um orador contra e um a favor. Houve, realmente, objeção por parte do PDT. O que temos tentado, porém – e V. Ex.<sup>a</sup> também o tem feito –, é convencer os vários Constituintes quanto à necessidade de acelerarmos os trabalhos. E não há qualquer coação nisso. O argumento é muito simples: em certos momentos, a votação já está praticamente definida. Como o País precisa urgentemente de uma nova Constituição, devemos preocupar-nos com os conteúdos e não com o que poderia dar a impressão de ser uma tática dilatória, uma tentativa de obstrução. Para se evitar isso, sugerimos que, quando a matéria estivesse esclarecida, houvesse apenas dois oradores. Em geral, os Srs. Constituintes concordam. Hoje, por exemplo, cedi num caso – e V. Ex.<sup>a</sup> assistiu –, e o fiz pela razão que o Sr. Constituinte Brandão Monteiro menciona aqui, ou seja, porque, obviamente, de acordo com o Regimento, alguém poderá invocar seu direito.

De fato, temos tentado manter esta sistemática de encaminhamento, com a compreensão dos Srs. Constituintes. Mas, quando há algum argumento forte, impeditivo, a Mesa cede.



**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Nobre Constituinte Fernando Henrique Cardoso, a impressão que eu tenho – e muito humildemente a declino – é que deve haver uma única regra para todos. Ou não haverá regra para ninguém! Se há possibilidade de o encaminhamento ser feito por dois oradores de cada vez, só se fará com apenas um senão houver inscrição de um segundo. A nova sistemática, inclusive, me fez, ontem, negar a palavra a um membro do meu partido, o Constituinte Adylson Motta. Aliás, ouvi V. Ex.<sup>a</sup> declarar daqui, da Mesa, quando presidia a sessão, que a decisão já havia sido tomada, de o contraditório ser feito com um de cada lado. E, uma vez aqui nesta Presidência, atendendo a uma ponderação do Constituinte Brandão Monteiro, também impedi a palavra do Constituinte Ricardo Fiúza, que se inscrevera posteriormente ao último inscrito para encaminhar favoravelmente uma votação.

Então, para resolver isto, acho que nós, da Mesa, devemos reunir-nos e tomar uma decisão. Não é preciso reunir a Mesa da Constituinte para isto. A Mesa da Comissão de Sistematização é suficiente.

Concedo a palavra ao Constituinte Brandão Monteiro.

**O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO MONTEIRO:** – Sr. Presidente, para colaborar com V. Ex.<sup>a</sup>, retiro minha inscrição, mas peço à Mesa que decida a este respeito. Não vou mais aceitar este tipo de indefinição. E vou recorrer. O Regimento está a meu favor.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Gostaria dedar uma sugestão à Mesa, em função até das divergências que têm ocorrido aqui, no Plenário, no sentido de que o acórdão lideranças seja submetido a este Plenário. Isto porque, pelo que estou vendo, não há possibilidade de aceitar-se uma imposição que contrarie o Regimento. Com o aval do Plenário, porém, evidentemente, a decisão ficará valendo, sem qualquer discussão.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Com a palavra o Sr. Relator, para pronunciar-se sobre a emenda do nobre Constituinte Florestan Fernandes.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, esta Relatoria – homenageando o nobre autor – é contrária à emenda Florestan Fernandes, uma vez que o momento não parece o mais apropriado para sua discussão.

Pode-se avaliar o assunto mais adiante, no capítulo competente. Deixo de expender maiores considerações sobre o assunto, tendo em vista a sustentação feita pelo Constituinte Artur da Távola, que colocou a matéria nos devidos termos. No leito da sua argumentação, S. Ex.<sup>a</sup> não só homenageou o ilustre Constituinte Florestan Fernandes pela iniciativa, mas chamou-nos a atenção para uma emenda que logo a seguir será votada e que trata do assunto.

Deploro, pois, não poder acompanhar o eminente Constituinte Florestan Fernandes. A Relatoria opina contrariamente à emenda. Pela manutenção do texto.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Passa-se ao processo de votação.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Faltosa, Ademir Andrade, Haroldo Sabóia, José Paulo Bisol, Nelton Friedrich, Nilson Gibson, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Sigmaringa Seixas, Rose de

Freitas, José Carlos Grecco, Antonio Mariz, José Costa, Vilson Souza, Jorge Hage, Octávio Elísio, Uldurico Pinto, Brandão Monteiro, José Maurício, Lysâneas Maciel, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Haroldo Lima, Roberto Freire, Jamil Haddad. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Alfredo Campos, Antônio Brito, Artur da Távola, Celso Dourado, Cid Carvalho, Egídio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, João Herrmann Neto, José Geraldo, José Ignácio Ferreira, José Richa, José Serra, José Ulisses de Oliveira, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Pimenta da Veiga, Raimundo Bezerra, Rodrigues Palma, Theodoro Mendes, Virgildásio de Senna, Wilson Martins, Michel Temer, Israel Pinheiro, Délio Braz, Euclides Scalco, Aloysio Chaves, Carlos Chiarelli, Edme Tavares, Eraldo Tinoco, Francisco Benjamim, José Jorge, José Lins, José Santana de Vasconcellos, Luís Eduardo, Mário Assad, Oscar Corrêa, Osvaldo Coelho, Paulo Pimentel, Sandra Cavalcanti, Enoc Vieira, José Tinoco, Paes Landim, Jonas Pinheiro, Simão Sessim, Jofran Frejat, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Gerson Peres, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia, Adylson Motta, Francisco Rosai, Gastone Righi, Adolfo Oliveira, José Maria Eymael, Antonio Farias. **ABSTENÇÃO** do Senhor Constituinte Fernando Henrique Cardoso.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 25 Constituintes; votaram NÃO 56 Constituintes; absteve-se de votar 1 Constituinte. Total: 82 votos. O Destaque foi **rejeitado**.

#### V – SUSPENSÃO DA REUNIÃO

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A Presidência vai suspender os trabalhos, convocando os Senhores Constituintes para a continuação da presente reunião, hoje, 29-10-87, às 15:00 horas.

Está suspensa a reunião.

(Suspendeu-se a reunião às 13h10min)

#### EM 29 DE OUTUBRO DE 1987

Presidência dos Srs.: **Fernando Henrique Cardoso** Quarto-Vice-Presidente; **Jarbas Passarinho**, Terceiro-Vice-Presidente, **Aluizio Campos**, Primeiro-Vice-Presidente.

#### I – REABERTURA DA REUNIÃO

**O PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Havendo número regimental, declaro reaberta a reunião.

#### II – COMUNICAÇÕES

Do Sr. Constituinte **Adylson Motta**:

**O SR. CONSTITUINTE ADYLSON MOTTA:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem para fazer um registro. Ontem votamos todo o projeto de Constituição, capítulo por capítulo, observando rigorosamente os detalhes regimentais. Ficou uma ressalva: aprovado, ressalvados os destaques. Entregamos uma espécie de cheque em branco. Pergunto a V. Ex.<sup>a</sup>: depois da reunião de ontem, no sentido da aprovação dos projetos, ressalvados os destaques, onde se encontra amparo regimental para meia dúzia de pessoas se reunirem e decidirem quais os destaques a serem votados? Isso seria uma usurpação da outorga que fizemos no momento da aprovação do projeto.

Não aceito que sequer um dos meus destaques deixe de ser apreciado no plenário. Todos os destaques terão que ser apreciados, sendo aprovados, rejeitados, prejudicados ou retirados com autorização do autor. Quero me insurgir contra essa decisão e perguntar a V. Ex.<sup>a</sup> qual o seu amparo legal, pois, dependendo dos poderes que se arrogarem, os líderes partidários poderão chegar ao ponto de eliminar todos os destaques e darem como aprovado o texto integral.

O assunto é muito sério e quero deixá-lo registrado aqui, até para resguardo de minha responsabilidade perante o Plenário da Comissão de Sistematização, já que não vou participar da farsa que se está tentando montar dentro da Constituinte.

Queria fazer esse reparo e pedir explicações a V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** –

A Mesa esclarece a V. Ex.<sup>a</sup> que submeterá, como sempre fez, quaisquer pedidos de preferência à votação do Plenário e os destaques, de acordo com o entendimento havido, aprovado pelo Plenário no item 9º, que diz:

"Além do período destinado à apresentação de preferências (trinta minutos), poderão ser oferecidas outras, através de 10% dos membros da Comissão ou de Líderes que representem esse índice para – votação de capítulo ou de dispositivo, independentemente de sua ordem".

Estou seguindo a decisão que foi referendada pelo Plenário: nenhuma preferência será submetida à votação sem a anuência da Casa. Portanto, nada há que não seja regimental.

Sobre a mesa um requerimento, que diz o seguinte:

"Excelentíssimo Senhor Presidente da Comissão de Sistematização:

Os Líderes de Partidos com assento na Assembléia Nacional Constituinte e os Constituintes que esta firmam requerem a Vossa Excelência a votação dos requerimentos de preferência relativos ao art. 52, do Substitutivo nº 2, do Senhor Relator, nesta Sessão do dia 29 de outubro, para que as deliberações desta Comissão tenham consonância com a aprovação, pelo Plenário, nesta manhã, do protocolo e do requerimento apresentados pelos Senhores Líderes que explicitam que todos os destaques relativos ao Capítulo I do Título IV sejam votados nas Sessões do dia 29 de outubro.

Sala das Sessões, 29 de outubro de 1987."

Acabo de receber também um requerimento das Lideranças, do seguinte teor:

"Senhor Presidente.

A fim de possibilitar uma negociação política em torno do delicado problema do número de representantes dos Estados na Câmara Federal, os constituintes abaixo-assinados, no exercício da liderança de suas bancadas, enviaram requerimento à Mesa, alterando a ordem de preferências estabelecidas na reunião de ontem e solicitando que as emendas ao art. 52 do substitutivo fossem apreciadas após a votação do capítulo IV do Título IV.

Todo entendimento girou em torno dos Desques nº 6997-87 e 8146-87, que dizem respeito ao número das bancadas. Porém, dada a pressa em formalizar o instrumento do acordo, colocou-se equivocadamente que o pedido se referia ao **caput** do artigo e a seus parágrafos.

Em razão do exposto, as mesmas lideranças que endereçaram o primeiro requerimento vêm retificá-lo, esclarecendo que seu pedido de adiamento refere-se apenas aos Destaques nº 6997-87 e 8146-87 e não a todos os destaques relativos ao art. 52 e seus parágrafos. Nesse sentido, solicitam a retificação e que sejam imediatamente submetidos à votação dos destaques relativos ao art. 52 e seus parágrafos, com exceção dos de nº 6997-87 e 8146-87 que seriam transferidos.

Brasília, 29 de outubro de 1987."

Vêem V. Exas, portanto, que tinha razão a Mesa ao ter tomado a deliberação que tomou. Os Srs. Líderes reconhecem que haviam pedido destaque para todo o artigo. Entretanto, como não havia, nem há, o desejo da Comissão de Sistematização de evitar que a matéria em pauta, relativa à forma de eleição dos deputados, venha a ser protelada, submeterei à apreciação...

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ JORGE:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Pois não.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ JORGE:** – Sr. Presidente, queríamos que V. Ex.<sup>a</sup> lesse as emendas que seriam passadas para o final. Acreditamos que o mais correto seria passar o artigo ao invés de passar as emendas, porque existe uma quantidade de emendas referente a esse artigo. Então, não acho justo que sejam deixadas duas emendas – inclusive não sabemos quais são – para serem votadas no final. Acho que isso devia ser votado agora, como são votados os demais artigos, ou, então, que todo o artigo fosse deixado para ser votado no final. Agora, deixar para votar somente duas preferências no final, isso é muito perigoso.

Por outro lado, não sabemos o que irá acontecer no dia em que essas duas preferências forem votadas, porque, como sabe V. Ex.<sup>a</sup> muito bem, a programação que temos não será cumprida por falta de tempo. Mesmo uma parte das preferências dos Líderes poderá não ser votada nesse dia reservado para o Judiciário. Ninguém sabe se essas duas emendas poderão ser votadas. Então, o que vai acontecer é que passará o relatório do Relator. Isso pode ser uma simples jogada para fazer com que não sejam votadas as emendas que alteram o número de Deputados. V. Ex.<sup>a</sup> sabe que a forma que está no Substitutivo do Relator é de interesse dos Estados mais poderosos da Federação, que têm os Deputados e Senadores mais importantes.

Assim, é preciso que tenhamos cuidado para que isso não aconteça.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Portanto, a opinião de V. Ex.<sup>a</sup> é no sentido de que se transfira todo o art. 52.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ JORGE:** – Há duas alternativas que, para mim, são boas: votamos tudo agora ou transferimos todo o artigo para depois. O que acho errado é transferir as duas emendas, como foi proposto pelo Líder.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Sr. Presidente, com toda a simpatia que tenho por V. Ex.<sup>a</sup>, apesar da ditadura de Mesa que V. Ex.<sup>a</sup> exerce...

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Antes pudesse fazer isso.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – ...e também pelos Líderes, queria dizer que o único voto contra a decisão de transferir o art. 52 para depois do Poder Judiciário foi meu. Fui para lá não só para declarar o meu voto, que foi vencido, mas também para alertar os Líderes sobre a inconveniência de se pegar o art. 52 e jogá-lo para depois do Poder Judiciário. Mas assim foi feito nessa mesma sessão, nesse mesmo dia. Não quero levar em consideração o seu mérito, porque a matéria é vencida. Em seguida, outra emenda foi colocada em votação e tive oportunidade de demonstrar a V. Ex.<sup>a</sup> que não poderia sê-lo, porque o art. 52 tinha sido transferido para

depois do Poder Judiciário. Estou apenas fazendo um registro, já que sei o que V. Ex.<sup>a</sup> decidirá. Mas quero que fique salientado que as decisões da Mesa estão sendo feitas absolutamente ao arrepio do Regimento. E o que mais me preocupa é que elas estão contra a praxe parlamentar, porque a matéria vencida na mesma sessão, no mesmo dia, é reaberta, é reconsiderada.

Este é o meu registro.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – V. Ex.<sup>a</sup> tem maior conhecimento das minhas decisões do que eu próprio, porque até agora não tomei decisão alguma. Estou tratando de consultar o Regimento, a minha consciência e a vontade de V. Ex.<sup>as</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Sr. Presidente, a questão de ordem levantada pelo nobre Constituinte José Jorge tem absoluta procedência. Se vamos votar agora um destaque referente ao art. 52 e não votamos todo o art. 52, estamos criando um privilégio extraordinário para esse destaque que vamos votar. Não temos outra saída. Se é para o bom andamento dos trabalhos desta Comissão, vamos votar todas as matérias do art. 52 e as preferências artigo por artigo, dentro do Título IV. Acho que, a partir daí, se elimina qualquer possibilidade de obstrução quando entramos amanhã na matéria principal, que é o Capítulo II.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Pois não.

Não tenho outra alternativa senão a de tomar minhas decisões com base nos requerimentos que aqui estão e no Regimento. Reitero que a decisão tomada esta manhã foi dentro do Regimento. Ela foi tomada pelo Plenário da Constituinte e não por mim. O único voto contra foi e do Constituinte Carlos Sant'Anna. S. Ex.<sup>a</sup> foi o único Líder que não concordava com a decisão, que não foi minha, repito, mas do Plenário.

Estamos diante de dois requerimentos: um de alguns Constituintes, que querem revogar a decisão do Plenário, e outro das lideranças, que confessam que se equivocaram. Mas ao invés de pedirem que se vote apenas o parágrafo, as lideranças pedem que se vote apenas duas preferências. Confesso que tenho dificuldades em tomar decisão nesta base.

A Mesa resolve que a matéria já foi decidida.

**O SR. CONSTITUINTE HAROLDO LIMA:** – Sr. Presidente, gostaria de entender a posição de V. Ex.<sup>a</sup> V. Ex.<sup>a</sup> considera que o assunto está resolvido?

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Sou obrigado a dizer isso.

**O SR. CONSTITUINTE HAROLDO LIMA:** – Mas, Sr. Presidente, gostaria de ponderar a V. Ex.<sup>a</sup> o seguinte: realmente verificamos que a pessoa que está na situação de presidente se sente muito pressionada por diversos argumentos.

Entretanto, fui um dos signatários do requerimento que permitiu que se protelasse a votação do art. 52. Também sou um dos signatários desse requerimento. Não vejo por que V. Ex.<sup>a</sup> dá preferência ao requerimento encaminhado anteriormente, quando eu e todos os demais que o assinaram declaram de público que o fizeram de forma equivocada. Sr. Presidente, não existe nenhuma manobra escusa por baixo disso. Aventou-se aqui a hipótese de não se votar a questão do número de deputados por Estado. Pretendemos, precisamente, que essa questão seja mais amadurecida. Por isso, no primeiro requerimento que assi-

namos, era nossa intenção que o § 2º do art. 52 fosse votado posteriormente, para permitir uma melhor análise de nossa parte. Foi precisa e somente por conta desse raciocínio que assinamos o primeiro requerimento.

Contudo, a redação do primeiro requerimento foi mais abrangente do que a do segundo. Estamos chamando a atenção, sem abrir mão da nossa preocupação, para o fato de que o § 2º do art. 52, tratado em um desses pedidos de preferência, deveria ser, no nosso modo de ver, votado posteriormente. Sem abrir mão disso, entretanto, verificamos que o **caput** do art. 52 trata de outra questão que diz respeito ao sistema eleitoral. Assim, achamos, por unanimidade, que nos equivocamos, e solicitamos de V. Ex.<sup>a</sup> que essa questão, que não é de somenos importância, pelo contrário, das mais importantes, seja votada agora.

Peço a V. Ex.<sup>a</sup> que se atenha àquilo que é o esclarecimento de todos os Líderes, e que sugere a votação do **caput** do art. 52. Sr. Presidente, solicito a V. Ex.<sup>a</sup>, também, que consulte os Constituintes para saber o que os Líderes e o próprio Plenário pensam sobre a questão.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Desculpe-me V. Ex.<sup>a</sup>, mas não vou consultar Líderes.

Concedo a palavra ao nobre Constituinte Vivaldo Barbosa.

**O SR. CONSTITUINTE VIVALDO BARBOSA:** – Sr. Presidente, antes de mais nada, não posso deixar de saudar mais uma vez a presença de V. Ex.<sup>a</sup> na Presidência, que ocupou ontem à tarde, hoje de manhã e agora novamente volta à Presidência.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Esclareço à Casa, Constituinte Vivaldo Barbosa, que estou presidindo porque o Presidente Jarbas Passarinho pediu-me que resolvesse uma questão de ordem que me havia sido colocada. Solicitei ao nobre Constituinte Brandão Monteiro que assumisse a Presidência. Quando S. Ex.<sup>a</sup> desejar, a Presidência é dele. Agradeço a referência a V. Ex.<sup>a</sup> Peço que V. Ex.<sup>a</sup> seja mais comedido ao referir-se a essa matéria.

**O SR. CONSTITUINTE VIVALDO BARBOSA:** – Sr. Presidente, estou-me referindo aos fatos nos termos exatos em que estão acontecendo. Digo isso porque fui informado de que quem assumiria a Presidência, agora, seria o Constituinte Jarbas Passarinho. Fui a S. Ex.<sup>a</sup> e encaminhei, antes de encaminhar à Mesa, a idéia contida nesse requerimento, e o Constituinte Jarbas Passarinho concordou comigo em que, se se obtivesse o mínimo de subscrição de Liderança, essa matéria seria submetida ao Plenário.

Quero, nesta questão de ordem, manifestar minha estranheza diante de V. Ex.<sup>a</sup>, que, ao receber o requerimento anterior, decidindo adiar a votação do art. 52, não considerou que a matéria já estava vencida por decisão da sessão matutina, quando o Plenário aprovou o requerimento de Líderes no sentido de que hoje seria votado o Capítulo I e V. Ex.<sup>a</sup>, naquela oportunidade, não teve o mesmo cuidado de reter o requerimento, não colocá-lo em votação, e considerá-lo já prejudicado. Agora, de maneira diferente, V. Ex.<sup>a</sup>, ao receber o requerimento, não o coloca à decisão do Plenário, o retém e o considera prejudicado.

Quero pedir a V. Ex.<sup>a</sup> que reconsidere a decisão para que fique consentânea com a decisão anterior de V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE RAIMUNDO BEZERRA:** – Pela ordem, Sr. Presidente. Quero lamentar que as Lideranças se reúnam até de madrugada, passem horas e horas tentando um acordo, e elas próprias, em plenário, comecem a boicotar, a atrapalhar, a desrespeitar os outros Constituintes que estão aqui para trabalhar e também querem desenvolver os trabalhos com a necessária urgên-

cia. É um absurdo que hoje, por exemplo, não tenhamos produzido nada porque as Lideranças, que deveriam ajudar na agilização dos trabalhos, estão atrapalhando. É preciso respeito com os outros Constituintes. Estamos aqui praticamente há trinta dias e fizemos poucas intervenções porque sabemos fazer o julgamento mais oportuno, e é essa nossa missão. Não podemos aceitar que cinco, seis, oito pessoas, a todo instante, a todo dia, a todo momento perturbem o bom andamento dos trabalhos em nome não sei do quê, talvez de um brilhantismo, que não se justifica. Muito obrigado.

## II – ORDEM DO DIA

### VOTAÇÃO DO PROJETO DE CONSTITUIÇÃO TÍTULO IV (Continuação)

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Passo à discussão da preferência pedida à Emenda nº 21.470, do Senador Jamil Haddad, relativa ao inciso II do art. 55 do segundo substitutivo.

Em votação a preferência. Ela diz respeito ao seguinte:

"Dê-se ao inciso II do art. 55 a redação seguinte:

Art. 55 – .....

II – autorizar o Presidente da República a declarar a guerra, a celebrar a paz, a permitir que forças estrangeiras, em missão de paz, transitem pelo território nacional."

O art. 55, inciso II, diz, atualmente:

"Autorizar o Presidente da República a declarar a guerra, a celebrar a paz, a permitir que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou nele permaneçam temporariamente, ressalvados os casos previstos em lei complementar."

S. Ex.<sup>a</sup> pede que se substitua pelas expressões:

"Autorizar o Presidente da República a declarar a guerra, a celebrar a paz, a permitir que forças estrangeiras, em missão de paz, transitem pelo território nacional."

Pergunto aos Srs. Constituintes se estão de acordo em conceder preferência a esta emenda. **(Pausa)**

Estando os Srs. Constituintes de acordo, com uma abstenção, dou a palavra ao Constituinte Jamil Haddad. **(Pausa)** Estando ausente o Constituinte Jamil Haddad, está prejudicado o destaque.

**Destaque nº 7727-87 do Sr. José Maria Eymael "que suprime o art. 55, inciso XVI, do Substitutivo nº 2". (292ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Passamos agora ao Destaque de nº 7727, do Constituinte José Maria Eymael, que recai sobre uma emenda no art. 55, inciso XVI, e é supressiva.

O inciso XVI diz o seguinte:

"Decretar, por maioria absoluta de seus membros, após sentença condenatória transitada em julgado, o confisco de bens de quem tenha enriquecido ilicitamente à custa do patrimônio público ou no exercício de cargo ou de função pública."

Em votação o pedido de preferência. Os Srs. Constituintes que estiverem de acordo permaneçam como estão. **(Pausa)** Contra dois votos, aprovada a preferência.

Concedo a palavra ao Sr. Constituinte José Maria Eymael.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ MARIA EYMAEL:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, é natural que em

um texto da envergadura do Relatório que o Constituinte Bernardo Cabral entregou a esta Casa, pela sua complexidade e multiplicidade de aspectos, algumas normas, por desaviso, possam ter sido inseridas ou produzidas de forma inadequada. Não há dúvida de que este item, o inciso XVI, trata exatamente de um desses aspectos...

**O SR. CONSTITUINTE HAROLDO LIMA:** – Se não for votado o sistema eleitoral, hoje, esta sessão não irá terminar bem. Isto é um golpe. Consideramos esta questão da máxima importância.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Há um orador na tribuna. V. Ex.<sup>a</sup> não pode interrompê-lo. V. Ex.<sup>a</sup> não tem o direito de fazer isto. V. Ex.<sup>a</sup>, como democrata que pretende ser, não pode fazer isto. Tem a palavra o orador.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ MARIA EYMAEL:** – Peço a atenção dos Srs. Constituintes, porque esta matéria é da maior relevância e da maior gravidade. **(Tumulto)** Sr. Presidente, não há condição de prosseguir na tribuna com o tumulto existente no plenário.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Há um orador na tribuna. Peço aos Srs. Constituintes que, em atenção à democracia, escutem o orador.

Sr. Presidente, no art. 5º, § 20, está prevista a pena de perdimento de bens em função de enriquecimento ilícito.

No art. 54, inciso XVI, temos o seguinte:

"Compete ao Congresso Nacional, depois de transitar em julgado a sentença que determinou o perdimento de bens, decretar a execução dessa sentença."

Ora, Sr. Presidente, estamos em face de uma situação extremamente preocupante, porque as consequências deste inciso XVI são as seguintes: primeiro, temos uma ingerência totalmente indevida na esfera do Poder Judiciário. Mas isso é o de menos dentro do processo. Segundo, a sentença que estabeleceu o perdimento de bens, já tendo transitado em julgado, não poderá ser executada a não ser que seja referendada pela maioria absoluta do Congresso Nacional. Esta é uma consequência gravíssima. Terceiro, teremos uma procrastinação totalmente desnecessária da aplicação da pena. Já temos a sentença, ela já transitou em julgado, já estabeleceu o perdimento dos bens; mas enquanto a maioria absoluta do Congresso Nacional não se pronunciar, referendando-a, ela não pode ser executada.

Não há dúvida, Sr. Presidente, de que, a perdurar essa norma, transformaremos matéria penal em matéria política. Mais sério ainda é que com essa norma estaremos criando um foro privilegiado, uma instância a mais, além do Supremo Tribunal Federal. E a quem vai privilegiar esse foro? Aos ladrões e aos canalhas que constroem sua riqueza ilícita em cima do dinheiro público.

Por isso, Sr. Presidente, peço, de forma dramática, a supressão dessa norma.

Muito obrigado. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Não há orador inscrito para falar contra. Pergunto se algum dos Srs. Constituintes vai manifestar-se contra. **(Pausa)**

A Relatoria vai-se pronunciar.

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – Sr. Presidente, Srs. membros da Comissão de Sistematização, no art. 5º, § 20, do Substitutivo nº 2...

**O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO MONTEIRO:** – Concede-me V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – Não tenho o direito de conceder aparte em depoimento da Relatoria. Só a Presidência pode conceder a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO MONTEIRO:** – Não vou mais suportar essa situação, Sr. Presidente. Vim para encaminhar a favor e mais uma vez V. Ex.<sup>a</sup> está cerceando o meu direito. V. Ex.<sup>a</sup> não tem o direito de fazer isso.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – V. Ex.<sup>a</sup> tem a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO MONTEIRO:** – V. Ex.<sup>a</sup> está querendo jogar-me contra o Plenário. Sei que V. Ex.<sup>a</sup> é inteligente, mas não sou menos, conforme V. Ex.<sup>a</sup> imagina.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Nobre Constituinte, V. Ex.<sup>a</sup> há de convir em que estou tentando presidir da maneira mais equilibrada possível.

**O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO MONTEIRO:** – Sr. Presidente, inscrevi-me para falar e V. Ex.<sup>a</sup> perguntou se eu encaminharia contra ou a favor. Respondi que a favor, e V. Ex.<sup>a</sup> não me concedeu a palavra.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Como já havia um Constituinte encaminhado a favor e nenhum contra, entendi não ser necessário. Mas se V. Ex.<sup>a</sup> deseja, tem a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO MONTEIRO:** – O grande problema é que V. Ex.<sup>a</sup>, entende mais do que devia.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Nobre Constituinte Brandão Monteiro, não vou dialogar com V. Ex.<sup>a</sup>. Se o ilustre colega deseja, concedo-lhe a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO MONTEIRO:** – Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup>. Vou encaminhar a favor, dizendo que considero um absurdo a inserção desse artigo no texto constitucional. É um prêmio para os corruptos. Há pouco, acabamos de apreciar encaminhamento de voto contra a possibilidade de o Congresso Nacional vir a decidir sobre concessão sob o argumento de que ele seria o órgão fiscalizador. Esse artigo premia os corruptos. Quem tem o direito de julgar, e até em última instância, o acusado de corrupção, que pode receber como pena acessória o confisco de bens, é o Poder Judiciário. Com este dispositivo estaremos oferecendo outra instância exatamente aos grandes corruptos, os "colarinhos brancos". Espero que a Assembléia Nacional Constituinte, entendendo o absurdo desse artigo, não o mantenha no texto constitucional.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** Ouvido o Constituinte Brandão Monteiro, concedo a palavra ao Relator.

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – Sr. Presidente, o art. 5º, § 20, do 2º Substitutivo estabelece:

"A lei assegurará a individualização da pena e adotará, entre outras, as seguintes:

## II – perda de bens".

De acordo com o inciso XVI do art. 54, realmente a Constituição estaria dotando o Congresso Nacional da função revisora de sentença judicial, estabelecendo possível conflito entre os Poderes Judiciário e Legislativo. Com isso, e com base nos argumentos louváveis, racionais e sólidos aqui expedidos pelo Constituinte José Maria Eymael, a Relatoria acolhe a emenda e lhe dá parecer favorável. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Em votação.

## (Procede-se à votação)

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, para efeito de registro nos Anais, quero declarar que o meu voto está errado. Votei "sim".

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Constará em ata, nobre Constituinte.

## (Prossegue a votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Antônio Britto, Artur da Távola, Carlos Mosconi, Carlos Sant'Anna, Egídio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Gasparian, Fernando Henrique Cardoso, Haroldo Sabóia, João Calmon, João Herrmann Neto, José Fogaça, José Geraldo José Paulo Bisol, Mário Lima, Milton Reis, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nilson Gibson, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Rodrigues Palma, Severo Gomes, Sigmaringa Seixas, Theodoro Mendes, Israel Pinheiro, Octávio Elísio, Délio Braz, Uldurico Pinto, Vilson Souza, Chagas Rodrigues, Michel Temer, João Agripino, Antonio Mariz, Jorge Hage, Vicente Bogo, Euclides Scalco, Alcení Guerra, Aloysio Chaves, Chnistóvam Chiaradia, Edme Tavares, Eraldo Tinoco, Francisco Benjamim, Inocência Oliveira, José Jorge, José Lins, José Santana de Vasconcellos, Luís Eduardo, Mário Assad, Oscar Corrêa, Osvaldo Coelho, Paulo Pimentel, Ricardo Fiúza, Sandra Cavalcanti, José Tinoco, Jonas Pinheiro, Jofran Frejat, Simão Sessim, Valmir Campelo, Brandão Monteiro, José Maurício, Lysâneas Maciel, Francisco Rossi, Gastone Righi, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Adolfo Oliveira, José Maria Eymael, Haroldo Lima, Roberto Freire e Antonio Farias. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Virgildásio de Senna, Darcy Pozza, Gerson Peres, Jarbas Passarinho, Adylson Motta.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram **SIM** 76 Constituintes; votaram **NÃO** 5 Constituintes. Total: 81 votos. O Destaque foi **aprovado**.

**Destaque nº 002455-87 – Emenda número ES-33192-2, do Sr. Adhemar de Barros Filho "que modifica o art. 77, inciso XVI do Substitutivo nº 1" (art. 55, item XII, do Substitutivo nº 2)". (293ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Passamos agora à votação do pedido de preferência para o Destaque nº 2455, que se refere ao art. 55, inciso XVI, que diz o seguinte:

"Dê-se ao inciso XVI do art. 77 a seguinte redação:

XVI – Escolher pelo voto secreto a totalidade dos membros do Tribunal de Contas da União."

Em votação o pedido de preferência, de autoria do Constituinte Vivaldo Barbosa. (Pausa)

Contra dois votos, foi aprovado o pedido de preferência.

Concedo a palavra ao Constituinte Vivaldo Barbosa para encaminhar a votação da matéria.

**O SR. CONSTITUINTE VIVALDO BARBOSA:** – Sr. Presidente, o requerimento de preferência é de minha autoria, mas o destaque é de autoria do Constituinte Adhemar de Barros Filho, que vai encaminhar a sua votação.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Tem a palavra o nobre Constituinte Adhemar de Barros Filho.

**O SR. CONSTITUINTE ADHEMAR DE BARROS**

**FILHO:** – Sr. Presidente, consulto V. Ex.<sup>a</sup> se a emenda que está sendo submetida à votação é a de nº 33199.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Trata-se da Emenda Modificativa nº 33.192, de sua autoria.

**O SR. CONSTITUINTE ADHEMAR DE BARROS**

**FILHO:** – Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, a Emenda nº 33.192, objeto de destaque e que passa a ser discutida neste momento, propõe a seguinte redação ao primitivo inciso XVI do art. 77 do 1º Substitutivo do Constituinte Bernardo Cabral, que trata da competência do Congresso Nacional:

"Escolher pelo voto secreto a totalidade dos membros do Tribunal de Contas da União."

A alteração que fazemos é a inclusão da palavra totalidade, uma vez que entendemos que o Tribunal de Contas da União é um órgão auxiliar do Poder Legislativo. Assim sendo, cabe a esta Casa escolher sozinha, com toda a responsabilidade, a totalidade dos membros que irão compor o Tribunal de Contas da União, a fim de que se realize de forma direta entre esta Casa e o Tribunal de Contas da União, seu órgão auxiliar, o exercício da função fiscalizadora, sem a interferência de nenhum outro poder.

A formulação anterior do ilustre Relator da matéria, Constituinte Bernardo Cabral, propunha que uma parte dos membros do Tribunal de Contas da União fosse indicada pela Presidência da República. Entendemos que essa competência é privativa do Congresso Nacional. Cabe, portanto, a nós, que representamos o Poder Legislativo e que vamos representá-lo na futura Constituição, exercê-la por inteiro.

A justificativa abrange ainda o estabelecimento da prerrogativa do exercício do poder fiscalizador. Não temos dúvida alguma em considerar a honorabilidade daqueles homens indicados para o Tribunal de Contas da União, que procuram, usualmente, executar seus misteres com a mais absoluta isenção, mas não podemos deixar de considerar como espúria a indicação feita pelo Executivo. Por mais honoráveis que sejam os membros do Tribunal de Contas, as indicações provenientes da Presidência da República vão revelar algum tipo de ligação, algum tipo de responsabilidade, algum tipo de gratidão, o que empobrece o exercício da função fiscalizadora. Entendo que esta exige a mais total isenção por parte de outro poder para que a função fiscalizadora se exerça com imparcialidade.

Portanto, ao propor, sob forma de emenda destacada, que a escolha por voto secreto da totalidade dos membros do Tribunal de Contas seja prerrogativa exclusiva desta Casa, pretendemos, acima de tudo, fortalecer o próprio Congresso Nacional.

Voltando ao aspecto anterior, os ministros são atualmente indicados para o Tribunal de Contas pelo Chefe do Governo, o que quer dizer que esses Ministros vão, na maioria das vezes, julgar as contas daqueles que os nomearam. Entendo que essa sistemática deve ser substituída por uma que dê ao Congresso Nacional a responsabilidade de fazê-la com isenção, de tal maneira que não haja a menor dúvida quanto ao voto de quem nomeou os Ministros do Tribunal de Contas. Defendemos exatamente essa independência de poderes para o Congresso, que queremos ver mais forte na futura Constituição. Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Concedo a palavra ao Constituinte José Jorge para encaminhar contra.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ JORGE:**

– Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a matéria referente à designação dos Ministros do Tribunal de Contas foi analisada no art. 83 do Substitutivo do Constituinte Bernardo Cabral, onde ficou definido que o referido Tribunal seria integrado por 11 Ministros, dos quais um terço seria indicado pelo Executivo e aprovado pelo Senado Federal e os demais dois terços seriam eleitos pelo Congresso Nacional. O art. 83 estabeleceu dessa forma. Esse item correspondente à emenda do nobre Constituinte Adhemar de Barros Filho diz respeito exatamente às atribuições do Congresso Nacional e à explicitação dessa nova atribuição. Acredito que, de princípio, essa matéria deveria ser votada juntamente com o art. 83 ou com o capítulo referente ao Tribunal de Contas, quando, então, todos os Constituintes poderiam ter uma visão completa da solução dada quanto à designação desses Ministros do Tribunal de Contas, do ponto de vista formal. Do ponto de vista do mérito, acredito ser esta uma solução intermediária, porque, atualmente, todos os Ministros do Tribunal de Contas são escolhidos pelo Executivo e homologados pelo Legislativo. Neste caso, o Substitutivo Cabral define que dois terços serão aprovados pelo Legislativo e um terço pelo Executivo.

Esta é uma proposta intermediária que atende à preocupação daqueles que querem ver um Legislativo atuante, pois ele participará não só da escolha dos dois terços, mas também da própria aprovação do terço escolhido pelo Executivo. Por outro lado, verificamos que essa regra valerá também para os Estados, onde também haverá esse equilíbrio, pois as Assembléias Legislativas elegerão dois terços e o Poder Executivo – no caso, os Governadores – encaminhará um terço, que poderá ser aprovado ou não pela Assembléia Legislativa.

Por isso, acho que este texto, da forma como foi elaborado pelo Relator Bernardo Cabral, deveria ser mantido. Portanto encaminho contrariamente a emenda do Deputado Adhemar de Barros Filho.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Não havendo oradores inscritos, dou a palavra ao Relator.

**O SR. RELATOR (José Fogaça):**

– Sr. Presidente, ilustres membros da Comissão de Sistematização, na verdade, o nobre Constituinte Adhemar de Barros Filho deseja alterar uma regra acessória. A regra substitutiva, que, de fato, deveria ser objeto de emenda, seria o art. 83, que estabelece que o Presidente da República indica um terço e o Congresso Nacional os restantes dois terços que integram o Tribunal de Contas. A Relatoria e o Relator-Geral vêem que todas as objeções e argumentos levantados pelo nobre Constituinte Adhemar de Barros Filho a, o fato de o Presidente da República indicar um terço estão baseados rigorosamente em um raciocínio presidencialista. Com o perdão e a vênica de V. Ex.<sup>a</sup>, este texto que chamamos de Substitutivo 2, ontem aprovado por esta Comissão de Sistematização, na sua lógica interna não adota um sistema presidencialista de Governo, mas um sistema parlamentarista. Esta é a lógica interna da Constituição que aprovamos ontem, na qual o Presidente da República, segundo o art. 86, é meramente um Chefe de Estado que está fora do jogo do poder e das funções executivas. Portanto, a grave distorção que V. Ex.<sup>a</sup> condena atualmente em um Presidente da República que exerce funções executivas, que é responsável por atos de Governo e que ao mesmo tempo nomeia os Ministros do Tribunal de Contas, não existe na coerência e na lógica interna do Substitutivo Cabral, porque ele apóia o sistema parlamentarista. O Presidente da República é meramente um Chefe de Estado, um árbitro, um representante do País excluído do jogo de poder, dos atos de governo e das funções executivas. Portanto, ao nomear um terço dos membros do Tribunal de Contas, S. Ex.<sup>a</sup> o faz sem imiscuir-se no jogo de interesses

nem nas questões das funções executivas. Ainda mais, essa nomeação e essa indicação por parte do Presidente da República, a partir do ponto de vista de um sistema parlamentarista, são altamente moralizadoras, porque a esse Presidente, eleito pelo voto direto, que não exerce funções executivas, incumbe indicar um terço dos Ministros com a aprovação do Senado. Trata-se de alguém que está acima dos interesses e do jogo do poder. Portanto, com todo respeito ao nobre e competente Constituinte Adhemar de Barros Filho e também reconhecendo a intenção elevada de S. Ex.<sup>a</sup>, o Relator-Geral e os membros da Relatoria são contrários à emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Com o parecer contrário do Relator, passamos à votação.

**(Procede-se à votação)**

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Ademir Andrade, Paulo Ramos, Sigmaringa Seixas, Virgildásio de Senna, Jorge Hage, Edme Tavares, José Lins, Oscar Corrêa, Brandão Monteiro, José Maurício, Bocayuva Cunha, Francisco Rossi, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio e José Maria Eymael. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Alfredo Campos, Antônio Britto, Artur da Távola, Carlos Mosconi, Carlos Sant’Anna, Celso Dourado, Egídio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Gasparian, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Lyra, Haroldo Sabóia, João Calmon, João Herrmann Neto, José Fogaça, José Paulo Bisol, José Serra, José Ulisses de Oliveira, Mário Lima, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nilson Gibson, Oswaldo Lima Filho, Pimenta da Veiga, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Rodrigues Palma, Severo Gomes, Theodoro Mendes, Wilson Martins, Israel Pinheiro, Octávio Elísio, Délio Braz, José Costa, Rose de Freitas, Uldurico Pinto, Chagas Rodrigues, Michel Temer, João Agripino, Antonio Mariz, Vicente Bogo, Euclides Scalco, Aécio Neves, Alcení Guerra, Aloysio Chaves, Arnaldo Prieto, Carlos Chiarelli, Eraldo Tinoco, Francisco Benjamim, Inocêncio Oliveira, José Jorge, José Santana de Vasconcellos, Luís Eduardo, Marcondes Gadelha, Mário Assad, Osvaldo Coelho, Paulo Pimentel, Ricardo Fiúza, Sandra Cavalcanti, José Tinoco, Jonas Pinheiro, Jofran Frejat, Paes Landim, Valmir Campelo, Darcy Pozza, Gerson Peres, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia, Virgílio Távora, Adylson Motta, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Adolfo Oliveira, Haroldo Lima, Roberto Freire, Jamil Haddad e Antonio Farias.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 15 Constituintes; votaram NÃO 78 Constituintes. Total: 93 votos. O destaque foi **rejeitado**.

**Destaque nº 2433-87 – Emenda nº ES-22549-0, do Sr. Nilson Gibson, “que acrescenta inciso ao art. 77, do Substitutivo nº 1 (art. 55, inciso XX, do Substitutivo nº 2)”.** (294ª votação)

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Passamos agora à votação do pedido de preferência nº 29, que recai sobre a Emenda nº 22549, relativa ao art. 57, inciso XVIII. Este pedido é assinado, em primeiro lugar, pelo Constituinte Amaral Netto. A emenda aditiva diz o seguinte:

“Acrescente-se ao art. 55 o seguinte inciso:

... fiscalizar os atos de concessão de lavra de recursos minerais em terras indígenas.”

Em votação. **(Pausa)** Aprovada.

Concedo a palavra ao nobre Constituinte Nilson Gibson, autor da emenda.

**O SR. CONSTITUINTE NILSON GIBSON:** – Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, inúmeros Constituintes apresentaram na Subcomissão, bem como na Comissão, sugestões para que o Congresso Nacional fiscalizasse os atos de concessão de lavra de recursos minerais em terras indígenas. O ilustre e culto relator, no 2º substitutivo, ao invés de admitir o **nomem iuris** “fiscalizar” adotou a terminologia “autorizar”. Vimos que autorizar concessões, seguindo o ensinamento do nobre e ilustre Constituinte Artur da Távola, que nos antecedeu na parte da manhã, não cabe ao Congresso Nacional. O Congresso Nacional não tem competência de conceder, e sim de fiscalizar. Mostrou o Constituinte Artur da Távola, num exemplo muito feliz, o problema da concessão de linhas de ônibus, que, evidentemente, não poderia ser jamais atribuição do Congresso Nacional. Dentro da competência do Congresso Nacional, no inciso X, temos o **nomem iuris** “fiscalizar”:

“fiscalizar e controlar, conjuntamente ou por qualquer das Casas, os atos do Poder Executivo, inclusive da administração indireta.”

Pretende-se conferir ao Congresso Nacional a atribuição de exercer o poder de fiscalização sobre a exploração de riquezas minerais em terras indígenas, ao invés da sua autorização. Fiscalizar, segundo nossos dicionários, significa assessorar, velar ou verificar. Autorizar, evidentemente, significa aprovar.

Esperamos, Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, seja aprovada a nossa modificação, dentro da competência do Congresso Nacional.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Concedo a palavra ao nobre Constituinte Severo Gomes, para encaminhar contra.

**O SR. CONSTITUINTE SEVERO GOMES:** – Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, o preceito estabelecido no substitutivo, “autorizar a exploração de riquezas minerais em terras indígenas”, diz respeito à importância desta questão, porque a exploração de riquezas minerais em terras indígenas implica profundas consequências para a vida de nossas populações indígenas. Durante muito tempo não foram permitidas concessões de pesquisa e lavra em território indígena. E quando, fora dos regulamentos, foram concedidas, isso significou, em muitos casos, dizimação de grande parte dessas populações.

Temos enorme responsabilidade com relação a essas populações e também a consciência de que havendo em terras indígenas minerais importantes para o nosso desenvolvimento devem ser explorados, mas com a autorização do Congresso Nacional, que também pode fiscalizar. A autorização prévia é questão social, necessária, do ponto de vista da sobrevivência dessas populações, e, portanto, da nossa dignidade nacional. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Concedo a palavra ao eminente relator.

**O SR. RELATOR (Adolfo Oliveira):** – Sr. Presidente, por ocasião do exame desta matéria pareceu-nos – e neste passo falamos por nós – que talvez fosse mais adequado que ao Congresso se reservasse o poder de cassar licenças ou permissões de lavra de exploração do subsolo em terras indígenas. Nem autorizar nem fiscalizar, porque, se o Congresso autoriza, torna-se muito difícil, depois da eventual existência de distorções ou abusos, que se proceda à revisão da matéria. Por outro lado, não dispõe o Congresso, e dificilmente disporá, de meios e recursos hábeis e capazes para decidir com acerto e isenção. Isso, no que diz respeito à autorização. E quanto à fiscalização? Temos sérias dúvidas da maneira pela qual o Congresso poderia proceder a diligências e fiscalizar esses contratos e essas explorações de terras indígenas. Assim, neste ponto e neste particular, não nos pronunciamos nem

favoravelmente ao texto nem favoravelmente à emenda, e nos abstermos.

Durante o pronunciamento do Sr. **Adolfo Oliveira**, o Sr. **Fernando Henrique Cardoso**, Quarto-Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. **Jarbas Passarinho**, Terceiro -Vice-Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Em votação.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Peço a V. Ex.<sup>a</sup> que não interrompa a votação. Aceitarei a questão de ordem de V. Ex.<sup>a</sup> posteriormente, a menos que seja sobre a votação em si. Ouço, então, V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Sr. Presidente, a pergunta é no sentido de que, sendo o texto uma proposta do relator, se S. Ex.<sup>a</sup> poderia retirá-lo?

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Assumi a Presidência no curso do processo e, portanto, não o acompanhei. Darei a resposta a V. Ex.<sup>a</sup> ouvindo o relator. O Constituinte José Lins pergunta se o relator poderia retirar o inciso.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Levantei a questão de ordem até em caráter geral, sem me referir especificamente ao texto que está em votação. Gostaria de saber se o Sr. Relator pode retirar um item qualquer do texto por ele proposto, assim como podemos retirar qualquer emenda por nós proposta.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A resposta que daria é não, porque o relator opina sobre matéria que lhe foi apresentada e quem pode alterar, por supressão, é o autor da emenda. Ao relator cabe analisar e não alterar ou modificar.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Refiro-me a um item do texto do Relator; portanto, à matéria proposta por S. Ex.<sup>a</sup> Pergunto se o Relator poderia, ele mesmo, suprimir do texto a expressão que S. Ex.<sup>a</sup> propôs.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Minha impressão inicial, na Presidência da Mesa, é de que não. Ouço o Relator.

**O SR. RELATOR (Adolfo Oliveira):** – Acho que vamos esclarecer isso. O nobre Constituinte Lysâneas Maciel permita-me um minuto para esclarecimento. Se não for esclarecida a dúvida, V. Ex.<sup>a</sup> suscitará, então, questão de ordem, logo após.

O Relator depende da iniciativa dos Constituintes. Se forem apresentados pedidos de destaque para rejeição de um artigo, parágrafo, inciso, ele opinará. Mas ele não pode, por iniciativa própria, solicitar a rejeição de um inciso ou parágrafo.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Peço que não interrompam a votação, que se vai iniciar. Perguntas dessa natureza poderiam ter sido feitas e respondidas depois da votação.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem para esclarecimento da votação. Existe outra emenda supressiva sobre esta matéria?

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Constituinte Gerson Peres, cada vez que tivermos de responder a uma pergunta dessa natureza, será preciso que a Mesa saiba de todas as matérias que serão objeto de votação naquele determinado dia. No momento, a informação é de que não existe.

Em votação.

### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Carlos Sant'Anna, Fernando Lyra, João Calmon, Milton Reis, Nilson Gibson, Theodoro Mendes, Arnaldo Prieto, Carlos Chiarelli, Eraldo Tinoco, José Lins, José Santana de Vasconcellos, Luís Eduardo, Oscar Corrêa, Paulo Pimentel, Ricardo Fiúza, Darcy Pozza. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Ademir Andrade, Alfredo Campos, Aluizio Campos, Antônio Britto, Artur da Távola, Carlos Mosconi, Celso Dourado, Cristina Tavares, Egídio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Henrique Cardoso, Haroldo Sabóia, José Fogaça, José Paulo Bisol, José Serra, Mário Lima, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nelson Friedrich, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Rodrigues Palma, Severo Gomes, Sigmaringa Seixas, Virgildásio de Senna, Wilson Martins, Israel Pinheiro, Octávio Elísio, Délio Braz, José Costa, João Natal, Rose de Freitas, Uldurico Pinto, Wilson Souza, Chagas Rodrigues, Michel Temer, Antonio Mariz, Roberto Brant, Jorge Hage, Vicente Bogo, Alcení Guerra, Aloysio Chaves, Antonio Carlos Mendes Thame, Edme Tavares, Francisco Benjamim, Inocêncio Oliveira, Marcondes Gadelha, Mário Assad, Sandra Cavalcanti, José Tinoco, Jonas Pinheiro, Jofran Frejat, Gerson Peres, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia, Virgílio Távora, Adylson Motta, José Maurício, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Haroldo Lima, Roberto Freire, Jamil Haddad e Antonio Farias. **ABSTENÇÃO** dos Constituintes: José Jorge, José Thomaz Nonô, Osvaldo Coelho e Adolfo Oliveira.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 16 Constituintes; votaram NÃO 70 Constituintes; abstiveram-se de votar 4 Constituintes. Total: 90 votos. O destaque foi **rejeitado**.

**Destaque nº 003881-87 – Emenda nº ES-26051-1, do Sr. Gastone Righi “que transfere para o art. 77 os itens III, IV, V, VI e VII do art. 83. Substitue nos arts. 147 § 1º, 150 § 1º e 169 “caput” as expressões “Senado da República por “Congresso Nacional”, do Substitutivo nº 1”. (art. 55, incisos III, IV, V e VI; art. 61 e incisos; art. 120 parágrafo único: art. 123, parágrafo único, e art. 141 “caput”, do Substitutivo nº 2)”.** (295ª votação)

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Sobre a mesa requerimento de preferência assinado pelo Constituinte Joaquim Bevilacqua, que pede preferência para o Destaque nº 3881, relativo à Emenda ES-26051.

Os Srs. Constituintes que estiverem de acordo permaneçam sentados. **(Pausa)** Aprovado.

Aprovado o requerimento, passamos ao destaque. A emenda é de iniciativa do Constituinte Gastone Righi e inclui no art. 55 a competência prevista no art. 61, itens III a VII. O que era competência do Senado pretende S. Ex.<sup>a</sup> que seja do Congresso Nacional.

Tem a palavra o Constituinte Gastone Righi.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, quero chamar a atenção de V. Ex.<sup>as</sup> para esta emenda, que é de transcendental importância e diz respeito a algo que durante vinte anos perseguimos, aqui e fora do Congresso Nacional: a real devolução de prerrogativas não só ao Legislativo como à Câmara dos Deputados. Estamos trilhando o caminho do parlamentarismo, onde a Câmara dos Deputados deverá firmar-se como a legítima, autêntica e mais expressiva representação popular, aquela que inclusive pode ser dissolvida se não lograr maioria. Então, é preciso que esta Câmara se revista também de poderes que ao longo do tempo lhes foram usurpados e transferidos para o Senado Federal.



O Sr. Relator Bernardo Cabral, no Substitutivo nº 2, deixa, privativamente, no art. 61, ao Senado da República as seguintes competências: aprovar previamente a escolha de magistrados, de 1/3 dos Ministros dos Tribunais de Contas, dos Governadores de Territórios, dos presidentes e diretores do Banco Central e do Procurador-Geral da República; aprovar previamente a escolha de chefes de missão diplomática de caráter permanente, os embaixadores; autorizar operações externas de natureza financeira de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; fixar limites globais para o montante da dívida consolidada da União, dos Estados e dos Municípios; e, por fim, dispor sobre os limites globais e condições de operações de crédito externas e internas da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, das autarquias e demais entidades.

Vejam V. Ex.<sup>as</sup> a soma de poderes que se deposita sobre o Senado Federal. A Câmara dos Deputados está alheia, afastada de qualquer possibilidade de atuar em relação a pontos tão fundamentais quanto esses. Cabe à Câmara dos Deputados a indicação dos ministros, a aprovação do conselho de ministros, mas não lhe cabe a de presidente ou diretor do Banco Central, que vai, na verdade administrar toda a moeda e as finanças nacionais. A Câmara não será ouvida. Não quero criar um **capitis diminutio** para o Senado, mas é preciso que se dê também aos Deputados participação e poderes em atos tão fundamentais para a existência e a administração nacional. Por isso, peço que esses atos hoje privativos do Senado Federal passem a ser praticados pelo Congresso Nacional. Assim, o Congresso Nacional teria a incumbência da relação que tive oportunidade de ler e que consta do elenco de medidas que o art. 61 preconiza.

Portanto, peço que as atribuições hoje do Senado Federal passem a ser exercidos pelo Congresso Nacional. Os Deputados têm de participar da aprovação dos embaixadores, do limite de crédito externo para os Municípios, para os Estados e para a União, das operações de crédito também dos Municípios, do Estado, da União e das autarquias, enfim, daquilo que é essencial à vida brasileira. Se nós, Deputados e Senadores, somos iguais, é preciso que também o sejam em relação às atribuições e aos poderes a serem exercidos. Que não se extinga o Senado Federal – é o que esta Comissão já decidiu. Mas que se dê ao Senado atribuições equivalentes às da Câmara, ou seja, se transpasse do Senado para o Congresso Nacional esses poderes e essas atribuições. É o que peço através da minha emenda. Aprovando-a, estaremos estendendo aos Srs. Deputados ao Congresso Nacional os poderes que hoje, privativa e odiosamente, repousam apenas nas mãos do Senado Federal.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Para encaminhar contra, concedo a palavra ao nobre Constituinte Nelson Carneiro.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, se a emenda do futuro Senador Gastone Righi for aprovada, o integrante do Senado Federal terá apenas um mandato de oito anos e o direito de receber os subsídios em casa. Se tirarmos as atribuições do Senado, o que vai fazer o Senador?

Evidentemente, a emenda do Constituinte Gastone Righi teria razão de ser em um regime unicameral, mas, no regime bicameral, não é possível que um órgão integrado por setenta e dois Senadores fique sem função. A alegação de que, no parlamentarismo, o Senado tem um papel secundário não procede, porque aí se vai agravar a responsabilidade da Câmara, que terá muito mais o que fazer no sistema parlamentar do que no sistema presidencial. Ela irá aprovar ou não os Ministros e votar as moções de censura. Todos os Ministros terão de comparecer às comissões da Câmara para prestar informações. Portanto, seja no sistema presidencialista, seja no siste-

ma parlamentarista, a responsabilidade da Câmara será aumentada.

Não há porque se despir o Senado das suas atribuições tradicionais. Nós, que chegamos ao Senado, achamos que todos os que ainda não chegaram àquela Casa, talvez por falta de idade, já que a maioria dos membros desta Casa é jovem, terão um dia a possibilidade de lá chegar e verificarão que essas atribuições são indispensáveis à vida daquela instituição. Isso não ocorre só no Brasil, mas em todos os países do mundo.

Assim, espero que a Comissão de Sistematização, exercitando o alto critério com que tem examinado todas as proposições, rejeite a emenda do nobre Constituinte Gastone Righi, para que possamos continuar os nossos trabalhos.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Para encaminhar a favor, tem a palavra o Constituinte Francisco Benjamim.

**O SR. CONSTITUINTE FRANCISCO BENJAMIM:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a emenda do Constituinte Gastone Righi visa a dar aos representantes da Câmara dos Deputados, aos Srs. Deputados, a participação em temas fundamentais da vida nacional. Eu diria somente que é inadmissível que a política externa brasileira ou mesmo a aprovação dos representantes diplomáticos brasileiros fique exclusivamente sob a competência de uma das Casas do Congresso Nacional. O que se pretende é que essa competência seja concomitantemente das duas Casas do Congresso Nacional, porque, Sr. Presidente, o fórum ativo hoje da política externa brasileira é a Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados. Enquanto os temas da política externa são hoje trazidos ao debate na Câmara dos Deputados, vemo-nos, na maioria das vezes, sem forças para poder atuar no processo de definição dos rumos dessa política, porque ela fica, dentro dos limites constitucionais, sob a alçada exclusiva do Senado Federal.

Não se quer excluir o Senado. Pelo contrário, o que se quer é dar ao Deputado a oportunidade de participar da formulação, da crítica e, portanto, da efetiva condução da política externa do nosso País.

Esse é um tema tão importante que não teria dúvida em dizer aos Srs. Constituintes que a emenda, se analisarmos a abrangência com que ela se colocou, por si só se justifica, porque não pode ser privilégio de uma das Casas a formulação de posições como, por exemplo, a aprovação do nome do Procurador-Geral da República e também de Governadores. Há que levar para uma comissão mista de Senadores e Deputados toda essa competência que está aqui definida como exclusiva do Senado Federal.

O que se quer não é desgastar a Casa Maior, pela qual temos tanto respeito e apreço. O que se quer é evitar que a Câmara dos Deputados fique novamente, como tem acontecido, à mercê dos processos e das definições importantes da vida nacional. Temos o poder de discussão, mas não temos o de deliberação sobre a política externa. Só para exemplificar, gostaria de dizer que os dois últimos chanceleres foram levar a sua política externa, a sua plataforma de trabalho à Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados, e o grande Presidente Tancredo Neves escolheu esse órgão para ali fazer a formulação da sua política externa.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Para encaminhar contra, tem a palavra o Constituinte José Jorge.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ JORGE:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a emenda do Constituinte Gastone Righi traz novamente a esta Casa a discussão do sistema unicameral ou bicameral. Efetivamente, o regime parlamentarista é o que está proposto no Substitutivo II do Relator Bernardo Cabral.

Se retirarmos do Senado as atribuições sugeridas pelo nobre Constituinte Gastone Righi, essa instituição não terá nenhuma função a exercer, e o melhor, então, será que passemos logo para o sistema unicameral.

Gostaria de dizer também, quanto ao encaminhamento do nobre Constituinte Francisco Benjamim, que efetivamente no art. 55 do Substitutivo do nobre Constituinte Bernardo Cabral está dito que “é da competência exclusiva do Congresso Nacional aprovar ou não tratados, convenções e acordos internacionais celebrados pelo Presidente da República ou atos que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional”.

Portanto, pelo Substitutivo, a política externa do País, que está definida por tratados e acordos, não será aprovada somente pelo Senado Federal, mas pelo Congresso Nacional. Para o Senado Federal ficou apenas a aprovação dos nomes dos embaixadores. Ora, apreciar isso não é aprovar a política externa do País.

Portanto, solicito a V. Ex.<sup>as</sup> que votem contra a emenda do nobre Constituinte Gastone Righi, porque desta forma estaremos exatamente passando ao sistema bicameral, que já aprovamos anteriormente.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Com a palavra o Relator José Fogaça.

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, na verdade, quem leu o Título IV, o conjunto de toda a formulação da organização dos poderes, percebeu que, não só no capítulo relativo ao Poder Legislativo, mas também no que se refere ao Poder Executivo, o Senado Federal sofreu redução drástica das suas competências e atribuições. O papel do Senado Federal ficou altamente reduzido. Basta que leiamos a Seção I do Capítulo III que trata “Da formação do Governo” para percebermos que a Câmara dos Deputados, como representante do povo brasileiro, como expressão das suas maiorias, é que terá a competência exclusiva para escolher governos, erigir governos, derrubar governos e refazer governos. O Senado da República ficou excluído da seção “Da formação do Governo”. Conseqüentemente, o Senado Federal perdeu inclusive o papel de foro para as grandes decisões políticas nacionais.

O que coube ao Senado Federal no texto? Aquelas competências e atribuições que exigem exatamente o equilíbrio federativo, a igualdade de condições entre os Estados maiores e menores, as contas externas. Não são as maiorias que estabelecem o grau de endividamento, mas os Estados, no seu conjunto, equilibrados pela representação igualitária da Câmara Alta. O endividamento dos Estados e a consolidação da dívida dos Estados. Se isto ficasse na dependência da Câmara, haveria uma prevalência funesta dos grandes Estados em seu favor e em desfavor dos pequenos. A concessão de garantias em operações de crédito, externas e internas, mais um fator que exige o equilíbrio do sistema federativo, só se expressa no Senado da República e não na Câmara.

Eis por que essas competências estabelecidas nos itens V, VI, VII e VIII do art. 61 devem permanecer com o Senado, uma vez que esta Comissão já decidiu, também, pelo sistema bicameral.

Nesse sentido, a Relatoria se manifesta contrária à emenda, opinando pela sua rejeição.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Em votação.

#### (Procede-se à votação)

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FOGAÇA:** – Sr. Presidente, tendo registrado voto “não”, o painel marcou “sim”. Apenas para constar dos Anais da Assembléia Nacional Constituinte, depois de toda a argumentação que consumiu a energia deste Relator-Adjunto, gostaria de registrar meu voto “não”.

#### (Prossegue a votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Ademir Andrade, Aluizio Campos, Carlos Mosconi, José Fogaça, Nilton Friedrich, Paulo Ramos, Sigmaringa Seixas, Uldurico Pinto, Vilson Souza, Michel Temer, Edme Tavares, Eraldo Tinoco, Francisco Benjamim, Brandão Monteiro, José Maurício, Lysâneas Maciel, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Haroldo Lima e Roberto Freire. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Alfredo Campos, Antônio Britto, Artur da Távola, Carlos Sant’Anna, Celso Dourado, Cristina Tavares, Egídio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Lyra, Haroldo Sabóia, João Calmon, José Paulo Bisol, José Richa, José Serra, Mário Lima, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nilson Gibson, Oswaldo Lima Filho, Pimenta da Veiga, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Rodrigues Palma, Severo Gomes, Theodoro Mendes, Virgildásio de Senna, Israel Pinheiro, Marcos Lima, Octávio Elísio, Délio Braz, José Costa, João Natal, Rose de Freitas, Chagas Rodrigues, João Agripino, Antonio Mariz, Jorge Hage, Alcení Guerra, Aloysio Chaves, Antonio Carlos Mendes Thame, Arnaldo Prieto, Carlos Chiarelli, José Jorge, José Lins, José Thomaz Nonô, Luís Eduardo, Marcondes Gadelha, Mário Assad, Oscar Corrêa, Paulo Pimentel, Sandra Cavalcanti, Enoc Vieira, José Tinoco, Jonas Pinheiro, Paes Landim, Simão Sessim, João Menezes, Darcy Pozza, Gerson Peres, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia, Virgílio Távora, Bonifácio de Andrada, Adolfo Oliveira, José Maria Eymael, Jamil Haddad e Antonio Farias.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 23 Constituintes; votaram NÃO 69 Constituintes. Total: 92 votos. O Destaque foi rejeitado.

**Destaque nº 007723-87, do Sr. José Maria Eymael, “que suprime no art. 57, Parágrafo único, a expressão “por intermédio do Presidente da República”, do Substitutivo nº 2.” (296ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Requerimento de preferência para o Destaque nº 7723, relativo ao art. 57, Parágrafo único, do Constituinte José Maria Eymael.

Os que estão de acordo com a preferência, permaneçam como se encontram. **(Pausa)**

Aprovada a preferência.

Passa-se à votação do Destaque nº 7724, do Constituinte José Maria Eymael, que pretende suprimir a expressão “por intermédio do Presidente da República”, do art. 57, Parágrafo único.

Tem a palavra S. EX.<sup>a</sup>

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ MARIA EYMAEL:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, não é nossa intenção antecipar a polêmica sobre o regime de governo, se presidencialista ou parlamentarista, mas não podemos encaminhar ao Plenário da Assembléia Nacional Constituinte um texto que seja contraditório em si mesmo. Toda a construção do Relatório do ilustre Constituinte Bernardo Cabral está deitado no berço do regime parlamentarista. Encontramos nesse Parágrafo único, do art. 57, uma disposição que não se coaduna com todo o espírito do processo.

Portanto, Sr. Presidente, sem que isto venha a representar uma votação preliminar sobre regime de governo, precisamos, no nosso entendimento, compatibilizar o texto, para que ele prossiga de forma harmônica. Não podemos permitir que nele permaneça uma contradição, porque, à luz de todo o substitutivo, não se pode entender que, se em determinado lugar fala-se em Primeiro-Ministro, venham aqui dizer que a Mesa da Câmara ou do Senado terá que pedir informações aos Ministros através

do Presidente da República. Portanto, Sr. Presidente, Sr. Relator, repetindo, sem querer que com isso se antecipe uma discussão sobre parlamentarismo ou presidencialismo, julgamos de todo conveniente que seja sanada essa irregularidade e compatibilizado o texto. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Concedo a palavra ao Sr. Relator.

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – Sr. Presidente, a emenda do nobre Constituinte José Maria Eymael obedece à lógica interna do texto. (Palmas.) Se for aprovado o sistema de governo, conforme previsto no texto ou conforme emendas que estão propostas, é evidente que S. Ex.<sup>a</sup> tem razão.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Não sei se é extensivo ao Presidente, talvez seja, mas em experiência passada como Ministro, quando se fazia um pedido de informação, fazia-se direto pelo Primeiro-Secretário de ambas as Casas ao Ministro correspondente. Ganhava-se tempo. Durante certo governo do chamado regime militar passou a ser filtrado pelo Presidente da República e, em consequência, nunca mais tivemos resposta.

Em votação o destaque do Constituinte José Maria Eymael, com relação ao art. 57, parágrafo único, que diz:

"As Mesas da Câmara Federal e do Senado da República poderão encaminhar, por intermédio do Presidente da República, pedidos escritos de informação aos Ministros de Estado, que deverão ser respondidos no prazo de trinta dias, respondendo o titular, sob pena de responsabilidade, pela recusa ou informações falsas."

S. Ex.<sup>a</sup> manda retirar a expressão que se refere à intermediação.

Passa-se à votação.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Alfredo Campos, Aluizio Campos, Artur da Távola, Carlos Mosconi, Cristina Tavares, Egídio Ferreira Lima; Fernando Bezerra Coelho, Fernando Lyra, Haroldo Sabóia, João Calmon, João Herrmann Neto, José Fogaça, José Geraldo, José Paulo Bisol, José Richa, José Serra, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nelson Friedrich, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Raimundo Bezerra, Rodrigues Palma, Severo Gomes, Sigmaringa Seixas, Israel Pinheiro, Marcos Lima, Octávio Elísio, Délio Braz, José Costa, João Natal, Rose de Freitas, Uldurico Pinto, Vilson Souza, Chagas Rodrigues, Daso Coimbra, Michel Temer, João Agripino, Antonio Mariz, Roberto Brant, Jorge Hage, Aécio Neves, Afonso Arinos, Alcení Guerra, Aloysio Chaves, Arnaldo Prieto, Carlos Chiarelli, Christóvam Chiaradia, Edme Tavares, Eraldo Tinoco, Francisco Benjamim, José Jorge, José Lins, José Thomaz Nonô, Marcondes Gadelha, Mário Assad, Oscar Corrêa, Paulo Pimentel, Sandra Cavalcanti, Enoc Vieira, Jonas Pinheiro, Simão Sessim, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia, Virgílio Távora, Adylson Motta, José Maurício, Lysâneas Maciel, Bocayuva Cunha, Francisco Rossi, Joaquim Bevilacqua, Plínio Arruda Sampaio, José Genoíno, José Maria Eymael, Haroldo Lima, Roberto Freire, Jamil Haddad e Antonio Farias. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Milton Reis, Nilson Gibson, Renato Vianna, Theodoro Mendes, Luís Eduardo, Osvaldo Coelho, Ricardo Fiúza, Paes Landim. **ABSTENÇÃO** do Senhor Constituinte Adolfo Oliveira.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 83 Constituintes; votaram NÃO 8 Constituintes; absteve-se de votar 1 Constituinte. Total: 92 votos. O destaque foi **aprovado**.

**Destaque nº 4021-87 – EMENDA nº ES-22749-1, do Sr. José Jorge, "que modifica o art. 83 "caput", inciso III, alínea "d", do Substitutivo nº 1 (art. 61, inciso III, alínea "d"))". (297ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Passamos agora à votação do requerimento de preferência, assinado pelo Líder José Lourenço e demais líderes presentes, para o Destaque nº 4021, referente à Emenda nº 22749.

Em votação. (Pausa)

Aprovado

Passamos ao Destaque nº 4021, que correspondia, na folha de hoje de amanhã, ao nº 17 – o Constituinte Oscar Corrêa pediu-me ainda há pouco que fizesse a correlação.

Concedo a palavra ao Constituinte José Jorge, autor do destaque.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ JORGE:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o destaque que estamos discutindo

trata de assunto muito importante, pois refere-se às Casas legislativas, tanto a Câmara dos Deputados quanto o Senado Federal. A emenda a ele referente pretende modificar o art. 59 do 2º substitutivo do Relator Bernardo Cabral, que diz o seguinte:

"Salvo disposição constitucional em contrário, as deliberações de cada Casa e de suas comissões serão tomadas por maioria de votos, presente a maioria de seus membros."

Portanto, diz respeito à questão do **quorum**, assunto bastante discutido na Subcomissão do Poder Legislativo, da qual fui relator, e na Comissão da Organização dos Poderes e Sistema de Governo, da qual foi Relator o eminente Constituinte Egídio Ferreira Lima. A solicitação que estamos apresentando foi aprovada tanto na Subcomissão quanto na Comissão Temática, e agora a trazemos aqui para ser votada na Comissão de Sistematização.

Nossa emenda é baseada em diversas sugestões apresentadas por vários Constituintes, desde o início do processo de elaboração da Constituição nas Subcomissões. Gostaria de destacar o Constituinte Oswaldo Lima Filho, de Pernambuco, que apresentou sugestão nesse sentido, inclusive um destaque semelhante a este, que evidente-mente também será votado agora, já que os dois são iguais.

A idéia é diminuir o **quorum**, porque durante as discussões nas Comissões e Subcomissões se chegou à conclusão de que a ausência de Constituintes no plenário e nas Comissões, é motivada pelo elevado número que se exige para deliberação. Como sabemos que não haverá **quorum**, ninguém vai ao plenário nem às Comissões. No momento em que for exigido um **quorum** mais baixo...

**O SR. CONSTITUINTE ERALDO TINOCO:** – Sr. Presidente, pela ordem.

Salvo melhor juízo, a emenda anunciada por V. Ex.<sup>a</sup> foi a de nº 22749, que se refere a outra matéria.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ JORGE:** – É a referente ao art. 59?

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Aceitei a interrupção de V. Ex.<sup>a</sup>, nobre Constituinte Eraldo Tinoco, apesar de ser anti-regimental – pois há um orador na tribuna – porque, de fato, o orador está discutindo emenda que não é a que está sendo submetida à votação. Então, peço para reconsiderar.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ JORGE:** – Sr. Presidente, tenho destaque incluído na relação das preferências solicitadas pelas lideranças referente ao art. 59. Já

fui quatro vezes à Mesa e falei com três presidentes e dois assessores, e ela continua em cima da mesa para ser votada.

Esta outra emenda refere-se ao art. 61. Então, a emenda alusiva ao art. 59 já deveria ter sido votada. Por isso é que estou encaminhando a sua votação.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Acontece que o destaque aqui apresentado refere-se à Emenda nº 22749 que não é a que V. Ex.<sup>a</sup> está discutindo no momento. Ela está na planilha.

Emenda nº 22749, modificativa do art. 61, item III, letra **d**, que diz o seguinte:

"Compete privativamente ao Senado da República..."

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ JORGE:** – Sr. Presidente, sei de que se trata. Encaminho agora a votação desta, e depois resolveremos a questão da outra.

Peço desculpas aos companheiros, mas na realidade deveria ter sido votada primeiramente a emenda referente a artigo de número mais baixo.

**O SR. CONSTITUINTE BOCAYUVA CUNHA:** – Nobre Constituinte José Jorge, isso não tira o mérito da defesa.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ JORGE:** – Muito obrigado a V. Ex.<sup>a</sup>

Este novo destaque é referente ao art. 61, item **d**. É um destaque mais simples, inclusive menos polêmico do que o destaque do **quorum**. Vou tentar ser mais rápido para compensar o tempo que perdemos com o engano da emenda. O item III do art. 61, na competência privativa do Senado Federal, diz o seguinte:

"Aprovar previamente, por voto secreto, após arguição em sessão pública, a escolha dos titulares dos membros dos seguintes cargos, além do cargo que a lei determinar:

**d)** do presidente e dos diretores do Banco Central do Brasil, e deliberar sobre sua exoneração."

Na realidade, atualmente o Presidente do Banco Central do Brasil é nomeado unicamente pelo Executivo. Então, desde a fase inicial na Comissão de Organização dos Poderes incluiu-se como atribuição do Legislativo, através do Senado Federal, a aprovação do Presidente do Banco Central e dos seus diretores. E isso vem sendo mantido em todos os relatórios. Só que agora, no Cabral II incluiu-se a expressão: "deliberar sobre sua exoneração". O destaque pretende retirar esta expressão "deliberar sobre sua exoneração" porque acreditamos que já sendo o Presidente do Banco Central aprovado pelo Legislativo, não sendo o Banco Central um órgão do Legislativo, mas do Executivo, não há por que deliberarmos sobre a sua exoneração, mas somente aprovar o novo nome que vier a ser indicado.

Por outro lado, mantida esta parte do Cabral II, em determinado momento poderia o Presidente da República exonerar o Presidente do Banco Central e o Legislativo não aceitar essa exoneração. Estar-se-ia criado um problema que não interessa a ninguém. No momento em que o Congresso, através do Senado Federal, aprovar o Presidente do Banco Central, daremos um avanço em relação não só à liberdade que se quer para o Banco Central – esse é um desejo dos economistas que consideram que a liberdade do Banco Central, como existe em outros países, é fundamental para a política econômica – como, também, se dá a possibilidade de maior estabilidade nesse cargo, porque hoje, somente neste período do Governo da Nova República, tivemos diversos presidentes do Banco Central.

Por isso solicito a V. Ex.<sup>a</sup> apoio para este destaque, que coloca as coisas no seu devido lugar: o Legislativo aprova a escolha do Presidente do Banco Central e o Executivo, no momento em que interessar ao País, poderá exonerá-lo, sendo que o Senado Federal terá que aprovar um novo nome.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Para encaminhar favoravelmente, o Constituinte Oswaldo Lima Filho. S. Ex.<sup>a</sup> desistiu.

O Relator Bernardo Cabral é favorável à emenda supressiva do Constituinte José Jorge.

Creio que os Srs. Constituintes estão devidamente instruídos para votar. Alguns Constituintes estão pedindo aos seus companheiros um pouco mais de silêncio no plenário, para que possamos ser instruídos a respeito do que estão votando.

A Emenda do Constituinte José Jorge é de nº 22749. Ela suprime na letra **d** a expressão "e até exoneração". A letra **d** original é esta:

"No que compete privativamente ao Senado da República: item III – Aprovar previamente, por voto secreto, após arguição em sessão pública (...) do presidente e dos diretores do Banco Central do Brasil e deliberar sobre a sua exoneração."

S. Ex.<sup>a</sup> pede, em sua emenda, que se elimine essa possibilidade da exoneração. Esse é o objetivo da emenda. Quem votar com a emenda retira da competência privativa do Senado a deliberação sobre a exoneração do Presidente do Banco Central. Quem votar contra a emenda acompanha o texto do Relator, que mantém a deliberação sobre a exoneração. Queiram tomar seus lugares. Queria acrescentar que o Relator deu parecer favorável à emenda.

Em votação.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Faltosa, Aluizio Campos, Antônio Britto, Artur da Távola, Carlos Sant'Anna, Celso Dourado, Egídio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Gasparian, Haroldo Sabóia, João Calmon, João Herrmann Neto, José Fogaça, José Geraldo, José Paulo Bisol, José Richa, José Serra, José Ulisses de Oliveira, Mário Lima, Milton Reis, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nelson Friedrich, Oswaldo Lima Filho, Pimenta da Veiga, Raimundo Bezerra, Rodrigues Palma, Severo Gomes, Sigmaringa Seixas, Theodoro Mendes, Israel Pinheiro, Marcos Lima, Octávio Elísio, Délio Braz, João Natal, Uldurico Pinto, Chagas Rodrigues, Daso Coimbra, João Agripino, Roberto Brant, Vicente Bogo, Alcení Guerra, Arnaldo Prieto, Carlos Chiarelli, Christóvam Chiaradia, Edme Tavares, Eraldo Tinoco, Francisco Benjamim, José Jorge, José Lins, José Thomaz Nonô, Luís Eduardo, Oscar Corrêa, Osvaldo Coelho, Paulo Pimentel, Ricardo Fiúza, Sandra Cavalcanti, Enoc Vieira, José Tinoco, Antônio Carlos Konde Reis, Darcy Pozza, Gerson Pares, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia, Virgílio Távora, José Maurício, Bocayuva Cunha, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Plínio Arruda Sampaio, José Genoíno, Adolfo Oliveira, José Maria Eymael, Haroldo Lima e Roberto Freire. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Ademir Andrada, Carlos Mosconi, Cristina Tavares, José Ignácio Ferreira, Nilson Gibson, Paulo Ramos, Renato Vianna, Vilson Souza, Afonso Arinos, Lysâneas Maciel, Jamil Haddad e Antônio Farias.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram **SIM** 76 Constituintes;

votaram NÃO 12 Constituintes. Total: 88 votos. O Destaque foi **aprovado**.

**Destaque n.º 004023-87 – Emenda nº ES-22752-1, do Sr. José Jorge, "que modifica o art. 81, do Substitutivo nº 1 (art. 59, do Substitutivo nº 2)". (298ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Há sobre a mesa requerimento, cujo primeiro signatário é o Constituinte José Lins, acompanhado de assinaturas dos demais Líderes, de preferência para a votação do Destaque nº 4023, correspondente à Emenda nº 22752, referente ao Título IV do Capítulo I.

Em votação. **(Pausa)**

Aprovado.

Concedida a preferência, passamos ao destaque.

Em votação o Destaque nº 4023, requerido pelo Constituinte José Jorge, referente à Emenda nº 22752, correspondente ao art. 59 do 2º Substitutivo.

Concedo a palavra ao Constituinte José Jorge.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ JORGE:** – Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, este é o destaque que comecei a encaminhar anteriormente e que, por engano da Mesa, foi colocado em ordem inversa à que deveria ficar. Como eu havia começado a explicar, na Subcomissão do Poder Legislativo e na Comissão de Organização dos Poderes discutiu-se bastante o **quorum** nas Casas Legislativas. Esse foi um dos mais discutidos temas. Inclusive, naquela fase de encaminhamento de sugestões ou de emendas aos anteprojeto, diversos Parlamentares, dentre os quais citaria o Constituinte Oswaldo Lima Filho, fizeram encaminhamento de emendas referentes a esse assunto. Com isso, na Comissão e na Subcomissão, encontramos uma solução, com base numa emenda do Constituinte Fernando Henrique Cardoso. Nossa emenda diz o seguinte:

"Salvo disposição constitucional em contrário, as deliberações de cada Casa e de suas Comissões serão tomadas por maioria dos votos presentes, desde que esta maioria não seja inferior a um quinto do total dos seus membros."

Portanto, as deliberações deveriam ter um quinto ou 20% dos votos favoráveis, para serem aprovadas. Atualmente, para serem aprovadas, devem ter 25% de votos favoráveis. Como o **quorum** mínimo é de 50%, elas devem ter metade de cinquenta, ou seja, vinte e cinco. A emenda diminui para 20% do **quorum** favorável, exatamente com a ideia de que a agilização dos trabalhos legislativos é fundamental para as novas atribuições que teremos, a partir da nova Constituição.

Temos hoje um Legislativo que não legisla. Mais de duzentos decretos-leis ainda não foram aprovados. Temos um Legislativo que não exerce suas funções. É por isso que esse **quorum** ainda permite que ele funcione. Na verdade, o funcionamento do Legislativo é prejudicado pela ausência de Parlamentares, o que muitas vezes, prejudica o trabalho daqueles Parlamentares efetivamente interessados em que se decidam esses temas. Na Comissão de Organização dos Poderes e Sistema de Governo, chegou-se à conclusão de que uma das melhores maneiras de fazer com que houvesse presença efetiva dos Parlamentares seria exatamente através da diminuição do **quorum**, porque só assim os Parlamentares, tendo medo de que aquelas fossem aprovadas, estariam presentes na Comissão.

Constituinte Oswaldo Lima Filho, que encaminhará depois de mim e que tem um destaque igual a este, na sua justificativa, comparou o **quorum** do Congresso brasileiro com o de todos os Congressos dos países mais importantes do mundo, mostrando que todos eles têm um

**quorum** inferior até mesmo ao que estamos propondo nesta emenda.

Em nossa emenda, baixamos o **quorum** de 25 para 20% dos votos favoráveis, porque achamos que assim agilizaremos o trabalho do Poder Legislativo.

Por outro lado, uma das filosofias que norteou este capítulo que trata do Legislativo foi no sentido de, ao mesmo tempo em que concedemos novas atribuições ao Legislativo, descentralizá-lo através das Comissões e de um **quorum** que permita a presença efetiva dos Parlamentares no Congresso.

Espero que V. Ex.<sup>a</sup> reconheçam que todos nós nesta Casa somos conservadores em relação às mudanças. Em todos os pontos em que o Relatório mudou as atribuições do Legislativo, houve uma série de emendas, no sentido de que ele continue como é atualmente. A tendência é de sermos conservadores em relação a este assunto. Mas acredito que estaremos dando contribuição efetiva à dinamização do Legislativo se estabelecermos um **quorum** que possa garantir a presença dos Parlamentares nesta Casa.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Antes de conceder a palavra aos oradores inscritos, há de se registrar um fato: o nobre Constituinte Oswaldo Lima Filho apresentou emenda com a mesma redação e fez o pedido de preferência utilizando-se do que lhe faculta a norma, quando o correspondente a 10% dos Constituintes assinam em vez dos Líderes. A Mesa deu preferência ao Constituinte José Jorge, cuja emenda vinha com pedido de preferência assinado por todos os Líderes, o que significa que não há prejuízo na duplicidade da apresentação das emendas, que são iguais, **ipsis litteris**.

Tem a palavra, para encaminhar contra, o Constituinte Adylson Motta.

**O SR. CONSTITUINTE ADYLSON MOTTA:** – Sr. Presidente, em breves palavras manifesto-me contrariamente ao pretendido nessa emenda.

Acredito que uma das imagens mais negativas que o Parlamento brasileiro tem apresentado, e inclusive tem sido explorada nacionalmente, é a do plenário vazio. Ainda não conseguimos reunir dez Congressistas para vetar as matérias no Congresso Nacional. Para dar a V. Ex.<sup>as</sup> um exemplo, não conseguimos votar, neste ano, uma mensagem presidencial em reunião do Congresso Nacional.

Parece-me, Sr. Presidente, que temos de fazer o contrário: estipular algumas medidas que tornem mais atraente o trabalho do plenário, porque, acolhendo esta emenda proposta, estaremos oficializando a negligência, a irresponsabilidade e a ausência do Parlamentar no trabalho de plenário, o mais importante das Casas Legislativas, porque aqui se inicia o processo como também é a última instância das decisões.

Quero dizer a V. Ex.<sup>a</sup> que podemos recorrer a outro expediente. Talvez, por meio de decisões internas da Casa, possamos até reduzir o número de sessões da Câmara e do Congresso. Ao invés de termos reuniões diariamente, que se façam reuniões duas ou três vezes por semana. Mas que se exija, para funcionamento e decisões em plenário, no mínimo a maioria absoluta. Então, as decisões comuns seriam tomadas por maioria simples, desde que assegurado o **quorum** de maioria absoluta.

Queria encaminhar contrariamente porque, se aprovarmos esta emenda, liquidaremos com o que ainda resta do plenário do Congresso Nacional e das Câmaras Legislativas. Muito obrigado. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Para encaminhar a favor da emenda, que é similar à sua, tem a palavra o nobre Constituinte Oswaldo Lima Filho.

**O SR. CONSTITUINTE OSWALDO LIMA FILHO:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, lamentavelmente, as

observações do nobre Deputado Adylson Motta não encontram respaldo no estudo, no exame e na apreciação do funcionamento dos Paramentos em todo o mundo. **(Muito bem!)**

Esta emenda resultou de uma sugestão feita por mim à Comissão do Poder Legislativo, onde foi acolhida pelo ilustre Presidente Bocayuva Cunha, que se debruçou sobre o assunto e a adotou, e pelo nobre Relator José Jorge, que também, minuciosamente, estudou a matéria e a incluiu no seu parecer. Ela resulta de um estudo antigo feito por mim desde que cheguei ao Congresso Nacional, quando fui buscar nos comentaristas o funcionamento dos Paramentos e a razão do **quorum**. O que me levou a defender sempre o **quorum** baixo foi a lição do mestre do Parlamento brasileiro: Rui Barbosa. Rui Barbosa dizia que na Inglaterra o **quorum**, o número de representantes necessários à Assembléia para deliberar, foi sempre extremamente exíguo. Sob Cromwell, no século XVII, a Câmara dos Comuns, com **360** Deputados, inclusive da Escócia e Irlanda, funcionava com 60. Diz Erskine May:

"The upper house may proceed with business, if only three lords are present."

A Câmara dos Lordes, dizia Bryce, funciona com 2 membros e a Câmara dos Comuns, cujo **quorum** é de 40 Deputados, é uma Câmara eletiva com 760 Deputados. Basta-lhe, para funcionar, a assistência de 40 Deputados.

Em 1801, tentou-se elevar esse ínfimo limite a 60 Deputados, mas o alvitre não prevaleceu, subsistindo até hoje o mínimo já instituído antes da Revolução de 1640 e depois dela restabelecido. A regra é de 40 Deputados presentes, o que representa a décima sétima parte da Casa.

Ora, Srs. Constituintes, não há entre os Paramentos – e a Câmara dos Comuns é chamada de a "mãe dos Paramentos", como dizia Ruy Barbosa nesse comentário – nenhuma Casa que tenha mais alto respeito do que o próprio Parlamento inglês.

Ao contrário do que imagina o nobre Constituinte Adylson Motta – e a matéria é de grande importância e representa uma mudança fundamental – só o **quorum** baixo pode trazer os Deputados a plenário, porque o que ocorre freqüentemente é que os Deputados se ausentam porque sabem que, na sua ausência, nenhuma deliberação será tomada. Podem cuidar dos seus negócios, prazeres e lazer certos de que a Câmara dos Deputados ou o Senado Federal não tomará nenhuma deliberação. No dia em que souberem que haverá deliberação com ou sem presença, eles aqui estarão para influir no resultado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, a emenda, exatamente igual à do ilustre Constituinte José Jorge, diz:

"Salvo disposição constitucional em contrário, as deliberações de cada Casa e de suas Comissões serão tomadas por maioria de votos dos presentes, desde que esta maioria não seja inferior a um quinto do total dos seus membros."

Sr. Presidente, era o que tinha a dizer.

Durante o pronunciamento do Sr. Oswaldo Lima Filho, o Sr. Jarbas Passarinho, 3º -Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Aluizio Campos, 1º -Vice-Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Theodoro Mendes, para encaminhar contrariamente.

**O SR. CONSTITUINTE THEODORO MENDES:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, em que pese aos judiciosos argumentos expendidos desta tribuna pelos nobres Constituintes Oswaldo Lima Filho e José Jorge, pensar-se que a diminuição do **quorum** resolverá o problema da ausência de Parlamentares é uma falácia. Na realidade, não podemos admitir que apenas um quinto de parlamen-

ares – hoje cem – seja suficiente para deliberar. Serão apenas cinquenta e um parlamentares elaborando uma lei a ser obedecida por toda a sociedade. (Representará a vontade de apenas 10% dos parlamentares. A aprovação desta emenda viria, isto sim, obrigar a sociedade brasileira a obedecer a uma lei aprovada por uma reduzidíssima minoria. Na minha opinião a lei daí oriunda não representaria a vontade da maioria dos representantes do povo e permitiria que a minoria elitizasse a legislação, através de cinquenta e um dos seus parlamentares.

Não é possível de forma alguma argumentar-se que a ausência de parlamentares no plenário venha a ser modificada porque a minoria poderá deliberar. Acho que outros instrumentos deverão ser adotados para que os membros desta Casa aqui compareçam, com a presença da maioria absoluta dos seus membros, se possa deliberar por maioria simples.

A aprovação da proposta do nobre Constituinte José Jorge permitirá que, ao contrário do que foi argumentado, tenhamos, isto sim, não só a ausência ao plenário, como também a elaboração de legislação em completo desacordo com a representação que esta Casa deve ter com relação à sociedade brasileira. Por isso, encaminho contrariamente à emenda apresentada pelo Constituinte José Jorge.

Durante o pronunciamento do Sr. Theodoro Mendes, o **Sr. Aluizio Campos**, Primeiro-Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo **Sr. Jarbas Passarinho**, Terceiro-Vice-Presidente.

**O SR. CONSTITUINTE BOCAYUVA CUNHA:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem V. Ex.ª a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE BOCAYUVA CUNHA:** – Sr. Presidente, no encaminhamento contra do Constituinte Theodoro Mendes houve um erro de fato. S. Ex.ª encaminhou contra – e isso pode induzir o Plenário a um erro algo que absolutamente não está na emenda. O que a emenda diz – e é preciso que fique claro que não é o que o Constituinte acabou de afirmar ao Plenário – é que, salvo disposições constitucionais em contrário, as nossas deliberações serão tomadas por maioria dos votos presentes, desde que essa maioria não seja inferior a um quinto do total de seus membros. Portanto, não é o que o nobre Constituinte está dizendo. É preciso que haja 20% de votos favoráveis.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A intervenção de V. Ex.ª foi esclarecedora. Agradeço a V. Ex.ª

Pergunto se a Relatoria usará a palavra. **(Pausa)** Não a usando, vamos passar à votação.

#### **(Procede-se à votação)**

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Artur da Távola, Carlos Mosconi, Celso Dourado, Cristina Tavares, Egídio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Gasparian, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Lyra, Haroldo Sabóia, João Hermann Neto, José Fogaça, José Ignácio Ferreira, José Paulo Bisol, José Serra, Mário Lima, Milton Reis, Nelton Friedrich, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Severo Gomes, Sigmaringa Seixas, Virgildásio de Senna, Israel Pinheiro, Octávio Elísio, José Costa, João Natal, Uldorico Pinto, Vilson Souza, Chagas Rodrigues, Michel Temer, Antonio Mariz, Afonso Arinos, José Jorge, José Lins, José Thomaz Nonô, Mário Assad, Oswaldo Coelho, Enoc Vieira, José Tinoco, Valmir Campelo, Gilson Machado, José Maurício, Lysâneas Maciel, Bocayuva Cunha, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Plínio Arruda

Sampaio, José Genoíno, Adolfo Oliveira, José Maria Eymael, Haroldo Lima, Roberto Freire, Jamil Haddad. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Alfredo Campos, Antônio Britto, Carlos Sant'Anna, João Calmon, José Freire, José Geraldo, José Ulisses de Oliveira, Nelson Carneiro, Nilson Gibson, Rodrigues Palma, Theodoro Mendes, Délio Braz, Antonio Carlos Mendes Thame, Edme Tavares, Luís Eduardo, Oscar Corrêa, Ricardo Fiúza, Jofran Frejat, Paes Landim, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Gerson Pares, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia, Adylson Motta. **ABSTENÇÃO** do Senhor Constituinte Eraldo Tinoco.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 60 Constituintes; votaram NÃO 25 Constituintes; absteve-se de votar 01 Constituinte. Total: 86 votos. O Destaque foi aprovado.

**Destaque nº 006354-87, do Sr. Bonifácio de Andrada, "que suprime do art. 62 as palavras "salvo relação de delitos praticados anteriormente", do Substitutivo nº 2". (299ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Há sobre a mesa requerimento de preferência para votar o Destaque nº 6354.

Os Constituintes que estão de acordo permaneçam como se encontram. **(Pausa)**

Aprovado.

Trata-se de matéria apresentada pelo Constituinte Bonifácio de Andrada e que se refere ao art. 62, § 1º, do Substitutivo II, que diz o seguinte:

"Art. 62. Os Deputados e Senadores são invioláveis por suas opiniões, palavras e votos.

"§ 1º Desde a expedição do diploma, os membros do Congresso Nacional não poderão ser presos, salvo em flagrante de crime inafiançável, nem processados criminalmente, sem prévia licença de sua Casa, salvo em relação a delitos praticados anteriormente."

A proposta do Constituinte é excluir do texto este final: "Salvo em relação a delitos praticados anteriormente." Portanto, S. Ex.<sup>a</sup> quer admitir que os delitos praticados anteriormente também fiquem dentro das imunidades do Parlamentar.

Concedo a palavra ao nobre Constituinte Bonifácio de Andrada.

**O SR. CONSTITUINTE BONIFÁCIO DE ANDRADA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a matéria em discussão e que passará à votação parece-me de grande importância para a garantia do Deputado e do Senador no exercício do seu mandato. Vamos votar um tema ligado às imunidades parlamentares. O Substitutivo 1 do ilustre Constituinte Bernardo Cabral não tinha esse trecho referente à imunidade parlamentar em relação a crimes praticados anteriormente ao mandato. Agora o ilustre Relator colocou isso neste texto. Ficamos com o texto do chamado Cabral 1. Por quê? Porque o texto de Cabral 1, na definição das imunidades parlamentares, é o mesmo do Constituinte Egídio Ferreira Lima, que quando fez o seu relatório, colocou o princípio das imunidades parlamentares sem essa exceção. O Constituinte José Jorge, quando fez o seu trabalho na Subcomissão, também colocou a imunidade parlamentar sem essa exceção. Agora, tanto o Constituinte Egídio Ferreira Lima quando o Constituinte José Jorge estão de acordo com todas as Constituições brasileiras. As Constituições de 1891, 1934, 1946, e mesmo a de 1824, definem a imunidade parlamentar como uma garantia que o povo dá ao eleito, que a democracia dá ao eleito, **suspendendo**, durante o exercício do mandato, qualquer processo judicial.

Sr. Presidente, a doutrina democrática é muito lógica. No momento em que o povo, pela sua maioria, elege um representante para o Congresso Nacional, nesta hora o povo dá ao representante um **status** com garantias maiores para o exercício do mandato. Para o Deputado ou Senador ser processado, é preciso haver a licença da Câmara ou do Senado. Essa é a doutrina tradicional, essa é a doutrina democrática.

Queremos que saia desse artigo as palavras "salvo em relação a delitos praticados anteriormente, porque, se ficarem no conceito de imunidade, qualquer Deputado ou Senador, no exercício de sua atividade parlamentar, poderá ser surpreendido com um processo-crime, no qual nem a Câmara dos Deputados nem o Senado Federal irá dar autorização para que ele seja levado perante o pretório, perante o juiz.

Quer dizer, se mantivermos o texto com essas palavras que aí estão, estaremos enfraquecendo as nossas garantias, e qualquer um de nós, no exercício do mandato parlamentar, poderá ser processado, independentemente de autorização da nossa Casa legislativa. Isso enfraquece a nossa presença dentro do Congresso Nacional. Portanto, o Deputado ou Senador só pode ser processado com a autorização da sua Casa legislativa.

É lógico que, depois de terminar o mandato, ele pode ser processado. Depois de terminar o seu mandato, ele pode enfrentar o pretório criminal; mas durante o mandato ele precisa dessa garantia.

Sr. Presidente, contra a nossa tese, usará da palavra nesta ou naquela tribuna o brilhante Constituinte Pimenta da Veiga, filho de um dos mais importantes e ilustres criminalistas brasileiros, o Prof. Pimenta da Veiga, de grande memória em nosso Estado e que desapareceu jovem da vida pública de Minas Gerais. S. Ex.<sup>a</sup> traz, assim, uma inclinação para o Direito Criminal e suas palavras serão favoráveis à tese que está contida no Substitutivo 2, que me parece contrária às garantias constitucionais dos Deputados e Senadores.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Para encaminhar contra tem a palavra o nobre Constituinte citado, Pimenta da Veiga.

**O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, as referências elogiosas feitas pelo Constituinte Bonifácio de Andrada a mim e à minha família certamente não são decorrentes do receio que S. Ex.<sup>a</sup> tenha pelo que vou dizer, pelos argumentos que pretendo alinhar, mas são frutos, com toda a razão, da grandeza de seu espírito e da generosidade de sua figura.

Lamento estar em absoluta divergência com a tese exposta pelo eminente Constituinte Bonifácio de Andrada. Estamos discutindo neste artigo a mais importante prerrogativa parlamentar: a imunidade que não é nem do parlamentar, mas do Parlamento. Este instituto existe desde os primeiros tempos do Parlamento. Surgiu na Inglaterra para proteger os primeiros parlamentares ingleses que desejavam estabelecer leis fiscais contra a vontade da Coroa. Para resguardar a ação parlamentar era indispensável que eles estivessem protegidos em seus direitos de expressão, por palavra, opinião e voto, contra qualquer acusação feita no exercício do mandato.

O texto do Relator é absolutamente claro: protege o que deve ser protegido; protege a ação política do parlamentar, o seu mandato, desde a expedição do diploma. Não incorre no grande erro proposto aqui pelo nobre Constituinte Bonifácio de Andrada: não protege atos anteriores à expedição do diploma.

Este instituto deve ser colocado nos seus devidos termos para que não fique desmoralizado. A imunidade par-

lamentar é essencial, mas nem sempre é bem compreendida pelo cidadão comum. O que difere o cidadão do parlamentar é exatamente a imunidade. Temos o dever de muitas vezes, subir a esta tribuna para fazer denúncias que um cidadão comum não pode fazer, porque não tem imunidade. A imunidade nos garante a mais ampla ação política, mas nunca pode ser usada para encobrir crimes cometidos que não tenham inspiração política e, muito menos, crimes cometidos antes que o cidadão esteja investido na condição de parlamentar.

Se aprovássemos nesta Comissão a emenda proposta pelo Constituinte Bonifácio de Andrada, ao invés de elevar o Parlamento, estaríamos desmoralizando-o e, entre muitas outras hipóteses, permitindo que ocorresse um fato absolutamente desmoralizante para o Parlamento: estaríamos permitindo que alguém que houvesse cometido um crime e que estivesse sujeito a ser penalizado pelo tribunal procurasse conquistar o mandato parlamentar, sabe-se lá por que vias, para proteger-se deste crime, cometido antes da expedição do mandato.

Se queremos que o Parlamento brasileiro seja acatado e que este instituto seja bem compreendido e respeitado pelo povo brasileiro, não podemos, de modo algum, estendê-lo à data anterior à assunção do cidadão ao Parlamento.

Por isso, quero encarecer aos meus colegas Constituintes a necessidade de que votem contra essa emenda. Se a aprovarmos estaremos desmoralizando o Parlamento. Não estaremos trazendo nenhuma nova prerrogativa ao Parlamento, mas, ao contrário, contribuindo para sua desmoralização, com a redução de um atributo indispensável ao Parlamentar, a prerrogativa fundamental, que é exatamente a da imunidade. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Aluizio Campos, para encaminhar a favor.

**O SR. CONSTITUINTE ALUÍZIO CAMPOS:** – Sr. Presidente, Srs. membros da Comissão de Sistematização, a imunidade parlamentar é um instituto vinculado à legitimidade da representação. A emenda do nobre Constituinte Bonifácio de Andrada é inteiramente procedente, porque ressalva e evita a possibilidade de perseguições políticas de adversários contra quem praticou crimes anteriores à obtenção do mandato legislativo, à representação popular. Quem julga o comportamento anterior do representante do povo é o eleitorado. Se, apesar de ter praticado determinado crime, muitas vezes justificável perante a opinião pública, de acordo com as causas e as razões que o terão motivado, o povo o elege seu representante para a Câmara ou para o Senado, há um julgamento.

Então, não se justifica que, no exercício da representação popular, no desempenho do seu mandato, o representante do povo possa ter sua liberdade de ação restringida, em virtude de fatos que antecederam a eleição. O grande juiz do mandato popular é o eleitorado, este é que julga a conduta dos seus representantes anterior à eleição.

Um candidato de qualquer partido pode estar envolvido em um crime perfeitamente justificável perante a opinião pública, como o praticado em defesa, às vezes, de uma pequena instituição comunitária, de interesse de alguém desprotegido ou contra os poderosos que perseguem os mais fracos. Essa ação fica chancelada pela opinião do eleitorado que o elege seu representante à Câmara ou ao Senado. Então, politicamente não há razão alguma para se restaurar a vivência desse fato criminoso durante o exercício do mandato. O mandato deve ser plena e amplamente exercido com toda a sua liberdade, no máximo da sua extensão.

Para os casos indicados no texto – flagrante delito ou processo criminal que conclua pela responsabilidade do representante – aí, sim, já o princípio está previsto no seu texto. O § 1º do art. 82 restaura o princípio que foi estabelecido no art. 109, § 1º do projeto enviado ao plenário para a primeira discussão e recebimento da emenda.

Por esta razão, a Comissão de Sistematização deve apoiar consciente e legitimamente a emenda do Constituinte Bonifácio de Andrada.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Para encaminhar contra, concedo a palavra ao Constituinte Lysâneas Maciel.

**O SR. CONSTITUINTE LYSÂNEAS MACIEL:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, houve uma reunião na cidade do Rio de Janeiro, onde o crime organizado decidiu, entre outras coisas, que deveria tentar a eleição de diversos de seus integrantes para adquirir não apenas uma representação nesta Casa, mas também para obter uma imunidade não apenas uma representação nesta Casa, mas também para obter uma imunidade que não era bem parlamentar, mas criminal, a fim de que seus integrantes não fossem alcançados pela Justiça.

Se aprovarmos a emenda do ilustre Constituinte Bonifácio de Andrada, a esta altura dos acontecimentos vários desses contraventores declarados e em potencial serão estimulados a obter, através da compra – e eles têm poder econômico para isso – imunidade parlamentar para seus crimes. Ora, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, na verdade é isso o que se está pretendendo através dessa emenda, de maneira possivelmente inconsciente: possibilitar que principalmente os chamados criminosos de "colarinho branco" comprem mandatos parlamentares, a fim de ficarem fora do alcance da lei comum.

A legislação mais moderna permite que os eleitores questionem até as ações indevidas daqueles parlamentares que estão no exercício do seu mandato. Sugerimos o voto destituente, no sentido de que os eleitores pudessem questionar a permanência ou não, não apenas em épocas eleitorais, dos Deputados e Senadores que traíram seu mandato, que fizeram promessas eleitorais e não cumpriram, que abusaram do poder econômico, ou usaram da corrupção para se eleger.

Esta emenda dá uma proteção retroativa, que vai estimular o crime e a corrupção, a fim de que essas pessoas possam comprar os seus mandatos. O aperfeiçoamento do sistema democrático não vai aceitar esse tipo de posicionamento. Já há uma desconfiança justificada em relação aos atos dos nossos parlamentares. Imaginem se estendermos essa desconfiança sadia dos setores populares em relação aos benefícios, às mordomias, agora até a impunidade! Isto significará pura e simplesmente estabelecer um ar de integridade, sobretudo para os criminosos do "colarinho branco". Portanto, não podemos, de forma alguma, apoiar uma emenda que vai enfraquecer ainda mais, de maneira injustificada, a já frágil confiança que os eleitores têm nos Srs. e Sras. Parlamentares.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Com a palavra o Relator.

**SR. RELATOR (José Fogaça):** – Sr. Presidente, ilustres membros da Comissão de Sistematização, a Relatoria reconhece no nobre Constituinte Bonifácio de Andrada o liberal empedernido de grande tradição, homem dotado de inequívoco senso de honestidade e boa fé. Os aspectos positivos da emenda supressiva que S. Ex.<sup>a</sup> apresenta foram por ele evidenciados. No entanto, a relatoria pondera que esses aspectos positivos são superados pelos negativos, que, inclusive, poderiam permitir que o praticante de determinado delito, de determinado crime pudesse sair em busca de um mandato para sua autoproteção, para que o mandato fosse um biombo, um escudo



contra a Justiça. Nesse sentido e baseada na argumentação do Constituinte Lysâneas Maciel e do ilustre Constituinte, também mineiro, Pimenta da Veiga, a Relatoria é pela manutenção do texto e contrária à emenda supressiva.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Em votação.

**(Procede-se à votação)**

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Alfredo Campos, Aluizio Campos, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Gasparian, Fernando Lyra, Haroldo Sabóia, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Rodrigues Palma, Sigmaringa Seixas, Virgildásio de Senna, Israel Pinheiro, José Costa, João Natal, Chagas Rodrigues, Michel Temer, Antonio Mariz, Jorge Hage, Miro Teixeira, José Jorge, José Lins, José Santana de Vasconcellos, José Thomaz Nonô, Marcondes Gadelha, Paes Landim, Mozarildo Cavalcanti, Gerson Peres, Bonifácio de Andrada, Brandão Monteiro, José Maurício, Francisco Rossi, Gastone Righi, Plínio Arruda Sampaio, José Genoíno, José Maria Eymael, Haroldo Lima, Roberto Freire e Antonio Farias. Votaram **NÃO** os Senhores Constituintes: Ademir Andrade, Artur da Távola, Carlos Mosconi, Celso Dourado, Cristina Tavares, Egídio Ferreira Unia, João Calmon, João Herrmann Neto, José Fogaça, José Freire, José Geraldo, José Ignácio Ferreira, José Paulo Bisol, José Richa, José Serra, José Ulisses de Oliveira, Mário Lima, Milton Reis, Nelton Friedrich, Nilson Gibson, Pimenta da Veiga, Renato Vianna, Severo Gomes, Theodoro Mendes, Wilson Martins, Octávio Elísio, Uldurico Pinto, Vilson Souza, Aloysio Chaves, Antoniocarlos Mendes Thame, Arnaldo Prieto, Christóvam Chiaradia, Edme Tavares, Eraldo Tinoco, Luís Eduardo, Mário Assad, Oscar Corrêa, Ricardo Fiúza, Sandra Cavalcanti, Enoc Vieira, José Tinoco, Jofran Frejat, Valmir Campelo, Gilson Machado, Antônio Carlos Konder Reis, Jarbas Passarinho, Adylson Motta, Lysâneas Maciel, Joaquim Bevilacqua, Adolfo Oliveira e Jamil Haddad. **ABSTENÇÃO** do Senhor Constituinte José Luiz Maia.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 39 Constituintes; votaram NÃO 51 Srs. Constituintes; absteve-se de votar 1 Constituinte. Total: 91 votos. O Destaque foi **rejeitado**.

Peço a atenção da Casa, particularmente dos Srs. Deputados, para a comunicação que tenho a fazer, em nome do Presidente da Câmara dos Deputados e que conta com a assinatura dos líderes dos partidos na Câmara dos Deputados. É o seguinte o teor da mesma:

"Solicitamos a V. Ex.<sup>a</sup> seja mantida a sessão da Câmara marcada para hoje, às 22 horas, tendo em vista as inadiáveis matérias constantes da Ordem do Dia para votação."

A Câmara dos Deputados, então, realizará uma sessão às 22 horas de hoje.

**Destaque nº 004027-87 – Emenda nº ES-22757-2, do Ss. José Jorge, "que modifica o inciso I do art. 87, do Substitutivo nº 1" (art. 65, inciso I do Substitutivo nº 2". (300ª votação).**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Há sobre a mesa requerimento, nos termos regimentais, de preferência para a votação do Destaque nº 4027, com referência à Emenda nº 22757.

Em votação o requerimento. **(Pausa)** aprovado.

Passo, então, à votação do destaque objeto da preferência, de autoria do Constituinte José Jorge.

Tem S. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ JORGE:** – Sr. Presidente, para não cansar a Casa, pediria ao Constituinte José Thomaz Nonô que, em meu nome, encaminhasse a votação do destaque, já que o fiz diversas vezes.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra o Constituinte José Thomaz Nonô, que defenderá a Emenda nº 22757.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ THOMAZ NONÔ:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a emenda de autoria do nobre Constituinte José Jorge inova o dispositivo do Substitutivo, facultando ao Parlamentar ser investido, sem perda do seu mandato, na função de Chefe de Missão Diplomática e na de Secretário de Prefeituras das Capitais.

O nobre Constituinte José Jorge houve por bem inserir esses dois tópicos no texto oferecido pelo Substitutivo nº 2. Parece-me sobejamente amparada a intenção do nobre Constituinte. A chefia de missão diplomática, se bem que não-usual e não-rotineira, é função absolutamente compatível com a de político, e freqüentemente é até desejável seja exercida por Parlamentar experimentado. Não é da nossa tradição, pois costumeiramente enfrentavam-se resistências por parte do corpo profissional do Itamaraty, que sempre, de maneira direta ou indireta, fez sentir sua presença nesta Casa em outras experiências, em outros momentos constitucionais, obstaculizando esse avanço.

É conveniente ressaltar aqui que essa proposição foi aprovada tanto na Subcomissão como na Comissão Temática que trataram da questão. Na medida em que o Substitutivo estende a possibilidade de o Parlamentar ser Secretário de Estado, sem perda do seu mandato eletivo, é evidente que, à vista da dimensão que tomam algumas prefeituras neste País, mormente as metropolitanas, as das Capitais de Estado, é absolutamente factível que também seja Secretário de Prefeitura Municipal.

É dentro desse espírito que solicitamos à Casa, aos Srs. Parlamentares, que dêem apoio à emenda do nobre Constituinte José Jorge, que, repito, mereceu aprovação majoritária tanto na Subcomissão como na Comissão Temática que abordaram a questão.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Para encaminhar a votação, a favor da matéria, tem a palavra o Constituinte Milton Reis.

**O SR. CONSTITUINTE MILTON REIS:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, a emenda substitutiva apresentada pelo Constituinte José Jorge objetiva que o parlamentar possa vir a ser Chefe de Missão Diplomática permanente, Embaixador Plenipotenciário, se escolhido pelo Presidente da República, como espero, no regime presidencialista.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, se um Deputado ou Senador pode ser Secretário de Estado, Ministro de Estado, por que não poderá ser Embaixador o que seria mais do que normal? A história republicana apresenta exemplar, segundo os quais ilustres ex-Ministros de Estado e oficiais-generais são convidados para ser Embaixadores. Por que não pode o Parlamentar exercer tão alta função? Para se dedicar à diplomacia é mister que se tenha sensibilidade política, que se trate de alguém preocupado com as razões de Estado, que tenha espírito público, portanto. Outros requisitos da diplomacia moderna são o descortino, visão e conhecimento dos problemas, sobretudo os de ordem internacional. E qual dos Deputados ou dos Senadores que não tem essa visão? Não chega aqui, Sr. Presidente, alguém que não tenha efetiva qualificação para tanto. Se não tiver qualificação cultural, terá, entretanto, a visão inata do homem de Estado, a sensibilidade, o descortino. Senão, fatalmente ficará numa suplência bem afastada. A eleição, sobretudo no sistema de pluralidade partidária, envolve um número imenso de candidatos. No meu Estado, por exemplo, havia 820 candidatos à Câmara Federal para apenas 53 vagas. Ora, evidentemente, quase sempre os mais capazes, os mais hábeis, os professores da vida, com vocação para a política e para a vida pública são os escolhidos. Há exceções honrosas – e eu as compreendo, por-

que circunstanciais. Mas, em tese, o Deputado ou o Senador tem todas as condições para bem representar o País em qualquer das funções permanentes que venha a exercer, caso aprovada essa emenda cujo destaque foi requerido.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Constituintes e membros da Comissão de Sistematização, acho que seria uma **capitis diminutio** para nós, políticos, para nós, homens públicos, se não aprovássemos emenda tão importante que, sem dúvida alguma, contribuirá para engrandecer a vida pública do País. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Para encaminhar contra tem a palavra o Constituinte Egídio Ferreira Lima.

**O SR. CONSTITUINTE EGÍDIO FERREIRA LIMA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, quando o Parlamentar recebe a representação, ela lhe é conferida para que exerça o seu mandato em toda a plenitude no Parlamento. A sua saída, a sua licença para exercer funções no Executivo é uma exceção.

No sistema parlamentar, em virtude da co-responsabilidade, da simbiose entre o Governo e Parlamento, ela é normal e necessária. Dentro dessa filosofia, o elenco do inciso I, do art. 65, está perfeito ao dizer "investido na função de Primeiro-Ministro, de Ministro de Estado, Governador de Território, Secretário de Estado, do Distrito Federal, ou de Territórios". O que se quer fazer agora? Quer permitir-se que o Parlamentar se licencie para ser chefe de missão diplomática permanente. Isso é um erro, é um caminho para a fraude, para o aliciamento condenável de Parlamentares, permitindo o acesso de suplentes e resolvendo impasses menores referentes a interesses políticos. O Parlamentar pode exercer a missão diplomática em caráter temporário e especial. Isso tem sido feito e é da tradição do nosso País. Mas nunca foi dessa tradição conferir ao Parlamentar a chefia de missão diplomática de caráter permanente. Com isso estaríamos lesando a representação, a política externa, a Chancelaria, a carreira que ela representa, para a qual os seus homens e seus titulares são preparados.

Ademais, quando se pretende estender a franquia ao secretário das prefeituras das capitais do País, estabelece-se o critério discriminatório. Por que o Secretário de Florianópolis e não o de Ribeirão Preto, que é uma cidade muito maior em população, pela sua economia e cultura? Por que João Pessoa e não Pelotas? É uma discriminação condenável. O elenco, como posto, sob o aspecto técnico alcança o âmbito do Governo Federal e do Estado e basta-se aí. Não vamos lesar a nossa política externa, não vamos misturá-la com a política menor. A nossa política externa é motivo de orgulho para todos os brasileiros. O regime autoritário não conseguiu lesar a linha de correção, e precisão, de isenção, de avanço e modernização da nossa política externa graças ao nosso sistema de carreira, à preservação do nosso serviço diplomático, sem a interferência de política menor e miúda. Espero que esta Casa rejeite a emenda porque, assim fazendo, estará preservando nossos melhores valores como Parlamentares e nossos valores como Nação que se quer civilizada e desenvolvida.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra o Relator Antônio Carlos Konder Reis.

**O SR. RELATOR (Antônio Carlos Konder Reis):** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, a emenda ora em votação pretende, com algumas alterações de fundo, restabelecer dispositivo constante das Constituições de 1946, 1967 e da atual Carta Magna.

O art. 49 da Constituição de 1946 estabelecia:

"É permitido ao Deputado ou Senador, com prévia licença de sua Câmara, desempenhar mis-

são diplomática de caráter transitório, ou participar, no estrangeiro, de congressos, conferências e missões culturais."

Em 1967, dispositivo análogo ao da proposta rezava, no art. 38, § 2º:

"Com licença de sua Câmara, poderá o Deputado ou Senador desempenhar missões temporárias de caráter diplomático ou cultural."

O mesmo dispositivo consta na Constituição atual. Há precedentes, e precedentes históricos, no que toca ao exercício de função diplomática por Parlamentar. Se a memória me socorre neste instante, não estarei faltando à verdade se lembrar à Comissão de Sistematização que o eminente Constituinte Afonso Arinos, hoje Presidente da nossa Comissão, exerceu as altas funções de Embaixador do Brasil junto à missão permanente acreditada na ONU, sem se desvincular, sem se despir da condição de representante do povo do Estado do Rio de Janeiro na Câmara Alta. Outro antecedente vale aqui recordar, o do Senador Auro Soares de Moura Andrade. Após S. Ex.<sup>a</sup> ter deixado a Presidência do Senado, o Presidente da República encaminhou mensagem àquela Casa, propondo seu nome para Embaixador Plenipotenciário do Brasil junto ao Governo da Espanha. A mensagem foi encaminhada à Comissão de Constituição e Justiça, e esta, analisando o parecer do nobre Sr. Senador Camilo Nogueira da Gama, entendeu que a função de Embaixador, na forma proposta pela mensagem presidencial, era de caráter temporário. Fui o Relator da mensagem na Comissão de Relações Exteriores e examinei apenas o mérito, sem fazer qualquer comentário sobre a constitucionalidade e a juridicidade da proposta do Presidente da República, e a mensagem foi aprovada.

O que a emenda propõe, no meu entendimento, é uma faculdade. Ela não está recomendando uma regra a ser utilizada pelo Poder Executivo com a frequência, com a instância que poderia, sem dúvida alguma, resultar em abusos, em excessos e em desvirtuamento do exercício da função de Parlamentar. O que a emenda pretende é permitir que o Chefe de Estado, em determinados momentos, possa atribuir a um Sr. Senador e a um Sr. Deputado a função de Embaixador Plenipotenciário. As circunstâncias, condições, não raro, não apenas o admitem, como o recomendam, e volto a lembrar o caso do eminente Sr. Senador Afonso Arinos de Melo Franco, que havia deixado as altas funções de Ministro de Estado das Relações Exteriores.

**O SR. CONSTITUINTE MILTON REIS:** – San Thiago Dantas também, na ONU.

**O SR. RELATOR (Antônio Carlos Konder Reis):** – Mas creio que não era Parlamentar, se a memória não me falha.

**O SR. CONSTITUINTE MILTON REIS:** – Era Deputado.

**O SR. RELATOR (Antônio Carlos Konder Reis):** – Era Deputado? O nobre Constituinte Milton Reis lembra mais um precedente. O Sr. Constituinte Afonso Arinos havia deixado a Pasta das Relações Exteriores e o Brasil vivia um momento muito difícil na Organização das Nações Unidas. Discutia-se a questão da discriminação racial e do colonialismo. O Constituinte me corrija se eu estiver incorrendo em alguma falta de precisão na lembrança do fato histórico. Lembro-me de que, na Assembléia Geral da ONU de 1962, discutia-se como matéria preferencial da pauta o colonialismo e a discriminação racial. No que se refere ao colonialismo, a posição brasileira era extremamente difícil, porque o Brasil vinha votando com Portugal no que toca à independência das chamadas Províncias Ultramarinas. Foi naquele ano que o Brasil mudou seu voto, primeiro se absteve e, em seguida, votando com a maioria esmagadora dos representantes na Assembléia Geral da ONU.

Sr. Presidente, essas lembranças muito rápidas me levam a reconhecer a importância de a Constituição facultar ao Parlamentar a aceitação de uma função diplomática de caráter permanente e também permitir que o Chefe de Estado se utilize da sabedoria, do conhecimento e do prestígio de um Senador ou Deputado para dar solução a um caso diplomático que requeira cuidado, precisão e experiência.

Concluo, Sr. Presidente, lembrando um fato que justifica as considerações que ora realizo. Em determinado momento do segundo Governo do Presidente Getúlio Vargas, por inadvertência ou erro, a então Comissão de Rádio, que era subordinada ao Ministério da Viação e Obras Públicas, invadiu as ondas destinadas, em acordo internacional, à República do Chile. O Presidente Getúlio Vargas, diante de um problema extremamente complexo e delicado, utilizou-se do grande catarinense, um dos mais notáveis que atuaram na vida pública brasileira, Edmundo da Luz Pinto, para fazê-lo Embaixador Especial junto ao governo do Chile e resolver a questão. O Embaixador Edmundo da Luz Pinto levou na sua bagagem um retrato do então Presidente da República do Chile, Gabriel Gonzalez Videla, com uma dedicatória do próprio punho. Quando foi recebido pelo Chefe de Estado do governo chileno, usou aquela fotografia para iniciar o diálogo que, ao final, resultou na solução de questão extremamente delicada para as relações entre Brasil e Chile.

Então, Sr. Presidente, Sras e Srs. Constituintes, em nome do Relator-Geral, manifesto-me favoravelmente à emenda em votação. **(Palmas)**

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – Sr. Presidente, eu gostaria que V. Ex.<sup>a</sup> esclarecesse se permite também para Secretários Municipais de qualquer município do País ou só das Capitais.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Só das Capitais.

Passamos à votação.

#### **(Procede-se à votação)**

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Ademir Andrade, Alfredo Campos, Aluizio Campos, Celso Dourado, Haroldo Sabóia, João Calmon, José Fogaça, José Freire, José Geraldo, José Ignácio Ferreira, José Paulo Bisol, José Richa, José Ulisses de Oliveira, Milton Reis, Nelson Carneiro, Nelton Friedrich, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Renato Vianna, Sigmaringa Seixas, Theodoro Mendes, Virgildásio de Senna, Wilson Martins, Octávio Elísio, João Natal, Chagas Rodrigues, Michel Temer, Antonio Mariz, Roberto Brant, Jorge Hage, Aécio Neves, Miro Teixeira, Afonso Arinos, Antonio Carlos Mendes Thame, Christóvam Chiaradia, Francisco Benjamim, José Jorge, José Lins, José Santana de Vasconcellos, José Thomaz Nonô, Luís Eduardo, Marcondes Gadelha, Mário Assad, Oscar Corrêa, Ricardo Fiuza, Sandra Cavalcanti, Enoc Vieira, Jofran Frejat, Valmir Campeio, Gilson Machado, Antônio Carlos Konder Reis, Gerson Peres, José Luiz Maia, Adylson Motta, José Mauricio, Lysâneas Maciel, Bocayuva Cunha, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Plínio Arruda Sampaio, José Genoíno, Adolfo Oliveira, José Maria Eymael, Haroldo Lima, Roberto Freire, Jamil Haddad e Antonio Farias. **Votaram NÃO** os Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Antônio Britto, Artur da Távola, Egídio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Lyra, João Herrmann Neto, Mário Lima, Nilson Gibson, Raimundo Bezerra, Rodrigues Palma, Uldurico Pinto, Vilson Souza, Edme Tavares, Eraldo Tinoco, José Tinoco, Jonas Pinheiro e Virgílio Távora. **ABSTENÇÃO** dos Senhores Constituintes Aloysio Chaves e Jarbas Passarinho.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 69 Constituintes;

votaram NÃO 18 Constituintes; abstiveram-se de votar 2 Constituintes. Total: 89 votos. O Destaque foi **aprovado**.

**Destaque nº 000085-87 – Emenda nº ES-24775-1, do Sr. Cunha Bueno, “que modifica o art. 92, inciso II, § 4º, do Substitutivo nº 1 (art. 70, § 4º, inciso II, do Substitutivo nº 2)”. (301ª votação).**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Requerimento de preferência, nos termos regimentais, assinado pelos Líderes de partidos para votação do Destaque nº 0085, de uma emenda do Deputado Cunha Bueno.

Em votação o requerimento. **(Pausa)**

Aprovado.

Em votação o Destaque nº 0085, requerido pelo Constituinte Cunha Bueno, referente ao texto do art. 70, § 4º, inciso II. S. Ex.<sup>a</sup> pretende retirar da redação do texto a expressão “forma republicana”.

Tem a palavra o Constituinte Cunha Bueno.

**O SR. CONSTITUINTE CUNHA BUENO:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, pressupõe-se que uma Constituição cujo parágrafo único do art. 1º determina que “todo poder pertence ao povo, que o exerce diretamente. nos casos previstos nesta Constituição, ou por intermédio de seus representantes eleitos”, seja democrática. A par desta modificação, respeita-se em todos os seus artigos a soberania do povo. Mas nos encontramos, agora, diante de um artigo, o que vamos votar, que determina definitivamente que a forma de governo tem de ser a republicana. Este artigo foi incluído na primeira Constituição da República do Brasil, em 1891. Logo após o golpe militar de 1891, os Constituintes da época, temerosos, colocaram esta cláusula que proibia a existência de um movimento organizado de monarquistas no País.

Quero esclarecer, uma vez mais, que sem a retirada da cláusula estaremos limitando o desejo de muitos brasileiros que pensam desta forma, que olham os exemplos de outros países, mais recentemente a forma de governo da Espanha, capaz de abrigar, dentro do seu território, todas as correntes de pensamento. Por isso, entendemos que é uma limitação e decorridos mais de 98 anos, não deveria mais estar consagrada na Carta Constitucional brasileira.

Quanto à própria Constituição que a Comissão de Sistematização vai votar, estabelecemos ser possível a apresentação de emendas populares para que se mude a Constituição do Brasil. Entretanto, de nada valerão estas emendas populares se essa cláusula permanecer. Por isso, pretendemos que o art. 70, no seu § 4º, inciso II, seja modificado.

Eu mesmo, nesta Casa, votei a favor da existência do Partido Comunista. Embora não seja comunista, defendo o direito de que possam se organizar, pregar sua teoria e seus princípios, e defendê-los livremente no País. Queremos que possam também os monarquistas se organizar como movimento e defender seus pontos de vista. Afinal, vivemos em uma democracia.

Ontem, quando aqui discutimos algo semelhante, logo em seguida recebi a manifestação de apoio de inúmeros colegas, que, embora não sendo monarquistas, votarão a favor, para que se acabe com esta limitação no País, que vem desde o ano de 1891.

Quero, de modo especial, agradecer a todos os colegas que, mesmo não sendo monarquistas, não querem proibir a existência de monarquistas no País. As nobres Constituintes Sandra Cavalcanti e Cristina Tavares, embora não sendo monarquistas, compreenderam a situação, a limitação que sofre este segmento de pensamento da população brasileira, votarão pela supressão dessa cláusula. Em nome de S. Ex.<sup>as</sup> agradeço a todos os Constituintes que

se manifestaram ontem a esse respeito. Temos a certeza de que hoje darão ao País a última anistia que falta: a dos monarquistas. No Império nunca houve limitações para que o Partido Republicano pudesse pregar livremente suas idéias. Já na Convenção Republicana de Itu, no ano de 1870, os republicanos, livremente, durante o período do Império, declaravam que desejavam igualar o Brasil às demais Repúblicas latino-americanas.

Sr. Presidente, lamentavelmente os republicanos de Itu conseguiram igualar o Brasil às demais Repúblicas latino-americanas.

Queremos que a República dê o mesmo tratamento que a Monarquia deu aos republicanos do Império: deixe que existam, que se manifestem e puguem as suas idéias.

Agradeço àqueles que, embora não sendo monarquistas, votarão a favor da existência de um movimento monárquico no País. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Concedo a palavra ao Constituinte Milton Reis para pronunciar-se a favor da proposta.

**O SR. CONSTITUINTE MILTON REIS:** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Constituintes. dizia Voltaire com muita propriedade: "Não concordo com uma só palavra do que dizeis, mas defenderei até a morte o vosso direito de dizê-lo". A República nasceu após a deposição do Imperador. Redigiu-se, então, a Constituição Republicana de 1891. Aqueles que proclamaram a República, não apenas o Marechal Deodoro, Benjamin Constat, seus fundadores, como também outros que ajudaram na sua construção, acharam que, para a sua defesa, em virtude das raízes monárquicas ao longo do Império, era necessário que se estabelecesse na Constituição um inciso segundo o qual se proibisse o regime monárquico. Compreendo essa atitude; era uma deposição que podemos analisar. A Monarquia ruiu por várias razões: primeiro, pelo ideal republicano; segundo, porque, com a abolição da escravatura, os usineiros, que eram contra a República na sua maioria e os barões do café que, na sua maioria, também defendiam a Monarquia, com a Lei áurea deram as mãos aos republicanos históricos, entre os quais quero citar a figura veneranda de João Pinheiro, ex-Presidente de Minas e avô de Israel Pinheiro. Então, houve a união dos republicanos históricos com os Senhores de engenho e os barões do café, possibilitando que o ideal republicano de Rui Barbosa, de José Otílica, de todos quantos se bateram pela República, pudesse finalmente ser vitorioso.

Da mesma forma que achamos que os partidos comunistas podiam e podem sobreviver, porque impedir que os que desejam o regime monárquico não possam ter, suas representações, caso tenham votos para consegui-las? O Constituinte Cunha Bueno, por certo, tem razões no seu sentimento, na sua consciência para defender a idéia com o ardor e o estímulo com que age na busca do ideal monárquico. Sou republicano por convicção, votarei contra a Monarquia quando houver oportunidade mas defenderei agora a possibilidade de o regime monárquico ter representação na Câmara dos Deputados ou no Senado Federal, se houver monarquistas no Brasil em número suficiente permitindo a eleição de Deputados ou Senadores.

Termino, pois, dizendo que nesta República o sentimento da liberdade deve ser o principal no homem e o saudoso Tancredo Neves dizia que o primeiro compromisso de Minas era com a liberdade – principalmente nesta Casa, onde a liberdade funciona como seu pulmão, seu oxigênio, permitindo a respiração institucional no País.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, devemos permitir que o nobre Constituinte Cunha Bueno veja aprovada a sua emenda, a fim de que os monarquistas no Brasil, os sebastianistas de antanho e ainda de hoje possam, mandar futu-

ros Deputados ou Senadores para o Congresso Nacional. Não concordo com a Monarquia, mas; parafraseando Voltaire estou aqui para defender as idéias, os princípios que o nobre Constituinte Cunha Bueno espousa. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Cabe esclarecer ainda aos Srs. Constituintes que o artigo que se pretende seja modificado diz no seu § 4º: "Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir a forma republicana", Não é exatamente o caso de permitir a fundação ou não de um partido monarquista, de abolir a forma republicana.

Em votação.

#### **(Procede-se à votação)**

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Aluizio Campos, Artur da Távola, Celso Dourado, Cristina Tavares, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Gasparian, Fernando Lyra, Haroldo Sabóia, João Herrmann Neto, José Geraldo, José Ignácio Ferreira, José Paulo Bisol, Mário Lima, Milton Reis, Nelson Carneiro, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Rodrigues Palma, Severo Gomes, Sigmaringa Seixas, Theodoro Mendes; Israel Pinheiro, José Costa, Chagas Rodrigues, Michel Temer, Antonio Mariz, Roberto Brant, Jorge Hage, Euclides Scalco, Aécio Neves, Miro Teixeira, Afonso Arinos, Aloysio Chaves, Antoniocarlos Mendes Thame, Arnaldo Prieto, Edrime Tavares, Eraldo Tinoco, Francisco Benjamim, José Jorge, José Lins, José Lourenço, José Thomaz Nonô, Luís Eduardo, Marcondes Gadelha, Mário Assad, Oscar Corrêa, Osvaldo Coelho, Ricardo Fiúza, Sandra Cavalcanti, Enoc Vieira, José Tinoco, Jonas Pinheiro, Jofran Frejat, Antônio Carlos Konder Reis, Gerson Pares, José Luiz Maia, Virgílio Távora, Brandão Monteiro, José Maurício, Lysâneas Maciel, Gastone Righi, Plínio Arruda Sampaio, José Genoíno, Adolfo Oliveira, José Maria Eymael, Haroldo Lima, Roberto Freire, Jamil Haddad e Antonio Farias. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Ademir Andrade, Alfredo Campos, Antônio Britto, Egídio Ferreira Lima, João Calmon, José Fogaça, José Ulisses de Oliveira, Nelton Friedrich, Oswaldo Lima Filho, Virgildásio de Senna, Octávio Elísio, Vilson Souza, Carlos Chiarelli, Inocêncio Oliveira, Darcy Pozza, Jarbas Passarinho e Francisco Rossi. **ABSTENÇÃO** do Senhor Constituinte Joaquim Bevilacqua.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 72 Constituintes; votaram NÃO 17 Constituintes; absteve-se de votar 1 Constituinte, Total 90 votos. O Destaque foi **aprovado**.

**"Destaque nº 7063-87 do Sr. Nelson Jobim – Emenda nº ES-33984, do Sr. Antonio Mariz, "que substitui os Títulos I, 1E. 111 (excetuando-se o Capítulo 11) do Substitutivo nº 1 (art. 71 do Substitutivo nº 2)".**

Há sobre a mesa requerimento de preferência para votação do Destaque nº 7063.

Em votação. **(Pausa)**

Aprovado.

Passamos à votação do Destaque nº 7063, de autoria do Constituinte Nelson Jobim, referente à Emenda nº 33984, de autoria do Constituinte Antonio Mariz.

**O SR. CONSTITUINTE OSCAR CORRÊA:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE OSCAR CORRÊA:** – Sr. Presidente, essa emenda trata do art. 71, se não me engano. Tenho uma emenda que contou inclusive com aquiescência

das ilustres lideranças partidárias e constou de um acordo que diz respeito ao art. 70, § 4º. Essa emenda que vamos votar trata do art. 71. Gostaria de invocar, neste momento, a palavra dos ilustres Líderes dos partidos aqui presentes.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A diferença está exatamente no apoio. A emenda correspondente ao Destaque nº 1417 não teve apoio dos Líderes. De maneira que a outra emenda foi aprovada por todos os Líderes e, por isso, tem precedência.

**O SR. CONSTITUINTE OSCAR CORRÊA:** – Exatamente por isso é que apelei às lideranças partidárias. Estão aqui presentes os ilustres Constituintes Euclides Scalco, Antônio Britto e José Lourenço, que participaram desse encontro e aquiesceram em apoiar a minha emenda, como fruto de um entendimento entre todas as lideranças partidárias.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Preliminarmente, há que se chamar atenção sobre o momento oportuno da preferência. Em segundo lugar, estou submetendo uma matéria à votação.

Concedo a palavra ao Constituinte Antonio Mariz.

**O SR. CONSTITUINTE ANTONIO MARIZ:** – Sr. Presidente, o Destaque nº 7063-87, do Constituinte Nelson Jobim, refere-se a uma emenda de minha autoria que já está a meu ver, atendida no § 2º do art. 71, que trata da iniciativa popular da lei. Encontrando-se, assim, a minha emenda atendida em praticamente todos os seus termos, desisto do Destaque nº 7063. Acrescento também a desistência ao Destaque nº 7070-87, que diz respeito à iniciativa popular de emenda constitucional, pela mesma razão já argüida, ou seja, encontra-se atendido no § 3º do art. 71. Portanto, desisto também do Destaque nº 7070-87.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Se bem compreendi, V. Ex.<sup>a</sup> retira os dois destaques.

**O SR. CONSTITUINTE ANTONIO MARIZ:** – Os dois destaques.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Muito obrigado a V. Ex.<sup>a</sup> Retirados os Destaques nºs 7063 e 7060.

Preferência solicitada pelo Constituinte Euclides Scalco ao Destaque nº 7070, referente a emenda de autoria do Constituinte Nelson Jobim.

Em votação a preferência.

**O SR. CONSTITUINTE ERALDO TINOCO:** – Sr. Presidente, salvo engano, a desistência do ilustre Constituinte Antonio Mariz foi em relação ao Destaque nº 7070. Neste caso, a meu ver, deveria ser votado e de nº 7060, até por que, pela planilha, ambos se referem à mesma emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Nobre Constituinte, ouvirei o Constituinte Antonio Mariz, pois pode ser que por uma deficiência auditiva eu tenha confundido o nº 60 com o nº 70.

**O SR. CONSTITUINTE ERALDO TINOCO:** – A deficiência pode ter sido minha, Sr. Presidente.

**O SR. CONSTITUINTE ANTONIO MARIZ:** – Sr. Presidente, a desistência a que me referi era em relação ao Destaque nº 7070. Quanto ao Destaque nº 7060/87, para cuja defesa estou inscrito, pretendo manter, o pedido.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Então o Constituinte Eraldo Tinoco tem razão.

**Destaque nº 007060-87, do Sr. Nelson Jobim – Emenda nº 1P-20705-3, do Sr. José Rocha Sobrinho e outros, “que inclui parágrafos no art. 71, do Substitutivo nº 2”. (302ª votação).**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Em votação a preferência para o Destaque nº 7060. **(Pausa)** Aprovada a preferência.

Em votação o Destaque nº 7060, de autoria do Constituinte Euclides Scalco.

O destaque será defendido pelo Constituinte Antonio Mariz.

**O SR. CONSTITUINTE ANTONIO MARIZ:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, o Destaque nº 7060 refere-se a parte da Emenda Popular, 1P-20705-3, e está redigido a fim de que se acrescente disposição ao § 2º do art. 71 do Substitutivo nº 2.

Para dar mais seqüência ao texto, lerei primeiro o disposto no art. 71, § 2º:

“A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação, à Câmara Federal, de projeto de lei ou proposta de emenda à Constituição devidamente articulados e subscritos por, no mínimo, três décimos por cento do eleitorado nacional, distribuídos em pelo menos cinco Estados, com não menos de um décimo por cento dos eleitores de cada um deles.”

Esta é a proposta acolhida no texto do Substitutivo nº 2, que estamos votando.

A emenda que aqui venho defender acrescenta a esse parágrafo o seguinte:

“Apresentada a proposta, o Congresso a discutirá e votará em caráter prioritário, no prazo máximo de cento e oitenta dias. Decorrido esse prazo, o projeto vai automaticamente à votação. Não tendo sido votado até o encerramento da sessão legislativa, o projeto estará reinscrito para votação na sessão seguinte da mesma legislatura ou na primeira sessão da legislatura subsequente.”

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a participação popular direta, ou exercício direto do poder, numa forma restrita de democracia direta, é muito limitada no projeto. Se fôssemos comparar o que aqui se propõe com o existente na legislação contemporânea, em Constituições modernas como as da Itália e Portugal, ou com a legislação constitucional dos Estados americanos, desde o final do século XIX, veríamos que o que propomos aqui pode ser tudo, menos revolucionário ou indicativo de um pensamento reformador.

Ora, a iniciativa popular em Estados como a Califórnia, o Colorado e o Missouri assume dois aspectos e duas classificações: pode ser iniciativa popular direta ou indireta, distinguindo-se pelo fato de que, na iniciativa direta, a proposta não é encaminhada à assembléia legislativa do Estado, mas diretamente ao povo, que a vota através de **referendum**. A assembléia legislativa nesses Estados fica à margem do processo legislativo. Só na iniciativa popular chamada indireta é que essa proposição popular vai à Assembléia.

Pois aqui estamos adotando essa forma atenuada de iniciativa popular, aquela que faz com que o projeto elaborado por iniciativa de determinado percentual de eleitores do povo seja dirigido ao Congresso Nacional. Portanto, é uma participação limitadíssima em face da legislação vigente.

A lei americana, em muitos Estados, contempla inúmeras outras figuras de participação direta, desde a chamada **home rule**, a norma de organização municipal que denominaríamos lei orgânica dos municípios. Lá isso é feito pelo povo diretamente e não através da Câmara de Vereadores.

Do mesmo modo, o **referendum** assume aspectos os mais diversos, inclusive o de funcionar como veto à lei aprovada pelo Parlamento ou pela Assembléia. Representa o poder suspensivo da lei já promulgada, através do referendum popular.

Assim, Sr. Presidente, o que aqui propomos visa tão-somente a dar maior substância ao que já se encontra no texto, a saber: o poder popular, a capacidade, a competência do povo para iniciar o processo legislativo da lei ordinária ou da emenda constitucional. Esse é um dado essencial. Enganam-se os que pensam que a melhor forma de democracia é a representativa. Ela é apenas a forma possível, no mundo contemporâneo, em que os Estados assumiram dimensões, às vezes, continentais, como o Brasil, onde a população cresceu vertiginosamente. Mas é evidente que o governo do povo, para o povo e pelo povo, tal qual o definiu Abraham Lincoln, se exerceria de forma evidentemente mais autêntica, na sua expressão mais pura, se fosse possível ao próprio povo, sem intermediação, sem representação, exercer o poder. Assim se fez na evolução da democracia desde o século XVIII, e não apenas no século XX. A Constituição do Estado de Massachussets, ainda para citar o exemplo constitucional americano, foi aprovada, mediante **referendum**, em 1790. Há quase dois séculos o **referendum** era aceito e praticado no Direito Constitucional americano.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, pleiteio a aprovação desta parte destacada da citada emenda popular, que visa tão-somente a dar consequência legal à iniciativa popular, estabelecer prazos para sua apreciação, aprovação ou eleição. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Para encaminhar contra, concedo a palavra ao Constituinte Gerson Peres.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, prezados colegas, estamos discutindo a emenda popular que visa a alterar ou a acrescentar ao § 2º do art. 71 uma inovação constitucional. O § 2º diz:

"A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação, à Câmara Federal, de Projeto de Lei ou proposta de emenda à Constituição devidamente articuladas e subscritas por, no mínimo, três décimos por cento do eleitorado nacional, distribuídos em pelo menos 5 Estados com não menos de um décimo por cento dos eleitores em cada um deles."

Como vêem V. Ex.ªs, a nova Constituição admite as aspirações ditadas no pronunciamento que me antecedeu. Nenhum de nós é realmente contra isto, ao contrário, somos favoráveis. A inovação, sim, parece-me chocar-se frontalmente com as prerrogativas constitucionais dos Parlamentares.

Ora, se para o Deputado não existe um prazo determinado para a apresentação e acolhimento dos seus trabalhos, como admitir-se o estabelecimento de um prazo para uma emenda que vem de fora do Parlamento? Vejam bem o que S. Ex.ª quer inserir na emenda popular: "Apresentada a proposta o Congresso discutirá e votará em caráter prioritário".

Outro choque: Nenhum parlamentar, nenhum congressista tem prioridade nas suas matérias. Ela integra-se nas normas do Regimento Interno e vai tramitar no Congresso Nacional dentro das normas regimentais. Já esta emenda externa entra em caráter prioritário "no prazo máximo de 180 dias". Estabelece-se, em seguida, decurso de prazo para as emendas populares. Há de se supor que, se no prazo de 180 dias o Congresso Nacional não apreciar a emenda popular, automaticamente ela estará aprovada, o que é outro absurdo.

E, finalmente, o § 2º diz: "Decorrido este prazo, o projeto virá automaticamente à votação".

É o que acabei de explicar: tem um prazo – não se discute, vota-se. E enquanto não se votar, o que ocorrerá? Não sabemos.

De forma, Sr. Presidente, S.ªs e Srs. Constituintes, que não somos contra a emenda popular. Achemos que ela deve vir à Casa do povo. Entretanto, o povo também somos nós, que recebemos dele, nas urnas, uma delegação, por votação direta e secreta, para aqui vir, discutir e votar as leis do seu interesse, do interesse do País. Portanto, pediria aos Srs. Constituintes que rejeitassem essa adição da emenda popular ao § 2º do art. 70 do Substitutivo e sustentassem sua redação genérica e delimitadora, porque, aí sim, está de acordo com as aspirações da maioria da Assembléia Nacional Constituinte. Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Com a palavra o Sr. Relator Antônio Carlos Konder Reis.

**O SR. RELATOR (Antônio Carlos Konder Reis):** – Sr. Presidente, Sr.ªs e Srs. Constituintes, a emenda, brilhantemente defendida pelo nobre Sr. Constituinte Antonio Mariz não institui a iniciativa popular no que toca à legislação ordinária, complementar ou constitucional. A emenda visa a disciplinar a tramitação de projetos de lei originários da iniciativa popular. O projeto do Relator-Geral já contempla a hipótese do § 2º do art. 71, ao estabelecer:

"A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação, à Câmara Federal, de projeto de lei ou proposta de emenda à Constituição devidamente articulados e subscritos por, no mínimo, três décimos por cento do eleitorado nacional, distribuído em, pelo menos, cinco Estados, com não menos de um décimo por cento dos eleitores de cada um deles."

É regra geral, princípio, direito da população, na forma da Constituição, a iniciativa de projetos de lei, sejam eles projetos de lei ordinária, complementar ou mesmo constitucional.

O Constituinte Antonio Mariz citou, com ênfase, a disposição da Constituição italiana que cuida da matéria. No entanto, ela não disciplina detalhadamente o instituto da iniciativa popular das leis. Outras Constituições também estabelecem o princípio, deixando à legislação ordinária a disciplinação da matéria – tanto as Constituições de países como as de estados federados. O Sr. Relator-Geral manifestou-se favorável à iniciativa popular, no que toca à elaboração das leis. Parece que a emenda, apesar das suas nobres intenções, disciplina matéria tipicamente da legislação ordinária, e sob certos aspectos, matéria do Regimento Interno das duas Casas do Congresso Nacional.

Se não, vejamos, sugere a emenda que ao texto constitucional seja acrescentado o seguinte dispositivo: apresentada a proposta, o Congresso Nacional discutirá e votará, em caráter prioritário, no prazo de 180 dias. Decorrido esse prazo, o projeto vai automaticamente à votação e, não tendo sido votado até o encerramento da sessão legislativa, o projeto estará reinscrito para a votação na sessão seguinte da mesma legislatura ou na primeira sessão da legislatura subsequente. Ora, Sr.ªs e Srs. Constituintes, descer a essa minúcia e a esse detalhe no texto constitucional, no meu modo de ver, irá prejudicar e comprometer o instituto, em boa hora acolhido no projeto. A iniciativa popular das leis há de ser objeto de uma legislação específica, cuidadosa e atenta, e essa legislação há de ser complementada por normas regimentais.

Em razão desses argumentos, o Sr. Relator-Geral manifesta-se favoravelmente à manutenção do projeto e pela rejeição da emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Em votação.

(Procede-se à votação)

**O SR. CONSTITUINTE JAMIL HADDAD:** – Sr. Secretário, peço que conste em Ata que meu voto foi trocado no placar. Meu voto é favorável.

**O SR. CONSTITUINTE ADOLFO OLIVEIRA:** – Constará nos Anais que a manifestação de V. Ex.<sup>a</sup> é favorável à emenda, mas o voto saiu contrário.

**(Procede-se à votação)**

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Aluizio Campos, Carlos Mosconi, Cristina Tavares, Fernando Gasparian, Fernando Lyra, Haroldo Sabóia, João Herrmann Neto, José Paulo Bisol, José Serra, Mário Lima, Milton Reis, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nelton Friedrich, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Sigmaringa Seixas, Marcos Lima, Octávio Elísio, Uldurico Pinto, Vilson Souza, Chagas Rodrigues, Antonio Mariz, Jorge Hage, Vicente Bogo, Aécio Neves, Miro Teixeira, Jarbas Passarinho, Brandão Monteiro, José Maurício, Lysâneas Maciel, Francisco Rossi, Plínio Arruda Sampaio; José Genoíno, Haroldo Lima, Roberto Freire. Votaram **NÃO** os seguintes Srs. Constituintes: Alfredo Campos, Artur da Távola, Celso Dourado, Cid Carvalho, Egídio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, João Calmon, José Fogaça, José Freire, José Ignácio Ferreira, José Richa, José Ulisses de Oliveira, Raimundo Bezerra, Rodrigues Palma, Theodoro Mendes, Virgildásio de Senna, Michel Temer, Afonso Arinos, Alcení Guerra, Arnaldo Prieto, Carlos Chiarelli, Eraldo Tinoco, Inocêncio Oliveira, José Jorge, José Lins, Luís Eduardo, Marcondes Gadelha, Mário Assad, Oswaldo Coelho, Ricardo Fiúza, Sandra Cavalcanti, Enoc Vieira, José Tinoco, Jonas Pinheiro, Gilson Machado, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Gerson Peres, José Luiz Maia, Virgílio Távora, Joaquim Bevilacqua, Adolfo Oliveira, José Maria Eymael e Jamil Haddad.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 39 Constituintes; votaram NÃO 44 Constituintes. Total: 83 votos. O Destaque foi **prejudicado** por falta de **quorum** qualificado.

**Destaque nº 007059-87, do Sr. Nelson Jobim – Emenda nº 1P-20705-3, do Sr. José Rocha Sobrinho e outros, “que o artigo e parágrafo único do item 3 e o artigo e parágrafo único do item 5 substituam o § 3º do art. 7º do Substitutivo nº 2)”. (303ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Passamos ao requerimento de preferência para a votação do Destaque nº 7059, aditivo.

Os que estão de acordo permaneçam como se encontram. **(Pausa)**

Aprovada a preferência.

Em votação o Destaque nº 7059, requerido pelo Constituinte Nelson Jobim, referente a uma emenda popular. O Constituinte Nelson Jobim está ausente, mas há indicação do Constituinte Plínio Arruda Sampaio para defender o destaque. S. Ex.<sup>a</sup> tem a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, antes de falar propriamente sobre esta emenda, quero fazer uma pequena colocação. A nossa Comissão deu um grande passo; o Relator Bernardo Cabral e a Relatoria deram um grande passo ao incluir no texto do Substitutivo a idéia da iniciativa popular. Tenho visto o debate que tem sido apresentado como algo contra o corpo representativo, como se fosse uma espécie de suspeita à representação popular, como se fosse uma espécie de diminuição, de **capitis diminutio** da representação popular, quando ela é, na verdade, a complementação, o aperfeiçoamento desta representação. Ela se dirige a matérias e a situações em que é fundamental que a população seja chamada. No mundo moderno a gestão da coisa pública é muito complicada – já expendi esse argumento aqui. Então, é fundamental que a sociedade, cada vez mais, coloque o cidadão a par ou participando da coisa pública. Muitos sociólogos, antropólogos e psicólogos sociais, que estudam os problemas

da modernidade, chamam a atenção para o fato de que o homem não se sente pertencente a nada na sociedade moderna, não se sente identificado com nada, por causa da impessoalidade deste mundo, do monolitismo da burocracia, da complexidade de tudo.

Quero fazer aqui um apelo aos companheiros, inclusive do Partido Liberal, aos liberais desta Casa, que têm votado sistematicamente contra a iniciativa popular, no sentido de dizer que ela é a plenitude do seu mandato. O Deputado é o homem que vem aqui mandado pelo povo para votar as leis, mas ele é também o homem que articula a sociedade em torno de decisões fundamentais. E nessa articulação, se ele vem respaldado por centenas de milhares de assinaturas, ele está muito mais tranqüilo, muito mais seguro de si, e não vai eliminar a nossa ação, nem a tramitação da lei aqui dentro com toda a rigidez regimental. Ele apenas vai dar o respaldo da opinião e esse sentido de pertença ao homem comum do povo. Ele será mobilizado para defender seus direitos, sentir-se-á muito mais próximo desta Casa e será muito mais motivado a defendê-la quando for atacada. E nós sabemos que esta Casa é atacada – e soezmente atacada – toda vez que enfrenta o privilégio, toda vez que enfrenta o grande interesse, toda vez que enfrenta o interesse escuso.

Por isso, gostaria de lembrar aos meus companheiros da bancada liberal, que querem um estado democrático liberal, que esse é o estado liberal moderno que funciona. Por isso está funcionando na Itália, nos Estados Unidos e em países em que esses mecanismos são absolutamente normais na vida democrática.

A emenda particular que defendo agora, por deferência do Constituinte Nelson Jobim, teve duas mil assinaturas de suporte – uma das coisas que garante a legitimidade desta Constituinte – e completa aquilo que o Relator já fez. Diz o seguinte:

“As leis e atos federais relativos aos direitos do homem, às liberdades sociais dos trabalhadores e às condições mesológicas do País serão submetidas a **referendum** popular sempre que isto seja requerido por um número de eleitores iguais a meio por cento do eleitorado nacional.

Parágrafo único. As leis orçamentárias e tributárias não serão submetidas a **referendum** popular.”

Gostaria simplesmente de relatar que são certas questões difíceis e complicadas para nós, porque muitas vezes envolvem questão de consciência. E o melhor aqui é que, ao invés de substituir a consciência do povo, simplesmente organizemos o processo de colher do próprio povo, organizada e sistematicamente, aquilo que ele quer que seja uma lei da República.

Acredito que estes argumentos serão o bastante para convencer àqueles que ainda vacilam e que teremos agora a sua aprovação. Os poucos votos que faltaram para a outra emenda nos serão dados agora, para que se complete o trabalho de dotar a nossa Constituição da plena participação e iniciativa populares no próprio processo de feitura das leis. Muito obrigado. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Com a palavra o nobre Constituinte Gerson Peres, para encaminhar contra.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, perdoe-me o Constituinte Plínio Arruda Sampaio por eu cruzar seu caminho e não poder concordar preliminarmente com as afirmações de que esta Assembléia Nacional Constituinte parece não estar acolhendo as emendas populares, S. Ex.<sup>a</sup> se esqueceu talvez de ler todo o Projeto Cabral e constatar que ali estão inseridas muitas das iniciativas oriundas das emendas populares. S. Ex.<sup>a</sup> também há de convir em

que grandes conquistas no campo do direito social aprovadas por nós também surgiram das emendas populares.

O avanço do seu discurso talvez sensibilize o Constituinte presente a esta sessão a fim de que vote por mais uma medida de desestabilização do Congresso Nacional. Esta emenda desestabiliza a iniciativa do Congresso. Como? Primeiro, ela envolve conceitos genéricos na sua redação, e passaríamos a ter todas as semanas, no Brasil, um **referendum** popular. A desestabilização do Congresso estender-se-ia também à desestabilização democrática do País. O País pararia para votar leis que o Congresso delegado pelo povo já havia votado. E vou ler bem, para poder concluir o meu raciocínio: “as leis e os atos federais relativos aos direitos do homem” – um capítulo imenso. Tudo se refere ao direito do homem na Constituição, quer no campo do direito social, do direito econômico, dos direitos e garantias individuais, no capítulo da família, da educação, em tudo está inserido o direito do homem. Cada lei referente a esses temas deverá ir ao **referendum** popular. “As liberdades sociais dos trabalhadores”. O Projeto Cabral já conseguiu um avanço. As liberdades sociais dos trabalhadores, conquistas recentemente aprovadas nesta Comissão, já estão consagradas no texto. Anda terão essas leis que ir ao **referendum** popular? De que adiantou se reunir uma Constituinte, acolher as sugestões referentes às liberdades sociais dos trabalhadores e, depois, o Congresso votar a lei e devolver novamente ao povo o direito de sancioná-la? É um absurdo. “As condições mesológicas do País”. Aí então a coisa se complica. Que negócio é esse de mesologia inserido no texto da Constituição? Até o próprio termo não se compatibiliza com a compreensão do povo. Uma Constituição deve ser escrita para o povo entender e nela buscar os seus próprios direitos, exigindo dos poderes constituídos o cumprimento daquilo que compreensivamente nela está escrito. Digo-lhes, com toda a experiência de vida pública, que me sinto confuso em entender o que significam as condições mesológicas do País.

Tudo isso é posto à nossa consciência visando à sua inserção no texto de uma Constituição moderna, que vai atender a problemas da modernidade. Pediria ao Constituinte Plínio Arruda Sampaio, pelo respeito que tenho pela sua brilhante inteligência e convicções políticas, que não zombava do povo brasileiro, impondo uma sanção popular a todas as medidas que o Congresso viesse a aprovar após a promulgação da Constituição. Era o que tinha a dizer.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Considerando que haverá reunião da Câmara às 22h, com base no art. 34, § 9º do Regimento da Assembléia Nacional Constituinte, combinado com o art. 4º do Regimento da Comissão de Sistematização, prorrogo a sessão até às 21h50min.

Para falar a favor da proposta, tem a palavra a Sra. Constituinte Cristina Tavares.

**A SRA. CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, o Constituinte Plínio Arruda Sampaio chama a atenção para os poucos votos que nos faltam a fim de que aproveemos as emendas de iniciativa popular para a distinção entre a representação e a participação. Não há de forma alguma, conflito entre a participação popular e a representação dos Deputados e Senadores Constituintes. A emenda que estamos agora discutindo diz:

“As leis e os atos federais relativos aos direitos do homem” – preferia que acrescentasse “do homem e da mulher” – “as liberdades sociais dos trabalhadores e as condições mesológicas do País serão submetidas ao **referendum** popular, sempre que isso seja requerido por um número de eleitores igual a meio por cento do eleitorado nacional.”

Parágrafo único. “As leis orçamentárias e tributárias não serão submetidas ao **referendum** popular.”

Esta emenda, de inspiração claramente democrática, busca a renovação da participação, tão distante do Congresso Nacional. A origem autoritária da cultura brasileira agride permanentemente este Congresso. Ainda hoje, quem assistiu ao jornal televisionado soube que o Conselho Monetário Nacional aprovou a liberação de quarenta e seis milhões de dólares como socorro financeiro a uma empresa que está em dificuldades. O Constituinte José Serra irá descrever aos Constituintes essa operação. Isso, sim, é autoritarismo, isso, sim, é desrespeitado à soberania desta Casa. O que se pretende com esta emenda, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, é fazer com que a população veja no Congresso Nacional uma forma de sua expressão, não apenas no momento eleitoral, em que deposita um pequeno voto numa pequena urna; mais do que isso, a possibilidade de aglutinar homens e mulheres deste País em questões tão importantes como as aqui descritas. Permitam-me, nobres Constituintes: “Direitos do homem, liberdades sociais dos trabalhadores, condições mesológicas do País”. Sobre esses três assuntos a população poderá democraticamente pronunciar-se.

Peço aos Constituintes aqui presentes que não vejam nesta emenda uma tentativa de diminuir o poder do Congresso. Pelo contrário, é uma tentativa em que a população e o Congresso possam ter iniciativas que ajudarão a democratização do País.

Por isso, peço voto para esta emenda popular. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Para encaminhar contra, tem a palavra o Constituinte Marcondes Gadelha.

**O SR. CONSTITUINTE MARCONDES GADELHA:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, certamente, não se há negar o respeito exemplar que tem esta Assembléia Nacional Constituinte pelas chamadas iniciativas populares. Subcomissões foram abertas e receberam propostas de toda a população brasileira, emendas populares a mão-cheias foram aqui acolhidas e tratadas com todo respeito, com toda a atenção.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, é preciso um pouco de parcimônia na colocação dessas questões. O adjetivo popular não pode ser uma espécie de chave-mestra capaz de abrir todas as portas, inclusive a da irresponsabilidade.

Sr. Presidenta, o adjetivo popular não há de ser um bálsamo capaz de transformar a substância das coisas. Peço um instante de reflexão sobre o absurdo que se está pedindo com essa emenda popular, objeto de discussão neste momento: está-se pedindo apenas que as leis deste País não sejam para valer. Está-se pedindo apenas que o Congresso Nacional não tenha condições de estabelecer um estado de direito, que é, por definição, o estado das leis. Está-se pedindo que a organização social e legal do País seja uma entidade transitória, seja uma espécie de geléia geral, que pode ser transformada a todo instante e a qualquer momento.

Sr. Presidente, estamos definindo na Constituição um Congresso Nacional e já de saída estamos eivando de suspeição as iniciativas legais produzidas por esse mesmo Congresso.

Sr. Presidente, às vésperas da instituição do sistema parlamentarista de Governo, estamos negando ao Congresso Nacional legitimidade para criar leis definitivas para este País. E teremos que submetê-las constantemente à revisão de meio por cento da população brasileira, porque isso constitui uma chamada emenda popular, fruto de uma suposta representação popular. Ora, representação popular somos nós, Sr. Presidente. Porventura não



fomos eleitos pelo povo brasileiro? Porventura os futuros Congressos, as futuras Câmaras dos Deputados e Senado da República não serão eleitos pelo povo deste País? Como, então, se poderá viver numa Nação onde as leis não têm caráter definitivo? Vamos instituir o mote de que neste País tem lei que pega e lei que não pega, tem lei que é produzida pelo Congresso mais adiante será revogada por iniciativa popular.

Sr. Presidente, neste caso, ao invés de um ordenamento legal, estaremos simplesmente instituindo o caos.

Peço aos nobres Constituintes que reflitam e mantenham o texto do Relator Bernardo Cabral.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Com a palavra o Relator José Fogaça.

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – Sr. Presidente, Srs. Membros da Comissão de Sistematização, estamos diante de uma questão que, para esta Relatoria, é de grave e fundamental importância. Queremos manifestar, com sobriedade e justiça, a posição da Relatoria.

Temos aqui uma emenda popular. Lembro-me de que foi este mesmo Plenário que também rejeitou uma emenda popular dos empresários do Rio Grande do Sul que visava derrubar a estabilidade no emprego. Portanto, espero que este Plenário não tenha preconceitos, prevenções, posições pressupostas ou pre-deliberadas a respeito de uma emenda popular.

É preciso dizer que o texto do 2º Substitutivo já adota o princípio do **referendum**, e o faz em relação a toda e qualquer lei. Quero que fique enfaticamente registrado que o texto do Relator Bernardo Cabral, no § 3º do art. 71, abre a possibilidade de **referendum** a toda e qualquer lei, seja de que natureza for, refira-se ao tema a que se referir. E, mais: o texto do Relator Bernardo Cabral permite a convocação de **referendum** também em relação a emendas constitucionais.

Na proposta apresentada e defendida brilhantemente pela Constituinte Cristina Tavares e pelo Constituinte Plínio Arruda Sampaio há, infelizmente, um empobrecimento do texto do Relator Bernardo Cabral, porque aquilo que no texto do Substitutivo nº 2 é garantido de forma irrestrita, geral e ampla a toda e qualquer lei ou emenda constitucional, o Constituinte Plínio Arruda Sampaio deseja restringir, reduzir e empobrecer, apenas para um determinado tipo de lei: as leis relativas aos direitos do homem, às liberdades e às condições mesológicas do País.

Quero deixar registrado que a relatoria reconhece que essa proposta reduz o percentual em relação ao número de eleitores que devem assinar um requerimento de **referendum**. No entanto, o grave erro que contém a proposta aqui defendida por tão ilustres, nobres e dignos Parlamentares permite que esse número possa ser preenchido em apenas um Estado. Um Estado sozinho pode bloquear iniciativa do Congresso Nacional, desde que isso não interesse a um determinado Estado ou a um determinado grupo de Estado. Se temos, neste País, um Estado com 25 ou 30 milhões de habitantes, ele terá um peso enorme nessa decisão. Na emenda fica a possibilidade de que só um Estado tenha a iniciativa do **referendum** e um Estado sozinho derrube uma lei aprovada pelo Congresso Nacional.

No texto do Relator Bernardo Cabral está claro a exigência de que o requerimento de **referendum** deve distribuir-se em cinco ou mais Estados, de modo que um Estado sozinho não possa bloquear leis justas e distributivas, porque é preciso que cinco ou mais Estados requeiram, por percentuais definidos, o **referendum**.

Quero lembrar que é assim na Constituição da Itália: são cinco conselhos regionais que têm de exigir o **referendum**, que têm de requerer o **referendum**. Quero lembrar também que nas Constituições da Alemanha, Espanha e

França essa questão está permitida para a lei ordinária. E na Constituição da União Soviética o **referendum** só pode ser convocado pelo Soviete Supremo e nunca pela assinatura dos cidadãos.

Por isso, apesar de ver nessa emenda um objetivo semelhante àquele que já contém o texto, gostaria de dizer de forma peremptória, categórica e veemente que aquilo que já contém o relatório Bernardo Cabral é mais amplo, irrestrito, abrangente e democrático do que essa proposta que está colocada em questão. Nesse sentido, o parecer da relatoria é, necessária e inequívoca, contrário e pela rejeição.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Em votação.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Ademir Andrade, Carlos Mosconi, Cristina Tavares, Fernando Gasparian, Haroldo Sabóia, José Paulo Bisol, Mário Lima, Nelson Jobim, Nelson Friedrich, Paulo Ramos, Sigmaringa Seixas, Marcos Lima, Octávio Elísio, Uldurico Pinto, Antonio Mariz, Jorge Hage, Vicente Bogo, Nelson Wedekin, José Maurício, Lysâneas Maciel, Bocayuva Cunha, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Plínio Arruda Sampaio, José Genoíno, Haroldo Lima, Roberto Freire e Jamil Haddad. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Alfredo Campos, Aluizio Campos, Artur da Távola, Carlos Sant'Anna, Celso Dourado, Cid Carvalho, Egídio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, João Calmon, João Herrmann Neto, José Fogaça, José Freire, José Geraldo, José Ignácio Ferreira, José Richa, José Ulisses de Oliveira, Milton Reis, Nelson Carneiro, Nilson Gibson, Pimenta da Veiga, Raimundo Bezerra, Rodrigues Palma, Theodoro Mendes, Virgildásio de Senna, José Costa, Chagas Rodrigues, Aécio Neves, Miro Teixeira, José Maranhão, Antonio Carlos Mendes Thame, Arnaldo Prieto, Carlos Chiarelli, Eraldo Tinoco, Inocêncio Oliveira, José Jorge, José Lins, Luís Eduardo, Marcondes Gadelha, Oscar Corrêa, Osvaldo Coelho, Ricardo Fiúza, Sandra Cavalcanti, Enoc Vieira, José Tinoco, Jonas Pinheiro, Gilson Machado, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Gerson Peres, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia, Virgílio Távora, Adolfo Oliveira e Siqueira Campos. **ABSTENÇÃO** do Senhor Constituinte José Serra.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 29 Constituintes; votaram NÃO 54 Constituintes; absteve-se de votar 1 Constituinte. Total: 84 votos. O Destaque foi **rejeitado**.

Tem a palavra, pela ordem, o Constituinte José Serra.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ SERRA?** – Sr. Presidente, fui citado nominalmente pela Constituinte Cristina Tavares a propósito de um empréstimo aprovado hoje pelo Conselho Monetário Nacional para a empresa Transbrasil, da ordem de seis milhões de OTN, ou seja, cerca de 50 milhões de dólares. Como fui citado nominalmente, eu me permitiria fazer um esclarecimento a esse respeito.

Esse empréstimo foi aprovado pelo Conselho Monetário Nacional com um único voto contrário, do representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria, e com o apoio dos empresários. Ele será feito pelo Banco do Brasil à empresa Transbrasil com recursos do Banco Central e com o aval do Tesouro.

É muito importante termos em mente que uma operação como esta significa um aumento líquido do déficit público em torno de 50 milhões de dólares. A operação foi feita dentro das disposições legais vigentes. O Governo não está fazendo nada irregular, mas mostra bem a precariedade do nosso sistema de controle de despesas governamentais.

Quero chamar a atenção dos Srs. Constituintes para o fato de que o texto do capítulo orçamentário incorporado no substitutivo do relator vai impedir que no futuro isto ocorra. Por quê? Porque o Tesouro não poderá fazer suprimimentos. Em primeiro lugar, o Banco Central nunca mais poderá fazer suprimimentos ao Banco do Brasil para que este realize empréstimos. Esta é uma questão muito importante para se ter presente, porque é um mecanismo utilizado pelo Executivo para contornar o controle que deveria ser feito pelo Legislativo. Na medida em que o suprimimento tivesse que ser feito pelo Tesouro, teria ele de constar do orçamento da União ou deveria ser pedida autorização ao Congresso Nacional para tanto, inclusive para a questão do avais.

O Tesouro Nacional está dando um aval da ordem de 50 milhões, de dólares a uma empresa privada para empréstimo feito por um banco público. Além do mais, não é um empréstimo que conta com os estudos de viabilidade a que são submetidos, por exemplo, os empréstimos feitos pelo BNDES. Não há estudos de viabilidade adequados para esse empréstimo.

Portanto, Sr. Presidente, lamento uma medida como essa. Não quero dizer que o Governo está extrapolando as suas funções, porque esta é a legalidade vigente, mas quero chamar a atenção para os capítulos do texto do relator que criam dispositivos que vão impedir que no futuro sejam concedidos subsídios desta ordem com o dinheiro público — o que aumenta o déficit público — sem que o Congresso Nacional possa dizer uma palavra a esse respeito. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** — Aceito a explicação de V. Ex.<sup>a</sup>, particularmente com base no art. 16 do Regimento Interno do Senado Federal, que permite a palavra ao parlamentar quando há uma citação pessoal que requer explicação também de ordem pessoal.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** — Sr. Presidente, peço a palavra para uma indagação.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** — Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** — Sr. Presidente, sendo a sessão de votação a mesma, tanto que V. Ex.<sup>a</sup>, ao término dos trabalhos do dia ao invés de encerrar a reunião, suspende-a entendi que os pedidos de preferência hoje apresentados para os capítulos de um mesmo título são válidos para amanhã, para depois de amanhã, até o término da votação do título. Acontece que vários companheiros estão entendendo que amanhã de manhã precisam reapresentar os pedidos de preferências.

Portanto, gostaria de uma explicação de V. Ex.<sup>a</sup>: as preferências que nós — como entendo — apresentamos hoje, devidamente regulamentares, estão prevalentes, na sessão de amanhã, para os Capítulos II, III e IV?

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** — Nobre Constituinte, de acordo com o que nós mesmos discutimos em reunião a que V. Ex.<sup>a</sup> esteve presente, a apresentação dos pedidos de preferência se faz em tempo hábil em relação ao título. E uma vez apresentada, quando os capítulos correspondentes forem julgados, a preferência é válida.

**Destaque nº 000854-87, do Sr. Haroldo Lima — Emenda nº ES-27324-8, do Sr. Eduardo Bonfim e outros, "que suprime o art. 94 e parágrafo único, do Substitutivo nº 1". (art. 72, do Substitutivo nº 2)". (304ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** — Requerimento de preferência, nos termos regimentais, para o Destaque nº 854, referente à Emenda nº 27324 de autoria

do Constituinte Eduardo Bonfim, solicitado pelo nobre Constituinte Haroldo Lima.

Em votação o requerimento. **(Pausa)** Aprovado.

Trata-se, agora, de se discutir a matéria em si, que pretende suprimir o art. 72 do Substitutivo nº 2.

Concedo a palavra ao nobre Constituinte Haroldo Lima.

**O SR. CONSTITUINTE HAROLD LIMA:** — Sr. Presidente, o destaque que ora defendemos é de autoria dos Constituintes José Maria Eymael, do PDC, Luiz Inácio Lula da Silva, do PT, e Adylson Motta, do PDS, e meu, referente à emenda do Constituinte Eduardo Bonfim.

O destaque pretende suprimir do texto constitucional o art. 72 que prevê o decreto-lei. Em síntese, tem como objetivo não incluir na Constituição que estamos elaborando a figura do decreto-lei.

Há pouco estava ouvindo o Constituinte Afonso Arinos, que me dizia que o instituto do decreto-lei surgiu em 1926, na França, sendo uma criação do ex-presidente da República Francesa, Raymond Poincaré.

No Brasil, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o decreto-lei surgiu pela primeira vez na Constituição de 1937, a "Polaca". No seu art. 12, havia a seguinte formulação:

"O Presidente da República pode ser autorizado pelo Parlamento a expedir decretos-leis, mediante as condições e nos limites fixados pelo ato de autorização."

Isto significa que a "polaca" permitia que o Presidente, autorizado pelo Parlamento, expedisse decretos-leis. A Constituinte de 1946 — a Constituinte liberal que tivemos em nossa República — extinguiu o instituto do decreto-lei no seu texto.

Em 1967, no regime militar, retorna na Constituição, através do art. 58, o instituto do decreto-lei, que ali é posto de sorte que o Presidente poderia expedir decretos com força de lei. Já não fala em decreto-lei nem diz, como em 1937, que poderia ser autorizado a expedir decretos-leis, mas que poderia expedir decretos com força de lei em caso de urgência ou de interesse público sobre segurança nacional e finanças públicas.

Em 1969, o texto que está em vigor, através do seu art. 55, amplia ainda mais ao admitir o decreto-lei para as normas tributárias, criação de cargos públicos e fixação de vencimentos, introduzindo um § 2º, que prevê a rejeição do decreto-lei pelo Congresso, embora a rejeição não implique a nulidade dos atos praticados durante sua vigência.

Ora, a proposta atual retoma essa linha, que ficou cortada na Constituinte de 1946, que extinguiu o decreto-lei, e aqui ela retoma o instituto do decreto, que surgiu em 1937 e foi desenvolvido em 1967 e 1969. Ao invés de nos colocarmos na linha que vem de 1946, colocamo-nos na que vem de 1967. E chegamos a utilizar, Sr. Presidente, terminologia de 1967. Dizemos, no art. 72, que o Presidente da República poderá, solicitado pelo Primeiro-Ministro, adotar medidas provisórias, com força de lei. É a mesma expressão utilizada em 1967, quando se dizia exatamente que o Presidente poderia expender decretos com força de lei.

Por essa exposição que faço penso que fica claro qual a linha autoritária que existiu no nosso País a respeito da utilização desse instrumento e como a prática recente da utilização desse expediente foi nefasta à história recente da nossa República, no regime do General Figueiredo, quando tivemos uma grande quantidade de decretos-leis. O que mostra que esse tipo de expediente pode, em circunstâncias particulares, ser uma forma abusiva de utilização de poder.

Por conseguinte, na hora em que estamos elaborando uma Constituição nova, num clima novo e pretendendo dar passos progressistas e democráticos no sentido de um Brasil novo, não seria conveniente mantermos no texto constitucional esse instrumento que tem essa origem a que me referi, de 1937 e de 1967. Deveríamos, sim, extirpar do texto constitucional esse instituto. Daí o destaque que faço e a proposta que encaminho pela emenda, que é de supressão do art. 72.

Durante o pronunciamento do Sr. Haroldo Lima, o **Sr. Jarbas Passarinho**, Terceiro-Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo **Sr. Fernando Henrique Cardoso**, Quarto-Vice-Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Para encaminhar contra, dou a palavra ao Constituinte Egídio Ferreira Lima.

**O SR. CONSTITUINTE EGÍDIO FERREIRA LIMA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, concebi esta criança como Relator da Comissão de Organização dos Poderes, e gostaria de vê-la nascida e que ela se tornasse um instrumento democrático e necessário à modernização do País.

Constituinte Haroldo Lima comete um grave equívoco, pois confunde decreto que se transforma em lei, pelo caminho democrático com decreto-lei. Quem está influenciado pelo cacoete autoritário é o Constituinte Haroldo Lima. O decreto-lei foi concebido no Estado Novo, com Getúlio Vargas, quando não havia Congresso, e foi usado indiscriminadamente pelo regime autoritário que tivemos longamente – e que ainda temos agora.

Oswaldo Trigueiro, que foi Ministro do Supremo Tribunal Federal, tem um belo trabalho na **Revista Forense** a respeito do decreto que se transforma em lei e que erroneamente chamam de decreto-lei. É interessante observar que esse estudo dele foi anterior à Constituição da Itália. Ali, ele mostra que o legislador, hoje, não é só o Parlamentar. Há hoje uma comunhão entre os Poderes Executivo e Legislativo quanto à elaboração da lei. A celeridade do processo histórico de hoje, a modernização e a complexidade da sociedade exigem instrumento ágil e preciso para que se possa atender aos casos relevantes e de urgência dentro da direção administrativa – que são muito comuns.

Esse texto que aqui está é sábio. Não pertence a mim. É fruto quase literal da concepção, da sedimentação dos italianos como juristas e dos italianos como políticos. A tradução é literal e perfeita do que está na Constituição italiana e que dela se estendeu para a Constituição alemã, para a Constituição francesa, para a Constituição espanhola e para a Constituição portuguesa. Vejam que beleza de construção jurídica, constitucional e política este texto contém:

"Em caso de relevância e urgência, o Presidente da República, por solicitação do Primeiro-Ministro, poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato para conversão – ela não é lei – ao Congresso nacional, o qual, estando em recesso, será convocado extraordinariamente para se reunir no prazo de cinco dias."

Vejam a relevância dessa medida, vejam os limites estabelecidos a essa medida que obrigam inclusive à convocação imediata do Congresso, se estiver em recesso.

Em seguida, o parágrafo único diz que as medidas provisórias perderão eficácia, desde a sua edição – desde o momento em que editadas – se não forem convertidas em lei, no prazo de trinta dias, a partir de sua publicação, devendo o Congresso nacional disciplinar as relações jurídicas delas decorrentes: Os danos delas decorrentes poderão ser disciplinados pelo Congresso.

Trata-se, portanto, de medida eficaz, heróica, necessária, indispensável a um Estado moderno, altamente democrática e juridicamente bem elaborada. Não podemos, nesta hora, evidenciar conservadorismo e atraso. Neste momento, temos o compromisso, perante o País e o seu futuro, de elaborar o que for de melhor. Fomos buscar no direito comparado o que de melhor ele fez e concebeu a respeito da matéria.

Felizmente, para honra nossa, à mesma época em que a Itália pensava em uma medida provisória, com força de lei, a ser submetida ao Congresso, o nosso Oswaldo Trigueiro, com lucidez, perspicácia e sedimentação, já pensava de maneira idêntica. Estou certo de que esta Casa manterá o texto, rejeitando a emenda. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Adylson Motta.

**O SR. CONSTITUINTE ADYLSON MOTTA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, tenho absoluta tranqüilidade quanto à aprovação do destaque que visa à supressão do art. 72. O PMDB é maioria nesta Casa e tenho bem presente a sua promessa, feita no palanque eleitoral, de abolir os instrumentos da exceção e, especificamente, se referiu ao decreto-lei e ao decurso de prazo. Então, quanto à aprovação, eu, que ainda confio nos políticos, tenho a tranqüilidade de que a maioria do PMDB vai garanti-la.

Sr. Presidente, quero apenas dizer ao orador que me antecedeu – um homem brilhante a quem tenho apreciado ao longo das suas manifestações nesta Casa – que a Constituição brasileira de 1946 tida como modelo das Constituições brasileiras, não tinha inserido entre os seus preceitos o instituto do decreto-lei, que foi criado no regime autoritário de 1937 e repetido no regime discricionário de 1967.

Parece-me, Sr. Presidente, que nos vinte anos que medei entre o início da redemocratização e a Revolução de 1964, não houve prejuízos irreparáveis no Brasil pela ausência da figura do decreto-lei no texto constitucional. Quero acrescentar que na Itália é usado o decreto-lei. A Constituição de 1947 o admitia, mas no dia da sua publicação era remetido para o Congresso apreciá-lo. Neste caso, fala-se em "imediatamente" e dá-se um prazo de cinco dias para o Congresso apreciá-lo. Apenas para ilustrar: temos 129 decretos-leis dormitando nas gavetas e nos escaninhos do Congresso Nacional porque não conseguimos, durante um ano fazer uma reunião sequer com **quorum** para apreciá-los. O Presidente da República, que prometeu nunca mais utilizar o instituto do decreto-lei, já o acionou 87 vezes. E o mais grave é que passou quatro meses e quatro dias sem remetê-los para o Congresso Nacional. Embora não haja no texto atual a palavra "imediatamente", se pressupõe que num tempo relativamente curto S. Ex.<sup>a</sup> cumpre o seu dever constitucional de submeter essas medidas à apreciação do Congresso.

Então, Sr. Presidente, pela experiência que temos nesta Casa, sou obrigado a defender a supressão da reedição do instituto do decreto-lei, embora de maneira um pouco disfarçada. O decreto-lei tem sido acionado indevidamente pelo Governo porque nunca se caracterizaram, nas hipóteses contempladas, a urgência e a extrema necessidade. Muitas vezes o decreto-lei está sendo baixado com aumentos de despesa, apesar de que o outro pressuposto para sua edição seja não haver aumento de despesa.

Por todas essas razões, Sr. Presidente, vou encaminhar contrariamente. Quero apenas referir que o decreto-lei, hoje, gera efeitos até a sua apreciação pelo Congresso, o que significa dizer que faz um ano que estamos governando com uma série de prejuízos para a sociedade porque o Congresso não os aprecia. Estamos sendo, então, coniventes.

Pela proposta apresentada, o decreto perde seus efeitos a partir do dia da sua publicação. Mais uma respon-

sabilidade ao Congresso que vai ter de encontrar uma fórmula para disciplinar as relações jurídicas decorrentes dos efeitos causados pela edição do decreto. Vai terminar estourando mais uma vez em cima do Congresso a responsabilidade pela edição desse instrumento de exceção.

Por isso, Sr. Presidente, com absoluta convicção, voto contrariamente à existência do decreto-lei no novo texto constitucional que se propõe.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Passo a palavra ao Constituinte Nelson Jobim, para falar contra.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON JOBIM:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, ouvimos a palavra abalizada do eminente Constituinte do Partido Democrático Social do Rio Grande do Sul. Adylson Motta, que fez um brilhante discurso e uma longa análise daquilo que não está sendo votado neste momento. S. Ex.<sup>a</sup> referiu-se ao decreto-lei constante da Carta de 1969, com o qual seu partido sobreviveu por muitos anos. E a Carta de 1969 nada tem a ver, absolutamente, com o texto do art. 72 do projeto do Sr. Relator. São duas coisas completamente distintas. Dizia-se, e se diz, no § 1º do art. 55 da Constituição de 1969:

§ 1º – "Publicado o texto, que terá vigência imediata, o decreto-lei será submetido pelo Presidente da República ao Congresso Nacional, que o aprovará ou rejeitará, dentro de sessenta dias a contar do seu recebimento, não podendo emendá-lo; se, nesse prazo, não houver deliberação, aplicar-se-á o disposto no § 3º do art. 51", que era exatamente o decurso de prazo.

"§ 2º – A rejeição do decreto-lei não implicará a nulidade dos atos praticados durante a sua vigência."

Este era e é o modelo legislativo da Carta de 1969. Pelo que se lê no art. 72 do texto, não se usa a palavra "decreto-lei", mas a expressão "medidas provisórias com força de lei", sobre o que a Constituição italiana de 1948 dispõe. E eu queria lembrar ao eminente Constituinte Adylson Motta – e o ouvi com toda a atenção – que os cinco dias marcados para a medida vir ao Congresso não significa que o Congresso vai decidir a respeito. Se não decidir nos cinco dias, o decreto-lei ficará vigente? Absolutamente não. Basta a leitura atenta e sem os óculos deformadores da ideologia. Vejamos o art. 72:

"... poderá adotar medidas provisórias, com força de lei devendo submetê-las, de imediato, – não no dia seguinte, como queriam os italianos para a conversão – que é o instituto que o decreto-lei de 1969 não conhecia – ao Congresso Nacional, o qual, estando em recesso, será convocado extraordinariamente para se reunir no prazo de cinco dias.

Parágrafo único – As medidas provisórias perderão eficácia, desde a sua edição, se não forem convertidas em lei, no prazo de trinta dias, a partir da sua publicação..."

Então, vejamos V. Ex.as que se a medida provisória editada pelo Governo não for convertida em lei, pelo Congresso, no prazo de trinta dias, perde a eficácia. O que diz a Carta de 1969, produzida no bojo do partido do eminente Constituinte Adylson Motta? O contrário: se o Congresso não apreciar a matéria em sessenta dias, ela se transforma em lei, de imediato. Poderia o Congresso emendar? Não, não poderia.

Ora, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, a figura das medidas provisórias com força de lei se radica na Constituição italiana de 1948 com essa configuração democrática. Está, na Constituição grega, lapidamente redigida e também, de forma um pouco diversa, na Constituição francesa, porque lá se exige uma lei de autorização. Essa

lei de autorização pretendida pelo Governo, se aprovada, permite que o Governo no âmbito legal emita as **ordonnances**, que equivalem aos nossos decretos-leis.

Este é o instituto insculpido pelo Sr. Relator, que mostra realmente que estamos produzindo um texto democrático, mas adaptado a um mundo moderno, às ânsias deste, e que permite, em casos de relevância e urgência atos dessa natureza. Mas a soberania completa, popular, que deve existir na representação do Congresso, está plenamente assegurada.

Daí porque encaminho a votação favoravelmente a manutenção do texto original pois aqui não se trata daquilo a que o eminente Constituinte Adylson Motta quis referir-se. Aqui não é o Decreto-lei de 1969; são as medidas provisórias, modernas, embasadas nas Constituições ocidentais, que têm que ser mantidas como uma forma lógica e consciente de legislar num mundo que corre muito mais rápido que o modelo de Parlamento em que ainda vivemos, que é o das democracias do século XIX. Precisamos ter consciência disso, consciência que a Europa teve logo após a guerra, logo após o fascismo, que a Grécia teve logo após a queda dos coronéis, e que teremos aqui neste Brasil de 1987. (Palmas)

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ COSTA:** – Sr. Presidente, pela ordem. Não entendi se o nobre Constituinte Nelson Jobim encaminhava a votação contra ou a favor da aprovação da emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Contra a emenda e a favor do texto, evidentemente. Tudo de acordo com o Regimento.

Concedo a palavra ao nobre Relator Adolfo Oliveira.

**O SR. RELATOR (Adolfo Oliveira):** – Sr. Presidente, seremos muitíssimo breve.

O eminente Relator-Geral, nobre Constituinte Bernardo Cabral, deixou-nos as linhas gerais da defesa do seu texto. Mas confesso – e acredito que falo em nome dos nobres Constituintes José Fogaça e Antônio Carlos Konder Reis – que dificilmente essas linhas mestras, de defesa do texto ultrapassariam os limites do que foi aqui articulado e enunciado pelos nobres e eminentes Constituintes Egídio Ferreira Lima e Nelson Jobim.

Vamos, todos, ter a maturidade de reconhecer a necessidade de que existam instrumentos legais ágeis e modernos, sem as características desmoralizadas do decreto-lei, ditatorial e autoritário, como sempre foi, objeto de uso e de abuso.

O texto disciplina muitíssimo bem o que teremos daqui por diante, com um instrumental legislativo moderno, adequado, democrático e correto.

Por estas razões, Sr. Presidente, exaltando o alto nível do debate, a Relatário subscreve **in totum** os conceitos emitidos pelos nobres Constituintes Egídio Ferreira Lima e Nelson Jobim, defendendo o texto e dando parecer contrário à emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Com o parecer contrário do Relator, o destaque vai à votação.

(Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Cristina Tavares, Uldurico Pinto, Chagas Rodrigues, Adylson Motta, José Maurício, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Haroldo Lima e José Maria Eymael. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Artur da Távola, Carlos Mosconi, Carlos Sant'Anna, Celso Dourado, Cid Carvalho, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Gasparian, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Lyra, Haroldo Sabóia, Ibsen Pinheiro, João Calmon, João Herrmann Neto, José Fogaça, José

Freire, José Geraldo, José Inácio Ferreira, José Richa, José Serra, José Ulisses de Oliveira, Mário Lima, Milton Reis, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nilson Gibson, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Raimundo Bezerra, Rodrigues Palma, Sigmaringa Seixas, Theodoro Mendes, Virgildásio de Senna, Marcos Lima, Octávio Elísio, José Costa, Antonio Mariz Jorge Hage, Vicente Bogo, Euclides Scalco, José Maranhão, Alcení Guerra, Antoniocarlos Mendes Thame, Arnaldo Prieto, Eraldo Tinoco, José Lins, José Santana de Vasconcellos, Luís Eduardo, Marcondes Gadelha, Oscar Corrêa, Oswaldo Coelho, Sandra Cavalcanti, Enoc Vieira, José Tinoco, Jonas Pinheiro, Gilson Machado, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Gerson Peres, José Luiz Maia, Virgílio Távora, Bocayuva Cunha, Francisco Rossi, Adolfo Oliveira, Roberto Freire e Jamil Haddad.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**  
– A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 11 Constituintes; votaram NÃO 68 Constituintes. Total: 79 votos. O Destaque foi **rejeitado**.

**Destaque nº 6458/87 – Emenda nº ES-34683, do Sr. Adolfo Oliveira, "que dá nova redação ao art. 104, do Substitutivo nº 01 (art. 81, "caput" do Substitutivo nº 02)".**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**  
– Passamos, agora, ao requerimento de preferência relativo à Emenda nº 34683, que dá nova redação ao **caput** do art. 81, do 2º Substitutivo.

A Emenda nº 28 vem assinada pelo Líder do PL, Constituinte Adolfo Oliveira. Pergunto a S. Ex.<sup>a</sup> se, em se tratando de emenda de redação, mantém a emenda.

**O SR. CONSTITUINTE ADOLFO OLIVEIRA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a emenda é extremamente simples. Pretende mudar a redação do **caput** do art. 81, que diz o seguinte:

"Art. 81. Ao Tribunal de Contas da União, órgão auxiliar do Congresso Nacional no exercício do controle externo, compete:"

A emenda opta por uma redação que diz a mesma coisa, mas em ordem diferente. A redação é a seguinte:

"Art. 81. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete:"

Esta é, Sr. Presidente, pura e simplesmente, a redação que propomos para o **caput** do art. 81.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**  
– Dou a palavra ao nobre Relator, para saber se S. Ex.<sup>a</sup> acolhe de plano esta emenda de redação.

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – Sr. Presidente, não há dúvida alguma de que a emenda do Constituinte Adolfo Oliveira é perfeitamente sistematizável (palmas), porque no § 1º do art. 37 já usamos o mesmo procedimento, ao estabelecer que "o controle externo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado ou dos Municípios, ou do Conselho de Contas dos Municípios S. Ex.<sup>a</sup> deseja que o **caput** do art. 81 fique com a seguinte redação:

"Art. 81. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União."

Trata-se apenas de uma adaptação, uma compatibilizarão do texto, o que é perfeitamente aceitável. Portanto, a Relatária acolhe a emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**  
– Nesses termos, passamos para outro destaque.

Em votação o Pedido de Preferência nº 27, relativo ao Destaque nº 2452, referente à Emenda nº 33199, do Constituinte Vivaldo Barbosa e que diz respeito ao art. 83.

Os Srs. Constituintes que estiverem de acordo, permaneçam como estão. **(Pausa)** Aprovado.

O destaque é do Constituinte Adhemar de Barros Filho. Como S. Ex.<sup>a</sup> não se encontra presente e não há Constituinte por ele indicado, está prejudicado o destaque.

Esse destaque é sobre a redação final do Título III, que será distribuída aos Srs. Constituintes.

**Destaque nº 003144-87 – Emenda nº ES 24522-8, do Sr. José Maurício, "que modifica o art. 108, do Substitutivo nº 1 (art. 85 "caput", do Substitutivo nº 2)". (305ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Em votação o Pedido de Preferência nº 28, referente ao Destaque nº 3144, relativo à Emenda nº 24522, do Constituinte José Maurício.

Os Srs. Constituintes que estiverem de acordo, permaneçam como estão. **(Pausa)** Aprovado.

O destaque é relativo ao art. 85 e pede que a redação do referido artigo seja da seguinte maneira:

"Art. 85. Aplicam-se aos Tribunais de Contas dos Estados, dos Municípios, do Distrito Federal e aos Conselhos de Contas dos Municípios, em suas respectivas jurisdições, as disposições referentes ao Tribunal de Contas da União, conferindo-se aos Conselheiros os mesmos direitos, vencimentos, vantagens, prerrogativas, garantias e impedimentos dos Desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado."

Tem a palavra o nobre Constituinte José Maurício, para encaminhar a favor da sua emenda.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ MAURÍCIO:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, nossa emenda objetiva uniformizar e padronizar as competências e atribuições dos Tribunais de Contas da União, dos Estados e do Distrito Federal, sobretudo levando-se em conta que cada unidade federativa, ao elaborar a sua Carta constitucional, haverá evidentemente de estabelecer terminologias, competências e atribuições diferenciadas.

Daí trazermos o tema à colação, esperando o apoio dos eminentes integrantes desta Comissão à emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**  
– Tem a palavra o Constituinte Adylson Motta, para encaminhar contra.

**O SR. CONSTITUINTE ADYLSON MOTTA:** – Sr. Presidente, a emenda recomenda a vinculação ou equiparação de vencimentos entre os membros do Tribunal de Contas e Desembargadores, se bem captei seu espírito. E, pelo § 10 do art. 43, integrante do Capítulo VII, "Da Administração Pública", é vedada a vinculação ou equiparação de qualquer natureza. Então, a proposta colide com o que já foi aqui decidido e aprovado na sessão de ontem.

Apenas queria fazer esse reparo, que, parece-me, inviabiliza a emenda apresentada.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**  
– Concedo a palavra ao relator, para que opine sobre a matéria – aliás, sobre a questão de ordem levantada pelo Constituinte Adylson Motta, pela prejudicialidade.

**O SR. RELATOR (Antônio Carlos Konder Reis):** – Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Constituintes, a preocupação do nobre Constituinte José Maurício é válida, mas a formulação da emenda não permite que o Sr. Relator-geral emita parecer favorável.

Em primeiro lugar, em razão dos argumentos aqui apresentados pelo nobre Constituinte Adylson Motta. Já

em outro dispositivo do projeto está vedada a vinculação de vencimentos, em termos gerais e, até, em termos absolutos. Portanto, a orientação do Sr. Relator-geral era no sentido de se fugir de qualquer norma ou dispositivo que estabelecesse vinculação de vencimentos, matéria, aliás, de alta complexidade e que trouxe grandes dificuldades, porque nas Constituições anteriores estavam como que consagradas algumas vinculações, especialmente aquela que estabelecia a paridade de remuneração entre Desembargadores dos Tribunais de Justiça e Secretários de Estado. Havia outras vinculações. Então, o Sr. Relator tomou como regra não acolher proposta alguma sobre vinculação.

Peço ainda a atenção do nobre Sr. Constituinte para a amplitude da sua emenda, no que toca a direitos, vencimentos, vantagens, garantias e impedimentos dos Desembargadores dos Tribunais de Justiça, dos membros dos Tribunais de Contas dos Estados e Municípios, do Distrito Federal e dos Conselhos de Contas dos Municípios.

Essa equiparação de competências, prerrogativas e vantagens, excetuando a de vencimentos, é realmente uma norma que não comporta qualquer parecer favorável. É extremamente ampla. Os Conselhos de Contas e os Tribunais de Contas dos Municípios estão num outro nível da administração e não podem, de modo algum, merecer uma equiparação, em termos de vantagens, prerrogativas e competências, com os membros dos Tribunais de Justiça dos Estados.

Em razão dessas questões de ordem técnica, em nome do Sr. Relator-geral, manifesto-me contrariamente à emenda, ressaltando, contudo, os altos objetivos da proposição.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ MAURÍCIO:** – Sr. Presidente gostaria de indagar do eminente Relator se poderíamos retirar a expressão "vencimentos", e se, em a tirando, S. Ex.<sup>a</sup> adotaria a nossa emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – A Mesa responde a V. Ex.<sup>a</sup> que não há possibilidade, porque já foi apresentado um destaque dessa maneira.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ MAURÍCIO:** – Então, V. Ex.<sup>a</sup> há de submetê-la a votos.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Comparecer contrário do Relator, submeteremos a emenda a votos.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Uldurico Pinto, José Luiz Maia, José Maurício, Lysâneas Maciel, Gastone Righi e Haroldo Lima. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Aluizio Campos, Artur da Távola, Carlos Mosconi, Carlos Sant'Anna, Celso Dourado, Egídio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Gasparian, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Lyra, Haroldo Sabóia, Ibsen Pinheiro, João Calmon, José Fogaça, José Freire, José Ignácio Ferreira, José Richa, José Serra, José Ulisses de Oliveira, Mário Lima, Milton Reis, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nilson Gibson, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Raimundo Bezerra, Rodrigues Palma, Sigmaringa Seixas, Theodoro Mendes, Virgildásio de Senna, Octávio Elísio, José Costa, Chagas Rodrigues, Jorge Hage, Vicente Bogo, Euclides Scalco, José Maranhão, Alcení Guerra, Eraldo Tinoco, José Lins, Luís Eduardo, Marcondes Gadelha, Osvaldo Coelho, Ricardo Fiúza, Sandra Cavalcanti, Enoc Vieira, José Tinoco, Jonas Pinheiro, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Gerson Peres, Adylson Motta, Francisco Rossi, Joaquim Bevilacqua, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Adolfo Oliveira, José Maria Eymael, Roberto Freire e Jamil Haddad.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 6 Cons-

tituintes; votaram NÃO 63 Constituintes. Total: 69 votos. O destaque foi **rejeitado**.

O capítulo, portanto, é considerado encerrado e aprovado.

Concedo a palavra; pela ordem, ao Constituinte Carlos Sant'Anna.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Sr. Presidente, ainda há pouco – não estava V. Ex.<sup>a</sup> na Presidência e, sim, o Senador Jarbas Passarinho – recebi informação, diante de indagação que fiz, de que os pedidos de preferência apresentados hoje para o Título IV e correspondentes aos Capítulos I, II, III e IV estavam prevalentes – foi a palavra que usei – para amanhã, porque a sessão, inclusive, não se interrompe, é suspensão. Portanto, não haveria necessidade de reapresentação. Entendi que se seguiria a ordem, de acordo com a lista manuscrita que nos foi apresentada.

Estou atento, procurando saber e entender, ao mesmo tempo em que estou sendo informado de que não é nada disso que vai prevalecer amanhã. Amanhã, vai prevalecer um acordo que, agora à noite, as Lideranças vão fazer sobre o que, em termos de votação, vai ser votado.

Entendi que a sequência das preferências já estava demonstrada pela lista que nos foi apresentada e que seria seguida pela Mesa. Não pela Mesa, mas a informação que dela recebi foi essa. Pelo menos entendi assim. Mas agora estou informado de que não será assim. Vai haver essa reunião de Lideranças, quando então pedirei que acolham algumas das preferências que desejam.

Não entendi que tenha sido essa a norma e nem pude compreendê-la. Assim, venho novamente, para poder compreender bem, solicitar a V. Ex.<sup>a</sup> – pena que não seja também o Senador Jarbas Passarinho, porque, às vezes, muda a Presidência e também a interpretação – que explique como vai ser feita a ordem das votações da preferência amanhã.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Constituinte Roberto Freire.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Sr. Presidente, poderia fazer uma consideração, em função não apenas do que foi acertado em termos de Lideranças, mas do que resultou em uma Resolução da Presidência da Assembleia Nacional Constituinte, de comum acordo com todas as Lideranças.

Inicialmente esclareço que a ordem das preferências que foram solicitadas para este título continuam como estão, de acordo com a ordem de entrada. Ocorre, entretanto, que uma decisão e uma resolução da Assembleia Nacional Constituinte criaram mecanismos, como esta nova forma de votação dos títulos, para que as Lideranças, por consenso ou desde que representem 2/3 do Plenário da Comissão, ou a minoria – 10% do Plenário da Comissão – possam solicitar, a qualquer momento, preferência para capítulos, para seções dentro de capítulo e para dispositivo de qualquer das seções e qualquer dos capítulos.

Feito isso, é evidente que esse pedido de preferência não significa votação nem aprovação de mérito. Qualquer Constituinte da Comissão de Sistematização pode levantar-se contra este pedido de preferência. E se a maioria, em votação, não aceitá-lo, evidentemente não valerá aquele pedido, passando a valer aquela ordem que cá está.

Esta é a sistemática. E, mais, foi a sistemática adotada no final da votação do Capítulo III, foi a adotada hoje – votamos o tempo todo preferências requeridas pelas Lideranças com base nessa resolução – e amanhã, de acordo também com um requerimento aprovado no início da sessão de hoje, iremos votar da mesma forma os pedidos de preferência para o capítulo que trata do Poder Exe-

cutivo. Isto foi aprovado hoje de manhã por maioria absoluta. Fiz, ainda, questão – inclusive, a Mesa era presidida por V. Ex.<sup>a</sup> – que constasse o fato de que havia sido por unanimidade.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Sr. Presidente, volto a falar por causa da decisão de hoje pela manhã, adotada na reunião de Lideranças – para não dizer outra coisa, pois dela não tive conhecimento.

Veja V. Ex.<sup>a</sup> que quanto a pedidos de preferência, há necessidade, inclusive, de colher a assinatura de Líderes, como, por exemplo, do Líder e Constituinte José Lourenço, que representa mais de 1/3 de votos. Alguns, porém, sequer hoje foram votados. Então, se essa relação de pedidos de preferência a cada dia é abandonada por uma outra que no dia seguinte é feita, iremos ficar votando aqui, na Comissão de Sistematização, somente as preferências sobre as quais as Lideranças, na noite ou na madrugada anterior, tenham decidido, como se fôssemos, assim, uma manada tocada por boiadeiros. Quer dizer, vamos votando exatamente o que na madrugada as Lideranças tenham decidido.

Se isto contar, evidentemente, com a compreensão da Mesa, acomodar-me-ei à decisão e com toda a humildade irei até buscar o pedido. Mas estou achando estranho que a Comissão de Sistematização da Assembléia Nacional Constituinte se tenha dobrado e se curvado tanto, que agora as Lideranças resolvam criar suas próprias ordens e que a seu capricho mudem a cada instante, enquanto nós outros, Constituintes, sequer sabemos sob que regras ou sob que fundamentos estamos trabalhando.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Constituinte Carlos Sant'Anna, a Mesa tem a informar o seguinte: em primeiro lugar, a Mesa não se imiscui na atuação das Lideranças. Aliás, também não desconhece o § 9º de uma resolução de cuja decisão V. Ex.<sup>a</sup> foi parte – concordamos todos – que diz o seguinte:

"Além do período destinado à apresentação de preferências – 30 minutos – poderão ser oferecidas outras, através de 10% dos membros da Comissão ou de líderes que representem esse índice para votação de capítulo ou de dispositivo, independentemente de sua ordem."

A Mesa é obrigada a curvar-se à disposição que foi unanimemente acordada. E vai fazê-lo não por se tratar de líderes, mas por ter sido uma decisão da Mesa da Assembléia Nacional Constituinte e, depois, do Plenário da Comissão de Sistematização, a quem essa decisão foi submetida.

Pediria a V. Ex.<sup>as</sup> que, daqui em diante, caso as Lideranças apresentem algo inconveniente, recusem, para que a Mesa tenha, então, base para atender às reclamações.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Veja bem, Sr. Presidente, estou entendendo que são as mesmas preferências e não outras.

Por outro lado, isso realmente está escrito, V. Ex.<sup>a</sup> acabou de ler, mas a expressão "independentemente de sua ordem" não foi aprovada na reunião.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Perdão, mas tenho o texto aqui. É o texto aprovado e que foi lido aqui. Sou obrigado a cingir-me aos papéis oficiais.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Não foi isso o que discutimos lá. Mas, tudo bem, está escrito aí. Entretanto, o que está escrito não foi o que aprovamos – não quanto à expressão "independentemente da sua ordem", ou coisa parecida.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Pelo que lembro, foi isso. Além do mais, o Presidente que aqui estava submeteu esse texto à votação.

**Redação final do Título III, do Sr. Bernardo Cabral, do Projeto de Constituição (306ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Srs. Constituintes, há ainda uma votação final a fazer.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Sr. Presidente, desejo um esclarecimento sobre a votação.

V. Ex.<sup>a</sup> vai submeter à votação a redação final do Título III. Pergunto à Mesa se o prazo para apresentarmos destaques de plenário refere-se ao preâmbulo do Título I e II. O Título III será em outro prazo?

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – O Título III será no sábado e na terça-feira.

**O SR. CONSTITUINTE ADYLSO MOTA:** – Sr. Presidente, pediria a V. Ex.<sup>a</sup> a gentileza de esclarecer qual o tipo de destaque que se poderá fazer para plenário.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Qualquer destaque que V. Ex.<sup>a</sup> desejar. Não há nenhuma restrição. Dentre as emendas apresentadas, V. Ex.<sup>a</sup> tem toda a liberdade.

**O SR. CONSTITUINTE ADYLSO MOTA:** – Em qualquer fase?

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Entendo que sim, ou melhor, desde que se refira às apresentadas no Substitutivo 1 e no Substitutivo 2. V. Ex.<sup>a</sup> tem aí um arsenal imenso.

**O SR. CONSTITUINTE ERALDO TINOCO:** – Sr. Presidente, não vejo nenhuma razão de ordem de calendário para a votação dessa redação final neste momento. Isso porque uma votação dessa ordem, já que o avulso foi distribuído agora, implicaria uma aprovação ou uma manifestação dos Srs. Constituintes sem sequer haver possibilidade de se ler a redação final. Por isso, sugiro a V. Ex.<sup>a</sup> que esta votação seja colocada no início da reunião de amanhã, uma vez que nada prejudicaria o andamento dos trabalhos, desde que esse título só deverá entrar em plenário daqui a algumas semanas.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – A razão pela qual se pede a votação esta noite, em primeiro lugar, é porque ontem procedemos assim e, em segundo lugar, porque permite a apresentação de destaques, dá mais tempo e espaço à apresentação dos destaques. V. Ex.<sup>as</sup> terão mais tempo para ler e apresentar os destaques. Isso é para facilitar o trabalho de V. Ex.<sup>as</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE ERALDO TINOCO:** – Sem querer dialogar com a Mesa, eu me permito dizer que ontem havia uma razão de ordem prática para a votação: os destaques deveriam ser apresentados amanhã e no sábado. Mas, em relação a este título, não há essa limitação. De sorte que acho muito prejudicial votar a redação final sem sequer haver oportunidade de os Constituintes fazerem uma leitura, pelo menos dinâmica, do texto.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Agradeço o registro de V. Ex.<sup>a</sup>, mas submeterei à votação o Título III.

Peço a V. Ex.<sup>as</sup> que tomem seus lugares.  
Em votação o Título III, na sua redação final.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Artur da Távola, Celso Dourado, Cid Carvalho, Egídio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Gasparian, Fernando Henrique Cardoso, Haroldo Sabóia, Ibsen Pinheiro, José Fogaça, José Freire, José Richa, José Serra, Mário Lima, Milton Reis,

Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nelton Friedrich, Nilson Gibson, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Raimundo Bezerra, Sigmaringa Seixas, Octávio Elísio, José Costa, Uldurico Pinto, Chagas Rodrigues, Jorge Hage, Vicente Bogo, Alcení Guerra, Ontoniacarlos Mendes Thame, José Lins, José Santana de Vasconcellos, Sandra Cavalcanti, Enoc Vieira, José Tinoco, Jonas Pinheiro, Antônio Carlos Konder Reis, Gerson Peres, José Luiz Maia, Lysâneas Maciel, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Adolfo Oliveira, José Maria Eymael, Haroldo Lima e Roberto Freire. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Carlos Sant'Anna, Theodoro Mendes, José Maranhão e Darcy Pozza. **ABSTENÇÃO** dos seguintes Senhores Constituintes: Aluizio Campos, Rodrigues Palma, Virgildásio de Senna, Amaldo Prieto, Eraldo Tinoco, Luís Eduardo, Gilson Machado e Adylson Motta.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 53 Constituintes; votaram NÃO 4 Constituintes; abstiveram-se de votar 8 Constituintes. Total: 65 votos. Aprovada a Redação Final do Título III.

Antes de suspender a reunião peço aos Senhores Deputados que permaneçam no recinto, porque haverá sessão da Câmara dos Deputados.

#### IV – SUSPENSÃO DA REUNIÃO

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – A Presidência vai suspender os trabalhos, convocando os Senhores Constituintes para a continuação da presente reunião, amanhã, 30-10-87, às 9:00 horas.

Está suspensa a reunião.

#### EM 30 DE OUTUBRO DE 1988

Presidência dos Srs.: **Aluizio Campos**, Primeiro-Vice-Presidente; **Afonso Arinos**, Presidente; **Jarbas Passarinho**, Terceiro-Vice-Presidente.

#### I – REABERTURA DA REUNIÃO

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Havendo número regimental, declaro aberta a reunião, suspendendo-a, todavia, pelo prazo de meia hora, para que possam ser ultimados entendimentos entre as Lideranças a respeito de preferências que estão sendo negociadas.

Está suspensa a reunião.

**(Suspensa às 9 horas e 17 minutos, a reunião é reaberta às 10 horas e 8 minutos.)**

#### II – EXPEDIENTE

**Ofícios do Sr. Líder do PFL:**

"Ofício nº 280/87-PFL

Brasília, 30 de outubro de 1987

A Sua Excelência o Senhor  
Constituinte Ulysses Guimarães  
DD. Presidente da Assembléia Nacional Constituinte  
Senhor presidente:

Nos termos do Regimento Interno, tenho a honra de solicitar a Vossa Excelência a substituição de representantes do Partido da Frente Liberal na Comissão de Sistematização a saber: Constituintes Alcení Guerra, Aluizio Chaves, Arnaldo Prieto, José Jorge, José Lins, José Thomaz Nonô, Mário Assad, Mendes Thame, Carlos Chiarelli e Marcondes Gadelha, pelos Constituintes: Jesualdo Cavalcanti, Assis Canuto, Enoc Vieira, Jonas Pinheiro, Mozarildo Cavalcanti, Paes Landim, Geovani Borges, João Menezes, Jofran Frejat e Annibal Barcellos.

Atenciosamente, Constituinte **José Lourenço**, Líder do PFL"

#### DESPACHO

"Dispõe o seguinte o art. 83 do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte:

"Na Resolução de casos omissos neste Regimento, a Presidência poderá valer-se, subsidiariamente, do estabelecido nos Regimentos da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal."

Não há no Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte dispositivo que regule a espécie configurada no Requerimento de substituição de membros da Comissão de Sistematização em exame.

Impõe-se, assim, a remissão ao Regimento subsidiário da Câmara dos Deputados, que em seu art. 47, § 7º, preceitua:

"Iniciados os trabalhos de uma Comissão, os Deputados que deles estiverem participando não poderão ser substituídos no curso da reunião, salvo por suplente."

Pela disciplina de trabalho organizada pelos Líderes partidários, com as Mesas da Assembléia Nacional Constituinte e da Comissão de Sistematização, ficou estabelecido que a votação da matéria se daria em Títulos. O início da votação do Título IV se deu no dia 28 de outubro, quarta-feira, e se estenderá até o dia 6 de novembro, sexta-feira, já tendo sido votado o Capítulo I.

Assim, havendo sido iniciada a votação da matéria, impõe-se o cumprimento do pré-mencionado art. 47, § 7º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

As substituições só serão admitidas quando o membro da Comissão esteja impossibilitado de comparecer, por exemplo, por motivo de viagem, doença ou força maior, consoante estabelece o art. 80 e seu § 2º do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Cumprir destacar que entre os nomes relacionados à respectiva titularidade resulta do § 1º, do art. 13 do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, como Presidente de Comissões Temáticas e Relatores destas e das Subcomissões.

Portanto, foi a condição de Presidentes ou Relatores que compulsoriamente lhes asseguraram, como membros natos, a integração na Comissão de Sistematização.

É a decisão, com todo o respeito que me merece o Deputado José Lourenço, como Constituinte e Líder do Partido da Frente Liberal. Ao Sr. Presidente da Comissão de Sistematização.

Brasília, 30 de outubro de 1987. – Constituinte Ulysses Guimarães, Presidente da Assembléia Nacional Constituinte."

"Ofício nº 281/87-PFL

Brasília, 30 de outubro de 1987

Ao Excelentíssimo Senhor  
Deputado Ulysses Guimarães  
DD. Presidente da Assembléia Nacional Constituinte

Senhor Presidente:

Tendo assumido o cargo de Ministro da Educação, comunico a Vossa Excelência, para os devidos fins, que o Senador Hugo Napoleão deixa de integrar, a partir desta data, a Comissão de Sistematização.

Em substituição ao seu nome, indico para Membro Suplente da referida Comissão, o Deputado Jesualdo Cavalcanti.



Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência protestos do meu distinto apreço e elevada consideração. – Deputado **José Lourenço**, Líder do PFL."

#### REQUERIMENTO

##### Do Sr. Vice-Líder do PDC:

"Excelentíssimo Senhor  
Presidente da  
Comissão de Sistematização

Senhor Presidente

Na forma regimental, requeiro a substituição do Constituinte Roberto Balestra, como Suplente do PDC nesta Comissão, pelo Constituinte José Maria Eymael, durante o dia 31-10-87, amanhã.

Sala das Reuniões, 30 de outubro de 1987. – Constituinte **Siqueira Campos**, Vice-Líder do PDC."

"Senhor Presidente,

Os Líderes partidários, abaixo assinados, requerem a V. Ex.<sup>a</sup> que os destaques e preferências relativos ao art. 52 e seus parágrafos, sejam colocados em votação antes da apreciação dos destaques referentes ao Capítulo IV, Título IV, que trata do Poder Judiciário.

Brasília, 30 de outubro de 1987. – **Euclides Scalco**, PMDB – **Roberto Freire**, PCB – Plínio Arruda Sampaio, PT – Haroldo Lima, PC do B – **Gastone Righi**, PTB – **Brandão Monteiro**, PDT – **Jamil Haddad**, PSB – **Inocêncio Oliveira**, PFL."

#### III – ORDEM DO DIA

##### VOTAÇÃO DO PROJETO DE CONSTITUIÇÃO

##### TÍTULO IV (continuação)

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Está reaberta a reunião.

##### Continuaremos a votação do Capítulo III do Título IV.

**Requerimento de preferência para votação do Destaque nº 000161-87 – Emenda nº ES-33025-0, do Sr. Vivaldo Barbosa, "que dá nova redação à Seção I e II, do Capítulo II e III do Título V do Substitutivo 1 (Seção I, Capítulo IV, do Substitutivo 2)". (307ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Sobre a mesa, requerimento de preferência para votação do Destaque nº 0161, de 1987, referente à Emenda nº ES-33025-0 do nobre Constituinte Vivaldo Barbosa, com assinaturas de apoio e que tem o seguinte teor:

"Requeremos, nos termos regimentais, preferência para votação do Destaque nº 0161/1987, Emenda nº ES-33025-0, referente ao Capítulo III do Título IV do Substitutivo nº 2."

Autor do requerimento o nobre Constituinte Vivaldo Barbosa.

Em votação o requerimento de preferência.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem a palavra, pela ordem, o Sr. Constituinte Carlos Sant'Anna.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Recebi uma seleção de destaques da Secretaria da Mesa e há uma sequência. V. Ex.<sup>a</sup> está lendo fora desta sequência?

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – É o primeiro destaque que consta da sequência que recebi, de nº 0161. V. Ex.<sup>a</sup> quer uma cópia?

Os Srs. Constituintes que o aprovam permaneçam sentados. **(Pausa)**

Está aprovado.

**O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO BRITTO:** – Sr. Presidente, peço verificação de votação.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Vai-se realizar a verificação solicitada.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem a palavra, pela ordem, o nobre Líder, Constituinte Carlos Sant'Anna.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Sr. Presidente, na reunião de ontem, a princípio presidida pelo Constituinte Jarbas Passarinho, eu levantei uma questão de ordem, baseada na última norma distribuída pelo Presidente Ulysses Guimarães, dos trabalhos da Comissão após a sua prorrogação. Apresentamos os nossos pedidos de preferência na primeira meia hora da reunião de ontem para todo o Título IV. A Secretaria da Comissão fez a relação numérica, segundo a ordem da entrada dos pedidos de preferência, e nessa ordem, nós começamos a trabalhar. A certa altura do fim da reunião, presidindo o Constituinte Jarbas Passarinho, que está ao meu lado, perguntei-lhe, pela ordem, se prevalecia a sequência das preferências segundo a entrada feita ontem, meia hora antes da reunião, na forma do Regimento em vigor, ou se seria necessário que hoje houvesse novas preferências. S. Ex.<sup>a</sup>, no exercício da Presidência, respondeu-me que não, que prevalecia a sequência do que ontem estava apresentado. Posteriormente, diante do que se conversava aqui no plenário, eu tive conhecimento informal de que a resposta que o Constituinte Jarbas Passarinho estava-me dando não era prevalecente e que hoje teríamos que apresentar novas preferências, porque o que está prevalecendo, segundo me disseram, ao arrepio completamente de qualquer norma regimental, é o que as Lideranças entre si decidem, é isto que faz a Mesa trabalhar. De modo que a metodologia do trabalho não é mais feita nem pela Mesa nem pelo Regimento, mas a metodologia do trabalho agora é feita pelas Lideranças. Isso eu ouvi aqui. Então, na Presidência o Constituinte Fernando Henrique Cardoso, porque o Constituinte Jarbas Passarinho já a havia deixado, eu coloquei a mesma questão de ordem e recebi resposta diferente da que me tinha dado o Constituinte Jarbas Passarinho, que, segundo o item IX da Resolução, que o Presidente Ulysses Guimarães tinha-nos enviado, a sequência das preferências de ontem deixava, de prevalecer, porque, segundo o que estava escrito, os Líderes poderiam alterar a ordem a qualquer momento. Naquela ocasião, daí de cima, sem que eu tivesse o documento na mão, e inclusive lembrando-me de que do acordo a que eu tinha assistido e estado presente não constava essa alteração, S. Ex.<sup>a</sup> leu-me alguma coisa rapidamente, dando uma interpretação que me parece que não é a que está no texto.

texto do item IX diz:

"Além do período destinado à apresentação de preferências – 30 minutos – poderão ser oferecidas outras, através de 10% dos membros da Comissão ou Líderes que representem esse índice, para votação de capítulo ou dispositivo, independentemente de sua ordem."

Mas é independentemente da ordem de título ou capítulo e não independentemente da ordem de preferências pedidas desde ontem, no prazo regimental correto. O Constituinte Fernando Henrique Cardoso surpreendeu-me com a interpretação que no texto parecia perfeita, mas que não correspondia ao acordo. Eu, inclusive, disse a S. Ex.<sup>a</sup>: "Mas não assisti a isso!"

O Português está correto: é independentemente da sua ordem do dispositivo ou do capítulo e não da preferência.

Fiz a mesma questão de ordem – não sei se me fiz entender claramente – a dois Presidentes, e um respondeu-me de uma forma e o outro, de outra.

Ao responder-me da outra forma, o Presidente invocou que a alteração da ordem era possível ser feita hoje, pelos Líderes, porque no item IX estava escrito isso. Entendo que, pelo Português empregado no item IX, não é esta a interpretação. Está escrito que é independentemente da ordem do capítulo ou do título, e não da preferência. Portanto, o que vale é a ordem da preferência de ontem e as preferências têm que ser votadas uma a uma, de acordo com a lista que ontem nos foi dada pela Secretaria, e não a cada instante, como sói acontecer, sendo alteradas por requerimentos de Líderes que estão transtornando completamente o trabalho da Comissão.

De modo que quero que V. Ex.<sup>a</sup>, como Presidente, dirima a questão e acatarei qualquer que seja a decisão de V. Ex.<sup>a</sup> Mas ao que estamos assistindo – e é preciso que diga a V. Ex.<sup>a</sup> – é que a Comissão de Sistematização está trabalhando absolutamente ao arrepio de qualquer norma, de qualquer regimento, porque estamos aqui simplesmente trabalhando de acordo com as normas que as Lideranças, ao se reunirem, ditam para que a Mesa as cumpra.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Sr. Presidente, peço a palavra para contraditar.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem a palavra V. Ex.<sup>a</sup>

**SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Sr. Presidente, estranha-me o Constituinte Carlos Sant'Anna, porque, por duas vezes, na reunião de ontem, levantou a mesma questão de ordem e foi esclarecido à farta como estamos processando os nossos trabalhos.

Primeiro, antes do encerramento do prazo, já prorrogado, da Comissão de Sistematização, as Lideranças partidário se reuniram com as Mesas da Comissão de Sistematização e da Assembléia Nacional Constituinte e resolvemos – para submeter, posteriormente, à decisão da Comissão de Sistematização – elaborar uma resolução que viabilizasse os trabalhos numa prorrogação – e aí imprescritível no seu prazo – para votação do Substitutivo Bernardo Cabral. Foram fixados alguns itens, foram encaminhados esses itens, como resolução, para que a Comissão de Sistematização viesse a plenário para aprovação, isso foi aprovado pela Comissão de Sistematização. E o que dizia essa resolução? Particularmente, nessa questão, determinavam-se dias para a discussão de títulos, e, independente de todos os destaques, aquele título sairia aprovado sem prejuízo dos destaques no Plenário, os destaques que não tinham sido apreciados.

Segundo, fundamentalmente, a grande inovação, que as Lideranças que representassem 2/3 do Plenário ou as minorias, representadas individualmente em 10%, poderiam solicitar preferência fora do prazo de meia hora que antecedia a discussão dos títulos. Para quê? Para que as questões fundamentais fossem discutidas e votadas e que não se perdesse tempo, correndo-se o risco de perder o prazo nas questões que são importantes, mas que não eram fundamentais no título.

Esta resolução foi aprovada aqui. Mais do que isso, os Líderes, na comissão desse título, fixaram normas e trouxeram para este Plenário e também a submeteram a aprovação.

Há um detalhe, Sr. Presidente: essas normas que tratam exatamente desta seção foram aprovadas por unanimidade, e digo isto porque fiz questão de frisar,

quando foi anunciado o resultado, para que constasse a unanimidade. O Constituinte Carlos Sant'Anna continua insistindo em algo que ficou evidenciado: que a maioria, por unanimidade, naquele momento, concordava em seguir como norma. A ponto, Sr. Presidente, de o Constituinte Carlos Sant'Anna, juntamente com o Líder do PFL, Constituinte José Lourenço, ter encaminhado, às Lideranças do PMDB, do PDC, do PC do B, do PCB, do PE e do PDT, um pedido de preferência que não está incluído entre esses da meia hora que antecedia o título. Ele assinou juntamente com o Presidente do PFL e nós assinamos para discutir a preferência e depois irmos ao mérito. E é essa que se encontra em votação. Portanto, é completamente descabida a questão de ordem, porque já decidida reiteradas vezes – duas ontem – descabida, porque, inclusive, ele está aceitando, através da prática, ele e ao Constituinte Líder do PFL, que a resolução feita pelas Lideranças, cumprindo as determinações de uma resolução da Mesa da Assembléia Nacional Constituinte, foi aqui aprovada por unanimidade.

Portanto, só há uma decisão: dar prosseguimento à discussão da preferência, votando, como foi solicitado por verificação, pelo Líder do PMDB. (Palmas)

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Sr. Presidente, peço a palavra para dar uma explicação.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem a palavra V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Sr. Presidente, tenho que me acomodar, mesmo que não concorde, com as decisões até absurdas que a Mesa venha a tomar. O Constituinte Fernando Henrique Cardoso ontem decidiu que ou nós nos acomodávamos aos acordos de Lideranças ou aquela sequência não valia mais nada.

O Constituinte Euclides Scalco, Líder do PMDB, disse-me: – Se V. Ex.<sup>a</sup> quiser encaminhar-nos algumas de suas preferências, porque é a única forma de que elas sejam votadas.

Ora, trata-se de sistema de governo. Somos defensores da tese presidencialista. Ou eu apresentava a S. Ex.<sup>a</sup> duas das hipóteses presidencialistas para serem votadas de acordo com a decisão do Constituinte Fernando Henrique Cardoso, com a qual eu não concordo, ou eu as apresentava a S. Ex.<sup>a</sup> ou simplesmente eu não poderia ter a oportunidade de ver a tese ser votada, prevalecendo a decisão da Mesa. Então, eu as encaminhei. Vou acatar a decisão de V. Ex.<sup>a</sup>, mas quero que fique claro o que é que soberanamente impera no funcionamento desta Comissão de Sistematização, enquanto ela ainda existir: se é o seu Regimento, se o Regimento da Assembléia Nacional Constituinte; ou, se agora, quem dá as ordens e o método de funcionamento são as Lideranças. Tudo bem. Quero apenas que isto fique bem definido e bem esclarecido, porque, se são as normas das Lideranças, passo a me entender com a Liderança do meu Partido. É somente isto.

**O SR. CONSTITUINTE ALDO ARANTES:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra, para uma questão de ordem.

**O SR. CONSTITUINTE ALDO ARANTES:** – Sr. Presidente, eu gostaria de esclarecer que o Constituinte Carlos Sant'Anna está fazendo uma afirmação que, no meu entender, não corresponde à realidade.

As decisões foram tomadas pelas Lideranças de todos os Partidos, inclusive pelo Partido do Constituinte Carlos Sant'Anna, com a presença de S. Ex.<sup>a</sup> com os Membros da mesa da Assembléia Nacional Constituinte e da Comissão de Sistematização. Foram decisões que tinham como objetivo retirar a Comissão de Sistematização de

um impasse extremamente difícil: ou continuávamos o processo de votação como vínhamos vindo, sem sabermos em que momento iríamos terminá-lo, ou simplesmente suspendíamos os trabalhos da Comissão de Sistematização, jogando todas as matérias para o Plenário, portanto, repetindo no Plenário, em escala maior, o que estava acontecendo na Comissão de Sistematização.

Então, o acordo que foi feito entre as Lideranças e que foi votado na Comissão de Sistematização estabeleceu uma nova metodologia de trabalho, aprovada pelo Plenário da Comissão de Sistematização, e que implicava em dar prazos para os títulos determinados. E aquelas matérias que não pudessem ser aprovadas naquele prazo seriam jogadas para o Plenário.

Esta a questão que gostaria de levantar, no sentido, exatamente, de reafirmar que o que se fez foram decisões tomadas de comum acordo com todas as Lideranças, e o que a Mesa da Assembléia Nacional Constituinte está fazendo é colocar em prática uma medida tomada pelo conjunto das Lideranças desta Casa.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Muito obrigado.

**O SR. CONSTITUINTE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO:** – Sr. Presidente, para uma explicação pessoal, uma vez que fui citado inúmeras vezes pelo Líder Carlos Sant'Anna.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Concedo a palavra a V. Ex.<sup>a</sup>, para uma explicação pessoal.

**O SR. CONSTITUINTE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Em primeiro lugar, não há qualquer contradição entre a decisão tomada pelo Constituinte Jarbas Passarinho e a decisão tomada por mim. Não tomei decisão alguma, a não ser seguir estritamente o que foi acordado, inclusive pelo Líder Carlos Sant'Anna. Apenas me recusei, como Presidente, como o é V. Ex.<sup>a</sup> hoje, de me imiscuir nas querelas de partido, quem é líder disso ou daquilo. Esta é uma questão que não afeta a Mesa. Se há uma disputa de Lideranças, o nosso ponto de vista não afeta; simplesmente seguimos a ordem.

Se o Líder do PMDB não está acolhendo as demandas do Constituinte Carlos Sant'Anna, ou se S. Ex.<sup>a</sup> não está levando as demandas ao Líder, lamento. O PMDB deve-se entender **interna corporis**. É irrelevante para a Comissão.

O que temos que fazer é seguir a ordem. A ordem está sendo seguida. Não há nada fora da ordem.

A única questão que houve foi um pedido assinado por todas as Lideranças, votada pelo Plenário, para deslocar um artigo e, depois, pedir a nulidade dessa decisão. Não dei. Não dei para seguir o Regimento.

Quero dizer que aqui, na Mesa, quem decide é a Mesa e o Regimento. As Lideranças são muito importantes. Sou, porventura, Líder no Senado e prezo as Lideranças, mas elas não interferem na decisão da Mesa. A decisão da Mesa é soberana, se até ao Regimento, a ordem dos artigos está sendo respeitada. Existe uma faculdade que foi dada efetivamente para que os Líderes, e já o Constituinte Roberto Freire explicou, possam dar relevância a certa matéria, e é de boa norma política que os Partidos se entendam e que as dissidências internas não tragam, não criem obstáculos ao funcionamento de uma Comissão que tem a ver com o Brasil e não com briguinhas de Partido.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – O Presidente do debate brilhantemente sustentado aqui, apenas lamenta que ele se tenha desenvolvido com tanta maestria, com tanto domínio das matérias e tantos florilégios das fórmulas, sobre uma questão adjetiva, uma questão que hoje, na data de hoje, na sessão de hoje, nas responsabilidades de hoje, nas incumbências que o povo nos deu e

que começam hoje, sem dúvida nenhuma, sem qualquer exagero nem imprudência do Presidente, são questões formais, talvez adrede preparadas, adrede conduzidas, adrede desenvolvidas, para que não se chegue até ao ponto em que estamos todos interessados a que se chegue, ou seja, de tornar-nos, frente a frente, capazes de resolver o problema do sistema de governo.

Agradeço profundamente aos meus eminentes compatriotas que usaram da palavra, deixando entender, entretanto, que me inclino pessoalmente por aqueles que não repeliram, mas não aceitaram os argumentos do nobre Líder da Maioria. Lamento que S. Ex.<sup>a</sup> tenha empregado a palavra "absurdas" para qualificar algumas das decisões da Mesa. Esta palavra é chocante com a sensibilidade de quem a recebe, e, ao mesmo tempo, infringente do Regimento.

É muito raro que no quadro das responsabilidades de uma Assembléia Constituinte, sem nenhuma causa, sem nenhuma razão, inopinadamente, o pequeno, forte, o invencível Davi retire da sua funda a pedra com que deseja derrubar o seu adversário, chamando-o de absurdo. É uma expressão pouco usual, não muito freqüente na história dos nossos debates constituintes.

Eu não a repelirei. Aceito-a com humildade, mas declaro que não é muito freqüente, quando um Líder de uma grande Bancada se refere ao Presidente da Mesa, que não tem nenhuma razão para ser chamado de autor de absurdos, uma vez que não tomou decisão nenhuma. A decisão está sendo tomada agora.

Lamento profundamente que as explicações aqui dadas me tenham convencido de que carece de fundamento as alegações do nobre Líder, visto que foi uma decisão da qual S. Ex.<sup>a</sup> participou, e a qual S. Ex.<sup>a</sup> executou, e à qual esteve presente. (**Palmas**)

Então, não encontro possibilidade, de nenhuma maneira, a não ser reiterando, mais uma vez, as minhas homenagens pessoais ao eminente Líder da Maioria, pelas suas qualidades, pela sua honradez, pela sua pertinácia, homenagens pessoais, pedindo-lhe que, mais uma vez, aceite uma decisão com a qual não concordo.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem a palavra o Constituinte Carlos Sant'Anna, pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Sr. Presidente, naturalmente com a elegância que V. Ex.<sup>a</sup> tem, com todo respeito que V. Ex.<sup>a</sup> merece, preciso fazer duas retificações às palavras que dirigi.

Considereei absurda a decisão da Mesa sobre uma mesma matéria ser diferente numa mesma reunião. Numa mesma reunião um Presidente, Senador Jarbas Passarinho, decidiu a questão de ordem de uma forma, e, duas horas depois, a mesma questão de ordem foi decidida pelo Presidente, Senador Fernando Henrique Cardoso, de forma diametralmente oposta. Então, essa situação de uma mesma Mesa, não importa quantos sejam os Presidentes que se revezem, decidir a mesma questão de ordem de maneira diametralmente oposta, isto eu considereei uma situação absurda, e considero que é uma situação absurda.

Segunda retificação, acatando a decisão de V. Ex.<sup>a</sup>, e não vou mais voltar a insistir: a decisão à que eu compareci, com a qual eu compartilhei, porque não protestei, foi que as preferências seriam pedidas pelas Lideranças, respeitada a ordem em que elas fossem pedidas. O que ficava independentemente da ordem está escrito aí – na Língua Portuguesa, na bela Língua Portuguesa, que V. Ex.<sup>a</sup> tão bem domina – a votação de Capítulo ou Dispositivo independentemente de sua ordem é da ordem do Título ou Capítulo, outras preferências podem ser feitas, independentemente da ordem de Título ou Capí-

tulo, mas não independentemente da ordem da preferência.

De modo que foi esta a decisão de que participei, apenas feitas as restrições, V. Ex.<sup>a</sup> já decidiu, decisão da Mesa é irrecorrível, ainda mais do Presidente-Geral, eu acato e precisava apenas fazer as retificações necessárias.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Muito obrigado a V. Ex.<sup>a</sup>

Far-se-á a votação do requerimento de preferência.

A Presidência solicita a todos os Srs. Constituintes assumam os seus lugares, a fim de se dar início à votação pelo sistema eletrônico.

Os Srs. Constituintes já podem votar. **(Pausa)**

#### **(Procede-se à votação)**

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes:

Ademir Andrade, Almir Gabriel, Antônio Britto, Artur da Távola, Carlos Mosconi, Carlos Sant'Anna, Celso Dourado, Cristina Tavares, Egídio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, João Calmon, João Herrmann Neto, José Fogaça, José Freire, José Paulo Bisol, José Ulisses de Oliveira, Manoel Moreira, Mário Lima, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nelson Friedrich, Nilson Gibson, Oswaldo Lima Filho, Pimenta da Veiga, Raimundo Bezerra, Rodrigues Palma, Sigmaringa Seixas, Wilson Martins, Afonso Arinos, Aloysio Chaves, Christóvam Chiaradia, José Lins, Marcondes Gadelha, Mário Assad, Oscar Corrêa, Osvaldo Coelho, Paulo Pimentel, Sandra Cavalcanti, Gerson Peres, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia, Virgílio Távora, Brandão Monteiro, José Maurício, Lysâneas Maciel, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Siqueira Campos, Haroldo Lima, Roberto Freire, e Jamil Haddad. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Fernando Gasparian, Edme Tavares, Eraldo Tinoco, Luís Eduardo e Darcy Pozza. **ABSTEVE-SE** de votar o Senhor Constituinte Adolfo Oliveira.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Vai-se fazer a apuração da votação. **(Pausa)**

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 58 Constituintes; votaram NÃO 5 Constituintes; absteve-se de votar 1 Constituinte. Total: 64 votos.

A preferência foi **aprovada**. **(Palmas)**

**Destaque n 000161-87 – Emenda nº ES redação às Seções I e II dos Caps. II e III do Título V do Substitutivo I (Seção I, Capítulo II, Título IV do Substitutivo n 2)". (308ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Há requerimento do nobre Constituinte Vivaldo Barbosa, autor da emenda:

"Solicito a V. Ex.<sup>a</sup> considerar retirado da Emenda nº 33025, objeto do Destaque nº 161, os arts. **b e d d**, que serão votados através de destaques a emendas que versam sobre o mesmo assunto, compreendidas na Ordem do Dia desta sessão."

Portanto, o autor retira os arts. **b e d d**.

O nobre Constituinte Vivaldo Barbosa deseja usar da palavra para explicar o seu requerimento?

**O SR. CONSTITUINTE JOÃO MENEZES:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte João Menezes.

**O SR. CONSTITUINTE JOÃO MENEZES:** – Sr. Presidente, quais as letras que S. Ex.<sup>a</sup> pede sejam retiradas?

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – São as letras **b e d d**.

Tem a palavra o Constituinte Vivaldo Barbosa, para encaminhar a votação.

**O SR. CONSTITUINTE VIVALDO BARBOSA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, bem sei que cinco minutos é muito pouco para dizermos tudo sobre o presidencialismo e parlamentarismo.

A questão central, nuclear, que temos diante de nós, é a questão da democracia. E por sua vez, há uma questão nuclear na democracia: o respeito à vontade do povo. E há, Srs. Constituintes, um desejo, uma vontade, expressa de forma irretorquível, do povo brasileiro em eleger o Presidente da República como Chefe do Governo da Nação, para responder, diante do povo, pelos sofridos problemas que nosso povo enfrenta.

A última experiência que o nosso povo teve de eleição indireta, que é a questão primeira e essencial do Parlamentarismo, nas últimas décadas, por este Congresso, pelo Parlamento brasileiro, pelo Colégio Eleitoral, quer seja de um militar, quer de um civil, foi desastrosa e amarga para o povo brasileiro, que disso tem viva consciência e continua clamando aos nossos ouvidos: "Queremos eleger diretamente o Chefe do Governo e da Nação, o Presidente da República, e o dever de responder diante de nós com poderio pelo governo do País".

A eleição indireta, a eleição parlamentarista é eleição feita por nós, que elegemos o Governo do País que responde diante de nós por suas ações ou omissões com os poderes que recebemos. Somos eleitos, no entanto, pelo voto federativo. Somos representantes das regiões, no máximo dos nossos Estados. Não somos eleitos pelo voto nacional. Muitos de nós representamos os desejos das pontes, das estradas, das reivindicações setoriais de classes, os mais legítimos até. Não fomos eleitos. O Parlamento não é eleito pelo voto nacional.

A eleição direta para a Presidência da República é fruto de um debate nacional, que aponta os caminhos capazes de enfrentar as questões nacionais que fazem o nosso povo cada vez mais miserável e a nossa sociedade cada vez mais elitista e privilegiada. Este voto nacional em função dos debates das questões nacionais, somente se alcança numa eleição nacional à Presidência da República.

Querem implantar, hoje, o parlamentarismo no Brasil com eleição direta, para engabelar o nosso povo e fazê-lo acreditar que está votando num Presidente da República com poderes para governar o País. O Governo, que vai decidir sobre questões como a inflação, o desemprego e o arrocho salarial que o Governo apoiado pelos partidos majoritários deste Parlamento ainda mantém, continuará na mão deste Parlamento, eleito pelo engodo do Plano Cruzado.

**O SR. CONSTITUINTE OSWALDO LIMA FILHO:** – Graças a Deus!

**SR. CONSTITUINTE VIVALDO BARBOSA:** – Muitos companheiros de boa-fé, a quem dedico respeito e muita admiração, têm assumido uma crítica enganosa, superficial, ao presidencialismo. Alegam que o presidencialismo é o responsável pelas crises brasileiras, para encobrir que a natureza das crises brasileiras é a luta do privilégio das elites contra as transformações sociais. Sempre na iminência de reformas por justiça social, surgem as crises, surgem os golpes e surgem a desestabilização da política nacional.

É uma visão conservadora atribuir tudo isto ao presidencialismo.

Também esses Companheiros de boa-fé embarcam na crítica de que o presidencialismo brasileiro é irmão gêmeo, é fruto do autoritarismo. É uma visão simplificada da

sociedade e do Estado brasileiro e principalmente da sociedade e do Estado na América Latina. A sociedade e o Estado brasileiro são autoritários na sua essência e serão autoritários no presidencialismo, assim como serão autoritários no parlamentarismo se não cuidarmos da democratização do Estado e da democratização da sociedade. Basta lembrar que o salazarismo português era parlamentarista, assim como é parlamentarista o regime racista, autoritário e autocrático da África do Sul.

É igualmente uma visão conservadora.

Também nossos Companheiros de boa-fé cometem outro engano, o de associar o presidencialismo brasileiro ao militarismo.

Ora, isso é querer negar e querer não enxergar nem discutir o papel real das Forças Armadas no Estado brasileiro, na sociedade brasileira. Nunca nos pareceu que as Forças Armadas neste País se engajaram nos golpes para defender o Congresso contra o Presidente da República. Ao contrário, foram os integrantes do Congresso os primeiros a serem cassados, as primeiras vítimas, a primeira instituição a ser denegrida pelas Forças Armadas nas suas intervenções. Basta lembrar a Rússia, com seu caráter militarista, que nunca praticou o presidencialismo.

Companheiros, como sempre dizemos, vamos ao voto, vamos ao voto para permitir ao povo brasileiro eleger um Presidente que possa apontar caminhos ao nosso povo e que responda diante do povo pelas suas exigências mínimas, pelos seus reclamos básicos. Esta, Sr. Presidente, é a forma mais elevada da cidadania, o exercício mais nobre da democracia, e a prática maior da República!

Durante o pronunciamento do Sr. Vivaldo Barbosa, o **Sr. Afonso Arinos**, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. **Aluísio Campos**, Primeiro-Vice-Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Tem a palavra o Constituinte Israel Pinheiro, para encaminhar contrariamente.

**O SR. CONSTITUINTE JOÃO MENEZES:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Tem a palavra o Constituinte João Menezes, pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE JOÃO MENEZES:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a Mesa desta Comissão tem levado os trabalhos da Sistematização aos pontos mais variados e às controvérsias mais difíceis.

Agora mesmo V. Ex.<sup>a</sup> colocou em preferência a Emenda nº 33025 e foi votada a preferência para esta emenda.

Quando se iniciou a discussão, a Mesa anunciou que estavam excluídas as letras **b** e **d** da referida emenda. Ora, Sr. Presidente, ou se colocou em votação a emenda como era, se vai votar agora já com as restrições. Então, ninguém no plenário pode ter uma orientação segura em torno do seu posicionamento.

Todos dizem "vota, vota," mas está errado, Sr. Presidente. Está errado, não pode continuar assim. Os trabalhos da Constituinte não podem continuar deste modo. Isto aqui não é brincadeira, isto aqui é uma coisa muito séria que a Nação está esperando com o trabalho dos Srs. Constituintes. Não podemos aqui continuar na bagunça. É contra essa bagunça que me contraponho, Sr. Presidente. Votamos aqui a preferência de uma emenda, foi aprovada, e quando se vai votar a emenda, já há restrições. É contra isto que me insurjo, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Esclareço a V. Ex.<sup>a</sup> que a preferência foi votada e o nobre autor da emenda reduziu os requerimentos escritos à Mesa, que ela se restringisse ao artigo **b** e ao **d** do seu texto. Então, é esta a matéria que está sendo submetida à votação que está sendo encaminhada.

**O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO BRITTO:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Tem a palavra, pela ordem, o Constituinte Antônio Britto.

**O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO BRITTO:** – Sr. Presidente, com a concordância e por iniciativa do nobre Deputado Israel Pinheiro, gostaria de ler o seguinte requerimento que endereçamos ao nobre Senador Afonso Arinos:

"Os Líderes abaixo relacionados têm a honra de solicitar a V. Ex.<sup>a</sup> que encaminhe a defesa do parlamentarismo e os seus respectivos nomes nesta sessão da Comissão de Sistematização."

Assinam os Líderes do PMDB, do PTB, do PDC, do PC do B, do PCB, do PSB e os parlamentaristas de todos os Partidos. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Concedo a palavra ao eminente Senador Afonso Arinos, e convido o nobre Constituinte Jarbas Passarinho para presidir a reunião, por ser um dos nomes presidencialistas da Mesa. **(O Plenário de pé aplaude o orador anunciado)**

**O SR. CONSTITUINTE AFONSO ARINOS:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, os nobres Companheiros naturalmente compreenderão a dificuldade com que ascendo a esta tribuna, dificuldade momentânea, que procuro, fazendo um esforço sobre mim mesmo, superar e afastar, mas nobre dificuldade, porque não vem da inteligência, vem do coração.

Foi a recepção, o incitamento, o apoio, o estímulo com que a Assembléia Nacional Constituinte, pela sua visível maioria, me impeliu a esta tribuna, tendo, por delegação, e assumindo a pesada responsabilidade de representar os Constituintes do PMDB, do PTB, do PDC, do Partido Comunista do Brasil, do Partido Comunista Brasileiro, do Partido Socialista do Brasil, toda a gama multicolorida do pensamento político, toda a biografia gloriosa de tantos Companheiros que há tantos anos estão na luta pela liberdade e pela justiça no nosso País; de representar nesta tribuna, com a exceção do meu próprio Partido, que aqui não assinou a lista que me concede poderes para falar em nome dele, mas creio que realmente também falo em nome dele. **(Muito bem! Palmas)** Falo em nome dele. Pouco contam para mim as divergências, as dissidências, as dificuldades, supostas ou verdadeiras, que se apresentam ao caminho deste Partido. Falo pela tradição gloriosa da Frente Liberal. Por ser frente, por ser liberal, por ser brasileira, por ser progressista, ela é parlamentarista.

Dirijo daqueles que pretendem representar esta posição utilizando situações pessoais e oficiais que nem sempre correspondem aos sentimentos das bases. Mas não insistirei neste caminho.

O que vou fazer aqui é cumprir o mandato que me foi outorgado pela gama partidária do meu País, que me foi outorgado pelo sentimento daqueles que morreram nas torturas da ditadura, pela luta daqueles que se empenharam na tribuna da liberdade durante a ditadura, por aqueles que escreveram e não puderam ler o que escreviam pelos impedimentos da censura ditatorial civil e militar; falo, aqui, em nome daqueles que formaram a minha mocidade e junto a qual nasceram essas idéias, junto a qual acompanhei essas idéias, tendo eu mesmo mudado de posição em momento importante da minha vida parlamentar, aquele momento em que deixei a defesa do presidencialismo, na qual tinha empenhado grande esforço na luta contra o glorioso Raul Pilla, para o qual peço uma salva de palmas em sua memória **(Palmas)**; deixei essa luta, no passado, e percebi que não é mais possível, no Brasil, termos a ilusão de que o sistema presidencial possa corresponder aos interesses e ao futuro do País.

É lamentável que hoje, precisamente hoje, eu venha aqui, como tópico deste discurso – Sr. Presidente, pretendo exceder o tempo que me foi concedido, e peço a V. Ex.<sup>a</sup> que tenha bondade para comigo –, discutir as posições tomadas por Sua Excelência, meu querido amigo, o nobre Presidente da República, nas declarações que fez ontem ao chegar de uma viagem ao Nordeste. São coisas elementares, são enganos comuns, são posições absolutamente inverídicas, não inverídicas no sentido moral, mas inverídicas no sentido factual, no sentido histórico, aquelas que apresentou. Dizer que o País não pode enfrentar o sistema parlamentar porque não tem partido é uma coisa que se choca violentamente com toda a história parlamentar do Brasil. No Brasil, só existiram partidos verdadeiramente autênticos e espontâneos que se formaram ao sabor das exigências do parlamentarismo imperial. Os Partidos nacionais só apareceram no Brasil depois que eles se tornaram internacionais fora do Brasil. Foi depois que se fundou o Partido Comunista no Brasil em 1922; foi depois que o Partido Integralista veio para o Brasil no sentido de combater as idéias do Partido Comunista que começaram a aparecer os partidos nacionais; os Partidos nacionais foram tentados implantar-se no Brasil inutilmente pelos homens mais fortes da República; foram tentados por Júlio de Castilhos no princípio da sua vida política – o grande líder gaúcho – foram tentados por Pinheiro Machado com o Partido Republicano Conservador; foi tentado pelo maior homem que houve na República brasileira até hoje, Rui Barbosa, com o Partido Republicano Liberal; foram tentadas várias vezes os Partidos e nunca conseguiram ser Partidos nacionais. Eram esses Partidos estaduais a serviço dos governos locais, arapucas de votos e balcão de vendas de empregos em todo o País. **(Palmas)** Os Partidos nacionais não são senão isso; arapucas eleitorais e balcões de vendas para os solicitadores de empregos. Falar em falta de administração, de poder administrativo, que o Brasil não tem condições administrativas para enfrentar o problema do parlamentarismo? S. Ex.<sup>a</sup>, mais uma vez, meu velho amigo, meu querido amigo José Sarney, se choca de frente com a verdade histórica. Quando foi que o sistema presidencial no Brasil organizou a vida administrativa? **(Palmas)** Quando foi que se estabeleceu aqui a justiça administrativa? **(Palmas)**. Quando se houve aqui a prova de mérito, o acesso nas carreiras? Os gabinetes estão cheios, os ministérios estão cheios; há milhões e milhões de funcionários públicos que pesam no orçamento federal. Não estou contra eles, nunca fui contra eles, estou contra o sistema. Enquanto que nos países parlamentaristas a maior prova da capacidade do serviço público é tradicionalmente o governo parlamentarista inglês, que enfrentou os bombardeios da Inglaterra sem que o inglês perdesse o ônibus para ir ao trabalho **(Palmas)**. Como é que se pode falar?

A Escola Nacional da Administração Pública na França, é uma das grandes glórias da ciência administrativa no mundo – École National de Administration Publique, é a grande escola francesa; todos os países parlamentaristas se esmeram; na Alemanha Ocidental, na Dinamarca, na Holanda, na Espanha e até em Portugal.

Em Portugal o funcionário público que é tratado como uma figura mais ou menos pitoresca por Eça de Queirós, em seus romances, hoje, a situação administração do Governo Parlamentarista português é um modelo para nós, um modelo que nos entusiasma, e, digo com certa melancolia, que nos envergonha.

O Presidente da República, não pode se ater a essas razões quando trata de um assunto que esquece, ou que não conhece; não são os argumentos que nos possam convencer **(Palmas!)**, aqueles que nós temos que adotar, temos que defender, temos que sustentar, temos que impulsionar; nós não podemos mais fugir diante de promessas nem de ameaças! Não podemos mais fugir! **(Palmas)** Temos que

marchar contra as promessas da corrupção; da corrupção a que se pode proceder, que tem a intenção, que pode chegar à loucura de supor que pode influir nas decisões deste Plenário. Não podemos fugir, nem diante das promessas nem diante das ameaças. Não temos medo das ameaças de golpes armados.

No dia em que o Brasil vier a enfrentar, a colocar, a sustentar, a implantar o regime parlamentar, estará terminado o problema das ameaças militares neste País. Temos que salvar o Brasil daquilo que ele é! Temos que fazer que ele deva ser aquilo que deve ser! Temos que enfrentar, temos que lutar! Não estamos em uma luta de conversações, de sessões; nós não estamos em uma luta de expedientes e de espertezas; estamos em uma luta, que é luta! nós estamos em uma frente que é frente! nós estamos com o peito, não escondendo o coração, mas exibindo-o! Não estamos com a nossa mente procurando caminhos esconsores para esconder o que pensamos. Nós temos que procurar os caminhos claros para firmar o que queremos. Temos que ganhar esta questão; nós temos que transformar esta Assembléia Nacional Constituinte, com todos os pesos que parecem decair sobre seus ombros, na única que fez a maior mudança na História do Brasil, desde que ele existe com independência.

Este caminho é o do governo parlamentar; este caminho é o da emenda parlamentar. Queridos companheiros, patrícios, amigos; coragem, desafio, marcha, vamos vencer, vamos implantar o parlamentarismo no Brasil! **(Muito bem! Palmas prolongadas. O orador é cumprimentado)**

**O SR. CONSTITUINTE JOÃO MENEZES:** – Pergunto a V. Ex.<sup>a</sup> se posso usar a palavra sobre a emenda, porque o eminente Constituinte Afonso Arinos parece que usou a tribuna contrariando a emenda que está em discussão. E ultrapassou todos os tempos regimentais. E eu pergunto a V. Ex.<sup>a</sup> se outra pessoa pode também usar a palavra para defender a emenda em questão.

Durante o pronunciamento do Sr. **João Menezes**, o Sr. **Aluizio Campos**, Primeiro-Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. **Jarbas Passarinho**, Terceiro-Vice-Presidente.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – Sr. Presidente, para responder, Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Um momento, que a Mesa vai responder à questão de ordem.

Em homenagem a um velho Parlamentar – e todos nós temos que receber lições de S. Ex.<sup>a</sup>, a Mesa concordou, como de outras vezes aqui já se concordou, que houvesse um excesso de tempo. E S. Ex.<sup>a</sup> o usou de modo comedido. Marquei 4 minutos a mais, serão os mesmos que darei ao Sr. Carlos Sant'Anna.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – Sr. Presidente, V. Ex.<sup>a</sup> me permite? A Comissão de Sistematização reproduziu neste momento a mesma homenagem que o Supremo Tribunal prestou a Rui Barbosa quando não lhe marcava os quinze minutos para ocupar a tribuna daquela Casa. **(Palmas)**

**O SR. CONSTITUINTE JOÃO MENEZES:** – Sr. Presidente, o que eu perguntei a V. Ex.<sup>a</sup>, é se teria outra pessoa também o direito de usar a palavra para defender a emenda, uma vez que o nosso amigo Constituinte, Senador Afonso Arinos, usou a palavra por um tempo duplo.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Senador, não sangue na veia à toa. Há dois Parlamentares que estão indicados para falar a favor da emenda. E o primeiro Parlamentar inscrito é o nobre Constituinte Carlos Sant'Anna, que disporá do mesmo tempo do Constituinte Afonso Arinos.

**O SR. CONSTITUINTE JOÃO MENEZES:** – É isto que estou perguntando a V. Ex.<sup>a</sup>. Agradeço-lhe a resposta.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra o Constituinte Carlos Sant'Anna, para encaminhar favoravelmente a emenda.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o que está em causa...

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho fazendo soar a campainha):** – Peço a atenção do Plenário, há um orador na tribuna. A matéria é da maior relevância!

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – O que está em causa, Sr. Presidente, é o destino e o futuro da nossa Pátria, sob seu sistema de Governo.

Eu me questiono se o que está em causa é o Governo do Presidente José Sarney, e digo: "não". Não estamos fazendo uma Constituição para o curto período que o Governo do Presidente José Sarney terá, nesses dois anos que lhe restam. Não! Estamos fazendo uma Constituição que deve estar voltada para o futuro da Pátria.

Ainda que o sistema parlamentarista possa ter qualidades que no futuro desejaremos alcançar, seria de se indagar se na praça pública, no momento em que debatemos a nossa vinda para cá, discutimos suficientemente com o povo que ao chegarmos nesta Casa iríamos trocar o sistema de governo, de presidencialismo – que durante um século domina nesta República, praticamente – para uma mudança tão drástica, do Presidencialismo, se houver, para Parlamentarismo, quanto à mudança que houve da Monarquia para a República.

Entendo que essa mudança tem tão profundas e conseqüentes implicações populares que, mudança desse jaez, só poderia ser feita se houvesse uma consulta popular para referendá-la, se houvesse uma determinação expressa da vontade popular nesse sentido. Mas, não. Essa determinação não houve. Se um ou outro, talvez poucos, raros, defenderam na praça pública que queriam vir para a Constituinte com a delegação de trocar-se o sistema de governo, terão sido raros. Nós não aqui chegamos com a expressão dessa delegação. Por outro lado, que expressão trouxemos das praças públicas? Que expressão? Que vontade colhemos tantos, tantos de nós colhemos nas praças públicas? A manifestação do desejo que o povo tem de eleger seu Presidente por eleições diretas. Alguns aqui, inclusive, as querem imediatamente; outros em 88; outros em 89; mas quantos conosco aqui presentes, nas praças públicas, com Tancredo Neves e com Ulysses Guimarães estávamos na defesa das diretas para eleger o quê? Um presidente, chefe de Estado? Não. O povo não está pensando em eleger um presidente chefe de Estado, não. O povo está pensando em eleger um presidente chefe de Governo. O povo não está pensando em eleger (**palmas**) um presidente chefe de Estado para, depois, num colégio eleitoral – porque será um colégio eleitoral – escolher-se dentro do colégio eleitoral o Chefe do Governo, porque, nesse caso, o povo terá sido ludibriado. Esse povo que repudiou, nas praças públicas, aos milhões, como espúrio, o Colégio Eleitoral. A Nova República jurou que esmagalo-ia e o fez; assim que Tancredo morto, Sarney assumiu, esmagando com o Colégio. Como entender que o Chefe do Governo, que será o 1º-Ministro do parlamentarismo, não será eleito pelo povo, mas será escolhido por um Colégio e o Presidente será apenas um Chefe de Estado? Mas vejam mais, Srs. Constituintes, como vai ser escolhido o Chefe de Estado? De acordo com o consenso que impera entre todos nós. Não importa a forma como ainda está no Substitutivo 2; vai ser eleito o Presidente por dois escrutínios. Como vai-se entender que a campanha eleitoral para este Presidente, que será eleito por mais da metade dos votos dos brasileiros, será um Presidente. Se os eleitores brasileiros forem 70 milhões, será um Presidente eleito por mais de 35 milhões de votos, quase 40 milhões de votos. Esse homem, eleito pela vontade expressa de 40 milhões de brasileiros, que encarnarão na pessoa do Presidente, até pela tradição presidencialista da República, como este povo entenderá que este homem

vai reinar, mas não vai governar? E que vai ser aqui, nos acordos de lideranças partidárias, que escolheremos o Chefe de Governo? Não! Não! Não poderemos fazer modificação tão importante nem tão drástica. Na verdade, se o Parlamentarismo for vitorioso hoje, terá duração tão efêmera quanto as rosas de Malherbe, porque o Presidente eleito – já desde a campanha, todos os candidatos estarão fazendo a campanha contra o parlamentarismo – uma vez eleito e empossado, procurará tomar medidas as mais imediatas possíveis para extinguir o Parlamentarismo, podendo nos levar a um impasse: ou a uma crise imprevisível, de conseqüências imprevisíveis.

Veja, Sr. Presidente, não estamos discutindo a Inglaterra, que é uma monarquia constitucional, não estamos discutindo outras repúblicas parlamentaristas que são unitárias. Não, não estamos. A cultura brasileira não é esta, nem podemos viver na emocionalidade dos instantes. Não! A República brasileira é federativa, e, em sendo federativa, é bom que atentemos que o parlamentarismo é o sistema de governo ideal para culturas de civilização das economias de vanguardas, de monarquias constitucionais e de repúblicas unitárias. Não se me diga o caso da Alemanha, não, porque o caso da Alemanha tem peculiaridades culturais para ter lá parlamentarismo que não se adequa, não se aplica à realidade brasileira, nem com ela se coaduna. Não! O Brasil é uma imensa federação, cheia de tantos Estados. Como é que se pode dizer, como ouvido tenho eu dizer, que se vai aplicar o parlamentarismo para a União, mas nos Estados não.

Como nos Estados não? O Parlamentarismo, o mesmo modelo parlamentarista terá que ser estendido aos Estados assim como até, por hipótese total, tem que ser estendido, também, aos Municípios. Ou será que nós estamos apenas na hipótese de brincar de formar sistemas de governo? Como a República será parlamentarista, e a República federada, e os Estados que compõem a Federação, os Estados serão presidencialistas e os Municípios presidencialistas?

Pergunto a V. Ex.<sup>a</sup>, de todos os recantos do meu País, que participaram das campanhas de governadores, se por acaso o povo elegeu governadores para que eles não governem? – Se os elegeu por voto direto para que eles sejam apenas Chefes de Estado? Obviamente que não. Elegeram os governadores para que governem, como governando estão. Aquela história de que pelo fato da transição teríamos uma adaptação, isso não vai tirar a responsabilidade histórica do que poderemos fazer neste instante, neste momento.

Sr. Presidente, sei que tenho que concluir. Mas, devo dizer aos Srs. Constituintes que, ao votarem, o façam por suas absolutas convicções. Não podem deixar-se emaranhar pelas questões conjunturais. Não se muda um sistema de governo em função do governo atual, numa Constituição que, esperamos, possa durar mais 50 anos, possa durar um século ou mais de um século.

Quero que entendam, Sr. Presidente, que o que temos que expressar aqui é a vontade do povo, segundo a nossa melhor e maior capacidade de captação. E a vontade do povo que se expressa a cada instante, que ainda hoje vi expressa nessa tribuna e que vejo expressa em todos os momentos, é a de eleger o seu Presidente. Isto esta Constituinte terá que explicar ao povo na campanha presidencial, se aqui escolhermos outro sistema. É eleger um Presidente para governar o País. Para isso, teremos que votar na tese presidencialista. Temos uma emenda de autoria de um presidencialista da melhor qualidade, a do Constituinte Theodoro Mendes. Mas vamos votar com a emenda do Constituinte Vivaldo Barbosa, porque ela contém o essencial, o básico, a prevalência da forma republicana de governo.

Para finalizar, Sr. Presidente, é claro que não tenho a idade nem, ao mesmo tempo, a aura mística do Constituinte Afonso Arinos, de modo que posso me alongar por

mais um minuto. Por outro lado, Sr. Presidente, quero também lembrar que nessa questão de defesa do presidencialismo é de tal importância a maneira como vamos votar, é de tal maneira significativa, que poderemos ser responsáveis pelo que acontecer no futuro neste País se, por exemplo, não conseguirmos encontrar solução para as nossas grandes dificuldades.

Sr. Presidente e Srs. Constituintes, ao encerrar, queremos dizer que em nenhum instante o Presidente Sarney fez qualquer ameaça a quem quer que seja; em nenhum instante Sua Excelência pediu a quem quer que seja que expressasse ou modificasse sua opinião ou seu voto, ao contrário...

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Nobre orador, muito constrangido peço a V. Ex.<sup>a</sup> que conclua.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Contam-se entre os parlamentaristas alguns dos seus melhores e mais diletos amigos, assim como temos entre nossos companheiros alguns dos mais brilhantes adversários políticos, um dos quais tem uma emenda que estamos aprovando. Essa tese de presidencialismo **versus** parlamentarismo não é necessariamente uma tese de Governo **versus** Oposição, não; diria que é uma tese do presente pelo futuro, é uma tese em que estão em causa, especialmente, os destinos da Pátria, a forma como cada um entendemos, desgarrados de qualquer enraizamento na conjuntura. Qual é a melhor forma de governar um povo que anseia por eleger os seus Presidentes? E concluo dizendo que o Partido de que faço parte, o PMDB, no seu programa está inserido, o Partido preconiza a eleição de todos os seus dirigentes, de todos os dirigentes da Nação brasileira.

Se o Partido preconiza a eleição direta, por voto secreto e universal, de todos os seus dirigentes, é porque preconiza especialmente a tese do presidencialismo. **(Muito bem! Palmas)**

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LOURENÇO:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Pela ordem, tem a palavra o Constituinte José Lourenço.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LOURENÇO:** – Sr. Presidente, caros Membros da Constituinte, enderecei ao Presidente Ulysses Guimarães ofício em que pedi a substituição de dez membros da minha Bancada nesta Comissão. Eu o fiz, Sr. Presidente, tendo como base as atribuições que me concedem o Regimento, como Líder do meu Partido na Constituinte. E mais do que isso, em função de pesquisa que realizei, e que atribuiu que 82,8% da minha Bancada preferem o sistema de governo presidencialista. No entanto, a Bancada aqui existente, não está identificada com a vontade da Bancada da maioria do meu Partido. Por isso pedi a substituição, e porque também entendo, Sr. Presidente, porque entendo e quero repeti-lo agora, que é o melhor sistema, o melhor regime de governo para este País, em função das nossas tradições, em função do que quer o nosso povo – e este assunto não foi discutido com o povo brasileiro. Em função do que quer a Nação, os que aqui estão estamos exercitando um mandato que a Nação nos outorgou. Em função de tudo isso resolvi substituí-los nesta Comissão.

Mas o meu pedido, a minha solicitação, foi negada pelo Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, Dr. Ulysses Guimarães, a quem responsabilizo, neste momento, pelo caos que irá acontecer no Brasil, pois não tenho dúvida alguma, Presidente Jarbas Passarinho: parlamentarismo e caos são sinônimos. **(Risos)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Gostaria de lembrar aos Srs. Constituintes que não há questão de ordem, o que houve aqui foi uma declaração por parte do Líder da Frente Liberal. Apenas questão de declaração de ordem pessoal.

**O SR. CONSTITUINTE ALOYSIO CHAVES:** – Sr. Presidente, quero levantar uma questão de ordem regimental.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra o Constituinte Aloysio Chaves, para uma questão de ordem.

**O SR. CONSTITUINTE ALOYSIO CHAVES:** – Cheguei a essa Comissão e tive notícia da existência dessa relação na qual se incluía, entre outros ilustres companheiros, o meu nome. Não acreditei, primeiro porque seria um gesto antidemocrático, um gesto agressivo, uma ofensa direta feita pela Liderança aos seus liderados, a Companheiros de Partido que têm mantido uma linha invariável de colaboração com a Direção Nacional do Partido e com a sua Liderança nesta Casa. Seria uma violência, um ato antidemocrático que mancharia essa designação de maneira irremediável. **(Palmas)**

Agora, interpelei diretamente o Líder José Lourenço para saber se nesta relação se incluía o meu nome e S. Ex.<sup>a</sup> me confirmou. Então, quero alertar V. Ex.<sup>a</sup> como Presidente da Comissão de Sistematização, que não posso ser substituído nesta Comissão por nenhum ofício do Líder do meu Partido, porque sou membro nato da Comissão de Sistematização. Não fui por S. Ex.<sup>a</sup> indicado, fui eleito como foram os Presidentes das Comissões Temáticas, que têm assento nesta Casa. Invoco, portanto, o Regimento da Assembléia Nacional Constituinte, para que V. Ex.<sup>a</sup> declare que os membros natos, eleitos Presidente de Comissões e Relatores, não podem ser substituídos, hoje ou amanhã, em qualquer circunstância, por um ato de arbítrio, por um simples ofício do Líder de Partido.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Darei uma solução.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ JORGE:** – Sr. Presidente, para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Peço a atenção do Constituinte Aloysio Chaves, darei solução à questão de ordem, antes da votação.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ JORGE:** – Para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Não posso dar a palavra a V. Ex.<sup>a</sup> antes de dar uma solução à questão de ordem.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ JORGE:** – É sobre o mesmo tema.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Se é sobre o mesmo tema, a questão de ordem não pode ser renovada, já foi colocada. V. Ex.<sup>a</sup> há de compreender que falaia à-toa.

Em resposta à colocação feita como questão de ordem regimental pelo Constituinte Aloysio Chaves, a minha interpretação, da Mesa, enquanto na Mesa eu estiver, como Presidente, em nenhuma oportunidade qualquer Líder tem o direito de substituir os membros natos da Comissão de Sistemática **(Palmas)**, porque, como S. Ex.<sup>a</sup> mesmo declarou, esses membros, estamos aqui não por indicação de Liderança, mas por força regimental. Neste caso, a resposta seria absolutamente positiva em relação ao que se referiu o nobre Constituinte Aloysio Chaves.

Faço um alerta ao Plenário: não vamos perder nosso tempo todo discutindo as questões internas da Frente Liberal.

Vamos passar à votação.

Tem a palavra o Sr. Constituinte Nelson Carneiro, para encaminhar contra.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – Sr. Presidente e Srs. Constituintes:

Estive, juntamente com o nobre Constituinte José Lourenço, no mês de junho, em Portugal, integrando a delega-



ção de parlamentares brasileiros, onde o regime é parlamentarista. E não há caos em Portugal!

Integrava também, Sr. Presidente, a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, no ano de 1968, quando eu era do MDB, e o Deputado Geraldo Freire, Líder da ARENA, que substituiu vários representantes da Comissão de Constituição e Justiça para que votassem a favor da licença para processar Márcio Mbreira Alves, dois homens reagiram: um foi o grande Presidente Djalma Marinho, cuja lembrança deve ser um estímulo para esta Casa; o outro, foi meu constante adversário, aquele bravo homem que, sendo da ARENA, declarou: – "Daqui só saio morto". Era o Monsenhor Arruda Câmara. E por isso S. Ex.<sup>a</sup> ficou. E a Comissão, apesar de tudo, negou a licença.

Espero que a idéia do ilustre orador que me antecipou não prospere, para que não se repita aqui o mesmo episódio de 1968.

Sr. Presidente, não usarei todo o tempo. Direi apenas que aqui vim para pedir o voto da Comissão contra a vigência do parlamentarismo, a rejeição da Emenda Vivaldo Barbosa.

Primeiramente, quero afirmar que aqui não estamos a favor, nem contra o Presidente José Sarney. O mandato de Sua Excelência será discutido no Título IX, e estamos no Título IV. Vamos regular o sistema de governo para todos os presidentes que se sucederem.

Quero dizer, ainda, Sr. Presidente, que quando fomos convocados pelo Presidente José Sarney para esta Assembléia, tive a oportunidade de pronunciar um discurso na Escola Superior de Guerra em que dizia que, pela primeira vez, na história republicana, tinha sido convocada uma Constituinte sem que se tivesse limitado os seus poderes. Nós, aqui, temos poderes para acabar com a Federação e com a República. Por que não o temos para mudar o sistema de governo?

Sr. Presidente, quero dar apenas uma resposta à afirmação do nobre Constituinte Carlos Sant'Anna quando afirma que aqui comparecerá um Presidente eleito por 40 milhões de votos, mas comparecerá um Presidente através de um Primeiro-Ministro que prestará contas a uma Assembléia eleita por 80 milhões de votos. **(Muito bem! Palmas)**

Finalmente, a emenda parlamentarista não impõe aos atuais governadores o sistema parlamentarista. Ao contrário, atribui à Assembléia durante esse período a votação da Lei, que só entrará em vigor para os futuros governadores, que já serão eleitos sob o sistema parlamentarista. Por isso, não mais tomarei o tempo de Vossas Excelências. A hora é de votar, a hora é de ganhar, a hora é de derrotar a Emenda Vivaldo Barbosa, a hora é de salvar o Brasil. **(Muito bem! Palmas prolongadas. O orador é efusivamente cumprimentado)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho fazendo soar a campainha):** – Nobre Constituinte Nelson Carneiro, a Taquigrafia certamente já escreveu, neste momento: "O orador é vivamente cumprimentado. Palmas prolongadas". Peço a V. Ex.<sup>a</sup> que tome assento, para que se ouça o Relator.

**O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO MONTEIRO:** – Sr. Presidente, pela ordem. **(Assentimento da Presidência)**

Para que não continuemos prestando muitas homenagens, eu poderia requerer o mesmo tempo do Constituinte Nelson Carneiro, que se alongou mais quatro minutos para encaminhar também a favor da emenda.

Para que não continuemos a prestar homenagens a figuras ilustres, como os Constituintes Afonso Arinos e Nelson Carneiro, requereria à Mesa que observasse o tempo.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Constituinte Brandão Monteiro, não ouvi o final de sua questão de ordem.

**O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO MONTEIRO:** – Para que não continuemos a prestar homenagens a figuras ilustres, como os Constituintes Afonso Arinos e Nelson Carneiro. Eu poderia requerer os quatro minutos a mais que o Constituinte Nelson Carneiro utilizou contra a emenda Vivaldo Barbosa. Não vou fazer isto, mas pediria à Mesa que observasse o tempo, senão vamos requerer homenagem a todos nós aqui.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Mas há oradores tão brilhantes, entre eles V. Ex.<sup>a</sup>, que não precisam de quatro minutos a mais. **(Palmas)**

Tem a palavra o nobre Relator.

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – Sr. Presidente, Srs. membros da Comissão de Sistematização, pede-me o Relator-Geral Bernardo Cabral que faça duas ou três observações sobre a emenda Vivaldo Barbosa.

Em primeiro lugar, é uma emenda essencialmente presidencialista, porque coloca os Ministros de Estado como auxiliares do Presidente da República.

Um dos graves defeitos desta emenda é que, ao estabelecer os dois turnos, é verdade que através de eleições diretas, não faz referência à eventualidade de uma desistência de um dos candidatos no segundo turno. Por isso, consignamos aí um grave defeito, uma grave deficiência nesta emenda.

Há determinado artigo que estabelece ou reproduz o Colégio Eleitoral em caso de vacância, o que uma emenda do Constituinte Nelson Carneiro corrige e impede que aconteça. Pela emenda Vivaldo Barbosa é possível que se tenha um Presidente eleito por 24 meses mais 1 dia e um Presidente nomeado por um colégio eleitoral por 23 meses e 29 dias. Portanto, é uma emenda que também reproduz a tese do colégio eleitoral, tão criticada aqui pelo Líder Carlos Sant'Anna.

Mas o mais grave desta emenda é que naquilo que o nobre Constituinte Vivaldo Barbosa denomina de "Art. AA", artigo 2 "AA" há uma fantástica e inextinguível concentração de poderes nas mãos do Presidente da República. E o mais grave é que Sua Excelência pediu a retirada do artigo que, de certa forma, dá alguns poderes ao Congresso no uso, na utilização da moção de censura. E se S. Ex.<sup>a</sup> retira isso, que é a possibilidade da moção de censura, o seu presidencialismo ganha caráter absolutista e imperial. É uma ameaça ao sistema democrático. Mas se S. Ex.<sup>a</sup> não retira e mantém a moção de censura, digo que é mais grave ainda, porque na moção de censura do artigo "DD", do nobre Constituinte Vivaldo Barbosa, está incluída a moção de censura também a membros da magistratura do Poder Judiciário e a membros do Ministério Público. Isso redundaria num grave confronto de poderes entre o Legislativo e o Judiciário. Uma intervenção gravíssima, fonte de crises permanentes e de uma desestabilização política perigosa.

A moção de censura contra o Ministério Público é uma grave violação de autonomia do Ministério Público. Por isso, em nome do Relator Bernardo Cabral, que manifestou sempre a sua tendência parlamentarista, realizou os mais ingentes e reconhecidos esforços. O Constituinte Bernardo Cabral, antes de produzir o Substitutivo nº 2 – e disto fui testemunha pessoal, para que houvesse acordo, e para que se chegasse a um texto que representasse a média do pensamento nesta Comissão, à última hora, até a hora última do dia anterior à apresentação do seu Substitutivo, S. Ex.<sup>a</sup> o nobre Constituinte Bernardo Cabral tentou, ingentemente, produzir esse consenso e viu-se na contingência de manter o texto como estava. Falo aqui, também, em nome do Relator-Adjunto, o ilustre Constituinte Antônio Carlos Konder Reis, que tem uma nítida, clara e inequívoca posição em defesa do parlamentarismo. Mas preciso ressaltar a posição sóbria, digna, coerente e discreta do ilustre Constituinte

Adolfo Oliveira que, por posição doutrinária e partidária, é presidencialista e, aqui, não falo em seu nome.

Para encerrar, Sr. Presidente, é importante dizer que este é o momento em que estamos colocando no passado, estamos espultando 98 anos de história republicana em que vigorou um presidencialismo imperial, autoritário, concentrador de poderes unipessoais, um presidencialismo que esteve sempre associado a uma concepção patrimonialista do Estado, o Estado como patrimônio do governante, o governo como patrimônio de quem governa, que distribui sinecuras, benesses, benefícios e vantagens para amigos, filhos, parentes, apadrinhados e correligionários, o parlamentarismo será o início de uma nova era e de uma nova civilização política, de um novo patamar democrático na História do Brasil.

É inaceitável o argumento de que produzir um governo através do Parlamento é antidemocrático. Na raiz deste pensamento, na raiz desta tese está uma perigosa e profunda desconfiança para com a natureza democrática do Parlamento. E esta tese é que tem servido à véspera dos golpes militares e à derrocada das instituições.

Não aceitamos a tese de que a confiança dada a um Primeiro-Ministro, pelo Parlamento, seja um colégio eleitoral, como tínhamos no período anterior, da ditadura e do regime autoritário. Nesse período, a manipulação e o jogo de interesses predominavam. No parlamentarismo teremos a livre e permanente manifestação do povo brasileiro.

Por isso, Sr. Presidente, para iniciarmos uma nova era, um novo estágio de civilização política, esta Comissão de Sistematização por certo caminhará para a escolha do sistema parlamentarista.

Em nome do Relator Bernardo Cabral e do Relator Adjunto Antônio Carlos Konder Reis, ressaltando a posição digna e coerente do Constituinte Adolfo Oliveira, a posição da Relatoria é pela rejeição da emenda do ilustre Constituinte Vivaldo Barbosa. **(Palmas)**

**O SR. CONSTITUINTE CELSO DOURADO:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra, pela ordem, o Constituinte Celso Dourado.

**O SR. CONSTITUINTE CELSO DOURADO:** – Sr. Presidente, peço a palavra para dar uma rápida explicação.

Estamos vivendo uma hora realmente decisiva na vida deste País, uma hora de crise, uma hora histórica de transição, que exige muito de cada um de nós. A democracia não é um regime cômodo, não é um regime fácil. Alguns chegam até a denunciar que ela não é eficiente.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Suponho que V. Ex.<sup>a</sup> vai levantar uma questão de ordem e não um novo apoio a qualquer das duas teses.

**O SR. CONSTITUINTE CELSO DOURADO:** – Sr. Presidente, sinto a necessidade de dar esta explicação em função de que meu nome tem sido discutido pela imprensa, ora me apresentando como presidencialista, ora me apresentando como parlamentarista. Quero dizer, Sr. Presidente, que cheguei a esta Casa como presidencialista, e acho que o presidencialismo tem mesmo as suas virtudes, mas tem os seus defeitos.

Hoje, Sr. Presidente, depois de uma reflexão cuidadosa, depois de uma análise cuidadosa desta situação que estamos vivendo, estou convencido que o melhor regime para esta hora que estamos vivendo é o parlamentarismo, porque ele pode superar o autoritarismo e o caudilhismo pode superar o espírito carismático que alguns...

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Quero advertir aos meus Companheiros de Comissão que a explicação de ordem pessoal só tem cabimento quando, durante um discurso qualquer, faz-se uma declaração grave que atinja a honra ou que atinja, de algum modo, a reputação daquele que foi citado.

Declarações de voto e prévias, inclusive, peço que não as façam, que não usem o artifício de pedir a palavra, pela ordem, para poder fazer aqui novos discursos a respeito de parlamentarismo e presidencialismo.

A matéria está devidamente instruída.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra, pela ordem, o Sr. Constituinte José Genoíno.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Eu queria protestar porque, na medida em que é concedido o direito de fazer encaminhamento, defendendo uma posição, eu ia requerer o mesmo direito. Mas, aceito a decisão da Mesa.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Está em votação a emenda do Constituinte Vivaldo Barbosa, cujo **SIM** é de apoio à emenda e cujo **NÃO** é de recusa à emenda.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Alfredo Campos, Carlos Sant'Anna, Fernando Bezerra Coelho, João Calmon, José Freire, José Geraldo, Manoel Moreira, Milton Reis, Nilson Gibson, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Rodrigues Palma, Theodoro Mendes, Christóvam Chiaradia, Edme Tavares, Eraldo Tinoco, Inocêncio Oliveira, José Lourenço, Luís Eduardo, Oscar Corrêa, Osvaldo Coelho, Paulo Pimentel, Enoc Vieira, Jofran Frejat, Jonas Pinheiro, José Tinoco, Darcy Pozza, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia, Virgílio Távora, Brandão Monteiro, José Maurício, Lysâneas Maciel, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio e Adolfo Oliveira. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Faltosa, Ademir Andrade, Almir Gabriel, Aluizio Campos, Antônio Britto, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Carlos Mosconi, Celso Dourado, Cid Carvalho, Cristina Tavares, Egídio Ferreira Lima, Fernando Gasparian, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, Ibsen Pinheiro, João Herrmann Neto, José Fogaça, José Ignácio Ferreira, José Paulo Bisol, José Richa, José Serra, José Ulisses de Oliveira, Mário Lima, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nelton Friedrich, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Severo Gomes, Sigmaringa Seixas, Virgildásio de Senna, Wilson Martins, Afonso Arinos, Aloysio Chaves, Antonio Carlos Mendes Thame, Arnaldo Prieto, Carlos Chiarelli, José Jorge, José Lins, José Thomaz Nonô, Marcondes Gadelha, Mário Assad, Sandra Cavalcanti, Antônio Carlos Konder Reis, Gerson Pares, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Siqueira Campos, Haroldo Lima, Roberto Freire, Jamil Haddad e Antonio Farias.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram **SIM** 36 Constituintes; votaram **NÃO** 57 Constituintes. Total: **93** votos. O Destaques foi **rejeitado**.

**O SR. CONSTITUINTE THEODORO MENDES:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra, para a sua questão de ordem.

**O SR. CONSTITUINTE THEODORO MENDES:** – Sr. Presidente, sou autor de uma emenda também no mesmo sentido, estabelecendo o sistema Presidencialista de go-

verno. Eu gostaria de indagar da Mesa se o resultado desta votação prejudica a minha emenda ou ela é mantida.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Dê-me tempo para analisar. Se a emenda de V. Ex.<sup>a</sup> tiver a mesma redação, ela é prejudicada. Se a emenda de V. Ex.<sup>a</sup> tiver redação diferente, inclusive em artigos diversos, ela não é prejudicada.

**O SR. CONSTITUINTE THEODORO MENDES:** – Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup>, porque vários artigos são diferentes da emenda Vivaldo Barbosa, embora englobe todo o capítulo.

**Destaque nº 006763-87 do Sr. Constituinte Carlos Sant'Anna – Emenda nº ES-33025-0, do Sr. Vivaldo Barbosa, "que substitui as Seções I e II do Capítulo II do Título V do Substitutivo nº 1 (Título IV, Capítulo II do Substitutivo nº 2)".**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Requerimento de preferência, nos termos regimentais, assinado pelo Constituinte José Lourenço, para o Destaque nº 6763.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra, para a sua questão de ordem.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Esta, parece-me que, evidentemente, está prejudicada, porque se trata da emenda do Constituinte Vivaldo Barbosa, e quando ele a encaminhou fez a ressalva, parece-me, da que é feita do destaque do Constituinte Carlos Sant'Anna.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Daí que V. Ex.<sup>a</sup>, talvez, não tenha razão no advérbio. Ela não é "evidentemente" prejudicada, pela diferença que há de redação, na medida em que a emenda Vivaldo Barbosa preserva duas passagens, dois Títulos B e DD, que não foram votados e que constam da emenda que vai ser votada. Por isso que não há prejuízo, é uma diferença de redação.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Não foi votada a questão do mandato, anteriormente?

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Peço ao Constituinte Roberto Freire que tenha compreensão para o caso. O que pode acontecer é que se a maioria, que se mostrou tão flagrante ainda há pouco, resolver não dar a questão de preferência, eu não voto a preferência e pronto, mata a questão.

Em votação o requerimento de preferência.

Os Srs. Constituintes que o aprovam queiram permanecer sentados. **(Pausa)**

Aprovado.

Aprovada a preferência, passa-se à votação do destaque.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Sr. Presidente, não quero criar complicação. A maioria é evidente, não há nenhum problema. Agora há, aqui, uma clara contradição entre o Constituinte Vivaldo Barbosa e o signatário dessa emenda, solicitando preferência o Constituinte José Genoíno, que solicitou da anterior. S. Ex.<sup>a</sup> está imaginando que esta emenda agora é a emenda Vivaldo Barbosa integral.

Não estou entendendo. Queria apenas um esclarecimento: nós votamos a emenda Vivaldo Barbosa antes, com os destaques do Constituinte Carlos Sant'Anna, ou vamos votá-la agora, com estes destaques?

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – V. Ex.<sup>a</sup> tem razão, a emenda é a mesma. Houve o cuidado, na primeira votação, de excluir determinadas passagens da

emenda, o que tornou, portanto, válido o recomeço da votação na emenda integral.

Agora, vamos votar a emenda integral.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – É exatamente isso.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A mesma Emenda nº 33025 foi votada, ainda há pouco, com exclusão de partes e, agora, está sendo votada na íntegra.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Sr. Presidente, parece-me que a indicação do nobre Constituinte Carlos Sant'Anna é para a Emenda nº 31650, e não para a Emenda nº 33025, que é a íntegra da emenda do Constituinte Vivaldo Barbosa.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – O que tenho sobre a mesa é para a Emenda nº 33025.

Por delegação do Constituinte Carlos Sant'Anna, tem a palavra o Constituinte Milton Reis.

**O SR. CONSTITUINTE MILTON REIS:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, ontem, como hoje, ao tempo da ditadura militar, aqui estivemos enfrentando-a, sobretudo quando ela retirava do povo o direito de ele escolher seu presidente e elegendo, indiretamente, os ilustres generais que se sucederam no poder.

Nós, que fundamos o MDB somos ainda quatorze que aqui nos achamos no exercício do mandato, fundadores do Partido nós, que arrostamos essas dificuldades, porque não queríamos subtrair do povo esse legítimo direito – porque todo o poder emana dele – fomos, inclusive, por isso, por certo, cassados por um ato institucional, mas achamos que estávamos coerentes com os nossos princípios e bem com a nossa consciência.

Sr. Presidente, a campanha da Nova República, a campanha pelas diretas, da qual tive a honra de participar em quase todos os Estados do País, essas campanhas, a primeira e a segunda, levaram às praças públicas do Brasil milhões de brasileiros que queriam, com sua presença, manifestar o desejo de escolher livremente o Presidente da República. Foi exatamente esse princípio, o princípio democrático da escolha, o princípio da devolução ao povo de suas legítimas prerrogativas, que fez a nossa campanha vitoriosa e permitiu que Tancredo Neves e José Sarney pudessem ir ao Colégio Eleitoral para extinguí-lo.

Não discuto, Sr. Presidente, as excelências do parlamentarismo, sobretudo nas nações desenvolvidas e de pequena extensão territorial. Na Inglaterra, sem dúvida, na monarquia democrática daquele país, deu certo. No Japão, Estado unitário, também. Admito que a Alemanha tenha uma posição **sui generis**, parlamentarista, a França e outros países que adotam esse sistema de governo, mas todos eles são Estados altamente desenvolvidos e com pequena extensão territorial proporcionalmente ao Brasil.

O presidencialismo nasceu com a República. O ideal republicano foi simultâneo ao ideal presidencialista.

O que me espanta, Sr. Presidente, é que muitos companheiros, homens da maior qualificação, mas por circunstâncias do momento, por circunstâncias políticas, que prometeram ao povo o voto direto ao Presidente, estejam hoje votando a favor do parlamentarismo, ficando em uma posição de incoerência política que os deixará mal no julgamento popular.

Reconheço que nesta tribuna estiveram homens públicos, que sempre foram parlamentaristas, verdadeiros patrimônios da instituição parlamentar, como o Mestre Afonso Arinos. Mas o que lamento, entretanto é que, nos tempos da ditadura, não tenhamos contado com S. Ex.<sup>a</sup> para combatê-la, o que deploro é que, na hora dos Atos

Institucionais, o insigne Senador Afonso Arinos, esse Mestre que admiro, quer como Professor, Parlamentar ou Escritor, estivesse ao lado dos generais, pertencesse à ARENA e depois ao PDS. Tenho autoridade para dizê-lo, porque fui um dos fundadores do MDB – e do PMDB, enfrentei a ditadura militar, fui por ela cassado e aqui estou, Sr. Presidente, reconhecendo em S. Ex.<sup>a</sup> uma das maiores expressões da política brasileira em todo o tempo, mas achando que o seu verbo inflamado, que a sua cultura, que a sua coragem cívica, que o seu espírito público nos poderiam ter ajudado a impedir ou a diminuir a vigência da ditadura militar.

Terminarei, Sr. Presidente, mas preciso registrar que os parlamentaristas, por circunstâncias, e que são muitas, irão verificar que esse regime, que reconheço ser sinônimo de liberdade, é mais lento nas decisões e não irá permitir as reformas urgentes e necessárias pelas quais tanto nos batemos e ansiamos.

Sr. Presidente, deixo esta tribuna convicto de que esta comissão, da qual tenho a honra de pertencer, uma das mais altas, senão a mais alta da Casa, a de Sistematização, ela, entretanto, não reflete o perfil do Plenário, e lá, no Plenário, vamos restabelecer o presidencialismo. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Para encaminhar a favor, tem a palavra o Constituinte José Genoíno.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes:

Com todo o respeito a muitos parlamentaristas que se pronunciaram, neste dia algumas afirmações e algumas colocações que a História deste País, a exemplo de outros períodos e de outros acontecimentos, não poderemos esquecer.

Não é a primeira vez que estamos ouvindo aqui falar em nova era, falar em nova civilização política. Não é a primeira vez que estamos ouvindo aqui falar em salvação nacional; não é a primeira vez, também, que estamos ouvindo aqui a dicotomia entre o caos e a salvação nacional.

Chamo atenção da Casa para o grave risco que essa votação enseja: poderemos estar iludindo a consciência democrática deste País com esse tipo de euforia e demagogia, porque podemos ter um parlamentarismo autoritário, repressivo, carcomido e oligárquico, assim como podemos ter um presidencialismo com essas mesmas características.

Já foi dito nesta Casa que a Nova República era a salvação nacional e todos tinham que aplaudi-la, e vejam no que deu.

Já foi dito nesta Casa que o Plano Cruzado era a redenção nacional, e vejam no que deu. E hoje se está dizendo aqui que o parlamentarismo é a salvação nacional. E o que esta fórmula vai produzir? Vamos ter um regime de governo montado por quem é maioria, hoje, no Parlamento brasileiro, caso se decida pela implantação do parlamentarismo em 1988. E certamente vamos ter eleição direta em 1988.

Qual é a mágica que está sendo vendida para o povo? É que a força majoritária que ganhou a eleição em 1986 vai continuar governando e o povo vai eleger um Presidente da República não para governar, para decidir, para resolver os problemas do País, porque o segredo da decisão, o segredo do Governo estará tomado pela maioria que hoje compõe a Assembléia Nacional Constituinte e que vai compor a Câmara dos Deputados.

Mais uma vez as elites brasileiras produzem a fórmula mágica de tirar do povo a plenitude da decisão política de eleger o Presidente da República. **(Palmas)** Esta é uma questão de fundo que precisa ser colocada aqui.

Mais uma vez o povo vai eleger o Presidente da República que é apenas Chefe de Estado; vai eleger um Presidente da República que vai conviver com a maioria conservadora, com a maioria liberal que compõe esta Casa de hoje, porque esta maioria é que vai montar o Governo em 88. É nesta situação de crise, é nesta situação política delicada que o País atravessa, que é uma temeridade. E nesta situação de crise que digo, até a sensatez política exige de nós, que não façamos esse tipo de demagogia, que não façamos perante o povo brasileiro, que há mais de 27 anos não elege o Presidente da República, aí vai eleger um Presidente da República que não é para governar, porque quem vai continuar governando é o Partido que é maioria na Câmara dos Deputados, hoje maioria na Assembléia Nacional Constituinte.

Mais uma vez as elites brasileiras não querem que o poder se legitime e seja fruto de uma disputa política de programas, de alternativas e de plataformas políticas.

Mais uma vez se busca a fórmula mágica para enganar o povo, e, como tem sido feito na História do Brasil, isso é pintado como salvação nacional, como nova era e como uma virada histórica. Podemos estar diante de uma farsa, diante de um engodo, perante as aspirações populares do povo e dos trabalhadores brasileiros.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tenho na lista de inscrições, para encaminhamento, o Constituinte Afonso Arinos.

S. Ex.<sup>a</sup> ainda vai falar? **(Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup> desiste.

Constituinte Nelson Carneiro já se considera suficientemente aplaudido, não precisa mais falar.

Então, tem a palavra o Constituinte Haroldo Lima.

**O SR. CONSTITUINTE VIVALDO BARBOSA:** – Sr. Presidente, para um esclarecimento. **(Assentimento da Presidência)** O que está sendo discutido são destaques que se referem à mesma emenda que já foi votada?

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Sim.

**O SR. CONSTITUINTE VIVALDO BARBOSA:** – Sr. Presidente, esta comissão, por um voto que não tem nenhuma consonância com a vontade do povo, manifestou que realmente preferiu o regime por eleição indireta. Esta emenda...

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho fazendo soar a campanha):** – Tenho certeza de que este Plenário se comportará dentro das regras parlamentares da cortesia, ouvindo o orador que está falando.

**O SR. CONSTITUINTE VIVALDO BARBOSA:** – A minha emenda, Sr. Presidente, que prevê a eleição direta para Presidente da República, foi votada por este Plenário, de maneira que não há mais razão para continuar em votação.

Retiro a emenda. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tenho que consultar antes. V. Ex.<sup>a</sup> é o dono da emenda, mas o dono do destaque é o Constituinte Carlos Sant'Anna.

V. Ex.<sup>a</sup>, Constituinte Carlos Sant'Anna, concorda em retirar a emenda?

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Sim. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Requerimento de preferência:

**Destaque nº 001432-87 do Sr. Carlos Sant'Anna – Emenda nº ES-31650-8, do Sr. Theodoro Mendes, "que substitui os Capítulos I e II do Título V do Substitutivo nº 1 (Título IV, Capítulo II do Substitutivo nº 2)".**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – "Requeiro, nos termos regimentais, preferência

para o Destaque nº 1432, do Constituinte José Lourenço e do Constituinte Carlos Sant'Anna, referente à emenda do Constituinte Theodoro Mendes."

Em votação.

Os Srs. Constituintes que estão de acordo com a preferência permaneçam sentados. **(Pausa)**

Aprovado por maioria.

Passo à votação do destaque.

A emenda está devidamente esclarecida aos Srs. Constituintes. É a Emenda nº 31650.

Está inscrito para falar a favor da emenda o Constituinte Virgílio Távora.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Sr. Presidente, gostaria de pedir a V. Ex.<sup>a</sup> esclarecesse se a emenda entra na íntegra.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A emenda é na íntegra. Agora é o Capítulo II, Do Poder Executivo, Secção I, Secção II, Secção III, Secção IV, Secção V. Substitutiva.

Pergunto ao Constituinte Theodoro Mendes se vai sustentar a sua emenda. **(Pausa)**

Tem a palavra V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE THEODORO MENDES:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, "o presidencialismo é o sistema de governo mais genuinamente ligado às aspirações do povo brasileiro, a partir da expressão republicana de poder:" – Presidente Juscelino Kubitschek.

Despido de qualquer espírito emocional, neste momento em que se debate um dos temas mais polêmicos sobre o qual se debruçou a Comissão de Sistematização, não poderia deixar neste instante de fazer uso da palavra em defesa da emenda presidencialista que apresentei.

O tema é polêmico e apaixonante; argumentos ponderáveis de ambos os lados, a favor do presidencialismo e do parlamentarismo.

Todavia, Sr. Presidente, a nossa posição, muito antes que este tema viesse a ganhar o noticiário da imprensa, pela aproximação da data de hoje, sempre nos mantivemos a favor do presidencialismo, por julgarmos que o povo brasileiro já se manifestou em plebiscito a favor deste sistema, derrotando aqueles que numa época de crise pretenderam implantar o parlamentarismo no Brasil, por uma maioria de mais de 90%.

A mim me parece, Sr. Presidente, que a implantação do parlamentarismo no Brasil, neste instante, pretende substituir a soberania popular pela soberania de oligarquias eventuais no Parlamento.

Na Convenção de Filadélfia, Hamilton já advertia que o temor de perder a reputação tem menos força quando a vergonha de uma ação má deve ser repartida entre certo número de pessoas do que quando ela deve recair sobre uma só.

O espírito de facção, cujo veneno infecta tantas vezes as deliberações dos corpos políticos, pode arrastar certas pessoas a erros e demasias, de que cada uma delas se envergonharia se se achasse sozinha.

O sistema presidencialista é aquele que nos permite melhor saber a quem punir e a quem premiar, ao contrário do sistema parlamentarista, onde não se sabe, sequer, pela diluição das decisões, a quem se premiar ou a quem se punir.

Permitir-se que um candidato à Presidência da República o País todo, numa mobilização nacional, indo à praça pública, para se eleger por 40 milhões de vo-

tos, apenas para ser um simples corta-fitas, constituir-se-á na maior frustração do povo brasileiro. Nem tem o Presidente da República o que dizer em palanque, ou que dizer que vai realizar, porque, na verdade, não seria ele a realizar.

Diriam os parlamentaristas: mas é um programa de governo que vai à praça pública.

Mas quero saber que programa de governo que vai, com uma eleição de Presidente da República, quando os Partidos Políticos, especialmente o majoritário, que é o PMDB, está, hoje, dividido em tantas facções.

Acusou-se, aqui, o PFL de tentar um golpe regimental...

**O SR. PRESIDENTE (faz soar a campainha).**

**O SR. CONSTITUINTE THEODORO MENDES:** – Solicito a mesma boa-vontade de V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Presidente, para que eu possa ultrapassar um pouco o meu tempo.

Criticou-se o PFL por aquilo que se constituiria uma manobra regimental. Entretanto, também eu, por ser Presidencialista, ser autor de uma emenda presidencialista, fui ameaçado pelas Lideranças do meu Partido de ser colocado fora da Sistematização se isso ocorresse com o PFL. O que mostra que o Partido adotaria a mesma violência. E não estou aqui por indicação de Liderança, senão por escolha da maioria da Bancada de São Paulo, juntamente com o Constituinte Manoel Moreira, porque a Bancada peemedebista de São Paulo é majoritariamente presidencialista.

Vejam a que ponto chegamos, Sr. Presidente e Srs. Constituintes! O que não queremos é um presidencialismo caudilhesco, imperial. Pretendemos, isto sim, um perfeito equilíbrio entre o Poder Executivo e o Legislativo, e é por isso que minha emenda se refere também ao Capítulo Do Poder Legislativo, atribuindo a este Poder um fortalecimento nunca antes conhecido pelo Parlamento, através de uma Comissão Mista e Permanente do Congresso Nacional, para fiscalização dos atos do Poder Executivo. Essa Comissão seria permanente, independentemente da formação de CPIs para fatos determinados. Pretendíamos um perfeito equilíbrio entre o Poder Executivo e o Legislativo. Entretanto, o que é que votamos agora com a Emenda Vivaldo Barbosa? Votamos a restauração do malfadado Colégio Eleitoral, de triste memória, porque, na realidade, vai-se escamotear a vontade popular, fazendo do Presidente eleito pelo povo um simples corta-fitas para as inaugurações e mantendo a ditadura do Parlamento, através da escolha do seu Gabinete.

Tão nefasta quanto o presidencialismo caudilhesco e imperial é a ditadura do Parlamento, com as mesmas más consequências, porque aqui o Parlamento estará sendo o Executivo e o Legislativo, assumindo estes Poderes e impedindo a perfeita tripartição, a harmonia e a independência entre eles.

Por isso, Sr. Presidente, lamentamos o que ocorreu com a Emenda Vivaldo Barbosa. De qualquer forma, não perdemos as esperanças, porque temos a certeza absoluta de que o perfil do Plenário não é o mesmo da Comissão de Sistematização, onde influências outras fizeram a sua composição.

Fiéis ao que pensa o povo, na sua grande maioria, haveremos de manter o presidencialismo quando chegar a hora da votação em Plenário.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Muito obrigado.

Tem a palavra, para encaminhar contra, a Constituinte Sandra Cavalcanti.

**A SRA. CONSTITUINTE SANDRA CAVALCANTI:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, quando a República foi proclamada, numa madrugada tranqüila, por um General

de boa índole, amigo do Imperador, retirado de dentro de casa às pressas, num acesso de asma, ele estava convencido de que acabava naquele momento a história da Monarquia e que ia começar a verdadeira história republicana.

Dizem alguns dos seus biógrafos, até, que no dia seguinte, ainda muito assustado com o que acabara de fazer, Deodoro chamou um dos seus mais diletos amigos, o Barão de Lucena, e, inadvertidamente, ainda sem a Constituição republicana na mão, disse-lhe: "Lucena, você se prepare, porque você vai ser o meu Primeiro-Ministro! Vá pensando no Gabinete".

Isto mostra, de forma muito clara, que o grande erro da Proclamação da República no Brasil foi ter abandonado o sistema parlamentar, porque o sistema parlamentar de governo não vinha falhando no período do Império. O que vinha falhando era a continuação de uma monarquia.

E o que foi que aconteceu de fato na História do Brasil?

Proclamamos a República? Não. Adotamos um sistema republicano, que não tinha nada a ver com a tradição brasileira, e abolimos, apenas, o parlamentarismo.

A Proclamação da República no Brasil, na verdade, foi a abolição equivocada do regime parlamentar e substituímos a monarquia de sangue pela monarquia civil, exercida despoticamente, sempre que possível, por monarcas militares.

Hoje, a Comissão de Sistematização abre, pela primeira vez na História deste País, a oportunidade verdadeira da implantação da chamada forma republicana de viver. É a coisa pública em primeiro lugar; é o povo ocupando, de fato, através do sistema representativo que a Monarquia não significava, realmente a sua posição de governar através da representação política.

Então, nesse momento em que registramos, nesses confrontos democráticos, nesse diálogo fraternal que vimos mantendo, aqui, todo este tempo, e eu espero que daqui ninguém saia nem vencedor nem derrotado, porque é o futuro do Brasil que está em jogo, nós estamos começando a proclamar a República que até hoje não pôde ser implantada, porque não teve para sustentá-la um sistema de Governo republicano representativo que o parlamentarismo de fato é.

Dizem que o parlamentarismo vai ser o caos. Só se for outro tipo de caos, porque este em que vivemos é privilégio do presidencialismo.

O Brasil não precisa de outro modelo de caos, se este é o raciocínio dos que querem a preservação do regime presidencialista.

Para termos o caos, para termos crises, para termos ditaduras, para termos regime de exceção, para termos aquelas épocas terríveis de cassação de direitos e de mandatos, que às vezes ainda perduram até na própria vida parlamentar, para isto não precisamos de parlamentarismo, basta continuarmos a manter a nossa República à mercê de uma monarquia disfarçada, despótica, tirânica, que é o regime presidencialista, que vigorou neste País desde a suposta Proclamação da República.

Por isso, Sr. Presidente, encaminho contrariamente a emenda, aliás muito bem articulada, muito bem feita, do ilustre Sr. Constituinte Theodoro Mendes, que faz no seu texto uma tentativa, até muito leal e muito honesta, de remediar a monarquia presidencialista, injetando no sistema de governo que imaginou, alguns dos melhores instrumentos parlamentaristas.

Pelo contrário, lendo a emenda do Sr. Constituinte Theodoro Mendes é fácil entender e raciocinar que se abre um caminho para que o Parlamento possa ser mais forte, possa exercer maior fiscalização, possa ter maior partici-

pação na vida pública. Por que ficar na metade do caminho? Por que não ir diretamente ao regime, que vigora em todos os países que saíram de ditaduras, de crises, de devastação, de miséria e de derrotas, como é o caso da Alemanha, da Espanha, de Portugal, da Itália e do Japão?

Por isso, peço aos nossos companheiros presentes, mais uma vez, que rejeitemos a emenda Theodoro Mendes, para que possamos adotar, neste País, pela primeira vez, uma forma republicana de governo, consubstanciada num regime parlamentar, que não é o do Congresso, é o do povo. Na sua liberdade de escolha nas horas de crise, o mesmo povo que indica o Governo é o mesmo povo que, já sem paciência, é capaz de mandá-lo para casa. É a grande qualidade do regime parlamentarista. **(Muito bem! Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra, para encaminhar favoravelmente, o Constituinte Virgílio Távora.

Queria fazer antes uma advertência. Estamos aplicando, agora, nessa questão do parlamentarismo, o que estamos chamando de regimento Afonso Arinos; quatro minutos além do prazo. Espero que não haja quem extrapole desse limite.

**O SR. CONSTITUINTE VIRGÍLIO TÁVORA:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, mais do que uma defesa de uma emenda que consideramos absolutamente ajustada com os interesses do povo brasileiro, e no momento por que passa a nossa Nação, nossa presença aqui se prende a, de um lado, a fixação, perante os Anais desta Assembléia Nacional Constituinte, de uma posição, e de um dever de consciência justamente de dar em sintéticas linhas as razões por que um ex-Ministro do regime parlamentarista de 61 e 62, um colega do Presidente Ulysses Guimarães e do ex-Governador de São Paulo, Franco Montoro, que como S. Ex.<sup>a</sup> também são presidencialistas, por que não perfilham esta mudança já tão proclamada pela maioria desta Comissão de Sistematização.

Srs. Constituintes, o jovem político de então, foi, depois de Ministro de Viação e Obras Públicas, duas vezes governador e Senador, porque justamente teve aberto o caminho da vida pública, para um sucesso que achamos até que Deus lhe deu imerecidamente graças a sua passagem pelo Gabinete Tancredo. Por que, então, iríamos nos não abraçar com fervor esse sistema de governo que para o Presidente Ulysses Guimarães, para o ex-Senador Franco Montoro, para o ex-Presidente Tancredo Neves e para nós foi tão generoso nas oportunidades que lhes abriu?

Srs. Constituintes, pela convicção íntima, pela convicção arraigada que temos – porque acima das nossas conveniências, o homem público tem que colocar o bem do Brasil – saímos de Ministro já tendo sido convidado pelo então Presidente João Goulart, à época, para constituir o futuro Gabinete que sucedeu a Tancredo Neves, absolutamente convencido, apesar, e modestamente aqui dizemos, dos aplausos quase unânimes, da imprensa de então do Rio e de São Paulo, convencido Srs. Constituintes, que se nós temos um pouco de amor a esta terra havemos que aperfeiçoar o presidencialismo; havemos que reforçar o sistema de governo e os poderes do Legislativo, mas nós não temos – e isso é duro de dizer mas é verdade e aqui apelamos para a compreensão dos nossos Pares – não temos Lideranças e nem Partidos organizados; Partidos organizados que obedeçam às Lideranças; Lideranças que se façam por eles obedecer. Não temos, de outro lado, aquela burocracia estável que só o tempo, a sedimentação, o trabalho, faz aparecer nas civilizações que adotam com sucesso tal tipo de governo.

E mais que tudo Srs. Constituintes, numa época com votação, numa época de império de idéias tão contraditórias, numa época em que nós não temos Partidos também sedimentados, em que todo o dia assistimos aqui

ameaças de ruptura, seja do PMDB, seja do PFL só, só para citar os exemplos mais flagrantes, o que nós vamos fazer aqui – e deixamos bem consignado para que dúvidas não haja a quem leia futuramente os Anais desta Assembléia Nacional Constituinte – é optar entre uma emenda que está certa; uma emenda que pode não ser perfeita mas responde a toda a nossa tradição republicana política, e uma aventura que pode satisfazer a vaidade de muitos, mas que realmente daqui a algum tempo fará com que aqueles seus responsáveis maiores, perante a História, respondam pelo mal que fizeram ao Brasil! **(Palmas)**

**O SR. CONSTITUINTE THEODORO MENDES:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra, pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE THEODORO MENDES:** – Como autor da emenda e com a aquiescência do autor do destaque, solicito a sua retirada.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Está retirada a emenda. **(Palmas)**

**O SR. CONSTITUINTE AMARAL NETTO:** – Sr. Presidente, peço a palavra, como Líder do PDS, para uma reclamação.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> palavra, para uma reclamação.

**O SR. CONSTITUINTE AMARAL NETTO:** – Anteontem, usei da palavra para dizer mais ou menos o que vou dizer aqui agora. Naquele momento era uma sessão da Câmara; hoje, estou aqui, já não mais como Constituinte mas como Líder, transmitindo a posição da maioria da Bancada que pude ouvir dos que estão presentes em Brasília.

Volto a me referir à reunião da Mesa, na qual estava presente V. Ex.<sup>a</sup> e o Constituinte Virgílio Távora; aquela reunião em que todos os Líderes estavam presentes, em que fiz uma declaração de discordância absoluta quanto às posições assumidas – V. Ex.<sup>a</sup> deve-se recordar disso – e não tomei uma atitude oficial porque estava no exercício da Liderança na Constituinte o Senador Virgílio Távora, a quem muito respeito. Queria deixar claro que tanto a Mesa da Assembléia Nacional Constituinte como a Comissão de Sistematização, como primeiramente todos os companheiros, merecem o meu maior respeito pelo esforço que estão fazendo, dentro da Comissão de Sistematização.

Mas, às vezes, Sr. Presidente, as pessoas estão derrubando uma casa sem erguer outra no lugar, e pensam que estão trabalhando; este é que é o problema. O que eu tinha de dizer aqui, em nome de minha Bancada, e com o conhecimento do meu Presidente, que é V. Ex.<sup>a</sup>, é que o que se fez naquela reunião foi uma arbitrariedade absoluta com a qual esta Assembléia não vai poder concordar, dentro em breve. A Assembléia talvez esteja fingindo que concorda, mas nós passamos a ter sobre ela a vigência do verdadeiro Ato nº 5 civil, nós passamos a ter sobre ela o decurso de prazo, como muito bem disse V. Ex.<sup>a</sup>, não é idéia minha; nós passamos a ter – dentro da Assembléia e não mais pelo Governo que usa freqüentemente o decreto-lei – passamos a ter a utilização do entulho autoritário de antigamente, como entulho utilitário de hoje, daqueles que pensam que são maioria aqui dentro. Por isso, Sr. Presidente, eu queria deixar claro, em nome da Bancada do PDS, na minha posição de presidencialista derrotado que reconhece a derrota, na minha posição de felicitações aos meus companheiros parlamentaristas que são a maioria da Bancada do PDS, eu queria deixar bem claro a nossa posição, que não é só nossa, pois nós somos minoria dentro de muita coisa que vai acontecer aqui dentro, isso vai ser muito gravemente repercutido dentro dos nossos trabalhos. Sr. Presidente, nós vivemos agora aqui o regime arbitrário sem General

no comando, nós vivemos aqui o regime de comando absoluto sem audiência do poder supremo, que é o plenário, e as consequências disso vão começar a se delinear na quarta-feira, quando nós vamos ver como a Assembléia pode continuar sustentando essa posição, que é uma posição politicamente – perdoe-me, nada tem de pessoal, muito menos com o nobre Relator ou com os nobres membros da Mesa – politicamente imoral.

Sr. Presidente, aqui fica o protesto do PDS e – mais do que do PDS, V. Ex.<sup>a</sup> vai ver – de um grande grupo desta Casa que não vai permitir que continue a arbitrariedade de comando dos trabalhos constituintes.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Sr. Presidente, eu queria, pela ordem, repelir as insinuações de abuso que esta Comissão esteja cometendo. Ela apenas tomou uma decisão no seu prazo, que não é de decurso, mas é um prazo, inclusive regimental, que foi prorrogado por acordo de todos e aprovado. Portanto, queria, rapidamente repetir todas as insinuações de Líder do PDS de abuso dessa Comissão.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Prossigo na votação.

**O SR. CONSTITUINTE AMARAL NETTO:** – Sr. Presidente, para um esclarecimento. Diante da palavra do Líder do PC, eu queria declarar mais uma vez, com o testemunho de V. Ex.<sup>a</sup>, do Deputado Bernardo Cabral, do Senador Fernando Henrique Cardoso e de todos que estavam naquela reunião, que quando terminou a solução do problema, que não foi solução, criaram-se problemas, e eu declararei que não tinha condição de liderança na Sistematização para protestar, porque respeitava a posição do meu primeiro Vice-Líder...

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – V. Ex.<sup>a</sup> não podia trazer essa posição.

**O SR. CONSTITUINTE AMARAL NETTO:** – Deixe-me terminar, nobre Constituinte, para deixar a verdade aqui estabelecida. Declarei que não concordava com nenhuma daquelas palavras e que aqui no plenário viria protestar, depois de consultar minha Bancada. Acho que V. Ex.<sup>a</sup> sabe que tenho o testemunho de todos que estão na Mesa e, em nenhum momento, concordei com aquele acordo que foi ferir o espírito de liberdade e de comando democrático de uma Constituinte que precisa ser respeitada pelo povo e não o está sendo mais.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Considero o assunto encerrado.

No caso de V. Ex.<sup>a</sup>, Senador Virgílio Távora, acho que é imprescindível a palavra de V. Ex.<sup>a</sup>, que era o Líder presente à reunião.

**O SR. CONSTITUINTE VIRGÍLIO TAVORA:** – Eminentíssimo Presidente, para dizer duas palavras bem curtas e certas. Tomamos parte na reunião. Cartesianamente, mostramos que não havia outra solução senão aquela sugerida pelo Presidente Ulysses. Aceitamos, concordamos, em nome do Partido, sem embargo do apreço que tínhamos ao Líder na Constituinte, que disse-nos, claramente, estar em opinião divergente.

Mas o Partido, pelo seu Representante na reunião, deu-lhe assentimento.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Muito obrigado.

Passamos à votação.

**Destaque nº 000568-87 – Emenda nº ES-32019-0, do Sr. Brandão Monteiro, "que substitui as Seções I e II do Capítulo II do Título V do Substitutivo nº 1 (Seções I e II do Capítulo II do Título IV do Substitutivo 2)". (309ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Temos, aqui, um requerimento de preferência de votação para o

Destaque nº 568, referente à Emenda nº 32019, de autoria do Constituinte Brandão Monteiro.

Os Srs. Constituintes que a aprovam queiram permanecer sentados. **(Pausa)**

Aprovada a preferência.

**O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA:** – Sr. Presidente, não percebemos bem, eu e alguns Parlamentares, quanto à preferência que estava sendo votada.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Li o que me foi transmitido pela Assessoria da Mesa:

"Nos termos regimentais, requeremos preferência para votação do Destaque nº 568/87."

Este destaque entrou na frente do Destaque nº 5405, por acordo de Liderança.

Aprovada a preferência, passo à discussão do destaque.

Pergunto ao Constituinte Brandão Monteiro se deseja usar a palavra para defendê-la.

Tem a palavra S. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO MONTEIRO:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a minha emenda objetiva o sistema de governo presidencialista, que já foi derrotado aqui, mas tem uma questão fundamental: diz respeito ao mandato do Presidente da República.

Tenho ouvido, diariamente, não só através da Imprensa, como neste plenário, afirmações que acho que tenho o dever de contraditar, nesta oportunidade.

Quando se discute sistema de governo, às vezes, se confundem, como na história, as raposas e as galinhas. Quando se discute sistema de governo, diz-se, de forma incorreta e hipócrita, que todos os males deste País são conseqüências do sistema presidencialista. Os parlamentaristas de hoje e da ocasião, jamais discutem as causas do enfraquecimento das instituições brasileiras; jamais discutem o papel das Forças Armadas de nosso País, simplesmente dizem que o presidencialismo é autoritário, é tirânico, é o responsável pelas crises. Jamais se discutem, porque não querem fazê-lo, as causas da fragilidade das instituições brasileiras.

Ouvi a Constituinte Sandra Cavalcanti, brilhante como sempre, referindo-se à República, ao Marechal Deodoro da Fonseca, ao parlamentarismo. Ouvi o ilustre Professor Afonso Arinos falar que, no Império, existiam Partidos. Não faz justiça à inteligência e à cultura de Afonso Arinos. No Império, não existiam Partidos, mas blocos que se formavam. Ouvi o Prof. Afonso Arinos e a Constituinte Sandra Cavalcanti dizerem que, com a Constituição da República, Deodoro da Fonseca pensava em fazer o Barão de Lucena Primeiro-Ministro. Isto é verdade. Mas o que não diz a Constituinte Sandra Cavalcanti é que, no Império, não havia praticamente eleições; o voto era distrital e censitário. Não votavam os escravos; não votavam as mulheres; não votavam os pobres. Era preciso ter um **quantum** de recurso para poder votar e ser votado. Não dizem que, durante o império do parlamentarismo, houve mais de 60 revoltas armadas no País. Daí a posição histórica de Caxias, tido como o Pacificador. Quero dizer que na América Latina, em estudo feito, só há quatro países que são parlamentaristas e todos eles de origem monárquica, porque eram possessões ou inglesas, ou francesas, ou holandesas.

A história do parlamentarismo na Itália, em Portugal, de ser possível o Presidente da República ser eleito com o parlamentarismo, isto também não é verdade. São Estados em que o voto é nacional.

Quero aqui relembrar um histórico relatório de Afonso Arinos, em 1952, e quero trazer a esta Casa o pensamento de Afonso Arinos em 1952, que não tem modificação diante dos argumentos que usava em 1952.

Dizia o mestre Afonso Arinos, quando Relator da emenda Raul Pilla:

"Uma crítica que repetidamente é feita ao presidencialismo brasileiro precisa ser um pouco mais do que considerada aqui. Os nossos patrícios parlamentaristas, com freqüência usam argumento e vêem apenas os lábios do honrado Raul Pilla e insistem em que o presidencialismo entre nós é o caminho da ditadura, da subversão e da ilegitimidade política em proveito do poder de um homem. São os vícios inerentes ao parlamentarismo" – diz ele – "sustenta-se que produziram a ditadura de Floriano, as semiditaduras de outros Presidentes para desfechar na longa ditadura do Estado Novo.

Ora, a verdade histórica é que os dois povos que são os modelos clássicos dos dois sistemas: o inglês e o norte-americano, em virtude de circunstâncias históricas, especiais, de natureza econômica, religiosa, racional e cultural, tiveram o privilégio de fazer evoluir os dois regimes, através de um engenhoso e lento processo transformativo, nas quais as instituições respectivas foram encontrando o segredo do próprio funcionamento.

Mas, esse processo de desenvolvimento pacífico se verificou somente, como é mais do que notório, com aqueles dois povos. Todos os demais sofreram experiências ditatoriais, porque a ditadura, velha como a civilização, é uma etapa dificilmente evitável em certos momentos.

Mais ainda, é de toda a justiça salientar que as mais tremendas ditaduras modernas se criaram, sistemas precisamente, num ambiente parlamentares. Muitos povos não se achavam preparados para eles. Negar e sequer discutir isso é sufocar a mais evidente das evidências."

Não vou continuar a ler para chamar a atenção: o que se faz hoje neste País é um casuismo, um casuismo em que aqueles que iam para os palanques, hoje se confundem com os que os colocavam na cadeia. Um casuismo em que este Projeto Cabral permite a perpetuidade do sistema parlamentar, a perpetuidade do sistema parlamentar.

Ontem, esta Casa derrubou a perpetuidade da Federação. Que objetivos são esses? São objetivos claros. Um Partido que fez a maior bancada da História deste País, vinte e dois Governadores, foge hoje, como o diabo da cruz, das eleições. Quer perpetuar-se no Poder. Já tem o Primeiro-Ministro. Eu quero dizer que mantenho as minhas posições em função de que esse País não teve evolução política, saímos do autoritarismo, não chegamos a completar uma transição, não existem Partidos Políticos, não existem condições objetivas para a adoção do parlamentarismo. Vejo a festa e espero, porque sou brasileiro, e espero porque sou democrata, que a festa que vi aqui hoje não seja o último baile do Império, não seja um baile da Ilha Fiscal. E vejo que os parlamentaristas, muito inteligentes, conseguiram envolver até os pequenos partidos, que são contra o voto distrital. A segunda medida virá com o voto distrital, porque já ganharam o parlamentarismo. Eles querem a elite no poder e não querem que o povo participe do processo. Quem foi o Constituinte nesta Casa que para se eleger foi discutir o sistema de governo? Nenhum. Não querem e não discutiram com o povo e agora querem simplesmente impor ao povo as suas vontades, máxime quando querem a perpetuação de um partido, ao qual vai ocorrer o que ocorreu com a ARENA, que foi o maior Partido do Ocidente, ganhou as eleições de 1970 com a maior votação, e o povo brasileiro em 1974 deu a resposta à ARENA com a vitória histórica do PMDB. Eles não querem que o povo vote e agora ainda instituem o Colégio Eleitoral espúrio, que aqui não se discute, e aqueles que se dizem progressistas jamais se levantaram contra aquilo que foi fa-



bricado. O Substitutivo Bernardo Cabral não foi o conjunto da decisão pessoal do Relator Bernardo Cabral, houve emendas, houve, mas foi costurado pela Liderança do PMDB, foi costurado na casa de Ulysses Guimarães, e não venham me dizer, hoje, que o Substitutivo que adota o espúrio Colégio Eleitoral, o substitutivo que adota a perpetuidade do regime, não é um substitutivo contra o povo. Fiquem contra o povo, nós ficamos com as nossas bandeiras e depois o povo responderá a vocês. Muito obrigado. **(Palmas)**

**O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA:** – Sr. Presidente, para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Pois não.

**O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA:** – O eminente Constituinte autor da emenda, apesar de toda à ênfase com que fez sua defesa, não informou a Casa sobre o texto que está sendo votado. Por isso, pediria a V. Ex.<sup>a</sup> que informasse à Comissão sobre o que estamos votando.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Peço a V. Ex.<sup>a</sup> que consultem os "livros de bolso" para localizarem a emenda. A emenda é a nº 32019. No "livro de bolso" encontra-se a emenda na página 2696.

"É uma emenda presidencialista com algumas variantes correspondentes àquelas que já foram aqui analisadas, inclusive com mandato de quatro anos para o Presidente da República, e que pretende estabelecer determinadas normas para o exercício da Presidência.

Tem a palavra, para encaminhar contra, o Constituinte Bonifácio de Andrada.

**O SR. CONSTITUINTE BONIFÁCIO DE ANDRADA:** – Sr. Presidente, as palavras do nobre Constituinte, aguerrido e vigoroso Líder Brandão Monteiro, contêm os argumentos em favor do parlamentarismo e em favor das elites brasileiras. Os presidencialistas costumam dizer, no fundo e implicitamente, que as elites brasileiras são elites incapazes, são elites subdesenvolvidas, que não temos condições de organizar um partido político e nem tampouco de estruturar a Administração Pública para os grandes cometimentos do desafio brasileiro.

Quero aqui protestar contra os presidencialistas que estão chamando a classe política brasileira de subdesenvolvida. Absolutamente, eles fazem coro com os tecnocratas, fazem coro com os grupos de direita que querem o presidencialismo para manter neste País um regime que sufoca as liberdades públicas, que persegue o povo e que impede que o regime democrático tenha de fato o seu exercício e a sua consagração.

O Professor Afonso Arinos, desta tribuna, falou, com a autoridade da sua grande atuação política no País, que o regime presidencialista nada mais tem sido nesta Nação do que uma verdadeira avalanche contra a democracia e contra o nosso desenvolvimento político. Tem toda razão o Professor Afonso Arinos, porque o Brasil, a partir de 1891, só conhece crises políticas, só conhece tentativas de golpes de Estado, só conhece a rebelião dos civis e dos militares, todos eles agindo contra a Constituição, porque o presidencialismo, de fato, é a fonte de tudo aquilo que é perturbação e deturpação nos regimes políticos.

É interessante verificar o confronto e a comparação entre o Brasil do século passado e o de 1891 em diante. O que era o Brasil no século passado? No setor político ele nada mais era do que a estabilidade, o bom convívio dos brasileiros e de todos os segmentos sociais. Qual é a figura mais expressiva no regime parlamentarista ao tempo do Império? A figura mais expressiva do parlamentarismo no Império era nada mais e nada menos, do que o Patrono do Exército brasileiro, Duque de Caxias, Luís Alves de Lima e Silva. Caxias foi parlamentarista, Caxias foi uma liderança política que, à frente de um dos Ministérios, do

tempo do Segundo Reinado, participava das reuniões da Câmara e do Senado, debatendo e discutindo, com humildade, as grandes questões brasileiras. E, também, não foi só Caxias a grande e impressionante figura do parlamentarismo do Império, ao seu lado estava o General Osório, o maior herói brasileiro de todos os tempos, que nas lutas do Paraguai elevou muito alto o Pavilhão brasileiro.

Quero referir-me a estas duas Lideranças vigorosas do século passado, para mostrar que as melhores raízes, e as melhores fontes da vida militar e do Exército brasileiro estavam ao lado do sistema de governo de gabinete, convivendo com ele, participando com ele, e sobretudo emprestando de uma forma cabal ao Brasil o esforço e a contribuição de suas inteligências e de suas lideranças. Isso é muito importante, porque os presidencialistas, numa tentativa de confundir e de estabelecer quadro inverídicos, afirmam que a Forças Armadas são contra o regime parlamentarista. Ledo engano. As Armadas através de seus patronos maiores, perfilharam sempre o regime parlamentar, o regime de gabinete.

Mas quero, também, Sr. Presidente, dizer a V. Ex.<sup>a</sup> e a este Plenário Constituinte, que o regime parlamentar será o único caminho para sairmos da atual crise brasileira. A atual crise brasileira se não for implantado o regime parlamentarista, vai nos levar, através do regime presidencial, à instabilidade, à desestabilização e ao desgoverno.

Já falei desta tribuna, em sessão da Câmara dos Deputados, que, infelizmente, a realidade e as premissas dos fatos de hoje nos revelam que, com o regime presidencialista, este País não agüenta seis meses de exercício democrático. Se votarmos a favor por azar – no que não acredito – do sistema presidencialista, seremos levados a soluções autoritárias, e se não forem soluções autoritárias, seremos levados ao desgoverno.

Só o regime parlamentarista é que permite, com os pesos e contrapesos inerentes à sua flexibilidade, só o regime parlamentarista, com a capacidade de adaptação aos problemas conjunturais, só o regime parlamentarista, com a queda e a nomeação de Ministérios ou Conselho de Ministros, nos oferece aquela eficiência capaz de superar os grandes obstáculos políticos, sociais e econômicos da vida moderna brasileira.

Mas esta Casa há de nos ouvir: ou o parlamentarismo, ou, infelizmente, morte para a democracia!

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. **(Muito bem! Palmas)**

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ MARIA EYMAEL:** – Sr. Presidente, peço a palavra, apenas para um esclarecimento de votação.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra V. Ex.<sup>a</sup>, Constituinte José Maria Eymael.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ MARIA EYMAEL:** – Sr. Presidente, há uma emenda posterior, de autoria do Constituinte Nelson Wedekin, que é dissociado do regime de governo, que estabelece um prazo de mandato de Presidente de quatro anos.

Apenas consulto a Mesa se, eventualmente, rejeitada a emenda do Constituinte Brandão Monteiro, na qual está inserido no texto o mandato de quatro anos, se não restará prejudicada a emenda do Constituinte Nelson Wedekin.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Nobre Constituinte José Maria Eymael, estamos discutindo, no momento, e votando, sistema de governo.

As emendas apresentadas caracterizavam o presidencialismo, que foram rejeitadas. As emendas alternativas foram submetidas à apreciação na Casa, porque tinham variantes e os seus autores poderiam argumentar que, havendo variantes, as emendas não seriam iguais; conse-

qüentemente, não estariam prejudicadas, mas não o fato que V. Ex.<sup>a</sup> se refere. Quando houver uma emenda específica sobre mandato de Presidente da República, dissociada de sistema de governo, ela será válida e permanecerá para ser discutida.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ MARIA EYMAEL:** – Considero-me esclarecido, Sr. Presidente. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva.

**O SR. CONSTITUINTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, em primeiro lugar, quero deixar o meu protesto consignado nas atas do Congresso Nacional às declarações publicadas pela Imprensa, hoje, de Sua Excelência o Presidente da República, de que a Constituinte não está dando conta do recado, porque privilegiou o debate sobre o sistema de governo.

Quero reafirmar, aqui, que, se alguém priorizou a discussão do sistema de governo não foram os Constituintes, foi o Presidente da República, que, na utilização de um programa nacional, em cadeia de rádio e televisão, legislando em causa própria, defendeu não só o presidencialismo como defendeu o seu mandato por cinco anos. Foi isso que gerou os grandes debates sobre o sistema de governo. **(Palmas)**

Em segundo lugar, Sr. Presidente, quero ressaltar aqui que as críticas que farei não deverão servir para aqueles companheiros que são parlamentaristas por convicção, tampouco para aqueles presidencialistas por convicção, mesmo porque esse tema não me apaixona, não é para mim o tema principal que norteia as possibilidades de conquistas que a classe trabalhadora e a sociedade brasileira deverão conquistar nesta Constituinte. Mas não posso ficar calado diante de algumas aberrações. De repente, algumas pessoas colocam o parlamentarismo como se fosse a "salvação da lavoura", da mesma forma que colocaram a ida ao Colégio Eleitoral, há três anos, como a "salvação da lavoura", da mesma forma que disseram que tudo ia mudar e que o **slogan** "Mudança já" era a salvação para a classe trabalhadora brasileira!

Vejam que heresia e, por que não dizer, até hipocrisia! Vejam, Srs. Constituintes, que se o problema central do Brasil fosse o sistema de Governo, possivelmente eu nem estaria fazendo uso da palavra. Mas o dado concreto é que estava eu sentado na minha cadeirinha, assistindo às discussões e às votações, e via vários companheiros gritarem: "Muda Brasil! Muda Brasil! Muda Brasil"! A minha memória se voltou para o passado, e percebi que este mesmo grito havia sido dado há pouco tempo atrás. E veio a Nova República, Tancredo Neves, José Sarney, Plano Cruzado I, Plano Cruzado II, Plano Bresser Pereira, e este Brasil não mudou, nem tampouco vai mudar, seja presidencialista ou parlamentarista.

Este País só vai mudar no dia em que o segmento social que governar o Brasil não seja o que representa a classe dominante, o latifundiário, os empresários, os banqueiros, enfim, não sejam aqueles que, há muito tempo, mamam na teta desta vaca gorda chamada Brasil.

Desculpem-me alguns companheiros do PMDB, mas não é justo, em política, um Partido, depois de conquistar 23 governos de estado, 17 ministérios, a presidência da República, quase 50% das prefeituras, a maioria em todas as Assembléias Legislativas e, possivelmente, a maioria em quase todas as Câmaras de Vereadores, vir aqui e dizer que é necessário mudar o sistema de governo, para começar a fazer o que já deveria ter feito desde 1985. **(Palmas)**

É importante lembrar que isso não foi feito, porque a Aliança elaborada para se chegar ao Governo foi uma aliança espúria, onde teve que se recuperar bandido da História deste País para ocupar cargos importantes. E agora as contradições fomentam a necessidade de arrumar

um outro **slogan** e de dizer: "gente, quando o parlamentarismo for implantado, tudo vai mudar!". Não é verdade isso, companheiros, não é verdade! Nós corremos o risco, com alguns discursos que foram feitos aqui, de passar uma falsa ilusão para o conjunto da sociedade brasileira, mas a sociedade brasileira vai descobrir, a curtíssimo prazo, pouca coisa vai mudar neste País.

Aliás, nós estamos numa situação muito engraçada. Quero ver se as mudanças vão acontecer mesmo. Quero ver como vai ficar quando votarmos aqui na Constituinte a reformulação do Poder Judiciário, a reforma agrária, a duração do mandato do Presidente José Sarney e outros assuntos de fundamental importância, como a necessidade de convocar eleições diretas para Presidente da República. Fico pensando, cá com meus botões, que mudanças virão? Vamos analisar a nossa situação de hoje, 30 de outubro de 1987. Sinto-me constrangido, porque se a gente corre, o bicho pega; se a gente fica, o bicho come. Se for aprovado cinco anos para mandato do Senhor Presidente José Sarney, Sua Excelência continua Presidente possivelmente fazendo o papel da Rainha da Inglaterra e Ulysses Guimarães será Primeiro-Ministro de Estado. O que muda? O que muda neste País? Onde será que não se leva em consideração que o Dr. Ulysses Guimarães, hoje, já tem o papel de Ministro e possivelmente mande tanto quanto o Senhor Presidente da República?

Acredito, companheiros, que as mudanças neste País vão acontecer quando houver mudança na cabeça dos políticos brasileiros.

Ultimamente, a imprensa noticia uma série de negociatas de que fulano pegou isso, fulano pegou aquilo, fulano pegou cargo aqui, pegou cargo ali, enquanto a cabeça dos políticos brasileiros for uma cabeça política de negociata, o povo brasileiro vai continuar comendo o pão que o diabo amassou.

Eu queria terminar dizendo para V. Ex.<sup>as</sup> algo que reputo muito sério: as mudanças neste País virão quando cada um de nós tomar consciência de que não basta a política de dar os anéis para não perder o dedo, quando todos nós tomarmos consciência de que enquanto aqui estamos privilegiando o sistema de governo, neste País afora os trabalhadores estão sendo massacrados, ora com a polícia, ora com a dispensa por justa causa, e não se vê um único Ministro de Estado sair pelo menos na defesa da classe trabalhadora brasileira ou, pelo menos, contra aqueles que tentam impingir à classe trabalhadora as dispensas como fez a Autolatina.

É lamentável, Companheiros, que cheguemos a esta situação. Daqui a pouco vamos continuar a votação e quando votarmos a reforma agrária, eu quero ver a euforia; quando votarmos a reformulação do poder judiciário, vamos ver euforia; quando votarmos as eleições em 88, é que vamos ver o comportamento de todos os Constituintes.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. **(Muito bem! Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra o Constituinte Roberto Freire, para encaminhar contrariamente.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes:

Inicialmente, gostaria de esclarecer aos Srs. membros da comissão que nós estamos votando uma emenda substitutiva, integral, ao capítulo que trata do Poder Executivo e da formação de Governo e um substitutivo presidencialista. Aqui, como nas outras emendas, anteriormente votadas, do nobre Constituinte Vivaldo Barbosa e do Constituinte Theodoro Mendes, algo que não foi votado, embora encaminhado, trata, também, da questão do mandato, mandato permanente, de uma forma presidencia-

lista: Presidente e Vice-Presidente. Portanto, não está em discussão o mandato do Senhor José Sarney. Está em discussão o mandato permanente de Presidente da República, por decisão majoritária, agora, num sistema parlamentarista. Isto nós vamos discutir, posteriormente, em destaques solicitados pelo Constituinte Nelson Carneiro, que fixa em cinco anos o mandato permanente, e pelo Constituinte Nelson Wedekin, que fixa em quatro anos. Nas Disposições Transitórias, iremos discutir o mandato do Presidente José Sarney.

Inicialmente, este País mudou, muda e vai continuar mudando, não porque se muda cabeça de políticos, mas porque o povo organizado luta e se mobiliza. Não vamos nos enganar. Tanto organizou-se e mobilizou-se, ainda há pouco, que as mudanças não são aquelas que nós queremos. Somos poucos – os comunistas, os socialistas – são poucos aqui aqueles que querem a transformação radical da sociedade brasileira. Mas eles poderão ser muitos, se tivermos um regime mais democrático, que lhes garanta a plena liberdade de organização, de mobilização em que possam lutar.

Por isso, discutir sistema de governo, discutir o Poder não é irrelevante, ao contrário, é fundamental inclusive para enfrentar as agruras do cotidiano, os problemas dos salários, do emprego, de habitação, da educação e do lazer, porque essas questões não serão resolvidas apenas porque queremos. Elas serão enfrentadas no momento em que pudermos discutir o Poder, politicamente disputando se possível. E daí a discussão que hoje aqui se enfrenta. Presidencialismo ou parlamentarismo não é algo menor, é como iremos formar o exercício do Poder. Aqui não se **ilegível** a contestação a este bloco de poder, a essas forças que sustentam este Poder. E daí não confundirmos esta discussão com qualquer panacéia. O parlamentarismo pode sustentar, como está aí, um governo da burguesia, um governo que tem estrutura capitalista, um governo que dá garantias a todos esses privilégios. Mas um parlamentarismo – e isto temos que discutir – pode viabilizar melhor a contestação a este bloco de poder, a essas forças que dão sustentação ao regime. E a nossa opção não é imaginarmos que com parlamentarismo nós vamos transformar este País, mas podemos, através da luta pelo poder e pelo parlamentarismo, melhor viabilizar a alternativa, que eu imagino, para o País, que outros também, como nós, imaginam, e mesmo neste arco amplo há alguns que querem a manutenção disso aí.

A discussão é essa: parlamentarismo ou presidencialismo. A maioria optou pelo parlamentarismo. Não vai resolver, mas é instrumento que pode ajudar àqueles que querem a mudança para melhor resolver os nossos problemas. **(Muito bem! Palmas. O orador é cumprimentado)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra o nobre Relator.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, é pela primeira vez que nesta Assembléia Nacional Constituinte vejo meu caro e querido amigo Lula tropeçar, um tropeço que não é comum em S. Ex.<sup>a</sup> brilhante, sempre ordenado, quando, de público, declara que a aliança espúria que foi a conjugação de forças que se formou no passado. Mas como? Se não fosse ela o próprio Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva talvez aqui não estivesse (Palmas). Foi exatamente ela, nas ruas, não só com os políticos, com toda uma mocidade, com todos os cantores, que empunhou a bandeira para convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, exatamente esta, que hoje enriquece com a presença do Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva. Quando ouvi S. Ex.<sup>a</sup>, e como sempre, com a atenção que me merece, dissertar sobre a tese em defesa da emenda Brandão Monteiro, supunha, Sr. Presidente, que S. Ex.<sup>a</sup> fosse discorrer sobre os sistemas. No entanto, vi uma proclamação pública de candidato que vai apoiar como cabo eleitoral, porque citou o nome do Presidente Ulysses Guimarães

como Primeiro-Ministro. Veja, portanto, que não houve uma censura, Sr. Presidente, ao que estamos querendo aqui, que é saber o que se vota, o que se vai querer para o País.

Hoje, pela manhã, esta Casa não deu apenas uma satisfação ao povo brasileiro. Diz-se que uma grande caminhada começa com o primeiro passo. Pois discordo, Sr. Presidente. Uma grande caminhada começa com a decisão que antecede o primeiro passo, decisão que antecedeu, no dia de hoje, quando estamos fortalecendo o sistema parlamentarista. Alguém diz que talvez tenha sido lavado a incluir no texto constitucional o sistema parlamentarista porque foi apenas uma decisão da maioria. Mas do que isto, Sr. Presidente, sou parlamentarista por convicção e não apenas por tradição. **(Palmas)**

Quero dizer, ao eminente Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva; não diga que a discussão é insignificante, quando se trata da seriedade que estamos vendo aqui. Vamos respeitar os presidencialistas. A emenda do Constituinte Brandão Monteiro merece o respeito de todos os colegas que, eventualmente, defendem o sistema parlamentarista. Mas não vamos dizer que o povo está sendo marginalizado, porque as conquistas que fizemos agora no Capítulo dos Direitos Sociais é fruto desta Assembléia Nacional Constituinte. Não vamos repetir o argumento dos outros de que esta Casa não trabalha, **(Palmas)** de que esta Casa, ao longo do tempo, tem-se perdido em minúcias, quando isto não é verdade.

Sr. Presidente, a Relatoria, como sempre constrangida, porque se trata de um amigo, o Constituinte Brandão Monteiro, as, cumprindo seu dever, opina contra a emenda e vota pela manutenção do texto. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Em votação.

**(Procede-se à votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Peço ao Sr. Relator que suspenda por um instante a chamada, para dar uma informação.

Como estamos terminando a sessão às 13 horas e 30 minutos, vamos recomeçá-la às 15 horas e 30 minutos, depois desta última votação.

**(Prossegue-se à votação)**

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Fernando Gasparian, Edme Tavares, José Tinoco, Jarbas Passarinho, Virgílio Távora, Brandão Monteiro, José Maurício, Lysâneas Maciel, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio e Adolfo Oliveira. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Faltosa, Ademir Andrade, Almir Gabriel, Antônio Britto, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Carlos Mosconi, Celso Dourado, Cid Carvalho, Cristina Tavares, Egídio Ferreira Lima, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, Ibsen Pinheiro, João Herrmann Neto, José Fogaça, José Ignácio Ferreira, José Paulo Bisol, José Richa, José Serra, José Ulisses de oliveira, Mário Limei, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nelton Friedrich, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Severo Gomes, Sigmaringa Seixas, Virgildásio de Senna, Wilson Martins, Chagas Rodrigues, Israel Pinheiro, José Costa, Octávio Elísio, Uldurico Pinto, Vilson Souza, Afonso Arinos, Aloysio Chaves, Antonio Carlos Mendes Thame, Arnaldo Prieto, Carlos Chiarelli, José Jorge, José Lins, José Thomaz Nona, Marcondes Gadelha, Mário Assad, Oscar Corrêa, Sandra Cavalcanti, Antônio Carlos Konder Reis, Gerson Pares, Francisco Rosai, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, José Maria Eymael, Haroldo Lima, Roberto Freire, Jamil Haddad e Antonio Farias. **ABSTIVERAM-SE** de votar os seguintes Senhores Constituintes: Aluizio Campos, Carlos Sant'Anna, José Geraldo, Milton Reis, Nilson Gibson, Oswaldo Lima Filho, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Rodrigues Palma, Eraldo Tinoco, José Santana de Vasconcellos, Luis

Eduardo, Ricardo Fiúza, Jonas Pinheiro, Darcy Pozza e José Luiz Mala.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram **SIM** 11 Constituintes; votaram **NÃO** 61 Constituintes; abstiveram-se de votar 16 Constituintes. Total: 88 votos. O destaque foi **rejeitado**

#### IV – SUSPENSÃO DA REUNIÃO

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A Presidência vai suspender os trabalhos, convocando os Senhores Constituintes para a continuação da presente reunião, hoje, 30-10-87, às 15:30 horas.

Está suspensa a reunião.

**(Suspende-se a reunião às 13 horas e 32 minutos)**

#### EM 30 DE OUTUBRO DE 1987

Presidência dos Srs. **Aluízio Campos**, Primeiro-Vice-Presidente; **Afonso Arinos**, Presidente; **Fernando Henrique Cardoso**, Quarto-Vice-Presidente; **Jarbas Passarinho**, Terceiro-Vice-Presidente.

#### I – REABERTURA DA REUNIÃO

**O SR. PRESIDENTE (Aluízio Campos):** – Havendo número regimental, declaro reaberta a reunião.

#### II – ORDEM DO DIA

##### VOTAÇÃO DO PROJETO DE CONSTITUIÇÃO

##### TÍTULO IV (continuação)

**Destaque nº 007331-87 – Emenda nº ES-26907-1, do Srs. Nelson Carneiro e Luiz Inácio Lula da Silva, "que modifica o art. 111 e § 6º do Substitutivo nº 1 (art. 87, c § 2º do Substitutivo nº 2)". (310ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Aluízio Campos):** – Em votação o Destaque nº 7331, referente a Emenda ES-26907-1, do eminente Constituinte Nelson Carneiro.

S. Ex.<sup>a</sup> esclarece em requerimento a Mesa, que a votação será apenas do art. 111, **caput** e seus §§ 1º, 2º e 3º, artigo este que equivale ao 87 do Substitutivo nº 2.

Tem a palavra o autor do destaque, para o encaminhamento. **(Pausa)**

**O CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO** indica, para o encaminhamento, o nobre Constituinte Marcondes Gadelha.

O objetivo da emenda é modificar o texto do substitutivo para aqueles dois turnos para que a eleição de Presidente da República se processe por eleição direta.

**O SR. CONSTITUINTE MARCONDES GADELHA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, esta emenda do eminente Senador Nelson Carneiro resolve, de forma eficiente, elegante e prática, o problema das eleições para Presidente da República num quadro parlamentarista e resgata, ao mesmo tempo, Sr. Presidente, esta comissão da dúvida que, porventura, possa ter subexistido quanto ao segundo turno da eleição para Governador de Estado. O texto Nelson Carneiro estabelece, simplesmente, que também no segundo turno as eleições para Presidente da República serão diretas, além de alterar a data dessas eleições em relação ao término do mandato em curso.

Sr. Presidente, o texto original do relator é hesitante, é claudicante, no que diz respeito ao segundo turno e remete a uma decisão do Congresso Nacional na dúvida sobre se mantém eleições diretas ou se a solução é feita por via indireta, pelo Congresso Nacional, num estilo semelhante ao que ocorreu no Chile e que levou às con-

seqüências que nós conhecemos, a respeito do mandato do ex-Presidente Salvador Allende.

Parece, Sr. Presidente, que o relator teria sucumbido a um falso dilema entre eleições diretas para Presidente da República e parlamentarismo. Em verdade, Sr. Presidente, nunca existiu. Eleições diretas para Presidente da República e parlamentarismo coexistem na prática em diversos países há muito tempo, sem qualquer problema, e poderia enumerar o caso de Portugal, da Áustria, da França, da Irlanda, da Islândia, da Finlândia. São países que adotam eleições diretas com parlamentarismo sem qualquer conflito.

Sr. Presidente, é muito bom, é importante que o Presidente da República seja ungido pelo voto direto e que com isso venha a adquirir tanta legitimidade quanto seja necessária para o desempenho da sua nobre missão, dos seus poderes, que afinal de contas, não são poucos, não são despidiendos, não são irrisórios, Sr. Presidente, a começar pela própria nomeação da figura do primeiro-ministro, do chefe do Governo. Quanto a este, quanto ao primeiro-ministro, Sr. Presidente, tem ele a sua legitimidade oriunda de uma fonte que é tríplice. Em verdade, vai buscá-la no voto direto, pelo qual também é eleito. Em segunda, recebe uma transfusão de vontades eleitorais através da palavra dos seus Pares que vêm a formalizar a sua nomeação, e, finalmente, do próprio Presidente da República, que faz a indicação.

Assim sendo, o primeiro-ministro teria toda a autoridade, toda a legitimidade para conviver adequadamente com o Presidente da República eleito por via direta.

A dúvida, porventura erigida, é um argumento tardio daqueles que vêm esgarçar as suas razões de tentar insistir em preservar no Brasil uma ordem política, um sistema de governo, que já se revelou um fracasso e que arrastou este País, de crise em crise, à situação de caos em que ora nos encontramos no campo econômico, político e social.

O Sr. Presidente, essa dúvida não poderia existir e não há como dizer que o Presidente da República, eleito por via direta, passaria a conspirar automaticamente contra a instituição parlamentarista. Tal não ocorre, Sr. Presidente, nos países onde hoje esse método de escolha já é adotado com o sistema parlamentarista. Não há notícia de qualquer conspiração de Presidentes da República eleitos por via direta no sistema parlamentarista contra a preservação desse modelo, além do que a Constituição já consagra, por proposta dos seus autores, mecanismo de defesa do próprio regime que estamos neste momento implantando.

Quero crer, Sr. Presidente, que se essas razões não fossem suficientes, qualquer investida de quem quer que fosse esbarraria na vontade majoritária do povo brasileiro que, após esta conquista, não vai mais querer retroagir a uma forma vencida e superada pela própria História de governo.

Peço, portanto, a aprovação da proposta de Emenda Nelson Carneiro.

**O SR. PRESIDENTE (Aluízio Campos):** – Tem a palavra o nobre Constituinte Paes Landim, para encaminhar contra. **(Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup> desiste da palavra.

Consulto o nobre Constituinte Gerson Peres se S. Ex.<sup>a</sup> cede o seu lugar ao Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva, para encaminhar a favor?

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, tenho 56 anos de idade, sou um homem sério e já encerrei este assunto. Estou inscrito e vou falar sobre a emenda. É um direito regimental meu, não abro mão e estou inscrito. O autor da emenda que abra mão para quem queira.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – V. Ex.<sup>a</sup> está sendo precipitado. O nobre autor da emenda havia indicado o nobre Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva. V. Ex.<sup>a</sup> se inscreveu e tem a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Vai falar contra a emenda, agora?

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Não há oradores contra.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – O nobre Constituinte José Genoíno se inscreveu?

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Desistiu.

**O SR. CONSTITUINTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA:** – Eu abro mão de falar. Consigo outro companheiro para falar em meu lugar.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem a palavra, pela ordem, o nobre Constituinte Carlos Sant'Anna.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Sr. Presidente, para boa elucidação de nós outros, que não participamos dos acordos de Lideranças gostaríamos de saber o que é mesmo que está em votação. Porque a Emenda ES-26907-1 do Senador Nelson Carneiro, tem uma compulsão muito ampla e estou informado de que apenas uma parte da emenda é que está em votação e como eu não consegui captar, gostaria de saber exatamente o que está em votação. Poderia ser esclarecido?

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – É o Destaque de nº 7331, relativo à Emenda nº ES-26907-1, do Constituinte Nelson Carneiro, emenda essa que substitui o texto do projeto propondo eleição em dois turnos por via direta. Essa que é a matéria em votação.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – É a Emenda nº ES-26901-1 integralmente?

**O SR. CONSTITUINTE NELSON JOBIM:** – Sr. Presidente, peço a palavra para um esclarecimento.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Sobre a Mesa há requerimento do nobre autor do destaque já comunicado ao Plenário, dizendo que vai-se votar apenas o **caput** do art. 87 e seus §§ 1º, 2º e 3º

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Sr. Presidente, mas o art. 87 não é da emenda, que só fala do art. 111.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – O art. 87 é equivalente ao art. 111 do Substitutivo nº 1.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON JOBIM:** – Não é nada disso, Sr. Presidente, dá licença, eu posso esclarecer. O Senador Nelson Carneiro tem o Destaque de nº 7331, relativo à Emenda nº 26907-1, pelo qual se coloca em votação o **caput** do art. 111 da emenda e os §§ 1º, 2º e 3º, para substituir o art. 87 e seus parágrafos do Substitutivo nº 2.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Sr. Presidente, o Constituinte Nelson Jobim acaba de me fazer um esclarecimento. Se o Constituinte Nelson Jobim é a Mesa e o esclarecimento está bom, tudo bem. Peço um esclarecimento à Mesa e quem me dá um esclarecimento é o Constituinte Nelson Jobim.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Já expliquei ao Plenário e a V. Ex.<sup>a</sup> qual era a matéria da emenda. O que na verdade o Constituinte Nelson Carneiro propõe, é restabelecer o texto do art. 111 do Substitutivo nº 1, o **caput** e mais os §§ 1º, 2º e 3º.

Não há mais oradores inscritos para falar contra. Tem a palavra o Constituinte Gerson Peres, para encaminhar favoravelmente a emenda.

**O SR. CARLOS SANT'ANNA:** – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem a palavra V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Estou tendo conhecimento de que há vários destaques por pedaços, por partes, em cima da Emenda Nelson Carneiro, separadamente.

No meu modesto entender de velho parlamentar, num destaque só se seleciona as partes referentes às emendas que vão ser votadas, mas não se pode fazer um mosaico com a emenda Nelson Carneiro, de modo que cada destaque entre em período diferente com uma parte diferente. Isto é uma folga regimental que nos meus dez anos de Casa nunca vi – e estou tendo aqui, na Comissão de Sistematização, coisas realmente absurdas. Estou entendendo que se vai destacar a Emenda Nelson Carneiro, e se vai destacar por partes todas as partes têm que ser destacadas agora, e não fazer um mosaico com a Emenda Nelson Carneiro, destacadas com uma porção de bilhetes.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A matéria já foi esclarecida a V. Ex.<sup>a</sup> Houve um requerimento de preferência já votado para essa emenda, para esse Destaque nº 7331. Esse destaque restabelece o texto do art. 111, **caput** e seus três primeiros parágrafos. Esta é a matéria que está sendo submetida à votação.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Pergunto a V. Ex.<sup>a</sup> se subsiste o seguinte raciocínio: uma vez aprovada ou rejeitada, o restante da emenda está prejudicado. Certo?

**O SR. CONSTITUINTE NELSON JOBIM:** – Sr. Presidente, peço a palavra para contraditar.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem a palavra V. Ex.<sup>a</sup> para contraditar.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON JOBIM:** – É incrível que o Constituinte Carlos Sant'Anna não compreenda e não conheça o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que tem aplicação subsidiária. Informo ao Sr. Constituinte Carlos Sant'Anna que o Constituinte Nelson Carneiro fez diversos destaques a esta emenda isoladamente, para os diversos artigos do Substitutivo nº 2; está assegurado no Regimento Interno da Câmara a possibilidade de se destacarem partes da emenda. E S. Ex.<sup>a</sup> fez vários destaques de várias partes da emenda, S. Ex.<sup>a</sup> fez vários destaques desta emenda tirando partes da emenda para votar no momento oportuno. É isto Sr. Presidente.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Sr. Presidente, o destaque pode ser feito de várias partes da emenda, de uma vez só. Mas não se pode destacar um pedaço, votar agora; agora vota-se outra emenda; lá na frente destaca-se novamente a Emenda Nelson Carneiro; vota-se de novo; destaca-se outra, volta-se novamente a destacar a Emenda Nelson Carneiro. O que é isso? "Samba do crioulo doido"

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Não se verifica a hipótese que o nobre Constituinte Carlos Sant'Anna está aventando, porque os destaques são diferentes. Nós estamos votando o Destaque nº 7331, referente à Emenda nº 26907-1. Não estamos subdividindo a emenda em vários destaques; de maneira que está com a palavra o nobre Constituinte Gerson Peres para encaminhar favoravelmente.

**O SR. CONSTITUINTE VIRGILDÁSIO DE SENNA:** – Sr. Presidente, eu pedi a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem a palavra V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. CONSTITUINTE VIRGILDÁSIO DE SENNA:** – Sr. Presidente, desde ontem que o Constituinte Carlos Sant'Anna obstrui os trabalhos desta Casa por sucessivas questões de ordem, de natureza impertinente. A matéria foi profundamente esclarecida. Há intervenções em ques

tões de ordem que duram dez minutos, quando o regulamento fixa em dois minutos a questão de ordem. Há permanente diálogo com a Direção da Mesa, o que se configura numa aberração em termos regimentais. Peço a V. Ex.<sup>a</sup> que, em benefício dos trabalhos, não permita que essa obstrução continue e dê prosseguimento ao trabalho, sem atendimento preferencial a qualquer dos Srs. Constituintes.

Peço a V. Ex.<sup>a</sup> que sobre esta matéria – já plenamente esclarecida – não receba mais qualquer questão de ordem.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Peço a palavra, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – V. Ex.<sup>a</sup> estava inscrito para encaminhar contra. V. Ex.<sup>a</sup> tem preferência para falar.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOINO:** – Sr. Presidente, não estou encaminhando contra, mas aproveito o tempo para que a Mesa deixe clara uma questão. Parece-me que, se essa questão for esclarecida pela Mesa, se resolve o problema.

Estamos votando o Destaque nº 7331, não é isso? Este Destaque à Emenda Nelson Carneiro incide sobre os §§ 1º, 2º e 3º do art. 111, a fim de transferir para o nº 87. As demais partes da Emenda do mesmo Destaque estão, portanto, prejudicadas.

Destaque, Sr. Presidente, é o mesmo. O Destaque nº 7331 está aqui – quero esclarecer – e diz respeito a uma emenda de conjunto. Se vai ser votado, agora, o Destaque nº 7331 à Emenda nº 26907, as demais partes da Emenda têm que ser resolvidas com outras emendas, porque essa questão foi decidida pela Mesa. É a famosa questão do Constituinte José Richa. Então, Sr. Presidente, o destaque incide sobre uma emenda. Se o destaque incide sobre uma emenda X e se o autor diz para a Mesa que está sendo votada apenas parte daquela emenda, as outras partes não podem valer nem o mesmo destaque, nem a mesma emenda.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Sr. Presidente, pela ordem. . .

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Vou esclarecer a questão de ordem.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – ... porque está havendo um equívoco tremendo.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – O Constituinte Nelson Carneiro apresentou destaque incluindo disposições diferentes. O Destaque nº 7331 refere-se ao art. 77 e o de nº 7330 refere-se ao art. 89. São matérias distintas. Não está havendo subdivisão da mesma matéria. S. Ex.<sup>a</sup> aproveitou uma emenda e incluiu, na sua proposição, dois dispositivos diferentes. Só isso. Então, vamos votar um desses dispositivos pela ordem de numeração. Acho que isso esclarece V. Ex.<sup>a</sup>

Com a palavra o Constituinte Gerson Peres, para encaminhar a favor.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – Sr. Presidente, permite-me um esclarecimento? **(Assentimento da Presidência)**

Não é a primeira vez que isso acontece. Havia uma emenda popular da qual destaquei três partes: desisti do primeiro destaque, porque foi aprovada uma emenda anterior; o segundo foi retirado pelo mesmo motivo, e o terceiro destaque foi aprovado – é a célebre emenda que assegura a presença de empregados e empregadores. Já há um precedente nisso.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup>

Tem a palavra o Sr. Constituinte Gerson Peres.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, prezados colegas:

O que vamos votar, e dá a impressão até que os que estão questionando a matéria querem o restabelecimento do presidencialismo por vias oblíquas, esquecendo-se de que, hoje de manhã, rejeitamos o Sistema Presidencialista de Governo para garantir o Sistema Parlamentar de Governo. Dito isto, a Emenda Nelson Carneiro inicia a formação do Título referente ao sistema de Governo, pelo art. 111, com o Presidente da República. O nosso propósito de acompanhar S. Ex.<sup>a</sup> nessa emenda é porque ele nos vai ensinar o destaque, em Plenário, da possibilidade de eliminarmos os dois turnos. Introduzindo-se agora ou aprovando agora, podemos discuti-lo posteriormente se é válido ou não para a consolidação do Sistema Parlamentar de Governo. No nosso entendimento, por exemplo, mesmo votando pelos dois turnos agora, achamos que o sistema parlamentar de governo, tendo como Chefe de Governo o Gabinete e como Chefe de Estado o Presidente da República, a eleição para Presidente da República deveria ser por um só turno. Isto não só deixaria de complicar o sistema para uma pronta ação de governo como também viabilizaria o que eu disse há poucos dias aqui, ou seja, que o Presidente da República, votado por um só turno, portanto por maioria simples, teria o mesmo grau de legitimidade e de representatividade do Gabinete, porque este é eleito por maioria simples. Compatibilizaríamos as forças de representação. O Presidente da República do sistema parlamentar de governo, eleito por maioria absoluta, deterá uma força muito maior sobre o Gabinete. Disse-me o eminente companheiro e brilhante Parlamentar Nelson Jobim que a posição do Presidente é a de árbitro; sim, mas que se lhe dê a posição de árbitro sem força superior à do Gabinete, no que diz respeito à representatividade e à legitimidade. Vamos votar; somos favoráveis a essa emenda. Primeiro, porque ela elimina a eleição indireta no processo do segundo turno pelo Congresso, se assim o decidisse, o que está inserido no art. 87, § 2º, quando se refere aos dois turnos e, ao mesmo tempo, à eleição indireta pelo Congresso. O alcance dessa emenda, em primeiro lugar, está aí. Em segundo lugar, ensina a possibilidade, no Plenário, de a Assembléia Nacional Constituinte poder discutir, com maior amplitude, a possibilidade de elegermos um Presidente da República, por maioria, em um só turno.

Sr. Presidente, esta emenda do Constituinte Nelson Carneiro dá início, como eu disse há pouco, ao capítulo que vai reger toda a matéria no sistema parlamentar do governo. O Sistema Presidencialista de governo já foi discutido, seus defeitos já foram aqui enumerados. Tivemos a decadência da sustentação do Governo, quando presenciamos a instituição de cinco constituições durante 96 anos neste País. Os argumentos que se levantam através do presidencialismo já foram aqui contestados, até com muita veemência, com muito ardor, quando se diz que o parlamentarismo não pode ser enfrentado, por não termos partidos políticos organizados. Em 96 anos de presidencialismo, por que ele não organizou os partidos políticos para dar sustentação à democracia? – Porque com partidos políticos organizados se pressupõe que a democracia seja consolidada. O objetivo do sistema de governo é consolidar a democracia em primeiro lugar. Ora, se o presidencialismo não teve essa capacidade, sofreu as consequências disso, quando verificamos a elaboração de cinco constituições, ou seja, praticamente cinco golpes de Estado, vários atos institucionais, deposições de presidentes e crises sucessivas de governo.

As virtudes fundamentais do parlamentarismo, no meu entendimento, são duas: a primeira é porque é um sistema que dá equilíbrio de forças entre os Poderes, dentro deles inseridos. Aí está o primeiro.

**(O Sr. Presidente faz soar a campainha)**

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, já vou concluir.

O segundo é que, a nível de Estado, não temos crises a resolver; as nossas crises serão resolvidas a nível de go-

verno, com a queda dos gabinetes ou com a dissolução ah. Câmara. Tendo estes dois fundamentos, o sistema proporciona enfim, o que desejamos: sepultaremos as ditaduras e as possibilidades de introdução de sistemas ditatoriais do governo no Brasil. Temos, portanto, um instrumento mais viável de consolidar o sistema democrático de governo. Eis a razão por que, em nome dos parlamentaristas do Partido Democrático Social, cuja maioria nossa Bancada representa, registro que o nosso partido não foi omissor, pele maioria de sua Bancada, na decisão desse processo, e temos a esperança, com a responsabilidade dos homens públicos, dos que fazem o Parlamento, a responsabilidade dos homens políticos, de que haverá de consolidar-se o melhor sistema de governo democrático para os países no mundo em que vivemos, dentro da modernidade, como costumam dizer os nossos brilhantes colegas.

Por isso, pediria aos prezados companheiros que acompanhassem a emenda do Constituinte Nelson Carneiro, por que ela satisfaz às aspirações daqueles que desejam consolidar o regime democrático no Brasil.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Não havendo quem queira usar da palavra, dou a palavra ao eminente Relator, Constituinte Bernardo Cabral.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente Srs. Constituintes, a fim de que não parem dúvidas sobre a matéria que será levada à votação a relatoria se permite esclarecer que a Emenda do Constituinte Nelson Carneiro mantém o art. 86 do Substitutivo nº II; todavia, quanto ao art. 87, §§ 1º, 2º e 3º, a emenda Nelson Carneiro corrige, melhora o Substitutivo II. Não é passível que a Comissão de Sistematização não a acolha. Em razão desta circunstância, opino favoravelmente à Emenda Nelson Carneiro para que seja acolhida. **(Palmas)**

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A Presidência solicita aos Srs. Constituintes que ocupem seus lugares para darmos início à votação.

**O SR. CONSTITUINTE HAROLDO SABÓIA:** – Sr. Presidente, gostaria de retificar meu voto, porque acreditava que estava sendo votado o Destaque nº 7330, do Constituinte Nelson Carneiro, quando, na verdade, estava em votação o Destaque nº 7331. Por causa da ordem da numeração dos destaques, votei NÃO, quando meu voto deveria ser SIM. Peço que o Sr. Relator Substituto retifique o voto.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Ao Sr. Relator Adolfo Oliveira para corrigir o voto de S. Ex.ª

**O SR. RELATOR (Adolfo Oliveira):** – Está registrado nos Anais de nossa reunião.

#### **(Procede-se à votação)**

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Antonio Britto, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Carlos Sant'Anna, Celso Dourado, Cristina Tavares, Egidio Ferreira Lima, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Ibsen Pinheiro, João Calmon, João Herrmann Neto, José Fogaça, José Paulo Bisol, José Richa, José Serra, Mário Lima, Milton Reis, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nelson Friedrich, Nilson Gibson, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Rodrigues Palma, Sigmaringa Seixas, Virgildásio de Senna, Wilson Martins, Antonio Mariz, Chagas Rodrigues, Euclides Scalco, Israel Pinheiro, Jorge Hage, José Costa, Michel Temer, Nelson Wedekin, Octávio Elísio, Rose de Freitas, Uldurico Pinto, Vilson Souza, Afonso Arinos, Aloysio Chaves, Arnaldo Prieto, Carlos Chiarelli, Christóvam Chiaradia, Edme Tavares, Eraldo Tinoco, Inocêncio Oliveira, José Jorge, José Uns, José Santana de Vasconcelos, José Thomaz Nonô, Luís Eduardo, Marcondes Gadelha, Mário Assad, Paulo Pimen-

tel, Sandra Cavalcanti, Jofran Frejat, Jonas Pinheiro, José Tinoco, Paes Landim, Valmir Campelo, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Gerson Peres, Jarbas Passarinho, Brandão Monteiro, José Maurício, Lysâneas Maciel, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Adolfo Oliveira, Siqueira Campos, Haroldo Lima, Roberto Freire, Jamil Haddad e Antonio Farias. **Votaram NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Haroldo Sabóia, Oscar Corrêa e Virgílio Távora. **ABSTIVERAM-SE** de votar os Senhores Constituintes Aluizio Campos, João Agripino e José Luiz Mala.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram **SIM** 86 Constituintes; votaram **NÃO** 3 Constituintes; abstiveram-se de votar 3 Constituintes. Total: 92 votos. O Destaque foi **aprovado**.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Passamos à apreciação do requerimento de preferência, subscrito pelos Srs. Líderes do PFL, PMB, PCB, PDS e do PDT, pedindo preferência para o Destaque nº 8096, relativo à Emenda nº 30102, de autoria do Constituinte Osvaldo Coelho.

Os Srs. Constituintes que aprovam o requerimento de preferência, queiram permanecer sentados. **(Pausa)**

Aprovado.

Em votação o Destaque referente à Emenda substitutiva nº 30102.

O objetivo da emenda é o de criar o cargo de Vice-Presidente da República.

Acontece que o art. 111 já foi aprovado, há pouco, pela votação que acaba de ser proclamada.

Assim, o texto aprovado prejudica a emenda de V. Ex.ª

Desta forma, a decisão é no sentido de considerar a sua emenda prejudicada, porque o texto do art. 111 foi aprovado, sem a figura do Vice-Presidente da República.

**O SR. CONSTITUINTE OSVALDO COELHO:** – Sr. Presidente, a preferência e a emenda de minha autoria foi aprovada pelo Plenário da Casa.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ THOMAZ NONO:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Está na tribuna o Constituinte Osvaldo Coelho.

A emenda do nobre Constituinte Osvaldo Coelho é sobre o art. 111 e seus parágrafos.

Acontece que acabamos de votar o Destaque do Constituinte Nelson Carneiro, cujo texto foi aprovado, resolvendo, nos seus termos, o **caput** e os §§ 1º, 2º e 3º. A emenda está, evidentemente, prejudicada, não pode ser votada.

**O SR. CONSTITUINTE ADOLFO OLIVEIRA:** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem a palavra, pela ordem, o Relator Adolfo Oliveira.

**O SR. RELATOR (Adolfo Oliveira):** – Sr. Presidente, em nome da Relatoria, gostaria de ponderar a V. Ex.ª que não persistisse nesta decisão que, salvo melhor juízo, não é aquela que se coaduna com os fatos. A Emenda do nobre Constituinte Osvaldo Coelho não está prejudicada, de forma alguma; ela vem dispor sobre um critério de votação, sobre uma forma de votação, em nada interferindo nos dois turnos e na eleição direta. O plenário vai decidir se aceita ou não a proposta do nobre Constituinte. **(Muito bem! Palmas)**

**O SR. CONSTITUINTE NELSON JOBIM:** – Sr. Presidente, um esclarecimento: tenho, aqui, na publicação do texto, a Emenda nº 30102, que tem, no § 1º do art. 11, uma série de números e letras e, depois, no final, três

números e o § 2º. Gostaria que V. Ex.<sup>a</sup> me informasse se é toda a emenda que está sendo votada. O Destaque abrange toda a Emenda?

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – É a emenda do chamado Voto Ponderado.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON JOBIM:** – Sr. Presidente, pergunto a V. Ex.<sup>a</sup>, e insisto para que esclareça, se está sendo votada toda a Emenda nº 30102.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Estamos votando a Emenda nº 30102.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON JOBIM:** – Gostaria que a Mesa lesse a emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Vou passar a lê-la:

"O Presidente e o Vice-Presidente da República serão eleitos simultaneamente entre os brasileiros maiores de 35 anos e no exercício dos direitos políticos, por sufrágio universal e voto direto e secreto em todo o País, 120 dias antes do término do período presidencial."

Sobre o **caput** foi votado um texto que determina a eleição com antecedência de 90 dias.

"Serão observadas, na eleição de que trata este artigo, as seguintes normas:

O processo eleitoral obedecerá ao critério de ponderação federativa estabelecida com base no número de representantes dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios no Congresso Nacional.

Cada Estado, o Distrito Federal e cada Território, exceto o de Fernando de Noronha, constituem, para fins deste artigo, distritos eleitorais.

A cada distrito eleitoral corresponde um número de votos federativos equivalente ao número de representantes das respectivas unidades federativas no Congresso Nacional.

O número de votos federativos do Distrito Federal é igual ao de Território.

Em cada distrito eleitoral determina-se um quociente, dividindo-se o número de votos apurados, excluídos os nulos e os brancos, pelo respectivo número de votos federativos, desprezada a fração se igual ou inferior a meio e elevada à unidade imediatamente subsequente superior.

Atribuem-se a cada candidato registrado por partidos políticos votos federativos, dividindo-se o número de votos por eles obtidos no distrito eleitoral pelo correspondente quociente, desprezada a fração.

Os votos federativos e manescentes, não atribuídos aos candidatos com a aplicação da norma contida na alínea precedente, serão distribuídos mediante a observação das seguintes regras: dividi-se o número de votos dado a cada candidato pelo número de votos federativos a ele atribuído, mais um, cabendo ao candidato que apresentar a maior média um dos votos federativos a distribuir; repete-se o procedimento para distribuição para cada um dos votos federativos; em caso de empate proceder-se à distribuição ao candidato mais idoso.

§ 2º – A eleição do Presidente implicará na do candidato a Vice-Presidente como ele registrado."

Quero agora passar a ler a emenda que foi aprovada pelo Plenário, cujo o texto é o seguinte:

"A eleição para Presidente da República far-se-á por sufrágio universal direto e secreto noventa dias antes do término do mandato presidencial".

§ 1º – Será proclamado eleito o candidato que obtiver a maioria absoluta dos votos não computados os nulos e em branco.

§ 2º – Se nenhum dos candidatos alcançar maioria prevista no parágrafo anterior, renovar-se-á a eleição dentro de 30 dias da proclamação do resultado da primeira, concorrendo ao segundo escrutínio somente os dois candidatos mais votados no primeiro, e considerando-se eleito àquele que obtiver a maioria de votos válidos."

§ 3º – Ocorrendo desistência de um dos dois candidatos mais votados, sua substituição caberá ao terceiro e assim, sucessivamente.

Evidentemente, essa emenda votada pelo Plenário esgotou a matéria da eleição do Presidente da República...

**O SR. CONSTITUINTE JOAQUIM BEVILACQUA:** – V. Ex.<sup>a</sup> tem toda razão, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – determinando o critério, a forma de votação e a eleição dos dois turnos por via direta. Não pode mais ser votada nenhuma emenda que pretenda modificar essa matéria. Por isso, a Mesa mantém a decisão de que está prejudicada a emenda do nobre Constituinte Osvaldo Coelho.

**O SR. CONSTITUINTE JOAQUIM BEVILACQUA:** – Sr. Presidente, muito bem.

**O SR. CONSTITUINTE OSCAR CORRÊA:** – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem a palavra a V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. CONSTITUINTE OSCAR CORRÊA:** – Sr. Presidente, peço que registre o nosso protesto pela decisão arbitrária de V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Fica registrado o protesto de V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. CONSTITUINTE OSVALDO COELHO:** – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem a palavra, V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. CONSTITUINTE OSVALDO COELHO:** – Sr. Presidente, V. Ex.<sup>a</sup> submeteu a preferência ao Plenário, que a aprovou. A votação não foi iniciada por intervenção de V. Ex.<sup>a</sup> Registre V. Ex.<sup>a</sup> o meu protesto, pois considero isso uma violência, e vou para o Plenário com a emenda e com tudo que estiver ao meu alcance. **(Muito bem! Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – O protesto de V. Ex.<sup>a</sup> será registrado.

**Destaque nº 005405-87 – Emenda nº ES-33038-1, do Sr. Carlos Chiarelli e Arnaldo Prieto, "que modifica o art. 87 do Substitutivo 2". (311º votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Há um requerimento de preferência para votação da Emenda nº 33038, Destaque nº 5405, do Líder do PMDB, Constituinte Euclides Scalco, referente à Emenda já mencionada, do Constituinte Carlos Chiarelli.

O autor do Destaque deseja que a votação da sua emenda seja referente ao § 2º do art. 86, para se trans-



formar em § 2º do art. 88 do Substitutivo II, sendo que o parágrafo único do mesmo art. 88 passa a ser o seu § 1º

Tem a palavra o Sr. Constituinte Carlos Chiarelli, para encaminhamento.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS CHIARELLI:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, antes de fazer a sustentação específica da emenda, Sr. Presidente, eu gostaria, em razão de fatos ocorridos hoje, pela manhã, que envolveram, além do meu nome, outros companheiros integrantes do Partido da Frente Liberal, de fazer duas ou três referências que me parecem extremamente pertinentes.

Em primeiro lugar, venho defendendo o parlamentarismo, não apenas de hoje, nem de agora, mas de há muito tempo, como convicção política, em nome de um proselitismo, de uma causa que me parece justa e, inclusive, ao contrário do que alguns pensam e disseram, foi tema específico de duas campanhas eleitorais. O povo do Rio Grande do Sul é testemunha desse fato.

Não sou parlamentarista para ser contra alguém; sou-o, pela convicção de que se trata de um processo de aperfeiçoamento das instituições. Integro-me em um Partido – e gostaria de deixar isto bem claro – cuja Seccional do Rio Grande do Sul assumiu, em convenção, compromisso público com o parlamentarismo, antes da eleição de 1986; um Partido que se honra de ter, nos seus quadros, a figura de Afonso Arinos, cujo pronunciamento desta manhã foi o mais vivo testemunho do pensamento liberal; um Partido em cujo programa, ao contrário do que podem pensar alguns e dizer outros, não contém uma só palavra que rejeite ou repila a idéia do parlamentarismo; ao contrário, induz essa idéia por uma lógica de raciocínio de um Partido que, sendo liberal, tem de ser aberto às diferentes teses e respeitoso de seus defensores, para não ser autoritário, truculento e, sobretudo, para não ser inapto e inepto; um Partido que não tem tutor, nem cacique e muito menos deve e quer ter Censores da expressão da vontade livre dos seus integrantes, **(Palmas)** integrante apenas desta Comissão da Constituinte.

Garante-me o Regimento desta Casa nela permanecer para votar de acordo com a minha consciência, sem prestar contas a quem quer que seja sob hierarquias impostas e inexistentes, de acordo com convicções que não são frutos de interesses, muito menos momentâneos interesses de pressões conjunturais e muito menos sujeitos a truculências pífias e provincianas.

Minha voz é o meu voto nesta Comissão e a minha resposta é a pena que sinto e a tristeza que me invade, quando vejo que há quem perca o controle emocional ou os padrões mínimos de convivência e, sobretudo, a regra do bom senso e do respeito às normas e às regras que regulam a vida desta Casa e desta Constituição.

Sr. Presidente, dito isto com relação à Emenda, já que estamos tratando de criar, neste País, um mecanismo de aperfeiçoamento das instituições democráticas; já que queremos que o Presidente da República seja o árbitro maior dos interesses nacionais, que seja, na verdade, o grande magistrado da nacionalidade, que seja o homem que sobrepaire o dia a dia conjuntural, que seja o homem que não se envolva com as contingências momentâneas do varejo das circunstâncias, esse Presidente haverá de ser aquele que estabelecerá o ponto limite das crises e não o condutor da administração, não haverá de liberar verbas nem estar inserido e imiscuído na luta diária da administração. Esse homem, uma vez empossado no cargo de Presidente, com a dignidade que o cargo lhe dá, com a condição de dignitário maior do País, acima e além das circunstâncias e dos sobressaltos, das quedas e das manutenções dos Gabinetes – estes, sim, partidários, estes, sim, conjunturais, estes, sim, suscetíveis das maiorias e das minorias, decorrentes das crises de convivência da realidade do País – deverá perder qualquer tipo de filiação ou vinculação a partido político, mesmo de natureza

honorífica como atualmente, a tem, em duplo sentido, o atual Presidente da República.

Esta é a emenda: fazer com que haja absoluta simetria, haja perfeita coincidência, haja total ligação entre o sistema que estamos implantando, o parlamentarismo, sem hibridismos, sem hermafroditismos, o parlamentarismo na sua acepção mais ampla e, respeitando, dessa forma, a competência governamental, que será do Congresso, através da sua extensão e delegação, que é o gabinete, a figura autônoma, superior, arbitral de magistrado do Presidente da República, a quem se cobra, de quem se requer a absoluta desvinculação, da sua posse em diante, dos vínculos partidários para que, melhor e mais isentamente, exercita as tarefas de maior nível que lhe são conferidas. **(Muito bem! Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A Presidência esclarece ao Plenário que o objetivo da Emenda é acrescentar ao art. 88 do Projeto, um § 2º, que veda ao Presidente da República, depois da posse, filiação ou vinculação a partido político, ainda que honorífica. Esse, o objetivo da emenda.

Com a palavra, para encaminhamento contra, o Constituinte Paes Landim. **(Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup> não está presente.

Com a palavra, para encaminhamento contra, o Constituinte José Lourenço. **(Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup> não está presente.

Não tendo havido pronunciamento contra o encaminhamento, V. Ex.<sup>a</sup> o considera necessário? **(Pausa)**

Com a palavra o Relator.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENÓINO:** – Sr. Presidente, houve um encaminhamento a favor e não haverá encaminhamento contra?

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Não! O Constituinte Carlos Chiarelli encaminhou o seu Destaque e os oradores que se inscreveram para encaminhar contra não estão presentes. O Constituinte Joaquim Bevilacqua queria falar a favor, mas desistiu, porque não houve debate.

Com a palavra o nobre Relator.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a Relatoria opina favoravelmente à acolhida da Emenda Carlos Chiarelli; vota pela aprovação. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Vamos passar à votação. Queiram os Srs. Constituintes fazer a gentileza de ocupar os seus lugares.

#### **(Procede-se à votação)**

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Ademir Andrade, Aluizio Campos, Antônio Brito, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Carlos Mosconi, Celso Dourado, Cristina Tavares, Egidio Ferreira Lima, Fernando Gasparian, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, Ibsen Pinheiro, José Fogaça, José Geraldo, José Paulo Bisol, José Richa, José Serra, José Ulisses de Oliveira, Mário Lima, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nelson Friedrich, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Raimundo Bezerra, Rodrigues Palma, Severo Gomes, Sigmaringa Seixas, Virgildásio de Senna, Wilson Martins, Aécio Neves, Chagas Rodrigues, Délio Braz, Israel Pinheiro, José Costa, Michel Temer, Octávio Elísio, Uldurico Pinto, Wilson Souza, Afonso Arinos, Aloysio Chaves, Antonio Carlos Mendes Thame, Arnaldo Prieto, Carlos Chiarelli, José Jorge, José Lins, José Thomaz Nonô, Mário Assad, Oscar Corrêa, Osvaldo Coelho, Sandra Cavalcanti, José Tinoco, Gerson Pares, Adylson Motta, Bonifácio de Andrada, Francisco Rossi, Gastoni Righi, Joaquim Bevilacqua, Adolfo Oliveira, Siqueira

Campos, Roberto Freire, Jamil Haddad e Antonio Farias. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: João Herrmann Neto, Manoel Moreira, Christóvam Chiaradia, Inocêncio Oliveira, José Santana de Vasconcellos, Paulo Pimentel, José Luiz Maia, Virgílio Távora, Brandão Monteiro, Lysâneas Maciel, Bocayuva Cunha, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio e Haroldo Lima. **ABSTIVERAM-SE** de votar os seguintes Senhores Constituintes: Carlos Sant'Anna, Milton Reis, Nilson Gibson, João Agripino, Eraldo Tinoco e Luís Eduardo.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 67 Constituintes; votaram NÃO 14 Constituintes; ABSTIVERAM-SE de votar 6 Constituintes. Total: 87 votos. O Destaque foi **aprovado**.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Aprovado o Destaque.

A Presidência comunica aos membros da Comissão que foi designado Ministro da Educação o Nobre Senador Hugo Napoleão, nosso Companheiro de Comissão, que está tomando posse agora, às 17 horas.

Anteriormente, pelo mesmo motivo, o nobre Senador Jarbas Passarinho, no exercício da Presidência, suspendeu a sessão para que os companheiros pudessem comparecer à posse. Mas, as circunstâncias, agora, são diferentes. Estamos submetidos a prazos fatais e improrrogáveis, de maneira que acredito que, desejando e apresentando, em nome de todos nós, as nossas congratulações a S. Ex.<sup>a</sup>, ele compreenderá perfeitamente as razões poderosas que nos inibem de suspender a sessão.

Vamos passar, então, ao Destaque nº 7330, de autoria elo nobre Constituinte Nelson Carneiro.

**Destaque nº 7330.87 – Emenda nº ES-26907-1 (em parte) do Sr. Nelson Carneiro, "que substitue o Título V do Substitutivo nº 1 (substitui o art. 89 do Substitutivo nº 2 pelo art. 113 "caput" e parágrafo da referida emenda". (312ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Há um requerimento de preferência para o Destaque nº 7330, referente à Emenda nº 26907-1.

Em votação o requerimento de preferência.

Os Srs. Constituintes que o aprovam queiram permanecer sentados. **(Pausa)**

Aprovado.

O Senador Nelson Carneiro requer que seja submetida à votação apenas o **caput** do art. 113 do Substitutivo I, que equivale ao do art. 89 do Substitutivo II, cujo texto é o seguinte:

"O mandato do Presidente da República é de 6 anos, vedada a reeleição, e terá início a 1º de janeiro."

A emenda do nobre Senador propõe que o texto passe a ser o seguinte:

"O mandato do Presidente da República é de 5 anos, vedada a reeleição."

Tem a palavra o nobre Senador Nelson Carneiro, para encaminhamento do seu destaque. **(Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup> indica o Constituinte Artur da Távola para defesa da sua proposição.

**O SR. CONSTITUINTE ARTUR DA TÁVOLA:** – Sr. Presidente, Srs. e Sr.<sup>as</sup> Constituintes:

A preliminar na defesa desta emenda é a de que, evidentemente – ênfase –, não se estará votando ao apoiá-la, o mandato do atual Presidente da República. Esta é matéria que cabe às Disposições Transitórias. Portanto, toda a argumentação aqui desenvolvida refere-se ao tempo

no qual, no Parlamentarismo, a figura do Presidente da República deva desempenhar as suas funções.

A experiência internacional parece mostrar que, nos casos em que o Parlamentarismo não é monárquico, já que nas monarquias essa figura é representada pelo Rei ou Rainha, nos casos em que o Parlamentarismo é republicano, o tempo prolongado da figura do Presidente da República se apresenta como importante medida. A figura do Presidente da República, no Parlamentarismo, tem sido muito pouco compreendida, até mesmo nas discussões que ora encetamos. Tenho visto desfilar, desta tribuna, a cruel e perversa imagem da "Rainha da Inglaterra" O Presidente da República, numa concepção moderna de Parlamentarismo, não é alguém com as funções monárquicas de mera representação de Chefia de Estado. Não é, muito seriamente, não! Ao Presidente da República cabe não apenas o poder moderador, que necessita das condições de equidistância da luta política do dia-a-dia, das crises de conjuntura, como cabe também a tarefa tanto maior de encaminhar – e aqui o ponto nodal – as macrolinhas de desenvolvimento de um país; ao Presidente da República, no Parlamentarismo moderno, cabe, portanto, uma função estratégica de alta relevância que, exatamente por não se misturar à função executiva diuturna, complexa, penosa, carece de um tempo maior para que possa se desenvolver sem os apertos e as premuras da conjuntura, vinculando a sua ação ao grande caráter normativo, ao rasgar dos grandes rumos da República, do pensar e engendrar os largos caminhos que um país possui.

E aqui está, Srs. Constituintes, um dos pontos principais da maturidade do processo parlamentarista. Ele não confunde a tarefa diária, penosa e crítica do Poder Executivo, com a tarefa normativa, a grande norteadora da missão nacional, capaz de formular políticas econômicas, políticas militares, políticas diplomáticas, políticas internas de alto significado. Não é portanto, Srs., no Parlamentarismo, uma função decorativa a que cabe ao Presidente da República, máxime se considerarmos se estamos votando um Parlamentarismo com eleição direta para Presidente da República. Ele será, portanto o árbitro deferido pelo povo, das grandes decisões nacionais, que mesclam o poder moderador, quando necessário, com uma função normativa que lhe deve caber.

E para essa função, exatamente para essa função é que se deve contrapor a eventualidade do prazo do Sr. Primeiro Ministro. Se o prazo do Primeiro Ministro é eventual, depende da conjuntura, depende do Congresso; a função normativa deve ser levada a cabo por alguém desvinculado desta função, com um mandato suficientemente grande para que possa desempenhar a contento a função.

Por essas razões, opinamos favoravelmente à emenda sugerindo a mesma posição aos Srs. Constituintes.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Com a palavra, para encaminhamento contra, o nobre Constituinte José Genuíno.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Sr. Presidente e Srs. Constituintes:

Vamos enfrentar, agora, um terreno muito esclarecedor, para que aquele festival criado hoje de manhã, de salvação nacional, fique clarificado. Estão colocando, aqui, algumas mistificações e a nossa tarefa, como socialista, é começar a tirar o véu das mesmas.

A primeira mistificação aqui colocada é que o Presidente da República é um cidadão acima de partidos e acima das classes; reina num mar de encantos, de consenso, de unidade, de Chefe de Estado, como se tivéssemos um Estado acima das classes e acima dos conflitos de classe. Infelizmente essa não é a realidade, e felizmente essa não é teoria que este parlamentar leva em conta para analisar a realidade que é a teoria da luta de classe, e o Estado reflete as classes e a luta entre as classes. Chegaram ao

ponto e ao absurdo de votar que o Presidente é eleito por um partido, toma posse e deixa o partido, como se o partido fosse algo imoral, para que o Presidente da República continuasse vinculado a ele. Mas, essa questão está resolvida, vamos agora a questão dos 5 anos.

A primeira questão política que esta votação enseja é que ao se votar 5 anos para o Presidente da República, no sistema parlamentarista, estaremos dando, indiretamente, um voto que vai concorrer na Disposição Transitória para 5 anos com Sarney. Politicamente tem essa implicação, regimentalmente é verdade que não, mas a política está acima da formalidade, da neutralidade seca do regimento de votar discussão transitória no mandato presidencial.

A outra questão crucial, e esta é de fundo político, se o Presidente da República é eleito em época diferente da eleição do Parlamento, está se criando aí, isto sim, através dessa fórmula engenhosa, uma prática política, que existiu na História do Brasil na época do parlamentarismo às avessas. O parlamentarismo às avessas criado pelo segundo Império de D. Pedro II que era exatamente o seguinte: o gabinete passa a ter uma influência política e econômica quando sabemos que na prática política brasileira tem até uma influência fisiológica na condução da eleição presidencial, porque o Chefe de Governo está definido antes da eleição. Portanto, vejam bem a situação que se cria: quem tem o poder no parlamento tem o gabinete ministerial e este gabinete ministerial como Chefe de Governo, como Chefe das Finanças, como Chefe da Política enquanto o Planejamento, enquanto medidas, vai ter um papel decisivo na eleição presidencial que se dará um ano após a eleição do parlamento.

Isso, repito, é uma maneira de se influenciar politicamente a direção política, a hegemonia política da eleição presidencial. O que seria correto no sistema parlamentarista, isto sim, que pudéssemos aqui estabelecer instrumentos democráticos para que a eleição presidencial fosse concomitante com a eleição para o parlamento.

**(O Sr. Presidente faz soar a companhia)**

Sr. Presidente, para concluir, teríamos, para os parlamentaristas que advogam a necessidade de combinar o Poder Executivo com o Poder Legislativo, no mínimo, uma origem harmoniosa para o exercício das funções executivas com as funções de Chefe de Estado.

Há outra questão que se coloca nesta discussão de cinco anos para o Presidente da República: o Presidente da República, nos termos da proposta parlamentarista, não é apenas e simplesmente uma Rainha da Inglaterra; vai ter papel importante como Chefe de Estado como, por exemplo, o Comando Supremo das Forças Armadas, o poder de dissolver a Câmara dos Deputados e, mais do que isto, consoante emendas que vamos votar em seguida, o poder de convocar e presidir o Conselho da República, o Conselho de Estado e o Conselho de Defesa Nacional. Esse cidadão é eleito numa eleição diferente da do Parlamento – é um casuísmo, uma forma de garantir previamente quem tem maioria no Parlamento, e definir o Presidente da República que vai ser eleito.

Por isso, recomendamos votar contra a Emenda Nelson Carneiro. Chamo a atenção para a euforia democrática, da grande virada que se dará agora, derrotando a Emenda Nelson Carneiro e votando, em seguida, a Emenda Nelson Wedekin, que estabelece quatro anos para o Presidente da República no sistema parlamentarista.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Com a palavra, para o encaminhamento a favor, o nobre Constituinte Gastone Righi.

**O SR. CONSTITUINTE FERNANDO LYRA:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra, pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE FERNANDO LYRA:** – Sr. Presidente, a questão que está se discutindo agora é o mandato de Presidente na questão permanente do parlamentarismo. Gostaria de deixar bem clara a posição daqueles que defendem, no parlamentarismo, 5 anos para Presidente da República e 4 para o atual, que é a minha posição.

Com esta questão de ordem, peço a V. Ex.<sup>a</sup> Sr. Presidente que esclareça, com todas as letras, que estamos votando o mandato dos próximos Presidentes da República. O atual mandato do Senhor Presidente José Sarney será decidido nas questões transitórias.

Antecipando já o meu voto, sou pelo mandato de 4 anos.

Era o que tinha a dizer.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Como eu, V. Ex.<sup>a</sup>, Ministro da Justiça, sabe muito bem que estamos votando um texto constitucional, não personalizando o mandato de ninguém. Por isso, V. Ex.<sup>a</sup> não levantou propriamente uma questão de ordem, apenas exprimiu um desejo, manifestou a sua inconformidade política com a presença, talvez, do atual Presidente da República por um período maior de mandato.

**A SRA. CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Pois não, Ex.<sup>a</sup>

**A SRA. CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES:** – Sr. Presidente, informa à Liderança do PMDB que há emendas propondo um mandato permanente de 4, 5 e 6 anos. A lógica das votações – e essa lógica vem sendo utilizada através dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte – diz que deveremos votar primeiro o mandato de 4 anos; depois o de 5 para, finalmente, ficar a terceira opção, ou seja, a do Sr. Relator.

Informa o Constituinte Antônio Britto, que hoje responde pela Liderança do PMDB, que esta é uma decisão que depende exclusivamente da Presidência da Mesa desses trabalhos.

Quero esclarecer, Sr. Presidente, que quando votei o regime parlamentarista, votei no pressuposto de que haveria uma lógica que começaria pelos 4 anos e terminaria nos 6 anos, se fôssemos derrotados aos 4 ou 5 anos.

Quero registrar, para os Anais da Assembléia Nacional Constituinte, que fui induzida a este voto por um erro da Liderança do PMDB.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Fica registrada a manifestação de V. Ex.<sup>a</sup>

Tem a palavra o Constituinte Gastone Righi, para encaminhar a favor da emenda do Constituinte Nelson Carneiro.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr. Presidente, deve ter havido um equívoco.

Não sou a favor de 5 anos de mandato para Presidente no Parlamentarismo.

Inscrevi-me em duas emendas, uma a favor e outra contra, duas emendas do Constituinte Nelson Carneiro.

Sou contra essa emenda do Constituinte Nelson Carneiro; sou contra 5 anos de mandato.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – V. Ex.<sup>a</sup> me perdoe, mas estava inscrito, aqui, para falar a favor.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Mas há duas emendas, uma a favor e outra contra; acho que inverteram. Será que não?

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – O que está em votação; é a emenda do Constituinte Nelson Carneiro

que reduz o mandato do Presidente da República para 5 anos. V. Ex.<sup>a</sup> já falou a favor e já há outros inscritos para falar contra.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Já que sou contra, não quero ocupar o Parlamento para inverter a ordem das sustentações.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Há dois oradores inscritos para falar contra e V. Ex.<sup>a</sup> há de convir que não posso mais conceder-lhe a palavra.

Com a palavra o Constituinte Nelson Wedekin.

**A SRA. CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES:** – Sr. Presidente, levantei uma questão de ordem; peço a V. Ex.<sup>a</sup> que resolva a preferência do Constituinte Nelson Wedekin para votação em primeiro lugar.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Estamos em processo de votação de uma emenda, à qual já foi concedida preferência, o destaque ao qual foi concedida preferência, e nós podemos mudar o processo de votação nesta altura.

Eu indefiro a questão de ordem de V. Ex.<sup>a</sup>

**A SRA. CONSTITUINTE ABIGAIL FEITOSA:** – Sr. Presidente, tenho uma emenda a favor de 4 anos, eu gostaria de saber se, votando essa de 5, prejudica a de 4, caso a de 5 seja vencedora?

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Assim como V. Ex.<sup>a</sup> tem emenda a favor de 4 anos, existem outros Constituintes que também as têm, mas o que nós estamos votando no momento é a emenda do Constituinte Nelson Carneiro que propõe...

**A SRA. CONSTITUINTE ABIGAIL FEITOSA:** – V. Ex.<sup>a</sup> não respondeu a minha pergunta.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Claro, se for aprovada a emenda do Constituinte Nelson Carneiro estabelecendo o prazo de 5 anos, evidentemente, a emenda de V. Ex.<sup>a</sup> e de outros que cuidam do estabelecimento de prazos estarão prejudicadas.

**O SR. CONSTITUINTE JORGE HAGE:** – Sr. Presidente, pela ordem?

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Tem a palavra V. Ex.<sup>a</sup> pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE JORGE HAGE:** – Tendo sido incumbido por um grupo de Parlamentares de encaminhar, com vistas ao acordo de lideranças, emendas que propõem o mandato de 4 anos para o Presidente da República, quero registrar e deixar claro aqui que a única concordância que dei foi de que essas emendas ficassem após a emenda do Constituinte Nelson Wedekin, que também propunha 4 anos. Em nenhum momento, houve a minha concordância, de que essas emendas ficassem postas após uma emenda de 5 anos que, se aprovada, possa prejudicá-la.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Esta Presidência está percebendo que está havendo uma certa confusão no entendimento da matéria. Nós estamos votando um texto constitucional e o prazo de 5 anos é proposto para o texto da Constituição. Os Constituintes que quiserem reduzir o mandato de Sua Excelência, o Senhor Presidente da República, poderão fazê-lo através das Disposições Transitórias quando chegar a oportunidade de discutir o mandato e não no texto da Constituição.

**O SR. CONSTITUINTE JORGE HAGE:** – Sr. Presidente, estamos votando o texto permanente, está muito claro que não estamos votando Disposições Transitórias, não obstante isso, nós temos emendas para 4 anos e pretendíamos vê-las votadas aqui e não estamos aceitando o critério da prejudicialidade que impeça a apreciação pelo

plenário de uma proposta, como qualquer outra, de um mandato de 4 anos que a nosso ver deve ter oportunidade de ser apreciada neste Plenário.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Não procede a questão de ordem de V. Ex.<sup>a</sup> e a Presidência indefere, porque os senhores que forem contra os 5 anos votem contra e, depois, se quiserem aprovar os 4 que votem a favor. De maneira que a questão fica decidida.

Tem a palavra o nobre Constituinte Nelson Wedekin.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ MARIA EYMAEL:** – Sr. Presidente, pela ordem...

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Há um orador na tribuna e peço a V. Ex.<sup>a</sup> que se for sobre a mesma matéria estará prejudicada a questão de ordem e, se for sobre outro assunto, eu atenderei a V. Ex.<sup>a</sup> depois do pronunciamento do orador.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON WEDEKIN:** – Sr. Presidente, Srs. e Sras. Constituintes:

Em primeiro lugar, gostaria de dizer que neste momento estou falando até para um certo desconforto meu, contra uma Emenda do Constituinte Nelson Carneiro. É preciso que isto fique claro desde logo. Em seguida à votação desta emenda, se ela for derrotada, será colocada a decisão e deliberação desta Comissão de Sistematização uma emenda de minha autoria de 4 anos para o mandato presidencial. E, neste momento, falo contra o mandato presidencial de 5 anos; em primeiro lugar, por deferência do Constituinte Aldo Arantes que havia se inscrito para falar contra os 5 anos. E devo dizer também que a emenda de 4 não é uma emenda única, exclusiva minha, porque vários Parlamentares a subscreveram entre os quais cito de memória: Abigail Feitosa, Ademir Andrade e Paulo Ramos.

Sobre esta emenda, é preciso ficar mais uma vez claro que não estamos decidindo, neste momento qual o tempo de mandato do atual Presidente da República; vamos deliberar sobre as Disposições Permanentes. Nós estamos propondo que não se vote nos 5 anos, para em seguida votar a emenda de quatro anos em contraposição ao art. nº 89 do Segundo Substitutivo do eminente Constituinte Bernardo Cabral, que fala no mandato presidencial de 6 anos. Nenhuma das emendas tem diferença: a do Constituinte Nelson Carneiro fala em 5 anos, vedada a reeleição, a minha e de outros Companheiros fala em 4 e a do Substitutivo fala em 6.

Também não está em exame, não está em debate a questão do regime presidencialista ou do regime parlamentarista. Como o que nós estamos debatendo se trata do tempo de mandato presidencial tanto para aqueles que são parlamentaristas quanto para aqueles que são presidencialistas.

Trata-se, portanto, de decidir aqui e agora, na Comissão de Sistematização, se o mandato dos futuros Presidentes da República, exceção feita ao atual Presidente Dr. José Sarney, será de 4, de 5, ou de 6 anos.

Invoco a favor do tempo de 4 anos para o mandato Presidencial, deste logo, a palavra do próprio e do atual Presidente da República José Sarney. Dizia ele em maio de 1985:

"Como acabo de dizer perante o Ministério, embora considerando que a duração do atual mandato e a data a ser marcada para a eleição do sucessor do atual Presidente, seja uma atribuição da Assembléia Nacional Constituinte, que iremos convocar, deste logo, manifesto o meu ponto de vista de que o mandato deve ser de quatro anos."

É verdade que o Sr. Presidente da República mudou a sua formulação a respeito, e ele tem o direito de fazê-lo.

Mas a idéia que faço a partir da leitura desta declaração Presidencial é a de que o próprio Presidente Dr. José Sarney tem na sua preferência, como tempo de mandato de todos os Presidentes da República o tempo de 4 anos.

O tempo de 4 anos, ao contrário do que disse o eminente Constituinte Artur da Távola é suficiente no presidencialismo para que se realize um bom Governo, para que se faça uma boa proposta, um bom programa de Governo, para que se o execute em sintonia com os interesses nacionais. Vale também para o parlamentarismo, porque, neste sistema de governo, o poder não estará mais concentrado e acumulado nas mãos de um homem só, por melhor que seja, mas estará distribuído pelo coletivo da Câmara dos Deputados e do Congresso Nacional.

A idéia de reduzir o tempo de mandato, de 5 para 4 anos é a idéia de estabelecer uma salvaguarda contra as crises, crises como estas que nós estamos vivendo na conjuntura nacional neste momento: crise da dívida, crise dos salários, crise econômica, a crise da constituinte porque ela é uma crise em si.

Se reduzirmos o tempo de mandato presidencial estaremos, com toda a certeza, evitando, eliminando crises ou, no mínimo, reduzindo seus efeitos e suas conseqüências, porque no horizonte, no calendário eleitoral sempre está aquela que é grande solução de todas as crises na democracia, que é a eleição, que é o voto, que é a urna, que é a vontade popular quando se manifesta nas eleições.

Por isso, é importante que este tempo de mandato não seja de 5, mas de 4.

As eleições presidenciais não em 5 anos em 4 são, igualmente, um instrumento fundamental para que retiremos o povo brasileiro da margem do processo social, econômico, histórico e político, onde ele se encontra.

É preciso retirar o povo brasileiro da profundidade onde se encontra e colocá-lo na superfície da vida política, da vida nacional, e isto só se faz com eleições e eleições em curto espaço de tempo.

Eleição é sempre um momento de avanço, é momento de elevação de grau de compreensão do povo pelos mecanismos de poder; é momento de aproximação do Estado com a Nação, é momento em que se aproxima o governo do povo tantas vezes separados por abismos continentais.

Por isso, Srs. e Sr.<sup>as</sup> Constituintes, apelo e peço para que, neste momento, com todo o respeito que devemos ter pelo Constituinte Nelson Carneiro, se vote não a emenda de 5 anos mas de 4 anos, por todas essas razões, para reduzir as crises, para colocar sempre um novo momento eleitoral que é também uma nova expectativa de poder e de mudança dos rumos de nosso País. Finalmente, legitimar para 4 anos para que tenhamos esse grande momento cívico, momento patriótico, onde o povo se manifesta, onde o povo diz que rumos quer, que futuro quer para o seu País, para a sua Nação.

Eu diria que 4 anos é bom, é satisfatório, é recomendável, mas eu diria que 4 anos para o Presidente da República, sobretudo, é necessário num País que ainda não consolidou o seu processo democrático; é necessário para que se possa escrever no texto constitucional mais um mecanismo, mais uma salvaguarda que leve ao progresso social, à participação popular, ao desenvolvimento econômico, e que abra os caminhos para que se possa construir uma Pátria livre, democrática, soberana e justa.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ MARIA EYMAEL:** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE:** – Pela ordem, Sr. Presidente, sobre o processo de votação.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem a palavra, pela ordem, o nobre Constituinte José Maria Eymael, que a havia pedido anteriormente a V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ MARIA EYMAEL:** – Sr. Presidente, com o devido respeito, e sempre com a admiração que voto a V. Ex.<sup>a</sup>, eu solicitaria que V. Ex.<sup>a</sup> revisse o seu pronunciamento, no que diz respeito à prejudicialidade. Estamos votando uma emenda modificativa. O texto atual fala em 6 anos. Aprovada esta emenda, eventual mente, o texto restaria em 5 anos. A próxima emenda continua como modificativa, permanecendo a intenção de reduzir para 4 anos. Não há como, Sr. Presidente, considerar prejudicada uma emenda, porque, senão, não pode ríamos estar votando nem esta emenda. Se esta emenda reduz de 6 para 5, é evidente que, se a outra emenda que reduz de 5 para 4, é igualmente modificativa, e tem cabimento, e não pode ser considerada prejudicada. Só não pode aumentar, Sr. Presidente. Reduzir pode.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tenho muito respeito pela lógica jurídica de V. Ex.<sup>a</sup>, mas, evidente mente, a matéria principal é o tempo de mandato do Presidente da República. Esta é a matéria que se vota.

Se o Plenário aprova determinado prazo, está resolvido a questão em torno de tais emendas sobre o assunto, que estarão, obviamente, prejudicadas.

**O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem a palavra o nobre Constituinte Ademir Andrade.

**O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE:** – Sr. Presidente, gostaríamos que V. Ex.<sup>a</sup> esclarecesse a esta Comissão o seguinte: o Destaque nº 2495 e o de nº 7329, o primeiro do Constituinte Nelson Wedekin e o segundo do Constituinte Nelson Carneiro; todos dois destaques tratam do tempo do mandato do Presidente da República, na questão permanente no texto constitucional. A emenda do Constituinte Nelson Wedekin pede que o mandato seja de 4 anos; a do Nelson Carneiro de 5 anos – Sr. Presidente, peço a atenção de V. Ex.<sup>a</sup>, por favor. Que eu tente conhecimento – e as lideranças aqui disseram isso – para todos os dois destaques foram pedidas preferências, preferência solicitada pela liderança para os dois destaques.

Quero saber qual foi o critério que a Mesa usou, que tipo de critério que a Mesa usou, considerando que os dois destaques tratam do mesmo assunto; considerando que a todos os dois destaques foram pedidas preferência pelas lideranças; considerando que o destaque do Senado Nelson Wedekin tem um número que antecede o número do destaque do Senador Nelson Carneiro, e portanto ele deveria ter sido colocado em votação em primeiro lugar.

Quero saber de V. Ex.<sup>a</sup> qual foi o critério que V. Ex.<sup>a</sup> usou; e gostaria que V. Ex.<sup>a</sup> admitisse o erro da Mesa Sr. Presidente, eu gostaria que V. Ex.<sup>a</sup> atentasse para minha questão de ordem. Gostaria que V. Ex.<sup>a</sup> atentasse, para o erro que a Mesa cometeu, reconsiderasse sua decisão e colocasse em votação o destaque do Constituinte Nelson Wedekin; porque aqueles que defendem 4 anos d mandato nesta Casa não podem votar de 5 e também não querem ser obrigados a votar com aqueles que defenderam os 6 anos de mandato.

Quero saber se responsável é a liderança ou se responsável é a Mesa, por esta decisão errada; e gostaria que V. Ex.<sup>a</sup> reconsiderasse e colocasse em votação nos termo do Regimento desta Assembléia Nacional Constituinte desta Comissão de Sistematização.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr. Presidente, peço a palavra para contraditar. Sr. Presidente, se é uma questão de ordem, tenho direito à contradita.

Devo dizer a V. Ex.<sup>a</sup> que se trata de matéria vencida, superada, com a votação já realizada, com o resultado proclamado; foi colocada em votação, houve encaminhamento de votação, e a esta altura pede-se reconsideração? Não existe revisão sobre coisa julgada, e desta coisa julgada de V. Ex.<sup>a</sup> não houve sequer recurso.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A Mesa vai dar um esclarecimento, por atenção ao nobre Constituinte Ademir Andrade.

Dois critérios foram adotados, para dar preferência à emenda do Constituinte Nelson Carneiro: a precedência da apresentação à Mesa da Comissão de Sistematização; e, segundo, porque a emenda de S. Ex.<sup>a</sup>, Constituinte Nelson Carneiro, é mais abrangente do que a do Constituinte Nelson Wedekin; esta última limita-se a declarar que o mandato do Presidente da República é de 4 anos, a do Constituinte Nelson Carneiro declara que o mandato é de 5 anos, vedada a reeleição.

A matéria já foi decidida e a solução já foi dada por esta Presidência. Os Senhores que são contra os 5 anos poderão votar contra e, depois, submeteremos a Plenário a emenda dos 4 anos. Está resolvida a questão, e a Presidência não aceita mais questão de ordem sobre a matéria.

**A SRA. CONSTITUINTE ABIGAIL FEITOSA:** – Sr. Presidente, é absurdo que uma emenda mais abrangente seja votada na frente de uma menos abrangente.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A Presidência não aceita mais questão de ordem. A emenda de V. Ex.<sup>a</sup> não foi incluída nas preferências das lideranças, foi a do Constituinte Nelson Wedekin.

**O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO BRITTO:** – Sr. Presidente, gostaria de esclarecer, em nome da Liderança do PMDB, que não nos assiste nenhuma razão de mérito e de conteúdo, no estabelecimento ou na aceitação do estabelecimento de prioridade, em relação a uma ou a outra emenda. É preciso que esta posição fique bem clara.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem a palavra o Relator Bernardo Cabral.

**A SRA. CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES:** – Sr. Presidente, peço a V. Ex.<sup>a</sup> que me dê atenção. Há uma questão de lógica, aqui dentro. A Liderança do PMDB está desdizendo o que disse há pouco tempo. A Liderança do PMDB, através do nobre Constituinte Antônio Britto, afirma que é uma decisão de V. Ex.<sup>a</sup> a mudança para que se vote, primeiro, a emenda de 4 anos, o que é lógico. Queremos que V. Ex.<sup>a</sup> atente para a lógica, e não para o arbítrio, como está fazendo, neste momento.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – V. Ex.<sup>a</sup> sabe que eu, até por temperamento, não sou arbitrário. Sou um temperamento aberto e liberal.

**A SRA. CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES:** – Então, peço a V. Ex.<sup>a</sup> que reveja essa posição, Sr. Presidente. Peço a V. Ex.<sup>a</sup>...

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – O que não posso é comprometer a autoridade da Mesa, depois que decidi uma questão de ordem...

**A SRA. CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES:** – V. Ex.<sup>a</sup> está comprometendo a lógica do Plenário.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – ...dizendo que vai ser votada a emenda do Constituinte Nelson Carneiro. A questão está resolvida. V. Ex.<sup>as</sup> devem revolver por voto. Se V. Ex.<sup>a</sup> tem voto para assegurar os 4 anos, derruba os 5 e aprova os 4. A questão é limitada.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**A SRA. CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES:** – V. Ex.<sup>a</sup> não pode agir de forma arbitrária. A lógica, o bom

senso, a ética política diz que deve ser votada a emenda de 4 anos posteriormente à de 5 anos. A Liderança está se eximindo quanto à sua responsabilidade.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem a palavra o nobre Relator Bernardo Cabral.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA:** – Sr. Presidente, pela ordem. **(Com o assentimento da Presidência)** Peço a V. Ex.<sup>a</sup> a palavra pela ordem, porque talvez caiba uma sugestão que possa resolver o problema. Está instalada aqui uma controvérsia, como V. Ex.<sup>a</sup> mesmo é testemunha, porque está vivendo o centro desta controvérsia. Por que V. Ex.<sup>a</sup> não submete ao Plenário a possibilidade da inversão da pauta? **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Porque as preferências já foram votadas. Se nós começarmos a modificar os critérios que foram adotados pelas próprias Lideranças, acabaremos tornando o processo inteiramente tumultuado. De maneira que as preferências já foram votadas e a obrigação da Mesa é seguir a ordem das preferências.

**A SRA. CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES:** – V. Ex.<sup>a</sup> sabe que o Plenário é soberano!

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Dou a palavra ao nobre Relator Bernardo Cabral.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**A SRA. CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES:** – V. Ex.<sup>a</sup> sabe que o Plenário é soberano! Esta é uma manobra que os Anais da Assembléia Nacional Constituinte haverão de consagrar, uma manobra da exclusiva responsabilidade de V. Ex.<sup>a</sup>, porque o Plenário é soberano e a sua soberania poderá fazer com que se vote primeiro a Emenda dos 4 anos.

V. Ex.<sup>a</sup> vai assumir isoladamente e pessoalmente a responsabilidade por esta arbitrariedade. Que fique registrado nos Anais da Assembléia Nacional Constituinte que V. Ex.<sup>a</sup>, Constituinte Aluizio Campos, na Presidência, age de forma ditatorial, arbitrária e inconsequente.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Estou obedecendo inclusive a critérios estabelecidos pelas Lideranças Partidárias.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Concedo a palavra ao nobre Relator Bernardo Cabral.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – Sr. Presidente, pela ordem. Eu estou aguardando aqui.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Não admito mais questão de ordem.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – V. Ex.<sup>a</sup> tem que admitir questão de ordem, porque é regimental. Estou aqui pedindo a V. Ex.<sup>a</sup> uma questão de ordem e gostaria que V. Ex.<sup>a</sup> respeitasse o Regimento e me concedesse a questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – V. Ex.<sup>a</sup> tem a palavra.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Quero dizer a V. Ex.<sup>a</sup> o seguinte: estamos enfrentando hoje um problema semelhante ao da jornada de trabalho. Na ocasião, foi votada a proposta de 40 horas semanais, e depois tínhamos uma proposta de 42 horas e outra proposta de 44 horas. Após uma manipulação, tivemos que votar 44 horas, deixando de votar a de 42; logo em seguida à votação houve um reconhecimento expresso de que a Mesa, presidida pelo

Constituinte Jarbas Passarinho, caso estivesse permanecido na Presidência, teria votado primeiro a de 42 horas, reconhecendo que as propostas deveriam ser votadas em ordem progressiva. Agora a Mesa não perderá a autoridade se reconhecer que equivocou-se, colocando em votação primeiro o mandato de 4 anos. É uma arbitrariedade! É uma manipulação com a qual não podemos nos conformar. Esta Casa é uma Casa de respeito, não é uma Casa de conchavo, não é uma Casa do arbitrio. V. Ex.<sup>a</sup> tem o dever, para a respeitabilidade da Mesa, de reconsiderar a decisão.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – V. Ex.<sup>a</sup> sabe muito bem que não é a Presidência da Comissão que desrespeita as tradições e o cavalheirismo dos debates nesta Casa.

**O SR. CONSTITUINTE MICHEL TEMER:** – Sr. Presidente, uma questão de ordem, e creio que terei uma sugestão para V. Ex.<sup>a</sup>, para encaminhar a votação.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tenho o maior respeito por V. Ex.<sup>a</sup>, um grande professor de Direito, mas nós não podemos transformar as questões de ordem em obstáculos ao processo regular dos trabalhos.

**O SR. CONSTITUINTE MICHEL TEMER:** – É uma sugestão, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A questão está decidida, é o voto do plenário da Comissão, quem der voto para derrubar essa emenda que derrube.

**O SR. CONSTITUINTE MICHEL TEMER:** – Sr. Presidente, insisto na questão de ordem. Peço a tolerância de V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – V. Ex.<sup>a</sup> tem a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE MICHEL TEMER:** – Sr. Presidente, verifico que aqui há três teses em pauta: uma a favor dos 6 anos, outra a favor dos 5 anos e outra a favor dos 4 anos. Se V. Ex.<sup>a</sup> colocar em pauta e em votação esta emenda, creio, poderá sugerir que, se 47 votos optarem pela abstenção, considerar-se-á viável a apresentação da próxima Emenda de 4 anos. Tenho a impressão de que, se esta solução for adotada, não deve permanecer a de 6 anos, basta que a abstenção alcance mais de 47 votos. Esta é a sugestão, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Com a palavra o eminente Relator Bernardo Cabral.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Em primeiro lugar, acho que a Comissão deve acalmar os ânimos. Acabo de ouvir uma agressão ao Presidente da Mesa, como se S. Ex.<sup>a</sup> fosse capaz de manipular, – e o termo foi usado –, para interesses pessoais, a colocação de uma emenda. É claro que isso só ocorre na ardência de uma discussão. Regimentalmente, o Constituinte Ademir Andrade tem absoluta razão, sem nenhuma dúvida. O que acho, Sr. Presidente, é que V. Ex.<sup>a</sup>, como disse a Constituinte Cristina Tavares, há de assumir a responsabilidade desta decisão, e V. Ex.<sup>a</sup> a tomou, se bem ouvi, pela Emenda Nelson Carneiro.

Se V. Ex.<sup>a</sup> pretende reconsiderar, o que me parece viável, é um problema de V. Ex.<sup>a</sup> (Palmas), é um problema da Presidência, mas acho que a Presidência, após tomar uma decisão, precisa saber se vai ou não confirmar a sua decisão.

Veja V. Ex.<sup>a</sup> que o problema não é dos menores. A gravidade se põe na hora em que se invoca outras presidências, como foi invocado o nome do Constituinte Jarbas Passarinho.

O precedente das 42, 44 e 48 horas é absolutamente verdadeiro. Se tivéssemos começado pelas 42 horas, hoje

não se reclamaria, não se reivindicaria o precedente ali estabelecido.

Acho, Sr. Presidente, que a decisão é de V. Ex.<sup>a</sup> Se fosse minha, eu começaria pelos 4 anos.

**O SR. CONSTITUINTE ALDO ARANTES:** – Sr. Presidente, uma questão de ordem, por favor. Pediria a liberalidade de V. Ex.<sup>a</sup> porque gostaria, antes que fizesse a sua formulação final, de fazer uma ponderação. **(Com assentimento da Presidência)**

Sr. Presidente, V. Ex.<sup>a</sup> fez referência aqui de que é um homem liberal, de que é um homem aberto e de que as questões, neste plenário, devem ser resolvidas pelo voto.

Hoje, de manhã, quando iniciamos a votação do Sistema de Governo, aqueles que eram a favor do parlamentarismo não colocaram nenhuma objeção de que a proposta presidencialista fosse votada em primeiro lugar, exatamente porque tinham convicção dos votos que dispunham nesta Comissão. V. Ex.<sup>a</sup> também – e pediria a atenção do Presidente porque a minha fala se dirige a V. Ex.<sup>a</sup> – mas, também, se referiu, como homem liberal, como homem democrata, como homem aberto, e falou mais, Sr. Presidente, que é necessário, quem tem voto que se manifeste aqui. Eu quero, portanto, fazendo apelo ao sentido liberal e democrático de V. Ex.<sup>a</sup> que acate a sugestão feita pelo Constituinte Pimenta da Veiga, porque, se aqueles que defendem 5 ou 6 anos considerarem inconveniente que derrubem a inversão da pauta, mas que decidamos aqui pelo voto, e não por uma decisão solitária da Presidência a inversão da pauta. Que respeitemos a lógica, ou, pelo menos, que o Plenário decida o que ele quer votar em primeiro lugar, e que não seja uma decisão isolada.

Considero que o parecer do Relator Bernardo Cabral foi razoável, racional, equilibrado e democrático. Peço, portanto, a V. Ex.<sup>a</sup> uma decisão que atenda às aspirações do Plenário.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – V. Ex.<sup>a</sup> tem a palavra, pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – V. Ex.<sup>a</sup> recebeu, como um acordo de Lideranças, a seqüência dos trabalhos a ser executada. Seqüência contra a qual, até agora, somente eu me insurgi e fui várias vezes batido em sucessivas questões de ordem, inclusive disse ao Presidente Afonso Arinos que, pela decisão dele, eu passava a acatá-la, e ele decidiu que a seqüência seria a do acordo de Lideranças. Seguindo o acordo de Lideranças, V. Ex.<sup>a</sup> colocou a votação da preferência do destaque, que está sendo no curso da votação. Ninguém se lembrou de questionar no momento correto, que seria o da votação da preferência. A preferência foi posta em votação, foi votada, foi aprovada, ninguém questionou. Iniciou-se o processo de votação. Os oradores começaram a se suceder na tribuna contra e a favor. Quando chega já no fim, na fase da votação, é que despertam os que são a favor do outro destaque, da inoportunidade e, também, da intempestividade. O protesto deveria ter surgido no momento em que a preferência foi votada. Uma vez votada a preferência, o Plenário decidiu pelo início da votação do destaque. V. Ex.<sup>a</sup> não tem condições regimentais e nem de praxe Parlamentar de suspender um destaque que está em processo de votação, na fase final do processo, e colocar em votação outra preferência de outro destaque. De modo que a única coisa que a praxe Parlamentar, quando não seja o regimento, quando não sejam as questões relativas às decisões da Liderança mas, pelo menos, a praxe Parlamentar, que é a norma mais fundamental dos nossos trabalhos; não se interrompe um processo de votação, para ficar sobrestado e colocar a preferência de outro diferente. Só compete a V. Ex.<sup>a</sup> concluir a votação que V. Ex.<sup>a</sup> iniciou. Deveria ser discutido antes do início

da votação, no momento em que V. Ex.<sup>a</sup> pediu a preferência. Aí, sim, as questões de ordem deveriam ter sido feitas. Elas ficaram todas intempestivas.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Eu gostaria de pedir a atenção do Plenário para uns esclarecimentos complementares.

Nenhum Presidente, nenhum de nós, nem o Presidente Afonso Arinos, nem os outros companheiros de Mesa nem eu tomamos decisões pessoais a respeito do processamento das preferências. Nós temos aqui dois requerimentos de preferência, assinados exatamente pelas mesmas Lideranças. Um requerimento de preferência, pedindo apresentando, requerendo para a emenda do Constituinte Nelson Carneiro, assinado pelos Constituintes Euclides Scalco, pelo PMDB; Roberto Freire, pelo PCB, e pelo Constituinte Haroldo Lima, do PC do B. As mesmas Lideranças também apoiaram o requerimento do Constituinte Nelson Wedekin para a preferência de 4 anos. Só que essas preferências foram votadas por ordem de apresentação e o Presidente recebeu a do Constituinte Nelson Carneiro em primeiro lugar. Todavia, nós iniciamos o processo de votação. O que eu posso fazer é consultar o Constituinte Nelson Carneiro se concorda com a inversão da ordem. Se concordar, eu adotarei, porque a Mesa não tem ponto de vista pessoal.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – Sr. Presidente, o nobre Relator Bernardo Cabral entregou a V. Ex.<sup>a</sup> a decisão do caso. Como autor do destaque, quero dizer a V. Ex.<sup>a</sup> que, se a Mesa resolver inverter a ordem eu contra isso não me insurgirei, porque o meu voto é conhecido.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Eu vou passar a Presidência ao nobre Constituinte Afonso Arinos para que com a sua experiência, com a sua serenidade e a sua sapiência decida a respeito de uma questão que, a meu ver, está sendo inutilmente protelada.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Srs. Constituintes, nós temos já conhecimento factual bastante satisfatório das ocorrências que se deram e que devem preceder à votação. Pessoalmente, eu compreendi muito bem a questão de ordem do nobre Líder Carlos Sant'Anna; compreendi, acompanhei e pude examinar quantas razões se acumularam na posição que S. Ex.<sup>a</sup> recomenda; acompanhei igualmente as sugestões de apresentação que tem a tese do mandato menor, dos 4 anos – que foram aqui suficientemente justificadas e explicadas.

O que me ocorre dizer, em primeiro lugar, é que a questão não se reveste de nenhuma dificuldade insuperável, de nenhuma dramaticidade indesejável. Ela é uma ocorrência que se verifica, regimentalmente, em muitas assembleias, movidas pelo calor, pelo entusiasmo, pela pujança, pela sinceridade dos grupos que aqui estão atuando.

O velho Presidente, que tem assistido a tempestades mais ameaçadoras, no decurso de sua vida parlamentar, principalmente àquelas que envolveram o desaparecimento de um Chefe de Estado por suicídio, o que representa um paroxismo de dramaticidade, não se emociona muito, não se perturba muito com o que está ocorrendo; acha natural, acha até louvável, porque responde a todas as insinuações e críticas que se fazem contra nós, dizendo que nós vivemos uma atmosfera de estagnação, de imobilidade. Aqui tudo é vida, aqui tudo é movimento, aqui tudo é sofrimento, aqui tudo é esperança.

Sou levado, vou dar a razão – não me contestem, porque vou fazer isso – eu sou levado a adotar uma prioridade puramente cronológica e colocar, em primeiro lugar, uma das alternativas e, em segundo lugar, a segunda alternativa. Por que sou levado? Então, aqui, eu falo com o coração aberto. Sou levado porque o Presidente José Sarney, em certa ocasião, de maneira muito peremptória, declarou que a sua interpretação e a sua preferên-

cia era para um mandato de 5 anos. Isso foi sua Excelência quem declarou. Foi o Presidente que disse isso. Isso me leva, conseqüentemente, como amigo do Presidente Sarney e como partidário pessoal desta solução, a pô-la em votação. Depois disso, imediatamente, se ela for derrotada, eu ponho a outra. Por que as razões de briga? Por que as razões de suspensão? Obedeço ao meu sentimento de solidariedade para com o Presidente José Sarney. Esta é a razão que eu tenho. Não há outra razão de natureza jurídica, de natureza regimental ou de praxe parlamentar. É uma razão puramente sentimental. Ponho, em primeiro lugar, a opção do Presidente José Sarney: cinco anos. Depois colocarei a outra, se esta for derrotada.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem a palavra, pela ordem, o Sr. Constituinte Paulo Ramos.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – Acredite que V. Ex.<sup>a</sup> labora num equívoco, no mesmo equívoco cometido por ocasião da jornada de trabalho. Era V. Ex.<sup>a</sup> mesmo quem presidia a sessão. V. Ex.<sup>a</sup> colocou primeiro a jornada de trabalho de 44 horas e existia, também igual compromisso de depois colocar a jornada de 42. Só que, depois, a jornada de trabalho não foi colocada. Ontem, foi votada também uma preferência do sistema eleitoral de autoria do Constituinte Enoc Vieira. A preferência foi votada e depois foi decidida outra coisa. Então não pode V. Ex.<sup>a</sup>, com todo o respeito que V. Ex.<sup>a</sup> merece desta Casa, invocar a amizade ou o respeito pessoal ao Presidente da República porque esta matéria não pode, influir no trabalho da Assembléia Nacional Constituinte. Não é a amizade pessoal, não é a estima pessoal, que eu tenho certeza o Presidente José Sarney goza de todos o Constituintes igual estima. V. Ex.<sup>a</sup>, nesta Casa, não estima mais ou menos o Presidente da República quanto qualquer outro. E não é a figura do Presidente da República que está em julgamento neste momento. É preciso, se levar em consideração que o momento é muito sério, muito grave, e não são questões pessoais nem de amizade pessoal que podem influir na decisão. Precisamos levar em consideração que a votação não se pode dar em ordem cronológica.

O mérito da matéria impõe uma ordem de número Primeiro, o de quatro anos, em sendo rejeitado o de cinco. Em sendo rejeitado, prevalece o de seis, no substitutivo. Não pode agora, em função da gravidade da situação, por manobra. É preciso ser dito que isto aqui está se transformando numa Casa de manobras, e nós não estamos aqui, com a representação popular, para ficarmos sendo tratados como crianças e, às vezes, como moleques! Não podemos permitir! Isto é um abuso! Estamos aqui para assumir a responsabilidade que temos.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Responderei a V. Ex.<sup>a</sup> V. Ex.<sup>a</sup> não pode me dizer aquilo que eu posso. V. Ex.<sup>a</sup> não pode se dirigir a mim dizendo "não pode fazer, não pode fazer". Não aceito. Ninguém me diz isso. V. Ex.<sup>a</sup> está repetindo o que aconteceu comigo no dia em que fui eleito Presidente desta Comissão e que se desmandou naquela sessão, lá embaixo, no Auditório Nereu Ramos, dizendo o que eu não podia. Estou aqui presidindo e V. Ex.<sup>a</sup> se tornou meu amigo. De maneira que espero que V. Ex.<sup>a</sup> se esqueça das outras vezes que tem me dito "não pode" e continue meu amigo.

**O SR. CONSTITUINTE LUIZ SALOMÃO:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Em votação mandato por cinco anos.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ COSTA:** – Sr. Presidente, pela ordem.



**O SR. PRESIDENTE (AFONSO ARINOS):** – Não há mais questões de ordem.

Em votação.

**A SRA. CONSTITUINTE ABIGAIL FEITOSA:** – Sr. Presidente, não tem lógica votar primeiro os cinco anos na frente dos outros anos. A lógica, o bom senso, é começar pela de seis ou de quatro anos. A de cinco anos é um absurdo e isto aqui não é teatro de absurdos! Esta é uma Casa de lógica! É uma manobra que rejeito e quero que fique registrado o meu protesto!

**O SR. CONSTITUINTE LUIZ SALOMÃO:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Não dou a palavra pela ordem no momento. A Presidência solicita aos Srs. Constituintes que tomem os seus lugares, a fim de iniciar a votação pelo sistema eletrônico.

**O SR. CONSTITUINTE LUIZ SALOMÃO:** – Sr. Presidente, pela ordem, para um pedido de esclarecimento, a fim de que possamos votar conscientemente.

Entendo que, sendo aprovada esta emenda, as outras estarão prejudicadas, inclusive a que propõe os quatro anos de mandato. Este o entendimento de V. Ex.?

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – É evidente.

**O SR. CONSTITUINTE LUIZ SALOMÃO:** – Entendi de V. Ex.<sup>a</sup> que, quando justificou que colocasse em primeiro lugar a proposta dos cinco anos...

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Não está prejudicada, porque é o plano de quatro anos. Se essa for derrotada, colocarei em votação a emenda de quatro anos. Foi o que eu disse.

**O SR. CONSTITUINTE LUIZ SALOMÃO:** – Se essa proposta de cinco anos for aprovada, a de quatro estará prejudicada.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Se for aprovada a emenda de cinco anos, neste caso, sim.

**O SR. CONSTITUINTE LUIZ SALOMÃO:** – Exatamente. A proposta de quatro anos está aprovada? Entendi V. Ex.<sup>a</sup> dizer...

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – É evidente, é indiscutível que está prejudicada.

**O SR. CONSTITUINTE LUIZ SALOMÃO:** – V. Ex.<sup>a</sup> disse isso, Sr. Presidente. Talvez por equívoco, emocionado pela amizade de V. Ex.<sup>a</sup> com o Sr. Presidente da República, V. Ex.<sup>a</sup> disse isso.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Peço desculpas a V. Ex.<sup>a</sup>. Está prejudicada a outra emenda.

Passemos à votação.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Alfredo Campos, Almir Gabriel, Aluizio Campos, Antônio Britto, Artur da Távola, Carlos Sant'Anna, Celso Dourado, Cid Carvalho, Egídio Ferreira Lima, Francisco Pinto, Ibsen Pinheiro, João Calmon, José Fogaça, José Geraldo, José Richa, José Serra, José Ulisses de Oliveira, Manoel Moreira, Mário Lima, Milton Reis, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nilson Gibson, Oswaldo Lima Filho, Pimenta da Veiga, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Rodrigues Palma, Virgildásio de Senna, Wilson Martins, Délio Braz, Israel Pinheiro, José Costa, Afonso Arinos, Alcení Guerra, Aloysio Chaves, Antonio Carlos Mendes Thame, Arnaldo Prieto, Carlos Chiarelli, Eraldo Tinoco, Inocêncio Oliveira, José Jorge, José Lins, José Thomaz Nonô, Luis Eduardo, Marcondes Gadelha, Mário Assad, Oscar Corrêa, Osvaldo Coelho, Paulo Pimentel, Ricardo Fiúza, Sandra Cavalcanti,

Jofran Frejat, Jonas Pinheiro, Paes Landim, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia, Virgílio Távora, Adylson Motta, Adolfo Oliveira e Antonio Faria. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Bernardo Cabral, Carlos Mosconi, Cristina Tavares, Fernando Lyra, Haroldo Sabóia, João Herrmann Neto, José Ignácio Ferreira, José Paulo Bisol, Nelson Friedrich, Paulo Ramos, Severo Gomes, Octávio Elísio, Uldorico Pinto, Edme Tavares, Enoc Vieira, Brandão Monteiro, Lysâneas Maciel, Bocayuva Cunha, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Siqueira Campos, Haroldo Lima, Roberto Freire e Jamil Haddad. **ABSTEVE-SE** de votar o Senhor Constituinte Ademir Andrade.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 63 Constituintes; votaram NÃO 29 Constituintes; ABSTEVE-SE de votar 1 Constituinte. Total: 92 votos. O Destaque foi **aprovado**.

Passa-se à apreciação do Requerimento de Preferência para a votação do Destaque nº 2495-87, relativo a Emenda nº 20953-1, art. 89, do nobre Constituinte Nelson Wedekin.

A Emenda está prejudicada, porque prevê um mandato de quatro anos.

**Destaque nº 7329-87 – Emenda nº ES-26907-1 (em parte) do Sr. Nelson Carneiro, "que Substitui o Título V, do Substitutivo nº 1 (substitui o art. 90 do Substitutivo nº 2 pelo art. 114 da referida Emenda)". (313ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Requerimento de Preferência nos termos regimentais, para votação de Destaque nº 7329-87, de autoria do nobre Constituinte Nelson Carneiro, referente à Emenda nº 26907-1.

Em votação a preferência.

Os Srs. Constituintes que o aprovam queiram permanecer sentados. **(Pausa)**

Está aprovado.

É a seguinte a Emenda aprovada:

"Título do Poder Executivo – Ocorrendo a vacância do cargo de Presidente da República, far-se-á eleição no prazo de 45 dias contados da data de declaração – que quer dizer da declaração da vacância –" iniciando a eleição um novo mandato."

Tem a palavra o autor do Destaque, o nobre Constituinte Nelson Carneiro.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

O texto Bernardo Cabral II, declara que se a vacância ocorrer na segunda metade do período presidencial, a eleição será feita pelo Congresso Nacional, até 30 dias após declarado o cargo vago.

A emenda, já que estamos aprovando uma emenda parlamentarista, diz o contrário: "a qualquer hora, a qualquer momento que ocorrer vacância do cargo será feita uma nova eleição popular para o novo mandato integral".

É somente isso. Não há, portanto, como rejeitar esta emenda. Somente isso.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Com a palavra o nobre Constituinte José Lourenço, para encaminhar contra. **(Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup> está ausente.

Tem a palavra o nobre Constituinte José Genoíno, para se manifestar contrariamente. **(Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup> desiste da palavra.

Com a palavra o Sr. Relato.

**O SR. CONSTITUINTE CHAGAS RODRIGUES:** – Sr. Presidente, pela ordem, para um esclarecimento.

Se fosse aprovada a emenda estariam prejudicados os § 1º e o 2º

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

A indagação do Constituinte Chagas Rodrigues tem absoluta procedência. A Relatoria quer dizer que acolhe a emenda Nelson Carneiro e é pela sua aprovação.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Solicito aos Srs. Constituintes que ocupem os seus lugares para darmos início a votação.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Não tendo havido registro da votação e supondo que haja alguma dificuldade no funcionamento, vou refazer a votação.

Vai-se proceder à nova votação.

Haverá, aqui, uma providência de natureza técnica.

### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Alfredo Campos, Almir Gabriel, Aluizio Campos, Antonio Britto, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Celso Dourado, Egídio Ferreira Lima, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, Ibsen Pinheiro, João Calmon, José Fogaça, José Geraldo, José Ignácio Ferreira, José Paulo Bisol, José Serra, José Ulisses de Oliveira, Manoel Moreira, Mário Lima, Milton Reis, Nelson Carneiro, Nelson Friedrich, Nilson Gibson, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Rodrigues Palma, Sigmaringa Seixas, Virgildásio de Senna, Wilson Martins, Antonio Mariz, Chagas Rodrigues, Daso Coimbra, Délio Braz, Israel Pinheiro, Jorge Hage, Manuel Viana, Octávio Elísio, Rose de Freitas, Vilson Souza, Afonso Arinos, Alceni Guerra, Aloysio Chaves, Antonio Carlos Mendes Thame, Arnaldo Prieto, Carlos Chiarelli, Edme Tavares, Eraldo Tinoco, José Jorge, José Lins, José Thomaz Nonô, Mário Assad, Paulo Pimentel, Ricardo Fiuza, Sandra Cavalcanti, Jofran Frejat, Jonas Pinheiro, José Tinoco, Mozarildo Cavalcanti, Valmir Campeio, Antonio Carlos Konder Reis, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia, Virgílio Távora, Adylson Motta, Bonifácio de Andrada, Lysâneas Maciel, Bocayuva Cunha, Luiz Salomão, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Plínio Arruda Sampaio, José Genoíno, Adolfo Oliveira, José Maria Eymael, Haroldo Lima, Roberto Freire e Jamil Haddad. Votaram **NÃO** os Senhores Constituintes Cristina Tavares, João Herrmann Neto e Luís Eduardo.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 86 Constituintes; votaram NÃO 3 Constituintes. Total: 89 votos. O Destaque foi **aprovado**.

**Destaque nº 007328-87 – Emenda nº ES-26907-1, do Sr. Nelson Carneiro, "que Substitui o Título V do Substitutivo nº 1 (Substitui o art. 91 incisos I a XIX e XXIII a XXV do Substitutivo nº 2 pelo art. 115 "caput" e incisos I a XIX e XXII a XXIV da referida Emenda)". (314ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Requerimento de Preferência para votação do Destaque nº 7328-87, de

autoria do nobre Constituinte Nelson Carneiro, relativo à Emenda nº 26907-1.

Em votação a preferência.

Os Srs. Constituintes que aprovam, queiram permanecer sentados. **(Pausa)**

Aprovada.

**O Sr. Afonso Arinos**, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. **Fernando Henrique Cardoso**, Quarto Vice-Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Para encaminhar favoravelmente, dou a palavra ao Constituinte José Serra.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ SERRA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, incumbiu-me o Constituinte Nelson Carneiro, de defender a sua emenda ao Projeto original do Relator, que se refere ao conjunto de atribuições do Presidente da República.

Na verdade, as alterações que aqui se apresentam são bastante pequenas e a semelhança com o Projeto do Relator – refiro-me ao art. 91 – é bastante significativa.

É importante entender que neste artigo que define as atribuições do Presidente da República, se esboça, de alguma maneira, o estilo e as características do que será o novo regime parlamentarista no Brasil. Não se trata, como disseram alguns – a nosso ver equivocadamente – de dar ao Presidente da República funções meramente ornamentais ou decorativas. Inclusive, não se trata de esgotar as funções do Presidente da República, as funções exclusivas de poder moderador. Vemos aqui que, efetivamente, o Chefe de Estado terá atribuições que lhe permitirão exercer um papel absolutamente fundamental, dentro da condução do processo político e de desenvolvimento do País. Inclusive, – apenas a título de exemplo – cabe mencionar, por exemplo, a atribuição do Presidente da República de sancionar, promulgar e fazer publicar as leis e de vetar projeto de lei, parcial ou totalmente, ou solicitar, inclusive, a sua reconsideração ao Congresso Nacional.

Na verdade, com este modelo de parlamentarismo, nos aproximamos muito mais daquele que é vigente nos países da Europa Ocidental, como na França ou Portugal. Isso é muito importante deixar claro, inclusive por que rebate parcialmente restrições que foram aqui feitas à implementação do parlamentarismo, uma vez que teríamos um Presidente da República eleito, provavelmente, por mais de quarenta milhões de votos, dada a condição da maioria absoluta e que seria despedido de poderes e com isso, criaríamos uma contradição permanente entre o Chefe do Estado, o Chefe do Governo – o 1º-Ministro – e o conjunto do Ministério.

Na verdade, por essas características a Presidência da República representará uma função crucial, dentro do processo político e de desenvolvimento do País.

Quero também dizer a propósito do encaminhamento desta emenda, que já vai, de alguma maneira, configurando o novo parlamentarismo, que para nós, do PMDB, e estou certo de que para muitos outros integrantes de outros partidos que apoiaram a introdução do parlamentarismo em nosso País, não vemos este regime como uma panacéia para os problemas brasileiros. Vários dos que aqui estiveram atribuíram esta intenção ou atribuíram esta idéia àqueles que defendem o parlamentarismo, e é muito importante que fique consignado aqui, que esta idéia é equivocada e esta atribuição também. Não será através do parlamentarismo que iremos resolver, por ele próprio, os problemas do nosso desenvolvimento, da justiça social, ou mesmo da governabilidade do País. Estamos apenas procurando um regime político que crie condições, que aumente as possibilidades, que facilite o processo de mudanças em nosso País; o processo de desenvolvimento, o pro-

cesso de consecução da justiça social entre nós, enfim, um regime que nos ajude a levar nosso País àquele destino que todos desejamos. Não se trata em absoluto de uma panacéia e isto é preciso que fique muito claro, até para os próprios parlamentaristas. Não será com o novo regime que os problemas brasileiros ficarão resolvidos, apenas teremos mais condições para enfrentar estes problemas e acreditamos que o parlamentarismo é o melhor caminho para isso.

Acho que a questão essencial do parlamentarismo, no Brasil, é permitir ensejar uma participação responsável do Parlamento no processo de decisões em nosso País.

O Parlamento tem estado marginalizado do processo, não apenas dentro do contexto do regime autoritário, mas dentro do próprio regime presidencialista. Há um verdadeiro abismo entre as coisas que são feitas e decididas no Brasil e a capacidade de discussão e de interferência do Parlamento dentro desse processo.

Por outro lado, seria um equívoco, na busca dessa maior participação, castrarmos o Parlamento, o Poder Executivo, dentro do presidencialismo.

Houve aqui uma emenda presidencialista apresentada e defendida pelo Constituinte Brandão Monteiro, que atribuía ao Parlamento, inclusive, o poder de censurar dirigentes de órgãos, autarquias, empresas públicas, empresas de economia mista, e até integrantes da magistratura e do Ministério Público.

Essa seria uma forma, na verdade, de amarrar o Poder Executivo. Ao Parlamento não cabe substituir o Poder Executivo. O que o Parlamento tem que fazer é aprovar a discutir as políticas que vão ser implementadas e, se isso for necessário, se assim entender, promover a mudança dessas políticas.

Este é o caminho para a participação responsável do Parlamento na condução dos destinos do País. Inclusive, acredito, estou convencido de que, dentro de um regime parlamentarista, é que vamos poder ter um Executivo forte não forte do ponto de vista de repressão social, mas forte do ponto de vista da capacidade para executar políticas que serão discutidas e aprovadas por uma maioria dentro do parlamento. Vejo, inclusive, com uma condição de eficiência para que possamos perseguir os objetivos de democracia e de desenvolvimento, que são os objetivos da grande maioria, os objetivos consensuais desta Casa e deste processo Constituinte.

Muito obrigado.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Sr. Presidente, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Pois não, Constituinte.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Gostaria, Sr. Presidente, que V. Ex.<sup>a</sup> me fornecesse uma informação e para que eu pudesse orientar o meu encaminhamento. Nós não temos a emenda aqui, porque ela é um destaque complexo. São vários destaques para a mesma emenda. Quero que V. Ex.<sup>a</sup> me esclareça se cabe ao Presidente da República o direito de veto. Há esse registro na emenda?

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – Sr. Presidente, se V. Ex.<sup>a</sup> me permitir, gostaria de, como Relator, esclarecer ao nobre Constituinte.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Pois não!

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – Cabe ao Presidente da República o direito de veto e isso já está no texto do Substitutivo nº II. A Emenda Nelson Carneiro apenas acrescenta.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Nobre Constituinte José Genoíno, V. Ex.<sup>a</sup> está inscrito para falar contra. Diante da explicação, V. Ex.<sup>a</sup> desiste de falar contra e falar a favor, ou não fala?

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Estou animado a falar contra.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Com a palavra o nobre Constituinte José Genoíno, para animar os debates.

**O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE:** – Sr. Presidente, este artigo, o de nº 91, tem 22 itens e 2 parágrafos.

Gostaria de saber o que é exatamente que o Constituinte Nelson Carneiro está propondo. É substituir item por item? Precisamos ter consciência do que estamos votando.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON JOBIM:** – Sr. Presidente, perguntaria à Mesa se, autorizado pelo Constituinte Nelson Carneiro, posso informar, claramente, o que está sendo proposto.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Tenho o texto aqui e se V. Ex.<sup>a</sup> me permitir, lerei na forma da emenda, isto é, como ficaria. **(Pausa):**

## SEÇÃO II

### Das atribuições do Presidente da República

Art. 91. Compete ao Presidente da República, na forma e nos limites da Constituição:  
NC 115, cap.

I – nomear e exonerar o Primeiro-Ministro e, por proposta deste, os Ministros de Estado;

II – nomear, após aprovação pelo Senado Federal, os ministros do Supremo Tribunal Federal, do Tribunal de Contas da União, dos Tribunais Superiores, os Chefes de Missão Diplomática de caráter permanente, os Governadores de Territórios, o Procurador-Geral da República, o Presidente e os Diretores do Banco Central;

III – nomear os juízes dos Tribunais Federais e o Procurador-Geral da União;

IV – convocar extraordinariamente o Congresso Nacional;

V – dissolver, ouvido o Conselho da República e nos casos previstos na Constituição, a Câmara dos Deputados e convocar eleições extraordinárias;

VI – iniciar o processo legislativo conforme previsto na Constituição;

VII – sancionar, promulgar e fazer publicar as leis;

VIII – vetar projeto de lei, parcial ou totalmente, ou solicitar a sua reconsideração ao Congresso Nacional;

IX – convocar e presidir o Conselho da República e indicar dois de seus membros;

X – manter relações com os Estados estrangeiros e acreditar seus representantes diplomáticos;

XI – convocar e presidir o Conselho de Defesa Nacional;

XII – celebrar tratados, convenções e atos internacionais, com o referendo do Congresso Nacional;

XIII – declarar guerra, no caso de agressão estrangeira, autorizado pelo Congresso Nacional ou **ad referendum** dele, quando ocorrida no intervalo das sessões legislativas, e, nas mesmas condições, decretar, total ou parcialmente, a mobilização nacional;

XIV – celebrar a paz com autorização ou **ad referendum** do Congresso Nacional;

XV – permitir, com autorização do Congresso Nacional, que forças estrangeiras aliadas transitem pelo Território Nacional ou, por motivo de guerra, nele permaneçam temporariamente, sempre sobre o comando da autoridade brasileira;

XVI – exercer o comando supremo das Forças Armadas, nomear seus comandantes e prover os postos de oficiais-generais;

XVII – autorizar brasileiro a aceitar pensão, emprego ou comissão de governo estrangeiro;

XVIII – proferir mensagem perante o Congresso Nacional, por ocasião da abertura da sessão legislativa;

XIX – enviar mensagem ao Congresso Nacional, ou a qualquer de suas Casas;

XXIII – conferir condecorações e distinções honoríficas;

XXIV – conceder indulto ou graça;

XXV – exercer outras atribuições previstas na Constituição.

E permanecendo na íntegra os incisos XVII, XVIII, XIX e XXV, do art. 91, bem como os seus §§ 1º e 2º (**Pausa**)

Estando V. Ex.<sup>as</sup> bem esclarecidos quanto às funções aqui delegadas ao Presidente, dou a palavra ao Constituinte José Genoíno, que vai encaminhar contra.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOINO:** – Serei breve, Sr. Presidente. E é importante que esta Casa, no debate sobre o sistema de governo, clarifique perante a sociedade a natureza do sistema de governo que estamos aprovando – parlamentarismo – e contra o qual me bato desde manhã.

Acho importante, e o nobre Constituinte José Serra trouxe uma contribuição importante aqui, discordando da opinião de S. Ex.<sup>a</sup>, em que ele desmistifica, defendendo aqui, contribuindo para desmistificar a opinião pública. Na verdade, qual é o núcleo central de um parlamentarismo aprovado pela Assembléia Nacional Constituinte? – É um parlamentarismo – e chamo a atenção dos parlamentaristas, principalmente aqueles que levantaram a grande virada histórica; que tem um corte presidencialista centralizador muito grande. E o argumento a favor do parlamentarismo, de que era a descentralização, a democratização, a grande virada, não está em consonância com essas funções aqui. E chamo ainda a atenção dos Srs. Constituintes para a divergência, situada agora neste debate, e aí se diz para a população, que estamos aprovando um parlamentarismo-presidencialista. Porque – olhem bem! – é verdade que o que consta na emenda está no texto, e isto é errado. Como é necessário o Estado centralizado, nas condições modernas do capitalismo – e se tem que dizer isto – como é necessário que o Chefe de Estado não seja uma Rainha da Inglaterra, portanto, o poder não vem para o Parlamento. Vamos acabar com essa bobagem, o poder continua na mão do Chefe de Estado. Está aqui o poder de vetar projeto de lei, parcial ou totalmente, ou solicitar a sua reconsideração, decretar o estado de defesa. E chamo a atenção, o estado de defesa é uma medida abrangente que não diz respeito apenas às funções nobres e solenes do Estado acima das classes e dos Partidos. Não! O estado de defesa, no Substitutivo – e nós temos proposta de supressão, – é abrangente, ele se propõe a resolver, inclusive, conflitos internos, que, sob a ótica da subjetividade presidencial no parlamentarismo, justifica a intervenção direta de convocação de forças militares a níveis estadual e federal.

Com relação às condições de intervenção federal – que compete ao Presidente da República, no Substitutivo parlamentarista – é outro exemplo. A intervenção federal diz respeito a problemas políticos da atuação do

Parlamento, no caso do Primeiro-Ministro. Estou fazendo esta intervenção aqui, e vou votar contra, exatamente para deixar claro que estamos aprovando um parlamentarismo que mantém a centralização do Poder, que mantém funções centralizadoras verticalizadas do Presidente da República. E isso precisa ser dito, para que a população brasileira entenda, que somos a favor do parlamentarismo mas, estamos aprovando isto aqui. (**O Sr. Presidente faz soar a campainha**) Por isso, Sr. Presidente, nas atribuições do Presidente da República, no parlamentarismo, fica muito claro que é um parlamentarismo-presidencialista, centralizador, verticalizado, que estamos aprovando aqui.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Há um outro orador inscrito, para encaminhar favoravelmente, que é o Constituinte Oswaldo Lima Filho.

Deseja V. Ex.<sup>a</sup> encaminhar?

Tem a palavra o nobre Constituinte Oswaldo Lima Filho.

**O SR. CONSTITUINTE OSWALDO LIMA FILHO:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, sinto-me no dever de vir à tribuna discutir uma das principais emendas que instituem o regime parlamentar de Governo, não para converter ninguém. Esta Comissão de Sistematização já ouviu, pela manhã, um dos mais altos, mais lúcidos e mais convincentes discursos que já ouvi ao longo de 30 anos de atividade parlamentar, aquele proferido pelo eminente Senador Afonso Arinos, coroado pelos aplausos da Casa. E, mesmo porque sempre tenho presente no meu espírito a opinião de um dos grandes parlamentares franceses e homem público que foi Thiers ao dizer "os discursos podem modificar as opiniões, mas não modificam os votos". E os votos foram expressos, de forma esmagadora, quando 57 membros da Comissão de Sistematização votaram pela rejeição do sistema parlamentar e, em sucessivas votações, se manifestaram pela adoção do regime parlamentar, e pela rejeição do sistema presidencial, que há 98 anos infelicitou o povo brasileiro. Mas quero, principalmente, responder às objeções formuladas por três ilustres companheiros de representação. Os nobres representantes Srs. Constituintes Luiz Inácio Lula da Silva, o meu prezado amigo o nobre Constituinte e Líder Brandão Monteiro e, também, o ilustre professor de História e nobre representante José Genoíno.

Estou certo de que aqueles que votaram pela instituição do regime parlamentar não têm nem poderiam ter nenhuma imagem de uma reforma mirífica, de uma reforma mágica que fosse transformar com uma varinha de condão os problemas da estrutura social que dominam a vida, do povo brasileiro. Estou muito consciente, e sempre estive, que os mais graves problemas que afligem o povo brasileiro – aqui também o disse com muita segurança o nobre Constituinte José Serra – estão na excessiva concentração da propriedade territorial que impede há mais de 160 anos a realização de uma reforma agrária e que mantém, hoje, em regime de pobreza absoluta 40 milhões de brasileiros. Estou convencido de que não será possível retirar da pobreza absoluta, do grau de dívida social, onde jaz a maioria do povo brasileiro, esses milhões de parias, sem que se reforme a estrutura agrária e a concentração da riqueza e da renda nacionais. Esta riqueza fez com que, ainda há pouco, o ilustre pesquisador da Fundação Getúlio Vargas denunciasses que as instituições financeiras já arrecadam uma participação superior a 12% da renda nacional, do Produto Interno Bruto, e que a participação dessas instituições financeiras já é superior à participação da agricultura. São assim os banqueiros, são assim os latifundiários, é assim o capital estrangeiro, que mantém o Brasil, não apenas como a oitava potência industrial do mundo, mas também como aquela que está colocada nos mais baixos índices sociais, do ponto de vista de saúde, educação, habitação.

Também estou convencido de que este é, ao mesmo tempo, o resultado do regime presidencial, porque é o Presidente da República que, cercado pelas forças do grande capital, cercado pelas forças militares, ligadas a essa burguesia dominante, impedem as grandes reformas sociais no Brasil. A prova disso é que quando os Presidentes tentaram alterar essa fisionomia foram depostos por essa aliança de banqueiros, de latifundiários e das Forças Armadas.

O regime parlamentar é, por excelência, o regime responsável; é uma forma moderna e civilizada de governo (**O Sr. Presidente faz soar a campainha.**)

Vou concluir, Sr. Presidente, citando V. Ex.<sup>a</sup> Em uma das reuniões em que nós, parlamentaristas, firmamos a nossa estratégia definitiva, o ilustre Professor da Universidade de São Paulo que, hoje, preside os nossos trabalhos, o mestre Fernando Henrique Cardoso, dizia que, sobretudo o regime parlamentar que iríamos instituir seria uma forma de ocidentalizar a política brasileira. Neste dia e nesta hora estamos saindo da condição de republiqueta latino-americana para nos igualarmos às grandes nações civilizadas. (**Palmas**)

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – O Constituinte José Lourenço está inscrito para falar contra, mas S. Ex.<sup>a</sup> se encontra ausente. Tem a palavra então, o Constituinte Ademir Andrade. V. Ex.<sup>a</sup> falará contra?

**O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, entendo que essa emenda é muito ampla, muda inúmeros itens desse artigo; gostaria de manifestar minha discordância em alguns deles. Preferiria que fosse mantido o texto e que, no Plenário, fossem feitas as adaptações necessárias, que melhorassem o texto.

No nosso entendimento, essa emenda, com relação à questão da decretação do estado de sítio, amplia os poderes do Presidente da República, porque ele decreta o estado de sítio sem nenhuma consulta e, depois, então, o submete ao entendimento do Congresso Nacional.

Outra questão, que também me manifesto contrariamente, é a exclusão do item 20 deste artigo, que diz: "determinar, ouvido o Conselho da República". Ora, só ouvido o Conselho da República, que sabemos que vamos transformá-lo em Conselho de Estado, que é um conselho amplo, que tem tarefas extremamente responsáveis, e que só após ser ele ouvido o Presidente da República poderia solicitar a realização de um referendo sobre proposta de emenda constitucional e projetos de lei.

Sou amplamente favorável ao referendo. Acho que temos as condições de ouvir a população brasileira sobre qualquer questão, até sobre a do parlamentarismo. Portanto, sou contrário, em parte, à emenda, por essa razão. Fiz meu encaminhamento, e agora ouvirei o Relator, com muita atenção.

**O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA:** – Sr. Presidente, para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Pois não.

**O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA:** – Diante da intervenção do Constituinte Ademir Andrade, que foi quase um encaminhamento de votação...

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Foi contra, foi um encaminhamento contra. S. Ex.<sup>a</sup> estava com a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA:** – Eu gostaria de esclarecer apenas, então, em questão de ordem, ainda mais precedente, que não há na emenda que está sendo apreciada, não há referência a estado de sítio.

S. Ex.<sup>a</sup> está com um texto diferente da emenda que está sendo votada.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Sr. Presidente, para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Tem a palavra o Constituinte José Genoíno.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Esta questão de ordem é importante, inclusive para o pronunciamento do Relator. Nas atribuições do Presidente da República há, por exemplo, a atribuição de decretar o estado de defesa; há a atribuição de ouvir o Conselho de Defesa Nacional e o Conselho da República. Essas matérias vão ser votadas basicamente, no caso do estado de defesa, no Título V, no caso do Conselho de Defesa Nacional parece que é a emenda seguinte. A possível aprovação dessas atribuições não prejudica a votação desta matéria global pela rejeição ou pela manutenção do estado de defesa, Conselho de Defesa Nacional, porque temos emendas supressivas globais a isso; não estamos fazendo agora para não fazer no varejo e sim no atacado, na questão central.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Não prejudica a votação.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Se for rejeitado lá, se adequaria ao seguinte.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Obviamente.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Tem a palavra o nobre Sr. Relator.

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – Sr. Presidente, Srs. Membros da Comissão de Sistematização...

**O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE:** – Sr. Presidente, eu gostaria que o Relator lesse o item 17 desta emenda, para esclarecimento do Plenário.

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – Atenderei ao pedido de V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – O Sr. Relator tem a palavra.

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – O item 17 diz: "Autorização de brasileiro aceitar pensão, emprego ou Comissão de governo estrangeiro". Na verdade a Emenda Nelson Carneiro é um bloco articulado dos diversos incisos que pertencem ao art. 91. Mas, as mudanças são muito pequenas em relação ao texto do Substitutivo nº 2. Uma das mudanças fundamentais é aquela que introduz a solicitação para que o Congresso Nacional reconsidere matéria aprovada, antes de exercer o poder de veto.

É neste sentido que gostaria de opor uma discordância à tese aqui levantada pelo nobre Constituinte José Genoíno, no sentido de que esse conjunto de atribuições do Presidente da República consiste numa extraordinária concentração de poder. Muito ao contrário. A Emenda Nelson Carneiro, que na verdade reproduz um trabalho articulado que vem desde a Subcomissão do Poder Executivo, e da Comissão de Organização de Poderes, relatada pelo nobre e inteligente Constituinte Egídio Ferreira Lima, a Emenda Nelson Carneiro, praticamente, coincide com o texto do Relatório Bernardo Cabral, com mudanças que, eu diria, são quase de técnica redacional, com pequenas alterações de ordem funcional ou em relação ao poder do Presidente da República. Mas, de qualquer sorte, o que está caracterizado é que o Chefe de Estado aqui é tão-somente um Chefe de Estado e não intervém nas questões de Governo, não exerce atos administrativos e não se imiscui nos problemas cotidianos do exercício do Poder Executivo.

Quero dizer ao Constituinte José Genoíno, que levantou a questão mais veemente contra esta Emenda, que o

direito de veto por parte do Presidente da República existe no Parlamentarismo francês, existe no Parlamentarismo português e acredito que V. Ex.<sup>a</sup> ainda esteja submetido ao vício e ao vício de um raciocínio que sempre fez debaixo de um regime autoritário. Realmente, debaixo de um regime autoritário, toda vez que se falava em veto do Presidente da República isto significava uma grave objeção à autonomia do Parlamento; mas aqui não. E esta lógica, esta coerência já está no Substitutivo nº 2, do Constituinte Bernardo Cabral.

O Presidente exerce o direito de veto como é tradição dos parlamentarismos onde ele é eleito pelo voto direto, mas este veto não é um veto autoritário, supremo e irrecorrível, como no tempo do regime autoritário, que só era derrubado por dois terços do voto do Congresso Nacional.

O Constituinte Bernardo Cabral já disse isso uma vez, que "estamos escrevendo uma Carta para o futuro e não para o passado".

Por isso, nobre Constituinte José Genoíno, para um presidente eleito pelo voto direto, que vai ser o árbitro das instituições, que falará em nome da Nação, o exercício do poder de veto, que poderá ser derrubado imediatamente pelo Parlamento, por uma simples maioria ao contrário...

Portanto, aqui nós temos o enxugamento, a limpeza e a definição clara das funções elevadas, importantes, cruciais do Chefe de Estado, mas apenas enquanto Chefe de Estado.

V. Ex.<sup>a</sup> verá que nas atribuições do primeiro-ministro ele é estritamente o Chefe de Governo.

A posição da Relatoria, neste caso, é favorável à emenda, porque ela mantém o espírito do Substitutivo II e acrescenta algumas alterações que, de certa forma, são quase emendas redacionais.

O parecer é favorável.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Com o parecer favorável do relator, passamos à votação.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Ademir Andrade, Alfredo Campos, Almir Gabriel, Antônio Britto, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Carlos Mosconi, Celso Dourado, Egidio Ferreira Lima, Fernando Henrique Cardoso, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, João Calmon, João Herrmann Neto, José Fogaça, José Paulo Bisol, José Serra, José Ulisses de Oliveira, Mário Lima, Milton Reis, Nelson Carneiro, Nelton Friedrich, Nilson Gibson, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Raimundo Bezerra, Rodrigues Palma, Sigmaringa Seixas, Virgildásio de Senna, Wilson Martins, Antonio Mariz, Chagas Rodrigues, Délio Braz, Israel Pinheiro, José Costa, Octávio Elísio, Rose de Freitas, Uldurico Pinto, Vilson Souza, Alcení Guerra, Aloysio Chaves, Antonio Carlos Mendes Thame, Arnaldo Prieto, Carlos Chiarelli, Edme Tavares, Eraldo Tinoco, Inocêncio Oliveira, José Lins, José Thomaz Nonô, Marcondes Gadelha, Mário Assad, Oscar Corrêa, Paulo Pimentel, Enoc Vieira, Jonas Pinheiro, José Tinoco, Antônio Carlos Konder Reis, Gerson Peres, José Luiz Maia, Adylson Motta, Bonifácio de Andrada, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Adolfo Oliveira, Siqueira Campos, Haroldo Lima, Jamil Haddad e Antonio Farias. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Cristina Tavares, Jorge Hage, José Lourenço, Jofran Frejat, José Maurício, Lysâneas Maciel, Bocayuva Cunha, Plínio Arruda Sampaio e José Genoíno. **ABSTIVERAM-SE DE VOTAR** os Senhores Constituintes: Luís Eduardo e Virgílio Távora.

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – Encerrada a votação.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 70 Constituintes; votaram NÃO 10 Constituintes; abstiveram-se de votar 2 Constituintes. Total: 82 votos. O destaque foi **aprovado**.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Foi aprovado o destaque.

Passamos, agora, à votação de outro destaque, do mesmo, que diz respeito à votação do inciso II do art. 116 da emenda, para a substituição do inciso II do art. 92, do Substitutivo 2. Passo a ler o que se trata:

**Destaque nº 7328-87 – Emenda nº ES-26907-1, do Sr. Nelson Carneiro, "que substitui o Título II do Substitutivo nº 1 (substitui o art. 92 do Substitutivo nº 2 pelo art. 116 inciso II da referida emenda)". (315ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Destaque nº 7328, do Senador Nelson Carneiro, pelo qual o inciso II do art. 92 passará a ter a seguinte redação:

"O sistema de Governo e o livre exercício dos poderes da União e dos Estados são da responsabilidade do Presidente da República."

Há alguém para falar? **(Pausa)**

**O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO BRITTO:** – Sr. Presidente, eu gostaria de um esclarecimento da Mesa. Pela planilha que tenho aqui, o destaque a ser votado é o 4790, referente à Emenda nº 32941, do Constituinte Egídio Ferreira Lima.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Srs. Constituintes, nós estamos votando os destaques por artigo, como foi decidido ontem. Então, são os arts. 94 e 95.

**O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA:** – Sim, Sr. Presidente, mas há pedidos de preferência que devem ser obedecidos.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Quero esclarecer que nós ainda estamos votando o art. 92, que é um pedido do Constituinte Nelson Carneiro. Nós aprovamos o art. 91. Agora, é o 92 e, depois, o 95, porque adotamos a praxe de votar artigo por artigo e não globalmente. V. Ex.<sup>as</sup> recriminaram a Mesa por ter feito a votação global. Desta vez, a votação não foi global.

**O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA:** – V. Ex.<sup>a</sup> poderia, então, repetir a matéria que vai ser posta em votação?

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Pois não.

Estamos votando o Destaque nº 7328, artigo por artigo. Votamos o art. 91 e, agora, vamos votar as modificações no art. 92 e, depois, o art. 95. De modo que estamos seguindo rigorosamente as normas regimentais.

Se nenhum dos Srs. Constituintes desejar fazer uso da palavra, vamos passar à votação. **(Pausa)**

Pergunto ao Constituinte Nelson Carneiro se deseja encaminhar? **(Pausa)**

O Sr. Constituinte Nelson Carneiro abre mão de se pronunciar, e a Relatoria tem parecer favorável. Vamos colocar em votação, com o parecer favorável do Sr. Relator.

Estamos votando a modificação do art. 92, da Seção III, sobre a responsabilidade do Presidente da República, que diz o seguinte:

"O sistema de governo e o livre exercício dos Poderes, da União e dos Estados, na questão relativa aos crimes de responsabilidade."

Para substituir o que estava antes, no Inciso II, do art. 92, do Substitutivo II.

Agora que estão V. Ex.<sup>as</sup> bem esclarecidos quanto à matéria, façam as suas opções de votos.

Vai-se proceder à votação.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Ademir Andrade, Alfredo Campos, Aluizio Campos, Antônio Britto, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Celso Dourado, Egídio Ferreira Lima, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, João Calmon, João Herrmann Neto, José Fogaça, José Paulo Bisol, José Richa, Mário Lima, Milton Reis, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Severo Gomes, Sigmaringa Seixas, Virgildásio de Senna, Wilson Martins, Antonio Mariz, Chagas Rodrigues, Daso Coimbra, Délio Braz, Israel Pinheiro, Jorge Hage, José Costa, Octávio Elísio, Rose de Freitas, Uldurico Pinto, Aloysio Chaves, Carlos Chiarelli, Edme Tavares, José Lins, José Santana de Vasconcellos, José Thomaz Nonô, Marcondes Gadelha, Mário Assad, Oscar Corrêa, Ricardo Fiúza, Sandra Cavalcanti, Enoc Vieira, Jofran Frejat, Jonas Pinheiro, José Tinoco, Mozarildo Cavalcanti, Paes Landim, Antônio Carlos Konder Reis, Gerson Peres, José Luiz Maia, Adylson Motta, Bonifácio de Andrada, José Maurício, Brandão Monteiro, Bocayuva Cunha, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Plínio Arruda Sampaio, José Genoíno, Adolfo Oliveira, Siqueira Campos, Haroldo Lima, Jamil Haddad e Antonio Farias. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Cristina Tavares, Inocência Oliveira e José Lourenço. **ABSTIVERAM-SE DE VOTAR** os Senhores Constituintes: Eraldo Tinoco, Luís Eduardo, Paulo Pimentel e Lysâneas Maciel.

#### O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):

– A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 73 Constituintes votaram NÃO 4 Constituintes; abstiveram-se de votar 4 Constituintes. Total: 81 votos. O destaque foi **aprovado**.

#### O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):

– Foi aprovado o destaque.

O Constituinte Nelson Carneiro retirou seu pedido de destaque que recaía sobre o art. 119 do Substitutivo I e art. 95 do atual.

**Destaque nº 004790-87 – Emenda nº ES-32941-3, do Sr. Egídio Ferreira Lima, "que substitui o Título V, Capítulo II, Seção IV, Subseção I, do Substitutivo 1 (Título IV, Capítulo I, Seção IV, Subseção I do Substitutivo nº 2)". (316ª votação)**

#### O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):

– Passamos, agora, à votação da preferência para o Destaque nº 4790, de autoria do Constituinte Egídio Ferreira Lima, referente à Emenda nº 32941.

Esclareço que se trata de uma emenda substitutiva de toda a Seção IV, relativa ao Conselho de Estado.

Os Srs. Constituintes que estiverem de acordo permaneçam sentados. **(Pausa)**

Aprovada.

Tem a palavra o ilustre Constituinte Egídio Ferreira Lima para defender o seu destaque. Peço a S. Ex.<sup>a</sup> que esclareça ao Plenário, pois seria cansativo fazer a leitura de todo o seu destaque.

**O SR. CONSTITUINTE EGÍDIO FERREIRA LIMA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, vou tratar, agora, de uma emenda de importância vital, delicada, e que requer a atenção do Plenário, para que possa ser decidida com a percepção precisa e exata do seu alcance.

Pela manhã, o Constituinte Artur da Távola via-me apático e reflexivo. E, às tantas, voltou-se para mim e perguntou se eu me lembrava da origem da palavra entusiasmo. E fazia-me lembrar, naquela hora, que entusiasmo vem do grego, da expressão **En théos as con**, "com Deus dentro".

Artur da Távola, no curso de toda a minha vida, estranhamente, nunca chorei derrotas, mas, em contrapartida, nunca comemorei vitórias. Foi a manhã, o que nela estava ocorrendo, o sonho se convertendo em realidade, que me fez aparentemente apático e reflexivo. Sentia, naquela hora, e sinto, no curso do dia, a importância fundamental do que estamos fazendo aqui. De manhã, o Relator Bernardo Cabral já afastara o presidencialismo, e nós, plenos de consciência, arredamos todas as tentativas de reposição do sistema presidencialista. E estamos agora, no curso da tarde, a edificar sobre o terreno baldio deixado pelo presidencialismo, pedra por pedra, tijolo por tijolo.

Pimenta da Veiga me lembrava, há alguns meses, como seria gratificante esta hora que estamos vivendo agora, esse processo de criação, de elaboração, de construção do mecanismo fundamental de operação do Estado.

Pois bem, meus senhores: já definida a chefia do Estado, a forma de eleição do Chefe de Estado, as atribuições desse Chefe de Estado, a sua responsabilidade, vamos agora, nesta hora e com esta emenda, elaborar um órgão vital ao sistema parlamentar, que é o Conselho de Estado ou Conselho da República. Conselho de Estado é o órgão superior de consulta do Chefe de Estado. Ele é ouvido e ele decide sobre as questões vitais do Estado. E, eu, com a emenda, tento corrigir uma falha do projeto, porque o projeto bifurca o Conselho de Estado. Bifurca no momento em que deixa as questões relativas à soberania nacional e à defesa do Estado com um outro Conselho que é o Conselho de Defesa do Estado. Essa bifurcação é danosa ao sistema que estamos elaborando. Todas as questões de Estado e mais as referentes à soberania nacional e ao Estado e à defesa do Estado democrático devem ficar com o Conselho de Estado.

É por isso, Sr. Presidente, que estou sugerindo uma nova composição para o Conselho. Nele eu deixo o Presidente da República, como faz o projeto, o Presidente da Câmara, o Presidente do Senado, o Primeiro-Ministro. Retiro o Ministro da Justiça. No sistema parlamentar, só um Ministro pode integrar o Conselho de Estado, que é o Primeiro-Ministro. Não se pode colocar no Conselho de Estado, concorrendo com o Primeiro-Ministro, nenhum outro membro do gabinete, só ele fica, até porque se criaria ministros de categoria diferentes: o que integra o conselho e o que não o integra. Coloco o Líder da Maioria e da Minoria da Câmara, o Líder da Maioria e o Líder da Minoria no Senado e coloco os ex-Presidentes da República.

Sr. Presidente, não tem sentido, em se criando um Conselho de Estado, em se elaborando o sistema parlamentar...

#### (O Sr. Presidente faz soar a campainha)

**O SR. CONSTITUINTE EGÍDIO FERREIRA LIMA:** – Sr. Presidente, permita-me alguns minutos, pela delicadeza da matéria, para que eu possa concluir.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Pois eu peço a V. Ex.<sup>a</sup> que conclua.

**O SR. CONSTITUINTE EGÍDIO FERREIRA LIMA:** – Pois não!

Portugal, com Constituição recente, a Grécia, seguindo o exemplo de outros países parlamentaristas, incluíram os ex-presidentes como membros do Conselho do Estado. A sua experiência, o seu passado como chefe de um Estado importa ao Conselho, importa à Nação e importa à sociedade.

Vamos esquecer, nesta hora quem são os ex-Presidentes; não vamos, neste momento, decidir presos ao circunstancial; vamos decidir para as gerações futuras, para os nossos filhos e para os nossos netos. Vamos, ao mesmo tempo, fazer uma integração nacional corajosa, séria, profunda e altamente gratificante.

Dentro de cinco anos mais, se muito, esse Conselho de Estado só terá ex-Presidentes a partir de agora. E incluo, também, Sr. Presidente, o Chefe do Estado Maior das Forças Armadas. Devemos reconhecer, limpar e lisamente que as Forças Armadas são instituições do Estado brasileiro e da Nação brasileira. Digo isto sem o travo que as marcas do caminho não me deixaram; digo isto como um homem livre, independente e que nunca transigiu; digo isto como um homem que só destrói, quando tem a obrigação de construir sobre os escombros; digo isto, porque não penso em mim, nem penso no hoje, penso no amanhã e penso na Nação; digo isto, pedindo aos meus companheiros que se dispam todos de emoção, que afastem os conceitos de antes, os preconceitos e nos voltemos todos...

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Sr. Constituinte Egídio Ferreira Lima, V. Ex.<sup>a</sup> falou o dobro do tempo habitual. Por favor, conclua.

**O SR. CONSTITUINTE EGÍDIO FERREIRA LIMA:** – Já terminei, Sr. Presidente, e peço que me releve a demora. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte José Genoíno, para falar contra.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Em primeiro lugar é necessário um esclarecimento; nós estamos tratando, agora, de uma emenda que substitui o Conselho da República pelo Conselho de Estado e aqui estou, na tribuna, para debatê-la. Em seguida, é que entra a emenda sobre o Conselho de Defesa Nacional, e aí estaremos juntos com o Deputado Egídio Ferreira Lima pela supressão.

Mas, vamos ao Conselho de Estado, do nobre Constituinte Egídio Ferreira Lima. Estou aqui com as Constituições brasileiras e encontrei, nobre Constituinte Egídio Ferreira Lima, no Título V no Capítulo VII, da Constituição de 1824, a Constituição do Império, a Constituição do Conselho de Estado, encontrei no Título V, Capítulo I da Constituição Imperial, a denominação e a definição do poder moderador. O que, na verdade, Sr. Presidente, está se discutindo aqui é um problema com esse parlamentarismo, instituindo o poder moderador, que foi tão combatido, tão criticado: o poder moderador da época do império. Mas como estamos em tempos republicanos e na época do capitalismo, não é mais do escravismo, esse poder moderador precisa adquirir algumas nuances, ele precisa adquirir algumas roupagens novas. E o Conselho de Estado passaria, na proposta do Constituinte Egídio Ferreira Lima, a representar exatamente essa pintura nova a esse poder moderador.

Vejamos, Sr. Presidente: o primeiro erro da proposta do nobre Constituinte Egídio Ferreira Lima – e eu chamo a atenção desta Casa – é que ela institui o bipartidarismo. Porque o substitutivo do Relator diz o seguinte: "os Líderes da Maioria e da Minoria". "Os Líderes" ...portanto, parte do pluripartidarismo. A proposta do Constituinte Egídio Ferreira Lima é "o Líder da Maioria e o Líder da Minoria". Portanto, nós teremos dois Líderes; o da Maioria e o da Minoria.

Em seguida, entra uma questão curiosa, mas essa curiosidade tem coerência no pensamento liberal do nobre Constituinte Egídio Ferreira Lima, que busca uma fonte centralizadora da época do poder moderador, que são os ex-Presidentes. Os ex-Presidentes se incorporam num Con-

selho de Estado. Por que essa visão? Porque o cargo de Presidente da República é aquela figura solene, acima das classes dos partidos, dirigindo um Estado, que é difícil definir. Na medida em que não é rei, na medida em que não é monarca, esse ex-Presidente adquire uma particularidade em relação aos demais brasileiros, que é ser membro do Conselho de Estado. E o que irão fazer os ex-Presidentes? Eles não vão para um Conselho de Estado para tomar chá no final da tarde; eles vão para o Conselho de Estado para enfeitar ou para receber uma ocupação qualquer, para não ficar conspirando, como está conspirando, agora, o General Figueiredo. Eles vão fazer exatamente o seguinte, Sr. Presidente, – e chamo a atenção desse dado – eles vão ser ouvidos sobre a intervenção federal nos Estados; vão opinar sobre a decretação do estado de defesa, do estado de sítio e da mobilização nacional.

Olhem bem o que diz o item VII da Emenda do nobre Constituinte Egídio Ferreira Lima. Esses ex-Presidentes, que ganharam essa estatura de um cidadão permanente, porque vão estar sempre tratando dos negócios deste Estado, que está acima de tudo e de todos, "vão opinar sobre todas as emergências graves para a estabilidade do regime e a segurança do Estado". Que emergências graves para a estabilidade do regime? Que emergências graves para a segurança do Estado? É um conceito amplo e subjetivo dado a esses ex-Presidentes, na presença de um Conselho de Estado.

Finalmente, nobre Constituinte Egídio Ferreira Lima – e solicito à Mesa a mesma liberalidade do autor do destaque – o que vão fazer os ex-Presidentes? Quem são? Teremos a figura restabelecida do ilustre ex-Presidente da República, o Sr. Jânio Quadros, que está exercendo uma Prefeitura com medidas fascistas e nazistas, como a última que tomou na Prefeitura de São Paulo. (Palmas) Vamos ter a presença dos ilustres Generais João Baptista Figueiredo e Ernesto Geisel.

Na verdade, nobre Constituinte Egídio Ferreira Lima, não há necessidade dessa figura, desse prêmio. Esse tipo de organismo lembra o Império, lembra o Poder Moderador.

E faço um apelo ao liberalismo moderno, ao liberalismo social que V. Ex.<sup>a</sup> defende em muitas questões, não vamos instituir na Constituição essa figura do poder moderador que cria uma hereditariedade, com os ex-Presidentes se incorporando no Conselho de Estado. Esse Conselho de Estado tem melhor proposta do Relator, suprimindo o Conselho de Defesa Nacional.

Portanto, faço um apelo a esta Comissão, para que rejeitemos a emenda que institui o Conselho de Estado.

Na verdade, é um Conselho que tem o poder muito grande em relação a questões que estão acima do Conselho de Ministros, e aí, o parlamentarismo, nessas horas, não aparece com aquele discurso democrático e liberalizante de manhã. Agora, é o Conselho que centraliza, unifica e irá verticalizar as decisões em algumas questões centrais.

Por isso, Sr. Presidente, vamos rejeitar a emenda Egídio Ferreira Lima. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Com a palavra o Constituinte Virgildásio de Senna, para falar favoravelmente à Emenda.

**O SR. CONSTITUINTE VIRGILDÁSIO DE SENNA:** – Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup>

Sr. Presidente e Srs. Constituintes, esta Casa assistiu, hoje, a dois extraordinários instantes de grandeza.

Em conversa, lembramos a expressão e o pensamento de Gollardie, ao dizer que "nascemos velhos e envelhecemos em busca da juventude".

Esta Casa viu hoje, Sr. Presidente, dois exemplos extraordinários de velhos jovens, absolutamente jovens.



Nesta tribuna falou, hoje, o Senador Afonso Arinos, o mais jovem Constituinte desta Casa. E a todos nos engrandeceu, ilustrou, deu aos debates desta Casa a grandeza que a faz, raramente, fugir das discussões do pântano, das discussões regimentais, de normas procedimentais, que nada têm a ver com a matéria substantiva que nos trouxe a esta Casa.

Mas quero me referir, quero deixar registrado nos Anais da Casa, porque não pertença a cortes, não faço parte de corriola alguma e é por isso que me sinto no direito de assinalar para que conste dos Anais da Casa o gesto desse homem, também jovem, que é o Presidente Ulysses Guimarães, repelindo, da forma mais enérgica, o curso de um requerimento de um Líder que queria fazer silêncio, indevidamente, inepta e violentamente, a voz de Parlamentares cuja convicção tinha que ser expressa nesta Casa pelo seu voto livre, soberano e independente.

Quero daqui deixar registrados os parabéns a esse jovem Ulysses Guimarães, que é com gestos desta ordem que se faz o Líder do meu Partido e justifica a sua presença permanentemente e, há longos anos, como líder nacional importante; é porque é capaz de, nos momentos de desafio, quando a Constituinte é desafiada pela imprudência de uma Liderança, ter a capacidade de resistir, de repelir, de manifestar a repugnância democrática ao gesto autoritário.

Sr. Presidente, não me alinho entre aqueles que têm o fetiche das formas de regime. Sei que foi sob o regime parlamentarista que o militarismo se instaurou no Japão, conquistando a Coréia, pisoteando Formosa e tomando a Manchúria. Sei que foi sob o regime parlamentarista que Hitler assumiu o poder na Alemanha. Sei que foi sob o regime parlamentarista que Mussolini tomou a Itália. Sei que foi sob o regime parlamentarista que Salazar assumiu o poder em Portugal. Sei que foi sob o regime republicano-parlamentarista que Franco destruiu a liberdade na Espanha. Sei de tudo isso, Sr. Presidente, e é por isso que não tenho fetiche sobre as formas de Governo.

Mas entendo, Sr. Presidente, que a experiência brasileira de 100 anos infelicitados por um presidencialismo imperial e autocrático, não conduz, nem conduzirá o Brasil a encontrar as formas de solucionar as suas crises. O parlamentarismo moderno – e chamo a atenção da Casa –, dos últimos anos, começa a assumir plena e conscientemente, sem pudor de assinalar que restaura o Poder Moderador, a eleição direta de Presidente da República. Nas constituições modernas tem o sentido de fazer do Presidente da República, além de Chefe de Estado, o Chefe daquele poder que nos ensinou Benjamin Constant ser é o poder que modera as paixões, que modera os desatinos das questões políticas de Governo e das assembleias dominadas pelas paixões momentâneas. O Poder Moderador é restaurado no Brasil, como foi restaurado na Espanha,...

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso).** – **Fazendo soar a campainha):** – Peço ao nobre orador que conclua.

**O SR. CONSTITUINTE VIRGILDÁSIO DE SENNA:** – ...como foi restaurado na França, na Grécia e em Portugal, pela eleição direta do Presidente da República e pela criação do Conselho de Estado que, na doutrina de Benjamin Constant, estava presente. E preciso que reconheçamos que a República não pode funcionar como no projeto, com dois Conselhos, um de Defesa Nacional e um Conselho de República, que, na História Parlamentar e constitucional brasileira, sempre se chamou Conselho de Estado. E é por isto que a Emenda do Constituinte Egídio Ferreira Lima tem a pertinência de trazer à consciência da Casa que o Poder Moderador é restaurado na República Parlamentarista moderna e em todo o mundo. E que o Conselho de Estado que ele propõe tem exatamente esse papel e essa função.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LOURENÇO:** – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Tem a palavra o nobre Constituinte.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LOURENÇO:** – Apenas um esclarecimento, Sr. Presidente. Gostaria de dizer a V. Ex.<sup>a</sup>, e para que o Plenário seja informado, que quando procurei o Dr. Ulysses Guimarães, hoje pela manhã para entregar a S. Ex.<sup>a</sup> o ofício em que pedia a substituição de Colegas do meu Partido, ele me informou de que não poderia atender-me, porque, senão, teria que atender a um outro democrata – como fui qualificada agora – do PMDB, que era mesmo V. Ex.<sup>a</sup>, que também tinha pedido e que iria substituir os Companheiros de PMDB que iriam votar no Presidencialismo. Portanto, para não desarrumar a Comissão, S. Ex.<sup>a</sup> não atendia nem ao PMDB nem ao PFL.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Quero informar a esta Casa que só conversei com o Constituinte Ulysses Guimarães pelo telefone, antes de vir para cá, quando não tinha informação de que o PFL iria entregar ao Presidente qualquer documento. Informo, outrossim, que não houve nenhum documento do PMDB enviado ao Presidente Ulysses Guimarães. **(Palmas)**

Afirmo categoricamente que não há documento algum. Tem a palavra o nobre Constituinte Aldo Arantes.

**O SR. CONSTITUINTE ALDO ARANTES:** – Sr. Presidente e Srs. Constituintes:

Quero inicialmente, agradecer ao nobre Constituinte Paes Landim, que estava inscrito para falar contra a proposta do Constituinte Egídio Ferreira Lima, que abriu para que eu aqui pudesse fazer uma defesa.

Quero, por outro lado, aproveitar a oportunidade para colocar aqui, rapidamente que o Partido Comunista do Brasil historicamente tem adotado uma posição em defesa do sistema parlamentar de Governo. E assim pensamos não por imaginarmos, não por termos a ilusão que o sistema parlamentarista irá resolver os problemas da classe operária e dos trabalhadores, mas, nos parâmetros da atual estrutura econômica e social do País, consideramos que o sistema parlamentar é aquele que melhor atende à possibilidade do processo de democratização do País. A História brasileira já demonstrou que o presidencialismo é um regime autoritário e que, no Brasil, é suporte do militarismo. E estas são as razões fundamentais que levam o Partido Comunista do Brasil a estar, de forma clara e decidida, ao lado do sistema parlamentarista de Governo.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, nós estamos aqui para discutir uma proposta concreta feita pelo Constituinte Egídio Ferreira Lima. Gostaria de ressaltar que S. Ex.<sup>a</sup> tem um outro destaque, que suprime o Conselho de Defesa Nacional, destaque esse que nós consideramos louvável e que o Partido Comunista do Brasil, na hora aprazada, irá votar favoravelmente, embora, Srs. Constituintes, não nos entra na cabeça a idéia de um liberal, de um democrata, propor um Conselho de Estado colocando de lado, colocando à margem a sociedade civil.

Ora, o Relatório do Constituinte Bernardo Cabral coloca, concretamente, como integrantes do Conselho da República, seis membros da sociedade civil; na proposta do Constituinte Egídio Ferreira Lima esses seis membros da sociedade civil ficaram à margem.

No meu entender é um absurdo, inaceitável e, qual a alternativa que o Constituinte Egídio Ferreira Lima nos propõe para substituir os representantes da sociedade civil? Ninguém mais do que os ex-Presidentes da ditadura militar; ninguém mais do que o general Geisel; ninguém mais do que o General Figueiredo. Na minha opinião, se esta proposta fosse incorporada por esta Assembléia, seria legitimar a ditadura militar, seria legitimar presidentes que assumiram o poder não pela vontade do povo, mas

por um golpe militar e que infelicitaram esta Nação, que derramaram o sangue sobre esta Nação e conduziram a política de fome e de miséria e que conduziram a dívida externa aos níveis que hoje o País está enfrentando. **(Muito bem! Palmas)**

Então, Srs. Constituintes, esta proposta é inaceitável; inaceitável também a incorporação do Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas; é, portanto, uma proposta que não corresponde à tendência democrática desta Casa.

Felizmente, pelas votações que estão aqui se delineando, nesta Comissão de Sistematização, as posições democráticas estão prevalecendo e é por isso mesmo que **O Estado de S. Paulo**, que setores e jornais conservadores procuram levantar a sua voz contra a Comissão de Sistematização; é por isso mesmo que os setores conservadores e de extrema direita desta Casa procuram se organizar, dizendo que a representação verdadeira não está na Comissão de Sistematização, mas, sim no Plenário da Assembléia Nacional Constituinte.

É por tudo isso, Srs. Constituintes, que venho aqui fazer um apelo vigoroso e enérgico: é necessário que votemos contra este destaque, é necessário que votemos contra esta emenda, para fazer prevalecer a tendência democrática e progressista que se vem delineando na Comissão de Sistematização.

**O SR. CONSTITUINTE EGÍDIO FERREIRA LIMA:** – Peço a palavra para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Nobre Constituinte, ouvirei V. Ex.<sup>a</sup> se for questão de ordem, porque o tema já está esclarecido. Há outras pessoas desejando falar, se V. Ex.<sup>a</sup> o fizer entraremos em um processo em cadeia que não esclarecerá o voto.

Qual a questão de ordem, Ex.<sup>a</sup>?

**O SR. CONSTITUINTE EGÍDIO FERREIRA LIMA:** – V. Ex.<sup>a</sup> me concede a questão de ordem?

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Pois não!

**O SR. CONSTITUINTE EGÍDIO FERREIRA LIMA:** – Quero fazer uma comunicação à Casa. Esta emenda foi muito refletida, mas sei que a opinião generalizada da Casa é contrária a ela.

Quero ter o direito, Sr. Presidente, de deixar à vontade a Casa e, sobretudo, o Relator Bernardo Cabral e o meu Partido no sentido do voto. Mas, quero, Sr. Presidente, que a emenda seja submetida a voto, são necessários, às vezes, atos e gestos solitários.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Tem a palavra, o Relator.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a vida, em determinada quadra, ligou-me a Egídio Ferreira Lima, e me lembro da cassação de S. Ex.<sup>a</sup> como Deputado Estadual, a minha, como Deputado Federal e os nossos direitos políticos suspensos por 10 anos nos estreitou cada vez mais.

Devo dizer que conheço bem o Constituinte Egídio Ferreira Lima, sério, correto; não se vislumbra na sua emenda senão uma intenção generosa quando inclui, como fez, ex-Presidentes da República, mas não se pode dizer que atrás desse gesto tem algo de menor.

Deploro, e em verdade, o faço, constrangido, de ter que me situar contra S. Ex.<sup>a</sup> Não posso, e pediria a atenção da Casa, deixar de registrar a impossibilidade de tirar 6 cidadãos civis ou não, mas, sobretudo, integrantes da sociedade, com mandatos de 3 anos, dois escolhidos pelo Presidente da República, dois pelo Senado Federal e dois pela Câmara dos Deputados, para integração desse Con-

selho da República. A idéia é que a competência desse Conselho, ao retirarmos, por exemplo, o Ministro da Justiça, que é um órgão típico de assessoramento, logo esta Pasta tem que estar ali inserida, para se colocar, – e aí não vai qualquer demérito, mas o Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, que nada tem a ver com esse assessoramento político.

Vejam como as coisas se podem misturar num gesto sério e de boa-fé. Só isto deve ter presidido a consciência do nosso eminente Constituinte Egídio Ferreira Lima. Mas S. Ex.<sup>a</sup> não pode, e não me posso, também, furtar de dizer que, adiante, ao colocarmos os ex-presidentes, ao retirarmos o Ministro da Justiça, para nele embutir o Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, vamos ter que dar a esses cidadãos o direito de opinar – porque é a competência do Conselho – sobre o livre exercício dos direitos sociais ou conflitos de interesses que atinjam os serviços públicos essenciais.

Não posso, nobre Constituinte Egídio Ferreira Lima, aceitar calado, omisso, impávido, ou então até com uma neutralidade oportunista de me insurgir contra esta emenda.

Neste Conselho, em verdade, não podem estar incluídas as pessoas que o eminente Constituinte ali o fez embutir para retirada desses seis cidadãos brasileiros.

Creiam-me, a nossa cassação de ontem ampliou a minha admiração de hoje, mas faz com que também fique registrado nos Anais da Casa o repúdio que este Plenário há de demonstrar, rejeitando a emenda de S. Ex.<sup>a</sup>, para ficar com o texto.

A Relatoria, Sr. Presidente, pede a rejeição da emenda. **(Muito bem! Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Em votação, com parecer contrário do Relator.

#### (Procede-se à Votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Artur da Távola, Egídio Ferreira Lima, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Pimenta da Veiga, Antônio Britto, Virgildásio de Senna, Arnaldo Prieto, José Jorge e Oscar Corrêa. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Aigail Feitosa, Ademir Andrade, Alfredo Campos, Bernardo Cabral, Carlos Mosconi, Carlos Sant'Anna, Celso Dourado, Cid Carvalho, Cristina Tavares, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, João Calmon, João Herrmann Neto, José Fogaça, José Paulo Bisol, José Richa, José Serra, José Ulisses de Oliveira, Manoel Moreira, Mário Lima, Milton Reis, Nelson Friedrich, Nilson Gibson, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Raimundo Bezerra, Rodrigues Palma, Severo Gomes, Sigmaringa Seixas, Wilson Martins, Antonio Mariz, Chagas Rodrigues, Daso Coimbra, Délio Braz, Israel Pinheiro, José Costa, Jorge Hage, Octávio Elísio, Uldurico Pinto, Vilson Souza, Afonso Arinos, Alcení Guerra, Aloysio Chaves, Carlos Chiarelli, Edme Tavares, José Lourenço, Inocêncio Oliveira, José Lins, José Santana de Vasconcellos, José Thomaz Nonô, Luís Eduardo, Marcondes Gadelha, Mário Assad, Paulo Pimentel, Ricardo Fiuza, Sandra Cavalcanti, Enoc Vieira, Jofran Frejat, José Tinoco, Paes Landim, Antônio Carlos Konder Reis, Gerson Pares, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia, Virgílio Távora, Adylson Motta, Brandão Monteiro, Lysâneas Maciel, Luiz Salomão, Francisco Rossi, Joaquim Bevilacqua, Ottomar Pinto, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Adolfo Oliveira, Siqueira Campos, Haroldo Lima, Roberto Freire, Jamil Haddad e Antonio Farias. **Absteve-se de votar** o Senhor Constituinte Eraldo Tinoco.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 10 Constituintes; votaram NÃO 82 Constituintes; absteve-se

de votar 1 Constituinte. Total: 93 votos. O destaque foi **Rejeitado**.

**O SR. CONSTITUINTE LUÍS EDUARDO:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Pois não.

**O SR. CONSTITUINTE LUÍS EDUARDO:** – Peço para que conste da Ata que o meu voto foi pela abstenção.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – O Constituinte Luís Eduardo votou pela abstenção.

Foi recusada a emenda.

Srs. Constituintes passaremos, agora, à votação da preferência.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FOGAÇA:** – Sr. Presidente, uma questão de ordem...

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Pois não.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FOGAÇA:** – Muito mais para indagar de V. Ex.<sup>a</sup> Há uma emenda do Constituinte Nelson Carneiro relativa ao art. 95. Indago de V. Ex.<sup>a</sup> se esta emenda não pode, agora, ser submetida à votação; porque ela faz parte de um bloco articulado de emendas que tem um objetivo definido, global, e que não pode resultar, evidentemente, de uma retirada sem prejuízo desse objetivo global. Daí porque a indagação que faço a V. Ex.<sup>a</sup> se essa emenda poderia, agora, ser votada, uma vez que ela, trata da mesma matéria, da emenda que foi rejeitada.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Nós concedemos o pedido de preferência ao Constituinte Nelson Carneiro e S. Ex.<sup>a</sup> retirou.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FOGAÇA:** – Pelo que sei, S. Ex.<sup>a</sup> teria suspenso a preferência para dar lugar à votação da Emenda Egídio Ferreira Lima.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Trata-se do art. 95. Tenho anotação, aqui, de retirada. Acho realmente que ela faz falta.

Mas creio que temos que recuperar isto no plenário.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Sr. Presidente, existe a figura de suspensão de destaque? O destaque foi suspenso?

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – As vezes, levita.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Suspendeu-se o destaque! Sr. Presidente, ele sai ou entra?

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – V. Ex.<sup>a</sup> sabe, às vezes, há uma levitação. Não sei se se aplica.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – O destaque está levitando.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Vou resolver a questão de ordem do nobre Constituinte e Relator adjunto dizendo o seguinte: não tenho modo regimental de fazer votar esta emenda. Lamento. Gostaria muito que houvesse, mas não há modo regimental. Que no plenário se reconstitua.

**Destques nºs 004806, 004805, e 004807 do Sr. Egídio Ferreira Lima, "que suprime o art. 96, §§ 1º, 2º e 3º, do Substitutivo nº 2". (317ª votação)**

Srs. Constituintes temos, agora, sobre a mesa um pedido de preferência do Constituinte Egídio Ferreira Lima para o Destaque nº 4.806. O Destaque nº 4.806 verse sobre o art. 96, do § 1º até o inciso VIII. Explico: trata-se do Conselho de Defesa Nacional. S. Ex.<sup>a</sup> propõe a supressão

e a propõe em três destaques separados, porque obedeceu à norma regimental. Vou submeter a preferência à votação mas gostaria que V. Ex.<sup>as</sup> concedessem à Mesa a flexibilidade no seguinte sentido: se for aceito o pedido de S. Ex.<sup>a</sup> o Constituinte Egídio Ferreira Lima, automaticamente os outros estariam aceitos e vice-versa, porque é a mesma matéria. Vamos suprimir ou não o Conselho de Defesa de tal maneira que conste na Constituição apenas o seguinte:

"O Conselho de Defesa Nacional é órgão de consulta do Presidente da República nos assuntos relacionados com a soberania nacional e a defesa do Estado democrático, ou seja, que a Constituição se omitiria quanto à sua composição e quanto ao seu modo de organização, que é, na verdade, o que pede o Constituinte."

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Sr. Presidente, o nobre Constituinte Egídio Ferreira Lima tinha um pedido de preferência em relação a substituir o Conselho da República pelo Conselho de Estado.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Sim.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Está resolvido?

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Está.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – E a preferência seguinte é a supressão por partes do Conselho de Defesa Nacional?

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Isso.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Eu tenho um destaque, e a preferência está junto, inclusive há um requerimento aí em que a supressão é total. A minha é supressão total do Conselho de Defesa Nacional é uma supressão parcial não pode prejudicar a supressão total Sr. Presidente. E está conjunta com a do nobre Constituinte Egídio Ferreira Lima.

Então, é óbvio, Sr. Presidente, que existe uma preferência, porque a minha supressão é total e a do Constituinte Egídio Ferreira Lima, neste caso, seria parcial.

**O SR. RELATOR (Adolfo Oliveira):** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Pois não, nobre Constituinte.

**O SR. RELATOR (Adolfo Oliveira):** – Sr. Presidente gostaria de ouvir um esclarecimento de V. Ex.<sup>a</sup>, em nome da relatoria, porque o Destaque nº 4.806, que foi, há pouco, anunciado por V. Ex.<sup>a</sup> diz respeito à Emenda nº 33.335. Tenho, aqui, a Emenda nº 33.335 e diz respeito a outro assunto. Fala sobre Poder Judiciário, e não diz respeito, portanto, ao Conselho de Defesa.

E, quanto ao Destaque nº 4.807, que nas observações do quadro consta como se referindo ao art. 96, § 2º, incisos I a IV, na verdade, essa emenda suprime totalmente a subseção II, que diz respeito ao Conselho de Defesa Nacional. Gostaria de ouvir V. Ex.<sup>a</sup>, porque o quadro não está correto.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – V. Ex.<sup>a</sup> tem razão nas observações, porque tenho o Destaque nº 4.806, e omite-se o número da emenda. O objetivo é a supressão.

**O SR. CONSTITUINTE EGÍDIO FERREIRA LIMA:** – Houve um equívoco da Mesa com relação à emenda referente ao Poder Judiciário, que foi intercalada na planilha das duas emendas referentes à supressão do Conselho. O Presidente explicou bem, há pouco, quando disse que eu apresentei três emendas, procurando atender, rigidamente,

o Regimento. Há uma outra emenda, no mesmo sentido, do Constituinte José Genoíno.

Sugiro à Mesa que junte minhas três emendas como se fossem uma só, porque têm o mesmo objetivo, que é suprimir o Conselho, e junte à do Constituinte José Genoíno. Até para o debate é mais fácil. Eu falarei, falará o Constituinte José Genoíno, e quem quiser falar contra.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Concorde. Com a anuência do Constituinte José Genoíno, vamos colocar em votação a supressão do Conselho de Defesa, numa emenda conjunta dos Constituintes José Genoíno e Egídio Ferreira Lima. Dou por inscritos José Genoíno e Egídio Ferreira Lima para a defesa da supressão.

**O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO MONTEIRO:** – Peço a palavra para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Tem a palavra o nobre Constituinte.

**O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO MONTEIRO:** – Para a boa norma dos trabalhos, V. Ex.<sup>a</sup> é testemunha, porque até foi uma proposta lida por V. Ex.<sup>a</sup>, que nós, na reunião dos Líderes e das duas Mesas, decidimos que a ordem de preferência seria organizada pelos Líderes ou por Partidos que tivessem representação de um décimo dos Constituintes, para ressaltar as Minorias.

A minha reclamação é porque, embora eu tenha feito desta forma, não aparece na listagem as preferências requeridas pelo meu Partido, que não participou da reunião dos outros Partidos; entretanto, ingressou com pedidos de preferência, nos termos do acordo estabelecido, com 10% de Parlamentares representados na Assembléia Nacional Constituinte.

Estou dizendo isso porque considero este fato um cerceamento de um direito que é dos Partidos Minoritários apresentarem aqui os seus destaques.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Sr. Constituinte, não tenho sobre a mesa – e vou examinar as razões – nenhum pedido de preferência de V. Ex.<sup>a</sup> Estou dando instruções à Mesa para que me explique o que ocorreu. V. Ex.<sup>a</sup> terá razão.

**O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO MONTEIRO:** – É porque quero resguardar os meus direitos na continuidade das reuniões posteriores.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Já estou inquirindo da Secretaria da Mesa o que aconteceu.

**O SR. CONSTITUINTE NELTON FRIEDRICH:** – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Tem a palavra, pela ordem, o nobre Constituinte Nelson Friedrich.

**O SR. CONSTITUINTE NELTON FRIEDRICH:** – Sr. Presidente, nós também temos uma emenda, e eu gostaria de fazer uma observação para reflexão, inclusive do ilustre Relator...

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Vou pedir a V. Ex.<sup>a</sup> porque estamos votando...

**O SR. CONSTITUINTE NELSON FRIEDRICH:** – Mas é questão da oportunidade.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Pois não, pode dizer.

**O SR. CONSTITUINTE NELTON FRIEDRICH:** – O pedido nosso é no sentido de suprimir o Conselho de Defesa Nacional, mas, ao mesmo tempo, busca alterar a redação que dá competência ao Conselho da República: "Quanto à decretação do estado de defesa e estado de sítio, a manifestação por iniciativa do Presidente da República nos assuntos relacionados com a Segurança Na-

cional", e acrescenta "declaração de guerra em situação de paz".

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Se me permite V. Ex.<sup>a</sup>, essa emenda está aqui, mas temos uma ordem nos trabalhos. As emendas estão sendo votadas de acordo com a ordem, e se houver tempo elas serão apreciadas.

**O SR. CONSTITUINTE NELTON FRIEDRICH:** – Só faço a observação porque a supressão vai prejudicar todas as demais, e nós vamos estar com o Conselho da República sem competência para, por exemplo, atuar em três assuntos fundamentais: estado de sítio, estado de defesa, manifestação sobre guerra e paz etc.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> razão, mas a ordem aqui sempre foi esta: emenda supressiva tem prioridade. Então V. Ex.<sup>a</sup> deverá votar contra a supressão, para que sua emenda seja analisada.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Senhor Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Sr. Presidente, estou com dificuldade de acompanhar, e queria uma explicação por isso, de um assunto da máxima importância. Há uma emenda supressiva total.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Há, é a do Constituinte José Genoíno.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Suprime o art. 96 e todos os seus incisos e parágrafos, supressão total.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Perfeitamente.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Há uma outra emenda, que é supressiva parcial.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Há três emendas supressivas parciais, do Constituinte Egídio Ferreira Lima, que resultam na supressão total, mantido o *caput* apenas.

O Constituinte Egídio Ferreira Lima acaba de declarar que está de acordo com que se vote como se fosse emenda conjunta, a dele e a do Constituinte José Genoíno, porque a matéria, a substância é a mesma, ambos querem terminar com o Conselho de Segurança Nacional.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – E a do Constituinte Egídio Ferreira Lima também é supressiva total?

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – É supressiva.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – E quantas vão ser colocadas em votação, agora?

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Todas. É um bloco só, porque elas versam sobre a mesma matéria. Quem quiser suprimir o Conselho de Defesa Nacional...

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Então, pelo que estou entendendo, quem quiser supressão vota SIM, quem quiser manutenção do texto vota NÃO.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Perfeitamente.

**O SR. CONSTITUINTE INOCÊNCIO OLIVEIRA:** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Pois não, nobre Constituinte Inocêncio Oliveira.

**O SR. CONSTITUINTE INOCÊNCIO OLIVEIRA:** – Sr. Presidente, com todo respeito que tenho por V. Ex.<sup>a</sup>, por suas decisões sempre sábias, corretas, sérias,...

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Muito obrigado.

**O SR. CONSTITUINTE INOCÊNCIO OLIVEIRA:** –

...em defesa desta Comissão e da nossa Instituição, creio que essa decisão de V.Ex.<sup>a</sup> não está certa. Porque, Senhor Presidente, as três emendas do nobre Constituinte Egídio Ferreira Lima, elas, em última análise, pretendem tirar os parágrafos e os incisos, mas deixa na sua essência o conselho. Então, o **caput** do artigo ficaria o seguinte: "O Conselho de Defesa Nacional é órgão de consulta do Presidente da República, nos assuntos relacionados com a soberania nacional e a defesa do estado democrático".

Portanto, Sr. Presidente, teria que ser votado unicamente a emenda do nobre Constituinte José Genoíno, e posteriormente as outras emendas, porque na sua essência as três emendas do nobre Constituinte Egídio Ferreira Lima preservam o **caput** do art. 96, e preservam, portanto, o Conselho de Defesa Nacional, extinguindo apenas os seus dois parágrafos e os seus quatro incisos.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– V. Ex.<sup>a</sup> terá prestado atenção que quando li a emenda eu disse exatamente o que disse V. Ex.<sup>a</sup>. Estou apenas me baseando na afirmação do Constituinte Egídio Ferreira Lima, que deseja a supressão total.

**O SR. CONSTITUINTE INOCÊNCIO OLIVEIRA:** – Mas ele preserva o **caput**.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Constituinte Egídio Ferreira Lima, aqui há uma questão de ordem pertinente do Constituinte Inocêncio Oliveira, que diz o seguinte: A supressão parcial que faz V.Ex.<sup>a</sup> mantém o **caput** do art. 96. Eu li, dizendo isto, mantém, porque Vossa Excelência pede para suprimir o § 1º e seus incisos.

**O SR. CONSTITUINTE EGÍDIO FERREIRA LIMA:** – Eu gostaria que V.Ex.<sup>a</sup> lesse o original do destaque.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– É, aqui pede para suprimir tudo, então **tollitur quaestio**.

Vamos colocar em discussão, em encaminhamento de votação, a proposta dos Constituintes José Genoíno, Egídio Ferreira Lima.

Estão, aqui, inscritos para falar a favor o Constituinte José Genoíno e, contra, uma série imensa de Constituintes.

**O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE:** – Senhor

Presidente, pela ordem. **(Assentimento da Presidência)**. Essa votação que nós vamos fazer é importante, é fundamental, mas veja bem: para que possamos suprimir a questão do Conselho de Defesa Nacional, nós tínhamos que ter aprovado aquela emenda anterior, do Constituinte Nelson Carneiro, de nº 26.907/1, que transfere a questão do estado de defesa e estado de sítio para o Conselho da República; e mais ainda, estabelece no item 4, numa redação perfeita, que diz o seguinte: questões relevantes para as instalações democráticas, englobando nesta questão todas as lideranças. Esse texto estava acordado por todas as lideranças. O Senador José Richa está aqui, de acordo. Vamos concluir os nossos trabalhos nos bons termos, fazendo uma coisa positiva e boa. Todos nós aqui estamos imbuídos dos melhores propósitos. Mas é preciso que se restabeleça isso para que possamos concluir os nossos trabalhos de maneira condizente.

Faz-se necessário, Sr. Presidente, votar a emenda do Constituinte Nelson Carneiro para, então, se suprimir a questão do Conselho de Defesa Nacional. E era um acordo de todas as lideranças desta Casa. Poderíamos voltar a isso, eu não sei por que está acontecendo o contrário?

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Eu não tenho como voltar a isso. V.Ex.<sup>as</sup> tomaram a decisão. O Constituinte Nelson Carneiro retirou sua Emenda, aqui está escrito "retirado". Não tenho nenhum papel que me diga outra coisa e, em seguida, V.Ex.<sup>as</sup> recusaram a

emenda Egídio Ferreira Lima. Então, desculpem-me Vossas Excelências, vou colocar em votação a supressão do Conselho de Defesa Nacional, nos termos da proposta, e V.Ex.<sup>as</sup> terão o discernimento para saber, na hora da votação, como votar, de tal maneira que a lacuna que V.Ex.<sup>a</sup> mencionou não ocorra na nossa Constituição.

Tem a palavra o Constituinte José Genoíno. **(Pausa.)**

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENUÍNO:** –

Sr. Presidente, serei breve.

Na Subseção II do Conselho de Defesa Nacional – e nós estamos aqui tratando de um assunto relevante, muito importante, porque diz respeito às questões relacionadas com o poder, e não é qualquer poder –, no meu entendimento, o Conselho da República cumpre as funções que estão sendo estabelecidas para o Conselho de Defesa Nacional. Se existe um Conselho da República, presidido pelo Presidente da República, nos termos do regime parlamentarista aqui já aprovado, que opina sobre a defesa das instituições, sobre a decretação do estado de defesa, do estado de sítio, que opina sobre a intervenção federal e fatos graves – que lembramos aqui estavam, inclusive, no Substitutivo –, o Conselho de Defesa Nacional, pelas suas atribuições e pela sua composição, é uma nova redação, é uma nova reciclagem para incorporar no texto constitucional uma figura de que todos nos lembramos, que é a do Conselho de Segurança Nacional. O problema central é este. Por isso eu estava dizendo que estamos tratando de uma questão que mexe com o núcleo central do poder.

Mais uma vez, nem as palmas e nem as gritarias de que o parlamentarismo, por si só, estabeleceria a democracia neste País, não resolveu agora uma questão fundamental, porque o Conselho de Defesa Nacional mexe com esse problema, com esse núcleo.

Na Subcomissão da Defesa do Estado, da Sociedade e de sua Segurança e, depois, na Comissão Temática, nós nos batemos, defendemos a supressão do Conselho de Segurança Nacional. Fomos derrotados nessas propostas. É verdade que aqui não tem o Conselho de Segurança Nacional, mas a permanência de um Conselho de Defesa Nacional, nos termos em que está no Substitutivo, ele é um sucedâneo, mantém o núcleo central de poder.

Sr. Presidente, até entendo, mas não posso fazer essa alteração agora, porque o Regimento não me permite, que algumas das atribuições do Conselho de Defesa Nacional pudessem ser incorporadas pelo Conselho da República, que seria o mais correto. A minha emenda é supressiva da seção. Portanto, parece-me que o argumento central, que quero deixar claro aqui, para solicitar o voto dos Srs. e Sras. Constituintes, é a questão nuclear, que diz respeito a um Conselho que têm um poder extraordinário, que tem um poder político fundamental, porque trata da relação do Poder Militar com o Poder Civil. Essa relação não será tratada pelo Conselho da República nem pelo Conselho de Ministros, nem pela figura do Presidente da República, nem pela figura do Primeiro-Ministro. Essa relação estará sendo tratada pelo Conselho de Defesa Nacional.

Se quisermos ser coerentes com o discurso democrático, de democratizar realmente o Poder, vamos suprimir o Conselho de Defesa Nacional como primeiro passo. Em segundo passo, aqui na Comissão de Sistematização e no plenário, vamos colocar algumas das atribuições do Conselho de Defesa Nacional para o Conselho da República. Nisso não há problema algum.

Para concluir, solicito, neste meu encaminhamento, a supressão da Subseção do Conselho de Defesa Nacional. Esta me parece uma questão fundamental para o estabelecimento de uma relação democrática entre o Poder Civil e o Poder Militar.

Durante o pronunciamento do Sr. José Genuíno, o Sr. **Fernando Henrique Cardoso**, Quarto-

Vice-Presidente deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo **Sr. Jarbas Passarinho**, Terceiro-Vice-Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra o nobre Constituinte Egídio Ferreira Lima, para encaminhar a favor.

**O SR. CONSTITUINTE EGÍDIO FERREIRA LIMA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Quando apresentei e defendi a emenda anterior, pretendia com ela resolver as altas questões políticas, as questões de estado, sem separar civis e militares.

Concebida, naquela emenda, um Conselho de Estado para um regime democrático que estamos querendo para o País e que estamos elaborando nesta Constituição. Ao fazê-lo, afastava, em seguida com uma emenda supressiva, que está sendo votada agora, o Conselho de Defesa Nacional. Este Conselho de Defesa Nacional, que aqui se encontra, é uma excrescência, ele é um fator de divisões, ele será motivo de conflitos, ele divide as instituições que devem ser coesas e devem ser umas. Nós criamos dois estados: um estado civil, sob a égide do Chefe de Estado, assessorado pelo Conselho de Estado ou Conselho da República; e um estado militar, presidido também pelo Chefe de Estado e composto, sobretudo, de militares.

Neste Conselho, estão os militares que representam 50% de sua composição. Neste Conselho, diz-se que ele é o órgão de consulta do Chefe de Estado nos assuntos relacionados com a soberania nacional e com a defesa do estado democrático.

A soberania nacional. E como é ampla a soberania nacional, como é importante, como é substantiva, como é indispensável para toda e qualquer nação, pois bem, a soberania nacional vai ser objeto de estudo, de sugestões e decisões do Conselho de Defesa e não do Conselho de Estado. A defesa do Estado democrático não fica com o Conselho de Estado; fica com o Conselho de Defesa.

Srs. Constituintes, nós deixamos, não aceitando a emenda anterior, uma deformação da maior gravidade no projeto. Vamos ter a serenidade, o equilíbrio e a maturidade de, no plenário, tentar resolver este conflito e esta deformação. Só que essa Comissão não tem como votar o Conselho de Defesa Nacional, nos termos em que se encontra posto e desenhado neste projeto.

As atribuições aqui contidas são questões de Estado; afetam a competência do Conselho de Estado. O Conselho de Estado, conforme concebi, deveria ter, entre os seus membros, um representante das Forças Armadas, que é uma instituição nacional. Nós vamos deixar uma deformidade grave neste projeto.

Quero dizer ao Sr. Presidente, ao Plenário que as duas emendas, que se conjugam e que se completam, não resultaram de um impulso de momento. Resultaram elas de um longo estudo, de uma profunda meditação, de conflitos resolvidos em noites mal-dormidas, até que se chagasse à convicção tranqüila, como aquela que é própria do homem que procura julgar, com isenção, vendo, acima do interesse de momento, os interesses maiores da Pátria, os seus objetivos futuros.

Quando apresentei aquela Emenda eu sabia que iria correr o risco da solidão. Não a retirei porque estava convencido, sem nenhuma empáfia, porque nunca a tive, sem nenhuma arrogância, porque não me é própria de que praticava um ato correto. Pouco importava, àquela altura, o número de votantes. O fundamental é que ficasse o objetivo da Emenda, sem nenhum recuo, sem nenhuma transigência, sem nenhuma flexibilidade. Porque a flexibilidade, que é um requisito importante para qualquer homem, deve ceder lugar à coragem de decidir, mesmo quando a incompreensão é generalizada.

A esta altura da existência, eu não tinha por que, em momento de tensão, de conflito, de incompreensão, de imprecisão, tão normal numa casa política, não tinha porque recuar do meu objetivo, porque não estava defendendo uma questão pessoal, um valor meu, mas uma questão vital para o País, uma questão que interessa a todos. E esse testemunho, quando se põe diante do homem, ele não tem outra alternativa senão insistir com ele, sob pena de deixar de ser homem.

Sr. Presidente, voto pela emenda, voto pela supressão do Conselho de Defesa Nacional, porque ele deforma todo o sistema de Governo e toda a Constituição que estamos elaborando. Espero que nos iluminemos, espero que tenhamos lampejo, para, no curso do plenário, darmos uma solução precisa, democrática e substantiva a esta questão.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Para encaminhar contra, tem a palavra, o nobre Constituinte Virgílio Távora.

**O SR. CONSTITUINTE VIRGÍLIO TAVORA:** – Senhor Presidente, Srs. Constituintes:

Até estrangido viemos a esta tribuna. E por que viemos estrangido à mesma? Com todo o respeito àqueles que autores são dessas emendas, nós iríamos sair, se fossem acolhidas, nesta Casa, esta noite, com uma preocupação muito grande na cabeça. Tínhamos procurado e acertado, como em nenhuma outra nação, como resolver os problemas intrínsecos da auto-estratégia da defesa Nacional, sem um conselho específico.

Não há país que não tenha o seu conselho – nome que se lhe dê – que trate, sob a chefia do Presidente da República, daquelas questões que dizem respeito à segurança geral, à estratégia geral, que englobam toda a conduta da vida de um País.

Aqui foi dito demais que isto poderia ser matéria e competência do Conselho da República.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, são duas coisas completamente diferentes: Conselho de República e Conselho de Defesa Nacional. Até o grau em que se situam, até a altitude, a órbita de competência são diferentes.

O Conselho da República é justamente o órgão superior de consulta do Presidente, assim como o outro o é nas questões estratégicas, nas questões de segurança, ele o é para toda a condução da alta política do País.

De um lado, o Conselho da República tem como preocupação maior pronunciar-se sobre a dissolução da Câmara, a nomeação de missão de Primeiro-Ministro, a realização de referendo, a intervenção federal nos Estados, o livre exercício dos direitos sociais ou conflitos de interesses que atinjam aos serviços públicos essenciais e outros assuntos de natureza política.

Outra e muito outra, não só aqui no Brasil, como em todos os países medianamente organizados, é a destinação, com esse título ou com outro, de um Conselho, que vai justamente cuidar daqueles assuntos: da hipótese da declaração de guerra, da celebração de paz, dos critérios de condições de utilizações de áreas indispensáveis à segurança do território nacional; opinar sobre o efetivo ou estabelecimento na faixa de fronteira e na relacionada com a preservação, exploração de recursos naturais de qualquer tipo; estudar, propor e acompanhar o desenvolvimento de iniciativa necessárias à garantia, à independência à defesa do Estado democrático; opinar sobre a decretação do estado de defesa e do estado de sítio e da intervenção federal.

E sobre esse assunto, Sr. Presidente, muito bem avisado andou o Sr. Relator quando soube distinguir duas áreas completamente diferentes de ação. Numa, vai agir um grupo, chefiado pelo Presidente da República, o Presidente das duas Câmaras, o Primeiro-Ministro, os Líderes

da Maioria e da Minoria, na Câmara e no Senado, o Ministro da Justiça e seis cidadãos brasileiros natos com mais de 35 anos de idade, um terço dos quais nomeados pelo Presidente da República, pela Câmara e outros dois pelo Senado Federal.

Isso é muito diferente de um órgão técnico superior, Sr. Presidente, que terá na sua constituição, além do Presidente da República, da Câmara e do Senado e do Primeiro-Ministro com os poderes maiores de decisão, os Ministros Militares, o Ministro das Relações Exteriores, o Ministro de Planejamento e o Ministro da Justiça.

Sr. Presidente, não vamos nos deixar levar por ressentimentos de um passado, que já vai se diluindo nas brumas do esquecimento, e tratar, neste momento, impedir que o País tenha esse órgão que todas as outras nações possuem com os nomes os mais diferentes, mas com a única finalidade; o tratamento das questões maiores da segurança e da soberania da terra a que pertence.

Isto a que tínhamos a dizer, Sr. Presidente. Desculpemos o alongado, mas este discurso tinha que ser feito com a ênfase, como complemento para manter, para deixar aqui bem clara a posição de um homem absolutamente convencido de que o Sr. Relator, fazendo a inserção que fez do projeto da constituição do Conselho de Defesa Nacional nada mais fez do que responder aos interesses maiores da Pátria-mãe. **(Muito bem! Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra o nobre Constituinte Ottomar Pinto.

**O SR. CONSTITUINTE OTTOMAR PINTO:** – Senhor Presidente, Srs. Constituintes, o Constituinte Virgílio Távora, com a sua experiência longa no trato de questões desse tipo, praticamente exauriu o assunto, mostrando, de forma didática e singularmente clara, que não há qualquer confronto entre atribuições com a instituição ou com a permanência do Conselho de Defesa do Estado, nos termos colocados no Substitutivo II pelo eminente Relator Bernardo Cabral.

É bem verdade, diversamente da colocação feita pelo Constituinte Egidio Ferreira Lima, que dizia que esse conselho divide as instituições, particularizando um estado civil e um estado militar. O estado civil com a sua representação condensada formal, a nível de conselho, no Conselho da República, e o estado militar no Conselho de Defesa.

Mais adiante, S. Ex.<sup>a</sup>, com o vigor da sua retórica, da sua dialética, mencionava a presença militar como representando 50% desse conselho. Na realidade, tal não se verifica. O conselho é integrado por 10 membros, presidido pelo Presidente da República. Destes 10 membros, apenas três, especializados em assuntos de defesa, são os ministros militares, porque existem opiniões correntes no sentido de retirar a caracterização ministerial de entidades como a Casa Militar e o SNI.

A aritmética da representação militar no conselho fica reduzida, tendo em vista que a expressividade da representação é constituída de civis. É natural. Sabemos que toda organização é constituída de uma série de órgãos de aconselhamento, sobretudo nas organizações de alto nível.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Permita-me o orador interrompê-lo, para comunicar ao Plenário que, com base no Regimento, decido prorrogar a reunião até às 21 horas.

A palavra continua com V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE OTTOMAR PINTO:** – Todas as estruturas de administração de alto nível, normalmente, dispõem de vários órgãos de aconselhamento, de vários conselhos. Não é justo, pois, que uma Carta Constitucional que fortalece, com muita justiça, as associações da cidadania, que fortalece as organizações sindicais, que fortifica

lece a representação popular, em todos os seus diversos níveis de atividade, não procure fortalecer a defesa da sociedade brasileira como um todo, sobretudo no que ela tem de mais significativo, ou seja, a sua soberania.

Daí, justifica-se a presença de um conselho especializado, além do conselho político, que é o Conselho de Estado, os únicos dois órgãos que o Chefe de Estado vai ter, na estrutura parlamentar do sistema de governo brasileiro, nos anos vindouros.

Não vemos – repetimos – essa dicotomia entre civil militar, na estrutura de um conselho híbrido. Daí por que perfilhamos a manutenção do que contém no texto do Relator, ate mesmo quando fala na intervenção. Pode-se observar que, no rol das situações, três ou quatro se caracterizam, fundamentalmente, por ações de intervenção, ligadas à defesa da ordem publica. As demais são questões políticas, que se inserem, com muita justiça, no Conselho de Estado tão bem defendido pelo Constituinte Egidio Ferreira Lima.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra o Relator.

**O SR. RELATOR (Adolfo Oliveira):** – Sr. Presidente e Srs. Constituintes, pede-me o ilustre Relator-Geral – o que, aliás, muito me honra – que defenda, aqui, o texto do substitutivo e a posição da Relatoria em face das emendas dos Constituintes José Genoíno e Egidio Ferreira Lima.

O projeto de Constituição procura traduzir uma realidade nova, uma realidade moderna para o nosso País. Se abolimos velhas estruturas e procuramos dar alguns passos à frente, arquivamos a filosofia da segurança nacional. Não podemos deixar, contudo, de proporcionar recursos ao Estado democrático para a sua defesa. E isso está inscrito no próprio texto, que prevê a criação do Conselho de Defesa Nacional, que não se destina a outra coisa senão servir como órgão de consulta do Presidente da República e do Primeiro-Ministro, conforme se lê no **caput** do artigo. Na sua competência, ele se limitará a propor e a sugerir.

Mas, Sr. Presidente, a exemplo do que acontece em todas as democracias, por assim dizer, jovens do mundo – e eu citaria, apenas de passagem, Portugal, nosso avô, agora rejuvenescido depois da Revolução dos Cravos, e a Itália, onde também existe o Conselho de Defesa, nos aqui temos o Conselho de Defesa do Estado democrático. E mais, eu creio que, por vez primeira, este Conselho se destina à defesa nacional e à defesa dos interesses nacionalistas do Brasil, porque a seu cargo está o zelo, o cuidado de defender o nosso patrimônio mineral e as riquezas, para que eles não sejam mercadejados no plano dos interesses internacionais, como tantas vezes o foram.

É muito fácil defender o texto do Relator. É muito difícil votar em sentido contrário.

Quero lembrar ainda, para terminar, que a justificativa produzida pelo eminente Constituinte Egidio Ferreira Lima, sempre criterioso, correto, ético nas suas posições, para a emenda com que ele extingue o Conselho de Defesa Nacional, seria a existência do Conselho de Estado que foi rejeitado há pouco. E eu tenho aqui comigo o texto que consta de um desses pequenos volumes, que nós somos obrigados a consultar a cada momento.

Por todas essas razões, Sr. Presidente, para que o nosso jovem Estado democrático, que há de se consolidar com esta Carta Magna que nós iremos votar afinal, para que ele tenha os seus instrumentos de defesa, para que ele não seja inerte, é que a Relatoria defende o texto e opina contrariamente às emendas de rejeição do Conselho de Defesa Nacional.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Em votação.

**(Procede-se à votação)**

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Carlos Mosconi, Egídio Ferreira Lima, Haroldo Sabóia, José Paulo Bisol, Nelton Friedrich, Jorge Hage, Octávio Elísio, Oswaldo Lima Filho, Rose de Freitas, Vilson Souza, Paulo Ramos, Sigmaringa Seixas, Brandão Monteiro, Lysâneas Maciel, Luiz Salomão, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Haroldo Lima e Roberto Freire. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Alfredo Campos, Antônio Britto, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Carlos Sant'Anna, Celso Dourado, Cid Carvalho, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Ibsen Pinheiro, João Calmon, João Herrmann Neto, José Fogaça, José Ignácio Ferreira, José Richa, José Ulisses de Oliveira, Manoel Moreira, Mário Lima, Milton Reis, Nelson Carneiro, Antonio Mariz, Chagas Rodrigues, Daso Coimbra, Israel Pinheiro, Nilson Gibson, Raimundo Bezerra, Rodrigues Palma, Virgildásio de Senna, Wilson Martins, Alcení Guerra, Aloysio Chaves, Arnaldo Prieto, Carlos Chiarelli, Eraldo Tinoco, Inocêncio Oliveira, José Lins, José Lourenço, José Santana de Vasconcellos, Marcondes Gadelha, Mário Assad, Oscar Corrêa, Osvaldo Coelho, Paulo Pimentel, Sandra Cavalcanti, Jofran Frejat, Jonas Pinheiro, José Tinoco, Mozarildo Cavalcanti, Paes Landim, Antônio Carlos Konder Reis, Gerson Peres, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia, Virgílio Távora, Adylson Motta, Francisco Rossi, Joaquim Bevilacqua, Ottomar Pinto, Adolfo Oliveira e Siqueira Campos. **ABSTENÇÃO** do Senhor Constituinte Luís Eduardo.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 21 Constituintes; votaram NÃO 60 Constituintes; absteve-se de votar 01 Constituinte. Total: 82 votos. O Destaque foi **rejeitado**.

Há requerimento de preferência sobre a mesa.

Requer, nos termos regimentais, preferência para votação do Destaque nº 7322, de autoria dos Constituintes Nelson Carneiro e Euclides Scalco e outros Líderes que assinam o requerimento.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Constituintes que o aprovam queiram permanecer sentados. **(Pausa)**

Aprovado.

Aprovado o requerimento, passo à votação do destaque.

Concedo a palavra ao nobre Constituinte Nelson Carneiro, para encaminhar a votação.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a decisão que acaba de ser tomada pela Assembléia Nacional Constituinte manteve o Conselho de Defesa Nacional tal como o sugerido pelo Relator.

A emenda que se vai votar é apenas para transferir esse conselho para o local próprio onde ele deve figurar, ou seja, no Título V, que trata da defesa do Estado. Não altera o instituto, o Conselho apenas transfere-se deste local para o local próprio, que é aquele que fala da defesa do Estado.

Somente isso, Sr. Presidente. Uma simples transferência para o local próprio do Conselho, que já foi aprovado ou foi mantido na deliberação anterior.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra, pela ordem, o nobre Constituinte Carlos Sant'Anna.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Sr. Presidente, a Emenda que acaba de ser defendida pelo Constituinte Nelson Carneiro, parece-me meramente for-

mal, e pode o Relator, se acolhê-la, eliminar simplesmente a questão, sem necessidade de submeter à apreciação, porque é uma mera transposição de um Título para outro. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – V. Ex.<sup>a</sup> lembra bem, Constituinte Carlos Sant'Anna. Apenas pediria a atenção de V. Ex.<sup>a</sup>, porque creio que, entretanto, a posição do Relator não é concordante.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, só para encaminhar contra, em dois minutos.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Pela questão de ordem, pela seqüência, ficaria prejudicado o encaminhamento se o Relator se manifestar favorável à posição.

Ouç o Relator.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, o eminente Constituinte Nelson Carneiro, que merece todas as minhas atenções, desloca a criação de um órgão, que é um Conselho, para uma secção de estado de sítio, se bem entendi o que S. Ex.<sup>a</sup> acaba de prelecionar. Entre o Relator concordar com esse deslocamento e o eminente Constituinte concordar com a retirada da sua emenda, parecer-me-ia muito mais plausível, que ora lhe encareço com o carinho e a atenção de sempre.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A palavra neste caso, é devolvida a V. Ex.<sup>a</sup> para, sinteticamente, declarar se retira a emenda, nobre Constituinte Nelson Carneiro.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – Sr. Presidente, eu gostaria de saber, pois é difícil entendermos. O Relator, sempre tão claro, me deixou dúvida: se S. Ex.<sup>a</sup> concorda com a transferência do texto, ou não concorda.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Esses nossos Constituintes que o rodeiam, rodeiam-nos menos com a idéia de fazer barulho do que prestar homenagem a V. Ex.<sup>a</sup>, esteja certo disso. É que, eventualmente, há um sussurro e acaba impedindo-o. Mas, veja como se fez silêncio agora, o silêncio que é o clamor de tudo aquilo que não fala.

Eminente Constituinte Nelson Carneiro, V. Ex.<sup>a</sup> concorda com o texto que está no Substitutivo II. A concordância de V. Ex.<sup>a</sup>, que resulta, inclusive, de uma votação esmagadora, dá a entender que V. Ex.<sup>a</sup> não se insurge contra o texto. Apenas, V. Ex.<sup>a</sup> gostaria que fosse colocado numa outra Secção, num outro Capítulo. Ao entender, ao juízo do Relator, onde está melhor se situa a matéria, que vem logo após o outro Conselho. Então, veja, assim como V. Ex.<sup>a</sup> consulta o Relator nessa possibilidade de jogar para a frente, o Relator não consulta, o Relator pede, o Relator encarece que V. Ex.<sup>a</sup>, como homenagem a esta Relatoria, retire a sua emenda. Acho que ficaria melhor.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Qual é a resposta do Constituinte Nelson Carneiro?

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – Sr. Presidente, eu devo colaborar com os trabalhos desta Casa embora, com a devida vênica, convencido que o lugar próprio seria no Título V, eu me rendo ao propósito que anima esta Comissão, de prosseguir nos trabalhos. E, por isso, eu retiro a emenda. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Requerimento de preferência para o Destaque nº 3366, referente à Emenda nº ES-25542 – Gastone Righi e outros Líderes.



Os Srs. Constituintes que estão de acordo com a preferência, queiram permanecer sentados. **(Pausa)**

**Destaque nº 003366-87 – Emenda nº ES-25542-8 do Sr. Prisco Viana, "que modifica a redação do inciso XXIII do art. 115 do Substitutivo nº 1 (art. 91, XXIII do Substitutivo nº 2)."**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Passo ao destaque.

Emenda nº ES-25542, modificativa do Título IV, Capítulo II, secção 2ª art. 91, inciso XXIII.

S Ex.<sup>a</sup> pretende dar a seguinte redação naquilo que corresponde às atribuições do Presidente da República: "Permitir, em tempo de paz, que forças estrangeiras amigas transitem pelo Território nacional, ou nele permaneçam temporariamente".

Esta é a emenda. Para encaminhá-la, concedo a palavra ao Constituinte Gastone Righi.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr. Presidente e Srs. Constituintes, esta emenda é de autoria do Deputado Prisco Viana, hoje Ministro, e o que ela objetiva é corrigir um defeito do substitutivo que se refere as tropas aliadas ou a forças aliadas. Ora, essas só podem existir na medida em que um tratado militar se estabeleça ou exista guerra e que haja aliança nessa referida guerra. Em se tratando de tempo de paz, nós podemos nos referir a tropas ou forças amigas com países com os quais mantemos relações.

Além do mais, o chamado comando direto dessas tropas é absolutamente inexequível. Todos os dias, em portos brasileiros, chegam belonaves da Marinha de Guerra de outros países, de nações amigas. E seus corpos de fuzileiros navais, suas tripulações que são forças militares, são tropas militares, descem nos portos, andam e não é possível que se faça acompanhá-las por oficiais ou elas se submetam a comando direto militar. Elas estão em nossos territórios, submetidas às nossas leis, às nossas autoridades. Quanto a isso não há dúvida nenhuma: o fato é corriqueiro e é diário e se reproduz em todos os aeroportos e em todos os portos nacionais.

Mas, Sr. Presidente, principalmente quanto à parte da emenda que se refere a tropas amigas, substituindo a expressão de "aliadas", é indispensável que a emenda seja admitida.

**O SR. CONSTITUINTE ISRAEL PINHEIRO:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Antes, é o Presidente que fala pela ordem, pedindo permissão aos nobres Constituintes, e lastimando se a minha posição se antecipar a de V. Ex.<sup>as</sup>.

Quero chamar a atenção do Constituinte Gastone Righi, para o fato de que já foi aprovado, em redação final, o Título III, exatamente nas "Atribuições do Presidente da República", figura:

"Permitir, nos casos previstos em lei complementar, que forças estrangeiras transitem pelo Território nacional, ou nele permaneçam temporariamente, sob o comando de autoridades brasileiras."

O assunto, portanto, está **prejudicado**.

**O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Dou a palavra a V. Ex.<sup>a</sup>, pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE:** – Sr. Presidente, quero registrar o meu protesto pelos fatos ocorridos hoje, nesta Comissão.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Por todos os fatos?

**O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE:** – Não, todos não! Alguns me alegraram, inclusive. O fato a que quero me referir são os acordos feitos pelas Lideranças. Foi feito um acordo por todas as Lideranças que defendiam a questão do parlamentarismo e montado todo um texto para ser aqui, nesta Casa, aprovado. Nós, Constituintes que temos emendas a todos os Capítulos que votamos ontem e hoje, sacrificamos o nosso direito de ver votadas essas emendas, para contribuir com o bom andamento dos trabalhos e com os acordos de Lideranças que foram feitos.

Quero deixar o meu protesto, porque houve uma mudança desse acordo no fim deste dia, extremamente séria, que fez com que o Constituinte Nelson Carneiro retirasse a sua emenda de votação, emenda esta que trazia para as responsabilidades do Conselho da República tarefas políticas importantes, como as decisões sobre a questão de estado de sítio, estado de defesa e as questões de relevância sobre as questões democráticas neste País. Desconheço as razões desta retirada. Havia um acordo para que isso fosse votado. Creio, inclusive, que o Constituinte Egídio Ferreira Lima fez, hoje, nesta reunião, um ato de sacrifício para contribuir com a solução desse problema, que não sei de que forma foi imposto a esta Casa.

A minha revolta, Sr. Presidente, é que houve pressões de fora para que essas coisas aqui acontecessem. Não foi votada a emenda do Constituinte Nelson Carneiro e, finalmente, se obrigou praticamente o nobre Constituinte a retirar a que transferia o Conselho de Defesa Nacional para um capítulo seguinte; emenda própria e acordada por todos aqueles que defenderam o parlamentarismo nesta Casa.

Houve pressões espúrias a esta Casa. Quero deixar o meu protesto e dizer que, desta forma, não podemos mais cooptar com os acordos de Liderança, submetendo o nosso trabalho individual ao sacrifício, para vermos cumprir aqui os acordos que foram cumpridos e que infelizmente, hoje, não o foram, com certeza por pressões advindas de setores militares deste País.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Remeto o protesto de V. Ex.<sup>a</sup> às Lideranças.

**O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO BRITTO:** – Sr. Presidente, gostaria, a título de explicação, que V. Ex.<sup>a</sup> ouvisse e outros companheiros também que em relação a esse episódio houve, claramente, um equívoco que levou a retirada, pelo Senador Nelson Carneiro, desse destaque.

Manteve-se, ao longo de todo o tempo, a absoluta concordância com o mérito da matéria e esperamos que, em Plenário, isso possa se transformar no que é a melhor decisão em relação a esta matéria: sua aprovação e inclusão no texto definitivo.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra o Constituinte Jorge Hage.

**O SR. CONSTITUINTE JORGE HAGE:** – Sr. Presidente, secundando o pronunciamento do Constituinte Ademir Andrade, tendo tido eu a responsabilidade inclusive de levar, com vistas à inclusão no acordo de Lideranças, emendas de companheiros meus, inclusive do Constituinte Nelson Friedrich, nesse mesmo sentido e direção, da transposição de competências do Conselho de Defesa para o Conselho da República, considero, também e igualmente, profundamente lamentável que a nossa renúncia às emendas individuais, em favor de um acordo, até aí plenamente válido e bem intencionado, que após a mudança dos termos desse acordo fiquem todos prejudicados e sem mais oportunidade sequer de defesa.

Da mesma forma que em relação às emendas que visavam os 4 anos de governo no parlamentarismo, fui também intermediário de emendas desse tipo. Abdicamos da prioridade a elas em favor da emenda do Constituinte Nelson Wedekin na mesma direção, mas nunca o faríamos se soubéssemos que ia ser posta, em sua frente, com prejudicialidade uma emenda de 5 anos.

Este, o protesto que também me permito, com a generosidade de V. Ex.<sup>a</sup>, haver registrado.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Pois não! Registrado.

**O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO MONTEIRO:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra o Constituinte Brandão Monteiro.

**O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO MONTEIRO:** – Não é para nenhum protesto, mas eu fizera uma questão de ordem durante a Presidência do Constituinte Fernando Henrique Cardoso e S. Ex.<sup>a</sup> informara, na oportunidade, que não possuía condições de informar porque não se encontravam sobre a mesa as emendas a que me referi.

Como sabe V. Ex.<sup>a</sup>, ficou decidido que votaríamos os títulos ressalvados os destaques e que as emendas seriam votadas em preferência dos títulos com prazos predeterminados, vencidos os prazos, as emendas e os destaques se não fossem votados iriam para o plenário. Na oportunidade desse decisório, também ficou estabelecido que além dos líderes que representassem 2/3 dos Partidos para resguardar o direito das minorias, poderiam também Partidos ou líderes que representassem o número de 10 ou 1/10 da Comissão.

Fizemos desta forma. Encaminhamos as nossas preferências e, lamentavelmente, na relação que foi expedida pela Mesa, essas preferências não constam.

Solicitaria a V. Ex.<sup>a</sup> que providenciasse a inclusão dessas preferências, porque elas estão legalmente habilitadas pelo Regimento e pelo acordo.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Levarei o problema à Mesa.

**A SRA. CONSTITUINTE ROSE DE FREITAS:** – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Pois não!

**A SRA. CONSTITUINTE ROSE DE FREITAS:** – Sr. Presidente, gostaria de fazer uma consulta à Mesa, dada a dificuldade que temos de trabalhar no plenário, porque nós – e faço isso na condição de Vice-Líder na Constituinte – temos dificuldade em saber quem na verdade está respondendo – quero fazer essa consulta oficialmente à Mesa – pela Liderança do PMDB. Os entendimentos são mantidos em nome da Liderança exercida pelo Constituinte Euclides Scalco que reconhecemos como Líder em exercício, mas, no plenário da Casa, quando temos dificuldade de dirimir as dúvidas dos acordos, recorremos às lideranças que se postam nesta mesa onde está escrito Líder do PMDB e obtemos respostas constantes, como hoje fiz ao Constituinte Antônio Britto: quem responde pela Liderança do PMDB? E S. Ex.<sup>a</sup> disse: é o Constituinte Euclides Scalco. Mas, como infelizmente o nosso Líder em exercício não permanece em plenário, as pessoas que aqui estão, permanentemente, falam e encaminham pela liderança.

Portanto, Sr. Presidente, para bom andamento dos trabalhos do meu Partido junto as outras bancadas, gostaria que amanhã, no início da reunião, tivéssemos por escrito esta resposta para que pudéssemos encaminhar o nosso trabalho da melhor forma, de maneira inclusive objetiva. Não respondem pelos acordos os que aqui estão,

não respondem pela liderança os que aqui falam e nós ficamos perdidos que nem cego em tiroteio nesta Casa, sem poder adotar posturas que não sabemos ser ou não ser do PMDB, o que nos confunde. O que nos tem orientado sistematicamente é a palavra do nosso Relator, que presumimos seja sempre a palavra consensual do nosso partido mas, essa coisa não pode continuar, Sr. Presidente.

Não quero denegrir com isso a imagem de qualquer companheiro que aqui esteja exercendo com muito afeto, carinho e dedicação essa tarefa. Apenas quero que o meu Partido, como o maior partido desta Casa, responda-me oficialmente, e gostaria de tomar conhecimento dela amanhã, no início da reunião, porque será de muito proveito para nós do Movimento da Unidade Progressista, para os companheiros de outros Partidos, que nos respondam oficialmente: quem responde pela Liderança da Constituinte nesta Casa, inclusive na ausência do Constituinte Euclides Scalco.

Muito obrigada. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tenho a impressão de que poderia dar à Constituinte Rose de Freitas uma resposta apenas parcial. A Mesa também tem o maior interesse de saber quem é o Líder e quem pelo Líder fala na sua ausência. De maneira que remeto, por um correio privilegiado, essa consulta ao próprio PMDB e, amanhã, espero que o PMDB tenha a resposta para V. Ex.<sup>a</sup> e para a Mesa – quem é o Líder e quem, na sua ausência, responde por ele.

### III – SUSPENSÃO DA REUNIÃO

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A Presidência vai suspender os trabalhos, convocando os Senhores Constituintes para a continuação da presente reunião, amanhã, 31-10-87 às 9:00 horas.

Está suspensa a reunião.

**(Suspende-se a reunião às 21 horas e oito minutos).**

### EM 31 DE OUTUBRO DE 1987

Presidência dos Srs. **Aluizio Campos**, Primeiro-Vice-Presidentes; **Jarbas Passarinho**, Terceiro-Vice-Presidente.

### I – REABERTURA DA REUNIÃO

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Havendo número regimental, declaro reaberta a reunião.

### II – COMUNICAÇÕES

**Do Senhor Constituinte Paulo Ramos:**

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – Sr. Presidente, os trabalhos da Comissão de Sistematização, com o esforço conjunto de todos os seus integrantes, estão sendo desenvolvidos com base em acordo das Lideranças. Naturalmente os acordos feitos não podem ser encarados como um desprestígio aos demais Constituintes, já que o objetivo é dar ao trabalho da Comissão de Sistematização maior agilidade e eficiência. Entretanto, como temos recebido, diariamente, uma relação dos destaques que serão votados, devidamente ordenados, levanto a seguinte questão de ordem: recebemos uma relação, e pretendo saber – também espero que todos os membros da Comissão sejam informados – se ela corresponde exatamente à relação de preferências encaminhadas à Mesa. Minha indagação é pertinente, porque ontem enfrentamos problemas, que considero extremamente desagradáveis, exatamente porque a ordem dos pedidos de preferência não obedecia à ordem de preferência distribuída ao Plenário da Comissão de Sistematização.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A ordem de preferência está em correspondência com a ordem de apresentação dos destaques e também com o número das disposições do projeto. Passamos a obedecer à seqüência cronológica do projeto. De maneira que a planilha distribuída, como V. Ex.<sup>a</sup> poderá verificar, está obedecendo à ordem dos artigos.

**Do Senhor Constituinte Carlos Sant'Anna:**

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Sr. Presidente, encaminharei à Mesa da Comissão, para que dirija à Mesa da Assembléia Nacional Constituinte, a questão de ordem que, sucintamente, vou expor.

Diz o § 1º do art. 26 do Regimento da Assembléia Nacional Constituinte:

"Havendo parecer, e uma vez encaminhado à Mesa, este será publicado no **Diário da Assembléia Nacional Constituinte** e em avulsos, sendo o Projeto incluído em Ordem do Dia, obedecido o interstício de 24 (vinte e quatro) horas da distribuição dos avulsos, para sua votação em primeiro turno."

Em primeiro lugar, portanto, este § 1º do art. 26. Em segundo lugar, quero ler o art. 63 do Regimento da Assembléia Nacional Constituinte, que diz o seguinte:

"Admitir-se-á requerimento de destaque, para votação em separado, de partes de projeto ou de substitutivo e de emenda do grupo a que pertencer, devendo o requerimento ser apresentado, por escrito, até o início da sessão em que se der o processo de votação respectivo."

Ora, minha questão de ordem se estriba, em primeiro lugar, no fato de que ainda não foram publicados os avulsos dos Títulos I e II no **Diário da Assembléia Nacional Constituinte**. Houve apenas a distribuição desses avulsos. Mas é muito claro o § 1º quanto à exigência de que estes sejam publicados antes da inclusão na Ordem do Dia. Por outro lado, a Mesa da Assembléia Nacional Constituinte, não a Mesa da Comissão de Sistematização – estou apenas registrando o fato, pois é a única oportunidade pública que tenho para fazê-lo – marcou os dias 30 e 31 para a apresentação de destaques, prazo que se encarára hoje, às 17h, se não me falha a memória.

Todavia, o art. 63 é muito claro, quando diz que "a apresentação de destaques pode ser feita até o início da sessão em que se der o processo de votação respectivo".

Assim, Sr. Presidente, faço este registro e o entregarei à V. Ex.<sup>a</sup> escrito, pedindo a V. Ex.<sup>a</sup> o especial obséquio de encaminhá-lo à Mesa da Assembléia Nacional Constituinte.

**Documento a que se refere o Senhor Constituinte Carlos Sant'Anna:**

"Questão de ordem referente ao art. 63 do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte

Sr. Presidente Constituinte Ulysses Guimarães.

O art. 26 do Regimento da Assembléia Nacional Constituinte, no seu § 1º, determina:

"Havendo parecer e uma vez encaminhado à Mesa da Assembléia, este será publicado no **Diário da Assembléia** e em avulsos, sendo o projeto incluído em Ordem do Dia, obedecido o interstício de 24 (vinte e quatro) horas da distribuição dos avulsos para sua votação em primeiro turno." No art. 63, o citado Regimento estatui:

"Admitir-se-á requerimento de destaque, para votação em separado, de partes de projeto ou de substitutivo e de emenda do grupo a que pertencer, devendo o requerimento ser apresentado, por escrito, até o início da sessão em que se der o processo de votação respectiva."

A decisão da Mesa de fixar os dias 30 e 31, deste mês de outubro, para apresentação de destaques aos Títulos I e II fere, pois, os termos do art. 63 e do § 1º do art. 26 do Regimento da Assembléia Nacional Constituinte.

Em face do que acabamos de demonstrar solicitamos à Mesa desta Comissão esclarecer este plenário quanto ao estatuto e termos legais em que se baseou para fixar os dias 30 e 31 do mês corrente para apresentação de destaques ao Preâmbulo, Títulos I e II da Redação Final do Projeto de Constituição.

Sala das Sessões, 31 de outubro de 1987. – Constituinte **Carlos Sant'Anna.**"

**Da Senhora Constituinte Sandra Cavalcanti:**

**A SRA. CONSTITUINTE SANDRA CAVALCANTI:** – Sr. Presidente, peço a palavra para um esclarecimento.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem a palavra V. Ex.<sup>a</sup>.

**A SRA. CONSTITUINTE SANDRA CAVALCANTI:** – Sr. Presidente, gostaria de obter uma informação da Mesa da Assembléia sobre requerimento de minha autoria para que fosse providenciada uma rede de televisões educativas – a cadeia da TVE. É bom não confundir, pois não estou pedindo cadeia para ninguém, mas cadeia de emissoras de televisão, para, pelo período de uma hora e meia, responder a declarações feitas em um programa de televisão, ao qual compareceu o Consultor-Geral da República, o eminente Dr. Saulo Ramos.

Na oportunidade, fiz questão de acentuar que reconheço no Dr. Saulo Ramos e em qualquer componente do quadro do Governo do Presidente Sarney o direito de comparecerem à televisão, em programas gerados por emissoras comerciais, e dizerem o que pensam a respeito do nosso trabalho e, principalmente, dos poderes constituintes. Não reconheço, porém, o direito de o Governo reproduzir posteriormente o programa divulgado por uma emissora comercial, em determinado dia, utilizando-se de uma cadeia de emissoras de tevês educativas que compõem uma rede pública, mas sem dar aos membros da Assembléia Nacional Constituinte meios para responderem ao que ali foi dito.

Agora, Sr. Presidente, vejo com espanto que, terminada a votação de ontem, o mesmo grupo volta à carga, desta vez num editorial de hoje, sem assinatura, mas da responsabilidade do proprietário e do redator-chefe do jornal **O Globo** onde é dito textualmente que estamos aqui usurpando poderes, com a pergunta que foi exatamente a tônica do programa do Consultor-Geral da República, Dr. Saulo Ramos, que no programa dizia, de vez em quando, a título de repetitiva insinuação:

"Qual é a origem do Poder Constituinte do atual Congresso?" E, ao final, a frase predileta que o Dr. Saulo Ramos usou no referido programa: "Sem dispor de Poder Constituinte originário, os caminhos do atual Congresso Constituinte na discussão do sistema de Governo e de matérias correlatas abrem-se mais sobre a subversão da ordem jurídica que sobre o fortalecimento das instituições e da credibilidade do poder político."

Sr. Presidente, esta afirmação é muito grave e muito séria. Até agora ninguém tinha tido a audácia, o deslante de, em editorial, contestar nossa presença numa Assembléia Nacional Constituinte com liberdade para redigir um texto constitucional. Isto não é subversão, isto já é o começo de uma orquestrada conspiração contra o nosso trabalho. **(Muito bem! Palmas)**. É preciso que a Assembléia Nacional Constituinte disponha de meios, de recursos. Nem o Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, Dr. Ulysses Guimarães, nem os Presidentes da Comis

são de Sistematização – inclusive V. Ex.<sup>a</sup>, um bravo lutador – nenhum de nós, seus integrantes, pode aqui, impunemente, ler este editorial e continuar a trabalhar sem a evidente desconfiança de que algo se desenha na linha do horizonte, de que há de fato a nítida intenção de contestar o nosso legítimo poder de implantar no País um sistema de governo que pareça o melhor para a maioria da Assembléia, um regime de governo que pode não agradar às atuais autoridades do País e aos eventuais candidatos, mas que pode ser – e será certamente – o nosso melhor instrumento de trabalho.

De modo que, Sr. Presidente, termino meu pedido de esclarecimento indagando de V. Ex.<sup>a</sup> por quanto tempo mais teremos de aguardar a requisição de horário na televisão para dar a esses conspiradores, a esse grupo que não quer mais a democracia no Brasil a resposta de que carecem neste momento.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A Presidência, para colocar ordem nas intervenções dos Constituintes, esclarece que o Constituinte Carlos Sant'Anna inicialmente levantou uma questão de ordem lendo disposições do Regimento Interno referentes à determinação de serem publicadas as redações finais para efeito do recebimento dos destaques a serem apresentados em plenário. De maneira que o prazo para a apresentação dos destaques deveria ser posterior à publicação da redação final no **Diário da Assembléia Nacional Constituinte**. O processo que estamos adotando até o momento é o de que a publicação e a distribuição dos avulsos das redações dos títulos votados ensejam o início do prazo para a apresentação dos destaques. Por isso é que foi previsto naquele acordo, sob a Presidência do Dr. Ulysses Guimarães, que ontem e hoje seriam os dias destinados à apresentação de destaques para os títulos cujas redações tivessem sido aprovadas. Inclusive comunico a V. Ex.<sup>as</sup> que foi aprovada também a redação final do Título III.

De maneira que, como esses destaques se destinam ao Plenário da Assembléia Nacional Constituinte, a decisão da matéria extrapola a competência da Mesa da Comissão de Sistematização, que encaminhará imediatamente a reclamação do Líder Carlos Sant'Anna, que realmente tem procedência regimental à Presidência da Constituinte, porque o prazo dos destaques deveria, na verdade, começar a ser contado a partir do momento em que fosse publicada no **Diário da Assembléia Nacional Constituinte** a redação final das matérias anteriormente aprovadas. Portanto, a decisão que a Presidência pode tomar é de encaminhar a matéria ao exame do Presidente Ulysses Guimarães.

Quanto ao pronunciamento da nobre Constituinte Sandra Cavalcanti, desejo informar à Casa que, na reunião que resultou na prorrogação do prazo até 30 de novembro, para que a Comissão de Sistematização conclua a votação do Projeto de Constituição, o assunto foi aventado e o Presidente Ulysses Guimarães comprometeu-se com as lideranças presentes e os representantes da Mesa da Comissão de Sistematização no sentido de providenciar um programa, em cadeia, de todas as televisões e rádios do País, para que, com a colaboração de todas as lideranças partidárias, se desse uma explicação à Nação e se contestasse o que pareceu aos que estavam presentes àquela reunião um processo realmente premeditado ou uma espécie de conspiração tendente a desmoralizar a eficiência não só dos trabalhos desta Comissão, como também dos trabalhos da própria Assembléia Nacional Constituinte, porque, na verdade, a divulgação que se tem feito dos nossos trabalhos e até da atividade pessoal de alguns companheiros, inclusive de membros da Mesa da Comissão de Sistematização, é negativa.

De maneira que o que podemos fazer é reiterar ao Presidente Ulysses Guimarães a aceleração das providên-

cias que ficou de adotar, para que a divulgação dos nossos trabalhos e a defesa da idoneidade e da legitimidade dos componentes desta Assembléia sejam manifestadas publicamente.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra, pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Sr. Presidente a ilustre Constituinte Sandra Cavalcanti referiu-se a um pronunciamento na televisão feito pelo Consultor-Geral da República, Dr. Saulo Ramos. Dos vários companheiros com os quais tenho conversado, a grande maioria não assistiu ao pronunciamento. Em que pese aos comentários que possam ser feitos, em nenhum instante daquele longo pronunciamento S. Ex.<sup>a</sup> ofendeu ou feria a Assembléia Nacional Constituinte. Ao contrário, emitiu opiniões que podem ser contrárias ao pensamento de vários de nossos companheiros aqui presentes, mas que estão exatamente dentro daquele clima que a Assembléia Nacional Constituinte deve tanto preservar, que é o clima do contraditório, do direito de cada um expressar seus pensamentos, suas opiniões e suas teses com liberdade.

Temos que reconhecer, ainda que possamos não concordar com algumas de suas opiniões, que o Dr. Saulo Ramos as externou com competência, cultura e inclusive com conhecimento jurídico. Possivelmente, o companheiro que está falando de longe não assistiu ao programa e, naturalmente, representa apenas a opinião divergente de vários de nós, talvez até da maioria. A liberdade de imprensa é fundamental para que tenhamos um regime eminentemente democrático. Desde os tempos de Rui Barbosa que se falava da importância da imprensa livre, do seu contraditório, da sua capacidade de dizer tudo aquilo que realmente venha à mente do jornalista e que a imprensa seja capaz de repetir.

De sorte que somos livres para expressar, daquela tribuna, as críticas mais ferozes contra o Governo, a sociedade e tudo o mais. Então temos que aceitar, com a mesma liberdade com que as fazemos, aquelas críticas, mesmo injustas, que nos são feitas.

E claro que estou de acordo em que a Assembléia Nacional Constituinte possa criar mecanismos capazes de também fazer o contraditório com o mesmo destaque e o mesmo espaço, mas não posso estranhar que a imprensa ou outras pessoas questionem certas decisões nossas. Esse questionamento pode estar errado, mas é um direito de quem o faz.

Por outro lado, isso é da essência, da própria natureza do regime democrático.

Sr. Presidente, estou falando porque vim à colação. Não fui eu quem levantou o problema, porém estou aqui fazendo a defesa da liberdade de imprensa, do direito que jornais, como **O Globo**, têm de expressar as opiniões que pretendam. Isso é fundamental ao exercício do processo e do regime democrático.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Com a palavra o Constituinte José Fogaça.

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – Sr. Presidente, ilustres membros da Comissão de Sistematização, solicitou-me o Relator Bernardo Cabral que, em seu nome e dos demais integrantes da Relatoria, expusesse a sua e a nossa posição.

Em primeiro lugar, apresentamos a mais irrestrita solidariedade às palavras corajosas da nobre Constituinte Sandra Cavalcanti. A Relatoria reconhece que, neste momento, a Comissão de Sistematização, em nome da Assembléia Nacional Constituinte, precisa reagir com firmeza

e veemência às ofensas e agressões contra a soberania desta Assembléia Nacional Constituinte. A palavra usurpação supõe que um poder menor se insurja contra um poder maior. A palavra usurpação supõe que um poder menor viola a integridade de um poder maior. Ora, no momento em que se acusa a Assembléia Nacional Constituinte de usurpadora, está-se tentando recusar a ela a sua indelével e inquestionável soberania. **(Palmas)**. É por isso que, com serenidade, mas com firmeza, a Relatoria vê nas palavras da Constituinte Sandra Cavalcanti a expressão fiel do sentimento e do pensamento que domina o espírito dos Srs. Constituintes.

Em nome da defesa dessa liberdade e da soberania, apoiamos a proposição da nobre Constituinte Sandra Cavalcanti. **(Palmas)**

**O SR. CONSTITUINTE HAROLDO LIMA:** — Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** — Tem a palavra V. Ex.<sup>a</sup>, pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE HAROLDO LIMA:** — Sr. Presidente, na verdade, ainda há pouco, o nobre Constituinte Carlos Sant'Anna fez referência à normalidade do contraditório na vida democrática, com pessoas, ainda que sejam autoridades do Governo, vindo expressar de público suas opiniões, ainda que delas possam certos setores divergir. Esse princípio, em geral, é correto, e não poderíamos dele divergir.

Contudo, o fato que estamos agora examinando e sobre o qual a Constituinte está reagindo não tem nada a ver com o que o Constituinte Carlos Sant'Anna acabou de falar. Não existe um contraditório exposto; não existem opiniões divergentes sendo apresentadas à consideração da Nação; o que existe é uma afronta insolente à Assembléia Nacional Constituinte feita pelo chamado "Grupo do Globo", que, há muito, em conluio com o Ministério das Comunicações, vem avançando. Ele, sim, usurpando poderes neste País, beneficiando-se de favores dados pelo Governo Federal, de forma a mais impune, vem atacando a Assembléia Nacional Constituinte e utilizando os favores do Sr. Saulo Ramos para denegrir os trabalhos por ela realizados.

Contra o que estamos protestando aqui com veemência, porque a soberania aviltada o exige, independentemente do tempo que para isso se use, é quanto ao principal editorial do jornal **O Globo**, que teria dito que estamos levando em curso o que aqui está escrito: a subversão da ordem jurídica e não o fortalecimento das instituições. Sr. Presidente, na verdade, subversão da ordem jurídica é, como diz o nobre Relator, pretender questionar a soberania da Assembléia Nacional Constituinte para tomar as decisões soberanas a respeito da ordem jurídica nacional que estamos aqui tomando. O jornal **O Globo** e todos os reacionários do País estão efetivamente descontentes com a decisão que ontem tomamos nesta Comissão, de alterar o sistema de governo. Continua dizendo em seguida: "Quem deu legitimidade a esses Congressistas para tomarem a decisão que ontem foi tomada?". Ele próprio faz a referência, dizendo que foi a eleição passada. E diz: "não deu, pois, mais legitimidade aos congressistas que a admitida pelo menos implicitamente, no titular da Presidência da República, pelo tempo já estipulado do seu mandato".

Sr. Presidente, a legitimidade que os Constituintes têm, dada pela eleição passada, não é a mesma que o Presidente da República tem para dizer que tem seis anos de governo, como diz o editorial de **O Globo**. Os seis anos de mandato do Presidente Sarney, que ele supõe serem legítimos, e que **O Globo** compara com a mesma legitimidade desta Casa, são profundamente diferentes. Esta Casa tem sua legitimidade assentada na opinião soberana

do povo brasileiro, e o mandato de seis anos do Presidente Sarney está assentado, lembremo-nos, no "pacote de abril".

Foi o nefasto "pacote de abril", hoje repudiado por todo o povo brasileiro, que estabeleceu pela primeira e única vez neste País a idéia de que o Presidente da República José Sarney tem seis anos de mandato. Por conseguinte, é inteiramente desconexo esse raciocínio de que a legitimidade desta Casa é a mesma do mandato de Sarney. Esta Casa tem legitimidade para mudar, e o fará, o sistema de Governo, mas não tem legitimidade para permanecer seis anos no Governo o atual Presidente da República.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** — A Presidência declara encerrado o debate a respeito do assunto, para que possamos continuar a votação.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** — Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** — A Presidência considera encerrado este episódio, porque já esclareceu...

**O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE:** — Sr. Presidente, quero levantar uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** — A Presidência acolhe os pronunciamentos porque somos uma Casa política. Não podemos ficar distanciados das ocorrências políticas que afetam a Assembléia Nacional Constituinte. Por isso, solidariamente com os companheiros que aqui se pronunciaram em defesa da soberania e do respeito que merece a nossa legitimidade, iremos adotar junto ao Presidente Ulysses Guimarães as providências que S. Ex.<sup>a</sup> já se comprometeu a executar em defesa da imagem da Assembléia Nacional Constituinte e da Comissão de Sistematização.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ MARIA EYMAEL:** — Sr. Presidente, sem desmerecer os demais colegas, todas as correntes políticas desta Casa têm o dever de se pronunciar.

**O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE:** — V. Ex.<sup>a</sup>, num momento grave como este, não pode impedir essas manifestações.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ MARIA EYMAEL:** — A Democracia Cristã não pode ficar calada.

**O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE:** — Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** — Se continuarmos a transformar a Comissão de Sistematização num "pinga-fogo político", não votaremos a matéria que está em pauta.

**O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE:** — Não é questão de "pinga-fogo", Sr. Presidente. A questão é da maior importância, com as sugestões a serem apresentadas.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** — Temos de adotar providências, com a cabeça fria, para prosseguirmos os trabalhos.

Tem a palavra o orador José Lourenço.

**O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE:** — V. Ex.<sup>a</sup> está concedendo a palavra ao Constituinte José Lourenço, mas não se esqueça de que há pessoas que pediram a palavra antes de S. Ex.<sup>a</sup>. Não pode V. Ex.<sup>a</sup> privilegiar ninguém nesta Casa. Se conceder a palavra a S. Ex.<sup>a</sup>, haverá de concedê-la aos que já a solicitaram antes.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** — V. Ex.<sup>as</sup> estão defendendo o contraditório, e o Constituinte José Lourenço é uma expressão do contraditório nesta Comissão.

**O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE:** — Peço a palavra, em seguida, pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LOURENÇO:** – Parece-me que os grandes democratas neste País não querem mais a imprensa livre no Brasil. Só se pode escrever agora nos jornais aquilo que eles pensam, dizem e querem. O que o **O Globo** escreve contra eles, não. **O Globo** tem de ser silenciado imediatamente. Aliás, está bem de acordo, bem à maneira de pensar desses democratas, hoje, com voz, voto e até parecendo maioria na Assembléia Nacional Constituinte do País. Querem silenciar-nos, e, simultaneamente, um dos maiores órgãos da imprensa brasileira, aquele que traduz, com fidelidade, o pensamento do nosso povo, diz hoje em voz uníssona: usurpação dos nossos poderes. Quer dizer, o direito do povo de escolher o seu regime de governo. Isto é o que diz **O Globo**, interpretando a vontade e a opinião da maioria da Nação. Mas isso tem de ser calado e silenciado para que, sorrateiramente, possa passar o seu andar, como que dizendo ao povo que o que vem aí agora é o sinônimo da maioria, à vontade do País e o governo da salvação nacional, traduzido numa palavra, o parlamentarismo. Como bem diz **O Globo**, parlamentarismo, sem ser a expressão da maioria, é o Governo do caos. (Palmas)

O meu partido é de oposição ao parlamentarismo. (Tumulto no Plenário)

Hoje, cumprimento o Sr. Roberto Marinho, grande brasileiro que interpreta, mais uma vez, a vontade da Nação. Muito obrigado. (Palmas)

**O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem a palavra o Constituinte Ademir Andrade, que a havia solicitado primeiro.

**O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, gostaria de chamar a atenção de V. Ex.<sup>a</sup>, dos líderes desta Casa, dos Presidentes Fernando Henrique Cardoso e Jarbas Passarinho, aqui presentes.

A Nação não está sabendo dissociar e ver de quem é a responsabilidade pelo caos econômico em que se encontra. As questões da recessão, do desemprego, da política econômica estão sendo veiculadas pela grande imprensa como de responsabilidade da Assembléia Nacional Constituinte. Assim não é possível continuar. Quero chamar a atenção da Casa para este fato e apresentar uma proposta a V. Ex.<sup>a</sup>: chega de reclamar, é preciso tomarmos medidas. Há poucos dias, vimos em todos os jornais do Brasil – até em um pequeno jornal, o **Diário do Pará** – duas páginas pagas pelo ex-Ministro Raphael de Almeida Magalhães, divulgando o que o Ministério da Previdência e Assistência Social estava fazendo. Quero dizer às Mesas da Comissão de Sistematização e da Assembléia Nacional Constituinte que também nós temos o dever de mostrar à Nação brasileira o que estamos realizando nesta Casa. Precisamos, da mesma forma que o ex-Ministro da Previdência Social, publicar em todos os jornais do País, ocupando quantas páginas sejam necessárias, o que já aprovamos, no Capítulo I e nos Títulos I, II e III. Que o povo julgue se estamos trabalhando corretamente, evitando esta pressão comprometida com o continuísmo, não diria da imprensa, mas dos donos dos grandes jornais, ousados e petulantes, como é o caso do Sr. Roberto Marinho, de **O Globo**. Se não nos preocuparmos com a campanha que se faz contra nós na imprensa, poderemos, a qualquer momento, ter esta Casa fechada.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Nobre Deputado Ademir Andrade, o tempo concedido a V. Ex.<sup>a</sup> já se esgotou.

**O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE:** – Sr. Presidente, espero que este apelo não fique apenas em palavras, mas que V. Ex.<sup>a</sup> tome uma decisão sobre ele. Digo

mais: hoje é sábado e estamos trabalhando, mas o **Jornal da Constituinte**, com cinco insignificantes minutos de duração, não funciona aos sábados para mostrar o que aqui estamos fazendo. Que este noticiário seja transmitido no rádio e na televisão também aos sábados, quando estivermos atuando nesta Casa.

Este, o nosso apelo, no sentido de que V. Ex.<sup>a</sup> tome providências sobre o assunto.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Com a palavra o nobre Constituinte José Genoíno. Peço a S. Ex.<sup>a</sup> que respeite o tempo de três minutos.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Serei breve, Sr. Presidente.

O que está em discussão – está a gravidade do editorial do jornal **O Globo** – não é a liberdade de imprensa, nem o direito de o referido jornal emitir sua opinião política. Chamo a atenção das lideranças, de toda a Casa e, em especial, do Presidente da Assembléia Nacional Constituinte para a situação que se está criando com esse editorial. Nossa preocupação não gira em torno do que o Constituinte José Lourenço afirmou da tribuna, ou seja, que o jornal **O Globo** está defendendo o poder nascido do povo. Preocupamo-nos com a afirmação desse jornal de que a Assembléia Nacional Constituinte não tem poder originário para tomar essas deliberações.

Esta questão, Sr. Presidente, é grave, porque faz parte de uma articulação de ultradireita existente dentro desta Assembléia, para tentar, através desse questionamento, dar-lhe um golpe, com a argumentação de que não tem poderes para as deliberações que está tomando. Esta é a questão de fundo. O que se discute não é a liberdade de imprensa, nem o direito que tem o Sr. Roberto Marinho de emitir sua opinião. Estamos atentos à articulação existente, aqui e lá fora, de conspiradores, no sentido de montar uma arapuca constitucional contra as deliberações soberanas da Assembléia Nacional Constituinte, a partir do argumento de que ela não tem poder originário para tomá-las.

Votamos pelo presidencialismo, mas repudiamos radicalmente os termos desse editorial. E neste sentido queremos reafirmar a atualidade e a importância da questão levantada inicialmente pela Constituinte Sandra Cavalcanti.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup> a intervenção.

Com a palavra o Constituinte José Maria Eymael.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ MARIA EYMAEL:** – Sr. Presidente, a questão foi colocada pelo ilustre Líder do Partido da Frente Liberal em termos equivocados. Não contesta esta Casa, Sr. Presidente – e não poderia fazê-lo, dentro da postura democrática que a assinala –, a total liberdade que têm os órgãos de imprensa de expenderem suas opiniões, mormente através de editoriais, nos quais é expressa sua posição e orientação. Está é a liberdade que cimenta, enerva e engrandece o próprio sistema democrático. Mas queremos nos colocar frontalmente contra os conceitos emitidos e o posicionamento assumido no editorial referido.

Ontem, num dia histórico para a Pátria, 30 de outubro, ao meio-dia, esta Assembléia Nacional Constituinte abriu as portas para a construção de uma nova Nação, onde, através do parlamentarismo, a sociedade efetivamente será governo.

O que fez o jornal **O Globo**, de ontem, foi insurgir-se contra o fato de o povo, agora, realmente poder assumir, de forma rigorosa e perene, o comando da Nação. É neste sentido, Sr. Presidente, que contestamos o editorial desse órgão de informação, porque ele constitui uma falácia em suas afirmações. Ao sol do meio-dia de 30 de outubro, foi consumada a abertura de um novo caminho, onde,

efetivamente, ao contrário do que ocorre agora, as oligarquias serão afastadas do poder e o povo assumirá o governo da Nação.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Concedo a palavra ao Constituinte Brandão Monteiro.

**O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO MONTEIRO:** – Sr. Presidente, toda a Casa conhece a posição do PDT e deste orador em defesa do presidencialismo. Mas não podemos, de forma alguma, aceitar os termos do editorial do jornal **O Globo**, que fere, fundamentalmente, não o parlamentarismo ou o presidencialismo, mas a soberania desta Casa. Aliás, quero chamar a atenção dos Srs. Constituintes para um fato: todas as vezes em que, por decorrência da soberania desta Casa, pretendemos modificar a sociedade corporativista do Brasil, fomos frustrados. Quando aqui foi votada a possibilidade de o Congresso fiscalizar, através de um órgão, as concessões de rádio e televisão, infelizmente esta Comissão a rejeitou. Que isto fique como lição, para que esta Comissão tenha o direito de votar livremente a favor de parlamentarismo ou do presidencialismo, porque para isso aqui chegamos, e os Constituintes representam, em última análise, o pensamento daqueles que os elegeram.

Embora discordando do parlamentarismo – manifestei-me sobre o assunto quando ninguém discutia com o povo esse sistema de governo – quero dizer que **O Globo** não tem o direito de tentar conspurcar a Assembléia Nacional Constituinte.

Reafirmo apelo a V. Ex.<sup>a</sup>, na qualidade de Presidente em exercício da Assembléia, e ao Presidente Afonso Arinos, no sentido de que solicitem ao Presidente Ulysses Guimarães, o mais brevemente possível, nos termos do Regimento, a requisição de uma cadeia de rádio e televisão para divulgar os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte. É a quinta vez que faço essa solicitação, embora o Presidente ainda não me tenha dado uma resposta.

Quero deixar o meu protesto contra a posição do jornal **O Globo** e da grande imprensa, que procuram jogar a opinião pública contra a Assembléia Nacional Constituinte.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A sugestão de V. Ex.<sup>a</sup> coincide com a posição já adotada pela Mesa desta Comissão.

**O SR. CONSTITUINTE ALDO ARANTES:** – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Nobres Constituintes Aldo Arantes e Lysâneas Maciel, o Líder de V. Ex.<sup>as</sup>, o Constituinte Haroldo Lima, já ocupou a tribuna para tratar do assunto.

**O SR. CONSTITUINTE ALDO ARANTES:** – Sr. Presidente, é uma intervenção rápida. Sou um Constituinte.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Acaba de fazê-la o Constituinte Brandão Monteiro.

**O SR. CONSTITUINTE ALDO ARANTES:** – Gostaria de também fazer uma colocação, já que estamos no final dessa questão.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Peço a colaboração de V. Ex.<sup>a</sup> para iniciarmos a votação.

Tem a palavra o Constituinte Lysâneas Maciel, que havia pedido a palavra antes de V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE LYSÂNEAS MACIEL:** – Sr. Presidente, na mesma linha de preocupação do Constituinte Brandão Monteiro, admitimos que não está havendo uma reação despropositada, pois todo mundo sabe do poder que tem o Sr. Roberto Marinho neste País – nomeia e mantém ministro. Mas, à medida que avançam os trabalhos da Constituinte, surgem denúncias, como a do **Jornal do Brasil**, de que está sendo organizado um grupo

de direita denominado "Centrão". Outra denúncia em relação à soberania da Assembléia Nacional Constituinte, segundo o jornalista Jânio de Freitas, da **Folha de S. Paulo**, é episódio que ocasionou a despedida de uma das mais ilustres e competentes jornalistas, de caráter nacional e internacional, Marilena Chiarelli. Em seu artigo, Jânio de Freitas diz o seguinte:

"Vítima já de intriga que com ela indispôs a TV Manchete, por equívoco tão óbvio que só pode ser passageiro, a jornalista Marilena Chiarelli está agora enfrentando a baixezinha de difamações que têm a mesma procedência da intriga: gente que aparece como jornalista, mas outra é a sua atividade principal – os chamados "serviços".

No programa "Brasil Constituinte", ele diz que está havendo uma infiltração dos chamados "serviços". Que "serviços" são esses? São aqueles elementos que estão no jornalismo, como o antigo porta-voz do Departamento de Imprensa do Gen. Figueiredo que agora é dublê de jornalista e que despediu essa moça, porque ela quis apresentar o contraditório. O jornalista Jânio de Freitas, com a autoridade moral e intelectual que tem, diz que o que está havendo em relação à Constituinte é uma tentativa de desestabilização, através da imprensa, por infiltração de elementos do Serviço Nacional de Informações no setor jornalístico, para atingir a soberania desta Assembléia. Por isso é muito importante a nossa atenção ao votarmos a concessão de serviços de radiodifusão sonora, imagem e som porque, hoje, o Sr. Roberto Marinho e os representantes dos "serviços" infiltrados na imprensa são estipendiados pelos mesmos homens dessas associações da direita e da extrema direita, que querem voltar ao antigo regime que infelicitou este País.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Com a palavra o Constituinte Aldo Arantes.

**O SR. CONSTITUINTE ALDO ARANTES:** – Sr. Presidente, o líder do PFL, quando assumiu a tribuna, disse que setores minoritários desta Casa querem calar a imprensa. Não se trata disso, até porque a denúncia inicial partiu da Constituinte Sandra Cavalcanti, integrante do partido do Líder José Lourenço, que não é esquerdista nem radical. E o Constituinte Brandão Monteiro, que é a favor do presidencialismo, veio aqui para defender a soberania da Assembléia Nacional Constituinte. Segundo esse editorial, a Assembléia Nacional Constituinte está usurpando poderes, não lhe competindo elaborar uma nova Constituição e, sim, reformar a Constituição da ditadura.

Ora, Sr. Presidente, apoiamos e aprovamos, na legislatura passada, a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte livre e soberana, tendo, portanto, competência e poderes não de reformar a Carta Constitucional dos militares, mas, sim, de elaborar uma Carta inteiramente nova. Esta, portanto, a questão que está em jogo. O Sr. Constituinte José Lourenço, que já deu aqui manifestações – S. Ex.<sup>a</sup> sim – de radicalismo ao rasgar, na frente das câmeras de televisão, o Anteprojeto de Constituição, vem mais uma vez se colocar ao lado dos grupos econômicos contrários à soberania da Constituinte.

Há poucos dias, um outro jornal da grande imprensa, **O Estado de S. Paulo**, propunha a convocação imediata de eleições em todos os níveis. Ora, Sr. Presidente, convocação imediata de eleições em todos os níveis é sinônimo de golpe.

Quero insistir, Sr. Presidente, na proposta que fiz a este plenário e que o Presidente Jarbas Passarinho levou ao Presidente Ulysses Guimarães de que se coloque imediatamente no ar um programa de televisão para que a Assembléia Nacional Constituinte possa levar ao povo brasileiro a versão oficial dos acontecimentos que estão sendo objeto de um ataque violento da extrema direita, dos setores reacionários deste País.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Com a palavra o Sr. Constituinte Gastone Righi.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr. Presidente, diante das sucessivas manifestações de várias lideranças partidárias, o PTB não deseja ficar ausente. E, ao levar o seu protesto, não quer, no entanto, que ele tenha o cunho ou a natureza de alguns protestos aqui enunciados.

Entendo que a imprensa tem até mesmo, quando erroneamente, o direito e até mesmo o dever de expender o seu pensamento, o seu critério sobre todas as matérias, inclusive o de julgamento de nossos atos. Posso divergir disso e o faço agora. Não consigo compreender um jornal do quilate de **O Globo**, bem informado, com a autoridade que tem, possa, na realidade, dissindir em relação aos poderes desta Assembléia Nacional Constituinte. Esta Assembléia foi convocada, através da Emenda nº 26, com o qualificativo de livre e soberana. E me insurgi contra a palavra "soberana". Tenho autoridade, portanto, agora, para cobrar isso, porque a primeira emenda de convocação da Constituinte foi de minha autoria. E a convocava não com a qualificação de soberana porque mantinha restrições em relação à Federação e à República. Pois bem, a Emenda Sarney veio com a palavra "soberana", foi debatida no Congresso Nacional e, finalmente, aprovada. Ela é soberana porque está acima de tudo, acima da Constituição vigente, de suas restrições. Quando votaram nos Constituintes que aqui estão, os eleitores sabiam que era para que fizessem uma Constituição. Dizem que muitos deles não o sabiam, mas, se não o sabiam, era porque os veículos de comunicação, ou melhor, a imprensa não cumpria o seu papel: ou omitiu-se ou foi ignorante, ou mesmo preferiu ficar na crítica superficial e leviana, ao invés do caráter educativo, de informação, e orientação que deveria traduzir aos eleitores. E não se diga que os veículos não têm penetração porque **O Globo**, como o veículo mais poderoso em termos de comunicação nacional, chega a atingir setenta a oitenta milhões de pessoas. Quando votaram em mim e em todos nós, os eleitores o fizeram cientes de que poderíamos mudar tudo neste País, especialmente o sistema de governo. Na minha plataforma, eu, particularmente, digo-lhes: o primeiro tópico era o parlamentarismo.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Ouço o nobre constituinte Siqueira Campos.

**O SR. CONSTITUINTE SIQUEIRA CAMPOS:** – Sr. Presidente, o Partido Democrata Cristão não se preocupa com o que diz a imprensa; apesar de não sermos de esquerda, estamos perfeitamente de acordo com a célebre estrofe da canção de Vandrê: "Quem sabe faz a hora, não espera acontecer". Só me incomoda muito a imprensa quando ataca a honra, como o fez com a de Bernardo Cabral, e incomoda-me muito que esta Comissão a Assembléia Nacional Constituinte não socorra o seu Relator, um dos homens mais eminentes e corretos deste País. Ele não mereceu a crítica. Mas não teve a solidariedade desta Comissão, quando a **Folha de S. Paulo** o atacou, de forma injusta e descontrolada, porque foi atingida nos seus interesses.

O que diz **O Globo**, a **Folha de S. Paulo** ou qualquer outro jornal não nos preocupa. Sabemos o que fazer. Se não o soubéssemos, não teríamos sido eleitos para elaborar a nova Constituição. Aqui estamos para isto, não com poder derivado, porque, se assim o fosse, teriam, sem dúvida, sido convocadas eleições para um Congresso ordinário, que apenas, reformaria a Constituição em vigor. A Assembléia tem poder originário; ela fará o necessário para a Nação, dentro do seu entendimento, não ultrapassando a delegação que os Constituintes receberam.

Sou parlamentarista. Estou muito à vontade para dizer isto. Não me incomoda o que diz **O Globo** ou a **Folha de S. Paulo**, repito, a não ser quando assacam críticas à honra de homens dignos, como Bernardo Cabral.

Há outro assunto que me preocupa, para o qual peço providências. O Constituinte Ademir Andrade tem razão. A Assembléia Nacional Constituinte não tem publicado o que aqui temos feito. Isto é ruim. Ministros gastam três, quatro páginas, um caderno inteiro de jornal. Nós não usamos absolutamente nada para divulgar os avanços e conquistas do povo brasileiro ocorridos neste recinto sagrado, que deve ser respeitado por todos os jornais. Se eles não nos respeitarem, que prevaleça o julgamento popular, e certamente a Nação castigará os órgãos da imprensa que estiverem errados. Não me incomoda a liberdade de imprensa. A Democracia Cristã Brasileira, através do PDC, defende que não seja maculada honra alguma e lamenta profundamente a falta de solidariedade a Bernardo Cabral.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Com a palavra o nobre Constituinte Roberto Freire.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Quero apenas dizer que a manifestação de hoje é justa. Vamos sofrer ainda outros ataques, e não apenas de **O Globo**. Não é a primeira vez. Já fomos chamados de usurpadores – talvez o sejamos novamente amanhã – a partir exatamente do que é fundamental. A Assembléia Nacional Constituinte é um fórum democrático, talvez o único que o País já teve. Por isto, ocorrem esses atentados, cuja gravidade não decorre da liberdade de imprensa, que deve ser mantida, mas, sim, da trama golpista, por trás dos ataques à Assembléia Nacional Constituinte. Quanto a isso, o que podemos fazer é estar alertas e trabalhar. E é o que faremos!

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Com a palavra o nobre Constituinte Jamil Haddad.

**O SR. CONSTITUINTE JAMIL HADDAD:** – Não queria vir ao microfone, para falar sobre esse assunto, porque vários Constituintes, altamente gabaritados, já externaram ponto de vista igual ao meu. Mas, verificando que todos os partidos, com assento nesta Casa, através de suas lideranças, vieram pronunciar-se, não poderia deixar de trazer também meu mais veemente protesto contra editorial de **O Globo**. Atingir o regime democrático é uma tônica desse veículo de imprensa.

Sr. Presidente, não há dúvida de que existe um movimento golpista em marcha. O **Estado de S. Paulo**, há três dias, propunha eleições imediatas, em todos os níveis, o que significaria encerrar os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte. Temos movimentos de militares, reunindo-se às escâncaras e pronunciando-se contra esta Assembléia. Mas quero deixar bem claro, neste momento, que não interessa ao Sr. Roberto Marinho o regime democrático, porque nele os contratos lesivos à Embratel feitas com sua empresa e com o Sr. Amador Aguiar, do Bradesco, não se configurarão. As denúncias dos empregados, publicadas em vários órgãos da imprensa, fizeram com que houvesse um recuo da empresa. Não interessa a esses donos do poder, à cúpula da imprensa – não me refiro aos brilhantes jornalistas que trabalham nesses veículos de divulgação – a democracia, e muito menos parlamentarismo, porque este será comandado por um gabinete saído desta Casa, e todos os seus atos serão cristalinos, claros, como um livro aberto. As decisões não serão tomadas em gabinetes do Poder Executivo, e esta Casa, criticada diuturnamente, receberá críticas também, se o Primeiro-Ministro e seu gabinete não agirem corretamente.

E o povo terá direito de novamente exigir, através de moção de desconfiança, que seus representantes sejam destituídos e novos parlamentares venham para esta Casa. O regime democrático pleno não interessa a **O Globo** nem aos jornais que querem manter suas mordomias, através dos bancos oficiais, às custas do sacrifício da população brasileira.



**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Concedo a palavra ao Constituinte Victor Faccioni.

**O SR. CONSTITUINTE VICTOR FACCIONI:** – Sr. Presidente, todas as bancadas manifestaram seus pontos de vista. Não poderia deixar de registrar também o pensamento da bancada do PDS.

O Líder em exercício, Senador Virgílio Távora, pediu-me que o fizesse, demonstrando o espírito democrático que preside nossa bancada e a orientação da mesma na Assembléia Nacional Constituinte.

O Constituinte Virgílio Távora votou a favor do presidencialismo. Nós outros somos parlamentaristas. Evidentemente, não nos surpreenderia que o jornal **O Globo** abordasse o mérito da decisão, mas causa espécie que ele critique a legitimidade da Assembléia Nacional Constituinte para mudar o sistema de governo. A admitir-se essa crítica, estaria a Constituinte, inclusive, diminuída perante o próprio Congresso Nacional, pois a ele seria permitido mudar o sistema de governo – e Raul Pila foi um dos que apresentaram à Casa maior número de propostas e emendas constitucionais nesse sentido. O Congresso Nacional chegou a examinar, inclusive em comissão mista, na legislatura anterior, propostas neste sentido, pendentes de decisão. Por que motivo, agora, a Assembléia Nacional Constituinte não poderia fazê-lo?

Sr. Presidente, é a mais fundamental das mudanças a que diz respeito ao sistema de Governo. Creio que, efetivamente, não poderíamos silenciar diante das restrições à livre soberania da Assembléia Nacional Constituinte.

Ontem, o Constituinte Afonso Arinos falou em nome de todas as bancadas, exceto da minha, porque nela a Liderança tem posição contrária à mudança do sistema de Governo, embora a maioria dos seus membros seja favorável ao parlamentarismo. Essa maioria foi manifestada, inclusive, nos votos dos eminentes Constituintes Antônio Carlos Konder Reis e Gerson Pares. No plenário, nossa bancada ratificará a sábia decisão desta Comissão de Sistematização, que se iniciou com o parecer dos Constituintes José Fogaça e Egídio Ferreira Lima e com a ratificação do Relator-Geral Bernardo Cabral, eminentes Constituintes que homenageio pela pertinácia, inteligência e sensibilidade que tiveram em colher do momento nacional o anseio do povo brasileiro por mudanças. E a mais fundamental das mudanças é a adoção do sistema parlamentarista de governo.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Concedo a palavra ao Constituinte Adolfo Oliveira, nobre Líder do PL.

**O SR. CONSTITUINTE ADOLFO OLIVEIRA:** – Sr. Presidente, votei a favor do presidencialismo, mas tenho maior respeito pela decisão soberanamente adotada pela Comissão de Sistematização. Aqui estamos para trazer nossa palavra de solidariedade ao Poder Constituinte do País e para lutar exclusivamente em defesa dos verdadeiros interesses do Brasil, dos interesses dos trabalhadores, dos pequenos empresários e da classe média, mas nunca para servir aos caprichos e desígnios daqueles que imaginaram poder ditar a esta Casa a Constituição do seu interesse, da preservação dos seus privilégios, da manutenção odiosa da exploração das nossas riquezas e do nosso povo. O Partido Liberal é a favor das reformas democráticas e sociais. Estamos aqui para isso e esse é o único compromisso que temos. Para aqui viemos – nós, pessoalmente, de volta após um recesso voluntário de doze anos – a fim de cumprir o nosso dever, exercendo a função que o povo nos outorgou no dia 15 de novembro. O PL jamais participará de qualquer conchavo, de qualquer manobra ou de qualquer estrutura que se pretenda armar para subverter os poderes da Assembléia Nacional

Constituinte, para deturpar a vontade do povo e fazer com que, com manobras orquestradas, se invista contra esta Casa. Isso não tem nada a ver com a liberdade de imprensa, que prezamos e defenderemos até o fim. Pescadores de águas turvas querem manobrar interesses que pertencem exclusivamente ao povo brasileiro. O tributo pago por uma das melhores figuras deste País, homem de dignidade a toda prova, o Relator Bernardo Cabral (**Palmas**), é o preço que temos de pagar para sermos fiéis, leais e corretos ao compromisso que temos com o Brasil e com os brasileiros que querem trabalhar e melhorar a sua qualidade de vida.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – As Mesas da Assembléia Nacional Constituinte e da Comissão de Sistematização estão certas de que a inquietação manifestada por certos setores privilegiados está resultando exatamente do trabalho que estamos desempenhando nesta Comissão. O produto deste esforço está provocando essa inquietação numa campanha orquestrada contra a Comissão de Sistematização da Assembléia Nacional Constituinte, mas a resposta que devemos dar é continuarmos os nossos trabalhos intensamente e com independência para que possamos continuar livres e implantar neste País uma Constituição que assegure ao povo todas as liberdades, impedindo quaisquer privilégios.

Passemos ao Destaque nº 7327, do Constituinte Nelson Carneiro, que se destina a inserir alguns parágrafos no art. 98 do texto do projeto.

Concedo a palavra ao nobre Constituinte para encaminhamento do seu destaque.

### III – ORDEM DO DIA

#### VOTAÇÃO DO PROJETO DE CONSTITUIÇÃO

#### TÍTULO IV (Continuação)

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Há requerimento de preferência do Líder Euclides Scalco para o Destaque nº 7327, do ilustre Constituinte Nelson Carneiro, sobre a ES nº 26907/1.

Em votação a preferência. (**Pausa**) Aprovada.

**Destaque nº 007327-87 – Emenda nº ES-26907-1, (em parte) do Sr. Nelson Carneiro "que substitui o Título V do Substitutivo nº 1 (substitui os arts. 98 a 101 do Substitutivo nº 2 pelos arts. 121 a 126 da referida Emenda)". (318ª votação)**

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, agora que estamos todos tranquilos, já que manifestamos todo o nosso repúdio à nota publicada pela imprensa, quero pedir a atenção dos ilustres Constituintes para a emenda que se vai votar e que possibilita duas oportunidades de exame à Câmara.

O trabalho do eminente Relator Bernardo Cabral determina que a Câmara seja convocada para apreciar a indicação do Primeiro-Ministro, aprovando-a ou rejeitando-a. Em seguida, a Câmara poderá eleger o nome que o Presidente da República aceitará ou não.

A emenda que se vai votar possibilita essa primeira indicação. Se a Câmara rejeitar essa primeira indicação, haverá uma segunda oportunidade. O Presidente enviará o segundo nome, que a Câmara rejeitará ou não. Portanto, só depois, então, a Câmara elegerá o seu candidato, o que lhe assegurará mais tranquilidade, porque, ao invés de ter uma única oportunidade, ela terá duas oportunidades seguidas de examinar os nomes indicados pelo Governo. E poderá, nas duas vezes, rejeitar esse nome. Na outra, poderia uma vez, e essa é a grande modificação que existe nesta emenda, que deve ser votada em bloco, do art.

98, § 2º ao art. 101. Trata-se de uma arquitetura harmônica do funcionamento do sistema de Governo, a formação do Governo, como ele se organiza. Hoje não discutimos mais parlamentarismo ou presidencialismo. Agora, enquanto for vitoriosa a tese parlamentarista, todos devemos colaborar para que a tese seja aperfeiçoada o mais possível e, se afinal o parlamentarismo for aprovado pelo Plenário da Assembléia Nacional Constituinte, teremos os instrumentos para que os hoje presidencialistas e os parlamentaristas possam ter estrutura melhor.

Sr. Presidente, apelo para a Comissão no sentido de que aprove em bloco essas emendas, do art. 98, § 2º, ao art. 101, porque é todo um conjunto de medidas.

Concluindo, quero lembrar que fui o Relator da emenda parlamentarista de 1961. Naquele momento agitado da vida nacional, ela foi aprovada, em forma de emenda constitucional, por um Congresso que não tinha poderes constituintes, e foi aplaudida pelos que hoje combatem um texto votado pela Assembléia Nacional Constituinte, convocada pelo Presidente da República sem qualquer restrição. Não há, portanto, coerência na posição dos que aplaudiram, ontem, a emenda de 1961 votada por um Congresso que não tinha poderes Constituintes e hoje criticam a aprovação desta emenda votada por uma Assembléia Nacional Constituinte eleita soberanamente pelo povo e convocada, pela primeira vez na História do Brasil, sem qualquer limitação, podendo até extinguir a República e restabelecer a Monarquia.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Plínio Arruda Sampaio para uma questão de ordem.

**O SR. CONSTITUINTE PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO:** – Sr. Presidente, gostaria apenas de fazer uma pergunta ao Senador Nelson Carneiro para esclarecer a nossa posição. Não sabemos se a emenda de S. Ex.<sup>a</sup> retira ou corta algum artigo, porque não conseguimos ouvir sua explicação.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A Presidência está em condições de esclarecer V. Ex.<sup>a</sup> A emenda do Senador Nelson Carneiro acrescenta parágrafos ao art. 98 e suprime o art. 101, que passa a ser um parágrafo do art. 98. A redação constante do Substitutivo I passa a ser incorporada. Então, a matéria pode ser votada em conjunto, como S. Ex.<sup>a</sup> sugere, por causa da sua conexão. Não há prejuízo em que a matéria seja votada conjuntamente, porque apenas adiciona dispositivos ao art. 98 e suprime o art. 101, em consequência dessa adição.

**O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO MONTEIRO:** — Sr. Presidente, gostaria de saber o que está em votação.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Está em votação o Destaque nº 7327, do Senador Nelson Carneiro, referente à Emenda nº 26907, conforme consta da planilha. Conforme está na coluna de observações, o objetivo, como expus há pouco, é acrescentar alguns parágrafos ao art. 98, eliminando o art. 101, que fica transformado em parágrafo. Assim, ele regula o processo de apresentação do programa de governo pelo Primeiro-Ministro à Câmara dos Deputados. É apenas um problema de processo.

Em votação.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Aluizio Campos, Antônio Britto, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Celso Dourado, Cristina Tavares, Egídio Ferreira Lima, Fernando Gasparian, Fernando Henrique Cardoso, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, Ibsen Pinheiro, João Calmon, João Herrmann Neto, José Fogaça, José Paulo Bisol, José Richa, José Serra, José Ulisses de Oliveira, Manoel Moreira, Mário Lima, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nelton Friedrich, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Raimundo Bezerra, Severo Gomes, Sigmaringa Seixas, Virgildásio de

Senna, Wilson Martins, Antonio Mariz, Chagas Rodrigues, Délio Braz, Euclides Scalco, Israel Pinheiro, João Natal, Jorge Hage, Octávio Elísio, Uldurico Pinto, Vilson Souza, Alcení Guerra Aloysio Chaves, Antonio Carlos Mendes Thame, Arnaldo Prieto, Carlos Chiarelli, José Jorge, José Lins, José Thomaz Nonô, Marcondes Gadelha, Sandra Cavalcanti, Jesualdo Cavalcanti, José Tinoco, Mozarildo Cavalcanti, Valmir Campelo, Antônio Carlos Konder Reis, Virgílio Távora, Adylson Motta, Victor Faccioni, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Adolfo Oliveira, Siqueira Campos, Haroldo Lima, Roberto Freire e Jamil Haddad. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Edme Tavares e José Lourenço. **ABSTENÇÃO** dos seguintes Senhores Constituintes: Nilson Gibson, Rodrigues Palma, Eraldo Tinoco, Luís Eduardo, Jofram Frejat, Paes Landim, José Luiz Maia, José Maurício, Bocayuva Cunha e Luiz Salomão.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 72 Constituintes; votaram NÃO 02 Constituintes; abstiveram-se de votar 10 Constituintes. Total: 84 votos. O destaque foi **aprovado**.

Há um pedido de preferência do Constituinte Afonso Arinos para um destaque de sua autoria.

S. Ex.<sup>a</sup> retira o destaque. S. Ex.<sup>a</sup> tem a palavra para justificar a retirada.

**O SR. CONSTITUINTE AFONSO ARINOS:** – Srs. Constituintes, solicitei a retirada do destaque porque a matéria já está incluída em outro projeto destinado a consolidar as disposições anteriores existentes no Substitutivo Bernardo Cabral, onde foi adotada a mesma intenção.

A minha intenção de manter a possibilidade de o Senado legislar na ausência presumível da Câmara durante o período de sua dissolução desaparece, porque, com a nova redação, a Câmara não ficará dissolvida propriamente, os mandatos serão mantidos até que se renove a Câmara. Deixou de existir a razão pela qual apresentei o destaque. Era isso que queria explicar à Casa e a V. Ex.<sup>a</sup>, com os meus agradecimentos.

**Destaque nº 5405-87, do Sr. Carlos Chiarelli – Emenda nº ES-33038-1, do Sr. Carlos Chiarelli e Arnaldo Prieto, “que dá nova redação ao art. 88, aditando um § 2º Dá nova redação ao inciso XIV do art. 104 e adita § 2º ao art. 107, do Substitutivo nº 2”. (319ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Destaque do Senador Carlos Chiarelli, referente ao inciso XIV do art. 104 do Substitutivo 2. Trata-se de emenda substitutiva.

Tem a palavra, para encaminhar, o Constituinte Carlos Chiarelli. **(Pausa)**

A Presidência solicita ao Constituinte Carlos Chiarelli um esclarecimento preliminar. O texto do Projeto, no art. 104, inciso XIV, já estabelece o comparecimento do Primeiro-Ministro às duas Casas do Congresso Nacional ou às suas comissões, quando convocado, ou requer data para o seu comparecimento. Quer dizer, temos a impressão, à primeira vista, que o Primeiro-Ministro já dispõe da faculdade de comparecer às duas Casas do Congresso e somente quando se tratar de comissões é que seria convocado. Peço a V. Ex.<sup>a</sup> que exponha seu entendimento, porque talvez não seja necessário manter o destaque.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS CHIARELLI:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, no texto do Projeto Cabral II, com relação à competência do Primeiro-Ministro fala-se que ele deve comparecer a qualquer das Casas do Congresso Nacional ou às suas comissões, quando convocado, ou requerer data para seu comparecimento.

A emenda propõe que “competem ao Primeiro-Ministro comparecer regularmente ao Congresso Nacional ou

às suas Casas e participar das respectivas sessões na forma regimental".

Em primeiro lugar não se trata de ato isolado, episódico, não se trata de uma participação espasmódica ou eventual. Trata-se de uma competência regular, normal e permanente. E o que ocorre, por exemplo, na Inglaterra, onde o Primeiro-Ministro todas as quartas-feiras comparece perante a Câmara dos Comuns para debater o tema específico da atualidade política do país. Em segundo lugar, isso, em termos efetivos, haverá de ser definido por meio do Regimento das próprias Casas do Congresso. Portanto, são duas implementações específicas. Primeiro, a regularidade no comparecimento, para não haver essa sistemática a que estamos acostumados quando da presença dos Ministros, onde há todo um ritual de situações eventuais e uma posição de debate de visível inferioridade para o Parlamentar perante o Ministro. Segundo, as regras do processo, data, momento, condições, assiduidade, regularidade, tudo isso nos moldes, nos termos, no espírito do sistema parlamentarista, será fixado rigorosamente pelo Congresso Nacional, pelo Poder Legislativo, de onde sai o próprio Primeiro-Ministro portanto, a quem deve ele prestar, em nome do interesse popular, as satisfações e de quem deve receber as cobranças normais.

Esta é a razão da emenda, que não altera o espírito da proposta original, mas oferece implementação prática e eficácia, de modo a valorizar o Congresso e a torná-lo muito mais operativo e submetido às nossas regras a participação do Primeiro-Ministro, que será membro originário do próprio Congresso. Por isso, deve aqui, comparecer semanalmente e prestar contas da sua atividade.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Não há oradores inscritos.

**O SR. CONSTITUINTE MARCONDES GADELHA:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem, aproveitando a presença do Constituinte Carlos Chiarelli na tribuna. Não há nenhuma dúvida quanto à consistência de sua argumentação. Mas queria saber qual a redação exata que entra no lugar do inciso XIV. Qual o número do artigo?

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS CHIARELLI:** – Sr. Presidente, V. Ex.<sup>a</sup> permite?

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Pois não.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS CHIARELLI:** – É o art. 104, inciso XIV:

"Comparecer regularmente ao Congresso Nacional ou às suas Casas e participar das respectivas sessões, na forma regimental."

Esse é o texto da proposta de emenda a ser inserida se aprovada pela Casa, substituindo o inciso XIV do art. 104, do Cabral II.

**O SR. CONSTITUINTE VIVALDO BARBOSA:** – Sr. Presidente, pela ordem, solicito uma informação. Não consegui entender ainda qual o dispositivo que está sendo emendado e qual o texto da emenda utilizado para essa substituição.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – O dispositivo é do art. 104, inciso XIV.

**O SR. CONSTITUINTE VIVALDO BARBOSA:** – Sr. Presidente, pela anotação distribuída pela Mesa diz-se que a emenda do Constituinte Carlos Chiarelli é relativa ao art. 102. Na anotação que me foi brindada pela Liderança do PMDB se diz que o art. 102 mantém a sua redação original. De maneira que queria ser esclarecido sobre qual a matéria realmente em votação.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – A matéria que está sendo submetida à votação é o art. 104, inciso XIV.

**O SR. CONSTITUINTE VIVALDO BARBOSA:** – Sr. Presidente, é o art. 104?

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – É o art. 104 do Substitutivo II.

Vou ler o texto da emenda para V. Ex.<sup>a</sup> comparar. A modificação é muito pequena. O texto diz o seguinte: "Comparecer a qualquer das Casas do Congresso Nacional ou às suas Comissões, quando convocado, ou requerer data para o seu comparecimento".

Este é o inciso.

**O SR. CONSTITUINTE VIVALDO BARBOSA:** – Sr. Presidente, qual o dispositivo da emenda?

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – O Constituinte Carlos Chiarelli propõe: "Comparecer regularmente ao Congresso Nacional ou às suas Casas e participar das respectivas sessões, na forma regimental".

Então, S. Ex.<sup>a</sup> transfere para os Regimentos do Senado Federal e da Câmara dos Deputados a regulação do processo de comparecimento do Primeiro-Ministro àquelas Casas.

**O SR. CONSTITUINTE VIVALDO BARBOSA:** – Sr. presidente, poderia V. Ex.<sup>a</sup> informar-me qual o artigo da emenda utilizado para alcançar esse objetivo?

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – É a Emenda nº 33038, que se encontra na pág. 2992 do livro.

**O SR. CONSTITUINTE MARCONDES GADELHA:** – É a pág. 2992, que corresponde ao art. 102 da Emenda Chiarelli.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – É porque, no Substitutivo, o artigo tinha outro número.

O que importa é V. Ex.<sup>as</sup> verificarem a matéria e a emenda.

**O SR. CONSTITUINTE VIVALDO BARBOSA:** – Sr. Presidente, já fui informado aqui.

Eu gostaria de confirmar com V. Ex.<sup>a</sup>, para que fique transcrito nos Anais: o dispositivo utilizado é o art. 102, inciso XIV, da emenda em destaque? É só para confirmar, a fim de que não haja confusão por parte da Mesa, e o texto, depois, não seja deturpado.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Está correta a observação de V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE VIVALDO BARBOSA:** – Sr. Presidente, mais um esclarecimento. Já que estamos votando o art. 104, pergunto a V. Ex.<sup>a</sup> o que ocorrerá quanto aos arts. 97, 99, 100, 102 e 103. Não há emendas sobre eles?

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – A matéria referente aos arts. 98 até 102 foi anteriormente aprovada em conjunto, quando se votou a emenda do Constituinte Nelson Carneiro. Todas as emendas referentes a estes dispositivos foram aprovadas em conjunto.

**O SR. CONSTITUINTE VIVALDO BARBOSA:** – Mas, Sr. Presidente, mediante indagação do Constituinte Brandão Monteiro, V. Ex.<sup>a</sup> informou que o objeto da emenda do Constituinte Nelson Carneiro alcançaria os arts. 98 e 101, e não os arts. 99, 100 e 102.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Sr. Constituinte, o art. 98 teve o acréscimo nos dispositivos indicados na emenda do Constituinte Nelson Carneiro. O art. 101 foi convertido em parágrafo. Esta foi a modificação. Já é matéria vencida.

**O SR. CONSTITUINTE MARCONDES GADELHA:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem a palavra, pela ordem, o nobre Constituinte Marcondes Gadelha.

**O SR. CONSTITUINTE MARCONDES GADELHA:** – Sr. Presidente, em meio a toda essa balbúria e confusão V. Ex.<sup>a</sup> deixou de explicitar que esta questão é a própria essência do parlamentarismo, a responsabilização para que o Poder Executivo se regule perante o Congresso Nacional. É isso que lhe dá a caracterização maior. Então, é preciso que V. Ex.<sup>a</sup> esclareça bem a Casa sobre o sentido do que vamos votar, para que esta Comissão vote com a consciência e a convicção devidas.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Constituinte Marcondes Gadelha, a emenda é muito simples e está circunscrita ao comparecimento do Primeiro-Ministro às duas casas do Congresso Nacional. É só isso. O Senador Carlos Chiarelli, com seu espírito prático, propõe que o Regimento das duas Casas do Congresso Nacional regule em detalhes esse comparecimento. Não há nenhum problema.

Gostaria de contar com a colaboração de V. Ex.<sup>a</sup> para podermos votar.

**O SR. CONSTITUINTE MARCONDES GADELHA:** – Sr. Presidente, peço a V. Ex.<sup>a</sup> a palavra para encaminhar a votação favoravelmente.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – V. Ex.<sup>a</sup> vai pronunciar-se contra ou a favor?

**O SR. CONSTITUINTE MARCONDES GADELHA:** – A favor.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Então, peço a V. Ex.<sup>a</sup> que colabore com a Mesa, porque o Senador Carlos Chiarelli já encaminhou a votação favoravelmente. Pediria a V. Ex.<sup>a</sup> que permitisse que fizéssemos logo a votação, que é o que V. Ex.<sup>a</sup> também deseja.

**O SR. MARCONDES GADELHA:** – Não posso encaminhar a votação a favor?

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Não houve orador contra. Houve somente pronunciamento do próprio autor. Desta maneira, não se justifica V. Ex.<sup>a</sup> suplementar o encaminhamento do autor.

**O SR. CONSTITUINTE MARCONDES GADELHA:** – Sr. Presidente, eu gostaria, então, de reiterar meu pedido junto a V. Ex.<sup>a</sup> no sentido de que esclareça à Casa definitivamente este assunto porque esta não é uma emenda qualquer, mas matéria que incide sobre a própria natureza e essência do regime parlamentar. É preciso que a Casa tenha isto bem esclarecido. Há companheiros que sequer sabem localizar o ponto de confronto em cada um dos textos.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Em atenção a V. Ex.<sup>a</sup> mais uma vez esclareço que o art. 104 trata das atribuições do Primeiro-Ministro, incluindo, entre elas, o seu comparecimento às duas Casas do Congresso Nacional. A emenda não apenas dispõe que o Regimento das duas Casas regule, em detalhes, as convocações do Primeiro-Ministro, quando necessárias, mas que ele, espontaneamente disponha da faculdade de aqui comparecer.

Em votação.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Aluizio Campos, Antônio Britto, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Celso Dourado,

Egídio Ferreira Lima, Fernando Gasparian, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, Ibsen Pinheiro, João Calmon, João Herrmann Neto, José Fogaça, José Ignácio Ferreira, José Paulo Bisol, José Richa, José Serra, José Ulisses de Oliveira, Mário Lima, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nelson Friedrich, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Raimundo Bezerra, Rodrigues Palma, Severo Gomes, Sigmaringa Seixas, Virgildásio de Senna, Wilson Martins, Antonio Mariz, Chagas Rodrigues, Délio Braz, Euclides Scalco, Israel Pinheiro, Jorge Hage, Octávio Elísio, Uldurico Pinto, Vilson Souza, Afonso Arinos, Alcení Guerra, Aloysio Chaves, Arnaldo Prieto, Carlos Chiarelli, José Jorge, José Lins, José Thomaz Nonô, Marcondes Gadelha, Sandra Cavalcanti, Jesualdo Cavalcanti, Mozarildo Cavalcanti, Valmir Campelo, Antônio Carlos Konder Reis, José Luiz Maia, Virgílio Távora, Adylson Motta, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Adolfo Oliveira, Siqueira Campos, Haroldo Lima, Roberto Freire a Jamil Haddad. Votou **NÃO** o Senhor Constituinte Edme Tavares. **ABSTENÇÃO** dos seguintes Senhores Constituintes: Nilson Gibson, Eraldo Tinoco, Luís Eduardo, Jofran Frejat, José Maurício, Bocayuva Cunha e Luiz Salomão.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 70 Constituintes; votou NÃO 1 Constituinte; abstiveram-se de votar 7 Constituintes. Total: 78 votos. O Destaque foi **aprovado**.

**Destaque nº 005405-87, do Sr. Carlos Chiarelli – Emenda nº ES-33038-1, dos Srs. Carlos Chiarelli e Arnaldo Prieto, “que dá nova redação ao art. 88, aditando um parágrafo 2º, dá nova redação ao inciso XIV do art. 104 e adita § 2º ao art. 107, do Substitutivo nº 2”. (320ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Passamos à votação do destaque do Senador Carlos Chiarelli, referente ao art. 107 do Substitutivo, sendo que o parágrafo único do mesmo artigo passará a ser o parágrafo 1º, porque existe uma emenda aditiva de S. Ex.<sup>a</sup> A emenda se refere ao parágrafo 2º do art. 71, do primeiro substitutivo, que diz:

“O Líder da Oposição e o colégio de seus Vices-Líderes autorizados a responder pelos assuntos correspondentes às pastas ministeriais existentes, gozarão, no que couber na forma regimental, de tratamento compatível com o concedido em lei ao Primeiro-Ministro e aos demais membros do Conselho de Ministros.”

Em votação.

Constituinte Carlos Chiarelli, deseja V. Ex.<sup>a</sup> encaminhar?

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS CHIARELLI:** – Sr. Presidente, apenas gostaria de enfatizar a característica da emenda aditiva.

No sistema parlamentarista, é absolutamente indispensável a definição específica da oposição. E, mais do que isso, faz-se imprescindível que passe a ter aquela possibilidade de amplitude de atribuições dentro da esfera parlamentar de competência, que também se assegura ao Governo, já que ambos decorrem de representação do Poder Legislativo. O que a emenda visa, ao inserir este § 2º é a que o Líder da Oposição e o colégio dos seis Vice-Líderes, autorizados a responder pelos assuntos correspondentes às pastas ministeriais existentes, gozarão, no que couber, na forma regimental, de tratamento compatível com o concedido em lei ao Primeiro-Ministro e aos demais membros do Conselho de Ministros.

A emenda proposta pelo Constituinte Arnaldo Prieto e por nós visa exatamente a institucionalizar o chamado **shadow cabinet**, isto é, a definição a nível de oposição, além da sua liderança, que é a contraparte do Primeiro-Ministro, aqueles elementos do colégio de Vice-Líderes da Oposição, que passam a responder especificamente para cada assunto pertinente à área de cada Ministério. É o estabelecimento e a fixação da contrapartida parlamentar, é a regra básica do contraditório; é a definição da co-responsabilidade do Partido majoritário, no exercício do poder, e do Partido ou da coligação minoritária, no exercício parlamentar da oposição, sem que se coloquem desníveis a nível regimental, a nível de atribuições e a nível de competências, que inviabilizem essa ação eficaz e efetiva por parte da oposição, no sistema parlamentarista, sobretudo, com vistas ao acesso à informação, ao debate parlamentar ao uso de dados específicos, para que esse contraditório se faça eminentemente produtivo.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Não há oradores inscritos. Vamos passar à votação.

**(Procede-se à votação)**

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Aluizio Campos, Antônio Britto, Celso Dourado, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, Ibsen Pinheiro, João Calmon, José Fogaça, José Ignácio Ferreira, José Paulo Bisol, José Richa, José Serra, José Ulisses de Oliveira, Mário Lima, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nelton Friedrich, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Raimundo Bezerra, Severo Gomes, Virgildásio de Senna, Wilson Martins, Chagas Rodrigues, Délio Braz, Euclides Scalco, Israel Pinheiro, João Natal, Jorge Hage, Octávio Elísio, Uldurico Pinto, Vilson Souza, Alcení Guerra, Aloysio Chaves, Antonio Carlos Mendes Thame, Arnaldo Prieto, Carlos Chiarelli, José Jorge, José Lins, José Thomaz Nonô, Marcondes Gadelha, Sandra Cavalcanti, Jesualdo Cavalcanti, José Tinoco, Mozarildo Cavalcanti, Valmir Campelo, Antônio Carlos Konder Reis, José Luiz Maia, Virgílio Távora, Adylson Motta, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, José Maria Eymael, Haroldo Lima e Jamil Haddad. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Artur da Távola, Cristina Tavares, Egídio Ferreira Lima, Fernando Gasparian, João Herrmann Neto, Sigmaringa Seixas, Antonio Mariz, Edme Tavares, Plínio Arruda Sampaio, José Genoíno, Adolfo Oliveira, Roberto Freire. **ABSTENÇÃO** dos seguintes Senhores Constituintes: Carlos Sant'Anna, Nilson Gibson, Eraldo Tinoco, Luis Eduardo, Jofran Frejat, José Maurício, Bocayuva Cunha e Luiz Salomão.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 60 Constituintes; votaram NÃO 12 Constituintes; abstiveram-se de votar 8 Constituintes. Total: 80 votos. O Destaque foi **aprovado**.

Convido o eminente Constituinte Jarbas Passarinho para assumir a Presidência.

Em votação o pedido de preferência do Constituinte Euclides Scalco para o Destaque nº 4787, do Constituinte Egídio Ferreira Lima.

Os Srs. Constituintes que estiverem de acordo permaneçam como estão. **(Pausa)** Aprovado.

**Destaque nº 004787-87 – Emenda nº ES-32944-8, do Sr. Egídio Ferreira Lima, “que substitui o Título V, capítulo III, Seção I, do Substitutivo nº 1 (Título IV, capítulo III, Seção I, do Substitutivo nº 2)”.** (321ª votação)

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Com a palavra o Constituinte Egídio Ferreira Lima, para encaminhar a favor de seu destaque.

**O SR. CONSTITUINTE EGÍDIO FERREIRA LIMA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a alta Administração do Estado brasileiro sempre se ressentiu da falta de um secretariado permanente, de carreira, com o que se evitaria a descontinuidade administrativa.

Nós, que lidamos com a vida política, que somos Parlamentares, sentimos a cada hora, a cada instante o descalabro que isso representa para o Estado, como estrutura, para o sistema de governo, como órgão operacional do Estado, e para a sociedade, de modo geral.

A emenda procura suprir essa ausência, na hora em que esta Comissão faz uma opção nítida, clara e histórica pelo sistema parlamentarista. Por conseguinte, se o secretariado permanente é importante em qualquer administração e em qualquer sistema de governo, ele é fundamental para o sistema parlamentarista. Ela está redigida nos seguintes termos:

“A lei disporá sobre a criação, estrutura e atribuições dos Ministérios, bem como sobre o secretariado permanente, organizado em carreira, com recrutamento mediante concurso público de títulos e provas.”

Com isso, estamos respondendo também às críticas mais reiteradas e mais constantes quanto à adoção do sistema parlamentarista. O País já tem uma comunidade científica, uma inteligência, um corpo técnico, e a comissão prevista pelas Disposições Transitórias, que vamos votar, poderá, em seis meses, organizar essa carreira e recrutar todos os seus componentes para que o sistema parlamentar possa funcionar com eficiência e para que não se estabeleça a descontinuidade administrativa quando houver troca de titulares dos Ministérios e dos demais cargos de confiança. Confio em que o Plenário aprovará a emenda.

Durante o pronunciamento do Sr. Egídio Ferreira Lima o Sr. **Aluizio Campos**, Primeiro-Vice-Presidente deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. **Jarbas Passarinho**, Terceiro-Vice-presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Com a palavra o Relator.

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – Sr. Presidente, Srs. Membros da Comissão de Sistematização, uma das argumentações mais insistentemente organizadas contra o sistema parlamentarista de governo tem sido a de que o Brasil não pode adotar o parlamentarismo porque carece de uma burocracia estável. Todos sabemos que a história do presidencialismo tem sido associada a uma concepção patrimonialista do Estado, ou seja, a de que os cargos e as funções públicas são objeto da distribuição generosa do dono do poder: o Presidente da República. E a História tem registrado isso. Não estamos vivendo outra experiência que não seja exatamente essa. Ai do Parlamentar que não seja apaniguado do Presidente da República. Ora, o que propõe a Emenda Egídio Ferreira Lima é exatamente a organização institucional de uma burocracia competente, cientificamente qualificada e tecnicamente aprimorada para exercer as funções de Estado.

Essa emenda vem desmentir categoricamente todas as argumentações contrárias ao parlamentarismo, porque permite a formação de uma carreira funcional séria, idônea e respeitada e cria um corpo burocrático de alto nível, o que é essencial ao regime parlamentarista. Isso não mudará só as instituições, mas os costumes e o comportamento moral do sistema funcional da Administração Pública em nosso País. É por isso que, em razão desses argumentos, a Relatoria pronuncia-se – façamos isso a pe-

dido do Relator Bernardo Cabral – favoravelmente, ou seja, pela aprovação da Emenda Egídio Ferreira Lima.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Em votação.

**(Procede-se à votação)**

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Aluizio Campos, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Celso Dourado, Cristina Tavares, Egídio Ferreira Lima, Fernando Gasparian, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, Ibsen Pinheiro, João Calmon, João Herrmann Neto, José Fogaça, José Ignácio Ferreira, José Paulo Bisol, José Ulisses de Oliveira, Manoel Moreira, Mário Lima, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nelson Friedrich, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Raimundo Bezerra, Severo Gomes, Sigmaringa Seixas, Virgildásio de Senna, Wilson Martins, Antonio Mariz, Chagas Rodrigues, Délio Braz, Euclides Scalco, Israel Pinheiro, Jorge Hage, Octávio Elísio, Uldurico Pinto, Vilson Souza, Alcení Guerra, Aloysio Chaves, Arnaldo Prieto, Carlos Chiarelli, José Jorge, José Lins, Marcondes Gadelha, Sandra Cavalcanti, Jesualdo Cavalcanti, José Tinoco, Valmir Campelo, Antônio Carlos Konder Reis, José Luiz Maia, Virgílio Távora, Adylson Motta, Bonifácio de Andrada, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Plínio Arruda Sampaio, José Genoíno, Adolfo Oliveira, Siqueira Campos, Haroldo Lima, Roberto Freire e Jamil Haddad. Votou **NÃO** o seguinte Senhor Constituinte: Edme Tavares, **ABSTENÇÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Carlos Sant'Anna, Nilson Gibson, Rodrigues Palma, Eraldo Tinoco, Luís Eduardo, Jofran Frejat, Paes Landim, Jarbas Passarinho, José Maurício, Bocayuva Cunha e Luiz Salomão.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 67 Constituintes; votou NÃO 1 Constituinte; ABSTIVERAM-SE de votar 11 Constituintes. Total: 79 votos. O Destaque foi **aprovado**.

Sobre a mesa pedido de preferência do Constituinte José Geraldo, com apoio de Líderes. O Constituinte José Geraldo está com o que ausente, está prejudicado o pedido.

Sobre a mesa pedido de preferência do Deputado Constituinte Egídio Ferreira Lima para Emenda a ES-32938 apresentada ao 1º Substitutivo.

Os Srs. Constituintes que estão de acordo, permaneçam como se encontram. **(Pausa)** S. Ex.<sup>a</sup> retira o pedido de preferência.

**O SR. CONSTITUINTE ADOLFO OLIVEIRA:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE ADOLFO OLIVEIRA:** – Sr. Presidente, eu gostaria de ouvir a opinião da Mesa sobre a seguinte circunstância: inventaram o prazo de sexta-feira e sábado para apresentação dos destaques com vistas ao plenário da Assembléia Nacional Constituinte. Ora, a Assembléia Nacional Constituinte não se reúne sexta-feira e muito menos sábado. Portanto, não temos como colher a opinião do presidente da Assembléia Nacional Constituinte, mas temos muita honra em dirigir esta consulta a V. Ex.<sup>a</sup>

O serviço burocrático de recebimento dos pedidos de destaque não está acolhendo as assinaturas dos Vice-Líderes autorizados a assinarem o apoio ao destaque. Sr. Presidente, trata-se de uma desconsideração inteiramente idiota aos Vice-Líderes, que gozam da confiança dos seus partidos. Acho que deve haver interesse desse ser-

viço em colaborar com os Constituintes, facilitando a atuação dos mesmos, e não dando explicações dessa ordem para recusar o trabalho dos Constituintes.

De minha parte, estou apresentando cinco pedidos de destaque. Meu assessor dirigiu-se a essa repartição, que não aceitou os pedidos de destaque, apresentando pretextos os mais variados. Inclusive impugnaram a assinatura do Líder do PDC, o nobre Constituinte Siqueira Campos, alegando que S. Ex.<sup>a</sup> é Vice-Líder da Constituinte – o Líder é o Constituinte Mauro Borges.

Ora, Sr. Presidente, acho que tudo deve ficar nos devidos lugares, para que não haja deturpação da ordem. Queremos saber de V. Ex.<sup>a</sup> se alguma providência pode ser tomada para viabilizar os trabalhos dos Constituintes.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Credo que V. Ex.<sup>a</sup>, Constituinte Adolfo Oliveira, estava na reunião de que participamos, em que ficou decidido que os requerimentos de destaque deveriam ser apoiados por 35 Constituintes ou por Líderes que representam esse número.

De fato, há uma incompatibilidade entre o que foi decidido, e que recebemos por escrito, e a questão que V. Ex.<sup>a</sup> levanta. O documento diz: "ou por Líderes que representam esse número". Tenho a impressão de que na ausência do Líder, os Vice-Líderes estão automaticamente indicados.

Aceito a questão de ordem condicionada à decisão da Mesa.

Concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Constituinte Siqueira Campos.

**O SR. CONSTITUINTE SIQUEIRA CAMPOS:** – Sr. Presidente, a decisão de V. Ex.<sup>a</sup> é sábia, porque vem sendo tradicional na Casa. Quer dizer, um Vice-Líder não assinaria pelo Líder se não estivesse autorizado. Se um Vice-Líder, sempre que tivesse de assinar um pedido de destaque, precisasse de uma autorização por escrito do Líder, isso complicaria muito os nossos trabalhos. Essa implícita autorização já constitui uma tradição na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. Um Vice-Líder não assinaria um destaque sem estar devidamente autorizado, até porque poderia ser destituído. A decisão deveria ser exatamente o contrário do que se deliberou na Comissão de Sistematização, sem o conhecimento de V. Ex.<sup>a</sup> e do Presidente. Se houvesse uma destituição ou uma desautorização de um Vice-Líder, tudo bem. Mas, não havendo, fica implícito que o Vice-Líder está autorizado a substituir o Líder. Acho que essa é a decisão mais sensata e, se não me engano, é a que V. Ex.<sup>a</sup> acaba de adotar.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Apenas tenho uma dúvida com relação ao procedimento no Senado Federal e na Câmara dos Deputados. No Senado Federal não temos a figura do 1º Vice-Líder, ou não a tínhamos durante todo o período em que eu estava no Senado Federal. Na Câmara dos Deputados sempre existiu a figura do 1º Vice-Líder, que era, automaticamente, em condições formais ou informais, aquele que representava a Liderança na ausência do Líder. Agora, não temos na Constituinte a figura do 1º Vice-Líder. Então, por exemplo, em relação ao PDS, as decisões têm sido tomadas pelo Constituinte Virgílio Távora, na ausência do nobre Constituinte Amaral Netto, o nosso Líder na Constituinte. Portanto, todas as assinaturas do Constituinte Virgílio Távora têm válida como de Líder. Acho que a solução que adotei ao dar a resposta ao nobre Constituinte Adolfo Oliveira, e com a qual V. Ex.<sup>a</sup> concorda, só pode sofrer uma impugnação se a Mesa da Constituinte achar diferente, porque, de qualquer modo, ela tem de submetê-la ao plenário. Mas aceito a colocação feita pelas Vice-Lideranças.

**O SR. CONSTITUINTE SIQUEIRA CAMPOS:** – Sr. Presidente, acho que qualquer Vice-Líder, na ausência do Líder e do 1º Vice-Líder, que não há na Constituinte, pode assinar.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – É uma delegação de competência. Enquanto estiver correspondendo a essa delegação de competência, naturalmente ele é Vice-Líder. Se o Líder dele discordar, já lhe tirou a condição de Vice-Líder. Logo, ele, como Vice-Líder, está perfeitamente credenciado para assinar. É o meu ponto de vista.

**O SR. CONSTITUINTE SIQUEIRA CAMPOS:** – Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Adylson Motta.

**O SR. CONSTITUINTE ADYLSO MOTA:** – Sr. Presidente, fiz uma pergunta ontem ao Constituinte Fernando Henrique Cardoso, que presidia nossos trabalhos. Mas, pelo que me foi informado hoje, verifiquei uma incoerência entre as duas explicações. Por isso, peço a V. Ex.<sup>a</sup>, para evitar transtornos futuros, que me esclareça detalhadamente o tipo de destaque que se pode fazer. Já tive uma série de prejuízos por informações incorretas que recebi anteriormente. Vou louvar-me agora na informação de V. Ex.<sup>a</sup> Poder-se-á, no destaque, suprimir parte do texto ou artigos? Poderá haver adição ao texto? Poderão ser levantadas emendas do 1º Substitutivo? Que tipo de destaque poderemos apresentar? Careço de uma informação precisa para orientar os pedidos de destaque que vou fazer ainda hoje.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tenho certeza de que V. Ex.<sup>a</sup> está perfeitamente a par do assunto. Provavelmente o conheça melhor do que eu. Em primeiro lugar, temos de caracterizar a existência de destaque que esteja intimamente correlacionado com emenda ou destaque isolado. O destaque isolado é o supressivo. Em resposta à primeira pergunta de V. Ex.<sup>a</sup>, informo que o destaque para supressão é perfeitamente cabível, inclusive ao S2. Os demais destaques devem estar relacionados com alguma emenda apresentada em tempo oportuno. Destaca-se a emenda para aquele fim. Essa emenda pode referir-se ao 1º Substitutivo ou ao projeto original. Então, desde que se faça um destaque sobre emendas preexistentes, não há problema; o destaque é perfeitamente cabível.

**O SR. CONSTITUINTE ADYLSO MOTA:** – Queria obter a declaração de V. Ex.<sup>a</sup> porque vou louvar-me nela quando alguma dúvida surgir.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Espero que não haja outro Presidente que dê decisão diferente.

Quero levantar questão de ordem, ao Plenário. Ontem, a Constituinte Rose de Freitas fez uma pergunta, e, em consequência, gostaria de dirigir-me à bancada do PMDB e a seu Líder. Peço a atenção do Constituinte Euclides Scalco. A Constituinte Rose de Freitas interrogou sobre problema *interna corporis* do PMDB. S. Ex.<sup>a</sup> queria saber quem é, na ausência de V. Ex.<sup>a</sup>, o Vice-Líder que responde pela coordenação dos acordos de liderança.

**O SR. CONSTITUINTE EUCLIDES SCALCO:** – Sr. Presidente, é público e notório que quem substitui o Líder Mário Covas sou eu, como 1º-Vice-Líder. Nunca me afastei do prédio do Congresso Nacional. Estou sempre presente nesta Casa. Não estando no plenário, fico no gabinete da Liderança. Portanto, qualquer Constituinte sabe onde me encontrar.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Muito obrigado. Informarei disto a correligionária de V. Ex.<sup>a</sup>

Tem a palavra o Constituinte José Lins, pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Sr. Presidente, o Título III já foi encaminhado ao Plenário da Assembléia Nacional Constituinte. Certamente há um prazo para a apresentação de emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Temos prazo para apresentação de destaques, não de emendas.

São 48 horas. Isso está previsto no documento. O prazo interrompe-se no período dos feriados.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Interrompe-se no feriado, até terça-feira?

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Até terça-feira.

Concedo a palavra ao Constituinte Vivaldo Barbosa.

**O SR. CONSTITUINTE VIVALDO BARBOSA:** – Sr. Presidente, de acordo com a decisão tomada pelo Plenário, ratificando o entendimento de lideranças que já estamos praticando, recebemos a redação final dos títulos votados por esta Comissão e a matéria não votada vai para o Plenário da Assembléia Nacional Constituinte acompanhada de todos os destaques. Estamos com problemas no acompanhamento permanente das deliberações, pela dificuldade de distinguir a matéria votada à qual devemos apresentar destaques para deliberação do Plenário, e qual a matéria sobre a qual não temos necessidade de fazê-lo. Consulte ontem o nobre Relator e a Secretária da Comissão, pois algo deveria ser feito. Poderia talvez o Relator colocar um asterisco na página, para indicar se a matéria foi ou não votada, de acordo com seu método de trabalho. Gostaria que nos fosse indicado, em cada redação final recebida, aquilo que foi e o que não foi votado.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A menos que a minha percepção não me tenha ajudado, creio que a resposta é relativamente fácil. A matéria que temos submetido à aprovação de redação final é apenas a matéria aprovada. Se alguma matéria não aprovada constou da redação final foi um equívoco. Redação final implica matéria aprovada.

**O SR. CONSTITUINTE VIVALDO BARBOSA:** – Sr. Presidente, recebemos o texto do inteiro teor dos três títulos e diversas matérias do Título III não foram votadas neste plenário.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A informação seria reiterada no mesmo sentido. Redação final é apenas daquilo que se processou na Assembléia Nacional Constituinte, do que foi votado e aprovado. A partir daí, qualquer Constituinte pode perfeitamente comparar a matéria aprovada com a que foi prejudicada. Solicito a V. Ex.<sup>a</sup>, no caso de maiores dúvidas, que consulte a Secretaria da Mesa.

**O SR. CONSTITUINTE VIVALDO BARBOSA:** – Sr. Presidente, desculpe a insistência, mas ontem conversei com o Relator, que me confirmou que o Título III incluía matéria não votada, que ele não poderia decidir.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Há um equívoco visível. Não gostaria de dividir a bancada, mas a matéria que se vota em redação final é aquela que se aprovou na redação original. São dois turnos. A redação final é apenas o segundo turno, de votação da matéria já aprovada. Tanto que é pacífica e tranqüila a votação. Alguém confirmou a V. Ex.<sup>a</sup> equivocadamente.

**O SR. CONSTITUINTE VIVALDO BARBOSA:** – Vou conferir, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Sobre a mesa requerimento de preferência do Destaque nº 4383,

referente à Emenda ES nº 34345, do Constituinte Ademir Andrade, a fim de que o destaque seja votado antes de iniciada a votação do Capítulo IV do Título IV – destaque referente ao Capítulo II.

Em votação o requerimento de preferência.

Os Srs. Constituintes que estejam de acordo permaneçam como estão. **(Pausa)** Aprovado.

Concedida a preferência.

**Destaque nº 4386-87 – Emenda nº ES-34345-9, do Sr. Ademir Andrade, “que modifica o art. 118, incisos V e VI, do Substitutivo nº 1”. (Art. 94, incisos V e VI, do Substitutivo nº 2)”. (322ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra o Sr. Constituinte Ademir Andrade.

**O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a nossa proposta visa a modificar, a ampliar a composição do Conselho da República. A nossa preocupação parte do princípio básico de que esse Conselho da República tem responsabilidades da maior importância. Quase todas as decisões, inclusive a da dissolução da Câmara dos Deputados, passam antes pelo Conselho da República. A composição apresentada pelo brilhante Relator Bernardo Cabral, nos itens 4 e 5, abrange os Líderes da Maioria e da Minoria, na Câmara dos Deputados e os Líderes da Maioria e da Minoria no Senado Federal.

Isto posto, temos a impressão de que estamos caminhando para o bipartidarismo e de que nesta Casa só vai haver praticamente dois grandes partidos. Ora, existe uma dificuldade muito séria na decisão, por exemplo, de quem seria o Líder da Minoria: entre o PDS e o PT ou entre o PC do B e o PTB? Como decidir uma questão como esta, tão complexa? Entendemos que o Brasil deve crescer com um amplo leque de partidos políticos que se desenvolvam e se estruturam nesta Nação. Temos também a preocupação de que esse Conselho se amplie o máximo possível e possa ser mais democrático e participativo. A nossa proposta é no sentido de que deste Conselho participem os Líderes dos Partidos Políticos com representação acima de 10% em cada uma das Casas, ou coligação de pequenos partidos que tenham, no mínimo, 10% da composição de cada uma das Casas.

Portanto, é muito simples e fácil de entender a proposta que apresentamos à Comissão de Sistematização. Primeiro, devemos ampliar os membros do Conselho da República. Segundo, todos os partidos devem ter representação neste Conselho, com a condição de que tenham mais de 10% da composição das respectivas Casas; ou, se não atingirem 10%, que se coliguem aos partidos que e definem ideologicamente como eles e coloquem um representante no Conselho da República.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, a nossa proposta é simples, clara, objetiva e tem a intenção de ampliar a participação política do Congresso Nacional, do Poder Legislativo no Conselho da República. É esta a nossa manifestação. Muito obrigado. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Para encaminhar contra, tem a palavra o nobre Constituinte Marcondes Gadelha.

**O SR. CONSTITUINTE MARCONDES GADELHA:** – Sr. Presidente, nobres Srs. Constituintes, com todo respeito à proposta do Constituinte Ademir Andrade, quero crer que ela traz uma complicação a mais, absolutamente desnecessária, porque os propósitos eventualmente democratizantes nela implícitos já estão assegurados no dis-

positivo elaborado pelo douto Relator. Sabem esta Casa e o nobre Constituinte Ademir Andrade que, em todo sistema parlamentarista multipartidário, invariavelmente há uma convergência dos partidos políticos na formação de dois blocos, um de oposição e outro de apoio ao Governo. Faz parte da própria estrutura do pluripartidarismo essa tendência para a aglutinação em dois blocos, que, em momento algum, significa que qualquer dos partidos que o integram venha a abdicar da sua identidade, da sua essência, da substância do seu programa e da sua prática política. A existência dessas coalizões de partidos políticos é uma situação saudável, esperada e desejada dentro do sistema parlamentarista de Governo.

Devo dizer que esta soma de forças dá, inclusive, um caráter eclético, diversificado, heterogêneo a cada um dos blocos, e isto é importante, porque sabemos que a democracia se sustenta pela multiplicidade, pela diversidade; uma democracia se sustenta exatamente pela possibilidade de se montar uma estrutura homogênea com base em partes diferentes, desiguais. Não há o menor risco de que um partido pequeno venha a ficar sub-representado no seio dessas coalizões, pois que para a montagem delas a participação de um partido, mesmo pequeno, com menos de 10% de representação, é imprescindível. Muitas vezes, uma maioria depende de 3 ou 4 representantes, que passam a ter a mesma importância que o conjunto de forças maior ao qual ele está aderido, integrado e justaposto. Mal comparando, nobre Constituinte Ademir Andrade, uma maioria de governo que precisasse de um número “X” de parlamentares para completar a sua totalidade de 100% jamais poderia subestimar a participação de um partido que representasse 3 ou 4%. Sem ele essa maioria não se completa, não tem condição de governar e simplesmente deixa de existir. Se uma ponte precisa de 100m de extensão, não se faz essa ponte com 97 ou 95m. Os 5 m que faltam são tão importantes quanto os 95m preexistentes. Sem eles a ponte não se completa; portanto, não existirá.

Assim sendo, quero crer que essa estrutura, já consagrada universalmente nos países onde coexistem parlamentarismo e sistemas multipartidários, atende ao propósito do nobre Constituinte Ademir Andrade, de que as minorias estejam bem representadas e tenham participação efetiva nas decisões; de que possam impor ou pelo menos tentar impor sua vontade e que ela seja respeitada.

Sr. Presidente, na montagem dessas maiorias e minorias os partidos pequenos têm sua posição definida e sua participação bem explícita. Não há o menor risco de que sejam absorvidos, contrariamente aos seus propósitos e aos seus interesses.

Portanto, peço a manutenção do texto, que, mais simples do que a proposta do Constituinte Ademir Andrade, atende aos mesmos objetivos.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Com a palavra o Relator, Constituinte Antônio Carlos Konder Reis.

**O SR. RELATOR (Antônio Carlos Konder Reis):** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, a emenda do Sr. Constituinte Ademir Andrade propõe a alteração da composição do Conselho da República. Nas Constituições modernas, variada é essa composição.

O Sr. Relator-geral buscou obedecer a um critério de equilíbrio, dispondo que do Conselho da República participarão o Chefe de Estado, o Presidente das duas Casas do Congresso, o Chefe do Governo, os Líderes da Maioria e da Minoria nas duas Casas, o Ministro da Justiça e seis cidadãos brasileiros, indicados, em parte, pelo Chefe de Estado e, em parte, eleitos pelas duas Casas do Congresso Nacional.



A formulação do Sr. Relator-geral buscou ser fiel à realidade brasileira e teve como principal objetivo fortalecer o sistema de Governo que esta Comissão, em reunião memorável, entendeu soberanamente adotar no dia de ontem. A emenda do Constituinte Ademir Andrade é generosa, mas perde o seu sentido se observarmos a mecânica do sistema parlamentar de Governo. Sem prejuízo da independência, da autonomia dos diversos partidos que se farão representar na Câmara dos Deputados ou no Senado da República, a mecânica do sistema de Governo parlamentarista exige, para sua boa operação, a presença de Oposição e Governo, de Maioria e de Minoria. O dispositivo obedece à sistemática estabelecida em todo o capítulo que cuida da Formação do Governo Parlamentar e sua operação. O fato se confirma quando determina que, para indicar o Primeiro-Ministro à Câmara dos Deputados, o Presidente da República deve consultar o partido que detém a maioria ou a coligação, a aliança de partidos que vai constituir a maioria destinada a sustentar aquele gabinete a ser presidido pelo nome indicado pelo Sr. Presidente da República e aprovado pela Câmara dos Deputados.

Creio, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, que a emenda do nobre Constituinte Ademir Andrade, sem embargo de suas altas intenções, se acolhida, será um fator complicador na mecânica do sistema e irá, portanto, comprometer sua operação.

E digo mais: se, no sistema parlamentarista de governo, os partidos que se postarem na posição de apoio ao Governo não tiverem a capacidade de se reunir, de se entender e de acordar a indicação de uma liderança, e se os partidos de oposição não apresentarem o atributo de também, através de uma aliança, de um entendimento, acordarem na indicação de um líder que represente o seu pensamento e determine sua ação, estaremos então, desde já, desconfiando da possibilidade da operação do sistema em nosso País.

É da essência do sistema de governo a formação de oposição e de governo, de Maioria e de Minoria, de modo a que possa ele operar satisfatoriamente.

Em razão desses argumentos, Sr. Presidente, o Sr. Relator-geral, sem desconhecer as elevadas intenções e os altos propósitos da emenda do Constituinte Ademir Andrade, manifesta-se pela sua rejeição e conseqüente manutenção do dispositivo constante do projeto.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Passa-se à votação.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Cristina Tavares, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, José Paulo Bisol, Nelson Friedrich, Paulo Ramos, Sigmaringa Seixas, Antonio Mariz, Chagas Rodrigues, Jorge Hage, Uldurico Pinto, Vilson Souza, Jarbas Passarinho, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Plínio Arruda Sampaio, Siqueira Campos, Haroldo Lima e Jamil Haddad. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Aluizio Campos, Antônio Britto, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Celso Dourado, Cid Carvalho, Egídio Ferreira Lima, Fernando Gasparian, Ibsen Pinheiro, João Calmon, João Herrmann Neto, José Fogaça, José Richa, José Serra, José Ulisses de Oliveira, Manoel Moreira, Mário Lima, Nelson Carneiro, Oswaldo Lima Filho, Pimenta da Veiga, Raimundo Bezerra, Virgildásio de Senna, Wilson Martins, Délio Braz, Euclides Scalco, Israel Pinheiro, Octávio Elísio, Alcení Guerra, Arnaldo Prieto, Carlos Chiarelli, Edme Tavares, José Lins, Marcondes Gadelha, Sandra Cavalcanti, José Tinoco, Valmir Campelo, Antônio Carlos Konder Reis,

José Luiz Maia, Virgílio Távora, Adylson Motta, Bonifácio de Andrada e Adolfo Oliveira. **ABSTENÇÃO** dos seguintes Senhores Constituintes: Carlos Sant'Anna, Nilson Gibson, Rodrigues Palma, Eraldo Tinoco, Luís Eduardo, Jofran Frejat, Bocayuva Cunha e Luiz Salomão.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 23 Constituintes; votaram NÃO 42 Constituintes; abstiveram-se de votar 8 Constituintes. Total: 73 votos. O destaque foi **prejudicado** por falta de **quorum** qualificado.

Há requerimento de preferência para o Destaque nº 950, referente à Emenda nº 1P-9383, que tem como primeiro signatário o Constituinte Jorge Hage.

Os Srs. Constituintes que estejam de acordo com a preferência, permaneçam como se encontram. Aprovado.

**Destaque nº 000950-87 – Emenda nº 1P-09383-0, do Sr. Jorge Hage, “que modifica Título V, Capítulo II, do Substitutivo nº 1” (Título IV, Capítulo II, do Substitutivo nº 2). (323ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Passamos à votação do destaque.

Com a palavra o Constituinte Jorge Hage.

**O SR. CONSTITUINTE JORGE HAGE:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a emenda cuja votação será feita neste momento é eminentemente técnica, não envolve posições políticas de um ou de outro lado, propõe-se única e exclusivamente a alterar o título ou a denominação do Capítulo II, onde consta “Do Poder Executivo”, substituindo essa denominação pela “Da Presidência”.

Peço particularmente ao eminente Relator Bernardo Cabral apoio e atenção. A emenda visa a contribuir para o aprimoramento do seu excelente Substitutivo, na medida em que, permanecesse aí a denominação “Do Poder Executivo” referida ao Capítulo II, que cuida em todas as suas seções apenas do Presidente da República, induziríamos a erro de remissão dezenas e dezenas de artigos pelo projeto afora que se reportam à competência do Poder Executivo pelo uso do costume, da tradição nossa, brasileira, mas que, na verdade, agora pretendem referir-se ao Governo, ao Primeiro-Ministro, que é objeto do Capítulo III, portanto, entrando em choque, em contradição até com o próprio elenco das atribuições e competências dadas no Título IV ao Presidente ou ao Primeiro-Ministro. A simples substituição do nome do capítulo é mais simples do que fazer-se a correção de todas as referências adiante, o que poderia levar a dúvidas em alguns momentos, enquanto que, estabelecendo-se a nomenclatura “Da Presidência” para o capítulo do Presidente da República, do Chefe do Estado, como, aliás, ocorre na maioria das Constituições parlamentaristas européias, e “Do Governo” para o Capítulo III, onde se trata do Primeiro-Ministro, teríamos resolvido um problema técnico, de redação e de referências pelo caminho mais simples. Nesse sentido, peço apoio ao eminente Relator e aos Relatores-Adjuntos. Quero também acrescentar que a emenda já havia, inclusive, sido incorporada no acordo geral – e não sei por que acabou sendo excluída das preferências. Agora, com o apoio de diversos companheiros Constituintes, foi novamente trazida por mim. Muito obrigado (**Palmas**)

**O SR. CONSTITUINTE CHAGAS RODRIGUES:** – Sr. Presidente, peço a palavra, para contestar a emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Chagas Rodrigues, para contestar a emenda.

**O SR. CONSTITUINTE CHAGAS RODRIGUES:** – Sr. Presidente, **data venia** do nobre Constituinte, entendo que está certo, inclusive do ponto de vista técnico, porque temos apenas três Poderes. Não temos um quarto poder, que seria o Moderador, nem um quinto poder, que seria o Contábil, para alguns publicistas. Temos apenas três Poderes e o Presidente da República não se insere nem no Poder Legislativo nem no Judiciário. Conseqüentemente, o Presidente da República só pode figurar no Poder Executivo. Daí o Capítulo II tratar do Poder Executivo, em sua Secção 1ª, inclusive do Presidente da República – ou, se for o caso, da Presidência da República.

Diante dessas considerações, de ordem rigorosamente técnica, lamento ter de discordar da emenda do nobre Constituinte, oferecida, sem dúvida, com os melhores propósitos.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Concedo a palavra ao Sr. Relator-Geral.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, o eminente Constituinte Chagas Rodrigues opõe-se ao que pretende o eminente Constituinte Jorge Hage, mas a este cabe razão. Chamo a atenção para o argumento correto utilizado pelo eminente Constituinte Chagas Rodrigues. Ele mereceria prosperar se, além do Presidente da República neste capítulo, houvesse, por exemplo, outro, como a formação do governo. Mas o Capítulo II trata realmente apenas do Presidente da República. O Capítulo III é que trata do governo. Neste caso, como o capítulo é especificamente destinado ao Presidente da República, desdobrando-se em seções, parece à Relatoria que o argumento suscitado pelo Constituinte Jorge Hage merece acolhida, não apenas pela remissão, mas pela clareza com que ficaria o capítulo.

É claro que não podemos aqui esquecer a figura de Montesquieu, mas nesta hora não cabe. Por isto, a Relatoria acolhe a argumentação do Constituinte Jorge Hage e manifesta seu aplauso ao Constituinte Chagas Rodrigues. Mas realmente o Constituinte Jorge Hage tem razão.

**O SR. CONSTITUINTE EGÍDIO FERREIRA LIMA:** – Sr. Presidente, quero fazer uma sugestão ao Relator. Ou S. Exª faz conforme o nobre Constituinte Jorge Hage sugeriu, ou põe o termo “Do Executivo” e modifica as seções, compreendendo no Executivo não apenas a chefia de Estado; mas o Governo, do qual faz parte o Executivo. Essa talvez seja a solução mais precisa, qual seja, modificar a numeração. Todos serão seções de um mesmo título, que seria o “Do Executivo”. Estaria aí incluída a chefia de Estado, a Presidência, atribuições e formação do Governo, seções, enfim, todo o Executivo. O Executivo é formado pela chefia de Estado e pelo Governo.

**O SR. CONSTITUINTE JORGE HAGE:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem, para um esclarecimento.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem V. Ex.ª a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE JORGE HAGE:** – O nobre Relator percebeu todo o alcance da emenda. Essa outra formulação que o nobre Constituinte Egídio Ferreira Lima aventa não resolve toda a questão. As remissões feitas ao Poder Executivo referem-se ao Governo e ao 1º - Ministro, e não às duas funções em conjunto.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A Casa está esclarecida.

Em votação a Emenda Jorge Hage.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Antônio Britto, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Celso Dourado, Cid Carvalho, Cristina Tavares, Egídio Ferreira Lima, Fernando Gas-

parian, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Ibsen Pinheiro, João Herrmann Neto, José Paulo Bisol, José Richa, José Ulisses de Oliveira, Manoel Moreira, Mário Lima, Nelson Jobim, Nelton Friedrich, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Raimundo Bezerra, Sigmaringa Seixas, Virgildásio de Senna, Wilson Martins, Antonio Mariz, Chagas Rodrigues, Délio Braz, Euclides Scalco, Israel Pinheiro, Jorge Hage, Octávio Elísio, Uldurico Pinto, Vilson Souza, Alcení Guerra, Arnaldo Prieto, Carlos Chiarelli, José Lins, Marcondes Gadelha, Sandra Cavalcanti, José Tinoco, Valmir Campelo, Antônio Carlos Konder Reis, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia, Virgílio Távora, Adylson Motta, Bonifácio de Andrada, Lysâneas Maciel, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Plínio Arruda Sampaio, Adolfo Oliveira, Siqueira Campos, Haroldo Lima e Jamil Haddad. Votou **NÃO** o seguinte Senhor Constituinte: Edme Tavares. **ABSTENÇÃO** dos seguintes Senhores Constituintes: Carlos Sant’Anna, João Calmon, Nilson Gibson, Rodrigues Palma, Eraldo Tinoco, Luís Eduardo, Jofran Frejat, Paes Landim e Luiz Salomão.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 60 Constituintes; votou NÃO 1 Constituinte; abstiveram-se de votar 9 Constituintes. Total 70 votos. O Destaque foi **aprovado**.

Srs. Constituintes, está esgotada a matéria.

Deveríamos ainda realizar, hoje, uma sessão à tarde, de acordo com o cronograma de trabalho. Por seu turno, este cronograma aprovado pelos Líderes fixava para os dias de ontem e de hoje a votação dos Capítulos II e III. Encerradas as preferências, inclusive as de ordem individual, nada há mais no momento a votar. Os destaques que não foram apreciados, correspondentes às emendas ainda vigentes, continuarão respeitados no Plenário da Assembléia Nacional Constituinte.

Considero encerrada a votação do Capítulo III.

#### IV – SUSPENSÃO DA REUNIÃO

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A Presidência vai suspender os trabalhos, convocando os Senhores Constituintes para a continuação da presente reunião, terça-feira, dia 3-11-87, às 9:00 horas.

Está suspensa a reunião.

#### EM 3 DE NOVEMBRO DE 1987 (1)

Presidência dos Srs.: **Aluizio Campos**, Primeiro-Vice Presidente.

#### I – REABERTURA DA REUNIÃO

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Havendo número regimental, declaro reaberta a reunião.

#### II – EXPEDIENTE

##### Ofícios do Sr. Líder do PDT:

“Ofício nº 177/87

Brasília, 3 de novembro de 1987

A Sua Excelência o Senhor  
Constituinte Ulysses Guimarães  
DD. Presidente da Assembléia Nacional Constituinte  
Nesta

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência o Constituinte Vivaldo Barbosa, para substituir o Constituinte Brandão Monteiro, como membro Titular da Comissão de Sistematização, no dia 3-11-87.

Informo, outrossim, que a partir de 4-11-87 o Constituinte Brandão Monteiro reassumirá suas funções na referida Comissão.

No ensejo, renovo a Vossa Excelência protestos de consideração e apreço. – Constituinte **Brandão Monteiro**, Líder do PDT."

"Ofício nº 178/87

Brasília, 3 de novembro de 1987

A Sua Excelência o Senhor  
Constituinte Ulysses Guimarães  
DD. Presidente da Assembléia Nacional Constituinte  
Nesta

Senhor presidente,

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência o Constituinte Vivaldo Barbosa para substituir o Constituinte Bocayuva Cunha, como membro-Suplente da Comissão de Sistematização, no dia 3-11-82.

Informo, outrossim, que a partir de 4-11-87 o Constituinte Bocayuva Cunha reassumirá suas funções na referida Comissão.

No ensejo, renovo a Vossa Excelência protestos de consideração e apreço. – Constituinte **Brandão Monteiro**, Líder do PDT."

**Requerimento do Sr. Vice-Líder do PDC:**

"Excelentíssimo Senhor  
Presidente da  
Comissão de Sistematização

Senhor Presidente,

Na forma regimental, requeiro a substituição do Constituinte Roberto Balestra, como Suplente do PDC nesta Comissão, pelo Constituinte José Maria Eymael, durante os dias 4, 5 e 6 de novembro corrente.

Sala das Reuniões, 3 de novembro de 1987. –  
Constituinte **Siqueira Campos**, Vice-Líder do PDC."

### III – COMUNICAÇÕES

Da Mesa da Comissão de Sistematização:

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Há sobre a mesa dois requerimentos. Um teria sido objeto de entendimento, no sábado passado, entre as Lideranças, e se destina a postergar a votação do art. 52, mas depois houve entendimento no sentido contrário, ou seja, para antecipar a apreciação do art. 52 do Título IV para antes da votação do Capítulo IV, referente ao Poder Judiciário. O requerimento está assinado pelos Líderes do PMDB, PCB, PT, PC do B, PTB, PDT, PSB e PFL.

Vou submeter à votação o requerimento de antecipação da votação do art. 52.

**Documento a que se refere o Sr. Presidente:**

Ex.<sup>mo</sup> Sr. Constituinte Afonso Arinos,  
DD. Presidente da Comissão de Sistematização.

As Lideranças com assento na Comissão de Sistematização tendo requerido que a votação dos destaques relativos ao art. 52 se efetivasse após o término do item "Poder Judiciário" o que se dará com o encerramento das votações do art. 144, vem aditar dito requerimento para que a votação do art. 52 se dê no primeiro momento da Sessão da manhã do dia 5 do corrente (5ª-feira), na hipótese da votação do Poder Judiciário não ter se encerrado naquele momento, forma pela qual se assegurará a votação de tão relevante tema.

Sala das Sessões, 3 de novembro de 1987.

Requerem, ainda, que sejam votados, logo a seguir ao art. 52, o Destaque nº 322 (ES-26907-1, art. 119), relativo ao art. 95 do S2, e, ainda, o Destaque nº 1417 (ES 26616-1) relativo ao art. 70 § 4º, II do S2. – **Mário Covas – Plínio Arruda Sampaio – Roberto Freire – Jamil Haddad – Brandão Monteiro – Siqueira Campos – José Lourenço – Virgílio Távora – Gastone Righi – Haroldo Lima – Adolfo Oliveira.**

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Concedo a palavra a V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Sr. Presidente, o Plenário da Comissão já decidiu que o art. 52 será votado em seguida à votação do Capítulo IV, do Poder Judiciário. Quando essa decisão foi tomada – lembro isto apenas por uma questão didática – fui o único voto contra. Inclusive, registrei meu voto, alertando os companheiros para as conseqüências que poderiam advir dessa mudança. Mas a mudança foi feita contra apenas um voto.

Depois, houve duas tentativas das Lideranças para reabrir a questão junto à Mesa. Em ambas, a Mesa decidiu que a matéria era vencida e, como tal, seria tratada após o Capítulo IV, Do Poder Judiciário. De modo que, pela terceira vez, se tentar reabrir matéria vencida. Solicito a V. Ex.<sup>a</sup> que não submeta o requerimento à votação e decida simplesmente de plano que ele é impertinente e que a matéria será discutida depois do Capítulo referente ao Poder Judiciário.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A Mesa tem entendido que se deve obedecer à ordem dos artigos, títulos e capítulos e que as preferências devem versar sobre os capítulos que forem sendo submetidos a votação, porque a experiência que se tentou fazer, de inverter a votação de capítulos através de preferência, inclusive de capítulos pertencentes a títulos que não estavam sendo ainda votados, não deu resultado prático. De maneira que esse requerimento apenas se compatibiliza com a orientação que temos adotado. Não posso, entretanto, deixar de submetê-lo à votação, porque está assinado por todos os Líderes e, em virtude desse entendimento, a assessoria da Mesa preparou material sobre o art. 52 e seus parágrafos para ser votado agora, antes do Capítulo do Poder Judiciário.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Concedo a palavra a V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Sr. Presidente, por duas vezes – e estou com muita calma, inclusive porque V. Ex.<sup>a</sup> não participou dessas decisões – a Mesa já se posicionou em relação à questão. Aliás, por três vezes. Quando da votação da preferência para que o art. 52 fosse votado depois do Poder Judiciário, e posteriormente, já por duas vezes a Mesa considerou que a matéria era vencida e que o art. 52 só seria votado, por força de decisão já tomada em Plenário, após o Poder Judiciário. Nos pedidos de preferência encaminhados pelas Lideranças, com o mesmo número de assinaturas e com o mesmo peso, em ambas ocasiões a Mesa considerou que a matéria era vencida.

Então, quando V. Ex.<sup>a</sup> diz que é assim que a Mesa tem considerado, não é verdade. O que a Mesa tem considerado é que a matéria é vencida; deste modo, não pode ser reaberta.

Sr. Presidente, se assim for, nada mais prevalecerá, nem mesmo o Regimento. Mas tem de prevalecer uma última coisa nesta Comissão: a praxe parlamentar. E esta impede que matéria vencida possa ser reaberta. No dia em que V. Ex.<sup>a</sup> ou qualquer outro Presidente da Mesa considerar que matéria vencida pode ser reaberta ao sabor do peso e da importância das lideranças, neste momento se estará reconhecendo que não há mais norma alguma em vigor.

Quero deixar claro a V. Ex.<sup>a</sup> que fui contra a idéia de o art. 52 sair da posição em que estava. Aliás, fui o

único a votar contra. Fui o único a chamar a atenção para as inconveniências da mudança. Não posso entender, tida a matéria como vencida, haja agora tanta insistência em reabrir a questão.

Se V. Ex.<sup>a</sup> reconhecer que matéria vencida pode ser reaberta estará incorrendo em precedentes dos mais perigosos para qualquer Parlamento.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – Sr. Presidente, peço a palavra para contraditar a questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – Sr. Presidente, acredito que o ilustre Constituinte Carlos Sant'Anna esteja movido do melhor dos propósitos. Entretanto, a matéria relativa ao art. 52 não foi considerada vencida. Simplesmente, foi feito um acordo em função de algumas dificuldades relativas aos parágrafos do mencionado artigo e a Mesa resolveu, através de acordo de Liderança, colocar o art. 52 em votação exatamente hoje, quando vissemos encerrada a discussão e votação do capítulo anterior.

De qualquer maneira, estou convencido de que o fato de a Mesa acolher o requerimento de preferência assinado pelas Lideranças, submetendo-o à apreciação do Plenário da Comissão de Sistematização, não implicará precedente que possa, de alguma forma, autorizar comportamentos outros de modo a descumprir o Regimento Interno. Esse caso específico decorre de acordo de Liderança, com conhecimento dos membros da Comissão de Sistematização.

A Mesa, portanto, conforme decisão anterior, há de colocar o requerimento de preferência em votação.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Concedo a palavra ao Constituinte Antônio Britto.

**O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO BRITTO:** – Sr. Presidente, desejo repor nos termos devidos o que foi referido pelo Constituinte Carlos Sant'Anna.

Em sessões anteriores desta Comissão, foi apresentado requerimento no sentido de que a votação relativa ao art. 52 se desse em outro momento, após a votação do Capítulo do Poder Judiciário. Este requerimento estava embasado no Regimento e na praxe da Casa. E, se isso não tivesse ocorrido, ainda haveria um fato a mais: foi submetido a votos e aprovado.

Hoje, em função de alguns entendimentos, resolveu-se solicitar que a votação se desse agora, antes da votação do Poder Judiciário.

No entanto, Sr. Presidente, estamos retirando este requerimento e deixando bem claro à Comissão que não houve, no momento da apresentação do requerimento de preferência e na votação pelo Plenário deste requerimento ou de qualquer outro que envolva preferência, qualquer ato que ferisse o Regimento ou a praxe parlamentar.

Feito este esclarecimento, solicito, em nome daqueles que assinaram o requerimento, sua retirada.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Retirado o requerimento de preferência.

#### IV – ORDEM DO DIA

##### VOTAÇÃO DO PROJETO DE CONSTITUIÇÃO

##### TÍTULO IV (continuação)

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Antes de passar à votação do Capítulo IV – Do Poder Judiciário,

suspendo a sessão por dez minutos, até que sejam organizados os pedidos de preferências e de destaques.

#### (É suspensa a reunião)

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Peço aos Srs. Constituintes tomarem seus lugares para continuarmos os nossos trabalhos, iniciando-os pela votação do Capítulo IV, do Título IV, referente ao Poder Judiciário.

Há sobre a mesa vários requerimentos de preferência. O primeiro é do nobre Constituinte Vivaldo Barbosa, referente à Emenda nº 1P09960-9, em que S. Ex.<sup>a</sup> acrescenta dois incisos ao artigo – mas desistiu de um.

A matéria é a seguinte:

“Os juízes responderão civilmente, independentemente de interpelação ou notificação prévia, pela excessiva demora na prática dos atos de sua competência, ou por ação ou omissão eivada de dolo ou erro inescusável.”

A preferência é para a votação deste inciso.

Os Srs. Constituintes que estão de acordo, permaneçam como se encontram. **(Pausa)** Aprovada a emenda.

**Destaque nº 001154-87 – Emenda nº 1P-09960-9, do Sr. Vivaldo Barbosa, “que acrescenta inciso ao art. 188 do Substitutivo nº 1 (art. 109 do Substitutivo nº 2)”. (324ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem a palavra o eminente autor do destaque, para encaminhar a favor.

**O SR. CONSTITUINTE VIVALDO BARBOSA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, na Assembléia Nacional Constituinte temos muitos desafios à nossa frente, todos ou quase todos conduzindo à construção de uma democracia estável, com base no respeito, no acatamento e no fortalecimento das instituições democráticas. Desta Assembléia Nacional Constituinte sairão fortalecidas essas instituições, principalmente as judiciárias, que receberão novo perfil, novo contorno, com independência, com autonomia, através não apenas do texto do Substitutivo já por nós aprovado, mas também de uma série de emendas que o aperfeiçoam, que procuram conferir às instituições judiciárias a dignidade que elas merecem, a dignidade que a instituição há de ter para cumprir seu papel na construção da nossa democracia.

Há uma questão, Srs. Constituintes, que a todos nós toca de maneira especial: a lentidão da Justiça, que não é própria dos recursos processuais, dos mecanismos processuais e judiciais, mas que se pode atribuir à atitude pessoal do serventuário da Justiça, ou à atitude pessoal do magistrado. Na ordem jurídica do País, está faltando disciplinamento quanto a atitudes omissivas ou ativas de qualquer servidor público; está faltando, também, no ordenamento jurídico do País, um dispositivo legal que impute ao magistrado responsabilidade por ação ou omissão, quando esta ação ou omissão implica erro inescusável, ou por demora excessiva na prática dos atos processuais. Não há, nessa disposição legal, qualquer violação à autonomia ou independência do Judiciário. Mesmo porque a apuração desse erro, quando eivado de dolo, ou seja, a apuração da demora na prática do ato processual, será apurada e avaliada pelo Poder Judiciário, e sua responsabilidade será determinada pelo próprio Poder Judiciário. Trata-se de uma norma, de um dispositivo legal que se dirige ao seio e à mecânica do funcionamento da instituição, sem qualquer interferência exterior.

Com a aprovação deste destaque, estaremos dando um passo significativo, pelo menos no âmbito da nossa atribuição, naquilo que nos diz respeito, ou seja, criar as normas e dotar o ordenamento jurídico de dispositivos que constroem e permitem às autoridades do Judiciário, aos Tri-

bunais Superiores, enfim, às instâncias superiores do Judiciário, ter em mãos um dispositivo que lhes permita aplicar punições, indicar responsabilidades para os atos, as ações ou omissões dos magistrados que, seres humanos são passíveis de práticas pouco corretas. Assim, estaremos propiciando instrumentos para que a Justiça se torne mais ágil, mais eficaz e adequadamente responsável diante dos atos que lhe incumbem praticar.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, trago esta contribuição, esta proposta à apreciação do Plenário. Chamo a atenção dos Srs. Constituintes para o fato de que em nossas mãos, neste instante, está a possibilidade de agilizarmos a Justiça do País.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Concedo palavra, para encaminhar contra, ao nobre Constituinte Nelson Jobim.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON JOBIM:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a Emenda Vivaldo Barbosa pretende estipular na Constituição a responsabilidade civil dos juízes de Direito, independentemente de interpelação ou notificação prévia, pela excessiva demora na prática dos atos de sua competência, ou por ação ou omissão eivadas de dolo ou erro inescusável.

Creio, Sr. Presidente, que, não obstante a intenção que embasou o autor da emenda, no sentido moralizador eventual dos trabalhos do Poder Judiciário, S. Ex.<sup>a</sup> parte, evidentemente, de um equívoco básico. De um lado, temos que o ato do juiz de Direito não é um ato da sua pessoa. É um ato do Estado. E, se alguém tem de responder civilmente pela excessiva demora na prática dos atos de sua competência, é o próprio Estado. Trata-se da chamada responsabilidade civil do Estado pelos atos do Poder Judiciário. Já temos configurada em nosso sistema jurídico a responsabilização civil do Estado, considerando a indenização civil do Estado e os atos praticados pelo Poder Judiciário.

De outro lado, há que se sustentar aqui, claramente, que a excessiva demora que os juízes enfrentam, na prática dos atos de sua competência, normalmente decorre da falta de estrutura básica do Poder Judiciário e da falta de uma infraestrutura que possibilite sua agilização. A responsabilidade civil do Estado, nós já temos. A responsabilidade civil do juiz, na Constituição, importa numa deformação da própria figura do prestador da jurisdição, que não é o juiz, na sua pessoa física, mas o Estado, na sua personalização do Poder.

Esta é a razão pela qual entendo que a emenda, além de descabida como emenda fiscalizadora de responsabilidade dentro da Constituição, é equivocada no que diz respeito à sua destinação e a seu julgamento.

Precisamos ter consciência absoluta de que a situação de falta de prestação jurisdicional do Poder Judiciário decorre, repito, principalmente da falta de uma infra-estrutura básica, que possibilite ao Judiciário a prestação do seu ato jurisdicional.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Acha-se inscrito para encaminhar contra o Constituinte Paes Landim. Encareço a S. Ex.<sup>a</sup> que, se possível, retire sua inscrição, porque já falou o autor do destaque, o Constituinte Nelson Jobim manifestou-se contra e já falou também um Constituinte a favor. Gostaria de contar com a colaboração de S. Ex.<sup>a</sup> **(Pausa)** O Constituinte Paes Landim, com seu alto espírito de colaboração, retirou sua inscrição.

Em votação a matéria.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Aluizio Campos, Vivaldo Barbosa e Luiz Salomão. Votaram **NÃO** os Senhores Constituintes: Ademir Andrade, Alfredo Campos, Antônio Britto, Artur da Távola, Carlos Sant'Anna, Celso Dourado, Egidio Ferreira Lima, Haroldo Sabóia, José

Ignácio Ferreira, José Paulo Bisol, José Serra, Manoel Moreira, Mário Lima, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nilson Gibson, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Raimundo Bezerra, Rodrigues Palma, Sigmaringa Seixas, Virgildásio de Senna, Wilson Martins, Antonio Mariz, Chagas Rodrigues, Euclides Scalco, Israel Pinheiro, João Agripino, Jorge Hage, Manuel Viana, Octávio Elísio, Uldurico Pinto, Vilson Souza, Afonso Arinos, Aloysio Chaves, Arnaldo Prieto, Christóvam Chiaradia, Edme Tavares, Eraldo Tinoco, Francisco Benjamim, José Lins, José Santana de Vasconcellos, Luís Eduardo, Oscar Corrêa, Osvaldo Coelho, Sandra Cavalcanti, Enoc Vieira, Jofran Frejat, Jonas Pinheiro, José Tinoco, Paes Landim, Valmir Campelo, José Luiz Maia, Virgílio Távora, Adylson Motta, Bonifácio de Andrada, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Adolfo Oliveira, Siqueira Campos, Haroldo Lima e Jamil Haddad. **ABSTENÇÃO** do Constituinte Lys âneas Maciel.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 3 Constituintes; votaram NÃO 66 Constituintes. **ABSTEVE-SE** de votar 1 Constituinte. Total: 70 votos. O Destaque foi **rejeitado**.

**Destaque nº 002880-87 do Sr. Nelson Carneiro – Emenda nº ES-25293-3, do Sr. Joaci Góes, “que modifica a redação do art. 138 com a inclusão de um parágrafo único, do Substitutivo nº 1 (art. 112, do Substitutivo 2)”.** (325ª votação)

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Passa-se à votação do Destaque nº 25293, de autoria do eminente Constituinte Nelson Carneiro.

Em votação a preferência requerida. **(Pausa)** Aprovada.

Concedo a palavra ao Constituinte Nelson Carneiro, solicitando a S. Ex.<sup>a</sup> que esclareça o objetivo exato do destaque, porque a redação que tenho em mãos não está muito clara.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – Sr. Presidente, o destaque refere-se ao art. 112 do 2º Substitutivo. Gostaria que os Srs. Constituintes lessem o texto.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – V. Ex.<sup>a</sup> pode fazer a defesa, porque não há destaque, depois do seu, anterior ao art. 112.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – Sr. Presidente, o art. 112 começa dizendo “competem privativamente aos Tribunais”... A emenda mantém todo o texto e inclui um parágrafo único, que diz:

“Os órgãos de direção dos tribunais que tiverem juízes de primeiro grau a eles subordinados.”

Portanto, exclui, de logo, o Supremo Tribunal Federal, que não tem esse dispositivo. Não se aplicará ao Supremo Tribunal Federal, porque não há juízes subordinados a ele. Inclusive, os órgãos especiais onde houver, serão compostos por membros do Tribunal eleitos por todos os magistrados vitalícios, o que importa dizer que não participarão dessa eleição os membros do Tribunal de Trabalho, juízes classistas, visto não serem vitalícios. Somente os juízes vitalícios participarão da eleição para Presidente do Tribunal de Justiça, porque o Presidente do Tribunal de Justiça necessariamente será, pela emenda, um desembargador. Mas democratiza a escolha, porque o Presidente do Tribunal de Justiça é o chefe do Poder Judiciário no Estado. Assim, é natural que sua escolha resulte do voto de todos os juízes de direito daquele Estado. Democratiza, pois, em vez de ser escolhido um entre quinze ou vinte desembargadores, será escolhido um presidente que representará o pensamento de toda a magistratura vitalícia do Estado.

Esse é o objetivo da emenda, que não alcança o Supremo Tribunal Federal e não inclui os membros que não

são vitalícios da Justiça do Trabalho. Os juízes togados da Justiça do Trabalho participarão dessa escolha perante o Tribunal do Trabalho, mas os juízes classistas que não são vitalícios, não. Acredito ser uma medida pela qual se batem os juízes de todo o País, e que é sobremodo democratizante.

São estas as razões que justificam minha presença na tribuna para pedir o voto dos eminentes constitucionalistas.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Não há oradores inscritos. A emenda do Constituinte Nelson Carneiro, além de modificar o texto do inciso I do art. 112, acrescenta parágrafo único, nos seguintes termos:

“os órgãos de direção dos tribunais que tiverem juízes de primeiro grau a eles subordinados, inclusive órgão especial onde houver, serão compostos por membros do Tribunal eleitos por todos o magistrados vitalícios a ele vinculados.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Concedo a palavra ao Sr. Relator, para se pronunciar sobre a proposição.

**O SR. RELATOR (Adolfo Oliveira):** – Sr. Presidente, o Relator-Geral comparte conosco de permanentes homenagens justamente prestadas à figura ilustre do Senador Nelson Carneiro. A Relatoria reconhece o alcance democrático da medida inovadora contida na emenda defendida por esse nobre Senador. Porém, entende que a escolha do Presidente, do Vice-Presidente e do Corregedor-Geral de um Tribunal deve ser feita pelos seus integrantes, por maior e melhor que seja a gama de justificativas aduzidas pelo eminente representante do Estado do Rio de Janeiro.

Por essas razões, a Relatoria prefere manter o texto e, muito a contragosto, vota contrariamente ao destaque.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Em votação.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Ademir Andrade, Aluizio Campos, Artur da Távola, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, José Paulo Bisol, Mário Lima, Nelson Carneiro, Nelton Friedrich, Paulo Ramos, Sigmaringa Seixas, Chagas Rodrigues, Israel Pinheiro, Manuel Viana, Márcio Braga, Octávio Elísio, Uldurico Pinto, Vilson Souza, Christóvam Chiaradia, Eraldo Tinoco, José Santana de Vasconcellos, Luís Eduardo, Jofran Frejat, Brandão Monteiro, Luiz Salomão, Haroldo Lima e Jamil Haddad. Votaram **NÃO** os Senhores Constituintes: Alfredo Campos, Antônio Britto, Carlos Sant’Anna, Celso Dourado, Egídio Ferreira Lima, Ibsen Pinheiro, José Ignácio Ferreira, José Serra, Manoel Moreira, Nelson Jobim, Nilson Gibson. Oswaldo Lima Filho, Pimenta da Veiga, Raimundo Bezerra, Rodrigues Palma, Wilson Martins, Antonio Mariz, Euclides Scalco, João Agripino, Jorge Hage, Alcení Guerra, Aloysio Chaves, Arnaldo Prieto, Carlos Chiarelli, Edme Tavares, Francisco Benjamim, José Lins, José Lourenço, Oscar Corrêa, Osvaldo Coelho, Sandra Cavalcanti, Enoc Vieira, Jonas Pinheiro, José Tinoco, Paes Landim, Valmir Campelo, José Luiz Maia, Virgílio Távora, Adylson Motta, Bonifácio de Andrada, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Plínio Arruda Sampaio, José Genoíno, Adolfo Oliveira, Siqueira Campos e Roberto Freire.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 28 Constituintes; votaram NÃO 48 Constituintes. Total: 76 votos. O Destaque foi rejeitado.

**Destaque nº 001927-87 do Sr. Luiz Inácio Lula da Silva – Emenda nº ES-30318-0, do Sr. Plínio Arruda Sampaio, “que dá nova redação ao art. 142 do Substitutivo nº 1 (art. 115 do Substitutivo nº 2)”. (326ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Passamos agora ao Destaque nº 1927, referente à Emenda nº 30318, de autoria do Constituinte Plínio Arruda Sampaio. O destaque do Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva versa sobre o art. 115 do projeto, cujo texto é o seguinte:

“A Justiça dos Estados poderá instalar juizados especiais, providos por juízes togados, ou togados e leigos, para o julgamento e execução de pequenas causas cíveis e infrações de pequena gravidade, mediante procedimento oral e sumaríssimo, permitida a transação e o julgamento de recursos por turmas formadas por juízes de primeiro grau.”

Há um pedido de preferência.

Os Srs. Constituintes que estão de acordo, queiram permanecer como se encontram. **(Pausa)** Aprovada a preferência.

A emenda altera alguns pontos do texto.

Torna imperativa, em vez de facultativa, a instalação desses juizados especiais. Substitui a expressão “pequenas causas” por “causas cíveis de menor complexidade”. Substitui a expressão “infração penal de pequena gravidade” por “infração de menor potencial ofensivo”. Elimina o julgamento de recursos por turmas formadas por juízes do primeiro grau. Exclui a palavra “recursos”. De maneira que, mediante procedimento oral e sumaríssimo, é permitida a transação e o julgamento por turmas de juízes do primeiro grau. Elimina a possibilidade de que essa opção seja recursal.

Estes são os quatro objetivos da emenda.

Concedo a palavra ao nobre autor, para encaminhamento a favor, o Constituinte Plínio Arruda Sampaio.

**O SR. CONSTITUINTE PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, na Subcomissão do Poder Judiciário quem sabe tenha sido este artigo um dos mais louvados e dos mais discutidos, pois soluciona questão grave na justiça brasileira, qual seja, a litigiosidade contida. Temos no Brasil uma série de litígios que não chegam a juízo dada a impossibilidade de essas pessoas, apesar de sofrerem lesões no seu direito, recorrerem à Justiça, dada a dificuldade de colocar em ação a máquina do Judiciário. Essa emenda, aprovada por grande maioria na Comissão, visa a aproximar o Judiciário do povo, porque essa litigiosidade contida, que não aparece no juízo, aparece, depois, na violência, na contravenção, na criminalidade, na dificuldade da vida urbana.

A emenda que estamos apresentando contém uma pequena diferença. Na verdade, é uma palavrinha, como aquela estória do “teriam” do advogado criminal. Mas ela muda tudo. No substitutivo Cabral há uma faculdade ao Estado para a instalação desses juizados. Na emenda que estamos colocando, há uma obrigatoriedade. A Justiça brasileira precisa ampliar sua esfera de ação. Isso é imperioso. Na verdade, apesar de ser, apenas a substituição de um “poderá” por um “deverá”, sua importância é fundamental. A decisão da Comissão é importantíssima. A Comissão quer entregar uma faculdade que, na verdade, já existe – já há juizados especiais em São Paulo, Porto Alegre e no Rio Grande do Sul – ou quer determinar que, daqui em diante, para o pequeno delito ou para a pequena lesão de direito, consubstanciada no clássico exemplo, apresentado em nossa Comissão, do cidadão que tenha sua roupa estragada no tintureiro ou aquele que tenha o vidro

de sua loja quebrado e que jamais recorre a juízo, haja a possibilidade de recurso a juízo no seu bairro, no seu distrito, em sua comunidade, tornando esta mais próxima da Justiça.

Esta é a racionalidade da emenda.

As outras duas mudanças são meramente formais e de aspecto técnico. O Constituinte Oswaldo Lima Filho tem uma emenda impedindo que haja diferença no grau de justiça por causa de dinheiro, por causa patrimonial. S. Ex.<sup>a</sup> tem certa razão nisso. Esta não é a justiça dos pobres, não é uma justiça sem importância. Esta é a justiça dos delitos de menor potencial ofensivo, que precisam ser reprimidos rapidamente e de forma diferente dos delitos de maior potencial ofensivo. Esta é uma justiça para o ilícito civil, de menor complexidade, não de menor valor. Para uma pessoa pobre, uma lesão de mil, dois mil cruzados é, às vezes, mais importante do que, para uma pessoa rica, uma lesão de dois milhões de cruzados. De modo que não se trata de dividir e fazer uma subjustiça para um subpovo, mas de fazer uma justiça rápida para essas causas cíveis e criminais de menor complexidade.

Por conseguinte, eu pediria aos companheiros da Comissão que dessem essa demonstração de que a Constituição vai mudar o Legislativo, o Executivo e também o Judiciário, fazendo com que este fique mais próximo da população brasileira.

**O SR. CONSTITUINTE EGÍDIO FERREIRA LIMA:** – Sr. Presidente, peço a palavra, para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Com a palavra o ilustre Constituinte Egídio Ferreira Lima para encaminhar contra.

**O SR. CONSTITUINTE EGÍDIO FERREIRA LIMA:** – Pelo que ouvi, Sr. Presidente, e pela leitura do artigo, percebo que o autor da emenda pretende tornar obrigatória a criação de juizados especiais, originalmente facultativa. Mas creio que, quando S. Ex.<sup>a</sup> se reportou a julgamento, por lapso deixou de reportar-se a recurso.

Gostaria que V. Ex.<sup>a</sup> lesse o texto para verificar se é exata a observação que faço.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Conforme a Presidência já ressaltou, a emenda modifica o texto do projeto em quatro pontos: em primeiro lugar, diz o artigo que “A justiça dos Estados poderá instalar...” A emenda propõe seja modificada para “deverá instalar juizados especiais”. Depois, quanto aos juízes togados leigos, que poderão fazer “o julgamento e a execução de pequenas causas”, substitui a expressão “pequenas causas” por “causas cíveis de menor complexidade”. Em seguida, substitui novamente, ao sugerir, ao invés de “infrações penais de pequena gravidade”, a expressão “infrações penais de menor potencial ofensivo”. Por último, suprime a palavra “recursos”, pois aqui se diz que são permitidos a transação e o julgamento de recursos por turmas formadas por juízes do primeiro grau. S. Ex.<sup>a</sup> propõe sejam permitidos a transação e o julgamento por turmas de juízes do primeiro grau, eliminando a instância recursal. Passariam, naturalmente, a ser apreciados por juízes togados.

**O SR. CONSTITUINTE EGÍDIO FERREIRA LIMA:** – Então, gostaria que V. Ex.<sup>a</sup> esclarecesse com o autor da emenda se não houve lapso de redação, porque aqui se diz “julgamento de recursos por turmas formadas de juízes de primeira instância”. Se se retira a palavra “recursos”, o julgamento vai ser feito por juízes do primeiro grau. Vai-se criar, dentro do juizado especial, um colegiado para esse julgamento, o que complica e, o que é um contra-senso, vai contra o propósito do autor, que é o de dar celeridade aos processos. A referência a “recursos”, aí, é indispensável, para que se complete e se precise a intenção do autor da emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem a palavra o nobre Constituinte Brandão Monteiro, para encamento a afavor.

**O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO MONTEIRO:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, penso que chega a hora de nós, que estamos preocupados com o acúmulo dos processos judiciais e também com a violência, colaborarmos de forma objetiva, na Assembléia Nacional Constituinte, para a solução dessas pequenas causas, ou causas de menor potencialidade dos crimes, adotando definitivamente o juizado de pequenas causas.

Todos devemos lembrar, como dizia o Constituinte Oswaldo Lima Filho, que em muitos dos processos judiciais e das causas, sobretudo no interior do Estado, a demora com que a Justiça soluciona os problemas leva-nos freqüentemente a facilitar a ocorrência de novas violências e novos crimes.

A emenda do Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva pretende definir por completo e imediatamente a obrigatoriedade do juizado de pequenas causas. Por isso, penso que os Srs. Constituintes devem, ao observar a emenda, votar a favor. Nós lutamos aqui pela democratização, pelo desenvolvimento da Justiça, e esta é a oportunidade de criarmos no País, definitivamente, o juizado de pequenas causas.

Estas, as razões pelas quais defendo a emenda apresentada e defendida pelo Constituinte Plínio Arruda Sampaio.

Sr. Presidente, tenho também uma reclamação a fazer. Ao tomar conhecimento das listas de preferências, tenho observado que a Mesa não tem atendido ao que determina o conjunto das resoluções tomadas pelas Lideranças dos partidos, pela Mesa da Assembléia Nacional Constituinte e pela Mesa da Comissão de Sistematização. Ficou estatuído, por aquele acordo, que as preferências seriam requeridas por Constituintes que representassem 2/3 da Comissão de Sistematização, ou por Líderes e Constituintes que representassem 1/3 da Comissão de Sistematização, de forma a garantir a preferência das minorias.

Fizemos vários pedidos de preferência, assinados por Líderes que representam mais de 1/3 dos membros da Comissão de Sistematização, de forma que não entendemos a lista de preferências arrolada, pois é só a lista de preferências levada pela liderança do PMDB. Tomamos esta atitude na medida em que, depois de acordadas as preferências, algumas lideranças que haviam assinado as preferências votaram contra.

Peço a V. Ex.<sup>a</sup> que obedeça ao princípio democrático, colocando na lista de preferências uma dos partidos que representam 2/3 dos Constituintes e, em seguida, a de partidos que representam 1/3, nos termos da resolução tomada pelas Lideranças de todos os partidos na reunião em que se modificou a sistemática dos trabalhos, com a concomitância da votação no plenário e na Comissão de Sistematização, e também as preferências com a votação de títulos, ressalvados os destaques.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – O Constituinte Brandão Monteiro inscreveu-se para falar a favor da emenda apresentada pelo Constituinte Plínio Arruda Sampaio. Quanto à questão de ordem levantada por S. Ex.<sup>a</sup>, será decidida após o resultado da votação.

Peço ao nobre Constituinte Antônio Britto que aguarde. Poderá contraditar depois da votação.

Concedo a palavra ao autor da emenda para prestar esclarecimentos.

**O SR. CONSTITUINTE PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, desejo apenas prestar um esclarecimento.

O essencial da emenda é a substituição da palavra “poderá” pela palavra “deverá”. Não há nenhuma intenção de diminuir recursos, inclusive porque o princípio geral é o de haver dois graus de jurisdição. Se isso criar alguma dificuldade, amanhã poderemos remediar, por uma emenda de redação mais explícita. Mas o fundamental é que indique a seguinte idéia: ao invés de conceder uma faculdade aos Estados de criarem juizados especiais, a emenda determinará a obrigatoriedade de instituição desses juizados.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – V. Ex.<sup>a</sup> mantém a emenda no sentido de tornar obrigatória a instalação dos juizados especiais, deixando a critério do Relator no caso de a emenda ser aprovada...

Concedo a palavra ao Relator, para pronunciar-se sobre o destaque.

**O SR. CONSTITUINTE ADOLFO OLIVEIRA:** – Sr. Presidente, o eminente Relator-Geral, Constituinte Bernardo Cabral, pede-me que transmita seu apoio ao destaque conferido à emenda de autoria do Constituinte Plínio Arruda Sampaio.

A emenda é boa, é excelente, e vem sanar o que poderia ser uma falha no texto, ao incluir, praticamente, uma recomendação – “poderá”. A correção que agora se faz através da emenda parece-nos, por todos os títulos, procedente. Além disso, a melhor definição das causas cíveis e infrações penais que serão da alçada desses juizados especiais é das mais adequadas.

Quanto à omissão – talvez por equívoco de datilografia – da expressão “julgamento de recursos por turmas de juízes de primeiro grau”, o Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte prevê que está aberta, no segundo turno, a oportunidade de emenda para aperfeiçoar o texto – o que, não há dúvida, não me parece ser o caso.

Por essa razão, a Relatoria dá parecer favorável à emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Em votação.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Ademir Andrade, Aluizio Campos, Antônio Britto, Artur da Távola, Celso Dourado, Cristina Tavares, Egídio Ferreira Lima, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, Ibsen Pinheiro, João Calmon, José Ignácio Ferreira, José Paulo Bisou, José Richa, José Serra, Mário Lima, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nelton Friedrich, Nilson Gibson, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Raimundo Bezerra, Rodrigues Palma, Wilson Martins, Antonio Mariz, Chagas Rodrigues, Euclides Scalco, Israel Pinheiro, João Agripino, João Natal, Jorge Hage, Márcio Braga, Nelson Wedekin, Octávio Elísio, Uldurico Pinto, Vilson Souza, Alcení Guerra, Aloysio Chaves, Carlos Chiarelli, Christóvam Chiaradia, Edme Tavares, Eraldo Tinoco, Francisco Benjamim, José Lins, José Santana de Vasconcellos, Luís Eduardo, Oscar Corrêa, Osvaldo Coelho, Sandra Cavalcanti, Enoc Vieira, Jofran Frejat, Jonas Pinheiro, José Tinoco, Mozarildo Cavalcanti, Paes Landim, Valmir Campelo, José Luiz Maia, Virgílio Távora, Adylson Motta, Bonifácio de Andrade, Victor Faccioni, Brandão Monteiro, Lysâneas Maciel, Luiz Salomão, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Adolfo Oliveira, Siqueira Campos, Haroldo Lima, Roberto Freire e Jamil Haddad. Votaram **NÃO** os Senhores Constituintes Alfredo Campos e Manuel Viana.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 78 Constituintes; votaram NÃO 2 Constituintes. Total: 80 votos. O Destaque foi **aprovado**.

Concedo a palavra ao nobre Constituinte Antônio Britto, para contraditar a questão de ordem levantada pelo Constituinte Brandão Monteiro.

**O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO BRITTO:** – Sr. Presidente, há pouco o nobre Líder do PDT, Constituinte Brandão Monteiro, apresentou reclamação relativa ao sistema que vem sendo adotado para as preferências.

Gostaria de, em nome da Liderança do PMDB, dar ciência a V. Ex.<sup>a</sup> e ao Plenário de que as Lideranças têm-se reunido e têm procurado, da forma mais democrática e com o interesse de contribuir com os trabalhos da Mesa e desta Comissão, elaborar, com a presença de representantes da Relatoria, uma lista de preferências. Para a elaboração da lista de ontem, relativa ao Poder Judiciário, lá estavam as Lideranças do PMDB, do PFL, do PT, do PSB, do PDC, do PL, do PC do B, do PDS, e ainda houve participação, através de material que remeteram, das Lideranças do PCB e do PTB.

Evidentemente, este esforço feito pelas lideranças não afasta o direito regimental da Liderança do PDT e de qualquer outra, com base no Regimento, de apresentar suas preferências. O critério que nos parece correto, uma vez chegadas as preferências à Mesa, é o de, sob pena de tumulto na votação, serem organizadas com base nos artigos a que se refere.

Sr. Presidente, era este o esclarecimento que queria dar a V. Ex.<sup>a</sup>, para que fique muito claro qual o comportamento que as lideranças dos partidos estão adotando.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – As preferências apresentadas têm ficado à disposição da assessoria da Mesa e da coordenadoria, com o Dr. Paulo Affonso, para serem assinadas pelas diversas lideranças. A maioria das lideranças as tem assinado, com exceção da Liderança do PDT. Isso não significa, porém, conforme ressaltou o nobre Constituinte Antônio Britto, que o direito de requerer preferência deva ser postergado ou mantido. O direito de pedir a votação das preferências, por ordem de apresentação, subsiste.

No momento oportuno, naturalmente, deveremos informar ao Plenário a ordem de apresentação das preferências para serem obedecidas. Se alguma prevalência para as preferências assinadas pela maioria das lideranças não se compatibilizar com a ordem de apresentação, a Mesa atenderá a essa ordem.

**O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO MONTEIRO:** – Sr. Presidente, minha reclamação não foi resolvida por V. Ex.<sup>a</sup>. Observando o que disse, aliás, com presteza, o eminente Líder Antônio Britto, vejo que a interpretação de V. Ex.<sup>a</sup> é totalmente diversa do nível da nossa reclamação. Estamos absolutamente dentro do que decidiram as lideranças dos partidos. O que resolveram, com a sua presença, com a presença da Mesa da Assembléia Nacional Constituinte e da Mesa da Comissão de Sistematização, é que, além das preferências requeridas por dois terços dos membros da Constituinte ou líderes que os representem, poderiam requerer preferências também Parlamentares que representassem um terço da Comissão de Sistematização. Embora as tenhamos feito com a assinatura de mais de um terço, não tivemos nossas preferências relacionadas.

Não há aqui preferência de preferência. É equívoco de V. Ex.<sup>a</sup>. Temos os mesmos direitos que as lideranças que representam dois terços. Concomitantemente a uma preferência dessas lideranças, segue-se a das lideranças que representam um terço.

V. Ex.<sup>a</sup> não está informado a esse respeito e, portanto, não resolveu a reclamação.



**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Participei, como V. Ex.<sup>a</sup> da reunião em que essa questão foi decidida. Naquele momento, realmente se estabeleceu que as minorias poderiam apresentar preferência com a assinatura de dez membros da Comissão. De maneira que essa norma ficou estabelecida. Acontece que houve entendimento posterior entre as lideranças, para efeito de apresentação.

Mas V. Ex.<sup>a</sup> tem razão. A Presidência acolhe sua questão de ordem. V. Ex.<sup>a</sup> deseja que sejam alternadamente votadas as preferências que resultem de acordos de lideranças, ou que sejam assinadas, para os pequenos partidos, por pelo menos dez Constituintes.

V. Ex.<sup>a</sup> será atendido.

**O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO BRITTO:** – Com isso voltaremos ao sistema que foi adotado corretamente na sexta-feira e no sábado, quando, recebidas pela Mesa, dentro do critério regimental, as preferências foram organizadas, para efeito de votação, com base no número do artigo a que se referiam.

Esta, a sugestão que encaminho à Mesa.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Em virtude do atendimento de questão de ordem levantada pelo Constituinte Brandão Monteiro, suspendo a sessão por dez minutos, para podermos receber as preferências apresentadas pela minoria.

(É suspensa a reunião)

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Está reaberta a sessão.

**Destaque nº 007457-87, do Sr. José Paulo Bisol, “que suprime o artigo 119 do Substitutivo nº 2”. (327ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Em virtude de decisão da Mesa, é admitida para votação a emenda do Constituinte Vivaldo Barbosa, com dez assinaturas, referente ao art. 119. Existe, porém, com preferência para votação, emenda do Constituinte José Paulo Bisol, supressiva integral do texto. De maneira que daremos preferência à emenda supressiva, para, em seguida, votarmos a emenda do Constituinte Vivaldo Barbosa.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Permita-me, Sr. Presidente.

A emenda do Constituinte José Paulo Bisol suprime o texto do art. 119, mas, em seguida, vem a emenda do Constituinte Vladimir Palmeira, que pretende estatizar os serviços cartoriais.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Mas, em seguida, há uma emenda das minorias que organiza os cartórios oficiais, para ser apreciada se a emenda do Constituinte José Paulo Bisol for aprovada.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Se isso não ocorrer, Sr. Presidente, que emenda será apreciada em seguida?

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Nesse caso, terão preferência, naturalmente, as substitutivas que versarem sobre o art. 119, por ordem de apresentação.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – No caso, como a emenda Vladimir Palmeira é substitutiva global, tem preferência?

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A primeira é a do Constituinte Vivaldo Barbosa; em seguida, vem a do Constituinte Vladimir Palmeira e, depois, a do Constituinte Gastone Righi.

Em votação a emenda do Constituinte José Paulo Bisol.

A Presidência concede a palavra ao autor do destaque, para encaminhamento a favor. Para encaminhamento con-

tra já se encontra inscrito o Constituinte Adolfo Oliveira.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ PAULO BISOL:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, não venho a esta tribuna defender qualquer ideologia, sequer uma filosofia ou concepção de Estado. Venho pedir aos Srs. Constituintes uma reflexão importante, pois já cometemos um erro, a meu ver, neste assunto.

Se os Srs. Constituintes lerem o art. 21, inciso XXIV, repararão que ali está escrito que é da competência da União legislar sobre registros públicos – o que está certo – e sobre serviços notariais – o que está errado, porque os serviços notariais cabem aos Estados e devem ser regulamentados pelo Código de Organização Judiciária de cada unidade federativa.

Vamos dar um só exemplo, o de Chuí, de Santa Vitória do Palmar, localizado lá no fim do Brasil. Quando for necessário ampliar os serviços cartoriais ou remanejar distribuição das competências cartoriais, o Juiz de Santa Vitória do Palmar, que é juiz do Estado, terá de encaminhar expediente ao Tribunal de Justiça do Estado, a fim de que este envie ao Congresso Nacional o pedido de criação de cartório.

Isso é um absurdo, uma brincadeira! No entanto, já passou.

Agora reparem que, com o art. 119 – e a nossa emenda é para suprimi-lo – estamos privatizando os serviços cartoriais. Isso também é da competência dos Estados. Pelo Código de Organização Judiciária do Estado do Rio Grande do Sul, o processo de oficialização dos cartórios extra-judiciais já está em andamento. Por quê? Porque é uma decisão tradicional da competência estadual.

Afirmo aos Srs. Constituintes que, se fosse o caso de se discutir a dicotomia, a oficialização e a privatização, eu votaria – e vou votar, se for o caso, pela oficialização. Mas não quero entrar na discussão ideológica, na filosofia de Estado relativamente às competências judiciárias. Afirmo haver, porém, um erro de técnica legislativa quando se trata de uma Federação. Discutimos tão profundamente a questão federalista e, de repente, estamos eliminando a Federação – pelo menos no aspecto judiciário. Ou somos uma Federação inclusive judiciária, ou não somos. Isso que estamos discutindo é da competência dos Estados.

Estamos também entrando num caminho perigoso ao distinguir os cartórios de média e grande renda dos cartórios de pequena renda. E isso é muito flagrante, muito descarado.

Então, o art. 119 privatiza os cartórios rendosos de média e grande renda de uma forma demasiado clara. O art. 17 das Disposições Transitórias oficializa os cartórios de pequena renda. Mas isso é uma agressão em termos de raciocínio, de organização! Oficializamos os cartórios de pequena renda – por sinal, os mais trabalhosos – e privatizamos os cartórios rendosos.

Não sou “estatalista” nem privatista; sou apenas um brasileiro que vive em um Estado de economia mista, cuja estrutura estatal está vinculada ao princípio da economia mista. Se querem privatizar as empresas cuja operação é tipicamente privada, dentro do capitalismo, muito bem! Mas estamos lidando com serviços públicos! Prestem bem atenção, Srs. Constituintes: cartório é serviço público, sempre foi e sempre será! Quem responde por cartórios é o Estado! (Palmas)

Boa parte dos senhores quer privatizar as empresas estatais. Muito bem. Há fundamento filosófico para isso. Mas não há fundamento filosófico para privatizar serviço público, pois a natureza do serviço é pública. Se quiserem colocar a dicotomia estatização, que é um conceito errado – o cartório já é do Estado – ou privatização, vo-

tarei, coerentemente com os meus princípios, na estatização, porque está muito mais próximo do justo, já que o serviço é naturalmente público. Devolveremos o serviço ao dono. Prestem atenção, pois estamos criando uma figura espetacular no serviço público: delegado constitucional de serviço cartorial.

Um delegado constitucional de serviços públicos! O que é isso, meu Deus? **(Palmas)** Vamos ser coerentes! Se quisermos privatizar, que lutem pela privatização das empresas. Mas, querer privatizar a República, a Federação, o Estado?! É por aí que se começa a abolir o Estado?

Não venho aqui tomar partido de um lado da dicotomia – mais adiante o farei –, mas peço aos Srs. Constituintes que usem um pouco de lógica, de lucidez e de inteligência. No plenário da Constituinte teremos que tirar do art. 21, inciso XXIV, a expressão “e serviços cartoriais”; teremos que eliminar o art. 119, que está em pauta, e, finalmente, eliminar o art. 17 das Disposições Transitórias. Por questão de lógica, por questão de coerência, e para que não coloquemos na Constituição, que pretendemos grandiosa, um pequeno tópico que, francamente, nos desmoraliza como inteligência e como sensibilidade, para o jogo dos interesses particulares.

Era o que tinha a dizer. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Há encaminhamento contra. Para tanto, concedo a palavra ao nobre Constituinte Adolfo Oliveira.

**O SR. CONSTITUINTE ADOLFO OLIVEIRA:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, confesso que estou estarecido. Aprendi, de longa data, antes de aqui chegar, a admirar as virtudes e o talento do hoje Senador José Paulo Bisol. Por isso mesmo, imagino que S. Ex.<sup>a</sup> se tenha deixado possuir por um sentimento verdadeiramente passional, que toldou a nitidez do seu raciocínio, a ponto de sustentar, desta tribuna, verdadeiras e ilegítimas incoerências.

Vejamos: S. Ex.<sup>a</sup> pretende eliminar o art. 119 e seus parágrafos. Esse artigo nasceu de um debate amplo e aberto na Subcomissão do Poder Judiciário, que propunha a estatização de todos os serviços notariais e registrais do País, através do Relator, meu grande e querido amigo, o eminente Constituinte Plínio Arruda Sampaio. Seu parecer não foi vitorioso. A emenda, que se transformou no atual art. 119, foi aprovada por dezesseis votos contra três.

Posteriormente, na Comissão temática, uma figura admirável de homem público, o Relator da Comissão, o nobre Constituinte Egídio Ferreira Lima, voltou a insistir na estatização de todos os serviços notariais e registrais do País. Novamente apresentada a emenda, defendida de público, e após os debates, foi ela aprovada por quarenta e um votos contra dezoito.

Enunciei este pequeno histórico, Sr. Presidente, para mostrar que quando a Constituição, no Substitutivo nº 2, prevê o caráter privado dessas atividades, é contra a Federação. Mas, quando os correligionários do Constituinte José Paulo Bisol pretendem estatizar os cartórios, os serviços notariais e registrais, em todo o País, no texto da Constituição, isso não ofende a Federação, isso é ótimo. E por quê, Sr. Presidente? Porque S. Ex.<sup>a</sup> diz que se pretende privatizar aquelas serventias que são rendosas. Mas sabe S. Ex.<sup>a</sup> muito bem que a grande maioria das que serão mantidas no regime privatizado por esse dispositivo que S. Ex.<sup>a</sup> pretende eliminar são serventias humildes e modestas do interior, são pequenos cartórios de registro civil, que só sobrevivem porque o titular do cartório tem a ajuda de sua mulher ou de sua filha. Representaria, pois, um ônus insuportável para muitos Estados o ter que assumir essas serventias.

Não foi sem razão que o Governo de São Paulo, Estado rico e poderoso, fez um levantamento e concluiu, tem-

porariamente, contra a estatização dessas serventias. Não foi sem razão que o Governador do Estado de S. Ex.<sup>a</sup>, o meu velho companheiro Pedro Simon, manifestou-se inúmeras vezes contrariamente a essa estatização, que traria mais de vinte mil funcionários para a sua folha de pagamento. Não foi sem razão que nós, aqui, defendemos, aberta e claramente, a vantagem, para o público, desses serviços em caráter privado. Isto porque, quando tais serviços são estatizados cria-se a máquina mais corrupta do País. Os clientes são obrigados a pagar duas vezes: ao Estado e aos funcionários desses cartórios estatizados. Foi isto que aconteceu, por exemplo, na Capital da Bahia, onde ocorreu uma estatização desse tipo, que não deu certo.

Concluo, Sr. Presidente, afirmando que, nessa ânsia de estatizar, iríamos obrigar os trabalhadores, que nunca, ou quase nunca, usarão esses serviços, porque não têm atividades negociais, a pagar, através de impostos, a manutenção desses serviços para os ricos, que compram terrenos e casas, que fazem escrituras e registram documentos.

Esta é a grande verdade que precisava ser dita. A contragosto, Sr. Presidente, venho a esta tribuna. Só o fiz em face das afirmativas pouco felizes desta figura ilustre e eminente, que é o Constituinte José Paulo Bisol. **(Palmas)**

**O SR. CONSTITUINTE LUIZ SALOMÃO:** – Sr. Presidente, peço a palavra, para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE LUIZ SALOMÃO:** – Sr. Presidente, pedia a palavra para formular uma questão de ordem devido à origem profissional do nobre Constituinte Adolfo Oliveira. O Regimento da Assembléia Nacional Constituinte, no seu art. 1º, § 4º, combinado com o art. 170, § 4º, diz exatamente o seguinte:

“Não poderá o Constituinte, desde a instalação da Assembléia Nacional Constituinte até a promulgação da Constituição, patrocinar interesses de caráter não sociais de grupos ou pessoas, ou interesses de empresas organizadas para exercer atividades econômicas.”

Já o Regimento da Câmara, que pode ser invocado para complementar esta questão de ordem, estabelece o seguinte:

“Tratando-se de causa própria ou de assunto em que tenha interesse individual, deverá o Deputado” – no caso, o Constituinte – “dar-se por impedido, fazendo comunicação nesse sentido à Mesa. Para efeito do **quorum**, seu voto será considerado em branco.”

Com todo o respeito que temos pelo nobre Constituinte Adolfo Oliveira, que tem prestado um enorme serviço aos trabalhos desta Assembléia Nacional Constituinte, consideramos que S. Ex.<sup>a</sup>, na espécie e no caso, está rigorosamente enquadrado nesses dispositivos, porquanto acaba de defender a manutenção de cartórios em mãos privadas. De modo que invoco os dois Regimentos para pedir a V. Ex.<sup>a</sup> que considere o nobre Constituinte Adolfo Oliveira impedido de votar nessa questão.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Nobre Constituinte Luiz Salomão, o que estamos submetendo à votação é uma emenda supressiva. Aliás, dois Constituintes apresentaram emendas supressivas com o mesmo objetivo: os Constituintes José Paulo Bisol e Vivaldo Barbosa. Então, o exercício do direito individual de defender um ponto de vista, apesar do interesse em causa própria, deve ficar a critério do Constituinte que está envolvido com esse interesse.

De maneira que a Presidência não pode impedir o Constituinte Adolfo Oliveira de expressar seu voto. **(Palmas)** A abstenção é, igualmente, um direito pessoal de S. Ex.<sup>a</sup>

Está inscrito o Constituinte Oswaldo Lima Filho, para encaminhar a favor. Tem S. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE OSWALDO LIMA FILHO:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, depois das palavras profundamente autorizadas e do teor emotivo e da sinceridade do Constituinte José Paulo Bisol, muito pouco precisaria ser dito. Todavia, diante da contestação feita pelo nobre Constituinte Adolfo Oliveira, animei-me em trazer alguns argumentos à Comissão de Sistematização. Tem toda razão o Constituinte José Paulo Bisol. O dispositivo é inteiramente destituído de fundamento e até de racionalidade. A Constituição, como consta do art. 119, não pode estabelecer que os serviços notariais e registrais sejam exercidos em caráter privado. É atentar contra toda a instituição notarial, que desde a Colônia, é pública. Essa é uma função pública das mais relevantes. Os notários e os tabeliães recebem uma função eminentemente pública, que só pode ser exercida pelo Estado ou por funcionário seu. É a eles que se confiam os testamentos, as escrituras, o registro civil, o registro das propriedades das famílias, as organizações comerciais etc. Ora, não se pode estabelecer na Constituição que uma atividade dessa natureza tenha caráter privado.

Sr. Presidente, a campanha da desestatização caminhou muito no Brasil, mas acho uma insensatez pensar-se nisso, quanto mais incluir no texto constitucional.

Só lamento que a proposta tenha sido subscrita por um homem da cultura jurídica e do valor do meu ilustre companheiro e amigo, o Relator Bernardo Cabral. Além do mais, a Constituição já dispôs que a matéria é da competência dos Estados.

Num país da vastidão do Brasil, com uma realidade tão diversa nos pampas, na Amazônia, na fronteira com a Bolívia, no litoral, não se pode fazer uma lei para disciplinar custas e organização de cartórios em todos os Estados da Federação. Isso me parece insensatez. A matéria sempre se inseriu na competência constitucional. Assim foi estabelecido em todas as Constituições brasileiras. A Lei de Organização Judiciária sempre foi da competência dos Estados. Então, como trazer para a competência da União matéria de organização judiciária, que é específica? Está dito aqui, no art. 119:

"§ 1º – Lei complementar regulará as atividades, disciplinará a responsabilidade civil e criminal dos notários, registradores e seus prepostos, e definirá a fiscalização de seus atos pelo Poder Judiciário."

"§ 3º – Lei federal estabelecerá normas gerais para fixação de emolumentos relativos aos atos praticados pelos serviços notariais e registrais."

É matéria imbricada na atividade, sob a fiscalização do Poder Judiciário, tradicionalmente, há mais de um século. Como a Constituinte pode fazer uma inovação dessa natureza, cometendo todas essas impropriedades e atentando contra a competência necessária e imperativa dos Estados? Transferindo do âmbito do Poder Público, onde está, desde a Colônia, atravessando o Império, a 1ª e 2ª Repúblicas, para lhe dar características privadas?

Sr. Presidente, sou naturalmente avesso a essa onda de privatização. Se queremos privatizar, no Brasil, deveríamos começar privatizando aquelas sessenta empresas que foram convertidas em estatais pelo ex-Ministro Mário Si-

monsens e que nunca foram estatais. Mas essa estatização não poderá ter o caráter que está tendo, ou seja, as empresas privadas que fracassaram, como, por exemplo, a Transbrasil, vai tomar quarenta milhões de dólares do Conselho Monetário Nacional, e assim por diante. A característica principal do capitalismo deve ser o risco e nunca o viver às custas do Estado. Mas isso é outra questão. O que não se pode conceber é que a atividade eminentemente pública de funcionário público, que só pode ser exercida por funcionário público, seja denominada de característica privada. Muito obrigado. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Com a palavra o Relator Bernardo Cabral.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, eu não ia falar, por vários motivos, inclusive de ordem pessoal, mas fui chamado à colação pelo eminente Constituinte Oswaldo Lima Filho. É preciso dizer que a única razão – não sobrassem outras – foi a de respeitar, na qualidade de Relator, o que foi aprovado na Comissão Temática. Este dispositivo não é de minha autoria. Acho que o caminho não é por aí. O nobre Constituinte Adolfo Oliveira não falou como Relator-auxiliar, mas, sim, como qualquer outro Constituinte que se inscreve para defender os seus pontos de vista, como já o fizeram líderes empresariais, sindicais – amanhã teremos membros do Ministério Público, advogados, médicos e engenheiros. Cada um aqui vai lutar por aquilo que lhe diz respeito.

Eu precisava dizer, no entanto, que, como Relator, apenas respeitei aquilo que veio da Comissão Temática. Como Constituinte, darei meu voto tão logo seja convocado.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Em votação.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Alfredo Campos, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Celso Dourado, Cristina Tavares, Egídio Ferreira Lima, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, José Paulo Bisol, José Ulisses de Oliveira, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nelton Friedrich, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Virgildásio de Senna, Antonio Mariz, Chagas Rodrigues, Euclides Scalco, João Agripino, Jorge Hage, Nelson Wedekin, Octávio Elísio, Uldurico Pinto, Vilson Souza, Aloysio Chaves, Eraldo Tinoco, Luís Eduardo, Jofran Frejat, José Tinoco, Brandão Monteiro, Lysâneas Maciel, Vivaldo Barbosa, Francisco Rossi, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Haroldo Lima, Roberto Freire e Jamil Haddad. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Ibsen Pinheiro, João Calmon, José Fogaça, José Ignácio Ferreira, José Richa, Manoel Moreira, Nilson Gibson, Pimenta da Veiga, Raimundo Bezerra, Rodrigues Palma, Wilson Martins, Délio Braz, Israel Pinheiro, Manuel Viana, Márcio Braga, Alcení Guerra, Arnaldo Prieto, Edme Tavares, Francisco Benjamim, José Lins, José Lourenço, Oscar Corrêa, Osvaldo Coelho, Jonas Pinheiro, Mozarildo Cavalcanti, Ricardo Izar, Darcy Pozza, José Luiz Maia, Virgílio Távora, Adylson Motta, Bonifácio de Andrada, Victor Faccioni, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Adolfo Oliveira e Siqueira Campos. **ABSTENÇÃO** do Constituinte Aluizio Campos.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 42 Constituintes; votaram NÃO 36 Constituintes; absteve-se de votar 01 Constituinte. Total 79 votos. O destaque foi prejudicado por falta de **quorum** qualificado.

Passaremos às emendas substitutivas. Há duas: uma, do Constituinte Vivaldo Barbosa – Destaque nº 1273; outra, do Constituinte Vladimir Palmeira – Destaque nº 2293. Vamos seguir a ordem de apresentação dos destaques, votando, em primeiro lugar.

**Destaque nº 001273-87 – Emenda nº 1P-19843-7, do Sr. Vivaldo Barbosa, “que dá nova redação ao artigo 199 do Substitutivo nº 1 (artigo 119 do Substitutivo nº 2)”. (328ª votação)**

que tem o seguinte texto:

“As serventias judiciais e extrajudiciais são oficiais, remunerados os seus titulares e servidores exclusivamente pelos cofres públicos, dispondo as leis de organização judiciária sobre as respectivas carreiras e dependendo o provimento inicial de aprovação em concurso de provas e títulos.”

Concedo a palavra ao nobre autor do destaque, para encaminhar a favor.

**O SR. CONSTITUINTE VIVALDO BARBOSA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, antes de mais nada quero comunicar ao Plenário que retirei a expressão central da emenda, que dizia “...estando as primeiras subordinadas ao Tribunal respectivo” – isto é, as serventias judiciais – “e as extrajudiciais, ao Executivo estadual”.

Diante da ponderação de diversos colegas que desejam votar favoravelmente à emenda, retirei esta expressão, para deixar à lei de organização judiciária estadual disciplinar o controle do exercício das atividades das serventias, quer judiciais, quer extrajudiciais.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, invoco a intervenção do Constituinte José Paulo Bisol e reporto-me especialmente à sua parte final. De fato, S. Ex.<sup>a</sup> brindou esta Constituinte, em um dos seus momentos mais fulgurantes, com um dos textos mais expressivos que a memória da Assembléia Nacional Constituinte há de registrar. É uma participação fulgurante a de S. Ex.<sup>a</sup>, pelas inovações que introduz, pela modernização não apenas em termos de conteúdo, mas, acima de tudo, de linguagem jurídica em nosso País. Ressalto a participação de S. Ex.<sup>a</sup> na Assembléia Nacional Constituinte, repito, pelo seu brilho, pelo seu fulgor, por sua contribuição aos nossos trabalhos, e, especificamente, pela análise que fez sobre o significado do dispositivo contido no Substitutivo.

Se nos debruçarmos sobre o art. 119 desse Substitutivo, não identificaremos a época em que estamos. Parece estamos diante de um texto jurídico do século XIII, quando os Estados europeus começaram a libertar-se do sistema feudal e começaram a assumir o absolutismo – exatamente quando as atividades estatais e cartoriais começaram a ser privatizadas. Daí ser um componente muito forte do Estado absolutista o avanço no sentido da adoção dos primeiros rudimentos de uma economia de mercado. Assim que comecei a ler o texto do Substitutivo, relativamente a essa questão, vieram-me à memória as peças jurídicas do século XIII, ou XIX – já nem digo do século XV.

A Assembléia Nacional Constituinte não pode, hoje, voltar tanto ao passado. Esse texto é mais retrógrado do que o “pacote” de abril de 1977, baixado pelo Presidente Geisel. A parte que se refere às serventias e aos serviços cartoriais, segundo constava, foi redigida pelo Ministro Armando Falcão, antigo Ministro da Justiça, titular de um cartório no Rio de Janeiro. Mas nem o ex-Ministro Armando Falcão nem o “pacote” de abril do Presidente Geisel ousaram privatizar as serventias cartoriais. O “pacote” de abril de 1977 oficializou os cartórios, ressaltando apenas o do ex-Ministro Armando Falcão, no Rio de Janeiro. Isto é, ressaltou aqueles cartórios cujos substitutos, como titulares, exercessem o cargo pelo período de cinco anos, até dezembro de 1983 – à época, completava exatamente esse período de cinco anos o filho do ex-Ministro Armando Falcão, como titular-substituto no seu cartório no Rio de Janeiro.

Mas nem o “pacote” de abril repito, ousou privatizar as serventias judiciais e extrajudiciais. A Nação, especialmente o meio forense do País – os advogados, os magis-

trados, os serventuários da Justiça, os promotores públicos – jamais poderia esperar que a Assembléia Nacional Constituinte não desse um fim a essa questão, limpidamente, sem privilegiar ou prejudicar ninguém, mas restaurando a natureza própria da serventia, que é pública na sua essência, a exemplo do serviço público, do serviço republicano na sua essência, conforme ressaltou o Constituinte José Paulo Bisol.

O destaque supressivo do Constituinte José Paulo Bisol talvez tenha embaraçado muitos de nós. Muitos preferiram transferir essa questão para os Estados com a preocupação exata de que nos Estados não haja poder suficiente para vencer as resistências que os donos de cartório, ao longo da nossa República, sempre opuseram à sua oficialização. Mas agora estamos diante de uma situação clara. É a Assembléia Nacional Constituinte que tem nas mãos o poder de enfrentar e arrostar a sua soberania diante de titulares de cartórios, para que essa questão seja de uma vez por todas definida e definitiva em nosso País, para que não enfrentemos mais a pedra de estarmos produzindo um texto, nesta parte, o mais retrógrado possível – mais retrógrado ainda, repito, do que o “pacote” e abril de 1977. Espero que, agora, sem a preocupação que a emenda supressiva nos trazia, possamos reunir a maioria necessária para modificar o Substitutivo e dar ao Brasil um texto moderno, digno das aspirações forenses do País.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Não havendo orador inscrito para encaminhamento contra, consulto o Constituinte José Genoíno se cancela a sua inscrição. S. Ex.<sup>a</sup> está inscrito para falar a favor, não há orador contra. De maneira que eu encareceria a S. Ex.<sup>a</sup>, para ganharmos tempo, que concordasse em cancelar sua inscrição. **(Pausa)**

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – A Relatoria vota “não”. A posição é conhecida.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Não há oradores inscritos.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Sr. Presidente, quero falar, e já há esse precedente.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – É um direito de V. Ex.<sup>a</sup> Estou apenas fazendo uma consulta. **(Palmas)**

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, chamo a atenção dos membros desta Comissão para o texto que vou ler, para que dele a opinião pública tome conhecimento. Trata-se do anteprojeto da Comissão dos Notáveis, presidida pelo ilustre Constituinte Afonso Arinos, o qual, no art. 21 das Disposições Transitórias, diz o seguinte:

“Ficam oficializadas as serventias do foro judicial e os ofícios de registro público, passando seus titulares e serventuários a perceber remuneração exclusivamente pelos cofres públicos, respeitadas, no novo regime, a vitaliciedade e a estabilidade dos atuais.”

É o projeto da Comissão Afonso Arinos, é um projeto de Constituição, Sr. Presidente!

A questão que está em jogo nesta discussão, e que deve ficar clara, é que os serviços cartoriais são necessários e imprescindíveis a todas as pessoas. Na relação Estado e cidadão, esses registros são uma imposição a todos. O cidadão não pode prescindir desses serviços, não pode ficar sem esses registros.

E aí cria-se um problema sério. Sendo um serviço necessário a todos, não se pode, no texto constitucional, estabelecer sua privatização. Seria um escândalo! Vou apresentar alguns dados para mostrar a gravidade desse escândalo.

Dentre as cinco maiores declarações de renda do Estado do Rio Grande do Sul, três pertenciam a titulares de

cartórios extrajudiciais; das vinte e cinco maiores declarações de renda daquele Estado, dezenove eram de titulares de cartórios extrajudiciais, e a maior declaração de renda pertencia a um titular de um Cartório de Títulos e Protestos.

O que está em jogo aqui não são os pequenos cartórios do interior, espalhados por inúmeros municípios deste País. Aqui se trata de fortunas adquiridas e acumuladas a partir de um serviço essencial para todos os cidadãos. **(Palmas)** Seria um escândalo se o texto constitucional estabelecesse que esse serviço, essencial a todos, fosse privatizado.

A propósito, o nobre Senador Nelson Carneiro, com cinquenta e cinco anos na atividade forense, Parlamentar que, com várias das suas propostas – mesmo discordando-se ou não delas – prestigia esta Casa, prestigia esta Comissão, tem uma emenda no mesmo sentido:

“Os serventuários de Justiça serão organizados e mantidos pelo Estado e incluídos no orçamento do Poder Judiciário.”

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, é claro que a Comissão de Sistematização não pode passar um atestado de menosprezo à opinião pública, privatizando esses serviços de que o trabalhador, a dona-de-casa, o jovem enfim, qualquer pessoa, do campo ou da cidade, não pode prescindir. É necessário que se elimine esse dispositivo e se aprove a emenda aqui defendida pelo ilustre Constituinte Vivaldo Barbosa. Está sendo apresentada, repito, pelo nosso Companheiro Vladimir Palmeira e inúmeros outros Constituintes emenda semelhante a esta.

Não podemos permitir que o lucro obtido por meio desses serviços tenha amparo no texto constitucional e garanta o privilégio e o monopólio hereditário hoje existente, eis que eles passam para a família. É um retrocesso, já se disse aqui em relação à Constituição dos militares e ao “pacote de abril”, que esta Comissão e a Assembléia Nacional Constituinte não podem consagrar e legitimar. Não é pelo fato de a Comissão Temática ter aprovado esse dispositivo que vamos adotá-lo no texto constitucional. Até porque muitos dispositivos adotados pelas Comissões Temáticas têm sido rejeitados aqui, inclusive dispositivos extremamente avançados, particularmente os aprovados pela Comissão da Ordem Social e dos Direitos e das Liberdades Individuais. O que está em discussão não é o fato de essa matéria ter passado na Comissão Temática, mas, sim, seu conteúdo, que dá margem – isto sim – se aprovado aqui, a uma campanha de desmoralização da Constituinte, por estar-se elaborando um texto Constitucional pior do que o da Constituição dos militares.

Vamos, Sr. Presidente, aprovar a emenda do companheiro Vivaldo Barbosa e a outra semelhante, apresentada pelo companheiro Vladimir Palmeira. Assim, a Assembléia Nacional Constituinte estará adotando uma posição de independência, de moralização, acabando com uma das maiores “mamatas” existentes neste País e que sobrevive às custas de um serviço que o Estado obriga seja utilizado por todas as pessoas.

Por isso, apelamos para os companheiros, no sentido de que esta emenda seja aprovada. Não podemos deixar que esse assunto seja tratado como uma questão menor. É uma questão de alta revelência. Se garantimos o direito de cidadania e avançamos numa série de questões relacionadas com os direitos individuais, temos de dar seqüência a esses direitos e estabelecer que tais serviços, necessários a todos – repito – sejam obrigação do Poder Público. Não estamos tratando de uma mercadoria qualquer, de algo que o cidadão possa escolher, como um tipo de máquina, de produto ou de alimento, mas de um serviço que todos, sem nenhuma exceção, precisam utilizar. Não se pode permitir o lucro, o monopólio, a privatização de algo a que

todos são obrigados. Esta é a questão de fundo. Por isto, renovo o apelo à Comissão, a fim de que se aprove a emenda Vivaldo Barbosa. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Aloizio Campos):** – Não havendo mais oradores inscritos, passamos à votação.

#### Procede-se à votação

Votaram **SIM** os seguintes senhores constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Alfredo Campos, Aloizio Campos, Artur da Távola, Celso Dourado, Cid Carvalho, Cristina Tavares, Egídio Ferreira Lima, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, José Paulo Bisol, José Ulisses de Oliveira, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nelton Friedrich, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Sigmaringa Seixas, Virgildásio de Senna, Antonio Mariz, Chagas Rodrigues, Euclides Scalco, Jorge Hage, Nelson Wedekin, Octávio Elísio, Uldurico Pinto, Wilson Souza, Sandra Cavalcanti, José Tinoco, Brandão Monteiro, Lysâneas Maciel, Vivaldo Barbosa, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Aldo Arantes, Roberto Freire e Jamil Haddad. Votaram **NÃO** os Senhores Constituintes: Bernardo Cabral, João Calmon, José Richa, Manoel Moreira, Nilson Gibson, Rodrigues Palma, Wilson Martins, Délio Braz, Israel Pinheiro, Manuel Viana, Márcio Braga, Alcení Guerra, Aloysio Chaves, Arnaldo Prieto, Carlos Chiarelli, Eraldo Tinoco, Francisco Benjamim, José Lins, Luís Eduardo, Oscar Corrêa, Osvaldo Coelho, Ricardo Fiúza, Enoc Vieira, Jofran Frejat, Jonas Pinheiro, Mozarildo Cavalcanti, Ricardo Izar, Darci Pozza, Virgílio Távora, Adylson Motta, Adolfo Oliveira e Siqueira Campos.

**O SR. PRESIDENTE (Aloizio Campos):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 43 Constituintes; votaram NÃO 32 Constituintes. Total: 75 votos. O Destaque foi **prejudicado** por falta de **quorum** qualificado.

Com a palavra, pela ordem, o Sr. Constituinte Roberto Freire.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Sr. Presidente, queria que V. Ex.<sup>a</sup> modificasse essa decisão. O destaque não foi prejudicado; apenas não alcançou o **quorum** para sua aprovação. Poderá merecer nova votação, ou os que tratam da mesma matéria poderão ser votados posteriormente. Pediria a V. Ex.<sup>a</sup> que suspendesse a sessão, pois já são treze horas, e se recomeçasse mais tarde. É evidente que não teremos condições de aprovar algo nessa matéria, que é de fundamental importância. Poderíamos suspender a sessão e votar à tarde.

**O SR. PRESIDENTE (Aloizio Campos):** – Houve uma votação me foi proclamado seu resultado. Não houve **quorum** para a aprovação da matéria. Existe matéria semelhante, que será votada na sessão da tarde.

#### V – SUSPENSÃO DA REUNIÃO

**O SR. PRESIDENTE (Aloizio Campos):** – A Presidência vai suspender os trabalhos, convocando os Senhores Constituintes para a continuação da presente reunião, hoje, 3-11-87 às 15:00 horas.

Está suspensa a reunião.

#### EM 03 DE NOVEMBRO DE 1987

Presidência dos Srs. **Brandão Monteiro**, Segundo-Vice-Presidente; **Jarbas Passarinho**, Terceiro-Vice-Presidente, **Fernando Henrique Cardoso**, Quarto-Vice-Presidente.

#### I – REABERTA DA REUNIÃO

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Havendo número regimental, declaro reaberta a reunião.

## II – ORDEM DO DIA

VOTAÇÃO DO PROJETO DE CONSTITUIÇÃO TÍTULO IV  
(continuação)

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Preliminarmente, a Mesa vai fazer um esclarecimento ao plenário: deveria ser votado, neste momento, o Destaque nº 2293, do Constituinte Vladimir Palmeira. Ocorre que, em função da questão de ordem, levantada pelo Constituinte Brandão Monteiro, ora à frente dos trabalhos, ficou esclarecido que se deveria votar primeiro os termos dos artigos subsequentes.

**Destaque nº 0008-87 – Emenda nº ES-21288-5, do Sr. Siqueira Campos, “que modifica o inciso V do art. 135 do Substitutivo nº 1 (art. 109, inciso VI do Substitutivo nº 2)”.**

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Então, na oportunidade, vamos colocar em votação o Destaque nº 008, do Constituinte Siqueira Campos, referente à Emenda Substitutiva nº 21.288, do seguinte teor:

“O Item V do art. 135 passa a ter a seguinte redação:

“É compulsória a aposentadoria com vencimentos integrais por invalidez, ou aos 72 anos de idade, e facultativa aos 30 anos de serviço, após cinco anos de efetivo exercício na judicatura.”

**O SR. CONSTITUINTE OSCAR CORRÊA:** – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Com a palavra o nobre Constituinte Oscar Corrêa, pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE OSCAR CORRÊA:** – Sr. Presidente, peço vênica a V. Ex.<sup>a</sup> para que interprete novamente a decisão da Mesa adotada naquela oportunidade, já que me parece essa não deveria ser a interpretação mais exata e correta, a que V. Ex.<sup>a</sup> acaba de dar.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Darei as explicações ao ilustre Constituinte e – por que não dizer? – ao Plenário. A questão de ordem objetiva que as preferências fossem votadas de acordo com o requerimento não só de dois terços das lideranças, ou que representasse dois terços dos Constituintes, como também de um terço dos Srs. Constituintes, nos termos da Resolução da Mesa com as Lideranças, artigo por artigo, dos decrescentes ao crescentes. Evidentemente, a Emenda do Constituinte Siqueira Campos, que diz respeito ao art. 109, é anterior ao art. 119, possuindo, obviamente, requerimento de preferência. Todas têm preferências assinadas pelos Líderes.

**O SR. CONSTITUINTE OSCAR CORRÊA:** – Neste caso, então, logo após a emenda do ilustre Constituinte Siqueira Campos, retornaremos àquela pauta inicial. A única exceção aberta foi para a do Constituinte Siqueira Campos. Isso porque havia sido entregue uma pauta aos Constituintes quando do início da nossa sessão. No entanto, agora acabamos de receber outra pauta com uma nova lista de preferência.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Obviamente, porque a pauta hoje entregue, pela manhã, dizia respeito exclusivamente às emendas requeridas pelas Lideranças de dois terços do partido. A tarde, houve a composição nos termos da decisão...

**O SR. CONSTITUINTE OSCAR CORRÊA:** – Com as outras emendas em que foram apresentados os destaques.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Evidentemente, requeridas as preferências de um terço.

**O SR. CONSTITUINTE OSCAR CORRÊA:** – Ou seja, existe então uma diferença grande entre esta pauta distribuída agora e a da manhã.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Certo.

**O SR. CONSTITUINTE OSCAR CORRÊA:** – Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup> o esclarecimento.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Esclarecida a questão de ordem, com a palavra o Constituinte Siqueira Campos, que encaminhará emenda de sua propositura.

**O SR. CONSTITUINTE SIQUEIRA CAMPOS:** – Sr. Presidente, eminentes colegas da Comissão de Sistematização, a emenda posta em votação neste momento objetiva elevar de 70 para 72 anos a idade para a aposentadoria compulsória dos magistrados. Por quê? Porque ultimamente subiu muito a expectativa de vida no Brasil. Aos setenta anos é que o magistrado, tendo atingido um alto nível de experiência e maturidade, passa a servir muito melhor do que antes aos interesses da magistratura e do País.

Não é justo não permitir àqueles que desejam continuar na magistratura após os setenta anos pelo menos mais dois anos de trabalho. Em muitas nações do mundo não existe limite. O magistrado fica à frente de suas funções muitas vezes até os oitenta anos ou mais, como é o caso dos Estados Unidos.

Esta emenda objetiva, pura e simplesmente, legalizar a permanência daqueles que desejam continuar à frente da magistratura após os 70 anos. Porque a amadureceram em experiência, em cultura jurídica, têm todas as condições para prestar bons serviços à magistratura e ao Brasil.

Esses os argumentos básicos que tinha a trazer aos nobres colegas, aos quais peço apoio e voto positivo para a aprovação desta emenda em favor dos magistrados brasileiros.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Não há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao Constituinte Roberto Freire.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Sr. Presidente, pelas informações que consegui colher sobre esse pedido de preferência, a emenda teria sido solicitada por dois Líderes, que, no entanto, não representam 10% dos membros da Comissão de Sistematização muito menos do Plenário da Constituinte.

Portanto, peço a V. Ex.<sup>a</sup> considere prejudicada esta solicitação de preferência.

**O SR. CONSTITUINTE SIQUEIRA CAMPOS:** – Sr. Presidente, peço a palavra para contraditar.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE SIQUEIRA CAMPOS:** – Sr. Presidente, o Líder Adolfo Oliveira tem em sua bancada sete Constituintes e o PDC tem seis Constituintes. De maneira que são treze Constituintes ao todo.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Constituinte Siqueira Campos, a razão milita em favor da questão de ordem do Constituinte Roberto Freire. Na verdade, são necessários 10% dos membros da Comissão de Sistematização. Esta é a decisão fruto do acordo das Lideranças com a Mesa da Assembléia Nacional Constituinte e a Mesa da Comissão de Sistematização. Entretanto, a emenda ou o destaque de V. Ex.<sup>a</sup> entrará no final da listagem.

**O SR. CONSTITUINTE SIQUEIRA CAMPOS:** – Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Em votação o Destaque nº 1.211, referente à Emenda nº 09.982 do Constituinte Vivaldo Barbosa. É uma emenda substitutiva que tem como objetivo dar nova redação ao inciso IV do art. 112: “organizar concursos públicos de provas, ou de provas e títulos, para provimento dos cargos necessários à administração da Justiça.”

**O SR. CONSTITUINTE VIVALDO BARBOSA:** – Sr. Presidente, eu já havia providenciado que chegasse à Mesa requerimento de retirada desse destaque.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Retirada, portanto, o destaque.

**Destaque nº 002293.87 – Emenda nº IP-10427-1, do Sr. Vladimir Palmeira, “que dá nova redação ao art. 199 do substitutivo nº 1 (artigo 119 do Substitutivo nº 2)”. (329ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Em votação o Destaque nº 2.293, de autoria do Constituinte Vladimir Palmeira relativo à Emenda nº 10.427-1. O Destaque objetiva dar ao art. 199 do Projeto de Constituição da Comissão de Sistematização – art. 119 do 2º Substitutivo – a seguinte redação:

“Art. 199. Os serviços notariais e registrais serão exercidos diretamente pelo poder público, conforme a lei.”

Com a palavra o Constituinte Vladimir Palmeira.

**O SR. CONSTITUINTE VLADIMIR PALMEIRA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a minha emenda é simples e clara: “Os serviços notariais e registrais serão exercidos diretamente pelo poder público, conforme a lei”.

Em primeiro lugar, quero ressaltar que a característica desses serviços é eminentemente pública. É uma área nitidamente pública, conforme uma tradição da época do velho Portugal. Portanto, é da modernidade do regime brasileiro a colocação desse serviço público como tal.

Em segundo lugar, peço o apoio daqueles que compreendem a necessidade de que esse serviço seja realmente público. Também pedimos o apoio de todos aqueles que nesta Constituinte se têm batido pela delimitação da intervenção do Estado na economia.

Tenho ouvido, em diferentes debates, Constituintes argumentarem que, se o Estado deve intervir menos na área econômica, seja então resguardada sua área natural de atuação, notadamente esse tipo de serviço público ligado à Justiça e, portanto, diretamente ligado aos interesses públicos e do Estado. É inconcebível que na hora de esclarecermos o papel do Estado – e muitos se preocupam com a nitidez desse papel – não consigamos fazer com que isso fique claro, que o serviço público seja exercido realmente pelo Estado. Já nos acostumamos a ouvir na Constituinte, nas considerações contra o exagero da intervenção do Estado na economia – e diz-se até que o Estado intervém na economia de forma a justificar a desordem – que alguns aqui querem impor o regime de economia cartorial. Pois bem, a todos os companheiros que qualificam esses serviços como efetivamente públicos, que denunciam o sistema cartorial e reconhecem a intervenção do Estado na economia, peço que evitem que caia nas mãos da iniciativa privada um serviço eminentemente público, feito diretamente para servir à população. É mister que a prestação desse serviço não fique ao sabor dos interesses de lucratividade de alguns poderosos, hoje tidos como donos de verdadeiros feudos e entre os maiores milionários do País, sem que um centavo seja de fato destinado a uma atividade produtiva que ajude no crescimento da Nação.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Com a palavra o Constituinte Michel Temer, que encaminhará contra a emenda.

**O SR. CONSTITUINTE MICHEL TEMER** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, quero encaminhar contra a emenda do eminente Constituinte Vladimir Palmeira, concordando, em primeiro lugar, com uma afirmação que S. Ex.<sup>a</sup> acaba de fazer da tribuna, qual seja, a de que esses serviços realmente são públicos. O Projeto de Constituição não merece essa afirmação; pelo contrário, ao ditar que os serviços notariais são exercidos em caráter

privado, acrescenta: “por delegação do poder público”. Aqui está a afirmação de que se trata realmente de um serviço público, embora o exercício dessa atividade seja em caráter privado. A grande preocupação quanto às serventias (abro aqui um parêntese: esta matéria foi amplamente discutida na Subcomissão do Poder Judiciários e na Comissão da Organização dos Poderes e Sistema de Governo) está exatamente nos emolumentos cobrados pelos chamados donos de cartórios. Esta preocupação foi tão acentuada na Subcomissão e na Comissão que o projeto agora em discussão, o Substitutivo atual, prevê que a lei federal estabelecerá normas gerais para a fixação de emolumentos relativos aos atos praticados pelos serviços notariais e registrais. A pergunta que se deve fazer é a seguinte: será que os serviços notariais exercidos em caráter privado estão desagradando à população, ou será que a cobrança de taxas, de emolumentos, é que causa esse desagrado? Em momento algum recebi qualquer informação sobre o descontentamento da população em relação a esses serviços. Ao contrário, nos dias atuais, quando se quer lavrar uma escritura ou se praticar um ato notarial, a imediatidade da solução desse problema é espantosa. Entretanto, sabemos quantos e quantos serviços públicos, quantos e quantos serviços privados foram “publicizados” – e porque o foram acabaram sendo deteriorados.

Meu grande temor, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, é este: que a “publicização” desses serviços, que estão sendo exercidos a contento, venha a deteriorá-los transformando-os em verdadeiros cabides de emprego, o que acontece com todos os serviços exercidos em caráter privado e que vêm a ser exercidos pelo poder público. Tenho esse intenso temor. É certo que alguns Estados – dou o exemplo do Estado de São Paulo – já têm uma relevante participação nos emolumentos cobrados pelos serviços notariais. Ora, se este percentual, hoje, no Estado de São Paulo, de 55% – portanto, o Estado ganha com esses serviços – é insuficiente, que a lei federal o eleve para 70%, 80%, 90%, 95%, mas que não se retire esta atividade que vem sendo exercida a contento. Volto a dizer que nenhum argumento bela “publicização” dos cartórios, das serventias, traz consigo a idéia da ineficiência dos serviços. Ao contrário, a afirmação é a de que os serviços são eficientes; os emolumentos talvez sejam altos. E essa matéria já está prevista no projeto, quando se estabelece que a lei federal disciplinará a cobrança e o recebimento dos emolumentos cobrados pelas serventias extrajudiciais. Não vamos agora deteriorar um serviço que vem sendo exercido a contento.

Eis a razão pela qual opino pela manutenção do relatório do eminente Constituinte Bernardo Cabral.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Com a palavra o Constituinte José Genoíno.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, hoje pela manhã lembrei, nesta Casa o texto do projeto de Constituição Afonso Arinos. Aliás, é essa proposta, em sua essência e conteúdo, que estamos defendendo, tanto na Emenda Vivaldo Barbosa quanto, agora, na emenda do nobre Constituinte Vladimir Palmeira.

Chamo a atenção para o texto da Constituição vigente: “Ficam oficializadas as serventias do foro judicial, mediante remuneração de seus servidores exclusivamente pelos cofres públicos, ressalvada a situação dos atuais titulares, vitalícios ou nomeados em caráter efetivo ou que tenham sido revertidos a titulares.”

A emenda proposta no Substitutivo do Relator é pior, em relação à Constituição vigente. Para isto chamo a atenção do nobre Constituinte Bernardo Cabral, a fim de que S. Ex.<sup>a</sup> veja bem qual é a questão de fundo nesta discus-

são. O nobre Constituinte Michel Temer disse concordar com que se trata de serviço público, seguindo a tese defendida pelo Constituinte Vladimir Palmeira. O grave é que a Carta em elaboração considera como serviço público e, em seguida, privatiza esse mesmo serviço público. Esta é a gravidade do problema, que não pode ser homologada nem aprovada por esta Assembléia Nacional Constituinte. Trata-se de um serviço público básico, necessário, impositivo, obrigatório e imprescindível a todos os cidadãos, constituindo-se, portanto, Sr. Presidente, numa atividade absolutamente necessária para o exercício da cidadania nas suas múltiplas atividades e diferenciados aspectos.

É exatamente nessa multiplicidade que o texto constitucional, ao privatizar este serviço, está garantindo mordomias e vantagens de caráter vitalício; está garantindo um monopólio que passa de pai para filho, constituindo-se, portanto, em questão que diz respeito não às relações, que podemos discutir, entre capital e trabalho, nem às relações de propriedade, ou de poder, porque não é este basicamente o núcleo central dessa discussão. Sr. Presidente, este núcleo é exatamente definir se a Assembléia Nacional Constituinte vai ter uma atitude de independência, de moralização e de dignidade, em relação à atividade de grupos de privilegiados; se terá a atitude independente e autônoma de aprovar esta emenda que propõe a estatização, na forma da lei, ou se vai manter o que diz o texto constitucional.

“Os serviços notariais e registrais são exercidos em caráter privado, por delegação do Poder Público.”

Estamos, assim – e chamo a atenção dos nobres Constituintes – legislando sobre fato grave, porque dizemos que são exercidos em caráter privado, por delegação do Poder Público. Vejam, Srs. Constituintes, que estamos cometendo dois graves erros: Primeiro, por ser serviço público e, segundo, por passar automaticamente para o setor privado, dando-lhe a legitimidade, a homologação e a delegação do Poder Público.

Sr. Presidente, por estes motivos não podemos aprovar o texto que está aqui.

Há, além destas, outras questões. Diz o § 3º

“Lei federal estabelecerá normas gerais para fixação de emolumentos relativos aos atos praticados pelos serviços notariais e registrais.”

A cada momento em que discutirmos o aumento dos custos das tabelas, dos emolumentos, teremos novamente os **lobbies**, as pressões sobre o Congresso Nacional, sobre o Parlamento brasileiro, para defini-los. Esta é uma situação indigna para o Parlamento brasileiro, porque se trata de um serviço público, de um serviço necessário para toda a cidadania.

Dissemos aqui, de manhã, em defesa da Emenda Vivaldo Barbosa, que nessa área se localizam os ricos deste País – como foi registrado nas declarações de Renda do Rio Grande do Sul – que são, exatamente, os donos de cartórios. As três maiores fortunas, no Rio Grande do Sul, são também de donos de cartórios, assim como o são dezenove, entre as vinte e cinco maiores declarações de renda, naquele Estado. Portanto, trata-se de uma atividade lucrativa, que beneficia determinados grupos, pessoas e estamentos – sequer abrange uma classe. Não beneficia o capital, ou determinado setor privado, mas apenas uma casta – esta é a verdade – encastelada nos favorecimentos do Poder Público. Casta que continuará encastelada nos benefícios do Poder Público, para cobrar de todos os cidadãos esses serviços e registros notariais.

Por isto afirmo que a Assembléia Nacional Constituinte não pode – com todo o respeito que devoto ao ilustre Relator, Constituinte Bernardo Cabral – aprovar o art.

119 nos termos em que está redigido. É uma questão de dignidade e de autonomia desta Assembléia, que deve encarar a opinião pública e dizer, de cabeça erguida, que não pode aprovar o que diz o art. 119, porque amanhã não poderá alegar que estão querendo desmoralizá-la.

Sr. Presidente é um absurdo dizer que o serviço público será exercido pelo setor privado, por delegação do Poder Público. Não podemos cometer essa impropriedade. Por isto, vamos aprovar a emenda Vladimir Palmeira, pois ela recoloca a questão nos devidos termos, isto é, como foi proposta na Comissão presidida pelo ilustre Constituinte Afonso Arinos, a famosa e tão falada Comissão dos Notáveis. É o texto dessa Comissão que estamos defendendo na emenda Vladimir Palmeira, como o fizemos na emenda Vivaldo Barbosa.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Com a palavra o Sr. Relator Bernardo Cabral.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, tenho muito respeito pelos eminentes Constituintes que me antecederam na tribuna, mas verifico que a tese levantada pelo ilustre Constituinte José Genoíno, amparando o conceito expendido na Emenda Vladimir Palmeira, choca-se com o raciocínio produzido pelo Constituinte Michel Temer. É fácil identificar isso. O Constituinte Michel Temer fala como quem tem a habitualidade do foro, como quem conhece o meio profissional e nele labuta, porque não fez a confusão que acaba de fazer o eminente Constituinte José Genoíno, que, ao ler a redação da Emenda Constitucional nº 7/77, quando diz que “ficam oficializadas as serventias do foro judicial”, faz confusão entre serventia judicial e serviços notariais. S. Ex.<sup>a</sup>, se for ao art. 17 das Disposições Transitórias do Substitutivo que ora defendo, verá que lá se encontra a seguinte redação:

“Serão estatizadas as serventias do foro judicial, assim definidas por lei, respeitados os direitos de seus atuais titulares.”

Aqui não há como confundir serventia de foro judicial, como quer S. Ex.<sup>a</sup>, com serviços notariais. E mais, é preciso que não se discuta uma matéria dessa natureza sob o ângulo emocional e subjetivo, mas sim sob a ótica racional e objetiva. O que se diz no art. 119 e suas seqüências? Não se pode interpretá-lo isoladamente. Claro que, se logo no parágrafo seguinte se estabelece que o ingresso na atividade notarial e registral dependerá de concurso público, obrigatoriamente, de provas e títulos, já se começa a fechar aquela porta para os herdeiros de que falava o eminente Constituinte José Genoíno. Não importa quem tem o cartório agora. O que importa é não dizer que esta Assembléia perde a sua dignidade, se não aprovar esse texto. Isso é uma acusação que não posso ouvir calado. Acho que se deve desenvolver raciocínios, que se deve fabricá-los e produzi-los dentro de uma ética que se comporte com aquilo que queremos: a argumentação. Seria o mesmo que se dizer que o Constituinte Michel Temer, professor de Direito Constitucional, titular da matéria, não tem dignidade para defender o texto.

Sr. Presidente, o texto, além de bom, corrige uma situação anômala que não foi corrigida, como pensa o eminente Constituinte José Genoíno, pela emenda constitucional. Não se pode confundir serviço notarial com serventia aplicada no foro judicial. Por esta razão, a contragosto e despedido de qualquer outro motivo senão o de respeitar o texto, sou obrigado a votar contra a emenda Vladimir Palmeira para, na esteira do Constituinte Michel Temer, ficar com o texto original. Sou pela rejeição.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Sr. Presidente, pela ordem. Pediria um esclarecimento a V. Ex.<sup>a</sup> Eu não estava fazendo confusão alguma, mas agora começo a fazê-lo, pois o ilustre Relator diz que não se devem con-



fundir serviços notariais e registrais. Tudo bem, mas me parece que, pela Emenda de 1967, um desses dois serviços fica oficializado.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Não se trata da emenda, mas da argumentação expendida pelo ilustre Constituinte José Genoíno,

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Não é quanto ao problema da argumentação que quero esclarecimentos, pois nesse caso iria pedi-lo a quem argumentou e não a V. Ex.<sup>a</sup> Queria saber apenas se a emenda da Constituição de 1967 trata da oficialização dos serviços notariais. V. Ex.<sup>a</sup>, aqui, privatiza ambos. **(Palmas)** Está aqui: os serviços notariais e registrais são exercidos em caráter privado...”

Apenas queria um esclarecimento, porque há uma distinção muito clara entre o que é colocado pela Emenda de 1967 e a redação de agora. Ali, pelo menos se oficializava o notarial, deixando o registral a nível privado, e agora V. Ex.<sup>a</sup> privatiza todos.

Era esse o esclarecimento que queria.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Posso responder a S. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Presidente?

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Sem dúvida. V. Ex.<sup>a</sup> pode responder sempre aos nobres Constituintes.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Pediria a V. Ex.<sup>a</sup> que me desse a honra de acompanhar a leitura do art. 17 das Disposições Transitórias.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – O Sr. Relator já concedeu os esclarecimentos?

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Diz o art. 17: “Serão estatizadas as serventias do foro judicial.”

O eminente Constituinte José Genoíno declarou que, no Substitutivo, não existia, como existe na emenda constitucional, a oficialização das serventias do foro judicial. Mostrei a S. Ex.<sup>a</sup> que o art. 17 das Disposições Transitórias fala nas serventias do foro judicial, que não devem ser confundidas com os serviços notariais. Essa foi a minha argumentação. Mas, pelo Substitutivo, as serventias do foro judicial serão estatizadas e as de serviço notariais serão exercidas em caráter privado, por delegação do Poder Público. Essa é a diferença. Porém, para nela se ingressar, obrigatoriamente – e dependerá disso – dependerá de concurso público de provas e títulos, o que não acontece hoje. Foi essa a argumentação.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ ULÍSSES DE OLIVEIRA:** – Sr. Presidente, gostaria de formular uma pergunta ao Sr. Relator.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Tem a palavra V. Ex.<sup>a</sup>

Tenho a impressão de que há muitas dúvidas sobre a exposição do Sr. Relator.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ ULÍSSES DE OLIVEIRA:** – Sr. Relator Bernardo Cabral, gostaria de uma explicação sobre quais foram os princípios adotados pela Relatoria para que, no art. 17, das Disposições Transitórias, os cartórios do foro judicial fossem estatizados e os de foro registral e notarial fossem privatizados, se são semelhantes mas normalmente são fiscalizados e estão sob a jurisdição do Poder Judiciário dos Estados.

Eu, que vivi muito em ambos os cartórios, sei, pela minha vivência, que os cartórios do foro judicial não são lucrativos. Estatizando-os, estamos somente criando novos empregos, pois eles são deficitários. Porém os cartórios de alta rentabilidade, como os de registro e de notas, fo-

ram privatizados. Portanto, estamos penalizando o Poder Público e beneficiando a iniciativa privada.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Constituinte José Ulísses de Oliveira, V. Ex.<sup>a</sup> não está fazendo qualquer questionamento a respeito de uma dúvida. Está fazendo encaminhamento de votação, de acordo com seu ponto de vista.

Tem a palavra o Relator Bernardo Cabral.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Respondo a S. Ex.<sup>a</sup> com 33 anos de advocacia ininterruptos.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Em votação.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Alfredo Campos, Antônio Britto, Artur da Távola, Celso Dourado, Cristina Tavares, Egídio Ferreira Lima, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, José Paulo Bisol, José Ulísses de Oliveira, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nelson Friedrich, Antônio Mariz, Chagas Rodrigues, Euclides Scalco, João Agripino, Jorge Hage, Miro Teixeira, Octávio Elísio, Uldurico Pinto, Vilson Souza, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Sigmaringa Seixas, Virgildásio de Senna, Mário Assad, Sandra Cavalcanti, José Tinoco, Brandão Monteiro, José Maurício, Lysâneas Maciel, Francisco Rossi, Joaquim Bevilacqua, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Aldo Arantes, Roberto Freire e Jamil Haddad. Votaram **NÃO** os Senhores Constituintes: Bernardo Cabral, João Calmon, José Ignácio Ferreira, José Richa, Manoel Moreira, Nilson Gibson, Rodrigues Palma, Theodoro Mendes, Wilson Martins, Délio Braz, Israel Pinheiro, José Tavares, Manuel Viana, Michel Temer, Alcení Guerra, Aloysio Chaves, Arnaldo Prieto, Carlos Chiarelli, Edme Tavares, Eraldo Tinoco, Francisco Benjamim, José Lins, José Lourenço, José Santana de Vasconcellos, Oscar Corrêa, Osvaldo Coelho, Enoc Vieira, Jonas Pinheiro, Mozarildo Cavalcanti, Simão Sessim, Valmir Campeio, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia, Virgílio Távora, Adylson Motta, Gastone Righi, Adolfo Oliveira e Siqueira Campos. **ABSTENÇÃO:** Constituinte Afonso Arinos.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 43 Constituintes; votaram NÃO 40 Constituintes; absteve-se de votar 1 Constituinte. Total: 84 votos. O Destaque foi **prejudicado** por falta de **quorum** qualificado.

**Destaque nº 003889-87 – Emenda nº ES-26060-0, do Sr. Gastone Righi, “que acrescenta expressão ao § 2º do art. 146, do Substitutivo nº 1 (art. 119, § 2º do Substitutivo nº 2)”.** (330.<sup>a</sup> votação)

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Em votação a referência para o Destaque nº 3889, de autoria do Constituinte Gastone Righi, referente à Emenda nº 26060. **(Pausa)**

Aprovada

O texto do destaque objetiva a emenda aditiva: “Acrescenta-se ao § 2º, do art. 146, as seguintes expressões: “..não se permitindo que qualquer serventia fique vaga, sem abertura de concurso de provimento ou remoção, por mais de seis meses.”

Com a palavra o Constituinte Gastone Righi.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, desde que esta Comissão, acompanhando o Substitutivo do Relator, confere aos cartórios notariais e registrais a privatização, é preciso também que se lhes dê um tratamento de seriedade quanto à ocupação da titularidade, à promoção e à carreira que neles se desenvolvem. Tem-se por hábito que os titulares, serventuá-

rios ou oficiais dos cartórios, ao se licenciarem, nomeiem como substitutos seus filhos, noras ou parentes. E depois, a situação se perpetua a dano da carreira dos serventuários de cartório, impedindo que haja concurso e acesso a essas serventias. A situação não pode perdurar. Minha emenda visa a dar término a essa situação, de tal sorte que nenhuma serventia poderá ficar vaga, com substituto, por mais de seis meses. Até o final desse período terá que ser aberto concurso para preenchimento efetivo e definitivo do titular da serventia.

Minha emenda, portanto, estabelece que nenhum dos cartórios terá o cargo de titular vago por mais de seis meses sem o competente, necessário e idôneo preenchimento através de concurso. Esta a emenda que espero ver acolhida por esta egrégia Comissão.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Não há oradores inscritos. Gostaria de saber se o Sr. Relator deseja pronunciar-se sobre o Destaque.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Não, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Em votação.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Alfredo Campos, Artur da Távola, Celso Dourado, Cristina Tavares, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, João Calmon, José Paulo Bisol, José Richa, José Ulisses de Oliveira, Nelson Carneiro, Nelton Friedrich, Paulo Ramos, Sigmaringa Seixas, Wilson Martins, Chagas Rodrigues, Délio Braz, Israel Pinheiro, João Agripino, Jorge Hage, José Tavares, Manuel Viana, Michel Temer, Miro Teixeira, Octávio Elísio, Uldurico Pinto, Vilson Souza, Alcení Guerra, Aloysio Chaves, Carlos Chiarelli, José Lins, Osvaldo Coelho, Sandra Cavalcanti, Enoc Vieira, Jofran Frejat, Jonas Pinheiro, Mozarildo Cavalcanti, Simão Sessim, Valmir Campelo, Darcy Pozza, Jarbas Passarinho, Virgílio Távora, Adylson Motta, Brandão Monteiro, José Maurício, Vivaldo Barbosa, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Adolfo Oliveira, Siqueira Campos, Aldo Arantes, Roberto Freire e Jamil Haddad. Votaram **NÃO** os Senhores Constituintes: Antônio Britto, Bernardo Cabral, Egídio Ferreira Lima, Fernando Henrique Cardoso, Manoel Moreira, Nelson Jobim, Nilson Gibson, Rodrigues Palma, Antônio Mariz, Euclides Scalco, Christóvam Chiaradia, Edme Tavares, Francisco Benjamim, José Lourenço, Oscar Corrêa, Antônio Carlos Konder Reis e José Luiz Maia. **ABSTENÇÃO** dos Constituintes Virgildásio de Senna, Eraldo Tinoco e Luís Eduardo.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 59 Constituintes; votaram NÃO 17 Constituintes; abstiveram-se de votar 3 Constituintes. Total 79 votos. O Destaque foi **aprovado**.

**Destaque nº 001135-87 – Emenda nº 1P-09979-0, do Sr. Vivaldo Barbosa, "que acrescenta artigo à Seção I do Capítulo IV do Título V do Substitutivo nº 1 (Capítulo IV, Seção I, do Título IV)". (331ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Em votação a preferência para o Destaque nº 1135, referente à Emenda nº 9979, proposta pelo Constituinte Vivaldo Barbosa, que pretende acrescentar o seguinte artigo à Seção I do Capítulo IV do Título IV: "A lei criará Juizados de Instrução Criminal, fixando-lhe atribuições e competências".

Em votação a preferência. **(Pausa)**

Aprovada

Tem a palavra o Constituinte Vivaldo Barbosa.

**O SR. CONSTITUINTE VIVALDO BARBOSA:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, há poucos mo-

mentos ouvi um clamor muito sentido do Deputado Ademir Andrade de que a Assembléia Nacional Constituinte tem o dever de transformar as estruturas do Poder Judiciário para tornar a instituição mais moderna, mais consentânea com os tempos atuais e mais útil às tarefas de construção da democracia, de proteção e resguardo dos direitos da pessoa humana.

Ainda há pouco acabamos de refutar uma oportunidade de promover essa transformação, quando não conseguimos a maioria absoluta necessária para tornar oficiais os serviços notariais do País.

Temos agora outra oportunidade de transformar acentuadamente as instituições judiciárias de nosso País. Há praticamente pelo menos um século no Brasil fraciona-se o processo de investigação criminal a cargo do Executivo, da Polícia Judiciária, ficando o processo de decisão judicial a cargo do Judiciário. Segundo muitos historiadores, num período autoritário, o País procurou embeber-se um pouco dos ideais liberais da Revolução Francesa ao adotar as nossas primeiras leis de organização processual, consignando que a Polícia Judiciária era uma atividade auxiliar do Judiciário. Com isso, a investigação criminal ficava subordinada ao Judiciário. Na metade do século passado, no movimento autoritário, segundo os historiadores, jogou-se o processo de investigação criminal na esfera do Executivo, que se responsabiliza pelo funcionamento da Polícia e também da Polícia Judiciária. Hoje, praticamente em todos os países da Europa e mesmo da América, o processo é unificado, porque o processo de investigação criminal é essencial à proteção dos direitos humanos não apenas ao se fazer justiça, mas essencial à busca da verdade e à proteção dos direitos da pessoa humana. Até que se descubram os culpados, todos, em princípio, somos culpados. Até que se apontem objetivamente os responsáveis por um delito, todos estamos sujeitos à ação de investigação da autoridade policial, na nossa história recente sempre truculenta e arbitrária, subordinada ao Executivo e não ao Poder Judiciário. Já é um clamor de muitos setores forenses em nosso País que instituamos o Juizado de Instrução para que as investigações criminais, desde o seu início, tenham participação do Ministério Público, do Promotor de Justiça e do Judiciário, para que o Judiciário e o Promotor não recebam já um processo feito, não recebam aquelas pessoas já condenadas mediante a investigação criminal e não recebam já absolvidas aquelas pessoas que a Polícia quis absolver pelo processo de investigação criminal.

A tarefa do Judiciário nesta matéria, tão distante das questões de criminalidade, tão distante das questões de violência, passa a ser mera homologação das sentenças já fabricadas pela instrução criminal nas Delegacias de Polícia.

Hoje temos a oportunidade de romper este ciclo e de unificar o processo criminal quer na sua investigação, quer na sua sentença. De acordo com as melhores opiniões que consegui recolher de criminalistas e processualistas, o melhor é estabelecer-se na Constituição a previsão da instituição do Juizado de Instrução Criminal e deixar a lei definir os seus contornos, a sua esfera de competência, a esfera de atribuições das organizações policiais, do Ministério Público e do Judiciário. Sem dúvida alguma, Srs. Constituintes, aprovando esta emenda estaremos dando um passo significativo na direção da proteção dos direitos individuais, dos direitos humanos, enfim, da pessoa humana, que carece de garantia judicial desde o momento da instauração de um inquérito criminal. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Com a palavra o nobre Constituinte Ibsen Pinheiro, que fará encaminhamento contra.

**O SR. CONSTITUINTE IBSEN PINHEIRO:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, desde a fase das Subcomissões, passando pela Comissão Temática, temos feito opção por

uma forma de investigação criminal que se conforma com a melhor tradição brasileira: a presidência do inquérito é exercida pelo Delegado de Polícia, preservadas a ação do Ministério Público como titular da ação penal e sobretudo a imparcialidade do Poder Judiciário. Imaginamos, Sr. Presidente, que a figura do Juiz de Instrução é um equívoco bem intencionado, talvez até mesmo de tradução, quando se configura a idéia de aplicar em nosso País a figura do **Juge d'instruction** da investigação criminal francesa, desprezando-se o fato de que esse Juiz de Instrução, na verdade subordinado ao Ministério da Justiça daquele país, corresponde muito mais a uma função de Ministério Público do que a de magistrado. As experiências que se acumulam na caneta do magistrado, o poder de dirigir a investigação, de definir as incidências na fase de investigação, constituem, pela conjugação de poderes, um perigoso risco de poder discricionário democrático. Mas democrático parece-nos a tradição brasileira de investigação criminal presidida pelo delegado, o Ministério Público preservado como titular da ação e o Juiz, o magistrado, preservado na sua inércia de imparcial até que chegue o momento do julgamento.

Ademais, Sr. Presidente, razões de ordem prática devem vir à nossa consideração num país de quase cinco mil municípios. Muitos deles não são comarcas, mas termos de outras comarcas, que têm seu processo de preservação da ordem exercido por Delegado de Polícia, onde nem sempre há um magistrado, um Juiz de Direito. Se criarmos a figura do Juiz de Instrução teremos também de criar mais uma série quase infinita de estruturas para o apoio dessa função. Então, Sr. Presidente, por motivos de ordem material e doutrinária, especialmente de ordem democrática, a fim de evitar-se a conjunção de tantos poderes nas mãos de uma única autoridade, e para que não se comprometa a imparcialidade dessa autoridade, que é a figura do Juiz, é que encaminhamos contra a criação da figura do Juiz de Instrução no espírito de todo Substitutivo, de todo o processo de elaboração constitucional que estamos fazendo.

Durante o pronunciamento do Sr. Ibsen Pinheiro o **Sr. Brandão Monteiro**, Segundo-Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo **Sr. Jarbas Passarinho**, Terceiro-Vice-Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra o Constituinte Egídio Ferreira Lima, para encaminhar a favor.

**O SR. CONSTITUINTE EGÍDIO FERREIRA LIMA:** – Sr. Presidente e Srs. Constituintes, inicialmente quero congratular-me com o Constituinte Vivaldo Barbosa pela idéia que teve de sugerir, a partir da própria Constituição, a possibilidade de a lei ordinária de cada Estado e da União criarem o Juizado de Instrução. Da maneira como S. Ex.<sup>a</sup> colocou, não se afasta o sistema hoje existente e poderá surgir, ao lado do sistema vigente, o Juizado de Instrução, cuja utilidade é inegável.

A experiência que se tem no País com relação à instrução policial é tremendamente dolorosa. Quem foi juiz no Brasil, em qualquer Estado, sabe de pouca valia, do conflito e da desinformação que cria o inquérito policial em torno de 80% dos casos. Ademais, pela manhã, instituímos como texto da Constituição o Juizado Especial para causas não muito complexas de Direito Civil e a matéria penal também. O Juizado de Instrução poderá ser casado com o Juizado de Instrução Criminal. Ele poderá sobreviver e existir a partir de sua origem com o sistema hoje existente, com grande proveito para a instrução, para aplicação da justiça, para o aperfeiçoamento do processo de interpretação e aplicação da lei penal. Não se está obrigando a criação do Juizado de Instrução, mas deixando ao legislador ordinário a possibilidade de criá-lo. E ele é de grande utilidade, altamente moraliza-

dor e está inclusive ligado ao princípio da identidade física do juiz com a prova. No momento mesmo em que o fato ocorre, as provas são levadas à instrução judicial e, a partir dali, por que não o mesmo juiz fazer a ação penal e julgar a ação definitiva? Acho que a lembrança é rica, fértil, capaz de enriquecer e de precisar a instrução, o pré-processo, as informações que se colhem para que a ação penal ganhe a relação e realmente se torne efetiva. Ela não é só um elemento de celeridade, de precisão na aplicação da lei, mas é sobretudo um elemento de grande valia na defesa dos direitos individuais, da liberdade, e na maneira civilizada como deve ser tratada a parte, o réu, a vítima que comparece à instrução, para dela nascer a ação penal. Não vejo qualquer inconveniência e sim todas as virtudes na sugestão do Constituinte Vivaldo Barbosa.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Com a palavra o Relator Bernardo Cabral.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, respeitando o ponto de vista aqui expandido, tenho certo receio, depois da conquista que esse texto do Substitutivo vem de dar ao Poder Judiciário com a sua autonomia administrativa e financeira, de estarmos tentando aprovar uma emenda que diz: "A lei criará Juizado de Instrução Criminal". Pela manhã, deixamos à Justiça dos Estados a criação do Juizado de Pequenas Causas. Parece que vamos transformar esse Juizado de Instrução Criminal em substituto da Polícia Judiciária. Não há **capitis diminutio**.

Por isso, Sr. Presidente, atenta aos argumentos expendidos pelo Constituinte Ibsen Pinheiro, a Relatoria deplora ter de votar contra a emenda do Constituinte Vivaldo Barbosa. Esta é a nossa posição.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Em votação.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Antônio Britto, Artur da Távola, Cristina Tavares, Egídio Ferreira Lima, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, José Paulo Bisol, José Serra, Manoel Moreira, Mário Lima, Nelson Carneiro, Nelton Friedrich, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Sigmaringa Seixas, Virgildásio de Senna, Antonio Mariz, Chagas Rodrigues, Jorge Hage, Miro Teixeira, Octávio Elísio, Uldurico Pinto, Vilson Souza, Aloysio Chaves, Carlos Chiarelli, Edme Tavares, Marcondes Gadelha, Mário Assad, Sandra Cavalcanti, Simão Sessim, Valmir Campelo, Jesualdo Cavalcanti, Adylson Motta, Bonifácio de Andrada, José Maurício, Lysâneas Maciel, Vivaldo Barbosa, Francisco Rossi, Joaquim Bevilácqua, Luiz Inácio Lula da Silva, Aldo Arantes, Roberto Freire e Jamil Haddad. Votaram **NÃO** os Senhores Constituintes: Alfredo Campos, Bernardo Cabral, Celso Dourado, Ibsen Pinheiro, João Calmon, José Ignácio Ferreira, José Richa, José Ulisses de Oliveira, Nelson Jobim, Nilson Gibson, Rodrigues Palma, Theodoro Mendes, Wilson Martins, Délio Braz, Israel Pinheiro, João Agripino, João Natal, José Tavares, Márcio Braga, Arnaldo Prieto, Christóvam Chiaradia, Eraldo Tinoco, Francisco Benjamim, José Lins, José Lourenço, José Santana de Vasconcellos, Luís Eduardo, Oscar Corrêa, Ricardo Fiúza, Enoc Vieira, Jofran Frejat, Jonas Pinheiro, José Tinoco, Paes Landim, Antônio Carlos Konder Reis, Virgílio Távora, Gastone Righi, Plínio Arruda Sampaio, Adolfo Oliveira, e Siqueira Campos. **ABSTENÇÃO** dos Constituintes Daso Coimbra, Michel Temer, Darcy Pozza e Jarbas Passarinho.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 47 Constituintes; votaram NÃO 40 Constituintes; abstiveram-se de votar 4 Constituintes. Total: 91 votos. O Destaque foi **aprovado**.

Um aviso aos Srs. Constituintes: há uma alteração na planilha. Foi verificado que os Destaques indicados,

na planilha, pelos números 44 e 55, ao invés de aditivos, como estavam classificados, são substitutivos. No caso de sua aprovação, criar-se-ia o Supremo Tribunal Constitucional. Isso prejudicaria a proposta de iniciativa do Constituinte Nelson Jobim, que agora viria a ser objeto de votação.

Em votação a preferência para o Destaque nº 1270.

Os Srs. Constituintes que estão de acordo, queiram permanecer como se encontram. **(Pausa)**

Aprovada a preferência.

Em votação o Destaque nº 1.270, de autoria do Constituinte Nelson Jobim, referente à Emenda nº 19844, que cria o Supremo Tribunal Constitucional.

Tem a palavra o Constituinte Nelson Jobim.

**O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO MONTEIRO:** – Sr. Presidente, o Deputado Vivaldo Barbosa retira a sua emenda, em benefício da emenda de autoria do Constituinte Nelson Jobim.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Retirada a emenda.

Passamos ao requerimento de preferência solicitada pelo Constituinte Nelson Friedrich para o Destaque nº 2634, no mesmo sentido.

Deputado Nelson Friedrich está ausente. Prejudicados a preferência e o destaque.

Requerimento de preferência para votação do Destaque nº 4686, de autoria do Deputado Nelson Jobim. Em votação o requerimento de preferência. **(Pausa)**

Aprovado.

**Destaque nº 004686-87 – Emenda nº ES-32215-0, do Sr. Nelson Jobim, "que adita as Disposições Transitórias do Substitutivo 02, o art. 2º e incisos da emenda". (332ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Passamos ao destaque. Este altera a composição do Supremo Tribunal Federal e dá-lhe outras competências.

Tem a palavra o Deputado Nelson Jobim.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON JOBIM:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, solicito a atenção desta Comissão para o que vamos examinar, porque está em jogo neste momento a revisão, ou não, da estrutura do Supremo Tribunal Federal desta República.

É necessário que se tenha presente que a emenda ora proposta pretende alterar a composição do Supremo Tribunal Federal para dezesseis membros e modificar a origem desses juízes e magistrados: cinco deles serão indicados pelo Presidente da República; seis serão indicados pela Câmara Federal, por voto secreto da maioria absoluta de seus membros, e cinco serão indicados pelo próprio Supremo Tribunal Federal, entre magistrados de carreira. Além do mais, a emenda fixa um mandato de oito anos para os Ministros. Portanto, a alteração ora proposta é pela não-vitaliciedade dos Ministros do Supremo Tribunal Federal e pela indicação de sua composição através dos três Poderes: o Executivo, o Legislativo e o próprio Judiciário. As indicações passariam, por sua vez, em audiência pública, pelo Senado da República.

Sr. Presidente, Sr. Relator e Srs. Constituintes, para a compreensão da proposta é necessário que se faça uma breve análise do controle da constitucionalidade, tal como existe no mundo moderno. Devemos ver, inicialmente, que o controle da constitucionalidade das leis foi introduzido tecnicamente pelo sistema norte-americano, com a Constituição de Filadélfia, que atribui a possibilidade do controle da constitucionalidade das leis à magistratura e ao Poder Judiciário, assim como a todos os juízes, nas demandas ou ações específicas em que alguém exigir direito

fundamentado em alguma norma de natureza constitucional. Caso o réu ou o sujeito passivo da pretensão viesse a se defender alegando que o autor não tinha direito, porque a norma na qual ele se baseava não tinha guarida constitucional, poderia o Juiz, dizendo e conhecendo da inconstitucionalidade da lei, julgar improcedente a ação. Esse era o chamado sistema de controle difuso da constitucionalidade porque exercido por todo o sistema, em que o Poder Judiciário, ou cada um de seus juízes pode, no caso concreto, aferir a constitucionalidade de determinada norma.

Esse sistema difuso passou a vigorar a partir de 1803, ou do famoso caso *Marbury versus Madison*, em que o Juiz Marshall deu a natureza de proteção constitucional à Corte americana. O sistema difuso originou-se nos Estados Unidos. No Brasil, com a Constituição de 1891, tipicamente fundamentada na estrutura norte-americana, estabeleceu-se também o controle difuso da constitucionalidade, estendendo-o aos juízes de Direito. E, por obra dos Constituintes de 1891, todo Juiz brasileiro, de qualquer instância, tem o poder de decidir sobre matéria constitucional; pode decretá-la, reconhecê-la e dizer da inconstitucionalidade, em norma na própria demanda, para a decisão específica da causa concreta. Este era o sistema que vigia no Brasil até 1965 – semelhante ao sistema americano do controle difuso.

Já em 1919, Hans Kelsen, quando procurou redigir o projeto da Constituição austríaca, introduziu um outro modelo de controle de constitucionalidade: o chamado modelo concentrado, em que se erigia um tribunal especial e somente ele teria o poder de declarar a inconstitucionalidade das leis. A partir de 1919, surgiram dois tipos de controle da constitucionalidade: o sistema americano difuso, entregue a todos os juízes de Direito, e o sistema continental europeu, entregue a um tribunal especial, ligado ao Poder Legislativo e não pertencente ao Poder Judiciário. Seria demais, Sr. Relator, que aqui se fizesse a exposição dos motivos históricos pelos quais os europeus optaram pelo sistema concentrado, e não pelo sistema difuso.

Sr. Presidente, Sr. Relator e Srs. Constituintes, o Brasil filiou-se até 1965 ao sistema difuso e, portanto, o Supremo Tribunal Federal tinha uma composição tipicamente do Poder Judiciário. Por quê? Porque estava situado dentro do Poder Judiciário, segundo a técnica americana de controle, em concreto, da constitucionalidade das leis. No entanto, a partir de 1965, com a Emenda Constitucional nº 16, atribuiu-se ao Supremo Tribunal Federal o controle concreto da constitucionalidade, em tese, das leis. E, a partir daquela data, reuniram-se no Brasil os dois sistemas: o norte-americano e o continental europeu. Mas conservou-se no Supremo Tribunal Federal o mesmo tipo de composição e poderes do sistema americano, desconhecendo a forma de composição e de mandato do sistema europeu.

É isto, Sr. Relator, que esta Comissão deve corrigir historicamente. Desde 1965 concentramos no Supremo Tribunal Federal, sem exclusão do controle difuso, o poder de controle da constitucionalidade, e estamos em um momento decisivo para mudar a composição do Supremo e erigi-lo em juízo constitucional efetivo. Por quê? Porque o juízo constitucional, em tese, da constitucionalidade das normas, requer algo diverso do juízo que se produz no controle difuso da constitucionalidade. Por isso, em todas as cortes européias, sem exceção, os juízes não são vitalícios: são eleitos por outros poderes.

Esta é a nossa intenção, no caso brasileiro. E mais: o Sr. Relator, com a competência que foi posta neste Relatório e neste Substitutivo, atribuiu legitimação ativa, para a ação direta de constitucionalidade, a mais de um autor – mais especificamente, a dez personagens. A autoria, a legislação ativa da ação de inconstitucionalidade

hoje se atribui, por este Relatório e por este Substitutivo, a dez personagens.

É necessário, portanto, que repensemos o Supremo Tribunal Federal, para fazer com que possa adquirir aquilo que Kelsen chamou "a competência de legislação negativa" do Supremo Tribunal. Isto somente se dará se ele começar a abrir as portas para algo que venha do Executivo, do Legislativo ou do próprio Judiciário – da Magistratura de carreira. Asseguraremos desta forma a composição do Supremo, que exercerá o que Kelsen definiu com lucidez, ao lado de Eisenmann, e o Poder Constituinte da República delegará ao Supremo Tribunal Federal o controle da constitucionalidade de todo o sistema legislativo posterior a esta Carta. O controle da constitucionalidade se produzirá na medida em que toda a composição do Supremo, progressivamente, começar a modificar-se, de oito em oito anos, para que possamos ter uma evolução do juízo político da constitucionalidade, que esta Casa, através da nova Carta Constitucional, estará outorgando ao Supremo Tribunal.

Encerro convidando os Srs. Constituintes, membros da Comissão de Sistematização, a examinar o processo histórico, a fim de se resgatar o que falta para o grande avanço do Brasil, ou seja, encontrar a forma de coalizão entre a tradição cultural européia e a tradição norte-americana no tema da constitucionalidade.

Era o que tinha a dizer. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Para encaminhar contra, tem a palavra o Constituinte José Ignácio Ferreira.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, Sr. Relator, ouvi com atenção as colocações do eminente Constituinte Nelson Jobim, feitas com muito entusiasmo, competência e erudição – inclusive felicitei S. Ex<sup>a</sup> pela exposição. Vamos analisar o texto de sua proposta, no sentido de dar ao Supremo Tribunal Federal uma composição de 16 Ministros, nomeados pelo Presidente da República, após audiência pública aprovada pelo Senado Federal, pelo voto de 2/3 de seus membros: cinco ministros serão indicados pelo Presidente da República; seis, pela Câmara Federal, através do voto secreto da maioria absoluta de seus membros; e cinco, pelo Supremo Tribunal Federal, dentre magistrados de carreira.

Sr. Presidente, comecemos pelos cinco ministros a ser indicados pelo Supremo Tribunal Federal, dentre magistrados de carreira, de quaisquer instâncias. Eles se apresentarão perante o Supremo Tribunal Federal, que os escolherá e os indicará, para que o Presidente da República os nomeie, depois de aprovados pelo Senado Federal. Na história do Supremo, jamais se teve um fato dessa natureza. Ao longo dos seus quase cem anos de vida, nem mesmo ao tempo do Brasil-Império, com o Supremo Tribunal de Justiça, ou, recuando-se ainda mais, no tempo das Casas de Suplicação, que precederam o próprio Supremo Tribunal de Justiça, se tem notícia, na história do Supremo, repito, da linha que corre, acompanhando a República. Mesmo na vida do Império, no tribunal que o antecedeu, esse fato, que intranquiliza o próprio pretório, produziria algo mais grave. Traria para o Supremo Tribunal Federal, para o Excelso Pretório, o magistrado de carreira, oriundo de qualquer instância, que atuaria no Supremo durante oito anos. Vencido esse tempo, voltaria para sua comarca, para seu tribunal de origem, ou ficaria em disponibilidade.

O Supremo Tribunal Federal não é um tribunal comum. Constitui-se numa Corte Constitucional, o que foi definido claramente no Projeto Cabral. Trata-se de uma Corte Constitucional que, além da competência difusa que lhe foi deferida na alvorada da República – e a que se referiu o eminente Constituinte Nelson Jobim – tem também a competência concentrada; não é uma Corte comum.

Além de ter essa competência no campo constitucional, o Supremo Tribunal Federal é o grande guardião das nossas liberdades individuais e coletivas.

A história do **habeas corpus** no País é a própria história do Supremo Tribunal Federal. No Brasil, o homem comum faz o seu pedido de **habeas corpus** em uma simples folha de papel. Ele é apreciado pelos integrantes do Supremo, com todo o carinho, desvelo e atenção. Em nenhum outro país aperfeiçoou-se de modo tão completo esse instituto, com as características que passou a ter no Brasil.

Pois bem, o magistrado chega ao Supremo Tribunal, onde permanece por oito anos. Após cumprir esse mandato ele voltaria a ser juiz de primeira instância, desembargador?

Do quadro total de Ministros do Supremo Tribunal Federal, seis são indicados pela Câmara Federal, de acordo com a representação proporcional – nem mesmo pelo Congresso Nacional ou pelo Senado Federal. Nesse caso, nunca mais se terá representação de Estado pequeno no Supremo Tribunal Federal, porque as grandes bancadas, pela proporcionalidade da Câmara Federal, farão eleger, pelas indicações do voto secreto, o Ministro que irá para o Tribunal exercer o mandato de oito anos.

E os votos proferidos por esses Ministros, quando originários da magistratura, constituem verdadeiro prejulgamento, sobretudo moral, para sua atividade posterior, porque se pautam em decisões proferidas por eles mesmos, quando tomavam assento no maior fórum da magistratura brasileira. Estamos, presentemente, eliminando do tabuleiro jurídico do País os juizes com investidura limitada e retirando da Constituição vigente o art. 144, § 1º, alínea b, que diz:

"Juizes togados com investidura limitada no tempo, os quais terão competência para julgamento de causa de pequeno valor (...) e poderão substituir juizes vitalícios."

Isso quase não tem sido aplicado no Brasil, a não ser no Rio Grande do Sul. E não mais o será, porque estamos retirando do tabuleiro constitucional essa excrescência do juiz com mandato. Não o queremos, Sr. Presidente e Srs. Constituintes.

Por outro lado, o Supremo Tribunal não é uma Corte comum. Não nos abeberamos, como disse o Constituinte Nelson Jobim, apenas nas fontes importantes da Corte Suprema dos Estados Unidos. Orientamo-nos nesse sentido, mas, sobretudo, temos todo um perfil, toda uma história que acompanha, na sua linha, a história do federalismo e da república brasileiros. O Supremo viveu sua história a par da própria história do período republicano e da federação brasileiros. Então, nas raízes do Supremo, quando o Estado-Nação brasileiro surgiu, em 1824, com a primeira Constituição, já estavam as raízes do Supremo Tribunal Federal. Não joguemos por terra, em nome de fontes européias que começaram ontem, apenas há quase uma centena de anos, porque o Tribunal austríaco, que se abeberou nas fontes kelsianas, o tribunal espanhol, o tribunal português, são todos eles muito recentes, experiências novas, que não podemos sequer contrastar com a grande experiência republicana e federalista do Supremo. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Brandão Monteiro para encaminhar favoravelmente.

**O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO MONTEIRO:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a mim me bastaria pouco para justificar a Emenda nº 32215 do eminente Constituinte Nelson Jobim. E ainda me alenta mais a defesa oferecida aqui pelo ilustre Senador José Ignácio Ferreira, que, procurando negar a necessidade, hoje consagrada, de uma Corte Constitucional, socorreu-se até com o texto constitucional atual para contrariar esta evidência e dizer que

a emenda do Constituinte Nelson Jobim ferir a Constituição vigente. E, ainda não satisfeito, S. Ex.<sup>a</sup> fez questão de realçar a tradição da República, da Federação e, sobretudo, do passado brilhante – é verdade, mas passado – do Supremo Tribunal Federal.

É evidente que desde que começamos o debate constitucional ficou perfeitamente notória a necessidade da criação de uma Corte Constitucional. E esta necessidade é em virtude do desenvolvimento do processo constitucional brasileiro. Nos países europeus muito próximos de nossa realidade, de Constituições novas, criaram-se as Cortes Constitucionais. E há um dispositivo do Substitutivo que votamos que dá a entender esta necessidade. Mas é preciso alargá-la.

Muito bem agiu o Constituinte Nelson Jobim ao buscar uma nova composição para o Supremo Tribunal Federal, de forma a fortalecer os institutos e os princípios da vitalidade e da transitoriedade. Evidentemente, é da essência do processo constitucional do País, é da essência do processo democrático que ora vivemos a renovação do Supremo Tribunal Federal e a instituição da Corte Constitucional. E esta dar-se-á nos limites da proposta do Deputado Nelson Jobim, que objetiva instituir mandato para os membros do Supremo Tribunal Federal, aí consubstanciando-se a transitoriedade.

Disse o Senador José Ignácio que desta forma os Estados grandes é que indicariam os membros do Supremo Tribunal Federal, em face de serem os detentores das maiores bancadas na composição da Câmara dos Deputados, e que nunca mais iria um representante dos Estados pequenos para o Supremo Tribunal Federal. Penso que este argumento não faz jus à inteligência do Senador José Ignácio, pois que desmerece a competência e, sobretudo, a posição da Câmara dos Deputados, que, ao invés de privilegiar Estados ou pessoas, tem dado demonstrações em todos estes debates, como também anteriormente, de que é capaz de analisar nomes e eleger para a Suprema Corte, os mais capazes.

Evidentemente, a Emenda do Deputado Nelson Jobim busca a modernidade em relação ao Supremo Tribunal, e muito mais em relação à Justiça brasileira. Não se fará democracia neste País se não vencermos as amarras que existem na nossa Nação, esses princípios cartoriais, que são princípios fechados e corporativistas. É, pois, renovadora a emenda do Deputado Nelson Jobim, e esta é a hora de a Assembléia Nacional Constituinte decidir pelo avanço democrático a favor da nossa Corte Constitucional. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Com a palavra o Relator-Geral.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – O Sr. Presidente, Srs. Constituintes, tive uma farta e longa troca de idéias com o eminente Constituinte Nelson Jobim, e, por ironia do destino, neste caso colocamo-nos em posições contrárias. Afora as argumentações aqui proferidas, todas elas forradas do maior brilhantismo, continuo certo de que a formação do Supremo Tribunal Federal, por esta via, não será a melhor, sobretudo agora que todos ansiamos pela instituição do sistema parlamentarista de governo. E não haverá uma pessoa tão isenta para uma escolha dessa natureza quanto o Presidente da República, que passa a ser o Chefe de Estado.

Agora vejam V. Ex.<sup>as</sup> como é que se coloca um órgão como o Supremo ao ter ele próprio que indicar cinco magistrados de carreira. Aquela Casa passaria a ser um foco central de política, para não dier de politiquice, uma vez que se formariam grupos de pressão para indicar o candidato da sua simpatia. Por igual retirar-se-ia a tradição, que sempre foi do Senado, que representa os Estados, de aprovar as indicações, concedendo-se esta atribuição à Câmara Federal.

Em verdade, o que havíamos conversado, eminente Constituinte Nelson Jobim, seria o problema da criação do Tribunal Constitucional, a exemplo do que existe na Itália, em vários países da Europa e até aqui na nossa vizinha Venezuela, cuja experiência, aliás, não foi muito boa. De qualquer forma, chamaria a atenção da Casa para aquilo que o Constituinte José Ignácio colocou em relevo: a tradição e a experiência do que foi ao longo dos anos, a partir da consagração do **habeas corpus**, a postura do Supremo Tribunal Federal permite que ele deva continuar como está. E foi por esta razão a Relatoria manteve no texto tal qual se encontra a sua formação.

Por esta mesma razão, muito a contragosto, a Relatoria vê-se forçada a votar contra a Emenda Nelson Jobim. A Relatoria, Sr. Presidente, é contrária à aprovação da emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Passa-se ao processo de votação.

#### **(Procede-se à votação)**

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Faltosa, Ademir Andrade, Alfredo Campos, Antônio Brito, Cristina Tavares, Egídio Ferreira Lima, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, Ibsen Pinheiro, José Paulo Bisol, Nelson Jobim, Nelton Friedrich, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Raimundo Bezerra, Antônio Mariz, Délio Braz, Jorge Hage, José Tavares, Octávio Elísio, Uldurico Pinto, Vilson Souza, Brandão Monteiro, José Maurício, Lysâneas Maciel, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Aldo Arantes e Roberto Freire. Votaram **NÃO** os Senhores Constituintes: Aluizio Campos, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Carlos Sant'Anna, Celso Dourado, João Calmon, José Fogaça, José Inácio Ferreira, José Ulisses de Oliveira, Manoel Moreira, Mário Lima, Nelson Carneiro, Nilson Gibson, Rodrigues Palma, Theodoro Mendes, Virgildásio de Senna, Wilson Martins, Chagas Rodrigues, Daso Coimbra, Israel Pinheiro, João Agripino, João Natal, Michel Temer, Miro Teixeira, Ziza Valadares, Alcení Guerra, Aloysio Chaves, Arnaldo Prieto, Carlos Chiarelli, Edme Tavares, Eraldo Tinoco, Francisco Benjamim, José Lins, José Lourenço, José Santana de Vasconcellos, Luis Eduardo, Mário Assad, Oscar Corrêa, Osvaldo Coelho, Ricardo Fiuza, Sandra Cavalcanti, Enoc Vieira, Jofran Frejat, Jonas Pinheiro, José Tinoco, Paes Landim, Ricardo Izar, Simão Sessim, Valmir Campeio, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia, Virgílio Távora, Adylson Motta, Francisco Rossi, Joaquim Bevilacqua, Adolfo Oliveira, Siqueira Campos e Jamil Haddad.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 31 Constituintes; votaram NÃO 60 Constituintes. Total: 91 votos. O Destaque foi rejeitado.

Peço a atenção dos Srs. Constituintes para uma comunicação do Presidente da Assembléia Nacional Constituinte. S. Ex.<sup>a</sup> solicita que se comunique o adiamento da sessão de amanhã, no período da manhã, da Assembléia Nacional Constituinte, destinada à apreciação de matéria constitucional, em razão da necessidade do término do ordenamento dos respectivos destaques. A sessão, assim, será ordinária, tendo início às 14h30min.

Há sobre a mesa requerimento de preferência, nos termos regimentais, para votação do Destaque nº 4777, de autoria do Constituinte Egídio Ferreira Lima.

Em votação o requerimento. **(Pausa)**

Aprovado.

**Destaque nº 004777-87 – Emenda nº ES-28516-5, do Sr. Egídio Ferreira Lima, "que dá nova redação ao "caput" do art. 147 do Substitutivo nº 1 (art. 120 do Substitutivo nº 2)". (333.ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Concedo a palavra ao Constituinte Egídio Ferreira Lima.

**O SR. CONSTITUINTE ENOC VIEIRA:** — Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** — Tem a palavra V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. CONSTITUINTE ENOC VIEIRA:** — Sr. Presidente, acabamos de ver o Plenário desta Comissão rejeitar a Emenda nº 32215, que trata da composição do egrégio Supremo Tribunal Federal, estabelecendo o número de cargos e a forma de seu provimento, entre outros itens. V. Ex.<sup>a</sup> acaba de anunciar a votação da emenda do ilustre Constituinte Egídio Ferreira Lima, que estabelece o mesmo número de Ministros — dezesseis. As duas emendas subseqüentes, de nºs 30322 e 28609, tratam, de igual modo, do número de Ministros e da forma de provimento dos cargos, estabelecendo esta última mandato de doze anos...

**O SR. CONSTITUINTE EGÍDIO FERREIRA LIMA:** — Há um engano, Deputado Enoc. Não falo em mandato.

**O SR. CONSTITUINTE ENOC VIEIRA:** — Enfim, elas tratam da mesma matéria a que se referia a emenda rejeitada.

Assim, Sr. Presidente, levanto esta questão de ordem a V. Ex.<sup>a</sup> porque, salvo melhor juízo, as três emendas subseqüente estão prejudicadas.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** — Constituinte Enoc Vieira, dou solução à questão de ordem levantada por V. Ex.<sup>a</sup> Imagine que eu quisesse votar pela composição de onze membros para o Supremo, mas não concordasse com as restrições que em seguida se contém na proposta do Constituinte Nelson Jobim. Sendo assim, votaria contra a proposta, na íntegra, o que não significaria que eu, desde logo, estivesse rejeitando a composição numérica do Tribunal.

A proposta que estamos examinando agora refere-se apenas à composição numérica. O Supremo Tribunal compõe-se de dezesseis Ministros, escolhidos dentre brasileiros natos com mais de 35 e menos de 65 anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada. Na outra, teremos, nessa mesma composição, a participação de diversos órgãos na indicação das nomeações.

De maneira que não considero a emenda do Constituinte Egídio Ferreira Lima prejudicada. As demais analisarei no momento oportuno.

**O SR. CONSTITUINTE OSCAR CORRÊA:** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** — Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE OSCAR CORRÊA:** — Sr. Presidente, V. Ex.<sup>a</sup>, em decisões anteriores, deliberou que toda vez que se vota um todo o particular fica automaticamente prejudicado.

Indago de V. Ex.<sup>a</sup> se, tendo-se votado o todo — a composição do Supremo, a duração do mandato, o modo como é feito o preenchimento dos cargos — isso não seria uma caracterização, a mesma que teria levado V. Ex.<sup>a</sup> a considerar prejudicado o particular e aprovado o todo.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** — Nobre Constituinte, foi a questão de ordem que acabei de resolver. Peço a V. Ex.<sup>a</sup> compreensão. A identidade única entre a proposta anterior e a que está em votação é quanto ao número de membros. A composição numérica é igual, mas a forma de constituir o Tribunal é diferente. De modo que a matéria não está prejudicada.

Concedo a palavra ao nobre Constituinte Egídio Ferreira Lima.

**O SR. CONSTITUINTE EGÍDIO FERREIRA LIMA:** — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, como Relator da Comissão da Organização dos Poderes e Sistema de Governo tive um árduo, cuidadoso e fértil trabalho no sentido de

renovar, modernizar e precisar a cúpula do Poder Judiciário. E o fiz com toda a isenção, com equilíbrio, ouvindo os colegas companheiros de Comissão, ouvindo até o Supremo Tribunal Federal, na pessoa de seu Presidente, ouvindo integrantes do Tribunal Federal de Recursos, viajando para alguns Estados para ouvir juízes. Depois de uma avaliação cuidadosa, bem medida, chegamos à conclusão de que o Supremo Tribunal Federal, transformado no Substitutivo do Relator Bernardo Cabral e já com essa orientação no Substitutivo e no parecer desta Comissão, deveria ter a sua composição elevada de onze para dezesseis membros.

Supremo já teve, no seu nascedouro, quinze Ministros. Passou depois a ter onze. Voltou a ter dezesseis membros e hoje está reduzido a onze Ministros. E por que onze membros? Porque nos últimos anos, a rigor, o Supremo Tribunal Federal não teve condições de estabelecer controle constitucional. A única parte legitimada para propor ação direta de inconstitucionalidade, hoje, pela Constituição, é o Procurador-Geral da República, que tem juízo de encaminhar ou não essa representação.

Conforme este texto, estão elevando de uma para onze as partes legitimadas para se propor a ação da inconstitucionalidade. E quem são essas partes? Num item só estão todos os Governadores, em outro estão todas as Assembléias Legislativas, a OAB, o Senado Federal, a Câmara dos Deputados, todos os partidos políticos e as confederações sindicais. Não há democracia sem o controle da constitucionalidade. Não há democracia sem um tribunal capaz de resolver os conflitos entre os poderes assegurar o cumprimento da lei constitucional.

Se não elevarmos para dezesseis o número de membros do Supremo, ele não irá cumprir a sua nobre missão. Quem puder ler com cuidado esse projeto irá notar que há uma infinidade de mecanismos que levam todos às portas do Tribunal Constitucional. Seria uma incúria, uma falta de cuidado, uma grande omissão nesta hora não se elevar para dezesseis o número de membros do Tribunal Superior de Justiça, que passará a ser o tribunal do controle constitucional não só da ação incidental, não só da ação indireta, mas da inconstitucionalidade por omissão.

O projeto ainda mantém a sua relevância com a característica restrita, embora dimensionada, usada pelo Direito Constitucional americano. A ampliação para dezesseis Ministros é sensata, correta e indispensável, sob pena de que o Supremo Tribunal Federal não possa cumprir a contento a missão, a atribuição que esta nova Constituição lhe conferirá. Quero dizer a todos os Constituintes que o Supremo Tribunal Federal pela figura de seu Presidente, que é um homem sério, um juiz reto e dimensionado, tem conhecimento do propósito desta Assembléia Nacional Constituinte e com ele concorda.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** — Concedo a palavra ao Constituinte Paes Landim, para encaminhar contra a proposta.

**O SR. CONSTITUINTE PAES LANDIM:** — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, com o maior respeito pela figura humana do ilustre Constituinte Egídio Ferreira Lima, permito-me, no entanto, discordar de S. Ex.<sup>a</sup> quando defende a ampliação do número de onze Ministros, que compõem atualmente o Supremo Tribunal Federal, para dezesseis.

Além do mais, Sr. Presidente, na elaboração da sua emenda, o eminente Constituinte Egídio Ferreira Lima não estabelece sequer a competência da aprovação dos nomes desses Ministros.

Sr. Presidente, sabemos que a Suprema Corte dos Estados Unidos tem apenas nove Ministros. O Supremo Tribunal Federal da Argentina, mais próximo de nós e mais antigo que o nosso, tem apenas cinco Ministros. É importante haver a concentração de juriconsultos num número

determinado, a fim de que possam refletir e pensar melhor na elaboração da jurisprudência federal, uniformizando-a.

Sr. Presidente, a última experiência que tivemos de mudança do número de Ministros do Supremo Tribunal Federal foi feita pelo regime autoritário de 1964, quando aumentou de onze para quinze o número de Ministros daquela Suprema Corte, tentando com isso manipular as votações do nosso colendo tribunal.

Essa experiência foi em boa hora retificada, e o STF voltou à sua composição tradicional, de seus últimos cinquenta anos de vida, que é exatamente o número ímpar, que tecnicamente ainda é importante na composição da nossa Suprema Corte.

Sr. Presidente, o Supremo Tribunal Federal, composto por seus onze Ministros, é uma estrutura que deve permanecer, até porque, de acordo com o projeto do eminente Relator Bernardo Cabral, algumas das suas funções foram transferidas para o Superior Tribunal de Justiça. Assim, não se justifica mais o aumento do número de juizes do STF, se algumas das suas atribuições se encontram no projeto cometidas ao Superior Tribunal de Justiça. Não há nenhuma razão técnica e lógica que justifique este aumento do número de juizes de onze para dezesseis, ainda com a agravante de que na proposta do eminente Constituinte Egídio Ferreira Lima não consta o processo de aprovação dos nomes dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, o que seria remetido à lei ordinária, com uma série de riscos que todos nós podemos imaginar.

Por estas razões, tomo a ousadia de divergir da tese do eminente Constituinte, que honra esta Assembléia, Egídio Ferreira Lima, contida na sua propositura.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Para encaminhar contra, concedo a palavra ao Constituinte Chagas Rodrigues. **(Pausa)** S. Ex.<sup>a</sup> declina da palavra, por concordar com a argumentação desenvolvida pelo Constituinte Paes Landim.

Passo a palavra à Relatoria.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FOGAÇA:** – Sr. Presidente, a Relatoria vai-se pronunciar através do nobre Constituinte Antônio Carlos Konder Reis, que manifestará a posição do Relator.

**O SR. RELATOR (Antônio Carlos Konder Reis):** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, o Sr. Relator-Geral, em votação ocorrida minutos atrás, manifestou o seu parecer sobre a emenda de iniciativa do nobre Constituinte Nelson Jobim, que pretende alterar a composição do Supremo Tribunal Federal, seja quanto ao número de seus membros, seja quanto à forma de indicação dos brasileiros que deverão ocupar cadeiras naquela alta Corte de Justiça.

Os argumentos apresentados pelo Sr. Relator-Geral valem para o exame e a posição da Relatoria em relação à emenda do nobre Constituinte Egídio Ferreira Lima. De fato o Sr. Relator-Geral entende que a Emenda ora em votação, nº 28516, propositura singela, que apenas eleva o número de membros do Supremo Tribunal Federal de 11, como é atualmente, para 16 só tem sentido se aprovada a outra emenda, objeto também de destaque pelo seu ilustre autor, que deverá ser votada imediatamente após esta, que é a de nº 28609. Aquelas observações feitas pelo Sr. Constituinte Paes Landim, quanto a algumas incoerências ou omissões da Emenda nº 28516, não existem de fato, porque esta só pode ser devidamente encarada se levarmos em consideração a seguinte, de nº 28609, que preenche todas as eventuais ou aparentes lacunas e omissões da que ora está em votação, que estabelece a composição quanto à origem, exige o pronunciamento do Senado da República, enfim, completa as normas disciplinares no que toca ao Supremo Tribunal Federal.

Ora, se juntarmos a Emenda nº 28516 à nº 28609, chegaremos a uma proposição extremamente assemelhada àquela de iniciativa do nobre Constituinte Nelson Jobim. Há algumas alterações como indicação em lista triplíce e outras pequenas modificações, mas o objetivo do ilustre Constituinte Egídio Ferreira Lima não é outro senão alterar a sistemática do projeto, criando mecanismos novos no que toca à composição e à forma do Supremo Tribunal Federal.

Pessoalmente, devo, em homenagem a S. Ex.<sup>a</sup>, dizer que me detive, quanto me valeu a inteligência e o conhecimento, na proposta do eminente Sr. Deputado Nelson Jobim, como faço agora em relação às duas proposições de S. Ex.<sup>a</sup>, porque são duas emendas que se completam. Cheguei à conclusão serena de que a supressão da vitaliciedade seria uma medida de alto risco para o funcionamento, a operação e o cumprimento do dever do Supremo Tribunal Federal. Ao lado da supressão da vitaliciedade, objeto da emenda do Deputado Nelson Jobim, a escolha dos membros do Supremo Tribunal Federal através de decisões do próprio Tribunal, do Congresso Nacional e da Câmara dos Deputados, apresenta o gravíssimo inconveniente da presença constante e, de certo modo, até perigosa das Casas políticas na composição da mais alta Corte de Justiça do nosso País.

Em razão dos argumentos apresentados pelo nobre Sr. Relator-Geral, quando da votação da emenda do nobre Deputado Nelson Jobim e também em razão dos singelos comentários que faço desta tribuna, antes e acima de tudo como homenagem ao Deputado representante pelo Estado de Pernambuco, S. Ex.<sup>a</sup> se manifesta contrário à emenda e favorável à manutenção do texto. É o parecer.

**O SR. EGÍDIO FERREIRA LIMA:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem. O Sr. Relator, Deputado Antônio Carlos Konder Reis, por evidente equívoco, cometeu um grave erro material que pode repercutir no julgamento da matéria em exame. Há uma diferença fundamental entre a segunda emenda aquela que ele se reportou, o conjunto das duas emendas e a emenda do Deputado Nelson Jobim. O Deputado Nelson Jobim erradica ou afasta a vitaliciedade e eu mantenho a mesma. Escolhido o membro do Supremo Tribunal Federal e nomeado, ele é vitalício. Está na emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Feita a observação oportuna do Deputado Egídio Ferreira Lima, vamos passar à votação. O Deputado Antônio Carlos Konder Reis falará, porque foi citado nominalmente pelo Deputado Egídio Ferreira Lima.

**O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS:** – Sr. Presidente, citado nominalmente, devo, em primeiro lugar, dizer que a minha exposição pode ter levado o nobre Constituinte Egídio Ferreira Lima a constatação deste erro material. Mas, como baseei toda a minha argumentação na postura do Relator relativamente à emenda do nobre Constituinte Nelson Jobim, ao fazer esta lembrança ou esta remissão, quis dizer ao Plenário que as idéias, tanto a do Constituinte Nelson Jobim como a do Constituinte Egídio Ferreira Lima, foram objeto da minha maior atenção. Com relação ao primeiro, encontrei dificuldades em aceitar a supressão da vitaliciedade. Talvez a pressa e o atabalhoado das milhas idéias tenham provocado este erro, do qual me penitencio diante de S. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Vamos proceder à votação.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Antônio Britto, Artur da Távola, Celso Dourado, Cristina Tavares, Egídio Ferreira Lima, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, José Paulo Bisol, José Serra, Nelton Friedrich, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Raimundo Bezerra, Sigmaringa Seixas, Virgildásio



de Senna, Antonio Mariz, João Agripino, Jorge Hage, José Tavares, Michel Temer, Miro Teixeira, Octávio Elísio, Uldurico Pinto, Vilson Souza, Aldo Arantes e Roberto Freire. Votaram **NÃO** os Senhores Constituintes: Alfredo Campos, Aluizio Campos, Ibsen Pinheiro, João Calmon, José Fogaça, José Ignácio Ferreira, José Richa, José Ulisses de Oliveira, Mário Lima, Nilson Gibson, Pimenta da Veiga, Rodrigues Palma, Theodoro Mendes, Wilson Martins, Chagas Rodrigues, Israel Pinheiro, João Natal, Márcio Braga, Marcos Lima, Ziza Valadares, Aloysio Chaves, Carlos Chiarelli, Christóvam Chiaradia, Edme Tavares, Eraldo Tinoco, Francisco Benjamim, José Lins, José Santana de Vasconcellos, Luís Eduardo, Mário Assad, Oscar Corrêa, Osvaldo Coelho, Ricardo Fiúza, Sandra Cavalcanti, Enoc Vieira, Jofran Frejat, Jonas Pinheiro, José Tinoco, Paes Landim, Ricardo Izar, Simão Sessim, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia, Virgílio Távora, José Maurício, Lysâneas Maciel, Luiz Salomão, Francisco Rossi, Joaquim Bevilacqua, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Adolfo Oliveira, Siqueira Campos e Jamil Haddad. **ABSTENÇÃO** do Constituinte Bonifácio Andrada.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 28 Constituintes; votaram NÃO 56 Constituintes; absteve-se da votar 1 Constituinte. Total: 85 votos. O Destaque foi **rejeitado**.

Teríamos agora um requerimento de preferência relativo ao Destaque nº 4778, de autoria do nobre Constituinte Egídio Ferreira Lima, mas interpreto que a matéria está prejudicada, porque contém a forma de nomeação. Há dois itens que já foram derrubados na proposta do Constituinte Nelson Jobim, e apenas o item terceiro é diferente.

**O SR. CONSTITUINTE EGÍDIO FERREIRA LIMA:** – Sr. Presidente, gostaria de chamar a atenção de V. Ex.<sup>a</sup> para o fato de que, como modificação fundamental nesse item a que V. Ex.<sup>a</sup> se referiu e que literalmente o altera em relação à emenda do Constituinte Nelson Jobim, nele é preservada a vitaliciedade, excluído o mandato e, no momento em que se exclui o mandato, naturalmente repercute sob a forma de recrutamento. Escolher pela Câmara ou pelo Senado e pelo Presidente da República para um mandato de nove ou de doze anos é diferente de escolher para um mandato vitalício. Então, interligam-se as disposições.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Mas eu chamaria a atenção de V. Ex.<sup>a</sup> – se me concede a generosidade da interpretação – para o fato de que, inclusive, já foi derrubada a composição numérica que V. Ex.<sup>a</sup> sugere – 16. Aqui temos 5, 6, 11 e 5, 6 e 16. Então, se já derrubamos o 16, não poderia colocá-lo novamente em votação, ainda que num item V. Ex.<sup>a</sup> faça diferente do outro.

**O SR. CONSTITUINTE EGÍDIO FERREIRA LIMA:** – V. Ex.<sup>a</sup> quer ler para mim o último?

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Pois não. V. Ex.<sup>a</sup> sugere:

"Os Ministros serão nomeados pelo Presidente da República, após audiência pública e aprovação do Senado Federal, sendo cinco indicados pelo Presidente, seis indicados pela Câmara dos Deputados pelo voto secreto da maioria absoluta dos Srs. membros e cinco indicados pelo Presidente da República, dentre os integrantes de lista tríplice, organizada cada vaga pelo Supremo Tribunal Federal."

Votamos há pouco contra o 16.

**O SR. CONSTITUINTE EGÍDIO FERREIRA LIMA:** – Desculpe a insistência, mas acho que ocorreria aí apenas a obrigação por parte do Relator de adequar este número ao número total estabelecido no **caput**, porque a emenda contém um elemento fundamental, o que diz respeito à vitaliciedade. Deixo a critério de V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Peço desculpas a V. Ex.<sup>a</sup>, mas permaneço com a interpretação original.

**O SR. CONSTITUINTE ARNALDO FARIA DE SÁ:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE ARNALDO FARIA DE SÁ:** – Sr. Presidente, acabo de receber uma cópia do Substitutivo que inclui o Título III e uma emenda aprovada pelo Plenário, na qual o salário dos servidores públicos militares estaria sujeito ao Imposto de Renda. Estranhamente, porém, deixa de constar do Substitutivo. Gostaria que a Mesa me esclarecesse por que não constou do Substitutivo essa emenda. Talvez a pressa na impressão do Substitutivo tenha concorrido para o surgimento dessa falha.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Peço a V. Ex.<sup>a</sup> que me dê a honra de dirigir-se à Mesa, pois não disponho do documento que V. Ex.<sup>a</sup> tem em mãos.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FOGAÇA:** – Sr. Presidente, a Relatoria gostaria de usar da palavra, para prestar esclarecimentos ao ilustre Constituinte Arnaldo Faria de Sá. O Constituinte Antônio Carlos Konder Reis pode elucidar essa questão.

**O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, a emenda a que faz referência o nobre Constituinte Arnaldo Faria de Sá foi defendida desta tribuna pelo nobre Constituinte Paulo Ramos. Foi votada quando estávamos apreciando a secção dos servidores militares, mas tinha caráter geral.

Capítulo VII divide-se em três secções. A primeira acolhe as disposições gerais; a segunda, as normas específicas sobre os servidores civis; a terceira diz respeito aos servidores militares. Como a emenda do nobre Constituinte Paulo Ramos era de caráter geral, foi incluída na secção 1.<sup>a</sup> das Disposições Gerais. É o § 9º que está assim redigido:

"os vencimentos de qualquer espécie estarão sujeitos a impostos gerais, inclusive os de renda extraordinária."

Como Relator-Adjunto prestei algum auxílio ao nobre Relator-Geral quando da redação do vencido. E o entendimento que tive juntamente com os assessores do Relator-Geral e do Prodasen, foi o de que a emenda defendida pelo nobre Constituinte Paulo Ramos tinha caráter geral. Ela deveria ser incluída no Capítulo VII da Seção 1.<sup>a</sup>, que cuida das disposições gerais e acolhe normas e regras sobre todos os servidores públicos civis ou militares. Assim, Sr. Presidente, ainda neste art. 44, o § 5º reza:

"A revisão geral da remuneração dos servidores públicos civis ou militares ocorrerá sempre na mesma época e com os mesmos índices."

E o § 9º diz:

"Os vencimentos de qualquer espécie estão sujeitos a impostos gerais, inclusive os de renda extraordinária."

Admito que o nobre Constituinte Arnaldo Faria de Sá possa fazer algum reparo na transcrição do dispositivo.

Mas a emenda do nobre Constituinte Paulo Ramos foi devidamente considerada, nos termos em que foi aprovada. Era a explicação que tinha o dever de prestar à Comissão de Sistematização.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Há um requerimento de preferência, do Constituinte Luiz Inácio referente à Emenda nº 30322, de autoria do Constituinte Plínio Arruda Sampaio.

Confesso que tenho dúvidas a respeito da prejudicialidade parcial dessa matéria. Não falei em prejudicialidade total, mas parcial. Gostaria de ouvir o Constituinte Plínio Arruda Sampaio.

**O SR. CONSTITUINTE PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO:** Sr. Presidente, entendo que esta matéria é complexa. O que estamos propondo – e aqui submetendo ao Plenário – são diversas fórmulas de composição do Supremo Tribunal Federal. Não é um processo de construção, como fizemos, por exemplo, em relação às horas de trabalho 40, 42, 44; nenhuma prejudica a outra. Não é bem isso, porque toda composição numérica está ligada a uma nova fórmula de conceber o Supremo Tribunal Federal. Por exemplo, essa emenda que apresentei, para a qual se requer preferência, propõe a criação de uma turma constitucional dentro da estrutura do Supremo Tribunal Federal. Ela não altera em relação aos 11 juízes vitalícios. Ela cria oito juízes temporários, para uma turma especial, que se somarão a mais quatro enviados pelos juízes vitalícios. Portanto, pelo Supremo Tribunal Federal. Perceba V. Ex.<sup>a</sup> que é uma fórmula totalmente direta, que não estamos aqui fazendo numericamente o tamanho do Supremo, mas o tipo do Supremo Tribunal Federal. De modo que entendo que a matéria não está prejudicada, que é uma alternativa que ainda não foi submetida à Casa. Devo dizer a V. Ex.<sup>a</sup> que é a alternativa que foi aprovada na comissão específica que tratou do Poder Judiciário e aprovou a emenda que está sendo agora renovada.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Esse é um argumento, Constituinte Plínio Arruda Sampaio, que, infelizmente, não posso levar em consideração. Presidi uma comissão temática de onde saíram decisões modificadas depois pelo relator. Este argumento para mim é apenas ancilar, não é fundamental. A feição do documento do nobre Constituinte Nelson Jobim, cria uma duplicidade de funções, vitalícias e não-vitalícias. Já derrubamos aqui, ao votarmos o projeto do Constituinte Nelson Jobim, a não-vitaliciedade de parte dos membros do Supremo. Eu teria dificuldade de saber o que aproveitar ou não da emenda de V. Ex.<sup>a</sup>, na medida em que apenas a consideração que eu faria seria em relação ao *caput*, quando V. Ex.<sup>a</sup> propõe, em vez de 11, ou 16, 19. Aí o argumento de V. Ex.<sup>a</sup> sobre a questão da carga semanal de trabalho ou do mandato do Presidente teria razão de ser. Seriam várias opções, e cada um adotaria aquela que melhor lhe apossasse. Mas V. Ex.<sup>a</sup> prossegue e dá na composição, inclusive, uma parte de juízes, de ministros que não são vitalícios. Este o meu argumento.

Para contraditar, ouço a questão de ordem do nobre Constituinte Oscar Corrêa.

**O SR. CONSTITUINTE OSCAR CORRÊA:** – Sr. Presidente, em que pese ao maior respeito que tenho pelo ilustre Constituinte Plínio Arruda Sampaio, seria necessário prestar um esclarecimento a S. Ex.<sup>a</sup> Na realidade, a comissão temática não aprovou a proposta que S. Ex.<sup>a</sup> diz agora ter sido fruto de um entendimento na própria comissão. S. Ex.<sup>a</sup> talvez se refira à subcomissão do Poder Judiciário. Mas S. Ex.<sup>a</sup> há de confirmar também que a comissão temática reformou, através do relatório do ilustre Constituinte Egídio Ferreira Lima, o que S. Ex.<sup>a</sup> havia entendido fosse a opinião da nossa Subcomissão, razão pela qual, Sr. Presidente, S. Ex.<sup>a</sup> incorre em erro ao dizer que o que está aqui é o que foi aprovado na comissão temática. Em segundo lugar, S. Ex.<sup>a</sup> usa o argumento de que não cria um número novo, mas uma câmara nova. Mas não é isso. Na realidade, S. Ex.<sup>a</sup> quer implantar, isto sim, uma composição com 19 membros. S. Ex.<sup>a</sup>, mais uma vez, insiste em que esta matéria não é vencida. E eu insisto em que o é, pois a vitaliciedade, por duas vezes, já teve opinião inclusive favorável, contrariamente às emendas do nosso Plenário. Poderia ainda argumentar com vários outros itens, mas, **data vênia**, parece-me que

estes são suficientes para que V. Ex.<sup>a</sup> mantenha sua decisão, julgando a matéria prejudicada.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Ouvi V. Ex.<sup>a</sup> e o nobre Constituinte Plínio Arruda Sampaio. Agora vou ouvir o Relator José Fogaça.

**O SR. CONSTITUINTE PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO:** – Eu gostaria de fazer uma retificação, pois fui citado nominalmente.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Peço desculpas a V. Ex.<sup>a</sup>, mas se ficarmos neste diálogo... V. Ex.<sup>a</sup> foi citado nominalmente porque é o autor da emenda.

**O SR. CONSTITUINTE PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO:** – Não imagino que o nobre Constituinte Oscar Corrêa tenha pensado em enganar a Casa dizendo que foi aprovado, quando na realidade não o foi. Se a Casa não ficou esclarecida com a explicação, S. Ex.<sup>a</sup> tinha todos os elementos para saber que eu me referia à Subcomissão do Poder Judiciário, da qual fui relator, e que aprovou esta fórmula.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Concedo a palavra ao nobre Relator José Fogaça.

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – Srs. membros da Comissão de Sistematização, eis o parecer da relatoria: infelizmente, esta parte da emenda, que trata da composição do Supremo Tribunal Federal, é matéria vencida, decidida e rejeitada pelo Plenário. Se este recusou o aumento da composição para 16 membros, parece-me óbvio a recusa para 19 membros.

Por outro lado, já se votou, também, matéria referente à vitaliciedade, cuja extinção foi rejeitada pelo Plenário. Segundo o entendimento da relatoria, está prejudicada a matéria. O parecer é pela prejudicialidade.

**O SR. CONSTITUINTE OSCAR CORRÊA:** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Peço a V. Ex.<sup>a</sup> que não retome a mesma questão de ordem, porque está em decisão.

**O SR. CONSTITUINTE OSWALDO LIMA FILHO:** – Não é a mesma questão de ordem. Reclamo que a Mesa tenha uma decisão coerente sobre a minha matéria. Na matéria que deve decidir a Mesa sempre entendeu que são rejeitadas as matérias sobre as quais houve emenda aprovada.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Aprovadas ou rejeitadas.

**O SR. CONSTITUINTE OSWALDO LIMA FILHO:** – A emenda de que se trata não cogita nem de matéria rejeitada nem de aprovada. Ela foi prejudicada porque não alcançou o **quorum** de 47 votos. É coisa diferente.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – V. Ex.<sup>a</sup> está equivocado. A Emenda Jobim foi rejeitada e não prejudicada. Há, naturalmente, uma rejeição. Peço a compreensão do Deputado Plínio Arruda Sampaio, porque, inclusive, vamos fazer uma votação ainda. E parece-me extremamente difícil, depois de conjugar parte da proposta de V. Ex.<sup>a</sup>, que está inevitavelmente prejudicada, com parte que V. Ex.<sup>a</sup> poderia argumentar que não está. Pediria a compreensão de V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. CONSTITUINTE PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO:** – Sem prejudicar o respeito que tenho por V. Ex.<sup>a</sup>, sem querer tumultuar a sessão – V. Ex.<sup>a</sup> me conhece, não uso destes meios para fazer valer minhas idéias – mas, como o tema é de suma gravidade e importância, eu me permitiria recorrer da decisão de V. Ex.<sup>a</sup> ao Plenário. Entendo que, neste caso, o julgamento da prejudicialidade está sendo demasiadamente mecânico. Estamos discutindo aqui fórmulas alternativas, e é impossível, neste caso, votada uma emenda, que qualquer outra seja considerada.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Acolho o recurso de V. Ex.<sup>a</sup> no sentido de encaminhá-lo à Mesa da Assembléia Nacional Constituinte.

**O SR. CONSTITUINTE VIVALDO BARBOSA:** – Sr. Presidente, gostaria que V. Ex.<sup>a</sup> prestasse esclarecimento sobre um princípio que adotou. Creio que, respondendo ao Constituinte Oswaldo Lima Filho, afirmou que se a matéria for aprovada ou rejeitada, automaticamente prejudica a matéria subsequente. Mas as normas consolidadas referem apenas que a matéria aprovada cria prejudicialidade.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Eu lembraria ao ilustre colega e amigo que a matéria já foi por nós mesmos aqui modificada, por acordo de liderança e consenso de Plenário. Passamos a adotar também a matéria rejeitada como criadora de prejudicialidade, porque senão ficaríamos votando, como fizemos no início dos trabalhos da comissão, várias matérias sucessivamente e por longo prazo. Mas, como disse o nobre Deputado Plínio Arruda Sampaio, S. Ex.<sup>a</sup> recorre à Mesa da Assembléia Nacional Constituinte.

Requerimento de preferência: "Requeiro, nos termos regimentais, preferência para votação do Destaque nº 4690, de autoria do Deputado Nelson Jobim. Solicito supressão da letra **p** do inciso I do art. 121".

Os que estão de acordo com a preferência mantenham-se como se encontram. **(Pausa)**

Preferência concedida.

Passo ao destaque.

**Destaque nº 004690-87, do Sr. Nelson Jobim, "que suprime a letra "p" do inciso I do art. 121 do Substitutivo nº 2". (334.ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Nelson Jobim.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON JOBIM:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a emenda visa a suprimir a letra "p" do inciso I do art. 121, que atribui ao Supremo Tribunal Federal competência para avocar "as causas processadas perante quaisquer juízes e tribunais, a pedido do Procurador-Geral da República, quando ocorrer imediato perigo de grave lesão à ordem, à saúde, à segurança ou às finanças públicas, para que suspendam os efeitos da decisão proferida e para que o conhecimento integral da lide lhe seja devolvido".

A emenda visa à supressão desse instituto da advocatória, por parte do Supremo Tribunal Federal, de quaisquer juízo e tribunal, das causas aqui relatadas. Passa-se o seguinte: o projeto, no art. 121, dá ao Supremo Tribunal Federal dois tipos de competência: a competência constitucional, de corte constitucional, e a competência de corte de soberania. Ou seja, estão atribuídas ao Supremo Tribunal Federal as medidas relativas a ações de inconstitucionalidade, assim como as ações relativas a relações exteriores, ou seja, a homologação de sentença estrangeira, a extradição, além do julgamento do Presidente da República, do Primeiro-Ministro, dos Ministros de Estado etc.

Atribuir ao Supremo Tribunal Federal a possibilidade de avocar quaisquer questões é ampliar sua competência. Assim, de competência constitucional e de soberania passa a ter a competência de avocar questão de natureza federal, cuja competência de grau decisório é do Superior Tribunal de Justiça.

É fundamental que se compreenda perfeitamente a estrutura do Poder Judiciário que o Sr. Relator montou. Temos aqui, agora, com este texto, dois grandes tribunais de competência distintas. O Supremo Tribunal Federal, de competência constitucional e de corte de soberania, além do julgamento do Presidente da República e de alguns personagens do Executivo; de outro lado, o Superior

Tribunal de Justiça, de competência das questões federais. O modelo atual da Constituição de 69 é exatamente a competência do Supremo Tribunal Federal para as questões constitucionais e para as questões federais. O Sr. Relator partiu, no seu projeto, as competências do Supremo Tribunal Federal, fazendo com que a competência das questões federais passasse para o Superior Tribunal de Justiça, reservando à Suprema Corte exclusivamente as questões constitucionais e as de soberania. Na medida em que mantivermos a figura da advocatória, criada no regime de 69 para exatamente assegurar, por parte do Supremo Tribunal Federal, o controle da magistratura de carreira, já que, então, o supremo órgão do Poder Judiciário passava a ser composto por juízes escolhidos pelo Presidente da República e cooptados da Procuradoria Geral da República e, portanto, sem ligação com a judicatura de carreira e sem ligações com aquilo que se pretendeu afirmar desta tribuna, a autonomia do Poder Judiciário, é fundamental que se suprima a advocatória. Por quê? Porque estaria a advocatória elidindo a competência do Superior Tribunal de Justiça naquelas causas em que a Procuradoria Geral da República entendesse, a juízo do Executivo, como de desvantagem às intenções políticas do Governo.

É fundamental que se compreenda a origem do instituto. O instituto da advocatória foi uma manifestação vinda do sistema de 69, de desconfiança à magistratura de carreira, de desconfiança aos juízes de primeiro grau e aos juízes dos tribunais. E por quê? Porque aqueles juízes e aqueles magistrados se submeteram a concurso público. Sua seleção se fizera fora do controle do Poder Executivo. Criou-se a advocatória exatamente para quê? Para que as causas que estivessem nas mãos daqueles juízes vitalícios, inamovíveis, irredutíveis em seus vencimentos, com todas as garantias, pudessem ser conhecidas pelo Supremo Tribunal Federal, de composição escolhida pelo Presidente da República e homologada pelo Senado Federal. Esta foi a origem do instituto.

A manifestação do instituto, Sr. Relator, em seu projeto, representa uma distorção da competência que V. Ex.<sup>a</sup> pretendeu atribuir ao Supremo Tribunal Federal. Se o Supremo Tribunal Federal tem a competência constitucional e a de soberania e o Superior Tribunal de Justiça tem a competência das questões federais, precisamos conferir a matéria e suprimir este instituto, que importa o aumento da competência da Corte Suprema e é uma possibilidade muito séria de supressão da garantia da parte, que é exatamente a garantia do duplo grau de conhecimento. Haverá questões, eventualmente, de relevância deste instituto, que poderia, então, suprimir a instância, suprimir um grau de recurso, um grau de conhecimento e diretamente para a mão do Supremo Tribunal Federal, por obra do Sr. Procurador da República. Creio que a supressão do texto ajusta a sua pretensão.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Para encaminhar contra, tem a palavra o Constituinte Egídio Ferreira Lima. **(Pausa)** S. Ex.<sup>a</sup> desiste da palavra.

Para encaminhar contra, concedo a palavra ao Constituinte Paes Landim.

**O SR. CONSTITUINTE PAES LANDIM:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, permito-me discordar da emenda do eminente Constituinte Nelson Jobim, defendida com a competência de sempre, por achar que o dispositivo do Substitutivo do Constituinte Bernardo Cabral atende perfeitamente aos interesses maiores da Justiça. Senão, vejamos o que estabelece o projeto:

"Compete ao Supremo Tribunal Federal, precisamente (...)

I: "Processar e julgar originariamente:

**p)** as causas processadas perante quaisquer juizes e tribunais, cuja avocação deferir, a pedido do Procurador-Geral da República, quando ocorrer imediato perigo de grave lesão à ordem, à saúde, à segurança, ou às finanças públicas, para que suspendam os efeitos da decisão proferida e para que o conhecimento integral da lide lhe seja devolvido."

Ora, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, vemos que a chamada advocatória é provocada pelo Procurador-Geral da República, que, de acordo com o Projeto do Constituinte Bernardo Cabral, se encontra numa posição da maior grandeza, pois tem a função de defensor dos interesses da sociedade. Essa grande conquista do Ministério Público no Projeto Bernardo Cabral deve-se – justiça se faça – ao trabalho da Subcomissão do Poder Judiciário. Destaco aqui, nesse sentido, o trabalho do eminente Constituinte Plínio Arruda Sampaio, que muito batalhou para que o Ministério Público retornasse às suas funções históricas de defensor dos interesses da sociedade e não dos interesses da União, como foi acontecer. Portanto, é o representante máximo dos interesses da sociedade que, quando nota que determinada causa, determinado juiz pode ocasionar grave lesão aos interesses nacionais em todos os sentidos – ao erário, à saúde etc. – provoca o Supremo Tribunal Federal para avocar a lide a fim de emprestar-lhe a necessária uniformidade, seriedade e moralidade de decisão.

Esta conquista importante da Justiça brasileira ficará entregue à cúpula do Poder Judiciário e ao Supremo Tribunal Federal, guardião da Constituição e também o Tribunal da Federação, portanto, dos interesses maiores da preservação da ordem jurídica.

Nosso instituto é tão importante, Sr. Presidente, que o jornal **La Nation**, do dia 24 de outubro, mostra a reforma constitucional em curso agora no Congresso da Argentina: uma das propostas é exatamente imitar o modelo brasileiro. Está assim a notícia do jornal **La Nation**, do dia 24 de outubro: "O Congresso da Argentina está sendo convocado para votar várias emendas constitucionais, entre elas vinculadas à estrutura da Corte Suprema de Justiça." Diz, finalmente, a notícia principal: "Outorgar-se-á ao mais alto tribunal da Argentina, o Supremo Tribunal, a capacidade de interferir diretamente naqueles juízos de extrema gravidade de ofício ou por petição de partes, sem que se interponham a sucessivas instâncias prévias."

Sr. Presidente, a advocatória é uma conquista importante que o projeto do ilustre Deputado Bernardo Cabral manteve a fim de que, por meio da cúpula do Poder Judiciário, se possa, pela decisão rápida, manter os princípios éticos e os interesses maiores do Estado, mas, sobretudo, da ordem jurídica, que é o Supremo, que tem o poder de preservar a ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Para falar a favor tem a palavra o nobre Constituinte Michel Temer.

**O SR. CONSTITUINTE MICHEL TEMER:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a matéria da avocação de causas pelo Supremo Tribunal Federal somente pode ser analisada e bem decidida à luz de dois princípios fundamentais: o princípio federativo e o princípio da autonomia interna do próprio Poder Judiciário. Se adotamos a federação como forma de Estado – e peço licença para dizer algumas coisas óbvias, apenas para encaminhar o raciocínio – significa que os Estados, em matéria da sua competência local, decidirão por meio de autoridades próprias, autoridades estaduais legislativas, executivas e judiciárias, essas últimas aplicando o direito estadual às questões locais. Tanto isso é verdade – e estou-me cingindo aqui ao princípio federativo – que uma matéria só pode sair dos limites da Corte Suprema estadual, que nas federações é o Tribunal de Justiça, se ela envolver ofensa à Consti-

tução ou a uma lei de natureza nacional. Fora daí a Federação impõe que a autonomia dos Estados seja preservada por decisões de natureza local em matérias administrativa, legislativa e judiciária. A possibilidade de avocação depende de um órgão nacional. E faço aqui um registro: o Supremo Tribunal Federal, pelo maior respeito que merece de mim e de todos os Constituintes, não é o órgão que chefia o Poder Judiciário nacional. Ele é o órgão que tem determinadas competências e agora, no projeto do eminente Constituinte Bernardo Cabral, tem a suprema competência de guardar a Constituição. Mas ele não é o órgão que chefia o Judiciário estadual. Por exemplo, ao avocar-se uma causa, há exatamente uma vulneração ao princípio federativo, segundo o qual, pelo Projeto Bernardo Cabral, é impossível uma emenda abolir a federação. Ao mesmo tempo, vamos inserir a possibilidade de avocação, que significa retirar do Estado a capacidade de dizer a última palavra sobre os negócios locais. Mas há outro princípio que pode ser ferido pela advocatória, Srs. Constituintes é o princípio da autonomia do Poder Judiciário. A autonomia do Poder Judiciário como um todo significa a autonomia de cada integrante do Poder Judiciário. É por isso que as Constituições e o Projeto Cabral assim estabelecem, conferindo aos Magistrados determinadas prerrogativas, como a inamovibilidade, a irredutibilidade de vencimentos, a vitaliciedade, que é para assegurar a autonomia do Poder Judiciário, e, ao fazê-lo, assegurar de cada integrante do Poder.

Ora, como admitir que o texto constitucional, garantidor da autonomia do Poder Judiciário, permita que o órgão supremo avoque causas que estão sendo decididas por um tribunal estadual, por um juiz federal ou por um juiz estadual? Isto seria uma violência, uma agressão, **data maxima vênia**, à autonomia do próprio Poder Judiciário. E, quando se garante a autonomia aos membros do Poder Judiciário, subjaz a idéia de proteção aos direitos individuais. O juiz é imparcial não é parte integrante no litígio exatamente para garantir os direitos individuais.

A minha objeção, com o máximo respeito ao eminente Relator, Constituinte Bernardo Cabral, e ao Constituinte Paes Landim, é de enaltecimento à Federação e à autonomia do Poder Judiciário e, por via de consequência, de enaltecimento aos direitos individuais, não à avocação. Penso que assim devemos votar.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Com a palavra o Relator Bernardo Cabral.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o eminente Constituinte Michel Temer se inquieta com o problema da Federação. É bom lembrar que, de acordo com o Substitutivo, o Supremo Tribunal Federal será constituído de Ministros nomeados pelo Presidente da República depois de aprovada a escolha pelo Senado Federal. Essas duas instituições não participam da formação do Governo, e onde melhor se expressa o equilíbrio federativo é exatamente no Senado. Vejo, portanto, que cai por terra o argumento expendido pelo Constituinte Michel Temer quando se reporta à autonomia do Poder Judiciário.

Ouvi ainda há pouco o Constituinte Paes Landim registrar o que foi publicado no dia 24 de outubro no periódico "La Nación". E é preciso que se diga aqui que o Presidente Alfonsín constituiu o Consejo para Consolidación de la Democracia com competência para democratizar e modernizar a situação constitucional da Argentina. Vejam que eles estão atrasados, porque a advocatória é um instituto já conquistado por nós, e o Supremo Tribunal Federal tem sido muito parcimonioso na sua aplicação. Não temos de inserir essa regra no texto constitucional para que os abusos registrados na letra "p" possam ser estancados. Tenho quase certeza de que – atendendo à sustentação feita pelo Constituinte Nelson Jobim de que a fonte deveria ficar lá no Superior Tribunal de Justiça – nem os

próprios Ministros que comporão essa Corte de Justiça, atualmente no Tribunal Federal de Recursos e que, de acordo com as Disposições Transitórias, formarão o Superior Tribunal de Justiça, farão questão de que esta competência fique para S. Ex.<sup>a</sup>.

O grande fato – e aí é inarredável, é inquestionável, é irrecusável o argumento – é que no topo da pirâmide está o Supremo Tribunal Federal. E ninguém melhor para avocar aquilo que se diz no texto constitucional – perigo grave de lesão à ordem, à saúde, à segurança ou às finanças públicas, para que suspendam os efeitos da decisão proferida – do que o Supremo Tribunal Federal.

Sr. Presidente, por essas razões e com pesar a Relatoria manifesta-se contrária à emenda e ao destaque do eminente Constituinte Nelson Jobim.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Em votação.

**(Procede-se à votação)**

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Alfredo Campos, Antônio Britto, Artur da Távola, Celso Dourado, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, José Paulo Bisol, José Serra, Mário Lima, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nelton Friedrich, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Raimundo Bezerra, Sigmaringa Seixas, Antonio Mariz, Euclides Scalco, João Agripino, José Tavares, Marcos Lima, Michel Temer, Miro Teixeira, Octávio Elísio, Uldurico Pinto, Vilson Souza, Alcení Guerra, Aloysio Chaves, Antonio Carlos Mendes Thame, Carlos Chiarelli, Cristóvam Chiaradia, Jofran Frejat, Ricardo Izar, Simão Sessim, Jarbas Passarinho, Bonifácio de Andrada, José Maurício, Lysâneas Maciel, Luiz Salomão, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Plínio Arruda Sampaio, José Genoíno, Siqueira Campos, Haroldo Lima, Roberto Freire, Jamil Haddad. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Bernardo Cabral, Cristina Tavares, Egídio Ferreira Lima, João Calmon, José Fogaça, José Richa, José Ulisses de Oliveira, Manoel Moreira, Milton Reis, Nilson Gibson, Pimenta da Veiga, Rodrigues Palma, Theodoro Mendes, Wilson Martins, Chagas Rodrigues, Israel Pinheiro, Ziza Valadares, Arnaldo Prieto, Edme Tavares, Eraldo Tinoco, Francisco Benjamim, José Lins, José Lourenço, José Santana de Vasconcellos, Luís Eduardo, Mário Assad, Oscar Corrêa, Osvaldo Coelho, Ricardo Fiúza, Enoc Vieira, Jonas Pinheiro, José Tinoco, Paes Landim, Antônio Carlos Konder Reis, José Luiz Maia, Virgílio Távora, Adylson Motta e Adolfo Oliveira.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 51 Constituintes; votaram NÃO 38 Constituintes. Total: 89 votos. O destaque foi **aprovado**.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Requerimento de preferência para votação do Destaque nº 1354, do Constituinte Vivaldo Barbosa.

Os Srs. Constituintes que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. **(Pausa)**

Aprovada a preferência.

**Destaque nº 001354-87, do Sr. Vivaldo Barbosa, "que prevê a supressão da alínea "a", inciso II do art. 121 do Substitutivo nº 2".**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Vivaldo Barbosa, cujo destaque prevê a supressão do inciso II, alínea a, do art. 121.

**O SR. CONSTITUINTE VIVALDO BARBOSA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, não aprovadas as propostas de criação de um tribunal constitucional como guardião da Constituição, em substituição ao atual Supremo Tribunal Federal, resta-nos a tarefa de irmos corrigindo o texto na parte em que se atribui competência ao Supremo Tri-

bunal Federal, além de um tribunal com as características que estão sendo criadas para o atual Supremo Tribunal Federal. Como nos recordamos, está previsto no substitutivo, na seção seguinte, a criação de um Tribunal Superior de Justiça, para onde convergirão os recursos que alcançam o nível de uma terceira instância, um terceiro nível de revisão de qualquer decisão judicial. Não devemos permitir que se atribua ao Supremo Tribunal Federal o nível de quarta instância, porque não apenas se exageram as possibilidades de recursos, como também se extrapolam os níveis de decisão e, acima de tudo, se perturba a sua função precípua. Gostaríamos de vê-lo chamado de Supremo Tribunal Federal Constitucional ou de Tribunal Constitucional, mas com as atribuições que lhe dão o inciso I. Sem dúvida alguma ele está investido da função de guardião dos conflitos de ordem constitucional. E o inciso II, ao lhe atribuir o primeiro nível de quarta instância, perturba a sua função de intérprete fiel e guardião da Constituição, que é o mínimo que a esta altura nós podemos esperar que esta Assembléia Nacional Constituinte possa fazer.

A emenda tem o alcance, portanto, de suprimir a alínea a do inciso II, que dá ao Tribunal, em grau de recurso, o conhecimento e o julgamento do **habeas corpus**. Mesmo o **habeas corpus** que venha lá de baixo, do juiz de primeira instância, batendo nos diversos recursos, ainda não vitorioso, pararia no Supremo Tribunal Federal.

Se queremos ter a visão de uma Corte investida de atribuições precípua de ordem constitucional, que seja intérprete primeira da nossa Constituição, a guardiã de nossa Constituição, não podemos soterrar esse Tribunal com atribuições de Direito Civil ou Penal, o que sem dúvida alguma irá perturbar o seu funcionamento límpido em matéria constitucional. Essa atribuição que está prevista no inciso II, alínea a, não é prevista em nenhuma das emendas que previam a criação do Tribunal Constitucional, não é daquelas atribuições que quaisquer de nós, que sonhamos implantar o Tribunal Constitucional, gostaríamos de ver como tarefa de uma Corte constitucional.

Se queremos dotar o atual Supremo Tribunal Federal de atribuições precípua em matéria constitucional, não deveríamos acolher o inciso II tal como posto. Daí minha emenda para eliminação da alínea a do inciso II. Tenho certeza de que com a emenda do Constituinte Nelson Jobim que elimina a alínea b, completaremos a limpeza das atribuições excessivas, desnecessárias e fora da natureza do novo Supremo Tribunal Federal, com atribuições precípua, deveríamos dizer, tão somente de ordem constitucional.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Com a palavra, para encaminhar contra, o Constituinte Nelson Carneiro.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, confesso minha surpresa quando o nobre Constituinte Vivaldo Barbosa ocupa esta tribuna para retirar do texto constitucional uma de suas disposições mais liberais: exatamente a que permite que se julgue em recurso ordinário o **habeas corpus**.

Quando se discutiu a Constituição de 1967, em que os crimes políticos eram julgados pela Justiça Militar, foi aprovada naquele momento emenda de minha autoria, vigente até hoje no texto constitucional, permitindo que da decisão do Tribunal Superior Militar, nos casos políticos fosse possível o recurso ordinário para a Corte Suprema. Por isso, muitas daquelas decisões foram revistas pelo Supremo Tribunal Federal. O que se quer é tirar o recurso ordinário das decisões proferidas por tribunais inferiores e, quando do **habeas corpus**, a liberdade deve ser pugnada em todas as instâncias.

Estamos elaborando uma Constituição que, permita Deus, atavesse sempre os caminhos claros da democracia, mas pode chegar o instante em que isso não ocorra. Neste

caso é preciso que haja um dispositivo que permita ao prejudicado, à vítima da violência, bater em todas as portas até que se lhe faça justiça. Por isso surpreende-me que o nobre Constituinte Vivaldo Barbosa queira retirar da Constituição a possibilidade de recurso ordinário das decisões de **habeas corpus** proferidas pelos tribunais inferiores.

Não preciso dizer mais nada: esse dispositivo deu grandeza ao Supremo Tribunal Federal, é uma conquista do povo brasileiro e aqui, mais do que em outros países, tem sido ampliado o quanto possível para assegurar a todos o direito de pleitear perante os tribunais sua liberdade, dispensando a figura do advogado. O próprio interessado, mesmo analfabeto, o preso do cárcere pode dirigir-se ao Supremo Tribunal no recurso ordinário. Por que riscar isso da Constituição? Julguei que o Constituinte Vivaldo Barbosa aqui estivesse para incluir a matéria no texto constitucional. Mas fiquei surpreendido quando vi que S. Ex.<sup>a</sup> queria tirar do povo, de cada um dos cidadãos brasileiros o direito de ter sua liberdade examinada pelo mais alto Tribunal do Brasil. Quando estamos criando tantos direitos, tais como o **habeas data**, o direito de injunção, por que retirar agora aquilo que já é patrimônio nosso e do Brasil? (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra o Sr. Relator Antônio Carlos Konder Reis.

**O SR. CONSTITUINTE VIVALDO BARBOSA:** – Sr. Presidente, atendendo a ponderações de vários colegas Constituintes, simplificadas pela argumentação sempre judiciosa e brilhante do Senador Nelson Carneiro retiro o destaque. (Palmas)

**Destaque nº 004693-87, do Sr. Nelson Jobim, "que suprime as letras a e b, do inciso IV do art. 121, do Substitutivo nº 2". (335ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Sobre a mesa requerimento de preferência para votação do Destaque nº 4693, de autoria do Constituinte Nelson Jobim, que suprime as alíneas **a** e **b** do inciso IV do art. 121 do Substitutivo II.

Em votação a preferência.

Os Srs. Constituintes que estão de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovada.

A preferência foi concedida.

Concedo a palavra ao Constituinte Nelson Jobim.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON JOBIM:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, Sr. Relator, visa a emenda suprimir o inciso IV do art. 121, alíneas **a** e **b**, que atribuem competência ao Supremo Tribunal Federal para julgar em recurso extraordinário:

a) contra decisões definitivas do Superior Tribunal de Justiça, nos mesmos casos no cabimento de recurso especial, quando considerar relevante a questão federal;

b) quando a decisão do Superior Tribunal de Justiça contrariar manifestamente decisão do Supremo Tribunal Federal.

Srs. Constituintes, é necessário, para a compreensão deste inciso IV, do art. 121, que se examine o art. 124, inciso III, que fixa os casos de competência do Superior Tribunal de Justiça, bem como os de cabimento de recurso especial. Diz o inciso III:

III – Compete ao Superior Tribunal de Justiça: julgar, em recurso especial, as causas decididas em única e última instância, pelos Tribunais Regionais Federais, ou pelos Tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando a decisão recorrida:

a) contrariar tratado ou lei federal, ou negar-lhes vigência;

b) julgar válida lei ou ato do Governo local, contestado em face de lei federal.

c) der à lei federal interpretação divergente da que lhe haja atribuído outro tribunal."

Srs. Constituintes, o sistema montado pelo Projeto de Constituição atribui ao Superior Tribunal de Justiça a condição de terceiro grau de conhecimento ou – entre aspas – "terceira instância como grau recursal". Exemplifica, para compreensão total do assunto: a questão é decidida pelo juiz de Direito; cabe recurso ao Tribunal de Justiça, que decide a questão. Cabe recurso ao Superior Tribunal de Justiça, porque, na fundamentação do recurso, sustentou o recorrente que a decisão do Tribunal contrariou a lei federal ou lhe negou vigência, ou porque o Tribunal julgou válida lei ou ato do governo local, contrariado em face da lei federal, ou porque deu a ela interpretação diversa. O Superior Tribunal de Justiça, num terceiro momento, decide definitivamente a questão. É quando surge um outro recurso, nominado recurso especial, que pretende levar a um quarto grau de jurisdição, a um quarto momento da manifestação jurisdicional uma questão decidida em terceiro grau pelo Superior Tribunal de Justiça, se – e somente se – for considerada pelo Superior Tribunal Federal relevante questão federal.

Ora, Srs. Constituintes, precisamos de celeridade na prestação jurisdicional. E o que se está introduzindo aqui é mais um grau de jurisdição. Está-se criando mais um recurso, e sabemos perfeitamente que a coisa julgada só se dá definitivamente com o trânsito em julgado da decisão final. Pois bem, a tese da parte, do autor ou do réu, que teve uma sentença favorável em primeiro grau, que teve um acórdão favorável do Superior Tribunal de Justiça, precisa aguardar mais um grau de recurso, o Supremo Tribunal Federal.

Srs. Constituintes, uma questão de relevância federal: foi criada uma figura, importada dos Estados Unidos e adaptada ao nosso sistema constitucional para efeito de evitar o conhecimento de recursos.

O Supremo Tribunal Federal, assoberbado de trabalho, começou hoje a vedar no seu Regimento Interno a possibilidade de acesso ao recurso extraordinário, que era o terceiro grau de jurisdição, e criou a válvula da questão de relevância federal para possibilitar que determinadas causas, que ele entendesse relevante questão federal, fosse o Supremo examinar em terceiro grau. Pois bem, onde o projeto de Constituição está usando o mesmo mecanismo para atribuir o quarto grau de recurso, ou quarto momento de conhecimento.

Sr. Presidente, é fundamental que tenhamos a competência de preservar o Supremo Tribunal como Corte Constitucional. Se assim não o fizermos, estaremos voltando novamente ao sistema e trazendo para o Supremo Tribunal Federal, pela via de relevante questão federal, todas as causas da competência do Superior Tribunal de Justiça. E o que acontecerá? Será inútil a criação do Superior Tribunal de Justiça porque criaremos um quarto grau de jurisdição. Isso pela letra **a**. E conforme a letra **b** do inciso IV – "julgar recurso extraordinário; **b**) quando a decisão do Superior Tribunal de Justiça contrariar manifestamente decisão do Supremo Tribunal Federal".

Ora, Srs. Constituintes, se a decisão do Superior Tribunal de Justiça contrariar decisão constitucional do Supremo Tribunal Federal, que é a Corte Constitucional, cabe o recurso normal para todas as questões que contrariem dispositivo da Constituição, que é o recurso do inciso II:

"Julgar, mediante recurso extraordinário, as causas decididas em única e última instância, quando a decisão recorrida: **a**) contrariar dispositivo desta Constituição."

Está assegurada a alínea **b** pelo inciso II; e a alínea **a** está a criar um quarto grau de jurisdição, absolutamente inconcebível, quando estamos hoje comprometidos com a necessidade da prestação jurisdicional rápida, eficiente e imediata aos jurisdicionados.

Era isso o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Dou a palavra ao nobre Constituinte Egídio Ferreira Lima, para encaminhar contrariamente à emenda.

**O SR. CONSTITUINTE EGÍDIO FERREIRA LIMA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, lamento sinceramente ter de divergir do meu brilhante companheiro, Constituinte Nelson Jobim. Creio que a questão da relevância deve ser examinada com isenção e com maior profundidade. Neste projeto de Constituição, estamos suprimindo uma lacuna dos tribunais superiores deste País. Estamos constituindo o Superior Tribunal de Justiça, que é o tribunal de cassação, que é a terceira instância e nela encerram-se as instâncias e transferimos da Suprema Corte, do Supremo Tribunal Federal para o Tribunal Superior de Justiça a questão federal, a interpretação da lei federal e a questão da unificação das jurisprudências. Mas o projeto mantém de maneira limpa o instituto da relevância, que tem papel fundamental. O Tribunal Constitucional é a Corte jurídico-olítica, como o é na Alemanha e em Portugal. Mas o Tribunal Constitucional não se pode abstrair, afastar-se, ou dissociar-se da questão federal.

Tanto na Constituição alemã, como na portuguesa, ao lado do controle da constitucionalidade pelo Tribunal Constitucional, temos a competência em recurso para a Corte Constitucional da questão federal, da lesão a direito federal numa e noutra Constituições. Na América do Norte, as três instâncias esgotam-se em cada Estado. Cada Estado tem o seu tribunal superior, lá chamado de Suprema Corte. E por cima de todos está a Corte Constitucional Federal, a Corte Americana, que tem o controle constitucional e só em casos de relevância examina a questão federal.

Não há uma reiteração do relator; mas uma profunda sabedoria já abeberada na Comissão Afonso Arinos, ou numa corrente de doutrinadores e de integrantes da própria OAB, que há muito tempo defendia o Superior Tribunal de Justiça e defendia a relevância na Suprema Corte. Esta não se transforma em uma quarta instância, mas numa instância extraordinária; ela é um tribunal singular, o árbitro a estabelece no controle da constitucionalidade e o controle da questão federal, da lei federal naqueles casos magnos.

O nosso erro, a nossa distorção decorre do regime autoritário, quando usou de maneira deformada a relevância, porque daquela época até hoje o Supremo Tribunal Federal julga por recurso extraordinário a lesão à lei federal e o caso de conflito de jurisprudência. Mas, sendo numerosos os recursos, ele recorreu à relevância, desvirtuando-a para selecionar alguns processos.

O que estamos fazendo agora? Estabelecendo o Superior Tribunal de Justiça para julgar todos os processos, todos os casos em que há lesão à lei federal e todas as questões em que há conflito de jurisprudência. E deixemos à Suprema Corte a possibilidade de conhecer das matérias em caso de relevância, em caso magno.

E o que é esta relevância? Victor Nunes Leal, que toda a Casa reconhece e admira como homem insuspeito, digno reto, defende a relevância com o caráter que ela tem de matéria de interesse geral, coletivo, social. São aqueles interesses magnos que, esgotada a terceira instância, podem fazer-se presente por uma lesão. E esta Suprema Corte, o Tribunal Constitucional chama a si, provocada por recurso e, então, manifesta-se. Isto é perfeitamente normal.

Seria uma inovação, seria deixar esquelético e tirar substância da Corte Constitucional no momento em que é criada, seria tirar-lhe a possibilidade excepcional de conhecer a questão federal. Manifesto-me contrariamente à emenda.

Durante o pronunciamento do Sr. Egídio Ferreira Lima, o **Sr. Jarbas Passarinho**, Terceiro-Vice-Presidente deixa à cadeira da presidência, que é ocupada pelo **Sr. Fernando Henrique Cardoso**, Quarto-Vice-Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Concedo a palavra, para encaminhar a favor, ao nobre Constituinte Mário Lima.

**O SR. CONSTITUINTE MÁRIO LIMA:** – Sr. Presidente, demais membros da Comissão de Sistematização, o que poderia dizer um modesto trabalhador depois de ouvir a voz de um ilustre professor de Direito e de um ex-juiz de Direito? Não vou entrar na teoria, mas relatar um fato que vivi. Saí do cárceres da ditadura por força de **habeas corpus** no Superior Tribunal Militar e no Supremo Tribunal Federal e voltei ao meu trabalho. Fui o primeiro trabalhador do País a se beneficiar da lei de anistia e recuperei o trabalho por força de um mandado de segurança concedido pelo Tribunal Federal de Recursos. E estou aqui, entrando em uma seara que não é minha. Entendo bem de como transformar petróleo em gasolina e combustível. Mas, nos dezoito anos que demandei na justiça, conversei com ilustres advogados, com ilustres Ministros do Tribunal Federal de Recursos, do Supremo Tribunal Federal e concluí que o Direito é uma ciência, mas é também bom senso. E este nos diz que, ao se criar uma quarta instância, a justiça ficará mais difícil para as pessoas que dispõem de menos recursos, sem condições de alongar o caminho em busca da justiça.

Por isso me atrevi a vir a esta tribuna pedir aos companheiros da Comissão de Sistematização que aprove a emenda do ilustre companheiro Nelson Jobim, porque, se permitirmos que se crie uma quarta instância, certamente a justiça ficará mais fácil para os que podem esperar, para os que podem demandar por mais tempo e ficará mais difícil para os que têm menos condições de esperar, para os que têm menos recursos. Se esta situação vigesse naquela época, talvez não tivesse voltado ao meu trabalho e, conseqüentemente, não estaria neste plenário como Deputado Federal.

Por isso, peço aos ilustres companheiros compreensão no sentido de apoiar a emenda do ilustre Constituinte Nelson Jobim, porque a posição do meu ilustre e querido companheiro Egídio Ferreira Lima não é tão interessante para nós como a do companheiro Nelson Jobim.

Vivenciei, na prática, essa circunstância desde abril de 1964, quando recorri à Justiça. Em julho de 1964 fui beneficiado pelo primeiro **habeas corpus** concedido pelo Superior Tribunal Militar. Em julho de 1974, fui seqüestrado e levado para a ilha de Fernando de Noronha. Em dezembro, novamente, fui beneficiado por um **habeas corpus**, desta vez pelo Supremo Tribunal Federal, e de lá fui libertado. Novamente, em 1982, pude voltar ao meu trabalho por força do mandato concedido pelo Tribunal Federal de Recursos.

Por isso, nossa posição não tem qualquer pretensão de apelar para a Ciência do Direito. Isso os ilustres advogados já fariam. Quero dar um depoimento prático, porque, tenho certeza de que, se passar a quarta instância para o Tribunal, ficará mais difícil às pessoas desprovidas de recursos e de meios demandar.

Tenho certeza de que meus companheiros votarão favoravelmente à emenda do ilustre companheiro Nelson Jobim. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Concedo a palavra ao nobre Constituinte Paes Landim, para encaminhar contra.

**O SR. CONSTITUINTE PAES LANDIM:** – Sr. Presidente, o Supremo Tribunal Federal, na sua tradição histórica e pelo que consta do Projeto Bernardo Cabral, respeitando a tradição, não é apenas o guardião da Constituição, mas também o tribunal da Federação. Ao criarmos, com a anuência do eminente Relator, o Tribunal Superior da Justiça, a ele não foi deferida a condição de tribunal da Federação. Seria ele, na tradição dos tribunais europeus, uma corte de cassação, mas sem a atribuição, expressa no texto, repito, de tribunal da Federação. O Superior Tribunal Federal com o Tribunal da Federação haverão de preservar o interesse relevantíssimo da ordem jurídica nacional pela apreciação de questões que considere vitais para esses objetivos.

Ora, Sr. Presidente, quem criou o instituto da relevância no Supremo Tribunal Federal, como muito bem disse o Constituinte Egídio Ferreira Lima, foi um dos maiores Ministros da Suprema Corte de todos os tempos. No seu século de existência, a Suprema Corte do Brasil terá tido poucos juizes como Victor Nunes Leal, que criou questão de relevância do Supremo Tribunal Federal, um homem apaixonado pela Federação. Alguns Constituintes e juristas não se apercebem mais da importância lógica da Federação – e o Supremo Tribunal Federal é o grande tribunal da Federação.

Assim, ele foi criado, Sr. Presidente, pelos fundadores da República, membros da Constituinte de 1891. São exatamente dois os grandes tribunais do mundo, no nosso sistema de Poder Judiciário, que têm relevância: a Suprema Corte dos Estados Unidos e o nosso Supremo Tribunal Federal, pela idéia de Victor Nunes Leal. Ele introduziu no Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal a seguinte definição, que aqui vale a pena ser repetida: "Entende-se relevante a questão federal que, pelo reflexo da ordem jurídica e considerados os aspectos morais, econômicos, políticos ou sociais da causa, exigem a apreciação do recurso extraordinário".

Sr. Presidente, ainda agora, de acordo com o mesmo jornal que citei há poucos instantes, o "La Nación", de 24 de outubro, sobre a reforma constitucional da Argentina, o Supremo Tribunal daquele País pediu ao Congresso que introduzisse a questão de relevância também no Direito Constitucional. Criou também a matéria relevantíssima para que a Suprema Corte da Argentina possa preservar a unidade da ordem jurídica nacional através do Supremo Tribunal.

Sr. Presidente, ao julgar a relevância, o Supremo Tribunal Federal tem feito uma filtragem não apenas de natureza extraordinaríssima. De acordo com estatísticas da própria Corte, teremos aqui uma idéia das questões apreciadas por aquela excelsa Corte. Em 1982, das 4.510 arguições de relevância, o Supremo Tribunal Federal acolheu apenas 308; em 1986, das 8.671, acolheu 2.559, portanto, 29,4%. Isso demonstra a seriedade e o critério, em situações excepcionabilíssimas, no sentido de se preservar a Federação, o Direito Federal. Não permitir que o Supremo Tribunal Federal aprecie questões relevantíssimas é ferir a Federação, é ferir os interesses maiores do Direito brasileiro. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Concedo a palavra, pela ordem, ao Constituinte Aluizio Campos.

**O SR. CONSTITUINTE ALUÍZIO CAMPOS:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, os incisos III e IV, do art. 21 tratam da impetração do recurso extraordinário. No inciso III estão especificadas as hipóteses em que o recurso extraordinário pode ser impetrado quando há contrariedade à disposição constitucional: declara-se a in-

constitucionalidade do tratado ou lei federal ou se julga válidos lei ou ato do governo local contestado em face da Constituição. São três as hipóteses de impetração de recursos por inconstitucionalidade e modalidade diversas.

Já o inciso IV, aparentemente cometendo um desnível, diz: "julgar recurso extraordinário: a) contra decisões definitivas do Superior Tribunal da Justiça, nos mesmos casos do cabimento do recurso especial, quando considerar relevante a questão federal". É uma hipótese.

A outra refere-se à unicidade da jurisprudência: "b) quando a decisão do Superior Tribunal da Justiça contrariar manifestamente decisão do Supremo Tribunal Federal". E atualmente, Sr. Presidente, edita súmulas exatamente para consolidar a jurisprudência da Corte da mais alta instância do País.

Então, são duas hipóteses distintas. Qualquer Constituinte poderá votar a favor da letra **a** e contra a letra **b** ou vice-versa. O destaque, portanto, não pode ser submetido à votação na sua totalidade, porque a letra **a** trata da questão da relevância e a letra **b**, da uniformidade da jurisprudência.

A questão de ordem que levanto é no sentido de que se submeta ao Plenário, separadamente, a votação das duas alíneas, para que se considere o caso da relevância e, depois, o caso da unidade jurisprudencial. Não podemos votar em conjunto as duas matérias, pois que são hipóteses distintas.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Concedo a palavra ao nobre Relator, para que S. Ex<sup>a</sup> opine, no mérito, sobre a matéria, enquanto vou refletir sobre a questão de ordem levantada pelo Constituinte Aluizio Campos.

O Constituinte Nelson Jobim pede a palavra para contraditar a questão de ordem levantada pelo Constituinte Aluizio Campos. O Relator, a seu turno, pede que eu postergue sua opinião até termos ouvido os argumentos do Constituinte Nelson Jobim.

Tem a palavra o Constituinte Nelson Jobim.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON JOBIM:**

– Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o eminente Constituinte Aluizio Campos pretende que a votação das alíneas **a** e **b** seja feita separadamente. O fundamento sustenta-se na necessidade de votarmos as duas alíneas, porque a alínea **b** do inciso IV é absolutamente redundante. Por quê? Diz a alínea **b**: "quando a decisão do Superior Tribunal de Justiça contrariar manifestamente decisão do Supremo Tribunal Federal".

Ora, o Supremo Tribunal Federal, pelo inciso III, do art. 121, tem competência para "julgar, mediante recurso extraordinário, as causas decididas em única ou última instância, quando a decisão recorrida: **a)** contrariar dispositivo desta Constituição; **b)** declarar inconstitucionalidade de tratado ou lei federal; **c)** julgar válida lei ou ato do governo local contestado em face desta Constituição". Ou seja, este recurso da alínea **b** já está contido no recurso extraordinário previsto no inciso III, alínea **a**, **b** e **c**, porque toda vez que o Supremo tiver uma jurisprudência constitucional, caberá recurso extraordinário com base no inciso III, alínea **a**, **b** e **c**. Portanto, não há necessidade dessa alínea **b** do inciso IV.

Evidentemente, como a competência do Supremo é constitucional, caberá isto. Assim, não há razão nenhuma para votarmos em separado, em face da circunstância de que a supressão da alínea **b** não cria prejuízo nenhum, porque o recurso já está previsto no inciso III.

Era o que tinha a dizer. Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Tem a palavra o Sr. Relator.



**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – A Relatoria acolhe os argumentos expendidos pelo eminente Constituinte Nelson Jobim.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Pergunto ao eminente Relator se está, no mérito, a favor da Emenda Nelson Jobim.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Não. Sr. Presidente, apenas no que se refere à contestação da questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Dei a palavra a V. Ex<sup>a</sup> para que opinasse sobre o mérito da questão suscitada, porque vou colocar a emenda em votação.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Quanto ao mérito da emenda, Sr. Presidente, a Relatoria deixa a questão em aberto. Os relatores auxiliares votam como bem entenderem. O Relator fica com o texto.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Tem a palavra o Deputado José Lins.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Sr. Presidente, gostaria que V. Ex<sup>a</sup> esclarecesse qual a decisão da Mesa, se votaremos as alíneas **a** e **b** em separado.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – A Mesa ainda vai decidir. Embora do ponto de vista lógico seja possível acolher a questão de ordem levantada pelo Deputado Aluizio Campos, embora tenha ouvido com atenção os argumentos do Deputado Nelson Jobim, parece-me que ele parte do pressuposto de que, acolhida a emenda, a supressão das duas alíneas seria automática, não sendo necessário separá-las. Portanto, do ponto de vista lógico, procedem os argumentos do Deputado Aluizio Campos. Mas, do ponto de vista regimental, não tenho modo de fazer essa votação em separado, visto que o autor me pediu que colocasse em votação, conjuntamente, **a** e **b**.

Não vejo razão para separar. Podemos alterar os destaques seguintes, mas isso abriria aqui uma enorme discussão. A Casa sabe que cada vez que saímos do Regimento as consequências são imprevisíveis. Mantenho, portanto, tal como pedido pelo nobre Constituinte Nelson Jobim, o destaque para supressão das letras **a** e **b** e o coloco em votação.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Alfredo Campos, Aluizio Campos, Antônio Britto, Artur da Távola, Celso Dourado, Cristina Tavares, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, Ibsen Pinheiro, João Calmon, José Fogaça, José Ignacio Ferreira, José Paulo Bisol, José Richa, José Ulisses de Oliveira, Mário Lima, Milton Reis, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nelton Friedrich, Nilson Gibson, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Raimundo Bezerra, Sigmaringa Seixas, Virgildásio de Senna, Wilson Martins, Antonio Mariz, Chagas Rodrigues, Euclides Scalco, Israel Pinheiro, João Agripino, Jorge Hage, José Costa, José Tavares, Michel Temer, Miro Teixeira, Octávio Elísio, Uldurico Pinto, Vilson Souza, Afonso Arinos, Alceni Guerra, Aloysio Chaves, Antonio Carlos Mendes Thame, Arnaldo Prieto, Carlos Chiarelli, Cristóvam Chiaradia, Edme Tavares, Eraldo Tinoco, Francisco Benjamim, Mário Assad, Osvaldo Coelho, Enoc Vieira, Ricardo Izar, Antônio Carlos Konder Reis, Brandão Monteiro, José Maurício, Lysâneas Maciel, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Plínio Arruda Sampaio, José Genoíno, Siqueira Campos, Haroldo Lima, Roberto Freire e Jamil Haddad. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Bernardo Cabral, Egídio Ferreira Lima, Rodrigues Palma, José Lins, José Lourenço, José Santana de Vasconcellos, Luís Eduardo, Oscar Corrêa, Sandra Cavalcanti, Jofran Frejat, Jonas Pinheiro, José

Tinoco, Paes Landim, Darcy Pozza, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia, Virgílio Távora, Adylson Motta e Adolfo Oliveira.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 72 Constituintes; votaram NÃO 19 Constituintes. Total: 91 votos. O Destaque foi **aprovado**.

Quero comunicar à Comissão de Sistematização, em nome do seu Presidente, que, em reunião da Mesa desta Comissão – aqui presente o Constituinte Afonso Arinos, que me pede que faça a comunicação – com a Presidência da Assembléia Nacional Constituinte, resolvemos realizar uma sessão amanhã pela manhã, quarta-feira, posto que a reunião da Assembléia Nacional Constituinte dar-se-á somente amanhã à tarde. O mesmo ocorrerá na quinta-feira. Convocaremos também reuniões para a manhã e a tarde de domingo. O objetivo de tal medida é acelerar o processo de votação na Comissão de Sistematização. (Palmas)

Feita esta comunicação em nome do Presidente Afonso Arinos, que agradece as palmas.

**Destaque nº 1274-87 – Emenda nº ES-34594-0, do Sr. Vivaldo Barbosa, "que adita expressões ao inciso VII do art. 149 do Substitutivo nº 1 (art. 122, inciso VI do Substitutivo nº 2)".**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Passaremos a votação do pedido de preferência para o Destaque nº 1274, do Constituinte Vivaldo Barbosa, referente a uma emenda aditiva ao inciso VII do mesmo art. 122, que pede que se acrescente: "...e seus conselhos seccionais em relação a leis e atos normativos dos Estados e Municípios."

Em votação o pedido de preferência. (Pausa) Aprovado.

Assim, dou a palavra ao Constituinte Vivaldo Barbosa, para que justifique sua emenda.

**O SR. CONSTITUINTE VIVALDO BARBOSA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, andou muito bem o Relator Bernardo Cabral em seu Substitutivo quando previu a possibilidade de argüição de inconstitucionalidade de leis por parte de uma série de instituições: o Presidente da República, o Primeiro-Ministro, a Mesa do Senado da República, a Mesa da Câmara Federal, a Mesa das Assembléias Legislativas Estaduais, os Governadores de Estado, o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, além dos partidos políticos com representação no Congresso Nacional, o Procurador-Geral da República, o Procurador-Geral da Justiça nos Estados e no Distrito Federal e as confederações sindicais. Fez muito bem o Sr. Relator em acolher praticamente o clamor de uma Nação que se insurgia contra o esquema vigente, em que apenas o Procurador-Geral da República tem o juízo de encaminhar argüição de lei inconstitucional ou de ato normativo inconstitucional. Agora, o Substitutivo estende a diversas outras instituições esta possibilidade.

A emenda que trago agora ao Plenário é apenas de adequação. É que o inciso VII prevê que o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil tem a competência de argüir a inconstitucionalidade de leis. E minha proposta pretende, como mera adequação, seja estendida aos Conselhos Seccionais, assim chamados os Conselhos Estaduais da Ordem dos Advogados do Brasil, a competência já outorgada ao Conselho Federal de fazer essa argüição, pois é difícil a este órgão detectar a inconstitucionalidade de leis e atos normativos municipais e estaduais e trazê-la ao Supremo Tribunal Federal. Isto tornaria mais ágil, consistente e conseqüente essa argüição no âmbito de atuação de cada conselho.

Louvando e reconhecendo a grandeza das propostas do Sr. Relator, visa-se agora a possibilitar aos Conselhos Estaduais da Ordem dos Advogados do Brasil argüir a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo, quer municipal, quer estadual.

Era o que tinha a dizer, Sr. Relator.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Nelson Carneiro, que encaminhará a votação contra a proposta.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – Sr. Presidente, inicialmente, gostaria que V. Ex<sup>a</sup> lesse a emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Pois não, nobre Constituinte.

A emenda propõe que se inclua no inciso VII do art. 122, que determina quem é parte legítima para propor ação de inconstitucionalidade, além do Conselho Federal da Ordem dos Advogados os Conselhos Seccionais da Ordem dos Advogados do Brasil.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, temos pecado porque somente o Procurador-Geral pode argüir inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal; agora vamos pecar por excesso. Vejam V. Ex<sup>as</sup> quantos podem argüir inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal: o Presidente da República; o Primeiro-Ministro; a Mesa do Senado da República; a Mesa da Câmara Federal; a Mesa das Assembleias Legislativas, que são 23 no Brasil; os Governadores de Estado, que também são 23; o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; os partidos políticos com representação no Congresso Nacional, que são outros 20; o Procurador-Geral da República; o Procurador-Geral da Justiça nos Estados e no Distrito Federal; e as confederações sindicais. O Constituinte Vivaldo Barbosa acha que é pouco e quer então que, além do Conselho Federal da Ordem dos Advogados, todas as Secções Regionais do Brasil também possam argüir a inconstitucionalidade. Então não há como aceitar esta emenda por melhores que sejam os propósitos de S. Ex<sup>a</sup>. Se há arguição de inconstitucionalidade a ser feita por um Conselho Regional, ele a submete ao Conselho Federal, que a filtra. Depois, o Conselho Federal a submete ao Supremo Tribunal Federal. Não há de ser o Conselho Regional que irá dirigir-se ao STF num caso dessa relevância. Há ainda a crescer o art. 143, § 2º, que diz o seguinte:

"Cabe aos Estados a instituição de representação de inconstitucionalidade de leis ou atos normativos estaduais ou municipais em face da Constituição Estadual, vedada a atribuição da legitimação para agir a um único órgão."

Portanto, o próprio projeto já regula quando essa arguição de inconstitucionalidade for um dispositivo de lei estadual. Não há como atribuir a mais 23 secções da Ordem dos Advogados tal possibilidade. Tenho a tranquilidade, e felicito-me por ter sido durante dez anos membro do Conselho Federal da Ordem dos Advogados, de não aconselhar esta egrégia Assembléia Nacional Constituinte a aprovar este dispositivo sob pena de estarmos multiplicando por 100 as pessoas que podem argüir inconstitucionalidade. Então, não se fará mais nada no Supremo Tribunal Federal, senão aceitar emendas de inconstitucionalidade, pois já está muito elevado o número de pessoas e entidades que podem apresentar tais pedidos. Aumentando mais 23, se antes sofríamos por escassez, agora vamos sofrer por abundância. Daí eu pedir a rejeição da emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Dou a palavra ao Relator Bernardo Cabral para opinar.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, faço uma consulta ao eminente Constituinte Vivaldo Barbosa. Essa informação prestada pelo eminente Constituinte Nelson Carneiro sobre o que já consta no art. 143, § 2º, do nosso texto, já não o atende, eminente Constituinte?

**O SR. CONSTITUINTE VIVALDO BARBOSA:** – Sr. Relator, o alcance da proposta visava a argüir a inconstitucionalidade não apenas diante das Constituições estaduais, mas da Constituição Federal, para julgamento do Supremo Tribunal Federal. Daí a necessidade de se discriminar na Constituição essa competência do Supremo e essa possibilidade dos Conselhos seccionais, sem o que isto não é mais possível.

O art. 143 tem a sua destinação específica talvez valiosa, como reconheço e registro, mas não atende ao meu propósito. No entanto, recolho as opiniões de diversos colegas Constituintes no sentido de que essa abertura, esse alargamento de possibilidades além da lista já aprovada no anteprojeto está parecendo um exagero.

Tendo em vista essas opiniões, que tanto respeito e acato, retiro o destaque.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> a compreensão habitual.

**Destaque nº 2621-87 – Emenda nº 1P-19743-1, do Sr. Nelson Friedrich, "que modifica o inciso X do art. 203 do Projeto de Constituição (art. 122, inciso X do Substitutivo nº 2)".**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Há um pedido de preferência relativo ao art. 122, inciso X. É uma proposta de emenda substitutiva assinada pelo Constituinte Nelson Friedrich, Destaques nº 2621. S. Ex<sup>a</sup> deseja que, ao invés de a Constituição rezar, como consta hoje no texto do Relator, inciso X, que são partes legítimas para propor ação de inconstitucionalidade as confederações sindicais, se escreva "entidades representativas de âmbito nacional".

Em votação o pedido de preferência. Os Srs. Constituintes que desejarem aprovar a preferência, permaneçam como estão. **(Pausa)** Aprovado.

Concedo a palavra ao Constituinte Nelson Friedrich, para que encaminhe e justifique a razão pela qual propõe tal extensão.

**O SR. CONSTITUINTE NELTON FRIEDRICH:** – Srs. Constituintes, a nossa proposta objetiva ampliar um pouco o que prevê o art. 122, inciso X, que diz que "são partes legítimas para propor ação de inconstitucionalidade" – conforme prevê o texto – "as Confederações Sindicais".

A nossa proposta objetiva a inclusão de "entidades de âmbito nacional". Em mantendo o texto, estaríamos estreitando sobremaneira as possibilidades. Por exemplo, só confederações como a Contag, a Confederação Nacional da Agricultura, e outras entidades congêneres é que teriam condições de propor ação de inconstitucionalidade. Considero realmente um avanço estarmos contemplando, na proposta, até agora, a inconstitucionalidade por omissão, além da inconstitucionalidade em tese ou inconstitucionalidade incidental. A chamada inconstitucionalidade por omissão significa um avanço que as modernas Constituições contemplam com extraordinários resultados. Assim, cabe nesta hora possibilitar que entidades relevantes de âmbito nacional possam também ter legitimidade para promover a chamada ação de inconstitucionalidade. Poderíamos citar vários exemplos, entre eles a Confederação Nacional dos Professores, além de entidades que representam segmentos não ligados estritamente à categoria do trabalhador, como a União Nacional dos Estudantes, a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil. O que dizer, Sr. Presidente – e espero ter o acolhimento

do ilustre Relator – de entidades que hoje se estão consolidando como a Confederação das Associações de Moradores e Amigos de Bairros?

Neste País há fatos novos. Temos a Contag, que congrega mais de 3 mil sindicatos de trabalhadores rurais, e as Associações de Moradores de Bairro, em número maior de 9 mil, que se estão agregando numa grande confederação. Temos tantas outras entidades nas mais diferentes áreas dos chamados movimentos sociais.

Por isso, peço, com a devida vênica, se possível, o parecer favorável do ilustre Relator, como também deste Plenário, para que possamos substituir a expressão “Confederações Sindicais” por “entidades de âmbito nacional”. Seriam entidades relevantes, importantes, com atuação em todo o Brasil. Assim, não teríamos, amanhã ou depois, essa proposta estreitada na sua possibilidade de ser acionada. A inconstitucionalidade por omissão, a inconstitucionalidade em tese, a inconstitucionalidade incidental exige, na nossa opinião, que ampliemos a abrangência além das confederações sindicais.

Conto com a manifestação favorável deste Plenário e também do ilustre Relator.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Com a palavra o Constituinte Nelson Carneiro, para encaminhar contrariamente à pretensão do Constituinte Nilton Friedrich.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o que me traz a esta tribuna é prosseguir na crítica feita anteriormente. Agora, o que se quer, com a devida vênica do nobre Constituinte Nilton Friedrich, é uma arca de Noé. Todo mundo pode dirigir-se ao Supremo Tribunal Federal, é uma arca de Noé. Vejam V. Ex.<sup>as</sup> que, em vez de confederações sindicais, são as entidades de âmbito nacional, as associações dos odontologistas, as associações dos médicos, as associações das parteiras, as associações das enfermeiras, a associação nacional dos tratadores de cavalo do Jôquei Clube, a Federação das Associações dos Catadores de Papéis e assim por diante. Todas essas entidades podem ingressar em juízo, com uma petição dirigida ao Supremo Tribunal Federal.

Sr. Presidente, o Supremo Tribunal Federal não teria mais nada a fazer. Esse dispositivo, em que pese à minha admiração pelo seu ilustre autor, é uma arca de Noé, em que cabem todos os bichos e todas as entidades deste País. Por isto, acredito que a Comissão, coerente com o pronunciamento anterior, também rejeitará esta emenda. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Vou dar a palavra ao ilustre Relator para opinar.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o eminente Constituinte Nelson Carneiro colocou a argumentação que, por si só, já motivaria a que o eminente Constituinte Nilton Friedrich fizesse a retirada da sua emenda. Como S. Ex.<sup>a</sup> não esboçou esta manifestação, acompanho a argumentação do eminente Constituinte Nelson Carneiro e declaro que a Relatoria votará contra a emenda do eminente Constituinte Nilton Friedrich.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Constituinte Nilton Friedrich, pergunto a V. Ex.<sup>a</sup>, como o vejo em tratativas, se elas são no sentido de um passo adiante?

**O SR. CONSTITUINTE NELTON FRIEDRICH:** – Sr. Presidente, retiro o destaque para atender ao clamor do Plenário, porém recomendo que, enquanto em outras Constituições a inconstitucionalidade por omissão tem legitimidade, o cidadão, aqui, não passa além do que já está posto. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Retirado o destaque.

Tem a palavra o Constituinte José Ignácio Ferreira, pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA:** – Sr. Presidente, com base no Regimento Interno, quero fazer uma reclamação. Veja V. Ex.<sup>a</sup> que o mínimo que um Parlamentar espera, em um plenário que está votando, é receber uma pauta contendo as matérias que estão sendo submetidas à sua consideração. O que está acontecendo agora, aqui – e não é de hoje, já vem de muitos dias, os motivos não importam, o fato é que está ocorrendo – é que, a cada momento, se tumultua tudo, é uma algaravia total. Tenho certeza de que quase ninguém deixará de sentir o que estou sentindo. Estou angustiado, não tenho condições de acompanhar o que está sendo votado. Quando V. Ex.<sup>a</sup> anuncia a votação procuro, sofregamente, o número da emenda, mas é o número do destaque; quando procuro o número do destaque, é o número da emenda.

Sr. Presidente, o Prodasen está sendo marginalizado. É preciso que se indague por que isto está ocorrendo. Ao longo desta nossa caminhada, utilizamos o Prodasen, que prestou relevantes serviços ao Relator Bernardo Cabral, aos Relatores-adjuntos, a todos os que colaboraram e à própria Assembléia Nacional Constituinte. O Prodasen está sendo um recipiendário, um estuário daquilo que já passou e lá, então, fica tudo registrado. Ora, o que está ocorrendo aqui é um absurdo e é necessário que se saiba o porquê. Deixo à consideração de V. Ex.<sup>a</sup> esta indagação, que manifesto com base no Regimento, porque o mínimo que se pode dar a um Plenário, que está votando determinadas matérias, é uma sequência racional lógica e previsível acerca do que se está decidindo. Lamento, profundamente, que isto esteja ocorrendo e formulo esta reclamação pedindo providências à Mesa Diretora dos nossos trabalhos.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Nobre Constituinte, tanto quanto V. Ex.<sup>a</sup> sou partidário ardoroso do trabalho do Prodasen. Na pauta distribuída aos Srs. Constituintes consta efetivamente, fora de ordem, o destaque do Constituinte Nilton Friedrich. Informo a V. Ex.<sup>a</sup>, como Presidente neste momento, por instrução do Presidente em exercício, que acolheu um pedido de preferência anunciado pelas Lideranças, que a emenda do Constituinte Nilton Friedrich recaía sobre o inciso X. Como tomamos a decisão de seguir a matéria pela ordem, para facilitar o acompanhamento, a **Secretaria da Mesa** colocou em votação a matéria. Mas tem razão V. Ex.<sup>a</sup> Peço às lideranças que os acordos e a transmissão à Mesa da matéria a ser votada se façam em tempo oportuno, de tal forma que, pela manhã, quando os Srs. Constituintes receberem a planilha, já a tenham na ordem da votação que será feita. Tem V. Ex.<sup>a</sup> razão. A matéria submetida a votos não deve ser saltada. Dou-lhe a explicação e me solidarizo com V. Ex.<sup>a</sup>

**Destaque n.º 6331-87 – Emenda n.º ES-32434-9, do Sr. Bonifácio de Andrada, "que modifica o § 2.º do art. 149 do Substitutivo n.º 1 (art. 122, § 2.º, do Substitutivo n.º 2)". (336.ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Vamos votar o Requerimento de Preferência de n.º 6.331, do ilustre Constituinte Bonifácio de Andrada, que diz respeito à Emenda n.º 32434, que se refere ao § 2º do art. 122.

O art. 122, § 2º, estabelece: “Declarada a inconstitucionalidade por omissão de medida para tornar efetiva a norma constitucional, será assinado prazo ao órgão do Poder competente para a adoção das providências necessárias”. S. Ex.<sup>a</sup> propõe que se diga: “Declarada a inconstitucionalidade por omissão de medida para tornar efetiva a norma constitucional, será dada ciência à Mesa do

Poder competente para a adoção das providências necessárias e, em se tratando de órgão administrativo, para fazê-lo em 30 dias.”

Precisa, portanto, o Constituinte Bonifácio de Andrada, a forma pela qual essas providências serão adotadas.

Peço aos Srs. Constituintes que estiverem de acordo com a preferência pedida pelo Constituinte Bonifácio de Andrada, que permaneçam como estão. **(Pausa)**

Aprovada.

Com a palavra o Constituinte Bonifácio de Andrada, para encaminhar a defesa de sua propositura.

**O SR. CONSTITUINTE BONIFÁCIO DE ANDRADA:** – Sr. Presidente, a nossa emenda, que recai sobre o art. 122, § 2º, visa a melhorar o entendimento entre o Poder Judiciário e o Poder Legislativo, no tocante à inconstitucionalidade por omissão. No texto da lei, o Supremo Tribunal Federal manda para o Poder Legislativo uma determinação, uma obrigação para fazer, em certo prazo, uma lei, o que nos parece, digamos assim, um pouco chocante e conflitante. Entendemos que ao Supremo Tribunal Federal cabe comunicar ao Poder Legislativo o problema, para que este, com a sua responsabilidade possa resolvê-lo. Agora, no tocante aos órgãos administrativos, o Supremo de fato pode exigir, dentro de 30 dias, que seja cumprida a sua exigência e superada a omissão constitucional. Quer dizer, a nossa emenda visa a dar ao texto constitucional um relacionamento melhor entre o Supremo Tribunal Federal e o Poder Legislativo.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Não havendo oradores inscritos, peço ao Sr. Relator que opine a respeito.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr. Presidente, permita-me V. Ex.<sup>a</sup> gostaria de prestar um pequeno esclarecimento ao eminente Constituinte Bonifácio de Andrada.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Pois não.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – É apenas um esclarecimento que o digno Relator poderia fazer, porque a emenda, na forma do art. 88, item X, já não se contém mais no Substitutivo II.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Não. É o art. 122, § 2º

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Não. Mas a emenda proposta e destacada ao seu final diz:

“Quando o Supremo, por ocasião, ... encaminhará a matéria ao Senado da República.”

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Ele restringiu a emenda àquilo que li.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – À primeira parte? Certo.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Então, tem o Sr. Helator a palavra, para opinar sobre a emenda, nos termos em que ela foi comunicada ao Plenário.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, o eminente Constituinte Bonifácio de Andrada tem absoluta razão. A redação vai melhorar o relacionamento. Por isso, a Relatoria acolhe e dá seu voto pela aprovação.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Com opinião favorável do Sr. Relator, submeto a matéria à votação.

### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Alfredo Campos, Aluísio Campos, Antônio Britto, Bernardo Cabral, Celso Dourado, Cristina Tavares, Fernando Henrique Cardoso, Francisco Pinto, João Calmon, José Fogaça, José Ignácio Ferreira, José Richa, Mário Lima, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nilson Gibson, Oswaldo Lima Filho, Pimenta da Veiga, Rodrigues Palma, Wilson Martins, José Costa, José Tavares, Michel Temer, Miro Teixeira, Alcení Guerra, Antoniocarlos Mendes Thame, Arnaldo Prieto, Carlos Chiarelli, Eraldo Tinoco, José Lins, José Santana de Vasconcellos, Mário Assad, Oscar Corrêa Osvaldo Coelho, Ricardo Fiúza, Sandra Cavalcanti, Enoc Vieira, Gilson Machado, Jofran Frejat, Jonas Pinheiro, José Tinoco, Paes Landim, Simão Sessim, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Jarbas Passarinho, Adylson Motta, Bonifácio de Andrada, Lysâneas Maciel, Luiz Salomão, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Adolfo Oliveira, Siqueira Campos e Haroldo Lima. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Artur da Távola, Egídio Ferreira Lima, Haroldo Sabóia, José Paulo Bisol, Nelton Friedrich, Paulo Ramos, Sigmaringa Seixas, Antonio Mariz, Chagas Rodrigues, Jorge Hage, Octávio Elísio, Uldurico Pinto, Vilson Souza, Edme Tavares, Luís Eduardo, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Roberto Freire e Beth Azize.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 56 Constituintes; votaram NÃO 21 Constituintes. Total: 77 votos. O Destaque foi **aprovado**.

De acordo com as normas regimentais invocadas tantas vezes pelo Senador Jarbas Passarinho, a Presidência prorroga a sessão por meia hora.

Vamos votar, agora, o pedido de preferência do Constituinte Bonifácio de Andrada, que se refere ao § 3º, do art. 122. Pede S. Ex.<sup>a</sup> que se suprima uma expressão intercalada. Lerei o texto e direi que expressão está submetida à supressão.

O § 3º diz o seguinte:

“Quando o Supremo Tribunal Federal declarar a inconstitucionalidade, em tese, de norma legal ou ato normativo, determinará se eles perderão a eficácia desde sua entrada em vigor ou a partir da publicação da decisão declaratória, e comunicará o teor desta ao Senado da República, para o cumprimento do disposto no art. 61, inciso X.”

Pede S. Ex.<sup>a</sup> que se suprima a expressão “determinará se eles perderão eficácia desde a sua entrada em vigor ou a partir da publicação da decisão declaratória”. Ou seja, quando o Supremo Tribunal declarar a inconstitucionalidade, em tese, de norma legal ou ato normativo, comunicará o teor desta ao Senado da República, para o cumprimento do disposto no art. 61, § 10.

Em votação.

Os Srs. Constituintes que estão de acordo permanecem como se encontram. **(Pausa)**

Foi acordada a preferência.

**Destaque nº 006351-87, Emenda nº ....., do Sr. Bonifácio de Andrada, “que suprime o art. 122, § 3º do Substitutivo nº 2”.** (337ª votação)

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Para a votação do Destaque nº 6351 dou a palavra ao Constituinte Bonifácio de Andrada, para encaminhar seu Destaque.

**O SR. CONSTITUINTE ENOC VIEIRA:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Concedo a palavra ao nobre Constituinte Enoc Vieira para uma questão de ordem.

**O SR. CONSTITUINTE ENOC VIEIRA:** – Sr.

Presidente seguindo as linhas desta planilha, temos duas emendas substitutivas sobre o mesmo parágrafo, no mesmo artigo. Pergunto a V. Ex.<sup>a</sup> se a emenda substitutiva tem preferência sobre a modificativa.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– O Constituinte Nelson Jobim, que é o autor do destaque subsequente, retirou o seu destaque.

**O SR. CONSTITUINTE ENOC VIEIRA:** – E o outro

destaque, do Constituinte Maurício Correa?

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– O nobre Constituinte Maurício Correa está presente: S. Ex.<sup>a</sup> tem uma proposta idêntica. Vamos ver se podemos votar as duas propostas conjuntamente, não num passe de mágica, mas de racionalidade construtiva. O Constituinte Maurício Correa pede o seguinte:

“Quando o Supremo Tribunal Federal declarar a inconstitucionalidade, em tese, de norma legal ou ato normativo, determinará se eles perderão a eficácia desde a sua entrada em vigor, ou a partir da publicação da decisão declaratória.”

Ou seja, aprovada a emenda Bonifácio de Andrada, estará prejudicada a emenda do Constituinte Maurício Correa.

**O SR. CONSTITUINTE BONIFÁCIO DE ANDRADA:**

– Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra, pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE BONIFÁCIO DE ANDRADA:**

– Sr. Presidente, a minha emenda é substitutiva, porque, na realidade, muda inteiramente o sentido do texto. A emenda do nobre Constituinte Maurício Correa é igual à minha, no tocante ao processo de apresentação.

Vê V. Ex.<sup>a</sup> o seguinte: a emenda de minha autoria retira as palavras que vão de “determinará” até “declaratória”; a do Constituinte Maurício Correa retira as palavras que vão de “comunicará” até o inciso X. Então as duas emendas são substitutivas, ou são supressivas.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– A aprovação das duas emendas deixaria o Relator numa situação extremamente embaraçosa.

**O SR. CONSTITUINTE BONIFÁCIO DE ANDRADA:**

– Exatamente. Mas o que quero dizer é o seguinte: aprovada qualquer das duas emendas, uma prejudica a outra. Então, já que V. Ex.<sup>a</sup> me concedeu a palavra, peço que me garanta o direito de falar sobre a minha emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– V. Ex.<sup>a</sup> está com a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – Sr.

Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Nobre Constituinte, V. Ex.<sup>a</sup> tem a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – Não

está com razão, **data venia**, o nobre Constituinte Bonifácio de Andrada. A Emenda de S. Ex.<sup>a</sup> retira expressões que não dizem respeito àquelas que pretende retirar o nobre Constituinte Maurício Correa. De modo que uma emenda não prejudica a outra. Embora sejam irmãs gêmeas, cada uma discute tema diferente.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Diga-me V. Ex.<sup>a</sup> de que forma o Relator redigiria o texto, se aprovadas as duas emendas?

**O SR. CONSTITUINTE BONIFÁCIO DE ANDRADA:** –

Sr. Presidente, pela ordem. O que estou pedindo a V. Ex.<sup>a</sup> é que me garanta a palavra, e estou sustentando que, se a Emenda do Constituinte Maurício Correa é supressiva, a minha também o é; se a de S. Ex.<sup>a</sup> é substitutiva, a minha também o é. O que significa dizer: as duas emendas estão, no tocante ao processo regimental, em pé de igualdade, mas a minha já está em discussão porque V. Ex.<sup>a</sup> me concedeu a palavra.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Nobre Constituinte, V. Ex.<sup>a</sup> tem a palavra, e está encaminhando favoravelmente a votação. Uma vez votada, a emenda, estará elucidada a outra questão de ordem de V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** –

Qualquer que seja o resultado, será votada a Emenda Maurício Correa.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Acho que uma emenda prejudica a outra.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – Sr.

Presidente, quero me inscrever para contraditar a emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Está inscrito o Constituinte Nelson Carneiro para falar contra a emenda.

Concedo a palavra ao Constituinte Bonifácio de Andrada.

**O SR. CONSTITUINTE BONIFÁCIO DE ANDRADA:** –

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, peço a atenção da Casa para assunto que me parece de suma importância, porque introduz no Direito Constitucional brasileiro uma atribuição nova para o Supremo Tribunal Federal. Trata-se de atribuição de repercussões políticas, que vão colocar aquela Corte num patamar muito mais forte e vigoroso, em questões políticas, do que possuí hoje.

Diz o texto constitucional:

“Quando o Supremo Tribunal Federal declarar a inconstitucionalidade, em tese, de norma legal ou ato normativo, determinará se eles perderão eficácia desde sua entrada em vigor ou a partir da publicação da decisão declaratória.”

Significa dizer que o Supremo Tribunal Federal poderá declarar inconstitucional uma lei e dizer que esta lei está nula, a partir da data da sua vigência, ou da sua promulgação. O Supremo Tribunal Federal nunca teve esta atribuição. Quando o Supremo declara uma lei inconstitucional, a inconstitucionalidade ocorre a partir da data em que o Senado suspende a sua vigência. E essa vigência passa realmente a não ocorrer a partir da data em que o Senado a suspende, nunca com efeito retroativo. Se permanecer em vigência este texto aberrante, pode ocorrer o seguinte: O Supremo Tribunal Federal declara o Código Eleitoral inconstitucional. Sua vigência será então suspensa, desde a sua edição, **ex tunc**. Como resultado todas as eleições de Deputados, Senadores e até do Presidente da República estarão anuladas.

Demos ao Supremo Tribunal Federal uma competência que nunca teve: a de considerar inconstitucional uma lei, que perde sua eficácia a partir do dia em que entrou em vigor. Se uma pessoa se casou, e cinco, seis ou sete anos depois o Supremo Tribunal considera que a lei que presidiu o seu casamento é inconstitucional, esse casamento estará desfeito, e os filhos passarão a não ser mais filhos legítimos. O Supremo Tribunal Federal, com esse dispositivo do Direito Constitucional brasileiro – e não conheço outras hipóteses – passa a trazer uma grande instabilidade aos atos jurídicos e conseqüente intranquilidade às pessoas físicas, em sua vida individual, comercial ou política. Porque, anos depois, o Supremo Tribunal pode considerar aquele ato nulo – e a decisão retroage e atinge situações jurídicas consolidadas anteriormente.

Por mais ilustres que sejam os membros do Supremo Tribunal Federal, por mais respeito que devam merecer de todos nós, por maior força que o Supremo tenha, como elemento de controle da constitucionalidade das leis, não é possível que lhe demos esse tipo de competência, que resultará na insegurança da ordem jurídica, na intranquilidade de todos aqueles que vivem o dia-a-dia do Direito.

O Supremo Tribunal Federal é um órgão do Poder Judiciário e, como tal, deve ser entendido. Órgão do Poder Judiciário é uma representação, entre nós da Suprema Corte americana, e a Suprema Corte Norte-Americana não é competente para declarar a inconstitucionalidade de uma lei, em tese, **erga omnes**, atingindo todo mundo com efeitos retroativos. Só os tribunais constitucionais europeus têm o privilégio desta competência. Assim mesmo, não retroagem nos suas decisões; não atingem os fatos anteriormente ocorridos.

Peço a atenção da Casa no sentido de votar a favor da nossa emenda, porque, com a sua aprovação, o Supremo Tribunal Federal, em matéria de declaração de inconstitucionalidade, em tese, continuará a ser o que é hoje.

O texto do artigo será o seguinte: "Quando o Supremo Tribunal Federal declarar a inconstitucionalidade em tese, de uma norma legal ou ato normativo, comunicará o teor deste ao Senado da República para cumprimento do disposto no art. 61, inciso X" que é justamente aquela competência que o Senado, tem desde 1974, no Brasil, de suspender a vigência das leis. É uma competência democrática do Senado, porque, assim como o Poder Legislativo vota as leis, cabe ao Legislativo também revogá-las e suspender sua vigência e eficácia. É, na prática, revogar a lei. (**Palmas**)

Sr. Presidente, peço o apoio da Casa para nossa emenda, que é democrática, no interesse de manter os atuais princípios que, desde 1974, norteiam a vida jurídica brasileira.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Com a palavra o Constituinte Nelson Carneiro, que vai encaminhar contrariamente à emenda.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, confesso a minha dificuldade, porque, ao mesmo tempo, estão sendo discutidas duas emendas, e a decisão de uma pode influir na outra. Daí começar eu exatamente pela emenda que não está em debate, a do nobre Constituinte Maurício Correa, "que comunicará o teor desta ao Senado da República para o cumprimento do art. 61, inciso X.

Ora, Sr. Presidente, o art. 61, inciso X, já foi aprovado pela comissão; portanto, não se pode voltar a ele. De modo que não é possível retirar a parte final. O art. 61 trata da competência do Senado Federal.

O art. 61, inciso X, diz:

"Suspender a execução no todo ou em parte da lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal."

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – V. Ex.<sup>a</sup> está-se referindo à Emenda Maurício Correa?

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – Sim, porque uma depende da outra. Tendo V. Ex.<sup>a</sup> juntado as duas emendas, vou examiná-las ao mesmo tempo. Quero dizer, porém, que o Supremo Tribunal declara a inconstitucionalidade. E essa inconstitucionalidade é enviada ao Senado Federal, que não tem apenas a função de publicar, divulgar, de tornar, através de decreto, norma a ser observada por todos. Ao contrário, num parecer de 1975 que dei na Comissão de Constituição e Justiça do Senado, citei três casos em que o Senado negou a divulgação da inconstitucionalidade decretada pelo Supremo Tribunal Federal. E foi relator dos três um dos mais eminentes, dos mais

cultos, dos mais independentes, dos mais brilhantes homens públicos deste País, o saudoso Senador Accioly Filho, presidente daquela Comissão. No primeiro caso, quanto ao Supremo Tribunal Federal, no Parecer nº 261, de 1971, o Senador Accioly Filho, com o apoio unânime da Comissão, conclui dizendo:

"Declarar inconstitucional uma omissão vale por supri-la preenchendo o vazio com a norma constitucional que fora preterida. Essa tarefa é diametralmente contrária àquela dada ao Senado, que é a de esvaziar a lei ou decreto do seu conteúdo inconstitucional.

"Inclino-me pela última via, deixando de acolher a decisão do Supremo Tribunal Federal, a respeito da Representação nº 749, na parte em que supre uma omissão da Constituição gaúcha de 1967".

O segundo Parecer, o de nº 282, também da lavra do Senador Accioly Filho, conclui textualmente:

"Pelo exposto, o meu parecer é para que se oficie ao Presidente do Supremo Tribunal Federal, pedindo esclarecimentos sobre qual a resolução do Instituto do Açúcar e do Alcool declarada inconstitucional no julgamento do Recurso de Mandado de Segurança nº 6.511, de São Paulo, e se a respectiva decisão transitou em julgado".

O terceiro caso, Sr. Presidente, aqui está. Era muito interessante a hipótese. O parecer concluiu:

"Trata-se de recurso interposto da decisão do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, denegatória de mandado de segurança..."

Houve um recurso extraordinário. E o que fez o Supremo Tribunal Federal? Julgou inconstitucional a lei.

E o Senado Federal declarou textualmente:

"No caso do Distrito, se for indispensável a suspensão da execução de lei ou decreto, caberá ao Procurador-Geral da República promover a representação, junto ao Supremo Tribunal para que este declare a inconstitucionalidade. Só então o Senado estará diante de uma decisão que pode ensejar a suspensão da execução de lei ou decreto. Opino, por essas razões, pelo arquivamento da proposição".

A função do Senado não é apenas divulgar a inconstitucionalidade proclamada pelo Tribunal. Além das formalidades extrínsecas, o Senado Federal examina também – quando lhe couber – as formalidades intrínsecas.

De modo que, Sr. Presidente, a Emenda Maurício Correa não tem nenhum fundamento dentro da tradição do Supremo Tribunal Federal, nem da atual Constituição, que diz:

"Cabe ao Senado suspender a execução, no todo ou em parte, de leis ou decretos declarados inconstitucionais por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal."

São os freios e contrafreios que formam a vida democrática. A decisão do Judiciário é examinada, em última instância, pelo Senado, que a divulga, e também dela pode arquivar o requerimento.

Assim, Sr. Presidente, obrigado a opinar sobre dois assuntos diferentes, aqui me manifesto contra o texto sugerido pelo nobre Constituinte Maurício Correa, e lembro – tenho em mãos – que o texto pleiteado pelo Supremo Tribunal Federal somente retira as expressões, exatamente aquelas que quer retirar o constituinte Maurício Correa:

"... e comunicar o teor ao Senado da República, para cumprimento do disposto no art. 61."

Este artigo já está aprovado, por isso não pode ser retirado.

Por tudo isso, acho que a emenda do nobre Constituinte Maurício Correa não pode ser aceita, sob pena de mutilar-se a função do Supremo Tribunal Federal, afrontando o que já foi decidido por este Tribunal. Quanto ao outro, também não tem razão. O Supremo Tribunal fixa o prazo, declara se deve ou não ser imediata a aplicação depois de publicada pelo Senado Federal.

**O SR. CONSTITUINTE MAURÍCIO CORREA:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE MAURÍCIO CORREA:** – Sr. Presidente, o ilustre Constituinte Nelson Carneiro usou da palavra e fez reiteradas vezes referências à emenda que apresentei. Acredito que tenho o direito de explicar o equívoco em que S. Ex.<sup>a</sup> labora.

Apresentei uma emenda modificativa que nada tem a ver com a Emenda do Constituinte Bonifácio de Andrada. Quando o nobre Senador faz referências – e inclusive esta Constituinte já decidiu que no caso da arguição de inconstitucionalidade, para que a lei não seja colocada em vigor é necessário que o Senado Federal baixe ato declaratório de que ela perdeu a eficácia – confunde inteiramente a arguição de inconstitucionalidade em abstrato, que é exatamente o que estou defendendo, em tese, pela arguição de inconstitucionalidade interpartes, a concreta. Essa continua, evidentemente. Se o Supremo Tribunal Federal declara a inconstitucionalidade da lei, essa decisão tem de ir para o Senado Federal para que ele baixe a sua execução. S. Ex.<sup>a</sup> está confundindo totalmente.

Receoso de que em face da confusão estabelecida pelo nobre Senador minha emenda venha a ser prejudicada, submeto a V. Ex.<sup>a</sup> esta questão de ordem, no sentido de ficar claro se a minha emenda será prejudicada em decorrência da Emenda do nobre Constituinte Bonifácio de Andrada, uma vez que a minha é completamente diferente.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso)** – Para esclarecimento da Casa e, confesso, também da própria Presidência da Mesa, lerei as duas emendas e darei a palavra ao Relator para que S. Ex.<sup>a</sup> tome a decisão.

Se aprovada no § 3º terá a seguinte redação:

“Quando o Supremo Tribunal Federal declarar a inconstitucionalidade, em tese, de norma legal ou ato normativo, comunicará o teor desta ao Senado da República para o cumprimento do disposto no art. 61, inciso X”.

Ou seja, quando o Supremo declara, em tese, a inconstitucionalidade da lei ou de uma norma, ele comunica ao Senado, para o cumprimento do art. 61. Isso é proposto pelo o Constituinte Bonifácio de Andrada.

Constituinte Maurício Correa sugere o seguinte:

“Quando o Supremo Tribunal Federal declarar a inconstitucionalidade, em tese, de norma legal ou ato normativo, determinará se eles perderão a eficácia desde a sua entrada em vigor, ou a partir da publicação da decisão declaratória”. Ou seja se eu fosse considerar que essas emendas são substitutivas, ficaria embaraçado, se considerasse que são modificativas, creio que o Relator teria meios de compatibilizá-las. Pergunto a S. Ex.<sup>a</sup> se pode operar assim.

Com a palavra o nobre Relator Bernardo Cabral.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, no entendimento da Relatoria, a Emenda Bonifácio de

Andrada não prejudica a Emenda Maurício Correa, por uma razão simples: se as duas forem aprovadas, o parágrafo será suprimido. Ocorre que a Emenda Bonifácio de Andrada retira a expressão: “determinará se eles perderão a eficácia desde a sua entrada em vigor, ou a partir da publicação da decisão declaratória”. O Senador Maurício Correa entende: “determinará se eles perderão a eficácia, desde a sua entrada em vigor, ou a partir da publicação da decisão declaratória”. Portanto, S. Ex.<sup>a</sup> suprime o final. Uma nada tem a ver com a outra. Para que o parágrafo seja suprimido é preciso que ambas sejam aprovadas.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Aluizio Campos.

Lembro aos Srs. Constituintes que estamos nos momentos finais da sessão desta noite, razão por que peço a S. Exas. que sejam breves.

**O SR. CONSTITUINTE ALUÍZIO CAMPOS:** – Sr. Presidente, a Emenda do Constituinte Bonifácio de Andrada estabelece a obrigatoriedade de a decisão do Tribunal ser remetida ao Senado Federal para que este disponha da faculdade de suspender ou não a eficácia da disposição declarada inconstitucional. A emenda do eminente Constituinte Maurício Correa elimina a interveniência do Senado Federal no processo. Então, se aprovada a Emenda Bonifácio de Andrada, evidentemente a Emenda Maurício Correa estará prejudicada, porque a consequência lógica e natural é que continue prevalecendo a interveniência do Senado Federal para declarar ou não a ineficácia da disposição considerada inconstitucional.

É bom deixar bem claro que existe a prejudicialidade. Permito-me, com a devida vênio do Sr. Relator, por quem tenho o maior respeito, discordar do entendimento de S. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Sr. Presidente, gostaria de esclarecer, pelo que estou entendendo que a Emenda do Constituinte Bonifácio de Andrada prejudica a do Constituinte Maurício Correa, por uma questão muito simples: o Tribunal declara a inconstitucionalidade, mas quem decide sobre a execução, a suspensão é o Senado Federal. Então, não é a partir da publicação que perde os seus efeitos. Não, só perderá efeitos se o Senado assim decidir. Ou seja, a Emenda do Constituinte Bonifácio de Andrada prejudica porque acrescenta ao Senado suspendendo ou não a execução, no tocante ou em parte, daquela sentença declaratória de inconstitucionalidade.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Nelson Jobim.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON JOBIM:** – Sr. Presidente, gostaria que o eminente Constituinte Roberto Freire examinasse claramente a questão. Observem que o dispositivo do § 3º é o chamado condicional com dupla consequência: se o Supremo Tribunal Federal declarar a inconstitucionalidade, determinará se a norma perde a eficácia desde a sua entrada em vigor, ou a partir de sua decisão declaratória, e comunicará o teor desta ao Senado da República. Observem que a Emenda do eminente Constituinte Bonifácio de Andrada suprime a primeira consequência mantendo a segunda. Se aprovada a Emenda Bonifácio de Andrada, fica suprimida a primeira consequência, qual seja, determinará os efeitos da sentença declaratória de inconstitucionalidade, ficando a segunda parte do dispositivo com a seguinte redação: e comunicará o teor desta decisão ao Senado da República. Se aprovado o destaque supressivo de autoria do Constituinte Bonifácio de Andrada, a Emenda do Constituinte Maurício Correa fica prejudicada na sua segunda parte, porque diz S. Ex.<sup>a</sup>: “quando o Supremo Tribunal declarar a inconstitucionalidade”.

lidade, em tese, da norma legal ou ato normativo, determinará se eles perderão a eficácia". O que quer o Senador Maurício Correa? A supressão da segunda consequência. E o Deputado Bonifácio de Andrada, da primeira consequência. Se as duas forem aprovadas, acabaremos com o problema de constar da Constituição a definição do efeito da sentença declaratória de inconstitucionalidade. Só isto. O que o Constituinte Maurício Correa quer é que a decisão não seja comunicada ao Senado. A emenda é meramente supressiva. Suprime uma parte. A votação seria em relação à supressão da parte pedida e não da outra parte. A outra parte é uma supressão em consequência da Emenda do Constituinte Maurício Correa.

Sr. Presidente, realmente não há supressão, e a consequência da votação das duas é pura e simplesmente a supressão do § 3º, porque ambas as emendas suprimem as duas consequências da hipótese de declaração, desaparecendo a necessidade do dispositivo que, de resto, é efetivamente desnecessário.

Sr. Presidente, também quero encaminhar a favor da Emenda do Constituinte Bonifácio de Andrada.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Com a palavra o Constituinte Nelson Jobim, para encaminhar a favor da Emenda do Constituinte Bonifácio de Andrada.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON JOBIM:**

– Sr. Presidente o que não exclui eventual posição favorável à emenda do Constituinte Maurício Correa.

Srs. Constituintes, é fundamental que nos detenhamos sobre o § 3º, que pretende intercalar, definir qual o efeito da declaração de inconstitucionalidade. Diz o § 3º: Declarada a inconstitucionalidade pelo Supremo, este determinará se a norma declarada inconstitucional perde a eficácia desde sua entrada em vigor, **ex tunc**, ou a partir da publicação da decisão declaratória, ou seja, **ex nunc**.

Estamos tentando atribuir ao Supremo Tribunal Federal o poder de definir o âmbito da eficácia de sua decisão. Vejam V. Ex.ªs o seguinte: no sistema constitucional em que vivemos, atribui-se ao Poder Judiciário o poder de não aplicar a norma, ou se atribuiu ao Poder Judiciário o poder de desconstituir a eficácia das normas produzidas por outro Poder.

Tecnicamente compete ao Poder Judiciário a possibilidade, por força da inconstitucionalidade, de não aplicar as normas do Poder Legislativo. É o exercício do que os franceses chamam **pouvoir d'empêcher**, ou seja, o poder de impedir a aplicação da norma inconstitucional. Vejamos o que acontece: admitindo a primeira hipótese, vamos supor que o Poder Legislativo hoje edite, publique e faça entrar em vigor uma norma qualquer. Quinze anos depois, entra em discussão, por representação de um desses organismos, a inconstitucionalidade dessa norma. O Supremo recebe a representação, julga-a procedente e declara a inconstitucionalidade da norma que entrou em vigor há 15 anos, e resolve dizer que essa norma perde a eficácia desde sua entrada em vigor.

Tendo em vista a grande discussão que se estabeleceu na Áustria sobre esse tema, pergunto: qual a situação jurídica das sentenças transitadas em julgado sobre o mesmo assunto, nesses quinze anos em que aplicaram aquela lei? Vai voltar tudo atrás? Temos de lembrar que o sistema jurídico é a segurança das relações jurídicas. Precisamos encontrar uma fórmula de não instruir a inconsistência, senão todos nós, que estamos aplicando normas e vivendo sob o sistema normativo, estaremos sujeitos, daqui a 15 ou 20 anos, a ver declaradas inconstitucionais aquelas normas. Assim também todos os atos jurídicos que foram por nós praticados poderão ser declarados ilegais ou ilegítimos; ou aquelas sentenças pelas

quais lutamos durante 5 ou 6 anos e que julgaram procedente a nossa pretensão poderão cair por terra, por ter o Supremo resolvido que uma norma inconstitucional não tem efeito desde a sua entrada em vigor, ou seja, **ex tunc**. Isto é instalar um sistema de absoluta inconsistência no que diz respeito às relações de segurança, como o Direito pretende estabelecer.

Temos de conscientizar-nos – e aqui vem algo de muito importante – de que o Poder Judiciário, como está constituído no projeto do Relator, só tem um poder, que é o de não aplicar a norma inconstitucional. Quanto à não-aplicabilidade da norma inconstitucional, se assim for definida, poderá ser estabelecida pelo Senado ou outro órgão determinado para suprimir ou suspender sua vigência. Mas o fundamental é ter presente que, no sistema jurídico, nas relações jurídicas, nos conflitos, o problema é a aplicabilidade da norma. Temos de distinguir conceitos jurídicos de vigência da lei, de incidência e eficácia da norma, e de sua não-aplicação pelo órgão. Vejam bem V. Ex.ªs, se a norma jurídica se realiza normalmente, ela tem eficácia concreta, porque o devedor, o sujeito passivo da relação jurídica satisfaz a pretensão. Entretanto, se o sujeito passivo reage e vai ao Poder Judiciário, este então poderá, ou não, aplicar a norma. Se esta for inconstitucional, não a aplicará. E na declaração da inconstitucionalidade, em tese o Supremo declara a norma inaplicável.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Srs. Constituintes, vou colocar a matéria em votação, mas esclareço, de antemão a V. Ex.ªs, pela enésima vez, que há prejudicialidade. O Constituinte Bonifácio de Andrada pede que se inclua a expressão: "determinará se eles perderão a eficácia desde sua entrada em vigor, ou a partir da publicação da decisão declaratória".

O Constituinte Maurício Corrêa pede que se mantenha a seguinte: "determinará se eles perderão eficácia desde sua entrada em vigor, ou a partir da publicação da decisão declaratória".

Não sou jurista, mas considero as frases exatamente iguais. O Relator falou pela não-prejudicialidade. A Mesa já decidiu: é prejudicial. V. Ex.ª me permita, é uma decisão.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FOGAÇA:** – Sobre o mérito da emenda, não houve pronunciamento da Relatoria.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Se V. Ex.ª quiser falar sobre o mérito, depois de tudo isto, conceder-lhe-ei a palavra, mas já está decidido o assunto.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FOGAÇA:** – O Sr. Relator-Geral quer falar a respeito do mérito da Emenda Bonifácio de Andrada.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Pois não. Peço que seja breve, porque, a seguir, teremos uma sessão do Senado e da Câmara.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, apenas para dizer que, quanto ao mérito, sou favorável ao acolhimento da Emenda Bonifácio de Andrada.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Com parecer favorável do Relator, está em votação a emenda.

**(Procede-se à votação)**

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Alfredo Campos, Aluizio Campos, Antônio Britto, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Celso Dourado, Fernando Henrique Cardoso, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, João Calmon, José Fogaça, José Geraldo, José Ignácio Ferreira, José Paulo Bisol,



José Richa, José Serra, Mário Lima, Milton Reis, Nelson Carneiro, Nelson Friedrich, Nilson Gibson, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Raimundo Bezerra, Sigmaringa Seixas, Virgildásio de Senna, Wilson Martins, Antonio Mariz, Chagas Rodrigues, Jorge Hage, José Costa, Michel Temer, Miro Teixeira, Nelson Wedekin, Octávio Elísio, Uldurico Pinto, Vilson Souza, Antoniocarlos Mendes Thame, Arnaldo Prieto, Carlos Chiarelli, Edme Tavares, Eraldo Tinoco, José Lins, José Santana de Vasconcellos, Luís Eduardo, Marcondes Gadelha, Mário Assad, Oscar Corrêa, Osvaldo Coelho, Ricardo Fiúza, Sandra Cavalcanti, Enoc Vieira, Jofran Frejat, Jonas Pinheiro, José Tinoco, Mozarildo Cavalcanti, Simão Sessim, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Virgílio Távora, Adylson Motta, Bonifácio de Andrada, Lysâneas Maciel, Luiz Salomão, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Plínio Arruda Sampaio, José Genoíno, Siqueira Campos, Haroldo Lima e Roberto Freire. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Egídio Ferreira Lima e Osvaldo Lima Filho.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 74 Constituintes; votaram NÃO 2 Constituintes. Total: 76 votos. O destaque foi **aprovado**.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Srs. Constituintes, considero prejudicado o destaque do Senador Maurício Corrêa.

### III – SUSPENSÃO DA REUNIÃO

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – A Presidência vai suspender os trabalhos, convocando os Senhores Constituintes para a continuação da presente reunião, amanhã, 4 11-87, às 9:00 horas.

Está suspensa a reunião.

### EM 04 DE NOVEMBRO DE 1987

Presidência dos Srs. **Aluizio Campos**, Primeiro-Vice-Presidente; **Jarbas Passarinho**, Terceiro-Vice-Presidente.

### I – REABERTURA DA REUNIÃO

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Havendo número regimental, declaro reaberta a reunião.

A Presidência convida os Srs. Constituintes a tomarem os seus lugares, a fim de podermos prosseguir na votação dos destaques.

### II – EXPEDIENTE

#### Ofício do Sr. Líder do PFL:

Ofício nº 289/87

Brasília, 4 de novembro de 1987

Ao Excelentíssimo Senhor

Deputado Ulysses Guimarães

DD. Presidente da Assembléia Nacional Constituinte

Senhor Presidente:

Comunico a Vossa Excelência, para os devidos fins, que deixo de integrar, a partir desta data, a Comissão de Sistematização.

Em substituição ao meu nome, passa a integrar a referida Comissão, como membro efetivo, o Deputado Francisco Dornelles.

Aproveito a oportunidade para reiterar a vossa Excelência protestos de apreço e distinta consideração. – Deputado **José Lourenço**, Líder do PFL.

### III – ORDEM DO DIA

#### VOTAÇÃO DO PROJETO DE CONSTITUIÇÃO

#### TÍTULO IV (continuação)

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Convido, para assumir a Presidência, o Constituinte Jarbas Passa-

rinho, pois, por coincidência, o primeiro destaque a ser votado é de minha autoria.

**Destaque nº 1616-87 – Emenda nº ES-31652, do Sr. Aluizio Campos, "que dá nova redação ao Título V, Capítulo IV, Seção II do Substitutivo nº 1 (art. 122 do Substitutivo nº 2)".**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Sobre a mesa, requerimento de preferência para o Destaque nº 1616, relativo à corte Constitucional em matéria anexa – Emenda ES-31652, do Constituinte Aluizio Campos, Líder do PFL, e do PDC.

Os Srs. Constituintes que estão de acordo com a preferência permaneçam como se encontram. **(Pausa)**

Preferência concedida por maioria.

Tem a palavra o Constituinte Aluizio Campos, para defender o seu destaque.

**O SR. CONSTITUINTE ALUÍZIO CAMPOS:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Como outros companheiros, apresentamos emendas sobre a criação de uma corte Constitucional. Mas, durante a elaboração do último substitutivo, por acordo existente entre os que trataram da sua elaboração, o Supremo Tribunal Federal foi, na verdade, transformado nessa corte Constitucional.

Ainda ontem, para que suas atribuições ficassem mais identificadas com esse objetivo, suprimimos algumas que eram consentidas no projeto, inclusive o recurso extra-ordinário decorrente de questão de relevância. Então, procurei extrair da minha Emenda sobre corte Constitucionais apenas quatro dispositivos, para adicioná-los ao texto. Então, o que aconteceu agora no nosso projeto foi que criamos, como um instrumento mais abrangente de proteção e de garantias constitucionais, a ação de inconstitucionalidade.

A ação de inconstitucionalidade foi instituída como uma grande inovação no nosso projeto de Constituição para garantias não só dos direitos coletivos e sociais como também de direitos individuais. Todavia, o art. 122 do projeto, ao tratar da iniciativa para a ação de inconstitucionalidade – chamo a atenção dos nobres companheiros para a importância desta questão, deste detalhe, principalmente a do ilustre Constituinte Nelson Carneiro – restringe-a somente ao Presidente da República, aos presidentes das duas Casas do Congresso Nacional, às confederações de âmbito nacional de entidades de classe. Mas não existe, o que é fundamental, o amparo da iniciativa para a defesa dos interesses individuais ou coletivos que sejam contrariados por omissão ou ação inconstitucional dos agentes do Poder Público.

Ora, se a ação de inconstitucionalidade foi instituída como a principal e mais ampla garantia desses direitos individuais e coletivos, a iniciativa deve ser admitida para quem quer que seja prejudicado por ação ou omissão dos agentes do Poder Público, como, aliás, constam em todas as Constituições, essas iniciativas que admitiram as cortes Constitucionais, como a Constituição da Alemanha, da Espanha, da França, etc. Aí está assegurada a proteção desse direito.

Então, a minha proposição é acrescentar ao art. 122 dois incisos: o inciso XI, atribuindo às associações comunitárias o direito de iniciativa contra atos que prejudiquem os interesses comunitários, e isso tem acontecido. Inclusive, recentemente, em São Paulo cogitou-se de construir uma garagem subterrânea numa praça da capital, e a comunidade protestou e se insurgiu contra esse abuso de autoridade para exercer um ato que ainda não estava juridicamente protegido e que tinha que recorrer a outros instrumentos legais.

Quando não for possível dispor do mandato de segurança para a proteção dos interesses coletivos e individuais, poder-se-á usar a ação de inconstitucionalidade, para evitar o prejuízo individual e coletivo, porventura resultante da ação inconstitucional dos agentes do Poder Público. Esta é a primeira parte da proposta, aditando ao art. 122 os dois incisos que asseguram a iniciativa da proposição na ação de inconstitucionalidade às associações coletivas, às associações comunitárias e aos indivíduos que estejam prejudicados por ato do Poder Público no exercício dos seus direitos constitucionais.

O texto está redigido da seguinte forma:

"Acrescente-se ao art. 122 os seguintes incisos:"

O art. 122 diz:

"Art. 122 – São partes legítimas para propor ação de inconstitucionalidade."

Então, nós dizemos:

"...as associações comunitárias e as pessoas, individual ou coletivamente lesadas ou ameaçadas de lesão por ato ou omissão inconstitucional".

É um ponto. O outro ponto é transpor, à semelhança do que consta do art. 61 da Constituição francesa, quando trata do Conselho Nacional, uma ação do Supremo Tribunal, preventiva de inconstitucionalidade, que é admitir que o Presidente da República, o Primeiro Ministro, os presidentes dos Tribunais Superiores e os presidentes do Senado e da Câmara dos Deputados possam submeter a constitucionalidade dos projetos de lei à prévia apreciação do Supremo Tribunal Federal, assim como consultá-lo sobre questões constitucionais atinentes ao processo legislativo, inclusive para efeito de iniciativa, promulgação e veto.

A Constituição da França diz o seguinte:

"As leis, antes da promulgação, e os regimentos, antes de começarem a ser aplicados, devem ser submetidos ao Conselho Constitucional, a fim de ele se pronunciar sob a conformidade com a Constituição."

E acrescenta:

"Para o mesmo efeito, as leis podem, antes da promulgação, ser deferidas ao Conselho Constitucional pelo Presidente da República, pelo Primeiro-Ministro, pelo Presidente da Assembleia Nacional, pelo Presidente do Senado ou por 60 deputados ou senadores."

À semelhança do texto que consta na Constituição francesa, proponho que se submeta ao Supremo Tribunal Federal esta função consultiva, desde que o Senhor Presidente da República, o Sr. Primeiro-Ministro, os Srs. Presidentes das duas Casas do Congresso encaminhem consultas ao Supremo Tribunal Federal sobre a constitucionalidade de determinados projetos ou atinentes ao projeto e ao processo legislativo, inclusive para o Senhor Presidente ou o Sr. Primeiro-Ministro saberem se a iniciativa é constitucional e se o veto também está estribado na letra da Constituição.

São estas as proposições. São emendas aditivas, simples bastante apenas para assegurar às associações comunitárias e às pessoas individualmente o direito de utilizarem a ação de inconstitucionalidade para proteger-se contra o ato arbitrário do poder. E as outras visam também permitir que o Supremo Tribunal Federal responda a consultas dos órgãos competentes.

De maneira que esta é a proposição que apresento, na esperança de contar com o apoio dos Srs. Constituintes.

**O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO BRITTO:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup>, a palavra pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO BRITTO:** – Gostaria de contar com a colaboração de V. Ex.<sup>a</sup> e da Mesa para resolver a seguinte dificuldade: o texto, a que fez referência, agora, o nobre Constituinte Aluizio Campos; se baseia na Emenda nº ES-31652-4, da qual S. Ex.<sup>a</sup> pretende destacar algumas partes. A nossa dificuldade está em que nós não encontramos na emenda as partes dela destacadas.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Acho que a dificuldade é de todos nós. Vamos ver se no contraditório se esclarece.

Tem a palavra o Constituinte Nelson Jobim.

**O SR. CONSTITUINTE ALUÍZIO CAMPOS:** – Sr. Presidente, se V. Ex.<sup>a</sup> permitir, direi ao Constituinte Antônio Britto e aos demais companheiros quais são as partes destacadas.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE ALUÍZIO CAMPOS:** – Na minha emenda havia um artigo correspondente ao art. 149 do Substitutivo, que dizia:

"Art. 149. A iniciativa da questão constitucional – é exatamente o texto do art. 122, que trata da iniciativa da ação de inconstitucionalidade – poderá ser exercida pelo Procurador-Geral da República, pelos representantes legais dos Poderes constituídos, de organizações comunitárias, de entidades de classe e de pessoas que se considerem atingidas por constitucionalidade."

Então, ajustei a redação ao texto atual do projeto como se tem feito aqui. E o precedente existe. Mas posso apenas repetir o que está na emenda.

De maneira que a emenda existe e a matéria, substancialmente, é esta: permitir que organizações comunitárias possam ter iniciativa da ação de inconstitucionalidade, assim como as pessoas físicas ou jurídicas que se considerem prejudicadas por ação ou omissão do poder público. Este é um texto.

O outro texto – vou completar a curiosidade de V. Ex.<sup>a</sup> – está contido no parágrafo do art. 148 que diz o seguinte:

"Art. 148. Compete à Corte Constitucional:

I – processar e decidir, originariamente:

c) consulta prévia sobre inconstitucionalidade de lei ou de disposições legais para efeito de veto, – até a alínea

d) consulta a correta aplicação de normas constitucionais";

Apenas transpus essas proposições que constavam da minha emenda, adequando-as ao texto que cuida do poder de iniciativa para a ação de inconstitucionalidade. É apenas isto o que tem sido feito aqui, até com muito maior amplitude, como aconteceu, por exemplo, com a emenda sobre as regiões.

**O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO BRITTO:** – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra o Sr. Constituinte Antônio Britto, pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO BRITTO:** – Sr. Presidente, parece-me um precedente extremamente perigoso. Gostaria de fazer referência de que o nobre Constituinte Aluizio Campos disse agora, na tribuna, que fez um ajustamento de redação. Nós temos criado algumas figuras, mas esta ainda não havia, tanto quanto me lembre, estreado nos debates desta Comissão. Porque o que tem

havido, Sr. Presidente, é que, a partir de uma emenda, o autor, o destacante, pode retirar expressões, mas não pode fazer uma compilação a um texto novo e, sem entrar no mérito da questão, apenas me preocupa o problema do precedente em relação ao Regimento.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – De fato, até agora só admitimos supressões e não adições, nem reformulações de redação. Mas como S. Ex.<sup>a</sup> me passou a Presidência já com essa matéria inscrita, já há contraditório, eu quero ouvir o Constituinte Nelson Jobim.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON JOBIM:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Não obstante o problema formal e regimental da emenda, encaminhado no mérito contrariamente, há de se observar que este destaque decorre da Emenda de nº 31.652, que, em seu globo, em sua totalidade, pretendia criar Corte Constitucional neste País. Exatamente por isso, o conteúdo da emenda e do destaque se ajusta à natureza da Corte constitucional, se tivéssemos Corte Constitucional tal qual a emenda pretendia. E só por isso não podemos aceitar a pretensão de incluir no inciso relativo à legitimidade ativa, para ação de declaração de inconstitucionalidade em tese, as pessoas individuais ou coletivamente lesadas ou ameaçadas de lesão por ato ou omissão inconstitucional, por uma razão muito simples, porque as cortes Constitucionais do sistema europeu são Cortes de controle somente concentrado da constitucionalidade; o controle da constitucionalidade no sistema europeu compete exclusivamente às Cortes Constitucionais e a magistratura ordinária não tem competência constitucional. No sistema, que é um sistema misto entre o controle concentrado e o controle difuso, os juizes de Direito, em cada uma de suas comarcas, têm competência para decidir nos casos concretos de lesão ou de ameaça de lesão sobre o problema da constitucionalidade das leis; ou seja, cada juiz do sistema brasileiro tem o poder de não aplicar a norma que ele juiz entenda, no caso concreto, inconstitucional.

A atribuição – e isso é importante que se diga, porque não estávamos estendendo a ação declaratória de inconstitucionalidade em tese para as pessoas, quando há exemplos no Mundo de que qualquer pessoa pode declarar a inconstitucionalidade em tese, por uma razão muito simples: porque os sistemas jurídicos que estendem às pessoas físicas a possibilidade ativa da ação de inconstitucionalidade, são sistemas que vedam à judicatura ordinária o conhecimento de questões constitucionais. Esta é a razão de existir em sistemas jurídicos a possibilidade de as pessoas físicas recorrerem ou entrarem com ação de declaração de inconstitucionalidade em tese, porque não há outro caminho.

Nós, no sistema brasileiro, temos um caminho muito mais expedito, que é na própria demanda em que a lesão do Direito está sendo discutido e o juiz declarar a inconstitucionalidade e não aplicar a norma. Não há razão nenhuma de se estender a ação declaratória em tese da inconstitucionalidade a todas as pessoas, porque temos um sistema muito mais eficaz, que vem do Direito americano, que não é conhecido pelo Direito europeu, que fundou as Cortes Constitucionais.

Por outro lado, o § 4º deste artigo, ou deste destaque, pretende que a Corte Constitucional, e no caso o Supremo Tribunal Federal, tenha a competência para submeter, sem a competência para ser consultada sobre questões constitucionais. atinente ao processo legislativo, inclusive para efeito de iniciativa, promulgação e veto. Ora este modelo de consulta, de transformar o Supremo Tribunal Federal em um órgão de consulta da constitucionalidade, é exatamente uma cópia do sistema do Conselho Constitucional francês, que é algo completamente diferente do nosso sistema. O Conselho Constitucional francês não faz parte do Poder Judiciário, é realmente um órgão de consulta, um órgão de fiscalização ligado ao poder público,

ligado ao Poder Executivo, e não há razão nenhuma de nós criarmos dentro do Supremo Tribunal Federal um órgão de consulta prévia da constitucionalidade de leis que, depois, serão discutidas a sua constitucionalidade pela ação de inconstitucionalidade.

Vejam que no sistema francês não existe a ação em tese da inconstitucionalidade. No sistema francês, por outra parte, não existe o problema da fiscalização da constitucionalidade pelo juiz singular, e exatamente por isso é que se criou no sistema francês um mecanismo de consulta ao Conselho Constitucional. Ora, se nós temos no Supremo um mecanismo eficaz de declaração em tese da inconstitucionalidade, de um lado, e temos, de outro lado, o mecanismo eficaz do controle da inconstitucionalidade no caso concreto, não há razão nenhuma de se criar outro mecanismo que não vai funcionar e que absolutamente choca com o mecanismo real, mormente considerando o problema da coisa julgada.

E, por último, Sr. Presidente, volto a insistir neste problema: há um equívoco imenso em se pretender atribuir a ação declaratória de inconstitucionalidade em tese, a titularidade ativa a qualquer pessoa ou a qualquer entidade comunitária; por quê? Porque nós temos a demanda de constitucionalidade, não há necessidade nenhuma de trazer essa demanda para o Supremo Tribunal Federal, quando a associação comunitária, quando a pessoa lesada já tem um recurso na sua própria comarca, junto ao seu próprio juiz de direito. Este modelo pretendido pelo eminente Constituinte Aluizio Campos tem o equívoco de trazer o sistema europeu para o Brasil, desconhecendo que já temos um sistema americano mais eficaz nesta parte.

É importante que se tenha presente isto. Todo sistema concentrado de controle de constitucionalidade elide qualquer tipo de controle difuso, e temos, a partir de 1965, o controle difuso e o controle concentrado, o que inviabiliza, o projeto do eminente Constituinte Aluizio Campos, que concentra todo o problema da constitucionalidade no Supremo Tribunal Federal, excluindo a possibilidade do conhecimento difuso, o que é um absurdo.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra o Sr. Constituinte Nelson Carneiro.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – Sr. Presidente, depois da contestação do nobre Constituinte Nelson Jobim, a minha palavra é desnecessária. Inclusive porque, como V. Ex.<sup>a</sup> vê, transforma-se o Supremo Tribunal Federal em órgão consultivo da Câmara, do Senado e do Poder Executivo.

Não há isso na legislação brasileira, e acredito que nenhum país do mundo entrega à sua Corte Suprema o papel de responder a consultas prévias sobre constitucionalidade de lei.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Não há mais oradores inscritos.

Pergunto ao Plenário, por obséquio, se me der atenção, quantos Srs. Constituintes se dispõem a sustentar a emenda do Constituinte Aluizio Campos.

**O SR. CONSTITUINTE ALUÍZIO CAMPOS:** – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra, pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE ALUÍZIO CAMPOS:** – Sr. Presidente, atendendo à ponderação do Constituinte Nelson Carneiro, excluo da emenda a parte relativa à consulta, ficando somente o acréscimo dos dois incisos, os incisos XI e XII, para efeito de assegurarmos o direito de iniciativa às associações comunitárias e às pessoas prejudicadas por ação ou omissão inconstitucional que cause prejuízo aos interesses legítimos de cada prejudicado. Então, ficam só os dois incisos: XI e XII.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Peço a generosa compreensão do Constituinte Aluizio Campos.

Não é possível, no decorrer do contraditório, modificar o texto. O texto já foi apresentado. Modifica-se o texto antes do enunciado da matéria. V. Ex.<sup>a</sup> preside esta Casa. Se fizermos esse tipo de concessão, teremos aqui aberto um enorme precedente. Faria um apelo a V. Ex.<sup>a</sup> para que não insistisse na emenda, porque ela está apresentada de forma irregular. Gostaria de ter a complacência e a concordância de V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE ALUÍZIO CAMPOS:** – Sr. Presidente, gostaria de esclarecer a V. Ex.<sup>a</sup> e ao Plenário que não estou inovando nem modificando. O texto que estou pedindo para ser submetido à votação do Plenário está contido na minha Emenda nº 31.652-4, art. 149. Diz a emenda:

"A iniciativa da questão constitucional poderá ser exercida pelo Procurador-Geral da República, pelos representantes legais dos Poderes constituídos, de organizações comunitárias e de pessoas que se considerem atingidas por inconstitucionalidade."

Ora, o texto do projeto já fala na iniciativa do Procurador-Geral da República, dos Presidentes da Câmara e do Senado e das organizações de classe. Proponho, então, acrescentar o que consta na minha emenda, ou seja, que as organizações comunitárias possam, também, ter a iniciativa de propor ação de inconstitucionalidade, assim como as pessoas físicas ou jurídicas prejudicadas pelo ato inconstitucional.

Neste caso, não estou inovando.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Lastimo profundamente, mas decido não colocar em votação a emenda. Dói-me muito fazer isto, como 1º-Vice-Presidente da Casa, mas é a decisão.

**O SR. CONSTITUINTE ALUÍZIO CAMPOS:** – Acato a decisão de V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Há uma explicação a ser dada ao Plenário: os três pedidos de preferência do Constituinte Roberto Freire, interesse também do Constituinte Plínio Arruda Sampaio e outros são matérias ligadas à criação da Justiça Agrária. Aqui, no art. 128, no item XII, fala-se sobre as questões de Direito Agrário nos Tribunais Regionais Federais. É a primeira referência que existe. Porém, o Capítulo trata, primeiramente, do Supremo Tribunal; em seguida, dos Tribunais Regionais Federais; depois, dos Tribunais e juízes do Trabalho, depois Tribunais e juízes Eleitorais e, finalmente, dos Tribunais e juízes militares. Trata-se de criar uma nova Seção.

Então, precisamos saber, de comum acordo, onde colocá-la.

Como a referência está no art. 128, Dos Tribunais Regionais Federais e dos Juizes Federais, uma idéia mais próxima do desejo dos requerentes de Preferência de destaque é criar a Seção antes da atual Seção V, Dos Tribunais e Juizes do Trabalho, logo após o art. 129, porque aparecerá a seguinte na Seção VIII – Dos Tribunais e Dos Juizes dos Estados.

Com isto, então, passa-se à apreciação do pedido de preferência.

**Destaque nº 1297-87 – Emenda nº ES-34582-0, do Sr. Vivaldo Barbosa, "que dá nova redação ao art. 150 do Substitutivo nº 1 (artigo 123 Substitutivo nº 2)".**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Em votação o Destaque nº 1.297, referente à Emenda nº ES 34582, solicitado pelo Constituinte Vivaldo Barbosa.

Os Srs. Constituintes que estão de acordo com a preferência permaneçam sentados. **(Pausa)**

Preferência concedida.

Tem a palavra o Constituinte Vivaldo Barbosa, para defender o seu destaque.

**O SR. CONSTITUINTE VIVALDO BARBOSA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

O objetivo desta emenda é em consonância com o propósito de outras emendas que foram aqui discutidas ontem, acerca da composição do Supremo Tribunal Federal. Agora, trago as mesmas idéias acerca da composição do Tribunal Superior de Justiça. Prevejo uma forma diferente de composição dos integrantes do Tribunal Superior de Justiça da prevista pelo ilustre Relator.

O Tribunal Superior de Justiça, a ser criado pela nova Constituição, será a terceira instância para toda a matéria do Direito Civil, e até no seu ramo, o Direito Comercial, das obrigações da maneira mais ampla, e do Direito Penal, do Direito Criminal.

Tribunal Superior de Justiça será a instância final para todos os conflitos decorrentes das relações civis. É, assim, o Tribunal de uma grandeza especial e de uma presença na vida das pessoas, também de maneira especial. Todas as questões do Direito de Família, do Direito das Obrigações em geral, quer nas relações civis ou comerciais, todas as relações da economia de mercado em nosso País, todos os conflitos daí decorrentes vão desembocar no Tribunal Superior da Justiça, já que o Supremo Tribunal Federal enfeixou em suas mãos apenas as questões de Direito Constitucional.

Então, é um Tribunal a que devemos não apenas dedicar-lhe a nossa atenção, mas também entender que é um Tribunal especial, pela sua importância na vida dos cidadãos, de maneira geral, nas suas relações civis e dos conflitos daí decorrentes, mas também por ser um tribunal criado por essa nova Constituição.

A idéia que vimos cultivando desde as Subcomissões, em que as questões referentes aos Tribunais foram debatidas, e até agora na Comissão de Sistematização, é a de que os Tribunais Superiores do País tenham a sua composição permeada por indicações originárias da Câmara dos Deputados, além da indicação originária da Magistratura, e assim também indicação originária da Presidência da República.

Então, a emenda prevê, no seu § 1º, que a composição do Tribunal Superior de Justiça será tripartite: 1/3 mediante indicação do Senhor Presidente da República; 1/3 mediante indicação da Câmara dos Deputados; 1/3 mediante a indicação do Supremo Tribunal Federal.

Todas indicações serão debatidas, analisadas e avaliadas pelo Congresso Nacional em audiência pública, para permitir, como acontece em muitos países, que a sociedade organizada, os cidadãos, de uma maneira geral, que tenham já uma apreciação sobre qualquer dos indicados, possam fazer valer a sua apreciação e ser levada na devida conta na escolha final pelo Congresso Nacional os nomes indicados na forma aqui prevista.

Permito-me, Sr. Presidente, ler o teor da emenda, por solicitação de muitos Constituintes, inclusive de V. Ex.<sup>a</sup>, a qual pretende dar nova redação ao art. 123 do Substitutivo do Relator que está sob nossa apreciação. Diz o seguinte:

"Art. 150. O Superior Tribunal de Justiça, com sede na Capital da República e com jurisdição em todo o território Nacional, compõe-se de, no mínimo, 33 cidadãos maiores de 35 anos, de notável saber jurídico, reputação ilibada, nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a es-

colha pelo Congresso Nacional em audiência pública.

§ 1º Os membros do Tribunal Superior de Justiça, que terão o título de Ministro, serão previamente indicados:

1/3 pelo Presidente da República;

1/3 pela Câmara dos Deputados;

1/3 pelo Supremo Tribunal Constitucional dentre magistrados;

§ 2º A lei complementar poderá estabelecer número maior de integrantes do Superior Tribunal de Justiça."

Este, o teor da emenda, este o seu propósito e o seu alcance.

**O SR. CONSTITUINTE OSCAR CORRÊA:** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – V. Ex.<sup>a</sup> tem a palavra, pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE OSCAR CORRÊA:** – O ilustre Constituinte Vivaldo Barbosa, na sua emenda, estabelece que a composição do Superior Tribunal de Justiça...

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Peço a atenção do Constituinte Vivaldo Barbosa para a questão de ordem que está sendo levantada. É importante.

**O SR. CONSTITUINTE OSCAR CORRÊA:** – ...seria de 1/3 de membros indicados pelo Presidente da República, 1/3 pela Câmara e 1/3 pelo Supremo Tribunal, dentro magistrados. No entanto, tenho a impressão, Sr. Presidente, de que a composição do Supremo, sendo através de recrutamento amplo, não havendo a figura de recrutamento apenas dentre magistrados, parece-me que nesta parte a emenda de S. Ex.<sup>a</sup> fica prejudicada, já que não existe no Supremo a composição restrita apenas a magistrados.

Indago de V. Ex.<sup>a</sup> se esta parte não fica automaticamente sem efeito, prejudicada, porque, no caso, o Tribunal fica manco, fica com dois terços de três terços.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A questão de ordem está levantada. V. Ex.<sup>a</sup> quer contraditá-la?

**O SR. CONSTITUINTE VIVALDO BARBOSA:** – Sim, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – V. Ex.<sup>a</sup> tem a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE VIVALDO BARBOSA:** – A composição aqui prevista é para o Tribunal Superior de Justiça, que tem uma composição diferente da do Supremo. O Supremo Tribunal Federal é que passa a ter o poder de indicar, dentre magistrados, um terço da composição do Tribunal Superior de Justiça. Daí não vejo qualquer conflito com a composição do Supremo Tribunal Federal, que é diferente. O Supremo é diferente. Não estou prevendo aqui que esse 1/3, indicado pelo Supremo, seja de membros do Supremo. Muito ao contrário, prevejo que seja de magistrados, naturalmente, não integrantes do Supremo, porque os seus integrantes são Ministros.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Mas, nobre Constituinte, quando V. Ex.<sup>a</sup> declara que 1/3 será indicado pelo Supremo Tribunal Constitucional e ele não existe, não foi votado, foi derrotado, então, V. Ex.<sup>a</sup> está indicando uma figura inexistente no Direito Positivo.

**O SR. CONSTITUINTE VIVALDO BARBOSA:** – Desculpe-me. V. Ex.<sup>a</sup> está-se referindo à expressão Supremo Tribunal Constitucional?

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Onde V. Ex.<sup>a</sup> diz, no § 1º: "os membros do Superior Tribunal de Justiça, que terão título de Ministro, serão previamente indicados: 1/3 pelo Presidente da República, 1/3 pela Câmara dos Deputados e 1/3 pelo Supremo Tribunal Constitucional", que não existe.

V. Ex.<sup>a</sup> deveria ter corrigido isso antes do enunciado da matéria.

**O SR. CONSTITUINTE VIVALDO BARBOSA:** – Sr. Presidente, agora compreendi a natureza da questão de ordem. A emenda foi redigida para estar em coerência e em consonância com a criação do Supremo Tribunal Constitucional. Naturalmente que essa adaptação, agora, é feita porque é, inclusive, uma questão de redação que o Sr. Relator fará, porquanto foi rejeitada a emenda criando o Supremo Tribunal Constitucional.

Não levantei anteriormente a questão de ordem para não tomar tempo, porque é uma questão de redação, e o Sr. Relator cuidará disso.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Consideramos a questão de ordem encerrada.

No meu ponto de vista é que a alínea c do § 1º da emenda de V. Ex.<sup>a</sup> está visivelmente prejudicada pela inexistência de algo que V. Ex.<sup>a</sup> admitiu que seria aprovado.

O ideal teria sido que V. Ex.<sup>a</sup> nessa hora tivesse feito uma substituição de um terço pelo Supremo Tribunal Federal. Então, V. Ex.<sup>a</sup> escreveria isso aqui, e eu antes do enunciado da matéria submeteria a emenda de V. Ex.<sup>a</sup> ao Plenário.

V. Ex.<sup>a</sup> recorre ao Relator, eu sou obrigado a ouvi-lo para saber se o Relator deseja e aceita que, em vez de um terço pelo Supremo Tribunal Constitucional, seja um terço pelo Supremo Tribunal Federal.

Depende do Relator, do que S. Ex.<sup>a</sup> me disser. Mas ainda há pouco não aceitei uma emenda, aqui, porque foi modificada em curso.

**O SR. RELATOR (Adolfo Oliveira):** – Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, a Relatoria devidamente orientada e instruída pelo eminente Relator-Geral, Constituinte Bernardo Cabral, não tem qualquer restrição ao exame do mérito.

O problema redacional, aventado, não seria um obstáculo intransponível se a emenda fosse, com a devida vênio do seu ilustre. Autor, aceitável.

Acontece que o Superior Tribunal de Justiça nasce do Tribunal Federal de Recursos, ele passa a ser com a nova Constituição o órgão de cúpula da Justiça Federal e das Justíças Estaduais. O critério de que trata a emenda do nobre Constituinte Vivaldo Barbosa, e mais uma vez reiteramos a nossa **massima venia**, parece inteiramente inconveniente, contrário aos interesses da Justiça...

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Permito-me interromper no momento o meu prezado amigo Constituinte Adolfo Oliveira, não entrando no mérito da matéria.

O problema para a Presidência é aceitar ou não prosseguir a discussão da matéria, porque ela está, evidentemente, prejudicada numa parte da sua citação, quando S. Ex.<sup>a</sup>, na composição, se refere ao Supremo Tribunal Constitucional, que não existe. Recorreu ao Relator, para saber se S. Ex.<sup>a</sup> aceitaria substituir o Supremo Tribunal Constitucional pelo Supremo Tribunal Federal. Ficaria um terço pelo Presidente, um terço pela Câmara e um terço pelo Superior Tribunal Federal. Esta seria, de algum modo, uma liberalidade da Relatoria se aceitasse substituir uma figura inexistente por uma figura existente, porque, do contrário, sou obrigado a interromper aqui e não dar prosseguimento à discussão da matéria. Depois tere-

mos a discussão do mérito, se eu prosseguir com a discussão da matéria. Vi que V. Ex.<sup>a</sup> enveredava pela discussão do mérito, mas, antes do mérito, quero saber exatamente isto.

**O SR. RELATOR (Adolfo Oliveira):** – Sr. Presidente, evidentemente a Relatoria não pode deixar de aceitar o critério estabelecido pela Presidência, pois, se ela considera a emenda prejudicada, não nos compete adentrar no mérito, embora pudéssemos facilmente fazê-lo. Por isto mesmo, nos reservamos para tratar do assunto em outra oportunidade, se assim o entender V. Ex.<sup>a</sup>, que tão nobremente preside os trabalhos.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Sr. Constituinte Vivaldo Barbosa, pela praxe da Casa, em que as correções devem ser feitas antes do enunciado da matéria, não havendo V. Ex.<sup>a</sup> feito lastimo profundamente não dar prosseguimento à discussão.

**Destaque nº 00189-7-87 do Sr. Luiz Inácio Lula da Silva – Emenda nº ES-30315-5, do Sr. Plínio Arruda Sampaio, "que inclui artigo e incisos no Capítulo IV, Título IV, do Substitutivo nº 2)". (338ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Requerimento de preferência para a votação do Destaque nº 1897, do Constituinte Roberto Freire.

Em votação a preferência.

Os Srs. Constituintes que a aprovam queiram permanecer sentados. **(Pausa)**

Aprovada a preferência.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra o Constituinte José Ignácio Ferreira, para uma questão de ordem.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes:

Tenho em mãos a planilha de controle de votação que, parece-me, é o que orienta o Plenário como, aliás, em qualquer Plenário, haveria necessidade de um mínimo de ordenação, para que o Plenário se sentisse em condições de conforto mínimo para votar as matérias. Isto não tem sido feito no Plenário da Comissão de Sistematização. Note V. Ex.<sup>a</sup> que, ao chegarmos aqui, recebemos, às vezes minutos depois, às vezes quase uma hora depois, e já houve isto, essa planilha de controle de votação. Então, não há condição para o que seria o mínimo que se poderia dar a um Constituinte responsável – e todos o somos – para examinar previamente matéria por matéria, e chegar em condições de enfrentar a discussão e a votação. Apesar disto, temos suportado essa situação, porque verificamos que a premência dos trabalhos exige que ela ocorra. Isto é um contra-senso, porque, se vamos discutir e votar alguma coisa, precisaríamos, no mínimo, de condição prévia para fazê-lo, uma preparação prévia para fazê-lo. Ainda assim, temos admitido essa situação, que é um contra-senso. Mas vê V. Ex.<sup>a</sup> que nem isto é obedecido na Casa.

Estou fazendo um apelo à Presidência, fazendo um apelo à Mesa, evidentemente construído através da questão de ordem que formulo, no sentido de que isto não ocorra, no sentido de que não se altere a pauta mínima dos trabalhos, traduzida por essa planilha de controle de votação.

Esta, a questão de ordem que formulo a V. Ex.<sup>a</sup>, para que tenhamos condições mínimas de, dentro dessa situação de desconforto quase absoluto e de impossibilidade de votar, dar continuidade aos nossos trabalhos.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tentando dar solução à questão de ordem de V. Ex.<sup>a</sup>, gostaria que V. Ex.<sup>a</sup> dissesse qual é a sua dificuldade no momento.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA:** – A minha dificuldade é acompanhar os trabalhos de acordo com o que me foi dado.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Mas a planilha está sendo, agora de manhã, acompanhada rigorosamente. Provavelmente, V. Ex.<sup>a</sup> não ouviu a explicação que dei.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA:** – Estou com ela na mão.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Também eu! No começo dos trabalhos, mostramos que havia três pedidos de preferência relacionados com o problema da Justiça Agrária. Levantei a questão, mostrei ao Plenário que a primeira referência que se dava a isso era no art. 128, tratava-se da criação de uma nova Seção, que vinha depois do Supremo Tribunal Federal; depois deveríamos ter o Superior Tribunal de Justiça, depois os Tribunais Regionais; deveríamos ter os Tribunais de Justiça do Trabalho, os Tribunais de Juizes Militares, até concluir onde colocar, de melhor, estas três propostas. E ouvidos os autores dos destaques, concluímos que a melhor condição seria, exatamente, votar após o art. 129. Isto foi expressado sem nenhum protesto do Plenário. Por isto votamos a Proposta Vivaldo Barbosa, que é a de nº 123, e retornamos ao 129. Talvez tenha sido falta de capacidade minha de explicar.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA:** – Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Com a palavra o Constituinte Roberto Freire, autor do destaque.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – O destaque foi solicitado de uma forma equivocada, porque o meu é posterior. Trata da mesma matéria – da Justiça Agrária a nível federal –, mas esta é do Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva. Quem vai falar é o Constituinte Plínio Arruda Sampaio.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – V. Ex.<sup>a</sup> tem razão.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Pois não.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – A questão levantada pelo Constituinte José Ignácio Ferreira é bastante simples. Há uma lista de destaques preferenciais, que é distribuída pelo conjunto das Lideranças e que vem sendo rigorosamente seguida.

Ocorre que entram algumas preferências, que são decididas no Plenário. O problema seria resolvido se, na medida em que esses pedidos de preferência entrassem, fossem incluídos nessa lista.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Seria o ideal. Mas a sobrecarga sobre a Secretaria é brutal. Enquanto vamos para nossa casa, ela fica trabalhando aqui até de madrugada, organizando isto. Subitamente chegam constituintes trazendo pedidos de preferência, baseados no que a Consolidação permite – um décimo dos assinantes. Somos obrigados a recebê-los. Nesta hora, teríamos que mandar reproduzir a matéria e entregá-la a todos os Constituintes. Seria o ideal.

Isso tudo foi explicado verbalmente. É só uma questão de paciência.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Sr. Presidente, esses destaques entraram ontem; bastaria incluí-los na mesma lista: número do destaque, nome do autor, número da emenda e o artigo.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Peço a V. Ex.<sup>a</sup> que traga a sua contribuição à Mesa.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Levarei. Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Há uma indicação para o Constituinte Plínio Arruda Sampaio defender o destaque.

**O SR. CONSTITUINTE PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO:** – Sr Presidente, Srs. Constituintes, a emenda que venho defender sobre a Justiça Agrária é idêntica à emenda do Constituinte Roberto Freire sobre a mesma matéria, e idêntica à do Constituinte Asdrubal Bentas, também sobre a mesma matéria. Na verdade, o sistema de preferências obriga a que apenas uma emenda seja colocada em Plenário. Na verdade, o que há aqui é uma co-autoria, uma co-autoria que muito me honra e da qual espero tirar proveito, para mostrar aos colegas que esta não é uma iniciativa de natureza pessoal e isolada, mas responde a um sentimento comum de vários Srs. Constituintes.

Gostaria de chamar a atenção, em defesa desta emenda coletiva, para dois argumentos apenas. Primeiro, ela cria a Justiça Agrária. Nós temos a Justiça Trabalhista, a Justiça Militar, o Tribunal Federal de Recursos, a Justiça Eleitoral; temos várias Justiças especializadas. Achamos, os autores desta emenda, que, assim como existem essas Justiças especializadas, está mais que justificada, neste País, a criação de uma Justiça Agrária para dirimir rapidamente os litígios de natureza fundiária, os litígios relativos ao contrato agrário que não seja o contrato trabalhista, o contrato capitalista, mas aquilo que se refere ao problema da terra rural, da terra no campo, no Brasil.

Gostaria de colocar apenas dois argumentos em favor desta tese. O primeiro é a proliferação dos conflitos no campo. O nosso campo está realmente conflagrado, se considerarmos o número de pessoas em conflitos e de conflitos que desembordam para a violência e para a violência física. Não quero cansar os colegas com a citação de estatísticas de casos de mortes, de ferimentos leves e graves, de processos criminais oriundos de conflitos agrários. Por quê? Porque as questões de terra vagam pelos corredores dos Tribunais anos e anos sem solução. Neste País não há como solucionar um problema fundiário em um tempo hábil para evitar que a questão evolua para o conflito físico entre as partes. É preciso pôr um cobro nisso, é preciso terminar essa aberração e essa distorção e isto só será feito se tivermos uma Justiça especializada no julgamento desses problemas. O segundo argumento é o mesmo que usei na Subcomissão do Poder Judiciário e do Ministério Público e que, acredito, foi o argumento decisivo para conseguir dos mais colegas o apoio a este texto que, agora, quero reintroduzir no Substitutivo do Relator Bernardo Cabral e que, inexplicavelmente, foi retirado durante as etapas superiores do processo. O argumento é o seguinte: quando a classe dos trabalhadores urbanos foi elevada ao nível de ser considerada, politicamente, uma força atuante, resolveu a sociedade brasileira dar cidadania ao trabalhador, e, quando deu cidadania ao trabalhador da cidade, criou a sua Justiça especializada, esta louvada Justiça Trabalhista que, em todas as nossas audiências populares, foi considerada o ramo da Justiça que atendia com mais presteza e com mais rapidez os litigantes que a buscavam.

Do modo que penso, se é intenção da Assembléia Nacional Constituinte dar cidadania ao homem do campo, de integrá-lo na sociedade brasileira, acho que é curial, é uma decorrência lógica que esse homem consiga ter a sua Justiça, aquela a que S. Ex.<sup>a</sup> se refere como a Justiça que foi formada para lhe dar atenção. O texto é genérico, cria apenas os princípios gerais, estabelece a simplicidade, a moralidade.

Finalmente, para concluir, Sr. Presidente, S. Ex.<sup>a</sup> abre a todos nós a oportunidade de fazer justiça a esta parte da nossa população que até hoje não teve justiça. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Como não há oradores inscritos, consulto a Relatoria se deseja falar. **(Pausa)**

Tem a palavra o Sr. Relator Adolfo Oliveira.

**O SR. RELATOR (Adolfo Oliveira):** – Sr. Presidente, o Relator-Geral pede a manutenção do texto quando, por vez primeira, surge a vinculação de juizes federais ao problema da reforma agrária.

A Relatoria não vê viabilidade na criação de toda uma custosa e grande estrutura de uma nova Justiça para atender a uma situação que se deseja transitória.

A reforma agrária, com efeito, uma vez cumprida a sua execução, se esgota, termina. E o que fazer de toda uma estrutura organizada, aparelhada e montada para se constituir numa nova Justiça, na Justiça Agrária? Muito melhor, em princípio, é aparelhar devidamente, seja a nossa Justiça Federal, seja admitirmos a Justiça dos Estados, para a execução desses nobres misteres de cuidar do interesse do pobre e desassistido trabalhador do campo.

Por todas estas razões, a Relatoria pede a manutenção do texto e se dispõe a examinar emendas que porventura surjam no sentido de tornar mais eficaz o aparelhamento do sistema judiciário existente, para o atendimento das causas agrárias. Por isto mesmo, é contrária à emenda.

**O SR. CONSTITUINTE EGÍDIO FERREIRA LIMA:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE EGÍDIO FERREIRA LIMA:** – Estou sendo informado de que o autor teria excluído da emenda os incisos III e IV. Gostaria que a Mesa me confirmasse. Refere-se à emenda que está sendo discutida agora pelo Constituinte Plínio Arruda Sampaio?

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Trata-se da Emenda nº 30315, com a supressão dos incisos II e III.

**O SR. CONSTITUINTE EGÍDIO FERREIRA LIMA:** – Reserve-me, então, para votar na emenda seguinte, que estrutura melhor a Justiça Agrária.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Em votação.

#### **(Procede-se à votação)**

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Ademir Andrade, Artur da Távola, Cristina Tavares, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, José Fogaça, Nilton Friedrich, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Sigmaringa Seixas, Antonio Mariz, Jorge Hage, José Costa, Miro Teixeira, Octávio Elísio, Uldurico Pinto, Vilson Souza, José Maurício, Lysâneas Maciel, Luiz Salomão, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Plínio Arruda Sampaio, José Genoíno, Aldo Arantes, Roberto Freire, Jamil Haddad. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Aluizio Campos, Antônio Britto, Celso Dourado, Egídio Ferreira Lima, Ibsen Pinheiro, José Richa, Manoel Moreira, Milton Reis, Nelson Jobim, Nilson Gibson, Raimundo Bezerra, Rodrigues Palma, Wilson Martins, Israel Pinheiro, João Agripino, José Carlos Grecco, José Tavares, Michel Temer, Aloysio Chaves, Arnaldo Prieto, Christóvam Chiaradia, Edme Tavares, José Lins, Luís Eduardo, Mário Assad, Oscar Corrêa, Sandra Cavalcanti, Jofran Frejat, Jonas Pinheiro, José Tinoco, Paes Landim, Simão Sessim, Valmir Campelo, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Bonifácio de Andrada, Adolfo Oliveira e Siqueira Campos. **ABSTENÇÃO** dos Senhores Constituintes Tinoco e Jarbas Passarinho.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 28 Constituintes; votaram NÃO 38 Constituintes; abstiveram-se de votar 2 Constituintes. Total: 68 votos. O Destaque foi **prejudicado** por falta de **quorum** qualificado.

Se me permite o Plenário, gostaria de chamar a atenção para o que acaba de acontecer: nós, apesar de todo o cuidado que tivemos, na votação, de solicitar que os titulares sentassem e registrassem os seus votos, tivemos, inicialmente, apenas um terço dos votos da Comissão registrados no painel. Em consequência, a votação nominal praticamente ficou igual à inexistência do painel.

Então, é um pedido para que os titulares votem, para ganhar-se tempo.

Requerimento de preferência do Constituinte Roberto Freire sobre o Destaque nº 3546.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Sr. Presidente, trata-se de matéria idêntica à que foi votada anteriormente e há possibilidade, nesta questão, de haver um grande acordo ou, pelo menos, um consenso razoável em torno de uma emenda que trata da estadualização e aplicação, de imediato, da questão da Vara Agrária. Dai solicitar a retirada.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Retirados a preferência e o destaque.

**Destaque nº 003563-87 – Emenda nº ES-32633-3, do Sr. Roberto Freire, "que acrescenta seção ao Capítulo IV do Título V do Substitutivo nº 1 (Capítulo IV, Título IV do Substitutivo nº 2)". (339ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Segue um requerimento de preferência, de autoria do mesmo Constituinte Roberto Freire, para o Destaque nº 3563, referente à Emenda nº ES-32633.

Os Srs. Constituintes que estão de acordo com a preferência permaneçam sentados. **(Pausa)**

Preferência concedida.

Passo à votação do destaque.

Chamo a atenção dos Srs. Constituintes para que, em tempo oportuno, o autor da emenda elimine o último artigo da emenda, que classificamos de art. 2º, porque se trata de dois artigos. O último artigo diz:

"O disposto no artigo anterior se aplica especialmente no que refere à reforma agrária."

Está eliminado, por iniciativa do autor da emenda.

Portanto, temos apenas o art. 1º e seu parágrafo único para ser votado.

Dou a palavra ao Constituinte Roberto Freire.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, inicialmente, todos imaginávamos implantar no País a Justiça Agrária, quase a mesma estrutura que tivemos com a Justiça do Trabalho, tentando dar especificidade exatamente aos conflitos fundiários no Brasil a nível do Judiciário.

Foi apresentada uma emenda pelo Constituinte Plínio Arruda Sampaio, por nós e pelo Constituinte Asdrubal Bentes, assim como por vários outros.

Evidentemente que essa emenda, que tratava da criação da Justiça Agrária, ficou demonstrado pela votação, não conseguia a maioria, ou não a conseguiu, nem teve consenso em torno dela. Não é uma discussão simples, até porque envolve também questões da própria democratização do poder, que deve ser analisada também em relação ao Judiciário. Há discussões se seria mais interessante, inclusive levando-se em conta questões de competência, que a questão agrária, as questões fundiárias

tivessem as suas resoluções ou prevenções a nível da Justiça Estadual, imaginando, inclusive, que, a este nível, o Poder Judiciário, apesar de, num primeiro momento, nos Estados mais atrasados, nos Estados sob domínio de oligarquias rurais, ficar um Poder mais flexível aos interesses dessa oligarquia e dos latifundiários, no primeiro momento, mas, posteriormente, através do próprio processo de dirimir conflitos, a questão do contraditório aí se instalava também a nível das pressões da sociedade, imaginando-se, dessa forma, criarmos também uma alternativa que pode ser inclusive implantada de imediato, ter o caráter de rapidez na sua implantação.

Por quê? A Justiça federal – e nós a conhecemos – é lenta na sua implantação, haja vista os Tribunais de Justiça do Trabalho, a Justiça do Trabalho que dificilmente atinge a todo o País, a todos os municípios onde há o conflito assalariado.

Há quantos anos foi criada a Justiça do Trabalho? E não a temos ainda nacionalmente implantada em todos os municípios onde há o conflito trabalhista. A Justiça que trate da questão agrária a nível dos Estados pode ser criada de imediato através das Varas com entrâncias especiais. Já existe a estrutura e para isto estão preparados os Tribunais de Justiça do Estado. Essa é a alternativa. nativa. Acredito que sobre ela pode haver consenso, embora possa não ser a melhor, mas é a possível agora. Portanto, defendemos a aprovação desta emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Com a palavra, para encaminhar, o Constituinte José Costa.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ COSTA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a justificação tem de ser curta como a emenda proposta pelo Constituinte Roberto Freire. A despeito de concisa, não deixa de ser oportuna e eficiente.

O texto da Emenda nº 32633 é o seguinte:

"Art. Para prevenir e dirimir conflitos fundiários, o Tribunal de Justiça designará juizes de entrância especial, com competência exclusiva para questões agrárias.

Parágrafo único. Para o exercício das funções previstas no **caput** deste artigo, o juiz se deslocará até o local do conflito sempre que necessário à eficiente prestação jurisdicional."

Sr. Presidente, reconheço que a emenda proposta pelo Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva, e que foi sustentada aqui pelo eminente Constituinte Plínio Arruda Sampaio, sobre ser mais completa, sobre ser mais bem elaborada, mais sofisticada, é também de mais difícil implantação, pela simples razão de que seria necessário montar toda uma estrutura, todo um aparato sobre esta denominação de Justiça Agrária, para que ela, evidentemente, pudesse funcionar no País. Já a emenda do eminente Constituinte Roberto Freire encontra uma estrutura preparada. E com ligeiras adaptações na Lei Orgânica da Magistratura e na legislação ordinária federal, no que diz respeito à competência, essa Justiça Agrária poderá funcionar plenamente.

De modo que votei favoravelmente à emenda do Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva, embora considerasse que, em função das circunstâncias, a emenda proposta pelo eminente Constituinte Roberto Freire seria, em verdade, mais prática e teria a grande virtude de o, poder ser implementada imediatamente.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra o nobre Relator.

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – Sr. Presidente e Srs. membros da Comissão de Sistematização, a Relatoria, por unanimidade dos seus integrantes, vê na emenda do Constituinte Roberto Freire uma possibilidade concreta



de agilização da Justiça, no que se refere às questões do Direito Agrário. Portanto, manifesta-se favorável à emenda, na medida em que ela não retira a competência última da Justiça dos juizes federais, já que os Tribunais Regionais Federal é que decidirão, em grau de recurso, a questão quando se tratar de Direito Agrário.

Portanto, uma vez que permite a agilização e não desestrutura a Justiça comum, porque tratar-se-á apenas de um deslocamento funcional de um juiz para essa tarefa e missão, a Relatoria é favorável à emenda. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Em votação.

**(Procede-se à votação)**

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Ademir Andrade, Aluizio Campos, Antônio Britto, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Celso Dourado, Cristina Tavares, Egidio Ferreira Lima, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, Ibsen Pinheiro, José Fogaça, José Paulo Bisol, José Richa, José Ulisses de Oliveira, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nelton Friedrich, Nilson Gibson, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Raimundo Bezerra, Rodrigues Palma, Sigmaringa Seixas, Virgildásio de Senna, Wilson Martins, Antonio Mariz, Euclides Scalco, Israel Pinheiro, João Agripino, Jorge Hage, José Carlos Grecco, José Costa, José Tavares, Michel Temer, Miro Teixeira, Octávio Elísio, Uldurico Pinto, Vicente Bogo, Vilson Souza, Aloysio Chaves, Arnaldo Prieto, Christóvam Chiaradia, Francisco Benjamim Inocêncio Oliveira, José Lins, Mário Assad, Oscar Corrêa, Jofran Frejat, Jonas Pinheiro, Paes Landim, Simão Sessim, Valmir Campelo, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Jarbas Passarinho, Adylson Motta, Bonifácio de Andrada, José Maurício, Lysâneas Maciel, Luiz Salomão, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Adolfo Oliveira, Siqueira Campos, Aldo Arantes, Roberto Freire, Beth Azize. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: José Ignácio Ferreira, Manoel Moreira, Luís Eduardo. **ABSTENÇÃO** do Senhor Constituinte Eraldo Tinoco.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 71 Constituintes; votaram NÃO 3 Constituintes; Absteve-se de votar 1 Constituinte. Total: 75 votos. O Destaque foi **aprovado**.

**O SR. CONSTITUINTE MIRO TEIXEIRA:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra o Sr. Constituinte Miro Teixeira, pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE MIRO TEIXEIRA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes: na redação do Substitutivo nº 1 apresentei uma emenda corrigindo o parágrafo único do art. 137.

O parágrafo único diz:

"O Tribunal Regional Eleitoral elegerá, dentre os desembargadores, seu Presidente e Vice-Presidente, exercendo este último a Corregedoria."

Na justificação assinalai que poderíamos cair no seguinte problema: no caso de o Vice-Presidente, que é o Corregedor, ter que assumir a Presidência, por impedimento do Presidente, ficaria S. Ex.<sup>a</sup> sendo o Presidente e Vice-Presidente e o Corregedor, o que naturalmente não foi o objetivo do Sr. Relator.

O Sr. Relator acolheu, na época, a minha emenda. Não sei exatamente o que se passou, porque o texto foi mantido. Então, consta, aqui, que o Vice-Presidente exercerá a Corregedoria.

Levanto esta questão de ordem para ouvir o Relator, a fim de saber se nos valeríamos do recurso regimental do destaque, da preferência, ou se o Relator concordaria em

fazer a correção. Consultei os Líderes do PMDB – Euclides Scalco, do PTB – Gastone Righi, o Líder Vivaldo Barbosa e o Líder Plínio Arruda Sampaio. Todos concordam com o Corregedor, no caso de se desejar fazer a correção.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra o nobre Relator.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, o Constituinte Miro Teixeira tem razão. Na época devida deve ter ocorrido um lapso e, como é um problema redacional, depois com as Lideranças reunidas corrigiremos. Seria suprimida a parte "exercendo este último a Corregedoria".

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Creio que isso, Constituinte Miro Teixeira, deveria ter sido feito no momento em que foram publicadas erradas. Mas já tivemos precedentes, em que, estando o Relator de acordo, por ser uma questão de redação, se aceitou. E de algum modo significa a redução de uma votação, já que todos estão de acordo.

**Destaque nº 004683-87 – Emenda nº ES-32219-2, do Sr. Nelson Jobim, "que substitui o § 1º do art. 130 do Substitutivo nº 2 suprime a letra "b" do mesmo parágrafo e substitui o § 2º do mesmo artigo". (340ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Sobre a mesa, requerimento de preferência, que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte Requerimento de Preferência:

Destaque nº 4683 Deputado Nelson Jobim.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Em votação a preferência.

Os Srs. Constituintes que a aprovam queiram permanecer sentados. **(Pausa)**

Aprovada a preferência.

Tem a palavra o Sr. Constituinte Nelson Jobim, para defender o seu destaque.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON JOBIM:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a Emenda nº 32219, por mim subscrita e destacada, visa, fundamentalmente, suprimir da Justiça Trabalhista, nos Tribunais, os juizes classistas. Modifica o texto, no sentido de dar ao Tribunal Superior do Trabalho vinte e cinco membros togados e vitalícios, fazendo basicamente suprimir do segundo grau da Justiça do Trabalho, mantendo, nas Juntas de Conciliação e Julgamento, os juizes classistas, ou seja, os vogais representantes dos trabalhadores e representantes dos empregadores.

Este, o objetivo básico do destaque.

Eu chamaria a atenção dos Srs. Constituintes sobre este tema de real importância, porque diz respeito à Constituição e à estrutura do Poder Judiciário Trabalhista, lembrando alguns dados históricos que nos dão a compreensão de por que no nosso sistema há representação tripartite na estrutura do Poder Judiciário Trabalhista. Após a Revolução de 30, mais exatamente em agosto de 1932, veio do Governo Provisório o Decreto nº 21761, que criou o Sistema de Negociações Coletivas. Com o advento desse sistema, ligado ao Poder Executivo, criaram-se, logo a seguir, em maio de 1932, as Comissões Mistas de Conciliação, pelo Decreto nº 21396. As Comissões Mistas de Conciliação começaram a criar a figura ou a introduzir, dentro das negociações coletivas, a representação tripartite: o Estado, o empregador e o empregado. Em novembro de 1932, houve novo decreto do Governo, criando as Juntas de Conciliação e Julgamento, vinculadas ao Ministério do Trabalho, e de representação tripartite: trabalhadores,

empregadores e o Estado. Posteriormente, em 1937, a Constituição "polaca" do golpe do Estado Novo instituiu a Justiça do Trabalho, até então reduzida às Juntas de Conciliação e Julgamento, vinculada ao Ministério do Trabalho, ou seja, ao Poder Executivo. Ela trouxe para dentro da Justiça do Trabalho de molde executivo o modelo das Juntas de Conciliação e Julgamento de representação tripartite. Com a Constituição de 1946, a Justiça do Trabalho passou a integrar o Poder Judiciário, trazendo toda a experiência de conciliação existente no Juízo administrativo do Poder Executivo e a figura do juiz classista.

A emenda visa suprimir o juiz classista dos Tribunais do Trabalho, quer dos Tribunais de segundo grau, os Tribunais Regionais, quer do Superior Tribunal do Trabalho, mantendo, no entanto, a representação dos empregadores e empregados nas Juntas de Conciliação e Julgamento.

E qual o fundamento da emenda? Observem que historicamente esta participação dos trabalhadores e empregadores nas Juntas de Conciliação e Julgamento vem das Juntas, estas modeladas junto ao Poder Executivo, eram basicamente órgãos paritários de arbitragem, exatamente onde se justifica e se legitima a participação de trabalhadores e empregados, ou seja, em órgãos paritários de arbitragem de negociações coletivas ou individuais.

No entanto, introduzir modelo dos órgãos de arbitragem dentro do Poder Judiciário é desconhecer a função do Poder Judiciário, que é exatamente a aplicação do direito objetivo produzido pelo sistema legal.

O sistema legislativo nosso produz a legislação do trabalho, articula todas as relações do trabalho e requer para a sua aplicação a junção de um instituto e de um trabalho, articula todas as relações do trabalho e requer neste sentido.

A experiência que se tem com o fundamento dos juízes classistas nos tribunais é de longa data denunciada nos grandes congressos de advogados e magistrados trabalhistas.

É necessário, portanto, Srs. Constituintes, ajustemos essa deformação que vem de 46, e que decorre de 1937, do modelo corporativista da Constituição de 1937, fascista, que introduziu representação corporativistas dentro da Justiça.

É isto, Sr. Presidente.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra o nobre Constituinte José Ignácio Ferreira, para uma questão de ordem.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA:** – Sr. Presidente, apenas para pedir à Mesa uma retificação com relação ao meu voto anteriormente.

Votei SIM, mas apareceu no quadro NÃO.

Peço a V. Ex.<sup>a</sup> que faça a retificação, se possível.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Nesses casos, a declaração consta dos Anais.

Tem a palavra o nobre Constituinte Nelson Carneiro, para encaminhar contrariamente.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, é muito difícil ocupar esta tribuna para contestar alguma proposição aqui defendida pelo nobre Constituinte Nelson Jobim. S. Ex.<sup>a</sup> é favorável à presença de empregados e empregadores nas Juntas de Conciliação, mas não admite ou pretende a exclusão nos Tribunais de Trabalho.

Sr. Presidente, parece que esse problema já está resolvido pela própria Comissão de Sistematização, quando, acolhendo emenda de minha autoria, decidiu, e consta como art. 12 da redação final, o texto seguinte, para o qual peço a atenção do Plenário:

"É assegurada a participação de trabalhadores e empregadores em todos os órgãos onde seus interesses profissionais ou previdenciários sejam objeto de discussão e deliberação."

Ora, os Tribunais de Trabalho são órgãos do Poder Judiciário. Portanto, "órgãos", aqui, não pode ser excluído.

Quando aprovamos aqui a imperiosa presença de empregados e empregadores em todos os órgãos que lhes dizem respeito, onde os seus interesses profissionais ou previdenciários sejam objeto de discussão e deliberação, já estamos incluindo entre esses órgãos os Tribunais de Trabalho, onde os trabalhadores defendem, junto com os empregadores, os seus interesses profissionais ou previdenciários. Acredito que, só por aí, está excluída a reivindicação, a proposta do nobre Constituinte Nelson Jobim. Não podemos, portanto, fazer, agora, uma exceção a essa regra geral. A regra geral é que em todos os órgãos, inclusive na Justiça do Trabalho, onde houver interesses de empregados e empregadores, haverá sempre representantes dos empregados e dos empregadores.

Por isto, Sr. Presidente, somente por isto, sem descer a outras considerações, peço que a Comissão, coerente com o que já aprovou, rejeite. É a primeira vez que peço que rejeitem uma proposição da autoria do ilustre Constituinte Nelson Jobim, mas cumpro o dever de pedir que rejeitem a Emenda Nelson Jobim.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra o Sr. Relator José Fogaça.

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – Sr. Presidente, a Relatoria considera que esta é uma matéria que vem sendo mantida em todas as instâncias de discussão, em todo este projeto democrático de construção do texto constitucional, desde a Subcomissão do Poder Judiciário e do Ministério Público, passando pela Comissão da Organização dos Poderes e Sistema de Governo. A posição da Relatoria é pela manutenção desta linha originária da Comissão e das Subcomissões.

Portanto, é com pesar, inclusive com todo o respeito a esse grande Constitucionalista e emérito Membro desta Comissão, o Sr. Constituinte Nelson Jobim, mesmo ponderando sobre o valor da sua argumentação, a posição da Relatoria é contrária à emenda e pela manutenção do texto.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Em votação.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Ademir Andrade, Artur da Távola, Egídio Ferreira Lima, Ibsen Pinheiro, Nelson Jobim, Sigmaringa Seixas, Euclides Scalco, Jorge Hage, José Tavares, Michel Temer, Uldurico Pinto, Vicente Bogo, José Maurício, Luiz Salomão, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Aldo Arantes. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Antônio Britto, Bernardo Cabral, Cristina Tavares, Fernando Bezerra Coelho, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, José Fogaça, José Ignácio Ferreira, José Paulo Bisol, José Richa, José Ulisses de Oliveira, Manoel Moreira, Nelson Carneiro, Nelton Friedrich, Nilson Gibson, Paulo Ramos, Raimundo Bezerra, Rodrigues Palma, Wilson Martins, Antonio Mariz, Israel Pinheiro, João Agripino, José Carlos Grecco, José Costa, Miro Teixeira, Octávio Elísio, Vilson Souza, Alcení Guerra, Aloysio Chaves, Arnaldo Prieto, Edme Tavares, Eraldo Tinoco, Francisco Benjamin, Inocêncio Oliveira, José Lourenço, Luís Eduardo, Má-

rio Assad, Oscar Corrêa, Ricardo Fiúza, Sandra Cavalcanti, Enoc Vieira, Jofran Frejat, Jonas Pinheiro, Simão Sessim, Valmir Campelo, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Jarbas Passarinho, Adylson Motta, Bonifácio de Andrada, Bocayuva Cunha, Francisco Rossi, Gastone Righi, Sólon Borges dos Reis, Adolfo Oliveira, Siqueira Campos, Roberto Freire e Beth Azize. **ABSTENÇÃO** do seguinte Senhor Constituinte Oswaldo Lima Filho.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 17 Constituintes; votaram NÃO 58 Constituintes; absteve-se de votar 1 Constituinte. Total: 76 votos. O Destaque foi **rejeitado**.

**Destaque nº 004781-87 – Emenda nº ES-33320-8, do Sr. Egídio Ferreira Lima, "que dá nova redação ao § 1º do art. 157 do Substitutivo nº 1 (art. 130, § 1º do Substitutivo nº 2):". (341.a votação).**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Sobre a mesa, requerimento de preferência para a Emenda nº ES-33320 ao Primeiro Substitutivo. Iniciativa do Constituinte Egídio Ferreira Lima.

Em votação a preferência.

Os Srs. Constituintes que a aprovam queiram ficar sentados. **(Pausa)**

Concedida à preferência.

Tem a palavra o nobre Constituinte Egídio Ferreira Lima.

**O SR. CONSTITUINTE EGÍDIO FERREIRA LIMA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Esta emenda visa, tão-somente, ampliar a composição do TST – Tribunal Superior do Trabalho.

Projeto prevê 23 membros; a emenda amplia para 27. E por que o faz? Para permitir que o TST componha 5 turmas; com 23 membros ele apenas comporá 4 turmas.

O TST tem a mesma composição, praticamente, desde a sua origem.

A Constituição de 1967 já previa o número atual de 17 membros.

Essa ampliação é indispensável. Sabemos todos da importância da Justiça do Trabalho e do seu Tribunal Superior. É a Justiça que dirime a luta de classes, o conflito entre o capital e o trabalho, e seu papel tem sido fundamental para a evolução da classe trabalhadora e do próprio empresariado, de um lado, com relação às suas conquistas, e de outro, com relação ao desenvolvimento do País.

Com 25 membros, o TST poderá ter 5 turmas, deixando livres 2 membros: um, que será o Presidente; outro, que será o Corregedor.

Desde a última alteração da composição do TST até esta fase, quando já se vão décadas, o País praticamente passou pela revolução industrial e já inicia a revolução tecnológica.

É fundamental que se amplie de três para cinco turmas e, na composição geral, para 27 membros. A emenda não toca em outra questão, apenas remaneja numericamente a distribuição dos juízes togados pelas classes dos trabalhadores e empresarial e as cotas do Ministério Público e de advogados; não reedita nem traz de volta a questão do classista – já decidida aqui na emenda anterior.

Votando por esta emenda, o Plenário tão-somente estará dando condições ao Tribunal para atuar com mais agilidade, para agir com mais eficiência, para melhor atender aos interesses que batem à sua porta por determinação constitucional.

Espero que todos aprove a emenda, atendendo a um pleito de empregadoras, empregados, do próprio Tribunal e da classe de advogados.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Para falar a favor, dou a palavra ao Constituinte Aloysio Chaves.

**O SR. CONSTITUINTE ALOYSIO CHAVES:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

A emenda apresentada pelo nobre Constituinte Egídio Ferreira Lima, além dos méritos que S. Ex.<sup>a</sup> ressaltou, é imprescindível para corrigir uma contradição que se contém no projeto apresentado ao exame desta Comissão. Estabelece o art. 130, § 1º, a composição do Tribunal Superior do Trabalho em 23 membros. Em seguida, logo na letra "a", em quinze juízes togados e vitalícios, sendo nove juízes da carreira do Trabalho, três dentre advogados de notório saber e três dentre representantes do Ministério Público. Então, teríamos uma composição de 23 membros mais seis, sendo três advogados três do Ministério Público, quando o art. 110 estabelece que na composição dos Tribunais haverá 1/5 dos lugares dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais dos Estados e do Distrito Federal e Territórios, que serão compostos de membros do Ministério Público de advogados de notório saber. Ora, seis constituem 1/5 de 30 e jamais 1/5 de 23. E, a prevalecer à composição que agora se pretende corrigir com a emenda do nobre Constituinte Egídio Ferreira Lima, teríamos um absurdo estabelecido dentro do Projeto: elevando para 27, seis passará a ser 1/5 de 30. Como o número é incompleto, ter-se-ia que arredondar e não haveria qualquer contradição. O preceito ficaria perfeitamente ajustado à norma geral que está no art. 110 do Projeto de Constituição.

Por estes fundamentos, Sr. Presidente, além dos outros que foram aduzidos pelo nobre Constituinte Egídio Ferreira Lima, sou inteiramente favorável à emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra o Relator.

**O SR. RELATOR (Adolfo Oliveira):** – Sr. Presidente, a Relatoria, atendendo, inclusive, à orientação do eminente Constituinte Bernardo Cabral, e pela unanimidade dos seus três Relatores-Adjuntos, Constituintes José Fogaça, Antônio Carlos Konder Reis e o Orador, é favorável à emenda em boa hora apresentada pelo nobre Constituinte Egídio Ferreira Lima.

Realmente, torna-se necessário, para não dizer quase imprescindível, que se faça o ajuste do número de integrantes do Tribunal Superior do Trabalho, para viabilizar o seu funcionamento. As razões aduzidas pelo ilustre Autor do destaque, e brilhantemente aditadas pelo honrado Constituinte Aloysio Chaves, terminam por convencer a todos da necessidade de aprovação da emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Passarei à votação.

Para esclarecimento dos Srs. Constituintes, chamo a atenção para o fato de que o Deputado Egídio Ferreira Lima, ao apresentar a emenda, fez a supressão de dois vocábulos: na alínea "a" do art. 1º está escrito:

"Dezessete togados e vitalícios, dos quais onze juízes de carreira."

A expressão "de carreira" está eliminada.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Ademir Andrade, Aluizio Campos, Antônio Britto, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Cid Carvalho, Cristina Tavares, Egídio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, Ibsen Pinheiro, José Fogaça, José Ignácio Ferreira, José Paulo Bisol, José Richa, José Serra, José Ulisses de Oliveira, Manoel Moreira, Nel-

son Carneiro, Nelson Jobim, Nelson Friedrich, Nilson Gibson, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Raimundo Bezerra, Rodrigues Palma, Sigmaringa Seixas, Virgildásio de Senna, Antonio Mariz, Israel Pinheiro, João Agripino, Jorge Hage, José Carlos Grecco, José Tavares, Michel Temer, Miro Teixeira, Octávio Elisio, Uldurico Pinto, Vicente Bogo, Vilson Souza, Afonso Arinos, Alceni Guerra, Aloysio Chaves, Arnaldo Prieto, Eraldo Tinoco, Francisco Benjamim, Inocêncio Oliveira, José Lins, Luís Eduardo, Oscar Corrêa, Ricardo Fiúza, Sandra Cavalcanti, Enoc Vieira, Jofran Frejat, Jonas Pinheiro, Mozarildo Cavalcanti, Paes Landim, Simão Sessim, Valmir Campelo, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Jarbas Passarinho, Adylson Motta, José Maurício, Bocayuva Cunha, Luiz Salomão, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Adolfo Oliveira, Siqueira Campos, Aldo Arantes, Roberto Freire, Beth Azize. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Oswaldo Lima Filho, Plínio Arruda Sampaio e José Genoíno.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 75 Constituintes; votaram NÃO 3 Constituintes. Total: 78 votos. O Destaque foi **aprovado**.

Temos um pedido de destaque apresentado pelo Constituinte Virgildásio de Senna.

Como S. Ex.<sup>a</sup> não se encontra presente, ficam prejudicados o destaque e a emenda.

**Destaque nº 006462-87, do Sr. Adolfo Oliveira, "que suprime o parágrafo único do art. 144 do Substitutivo nº 2". (342ª votação).**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Requerimento de preferência para a votação do Destaque nº 6462, de autoria do Constituinte Adolfo Oliveira.

Supressão do art. 144, parágrafo único.

Os Srs. Constituintes que estiverem de acordo permaneçam sentados. **(Pausa)**

Preferência concedida.

Tem a palavra o Constituinte Adolfo Oliveira.

**O SR. CONSTITUINTE ADOLFO OLIVEIRA:** – Sr. Presidente e Srs. Constituintes, através desse destaque, procuramos suprimir do texto o que se contém no art. 144, parágrafo único. Trata-se do Conselho Nacional de Justiça, órgão de controle externo do Poder Judiciário, a ser integrado com representantes do Ministério Público, da Ordem dos Advogados, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e ainda da própria Magistratura.

Esse conselho tem por objetivo tutelar as atividades do Poder Judiciário, exercer fiscalização sobre suas atividades administrativas e funcionais, parecendo-nos, Sr. Presidente, constituir-se em marca de humilhação para o Poder Judiciário, eis que idêntico instrumento, ou mesmo semelhante entidade, não existe para o Poder Legislativo nem para o Poder Executivo.

Para fiscalizar as contas, para exercer o próprio controle externo, já dispomos de instrumental eficiente, através do Tribunal de Contas da União.

Para exercer atividade de fiscalização disciplinar e funcional, o próprio Poder Judiciário já exerce essa atividade com rigor e com critério.

Ainda ontem, Sr. Presidente, tive notícia de que só no Estado de São Paulo, graças à fiscalização e ao controle do Poder Judiciário, um Juiz de Direito está na cadeia e quinze outros estão afastados de suas funções por infrações praticadas, por falta de exação no cumprimento do dever funcional e por outras razões.

Pergunto, Sr. Presidente – já não falo em Poder –, se alguma entidade representativa de classe aceitaria que

as suas atividades funcionais fossem policiadas por integrantes de outras agremiações. Falo, por exemplo, no Conselho Nacional de Medicina, na Ordem dos Advogados do Brasil e em tantas outras.

Ao Poder Judiciário de nosso País compete a todos nós dar apoio, dar forças, dar instrumentos e dar recursos, para que ele possa cumprir a sua nobre missão de equilíbrio, de fator moderador das atividades dos demais Poderes. Por isso mesmo, Sr. Presidente, apresentamos o destaque com as devidas e prévias justificações e explicações desde a época em que esse artigo foi inserido no texto do Substitutivo II do meu eminentíssimo e querido amigo Relator-Geral Bernardo Cabral, que me isentou do dever, que seria muito grato, de defender cada palavra, cada vírgula do trabalho que teve a honrada e digníssima assinatura de S. Ex.<sup>a</sup>.

Concluo, Sr. Presidente, dizendo que não estou falando apenas em meu nome, estou falando em nome de muitos Parlamentares, de muitos Constituintes, especialmente do meu colega José Maria Eymael, da representação do PDC, que comigo reparte a honra da iniciativa deste pedido de destaque que submeto ao julgamento e à consideração deste Plenário tão ilustre. **(Muito bem!)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Para encaminhar contra, tem a palavra o nobre Constituinte Plínio Arruda Sampaio.

**O SR. CONSTITUINTE PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a dispersão do Plenário não está permitindo que os Srs. Constituintes tenham bem presente a gravidade do que está sendo votado. Aqui estamos votando matéria da maior importância. Uma das idéias que está subjacente a todo trabalho que estamos fazendo é aquela de construir um Estado democrático, que é aquele em que todos os Poderes prestam contas a todos. O Poder Legislativo presta conta ao povo; o Poder Executivo também presta contas ao povo e a esta Casa; prestamos contas ao Executivo e ao Judiciário. Não há por que existir um Poder que fique isento de prestar contas.

Sr. Presidente, falo aqui de uma matéria delicada, porque é fundamental que definamos claramente que contas o Judiciário deve prestar.

Devo dizer a V. Ex.<sup>a</sup> e aos colegas Constituintes que sou filho de um grande juiz, e aprendi, na casa do meu pai, que a consciência de um juiz é um templo sagrado que ninguém tem o direito de penetrar; ninguém pode exigir contas da sentença de um juiz, ninguém pode pressioná-lo para que decida desta ou daquela forma, mas todos têm o direito de acompanhar o funcionamento da organização judiciária. Esta organização judiciária tem que estar sujeita ao controle da população, porque ninguém está acima dela numa democracia.

É isto que estamos buscando hoje aqui: uma forma de fazer com que o Poder Judiciário também seja controlado e fiscalizado pela população.

Tenho algumas restrições à fórmula que está aqui. Entendo que ela fala no funcionamento da Justiça, que pode interferir na promoção de juizes e na sua penalização. Isto é matéria privativa do Poder Judiciário. Mas o exercício financeiro, a análise das atividades, o exercício administrativo, tudo isto sai fora do campo da jurisdição, embora tenha muita relação com ele, porque é função da moralidade e da eficiência com que é cumprido.

O melhor controle sobre o Poder Judiciário não se daria até com este tipo de conselho, mas através de uma audiência periódica do Presidente do Tribunal a esta Casa, para, numa Comissão especializada, dar contas do exercício financeiro e da atividade.

A sociedade não tem o direito, por exemplo, de perguntar a um juiz por que julgou um mandado de segu-

rança de um jeito ou de outro, mas tem o direito de perguntar ao Tribunal Federal de Recursos por que a distribuição de um processo a um juiz demora um ano, tem o direito de perguntar ao Tribunal do Trabalho por que um processo fica dois, três anos na pauta para ser julgado. Isso tem que ser decidido aqui, nesta Casa, que é a Casa do povo, que é a Casa, inclusive, que fornece os meios ao Poder para que o poder se possa desempenhar.

Vim à tribuna, Sr. Presidente, para falar contra a supressão deste texto, porque, se for suprimido, o Plenário não terá oportunidade regimental de apreciar a proposta e a emenda que estou apresentando, para que exista um controle através do Poder Legislativo. Se os Constituintes aceitarem a emenda supressiva, suprime-se o texto e não se poderão examinar outras hipóteses; se os Constituintes votarem a favor da manutenção do texto, entrará em seguida outra emenda que apresentará uma fórmula, na minha opinião, mais adequada de exercer a fiscalização, porque não entra no território sagrado do desempenho funcional do juiz, mas entra no desempenho geral do Poder e do controle que sobre ele tem que ser exercido, como sobre esta Casa e sobre o Executivo pelo povo brasileiro. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Para encaminhar favoravelmente, tem a palavra o Constituinte Aloysio Chaves.

**O SR. CONSTITUINTE ALOYSIO CHAVES:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o nobre Constituinte Plínio Arruda Sampaio pediu a atenção da Casa para esta emenda, porque ela é realmente de importância, de significação extraordinária, excepcional.

Acredito que na estruturação dos Poderes, na definição destes Poderes, como estamos tentando fazer no Projeto de Constituição, não se pode inserir uma norma que fere profundamente a autonomia do Poder Judiciário.

O art. 144, como está redigido, pretende que o Conselho Nacional de Justiça tenha competência, como órgão de controle externo da atividade administrativa e do desempenho dos deveres funcionais do Poder Judiciário e do Ministério Público.

Ora, Srs. Constituintes, como é possível manter a autonomia e a independência de três Poderes – do Legislativo, do Executivo e do Judiciário – com um Conselho dessa natureza, com um dispositivo redigido como este?

Tenho, Sr. Presidente, que a matéria está suficientemente esclarecida, quando se sabe que na parte administrativa o Poder Judiciário, através dos seus Tribunais, dos seus órgãos, está sob a fiscalização do Tribunal de Contas da União, nos Estados, a Justiça Estadual, do Tribunal de Contas dos Estados. Na parte do desempenho dos deveres funcionais, através da Corregedoria Geral da Justiça e do Conselho Nacional da Magistratura. Como adicionar esse órgão novo, estranho à estrutura dos Poderes, sem quebrar a autonomia e a independência do Poder Judiciário?

Ao longo da minha vida pública, tenho meditado bastante a respeito da importância dos Poderes que integram a República e, hoje, tenho para mim que o funcionamento da democracia, como desejamos ver instalada neste País, depende, fundamentalmente, do Poder Judiciário. Ao contrário dos que muitos pensam, creio que reside no Poder Judiciário forte, independente, autônomo, a garantia maior da democracia. Não reside apenas no Legislativo e muito menos no Executivo, porque qualquer violência, qualquer arbitrariedade praticada por um Presidente da República ou por um prefeito pode ser corrigido pelo Poder Judiciário. Nenhuma lesão ao direito individual escapa à apreciação do Poder Judiciário. Atente esta Assembléia Nacional Constituinte que foi um juiz federal quem afastou o ex-Presidente Nixon do exercício do seu alto cargo. Não foi o **impeachment** do Congresso americano. Foi ape-

nas a decisão de um juiz federal. E preciso cercar esta Magistratura de completa garantia de independência, independência que não consiste apenas em poder estruturar o seu Regimento Interno e organizar os seus quadros administrativos, mas, sobretudo, em poder colocar-se sempre acima de todas as pressões, de todas as contingências, de todas as vicissitudes da vida pública, para afirmar os princípios basilares da Justiça, mas, sobretudo, como guardião e defensor supremo da Constituição Federal.

Creio, Sr. Presidente, como está redigido o artigo, é uma ingerência externa inadmissível, contraria qualquer dogma jurídico; rompe-se a tradição de independência do Judiciário, afasta-se a garantia do julgamento imparcial e insuspeito; enfim, vulnera-se, de maneira mortal, no cerne, no âmbito, a independência do Poder Judiciário.

Apelo a esta Comissão aceite a emenda, para excluir do projeto este dispositivo.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra, para encaminhar contra, o Constituinte Nelson Jobim.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON JOBIM:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

O tema que agora esta Casa e esta Comissão enfrentam de relevância absoluta na estruturação do Projeto de Constituição que esta Comissão tem o dever de enviar a Plenário e que chegará a Plenário seguramente.

Sr. Presidente, a emenda do eminente Constituinte Adolfo Oliveira pretende a supressão do Conselho Nacional de Justiça, criado aqui no Projeto como órgão de controle externo do Poder Judiciário.

É de se ver, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, uma distinção fundamental que não foi feita aqui, desta tribuna, que é a distinção entre atividade funcional e atividade organizativa. Um juiz de Direito está submetido à lei no que diz respeito à sua atividade funcional. Quando o juiz decide, somente sua consciência e a lei o submetem. Em hipótese alguma, pensa esta Casa, o Relator e a Relatoria que produziu esse Conselho, em colocar uma fiscalização na atividade funcional da Magistratura. No entanto, o que se quer é que a atividade organizativa do Poder Judiciário se submeta à fiscalização e que esta fiscalização se produza por um órgão externo. É o exemplo que nós temos.

#### **(É dado um aparte não solicitado)**

O eminente Constituinte Nilson Gibson poderia aguardar e me ouvir?

Pois bem, Sr. Presidente, foi dito aqui que poderia esse Conselho ser o produto de um trabalho fascista, ou de um trabalho de poder, ou de terror.

Pergunto, Sr. Presidente e Srs. Membros desta Comissão a Itália de 1948, que criou um Conselho desses, é fascista? A França de 1958, que possui um Conselho desses, é fascista? A Venezuela de 1961, que tem um Conselho desses, é fascista? Portugal de 1976 é fascista? O Peru de 1979 é fascista?

#### **(E dado aparte não solicitado)**

Sr. Presidente, solicita a V. Ex.<sup>a</sup> que se refira ao eminente Constituinte Nilson Gibson, que quer suprimir o Conselho, que este momento não se concede aparte, nem interrupção.

**O SR. CONSTITUINTE NILSON GIBSON:** – Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. CONSTITUINTE NELSON JOBIM:** – Peço a V. Ex.<sup>a</sup> Sr. Presidente, me assegure a palavra.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Faço um apelo, exatamente para que se cumpra o Regimento, no mínimo, pelo menos. No encaminhamento não há apartes.

Então, peço ao Constituinte Nilson Gibson que contenha o seu arroubo.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON JOBIM:** – Sr. Presidente, continuando a minha exposição – peço a V. Ex.<sup>a</sup> desconte a interrupção do meu tempo –, é de se notar que este Projeto – e aqui está à observação fundamental – concede a autonomia administrativa e financeira ao Poder Judiciário – está lá no art. 117, coisa que não temos na Constituição de 1969. Este Projeto mantém a autonomia no art. 112, em que o Poder Judiciário poderá prover os seus próprios cargos, e tem toda uma estrutura administrativa de gestão de seus valores, porque participa, inclusive, na formação do Orçamento. É necessário que esta Casa mantenha um órgão e uma instituição que possa assegurar a fiscalização de um Poder que não tem fiscalização nessa estrutura.

Solicitaria a atenção dos Srs. Constituintes para ouvir o que foi dito pelo eminente Processualista Calmon de Passos, recentemente, em artigo na **Folha de S. Paulo**:

"O Executivo não foge à regra, submete-se à fiscalização e à crítica do Legislativo, da opinião pública, através dos meios de comunicação, responde perante o Congresso e tem que ser submedito à avaliação popular, mediante o processo eleitoral. São todos titulares de um Poder transitório, controlado, permanentemente devedor de contas ao povo que o escolheu."

E, aí, pergunto ao eminente Constitucionalista: E os Magistrados? Que povo os escolheu? Que povo os controla? A que povo devem prestar contas? A que referendo se submetem? Quem os pode responsabilizar e questionar? Esta é a questão que está no fundo, Srs. Constituintes.

É necessária à manutenção do texto, mesmo porque, logo a seguir, votaremos uma emenda, um destaque, de autoria do eminente Constituinte José Maria Eymael, que suprime a segunda parte do parágrafo único, assegurando, então, que possa a lei complementar discutir convenientemente sobre a estrutura desse conselho.

O fundamental, Srs. Constituintes, é que é necessário ter-se em mente que essa fiscalização não se destina à atividade funcional do juiz – neste ponto eles são livres, têm autonomia e poder –, mas à atividade organizativa que venha a prestar conta do que faz e do que deixa de fazer, fundamentalmente do que deixa de fazer.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. **(Muito bem! Palmas)**

**A SRA. CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES:** – Sr. Presidente, peço a palavra para fazer uma reclamação.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra a nobre Constituinte Cristina Tavares.

**A SRA. CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES:** – Sr. Presidente, parece-me que o processo que a Mesa submete a este Plenário deverá ter, sobretudo, lisura e limpeza.

Sr. Presidente, eu me inscrevi com a funcionária para encaminhar esta votação; me inscrevi há dois dias. O Constituinte Vivaldo Barbosa iria também fazê-lo, mas não pôde porque meu nome estava inscrito.

Não admito, Sr. Presidente, não admito má-fé; meu nome foi substituído pelo ilustre e brilhante Constituinte Nelson Jobim. Não admito narcisismos aqui na Assembléia Nacional Constituinte. Peço a V. Ex.<sup>a</sup> afaste esta funcionária. Se assim fazem no encaminhamento, eu me pergunto como farão nos encaminhamentos dos destaques. Quem são os Constituintes privilegiados que podem riscar os nomes? E quem são os funcionários que têm autorização para riscar os nomes?

Peço a V. Ex.<sup>a</sup> que providencie um inquérito sobre este assunto, porque outros Constituintes têm-se queixado da mesma coisa; e não admito, a não ser como falta grave, este procedimento.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON JOBIM:** – Sr. Presidente, peço a palavra para um esclarecimento.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON JOBIM:** – Quando compareci à Mesa junto com o Constituinte Plínio Arruda Sampaio, junto à funcionária que tinha a folha do destaque, estava incluído o nome do Constituinte Adolfo Oliveira como apresentador da emenda e como signatário o Constituinte Aloysio Chaves e estavam em branco as duas linhas em que o Constituinte Plínio Arruda Sampaio se inscreveu, e eu juntamente com S. Ex.<sup>a</sup>.

**A SRA. CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES:** – Queria que V. Ex.<sup>a</sup> abrisse um inquérito administrativo.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Peço a V. Ex.<sup>a</sup> que me ouça. Aqui está o documento dado pela Secretaria; em primeiro lugar, não endossaria a opinião de V. Ex.<sup>a</sup> quanto à má-fé e quanto a qualquer tipo de atividade. V. Ex.<sup>a</sup> faz um prejulgamento. O nome de V. Ex.<sup>a</sup> está aqui inscrito para acompanhar exatamente e falar contra a proposta do Destaque nº 7732, do Constituinte José Maria Eymael. Pode ter havido engano ou de V. Ex.<sup>a</sup> ou da Secretaria da Mesa.

**A SRA. CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES:** – Fiz a consulta aqui...

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Mas não que desde logo se proponha uma substituição de uma pessoa que trabalha com correção e com honestidade junto à Mesa. **(Palmas)**

**A SRA. CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES:** – Não sei se trabalha com correção, porque uma coisa desse tipo não me parece, Sr. Presidente, que seja correto.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Antes de passar à votação da matéria, devo chamar a atenção do Plenário que, quando anunciei o requerimento de preferência, e parece-me importante para o julgamento e para o voto dos Constituintes, eu li aqui: "Supressão ao art. 144, parágrafo único". O meu entendimento é que era a supressão do parágrafo único do art. 144 como está escrito. Mas é a supressão de todo o artigo, inclusive o parágrafo único. É esta que é a proposta do Constituinte Adolfo Oliveira. Suprime o Conselho. Os que votam a favor da emenda suprimem o Conselho, suprimem o art. 144 no todo.

Em votação.

**(Procede-se à votação)**

**O SR. CONSTITUINTE JOSE IGNACIO FERREIRA:** – Não, porque pretendo votar emenda subsequente.

**(Prossegue-se a votação)**

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Aluizio Campos, Bernardo Cabral, Carlos Sant'Anna, José Fogaça, Manoel Moreira, Nelson Carneiro, Nilson Gibson, Paulo Ramos, Rodrigues Palma, Theodoro Mendes, Wilson Martins, João Agripino, José Carlos Grecco, Miro Teixeira, Alcení Guerra, Aloysio Chaves, Antoniocarlos Mendes Thame, Arnaldo Prieto, Christóvam Chiaradía, Edme Tavares, Eraldo Tinoco, Francisco Benjamim, Inocêncio Oliveira, José Lins, José Lourenço, José Santana de Vasconcellos, Luís Eduardo, Oscar Corrêa, Ricardo Fiúza, Sandra Cavalcanti, Enoc Vieira, Jofran Frejat, Jonas Pinheiro, Paes Landim, Simão Sessim, Valmir Campelo, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Jarbas Passarinho, Adylson Motta, Bonifácio de Andrada, Francisco Rossi, Gasto-

ne Righi, Joaquim Bevilacqua, Adolfo Oliveira, Siqueira Campos. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Ademir Andrade, Antônio Britto, Artur da Távola, Cid Carvalho, Cristina Tavares, Egídio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, Ibsen Pinheiro, José Ignácio Ferreira, José Richa, José Serra, José Ulisses de Oliveira, Nelson Jobim, Nelton Friedrich, Oswaldo Lima Filho, Pimenta da Veiga, Raimundo Bezerra, Sigmaringa Seixas, Antônio Mariz, Euclides Scalco, Israel Pinheiro, Jorge Hage, José Costa, José Tavares, Octávio Elísio, Uldurico Pinto, Vicente Bogo, Vilson Souza, Ziza Valadares, Brandão Monteiro, José Maurício. Bocayuba Cunha, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Aldo Arantes, Roberto Freire e Beth Azize. **ABSTENÇÃO** dos seguintes Senhores Constituintes: José Paulo Bisol, Michel Temer. e Roberto Brant.

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – Como vota a Constituinte Beth Azize?

**A SRA. CONSTITUINTE BETH AZIZE:** – Sr. Presidente, eu vinha reclamar o direito de votar, porque V. Ex.<sup>a</sup> não me chamou e o meu titular está ausente.

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – Foi um engano da Mesa.

**A SRA. CONSTITUINTE BETH AZIZE:** – Voto "Não", com louvor.

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – Não, com louvor, é o voto da Constituinte Beth Azize.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 46 Constituintes; votaram NÃO 40 Constituintes; abstiveram-se de votar 3 Constituintes. Total: 89 votos. O Destaque foi **prejudicado** por falta de **quorum** qualificado. Declaração de voto, do Senhor Constituinte José Paulo Bisol.

### DECLARAÇÃO DE VOTO

Destaque nº 6462 – Autor: Adolfo Oliveira.

Votei por abstenção para reservar-me o direito de votar favoravelmente ao Destaque 1910, pois entendo que a criação do Conselho Nacional da Justiça, dessubstanciaria o Judiciário sem controle. Poder só pode ser controlado por outro poder, dentro do princípio da reciprocidade dos pesos e contrapesos que sustentam a democracia.

Comissão de Sistematização, 4 de novembro de 1987.  
.– **José Paulo Bisol.**

**O SR. CONSTITUINTE VIRGÍLIO GUIMARAES:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra o Sr. Constituinte Virgílio Guimarães.

**O SR. CONSTITUINTE VIRGÍLIO GUIMARAES:** – Deparei-me hoje com matéria do jornal **Correio Braziliense**, que me coloca aqui na lista apresentada por um grupo autodenominado "centrão", que está solicitando a mudança do Regimento. Observando a matéria, vê-se que isto não passa da proclamada, da tramada "virada de mesa" a que esse "centrão" se propõe. Aparece aqui o meu nome: "Virgílio Guimarães, do PT de Minas Gerais". Quero saber de onde tiraram essa falsificação de colocar o meu nome aqui. Isto é uma lista falsa, manipulada. Tenho notícias, inclusive, de que muitos nomes que aparecem aqui não existem, na realidade. Isto foi uma manipulação que não pode passar impune.

Eu queria que a Mesa tomasse as devidas providências para apurar a origem disse tipo de manipulação. Respeito muito o jornal **Correio Braziliense**, mas essa lista não merece credibilidade. Esta é uma lista falsa, e se pretende com isso virar a mesa desta Assembléia Nacional Constituinte. Esta é uma lista que não vala nada. E uma lista fraudada. Trata-se de uma fraude. Eu queria que

se apurasse isso, e que o responsável apresentasse aqui os originais e que se levasse isso a algum grafotécnico ou a exame de perícia, para se apurar o que aconteceu.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tenho a impressão, em primeiro lugar, nobre Constituinte Virgílio Guimarães, de que fato desta natureza – V. Ex.<sup>a</sup> ter seu nome nomeado na imprensa – que a Mesa nada tem com isto; à imprensa é que se deve voltar a sua fala.

**O SR. CONSTITUINTE VIRGÍLIO GUIMARAES:** – E quem vai apurar isto?

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – V. Ex.<sup>a</sup> fará o protesto exatamente ao jornal que publicou o nome de V. Ex.<sup>a</sup>.

Solicito a V. Ex.<sup>a</sup> para não fazer provocações aqui dentro, como também eu não gostaria de questões de ordem sobre isto. Os nomes são levados aos jornais. Portanto, são os jornais os responsáveis por eles, pois são os jornais que as publicam.

**O SR. CONSTITUINTE DASO COIMBRA:** – Sr. Presidente, o que eu queria dizer é que absolutamente o nome dele não está na lista. Quem está é Virgílio Galassi. Se o jornal publicou errado, a culpa não é minha. Posso afirmar que no momento são 263 nomes.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – O assunto está encerrado. **(Fazendo soar a campainha).** – Peço a atenção dos Srs. Constituintes!

A Mesa cometeu um equívoco no encaminhamento dos trabalhos, isso porque aqui, em grande parte, somos objeto de consultas sistemáticas, simultâneas, de pessoas que vêm à Mesa para procurar o Assessor ou o Presidente, ou qualquer dos Assessores aqui presentes. Fica difícil trabalhar dessa maneira, porque, enquanto se está tomando conhecimento daquilo que se vai votar, ao mesmo tempo está-se ouvindo reclamação, postulação, intervenções junto à Presidência e junto aos seus Assessores. Dai, algumas confusões se realizam, e uma delas foi exatamente esta: votamos uma matéria antes da ordem que deveríamos votar. Votamos a matéria do Constituinte Adolfo Oliveira, quando, na verdade, deveríamos estar votando a do Constituinte Gastone Righi, que tem uma matéria relativa ao art. 132. Depois dele vinha o Constituinte José Genoíno, com o art. 142; depois o Constituinte Vivaldo Barbosa, com o art. 142; depois o Constituinte Bonifácio de Andrada, com o art. 143.

Todos foram prejudicados pela inversão dessa ordem indevida, pelo equívoco aqui praticado pela Mesa, quando se deu a palavra ao Constituinte Adolfo Oliveira.

A economia de trabalho induziria que votássemos em seguida a matéria que acaba de ser amplamente discutida, mas vou voltar à origem, para recuperar o equívoco, votando a matéria que corresponde ao Destaque nº 3892, do Constituinte Gastone Righi.

**O SR. CONSTITUINTE TITO COSTA:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Pois não.

**O SR. CONSTITUINTE TITO COSTA:** – V. Ex.<sup>a</sup> está numa emenda posterior à minha e estou vendo que a minha deve ter sido olvidada.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A de V. Ex.<sup>a</sup> foi prejudicada em razão da ausência do solicitante do destaque. V. Ex.<sup>a</sup> é apenas o Autor da emenda, mas o Constituinte Virgildásio de Senna, que é o Autor do destaque, não se encontrava presente. Conseqüente-mente a emenda foi prejudicada.

**O SR. CONSTITUINTE TITO COSTA:** – Sr. Presidente, tinha dito a V. Ex.<sup>a</sup> que iria defendê-la como autor da emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – E V. Ex.<sup>a</sup> estava inscrito para defendê-la, mas foi prejudicado pela ausência do requerimento do destaque.

**O SR. CONSTITUINTE TITO COSTA:** – Lamento.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Eu também.

**Destaque nº 003892-87 – Emenda nº ES-27357-4, do Sr. Gastone Righi, "que inclui expressões no art. 162 do Substitutivo nº 1 (art. 132, "caput" do Substitutivo nº 2)". (343º votação).**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Em votação o requerimento de preferência para o destaque solicitado pelo Constituinte Gastone Righi.

Os Srs. que concordam com a preferência permaneçam como se encontram. **(Pausa).**

Preferência concedida.

Com a palavra o Constituinte Gastone Righi. **(Pausa).**

Estou numa situação inusitada, não sei se concedo a palavra ao Constituinte Gastone Righi, que se encontra ao telefone, ou ao seu interlocutor.

**A SRA. CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – V. Ex.<sup>a</sup> tem a palavra pela ordem.

**A SRA. CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES:** – Sr. Presidente, estamos votando o art. 144, e há outras emendas a esse artigo. Então, queria que V. Ex.<sup>a</sup> me explicasse a lógica de agora estarmos partindo essa votação, para voltarmos atrás.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Expliquei ainda há pouco, nobre Constituinte, que houve um equívoco praticado pela Mesa no encaminhamento da matéria. Então, tenho que voltar àquilo que o Regimento me determina, que é a ordem crescente dos números. Voltaremos a essa matéria ainda dentro do Capítulo.

**A SRA. CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES:** – Permita-me, Sr. Presidente, ponderar ou manifestar a minha inconformidade. Se começamos a votar o art. 144, e houve um equívoco da Mesa, a lógica é que continuemos a votar esse artigo. Se houve equívoco em relação à minha última reclamação, que a Emenda José Maria Eymael era todo o art. 144, segundo a planilha que tenho em mãos, a do Constituinte Adolfo Oliveira era o parágrafo único do art. 144.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tenho mais outra ainda, a do Constituinte Maurício Corrêa. Eu teria que continuar invertendo a ordem e, por causa disso, eu disse que voltaria ao começo. Preservo a votação das duas emendas, elas estão preservadas. Não há problema. Elas serão votadas exatamente no momento de votar o art. 144.

**O SR. CONSTITUINTE SIQUEIRA CAMPOS:** – Sr. Presidente, apesar da afirmação peremptória de V. Ex.<sup>a</sup>, eu, sabendo do seu espírito democrático, e já que não tivemos culpa nenhuma nesse equívoco cometido, quer em função do tumulto que se estabelece, e V. Ex.<sup>a</sup> tem razão quando diz que vários Constituintes sobem para, às vezes, atrapalhar a Assessoria, isso é verdade, que V. Ex.<sup>a</sup> nos desculpe, mas V. Ex.<sup>a</sup> é um antigo parlamentar, um homem muito experiente, e sabe que é muito difícil controlarmos essas coisas. Peço a V. Ex.<sup>a</sup> para continuar na votação do art. 144, para podermos votar a Emenda Gastone Righi e restabelecer a ordem que V. Ex.<sup>a</sup> deveria ter seguido e não seguiu, não por sua culpa, mas por um equívoco. Isso, para não atrapalhar os entendimentos já mantidos, senão seria como paralisar um jogo para começar outro.

Perdoe-me V. Ex.<sup>a</sup>, e espero a sua decisão sábia.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – V. Ex.<sup>a</sup> tem razão. Tenho apenas dois caminhos a tomar. Escolhi um. Sei que a sua ponderação é lógica e o equívoco foi porque justamente no momento em que o Dr. Paulo Afonso foi solicitado por vários Constituintes, ele colocou os papéis à sua frente distanciados, de maneira que sobrou a Emenda do Constituinte Adolfo Oliveira, e eu pedi na ordem e recebi a do Constituinte Adolfo Oliveira. Na verdade, tinha que seguir antes a seqüência dos números anteriores ao art. 144.

A economia de trabalho levar-me-ia a pensar e prosseguir no art. 144, mas como não há prejuízo nenhum, voltei a respeitar a ordem numérica crescente. V. Ex.<sup>a</sup> me desculpe.

Tem a palavra o Constituinte Gastone Righi.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Em primeiro lugar, agradeço a V. Ex.<sup>a</sup> pela tolerância que teve comigo em razão da demora para poder tomar a palavra.

Srs. Constituintes, desejaria alertar a todos em relação à emenda que ora apresento. É uma emenda ativa ao art. 132 do projeto. O art. 132 do Substitutivo define a competência da Justiça do Trabalho. Ao defini-la, estabelece que a ela compete conciliar e julgar dissídios individuais e coletivos entre empregados e empregadores, inclusive missões diplomáticas etc.

Ocorre que não prevê nessa competência os dissídios de natureza trabalhista, salariais, dos trabalhadores avulsos em relação aos seus tomadores de serviço. Além dos empregados e empregadores, temos toda uma montagem nacional de trabalhadores avulsos, neles se incluem carregadores, arrumadores, ensacadores, estivadores, conferentes de carga e descarga, vigias, consertadores, enfim, tantas categorias que não podem hoje reivindicar direitos individuais ou até coletivos em relação aos seus tomadores de serviços perante a Justiça do Trabalho. Isso é profundamente injusto, e eu diria até que tecnicamente incorreto.

À Justiça do Trabalho deve competir o julgamento de dissídios entre os trabalhadores avulsos e os seus tomadores de serviços, da mesma forma que lhe cabe julgar os dissídios trabalhistas entre trabalhadores e empregadores.

Tenho certeza de que este Plenário haverá de entender estas ponderações e abrigará esses milhares e milhares de trabalhadores avulsos, dando competência à Justiça do Trabalho para conhecer de suas reivindicações, de suas reclamações.

Mais ainda, desejaria esclarecer a V. Ex.<sup>as</sup> que os trabalhadores avulsos hoje são categorias que envolvem centenas de milhares de trabalhadores, mas tenderão a crescer, porque, inclusive "bóias-frias" e outros tipos de trabalhadores avulsos hoje são categorias que envolvem de trabalhadores avulsos e, por isso, precisam da prestação jurisdicional da Justiça do Trabalho, precisam da proteção e do abrigo dessa Justiça especializada.

Assim, apelo aos Srs. membros da Comissão de Sistematização para a aprovação da minha emenda. **(Muito bem! Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra o Sr. Constituinte Aloysio Chaves, para encaminhar contra.

**O SR. CONSTITUINTE ALOYSIO CHAVES:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Creio que a redação do art. 132 do Projeto de Constituição é perfeitamente claro e abrangente para incluir, inclusive, a hipótese mencionada pelo nobre Constituinte Gastone Righi.



Devemos fazer uma distinção nítida, clara, técnica e jurídica entre relação de emprego e relação de trabalho. O art. 132 diz:

"Compete à Justiça do Trabalho conciliar e julgar os dissídios individuais e coletivos entre empregados e empregadores..."

Aqui se caracteriza uma relação de emprego, é preciso que haja um vínculo empregatício.

E acrescenta:

"...inclusive de missões diplomáticas..." A este respeito, tenho observações a fazer.

"...acreditadas no Brasil, e da administração pública direta e indireta, seja dos Municípios, do Distrito Federal, dos Estados e da União, e, na forma da lei, outras controvérsias decorrentes da relação de trabalho..."

Não há, neste caso, uma relação de emprego, mas há uma relação de trabalho, que não exige a Justiça especializada de tomar conhecimento e julgar tais reclamações.

Aproveito a oportunidade, dirigindo-me mais ao eminente Relator, para ponderar que o art. 132 do II Substitutivo, apresentado a esta Comissão, passou a incluir na competência da Justiça do Trabalho à apreciação de ações trabalhistas contra missões diplomáticas, ao contrário do que ocorria no substitutivo anterior.

O substitutivo atual, no meu entendimento, está mais correto, porque acompanha uma tendência na jurisprudência, inclusive o Supremo Tribunal e normas também adotadas por outros países em sua legislação própria. Mas, da forma como se acha o atual art. 132, não tem a Justiça do Trabalho competência para apreciar questões que envolvam, ativa ou passivamente, sujeitos outros que não as missões diplomáticas. Exceto essas, todas as demais são da competência da Justiça Federal, através dos juizes federais (art. 128, III, do substitutivo em exame nesta Comissão).

Como já foi apontado anteriormente, o ideal é substituir:

"...inclusive de missões diplomáticas acreditadas no Brasil" por: "...inclusive entes de Direito Público externo ou internacional, consulares, **ultima ratio**, Estados estrangeiros, organismos internacionais e as chamadas coletivas não estatais: Santa Sé, Soberana Ordem de Malta, etc."

Desta maneira, a Constituição ficará mais de acordo com o que estabelece a Convenção de Viena sobre as relações diplomáticas de 1961, ratificada pelo Brasil.

Acredito, portanto, que é uma correção técnica que se impõe neste texto.

Quanto à emenda em si, do nobre Constituinte Gastone Righi, acho-a desnecessária e, por isso, manifesto-me contra a sua aprovação.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Em votação.

A Presidência solicita aos Srs. Constituintes titulares tomem os seus lugares, a fim de se proceder à votação. **(Pausa)**

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Ademir Andrade, Cid Carvalho, Cristina Tavares, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, Nelson Friedrich, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Sigmaringa Seixas, Wilson Martins, Israel Pinheiro, Jorge Hage, José Tavares, Uldurico Pinto, Vicente Bogo, Vilson Souza, Alcení Guerra, Antoniocarlos Mendes Thame, Sandra Cavalcanti, Simão Sessim, Antônio Carlos Konder Reis, Adylson Motta, Bonifácio de Andrada, José Maurício, Lysâneas Maciel, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Aldo Arantes,

Roberto Freire e Beth Azize. **Votaram NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Alfredo Campos, Antônio Britto, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Carlos Sant'Anna, Egidio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Ibsen Pinheiro, José Ignácio Ferreira, José Richa, José Ulisses de Oliveira, Manoel Moreira, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nilson Gibson, Pimenta da Veiga, Raimundo Bezerra, Rodrigues Palma, Theodoro Mendes, Antônio Mariz, Euclides Scalco, João Agripino, José Costa, Marcos Lima, Michel Temer, Octavio Elísio, Roberto Brant, Ziza Valadares, Aloysio Chaves, Arnaldo Prieto, Edme Tavares, Eraldo Tinoco, Francisco Benjamim, Inocêncio Oliveira, José Lins, Luis Eduardo, Oscar Corrêa, Enoc Vieira, Jofram Frejat, Jonas Pinheiro, Mozarildo Cavalcanti, Paes Landim, Brandão Monteiro, Adolfo Oliveira, Siqueira Campos. **ABSTENÇÃO** dos seguintes Senhores Constituintes: Darcy Pozza e Jarbas Passarinho.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 34 Constituintes; votaram NÃO 45 Constituintes; abstiveram-se de votar 02 Constituintes. Total: 81 votos. O Destaque foi **prejudicado** por falta de **quorum** qualificado.

Antes de suspender a reunião, devo chamar a atenção dos Srs. Constituintes para a série de avisos que foram dados ontem com relação aos nossos trabalhos.

Hoje, à tarde, haverá apenas sessão da Assembléia Nacional Constituinte, em caráter ordinário, sem tratar dos assuntos constitucionais. Não teremos, portanto, reunião na tarde de hoje.

#### IV – SUSPENSÃO DA REUNIÃO

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A Presidência vai suspender os trabalhos, convocando os Senhores Constituintes para a continuação da presente reunião, amanhã, 5-11-87, às 9:00 horas.

Está suspensa a reunião.

**EM 5 DE NOVEMBRO DE 1987**

Presidência dos Srs.: **Jarbas Passarinho**, Terceiro-Vice-Presidente; **Aluísio Campos**, Primeiro-Vice-Presidente; e **Fernando Henrique Cardoso**, Quarto-Vice-Presidente.

#### I – REABERTURA DA REUNIÃO

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Havendo número regimental, declaro reaberta a reunião.

#### II – EXPEDIENTE

**Do Senhor Líder do PMDB na Assembléia Nacional Constituinte:**

"Ofício nº 246/87

Brasília, 5 de novembro de 1987.

Excelentíssimo Senhor

Senador Afonso Arinos

DD. Presidenta da Comissão de Sistematização

Nesta

Senhor Presidente:

Informo a Vossa Excelência que a bancada dos Suplentes do PMDB na Comissão de Sistematização, através de acordo entre seus membros, estabeleceu ordem de inscrição para as votações daquela Comissão, para o Título V – Defesa do Estado e das Instituições Democráticas, conforme relação anexa.

Sem outro particular, reitero a Vossa Excelência votos de estima e cordial apreço. – Senador **Mário Covas**, Líder do PMDB na Assembléia Nacional Constituinte."

#### Relação da Ordem dos Suplentes para o Título V

Vilson Souza – José Costa – Délio Braz – Jorge Hage – Antônio Mariz – Octavio Elísio – Roberto Brant

– Márcio Braga – Michel Temer – José Carlos Grecco – Ziza Valadares – Euclides Scalco – José Tavares – João Natal – Chagas Rodrigues – Marcos Lima.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Convido os Srs. Líderes presentes a comparecerem à Mesa, pois o requerimento por eles apresentado está suscitando dúvidas. Preciso consultá-los sobre o mesmo.

Está suspensa a reunião por 5 minutos.

### III – COMUNICAÇÕES

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Está reaberta a reunião. Tem a palavra, para uma questão de ordem, o Constituinte José Genoíno.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Sr. Presidente, a questão de ordem que neste momento formulo a V. Ex.<sup>a</sup> foi levantada, ontem à tarde, na sessão da Assembléia Nacional Constituinte, em primeiro lugar, pelo nobre Constituinte Carlos Sant'Anna. Contraditando-a, deixei claro que há uma questão a ser resolvida pela Mesa da Comissão de Sistematização e a solução da Mesa terá de ser dada agora, porque a votação será no fim do título, ou no final do projeto.

A questão é a seguinte, Sr. Presidente: votado o projeto, os títulos e as preferências, existem os destaques para os quais não há preferência. O entendimento era que esses destaques iriam automaticamente para o Plenário. Aí, Sr. Presidente, ocorre um problema: se o projeto vai para o Plenário com a votação dos títulos e das preferências e se os destaques não foram votados – destaques que não têm preferência – essa matéria não estará votada na sua totalidade. Isto pode dar margem a um recurso em Plenário, no sentido de que a matéria votada na Sistematização na verdade não foi votada, porque, pelas normas regimentais, é considerada votada uma matéria quando se esgotam todas as emendas e todos os destaques dela decorrentes. Para evitar esse problema – e esta a questão de ordem precisa – a Mesa da Comissão de Sistematização teria de resolver o problema da seguinte maneira: ou no final de cada título votaríamos em bloco os destaques para os quais não existe preferência – e, neste caso, votar-se-ia em bloco pela rejeição e a matéria estaria votada na sua totalidade – ou no final do texto, isto é, depois do Título IX, votar-se-ia uma resolução global sobre os destaques para os quais não existem preferências e que, portanto, não foram votados.

Concluindo, a minha preocupação baseia-se no fato de que a Comissão de Sistematização não encerraria a votação do projeto, porque haveria destaques sem votação, e no Plenário poderia surgir a questão de a matéria não ter sido votada na Comissão de Sistematização. Portanto, não existiria Projeto de Constituição votado, porque os destaques não teriam sido votados. Assim, é necessário que vetemos os destaques que não têm preferência, no final de cada título, ou no final da votação do projeto, repito.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Sr. Constituinte, dar-lhe-ei uma opinião de Presidente eventual, porque naturalmente a questão de ordem de V. Ex.<sup>a</sup> deverá ser resolvida pela Mesa como um todo. A Mesa deverá reunir-se para tomar essa decisão. Tenho a impressão de que a sugestão de V. Ex.<sup>a</sup>, **data vênica**, prejudica o destaque, porque, na medida em que estamos votando com prazos fatais, votamos primeiro as preferências das lideranças, depois às preferências daqueles que, dentro da consolidação do que reparamos, podem ser apresentadas por um décimo dos Srs. Constituintes aqui presentes. Em seguida, os destaques remetidos à Assembléia Nacional, pelo fato de não terem sido nem rejeitados nem aprovados, serão mantidos e preservados na grande Assembléia – a Assembléia Nacional Constituinte. A votação em bloco me deixa grandes dúvidas quanto à sua exequibilidade, porque ela

seria prejudicial aos destaques, no meu entender. Em primeiro lugar, porque o parecer do Relator-Geral seria pela rejeição dos destaques. Assim, votaríamos pela rejeição, numa única sessão. Votando pela rejeição, estaríamos votando matéria completa, como V. Ex.<sup>a</sup> diz, mas com prejuízo dos destaques. Resta a outra alternativa sugerida por V. Ex.<sup>a</sup>, que será analisada pela Mesa. Eu a levarei à Mesa para análise.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Sr. Presidente, a questão de ordem foi levantada por mim ontem na reunião da Assembléia Nacional Constituinte. O que o Regimento prevê – e é uma questão de ordem, digamos, preventiva, para evitar problemas futuros – é que os destaques, que são um direito do Constituinte, devem ser submetidos a voto: aprovados ou rejeitados. Mas, com a aceleração dos trabalhos da Comissão, houve um acordo de lideranças pelo qual se fixou um número certo de sessões para cada título. Findo o prazo, os títulos são considerados votados, as emendas aprovadas ficam aprovadas, as rejeitadas ficam rejeitadas, e as que não foram apreciadas – e não o foram porque não entraram na seleção das lideranças – são consideradas, pela Mesa, remanescentes e encaminhadas ao Plenário como remanescentes, junto com o título dado por aprovado. Ora, a figura "destaque remanescente" não existe no Regimento. Por outro lado, o título é considerado aprovado ressaltados os destaques. Até o último destaque tem de ser votado. Então, enviar ao Plenário destaques não apreciados – aprovados ou rejeitados – ditos remanescentes, no meu entender cria um problema regimental que precisa ser superado: quando o projeto chegar ao Plenário da Constituinte, poder-se-á levantar a questão de ordem de que o projeto não está votado, porque de cada título sobraram milhares de destaques não apreciados, os ditos remanescentes, figura não regimental.

Coloquei a questão de ordem à Mesa da Constituinte, então presidida pelo Constituinte Mário Maia, e disse a S. Ex.<sup>a</sup> que não precisava me responder na hora, pois tínhamos tempo. Disse-lhe que a Mesa da Constituinte, com a da Comissão de Sistematização, examinaria o problema para encontrar uma solução. Uma das possíveis talvez fosse a votação em bloco. Mas que haja uma solução regimental, para que não se fique com essa vulnerabilidade no projeto no Plenário da Constituinte.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A questão de ordem de V. Ex.<sup>a</sup> está colocada junto à Mesa da Assembléia Nacional Constituinte. Ainda há pouco, o Constituinte José Genoíno levantou questão de ordem igual baseado até na citação que fez V. Ex.<sup>a</sup> Dei uma opinião pessoal e acho que V. Ex.<sup>a</sup> a ouviu. Vou levar à Mesa o resultado.

Se considerarmos o problema do Regimento, verificaremos que, logo de pronto, o Regimento não nos poderia impor prazos para votar capítulos. E todos aceitamos, através das Lideranças. Todas as Lideranças presentes e a Mesa aceitaram. A partir dessas transgressões, é que se vão acumulando as demais. Do contrário, não teríamos também possibilidade de votar destaque por destaque. São 8 mil destaques na Comissão de Sistematização. O que encontramos foi uma fórmula que, naturalmente, arranhou o Regimento, para se ter um prazo. Há um decurso de prazo. Só que no decurso de prazo não há aprovação nem rejeição. Há preservação dos destaques. Como dizia ainda há pouco ao nobre Constituinte José Genoíno, podemos votar os destaques em bloco, ou fazê-lo regimentalmente. Como V. Ex.<sup>a</sup> conhece isto tão bem quanto eu, ou

melhor, podemos votar as emendas com parecer favorável ou contrário, em bloco.

Quanto a esses destaques que têm pareceres desfavoráveis, poderíamos votá-los em bloco e já estariam prejudicados, porque a aprovação do capítulo seria feita com a eliminação automática desses destaques. E um assunto a considerar. Espero que a Mesa da Assembléia Nacional Constituinte resolva a questão.

Com a palavra o nobre Constituinte Virgílio Távora.

**O SR. CONSTITUINTE VIRGÍLIO TAVORA:** – Sr. Presidente, gostaria de fazer um registro nos Anais da Assembléia Nacional Constituinte, já que as atitudes morais dos seus diferentes representantes devem servir de embasamento à credibilidade que ela há de ter. Alertado, por uma crônica do **Jornal de Brasília**, que havia votado contra compromissos que assumira, pedi à Mesa, presidida por V. Ex.<sup>a</sup> que me fornecesse o extrato do resultado dessa votação. Referia-me à Emenda nº ES-30413, de autoria do Constituinte Amaral Netto, Destaque nº 30051. Trata-se, evidentemente, de um engano da Mesa apuradora, já que não registra meu voto, nem SIM, nem NÃO, nem abstenção, como se não estivesse eu presente. Estava presente, tenho certeza absoluta. E mais ainda, de que votei. E nenhum dos três suplentes do partido, dois dos quais à hora presentes – os Constituintes Bonifácio de Andrada e Adylson Motta – foi chamado.

Esse registro faço. Não seria um voto a mais, a favor ou contra, que iria modificar essa votação, mas quero afirmar categoricamente que votei a favor daquilo com que me tinha comprometido com o Constituinte Amaral Netto, ou seja, a favor da sua Emenda ES-30413, que tratava da pena de morte.

Era o que tinha a dizer.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Fica registrada a declaração de V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE VIRGÍLIO TAVORA:** – Muito obrigado.

#### IV – ORDEM DO DIA

**Votação do Projeto de Constituição – Título IV (continuação) Destaque nº 001272-87 – Emenda nº 1P 19842-9, do Sr. Vivaldo Barbosa, "que dá nova redação ao art. 228 e §§ do Substitutivo nº 1 (art. 142 e §§ do Substitutivo nº 2):". (344ª votação).**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Temos uma informação aos Srs. Constituintes que receberam a planilha. Deveríamos começar, hoje, pela análise do Destaque nº 0266, do Constituinte José Genoíno, mas a Mesa verificou que precedente existe em relação à apresentação deste, o Destaque nº 1272, do Constituinte Vivaldo Barbosa, que foi apresentado antes. Então, pela sequência cronológica, será o primeiro a ser apresentado, em vez de ser o segundo, como está na planilha.

Sobre a mesa requerimento de preferência para a votação do Destaque nº 1272, referente à Emenda nº 1P-19842, do Constituinte Vivaldo Barbosa.

Os Srs. Constituintes que estão de acordo permaneçam como se encontram. **(Pausa)** Aprovada a preferência.

Dou a palavra ao Deputado Vivaldo Barbosa para defender a sua emenda.

**O SR. CONSTITUINTE VIVALDO BARBOSA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a emenda que trago à apreciação deste Plenário diz respeito à competência da Justiça Militar.

Ao longo do período autoritário, houve um clamor nacional contra a prática de os civis que cometessem

crimes políticos serem julgados pela Justiça Militar. Hoje se deposita na Assembléia Nacional Constituinte a esperança de que esse assunto seja resolvido definitivamente, significando um dos aspectos mais essenciais na ordem democrática que se quer construir.

Esta tem sido uma preocupação não apenas no Brasil, não apenas no período autoritário; muitos países têm-se debruçado sobre o assunto da existência permanente e constante da Justiça Militar em tempos de paz. A última grande vitória no sentido da construção de uma ordem democrática liberal foi conseguida na França, quando Roberto Badinter, Ministro da Justiça do governo socialista do Presidente François Mitterand, conseguiu, numa batalha extraordinária, convencer o Congresso francês, a Assembléia francesa, a extinguir a Justiça Militar como instituição permanente, admitindo-a apenas em tempos de guerra, para os casos históricos, até tradicionais, de crimes contra a pátria ou crimes militares contra os interesses nacionais. Diversos países seguiram este mesmo exemplo, ou seja, não mantiveram a Justiça Militar como instituição permanente, já que se destina a julgamento criminal – e o crime é um só, independente do seu agente, autor ou ator.

Aceitamos como opinião majoritária, na Assembléia Constituinte a Justiça Militar como instituição permanente. Aceitamos, como opinião generalizada, a necessidade de ainda existir no País a Justiça Militar em caráter permanente. Mas o que a nossa consciência nacional não nos deixa admitir é que civis venham a ser julgados pela Justiça Militar. Não quero dizer com isso que os juizes militares não tenham uma visão judiciosa do Direito, da lei, do processo e da função da instituição; ou que possamos repelir a existência de juizes militares, que são a essência, a razão do seu nascimento.

A história da Justiça Militar dá-lhe uma destinação específica: é para ter abrangência, para ter consequência, para ajudar na manutenção da disciplina, do espírito militar no ambiente castrense. O movimento que se fez no sentido de mudar esta natureza da Justiça Militar, para também atingir civis, foi fruto de um momento autoritário do País. A consciência democrática brasileira, hoje, exige como condição de uma democracia permanente e estável que a Justiça Militar volte às suas raízes históricas, volte ao seu domínio próprio e se restrinja, a partir do seu efeito, apenas ao ambiente militar, ao ambiente castrense.

Sr. Presidente, apenas para esclarecimento do Plenário, esta emenda tem o escopo de redigir de maneira diferente o art. 142, em seu parágrafo único, e diz textualmente:

Art. 142 – "A Justiça Militar compete processar e julgar os militares nos crimes definidos em lei, assim compreendidos os praticados em razão ou no exercício de atividades estritamente castrenses."

Parágrafo único – "Em tempos de guerra, este foro especial estender-se-á aos civis, nos casos expressos em lei para repressão de crimes contra a segurança externa do País ou às instituições militares."

Esta semana, Sr. Presidente, Srs. Constituintes foi produto de longo debate e reflexão no chamado grupo de consenso. Dezenas de Constituintes dos vários partidos a subscreveram, como Teotônio Vilela Filho, Euclides Scalco, Antônio Britto, Vilson Souza, José Jorge, Jales Fontoura, dentre outros que eu poderia aqui nominar de diversas tendências, mas todos imbuídos de consciência democrática e preocupação em construir uma democracia estável no País.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra, para encaminhar contra a emenda, o Constituinte Egídio Ferreira Lima.

**O SR. CONSTITUINTE EGÍDIO FERREIRA LIMA:** – Sr. Presidente, Srs. integrantes da Comissão de Sistematização, o art. 142 está redigido nos seguintes termos: "A Justiça Militar compete processar e julgar os crimes militares definidos em lei."

Ora, Sr. Presidente, o texto está preciso quando diz que compete à Justiça Militar processar e julgar os crimes militares. Que crimes militares serão esses? Qual o alcance e o conteúdo do fato infrator que caracteriza o crime militar? A lei vai dizer, pois o texto constitucional remete a questão para a lei.

Não é próprio de uma Constituição definir e tipificar crime, caracterizar o fato como crime. A Constituição diz o bastante quando se reporta a crime militar. Não nos cabe, como Constituinte, estar indagando se o crime militar deva abranger esta ou aquela ação, na sua extensão e nos seus detalhes. Não nos compete, aqui e agora, perguntar qual a conotação política do crime militar, até porque este crime não tem conotação política. Não pode a Constituição estar descendo a uma matéria pura e tipicamente penal, qual a de arrolar os crimes, defini-los e estabelecer penas. Se atendermos à emenda estaremos tirando – desculpe-me o companheiro Vivaldo Barbosa – a seriedade, a isenção e, sobretudo, o caráter técnico de nossa ação como Constituintes. Por isso quero deixar claro o motivo que me leva a votar contra a emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Para encaminhar a votação a favor da emenda, concedo a palavra ao nobre Constituinte José Ignácio Ferreira. **(Pausa)** S. Ex.<sup>a</sup> desiste do uso da palavra.

Para encaminhar a votação contra a emenda tem a palavra o nobre Constituinte Gastone Righi.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, neste encaminhamento de votação desejo fazer uma observação. A tese de que a Justiça Militar deve julgar apenas militares, e nunca civis, é evidentemente muito atrativa, no sentido de que os civilistas, os democratas – que se ressentem, inclusive, de seguidas intervenções militares no poder político – não desejam que a situação se perpetue, ou que a Justiça castrense possa atingir o civil nos seus direitos de cidadania, ou políticos.

Ocorre, no entanto, que essa atração aparente da emenda em apreciação esbarra num obstáculo muito mais sério e grave: quebra o princípio constitucional da isonomia, da igualdade, da unicidade processual. Admitamos que um crime qualquer, por exemplo, de peculato, ocorra num quartel, ou que crimes de natureza estritamente militar sejam cometidos com a cumplicidade de civis. Ao se votar esta emenda e aprová-la, teremos dois processos distintos: um, na Justiça Militar, para punir os militares de carreira, e outro, na Justiça comum, para julgamento de civis e assemelhados a militares, o que é inacreditável. Ora, se uma das Justicas absolvesse os responsáveis e a outra os condenasse, onde ficaria o princípio da equidade e da isonomia? Onde ficariam os princípios da unicidade processual e da unidade da decisão e da sentença? Seria desrespeitado principalmente o princípio de justiça.

Que gênero de justiça dicotômica é esta, pela qual dividiríamos os indicados em duas classes, apenas porque uns vestem farda e outros trajam ternos, ou roupas civis? É claro que não pode prevalecer à emenda em apreço, que é discriminatória e atenta contra os mais elementares princípios de justiça. O que devemos fazer, ao se preverem os crimes militares, ou os julgados pela legislação ordinária, quanto à forma de punição, evitar que a Justiça Militar

possa ser, em qualquer tempo, instrumento político degradante ou de pressão sobre as forças políticas civis. Mas não é este o caminho. Não é se criando a iniquidade, a injustiça e a discriminação que atingiremos um estalo democrático, equilibrado e justo. Portanto, somos contra a emenda que, a princípio, se nos afigura tão atraente.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENÓINO:** – Sr. Presidente, peço a palavra para solicitar um esclarecimento, em forma de questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – V. Ex.<sup>a</sup> tem a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENÓINO:** – Sr. Presidente, há o Destaque nº 1272, e o de nº 266. A emenda de autoria do nobre Constituinte Vivaldo Barbosa diz especificamente o seguinte:

"A Justiça Militar compete processar e julgar os militares, nos crimes militares definidos em lei, assim compreendidos os praticados em razão ou no exercício de atividade estritamente castrense."

Este é o texto da emenda de autoria do Constituinte Vivaldo Barbosa.

O texto da emenda seguinte, de minha autoria, diz:

"A Justiça Militar compete julgar e processar os militares, nos crimes militares definidos em lei".

É cópia da que consta no projeto da Comissão Afonso Arinos.

A pergunta que faço a V. Ex.<sup>a</sup> Sr. Presidente, é se a emenda do Constituinte Vivaldo Barbosa prejudica a emenda objeto do Destaque nº 266, pois entendo que há conteúdos diferentes nas duas emendas.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Rejeitada esta Emenda, não estará prejudicada a de autoria de V. Ex.<sup>a</sup> aprovada, estará prejudicada.

**O SR. CONSTITUINTE JOSE GENÓINO:** – Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Com a palavra o Relator Bernardo Cabral.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, Srs. Membros da Comissão de Sistematização, com todo o respeito que tributo ao Constituinte Vivaldo Barbosa, discordo do que diz S. Ex.<sup>a</sup>, na emenda de sua autoria e na sua sustentação. Na primeira, pela remissão que faz; na segunda, pelo tropeço que comete, ao declarar que a Justiça Militar volta às suas raízes históricas.

Em verdade, a Constituição de 1934 diz o seguinte:

"Art. 84 – Os militares e as pessoas que lhes são assemelhadas terão foro especial nos delitos militares. Este foro poderá ser estendido aos civis, nos casos expressos em lei, para repressão de crimes contra a segurança externa do País ou contra as instituições militares."

A volta que pretende o eminente Constituinte Vivaldo Barbosa não é das melhores. Pelo contrário, a Constituição de 1946 diz, no seu art. 108:

"A Justiça Militar compete processar e julgar, nos crimes militares definidos em lei, os militares e as pessoas que lhes são assemelhadas."

Este texto foi repetido na Constituição de 1967 e também faz parte da Constituição vigente.

Ora, o eminente Constituinte Vivaldo Barbosa perde-se no tempo, ao longo de 50 anos, quando, na sua emenda,

composta de um artigo e dois parágrafos, declara exatamente o que se quer. O texto, como bem ressaltou o eminente Constituinte Egidio Ferreira Lima, no art. 142, é precisamente constitucional, absoluto, correto, perfeito, porque declara que à Justiça Militar compete processar e julgar os crimes militares definidos em lei. Está aí definida a matéria. O resto irá para a legislação comum.

Sr. Presidente, à vista disto, a Relatoria votará pela manutenção do texto.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Em votação.

**(Procede-se à votação)**

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Cristina Tavares, Haroldo Sabóia, Ibsen Pinheiro, Nelton Friedrich, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Sigmaringa Seixas, Jorge Hage, Uldurico Pinto, Vicente Bogó, Vilson Souza, Jesualdo Cavalcanti, José Maurício, Lysâneas Maciel, Bocayuva Cunha, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Haroldo Lima, Roberto Freire, Beth Azize. Votaram **NÃO** os Senhores Constituintes: Aluizio Campos, Antônio Brito, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Carlos Mosconi, Carlos Sant'Anna, Egídio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Gasparian, Fernando Lyra, João Herrmann Neto, José Inácio Ferreira, José Richa, José Ulisses de Oliveira, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nilson Gibson, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Rodrigues Palma, Theodoro Mendes, Virgildásio de Senna, Wilson Martins, Antônio Mariz, Chagas Rodrigues, Daso Coimbra, João Agripino, José Carlos Grecco, José Costa, José Tavares, Márcio Braga, Marcos Lima, Michel Temer, Miro Teixeira, Octávio Elísio, Aloysio Chaves, Antonio Carlos Mendes Thame, Arnaldo Prieto, Christóvam Chiaradia, Edme Tavares, Eraldo Tinoco, Francisco Dornelles, Inocêncio Oliveira, José Lins, Luís Eduardo, Mário Assad, Oscar Corrêa, Sandra Cavalcanti, Enoc Vieira, Jofran Frejat, Jonas Pinheiro, Paes Landim, Simão Sessim, Valmir Campelo, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Gerson Peres, Jarbas Passarinho, Virgílio Távora, Adylson Motta, Francisco Rossi, Gastone Righi, Ottomar Pinto, Adolfo Oliveira, e Siqueira Campos.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 22 Constituintes; votaram NÃO 65 Constituintes. Total: 87 votos. O Destaque foi **rejeitado**.

**Destaque nº 000266-87 do Sr. José Genoíno – Emenda nº ES-34258-4, do Sr. Domingos Leonelli e outros, "que dá nova redação ao art. 170 do Substitutivo nº 1 (artigo 142, "caput" do Substitutivo nº 2)". (345ª votação).**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Requerimento de preferência para votação do Destaque nº 266, referente ao Capítulo IV, do Título IV, do Substitutivo nº 2, art. 142. Autor do destaque, Constituinte José Genoíno. Os que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. **(Pausa)** A preferência é concedida.

Com a palavra o Constituinte José Genoíno para defender o destaque.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, chamo a atenção de todos porque o art. 142 diz o seguinte: "À Justiça Militar compete processar e julgar os crimes militares definidos em lei". Qual o objetivo da emenda? É exatamente o de acrescentar as palavras "os militares", ficando assim redigido o **caput** do artigo: "À Justiça Militar compete processar e julgar os militares, nos crimes militares definidos em lei". Esta é a emenda, Sr. Presidente e Srs. Constituintes.

O primeiro argumento em defesa desta emenda é que ela é igual ao texto do Projeto de Constituição da Comissão Afonso Arinos, onde temos:

"À Justiça Militar compete processar e julgar os militares, nos crimes militares definidos em lei."

Portanto, a primeira explicação é que nossa emenda é a cópia do texto do projeto de Constituição da Comissão Afonso Arinos.

Há um problema, para o qual chamo a atenção dos Srs. e das Sras. Constituintes: se for mantido o texto como está, qual o grande risco que estaremos correndo? Se amanhã a Lei de Segurança Nacional for incorporada ao Código Penal Militar, a Justiça Militar julgará civis e militares com base no Código Penal Militar e a Lei de Segurança Nacional. Portanto, não podemos aqui aprovar a formalização dessa possibilidade, porque, se for mantido o texto como está, isso poderá acontecer no futuro, através de lei ordinária. Até porque, o texto diz: na lei ordinária.

E o parágrafo único, que não estamos mudando, passa a ter sentido, se aprovada a nossa emenda, pois está assim redigido:

"A lei disporá sobre a **competência** – e eu grifo a palavra competência – a organização e funcionamento do Superior Tribunal Militar."

Vejam bem, se não colocarmos a palavra "os militares", estaremos formalmente abrindo a porta para que, amanhã – e chamo a atenção do nobre Relator Bernardo Cabral para isso – tenhamos inserido no Código Penal uma lei tipo Segurança Nacional. Então, estará constitucionalmente aprovada a possibilidade de a Justiça Militar julgar civis em todas as suas instâncias.

Há outra questão, Sr. Presidente. Quando se fala sobre crimes militares, essa abrangência dá margem a um poder de arbítrio, potencial e formalmente muito grande. Os crimes militares, quem os comete? Não está dito. Pode ser civil ou militar. O que é um crime militar? Também não está dito. A emenda anteriormente rejeitada dizia "crimes estritamente castrenses". A nossa, não. A nossa deixa a abrangência dos crimes militares definidos em lei para os militares. Isto sim. Aí, Sr. Presidente, estamos definindo um texto constitucional enxuto e com base no princípio democrático, porque existe o Poder Judiciário em todas as suas esferas, em todas as suas instâncias para julgar determinados crimes.

Um outro risco, para que chamo a atenção dos Srs. Constituintes, é o que já foi aprovado por esta Comissão de Sistematização. Já aprovamos aqui, nesta Comissão, no art. 128, da Seção IV, o seguinte inciso:

"Os crimes políticos e as infrações penais praticadas em detrimento de bens, serviços ou interesse da União ou de suas entidades autárquicas ou empresas públicas, excluídas as contravenções e ressalvada a competência da Justiça Militar..."

Olhem bem o risco! Se não aprovarmos esta nossa emenda, com o texto do art. 128, inciso IV, estará formalmente aprovada, por esta Assembléia Nacional Constituinte, a possibilidade de, amanhã, a lei definir, no caso do Código Penal Militar, o julgamento de civis em atividades políticas. Estou relacionando o inciso IV, do art. 128, já aprovado, com a manutenção do texto do II Substitutivo, do Relator Bernardo Cabral. Por isso, solicito a esta Comissão que aprove esta emenda, que é do Constituinte Domingos Leonelli, com o destaque de minha autoria.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Com a palavra o Constituinte José Ignácio Ferreira, para encaminhar a favor.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA:** – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs. Constituintes, esta é uma das poucas vezes em que discordo do eminente Relator Bernardo Cabral. Além das razões aduzidas aqui, com muita clareza, pelo Constituinte José Genoíno, há uma ocorrência de técnica legislativa, que me pareceu importante e para a qual chamo a atenção do eminente Relator Bernardo Cabral. O art. 142 está assim redigido:

"A Justiça Militar compete processar e julgar os crimes militares definidos em lei."

Ora, processa-se a pessoa e julga-se o crime. Processar e julgar crimes militares é, no mínimo, um equívoco técnico que não poderia ser mantido no texto. A proposta da Comissão Afonso Arinos, aqui referida pelo eminente Constituinte José Genoíno, é exatamente o texto da proposta do Constituinte Domingos Leonelli, o qual diz:

"À Justiça Militar compete julgar e processar os militares nos crimes militares definidos em lei."

Sr. Presidente, fica, pela aprovação deste texto, excluída a possibilidade de processo e julgamento de civis por crimes militares, ou seja, fica excluída a possibilidade de se configurar, por via da lei, que o ilícito militar possa ser praticado por civil. Ou seja, que, por lei posterior, ordinária, possa o civil vir a ser considerado réu de uma ação penal por prática de crime militar.

Sr. Presidente, concordo inteiramente com o texto da emenda e vou votar pela sua aprovação.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Não havendo mais oradores inscritos, vou conceder a palavra ao nobre Relator Geral.

Antes, porém, quero dar um aviso e fazer uma solicitação ao Plenário.

Há constituintes que vêm à Mesa e se declaram molestados por pessoas que os procuram dentro do plenário a fazer "lobismo". É preciso que isso acabe (**palmas**) e que tenhamos aqui a tranquilidade para sabermos discernir exatamente o voto que vamos dar. Para isso peço às pessoas que se encontram neste plenário e não são Constituintes nem ex-Deputados ou ex-Senadores que, por obséquio, na medida em que procurem pessoas que vão votar, mantenham-se no fundo do plenário.

Tem a palavra o Relator.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, a emenda cujo destaque foi sustentado pelo Constituinte José Genoíno tem a seguinte redação:

"À Justiça Militar compete julgar e processar os militares nos crimes militares definidos em lei."

Na justificativa se declara que a simples existência da Justiça Militar já constitui algo excepcional.

É claro que o Constituinte José Genoíno conhece, mas não quer proclamar, que a nossa Justiça foi criada por D. João VI. E ao longo desse período excepcional, os advogados militantes sempre reconheceram que o Superior Tribunal Militar, na aplicação da justiça, sempre se houve com seriedade e independência. Mas, na hora em que ouço S. Ex.<sup>a</sup> declarar que precisa haver uma Justiça Militar só para julgar os militares, S. Ex.<sup>a</sup> está querendo um tribunal para determinadas pessoas e não para determinados crimes. Então, o que acontece? Está-se criando um tribunal de exceção, o que contraria o disposto no art. 5º, § XIV, do Substitutivo, já aprovado, que diz: "Não haverá juízo ou tribunal de exceção". Não podemos, nes-

te instante, cometer, eu já não diria o crime, mas a leviandade de estabelecermos agora este choque.

Por esta razão, a Relatoria lamenta discordar, e o faz com tristeza do eminente Constituinte José Ignácio e se põe contrária à sustentação do Deputado José Genoíno. Votará contra a emenda e o destaque. É a posição da Relatoria.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem apenas para um esclarecimento.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Dou a palavra a V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Sr. Presidente, estou entendendo a emenda do Constituinte José Genoíno quase como uma isonomia.

O § 4º do art. 143 diz:

"Compete à Justiça Militar estadual processar e julgar os policiais militares e bombeiros militares nos crimes militares definidos em lei..."

Pergunto ao Relator: por que não se estender isso também ao âmbito federal?

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra o Relator.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, é com muita alegria que declaro ao eminente Constituinte Roberto Freire que é a forma de se proteger mais o militar estadual e o bombeiro do que como gostaria S. Ex.<sup>a</sup> Aliás, a emenda do Constituinte Paulo Ramos vai permitir que a Justiça Militar estadual fique a critério dos respectivos Estados. De modo que não há nenhuma incoerência, como aparentemente poderia supor, mas apenas deixa-se a Justiça Militar estadual julgar os elementos pertencentes também ao Corpo de Bombeiros e às Polícias Militares estaduais.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Em votação.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Faltosa, Ademir Andrade, Antônio Britto, Artur da Távola, Carlos Mosconi, Cristina Tavares, Egidio Ferreira Lima, Fernando Lyra, Haroldo Sabóia, Ibsen Pinheiro, João Herrmann Neto, José Ignácio Ferreira, José Ulisses de Oliveira, Nelson Jobim, Nilton Friedrich, Osvaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Renato Vianna, Sigmaringa Seixas, Virgildásio de Senna, Antônio Mariz, Chagas Rodrigues, Israel Pinheiro, João Agripino, Jorge Hage, José Carlos, Carlos Grecco, José Tavares, Miro Teixeira, Octávio Elísio, Uldurico Pinto, Vicente Bogo, Wilson Souza, Eraldo Tinoco, Jesualdo Cavalcanti, José Maurício, Lysâneas Maciel, Bocayuva Cunha, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Haroldo Lima, Roberto Freire e Beth Azize. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Aluizio Campos, Bernardo Cabral Carlos Sant'Anna, Fernando Bezerra Coelho, João Calmon, José Fogaça, José Richa, Manoel Moreira, Nilson Gibson, Raimundo Bezerra, Theodoro Mendes, Wilson Martins, Daso Coimbra, José Costa, Márcio Braga, Marcos Lima, Michel Temer, Alceni Guerra, Arnaldo Prieto, Christóvam Chiaradia, Edme Tavares, Francisco Dornelles, Inocêncio Oliveira, José Lins, José Santana de Vasconcellos, Luís Eduardo, Mário Assad, Oscar Corrêa, Osvaldo Coelho, Sandra Cavalcanti, Enoc Vieira, Jofran Frejat, Jonas Pinheiro, Paes Landim, Ricardo Izar, Simão Sessim, Valmir Campelo, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Gerson Pares, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia, Virgílio Távora, Francisco Rossi, Gastone Righi, Ottomar Pinto, Adolfo Oliveira e Siqueira Campos.

**O SR. CONSTITUINTE ERALDO TINOCO:** – Sr. Presidente, para um registro. Não tenho tido qualquer pro-

blema até aqui com o processo eletrônico, mas desta vez registrei o meu voto **NÃO** e o painel registrou **SIM**. Quero que conste, para efeito de Ata, que meu voto foi **NÃO**. Houve um erro no registro do painel. Confiro todas as vezes o meu voto, antes de acionar a tecla. Não sei o que houve, mas o fato é que o registro no painel não correspondeu a meu voto. Ora a questão é muito grave, porque, numa votação em que um voto possa ser decisivo, isto poderá provocar dificuldades.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Vale por declaração.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 42 Constituintes; votaram NÃO 48 Constituintes. Total: 90 votos. O destaque foi **rejeitado**.

**Destaque nº 006333-87 – Emenda nº ES-32432-2, do Sr. Bonifácio de Andrada, "que dá nova redação ao § 1º do art. 171, do Substitutivo nº 1 (§ 1º do art. 143, do Substitutivo nº 2)". (346ª votação).**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Requerimento de preferência para votação do Destaque nº 6333, de autoria do Constituinte Bonifácio de Andrada.

Em votação a preferência. **(Pausa)** Aprovada.

Concedo a palavra ao Constituinte Bonifácio de Andrada, para defender sua emenda.

**O SR. CONSTITUINTE BONIFÁCIO DE ANDRADA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o objetivo da nossa emenda é prestigiar as Assembleias Legislativas como poder constituinte na feitura da Constituição estadual. O texto do eminente Relator Bernardo Cabral, no art. 143, § 1º, diz o seguinte:

"A competência dos tribunais e juízes estaduais será definida em lei, de iniciativa dos tribunais..."

Segundo este texto, a Constituição estadual não disporá, como atualmente, acontece, sobre a competência do Judiciário estadual. Quem irá dispor sobre a competência dos tribunais estaduais será uma lei estadual de iniciativa dos próprios tribunais. Isto é um **capitis diminutio** contra as assembleias legislativas na feitura da Constituição estadual. Então, nossa emenda passaria a ter a seguinte redação:

"A competência dos tribunais e juízes estaduais será definida na Constituição estadual, sendo a lei de organização judiciária de iniciativa dos respectivos tribunais."

Mantemos, como sempre ocorreu no Brasil, desde 1891, com as constituições estaduais, a competência para dispor sobre o Judiciário estadual e deixamos para os tribunais a iniciativa da lei de organização judiciária.

Nossa emenda, portanto, é em favor da autonomia dos Estados na feitura da Constituição estadual pelas assembleias legislativas. Pedimos, por isso, o apoio dos Srs. Constituintes, bem como do eminente Relator Bernardo Cabral para nossa proposição.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Concedo a palavra ao nobre Relator José Fogaça.

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – Sr. Presidente, Srs. Membros da Comissão de Sistematização, o Relator Bernardo Cabral, pediu-nos que transmitisse ao Plenário a posição da Relatoria, qual seja, a de reconhecer que esta emenda realmente corrige e vem sanar uma falha do texto. Trata-se de fazer com que nas Constituições estaduais também se possa legislar sobre o Poder Judiciário, evitando que essas Constituições fiquem capengas em relação a este Poder. As Constituições estaduais cabe organizar os Poderes Executivo e Legislativo, mas não se poderia fazer o mesmo em relação ao Poder Judiciário.

A emenda do nobre Constituinte Bonifácio de Andrada vem, pois, preencher esta lacuna, corrigir essa falha.

Portanto, o parecer do Relator-Geral, Bernardo Cabral, e da unanimidade da Relatoria é favorável à emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Em votação.

**(Procede-se à votação)**

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Almir Gabriel, Aluizio Campos, Antônio Britto, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Carlos Mosconi, Carlos Sant'Anna, Cristina Tavares, Egídio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, Ibsen Pinheiro, João Calmon, João Herrmann Neto, José Fogaça, José Ignácio Ferreira, José Richa, José Serra, José Ulisses de Oliveira, Manoel Moreira, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nelton Friedrich, Nilson Gibson, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Raimundo Bezerra, Sigmaringa Seixas, Theodoro Mendes, Virgildásio da Senna, Wilson Martins, Antonio Mariz, Chagas Rodrigues, Doso Coimbra, Israel Pinheiro, João Agripino, Jorge Hage, José Costa, José Tavares, Márcio Braga, Marcos Lima, Michel Temer, Octávio Elísio, Uldurico Pinto, Vilson Souza, Alcení Guerra, Arnaldo Prieto, Christóvam Chiaradia, Edme Tavares, Eraldo Tinoco, Francisco Dornelles, Inocêncio Oliveira, José Lins, José Santana de Vasconcellos, Luis Eduardo, Oscar Corrêa, Osvaldo Coelho, Sandra Cavalcanti, Enoc Vieira, Gilson Machado, Jesualdo Cavalcanti, Jofran Frejat, Jonas Pinheiro, Paes Landim, Ricardo Izar, Simão Sessim, Valmir Campelo, Antônio Carlos Konder Reis, Gerson Peres, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia, Virgílio Távora, Lysâneas Maciel, Bocayuva Cunha, Luiz Salomão, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Adolfo Oliveira, Siqueira Campos, Haroldo Lima, Roberto Freire e Jamil Haddad. Votou **NÃO** o Senhor Constituinte: Darcy Pozza.

**O SR. CONSTITUINTE ERALDO TINOCO:** – Sr. Presidente, peço a palavra para dizer que, na seleção do voto, apertei o botão do **NÃO** quando na verdade queria votar **SIM**.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – O registro de V. Ex.<sup>a</sup> constará dos Anais.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 89 Constituintes; votou NÃO 1 Constituinte. Total: 90 votos. O destaque foi **aprovado**.

**Destaque nº 007962-87 – Emenda nº ES-28984-5, do Sr. Paulo Ramos, "que suprime expressões no § 4º do art. 171, do Substitutivo nº 1 (§ 3º do art. 143 do Substitutivo nº 2)". (347ª votação).**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Sobre a mesa requerimento de preferência, nos termos regimentais, para a votação do Destaque nº 7962, relativo à Emenda nº 28984, do Título IV, Capítulo IV, art. 143, § 3º, tendo como primeiro signatário o Constituinte Paulo Ramos.

Em votação o requerimento de preferência. **(Pausa)** **Aprovado.**

Concedo a palavra ao nobre Constituinte Paulo Ramos para defender a emenda.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, o § 3º do art. 143 diz o seguinte:

"A lei poderá criar, mediante proposta do Tribunal de Justiça, a Justiça Militar Estadual, constituída em primeiro grau, pelos Conselhos de

Justiça e, em segundo, pelo próprio Tribunal de Justiça ou por Tribunal Especial, nos Estados em que o efetivo da respectiva polícia militar seja superior a vinte mil integrantes."

O objetivo da emenda consiste em suprimir apenas a expressão "do Estado em que o efetivo da respectiva polícia militar seja superior a vinte mil integrantes".

Com esta emenda busco preservar a autonomia dos Estados de modo que cada unidade da Federação tenha possibilidade de completar a sua Justiça Militar por iniciativa do seu Tribunal de Justiça, sem qualquer vinculação ao efetivo. Já fui informado de que esta emenda conta com o apoio do nobre Relator e espero também contar com o apoio de todos os Constituintes que integram esta Casa.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Com a palavra o nobre Constituinte José Tavares para encaminhar contra a emenda.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ TAVARES:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a emenda do Constituinte Paulo Ramos visa a suprimir a expressão "superior a vinte mil integrantes". Com isto, o meu Estado, o Paraná, por exemplo, fica apto e livre para criar a Justiça Militar estadual. Pessoalmente, sou contra isto. Luto desde 1979 contra a proliferação de tribunais nos Estados, quando cheguei à Assembléia Legislativa do Paraná. Naquela época, esboçava-se nesta Casa uma alteração no texto da Constituição vigente, exatamente no sentido de criar a Justiça Militar naquele Estado, pela iniciativa de um parlamentar paranaense, general da reserva, então filiado à Arena. E por que eu me coloquei contra, já àquela época, a criação e a proliferação da Justiça Militar nos Estados? Primeiro, porque entendo que os Estados dispõem dos Tribunais de Justiça que podem processar e julgar os militares. Segundo, seria mais um cabide de empregos que estaríamos dando a oficiais da Polícia Militar. E o mais grave, nobres Srs. Constituintes, é que o número de processos ou de inquéritos policiais militares no Paraná não justifica a criação de Tribunal Militar naquele Estado.

Ao aprovarmos esta emenda, ampliaríamos desnecessariamente o número de Tribunais Militares nos Estados. E a manutenção do texto do nobre Constituinte Bernardo Cabral, que refluíu em sua iniciativa – perdoe-me S. Ex.<sup>a</sup> – é no mínimo moralizadora, porque estabelece um limite. Só poderão contar com Tribunais de Justiça Militar os Estados cujas corporações policiais militares superarem o número de vinte mil membros.

Por isso, Sr. Presidente e nobres companheiros Constituintes, temos de refletir bastante ao votar esta emenda. Tenho o maior respeito pelo Constituinte Paulo Ramos, e S. Ex.<sup>a</sup> tem, evidentemente, razões para ter apresentado esta emenda, dada a sua longa vivência na Polícia Militar do Rio de Janeiro, que é um Estado diferente do Estado do Paraná.

Chamo a atenção dos nobres companheiros desta Comissão para o fato de que se aprovarmos a emenda supressiva deste texto, estaremos estimulando a criação de Tribunais de Justiça Militar em muitos Estados, sem a menor necessidade. Pessoalmente, não vejo razão para tribunais especiais, mas, já que vamos permitir a criação de Tribunais de Justiça Militar em alguns Estados, que seja observado o limite de vinte mil membros da corporação policial militar.

Voto, portanto, com pesar, contra a emenda do Constituinte Paulo Ramos, e lamento que o meu querido Relator tenha refluído nas suas intenções com base no texto que traz à análise de todos nós aqui.

Durante o pronunciamento do Sr. **José Tavares**, o Sr. **Jarbas Passarinho**, Terceiro-Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é

ocupada pelo Sr. **Aluizio Campos**, Primeiro-Vice-Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Para encaminhar a favor, concedo a palavra ao nobre Constituinte Nelson Carneiro.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, não fosse a intervenção do nobre Constituinte José Tavares e minha palavra seria desnecessária. Não podemos estabelecer critérios diferentes para os Estados, qual seja, o Tribunal de Justiça, em alguns, pode sugerir a criação da Justiça Militar; em outros, não. Isso em decorrência de a Polícia Militar, no segundo caso, não contar com vinte mil membros efetivos. Então, haverá Estados com Justiça Militar e outros que não contarão com ela. Ou, então, poderá ocorrer que Estados que não contam com os vinte mil membros efetivos na Polícia Militar aumentem o quadro para atingir esse número, a fim de terem a Justiça Militar. Conseqüentemente, ao invés de permitirmos aos pequenos Estados, que dispõem de cinco, dez ou quinze mil policiais militares, criar sua Justiça Militar, vamos obrigá-los a elevar esse número para vinte mil, aumentando despesas desnecessariamente e criando uma situação que não deveria existir.

Evidentemente, a emenda atribui ao Tribunal de Justiça a iniciativa de criar ou não a Justiça Militar, mas não pode condicioná-la a que a Polícia Militar disponha de vinte mil membros efetivos, porque senão teremos, do Acre ao Rio Grande do Sul, todas as Polícias Militares com vinte mil militares, ainda que não deles necessitem e não tenham recursos para pagá-los.

Por isso, com a devida vênua do nobre Constituinte José Tavares, sou pela aprovação da emenda defendida pelo nobre Constituinte Paulo Ramos.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Em votação.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, a Relatoria está em aberto. Uns votarão contra e outros, a favor. Meu voto pessoal será "sim".

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Sr. Constituinte, o Relator não se pronuncia sobre a emenda. Em votação.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Artur da Távola, Carlos Mosconi, Cristina Tavares, Haroldo Sabóia, João Herrmann Neto, José Serra, José Ulisses de Oliveira, Nelson Carneiro, Nilton Friedrich, Nilson Gibson, Paulo Ramos, Severo Gomes, Virgildásio de Senna, Jorge Hage, José Carlos Grecco, Márcio Braga, Michel Temer, Miro Teixeira, Nelson Wedekin, Octávio Elísio, Uldurico Pinto, Vicente Rogo, Vilson Souza, Arnaldo Prieto, Edme Tavares, Francisco Dornelles, Inocêncio Oliveira, Oscar Corrêa, Jofran Frejat, Jonas Pinheiro, Valmir Campelo, Antonio Carlos Konder Reis, José Maurício, Bocayuva Cunha, Francisco Rossi, Joaquim Bevilacqua, Siqueira Campos, Roberto Freire, Beth Azize. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Almir Gabriel, Aluizio Campos, Antônio Britto, Carlos Sant'Anna, Egidio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Lyra, Francisco Pinto, João Calmon, José Fogaça, Renato Vianna, Manoel Moreira, Nelson Jobim, Oswaldo Lima Filho, Theodoro Mendes, Wilson Martins, Antonio Mariz, Daso Coimbra, Israel Pinheiro, João Agripino, José Costa, José Tavares, Eraldo Tinoco, José Santana de Vasconcelos, Luís Eduardo, Mário Assad, Sandra Cavalcanti, Enoc Vieira, Gilson Machado, Jesualdo Cavalcanti, Paes Landim, Ricardo Izar, Darcy Pozza, Gerson Peres, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia, Virgílio Távora, Lysâneas Maciel, Plínio Arruda Sampaio, José Genoíno, Adolfo Oliveira, Haroldo Lima, José Ignácio Ferreira, José Richa.



**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 41 Constituintes; votaram NÃO 44 Constituintes. Total: 85 votos. O Destaque foi prejudicado por falta de quorum qualificado.

**Destaque nº 007934-87 – Emenda nº ES-32016-5, do Sr. Paulo Ramos, "que inclui expressões no § 5º do art. 171, do Substitutivo 1 (§ 4º do art. 143 do Substitutivo 2)". (348ª votação).**

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Há sobre a mesa requerimento de preferência, assinado pelos Líderes e pelo Constituinte Paulo Ramos, para o Destaque nº 7934 referente à Emenda nº 32016, que diz respeito ao § 4º do art. 143.

A emenda faz acrescentar ao § 4º do art. 143 "e da graduação dos praças", que passa a ter a seguinte redação:

"Art. 143....."

§ 4º – Compete à Justiça Militar Estadual processar e julgar os policiais militares nos crimes militares definidos em lei, cabendo ao tribunal competente decidir sobre a perda do posto e da patente dos oficiais e da graduação dos praças."

Trata-se de um requerimento semelhante ao do Constituinte José Genoíno em relação ao art. 142, já votado.

Com a palavra o autor da emenda para encaminhar favoravelmente a votação.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – Sr. Presidente, Sr.ªs e Srs. Constituintes, em várias Unidades da Federação já há Tribunais Estaduais Militares. Faço questão de dizer que sempre me posicionei contrário a todos os foros privilegiados, mas eles existem para julgar os militares, os juízes, os parlamentares e diversas categorias profissionais. Ademais, em várias Unidades da Federação já funciona a Justiça Militar Estadual.

O objetivo da emenda – e aqui peço a atenção de todos os membros da Comissão de Sistematização – tem por fim simplesmente enquadrar todos os militares estaduais ao julgamento da mesma Justiça. A emenda faz esta extensão, a fim de que parcelas de uma mesma tropa não sejam submetidas ao julgamento em diferentes foros. Portanto, o que se pretende aqui, por medida de Justiça, é submeter todos os integrantes das polícias militares e dos corpos de bombeiros das Unidades da Federação ao julgamento da mesma Justiça, no caso, o Tribunal Militar Estadual, se já existente no Estado.

Esta não é uma medida protecionista. Ela simplesmente visa a colocar todos os integrantes de uma mesma corporação à submissão do crivo de um mesmo órgão do Poder Judiciário.

Espero contar com o apoio consciente da Relatoria e também dos integrantes da Comissão de Sistematização.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ TAVARES:** – Sr. Presidente, peço a palavra para um esclarecimento.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem V. Ex.ª a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ TAVARES:** – A emenda do Constituinte Paulo Ramos, pelo que pude apreender, visa a incluir a expressão "e da graduação dos praças", passando o texto a ter a seguinte redação:

"Art. 143....."

§ 4º – Compete à Justiça Militar Estadual processar e julgar os policiais militares nos crimes militares definidos em lei, cabendo ao tribunal competente decidir sobre a perda do posto e

da patente dos oficiais e da graduação dos praças."

Ocorre que a emenda omite os Corpos de Bombeiros. Pergunto: como ficariam os Corpos de Bombeiros?

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – Sr. Presidente, posso dar a explicação, já que estou vinculado ao tema. É que em todas as Unidades da Federação, à exceção de duas, os Corpos de Bombeiros Militares integram as Polícias Militares. Somente no Rio de Janeiro e no Distrito Federal é que os Corpos de Bombeiros constituem corporações independentes. Acredito que a observação feita pelo Constituinte José Tavares é pertinente, mas a recebo apenas como uma espécie de correção de redação, caso a emenda seja aprovada.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Pediria a V. Ex.ª, nobre Constituinte Paulo Ramos, um esclarecimento. A emenda acrescenta a expressão "e da graduação dos praças", mas ocorre que o parágrafo proposto por V. Ex.ª omite outra expressão constante do texto do Substitutivo, qual seja, "e bombeiros militares". De acordo com a emenda de V. Ex.ª, fica assim redigido:

"§ 4º – Compete à Justiça Militar Estadual processar e julgar os policiais militares nos crimes militares definidos em lei, cabendo ao tribunal competente decidir sobre a perda do posto e da patente dos oficiais e da graduação dos praças."

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – Sr. Presidente, esclareço que preservo o texto do nobre Relator, apenas incluindo a expressão "e da graduação dos praças", para que todos possam ser julgados igualmente pelo mesmo tribunal. Somente isto. Não há exclusão dos Corpos de Bombeiros. Simplesmente fui traído pelo equívoco de omiti-los na redação, porque em todas as Unidades da Federação, a não ser em duas, não há Corpo de Bombeiros como unidade independente. De pronto faço esta correção de redação da minha emenda. É simplesmente isto, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – É para entrar também a expressão "bombeiros militares"? Isto não consta da sua emenda.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – A minha emenda é aditiva da expressão, no final da redação do texto, "posto é a patente dos oficiais e da graduação das praças". Somente esta expressão está sendo aduzida ao texto do Relator. Se V. Ex.ª verificar o § 3º, o Relator também só se refere à Polícia Militar. Por isso fui conduzido a este equívoco. A intenção é não só corrigir o § 4º, como também o § 3º.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Com a palavra o eminente Relator José Fogaça, para se pronunciar a respeito.

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – O Relator Bernardo Cabral, nesta matéria, lamenta ter de discordar das posições defendidas pelo nobre Constituinte Paulo Ramos, ficando com a manutenção do texto e pela rejeição da Emenda nº 32916. Esta é a posição da Relatoria.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Em votação.

**(Procede-se à votação)**

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Almir Gabriel, Aluizio Campos, Carlos Mosconi, Cristina Tavares, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, João Herrmann Neto, Nelton Friedrich, Paulo Ramos, Sigmaringa Seixas, Antonio Mariz, João Agripino, Jorge Hage, José Carlos Grecco, José Tavares, Márcio Braga, Miro Teixeira, Nelson Wedekin, Octávio Elísio, Uldurico Pinto, Wilson Souza, Sandra Cavalcanti, Jofran Frejat, Gerson Peres, José Maurício, Lysâneas Maciel, Bocayuva Cunha, Francisco Rossi, Gastone

Righi, Joaquim Bevilacqua, José Genoíno, Siqueira Campos, Aldo Arantes, Roberto Freire e Beth Azize. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Antônio Britto, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Carlos Sant'Anna, Egidio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Ibsen Pinheiro, João Calmon, José Fogaça, José Ignácio Ferreira, José Richa, José Serra, Manoel Moreira, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nilson Gibson, Oswaldo Lima Filho, Raimundo Bezerra, Severo Gomes, Virgildásio de Senna, Wilson Martins, Daso Coimbra, Israel Pinheiro, José Costa, Michel Temer, Arnaldo Prieto, Christóvam Chiaradia, Edme Tavares, Eraldo Tinoco, Francisco Dornelles, Inocêncio Oliveira, José Santana de Vasconcellos, Luís Eduardo, Oscar Corrêa, Osvaldo Coelho, Gilson Machado, Jesualdo Cavalcanti, Jonas Pinheiro, Paes Landim, Ricardo Izar, Simão Sessim, Valmir Campelo, Darcy Pozza, José Luiz Maia, Virgílio Távora, Plínio Arruda Sampaio e Adolfo Oliveira.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 38 Constituintes; votaram NÃO 47 Constituintes. Total: 85 votos. O destaque foi **rejeitado**.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem, para um esclarecimento. Estou percebendo, na pauta que me foi entregue para controle de votação, que as preferências serão votadas ao final. Final de quê? Desta pauta ou de todas?

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Acabamos de votar todos os destaques relacionados com o art. 143. Vamos votar em seguida o art. 144, relativo ao Conselho Nacional de Justiça. Estamos obedecendo à ordem de artigos e preferências.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA:** – Sr. Presidente, aproveito a oportunidade para voltar a dirigir apelo à Mesa no sentido de que discipline a entrega da planilha, para haver certo regramento, porque o Plenário está tomando conhecimento da matéria na hora em que vai votar. Lamento profundamente que toda vez que se toca neste assunto se constate um muxoxo, como se isto fosse algo absolutamente absurdo. O mínimo que o Plenário pode pleitear é um ordenamento racional, imutável, para que se possa ter condição de refletir sobre o que se vai votar. É muito ruim o que ocorre, e não é a primeira vez que faço tal solicitação.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Não sei se foi V. Ex.<sup>a</sup> que levantou uma questão de ordem semelhante ontem, e quando eu estava na Presidência decidi que não só as preferências solicitadas pelas Lideranças mas também as individualmente apresentadas à Mesa da Comissão, a respeito de cada artigo, seriam votadas subsequentemente. Estou recebendo apenas as emendas que constam da planilha, não estou recebendo preferências outras.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA:** – Sr. Presidente, há muita coisa além disso. O Prodasen está marginalizado, não é utilizado, não se sabe do Prodasen, a não ser como memória, para registro do que ocorre aqui, **a posteriori**. Há vários fatos que, com o tempo, vamos levantando e, lamentavelmente, servirão para desnudar muita coisa que está ocorrendo nesta Comissão.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A Mesa acolhe a reclamação de V. Ex.<sup>a</sup> e vai adotar providências junto à Coordenação e Assessoria da Comissão.

Antes de pedir a atenção dos Srs. Constituintes para o próximo destaque, solicito à Segurança da Casa que adote providências, atenciosamente, junto às pessoas que não pertençam à Assembléia Nacional Constituinte: aqueles que não sejam Constituintes e que integrem a imprensa que ocupam as últimas filas do Plenário, façam a gentileza de deixar o recinto, a fim de que o trânsito dos mem-

bro da Comissão e demais Parlamentares para a sala privativa dos Constituintes continue a ser feito normalmente. Repito a solicitação feita pelo Constituinte Jarbas Passarinho, na qualidade de Presidente desta Comissão, a fim de que não precisemos acionar a Segurança da Câmara dos Deputados para o esvaziamento do Plenário das pessoas que não sejam Constituintes e que não integram a representação jornalística, a imprensa.

**Destaque nº 006245-87, do Sr. Gerson Peres, "que suprime o art. 144 do Substitutivo nº 2". (349ª votação).**

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Chamo a atenção dos Srs. Constituintes para o seguinte fato: há dois destaques supressivos a respeito do art. 144. O mais abrangente é o nº 6.245, do Constituinte Gerson Peres, que não consta da planilha. Foi apresentado com as assinaturas regimentais e é abrangente porque propõe a supressão total do Conselho Nacional de Justiça. O outro destaque é do Constituinte José Maria Eymael e faz supressões parciais. Então, pela ordem regimental, teremos de votar, evidentemente, em primeiro lugar, o destaque supressivo total, que não consta da planilha, mas que propõe a exclusão do art. 144 do texto do projeto.

**O SR. CONSTITUINTE PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO:** – Sr. Presidente, peço a palavra para um esclarecimento. Temos, segundo o enunciado de V. Ex.<sup>a</sup> no momento, cinco emendas a respeito da mesma matéria. A emenda do Constituinte Gerson Peres, uma vez aprovada, prejudicará as demais. Em seguida, temos a emenda do Constituinte José Maria Eymael. A pergunta que faço a V. Ex.<sup>a</sup> é a seguinte: aprovada a emenda do Constituinte José Maria Eymael, a Mesa considerará prejudicadas as outras emendas? E explico a V. Ex.<sup>a</sup>, antes que me responda, que o destaque do Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva refere-se à emenda de minha autoria, que dá um tratamento diferente ao problema. As emendas do Constituinte Gerson Peres, do Constituinte José Maria Eymael, do Constituinte Maurício Correa e do Constituinte Virgildásio de Senna referem-se ao Conselho de Supervisão e Fiscalização da Magistratura. Proponho na minha emenda que esta fiscalização seja exercida pelo Legislativo. Assim, gostaria de saber – é importante para a orientação dos votos – se V. Ex.<sup>a</sup> considerará que, sendo uma das emendas aprovada, estará prejudicada a última.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem para contestar.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Esclareço a V. Ex.<sup>a</sup> Constituinte Plínio Arruda Sampaio, que, sendo aprovada a emenda supressiva total, as demais estarão prejudicadas. Se não o for, a emenda parcial do Constituinte José Maria Eymael não prejudicará as outras substitutivas, dependendo da matéria sobre a qual versa. Mas acho oportuno só levantarmos esta questão depois de votada a emenda do Constituinte Gerson Peres.

**O SR. CONSTITUINTE PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO:** – Sr. Presidente, quero solicitar mais um esclarecimento a V. Ex.<sup>a</sup>, porque o Plenário precisa saber o que está votando. Vamos imaginar a seguinte hipótese: aprovada a emenda do Constituinte José Maria Eymael, posteriormente seria submetida a votos a minha emenda. Suponhamos que ela seja aprovada. Ela substitui a emenda do Constituinte José Maria Eymael, ou não?

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A emenda do Constituinte José Maria Eymael suprime apenas do **caput** a palavra "externo", e no parágrafo faz outra supressão.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

Sr. Presidente, o Deputado Plínio Arruda está colocando o carro na frente dos bois. V. Ex.<sup>a</sup> não precisa responder ao Deputado Plínio Arruda. Regimentalmente, a

Presidência deve colocar em votação o meu pedido de preferência, em primeiro lugar, e depois discutir o problema apresentado pelo Deputado Plínio Arruda.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Já expliquei a V. Ex.<sup>a</sup> e ao Plenário que será posto em votação seu pedido de preferência. Depois de obtermos o resultado desta votação, tomaremos conhecimento das propostas do Sr. Constituinte Plínio Arruda.

Em votação a preferência. (Pausa)

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, peço verificação de votação. Quero dizer que, rejeitado meu pedido, pedirei preferência para a votação de todas as emendas dos textos e dos títulos, que serão votadas através do painel.

Sr. Presidente, há um precedente nesta Comissão, segundo o qual, nos pedidos de preferência feitos por 10% dos Parlamentares sobre o conjunto das emendas pinçadas pelas lideranças, em duas seria acatada uma. As lideranças aceitaram isto, por ocasião da votação da emenda de autoria do Constituinte Brandão Monteiro. Agora elas querem fazer comigo uma quebra de compromissos. Mas vão me conhecer: obstruirei todos os pedidos de preferência feitos pelas lideranças e pedirei verificação das votações feitas através do painel. Esta atitude das lideranças é uma deslealdade, e não jogo deslealmente em campo. Aqui há dois ou três Constituintes que querem derrubar compromissos já assumidos.

Sr. Presidente, peço a V. Ex.<sup>a</sup> que anote meu recado. Quero esclarecer que vou obstruir as votações na Comissão de Sistematização.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Peço aos Srs. Constituintes que voltem a seus lugares, porque a Mesa já tomou decisão a respeito do assunto em tela.

O requerimento de preferência, no caso, é absolutamente insubstancial, porque o que está sendo votado, pela ordem, segundo o art. 144, é uma emenda supressiva total. Ela deve ser votada em primeiro lugar, independentemente de preferência, porque as preferências subsequentes são sobre emendas supressivas parciais ou substitutivas.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, minha emenda é supressiva e, portanto, preferencial.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Vamos votar o destaque pedido pelo nobre Constituinte Gerson Peres. Está tomada a decisão. Peço aos Srs. Constituintes que tomem seus lugares para iniciarmos a votação.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, quero encaminhar a votação, como autor do destaque.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra, para encaminhar a votação.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, prezados Colegas, defender...

**O SR. CONSTITUINTE BOCAYUVA CUNHA:** – Sr. Presidente, V. Ex.<sup>a</sup> está errado.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Não é preferência, Constituinte Bocayuva Cunha.

**O SR. CONSTITUINTE BOCAYUVA CUNHA:** – Está errado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Não está errado. Estamos votando o art. 144. As preferências são sobre o artigo.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – V. Ex.<sup>a</sup> está equivocado, Constituinte Bocayuva Cunha.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ RICHÁ:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ RICHÁ:** – Sr. Presidente, faço um apelo a V. Ex.<sup>a</sup>, para que reconsidere sua decisão. Se a emenda do Constituinte Gerson Peres é supressiva, ela tem, pelo Regimento, preferência. Se é supressiva total, tem preferência sobre a outra, que é modificativa. A Mesa deve decidir no sentido de dar a preferência, sem precisar colocar a decisão em votação. Eu, desde logo, voto contra, mas acho que o Constituinte tem direito a colocar sua emenda à apreciação. (Palmas)

**O SR. CONSTITUINTE BOCAYUVA CUNHA:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE BOCAYUVA CUNHA:** – Sr. Presidente, desejo registrar uma reclamação contra a maneira pela qual V. Ex.<sup>a</sup> está dirigindo os trabalhos desta Comissão. Não é possível que, em pleno regime de votação, V. Ex.<sup>a</sup> permita que o Constituinte Gerson Peres faça ameaças à Mesa e ao Plenário. É uma reclamação que peço fique registrada. Faça V. Ex.<sup>a</sup> o favor de manter a ordem nesta Casa.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Fica registrada a reclamação de V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Não ouvi o que V. Ex.<sup>a</sup> disse. Repita, por favor.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Desejo responder ao nobre Senador José Richá...

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Quero defender o meu destaque, Sr. Presidente. Tenho preferência para defender o meu destaque. É regimental. Não estou encaminhando votação.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A Mesa esclarece ao Senador José Richá que decidiu fazer a votação do projeto pela ordem dos artigos, e, havendo estabelecido este ordenamento, quando um artigo entra em votação, as preferências são apresentadas sobre as emendas que versam sobre ele. Mas, se existe uma emenda supressiva total, ela, evidentemente, deve ser votada em primeiro lugar, porque poderá prejudicar todas as demais. Então, não há necessidade de preferência para a votação do artigo. A decisão da Mesa está tomada.

Tem o Constituinte Gerson Peres a palavra para fazer a sua defesa.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, prezados colegas, o projeto do eminente Relator Bernardo Cabral diz o seguinte:

"Art. 144 – O Conselho Nacional de Justiça é o órgão de controle externo da atividade administrativa e do desempenho dos deveres funcionais do Poder Judiciário e do Ministério Público."

"Parágrafo único. Lei Complementar definirá a organização e funcionamento do Conselho Nacional da Justiça, em cuja composição haverá membros indicados pelo Congresso Nacional, Poder Judiciário, Ministério Público e Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil."

Sou contra este Conselho, porque a nova Constituição estabelece o intervencionismo constitucional indevido sobre um Poder que ela cria para conviver harmonicamente com os demais. Não posso conceber que brasileiros inteligentes, que aqui vieram trazidos pelo voto do povo, criem um Conselho com corpos estranhos – membros da Ordem dos Advogados do Brasil, membros da promotoria pública e deputados federais – para fiscalizar o órgão Supremo da Justiça no cumprimento dos seus deveres.

Se a fiscalização fosse feita pelo Poder Legislativo seria admissível. Mas aqui há uma quebra do princípio fundamental que votamos, segundo o qual os poderes são harmônicos entre eles, independentes e autônomos. E o Conselho Nacional de Justiça quebra a autonomia e a independência dos poderes quando intervém nos deveres superiores da Justiça.

Por isto, não posso aceitar os argumentos aqui expendidos, inclusive quando se afirma que na França é assim. Não é verdade. Na França, a lei criou os departamentos de justiça, mas a Constituição francesa não criou um órgão com poderes iguais àqueles que lhe são hierarquicamente superiores.

O Supremo Tribunal Federal não pode ser diminuído em sua competência, em sua independência, caso contrário haverá uma quebra de harmonia, de autonomia e de independência entre os três Poderes. Este Conselho pode ser criado em lei complementar, posteriormente, mas não para fiscalizar deveres.

O correto seria – e é – o que está no capítulo referente às atribuições dos Tribunais de Conta. Se se quer fiscalizar as contas do Poder Judiciário, já está escrito aqui. O Tribunal de Contas é um órgão independente do Poder Legislativo, é um órgão de assessoramento do Poder Legislativo. Aí é que cabe a tarefa fiscalizadora de contratação de pessoal, de problemas administrativos e de justiça. Não podemos criar esse Conselho, porque estaremos passando um atestado de incompetência de redação constitucional. E isto fere a tradição de equilíbrio, de harmonia e de independência que deve existir entre os Poderes. Por isso, insurgi-me contra esta emenda, para que os Srs. Constituintes votem pela supressão do dispositivo que cria – perdoem-me a força da expressão – esta excrescência constitucional.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Para encaminhamento contra, concedo a palavra ao nobre Constituinte Egídio Ferreira Lima.

**O SR. CONSTITUINTE VIRGILDÁSIO DE SENNA:** – Sr. Presidente, com fundamento no art. 55, peço a V. Ex.<sup>a</sup> a palavra para uma declaração que desejo fique registrada nos Anais.

Tenho pelo Constituinte Gerson Peres o maior apreço, mas não posso votar qualquer matéria sob as ameaças que S. Ex.<sup>a</sup> faz ao Plenário. Esta é uma forma desrespeitosa de tratar os companheiros e não aceito votar qualquer matéria sob ameaça de obstrução. (Palmas)

Voto a preferência e a matéria que S. Ex.<sup>a</sup> submeteu à deliberação da Casa, mas não aceito ameaças.

Era o que tinha a dizer.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Com a palavra o Constituinte Egídio Ferreira Lima.

**O SR. CONSTITUINTE EGÍDIO FERREIRA LIMA:** – Sr. Presidente, Sras e Srs. membros da Comissão de Sistematização, pediria a todos, nesta hora, que deixassem o embate, as divergências ideológicas, a emoção e examinassem esta matéria com a serenidade e o estado de equilíbrio que ela exige. Não podemos retirar do texto do projeto o Conselho Nacional de Justiça. Se fizermos isto, estaremos isolando o Poder Judiciário. O Poder Legislativo tem o controle normal e histórico da população, das eleições periódicas. O mesmo ocorre com o Executivo. Este é um dos grandes problemas, nesta hora em que se procura precisar a harmonia e a independência dos Poderes. Em outros países, em cuja legislação historicamente nos temos abeberado, se adotar, com absoluta tranquilidade, o Conselho Nacional da Magistratura. Assim é na Itália, desde a sua Constituição de 1º de janeiro de 1948; em Portugal, na sua última Constituição, e também na

Alemanha. Esses países vão mais distante e põem dentro do Conselho uma ampla representação, igual a um terço do Congresso Nacional. Se deixarmos de criar o Conselho Nacional de Justiça vamos deixar o Poder Judiciário exposto à CPI, ao embate emocional e à pressão da sociedade.

A maneira correta, precisa e sábia é criar o Conselho Nacional da Justiça, integrado de magistrados, de elementos do Executivo e do Legislativo. Ele fará com que o Judiciário, na sua missão delicada e **sui generis** de julgar, de ter a competência jurisdicional, fique fora da emoção, dos embates da sociedade e das pressões das Casas políticas. Esta a finalidade do Conselho em todos os países a que me reporte.

Sr. Presidente, queremos o Conselho que está desenhado. Temos, logo depois, a emenda do Constituinte José Maria Eymael, deixando para a lei ordinária a composição deste Conselho. Passada a emoção, passado o embate, promulgada a Constituição, esta Casa se reunirá com representantes dos outros dois Poderes e precisará o que deverá ser o Conselho de Justiça, não só quanto a sua composição, mas também quanto à sua competência. Não fazê-lo agora, quando estamos organizando o Estado, estabelecendo sua estrutura fundamental, é deixar um imenso vazio nessa nova Constituição e, o que é muito mais grave, deixar motivos para conflitos e para desagregação do Poder Judiciário.

Fui magistrado e ainda hoje tenho uma vinculação afetiva com todo o Poder Judiciário Nacional e não entendo por que alguns magistrados estão repelindo esse Conselho. Em todos os magistrados com quem estive – com o Presidente do Supremo Tribunal Federal da nossa Corte Constitucional, com o Juiz de meu Estado – consegui identificar a necessidade desse Conselho, a compreensão de sua validade. Mais do que isso, que este Conselho é imprescindível. A Justiça não será independente e autônoma se ficar ilhada, isolada, separada dos três outros poderes da República. Pior do que isto, ficará equidistante, etérea em relação à sociedade. Suprimir do texto o Conselho de Justiça é um erro da maior gravidade, que trará sérias consequências para o bom ordenamento e o bom funcionamento do Judiciário, bem como para a própria tranquilidade da sociedade. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Concedo a palavra ao Constituinte Paes Landim, para encaminhamento a favor.

**O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO MONTEIRO:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma reclamação.

Sr. Presidente, ontem, em pronunciamento nesta Casa, preveni o que ocorreria, dada a liberalidade que temos aqui com todos. Está aqui no jornal, em primeira página: "Um Rato Entrou no Plenário da Constituinte".

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Eu pediria a V. Ex.<sup>a</sup> que levantasse esse problema depois de concluída a votação.

**O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO MONTEIRO:** – Sr. Presidente, se V. Ex.<sup>a</sup> me concedeu a palavra não pode cassá-la.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Pensei que V. Ex.<sup>a</sup> fosse falar sobre o processo de votação.

**O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO MONTEIRO:** – V. Ex.<sup>a</sup> me concedeu a palavra e não pode, na Presidência, dialogar com quem apresenta questão de ordem. Entendo que V. Ex.<sup>a</sup> não pode divergir do Regimento.

Sr. Presidente, este plenário está totalmente confuso. Além dos Parlamentares, além da imprensa, aqui se encontram, atrás, diferentemente do que decidimos na Mesa,

um conjunto de pessoas que não pode estar dentro do plenário, fazendo **lobby**, pressionando os Parlamentares. **(Palmas)** Espero que a Mesa tome as providências que, em outras oportunidades, todos nós – V. Ex.<sup>a</sup>, eu, o Senador Henrique Cardoso e o Senador Jarbas Passarinho – já tomamos em relação ao acúmulo de pessoas estranhas aqui no plenário.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – V. Ex.<sup>a</sup> tem razão. Há poucos instantes, esta Presidência já comunicou que havia determinado à Secretaria da Câmara dos Deputados que solicitasse a evasão do plenário das pessoas que não devam nele permanecer.

Concedo a palavra ao Constituinte Paes Landim, para encaminhar a favor.

**O SR. CONSTITUINTE PAES LANDIM:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, lamentando discordar do Constituinte Egídio Ferreira Lima, diria da necessidade de se suprimir do texto constitucional o chamado Conselho Nacional de Justiça, que foi uma criação do famoso "Pacote de Abril", do Gen Geisel, exatamente para retirar e ferir a independência do Poder Judiciário. Os três Poderes do Estado – Legislativo, Executivo e Judiciário – são órgãos da soberania nacional, e qualquer conselho que possa invadir a esfera de atuação de um deles estará, conseqüentemente, ferindo sua independência e a própria soberania que é imanente aos três Poderes.

Além do mais, Sr. Presidente, no próprio projeto do eminente Relator Bernardo Cabral, como acontece na Constituição atual, os Ministros do Supremo Tribunal Federal, que constituem a cúpula do Poder Judiciário, são julgados, nos crimes de responsabilidade, pelo Senado Federal. Basta ler o que está disposto exatamente no art. 61 do atual projeto que estamos votando e que já foi, nesta parte, aprovado pelo Plenário da Comissão de Sistematização.

"Art. 61. Compete privativamente ao Senado da República:

I – Processar e julgar o Presidente da República, o Primeiro-Ministro e os Ministros de Estado...

II – Processar e julgar os Ministros do Supremo Tribunal Federal, o Procurador-Geral da República (...) nos crimes de responsabilidade."

Além disso, Sr. Presidente, o parágrafo único deste artigo – aprovado por esta Comissão de Sistematização – diz que, no julgamento dos crimes de responsabilidade do Presidente da República, dos Ministros de Estado e dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, presidirá a sessão do Senado Federal o próprio Presidente do Supremo Tribunal Federal.

Ora, Sr. Presidente, que contradição essa, agora, de incluir, no texto constitucional, um conselho para controlar os atos do Supremo Tribunal Federal e do seu Presidente, que vai presidir, no Senado Federal, o julgamento dos crimes de responsabilidade contra o Presidente da República, os Ministros de Estado, os Ministros do próprio Supremo Tribunal Federal e o Procurador-Geral da República?

Sr. Presidente, estamos inovando em matéria de Direito Constitucional. Alguns aqui se referem ao exemplo francês. A França tem o Conselho Superior de Magistratura, presidido pelo Presidente da República, mas não tem a tradição de independência do Poder Judiciário dos fundadores da República e traduzida no texto de 1891. Além do mais, a nossa tradição é aquela que deriva do texto baseado na experiência norte-americana, na lição de Hamilton em "O Federalista", quando dizia que o Poder Judiciário, embora independente, integrante da soberania nacional, era o mais fraco dos Poderes, porque não detém a espada nem a bolsa dos dinheiros públicos.

Sr. Presidente, é um absurdo que se pretenda agora ferir a independência do Poder Judiciário, retirando dos juizes a tranquilidade necessária para que possam cumprir, na gravidade da sua nobre missão, os cometimentos que lhes são deferidos pela Constituição e pelas leis do País. Além do mais, está previsto no Projeto Bernardo Cabral, art. 109, que, através de lei complementar, será criado o Estatuto da Magistratura, no qual as definições disciplinares dos juizes e dos tribunais serão devidamente votadas pelo Congresso Nacional. Não há razão de que, Sr. Presidente, estejamos a inovar em matéria constitucional, rompendo a tradição centenária do País de plena independência de todos os seus Poderes.

Durante o pronunciamento do **Sr. Paes Landim**, o **Sr. Aluísio Campos**, Primeiro-Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Fernando **Henrique Cardoso**, Quarto-Vice-Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Antes de passar a palavra para o próximo orador, Constituinte Nelson Jobim, quero fazer uma comunicação: por liberalidade da Comissão de Sistematização, houve uma decisão de que as últimas três fileiras deste Plenário estariam reservadas aos assessores dos Srs. Parlamentares.

Nos últimos dias ouvimos reclamações contínuas dos Srs. Constituintes, de que muitas pessoas que não são portadoras de crachás que estão ocupando os lugares que são da segurança da Casa, ou seja, estão-se espalhando pelos corredores.

Determino, em primeiro lugar, que aqueles que não são da segurança deixem os corredores, se não tiverem o crachá e que, tendo-o, sentem-se nas três últimas fileiras.

Comunico, outrossim, que a Mesa vai tomar outras deliberações, a partir de hoje à tarde, de tal maneira que, como existem galerias para os convidados especiais e para o público, as mesmas sejam ocupadas para que o espaço da Comissão se reserve aos Constituintes. **(Palmas)**

Pediria àqueles que estão agora encostados às paredes que, por favor, tomem assento nas três últimas fileiras ou se retirem porque, de outra forma, terei de determinar providências à segurança da Casa para que a Mesa seja respeitada, porque um poder que não se respeita não pode sequer fazer-se respeitar no País. Faremos as decisões da Mesa serem cumpridas com a maior tranquilidade.

Srs. convidados, por favor, sintam-se à vontade nas cadeiras onde estão, mas não bloqueiem os corredores de acesso a este Plenário, porque isto tumultua os trabalhos e prejudica o andamento da Assembléia Nacional Constituinte.

Concedo a palavra ao Constituinte Nelson Jobim.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON JOBIM:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, volto a esta tribuna para defender a manutenção do Conselho Nacional de Justiça, que está sendo interpretado como uma intromissão nos poderes inerentes à judicatura. Não é verdade; este Conselho Nacional de Justiça é a contrapartida da judicatura e do Ministério Público à autonomia financeira e administrativa que o texto do eminente Constituinte Bernardo Cabral concedeu a estes dois órgãos.

O Poder Judiciário, pelo texto, passa a se disciplinar internamente, com autonomias administrativa e financeira absolutas em relação ao Poder Executivo. Também o Ministério Público passa a se constituir em um órgão descolado do Poder Executivo, ao qual, pelo texto de 1969, está subordinado. Portanto, agora, o Ministério Público descola-se do Executivo e o Judiciário adquire autonomias administrativa e financeira, antes inexistentes. A autonomia, com o poder de julgar os atos desta Casa, ele a tem e sempre terá. A Câmara dos Deputados e o Senado Federal têm um amplo regime de controle. A legalidade dos nossos atos é controlada pelo Poder Judiciário. O

Poder Judiciário controla o Poder Executivo nas suas atuações. Mas quem controla o Poder Judiciário naquilo que de novo lhe está sendo dado?

Foi dito desta tribuna que a existência de conselhos desta natureza em outros países não era verdadeira. Gostaria de convidar os eminentes Constituintes a meditarem sobre a Constituição italiana de 1948, que bem expressa, no art. 105, a existência desse conselho, conforme a seguinte redação: "Incumbe ao Conselho Superior da Magistratura, segundo as normas do ordenamento jurídico, as promoções, as designações, as transferências, assim como as providências disciplinares a respeito dos magistrados". A Constituição francesa de 1958 – e equivocou-se o eminente Constituinte que estava nesta tribuna – no art. 64 prevê a existência do Conselho Superior da Magistratura institucionalizado. Também é assim nas Constituições da Venezuela, do Peru e de Portugal. Na Espanha temos uma figura similar, e o objetivo desse conselho é exatamente possibilitar aquilo que a Casa está dando ao Poder Judiciário.

Quero fazer uma afirmação solene desta tribuna. Fui um dos que, junto ao Relator – e tenho testemunhas disso – lutou arduamente para a concessão da autonomia financeira, orçamentária e administrativa ao Poder Judiciário. Lutei pelo Poder Judiciário e pelo Ministério Público, mas a contrapartida estava aqui. Por isso, quero deixar bem claro e presente que, na hipótese da supressão desse conselho, não teremos outro recurso senão fazer voltar o Poder Judiciário ao modelo de 1969, sem autonomia administrativa e financeira.

Esta a razão pela qual a emenda que votaremos a seguir, em face da virtual rejeição do destaque dos eminentes Constituintes Gerson Peres e José Maria Eymael, assegura claramente a permanência do Conselho sem as eventuais distorções que o texto possa ter. Pretende o Constituinte José Maria Eymael que o texto fique assim redigido:

"O Conselho Nacional de Justiça é o órgão de controle da atividade administrativa e do desempenho dos deveres funcionais do Poder Judiciário e do Ministério Público.

Parágrafo único. A lei complementar definirá a organização e o funcionamento do Conselho Nacional de Justiça."

Suprime, portanto, o texto que deveríamos votar a seguir a possibilidade de definição da composição. Mas é vital, Srs. Constituintes, que compreendamos esse Conselho como uma fórmula clara e precisa, na linguagem de Egídio Ferreira Lima, de se fazer a autonomia pública do Poder Judiciário, a autonomia do Ministério Público, porque este assume hoje por um texto as funções que caberiam a "Ombudsman", o defensor do povo. E inclusive não foi aprovada a figura do defensor do povo, porque, conforme dito da tribuna, temos o Ministério Público com autonomia funcional, financeira e administrativa, mas sem vinculações de fiscalizações. Essa fiscalização não se destina a fiscalizar o conteúdo da atividade e o exercício, por parte do Poder Público, do Poder Judiciário e do Ministério Público da sua função constitucional de julgar e de proteger a lei, nada disso; destina-se pura e simplesmente à fiscalização da atividade organizativa do Poder Judiciário, para que tenhamos então um mecanismo que não seja...

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – O tempo de V. Ex.<sup>a</sup> está encerrado.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON JOBIM:** – Ao encerrar, solicito, encareço e apelo aos Srs. Constituintes que tomem a consciência de que o que estamos criando não é para destruir o Poder Judiciário; muito pelo contrário, é para glorificá-lo. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Com a palavra o Constituinte Plínio Arruda Sampaio, pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO:** – Sr. Presidente, minha questão de ordem é a seguinte: se a emenda supressiva do Constituinte Gerson Peres for aprovada, o art. 144 será retirado do texto do Substitutivo. Neste caso, a emenda que apresentei e que tem outra racionalidade deveria ser considerada emenda aditiva ao capítulo do Poder Judiciário. Quem quiser votá-la, quem estiver interessado em votar essa emenda não será prejudicado, caso a emenda supressiva do Constituinte Gerson Peres seja aceita pelo Plenário.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – A emenda de V. Ex.<sup>a</sup> versa sobre matéria de natureza diferente; por consequência, tem razão V. Ex.<sup>a</sup>. Está resolvida a questão.

Com a palavra o Relator, para que opine.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, é preciso agora, neste instante, que se conte a história do Conselho Nacional de Justiça.

Esta Casa está sendo apodada de intromissora na independência do Poder Judiciário. O que ocorreu foi que um volume de queixas e reclamações contra o emperramento, a demora no julgamento das causas pelo Poder Judiciário levou, certa manhã, o Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, Dr. Ulysses Guimarães, no exercício da Presidência da República, a reunir o eminente Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, Dr. Márcio Thomaz Bastos, o eminente Constituinte Nelson Jobim, o ilustre Prof. Reale Júnior e eu para que houvesse uma sugestão no sentido de não permitirmos que o nome do Poder Judiciário fosse ultrajado. Os telegramas que chegavam à Assembléia Nacional Constituinte eram todos desabonadores ao Poder Judiciário. O Presidente Ulysses Guimarães encarregou o eminente Constituinte Nelson Jobim – que passou a ser também representante da Relatoria – de tomar parte na reunião, na sede do prédio da OAB, com juizes e com membros do Ministério Público. Uma vez que não se pôde chegar a uma conciliação no sentido de se atender a todos, o eminente Constituinte Nelson Jobim – e já disse de público das suas razões – apresentou a emenda constante do 1º Substitutivo Bernardo Cabral.

No 1º Substitutivo, Sr. Presidente, o Relator acolheu a instituição do Conselho Nacional de Justiça e a dos Conselhos Estaduais de Justiça. No 2º Substitutivo o Relator retirou o tópico dos Conselhos Estaduais de Justiça, tendo em vista as várias mensagens, cartas e telegramas que chegaram às minhas mãos, dizendo do problema que isto criaria em alguns Estados, inclusive no meu, quando o Poder Judiciário ficaria à mercê de uma composição que não seria viável para o bom funcionamento do Conselho Estadual de Justiça.

Depois de algumas manifestações que também chegaram à Comissão de Sistematização e ao Presidente da Assembléia Nacional Constituinte – devo destacar que umas foram ponderadas, gentis, mas outras foram desaforadas, inconciliáveis para quem é magistrado, no entanto, outras manifestações de equilíbrio e ponderação mereceram a minha atenção – quero ressaltar duas vertentes: de um lado, defendendo o Conselho Nacional de Justiça, o trabalho do Prof. Calmon de Passos, da OAB da Bahia, e do Prof. Márcio Thomaz Bastos, Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; de outro lado, com uma substância muito grande dos Desembargadores Fonseca Passos, Odir Porto e Tiago Ribas Filho. O que se tenta agora é não criar um problema para o Poder Judiciário. O Relator quer declarar que verificou que a Emenda José Maria Eymael atende

tanto ao Poder Judiciário quanto ao Poder Legislativo. **(Palmas)** Sr. Presidente, é por isso que o Relator vai firmar posição, coerente com o que fez ontem com a Emenda do eminente Constituinte Gerson Peres e, a seguir, com a Emenda José Maria Eymael.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte José Lins.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Sr. Presidente, ouvi a questão de ordem levantada pelo eminente Constituinte Plínio Arruda Sampaio a respeito da interpretação do significado da votação dessa emenda. Se por acaso ela for aprovada, nenhuma outra sobre esse mesmo artigo poderá ser votada. Se o entendimento do Constituinte Plínio Arruda Sampaio for aceito, teremos a possibilidade de modificar inteiramente o sistema de votação, e qualquer emenda substitutiva poderá ser votada depois de outra supressiva com absoluto transtorno para os trabalhos do Plenário. De modo que eu gostaria que V. Ex.<sup>a</sup> esclarecesse bem esse ponto, que me parece essencial.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – O Constituinte Plínio Arruda Sampaio pediu que a emenda apresentada por ele fosse considerada aditiva. A Emenda de S. Ex.<sup>a</sup> não versa sobre a matéria em pauta. Vamos votar primeiro a Emenda Gerson Peres. O meu entendimento é o de que a Emenda Plínio Arruda Sampaio, como versa sobre conteúdo distinto, poderá ser votada.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Não é sobre o mesmo artigo?

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henri Cardoso):** – Não. Não é sobre a mesma matéria.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Então ela deve ter um momento próprio para ser apreciada.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Vamos votar a Emenda Gerson Peres, que, se for aprovada, aí sim, suprimirá a Emenda José Maria Eymael e as outras que dizem respeito ao mesmo artigo, mas não a do Constituinte Plínio Arruda Sampaio.

Em votação.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Carlos Sant'Anna, João Calmon, José Geraldo, Manoel Moreira, Milton Reis, Nilson Gibson, Renato Vianna, Theodoro Mendes, Wilson Martins, Daso Coimbra, Márcio Braga, Marcos Lima, Antoniocarlos Mendes Thame, Christóvam Chiaradia, Edme Tavares, Eraldo Tinoco, Francisco Dornelles, Inocêncio Oliveira, José Lins, José Santana de Vasconcellos, Luís Eduardo, Oscar Corrêa, Osvaldo Coelho, Enoc Vieira, Jesualdo Cavalcanti, Jofran Frejat, Jonas Pinheiro, Paes Landim, Ricardo Izar, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Gerson Peres, Jarbas Passarinho, Virgílio Távora, Adylson Motta, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Adolfo Oliveira e Siqueira Campos. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Almir Gabriel, Antônio Britto, Artur da Távola, Carlos Mosconi, Cristina Tavares, Egidio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Gasparian, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, Ibsen Pinheiro, João Herrmann Neto, José Inácio Ferreira, José Richa, José Serra, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nilton Friedrich, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Raimundo Bezerra, Severo Gomes, Sigmaringa Seixas, Virgildásio de Senna, Chagas Rodrigues, Israel Pinheiro, José Costa, Octávio Elisio, Uldurico Pinto, Vilson Souza, Mário Assad, Sandra Cavalcanti, Brandão Monteiro, José Maurício, Lysâneas Maciel, Plínio Arruda Sampaio, José Genoíno, Haroldo

Lima, Roberto Freire e Beth Azize. **ABSTENÇÃO** dos seguintes Senhores Constituintes: Bernardo Cabral, Fernando Henrique Cardoso, José Fogaça, Afonso Arinos e Alcení Guerra.

#### DECLARAÇÃO DE VOTO

Embora autor de Destaque para excluir do texto do substitutivo ao art. 144, votei contra sua aprovação, por entender mais razoável a aprovação da Emenda José Maria Eymael ou da Emenda Maurício Correa.

SCS, 5 de novembro de 1987. – **Nelson Carneiro.**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 40 Constituintes; votaram NÃO 44 Constituintes; Abstiveram-se de votar 05 Constituintes. Total: 89 votos. O destaque foi **prejudicado** por falta de **quorum** qualificado. Declaração de voto, do Senhor Constituinte Nelson Carneiro.

#### V – SUSPENSÃO DA REUNIÃO

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Srs. Constituintes, tendo a Mesa feito uma solicitação, e como não houve obediência às regras, a Presidência vai suspender os trabalhos, convocando os Senhores Constituintes para a continuação da presente reunião, hoje 5-11-87, às 15:00 horas.

#### EM 05 DE NOVEMBRO DE 1987

Presidência dos Srs.: **Brandão Monteiro**, Segundo-Vice. Presidente, **Fernando Henrique Cardoso**, Quarto-Vice-Presidente; Afonso Arinos, Presidente e **Jarbas Passarinho** Terceiro-Vice-Presidente.

#### I – REABERTURA DA REUNIÃO

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Havendo número regimental, declaro reaberta a reunião.

#### II – COMUNICAÇÕES

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Concedi a palavra ao nobre Constituinte Theodoro Mendes.

**O SR. CONSTITUINTE THEODORO MENDES:** – Sr. Presidente, solicito à Mesa da Comissão de Sistematização encaminhe ao Presidente da Assembléia Nacional Constituinte requerimento que ora dirijo a V. Ex.<sup>a</sup>, em que desejo saber se haverá tratamento diferenciado, por parte da Mesa da Assembléia, com relação a dispositivos do Projeto para os quais foram pedidos destaques cuja apreciação não se esgotou. Como na primeira sessão desta Comissão aprovamos o Projeto, ressalvados os destaques, é evidente que os dispositivos em relação aos quais existem destaque: remanescentes não estão aprovados pela Comissão. Quero saber se na Assembléia Nacional Constituinte haverá tratamento diferenciado para os dispositivos cujos destaques: já foram esgotados e para aqueles outros cujos destaques: ainda não se esgotaram.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – A Mesa receberá o pedido de V. Ex.<sup>a</sup> e o encaminhará ao Presidente da Assembléia Nacional Constituinte.

#### III – ORDEM DO DIA

#### VOTAÇÃO DO PROJETO DE CONSTITUIÇÃO

#### TÍTULO IV (fim)

**Destaque nº 007732-87, do Sr. José Maria Eymael, "que suprime as expressões "em" até "Brasil", do Parágrafo único e no caput a expressão "externo" do art. 144, do Substitutivo nº 2." (350ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Sobre a mesa há um requerimento de preferência para votação do Destaque nº 7732, do Constituinte José Maria Eymael.

Os Srs. Constituintes que estiverem a favor da aprovação da preferência, permaneçam como estão. **(Pausa)** Aprovada.

Com a palavra o Constituinte José Maria Eymael.

**O SR. CONSTITUINTE VIVALDO BARBOSA:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Tem a palavra V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE VIVALDO BARBOSA:** – Sr. Presidente, o roteiro das reuniões da Comissão de Sistematização, que governou nossos trabalhos até hoje, fixa que o Título IV seria votado em 8 sessões, findas as quais, a matéria que não fosse votada iria automaticamente para redação final. Pelos cálculos que tenho, hoje pela manhã completaram-se as 8 sessões. Desse modo, o Título IV não poderia mais ser votado, e os destaques que não foram apreciados iriam a plenário, conforme deliberação da Presidência da Assembléia Nacional Constituinte.

Esta é a questão que submeto a V. Ex.<sup>a</sup> no sentido de que seja verificado se hoje pela manhã terminaram as oito sessões anteriormente previstas.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – A Mesa está consultando a Secretaria para informar a V. Ex.<sup>a</sup> o número de sessões já realizadas. **(Pausa)**

Constituinte Vivaldo Barbosa, está em minhas mãos o roteiro das reuniões da Comissão de Sistematização, contendo os prazos elaborados para votação dos diversos títulos. Dessa forma, as reuniões se encerrariam amanhã, dia 6, com duas sessões da Comissão de Sistematização, as quais foram antecipadas. Esta, portanto, é a última reunião da referida Comissão sobre o Título IV.

**O SR. CONSTITUINTE VIVALDO BARBOSA:** – As reuniões de quarta e quinta-feira não estavam previstas, mas foram realizadas. Creio que foram antecipadas. Anteriormente havia sido estabelecido que as manhãs de quarta e quinta-feira seriam destinadas às sessões da Assembléia Nacional Constituinte.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Penso que V. Ex.<sup>a</sup> não recebeu a reformulação do cronograma. Ontem, o Presidente Ulysses Guimarães deu conhecimento à Assembléia Nacional Constituinte da modificação dos prazos. Por este novo roteiro, os trabalhos da Comissão de Sistematização encerrar-se-ão no dia 17, e a partir de amanhã começaremos a votar o Título V. Encaminharei o ofício do Presidente Afonso Arinos a V. Ex.<sup>a</sup> e aos Constituintes que não o tenham recebido.

**O SR. CONSTITUINTE VIVALDO BARBOSA:** – Sr. Presidente, de qualquer maneira, esta é a nona sessão para apreciação do Título IV. Esta informação procede. É a última?

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Esta é a décima sessão. É a última.

**O SR. CONSTITUINTE EGÍDIO FERREIRA LIMA:** – Sr. Presidente, peço a palavra, para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Concedo a palavra ao Constituinte Egídio Ferreira Lima.

**O SR. CONSTITUINTE EGÍDIO FERREIRA LIMA:** – Sr. Presidente, com a realização de duas sessões por dia, retarda-se o início da segunda, o que, aliás, é perfeitamente normal. Agora, por exemplo, corremos o risco de não ter o **quorum** necessário para a votação da emenda do Constituinte José Maria Eymael.

Queria fazer um apelo a V. Ex.<sup>a</sup> – até pela importância da matéria – no sentido de que acionasse as campanhas, durante dez minutos para, logo depois, começarmos o encaminhamento e a votação da referida emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Na verdade V. Ex.<sup>a</sup> está propondo a suspensão da sessão por dez minutos. Quero adiantar que as campanhas estão acionadas, e o foram antes do início regimental da sessão, que seria às 15 horas.

**O SR. CONSTITUINTE EGÍDIO FERREIRA LIMA:** – Se V. Ex.<sup>a</sup> entendeu desse modo, é um homem muito inteligente e perspicaz. Assim o fará e estará atendendo ao meu objetivo.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Concedo a palavra ao Constituinte Maurício Corrêa.

**O SR. CONSTITUINTE MAURÍCIO CORRÊA:** – Sr. Presidente, Sras e Srs. Constituintes, a questão do Judiciário envolve, às vezes, algumas minúcias que demandam maior discussão. Ontem, por exemplo, aprovamos aqui uma emenda que me parece ser, **data venia** do seu honrado autor, um despautério, no que tange à inconstitucionalidade em tese das arguições submetidas ao Supremo Tribunal Federal. Confundi-se a arguição de inconstitucionalidade em tese com a arguição de inconstitucionalidade levantada na origem, vale dizer, **inter partes**, num sistema difuso. Com isso hoje, o Supremo Tribunal Federal, ao declarar a inconstitucionalidade de uma lei em tese, imediatamente essa lei é levada ao Senado Federal, que apreciará a decisão de inconstitucionalidade. Isso significa que, se um determinado Estado aprovar um "trem-da-alegria" ou se autorizar leis abusivas no sentido de aumentar os proventos e vantagens de "marajás", a lei que o Supremo declarar inconstitucional só perderá sua eficácia quando o Senado da República determinar que ela é nula.

Ora, a meu ver, evidentemente, se tal decisão tivesse sido discutida aqui, o resultado não teria sido esse. Daí, Sr. Presidente, eu fazer uso da palavra exatamente tendo em vista o fato de que vamos discutir, agora, o destaque do honrado Constituinte José Maria Eymael, a respeito da formação do Conselho Nacional de Justiça.

Eu havia apresentado – e encontra-se aí para ser discutida subseqüentemente – a emenda de minha autoria. Por certo, não me agrada a forma como foi concebida essa instituição – e eu diria até que, doutrinária e tecnicamente, seria impossível isso constar, da forma como se encontra, no texto. Todavia, acho que aqui deve prevalecer o entendimento. Devemos buscar o diálogo. Discutimos fartamente o assunto com o Constituinte José Maria Eymael e verificamos que S. Ex.<sup>a</sup> mantém a criação do Conselho Nacional de Justiça, que apenas defendemos, embora, a nosso ver, haja uma impropriedade, qual seja, dar a esse Conselho também a participação no Ministério Público. Acredito que, regimentalmente, seria impossível criar um Conselho específico para o Ministério Público.

Espero que essa correção, como a outra a que me referi, seja feita futuramente. Mas pedi a palavra, exclusivamente, para dizer a V. Ex.<sup>a</sup> que endosso na íntegra o destaque do Constituinte José Maria Eymael e, portanto, desisto do meu destaque.

Muito obrigado. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Com a palavra o Constituinte Bonifácio de Andrada, pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE BONIFÁCIO DE ANDRADA:** – Embora favorável à reivindicação do nobre Constituinte Maurício Correa, quero aqui, em termos enérgicos e veementes, discordar de S. Ex.<sup>a</sup>, quando faz acusações gravíssimas, levantando pressupostos inaceitáveis, a respeito da Câmara Alta, a que S. Ex.<sup>a</sup> pertence. Especialmente, quando parte do pressuposto de que, no caso de o Supremo Tribunal Federal considerar inconstitucional uma lei de pouca moralidade, esta não é suspensa, com base em suas prerrogativas, pela mais alta Câmara da República. Engana-se S. Ex.<sup>a</sup>. Todas as declarações de inconstitucionalidade havidas ao longo da vida republicana, de 1934



até hoje, assim considerado pelo Supremo Tribunal Federal, o Senado suspendeu. Só em dois casos, com certeza e com fundamento, o Senado não o fez, agindo dentro da melhor teoria constitucional.

Não podemos confundir Supremo Tribunal Federal, órgão judiciário, com tribunal constitucional. O que se pretendia aqui no País? Transformar a nossa mais alta Corte num supremo tribunal federal, órgão judiciário, e, além disso, num tribunal constitucional, com poderes de revogar e suspender a eficácia da lei a partir da sua promulgação. O que, realmente, no nosso entender, é uma aberração, e contra a qual, aqui, ontem, hoje, amanhã e sempre, levantaremos nossa voz, fundamentados na melhor doutrina constitucional brasileira.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Só posso entender as considerações dos Constituintes Maurício Corrêa e Bonifácio de Andrada como uma bela discussão doutrinária, que acabou contribuindo para que tivéssemos **quorum** para votação da emenda do Constituinte José Maria Eymael. Na verdade, não há aqui, questão de ordem a resolver. A Mesa simplesmente toma conhecimento – e já mandou anotar – da desistência do ilustre Constituinte Maurício Correa em relação à emenda da qual era proponente.

**O SR. CONSTITUINTE PAES LANDIM:** – Sr. Presidente, peço a palavra, para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Ainda sobre questão doutrinária? Acho que, neste sentido, estamos todos suficientemente esclarecidos pelos douts conhecimentos trazidos pelos oradores que antecederam V. Ex.<sup>a</sup>.

Concedo a palavra ao Constituinte José Maria Eymael para a defesa do seu destaque, de nº 7732 referente ao art. 144.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ MARIA EYMAEL:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, nesta Assembléia Nacional Constituinte, tenho a certeza de que uma das grandes lições que todos nós aprendemos cotidianamente é a do diálogo, do entendimento e da humildade.

De início, eu, pessoalmente, tinha uma visão com relação à matéria e me encaminhava para a supressão pura e simples do dispositivo. Todavia, dialogando com os ilustres Constituintes que enobrecem esta Assembléia, sensibilizei-me com uma série de argumentos sobre a importância da permanência do instituto, desde que pudéssemos encontrar, no texto da norma constitucional, uma forma de escoimar alguns excessos como, mais especificamente, o dispositivo que consta do atual projeto e que é discriminatório com esta argumentação, que, de um lado, recomendava a permanência do instituto e, de outro, recomendava também, por prudência e até mesmo pelo aspecto de técnica constitucional, a remessa à lei ordinária da questão da composição desse Conselho, sugerimos uma forma definitiva em nossa emenda, que fica, então, formulada nos seguintes termos:

"Art. 144. O Conselho Nacional de Justiça é órgão de controle da atividade administrativa e do desempenho dos deveres funcionais do Poder Judiciário e do Ministério Público.

Parágrafo único – Lei complementar definirá a organização e funcionamento do Conselho Nacional de Justiça."

Desejo ainda informar que nessa trajetória de aprendizado fui acompanhado pelo ilustre Constituinte Adolfo Oliveira, que, percorreu o caminho do diálogo, endossando esse raciocínio.

Portanto, ofereço esta emenda à apreciação dos Srs. Constituintes, esperando sua aprovação, eis que me parece ser uma opção para se obter consenso. Muito obrigado. (Palmas)

**O SR. CONSTITUINTE PAES LANDIM:** – Sr. Presidente, peço a palavra, para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Tem a palavra o Sr. Constituinte Paes Landim, para uma questão de ordem.

**O SR. CONSTITUINTE PAES LANDIM:** – Sr. Presidente, faço um apelo a V. Ex.<sup>a</sup> no sentido de que as emendas sejam lidas antes de colocadas em votação. Não sei o que vamos votar. V. Ex.<sup>a</sup> não leu a emenda. Soube que o eminente Constituinte do PDC fez uma alteração no texto, mas gostaria que V. Ex.<sup>a</sup> lesse a proposição, para que o Plenário tivesse pleno conhecimento do que vai ser votado.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Ilustre Constituinte, de certa forma, a Mesa tem sido muito magnânima ao ler as emendas, já que todas elas estão publicadas nos volumes entregues aos Srs. Constituintes. Mas, em respeito não só a V. Ex.<sup>a</sup> como ao Plenário, vou prestar esclarecimentos a respeito da proposta.

**O SR. CONSTITUINTE PAES LANDIM:** – Houve modificação, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Estou respondendo a V. Ex.<sup>a</sup>. Todas as bancadas receberam essas publicações. A leitura, por certo, embora facilite o trabalho dos Constituintes, dificulta o da Mesa.

Trata-se de emenda que objetiva suprimir as expressões "externo", no **caput**, e "em cujo" até "do Brasil", no parágrafo único:

"O Conselho Nacional de Justiça é o órgão de controle da atividade administrativa e do desempenho dos deveres funcionais do Poder Judiciário e do Ministério Público".

Parágrafo único – Lei complementar definirá a organização e funcionamento do Conselho Nacional de Justiça."

**O SR. CONSTITUINTE PAES LANDIM:** – Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Concedo a palavra à ilustre Constituinte Cristina Tavares, que fará encaminhamento contrário à emenda do Constituinte José Maria Eymael.

**A SRA. CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES:** – Senhor Presidente, Sras. e Srs. Constituintes e Srs. membros do Poder Judiciário, quero inicialmente congratular-me com a Mesa pela decisão e deixar o plenário da Assembléia Nacional Constituinte aos Srs. Constituintes.

De fato, pela manhã, assistimos a uma intromissão indebita, a um precedente perigosíssimo: os interessados nas matérias se colocavam junto aos Parlamentares de forma quase abusiva e violenta, pressionando-os, de acordo com seus interesses.

Congratulo-me, pois, com a Mesa pela decisão adotada.

Srs. Constituintes, não venho falar como constitucionalista, que não sou: não venho falar como jurista, que não sou. Venho falar como cidadã do Nordeste do Brasil, que tem sofrido por esta dolorosa chaga: a omissão da justiça e do Poder Judiciário, a omissão dos juízes, sua arrogância e prepotência, fazendo com que milhares de crimes fiquem impunes, sendo coniventes com crimes, com apropriações indebitas, com a grilagem de terra, por exemplo, em toda a Amazônia. Não há quem more na região Amazônica – inclusive V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Relator – que não saiba de dezenas, centenas e milhares de estórias de grilagem, tolerada e estimulada pela Justiça, com a participação de juízes. É na verdade, a magistratura é que a sustenta. O saldo final, pela boca do povo, é de que é melhor o pior acordo que a melhor demanda. Ou seja, o

povo se acostumou a dizer que a pessoa não deve procurar a Justiça porque ali, além de ser espoliada, precisará de um bom advogado. O tempo passa, e Justiça que tarda é injustiça que se faz.

Sr. Presidente, todos os Poderes têm que ser fiscalizados. A fiscalização do Poder é o melhor e maior testemunho de sua isenção. Fico admirada de ver a pressão que os juristas e juízes brasileiros fazem aqui, como se estivessem cabalando votos, dirigindo ameaças à soberania da Assembléia Nacional Constituinte. Lamento que assim seja. O Poder Legislativo é fiscalizado e tem seu mandato de quatro anos, que o povo renova ou não. Mais de 60% dos Parlamentares com assento na Assembléia Nacional Constituinte são de primeiro mandato porque o povo assim o quis. O Poder Judiciário também fiscaliza o Poder Legislativo. O Poder Executivo é alvo não somente da fiscalização do Legislativo, mas também do Judiciário e sobretudo, da opinião pública nacional. Entretanto, o Poder Judiciário fica impune, e essa impunidade não é boa para a Nação, para a democracia e para a abertura democrática.

Sr. Presidente, recebo do Juiz Bento Mascarenhas Filho, de São Paulo, o seguinte telex:

"A criação de órgão de controle externo importará em vulneração da independência e imparcialidade dos juízes. A ninguém interessa – ao indivíduo ou a comunidade – um Judiciário receoso, submisso a pressões ou temeroso de atrair atenção pública".

Da mesma forma, a descaracterização do quinto constitucional frustra os magistrados, que já entendem bastante polêmica a aquisição de novos integrantes independentemente de concurso. O mínimo exigível ao temperamento do instituto é confiar-se ao próprio tribunal da preservação de sua autonomia a elaboração de lista tríplice.

Apelamos, portanto, ao elevado espírito democrático de Vossa Excelência, cujo civismo a história do Brasil registra para a supressão dos artigos 110 e 144 do Substitutivo o que o tornará credor do reconhecimento de toda a justiça pátria."

Pessoalmente, prefiro falar com J. J. Calmon de Passos, quando afirma:

"Não foram os países totalitários quem institucionalizaram os órgãos que vêm de ser indicados. Foram democratas como a França, Itália, Espanha, Portugal, Alemanha Ocidental etc. e a gente fica estarecida com a audácia ou desinformação dos que vêm na iniciativa brasileira uma afronta à Magistratura e uma arremetida autoritária".

Terá sido essa a inspiração do art. 104 da Constituição italiana de 1947? Do art. 64 da Constituição francesa de 1958? Do art. 122 da Constituição espanhola de 1978? Do art. 223 da Constituição portuguesa de 1976? Serão os magistrados nesses países meros servos de ditadores, pobres diabos sem independência nem credibilidade pública? Todos sabemos que não. A Magistratura italiana goza, hoje, do melhor conceito, e isso foi obtido por força da atuação corajosa do Conselho Superior da Magistratura, que inclusive limpou o caminho alisando da carreira magistrados comprometidos com a máfia, o que permitiu à nação combater esse tradicional grupo criminoso.

Espero que V. Ex.<sup>as</sup> votem com o Relator, para que possamos limpar a magistratura brasileira daqueles que protegem uma máfia diferente, que nela estão encastela-

dos. Sei dos compromissos de V. Ex.<sup>as</sup>, sei do enorme **lobby** dos Tribunais, dos juízes nesta Casa, sei das ameaças e suas repercussões. Desde as Subcomissões, essa poderosa casta de homens privilegiados permanece impune. Não querem que sobre eles haja algum tipo de fiscalização social ou política. Tal como os antigos sacerdotes, os escribas, eles querem estar acima de qualquer suspeita. Chamo a atenção de V. Ex.<sup>as</sup> para a gravíssima necessidade de se instituir o Conselho, tal como na proposta do Sr. Relator. Conheço as responsabilidades e os acordos de Lideranças àqueles que julgarem que a emenda do Constituinte José Maria Eymael satisfaz, devo dizer que, a meu juízo, não é satisfatória.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Com a palavra o Constituinte Adolfo Oliveira, que encaminhará à favor da emenda.

**O SR. CONSTITUINTE ADOLFO OLIVEIRA:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, antes da votação, que irá consagrar um acordo, entendimento de altíssimo nível, aqui descrito com absoluta propriedade pelo eminente Constituinte José Maria Eymael, não poderia faltar com a minha palavra, já não digo de louvor ao Poder Judiciário. Na verdade, essa palavra deve ser, acima de tudo, de desagravo, porque uma nação vive e sobrevive pelos valores que consagra. Sempre tivemos neste País, a felicidade de contar com juizes íntegros e corretos, com uma justiça imparcial, acima das paixões de um Poder desarmado – que jamais teve ou pleiteou a força, os privilégios, estes sim, do Poder Executivo – com a ausência de peias à liberdade do Poder Legislativo. O Poder Judiciário, por sua própria natureza, guarda silêncio. Por isso mesmo, cabe a nós trazer o estímulo e o apoio de que ele sempre carecerá para cumprir sua nobre missão.

Pouca coisa teria a acrescentar, a não ser esses pobres e despretensiosos conceitos. As oportunidades raramente se repetem na vida. Tivemos uma oportunidade ontem e outra hoje de manhã, mas chegamos agora a um consenso que, acima de tudo, representa o entendimento e a elevação de princípios de todas as bancadas e o reconhecimento de que, sem um Poder Judiciário digno, correto, independente, silencioso e forte, país algum conseguirá sobreviver.

Mercê de Deus, assim queremos o nosso. Mercê de Deus, assim o teremos sempre.

Era o que tinha a dizer.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Com a palavra o Constituinte Plínio Arruda Sampaio, para encaminhamento contra a emenda.

**O SR. CONSTITUINTE PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, numa democracia não há poder ou pessoa acima ou fora de fiscalização; numa democracia todos são fiscalizados. Nem acredito que o Poder Judiciário da minha terra não queira ser fiscalizado.

O problema se refere ao tipo de fiscalização. A questão que estamos discutindo não é se o Poder Judiciário quer ou não ser fiscalizado, mas que tipo de fiscalização melhor responde aos interesses do País.

E é nesse sentido que tenho defendido aqui, por várias vezes, a necessidade de se exercer um controle, ou melhor, uma fiscalização – a palavra controle é uma palavra ruim – sobre o Poder Judiciário. Essa fórmula tem sido aqui debatida e eu a tenho questionado, por achar que esta não é a melhor maneira de se exercer controle. Entretanto, se V. Ex.<sup>as</sup> observarem as votações, verificarão que tenho votado favoravelmente, ou melhor, tenho votado contra as emendas supressivas, por uma questão regimental.

Queria deixar claro que a Comissão dispõe de outra alternativa, que, a meu ver, corresponde melhor aos an-

seios do povo brasileiro, qual seja, a de esse controle ser exercido através do Poder Legislativo, em audiências do Presidente do Tribunal com o Legislativo correspondente. Tais audiências visariam à fiscalização não sobre a atividade funcional, como, por exemplo, a consciência dos juizes, mas sobre seu funcionamento como administração de um serviço que o Estado quer bem feito e para cuja execução fornece recursos. E é esta Casa que fornece os recursos e vota o Orçamento. Então, é justo que ela recolha do Presidente do Tribunal, periodicamente, o resultado da aplicação desses recursos, de como eles estão influenciando para melhorar a prestação da justiça em nosso País.

Por isso, queria dizer aos Srs. Constituintes que há, em seguida, outra emenda que não estará prejudicada pela interpretação dada pela Mesa e que, a meu ver, atende melhor aos anseios da Comissão. Sinto que esta não quer deixar o Judiciário fora de qualquer fiscalização externa. Por outro lado, não desejo que um órgão permanente, de formação complicada, represente, na verdade, mais uma pressão do que propriamente uma fiscalização popular, um controle de mais difícil limite do que aquele que estamos colocando aqui.

Era o que tinha a dizer, para esclarecer a questão.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Encerrada a lista de oradores, passamos a palavra ao Relator Bernardo Cabral, que se manifestará sobre a emenda.

**O SR. CONSTITUINTE VIVALDO BARBOSA:** – Permita-me, Sr. Presidente.

Solicitaria ao nobre Relator um esclarecimento sobre a natureza da emenda, compatibilizada com o texto já aprovado.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Sem dúvida. Nada mais oportuno, já que o Relator irá pronunciar-se em seguida.

**O SR. CONSTITUINTE VIVALDO BARBOSA:** – Sr. Relator, gostaria de ser esclarecido, tendo em vista o texto já aprovado para o art. 113 e aquele proposto pela emenda que se vai submeter à votação. A emenda retirou a palavra que o projeto previa – o projeto mantinha coerência com o art. 113, a meu ver – ou seja, "controle externo", o que significa que a lei poderá dizer que o Conselho Nacional de Justiça é um órgão interno do Poder Judiciário, inclusive composto apenas por magistrados. Se isso é permitido à lei, significa que esta mesma lei está sujeita às disposições do art. 113, segundo o qual a iniciativa de leis que alterem a estrutura do Judiciário é de competência exclusiva e privativa do próprio Poder Judiciário. Isso significará que o alcance que o projeto visava, um controle extrajudiciário, poderá, retirada a palavra "externo", cair no vazio, porque, neste caso, só teremos a lei de iniciativa privativa do Judiciário para um órgão interno do Judiciário.

Gostaria, para esclarecimento do Plenário, antes da votação, que V. Ex.<sup>a</sup>, nobre Relator, desse uma interpretação sobre a hipótese de aprovação desse novo texto em face do art. 113.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, o eminente Constituinte Vivaldo Barbosa inquieta-se com a supressão do termo "externo", o que resulta nesta dúvida de S. Ex.<sup>a</sup> sobre a possibilidade de, amanhã, a lei só estabelecer esta criação através de membros do Poder Judiciário.

O raciocínio padece de certa incorreção. O texto constitucional não é um apêndice do art. 113, como eventualmente poderia crer um leitor menos avisado. Daí o eminente Constituinte Vivaldo Barbosa querer chamar a atenção dos demais companheiros, uma vez que S. Ex.<sup>a</sup> é um homem cuidadoso. Observe S. Ex.<sup>a</sup> que aqui se faz referência ao Poder Judiciário e ao Ministério Público. O que a

lei criará, e o que se pretende, é que nenhum órgão ultrapasse as autonomias que o projeto concede ao Poder Judiciário – uma das maiores conquistas do mundo jurídico. Observem que na atividade financeira não há a preocupação, porque, aí sim, seria uma intromissão indébita. Este órgão, que pode ter sua composição determinada através de lei, é uma coisa. A supressão que se pretende agora, do termo "externo", se deve ao fato de que restringia o controle exclusivamente para órgãos externos. Com a supressão da palavra "externo", amanhã poderá ser entendido, inclusive, os internos".

Aqui não há uma diminuição, mas também não há um exagero, uma exacerbação do que se pretende. Como a supressão resultou de um consenso, ao que parece, inclusive de membros do Poder Judiciário, o que nos leva de logo a afastar a idéia de que também o Poder Judiciário não queira submeter-se a essa fiscalização. Ele aí está, com ela concordando.

Deste modo, parece ao Relator que a dúvida de V. Ex.<sup>a</sup>, que é uma dúvida mais para terceiros do que para um advogado militante como o eminente Constituinte, pode de logo ser espancada.

Esteja certo, por outro lado, nobre colega, de que quanto à emenda do eminente Constituinte José Maria Eymael, apenas ficou na mente do Relator uma inquietação: a princípio, a proposta suprimia o Ministério Público. Vejo agora que o Constituinte José Maria Eymael assim entendeu. Por conseguinte, como se trata de uma composição, o Relator a ela não se opõe. Inclusive, tenho motivos pessoais, em face de meus 34 anos de advocacia, para confiar no Poder Judiciário, uma vez que tive um irmão assassinado, e o Poder Judiciário soube fazer justiça. Não vejo motivo para inquietação. Penso que, na hora da elaboração da legislação ordinária, através do que aqui se fará no que se refere à lei complementar, serão corrigidos os senões, aplacados os eventuais abusos e não será permitido que aqui se exacerbe, a partir de uma intromissão indébita.

Era o esclarecimento que tinha a prestar a V. Ex.<sup>a</sup>, declarando, ainda, que a Relatoria vota pela aprovação da emenda José Maria Eymael. **(Palmas)**

**O SR. CONSTITUINTE VIRGILDÁSIO DE SENNA:** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Com a palavra o Constituinte Virgildásio de Senna.

**O SR. CONSTITUINTE VIRGILDÁSIO DE SENNA:** – Sr. Presidente, há uma emenda de minha autoria, de nº 21.733, que trata desta matéria. Pergunto a V. Ex.<sup>a</sup> se a votação da emenda do eminente Constituinte José Maria Eymael prejudica a votação da matéria tal como proposta em nossa emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Penso que a emenda de autoria de V. Ex.<sup>a</sup> não será prejudicada pela aprovação da emenda do Constituinte José Maria Eymael.

**O SR. CONSTITUINTE PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO:** – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Plínio Arruda Sampaio, para uma questão de ordem.

**O SR. CONSTITUINTE PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO:** – Sr. Presidente, uso a palavra novamente para um pedido de esclarecimento. Ficou entendido que o destaque apresentado pelo nobre Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva, referente à emenda que apresentei, teria o caráter aditivo, se suprimido o art. 144. Na hipótese de ser aprovada uma emenda modificativa do art. 144, ou substitutiva parcial deste artigo, e, posteriormente, ser aprovada a emenda de minha autoria, ela substitui o texto ou a ele se adiciona?

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – A emenda de V. Ex.<sup>a</sup> é aditiva, pelo que vemos aqui. Ela será, portanto, adicionada ao texto.

**O SR. CONSTITUINTE PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO:** – Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Em votação.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Almir Gabriel, Antônio Britto, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Carlos Sant'Anna, Celso Dourado, Egídio Ferreira Lima, Fanando Gasparian, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, Ibsen Pinheiro, João Calmon, João Herrmann Neto, José Fogaça, José Ignácio Ferreira, José Rinha, José Serra, José Ulisses de Oliveira, Manoel Moreira, Milton Reis, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nelton Friedrich, Nilson Gibson, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Severo Gomes, Sigmaringa Seixas, Theodoro Mendes, Wilson Martins, Antonio Mariz, Chagas Rodrigues, Israel Pinheiro, João Agripino, Jorge Hage, José Costa, José Tavares, Márcio Braga, Michel Temer, Octávio Elísio, Roberto Brant, Vilson Souza, Alcení Guerra, Antoniocarlos Mendes Thame, Arnaldo Prieto, Christóvam Chiaradia, Edme Tavares, Eraldo Tinoco, Francisco Dornelles, Inocêncio Oliveira, José Jorge, José Lins, Luís Eduardo, Osvaldo Coelho, Paulo Pimentel, Sandra Cavalcanti, Enoc Vieira, João Menezes, Jofran Frejat, Jonas Pinheiro, José Tinoco, Paes Landim, Ricardo Izar, Simão Sessim, Valmir Campelo, Antônio Carlos Konder Reis, Jarbas Passarinho, Virgílio Távora, Lysâneas Maciel, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Adolfo Oliveira, Siqueira Campos, Roberto Freire, Beth Azize, Antonio Farias. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Ademir Andrade, Carlos Mosconi, Cristina Tavares, Uldurico Pinto, Oscar Corrêa, Brandão Monteiro, Bocayuva Cunha, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio e Haroldo Lima. **ABSTENÇÃO** dos seguintes Senhores Constituintes: Darcy Pozza, Gerson Peres e Adylson Motta.

#### DECLARAÇÃO DE VOTO

"Voto contrariamente à emenda supressiva do Deputado José Maria Eymael apresentada ao art. 144 e parágrafo único, por entender que a fórmula acordada por S. Ex.<sup>a</sup> com as lideranças partidárias não atende em realidade aos interesses da Justiça. A ameaça permanente que sobre ela paira através de uma fiscalização cujos limites e contornos não são a nós conhecidos, é razão suficiente para que insistamos no princípio da independência dos Poderes. Seria, desta maneira, razoável que acolhêssemos emenda do ilustre Constituinte Maurício Corrêa que trata do problema de uma maneira mais adequada e concreta".

Sala das Sessões, 5 de novembro de 1987. – **Oscar Corrêa.**"

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 80 Constituintes; votaram NÃO 10 Constituintes; abstiveram-se de votar 03 Constituintes. Total: 93 votos. O destaque foi **aprovado**. Declaração de voto do Senhor Constituinte Oscar Corrêa.

Em votação o requerimento da preferência, para o Destaque nº 5339, de autoria do Constituinte Virgildásio de Senna. **(Pausa)** Aprovada a preferência.

Concedo a palavra ao nobre Constituinte Virgildásio de Senna.

**O SR. CONSTITUINTE VIRGILDÁSIO DE SENNA** – Sr. Presidente, embora considere que a aprovação da Emenda José Maria Eymael não atende integralmente àquilo que a sociedade brasileira espera da Constituição, no que diz respeito ao Conselho Nacional de Justiça ou Conselho Superior de Magistratura, e como a Comissão, por

maioria absoluta deu preferência a essa emenda, para um mais rápido andamento dos trabalhos, retiro minha proposta, nesta fase, propondo-me a apresentá-la, melhorada e adequada, no Plenário. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – A Presidência agradece a V. Ex.<sup>a</sup>. Está retirada a emenda.

**Destaque nº 001910-87 do Sr. Luiz Inácio Lula da Silva – Emenda nº ES-30321-0, do Sr. Plínio Arruda Sampaio, "que suprime a Seção IX do Capítulo IV do Título V e inclui artigo onde couber, na Seção I, do mesmo Capítulo, do Substitutivo 1". (art. 144, Seção IX, Cap. IV Título IV do Substitutivo 2)." (351ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Em votação a preferência para o Destaque nº 1910, de autoria do Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva. **(Pausa)** Aprovada a preferência.

Em votação o Destaque nº 1910, de autoria do Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva, relativo à Emenda nº 30321, ainda a respeito do art. 144.

Foi indicado pelo autor da emenda para defendê-la, o Constituinte Plínio Arruda Sampaio, a quem concedo a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, é praxe, nesta Assembléia, só ocupar a tribuna de maneira útil. Há até uma certa irritação quando, no momento em que uma matéria está sendo votada, alguém se apresenta para defender uma emenda. Mas eu queria chamar a atenção dos Srs. Constituintes para o fato de que estamos em uma Casa de negociação, e é fundamental que se negocie.

Estamos aqui fazendo pactos e acordos e, inclusive comprando interesses e pontos de vista distintos. Acho que a composição que se aprovou agora apenas joga a questão para diante, sem resolver um problema que não se quis resolver. Se essa for a norma na Assembléia Nacional Constituinte, não responderemos aos anseios do povo brasileiro.

Por isso, ousou desejar merecer de novo, ainda que brevemente, atenção dos colegas, para dizer que, aprovada a emenda que cria esse conselho, que será definido futuramente e que poderá ser um conselho **interna corporis**, o que esta Assembléia não quer – pelo menos os colegas com quem conversei disseram que não querem isso – poderemos, adicionalmente, criar a obrigatoriedade do comparecimento dos Presidentes de Tribunais ao Congresso, para prestarem esclarecimento sobre os recursos que recebem, como os administram, e sobre a disciplina e os serviços da Justiça.

Desde a primeira vez em que aqui falei, insisti no sentido de que esse tipo de fiscalização não fere a consciência do juiz, que deve ser sempre um templo sagrado, mas permite ao povo brasileiro acompanhar mais de perto a execução e a atividade da sua Justiça.

Quero apenas informar os colegas sobre como ficaria a emenda, que seria aditiva ao art. 144, tal como aprovado agora com a redação dada pelo Constituinte José Maria Eymael. Diz a emenda:

"O Poder Legislativo exercerá o controle do Poder Judiciário e do Ministério Público, examinando semestralmente a aplicação dos recursos a eles destinados e realizando audiência de avaliação das atividades de ambos."

Quem tiver o texto em mãos perceberá que retirei dele, no tempo devido, duas expressões: "Com audiência dos órgãos da sociedade civil" e "audiência pública". Fizemos isso para que não parecesse haver qualquer objetivo maior ou menor de interferir na independência desse poder. O

nosso objetivo é simplesmente fazer com que o Judiciário responda ao Legislativo, como respondemos ao Judiciário em tudo aquilo que a lei determina, que não é pouco, inclusive na declaração de constitucionalidade ou inconstitucionalidade das leis que votamos aqui.

Faço um apelo aos companheiros: se queremos avançar na Constituinte, se não queremos tapar o sol com a peneira, se não queremos aqui apenas "jogar" para a platéia, se queremos, de fato, modificar algo na estrutura do País, esta é a oportunidade, prudente, ponderada, equilibrada, respeitosa, séria e correta. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Gerson Peres, que falará contra a emenda.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, prezados colegas, abstivemos-nos, na votação da emenda anterior, porque pretendemos, no Plenário, renovar as emendas supressivas para a Seção que cria o Conselho Nacional de Justiça.

Ouvimos o eminente Constituinte Plínio Arruda Sampaio. Para argumentar, devo dizer que a emenda de S. Ex.<sup>a</sup>, que retira algumas expressões que são uma intromissão indevida nesse Poder é racional, porque a fiscalização se dava de Poder para Poder. Mesmo assim, ela chega a ser traumática, porque causará um impacto muito grande no princípio maior já estabelecido no início da Carta que estamos escrevendo, o da harmonia entre os Poderes.

Não sei por que um grupo de parlamentares está querendo introduzir nesta Carta certos tipos de mecanismos que invadem as atribuições, a competência e a autonomia dos demais Poderes, criando um problema maior para o futuro, criando mais choques e conflitos de relações. Aliás, estes conflitos já existem e a criação de novas normas favoráveis ainda mais a quebra da harmonia.

Não tenho o mesmo conceito do Poder Judiciário que têm certos colegas. Estão julgando a exceção pelo voto. É verdade que existem juízes venais e corruptos. Mas é verdade também que existem Deputados e militares que igualmente não se comportam bem. Em todas as áreas de poder existem as exceções, e a Justiça, como bem maior, como a instituição mais válida para o equilíbrio e a consolidação do regime democrático, não pode ser julgada por essas exceções, muitas vezes, são também atingidas por decisões drásticas do próprio Conselho da Magistratura. Já vi o Poder Judiciário cassar, punir, transferir juízes e até afastá-los definitivamente das funções.

O que ocorre é que os Constituintes de hoje, não satisfeitos com a intromissão indevida do Poder Executivo no Poder Judiciário, querem ainda mais, querem a intromissão do Poder Legislativo, criando como que uma ditadura do Legislativo sobre o Judiciário. A emenda do Constituinte Plínio Arruda Sampaio reflete esse espírito.

A emenda que acabamos de aprovar, do Constituinte José Maria Eymael, choveu no molhado. Não foi nada mais nada menos do que buscar o que já existe na lei ordinária, o Conselho da Magistratura Nacional, e fazer o seu transplante para a Constituição. Cometemos, sim, um pecado maior, de visão constitucional. Esse órgão não deve ser inserido no texto da Constituição, Deve, isto sim, ser levado para a Lei Orgânica da Magistratura Nacional com a votação, a fiscalização e a argumentação feitas pelo Poder Legislativo.

Portanto, prezados colegas, abster-me na votação da Emenda Eymael para poder lutar pela extinção desse órgão inserido inadequadamente na Constituição. Agora pediria que votássemos contra a emenda do Constituinte Plínio Arruda Sampaio, porque, com maior dosagem de força, de impacto, perfilha o princípio da indevida intromissão no campo da autonomia do Poder Judiciário.

Era o que tinha a dizer.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Com a palavra o Sr. Relator Bernardo Cabral.

#### (Intervenção fora do microfone)

Constituinte Vivaldo Barbosa, tem sido praxe, Comissão, um encaminhamento contra e outro a favor. Mas todos os Constituintes que se inscreveram para encaminhar a favor e contra retiraram seus nomes da lista, com exceção de V. Ex.<sup>a</sup>, o que determinaria o encaminhamento de dois a favor e um contra. Por isso, faço um apelo a V. Ex.<sup>a</sup>, dentro da praxe da Casa, para que abra mão da sua preciosa alocução.

Com a palavra o Relator Bernardo Cabral.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, ilustre membros da Comissão de Sistematização, a Relatoria tem dificuldade em ficar com a emenda do eminente e querido amigo Plínio Arruda Sampaio, com base em argumentos que não seguem os mesmos caminhos dos aqui expendidos pelo Constituinte Gerson Peres.

Ouvi quando o autor da emenda, procedente à sua leitura, disse que "O Poder Legislativo exercerá o controle do Poder Judiciário" – é o início do texto – ressaltando que o Poder Legislativo responde perante o Judiciário, que este fiscaliza a nós outros.

Acho que não é este o caminho. O Poder Legislativo elabora leis o Poder Executivo procede à sua execução, mas ao Poder Judiciário compete a sua aplicação, e assim ele poderia merecer o título de fiscal, dentro de uma correta aplicação do termo.

Vejo que por aí já esbarramos num argumento contrário à proposição. Já existe, no texto da Constituição, o Conselho Nacional de Justiça, órgão controlador da atividade administrativa do Poder Judiciário, e aí já temos um choque com essa outra emenda, que determina que o Poder Legislativo exercerá o controle do Poder Judiciário. Ora, se já há um Poder exercendo o controle sobre outro, é evidente que esse Conselho Nacional de Justiça, na linguagem jurídica, passaria a ser despicendo.

Também não posso aceitar a argumentação do eminente Constituinte Gerson Peres, quando diz que aqui se está pretendendo criar uma ditadura do Legislativo sobre o Judiciário. Não é possível que se entenda que uma Assembléia Nacional Constituinte, ao exercer sua soberania, esteja querendo introduzir uma ditadura nesse sentido. Não é esse, evidentemente, o melhor argumento para se contrapor à emenda de autoria do eminente Constituinte Plínio Arruda Sampaio.

Digo mais: se não tivesse sido aprovado o art. 144, a emenda de S. Ex.<sup>a</sup> seria perfeita, mas, no meu entendimento, há um choque entre as duas disposições.

Veja, Sr. Presidente, que o eminente Constituinte Gerson Peres disse que aqui se pretende criar um tipo de intromissão que propiciaria eventuais choques com o Poder Judiciário. Ressalto, porém, que não é esse o caminho para argumentarmos contra a emenda do nobre Constituinte Plínio Arruda Sampaio. A via criada pela Emenda José Maria Eymael, a meu juízo, continua sendo a melhor. E, assim, em sendo a melhor, vejo-me na difícil contingência de ter que votar contra a Emenda Plínio Arruda Sampaio.

É o parecer da Relatoria.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Em votação.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Cristina Tavares, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, Ibsen Pinheiro, Paulo Ramos, Severo Gomes, José Carlos Grecco, Jorge

Hage, Nelson Wedekin, Octávio Elísio, Uldurico Pinto, Vilson Souza, Brandão Monteiro, Bocayuva Cunha, Luiz Salomão, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Haroldo Lima, Roberto Freire e Beth Azize. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Almir Gabriel, Antônio Britto, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Carlos Mosconi, Celso Dourado, Egídio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, João Calmon, João Herrmann Neto, José Fogaça, José Ignácio Ferreira, José Serra, Manoel Moreira, Nelson Jobim, Nilson Gibson, Oswaldo Lima Filho, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Theodoro Mendes, Virgildásio de Senna, Wilson Martins, Antonio Mariz, Chagas Rodrigues, Euclides Scalco, José Costa, José Tavares, Michel Temer, Miro Teixeira, Roberto Brant, Antoniocarlos Mendes Thame, Arnaldo Prieto, Christóvam Chiaradia, Eraldo Tinoco, Francisco Dornelles, Inocêncio Oliveira, José Jorge, José Santana de Vasconcellos, Luís Eduardo, Mário Assad, Oscar Corrêa, Osvaldo Coelho, Paulo Pimentel, Sandra Cavalcanti, Enoc Vieira, Gilson Machado, João Menezes, Jofran Frejat, Jonas Pinheiro, José Tinoco, Mozarildo Cavalcanti, Ricardo Izar, Simão Sessim Valmir Campelo, Antonio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Gerson Peres, Jarbas Passarinho, Virgílio Távora, Bonifácio de Andrada, Francisco Rossi, Sólton Borges dos Reis, Adolfo Oliveira, José Maria Eymael e Antonio Farias. **ABSTENÇÃO** do Sr. Constituinte Nelson Carneiro.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 23 Constituintes; votaram NÃO 65 Constituintes; absteve-se de votar 1 Constituinte. Total 89 votos. O Destaque foi **rejeitado**.

Passemos à votação da preferência para o Destaque nº 008, de autoria do Constituinte Siqueira Campos.

Devo lembrar à Casa que esse destaque é daqueles que entraram no final das preferências que, em consequência, têm a assinatura de 10% dos membros da Comissão de Sistematização.

Em votação a preferência. Os Srs. Constituintes que estejam a favor, permaneçam como estão. **(Pausa)** Aprovada.

Em votação o Destaque nº 008, referente à Emenda nº 21288, do Constituinte Siqueira Campos. O item V do art. 135 passa a ter a seguinte redação:

"É compulsória a aposentadoria, com vencimentos integrais, por invalidez, ou aos setenta e dois anos de idade, e facultativa aos trinta anos de serviço, após cinco anos de exercício efetivo na judicatura."

Tem a palavra o Constituinte Siqueira Campos. **(Pausa)** Ausente. Está prejudicado o destaque, pela ausência do Constituinte que a requereu.

**Destaque nº 005710-87 – Emenda nº ES-27497-0 do Sr. Maurício Corrêa, "que dá nova redação ao inciso V do artigo 135 do Substitutivo 1 (art. 109, IV, do Substitutivo 2)". (352ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Em votação requerimento de preferência para o Destaque nº 5710, de autoria do Constituinte Maurício Corrêa.

Os Srs. Constituintes que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. **(Pausa)** Aprovado o pedido.

Em consequência, passamos à votação do Destaque nº 5710, de autoria do Constituinte Maurício Corrêa, relativo à Emenda nº 27497.

Referido destaque tem como objetivo dar ao inciso V do art. 135 do Substitutivo do Relator a seguinte redação:

"É compulsória a aposentadoria, com vencimentos integrais, por invalidez ou aos setenta anos de idade, e facultativa aos trinta anos de

serviço para o homem e vinte e cinco para a mulher, após cinco anos de exercício efetivo na judicatura."

Há indicações. O ilustre Constituinte Maurício Corrêa indicou a Constituinte Sandra Cavalcanti para encaminhar sua proposição. Tem a palavra S. Ex.<sup>a</sup>.

**A SRA. CONSTITUINTE SANDRA CAVALCANTI:** – Sr. Presidente, Sras e Srs. Constituintes, a emenda do ilustre Senador Maurício Corrêa tenta restabelecer uma situação que de fato já existe. Os ilustres senhores juizes, no Brasil, já têm direito a uma aposentadoria abaixo da média geral dos demais profissionais. Eles já gozam da aposentadoria aos 30 anos de serviço.

Nossas observações se prendem especialmente a uma tendência que já está clara, definida, nesta Assembléia ou seja, a de conceder a todas as mulheres que exercem determinadas funções, penosas, cansativas, que produzem um desgaste emocional muito grande, aposentadoria mais curta, após 25 anos de trabalho. Aqui foi objeto de deliberação, e o magistério conseguiu essa prerrogativa.

Há um argumento, porém, muito utilizado pelos nossos colegas: se as mulheres, hoje, lutam tanto para que não sejam discriminadas, porque desejam total e completa igualdade de direitos, que elas tenham também as mesmas obrigações em matéria de tempo de serviço.

É uma frase, mas é também um **slogan**, pois, por mais que grupos levanten de fato essa tese, ou seja, de que não pode haver diferença entre profissionais dos sexos masculino e feminino, a natureza se opõe a isso de forma devastadora. A diferença existe, sim, e graças a Deus permanece. Mas há um outro argumento, mas forte do que este, o qual me permito usar para pedir aos colegas o apoio a esta emenda que permite a aposentadoria aos 25 anos de serviço às mulheres que exercem difícil tarefa de juizas. A sociedade brasileira tem uma estrutura ainda muito estratificada, que repousa, e com muita dependência, no trabalho da mulher, o chamado trabalho oculto, de dupla jornada. Isto porque, quer queiram ou não, são as mulheres que continuam comandando todo um processo doméstico, além das responsabilidades naturais da maternidade, da educação caseira, enfim do núcleo familiar.

As nossas juízas não escapam a esta situação. Com a maior tranquilidade conseguimos essa conquista para o magistério. Estou aqui, pois, pleiteando isto para as Juízas e pretendo, mais adiante, reivindicar a mesma situação para as médicas, enfermeiras, assistentes sociais, ou seja, para todas as categorias em que as mulheres, ao exercerem duramente uma profissão competitiva, acumulam, obrigatoriamente, suas funções domésticas. A rigor, as mulheres não deveriam ter aposentadoria aos vinte e cinco anos. Deveriam ter ao tempo que quisessem, uma dupla aposentadoria, porque rara é a mulher que não carrega uma dupla tarefa nas costas.

Deste modo, Sr. Presidente, peço aos nobres colegas Constituintes que entendam não se tratar de privilégio para uma classe, mas de uma visão diferente do que significa, na sociedade moderna, o fato de as mulheres terem sido chamadas a uma participação mais direta e mais intensa em todas as atividades. Não tendo elas perdido suas responsabilidades, qualquer diferença em favor das mulheres, na verdade, aí sim, é hora de não haver discriminação alguma. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Concedo a palavra, para encaminhar contra a emenda, ao ilustre Constituinte José Ignácio Ferreira.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, o projeto, no seu art. 230, propõe a aposentadoria para todos os trabalhadores do País aos 35 anos de trabalho para o homem e 30

anos para a mulher. Para os magistrados e para o Ministério Público, o projeto, no art. 151, § 6º propõe aposentadoria, uma exceção a essa generalidade, consagrada claramente para todos os trabalhadores, já que passam os magistrados e os membros do Ministério Público a ter direito à aposentadoria voluntária aos trinta anos de serviço.

O que propõe a emenda? Que uma juíza e, portanto, também uma promotora – porque um artigo conota a atividade com outra no próprio projeto – tenham o direito à aposentadoria voluntária dez anos antes que qualquer trabalhador deste País. Aposentar-se-ia a mulher juíza, a mulher promotora com vinte e cinco anos de serviço. O trabalhador homem aposenta-se com trinta e cinco anos de serviço, a mulher juíza ou promotora – não a trabalhadora da vassoura, a gari da prefeitura – aos vinte e cinco anos.

Só, e tão-só, se falou aqui na professora, assunto anterior ao próprio texto constitucional. O importante é que, se temos de mudar as coisas, como disse com tranquilidade, com clareza de sempre, a Constituinte Sandra Cavalcanti, que o façamos então – e não concordo com isso – de baixo para cima. A da vassoura já poderia estar sendo cogitada aqui. É um assunto a estudar, se for proposto. Mas, não. O que se quer é que a Juíza e a Promotora de Justiça tenham direito a aposentar-se com dez anos de serviço a menos que o trabalhador comum neste País.

Sr. Presidente, aí sim, haverá discriminação, contra a qual as mulheres tanto batalham.

A proposta é discriminatória. A isonomia invocada na justificção da emenda funciona contra os objetivos da própria emenda. Na verdade, isonomia é equiparar a mulher Juíza, a mulher promotora às demais mulheres que trabalham neste País. Isonomia é isto, e não invocar-se tal princípio da maneira que se invocou, para respaldar a emenda proposta.

Todo o projeto é um corpo sistêmico em que vemos normas contra a discriminação, desde o **caput** do art. 5º "Todos são iguais perante a lei". Este **caput** é contra a proposta contida na emenda. A norma constitucional, esse sistema todo que o eminente Relator com muita felicidade costurou, tem disposições claramente antidiscriminatórias. A norma constitucional proíbe discriminações quanto ao sexo, inclusive punindo a discriminação de qualquer natureza como crime inafiançável.

Sr. Presidente, estamos vivendo um tempo de construção de uma sociedade nova. Queremos construir uma sociedade justa, plúrima, participativa, conflituosa e solidária. O primeiro passo para atingir essa meta é elaborar o texto constitucional, que é o topo das normas, pois na estrutura de um direito escalonado como o nosso, cada escalão vai haurindo sua vitalidade, sua legitimidade, a partir do que deflui do escalão imediatamente superior.

Pois bem, estamos estruturando o escalão máximo, o topo das leis deste País. Não podemos, já a partir deste topo, desta cumieira, deste telhado que estamos construindo para uma sociedade que queremos justa e sem discriminações, ter a discriminação maior consagrada no próprio texto, como pretende a emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Concedo a palavra à Constituinte Beth Azize, para encaminhar a favor.

**A SRA. CONSTITUINTE BETH AZIZE:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, há poucos minutos fui vítima, nos corredores desta Casa, de uma grosseria por parte de certa magistrada inconformada pelo fato de eu ter votado contra a exclusão do dispositivo que institui o Conselho Nacional de Justiça. Apesar disso, ocupo esta tribuna para

encaminhar favoravelmente emenda de autoria do ilustre Constituinte Maurício Corrêa, numa demonstração de que voto de acordo com a minha consciência e com absoluta isenção de ânimo.

Sinto-me muito à vontade, Srs. Constituintes, para defender a aposentadoria pleiteada pelas magistradas – a aposentadoria voluntária aos 25 anos de serviço – porque sofri na carne e na alma as agruras do exercício da magistratura no Amazonas. Tenho certeza de que o ilustre Relator desta Comissão, que me conheceu como magistrada no interior do meu Estado, sabe da independência com que me portei no desempenho da função. Jamais abandonei minha comarca para pressionar qualquer Parlamentar a aprovar dispositivos em favor dos interesses da classe. **(Palmas)**

Quando peço a esta Comissão que aprove a emenda, quero deixar bem claro que não estou aqui para pedir que se institucionalize o corporativismo, ou mesmo tentar fazê-lo. Não queremos privilégios ou aposentadorias especiais para classes privilegiadas. Queremos é que todas as mulheres trabalhadoras deste País tenham a sua aposentadoria aos 25 anos de serviço.

É exatamente com este propósito que aqui solicito aos ilustres membros desta Comissão que aprovem esta emenda. Trata-se de um justo anseio das magistradas brasileiras, sua aposentadoria voluntária aos 25 anos de serviço.

Ao contrário do que disse o orador que me antecedeu – e sou contra a discriminação de qualquer sorte – as mulheres brasileiras precisam aposentar-se com menos tempo de serviço do que os homens em função da dupla tarefa que desempenham. As próprias magistradas e promotoras, como mulheres, desempenham tarefas no lar, o que requer a dupla jornada de trabalho.

Não estou aqui, portanto, para defender o corporativismo nem privilégios de castas. Queremos pedir apoio, sobretudo apelando para a consciência dos senhores membros desta Comissão – que já concederam às professoras o direito à aposentadoria voluntária aos 25 anos de serviço – que estendam o mesmo direito, agora, às magistradas. Daí, quando votarmos o Título VIII e o art. 230, que estabelece a aposentadoria generalizada para todos os trabalhadores deste País, poderemos conceder a aposentadoria aos vinte e cinco anos de serviço às mulheres de todas as categorias profissionais.

Era o que tinha a dizer.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Concedo a palavra ao Constituinte Luiz Salomão.

**O SR. CONSTITUINTE LUIZ SALOMÃO:** – Sr. Presidente, a nobre Constituinte Beth Azize, que me merece a maior consideração e apreço, acaba de reproduzir lamentável atitude, que há dias tive oportunidade de condenar, de outro Constituinte que veio à tribuna defender interesses pessoais correspondentes à sua vinculação profissional.

Lembro à nobre Constituinte Beth Azize – lamento não esteja S. Ex.<sup>a</sup> prestando atenção neste momento – que o § 4.º do art. 170 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, usado ancilarmente quando o Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte não trata da matéria, reza:

"Tratando-se de causa própria ou de assunto em que tenha interesse individual, deverá o Deputado" – no caso, o Constituinte – "dar-se por impedido, fazendo comunicação nesse sentido à Mesa. Para efeito do **quorum**, seu voto será considerado em branco."

O mesmo caso se aplica ao § 4º do art. 1º do Regimento Interno da Assembleia Nacional Constituinte, quando diz :

"Não poderá o Constituinte, desde a instalação da Assembleia Nacional Constituinte até a promulgação da Constituição, patrocinar interesses de caráter não social de grupos ou pessoas, ou interesses de empresas organizadas para exercer atividades econômicas."

A nobre Constituinte Beth Azize incidiu, da mesma forma que outro Constituinte há dois ou três dias, na prática lesiva aos nossos trabalhos. E sinto-me no dever de, por coerência, expressar meu protesto e recriminar sua atitude de aqui defender a causa das juízas, sendo ela própria uma juíza federal.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Constituinte Luiz Salomão, esta questão já foi levantada em várias oportunidades na Assembleia Nacional Constituinte, não só nas Comissões temáticas como nesta Comissão de Sistematização. Evidentemente, o Regimento fala com clareza que o Constituinte deve dar-se por impedido. Mas quero informar a V. Ex.<sup>a</sup> que, segundo informações que obtive da Mesa, a Constituinte Beth Azize há muito não é juíza, posto que S. Ex.<sup>a</sup> pediu exoneração do cargo.

Superemos esse incidente e continuemos nossos trabalhos.

**O SR. CONSTITUINTE LUIZ SALOMÃO:** – Sr. Presidente, quero registrar minhas escusas pelas acusações que fiz.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Com a palavra o Constituinte Egídio Ferreira Lima, que encaminhará a votação contrariamente à proposição do Constituinte Maurício Corrêa.

**O SR. CONSTITUINTE EGÍDIO FERREIRA LIMA:** – Sr. Presidente, e Srs. Constituintes, no art. 46, inciso III, alínea a deste projeto, esta Comissão estabeleceu para os funcionários públicos aposentadoria aos 35 anos de serviço para o homem e aos 30 anos, para a mulher.

Na última semana, discutimos aqui o caso da mulher que exerce o magistério. Chamamos então a atenção da Casa para o texto constitucional ora em vigor, que assegura à mulher professora aposentadoria aos 25 anos de efetivo exercício do magistério. Agora quer-se estender tal vantagem à mulher que exerce a magistratura, desde que tenha cinco anos de efetivo exercício.

Estamos estabelecendo entre a professora e a magistrada uma discriminação, odienta e nociva ao serviço público e à magistratura. Mulheres com outra função, ao se aproximarem dos vinte anos de trabalho, ingressarão na magistratura para, cinco anos depois, aposentar-se, o que é uma distorção e um erro.

Acho que a independência e a liberdade da mulher e seu papel na sociedade não estão em buscar discriminações, mas em afirmar seus direitos, em pé de igualdade com o homem. Não vejo diferença alguma entre a mulher e o homem no que se refere à capacidade de trabalho, à mente, ao espírito, às condições psíquicas. Acho que ambos são eficientes e capazes de atender às mesmas tarefas e missões. Não vejo como luta pela sua liberdade e pela busca de seu papel na sociedade a mulher querer distingui-se do homem através de privilégios e vantagens.

Voto contra a emenda, pois não honra a mulher. A mulher, que se tem revelado no mundo e neste País, até a idade mais avançada, capaz, precisa e combativa, não deve buscar na Constituinte uma distinção que a discrimina, que lhe atribua vantagens em relação a outras mulheres e ao homem.

Dessa forma, sou contra a emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Concedo a palavra ao Relator, Constituinte Bernardo Cabral, que se pronunciará sobre a matéria.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, quero apenas manifestar minha discordância da eminente Constituinte Sandra Cavalcanti, que declara não se tratar de privilégio.

Quero que seja realmente um privilégio. Não posso aceitar que se queira tratar normalmente a mulher juíza que começa sua carreira, por exemplo, no interior do Estado. E ainda há pouco ouvi o depoimento da Constituinte Beth Azize, que conheci há 21 anos como juíza do interior, sofrendo as agruras que a mulher brasileira sofre. Quanto mais no desempenho de um cargo desta natureza! O homem juiz do interior sobrevive, sendo solteiro, em muito melhores condições. A mulher, porém, é imposta uma exigência de postura que não se deve reclamar de um ser feminino. É privilégio? Pois que o seja!

Sr. Presidente, é preciso encontrar um suporte, em razão da estrutura sócio-familiar. O que ocorre com a mulher? Por essa estrutura sócio-familiar, qualquer atividade que ela exerça está sujeita a um desgaste físico bem superior ao do homem. Contudo, a exigência moral que se faz dela é muito maior. Ouvi o eminente Constituinte Egídio Ferreira Lima dizer que a mulher não deve buscar discriminação. Mas ela é discriminada exatamente em função do império machista criado ao longo dos anos em nosso País, com base no qual ela foi condicionada ao "não pode" e "não deve". Tudo lhe era proibido. Aqui mesmo, na Assembleia Nacional Constituinte, o número de mulheres, em comparação aos dos homens, demonstra a discriminação existente.

Entendo que, mais uma vez, o advogado saiu em defesa do Poder Judiciário. É o eminente Constituinte Maurício Corrêa, ex-Presidente da OAB do Distrito Federal, advogado militante, que sai em favor do outro tripé – Ministério Público, Judiciário e advogado – para que se dê à mulher brasileira, juíza, não um privilégio – ainda que o fosse, reitero, com ele estaria de acordo – mas a aposentadoria aos 25 anos de serviço.

Por isso, Sr. Presidente, voto pelo acolhimento da Emenda Maurício Corrêa, deplorando colocar-me contra os eminentes colegas Egídio Ferreira Lima e José Ignácio Ferreira.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Vamos passar à votação.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Bernardo Cabral, Fernando Lyra, Haroldo Sabóia, João Calmon, Milton Reis, Nelson Carneiro, Nilson Gibson, Paulo Ramos, Renato Vianna, Sigmaringa Seixas, Antonio Mariz, Israel Pinheiro, João Agripino, Jorge Hage, José Carlos Grecco, Michel Temer, Miro Teixeira, Uldurico Pinto, Afonso Arinos, Arnaldo Prieto, Christóvam Chiaradia, Edme Tavares, Sandra Cavalcanti, Jofran Frejat, Jonas Pinheiro, Simão Sessim, Valmir Campelo, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Brandão Monteiro, Lysâneas Maciel, Francisco Rossi, Sólton Borges dos Reis, Luiz Inácio Lula da Silva, Adolfo Oliveira, Beth Azize. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Almir Gabriel, Antônio Britto, Artur da Távola, Celso Dourado, Cristina Tavares, Egídio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Ibsen Pinheiro, José Fogaça, José Ignácio Ferreira, José Richa, José Serra, Manoel Moreira, Nelson Jobim, Nelton Friadrich, Osvaldo Lima Filho, Pimenta da Veiga, Raimundo Bezerra, Virgildásio de Senna, Wilson Martins, Euclides Scalco, José Tavares, Nelson Wedekin, Roberto Brant, Vilson Souza, Eraldo Tinoco, Francisco Dornelles, Inocêncio Oliveira, José Jorge, José Lins, Luís Eduardo, Mário Assad, Oscar Corrêa, Osvaldo Coelho, Paulo Pimentel, Enoc Vieira, Gilson Machado, João Menezes, José Tinoco, Mozarildo



Cavalcanti, Gerson Pares, Virgílio Távora, Adylson Motta, Luiz Salomão, Ottomar Pinto, Haroldo Lima e Roberto Freire.  
**ABSTENÇÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Jarbas Passarinho e José Maria Eymael.

Brasília, 5 de novembro de 1987

### DECLARAÇÃO DE VOTO

"No que se refere à Emenda nº 27.497, que concede 25 anos de aposentadoria à mulher juíza, o voto é contrário porque:

1) salário da juíza permite-lhe contratar 2 a 3 empregadas domésticas. Neste nível não há - jamais - dupla jornada de trabalho;

2) a aposentadoria aos 25 anos é uma forma de interrupção de carreira e uma forma de tornar a Desembargadoria exclusiva dos homens.

A emenda é, pois, antifeminista, porque desmoraliza a luta dos professores e dos operários. – **José Fogaça.**"

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 38 Constituintes; ôvotaram NÃO 47 Constituintes; abstiveram-se de votar 2 Constituintes. Total: 87 votos. O destaque foi **rejeitado**. Declaração de voto, do Senhor Constituinte José Fogaça.

Convoco o ilustre Constituinte Fernando Henrique Cardoso para assumir a Presidência dos trabalhos.

**Destaque nº 007609-87 - Emenda n.o ES-21564-7, do Sr. Christóvam Chiaradia, "que dá nova redação ao inciso V do art. 135 do Substitutivo nº 1 (art. 109, V, do Substitutivo nº 2)". (353ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Há sobre a mesa pedido de preferência para a votação do Destaque nº 7.609, do Constituinte Christóvam Chiaradia.

Os Srs. Constituintes que estiverem de acordo que permaneçam como estão. **(Pausa)** Aprovada a preferência, que incide sobre a Emenda nº 21.564, que objetiva uma modificação no Título IV, Capítulo IV, Seção I, art. 109, inciso V.

Concedo a palavra ao ilustre Constituinte Christóvam Chiaradia para que encaminhe a votação da emenda.

**O SR. CONSTITUINTE CHRISTÓVAM CHIARADIA:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, há uma preocupação generalizada nesta Comissão de Sistematização de adaptar-se o Poder Judiciário do nosso País às nossas novas realidades sócio-econômicas e políticas. Com idêntico propósito, a par de outras emendas com esse mesmo sentimento, estou apresentando à consideração dos meus pares esta emenda, que visa a estabelecer piso salarial para nossa magistratura. Assim é, Sr. Presidente e nobres Constituintes, que apresentei a Emenda nº 21.564, que vem para votação através do Destaque nº 7.609:

"Altere-se o inciso IV do art. 135 do Substitutivo, passando a ter a seguinte redação:

Os vencimentos dos magistrados serão fixados com diferença não excedente de cinco por cento de uma para outra das categorias da carreira, atribuindo-se aos integrantes dos Tribunais Superiores e dos Tribunais de Justiça dos Estados não menos de noventa por cento do que perceberem, a qualquer título, os Ministros do Supremo Tribunal Federal, não podendo ultrapassar os destes."

A justificativa, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, é a seguinte:

"As inovações trazidas pelo Substitutivo recomendam seja estabelecido também um piso para os vencimentos dos Membros dos Tribunais Superiores e de Justiça e não somente o teto. E

que, com a criação dos Tribunais Regionais Federais, poderá haver um esvaziamento das Justiças Estaduais, se não ocorrer uma padronização dos vencimentos dos Magistrados.

É unânime o entendimento de que o Magistrado deve ser bem remunerado, pois desempenha atribuições as mais elevadas, devendo comportar-se com altivez e independência.

Como ocorre um limite máximo de vencimentos, nada mais lógico que, no caso da Magistratura, se estabeleça também um mínimo indispensável ao exercício digno de seu cargo.

A emenda é própria e oportuna, pois não se trata de vinculação de vencimentos de categorias estranhas, mas de padronização com o propósito de valorizar a Magistratura como um todo, evitando-se o esvaziamento das Justiças estaduais, que alcançam todo o território nacional."

O propósito desta emenda, portanto, é ainda, uma vez mais, acrescentar novas conquistas nesta luta de se valorizar o Poder Judiciário de nosso País, de se valorizar a Magistratura, dando os nossos Magistrados as condições necessárias, as condições basilares para que possam eles comportar-se com altivez e rapidez no exercício de seu digno múnus.

Peço aos nobres companheiros da Comissão de Sistematização que examinem com profundidade esta emenda e emprestem seu apoio, a fim de que possamos também ficar com o texto do 2º Substitutivo, estabelecendo um piso salarial para essa nobre classe da sociedade brasileira que tanto contribui para nossa paz social.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Tem a palavra o Constituinte José Serra, para encaminhar contra.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ SERRA:** – Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. -Constituintes, creio que o Relator Bernardo Cabral seguiu orientação correta na elaboração do conjunto do seu Substitutivo, ao evitar vinculação de remunerações dentro do setor público. Isso pode ser observado facilmente, a partir das diferentes propostas ou emendas feitas nos vários momentos do processo Constituinte e que não foram acolhidas pelo Relator. Creio que é muito importante manter-se esse princípio. Venho encaminhar contra a emenda do nobre Constituinte Christóvam Chiaradia, sustentando a necessidade e a importância de se manter o texto do Relator.

A respeito da questão da remuneração no Poder Judiciário, o 2º Substitutivo estabelece o seguinte:

"Art. 109 - Os vencimentos dos magistrados serão fixados com diferença não excedente de dez por cento de uma para outra das categorias da carreira, não podendo, a qualquer título, exceder os dos Ministros do Supremo Tribunal Federal."

O que o Relator fez foi fixar diferenças salariais entre as diversas categorias da carreira e um limite máximo para os vencimentos dos magistrados. Portanto, isso não constitui vinculação. Apenas, se procura fixar um teto para a remuneração dos magistrados e as diferenças entre as várias categorias de magistrados.

A proposta do Constituinte Christóvam Chiaradia estabelece a vinculação, quando diz que "os integrantes dos Tribunais Superiores e dos Tribunais de Justiça dos Estados terão não menos de noventa por cento do que perceberem, a qualquer título, os Ministros do Supremo Tribunal Federal, não podendo ultrapassar os destes". Portanto, estabelece vinculação entre noventa e cem por cento dos vencimentos dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

Esta questão é muito importante. A proposta ainda contraria outro dispositivo contido no Substitutivo do Relator, o qual veda as vinculações entre diferentes categorias do serviço público.

O que defendo, guarda carência com a argumentação que tenho apresentado ao longo de todo esse processo, contrariamente às vinculações, inclusive de Procuradores da Justiça com Desembargadores, com Juízes, entre Procuradores do Estado e Procuradores da Justiça. Enfim, temos de quebrar, pelo menos a nível de Constituição, esse sistema de vinculações obrigatórias, que habitualmente criam uma ponta de barbante, a partir da qual praticamente se irá movimentar todo o setor público. Começará agora com o Supremo Tribunal Federal; depois passará para Juízes, a seguir para Promotores, para Procuradores, para Delegados, para Professores universitários, e teremos, enfim, toda uma estrutura se movimentando simultaneamente. Vários grupos pretenderão alterá-la e, na prática, ela se manterá sempre num espiral ascendente.

Defendo com toda a ênfase a permanência do texto do Relator, quando estabelece um limite superior, mas não vinculação – no caso, inapropriada – entre os magistrados em geral e os Ministros do Supremo Tribunal Federal. Não há razão para se estabelecer essa vinculação. Por isso é que encaminho contra.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** Não havendo mais oradores inscritos, concedo a palavra ao Relator, para que S. Ex.<sup>a</sup> opine.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o que se adotou no projeto foi exatamente o princípio da não-vinculação. Tivemos o cuidado de não criar essa problemática já aqui ressaltada. Dessa maneira, para ser coerente com o projeto, a Relatoria mantém o voto contra a emenda, o que faz a contragosto, à vista das homenagens que sempre tributou ao Constituinte Christóvam Chiaradia.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Em votação.

**(Procede-se à votação)**

Votaram **SIM** os seguintes, Senhores Constituintes: Ademir Andrade, Carlos Mosconi, Manoel Moreira, Pimenta da Veiga, Michel Temer, Miro Teixeira, Christóvam Chiaradia, Eraldo Tinoco, Inocêncio Oliveira, Luís Eduardo, Mário Assad, Oscar Corrêa, Paulo Pimentel, Jonas Pinheiro, Gerson Peres, Bonifácio de Andrada e Francisco Rossi. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Faltosa, Almir Gabriel, Antônio Britto, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Carlos Sant'Anna, Celso Dourado, Egídio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, Ibsen Pinheiro, João Calmon, José Richa, José Serra, Nelson Jobim, Nelson Frdedrich, Nilson Gibson, Paulo Ramos, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Severo Gomes, Sigmaringa Seixas, Antonio Mariz, Chagas Rodrigues, Euclides Scalco, Israel Pinheiro, João Agripino, Jorge Hage, José Carlos Grecco, José Tavares, Uldurico Pinto, Vilson Souza, Alcení Guerra, Arnaldo Prieto Carlos Chiarelli, José Jorge, José Lins, Sandra Cavalcanti, João Menezes, Jofran Frejat, José Tinoco, Valmir Campeio, Antônio Carlos Konder Reis, Virgílio Távora, Adylson Motta, José Maurício, Lysâneas Maciel, Luiz Salomão, Gastone Righi, Ottomar Pinto, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Adolfo Oliveira, José Maria Eymael, Haroldo Lima e Beth Azize.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 17 Constituintes; votaram NAO 59 Constituintes. Total: 76 votos. O Destaque foi **rejeitado**.

Sobre a Mesa requerimento vazado nos seguintes termos:

"Exm<sup>o</sup> Sr. Constituinte Afonso Arinos, DD. Presidente da Comissão de Sistematização.

As Lideranças com assento na Comissão de Sistematização, tendo requerido que a votação dos destaques relativos ao art. 52 se efetivasse após o término do item "Poder Judiciário", o que se dará com o encerramento das votações do art. 144, vêm aditar, dito requerimento, para que a votação do art. 52 se dê no primeiro momento da Sessão da manhã do dia 5 do corrente (5ª feira), na hipótese da votação do Poder Judiciário não ter se encerrado naquele momento, forma pela qual se assegurará a votação de tão relevante tema.

Sala das Sessões, 3 de novembro de 1987.

Requerem, ainda, que sejam votados, logo a seguir ao art. 52, os destaques 7323 (ES-26907-1, art. 119, relativo ao art. 95 do S2, e, ainda, o Destaque 1417 (ES-26616-1) relativo ao art. 70 e 4º, II do S2."

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ CARLOS GRECCO:** - Sr. Presidente, retiro meu pedido de preferência e também meu destaque, em favor do destaque do Constituinte Haroldo Sabóia, que virá a seguir.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** - Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup>

Portanto, foi retirado o destaque.

Passamos ao Destaque nº 3880, de autoria do Constituinte Gastone Righi, que recai sobre a Emenda nº 26052, também sobre o art. 52.

Dou a palavra a S. Ex.<sup>a</sup>, para encaminhar a votação de sua emenda.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr. Presidente, o Plenário fez um acordo, dispostos a votar a emenda do Constituinte Haroldo Sabóia – Destaque nº 8146. Minha pergunta é a seguinte: na hipótese de desistir deste meu destaque e, em se votando a Emenda Haroldo Sabóia, estariam prejudicadas as demais emendas sobre a matéria?

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Uma vez aprovadas, sim.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – A Emenda Osvaldo Coelho estaria aprovada? É o que quero definir.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Repetirei a Emenda Osvaldo Coelho, para informar a V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Permita-me, Sr. Presidente, a Emenda 29869 mantém a situação atual. Aprovando-se as outras, que deslocam esta situação normal, ela estará prejudicada?

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Acho que sim. Todas dizem respeito ao art. 52. Havendo matéria aprovada – e todas se referem ao § 2º do art. 52 – está respondida a questão do Constituinte Gastone Righi. Sim, estão prejudicadas.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Muito obrigado. Então, Sr. Presidente, desisto do meu pedido de destaque.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Retirada a preferência pedida pelo Constituinte Gastone Righi, passamos à votação do Destaque de nº 1429, do Constituinte Carlos Sant'Anna, que recai sobre a Emenda nº 31650. O Constituinte Carlos Sant'Anna retirou o destaque. Muito obrigado a V. Ex.<sup>a</sup> (**Palmas**)

**Destaque nº 000637-87 - Emenda nº ES-33684-3, do Sr. Brandão Monteiro – co-autor: Enoc Vieira, "que modifica o art. 74 caput do**

Substitutivo 11 (art. 52 "caput" do Substitutivo 2)". (354ª votação)

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Sobre a Mesa, requerimento de preferência assinado pelas Liderança, no sentido de que se ponha em votação o Destaque de nº 637, que diz respeito à Emenda de nº 33684, de autoria do Constituinte Brandão Monteiro em co-autoria com o Constituinte Enoc Vieira, relativa ao **caput** do art. 52. Refere-se ao art. 74 – 52 no atual que diz:

"A Câmara Federal compõe-se de representantes do povo, eleitos por votos igual, direto e secreto, em cada Estado, Território e no Distrito Federal, dentre cidadãos maiores de 21 anos e no exercício dos direitos políticos, através do sistema proporcional."

Concedo a palavra, pela ordem, ao Constituinte Paulo Delgado.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO DELGADO:** – Sr. Presidente, gostaria de comunicar à Mesa que também participo da autoria dessa emenda, uma vez que a de nº 33236, semelhante a esta, e através de acordo de Lideranças foi colocada em segundo lugar em relação à Emenda Enoc Vieira e Brandão Monteiro. Mas a autoria é dos Constituintes Brandão Monteiro e Enoc Vieira, e também da Liderança do PT.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – A Mesa pede que se registre em ata, com alegria que se trata de emenda pluripartidária e que tem o apoio de V. Ex.<sup>a</sup>

Coloco em votação referida preferência. Os Srs. Constituintes que estiverem de acordo com a concessão da preferência permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovada a preferência com um voto contrário.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr. Presidente peço a palavra para solicitar um esclarecimento.

**SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Com a palavra o nobre Constituinte Gastone Righi.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr. Presidente, o destaque, se aprovado, terá o condão de fixar apenas que as eleições serão proporcionais.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Exatamente.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Não modifica o resto que continua sendo votado.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Trata-se apenas desse artigo, que diz que as eleições serão proporcionais. Inclusive, não veda o estabelecimento de distritos.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Obrigado a V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Permita-me, Sr. Presidente.

Não veda a possibilidade de ser emendada colocando-se uma votação distrital?

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Não veda. Se V. Ex.<sup>a</sup> quiser um sistema global, ele é possível. Há sobre a mesa apenas o que já li. A votação deve ser proporcional.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Permita-me, Sr. Presidente. Não anula a emenda, que é mais abrangente.

Sr. Presidente, regimentalmente, parece-me que a seleção das emendas deve ser colocada em votação pelas mais abrangentes, a fim de que as outras possam cair, se forem vitoriosas. No caso, existem emendas que estabelecem o voto distrital misto, que é geral e mais abrangente que o voto proporcional. Se não me falha a memória, tem sido esse o critério da Mesa.

Pediria a V. Ex.<sup>a</sup> que examinasse se estou certo. Caso afirmativo que V. Ex.<sup>a</sup>, então, restabeleça a apresentação dessas emendas a partir daquelas mais abrangentes.

**O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE:** – Peço a palavra, Sr. Presidente, para contestar.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Com a palavra o Constituinte Ademir Andrade, para contestar.

**O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE:** – Sr. Presidente, não consigo entender por que um destaque de voto proporcional distrital misto é mais abrangente do que uma proposta de voto proporcional. Aqui, entra-se no mérito. São sistemas diferentes.

Ocorre que há um pedido de destaque para votação do voto proporcional. Se ele não for aprovado, então, obviamente, será colocado em votação posteriormente o destaque do voto distrital.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – V. Ex.<sup>a</sup> me permitirá dizer que a Mesa colocou em votação um pedido de preferência, que foi aprovado. Li o texto antes de colocá-lo em votação e perguntei quem era contra. Apenas um Constituinte manifestou-se contra. Todos os demais se calaram.

Está em votação a matéria sobre o voto proporcional. Não quero entrar na matéria, porque, no meu entendimento não é uma questão relativa à decisão da Mesa. É possível haver voto distrital e proporcional.

**O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE:** – Sr. Presidente, peço a palavra, para uma segunda questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – V. Ex.<sup>a</sup> tem a palavra, Constituinte Ademir Andrade.

**O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE:** – Levanto a segunda questão de ordem: aprovada esta emenda, V. Ex.<sup>a</sup> considerará prejudicada as demais?

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Sim, sou obrigado a fazê-lo.

Com a palavra o Constituinte José Lins.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Sr. Presidente, o texto do Relator deixa a definição do sistema eleitoral para a lei. Esta emenda dá preferência ao sistema eleitoral proporcional, portanto, vetando qualquer modificação para distrital, misto ou não. Quem quiser misto ou distrital puro, votará contra.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – A Presidência não quer antecipar sobre o conteúdo.

Em discussão. Concedo a palavra ao nobre Constituinte José Jorge, para encaminhar a favor.

**O SR. CONSTITUINTE INOCÊNCIO OLIVEIRA:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – V. Ex.<sup>a</sup> tem a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE INOCÊNCIO OLIVEIRA:** – Sr. Presidente, creio que se aprovada a emenda do nobre Constituinte Brandão Monteiro, que trata do voto proporcional, não haverá mais possibilidade de aprovação do voto distrital misto ou de qualquer outra natureza, já que no distrito o voto é majoritário.

Então, se aprovarmos o voto proporcional, todas as demais emendas estarão prejudicadas.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Não tenho dúvida quanto ao assunto, mas não quero complicar a discussão. É possível haver distrito e voto proporcional.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – V. Ex.<sup>a</sup> tem a palavra,

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Sr. Presidente, essa emenda diz respeito ao caput do art. 52 e não ao § 2º, como V. Ex.<sup>a</sup> anunciou.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Anunciei o **caput** do art. 52. Votaremos uma emenda relativa ao **caput** do art. 52, que propõe que o sistema eleitoral seja regido pela regra da proporcionalidade.

Concedo a palavra ao nobre Constituinte José Jorge, que encaminhará a favor.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ JORGE:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, considero esta emenda, trazendo de volta ao texto constitucional o voto proporcional para eleição dos Parlamentares das diversas câmaras no nosso País, condição fundamental para que possamos continuar com o processo de democratização. Acho que seria um retrocesso se nós, que há anos utilizamos voto proporcional para eleger os Parlamentares – o que permitiu que as diversas tendências do pensamento nacional estejam representadas nesta Casa – voltássemos agora para o voto distrital. Isso poderia fazer com que algumas tendências importantes do pensamento nacional não estivessem representadas na casa do povo, a Câmara dos Deputados.

Levanto um aspecto que considero muito importante. Quando queremos eleger a representação popular, pretendemos, através da elaboração desta Constituição, que ela seja a mais fiel possível às diversas tendências de pensamento existentes na sociedade. Ora, adotar o voto distrital é dar uma representação regional, que já está dada quando as diversas bancadas estaduais estão representadas nesta Casa. Então, o que teríamos com o voto distrital? O voto estadual, as diversas representações estaduais, com uma conotação regional, também necessária para a representação do Congresso Nacional do nosso País. E teríamos o voto proporcional, porque assim sendo não haveria a preocupação regional, mas a setorial, de representar todas as linhas de pensamentos existentes em nossa sociedade.

Acredito que com o voto proporcional daremos oportunidade às minorias de serem aqui representadas, talvez não através de muitos Deputados, mas trazendo seus pensamentos e suas idéias, da mesma forma como o fazem as maiorias.

O voto proporcional foi aprovado na Comissão de Organização dos Poderes e Sistemas de Governo e na Subcomissão do Poder Legislativo. Portanto, deve ser também aprovado na Comissão de Sistematização, a fim de que possamos garantir no nosso País uma representação regional, através das bancadas de cada um dos Estados da Federação brasileira, e uma representação setorial, pelo pensamento diferenciado, ideológico ou não, mas que represente uma gama de grupos ou de idéias que existem na sociedade brasileira.

Na minha opinião, seria uma involução política para o País se voltássemos ao voto distrital, quando temos a oportunidade de ter um sistema político moderno com o voto proporcional, dando oportunidade de representação a todos os que tenham o voto necessário para trazer o seu pensamento a esta Casa. Portanto, encaminho favoravelmente à emenda dos Constituintes Brandão Monteiro e

Enoc Vieira, pois representa mais uma etapa no progresso político do nosso Pai. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Para encaminhar contra, concedo a palavra ao nobre Constituinte Israel Pinheiro.

**O SR. CONSTITUINTE ISRAEL PINHEIRO:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, a argumentação a respeito do sistema eleitoral precisa ser encaminhada com muita frieza e sem paixão. Estamos todos convencidos de que, se o atual sistema eleitoral permanecer como está, a política e os partidos neste País se tornarão inviáveis.

O atual sistema permite e estimula a divergência entre companheiros de mesmo partido. Quando vitoriosa a tese do voto distrital misto na Comissão Temática, tive oportunidade de dizer que, nos meus trinta e cinco anos de vida pública, nunca tive ao meu lado nos palanques um companheiro de partido a pedir voto para este humilde orador. A disputa entre os companheiros de partido nas campanhas eleitorais destrói nossa formação partidária, a unidade e o fortalecimento partidários.

Qual é a fórmula? Qual é a solução? Não é o voto distrital puro, praticado nos Estados Unidos, na Inglaterra e em outros países ocidentais onde as minorias são prejudicadas. Defendemos o voto proporcional com apuração distrital, o que significa que o eleitor tem direito a dois votos. No primeiro voto, o eleitor, em uma lista partidária, vota no partido. O total de votos dados nessa lista irá definir o quociente partidário, isto é, o número de Deputados com representação na Câmara Federal para cada partido.

Qual é a vantagem dessa lista? Ela evita a luta entre os companheiros. Tomaríamos o exemplo de dois ilustres Parlamentares, os Constituintes Ulysses Guimarães e Luiz Inácio Lula da Silva. Como seria interessante se esses dois nomes de projeção nacional fossem colocados na lista com seus respectivos partidos e pudessem correr o Estado de São Paulo a ajudar seus companheiros que disputam eleição majoritária nos distritos eleitorais! O que vemos hoje é o contrário. Os Constituintes Luiz Inácio Lula da Silva e Ulysses Guimarães fogem das praças públicas, dos palanques e de seus companheiros, para não tomar voto.

Sabemos que sempre haverá má vontade por parte dos que tiveram seus votos capturados por grandes lideranças. Os que perderem seus votos, passarão a desconfiar das grandes lideranças nacionais. O voto proporcional, com apuração majoritária – esta é a terminologia certa – está solucionado pelo nobre Relator, a quem faço um apelo para que deixe a matéria para a lei ordinária, a fim de que possamos, no próximo ano, com os ânimos serenados, com a consciência tranqüila, com a convicção de que é importante mudar o atual sistema em que vivemos, criar um sistema eleitoral proporcional com apuração distrital.

Isto significa, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, que teremos a pureza eleitoral, evitaremos os "páraquedistas", a corrupção eleitoral. Porque, hoje o Brasil, infelizmente, está dividido em um verdadeiro curral, onde aqueles que oferecem melhores e maiores preços podem, afinal, conseguir um mandato de Deputado Federal.

Faço um apelo final, com a autoridade daquele que há trinta anos vem disputando eleições e sente dia a dia o problema se agravar. Venho estudando, há anos, as legislações, e estou convencido de que o melhor sistema é o adotado na Alemanha Ocidental, onde eles procuraram evitar os males do voto distrital puro, que realmente prejudica a minoria, e adotaram sistema misto, que, no meu entendimento, fortalece o regime democrático, e é a solução dos graves problemas que afligem a nossa Pátria.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Dou a palavra ao nobre Constituinte Antonio Mariz, para encaminhar favoravelmente.

**O SR. CONSTITUINTE ANTONIO MARIZ:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, além de mim, são autores da emenda que estamos defendendo os Constituintes Enoc Vieira, Brandão Monteiro, Paulo Delgado, Haroldo Sabóia e outros Constituintes que tiveram a preocupação de preservar, na legislação eleitoral brasileira, o sistema de eleições proporcionais. Isso se impõe, tanto mais agora que esta Comissão aprovou o sistema parlamentar de Governo.

Ora, por paradoxal que pareça em face das notícias, das informações tendenciosas que se têm lido na imprensa e dos argumentos que se têm ouvido nos debates, o regime parlamentarista requer o voto proporcional, a acreditar-se na experiência européia.

É estarecedor o fato de que se montem aqui argumentos contrários ao voto proporcional, sob o falso fundamento de que o parlamentarismo reclama o voto distrital majoritário.

Sr. Presidente, a afirmação que faço não é gratuita. Aqui está uma pesquisa encomendada pelo Serpro a um escritório internacional chamado Technikon Corporation, de Washington, Estados Unidos. É um documento que pertence ao acervo da Biblioteca da Câmara dos Deputados. Ele trata dos sistemas eleitorais na Europa Ocidental. Está dito na página 4 deste documento:

"Além do sistema previamente utilizado em Portugal, de votação majoritária para blocos partidários, que hoje está ultrapassado" o documento é de 1981 – "somente dois países da Europa Ocidental empregam atualmente o sistema majoritário: Inglaterra e França ..."

Portanto, esses são os dois únicos países, porque a Alemanha Ocidental utiliza um sistema chamado distrital misto, que preserva, ainda assim, a proporcionalidade, na medida em que distribui as cadeiras no seu Parlamento pelo segundo voto, o voto proporcional. E mesmo esses exemplos são discutíveis, porque a França atribui à legislação ordinária a fixação do sistema eleitoral e tem adotado tradicionalmente o sistema proporcional, como aconteceu até 1958 e também nas últimas eleições parlamentares, em 1986, quando foi adotado o sistema proporcional.

Resta, assim, o exemplo da Inglaterra, que resolveu o seu problema da representatividade.

Porque esta é a grande questão na escolha do sistema eleitoral, ou seja, fazer com que a democracia se exerça, se realize e que os Parlamentos possam exprimir, em toda a sua autenticidade, a verdade eleitoral, a realidade prática da nação, as correntes de opinião, as tendências que exsurgem do seio do povo.

A Inglaterra tem uma superfície semelhante à do Estado de São Paulo, mas dividiu seu território em 635 distritos, e, por essa multiplicação das subdivisões territoriais e eleitorais, de certa forma obviou a quebra da representatividade, que resultaria do voto majoritário.

O voto majoritário simples, tal como se adota no Reino Unido da Grã-Bretanha e na Irlanda do Norte, levar-nos-ia à possibilidade de que as minorias governassem, pois a maioria simples, muitas vezes, é minoria nos distritos, e isso, pela composição social dos distritos, poderia levar a que uma minoria governasse o País. O dado fundamental, Sr. Presidente, é que as minorias se representem.

O voto proporcional representou um avanço na história política dos países. Tenho comigo um documento com mais de um século, escrito por Stuart Mills, pensador britânico que, tratando exatamente dessa questão inglesa, dizia:

"A democracia, da maneira como é comumente concebida e até agora praticada, é governo do

povo inteiro por uma mera maioria exclusivamente representada."

É fundamental, pois, que se assegure o voto proporcional, que reflete a experiência brasileira. Para nós e para qualquer país do mundo, adotar o voto majoritário é retroceder, é uma decisão retrógrada. Desde 1855, adotou-se no Brasil, através da Lei n.º 842, o voto majoritário, que falhou, pois criou as Câmaras unânimes ou quase unânimes, tendo, finalmente, sido substituído quando se adotou o Código Eleitoral, em 1932. Também não caberia pensar no sistema distrital misto.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – O tempo de V. Ex.<sup>a</sup> está esgotado.

**O SR. CONSTITUINTE ANTONIO MARIZ:** – Já encerro, Sr. Presidente.

Há a impossibilidade material de transplantar para o País a experiência alemã. A Alemanha tem 522 deputados, dos quais 498 eleitos pelo povo com dois votos – um majoritário e outro distrital – mas tem 248 distritos. Imaginem V. Ex.<sup>as</sup> se o Brasil, com oito milhões e quinhentos mil quilômetros quadrados, tivesse apenas 244 distritos! A média do eleitorado em cada distrito seria superior a duzentos mil eleitores, o que representaria um tremendo encarecimento das eleições, abrindo um campo para o exercício abusivo do poder econômico. Seria transformar os distritos em velhos currais eleitorais, que a sociedade brasileira moderna, que o povo politizado dos nossos dias repele, repudia e quer manter no passado.

Sr. Presidente, impõe-se, por isso, manter o que representa a experiência positiva do povo brasileiro: o voto proporcional, tal como é hoje praticado, e que se implantou no Brasil como uma das bandeiras da Revolução de 1930, constituindo-se em uma das raras experiências bem-sucedidas na nossa já longa vida política como povo independente. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Com a palavra o nobre Constituinte Gerson Peres.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, cedo minha vez ao nobre Constituinte Egídio Ferreira Lima.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Com a palavra o nobre Constituinte Egídio Ferreira Lima, para encaminhar contra.

**O SR. CONSTITUINTE EGÍDIO FERREIRA LIMA:** – Sr. Presidente e demais integrantes da Comissão de Sistematização, estabeleceu-se e ganhou corpo com ares de convicção a tese de que há uma relação necessária entre o sistema distrital e o sistema parlamentar. Esta relação necessária inexistente. Estabeleceu-se esse tabu porque os dois sistemas – o sistema parlamentar de governo e o sistema distrital – nasceram concomitantemente na Inglaterra. O que não observam é que, enquanto o sistema parlamentar nasceu para modernizar, para conter o império absoluto do rei, o sistema distrital foi instituído para conter a presença, no Parlamento e na vida política, das minorias.

Apesar de ter essa visão, entendo que não é hora de esta Comissão definir tal polêmica. Estamos dividindo a Comissão, ao decidirmos uma questão que está posta em termos muito emocionais e de maneira muito deformada. O Relator Bernardo Cabral foi sábio quando remeteu a solução desse problema para a lei ordinária. É de todo fundamental que o texto continue como está. Não podemos dividir esta Casa quanto ao fundamental, que é o sistema de governo, discutindo agora o sistema eleitoral. Depois de definido o sistema de governo, poderemos, na legislação ordinária, sem a emocionalidade de agora, definir com clareza e com justiça o sistema eleitoral.

Por isso, Sr. Presidente, oponho-me à emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Vou dar a palavra à Relatoria, para que opine sobre a matéria.

Com a palavra o Constituinte José Fogaça.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FOGAÇA:** – Sr. Presidente, ilustres membros da Comissão de Sistematização, Relator Bernardo Cabral e o conjunto dos integrantes da Relatoria têm uma posição bastante clara e rigorosamente inequívoca a respeito desta matéria.

Entende a Relatoria que o sistema de governo e o sistema eleitoral têm estreita relação entre si. Entende a Relatoria que o sistema eleitoral está subordinado ao sistema de governo. Mas é um equívoco e é puro preconceito supor que o sistema de governo dependa do sistema eleitoral, ou vice-versa. Há subordinação, não dependência.

O sistema eleitoral instrumentaliza o sistema de governo, mas não tem com ele um vínculo necessário e imprescindível. A França, com um sistema parlamentarista, já adotou o voto distrital e, agora, o voto proporcional. A Itália, com seu sistema parlamentar, adotou o voto proporcional. Portugal, com um sistema parlamentar, adotou o voto proporcional. A Alemanha, com um sistema parlamentar, adotou o voto distrital misto. E, paradoxo dos paradoxos – para dirimir todos os preconceitos acadêmicos –, os Estados Unidos, cujo regime é presidencialista, adotam o voto distrital puro.

Demonstra a experiência dos povos, portanto, não haver, necessariamente, vínculo ou dependência entre o sistema eleitoral e o sistema de governo. É preciso ressaltar que estamos partindo para uma experiência histórica de um sistema parlamentar. E aqui disse bem o Constituinte Egídio Ferreira Lima: esta experiência haverá de ser ditada por uma legislação ordinária nova, que, por certo, também condicionará a legislação que tratará do sistema eleitoral.

Mas é preciso que se tenha consciência – e aí está a grande sabedoria do texto do 2º Substitutivo de Bernardo Cabral – de que não podemos amarrar o sistema eleitoral na Constituição, de que não podemos submeter sistema eleitoral a um espartilho jurídico, porque estamos partindo para uma experiência histórica nova, e a instrumentalização eleitoral do sistema de governo será ditada por essa nova experiência histórica.

Daí por que o texto atual é sábio ao remeter à lei complementar a questão do sistema de governo, porque a própria experiência que a sociedade brasileira viverá, no novo sistema de governo que erigimos e instituímos nesta Assembléia Nacional Constituinte, poderá determinar a necessidade de mudanças, que se definirão ao longo do tempo.

Eis por que, em razão destes argumentos, pede-me Relator Bernardo Cabral que, em seu nome e no da unanimidade dos Relatores-Adjuntos, manifeste sua posição, que não é a de entrar no mérito do exame do sistema proporcional ou do sistema distrital misto ou puro, mas, isto sim, a da grande sabedoria que se encerra em deferir essa matéria à lei complementar, para que a experiência histórica possa alterar o sistema eleitoral que é subsidiário, que é meramente instrumental, do sistema de governo tantas vezes quanto a experiência o ditar ou determinar. Em função disso, a posição da Relatoria é pela manutenção do texto e pela rejeição da emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Srs. Constituintes, membros da Comissão de Sistematização, vamos passar à votação.

Repito, para conhecimento de V. Ex.<sup>as</sup>, que a emenda propõe que a Câmara Federal se comporá de representan-

tes do povo eleitos por voto igual, direto e secreto, em cada Estado, Território e no Distrito Federal, dentre cidadãos maiores de 21 anos e no exercício dos direitos políticos, através do sistema proporcional.

Quem estiver de acordo com esta emenda, dirá "sim"; quem preferir o texto do Relator, que manda para a lei ordinária ou complementar a decisão sobre a mesma matéria, dirá "não".

**(Procede-se à votação)**

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes:

Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Almir Gabriel, Carlos Mosconi, Carlos Sant'Anna, Celso Dourado, Cristina Tavares, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, João Calmon, João Herrmann Neto, Manoel Moreira, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nelson Friedrich, Nilson Gibson, Paulo Ramos, Severo Gomes, Sigmaringa Seixas, Virgildásio de Senna, Antonio Mariz, Chagas Rodrigues, Daso Coimbra, João Agripino, José Costa, Michel Temer, Octávio Elísio, Roberto Brant, Uldurico Pinto, Vilson Souza, Afonso Arinos, Christóvam Chia-radia, Edme Tavares, Eraldo Tinoco, Francisco Dornelles, Inocêncio Oliveira, José Jorge, José Santana de Vasconcellos, Luís Eduardo, Oscar Corrêa, João Menezes, Jofran Frejat, Jonas Pinheiro, José Tinoco, Ricardo Izar, Valmir Campelo, Virgílio Távora, Brandão Monteiro, José Maurício, Lysâneas Maciel, Gastone Righi, Ottomar Pinto, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Adolfo Oliveira, José Maria Eymael, Haroldo Lima, Roberto Freire e Beth Azize. **Votaram NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Aluizio Campos, Bernardo Cabral, Cid Carvalho, Egídio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, José Fogaça, José Richa, José Serra, Oswaldo Lima Filho, Pimenta da Veiga, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Israel Pinheiro, José Tavares, Antoniocarlos Mendes Thame, Arnaldo Prieto, Carlos Chiarelli, José Lins, Osvaldo Coelho, Sandra Cavalcanti, Paes Landim, Antônio Carlos Konder Reis, Gerson Peres, Jarbas Passarinho, Adylson Motta, Bonifácio de Andrada e Francisco Rossi. **ABSTENÇÃO** dos seguintes Senhores Constituintes: Antônio Britto, Artur da Távola e Ibsen Pinheiro.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 61 Constituintes; votaram NÃO 27 Constituintes; abstiveram-se de votar 3 Constituintes. Total: 91 votos. O Destaque foi aprovado.

**Destaque nº 008146-87 – Emenda nº ES-32146-3, do Sr. Haroldo Sabóia, "que modifica a redação do art. 74 e § 2º do Substitutivo 1 somente em relação à expressão "A Câmara até do povo: (art. 52 e § 2º do Substitutivo 2)". (355ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**–

Passemos agora ao requerimento de preferência do Constituinte Haroldo Sabóia. Destaque nº 8146, que recai sobre a Emenda nº 32146, que trata da representação dos Estados na Câmara dos Deputados.

Em votação o requerimento de preferência. Os Srs. Constituintes que estiverem de acordo, permaneçam como se encontram. **(Pausa)** Aprovado.

Peço ao ilustre Constituinte Afonso Arinos, Presidente efetivo desta Comissão, que assuma os trabalhos, posto que a matéria versa sobre o aumento das bancadas. Gostaria que S. Ex.<sup>a</sup> presidisse a sessão, a fim de que possa ter a honra de anunciar o resultado da votação.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Srs. Constituintes, o destaque requerido e autorizado pelo Plenário da Comissão refere-se à seguinte expressão: "A Câmara Federal compõe-se de até 542 representantes do povo".

Este é o destaque em votação.

**O SR. CONSTITUINTE HAROLDO SABÓIA:** – Sr. Presidente, como autor da emenda, indico o Deputado Nelson Jobim para encaminhá-la.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem a palavra o nobre Constituinte Nelson Jobim, credenciado pelo autor da emenda para defendê-la.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON JOBIM:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, vamos examinar agora algo que precisa ser recomposto, reexaminado e reposto no seu local próprio na Assembléia Nacional Constituinte.

Gostaria de lembrar aos Constituintes que, tradicionalmente, nas Constituições brasileiras, tivemos sempre uma fórmula pela qual o povo brasileiro se representava proporcionalmente nesta Casa: os Estados-membros têm sua representação fixada no Senado Federal e a Câmara dos Deputados se destina à representação do povo brasileiro. Isto está nas nossas Constituições, exceção feita à Constituição de 1937, que foi o exemplo histórico da fixação dos máximos e dos mínimos das representações.

Mas é necessário que se diga também que em 1946 começou a retornar o tema da representação na Câmara dos Deputados, na proporção da população dos Estados, porque aqui estava o povo brasileiro e não os Estados, cuja representação está no Senado Federal. Mas o tempo passou, e veio 1964 e, depois, 1977, quando esta Casa foi fechada, e sobreveio a Emenda Constitucional nº 8, de autoria do Presidente da República, que, além de alterar a composição da Câmara, estabelecendo um mínimo de seis Deputados e o máximo de cinquenta e cinco Deputados, havia também alterado o **quorum** para as emendas constitucionais, de dois terços para a maioria absoluta, porque isso convinha à composição política do Governo de então. O mesmo se deu em 1982, com a Emenda Constitucional nº 22, em que tivemos um aumento do mínimo de seis Deputados para o máximo de sessenta, com um teto de 487. E para que isso? Para se estabelecer dentro desta Casa uma desproporção na relação entre a composição e a população deste País.

É isso que o eminente Relator Bernardo Cabral pretendeu recompor, estabelecendo um mínimo de oito e um máximo de oitenta Deputados. Esqueceu-se, no entanto, de estabelecer o teto para fixação do número de Deputados. É evidente que se, de um lado, temos um princípio, que esta Casa deve possuir, de proporcionalidade com a população brasileira, precisamos também lembrar, por outro lado, que vivemos num sistema eleitoral em que o País é dividido em distritos eleitorais ou circunscrições eleitorais, ou seja, os Estados.

Precisamos também estabelecer fórmulas pelas quais o limite máximo não fique em aberto, sob pena de termos um enorme Parlamento, quase incontrolável ou quase que impossível de operar.

Por isso, precisamos limitar um máximo – no caso da emenda, 536 Deputados. E por quê? Porque estaremos, então, estabelecendo a proporcionalidade neste País.

Chamaria a atenção dos Srs. Constituintes para o fato de que uma vaga, para alguns Estados da população do Brasil, corresponde a 125 mil habitantes, e para outros, a 476 mil. O que temos hoje, na composição desta Casa – na Câmara, não no Senado – evidentemente é uma distorção, em que ocorre uma inversão da sua representatividade.

A Câmara dos Deputados precisa, necessariamente, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, ser reorganizada através da emenda do Constituinte Haroldo Sabóia, mantido o texto do Relator, porque aí teremos a voz do povo brasileiro sem as distorções que vêm desde 1977, agravados em 1982, porque o modelo que inspirou 1977 foi a "Polaca" de 1937.

Portanto, temos o compromisso histórico de recompor aquilo que há cinquenta anos foi usado. Precisamos restabelecer a proporcionalidade da representação do povo brasileiro nesta Casa.

Venho do Estado do Rio Grande do Sul, que não sofre esta dificuldade, mas é um problema que não deve ser discutido com Estados, mas com o povo brasileiro, que precisa ter acesso a esta Casa, exatamente na proporção de sua população. E que, pelo menos, as distorções impostas em 1977 sejam minimizadas e agudizadas em 1982.

Srs. Constituintes, é necessário que o erro histórico de 1937, que as maquiavélicas inteligências de 1977 e 1982 não sejam referendadas agora, com a decisão desta Assembléia Nacional Constituinte. A Constituinte, por esta Comissão e pelo seu Plenário, saberá recompor, na Câmara dos Deputados, a efetiva representação do povo nesta Casa. Isto porque aqui é o lugar do povo, não o lugar para se discutir espaços mínimos ou máximos que possam estabelecer distorções.

Conclamo as Srs. Constituintes a acolherem essa emenda.

Era o que tinha a dizer, Srs. Constituintes. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem a palavra o nobre Constituinte José Jorge, para contraditar.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ JORGE:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, considero esta emenda bastante importante, porque diz respeito à distribuição de poder entre os diversos Estados da Federação.

A meu ver, nela estão embutidos diversos aspectos. O primeiro é quanto à representação do Estado mais poderoso da Federação, efetivamente o único hoje afetado por esse limite de 60 Deputados, que consta da atual Constituição.

Gostaria de dizer que essa discriminação tem elementos favoráveis e contrários, mas que deveria ser discutida sem se pensar em aumentar o número de Deputados. Se queremos aumentar a representação de São Paulo, devemos ter a coragem de assim proceder sem aumentar esse número. Comparar o número de Deputados do Brasil com o da Inglaterra, do Japão ou dos Estados Unidos, seria esconder o sol com a peneira. Como todos sabem, o Japão, os Estados Unidos e a Inglaterra têm recursos que não temos. São países ricos, podem pagar quantos Deputados quiserem. Isso não é prioritário, se considerarmos os recursos. Estamos num país pobre, onde já temos 479 Deputados federais. Então, se queremos dar 80 ou 100 Deputados a São Paulo, teremos de alterar a proporcionalidade, e não retirar Deputados dos Estados do Piauí, da Paraíba, da Bahia ou de Minas Gerais. O que não se pode é legislar em causa própria. Não podemos vir aqui e votar a favor do aumento do número, de Deputados, que todos somos. Precisamos fazer como o Constituinte Bernardo Cabral, ou seja, deixar isso para a Justiça Eleitoral, a fim de que verifique o número ideal de Deputados.

Não sou favorável ao aumento da representação de São Paulo. Compreendo que os colegas de São Paulo têm suas razões para ser favoráveis. Quando Relator da Subcomissão do Poder Legislativo e o Constituinte Egídio Ferreira Lima da Comissão de Organização dos Poderes, recebemos pressão de diversos companheiros nesse sentido, mas tivemos a coragem de manter essa proporcionalidade, porque o erro não está na proporção, mas no fato de termos uma Federação em que um único Estado representa metade da estrutura econômica do País.

Então, há dois argumentos: o de que essa proporcionalidade material o **status quo** e o de não podemos votar essa emenda, porque ela vem ao encontro de nossos

interesses. E cabe, ainda, perguntar quem vai assumir essas quarenta e tantas vagas para Deputado criadas por esta emenda.

Considero a proposta absurda. Devemos votar contra esta emenda, para que na opinião pública não fique a impressão de que viemos aqui defender interesses pessoais.

Portanto, Sr. Presidente, encaminho contra a emenda do nobre e brilhante Constituinte Haroldo Sabóia. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem a palavra, para manifestar-se no mesmo sentido, contrário à emenda, o nobre Constituinte Osvaldo Coelho.

**O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE:** – Sr. Presidente pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – V. Ex.<sup>a</sup> tem a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE:** – Sr. Presidente, gostaria de um esclarecimento da Mesa ao Plenário, até para efeito de nosso voto.

A proposta do Constituinte Haroldo Sabóia limita o número de Deputados Federais a 542. O texto do Relator, Constituinte Bernardo Cabral, não estabelece esse limite e, pelo que consta no texto, havendo a proporcionalidade – a ser ditada pelo Tribunal Superior Eleitoral – e o limite de 80 Deputados para São Paulo e 8 para os menores Estados, atingiremos mais de 600 Deputados na Câmara Federal. Se o Tribunal Superior Eleitoral fizer a proporção, a próxima Câmara dos Deputados terá de 600 a 700 membros.

Portanto, para que possamos ter consciência do que aqui votaremos, é preciso, em primeiro lugar, que se estabeleça um limite de Deputados Federais e, em segundo, é preciso saber se há outras emendas propondo um limite diferente do que foi proposto pela emenda do Constituinte Haroldo Sabóia.

Finalmente, gostaria de um esclarecimento claro, por parte da Relatoria, a respeito da questão. Isto porque, se está sendo criticado aqui o fato de que vamos ter um limite de 542 Deputados, mantido o texto haverá mais de 600 Deputados Federais.

Precisamos ter uma idéia clara a respeito do assunto, para que possamos votar com tranqüilidade.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem a palavra o Constituinte Roberto Freire.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, creio que em relação a essa emenda do Constituinte Haroldo Sabóia, idêntica a uma por nós apresentada, representando inclusive o pensamento do Partido Comunista Brasileiro, dois questionamentos são feitos: um, de caráter regional, e outro, quanto à possibilidade de não podermos legislar para aumentar o número de Deputados Federais. Tentaremos responder aos dois.

O caráter regional não cabe, porque esse regionalismo não existiu quando a ditadura, para privilegiar sua política, distinguiu exatamente a parte mais atrasada e oligárquica do País, até mesmo quando essa oligarquia votava em defesa dos interesses a ela própria contrários. Isso não houve, esse regionalismo.

E, mais, esta emenda garante a irreversibilidade numérica das bancadas e mantém a mesma proporcionalidade que têm as regiões na composição futura da Câmara.

Não entro em discussão ideológica, porque acho que aqui não se pode estar imaginando. E, para nós, seria quase que uma heresia pensar que política se faz por questões regionais. Estas existem, mas são marginais no processo político, em que o vale são os interesses de classes. Aqui, quando se colocam esses interesses, não importa se são latifundiários do Nordeste, do Norte ou do Sul, se se defen-

de o capitalismo em São Paulo ou no Nordeste, se se defendem operários em Pernambuco, em São Paulo ou no Rio Grande do Sul. Os interesses de classes é que são preponderantes. E nesse sentido não cabe aqui discutir regionalismos. Estou falando isso como nordestino, o que muito me honra e orgulha. Não vou entrar em cantilenas menores de regionalismo onde ele não existe.

Isso talvez justifique exatamente uma super-representação dos setores urbanos mais avançados, mais comprometidos com as transformações; talvez justifique exatamente um Congresso, um Parlamento que tenha um peso maior, as forças oligárquicas e mais atrasadas. Não quero discutir isso. Quero dizer que este País tem no Parlamento a representação política de sua população, e ela deve ter sua proporcionalidade respeitada, se quisermos ser democráticos.

Seria quase que absurdo imaginar-se um Congresso que sempre crescesse. Mas não devemos ter receio – aí respondo ao segundo questionamento – em resgatar para nós, num processo constituinte, uma proporcionalidade melhor e maior representatividade, o que nos foi tirado pelo regime militar. Este País tem um dos menores Congressos, um dos menores Parlamentos e uma das representações mais distorcidas.

Não cabe aqui bancar-se a vestal ou imaginar-se que estamos legislando em causa própria. Estamos legislando, aqui e agora, para o poder neste País, para um Parlamento que terá sob sua responsabilidade o Poder da República. Por isso, não cumpre discutir se podemos, hoje, adequar a representação proporcional da Casa à sua população, resgatando, inclusive, aquilo que a ditadura nos tirou. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Osvaldo Coelho.

**O SR. CONSTITUINTE OSVALDO COELHO:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, desejo chamar a atenção da Casa para a importância do federalismo brasileiro, a cada instante ameaçado pela crescente hegemonia de alguns poucos Estados.

Eu seria até capaz de apresentar emenda em favor do equilíbrio da Federação, em favor de um Congresso mais representativo dos Estados brasileiros, aumentando a participação de todos os Estados menores. Não o fiz porque tenho consciência de que devemos ser austeros e sisudos na administração dos recursos públicos. Venho das praças públicas, venho do meu Nordeste semi-árido e sei quanto valem os recursos do Tesouro para a educação dos pobres, para a alimentação dos famintos e para a satisfação das necessidades básicas da população brasileira.

No atual estado de coisas, a representação de cada Estado não tem sido fator de atribuição de crescimento de nenhum Estado. Não é porque tem 60 Deputados que o Estado mais forte e poderoso da Federação deixa de crescer, de ser economicamente forte e politicamente poderosíssimo. A hegemonia de um Estado sobre todos os outros é uma ameaça aos princípios da Federação e a todos os interesses nacionais.

O Estado que seria beneficiário da emenda do nobre Constituinte Haroldo Sabóia, o Estado que passaria a ter mais vinte Deputados é exatamente o que já tem o maior Produto Interno Bruto do País, o responsável por mais da metade da arrecadação, o que tem mais universidades, mais ministérios e 16 milhões de eleitores capazes de decidir uma eleição majoritária, o Estado beneficiário desta emenda, que já tem quase 25% do eleitorado brasileiro, passaria – quem sabe? – a ser o detento, o dono do poder, sem precisar passar pelo atual sistema eleitoral de compromissos com outras unidades da Federação.

Por isso, chamo a atenção da Casa para o equilíbrio federativo, a fim de que não façamos deste País uma Fe-



deração capenga, tão forte de um lado e tão pobre e miserável do outro.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, o quadro que se desenha, no momento, é o de uma nação dividida: de um lado, um país muito rico; de outro, um país muito pobre. As cem cidades mais pobres do País estão de um lado; os cem municípios mais ricos estão do outro. É hora de ponderação, de reflexão, de equilíbrio, de sabedoria política e de salvar a Federação! Uns Estados não podem ser tão fortes e enquanto outros se arrastam na obscuridade, no atraso, sem participar da gestão da coisa pública.

Vejam, nobres Constituintes, que os Estados menores não participam da gestão da coisa pública, do Estado soberano. Eles não têm assento nos Ministérios, não têm acesso ao segundo escalão, não se beneficiam disso.

Assim, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, apresentei emenda pedindo o voto ponderado, para que todos os Estados sejam consultados e que o Presidente da República seja representativo da Nação brasileira.

Sou contra esse estado de coisas e, por isso, contra essa emenda. Não sou contra um Estado, um segmento. Sou a favor de um Brasil mais unido, mais equânime, mais justo, que tenha um desenvolvimento simultâneo e harmônico. Não se deve dar cada vez mais assento nos poderes de decisão aos Estados fortes, na consulta aos melhores e aos menores interesses do País e da Federação brasileira.

Rogo, pois, aos Srs. Constituintes muita reflexão para derrotar essa emenda e, depois, aprovar a que mantém a atual representação, sem onerar os cofres públicos e privilegiar Estados.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem a palavra o nobre Relator Bernardo Cabral.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, havia recebido a informação de que existia um acordo entre as Lideranças para aprovação da Emenda Haroldo Sabóia. Contudo, acabo de saber, através de várias lideranças, que não há tal acordo e que portanto, cada um vota como bem entender. A assessoria auxiliar está liberada.

Por uma questão de coerência, o Relator vota, com o seu texto.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Para prestar um esclarecimento, concedo a palavra ao nobre Constituinte José Fogaça.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FOGAÇA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o Constituinte Ademir Andrade, antes da última defesa da emenda, solicitou à Relatoria que esclarecesse se o texto, tal como está, já inclui ou supõe o aumento do número de Parlamentares na Câmara dos Deputados. É evidente que sim. Se o teto dos representantes de São Paulo sobe para 80, é óbvio que haverá um aumento do número global dos integrantes da Câmara dos Deputados.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ JORGE:** – Sr. Presidente, gostaria de pedir um esclarecimento ao Relator.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – V. Ex.<sup>a</sup> está com a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ JORGE:** – Gostaria de saber do Relator se existem outras emendas que colocam a proporcionalidade atual e, portanto, não aumentam o número de Deputados. É do meu conhecimento que a próxima emenda mantém a proporcionalidade atual, o mesmo número de Deputados já existentes. Creio que é esta a que a Assembléia Nacional Constituinte deve oferecer à população brasileira.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – A impressão que me ficou da intervenção do nobre Constituinte Ademir Andrade é a de que o número total poderia exceder, pela proporcionalidade, o que está fixado como limite. Mas este problema não me parece ser insolúvel, porque a propor-

cionalidade será calculada dentro do limite fixado. Ela não obedecerá a um limite que exceda o já fixado. Desde que seja fixado este limite, a proporcionalidade será calculada dentro dele.

De maneira que, salvo melhor juízo, a observação do nobre Constituinte Ademir Andrade é importante, mas não é procedente, porque a questão do cálculo da proporcionalidade está por si mesma determinada no limite estabelecido no texto.

Concedo a palavra ao Constituinte Inocêncio Oliveira.

**O SR. CONSTITUINTE INOCÊNCIO OLIVEIRA:** – Sr. Presidente, no sentido de ajudar a Mesa, gostaria de informar que a Emenda nº 29869, do nobre Constituinte Osvaldo Coelho, fixa o limite mínimo de oito e o máximo de sessenta. Portanto, mantém em 487 o número de integrantes da Câmara dos Deputados. É esta a emenda que achamos mais condizente com a realidade do nosso País e com a moralização da Assembléia Nacional Constituinte. **(Palmas)**

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FOGAÇA:** – Sr. Presidente, a Relatoria, a título de esclarecimento, informa que, além da emenda do Constituinte Osvaldo Coelho, que estabelece o limite mínimo de oito e máximo de sessenta, há uma emenda do Constituinte Cunha Bueno, que apenas estabelece o limite mínimo de oito Deputados, sendo omissa quanto ao limite máximo. Há ainda outra emenda, do Constituinte Chagas Rodrigues, que estabelece o limite mínimo de oito, o máximo de 65 e o número global máximo de quinhentos Deputados. Esta é a terceira emenda existente. Ocorre que apenas a emenda do Constituinte Chagas Rodrigues não foi objeto de pedido de destaque no elenco prioritário das Lideranças, apenas não foi objeto dessa negociação.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Em votação.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Fernando Gasparian, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, Ibsen Pinheiro, João Calmon, João Hermann Neto, José Serra, Manoel Moreira, Milton Reis, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nelton Friedrich, Paulo Ramos, Renato Vianna, Severo Gomes, Sigmaringa Seixas, João Agripino, Michel Temer, Wilson Souza, Afonso Arinos, Edme Tavares, Luís Eduardo, Ricardo Izar, Lysâneas Maciel, Bocayuva Cunha, Gastone Righi, Sólton Borges dos Reis, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, José Maria Eymael, Aldo Arantes, Roberto Freire e Beth Azize. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Alfredo Campos, Almir Gabriel, Aluísio Campos, Antônio Britto, Bernardo Cabral, Celso Dourado, Egídio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, José Fogaça, José Geraldo, José Ignácio Ferreira, José Richa, José Ulisses de Oliveira, Oswaldo Lima Filho, Pimenta da Veiga, Raimundo Bezerra, Virgildásio de Senna, Wilson Martins, Chagas Rodrigues, José Costa, Márcio Braga, Marcos Lima, Octávio Elísio, Alcení Guerra, Arnaldo Prieto, Carlos Chiarelli, Christóvam Chiaradia, Eraldo Tinoco, Francisco Dornelles, Inocêncio Oliveira, José Jorge, José Lins, Mário Assad, Oscar Corrêa, Osvaldo Coelho, Sandra Cavalcanti, João Menezes, Jofran Frejat, Jonas Pinheiro, José Tinoco, Mozarildo Cavalcanti, Paes Landim, Valmir Campelo, Antônio Carlos Konder Reis, Gerson Peres, Jarbas Passarinho, Adylson Motta, Bonifácio de Andrada, José Maurício, Francisco Rossi, Adolfo Oliveira e Antonio Farias. **ABSTENÇÃO** dos seguintes Senhores Constituintes: Artur da Távola, Carlos Sant'Anna e Israel Pinheiro.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 37 Constituintes; votaram **NÃO** 59 Constituintes; abstiveram-se de votar 3 Constituintes. Total 92 votos. O Destaque foi **rejeitado**.

**O SR. CONSTITUINTE CHAGAS RODRIGUES:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra, pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE CHAGAS RODRIGUES:** – Sr. Presidente, apresentei emenda referente a esta matéria, a qual foi objeto dos pedidos de preferência e de destaque, de nºs 75 e 4642, respectivamente. Essa emenda fixa o número de Deputados em 500 e determina que a Justiça Eleitoral faça os cálculos necessários, de modo que nenhum Estado tenha mais de 65 nem menos do que o número atual, ou seja, 8.

Sr. Presidente, a minha emenda, objeto de pedidos de preferência e de destaque, não consta da planilha. Então, pediria a V. Ex.<sup>a</sup> que, esgotada a matéria da planilha votadas essas emendas que têm preferência, ouvisse o Plenário, inclusive a Relatoria, sobre a votação da minha emenda. Isto, na hipótese de se esgotar a votação constante da planilha e de não serem aprovadas as aqui relacionadas.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Constituinte Chagas Rodrigues, estamos examinando as emendas selecionadas pelos Líderes. Se conseguirmos votá-las nesta sessão e se houver oportunidade, apreciaremos o requerimento de V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE CHAGAS RODRIGUES:** – Muito obrigado.

**Destaque nº 008094-87 – Emenda nº ES-29869-1, do Sr. Osvaldo Coelho, "que dá nova redação ao art. 74, § 2º, do Substitutivo 1 (artigo 52, § 2º do Substitutivo 2)". (356ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Requerimento de preferência para votação do Destaque nº 8094/87, relativa à Emenda nº 29869, referente ao art. 52, assinada pelo nobre Constituinte Osvaldo Coelho.

Em votação a preferência. **(Pausa)** Aprovada.

Tem a palavra o autor da emenda. **(Pausa)** Estou sendo informado de que S. Ex.<sup>a</sup> delega a incumbência de defender a emenda à nobre Constituinte Sandra Cavalcanti, a quem dou a palavra.

**A SRA. CONSTITUINTE SANDRA CAVALCANTI:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, no sistema bicameral, a Câmara dos Deputados tem como função principal representar o cidadão, o eleitor, o brasileiro que aqui vive, trabalha e paga seus impostos. Não importa onde resida, em que Estado viva, em que Distrito ou Município exerça suas atividades, é cidadão brasileiro e, como tal, fará jus a todos os direitos definidos na Constituição, tendo de cumprir, por igual, todas as leis que venham a ser votadas neste País. Seja ele paulista ou piauiense, viva num Estado grande ou pequeno, rico ou pobre, seu direito de cidadão está representado na Câmara dos Deputados. E seria uma aberração se, amanhã, algum de nós, eleitos Deputados a uma Câmara que tem como objetivo cuidar do cumprimento da lei e fazer a defesa dos interesses dos cidadãos brasileiros, se negasse a isso, se desinteressasse, fugisse da responsabilidade de tratar de algum assunto, por não ser local seu, municipal, distrital ou estadual. No sistema bicameral, quem cuida dos interesses das unidades que compõem a Federação é o Senado. Por isso é que o Senado tem uma composição igualitária; por isso é que tem o mesmo número de representantes, seja para um Estado populoso, seja para um Estado pequeno, seja para um Estado rico, seja para um Estado pobre.

O Senador que representa a unidade da Federação por onde se elegeu deve cuidar dos interesses daquela unidade da Federação, além, é claro, de outras atribuições nacionais que também tem, na medida em que essas responsabilidades nacionais são o somatório dos interesses das unidades da Federação.

Repugna-me a idéia de termos de decidir aqui, no texto da Constituição, sobre aumento ou diminuição de bancadas estaduais conforme as populações, pela razão muito simples de que, se um cidadão brasileiro, nos confins deste País, tiver seus direitos desrespeitados, todos nós, eleitos por qualquer unidade da Federação, seremos responsáveis por ele do mesmo modo.

Por isso, Sr. Presidente, acho de todo conveniente adotarmos a emenda do Constituinte Osvaldo Coelho, até que a Justiça Eleitoral, em face dos ajustes naturais da população brasileira, venha a definir de que maneira se processam essas eleições em cada Estado. E acho perfeitamente legítimo que aqui se estabeleça uma bancada mínima e uma bancada máxima, nos termos atuais, até porque custamos muito dinheiro à Nação brasileira. Sustentar uma Câmara dos Deputados ainda é um peso para uma população cuja distribuição de renda, além de ser bastante pequena, é profundamente injusta.

Considero a emenda do Constituinte Osvaldo Coelho, quando estabelece que a Justiça Eleitoral definirá, proporcionalmente à população, quais os ajustes necessários que possam atender às bancadas, mantidos os limites mínimos de oito e máximo de sessenta, o modo mais sensato de, primeiro, não deixarmos que no Plenário comecem a influir as linhas de divisão estadual. Não há aqui a bancada de São Paulo, do Rio ou do Paraná, mas um grupo de Deputados brasileiros, que vêm eleitos dos seus Estados para cuidar dos assuntos dos brasileiros. Tanto faz que tenhamos bancadas em que a busca do eleitor seja mais difícil e outras em que o número para se eleger seja menor, já que tudo isso é altamente compensado e equilibrado até pelas próprias dificuldades naturais.

Nos Estados populosos, em que se exige um quociente maior para se eleger o Deputado Federal, é exatamente nesses Estados que é mais fácil o contato desse candidato com a população. Nos Estados, onde o quociente é pequeno, as léguas e léguas de territórios que precisam ser percorridos, demonstram que o equilíbrio que se consegue é uma forma nacional de se obter justiça.

Voto, pois, a favor da emenda Osvaldo Coelho, que deixa a Câmara dos Deputados com sua composição global atual e permite que os reajustes se façam internamente, de acordo com as mudanças de população, as quais ocorrerão gradualmente, não devendo ficar fixadas no texto da Constituição, e terão, certamente, uma tradução exata através da forma encontrada pela justiça eleitoral.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Para encaminhar contrariamente, tem a palavra o Sr. Constituinte Joaquim Bevilacqua.

**O SR. CONSTITUINTE JOAQUIM BEVILACQUA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a pretexto de defender a Federação, o autor desta emenda o que faz, na verdade, é pregar aqui neste Plenário representativo de todo o povo brasileiro a extinção da Federação. Quero lembrar ao Constituinte Osvaldo Coelho que, por ter S. Ex.<sup>a</sup> nascido em Petrolina, não é mais brasileiro do que eu, que nasci em São José dos Campos. Aliás, o ilustre representante de Petrolina deve ter na vastidão dos seus negócios empresariais, por certo, quase que com certeza, a extensão dos seus negócios também na Bahia, em São Paulo e por todo o território nacional, por não estar impedido de fazê-lo. Não me parece que tenha S. Ex.<sup>a</sup> o privilégio, o monopólio da cidadania, nem os paulistas, ou os nordestinos, os sulistas e os nortistas. Ser brasileiro é ter nascido em solo brasileiro, dividido geograficamente em Estados para configurar uma Federação, que deve somar e não dividir como S. Ex.<sup>a</sup> vem pregando odientamente, de uma forma irracional, inaceitável para nós, brasileiros de São Paulo e dos demais Estados.

Quero lembrar também a S. Ex.<sup>a</sup> que esta redução da representatividade dos grandes centros populacionais, que em dez anos subiu de 54 para quase 70% a população que hoje mora nos centros urbanos foi feita no regime auto-

ritário. E para extinguir isso pensamos tenha vindo a Nova República.

Quero lembrar ainda a S. Ex.<sup>a</sup> e aos meus nobres Pares, que representam com tanta dignidade o Norte e o Nordeste, onde eu gostaria, como brasileiro, de ter nascido, que não podemos esquecer as lições da História. Quando se prega a segregação, a divisão, muitas vezes ela ocorre. E nos lembramos de 1932.

Por outro lado, quero dizer que posso falar com autoridade, porque em minha cidade natal, da qual tive a honra de ser prefeito, a maioria da população não é paulista ou joseense, mas nordestina, mineira, carioca, enfim, porém de todos os quadrantes do País. A eles prestei meus serviços; a eles eu servi; por eles fui eleito. Não vejo por que o cearense de São Paulo seja meio cidadão e metade cearense do Ceará, nem por que o pernambucano de São Paulo deva ser metade do pernambucano de Pernambuco.

Daí por que, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, avalizo, endosso e assino em baixo as palavras aqui proferidas pelo nobre Líder do Partido Comunista Brasileiro, o Constituinte Roberto Freire. É preciso afastar essas questões regionais, menores, verdadeiras questiúnculas, que se trazem aqui ao Plenário da Constituinte. A esta altura, entendo que manter o texto do brasileiro do amazonense Bernardo Cabral é a melhor solução, é o melhor caminho que temos, rejeitando a emenda regionalista, sectária e odienta do prezado cidadão brasileiro de Petrolina, Osvaldo Coelho. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Concedo a palavra nobre Constituinte José Maria Eymael, para encaminhar contrariamente à emenda.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ MARIA EYMAEL:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, em São Paulo, das pessoas que lá vivem em toda a sua imensa área e que representam hoje milhões de seres, algumas vieram de mais perto, outras de mais longe. Mas, cerca de 50% dos que vivem em São Paulo vieram de outros Estados, não somente para morar em São Paulo, mas para ser gente em São Paulo, para se tornarem cidadãos em São Paulo, a fim de exercerem sua cidadania em São Paulo; não para ser cidadãos pela metade, nem cidadãos emasculados nos seus direitos políticos. Lá chegaram, com suas esperanças de crescimento, para trilhar um caminho de plenitude como cidadãos e não para serem podados por um ato institucional que cortou fundo a representação política deste Estado.

Exemplo disso é a própria bancada paulista. É só examinar os Constituintes do Estado de São Paulo. Quem lhe fala, Sr. Presidente, veio do Rio Grande do Sul. A Constituinte Irma Passoni veio de Santa Catarina; Manoel Moreira, do Maranhão, Robson Marinho, de Minas; José Genoíno, do Ceará; Luiz Inácio Lula da Silva, de Pernambuco; Fernando Henrique Cardoso, do Rio de Janeiro; Mendes Botelho, de Minas, e assim tantos outros. Praticamente, metade da bancada de São Paulo veio de outros Estados. Quem conhece São Paulo, a sua periferia, vai encontrar uma imensa massa de desvalidos que não tem representação, inclusive, neste Parlamento, como bem assinalou o Constituinte Roberto Freire. Isto porque esta postura de representação hoje é ilegítima, perversa e indecente.

Não falamos por São Paulo, Sr. Presidente. Não ocupo esta tribuna para reivindicar em nome do Estado, mas sim em nome do seu povo. Reivindico representação para os brasileiros que lá vivem, pois não é justo que se corte do povo paulista o direito de cidadania plena. Através da proporcionalidade teremos direito a quase 130 representantes. O número 80 ainda é uma sub-representação, mas

pelo menos redime um pouco o desacerto dessa representação atual.

Pergunto: que direi aos brasileiros que vivem em São Paulo, quando lá chegar? O que direi aos nordestinos que representam a imensa população paulista? Qual o pretexto que levou a Assembléia Nacional Constituinte a podar, cortar, roubar e esbulhar os nordestinos em seu direito de serem cidadãos? Que direi àqueles que se deslocaram do Centro-Oeste para São Paulo? Qual a justificativa para a Assembléia Nacional Constituinte cortar-lhes o direito de serem cidadãos? Que chega, Sr. Presidente, que maldita sorte, que sinal dramático assinala o povo que vive em São Paulo para ser discriminado dessa maneira? Ou será que queremos eternizar o confisco da ditadura sobre os direitos políticos dos cidadãos daquele Estado?

Sr. Presidente, em nome do povo de São Paulo, peço justiça através da reprovação da emenda. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – O nobre Constituinte Osvaldo Coelho, autor da emenda, pede a palavra para encaminhar. Tem S. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE OSVALDO COELHO:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, peço emprestados por mais um pouco o ouvido e a paciência de V. Ex.<sup>as</sup>, para falar sobre minha pessoa.

Com treze anos de idade saí do Nordeste para estudar em São Paulo, num colégio interno. Todos os meus irmãos lá fizeram os cursos secundário e universitário. Meus sobrinhos, ainda hoje, todos fazem em São Paulo os cursos secundário e universitário. Não estudam no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina ou no Espírito Santo. Isto porque não se tem o privilégio de manter sempre o Ministério da Fazenda à disposição do Estado para manejar o orçamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento, que este ano aplicou cerca de 300 milhões de dólares no Brasil, sendo que o primeiro destaque – a importância de sessenta e três milhões de dólares em favor da Universidade de São Paulo – contrariava o interesse de um projeto de desenvolvimento de irrigação no Estado da Bahia.

Por isso, estudei em São Paulo. Por isso, essas coisas acontecem lá.

Pretendo o equilíbrio dessa Federação. Pretendo que sejamos mais irmãos e mais concessivos uns com os outros. Renunciemos mais ao poder em favor do equilíbrio da gestão da coisa pública. Os Estados menores não têm nenhuma influência na gestão do Estado soberano, o Brasil. E o pacto federativo irá exatamente proporcionar simultâneo e harmônico desenvolvimento de todos.

Srs. Constituintes, proponho a V. Ex.<sup>as</sup> esta emenda de minha autoria, que mantém o máximo de 60 deputados para o Estado mais forte, e oito para o menor Estado. Esse é um princípio de equidade, de justiça, princípio que consulta os melhores interesses da Pátria brasileira.

**O SR. CONSTITUINTE IRAM SARAIVA:** – Sr. Presidente, peço a palavra para um esclarecimento.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. IRAM SARAIVA:** – Sr. Presidente, gostaria de fazer um esclarecimento, porque, em geral, os argumentos que têm sido levantados contra a tese do aumento da representação de São Paulo dizem respeito basicamente à questão regional. Discutimos aqui a tese do Partido Comunista do Brasil, que se posicionou contra a existência do Senado Federal. No entanto, predominou aqui sua continuidade, como sendo o caminho para a garantia e salva-guarda da Federação e portanto, para a igualdade entre Estados maiores e menores. O que não se pode admitir é que, sob a alegação de questões regionais, se queira manter a política adotada pela ditadura militar, que reduziu a representação do Estado de São Paulo. A proposta ante-

riormente derrotada aqui era mais feliz na medida em que restabelecia, até certo ponto, a representação de São Paulo e, simultaneamente, assegurava o aumento da representação dos Estados menores.

**O SR. CONSTITUINTE JORGE HAGE:** – Permita-me, Sr. Presidente, pela ordem.

Está claro que a gravidade e a seriedade da decisão que está para ser tomada justifica e exige um esclarecimento mais cabal e completo, como também, seguramente, uma reflexão e uma busca de entendimento entre os vários setores deste plenário. Na votação da emenda do Constituinte Haroldo Sabóia surgiram – e ainda existem – dúvidas a respeito da aplicação imediata ou não da medida, na hipótese de crescimento das bancadas. E seria, evidentemente, o absurdo dos absurdos que, no curso de uma legislatura, crescessem as bancadas. Esse motivo não deve impedir o encontro de uma solução – a meu ver bastante razoável – como a proposta na Emenda Haroldo Sabóia ou a que se contém no próprio texto, mantendo a mesma proporcionalidade, mas nunca com aplicação imediata.

Na verdade, esta e outras questões estão impedindo que todos nós possamos votar com absoluta lucidez. Dessa forma, sugeriria a V. Ex.<sup>a</sup> um maior esclarecimento a respeito dessa questão, e até a suspensão da sessão para buscarmos um entendimento mais claro, antes que a matéria seja submetida à votação. Gostaria também, se me fosse permitido, de ouvir a opinião do eminente Relator Bernardo Cabral a respeito do assunto.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Já era minha intenção solicitar ao relator que se manifestasse. Concedo a palavra a S. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o que acaba de sugerir o Constituinte Jorge Hage, se V. Ex.<sup>a</sup> me permite, deve ser acolhido, inegavelmente. O momento é de reflexão. Busca-se o entendimento. O ponto nodal da controvérsia está todo ele voltado para a questão de se aproveitar o número de 80, e não haver nenhum freio nas Disposições Transitórias. Portanto, a matéria requer cuidado e reflexão.

Opino no sentido de que V. Ex.<sup>a</sup> acolha esta proposta e suspenda a sessão pelo tempo que achar conveniente.

**O SR. CONSTITUINTE OSCAR CORRÊA:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra, pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE OSCAR CORRÊA:** – Sr. Presidente, não sei se é do conhecimento de V. Ex.<sup>a</sup>, mas suspendemos a votação do art. 52, há uma semana, buscando exatamente o entendimento que se procura alcançar agora em 10 minutos. Temo que, mais uma vez, não consigamos chegar a um acordo, já que, infelizmente, os interesses regionais prevalecem, neste momento, sobre os interesses nacionais.

Peço a V. Ex.<sup>a</sup> que mantenha o ritmo dos nossos trabalhos, já que há uma semana estamos tentando negociar esse entendimento. Se não foi possível entendimento algum, não seria agora, em dez minutos de suspensão dos nossos trabalhos, que iríamos chegar a um acordo (**Palmas**)

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, quero apenas ratificar o que disse aqui o Constituinte Oscar Corrêa e acrescentar que estamos votando uma matéria normal. Estamos em um jogo democrático. Ganha

quem tem voto. Para que interrompermos nossos trabalhos? Vamos procrastinar, sobrecarregar mais ainda no tempo a solução dos problemas. Estamos trabalhando até aos domingos, como determinou o Presidente Ulysses Guimarães. Se interrompermos agora os nossos trabalhos, não sairemos mais daqui.

O voto é a decisão. Quem perder, como temos perdido e ganho muitas vezes aqui, que se satisfaça com o resultado. V. Ex.<sup>a</sup>, que é democrata respeitado neste País, há de convir que a melhor solução para este problema é o voto. Teremos ainda o Plenário para corrigir algumas distorções. Vamos, então, votar a matéria que está tramitando e que chegou ao momento exato de receber o veredicto dos demais membros da Comissão.

Este, o apelo que formulo a V. Ex.<sup>a</sup> Será muito difícil, quase impossível, chegarmos a um entendimento sobre essa matéria.

**O SR. CONSTITUINTE INOCÊNCIO OLIVEIRA:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE INOCÊNCIO OLIVEIRA:** – Sr. Presidente, gostaria de pedir alguns esclarecimentos ao nobre Relator.

Primeiro: se for conservado o texto do Projeto Bernardo Cabral, será mantida a representação atual da Câmara dos Deputados com quatrocentos e oitenta e sete Deputados?

Segundo: as vinte vagas a mais serão acrescidas às quatrocentas e oitenta e sete, perfazendo um total de quinhentos e sete – o que seria mais simples – ou far-se-á um novo cálculo para todos os Estados?

Há quem diga que iremos a seiscentos Deputados! Acredito que se acrescentarmos cento e treze vagas na Câmara dos Deputados durante esta legislatura, isso será altamente prejudicial à Assembléia Nacional Constituinte e aos interesses do nosso País.

Peço a V. Ex.<sup>a</sup> que esclareça esses dois pontos.

Quero também contraditar meu particular amigo Aldo Arantes os que aqui defendem que a representação na Câmara dos Deputados continue com quatrocentos e oitenta e sete Deputados, não têm interesse regional. Apenas querem que haja moralização na Assembléia Nacional Constituinte, evitando que uma emenda seja dirigida com cartas marcadas, indicando a quem beneficiará.

**O SR. CONSTITUINTE ALDO ARANTES:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem, pois fui citado nominalmente.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem a palavra o nobre Constituinte Aldo Arantes.

**O SR. CONSTITUINTE ALDO ARANTES:** – Sr. Presidente, quero apenas prestar um esclarecimento a este respeito.

Acho que o nobre Constituinte Inocêncio Oliveira não foi feliz na sua colocação. Pela minha tradição política e tendo em vista o partido ao qual pertenço, obviamente não estou aqui para defender interesses de grupos, mas para defender os interesses do nosso País e da democracia. O que se discute é se manteremos ou não o critério da sub-representação de um Estado, São Paulo, fruto da manipulação da ditadura militar, que quis reduzir a representação das regiões mais progressistas do Brasil para manter o controle oligárquico de determinadas regiões. Esta é a essência do problema.

Quanto à questão aqui levantada pelo Constituinte Inocêncio Oliveira, da aplicação imediata da alteração do critério de proporcionalidade dos Estados, sou absolutamente contra. Não tem cabimento aplicar-se imediatamente qual-

quer decisão tomada a esse respeito na Assembléia Nacional Constituinte.

Temos, portanto, dois problemas: o da aplicação imediata da alteração do critério de proporcionalidade dos Estados e o fato de ser ou não justa essa alteração no futuro Congresso Nacional.

**O SR. CONSTITUINTE MICHEL TEMER:** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** — Tem a palavra o nobre Constituinte Michel Temer.

**O SR. CONSTITUINTE MICHEL TEMER:** — Sr. Presidente, quero apenas dizer que esta é uma Casa de diálogo. Esta é uma Casa em que muitas e muitas vezes se parte do dissenso, e exatamente em função do diálogo, chega-se ao consenso. A razão da harmonia desta Casa está exatamente no fato de que, muitas e muitas vezes, da conversa, do gesto de aproximação chega-se a um consenso, o que é saudável para esta Casa e, portanto, para os representantes e para aqueles que representamos. Sem dúvida alguma, em função da discussão que aqui se trava — e esta é uma questão da mais alta relevância — o que se quer chegar a um consenso.

Tenho em mãos emenda do Constituinte Egídio Ferreira Lima, que aumenta para quinhentos o número de representantes. Há uma emenda do Constituinte Chagas Rodrigues que igualmente aumenta esse número para quinhentos. Sr. Presidente, tomo a liberdade de sugerir a V. Ex.<sup>a</sup>, encaminhando favoravelmente, ao repetir o que disse o Constituinte Jorge Hage, que suspendamos a sessão por quinze ou vinte minutos, para que possamos dialogar. Se não houver consenso, fica-se no dissenso. Primeiro, porém, vamos buscar o consenso, como desejo, aliás, o Sr. Relator.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** — Sr. Presidente, peço a palavra para contraditar a questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** — Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra, para contraditar.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** — Sr. Presidente, em relação ao pedido que está sendo formulado a V. Ex.<sup>a</sup>, de suspensão da sessão, desejo apenas registrar o procedimento da bancada de São Paulo.

São Paulo não é, em verdade, regionalista, não cultiva o espírito de representação sectária de região. Ao contrário, é um Estado cosmopolita, onde 2/3 da população provêm de outros Estados ou de outros países.

Devemos respeitar os Deputados que aqui vêm defender seus Estados e suas regiões, apesar de não compreenderem que um Deputado é representante não de uma região e, sim, do povo brasileiro. Compreendemos até que alguém se empolgue e defenda sua região. O que não posso entender é que um Deputado ocupe a tribuna para atacar ou tentar reduzir, discriminar, aviltar e violentar irmãos brasileiros que com ele habitam o mesmo território, a mesma Nação, o mesmo Estado, e que trabalham, lutam, pugilam pelo crescimento do País e o desenvolvimento nacional, contribuindo com mais de cinquenta por cento para a riqueza deste País, com os impostos que nele são aplicados.

Por que a discriminação? Por que este violento procedimento que denigre, enxovalha o espírito de fraternidade, de irmandade que deveria presidir a União brasileira? Aqui estamos, pelo conagração, para erigir um Estado onde todos os brasileiros tenham iguais direitos. Por que a discriminação? Por que haverá de valer um paulista um vinte avos de um acreano? Onde está o espírito de justiça que apregoam?

Sr. Presidente, nós, de São Paulo, não queremos reduzir Estado algum, não queremos tomar coisa alguma de quem quer que seja. Gostaríamos que devolvessem, ainda

que palidamente, aquilo que a violência e a ditadura tomaram de nós. Se não nos querem dar isso, mantenham esta ditadura. Permitam algum dia a São Paulo afastar-se, expulsem-no da Federação! Se São Paulo não merece fazer parte dela, sequer tem o direito de receber dela a justiça.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** — Peço aos Srs. Constituintes que se conscientizem do seguinte: ainda temos que votar hoje toda uma parte do Capítulo V, porque amanhã começaremos a votar uma nova parte, como foi combinado. De maneira que me parece muito importante que nos lembremos disso.

Quanto ao que está ocorrendo, gostaria, também, com todo o respeito que tenho pela Assembléia, de manifestar a posição não da Presidência, mas do Presidente, que é absolutamente isenta.

Sou de Minas Gerais, mas fui eleito pelo Rio de Janeiro. Um dos problemas mais sérios, e que se vai avolumando no nosso País neste fim de século, é o da secessão. É um problema político, social, econômico. Todos esses problemas trazem um risco muito grande, porque a maior guerra do mundo ocorreu nos Estados Unidos, no século XIX. Até àquela ocasião, nunca tinha havido uma guerra igual. A Guerra da Secessão foi o maior drama da História até o século XIX. Temos que refletir sobre isso.

Tenho meditado sobre esse assunto. Realmente há um risco. Se eu pudesse qualificar os riscos futuros deste País, nesses últimos anos do século XX, diria que são três: primeiro, a difusão da droga, que está hoje nas mãos da juventude e em todas as favelas do Brasil; segundo, o problema do regionalismo, que atrai o risco da secessão. Quanto ao terceiro, deixarei para referir posteriormente.

Considero que esse fato muito sério e delicado. Temos que agir não apenas com prudência, mas com desvelo e carinho para com este País, que foi criado por nós, que se formou em quatro século de lutas e sofrimentos. Temos que compreender que nosso dever é fazer com que este País possa progredir e crescer através da união nacional.

Esse problema regional parece-me muito sério. Quero citar um fato: uma das personalidades mais importantes deste País disse-me hoje, que para ele o grande risco nacional também é a confrontação regional, a secessão. Isso me foi dito por uma das autoridades mais importantes deste País. Não poderei citar seu nome porque seria trair uma confidência.

Então, faço um apelo a esta Assembléia para que aproveitemos este momento e nos voltemos sobre nós mesmos. Devemos refletir sobre a delicadeza dessa situação, sobre a gravidade desse processo, sobre os riscos desse movimento e procurar, através de um esforço, que nos é ainda hoje fácil, mas que, dentro de muito pouco tempo, poderá ser muito penoso, uma solução de consenso. Espero que isso seja feito ainda hoje desta sessão. Por outro lado, não poderei adia-la, nem suspendê-la, porque sou obrigado a colocar em votação aquilo que está programado para ser votado ainda hoje. Já pedi ao nobre Constituinte Jarbas Passarinho que assuma a Presidência, em função da necessidade do meu afastamento por motivos pessoais.

Concedo a palavra ao nobre Constituinte José Genoíno.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** — Sr. Presidente, acrescentaria um problema a mais aos que V. Ex.<sup>a</sup> referiu: o da democracia. Esta Casa aprovou o parlamentarismo e o fez denegrindo a representação de São Paulo, já que o paulista vai ter um voto desqualificado para compor o Congresso Nacional.

Em segundo lugar, é inconcebível que a Constituinte esteja votando uma alquimia, produto do "pacote de abril", ou seja, a representação máxima de 60 e mínima de 8.

Em terceiro lugar, vamos ter eleição direta para Presidente, mas esse Presidente vai ser Chefe de Estado. Como

vamos ter um parlamento representativo da sociedade, se o voto de São Paulo vai ter um peso menor, na composição do Congresso, do que os votos do Norte e do Nordeste? Não estamos aqui diminuindo o voto do Norte e do Nordeste, mas reivindicando a reparação de uma injustiça contra os nordestinos que moram em São Paulo. Sou nordestino e fui eleito por São Paulo. É um absurdo, Sr. Presidente, que esta Constituinte legitime um casuísmo da ditadura militar, o "pacote de abril", que produziu essa alquimia.

Em nome da democracia – e este é um dos problemas que eu acrescentaria aos que V. Ex.<sup>a</sup> mencionou. Vamos rejeitar o casuísmo do "pacote de abril", a Emenda Osvaldo Coelho.

**O SR. CONSTITUINTE RICARDO IZAR:** – Permita-me, Sr. Presidente, pela ordem. Gostaria de contraditar nobre Constituinte Inocêncio Oliveira, que veio a esta tribuna dizer que a emenda Osvaldo Coelho limita em 487 o número de Deputados Federais.

A emenda Osvaldo Coelho é um ato institucional contra São Paulo, porque delimita a representação deste Estado em 60, mas não delimita o total. A qualquer instante vamos poder aumentar o número de Deputados aqui no Congresso Nacional. Isto é uma agressão a São Paulo.

Gostaria também de contraditar alguns Constituintes que me disseram que votarão a favor dessa emenda, porque detestam São Paulo e, assim, votarão contra tudo aquilo que lhe disser respeito.

Expresso minha repulsa a esse "ato institucional" contra São Paulo.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** Já usaram da palavra treze Srs. Constituintes, e o número não é muito promissor.

Tem a palavra o nobre Constituinte José Costa. Estou agora resgatando aquela oportunidade, quando não dei a palavra a V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ COSTA:** – Serei breve, Sr. Presidente. Estamos diante de duas questões importantes: uma, a premência do tempo e a necessidade de se continuar o processo de votação; a outra, de resolver um problema relevante, uma questão importante.

Estou falando com absoluta isenção, porque se há algo de que me orgulho é de ser alagoano, e de ser nordestino. Mas tenho um filho nascido em São Paulo e uma mulher que é paulistana, e muito me orgulho dos dois.

Acho que essa questão não pode ser conduzida com passionalismo. Então, proporia a V. Ex.<sup>a</sup> – sei que há necessidade de continuar esse processo de votação – que suspendesse a sessão por 15 minutos, para que se tentasse resolver a questão.

#### (Manifestação do plenário)

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ COSTA:** – Permita-me, Sr. Presidente.

Havendo manifestação do Plenário contra a suspensão da sessão, só quero esclarecer que, se ficar mantido o texto do Substitutivo Cabral II, o Nordeste perderá vinte representantes, e essa é uma situação que precisa ser negociada. Acho fundamental resolver a questão e resolvê-la bem, para que possamos equacioná-la democraticamente. O que não pode acontecer é Estados pequenos como o meu perderem substância na sua representatividade.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENÓINO:** – Sr. Presidente, para contraditar.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Minha impressão é a de que o Plenário quer que a matéria seja votada imediatamente. Peço ao Plenário que se manifeste. (Palmas prolongadas)

O Plenário prefere que seja votada a matéria.

**O SR. CONSTITUINTE CARDOSO ALVES:** – Sr. Presidente, peço a palavra. É uma das raras vezes em que peço a palavra, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – É sobre o mesmo assunto?

**O SR. CONSTITUINTE CARDOSO ALVES:** – Sim.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Peço a V. Ex.<sup>a</sup> que seja breve.

**O SR. CONSTITUINTE CARDOSO ALVES:** – Serei breve, Sr. Presidente.

Quero, de início, dizer que muito me honra falar neste instante, quando a Presidência está sendo exercida por V. Ex.<sup>a</sup>, político, constitucionalista e publicista que recebe publicações de publicistas a homenageá-lo.

Não quero, Sr. Presidente, colocar nestas minhas palavras nenhum tom emocional. Quero ater-me apenas à doutrina e à filosofia política.

Não posso compreender como possamos conviver federativamente, arrolhando a representação de um Estado. Fico sempre cogitando da legitimidade da Assembléia Nacional Constituinte, de onde estão ausentes mais de 8 milhões de eleitores de São Paulo, contidos no máximo de sua representação.

Esta Assembléia Nacional Constituinte, Sr. Presidente, aqui reunida, neste momento, é uma Constituinte coxa, capanga, aleijada, manca, defeituosa, porque há oito milhões de eleitores brasileiros que não estão aqui representados. Sr. Presidente, não posso compreender como um eleitor do querido Estado do Acre, aqui representado por magníficos colegas, possa ter um peso eleitoral dezesseis vezes superior ao de um brasileiro que mora em São Paulo. Portanto, neste instante, quero fazer um apelo à inteligência política da Assembléia Nacional Constituinte. Não podemos continuar contendo a representação de São Paulo, impedindo a representação dos brasileiros que moram em São Paulo, e que nem sempre são paulista, mas brasileiros vindos de todo o País. Esta contenção, Sr. Presidente, com o tempo, será secessionista, uma ameaça à integridade territorial do País. É preciso que convivamos federativamente, garantindo a cada um dos Estados da Federação sua exata representação popular.

Termino, Sr. Presidente, agradecendo a V. Ex.<sup>a</sup> a compreensão e a generosidade em ter-me concedido a palavra neste instante, para fazer este protesto – convite à Assembléia Nacional Constituinte.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Agradeço ao nobre Constituinte.

**O SR. CONSTITUINTE CELSO DOURADO:** – Sr. Presidente, depois de um discurso longo, defendendo uma posição, alguém tem que responder. Peço, portanto, a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE RICARDO IZAR:** – Sr. Presidente, peço a palavra para contraditar o nobre Constituinte José Costa.

**O SR. CONSTITUINTE CELSO DOURADO:** – Sr. Presidente, houve uma interferência do Constituinte Cardoso Alves. S. Ex.<sup>a</sup> fez um discurso longo.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Mas isso não impede que V. Ex.<sup>a</sup> tenha a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE CELSO DOURADO:** – Sim, S. Ex.<sup>a</sup> pode, mas merece resposta.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem a palavra V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. CONSTITUINTE CELSO DOURADO:** – Sr. Presidente, gostaria de começar dizendo que todos nós, nordestinos, temos muita afetividade por São Paulo, e até uma atração muito grande – ou estudamos em São Paulo, ou trabalhamos em São Paulo. Estamos notando que os me-

lhores do Nordeste estão indo para São Paulo. E exatamente quem tem a coragem de sair, quem tem o espírito de aventura para sair é aquele que tem mais dinamismo e mais força. E isso tem ocorrido em função das injustiças cometidas contra o Nordeste.

Sr. Presidente, a dívida externa que aí está, nem 5% foi aplicado no Nordeste. A nossa região é auto-suficiente em petróleo e pouco tem a ver com a importação. O Nordeste tem sido discriminado. O que estamos querendo, nesta hora, não é prejudicar os paulistas, que são nossos irmãos brasileiros, mas dialogar com equilíbrio para restabelecer a própria harmonia da Federação, para que o Nordeste não seja discriminado.

Não se trata de ouvir palavra forte, emocional, de paulista "quatrocentão", que acha que o que deveria ser aprovado nesta Constituinte, imediatamente, seria a transferência de todos os presos de São Paulo para o Nordeste, porque, segundo dizem, todos são nordestinos. Se isto ocorre, Sr. Presidente, é em função da miséria, das injustiças cometidas contra uma grande parte dos brasileiros.

Muito obrigado. (Palmas)

**O SR. CONSTITUINTE RICARDO IZAR:** – Sr. Presidente, pela ordem, para contestar o Constituinte José Costa.

Substitutivo Cabral não vai influenciar em nada. O Substitutivo Cabral não tira Deputado de Estado algum. É uma injustiça e uma mentira o que estão falando aqui. Sr. Presidente, o Projeto Cabral não elimina nenhum Deputado de Estado algum.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Sr. Presidente, peço a palavra para outra questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – A Presidência solicita a todos os Srs. Constituintes o obséquio de tomarem seus lugares para ter início o processo de votação pelo sistema eletrônico. (Pausa)

Srs. Constituintes, queiram ter o obséquio, a atenção, a generosidade para com o Presidente, e seguir aquilo que se está pedindo. Não se está ordenando, está-se pedindo aos Srs. Constituintes que cumpram o Regimento, que se contenham em suas paixões.

Estou certo de que entre as três razões que eu tinha para recear o fim do século havia uma que eu não quis enunciar: o terrorismo.

Constituinte José Genoíno, não lhe dou a palavra. Faça o favor de sentar.

Com a palavra o nobre Relator.

**O SR. RELATOR (Adolfo Oliveira):** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, o ilustre Relator-Geral, Bernardo Cabral, teve imperiosa necessidade de ausentar-se durante alguns minutos. S. Ex.<sup>a</sup> já falou a respeito desta questão e me caberia apenas responder à consulta feita pelo Constituinte Inocêncio Oliveira.

A verdade é que os cálculos sobre o número total de integrantes da Câmara dos Deputados será efetuado pelo Tribunal Superior Eleitoral, se prevalecer o texto.

Quanto à segunda parte de sua pergunta, a respeito da inconveniência notória da imediata convocação, após a promulgação da nova Constituição, se prevalecer o texto de novos Parlamentares, isso pode ser solucionado através de uma fórmula que está contida no próprio Regimento Interno da Constituinte, que é o suprimento de omissão. Deverá ser incluído um dispositivo no ato das "Disposições Transitórias", através do qual se digna que esta nova distribuição de cadeiras só terá eficácia e vigência para a próxima legislatura. Isto significa suprir a omissão, se mantido o texto do Cabral-II.

Esta é a informação que a Relatoria pode dar Para a Relatoria, a questão da apreciação da emenda destacada

é rigorosamente aberta à opinião de cada um dos Srs. Constituintes.

Durante o pronunciamento do Sr. Adolfo Oliveira, o Sr. **Afonso Arinos**, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. **Jarbas Passarinho**, Terceiro-Vice-Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – De acordo com o Regimento, prorrogo a sessão até às 22h55min.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ SERRA:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Com a palavra V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ SERRA:** – Sr. Presidente, para efeito de orientação de votação, gostaria que V. Ex.<sup>a</sup> informasse à Casa sobre o conteúdo de emenda do Constituinte Egídio Ferreira Lima a respeito do mesmo tema. Não creio que isso represente qualquer procedimento postergatório. Parece-me um esclarecimento importante a ser dado.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tenho o pedido de esclarecimento de V. Ex.<sup>a</sup> como procedente. Apenas explico que ainda há duas propostas que podem ser consideradas: uma, do Constituinte Egídio Ferreira Lima; outra, do Constituinte Chagas Rodrigues. Essas propostas só podem ser votadas depois de o Plenário deliberar sobre as propostas dos Constituintes Cunha Bueno, Nelson Carneiro e Oscar Corrêa, que têm preferência das Lideranças.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Alfredo Campos, Almir Gabriel, Aluísio Campos, Carlos Mosconi, Celso Dourado, Fernando Bezerra Coelho, João Calmon, José Geraldo, José Ignácio Ferreira, José Ulisses de Oliveira, Nilson Gibson, Oswaldo Lima Filho, Pimenta da Veiga, Raimundo Bezerra, Wilson Martins, José Costa, Márcio Braga, Marcos Lima, Octávio Elisio, Roberto Brant, Alcení Guerra, Arnaldo Prieto, Carlos Chiarelli, Christóvam Chiaradia, Edme Tavares, Eraldo Tinoco, Francisco Dornelles, Inocêncio Oliveira, José Jorge, José Lins, José Santana de Vasconcellos, Luís Eduardo, Mário Assad, Oscar Corrêa Osvaldo Coelho, Ricardo Fiúza, Sandra Cavalcanti, Enoc Vieira, Jofran Frejat, Jonas Pinheiro, José Tinoco, Gerson Peres, Jarbas Passarinho, Virgílio Távora, Adylson Motta, Adolfo Oliveira e Antonio Farias. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Ademir Andrade, Antônio Britto, Artur da Távola, Cid Carvalho, Egídio Ferreira Lima, Fernando Gasparian, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, Ibsen Pinheiro, João Herrmann Neto, José Fogaça, José Richa, José Serra, Manoel Moreira, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nelton Friedrich, Paulo Ramos, Sigmaringa Seixas, Virgildásio de Senna, Chagas Rodrigues, Israel Pinheiro, Jorge Hage, José Tavares, Michel Temer, Uldurico Pinto, Vilson Souza, Paulo Pimentel, Ricardo Izar, Antônio Carlos Konder Reis, José Maurício, Lysâneas Maciel, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Plínio Arruda Sampaio, Haroldo Lima, Bocayuva Cunha, José Genoíno, José Maria Eymael, Roberto Freire e Beth Azize. **ABSTENÇÃO** dos seguintes Senhores Constituintes: Antonio Mariz e Paes Landim.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 47 Constituintes; votaram NÃO 43 Constituintes; abstiveram-se de votar 2 Constituintes. Total: 92 votos. O Destaque foi **aprovado**.

Em consequência, estão prejudicadas as emendas e os pedidos de preferência dos Constituintes Cunha Bueno, Egídio Ferreira Lima e Chagas Rodrigues.

**O SR. CONSTITUINTE SÓLON BORGES DOS REIS:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma declaração.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Concedo a palavra a V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. CONSTITUINTE SÓLON BORGES DOS REIS:**

– Sr. Presidente, o único Estado brasileiro cujo brasão estampa o nome do Brasil e em cuja bandeira tem o mapa de nosso País acaba de ser discriminado na Assembléia Nacional Constituinte.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Não aceito mais colocações divisionistas, num sentido ou no outro. **(Palmas)** Não aceito soluções divisionistas. Dirijo a sessão e mantenho a decisão que a maioria adotou.

**O SR. CONSTITUINTE CUNHA BUENO:**

– Sr. Presidente, pela ordem. V. Ex.<sup>a</sup> acaba de anunciar que minha emenda está prejudicada. Devo esclarecer a V. Ex.<sup>a</sup> que ela difere frontalmente da já aprovada, uma vez que não estabelece limite para o número de representantes, observando rigorosamente, a proporcionalidade entre os Estados. Peço a V. Ex.<sup>a</sup> que reconsidere a decisão.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Nobre Constituinte, é tão clara a prejudicialidade que me admiro não tenha V. Ex.<sup>a</sup> prestado atenção ao texto da emenda aprovada, que fixa mínimo e máximo e, conseqüentemente, prejudica a de V. Ex.<sup>a</sup> Não há como reconsiderar.

**O SR. CONSTITUINTE CUNHA BUENO:** – Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup>

**Destaque nº 001381-87 – Emenda nº ES-26907-1, do Sr. Nelson Carneiro, "que Substitui o Capítulo III do Título V do Substitutivo 1 ressalvado o inciso IV sem prejuízo do texto referente às Disposições Transitórias (Capítulo III do Título IV do Substitutivo 2)". (357ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Há requerimento, assinado por todos os Líderes, de preferência para a votação do Destaque nº 1381, referente à Emenda ES 26907. Em votação. Os senhores que aprovam a preferência, permaneçam como se encontram. **(Pausa)** Concedida a preferência.

Concedo a palavra ao nobre Constituinte Nelson Carneiro.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, a emenda objeto de exame nesta oportunidade completa a constituição do sistema parlamentar de Governo, e apenas se refere à competência do Conselho da República. Declara que ao referido Conselho cabe pronunciar-se sobre:

I – dissolução da Câmara dos Deputados;

II – nomeação e exoneração do Primeiro-Ministro, nos casos previstos no item III do art. 130 e § 4º do art. 125;

III – realização de referendo;

IV – intervenção federal, estado de defesa e estado de sítio;

V – todas as questões relevantes para a estabilidade das instituições democráticas."

Aceito que foi pela Comissão de Sistematização, o sistema parlamentar justo será aquele que complete essa organização e possibilite que o parlamentarismo chegue íntegro ao exame do Plenário da Constituinte.

Daí por que peço seja aprovado esse texto, que corrige uma omissão e dá por findo todo o trabalho relativo ao parlamentarismo.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Não há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao Relator.

**O SR. RELATOR (Adolfo Oliveira):** – Sr. Presidente, eis o pensamento da Relatoria.

Tecnicamente, não deve ser enunciado, já que, com a máxima vênha, nós estamos voltando para tratar de matéria vencida, quando ainda nos falta a apreciação do Capí-

tulo V do Título IV, relativo ao Ministério Público. Existem destaques preferenciais a serem votados, e essa matéria relativa ao Conselho da República já está superada de há muito. O Conselho tem a sua competência fixada e estabelecida. Esta matéria foi apreciada pela Comissão de Sistematização há dois dias. Logo, a Relatoria considera um precedente de acentuada gravidade voltarmos atrás para tratar de matéria, como disso, vencida.

Por esta razão, Sr. Presidente, a Relatoria vai-se abster de votar.

**O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra o nobre Constituinte Ademir Andrade.

**O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE:** – Sr. Presidente, quero prestar um esclarecimento e contrapor-me à argumentação da Relatoria.

Se há um requerimento de preferência e se V. Ex.<sup>a</sup> ao colocou em votação, o que interessa a nós, nesta Comissão, é examinarmos o mérito desta matéria. Esta matéria não foi votada. Votamos o capítulo todo, mas já houve precedentes nesta Comissão, quando fomos adiante e voltamos atrás. Agora mesmo votamos o art. 152, que trata do voto proporcional, e ele é o primeiro de todos os Capítulos desse Título.

Então, a Relatoria não pode colocar-se desta forma. Esta posição não é coerente. O que a Relatoria tem que fazer é analisar o mérito da questão. E o mérito é altamente positivo e salutar, porque o Conselho da República é um órgão da maior importância, e decisões políticas como essas têm que passar por ele. Portanto, caberia à Relatoria definir-se quanto ao mérito, não com referência à questão regimental.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Srs. Constituintes, em prol do bom andamento dos nossos trabalhos, eu diria que não devemos ficar aqui repetindo coisas que já aconteceram. O Relator já se posicionou. Ao pedir a palavra pela ordem, o Constituinte deve apresentar questão de ordem, mas o Constituinte Ademir Andrade não levantou nenhuma questão de ordem, lavrou um protesto.

Relator tem razão, quando afirma que a análise da matéria está retroagindo. O que acabou de dizer o Constituinte Ademir Andrade não tem similitude, uma vez que em tempo oportuno se votou a necessidade de postergar a votação do art. 152 para depois da apreciação do capítulo referente ao Poder Judiciário. Então, foi apreciado em tempo oportuno.

Rendi-me, primeiro, à planilha que encontrei segundo, à votação encaminhada; terceiro, ao pedido dos Líderes. Mas há, evidentemente, uma retroação, tanto na proposição do Constituinte Nelson Carneiro como na do Constituinte Oscar Corrêa.

Agora, aberto o precedente, vamos submeter a matéria à votação, o que já fizemos antes.

Em votação.

**(Procede-se à votação)**

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes:

Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Alfredo Campos, Almir Gabriel, Aluizio Campos, Antônio Britto, Artur da Távola, Carlos Mosconi, Celso Dourado, Egidio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Gasparian, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, Ibsen Pinheiro, João Calmon, José Geraldo, José Richa, José Serra, José Ulisses de Oliveira, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nelson Friedrich, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Sigmaringa Seixas, Virgildásio de Senna, Wilsont



Martins, Antonio Mariz, Chagas Rodrigues, Jorge Hage, José Carlos Grecco, José Costa, José Tavares, Márcio Braga, Marcos Lima, Michel Temer, Miro Teixeira, Nelson Wedekin, Octávio Elísio, Roberto Brandt, Uldurico Pinto, Wilson Souza, Arnaldo Prieto, Carlos Chiarelli, Francisco Dornelles, José Lins, Sandra Cavalcanti, Jarbas Passarinho, José Maurício, Lysâneas Maciel, Plínio Arruda Sampaio, José Genoíno, Haroldo Lima, Roberto Freire e Beth Azixe. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Manoel Moreira, Raimundo Bezerra, Christóvam Chiaradia, Edme Tavares, Eraldo Tinoco, Inocêncio Oliveira, Paulo Pimentel, Enoc Vieira, Jesualdo Cavalcanti, Jonas Pinheiro, Paes Landim, Ricardo Izar, Gerson Peres e Adylson Motta. **ABSTENÇÃO** dos seguintes Srs. Constituintes: Luís Eduardo, Oscar Corrêa, Jofran Frejat, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Bocayuva Cunha, Francisco Rossi, Gastone Righi, Sólon Borge dos Reis, Adolfo Oliveira, José Maria Eymael e Alcení Guerra.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 57 Constituintes; votaram NÃO 14 Constituintes; abstiveram-se de votar 12 Constituintes. Total: 83 votos. O Destaque foi aprovado.

**Destaque nº 001417-87 – Emenda nº ES-26616-1, do Sr. Oscar Corrêa, "que suprime expressões no art. 92, § 4º, II, do Substitutivo nº 1 (art. 70, § 4º, II, do Substitutivo nº 2)". (358ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Sobre a mesa requerimento de preferência para discussão e votação do Destaque nº 1417, referente à Emenda nº 26616, assinada pelos Líderes, de iniciativa do Constituinte Oscar Corrêa.

Em votação o requerimento. **(Pausa)** Preferência concedida.

Concedo a palavra ao Constituinte Oscar Corrêa.

**O SR. CONSTITUINTE OSCAR CORRÊA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, subo à tribuna sem qualquer paixão, e penso que este deveria ser o sentimento de todos os Srs. Constituintes que agora me ouvem. Não está aqui falando um presidencialista, mas uma pessoa interessada em que o nosso texto constitucional tenha uma forma e um conteúdo que possam ser entendidos como permanentes e duradouros.

Proponho em minha emenda, Sr. Presidente, a supressão das expressões contidas no art. 70, § 4º: "sistema parlamentar de governo". Com isso, quero apenas restaurar um princípio que me parece claro. Além do mais, dizem as disposições transitórias, no seu art. 2º, que "as disposições referentes ao sistema de governo entrarão em vigor em 15 de março de 1988 e não serão passíveis de emenda em um prazo de cinco anos".

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, espero que nossa Constituição não dure apenas cinco anos; espero que dure mais do que isso, mas sem essa nódoa, essa marca de que durante ou após esse prazo não possamos alterar a forma de Governo. Repito que não defendo essa idéia simplesmente por ser presidencialista, mas por achar que como técnica legislativa a permanência deste texto é absolutamente imprópria e inadequada. Além do mais este mesmo Plenário aprovou a supressão da expressão "forma republicana", que é a espécie, o gênero, e nós estamos mantendo uma subespécie, um subgênero. Nós admitimos extinguir o todo e não admitimos extinguir o particular. Razão pela qual acho que, por coerência, não com paixão, mas a preocupação de fazermos uma Constituição limpa, devemos suprimir a expressão. **(Muito bem)**

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra, pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Sr. Presidente, não vou usar da palavra para falar a favor da matéria, pois nós, do PT, temos uma emenda semelhante a esta. Quero apenas chamar a atenção para a necessidade de aprovarmos a proposta, para não haver o absurdo constitucional de poder-se mudar a forma republicana, mas não se poder mudar o regime de governo. Isso é inconcebível. Portanto, faço um apelo para que, por unanimidade, esta Comissão aprove a emenda defendida pelo Constituinte Oscar Corrêa – e temos uma emenda semelhante a esta – evitando, assim, um absurdo no texto constitucional.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Pergunto ao nobre Constituinte Brandão Monteiro se desistiu de falar em favor do Constituinte José Genoíno. Como V. Ex.<sup>a</sup> sabe melhor do que eu, dois oradores falam a favor, ou seja, o autor, de preferência, e mais um – no caso, V. Ex.<sup>a</sup> No entanto, o Constituinte José Genoíno fez, na verdade, um encaminhamento a favor. Então, pergunto se V. Ex.<sup>a</sup> cedeu-lhe a vez; caso contrário, V. Ex.<sup>a</sup> tem a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE AULÍZIO CAMPOS:** – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE ALUÍZIO CAMPOS:** – Sr. Presidente, normalmente, quando não há oradores para encaminhamento contrário, os companheiros desistem de um encaminhamento a favor, depois de falar o autor. Assim, faço um apelo aos que se inscreveram para falar a favor, no sentido de que desistam, a fim de que possamos iniciar a votação.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – O apelo de V. Ex.<sup>a</sup> está rejeitado pelo interessado.

Tem a palavra o Constituinte Brandão Monteiro.

A Mesa tem uma dúvida: constam, para falar a favor, os Constituintes Eraldo Tinoco, cuja inscrição foi cancelada, e Bocayuva Cunha, que passou sua preferência para o Constituinte Brandão Monteiro. Não há, portanto, orador inscrito para encaminhar contra. V. Ex.<sup>a</sup>, nobre Constituinte Nelson Carneiro, quer inscrever-se agora, para falar contra?

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – Sim, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra, apesar de ter esquecido de inscrever-se a tempo. Faço apenas um apelo aos oradores inscritos para serem breves, tendo em vista a realização de sessão da Câmara.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – Sr. Presidente, serei muito breve.

Os parlamentaristas não têm culpa de haverem os presidencialistas dado seu voto para retirar a forma republicana em homenagem aos que defendem a monarquia ou o partido monárquico. Nosso texto incluía a forma republicana ou o sistema parlamentar de Governo. Mantínhamos os dois. A emenda do Constituinte Cunha Bueno contou com o voto dos presidencialistas, que entenderam era preciso possibilitar a criação, no País, de um partido monarquista, porque já havia partidos de todas as colorações. Mas nós, os parlamentaristas, vivemos o episódio de 1963/1964, quando se fez neste País um plebiscito ante-

cupado contra a Emenda Constitucional de 1961, já que, pela referida emenda, o plebiscito só poderia ser realizado 9 meses antes do fim do mandato do Sr. João Goulart. Nós, então, mantemos nosso ponto de vista quanto à duração do parlamentarismo, para que ele pudesse ser aplicado e, depois, o povo pudesse julgá-lo.

Essa é, portanto, uma medida de preservação da vontade da maioria desta comissão – certamente da maioria do Congresso Nacional – e, mais ainda, da maioria do povo brasileiro, expressa em recente pesquisa na **Folha de S. Paulo**, feita em onze capitais do Brasil que assegura a preferência pelo sistema parlamentar de governo.

Não tem razão, por tudo isso, o nobre Constituinte Oscar Corrêa. O destaque deve ser rejeitado.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra o nobre Constituinte Brandão Monteiro.

**O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO MONTEIRO:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, gostaria de chamar a atenção da Comissão de Sistematização para o texto do substitutivo.

A emenda do nobre Constituinte Oscar Corrêa pretende excluir a eternidade do sistema parlamentar de governo. Nós, neste período constitucional, admitimos a iniciativa popular. E aqui já votamos a possibilidade de se mudar até o sistema republicano, e hoje se busca, com este texto, a perpetuidade do parlamentarismo, impedindo que o povo se manifeste. Se, amanhã, por exemplo, o sistema parlamentar de Governo neste País for um fracasso e levar o País a crises sucessivas, estaremos impedidos de mudá-lo.

Srs. Constituintes, este é um dos maiores absurdos que já vimos. Lamento que um democrata como o Constituinte Nelson Carneiro venha à tribuna defender a ditadura de posições, a ditadura de consórcios partidários, que querem impingir ao povo brasileiro a pena perpétua do parlamentarismo. E chamo a atenção dos Srs. Constituintes para o seguinte fato: qual a forma que teremos para mudar essa situação? Só através da revolução e das armas poder-se-á modificar o sistema de governo, ainda que se apresente ineficiente e causador de crises.

Faço um apelo aos Srs. Parlamentares: conheço-os e sei que muitos são democratas e defendem o sistema parlamentar, mas não através de casuísmos, aqueles mesmos casuísmos contra os quais, muitas vezes, nós todos aqui lutamos no regime anterior.

Srs. Constituintes, parece que as coisas mudam, outras pessoas assumem o poder, mas o casuísmo, a prática antidemocrática, infelizmente, neste País é comum à maioria desta forma, querem manter de forma eterna o sistema parlamentar. Os argumentos do nobre Constituinte Afonso Arinos e dos parlamentaristas mostravam que o sistema presidencial seria o grande causador das crises brasileiras. Agora, na experiência em que querem colocar no País, desejam a perpetuidade.

Espero que a consciência democrática deste Plenário não permita que se impinja no País uma ditadura de pensamento e de posição eventual de partidos que são majoritários nesta Casa.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – Permita-me, Sr. Presidente, pela ordem.

Em nome de todos os parlamentaristas aqui presentes, quero dizer que vamos aprovar a emenda (Palmas). Não pelas razões emocionais aqui apresentadas, mas porque o art. 2º das Disposições Transitórias diz o seguinte:

"Art. 2º – As disposições referentes ao sistema de governo entrarão em vigor em 15 de março de 1988 e não serão passíveis de emenda em um prazo de cinco anos."

Por isso, Sr. Presidente, os parlamentaristas apoiarão a Emenda Oscar Corrêa.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Nobre Constituinte Nelson Carneiro, se bem entendi, V. Ex.<sup>a</sup> substitui a perpetuidade por cinco anos? É esse o nosso entendimento.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – Esperamos que seja perpétuo.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – V. Ex.<sup>a</sup> substitui a perpetuidade por cinco anos. É este o entendimento da Comissão.

Em votação.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Ademir Andrade, Aluizio Campos, Antônio Britto, Artur da Távola, Carlos Mosconi, Carlos Sant'Anna, Celso Dourado, Egídio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Gasparian, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, Ibsen Pinheiro, João Calmon, José Geraldo, José Richa, José Ulisses de Oliveira, Manoel Moreira, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nilson Gibson, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Raimundo Bezerra, Sigmaringa Seixas, Virgildásio de Senna, Wilson Martins, Antonio Mariz, Chagas Rodrigues, Jorge Hage, José Costa, José Tavares, Michel Temer, Miro Teixeira, Nelson Wedekin, Octávio Elísio, Roberto Brant, Uldurico Pinto, Vilson Souza, Ziza Valadares, Alcení Guerra, Arnaldo Prieto, Carlos Chiarelli, Christóvam Chiaradia, Eraldo Tinoco, Francisco Dornelles, Inocêncio Oliveira, José Lins, José Santana de Vasconcellos, Luís Eduardo, Mário Assad, Oscar Corrêa, Osvaldo Coelho, Paulo Pimentel, Ricardo Fiúza, Jofran Frejat, Paes Landim, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Gerson Pares, Jarbas Passarinho, Adylson Motta, Brandão Monteiro, José Maurício, Luiz Salomão, Francisco Rossi, Gastone Righi, Sólón Borges dos Reis, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Haroldo Lima e Roberto Freire. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Alfredo Campos, José Serra, Marcos Lima, Sandra Cavalcanti e Beth Azize. **ABSTENÇÃO** dos seguintes Senhores Constituintes: Bernardo Cabral, José Maria Eymael e Adolfo Oliveira.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ SERRA:** – Sr. Presidente, quero justificar que me equivoquei no voto, para que fique o registro nos Anais. Minha intenção era votar sim, e por um erro de digitação, acabei votando não. Meu voto é sim.

**O SR. CONSTITUINTE ADOLFO OLIVEIRA:** – Constará dos Anais a declaração de V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Peço ao Constituinte Adolfo Oliveira que suspenda a chamada por um momento. Quero convocar os Líderes para que, terminada a votação, venham discutir matéria da maior importância em relação à prejudicialidade ou não que está ainda para ser votada dentro do prazo de hoje. Gostaria que os Líderes depois me procurassem.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 73 Constituintes; votaram NÃO 6 Constituintes; abstiveram-se de votar 3 Constituintes. Total: 82 votos. O destaque foi **aprovado**.

#### IV – SUSPENSÃO DA REUNIÃO

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A Presidência vai suspender os trabalhos, convocando os Senhores Constituintes para a continuação da presente reunião, amanhã, 6-11-87, às 9:00 horas.

Está suspensa a reunião.

**II – ATA CIRCUNSTANCIADA (continuação)****ATA DA 32ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, EM 6 DE NOVEMBRO DE 1987 (\*)**

Presidência dos Srs.: **Jarbas Passarinho**, Terceiro-Vice-Presidente; **Fernando Henrique Cardoso**, Quarto-Vice-Presidente.

**I – REABERTURA DA REUNIÃO**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Havendo número regimental, declaro reaberta a reunião.

ÀS 09:42 HORAS COMPARECEM OS SENHORES:

Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Adolfo Oliveira, Afonso Arinos, Alcení Guerra, Almir Gabriel, Aluísio Campos, Antônio Britto, Antônio Carlos Konder Reis, Arnaldo Prieto, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Brandão Monteiro, Carlos Chiarelli, Carlos Mosconi, Carlos Sant'Anna, Celso Dourado, Christóvam Chiaradia, Cid Carvalho, Cristina Tavares, Egídio Ferreira Lima, Eraldo Tinoco, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Gasparian, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Lyra, Francisco Dornelles, Francisco Pinto, Francisco Rossi, Gastone Righi, Geovani Borges, Gerson Peres, Haroldo Lima, Haroldo Sabóia, Ibsen Pinheiro, Inocêncio Oliveira, Jamil Haddad, Jarbas Passarinho, João Calmon, João Herrmann Neto, Joaquim Bevilacqua, José Fogaça, José Geraldo, José Ignácio Ferreira, José Jorge, José Lins, José Lourenço, José Maurício, José Paulo Bisol, José Richa, José Santana de Vasconcellos, José Serra, José Ulisses de Oliveira, Luis Eduardo, Luiz Inácio Lula da Silva, Lysâneas Maciel, Manoel Moreira, Marcondes Gadelha, Mário Assad, Mário Lima, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nelton Friedrich, Nilson Gibson, Oscar Corrêa, Oswaldo Lima Filho, Paulo Pimentel, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Plínio Arruda Sampaio, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Ricardo Fiúza, Roberto Freire, Sandra Cavalcanti, Severo Gomes, Sigmaringa Seixas, Siqueira Campos, Theodoro Mendes, Virgildásio de Senna, Virgílio Távora, Wilson Martins, Adylson Motta, Aldo Arantes, Antonio Mariz, Beth Azize, Bonifácio de Andrada, Chagas Rodrigues, Daso Coimbra, Délio Braz, Enoc Vieira, Euclides Scalco, Gilson Machado, Israel Pinheiro, Jofran Frejat, João Agripino, João Menezes, Jonas Pinheiro, Jorge Hage, José Carlos Grecco, José Costa, José Genoíno, José Maranhão, José Maria Eymael, José Tavares, José Tinoco, Luiz Salomão, Márcio Braga, Marcos Lima, Michel Temer, Miro Teixeira, Mozarildo Cavalcanti, Octávio Elísio, Ottomar Pinto, Ricardo Izar, Roberto Brant, Sólton Borges dos Reis, Valmir Campelo, Vicente Bogo, Vilson Souza, Ziza Valadares, Darcy Pozza, Edme Tavares e Anibal Barcelos e os Senhores Constituintes não membros: Florestan Fernandes, Paulo Delgado, Luiz Alberto Rodrigues, Luís Roberto Ponte, Robson Marinho e Chico Humberto.

**DEIXARAM DE COMPARECER:**

Alfredo Campos, Aloysio Chaves, José Freire, José Luiz Maia, Milton Reis, Osvaldo Coelho, Rodrigues Palma e Bocayuva Cunha.

**II – EXPEDIENTE****Ofício do Sr. Líder do PMDB:**

Ofício nº 248/87

Brasília, 6 de novembro de 1987

Excelentíssimo Senhor  
Senador Afonso Arinos  
DD. Presidente da Comissão de Sistematização  
Nesta

Senhor Presidente:

Informo a Vossa Excelência que a bancada dos Suplentes do PMDB na Comissão de Sistematização, através de

acordo entre seus membros, estabeleceu ordem de inscrição para as votações daquela Comissão, para o Título VI – Da Tributação e do Orçamento, conforme relação anexa.

Sem outro particular, reitero a Vossa Excelência votos de estima e cordial apreço. – Senador **Mário Covas**, Líder do PMDB na Assembléia Nacional Constituinte.

**RELAÇÃO DA ORDEM DOS SUPLENTE PARA O TÍTULO VI**

Euclides Scalco – Roberto Brant – Rose de Freitas – Daso Coimbra – Jorge Hage – Márcio Braga – José Carlos Grecco – Marcos Lima – Vilson Souza – Antonio Mariz – Chagas Rodrigues – Délio Braz – Vicente Bogo – José Costa – João Agripino – Ziza Valadares – Michel Temer – José Tavares – Nelson Wedekin – Albano Franco – Octávio Elísio.

**Ofícios do Sr. Líder do PFL:**

Ofício nº 293/87 – PFL

Brasília, 6 de novembro de 1987

Ao Excelentíssimo Senhor  
Deputado Ulysses Guimarães  
DD. Presidente da Assembléia Nacional Constituinte

Comunico a Vossa Excelência que o Deputado Francisco Benjamim, PFL – BA, deixa de integrar, a partir desta data, a Comissão de Sistematização, em face de seu afastamento da cidade.

Em substituição ao seu nome passo a integrar a referida Comissão, como Membro Efetivo.

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência protestos de apreço e distinta consideração. – Deputado **José Lourenço**, Líder do PFL.

Ofício nº 294/87-PFL

Brasília, 6 de novembro de 1987

Ao Excelentíssimo Senhor  
Deputado Ulysses Guimarães  
DD. Presidente da Assembléia Nacional Constituinte

Senhor Presidente:

Comunico a Vossa Excelência que o Deputado Jesualdo Cavalcanti, PFL-PI, deixa de integrar, a partir desta data, a Comissão de Sistematização, em face de seu afastamento da cidade.

Em substituição ao seu nome, passa a integrar a referida Comissão, como Membro Suplente, o Deputado Furtado Leite, PFL-CE.

Na oportunidade, reitero a Vossa Excelência os protestos do meu elevado apreço e distinta consideração. – Deputado **José Lourenço**, Líder do PFL.

Ofício nº 295/87-PFL

Brasília, 6 de novembro de 1987

Ao Excelentíssimo Senhor  
Deputado Ulysses Guimarães  
DD. Presidente da Assembléia Nacional Constituinte

Senhor Presidente:

Achando-se o Deputado José Thomaz Nonô ausente desta Capital, comunico a Vossa Excelência que, durante o seu impedimento, passa o Deputado Aníbal Barcellos a substituí-lo, como Membro Efetivo, na Comissão de Sistematização.

Na oportunidade, reitero a Vossa Excelência os protestos do meu elevado apreço e distinta consideração. – Deputado **José Lourenço**, Líder do PFL.

\* Ata da reunião de votação iniciada em 24-9-87 e concluída em 18-11-87.

Ofício nº 296/87-PFL

Brasília, 6 de novembro de 1987

Ao Excelentíssimo Senhor  
Deputado Ulysses Guimarães

DD. Presidente da Assembléia Nacional Constituinte

Senhor Presidente:

Achando-se o Deputado Mendes Thame ausente desta Capital, comunico a Vossa Excelência que, durante o seu impedimento, passa o Deputado Geovani Borges a substituí-lo, como Membro Efetivo, na Comissão de Sistematização.

Na oportunidade, reitero a Vossa Excelência os protestos do meu elevado apreço e distinta consideração. – Deputado **José Lourenço**, Líder do PFL.

**Requerimento do Sr. Constituinte Siqueira Campos:**

Senhor Presidente.

Solicito a V. Ex.<sup>a</sup> que substitua o Deputado Roberto Balestra pelo Deputado José Maria Eymael, como suplente desta Comissão, nos dias 6, 7 e 8 do corrente.

Sala das Reuniões, 6 de novembro de 1987. – **Siqueira Campos**, Vice-Líder do PDC.

**Recurso do Sr. Constituinte Manoel Moreira:**

Ao ilustre Senhor Relator, Constituinte Bernardo Cabral, para opinar. Ressalto, na oportunidade, que esta Comissão, em reunião plenária de 3 do corrente, aprovou o Destaque nº 1927-87 (Emenda ES-30318-0), introduzindo alterações no **caput** do art. 115, que trata de matéria afim daquela mencionada pelo recorrente.

Brasília, 6 de novembro de 1987. – Constituinte **Afonso Arinos**, Presidente.

#### À MESA DA COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO

Manoel Moreira, infra-assinado, vem, respeitosamente, nos termos das disposições regimentais, recorrer de decisão dessa augusta Comissão, quanto à aprovação de matéria destacada, pelos seguintes fundamentos:

A Comissão de Sistematização, ao apreciar e decidir sobre o Capítulo do “Poder Judiciário” deu como aprovada, através de Destaque, a Emenda nº 1P-09979-0, de autoria do nobre Constituinte Vivaldo Barbosa que, expressamente, estabelecia:

“Art. A lei criará Juizados de Instrução criminal fixando-lhe atribuições e competências.”

Ocorre, entretanto, que ao dispor sobre a matéria em foco, dentro do mesmo capítulo, entendeu a Comissão de limitar a criação de juizados de pequenas causas, com atribuições também na esfera criminal de tal forma que a emenda acima mencionada, seja pelo aspecto substantivo ou instrumental, fica prejudicada, em face da manifesta incompatibilidade com o sistema e o conjunto de normas que informam a edificação do Poder Judiciário.

De outra parte, no dia 23-10-87, foi submetido a plenário da Comissão de Sistematização o Destaque nº 3805/87, requerido pelo Constituinte Ibsen Pinheiro, que colimava a supressão da expressão “Instrução e”, do texto do inciso X, art. 23, que previa a instalação e funcionamento dos Juizados de Instrução e de pequenas causas, tendo sido a matéria entendida pelo relator como redacional pelas mesmas razões retroexpostas – todo o contexto do projeto abole a figura do Juizado de Instrução, tendo o Plenário concordado com a decisão da relatoria e, o texto daquele inciso, já constante do substitutivo impresso com redação final, após apreciação das emendas pela Comissão, expungido no seu inciso X, do art. 26, o Juizado de Instrução.

A emenda no nobre Deputado Ibsen Pinheiro era supressiva, com prioridade à votação de qualquer emenda aditiva que tratasse do mesmo assunto, e não tendo sido rejeitada, pela concordância do relator, com apoio da unanimidade do Plenário, face o entendimento de se tratar de tema redacional, prioritária que era em qualquer instante, impediria a votação de emenda de outra espécie, que por equívoco regimental o foi.

Em face do exposto, tendo em vista a autorização regimental de utilização subsidiária do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, recorremos da decisão supra-impugnada com fundamento no art. 200, inciso VI, para que seja declarada a prejudicialidade da Emenda nº 1P-09979-0, retirando-a do texto já aprovado.

Sala da Comissão, 5 de novembro de 1987. – Constituinte **Manoel Moreira**.

#### Documentos a que se refere o Sr. Constituinte Manoel Moreira:

“Em votação o Destaque nº 3805, requerido pelo Constituinte Ibsen Pinheiro, referente ao inciso 10, para supressão da palavra “de instrução”. Tem a palavra V. Ex.<sup>a</sup>.”

**O SR. CONSTITUINTE IBSEN PINHEIRO:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, o meu destaque tem o objetivo, de corrigir uma impropriedade que deve ser resultado de outras naturais dificuldades do processo de elaboração do Substitutivo, no seu último momento. E diria mesmo que a emenda supressiva que proponho teria quase o caráter de uma emenda de redação, porque no inciso 10º estabelece-se:

“Art. 23 – Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

X – criação, funcionamento e processo do juizado de instrução e de pequenas causas;”

Tenho a impressão, Sr. Presidente, de que a intenção do Relator era manter o dispositivo relativo ao juizado de pequenas causas, porque em todo o Substitutivo, em nenhum momento, se contempla a figura do juizado de instrução. Foi uma opção que se fez desde cedo, já na Comissão Temática. Não se optou pelo caminho do juizado de instrução, mas pela preservação da tradição brasileira. A investigação criminal se faz na área da Polícia Judiciária, a titularidade da ação penal compete ao Ministério Público e a Magistratura tem a sua imparcialidade preservada pelo seu caráter estático. Esta é a melhor tradição brasileira: a investigação policial na área, o inquérito da Polícia Judiciária, o Magistrado estático e imparcial no aguardo de que, através do Ministério Público, se dê início à ação penal.

Além disso, Sr. Presidente, razões de natureza social e econômica, além dessas históricas, considerar-se-ia na hipótese de criar-se o Juizado de Instrução em distritos, em municípios pequenos, que são termos de comarcas maiores. Daí adviria a necessidade da presença de um juizado de instrução com encargos pesadíssimos, numa estrutura que seria concorrente com a do aparelhamento policial, determinando também a necessidade da criação das Promotorias.

Então, Sr. Presidente, por todas estas razões, invoco a atenção do Sr. Relator, convencido de que o dispositivo, tal como se encontra, é assistêmico, não tem guarida em toda a concepção constante do projeto que estamos votando. Por todas essas razões, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, encaminho em favor da aprovação do destaque, para que o texto fique expungido das palavras de instrução. Lendo-se então no inciso X:

"Criação, funcionamento e processo do juizado de pequenas causas."

Esse é o encaminhamento, Sr. Presidente, e o apelo que faço ao Relator, cuja manifestação acompanho com a maior atenção.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o Constituinte Ibsen Pinheiro fez uma observação correta. Há uma impropriedade de redação. Como tal, sendo assunto redacional, o Relator acolhe a observação de S. Ex.<sup>a</sup> e está resolvida a matéria. Não é necessária submetê-la à votação, Sr. Presidente. **(Palmas)**

**O SR. CONSTITUINTE IBSEN PINHEIRO:** – Muito obrigado, Sr. Presidente.

#### PROJETO DE CONSTITUIÇÃO SUBSTITUTIVO DO RELATOR (SEGUNDO)

**Presidente: Constituinte Afonso Arinos**  
**Relator: Constituinte Bernardo Cabral**

Art. 23. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

I – direito tributário, financeiro, penitenciário e econômico;

II – orçamento;

III – juntas comerciais;

IV – custas dos serviços forenses;

V – produção e consumo;

VI – florestas, caça, pesca, fauna e conservação da natureza, proteção ao meio ambiente e controle da poluição;

VII – proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagísticos;

VIII – responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;

IX – educação, cultura, ensino e desporto;

X – criação, funcionamento e processo de juizado de instrução e de pequenas causas;

XI – procedimentos em matéria processual;

XII – previdência social, proteção e defesa da saúde;

XIII – assistência judiciária e Defensoria Pública;

XIV – normas de proteção a pessoas portadoras de deficiências;

XV – direito urbanístico e parcelamento do solo urbano;

XVI – normas de proteção à infância e à juventude.

Parágrafo único – No âmbito da legislação concorrente, a competência da União prevalecerá sobre a dos Estados e do Distrito Federal e a dos Estados sobre a dos Municípios.

#### SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO ÀS EMENDAS DE PLENÁRIO

**Relator: Constituinte Bernardo Cabral**

Obs.: 1) Aprovados, com redação final, o Preâmbulo e os Títulos I, II e III.

2) Aprovados, com ressalva dos destaques, os Títulos IV, V, VI, VII, VIII e IX.

XXVII – defesa territorial, defesa aeroespacial e defesa civil.

Parágrafo único. Lei Complementar poderá autorizar os Estados a legislar sobre questões específicas das matérias relacionadas neste artigo, desde que não causem risco à soberania e unidade nacionais.

Art. 25. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

I – zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas;

II – cuidar da saúde e assistência pública, bem como da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência;

III – proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos e as paisagens naturais notáveis, bem como os sítios arqueológicos;

IV – impedir e evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural;

V – proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência;

VI – proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas;

VII – preservar as florestas, a fauna e a flora;

VIII – fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento urbano;

IX – implantar programas de construção de moradias, bem como promover a melhoria das condições habitacionais e de saneamento;

X – combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização social do homem, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos.

Art. 26. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

I – direito tributário, financeiro, penitenciário e econômico;

II – orçamento;

III – juntas comerciais;

IV – custas dos serviços forenses;

V – produção e consumo;

VI – florestas, casa, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição;

VII – proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico;

VIII – responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;

IX – educação, cultura, ensino e desporto;

X – criação, funcionamento e processo do juizado de pequenas causas;

XI – procedimentos em matéria processual.

Senhor Presidente.

Encaminhou-me V. Ex.<sup>a</sup>, para exame e parecer, o recurso do nobre Senhor Constituinte Manoel Moreira da decisão do Plenário desta Comissão, que aprovou a Emenda nº 1P-09979-0, com objetivo de ser declarada a sua prejudicialidade.

2. A Emenda nº 1P-09979-0, de autoria do nobre Constituinte Vivaldo Barbosa, propõe a inclusão, no futuro

texto constitucional, no Capítulo referente ao Poder Judiciário, a seguinte disposição:

“A lei criará Juizados de Instrução Criminal, fixando-lhe atribuições e competências.”

3. A referida emenda foi aprovada na reunião do dia três do corrente, consignando o mapa de votação 91 votos, sendo 47 favoráveis, 40 contrários e 4 abstenções. Encaminharam a votação da matéria, na oportunidade, o autor e o Senhor Constituinte Egidio Ferreira Lima, a favor, e o Senhor Constituinte Ibsen Pinheiro, contra.

4. O recurso fundamenta-se no fato de haver o Relator-Geral acolhido, na reunião de 23-10-87 desta Comissão, o Destaque nº 3805-87, de autoria do nobre Sr. Deputado Ibsen Pinheiro, cujo objetivo era o de suprimir, do texto do inciso X do art. 23, a expressão “instrução e”.

5. Por outro lado, V. Ex.<sup>a</sup>, ao despachar o recurso a este Relator Geral, observou, com oportunidade e precisão, que esta Comissão, na sessão plenária de três do corrente, voltou a dispor sobre a matéria ao aprovar a Emenda nº ES-30318-0, de autoria do nobre Constituinte Plínio Arruda Sampaio, tornando imperativa a obrigatoriedade da Justiça dos Estados de

“...instalar juizados especiais, providos por juízes togados, ou togados e leigos, para o julgamento e a execução de causas cíveis de menor complexidade e **infrações penais de menor potencial ofensivo**, mediante **procedimento oral e sumaríssimo**, permitida a transação e julgamento de recursos por turmas de juízes de primeiro grau.” (grifamos)

6. Do exposto, verifica-se que a matéria específica, objeto de recurso, mereceu, por parte da Comissão de Sistematização, tratamento múltiplo do qual resultaram disposições conflitantes, pois que, se de um lado, excluiu-se da competência concorrente da União e dos Estados aquela de criar Juizados de Instrução, de outro, se estabeleceu regra determinando a criação desses mesmos Juizados e, ainda, se admitiu implicitamente a figura “da instrução” nos casos de pequenas causas cíveis e infrações penais de menor potencial ofensivo.

7. Assim, entendo que a matéria deve ser objeto de correção em segunda discussão, quando o Plenário, poderá promover, através de destaques e emendas, a adequação do texto para fazê-lo correto do ponto de vista lógico e do ponto de vista jurídico, de acordo com a que dispõe o art. 29, **caput**, do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte.

Sala das Reuniões, 6 de novembro de 1987. – **Bernardo Cabral**, Relator Geral.

### III – COMUNICAÇÕES

**Do Sr. Presidente em exercício:**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Quero fazer uma primeira declaração.

Ontem concluímos o Capítulo IV, ou seja, foi encerrada a votação do Capítulo IV e hoje devemos começar pelo Capítulo V. A matéria que no Capítulo IV não foi votada ficou, naturalmente, prejudicada, para ser remetida, nos termos do acordo aqui já realizado, para a Assembléia Nacional Constituinte.

Tem a palavra o Sr. Constituinte Nelson Carneiro, que a solicitou.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – Sr. Presidente, permita V. Ex.<sup>a</sup> que inicie a minha fala recordando um trecho da História de Portugal, citada por Cândido de Oliveira Filho, no **Jornal do Commercio** do Rio de Janeiro, de 7 de janeiro de 1945, inclusive para quebrar a gravidade desse silêncio.

“Passando el-Rei D. Sebastião do paço de Xabregas para o mosteiro, chegou uma mulher a apresentar-lhe um memorial. Recebeu-o e entregou-o a um fidalgo dos que o acompanhavam. Ela, afligida, disse:

– Senhor, corre minha honra perigo na tardança.

Pôs nela os olhos el-Rei com aquele afeto de pai, que foi tão próprio de seus antepassados para com os seus vassallos; pediu recado de escrever, e ali mesmo despachou o memorial, dizendo:

– Os negócios desta qualidade em toda parte devem ter despacho pronto. (Cândido de Oliveira Filho, **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 7-1-1945.)”

Esta introdução, Sr. Presidente, é para que não fique nos Anais a crítica formulada ontem pelo nobre Constituinte Adolfo Oliveira, como integrante da Relatoria, que suscitou uma desarrazoada questão de ordem, deixando, inclusive, de se manifestar sobre o mérito, porque se insurgia contra uma iniciativa preliminar.

Sr. Presidente, todos nós, Parlamentares jovens, praticamos equívocos, até erros são pecados veniais, mas para os que já envelheceram no Parlamento esses mesmos equívocos seriam pecados mortais. Sou capaz de ter praticado os pecados veniais e tenho a impressão de que não cometo, a esta altura, pecados mortais.

Por isso tenho vivido aqui por muitos anos. Tive a mesma, cautela de apresentar um texto inteiro, que é o Destaque nº 1381, sobre todo o texto que diz respeito ao parlamentarismo. Mas, como previa que isso podia criar dúvidas, eu próprio, Sr. Presidente, como V. Ex.<sup>a</sup> verá nos documentos da Casa, ofereci, destacadas, 18 partes desse Substitutivo. Quando aqui, na rumorosa reunião em que se discutiu o Conselho da República, estava entre eles o destaque, todos com o mesmo número ES-26907-1, mas era o sexto, o Destaque nº 7328, de Nelson Carneiro. Existiam duas emendas: uma, do eminente Constituinte Egidio Ferreira Lima; e outra, de minha autoria. Para que fosse votada a Emenda Egidio Ferreira Lima, autorizei o nobre Constituinte Antônio Britto para, em meu nome, com minha autorização, retirar a minha emenda. E isso foi feito. Foi feito e estive com V. Ex.<sup>a</sup> na Presidência para verificar se seria possível reapresentá-la. V. Ex.<sup>a</sup> disse-me que não era possível, porque aquela emenda já havia sido retirada. Mas, anteontem surgiu uma hipótese: algumas Lideranças pleitearam que se incluísse um texto do art. 57 ou 58, que já havia sido votado, de autoria do nobre Constituinte Oscar Corrêa, para retirar a expressão “o sistema parlamentar de Governo”. Então, era natural que se reapresentasse não aquela emenda destacada, que tinha sido retirada, mas a emenda original que continha todo o texto, que era a de nº 1381.

De modo que, Sr. Presidente não quero deixar nesta Casa – velho que aqui estou há 36 anos – o carão que me passou o Sub-Relator Adolfo Oliveira. Não quero deixar o carão, Sr. Presidente, porque já estou na idade de não praticar pecados veniais que se convertem em pecados mortais. E porque não os pratiquei, quero dizer que, se alguém nesta Casa com a devida vênia, merece críticas nesse episódio não sou eu, quem criticou ontem o nobre Deputado Adolfo Oliveira foi o nobre Deputado Vivaldo Barbosa. O mal exemplo, Sr. Presidente, não foi dado por mim. Tenho consciência de ter agido corretamente. (**Muito bem!**)

**O SR. CONSTITUINTE ADOLFO OLIVEIRA:** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Adolfo Oliveira.

**O SR. CONSTITUINTE ADOLFO OLIVEIRA:** – Sr. Presidente, V. Ex.<sup>a</sup> vai-me perdoar e a Casa também, estou certo, porque quero falar também na qualidade de eleitor do Senador Constituinte Nelson Carneiro. O Constituinte Nelson Carneiro é uma legenda gloriosa deste País. O seu modesto eleitor e antigo colega do Congresso Nacional jamais teria como objetivo qualquer tipo de censura ou de crítica à proposição do eminentíssimo Parlamentar.

Sr. Presidente, entendo que o assunto está duplamente vencido; ao receber o voto soberano da Comissão de Sistematização, no seu plenário, foi consagrada a tese sustentada e defendida pelo grande Constituinte do meu Estado. Razão por que quero deixar aqui assinalado que, se as minhas expressões não foram felizes, se elas, de qualquer maneira, feriram a sensibilidade daquele que sempre foi um grande amigo, um grande companheiro de lutas cívicas, de resistência democrática neste País e que enche de orgulho a população do Estado do Rio de Janeiro, pelo elevadíssimo teor de sua representação no Senado Federal e na Assembléia Nacional Constituinte, eu, publicamente, peço-lhe escusas, não foi esse o meu propósito, foi apenas o de ressaltar que eu, pessoalmente, não concordava com o reexame de assuntos que já tinham sido deixados para trás.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Acho que o Constituinte Nelson Carneiro ouviu V. Ex.<sup>a</sup> e recebeu as escusas apresentadas. Eu também tenho parte no assunto, porque endosseï as palavras do Relator. O nobre Constituinte Nelson Carneiro sabe exatamente a que me referia.

Em primeiro lugar, havia a determinação – e S. Ex.<sup>a</sup>, com muita fidelidade, reproduziu o nosso diálogo – de que os artigos já votados não voltariam a ser cogitados para novas votações. V. Ex.<sup>a</sup>, muito elegantemente, retirou a matéria. Surpreendeu-me quando voltou a ela. Deu as explicações agora, e eu as acolho com a maior boa vontade, naturalmente.

Insisto, porém, que pelo menos o destaque referente à segunda matéria, votada logo após a de V. Ex.<sup>a</sup>, era absolutamente irregular, pois, inclusive, já tinha implicado a aprovação de um texto. Havíamos aprovado um texto e voltamos a ele, para ter de, outra vez, excluir uma expressão que, no final, significava a eliminação total do dispositivo, quando ele havia sido eliminado apenas parcialmente. Ora, se a Casa aceitou eliminar parcialmente é porque aprovou o restante da redação. Eu não poderia voltar a matéria à consideração da Casa.

Também eu junto as minhas palavras às do Constituinte Adolfo Oliveira.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ SERRA:** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra o Constituinte José Serra, pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ SERRA:** – Sr. Presidente, dado que a pauta de discussão de hoje não parece grande nem o número de destaques a serem aqui discutidos e votados, consulto a V. Ex.<sup>a</sup> sobre a possibilidade de concluirmos o Título de ontem, que teve interrompida a votação dos destaques a partir do art. 145. E uma das causas foi exatamente o art. 119, que voltamos a examinar. São questões importantes que ficaram sem ser discutidas, inclusive muitos destaques de relevância, sejam supressivos, sejam substitutivos.

Então, me permitiria consultar a V. Ex.<sup>a</sup>, dada a aparente folga de tempo que poderíamos ter hoje, sobre a hipótese de concluirmos esse Título, que poderá, inclusive, ser feito depois da votação do Título V, para que não transferisse o atraso do Título IV para o Título V. Esta-

ríamos, de alguma maneira, cobertos com relação a essa possibilidade se deixássemos para o final? Faço a consulta a V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Devo, em resposta a V. Ex.<sup>a</sup>, dizer que ontem, ao fim da reunião, eu, exatamente porque pretendi salvar parte desse material, que também reputo, como V. Ex.<sup>a</sup>, importante, e que deveria ser objeto de nossa votação, convoquei os Srs. Líderes à Mesa. E o consenso das Lideranças foi no sentido de que tínhamos que cumprir exatamente o decurso de prazo estabelecido. O prazo estabelecido até ontem era para votação do Capítulo IV e encerrava-se, portanto, ontem. E que eu ainda prolonguei; proroguei a reunião de ofício até 21 horas praticamente, que era a hora que a Sessão da Câmara deveria começar. A decisão tomada foi considerar exatamente a matéria prejudicada, por não ter tido tempo de ser examinada. Reconheço, como V. Ex.<sup>a</sup>, que há matéria importante no bojo. Também discutimos a hipótese, que V. Ex.<sup>a</sup> levanta como última alternativa: de discutirmos, após a pauta de hoje, e regressarmos ao Capítulo IV. Também isso foi considerado inconveniente, porque estamos na ordem crescente dos Capítulos e não deveremos retornar. Agora mesmo V. Ex.<sup>a</sup> me ouviu dar uma resposta a uma questão de ordem do Constituinte Nelson Carneiro no mesmo sentido. Se começarmos a votar matéria e regredir para votar matéria já ultimada no prazo ou ultimada em aprovação ou rejeição, estaremos cometendo um precedente extremamente perigoso.

Em todo caso, a Mesa ainda estará, hoje pela manhã, aqui mais representada do que pela minha pessoa e levarei a opinião de V. Ex.<sup>a</sup> à Mesa.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ SERRA:** – Então, solicito a V. Ex.<sup>a</sup> que, em contato com as Lideranças, consulte sobre essa possibilidade, pois, se for feito no final, não se estará abrindo nenhum precedente, porque não estaremos invadindo o tempo do Título VI.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Não se engane V. Ex.<sup>a</sup>, e V. Ex.<sup>a</sup> disse muito bem, aparentemente a matéria de hoje é mais leve, mas é porque ela está começando a ser entregue...

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ SERRA:** – Estou levantando a hipótese porque ouvi de vários Constituintes aqui que o tema de hoje seria mais restrito.

Em todo caso, queria também deixar registrado que essa decisão, se for mantida pelas Lideranças, fixa um precedente essencial para os próximos dias, ou seja, em nenhum dos próximos dias a discussão de nenhum Título será prorrogada para qualquer outro dia.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – E até agora tem sido assim.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ SERRA:** – Creio que V. Ex.<sup>a</sup> poderia, talvez, em algum momento, fazer essa consulta para o caso do final dos trabalhos, caso haja, realmente, essa folga no tempo.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A opinião de V. Ex.<sup>a</sup> será devidamente considerada.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ SERRA:** – Muito obrigado.

**O SR. CONSTITUINTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Concedo a palavra ao Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva, para uma questão de ordem.

**O SR. CONSTITUINTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA:** – Sr. Presidente, desde o início do funcionamento da Comissão de Sistematização temos sido vítimas de al-

gumas acusações, enquanto Constituintes participantes da Comissão, e, ao mesmo tempo, temos sido vítimas de noticiários distorcidos. Poder-se-ia até imaginar que fosse apenas uma atitude de má-fé e de incompreensão, mas, a partir da semana passada, começou uma campanha articulada, uma campanha de angariação de fundos para tentar descaracterizar o trabalho da Comissão de Sistematização. Ontem, isso culminou com um encontro de empresários aqui em Brasília, que já estão, inclusive, saindo com propagandas pagas na televisão, para tentar descaracterizar aquilo que foi aprovado na Comissão de Sistematização, principalmente no que diz respeito à questão da Ordem Econômica.

A minha questão de ordem é no sentido de que a Mesa, mais uma vez, conscientize a Presidência da Constituinte de que é necessário que haja a resposta articulada dos Constituintes, através da Comissão de Sistematização, para explicar à opinião pública o que foi aprovado até agora. Pelo menos alguns empresários têm dado declarações, inclusive o empresário Constituinte Albano Franco, que é Membro da Comissão de Sistematização, como Suplente, acaba de fazer uma matéria na revista **Veja**, onde, descaradamente, existem algumas mentiras ou inverdades colocadas na matéria que precisariam ser debatidas ou respondidas pela Comissão de Sistematização, senão a opinião pública ouviu apenas um lado, senão a opinião pública fica com a informação apenas daqueles que não querem que tal medida seja aprovada.

Então, peço a V. Ex.<sup>a</sup>, como Presidente, a criação de instrumento qualquer – uma conversa com o Dr. Ulysses Guimarães –, para que a Comissão de Sistematização possa explicar, através da própria Mesa, o que aconteceu aqui, o que foi aprovado com relação aos Direitos Sociais, principalmente na questão da estabilidade, na questão da redução da jornada de trabalho, no repouso da gestante, pois o que está sendo vendido pela imprensa é uma verdadeira falácia, uma mentira deslavada, que não explica nem de perto o que foi aqui aprovado. Se lermos os jornais de hoje, percebemos que a propaganda paga, feita pelos empresários, faz com que um trabalhador tente induzir o outro a não aceitar a estabilidade, porque, se aceitar o que está aprovado na Sistematização, significa que não vai mais garantir emprego para o filho do trabalhador. Ou seja, a garantia do emprego parte do pressuposto de que não deve haver estabilidade no emprego. É uma distorção do fato, uma distorção daquilo que foi aprovado e a Comissão de Sistematização e o Congresso Nacional Constituinte não podem ficar vulneráveis diante da má-fé de alguns segmentos da sociedade, principalmente de alguns empresários que estão tentando deturpar aquilo que foi aprovado na Comissão de Sistematização.

E nós também, pela imprensa, estamos acompanhando que o Dr. Ulysses Guimarães vai utilizar o rádio e a televisão, em cadeia nacional, para explicar... É importante dizer que não basta o Dr. Ulysses Guimarães, é preciso que as forças políticas representadas nesta Constituinte, na Comissão de Sistematização, todos os Partidos políticos tenham o direito de utilizar esses programas de televisão, para colocar o que o seu Partido pensa sobre o que acontece aqui, porque, se a pessoa que for falar não gozar de credibilidade perante a opinião pública neste instante da História, possivelmente a fala do Dr. Ulysses Guimarães poderá soar como um desastre, como soou a fala do Presidente José Sarney. Ou seja, quando o homem vai perdendo a credibilidade e tenta justificar determinadas coisas, é melhor ficar quieto.

Portanto, peço a V. Ex.<sup>a</sup>, como Presidente da Comissão, pondere ao Dr. Ulysses Guimarães no sentido de que esse programa de televisão não seja um programa feito apenas por um homem ou por um Partido político, mas que dele participem todos os Partidos políticos que integram o Congresso Nacional Constituinte.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** –

Tem razão V. Ex.<sup>a</sup>, naturalmente, no que já expõe. E sabe bem o Constituinte Lula que esta matéria já tem sido versada aqui algumas vezes. Há um aspecto novo na sua colocação, que será levada ao Presidente Ulysses Guimarães.

Devo apenas dar-lhe uma informação, se é que ainda não a possui, de que os encarregados desses cinco minutos do **Diário da Constituinte** têm procurado Constituintes de diversas facções políticas, exatamente para que cada um deles faça a defesa do trabalho da Comissão de Sistematização. Ontem, por exemplo, fui procurado, em nome da organização que é encarregada desse trabalho, para dizer também alguma coisa a respeito do trabalho que estamos realizando aqui.

Acho que isto permite o rodízio entre nós desde logo. Quanto à rede de televisão, vou levar a opinião de V. Ex.<sup>a</sup> ao Presidente da Constituinte. **(Pausa)**

#### IV – ORDEM DO DIA

##### VOTAÇÃO DO PROJETO DE CONSTITUIÇÃO TÍTULO V, (início)

**Destaque nº 000870–87 – Emenda nº ES–27563–1, do Sr. Haroldo Lima, "que suprime o art. 182 e seus parágrafos, do Substitutivo 1 (art. 152, do Título V, Capítulo I, Seção I, do Substitutivo 2)". (359ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Há requerimento de preferência sobre a mesa, nos termos regimentais, para a votação do Destaque nº 0870, de autoria do Constituinte Haroldo Lima.

Os Srs. Constituintes que estão de acordo com a preferência queiram permanecer sentados. **(Pausa)**

Fica concedida a preferência.

Tem a palavra o Sr. Constituinte Haroldo Lima, que propõe a supressão da Seção I do Capítulo I do Título V, que dispõe sobre o estado de defesa.

**O SR. CONSTITUINTE HAROLD LIMA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Conforme foi anunciado, o meu destaque refere-se à supressão do estado de defesa do Substitutivo proposto.

Na verdade, Srs. Constituintes, esse estado de defesa insere-se numa linha que data na história das Constituições brasileiras, no Capítulo chamado Da Defesa do Estado. Em 1937, essa questão foi inserida na Constituição pela primeira vez, com o título Do Estado de Emergência. Até então, na história das Constituições brasileiras não existia a temática da emergência, do estado de emergência ou de medidas de emergência. Existia, sim, o estado de sítio. Em 1937, o art. 166 da Constituição desse ano é que introduziu o conceito de estado de emergência, acentuando aquilo que seria característica desse tipo de situação. Ao se decretar esse estado, dever-se-ão estabelecer as medidas coercitivas que vigorarão durante a sua execução. Essas medidas eram as indicadas: a detenção em edifício ou local não destinado a réus comuns; a privação da liberdade de ir e vir; a censura de correspondências e comunicações; a suspensão da liberdade de reunião e a busca e apreensão em domicílios. Estas eram as medidas previstas para a decretação do estado de emergência em 1937. A Constituinte de 1946 suprimiu o estado de emergência. A Constituição de 1967, outorgada pelo regime militar, também manteve a supressão do estado de emergência. Em 1978, através da Emenda de nº 11, a chamada Constituição de 1979 vai reincorporar aquilo que em 1937 havia surgido, que é o estado de emergência, e vai ampliar. Acrescentam-se, ao lado do estado de emergência, também as medidas de emergência. E aí ficaram na Constituição de 79 o estado de emergência, as medidas de emergência e o estado de sítio. Essas três situações



guardam entre si certa unanimidade básica, porque todas prevêem a possibilidade de se empregar, dependendo da situação, algumas das medidas coercitivas relacionadas no art. 156, § 2º, da Constituição de 79, que são as seguintes: obrigação de residência ou local determinado, detenção em edifícios ou locais não destinados a réus comuns, busca e apreensão em domicílio, suspensão de liberdade de reunião ou de associação, intervenção em entidades – e isto é novidade, não existia em 37, passou a existir em 1979 –, a possibilidade de se intervir em entidades, a censura à correspondência e telecomunicação – tudo isso existia em 37 – e mais uma novidade: o uso temporário de bens de autarquias e empresas públicas. Então, o estado de emergência que passou a vigorar em 1979 é o mesmo que existia, basicamente em 1937, com dois acréscimos, como acabei de relacionar. As diferenças fundamentais nessas três situações – é bom que se diga – são diferenças sutis. São as seguintes: as medidas de emergência devem ser decretadas por um prazo máximo de 60 dias, prorrogável; o estado de emergência pode ser decretado; o decreto estabelecerá o tempo de duração, a região e as medidas, ou seja, o tempo não é fixado; e o estado de sítio, salvo nos casos de guerra, terá um limite de 180 dias, também prorrogável.

Srs. Constituintes, como se vê, a diferença entre estado de emergência e medidas de emergência na história das Constituições brasileiras é a questão de se escolher das sete medidas coercitivas previstas quais serão aquelas aplicadas, podendo ser todas. Também em se estabelecer qual o tempo de prevalência da dita situação, da medida de emergência ou do estado de emergência.

O Substitutivo atual retoma essa linha de desenvolvimento do pensamento da chamada defesa de Estado do Brasil. Também trabalha com estes três fatores básicos: o tempo em que vai vigorar essa medida excepcional, a região que vai ser afetada e quais são as medidas, anulando, também, as medidas que poderão existir. Assim, retomam-se todas as medidas que começaram a ser relacionadas em 1937, aduzem-se as que foram acrescentadas em 1979 e mais uma que não existia até então, a requisição de bens.

Então, as medidas que estão relacionadas como podendo prevalecer pelo Substitutivo são todas aquelas que citei e mais estas.

Ora, há também um parágrafo único muito curioso no Substitutivo, aquele que prevê que entre as restrições não está a difusão de pronunciamentos de Parlamentares, desde que sejam efetuados nas Casas Legislativas e que sejam aprovados pelas Mesas.

Por conseguinte, também isto não existia na Constituição de 1937, a "Polaca", nem mesmo, literalmente, na Constituição de 1979.

Sr. Presidente, há um jogo de nomes nessa doutrina constitucional brasileira a respeito da defesa do Estado.

Em 1937, não havia estado de sítio – na "Polaca" a figura do estado de sítio inexistia, havendo apenas o estado de emergência e o estado de guerra; na de 1946, não havia o estado de emergência, ocorrendo o estado de sítio, sem medidas de emergência; na de 1967, não existia o estado de emergência, mas havia o estado de sítio; na de 1969 – a mais abrangente – havia o estado de emergência, medidas de emergência e estado de sítio. No Substitutivo que estamos discutindo, existe o estado de defesa, que, até então, com esse nome inexistia, e existe o estado de sítio.

Pelo que expus, o estado de defesa proposto no Substitutivo tem a mesma filosofia, a mesma compreensão e a mesma concretude das medidas do estado de emergência proposto. Daí porque, penso eu, Sr. Presidente, sem nenhum prejuízo da defesa do Estado democrático brasileiro, poderíamos ficar com a tradição que vem de 1946: permanecer o estado de sítio e retirar o estado de defesa,

que é a ressurreição do estado de emergência e das medidas de emergência. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Para encaminhar contra, tem a palavra o Constituinte Egídio Ferreira Lima.

**O SR. CONSTITUINTE EGÍDIO FERREIRA LIMA:** – Sr. Presidente, Srs. Membros da Comissão de Sistematização, já disse, em outra oportunidade, que o Estado não é estranho à sociedade, o Estado é a projeção da sociedade. O Estado é concebido em favor e como instrumento de operação e do disciplinamento da vida social. O Estado precisa ter suas defesas e mecanismos que assegurem a sua permanência em favor e pela sociedade.

Ora, eu concordaria com a exposição do Constituinte Haroldo Lima se o projeto de Constituição tivesse optado ou estabelecido no estado de sítio, como fez a Constituição de 1946, as duas hipóteses: o estado de sítio abrangente e o estado de sítio limitado. Mas a nossa Constituição, como outras, e me lembro claramente do exemplo da Constituição da Espanha, estabelece, ao lado do estado de sítio, o estado de alarme. Constata-se no Projeto um grande avanço. O Projeto, por exemplo, não estabeleceu a pena de banimento; o Projeto proíbe a incomunicabilidade do preso no estado de defesa ou no estado de sítio. As duas medidas são precisas. Pessoalmente, se tivesse redigido o Capítulo, por questão didática e até para enxugar a Constituição, eu teria preferido, num só Capítulo, e só com a denominação de estado de sítio, seguir a linha doutrinária, mecânica, da Constituição de 1946. Não cometeu qualquer erro o Relator Bernardo Cabral ao fazer opção pelas duas hipóteses: a menor e a maior. Se o caso é mais grave, mais extensivo, se atende a todo o País, o estado de sítio. E há até uma virtude nessa opção, porque o estado de sítio é sempre traumático, e, se a questão é localizada, temos o estado de defesa. Não devemos ter medo desse nome, devemos tirar a maldição que a ditadura pôs sobre a palavra "defesa do Estado", devemos, de uma vez por todas, esquecer os danos e as marcas que em cada um, na sociedade, deixou o regime autoritário. Só assim conseguiremos a paz, a harmonia de todos e a convergência no sentido do bem.

O estado de defesa, como aqui se encontra disciplinado, é democrático, preciso e indispensável à defesa do Estado, que, em última análise, significa a defesa e a proteção da sociedade. As duas hipóteses – a abrangente, o estado de sítio, e a restrita, o estado de defesa – são perfeitamente democráticas e perfeitamente ajustáveis à situação nacional, sobretudo em um País com a extensão do nosso.

Vamos admitir que no Estado do Relator, o Amazonas, surtisse uma problemática séria, sem nenhuma repercussão concreta e objetiva sobre os demais Estados. Não seria correto decretar o estado de sítio e deixar uma problemática localizada ao Amazonas. Daí o estado de defesa muito bem traçado, muito bem desenhado e conforme o estado de direito e a democracia que queremos edificar. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra o Sr. Relator-Geral Bernardo Cabral.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o eminente Constituinte Haroldo Lima, ao criticar o estado de defesa, se esqueceu do outro lado, deste lado que muito bem ressaltou o Constituinte Egídio Ferreira Lima, quando faz o paralelo entre o estado de defesa, o estado de sítio, lembrando que na Constituição de 46 o estado de sítio era abrangente, como também era limitado.

Cabe ressaltar a esta Comissão que no estado de defesa, quando em sua vigência, a prisão por crime contra o Estado, § 4º do art. 152, será comunicada imediatamente ao juiz competente, que a relaxará, se ela não for

legal. Quando não fosse esta uma das conquistas, o § 5º e expresse quando diz:

"Decretado o estado de defesa ou sua prorrogação, o Presidente da República, dentro de 24 horas, submeterá o ato com a respectiva justificação ao Congresso Nacional."

Ora, Srs. Constituintes, o dono absoluto da justeza da medida a esta Casa. Não fica ao alvedrio, ao alvitre, ao desejo, pura e simplesmente, do que queira o Presidente da República. O que não se pode deixar a de dar garantias. Não importa o que houve no passado, temos que nos fixar no presente, tomando como ponto de partida para o futuro o Estado sem um órgão de defesa.

Ademais, Sr. Presidente, o Substitutivo foi muito claro no seu art. 8º, quando diz que, "se o Congresso não aprovar o ato, cessa imediatamente o estado de defesa".

Conseqüentemente, Sr. Presidente, não há como se dar suporte para acolher a Emenda Haroldo Lima.

Por estas razões, a Relatoria votará contrariamente, ficando o texto, na esteira da argumentação do nobre Constituinte Egídio Ferreira Lima.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** — Em votação.

#### (Precede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Carlos Mosconi, Cristina Tavares, Haroldo Sabóia, João Herrmann Nato, Nelson Friedrich, Antonio Mariz, Jorge Hage, Octávio Elísio, Vilson Souza, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Sigmaringa Seixas, José Mauricio, Lysâneas Maciel, Luiz Salomão, Luiz Inácio Lula da Silva, José Genoíno, Haroldo Lima, Roberto Freire e Jamil Haddad. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Antônio Britto, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Carlos Sant'Anna, Celso Dourado, Egídio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Henrique Cardoso, João Calmon, José Fogaça, José Richa, Manoel Moreira, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Délio Braz, Euclides Scalco, João Agripino, José Tavares, Nilson Gibson, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Edme Tavares, José Lourenço, Francisco Dornelles, José Jorge, José Lins, José Santana de Vasconcellos, Luís Eduardo, Marcondes Gadelha, Oscar Corrêa, Paulo Pimentel, Enoc Vieira, Jofran Frejat, Jonas Pinheiro, José Tinoco, Mozarildo Cavalcanti, Ricardo Izar, Valmir Campelo, Antônio Carlos Konder Reis, Gerson Peres, Jarbas Passarinho, Bonifácio de Andrada, Francisco Rossi, Joaquim Bevilacqua, Sólton Borges dos Reis, Adolfo Oliveira e Siqueira Campos.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** — A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 22 Constituintes; votaram NÃO 47 Constituintes. Total: 69 votos. O Destaque foi **rejeitado**.

**O SR. CONSTITUINTE RAIMUNDO BEZERRA:** — Sr. Presidente, pego a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** — Tem a palavra, pela ordem, o Sr. Constituinte Raimundo Bezerra.

**O SR. CONSTITUINTE RAIMUNDO BEZERRA:** — Sr. Presidente, fatos estarem acontecendo em nosso País, e apesar de o momento talvez não ser o mais oportuno, porque nos encontramos em pleno curso da reunião da Comissão de Sistematização, a importância do que vou relatar talvez possa contar com a benevolência de V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Presidente, dando-me condições de denunciar essa ação de verdadeira desobediência civil que está sendo cometida pela Autolatina, quando desafia o controle de preços.

Sr. Presidente, uma multinacional, alegando um protocolo assinado em abril, com o ex-Ministro Dilson Funaro, esquecendo-se de que depois disso tivemos um choque heterodoxo, o Plano Bresser, que revogou todas as ações de

ordem financeira até então, vigentes; esquecendo isso, desafiando o Governo, num verdadeiro ato de desobediência civil, coloca os preços de seus produtos, ao seu bel-sabor, não aceitando aquilo que foi determinado pelo órgão competente que é o Ministério da Fazenda.

Talvez, Sr. Presidente, pela primeira vez na História do Brasil, desde o Brasil Império, fato de tal gravidade está acontecendo, e por isso que denuncio, neste momento, essa irresponsabilidade e conclamo todos os Parlamentares, todos os Constituintes, independente de Partidos, a darem apoio unânime ao Senhor Presidente da República, para que Sua Excelência tenha força suficiente para tomar a atitude que o caso requer, até a intervenção, convocar as Forças Armadas, porque esse é um ato de agressão patente à soberania nacional; uma desobediência civil caracterizada pela divulgação, hoje, através de todos os órgãos de imprensa do País, que merece realmente que uma atitude forte seja tomada e, talvez, o caminho mais apropriado seja a intervenção com o apoio desta Casa.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** — As declarações de V. Ex.<sup>a</sup> constarão dos Anais.

**Destaque nº 001027-87 – Emenda nº ES-23230-4, do Sr. Vilson Souza, "que suprime os parágrafos 5º e 6º do artigo 182, do Substitutivo 1 (artigo 152, parágrafo 5º e 6º, do Substitutivo 2)". (360ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Sobre a mesa, requerimento de preferência:

"Requeiro, nos termos regimentais, preferência para a votação do Destaque nº 1027, de autoria do Constituinte Vilson Souza."

Os Srs. Constituintes que o aprovam queiram permanecer sentados. **(Pausa)**

Aprovado.

Em votação o Destaque nº 1027, de autoria do Constituinte Vilson Souza, com referência à Emenda nº 23230, do próprio autor do destaque. Esta Emenda é substitutiva do art. 152, **caput**.

Tem a palavra o Constituinte Vilson Souza.

**O SR. CONSTITUINTE VILSON SOUZA:** — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, o art. 152 do Substitutivo ora em votação, confere ao Presidente da República poderes discricionários para decretar o estado de defesa, um controle a **posterior** pelo Congresso Nacional.

A minha emenda visa submeter ao controle prévio do Congresso Nacional a decretação do estado de defesa. E mais: desloca a manifestação, também prévia, do Conselho de Defesa Nacional, que é uma entidade organizada e composta por representantes militares e do Governo, para o Conselho da República, que é o órgão superior de consulta do Presidente da República.

O que está em discussão aqui, Sr. Presidente, é a democratização da decretação do estado de defesa. Temos que levar em consideração que, com a decretação desta medida excepcional, serão restritas e suspensas as garantias constitucionais, garantias que nós, neste processo constituinte, através da manifestação livre, clara, cristalina e soberana da sociedade, outorgamos aos cidadãos. Não podemos permitir que o indivíduo, ainda que legitimado pela escolha popular, possa sobrepor-se à representação da sociedade na decretação dessas medidas excepcionais.

Lembro que pouquíssimas Constituições do Mundo prevêem a figura do estado de defesa. A maioria prevê o estado de sítio, que será decretado ou pelo Chefe de Estado

ou pelo Chefe de Governo, mas sempre mediante a prévia audiência e autorização do órgão de representação nacional.

Por isso, Srs. Constituintes, há necessidade, aqui, de colocarmos como fulcro da nossa decisão a questão democrática e deve ficar bem claro, e está claro na nossa lembrança, o abuso que se cometeu com essas medidas de defesa, medidas excepcionais no processo de votação da Emenda Dante de Oliveira, quando, sem que nenhum dos pressupostos constitucionais se houvesse caracterizado, o Presidente João Figueiredo decretou medidas de emergência, praticamente, suspendendo toda a comunicação, todo contato de Brasília com o resto do País quando se votava uma das mais importantes medidas constitucionais para a efetivação do processo democrático do Brasil.

Portanto, como ato de soberania, como ato de maturidade desta Casa, há necessidade de que a Assembléia Nacional Constituinte atribua ao Congresso Nacional os poderes para manifestação prévia sobre a decretação do estado de defesa.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** — Para encaminhar contrariamente, tem a palavra o Constituinte Nelson Jobim.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON JOBIM:** — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, pretende a emenda do eminente Constituinte Vilson Souza alterar o **caput** do art. 152 para fazer com que o ato da decretação do estado de defesa dependa de prévia aprovação do Congresso Nacional.

O eminente Relator havia colocado que o estado de defesa seria decretado pelo Presidente da República, por solicitação do Primeiro-Ministro, ouvido o Conselho de Segurança Nacional.

Devemos lembrar, primeiramente, que, em face da aprovação da emenda do eminente Constituinte Senador Nelson Carneiro, esse poder foi transferido, no lugar próprio, para o Conselho da República, portanto, o texto atual do Relator, tendo em vista aquela aprovação do Constituinte Nelson Carneiro, o Presidente da República só pode decretar o estado de defesa por solicitação do Primeiro-Ministro, ouvido o Conselho da República e, depois, submeterá o ato ao Congresso Nacional.

A emenda do eminente Constituinte Vilson Souza tem um problema muito sério. O estado de defesa destina-se, basicamente, a restabelecer, em locais determinados e restritos, a ordem pública e a paz social ameaçadas por grave e iminentes instabilidade institucional ou atingidas por calamidades naturais de grandes proporções.

Chamaria a atenção para o fato de que o estado de defesa tem um ambiente restrito de atuação. Os pressupostos fáticos para a decretação do estado de defesa não coincidem, de forma alguma, com os pressupostos fáticos para a decretação do estado de sítio.

Estamos nós, neste Capítulo, trabalhando com aquilo que se chama Sistema Constitucional das Crises, ou seja, são as formas constitucionais dos tratamentos das crises institucionais. Não podemos estabelecer esta inversão da ordem por uma razão muito simples: o estado de defesa se destina, por exemplo, determinar ou restabelecer a ordem em locais atingidos por calamidades naturais de grandes proporções. Decretado o estado de defesa, o Presidente da República remeterá, em 24 horas, ao Congresso e submeterá a ele a ratificação desse estado de defesa.

Ora, se estamos perante uma situação de grave crise institucional em determinado local da República, decorrente de calamidade pública, e se vamos esperar, aguardar a decisão do Congresso Nacional, para o qual, evidentemente, não há prazo algum para que aprove o estado de sítio, como, também, não há nenhum prazo para o Con-

gresso referendar o estado de defesa, estaríamos submetendo o estado de defesa pensando, equivocadamente, que as situações de crise, situações institucionais de calamidade pública, aguardam a decisão do Congresso Nacional, que poderá demorar muito tempo.

Então, me parece perfeitamente legítima a pretensão estabelecida no substitutivo, que estabelece, claramente, que, decretado o estado de defesa, o Presidente da República o submeterá ao Congresso Nacional, 24 horas após. E vejam V. Ex.<sup>as</sup>: este estado de defesa é solicitado pelo Primeiro-Ministro e é ouvido, previamente, o Conselho da República, do qual participam Membros representativos desta Casa. Ou seja, o estado de defesa destina-se a ambientes restritos, destina-se a situações emergenciais de momento, em locais determinados. Se invertermos a ordem, isto é, o Presidente da República solicitar previamente ao Congresso, vai-se determinar algo muito sério, que é a impossibilidade da ação imediata, rápida e eficaz do Estado na preservação da ordem naquele local.

Queria chamar a atenção dos eminentes Constituintes, este Capítulo do Sistema Constitucional das Crises nasceu no Direito Constitucional por uma situação muito simples e muito clara. Precisamos de instrumentos como estes para as hipóteses de crise, porque, se a Constituição não tiver o estado de defesa ou o estado de sítio, se não tiver estes instrumentos constitucionais de preservação e intervenção imediata nas crises, estaremos empurrando o Estado para a ilegalidade. O fato da crise institucional independe das regras constitucionais. Se não houver instrumentais que possibilitem a eficaz intervenção do Estado perante esses fatos, estaremos, necessariamente, jogando o Poder Executivo na ilegalidade, porque é dever do Executivo, perante a Nação e o povo, preservar a ordem pública.

Era isto, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** — Tem a palavra o Sr. Constituinte José Genoíno.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, estou falando a favor da Emenda Vilson Souza, em primeiro lugar, porque concordo com ela, e, em segundo, porque teremos dois oradores contra, e para que a emenda não seja prejudicada com duas argumentações contra e apenas um argumento a favor, estou aqui para defender a Emenda Vilson Souza.

Sr. Presidente, há um problema que não foi respondido na argumentação contrária à emenda do nobre Companheiro Vilson Souza. A decretação do estado de defesa se insere no modelo de Constituição que está no Substitutivo II, que é a base do Título V, que são exatamente os mecanismos coercitivos do Estado para colocar-se ele diante das crises institucionais. Não estamos aqui discutindo estado de defesa para calamidade pública. Estamos discutindo estado de defesa como a medida preliminar ao estado de sítio, a se antepor a determinadas crises institucionais ou para enfrentá-las.

É óbvio e é evidente que, pela natureza do Estado — e aqui não tenho uma visão idílica do Estado, nem que ele seja um ente indefinido e incolor, muito pelo contrário, é um ente muito definido e tem uma cor muito definida — a decretação dessas medidas coercitivas — e aqui apoiamos a emenda do nobre Constituinte Haroldo Lima, que suprimiu o estado de defesa, e trabalharíamos com o estado de sítio, em situações internas e externas — é necessário que nessas medidas coercitivas do Estado se coloquem determinadas precauções, se coloquem determinados mecanismos para diminuir, para atenuar a evidência natural de que com a decretação de uma medida coercitiva o poder arbitrário do Estado inerente à sua condição de Estado não ultrapasse a determinados limites que firam as liberdades públicas e as liberdades individuais.

Por isto que, quando o Constituinte Vilson Souza propõe que o Congresso Nacional seja ouvido, após a decretação do estado de defesa, é uma medida cautelar, é uma medida que busca estabelecer, em outra instância dos Poderes da República, a decretação desse estado de defesa, na medida em que o estado de defesa tem implicação, tem incidência, tem uma decorrência, senão não adianta colocar estado de defesa, a não ser que queiramos colocar o estado de defesa e banalizá-lo.

Por isto, era necessário que o Congresso Nacional, que é outro Poder, diante de uma iniciativa do Poder Executivo, este Congresso Nacional dê o seu aval, dê a sua aprovação, seja ouvido nas condições do estado de defesa. É importante essa questão de relação do Congresso Nacional com essas medidas coercitivas no período de crise. Várias vezes o Congresso Nacional é citado no Capítulo que trata do estado de defesa. Eu mesmo tenho uma emenda sobre isso, logo em seguida. Não adianta colocar o Congresso Nacional como uma peça figurativa, não adianta colocar o Congresso Nacional como um órgão apenas legitimador, na medida em que suas decisões não terão efeito contra a possibilidade ou a necessidade da decretação desse estado de defesa pode, inclusive, o estado de defesa, nas condições postas, aí, ser decretado pelo Congresso Nacional.

Concluindo, Sr. Presidente, está-se colocando um poder muito forte na mão do Poder Executivo e o Congresso Nacional não pode dar a sua contrapartida. Por isto que a Emenda Vilson Souza cria essa precaução, estabelece outro mecanismo, outro Poder para esse juízo, para essa avaliação. Por isso que apóio a Emenda Vilson Souza.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. **(Muito bem!)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra, para encaminhar contra, o nobre Constituinte Marcondes Gadelha.

**O SR. CONSTITUINTE MARCONDES GADELHA:** – Sr. Presidente, nobres Srs. Constituintes, a diferença entre as propostas do nobre Constituinte Vilson Souza e o texto do Relator está em que a Emenda Vilson Souza exige que o decreto do estado de defesa seja submetido, previamente, à autorização do Congresso Nacional. No mais, os dois textos seguem rigorosamente iguais, ou seja, quanto aos objetivos de prontamente restabelecer em locais determinados e restritos a ordem pública ou a paz social ameaçadas por grave e iminente instabilidade institucional ou atingidas por calamidades naturais de grandes proporções.

Sr. Presidente, eu poderia concordar com o Constituinte Vilson Souza em submeter previamente ao Congresso Nacional a decretação do estado de defesa, se também uma calamidade pública esperasse por uma decisão do Congresso Nacional para se instalar, se uma enchente ou um terremoto pedissem licença ao Congresso Nacional e aguardassem, pacientemente, a decisão dos membros do Poder Legislativo para começar a produzir os seus efeitos devastadores, colocar milhares ao desabrigo, instalar a fome, a insegurança ou a intranquilidade.

Assim, Sr. Presidente, peca, já de saída, o texto Vilson Souza, no que diz respeito às calamidades públicas, mas também à grave e eminente ameaça de desordem institucional, eis que os focos de insurgência também não esperam por decisão do Congresso Nacional para prosseguir com as suas ações.

Se essas circunstâncias excepcionais geradas por propósitos de desestabilização institucional aguardassem elegantemente, com toda **noblesse**, por uma decisão do Congresso Nacional, aí, então, evidentemente, caberia esta parcimônia excessiva que vai muito além daquela que já é extraordinariamente, desmesuradamente colocada pelo nobre Relator, unguido do melhor espírito democrático.

Sr. Presidente, tenhamos a hombridade de colocar o problema em termos: ou o Estado necessita desse mecanismo de estado de defesa ou ele não necessita. E evidente que todos os organismos complexos, até mesmo seres vivos de escala inferior, têm dispositivos automáticos de defesa contra agressões do meio ambiente ou contra desordens intestinais, e toda a estrutura complexa só pode evoluir e só pode progredir se tiver ínsitos, na sua própria Constituição, esses mecanismos, esses automatismos de defesa contra focos incipientes de desordem e desestabilização.

Ainda assim, Sr. Presidente, foi extremamente cauteloso o Relator. E quero deixar mais claro um detalhe: é que o estado de defesa é decretado pelo Presidente da República a pedido do Primeiro-Ministro, que, por suposto em um regime parlamentarista, é responsável, contínua, diuturna e permanentemente, perante este Congresso Nacional. Se S. Ex.<sup>a</sup> extrapolar, exorbitar na avaliação de que seja o quadro conjuntural, ao solicitar, ele estará sendo responsabilizado mais adiante pelo Congresso Nacional. Há que se confiar no Congresso Nacional, há que se confiar no Presidente da República, há que se confiar no Primeiro-Ministro, há que se confiar, sobretudo, nos desígnios da democracia e apostar nela, Sr. Presidente.

Por esta razão, peço a manutenção do texto do Relator.

**O SR. CONSTITUINTE EGÍDIO FERREIRA LIMA:** – Sr. Presidente, me releve a impertinência, mas eu gostaria, em uma questão de ordem, de fazer uma sugestão ao Relator, para melhor entendimento do Plenário.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Só faço um reparo a V. Ex.<sup>a</sup>: jamais o considere impertinente. V. Ex.<sup>a</sup> pode dirigir-se ao Relator.

**O SR. CONSTITUINTE EGÍDIO FERREIRA LIMA:** – Sr. Presidente, Sr. Relator, o texto se acha bem redigido e em boa técnica, mas, se houver inversão da ordem na frase, ele ficará mais claro; da maneira em que se encontra redigido, exige um pouco de atenção, para que se perceba seu alcance. A inversão o tornará absolutamente claro. O advérbio "quando", seguido das condições que levam à decretação do estado de defesa, colocado nessa ordem, deixa uma dúvida; só seria ouvido o Congresso nessas condições. Haveria outro decreto de estado de defesa, que prescindiria dessas condições. Então, qual é concretamente a sugestão? O artigo ficaria assim redigido:

"Quando for necessário preservar ou prontamente restabelecer, em locais determinados e restritos, a ordem pública ou a paz social ameaçadas por greves e iminente instabilidade institucional ou atingidas por calamidades naturais de grandes proporções, o Presidente da República poderá decretar, por solicitação do Primeiro-Ministro, e ouvido o Conselho da República, o estado de defesa, submetendo-o ao Congresso Nacional."

Ficaria perfeitamente claro e não induziria nenhuma dúvida de interpretação.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Concedo a palavra ao Relator Geral.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, inicialmente devo dizer ao Constituinte Egídio Ferreira Lima que acolho a sua sugestão para redação final, não há nenhum problema.

Eu não posso, Sr. Presidente, ainda que a sustentação feita pelo eminente Senador Constituinte Marcondes Gadelha, após a atuação do Constituinte Nelson Jobim, não posso deixar de registrar o equívoco do eminente Constituinte José Genoíno. S. Ex.<sup>a</sup> quer que este Congresso Nacional dê o seu aval a **priori**. Esta Casa não é uma Casa avalista. Esta Casa ou aprova ou recusa o ato do Presidente da República. Não poderia oferecer a S. Ex.<sup>a</sup>, como deseja o eminente Constituinte, dizendo que o estado de defesa

implica em medidas coercitivas – palavras textuais – e que, portanto, devem ser colocadas determinadas precauções.

Essas precauções estão todas alinhadas, a partir da prisão, que deve ser comunicada ao juiz, seguindo-se da aprovação ou não pelo Congresso Nacional.

Realmente, só tomo a presença do eminente Constituinte José Genoíno na tribuna para apoiar o nobre Constituinte Vilson Souza, de forma que deploro e sou obrigado a votar contra sua emenda.

Sr. Presidente, pela rejeição. O voto é “não”.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Em votação.

Solicito aos Srs. Constituintes tomem os seus lugares para se proceder à votação. (Pausa)

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Carlos Mosconi, Cristina Tavares, Haroldo Sabóia, Nelson Friedrich, Paulo Ramos, Sigmaringa Seixas, Antonio Mariz, Jorge Hage, Octávio Elísio, Vilson Souza, José Maurício, Lysâneas Maciel, Luiz Salomão, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Haroldo Lima, Roberto Freire e Jamil Haddad. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Antônio Britto, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Carlos Sant’Anna, Celso Dourado, Egídio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, João Herrmann Neto, José Fogaça, José Richa, José Ulisses de Oliveira, Manoel Moreira, Mário Lima, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nilson Gibson, Oswaldo Lima Filho, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Virgildásio de Senna, Chagas Rodrigues, Daso Coimbra, Euclides Scalco, José Tavares, Michel Temer, Roberto Brant, Alcení Guerra, Christóvam Chiaradia, Edme Tavares, Francisco Dornelles, Inocêncio Oliveira, José Jorge, José Lins, José Santana de Vasconcelos, Luís Eduardo, Marcondes Gadelha, Mário Assad, Oscar Corrêa, Paulo Pimentel, Ricardo Fiúza, Enoc Vieira, Furtado Leite, Jofran Frejat, Jonas Pinheiro, José Tinoco, Mozarildo Cavalcanti, Ricardo Izar, Valmir Campelo, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Gerson Pores, Jarbas Passarinho, Adylson Motta, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilácqua, Adolfo Oliveira e José Maria Eymael. **ABSTEVE-SE** de votar o Senhor Constituinte Miro Teixeira.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 20 Constituintes; votaram NÃO 58 Constituintes: absteve-se de votar 1 Constituinte. Total: 79 votos. O Destaque foi **rejeitado**.

**Destaque nº 000561-87 – Emenda nº 1P-06636-1, do Sr. José Genoíno, “que suprime, no § 7º do art. 236, a expressão: “sem prejuízo da validade dos atos lícitos praticados durante sua vigência”, do projeto de Constituição (art. 152, § 8º do Substitutivo nº 2)”. (361ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Em votação o requerimento de preferência para o Destaque nº 0561, de autoria do Constituinte José Genoíno.

Os Srs. Constituintes que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

O destaque de preferência é concedido.

Tem a palavra o Constituinte José Genoíno.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes:

Em primeiro lugar, deixo registrado que, na minha intervenção anterior, quando usei a palavra – aí estou-

me dirigindo ao nobre Relator – “avalista”, não significava só o Congresso dar o aval. Agora, apelo ao nobre Relator para aprovar minha emenda, que passo a ler.

O § 8º diz:

“Não aprovado o ato pelo Congresso Nacional, cessa imediatamente o estado de defesa, sem prejuízo da validade dos atos lícitos praticados durante a sua vigência.”

A minha emenda é exatamente suprimindo as expressões finais, passando a ter a seguinte redação:

“Não aprovado pelo Congresso Nacional, cessa imediatamente o estado de defesa.”

Esta emenda melhora o texto do estado de defesa, texto que eu propus suprimir. Portanto, fui derrotado na supressão do estado de defesa e agora estou tentando melhorar um texto que foi aprovado pela maioria, contra o meu voto. Considero que esta emenda é necessária. Por quê? Porque, se ficar o “sem prejuízo da validade dos atos lícitos, praticados durante a sua vigência”, em primeiro lugar é desnecessário, não há necessidade de se colocar isto aqui. E já que temos que “enxugar” o texto constitucional, vamos aproveitar a Comissão de Sistematização para aprovar algumas emendas, melhorando o processo de feitura do texto constitucional. Em segundo lugar, abre-se uma discussão sem critério, sem fronteiras, entre atos lícitos e atos ilícitos, na medida em que aqui não está colocado explicitamente “atos ilícitos”. Essa discussão vem desde a Subcomissão, onde havia só “atos” e se colocou a palavra “ilícitos”. É necessário agora suprimir toda a expressão, porque assim estamos configurando a plenitude da decisão do Congresso Nacional, pois, se “não aprovado pelo Congresso Nacional, cessa imediatamente o estado de defesa”. Não podemos colocar este acréscimo – por isso, estou propondo a supressão –, porque criaria uma situação esdrúxula, paradoxal, nos casos do “estado de defesa”. É mais ou menos a seguinte situação: o Congresso não aprova o estado de defesa, este cessa imediatamente. Por que é necessário colocar “sem prejuízo desses atos lícitos praticados durante o estado de defesa”? Por isto que, na medida em que o Congresso Nacional, e eu concordo inteiramente com as palavras do Relator, é uma Casa de decisão, ele aprova ou não aprova, vamos aprovar essa emenda, porque aí está qualificada a soberania da decisão do Congresso Nacional.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra, para encaminhar contra, o Constituinte Oswaldo Lima Filho.

**O SR. CONSTITUINTE OSWALDO LIMA FILHO:** – Sr. Presidente, Srs. Membros da Constituinte, não é sem constrangimento que venho negar apoio a uma iniciativa do ilustre Professor de História e vigilante Constituinte José Genoíno, em defesa das liberdades públicas. Todavia, parece-me que S. Ex.<sup>a</sup> se excedeu um pouco nessa emenda, e só por isto ela não tem aprovação. Vamos examinar, fria e logicamente, a aplicação do dispositivo.

Diz o § 8º do art. 152 do Projeto Bernardo Cabral – projeto, aliás, a que faço muitas ressalvas e muitos reparos, não neste caso:

“Não aprovado o ato pelo Congresso Nacional, cessa imediatamente o estado de defesa...”

E o trecho que o nobre Constituinte José Genoíno quer suprimir:

“Sem prejuízo da validade dos atos lícitos praticados durante a sua vigência.”

Ora, uma das hipóteses de aplicação do estado de defesa é exatamente quando a ordem pública ou a paz social

forem ameaçadas por grave e iminente instabilidade institucional ou atingidas por calamidades naturais de grandes proporções. Imaginemos uma enchente que devaste vasta região do Território Nacional. O Primeiro-Ministro requer ao Presidente da República a decretação do estado de defesa. Isto é feito. Durante a sua vigência, medidas indispensáveis são tomadas: desapropriação de estoques para alimentação das populações, censura telefônica, enfim, todas as medidas que o estado de defesa permite. Por qualquer motivo, por uma vigilância que pode ser muito justa, o Congresso Nacional pode vir a negar aprovação ao estado de defesa assim decretado. Esses atos de desapropriação de bens, de estoques, como ficarão? Eles foram lícitos dentro de uma medida decretada pela Presidência da República, com apoio na Constituição, para um objetivo lícito. Parece-me que a disposição deve permanecer.

Sr. Presidente, aproveito esta oportunidade regimental para fazer daqui uma advertência. Hoje, como bem denunciou aqui o nobre Constituinte Raimundo Bezerra – e parece-me que a Constituinte está um pouco como os sábios de Bizâncio, que ficavam a discutir o sexo dos anjos ou quantos anjos caberiam na ponta de um alfinete, enquanto os sarracenos cercavam Constantinopla – as instituições democráticas no Brasil estão ameaçadas, gravemente ameaçadas. Hoje, o fascismo brasileiro declarou guerra à democracia pela voz dos seus porta-vozes mais destacados, o Sr. Antônio Ermírio de Moraes e o Sr. Wolfgang Sanar, da Autolatina. Querem impor à Assembléia Nacional Constituinte aquilo que ela deve aprovar e desrespeitam as determinações do Governo no combate à inflação.

Governo do Presidente José Sarney precisa tomar providências imediatas e enérgicas. Ou o Governo enfrenta a Autolatina em defesa da soberania nacional ou o Presidente será deposto por essa conspiração fascista que está hoje em todos os meios de comunicação do País. **(Muito bem! Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra, para encaminhar favoravelmente, o Constituinte Michel Temer.

**O SR. CONSTITUINTE MICHEL TEMER:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, pretendo ser breve na minha intervenção, apenas para encaminhar favoravelmente, tendo em vista um dos argumentos levantados pelo nobre Constituinte José Genoíno.

É o argumento que diz da absoluta desnecessidade da parte final do § 8º, quando se diz: “sem prejuízo da validade dos atos lícitos, praticados durante a sua vigência”.

Ora, o que é a licitude e o que é a ilicitude? Lícito é aquilo que é praticado de acordo com o sistema normativo em vigor, a partir da Constituição e a ela seguindo-se todas as leis. Ilícito é aquilo que é praticado em desconformidade com a Constituição e com as leis e atos normativos que se lhe seguem.

Sendo assim, eu teria muita preocupação se aqui estivesse escrito: “sem prejuízo da validade dos atos praticados durante a sua vigência”, porque seria obrigado a entender que até mesmo os atos eventualmente ilícitos estariam cobertos por esta afirmação. A demasia aqui estabelecida ao dizer atos lícitos, **data massima venia**, penso que está dizendo o óbvio. Se o ato é lícito, não há como dizer que é inválido; se o ato é ilícito, é, naturalmente, inválido.

No tocante à declaração de inconstitucionalidade, em tese, por força da manifestação e de proposta do Constituinte Bonifácio de Andrada, já modificamos a competência do Supremo Tribunal Federal, para dizer a partir de

que momento é lícito ou ilícito o ato. Licitude ou ilicitude são sinônimos de validade ou de invalidade. Portanto, se o ato é lícito, não há razão para dizer que é “sem prejuízo do ato assim praticado.”

Quando é que o ato é lícito? Quando obedecidas as formalidades de decretação do estado de defesa previstas na Constituição – portanto, estou falando de forma – e quando a matéria, ou seja, o conteúdo do ato praticado, não é desconforme, seja com a Constituição, seja com as leis ou com os demais atos normativos.

Por esta razão, apelo ao Sr. Relator, no sentido de examinar esta matéria e, quem sabe, em benefício –, numa expressão livre – do enxugamento do texto constitucional, retirar esta expressão final, sem nenhum prejuízo para o estado de defesa, para as instituições democráticas, mas por mero apego à boa técnica constitucional.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente, **(Muito bem: Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra o Sr. Relator.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, a Relatoria deixa a questão em aberto para os Relatores auxiliares, mas, de logo, declara que a argumentação expendida pelo Constituinte José Genoíno e pelo eminente Professor de Direito Constitucional Michel Temer são argumentos que merecem prosperar.

Em verdade, o final “sem prejuízo da validade” é um pleonismo que considero completamente desnecessário.

A Relatoria, Sr. Presidente, vota pela aprovação da Emenda José Genoíno **(Muito bem!)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Vai-se proceder à votação.

Peço aos Srs. Constituintes que ocupem seus lugares.

#### **(Procede-se à votação)**

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Antônio Britto, Artur da Távola, Carlos Mosconi, Celso Dourado, Cristina Tavares, Egídio Ferreira Lima, Fernando Gasparian, Fernando Henrique Cardoso, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, Ibsen Pinheiro, José Fogaça, José Ignácio Ferreira, Mário Lima, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nelson Friedrich, Paulo Ramos, Sigmaringa Seixas, Wilson Martins, Antonio Mariz, Chagas Rodrigues, Euclides Scalco, Jorge Hage, José Tavares, Michel Temer, Miro Teixeira, Octávio Elísio, Roberto Brant, Vilson Souza, Ziza Valadares, Christóvam Chiaradia, Mário Assad, Jofran Frejat, Jonas Pinheiro, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Jarbas Passarinho, José Maurício, Lysáneas Maciel, Luiz Salomão, Ottomar Pinto, Luiz Inácio Lula da Silva, José Genoíno, José Maria Eymael, Aldo Arantes, Roberto Freire e Jamil Haddad. Votaram **NAO** os seguintes Senhores Constituintes: Carlos Sant’Anna, Fernando Bezerra Coelho, João Calmon, José Richa, José Ulisses de Oliveira, Manoel Moreira, Nilson Gibson, Oswaldo Lima Filho, Raimundo Bezerra, Alcení Bezerra, Alcení Guerra, Carlos Chiarelli, Edme Tavares, Inocêncio Oliveira, José Lins, José Santana de Vasconcelos, Anibal Barcellos, Luís Eduardo, Marcondes Gadelha, Oscar Corrêa, Paulo Pimentel, Ricardo Fiúza, Furtado Leite, João Menezes, José Tinoco, Mozarildo Cavalcanti, Ricardo Izar, Gerson Pares, Francisco Rossi, Adolfo Oliveira e Antonio Farias. **ABSTENÇÃO** dos seguintes Senhores Constituintes: José Jorge, Adilson Motta e Sólón Borges dos Reis.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 50 Constituintes;

votaram NÃO 30 Constituintes; abstiveram-se de votar 3 Constituintes. Total: 83 votos. O Destaque foi **aprovado**.

Sobre a mesa, requerimento de preferência para votação do Destaque nº 7.731, do nobre Constituinte Deputado José Maria Eymael.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Constituintes que o aprovam queiram permanecer sentados. **(Pausa)**

Está aprovado.

**O SR. CONSTITUINTE HAROLDO LIMA:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra o Constituinte Haroldo Lima, para uma questão de ordem.

**O SR. CONSTITUINTE HAROLDO LIMA:** – Sr. Presidente, é sabido que, quando havia a perspectiva de funcionamento, concomitante, do Plenário da Constituinte e da Comissão de Sistematização, os destaques a serem apresentados em Plenário deveriam ser feitos à proporção em que o trabalho da Comissão de Sistematização ia avançando. Assim, os três primeiros Títulos iam ser encaminhados ao Plenário da Constituinte, para esses três primeiros Títulos já se havia aberto tempo para a apresentação dos destaques no Plenário. Posteriormente, houve uma mudança na metodologia de funcionamento: não haverá mais o funcionamento do Plenário ao mesmo tempo que a Comissão de Sistematização.

Contudo, quando é que vai ser aberto o prazo para a apresentação de destaques no Plenário da Constituintes? Esta pergunta tem procedência, porque, neste instante, a fila para a apresentação de destaques para o plenário da Constituinte já é bastante grande.

Perguntando na fila, qual é a perspectiva – noto que todos estão preocupados em manter a sua posição na fila, ninguém sabe quando será aberto, propriamente, o momento da apresentação de destaque. Há uma suposição de que seria para hoje, mas, como existe dúvida, todos estão lá. Daí eu sugerir a V. Ex.<sup>a</sup> um esclarecimento a respeito desta questão.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – V. Ex.<sup>a</sup> pede a mim uma coisa que escapa à minha autoridade, porque, nesta ocasião, já estaremos trabalhando em regime de Assembléia Nacional Constituinte. A decisão será dada pela Mesa da Assembléia Nacional Constituinte. Ouço dizer que manterá uma sistemática semelhante àquela que aqui adotamos. A partir do momento da redação final do Título, abre-se o tempo para o destaque do Título seguinte.

Mas isto é uma matéria que naturalmente levaremos, como pergunta, a Mesa da Assembléia Nacional Constituinte.

Tem a palavra o Sr. Constituinte José Maria Eymael.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ MARIA EYMAEL:** – Sr. Presidente, o destaque em referência trata da problemática do estado de sítio localizado.

Perscrutando e escutando as lições de inúmeros Constituintes, evolui no meu pensamento, no meu raciocínio e inclino-me, agora, a acompanhar o texto do Relator e retiro o destaque.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Retirado o destaque.

**O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE:** – Gostaria de Indagar de V. Ex.<sup>a</sup> e da Relatoria, porque a per-

gunta do Constituinte Haroldo Lima nos trouxe uma preocupação. Ainda não aprovamos a redação final do título IV.

Pergunto a V. Ex.<sup>a</sup> se a redação final do título IV será submetida à votação em sequência: cada Título uma votação de redação final, ou se as redações finais serão votadas todas no dia 17.

Eu gostaria de ter este esclarecimento de V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A nossa previsão é de que hoje à tarde estaremos fazendo a redação final do Título IV. **(Pausa)**

**Destaque nº 007738-87 – Do Sr. José Maria Eymael, "que suprime o parágrafo único do art. 155, do Substitutivo nº 2".**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Sobre a mesa, requerimento de preferência, nos termos regimentais, para o Destaque nº 7.738, de autoria do Constituinte José Maria Eymael.

Em votação o requerimento de preferência.

Os Srs. Constituintes que o aprovam queiram permanecer sentados. **(Pausa)**

Está aprovado.

A emenda é supressiva do art. 155, parágrafo único.

Pergunto ao Constituinte, no momento de analisar a matéria, se a supressão é do parágrafo único ou apenas do art. 155. V. Ex.<sup>a</sup> terá oportunidade de explicar.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ MARIA EYMAEL:** – Sr. Presidente, ela não é supressiva de todo o parágrafo único, é apenas supressiva da expressão "...desde que liberado por suas Mesas".

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – V. Ex.<sup>a</sup> me dará um momento de atenção?

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ MARIA EYMAEL:** – Pois não.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – O documento que tenho em mãos está apenas manuscrito com a seguinte expressão: "supressivo do parágrafo único do art. 155", e não há ressalva, enquanto o requerimento de destaque diz:

"Requeiro destaque para votação em separado do art. 155, parágrafo único".

Não há ressalva a que V. Ex.<sup>a</sup> se refere.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ MARIA EYMAEL:** – Sr. Presidente, eventualmente pode ter ocorrido um desvio de encaminhamento, porque eu havia enviado para a Mesa, a fim de que isso fosse precisado. Todavia, como ainda não foi iniciado o processo de encaminhamento de votação, solicito, então, que seja registrado apenas com esta expressão.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Dei a palavra a V. Ex.<sup>a</sup> na suposição de que o documento estava inteiramente de acordo com as normas que temos aqui exibidas. Mas a secretaria informa-me que no requerimento de preferência do mesmo Destaque nº 7738, V. Ex.<sup>a</sup> escreveu realmente, aqui, suprime a expressão "desde que liberado por suas Mesas". V. Ex.<sup>a</sup> continua com a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ MARIA EYMAEL:** – Sr. Presidente e Srs. Constituintes, trata-se de matéria que nos parece da maior relevância. Estabelece o parágrafo único do art. 155 exatamente que não se inclui nas restrições do inciso III, ou seja, as restrições de comunicação, a difusão de pronunciamentos de Parlamentares efetua-

dos em suas respectivas Casas Legislativas, desde que liberados por suas Mesas.

O que ocorre, portanto, com este texto? Faltou neste texto explicitar o seguinte: "desde que liberado por suas Mesas, na forma de seus Regimentos", porque, como está redigido, permite-se à Mesa total arbítrio. A Mesa, única e exclusivamente, conforme a sua interpretação e ao arrepio do Regimento Interno da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, poderá decidir no mérito se cabe ou não publicar determinado pronunciamento de um parlamentar. O que vemos em relação a este aspecto, em primeiro lugar, evidente que este não foi o objetivo, não é o espírito do relator, mas a nítida introdução de um princípio de arbítrio da Mesa ao arrepio do Regimento Interno da Câmara e do Senado. De outro lado, isto representa um retrocesso em toda a história constitucional brasileira, porque é a primeira vez no Direito Constitucional pátrio que se estabelece esse princípio.

Quais são as conseqüências que esse princípio poderá trazer?

Em primeiro lugar, sem dúvida nenhuma – e eu gostaria, inclusive, que o Sr. Relator atentasse a esse detalhe – este dispositivo, como está, fatalmente, conduzirá a um conflito entre a Mesa e o Plenário, porque a Mesa, ao basear a sua decisão, não a estará fundamentando em termos regimentais. Estará fundamentando-a, única e exclusivamente, num ato de arbítrio.

Em segundo lugar, como fica com o poder de liberar independente de Regimento, a Mesa assume diretamente a responsabilidade por todos os pronunciamentos. Todo e qualquer pronunciamento liberado será um pronunciamento que tem o endosso da Mesa. Qual será, então, a conseqüência? A Mesa será tentada, na maior parte dos casos, a não endossar os pronunciamentos, a não liberá-los, porque, ao liberar um pronunciamento nos termos em que aqui está, automaticamente o estará endossando, porque ela só libera se considerar que esse pronunciamento não vai ferir qualquer aspecto.

É fundamental que este texto seja completado com a expressão "nos termos regimentais". Como não existe agora esta oportunidade, porque não há como apresentar emenda aditiva a este aspecto, é que apresentamos uma emenda, neste momento, para que seja retirada esta expressão: automaticamente este assunto será remetido para o âmbito dos Regimentos Internos das Casas, e, se for aberto um prazo para a apresentação de novas emendas, poderá restabelecer o texto, apenas acrescentando "nos termos regimentais".

Parece-me, Sr. Relator e Srs. Constituintes, que é realmente da maior valia a supressão desses termos, senão teremos, de um lado, a possibilidade de um arbítrio, de outro lado, a institucionalização de um clima de conflito entre a Mesa e o Plenário, porque as decisões da Mesa não estarão amparadas pelo Regimento.

Em terceiro lugar, aquele aspecto que assinali e que me parece extremamente relevante: a Mesa estará coagida, na maior parte dos casos, a não liberar os pronunciamentos, porque qualquer liberalidade representará endosso, na prática, ao pronunciamento pela Mesa. Portanto, solicito que nesta fase fosse acolhida a emenda nestes termos.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Para encaminhar contra, tem a palavra o Constituinte Nelson Carneiro.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, peço a atenção para o art. 153, que diz o seguinte:

"Art. 153. O Presidente da República pode, ouvido o Conselho de Defesa Nacional..."

E, agora, depois da emenda aprovada ontem:

"...ouvido o Conselho da República, solicitar ao Congresso Nacional a decretação do estado de sítio nos casos de:"

I – comoção grave de repercussão nacional ou fatos que comprovem a ineficácia da medida tomada durante o estado de defesa:

"II – e para isso peço a atenção da Casa – declaração de estado de guerra ou resposta à agressão armada estrangeira."

Entre as restrições que se criam figura:

"III – restrições objetivas à inviolabilidade de correspondência, ao sigilo de correspondência, aos sigilos de comunicações, a prestações de informações e à liberdade de imprensa, radiodifusão e televisão, na forma da lei."

É um caso excepcional na vida o País, com todas essas ressalvas.

Então, vem o parágrafo que se quer tirar uma frase, e diz o seguinte:

"Não se inclui nas restrições do inciso..."

III – "aquela liberdade de imprensa, radiodifusão e televisão."

"...não se inclui nas restrições do inciso III a difusão de pronunciamentos de parlamentares efetuados em suas respectivas Casas legislativas, desde que liberados por sua Mesa."

Ora, o nobre Constituinte José Maria Eymael queria editar "na forma dos seus Regimentos," mas não tem emenda para dizer isso, e ainda que tivesse, seria desnecessário, porque, a Mesa, evidentemente aprovado esse texto, terá que modificar os Regimentos da Câmara e do Senado, para propiciar aquelas hipóteses em que pode ser autorizado ou não. E, depois, temos que confiar que as Mesas são eleitas pelos Deputados e Senadores, que devem merecer a confiança do Plenário, e, certamente, elas não serão tão generosas a ponto de permitir que não ocorra isso.

O que não pode, Sr. Presidente – e falamos todos como brasileiros – é no caso de declaração de estado de guerra ou resposta à agressão armada estrangeira, permitir-se que um Deputado ou Senador ocupe a tribuna, faça uma campanha incentivando tal situação e isso seja automaticamente divulgado pela imprensa, pela radiodifusão e pelos meios de comunicação.

Evidentemente, estaremos trabalhando contra nós mesmos, contra o Brasil, e não contra um ou outro partido, não contra uma ou outra ideologia.

Não é possível, portanto, Sr. Presidente, que se aprove essa emenda. Não haverá possibilidade de a Mesa da Câmara ou do Senado, eleita, e que votará de acordo com seu Regimento, impedir que um Deputado ou Senador chegue à tribuna, incentive a agressão estrangeira, enquanto permitimos que esse discurso de incentivo à agressão estrangeira e à guerra seja possível, pelos meios de comunicação do Brasil contra o Brasil.

Por isso, Sr. Presidente, se o nobre Constituinte José Maria Eymael pensar bem, retirará sua emenda, porque acredito que nem S. Ex.<sup>a</sup> será capaz de votar a favor do texto porque ora propugnou.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Não há mais oradores inscritos. Com a palavra o Constituinte José Fogaça, como Relator-auxiliar.



**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – Sr. Presidente, Srs. membros da Comissão de Sistematização:

Na verdade, a emenda do nobre Constituinte José Maria Eymael parte de um raciocínio talvez perfeitamente cabível a um estado de normalidade democrática. Realmente, num clima político de um estado de normalidade, esse instrumento seria condenável, – e talvez isso seja um esforço muito difícil, muito penoso, no entanto necessário – o que temos que ponderar, o raciocínio que temos que fazer é a partir de situação de um estado de sítio.

Não podemos jamais esquecer que, para o projeto de Constituição que estamos elaborando, para o projeto de sociedade que estamos organizando, que será o de uma sociedade democrática, o estado de sítio é um instrumento excepcional sim, mas um instrumento de defesa do Estado democrático; não um instrumento do autoritarismo, como bem lembrou o nobre Constituinte Nelson Carneiro. Quando ocorrer uma grave ameaça de caráter fascista, uma grave ameaça às instituições democráticas, na verdade será necessário que o instrumento excepcional do estado de sítio seja utilizado pela democracia em sua defesa. Por outro lado, as Mesas são, pela tradição das duas Casas, de caráter pluripartidário e expressam a composição global tanto da Câmara quanto do Senado. Os Regimentos Internos haverão de prever, normatizar e disciplinar essa questão. Não podemos ter, portanto, uma atitude de prévia suspeição em relação ao comportamento das Mesas da Câmara e do Senado, porque elas são a expressão democrática da vontade dos Deputados e dos Senadores.

Lembra-me o nobre Constituinte Antônio Carlos Konder Reis que há um precedente histórico datado de 1955, quando a Mesa do Congresso Nacional conseguiu liberar, ou seja, o instrumento funcionou em favor da democracia, pronunciamentos dos parlamentares desta instituição, numa decisão histórica do emérito gaúcho Deputado Flores da Cunha.

A partir desses argumentos o Relator Bernardo Cabral, que nos instruiu para a defesa do texto, pede e encarece ao Plenário mantenha esse instrumento, porque é rigorosamente um instrumento em defesa da democracia e faz um apelo ao nobre Constituintes José Maria Eymael, no sentido de que examine esta questão e reveja, inclusive, a sua proposta.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ MARIA EYMAEL:** – Sr. Presidente, ouvindo a argumentação da relatoria, e principalmente na esperança da reabertura de prazo para apresentação de novas emendas, quando, então, poderemos oferecer um texto substitutivo à redação, estabelecendo a obediência ao Regimento das duas Casas, retiro a emenda, agradecendo a atenção que me foi dispensada. **(Palmas)**

**Destaque nº 002695-87 – Emenda nº ES-34028-9, do Sr. Nilton Friedrich, "que acrescenta artigo ao Título VI, Capítulo I, do Substitutivo nº 1 (Título V, Capítulo I, artigo 152, do Substitutivo nº 2)". (362ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Sobre a mesa, requerimento de preferência, para votação do Destaque nº 2695, de autoria do Constituinte Nilton Friedrich.

Os Srs. Constituintes que estão de acordo queiram permanecer sentados. **(Pausa)**

Aprovado.

Tem a palavra o Constituinte Nilton Friedrich.

**O SR. CONSTITUINTE NELTON FRIEDRICH:** – Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, estamos analisando este título da extrema importância, "Da Defesa do Estado e das Instituições Democráticas", e apresentamos uma

emenda, nº ES-34028, muito mais ampla e destacamos apenas duas partes.

Diz o texto destacado:

"Ficará impedido de ocupar cargo ou exercer função política quem atentar por meios violentos contra a Constituição. A prescrição da penalidade só começará a correr a partir da data do restabelecimento da ordem constitucional."

Sr. Presidente, é claro que a nossa proposta veio do trabalho realizado na subcomissão, da qual fomos relator – Da Garantia da Constituição Reformas e Emendas. Na ocasião, diversos foram os conferencistas, colaboradores que, por várias vezes, se debruçaram sobre a necessidade de estabelecermos alguns mecanismos quanto à violação da Constituição que estamos elaborando. Por unanimidade na Subcomissão essa proposta foi acatada. Na comissão temática, em boa parte, também tivemos o acatamento, e, por isso, estamos aqui, na tribuna, para, quanto ao mérito, ilustre relator, Sr.as e Srs. Constituintes, dizer efetivamente que não temos ilusões nem estamos laborando no campo exclusivo do idealismo, até porque determinadas insubordinações irrompem muito mais em razão de climas sociais e políticos, e não é uma disposição constitucional que vai detê-las. Portanto, a insubordinação tem esse componente dos climas político e social e, efetivamente, não é no Código Penal Militar, muito menos na Constituição, que vamos deter essa insubordinação. A plena democracia, efetivamente, as instituições fortes e a organização popular é que podem evitar essas tentativas à insubordinação, às quarteladas, etc.

O que buscamos, Sr. Presidente, é um mero freio, é muito mais uma força indicativa, diria melhor, é muito mais uma postura didática que se pretende colocar, vedando acesso a cargo público a quem venha, por meios violentos, antepor-se à Constituição.

Além disso, é claro, a prescrição da pena daqueles que por meios violentos atentarem contra a Constituição começará a correr após o restabelecimento da ordem constitucional.

Trata-se, portanto, ilustres Constituintes, muito mais de uma pena política do que ficarmos restritos a uma pena proposta no Código Penal Militar, por exemplo; trata-se, muito mais, de uma sanção estigmatizante de quem venha tentar, por meios violentos, violar a Constituição vigente.

Não quero ater-me a exemplos de outros países, poderíamos citar várias constituições, e nenhum Constituinte deixou de se inspirar, aqui ou acolá, em textos constitucionais, todos devem ter manuseado constituições de outros países, até porque as mesmas servem como uma espécie de campo de observação.

Se fôssemos aqui ao lado, à Venezuela, veríamos que na sua recente Constituição, existe um Título especial sobre a inviolabilidade da Constituição, art. 250 que vai a fundo nessas punições. Não se pretende isso, Sr. Presidente. **(O Sr. Presidente faz soar a campainha)**

Concluo, Sr. Presidente.

Não se busca, nessas tentativas de detalhamento, apenas uma pena política para estigmatizar quem possa tentar, por meios violentos, contra a Constituição que estamos elaborando. Há exemplos como o da Grécia que, com elevada pena, pune os responsáveis pela violação da Constituição.

Portanto, é o apelo que faço, a todos os Constituintes, já que reduzimos substancialmente a pretensão, para que possamos votar e incluir no texto constitucional brasileiro, que ficará impedido de ocupar cargo ou exercer função pública quem atentar, por meios violentos, contra a Constituição; e que a prescrição da penalidade só começará a

correr a partir da data do restabelecimento da ordem constitucional. É para essa tentativa, é para essa faixa de ação, é claro, insistindo, ninguém evita a violação pela força, se, na correlação das forças, a força é a vencedora.

Portanto, apelo para esse espírito democrático preventivo para se colocar um pequeno freio, porque é impossível obstruir, obstacularizar, pela Constituição, essas tentativas. É um freio, é uma pena política, é um processo de estigmatização que se pretende fazer.

Durante o pronunciamento do Sr. **Nelton Friedrich** o Sr. **Jarbas Passarinho**, Terceiro-Vice-Presidente deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. **Fernando Henrique Cardoso**, Quarto-Vice-Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Concedo a palavra ao Constituinte Egídio Ferreira Lima, que encaminhará contra.

**O SR. CONSTITUINTE EGÍDIO FERREIRA LIMA:** – Sr. Presidente, defende-se uma Constituição, defende-se a ordem legal, defende-se o estado de direito com bons mecanismos em defesa desse estado de direito e desenhando um estado aberto para a sociedade.

A emenda do Constituinte Nelton Friedrich tem o propósito muito válido como intenção, mas é uma moeda de duas faces. Como posta a disposição sugerida, é uma arma poderosa na mão do Governo ou do Estado, qualquer que seja a sua orientação ideológica, nos momentos de eclipse do estado de direito. Ela tanto pode ser usada para atingir um lado, como para atingir outro lado. Depois, ela não define, não precisa bem o que vem a ser crime contra a Constituição. É horrenda essa preocupação de tornar alguns crimes imprescritíveis ou de estabelecer um momento que não está preciso para que a prescrição comece a correr. A prescrição é tão útil e tem um alcance tão nobre quanto a anistia.

Por isto, e pela grande carga de ameaças que a disposição contém contra os democratas, contra os que querem um estado democrático, voto contra a emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Não havendo mais oradores inscritos, peço ao relator que opine.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, a opinião da relatoria, por unanimidade, na esteira da argumentação do Constituinte Egídio Ferreira Lima, é contra a emenda. Votará "não".

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Vamos colocar em votação a emenda, com o parecer contrário do relator.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Carlos Mosconi, Cristina Tavares, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, Nelson Carneiro, Nelton Friedrich, Osvaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Sigmaringa Seixas, Antonio Mariz, Jorge Hage, Miro Teixeira, Octávio Elísio, Roberto Brant, Vilson Souza, José Maurício, Lysâneas Maciel, José Genoíno, Aldo Arantes, Roberto Freire e Jamil Haddad. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Antônio Britto, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Carlos Sant'Anna, Celso Dourado, Egídio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Gasparian, Fernando Henrique Cardoso, João Calmon, José Fogaça, José Richa, José Ulisses de Oliveira, Manoel Moreira, Mário Lima, Nilson Gibson, Raimundo Bezerra, Severo Gomas, Virgildásio de Senna, Chagas Rodrigues, Délio Braz, José Carlos Grecco, José Tavares, Michel Temer, Ziza Valadares, Alcení Guerra, Geovani Borges, Carlos Chiarelli, Edme Tavares, Francisco Dornelles, Inocêncio Oliveira, José Jorge, José Lins, José Santana de Vascon-

cellos, Annibal Barcellos, Luís Eduardo, Mário Assad, Oscar Corrêa, Paulo Pimentel, Sandra Cavalcanti, Furtado Leite, Jofran Frejat, Jonas Pinheiro, Mozarildo Cavalcanti, Ricardo Izar, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Gerson Peres, Jarbas Passarinho, Virgílio Távora, Francisco Rossi, Joaquim Bevilacqua, Ottomar Pinto, Adolfo Oliveira, José Maria Eymael e Antonio Farias.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 23 Constituintes; votaram NÃO 56 Constituintes. Total: 79 votos. o destaque foi **rejeitado**.

**Destaque nº 000872-87 – Emenda nº ES-27562-3, do Sr. Haroldo Lima, "que modifica o art. 188, do Substitutivo nº 1 (art. 157, título V, capítulo 1, seção II do Substitutivo nº 2". (363ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Passamos ao pedido de preferência do Constituinte Haroldo Lima sobre o Destaque nº 872, referente à Emenda nº 27562. O art. 157 passa a ter a seguinte redação:

"As imunidades dos Membros do Congresso Nacional subsistirão durante o estado de sítio."

Retira-se:

"...ficando garantida a difusão do pronunciamento..."

Em votação o pedido de preferência. E os Srs. Constituintes que estiverem de acordo permaneçam sentados. **(Pausa)**

Aprovada a preferência.

Tem a palavra o Constituinte Aldo Arantes, que tem indicação do Constituinte Haroldo Lima para representá-lo.

**O SR. CONSTITUINTE ALDO ARANTES:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, estamos discutindo o art. 157, seção II, sobre o estado de sítio, que, pela proposta do relator, tem o seguinte texto:

"As imunidades dos Membros do Congresso Nacional subsistirão durante o estado de sítio; todavia, poderão ser suspensas mediante o voto de 2/3 (dois terços) dos respectivos Membros da Câmara Federal e do Senado da República, as do Deputado ou Senador cujos atos, fora do recinto do Congresso, sejam manifestamente incompatíveis com a execução do estado de sítio, após a sua aprovação."

Srs. Constituintes, estamos tomando uma série de medidas no sentido de implantar o estado democrático. O meu partido teve oportunidade, através do Constituinte Haroldo Lima, de se manifestar aqui contra a criação de determinados mecanismos de defesa do Estado, como o chamado estado de defesa. Na nossa opinião, é a introdução, no texto constitucional, de um instrumento adotado pela ditadura militar, já que, anteriormente, na Constituição de 1946, este instrumento não estava incorporado.

Essa questão já mereceu o voto dos Srs. Constituintes.

Estamos, agora, tratando da questão das imunidades parlamentares. Na nossa opinião, esta questão não deve ser objeto de restrição. O Deputado Federal ou o Senador que assumiu o seu mandato assumiu como uma expressão da vontade popular. A partir do momento em que foi eleito ele conquistou a imunidade parlamentar pela vontade do povo. No meu entender, mesmo que seja por voto de dois terços dos Deputados ou Senadores, isso poderá abrir caminho para que maiorias eventuais, e em circunstâncias determinadas, terminem por retirar a inviolabilidade do mandato de determinados Deputados comprometidos com causas populares.

No meu entender, no rumo democratizador, que esta Comissão tem conseguido incorporar algumas conquistas importantes, conquistas essas, inclusive, que passam a ser objeto de uma campanha sistemática dos setores mais conservadores da sociedade, articulados para derrubar determinadas conquistas da Comissão de Sistematização. Esta Comissão deve manter os seus objetivos.

O fato de se argumentar que a situação de um estado de sítio, que é uma situação excepcional, uma situação anômala, seria uma razão para retirar as imunidades parlamentares é, no meu entender, um risco que não deveremos incorporar a esta Constituição.

É por isso que faço um apelo aos Srs. Constituintes, mantenhamos a imunidade parlamentar plena, até porque, ao introduzirmos o sistema parlamentar de governo neste País, incluímos um componente novo de valorização do parlamento, e, por isto, é necessário, sem nenhuma restrição, sem nenhuma limitação, manter-se a imunidade parlamentar em qualquer circunstância, que, no meu entender, é um fator fundamental de garantia da própria estabilidade democrática.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Tem a palavra o Constituinte Egídio Ferreira Lima, para encaminhar contrariamente.

**O SR. CONSTITUINTE EGÍDIO FERREIRA LIMA:** – Sr. Presidente, inicialmente faço um apelo ao Constituinte Haroldo Lima, no sentido de que S. Ex.<sup>a</sup> retire a emenda.

Em situação de guerra, parcelas da sociedade, muitas vezes, podem ficar como inimigos da Pátria e como inimigos de todos. Nós, crianças muitos, outros, pela história, nos lembramos do que foi a II Guerra Mundial e a situação no País, em alguns Estados, quando foram necessárias medidas sérias para evitar movimentos de nacionais quanto à orientação do País contra o Eixo, naquela época.

A Constituição de 1946 já previa o que era tradicional em nosso Direito Constitucional, em seu art. 213: a suspensão de imunidade, nos precisos termos respeitados e acatados pelo Relator Bernardo Cabral.

Não há nenhum sentido retirar este texto. O texto é preciso, correto e atende a uma situação emergencial. Depois, há uma segurança muito grande: "Pelo voto de dois terços de cada uma das Casas."

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Não há mais oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Relator.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, tem absoluta razão o eminente Constituinte Egídio Ferreira Lima – e eu já alinhava as argumentações que S. Ex.<sup>a</sup>, com propriedade, produziu muito melhor – sobre o equívoco que paira na sustentação do eminente Constituinte Aldo Arantes.

Em primeiro lugar, é preciso que se diga que a imunidade parlamentar é inerente ao Poder Legislativo e não se obtém apenas porque se conquista no voto, quando o candidato se elege.

Quando não fosse esta a preocupação, eu gostaria que o eminente Constituinte Aldo Arantes, a quem rendo as minhas homenagens de estilo, observasse que o artigo teve cuidado de dizer: "...fora do recinto do Congresso." Conseqüentemente, a imunidade permanece nesta Casa. E é exatamente por permanecer porque veio desde a Constituição de 1946, mantida na Constituição de 1967, e foi apenas a Constituição de 1969 que retirou os dois terços. Este é um artigo nitidamente moralizador para esta Casa, para este Poder.

Por estas razões, a Relatoria vota **NÃO**, contrário ao destaque do eminente Constituinte Haroldo Lima e defendido pelo nobre Constituinte Aldo Arantes.

Sr. Presidente, o voto da Relatoria é **NÃO**.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – O Constituinte Aldo Arantes mantém o destaque.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Artur da Távola, Carlos Mosconi, Cristina Tavares, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Antonio Mariz, Jorge Hage, José Maranhão, Octávio Elísio, Roberto Brant, Vilson Souza, José Maurício, Lysâneas Maciel, Luiz Salomão, José Genoíno, José Maria Eymael, Aldo Arantes e Jamil Haddad. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Antônio Britto, Bernardo Cabral, Carlos Sant'Anna, Celso Dourado, Egídio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Gasparian, Fernando Henrique Cardoso, Ibsen Pinheiro, João Calmon, José Fogaça, José Richa, José Ulisses de Oliveira, Manoel Moreira, Mário Lima, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nilson Gibson, Raimundo Bezerra, Virgildásio de Senna, Délio Braz, José Carlos Grecco, José Tavares, Michel Temer, Miro Teixeira, Ziza Valadares, Aloysio Chaves, Carlos Chiarelli, Inocência Oliveira, José Lins, José Santana de Vasconcellos, Annibal Barcellos Luís Eduardo, Mário Assad, Oscar Corrêa, Paulo Pimentel, Ricardo Fiúza, Sandra Cavalcanti, Furtado Leite, Jofran Frejat, Jonas Pinheiro, Mozarildo Cavalcanti, Ricardo Izar, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Gerson Pares, Jarbas Passarinho, Virgílio Távora, Francisco Rossi, Joaquim Bevilacqua, Ottomar Pinto, Adolfo Oliveira e Roberto Freire.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 22 Constituintes; votaram NÃO 53 Constituintes. Total: 75 votos. O Destaque foi **rejeitado**.

**Destaque nº 003116-87, do Sr. José Genoíno, "que modifica o "caput" do artigo 160 do Título V Capítulo II, do Substitutivo 2". (364ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Passa-se, agora, ao pedido de preferência do Constituinte José Genoíno sobre o Destaque de nº 3.116, referente a uma emenda, que pede que se mantenha o caput do art. 160, de acordo com o texto do Constituinte Bernardo Cabral – Substitutivo de nº 1, em vez do Substitutivo de nº 2.

Em votação a preferência.

Os Srs. Constituintes que estiverem de acordo permaneçam sentados. **(Pausa)**

Aprovada.

Tendo sido aprovada a preferência, tem a palavra o nobre Constituinte José Genoíno.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Permitam-me começar estranhando que um assunto tão importante, que esteve presente em qualquer transição política, que de vez em quando é objeto de manchete dos jornais nacionais, tenha uma sessão fria, aparentemente calma, quando está em discussão o papel constitucional das Forças Armadas.

Outra estranheza do Constituinte que assoma à tribuna para defender, não a emenda de sua autoria, que começou a trabalhar na Comissão Temática, e dizia, como outros Constituintes, que o papel das Forças Armadas devia restringir-se à defesa da Pátria, é não ver nenhuma posição em se conceituar esse ato de defesa da Pátria de

nenhuma subestimação do papel político das Forças Armadas.

Venho à tribuna, nesta sessão calma, para defender o Substitutivo nº 1, do Relator Bernardo Cabral, e mais do que isto, para defender o Projeto de Constituição da Comissão Afonso Arinos, que, no seu art. 414, diz o seguinte:

"As Forças Armadas destinam-se a assegurar a independência e a soberania do País, a integridade do seu Território, os poderes constitucionais e, por iniciativa expressa destes, nos casos estritos da lei, a ordem constitucional."

E foi este conceito que o Relator Bernardo Cabral, no Substitutivo I, adotou, enquanto destinação constitucional das Forças Armadas.

No Substitutivo II, do Relator Bernardo Cabral, a ordem constitucional foi substituída por Lei e a ordem".

Então, Sr. Presidente, vamos entrar na discussão de qual é a questão de fundo que aflora no problema do papel constitucional das Forças Armadas.

Deixo claro que essa discussão envolve uma questão política, doutrinária e ideológica; não envolve nenhum julgamento a qualquer membro das Forças Armadas. Não é o que está em discussão neste momento. O que está em discussão é uma questão política de fundo. Ao se colocar "Lei e ordem", o que se está dizendo com esta expressão? Quando se fala "ordem", está-se pressupondo o contrário da ordem, que é a desordem. Quando falamos "ordem", estamos dando um sentido de que qualquer desordem pode justificar a intervenção das Forças Armadas – desordem social, desordem pública, desordem econômica – e isto quer dizer, em outras palavras, que as Forças Armadas podem cumprir, pelo texto constitucional do Substitutivo II, o trabalho que deve ser feito pela polícia, e por outra instituição.

Quando falamos "ordem constitucional" – e este conceito, Sr. Presidente, quero deixar bem claro –, é que está na Constituição espanhola, é o conceito que está em mais de vinte Constituições que pesquisamos aqui, e nenhuma delas é um modelo de Constituição socialista; nenhuma Constituição socialista consagra esse papel de polícia, de defesa da ordem interna, nos termos em que abre o Substitutivo.

A Constituição espanhola e a Constituição portuguesa, que são as duas Constituições de uma transição, que têm semelhança em relação à transição brasileira, são claras ao deixar explicitada a ordem constitucional. Por que essa diferença? O Estado tem o poder armado, e as Forças Armadas têm a legitimidade do uso da violência pelo texto constitucional. É o único poder do Estado que pode, legitimamente, pela Constituição, usar da violência.

É claro que o poder armado tem uma autonomia dentro do Estado, pela natureza intrínseca do poder armado. O Substitutivo enfrenta parcialmente esse problema, porque existem duas questões presentes nesta discussão. Primeira: A quem se subordinam as Forças Armadas? Ao poder civil. Neste sentido o Substitutivo II deixa claro, por convocação de um dos Poderes. Portanto, a convocação para intervenção estaria parcialmente consagrada nessa expressão. Mas, em seguida, quando fala em "lei e ordem", dá uma abrangência muito grande para a intervenção das Forças Armadas, no sentido amplo e no sentido profundo.

Para concluir, Sr. Presidente, temos que enfrentar dois problemas: o primeiro, é que existe, historicamente, e nos anos mais recentes da História deste País, uma tutela militar sobre o poder político, uma tutela militar na organização do Estado. Essa tutela militar, que teve na doutrina de segurança nacional a sua fundamentação teó-

rica, coloca a "lei e a ordem", mantém a base dessa doutrina, dessa abrangência, para uma intervenção das Forças Armadas.

Em segundo lugar, o espaço político ocupado pelas Forças Armadas ampliou-se, principalmente se considerarmos os vinte anos de intervenção direta do poder militar no Estado. Portanto, ao manter o texto como está, não estamos resolvendo nem o problema da tutela nem o do espaço ocupado pelo aparelho militar que constitui as Forças Armadas.

É evidente, Sr. Presidente, que, se estamos consagrando a organização democrática da sociedade, o direito de manifestação, de resistência aos abusos das autoridades, do dissenso, da divergência e da explicitação da luta entre partes opostas, não podemos colocar o poder militar como árbitro para resolver esses conflitos. Colocar "lei e ordem" é deixar esse poder de árbitro para as Forças Armadas.

Por isto, a nossa emenda recupera o Substitutivo I, que é o texto igual ao da Comissão Afonso Arinos. **(Muito bem!)**

Durante o pronunciamento do Sr. **José Genoíno**, o Sr. **Fernando Henrique Cardoso** Quarto-Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. **Jarbas Passarinho**, Terceiro-Vice-Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Para encaminhar contra, tem a palavra o Constituinte Fernando Henrique Cardoso.

**O SR. CONSTITUINTE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, inicialmente devo dizer que o Constituinte José Genoíno tem razão, quando diz que esta matéria requer uma atenção redobrada do Plenário e exige a participação e o voto consciente de todos. Se venho a esta tribuna para discutir este assunto, hoje, é exatamente porque acredito que um dos pontos fundamentais a respeito do qual temos a obrigação de tomar uma decisão firme, clara e democrática é este.

Todos estamos cansados de ouvir e de saber dos argumentos desde a Constituição de 1891, através da qual efetivamente foi outorgada uma espécie de poder de tutela às Forças Armadas.

Todos sabemos que a doutrina das intervenções frequentes e a tentativa de transformar as Forças Armadas em Poder Moderador acabou por gerar, no Brasil, uma situação de permanente suspeita entre a sociedade e as Forças Armadas.

O texto do Constituinte Bernardo Cabral, desde a primeira formulação até à segunda, na verdade, o que buscou e busca é romper com essa tradição. Se V. Ex.<sup>as</sup> permitem, leio aqui o que dizia a Constituição de 1934 sobre esta matéria:

"As Forças Armadas são instituições nacionais permanentes e, dentro da lei, essencialmente obedientes a seus superiores hierárquicos. Destinam-se a defender a Pátria e a garantir os Poderes Constitucionais, a ordem e a lei."

A Constituição de 1946:

"Destinam-se as Forças Armadas a defender a Pátria e a garantir os Poderes Constitucionais, a lei e a ordem."

A Constituição de 1967:

"Destinam-se as Forças Armadas a defender a Pátria e a garantir os poderes constituídos, a lei e a ordem."

A Constituição vigente, de origem castrense:

"As Forças Armadas, essenciais à execução da política de segurança nacional, destinam-se à defesa da Pátria e à garantia dos Poderes constituídos, da lei e da ordem."

O que inovou o Relator Bernardo Cabral nos dois textos? Inovou ao dizer que as Forças Armadas são, sim, destinadas a garantir a integridade da Pátria; inovou ao claramente definir que: "qualquer outra participação das Forças Armadas no processo nacional, que não seja o da defesa da integridade da Pátria, depende da decisão dos poderes constitucionais". É a ruptura entre as formulações anteriores e a formulação atual. Ruptura, porque anteriormente não se dizia isso. A iniciativa, implicitamente, pelos textos anteriores, ficava nas mãos das Forças Armadas. E é isto que é a tutela, é isto a teoria Rui Barbosa e é o que concluiremos, hoje, na votação da Assembléia Nacional Constituinte. Por que, então, ao propor-se um avanço, vêm aqui alguns – e lamento dizer que o fez o Constituinte José Genoíno – propor esse avanço como se fosse recuo? Qual é a vantagem para a democratização do País apresentar-se o que é um passo adiante como se fosse um passo atrás? Não vejo nenhuma.

Por que a transformação do primeiro texto no segundo? Direi a V. Ex.<sup>as</sup> e me honro de ter sido Relator-Adjunto e de ter colaborado tanto no primeiro quanto no segundo texto. A razão é simples: ao elidirmos a possibilidade da participação do controle sobre o poder civil das Forças Armadas em circunstâncias específicas, estaremos fazendo uma Constituição para ser desrespeitada. Por quê? Porque amanhã, quando os partidos pedirem garantias federais à eleição, não poderemos fazer nada, pois a Constituição terá fechado essa possibilidade. "Ordem e lei" aqui se refere a isso. A questão central é quem dá a ordem, e as Forças Armadas hão de ser, na democracia, hierarquizadas, obedientes, silentes e fora do jogo político; obedecem à decisão que aqui, explicitamente, se diz que é de um dos Poderes constitucionais.

E por que de um dos Poderes constituintes, um destes, não como estava na formulação anterior, "dos Poderes"? Porque um poder poderia, eventualmente, barrar outro, alegando que o texto constitucional requer os três em conjunto, e não há razão alguma para que este Poder soberano, que é o Legislativo, não possa requisitar as Forças Armadas, assim como não há nenhuma razão para que o Poder Judiciário não o possa fazer. Quem determina, quem pede, quem tem iniciativa, quem determina a hierarquia é o poder civil. E a hierarquia diz que as Forças Armadas obedecem a quem? Ao Presidente da República, que é eleito pelo voto popular direto.

Fico, portanto, com o texto do Relator Bernardo Cabral e declaro enfaticamente que esse texto rompe com a teoria da tutela, dotando a nossa Constituição de um instrumento moderno, que não tapa o sol com a peneira, sabe que as Forças Armadas existem e que, em certos momentos, o poder civil precisa delas, mas que elas hão de ser silentes, obedientes e hierarquizadas ao poder civil, que se fundamenta no voto popular. **(Muito bem! Palmas)**

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, antes de V. Ex.<sup>a</sup> conceder a palavra ao futuro Constituinte inscrito, quero registrar a presença em nosso plenário do Governador Tarcísio Burity, que saiu desta Casa como Deputado Federal, para, pela segunda vez, assumir o Governo do Estado da Paraíba.

É uma honra para a Comissão de Sistematização, Sr. Presidente, e por isto faço este registro. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra, para encaminhar a favor, o Constituinte Lysâneas Maciel.

**O SR. CONSTITUINTE LYSÂNEAS MACIEL:** – Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, na verdade estamos examinando aqui, hoje, no papel das Forças Armadas, vários paliativos. Vejo que há até emendas que dizem que, se houver extravasamento, por parte das Forças Armadas, haveria punição. Há outras emendas que punem o golpe contra as instituições com uma série de providências e uma série de penas.

Sr. Presidente, nos esquecemos, e quero chamar a atenção, brevemente, de que o processo de militarização do País sofreu, segundo um estudo feito pela Universidade de Campinas, um processo singular. Portanto, o processo de desmilitarização do País tem também que sofrer um processo semelhante. Na verdade, assistimos, há poucos dias, aos tanques do Exército invadir a Companhia Siderúrgica Nacional, e também invadir Itaipu, para conter reivindicação legítima dos trabalhadores. Então, quem é que se coloca na posição de árbitro do que é legal do que pode ou não ser feito e do que pode ou não ser reivindicado? São as Forças Armadas, num papel inadequado, para o qual elas não foram criadas, mas vivido por elas neste País. Aí, sim, é que estamos querendo tapar o sol com a peneira. O árbitro das crises ainda é o militar. Precisamos, então, começar, esse período de transição que estamos agora iniciando e que está longe de ser efetivado, por culpa inclusive dos setores civis. O Presidente da República se colocou ao lado do que existe de mais retrógrado e conservador que existe nas Forças Armadas, Sua Excelência hoje é um serviçal obediente desses setores e para transformar este País numa verdadeira democracia, precisamos desmilitarizá-lo. Aqui defendemos a participação dos militares em todos os processos da vida civil. O militar tem o direito e o dever de participar, mas deve ser como cidadão comum e não como uma corporação, falando em nome da Marinha, do Exército ou da Aeronáutica.

Qual o critério da reivindicação do capitão que invadiu uma prefeitura no Paraná para reivindicar melhores condições de trabalho? Qual a diferença que deve existir entre aquele capitão e os trabalhadores de Volta Redonda ou de Itaipu? Nenhuma. Mas é porque os militares estão colocados como árbitros, e essa situação de tutela, de arbítrio dos militares não está permitindo a verdadeira redemocratização do País. Queremos a participação dos militares, mas através das franquias democráticas que existem no País e não através de recados, de advertências, através de admoestações, através da interpretação do que é ordem, do que é desestabilização da ordem democrática neste País. É este o dilema que temos diante de nós, na verdade; é este o desafio que tem aqui o período de transição.

José Sarney é sempre aquele estadista menor que todos conhecemos. Sua Excelência não está interessado, está-se colocando exatamente debaixo da orientação desses setores mais retrógrados, os setores mais retrógrados, mais conservadores e que se locupletaram, até certa época, se beneficiaram das maiores falcaturas que já existiram neste País. Nunca tivemos coragem de criticar os militares, não porque eles fossem mais honestos ou mais capazes do que os civis. Não os criticávamos por medo, e hoje temos receio de desestabilizar o processo de transição. Na verdade, por que um capitão pode invadir uma prefeitura e pleitear com justiça melhores salários? E por que os trabalhadores não podem fazer o mesmo? Na verdade, ou temos coragem de iniciar o processo de desmilitarização, ou essa tutela, esse arbítrio continuará e não haverá medida paliativa, como alguém que propõe aí: "É proibido dar golpe neste País". Vamos estabelecer uma pena para os militares ou, então, vamos passar a mão na cabeça dos militares, na verdade, esses civis não estão contribuindo em nada para um grupo de patriotas que existe dentro das Forças Armadas, um grupo muito maior do que se imagina, um grupo muito mais conseqüente do

que se imagina, que lutou pelos princípios democráticos, e que está aí também insatisfeito com essa situação que perdura no País. Ou temos a coragem de enfrentar isto ou não haverá transição democrática.

De repente, dependemos do humor do General Leonidas. O General Leônidas diz que o mandato do Presidente José Sarney é de seis anos; o General Leônidas diz que a estabilidade pode prejudicar o regime; o General Leônidas diz que não pode dar anistia e este Congresso, submissamente, vai atender a esses reclamos militares.

Então, vamos vestir a carapuça, mas não vamos dizer que temos soberania ou liberdade, que esta Assembléia é livre e soberana, porque, na verdade, soberania, como liberdade, não é um conceito que se pode adotar pela metade; ou se tem soberania ou não se tem soberania; ou se tem liberdade ou não se tem liberdade, mas nunca se tem meia liberdade nem meia soberania.

Portanto, na verdade, aqui hoje estamos votando uma série de paliativos, uma série de medidas, medidas que revelam medo, revelam subserviência, revelam pouca independência. Poucos têm coragem de dizer aqui, por exemplo: esse militarismo requentado que representou alguns pronunciamentos militares ultimamente ouvidos. É a velha história do Brasil potência militar, que representa, na verdade, a ideologia dos dominados, nem sequer a ideologia dos dominantes. É por isso que podemos ser o quinto país exportador de armas no Mundo e o país onde o brasileiro comum não tem feijão, não tem arroz para se alimentar. É o 75º em matéria de miséria. Exportar armas a preços de trabalhadores, a preço vil, é ao que estamos assistindo.

Portanto, não é uma medida contra os militares. É uma medida a favor dos militares sadios. Com 0,10%, segundo a opinião de abalizados militares reformados, podemos fazer um exército eficiente, um exército bem pago, um exército bem remunerado para atender à defesa externa do País. Dois terços das Forças Armadas se destinam precisamente às intervenções internas no País. É só dizer que tipo de treinamento eles recebem; que tipo de armamento eles recebem, e em que tipo de localização eles estão para saber se eles se destinam a defender o Brasil externamente ou se destinam, na verdade, a intervir internamente com esse pretexto de desestabilização, desordem, como está ocorrendo agora.

Um militar pode dar uns "cascudos" num funcionário de uma Prefeitura no Paraná, agora, os trabalhadores, através dos seus sindicatos não podem fazê-lo. O processo de militarização no País, sofreu, segundo observadores abalizados, um roteiro totalmente singular e o processo de desmilitarização, da destituição militar também tem que sofrer esse mesmo efeito.

Portanto, cabe a nós decidirmos se somos realmente livres e soberanos ou se ainda estamos de baixo dessa tutela e desse arbítrio totalmente inaceitável para uma Assembléia livre e soberana.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra o Constituinte Gerson Peres, para encaminhar contrariamente a emenda.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente e prezados colegas, quem se dá ao necessário trabalho de fazer uma análise histórica do papel das Forças Armadas nas Constituições brasileiras desde 1824, vai verificar que elas sempre estiveram dentro deste mesmo processo de defesa de ordem interna. Nenhuma delas retirou as Forças Armadas desse processo. O que se deve discutir sobre o papel das Forças Armadas, não é simplesmente uma forma redacional da Constituição; as Forças Armadas são armadas, e elas detêm, realmente por isso, um papel muito mais forte dentro do contexto dos seus relacionamentos com a sociedade.

O que o Constituinte José Genoíno esqueceu-se de analisar, juntamente com o ilustre Constituinte Lysâneas Maciel foi o papel cultural que elas desenvolvem no processo político brasileiro; elas são um ponto importante deste papel. Não se fez nenhuma transformação política, social no País sem que tivéssemos precedendo a esse desenvolvimento uma questão militar. Esta é que é a grande realidade! Por incrível que pareça, prezados colegas, as Constituições de 1824 e 1891, no que diz respeito ao papel das Forças Armadas, foram muito mais hábeis, inteligentes, do que as outras; as de 4, de 46 e a de 67. Estas três últimas é que, pela sua forma redacional, colocaram as Forças Armadas como papel de quarto poder.

No Império, as Forças Armadas se relacionavam com a Assembléia Geral até para importação de equipamentos militares; para elaboração dos seus orçamentos, para a formação dos seus efetivos as Forças Armadas vinham à Assembléia Geral discutir com os Parlamentares, e havia um entrosamento maior no relacionamento das atividades administrativas das Forças Armadas com as atividades políticas do Congresso. Havia mais uma afinidade, e o golpe, portanto, se distanciava cada vez mais das intenções dos militares. E não tivemos nenhum golpe, a não ser em 1891, por força de mudança do sistema monárquico de governo para o sistema republicano. Assim mesmo a Constituição de 1891 conseguiu inserir no seu texto este mesmo equilíbrio de relacionamento, e só em 1930 é que tivemos, por uma questão militar novamente, um novo golpe, uma nova transformação e por ele surgiram as grandes conquistas dos trabalhadores. A Legislação do Trabalho que está aí foi força de uma revolução de 1930, trazida pelos militares.

Não defendo o militarismo como um princípio – aí estou errado – defendo, sim, o papel das Forças Armadas como compatível com as nossas conquistas e as nossas tradições. Quero lembrar aos prezados colegas que as nossas Constituições de 1946 e de 1967 reservam este mesmo papel.

O Projeto Bernardo Cabral está muito melhor redigido do que a emenda que se propõe, e se integra mais a este papel histórico. O que deveríamos fazer para que as Forças Armadas evitassem os golpes tão censurados e verberados por todos nós, tão criticados até como uma dose muito grande de injustiça no que diz respeito ao papel de determinados militares, por certos parlamentares?

Deveríamos, isto sim, ter a sabedoria política de trazer as Forças Armadas para discutir dentro do Congresso as suas atividades; quer no setor econômico, no campo da fiscalização orçamentária; quer no setor de segurança nacional, na Comissão de Segurança Nacional; quer no que diz respeito ao processo de adidos militares, no campo da Comissão de Relações Exteriores do Congresso Nacional. Se aqui vivessem os militares discutindo conosco o seu papel em relação ao desenvolvimento do País, nós não teríamos muitos golpes ou nenhum golpe mais.

O que temos é que trabalhar para politizar as Forças Armadas, para profissionalizá-las cada vez mais e aí sim, haveremos de ter um relacionamento maior. E no dia em que a classe política se dispuser a se relacionar mais com as Forças Armadas, aí nós não teremos mais golpes neste País. O distanciamento é que força aqueles que têm armas a depor os que não as têm e também, muitas vezes, o péssimo comportamento; o comportamento impatriótico da classe política força os quartéis a saírem com as armas e reporem esse comportamento dentro de um processo normal.

Sr. Presidente, pediria aos colegas que rejeitassem a emenda do Constituinte José Genoíno, a fim de que pudéssemos caminhar normalmente no processo do Projeto Cabral, porque ele nos parece o mais correto. **(Muito bem!)**

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o que pretendo é discutir o texto do Substitutivo para o qual tive a valiosa e efetiva colaboração do eminente Constituinte Fernando Henrique Cardoso.

Sr. Presidente, não me quero perder no lado da emoção porque quem lê o texto constitucional vê, no seu conjunto de normas, uma afirmação do poder político legitimamente constituído. Não há, em nenhum instante, Sr. Presidente, dentro do art. 160, quem deixe de vislumbrar que ali foram eliminados todos os resquícios da chamada tutela militar, que ouvi ainda há pouco.

Ouvi o eminente Constituinte José Genoíno declarar que este texto legitimaria o uso da violência por parte dos militares. Entendo que é aqui que se faz a confusão. A instituição das Forças Armadas é séria e com elas não se podem confundir os militares que a denegriram no passado. E falo muito à vontade, porque foi num Governo militar que fui cassado e perdi dez anos de meus direitos políticos. Por esta razão até é que vejo ser esta a melhor oportunidade – desvinculado de qualquer revanchismo – para mostrar que as Forças Armadas, neste texto, estão subordinadas ao poder civil.

Observem que se faz menção aos poderes constitucionais.

Vamos supor que, de uma hora para outra, haja denúncia de fraude eleitoral em determinado Estado, envolvendo o seu Governador. A Polícia Militar não poderia ser chamada, pois cabe ao Exército, nessa hora, a apuração dos fatos.

Fala-se que os militares – nova confusão com a instituição – invadem, como invadiu, ainda há pouco, um capitão, que, em decorrência, está preso. Nem por isso a nossa Constituição, neste projeto substitutivo, deixou de consagrar que era livre a greve no Capítulo "Direitos Sociais" para os trabalhadores.

Não é esse o caminho. Quando se declarava que nenhuma Constituição moderna do nosso continente abordava o assunto, o Constituinte José Fogaça trouxe-me o art. 132 da Constituição da Venezuela, onde as Forças Armadas nacionais ficam devendo respeito à Constituição e às leis – quase uma repetição deste substitutivo, apenas com menos condição.

Aqui, as Forças Armadas se destinam à defesa da Pátria, mas são convocadas à garantia dos Poderes constitucionais. Conseqüentemente, este Poder, num processo democrático, tem condições de resolver a sua convocação.

Não é verdade – e não tenho por que deixar de registrar, seria sobretudo um contorcionismo político que não me habituei a ter, nem uma neutralidade oportunista que o Presidente José Sarney seja um serviçal. Acho que o termo é violento quando se embute uma acusação dessa natureza; ele é o Comandante-em-Chefe das Forças Armadas. Quem a ele presta obediência são as Forças Armadas. E não é verdade, porque o conheço há quase trinta anos, que o General Leônidas Pires Gonçalves não seja um demotrata.

Sr. Presidente, esta Casa tem que ter um raciocínio objetivo e não o lado emocional subjetivo para, ao invés de discutir o artigo se perder no labirinto de discussões estéreis.

O texto é bom, o texto é aprimorado e por esta razão o destaque pedido pelo eminente Constituinte José Genoíno tem a negativa da Relatoria. A Relatoria vota contra, pela permanência do texto.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Srs. Constituintes, de acordo com os Regimentos das Casas, iniciada uma votação ela não pode ser interrompida. E pelo Regi-

mento Interno do Senado, inicia-se a votação a partir do momento em que se encaminha a votação.

Nós estamos em votação e em consequência da falta de luz, que se deu ainda há pouco, há uma pane no sistema eletrônico. Assim, vamos proceder à votação nominal desta matéria.

Em votação

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Haroldo Sabóia, Nelton Friedrich, Paulo Ramos, Sigmaringa Seixas, Antonio Mariz, José Carlos Greco, Jorge Hage, Octávio Elísio, Vicente Bogo, Vilson Souza, Brandão Monteiro, José Maurício, Lysâneas Maciel, Plínio Arruda Sampaio, José Genoíno, Aldo Arantes, Roberto Freire e Jamil Haddad. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Artur da Távola, Bernardo Cabral, Carlos Sant'Anna, Cid Carvalho, Egídio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Gasparian, Fernando Henrique Cardoso, Francisco Pinto, Ibsen Pinheiro, João Calmon, José Fogaça, José Richa, José Ulisses de Oliveira, Manoel Moreira, Mário Lima, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nilson Gibson, Oswaldo Lima Filho, Antônio Britto, Virgildásio de Senna, Chagas Rodrigues, Daso Coimbra, Délio Braz, João Agripino, José Maranhão, José Tavares, Michel Temer, Miro Teixeira, Roberto Brant, Ziza Valadares, Alcení Guera, Geovani Borges, Arnaldo Prieto, Carlos Chiarelli, Edme Tavares, José Lourenço, Inocêncio Oliveira, José Lins, José Santana de Vasconcellos, Anibal Barcellos, Luís Eduardo, Mário Assad, Oscar Corrêa, Paulo Pimentel, Ricardo Fiúza, Sandra Cavalcanti, Furtado Leite, Jofran Frejat, Jonas Pinheiro, Gilson Machado, Mozarildo Cavalcanti, Ricardo Izar, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Gerson Peres, Jarbas Passarinho, Virgílio Távora, Adylson Motta, Francisco Rossi, Ottomar Pinto, Adolfo Oliveira e José Maria Eymael.

**ABSTENÇÃO** do Senhor Constituinte Celso Dourado.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram **SIM** 20 Constituintes; votaram **NÃO** 64 Constituintes; absteve-se de votar 1 Constituinte, Total: 85 votos. O Destaque foi **rejeitado**.

**O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO MONTEIRO:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra V. Ex.<sup>a</sup> pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO MONTEIRO:** – Sr. Presidente, eu peço a palavra para dar um esclarecimento à Comissão de Sistematização e à Casa, a respeito da retirada da assinatura do chamado documento "Centrão" dos Constituintes do PDT. Por informações que foram passadas à imprensa, que a liderança do PDT teria obrigado aos Srs. Constituintes retirar, não é verdade. Mas eu acho, que os líderes desse movimento têm obrigação moral de desmentir as notícias que estão publicadas nos jornais, que os empresários estão empregando 35 milhões de dólares para garantir a posição do Centro Democrático, em defesa dos interesses dos empresários. E mais, a denúncia é grave na medida em que diz estão-se reunindo no Hotel Nacional, onde foram alugados quatro andares, os empresários estão pagando 70 milhões de cruzados. Nós não devemos vir à tribuna só para criticar a imprensa quando crítica a Assembléia Nacional Constituinte como já fizemos. E V. Ex.<sup>a</sup> ao me conceder a palavra está sendo magnânimo, como nós já o fomos e outros Constituintes quando vieram à tribuna denunciar manobras no Palácio do Planalto tentando desmoralizar a Assembléia Nacional Constituinte e a imprensa como fez a Constituinte Sandra Cavalcanti.

Os líderes desse movimento para a boa honra da Assembléia Nacional Constituinte devem publicamente explicar se é verdade que estão financiados pela União Brasileira dos Empresários, que o Constituinte Luiz Salomão fez essa denúncia há três meses da Tribuna da Assembléia Nacional Constituinte – o Constituinte Afif Domingos se achou ofendido e, inclusive, ingressou com um processo no Supremo Tribunal Federal contra o Constituinte Luiz Salomão.

As notícias estão aí e é extremamente grave que a Assembléia Nacional Constituinte tenha um grupo que esteja sendo sustentado por empresários para defender os seus privilégios. Era a colocação que eu queria fazer aqui na Comissão de Sistematização. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Recebo a colocação de V. Ex.<sup>a</sup> e me permito fazer algum comentário. Em primeiro lugar, a denúncia apresentada pelo Constituinte da Bancada de V. Ex.<sup>a</sup>, Luiz Salomão, teve a repulsa imediata, inclusive, do PDS oficialmente e particularmente de pessoas indicadas nominalmente na denúncia, que eram Amaral Netto, Delfim Netto e Roberto Campos. V. Ex.<sup>a</sup> se refere ao Constituinte Afif Domingos que teria promovido uma ação. Parece-me extremamente precária que se tome como informação definitiva aquilo que pode ser uma manobra também de neutralização e de intimidação das pessoas. Mas, creio que V. Ex.<sup>a</sup> tem razão quando exige que os líderes desse movimento – e me associo à colocação de V. Ex.<sup>a</sup> nessa fase – e creio que cabe a eles uma palavra, porque não posso admitir que em meio de 280 ou 300 pessoas que se encontram hoje já comprometidas com esse movimento de centros chamados que haja mercenários que vendam a sua alma, o seu voto a qualquer que seja o tipo de dinheiro que lhes seja oferecido. Por isso cabe a eles uma explicação.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LOURENÇO:** – Sr. Presidente, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LOURENÇO:** – Acho isso uma denúncia tão grave e as pessoas que se preocupam tanto em defender a imagem da Assembléia Nacional Constituinte fazer uma denúncia desse tipo, me parece que essas pessoas, sim, estão levando à opinião pública do nosso País uma imagem que não é mais negativa, é o fim da Assembléia Nacional Constituinte. Eu acho que essas acusações não podem ficar no vago, elas têm que dizer são estes, aqueles e esses e provarem. A Nação e nós repudiamos esse tipo de manobra dessa esquerda irresponsável. Nós não aceitamos, em nome do País ao qual pertencemos solidariamente – e interpretamos, creio a vontade daqueles que para aqui nos trouxeram – não aceitamos esse tipo de pecha, nós não aceitamos esse tipo de invólucro, nós não aceitamos e repudiamos com toda a veemência que alguém que se diz defensor permanente do bom nome da Assembléia Nacional Constituinte de nosso País seja o primeiro a atacá-la e feri-la mortalmente. Se alguém recebeu dinheiro devem ser eles próprios mas não os homens de bem ao qual todos nós nos incorporamos.

**O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO MONTEIRO:** – Sr. Presidente, eu não fiz aqui acusação contra ninguém e se soubesse eu o faria e daria o nome; o que eu disse foi o que a imprensa está publicando e em nome da Assembléia Nacional Constituinte solicitei que os líderes do movimento falassem a respeito. Eu não fiz aqui nenhuma acusação e V. Ex.<sup>a</sup> é testemunha em defesa da Assembléia Nacional Constituinte embora ontem aqui em Brasília os empresários se tenham organizado para fazer uma campanha contra a Assembléia Nacional Constituinte. O Constituinte José Lourenço, como sempre, confunde tudo, talvez de acordo com seus próprios interesses.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Estamos encerrando a reunião e eu não vou transformá-la, como ontem aqui se fez, em um diálogo muito doloroso para nós, a partir do momento que as pessoas tomavam o microfone para transformá-la numa luta entre o Brasil e os Estados desenvolvidos brasileiros.

Espero também que tanto a Maioria como a Minoria se comportem dentro de uma democracia.

O direito da Maioria deve ser respeitado pela Minoria, e os direitos da Minoria devem ser respeitados pela Maioria.

**O SR. CONSTITUINTE ALDO ARANTES:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Concedo a palavra a V. Ex.<sup>a</sup> se for para uma nova questão de ordem, para assunto novo. A matéria anterior, para mim, está encerrada e peço a V. Ex.<sup>a</sup> que me poupe.

**O SR. CONSTITUINTE ALDO ARANTES:** – É um assunto novo, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Sendo uma nova questão concedo a palavra a V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE ALDO ARANTES:** – Sr. Presidente, há algum tempo fiz uma questão de ordem a V. Ex.<sup>a</sup> a com relação aos ataques de que estava sendo vítima a Assembléia Nacional Constituinte; ataques que vinham de editoriais dos jornais **O Estado de S. Paulo**, de **O Globo**, de empresários, etc. Fiz uma proposta concreta a V. Ex.<sup>a</sup> que, inclusive, de uma maneira muito objetiva e rigorosa, numa reunião feita pela Mesa da Comissão de Sistematização com a da Assembléia Nacional Constituinte e com os Líderes dos Partidos, encaminhou a proposta de realização de um programa de televisão, em defesa da Constituinte. Hoje, Sr. Presidente, está aqui no **Jornal de Brasília**:

"Empresário acusa a Constituinte de subverter a ordem econômica."

Ora, Sr. Presidente, está sendo feita uma campanha, esta sim – não quero entrar no mérito das consequências internas que isso tem, mas no mérito de que está havendo uma campanha, com muito dinheiro, com muita "grana", pelos empresários articulados, os industriais, latifundiários e banqueiros, com o objetivo de desmoralizar a Assembléia Nacional Constituinte e, aí sim, acho que todos nós temos o dever de sair em defesa da Assembléia Nacional Constituinte. Não vi daqui, nenhum ataque mais violento, dos setores conservadores desta Casa, dessa natureza. Isto acho inaceitável, porque esta Comissão de Sistematização foi composta e pode haver questionamento acerca de como foi ou não composta, mas, de qualquer maneira, isto é de nossa responsabilidade.

O que estamos sentindo é que está havendo uma campanha. Fala-se, aqui, que se procura subverter a ordem; há afirmações do Presidente da União Brasileira dos Empresários de que o que se pretende é, exatamente, colocar abaixo o capitalismo e a ordem econômica natural. Não Não sei o que é ordem econômica natural.

Então, quero solicitar a V. Ex.<sup>a</sup> que volte a insistir com o Presidente da Assembléia Nacional Constituinte. Não é possível que quando nós estamos trabalhando nos finais de semana, sábados e domingos, comece a crescer, nessa amplitude, a campanha contra a Assembléia Nacional Constituinte e fiquemos de braços cruzados. A omissão, seja dos Constituintes, seja da Mesa da Assembléia Nacional Constituinte, é uma convivência com esses ataques. Quero, portanto, pedir a V. Ex.<sup>a</sup> que reitere a solicitação feita por mim, e encaminhada por V. Ex.<sup>a</sup>, de que esta Assembléia Nacional Constituinte venha a público esclarecer ao povo o que está acontecendo; porque, infelizmente,



inclusive trabalhadores que estão sendo beneficiados pelas decisões tomadas aqui não estão tendo sequer a clareza do que aqui está acontecendo.

Acho que é necessário que este Poder venha a público, de uma maneira sistemática, para comunicar ao povo brasileiro a campanha que está sendo feita e dizer quais foram as conquistas por eles obtidas até agora.

Era o que tinha a dizer. (**Palmas**)

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Ainda bem que V. Ex.<sup>a</sup> se recorda de que a primeira proposta de V. Ex.<sup>a</sup> foi por mim levada à Mesa. V. Ex.<sup>a</sup> e eu pertencemos à Minoria, nesta Casa, e estamos sendo governados pela Maioria. O número de vezes que, neste microfone, se tem pedido, instado e insistido insistentemente sobre a mesma matéria, já chega a saturar e acho que cabe a cada um de nós a razão de reclamar providências que sejam mais objetivas e mais urgentes.

Acolho a palavra de V. Ex.<sup>a</sup> e, diante da solicitação do Relator, retifico o horário para a reabertura da reunião que se fará às 15 horas e 30 minutos, porque a estamos interrompendo às 13 horas e 30 minutos.

## V – SUSPENSÃO DA REUNIÃO

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A Presidência vai suspender os trabalhos, convocando os Senhores Constituintes para a continuação da presente reunião, hoje, 6-11-87, às 15:30 horas.

Está suspensa a reunião.

(**Levanta-se a reunião às 13 horas e trinta minutos**)

## EM 6 DE DEZEMBRO DE 1987 (2)

Presidência dos Srs.: **Aluizio Campos**, Primeiro-Vice-Presidente; **Afonso Arinos**, Presidente; **Fernando Henrique Cardoso**, Quarto-Vice-Presidente.

## I – REABERTURA DA REUNIÃO

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Havendo número regimental, declaro reaberta a reunião.

## II – ORDEM DO DIA

### VOTAÇÃO DO PROJETO DE CONSTITUIÇÃO TÍTULO V (FINAL)

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Passa-se ao Destaque nº 5734, do ilustre Constituinte Carlos Alberto Caó, sobre a Emenda nº ES-30896-3. Estamos começando a votar o Capítulo II, Das Forças Armadas – art. 160.

Em votação a preferência requerida.

Os Srs. Constituintes que a aprovam queiram permanecer sentados. (**Pausa**)

Está aprovada a preferência.

O nobre Constituinte Carlos Alberto Caó não se encontra presente. Fica prejudicado o Destaque.

**Destaque nº 006537-87 – Emenda nº 29886-1, do Sr. Lysâneas Maciel, "que modifica o art. 160 do Substitutivo nº 2".**

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Passa-se ao Destaque nº 6537, sobre a Emenda nº 29886-1, do ilustre Constituinte Lysâneas Maciel.

Em votação a preferência.

Os Srs. Constituintes que a aprovam queiram permanecer sentados. (**Pausa**)

Aprovada.

O texto da emenda é o seguinte:

Art. As Forças Armadas, constituídas pela Marinha de Guerra, Exército e Aeronáutica Militar, são instituições nacionais permanentes, subordinadas diretamente ao Ministério da Defesa, sob o comando supremo do Presidente da República que será o Comandante Geral da Força e o único com o posto mais elevado – Almirante de Esquadra, General de Exército ou Tenente Brigadeiro.

Parágrafo único. Todos os oficiais gerais que hierarquicamente, ou por antiguidade no posto, antecederiam no respectivo quadro o Comandante Geral da Força nomeado pelo Presidente da República, serão automaticamente transferidos para a reserva quando do ato da nomeação.

Art. As Forças Armadas destinam-se a defesa externa do País.

Art. As Forças Armadas, em tempo de paz, terão o total de seus efetivos limitados a um décimo do total da população do País e seus gastos totais não poderão ser superiores a cinco por cento do orçamento da União, conforme regulamentação em lei ordinária.

Tem a palavra o autor do Destaque, Constituinte Lysâneas Maciel, para o encaminhamento a favor.

**O SR. CONSTITUINTE LYSÂNEAS MACIEL** – Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes: sem qualquer laivo de emoção, conforme fui acusado esta manhã, mas tento somente chamar a atenção dos Srs. e Sr.<sup>as</sup> Constituintes para o processo de transição democrática por que está passando o País.

Aqui, o que se discute é exatamente a formação das Forças Armadas como instituições nacionais e permanentes, e definindo com muita precisão o seu papel, a fim de que este País possa operar tranquilamente o processo de transição.

Chamo a atenção dos Srs. e Sras Constituintes para o seguinte:

"A penetração do militarismo nos diversos aparelhos do Estado brasileiro foi implantada de forma única, não existindo no mundo caso similar. Por isso mesmo, o processo de desmilitarização tem que ser feito de forma única também."

Essa foi a conclusão final de uma discussão levada a efeito na Universidade de Campinas, a propósito da desmilitarização e do processo de redemocratização do País:

I – Os constituintes de 87 não ignoram a permanência do regime civil-militar que não foi banido da vida brasileira. A manutenção da influência dos militares na vida pública não se dá somente através dos "recados e advertências" que fazem vez por outra, quando alguém ou algum grupo parlamentar luta para incluir na Constituição determinadas reivindicações populares, mas é muito mais forte quando dão sustentação ao atual Presidente com tudo o que ele representa de retrógrado e conservador.

"O período de transição do autoritarismo para a democracia ora em curso e a consolidação do regime democrático pressupõem que medidas sejam tomadas para neutralizar os fatores que têm conduzido as Forças Armadas ao papel de árbitro da crise e à tutela da sociedade civil.

Este objetivo será alcançado quando todos os segmentos sociais, particularmente o dos militares, se compenetrarem de que os conflitos ocorrentes no processo político deverão ser resolvidos exclusivamente através de recursos

oferecidos pelas franquias democráticas e do ordenamento jurídico, sem interferências estranhas e indesejáveis no cenário político."

O que permanece é a visão da Escola Superior de Guerra, voltada para a construção de um Brasil-Potência-Militar que não pode permitir as mudanças estruturais necessárias à vida nacional. Os grupos militares que empalmaram o poder não conseguiram evoluir desta visão que vem dos tempos áureos de Golbery – o mesmo General que alugou suas estrelas à multinacional – não se apercebeu que isso é uma ideologia dos setores dominados. Não conseguem, também, entender a dura realidade que aponta em outra direção: jamais conseguiríamos, e nem os militares conseguirão também, alcançar este objetivo de Brasil-Potência-Militar, sem primeiro analisar detidamente as relações capital-trabalho que imperam nas economias atrasadas ou dependentes, como a do Brasil.

Não percebem que esse aliado temporário, o empresariado nacional, agora está muito excitado com alguns pequenos e ligeiros avanços que esta Constituinte teve. E notem bem os Srs. Constituintes: qual é a posição que esses que defendem a chamada revogação daqueles avanços que esta Assembléia Nacional Constituinte conseguiu? Imaginem, Srs. Constituintes, se conseguirem revogar as 44 horas de trabalho, aquela ligeira estabilidade, e outros avanços; como é que eles ficarão perante a opinião pública, quando isto foi conseguido numa Assembléia Nacional Constituinte dominada ainda sob o influxo severo dos setores militares?

O que permanece, então, é esta visão da Escola Superior de Guerra e dos generais do tipo Golbery. Não percebe que seu aliado temporário, o empresariado nacional, que hoje as manchetes dos jornais denunciam que está alugando grandes conjuntos de salas, está movimentando grandes quantidades de dinheiro, a fim de modificar a orientação da Assembléia Nacional Constituinte.

Necessita esse empresariado de mão-de-obra barata para alcançar seus propósitos de lucro e para ter maior competitividade.

Se dúvidas houvesse contra isso, se realmente estivessem atentos os setores militares para o que fazem o empresário nacional e internacional, esse empresariado que não tem nada a ver com aquele empresariado legítimo que tem verdadeira preocupação com o destino da Nação, bastaria o exemplo de hoje, do cartel internacional, a Autolatina, que disse: – "Eu não obedeco às leis deste País." – "Eu não obedeco às determinações do Ministério da Fazenda." – "Eu não obedeco às determinações do Conselho Interministerial de Preços." – "Eu vou fazer o preço que eu quero e não acontecerá nada e não vai acontecer nada." É o Wolfgang Sauer, Presidente da Autolatina, do monopólio que está extinguindo, que está esmagando várias indústrias nacionais, que faz essas declarações todos os dias; – "Não obedeco às leis deste País." É o mesmo Wolfgang Sauer da Brasilvest, são os mesmos homens que dizem: "Essa lei que existe para o empresariado nacional não existe para nós, para os "trustes" internacionais, para os monopólios e cartéis." A Autolatina já foi condenada várias vezes pelo próprio Ministério da Justiça, e simplesmente ignora, dizendo: – "Não obedeco às leis deste País".

Na verdade esses setores mais atrasados, mais insensíveis, estão plantando uma sementeira de violência nesse País e, na verdade, não estão se apercebendo que as desigualdades que estão criando geram bolsões de pobreza, em proporções arrasadoras, uma raça mal nutrida, uma raça analfabeta, uma raça doente.

2 – Na verdade as concessões especiais moldadas pelo autoritarismo permanecem fazendo com

que a "casta" militar goze de excepcionalidades que contribuem mas ainda para a sua alienação – dessas mesmas classes militares – e para a sua miopia.

3 – Por causa destas ligações e de sua percepção da realidade social é que os militares vêm nas reivindicações populares "desordem", "desestabilidade" e "ameaças à democracia".

Chamei a atenção hoje, Sr. Presidente, e não consegui a sensibilidade do ilustre Relator que falou que o Capitão que invadiu uma prefeitura, reivindicando legitimamente melhoria do seu salário, é o mesmo Capitão de uma outra guarnição, lá em Volta Redonda, que invadiu com um "Urutu", para conter as reivindicações dos operários.

E S. Ex.<sup>a</sup> o Relator disse que o Capitão está preso. Ele se esqueceu de dizer que os 19 operários que foram demitidos continuam investidos em suas funções sindicais debaixo de uma sentença judicial, continuam despedidos e continua a plantação dessa sementeira de violência neste País, a pretexto de desestabilização, a pretexto de desordem e a pretexto da manutenção de uma ordem que só interessa às grandes multinacionais que proclamam o seu desrespeito.

Onde está a segurança nacional diante da manifestação da Autolatina? Onde está a segurança nacional diante dessa tentativa de cercear os legítimos avanços?

Portanto, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, quero apenas esclarecer aqui. Este é o momento oportuno para acabar com o fosso que existe entre as Forças Armadas e a sociedade brasileira, e nós não podemos estabelecer privilégio ao militarismo, respeitando os militares; nós, aqui, como outros parlamentares, defendemos os direitos dos militares e até o dever de os militares participarem como cidadãos comuns; ...

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – O tempo de V. Ex.<sup>a</sup> está esgotado.

**O SR. CONSTITUINTE LYSÂNEAS MACIEL:** – ... defendemos o direito de eles serem candidatos, não apenas os oficiais superiores, mas também os marinheiros e os praças de pré. Nós defendemos essa igualdade e os mecanismos democráticos propiciam essa oportunidade, que tem que ser usada em igualdade de condições e não como corporações militares.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Concedo a palavra, para encaminhamento contra, ao eminente Constituinte Virgílio Távora.

**O SR. CONSTITUINTE VIRGÍLIO TAVORA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Seremos o mais breve possível ao tratar de assunto cuja importância e gravidade não precisam ser enfatizadas.

O que deseja o nobre Constituinte Lysâneas Maciel? No art. 1º de sua proposição, diz que:

"As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, Exército e Aeronáutica são instituições nacionais permanentes, subordinadas diretamente ao Ministério da Defesa, sob o comando supremo do Presidente da República que será o Comandante-Geral das Forças e o único com o posto mais elevado – Almirante de Esquadra, General de Exército ou Tenente-Brigadeiro.

Parágrafo único – Todos os oficiais gerais que hierarquicamente ou por Antigüidade no posto antecederiam no respectivo quadro o Comandan-

te-Geral da Força nomeado pelo Presidente da República serão automaticamente transferidos para a reserva quando do ato da nomeação."

Não vamos ler nem o artigo seguinte.

O que diz o autor da emenda? Que é uma forma justamente de controlar as Forças Armadas e evitar a repetição do passado.

Srs. Constituintes, com ligeira nuance, o que os Srs. estão vendo aqui é, nada mais nada menos, o quadro que emoldura todas as Forças Armadas da vizinha nação Argentina, e o que vimos lá foi um exemplo que pode, aqui, ser colocado aos Srs. como amostra de eficiência e de subordinação ao poder civil. Ainda mais, o sistema draconiano de castas, em que a vontade do Senhor Presidente da República, escolhido a seu bel-prazer, como comandante de cada uma das três Armas – Exército, Marinha e Aeronáutica – um oficial General, e que faça, com essa escolha, irem para a reserva, indistinta e inapelavelmente, todos aqueles oficiais Generais mais antigos que ele, a tradição militar do que aqui está contido, deu os mais péssimos e funestos exemplos na nação vizinha.

Ao contrário do que é aqui afirmado, o que aqui se faz é justamente o incentivo a que as tropas, as Forças Armadas, vejam, dentro de si, penetrar a política. Isso é o testemunho de um ex-aluno da Escola Superior de Guerra, em cujo curso foi estudado o assunto, justamente além da tão decantada segurança nacional e seus conceitos os mais diversos, a organização do Ministério da Defesa, este sim, um passo avançado que, quando condições favoráveis permitirem, deveria ser instalado no Brasil. Tentou o ex-Presidente Castelo Branco, com toda a sua força, com toda a sua autoridade moral e não conseguiu; Juscelino Kubitschek, por ele, estava encantado; Ernesto Geisel também, e o exemplo que vimos, no passado, foi que, nas atuais circunstâncias, mais do que uma aventura, seria uma temeridade que nada acrescentaria à necessária paz e à tranquilidade social em que vivemos.

Por todos esses motivos, Sr. Presidente, prometemos ser breve e não enumeraremos outros, não há como acolher a proposição do eminente Constituinte pelo Estado do Rio de Janeiro.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Não há mais oradores inscritos para falar a favor da emenda. Há, entretanto, para falar contra, o Constituinte Ottomar Pinto.

Perguntaria a S. Ex.<sup>a</sup> se mantém sua inscrição, tendo em vista que já falaram o autor, a favor, e o Constituinte Virgílio Távora, contra. **(Pausa)**

Tem a palavra **O SR. CONSTITUINTE OTTOMAR PINTO:**

**O SR. CONSTITUINTE OTTOMAR PINTO:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

A Emenda do Constituinte Lysâneas Maciel é mais uma catilinária contra as Forças Armadas brasileiras do que uma proposta para se inserir no corpo permanente de uma Constituição.

Quem lê isto aqui, naturalmente imagina que os autores dessa proposta queriam colocar os militares no banco dos réus. Na realidade, os militares tiveram papel saliente no processo de transformações sociais do País. Aqui e ali cometeram erros – é inegável – mas as intervenções militares que ocorreram neste País, na realidade, ocorreram nos momentos em que havia uma ausência, um vazio de autoridade, e jamais se colocaram as Forças Armadas, nos momentos de intervenção, contra aquelas aspirações para as quais, naquele momento, a população brasileira acorria com mais intensidade, haja vista a Marcha com Deus pela Liberdade e outros movimentos que antecederam a saída dos soldados dos quartéis no dia 31 de março de 1964.

Ao mesmo tempo em que pretende amarrar, ajoujar os militares a não sei que tipo de servidão, há algumas incongruências – lamento dizer ao ilustre Constituinte Lysâneas Maciel, em que reconheço uma grande autoridade em assuntos militares nesta Casa. Por exemplo: S. Ex.<sup>a</sup>, na sua emenda, quer reduzir as Forças Armadas a 10% da população do País, isto é, quer multiplicar por dez os efetivos militares; hoje, eles não chegam a um milhão de homens; S. Ex.<sup>a</sup> quer que sejam 14 milhões de homens. Há nisto aí um verdadeiro contra-senso. S. Ex.<sup>a</sup>, ao mesmo tempo em que faz esse tipo de consideração, pretende limitar os gastos com as Forças Armadas a 10% do orçamento da União, já que sabemos que o Produto Interno Bruto brasileiro é de 300 bilhões de dólares e as Forças Armadas brasileiras, hoje, no cômputo geral das relações gastas com os militares como PIB é a mais baixa do mundo, Srs. Constituintes, é cerca de 0,4%. Houve realmente um decréscimo de gastos militares, desde que o regime de 1964 se implantou no poder. Refiro-me aos militares políticos e os militares do DOI-CODI, que não representam sequer 0,1% da estrutura militar deste País, e nem sempre, na maioria das vezes, existia um divórcio total entre aquilo que pensavam os membros do DOI-CODI e os militares políticos, com o que o cerne da instituição, voltada para os problemas da Pátria, pensava no que deveria ser o verdadeiro papel dos militares no País. Contra-sensos figuram nesta proposição, como a discriminação em relação à criação de um Ministério de Defesa, exemplo nefasto que se verificou na Guerra das Malvinas. Sabemos perfeitamente que, quando os Ministros Militares permanecem no quadro, a sua lealdade é voltada para o Poder Civil, para o Presidente da República, porque eles representam o Poder Civil na força. Quando se instituir o Ministério da Defesa, o que haverá, na realidade, será o reacendimento, a exacerbação do espírito corporativista das Forças Armadas.

Para que no Brasil haja paz, para que não haja possibilidade de intervenções, de ingerências militares na vida civil brasileira, por tudo isto é que nos contrapomos e pedimos a este Plenário que vote contra a proposição do eminente Constituinte Lysâneas Maciel.

**O SR. CONSTITUINTE LYSÂNEAS MACIEL:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. CONSTITUINTE LYSÂNEAS MACIEL:** – Sr. Presidente, naturalmente o ilustre Brigadeiro Constituinte leu mal, porque falei a 1/10%, ou seja 130 mil homens. S. Ex.<sup>a</sup> interpretou como 1 milhão e 300 mil homens. É 1/10 do total.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, falo em 5% do Orçamento. Como foi dito pelo Constituinte Ottomar Pinto, eu não falei, em momento algum, em 10%.

Em terceiro lugar, Sr. Presidente, estas informações aqui me foram dadas por militares. Para que se faça um exército bem equipado, bem pago, voltado para a defesa nacional, é preciso que se corrija 1/10 por cento.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Qual é a questão de ordem de V. Ex.<sup>a</sup>?

**O SR. CONSTITUINTE LYSÂNEAS MACIEL:** – A questão de ordem é para esclarecer que o Brigadeiro não soube ler o que está aqui na proposta. É 1/10% o que está na proposta, 130.000, e não 5%. Ele faz uma afirmação que não tem nada a ver com a realidade da proposta.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem a palavra o Sr. Constituinte Adolfo Oliveira, que falará pela relatoria.

**O SR. RELATOR (Adolfo Oliveira):** – Sr. Presidente, vou falar a favor do texto. Pediu-me o eminente Relator-

Geral, Constituinte Bernardo Cabral, realizasse uma tarefa das mais fáceis, qual seja a de defender o texto e, nada obstante o particular apreço que votamos ao ilustre Constituinte Lysâneas Maciel, que comigo reparte a honra de representar o Estado do Rio de Janeiro, demonstrar em poucas palavras que não há como acolher a emenda do ilustre representante. Só posso acreditar que a redação oficial publicada esteja truncada, porque o primeiro artigo diz simplesmente – vou lê-lo e solicito a atenção do Plenário:

"As Forças Armadas, constituídas pela Marinha de Guerra, Exército e Aeronáutica Militar, são instituições nacionais permanentes subordinadas diretamente ao Ministro da Defesa, sob o comando supremo do Presidente da República, que será o comandante geral da Força, e o único com o posto mais elevado, Almirante-de-Esquadra, General de Exército ou Tenente-Brigadeiro."

Ora, se esta redação for tomada ao pé da letra não teremos mais presidente civil, porque teremos o Almirante-de-Esquadra José Sarney, o General-de-Exército José Sarney ou o Tenente-Brigadeiro José Sarney. E logo adiante há um dispositivo enigmático, no parágrafo único:

"Todos os oficiais gerais que, hierarquicamente ou por antiguidade no posto, antecederiam, no respectivo quadro, o Comandante-Geral da Força"

e olhem que, pelo **caput**, o Comandante-Geral da Força é o Presidente da República,

"nomeado pelo Presidente da República, serão automaticamente transferidos para a reserva, quando do ato da nomeação".

Positivamente, deve haver um truncamento. Conheço e admiro, de longa data, o talento, o espírito público, a fina educação, a gentileza do nobre Constituinte Lysâneas Maciel, que é dos colegas mais estimáveis que temos nesta Casa, mas não podemos concordar com sua emenda. S.Ex.<sup>a</sup> declarou há pouco, no esclarecimento, que limitava os efetivos das Forças Armadas a 1/10% do total da população do País, mas isso não está escrito na emenda, que diz:

"as Forças Armadas, em tempo de paz, terão o total de seus efetivos limitado a 1/10% do total da população do País" – 14 milhões de pessoas armadas.

Positivamente, não iríamos aceitar uma situação assim, mas temos que nos limitar à redação que consta. A redação está truncada, Sr. Presidente, e por todas estas razões é que lamentamos não poder acolher a emenda e damos parecer no sentido de que seja rejeitada.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Em votação.

Os Srs. Constituintes tomem seus lugares para iniciarmos o processo de votação.

**O SR. CONSTITUINTE LYSÂNEAS MACIEL:** – Sr. Presidente, pergunto à Presidência se basta a correção feita de 0,1% dos efetivos, que é uma coisa lógica para todo mundo – quem acha que um efetivo que possa realmente constituir um exército bem adestrado, bem pago, ia pensar em colocar 14 milhões de elementos? –, se a minha correção feita agora serve para efeito de votação, que é 0,1% da população, ou seja, 130 mil homens, como esclareci. Isso é suficiente para esclarecer, ou não?

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Infelizmente, não! V. Ex.<sup>a</sup> poderá corrigir para efeito de Plenário, mas não mais para votação na Comissão.

Se V. Ex.<sup>a</sup> mantiver a emenda, eu a submeterei a votação.

V. Ex.<sup>a</sup> pode retirar e apresentar a emenda com o texto corrigido para discutirmos em plenário. Talvez seja a solução mais radical.

**O SR. CONSTITUINTE LYSÂNEAS MACIEL:** – Quer dizer, que, se eu a retirar, poderá ser apresentada em plenário? **(Pausa)** Então, retiro a emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Muito obrigado!

**O SR. CONSTITUINTE LYSÂNEAS MACIEL:** – Unicamente em virtude do erro de datilografia. Mantenho integralmente todos os pontos de vista.

**Destaque nº 004644-87 – Emenda nº ES-25284-4, do Sr. Chagas Rodrigues, "que modifica o art. 192 do Substitutivo 1 (Título V, Capítulo II, art. 160, do Substitutivo 2)". (365ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – V. Ex.<sup>a</sup> fica com a faculdade de a representar.

Requerimento de destaque nº 4644, do eminente Senador Chagas Rodrigues, referente à Emenda nº 25284. Em votação o requerimento.

Os Srs. Constituintes que o aprovam permaneçam sentados. **(Pausa)**

Aprovado.

A emenda tem o seguinte texto:

As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob autoridade suprema do Presidente Constitucional da República, e se destinam à defesa da Pátria e da Constituição, à garantia do livre funcionamento dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário e à preservação da ordem pública, na forma da lei.

Com a palavra o autor do Destaque para o encaminhamento a favor.

**O SR. CONSTITUINTE CHAGAS RODRIGUES:** – Sr. Presidente e Srs. Constituintes, esta nossa emenda, como se lê na justificativa, se inspira na atual redação, bem como na redação do anteprojeto Afonso Arinos.

Uma Constituição, Sr. Presidente, deve ser um documento básico, a lei maior, um documento para ser lido e entendido pelo povo, pelas diferentes camadas e não apenas pelas pessoas mais instruídas.

A nossa emenda faz ligeiras alterações no texto vigente. De acordo com o nosso entendimento, sugerimos a V. Ex.<sup>a</sup> a seguinte redação:

"As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina sob a autoridade suprema do Presidente..."

E aqui incluímos: "Constitucional".

Nós queremos libertar as Forças Armadas de Presidentes inconstitucionais.

As Forças Armadas estão organizadas com base na hierarquia e na disciplina sob a autoridade suprema do Presidente constitucional.

Nós acrescentamos o vocábulo "constitucional" da República. E se destinam, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, à defesa da Pátria. Mas não só à defesa da Pátria, nós acrescentamos "à defesa da Pátria e da Constituição". Isso é básico. Uma Constituição que tem até o efeito didático, como disse. As Forças Armadas se destinam à defesa da Pátria e da Constituição.

A Constituição para aqueles que defendem o princípio da Constitucionalidade, sobretudo em um país de hierarquia das leis, como o nosso, a Constituição é uma espécie de alma da nacionalidade. O país que não tem uma Constituição, uma lei básica, fundamental, respeitada, esse país não é uma pátria, é um aglomerado qualquer. As Forças Armadas se destinam à defesa da Pátria – nós acrescentamos – da Constituição.

O Substitutivo diz:

"A garantia do livre funcionamento dos Poderes."

Fala em poderes constitucionais. É preciso mencionar os poderes, e nós dizemos: "Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário".

Finalmente, Sr. Presidente, concluímos o texto com "a preservação da ordem pública na forma da lei". É o princípio da legalidade, porque aqui, quando diz "garantias dos poderes constitucionais" e "por iniciativa de um destes", da lei e da ordem, é a lei que deve disciplinar. Vêem V. Ex.<sup>as</sup> que apenas procuramos explicitar, não há profunda, procuramos, sobretudo, colocar as Forças Armadas sob a autoridade suprema do Presidente Constitucional da República. Dizemos que se destina à defesa da Pátria e da Constituição e, mais ainda, mencionamos os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário.

Sr. Presidente, apresentamos a emenda com o propósito de, na medida do possível, aprimorar o texto que, a nosso ver, é bom mas poderia ser, modéstia à parte, no nosso entendimento, aprimorado, e o submetermos à consideração de V. Ex.<sup>as</sup>

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** Tem a palavra, para encaminhamento contra, o nobre e Constituinte José Genoíno.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, estou encaminhando contra essa emenda, não propriamente favorável ao texto, até porque, hoje pela manhã, votamos emenda supressiva, substitutivo global, que foi derrotada. Portanto, não estou aqui defendendo o texto. Mas não poderia deixar de registrar, perante esta Comissão, que a emenda que defendi hoje pela manhã, e que foi derrotada com a argumentação do ilustre Senador Fernando Henrique Cardoso, era semelhante a uma emenda de S. Ex.<sup>a</sup> defendida na Comissão Temática.

Portanto, não estou defendendo o texto. A emenda do nobre Constituinte Chagas Rodrigues tem alguns problemas: primeiro – e chamo a atenção do nobre Constituinte –, ao dizer que as Forças Armadas defendem os três Poderes, isso aí é a defesa da ordem constitucional. Dizer que as Forças Armadas vão defender a ordem pública na forma da lei, S. Ex.<sup>a</sup> está piorando o texto. Aí S. Ex.<sup>a</sup> está transformando claramente, explicitamente, a ordem pública – vamos inclusive discutir essa questão no papel da segurança pública onde ela está explícita enquanto Ordem Pública na forma da lei. Colocar isso como função das Forças Armadas, nobre Constituinte, vai piorar o texto, portanto, precisamos votar contra esta emenda. Além do mais as Forças Armadas estão subordinadas ao Presidente da República. O nobre Constituinte sugere que seja o Presidente Constitucional, { isto é, legalmente constitucional. Claro, quando se está falando em Presidente, é o Presidente Constitucional, porque se não é constitucional, não haverá mais sentido em se discutir se as Forças Armadas vão obedecer, pois a coisa já não estará mais no terreno da lei, estará no terreno da força.

Portanto, Sr. Presidente, acho que além dessa emenda ser confusa nessas duas partes em relação à Ordem Constitucional – chamo a atenção do nobre Constituinte –

ela piora o texto, fica o termo "ordem pública", e "ordem pública" colocada nestes termos, vai fazer com que tenhamos uma lei ordinária regulamentando ordem pública para greve, para isso, aquilo, etc, e estará constitucionalmente legitimado esse tipo de intervenção.

Portanto, o meu encaminhamento é contrário à emenda e faço um apelo para que o nobre Constituinte Chagas Rodrigues retire essa emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Em votação a emenda.

Solicito aos nobres Constituintes que assumam seus lugares para que possamos iniciar a votação. **(Pausa)**

#### **(Procede-se à votação)**

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Nelson Carneiro, Chagas Rodrigues, Gerson Peres e Jarbas Passarinho. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Ademir Andrade, Almir Gabriel, Aluizio Campos, Antônio Britto, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Carlos Mosconi, Carlos Sant'Anna, Celso Dourado, Cristina Tavares, Egídio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Gasparian, Haroldo Sabóia, João Calmon, José Fogaça, José Richa, Manoel Moreira, Nelson Jobim, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Raimundo Bezerra, Severo Gomes, Wilson Martins, Antonio Mariz, Délio Braz, João Agripino, Jorge Hage, José Tavares, Michel Temer, Miro Teixeira, Nelson Wedekin, Vilson Souza, Ziza Valadares, Alcení Guerra, Aloysio Chaves, Arnaldo Prieto, Carlos Chiareli, Eraldo Tinoco, Francisco Dornelles, Inocêncio Oliveira, José Jorge, José Lins, José Santana de Vasconcellos, Annibal Barcelos, Luís Eduardo, Mário Assad, Oscar Corrêa, Paulo Pimentel, Ricardo Fiúza, Sandra Cavalcanti, Enoc Vieira, João Menezes, Jofran Frejat, Jonas Pinheiro, José Tinoco, Mozarildo Cavalcanti, Valmir Campelo, Darcy Pozza, Virgílio Távora, Adylson Motta, José Maurício, Luiz Salomão, Francisco Rossi, Gastone Righi, Ottomar Pinto, José Genoíno, Adolfo Oliveira, José Maria Eymael, Haroldo Lima, Roberto Freire, Jamil Haddad e Antonio Farias.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Está encerrada a votação.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 4 Constituintes; votaram NÃO 74 Constituintes. Total: 78 votos. O Destaque foi **rejeitado**.

Passamos, agora, ao Destaque nº 3959, do nobre Constituinte Deputado José Tavares, sobre o art. 162, Capítulo III do Título V.

Em votação a preferência.

Os Srs. Constituintes que a aprovam queiram permanecer sentados. **(Pausa)**

Está aprovada.

**A SRA. CONSTITUINTE BETH AZIZE:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem a palavra, pela ordem, a Constituinte Beth Azize.

**A SRA. CONSTITUINTE BETH AZIZE:** – Sr. Presidente, gostaria que V. Ex.<sup>a</sup> me permitisse usar a palavra e não me advertisse, porque não vou falar de nada que diga respeito à matéria que está sendo colocada em discussão ou votação. Não tenho, tampouco, qualquer dúvida regimental, no momento, para pedir a palavra ou levantar questão de ordem.

Sr. Presidente, hoje, o **Jornal do Brasil**, em matéria assinada, traz uma manchete que fere a honra não apenas da Assembleia Nacional Constituinte, mas de todos os Constituintes. A manchete diz: "Reale diz que Constituinte virou grande patifaria".

Sr. Presidente, eu, como mulher e como Constituinte, sinto-me profundamente ofendida na minha honra de Constituinte, com esta matéria veiculada no **Jornal do Brasil**, de responsabilidade de um cidadão que se diz jurista, professor, que se diz emérito, da Faculdade do Largo do São Francisco, integralista, segundo a própria matéria, e que usa uma linguagem que não é própria para com os Membros da Assembléia Nacional Constituinte. Ele poderia até discordar do que aqui se está aprovando, mas não com essa linguagem rasteira, suja. Este fato revela bem o que existe por trás de tudo isso: o propósito, a premeditação de desonrar o trabalho dos Constituintes, aqui, nesta Assembléia.

Não posso aceitar o fato desse professor, que conheci em livros manuseados apenas pelo que havia de mais podre e mais reacionário na Faculdade de Direito do meu Estado, não posso aceitar que um cidadão brasileiro, Professor de Direito, que integrou a Comissão dos Notáveis, como ele diz aqui, tenha esse tipo de linguagem para com os Membros da Assembléia Nacional Constituinte. Ele poderia até discordar do que aqui se está aprovando, mas não com essa linguagem rasteira, suja. Este fato revela bem o que existe por trás de tudo isso: o propósito, a premeditação de desonrar o trabalho dos Constituintes, aqui, nesta Assembléia.

Em razão de me sentir profundamente ofendida na minha honra como Constituinte, peço a V. Ex.<sup>a</sup> que solicite ao Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, ou que transmita a ele, o meu apelo no sentido de acionar o serviço de assistência jurídica, de assessoria jurídica dessa Assembléia, para mover uma queixa-crime contra o Professor Miguel Reale.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. **(Muito bem! Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A Presidência transmitirá o apelo de V. Ex.<sup>a</sup> em defesa da nossa Assembléia ao Presidente da Casa.

Tem a palavra o Sr. Constituinte José Tavares.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ TAVARES:** – Sr. Presidente, nobres colegas:

Esta emenda de minha autoria, relativa ao art. 162, no Capítulo "Da Segurança Pública", constituiu para mim, por ocasião da sua elaboração, o que de melhor, na oportunidade, poderíamos arregimentar como expressão do desejo das instituições que compõem a segurança pública no Brasil. Evidentemente, como nunca tive e nem tenho o direito e nem a expectativa de ser o dono da verdade, apenas procurei, como ex-trabalhador no campo da segurança pública, expressar numa emenda constitucional aquilo que, segundo o meu entendimento, era o melhor para o País.

Partindo do princípio de que, até aqui, nunca tivemos nas nossas Constituições nenhuma disposição relacionada com a segurança pública, os dias de hoje nos impõem que, como Constituintes, façamos alguma coisa neste sentido. Foi, portanto, este o espírito da minha emenda. Todavia, como forma de colaborar com o andamento dos trabalhos da nossa Comissão, com o espírito único de ajudar a construir um capítulo sobre segurança pública que possa dar à população realmente instrumentos de defesa pessoal, de defesa patrimonial, tendo em vista que o texto do Relator Bernardo Cabral, com algumas exceções, preenche tudo aquilo que imaginei um dia ajudar a construir como Constituinte, numa demonstração de absoluto espírito aberto e de disposição de me somar aos outros colegas interessados, ligados a essa área, retiro a minha emenda. Faço apelo aos meus colegas, e me coloco, inclusive, à disposição deles no sentido de que encontremos melhor texto, um texto que possa atender às aspirações do povo no nosso trabalho, porque todos nós sabemos, Sr. Presidente e nobres Colegas, da importância que é hoje, a segurança no Brasil. A segurança pública ganhou dimensão tal que hoje nós não temos como ignorar a sua importância. Ela foi, ao longo dos anos, relegada, esquecida, mas, felizmente, no momento em que nós esta-

mos desnudando as instituições, redefinindo o País nada mais oportuno do que encontrarmos um texto sobre segurança pública, que possa refletir os anseios de nossa população. Vamos deixar de lado, Sr. Presidente, o corporativismo, deixar de lado as paixões e pensar única e exclusivamente na segurança da nossa população.

Portanto, concluo dizendo que o texto do Relator Bernardo Cabral é o que tem de melhor até aqui, com algumas exceções, porque me reservo o direito, evidentemente, de ao votá-lo, fazer algumas restrições ao mesmo. Apelo aos meus colegas, em especial àqueles ligados à área, que se entendam, e eu me coloco à disposição deles, para que possamos aprovar hoje, aqui, um texto que possa traduzir os anseios da população brasileira.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A Mesa agradece a colaboração de V. Ex.<sup>a</sup>

Em votação o pedido de Destaque do nobre Constituinte Celso Dourado, sob o nº 2447, ES-25614. A votação é pela preferência.

Os Srs. Constituintes que o aprovam queiram permanecer sentados. **(Pausa)**

Aprovada a preferência.

**O SR. CONSTITUINTE MANOEL MOREIRA:** – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem a palavra, pela ordem, o Sr. Constituinte Manoel Moreira.

**O SR. CONSTITUINTE MANOEL MOREIRA:** – Sr. Presidente, formulamos ontem um recurso à Mesa, em relação à votação do inciso X do art. 23, ocasião em que foi excluída a expressão "juizado de instrução". Houve a votação de uma proposta do Constituinte Vivaldo Barbosa que, no nosso entender, estava prejudicada e, portanto, não deveria ter sido votada. Em relação a isso, solicitamos um recurso no sentido de que o Plenário se manifeste sobre esta matéria.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Com a palavra o Relator, para um esclarecimento ao Constituinte Manoel Moreira.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o eminente Constituinte Manoel Moreira dirigiu recurso a esta Presidência no sentido de que fosse esclarecido o problema da criação de juizado de instrução criminal, decorrente da aprovação de uma emenda de autoria do Constituinte Vivaldo Barbosa. A Presidência encaminhou o expediente, a fim de que esta Relatoria emitisse parecer, o que já foi feito e está sendo encaminhado à Mesa, mas para que, de logo, o Constituinte Manoel Moreira tome conhecimento, e a Casa, a Relatoria conclui que, em se tratando de matéria específica, o objeto do recurso mereceu, por parte da Comissão de Sistematização – e aqui está o problema – tratamento múltiplo, do qual resultaram disposições conflitantes; pois que, se de um lado se exclui da competência concorrente da União, dos Estados, aquela de criar juzados de instrução, de outro, estabeleceu-se regra determinando a criação desses mesmos juzados e, ainda, admitiu-se implicitamente a figura da instrução nos casos de pequenas causas cíveis e infrações penais de menor potencial ofensivo.

Assim, entendo que a matéria deve ser objeto de correção em segunda discussão, quando o Plenário poderá promover, através de destaques e emendas, a adequação do texto para fazê-lo correto, do ponto de vista lógico e do ponto de vista jurídico, de acordo com o que dispõe o art. 29, **caput**, do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte.

V. Ex.<sup>a</sup> foi atendido e, conseqüentemente, a matéria será dirimida no Plenário da Assembléia Nacional Constituinte.

**O SR. CONSTITUINTE MANOEL MOREIRA:** – Muito obrigado.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Obrigado a V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A Presidência acolhe o Parecer do Relator, ficando deferida a solução da questão, já vencida, a nível da Comissão, para o Plenário da Assembléia Nacional Constituinte.

**Destaque nº 002447-87 – Emenda nº ES-25614-9, do Sr. Celso Dourado, "que substitui expressões no art. 162 e § 1º do Substitutivo 2".**

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A emenda em votação é a de nº ES-25614, do Constituinte Celso Dourado. S. Ex.<sup>a</sup> propõe substituir no art. 162 a expressão "polícias civis" por "polícias estaduais". E no § 1º declara:

"As polícias estaduais, destinadas ao policiamento ostensivo e à apuração das infrações penais, e os Corpos de Bombeiros são subordinados aos Governadores de Estado, cabendo às guardas municipais a proteção do patrimônio municipal e a função de auxiliares das polícias estaduais."

As guardas municipais não constam do texto, e a emenda que propunha a sua inclusão, do Constituinte José Tavares, foi retirada.

Com esses esclarecimentos, dou a palavra ao Constituinte Celso Dourado, para o encaminhamento a favor.

**O SR. CONSTITUINTE CELSO DOURADO:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, de novo o assunto de segurança pública, assunto de interesse de toda a comunidade brasileira. Estamos vivendo um momento crítico nesta área e, naturalmente, a preocupação em democratizar a vida brasileira, sem dúvida alguma, tem uma relação direta e íntima com o setor de segurança pública.

Tive oportunidade de conversar com muitos representantes da Polícia Militar e da Polícia Civil, e pude constatar a seriedade, o desejo de todos em encontrar um bom entendimento nesta área, de possibilitar à comunidade receber o devido tratamento, a devida solidariedade e, sobretudo, corrigir determinadas distorções que, sem dúvida alguma, foram criadas em função do longo período autoritário que tivemos. Já pude dizer, diante desta tribuna, que muitos subtenentes, sargentos, estão no mesmo cargo, no mesmo posto hierárquico, por mais de 15 ou 20 anos, sem receber a devida promoção.

Sr. Presidente, sem dúvida alguma que essas distorções têm, no mínimo, servido como desmotivação ao trabalho, desmotivação ao serviço e à própria dedicação à comunidade.

Sr. Presidente, devo dizer aqui que conversei com muitos colegas Constituintes, e todos fizeram a seguinte afirmativa: realmente, isto aqui é o ideal, como também os representantes da Polícia Militar e da Polícia Civil. Ao invés de criar e estimular esse conflito e o desentendimento entre as duas polícias, nós propomos que haja um esforço de unificação, para que todos os setores se comprometam ao serviço, à dedicação e, sobretudo, que a polícia esteja diretamente ligada à comunidade. Não acredito em segurança imposta, por mais armamento que possua, por mais recursos técnicos que possua, se ela não é preparada, conscientizada à solidariedade, à comunidade, ao serviço à comunidade, à dedicação. Trata-se de um setor da nossa sociedade que merece todo o respeito, pela tarefa difícil que realiza. Mas também o nosso acompanhamento e a nossa crítica, para, que determinadas distorções sejam superadas, e nós possamos encontrar um denominador comum nesta área, porque a sociedade brasileira está sofrendo uma onda tremenda de violência, e muitas vezes ela é

resultado da própria ação distorcida dos setores responsáveis pela segurança da sociedade.

Entendo, Sr. Presidente, que a comunidade tem que estar intimamente relacionada, intimamente identificada com a ação do policial. Propomos que, ao invés desta divisão entre Polícia Civil e Polícia Militar, que seja dado um primeiro passo, não para uma substituir a outra, mas para que haja diálogo, entendimento; e que as duas assumam a responsabilidade do papel primordial, do papel absolutamente essencial ao bem-estar da comunidade no combate à violência, na repressão ao crime; e que não haja razões para as acusações mútuas de que a Polícia Civil é aquela que está intimamente ligada ao crime, à droga, ao mau comportamento; e a Polícia Militar numa posição de mais distinção, de mais consideração e até de mais apoio, tendo, segundo os decretos-leis autoritários, a sua ligação intimamente presa ao próprio Exército, comandada a inspetoria sob as ordens de um general, e que o posto mais alto da hierarquia da Polícia Militar é o posto de coronel; se ele tem um general como seu superior, sem dúvida alguma, a sua dependência é total e absoluta.

Sr. Presidente fica aqui o apelo aos Srs. Constituintes para que examinem essa questão, e possamos dar esse passo inicial para resolver um grande problema da nossa sociedade. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem a palavra, para encaminhamento contra, o nobre Constituinte Nelson Jobim.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON JOBIM:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes a emenda do eminente Constituinte Celso Dourado basicamente pretende – e ela está redigida no texto e o livro publicado, considerando o Substitutivo nº 1 – ela pretende concentrar a atividade policial brasileira em um só organismo, fazendo a concentração, na Polícia Civil, da atividade do policiamento ostensivo e da atividade do policiamento repressivo.

É tradicional no Direito Administrativo da Ordem Pública brasileira a distinção entre Polícia Civil e Polícia Militar, reservando à Polícia Militar a função do policiamento ostensivo, e reservando à Polícia Civil a função do policiamento repressivo. É a polícia civil auxiliar do Poder Judiciário e como tal, nomina-se normalmente em polícia judiciária, porque age, principalmente, em cima do fato delituoso e na apuração das pessoas envolvidas.

É necessário que tenhamos e venhamos a manter essa tradição brasileira, que tem funcionado no sentido de estabelecer a distinção fundamental entre a polícia judiciária, de um lado, e a polícia com função ostensiva de outro, reservando às clássicas polícias militares a função do policiamento ostensivo e reservando à polícia civil a função da apuração da infração penal, como órgão auxiliar do Poder Judiciário.

A tentativa feita e trazida, lucidamente, pela Emenda do Constituinte Celso Dourado procura concentrar estas duas atividades no que S. Ex.<sup>a</sup> denomina polícias estaduais. Não há previsão nenhuma sobre a destinação das polícias militares na emenda, daí porque, pela tradição brasileira da existência da dupla atividade, que tem mostrado um razoável funcionamento, dependendo de algumas correções, encaminho contrariamente a emenda, no sentido de que seja mantido o texto, para que possamos, oportunamente, vir a suprimir alguns dados do § 2º e alguns dados do § 3º do art. 162, de tal forma a estabelecer nitidamente a preponderância do policiamento ostensivo à polícia militar e a apuração das infrações penais à polícia civil.

É nesse sentido o encaminhamento, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Com a palavra o nobre Relator José Fogaça, para falar em nome da Relatoria.

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – Sr. Presidente, Srs. Membros da Comissão de Sistematização, a Emenda "Celso Dourado" é carregada da melhor das intenções que seria a de dirimir possíveis conflitos entre a atuação da polícia civil e a atuação da polícia militar. Mas, evidentemente, ela não tem viabilidade no terreno concreto, no terreno dos fatos. E lamentando ter que fazê-lo, mas rigorosamente presa à realidade indesmentível hoje no Brasil, a relatoria se manifesta contrária à emenda e, evidentemente, pela sua rejeição, ficando com o texto.

**O SR. CONSTITUINTE CELSO DOURADO:** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Tem a palavra, pela ordem, o Sr. Constituinte Celso Dourado.

**O SR. CONSTITUINTE CELSO DOURADO:** – Sr. Presidente, como temos outras emendas a respeito deste capítulo e deste título, nós estamos na expectativa de que alguns passos concretos sejam dados nesta direção que estamos sugerindo. Mas, em função de uma estratégia de trabalho, retiramos a nossa emenda. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Muito obrigado a V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. CONSTITUINTE ADOLFO OLIVEIRA:** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Tem a palavra, pela ordem, o Sr. Constituinte Adolfo Oliveira.

**O SR. CONSTITUINTE ADOLFO OLIVEIRA:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, há pouco menos de treze anos, despedi-me desta Casa, desta mesma tribuna, e afastei-me por completo das atividades políticas. Voltei à plenitude do convívio com a minha família, com os meus amigos, com a minha cidade, comigo mesmo, e dispus-me a voltar depois de ter dito aqui, àquela época, que eu me despedia com um "adeus" ou com um "até um dia". Mas confesso a V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Presidente, que nunca imaginei que fosse participar de uma Assembléia Constituinte, alvo das piores e mais torpes campanhas externas e internas, para procurar destruir o conceito da instituição, atropelando pelo caminho o conceito de cada um de nós.

Hoje, antes do encerramento dos trabalhos na parte da manhã, o ilustre Líder do Partido Democrático Trabalhista, o nobre Constituinte Brandão Monteiro, veio à tribuna, Sr. Presidente – e V. Ex.<sup>a</sup> poderá recorrer às notas taquigráficas –, pura e simplesmente para veicular uma notícia, ou uma informação, de que os empresários teriam reunido 35 milhões de dólares para financiar o movimento, a esta altura, da maioria da Constituinte, conhecido como "Centrão".

Estou muito à vontade para falar, com absoluta independência e isenção, eis que não faço parte desse movimento, o que é notório. A meu ver, as coisas não podem ficar dessa forma. Não é possível que as coisas sejam ditas e se percam no ar... E nada se faz contra esse lamaçal enorme que se vai cristalizando e salpicando suas infectas gotículas sobre cada um de nós.

Publicam-se, nesses jornais, opiniões de juristas decadentes, empedernidos, que não acordaram para a nova época, para o novo Brasil. (Palmas) Tudo isso vai impunemente, sem uma palavra de resistência, sem uma palavra de luta! Aqueles que acusam têm o ônus da prova. Nenhum de nós é obrigado a comprovar que é correto, independente, digno, fiel ao compromisso que assumiu com o eleitorado brasileiro.

Sr. Presidente, não posso mais silenciar. Conclamo a V. Ex.<sup>a</sup>, que representa o que a vida pública brasileira tem de melhor, para que, juntamente com o Presidente

Ulysses Guimarães, promovam o imediato desagravo desta Casa, (**Muito bem! Palmas**) e mandem apurar as denúncias aqui veiculadas pelo Colega Constituinte Brandão Monteiro. Se S. Ex.<sup>a</sup> estiver mentindo, se S. Ex.<sup>a</sup> estiver faltando com a verdade, que seja também punido, para que possamos trabalhar com o coração aberto, olhando-nos nos olhos e cumprindo, acima de tudo, o nosso dever. (Palmas)

Durante o pronunciamento do Sr. **Adolfo Oliveira**, o Sr. **Aluísio Campos**, Primeiro-Vice-Presidente deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. **Afonso Arinos**, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – O Presidente se associa de forma integral e absoluta à estranheza e à repulsa com que o nobre Constituinte Adolfo Oliveira acaba de se manifestar – acredito que em nome de toda a Casa – contra as agressões torpes de que está sendo vítima e objeto a Assembléia Nacional Constituinte.

Não estamos defendendo a nós mesmos; estamos defendendo a posição assumida por dezenas de milhões de brasileiros que, cumprindo determinações tomadas pelo Poder Legislativo anterior, manifestaram a sua opção nas urnas pela escolha daqueles que seriam incumbidos de traçar os novos rumos da vida institucional brasileira. Estamos, aqui, cumprindo um dever que nos foi delegado pelo povo e desprezamos aquelas palavras insensatas, ressentidas, daqueles que, não tendo conseguido chegar a esta posição por mandato parlamentar, aqueles que não tendo sido objeto da confiança popular, e embora, provavelmente, tenham alimentado esta ilusória esperança, ousam manifestar-se de público, não contra nós, mas contra o povo brasileiro que nos elegeram.

Falando como Presidente, eu digo aos meus queridos colegas que nós temos que manifestar serenidade, complacência, não isenta de certo sentimento de desprezo pelas palavras que aqui são atiradas, pelas camadas de lama, pelos punhados de lama que, querendo atingir este recinto, ficam depositadas nas portas deste edifício.

Quero dizer aos Srs. Constituintes que o que está acontecendo hoje, na elaboração desta Carta Constitucional, é qualquer coisa de tipicamente representativo do que acontece todas as vezes que uma Constituição se segue a anos e anos de ditadura. As Constituições que se seguem aos períodos ditatoriais, todas elas, expandem, transpõem, ocupam, no seu texto, um espaço habitualmente muito maior do que aquele que é destinado pelas limitações da teoria constitucional. Essas Constituições integrativas correspondem ao período de repressão, ao período de omissão, ao período de diminuição da liberdade, no sentido da manutenção de sistemas que representavam uma forma de restrição àquilo que nós estamos expandindo. Isso não acontece apenas conosco. São as Constituições habitualmente elaboradas ao termo de uma fase de restrição ditatorial. O que está acontecendo conosco, aconteceu com várias Constituições, fora do nosso País, quando se restaurou a ordem que tinha sido suprimida por longos períodos de repressão civil ou militar. Estou de acordo. Acabo de receber delegação do meu eminente amigo, Relator Bernardo Cabral, que diz: "V. Ex.<sup>a</sup> fala pelo Relator, também, que se honra da sua amizade." Agradeço ao Relator.

Srs. Constituintes, nós não devemos nos surpreender, não devemos perder a serenidade diante desses ataques torpes, que não atingem a finalidade dos nossos objetivos. Nós cometeremos, naturalmente, enganos, cometeremos erros, cometeremos excessos, como é natural naqueles que vêm se manifestar ao termo de 20 anos de opressão, de silêncio forçado, de submissão a normas impostas pelo poder. Nós estamos representando a liberdade; nós estamos representando a esperança; nós estamos representando tudo aquilo que o País acumulou de ressentimentos, de mágoas, de sofrimentos, tudo aquilo que tivemos que



atravessar durante 20 anos de ditadura militar. É natural que isto ocorra. Insisto nesse ponto. Ouso dizer que insisto neste ponto, inclusive, como professor da Cadeira de Direito Constitucional. Na história de Direito Constitucional, é habitual que as Constituições que se sigam a longos períodos de opressão política sejam excessivas na sua forma, sejam, muitas vezes, excessivamente detalhadas no seu conteúdo. Mas elas exprimem qualquer coisa que supera os tempos; elas exprimem qualquer coisa que domina as cóleras; elas exprimem qualquer coisa que vence as invejas; exprimem qualquer coisa que despreza as ignomínias dos ataques desmesurados, desvairados, e exprimem, realmente, todo o sol que vem do futuro.

Elas não se voltam para um passado de misérias, elas não se voltam para um presente de inveja, de pequenez moral, um presente que não pode deixar de nos causar mágoa, surpresa, mas também desprezo.

Estou aqui falando no que acredito, com palavras improvisadas, palavras que me sobem à garganta e que me vêm à mente de uma maneira descontrolada, imprecisa, mas há muito de qualquer coisa de preciso. Manifesto a minha solidariedade total com a Constituinte brasileira **(Palmas!)** e estou colocando esses homens que estão aqui reunidos acima de qualquer ataque temporal, acima de qualquer objurgatória miserável, acima de qualquer insulto desprezível. Não nos voltamos para aqueles cães que ladram em torno de nós. Marchamos para a frente, em busca do futuro. **(Palmas!)**

**O SR. CONSTITUINTE PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO:** – Sr. Presidente, creio até que as palavras de V. Ex.<sup>a</sup> encerrariam o episódio. Todavia, eu gostaria de fazer uma observação: a palavra patife é uma injúria e uma injúria é um crime. Dizendo que esta é uma Casa de patifarias, o professor Reale fez uma injúria a todos nós, se é que disse essa palavra.

De modo que a minha pergunta a V. Ex.<sup>a</sup> é: se a Mesa da Assembléia Nacional Constituinte, e V. Ex.<sup>a</sup> poderia ser o portador dessa solicitação, não poderia fazer uma interpelação ao professor Reale, para saber se ele confirma ou não as suas declarações. Porque, evidentemente, pode ter sido mal-entendido. Se fizermos assim, nós daremos ao Professor Reale a oportunidade que ele não me deu em 1964, quando Secretário da Justiça do Governo Ditatorial que me demitiu a bem do Serviço Público, em um processo inconcluso.

Faremos diferente, faremos o tratamento democrático; perguntaremos a ele se ele de fato usou a palavra injuriosa. Se a usou, a democracia tem meios de se defender e o fará.

**O SR. CONSTITUINTE ALDO ARANTES:** – Sr. Presidente.

**O SR. CONSTITUINTE LYSANEAS MACIEL:** – Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Antes, eu responderei ao Constituinte Plínio Arruda Sampaio.

Relator pede a palavra.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, como o Constituinte Plínio Arruda Sampaio levanta uma questão de Direito Penal, encontra-se nesta Casa, em visita, um dos maiores criminalistas que eu tive a honra de conhecer e com ele conviver, que é o Professor Carlos de Araújo Lima, que se encontra na bancada das autoridades e que a Presidência poderia consultá-lo, porque ele tem mais de 50 anos de advocacia neste campo, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Muito obrigado. A presidência fará isso oportunamente.

Eu queria apenas acentuar ou ajuntar qualquer coisa. Não quero ser precipitado, nem injusto, com o Professor Miguel Reale. Eu tenho, como estudioso do Direito, admi-

ração pelos seus trabalhos. Considero o Professor Miguel Reale um homem que tem uma formação jurídica e uma obra jurídica, que vai além dos trabalhos propriamente científicos do Direito e que entra no terreno da Filosofia do Direito. Ele é, talvez, o representante mais verdadeiro da Escola do Direito Filosófico do Brasil. Ponho muito em dúvida que ele se tenha manifestado da maneira por que o fez. De maneira que eu, pessoalmente, através deste microfone, peço ao Professor Miguel Reale que confirme, ou que desminta as expressões que lhe foram atribuídas. **(Palmas)**

Peço ao Professor Miguel Reale, em nome da admiração que lhe devoto e da amizade que nos une, que esclareça esse assunto, porque será uma decepção tão grande para mim, como é uma surpresa para V. Ex.<sup>as</sup>, que um homem dessa eminência, desse passado, dessa responsabilidade de Professor da Faculdade de Direito de São Paulo, que é, com a de Olinda, o segundo templo de estudo jurídico neste País, tenha feito essa declaração. A Faculdade de Direito de São Paulo surgiu a 11 de agosto de 1827, como uma das glórias da nossa tradição intelectual. Ele é um Professor daquela Faculdade e tem acompanhado a vida política. Dirijo das suas posições pró-fascistas, no período em que ele foi integralista e não tomo parte nas censuras que lhe fazem a esse respeito. Dirijo-me ao jurista, dirijo-me ao Professor, ao meu colega, e pergunto-lhe daqui, das alturas desta Mesa, à importância da sua posição em São Paulo, se ele sustenta as injúrias que nos assacou. Nesse caso, estarei plenamente de acordo com a posição do Professor Plínio Arruda Sampaio. Mas espero ainda que ele tenha oportunidade de se justificar, não perante nós, mas perante o Brasil, perante a opinião pública do Brasil. A opinião pública do Brasil terá, neste episódio, uma oportunidade de se manifestar se espera ou não a democracia. Ela terá oportunidade de nos dizer se acredita ou não na democracia, porque se a democracia não estiver aqui, onde está hoje neste País, eu pergunto: **(Palmas!)** onde estará hoje? Em que local ela se esconde? Em que desvão ela se mete? Em que posição ela se esconde, e se mistifica, e se fantasia? Ou a democracia está aqui, e isto é autêntico e representa a democracia brasileira, ou o Brasil é um País impossível de alcançar a forma democrática de Governo, porque nós estamos aqui investido de uma função democrática de organizar uma Constituição. Até hoje, não se apresentou um só fato concreto que venha, de qualquer maneira, trazer qualquer apoio às infâmias que contra nós foram assacadas. Então, temos que dizer se nós hoje, que não representamos a democracia no Brasil, o futuro democrático do Brasil, onde se esconderá essa misteriosa figura, essa misteriosa instituição, esses misteriosos personagens? Onde? Na imprensa? Que imprensa? Que espécie de imprensa? Na voz de indivíduos que nós não conhecemos? Que espécie de indivíduos? Nós não somos aqui pessoas, somos representantes; não somos aqui indivíduos, somos aqui escolhidos pelo povo e se nós não podemos falar com o respeito do povo, a quem o povo vai respeitar neste País neste momento? A quem o povo poderá oferecer o seu respeito e a sua admiração se não for a este cenáculo, a este grupo de homens que ele escolheu, elegeu e enviou para cá, no mais limpo dos pleitos que se têm verificado neste País? Ou somos a representabilidade brasileira, ou somos a democracia do Brasil, ou o Brasil é um País perdido para a democracia, é um País sem esperança para a democracia, é um País afundado no lamaçal, no lodo da injúria espúria, miserável, que solta de qualquer maneira para atingir objetivos não confessados, que são os objetivos dos interesses comprometidos, os objetivos das falsas esperanças, que não permitiríamos que façam, os objetivos das falsas esperanças democráticas.

Srs. Constituintes, unamo-nos todos, serenidade sim, tranquilidade sim, porém, fraqueza não, covardia não, fuga não. Vamos reagir contra o que nos ataca, porque, se

nós cedermos, o País não tem esperanças. **(Muito bem! Palmas prolongadas)**

Prossegue-se a sessão.

**O SR. CONSTITUINTE ALDO ARANTES:** – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE LYSANEAS MACIEL:** – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem a palavra, pela ordem, o nobre Constituinte Aldo Arantes.

**O SR. CONSTITUINTE ALDO ARANTES:** – Sr. Presidente, estou aqui com um requerimento assinado por mais de cinquenta Constituintes, e não tive a oportunidade de estar com todos, ainda. Esse requerimento se relaciona exatamente com a questão levantada por V. Ex.<sup>a</sup> e por vários Constituintes. O problema é que esta Assembléia Nacional Constituinte não pode ficar sem dar uma resposta a esses ataques caluniosos. Mas não é suficiente, Sr. Presidente, que essa resposta seja dada aqui, **interna corporis**, é necessário que o povo brasileiro tenha conhecimento, através dessa sua energia, dessa sua firmeza, do que está ocorrendo.

Já houve uma solicitação, feita por mim, quando estava presidindo os trabalhos o Constituinte Jarbas Passarinho, para que o Presidente da Assembléia Nacional Constituinte convocasse uma cadeia de televisão, de uma hora, para que a Assembléia Nacional Constituinte, enquanto instituição, pudesse se defender. Os ataques estão cada vez ganhando mais volume, maior amplitude, e a Assembléia Constituinte não se defende.

No meu entender, é um absurdo completo.

Hoje, fiz uma questão de ordem ao Constituinte Jarbas Passarinho, e S. Ex.<sup>a</sup> me respondeu: Deputado Aldo Arantes, o Sr. é Minoria e eu também sou Minoria.

Quero, portanto, pedir a V. Ex.<sup>a</sup>, como Presidente da Comissão de Sistematização, como homem que compreendeu o significado para resguardarmos a autoridade política da Assembléia Constituinte, único Poder, hoje, que tem condições de ter uma respeitabilidade perante o povo brasileiro. Mas, ou ela se faz respeitar, ou não será respeitada. E a forma de se fazer respeitar é fazer com que o povo brasileiro tenha conhecimento do que está acontecendo aqui. Infelizmente, o povo está sendo desinformado; o povo brasileiro não sabe do que aqui está acontecendo, e, até agora, a Assembléia Nacional Constituinte, de maneira institucional, formal, oficial, não tomou medidas para preencher essa lacuna.

Quero, portanto, em nome desses 50 Constituintes – mas não tenho dúvida, da quase totalidade, ou da totalidade dos Constituintes – solicitar a V. Ex.<sup>a</sup> que interfira, como Presidente da Comissão de Sistematização, para que, no tempo o mais rápido possível, haja um horário de televisão, para que, de maneira formal, a Assembléia Nacional Constituinte possa se dirigir ao povo contra essas calúnias, mostrar o sentido político dessa campanha contra ela e explicar ao povo o que está, de fato, acontecendo aqui.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Em resposta ao nobre Constituinte, direi que sua intervenção implica numa proposição e, portanto, solicito que S. Ex.<sup>a</sup> a formalize devidamente, a fim de apresentá-la à Mesa, que a submeterá ao Plenário da Comissão.

Concedo a palavra ao nobre Constituinte Lysaneas Maciel.

**O SR. CONSTITUINTE LYSANEAS MACIEL:** – Sr. Presidente, V. Ex.<sup>a</sup>, praticamente, esgotou o assunto da soberania, da independência e da dignidade desta Assembléia, mas resta perguntar agora, Sr. Presidente, o

que há por trás desses ataques à Assembléia Nacional Constituinte.

Sr. Presidente, temos aqui parte da resposta. Acaba de ser firmado nos Estados Unidos, um acordo entre o Governo do Brasil e o comitê de assessoramento dos bancos credores a respeito da normalização das relações entre o Brasil e a comunidade financeira internacional.

Sr. Presidente, o acordo é vergonhosamente aviltante para o País, estamos pedindo mais dinheiro, agora que a Argentina está tentando repelir essa ingerência nos seus assuntos internos, no seu desenvolvimento, o Brasil, apesar daquelas declarações bombásticas, apesar daquelas declarações altissonantes, na verdade, o Brasil foi lá de pires na mão, ou de calças na mão para firmar o acordo com os credores internacionais, Ex.<sup>a</sup> E o grave disso tudo é que estamos aqui na Assembléia Nacional Constituinte absorvidos por uma série de ataques, aparentemente inexplicáveis, aparentemente nos acusando de xenofobia nas nossas resoluções, quando um presidente de um cartel internacional mandou às favas a legislação brasileira, mandou às favas o Presidente da República, mandou às favas o Ministro da Fazenda; o Presidente da organização Autolatina, hoje, diz que não vai obedecer às leis do País, esse mesmo homem que esteve envolvido nos escândalos internacionais do Brasilinvest, quando dinheiro brasileiro foi carregado para o exterior, diz que não obedece à lei neste País. **(Palmas)**

Agora, Sr. Presidente, por que nós estamos aqui absorvidos em coisas que muitas vezes nos desviam do que está acontecendo neste País? Então eu quero chamar a atenção, Sr. Presidente, eu não vou ler todas as cláusulas, mas foi adotado a libor, e, acima da libor, que já é uma taxa exageradamente grande para um País como o Brasil, sem maiores riscos, sobre ela há uma penalização, Sr. Presidente, e é dinheiro para pagar débito, para pagar juros retroativamente a fevereiro, sem perder qualquer coisa. Até aí, Sr. Presidente, é um procedimento normal. Onde está a segurança nacional? Onde estão esses militares que permitem isso?

Sr. Presidente, ainda diz mais o seguinte: "o Governo no Brasil se compromete a ampliar a sua cooperação junto com a comunidade financeira internacional como um meio de assegurar financiamento externo adequado para seus objetivos de crescimento econômico. Neste contexto o Brasil vai procurar um programa do Fundo Monetário Internacional para apoiar seu programa econômico."

E nós estamos sendo desviados por essa série de medidas, Sr. Presidente, e aqueles que julgam que muitas vezes nós falamos com radicalismo, quando nós perguntamos: onde esses militares que dominam toda a finança, os aspectos econômicos deste País. Onde estão os Delfim Netto? Onde estão os Roberto Campos? E esses outros que vêm de longe da Pátria, Sr. Presidente, estão no "centrão", tentando desestabilizar esta Assembléia Nacional Constituinte.

Vou além, Sr. Presidente. A opinião não é minha, mas do Sr. Arthur Schlesinger, Ministro do Governo Kennedy. Diz o seguinte:

"Se o critério do Fundo Monetário Internacional tivesse determinado o procedimento do Governo dos Estados Unidos, no século XIX, nossa economia jamais teria atingido o grau em que está."

E, pregando essa política monetarista, dura, inflexível e insensível, diz ainda o Ministro Arthur Schlesinger, no seu livro "Noventa Dias" – e notem bem a dureza da expressão:

"Se tivéssemos pregado a filosofia monetarista, os Estados Unidos e o seu Governo estariam na posição de uma prostituta" – é a expressão literal do livro de Arthur Schlesinger Jr. – "que,

de repente, depois de fazer as suas economias com o seu ganho ilegal, acreditava que a virtude pública exigia o fechamento dos bordéis naquele país."

É isso o que quer o FMI, Sr. Presidente: na calada da noite, firmam-se vários acordos internacionais. E esses que agora mesmo gritam para que não se fale nisso, é porque estão, realmente mancomunados. São os mesmos homens que tanto mal trouxeram a este País que, agora, querem contribuir para a sua desgraça.

O acordo foi fechado, Sr. Presidente, enquanto discutimos, aqui, muitas vezes, coisas sem maior importância. E, nesse ataque ao sistema representativo, não se encontrou, até hoje, na civilização contemporânea, um sucessor à altura do sistema. Por isso é que estamos preocupados, Sr. Presidente, com os nossos erros. E agora, de repente, quer falar-se na modificação daquilo que essa Assembléia conseguiu a duras penas, que essa Assembléia conseguiu depois de muita luta e até com uma participação popular incipiente, mas que começa a declinar rumos para futuro procedimento deste País.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – V. Ex.<sup>a</sup> tem a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Sr. Presidente, compreendo as preocupações dos nobres colegas. Estou de acordo com muitas das observações já feitas, mas quero lembrar que temos uma obrigação fundamental perante o povo, que é votar. Nós temos, agora, tempo limitado e muita matéria a ver.

De modo, Sr. Presidente, que pediria a V. Ex.<sup>a</sup> que apesar do entusiasmo dos nobres Colegas, que passemos aos nossos trabalhos, que é a melhor resposta que podemos dar àqueles que denigrem o nome da Constituinte. **(Muito bem!)**

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos fazendo soar a campainha):** – Prossegue a Sessão.

O Constituinte José Genoíno requer preferência para Destaque n.º 0406/87, de autoria do mesmo nobre Constituinte, relativo à emenda, art. 162, § 1º, I, de um dispositivo que ele menciona.

Em votação a preferência. **(Pausa)**

Está aceita.

Tem a palavra o Sr. Constituinte José Genoíno.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Sr. Presidente, a emenda de nossa autoria que diz respeito ao inciso I, do § 1º baseia-se em rejeitar uma tradição que foi incorporada ao sistema policial brasileiro, do conceito de ordem política e social. Mas nós temos, Sr. Presidente, neste Título, algumas emendas importantes que merecem ser votadas e discutidas com tempo suficiente. Penso que foi produtivo o tempo que gastamos aqui para ouvir a manifestação dos membros da Comissão contra essas injúrias, essas infâmias daqueles que estão contra a Assembléia, exatamente por algumas coisas que ela tem de positivo. Nesse sentido, para dar prosseguimento a outras emendas que têm importância maior e atendendo ao apelo de alguns companheiros, retiro o destaque.

**Destaque n.º 007929-87 – Emenda nº ES-32015-7, do Sr. Paulo Ramos e co-autoria dos Srs. Hélio Rosas, José Maria Eymael, Ibsen Pinheiro, e Siqueira Campos, "que acrescenta parágrafo 1º ao art. 194 do Substitutivo 1 (art. 162, Título V, Capítulo III, do Substitutivo 2)". (366.ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Requerimento de preferência para votação do Destaque n.º 7929 do nobre Constituinte Paulo Ramos, relativo à Emenda n.º 32015/7.

Em votação a preferência. **(Pausa)** Concedida.

Com a palavra o nobre Constituinte Paulo Ramos.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, estou subindo à tribuna e recebendo a recomendação do ilustre Constituinte Senador – que considero meu amigo – Nelson Carneiro, no sentido de que seja breve na minha exposição. Entretanto, pretendo utilizar o tempo regimental, com o máximo respeito ao Constituinte Nelson Carneiro, visto que, conforme palavras proferidas pelo Constituinte José Tavares, a segurança pública hoje é uma das grandes reivindicações da sociedade brasileira. Sabemos perfeitamente bem que o crime e a violência verificados, hoje, nos grandes centros urbanos, é consequência natural deste modelo econômico e da injustiça social que prevalece em nosso País. De qualquer forma estou defendendo essa emenda, que também é subscrita pelos Constituintes: Hélio Rosas, José Maria Eymael e Ibsen Pinheiro, fazendo questão de frisar que essa emenda é semelhante àquela retirada pelo Constituinte José Tavares, com algumas pequenas modificações.

Precisamos compreender que a segurança pública, hoje, é uma matéria que exige uma observação pelo lado político, mas uma observação, também, pelo lado profissional. Sabemos que, no Brasil, o modelo policial caminha para a duplicidade das polícias: uma polícia chamada civil, responsável pelas atividades ligadas à apuração das infrações penais, isto é, a Polícia Judiciária. Faço questão de frisar que a polícia que assume a responsabilidade das apurações das infrações penais, nada mais é do que a Polícia Judiciária, porque a apuração das infrações penais significa também Polícia Judiciária. E uma outra polícia, que convencionou-se chamar de Polícia Militar, em função da sua estrutura, baseada na hierarquia e na disciplina, que tem a responsabilidade de promover a ação preventiva, através do policiamento ostensivo. Temos, então, duas polícias que devem ser complementares, que devem atuar de forma harmônica. Não podemos ter um modelo de polícia baseado na duplicidade da polícia, mas que sejam polícias conflitantes. Precisamos de um texto constitucional que torne as polícias complementares e harmônicas. Não podemos admitir, não podemos aceitar, não podemos compreender o que acontece, especialmente nos grandes centros urbanos, onde, por indefinição de competência, as polícias se conflitam e perde a sociedade, porque perde a qualidade do Serviço de Segurança Pública.

Procurei, com esta emenda, dar harmonia e complemento às duas polícias. E nada mais fiz do que trazer para o texto o que consta do Substitutivo I, elaborado pelo Relator, que na verdade tinha a marca da proficiência, tinha a marca da harmonia. O texto que apresento aos Srs. Constituintes, além de tornar as polícias harmônicas e complementares, também dá uma destinação constitucional ao Corpo de Bombeiros. É preciso que todos saibam que no Rio de Janeiro, como também no Distrito Federal, os Corpos de Bombeiros não estão incrustados, não pertencem às Polícias Militares.

Entendo também que a atividade do Corpo de Bombeiros nada tem a ver com as atividades de Polícia Militar e com as atividades de Polícia Civil. É preciso que, em todas as unidades da Corporação, o Corpo de Bombeiros seja uma corporação independente, para que possa desenvolver as suas atividades.

Então, temos no texto o seguinte:

"As Polícias Militares destinadas ao policiamento ostensivo, isto é, à ação preventiva; as polícias civis destinadas à apuração das infrações penais; e os corpos de bombeiros militares destinados às atividades de defesa civil, são subordinados

aos Governos dos Estados, dos Territórios e do Distrito Federal, cabendo às guardas municipais a proteção do patrimônio municipal."

É preciso ser dito que esse texto, além de dar às atividades de segurança pública aquilo que é exigido pela sociedade, além de dar essa harmonia, ainda enxuga o texto constitucional.

Vou abordar, para concluir, Sr. Presidente, um tema que tem sido motivo de preocupação de alguns. Faço questão de dizer que, neste texto, as polícias militares e os corpos de bombeiros deixam de ser forças auxiliares de reservas do Exército.

E porque que é importante essa desvinculação? É preciso ser dito com todas as letras que o texto constitucional já preserva a União de qualquer açoitamento de Governador de Estado. Sei que alguns, nesta Casa, manifestam a preocupação com o fato do surgimento ou do ressurgimento de polícias militares extremamente fortalecidas e que possam, de alguma forma, afrontar o poder da União.

Neste texto, em todo o texto do Substitutivo 2, essa verdade não se realiza, porque não é verdade. Cabe à União legislar privativamente sobre a organização, sobre convocação e sobre mobilização de polícias militares e corpos de bombeiros. E na destinação constitucional de Forças Armadas – que já foi aprovada –, as Forças Armadas têm a responsabilidade na manutenção da lei e da ordem, mas por iniciativa de um dos poderes constitucionais. E o poder constitucional que tem possibilidades de solicitar a interferência das Forças Armadas é o Governo do Estado, em relação às polícias militares.

Se não queremos um Governo de Estado fortalecido, a ponto de afrontar à União, também não podemos querer a quebra de um princípio federativo e da autonomia dos Estados-membros da Federação. Precisamos compreender que, hoje, a aprovação deste texto que ofereço à apreciação dos membros da Comissão de Sistematização é um texto que corresponde a todas as expectativas. É um texto que há de consagrar a importância da segurança pública e há de consagrar o princípio federativo.

E para que todos compreendam, para que não haja qualquer dúvida, leio de novo o texto, porque este texto, sim, corresponde, inclusive, a todas as aspirações das categorias profissionais envolvidas na segurança pública. Então, o texto que será submetido à votação é o seguinte:

"As polícias militares destinadas ao policiamento ostensivo, isto é, a polícia preventiva; as polícias civis, destinadas à apuração das infrações penais; a polícia judiciária e a polícia repressiva – que é o nome completo – e os corpos de bombeiros, destinados às atividades de defesa civil, são subordinados aos Governos dos Estados, dos Territórios e do Distrito Federal, cabendo às guardas municipais a proteção do patrimônio municipal."

Srs. membros da Comissão de Sistematização, sabemos o que significa a segurança pública; sabemos o que significam os confrontos existentes entre polícias civis e militares, nas diversas Unidades da Federação. Precisamos dotar a Nação de um texto de segurança pública que se compatibilize com as perspectivas de uma polícia moderna, com as perspectivas de uma polícia avançada, com as perspectivas de uma segurança pública eficiente e que possa fazer com que, as corporações policiais sejam respeitadas e dignificadas.

Peço a todos a compreensão, peço a todos o apoio, porque não podemos, neste momento, deixar de observar o significado dessa emenda.

Muito obrigado. **(Muito bem! Palmas)**

**O SR. PRES IDENTE (Afonso Arinos):** – Tem a palavra o nobre Constituinte Ottomar Pinto, para se manifestar contrariamente,

**O SR. CONSTITUINTE OTTOMAR PINTO:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Segurança pública é pressuposto de bem-estar geral e de bem-estar social. Nós entendemos que, realmente, o Constituinte Paulo Ramos colocou de forma bem sistemática a divisão das atribuições das diferentes polícias. Mas, fazemos reparo à emenda de S. Ex.<sup>a</sup> num ponto que coloco aqui à consideração e à reflexão dos presentes: sabemos que existem as justiças estaduais, mas existe o Tribunal de Recursos a nível federal, para fazer a uniformização da jurisprudência, de tal sorte, que apesar de haver essa sistematização bem definida, peca a sua emenda por uma condição básica. É que retira as polícias militares da situação de forças auxiliares de reserva do Exército. Isto, por quê? Porque a Inspetoria Geral de Polícia do Exército é o órgão que faz a uniformização das polícias, no que tange a equipamento, no que tange a efetivos. Apesar do Constituinte Paulo Ramos haver asseverado que em capítulos anteriores, nas atribuições legislativas da União competia-lhe regular determinadas atribuições de polícia, as atribuições capituladas na competência da União são restritas apenas à organização e à mobilização. Tivemos a experiência de antes de 1930, quando Estados mais poderosos tinham verdadeiros exércitos, em número, em efetivo, em armamento e munição superiores ao poder de fogo e mobilização ao do Exército Nacional. E o Exército vivia acuado em pequenas guarnições espalhadas pela imensa vastidão territorial do Brasil. E foi realmente difícil conter os surtos de rebeldia que ocorreram nos Estados. De modo que é fundamental, é importante, é um imperativo de segurança que não fere o princípio federativo. Federação significa equilíbrio, significa uniformidade entre os Estados-membros da organização federal. Deixar sem uma uniformização, sem uma padronização efetuada por quem tem competência e sabedoria para fazê-lo, no caso a Inspetoria Geral do Exército, é criar desequilíbrio de forças entre Estados-membros, muitas vezes vizinhos. Ao contrário do que assoalhou o nobre Constituinte Paulo Ramos, é desequilibrar as forças do sistema federativo, é contribuir até mesmo para pôr em cheque a hegemonia das Forças Armadas, como principal lastro de defesa e de manutenção das instituições nacionais.

Por isso, encaminho contra a emenda do nobre Constituinte Paulo Ramos.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Concedo a palavra, para encaminhar favoravelmente, ao Sr. Constituinte José Tavares.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ TAVARES:** – Sr. Presidente e Srs. Constituintes:

Por coincidência ou por ironia do destino, exatamente no instante em que a Assembléia Nacional Constituinte está discutindo a segurança pública, esta mesma Assembléia vê-se às voltas com uma calúnia que constitui crime. Vejam, portanto, a importância deste assunto. Coincidentemente, no momento em que nós estamos aqui procurando definir o que é segurança pública, quais os órgãos que a compõem, quais as suas atribuições, esta Casa está praticamente sendo vítima de uma agressão, de uma infração. Mas o que está realmente em questão nesta hora, especificamente, é uma emenda de autoria do Constituinte Paulo Ramos, que, a meu ver, é uma emenda que deve ser acolhida, na medida em que ela define, de maneira clara, quais são os órgãos que compõem a segurança pública, quais as suas atribuições, e para mim, ela deixa também, de maneira muito clara e definida, a autonomia dos Estados, no que diz respeito à responsabilidade da segurança pública, ao desvincular do exército, as polícias militares. Acho que segurança pública é um assunto estrita-

mente ligado aos interesses dos Estados, por isso, ela tem esse aspecto positivo. Todavia, temos outras emendas que, a seguir, serão examinadas, temos o texto do Relator Bernardo Cabral que continua, a meu ver, sintetizando o que de melhor se conseguiu até aqui; agora, na ausência de uma outra possibilidade de aprovação, de análise de outro texto, reservo-me o direito de ficar com a emenda Paulo Ramos.

Mas, repito aqui o que disse, por ocasião da desistência da análise da minha emenda, que tem muita semelhança com a emenda do Constituinte Paulo Ramos: temos uma grande responsabilidade, porque somos detentores de mandatos, fazendo o melhor, cumprindo fielmente com as nossas obrigações, procurando ser o mais honesto possível, temos sido alvo de críticas, incompreensões, injustiça e maldades. Imaginem Srs. se não soubermos, em momentos como este, decidir da melhor maneira possível, escolher o que é melhor para o País, que tipo de análise, que tipo de crítica não haveremos de receber.

Portanto, concluo, conclamando os meus companheiros a aprovar esta emenda que, na falta de uma outra, é a que melhor sintetiza as preocupações que deveremos ter com a segurança pública, que é coisa séria e que preocupa a qualquer um de nós no dia-a-dia.

Portanto, Sr. Presidente, nobre Relator, V. Ex.<sup>a</sup> que ao elaborar o seu texto procurou traduzir o que sentia, com o que concordo, que melhor se aproxima dos interesses de todas as instituições; caso no final dos trabalhos da reunião de hoje não consigamos, de maneira alguma, manter o seu texto, acho que o texto do Constituinte Paulo Ramos vem de encontro aos anseios e as aspirações das instituições que compõem a segurança pública em nosso País.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem a palavra o Constituinte José Maria Eymael, por cessão do Constituinte Gastone Righi.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ MARIA EYMAEL:** – Sr. Presidente, ocupo a tribuna apenas para prestar uma informação, que faz justiça à posição do Constituinte Hélio Rosas. S. Ex.<sup>a</sup> hoje, pela manhã, quando celebramos um acordo com o Constituinte Paulo Ramos, tinha a sua emenda colocada na lista em primeiro lugar. Daí o fato de o Constituinte Hélio Rosas ter também assinado a emenda do Constituinte Paulo Ramos.

Faço esta colocação em nome do Constituinte Hélio Rosas.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – Sr. Presidente, fui citado nominalmente e gostaria de dar a seguinte explicação: o Constituinte Hélio Rosas estava a par de que o meu destaque seria votado primeiro, porque eu, na parte da manhã, consultando o Constituinte Jarbas Passarinho, que presidia os trabalhos, obtive a informação de que a minha emenda, por ser mais abrangente, seria votada primeiro. Na primeira relação distribuída pela Mesa, as emendas estavam ordenadas de acordo com o que está sendo encaminhado. O Constituinte Hélio Rosas estava a par, sim.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Com a palavra o Sr. Relator.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, quero chamar a atenção dos membros da Comissão de Sistematização para a emenda Paulo Ramos, com toda a admiração que a relatoria possa a S. Ex.<sup>a</sup> tributar, ela tem as seguintes implicações:

Primeira: se aprovada a emenda Paulo Ramos, ela prejudicará as Emendas José Maria Eymael e Hélio Rosas. Atentem bem V. Ex.<sup>as</sup>, porque está havendo uma conciliação entre essas emendas.

Segunda: o Constituinte Paulo Ramos, no seu § 1.<sup>o</sup> exclui as polícias do Distrito Federal e dos Territórios fe-

derais, o que importa criar o seguinte problema: se as Polícias Militares são subordinadas aos Governos estaduais e ficam excluídos o Distrito Federal e os Territórios federais, cabe a esta relatoria chamar a atenção para esse aspecto.

Porém, o aspecto principal é que a emenda Paulo Ramos suprime os parágrafos 2.<sup>o</sup>, 3.<sup>o</sup> e 5.<sup>o</sup> do Substitutivo atual, ou seja, ficarão sem sentido as definições: "para a Polícia Civil", "para a lei que vai disciplinar" e "para as guardas municipais" que S. Ex.<sup>a</sup> englobou no § 1.<sup>o</sup>, suprimindo as demais.

Chamo a atenção dos Srs. Constituintes, porque este equívoco na votação poderá importar um sério prejuízo às composições que estão sendo feitas e que atenderá de um lado tanto à Polícia Militar quanto à Polícia Civil.

Por essa razão, Sr. Presidente, e entendendo que era meu dever chamar a atenção dos Srs. Constituintes, a relatoria vota contra a Emenda Paulo Ramos, na qual reconhece mérito mas contra ela é obrigada a se manifestar.

O voto da Relatoria é não, pelos prejuízos que a emenda causará.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – O Relator dá parecer contrário.

Em votação.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Ademir Andrade, Artur da Távola, Carlos Mosconi, Celso Dourado, Cristina Tavares, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, Ibsen Pinheiro, João Herrmann Neto, José Paulo Bisol, Mário Lima, Nelson Carneiro, Nelton Friedrich, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Renato Vianna, Virgildásio de Senna, Antonio Mariz, Jorge Hage, José Tavares, Miro Teixeira, Octávio Elísio, Vilson Souza, Brandão Monteiro José Maurício, Luiz Salomão, Plínio Arruda Sampaio, José Genoíno, José Maria Eymael, Aldo Arantes. Roberto Freire e Jamil Haddad. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Almír Gabriel, Bernardo Cabral, Carlos Sant'Anna, Egidio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Garparian, João Calmon. José Richa, José Serra, José Ulisses de Oliveira, Manoel Moreira, Nelson Jobim, Nilson Gibson, Pimenta da Veiga, Raimundo Bezerra, Wilson Martins, Délio Braz, Euclides Scalco, Israel Pinheiro, João Agripino, José Carlos Grecco, Michel Temer, Roberto Brant, Ziza Valadares, Afonso Arinos, Aloysio Chaves, Arnaldo Prieto, Carlos Chiarelli, Christóvam Chiaradia, Eraldo Tinoco, Francisco Dornelles. Inocêncio Oliveira, José Jorge, José Uns, José Santana de Vasconcellos, Annibal Barcelos, Luís Eduardo, Mário Assad, Oscar Corrêa, Paulo Pimentel, Sandra Cavalcanti, Enoc Vieira, Furtado Leite, Jofran Frejat, Jonas Pinheiro, José Tinoco, Mozarildo Cavalcanti, Valmir Cama nela, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Gerson Pares, Jarbas Passarinho, Virgílio Távora, Adylson Motta, Francisco Rossi, Gastone Righi, Ottomar Pinto, Adolfo Oliveira e Antonio Farias. **ABSTENÇÃO** do Senhor Constituinte José Fogaça.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram **SIM** 33 Constituintes; votaram **NÃO** 59 Constituintes; absteve-se de votar 1 Constituinte. Total: 93 votos. O destaque foi **rejeitado**.

**O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO MONTEIRO:** – Sr. Presidente, nos termos regimentais eu requeiro a V. Ex.<sup>a</sup> a palavra, porque fui citado nominalmente pelo Constituinte Adolfo Oliveira.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Brandão Monteiro.

**O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO MONTEIRO:** – Infelizmente, tenho a impressão de que S. Ex.<sup>a</sup> não estava

na sessão da manhã quando levantei a questão. Eu sou um homem que tenho responsabilidades. Não acusei nenhum Parlamentar de que estaria recebendo recursos de qualquer origem, porque, se soubesse, denunciaria, diria o nome e a quantidade do dinheiro recebido. O que eu disse foi que os jornais estão publicando que a União Brasileira dos Empresários fez uma caixinha de 35 milhões de dólares para influenciar na Constituinte e que teria alugado 4 andares de um tradicional hotel desta cidade para reunião de um grupo de Parlamentares. Diante deste fato, falei que a Assembléia Nacional Constituinte deveria apurar essas denúncias, solicitei até que os Líderes do Centro Democrático desmentissem o fato, porque eu me sinto também atingido, Sr. Presidente, porquanto sou Constituinte.

Não fiz aqui nenhuma acusação, porque não tenho provas desses fatos. Os jornais que publicaram foram **O Estado de S. Paulo** e a **Tribuna da Imprensa**.

Era esta a explicação que eu queria dar a V. Ex.<sup>a</sup> como Presidente, porque não estava pela manhã, como a todos os meus pares.

E, ainda, uma questão de ordem, Sr. Presidente.

Ontem o Senador Fernando Henrique Cardoso, presidindo os trabalhos da Constituinte em função de um **lobby** que se estabeleceu dentro do plenário, quando, naquela oportunidade, juizes, ministros, desembargadores e outras categorias aqui estavam importunando os Constituintes, inclusive o nobre Senador Jarbas Passarinho determinou que a segurança não permitisse que, aqui dentro do Plenário, estivessem pessoas que não fossem aquelas explicitadas pelo regimento, tais como parlamentares, serviço de segurança e jornalistas credenciados.

Lamentavelmente, hoje, neste momento, novamente o Plenário é invadido, inclusive com a presença ilustre do Sr. Romeu Tuma, que é delegado de polícia, chefe de polícia federal, e não é parlamentar. Portanto, não pode estar aqui no momento em que se está votando – não só ele como outros – o papel da polícia, o papel das Forças Armadas e o papel das polícias militares.

Ontem, o Presidente Fernando Henrique Cardoso franqueou as galerias para aqueles que estavam dentro do Plenário, e não eram parlamentares.

Requeiro de V. Ex.<sup>a</sup> a mesma atitude com relação às pessoas que estão aqui fazendo **lobby**, importunando-nos.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – O nobre Constituinte acaba de dar explicações a respeito do que aqui se comentou, sobre declarações de S. Ex.<sup>a</sup>, havidas na reunião de ontem. Mas S. Ex.<sup>a</sup> hoje juntou que existem pessoas que estão novamente ocupando posições no plenário contra as normas do Regimento, contra as normas habituais de qualquer plenário, de qualquer Congresso democrático. Conseqüentemente, convido as pessoas que aqui se encontram nessa situação para que tenham a bondade de se retirar imediatamente do plenário, caso contrário a Presidência será forçada a fazer com que a segurança da Casa faça esse convite mais diretamente.

Peço, portanto, às pessoas que aqui se encontram e que não têm crachás, nem formas de representação dentro do plenário, que se retirem e se dirijam às galerias que são públicas, a fim de acompanhar a reunião.

**Destaque nº 004921-87, do Sr. Hélio Rosas e co-autoria dos Srs. Paulo Ramos, Ibsen Pinheiro e José Maria Eymael, "que modifica o art. 162, parágrafo 2º, do Substitutivo 2". (367.ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Vou colocar em votação requerimento de preferência para votação do Destaque nº 4921 do Sr. Constituinte Hélio Rosas.

Em votação. **(Pausa)**

Está concedida a preferência.

Tem a palavra o nobre Constituinte Hélio Rosas.

**O SR. CONSTITUINTE HÉLIO ROSAS:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, as Polícias Militares, no Brasil, têm suas origens no Regimento Regular de Cavalaria de Minas Gerais, criado em 1775. Desse Regimento fez parte o Alferes Joaquim José da Silva Xavier, o nosso Tiradentes, o Patrono da Independência.

Em 1808, foi criada, por D. João VI, a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, e em 1831 surgiu a Polícia Militar do Estado de São Paulo. É esta mais que sesquicentenária polícia que está presente nos mais de seis mil municípios do Brasil, e em milhares de distritos, de patrimônios, de localidades que, em prevalecendo, na íntegra, o texto do art. 162, § 2º, estará sujeita à extinção, estará em disponibilidade remunerada.

Permito-me analisar um relatório da atuação da Assembléia Nacional Constituinte, neste Capítulo "Da Segurança Pública". Votamos, debatemos, na Subcomissão de Segurança, onde foram ouvidos todos os segmentos interessados. Ouvimos todas as Associações da Polícia Militar, ouvimos os Clubes dos Sargentos e Subtenentes; ouvimos todas as associações da Polícia Civil; esteve lá presente, e vi hoje, aqui neste recinto, o Dr. Romeu Tuma, que é um exemplo de dignidade e honradez na Polícia Civil do nosso Brasil.

Depois de ouvir todos, depois da análise dos Relatores, e o Relator, além de ouvir em Plenário – e isto S. Ex.<sup>a</sup> declarou de público – S. Ex.<sup>a</sup> recebeu a todos que o procuraram, na sua própria residência. Depois disso debateu-se por longo período e votou-se por uma decisão. Em seguida, repetiu-se o fato nas Comissões Temáticas; foram novamente ouvidos todos os interessados, foi novamente feito o jogo democrático das pressões, e foi votado pelo Plenário da Comissão Temática. Após isso, apresentamos emendas que foram analisadas pelo Relator, e foi produzido o Substitutivo Cabral I.

Pois bem, senhores, até este momento do Cabral I, estava feita a separação ideal entre as duas polícias, que garante a ambas um trabalho eficiente, em prol da área da segurança; após isto, eis que surge o Substitutivo Cabral II, e nele foi incluída – e eu me permito ler – a palavra "polícia preventiva", entre as atribuições da Polícia Civil.

Com isso, a Polícia Civil, que já tinha as funções de Polícia Judiciária e de Investigação Criminal, que são as duas funções nobres da área de segurança, ficou com uma outra terceira função, deixando a Polícia Militar reduzida a uma posição de polícia de choque, aquartelada.

Para encerrar, Srs. Constituintes, a quem poderia interessar e a quem beneficiaria essa situação que coloca um contingente de 355 mil homens, espalhados por todos os recantos do Brasil, a quem interessaria que este contingente ficasse na inatividade remunerados, equiparados às companhias de segurança privadas, que permanecem nas guaritas dos bancos, imóveis, impassíveis, desmotivados, sem ação, sem competência? Certamente não interessaria nem à causa da segurança pública, nem à sociedade brasileira, até pelo contrário, a sociedade brasileira está se manifestando maciçamente, através do apoio às Polícias Militares, e através de um manifesto, apelo que será encaminhado na semana que vem a esta Casa, com 10 milhões de assinaturas, pedindo que se preserve este grande patrimônio que é a Polícia Militar do Brasil.

É assim que pedimos aos senhores apoio para esta emenda, esta emenda simples que apenas restabelece às Polícias Militares as funções que elas sempre exerceram, e delega as polícias civis as funções nobres que elas também sempre exerceram, sendo isto tudo fruto de estudo exaustivo realizado no âmbito das Subcomissões e das Comissões Temáticas.

É esse apoio que pedimos aos Srs. Constituintes. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem a palavra o nobre Constituinte José Tavares, para encaminhar contrariamente.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ TAVARES:** – Sr. Presidente e Srs. Constituintes, tenho a impressão de que os meus companheiros haverão de me compreender. Sou um dos Constituintes que menos usa a tribuna. Se estou aqui, novamente, não é para tomar o tempo de V. Ex.<sup>as</sup> nem, muito menos, para perder tempo.

Cada um tem um entendimento. Sei que chego, aqui, absolutamente derrotado. Sei que minha defesa de nada vai adiantar. O importante, contudo, nem sempre é vencer. O importante é, muitas vezes, deixar as coisas de maneira muito clara.

Sou contra a supressão da expressão "preventiva", por várias razões. Primeiro, como ex-trabalhador da segurança pública e, na época, na Polícia Civil – e quero deixar bem claro que não estou defendendo interesses corporativistas, porque não adoto esse sistema – atuei muito, preventivamente. Foram longos os meus anos de trabalho como trabalhador da segurança pública, na Polícia Civil, e foram muitas às vezes em que trabalhei no serviço preventivo. Convivi, muito de perto, com a Polícia Militar do meu Estado, que também desempenha, mais do que a Polícia Civil, um trabalho preventivo.

Ao se colocar no texto do Relator Bernardo Cabral a expressão "preventiva", entendo eu que S. Ex.<sup>a</sup> não quis, com isto, absolutamente, tirar nenhuma atribuição da Polícia Militar, porque S. Ex.<sup>a</sup> diz que à Polícia Militar compete o policiamento ostensivo, que é próprio, característico, dessa corporação. Ao colocar a expressão "preventiva", S. Ex.<sup>a</sup> não quis subtrair da Polícia Militar absolutamente nada, mas deixar claro – e sinto que aqui no Plenário existe, respeitosamente, este equívoco – que à Polícia Civil também deve ser reconhecida uma tarefa que ela faz ao longo da sua existência, que é o exercício da polícia preventiva.

Portanto, entendo que ao suprimirmos essa expressão nós estaremos cometendo um erro, porque se não tivesse sido ali inserida essa expressão, não se teria, de maneira nenhuma, chamado a atenção de quem quer que seja para esse aspecto. Mas, a partir do instante em que o Sr. Relator entendeu que deveria inserir nas atribuições da Polícia Civil também aquela de trabalhar preventivamente, ao suprimirmos isto, vai subentender que à Polícia Civil não cabe a tarefa de polícia preventiva, o que será um grande equívoco, porque se estamos aqui para somar os esforços das duas polícias, em benefício de uma segurança melhor para a população, enfraqueceremos uma delas – e isto eu não acho justo.

Por isto, voto pela manutenção do texto como ele se encontra. Aliás, o texto é para mim, repito aqui, o melhor texto que já se escreveu a respeito da segurança pública. Até agora, com todo o respeito por todas as emendas – inclusive sou autor de uma delas – mas o que se fez de melhor até aqui em termos de segurança pública, tirando de lado os interesses corporativistas das duas instituições, é o texto do Relator Bernardo Cabral. Por isso, insisto na sua manutenção.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Para encaminhar favoravelmente a matéria, tem a palavra o nobre Constituinte Gastone Righi.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

É indeclinável o meu dever de falar, porque sou autor de um destaque supressivo juntamente com outros Constituintes, que também têm destaques sobre a matéria, como José Maria Eymael, Michel Temer, Farabulini Júnior

e Paulo Ramos, que sustentou uma emenda dentro da qual também havia a supressão desta expressão preventiva e"...

Quero ressaltar, ao sustentar a presente emenda supressiva a atitude da Relatoria. O Sr. Relator, ao escrever a expressão "policiamento" ou "polícia preventiva", fê-lo na melhor das intenções, atendendo inclusive apelo de companheiros que procuravam atender aos interesses dos vários segmentos que representavam a Polícia Civil. Mas ocorre que ao contrário do que foi dito pelo Constituinte José Tavares, nosso amigo, por quem temos o maior respeito, ao contrário do que foi dito por S. Ex.<sup>a</sup>, esta expressão "polícia preventiva", colocada no § 2.º que se refere à Polícia Civil, se não for repetida no § 3.º, atribui à Polícia Civil, e apenas a ela, o policiamento preventivo, suprimindo da Polícia Militar, esta competência ou esta atribuição.

Se à Polícia Civil eu digo que cabe a polícia preventiva e não digo que cabe também à Polícia Militar no parágrafo seguinte, eu incluo uma e excluo outra. É preciso, portanto, extirpar a expressão "preventiva e", e extirpando a expressão, nós não estamos impedindo à Polícia Civil de exercer a polícia preventiva – é claro que a ela caberá também esse policiamento preventivo, porque caberá à Polícia Militar o policiamento ostensivo e todo outro policiamento. incluindo o preventivo.

Impõe-se assim que seja excluída esta expressão "preventiva", e isso não é contra a Polícia Civil. Os Srs. delegados de polícia, toda a Polícia Civil concorda com a supressão, a tal ponto que foi feito um acordo de aprovarmos este destaque suprimindo essa expressão e, em seguida, aprovamos a emenda do Constituinte Adylson Motta, que será a próxima emenda a ser discutida.

Nessa emenda, vamos estabelecer que a polícia civil será chefiada por Delegado de polícia de carreira. Este é o ponto nevrálgico que importa à polícia civil – é a preservação do delegado de polícia de carreira na chefia da polícia civil, para que não seja a função desvirtuada ou a carreira distorcida ou modificada de Estado para Estado ou de acordo com as contingências momentâneas.

Desejo esclarecer este Plenário que tanto a polícia civil quanto a polícia militar estão perfeitamente de acordo com a aprovação da presente emenda e, em seguida, com a aprovação da Emenda do Constituinte Adylson Motta.

Ao Sr. Relator faço um apelo para que concorde com a supressão dessa expressão que, na verdade, acabou ficando a mais, em que pese, temos certeza e sabemos, que não foi esta a intenção do Sr. Relator quando incluiu a expressão.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem a palavra o nobre Relator, Constituinte José Fogaça.

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – Sr. Presidente, Srs. Membros da Comissão de Sistematização:

A Relatoria pede ao Plenário que atente com a maior consciência para um esclarecimento que desejamos fazer:

Instrui-me o Relator Bernardo Cabral para que deixasse registrado, diante deste Plenário, o propósito da relatoria. Trata-se, efetivamente, de uma verdadeira operação combinada para duas emendas que vamos apreciar ou sobre as quais vamos votar: primeiro, esta do eminente Constituinte Hélio Rosas e, a seguir, a Emenda do eminente Constituinte Adylson Motta.

São duas emendas que, dentro do conjunto de esforços que foram feitos pelo Relator, na busca de um acordo e de uma composição, podem aproximar-se, dentro dos limites de possibilidades que temos, a uma congruência, a uma conciliação.

Por isso, a relatoria manifesta-se, neste caso, positivamente, porque entende que toda e qualquer sorte de contradição precisa ser eliminada. As polícias civis e as polícias militares deste País são instituições demasiadamente sérias e importantes e são instituições que têm as funções mais elevadas e indispensáveis a serviço do Estado democrático.

Com o objetivo de eliminar toda e qualquer sorte de contradição, a relatoria propõe a aprovação da Emenda Hélio Rosas, condicionando, a seguir, à aprovação da Emenda Adylson Motta, entendendo que assim estaremos buscando o máximo possível de congruência e de composição de interesses, evitando conflitos e superposições.

Portanto, neste caso, o parecer da Relatoria é favorável.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ TAVARES:** – Sr. Presidente, peço permissão a V. Ex.<sup>a</sup> para uma questão, que eu qualificaria como questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ TAVARES:** – Sr. Presidente, sou homem que vivo pautando minha vida pelo bom senso. Disse, desde o começo, que o texto do Relator Bernardo Cabral à respeito da segurança pública era o que de melhor, segundo meu entendimento, se fez até aqui. Mas, a partir do momento em que S. Ex.<sup>a</sup> sensibilizado pelos clamores dos colegas Constituintes, decidiu acolher a emenda do Constituinte Hélio Rosas, que encaminhei contra, e a favor da emenda do Constituinte Adylson Motta, acho que não me cabe outra alternativa, senão votar com o Relator, dizendo que concordo com seu entendimento, para que eu não fique sozinho, isolado, e é esse o meu temperamento, com uma posição. Não que eu tema algo a respeito disso, não! É que minha vida, como eu disse, é construída em cima do bom senso. A partir do instante em que o Relator, que é um homem que exerce atividade política, e esta Casa é essencialmente política, atendeu aos clamores, e eu fui um dos Constituintes que, muitas vezes, chegou até S. Ex.<sup>a</sup>, tratando deste assunto, não me restaria outro caminho, senão retirar a minha contrariedade à emenda e votar favoravelmente à ela, já que a Emenda Adylson Motta, realmente, vem de encontro aos interesses da Polícia Civil do Brasil. **(Muito bem! Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Obrigado a V. Ex.<sup>a</sup> O nobre Constituinte José Tavares modificou seu ponto de vista e declara-se de acordo com a manifestação do Sr. Relator. Passa-se à votação.

Solicito aos Srs. Constituintes que retomem os seus lugares. **(Pausa)**

#### **(Procede-se à votação)**

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Almir Gabriel, Aluizio Campos, Antônio Britto, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Carlos Mosconi, Carlos Sant'Anna, Celso Dourado, Egídio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Gasparian, Fernando Henrique Cardoso, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, Ibsen Pinheiro, João Calmon, João Herrmann Neto, José Fogaça, José Paulo Bisol, José Richa, José Serra, José Ulisses de Oliveira, Manoel Moreira, Mário Lima, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nilson Gibson, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Severo Gomes, Sigmaringa Seixas, Virgildásio de Senna, Wilson Martins, Chagas Rodrigues, Délio Braz, João Agripino, Jorge Hage, José Carlos Grecco, José Tavares, Michel Temer, Miro Teixeira, Octávio Elízio, Roberto Brant, Vilson Souza, Ziza Valadares, Afonso Arinos, Geovani

Borges, Arnaldo Prieto, Christóvam Chiaradia, Francisco Dornelles, Inocêncio Oliveira, José Jorge, José Lins, José Santana de Vasconcellos, Annibal Barcellos, Luís Eduardo, Mário Assad, Oscar Corrêa, Paulo Pimentel, Ricardo Fiúza, Sandra Cavalcanti, Enoc Vieira, Furtado Leite, Jofran Frejat, Jonas Pinheiro, José Tinoco, Mozarildo Cavalcanti, Valmir Campeio, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Gerson Pares, Jarbas Passarinho, Adylson Motta, Bonifácio de Andrada, Luiz Salomão, Francisco Rossi, Gastone Righi, Sólton Borges dos Reis, Plínio Arruda Sampaio, José Genoíno, Adolfo Oliveira, José Maria Eymael, Aldo Arantes, Roberto Freire, Jamil Haddad e Antonio Farias. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: José Maurício e Lysâneas Maciel.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – A Mesa vai proclamar o resultados: votaram **SIM** 90 Constituintes; votaram **NÃO** 2 Constituintes. Total: 92 votos. O Destaque foi **aprovado**.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Antes de passar a Presidência ao Constituinte Fernando Henrique Cardoso, gostaria de transmitir ao Plenário, solicitando sua manifestação que pode ser do tipo de adesão, a seguinte comunicação que recebi do Constituinte Jarbas Passarinho:

"Sentindo a tendência favorável de quase todo o Plenário, bem assim dos Líderes, em sua maioria, solicito, **data venia**, propor ao Plenário façamos três reuniões no sábado e apenas aquela de manhã, no domingo. As reuniões de sábado serão: primeira, de 9:00 às 13:00 horas; segunda, de 14:00 às 18:00 horas; terceira, de 19:00 às 23:00 horas.

Do amigo Jarbas Passarinho".

Posso considerar que o Plenário assente? **(Palmas)**

Passo a reler, para que os Srs. Constituintes guardem bem de memória: "Sábado, três sessões: 1<sup>a</sup>, de 9 às 13 horas; 2<sup>a</sup>, de 14 às 18 horas; 3<sup>a</sup>, de 19 às 23 horas".

Plenário está de acordo? **(Pausa)** Posso, então, determinar estas providências para os funcionários da Mesa.

**Destaque nº 006173-87 – Emenda nº ES-23710-1, do Sr. Adylson Motta, "que acrescenta parágrafo ao artigo 194 do Substitutivo 1 (artigo 162, § 2º, Substitutivo 2)" (368.<sup>a</sup> votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Sobre a mesa, o Destaque n.º 6173, relativo à Emenda 23710 do Constituinte Adylson Motta. É uma modificação no art. 162.

O § 2.º ficaria assim redigido:

"As Polícias Civis dirigidas por delegados de polícia de carreira são destinadas, ressalvada a competência da União, a proceder à apuração de infrações penais e às atividades de polícia judiciária."

Em votação o requerimento.

Os Srs. Constituintes que o aprovam queiram permanecer sentados. **(Pausa)**

Aprovado.

Tem a palavra o Constituinte Adylson Motta para encaminhar a sua emenda.

**O SR. CONSTITUINTE ADYLSO MOTA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, hoje, liberto-me do maior tormento, talvez, aqui dentro da Assembléia Nacional Constituinte. É no momento em que vejo, talvez por inabilidade ou por emocionalismo, colocar-se em jogo duas categorias profissionais que têm a obrigação de trabalhar harmoniosamente, porque são encarregadas de um dos



setores mais importantes da nossa sociedade: a segurança pública. Trata-se de uma das atividades que requerem seriedade absoluta.

Tenha-se presente, Sr. Presidente, que, hoje, foi um dos poucos dias, neste plenário, em que os noventa e três Constituintes estiveram presentes e votando.

Sr. Presidente, quero iniciar – e não me vou alongar – dizendo que aprendi, no meu Estado, a ter uma imensa admiração pela Brigada Militar e pela Polícia Civil. Na Brigada Militar recebi todas as condecorações e, também, na Polícia Civil, onde sou encarregado do projeto que lhe deu o patrono a nível estadual.

Digo isso para mostrar a que nível procurei uma alta solução para um problema dessa natureza. Por isso, Sr. Presidente, faz mais ou menos um mês que venho dialogando com todos os setores da Polícia e da Brigada Militar.

Tenho a honra de dizer que a primeira emenda que entrou na Assembléia Nacional Constituinte, para impedir que se extinguíssem as polícias militares foi de minha autoria, e o Senador Jarbas Passarinho é testemunha disso. Desde lá, Sr. Presidente, outra coisa não tenho feito senão procurar compatibilizar os interesses dessas duas categorias, embora colocando acima disso os interesses maiores da Nação, que é ter resguardada a sua segurança.

Então, a minha emenda, Sr. Presidente, complementa um acerto que foi feito, aqui, cavalheirescamente, por um grupo de Deputados que, como eu, como os Deputados Farabulini Júnior, Paulo Ramos, Hélio Rosas, Arnaldo Prieto e tantos outros, se dedicaram a encontrar uma solução que harmonizasse isso que estava se tornando preocupante para nós aqui, na Assembléia Nacional Constituinte.

A minha emenda, Sr. Presidente, repete algumas coisas que há no texto atual, mas apenas acrescenta uma expressão, e isso será compatibilizado na parte redacional: "as polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira" – é apenas esta a parte inovadora – "são destinadas, ressalvada a competência da União, a proceder à apuração de infrações penais e ao exercício da Polícia Judiciária". Foi retirada a palavra "preventiva". Então, essa emenda não prejudica a Brigada Militar, não prejudica o Ministério Público, não prejudica a União – que até isso foi levantado – e mais importante, Sr. Presidente, ela apenas procura valorizar um setor que precisa cada vez mais se especializar.

Pergunto: quem melhor do que um Delegado de Polícia para dirigir um setor especializado como é a Polícia? Agora, tentou-se, Sr. Presidente, aqui, vender uma imagem falsa de que o Delegado de Polícia seria o Secretário da Segurança, que por essa emenda tornaria obrigatório esse vínculo, o que não é verdade. O cargo de Secretário de Estado é um cargo político, de livre nomeação, demissível **ad nutum**, que apenas tem que preencher um requisito: o da confiança do Governador do Estado. Aqui se restringe apenas à área especializada da Polícia Civil.

Sr. Presidente, assim como nós cumprimos a primeira parte, agora fazemos um apelo que todos nós cumpramos a segunda, aprovando essa emenda que leva o meu nome, mas que é de autoria de todos os Constituintes que se dedicaram a este assunto, porque foi uma compatibilização de interesses.

Muito obrigado. **(Muito bem. Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Antes de dar a palavra ao Constituinte Ricardo Fiúza, que vai encaminhar contra, quero tornar mais claro aquilo que já foi explicitado pelo Presidente Afonso Arinos. A proposta do Constituinte Jarbas Passarinho, que foi apreciada pela Casa, diz respeito a que amanhã, sábado,

nós teremos três reuniões. E, domingo, uma só pela manhã.

Aqui está escrito: "Faremos 3 reuniões no sábado e apenas a da manhã do domingo. Senador Jarbas Passarinho".

Como V. Ex.<sup>as</sup> sabem melhor do que eu, nada como um dia depois do outro. Vamos ver sábado quanto nós trabalhamos e, aí, decidiremos sobre o domingo.

Concedo a palavra ao nobre Constituinte Ricardo Fiúza.

**O SR. CONSTITUINTE RICARDO FIÚZA:** – Sr. Presidente, eu não vou propriamente encaminhar contra; não vou encaminhar a favor, para não perder a vez – vamos ficar calmos. Esse assunto foi da nossa modesta lavra. Fui relator desta comissão e este foi o tema de mais difícil compatibilização que eu já vi em toda a minha vida. Nós tentamos exatamente tirar esta penumbra, esta zona cinzenta que provocava esses conflitos. Desejava saber do nobre Relator Bernardo Cabral, se tirando a palavra "privativamente" – meu nobre relator, peço a V. Ex.<sup>a</sup> que me dê uma atençãozinha, pois desejo um esclarecimento – a Polícia Militar também pode fazer os seus inquéritos? Por exemplo, uma coisa de conflito – porque aí vai ficar nos Anais e o espírito do legislador vai ser invocado –: se amanhã tiver que ser aberto um inquérito contra um soldado, um tenente, um cabo, esse inquérito pode ser feito pela Polícia Militar ou se ele, pertencendo a outra corporação, vai ter o seu inquérito feito pela Polícia Civil? Se a Polícia Militar, também na medida em que se tirou o "privativamente," puder abrir o inquérito, eu já não estou mais contra, desejo saber do relator, porque aí fica nos Anais, a intenção do legislador.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, V. Ex.<sup>a</sup> me concede a palavra para responder?

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Desde logo, Sr. Relator, pode esclarecer.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, o Constituinte Ricardo Fiúza tem razão na sua inquietação. E foi muito bom que formulasse a indagação, porque foi exatamente pela supressão da palavra "privativamente", acordada previamente, que eu dizia ao Constituinte Adylson Motta que esse era o caminho para não se retirar da Polícia Militar à competência dela fazer seu inquérito...

**O SR. CONSTITUINTE RICARDO FIÚZA:** – Estou satisfeito, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Tem a palavra o Constituinte José Tavares.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ TAVARES:** – Gostaria de pedir aos meus companheiros que tenham um pouquinho de compreensão, pois serei realmente breve. Mas, conversando com alguns companheiros, tenho sentido que há alguns mal entendidos com relação à emenda do Constituinte Adylson Motta

Essa emenda busca apenas incluir as palavras "dirigidas por delegado de carreira". Por que isso? Porque a Polícia Civil é uma instituição que tem que ser hierarquizada e que tem que ser, também, instituída em carreira.

Quando o hoje Senador José Richa assumiu o Governo do Paraná, assumiu um compromisso com a classe política, na época o MDB, a sua Bancada – e eu era um dos deputados estaduais – de preservar a instituição, dando-lhe, na direção máxima, um delegado de carreira. Até então, quem dirigia a Polícia Civil do Paraná era pessoa estranha aos seus quadros. O cargo é delegado geral. Como é que pode ser ocupado por alguém que não é delegado? O exemplo deu certo, o seu Governo, nessa área transcorreu bem, e o seu sucessor, o Governador Álvaro Dias, adotou o mesmo critério, que vem dando muito certo.

Na maioria dos Estados brasileiros, a figura do delegado geral já existe, e é assim que vem funcionando, a exemplo do Comando Geral da Polícia Militar, que até então era dirigido por oficial do Exército e, hoje, é dirigido por oficial da própria corporação.

Então, são avanços que nós aqui, na Constituinte, temos que preservar. Por isso, louvo a atitude do eminente Constituinte, Bernardo Cabral e conclamo V. Ex.<sup>as</sup> a acolher a emenda do Constituinte Adylson Motta. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**  
– Dou a palavra ao nobre relator para que opine.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, apenas para confirmar as palavras do Constituinte José Tavares, uma vez que o próprio substitutivo já previa que "é a Polícia Civil estruturada em carreiras." Com isso se sana o abuso de se trazer para dentro da Polícia Civil, quem não fazia parte dos seus quadros. É altamente moralizador e encareço aos Srs. Constituintes membros desta comissão, que aprovelem a Emenda Adylson Motta.

Pela aprovação.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**  
– Com parecer favorável do relator, procederemos à votação.

#### **(Procede-se à votação)**

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Almir Gabriel, Aluizio Campos, Antônio Britto, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Carlos Mosconi, Celso Dourado, Cid Carvalho, Cristina Tavares, Egidio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Gasparian, Fernando Henrique Cardoso, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, Ibsen Pinheiro, João Calmon, José Fogaça, José Paulo Bisol, José Richa, José Ulisses de Oliveira, Manoel Moreira, Mário Lima, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nelton Friedrich, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Raimundo Bezerra, Renato Viana, Sigmaringa Seixas, Wilson Martins, Chagas Rodrigues, D. Aso Coimbra, Délio Braz, João Agripino, Jorge Hage, José Carlos Grecco, José Tavares, Michel Temer, Miro Teixeira, Octávio Elísio, Roberto Brant, Vilson Souza, Ziza Valadares, Aloysio Chaves, Arnaldo Prieto, Christóvam Chiaradia, Francisco Dornelles, Inocêncio Oliveira, José Jorge, José Lins, José Santana de Vasconcellos, Annibal Barcellos, Marcondes Gadelha, Má-rio Assad, Paulo Pimentel, Ricardo Fiúza, Sandra Cavalcanti, Furtado Leite, Jofran Frejat, Jonas Pinheiro, Mozarildo Cavalcanti, Valmir Campelo, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Gerson Peres, Jarbas Passarinho, Virgílio Távora, Adylson Motta, Brandão Monteiro, José Maurício, Lysâneas Maciel, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Adolfo Oliveira, José Maria Eymael, Aldo Arantes, Roberto Freire, Jamil Haddad e Antônio Farias.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**  
– Votaram "sim" 47 Srs. Constituintes. Está aprovado o destaque. Mas, ainda assim, peço ao Sr. Secretário que proceda à chamada. **(Pausa)**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**  
– A Mesa vai proclamar o resultado: votaram **SIM** 85 Constituintes. Total: 85 votos. O destaque foi **aprovado**.

Aprovada a emenda, conseqüentemente, estão prejudicados os Destques n.ºs 6.453 do Constituinte Adolfo de Oliveira, e 5.995 do Constituinte Arnaldo Prieto.

Antes de passarmos à votação de outro requerimento de preferência, quero anunciar ao Plenário que até a pouco havíamos votado 339 destaques, haviam sido retirados 792, prejudicados 1172, totalizando 2303 destaques.

**Destaque nº 004620-87, do Sr. Brandão Monteiro, "que modifica o art. 162, § 3º, do Substitutivo nº 2". (369ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**  
– Requerimento de preferência do Constituinte Brandão

Monteiro, Destaque nº 4620, relativo ao art. 162, § 3º. É uma emenda modificativa, solicitando a supressão das expressões "forças auxiliares e reservas do Exército", no que diz respeito à Polícia Militar.

Vou colocar em votação a preferência.  
**(Pausa)**

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Peço a palavra, pela ordem, Sr. Presidente, para dizer que esta é uma matéria prejudicada, porque já votamos e rejeitamos matéria de autoria do Constituinte Paulo Ramos. É só verificar a emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**  
– Foi votado o substitutivo e não foi aprovado.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Ela foi rejeitada, por isso mesmo está prejudicado o texto.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**  
– Perdão! A expressão que fica mantida é apenas "força auxiliar".

Em votação o pedido de preferência.

Os Srs. Constituintes que aprovam o pedido, queiram permanecer sentados. **(Pausa)**

Aprovada a preferência, concedo a palavra ao nobre constituinte Luiz Salomão, indicado pelo Constituinte Brandão Monteiro.

**O SR. CONSTITUINTE LUIZ SALOMÃO:** – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Constituintes:

A proposição do Constituinte Brandão Monteiro de suprimir, apenas, a expressão "forças auxiliares", mantendo, portanto, a condição de reserva do Exército, visa, tão somente, a eliminar uma incongruência existente desde a Constituição de 46, no que diz respeito à subordinação das Polícias Militares e do Corpo de Bombeiro. Com efeito, é anulado, por essa condição de força auxiliar, a subordinação da Polícia Militar ao Exército, às Forças Armadas, de uma forma geral.

De fato, o Comando da Polícia Militar, com essa condição de forças auxiliares, na verdade, fica subordinado, é subalterno ao Comando do Exército, na Região que abrange o Estado. Por conseguinte, isso fere o princípio constitucional de que o Poder Constitucional do Governo do Estado tenha, sob sua subordinação, a Polícia Militar correspondente.

Um outro aspecto importante é que foi essa subordinação, foi essa subalternidade em relação ao Exército que levou as Polícias Militares a se desviarem da sua função precípua de exercer o policiamento ostensivo, de manter a ordem pública. Foi essa subalternidade que levou ao desvio de quadros das Polícias Militares e do Corpo de Bombeiros a prestarem serviços à repressão política, à repressão violenta, durante os períodos negros do regime militar.

De qualquer forma, esse desvio é grave, na medida em que as Polícias Militares não se têm dedicado, como deveriam, sobretudo nesses últimos 20 anos, à função específica de manter a ordem pública, de trazer a paz social, levando, até mesmo, a uma distorção na formação dos seus quadros, que são preparados com uma visão belicista, que são preparados, muitas vezes, para matar o inimigo, quando, na verdade, a sua função é a de valorizar a vida, é de valorizar as relações entre os cidadãos.

Um outro aspecto importante é a contrapartida dessa confusão que se estabelece entre o papel da Polícia Militar e o papel das Forças Armadas, porque da mesma forma que a Polícia Militar pode ser empregada para fins militares, conforme está previsto, inclusive, nas competências da União, acabou-se conduzindo as Forças Armadas a terem uma ação que não lhe é específica, que é a sua intervenção, a intervenção sobretudo do Exército e da Marinha, na repressão dos movimentos reivindicatórios,

nas greves, como já tivemos oportunidade de denunciar em inúmeras ocasiões ainda este ano, quando o Exército tomou conta dos portos, das refinarias, das ferrovias e também a Marinha foi mobilizada para uma atividade que era especificamente da Polícia Militar.

É esta mistura de funções, é esta distorção do papel que deve ser específico para cada força responsável pela segurança da sociedade que devemos evitar, suprimindo do § 3º desse artigo a expressão "forças auxiliares", mantendo a reserva do Exército, que de resto é estendida a todos os cidadãos que cumpriram o serviço militar.

De outra parte, os cidadãos terão mais clareza, terão mais nitidez e transparência se pudermos isolar, tornar estanques as funções de cada uma dessas corporações responsáveis pela segurança pública.

Muito obrigado, Sr. Presidente. **(Muito bem!)**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

— Concedo a palavra ao Constituinte José Tavares, que está inscrito para falar contra. **(Pausa)** S. Ex.<sup>a</sup> se encontra ausente. Consulto ao Plenário se algum dos Srs. Constituintes vai encaminhar contra. **(Pausa)**

O Constituinte Ottomar Pinto encaminhará contra.

**O SR. CONSTITUINTE OTTOMAR PINTO:** — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a emenda do nobre Constituinte Brandão Monteiro propõe-se a suprimir do § 3º a expressão "forças auxiliares".

Então, as Polícias Militares deixariam de ser forças auxiliares do Exército. Vamos, então, verificar as implicações contidas nessa alteração.

Ora, pela definição constitucional das Forças Armadas, elas têm a incumbência da manutenção da ordem constitucional: da lei e da ordem. Ora, as Polícias também são responsáveis pela ordem pública. De modo que retirar da Polícia Militar esta condição de força auxiliar das Forças Armadas ou do Exército significa que, no caso por exemplo de uma guerra em que o Brasil se envolva, apenas o Exército seria o responsável pela manutenção da ordem no Território. A Polícia estaria desobrigada desse mister, porque ela não poderia ser envolvida no processo como força auxiliar do Exército, haja vista que, como força principal, de maneira alguma, lhe caberia essa atribuição, essa competência. De modo que é importante refletir sobre isto. O Exército tem a responsabilidade da manutenção da ordem, a Polícia tem a responsabilidade da manutenção da ordem pública. É impossível dissociar a participação dessas duas instituições no processo de manutenção da ordem em nosso País.

De modo que, de acordo com o raciocínio que acabei de expor e, ainda mais, frisando bem, que o fato de se tratar de força auxiliar do Exército, não significa absolutamente que as forças militares deixem de estar sob a autoridade dos Governadores dos Estados, Distrito Federal e Territórios. Uma situação não tem nada que ver com outra. São duas condições completamente distintas e divorciadas do processo. Força auxiliar do Exército não implica, necessariamente, em não subordinação aos Governadores dos Estados, Territórios e Distrito Federal.

Há outro aspecto a considerar: o Brasil não possui guarda territorial, como muitos outros países, por conseguinte, em caso de guerra, é necessário que as polícias militares, além das suas funções correntes, normais, habituais se engajem no processo de garantia da ordem interna do País, conjuntamente com o Exército, do contrário seria atribuir a competência pela segurança interna exclusivamente ao Exército, à Marinha e à Aeronáutica. O que não seria justo o que não seria até mesmo o ponto de vista que é defendido por muitos grupos, que entendem que as Forças Armadas iriam ficar adstritas à defesa externa. Não é compreensível que agora, no

processo de segurança ou defesa interna do País, de manutenção da ordem interior, sejam as forças policiais afastadas disto, o que ocorreria se ela deixasse de ser força auxiliar do Exército, porque não poderão ser a força principal num caso de operações conjuntas.

Por conseguinte, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, opinamos contrariamente à aprovação dessa emenda que cria uma condição absolutamente inconveniente no processo de utilização, de conjugação de todas as forças comprometidas com a ordem pública no processo de manutenção da ordem e da segurança do povo brasileiro.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

— Dou a palavra ao Constituinte Ibsen Pinheiro para encaminhar favoravelmente.

**O SR. CONSTITUINTE IBSEN PINHEIRO:** — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, tenho a impressão de que a primeira virtude da emenda oferecida pelo eminente Constituinte Brandão Monteiro é de restabelecer a qualidade da definição e peço a S. Ex.<sup>a</sup> o eminente Relator, a atenção para a colocação que pretendo fazer. Definir as Polícias Militares como força auxiliar e reserva do Exército e, a seguir, estabelecer sua subordinação ao Governo dos Estados é correr o risco de uma contradição formal no próprio texto que aborda duas questões.

Não há, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, nenhuma limitação a que o Governo Federal, entendendo qualquer risco para a ordem pública, nascida, eventualmente, da hipertrofia da atividade de uma polícia militar, possa agir através dos instrumentos constitucionais conferidos ao Governo da República. Mas nada aconselha, Sr. Presidente, nem a boa técnica nem a boa política, que as polícias militares tenham, pertencendo como pertencem aos Estados, subordinação direta, na qualidade aqui defendida, ao Exército nacional ou às Forças Armadas.

A subordinação far-se-á, nos termos da Constituição, quando necessário, pelos mecanismos constitucionais que prevêm o remédio extremo da intervenção, extremo e absolutamente eficaz, não precisando, por isto, a convivência desta anomalia, que é a subordinação ao Governo do Estado e a definição como força auxiliar.

Gostaria, Sr. Presidente, de dizer que uma formulação dessa natureza corresponde, também, a um anacronismo. Quando estamos buscando restabelecer a Federação, a soberania e a dignidade do Estado, nada justifica que uma força policial do Estado, paga e administrada pelo mesmo, paga pelos cidadãos do Estado, tenha subordinação direta a uma instituição federal, por mais respeitável que seja.

Por esta razão, Sr. Presidente, Sr. Relator e Srs. Constituintes, penso que se justifica o esforço de restabelecer a harmonia no aparelho de segurança do Estado. As polícias estaduais construímos hoje, aqui, um edifício que lhes assegura absoluta igualdade no exercício das suas relevantes funções, pois que não vamos permitir que um desses ramos da autoridade policial estadual fique subordinada a uma instituição federal, repito, por mais respeitável que seja.

Por essas razões, Sr. Presidente, apelo ao Sr. Relator, apelo ao voto dos Srs. Constituintes, para que escoimando o texto dessa imprecisão se faça uma melhor definição. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

— Dou a palavra ao Relator para que opine.

Falará pelo Relator o Constituinte Antônio Carlos Konder Reis.

**O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS:** — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, matéria sobre segurança pública no texto da futura Constituição tem sido, nesta reunião da Comissão de Sistematização, lon-

gamente discutida e abordada em extensão e profundidade em razão das emendas que foram apresentadas pelos nobres Srs. Constituintes.

Agora, Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, em razão de iniciativa do nobre Sr. Constituinte Ibsen Pinheiro, busca-se alterar a redação do § 2º, do art. 162, do Substitutivo nº 2, para efeito de retirar-lhe a expressão "forças auxiliares".

Os argumentos apresentados pelos nobres Srs. Constituintes que defenderam a proposição, situaram-se, todos, num raciocínio que busca levar a Comissão de Sistematização ao equívoco de se equiparar mandamento constitucional, que determina que as polícias militares são forças auxiliares do Exército, com a disposição que lhes atribui a responsabilidade de forças auxiliares.

Há que se desfazer esse equívoco, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, e a melhor maneira de buscar fazê-lo é atentar para o inciso XX, do art. nº 21 do projeto já aprovado.

Diz o art. 21:

"Cabe privativamente à União legislar sobre:

...XX – normas gerais de organização, garantias e condições de convocação ou mobilização das polícias militares e corpos de bombeiros militares;..."

É no âmbito desse dispositivo, que se há de situar a condição das polícias militares como forças auxiliares do Exército. Afirmar que esse atributo levará a situação de subordinação das polícias militares às autoridades do Ministério do Exército é incorrer em grave equívoco. As razões que militam em favor da manutenção do texto do Substitutivo nº 2, foram aqui alinhadas pelo nobre Constituinte Ottomar Pinto. Nós temos o dever de raciocinar, de argumentar, tendo como base a situação, o estado que a Constituição futura do Brasil pretende disciplinar, ordenar e coordenar, que é o estado de normalidade democrática. E no estado de normalidade democrática seria uma lacuna, uma omissão, um erro, se não atribuíssemos às polícias militares a tarefa de forças auxiliares do Exército, forças auxiliares indispensáveis em caso de guerra externa ou de grave perturbação da ordem.

Assim, Sr. Presidente Sr. Relator Geral, sem embargos dos altos objetivos da emenda, que é fundada num equívoco, mantém-se o texto do projeto e se manifesta contrariamente à emenda.

**O SR. CONSTITUINTE JOÃO MENEZES:** – Sr. Presidente, peço a palavra, para uma reclamação.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Pois não, nobre Constituinte.

**O SR. CONSTITUINTE JOÃO MENEZES** – Sr. Presidente e Srs. Constituintes, presenciei hoje o Constituinte e Líder Brandão Monteiro fazer aqui uma reclamação com todo o critério referente à presença do Dr. Romeu Tuma aqui dentro do Plenário da Comissão de Sistematização.

Ontem também ouvi que se fez a mesma reclamação contra juízes que aqui estavam no Plenário. Quero fazer a reclamação, pois não se pode estar humilhando as pessoas. Se o Dr. Romeu Tuma entrou aqui no Plenário da Comissão de Sistematização, se os juízes ontem entraram neste plenário e se pessoas outras entram aqui constantemente, Sr. Presidente a culpa não é de quem vem para dentro deste recinto. A culpa está sendo da direção da Assembléia Nacional Constituinte, que não toma as providências no sentido de se credenciar aqueles que podem entrar aqui no plenário. O que não é possível é que os Constituintes convidem pessoas para virem ao plenário e, depois de estarem aqui dentro serem postas para fora como

intrusos, como furões desta Assembléia. De maneira que deixo expressa a minha estranheza com relação sobretudo, à falta de providências da Assembléia Nacional Constituinte que não põe ordem nos trabalhos da Casa. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Sr. Constituinte sabe V. Ex.<sup>a</sup> que, ontem, por pedido de vários Constituintes a Mesa determinou – era eu quem estava eventualmente na Presidência – que só tem direito a tomar assento nas três últimas fileiras deste recinto os assessores dos Srs. Constituintes. E isto mesmo por concessão. Pedi polidamente duas vezes, porquanto, ontem, não se podia nem caminhar, que se tomassem assento e que se retirassem não tendo ocorrido isto, suspendi a sessão e determinei que só entrasse agora quem estivesse com o respectivo crachá. Não pedi, de forma alguma, que saíssem desta sala juízes – nem sei quem estava aqui – mas todos os que estivessem. Acredito até que os Srs. juízes, se aqui estiveram – e alguns estavam – alguns deles encontravam-se sentados, normalmente, onde deveriam estar. O que houve foi um tumulto muito grande. Não gosto de discriminar, não creio que seja correto que, a cada instante, se peça **a**, **b** ou **c**. Acredito, entretanto, que a direção da Casa deva, efetivamente, tomar medidas estritas e peço a colaboração dos Srs. Constituintes; peço a colaboração dos Srs. Constituintes para que não convidem as pessoas a virem aqui, porque, de fato, vêm convidados e sofrem o constrangimento depois de uma retirada. De modo que, eu peço aos Srs. que se abstenham de convidar, mas determinações na portaria devem ser rígidas, mas para o meu gosto não estão suficientemente rígidas.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Tem a palavra o nobre Constituinte Nelson Carneiro.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** –

Querida, apenas, ressaltar que o Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, o Sr. Ulysses Guimarães, não pode ser responsabilizado pelo fato. O nobre Senador João Menezes responsabilizou, exatamente, aquela pessoa que não tinha razão alguma de ser acusado neste momento. A Comissão de Sistematização tem um Presidente, 4 Vice-Presidentes, e eles são os responsáveis pelo andamento dos trabalhos nesta Casa.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Agradeço e foi por isso que dei a explicação dizendo que a determinação foi minha e manterei.

Em votação.

**(Procede-se à votação)**

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Almir Gabriel, Artur da Távola, Carlos Mosconi, Celso Dourado, Cristina Tavares, Egídio Ferreira Lima, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, Ibsen Pinheiro, José Fogaça, José Paulo Bisol, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nelton Friedrich, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Renato Vianna, Sigmaringa Seixas, Virgildásio de Senna, Antonio Mariz, Chagas Rodrigues, Jorge Hage, José Carlos Grecco, José Tavares, Miro Teixeira, Octávio Elísio, Vilson Souza, Ziza Valadares, Sandra Cavalcanti, Brandão Monteiro, José Maurício, Lysâneas Maciel, Ottomar Pinto, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Aldo Arantes, Roberto Freire e Beth Azize. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Bernardo Cabral, Cid Carvalho, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Gasparian, João Calmon, José Richa, José Ulisses de Oliveira, Manoel Moreira, Nilson Gibson, Raimundo Bezerra, Wilson Martins, Alcení Guerra, Aloysio Chaves, Arnaldo Prieto, Christóvam Chiaradia, Eraldo

Tinoco, Francisco Dornelles, Inocêncio Oliveira, José Lins, José Santana de Vasconcellos, Annibal Barcellos, Mário Assad, Paulo Pimentel, Gilson Machado, Furtado Leite, João Menezes, Jofran Frejat, Jonas Pinheiro, Mozarildo Cavalcanti, Valmir Campelo, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Gerson Peres, Jarbas Passarinho, Adylson Motta, Francisco Rossi, Gastone Righi, Adolfo Oliveira, José Maria Eymael e Antonio Farias.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**  
– Vai ser feita a apuração. (Pausa)

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**  
– A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 43 Constituintes; votaram NÃO 40 Constituintes. Total: 83 votos. O destaque foi **prejudicado** por falta de **quorum** qualificado.

Em votação o Destaque nº 6453, de autoria do Constituinte Adolfo Oliveira.

Em votação a preferência.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr. Presidente, desejo usar a palavra para uma reclamação.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Tem a palavra V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr. Presidente, foi-nos distribuído um informe que, me parece, repete informação verbal dada por V. Ex.<sup>a</sup>, de que sábado haveria três reuniões: uma das 9:00 às 13:00h outra das 14:30 às 18:30h e, finalmente, uma das 19:00 às 23:00h.

A primeira parte da reclamação é entender o absurdo de se encerrar, uma reunião às 18:30h e recomeçá-la às 19:00h. Ninguém conseguirá juntar nesse prazo ou fazer qualquer coisa. O que se fará é dispensar a reunião; é, na verdade, tornar improdutivo ou impraticável a outra, submetendo a um possível vexame até a própria Comissão, se não tivermos número na seguinte.

E, finalmente, para protestar também contra a realização de apenas uma reunião no domingo. Masoquismo por masoquismo, masoquismo total; vamos fazer três reuniões no domingo. Por que uma sessão só? Não há razão nenhuma, e ainda a sessão de amanhã, prejudicando a missa de muitos, eu acho que tem que ser três reuniões, uma pela manhã, uma à tarde e uma à noite.

O meu protesto aqui fica lavrado, como reclamação, e peço que a Mesa mostre a sua austeridade, a firmeza, que mostre que quer trabalhar, e não fique ausente convocando apenas uma reunião no domingo. Como é que vamos trabalhar só uma reunião no domingo, ainda pela manhã? Três reuniões no domingo, e amanhã acaba com esse negócio de intervalo de meia hora, ninguém aqui quer intervalo ou descanso não, vamos direto, até às 23 horas. Acabe-se com isso, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**  
– Pois não, nobre Constituinte, eu registro o protesto de V. Ex.<sup>a</sup> Lamento que V. Ex.<sup>a</sup> não estivesse aqui quando eu disse que é um dia depois do outro, e alerta ao espírito religioso de V. Ex.<sup>a</sup> que há missa domingo à tarde; não há nenhum prejuízo.

Em votação a preferência.

Os Srs. Constituintes que estão de acordo com a preferência permaneçam sentados. (Pausa)

Aprovada a preferência.

Tem a palavra o Constituinte Adolfo Oliveira, para encaminhar a sua emenda.

**O SR. CONSTITUINTE ADOLFO OLIVEIRA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a emenda tem como objetivo unicamente substituir a palavra "manutenção" pela palavra "preservação da ordem pública". Foi objeto de enten-

dimento que a expressão "preservação da ordem pública" corresponderá, de maneira muito mais atualizada, muito melhor, à tarefa da Polícia Militar. Por essa razão, Sr. Presidente, é que apresentamos o destaque da emenda que é de autoria do nobre Constituinte Darcy Pozza.

Mas não quero deixar esta tribuna sem antes dizer que a nossa preocupação de constituinte deve se voltar para o prestígio, o respeito à Polícia Militar, à Polícia Civil dos Estados, mas acima de tudo deve se voltar para a população desassistida, para as famílias, para as meninas, as moças, as senhoras que não podem mais sair às ruas, para uma atmosfera de insegurança e de intranquilidade em todos os grandes centros deste País.

A constituinte deve demonstrar que está atenta a essa ânsia pela segurança pública. O pânico quase toma conta das famílias, que não podem mais sair à noite, que trancam e retrancam as suas portas e as suas janelas. E a verdade, Sr. Presidente, é que alguma coisa precisa ser feita para mudar o atual estado de coisas.

Precisamos re-aparelhar, material e moralmente, as nossas polícias, sejam elas quais forem. E vou terminar, consignando que talvez o exemplo que deva ser seguido seja o da Polícia Federal, que está tendo uma conduta que a recomenda ao respeito e à gratidão de todos os brasileiros, que cuida de uma seleção interna, de uma apuração de tudo quanto esteja errado em relação aos seus agentes, e que por isso mesmo se recomenda ao respeito de todos nós.

Vamos aparelhar materialmente a polícia, com recursos tecnológicos modernos. Temos que enfrentar todos juntos esse desafio do crime organizado, dos bandos que se preparam para fazer o tráfico de tóxicos, que rondam as escolas primárias, Sr. Presidente, que rondam os colégios, para viciar desde a mais tenra idade a nossa mocidade. Bandos organizados de seqüestradores, máfias que se organizam nesse País, Sr. Presidente, no meio da quase absoluta impunidade. Vamos contar com quem? Vamos contar com uma nova mentalidade dessas polícias que recebem todo o nosso apoio e todo o nosso prestígio.

Mas devemos cobrar, também em nome das famílias, em nome dos brasileiros que anseiam por segurança e tranquilidade em suas casas e em seus locais de trabalho.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**  
– Tem a palavra, pela ordem, o nobre Constituinte Gerson Pares.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Eu queria propor a V. Ex.<sup>a</sup> que considerasse como emenda de redação esta pequena modificação de "preservação da ordem" para "manutenção da ordem". São palavras sinônimas, e o Relator já tem acolhido sugestões semelhantes, e nós ganharíamos tempo.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**  
– Se o Sr. Relator concordar com essa mudança. (Pausa)

S. Ex.<sup>a</sup> está examinando a diferença entre preservação e manutenção.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, concordo por uma razão muito simples: o **caput** do art. 162 já prevê a preservação da ordem pública, de modo que o mais correto é fazer-se a alteração como emenda relacional e a relatório acolhe.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**  
– A emenda foi transformada numa sugestão ao Relator que vai acolhê-la.

**Destaque nº 003818-87 – Emenda nº ES-28350-2, do Sr. Ibsen Pinheiro, "que suprime o inciso V, altera a redação do § 1º, adita novo parágrafo e renumera os demais do art. 194 do Substitutivo nº 1 (art. 162, § 1º do Substitutivo nº 2)". (370ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Passamos, agora, à votação do Destaque nº 3818, do Constituinte Ibsen Pinheiro, sobre a Emenda nº 28350.

Este destaque visa substituir o § 5º do art. 162.

Em votação.

Os Srs. Constituintes que estiverem de acordo com a preferência queiram permanecer sentados. **(Pausa)**

Aprovado.

Concedo a palavra ao Constituinte Ibsen Pinheiro para explicar do que se trata.

**O SR. CONSTITUINTE IBSEN PINHEIRO:** – Sr. Presidente, a explicação do que se trata é deveras singela.

Na verdade, a minha emenda era mais ambiciosa e pretendia regular, de modo cabal, o capítulo relativo às polícias militares e civis.

No entanto, a construção que se fez neste Plenário torna necessário, na minha visão, que se regule de modo mais adequado a questão das guardas municipais.

Sr. Presidente, leio para lembrar aos Srs. Constituintes o dispositivo que está no texto do Substitutivo Cabral 2:

"As guardas municipais, além do que dispuserem as constituições estaduais, compete a proteção do patrimônio municipal."

Gostaria de alertar aos integrantes da Comissão de Sistematização para esta oração intercala "além do que dispuserem as constituições estaduais", alertando-os para o risco de a Constituição Federal abrir um permissivo desta natureza, que poderá levar, em algum caso extremo, a que, eventualmente, constituições estaduais atribuam funções repressivas à guarda municipal.

Nosso sistema de segurança está definido exaustivamente no texto que temos aprovado esta tarde. As guardas municipais têm outra função, de colaboração para a ordem dos serviços municipais.

Por esta razão, Sr. Presidente, entendo que uma definição adequada é aquela que ofereço:

"Os Municípios poderão constituir guardas municipais destinadas à proteção das instalações e dos serviços municipais."

Com isto, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, sempre que necessária, a ação da guarda municipal, para a proteção, para a ordenação de serviços municipais, em parques nas repartições municipais, elas prestarão esses serviços à comunidade, mas jamais poderão ser confundidas, eventualmente, num texto constitucional estadual como integrantes do sistema de segurança, que, no plano do Estado, limita-se às polícias civil e militar, e, no plano da União, estão definidas claramente.

Sr. Presidente, por entender que oferece uma solução adequada, peço para esta emenda a atenção do Sr. Relator e a aprovação dos Srs. Constituintes. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Para encaminhar contra, tem a palavra o nobre Constituinte José Tavares. **(Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup> desiste.

Tendo desistido o Constituinte José Tavares, não há mais ninguém inscrito para falar contra.

Não estando presente o Sr. Relator, concedo a palavra ao Constituinte Adolfo Oliveira, que falará pela Relatoria.

**O SR. RELATOR (Adolfo Oliveira):** – Sr. Presidente, o eminente Líder Ibsen Pinheiro pretende substituir o § 5º do texto pela redação que apresento. Diz o texto:

"As guardas municipais, além do que dispuserem as constituições estaduais, compete a proteção do patrimônio municipal."

Diz a emenda:

"Os Municípios poderão constituir guardas municipais destinadas à proteção das instalações e dos serviços municipais."

O ilustre e digno Relator-Geral considera bastante feliz a redação proposta pelo nobre Constituinte Ibsen Pinheiro, opinião, de resto, comungada por nós, seus modestos auxiliares, razão pela qual a Relatoria vota a favor da emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Com o parecer favorável do Relator, passamos à votação.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ MARIA EYMAEL:** – Sr. Presidente, solicito um esclarecimento de votação.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Está V. Ex.<sup>a</sup> com a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ MARIA EYMAEL:** – Apenas porque estou numa dúvida e quero votar conscientemente. Pergunto e, se for o caso, solicitaria até que o próprio autor esclarecesse. Por exemplo: uma praça pública é considerada uma instalação?

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – É um bem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Claro, tem que proteger o patrimônio.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – Sr. Presidente, sugeriria ao Relator, como simples emenda de redação, que ao invés de instalações fossem bens e serviços. Esta é a expressão própria. É apenas uma alteração de redação – bens e serviços.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Não sei, regimentalmente, se eu posso fazer isso, porque a emenda aqui diz o seguinte: "os municípios poderão constituir guardas municipais destinadas à proteção das instalações e dos serviços municipais." Acho que, em instalações **lato sensu** poderia incluir praças, latíssimo **sensu**. Monumento não é instalação.

Tem a palavra o autor da emenda, o Constituinte Ibsen Pinheiro, para que se explique.

**O SR. CONSTITUINTE IBSEN PINHEIRO:** – Sr. Presidente, obviamente, a minha interpretação não tem o caráter de uma interpretação autêntica, como o valor maior do que a de qualquer um, mas posso, pelo menos, revelar a intenção como que o texto foi produzido.

Penso que "instalações" é o gênero que inclui patrimônio, que inclui bens. Penso que é o gênero, muito mais amplo: instalações municipais.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ MARIA EYMAEL:** – Sr. Presidente, tendo em vista a relevância que a Emenda do Constituinte Ibsen Pinheiro traz, a nível de aperfeiçoamento, apelo, e tendo em vista o precedente já colocado, que seja entendido de forma ampla, conforme o próprio autor colocou, e, depois, a nível de redação, se contemple o objetivo também do patrimônio.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – A única possibilidade que a Mesa tem é a de colocar em votação a Emenda do Constituinte Ibsen Pinheiro.

**O SR. CONSTITUINTE VIRGILDÁSIO DE SENNA:** – Sr. Presidente, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Tem a palavra o Constituinte Virgildásio de Senna.

**O SR. CONSTITUINTE VIRGILDÁSIO DE SENNA:** – Sr. Presidente, reputo a matéria importante. Alguns aspectos não foram abordados, relativamente ao assunto. Os municípios, tradicionalmente, no Brasil, têm a guarda noturna e mantêm-na como proteção à sociedade, e não em defesa do patrimônio municipal, pura e simplesmente.

Há muitos municípios em que há um processo de vandalização de bens públicos, como quebra de lâmpada de empresa que pertence ao Estado e que é debitada ao município, pela ação vandálica. Restringir, com uma emenda que quer a defesa exclusiva do patrimônio municipal, quando toda a sociedade brasileira realiza um mutirão contra a violência, em defesa da propriedade e da sociedade como um todo, não me parece o encaminhamento mais oportuno sobre a matéria.

Peço a V. Ex.<sup>a</sup> que reexamine o assunto, tendo em vista uma tradição de longos e longos anos da sociedade, relativa às guardas-municipais e às guardas-noturnas.

**O SR. CONSTITUINTE INOCÊNCIO OLIVEIRA:** – Sr. Presidente, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Tem a palavra o Constituinte Inocêncio Oliveira.

**O SR. CONSTITUINTE INOCÊNCIO OLIVEIRA:** – Sr. Presidente, tendo em vista os argumentos apresentados, eu pediria ao nobre Relator que revise a sua exposição, já que o texto, pelo que se viu é muito melhor do que a emenda, porque preserva o patrimônio do município.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Coloco em votação.

Esclareço à Casa que a alternativa presente é: ou se mantém o texto, tal como está, ou se vota a favor da emenda do Constituinte Ibsen Pinheiro, nos termos em que está, cabendo aos hermenêutas do futuro a interpretação do que significa instalação.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Almir Gabriel, Antônio Britto, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Celso Dourado, Cristina Tavares, Egídio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Gasparian, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, Ibsen Pinheiro, João Calmon, José Fogaça, José Geraldo, José Paulo Bisol, Manoel Moreira, Mário Lima, Nelson Carneiro, Nelson Friedrich, Nilson Gibson, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Sigmaringa Seixas, Antonio Mariz, Jorge Hage, José Carlos Grecco, Miro Teixeira, Octávio Elísio, Ziza Valadares, Arnaldo Prieto, Christóvam Chiaradia, José Santana de Vasconcellos, Marcondes Gadelha, Mário Assad, Paulo Pimentel, Furtado Leite, Jonas Pinheiro, Mozarildo Cavalcanti, Adylson Motta, Lysâneas Maciel, Luiz Salomão, Ottomar Pinto, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Adolfo Oliveira, José Maria Eymael, Aldo Arantes, Roberto Freire e Beth Azize. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Cid Carvalho, José Richa, José Ulisses de Oliveira, Virgildásio de Senna, José Tavares, Roberto Brant, Vilson Souza, Alcení Guerra, Aloysio Chaves, Eraldo Tinoco, Inocêncio Oliveira, José Lins, Aníbal Barcellos, Sandra Cavalcanti, Gilson Machado, Jofran Frejat, Antonio Carlos Konder Reis, Gerson Pares, Jarbas Passarinho, Virgílio Távora, Bonifácio de Andrada, Francisco Rossi e Gastone Righi.

**O SR. RELATOR (Adolfo Oliveira):** – Encerrada a votação.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 56 Constituintes; votaram NÃO 23 Constituintes. Total: 79 votos. O Destaque foi **aprovado**.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Com isso, entendo que o Destaque nº 4735, do Constituinte Antônio Britto, esta prejudicado.

Resta agora o Destaque nº 7076, do Constituinte Mello Reis.

**(Pausa)**

Está prejudicado.

Srs. Constituintes, amanhã, começamos às 9 horas da manhã na primeira sessão. Agradeço a presença e a colaboração e felicito-os por terem terminado o capítulo até às 19 horas e 45 minutos.

Está encerrada a votação do Título V.

Amanhã, temos a primeira meia hora para as preferências relativas ao Título VI.

### III – SUSPENSÃO DA REUNIÃO

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – A Presidência vai suspender os trabalhos, convocando os Senhores Constituintes para a continuação da presente reunião, amanhã, 6-11-87, às 9:00 horas.

Está suspensa a reunião

**(Suspende-se a reunião às 19 horas e 50 minutos).**

**EM 7 DE NOVEMBRO DE 1987**

Presidência dos Srs. **Aluizio Campos**, Primeiro-Vice-Presidente; **Jarbas Passarinho**, Terceiro-Vice-Presidente; **Fernando Henrique Cardoso**, Quarto-Vice-Presidente.

### I – REABERTURA DA REUNIÃO

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Havendo número regimental, declaro reaberta a reunião.

Às 9:00 horas comparecem os Senhores: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Adolfo Oliveira, Afonso Arinos, Alcení Guerra, Alfredo Campos, Almir Gabriel, Aluizio Campos, Aníbal Barcellos, Antônio Britto, Antônio Carlos Konder Reis, Arnaldo Prieto, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Brandão Monteiro, Carlos Chiarelli, Carlos Mosconi, Carlos Sant'Anna, Celso Dourado, Christóvam Chiaradia, Cid Carvalho, Cristina Tavares, Darcy Pozza, Edme Tavares, Egídio Ferreira Lima, Enoc Vieira, Eraldo Tinoco, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Gasparian, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Lyra, Francisco Dornelles, Francisco Pinto, Francisco Rossi, Gastone Righi, Gerson Pares, Geovani Borges, Gilson Machado, Haroldo Lima, Haroldo Sabóia, Ibsen Pinheiro, Inocêncio Oliveira, Jamil Haddad, Jarbas Passarinho, João Calmon, João Hermann Neto, Joaquim Bevilacqua, José Fogaça, José Geraldo, José Ignácio Ferreira, José Jorge, José Lins, José Lourenço, José Luiz Maia, José Maurício, José Paulo Bisol, José Richa, José Santana de Vasconcellos, José Serra, José Ulisses de Oliveira, Luis Eduardo, Luiz Inácio Lula da Silva, Lysâneas Maciel, Manoel Moreira, Marcondes Gadelha, Mário Assad, Mário Lima, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nelson Friedrich, Nilson Gibson, Oswaldo Lima Filho, Paulo Pimentel, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Plínio Arruda Sampaio, Prisco Viana, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Ricardo Fiúza, Rodrigues Palma, Sandra Cavalcanti, Severo Gomes, Sigmaringa Seixas, Siqueira Campos, Virgildásio de Senna, Virgílio Távora, Wilson Martins, Adylson Motta, Afif Domingos, Albano Franco, Aldo Arantes, Antonio Mariz, Benito Gama, Bonifácio de Andrada, César Maia, Chagas Rodrigues, Daso Coimbra, Délio Braz, Euclides Scalco, Fernando Santana, Furtado Leite, Jalles Fontoura, João Agripino, João Menezes, Jofran Frejat, Jonas Pinheiro, Jorge Hage, José Carlos Grecco, José Costa, José Genoíno, José Maria Eymael, José Tavares, José Tinoco, Luiz Salomão, Márcio Braga, Marcos Lima, Michel Temer, Mozarildo Cavalcanti, Nelson Wedekin, Octávio Elísio, Paes Landim, Roberto Brant, Rose de Freitas, Simão Sessim, Sólton Bor-

ges dos Reis, Uldurico Pinto, Valmir Campelo, Vicente Bogo, Vilson Souza, Ziza Valadares e Theodoro Mendes e os Senhores Constituintes não membros: Luiz Alberto Rodrigues, Florestan Fernandes, Robson Marinho, Paulo Delgado e Chico Humberto. Deixaram de comparecer: Aloysio Chaves, Antonio Farias, Antonio Carlos Mendes Thame, Francisco Benjamim, José Freire, José Thomaz Nonô, Milton Reis, Oscar Corrêa e Roberto Freire.

## II – EXPEDIENTE

"Ofício nº 299/87-PFL

Brasília, 7 de novembro de 1987

A Sua Excelência o Senhor  
Deputado Ulysses Guimarães

DD. Presidente da Assembléia Nacional Constituinte

Senhor Presidente:

Comunico a Vossa Excelência que o Deputado Benito Gama passa a integrar, como Suplente, a Comissão de Sistematização, a partir desta data, em vaga existente.

Apresento a Vossa Excelência, nesta oportunidade, protestos do meu elevado apreço. – Deputado **José Lourenço**, Líder do PFL.

### Liderança do Partido Democrático Trabalhista – PDT

"Ofício nº 181/87

Brasília, 7 de novembro de 1987

A Sua Excelência o Senhor  
Constituinte Ulysses Guimarães

DD. Presidente da Assembléia Nacional Constituinte Nesta

Senhor Presidente:

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência o Constituinte Cesar Maia para substituir o Constituinte Bocayuva Cunha, como membro Suplente da Comissão de Sistematização.

Informo, outrossim, que a partir de 9-11-87 o Constituinte Bocayuva Cunha reassumirá suas funções na referida Comissão.

No ensejo, renovo a Vossa Excelência protestos de consideração e apreço. – Constituinte **Brandão Monteiro**, Líder do PDT."

### Recurso do Constituinte Plínio de Arruda Sampaio

"REF.: Recurso do Constituinte Plínio Arruda Sampaio da decisão proferida em questão de ordem sobre a prejudicialidade declarada à Emenda ES-30322 – Destaque 1925-87.

Ao Senhor Presidente Ulysses Guimarães, permitindo-nos chamar a atenção de S. Ex.<sup>a</sup> para o caráter minucioso e bem articulado da exposição do Senador Jarbas Passarinho.

Brasília, 7 de novembro de 1987. – Constituinte **Afonso Arinos**, Presidente."

### Documentos a que se refere o Sr. Presidente Afonso Arinos.

"Exm.<sup>o</sup> Sr. Presidente da Assembléia Nacional Constituinte

Constituinte Plínio Arruda Sampaio (PT-SP), tempestivamente e atendendo a protesto de imediato formulado, vem interpor o presente **Recurso** da r. da decisão hoje tomada pela Eg. Presidência da Mesa da Comissão de Sistematização, que, em questão de ordem por ela levantada, entendeu prejudicado o Destaque nº 1925, formulado pelo Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva, relativo à Emenda nº 30322, de autoria do recorrente, por força da rejeição da Emenda nº 32215 (Destaque nº 4686), do Constituinte Nelson Jobim, inobstante ambas emendas tenham por objeto alterar a composição do Supremo Tribunal Federal, elas o fazem, na realidade, de forma substancialmente diferente, como se nota da leitura de ambas e como será esclarecido, oportunamente, em razões orais que serão aduzidas.

Nestes termos, pede e aguarda seja recebido, processado e provido o presente recurso para o fim de ver o recorrente discutida e votada a sua Emenda de nº 30322, objeto do Destaque nº 1925, na Comissão de Sistematização.

Brasília, 3 de novembro de 1987. – **Plínio Arruda Sampaio**.

Apoiamento: José Paulo Bisol – José Costa – Euclides Scalco – PMDB; Nelson Jobim – PMDB; Koyu Iha – PMDB.  
"BSB-156/87

Brasília, 5 de novembro de 1987.

Ex.<sup>mo</sup> Sr.

Deputado Ulysses Guimarães

Presidente da Câmara dos Deputados

Brasília – DF

Senhor Presidente,

A decisão do Presidente em exercício, na Mesa da Comissão de Sistematização – Senador Jarbas Passarinho – proferida na sessão de 3 de novembro p.p., considerando prejudicada a Emenda ES-30322-8, de minha autoria, fere "data venia" as normas regimentais e não pode ser mantida.

Senão vejamos:

1. A matéria em discussão e votação versava sobre a estrutura do Supremo Tribunal Federal e os dispositivos submetidos à Comissão continham, em textos constituídos pelo **caput** e vários parágrafos, três disposições: o número de membros da Corte; a forma de seleção e investidura; a vitaliciedade ou temporalidade do cargo.

2. Foi colocada em votação, inicialmente, a Emenda ES-32215-0, do Deputado Nelson Jobim, não tendo a mesma alcançado o "quorum" necessário para aprovação.

Em seguida, foi votada a Emenda ES-28609-9, de autoria do Deputado Egídio Ferreira Lima. Também não obteve "quorum".

A emenda seguinte, ES-30322-8, de minha autoria, foi considerada prejudicada.

3. O quadro abaixo, que fez uma comparação entre preceitos votados, demonstra o equívoco da decisão.

	Substitutivo	Emenda Jobim	Emenda Egídio	Emenda Plínio
Estrutura do STF				
Nº de membros	11	16	16	19
Nomeação	Presidente	Presidente Câmara STF	Presidente	Presidente Câmara Juizes do STF
Duração	Vitalício	Temporário	Vitalício	Temporário e Vitalício



4 – A emenda de minha autoria difere das outras duas em relação ao número de membros, à forma da escolha, à duração do cargo. A equivocada decisão de considerá-la prejudicada impediu a Comissão de se pronunciar sobre uma alternativa e isto fere o Regimento.

5 – Senhor Presidente em exercício da Comissão de Sistematização fundamentou a decisão da prejudicialidade com o argumento de que a emenda de minha autoria, ao propugnar por uma composição mista de ministros temporários e vitalícios para o Supremo Tribunal Federal, é de natureza idêntica à emenda do Constituinte Nelson Jobim. Esta, no entanto, propõe a existência, unicamente, de ministros temporários, ressaltando, apenas, a título de disposição transitória, o mandato vitalício dos atuais ministros a nova Corte Suprema.

6 – Se a emenda de minha autoria foi considerada prejudicada em decorrência das votações das Emendas Jobim e Egídio, pergunta-se, à luz do quadro anterior, com que fundamento se colocou em votação a Emenda Egídio, após a derrota da Emenda Jobim?

Em razão do exposto, requeiro provimento ao recurso tempestivamente interposto e espero que V. Ex.<sup>a</sup> determine a inclusão da matéria na Ordem do Dia da Comissão de Sistematização. – **Plínio Arruda Sampaio**, Deputado Federal.

## "Assembléia Nacional Constituinte

### COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO

**Ref.:** Recurso do Constituinte Plínio Arruda Sampaio da decisão proferida em questão de ordem sobre a prejudicialidade declarada à Emenda nº ES-30322 – Destaque nº 1925-87.

Ao ilustre Senador Constituinte Jarbas Passarinho, autor da decisão impugnada, para opinar.

Brasília, 6 de novembro de 1987. – Constituinte **Afonso Arinos**, Presidente.  
"Excelentíssimo Senhor  
Doutor Ulysses Guimarães  
Digníssimo Presidente da  
Assembléia Nacional Constituinte

Brasília, 7 de novembro de 1987

Senhor Presidente,

Ao opinar a V. Ex.<sup>a</sup> sobre o recurso interposto pelo nobre Deputado Plínio Arruda Sampaio, cabe-me, na condição de Presidente, em exercício, da Comissão de Sistematização, nos trabalhos da reunião realizada às 15 horas do dia 3 do corrente mês de novembro, expor os fatos ali ocorridos e que deram origem ao recurso em referência.

Os debates travados em torno da Emenda nº ES-32215-0, destacada sob nº 4686, de autoria do Senhor Deputado Nelson Jobim, fixaram-se em quatro pontos fundamentais:

**"a)** não vitaliciedade dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, salvo quanto aos 11 atuais Ministros que continuariam vitalícios;

**b)** aumento do número de membros daquela Corte de Justiça, de 11 para 16;

**c)** competência dos três Poderes na indicação dos Ministros;

**d)** aprovação das indicações pelo Senado, mediante audiência pública."

Colocada a emenda em votação, foi apurado o seguinte resultado: 60 votos contrários e 31 favoráveis, sendo, portanto, rejeitada.

Na votação da Emenda nº ES-28516-5, objeto de Destaque nº 4777, de autoria do Constituinte Egídio Ferreira

Lima, e que se processou em seguida, a Comissão, confirmando decisão anterior, negou por 56 votos o aumento do número de Ministros do Supremo Tribunal Federal de 11 para 16, o que nos levou a considerar prejudicada a Emenda nº ES-28609 (Destaque nº 4778), do mesmo Constituinte e que, embora com redação diversa, tinha o mesmo objetivo.

Ao anunciar o requerimento de preferência para o Destaque nº 1925, do Deputado Luiz Inácio Lula da Silva, e que objetivava a votação da Emenda nº ES-30322, de autoria do nobre Constituinte Plínio Arruda Sampaio, declarou esta Presidência que, estando em dúvida quanto à sua prejudicialidade parcial, uma vez que, à feição da proposição do nobre Constituinte Nelson Jobim, já rejeitada, a emenda admitia duplicidade de funções, vitalícias e não vitalícias, na composição do Supremo, gostaria de ouvir o pronunciamento do autor da emenda (pág. 74).

Reconheceu Sua Excelência, o nobre Constituinte Plínio Arruda Sampaio, a complexidade da matéria que estabelecia, em seu entendimento, "uma nova fórmula de conceber o Supremo Tribunal Federal", concluindo por considerar que a emenda não estaria prejudicada em qualquer dos seus aspectos.

Usaram, em seguida, da palavra o Constituinte Oscar Corrêa, concluindo pela prejudicialidade integral da emenda, tendo em vista o sentido dos debates em Plenário; o Constituinte José Fogaça, pela relatoria, também concluindo pela prejudicialidade integral, em face do resultado das votações já processadas, considerando a matéria vencida e rejeitada, tanto em relação à nova composição sugerida para o Supremo Tribunal Federal, quanto com relação à questão da não vitaliciedade, e o Constituinte Oswaldo Lima Filho, pela não prejudicialidade, não quanto ao mérito, mas por considerar, equivocadamente, que as emendas anteriores estavam apenas "prejudicadas" por falta de **quorum**, e não "rejeitadas", como efetivamente o foram.

A Presidência, à vista dos entendimentos expendidos e considerando a dificuldade em separar do texto da emenda, para votação, a parte inevitavelmente prejudicada, encareceu a compreensão do nobre Constituinte Plínio Arruda Sampaio que se antecipou e desde logo recorreu de uma decisão da Presidência, que realmente não chegou a ser aduzida, sendo o recurso acolhido a fim de ser encaminhado, para decisão, à Mesa da Assembléia Nacional Constituinte, como meio de dar prosseguimento, sem mais delongas, aos trabalhos da Comissão.

É meu entendimento que não procedem os argumentos do nobre Constituinte Plínio Arruda Sampaio porque:

1º previa a sua emenda a figura, já previamente rejeitada, do Ministro Temporário, ferindo o princípio aprovado da vitaliciedade;

2º quanto ao número de membros, 19, embora 11 fossem vitalícios, oito seriam temporários;

3º quanto à forma da escolha a prejudicialidade da proposição é nítida porque a composição, em si, já não poderia ser considerada.

A Emenda nº ES-28916-9, de autoria do Constituinte Egídio Ferreira Lima, devia ser apreciada porque a única identidade entre ela e a Emenda Jobim era o número de integrantes do Supremo Tribunal Federal. A forma da escolha e a composição eram diferentes, de sorte que um Constituinte poderia concordar com 16 membros, mas todos vitalícios, o que lhe permitiria rejeitar a Emenda Jobim e aprovar a Emenda Egídio. Logo, mais uma vez, é descabida a argumentação que o Constituinte Plínio Arruda Sampaio desenvolve, pretendendo que se a Emenda Egídio foi levada à votação a sua também o deveria ter sido.

Não foi outra, lembro, a conclusão do nobre Relator José Fogaça.

Isto posto, confio em que o Ex.<sup>mo</sup> Sr. Presidente da Assembléia Nacional Constituinte negará provimento ao recurso impetrado.

Para maiores esclarecimentos, encaminho a V. Ex.<sup>a</sup> as notas taquigráficas da referida reunião, e os textos das respectivas emendas.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Ex.<sup>a</sup> os protestos de alta estima e distinta consideração. – **Jarbas Passarinho.**"

### III – COMUNICAÇÕES

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Concedo a palavra ao eminente Relator para uma rápida comunicação.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Comunico aos eminentes colegas Constituintes que participará como Relator-Auxiliar, a meu convite, neste Título da Tributação, o eminente Constituinte Fernando Bezerra Coelho, que foi o Relator da Subcomissão de Tributos, Participação e Distribuição das Receitas. S. Ex.<sup>a</sup> vem colaborar não só com a relatoria, mas sobretudo com os nossos companheiros da Comissão de Sistematização. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Haroldo Lima, pela ordem, para uma comunicação.

Antes, porém, convido o Senador e Constituinte Jarbas Passarinho para assumir a Presidência. **(Palmas)**

**O SR. CONSTITUINTE HAROLDO LIMA:** – Sr. Presidente, com a palavra concedida pela Presidência, solicito a compreensão de V. Ex.<sup>a</sup> para um registro que, embora não diretamente vinculado aos trabalhos desta Comissão de Sistematização, julgo importante ser feito no dia de hoje. Peço também a compreensão dos nobres colegas Constituintes. Hoje comemora-se o septuagésimo aniversário da Revolução Socialista Soviética. **(Palmas)** Registro esse acontecimento porque a Revolução Socialista – Revolução de Outubro – promoveu a maior transformação da História da humanidade, instituindo um regime social inteiramente novo, fundado na propriedade social dos meios de produção.

A Revolução Soviética pôs em prática os ideais de uma doutrina nova fundada por Marx e Engels e, mais do que isso, deu-lhe um caráter científico, estabelecendo os pressupostos de uma complementação doutrinária que passou a ser chamada de "leninismo" em homenagem ao seu fundador, o camarada Lênin.

A Revolução Soviética influenciou enormemente os trabalhadores do mundo inteiro, as revoluções e os processos sociais em todas as partes do mundo e até mesmo aqui, no Brasil. Até hoje estamos trabalhando aqui, uns a favor dos ideais da Revolução Soviética e outros contra elas.

Em 1922, cinco anos após a Revolução de Outubro, foi fundado, no Brasil, o Partido Comunista do Brasil, inspirado nas transformações ocorridas na antiga pátria russa e sob o impacto delas.

Sr. Presidente, ao fazer este breve registro, rejubilo-me, entusiasmado, pela Revolução Soviética que hoje comemora o seu septuagésimo aniversário.

Queremos lamentar o fato de que a pátria soviética, a antiga pátria de Lênin e Stálin, transformou-se numa nação aberta ao capital estrangeiro, num país integrado ao capitalismo internacional. Essas transformações começaram em 1956, quando, no XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, sob a direção do ex-cama-

rada Krucnev, perpetraram-se mudanças fundamentais na linha de conduta da construção de um país socialista, linha esta que agora foi transformada inteiramente e que hoje se reestrutura, naquele país, sob as benesses da Coca-Cola, da IBM e da General Motors, numa nova nação capitalista, competindo com as que hoje existem no mundo inteiro. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Virgílio Guimarães.

**O SR. CONSTITUINTE VIRGÍLIO GUIMARÃES:** – Sr. Presidente, pedi a palavra para fazer uma breve comunicação em nome do meu Partido, o PT. Estamos aqui para registrar o nosso júbilo pelo transcurso do septuagésimo aniversário da tomada do poder na Rússia, depois União Soviética, pelos operários e camponeses daquele país. O mundo não foi nem será o mesmo depois daquele episódio. Esta Assembléia Constituinte se reúne sob pressão do movimento dos operários do mundo inteiro e do espectro do socialismo, que continua rondando o mundo. É por isso que continuam avançando as conquistas dos trabalhadores rumo a uma sociedade nova, a uma sociedade socialista. Por isso, o PT registra o fato com entusiasmo, com força e dá o seu parabéns aos proletários de todo o mundo pelo transcurso dos setenta anos da tomada do poder pelos trabalhadores, operários e camponeses da Rússia soviética.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Vamos conceder a palavra limitadamente. Em primeiro lugar, não podemos transformar a sessão, naturalmente, em uma comemoração dos setenta anos da Revolução Russa. Por outro lado, evidentemente, ficamos, eu particularmente, satisfeitos por ver posições tão transparentes. Peço que todos sejam breves. Dou a palavra à Constituinte Sandra Cavalcanti.

**A SRA. CONSTITUINTE SANDRA CAVALCANTI:** – Sr. Presidente, falo, nesta altura, pelo meu partido. Gostaria de registrar, isto sim, o tempo que a Revolução Russa levou para perceber que tinha entrado na contramão da História, para sentir que o maior poder da criatura humana é a liberdade e para perceber que um dos maiores anseios da criatura humana é poder trabalhar, buscando um ideal material de vida com a garantia da sua propriedade. O elogio aqui feito por pessoas que aderiram a essa ideologia, às atitudes ultimamente tomadas pelo Primeiro-Ministro Mikhail Gorbachev reitera esse ponto de vista. Até lá a democracia acabou sendo vitoriosa. Esperamos apenas que ela se amplie, que se abram as cadeias onde ainda continuam presos todos os dissidentes que não concordam com as opiniões do Kremlin, do Politburo, e que um dia haja esta coisa extraordinária que são as eleições livres e diretas, muitos partidos e a pressão da classe trabalhadora fazendo-se por intermédio de representantes eleitos por sufrágio livre.

Sr. Presidente, no dia em que na Praça do Kremlin tremularem bandeiras num comício pelas eleições diretas, aí, sim, daremos um voto de louvor a essa revolução. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Com a palavra o Constituinte Gérson Pares. Vou limitar essas intervenções porque, do contrário, ficaremos aqui a manhã inteira falando sobre a União Soviética e os setenta anos de sua revolução, enquanto eu, na posição de Presidente, fico preso, sem poder expressar o meu pensamento.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, gostaria de falar em nome dos democratas brasileiros no dia em que a União Soviética comemora setenta anos de ditadura socialista. Queríamos, desta tribuna, fazer um apelo para que o atual Primeiro-Ministro soviéti-

co saia da palavra para a ação, que transforme a **perestroika** e a **glasnost**, numa realidade, dando liberdade à imprensa, liberdade ao povo soviético para escolher o seu próprio destino, liberdade em todos os níveis, pois as palavras **perestroika** e **glasnost** ainda não atingiram o seu real significado, uma vez que o princípio da materialização do homem e da socialização da matéria continua imperando naquele recanto imenso do mundo. Em nome dos democratas brasileiros, no aniversário de setenta anos de ditadura, pedimos que Gorbachev dê liberdade ao povo russo para que ele possa escolher o seu próprio destino.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Vou usar um critério em relação à questão levantada pelo PC do B, que acusa de desviacionismo o Governo atual da União Soviética. Então, é natural que, em defesa do PCUS, fale o Constituinte Carlos Sant'Anna. Desculpe, Fernando Santana. Como ontem aqui Tiradentes virou Bonifácio, tenho o direito também de ter o meu momento de dúvida.

Tem a palavra o Constituinte Fernando Santana.

**O SR. CONSTITUINTE FERNANDO SANTANA:** – Sr. Presidente, serei breve. Apenas em poucas palavras gostaria de declarar que não foi tardia a decisão atual consubstanciada nas palavras **glasnost** e **perestroika**. A Constituinte Sandra Cavalcanti poderia perfeitamente perceber que uma revolução que ficou cercada pelo mundo capitalista querendo destruí-la, que depois da Segunda Guerra Mundial teve de se armar até os dentes para resistir à pressão do armamento nuclear dos Estados Unidos, não poderia dar passos à frente – como hoje está fazendo – no sentido da paz, porque a grande questão do mundo moderno é a decisão da guerra ou da paz. Acreditamos que o atual Secretário-Geral esteja abrindo novas perspectivas para que o mundo do Século XXI seja realmente de paz. Então, é dentro dessa perspectiva histórica que está havendo essas transformações, as chamadas transparências, com a possibilidade de uma discussão mais ampla e de descristalização dos quadros que vinham por anos e anos retardando o próprio processo de aplicação do socialismo. Acreditamos, Sr. Presidente, que na União Soviética não há abertura para a IBM ou para qualquer outra multinacional. Há, sim, uma maior clareza, uma maior transparência para que o verdadeiro socialismo seja realmente implantado com a liberdade, um dos seus objetivos.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Nelson Jobim.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON JOBIM:** – Sr. Presidente, pela Liderança do PMDB, desejamos registrar o evento histórico de hoje, assinalando que a Revolução Soviética pode representar, tendo em vista a polarização ideológica que se introduziu a partir de 1917, a eventual produção de uma síntese futura que venha determinar a paz do mundo nos entendimentos do Ocidente com o Oriente. Fundamentalmente, queremos registrar também, além desse regozijo, que há necessidade de que socialistas do mundo inteiro venham a produzir uma teoria do Estado, uma vez que até hoje o socialismo não a elaborou e tem paulatinamente, com dificuldades, tentado adotar a teoria dos Estados ocidentais no mundo oriental. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte José Genoíno.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Sr. Presidente, na condição de socialista nos sentimos no dever de fazer este registro e chamar a atenção para um fato. Este registro não pode ser objeto de um humor que não

possa dar a dimensão do principal acontecimento do século XX, a Revolução de Outubro, que resolveu alguns grandes problemas. Ao fazer este registro e ao defender a Revolução Socialista de Outubro, não temos nem a visão dogmática de achar que tudo que acontece lá está correto nem uma visão de negação absoluta. É necessário entender os novos problemas que o marxismo, que socialismo tem de resolver na atualidade. Este registro não pode ser apenas com relação ao passado, mas principalmente para nos orientar no presente e nos dilemas que temos pela frente. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Vamos desfilarmos, então, em torno da Revolução Soviética de 1917. Começamos a sessão com uma hora de atraso e vamos dedicar possivelmente uma hora às comemorações aqui iniciadas pelo Constituinte Haroldo Lima. Concedo a palavra ao Constituinte Jamil Haddad.

**O SR. CONSTITUINTE JAMIL HADDAD:** – Sr. Presidente, não viria à tribuna se V. Ex.<sup>a</sup> não tivesse permitido que outros nobres companheiros fizessem uso da palavra. Quero dizer que, ocupando neste momento a Presidência Nacional do Partido Socialista Brasileiro, a Revolução de 1917 teve uma influência capital para a mudança de estruturas arcaicas e obsoletas em vários países do mundo. Aqueles que criticam o Movimento de 1917 não dizem que, para que houvesse a vitória sobre o nazi-fascismo, houve uma atitude extremamente heróica da União Soviética que levou à vitória as forças democráticas. Neste momento, quero declarar que, num debate interno do Partido Socialista Brasileiro, nós, que temos algumas divergências com os outros partidos comunistas, apoiamos o Movimento de 1917, porque a partir dele iniciou-se uma nova era na tentativa de libertação das classes operárias comuns.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Paulo Ramos.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, trago um documento ao conhecimento da Casa, no momento em que a Assembléia Nacional Constituinte sofre todos os tipos de pressão – e nos dias que antecederam a esta sessão foram feitos vários pronunciamentos a respeito dos ataques até indignos perpetrados contra esta Assembléia. Como recebi a incumbência de fazer a sua leitura nesta sessão, para que todos tomem conhecimento da matéria passo a ler a seguinte carta:

"O Comitê de Defesa da Autonomia da Constituinte criado, recentemente, para afirmar, perante a opinião pública o funcionamento da Assembléia Nacional Constituinte, vem denunciar a tentativa de desestabilização e difamação da mesma, como fato notório de reação contra os avanços sociais, políticos e institucionais consagrados nas votações realizadas até agora na Comissão de Sistematização.

Nós, um grupo de funcionários da Assembléia Nacional Constituinte e Secretariado Parlamentar, conclamamos todos os que integram as Assessoriais da Assembléia Nacional Constituinte e outros segmentos de funcionários do Congresso Nacional a que se mantenham mobilizados para lutar contra essa campanha solerte, que parte de alguns segmentos da sociedade, integrados por aquelas pessoas que jogam tudo para manter os privilégios de poucos em detrimento dos anseios legítimos e das necessidades justas da maioria do nosso povo.

Conclamamos, também, os diretórios regionais dos partidos políticos, entidades de classe, orga-

nizações sindicais, confederações de trabalhadores a que permaneçam em constante estado de alerta e mobilização no sentido de manter a população informada sobre o real funcionamento da Assembléia Nacional Constituinte, a fim de que não paire a menor dúvida sobre a importância da mobilização popular nas decisões que estão sendo adotadas no âmbito da Constituinte.

Propusemo-nos a lutar e vamos lutar por uma Constituição que expresse o anseio popular, manifestado em milhares de cartas e em várias emendas apresentadas à Constituinte. Uma carta que consagre os princípios e os ideais de justiça social, de liberdades públicas, de soberania nacional, de democracia que emane, realmente, do povo, de igualdade e de fraternidade.

Este comitê foi organizado por assessores parlamentares e por todos os funcionários que estão trabalhando na Assembléia Nacional Constituinte.

Peço a V. Ex.<sup>a</sup> que faça constar dos Anais desta Casa documento ora lido.

**A SRA. CONSTITUINTE ABIGAIL FEITOSA:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra a nobre Constituinte Abigail Feitosa.

**A SRA. CONSTITUINTE ABIGAIL FEITOSA:** – Sr. Presidente, tomei um susto quando abri os jornais hoje verifiquei que o Brasil vai voltar ao FMI.

Gostaria, então, de registrar aqui o meu protesto contra a política econômica do Governo, que está fazendo o País voltar ao FMI. Toda a vida nos posicionamos contra isso. Portanto, não aceitamos que se traga de volta D. Maria Jul, ou seja lá quem for, para gerir as contas do nosso País.

**O SR. CONSTITUINTE SIQUEIRA CAMPOS:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra o nobre Constituinte Siqueira Campos.

**O SR. CONSTITUINTE SIQUEIRA CAMPOS:** – Sr. Presidente, comemoramos hoje mais um aniversário da Revolução Russa, que, inequivocamente, trouxe progressos e avanços para a Rússia, depois União Soviética, mas também cometeu graves equívocos. Por quê? Porque suprimiu a liberdade e estabeleceu o capitalismo de Estado, criando uma nova classe que nada tem de diferente da elite do mundo do capitalismo selvagem, que esmaga, espolia, explora e leva à miséria a grande massa de trabalhadores a classe média.

Registramos esse fato para dizer que a grande saída para uma sociedade livre, justa e solidária, é a democracia cristã, que conteve os extremismos de direita e de esquerda na Europa no pós-guerra.

Este é o registro que desejava fazer.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte João Menezes.

**O SR. CONSTITUINTE JOÃO MENEZES:** – Sr. Presidente, peço desculpas a V. Ex.<sup>a</sup>, mas se falou tanto no aniversário da Revolução Russa que não me posso furtar de dar um pequeno depoimento.

Estive no mês passado na União Soviética, especialmente na Sibéria, e vi o que lá se passa. A Sibéria é um lugar onde a civilização não chegou. Ali inexistiu um mínimo de civilização. Há um abandono completo.

Está-se fazendo na Rússia realmente uma grande modificação. Mas o Sr. Gorbachev está procurando fazer uma modificação dentro do seu sistema, onde a liberdade e a transparência estão sob o controle do governo.

O que observei na Rússia é que realmente as classes pobre e média estão vivendo na pior situação, sem conforto nenhum, sem direitos e sem condições de procurar melhorar a vida. Isso é o que presenciei na Rússia. Essa é a razão de o Ministro Gorbachev estar procurando fazer uma mudança, porque a Rússia hoje precisa de dinheiro para sustentar todo o mundo que vive sob a orientação soviética. Ela está sem essas condições. Todos os dias, o Ministro está dizendo que o povo russo se limitou ao imobilismo, não trabalha, e que a Rússia precisa trabalhar, porque é um país que só tem quatro meses por ano para produzir e não está tendo nem isto.

Perdoe-me, Sr. Presidente, mas não me quis furtar à prestação deste depoimento sobre o que vi de corpo presente passar-se na União Soviética.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Com a palavra o nobre Constituinte Virgildásio de Senna.

**O SR. CONSTITUINTE VIRGILDÁSIO DE SENNA:** – Sr. Presidente, com a devida vênia de V. Ex.<sup>a</sup>, quero apenas registrar uma declaração diante de V. Ex.<sup>a</sup> e desta Casa. É que fico muito feliz em ver e presenciar o septuagésimo aniversário da Revolução Russa, que modificou muitas cabeças como se fosse a pomba do Espírito Santo descendo sobre elas.

Vi, Sr. Presidente, desfilar em nesta tribuna figuras que agora fazem pregação democrática, enquanto antes – eu próprio os via, quando estive na cadeia, em 1964 – pregavam a revolução antidemocrática que a todos nós perseguiu, que nos pôs no cárcere. De modo que assistir hoje a esse desfile é para mim altamente gratificante. Sinto-me rejubilado, porque a Revolução modificou de tal modo o comportamento de certas figuras brasileiras que se transformaram em defensores intransigentes da democracia. Sou testemunha ocular, da cadeia, do espírito democrático de todos que aqui vêm hoje revelar seus conceitos sobre a Revolução Soviética e manifestar, com tanta ênfase, a defesa da democracia. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Dou por encerrado o assunto. Não poderíamos, no prazo de alguns minutos do qual se serviram os oradores, fazer a análise do movimento que eclodiu em 1917 na Rússia, que depois transformou-se na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Os pontos de vista contrários naturalmente tomariam de nós não apenas uma sessão, mas muitas delas, se tivéssemos que aqui discutir. Apenas acredito que é um bom sinal que tenhamos a oportunidade de estar discutindo esta matéria, mesmo em prazo exíguo. Como disse o Constituinte Virgildásio de Senna, é bom que tenhamos observado que, na quase totalidade das pessoas que falaram, houve um extraordinário consenso de respeito à democracia. Aqui se falou como representantes, como disse o Constituinte Fernando Santana, na busca do verdadeira socialismo. S. Ex.<sup>a</sup> ainda afirmou que esse verdadeiro socialismo só poderá existir quando o humanismo marxista estiver comprovado nos países em que os partidos comunistas detêm o poder.

Portanto, acho que, ao registrar o fato, devemos considerar-nos satisfeitos que tenhamos dissidências e divergência de opiniões, pois esses fatos precisam vir, numa Assembléia livre, a público, como vieram agora.

#### IV – ORDEM DO DIA

##### VOTAÇÃO DO PROJETO DE CONSTITUIÇÃO TÍTULO IV (Início)

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Passo ao início dos trabalhos.

**Destaque nº 007730-87, do Sr. José Maria Eymael, "que altera o art 262, parágrafo único, do Substitutivo nº 1 (art. 168, § 2º, I, II, do Substitutivo nº 2)". (371ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Chamo a atenção de V. Ex.<sup>as</sup> para o fato de que o documento apresentado já começa a sofrer alterações. Em vez de começarmos pelo do Constituinte Adolfo Oliveira, começaremos pelo requerimento de preferência para votação do Destaque nº 7730 pedido pelo Constituinte José Maria Eymael.

Os Srs. Constituintes que estão de acordo permaneçam como se encontram. **(Pausa)**

Aprovado.

Trata-se de um requerimento sobre o texto. O Constituinte José Maria Eymael, naturalmente, na sua defesa, justificará o seu desejo de substituir, pelo parágrafo único do art. 262 do Projeto, o art. 168, § 1º

Tem a palavra S. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ MARIA EYMAEL:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, inicialmente desejo registrar que o espírito desta emenda é o mesmo da proposição do Constituinte Adolfo Oliveira. Se, eventualmente, esta emenda for aprovada, eu me considerarei co-autor da mesma.

Temos, Sr. Presidente, nesta matéria, que trata do empréstimo compulsório, um dos grandes momentos da Assembléia Nacional Constituinte. Refiro-me ao dispositivo não do texto que hoje temos, mas do texto produzido anteriormente, ao longo de demoradas, intensas e participativas reuniões na Subcomissão de Tributos e na Comissão temática. Pelo texto atual, Srs. Constituintes, nós temos a seguinte situação:

"Art. 168. A União, os Estados e o Distrito Federal poderão instituir empréstimos compulsórios para atender a despesas extraordinárias provocadas por calamidades públicas".

§ 1º A União poderá, ainda, instituir empréstimos compulsórios nos seguintes casos:

I – investimento público de relevante interesse nacional, observado o disposto na alínea b, do inciso III do art. 170;

II – conjuntura que exija absorção temporária do poder aquisitivo;

III – guerra externa ou sua iminência."

Qual a consequência disso, Srs. Constituintes? O que se infere dessa norma? Em primeiro lugar, vejamos o que significa "investimento público de relevante interesse social". Essa é a norma mais aberta que se poderia conceber em matéria tributária. Dentro dela cabe tudo. Qualquer tipo de imposto ou tributo disfarçado cabe dentro dessa conceituação.

Vou repetir o texto: investimento público de relevante interesse social. Qualquer coisa poderá ser argüida a esse título.

Alguém poderá dizer: mas isso dependerá do Congresso Nacional, dependerá da Assembléia Nacional Constituinte.

Pergunto: por que colocarmos aqui, no texto constitucional, essa porta, para vir despejar na Câmara dos Deputados, no Senado, nas Assembléias Legislativas, medidas ditatoriais discriminatórias contra a Constituinte e contra o cidadão? Basta de arbítrio. Basta de medidas disfarçadas que abram uma porta ou uma avenida para qualquer tipo de opressão ao cidadão.

Segundo ponto. Diz o texto, como outra hipótese para a instituição de empréstimo compulsório:

"Conjuntura que exija absorção temporária do poder aquisitivo."

Ora, Srs. Constituintes, novamente aqui temos a medida do arbítrio. E mais: estamos assistindo a isso modernamente. Basta que a população tenha um pouquinho mais de poupança e vem o fisco confiscá-lo, dizendo que está sobrando dinheiro na mão do povo. É um verdadeiro crime contra a economia popular esta medida aqui proposta.

E mais: admitiu-se, como uma exceção excepcional no texto constitucional – e chamo a atenção para isso – que o IPI não precisasse ficar sujeito ao princípio da anualidade. Por quê? Para dotar o Estado de um poder de política econômica e estabelecer uma retirada de expansão monetária através do IPI. Concordamos com o argumento. Volta agora a Fazenda querendo, além do IPI, a possibilidade de lançar empréstimos compulsórios quando a população brasileira tiver um pouquinho mais de dinheiro na mão. Isso é um absurdo, Srs. Constituintes.

Nossa emenda destaca o parágrafo único do art. 262 do Projeto, não do 1º Substitutivo, nos termos em que foi colocado e distribuído. Aqui há um equívoco. O nosso destaque refere-se ao parágrafo único do art. 262 do Projeto. Esse dispositivo apenas confirma que o empréstimo compulsório somente será utilizado em caso de calamidades públicas, quando não houver para tanto recurso orçamentário. Essa é a linguagem usada no texto e a sua interpretação. Admitimos o empréstimo compulsório para essa hipótese: calamidade pública, quando não houver recursos orçamentários. Esse parágrafo único, dentro da redação que será dada, compatibiliza-se com o texto e reduz, portanto, a medida alvitrada a essas proporções:

"Admite-se empréstimo Compulsório a nível da União, dos Estados e do Distrito Federal, em caso de calamidades públicas, quando não houver recursos orçamentários e mediante aprovação pelo Congresso Nacional, ou pelas respectivas Assembléias Legislativas."

É para esta emenda, Sr. Presidente, que solicito aprovação deste Plenário.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Para encaminhar contra, tem a palavra o nobre Constituinte Egidio Ferreira Lima.

**O SR. CONSTITUINTE EGÍDIO FERREIRA LIMA:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, a emenda em votação insurge-se contra o empréstimo compulsório disciplinado, de maneira correta, no Substitutivo ora em debate.

O empréstimo compulsório é um instituto que decorreu de exigências do Estado moderno, do seu desenvolvimento, do atendimento aos reclamos e às necessidades sociais. O Brasil o adota desde que uma emenda constitucional a introduziu na Carta de 46. A Eletrobrás só se tornou possível graças a ele. Desde que coloquemos mecanismos que evitem o abuso, a usurpação, a interferência indevida no patrimônio do contribuinte, o empréstimo compulsório é uma necessidade premente do mundo moderno. Veja-se como está o assunto disciplinado na Constituição de 46, pela. Emenda Constitucional nº 18:

"Somente à União, em casos excepcionais, definidos em lei complementar, poderá instituir empréstimo compulsório."

A Constituição de 67 e a vigente seguiram a mesma trilha.

O que faz o Substitutivo? Prevê e disciplina, de maneira democrática e correta, o empréstimo compulsório. Diz o art. 168, que agora é atacado:

"A União, os Estados e o Distrito Federal poderão instituir empréstimos compulsórios para atender a despesas extraordinárias provocadas por calamidade pública."

Imaginem uma calamidade pública tão comum no mundo, tão noticiada pela imprensa em outros países e até no nosso, obrigando o Governo a recorrer a meios e recursos extraordinários. Depois diz:

"§ 1º A União poderá, ainda, instituir empréstimos compulsórios nos seguintes casos:

I – investimento público de relevante interesse nacional, observado o disposto na alínea "b" do inciso III, do art. 170;

II – conjuntura que exija absorção temporária de poder aquisitivo;

III – guerra externa ou a sua iminência." Diz o § 2º:

"Os empréstimos compulsórios, exceto aqueles instituídos com base no inciso III do parágrafo anterior":

I – somente poderão tomar por base fatos geradores compreendidos na competência tributária da pessoa jurídica que os instituir."

No inciso II, logo abaixo, temos a garantia fundamental:

"Dependerão de lei aprovada por maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional ou das respectivas Assembléias Legislativas, que respeitará o disposto na alínea "a" do inciso III do art. 170."

Tirou-se o arbítrio da legislação anterior, evitando-se que a cada momento se recorra – como muito se fez e se vem fazendo excessivamente – ao decreto-lei para instituir o empréstimo compulsório. O texto prevê, nítida e claramente, as hipóteses excepcionais; não fica na expressão vaga. Enumera e elenca essa excepcionalidade. Além disso, exige lei complementar, rito especial e **quorum** de maioria absoluta. Está afastada a possibilidade do decreto-lei com as características que tem hoje, da utilização e recorrência ao empréstimo compulsório.

A medida é correta do ponto de vista econômico, social e está revestida das garantias necessárias para que o contribuinte não seja lesado.

Sou contra a emenda, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra o Constituinte Adolfo Oliveira.

**O SR. CONSTITUINTE ADOLFO OLIVEIRA:** – Sr. Presidente, procurarei ser muito breve.

Inicialmente agradeço ao nobre autor do destaque e da preferência, o ilustre representante de São Paulo, Constituinte José Maria Eymael, por compartilhar a autoria da emenda com este modesto orador.

Tenho outro destaque, que será apreciado daqui a pouco, que elimina do texto apenas a hipótese de empréstimo compulsório para conter o poder aquisitivo, o que realmente me parece uma violência e uma providência inteiramente descabida.

Venho à tribuna para defender a Emenda José Maria Eymael porque eu me coloco a favor do contribuinte. Quando tantos e tantos se preocupam com a arrecadação federal, a arrecadação dos Estados e dos Municípios, é preciso também uma palavra para se lembrar aquele que paga a conta. Tenho grandes dúvidas sobre a capacidade

de do contribuinte brasileiro pagar tudo o que está surgindo na nova Constituição. E por quê, Sr. Presidente? Porque, neste País, não são muitos aqueles que pagam imposto e é justamente sobre esses que pagam imposto que vamos criar novas incidências, novas hipóteses de taxaço e de tributação. Os grandes especuladores do mercado financeiro, das bolsas de valores, dessas grandes transações e operações que estão por aí, estão praticamente isentos de tributação por força de toda a sorte de manobras. Nós já vemos o contribuinte igualado, seja pobre ou carente, ao milionário, nos impostos indiretos.

No feijão, no arroz, nos gêneros de primeira necessidade, o pobre, que conta os tostões, paga o mesmo imposto que o milionário, o ricoço, o abastado. Toda essa injustiça fiscal precisa ser corrigida. Vá lá que não o seja da noite para o dia, mas é necessário que haja algum progresso nesse sentido.

Imagino que o Plenário acolha a Emenda José Maria Eymael. Mas se isso não acontecer, virei à tribuna para, então, sustentar minha emenda, para que, pelo menos, não se venha com esse empréstimo compulsório a pretexto de diminuir o poder aquisitivo do povo quando todo nosso programa, todo nosso ideário deve ser exatamente para melhorar a qualidade de vida do povo brasileiro, seu poder aquisitivo e não para reduzi-lo.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Para encaminhar contra, concedo a palavra ao nobre Constituinte César Maia.

**O SR. CONSTITUINTE CÉSAR MAIA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, entendo que o texto do Relator introduz elementos muito importantes à sistemática atual. Introduz a necessidade de os empréstimos compulsórios virem a ser discutidos e aprovados por maioria absoluta pela Câmara e pelo Senado. Esse é o dispositivo que democratiza a discussão a respeito do empréstimo compulsório.

Quanto ao empréstimo compulsório em si e à sua aplicação para investimentos de alto interesse e relevância nacional, é uma necessidade em países pobres que têm nível de renda muito baixo e, por isto, o nível de poupança espontânea reduzido. Quantas vezes será necessário o setor público, de forma compulsória, devolvendo os recursos corrigidos, oferecer à população, à sociedade os investimentos emergenciais de que ela necessita, sem esperar por décadas até que se crie a capacidade de poupança privada em função do crescimento de renda? A retirada desse dispositivo eu reputo como um absurdo num País pobre como o nosso, que exige recursos de prazos curto e médio em função de necessidades e de prioridades nacionais. Assim, peço aos Srs. Constituintes que mantenham o texto do Relator.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Concedo a palavra ao Constituinte Fernando Coelho, como Relator.

**O SR. RELATOR (Fernando Bezerra Coelho):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, gostaria de pedir a especial atenção dos Srs. membros da Comissão de Sistematização para este importante assunto que ora estamos analisando e que passaremos a votar. A figura do empréstimo compulsório ficou desvirtuada pela sua utilização por parte dos últimos Governos e até mesmo do atual, em que o empréstimo compulsório tem sido instituído por decreto-lei. Além disso, em várias ocasiões foi instituído como verdadeiro tributo e isto é que gerou toda a insatisfação da sociedade, sobretudo da classe média, que recentemente teve de arcar com o empréstimo compulsório sobre o álcool e a gasolina.

Mas esse instrumento é imprescindível, como bem colocaram os Constituintes César Maia e Egídio Ferreira Lima. É importante ressaltar que o Relator Bernardo Cabral teve o cuidado de democratizar e aperfeiçoar a instituição do empréstimo compulsório, que não existirá se

não ocorrer autorização legislativa, e a Casa Legislativa representa a sociedade. Serão os Srs. Deputados e os Srs. Senadores que darão autorização para que o Poder Executivo possa ou não instituir o empréstimo compulsório.

Por outro lado, é importante ressaltar que, no caso do empréstimo compulsório para pagamento de investimentos de relevância social, temos exemplos bastante elucidativos ao longo da nossa História. Instituições como o BNDES e a Eletrobrás surgiram graças à instituição de empréstimos compulsórios. Nesse sentido, Sr. Presidente, é que a Relatoria se manifesta pela manutenção do texto e contra o destaque do Constituinte José Maria Eymael.

**A SRA. CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES:** – Sr. Presidente, peço a palavra para um esclarecimento sobre a votação. Pergunto ao Relator se, para a instituição de qualquer empréstimo compulsório, é necessário um projeto de lei aprovado pelo Congresso, por maioria absoluta, se ela nunca mais se fará por decreto-lei. É este o entendimento, Sr. Relator?

**O SR. RELATOR (FERNANDO BEZERRA COELHO):** – Exato.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr. Presidente, neste momento em que vamos votar as condições para o poder público instituir o empréstimo compulsório, é indispensável que se comunique à Casa que ontem a Justiça Federal de São Paulo concedeu o primeiro mandado de segurança sustentando o empréstimo compulsório sobre combustível. O que vale dizer que os combustíveis em São Paulo, por força desse mandado de segurança, não poderão ter o aumento imposto pelo Governo. E mais, o fundamento da liminar é o de que o empréstimo compulsório não foi autorizado pelo Poder Legislativo. É preciso que os Srs. Congressistas, Srs. Constituintes, tenham conhecimento de que a Justiça já se está pronunciando, ou seja, exigindo que o Poder Legislativo seja ouvido sobre o empréstimo compulsório.

Portanto, sou a favor da emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Vamos passar ao processo de votação.

(Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Aluizio Campos, Fernando Gasparian, José Geraldo, João Agripino, Roberto Brant, Alcení Guerra, Geovani Borges, Christóvam Chiaradia, Eraldo Tinoco, José Lourenço, Inocêncio Oliveira, José Lins, José Santana de Vasconcellos, Jalles Fontoura, Jonas Pinheiro, José Tinoco, Mozarildo Cavalcanti, Simão Sessim, Valmir Campelo, Darcy Pozza, Gerson Peres, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Adolfo Oliveira e José Maria Eymael. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Ademir Andrade, Alfredo Campos, Almir Gabriel, Antônio Britto, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Carlos Mosconi, Carlos Sant'Anna, Cid Carvalho, Cristina Tavares, Egídio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Henrique Cardoso, Francisco Pinto, João Calmon, José Fogaça, José Paulo Bisol, José Richa, José Serra, José Ulisses de Oliveira, Manoel Moreira, Mário Lima, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nelton Friedrich, Nilson Gibson, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Rodrigues Palma, Sigmaringa Seixas, Virgildásio de Senna, Wilson Martins, Antonio Mariz, Chagas Rodrigues, Délio Braz, Euclides Scalco, Jorge Hage, José Carlos Grecco, José Costa, José Tavares, Octávio Elísio, Vilson Souza, Francisco Dornelles, José Jorge, Annibal Barcellos, Mário Assad, Sandra Cavalcanti, João Menezes, Antônio Carlos Konder Reis, Jarbas Passarinho, José Maurício, Lysâneas

Maciel, César Maia, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Haroldo Lima, Fernando Santana e Jamil Haddad.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 26 Constituintes; votaram NÃO 60 Constituintes. Total: 86 votos. O Destaque foi rejeitado.

Os Srs. Constituintes receberam a redação final do Título IV. A Secretaria da Mesa tomou providências para que todos a recebessem. Peço que na primeira oportunidade que tiverem leiam-na para que possamos votar a redação final em seguida.

Pedido de requerimento de preferência para o Destaque nº 6912, de autoria do Constituinte Antônio Britto.

**O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO BRITTO:** – Sr. Presidente, entendo que a decisão tomada agora pelo Plenário, visivelmente a vontade da maioria, e por um acerto de Lideranças, mantendo a figura do depósito compulsório, merece; no entanto, um aprimoramento, porque no art. 168, inciso II, está dito que entre as hipóteses nas quais se poderia aplicar o depósito compulsório está "conjuntura que exija absorção temporária de poder aquisitivo", o que me parece uma expressão dúbia, genérica e perigosa, que tem de ser retirada do texto. Como, no entanto, o nobre Constituinte Adolfo Oliveira tem emenda que atende melhor à possibilidade de supressão deste dispositivo, retiro meu destaque e manifesto apoio ao destaque do Constituinte Adolfo Oliveira.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Requerimento retirado.

Destaque nº 006552-8/7, do Sr. Adolfo Oliveira, co-autores: José Maria Eymael, Antônio Britto e Afif Domingos, art. 168, I e II do Substitutivo nº 1 (art. 168 incisos I e II do Substitutivo nº 2) ". (372ª votação)

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Há sobre a mesa requerimento de preferência para votação do Destaque nº 6552, de autoria do Constituinte Adolfo Oliveira. Em votação. (Pausa) Preferência aprovada.

Concedo a palavra ao Constituinte Adolfo Oliveira.

**O SR. CONSTITUINTE ADOLFO OLIVEIRA:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, inicialmente quero cumprimentar os nobres colegas José Maria Eymael e Antônio Britto, com os quais compartilho a autoria dessa emenda que será votada agora. O empréstimo compulsório deve continuar, para atender a despesas de emergência, conforme juízo do Congresso Nacional, que será chamado a decidir em cada caso. Mas não podemos, definitivamente, deixar no texto da Constituição um instrumento de contenção do poder aquisitivo e da poupança do povo. Nunca seria através de um mandamento constitucional e de uma ameaça de caráter fiscal que iríamos contribuir para que a dolorosa situação do povo brasileiro pudesse melhorar. Daí por que, Sr. Presidente, estamos propondo que seja retirada do texto a expressão contida no item II, do § 1º, que diz:

"§ 1º A União poderá, ainda, instituir empréstimos compulsórios nos seguintes casos:

II – conjuntura que exija absorção temporária do poder aquisitivo;"

Vamos acabar com isso, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, vamos terminar com esta ameaça que aí se encontra, vamos nos lembrar do contribuinte e de que o empréstimo compulsório precisa ser empréstimo mesmo e não um confisco, porque hoje em dia já existe o empréstimo compulsório sobre a gasolina, sobre o álcool, sobre o dólar-turismo, além do da Eletrobrás, este justificável

Agora vamos acabar com o abuso que poderia existir se fosse mantido o texto do item II do § 1º

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. **(Palmas)**

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ SERRA:** – Sr. Presidente, peço a palavra para um esclarecimento. Pela emenda do Constituinte Adolfo Oliveira, – gostaria de entender o texto – o art. 168 ficaria como está, menos o inciso II do § 1º, ou seja, retira-se "conjuntura que exige absorção temporária de poder aquisitivo". Essa é a proposta do Constituinte Adolfo Oliveira?

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – O documento que foi passado aos Constituintes considerava que a proposta do Constituinte Adolfo Oliveira era supressiva no art. 168, § 1º, incisos I e II mas S. Ex.<sup>a</sup> fez modificações em tempo hábil, só para o inciso II.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ SERRA:** – Então, é apenas o inciso II que fica fora?

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Sim. No caso de aprovado, renumerar-se-ia o inciso III. Tem a palavra, inscrito para falar contra, o Constituinte Nilson Gibson.

**O SR. CONSTITUINTE NILSON GIBSON:** – Sr. Presidente, ocorre que, quando me inscrevi para encaminhar contra, percebi na planilha que eram os §§ 1º e 2º do art. 168. Em decorrência da modificação do Adjunto do Relator, retiro minha inscrição e comunico que sou favorável à proposta do Relator.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – V. Ex.<sup>a</sup> retira sua inscrição. Então, para falar contra tem a palavra o Constituinte Virgildásio de Senna.

**O SR. CONSTITUINTE VIRGILDÁSIO DE SENNA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, venho a esta tribuna sabendo, de antemão, que, por um acordo de Liderança e de Plenário, já decidiram pela aceitação da emenda. Entretanto, quero e preciso registrar o meu ponto de vista, o meu entendimento sobre a matéria. Considero, Sr. Presidente, que a sociedade precisa armar-se de mecanismos – armar-se sem receio e medo – que permitam o funcionamento de sua economia. Não creio que o mercado seja o regulador absoluto de todas as operações econômicas e o agente normativo exclusivo e ideal de todo o processo econômico. Assim como neste instante esta Casa inteira e o Brasil defendem preços mínimos para a agricultura a fim de enfrentar uma conjuntura contrária a preços internos ou externos, considero que o Poder Público precisa armar-se de mecanismos para, setorialmente, enxugar conjunturas extremamente favoráveis de preços que permitam criar desequilíbrios financeiros e econômicos contra toda a sociedade. É exatamente por isso que considero oportuna a medida aqui introduzida, cercada de todos os cuidados, exigindo maioria absoluta para a aprovação de projetos de lei discutido por todo o Congresso. Podem ocorrer conjunturas extraordinárias de preços setorialmente favoráveis que coloquem nas mãos de determinado setor da economia um volume de moeda que promova perturbações significativas em todo o corpo econômico da sociedade. Assim, o Poder Público, por dispositivo constitucional sério aqui introduzido, estaria armado dos mecanismos necessários a enxugar este setor e evitar que estas perturbações se propaguem por toda a sociedade. Do mesmo modo que a sociedade protege o produtor contra a conjuntura desfavorável de preços, criando o mecanismo dos preços mínimos, em contra partida teria, para evitar o fenômeno oposto, de armar-se com os cuidados que o texto introduziu, a fim de impedir que uma conjuntura altamente favorável de preços venha a perturbar toda a economia e causar lesões cuja propagação não podemos prever.

Por isso, e sabendo haver um acordo de Lideranças, voto contra a proposição.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Concedo a palavra ao Constituinte Francisco Dornelles, para falar a favor da proposição.

**O SR. CONSTITUINTE FRANCISCO DORNELLES:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, de acordo com a sistemática atual, o empréstimo compulsório pode ser cobrado pela União em quatro situações: nos casos de calamidade pública, guerra externa, investimentos relevantes – a exemplo da Eletrobrás – e visando à absorção temporária do poder aquisitivo.

O primeiro substitutivo do Relator Bernardo Cabral estabeleceu que o empréstimo compulsório só poderia ser cobrado em caso de calamidade pública e, mesmo assim, através de projeto de lei votado e aprovado pela maioria absoluta da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Posteriormente, aceitando emenda apresentada na Comissão de Sistematização, o ilustre Relator introduziu no texto modificação restabelecendo a situação hoje vigente, que permite à União cobrar empréstimo compulsório nos casos de calamidade pública, guerra externa, absorção temporária do poder aquisitivo e investimento relevante, e manteve um importante parágrafo estabelecendo que tais empréstimos só podem ser cobrados quando lei aprovada por maioria absoluta da Câmara e do Senado estabelecer as condições da sua cobrança.

A emenda do Constituinte Adolfo Oliveira estabelece que os empréstimos compulsórios podem ser cobrados nos casos de guerra externa, investimento relevante e calamidade pública. Mas propõe que não seja dada à União a faculdade de cobrar o empréstimo compulsório visando à absorção temporária do poder aquisitivo.

Apóio integralmente a emenda apresentada pelo Constituinte Adolfo Oliveira, mesmo porque, para absorção temporária do poder aquisitivo, a União já possui o IPI, que pode ser cobrado no mesmo exercício e ter suas alíquotas aumentadas em decorrência de ato do Poder Executivo. Não tem sentido a União recorrer ao empréstimo compulsório para absorver temporariamente o poder aquisitivo.

Por essas razões, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, opino favoravelmente à aprovação da emenda do ilustre Constituinte Adolfo Oliveira, que contribuirá para fazer um sistema tributário mais justo e compatível com o estágio de crescimento econômico em que se encontra o Brasil.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Com a palavra o Sr. Relator.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, falará pela Relatoria o eminente Constituinte Fernando Bezerra Coelho.

**O SR. RELATOR (Fernando Bezerra Coelho):** – Sr. Presidente, questão do empréstimo compulsório sempre foi uma questão aberta entre os membros da Relatoria. A emenda ora apresentada pelo Constituinte Adolfo Oliveira consegue atingir o consenso que buscava a Relatoria, porque, como bem disse o Constituinte Francisco Dornelles, as preocupações do Constituinte Virgildásio de Senna estão amplamente atendidas na medida em que a União, o Poder Executivo, através da aplicação das alíquotas do IPI, poderá utilizar a variação dessas alíquotas para absorção temporária do poder aquisitivo, já que elas poderão variar dentro do mesmo exercício fiscal.

Neste sentido é que a Relatoria opina favoravelmente ao acolhimento da Emenda Adolfo Oliveira.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Passamos à votação.

**(Procede-se à votação)**

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Alfredo Campos, Antônio Britto, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Carlos Mosconi,



Cid Carvalho, Cristina Tavares, Egídio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Gasparian, Fernando Henrique Cardoso, Francisco Pinto, José Fogaça, José Geraldo, José Ignácio Ferreira, José Paulo Bisol, José Richa, José Serra, José Ulisses de Oliveira, Manoel Moreira, Mário Lima, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nilson Gibson, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Rodrigues Palma, Sigmaringa Seixas, Wilson Martins, Chagas Rodrigues, Daso Coimbra, Délio Braz, Euclides Scalco, João Agripino, Jorge Hage, José Carlos Grecco, José Costa, José Tavares, Octávio Elísio, Roberto Brant, Vilson Souza, Alcení Guerra, Geovani Borges, Christóvam Chiaradia, Eraldo Tinico, José Lourenço, Francisco Dornelles, Inocêncio Oliveira, José Jorge, José Lins, José Santana de Vasconcellos, Annibal Barcellos, Mário Assad, Sandra Cavalcanti, Jalles Fontoura, Jonas Pinheiro, José Tinoco, Mozarildo Cavalcanti, Simão Sessim, Valmir Campelo, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Gerson Pares, Jarbas Passarinho, Adilson Motta, José Maurício, Lysâneas Maciel, Luiz Salomão, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Adolfo Oliveira, José Maria Eymael, Haroldo Lima, Fernando Santana e Jamil Haddad. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Almir Gabriel, Carlos Sant'Anna, Nelson Friedrich, Virgildásio de Senna e Arnaldo Prieto.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram **SIM** 82 Constituintes; votaram **NÃO** 5 Constituintes. Total: 87 votos. O Destaque foi **aprovado**.

Tem a palavra, pela ordem, o Constituinte Itamar Franco.

**O SR. CONSTITUINTE ITAMAR FRANCO:** – Permite-me V. Ex.<sup>a</sup>, com as minhas desculpas, interromper a sequência das preferências.

Não quero aqui discutir se algum de nós, Parlamentares, somos apenas observadores privilegiados. Temos até o direito de sentar um pouco nas cadeiras à frente e não atrás. Não quero discutir quantas e quantas vezes o Regimento foi infringido pelos acordos de Liderança. Ocorre-me neste instante um sentimento de lógica, no momento que tenho uma emenda destacada. Trata-se da preferência das lideranças. Percebemos, com certa tristeza, que há hoje um comando das lideranças, quase uma ditadura, permitindo sempre – se V. Ex.<sup>a</sup> fizer uma estatística verifica isso – que os mesmos parlamentares tenham seus destaques votados na Comissão de Sistematização. Nada temos contra isso, mas nós outros também gostaríamos de ter o mesmo direito. O acordo de liderança estabelecido no processo que se adotou para a Comissão de Sistematização, no meu entendimento, infringiu totalmente o Regimento da Casa, prejudicando aqueles outros que não são membros da Comissão de Sistematização e nós, que até há pouco tempo pertencíamos a pequenos partidos e fomos eliminados às vésperas do início dos trabalhos da Comissão de Sistematização pelos partidos a que pertencíamos.

Para minha orientação, inclusive, se for o caso, para que eu possa retirar-me do plenário, gostaria de saber se as preferências das lideranças vêm até o art. 174. Tenho, por exemplo, uma emenda correspondente ao art. 174 e, na sequência, já se pula para o 175. Sou informado de que minha emenda só entrará após todas as preferências das lideranças serem examinadas, o que se devia no art. 178. Quer me parecer que a argumentação usada pelo nobre Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, quando resolveu manter somente a realização das sessões da Comissão de Sistematização, não permitindo que funcionassem concomitantemente as da Assembléia Nacional Constituinte, foi para que tivéssemos a idéia de conjunto e não votássemos títulos ou capítulos sem conhecê-los.

Sr. Presidente, após chegarmos ao art. 178 voltaremos ao art. 174? Não há lógica. Com muito respeito, pediria a V. Ex.<sup>a</sup> que se não puder resolver a questão neste instante – como Presidente ciente das normas regimentais, consciente de que o trabalho deve ser de todos e não de alguns – não permitisse para as próximas preferências, que os artigos deixem de obedecer à sua ordem cronológica. Essa é a razão pela qual pergunto a V. Ex.<sup>a</sup> se, ao chegarmos ao art. 174, minha emenda só será apreciada após todas as preferências das Lideranças. Isso me parece uma aberração, parece-me que não há uma sequência lógica nesse critério, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Devo, em resposta a V. Ex.<sup>a</sup>, dizer que até ontem acompanhávamos, na prioridade, a ordem crescente dos números. Naturalmente, toda e qualquer emenda apresentada a um determinado artigo era apreciado segundo a ordem crescente dos números dos artigos. Contudo, a reunião das Lideranças, que terminou às 2:00h da madrugada de hoje, deu à Mesa, que a acolheu, a idéia de que as preferências fossem pelas Lideranças, de acordo com uma consolidação já feita antes com a reunião de todos os Líderes, das Mesas e do Presidente da Assembléia Nacional Constituinte. V. Ex.<sup>a</sup> tem razão: teremos um retrocesso, discutiremos um artigo e voltaremos a outro, mas a preferência será dada, às Lideranças, na medida em que apresentam maior contingente de membros na Comissão de Sistematização. Por isso sou obrigado a acompanhar essa sequência contra a qual V. Ex.<sup>a</sup> se insurge.

**O SR. CONSTITUINTE ITAMAR FRANCO:** – Sr. Presidente, acato a decisão de V. Ex.<sup>a</sup> mas queria deixar registrado o meu protesto e mostrar que, às vezes, parece-me até razoável a atitude daqueles que buscam a modificação do Regimento, para adequá-lo à participação de todos. Só não considero justo esse processo. A continuar essa ditadura, não vamos participar dos trabalhos da Constituinte.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Constituinte Itamar Franco, já decidimos a questão de ordem de V. Ex.<sup>a</sup>

Tem a palavra o Constituinte Nelson Friedrich.

**O SR. CONSTITUINTE NELTON FRIEDRICH:** – Sr. Presidente, apenas para efeito de registro nos Anais, por equívoco tecnológico, o meu voto era "sim", anteriormente.

**O SR. CONSTITUINTE ITAMAR FRANCO:** – Sr. Presidente, quero dizer a V. Ex.<sup>a</sup> que estamos assistindo exatamente a uma meia-dúzia comandando todo o processo de sistematização. Espero que no plenário isso não venha a acontecer.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A menos que o plenário modifique os critérios, não teremos outra forma, a não ser acompanhar esta.

**O SR. CONSTITUINTE ITAMAR FRANCO:** – O que é lamentável.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – O protesto de V. Ex.<sup>a</sup> fica registrado.

**Destaques nº 004692-87 – Emenda nº ES-32213-3 (em parte), do Sr. Nelson Jobim, "que modifica a redação do art. 201 somente em relação à expressão: "item III do art. 197" do Substitutivo nº 1 (art. 169 do Substitutivo nº 2)". (373ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Requerimento de preferência, nos termos regimentais, para votação do Destaque nº 4692, do Constituinte Nelson Jobim.

Os Srs. Constituintes que estão de acordo permaneçam como se encontram. **(Pausa)** Aprovada a preferência.

Em votação o Destaque nº 4692, requerido pelo Constituinte Nelson Jobim, referente à Emenda nº 32213.

Tem a palavra S. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. CONSTITUINTE NELSON JOBIM:** – Sr. Presidente, visa a emenda aditar ao art. 169 do 2º Substitutivo referência ao inciso III do art. 165 do mesmo Substitutivo. O art. 169 regula o problema das contribuições sociais, ao estabelecer que:

"Compete exclusivamente à União instituir contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de interesse das categorias profissionais ou econômicas, como instrumento de sua atuação nas respectivas áreas, observado o disposto nos incisos I e III do artigo 170."

A emenda pretende agregar, além da referência aos incisos I e III do art. 170, o inciso III do art. 165, ou seja, visa a emenda fazer com que se apliquem também, no que diz respeito às contribuições sociais, as normas gerais em matéria de legislação e administração tributárias, o que, aliás, já vem sendo feito pela jurisprudência, quanto a institutos, como o lançamento, constituição, modificação e extinção do crédito tributário. Significa que toda a matéria tributária – impostos e contribuições – terá as regras gerais disciplinadas pelo Código Tributário Nacional. Em consequência, na fixação dos critérios gerais em matéria tributária, procura-se evitar disparidade, ou seja, que as contribuições sociais recebam tratamento diferenciado dos impostos. Com isso, as normas gerais, unificadas, possibilitarão tratamento perfeito à matéria tributária, fazendo aplicar também às contribuições sociais as legislações gerais sobre tributos e administração tributária.

Era o que tinha a dizer.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Com a palavra o Constituinte Francisco Dornelles, para encaminhar a favor.

**O SR. CONSTITUINTE FRANCISCO DORNELLES:** – Sr. Presidente, a emenda do Constituinte Nelson Jobim apenas inclui no texto do Relator Bernardo Cabral a expressão "no item III do art. 197".

Essa emenda visa aplicar às contribuições de natureza econômico-social os mesmos princípios existentes no Código Tributário para a cobrança de tributos.

Manifesto meu apoio à emenda do Constituinte Nelson Jobim. As contribuições são instituídas por lei. São exigidas de forma compulsória. Têm todas as características econômicas de um tributo. Não haveria sentido se a cobrança dessas contribuições não estivesse sujeita a uma regulamentação mínima, estabelecida pelo Código Tributário Nacional.

A emenda do Constituinte Nelson Jobim, ao estabelecer que se apliquem à cobrança das contribuições os princípios do Código Tributário Nacional, guarda inclusive bastante coerência com outro dispositivo contido no projeto do Relator Bernardo Cabral, que, no campo da segurança, exige também a aplicação dos mesmos dispositivos.

Por essas razões, opino favoravelmente à aprovação da emenda, deixando claro que o ilustre Constituinte Nelson Jobim manteve integralmente o texto do art. 169, no que se refere à "intervenção no domínio econômico e de interesse das categorias profissionais ou econômicas", estabelecendo apenas uma adição, no sentido de que sejam aplicados os dispositivos do Código Tributário Nacional.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra o Relator.

**O SR. RELATOR (Fernando Bezerra Coelho):** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, a Relatoria entende que a medida apregoada na emenda do Constituinte Nelson Jobim é fundamental para ordenar a imposição das contribuições para fiscais, submetendo-as às normas gerais de legislação e administração tributárias.

É importante chamar a atenção dos Srs. Constituintes para o fato de que a atual arrecadação federal, apenas no que se refere às contribuições sociais, corresponde a cerca de 90% da receita tributária de impostos e de taxas, o que evidencia a necessidade de maior controle sobre esse conjunto de receitas públicas.

A propositura em questão visa obrigar que o Código Tributário defina não apenas os princípios em relação a impostos, mas também em relação a contribuições. Muito bem acolhida pela Relatoria, vem evidenciar todo o cuidado que o Relator Bernardo Cabral e os Constituintes que participaram da elaboração do projeto, na parte relativa a sistema tributário, têm tido permanentemente, no sentido de proteger o contribuinte e a sociedade brasileira, para que se tenha cada vez maior controle sobre a administração dos recursos tributários.

Nesse sentido, a Relatoria é pela aprovação e acolhimento do destaque do Constituinte Nelson Jobim.

**O SR. CONSTITUINTE EGÍDIO FERREIRA LIMA:** – Sr. Presidente, pela ordem. A emenda do Constituinte Nelson Jobim está redigida nos seguintes termos:

"Dê-se a seguinte redação ao art. 201 do Substitutivo do Relator ao Projeto de Constituição..."

Substitui todo o artigo. Não se refere ao **caput** do artigo. É preciso que fique claro que apenas o **caput** do artigo está sendo modificado.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – É nesse sentido que adotamos aqui até a liberdade de mudar a classificação da emenda; ao invés de substitutiva, aditiva, para referir-se apenas a esse item III.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON JOBIM:** – Só aditiva da referência ao artigo.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Passemos à votação.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Ademir Andrade, Alfredo Campos, Almir Gabriel, Aluizio Campos, Antônio Britto, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Carlos Mosconi, Carlos Sant'Anna, Cid Carvalho, Cristina Tavares, Egídio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Henrique Cardoso, Francisco Pinto, Ibsen Pinheiro, João Calmon, João Hermann Neto, José Geraldo, José Paulo Bisol, José Richa, José Serra, José Ulisses de Oliveira, Manoel Moreira, Mário Lima, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nilton Friedrich, Nilson Gibson, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Rodrigues Palma, Severo Gomes, Sigmaringa Seixas, Wilson Martins, Antonio Mariz, Chagas Rodrigues, Dasso Coimbra, Délio Braz, João Agripino, Jorge Hage, José Costa, José Tavares, Octávio Elísio, Roberto Brant, Wilson Souza, Alcenio Guerra, Geovani Borges, Christóvam Chiaradia, Edme Tavares, Eraldo Tinoco, José Lourenço, Francisco Dornelles, Inocêncio Oliveira, José Jorge, José Lins, José Santana de Vasconcellos, Annibal Barcellos, Marcondes Gadelha, Mário Assad, Ricardo Fiúza, Benito Gama, Jalles Fontoura, Jonas Pinheiro, José Tinoco, Mozarildo Cavalcanti, Simão Sessim, Valmir Campeio, Antônio Carlos Konder Reis, Gerson Peres, Jarbas Passarinho, Adylson Motta, Bonifácio de Andrade, José Maurício, Lysâneas Maciel, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Adolfo Oliveira, José Maria Eymael, Haroldo Lima, Jamil Haddad e Fernando Santana.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 88 Constituintes. Total: 88 votos. O Destaque foi **aprovado**.

**Redação final do Título IV do Substitutivo nº 2 ao Projeto de Constituição, do Sr. Bernardo Cabral. (374ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Peço a atenção dos Srs. Constituintes: como avisado há cerca de uma hora, fizemos a distribuição da redação final do Título IV.

Pedimos aos Srs. Constituintes que fizessem, naquela oportunidade, a leitura do texto, e agora vamos passar à votação da redação final do Título IV.

Como é uma votação final de matéria constitucional, vou ter que tomar os votos.

Os Srs. Constituintes que votarem SIM aprovam a redação final.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Alfredo Campos, Almir Gabriel, Antônio Britto, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Carlos Mosconi, Carlos Sant'Anna, Cid Carvalho, Cristina Tavares, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Lyra, Francisco Pinto, João Calmon, João Herrmann Neto, José Geraldo, José Paulo Bisol, José Richa, José Serra, José Ulisses de Oliveira, Manoel Moreira, Mário Lima, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nelson Friedrich, Nilson Gibson, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Rodrigues Palma, Sigmaringa Seixas, Virgildásio de Senna, Wilson Martins, Antonio Mariz; Chagas Rodrigues, Daso Coimbra, Délio Braz, João Agripino, Jorge Hage, José Costa, Octávio Elísio, Roberto Brant, Vilson Souza, Afonso Arinos, Geovani Borges, Christóvam Chiaradia, Edme Tavares, Eraldo Tinoco, José Lourenço, Inocêncio Oliveira, José Jorge, José Lins, José Santana de Vasconcelos, Annibal Barcellos, Marcondes Gadelha, Mário Assad, Ricardo Fiúza, Benito Gama, Jalles Fontoura, Jonas Pinheiro, José Tinoco, Mozarildo Cavalcanti, Simão Sessim, Valmir Campelo, Antônio Carlos Konder Reis, Jarbas Passarinho, José Mauricio, César Maia, Luiz Salomão, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Adolfo Oliveira, José Maria Eymael, Haroldo Lima, Fernando Santana e Jamil Haddad. **ABSTENÇÃO** dos seguintes Senhores Constituintes: Oswaldo Lima Filho, Arnaldo Prieto e Adylson Motta.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram **SIM** 82 Constituintes; abstiveram-se de votar 3 Constituintes. Total: 85 votos. A redação final do Título IV do Substitutivo nº 2 do Projeto de Constituição foi **aprovada**.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Sr. Presidente, peço a palavra, para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra V. Ex.<sup>a</sup>, para uma questão de ordem.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Sr. Presidente, reitero questão de ordem que venho levantando há muitos dias.

Acabo de votar favoravelmente à redação final, mas entendo que, regimentalmente, não há título aprovado, nos termos do art. 27, § 3º, do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, que passo a ler:

"Votado o Título ou Capítulo, votar-se-ão, em seguida, os destaques dele concedidos. As emendas serão votadas em globo, conforme tenham parecer favorável ou contrário, ressalvados os destaques."

Ora, o destaque é um direito do Constituinte, ele tem de ser apreciado e votado. Não há, absolutamente, acordo de lideranças ou qualquer outra tentativa de agilizar os trabalhos que permita escapar do dispositivo regimental.

Não procede, pois, a solução proposta pelo ilustre Constituinte José Genoíno, no sentido de que, no final, poderíamos votar os destaques em globo. Está havendo uma confusão entre destaque e emenda. As emendas poderão ser votadas em globo, conforme estabelece o § 3º do art. 27 do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte:

"... As emendas serão votadas em globo, conforme tenham parecer favorável ou contrário, ressalvados os destaques."

Mas os destaques não podem ser votados em globo. Eles têm de ser votados, um por um, até o último. Poderão ser prejudicados, se houver destaque semelhante com voto favorável ou contrário, mas não há a figura do destaque remanescente nem no Regimento da Assembléia Nacional Constituinte, nem no da Câmara, nem no do Senado.

Não espero de V. Ex.<sup>a</sup> uma resposta imediata, porque isso, naturalmente, diz respeito a uma decisão da Mesa, das Lideranças etc. Mas registro esta questão de ordem, que venho fazendo há muitos dias, antes que o trabalho da Comissão de Sistematização se encerre e este questionamento saia da Comissão de Sistematização para o Plenário da Assembléia Nacional Constituinte. No momento em que o Substitutivo chegar lá, pode-se questionar, da forma como os trabalhos se estão processando, que não há Substitutivo, uma vez que os Títulos não foram aprovados, pois os destaques não foram votados na sua integralidade.

Quando o Título é posto em votação, se aprovado, ele o será, ressalvados os destaques. Se os destaques não são aprovados, o título não o será. Conseqüentemente, o mesmo ocorrerá com o Substitutivo, e sua validade poderá ser questionada.

Terei, talvez, que encaminhar por escrito a questão de ordem. Mas quero ressaltar aqui este fato, pois acabamos de votar a redação final de um título supostamente aprovado, e tenho dúvidas quanto à regimentalidade da sua aprovação.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Conheço a questão de ordem levantada por V. Ex.<sup>a</sup>, pois tive a oportunidade de ouvi-la quando estava no exercício da Presidência. Aliás, também há uma questão de ordem no mesmo sentido levantada pelo Constituinte José Genoíno. A Mesa, naturalmente, dará a informação que V. Ex.<sup>a</sup> pretende ter – e com justa razão. Votamos todos os títulos, sem prejuízo dos destaques e das emendas, e agora tivemos – creio que com a participação de V. Ex.<sup>a</sup> – um entendimento com a Mesa da Assembléia Nacional Constituinte, com a Mesa da Comissão de Sistematização e com os Líderes, quando se definiu, no item 7.º da Consolidação então aprovada o seguinte:

"São fixados prazos determinados para votação de cada Título, findos os quais os destaques remanescentes serão encaminhados ao Plenário da Assembléia Nacional Constituinte, nos termos do parecer do Relator, passando-se ao Título seguinte."

Então, é evidente que esses destaques, de algum modo, não seriam submetidos à votação de **per si**. E, mais: encaminhados ao Plenário da Assembléia Nacional Constituinte, eles teriam preservado seu direito de lá serem apreciados, ao passo que, aqui, se observarmos as normas regimentais – V. Ex.<sup>a</sup> se baseia no Regimento – ao votarmos as emendas em globo, pelo menos todas as que tiverem parecer desfavorável do Relator já serão preju-

dicadas na votação. Levarei, no entanto, mais uma vez. a proposta de V. Ex.<sup>a</sup> à Mesa, para uma decisão.

Com a palavra o Constituinte Antônio Britto.

**O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO BRITTO:** – Sr. Presidente, quero apenas pedir a V. Ex.<sup>a</sup> que adite às razões que já expendeu duas outras que escaparam à memória do nobre Líder Carlos Sant'Anna. A primeira é a de que o artigo a que S. Ex.<sup>a</sup> se refere trata especificamente da votação no Plenário da Assembléia Nacional Constituinte. A segunda é a de que o documento a que V. Ex.<sup>a</sup> se refere, e do qual fez leitura parcial, foi submetido a votação pela Comissão de Sistematização e aprovado sob aplausos.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Concedo a palavra ao Constituinte Fernando Henrique Cardoso.

**O SR. CONSTITUINTE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO:** – Sr. Presidente, creio que já se torna desnecessária minha intervenção, porque os argumentos foram por V. Ex.<sup>a</sup> brilhantemente expostos.

Queria apenas lembrar que isto aqui é uma mera Comissão. Não estamos no Plenário da Assembléia Nacional Constituinte. Esta Comissão fez um regimento próprio e pode alterá-lo. O texto que V. Ex.<sup>a</sup> leu foi uma decisão desta Comissão, porque submetido a este Plenário, que o aprovou.

De modo que o zelo do Constituinte Carlos Sant'Anna, que seria de todo pertinente para a Assembléia Nacional Constituinte, não procede no que diz respeito a uma decisão desta Comissão.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Pergunto a V. Ex.<sup>a</sup>, nobre Constituinte Fernando Henrique Cardoso, se aceita trocar a comodidade da posição de membro do Plenário pela Presidência da Comissão.

**O SR. CONSTITUINTE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO:** – Se V. Ex.<sup>a</sup> determinar, eu assumirei a Presidência.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Sr. Presidente, quero apenas dizer a V. Ex.<sup>a</sup> que respeito muito o entendimento sociológico do Constituinte Fernando Henrique Cardoso, mas a argumentação de S. Ex.<sup>a</sup> nada tem a ver com o Regimento da Casa.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Vamos encerrar esta discussão.

Constituinte Nelson Jobim retirou o Destaque nº 7057. Então, passamos agora à votação do requerimento de preferência para o Destaque nº 4739, de autoria do Constituinte Antônio Britto. **(Pausa)** Aprovado.

**Destaque nº 004739-87, do Sr. Antônio Britto, "que suprime o inciso V do art. 170 do Substitutivo nº 2". (375. votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Em votação o Destaque nº 4739, que suprime o inciso V do art. 170.

Concedo a palavra ao Constituinte César Maia.

**O SR. CONSTITUINTE CÉSAR MAIA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o destaque do Constituinte Antônio Britto suprime o inciso V do art. 170, que proíbe estabelecer privilégios de natureza processual para a Fazenda Pública em detrimento do contribuinte.

Há uma questão fundamental, que deve ficar clara em relação a esse dispositivo: sua supressão levará para a legislação ordinária a discussão a respeito das prerrogativas que a Fazenda Pública terá, no caso da defesa do crédito tributário.

A segunda questão é de natureza filosófica. É um princípio básico e fundamental do liberalismo, para que haja liberdade de iniciativa, que o Poder Público fique circunscrito às suas atribuições precípuas. Na medida em que es-

se texto retira do Poder Público uma atribuição sua, que é fundamental, e se rompe com um princípio liberal, o retorno é menos liberdade de iniciativa e mais intervenção do Estado, como tem acontecido nos últimos anos.

Quero lembrar aos Srs. Constituintes que, se esse dispositivo passar, vamos ter de enfrentar várias distorções. A Fazenda Pública ficará em posição menos favorável do que hoje gozam as instituições financeiras particulares na execução de créditos garantidos por alienação fiduciária, os condomínios imobiliários e os armazéns gerais, que dispõem de execução privada.

A distorção, no caso, é a seguinte: o crédito tributário, que tem preferência sobre todos os outros créditos, deixa de ter essa preferência. Isso significa, por exemplo, que, na falência de uma empresa, o crédito tributário, que significa recursos de todo o povo brasileiro, não terá preferência sobre um banco privado, e a certidão da dívida ativa, hoje considerada prova pré-constituída e que tem presunção de liquidez, deixa de tê-lo.

Acredito que a emenda do Constituinte Antônio Britto é clara. Simplesmente retira do texto constitucional, jogando-a para a legislação ordinária, a discussão a respeito das prerrogativas, não dos privilégios da Fazenda Pública.

Durante o pronunciamento do Sr. César Maia, o **Sr. Jarbas Passarinho**, Terceiro-Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo **Sr. Fernando Henrique Cardoso**, Quarto-Vice-Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Tem a palavra o Constituinte Francisco Dornelles, que vai encaminhar contra.

**O SR. CONSTITUINTE FRANCISCO DORNELLES:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, ao analisarmos o capítulo do sistema tributário elaborado pelo ilustre Constituinte Bernardo Cabral, verificamos que S. Ex.<sup>a</sup> procurou atingir quatro objetivos. Em primeiro lugar, abrir caminho para que possamos ter um sistema tributário mais progressivo; segundo, promover uma melhor distribuição regional de rendas; terceiro, fortalecer as finanças dos Estados e Municípios; quarto, estabelecer maiores garantias para o contribuinte.

No campo das garantias para o contribuinte, gostaria de ressaltar o princípio da igualdade, segundo o qual todos os contribuintes que estejam na mesma situação não podem ser discriminados no campo tributário. Esse dispositivo vai obrigar o legislador ordinário a levar todos os rendimentos das pessoas físicas para o imposto progressivo, o que é um grande princípio de justiça fiscal.

O item V do art. 170 diz que é vedado estabelecer privilégios de natureza processual para a Fazenda Pública em detrimento do contribuinte. Por que a Fazenda Pública deve ter qualquer privilégio em relação ao contribuinte? Numa relação fiscal, as partes têm que permanecer na mesma situação – Fazenda e contribuinte não podem ficar em posições diferenciadas.

Hoje, Srs. Constituintes, existe o privilégio da Fazenda Pública na parte processual. Estabelece-se um privilégio da Fazenda Pública, que coloca os contribuintes em posição bastante inferior na discussão dos artigos de natureza tributária.

Por esta razão, entendo que o inciso V, do art. 170, do Projeto Bernardo Cabral, está inserido entre aqueles artigos que atribuem garantia para os contribuintes. No meu entender, esse dispositivo deve ser mantido, motivo pelo qual falo contra a emenda supressiva ora apresentada.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Concedo a palavra ao Constituinte Nelson Jobim, que vai defender a emenda.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON JOBIM:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, a manutenção do texto, que o destaque visa a evitar, importa em um grande equívoco. Isto porque, na medida em que se estabelece que contribuinte deve ter o mesmo tratamento processual que a Fazenda Pública, estabelece-se uma igualdade entre interesse individual e o coletivo. E aqui o que se visa é suprimir o texto, é possibilitar que a Fazenda Pública, ou seja, o interesse coletivo, tenha determinadas preferências fundamentais. Uma delas – aqui não explicitada, mas embutida no texto – relativamente aos processos de falência, é estabelecer uma equiparação entre a Fazenda Pública e contribuinte, ou melhor, o credor, jogando então o crédito social, que representa o imposto, que representa o crédito da Fazenda, como um crédito estabelecido no mesmo nível dos negócios privados.

É vital entender-se isso, porque o discurso que se pode fazer neste momento e que se poderá fazer durante a votação de todo o trabalho visará estabelecer uma guerra entre a Fazenda e o contribuinte, no sentido de que a Fazenda estaria pisando no contribuinte. O que não é verdade! O que se quer exatamente é que o interesse coletivo, representado pelo sistema tributário, seja privilegiado em relação ao interesse individual e privado. Por quê? Porque o interesse coletivo leva a que se jogue com todo um tipo de constituição de sociedade, e na política fiscal há que se minimizar as diferenças que ocorrem em nossa sociedade.

É vital que se tenha presente isso, na questão processual propriamente dita, ou seja, na demanda judicial, que foi o exemplo suscitado pelo eminente Constituinte César Maia. O que se quer, efetivamente, é estabelecer uma igualdade. Ter o contribuinte um prazo de quinze dias para embargos de uma defesa fiscal, tendo a Fazenda o mesmo prazo, não é tratar a Fazenda no mesmo pé de igualdade que o contribuinte, já que a Fazenda precisa de maior tempo para articular seus argumentos e obter material para a defesa.

O que temos que privilegiar aqui, basicamente, é exatamente o interesse coletivo. Não se confunda a discussão com uma pressão da Fazenda Pública sobre o contribuinte, mas que se veja nisso uma relação dicotômica entre o interesse privado, de um lado, e o interesse coletivo de outro.

É por isso, Sr. Presidente, Sr. Relator, que encaminho favoravelmente à emenda, para que possa o sistema processual brasileiro estabelecer privilégios e preferências processuais, necessários ao equilíbrio entre o interesse coletivo e o interesse individual.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Joaquim Beviláqua.

**O SR. CONSTITUINTE JOAQUIM BEVILÁQUA:** – Sr. Presidente, nobres Srs. Constituintes, esta emenda, de autoria do Constituinte José Maria Eymael, visa o interesse público maior, que é a agilização da justiça,

Hoje, uma das grandes queixas nacionais é a morosidade do Poder Judiciário. Se formos verificar nas varas dos executivos fiscais privativos, ou mesmo nas varas cíveis, onde tramitam os executivos fiscais, matérias de interesse coletivo, matérias que visam a arrecadação de dinheiro do povo, da coletividade, do contribuinte, veremos que uma das razões da morosidade desse processo reside exatamente no fato de que a Fazenda Pública, o Estado, Procurador, o responsável pela defesa do Erário Público tem seu prazo consignado em dobro, ou seja, se o contribuinte tem 10 dias, ele terá 20 dias.

Não se trata de matéria substantiva, mas de matéria adjetiva processual, que visa estabelecer a isonomia processual, a igualdade entre os poderes, entre o exequente o executado, para que a Justiça seja mais célere e mais rápida, e para que a sociedade, como um todo, receba

mais rapidamente aqueles créditos que têm diante de contribuintes faltosos.

Este é o espírito, exatamente **contrário sensu** àquilo que aqui argumentaram os ilustres Constituintes Nelson Jobim e César Maia. Acho que a medida vem favorecer a coletividade e não prejudicá-la em detrimento do contribuinte individual. Por que favorece a coletividade? Porque atende ao princípio geral, à necessidade coletiva de acelerar os processos judiciais. Dentre esses que temos aí há inúmeras liquidações que estão em juízo, todos os dias, nos jornais, pendentes de julgamento. Isto, porque os Procuradores da Fazenda Pública, os Procuradores do Estado têm prazo em dobro, sempre prazo em dobro! E essa morosidade se deve, em grande parte, a esse processo dilatado que se dá aos representantes do Estado. Portanto, quem quer defender a coletividade, quem quer defender os interesses do Estado, como representantes da sociedade, devem votar pela manutenção da emenda consignada no texto, que proíbe qualquer tipo de discriminação em favor de parte num processo judicial. Não se trata, portanto, repito, de matéria substantiva.

Daí por que sou pela manutenção do texto.

**O SR. CONSTITUINTE CÉSAR MAIA:** – Permita-me, Sr. Presidente.

Gostaria de esclarecer que o destaque simplesmente suprime o inciso V. Por conseguinte, o destaque não cria prerrogativas ou privilégios para a Fazenda Pública. A discussão é transferida para a legislação ordinária, no seu detalhe. Não está propondo criar privilégios ou prerrogativas mas, simplesmente, levar à legislação ordinária a discussão.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Está bem esclarecido seu ponto de vista.

Com a palavra o nobre Relator.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, o eminente Constituinte Nelson Jobim, cuja inteligência e talento são sempre motivo de respeito nesta Comissão, comete um equívoco. Quem é advogado militante nesta área e ao longo dos anos, tem enfrentado a Fazenda Pública, sabe ser este dispositivo uma garantia individual, em termos fiscais.

S. Ex.<sup>a</sup> declarou que é preciso um prazo maior para que a Fazenda disponha de material para defesa. E foi mais além: disse que há uma relação dicotômica entre o interesse do Estado, de um lado, e o interesse coletivo, de outro.

Em primeiro lugar, o material para defesa é substantivo. A defesa que a Fazenda terá de fazer já está devidamente municiada nos seus quadros de elementos, porque outra relação processual já se integra em juízo. Quando as partes são convocadas para a integração dessa relação processual, na hora em que o prazo para um é menor e para o outro é maior, não há quem me convença da necessidade disso. Há necessidade, isto sim, de se produzir um trabalho maior.

Que se amplie, se necessário for, o quadro de Procuradores, que se trabalhe um pouco mais. Os escritórios de advocacia especializados na área tributária geralmente estão entulhados de processos e têm que dar conta dentro do prazo. Porque, aí, o prazo é fatal. Como para a Fazenda esse prazo passa a ser em dobro, evidentemente a tranquilidade é maior, mas a desigualdade no tratamento é flagrante.

Por isso, nesse sentido, Sr. Presidente, o dispositivo pretende vedar privilégios de natureza processual – e chamo atenção para esses privilégios – só quando existe relação litigiosa, quando essa relação processual já se estabeleceu em Juízo. Veda apenas isso, não as demais con-

seqüências naturais de privilégios para a Fazenda Pública, que estão mantidas no texto.

Quanta à natureza processual, é preciso que se repita que e até uma garantia individual em termos fiscais para o contribuinte.

Por essa razão, Sr. Presidente, a Relatoria, deixando a questão em aberto, vota contra, pela manutenção do texto.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON JOBIM:** – Sr. Presidente, gostaria de um esclarecimento do eminente Relator.

S. Ex.<sup>a</sup> se referiu ao problema da execução judiciária. Como ficaria a igualdade, na hipótese de uma ação de anulação de débito, uma ação de repetição de débito, movido na Comarca de Livramento, por exemplo, em que a Fazenda tenha 15 dias para contestar, a partir da estação exatora?

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – É citado na sede.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Com a permissão da Presidência, o nobre Constituinte Gastone Righi acaba de responder, por antecipação, com uma resposta nítida para quem advoga normalmente.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Concede a palavra ao nobre Constituinte Nelson Carneiro, pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – Sr. Presidente, estamos aqui com a preocupação de enxugar o dispositivo. Retirando esse texto, que é de natureza processual, o enxugaríamos.

Essa possibilidade de maior ou menor prazo de natureza processual, vigora na lei adjetiva e, assim, não há necessidade de se incluir na Constituição.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Em votação.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Alfredo Campos, Almir Gabriel, Antônio Britto, Artur da Távola, Carlos Mosconi, Celso Dourado, Cid Carvalho, Cristina Tavares, Egídio Ferreira Lima, Fernando Garparian, Francisco Pinto, Ibsen Pinheiro, João Calmon, José Paulo Bisol, Jose Richa, José Serra, Mário Lima, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Sigmaringa Seixas, Virgildásio de Senna, Wilson Martins, Antonio Mariz, Chagas Rodrigues, Euclides Scalco, Jorge Hage, José Carlos Grecco, Roberto Brant, Vilson Souza, Alcení Guerra, Eraldo Tinoco, Inocêncio Oliveira, João Menezes, Jarbas Passarinho, Jose Mauricio, Lysâneas Maciel, Luiz Salomão, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Haroldo Lima, Jamil Haddad e Fernando Santana. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Aluizio Campos, Bernardo Cabral, Carlos Sant'Anna, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Henrique Cardoso, João Herrmann Neto, José Ignácio Ferreira, José Ulisses de Oliveira, Manoel Moreira, Nilson Gibson, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Rodrigues Palma, Severo Gomes, Daso Coimbra, Geovani Borges, Arnaldo Prieto, Christóvam Chiaradia, Edme Tavares, José Lourenço, Francisco Dornelles, José Jorge, José Lins, José Santana de Vasconcellos, Annibal Barcellos, Marcondes Gadelha, Mario Assad, Ricardo Fiúza, Jales Fontoura, Jofran Frejat, Jonas Pinheiro, José Tinoco, Mozarildo Cavalcanti, Simão Sessim, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Gerson Peres, Adylson Motta, Bonifácio de Andrada, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Adolfo Oliveira e José Maria Eymael. **ABSTENÇÃO** do Senhor Constituinte Valmir Campelo.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 47 Constituintes; votaram NÃO 44 Constituintes; absteve-se de votar 1 Constituinte. Total: 92 votos. O destaque foi **aprovado**.

**Destaque nº 003895-87 – Emenda nº ES-25797-8, do Sr. Gastone Righi, "que adita a expressão: "ou em que haja contraprestação ou pagamento de preço ou tarifa pelo usuário" ao § 2º do art. 203 do Substitutivo nº 1 (art. 171, § 2º do Substitutivo nº 2)". (376ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Passamos a votação do requerimento de preferência para o Destaque nº 3895, de autoria do Constituinte Gastone Righi, e que se refere à Emenda nº 25797.

Em votação o requerimento. Os Srs. Constituintes que estiverem de acordo, permaneçam como estão. **(Pausa)** Aprovado o requerimento.

Concedo a palavra ao Constituinte Gastone Righi, para que defenda sua proposição.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Constituintes, esta emenda em nada altera o texto do Substitutivo. Visa apenas uma explicitação, necessária em virtude da definição anterior. O Sr. Relator, com muito senso de oportunidade, lógica e justiça, estabeleceu, nesse parágrafo, que a União, os Estados e Municípios não podem cobrar impostos, respectivamente, uns dos outros. Estabeleceu que isso não compreende o patrimônio, a renda e os serviços relacionados com a exploração de atividades econômicas regidas pelas normas aplicáveis a empreendimentos privados. Isto significa que as empresas estatais, ou paraestatais que tenham atividades econômicas e que são regidas por normas aplicáveis a empreendimentos privados, como é o caso da Lei das Sociedades Anônimas, do Código Comercial, etc., têm de pagar os tributos aos Municípios, ao Estado ou mesmo a União.

Acrescentei isso porque ai me parece que ha um vazio, um buraco, um defeito de definição, pois a qualquer instante a União, o Estado ou os Municípios podem dissolver uma sociedade anônima que atue em determinado campo econômico e substitui-la por uma autarquia, por exemplo. E a autarquia já não esta mais regida pelas normas aplicáveis a empreendimentos privados. Em virtude disso, a autarquia escaparia do âmbito do Município, do Estado ou da União para ser tributada. Então, acrescentei a seguinte expressão:

"...ou em que haja contraprestação ou pagamento de prego ou tarifa pelo usuário."

Porque isso é que caracteriza a atividade econômica da empresa, ou seja, quando há contraprestação ou pagamento de preço ou tarifa. E isto significa que o poder público não esta atuando, portanto, como poder publico. e sim exercitando uma atividade econômica, porque esta vendendo o bem ou o serviço.

Assim, peço aos Srs. Constituintes, particularmente ao Sr. Relator, que considerem esta emenda apenas como contribuição de aperfeiçoamento ao seu pensamento. **(Palmas).**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Concedo a palavra ao Constituinte César Maia, para encaminhar contra.

**O SR. CONSTITUINTE CÉSAR MAIA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a intenção do Constituinte Gastone Righi, ao incluir neste dispositivo a contraprestação ou pagamento de pregos ou tarifa as pelo usuário, abre a possibilidade de, sempre que o serviço público for prestado contra tarifa ou preços, ele venha a ser tributado.

Isto tem uma abrangência absurda, pois serviços de limpeza, de bombeiro e outros, que venham a ter como contrapartida tarifas de preços ou contraprestação, poderão vir a ser tributados. Esta não era a intenção do Constituinte Gastone Righi, mas ocorre essa abertura no texto.

Portanto, peço aos Srs. Constituintes que votem contra essa emenda.

**O SR. PRESIDENTE (FERNANDO HENRIQUE CARDOSO):** – Tem a palavra o Sr. Relator.

**O SR. RELATOR (BERNARDO CABRAL):** – Sr. Presidente, deplorando colocar-me contrário à argumentação do eminente Constituinte César Maia, eu diria que, em verdade, a emenda Gastone Righi aperfeiçoa a imunidade, de modo a dela excluir, além das atividades exploradas pelo Estado, sob regência das normas aplicáveis aos empreendimentos privados, aquelas que, mesmo regidas pelo Direito Público, sejam remuneradas por preço ou tarifa e tenham, conseqüentemente, caráter empresarial.

O texto de S. Ex.<sup>a</sup> complementa, em verdade, uma importante inovação deste Substitutivo, porque viabiliza a tributação sobre atividades empresariais exercidas por entidades públicas.

Por esta razão, a Relatoria acolhe a emenda Gastone Righi e vota pela sua aprovação.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – A Mesa deixou de chamar o Constituinte Francisco Dornelles, que encaminharia a favor e que deseja ser substituído pelo Constituinte José Serra. Por esta razão concedo a palavra ao Constituinte José Serra.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ SERRA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, encaminho a favor da emenda, por entender que aperfeiçoa o texto.

O art. 203, no seu inciso II, veda à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir impostos sobre patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros. Ou seja, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios. Mas, no § 2º deixa muito claro que esta impossibilidade de instituir impostos não compreende o patrimônio, a renda e os serviços relacionados com exploração de atividades econômicas regidas pelas normas aplicáveis a empreendimentos privados.

Ora, em que sentido a emenda do Constituinte Gastone Righi aperfeiçoa o texto? No sentido de que ela acrescenta entidades públicas que cobram preços e tarifas por serviços prestados. Por que isso é uma melhora? Em primeiro lugar, é preciso dizer que estamos, de alguma forma, atendendo a uma reivindicação muito antiga de governos estaduais e, principalmente, municipais, em face de situações de injustiça fiscal, em que empresas privadas ou estatais do mesmo ramo de negócio recebem tratamento diferenciado, prejudicando bastante a arrecadação municipal e estadual. Agora, se o texto ficasse como está o que poderia ocorrer? Muitas empresas passariam a autarquias, para fugir da taxaço. Então, a emenda do Constituinte Gastone Righi, ao estabelecer a questão do preço, tornaria inútil esse movimento de se passar de empresa para autarquia.

Neste sentido, representa um aperfeiçoamento ao texto.

Por outro lado, não posso deixar de comentar algo a que se referiu o Constituinte César Maia, pessoa que muito respeito e que, em geral, propicia concordância muito grande em questões econômicas e mesmo tributárias. Trata-se de que, efetivamente, o serviço de lixo que cobre uma tarifa, pode, eventualmente, sofrer taxaço. Mas o maior problema que existe é que há muitas empresas, inclusive portuárias, que geram, em determinada cidade, custos para a administração estadual e municipal. Os seus trabalhadores geram demanda de serviços públicos

como educação, transporte, saúde etc., e o Erário estadual e municipal não têm uma contrapartida de receita para cobrir esses gastos gerados pela ação das empresas. Então, criam-se realidades muito adversas para Municípios, principalmente para Estados, relativamente à ação de todo um conjunto de empresas. Isto porque, se trazem progresso, trazem também custos, do ponto de vista da administração.

Esse, o espírito do que consta no texto e que a emenda do nobre Constituinte Gastone Righi aperfeiçoa.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Já tendo o parecer favorável do Sr. Relator, passamos à votação.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os Senhores Constituintes: Ademir Andrade, Alfredo Campos, Almir Gabriel, Aluizio Campos, Antônio Britto, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Carlos Mosconi, Carlos Sant'Anna, Celso Dourado, Cid Carvalho, Egidio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Lyra, João Calmon, José Fogaça, José Geraldo, José Ignácio Ferreira, José Richa, José Serra, José Ulisses de Oliveira, Manoel Moreira, Mário Lima, Nelson Jobim, Nelson Friedrich, Nilson Gibson, Pimenta da Veiga, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Rodrigues Palma, Wilson Martins, Antonio Mariz, Chagas Rodrigues, Daso Coimbra, Délio Braz, Euclides Scalco, Jorge Hage, José Carlos Grecco, Roberto Brant, Vilson Souza, Alcení Guerra, Geovani Borges, Arnaldo Prieto, Christóvam Chiaradia, Edme Tavares, Eraldo Tinoco, José Lourenço, Francisco Dornelles, Inocência Oliveira, José Jorge, José Lins, José Santana de Vasconcellos, Annibal Barcellos, Marcondes Gadelha, Mário Assad, Gilson Machado, Ricardo Fiúza, Jalles Fontoura, João Menezes, Jofran Frejat, Jonas Pinheiro, José Tinoco, Mozarildo Cavalcanti, Valmir Campelo, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Gerson Peres, Jarbas Passarinho, Adylson Motta, Bonifácio de Andrada, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Adolfo Oliveira, José Maria Eymael, Fernando Santana e Jamil Haddad. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Fernando Gasparian, Francisco Pinto, João Herrmann Neto, José Paulo Bisol, Paulo Ramos, Sigmaringa Seixas, José Maurício, Lysâneas Maciel, Luiz Salomão, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio e Haroldo Lima. **ABSTENÇÃO** da Senhora Constituinte Cristina Tavares.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 78 Constituintes; votaram NÃO 13 Constituintes; absteve-se de votar 1 Constituinte. Total: 92 votos. O Destaque foi **aprovado**.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – Sr. Presidente, quero apenas registrar que hoje, coincidindo com o aniversário da Revolução Russa, aniversaria também o companheiro, camarada Constituinte Sigmaringa Seixa. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Muito bem. Não sei se há relação de causa e efeito, mas, de qualquer maneira, felicito S. Ex.<sup>a</sup>.

**Destaque nº 004505-87 – Emenda nº ES-34118-9, do Sr. Victor Faccioni, "que adita a expressão: "de previdência privada e "à alínea "c" do inciso II do art. 203 do Substitutivo nº 1 (art. 171, inciso II, alínea "c" do Substitutivo nº 2) ". 377ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Em votação o pedido de preferência nº 4505, do Consti-

tuinte Victor Faccioni, para a Emenda nº 34118. **(Pausa)** Aprovado.

O Constituinte Bonifácio de Andrada foi credenciando para defender a proposição. Com a palavra S. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE BONIFÁCIO DE ANDRADA:** – Sr. Presidente, o Constituinte Mário Lima está inscrito em primeiro lugar. Peço a V. Ex.<sup>a</sup> que conceda a palavra primeiro a S. Ex.<sup>a</sup>. Se necessário, falarei em seguida.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Tem a palavra o Constituinte Mário Lima.

**O SR. CONSTITUINTE MÁRIO LIMA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a emenda do Constituinte Victor Faccioni vai tornar claro um dispositivo da atual Constituição que isenta do Imposto de Renda as fundações que complementam nossa deficiente Previdência Social, as quais, nos países mais adiantados, representam uma reserva salarial para os trabalhadores ao se aposentarem.

No Brasil, tais fundações, chamadas de previdência social fechada, sem fins lucrativos, já beneficiam cerca de dois milhões de trabalhadores, concedendo-lhes suplementação de aposentadoria, permitindo que os trabalhadores das fábricas, dos campos de produção de petróleo, das minas e dos setores que oferecem as mais adversas condições de trabalho, ao se aposentarem, não tenham uma velhice miserável, pois, todos sabemos, a aposentadoria proporcionada pela nossa Previdência oficial é muito deficiente.

É difícil para mim enfrentar a argumentação de dois parlamentares considerados cientistas na área. Sei que o ilustre Constituinte Francisco Dornelles, que está nessa seara desde o Governo passado, tecnocrata conhecido e agora, para nossa honra e prazer, nosso colega, vai alegar, assim como o ilustre colega do meu partido, o Constituinte José Serra, também técnico renomado nessas questões, que isso permitirá que algumas empresas cometam falcaturas. Mas, pergunto aos Srs. Constituintes: qual é o ramo de atividade neste País em que não há falcaturas? Estas existem na exportação, na importação, no sistema bancário, enfim, em todas as atividades. Se não houvesse falcaturas, não precisariam existir a polícia e os tribunais.

Mas não concordo em que prejudiquemos dois milhões de trabalhadores porque determinada organização poderá cometer irregularidades. Não entendo que se faça uma Constituição que, para exemplar os maus, puna os bons. Vamos dar isenção a essas organizações que já prestaram e vão prestar significativos serviços aos trabalhadores! Vamos fazer com que a polícia investigue as denúncias e as leve aos tribunais, para que sejam punidos aqueles que porventura cometam falcaturas!

Seria o caso, por exemplo, de acabar com a isenção de impostos das universidades privadas. Sabemos que muitos abusos são cometidos por parte dos donos dessas universidades, mas não se pode desconhecer que tais instituições de ensino prestam serviço à cultura e à educação deste País.

O que se tem de fazer – e aí faço um apelo às Lideranças do PMDB, que têm maioria na Comissão – é dar isenção às organizações que prestam assistência social aos trabalhadores na época de sua aposentadoria, o que normalmente acontece quando chega a velhice, munindo a lei de instrumentos para punir os fraudadores e aqueles que, subvertendo a lei, procuram tirar proveito pessoal.

Daí eu entender, Sr. Presidente, que o nosso partido e os demais não podem tirar desta Constituição um direito que essas fundações fechadas, sem fins lucrativos, já concedem aos trabalhadores. Seria o mesmo que a Constituição da Nova República retirar um direito já exis-

tente. Não temos o direito de negar aos trabalhadores esse benefício. Espero que meus companheiros entendam a profundidade desta emenda e compreendam que a atual Constituição não pode retirar dos trabalhadores, dos operários, dos bancários e de outras categorias profissionais direitos que a atual Carta Magna, mesmo retrógrada, já consagra.

Queremos avançar e não retroceder. E, se não aprovarmos a emenda do ilustre Constituinte Victor Faccioni, haverá um retrocesso.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Para encaminhar a votação, contra a proposta, concedo a palavra ao nobre Constituinte Luiz Salomão.

**O SR. CONSTITUINTE LUIZ SALOMÃO:** – Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, desde logo quero louvar a iniciativa do orador que me antecedeu na tribuna, o Constituinte Mário Lima, ressaltando a importância das entidades de previdência privada na complementação dos benefícios da Previdência Social oficial, e sua preocupação em fortalecer essas entidades no sentido de ministrar aos seus associados, aos trabalhadores, uma complementação da aposentadoria, tão necessária para os últimos tempos de sua vida.

Quero, porém, ressaltar e de certa forma contestar sua defesa intransigente dessa imunidade tributária, que quer consagrar na Constituição como instrumento inadequado para a realização dos seus objetivos. O que de fato deveríamos prever, para a legislação ordinária, seria a concessão de isenções específicas para os fundos de previdência privada, sempre que o Estado considerasse conveniente o desenvolvimento dessas instituições.

A imunidade pretendida é inconveniente, no sentido de que criaria um precedente perigoso que certamente seria requerido, por exemplo, pelos fundos de investimentos, que também são investidores institucionais, que também transferem ganhos para os cidadãos e de forma alguma poderiam considerar-se prejudicados e discriminados em relação às entidades de previdência privada incluídas na letra "c" do referido inciso.

De modo, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, que não cabe conceder tal privilégio a essas entidades, muitas das quais poderiam servir-se desse benefício para transacionar no mercado de capitais de maneira até fraudulenta, por exemplo, adquirindo ações "gordas", como se diz na gíria do mercado de capitais, com direito a dividendos e auferindo esses dividendos, revendendo essas ações, como se diz na gíria do mercado de capitais, "magras", com direito exercido, beneficiando-se, portanto, da isenção, mas, na verdade, transacionando com os diversos investidores do mercado de capitais, propiciando a transferência de ganhos em detrimento da Receita Pública.

Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, a imunidade pretendida para as entidades de Previdência Social não é instrumento adequado ao objetivo aqui pretendido e defendido pelo Constituinte Mário Lima. Devemos prever isenções específicas para determinados impostos, a fim de que, por exemplo, essas entidades de previdência social privada não possam fazer outras transações de natureza comercial, também beneficiando-se da imunidade, como estaria garantido, caso o dispositivo fosse aprovado nos termos propostos pela emenda.

De modo que, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, quero pedir voto contrário a essa proposição, porquanto, a despeito do nobre objetivo pretendido, ela envolve riscos, inconvenientes para o Estado e para a sociedade.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Para encaminhar a favor, dou a palavra ao nobre Constituinte Bonifácio de Andrada.



**O SR. CONSTITUINTE BONIFÁCIO DE ANDRADA: –**

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o nobre autor da emenda, o Constituinte Victor Faccioni, por motivos de força maior não pôde comparecer a esta reunião, e solicitou que encaminhássemos sua proposta constitucional, o que faço neste instante, após ouvir as palavras do líder sindicalista, o ilustre Constituinte Mário Lima.

Peço a atenção dos meus ilustres colegas para o fato de que se trata, aqui, de criar e votar as isenções relativas, na prática, ao Imposto de Renda. Assim, o art. 171 do projeto do nobre Constituinte Bernardo Cabral diz o seguinte:

"É vedado à União (...) (II) instituir impostos sobre c) patrimônio, renda, serviços de partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores e das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos..."

Em outras palavras, o texto já estabelece a isenção para as entidades educacionais e para as entidades assistenciais sem fins lucrativos. Pelo projeto, uma fundação educacional e uma fundação assistencial não pagarão impostos.

O que deseja o Constituinte Victor Faccioni? S. Ex.<sup>a</sup> quer colocar ao lado das instituições educacionais e das instituições assistenciais sem fins lucrativos as entidades previdenciárias sem fins lucrativos.

Está muito certo, porque a Previdência Social, neste País, funciona muito mal. O povo não tem o necessário amparo por parte da Previdência Social oficial. A Previdência Social oficial neste País é falha. Precisamos da previdência privada, sem fins lucrativos, para ajudar as diversas camadas que não têm acesso aos serviços governamentais da Previdência Social. Precisamos estimular a Previdência Social privada sem fins lucrativos, para o povo ter de fato o apoio e amparo que merece nesse sentido.

O ilustre colega que falou antes de nós disse que a Emenda do Constituinte Victor Faccioni atinge os fundos de investimentos. É um erro, não atinge fundo nenhum, só entidades privadas sem fins lucrativos. O nobre Constituinte Francisco Dornelles, quando dirigia a Receita Federal, o grande e poderoso "leão" fiscal que S. Ex.<sup>a</sup> inventou, aplicava o Decreto-Lei nº 2065-83 que está em vigor e que dá isenção às entidades privadas previdenciárias. Estas já têm isenção, pelo decreto-lei aplicado pelo Constituinte Francisco Dornelles, com as simpatias do Constituinte José Serra.

De modo que, quando S. Ex.<sup>as</sup> falam que as fundações de certos bancos que cuidam das atividades previdenciárias ficam isentas, S. Ex.<sup>as</sup> têm que acrescentar que as fundações dos bancos que cuidam da assistência social, e de entidades educacionais sem fins lucrativos também não pagam o imposto. Quer dizer, quando um banco poderoso cria uma fundação educacional não vai pagar imposto; quando um banco poderoso cria uma fundação assistencial não vai pagar imposto. Então, quando criar uma fundação previdenciária sem fins lucrativos também não deverá pagar imposto. Por que essa distinção? Precisamos prestigiar a previdência popular, não a estatal, porque de fato ela vai beneficiar o povo.

É este o intuito da emenda do nobre Constituinte Victor Faccioni.

**O SR. CONSTITUINTE FRANCISCO DORNELLES: –**

Permita-me Sr. Presidente, pela ordem, já que fui citado nominalmente pelo meu querido e ilustre conterrâneo Bonifácio de Andrada.

Quero dizer a S. Ex.<sup>a</sup> que sou partidário de uma economia aberta. Acredito na força da iniciativa privada. Mas não estou de acordo com qualquer medida que leve à fraude e à sonegação fiscal.

Durante o tempo em que estive na Receita, fechei todas as portas à sonegação e fiz todos aqueles que têm maior renda e maior patrimônio pagarem maior imposto. Quando assumi a direção da Receita, o Imposto de Renda sobre o trabalho correspondia a 60% da arrecadação e, quando a deixei o Imposto de Renda sobre o capital correspondia a 70% da arrecadação e sobre o trabalho, 30%.

Esta é a emenda da fraude, é a emenda da sonegação fiscal, é a emenda que vai beneficiar os grandes conglomerados do Brasil. **(Palmas)**

**O SR. CONSTITUINTE BONIFÁCIO DE ANDRADA: –**

Permita-me, Sr. Presidente, pela ordem.

O nobre Constituinte Francisco Dornelles fez confusão. O Decreto-Lei nº 2065, de 1983, que está hoje em vigor, estava em vigor quando S. Ex.<sup>a</sup> era chefe da Receita Federal. Esse decreto isenta as entidades de previdência privada. S. Ex.<sup>a</sup>, por conseguinte, respeitou e cumpriu esse decreto, que, repito, estava em vigor antes e continua em vigor hoje.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Concedo a palavra ao Constituinte José Serra.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ SERRA: –**

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, venho aqui também encaminhar contra a concessão de imunidade constitucional, no campo tributário, para a previdência privada.

O primeiro ponto importante a destacar é a figura da imunidade constitucional. É uma figura muito importante, só devendo ser admitida em casos excepcionais. É o que se procurou fazer no texto. É possível conceder isenção de impostos através de decreto, quando o Executivo tem autorização via legislativa, etc. Assim, quando alguém se opõe à imunidade para isso ou para aquilo, não significa que necessariamente essa atividade no futuro não possa ser beneficiada com determinadas isenções, que poderão ser detalhadas, no sentido de melhorar a excepcionalidade.

Esse é um ponto importante, pois se está abrindo agora o campo da discussão a respeito de imunidade, porque há várias propostas para conceder imunidade para isso e para aquilo.

O segundo ponto é que dar imunidade num caso e não cobrar imposto de empresas de previdência privada ou instituições sem fins lucrativos não significa que essas empresas não operem dentro do mercado, no sentido de obter lucro para engrossar seu patrimônio e os benefícios futuros. É muito importante que fique claro. Acontece que, no Brasil, 94% dos aposentados ganham até cinco salários mínimos. Temos que olhar para essa realidade. A meu ver, não é correto dedicar recursos públicos a tais setores. E não cobrar imposto é uma forma de fazer um gasto tributário para as pessoas de melhores condições de aposentadoria. Isso não é justo. Se temos esses recursos, devemos utilizá-los para os mais carentes. E 96% dos aposentados ganham até cinco salários mínimos – insisto nesse ponto.

Portanto, não é justo dedicar mais recursos a setores que, embora possam não ser privilegiados do ponto de vista do conjunto da sociedade, estão em posição relativamente melhor que a da grande massa de aposentados, inclusive porque seus salários estão muito acima do maior benefício da Previdência Social, pois irão receber aposentadoria integral também no caso das estatais. É preciso entender que o setor público está subsidiando essa área de previdência, ao complementar a aposentadoria. As empresas públicas pagam três para um, muitas vezes, para seus trabalhadores terem uma aposentadoria integral. Esse é um ponto importante, que devemos ter em mente. Não se está excluindo isso, mas me parece inadequado dar mais um privilégio fiscal a nível da própria Constituição.

Outro dado é que todos os conglomerados financeiros privados têm sua seguradora privada, sendo muito fácil dentro desses conglomerados criar mecanismos que trans-

firam os lucros para as áreas que não são tributadas. Isso é elementar. Não é problema de fiscalização. Estamos criando uma situação quase que de controle impossível e de privilégio inaceitável.

Por essas razões, com todo o respeito que tenho, desde minha época de líder estudantil, por um líder sindical valoroso como Mário Lima – entendendo sua posição, seu propósito e a contragosto encaminho proposta contrária à que defendeu – espero que os nobres Constituintes votem contra essa proposta de imunidade.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Concedo a palavra, por indicação do Relator Bernardo Cabral, ao Constituinte Fernando Bezerra Coelho, Relator-Adjunto.

**O SR. RELATOR (Fernando Bezerra Coelho):** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, chamo a atenção dos membros da Comissão de Sistematização para o que iremos votar logo mais.

As argumentações dos Constituintes Mário Lima e Bonifácio de Andrada visaram colocar no mesmo nível as previdências privadas sem fins lucrativos e as instituições de assistência social sem fins lucrativos, conforme dispõe texto do Relator Bernardo Cabral. É importante, entretanto, que façamos distinção entre as empresas de previdência privada e as instituições de assistência social. A entidade de previdência fechada constitui uma organização que recebe de seus associados periodicamente uma prestação, objetivando assegurar no futuro, a esses mesmos associados, complementação da aposentadoria. Essas pessoas, por considerarem insuficiente a aposentadoria que lhes é assegurada pelo sistema geral de previdência, mobilizam recursos para, no futuro, ampliarem seus rendimentos. Os recursos assim mobilizados são investidos em diversas atividades e aplicações, resultando daí a obtenção de lucros que as entidades de previdência fechada alegam estar imunes a impostos, por se tratar de benefícios destinados à assistência social.

Ora, Sr. Presidente, as instituições de assistência social, na tradição jurídico-constitucional brasileira, têm sido protegidas por imunidades, relativamente a impostos. O sentido dessa imunidade é que essas instituições, ao prestarem assistência social, exercem atividades próprias do Estado. Por isso, como o Estado, ficam imunes a impostos. Constitui assistência social a mobilização por um grupo de pessoas de recursos financeiros e humanos, com a finalidade de prestarem auxílio e apoio a terceiros, que são pessoas carentes e desamparadas, como os menores abandonados, os idosos sem fonte de recursos, os doentes pobres e os desassistidos. Sem dúvida alguma, as entidades de previdência privada não se inserem nessa realidade. Os recursos mobilizados pelo grupo de associados têm por finalidade beneficiar o próprio grupo, e não a terceiros. Esta a grande distinção. Esse grupo não é carente, tampouco desamparado. É justamente o contrário. São pessoas que querem assegurar seu próprio futuro com recursos que lhes proporcionem nível de vida confortável, com casa, automóveis, viagens etc. No caso, confundem-se contribuintes e beneficiários, que não são carentes, nem desamparados.

A emoção que nos domina, ao propor a rejeição da emenda do Constituinte Victor Faccioni, é porque foi no capítulo da imunidade, a nível da Subcomissão e da Comissão temática, que os Constituintes sofreram todo tipo de pressão. O Constituinte Bernardo Cabral procurou escrever um capítulo de imunidade tributária a mais extensiva possível, estendendo-a apenas aos partidos políticos às entidades sindicais de trabalhadores, exclusivamente a essas instituições, além das outras tradicionalmente assistidas pelas Constituições brasileiras. Na Subcomissão e na Comissão temática, demos parecer contrário às demandas que solicitavam imunidade tributária para os trabalhadores assalariados. Portanto, agora não podemos acei-

tar que se estenda a imunidade tributária aos grupos de previdência privada, que vão apenas cuidar dos interesses daqueles que já estão bem assistidos e bem amparados.

**O SR. CONSTITUINTE MÁRIO LIMA:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Pois não.

**O SR. CONSTITUINTE MARIO LIMA:** – Sr. Presidente, antes que V. Ex.<sup>a</sup> coloque a matéria em votação, quero fazer um reparo: o ilustre Relator, do início ao fim de sua exposição, cometeu um erro que precisa ser corrigido. Esse assunto de previdência privada no País é pouco conhecido. Do início ao fim, S. Ex.<sup>a</sup> se referiu a empresa de previdência privada. Isso não existe. S. Ex.<sup>a</sup> descreveu uma coisa que não é real. Não existe empresa de previdência privada. Simplesmente o ilustre Relator discorreu sobre algo que não existe e está cometendo um equívoco que precisa ser esclarecido. O que existem são fundações que, pela lei, têm atribuições diferentes de empresas. São fundações de previdência privada fechadas, sem fins lucrativos, são diferentes das empresas de previdência privada abertas. Estas têm fins lucrativos, as outras, que defendi no plenário, são fundações regidas por leis específicas, sem fins lucrativos e que visam a dar uma aposentadoria mais digna aos trabalhadores.

Se isso é inconstitucional, não sei o que estamos fazendo aqui.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Sr. Constituinte, não posso permitir que V. Ex.<sup>a</sup> faça de novo a defesa. Não há questões de ordem. A Mesa não pode resolver se é empresa ou não.

**O SR. CONSTITUINTE LUIZ SALOMÃO:** – Permita-me, Sr. Presidente, só para contraditar, por trinta segundos.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Pediria a V. Ex.<sup>a</sup> que não contestasse.

**O SR. CONSTITUINTE LUIZ SALOMÃO:** – Pediria ao nobre Constituinte Mário Lima que qualificasse o que são o Montepio da Família Militar, o **GBOEx** e tantas outras instituições de previdência privada.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Em votação.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Aluízio Campos, Manoel Moreira, Mário Lima, Nelson Jobim, Rodrigues Palma, Virgildásio de Senna, Geovani Borges, Arnaldo Prieto, Christóvam Chiaradia, Eraldo Tinoco, José Santana de Vasconcellos, Annibal Barcellos, Mário Assad, Jonas Pinheiro, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Gerson Peres, Adylson Motta e Bonifácio de Andrada. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Almir Gabriel, Antônio Britto, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Carlos Mosconi, Carlos Sant'Anna, Celso Dourado, Cid Carvalho, Cristina Tavares, Egidio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Gasparian, Fernando Henrique Cardoso, Francisco Pinto, Ibsen Pinheiro, João Herrmann Neto, José Fogaça, José Ignácio Ferreira, José Paulo Bisol, José Richa, José Serra, José Ulisses de Oliveira, Nelson Friedrich, Nilson Gibson, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Raimundo Bezerra, Sigmaringa Seixas, Wilson Martins, Antonio Maris, Chagas Rodrigues, Délio Braz, Euclides Scalco, Jorge Hage, José Carlos Grecco, Octávio Elísio, Roberto Brant, Vilson Souza, Alcení Guerra, Edme Tavares, José Lourenço, Francisco Dornelles, Inocêncio Oliveira, José Jorge, José Lins, Marcondes Gadelha, Gilson Machado, Ricardo Fiúza, Jalles Fontoura, João Menezes, José Tinoco, Mozarildo Cavalcanti, Simão Sessim, Valmir Campelo, José Maurício, César Maia, Luiz Salomão, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Luiz Inácio Lula

da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Adolfo Oliveira, Haroldo Lima, Fernando Santana e Jamil Haddad.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram **SIM** 19 Constituintes; votaram **NÃO** 69 Constituintes. Total: 88 votos. O Destaque foi **rejeitado**.

Com a palavra o Constituinte Manoel Moreira, para explicar seu voto.

**O SR. CONSTITUINTE MANOEL MOREIRA:** – Sr. Presidente, conforme instrução, votei "não". No entanto, o meu voto apareceu como "sim". Gostaria que ficasse consignado nos Anais da Casa que meu voto foi "não".

Isso demonstra que há erro ou alteração no processo de votação.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Será registrado, nobre Constituinte.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON JOBIM:** – O mesmo ocorreu comigo, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Estão registrados os votos de V. Ex.<sup>as</sup> na ata. Infelizmente, sem efeito suspensivo.

## V – SUSPENSÃO DA REUNIÃO

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – A Presidência vai suspender os trabalhos, convocando os Senhores Constituintes para a continuação da presente reunião, hoje, 7-11-87, às 15:00 horas.

Está suspensa a reunião.

## EM 7 DE NOVEMBRO DE 1987

Presidência dos Srs. **Aluizio Campos**, Primeiro-Vice-Presidente; **Fernando Henrique Cardoso**, Quarto-Vice-Presidente; **Afonso Arinos**, Presidente; **Jarbas Passarinho**, Terceiro-Vice-Presidente.-

## I – REABERTURA DA REUNIÃO

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Havendo número regimental, declaro reaberta a reunião.

## II – ORDEM DO DIA

### VOTAÇÃO DO PROJETO DE CONSTITUIÇÃO TÍTULO VI (continuação)

**Destaque nº 004896-87 – Emenda nº ES-31216-2, do Sr. Paulo Roberto Cunha, "que modifica a redação da alínea "c", inciso II do art. 203 do Substitutivo nº 1 (art. 171, inciso II, alínea "c" do Substitutivo nº 2)". (378.a votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – O primeiro destaque é o de nº 4896, referente à Emenda nº 31216/2. Propõe o Constituinte Paulo Cunha que se retire do texto do art. 171, inciso II, alínea c, a palavra "trabalhadores" (sindicato de trabalhadores), deixando só "amplamente".

O Constituinte Paulo Cunha está ausente; foi indicado o Constituinte José Maria Eymael para encaminhar a votação. Antes, porém, procederemos à votação da preferência.

Em votação. **(Pausa)** Aprovada.

Concedo a palavra ao Constituinte José Maria Eymael.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ MARIA EYMAEL:** – Sr. Presidente, há **quorum** para votação?

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Há oradores inscritos para se pronunciarem contra a emenda, e durante esse tempo naturalmente se completará o **quorum**.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ MARIA EYMAEL:** – Sr. Presidente, a emenda do Constituinte Paulo Roberto Cunha oferece uma redação substitutiva, trazendo novamente o texto original, como aprovado na Subcomissão de Tributos, sem a alteração que sofreu, posteriormente, na Comissão Temática.

Sr. Presidente, falo com muita tranqüilidade sobre a matéria, uma vez que a proposição original da imunidade tributária aos sindicatos é de minha autoria e contou com a participação do Constituinte Virgílio Guimarães, numa reunião de trabalho, quando discutimos a imunidade dos sindicatos. A primeira redação estabelecia exatamente que entre as imunidades contempladas estaria mas imunidades aos sindicatos, de forma geral, sem discriminar entre sindicatos de trabalhadores e sindicatos de não-trabalhadores – chamo a atenção para este ponto –, não necessariamente apenas sindicatos patronais.

Sr. Presidente, quando se imagina retirar a expressão "de trabalhadores" – esse argumento era freqüente – surge logo o seguinte: se deixarmos para todos os sindicatos a imunidade tributária, estaremos privilegiando a Federação dos Bancos, a FIESP, a FIERGS, a Federação do Comércio, ou seja, as grandes federações patronais. Essa é a interpretação corrente.

Diz-se, ainda, o seguinte: se a FIESP, por exemplo, alugar salas, o produto desse aluguel estará isento do tributo.

Sr. Presidente, na verdade, estamos discutindo um aspecto muito mais abrangente. Na redação atual, estamos preocupados em não dar essa imunidade a algumas dezenas de entidades, que são as entidades patronais fortes, mas sacrificamos dezenas de milhares de sindicatos de outras categorias.

Começo a relacionar algumas categorias que estarão diretamente afetadas se permanecer a explicitação apenas "trabalhadores". Vou citar alguns exemplos elucidativos.

Permanecendo o texto, todos os sindicatos rurais do País estarão marginalizados da imunidade tributária. O que são os sindicatos rurais? Há mais de quatro mil sindicatos rurais no País, os quais, pela sua natureza, congregam pequenos agricultores, com pequenos sítios. E, como cada agricultor não pode pagar a um agrônomo, ou não pode ter um pequeno trator, os sindicatos rurais oferecem esses serviços comunitários. Como não basta, para o sindicato rural, a contribuição sindical, esses sindicatos cobram pequenas taxas dos seus filiados.

Ora, Sr. Presidente, toda essa receita passará agora a ser tributada.

Vamos examinar um outro exemplo relacionado com a categoria dos profissionais liberais. Todo e qualquer sindicato de profissionais liberais está à margem dessa imunidade. Os sindicatos dos dentistas, dos médicos, dos enfermeiros, dos advogados, dos fotógrafos, de todas essas profissões liberais, estão escoimados da imunidade tributária.

Vamos entrar agora na área patronal. O que menos existe, em termos de número, são os grandes sindicatos patronais. Temos, porém, milhares de pequenos sindicatos de pequenas empresas. Por exemplo, os sindicatos dos varejistas de carne fresca, ou seja, os açougueiros, os sindicatos das oficinas mecânicas, os sindicatos dos ateliês de fotografia e os sindicatos das auto-escolas.

Há, então, um processo passional de não se querer privilegiar a Febraban, a FIESP, a FIERGS e outras federações grandes, que, aliás, não diferem muito, por exemplo, de um sindicato dos metalúrgicos em São Bernardo do Campo – não sei se o seu patrimônio e o seu orçamento são iguais aos da FIESP de São Paulo. Entretanto, a título de se escoimar essas grandes entidades – já temos um levantamento nesse sentido – estamos margina-

lizando quase cinquenta mil entidades sindicais de pequeno porte.

Sr. Presidente, se isso é democracia, meu conceito de sociedade está errado.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Concedo a palavra ao ilustre Constituinte Francisco Dornelles, para encaminhar contra.

**O SR. CONSTITUINTE FRANCISCO DORNELLES:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a emenda do ilustre Constituinte José Maria Eymael objetiva estabelecer a imunidade fiscal para os sindicatos patronais. Em decorrência da exposição do ilustre Constituinte, é importante fazer uma diferença técnica entre imunidade e isenção.

Quando o Constituinte José Maria Eymael fala em milhares de sindicatos de pescadores e de agricultores espalhados pelo Brasil que não devem pagar imposto, dá a impressão de que, se esses sindicatos patronais não tiverem imunidade, esses pequenos sindicatos obrigatoriamente pagarão imposto.

O fato de não existir imunidade não significa que não haja imposto; mas, existindo imunidade, nunca poderá haver imposto. Por esse motivo, no momento em que se reconhecesse a imunidade para os sindicatos patronais, estaríamos reconhecendo a imunidade fiscal para todos os sindicatos patronais do Brasil. A União não poderia cobrar imposto de qualquer sindicato patronal; o Município de São Paulo não poderia cobrar Imposto Predial da FIESP; o Município do Rio de Janeiro não poderia cobrar Imposto Predial da Federação do Comércio; a União não poderia cobrar Imposto de Renda de salas que a FIESP alugasse em São Paulo. E se fala em sindicato de pescadores. Ora, se se deseja tirar o imposto dos pequenos sindicatos, o caminho é a lei, que estabelece a isenção. O fato de não existir imunidade não significa que exista imposto.

Por esses motivos, entendo que a emenda do Constituinte José Maria Eymael não pode ser aceita. O Imposto de Renda incide sobre aqueles que têm maior renda e maior patrimônio. Pode existir uma situação em que um sindicato de operários, ou de trabalhadores, tenha maior renda e maior patrimônio do que um sindicato patronal. Mas essa não é a regra, é a exceção. E não se pode legislar por exceção. No se pode estabelecer imunidade tributária para sindicatos patronais porque fere todos os princípios da progressividade do Imposto de Renda e da justiça fiscal.

Daí, opinamos contrariamente à emenda do ilustre Constituinte José Maria Eymael. Os casos específicos a que S. Ex.<sup>a</sup> se referiu, dos pequenos sindicatos e organizações, podem ser atendidos em lei ordinária. Assim entende a Assembléia Nacional Constituinte. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A Mesa formula apelo aos nobres Constituintes desta Comissão, no sentido de que apenas faça uso da palavra um orador a favor e outro contra, a não ser em casos excepcionais. Como já se manifestou neste sentido o Constituinte José Genoíno, que se encontrava inscrito, considero que S. Ex.<sup>a</sup> concorda. **(Pausa)** Passamos à votação.

#### **(Procede-se à votação)**

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Christóvam Chiaradia, Eraldo Tinoco, Geovani Borges, José Lins, Gerson Peres, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua e José Maria Eymael. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Aluizio Campos, Antônio Britto, Carlos Mosconi, Celso Dourado, Cristina Tavares, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Gasparian, Fernando Henrique Cardoso, Haroldo Sabóia, João Calmon, José Geraldo, José Richa, José Serra, José Ulisses de Oliveira, Manoel Moreira, Mário Lima,

Nelson Jobim, Nilton Friedrich, Nilson Gibson, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Sigmaringa Seixas, Chagas Rodrigues, Euclides Scalco, João Agripino, Jorge Hage, José Carlos Grecco, José Tavares, Octávio Elísio, Roberto Brant, Vilson Souza, Anníbal Barcellos, Francisco Dornelles, Gilson Machado, Inocêncio Oliveira, José Jorge, José Lourenço, Mário Assad, Jofran Frejat, Jonas Pinheiro, Simão Sessim, Valmir Campelo, Antônio Carlos Konder Reis, Jarbas Passarinho, José Maurício, Lysâneas Maciel, Luiz Salomão, Francisco Rossi Plínio Arruda Sampaio, José Genoíno, Adolfo Oliveira, Haroldo Lima, Jamil Haddad e Fernando Santana. **ABSTENÇÃO** dos seguintes Senhores Constituintes: Oswaldo Lima Filho, Darcy Pozza e Adylson Motta.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram **SIM** 8 Constituintes; votaram **NÃO** 56 Constituintes; abstiveram-se de votar 3 Constituintes. Total: 67 votos. O Destaque foi **rejeitado**.

**Destaque nº 007054-87, do Sr. Nelson Jobim – Emenda nº 9 ES-22319-4, do Sr. Antonio Britto, "que dá nova redação ao artigo 206 do Substitutivo nº 1 (artigo 174 do Substitutivo nº 2)" (379ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Passamos agora ao Destaque nº 7054, do Constituinte Nelson Jobim, relativo à Emenda nº ES-22319-4.

Em votação a preferência. Os Srs. Constituintes que estiverem de acordo, permaneçam como se encontram. **(Pausa)** Aprovado.

Com a palavra o Constituinte Nelson Jobim, para encaminhar a votação a favor da emenda.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON JOBIM:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a emenda em questão diz respeito ao art. 174 do Substitutivo II e pretende substituir a redação do artigo, mantida a expressão "ressalvados os concedidos por prazo certo e sob condição". Com a aprovação da emenda, o art. 174 terá a seguinte redação:

"Art. 174. – Disposição legal que conceda isenção ou outro benefício fiscal, ressalvados os concedidos por prazo certo e sob condição, terá seus efeitos avaliados durante o primeiro ano de cada legislatura pelo Legislativo competente, nos termos do disposto em lei complementar, considerando-se revogada aquela que não foi expressamente convalidada."

Sr. Presidente, sabe-se que a reversão dos incentivos fiscais é algo absolutamente crucial na reforma tributária, pois constitui renúncia de receita e, por extensão, contém um custo social elevado. Dessa forma, devem ser periodicamente reavaliados, para que se revoguem aqueles que cumpriram sua finalidade.

O dispositivo objetiva expressamente isto: todos os incentivos fiscais não concedidos por prazo certo e sob condição deverão ser reavaliados no início de cada legislatura, considerando-se revogados aqueles que não forem convalidados no início de cada legislatura. Mantêm-se portanto, fora do dispositivo aqueles incentivos concedidos com prazo certo e sob condição.

Reitero que esta emenda conserva a expressão "ressalvados os concedidos por prazo certo e sob condição" do art. 174 do Substitutivo II, de tal forma que somente os incentivos concedidos não figurados nesta hipótese é que deverão ser reavaliados no início de cada legislatura. Isto impedirá que concessões sem prazo e condição possam ser revogadas apenas por lei especial. Bastará a circunstância de uma nova legislatura não convidá-las para que sejam revogadas.

O texto é importante, porque dá aos incentivos e benefícios fiscais um tratamento consentâneo com a transitoriedade e o critério da temporariedade da concessão, haja vista que muitos não foram estabelecidos com prazo certo nem fixados sob condição.

Por isso apelo ao Sr. Relator para que, tendo em vista a ressalva feita, opine favoravelmente pelo acolhimento da emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Não havendo quem queira encaminhar contrariamente, concedo a palavra ao Sr. Relator.

**O SR. RELATOR (Fernando Bezerra Coelho):** – Sr. Presidente, a posição da Relatoria é favorável ao destaque do nobre Constituinte Nelson Jobim, referente à emenda do Constituinte Antônio Britto, pois confere maior clareza ao disposto no art. 174, que obriga o Poder Legislativo a fazer a avaliação de toda disposição legal que concede isenção ou benefício fiscal.

A proposta deixa claro que o Legislativo, quer seja o Congresso Nacional, quer sejam as Assembléias Legislativas estaduais, tenha que avaliar, no primeiro ano da legislatura, toda a legislação pertinente à isenção fiscal ou à concessão de isenção e benefício fiscal. Vale, entretanto, ressaltar, sobretudo para os companheiros das bancadas do Norte, Nordeste, Espírito Santo, que os incentivos fiscais setoriais ou regionais ficam ressalvados, tendo em vista que o art. 174 ressalva aqueles concedidos por prazo certo e sob condição. Essa ressalva é necessária porque qualquer empresário só pode partir para o investimento sabendo se vai contar ou não com aqueles benefícios ou com aquela isenção fiscal. Portanto, os incentivos e os benefícios fiscais concedidos por prazos certos estão ressalvados.

A Relatoria acolhe a emenda do Constituinte Antônio Britto, porque ela reforça o papel do Legislativo, de reavaliar, periodicamente, toda a legislação pertinente à isenção ou benefício fiscal.

A Relatoria é favorável ao destaque. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Apresentada a emenda, o texto do art. 174, se aprovada a proposta, passará a vigorar com a seguinte redação:

"Disposição legal que conceda isenção ou outro benefício fiscal, ressalvados os concedidos por prazo certo e sob condição, terá seus efeitos avaliados durante o primeiro ano de cada legislatura pelo Poder Legislativo competente, nos termos do disposto em lei complementar, considerando-se revogada aquela que não foi expressamente revalidada."

Em votação.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Aluísio Campos, Antônio Britto, Artur da Távola, Carlos Mosconi, Carlos Sant'Anna, Celso Dourado, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Gasparian, Fernando Henrique Cardoso, Haroldo Sabóia, Ibsen Pinheiro, João Calmon, José Geraldo, José Paulo Bisol, José Richa, José Serra, José Ulisses de Oliveira, Manoel Moreira, Mário Lima, Nelson Friedrich, Ricardo Fiúza, Jales Fontoura, Jofran Frejat, Jonas Pimenta da Veiga, Raimundo Bezerra, Sigmaringa Seixas, Wilson Martins, Chagas Rodrigues, Euclides Scalco, João Agripino, Jorge Hage, José Carlos Grecco, José Tavares, Octávio Elísio, Roberto Brant, Vilson Souza, Annibal Barcellos, Simão Sessim, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Jarbas Passarinho, Adylson Motta, José Maurício, Lysâneas Maciel, César Maia, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Plínio Arruda Sampaio, José Genoíno, José Maria Eymael, Jamil Haddad e Fernando

Santana. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Edme Tavares, Eraldo Tinoco, Francisco Dornelles, Geovani Borges, Gilson Machado, Inocêncio Oliveira, José Jorge, José Lins, José Santana de Vasconcellos, Ricardo Fiúza, Jales Fontoura, Jofran Frejat, Jonas Pinheiro, Valmir Campelo, Benito Gama e Gerson Peres. **ABSTENÇÃO** Senhor Constituinte Adolfo Oliveira.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 55 Constituintes; votaram NÃO 16 Constituintes; absteve-se de votar 1 Constituinte. Total: 72 votos. O Destaque foi **aprovado**.

**Destaque nº 003897-87 – Emenda nº ES-25802-8, do Sr. Gastone Righi, "que substitui o inciso III do artigo 207 do Substitutivo nº 1 (art. 175, "caput", inciso III do Substitutivo nº 2º. (380 a votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – O nobre Constituinte Haroldo Lima retirou o Destaque nº 876, constante da planilha. De modo que vamos votar a preferência para o Destaque nº 3897, do ilustre Constituinte Gastone Righi relativa a Emenda ES-25802-8.

Em votação a preferência. Os Srs. que aprovam, mantenham-se como se encontram. **(Pausa)** Aprovada a preferência.

Com o destaque do Constituinte Gastone Righi, passamos a votar a Seção III – "Dos Impostos da União" – Título VI. O destaque refere-se ao inciso do art. 175, S. Ex.<sup>a</sup> propõe a seguinte redação:

"Compete à União instituir impostos sobre renda e proventos acima de dez salários mínimos mensais."

Concedo a palavra ao autor, para encaminhamento a favor.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, ao longo de nossa História, muito se tem batido contra a incidência do Imposto de Renda sobre salários e sobre os escassos rendimentos dos contribuintes. A exemplo do ex-Governador Franco Montoro – e o **MDB** também o fazia – muitos pregavam a isenção dos salários, sustentando que salário não é renda.

Eu proponho algo mais modesto, isto é, que não haja incidência de Imposto de Renda sobre todos os proventos até dez salários mínimos mensais, ainda que provenientes de renda. Ou seja, ainda que seja alguém, por exemplo, que viva de pequeno aluguel, deve estar isento até dez salários mínimos.

Todos nós temos de reconhecer, publicamente, que dez salários mínimos – cerca de vinte mil cruzados – são suficientes apenas para a sobrevivência de uma pessoa. O DIESE, em estudo recente, demonstrou que o salário mínimo brasileiro deveria aproximar-se dos vinte mil cruzados.

Então, minha emenda é compatível com a realidade nacional. Quem recebe até dez salários mínimos mensais não deve estar sujeito a imposto sobre renda, porque todos sabemos que a percepção desses vencimentos, salários ou proventos, não dá ao indivíduo mais do que o necessário à sua alimentação, sua moradia e às despesas absolutamente essenciais, a nível baixíssimo, paupérrimo.

Portanto, cabe a esta Constituinte definir, em termos de justiça social, a própria justiça tributária. É inconcebível que apenas os assalariados e os de menor renda sejam os grandes pagadores de imposto no País, e não possam fugir dele, porque já vem descontado na folha de pagamento – é pago antecipadamente – enquanto os ricos, os poderosos, as grandes empresas pagam apenas ao final do ano, no final do exercício – quando pagam, eis que, geralmente, nada pagam.

Vamos começar a praticar justiça social e justiça tributária. Vamos isentar de impostos o contribuinte brasileiro que recebe até dez salários. Por isso, peço a esta egrégia Comissão que acolha minha emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Concedo a palavra para encaminhamento contra ao nobre Constituinte José Serra.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ SERRA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, venho encaminhar contra a emenda do Constituinte Gastone Righi porque creio que, não obstante a boa intenção de S. Ex.<sup>a</sup>, o que ocorreria, na prática, seria o oposto do que pretende.

Em primeiro lugar, não creio que o limite de isenção seja uma questão constitucional. Atualmente há isenção de Imposto de Renda para pessoas que ganham até cinco salários mínimos. Esta questão poderia ser estabelecida por lei ordinária ou até mesmo por decreto governamental. Trata-se de um problema de limite de isenção e não de congelar algo, em termos de imunidade, para sempre, na Constituição.

Vou ilustrar o segundo ponto com um exemplo: uma pessoa que ganha nove salários mínimos e vive com a família, sem nenhuma despesa com aluguel ou alimentação, de acordo com essa emenda não pagará Imposto de Renda. Outra pessoa que ganhe quinze salários mínimos, tem família para manter e as demais despesas, terá de pagar Imposto de Renda.

Com a aprovação dessa emenda, criaremos uma situação regressiva, no sentido de que quem tem uma renda disponível menor terá de pagar mais imposto do que quem tem uma renda disponível maior.

O terceiro argumento – e isto me parece absolutamente fundamental – é que, na medida em que amarramos o salário mínimo a todo um conjunto de variáveis e decisões econômicas, estamos impedindo que o seu valor seja efetivamente corrigido e aumentado ao longo dos anos, porque estamos criando todo um conjunto de restrições para que o salário mínimo real seja aumentado. Por quê? Porque, nesse caso, por exemplo, diminuirá a receita do Imposto de Renda e haverá outro efeito aqui e acolá. É essencial para uma política de recuperação do valor real do salário mínimo que ele não seja vinculado a coisa alguma, e muito menos a limites de isenções tributárias.

Por essas razões é que encaminho contra a emenda, não obstante as nobres intenções do Líder do PTB, que a apresentou. Creio que a emenda conduz exatamente à situação oposta: vai contribuir para o arrocho do salário mínimo, vai cometer injustiças fiscais e é muito mais apropriada para a legislação ordinária, não para a parte de imunidades de um texto constitucional que se supõe deva durar para sempre.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Concedo a palavra ao ilustre Relator.

**O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Relator):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, tendo em vista a exposição do Constituinte José Serra, a Relatoria manifesta apenas a sua posição contrária à emenda do Constituinte Gastone Righi.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Comunico ao Plenário que o ilustre Constituinte Lysâneas Maciel, inscrito para falar contra a emenda, desistiu, atendendo ao apelo da Mesa.

Em votação.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Aluizio Campos, Oswaldo Lima Filho, Antonio Mariz, Afonso Arinos, Annibal Barcellos, Arnaldo Prieto, Chris

tóvam Chiaradia, Edme Tavares, Eraldo Tinoco, Inocêncio Oliveira, José Lins, Jalles Fontoura, Jofran Frejat, José Tinoco, Valmir Campeio, Darcy Pozza, Adylson Motta, Lysâneas Maciel, Francisco Rossi, Gastone Righi, Sólton Borges dos Reis, Adolfo Oliveira e José Maria Eymael. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Alfredo Campos, Almir Gabriel, Antônio Britto, Artur da Távola, Carlos Mosconi, Carlos Sant'Anna, Celso Dourado, Egidio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Henrique Cardoso, Haroldo Sabóia, Ibsen Pinheiro, João Calmon, José Paulo Bisol, José Richa, José Serra, Mário Lima, Nelson Jobim, Nelton Friedrich, Nilson Gibson, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Raimundo Bezerra, Rodrigues Palma, Sigmaringa Seixas, Virgildásio de Senna, Wilson Martins, Chagas Rodrigues, Délio Braz, Euclides Scalco, João Agripino, Jorge Hage, José Carlos Grecco, José Tavares, Octávio Elísio, Roberto Brant, Vilson Souza, Francisco Dornelles, Geovani Borges, Gilson Machado, José Santana de Vasconcellos, Mário Assad, Ricardo Fiúza, Jonas Pinheiro, Bonito Gama, José Maurício, César Maia, Plínio Arruda Sampaio, Jamil Haddad e Fernando Santana. **ABSTENÇÃO** dos Senhores Constituintes: José Jorge, Gerson Peres, Jarbas Passarinho e José Genuíno.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 23 Constituintes; votaram NÃO 52 Constituintes; abstiveram-se de votar 4 Constituintes. Total: 79 votos. O Destaque foi **rejeitado**.

**Destaque nº 2091-87 – Emenda nº 1P-12711-4, do Sr. Virgílio Guimarães, "que modifica a redação do art. 270 do Projeto de Constituição art. 175 do Substitutivo nº 2." (381ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Passamos agora ao requerimento de preferência relativo ao Destaque nº 2091, de autoria do eminente Constituinte Virgílio Guimarães.

Os Srs. Constituintes que o aprovam, permaneçam como se encontram. **(Pausa)** Aprovado o destaque.

Passamos a mencionar o objetivo da emenda. Pretende S. Ex.<sup>a</sup> transferir da competência do Estado para a da União o imposto de transmissão **causa mortis** e de doação de quaisquer bens ou direitos, acrescentando o inciso VI ao art. 175 do projeto.

Com a palavra o autor do destaque, para encaminhamento a favor.

**O SR. CONSTITUINTE VIRGÍLIO GUIMARÃES:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a emenda é bastante simples. Trata-se de transferir o imposto **causa mortis** e sobre doações – na realidade, aquele que chamamos de Imposto sobre Herança – dos Estados para a União.

Já houve tentativa de implantação deste imposto, inclusive com reações na época em que era Ministro da Fazenda o Constituinte Francisco Dornelles. Diante das grandes reações havidas na época, inclusive com famílias que até levaram estudos de casos concretos para o Governo, o Ministério da Fazenda reagiu. Estou falando isso porque a imprensa noticiou fartamente o assunto, e não se conseguiu implantar no Brasil um Imposto sobre Herança digno deste nome.

Então, em nosso País não existe, de fato, Imposto sobre Herança. Muito se falou que a reforma tributária no País deveria incorporar, no seu aspecto social, uma carga fiscal maior dos impostos diretos para diminuir a carga dos impostos indiretos, tornando o sistema socialmente mais justo. Na realidade, muito pouco se inovou neste aspecto. Os impostos sobre a propriedade continuaram praticamente os mesmos: é o Imposto Predial e Territorial Urbano, é o Imposto sobre Veículos Automotores, é o Imposto Territorial Rural. O Imposto de Renda, outro imposto direto também não sofreu maiores inovações.

Na realidade, o sistema que estamos aqui discutindo é muito pouco inovador, no que diz respeito à justiça fiscal, no sentido de torná-la socialmente mais justa. Essa transferência dos Estados para a União visa a criar as condições para, na prática, implantar-se o Imposto sobre Heranças, um imposto direto, socialmente justo, que visa a justiça fiscal e social. E por que essa transferência do Estado para a União viabiliza isso? Em primeiro lugar, porque a União tem em mãos o Imposto Territorial Rural, isto é, um cadastro das terras, que representa uma boa parte das heranças neste País – os imóveis rurais. O Imposto de Renda é cobrado através da Receita Federal, que tem o cadastro do patrimônio das pessoas físicas e jurídicas. Isso já facilita também.

Acima de tudo, esse sistema vai impedir que se criem os chamados "paraísos fiscais". Meu receio, porém, é que, se um Estado como São Paulo, Rio de Janeiro ou Minas Gerais, criar um Imposto sobre Heranças para valer – digamos 10% ou alguma coisa substancial – algum outro Estado pequeno, pobre, até pensando em defender os interesses dos seus habitantes, venha a criar um imposto de meio por cento, ou 1%, para que as grandes fortunas se desloquem para lá. Não podem levar as terras, mas transformam aquilo em empresa e levam os papéis, as ações, as quotas dessas companhias. Estas, sim, é que serão doadas, é que vão ser herdadas. Nesses casos, chegaremos, na prática, a uma taxaçaão irrisória.

Esta emenda, portanto, é de grande alcance, pois visa a criar condições para estabelecer, na prática, um Imposto sobre Heranças digno desse nome, ou seja, com alíquotas substanciais, capazes de propiciar um mínimo de justiça social a este País.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Com a palavra, para encaminhamento contra, o ilustre Constituinte Francisco Dornelles.

**O SR. CONSTITUINTE FRANCISCO DORNELLES:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a Constituição em vigor considera competência privativa da União a criação do Imposto de Renda. O Imposto de Renda tem como fato gerador o acréscimo patrimonial decorrente da percepção da renda e do provento. O próprio Código Tributário Nacional define renda como remuneração do capital e do trabalho. Renda é juro, é dividendo, é lucro, é aluguel; renda é a remuneração do trabalho. Considera provento qualquer acréscimo patrimonial não derivado do capital e do trabalho. Quais são os proventos? Ganhos de capital, doação e herança. De modo que a União já tem, hoje, competência constitucional para criar o imposto sobre doação e herança.

A época em que fui Ministro da Fazenda estávamos preparando uma legislação para criar o imposto sobre heranças, pois já existe a competência constitucional. De modo que a emenda do ilustre Constituinte Virgílio Guimarães é inócua, porque desnecessário se torna dizer que a União já tem competência para criar um imposto sobre doação e heranças. Tendo competência para dobrar o Imposto de Renda, e sendo este um imposto sobre o acréscimo patrimonial, decorrente de renda, de proventos, de ganhos de capital e de herança e doação, não é necessária fixar nova competência para a União.

O que se fez no projeto foi estabelecer que o imposto **causa mortis** é de competência dos Estados, que poderão cobrá-lo e dar maior abrangência à sua cobrança. Isto, porque é nos Estados que se processa o inventário. É lá, naquele momento, antes de se proceder ao inventário, que o Estado pode estabelecer e cobrar o imposto daquele que teve um acréscimo patrimonial por herança ou doação.

Pode acontecer de uma pessoa ter propriedades espalhadas pelo Brasil, mas todas elas devem figurar no inventário. O imposto **causa mortis**, hoje, já é da competência dos Estados. Está-se dando apenas maior abrangência para que atinja os bens móveis.

Por esse motivo, Sr. Presidente, opino contrariamente à emenda do ilustre Constituinte Virgílio Guimarães.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Com a palavra o Sr. Relator.

**O SR. RELATOR (Fernando Bezerra Coelho):** – Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, além das considerações feitas pelo Constituinte Francisco Dornelles à emenda do Constituinte Virgílio Guimarães, pediria a S.Ex.<sup>a</sup> e aos demais membros da Comissão de Sistematização que atentassem para o § 3º, do art. 177, que diz que as alíquotas do imposto sobre transmissão **causa mortis** e doações poderão ser progressivas e não excederão os limites estabelecidos em resolução do Senado Federal. Ou seja, o Senado da República poderá fixar tetos elevados para alíquotas do Imposto sobre Herança que é a preocupação do Constituinte Virgílio Guimarães. Lembro, até, que este dispositivo foi introduzido graças à emenda do Constituinte Antonio Mariz, na Comissão Temática, quando o assunto foi profundamente discutido e avaliado.

Entendo, pois, que as preocupações do Constituinte Virgílio Guimarães estão plenamente atendidas no dispositivo constante do § 3º do art. 177. Nesse sentido, a posição da Relatoria é contra a emenda e o destaque do Constituinte Virgílio Guimarães.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Permita-me, Sr. Presidente, solicitar um esclarecimento do Sr. Relator.

Diz S.Ex.<sup>a</sup> que, em sendo estadual, é possível aplicar imposto progressivo: Mas as grandes heranças, as grandes doações e os grandes patrimônios envolvem acervos que se espalham por vários Estados. Como é possível ser feita a progressividade, se o imposto é estadual e os bens se situam em vários Estados?

Explique-me, por favor, só para eu entender.

**O SR. RELATOR (Fernando Bezerra Coelho):** – Nobre Constituinte, como o Constituinte Francisco Dornelles disse, o inventário se processa no Estado onde reside a pessoa física proprietária daqueles bens móveis e imóveis. E é lá no Estado onde ela declara os bens – embora espalhados por todos os Estados – que a alíquota incidirá. Ainda assim, é possível aplicar as alíquotas progressivas independentemente de onde estejam situados os bens do **de cujus**.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Encerrado o debate sobre a matéria, passamos à votação.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, João Calmon, Paulo Ramos, João Agripino, José Mauricio, Lysâneas Maciel, César Maia, Gastone Righi, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Aldo Arantes, Fernando Santana, Jamil Haddad. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Alfredo Campos, Almir Gabriel, Aluizio Campos, Antônio Britto, Artur da Távola, Bernardo Cabril, Carlos Mosconi, Carlos Sant'Anna, Celso Dourado, Egidio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Gasparian, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, Ibsen Pinheiro, José Geraldo, José Ignácio Ferreira, José Paulo Bisol, José Richa, José Serra, José Ulisses de Oliveira, Manoel Moreira, Mário Lima, Nelson Jobim, Nilson Gibson, Oswaldo Lima Filho, Pimenta da Veiga, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Rodrigues Palma, Sigmaringa Seixas, Virgildásio de Senna, Wilson Martins, Antonio Mariz, Daso Coimbra, Euclides Scalco, Jorge Hage, José Carlos Grecco, José Tavares, Octávio Elísio, Roberto Brant, Vilson Souza, Afonso Arinos, Annibal Barcellos, Arnaldo Prieto, Christóvam Chiaradia, Edme Tavares, Eraldo Tinoco, Francisco Dornelles, Geovani Borges, Gilson Machado, Inocêncio Oliveira, José Jorge, José Lins, José Lourenço, José Santana de Vasconcellos, Mário Assad, Ricardo Fiúza, Jalles Fontoura, João Menezes, Jofran Frejat, Jonas Pinheiro, José

Tinoco, Simão Sessim, Valmir Campelo, Benito Gama, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Gerson Peres, Jarbas Passarinho, Adylson Motta, Bonifácio de Andrada, Francisco Rossi, Joaquim Bevilacqua, Adolfo Oliveira, José Maria Eymael. **ABSTENÇÃO** do Senhor Constituinte Chagas Rodrigues.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 14 Constituintes; votaram NÃO 77 Constituintes; absteve-se de votar 1 Constituinte. Total: 92 votos. O destaque foi **rejeitado**.

**Destaque nº 1909-87, do Sr. Luiz Inácio Lula da Silva – Emenda nº ES-30323-6, do Sr. Plínio Arruda Sampaio, "que adita o item VI ao art. 207 do Substitutivo nº 1 (art. 175 do Substitutivo nº 2)." (382ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Passamos à votação da preferência relativa ao Destaque nº 1909, de autoria do Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva, com a colaboração do Constituinte Vilson Souza. Os Srs. Constituintes que estiverem a favor, permaneçam como estão. **(Pausa)** Aprovada a preferência.

Com a palavra o ilustre Constituinte Plínio Arruda Sampaio, autor da emenda.

**O SR. CONSTITUINTE PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, esta emenda não é apenas de minha autoria, mas também do Constituinte Vilson Souza e de vários outros que se manifestaram de acordo com o seu conteúdo. Versa sobre uma questão importante: a concentração de renda.

Todos aqui clamamos contra a concentração de renda e afirmamos querer viver em uma sociedade mais justa. Outro dia, ouvi o Líder José Lourenço reclamar contra acusações de que sua posição seria conservadora. S.Ex.<sup>a</sup> disse que não, que luta por uma social democracia que redistribua a renda e faça justiça. Pois bem, aqui está a oportunidade para isso. O imposto sobre o patrimônio líquido das pessoas é aquele de que se valeram os países desenvolvidos da Europa e os Estados Unidos para provocarem uma distribuição de renda. Por isso, nesses países não há esse abismo que temos hoje entre os mais ricos e os mais pobres.

O imposto sobre patrimônio líquido é direto; não é transferível para a mercadoria; não recai sobre a população; atinge diretamente as pessoas de maior patrimônio e força uma redistribuição. O que é o patrimônio líquido de uma pessoa? Diremos que é o carro, é a terra, é a casa, que já são taxados. Mas restará uma possibilidade residual, como esse imposto, e isto estimulará os Estados e os municípios a cobrarem um imposto hoje notoriamente mal utilizado. São ações as debêntures, as quotas-parte, os dividendos. Dir-se-á que já são taxados e se aplicam à produção. São taxados enquanto fluxo; não o são enquanto estoque. Trata-se de imposto que se dirige ao estoque, à riqueza, à acumulação. Portanto, não há bi-tributação. Dir-se-á que estão aplicados na produção, e seria injustiça taxá-los.

O mesmo vale, **contrário sensu**, para um outro componente da riqueza. E qual é esse componente? É o bem de luxo, o suntuário, isto é, a pinacoteca, o iate, as jóias, o ouro, a tapeçaria, tudo aquilo que, muitas vezes, é usado para acumular riqueza, fácil de ser convertida em dinheiro e escapar do fisco.

O argumento para a ação vale para esses casos. Isto não é fruto do trabalho? Quando taxamos os bens suntuários, de certa maneira dificultamos o trabalho do artesão, do artista, do que faz. Estamos encarecendo esse trabalho. O mesmo argumento que vale para não atacar um bem voltado para a produção, vale para o bem de luxo, porque este também está voltado para outro tipo de produção.

Srs. Constituintes, sei que esse imposto provocará muita reação. Gostaria que esta Comissão definisse sua posição em relação a ele. Queremos ou não um processo gradual, lento e sem traumatismo? É o que ouço falar aqui todos os dias. Pois bem, façamo-lo pelo imposto. Aqui está a oportunidade.

Sei que muitas pessoas gostariam de votar a favor desse imposto, mas temem que isso provoque muita reação nos setores mais conservadores. Não acredito que tal ocorra. Acho que os conservadores que têm uma consciência democrática sabem, inclusive, que só se pode manter a democracia neste País se se estabelecer um processo sério de redistribuição de rendas.

Por isso, peço a aprovação da emenda. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte José Lins, para encaminhar contra.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, defendo, exatamente, um ponto de vista contrário ao do nobre Constituinte Plínio Arruda Sampaio. Isso porque diz a proposição – aditiva – que a União, além do imposto Territorial Rural, que já é um patrimônio líquido, taxará também o patrimônio líquido das pessoas físicas.

Ora, Sr. Presidente, esta emenda caminha exatamente no sentido contrário da solução do grande problema nacional, que é a poupança. Hoje, somos um País que poupa extremamente pouco. Precisamos aumentar nossa poupança. A poupança permite o investimento, que, por sua vez, leva à criação de mais empregos. De modo que este é exatamente o ponto fundamental para o País. Acresce que o patrimônio líquido já é taxado, como o é o patrimônio imobiliário.

Aliás, o autor da emenda diz muito bem que este é um imposto que iria incentivar outros já criados. E cita, textualmente, o IPTU, o IPVA e o ITR. Logo, o autor da emenda pretende acrescentar novas alíquotas sobre impostos já lançados.

Como se trata de assunto importante, eu diria mais: já que o patrimônio líquido e imobiliário das pessoas físicas está taxado, vamos agora taxar ainda mais esse patrimônio. Ora, Sr. Presidente, aí estão contidos nada mais nada menos do que os pequenos investimentos. Toda a renda da caderneta de poupança ficará também sujeita a esse novo imposto criado pela União.

Já se vê, portanto, que a emenda não é interessante para o País.

Acresce, ainda, o fato de que – e aqui há um ponto importante – a União pode lançar, residualmente, outros impostos. E, mesmo que ela fosse lançar tal tipo de imposto, o melhor seria que, mesmo por absurdo, o fizesse através do poder residual de taxação, que não precisa estar citado na Constituição, porquanto esse imposto teria uma quota de 20% distribuída para os Estados.

Deste modo, Sr. Presidente, por ser uma emenda que realmente prejudica as necessidades de poupança do País, o investimento e o emprego, posicionamo-nos contra ela.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem a palavra o Constituinte Vilson Souza, para um esclarecimento sobre a proposta, da qual é co-autor.

**O SR. CONSTITUINTE VILSON SOUZA:** – Sr. Presidente, na qualidade de co-autor da emenda ora em votação, gostaria de prestar alguns esclarecimentos sobre o tributo que pretendemos que a Assembléia Nacional Constituinte crie.

Obviamente, todos somos conhecedores da profunda injustiça do atual modelo tributário do Brasil. A atual estrutura tributária é altamente regressiva. Isto é, quem



ganha mais, paga menos tributos. Quem ganha acima de vinte salários mínimos tem uma carga tributária de 15% de sua renda, enquanto quem ganha até dois salários mínimos paga aproximadamente 35% de sua renda, a título de tributos.

A Assembléia Nacional Constituinte, convocada para mudar esse quadro de injustiça social, tem, então, a oportunidade de encontrar novos fatos econômicos como base impositiva de tributos.

Trago, então, alguns dados aos Srs. Constituintes, no sentido de melhor esclarecimento e maior informação para o processo de votação.

No Brasil, os impostos sobre patrimônio, ou seja, o IPTU, o IPVA e todos os demais que gravam o patrimônio, correspondem tão-somente a 0,78 do PIB, ou menos de 2% da arrecadação total, enquanto na Inglaterra e nos Estados Unidos esses tributos representam 4% do PIB e, em alguns casos, até 20% da renda total.

De outro lado, esse tributo é amplamente criado no Mercado Comum Europeu, onde mais de treze países já o instituíram.

Finalmente, esse imposto não é incompatível com o Imposto de Renda, eis que tem base mais abrangente. Enquanto o Imposto de Renda grava o enriquecimento e não a riqueza, conseqüentemente favorecendo o imobilismo das fortunas, esse imposto vai gravar exatamente a riqueza improdutiva, a propriedade, a detenção dos bens, como afirmou o Constituinte Plínio Arruda Sampaio.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. CONSTITUINTE INOCÊNCIO OLIVEIRA:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE INOCÊNCIO OLIVEIRA:** – Sr. Presidente, este título é muito longo, e houve um acordo dos Líderes para falar um contra e um a favor, a fim de o encerrarmos ainda hoje. Da maneira como está sendo feito, dois a um, o título não será encerrado.

Para contestar as palavras do nobre Constituinte Vilson Souza, gostaria de dizer que o imposto incide principalmente sobre a caderneta de poupança do pequeno investidor nacional.

Então, é dizer "não" a esta emenda, que contraria os interesses do povo brasileiro.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Com a palavra o relator.

**O SR. CONSTITUINTE CÉSAR MAIA:** – Sr. Presidente, pelo a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Nobre Constituinte, está encerrado o debate. Peço a V. Ex.<sup>a</sup> que permita que o relator fale, para podermos votar. Este assunto está por demais esclarecido. A emenda pretende tributar o patrimônio líquido de pessoas físicas.

**O SR. CONSTITUINTE CÉSAR MAIA:** – Sr. Presidente, com relação ao texto da justificação, há uma explicação, e gostaria de saber do Sr. Relator se essa explicação vale ou não.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – V. Ex.<sup>a</sup> deseja pedir um esclarecimento ao Relator?

**O SR. CONSTITUINTE CÉSAR MAIA:** – Sim, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra. Mas peço-lhe que seja breve.

**O SR. CONSTITUINTE CÉSAR MAIA:** – Sr. Relator, na justificação, ficou claro que o imposto sobre o patri-

mônio líquido das pessoas físicas não incidirá paralelamente ao IPTU, que está excluído. Como o Constituinte que apresentou o destaque não é tributarista, evidentemente, por uma questão de redação, seria colocada uma vírgula e excluído o imposto de que trata o inciso etc.

Era este o comentário que gostaria de fazer.

**O SR. RELATOR (Fernando Bezerra Coelho):** – Sr. Presidente, a posição da relatoria é contra a emenda do nobre Constituinte Plínio Arruda Sampaio, cujo destaque é de autoria do Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva.

E isto, por duas razões. A primeira, coma referiu o Constituinte José Lins, é que estaríamos criando um imposto que iria tributar um patrimônio formado por uma renda já tributada. Neste caso, estaríamos incentivando aquele que, ao longo de toda sua vida, não teve qualquer cuidado com a poupança ou com a formação do patrimônio, ou seja, privilegiando aquele que destinou seus recursos intensamente para atividade de consumo.

Em segundo lugar, foi dito aqui pelo Constituinte Plínio Arruda Sampaio que este tributo daria oportunidade à União de arrecadar substanciais parcelas de recursos para promover melhor justiça fiscal. Infelizmente, com base nos dados de que dispomos, obtidos quando o assunto foi discutido a nível da subcomissão e da comissão temática, pode-se dizer que esse tributo é de baixíssima rentabilidade.

A experiência mais recente é a da França. Quando o Partido Socialista assumiu o poder na França criou o imposto sobre grandes fortunas, começando com alíquotas progressivas mas pequenas, de 0,5% a 1,5%. Após quatro anos, essa alíquota já estava em 2%, mas, apesar disso, o imposto representou apenas 0,5% de toda a arrecadação fiscal da França, o que é nada, praticamente zero, em termos de arrecadação fiscal.

E enganaram-se os Constituintes que imaginam que o imposto sobre patrimônio líquido de pessoa física pode representar substancial aumento de receita por parte da União. Não é isso que se constata nos países onde esses impostos são aplicados.

Nesse sentido, a relatoria é contra a emenda do nobre Constituinte Plínio Arruda Sampaio

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Em votação a emenda, que pretende determinar tributação sobre o patrimônio líquido de pessoa física.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Alfredo Campos, Almir Gabriel, Antônio Britto, Artur da Távola, Carlos Mosconi, Celso Dourado, Fernando Gasparian, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, Ibsen Pinheiro, João Calmon, João Herrmann Neto, José Ignácio Ferreira, José Paulo Bisol, José Serra, Mário Lima, Nelson Jobim, Nelson Friedrich, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Raimundo Bezerra, Sigmaringa Seixas, Antonio Mariz, Chagas Rodrigues, Euclides Scalco, José Carlos Grecco, Roberto Brant, Vilson Souza, Jalles Fontoura, José Tinoco, Antônio Carlos Konder Reis, Jarbas Passarinho, José Maurício, Lysâneas Maciel, César Maia, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Aldo Arantes, Fernando Santana, Jamil Haddad. Votaram **NÃO** os Constituintes: Aluizio Campos, Bernardo Cabral, Carlos Sant'Anna, Egídio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, José Geraldo, José Richa, José Ulisses de Oliveira, Manoel Moreira, Nilson Gibson, Renato Vianna, Rodrigues Palma, Virgildásio de Senna, Wilson Martins, Daso Coimbra, Alceai Guerra, Annibal Barcellos, Arnaldo Prieto, Christóvam Chiaradia, Edme Tavares, Eraldo Tinoco, Francisco Dornelles, Geovani Borges, Gilson Machado, Inocência Oliveira, José Jorge, José Lins, José Lourenço, José

Santana de Vasconcellos, Mário Assad, Ricardo Fiúza, João Menezes, Jofran Frejat, Jonas Pinheiro, Simão Sessim, Valmir Campelo, Darcy Pozza, Gerson Peres, Bonifácio de Andrada, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Adolfo Oliveira, José Maria Eymael. **ABSTENÇÃO** do Senhor Constituinte Afonso Arinos.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 46 Constituintes; votaram NÃO 44 Constituintes; absteve-se de votar 1 Constituinte. Total: 91 votos. O destaque foi **prejudicado** por falta de **quorum**.

**Destaque nº 2723-87 – Emenda nº ES-34009-3, (em parte) do Sr. Nelson Friedrich, "que adita parágrafo ao art. 207 do Substitutivo nº 1 (art. 175 do Substitutivo nº 2)".**

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Passamos ao requerimento de preferência para o Destaque nº 2723, de autoria do Constituinte Nelson Friedrich.

Os Srs. Constituintes que o aprovam, permaneçam como estão. **(Pausa)** Aprovado.

A emenda do Constituinte Nelson Friedrich acrescenta ao art. 175, § 4º, o seguinte: "...sendo ilegítimas as modalidades de títulos, valores e aplicações ao portador. Este é o texto da emenda.

Com a palavra o eminente autor, para encaminhar a favor.

**A SRA. CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES:** – Permita-me Sr. Presidente, pedir um esclarecimento à Mesa. E gostaria, até, que fosse respondido pelo Sr. Relator.

Há quem diga que havia oito vagas no PMDB. E votaram apenas seis Constituintes.

**O SR. CONSTITUINTE ADOLFO OLIVEIRA:** – Sr. Presidente, para acabar com a dúvida da nobre Constituinte, vou ler a relação dos suplentes que votaram. O PMDB tinha oito votos disponíveis. Votaram "sim": Antônio Mariz, Chagas Rodrigues, Euclides Scalco, José Carlos Grecco, Jorge Hage, Roberto Brant e Vilson Souza. Votou "não", Daso Coimbra. No total, tivemos oito votos, Só deixaram de votar um Parlamentar do PDS e o Constituinte Antônio Farias.

**A SRA. CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES:** – V. Ex.<sup>a</sup> tem razão, Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Vamos retomar a ordem da votação. Com a palavra o Constituinte Nelson Friedrich.

**O SR. CONSTITUINTE NELTON FRIEDRICH:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, nossa proposta busca vedar as modalidades de títulos, valores e aplicações ao portador. Se até o presente momento esta Comissão tomou algumas decisões importantes, na busca de uma nova repartição tributária, com o estabelecimento de mecanismos de defesa do contribuinte e do consumidor; se estamos devolvendo ao Poder Legislativo suas prerrogativas, para pôr fim ao decreto-lei e ao decurso de prazo; se o Poder Legislativo, por via de consequência, passa legislar sobre a questão tributária; se acabamos com clamorosas regalias fiscais de parlamentares, de juizes e militares; se tantas são as medidas que ainda precisamos tomar, uma é indispensável, qual seja, decidir se queremos um capitalismo moderno ou se continuaremos com uma "republiqueta de bananas". Para evoluir, é necessário exatamente pôr fim aos títulos ao portador.

Sr. Presidente, a emissão de títulos ao portador é, sem dúvida, uma trapaça oficializada, além de permitir a evasão fiscal e causar prejuízo à economia. Um dinheiro que muitas vezes tem origem duvidosa é aplicado na especulação financeira por meio de títulos ao portador, o que permite ocultar ou construir grandes fortunas, de maneira ile-

gítima, favorecendo, evidentemente, a concentração de renda e de riqueza.

Precisamos proteger a riqueza social. É preciso pôr fim ao anonimato privilegiado. Há uma casta de sonegadores ao portador, verdadeiros ilhéus tributários. Em nome do princípio mínimo de equidade na tributação e cobrança, vamos extirpar da vida brasileira esse instrumento nocivo. Se quisermos moralizar esta área fundamental da questão tributária, é preciso pôr termo ao título ao portador. Aliás, não foi esta a saída escolhida por países capitalistas, como os Estados Unidos, França, Inglaterra? Qual o país capitalista moderno que tem títulos ao portador? A Suíça, sim, utiliza esse sistema, mas não para os suíços, apenas para os estrangeiros, que lá escondem, via títulos ao portador, grandes fortunas – inclusive do Brasil.

Para terminar Sr. Presidente, não devemos nos preocupar apenas com as arrecadações, mas também com a localização das arrecadações, pois na área dos títulos ao portador temos essa verdadeira trapaça oficializada.

Portanto, espero seja acatada a nossa proposta, no sentido de vedar definitivamente, no Brasil, as modalidades de títulos, valores e obrigações ao portador.

**O SR. CONSTITUINTE OSWALDO LIMA FILHO:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Com a palavra o Constituinte Oswaldo Lima Filho.

**O SR. CONSTITUINTE OSWALDO LIMA FILHO:** – Sr. Presidente, quero fazer à Mesa e a S. Ex.<sup>a</sup>, o Sr. Relator, uma consulta sobre a emenda agora apresentada pelo Constituinte Nelson Friedrich, e peço a atenção de V. Ex.<sup>a</sup>, da Mesa, do Relator e do autor. A emenda tem o nobre objetivo de estabelecer a justiça fiscal, mas entendo que ela põe em risco a economia do País, que está toda montada, no momento, sobre ações ao portador.

Com o mesmo objetivo, mas com as cautelas necessárias para evitar esse choque, oferecia a Emenda nº 30580-8, sobre a qual existe requerimento de preferência junto à Mesa. Refere-se ao título "Das Disposições Transitórias" e tem o seguinte texto:

"São extintos os títulos e ações ao portador, que poderão ser convertidos em títulos nominativos ou endossáveis, no prazo de 2 (dois) anos da promulgação desta Constituição."

Como se vê, trata-se de emenda muito mais ampla e que não causa choque algum. Pergunto a V. Ex.<sup>a</sup> Sr. Presidente: votada à emenda de autoria do Constituinte Neilton Friedrich, a emenda ficaria prejudicada ou não?

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – O fato de a Constituição não determinar a ilegitimidade de títulos e valores ao portador não significa que a lei ordinária não possa fazê-lo. Se as disposições transitórias assim determinarem, evidentemente deverão ser cumpridas. Não há prejudicialidade.

**O SR. RELATOR (Fernando Bezerra Coelho):** – Permita-me, Sr. Presidente.

Como Relator-auxiliar, entendo que a colocação do Constituinte Oswaldo Lima Filho é correta. Esse assunto deve ser tratado nas disposições transitórias.

O título ao portador não é matéria tributária. Pode ter efeitos e consequências no sistema, mas não é matéria tributária a extinção ou a vedação ao título ao portador. Entendo que é um assunto muito sério. A Relatoria está aberta a esse assunto. Minha opinião é contrária tanto à emenda apresentada pelo Constituinte Nelson Friedrich quanto à do Constituinte Oswaldo Lima Filho. O momento oportuno para analisar e discutir em profundidade este assunto, a nosso ver, será quando ocorrer à discussão da

parte relativa às Disposições Transitórias, conforme pleiteia o Constituinte Oswaldo Lima Filho.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Concedo a palavra ao Constituinte Ricardo Fiúza, para encaminhar contra.

**O SR. CONSTITUINTE NELTON FRIEDRICH:** – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Concedo a V. Ex.<sup>a</sup>, com permissão do orador.

**O SR. CONSTITUINTE NELTON FRIEDRICH:** – Permita-me, Sr. Presidente.

Ouvi atentamente e, inclusive, tenho em mãos a proposta subscrita pelo Constituinte Oswaldo Lima Filho. Ouvi também a exposição do Sr. Relator, contrária à proposta quanto ao mérito, mas que procura localizar essa questão nas Disposições Transitórias. Não abro mão do objetivo que aqui pretendemos alcançar. Mas, neste momento, compreendendo a necessidade de melhor localizar a matéria, em entendimento com o ilustre Constituinte Oswaldo Lima Filho, para que, juntos, possamos fazer os encaminhamentos e a defesa nas Disposições Transitórias, e exclusivamente em favor dessa melhor localização, retiro a emenda.

Seguiremos o Constituinte Oswaldo Lima Filho, por entender que, se a Assembléia Nacional Constituinte perder a oportunidade de extinguir essa malandragem localizada, não o faremos jamais. Ficarei, pois com a proposta do Constituinte Oswaldo Lima Filho, por entender que há um interesse maior, até em termos de estabelecer uma tributação adequada, justa e equânime no País.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup> a atenção. Retirado o destaque.

**Destaque nº 002046-87 – Emenda nº 1P-12712-2, do Sr. Virgílio Guimarães, "que adita o § 5º ao art. 270 do Projeto de Constituição (art. 175, Substitutivo nº 2)":" (383ª votação):**

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Passamos ao requerimento de preferência para o Destaque nº 2046, de autoria do Constituinte Virgílio Guimarães, sobre a Emenda nº 1P-12712.

Em votação. (Pausa)

**Aprovado**

Trata-se de emenda aditiva ao § 2º do art. 175, determinando que se inclua na renda tributável a valorização do patrimônio real. Pretende o autor que se tribute à valorização patrimonial como imposto de renda.

Concedo a palavra ao eminente autor, para encaminhamento.

**O SR. CONSTITUINTE VIRGÍLIO GUIMARÃES** – Trata-se de emenda aditiva sobre o imposto de renda. O texto atual diz o seguinte:

"O imposto de que trata o inciso III" – ou seja, o Imposto de Renda –" será informado pelo critério da generalidade, da universalidade e da progressividade, na forma da lei."

Perfeito. Segundo este princípio, deve pagar mais Imposto de Renda quem recebe mais. Sabemos que no Brasil existem distorções quanto a esses aspectos, porque muitos ganhos de capital, objetivamente, não são taxados ou, quando o são, não entram no cálculo da progressividade do imposto. É o caso dos ganhos com especulação financeira, com o mercado de ações etc. Alguns deles são até estimulados por isenções.

O que aqui se pretende é estender às pessoas físicas o que já existe para as pessoas jurídicas, ou seja, considerar como ganho a valorização patrimonial. E o que sig-

nifica isso? Significa que o patrimônio de quem obtenha ganhos de capital de várias maneiras, e consegue inclusive burlar o Imposto de Renda, de uma maneira ou de outra, aparece aumentado. Esse crescimento do patrimônio, medido em termos reais, inflacionários, e não em termos majoritários, deveria ser taxado. Um patrimônio valorizado por uma obra pública ou pela expansão urbana causa ônus a toda a sociedade. A expansão imobiliária decorrente do crescimento urbano ocorre porque a sociedade inteira investiu, teve que pagar a infra-estrutura. A sociedade inteira paga a valorização dos terrenos, o encarecimento do custo de moradia etc.

De todos os ângulos que se observa, para captar a economia invisível, com esses ganhos de capital que nunca vêm à tona, a fim de serem taxados pelo Imposto de Renda, acaba-se caindo no aumento do patrimônio. Tributar a valorização patrimonial seria uma forma, portanto, de captar indiretamente essas formas que existem de escapar, em termos da renda real, como também para gravar ganhos reais. Socialmente é justo, especialmente quando seguidamente a Comissão de Sistematização derrota proposta no sentido de se aumentarem impostos diretos e de gravar mais e tornar mais progressivo o sistema tributário brasileiro.

Eu diria que esse é um elemento mínimo para resgatar, nesta Comissão, o sentido social do sistema tributário que se pretende implantar, com a reforma tributária, na nova Constituição.

Por isso, peço aos membros da Comissão de Sistematização que aprovem esta emenda, simples, porém justa, no que se refere à nossa legislação do Imposto de Renda.

Durante o pronunciamento do Sr. Virgílio Guimarães o Sr. **Aluizio Campos**, Primeiro-Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. **Fernando Henrique Cardoso**, Quarto-Vice-Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Com a palavra o Constituinte Francisco Dornelles, para encaminhar contra.

**O SR. CONSTITUINTE FRANCISCO DORNELLES** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o ilustre Constituinte Virgílio Guimarães deseja tributar com o Imposto de Renda a valorização patrimonial auferida pelas pessoas físicas.

A renda é produto do capital e do trabalho. A valorização real pode ser tributada no momento em que se vende um bem. Com a valorização, ele está sujeito ao imposto sobre o ganho de capital. Se o bem é imóvel, há o Imposto Predial Rural, o Imposto Predial Urbano e o Imposto Territorial a tributá-lo. Imaginemos a situação de alguém que possui uma casa, que, evidentemente, valoriza. Neste caso, vai-se tributá-lo com Imposto de Renda? Que renda? Não há renda. É possível que a pessoa tenha renda para pagar o imposto.

Entendo que o Constituinte Virgílio Guimarães tomou como base à situação da pessoa jurídica. Mas a pessoa jurídica está sujeita a correção patrimonial. Se corrigem passivo e ativo e se a correção do ativo é maior, ela toma conta do resultado. Se a correção do passivo é maior, ela vai tomar conta da despesa. Mas a pessoa física não tem condições de, no final de cada ano, saber qual foi a valorização do seu imóvel para pagar o imposto, quando não teve sequer renda para cobrir essa valorização. Se alugou o imóvel, paga impostos sobre o aluguel; se vendeu, paga imposto sobre ganho de capital. Mas, antes de realizar o lucro ou de obter rendimento, não vejo como se poderia cobrar dessa pessoa Imposto de Renda sobre valorização patrimonial.

Em que pese ao maior respeito e à grande amizade que tenho pelo meu ilustre conterrâneo Virgílio Guimarães,

tenho que encaminhar contrariamente à emenda do ilustre e querido Constituinte.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Concedo a palavra ao Relator, para que opine.

**O SR. RELATOR (Fernando Bezerra Coelho):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o Constituinte Francisco Dornelles já foi suficientemente claro e trouxe informações elucidativas aos membros da Comissão de Sistematização.

Tenho a impressão de que o Constituinte Virgílio Guimarães, ao querer introduzir na renda tributável a valorização patrimonial real, tinha em vista a pessoa jurídica. Ora, hoje, na sistemática do Imposto de Renda, já está prevista, pelas normas vigentes, a correção monetária, tanto do ativo quanto do passivo. Portanto, em relação à pessoa jurídica, isso já ocorre. Em relação à pessoa física, em um país como o nosso, onde a inflação é de 300, 400%, é impossível introduzir medida desse tipo, porque não existirá renda disponível para a pessoa física pagar o imposto sobre a valorização real.

Neste sentido, a Relatoria é contra a emenda do Constituinte Virgílio Guimarães.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Com o parecer contrário do Relator, passamos à votação.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Carlos Mosconi, Cristina Tavares, Egídio Ferreira Lima, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, João Herrmann Neto, Mário Lima, Nelton Friedrich, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Sigmaringa Seixas, Antônio Mariz, João Agripino, Jorge Hage, Vilson Souza, José Maurício, Lysâneas Maciel, César Maia, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Aldo Arantes, Jamil Haddad, Fernando Santana. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Alfredo Campos, Almir Gabriel, Aluizio Campos, Antônio Britto, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Carlos Sant'Anna, Celso Dourado, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Gasparian, Fernando Henrique Cardoso, Ibsen Pinheiro, João Calmon, José Geraldo, José Richa, José Serra, José Ulisses de Oliveira, Manoel Moreira, Nelson Jobim, Nilson Gibson, Pimenta da Veiga, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Rodrigues Palma, Virgildásio de Senna, Wilson Martins, Chagas Rodrigues Dasso Coimbra, José Tavares, Roberto Brand, Alcení Guerra, Anibal Barcellos, Arnaldo Prieto, Christóvam Chiaradia, Edme Tavares, Eraldo Tinoco, Francisco Dornelles, Geovani Borges, Gilson Machado, Inocêncio Oliveira, José Jorge, José Lins, José Lourenço, José Santana de Vasconcellos, Mário Assad, Ricardo Fiúza, Jalles Fontoura, João Menezes, Jofran Frejat, Jonas Pinheiro, José Tinoco, Mozarildo Cavalcanti, Simão Sessim, Valmir Campelo, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Gerson Peres, Jarbas Passarinho, Adylson Motta, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Adolfo Oliveira, José Maria Eymael. **ABSTENÇÃO** do Senhor Constituinte Severo Gomes.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 26 Constituintes; votaram NÃO 64 Constituintes; absteve-se de votar 1 Constituinte. Total: 91 votos. O Destaque foi rejeitado.

**O SR. CONSTITUINTE (Egídio Ferreira Lima):** – Sr. Presidente, apenas para efeito de registro, desejo dizer que fui traído no momento em que manejava os botões do painel eletrônico. Meu voto é NÃO.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Pois não. Está registrado. Há traições piores.

Em votação o Requerimento de preferência nº 2455, de autoria do Constituinte Dalton Canabrava, que recai sobre a Emenda nº 23922. Os Srs. Constituintes que o aprovam permaneçam como estão. **(Pausa):** Aprovado a preferência.

**O SR. CONSTITUINTE DALTON CANABRAVA:** – Sr. Presidente, retiro o pedido de preferência para o destaque.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Mas só foi votada a preferência. Retira V. Ex.<sup>a</sup> o destaque?

**O SR. CONSTITUINTE DALTON CANABRAVA:** – Não. Retiro o pedido de preferência para o destaque.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Pois não.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, o que o nobre Constituinte Dalton Canabrava quer é que essa emenda de sua autoria acompanhe a próxima votação do Destaque nº 2467, para combinarem as duas, senão S. Ex.<sup>a</sup> pode perder a oportunidade de votar. S. Ex.<sup>a</sup> quer votar o próximo.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Entendo o que S. Ex.<sup>a</sup> quer. Encaminha V. Ex.<sup>a</sup> o seu destaque ao Plenário, Constituinte Dalton Canabrava?

**O SR. CONSTITUINTE DALTON CANABRAVA:** – Sim, encaminho-o ao Plenário.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Perfeito. Totalmente de acordo com o Regimento.

**Destaque nº 8062-87, do Sr. Francisco Dornelles, "que adita inciso ao art. 209, do Substitutivo nº 1, (art. 177, do Substitutivo nº 2)"**

Há sobre a mesa pedido de preferência para o Destaque nº 8062, de autoria do Constituinte Francisco Dornelles.

Está V. Ex.<sup>a</sup> de acordo, nobre Constituinte? É um pedido de preferência de V. Ex.<sup>a</sup>. Trata-se de emenda aditiva ao inciso 1, para que seja aditado ao art. 177 o inciso I do art. 209 do 1º Substitutivo. Como a linguagem é quase hieroglífica, pergunto ao ilustre Constituinte se está de acordo, pois vou submeter a preferência à votação.

Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. **(Pausa)** Estando todos de acordo, é concedida a preferência.

Concedo a palavra ao Constituinte Francisco Dornelles, para encaminhar a votação da emenda.

**O SR. CONSTITUINTE FRANCISCO DORNELLES:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, desejo, neste momento, mais do que fazer uma defesa, prestar um depoimento, para que cada um de V. Exas. pense sobre o assunto e decida de acordo com sua consciência.

Trata-se do Imposto Territorial Rural, que no 1º Substitutivo do Constituinte Bernardo Cabral era da competência dos Estados, mas que no 2º Substitutivo, acolhendo emenda apresentada, foi transferido para a competência da União.

No aspecto doutrinário, sendo o Imposto Territorial Rural um instrumento da política de reforma agrária e sendo esta política de competência da União, justifica-se plenamente que tal imposto fique na área de competência da União. Entretanto, queria chamar a atenção dos Srs. Constituintes para o fato de que, em 1967, o Imposto Territorial Rural passou para a competência da União, e sua arrecadação representa hoje 0,05% da receita tribu-

tária – ou seja, o Imposto Territorial Rural não é cobrado.

Pergunto: por que não é cobrado? Por que a Receita Federal não quer cobrar o Imposto Territorial Rural? Será que alguém imagina que durante o período em que chefiámos aquela Secretaria não houve a intenção de cobrar o Imposto Territorial Rural? O que quero dizer, neste depoimento, é que a União não tem condições de cobrar o Imposto Territorial Rural, num país da 'dimensão do Brasil. Toda a preocupação do Secretário da Receita, com um quadro de um número reduzido de fiscais, tem que se voltar para as grandes empresas, para as multinacionais e para as estatais. E o que ocorre? O Imposto Territorial Rural não é cobrado.

Por esse motivo, apenas quero dar um depoimento. Se se planeja cobrar o Imposto Territorial Rural, ele deve voltar para a competência dos Estados. Pode ocorrer que muitos Estados não cobrem ou que outros venham a cobrar, mas a União Federal não tem a menor condição de cobrar Imposto Territorial Rural no Brasil. Por esse motivo apresentei emenda transferindo para a competência dos Estados o Imposto Territorial Rural.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Só há uma inscrição aqui. O Constituinte Plínio Arruda Sampaio é a favor ou contra? **(Pausa)** Está com a palavra o Constituinte Plínio Arruda Sampaio, para falar contra.

**O SR. CONSTITUINTE PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, é um verdadeiro atrevimento contestar uma afirmação técnica do Constituinte Francisco Dornelles, indiscutivelmente um especialista em matéria tributária, que manipulou, trabalhou e operou o sistema fiscal deste País. No entanto, ousou contraditá-lo, e com um argumento seu.

S. Ex.<sup>a</sup> perguntou: será que o Governo não quis cobrar esse imposto? – E eu respondo: não quis. Não quis porque não desejou fazer uma reforma agrária. Não quis porque estava comprometido em manter o **status-quo** no campo.

Os governos do regime autoritário deste País nunca tiveram interesse em cobrar esse imposto, tendo deixado uma dívida altíssima – denunciada nesta Casa pelo Dr. José Gomes da Silva, quando Presidente do INCRA – dívida da ordem de um trilhão de cruzeiros. Não vejo, com o adiantamento e desenvolvimento da eletrônica, da automação, da computação, nenhuma dificuldade nisto. Vejo, sim, uma vantagem importante em que esse imposto seja de competência da União. Se, um dia, um governo decidir fazer reforma agrária, contará com o instrumento tributário para complementar as medidas de redistribuição da terra.

Além disso, cabendo esse imposto à União, esta pode centralizar a informação sobre matéria fundiária. Trata-se de informação vital para os assentamentos e para as ações de reforma agrária, pois todo o processo de desapropriação é informado com dados cadastrais que, inclusive, vem do Imposto. De modo que me animo, só por isto, a pedir aos Srs. Constituintes que rejeitem a emenda e mantenham o texto do Relator Bernardo Cabral como está.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Pergunto ao ilustre Constituinte Francisco Dornelles se deseja falar novamente. **(Pausa)**

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Permita-me, Sr. Presidente.

Constituinte Francisco Dornelles, quero fazer um apelo a V. Ex.<sup>a</sup> gostaria que retirasse a emenda, de acordo com o que havíamos conversado, há tempos, sobre este imposto. Acho que meu apelo tem cabimento neste instante.

**O SR. CONSTITUINTE FRANCISCO DORNELLES:** – Ilustre Constituinte Bernardo Cabral, não posso, de forma alguma, negar qualquer pedido a V. Ex.<sup>a</sup>. Retiro a emenda. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Muito bem, Constituinte Francisco Dornelles. Muito obrigado.

**Destaque nº 006561-87 do Sr. Adolfo Oliveira e Afif Domingos, "que suprime o art. 177, § 1º do Substitutivo nº 2." (384ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Passamos à votação do requerimento de preferência para o Destaque nº 6561, de autoria do Constituinte Afif Domingos. Trata-se de emenda supressiva do § 1º do art. 177, que autoriza os Estados a instituírem um adicional de Imposto de Renda.

Em votação. Os Srs. Constituintes que estiverem de acordo permaneçam como estão. **(Pausa):** Aceita a preferência.

Concedo a palavra ao nobre Constituinte Adolfo Oliveira.

**O SR. CONSTITUINTE ADOLFO OLIVEIRA:** – Sr. Presidente, o dispositivo que pretendemos eliminar do texto diz o seguinte:

"Os Estados e o Distrito Federal poderão instituir uma adicional ao imposto de que trata o art. 175, inciso III, incidente sobre lucros, ganhos e rendimento de capital, até o limite de cinco por cento do imposto pago à União por pessoas físicas ou jurídicas residentes ou domiciliadas nos respectivos territórios"

Sr. Presidente, é isso aí. Além do Imposto de Renda que alguns contribuintes pagam neste País, os Estados e o Distrito Federal ainda irão montar na garupa do Imposto de Renda federal para arrancar mais alguns cruzados do infeliz do contribuinte, taxando-lhe 5% além do Imposto de Renda.

Ora, Sr. Presidente, um amigo meu, cidadão modesto, trabalhador, era da classe média mais alta, mas, depois do Plano Cruzado, está na classe média baixa. Mesmo na classe média baixa, porém, está sempre envolvido em pagamentos de Imposto de Renda, em descontos de pagamentos. E depois do desconto ainda vem o pagamento em parcelas. Pois bem, numa viagem ao interior do Estado de São Paulo, a convite de um velho amigo, hoje milionário, que dirigia o seu Mercedes Bens último tipo, ia contando suas privações, seus problemas, seu sofrimento, as surpresas que teve com o Imposto de Renda, e preocupava-se com a ameaça de que a Constituinte, agora, iria instituir mais Imposto de Renda, a ser cobrado pelos Estados. E continuou nessa cantilena, sentado ao lado do amigo elegantemente trajado, no Mercedes esporte, durante 10, 15, 20 minutos. Até que o amigo não agüentou mais, parou o carro e disse: "Pára com essa conversa. Essa conversa não me interessa. Não entendo disso. Não pago, nunca paguei Imposto de Renda!"

Eis o trágico retrato do Brasil fiscalista, em que pouquíssimas pessoas se lembram do contribuinte.

Sr. Presidente, é para expressar a marca de nossa identidade com o sofrimento e o interesse do contribuinte que aqui estamos, pedindo a aprovação da emenda de autoria do Constituinte Afif Domingos, igual a uma de nossa lavra e a outra do nobre Constituinte João Agripino. Somos todos co-autores e repartiremos, com muita honra, a iniciativa com a maioria ou com a totalidade da Comissão de Sistematização.

Vamos procurar diminuir os padecimentos daqueles que pagam o Imposto de Renda, já que os grandes especuladores, os milionários sempre encontram meios e modos de nunca pagarem Imposto de Renda, nem imposto algum.

Era o que tinha a dizer.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Tem a palavra o Constituinte José Serra, para encaminhar contra.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ SERRA:**

– Sr. Presidente, Srs. "contribuintes", venho encaminhar a favor da manutenção do texto do relator, portanto, contra a emenda apresentada pelo Constituinte Adolfo Oliveira.

No texto do relator, contempla-se a possibilidade – é importante sublinhar a palavra "possibilidade" – de os Estados cobrarem um adicional da ordem de 5%, incidente sobre lucro, ganhos e rendimentos do capital de pessoas físicas e jurídicas, do Imposto de Renda pago à União.

Em primeiro lugar, é importante entender que esse adicional ao Imposto de Renda não é obrigatório; dependerá de cada Estado, de cada governador e de cada Assembléia Legislativa. É, pois facultativo.

Em segundo lugar, é importante entender que ele não incide sobre os salários; incide sobre juros, lucros e rendimentos de capital.

Em terceiro lugar, é importante dizer que se trata de 5% do imposto que se deve, ou seja, se alguém tem de pagar Cz\$ 30,00 de imposto, vai pagar Cz\$ 31,50. É importante ter isso presente, para se examinar a magnitude de incidência do imposto.

Em quarto lugar, é importante também levar em conta que estamos aqui trabalhando com imposto progressivo, um imposto que tende a atingir as camadas de maior rendimento do País.

Muitos argumentam que esse adicional pode representar um aumento significativo da carga tributária, porque tudo termina sendo repassado para os preços. Isto não é, no caso desse adicional, rigorosamente verdadeiro. Sempre há alguma transferência, mas sempre há também redistribuição de renda em qualquer tipo de imposto que se cobre.

Portanto, de maneira alguma pode-se dizer que é o conjunto da sociedade que vai pagar. Não, pagarão mais aqueles que têm mais. Trata-se, repito, de um adicional de caráter claramente progressivo.

Por outro lado, é importante ter em conta que esse adicional não redistribui renda tributária de um Estado para outro. Ele representa um adicional sobre os contribuintes de determinado Estado. Muitos levantam o problema da localização da pessoa jurídica. Em primeiro lugar, é importante esclarecer também que o grosso desses rendimentos estão de fato localizados fisicamente, pela estimativa que fizemos. E, em segundo lugar, será a lei complementar que irá regular a forma de cobrança desse adicional.

Por todas essas razões e também pelo aspecto de maior equidade no processo de descentralização que estamos imprimindo nesta Constituição e no capítulo referente ao Sistema Tributário, é que encaminho contra a proposta de retirada desse adicional do Imposto de Renda. Parece-me uma medida positiva, não apenas do ponto de vista fiscal e da descentralização, mas também, do ponto de vista da justiça tributária.

O capítulo referente ao sistema tributário, no projeto de Constituição do Relator Bernardo Cabral, contém avanços significativos na área da progressividade do sistema

tributário – apesar de algumas afirmações aqui feitas contrariamente – devido aos vários dispositivos e inovações que introduzimos no novo sistema. E esse adicional, sem dúvida, é um dos mais importantes, razão pela qual recomendo, enfaticamente, a rejeição da emenda supressiva do Constituinte Adolfo Oliveira. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Com a palavra o nobre Constituinte João Agripino, que encaminhará a favor. E esclareço que se trata da emenda do Constituinte Afif Domingos. O Constituinte Adolfo Oliveira apenas pediu destaque.

**O SR. CONSTITUINTE JOÃO AGRIPINO:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, requeri também destaque de preferência para uma emenda no mesmo sentido, supressiva do § 1º do art. 171. Ouvi atentamente a exposição do ilustre Relator da Comissão do Sistema Tributário Orçamento e Finanças, Constituinte José Serra, mas não me convenço da necessidade de manutenção desse adicional do Imposto de Renda no texto constitucional. E me estribo em razões de ordem doutrinária. A primeira delas é que o Imposto de Renda é de natureza federal, e iríamos dar ao Estado a faculdade também de instituir imposto sobre o mesmo fato gerador, algo inadmissível na doutrina do sistema tributário em qualquer lugar do mundo.

Em segundo lugar, trata-se de um adicional, alguma coisa que, como o próprio nome diz, se acrescenta. O adicional tem sempre um caráter de transitoriedade, ou seja, ele nunca é definitivo, porque é alguma coisa que se acrescenta a algo que já existe. Isto pode ser feito por intermédio da legislação ordinária ou complementar, como ocorre atualmente. Não há adicional de Imposto de Renda no texto constitucional vigente e nunca houve. Estaremos inovando na matéria, ao incluir no texto constitucional um adicional de imposto. Não me coloco contra a taxaço nem contra o imposto sobre os ganhos de capital. Muito pelo contrário. Tenho dito e repetido sistematicamente que sou favorável a uma maior taxaço sobre os rendimentos daqueles que ganham mais. Mas creio que esse adicional teria de ser criado através de lei complementar ou ordinária, e não inserido no texto constitucional. Amanhã por exemplo, poderá desaparecer a razão da existência desse adicional e ele permanecerá inserido no texto constitucional. O caráter de transitoriedade desse adicional não permite que figure no texto constitucional. Trata-se de um modelo de sistema tributário, a meu ver, concentrador de renda e que não corrige os desequilíbrios regionais. Esse adicional vai agravar ainda mais essa situação, porque, nos moldes em que está concebido no substitutivo, recairá sobre o Estado mais pobre. Explico. O Estado que recolhe o Imposto de Renda é aquele onde está a pessoa física ou a sede da empresa. No caso das empresas, no momento em que for instituído, em adicional de 5% do Imposto de Renda será cobrado sobre a filial que obtiver lucros em qualquer Estado, mas será recolhido onde a empresa tiver a sua sede, porque é lá que terá sido recolhido o Imposto de Renda. Além disso, efetuando-se o recolhimento na sede, também incidem esses 5% sobre o custo do produto. Quer dizer, um Estado poderá instituir o adicional e outro, não. O Estado rico o instituirá, com certeza, com base na disposição constitucional. E quem vai pagar o custo final do produto será o Estado pobre. De forma que continuamos dentro do mesmo modelo, que não corrige o desequilíbrio regional, ou seja, o fato de o mais pobre continuar mais pobre e o mais rico continuar ficando ainda mais rico. **(Palmas)** Feitas as contas, verificar-se-á que o adicional de 6% da arrecadação ficará para a região Sudeste.

Também não admito que se diga que sou a favor de estimular a briga ou o desentendimento entre as regiões. Não! Votei a favor da Emenda do Constituinte Haroldo Sabóia, que foi igualitária, porque entendo que a representação deve ser proporcional em toda a sua extensão.

Insisto em dizer que, se for mantido o adicional no texto da Constituição, estaremos, nós, do Nordeste, pagando tudo mais caro, mais uma vez.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Com a palavra o nobre Constituinte Fernando Gasparian.

**O SR. CONSTITUINTE FERNANDO GASPARIAN:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, venho à tribuna falar contra a Emenda do Constituinte Afif Domingos, pois os oradores que me antecederam apresentaram argumentos que quero aqui refutar.

O Constituinte Adolfo Oliveira afirmou – e concordo inteiramente com S. Ex.<sup>a</sup> – que este imposto virá aumentar a carga tributária sobre as pessoas físicas e jurídicas do País. Defendo esse imposto adicional de renda, porque, no meu entendimento, a reforma tributária que se está embutindo nesta Constituição é que irá ingressar o País, ainda por muito tempo, num sistema tributário profundamente injusto, do ponto de vista social, pois se baseia, por demais, em impostos indiretos e não em impostos diretos.

Qualquer país civilizado procura atingir o perfeito através de impostos diretos sobre quem recebe herança, sobre quem auferir renda maior, sobre quem, realmente, tem um rendimento maior, e não por meio de impostos indiretos, que recaíam sobre os contribuintes de forma igual e injusta, independentemente da renda de cada cidadão. A Constituição do Brasil, aliás, está consagrando por demais os impostos indiretos.

Neste caso, defendo esta emenda, porque acho que os Estados mais desenvolvidos do País deverão adotar este tipo de imposto e diminuir o outro, o injusto, que é o ICM sobre o arroz, o feijão, ou seja, sobre os itens de primeira necessidade, o qual poderá ser reduzido, – aí, quem sabe, poderá até mesmo haver anistia para eles, cobrando-se maiores tributos dos ricos.

Estranho, aqui, ouvir alguns Constituintes dizerem que estão querendo defender o Nordeste, ao ficarem contra esta tributação nos Estados mais ricos. Na verdade, eles estão defendendo os muito ricos dos Estados ricos do País.

Por isso, então, esses argumentos não funcionam mesmo porque Imposto de Renda não entra no custo de coisa alguma. O que entra no custo das mercadorias são os insumos, os impostos indiretos. Só têm que pagar Imposto de Renda aqueles que tiveram lucro, e este, não está colocado, necessariamente, no preço das mercadorias.

Queria argumentar novamente, Sr. Presidente, no sentido de que não é verdade que esse imposto não existe em lugar algum do mundo. Ao contrário, nos Estados Unidos alguns Estados, nem sempre os mais adiantados economicamente, mas aqueles onde se encontram as maiores fortunas do país, como Massachussets, Delaware, Nova Iorque, existe o imposto de renda federal e o estadual. Parece-me, até, que em alguns municípios dos Estados Unidos também se cobra o Imposto de Renda.

Por isso, Sr. Presidente, acho que é um avanço aprovarmos esta emenda, que cria um tributo que, inclusive, não precisa ser adotado em muitos Estados. Os Estados o adotarão na medida em que julgarem que seu estágio de economia e de aperfeiçoamento do aparelho de arrecadação permitam colocá-lo em funcionamento.

Por esses motivos, por julgar que será socialmente muito mais justa essa tributação – e será justa para alguns Estados, que poderão captar o referido tributo daquelas pessoas mais ricas – venho defender a redação do relator e fica contra a emenda do Constituinte Guilherme Afif Domingos.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Ofereço a palavra ao relator.

**O SR. RELATOR (Fernando Bezerra Coelho):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, chamo a atenção dos ilustres membros da Comissão de Sistematização para esta importantíssima votação.

Tributo tem sido, segundo a História, motivo até de guerra. Estamos aqui definindo o novo sistema tributário nacional. Na subcomissão e na comissão temática tivemos a oportunidade de ouvir todos os segmentos da sociedade. O mais que se pedia era que houvesse maior justiça fiscal, maior progressividade. Esse adicional de Importo de Renda é sobre ganhos de capital; é um imposto essencialmente progressivo, já que taxa os ganhos de capital. **(Muito bem! Palmas)**

Fala-se de que é um dispositivo único, mas os Estados Unidos e o Canadá também têm dispositivos semelhantes, cobrando impostos de rendas estaduais. Eu gostaria de chamar a atenção dos meus companheiros de Bancada do Nordeste, do Norte e do Centro-Oeste para o fato de que não podemos estar aqui a votar dispositivos isolados. Com esse sistema tributário procurou-se, através do relatório do Deputado Bernardo Cabral, atender a uma manifestação básica da sociedade brasileira, que é a descentralização administrativa e o fortalecimento dos Estados e dos municípios. Tivemos que percorrer dois caminhos para atender a esse anseio da sociedade brasileira, num país tão desigual, que tem um São Paulo e um Piauí. Para atender às regiões mais fracas, para atender às regiões menos desenvolvidas, o caminho percorrido foi o do fortalecimento dos fundos de transferências constitucionais. Daí por que se elevam substancialmente os fundos de participação estadual e os fundos de participação dos municípios. Mas, por outro lado, é inconcebível que os Estados mais desenvolvidos da Federação brasileira tenham de ficar rodando de pires na mão em Brasília, sem poder tirar proveito do seu potencial econômico. Neste sentido foi que se ampliou o campo de incidência tributária do imposto estadual, que se facultou aos Estados criar um adicional do Imposto de Renda.

É preciso dizer que mais de 50% do Imposto de Renda arrecadado neste País vem de um único Estado da Federação. Nada mais justo, portanto, que mantenhamos a coerência, no sentido do que este sistema tributário proposto pelo Constituinte. Bernardo Cabral possa atender às demandas mais variadas. Respeitamos a posição daqueles que, com justiça, se colocam a favor do contribuinte. Mas é preciso trazer aqui um exemplo da História: o ITR já pertenceu à União, depois foi transferido para os Estados. Em São Paulo, a alíquota do referido tributo foi reduzida para níveis menores do que os que vigoravam quando o imposto era da competência da União. É preciso acreditar na classe política; é preciso acreditar nos representantes eleitos pela sociedade. Cada Assembléia Legislativa só irá criar o adicional, se os seus representantes, legitimamente eleitos, assim o desejarem. Por isso é que eu apelo – esta é uma votação que considero importantíssima – para que se mantenha aqui a unidade de todas as regiões e se atenda a todas as demandas.

Falando como relator-auxiliar, a posição, perante a relatoria, está aberta, mas meu voto pessoal é contra a emenda do nobre companheiro Constituinte Adolfo Oliveira. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Pois não, Constituinte João Agripino.

**O SR. CONSTITUINTE JOAQUIM BEVILACQUA:** – Sr. Presidente, gostaria de solicitar vênias a V. Ex.<sup>a</sup> para pedir ao nobre relator-auxiliar, que presidiu a Comissão Tributária de Orçamento e Finanças, que esclareça ao Plenário se esta atribuição aos Estados, em matéria de adicional de Imposto de Renda, é obrigatória ou faculta-

tiva, ou seja, se os Estados ficam obrigados ou se há esta faculdade para os Estados.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Sr. Relator, por favor, responda.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Pois não, Constituinte João Agripino.

**O SR. RELATOR (Fernando Bezerra Coelho):** – A redação é clara. Leio, na íntegra, o § 1º, do art. 177.

"Os Estados e o Distrito Federal poderão instituir um adicional ao imposto de que trata o art. 175, inciso III, incidente sobre lucros, ganhos e rendimentos de capital, até o limite de 5% (cinco por cento), do imposto pago à União por pessoas físicas ou jurídicas residentes ou domiciliadas nos respectivos territórios."

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Está feito o esclarecimento.

O Sr. Constituinte João Agripino tem a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE JOÃO AGRIPINO:** – Eu pediria dois esclarecimentos à relatoria. O primeiro, é se, diante do que dispõe o art. 170, inciso I – "exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça" – seria possível instituir adicionais de Imposto de Renda em qualquer nível.

**O SR. RELATOR (Fernando Bezerra Coelho):** – Não entendi a pergunta.

**O SR. CONSTITUINTE JOÃO AGRIPINO:** – Gostaria de saber de V. Ex.<sup>a</sup> se o adicional de imposto poderia ser criado, por lei que o estabeleça, na forma do art. 170, sobre qualquer tipo de imposto.

**O SR. RELATOR (Fernando Bezerra Coelho):** – Sr. Constituinte João Agripino, parece-me muito claro o que está estabelecido no dispositivo do § 1º, do art. 177: os Estados através de suas Assembleias Legislativas, se o desejarem, poderão instituir adicional sobre o Imposto de Renda até o limite de 5% (cinco por cento).

**O SR. CONSTITUINTE JOÃO AGRIPINO:** – Sim, mas não é esta a minha pergunta. Gostaria de saber se pode ser instituído adicional sobre qualquer imposto, de acordo com o art. 170.

**O SR. RELATOR (Fernando Bezerra Coelho):** – Se V. Ex.<sup>a</sup> entende o adicional do Imposto de Renda como aumento de alíquotas, o texto é claro: só poderá haver instituição de novo imposto, ou aumento de imposto, com lei, através de autorização legislativa.

**O SR. CONSTITUINTE JOÃO AGRIPINO:** – Então V. Ex.<sup>a</sup> admite que o adicional pode ser instituído por lei?

**O SR. RELATOR (Fernando Bezerra Coelho):** – Sim.

**O SR. CONSTITUINTE JOÃO AGRIPINO:** – E nós estamos pretendendo colocar adicional no texto constitucional?

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Vou pedir licença a V. Ex.<sup>a</sup>, mas não permitirei diálogo entre o relator e os Constituintes.

**O SR. CONSTITUINTE JOÃO AGRIPINO:** – Mas o segundo esclarecimento é da maior importância.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Permita-me responder a V. Ex.<sup>a</sup>.

Há uma regra geral estabelecida e há outra regra especial. A especial, criada pelo adicional, diz respeito a ganhos e rendimentos de capital. Veja V. Ex.<sup>a</sup> que não seria aquele adicional apenas que se trata por uma legislação comum. Quer-se embutir no texto constitucional uma modalidade tal e qual que os Estados possam utilizar.

**O SR. CONSTITUINTE JOÃO AGRIPINO:** – Se a lei estabelecer, pode.

O segundo esclarecimento é da maior importância, Sr. Presidente, porque ouvi, dentro deste plenário, vários comentários que havia um acordo no sentido de ser aprovado esse adicional de 5%, tendo em vista que os Constituintes do Nordeste concordaram com um percentual de 3% dentro do texto constitucional. Quero saber da Relatoria se houve esse acordo.

**O SR. RELATOR (Fernando Bezerra Coelho):** – Sr. Constituinte João Agripino, V. Ex.<sup>a</sup> participou intensamente dos debates na Subcomissão e na Comissão Temática. Houve vários impasses na formação do texto que ora estamos analisando perante a Comissão de Sistematização. É evidente que se chegou a uma posição consensual. Não temos autoridade para falar por nenhum dos Constituintes, mas aqueles que participaram de perto da questão, através de audiência com seus Governadores, com Secretários da Fazenda e pelas próprias manifestações das bancadas do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, reunidas em diversas ocasiões, entendem que há vários dispositivos desse texto que atendem às demandas dessas regiões e outros que interessam mais de perto aos Estados mais desenvolvidos da Federação brasileira. Entendo, na minha modesta opinião, que esse texto representa o consenso possível de se alcançar numa matéria tão polêmica.

**O SR. CONSTITUINTE AFIF DOMINGOS:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Se for questão de ordem, respondo. Se não o for, porei a matéria em votação.

Tem a palavra o Constituinte Afif Domingos.

**O SR. CONSTITUINTE AFIF DOMINGOS:** – Sr. Presidente, como fui citado nominalmente...

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Esta regra não vale, Sr. Constituinte.

**O SR. CONSTITUINTE AFIF DOMINGOS:** – É uma questão de esclarecimento à Mesa quanto ao encaminhamento da votação, pois, inclusive, sou o autor da emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – V. Ex.<sup>a</sup> indicou outro Constituinte para falar em seu nome.

**O SR. CONSTITUINTE AFIF DOMINGOS:** – Gostaria de pedir um esclarecimento ao ilustre Relator sobre o seguinte ponto: é muito importante que se esclareça ao Plenário que todos os adicionais ou impostos sobre ganhos financeiros acabam crescendo o custo do próprio dinheiro.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Sr. Constituinte, isso não é questão de ordem nem versa sobre a matéria. Desculpe-me, mas V. Ex.<sup>a</sup> abriu mão de seu direito de defender a matéria.

**O SR. CONSTITUINTE AFIF DOMINGOS:** – Cassa-se o direito do contribuinte.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Mantém-se o Regimento.  
Em votação.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Almir Gabriel, Aluizio Campos, Mário Lima, Nilson Gibson, Raimundo Bezerra, Rodrigues Palma, Antonio Mariz, João Agripino, Arnaldo Prieto, Christóvam Chiaradia, Edme Tavares, Eraldo Tinoco, Geovani Borges, Gilson Machado, Inocêncio Oliveira, José Lourenço, José Santana de Vasconcellos, Ricardo Fiúza, Jalles Fontoura, Jofran Frejat, Jonas Pinheiro, José Tinoco, Mozarildo Cavalcanti, Valmir Campeio, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Gerson Peres, Jarbas Passarinho, Bonifácio de Andrada, Adolfo



Oliveira. Votaram **NÃO** os Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Alfredo Campos, Antônio Britto, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Carlos Mosconi, Carlos Sant'Anna, Celso Dourado, Cid Carvalho, Cristina Tavares, Egidio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Gasparian, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, João Calmon, João Hermann Neto, José Fogaça, José Ignácio Ferreira, José Paulo Bisol, José Richa, José Serra, Manoel Moreira, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nelton Friedrich, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Renato Vianna, Severo Gomes, Sigmaringa Seixas, Virgildásio de Senna, Wilson Martins, Daso Coimbra, Euclides Scalco, Jorge Hage, José Tavares, Vilson Souza, Alcení Guerra, Anibal Barcellos, Francisco Dornelles, José Jorge, José Lins, Simão Sessim, Benito Gama, José Maurício, Lysâneas Maciel, Luiz Salomão, Francisco Rosi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, José Maria Eymael, Aldo Arantes, Fernando Santana, Jamil Haddad.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**  
– A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 30 Constituintes; votaram NÃO 60 Constituintes. Total: 90 votos. O Destaque foi **rejeitado**. Em consequência, está rejeitado o Destaque nº 4664, do Constituinte João Agripino.

**Destaque nº 003703-87, do Sr. José Geraldo, "que suprime o artigo 177, § 5º inciso II do Substitutivo nº 2". (385ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**  
– Passamos ao Requerimento de Preferência de nº 3.703, do Constituinte José Geraldo, que diz respeito à supressão do inciso II do parágrafo 5º do art. 177.

Em votação. **(Pausa)**

Aprovado.

Concedo a palavra ao Constituinte José Geraldo.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GERALDO:** – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs. Constituintes, o destaque que apresentamos, para o qual pedimos a atenção e a aprovação deste Plenário, objetiva suprimir o inciso II do parágrafo 5º do art. 177. O texto do Substitutivo II do Relator Bernardo Cabral diz o seguinte:

Art. 177, § 5º. "Em relação ao imposto de que trata o inciso II, resolução do Senado da República, por iniciativa do Primeiro-Ministro ou de um terço dos Senadores, em ambos os casos aprovada por dois terços de seus membros, estabelecerá:

I – As alíquotas aplicáveis às operações e prestações interestaduais e de exportação;

II – As alíquotas aplicáveis às operações internas realizadas com minerais."

Vejam V. Ex.<sup>a</sup> que o texto do atual substitutivo estabelece que caberá ao Senado Federal, por 2/3 dos seus membros, aprovar as alíquotas do ICM nas operações interestaduais e de exportação para todos os produtos, sem quaisquer exceções.

Estamos não só de acordo como elogiamos esta medida porque visa, fundamentalmente, entre outros objetivos, a evitar uma guerra fiscal entre os Estados e a propiciar uma política homogênea, uniforme para exportação. Já o inciso II, contra o qual nos posicionamos, estabelece que caberá ao Senado Federal, também por 2/3 dos seus membros, determinar as alíquotas do ICM nas operações internas, ou seja, nas operações praticadas dentro do próprio Estado com minerais. Por que apenas em relação aos minerais caberá ao Senado estabelecer as alíquotas das operações internas? Por que os Estados são competentes para estabelecer as alíquotas do ICM nas operações internas para todos os produtos, que constituem uma pauta quase inesgotável, mas não o são para estabelecer as alíquotas internas para minerais?

Esse inciso, além da aberração política que representa, ao ferir autonomia estadual e ao agredir o princípio federativo, constitui discriminação odiosa contra os Estados produtores de minerais e favorecimento imoral às empresas mineradoras, que são, na sua grande maioria, multinacionais. Como sabemos, são poucos os Estados produtores de minerais, basicamente apenas quatro. A dificuldade desses quatro Estados em obterem o apoio de 2/3 dos integrantes do Senado para aprovar as alíquotas levá-los-à a ficar sem essa aprovação por muito tempo, beneficiando exatamente as mineradoras, que, nesse período, não pagarão qualquer imposto sobre as operações de venda de minérios praticados dentro do Estado.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**  
– Com a palavra o Constituinte José Ignácio Ferreira, para encaminhar contra.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, esta questão interessa diretamente a todo País, diz respeito até mesmo à soberania nacional. A indústria extrativa, como indústria primária, não tem escapatória, não pode sair do Estado onde se encontra a jazida e ir para outro. Quer dizer, tem de ficar ali mesmo, fixar-se como indústria primária para extrair os produtos da jazida. Se por qualquer razão sentir-se impedida de continuar, não tem como sair dali, porque está diretamente ligada à jazida. Portanto, fica sujeita a todas as regras que forem impostas pelo Estado onde a jazida se encontra. E não é justo que o Estado, o principal interessado, não tenha qualquer freio à sua voracidade tributária, porque não há possibilidade de a empresa, reagindo ao gravame que lhe é imposto, retirar-se do território onde se encontra.

Por outro lado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, a indústria minerária é singularíssima como indústria primária: tem um longo processo de maturação, é muito grande o tempo entre o início da pesquisa e o início da lavra. E mais, pesquisas são investimentos influenciados fortemente por fatores aleatórios e os investimentos para lavra são normalmente gigantescos, aumentados ainda mais nos tempos de hoje, com esses fatores novos de natureza ecológica, de proteção ao meio ambiente e tudo o mais, que onera a pesquisa, sobretudo a lavra.

Sr. Presidente, além disso há o aspecto de uma política uniforme para o País, que, no projeto, o Relator soube costurar muito bem. Na política nacional há todo um sistema para a questão mineral: art. 19, inciso VII, que inclui entre os bens da União os recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica; art. 21, inciso XII, que coloca na competência da União legislar sobre jazidas, minas, outros recursos minerais e metalurgia; art. 197, que dispõe que as jazidas, minas e demais recursos minerais constituem propriedade distinta da do solo e pertencem à União; art. 198, diz que a pesquisa e a lavra de recursos e jazidas minerais somente poderão ser efetuadas por empresas nacionais, mediante autorização ou concessão da União, com o parágrafo único estabelecendo que essas autorizações só poderão ser transferidas, total ou parcialmente, mediante anuência prévia da União.

A União, portanto – e aqui o Senado tem o seu papel da maior relevância para a manutenção do equilíbrio federativo – precisa continuar cuidando dessas alíquotas e não deixá-las à competência do Estado, porque este irá gravar ao seu talante uma das indústrias da maior importância para o País. Essa uniformização do tratamento da questão minerária não é de hoje, vem dos recuados tempos de 1934, de 1940, com o Código de Minas, de 1946, quando a Constituição Federal instituiu o Imposto único sobre Minerais.

Enfim, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, será grave demais para o interesse do País essa autonomia para os

Estados-membros de fixarem essas alíquotas, quando o Senado, no desempenho da sua missão maior, que é a do equilíbrio federativo, está perfeitamente contemplado nessa função no Projeto Cabral, como parte integrante de todo esse sistema. Refiro-me em especial a Minas Gerais, e que me perdoem os ilustres e dignos Constituintes deste Estado. O interesse do Estado-membro não pode e não deve sobrepassar o interesse nacional.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Estávamos seguindo a regra de um orador a favor e outro contra. O Constituinte Pimenta da Veiga está inscrito. Creio que o Constituinte Pimenta da Veiga tem de fazer uma relação de custos e benefícios: ganhará mais votos falando, ou não.

**O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA:** – Sr. Presidente, só para duas palavras.

Sr. Presidente, talvez até não viesse à tribuna, atendendo à solicitação de V. Ex.<sup>a</sup>, se não tivesse havido uma referência expressa a meu Estado, Minas Gerais, pelo último orador, referência essa que me parece absolutamente injusta. Considero a aprovação da emenda que suprime o inciso II do § 5º do art. 177 um imperativo de justiça, por que não favorece apenas Minas Gerais. Essa é uma distorção. Atende, sim, aos interesses de Minas, nunca também aos do Pará, Paraná, Rondônia e de São Paulo. É importante fixar isso.

Da forma como está posto no texto do relatório, o Senado fixará, em caráter absolutamente excepcional, as alíquotas aplicáveis às operações internas com minerais. Ora, hoje, o segundo Estado em arrecadação do IUM é exatamente São Paulo, porque os materiais de construção, a brita, o cimento, a cal, os produtos cerâmicos e as louças sanitárias, que São Paulo produz muito, tudo isso está submetido ao IUM. Por isso, ele é o segundo Estado na arrecadação desse imposto.

Mas é um imperativo essa retirada, porque não é justo que os Estados mineradores permitam que o seu próprio interesse seja decidido pelo Senado. Por que essa exceção? Por que os Estados mineradores não têm o direito de defender seu próprio interesse? Não é justa a disposição do texto. Também não ocorre a hipótese aqui ventilada de o Estado sacrificar as empresas mineradoras. O Estado, absolutamente, não fará isso, porque estaria agindo contra seus interesses.

É evidente que ele disporá o tributo no limite do pagamento, da conveniência do Estado e da empresa. Que interesse teria um Governador em sacrificar uma empresa do seu Estado que recolhe tributos? Nenhum.

Portanto, é importante a supressão desse inciso, até pelo princípio da descentralização tributária.

Venho à tribuna para dizer fundamentalmente isto: defendo a descentralização tributária, em favor dos Municípios e dos Estados, sobretudo dos Estados mineradores, que têm o direito de defender suas reservas minerais.

Por isso, conclamo V. Exas. a aprovarem esta emenda supressiva, até para que não ocorra uma outra injustiça, está, sim, perigosa, qual seja a de que o Senado Federal retarde a aprovação dessas alíquotas, beneficiando indevidamente as empresas mineradoras em detrimento dos Estados e da descentralização tributária.

É imperativa a aprovação desta emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Tendo eu consentido que o Constituinte Pimenta da Veiga fosse o segundo orador, pergunto se há algum outro Constituinte que deseje pronunciar-se sobre o assunto. **(Pausa)** Não havendo, concedo a palavra ao Relator Bernardo Cabral.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, apenas duas considerações. Primeiro, em homenagem aos companheiros de Minas Gerais, devo dizer que a questão

fica em aberto para votação. Segundo, devo contar a história deste dispositivo.

Uma tarde, reunidos em nosso gabinete, eu, os Senadores Fernando Henrique Cardoso, José Ignácio Ferreira, Wilson Martins e o Deputado Adolfo Oliveira, recebemos a visita do então Presidente da Vale do Rio Doce, Dr. Raimundo Mascarenhas – hoje falecido, que nos foi explicar as razões da necessidade deste inciso, dizer do seu alto índice nacionalista e que sua não inclusão no texto prejudicaria a Vale do Rio Doce. Por este motivo, ele foi incluído no Substitutivo.

Deixo à consciência de V. Ex.<sup>as</sup> o acolhimento ou não da emenda. É um problema de foro íntimo. Tinha de explicar as razões deste dispositivo. Era o que tinha a dizer.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Em votação.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Alfredo Campos, Antônio Britto, Carlos Mosconi, Celso Dourado, Cid Carvalho, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Gasparian, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Ibsen Pinheiro, João Calmon, João Herrmann Neto, José Geraldo, José Paulo Bisol, José Serra, José Ulisses de Oliveira, Manoel Moreira, Mário Lima, Nelson Carneiro, Nilson Gibson, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Rodrigues Palma, Sigmaringa Seixas, Virgildásio de Senna, Euclides Scalco, Jorge Hage, Octávio Elísio, Vilson Souza, Afonso Arinos, Alcení Guerra, Arnaldo Prieto, Christóvam Chiaradia, Eraldo Tinoco, José Santana de Vasconcellos, Ricardo Fiúza, Jonas Pinheiro, Simão Sessim, Benito Gama, Bonifácio de Andrada, José Maurício, Lysâneas Maciel, Luiz Salomão, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Luiz Inácio Lula da Silva, Adolfo Oliveira, José Maria Eymael, Aldo Arantes, Fernando Santana e Jamil Haddad. Votaram **NÃO** os Senhores Constituintes: Ademir Andrade, Almir Gabriel, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Carlos Sant'Anna, Egídio Ferreira Lima, Fernando Henrique Cardoso, Haroldo Sabóia, José Fogaça, José Ignácio Ferreira, José Richa, Nelson Jobim, Severo Gomes, Wilson Martins, Antonio Mariz, João Agripino, Annibal Barcellos, Edme Tavares, Geovani Borges, Gilson Machado, Inocêncio Oliveira, José Jorge, José Lins, José Lourenço, Jales Fontoura, Mozarildo Cavalcanti, Valmir Campeio, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Gerson Pares, Jarbas Passarinho e Plínio Arruda Sampaio. **ABSTENÇÃO:** Senhores Constituintes Francisco Dornelles, Jofran Frejat e Adylson Motta.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 56 Constituintes; votaram NÃO 32 Constituintes; abstiveram-se de votar 3 Constituintes. Total: 91 votos. O Destaque foi **aprovado**.

Sr. Secretário, peço que faça constar na Ata que o Presidente não votou e, ao não votar, automaticamente, sem que eu soubesse, se repetiu o último voto, no caso, um NÃO. Como já está resolvida a questão, é só para constar da Ata.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr. Presidente, no painel consta o voto de V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – É exatamente o que estou dizendo. Eu não votei e constam o meu nome e voto no painel. Soube depois que, ao não votar, se repete o último voto dado, que, no caso, foi NÃO. Mas esse NÃO não significa o meu voto.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr. Presidente, desejo levantar uma questão de ordem.

Está instituído aqui, e vimos atendendo a isto, que há três tipos de voto: SIM, NÃO, e ABSTENÇÃO. Mas devo

demonstrar a V. Ex.<sup>a</sup>, que se tem destacado e é reconhecidamente uma das maiores culturas e inteligências deste País, que este procedimento é absurdo. Não existe voto de abstenção. O voto na Comissão de Sistematização é de **quorum** qualificado para aprovação, ou seja, é necessário atingir 47 votos SIM. Portanto, qualquer outro voto que não seja SIM quer dizer NÃO. Não há abstenção. Isto é falácia e é até farisaísmo, para proteger aqueles que queiram omitir-se, pois, caso desejem abster-se, não devem votar, para que o Suplente possa manifestar-se. Isto é abstenção. Não é possível continuarmos proclamando essa inverdade de votar por abstenção, quando ela não existe. O voto ou é SIM ou é NÃO, porque a matéria exige voto positivo. Portanto, tudo que não for SIM será NÃO. Não há voto de abstenção.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, peço a palavra para contraditar a questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Se V.Ex.<sup>a</sup> quiser contraditar em meu lugar, tem a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente contestar essas afirmações que não têm lógica e invadem o princípio de consciência. São, portanto, afirmações prepotentes e indevidas.

Lamento que o Constituinte Gastone Righi venha aqui se sobrepor pelas palavras à decisão da consciência de cada um. Tenho optado pela abstenção nesta Comissão, por não me julgar capaz de votar com convicção no momento devido, e, também, porque há a oportunidade de votar a mesma matéria no Plenário da Assembléia Nacional Constituinte. Por exemplo, no caso do voto do menor de dezesseis anos eu me absteve, para refletir, para me aconselhar com pessoas mais experimentadas neste campo, e talvez possa, na Assembléia Nacional Constituinte, dar meu voto SIM – ou NÃO. Portanto, a ABSTENÇÃO não pode ser considerada NÃO. Na concepção do ilustre Constituinte Gastone Righi, sim, e o respeito, mas é uma concepção errada, indevida e se intromete numa decisão de consciência do Parlamentar.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Quero apenas informar a esta Casa que o art. 67, § 5º, do Regimento da Assembléia Nacional Constituinte, diz o seguinte:

"Constarão da Ata os nomes dos Constituintes votantes, discriminando-se os que votaram a favor ou contra e os que se abstiveram."

Portanto, a Mesa permitirá as abstenções e não as considerará falácia nem farisaísmo.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr. Presidente, essa norma não é para matéria constitucional, mas para votação em geral. Referi-me à matéria constitucional.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – A Mesa procedeu regimentalmente e até informou que, embora não tivesse votado, apareceu seu voto no painel. Sem farisaísmo e sem falácia.

Passamos agora ao requerimento de preferência de nº 6761, do Constituinte Carlos Sant'anna. S. Ex.<sup>a</sup> o considera prejudicado e eu também.

Está prejudicado o requerimento do Constituinte Carlos Sant'Anna.

**Destaque nº 005064-87 – Emenda nº ES-29849-6, do Sr. Tadeu França, "que modifica a redação do § 7º do art. 209 e adita dois parágrafos com os nºs 8º e 9º, renumerando-se os demais do art. 209 do Substitutivo nº 1 (art. 177, § 7º do Substitutivo, nº 2)." (386ª votação).**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Passamos o requerimento de preferência nº 5064, do Constituinte Tadeu França, referente a Emenda ES-29849-6.

Em votação. **(Pausa)**

Aprovada a preferência.

O autor pede, que se dê a palavra ao Constituinte Nelson Friedrich.

Antes, tenho a honra de passar a Presidência ao Constituinte Afonso Arinos, que, por direito e pela votação de todos nós, sempre nos honrando, vai presidir os nossos trabalhos.

**O SR. CONSTITUINTE NELTON FRIEDRICH:** – Sr. Presidente, ilustres Constituintes, a emenda subscrita pelo ilustre Constituinte Tadeu França é de fácil defesa. Trata-se de uma postulação unânime dos Secretários de Fazenda dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, conforme encontros realizados no Rio de Janeiro, em 15 de outubro último, e em Canela, no Rio Grande do Sul, nos dias 6 e 7 de agosto último.

O que pretende esta emenda? Pretende que nas operações entre contribuintes se assegure ao Estado destinatário parcela do imposto, o ICM, nas operações interestaduais, quando os bens adquiridos se destinem ao uso ou ao consumo da empresa adquirente.

É justo que o Estado que desembolsa o dinheiro fique com parcela do imposto. Bens, por exemplo, que se destinam ao uso, ao consumo. Imaginemos um exemplo concreto de aquisição de bens de capital. Uma indústria têxtil do Nordeste adquire uma máquina especial. Se há uma alíquota de 17% sobre a venda dessa máquina, estes 17% ficam totalmente no Estado que a produziu. Se esta emenda for acatada, 12% desse imposto ficará com o Estado onde se produziu esse bem e 5% serão repassados ao Estado sede da empresa adquirente do bem. Caberá à lei ordinária regulamentar as alíquotas. Para que esta emenda seja inserida, há necessidade de uma pequena mudança no § 7º do art. 177 e a inclusão de dois parágrafos, conforme a nossa proposta, acrescentando:

"Em relação às operações e prestações que destinem bens e serviços a consumidor final localizado em outro Estado, adotar-se-á:

1º) a alíquota interestadual, quando o destinatário for contribuinte do imposto;

2º) a alíquota interna, quando o destinatário não for contribuinte."

Além disso, outro inciso, na hipótese do item I do parágrafo anterior, a que fiz referência, isto é, a alíquota interestadual, estabelece:

"Quando o destinatário for contribuinte do imposto, caberá ao Estado da localização do destinatário o imposto correspondente à diferença entre a alíquota interna e a interestadual."

A proposta dos Secretários estaduais, que tenho em mãos, inclusive publicada no jornal **Gazeta Mercantil**, do dia 16 de outubro, diz que os signatários manifestam aos Constituintes que tal declaração traduz a posição de consenso de todos os Estados, Territórios e Distrito Federal, obtida através de um esforço coletivo em prol do entendimento, visando ao fortalecimento da Federação e à melhoria das condições de vida do nosso povo. O nº 2 desta declaração diz exatamente o seguinte:

"É assegurada a participação dos Estados consumidores na tributação em todas as operações interestaduais realizadas entre contribuintes."

Sr. Presidente, volto ao exemplo porque ele é extremamente esclarecedor. Se uma indústria sediada no Nordeste adquire, hoje, veículos para transporte de bens que produz, o que acontece? O Estado onde está sediada a indústria de veículos tributa-a com alíquotas de 17%, ficando todo o imposto naquele Estado. Pela emenda, se aprovada, 12% desse imposto ficaria com o Estado onde

está situada a indústria que produziu os veículos e 5% seriam repassados para o Estado onde está sediada a empresa que os adquiriu para uso próprio, para transportar o que produz.

Portanto, Sr. Presidente, a emenda do ilustre Constituinte Tadeu França, do Estado do Paraná, ao ter o apoio dos Secretários de Fazenda dos Estados, dos Territórios e do Distrito Federal, deve merecer nossa acolhida, contando com a colaboração do ilustre Relator, para que possamos contemplar também esses Estados. A proposta, efetivamente, distribui melhor a arrecadação tributária e, ao mesmo tempo, facilita o caminho para que, na boa aplicação dos tributos, possamos melhorar, a qualidade de vida do povo brasileiro. Estamos destacando para que haja uma conjugação no art. 177: mudamos parte do § 7º para facilitar a inclusão de novos parágrafos, que seriam o 8º e o 9º, permanecendo, assim, os demais. Há que se acrescentar os §§ 8º e 9º Reacrescentando os demais, teríamos, portanto, além desses, o 10 e o 11.

Esta a proposta, Sr. Presidente, ilustres Relatores, Sras e Srs. Constituintes, em defesa dos interesses dos Estados que produzem e dos que consomem, dentro dessa característica.

Durante o pronunciamento do Sr. Nilton Friedrich, o **Sr. Fernando Henrique Cardoso**, Quarto-Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo **Sr. Afonso Arinos**, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Para encaminhar contrariamente, concedo a palavra ao nobre Constituinte César Maia.

**O SR. CONSTITUINTE CÉSAR MAIA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a emenda objetiva que as empresas situadas em Estados mais pobres se beneficiem de uma alíquota menor na aquisição, principalmente, de bens para seu ativo fixo. Não vamos imaginar que o interesse seja desanuiar as empresas na compra de sabonetes, por exemplo. Se isso passar no texto constitucional, produzirá generalidade na aplicação do dispositivo que impede a fiscalização, ou seja, um supermercado poderá adquirir papel higiênico para seu consumo e para venda. Teremos casos de empresas adquirirem produtos com alíquotas menores, até para os transferirem para o consumo de seus empregados, via cooperativas etc. Esse dispositivo, apesar de bem-intencionado, permitirá um enorme grau de distorção.

Hoje isso é feito através de convênios. Um convênio entre os Estados declara que esse ou aquele bem será menos tributado quando vendido de Estado mais desenvolvido para Estado menos desenvolvido. Sendo esta a intenção do autor da emenda, é melhor que seja feito em legislação ordinária, que seja indicativa, que informe qual é o bem e não produza distorções a nível da estrutura, da tributação, da fiscalização – distorções que esse dispositivo vai permitir.

Peço aos Srs. Constituintes que entendam a intenção desse dispositivo e que na legislação ordinária possamos dar-lhe seqüência, mas que não seja incluído na Constituição.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem a palavra o nobre Relator.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o Constituinte Cesar Maia tem razão na sua argumentação. S. Ex.<sup>a</sup> mostra que a inserção de um dispositivo – como pretende a emenda – impede a fiscalização. Vou mais além: não só impede como tornará impossível a fiscalização.

O eminente Constituinte Nilton Friedrich – evidentemente aqui se lhe atribuem todas as boas razões de que S. Ex.<sup>a</sup> é portador – pretende viabilizar, através do texto

constitucional, aquilo que só é possível através da legislação ordinária. Senão, Sr. Presidente, veremo-nos submetidos às chamadas evasões oblíquas.

Por esta razão, lamentando não poder acolher a pretensão do Constituinte Nilton Friedrich, só me cabe formular-lhe um apelo.

**O SR. CONSTITUINTE IBSEN PINHEIRO:** – Nobre Sr. Relator, posso formular a V. Ex.<sup>a</sup> um pedido de esclarecimento, com a devida vênua da Presidência?

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – V. Ex.<sup>a</sup> tem todos os direitos e, mais do que isto, homenageia o Relator ao pedir-lhe esclarecimento.

**O SR. CONSTITUINTE IBSEN PINHEIRO:** – Nobre Sr. Relator, espero que V. Ex.<sup>a</sup>, além da generosidade, possa homenagear-me com um esclarecimento que oriente meu voto.

Muitas vezes, quando estou em dúvida, oriento-me por V. Ex.<sup>a</sup>. No momento, confesso-me perplexo e em dificuldade: 23 Secretários de Fazenda, representando a Federação brasileira pelos seus titulares mais vinculados aos problemas dos Estados, encaminham a favor da emenda. Então, Sr. Relator, é preciso confrontar, talvez pela necessidade de divergir de V. Ex.<sup>a</sup> e ficar com esse estuário de manifestações. Peço, pois, o esclarecimento a V. Ex.<sup>a</sup>: não estará nessa manifestação a solução que restabelece a Federação nessa matéria tão importante?

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Eminente Constituinte Ibsen Pinheiro, constrangido, darei a resposta a V. Ex.<sup>a</sup>. Não sei se fico tão sem jeito quanto ficou V. Ex.<sup>a</sup> pela reclamação de 23 Secretários de Estado, ou se fico a favor de um texto constitucional que visa a beneficiar a população brasileira. Agora quem fica em dificuldade sou eu. O que devo preferir? Um texto constitucional que, por certo, atenderá milhões de brasileiros, ou uma emenda proclamada, reivindicada, solicitada, sugerida pelos Secretários de Estado? Na dúvida, temos de percorrer o melhor caminho. E vou percorrer o caminho do texto sustentado pelo eminente Constituinte César Maia.

**O SR. CONSTITUINTE IBSEN PINHEIRO:** – Agradeço a atenção e a homenagem que V. Ex.<sup>a</sup> me prestou, e lamento que desta vez – talvez a última – não possa acompanhar V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – V. Ex.<sup>a</sup> merece minha atenção e homenagem. Também espero que seja a última vez que isso ocorra.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ SERRA:** – Sr. Presidente, pela ordem. A propósito da intervenção do nobre Líder Ibsen Pinheiro, quero dizer que minha posição é contrária à emenda, mas não porque não entenda o alcance dela. A minha posição é no sentido de que, nas sessões plenárias, trabalhemos num texto mais adequado, para evitar imperfeições e distorções, a partir do que foi apresentado. Teremos oportunidade, em duas plenárias, de trabalhar nesse sentido.

Quero ainda observar que muitas das mais importantes reivindicações, do conjunto apresentado pelas Secretarias de Estado, foram atendidas e incorporadas ao texto. Estou a vontade para dizê-lo, porque sou de São Paulo, e lá a Secretaria da Fazenda apóia a emenda que está sendo apresentada, enquanto estou contra ela. Isto mostra que, no caso, não estamos assumindo uma posição de caráter estreito, regional ou local. Pensamos – esta minha posição – numa solução mais adequada, inclusive seguindo as brilhantes sugestões aqui feitas pelo Constituinte César Maia.

**O SR. CONSTITUINTE NELTON FRIEDRICH:** – Sr. Presidente, sobre as últimas intervenções, gostaria de acrescentar que certamente vamos aprovar esta emenda. Se há problemas de redação, eles serão perfeitamente sanados pelo ilustre Relator, que tem extraordinária competência

para tanto. Ao mesmo tempo, se há o que aprimorar, vamos fazê-lo no Plenário. Antes tratemos de aprovar a emenda, aqui e agora, porque é de extrema justiça quanto à tributação.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Concedo a palavra ao Constituinte Fernando Santana.

**O SR. CONSTITUINTE FERNANDO SANTANA:** – Sr. Presidente, esta é a primeira vez que venho hoje à tribuna, e costume dar muita importância ao uso do tempo.

Quero simplesmente dizer ao Sr. Relator que não faz justiça ao povo brasileiro quando S. Ex.<sup>a</sup> retém todo o imposto na fonte produtora ou industrial. A justiça seria melhor distribuída se fosse aprovada a emenda apresentada pelo Constituinte Nelson Friedrich: o Estado produtor ficaria com 12%, e o consumidor apenas com 5%. Assim se faria justiça.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, peço a palavra para dizer ao ilustre Constituinte Fernando Santana que esta Relatoria é tão justa – e procura enquadrar-se dentro desta norma – que acaba de informar ao Constituinte José Fogaça que votará favoravelmente à emenda, em homenagem ao Dr. César Schirmann, nosso Secretário de Estado cuja presença registramos. Veja V. Ex.<sup>a</sup> que somos mais que justos.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Passa-se à votação.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Alfredo Campos, Almir Gabriel, Antônio Britto, Carlos Mosconi, Carlos Sant'Anna, Celso Dourado, Cid Carvalho, Cristina Tavares, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Gasparian, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, Ibsen Pinheiro, João Calmon, José Fogaça, José Ignácio Ferreira, José Paulo Bisol, José Richa, José Ulisses de Oliveira, Mário Lima, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nelson Friedrich, Nilson Gibson, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Rodrigues Palma, Sigmaringa Seixas, Wilson Martins, Antonio Mariz, Euclides Scalco, João Agripino, Jorge Hage, José Tavares, Vilson Souza, Annibal Barcellos, Arnaldo Prieto, Christóvam Chiaradia, Edme Tavares, Enoc Vieira, Geovani Borges, Gilson Machado, Inocêncio Oliveira, José Jorge, José Lins, José Santana de Vasconcellos, Jalles Fontoura, Jofran Frejat, Jonas Pinheiro, José Tinoco, Mozarildo Cavalcanti, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Gerson Peres, Adylson Motta, Bonifácio de Andrada, Lysâneas Maciel, Luiz Salomão, Francisco Rossi, Joaquim Bevilacqua, Adolfo Oliveira, José Maria Eymael, Aldo Arantes, Fernando Santana, Jamil Haddad. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Artur da Távola, Bernardo Cabral, Egidio Ferreira Lima, Fernando Henrique Cardoso, João Herrmann Neto, José Serra, Manoel Moreira, Virgildásio de Senna, Afonso Arinos, Eraldo Tinoco, Francisco Dornelles, Simão Sessim, Benito Gama, José Maurício, Gastone Righi, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio. **ABSTENÇÃO** do Senhor Constituinte Paes Landim.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 71 Constituintes; Votaram NÃO 17 Constituintes; absteve-se de votar 1 Constituinte.. Total: 89 votos. O destaque foi **aprovado**.

**O SR. CONSTITUINTE FRANCISCO DORNELLES:** – Sr. Presidente, uma vez passado o clima emocional da votação, desejo prestar um esclarecimento, para mostrar a importância de se examinar com calma certos setores.

Deu-se o entendimento, de que, determinando-se, nas vendas ao consumidor final, que cabia ao Estado onde estava o estabelecimento do consumidor cobrar a diferença entre a alíquota interestadual e a interna, isso

implicaria menor imposto para o Estado de onde saíra o produto, ou seja, para São Paulo e outros Estados industrializados.

O que de fato se estabeleceu aqui foi a competência para que o Estado em que se dá o consumo cobre da empresa consumidora, nele domiciliada, um adicional de ICM. Na realidade, não houve perda de recurso pelo Estado produtor, mas apenas instituiu-se um ganho adicional para o Estado onde está situado o empreendimento.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON JOBIM:** – Sr. Presidente, não é verdade. Caberá ao Estado importador, pura e simplesmente, a diferença do ICM que deveria, na hipótese da alíquota interna, incidir sobre a venda ao consumidor. É este o fato, ou seja, não há acréscimo algum há puramente permanência, no caso específico, de 5% no Estado importador, se as alíquotas fossem, por exemplo, 12% e 17%. É só isto.

**O SR. CONSTITUINTE FRANCISCO DORNELLES:** – Uma diferença cobrada do contribuinte.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON JOBIM:** – Não é verdade. Os 5% não caberiam ao exportador, mas sim ao importador.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Devemos prosseguir a votação. A Presidência considera a intervenção dos Srs. Constituintes como declaração de voto, e não como questão de ordem.

Em votação a preferência para o Destaque n.º 2529/87, de autoria do nobre Constituinte Nelson Wedekin, relativa à Emenda n.º 21514.

Em votação. **(Pausa)** Está aprovada.

Está presente o nobre Constituinte Nelson Wedekin? **(Pausa)**

A emenda está prejudicada.

Está presente o Constituinte Ademir Andrade? **(Pausa)**

**Destaque n.º 004294-87, do Sr. César Maia, "que suprime o art. 177, § 8º, inciso 11, alínea "b", do Substitutivo nº 2". (387ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Requerimento de preferência para a votação do Destaque n.º 4294/87, de autoria do nobre Constituinte César Maia.

Em votação. **(Pausa)** Aprovado.

Trata-se de emenda supressiva da letra **b** do inciso II do § 8º do art. 177.

Concedo a palavra ao Constituinte Luiz Salomão, indicado pelo autor do destaque.

**O SR. CONSTITUINTE LUIZ SALOMÃO:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, a redação dada a esse inciso II, na sua letra **b**, resulta de um entendimento dos membros da Comissão do Sistema Tributário, adquirido em função de um balanço entre os interesses dos vários Estados. Mas, de fato, esta disposição constitui uma discriminação odiosa e inaceitável contra os Estados que produzem petróleo, seus derivados e energia elétrica.

Com efeito, a fixação da letra **b**, nos termos em que se encontra, impede que, para sempre, se cobre o ICM – Imposto de Circulação de Mercadorias – sobre esse tipo de produto, privando os Estados produtores de uma base de tributação que lhes pode ser essencial no futuro.

O argumento empregado pelos defensores da manutenção do texto é que combustíveis, lubrificantes deles derivados e energia elétrica são produtos de consumo universal, disseminados por todo o País e, por conse-

guinte, não cabe ao Estado produtor taxá-los, nem agora, nem no futuro. No entanto, Srs. Constituintes, vejam bem, o mesmo se pode dizer em relação ao aço, ao cimento e a todos os produtos intermediários que são fabricados em determinados Estados e consumidos em todo o território nacional.

Portanto, essa prescrição da letra **b** constitui uma privação, não apenas no tocante ao Estado do Rio de Janeiro – que tenho a honra de representar, juntamente com o nobre autor da emenda – mas a todos os Estados que produzam petróleo ou energia elétrica. Eles estarão, constitucionalmente, condenados a abrir mão de uma base de tributação que lhes pode vir a ser essencial. As proibições alcançam também Estados produtoras de energia elétrica, como o Paraná e o Pará, que, a não ser que se emende a Constituição, por 2/3 de votos do congresso Nacional jamais poderão taxar esse insumo essencial para todo o País.

Mas gostaria de chamar a atenção dos Srs. Constituintes para o texto do § 5º, do mesmo artigo, onde é estabelecido que o Senado Federal fixará as alíquotas atribuídas a cada mercadoria e produto vendido no País, para que sejam aplicadas pelos Estados. O Senado Federal é, sem dúvida, o fórum próprio para o estabelecimento dessas alíquotas, porque nele a Federação estará representada de forma equilibrada, balanceando os interesses das várias regiões e Unidades Federativas. Nesta situação, cabe ao Senado Federal, considerando os interesses de toda a Federação, estabelecer a isenção e fixar uma alíquota zero, isentando, por conseguinte, os consumidores dos Estados não produtores da taxa pelos Estados produtores.

O que me parece uma injustiça insanável, caso permaneça o texto da letra **b**, do inciso II, § 8º, art. 177, é que, constitucionalmente, estará consagrada a impossibilidade de os Estados se ressarcirem dos custos da produção. E não são apenas os Estados que tenham os lençóis petrolíferos, seja no seu território, seja na plataforma submarina. Serão também impossibilitados todos os Estados que tenham ou aspirem a ter uma refinaria ou uma usina hidrelétrica.

De modo, Sras. e Srs. Constituintes, que, mesmo considerando os interesses dos Secretários de Fazenda que participaram desses entendimentos com os Relatores e os Presidentes da Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças, convoco-os à reflexão e peço-lhes que votem contrariamente à manutenção desse texto, ou seja, a favor da emenda supressiva, para que não se consagre, constitucionalmente, essa injustiça irreparável, ou só reparável de forma muito difícil, com 2/3 dos votos dos membros do Congresso Nacional. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem a palavra para encaminhar contrariamente o nobre Constituinte José Serra.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ SERRA:** – Sr. Presidente e Srs. Constituintes, venho encaminhar contra a proposta defendida aqui pelo nobre Constituinte do Rio de Janeiro, Luiz Salomão, que suprime um inciso do Substitutivo do Relator Bernardo Cabral. Esse inciso diz que as alíquotas interestaduais do ICM que incidem sobre energia elétrica, petróleo, lubrificantes, combustíveis líquidos e gasosos, ou seja, as taxas dos impostos interestaduais sobre esses produtos que vão de um Estado para outro deverão ser zero. Entendemos, na Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças, e desde a época da Subcomissão de Tributos, Participação e Distribuição das Receitas, que era fundamental não deixar a cargo do Senado a fixação das alíquotas. Por quê? Porque se trata de um assunto cujo potencial de conflito político pode chegar a uma dimensão capaz de ameaçar inclusive a própria estabilidade da Federação. Por quê?

Porque hoje não existe de um Estado para outro exportação de impostos, de energia elétrica e de combustíveis e lubrificantes. A localização de fontes produtoras de energia elétrica ou de refinarias de petróleo obedeceu, em grande medida, a uma distribuição de recursos naturais ou a uma política de localização de refinarias. Há Estados que praticamente não têm nem refinarias, nem produção de energia elétrica.

Em conversa há pouco com um Constituinte do Nordeste, S. Ex.<sup>a</sup> me informava que os Estados da Paraíba, do Rio Grande do Norte, do Ceará, de Alagoas e do Piauí não têm refinarias e hidrelétricas. Posso estar mal-informado num ou noutro ponto, mas acredito que a informação, no seu conjunto, é correta. No caso do Sul, por exemplo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul são importadores líquidos de energia elétrica, e altos importadores. São Paulo é importador líquido de energia elétrica, e é exportador líquido, ou seja, exporta mais do que importa de combustíveis e lubrificantes. Então, vai acontecer que vamos ter alguns Estados com a sua economia absolutamente estrangulada e uma transferência de recursos que hoje não existe. Esse é um fator fundamental. Chamo a atenção para ele. Trata-se de uma questão muito grave.

Dir-se-á que o Senado levará esse fator em conta no futuro. Acontece que o processo de fixação dessas alíquotas interestaduais vai envolver uma negociação política no Senado e, fatalmente, criar-se-ão pressões e resistências muito fortes nessa ocasião. Estaremos introduzindo um elemento de conflito, com um potencial de instabilidade brutal no País. Digo-lhes isso de maneira muito sincera. Todos aqueles que acompanham o trabalho da Constituinte, especialmente a parte referente ao sistema tributário, sabem que defendi essa posição desde o início, sem ter qualquer informação mais precisa a respeito do balanço energético dos diferentes Estados. Inclusive há Estados hoje, como Minas Gerais, que são superavitários em energia elétrica, e no que se refere a combustíveis e lubrificantes têm um desequilíbrio – não sei se para cima ou para baixo – grande. Mas o potencial hidrelétrico de Minas Gerais está definido e não vai crescer, enquanto o consumo de petróleo e combustível vai crescer. Agora, pode-se imaginar o conflito que ocorrerá no futuro para se localizar uma refinaria, se ela implicar exportação de impostos! Isso não é possível. Temos, então, de evitar esse problema pela raiz, estabelecendo na Constituição ser zero a alíquota interestadual para produtos estratégicos como combustíveis e todos os derivados de petróleo e energia elétrica. Temos de fixar a alíquota zero já na Constituição, para matar na raiz um instrumento potencial de conflito para a Federação, em nosso País.

Este é o meu argumento, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, para defender o texto do Relator e para encaminhar contra a proposta apresentada aqui pelo nobre Constituinte do PDT do Rio de Janeiro. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Srs. Constituintes, preciso dar uma explicação ao Plenário. Está inscrito para falar o nobre Constituinte Giovanni Masini, mas, não sendo S. Ex.<sup>a</sup> membro da Comissão de Sistematização, não tem condições de fazê-lo. Lamento profundamente que isso ocorra, mas não poderia dar a palavra, para discutir o assunto, a quem não é membro da Comissão. Apresento minhas escusas públicas ao Constituinte Giovanni Masini. Sou obrigado a agir conforme manda o Regimento; S. Ex.<sup>a</sup>, não sendo membro da Comissão de Sistematização, não pode falar.

Tem a palavra o Relator.

**O SR. RELATOR (Fernando Bezerra Coelho):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a posição da Relatoria é contra a emenda. Gostaria de adicionar aos comentários e às afirmações feitas pelo Constituinte José Serra quer é preciso fazer-se a leitura de todo o texto do Sistema Tributário. Não é possível que cada representante de Es-

tado queira enxergar nesse dispositivo isolado uma vantagem para seu Estado. No caso, o dispositivo que estamos discutindo trata da não-incidência do ICM nas operações interestaduais, derivados de petróleo e de energia elétrica. A razão para não haver incidência é muito simples: uma hidrelétrica ou uma refinaria de petróleo são construídas com os recursos e esforços de toda a Nação. Estamos transferindo o campo tributário para a competência estadual, a fim de que cada Estado possa cobrar tributo sobre o seu consumo, sobre a sua própria economia, e não sobre aquilo que exporta para os demais Estados da Federação. Tendo em vista, portanto, a preocupação com o equilíbrio federativo, a Relatoria é contra a emenda do nobre Constituinte César Maia.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Em votação.

**(Procede-se à votação)**

Votaram SIM os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Almir Gabriel, Artur da Távola, Carlos Sant'Anna, Francisco Pinto, Mário Lima, Nelson Carneiro, Nelson Friedrich, Paulo Ramos, Virgildásio de Senna, Euclides Scalco, Jorge Hage, José Tavares, Alcení Guerra, Eraldo Tinoco, Simão Sessim, Benito Gama, Gerson Peres, Jarbas Passarinho, José Maurício, Lysâneas Maciel, César Maia, Adolfo Oliveira, Fernando Santana e Jamil Haddad. Votaram NÃO os Senhores Constituintes: Alfredo Campos, Antônio Britto, Bernardo Cabral, Carlos Mosconi, Celso Dourado, Cid Carvalho, Cristina Tavares, Egídio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Gasparian, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Lyra, Haroldo Sabóia, Ibsen Pinheiro, João Calmou, João Herrmann Neto, José Fogaça, José Geraldo, José Ignácio Ferreira, José Paulo Bisol, José Richa, José Serra, José Ulisses de Oliveira, Manoel Moreira, Nelson Jobim, Nilson Gibson, Oswaldo Lima Filho, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Rodrigues Palma, Sigmaringa Seixas, Antônio Mariz, João Agripino, Octávio Elísio, Vilson Souza, Afonso Arinos, Annibal Barcellos, Arnaldo Prieto, Edme Tavares, Enoc Vieira, Geovani Borges, Gilson Machado, Inocêncio Oliveira, José Jorge, José Lins, José Lourenço, José Santana de Vasconcellos, Ricardo Fiuza, Jalles Fontoura, Jonas Pinheiro, José Tinoco, Mozarildo Cavalcanti, Paes Landim, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, José Luiz Mala, Adylson Motta, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, José Maria Eymael e Aldo Arantes.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 26 Constituintes; votaram NÃO 64 Constituintes. Total: 90 votos. O destaque foi **rejeitado**.

**O SR. CONSTITUINTE CELSO DOURADO:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE CELSO DOURADO:** – Sr. Presidente, apenas para constar dos Anais eu gostaria de corrigir um equívoco. Em decorrência de erro na manobra da máquina, eu, que pretendia votar SIM, fiz uma opção errada e votei NÃO.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Será consignada em Ata a comunicação de V. Ex.<sup>a</sup>

Há o Destaque n.º 7817-87, de autoria do nobre Deputado Jovanni Masini, que está prejudicado, porque corresponde exatamente ao destaque anterior.

**Destaque n.º 004293-87, do Sr. César Maia, "que suprime a palavra "comunicação" do inciso II do art. 177 do Substitutivo n.º 2". (388ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Preferência para votação do Destaque n.º 4293, que pede a supressão

da expressão "comunicação" do texto do item II, art. 177, de autoria do Constituinte César Maia. Em votação a preferência. **(Pausa)** Aprovada. Tem a palavra o autor do destaque.

**O SR. CONSTITUINTE CÉSAR MAIA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, Sr. Relator, Srs. Relatores Auxiliares, o destaque supressivo cuja votação encaminhou neste momento tem o objetivo de deixar com os municípios o que neste momento já é deles: o Imposto Sobre Serviços de comunicação telefônica, de telecomunicações.

Se algum princípio foi observado na Assembléia Nacional Constituinte foi o da descentralização. Se aprovado o texto como está, vamos inverter este princípio, transferindo o que, neste momento, é dos municípios para os Estados.

Explico: o Governo Federal, através de uma articulação, de uma discussão, de um debate com os municípios, encaminhou a esta Casa a Lei Complementar n.º 12, que redescreve a lista dos serviços. Entre esses serviços, ela inclui, no item de n.º 99, "Comunicações Telefônicas". Não houve, na tramitação desta lei, que está ocorrendo, qualquer emenda que substituisse a inclusão do Imposto Sobre Serviços de comunicação para os municípios. Portanto, os parlamentares estão de acordo com esta inclusão.

A primeira razão por que peço que deixem o Imposto Sobre Serviços de comunicação na órbita dos municípios se prende ao fato de estarmos acompanhando a tendência de votação nesta Casa.

A segunda razão é que o imposto é clara e nitidamente municipal, pelos seguintes motivos: primeiro, ele não tem custo de fiscalização, pois será embutido na conta telefônica. É apenas uma transferência da Telebrás para os municípios; segundo, é um imposto que cresce proporcionalmente à urbanização. Quanto mais domicílios mais vai sendo cobrado – e sabe-se que as tarefas de controlar e de racionalizar a urbanização são dos municípios; terceiro, esta é uma questão fundamental para as cidades de médio e de grande porte.

A permanência do Imposto Sobre Serviços de comunicação na órbita dos municípios vai permitir às cidades de médio e de grande porte começarem a enfrentar a situação dramática, produzida pelo processo de urbanização descontrolado.

Peço, portanto, aos Srs. Constituintes que, dentro do espírito de descentralização, da defesa do município, não permitam que o ISS de comunicação – hoje, dos municípios – venha a participar da tributação dos Estados. Esta é uma questão de mais alta relevância para as cidades de médio e de grande porte. Assim, solicito o apoio de V. Ex.<sup>as</sup> **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Não há mais oradores inscritos.

Tem a palavra o Constituinte José Serra, para encaminhar contra.

**O SR. CONSTITUINTE CÉSAR MAIA:** – Sr. Presidente, apenas para um esclarecimento a respeito do texto da emenda, já que me foi solicitado.

A emenda é supressiva.

Diz o item II do art. 177:

"II – operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior;"

Retiramos apenas o "e de comunicação". Isso, automaticamente, transfere o ISS de comunicação para atividade dos municípios.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem a palavra o nobre Constituinte José Serra, para encaminhar contra.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ SERRA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, venho aqui encaminhar contra a emenda apresentada pelo nobre Constituinte César Mala. Permito-me dar as explicações sobre o porquê desse encaminhamento contrário.

Em primeiro lugar, quero dizer que todas as estimativas que fizemos sobre ganhos de receita, a partir do novo capítulo tributário, mostram que os municípios do Brasil, em média, terão um acréscimo de receita, em termos reais, da ordem de 32 a 33%. Os Estados, em média, terão um ganho real de receita da ordem de 15 a 16%. Portanto, o ganho dos municípios, em termos de crescimento da sua receita, é aproximadamente o dobro do ganho dos Estados.

Em todas as estimativas feitas – inclusive, economistas e tributaristas, em geral, sempre chegam a resultados diferentes – nesse caso houve uma grande coincidência sobre que os municípios ganham o dobro. Esta é uma questão muito importante, que deve ficar bem clara.

Quanto ao segundo aspecto, tínhamos incorporado ao ICM, na proposta da Comissão Tributária, o Imposto Sobre Serviços. Tínhamos trazido o ISS junto com cinco impostos federais, para formar um grande imposto em valor adicional, que seria o ICMS. Posteriormente, essa posição foi revisada pelo Relator, que atuou usando de muita sensibilidade com relação ao que esta Casa pensaria, e o ISS voltou nesse Substitutivo para os municípios. No entanto, estamos trazendo para os Estados dois impostos dentre os cinco, pertencentes ao Governo Federal, que são combustíveis e lubrificantes, energia elétrica, minerais, comunicações e transportes. Por isso é que, aqui, está no inciso II do art. 177:

"II – operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior;"

Então, estamos transferindo para os Estados os impostos de transportes e de comunicações. Isto, inclusive, de alguma maneira, está associado ao fato de que a participação dos Municípios no ICM está crescendo de 20 para 25%. Temos de pensar em uma situação de equilíbrio, porque, se tirarmos impostos dos Estados, tendo aumentado a quota-parte do ICM, chegaremos a uma situação paradoxal de que pelo menos dois terços dos Estados brasileiros terão suas receitas absolutas diminuídas.

Por que ficam com os Estados? Há razões também de natureza econômica: os Municípios, hoje, não tributam telefones nem telex.

Quero também dar uma outra explicação. Em reuniões com prefeitos das Capitais, colaborei estreitamente para que o Governo Federal enviasse ao Congresso uma nova lista do Imposto Sobre Serviços, que não era reformulada desde 1969. Essa nova lista atualizada permitirá que os grandes Municípios saiam da situação de sufoco em que se encontram. Para os prefeitos sempre ficou muito claro que esta nova lista teria vigência a partir de 1988, uma vez que o texto constitucional poderia introduzir modificações para 1989. Isso sempre ficou claro. É óbvio que 95% da nova lista permanecerão.

Quero dizer que o Governo atuou muito compreensivamente, rompendo barreiras, inclusive a da resistência do setor financeiro. Nenhum Governo, no passado, teve a coragem de fazê-lo, já que tantos Municípios reivindicaram isto. Por que esse imposto – no caso o das comunicações – deveria ficar com os Estados? Porque diz respeito a serviços que, em grande parte, extrapolam o ambiente físi-

co do Município. São serviços de ampla dimensão, em grande medida intermunicipais e interestaduais. Poderemos ter também problemas de municípios com importantes centrais telefônicas servindo a outros. Isto representará uma exportação brutal de imposto de um município para outro. Em escala nacional, está atenuado pela questão dos Estados: um imposto que, pelo seu tamanho, a meu ver, obrigatoriamente tem que extrapolar os municípios. Com relação aos Estados poderá haver problema, mas muito menores. Temos quase cinco mil municípios e pouco mais de vinte Estados.

Por uma razão de equilíbrio distributivo Estado-município, por uma razão da natureza do imposto, da essência desta grande integração que estamos fazendo no ICM, que representa o maior avanço no sentido de modernizar o sistema tributário brasileiro desde vinte anos, devemos criar esse grande imposto ao valor adicionado.

Estas são as razões pelas quais defendo o substitutivo tal como está e encaminho contra a proposta defendida com o brilhantismo de sempre pelo Constituinte e amigo César Maia.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem a palavra o nobre Relator.

**O SR. RELATOR (Fernando Bezerra Coelho):** – A posição da relatoria é contra a emenda do nobre Constituinte César Maia.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Em votação.

(Procede-se à votação)

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Desejo esclarecer que o meu voto é NÃO, mas apareceu SIM no painel eletrônico.

**O SR. CONSTITUINTE ADOLFO OLIVEIRA:** – O seu voto constará dos Anais.

(Procede-se à votação)

Votaram SIM os seguintes Senhores Constituintes: Ademir Andrade, Carlos Mosconi, Celso Dourado, Cristina Tavares, Fernando Gasparian, Haroldo Sabóia, João Calmon, Nelson Carneiro, Paulo Ramos, Renato Vianna, Rodrigues Palma, Virgildásio de Senna, Christóvam Chiaradia, Enoc Vieira, Eraldo Tinoco, Jalles Fontoura, Jonas Pinheiro, José Tinoco, Mozarildo Cavalcanti, Simão Sessim, Gerson Pares, José Maurício, Lysâneas Maciel, Luiz Salomão, Francisco Rossi, Joaquim Bevilacqua, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, José Maria Eymael, Aldo Arantes, Jamil Haddad. Votaram NÃO os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Alfredo Campos, Almir Gabriel, Antônio Britto, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Carlos Sant'Anna, Cid Carvalho, Egidio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Ibsen Pinheiro, João Herrmann Neto, José Fogaça, José Ignácio Ferreira, José Paulo Bisol, José Richa, José Serra, José Ulisses de Oliveira, Manoel Moreira, Mário Lima, Nelson Jobim, Nelson Friedrich, Nilson Gibson, Oswaldo Lima Filho, Raimundo Bezerra, Severo Gomes, Sigmaringa Seixas, Antonio Mariz, Daso Coimbra, Euclides Scalco, João Agripino, Jorge Hage, José Tavares, Octávio Elísio, Vilson Souza, Afonso Arinos, Alcení Guerra, Annibal Barcellos, Arnaldo Prieto, Edme Tavares, Francisco Dornelles, Geovani Borges, Gilson Machado, Inocêncio Oliveira, José Jorge, José Lins, José Lourenço, Ricardo Fiúza, Paes Landim, Benito Gama, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia, Adylson Motta, Adolfo Oliveira e Fernando Santana.

Durante a chamada nominal da votação do Destaque n.º 4293-87, o Sr. Afonso Arinos, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Jarbas Passarinho, Terceiro-Vice-Presidente.



**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 31 Constituintes; votaram NÃO 59 Constituintes. Total: 90 votos. O Destaque foi **rejeitado**.

**Destaque n.º 004390.87 – Emenda n.º ES-33938-9, do Sr. Ademir Andrade, "que suprime os itens V e VI, do § 9.º do art. 209 do Substitutivo n.º 1 (art. 177, § 10 itens V e VI do Substitutivo n.º 2)". (389.ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Há requerimento de preferência sobre a Mesa, nos termos regimentais, para a votação do Destaque n.º 4390, de autoria do Constituinte Ademir Andrade.

Em votação a preferência para a votação do Destaque n.º 4390.

Os Srs. Constituintes que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. **(Pausa)**

Aprovada a preferência.

Passamos ao encaminhamento da votação.

Concedo a palavra ao Constituinte Ademir Andrade, pedindo a S. Ex.ª que esclareça, durante o encaminhamento, do que se trata, porque há uma modificação mais difícil de explicar ao Plenário.

**O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o relatório do eminente Constituinte Bernardo Cabral repete um erro da Constituição de 1967 ao estabelecer como norma constitucional algo que não conheço em qualquer Constituição do mundo. Entre as várias que li, jamais vi essa norma estabelecida como constitucional. Refiro-me, Srs. Constituintes, ao estabelecimento da isenção de praticamente todos os impostos destinados à exportação de produtos industrializados. O texto do Relator isenta do IPI e do ICM os produtos industrializados destinados à exportação. Agora, ele amplia essas isenções e estabelece a dos serviços contidos nesses produtos.

Ora, é comum dizer-se que não se exporta imposto. E até compreendemos como válida esta tese. Mas, no caso específico do Brasil, está comprovado que inúmeros Estados sofreram terrivelmente ao longo destes anos por causa dessas isenções, principalmente do ICM. Tanto assim é que o Relator já melhorou um pouco o texto da alínea a, quando diz que sobre operações que destinem ao exterior produtos industrializados não incide ICM. E acrescenta, "exclui os semi-elaborados definidos em lei complementar". Isso melhora bastante, porque, no Brasil inteiro, principalmente na Amazônia, por exemplo, com o simples derrubar de uma árvore, o tirar dos galhos e das cascas já era o produto considerado industrializado para efeito de exportação. Com o simples quebrar da castanha e o seu empacotamento já era o produto considerado industrializado e, portanto, isento do ICM.

Isso trouxe prejuízos enormes a inúmeros Estados deste País, porque quase todos os produtos eram isentos de ICM, pois se destinavam à exportação.

Pergunto ao Srs. Constituintes, na atual conjuntura brasileira, de que está valendo todo o nosso esforço exportador? Para que está servindo todo esse esforço, diante da armadilha em que a Nação caiu, ao longo destes últimos 22 anos de ditadura militar? Adquirimos uma dívida de cento e dez bilhões de dólares, que nos obriga a ter um superávit anual de quatorze bilhões de dólares, e que faz o Governo adotar a atual política econômica de sacrifícios e de contenção de consumo forçada, para sobrar mercadoria para exportação. Fico a me perguntar o que estamos ganhando ao permitir todas essas isenções para as exportações. E agora amplia-se isso, porque se estabelece como norma constitucional. Eu até admitiria que, em

uma outra circunstância, em um outro momento, uma lei complementar o definisse como tal. Mas não se pode estabelecer como norma constitucional que até o serviço embutido nos produtos destinados à exportação seja isento. No nosso entender, isso tem que caber à lei complementar e não à Constituição.

Propus emendas supressivas a dispositivos que isentam os produtos industrializados do IPI e do ICM. Tentei fazer a supressão de todos. Porém, como há esse entendimento das Lideranças de que devemos reduzir os destaques, achei por bem deixar apenas este. Na verdade, minha emenda suprime os itens V e VI do § 10 do art. 177, deixando essa competência a cargo da lei complementar. Hoje, isso pode ser importante para a Nação brasileira, mas, no futuro, pode não ser. Essa questão tem de ser da alçada da lei ordinária. Há poucos instantes, na questão do desconto das dez salários que se pretendeu aqui, a Relatoria e outros que aqui a defenderam, inclusive o Constituinte José Serra, disseram que isso era questão da lei ordinária. Digo: esta questão do ISS também é da lei ordinária e não pode ser uma norma constitucional.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Para encaminhar contra tem a palavra o nobre Constituinte José Serra.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ SERRA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, venho encaminhar novamente contra uma emenda apresentada ao texto do Relator. Para melhor esclarecimento, ela exclui dois incisos do § 10 do art. 177. O inciso V, que é o primeiro dos excluídos, diz: "Excluir da incidência do imposto, nas exportações para o exterior, serviços e outros produtos, além dos mencionados na alínea a do inciso II do § 8º deste artigo". O item VI diz: "prever casos de manutenção de crédito, relativamente à remessa para outros Estados e exportação para o exterior, de serviços e de mercadorias". Quer dizer, cada um desses dois itens tem uma especificidade, que é muito importante esclarecer.

Aqui está muito claro, pois está dito que a lei complementar fará essa exclusão e, ao mesmo tempo, tratará do problema adequadamente, pois diz que a lei complementar cuidará de excluir a incidência de serviços e produtos, além dos mencionados anteriormente, que são os industrializados e os semi-elaborados, que a lei também definirá. Portanto, a lei complementar continuará tendo um papel poderoso.

Quanto aos serviços, particularmente acho - e essa é a opinião de muitos - que também é importante isentar da exportação o Imposto Sobre Serviços. Isso nada tem de escandaloso. Todos os países do mundo que exportam produtos manufaturados tratam de fazer o máximo de isenções possíveis. Por que fazem isso? Porque isso melhora a sua competitividade no exterior e evita a depreciação da moeda. Isso é muito importante. Evita a midí e a maxidesvalorização e barateia o custo, em divisas, do produto que é exportado, sem necessidade de uma manipulação forte; dá um sentido da desvalorização da taxa cambial, além de diminuir os problemas com os parceiros comerciais, com o GATT e com outros organismos que cuidam do comércio internacional. Nesse sentido, é importante a exclusão do valor adicionado dos serviços nos produtos de exportação.

É importante que isto conste, uma vez que, a nível estadual, temos uma autonomia distribuída entre todos os Estados. Se não tivermos uma norma constitucional firme, será muito difícil disciplinar este processo.

Outro aspecto: prever casos de manutenção de crédito, relativamente à remessa para outro Estado, e exportação para o exterior de serviços, e de mercadorias. Isto corresponde, inclusive, a uma reivindicação importante dos

Estados, para que realmente a questão da manutenção do crédito – e o que é o crédito, senão uma devolução do imposto? – seja muito bem administrada e os Estados não percam receita. Essa é uma reivindicação dos Estados, repito.

É neste sentido, portanto, que voto pela manutenção do texto do Relator. Não creio que estejamos extrapolando. É possível argumentar-se que tudo pode ir para a lei complementar. Neste caso, estamos apenas sendo conseqüentes com outros princípios relativos às exportações industriais já estabelecidos no próprio capítulo. Se não completarmos com isso, ficará algo truncado, que certamente terá efeitos muito negativos sobre a nossa política de comércio exterior de manufaturados.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra o Relator.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, apenas para prestar uma homenagem ao eminente Constituinte Ademir Andrade. S. Ex.<sup>a</sup> declarou, com o brilhantismo de sempre, decorrente da luta que desenvolve ao longo desses meses nesta Casa, que concordaria com o que aqui se pretende desde que fosse numa lei complementar. Aliás, até escrevi o que disse S. Ex.<sup>a</sup>: "Até admitiria que fosse pela lei complementar e não pela Constituição".

O que aqui se diz é que cabe à lei complementar. A norma constitucional não está estipulando que se faça isso. A supressão proposta, por outro lado, – e é para este ponto que quero chamar a atenção, do eminente Constituinte Ademir Andrade, aduzindo uma modesta contribuição ao que foi dito pelo Constituinte José Serra – prejudicará terrivelmente a competitividade das exportações. E o que é mais grave, na hora em que isto acontecer, haverá redução do nível de empregos, da renda e do consumo.

Por estas razões, Constituinte Ademir Andrade, de forma constrangida, sou obrigado a votar contra a emenda.

**O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE:** – O Brasil não está ganhando nada com as exportações atuais, e a lei já determina que tem de haver esta isenção.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Seria útil que ganhássemos tempo, evitando diálogos com o Relator, e que os Constituintes se comportassem dentro dos cinco minutos a que têm direito. Ainda há pouco ouvimos aqui Constituintes qualificados no campo da tecnoburocracia tributária afirmarem que cinco minutos é pouco tempo para falarem. Com a capacidade de persuasão que têm, poderiam falar apenas dois minutos e meio, e talvez estivéssemos satisfeitos.

O nobre Constituinte Vilson Souza pede a palavra. Indago se V. Ex.<sup>a</sup> vai levantar uma questão de ordem sobre a votação.

**O SR. CONSTITUINTE VILSON SOUZA:** – É para pedir um esclarecimento ao Relator, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE VILSON SOUZA:** – Gostaria de indagar ao Relator, para melhor esclarecimento sobre a votação, se fica mantido o Fundo de Ressarcimento de Exportações, de retorno aos Estados, que perdem esta receita. Gostaria que o Relator desse sua opinião a este respeito.

**O SR. RELATOR (Fernando Bezerra Coelho):** – A observação do Constituinte Vilson Souza é importante, porque no art. 131, item II, o projeto do Relator Bernardo Cabral atende a uma grande reivindicação dos Estados exportadores, quando determina que os 10% do produto

da arrecadação sobre o IPI serão destinados à formação de um fundo para ressarcimento do CM incidente sobre as exportações.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Em votação.

**(Procede-se à votação)**

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Almir Gabriel, Carlos Mosconi, Fernando Gasparian, Nelton Friedrich, Oswaldo Lima Filho, Antonio Mariz, Jorge Hage, José Tavares, Octávio Elísio, José Maurício, Lysâneas Maciel, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Haroldo Lima, Jamil Haddad, Paulo Ramos, Fernando Santana. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Alfredo Campos, Antônio Britto, Artur da Távola, Carlos Sant'Anna, Celso Dourado, Cid Carvalho, Cristina Tavares, Egidio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, Ibsen Pinheiro, João Calmon, João Herrmann Neto, José Fogaça, José Geraldo, José Ignácio Ferreira, José Paulo Bisol, José Richa, José Serra, José Ulisses de Oliveira, Manoel Moreira, Mário Lima, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nilson Gibson, Raimundo Bezerra, Rodrigues Palma, Sigmaringa Seixas, Daso Coimbra, Euclides Scalco, João Agripino, Vilson Souza, Annibal Barcellos, Arnaldo Prieto, Christóvam Chiaradia, Edme Tavares, Enoc Vieira, Eraldo Tinoco, Francisco Dornelles, Gilson Machado, Inocêncio Oliveira, José Jorge, José Lins, José Lourenço, Ricardo Fiúza, Jailes Fontoura, Jonas Pinheiro, José Tinoco, Mozarildo Cavalcanti, Simão Sessim, Benito Gama, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Gerson Peres, Jarbas Passarinho, José Luiz Mala, Adylson Motta, Luiz Salomão, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Afif Domingos.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 19 Constituintes; votaram NÃO 64 Constituintes. Total: 83 votos. O Destaque foi **rejeitado**.

**Destaque nº 4500-87 – Emenda nº ES-34107-3, do Sr. Victor Faccioni, "que dá nova redação ao inciso III do art. 212 do Substitutivo nº1 (art. 180, inciso IV, do Substitutivo nº2)".**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Em votação o requerimento de preferência para o Destaque n.º 4500, de autoria do Constituinte Victor Faccioni.

Os Srs. Constituintes que concordam com a preferência permaneçam como se encontram. **(Pausa)**

Concedida a preferência.

Há indicação escrita para o Constituinte Gerson Peres defender a emenda. Trata-se de uma emenda substitutiva quanto ao art. 180, item IV.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o prezado colega Constituinte Victor Faccioni incumbiu-me de defender a emenda que S. Ex.<sup>a</sup> propõe ao inciso IV do art. 180 do projeto, modificando para 30% o percentual de 25% do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias para os Municípios.

Em conversa com S. Ex.<sup>a</sup>, justificou-me ele que esta emenda pretende fortalecer os Municípios brasileiros. Aliás, comungo com S. Ex.<sup>a</sup> a mesma idéia, pois os nossos Municípios têm sido sempre sugados ao longo do tempo e da História; são os principais fornecedores dos Estados e da União, mas são sempre os mais dependentes no momento do retorno do imposto, após a centralização do mesmo pelo Poder Executivo dos Estados e da União.

Há Municípios que produzem riquezas exportáveis, que trazem numerosas divisas para o País, como, por exemplo, aqueles que produzem pimenta-do-reino, em meu Estado – e poderia citar alguns deles aqui. Entretanto, o retorno do imposto a eles devido é traduzido num cálculo feito pelos técnicos da Fazenda estadual, que atribuem um índice qualquer, imaginário, para devolver uma riqueza que é total. Com esse tipo de procedimento tenaz à descapitalização total dos Municípios e o seu empobrecimento é cada vez maior. E, o que é pior, a população, que deveria ser a mais beneficiada com os recursos provenientes da distribuição dos tributos, migra para os centros mais populosos e vai inchar as capitais.

Pelas estatísticas, verificamos que até 1990 cerca de onze milhões de brasileiros estarão saindo dos municípios para as capitais, criando um grande estrangulamento nesses centros, principalmente no que diz respeito ao emprego. Serão necessários cerca de quinhentos mil empregos nas grandes cidades para suprir essa corrente migratória interna que advém do empobrecimento das áreas municipais.

No momento em que escrevemos com tanto carinho e apreço uma Constituição voltada para o benefício social das populações, no momento em que introduzimos justamente no capítulo da tributação uma descentralização maior dos tributos para os Estados e Municípios, não seria demais – seria um dever de justiça – que devolvêssemos ao Município aquilo que lhe é devido. Acredito que, se assim procedêssemos, estaríamos fixando melhor o homem no interior; estaríamos humanizando as pequenas cidades, dando-lhes maior estrutura de saneamento básico, educação, saúde e, conseqüentemente, estaríamos escrevendo uma Constituição que distribuiria melhor a riqueza do Estado para a população dos Municípios brasileiros.

Com estas considerações, Sr. Presidente, espero que os eminentes colegas apoiem a emenda do nobre colega Constituinte Victor Faccioni, que pede 30% do ICM para os Municípios brasileiros.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Concedo a palavra ao Constituinte José Serra para encaminhar contra.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ SERRA:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, é importante esclarecer que a participação dos Municípios no ICM é de 20%. No Substitutivo II, do Relator Bernardo Cabral, consta uma elevação de 20 para 25%. Portanto, estamos elevando em 5% a fatia de participação dos Municípios no ICM. Em segundo lugar, esse ICM está - perdoem-me a expressão – engordado, ampliado, porque absorve cinco impostos federais: os três impostos únicos, mais os de comunicações e transportes. Portanto, a fatia dos Municípios está aumentando de 20 para 25% em um bolo maior. Uma das estimativas que apresentamos é que os Municípios terão aumentado suas receitas em proporção superior ao dobro da dos Estados. O custo do aumento de 25 para 30% será, no ano que vem, de aproximadamente 750 milhões de dólares, que sairão dos Estados, e, no ano seguinte, provavelmente um bilhão de dólares, uma vez que o ICM seria ampliado. Esta é uma transferência de recursos impossível de ser feita dos Estados. Chegáramos novamente a uma situação paradoxal, porque, após a mudança tributária, a grande maioria dos Estados teria uma receita menor do que a que tinha anteriormente. Portanto, já estamos fazendo uma redistribuição, que deverá ser gradual, sensata e equilibrada.

Esta é a razão pela qual encaminho a votação contra a emenda do Constituinte Victor Faccioni, apre-

sentada pelo nobre Constituinte Gerson Feres, acrescentando ainda que a proposta do Relator Bernardo Cabral, quanto aos municípios, no seu Substitutivo II, tem tido apoio amplo em todos os movimentos municipalistas no Brasil, nas diversas vertentes desses movimentos municipalistas por parte de muitos prefeitos, com os quais – mais de duas centenas deles – inclusive tive oportunidade de me reunir diretamente.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Desejo saber previamente do Plenário quantos se dispõem a apoiar a proposta. Levantem o braço por obséquio. **(Pausa)**

Constituinte Gerson Peres, V. Ex.<sup>a</sup> quer ver o resultado? Pergunto a V. Ex.<sup>a</sup> se retira o destaque.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, faço um apelo ao Constituinte Gerson Peres por uma razão...

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, não tenho procuração do autor para retirar a emenda. Eu até que a retiraria, se fosse o caso, mas S. Ex.<sup>a</sup> não me deu essa procuração.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Então, não percamos tempo. Concedo a palavra ao nobre Relator.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, a Relatoria vota NÃO. Lamenta fazê-lo, mas gostaria que eminente Constituinte Gerson Peres, que foi tão brilhante na condução da sua defesa, retirasse a emenda, porque...

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, retiro a emenda.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Muito bem. Retirada a emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Retirado o destaque.

**Destaque nº 002601-87 – Emenda nº ES-31071-2, do Sr. Wilson Campos, "que modifica a alínea "c" do inciso I do art. 213 do Substitutivo nº 1 (art. 181, inciso I, alínea "c", do Substitutivo nº 2)". (390.<sup>a</sup> votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Requerimento de preferência, nos termos regimentais, para o Destaque nº 2601, do Constituinte Wilson Campos.

Os Srs. Constituintes que estão de acordo com a preferência permaneçam como se encontram. **(Pausa)**

Aprovada.

Há a indicação do Constituinte Fernando Bezerra Coelho para defender o destaque. Tem S. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE FERNANDO BEZERRA COELHO:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a emenda, de autoria do nobre Constituinte Wilson Campos, procura modificar a redação da alínea c do inciso I do art. 181, que passaria a ter a seguinte redação:

"c) três por cento para aplicação em programas de investimento constantes dos planos regionais de desenvolvimento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, através de suas instituições oficiais de fomento regional."

Gostaria de prestar um esclarecimento a todos os membros da Comissão de Sistematização. O Constituinte Relator Bernardo Cabral acolheu a redação que ora se encontra no Substitutivo, tendo em vista manifestação das bancadas do Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Eu, particularmente, tive a posição pessoal vencida pela manifestação da maioria dos companheiros de bancada, que entenderam ser a redação atual a que melhor convinha aos interesses regionais.

Entretanto, ontem, na reunião realizada para efetuar a escolha dos destaques que teriam o apoio das Lide-

ranças partidárias, houve uma solicitação do Constituinte Jorge Hage, do PMDB da Bahia, que falava em nome de um grupo de companheiros, no sentido de se fazer uma modificação na atual redação, para que esses 3% fossem destinados aos Estados da região. É que aqueles em nome dos quais S. Ex.<sup>a</sup> falava não concordavam em que os recursos fossem utilizados exclusivamente através de instituições financeiras. Neste sentido, S. Ex.<sup>a</sup>, ao tomar conhecimento da emenda do nobre companheiro Wilson Campos, retirou a de sua autoria e deu apoio à do ilustre Constituinte.

E vale ressaltar aqui também uma razão da minha presença nesta tribuna. É para, na ausência do companheiro Oswaldo Lima Filho, fazer a defesa da Emenda Wilson Campos e afirmar que os companheiros da Região Centro-Oeste, considerando que não dispõem ainda do seu banco de desenvolvimento regional, teriam de ficar aguardando uma autorização legislativa para a criação do referido estabelecimento. Eles dispõem hoje da Sudeco – Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste – e também apelam para que a redação seja modificada, sem qualquer prejuízo para os interesses das regiões.

Como essa é uma questão em que já houve manifestação, em diversas oportunidades, dos vários companheiros das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, deixo a questão em aberto mas solicito a compreensão de todos para que dêem apoio à essa emenda do companheiro Wilson Campos, que considero a mais perfeita.

**O SR. CONSTITUINTE JORGE HAGE:** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra o nobre Constituinte Jorge Hage.

**O SR. CONSTITUINTE JORGE HAGE:** – Sr. Presidente, é apenas para prestar um esclarecimento, uma vez que fui citado nominalmente pelo Deputado Fernando Bezerra Coelho. É para dizer que minha emenda pretendia restabelecer texto do Substitutivo nº 1 por duas razões: primeiro, porque nesse Substitutivo a aplicação dos recursos se faria através dos governos estaduais, e não de instituições financeiras de fomento. Em segundo lugar, porque no Substitutivo nº 2 a aplicação se dirige a investimento para o setor produtivo – leia-se setor privado – enquanto que no Substitutivo nº 1 os financiamentos seriam investidos no setor público.

Esta é a razão principal da minha intenção de apresentar a emenda substitutiva, retornando à redação do primeiro. Abri mão dela tendo em vista a limitação de número de destaques cabíveis no acordo de Lideranças.

Para concluir, esclareço que, neste particular, não falo em nome do grupo de Deputados há pouco referido, mas em meu nome pessoal.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra, para encaminhar, o nobre Constituinte Nilson Gibson.

**O SR. CONSTITUINTE NILSON GIBSON:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o texto do eminente Relator é o seguinte:

"Três por cento para aplicação em programas de financiamento ao setor produtivo das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, através das instituições financeiras de caráter regional, de acordo com os planos regionais de desenvolvimento, na forma que a lei estabelecer."

A proposta do não menos eminente Constituinte Wilson Campos, que foi defendida pelo Constituinte Fernando Bezerra Coelho, dispõe o seguinte:

"Três por cento para a aplicação em programas de investimento..."

Modifica, então, a terminologia "financiamento" para "investimento". O que é investimento? É fundo perdido. Para que fundo perdido? Para que sejam desviados aqueles recursos provenientes do Finor, no Nordeste.

O segundo item é o constante dos planos regionais de desenvolvimento no Nordeste, através das instituições. O Projeto Bernardo Cabral dispõe que "é através das instituições financeiras" e não "através das instituições oficiais de fomento". Quer dizer, serão aqueles que pretenderem os financiamentos reais e os aplicarem dentro dos planos de desenvolvimento das Regiões, tanto do Norte como do Nordeste e do Centro-Oeste.

Sr. Presidente, ao finalizar, formulo um apelo àqueles que realmente propugnam em defesa da correção dos investimentos e programas do Nordeste: que votem pelo projeto Cabral-II. Este o meu apelo.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Com a palavra o Relator.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, preciso declarar aos ilustres colegas da Comissão de Sistematização que esta redação do Substitutivo II se deveu à posição de unanimidade dos 292 Constituintes que compõem as bancadas do Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Mas eis que agora estou sendo surpreendido com uma outra manifestação. Contudo, ignoro se houve uma reunião de todos esses membros. Acho que este é um assunto que deve ser respeitado. Conforme um acordo havido entre os membros das bancadas do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, não tenho outro caminho senão ficar com o texto e, lamentavelmente, contra meu companheiro de Relatoria.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Não mais havendo orador que a tenha defendido, além do autor que deu credenciamento ao Constituinte Fernando Bezerra Coelho, permito-me perguntar ao Plenário quantos Constituintes se dispõem a apoiar a proposta que está em votação. Peço a S. Ex.<sup>a</sup> que levantem o braço.

Constituinte Fernando Bezerra Coelho, diante desta evidência negativa mantém V. Ex.<sup>a</sup> o destaque?

**O SR. CONSTITUINTE FERNANDO BEZERRA COELHO:** – Sr. Presidente, por mim, retiraria o destaque, mas essa proposta a que dei entrada foi também consensual. Aliás, ela engrena desejo do nobre Constituinte Jorge Hage. Se S. Ex.<sup>a</sup> a retirar, eu também o farei. O que não posso é ser incorreto.

**O SR. CONSTITUINTE JORGE HAGE:** – Sr. Presidente, para responder à indagação. Em minha opinião, a emenda é menos ruim do que o texto do Substitutivo, porque não dirige obrigatoriamente a aplicação desses 3% para o setor privado, muito embora a mantenha nas instituições regionais de fomento. Refere-se a investimentos constantes dos Planos de Desenvolvimento Regional, enquanto que o texto joga claramente os recursos para o setor privado.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Mantém V. Ex.<sup>a</sup> a emenda?

**O SR. CONSTITUINTE JORGE HAGE:** – Sim, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Passa-se ao processo de votação.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Alfredo Campos, Aluizio Campos, Egidio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, José Richa, Manoel Moreira, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Rodrigues Palma, Antonio Mariz, Jorge Hage, Francisco Dornelles, José Mauricio, Lysâneas Maciel, Luiz Salomão, Haroldo Lima, Fernando Santana. Votaram **NÃO** os Senhores

Constituintes: Ademir Andrade, Almir Gabriel, Antonio Britto, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Carlos Mosconi, Celso Dourado, Cid Carvalho, Cristina Tavares, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, João Calmon, João Herrmann Neto, José Fogaça, José Ignácio Ferreira, José Paulo Bisol, José Ulisses de Oliveira, Mário Lima, Nelson Jobim, Nilson Gibson, Raimundo Bezerra, Sigmaringa Seixas, Virgildásio de Senna, Wilson Martins, Euclides Scalco, João Agripino, José Tavares, Marcos Lima, Octávio Elísio, Vilson Souza, Alcení Guerra, Annibal Barcellos, Arnaldo Prieto, Christóvam Chiaradia, Edme Tavares, Enoc Vieira, Eraldo Tinoco, Geovani Borges, Gilson Machado, Inocêncio Oliveira, José Jorge, José Lins, José Lourenço, José Santana de Vasconcellos, Ricardo Fiuza, Jalles Fontoura, Jonas Pinheiro, José Tinoco, Mozarildo Cavalcanti, Paes Landim, Simão Sessim, Benito Gama, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Gerson Peres, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Afif Domingos, Jamil Haddad. **ABSTENÇÃO** dos Senhores Constituintes: Fernando Gasparian, Ibsen Pinheiro e Adylson Motta.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 18 Constituintes; votaram NÃO 66 Constituintes; abstiveram-se de votar 3 Constituintes. Total: 87 votos. O Destaque foi rejeitado.

**O SR. CONSTITUINTE OSWALDO LIMA FILHO:** – Pela ordem, para uma reclamação, Sr. Presidente.

Encaminhei à Mesa, no dia 9 de outubro, uma indicação do Constituinte Wilson Campos, autorizando-me, em seu nome, a defender a Emenda nº 33043, cuja votação acaba de ser feita. Pouco antes da votação, fui à Mesa e indaguei das funcionárias quando seria processada a votação do destaque. Informaram-me elas que essa emenda só seria votada dentro de trinta minutos. Ausentei-me por cinco minutos e, ao voltar, a emenda tinha sido votada.

Faço este registro apenas para que conste dos Anais.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Em nome da Mesa, explico a V. Ex.<sup>a</sup> que a antecipação se deu por desistência de responsáveis por destaques anteriores. V. Ex.<sup>a</sup> foi penalizado pelo tempo, e não pela Mesa.

**Destaque nº 003899-87 – Emenda nº ES-25801-0 do Sr. Gastone Righi, “que modifica a redação do item II do art. 213 do Substitutivo nº 1 (art. 181, inciso II, do Substitutivo nº 2)”. (391ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Requerimento de preferência, nos termos regimentais, para votação do Destaque nº 3899, de autoria do Constituinte Gastone Righi, relativo a Emenda ES-25801-0.

Em votação a preferência. **(Pausa)**

Concedida a preferência.

Pergunto ao Constituinte Gastone Righi se está disposto a defender a emenda de sua autoria, que é substitutiva do inciso II do art. 181.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, desejo encarecer a V. Ex.<sup>as</sup> que me ouçam por um momento.

A emenda referida versa sobre matéria a que a grande maioria dos Srs. Constituintes não está afeita, ou não conhece de perto. Em boa hora o Sr. Relator acolheu uma proposta e a inscreveu no projeto, declarando que 10% do IPI dos produtos manufaturados sejam destinados aos Estados, na proporção das mercadorias que estes Estados exportaram e pelas quais não receberam o ICM, porque estavam isentas desse imposto.

É justa, é perfeita a compensação. Mas preciso explicar a V. Ex.<sup>as</sup> outro detalhe fundamental. No Brasil, os Municípios portuários não recebem do Poder Público, nem tributariamente, qualquer benefício. Assim, temos a pior infraestrutura portuária, pois os portos são os municípios mais carentes de urbanização. Os Municípios portuários carecem de recursos para urbanizar as cidades e fundi-las com os portos. Temos dramáticas e sinistras situações, desde o Sul, nos portos de Rio Grande, São Francisco, Itajaí, Paranaguá e Santos, até os portos do Rio de Janeiro, Recife e Tubarão.

Se V. Ex.<sup>as</sup> olharem a paisagem urbana, verão que ela é simplesmente catastrófica. E por quê? Porque o Município portuário tem que manter suas ruas com asfalto que resista ao tráfego de caminhões de 100, 200 toneladas, e a cidade fica permanentemente poluída pela exportação ou importação de grãos e adubos. Além disto, deve manter escolas, hospitais e prontos-socorros que atendam não só à população que trabalha ao longo da faixa do cais como também aos tripulantes de navios provenientes de todos os rincões que frequentam o porto.

Assim, os Municípios portuários precisam ter algum tipo de vantagem que lhes permita transformar as cidades que abrigam os portos em lugares habitáveis e humanos. Quando vamos à Europa e vemos portos como os de Rotterdam, Gênova, Marselha ou mesmo Lisboa, quando visitamos os Estados Unidos e conhecemos os portos de Nova Iorque, Houston e tantos outros, sentimos a inferioridade da urbanização dos nossos Municípios portuários. E eles nada podem fazer, porque não têm recursos.

Peço nesta emenda que 1% do lucro resultante do movimento do porto seja destinado ao Município portuário, e 9%, ao Estado, na proporção de sua exportação. Nessa forma, nem o Estado sairá perdendo, porque o Município portuário, com 1%, estará recebendo uma parte do que caberia ao Estado no qual está incrustado e de cujo território faz parte. Logo, não está tirando verbas de outra unidade da Federação, mas sim do seu próprio Estado, com destinação específica, para possibilitar-lhe a realização de obras e a compra de equipamentos que, na verdade, tornem humanos e desenvolvidos os portos nacionais.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Para encaminhamento contra, concedo a palavra ao Constituinte João Agripino.

**O SR. CONSTITUINTE JOÃO AGRIPINO:** – Sr. Presidente, serei muito breve. Quero lembrar ao nobre Constituinte Gastone Righi que estamos escrevendo a Constituição para o País inteiro e não para um determinado Município.

Retirar uma parte dos 10% do IPI que se destinam aos Estados exportadores para dá-la a um único Município – que tem um porto por onde passa a mercadoria – é uma injustiça contra o Município que produz, porque vão para o Estado os 10% do IPI. E o Município que produz fica com quanto? O Município que produz o bem e a riqueza que vão ser exportados, esse sim, teria que ter prioridade para receber alguma parcela desses 10%, e não aquele que serve de mero transportador. Além disso, eles já estão aquinhoados com o aumento da alíquota de 20 para 25% neste sistema tributário. Era o que tinha a dizer.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tendo falado o autor da emenda e um constituinte contra, pergunto ao Constituinte Antônio Carlos Konder Reis se S. Ex.<sup>a</sup> insiste em falar. O Relator informa que nessa condição o Constituinte Antônio Carlos Konder Reis falará como Constituinte e não como Relator.

**O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, eu ia

iniciar minhas palavras com este esclarecimento. Antes inscrever-me solicitei a permissão do Sr. Relator-Geral para defender a emenda como representante do Estado Santa Catarina. Quando o Sr. Constituinte Gastone Righi ocupou a tribuna para defender esta emenda, verifiquei que os Srs. Constituintes, pela fisionomia e também pelos gestos, tomaram a iniciativa como de favorecimento a um único porto ou a alguns portos brasileiros. Por isso, Presidente, venho dizer que esta emenda não favorece um porto brasileiro, favorece todos os portos brasileiros: Manaus, Belém, São Luís, Parnaíba, Fortaleza, Aracati, Mossoró, Natal, Recife, Cabedelo, Aracaju, Maceió, Salvador, Malhado, Ilhéus, Vitória, Rio de Janeiro, São Sebastião, Santos, Paranaguá, São Francisco, Itajaí, Ibituba, Porto Alegre e Rio Grande. Esta emenda favorece todo o Brasil, pois faz justiça às cidades que são os entrepostos das nossas riquezas, quer na circulação dessa riqueza através navegação de pequena e grande cabotagem de um para outro Estado brasileiro, quer através da navegação de longo curso que leva os produtos da terra, produtos brasileiros, da fábrica, da oficina a todos os mercados do mundo.

Por circunstâncias singulares, nasci num porto, o porto de Itajaí; passei quase toda minha infância e grande parte da adolescência no porto de Santos; completei minha formação universitária num terceiro, o do Rio de Janeiro. Como Deputado Federal e como Senador da República, privilégio de defender as justas reivindicações dos portuários do Brasil, recebendo em minha terra a homenagem de duzentos sindicatos de todos os portos brasileiros e uma outra na cidade de Santos, à qual compareceram mais de duas centenas de trabalhadores dos grandes portos brasileiros, da América do Sul e do mundo. Os portos brasileiros são as portas do nosso País. Eles precisam preencher condições no que toca à infra-estrutura urbana, saúde, segurança e educação, para que tenhamos possibilidades de bem exportar o produto do nosso trabalho.

O nobre Constituinte João Agripino, em momento de pouca inspiração, lembrou que estávamos fazendo uma Constituição para todo o Brasil e não apenas para alguns Municípios portuários. Mas S. Ex.<sup>a</sup> deve lembrar que a Comissão de Sistematização já aprovou que dos resultados dos econômicos da exploração do petróleo e de outros recursos minerais devem participar os portos onde se localizam essas riquezas. São os portos brasileiros que tornam possível o intercâmbio econômico do Brasil com todos países do mundo. Só quem não conhece Santos, Paranaguá, Itajaí, Ibituba, Ilhéus, Salvador, Vitória ou Recife não concorda com essa contribuição do Brasil àqueles Municípios, que são as portas do nosso País para o estrangeiro. Trata-se de apenas 1% da arrecadação do IPI que a União vai devolver aos Estados exportadores.

Sr. Presidente, pela convicção que tenho de justiça da iniciativa do nobre Constituinte Gastone Righi, peço a aprovação da emenda, para que possamos recuperar as portas do Brasil. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra o nobre Constituinte Gerson Peres para encaminhar contra a emenda.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, prezados colegas, há poucos minutos esta Comissão, levada por uma prévia feita pelo Sr. Presidente, pediu-me que retirasse uma emenda que concedia mais 5% do Imposto de Circulação de Mercadorias a todos os Municípios brasileiros, sem exceção. Estranhei a veemência e o ardor do eminente Constituinte Antônio Carlos Konder Reis, que da tribuna pedia mais recursos para meia dúzia de Municípios brasileiros. Se aprovamos essa emenda, serão dois pesos e duas medidas, estaremos cometendo uma injustiça, beneficiando poucos Municípios em detrimento de quatro mil.

Sr. Presidente, chamo a atenção desta Assembléia para os argumentos do Constituinte Antônio Carlos Konder

Reis, que pecam pela injustiça no que respeita à distribuição equitativa dos recursos, dos tributos para todo o País.

Era o que tinha a dizer. **(Muito bem! Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Passa-se à votação.

#### **(Procede-se à votação)**

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: a Cristina Tavares, Fernando Gasparian, Fernando Lyra, João Calmon, Mário Lima, Nelson Carneiro, Nelson Friedrich, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Rodrigues Palma, Virgildásio de Senna, Antonio Mariz, Jorge Hage, Marcos Lima, Vilson Souza, José Lins, Antônio Carlos Konder Reis, José Maurício, Lysâneas Maciel, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Afif Domingos, José Maria Eymael, a Fernando Santana. **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Alfredo Campos, Almir Gabriel, Antônio Britto, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Carlos Mosconi, Celso Dourado, Cid Carvalho, Egídio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Francisco Pinto, João Herrmann Neto, José Fogaça, José Ignácio Ferreira, José Paulo Bisol, José Richa, José Serra, José Ulisses de Oliveira, Manoel Moreira, Nelson Jobim, Nilson Gibson, Pimenta da Veiga, Raimundo Bezerra, Sigmaringa Seixas, Wilson Martins, Euclides Scalco, João Agripino, José Tavares, Octávio Elísio, Alcení Guerra, Annibal Barcellos, Arnaldo Prieto, Christóvam Chiaradia, Edme Tavares, Enoc Vieira, Eraldo Tinoco, Francisco Dornelles, Geovani Borges, Gilson Machado, Inocêncio Oliveira, José Jorge, José Lourenço, José Santana de Vasconcellos, Ricardo Fiúza, Jalles Fontoura, Jonas Pinheiro, José Tinoco, Mozarildo Cavalcanti, Paes Landim, Simão Sessim, Benito Gama, Gerson Peres, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia, Adylson Motta, Luiz Salomão, Haroldo Lima, Jamil Haddad. **ABSTENÇÃO** dos seguintes Senhores Constituintes: Ibsen Pinheiro, Darcy Pozza.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A Mesa a vai proclamar o resultado: votaram SIM 27 Constituintes; votaram NÃO 59 Constituintes; abstiveram-se de votar 2 Constituintes. Total: 88 votos. O Destaque foi **rejeitado**.

**Destaque nº 4163-87 – Emenda nº ES-28912-8, do Sr. Humberto Lucena, “que adita o art. 208 e seus parágrafos ao título VII, capítulo I, seção IV, do Substitutivo nº 1 (após art. 175 do Substitutivo nº 2)”.**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Requerimento de preferência, nos termos regimentais, para votação do Destaque nº 4163, de autoria do nobre Constituinte Humberto Lucena.

Os Srs. Constituintes que estiverem de acordo permaneçam como estão. **(Pausa)**

Preferência concedida.

O nobre Constituinte Humberto Lucena está presente. Há uma indicação aqui feita por S. Ex.<sup>a</sup>. Conseqüentemente, cancelada.

**O SR. CONSTITUINTE HUMBERTO LUCENA:** – Como?

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Há na mesa da secretaria informação no sentido de que V. Ex.<sup>a</sup> havia feito uma indicação. Em vez de V. Ex.<sup>a</sup> fazer a sustentação da matéria, teria feito indicação. Mas se e V. Ex.<sup>a</sup> está presente, está prejudicada a indicação.

Com a palavra o Constituinte Humberto Lucena.

**O SR. CONSTITUINTE HUMBERTO LUCENA:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, o destaque que apresentei é para a emenda vazada nos seguintes termos:

“Inclua-se, no título VII, capítulo I, seção IV, do Projeto de Constituição, o art. 208 e seus parágrafos, renumerando-se o atual e os demais”.

Art. 208. A União instituirá imposto com base na sua competência residual prevista no art. 199, cuja receita será destinada a custear os projetos de irrigação do semi-árido do Nordeste, a serem pagos por contribuintes domiciliados nas demais regiões do País.

§ 1º Os recursos oriundos do imposto a que se refere o caput deste artigo serão destinados ao Fundo de Irrigação do Nordeste – FIN, a ser criado por lei.

§ 2º O imposto a que se refere este artigo será suprimido quando totalmente atendidos os objetivos de sua criação."

Inicialmente indagaria do nobre relator, Constituinte Bernardo Cabral, se estaria de acordo em que a matéria fosse transferida para o capítulo das Disposições Transitórias. Caso o seja, deixaria para, oportunamente, voltar à tribuna.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Com a palavra o Sr. Relator, Constituinte Bernardo Cabral.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Devo dizer ao eminente Constituinte Humberto Lucena que S. Ex.<sup>a</sup> honra a tribuna da Comissão de Sistematização não apenas pela qualidade de Presidente do Senado mas também como um velho companheiro. A relatoria nada tem a opor-se a que a matéria passe para as Disposições Transitórias, oportunidade em que a relatoria manifestar-se-á a esse respeito.

**O SR. CONSTITUINTE HUMBERTO LUCENA:** – Sr. Presidente, nessas condições, indagaria, através de V. Ex.<sup>a</sup>, ao Plenário se concorda com o parecer do Relator, no sentido de transferir o destaque para as Disposições Transitórias. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Acho que as palmas do Plenário responderam à indagação de V. Ex.<sup>a</sup>

Passemos a outro requerimento de preferência.

**Destaque nº 003965-87 – Emenda nº ES-26783-3, dos Srs. José Maria Eymael, Nilton Friedrich e Roberto Balestra, "que adita artigo à seção VI, capítulo I, título VII do Substitutivo nº 1 (título VII, capítulo I, seção VI, do Substitutivo nº 2)". (392ª votação)**

Em votação a preferência para o Destaque nº 3965, de autoria do Constituinte José Maria Eymael. Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. (Pausa)

Aprovada.

Concedo a palavra ao Constituinte José Maria Eymael, para defender seu destaque.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ MARIA EYMAEL:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, a emenda que no momento tenho a honra de apresentar à consideração de V. Ex.<sup>as</sup> trata especificamente da transparência tributária. É norma que já existia antes do Projeto Zero. Posteriormente, foi excluída e no momento propomos que retorne ao projeto.

Solicitamos, inclusive, que o relator se pronuncie, uma vez que já se mostra favorável à mesma.

Leio a emenda, para que os senhores fiquem bem informados. Sugerimos que ao art. 182 seja acrescida a seguinte norma:

"A União, os Estados, o Distrito Federal e os municípios divulgarão, até o último dia do mês subsequente ao da arrecadação, os montantes de cada um dos tributos arrecadados, bem como os recursos recebidos, os valores entregues e a entregar de origem tributária e a expressão numérica dos critérios de rateio.

Os dados divulgados pela União serão discriminados por Estados e por municípios; os dos Estados por municípios."

Passando a limpo a norma: até o final de cada mês, a União, os Estados e os municípios divulgarão todos os tributos que receberam, de quem receberam e as transferências que vão efetuar. Isso permitirá um princípio de transparência tributária, e a sociedade poderá identificar toda a sistemática da arrecadação, bem como fiscalizar os respectivos executivos.

Consideramos esta emenda necessária ao aperfeiçoamento do texto e pedimos aos Srs. Constituintes a aprovação da mesma. Muito obrigado. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Com a palavra o relator.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, a relatoria acolhe a Emenda José Maria Eymael porque é muito boa. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Passo à tomada dos votos.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Bernardo Cabral, Carlos Mosconi, Celso Dourado, Cid Carvalho, Cristina Tavares, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Gasparian, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, Ibsen Pinheiro, João Calmon, João Herrmann Neto, José Fogaça, José Ignácio Ferreira, José Paulo Bisol, José Richa, José Serra, Manoel Moreira, Mário Lima, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nilton Friedrich, Nilson Gibson, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Raimundo Bezerra, Rodrigues Palma, Sigmaringa Seixas, Virgildásio de Senna, Wilson Martins, Antonio Mariz, Jorge Hage, José Tavares, Marcos Lima, Octávio Elísio, Vilson Souza, Alcení Guerra, Annibal Barcellos, Arnaldo Prieto, Christóvam Chiaradia, Edme Tavares, Enoc Vieira, Eraldo Tinoco, Francisco Dornelles, Geovani Borges, Gilson Machado, Inocêncio Oliveira, José Jorge, José Lins, José Lourenço, Jonas Pinheiro, Simão Sessim, Benito Gama, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Gerson Peres, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia, Adylson Motta, José Maurício, Lysâneas Maciel, Luiz Salomão, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Afif Domingos, José Maria Eymael, Haroldo Lima, Fernando Santana, Jamil Haddad. **Votaram NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Mozarildo Cavalcanti, Almir Gabriel, Antônio Britto, Artur da Távola, Egídio Ferreira Lima e Euclides Scalco.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 76 Constituintes; votaram NÃO 6 Constituintes. Total: 82 votos. O destaque foi **aprovado**.

Tem a palavra o Constituinte José Maria Eymael.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ MARIA EYMAEL:** – Sr. Presidente, apenas para corrigir uma descortesia involuntária que cometi da tribuna. Compartilhou comigo esta emenda, na condição de co-autor, o ilustre Constituinte Nilton Friedrich.

Quero também render homenagem ao Constituinte Roberto Balestra, que foi um dos inspiradores desse processo. (Palmas)

**Destaque nº 006579-87 – Emenda nº ES-30732-1, do Sr. Afif Domingos, "que adita parágrafos, após o art. 183 do Substitutivo nº 2." (393ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Em votação o requerimento de preferência para o Destaque nº 6579, de autoria do Constituinte Afif Domingos.

Os Srs. Constituintes que estão de acordo, permaneçam como se encontram. **(Pausa)** Aprovada a preferência.

Com a palavra o Constituinte Afif Domingos para defender sua emenda.

**O SR. CONSTITUINTE AFIF DOMINGOS:** – Sr. Presidente, em nome da economia de tempo e atendendo a um apelo da Mesa, devolvo a palavra à Mesa para que o Sr. Relator faça uso da mesma, a fim de tecer conclusões a respeito de nossa emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra o Sr. Relator.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, inicialmente agradeço ao Constituinte Afif Domingos ter-se dispensado de falar.

A emenda diz:

"Do rótulo ou dos anúncios dos produtos industrializados deverá constar, além do preço final, o valor discriminado dos tributos que sobre eles incidirem."

É realmente uma emenda moralizadora, porque o consumidor passa a saber o valor dos tributos que incidiram sobre o preço final dos produtos. Além disso, permite que se saiba o total que onera o preço final. Sr. Presidente, examinada a emenda com a relatoria, manifestamo-nos pela sua aprovação

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Passa-se à votação.

#### (Procede-se à votação)

Votaram SIM os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Alfredo Campos, Almir Gabriel, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Carlos Mosconi, Celso Dourado, Cid Carvalho, Cristina Tavares, Egídio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, Ibsen Pinheiro, João Calmon, João Herrmann Neto, José Ignácio Ferreira, José Paulo Bisol, José Richa, José Serra, José Ulisses de Oliveira, Manoel Moreira, Mário Lima, Nelson Carneiro, Nelton Friedrich, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Raimundo Bezerra, Rodrigues Palma, Sigmaringa Seixas, Wilson Martins, Antonio Mariz, Daso Coimbra, Jorge Hage, Octávio Elísio, Vilson Souza, Annibal Barcellos, Arnaldo Prieto, Christóvam Chiaradia, Edme Tavares, Enoc Vieira, Eraldo Tinoco, Francisco Dornelles, Geovani Borges, Gilson Machado, Inocência Oliveira, José Jorge, José Lins, José Lourenço, Ricardo Fiuza, Jalles Fontoura, Jonas Pinheiro, José Tinoco, Simão Sessim, Benito Gama, Antônio Carlos Konder Reis, Gerson Peres, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia, Adylson Motta, José Maurício, César Maia, Luiz Salomão, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Afif Domingos, José Maria Eymael, Haroldo Lima, Fernando Santana, Jamil Haddad. Votaram NÃO os seguintes Senhores Constituintes: Antônio Britto, Fernando Gasparian, Nilson Gibson, Marcos Lima e Alcení Guerra. **ABSTENÇÃO** do Senhor Constituinte José Fogaça.

#### DECLARAÇÃO DE VOTO

Sr. Presidente:

No que se refere à emenda do ilustre Deputado Afif Domingos, de nº 30732-1, queremos manifestar nossas razões pela abstenção.

Concordamos plenamente com o conteúdo e com os objetivos da emenda. Entendemos, porém, que a matéria deveria ser tratada em lei ordinária.

Brasília, Sala das Sessões, de novembro de 1937. – **José Fogaça.**

Durante a chamada nominal da votação do Destaque nº 6579-87, o Sr. **Jarbas Passarinho**, Terceiro-Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. **Fernando Henrique Cardoso**, Quarto-Vice-Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 75 Constituintes; votaram NÃO 5 Constituintes; absteve-se de votar 1 Constituinte. Total: 81 votos. O destaque foi **aprovado** Declaração de voto, do Senhor Constituinte José Fogaça.

**Destaque nº 003034-87 – Emenda nº ES-21-235-4, do Sr. César Maia, "que dá nova redação ao art. 220 do Substitutivo nº 1 (art. 186 do Substitutivo nº 2)". (394ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Passamos ao pedido de preferência para o Destaque nº 3034, de autoria do Constituinte César Maia. É uma emenda substitutiva ao art. 186.

Os Srs. Constituintes que estiverem de acordo, permaneçam como estão. **(Pausa)**

Aprovado o destaque.

Com a palavra o Constituinte César Maia.

**O SR. CONSTITUINTE CÉSAR MAIA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, esta matéria é tão importante que constitui quase a razão de existência permanente do Poder Legislativo.

Nesta Assembléia Nacional Constituinte há um grande consenso a respeito da necessidade de o Poder Legislativo exercer na plenitude suas funções fiscalizadoras do Poder Executivo. Parlamentaristas ou presidencialistas, todos estão de acordo: o Poder Legislativo deve recuperar suas prerrogativas, entre elas a de participar decisivamente da discussão do orçamento.

Da forma como está o texto sobre orçamento no projeto de Constituição, não tenho dúvida de que o Poder Legislativo pouco participará, apenas um pouco mais do que participa hoje. O orçamento para o ano seguinte é composto de dois tipos de despesas: 1) – despesas imutáveis: de pessoal e serviço da dívida – não adianta emendar, porque elas vão existir; 2) – despesas que podem ser modificadas – investimentos, novos programas.

De que maneira se organiza o orçamento hoje? As despesas de investimentos, que podem ser mudadas, constam como rubricas e programas gerais, tipo obras viárias. Por exemplo: aprovamos aqui determinado montante para obras viárias. O Poder Executivo tanto pode destinar esse recurso para construção de uma ponte em Maceió como para asfaltamento de uma estrada no Rio de Janeiro. Com isto o Executivo, em função de um orçamento genérico, aplica todas as formas de clientelismo que conhecemos. A Oposição fica nas mãos do Poder Executivo, que se utiliza das rubricas gerais para trocar favores e votos por obras específicas.

Como é o processo orçamentário nos países onde o Poder Legislativo efetivamente participa do orçamento? Como é o processo orçamentário nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha? Naqueles países o orçamento é bianual. A cada ano se apresenta a versão final ajustada do orçamento para o período seguinte e o orçamento para o ano subsequente. O Parlamento tem o ano inteiro para negociar o detalhe do orçamento, o nome da ponte a ser construída ou da estrada a ser asfaltada. O orçamento sai com o detalhe dos investimentos e das reformas, retirando do Poder Executivo a sua capacidade de realizar a política de clientela. O orçamento é negociado durante um período inteiro com o Executivo, e dessa negociação retorna com a versão final ajustada. O orçamento dos Estados Unidos ou da Grã-Bretanha não é votado, mas lançado. Se na votação ele cai, cai o gabinete.



Se mantivermos o texto como está, teremos três meses para discutir todas as rubricas genéricas do orçamento, ou seja, teremos três meses para dizer: obras viárias, não; hidroviárias, sim, sem sabermos a que corresponde, de fato, o orçamento.

Propomos que no **caput** do artigo referente ao orçamento anual conste orçamento para dois períodos, com a versão final ajustada do período seguinte e com o orçamento negociado por um ano, para o primeiro subsequente.

Finalmente, Sr. Presidente, vou ler o texto do art. "x":

"O orçamento compreenderá dois períodos financeiros. Até quatro meses antes do início de cada período financeiro, o Executivo enviará ao Congresso Nacional o projeto de lei orçamentária compreendendo a versão final ajustada do orçamento para o período seguinte e o orçamento proposto para o período subsequente."

Esta é uma questão de fundo, senão presidencialistas, que querem a reforma do Poder Legislativo, e parlamentarista, que, em tese, também a querem, passarão por cima das leis, mantendo o mesmo critério e método do regime autoritário.

Era o que tinha a dizer. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Para encaminhar contra, concedo a palavra ao Constituinte José Jorge.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ JORGE:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, concordamos com a maior parte das palavras pronunciadas pelo Constituinte César Maia. Realmente um dos principais objetivos que temos nesta Constituição é restaurar as prerrogativas do Legislativo, principalmente no que toca a uma participação maior deste Poder na elaboração orçamentária. Acredito que a proposta oferecida pelo Relator Bernardo Cabral neste Substitutivo é muito mais simples e eficiente do que a apresentada pelo nobre Constituinte César Maia. Gostaria de explicar por que.

Pelo Relatório, em vez de um documento único, de periodicidade bianual, que não faz parte, inclusive, da tradição brasileira – pode até dar certo na Inglaterra, nos Estados Unidos, por já terem esses países maior tradição neste tipo de trabalho – o que se propôs foi a elaboração, antes da feitura do Orçamento, de um documento de diretrizes orçamentárias.

Vou explicar, particularmente ao Constituinte Oswaldo Lima Filho, se S. Ex.<sup>a</sup> permitir, a vantagem desta proposta.

**O SR. CONSTITUINTE OSWALDO LIMA FILHO:** – Nenhuma.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ JORGE:** – Vou explicar qual é a vantagem disso. Na realidade, quando se vai analisar um orçamento, principalmente de um país grande, como o Brasil, com centenas, ou talvez milhares de programas e de projetos, tem-se dois níveis de discussão: um global e outro particular. Isso é que precisa ficar claro, e explícito. A seguir, teremos uma emenda de autoria do Constituinte Jorge Hage, inclusive solicitando a participação de entidades na elaboração do processo orçamentário. Onde essas entidades poderão também participar? No documento de diretrizes orçamentárias, porque nele vão ser discutidos os grandes programas nacionais. Posteriormente, na hora de elaborar o Orçamento, vão se discutir os detalhes, o que significa que passaremos o ano inteiro discutindo o problema orçamentário. Boa parcela do nosso tempo será gasta na discussão do Orçamento, mas discutiremos, primeiro, seu sentido global e depois as particularidades. Na Subcomissão do Poder Legislativo, quando éramos Relator, diversos Parlamentares mais antigos desta Casa – inclusive o atual Presidente da Assembléia Nacional Cons-

tituinte, Ulysses Guimarães – nos procuraram, preocupados com a participação do Legislativo no Orçamento. Nas etapas anteriores, o Legislativo participava e discutia os detalhes do programa de cada Município ou de cada Estado, mas não havia uma etapa de discussão do planejamento global.

Por isso, solicito aos nobres companheiros que permaneçam com o texto do Relator Bernardo Cabral, porque considero que teremos a oportunidade de primeiro discutir o caráter global do Orçamento e só posteriormente decidir o entalhamento, Município por Município, Estado por Estado, dando assim oportunidade de o Legislativo, efetivamente, participar desse processo. Muito obrigado. (Palmas)

**O SR. CONSTITUINTE OSWALDO LIMA FILHO:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma reclamação.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE OSWALDO LIMA FILHO:** – Sr. Presidente, as normas que vinham sendo obedecidas permitam que dois Constituintes falassem contra a proposta e dois a favor da mesma. Esta emenda, de autoria do Constituinte César Maia, que tem o nº 21235, é a mais importante que o Congresso vai votar, em todas as sessões. Através dela o Congresso Nacional poderá, ou não, recuperar a atribuição maior do Legislativo, de elaborar o Orçamento.

Fui Deputado no regime democrático, quando permanecíamos até a madrugada fazendo o Orçamento da União e discriminando verbas, e até durante a ditadura militar participamos da feitura do Orçamento. Lamentavelmente, hoje, não sei se por falta de proposta, vejo que o prezado Constituinte Bernardo Cabral precisa considerar essa emenda, porque é ela que atribui ao Legislativo competência para a sua maior função: fazer o Orçamento. Não adianta votarmos verbas globais, de bilhões de cruzados, para o Presidente da República e os Ministros aplicarem ao seu talento. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Concedo a palavra ao Sr. Constituinte Virgildásio de Senna.

**O SR. CONSTITUINTE VIRGILDÁSIO DE SENNA:** – Sr. Presidente, a matéria que está sendo submetida à votação por V. Ex.<sup>a</sup> é o esqueleto do funcionamento desta Casa e deve merecer dos membros da Comissão de Sistematização a maior atenção. O que se propõe é que o Congresso Nacional discuta apenas uma lei de diretrizes orçamentárias, quando pode começar a discutir o próprio Orçamento. A exemplo de qualquer país civilizado, não devemos discutir uma lei, para feitura do Orçamento, a ser entregue à tecnoburocracia, nem verbas globais para a execução de serviços. A feitura do Orçamento constitui tarefa fundamental do Congresso.

Quem olhar o Orçamento da República deste ano – que será a projeção dos outros Orçamentos – há de corar de vergonha, porque jamais o Congresso aprovou um Orçamento em que não há discriminação de verba; por ele, nenhum Constituinte sabe onde, quando e de que forma serão aplicados os recursos. A proposta contida neste dispositivo estabelece que se continue a realizar a mesma coisa. Ao contrário, a proposta apresentada pelo nobre Constituinte César Maia faz do Congresso Nacional o fórum competente para a elaboração da política nacional contida no Orçamento da República.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ JORGE:** – Sr. Presidente, peço a palavra, para uma questão de ordem. Gostaria de acrescentar mais uma explicação a este assunto. Devo ter dito exatamente o oposto do que gostaria. Na realidade, a Lei de Diretrizes Orçamentárias será aprovada e, depois também o Orçamento será aprovado com todos os detalhes, conforme está propondo o Constituinte César Maia.

O Orçamento será discutido em seus mínimos detalhes. Portanto, tanto na proposta do Constituinte César Maia como na do Relator Bernardo Cabral, o Orçamento será discutido detalhadamente e emendado, merecendo toda a atenção do Legislativo. Peço desculpas por não ter explicado o assunto de maneira clara.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Por uma questão de equidade, vou dar a palavra ao Constituinte José Serra, tendo em vista a importância do tema.

Colocaremos a matéria em votação logo após ouvirmos o Relator.

Peço ao nobre Constituinte José Serra que seja breve, pois estamos bem informados sobre a matéria e acredito que, quanto mais argumentarmos, mais prejudicial será.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ SERRA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, é importante explicar que o projeto orçamentário em discussão, contido no Substitutivo II, contempla, na verdade, três orçamentos que deverão ser aprovados pelo Congresso Nacional. Isso é inédito na história da participação do Legislativo.

Primeiro, contempla o orçamento fiscal; depois, o da seguridade, o que inclui a Previdência Social, e o orçamento de investimentos das empresas estatais. Nenhuma obra vai poder ser feita pelas empresas estatais sem que passe pelo Congresso Nacional. Isto é muito importante em termos da abrangência do orçamento.

Segundo, criamos a Lei de Diretrizes Orçamentárias, que começa a ser discutida em abril, devendo se estender até junho. O Congresso deverá discutir as grandes alocações, as grandes prioridades que serão dadas nesses três orçamentos que deverão ser aprovados no segundo semestre. Portanto, grande parte da preocupação que aqui foi expressa está contemplada em nosso programa. A Lei de Diretrizes Orçamentárias contempla isso, que é absolutamente essencial e constitui uma inovação. Nesse sentido, não há no processo diferença alguma em relação àquilo que defende o Constituinte César Maia. Isso é muito importante que se diga. Apenas S. Ex.<sup>a</sup> propõe que comecemos a fazer isso dois anos antes.

A essência do meu argumento é esta: imagine-se começarmos agora a discutir 1989. Não somos a Inglaterra nem a Dinamarca. Vamos começar agora uma experiência a partir da Lei de Diretrizes Orçamentárias. Em um país de inflação alta como o nosso, onde não temos preços estáveis, conhecemos pouco a economia, o que acontece? O que apresentamos já é um avanço muito grande. Seria muito irrealista trabalhar com o orçamento bianual. Conhece-se a experiência inglesa, mas a Inglaterra tem muito pouco a ver com o Brasil. A questão não pode ficar polarizada em termos de o Congresso participar ou não, porque, exceto pela questão do prazo, pelo fato de ser um ano antes, do ponto de vista essencial as coisas já estão aqui contidas.

Este capítulo do Orçamento constitui uma verdadeira redenção do Poder Legislativo quanto à sua participação no processo decisório do País, no gasto público e no desenvolvimento econômico e social da Nação. Isto é muito importante deixar claro.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Concedo a palavra ao Relator.

**O SR. RELATOR (Antônio Carlos Konder Reis):** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, disse muito bem o nobre Constituinte César Maia quando assinalou que neste momento a Comissão de Sistematização está discutindo matéria da mais alta importância. De fato, a grande função do Poder Legislativo, seja qual for o sistema de governo, é a elaboração do Orçamento.

A proposta do nobre Constituinte César Maia, que segundo seu testemunho alcançou bom resultado em países europeus, sugere outra sistemática para a elaboração dos Orçamentos em nosso País. O projeto diversificou e ampliou a competência do Poder Legislativo. Assim, o orçamento fiscal será dividido em três partes: orçamento ordinário, se assim se pode chamar; orçamento de seguridade e orçamento voltado para os investimentos. O sistema proposto pelo projeto cria uma figura legislativa, que será objeto de exame e da deliberação do Poder Legislativo, antes desses três orçamentos que compõem o Orçamento-Geral da República: a Lei de Diretrizes Orçamentárias, no tempo devido, para cumprir uma tarefa específica. A Lei de Diretrizes Orçamentárias será apresentada ao Congresso, discutida e, sobre ela, o Congresso deliberará no momento oportuno, nos primeiros meses da sessão legislativa. O Poder Executivo encaminhar-nos-á o Orçamento Geral para o exercício subsequente, que tem de obedecer àquelas diretrizes. É um sistema novo que inclui ainda o orçamento ou plano plurianual. A lei de diretrizes há de se comportar dentro das normas estabelecidas no plano plurianual, estabelecerá os parâmetros e os balizamentos e dará orientação para que o Congresso vote o Orçamento Geral da República.

As grandes objeções que ouvi foram quanto à elaboração deste Orçamento Geral. De fato, a partir de 1967, quando atuei como Relator-Geral da Constituição de 1967, reconheço que a competência do Congresso foi extremamente diminuída. Razões de ordem histórica, política e, diria ainda, administrativa, conspiraram contra aquela competência essencial do Congresso. Peço, porém, a atenção de V. Ex.<sup>a</sup> quanto à forma de elaboração do Orçamento e à nossa participação no Orçamento Geral da República. Está no § 7º do art. 186:

"Lei complementar disporá sobre o exercício financeiro, a vigência, os prazos, a tramitação legislativa, a elaboração e a organização do plano plurianual, das diretrizes orçamentárias e dos orçamentos anuais, e estabelecerá normas de gestão financeira e patrimonial da administração direta e indireta, bem como condições para instituição e funcionamento de fundos."

Assim, Sr. Presidente, a preocupação do nobre Constituinte Oswaldo Lima Filho é justa e procedente e as observações do nobre Constituinte Virgildásio de Senna não cabem e não procedem, porque é o Congresso que elaborará a lei complementar e disporá sobre a elaboração do Orçamento Geral da República. O parecer do Sr. Relator-Geral é favorável à manutenção do texto e contrário à emenda do nobre Constituinte César Maia.

**O SR. CONSTITUINTE JOÃO MENEZES:** – Consulto o autor da emenda sobre se o Orçamento compreenderá dois períodos financeiros ou apenas um.

**O SR. CONSTITUINTE CÉSAR MAIA:** – Neste momento, teríamos a versão final, ajustada, do orçamento do ano que vem, que já foi negociada, e o orçamento para 89, a ser negociado. É um ano na frente, apenas.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Srs. Constituintes, a matéria está em votação.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: José Paulo Bisol, José Ulisses de Oliveira, Nelson Carneiro, Nelson Friedrich, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Virgildásio de Senna, Wilson Martins, Vilson Souza, João Menezes, Abigail Feitosa, Artur da Távola, Celso Dourado, Fernando Gasparian, Haroldo Sabóia, Antonio Mariz, José Tavares, Haroldo Lima, Fernando Santana, Jamil Haddad, José Maurício, Lysâneas Maciel, Luiz Salomão, Francisco Rossi, Joaquim Bevilacqua, Luiz Inácio

Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: José Ignácio Ferreira, José Richa, José Serra, Manoel Moreira, Mário Lima, Nelson Jobim, Nilson Gibson, Pimenta da Veiga, Raimundo Bezerra, Rodrigues Palma, Alcení Guerra, Annibal Barcellos, Arnaldo Prieto, Christóvam Chiaradia, Edme Tavares, Enoc Vieira, Eraldo Tinoco, Francisco Dornelles, Geovani Borges, Gilson Machado, Inocêncio Oliveira, José Jorge, José Lins, José Lourenço, José Santana de Vasconcellos, Ricardo Fiúza, Jalles Fontoura, Jonas Pinheiro, José Tinoco, Simão Sessim, Benito Gama, Alfredo Campos, Almir Gabriel, Antônio Britto, Bernardo Cabral, Carlos Mosconi, Cid Carvalho, Egídio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Henrique Cardoso, Ibsen Pinheiro, João Calmon, João Herrmann Neto, José Fogaça, Daso Coimbra, Jorge Hage, Marcos Lima, Afif Domingos, José Maria Eymael, Antônio Carlos Konder Reis, Gerson Peres, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia, Adylson Motta, Bonifácio de Andrada, Gastone Righi.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 27 Constituintes; votaram NÃO 56 Constituintes. Total: 83 votos. O destaque foi **rejeitado**.

**Destaque nº 003035-87 – Emenda nº ES-21234-6, do Sr. César Maia, "que adita o item IV ao § 3º do art. 220 do Substitutivo nº 1 (art. 186, § 3º do Substitutivo nº 2). (395ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte José Ignácio Ferreira.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA:** – Sr. Presidente, solicito ao Relator atentar para o fato de que no art. 177, § 8º, inciso II, alínea **a**, há uma vírgula que me parece não deve constar do texto.

"sobre operações que destinem ao exterior produtos industrializados", – vírgula – "exclusive os semi-elaborados, definidos em lei complementar;"

Essa vírgula muda o sentido e parece-me que não consta do texto.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – O Sr. Relator tomará em consideração a pertinente observação de V. Ex.<sup>a</sup>

Em votação o pedido de preferência para o Destaque nº 3035, do ilustre Constituinte César Maia, referente à Emenda nº 21234.

Quem estiver de acordo, permaneça como se encontra. **(Pausa)**

Aprovada a preferência.

Com a palavra o Constituinte César Maia.

**O SR. CONSTITUINTE CÉSAR MAIA:** – Sr. Presidente, quero indicar o Constituinte José Serra para fazer a defesa de minha emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Com a palavra o Constituinte José Serra, para fazer a defesa.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ SERRA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, é com agrado que venho defender a aprovação da emenda de autoria do Constituinte César Maia, que, fundamentalmente, acrescenta, expressão ao § 2º do art. 186, que diz:

"A lei de diretrizes orçamentárias definirá as metas e prioridades da administração pública federal para o exercício financeiro subsequente,

orientará a elaboração da lei orçamentária anual e poderá efetuar as alterações na legislação tributária, indispensáveis para obtenção das receitas públicas."

A expressão é a seguinte:

"e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento".

A frase já é auto-explicativa. Inclusive, é importante que o Congresso Nacional aprove a política das agências. Por isso, encaminho a emenda favoravelmente.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Louvo a brevidade de V. Ex.<sup>a</sup>

Não havendo ninguém inscrito para falar contra, peço a opinião do Sr. Relator.

**O SR. RELATOR (Antônio Carlos Konder Reis):** – O Relator-Geral é favorável à aprovação da emenda de autoria do Constituinte César Maia, nos termos da proposta do nobre Constituinte José Serra, que apenas faz uma alteração de localização.

### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Alfredo Campos, Almir Gabriel, Antônio Britto, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Carlos Mosconi, Celso Dourado, Egídio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Gasparian, Fernando Henrique Cardoso, Haroldo Sabóia, Ibsen Pinheiro, João Calmon, João Herrmann Neto, José Fogaça, José Geraldo, José Ignácio Ferreira, José Paulo Bisol, José Richa, José Serra, Manoel Moreira, Mário Lima, Nelson Jobim, Nelton Friedrich, Nilson Gibson, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Raimundo Bezerra, Rodrigues Palma, Virgildásio de Senna, Antonio Mariz, Jorge Hage, José Tavares, Marcos Lima, Octávio Elísio, Vilson Souza, Alcení Guerra, Annibal Barcellos, Arnaldo Prieto, Christóvam Chiaradia, Edme Tavares, Enoc Vieira, Eraldo Tinoco, Francisco Dornelles, Geovani Borges, Gilson Machado, Inocêncio Oliveira, José Jorge, José Lins, José Lourenço, José Santana de Vasconcellos, Ricardo Fiúza, Jalles Fontoura, João Menezes, Jonas Pinheiro, José Tinoco, Paes Landim, Simão Sessim, Benito Gama, Antônio Carlos Konder Reis, Gerson Peres, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia, Adylson Motta, Bonifácio de Andrada, José Maurício, Lysâneas Maciel, Luiz Salomão, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Afif Domingos, José Maria Eymael, Haroldo Lima, Fernando Santana, Jamil Haddad. Votou **NÃO** o Senhor Constituinte Cid Carvalho.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 80 Constituintes; votou NÃO 1 Constituinte. Total: 81 votos. O destaque foi **aprovado**.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ JORGE:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ JORGE:** – Sr. Presidente, por evidente erro de redação foi excluído do **caput** do art. 187 a expressão "ao orçamento anual". A expressão constou do artigo em todas as etapas anteriores. Então, estou encaminhando requerimento, por escrito, no sentido de que o Relator faça a devida correção.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – O Relator informa a V. Ex.<sup>a</sup> que acolhe o pedido como questão de redação.

**Destaque nº 006228-87 – Emenda nº IP-09340-8, do Sr. Jorge Hage, "que adita artigo ao Título VI, Capítulo II, Seção II do Projeto de Constituição (art. 186 – aditiva de §, do Substitutivo nº 2)" (396ª votação.)**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Passamos ao requerimento de preferência do Destaque nº 6228, do Constituinte Jorge Hage, referente à Emenda nº 09370. Os Srs Constituintes que concordam com a concessão de preferência permaneçam como se encontram. **(Pausa)**

Está acordada a preferência.

Concedo a palavra ao Constituinte Jorge Hage para explicar o teor da sua emenda.

**O SR. CONSTITUINTE JORGE HAGE:** – Sr. Presidente, por solicitação do eminente Relator Bernardo Cabral e em atenção a S. Ex.<sup>a</sup>, abro mão de defender minha emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup> e ao Relator, que fará uso da palavra.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente o Relator manifesta-se favorável à emenda do Constituinte Jorge Hage, cuja redação é a seguinte:

"É assegurada a participação, na forma e nos prazos da lei, nos projetos de lei referentes às diretrizes orçamentárias que concernem à definição de prioridades e objetivos dos gastos públicos e à forma de custeá-los, de entidades representativas da sociedade que tenham jurisdição nacional".

Esta é uma emenda que realmente merece ser acolhida. Somos pela aprovação. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Com parecer favorável da Relatoria, passa-se à votação.

#### **(Procede-se à votação)**

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Alfredo Campos, Almir Gabriel, Artur da Távola, Carlos Mosconi, Celso Dourado, Cid Carvalho, Egídio Ferreira Lima, Fernando Gasparian, Fernando Henrique Cardoso, Haroldo Sabóia, Ibsen Pinheiro, João Calmon, João Herrmann Neto, José Ignácio Ferreira, José Paulo Bisol, José Serra, José Ulisses de Oliveira, Mário Lima, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nelson Friedrich, Paulo Ramos, Raimundo Bezerra, Rodrigues Palma, Virgildásio de Senna, Antonio Mariz, Euclides Scalco, João Agripino, Jorge Hage, Octávio Elísio, Vilson Souza, Arnaldo Prieto, Edme Tavares, José Jorge, Antônio Carlos Konder Reis, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia, José Maurício, Lysâneas Maciel, Luiz Salomão, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Francisco Rossi, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, José Maria Eymael, Haroldo Lima, Fernando Santana, e Jamil Haddad. Voltaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Antônio Britto, Fernando Bezerra Coelho, José Geraldo, José Richa, Nilson Pimenta da Veiga, José Tavares, Marcos Lima, Alcení Guerra, Annibal Barcellos, Christóvam Chiaradia, Enoc Vieira, Eraldo Tinoco, Francisco Dornelles, Geovani Borges, Gilson Machado, Inocêncio Oliveira, José Lins, José Lourenço, José Santana de Vasconcellos, Ricardo Fiúza, Jalles Fontoura, João Menezes, Jonas Pinheiro, José Tinoco Paes Landim, Simão Sessim, Benito Gama, Gerson Peres, Adylson Motta, Bonifácio de Andrada e Afif Domingos. **ABSTENÇÃO** do Senhor Constituinte José Fogaça.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 50 Constituintes; votaram NÃO 32 Constituintes; absteve-se de votar 1 Constituinte. Total 83 votos. O destaque foi **aprovado**.

**O SR. CONSTITUINTE FRANCISCO DORNELLES:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. PRESIDENTE FRANCISCO DORNELLES:** – Sr. Presidente, quero manifestar meu protesto contra a maneira como estão sendo conduzidos os trabalhos de votação nesta Assembleia Nacional Constituinte. **(Palmas)** Estamos fazendo um texto, que é um trabalho sério, e não podemos votar uma emenda... Devo dizer a V. Ex.<sup>a</sup> que não entro no mérito, se a emenda merece ser aprovada ou não, mas acho que os Constituintes têm que ter o direito de manifestar o seu ponto de vista, a favor ou contra, e, pelo menos, tomar conhecimento do que está sendo votado. Foi encaminhada uma emenda, o ilustre Relator deu o parecer, ninguém pôde falar a favor ou contra e ela foi colocada em votação. Com o maior respeito que tenho por V. Ex.<sup>a</sup> entendo que não pode continuar o trabalho dessa maneira.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Quero esclarecer à Casa que este Presidente não tinha de pronto conhecimento do conteúdo da emenda. Coloquei-a logo em votação porque ninguém se inscrevera para encaminhar a matéria. Como ninguém havia pedido a palavra para encaminhar contra, não tive modo regimental de agir diferentemente. Dei a palavra ao Relator, que opinou favoravelmente.

**O SR. CONSTITUINTE PAES LANDIM:** – Sr. Presidente, com o devido respeito que V. Ex.<sup>a</sup> merece, essa emenda sofreu tantas transformações de texto que V. Ex.<sup>a</sup> deveria tê-la lido antes.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Quem leu o texto foi o Relator.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Pois não, Sr. Relator.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Preciso esclarecer aos eminentes Constituintes que a emenda foi devidamente examinada e resguardada pelo Relator. "É assegura a participação, na forma e nos prazos da lei"... Quem vai estabelecer a forma e o prazo para a participação é a lei. E quem vai participar disso são entidades representativas da sociedade de jurisdição nacional: conselhos de contabilidade e outros.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Srs. Constituintes, V. Ex.<sup>as</sup> já votaram, já registraram as objeções. A Mesa proclamou o resultado e já esclareceu que procedera com absoluta isenção. Não tendo havido nenhum orador inscrito, concedi a palavra ao Relator, que deu o parecer e leu a emenda antes de ser votada. Não tenho forma regimental de alterar esse procedimento **(Palmas)**

**O SR. CONSTITUINTE RICARDO FIÚZA:** – Sr. Presidente, é evidente que já estamos cansados. Proponho, pois, o encerramento desta sessão.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – A questão já está resolvida. Peço a V. Ex.<sup>as</sup> não voltarem ao tema, porque não tem sentido regimental. O Presidente pode até lamentar, no íntimo, que não haja alternativa, mas de fato, não há.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Sr. Presidente, pela ordem. Eu gostaria de esclarecer que realmente muitos Constituintes votaram sem conhecimento de causa, e entre eles está V. Ex.<sup>a</sup>, que afirmou não saber qual era o teor da matéria em votação.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Até que o Relator tivesse lido a emenda. Quando per-

guntei quem desejava fazer uso da palavra e ninguém o quis, não tive alternativa.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LOURENÇO:** – Sr. Presidente, acho que o assunto que estamos tratando aqui é muito importante. Ouvi de diversos colegas com assento nesta Comissão declarações de que votaram sem conhecer a matéria em toda a sua extensão. Estamos votando a Constituição do nosso País. Eu pediria a V. Ex.<sup>a</sup>, portanto, que repetisse a votação.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Já proclamei o resultado. Esclareço que o voto do Constituinte José Fogaça, para o registro nos Anais, é SIM.

**Destaque nº 6335-87 – Emenda nº ES 28115-1, do Sr. Bonifácio de Andrada "que modifica o art. 221, § 1º e § 2º do Substitutivo nº 1 (art. 187, § 1º do Substitutivo nº 2". (397ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Passamos à discussão do pedido de preferência para o Destaque nº 6335, do Constituinte Bonifácio de Andrada.

Peço a V. Ex.<sup>as</sup> prestarem atenção ao que está sendo votado.

Em votação. Os Srs. Constituintes que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. **(Pausa)** Aprovado o pedido de preferência.

Tem a palavra o Constituinte Bonifácio de Andrada.

**O SR. CONSTITUINTE BONIFÁCIO DE ANDRADA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, nossa emenda diz respeito ao art. 187 e à comissão mista que ali está definida nos §§ 1º e 2º

No tocante ao § 2º, pedimos a atenção dos eminentes colegas para a sua redação. Em princípio, este parágrafo contém matéria regimental, mas, a nosso ver, tem o grave inconveniente de colocar na Constituição, em termos rígidos e claros, um mecanismo que vai resultar na discriminação entre certos Deputados e Senadores, que passarão a ser conhecidos como Senadores e Deputados de primeira classe para assuntos orçamentários e Deputados e Senadores de terceira, quarta ou quinta classe para assuntos orçamentários.

O § 2º reza o seguinte:

"§ 2º – Somente na Comissão poderão ser oferecidas emendas, sendo conclusivo e final o seu pronunciamento, salvo se um quinto dos membros da Câmara Federal ou do Senado da República requerer a votação em plenário."

Quer dizer, os Deputados e Senadores da Comissão Mista apresentarão, dentro dessa Comissão, suas emendas com uma assinatura, e serão aprovadas ou rejeitadas. Mas os Deputados e Senadores fora da Comissão Mista, para levarem ao plenário suas emendas – já que a decisão da Comissão Mista é conclusiva e definitiva – precisarão de assinaturas de um quinto dos membros das Casas. Quer dizer, teremos Deputados e Senadores que, com uma assinatura só, resolvem suas iniciativas dentro da Comissão Mista e teremos Deputados e Senadores, fora da Comissão Mista, que precisarão de assinaturas de um quinto de Parlamentares para ver suas reivindicações e propostas examinadas pelo Plenário e por este aprovadas ou rejeitadas.

Admitimos que esta técnica possa ser posta no Regimento se os Deputados ou Senadores assim o entenderem, mas esta modalidade de apreciação da matéria orçamentária colocada na Constituição significa a Carta Magna brasileira discriminar todos os Deputados e Senadores que não venham a participar da Comissão Mista.

Sr. Presidente, eminente Relator, peço que a nossa emenda seja votada com a exclusão das palavras "po-

derão ser", de modo que a redação para o § 2º é a seguinte:

"As emendas ao projeto de orçamento serão apresentadas na Comissão Mista e apreciadas pelo Plenário do Congresso Nacional na forma regimental."

Durante o pronunciamento do **Sr. Bonifácio de Andrada**, o **Sr. Fernando Henrique Cardoso**, Quarto-Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo **Sr. Jarbas Passarinho**, Terceiro-Vice-Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – V. Ex.<sup>a</sup> já fez esta alteração em tempo oportuno, consta do documento que está sobre a mesa.Z

**O SR. CONSTITUINTE BONIFÁCIO DE ANDRADA:** – Muito obrigado. O § 1º continua existindo. A Comissão Mista será permanente, de acordo com o § 1º, e terá excepcionais e avultadas atribuições. Apenas mantemos o § 2º da nossa emenda. O § 1º é matéria de fiscalização financeira. A Comissão, repito, será permanente, de acordo com o § 1º

Não estamos alterando o § 1º, nobres Constituintes José Jorge e José Serra. Estamos mantendo o § 1º, apesar de ele ter, a nosso ver, algumas inconveniências. O que estamos alterando é o § 2º, para que não haja discriminação contra Deputados e Senadores, na sua grande maioria.

Se o § 2º permanecer como está teremos uma comissão mista mais forte do que o Congresso Nacional, em matéria orçamentária. Estamos criando aqui um supra-órgão orçamentário para discriminar o próprio Congresso Nacional. Por isso, Sr. Presidente, pedimos o apoio dos nobres Constituintes para a nossa emenda, que vem corrigir o texto constitucional. Em vez de manter o texto constitucional que está no Substitutivo, igual ao da Emenda nº 1, de 1969, fizemos uma alteração que democratiza o processo, o mecanismo orçamentário.

Fazemos um apelo ao eminente Relator, o brilhante Constituinte Bernardo Cabral, a quem o País já deve grandes serviços, no sentido de que ouça as nossas ponderações e dê o seu parecer e o seu voto favoráveis à nossa proposição. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra o Constituinte José Serra para encaminhar contra.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ SERRA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, venho à tribuna encaminhar contra a emenda do nobre Constituinte Bonifácio de Andrada.

A idéia básica do capítulo orçamentário do Substitutivo do Relator é que o Poder Legislativo disponha de uma comissão mista permanente na área orçamentária com força para expressar sua posição na discussão do processo orçamentário. A minha experiência pessoal, inclusive antes de chegar a esta Casa, foi no Executivo, precisamente na área de elaboração orçamentária na Secretaria de Planejamento de São Paulo. E uma coisa essencial que deparei daquele período foi que falta ao Legislativo informação. É preciso que a Casa Legislativa esteja preparada, informada e tenha mecanismos de conhecimento e intervenção no processo orçamentário efetivo. Se não tivermos uma comissão mista permanente e forte, essa capacidade não será desenvolvida. Esse aspecto é fundamental. A emenda do Constituinte Bonifácio de Andrada determina que as emendas sejam encaminhadas à Comissão Mista, mas que sejam apreciadas pelo Plenário.

No Projeto do Relator, as emendas serão encaminhadas à Comissão Mista pelos Parlamentares. Se a Comissão Mista não as aceitar, os Parlamentares poderão requerer, com um quinto de assinaturas a votação em Plenário. De alguma maneira, já estaremos fazendo um processo seletivo e com critérios que darão mais força à participação do Parlamento. Em 1964, no último ano de

regime democrático no País, havia mais de 100 mil emendas para serem apreciadas pelo Plenário. No final, no processo de negociação, o Executivo as aceitava e simplesmente não as cumpria. Elas eram incluídas no orçamento, e este não era cumprido.

Há uma frase famosa do Ministro San Thiago Dantas, quando, no Ministério da Fazenda, foi procurado por um Deputado que dizia: "Mas a minha emenda foi aprovada. Está no Orçamento". O Ministro respondeu: "Está no Orçamento, mas não temos verbas."

Então, no fundo, aumenta-se o poder discricionário do Executivo. O que aparentemente parece dar um caráter mais democrático, na verdade aumenta a possibilidade de manipulação do Legislativo pelo Executivo. Para que evitemos isto é preciso que o Legislativo tenha uma comissão forte. O Regimento disporá sobre como a comissão se organizará, se ela poderá ou não se transformar numa comissão ditatorial. Não vejo por que isso significa ter Deputado de primeira e de segunda classe. Não necessariamente. Podemos ter mandatos curtos na comissão. Podemos realmente criar uma infra-estrutura básica que dê sustentação ao trabalho da comissão. A emenda do Constituinte Bonifácio de Andrada nos remete à realidade orçamentária pré-64. Temos de evitar tanto a realidade orçamentária da Constituição de 1967 como a da anterior a 1964, que, na verdade, favorecia a manipulação do Legislativo pelo Executivo.

Por isso é que encaminho enfaticamente – e esta questão é essencial para o fortalecimento do Legislativo – pela manutenção do texto do Relator e contra a emenda do nobre Constituinte Bonifácio de Andrada.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Para encaminhar a favor, tem a palavra o Constituinte Gérson Peres.

**O SR. CONSTITUINTE GÉRSO PERES:** – Sr. Presidente, queria alertar os prezados colegas no sentido de que a Constituição cria as comissões e o Regimento disciplina seu funcionamento.

Ora, estamos exagerando na elaboração das normas constitucionais. Estamos pretendendo criar uma Comissão Mista que tenha regras de funcionamento na Constituição.

Pediria aos colegas que aprovassem a emenda do Constituinte Bonifácio de Andrada, que é muito singela: cria a Comissão e remete o seu funcionamento para o Regimento Interno do Congresso Nacional.

Era o que queria lembrar aos colegas.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Com a palavra o Relator Antônio Carlos Konder Reis.

**O SR. RELATOR (Antônio Carlos Konder Reis):** – Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, o § 2º do art. 187 do projeto estabelece:

"Somente na Comissão poderão ser oferecidas emendas, sendo conclusivo e final o seu pronunciamento, salvo se um quinto dos membros da Câmara Federal ou do Senado da República requerer a votação em plenário. Será considerada aprovada a matéria acolhida nas duas Casas."

Essa é a regra. A emenda do nobre Constituinte Bonifácio de Andrada propõe a seguinte alteração:

"As emendas ao projeto de orçamento serão apresentadas na Comissão Mista e poderão ser apreciadas pelo Plenário do Congresso Nacional na forma regimental."

Duas afirmações que aqui foram feitas precisam de esclarecimento. O nobre Constituinte Bonifácio de Andrada declarou, naturalmente por equívoco, que só os mem-

bros da Comissão Mista poderiam apresentar emendas. Neste particular, a redação do Projeto coincide com a redação da emenda. Estou me referindo à declaração do nobre Constituinte Bonifácio de Andrada. Devo, como Relator-Adjunto, merecedor da confiança do Sr. Relator-Geral, atentar para todas as afirmações feitas, até por respeito àqueles que as fizeram. Então não há nenhuma diferença. Disse aqui também que as emendas de acordo com o Projeto, não viriam ao Plenário. O que o Projeto estabelece, no § 2º do art. 187, é o seguinte:

"...sendo conclusivo e final o seu pronunciamento, salvo se um quinto dos membros da Câmara Federal ou do Senado da República requerer a votação em Plenário. Será considerada aprovada a matéria acolhida nas duas Casas."

O critério de se estabelecer um **quorum** para que a emenda examinada pela Comissão Mista venha a Plenário é anulado, suprimido na emenda do Sr. Constituinte Bonifácio de Andrada? Não, porque a emenda diz, na sua parte final:

"e poderão ser apreciadas pelo Plenário do Congresso Nacional, na forma regimental".

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Quero chamar a atenção do Relator para o fato de que a emenda, como está colocada aqui, é diferente da que S. Ex.<sup>a</sup> está lendo. Houve alteração. O § 2º diz:

"As emendas ao projeto de orçamento serão apresentadas na Comissão Mista e apreciadas pelo Plenário."

Entre a publicação e a leitura, S. Ex.<sup>a</sup>, da tribuna, fez a modificação.

**O SR. RELATOR (Antônio Carlos Konder Reis):** – Faço a correção de pronto, Sr. Presidente. Estava-me valendo da publicação das emendas e não tinha a emenda que foi alterada regimentalmente pelo nobre Deputado Bonifácio de Andrada. Mas o meu argumento de modo algum é alterado, pois o que foi afirmado aqui é que as emendas não viriam a Plenário. E, pelo projeto, as emendas virão a Plenário, desde que um quinto dos Srs. Deputados ou Senadores o requeiram. É uma garantia, porque a Constituição já estabelece que as emendas virão a Plenário desde que preenchida esta condição.

Finalmente, devo rogar à Comissão que atente para uma circunstância. É que, pelo projeto, a lei orçamentária será examinada, no todo e quanto às emendas, por uma comissão mista. Mas, a deliberação será tomada numa e noutra Casa, concomitantemente. Foi a forma adotada pelo projeto. E a emenda de autoria do nobre Sr. Deputado Bonifácio de Andrada diz que as emendas serão apreciadas pelo Plenário do Congresso Nacional. Então, ela se contrapõe ao sistema que foi estabelecido no projeto. Haverá uma comissão mista, perante a qual qualquer congressista poderá apresentar as suas emendas. Esta comissão dará parecer sobre as emendas e chegará a uma decisão final se um quinto dos Deputados ou Senadores não requerer que elas venham à Plenário. Mas elas não virão ao Plenário do Congresso Nacional para que haja uma ampla discussão sobre a lei orçamentária e para que a deliberação obedeça ao princípio bicameral. Elas, tramitarão concomitantemente na Câmara e no Senado. Em razão desses argumentos é que, em nome do Sr. Relator-Geral, me manifesto favoravelmente à manutenção do projeto e contrariamente à aprovação da emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Eu pediria aos Srs. Constituintes evitarem as reclamações que se observaram quando da votação anterior. Acho que a matéria está bem explicada. Vamos fazer a coleta de votos.

**O SR. CONSTITUINTE EGÍDIO FERREIRA LIMA:** – Sr. Presidente, uma questão de ordem. Considerando que esta é matéria da maior importância, o Constituinte Bonifácio de Andrada vai propor uma solução a V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. CONSTITUINTE BONIFÁCIO DE ANDRADA:** –

Sr. Presidente, o nobre Constituinte Egídio Ferreira Lima, ao lado dos Constituintes José Serra e José Jorge, estão propondo, com base na nossa emenda, uma modificação que, a nosso ver; de nossa parte, é satisfatória. O § 2º passaria a ter a seguinte redação: "O Regimento Comum do Congresso Nacional disporá sobre a matéria mencionada neste artigo".

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Sr.

Constituinte, infelizmente não posso acolher tal proposta. Ainda que houvesse unanimidade em relação à sua apresentação, ela encerraria uma violência contra aquilo que tem sido a regra adotada aqui. Não posso inovar a matéria. Ela fica entre a proposta de V. Ex.<sup>a</sup> e a do texto do Relator.

Vou colher os votos.

**(Procede-se à votação)**

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Aluizio Campos, Antônio Britto, Artur da Távola, Celso Dourado, Cid Carvalho, Fernando Gasparian, José Geraldo, José Ulisses de Oliveira, Nelson Carneiro, Nilton Friedrich, Nilson Gibson, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Virgildásio de Senna, Antonio Mariz, João Agripino, Jorge Hage, Octávio Elísio, Alcení Guerra, Annibal Barcellos, Christóvam Chiaradia, Enoc Vieira, Eraldo Tinoco, Geovani Borges, Gilson Machado, Inocêncio Oliveira, José Lins, José Lourenço, José Santana de Vasconcellos, Jalles Fontoura, João Menezes, Jonas Pinheiro, José Tinoco, Paes Landim, Benito Gama, Gerson Pares, Jarbas Passarinho, Adylson Motta, Bonifácio de Andrada, José Maurício, Lysâneas Maciel, Luiz Salomão, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Haroldo Lima, José Maria Eymael, Jamil Haddad. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Alfredo Campos, Almir Gabriel, Bernardo Cabral, Egídio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Henrique Cardoso, Haroldo Sabóia, Ibsen Pinheiro, João Calmon, João Herrmann Neto, José Fogaça, José Paulo Bisol, José Richa, José Serra, Manoel Moreira, Mário Lima, Nelson Jobim, Pimenta da Veiga, Raimundo Bezerra, Rodrigues Palma, Euclides Scalco, José Tavares, Marcos Lima, Vilson Souza, Arnaldo Prieto, Edme Tavares, Francisco Dornelles, José Jorge, Ricardo Fiúza, Simão Sessim, Antônio Carlos Konder Reis, José Luiz Maia, Plínio Arruda Sampaio, Afif Domingos, Fernando Santana.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 49 Constituintes; votaram NÃO 35 Constituintes. Total, 84 votos. O destaque foi **aprovado**.

Estamos ao fim do tempo destinado à reunião que seria a terceira de hoje. Na verdade, houve prorrogação da segunda sessão até este momento. Temos ainda 3 destaques de concordância de todos os Líderes e mais 20 pedidos de preferência de plenário.

**III – SUSPENSÃO DA REUNIÃO**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A Presidência vai suspender os trabalhos, convocando os Senhores Constituintes para a continuação da presente reunião, amanhã, 8-11-87, às 9:00 horas.

Está suspensa a reunião.

**(Suspende-se a reunião às 23:00 horas)  
EM 8 DE NOVEMBRO DE 1987**

Presidência dos Srs.: **Aluizio Campos**, Primeiro-Vice-Presidente; **Jarbas Passarinho**, Terceiro-Vice-Presidente; **Fernando Henrique Cardoso**, Quarto-Vice-Presidente.

**I – REABERTURA DA REUNIÃO**

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Havendo número regimental, declaro reaberta a reunião.

**II – EXPEDIENTE****Do Sr. Líder do PMDB:**

Ofício nº 250/87

Brasília, 8 de novembro de 1987

Excelentíssimo Senhor

Senador Afonso Arinos

DD. Presidente da Comissão de Sistematização

Nesta

Senhor Presidente:

Informo a Vossa Excelência que a bancada dos Suplentes do PMDB na Comissão de Sistematização, através de acordo entre seus membros, estabeleceu ordem de inscrição para as votações daquela Comissão, para o **Título VII – Da Ordem Econômica e Financeira**, conforme relação anexa.

Sem outro particular, reitero a Vossa Excelência votos de estima e cordial apreço. – Senador **Mário Covas**, Líder do PMDB na Assembléia Nacional Constituinte.

**RELAÇÃO DA ORDEM DOS SUPLENTES PARA O****TÍTULO VII**

Albano Franco – João Agripino – Vicente Bogo – Euclides Scalco – Délio Braz – Antônio Mariz – José Carlos Grecco – Roberto Brant – Chagas Rodrigues – José Costa – Marcos Lima – Márcio Braga – Vilson Souza – José Tavares – Uldurico Pinto – Nelson Wedekin – Octávio Elísio – Jorge Hage.

**III – ORDEM DO DIA****VOTAÇÃO DO PROJETO DE CONSTITUIÇÃO TÍTULO VI – (fim)****O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** –

Havendo número regimental, declaro reiniciados os nossos trabalhos, para prosseguirmos na votação de destaques relativos ao Título VI do Projeto Constitucional.

**Destaque nº 6835-87 – Emenda nº 34200-2, do Sr. José Serra, “que adita parágrafo ao art. 221 do Substitutivo nº 1 (art. 187 do Substitutivo nº 1)”.**

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – O primeiro Destaque é o de nº 6835, de autoria do nobre Constituinte José Serra, relativo à Emenda nº 34200-2. S. Ex.<sup>a</sup> pretende modificar o texto. do § 8º do art. 187, cujo teor é o seguinte:

“§ 8º Os acréscimos, relativos a veto, emenda, ou rejeição do projeto de orçamento anual, que restarem sem despesas correspondentes poderão ser utilizados, conforme o caso, mediante créditos especiais ou suplementares, com prévia e específica autorização legislativa”.

A emenda visa substituir a palavra “acréscimos” por “recursos”.

Em votação o requerimento de preferência.

Os Srs. Constituintes que o aprovam queiram permanecer sentados. **(Pausa)**

Está aprovado.

Tem a palavra o eminente autor do destaque, Constituinte José Serra, para o encaminhamento da sua proposição.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ SERRA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, trata-se mais de uma correção de redação, porque o § 8º do art. 187 diz:

“Os acréscimos relativos, a veto, emenda, ou rejeição do projeto de orçamento anual, que res-

tarem sem despesas correspondentes poderão ser utilizados, conforme o caso, mediante créditos especiais ou suplementares, com prévia e específica autorização legislativa".

Ora, o termo correto não é "acréscimo". Isto significa que sobra algum recurso, devido a alguma emenda, alguma rejeição, ou algum veto. Então, o termo correto não seria "acréscimo"; o termo correto seria: "os recursos relativos a veto, emenda ou rejeição do projeto de orçamento que restarem sem despesas correspondentes."

Então, trata-se apenas de introduzir um termo mais apropriado, "recursos"; quer dizer, trocar "acréscimos" por "recursos". É nada mais do que isto. Creio que basta examinarmos a redação para ver que é uma questão evidente; talvez isto não necessite entrar em votação, apenas uma correção de redação.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ PAULO BISOL:** – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem a palavra, pela ordem, o Sr. Constituinte José Paulo Bisol.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ PAULO BISOL:** – Sr. Presidente, é uma simples questão de redação e é de uma evidência tão gritante que poderíamos ganhar tempo não votando.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Exatamente! Tem a palavra o Sr. Relator, porque se considerar uma questão de redação final e o compromisso de aceitar a sugestão do Constituinte José Serra, acho que podemos transferi-la para a redação final.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, o Constituinte José Paulo Bisol tem absoluta razão, o problema é redacional e a relatoria acolhe a emenda. (Palmas)

**Destaque nº 01460-87 – Emenda nº 32475-6, do Sr. Arnaldo Prieto, "que modifica o art. 222 inciso II do Substitutivo nº 1 (art. 188 inciso II do Substitutivo nº 2)".**

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Passamos ao Destaque de nº 1460 de autoria do ilustre Constituinte Arnaldo Prieto, sobre a Emenda de nº 32475. S. Ex.<sup>a</sup> propõe introduzir a palavra "diretas" no inciso II do art. nº 188.

Em votação o requerimento de preferência.

Os Srs. Constituintes que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Tem a palavra o nobre Constituinte Arnaldo Prieto, para o encaminhamento.

**O SR. CONSTITUINTE ARNALDO PRIETO:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o destaque é de minha autoria, mas a emenda é do eminente Constituinte Manoel Moreira é visa a uma pequena correção com o acrescentamento da palavra "diretas". Diz o art. 188, inciso II:

Art. 188. "são vedados":

II – a realização de despesas ou a assunção de obrigações que excedam os créditos orçamentários ou adicionais;

Com isto, o Governo federal se vê impedido de conceder avais porque é também uma assunção de obrigação. Então, colocando a palavra "diretas" permitimos que sejam concedidos avais ou garantias ou fianças, dentro das normas já previstas na Constituição; nas atribuições do Senado Federal. Esta é a proposta do Constituinte Manoel Moreira.

Creio que ficaria melhor a redação, se no final se acrescentasse, em vez do termo "diretas", logo depois de "a obrigação" se acrescentasse a expressão: "ressalvadas as garantias"; ou avais, ou fianças. Era só isso o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. CONSTITUINTE VIRGILDÁSIO DE SENNA:** – Sr. Presidente pela ordem! (Assentimento da Presidência) Qual o artigo e o inciso a que se refere à emenda?

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Artigo nº 188 inciso II.

Não há oradores inscritos para se pronunciar contrariamente. Peço a opinião do Sr. Relator.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, esta emenda está no mesmo caminho da emenda anterior, do Constituinte José Serra, e a Relatoria acolhe a emenda do Constituinte Manoel Moreira.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Fica transferido o texto da emenda para a redação final.

**Destaque nº 6136-87 – Emenda nº ES-31260-0, do Sr. Antônio Carlos Konder Reis, "que adita ao art. 222, inciso IV, as letras" a "e" b "do Substitutivo nº 1 (art. 188, inciso IV alíneas, do Substitutivo nº 2)". (398.<sup>a</sup> votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Temos agora um requerimento de destaque de autoria do Constituinte Antônio Carlos Konder Reis, sobre a Emenda nº 31260.

Os Srs. Constituintes que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado o requerimento de destaque.

A emenda versa sobre o art. 188, inciso IV. É uma emenda modificativa.

Tem a palavra o nobre Constituinte Antônio Carlos Konder Reis, para encaminhamento, pedindo que inicialmente esclareça o texto e as modificações que deseja introduzir.

**O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes:

Pelo sistema do projeto, todas as vinculações de receitas de impostos a órgãos, fundo ou despesa, estão suprimidas, com exceção da vinculação para a manutenção e desenvolvimento do ensino. A emenda que tive a honra de apresentar abre uma outra exceção, relativamente, a vinculação de receita para garantir operações por antecipação da receita. Este é o sentido da emenda. Os Municípios, os Estados, quando da realização de operações por antecipação da receita, eles necessitam freqüentemente de vincular parte da receita para poderem fazer a operação. Essa é a exigência dos Bancos oficiais e também dos Bancos particulares. A emenda visa apenas permitir que se possa, nas operações por antecipação da receita, na forma estabelecida pela Constituição, com as ressalvas estabelecidas pela Constituição, se fazer a vinculação.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Não há oradores inscritos para encaminhamento contra, de maneira que passamos à votação. Peço a palavra do Sr. Relator.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, em verdade ao que ouvi, pelo assentimento do Constituinte José Serra, isso deve ser mais um problema técnico...

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Gostaria de um esclarecimento. Essa emenda do Constituinte Antônio Carlos Konder Reis tem três itens: o a, o b e o § 6º.

Pergunto se S. Ex.<sup>a</sup> vai considerar, ou considerou antes da votação, apenas o item b.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – O requerimento de destaque, de acordo com as normas aprovadas pela



Comissão solicita a votação apenas do item **b**: a prestação de garantia às operações de crédito, por antecipação da receita, previstas no inciso I do § 6.º do art. 220, desta Constituição.

O requerimento é expresso, nobre Sr. Constituinte Gerson Peres, solicitando a votação apenas da letra **b**.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Muito obrigado.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ SERRA:** – Permite-me, Sr. Presidente?

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Pois não! V. Ex.<sup>a</sup> tem a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ SERRA:** – A emenda do Constituinte Antônio Carlos Konder Reis é bastante oportuna, uma vez que o texto da maneira como estava, proibia vinculação de recursos para créditos de antecipação de receita e, portanto, inviabilizava a realização de créditos de antecipação de receita, que são vinculados à própria receita que será arrecadada no futuro.

É uma complementação, a meu ver, indispensável ao texto.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – O Constituinte José Serra apóia integralmente a emenda do Constituinte Antônio Carlos Konder Reis.

**O SR. CONSTITUINTE CELSO DOURADO:** – Sr. Presidente, concede-me a palavra?

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Pois não, tem a palavra o nobre Constituinte Celso Dourado.

**O SR. CONSTITUINTE CELSO DOURADO:** – Sr. Presidente, considero a emenda boa, mas tenho uma preocupação: essas operações são feitas em final de mandato, como ultimamente está ocorrendo. Há poucos dias, peguei uma Ordem do Dia do Senado Federal e fiquei impressionado com o número de prefeituras que estão pleiteando empréstimos junto à Caixa Econômica Federal no último sexto ano do mandato, ultrapassando, sem dúvida alguma, o limite de seu mandato por doze anos, comprometendo o ICM e, no final de mandato, o comprometimento ou o compromisso maior desses prefeitos, em geral, é com o período eleitoral, com as eleições.

Tenho a impressão de que deveria haver alguma observação na lei nesse sentido. Isso, no início do mandato, pode ser bastante significativo para o município, para a comunidade, mas em final de mandato, não.

O que está ocorrendo ultimamente são inúmeras as prefeituras, prefeituras que estão sendo mal administradas, cujos recursos estão sendo malbaratados e assim mesmo, estão com projetos conseguindo uma importância muito grande, importâncias vultosas mesmo, junto à Caixa Econômica Federal.

Gostaria de chamar a atenção de que o Senado Federal deveria observar esse aspecto, que acho bastante problemático.

Durante o pronunciamento do **Sr. Celso Doudo**, o **Sr. Aluizio Campos**, Primeiro-Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo **Sr. Jarbas Passarinho**, Terceiro-Vice-Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tomo a declaração de V. Ex.<sup>a</sup> como um encaminhamento contra.

**O SR. CONSTITUINTE INOCÊNCIO OLIVEIRA:** – Sr. Presidente, gostaria de dizer, nesta reunião, que concordo em grau, gênero e número com o nobre Constituinte Celso Dourado, porque os empréstimos das prefeituras dever-se-iam cingir ao período administrativo de seus prefeitos e, assim sendo, não pode esta Constituição facilitar a que

os prefeitos, no último ano, façam antecipações que vão comprometer o período administrativo do seu sucessor.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Precisamos pôr ordem na Casa – ou temos inscrição para falar a favor ou contra, ou faremos "pinga-fogo". Isto não está certo, não aceito.

**O SR. CONSTITUINTE CÉSAR MAIA:** – Sr. Presidente, peço a palavra para um pequeno esclarecimento.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – V. Ex.<sup>a</sup> quer um esclarecimento do Relator ou do autor da emenda? Porque, desta forma, ficamos fazendo um diálogo-debate, Constituinte César Maia.

**O SR. CONSTITUINTE CÉSAR MAIA:** – Gostaria apenas de lembrar que bastaria ao Sr. Constituinte apresentar emenda impedindo o endividamento nos últimos seis meses; S. Ex.<sup>a</sup> pode apresentar emenda ao Plenário neste sentido; não pode é impedir o endividamento do setor público.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra o Relator.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Isto foi resultado de longa reunião haviada com os Secretários de Fazendas estaduais, com os Constituintes José Serra, Francisco Dornelles, inclusive com o Senador Virgílio Távora, do que originou o art. 186.

Pediria ao eminente Constituinte Celso Dourado que acompanhasse o Constituinte Inocêncio Oliveira. **(Pausa)**

Sr. Presidente, por isto é que, depois, reclamam da Relatoria que não há esclarecimento.

O art. 186, § 6.º, inciso I do Substitutivo – eu estava dando estes dados ao eminente Constituinte Antônio Carlos Konder Reis, porque na sua emenda ainda estava o artigo anterior – resolve e disciplina o assunto, quando diz:

"A lei orçamentária anual compreenderá..." Vêm os incisos, e o § 6º reza:

"A lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição":

I – a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, inclusive por antecipação de receita; estas não excederão a terça parte da receita total estimada para o exercício financeiro e, até trinta dias depois do encerramento deste, serão obrigatoriamente liquidadas;"

No parágrafo anterior, com a fixação da lei orçamentária anual, foi a forma que encontramos de brejar esta inquietação que tinha o Constituinte Celso Dourado, que tinha razão em fazer o seu esclarecimento, como também o Constituinte Inocêncio Oliveira, quando tivemos a oportunidade de esclarecer.

Sr. Presidente, a proibição já está feita no Substitutivo. Era o esclarecimento da Relatoria, votando favoravelmente à emenda.

**O SR. CONSTITUINTE VIRGÍLIO DE SENNA:** – Sr. Presidente, peço a V. Ex.<sup>a</sup> a palavra para uma declaração, com fundamento no art. 55 do nosso Regimento Interno.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – V. Ex.<sup>a</sup> tem a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE VIRGILDASIO DE SENNA:** – Sr. Presidente, a declaração que quero fazer é que votarei favoravelmente à emenda apresentada pelo nobre Relator Antônio Carlos Konder Reis. Todavia, reservo-me a, no plenário, votar contra o dispositivo constante da matéria votada, porquanto considero um êxito extraordinário na história administrativa de nosso País, a vinculação dos recursos do Fundo do Imposto único sobre Combustível, expresso na Lei Jopert, como instrumento absolutamente necessário a manter-se em funcionamento a rede rododotroviária de nosso País. O Brasil hoje, para reparar qualquer rodovia, tem que tomar dinheiro no Banco Mundial. O quadro é desolador. A instituição do caixa único na República reduziu o sistema viário a uma degradação de toda a rede até o limite da sua capacidade de utilização.

Quero deixar registrado que, em votando favoravelmente à emenda apresentada pelo eminente Constituinte Konder Reis, votarei em plenário, quando a matéria for discutida, pela vinculação dos recursos do Fundo Rodoviário Nacional.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tenho admiração pela vocação regimental do Constituinte Virgildásio de Senna, mas havemos de concordar que S. Ex.<sup>a</sup> invocou em seu favor o art. 55, que diz:

Art. 55. O Constituinte poderá fazer uso da palavra:

I – para retificar a Ata.

– Não é o caso –

II – para breves comunicações ou para focalizar temas de interesse constitucional, na forma do disposto no § 2º do art. 34 deste Regimento.

Não é o caso –

III – pela ordem, para reclamação quanto à observância do Regimento ou quanto aos serviços administrativos, para esclarecimentos sobre a ordem dos trabalhos ou para levantar Questão de Ordem.

Não é o caso também –

IV – para discutir proposição;

– É o caso, mas não se inscreveu –

V – para encaminhar votação.

Seria o caso, mas não se inscreveu em tempo. S. Ex.<sup>a</sup> usou um artifício e o Regimento lhe permitiu por citação do nº 55. **(Risos)**

**(Procede-se à votação)**

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Almir Gabriel, Aluizio Campos, Antônio Britto, Bernardo Cabral, Egídio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Gasparian, Haroldo Sabóia, João Calmon, José Fogaça, José Paulo Bisol, José Richa, José Serra, José Ulisses de Oliveira, Manoel Moreira, Mário Lima, Nelson Jobim, Nilton Friedrich, Paulo Ramos, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Sigmaringa Seixas, Virgildásio de Senna, Antonio Mariz, Chagas Rodrigues, Euclides Scalco, João Agripino, José Tavares, Uldurico Pinto, Vilson Souza, Annibal Barcellos, Arnaldo Prieto, Christóvam Chiaradia, Edme Tavares, Eraldo Tinoco, Geovani Borges, José Uns, Jalles Fontoura, Jofran Frejat, Jonas Pinheiro, Mozarildo Cavalcanti, Simão Sessim, Valmir Campeio, Benito Gama, Antônio Carlos Konder Reis, Gerson Pares, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia, José Maurício, Cesar Maia, Luiz Salomão, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Adolfo Oliveira, Siqueira Campos, Haroldo Lima, Fernando Santanna e Jamil Haddad. Votaram **NÃO** os seguintes Constituintes: Carlos Sant'Anna, Celso Dourado, Nilson Gibson, Délio Braz, Inocência Oliveira, José Lourenço,

João Menezes e Virgílio Távora. **ABSTENÇÃO:** Senhor Constituinte Darcy Pozza.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 61 Constituintes; votaram NÃO 8 Constituintes; absteve-se de votar 1 Constituinte. Total: 70 votos. O Destaque foi **aprovado**.

**Destaque nº 6521-87, do Sr. Aluizio Campos, "que suprime parcialmente o art. 164 "caput" e totalmente o Parágrafo único do mesmo artigo".**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Sobre a mesa, requerimento de preferência para o destaque que pede supressão parcial do **caput** do art. 164 e de seu Parágrafo único, de iniciativa do Constituinte Aluizio Campos.

Os Srs. Constituintes que a aprovam, queiram permanecer sentados. **(Pausa)**

Aprovada a preferência.

Tem a palavra o Sr. Constituinte Aluizio Campos, para defender seu Destaque.

**O SR. CONSTITUINTE ALUÍZIO CAMPOS:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

art. 164 estabelece:

"Compete, ainda, aos Municípios instituir, como tributo, contribuição de custeio de obras ou serviços resultantes do uso do solo urbano..."

E estabelece, no Parágrafo único:

"A contribuição prevista neste artigo tem por limite global o custo das obras ou serviços."

Mas, no **caput** do art. 164, depois da palavra "urbano", há um casuismo que, no meu entender, deve ser eliminado do texto:

"... exigível de quem promover atos que impliquem aumento de equipamento urbano em área determinada, a ser graduada em função do custo desse acréscimo."

Entendo que essa matéria deve ser deixada à competência do legislador municipal, que quando instituir a contribuição de custeio naturalmente determinará os critérios que devem ser observados para cobrança do tributo. Na minha emenda, proponho supressão parcial a partir da palavra "urbano", de modo que o texto ficaria com a seguinte redação:

"Compete aos Municípios instituir, como tributo, contribuição de custeio de obras ou serviços resultantes do uso do solo urbano."

Subsistindo o Parágrafo único.

"A contribuição prevista neste artigo tem por limite global o custo das obras ou serviços."

Creio que assim entramos na política de enxugamento do texto constitucional, retirando dele os casuismos que se tornam desnecessários para o estabelecimento da norma genérica. Minha emenda visa apenas contribuir para tornar mais simples e respeitar mais a atribuição do Poder municipal e estabelecer os critérios de cobrança na lei institutiva do tributo. **(Muito bem)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra o nobre Constituinte José Serra, para encaminhar contra.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ SERRA:** – Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Constituintes:

Encaminho contra, não obstante entender o propósito do Constituinte Aluizio Campos, de simplificar o texto e remeter à legislação ordinária o tratamento mais específico do assunto. Acontece que à parte suprimida por S. Ex.<sup>a</sup>, realmente, pode prejudicar o próprio conceito de

contribuição que se quer, introduzir aqui, de "um novo tributo" que fica comprometido.

O texto diz:

"Compete, ainda, aos Municípios instituir, como tributo, contribuição de custeio de obras ou serviços resultantes do uso do solo urbano."

Se permanecesse apenas até a palavra "urbano", o texto ficaria prejudicado porque, em seguida, o **caput** do artigo estabelece, primeiro, de quem é exigível essa contribuição. Então, é muito importante estabelecer o ente que é passível de fazer a contribuição pelas obras ou serviços resultantes do solo urbano. Será quem promover atos que impliquem aumento de equipamento urbano em área determinada. Se eu não estabelecer isso, ficarei com um tributo absolutamente indefinido que poderá ser aplicado, nas situações mais diversas e diferenciadas, inclusive com abusos em relação ao contribuinte.

Finalmente, Sr. Presidente, estabelece um critério que é muito importante, inclusive como proteção ao contribuinte, a ser graduada em função do custo desse acréscimo que resultar. Portanto, eu optaria por manter o texto tal como está.

**O SR. RELATOR (Fernando Bezerra Coelho):** – A Relatoria é contra.

**O SR. CONTRIBUINTE ALUÍZIO CAMPOS:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Concedo a palavra ao Constituinte Aluizio Campos, pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE ALUÍZIO CAMPOS:** – Sr. Presidente, o Constituinte José Serra é especialista em matéria tributária. Achava eu ser desnecessário o acréscimo, mas S. Ex.<sup>a</sup> acha que deve subsistir a vinculação; também não pedi a supressão do parágrafo único, foi só da parte referente ao **caput**. Entretanto, se os especialistas não concordam, retiro a emenda para ganhar tempo. **(Muito bem! Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Há um requerimento de preferência para o destaque de autoria do Constituinte Víctor Faccioni. S. Ex.<sup>a</sup> não se encontra presente. Deixou, entretanto, uma Indicação em favor do Constituinte Bonifácio de Andrada, cuja figura notável ainda não vi na manhã de hoje. Conseqüentemente, considero prejudicados ambos os destaques.

**O SR. CONSTITUINTE MÁRIO LIMA:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra o nobre Constituinte, pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE MÁRIO LIMA:** – O terceiro destaque é de minha autoria, que, a meu juízo, está prejudicado. Mas, regimentalmente, a palavra final cabe a V. Ex.<sup>a</sup>

Aproveito esta breve intervenção para fazer um apelo aos meus companheiros. Hoje, o grande inimigo da Constituinte é o tempo. Há desinformação, preconceito e má vontade de setores conservadores. Meu apelo é no sentido de que cada um de nós colabore, retirando os destaques com redação ou sentidos semelhantes. O grande inimigo de todos nós que, queremos fazer uma Constituição para o povo brasileiro, respeito, é o tempo. O tempo conspira contra nós. Muito obrigado. **(Palmas)**

**Destaque nº 7343-87 – Emenda nº 1P-11037-8, do Sr. Antonio Mariz, "que adita ao art. 270 caput, inciso VI do Projeto de Constituição" (art. 175 caput do Substitutivo nº 2). (399.a votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Requerimento de preferência para o Destaque nº 7343, do Constituinte Antonio Mariz.

Em votação.

Os Srs. Constituintes que o aprovam queiram permanecer sentados. **(Pausa)**

Aprovado o requerimento de preferência. Tem a palavra o Constituinte Antonio Mariz. É uma emenda aditiva do art. 175, **caput**.

**O SR. CONSTITUINTE ANTONIO MARIZ:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

A emenda aditiva que venho aqui defender dirige-se ao art. 175, como foi enunciado pelo Sr. Presidente desta Comissão. Pretendo acrescentar ao final do dispositivo, após o inciso VI, um novo inciso, com a seguinte redação:

"grandes fortunas, nos termos deferidos em lei complementar."

A emenda cria um novo imposto sobre "grandes fortunas, nos termos deferidos em lei complementar". A primeira vista, poderia parecer que esta matéria fosse vencida em virtude da emenda anterior aqui defendida pelo Constituinte Plínio Arruda Sampaio. Na verdade, há uma diferença substancial entre a proposta que se votou ontem e esta. É que a anterior se referia a patrimônio líquido, Imposto sobre Patrimônio Líquido, mas sem estabelecer um teto para esse patrimônio líquido sobre o qual incidiria o imposto, o tributo ou o piso inferior abaixo do qual estivesse isento esse patrimônio.

Aqui, ao definirmos o imposto sobre grandes fortunas, estabelecemos instantaneamente um patamar conceitual que distingue perfeitamente os grandes patrimônios líquidos dos pequenos patrimônios líquidos. Essa diferença me parece essencial, exatamente porque evita, de antemão, que esse imposto incida sobre a classe média ou sobre os trabalhadores, para que não se verificasse uma distorção semelhante à que ocorreu com o Imposto de Renda, por exemplo, que hoje constitui mais de 50%, para ser exato, 56% das receitas públicas neste País, das receitas públicas federais. No entanto, estudos recentes, estatísticos e econômicos revelam que deste montante do Imposto de Renda, a maior parte é originária dos assalariados e dos trabalhadores autônomos pelas isenções abusivas que se concedem aos ganhos de capital. Ao definirmos, portanto, esse imposto como sobre as grandes fortunas, estamos criando um instrumento de política econômica de que se ressentem o sistema tributário brasileiro.

Dizia, ontem, o Constituinte Fernando Bezerra Coelho que esse tributo se inspira em legislação socialista; teria sido criado um imposto semelhante e até com o mesmo nome, na França de François Mitterrand, e que não refletia senão, uma atitude utópica ou romântica pois que não se traduzia numa efetiva arrecadação de receita. Mas é preciso dizer que não só a França socialista criou esse imposto, mas todas as nações, ou quase todas, ou as mais modernas nações capitalistas, dispõem de instrumentos como esse. Na OCRE – Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico, que reúne 18 países europeus, além dos Estados Unidos, Canadá e Japão, 12 desses países dispõem de legislação sobre o patrimônio líquido ou sobre as grandes fortunas. É preciso que se comparem também os dados do Brasil com esses países.

Nos Estados Unidos, por exemplo, o Imposto sobre, o Patrimônio representa 4% do Produto Interno Bruto americano, assim, também, na Inglaterra, o que equivale a 12% das receitas federais ou das receitas nacionais desses dois países. No Brasil, o Imposto sobre o Patrimônio já existe setorialmente; também existem os IPTU – Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana; o ITR – Imposto Territorial Rural; o IPVA – Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores, mas que represen-

tam, no cômputo geral das receitas brasileiras, 0,56 do Produto Interno Bruto e 3,5% das receitas gerais.

A comparação demonstra a necessidade que o Governo tem de um instrumento extrafiscal de política econômica que lhe permita associá-lo ao Imposto sobre Renda, ao Imposto sobre Sucessões e Doações e, por intermédio desse sistema tributário, exercer uma ação sobre a realidade social deste País. Atende o argumento a objeção do nobre Constituinte Inocêncio Oliveira, que ontem se preocupava com a incidência desse Imposto sobre a classe média e os trabalhadores. Aqui o definimos como o imposto das grandes fortunas, e será a lei complementar e não a Constituição que irá pormenorizá-lo, reduzi-lo aos seus termos escritos, pela votação majoritária do Congresso Nacional.

Sr. Presidente, encerro, dizendo que todos aqueles que se preocupam em construir uma democracia estável, que não pode basear-se senão na igualdade social; que todos aqueles que condenam os contrastes, as disparidades econômicas que permeiam o povo brasileiro – todos esses que querem legislar para o futuro e para um País livre e autenticamente democrático, tenho a certeza de que hão de solidarizar-se com a criação desse imposto sobre as grandes fortunas.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Para encaminhar contra, tem a palavra o Sr. Constituinte João Menezes.

**O SR. CONSTITUINTE JOÃO MENEZES:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, às vezes tenho a impressão de que, nos termos desta Constituição, queremos fazer o Brasil um País pobre e miserável, e que todos estão com raiva de que o Brasil melhore o seu nível econômico, o seu nível financeiro, porque todos acrescentam medidas apenas para impedir a riqueza no País. Hoje todos, até os que ganham 30 mil cruzados, são considerados "Marajás", e com 30 mil cruzados não pagam nem a mensalidade do colégio do filho na escola particular, pois na escola pública não tem nem vaga.

Vemos agora esta emenda do meu eminente colega Constituinte Antonio Mariz, em que S. Ex.<sup>a</sup> quer acrescentar mais um imposto sobre grandes fortunas.

Primeiro, como é que vamos definir esse assunto de grande fortuna? Segundo, nós precisamos é ter mais dinheiro, precisamos dar condições para termos dinheiro para empregar e tirar este País da dificuldade e da miséria em que se encontra.

Não entendo, não posso compreender como é que nós queremos, a cada ponto, criar novos impostos, novas taxas, como se isso fosse resolver a vida do povo. Pelo contrário, toda vez que você criar impostos, criar taxas, você vai criar dificuldades para o pobre, para o povo, porque isso tudo vai refletir na sua sustentação, vai se refletir no seu meio de vida.

Este é um assunto muito importante. Infelizmente aqui, na discussão da Constituinte, nós estamos vendo só um aspecto, que é o de taxar quem tem dinheiro, de acabar com quem tem dinheiro, mas não nos lembramos de que, toda vez que se faz isto, esse preço é repassado para a pobreza, quem vai pagar é a classe média, é a classe pobre.

Precisamos ter melhores condições de vida para termos mais emprego, mais trabalho e mais facilidade para viver. Precisamos nos convencer de que não somos um País miserável, que somos um País que tem condições de riqueza, de crescer e de melhorar de nível.

Então, quando vejo uma emenda como esta do Constituinte Antonio Mariz, um homem que tem o melhor conceito no Congresso e na Assembléia Nacional Constituinte, me pergunto: o que S. Ex.<sup>a</sup> quer com isto? S. Ex.<sup>a</sup>

quer atrapalhar a vida de todo mundo, de todos aqueles que produzem. Não podemos querer, de forma alguma, liquidar com a produção, porque se liquidarmos com a produção estaremos liquidando com a riqueza e liquidando com a riqueza, estaremos empobrecendo cada vez mais a classe desprotegida.

Nestas condições, Srs. Constituintes, manifesto-me totalmente contrário a essa emenda do Constituinte Antonio Mariz, porque ela é mais um entrave ao desenvolvimento da Nação e mais um foco para fazer com que os pobres fiquem mais pobres e os ricos fiquem mais ricos.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra, para encaminhar a favor o Constituinte João Agripino.

**O SR. CONSTITUINTE JOÃO AGRIPINO:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, chegou a oportunidade de passarmos do discurso à prática. Todos falamos que é preciso distribuir ou redistribuir a renda deste País. No entanto, quando chega o momento de pôr em prática esse discurso, vemos um sistema tributário que é, nada mais nada menos, o aperfeiçoamento do mesmo sistema que foi fruto da aliança dos militares com a burguesia em 1967. Este sistema, como já disse e reafirmei várias vezes, não muda o modelo concentrador da renda e da riqueza.

Uma das formas de corrigir o que tem este sistema de errado é justamente através do imposto, e aqui, singelamente, através de dois impostos, principalmente: o relativo à Emenda do Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva, defendida pelo ilustre Constituinte Plínio Arruda Sampaio, que institui o Imposto sobre Patrimônio Líquido, que não é suficiente, como afirmou o Constituinte Antonio Mariz, porque dito imposto vai atingir muito mais a classe média e no Brasil, os ricos não declaram os seus bens para o Imposto de Renda. No final, quando há a correção do que é o bem, com a diminuição do que a pessoa deve, e o rico apresenta apenas dívidas na declaração do Imposto de Renda, ainda fica tendo a receber no final. De forma que o Imposto sobre o Patrimônio Líquido, no meu entender, de fato, melhora a distribuição da renda, mas o imposto sobre a grande fortuna, este sim – e aí vem o argumento do Constituinte João Menezes de que se pretende tirar dos mais ricos e que não há como definir o imposto sobre as grandes fortunas. Ora, Sr. Constituinte João Menezes, por mais que V. Ex.<sup>a</sup> tente advogar a causa dos ricos, não convencerá ninguém nesta Casa de que o imposto sobre as grandes fortunas vai deixar os pobres mais pobres. É um fato concreto! Se nós instituímos esse imposto, aí, sim, vamos procurar, através da definição na legislação complementar, o dinheiro de quem tem dinheiro e que não paga imposto neste País, porque nunca pagou e acostumou-se a nunca pagar. Por isso, manifesto-me favoravelmente à Emenda do Constituinte Antonio Mariz.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra o Constituinte Francisco Dornelles, para encaminhar contra.

**O SR. CONSTITUINTE FRANCISCO DORNELLES:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a Constituição estabelece a competência privativa da União para criar impostos e os impostos privativos da União são aqueles que constam do texto constitucional. Mas a Constituição estabelece, ainda, a competência residual da União para criar outros impostos que não são de competência privativa.

Tecnicamente, não é correto colocar-se na Constituição que vai ser criado um imposto na forma de lei complementar. O imposto é criado ou na competência privativa da União – e consta do texto constitucional – ou na competência residual, e aí não há necessidade de lei complementar. A União, na sua competência residual, se quiser criar um imposto sobre riqueza ou se quiser criar qualquer outro imposto, ela pode criar na sua competên-

cia residual. Se os Constituintes inserirem no texto constitucional que a União vai criar um imposto na forma da lei complementar, ninguém vai entender mais nada de matéria técnica em termo constitucional. Se quer privativo, tem-se que colocar "impostos da União" – renda, patrimônio, o que for. É competência residual o que a União quiser. Não se pode dizer que a União vai criar esse imposto na sua competência residual. Isto sobre o aspecto formal. Em relação ao mérito, o imposto sobre grandes fortunas nada mais é do que o imposto sobre o patrimônio líquido, ontem votado nesta Casa.

Entendo que só teremos um sistema tributário progressivo, verdadeiramente progressivo, no dia em que acabarmos com os títulos ao portador no Brasil. Enquanto tivermos título ao portador no Brasil, qualquer imposto sobre o patrimônio só vai atingir o patrimônio visível, só vai atingir os depósitos da Caixa Econômica, só vai atingir o patrimônio imobiliário, porque qualquer pessoa que se organize de um ganho de patrimônio faz uma **holding** em títulos ao portador e escapa totalmente do imposto.

Então, aqueles que desejam pagar e criar o imposto sobre patrimônio tem que estabelecer o mecanismo num período de dois, três, quatro anos, e não pode ser automaticamente em decorrência das consequências cambiais, das consequências monetárias e fiscais; estabelecer um prazo para que os títulos ao portador sejam transformados em títulos escriturais ou nominativos. Posteriormente, dado esse prazo e acabadas as ações ao portador, é que podemos pensar em imposto sobre grandes fortunas, sobre patrimônio líquido, porque, enquanto isto não ocorrer, o imposto só vai incidir sobre aqueles que têm um patrimônio visível, o que é totalmente regressivo.

Por esse motivo, opino contrariamente ao imposto sobre a criação de grandes riquezas.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra o Relator Fernando Bezerra Coelho.

**O SR. RELATOR (Fernando Bezerra Coelho):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, acho que essa matéria já está suficientemente clara para que os membros da Comissão de Sistematização possam fazer a sua opção.

Gostaria, apenas, de fazer um comentário adicional e justificar a minha posição contrária à proposição do Constituinte Antonio Mariz.

O projeto do Relator Bernardo Cabral cria o imposto sobre herança 'e, atendendo, inclusive, a uma emenda do Constituinte Antonio Mariz, estabelece que essas alíquotas do imposto sobre herança poderão ser progressivas.

O que coloco aqui são os argumentos que apresentei ontem.

A pessoa que durante toda a sua vida auferir renda e tem a mesma tributada, ela forma patrimônio. Por que razão essa pessoa, que trabalhou arduamente ao longo de toda a sua vida, terá o seu patrimônio, formado por renda já tributada, mais uma vez agravado?

Se estamos, querendo desconhecer o patrimônio, a riqueza, o imposto sobre herança é o melhor instrumento porque quando esse patrimônio for transferido ou doado para os seus dependentes, aí, sim, a União, o Governo vem e taxa, tributa o patrimônio que foi formado e que será herdado por quem não auferiu renda para construí-lo.

Por esta razão, e ainda esclarecendo que a posição da Relatoria está aberta em relação a essa questão, é que peço voto contrário à emenda do nobre Constituinte Antonio Mariz.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – Sr. Presidente, para um breve esclarecimento do Relator (**Assentimento da Presidência.**) – Impressionou-me o argumento do Constituinte Francisco Dornelles que disse

que, para que se fixasse grandes fortunas, era preciso acabar com os títulos ao portador. A Lei Complementar aprovada não pode incluir um dispositivo excluindo os títulos ao portador ou é proibido fazer isso?

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Creio que não é um esclarecimento pedido, mas a palavra fica a critério do Relator.

**O SR. RELATOR (Fernando Bezerra Coelho):** – Apenas lembro ao Constituinte Nelson Carneiro que ontem, atendendo a uma solicitação do Constituinte Oswaldo Lima Filho, o Relator Bernardo Cabral acatou discutir a emenda daquele Constituinte que propôs a extinção dos títulos ao portador nas Disposições Transitórias. Teremos a oportunidade de nos pronunciar a esse respeito.

**A SR.<sup>a</sup> CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES:** – Sr. Presidente, para um esclarecimento do Relator.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Passo à votação...

**A SR.<sup>a</sup> CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES:** – Sr. Presidente, é sobre um esclarecimento do Relator sobre a votação. (**Assentimento da Presidência.**) – Sr. Presidente, o argumento do Constituinte Francisco Dornelles de que a sonegação passaria pela existência do título ao portador e como S. Ex.<sup>a</sup> esclarece que o título ao portador será votado nas Disposições Transitórias, é do entendimento de S. Ex.<sup>a</sup> que o projeto do Constituinte Antonio Mariz teria sua função e suas intenções máximas contempladas, desde que acabado o título ao portador?

**O SR. RELATOR (Fernando Bezerra Coelho):** – Correto;.

**A SR.<sup>a</sup> CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES:** – Muito obrigado!

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Vou colher os votos.

Peço aos titulares da Comissão que tomem os seus lugares.

(**Procede-se à votação**)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Almir Gabriel, Artur da Távola, Carlos Sant'Anna, Celso Dourado, Cristina Tavares, Fernando Gasparian, Fernando Henrique Cardoso, Haroldo Sabóia, João Calmon, João Herrmann Neto, José Fogaça, José Paulo Bisol, Manoel Moreira, Mário Lima, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nelton Friedrich, Paulo Ramos, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Sigmaringa Seixas, Virgildásio de Senna, Antonio Mariz, Chagas Rodrigues, Euclides Scalco, João Agripino, Jorge Hage, José Tavares, Marcos Lima, Uldurico Pinto, Vicente Bogo, Vilson Souza, Carlos Chiarelli, Valmir Campello, Antônio Carlos Konder Reis, José Maurício, Lysâneas Maciel, Luiz Salomão, Francisco Rossi, Joaquim Bevilacqua, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Adolfo Oliveira, Haroldo Lima, Fernando Santana e Jamil Haddad. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Antônio Britto, Bernardo Cabral, Egídio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, José Richa, José Serra, José Ulisses de Oliveira, Nilson Gibson, Rodrigues Palma, Délio Braz, José Costa, Afonso Arinos, Annibal Barcellos, Arnaldo Prieto, Christóvam Chiaradia, Enoc Vieira, Eraldo Tinoco, Francisco Dornelles, Geovani Borges, Gilson Machado, José Jorge, José Lins, José Lourenço, José Santana de Vasconcellos, Jalles oFntoura, João Menezes, Jofran Freiat, Jonas Pinheiro, José Tinoco, Mozarildo Cavalcanti, Simão Sessim, Benito Gama, Darcy Pozza, Gerson Pares, José Luiz Mala, Virgílio Távora e Gastone Righi. **ABSTENÇÃO:** os Senhores Constituintes Jarbas Passarinho e José Maria Eymael.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 47 Constituintes; votaram NÃO 37 Constituintes; abstiveram-se de votar 2 Constituintes. Total: 86 votos. O Destaque foi **aprovado**.

**Destaque nº 7615-87 – Emenda no 21374-1, do Sr. Christóvam Chiaradia, "que adita inciso ao art. 213 do Substitutivo nº 1 (art. 175 do Substitutivo nº 2)".**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Sobre a mesa, requerimento de preferência para o Destaque nº 7615, relativo à Emenda nº 21374, do Constituinte Christóvam Chiaradia...

**O SR. CONSTITUINTE CHRISTÓVAM CHIARADIA:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Estou colocando em votação o requerimento de preferência.

**O SR. CONSTITUINTE CHRISTÓVAM CHIARADIA:** – Eu queria fazer uma questão de ordem justamente sobre o meu pedido de preferência.

Sr. Presidente, sou autor do requerimento que pede essa preferência. Gostaria de ver uma emenda de minha autoria votada por esta Comissão de Sistematização. É uma emenda que reputo de alto alcance social. Entretanto, como parece haver algumas dificuldades de ordem regimental, solicito a V. Ex.<sup>a</sup> que, primeiramente, seja ouvido o Exmo. Sr. Relator antes de ser votado o meu requerimento de preferência.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Não tenho como entender a colocação de V. Ex.<sup>a</sup> e deferir isto. Quer ouvir o Relator antes da preferência?

**O SR. RELATOR (Fernando Bezerra Coelho):** – Sr. Presidente, na realidade, a emenda para que o nobre Constituinte pede preferência estaria prejudicada, porque ontem, quando votamos a letra **b** do inciso **II** do § 8º do art. 177, aprovando emenda nesse sentido geraria a prejudicialidade na emenda para a qual o nobre Constituinte Christóvam Chiaradia deseja a preferência. Nesse sentido é que a Relatoria faria um apelo ao Constituinte Christóvam Chiaradia para submeter o seu destaque, a sua emenda ao Plenário da Assembléia Nacional Constituinte.

**O SR. CONSTITUINTE CHRISTÓVAM CHIARADIA:** – Diante disso, Sr. Presidente, retiro o destaque de preferência, reservando o direito de ver a minha emenda votada no Plenário da Assembléia Nacional Constituinte.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – V. Ex.<sup>a</sup> retirou o pedido de preferência e o destaque. (Pausa)

Ambos foram retirados.

Gostaria de salientar aos Constituintes que está havendo, agora, um tipo de consulta em que é preciso prestar atenção sobre essas respostas.

Nobre Constituinte Christóvam Chiaradia, mais de uma vez, tenho visto, aqui na Presidência ou quando no plenário, perguntas semelhantes à de V. Ex.<sup>a</sup> O requerimento, uma vez retirado, é retirado de apreciação da Comissão de Sistematização. Automaticamente, de acordo com a consolidação dessas regras que adotamos aqui, ele passa ao plenário. Então, não se trata de pedir garantia de ir ao plenário, porque ele vai, automaticamente, exceto se a questão de ordem levantada pelo Constituinte Carlos Sant'Anna e pelo nobre Constituinte José Genoíno vier a ter uma decisão diferente da Mesa da Assembléia Nacional Constituinte, quando os destaques não votados, e eles requerem que sejam votados, não possam ser votados em bloco. É ainda algo que está dependendo da decisão da Mesa da Assembléia Nacional Constituinte.

Então, a condição fica muito clara: V. Ex.<sup>a</sup> tem o direito, dentro das normas que estamos adotando, de ver o destaque de V. Ex.<sup>a</sup> enviado para a Assembléia Nacional Constituinte.

**Destaque nº 6522-87, do Sr. Aluizio Campos, "que suprime o art. 175 § 1º do Substitutivo nº 2".**

Requerimento de preferência para o Destaque nº 6522, referente ao art. 175, § 1º, do Constituinte Aluizio Campos.

Os que estão de acordo com a preferência permaneçam sentados. (Pausa)

Preferência concedida.

Tem a palavra o Constituinte Aluizio Campos, para defender o seu destaque, § 1º art. 175, supressivo.

**O SR. CONSTITUINTE ALUÍZIO CAMPOS:** – Sr. Presidente, a medida em que a Comissão vai discutindo o texto do projeto, estão sendo aprimorados entendimentos, no sentido de chegarmos às soluções negociadas. De maneira que, em relação a esse § 1º, a objeção fundamental que eu tinha a fazer é que não se devia estabelecer no texto constitucional uma faculdade de o Poder Executivo, através de decreto executivo, poder modificar uma lei votada pelo Congresso. Poderia solicitar modificação, mas não estabelecer que essa faculdade ficasse constitucionalmente concedida.

Mas, em entendimento que mantive com o Constituinte Jessé Freire e outros especialistas em tributação, chegamos à conclusão que podemos negociar a melhoria do texto, de modo a ficar estabelecido que, nos casos em que a lei estabelecer os critérios para modificação de alíquota, a modificação poderá ser realizada através de decreto que, no caso de adotarmos o Sistema Parlamentarista será por decreto executivo do Primeiro-Ministro.

Sendo assim, retiro a emenda, para que possamos negociar essa solução à nível de Plenário.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Foi retirada a emenda.

Passamos ao requerimento de preferência do Constituinte Luís Roberto Ponte, aditiva ao art. 175.

Há uma indicação para que o Constituinte Fernando Gasparian faça a defesa.

Submeto o pedido de preferência ao Plenário.

Os Srs. Constituintes que estiverem de acordo queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovada a preferência.

Tem a palavra o Sr. Constituinte Fernando Gasparian, para fazer a defesa.

**O SR. CONSTITUINTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA:** – Sr. Presidente, essa emenda do Constituinte Luís Roberto Ponte não foi prejudicada em função desta que acabamos de aprovar?

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Não. A de S. Ex.<sup>a</sup> tem redação diferente. Esta emenda do Constituinte fala em "uso de bens santuários". Então, S. Ex.<sup>a</sup> deu uma redação diferente daquela de que V. Ex.<sup>a</sup> deve-se lembrar que inicialmente foi rejeitada aqui.

Tem a palavra o nobre Constituinte Fernando Gasparian.

**O SR. CONSTITUINTE FERNANDO GASPARIAN:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, inicialmente, queria colocar a explicação de que a emenda não está prejudicada, porque, na verdade, ela atinge, além das grandes fortunas, as pequenas que não pagam Imposto de Renda.

Ontem ouvimos do Constituinte Adolfo Oliveira a descrição sobre uma viagem de um amigo seu que ficou conversando com o dono de um Mercedes-Benz no qual viajava. Durante essa viagem, o amigo do Constituinte Adolfo Oliveira referiu-se, o tempo todo, aos problemas que tem com o Imposto de Renda. E, ao final da conversa, o dono do Mercedes-Benz falou: "mas afinal de contas, você fala demais sobre o Imposto de Renda. Faça como eu: não pago Imposto de Renda". Realmente, no Brasil,

é muito comum pessoas que têm sinais exteriores de riqueza não pagar Imposto de Renda nenhum, porque não declaram e porque, realmente, a fiscalização e a máquina administrativa, o aparelho arrecadador não tem a eficiência que terá um dia, quando o País for mais desenvolvido.

Então, por isso se recomenda a aprovação da emenda que estou aqui defendendo – a emenda não é minha, mas do Constituinte Luís Roberto Ponte, que inclui como um dos itens que podem ser tributados pela União o uso de bens suntuários, próprios ou não, ou propriedade desses, enquanto ociosos.

O cidadão, por exemplo, como é muito comum no Brasil, que vive numa casa ou que tem duas ou três casas centenárias, veículos suntuários, iates suntuários e que não paga Imposto de Renda, poderá, de acordo com a emenda apresentada pelo Constituinte Luís Roberto Ponte, ser tributado. Seria uma tributação pelos sinais exteriores de riqueza e que não correspondem com o Imposto de Renda das pessoas.

Enfim, essa a idéia do Constituinte Luís Roberto Ponte que, julgo, merece o voto favorável dos demais Constituintes.

**O SR. RELATOR (Fernando Bezerra Coelho):** – Sr. Presidente, gostaria de fazer uma ressalva ao Constituinte Fernando Gasparian – embora respeitando a intervenção de V. Ex.<sup>a</sup>, nobre Presidente Jarbas Passarinho – de que a emenda do Constituinte Antonio Mariz, aprovada, criando o imposto sobre grandes fortunas, diz que a lei complementar é que irá definir o que são grandes fortunas. Assim é que, a meu ver, a emenda aprovada é muito mais abrangente do que a emenda do Constituinte Luís Roberto Ponte, quando diz que é um imposto sobre uso de bens suntuários, próprios ou não, ou propriedades desses, enquanto ociosos.

A Comissão de Sistematização já deliberou sobre o assunto, já instituiu um novo imposto – o Imposto sobre Grandes Fortunas – e a lei complementar irá regular quais são essas grandes fortunas, estabelecendo limites.

A sugestão do Relator é no sentido de que esta emenda deva ser considerada prejudicada pela aprovação da emenda anterior.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Prejudicada! Está certo!

**O SR. CONSTITUINTE FERNANDO GASPARIAN:** – Eu me permitiria discordar de V. Ex.<sup>a</sup>, porque julgo que aqui estariam compreendidos sonegadores contumazes – e no Brasil há muitos deles – que não chegam a ter grandes fortunas. Um cidadão que tem um **Mercedes-Benz** ou uma casa de valor relativo não tem grande fortuna.

A emenda proposta pelo Constituinte Antonio Mariz atinge as grandes fortunas. Esta atinge outro espectro de fortunas, que é muito menor.

**O SR. RELATOR (Fernando Bezerra Coelho):** – Eu renovaria o meu apelo. É difícil saber o que é grande fortuna. Na minha cidade, Petrolina, quem possui um **Mercedes-Benz** tem uma grande fortuna. Em São Paulo, um **Mercedes-Benz** pode não ser grande fortuna. A lei complementar vai estabelecer os limites e critérios.

Renovo o meu apelo ao Constituinte Fernando Gasparian. Entende a Relatores que a emenda aprovada é muito mais abrangente do que a do nobre Constituinte Luís Roberto Ponte.

**O SR. CONSTITUINTE FERNANDO GASPARIAN:** – Um cidadão com um salário de cem mil cruzados por mês ou pouco mais do que isso paga Imposto de Renda em torno de 40% deste salário. Esta pessoa não tem condições de comprar um veículo como o **Mercedes-Benz**. Não é justo que pessoas que tenham bens centenário e que não

chegam a ser grandes fortunas fiquem fora do alcance do Fisco.

Sr. Presidente, como a emenda não é minha e me foi solicitado que a defendesse, pediria a V. Ex.<sup>a</sup> que a submetesse a votos.

**O SR. CONSTITUINTE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra o Constituinte, pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO:** – Sr. Presidente, conversei muito com o Constituinte Luís Roberto Ponte, ontem. A emenda, tal como ela está formulada, ela é inútil. S. Ex.<sup>a</sup> tinha combinado comigo que retiraria a expressão final "... enquanto ociosa". Sem retirar a expressão, como S. Ex.<sup>a</sup> não retirou "enquanto ociosa" ela é impraticável, ela é inócua.

De modo que realmente renovo o apelo ao Constituinte Fernando Gasparian, porque já houve a outra que foi votada, da "grande fortuna...", que permitirá uma relação mais razoável. Do jeito em que está formulada aí, creio que vamos "chover no molhado".

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A primeira questão de ordem foi levantada aqui pelo Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva; declarei, então, achar que a matéria não estava prejudicada, exatamente porque a redação é diferente, quando me abstive de votar na proposta anterior exatamente porque tive grande dúvida de como classificar pequena, média e grande fortuna. Então, minha dúvida era muito mais justificada do que quando votei a matéria anterior de iniciativa do Constituinte Plínio Arruda Sampaio que era precisa. Então, neste caso aqui, a redação permite dúvida. E diante dessa renovação de apelo, pergunto a V. Ex.<sup>a</sup> se mantém a emenda.

**O SR. CONSTITUINTE FERNANDO GASPARIAN:** – Depois da explicação dada pelo Constituinte Fernando Henrique Cardoso, vou retirar a emenda, porque realmente acho que ela esteja mal colocada, mal expressa. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Retirada a emenda.

**Destaque nº 4149-87 – Emenda nº ES-27109-1, do Sr. Humberto Lucena e Lourival Baptista, "que modifica o art. 209 §§ 5º e 6º do Substitutivo nº 1 (art. 177 §§ 5º e 6º do Substitutivo n.º 2)". (400.a votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Sobre a mesa, requerimento de preferência para voltar o Destaque n.º 4149, do Constituinte Humberto Lucena.

S. Ex.<sup>a</sup> não se encontra presente, mas deixou uma indicação aqui opcional. Queria saber, nesta opção, a quem devo, depois, submeter à escolha, porque está Antonio Mariz ou João Agripino.

Nestas condições, vou submeter primeiro a preferência ao Plenário.

Os Srs. Constituintes que estão de acordo queiram permanecer sentados. **(Pausa)**

Aprovada.

Tem a palavra o Constituinte João Agripino.

**O SR. CONSTITUINTE JOÃO AGRIPINO:** – Sr. Presidente, neste caso defenderei a emenda do Constituinte Humberto Lucena, porque, logo em seguida, há um destaque de minha autoria no mesmo sentido. Então, pouparíamos o tempo e a linguagem também.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, o § 5º e o § 6º do art. 177 estabelecem um **quorum** qualificado de 2/3 do Senado Federal para a modificação das alíquotas do

Imposto sobre Circulação de Mercadorias e de operações internas não compreendidas no inciso II do mesmo artigo.

Quer-me parecer, Sr. Presidente, que esse **quorum** qualificado de 2/3, para alteração de alíquotas, excede a natureza do **quorum** qualificado. O **quorum** qualificado de 2/3 do Senado Federal tem sido utilizado ao longo do tempo e através das Constituições brasileiras, em casos absolutamente excepcionais, como é, por exemplo, o caso da sentença condenatória no julgamento dos Presidentes da República e dos Ministros de Estado ou para a derrubada de vetos, no caso de projetos de lei vetados pelo Presidente da República. São estas as duas únicas hipóteses previstas, até hoje, em todo o nosso sistema de **quorum** para as deliberações do Senado Federal. Além disso, esse dispositivo não está compatibilizado com o próprio texto constitucional, senão, vejamos: o art. 61, que fala da competência privativa do Senado Federal, está dito no seu inciso I que é processar e o julgar o Presidente, no inciso II, processar e julgar os Ministros. Para estes dois incisos, se exige o **quorum** qualificado de dois terços, mais abaixo, quando diz, no seu parágrafo único, limitando-se à condenação, que somente será proferida por dois terços dos votos do Senado. Então, para os crimes de julgamento do Presidente e dos Ministros – dois terços. Para demitir o Procurador-Geral da República, por maioria absoluta e voto secreto. Nos demais casos do art. 61 na competência privativa do Senado Federal; não existe fixação de **quorum** qualificado, inclusive, quando diz – e o conflito está aqui – no inciso VII:

"dispor sobre limites globais e condições para as operações de crédito externo e interno da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios,...

Quer dizer que estipulou o **quorum** qualificado para as outras hipóteses e se não o fez nesta, porque o **quorum** é o da maioria simples, que é adotado hoje e sempre foi adotado para as decisões do Senado Federal.

O Regimento Interno do Senado Federal, atual, diz no seu art. 322.

"As deliberações do Senado serão tomadas por maioria de votos, presente a maioria dos seus membros. (Const. art. 31), salvo nos seguintes casos, em que serão":

I – por voto favorável de 2/3 (dois terços) da composição da Casa:"...

Aí vêm as duas hipóteses a que me referi, sentença condenatória e aprovação de matéria vetada. Inciso II,

"por voto favorável da maioria da composição da Casa":

a) projeto de lei complementar."

Em outras condições.

Para aprovar um projeto de lei complementar, o Senado hoje pode fazê-lo por maioria simples.

Pretende o texto constitucional, que é conflitivo, que esta maioria agora seja de dois terços para a fixação das alíquotas nas operações de ICM.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Quero pedir um esclarecimento ao orador.

**O SR. CONSTITUINTE JOÃO AGRIPINO:** – Pois não.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A emenda de V. Ex.<sup>a</sup>, logo em seguida, também é sobre a mesma matéria e sobre os mesmos parágrafos. Seriam quatro emendas que teríamos que votar separadamente. V. Ex.<sup>a</sup> defendendo desde logo os §§ 5º e 6º, nós só teremos economia de trabalho.

**O SR. CONSTITUINTE JOÃO AGRIPINO:** – Pode ser, porque é exatamente a mesma coisa. Os §§ 5º e 6º dispõem sobre o **quorum** de dois terços para as operações internas e para as operações interestaduais. De forma que o princípio é o mesmo e poupamos tempo apreciando a emenda supressiva da exigência do **quorum** de dois terços, que apenas suprime a exigência do **quorum** de dois terços, e, como disse, é qualificado sem sentido neste caso de fixação para as operações de ICM.

E mais ainda, Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, porque tenho dito e manifestado a minha opinião favorável a que a Câmara dos Deputados deveria ser de fato composta através do critério da proporcionalidade, obedecido o voto igualitário, e na Câmara dos Deputados está representado o povo, mas no Senado está a Federação, e, em se tratando de Federação, estipular **quorum** qualificado de dois terços para as deliberações que envolvem somente a Federação, exclusivamente a Federação, parece-me um contra-senso que deve ser extirpado do texto constitucional.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Para encaminhar contra, tem a palavra o Constituinte César Maia.

**O SR. CONSTITUINTE CÉSAR MAIA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a decisão da Comissão de Tributos ao fixar o **quorum** de dois terços para a aprovação das alíquotas interestaduais pelo Senado Federal, tem a função de estabilizar essa decisão. A função de estabilizar essa decisão impede que maiorias eventuais, que possam ocorrer em determinado período eleitoral, dentro do Senado Federal, possam alterar certo critério fixado, que deve ser permanente, que defende não apenas o consumidor como os Estados consumidores e, com isso, impede que o conjuntural se torne permanente. Acredito que a modificação para maioria absoluta vai deixar a alíquota interestadual – pois interfere não apenas no consumidor, enquanto imposto direto, mas também nos Estados consumidores – flutuar ao sabor da conjuntura política.

Esta aqui é a defesa da estabilidade na permanência de critérios de tributação, para a qual peço a negação por parte dos Srs. Constituintes.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra o nobre Relator, Constituinte Antônio Carlos Konder Reis.

**O SR. RELATOR (Antônio Carlos Konder Reis):** – Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, as emendas dos nobres Srs. Constituintes Humberto Lucena e João Agripino visam dispositivos que foram objeto de longo exame pelo nobre Sr. Relator-Geral. O Sr. Relator-Geral reconhece que a regra é singular, estabelecendo um **quorum** altamente qualificado para a fixação, a alteração das tarifas interestaduais do Imposto sobre Circulação de Mercadorias. Mas a providência foi adotada tendo em vista a necessidade de se manter o equilíbrio da Federação, e de que tal matéria seja objeto de uma deliberação resultado de um consenso. Para manter o equilíbrio federativo e para que a fixação dessas alíquotas não flutue ao sabor de circunstâncias singulares, temporárias e até mesmo personalíssimas, o Sr. Relator-Geral, que é um ilustre Representante de um Estado do Norte do nosso País, o Sr. Relator-Adjunto, que é Representante de um Estado da Região nordestina, inclinam-se pela manutenção do dispositivo constante no projeto, isto é, o **quorum** de dois terços para que o Senado da República, após o estabelecimento do que o saudoso Representante pelo Estado de São Paulo, como Relator da Receita na Comissão de Orçamento, dizia: "após se estabelecer um ente de razão, no que toca a essa matéria, 1 fixação das tarifas do ICM interestaduais, se possa fixá-la: à base da manifestação de dois terços dos Srs. Senadores"

É uma providência singular, mas altamente salutar sábia, para que se mantenha o equilíbrio da Federação.



O Sr. Relator-Geral, portanto, sem embargo das altas intenções das proposições dos nobres Srs. Constituintes Humberto Lucena e João Agripino, manifesta-se contrariamente às proposições e favoravelmente ao texto do Projeto. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Vamos passar à votação.

**(Procede-se à votação)**

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Almir Gabriel, Aluizio Campos, Carlos Sant'Anna, Fernando Gasparian, Haroldo Sabóia, Mário Lima, Antonio Mariz, Délio Braz, João Agripino, Jorge Hage, Uldurico Pinto, Christóvam Chiaradia, Inocêncio Oliveira, Gerson Peres, Bonifácio de Andrada, Francisco Rossi e Joaquim Bevilacqua. Votaram **NÃO** os Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Artur da Távola, Antônio Britto, Bernardo Cabral, Celso Dourado, Cid Carvalho, Cristina Tavares, Egídio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Henrique Cardoso, Francisco Pinto, João Calmon, João Herrmann Neto, José Fogaça, José Geraldo, José Ignácio Ferreira, José Paulo Bisol, José Richa, José Serra, José Ulisses de Oliveira, Manoel Moreira, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nelton Friedrich, Nilson Gibson, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Rodrigues Palma, Sigmaringa Seixas, Virgildásio de Senna, Chagas Rodrigues, José Costa, José Tavares, Marcos Lima, Vilson Souza, Afonso Arinos, Annibal Barcellos, Arnaldo Prieto, Carlos Chiarelli, Enoc Vieira, Eraldo Tinoco, Francisco Dornelles, Geovani Borges, Gilson Machado, José Jorge, José Lins, José Lourenço, José Santana de Vasconcellos, Marcondes Gadelha, Ricardo Fiúza, Jalles Fontoura, João Menezes, Jonas Pinheiro, José Tinoco, Simão Sessim, Valmir Campelo, Benito Gama, Antônio Carlos Konder Reis, Jarbas Passarinho, José Maurício, Lysâneas Maciel, Luiz Salomão, Gastone Righi, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, José Maria Eymael, Haroldo Lima, Fernando Santana e Jamil Haddad.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 17 Constituintes; votaram NÃO 71 Constituintes. Total: 88 votos. O Destaque foi **rejeitado**.

Em consequência, deixamos de votar, por estarem prejudicados, os Destaques nºs 4149 e 4661, dos Constituintes João Agripino e Humberto Lucena, respectivamente.

**Destaque nº 4348-87 – Emenda nº ES-28103-8, do Sr. Simão Sessim, "que adita o art. 209, § 10, do Substitutivo nº 1 (art. 177, § 8º, do Substitutivo nº 2)". (401ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Em votação o requerimento de preferência para o Destaque nº 4348, do Deputado José Luiz Maia.

Os Srs. Constituintes que o aprovam permaneçam sentados. **(Pausa)**

Aprovada a preferência.

Tem a palavra o Constituinte César Maia, para encaminhar favoravelmente.

**O SR. CONSTITUINTE CÉSAR MAIA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, este talvez seja um dos destaques mais importantes feitos em torno do Título que trata do Sistema Tributário. É um destaque do Constituinte Simão Sessim, que objetiva incluir na base de cálculo do ICM aquelas operações de financiamento ao consumo, obviamente não essenciais, que injustamente ainda não são tributadas. O financiamento ao consumo, na verdade, é uma instituição secular. É o velho "pendura", o velho "coloca na conta". Hoje, em boa parte, essas operações são realizadas por instituições financeiras. Esse processo, no caso de bens que precisam ser financiados, **a fortiori** incide sobre bens não essenciais. As grandes lojas, os grandes magazines, para escapar à tributação do ICM, fazem convê-

nios com financeiras, transferem as operações para essas financeiras, e com isso o que incide é IOF. Através desse artifício e dessa simulação, as grandes lojas, os grandes magazines, conseguem deixar de pagar o ICM. Qual é a distorção? Os pequenos lojistas, as pequenas lojas que não têm acesso a esse tipo de convênio, a esse tipo de mecanismo, são obrigados a financiar diretamente o consumidor. Com isso os pequenos lojistas, sim, passam a recolher o ICM. Qual é a distorção? A distorção é que, no processo de concorrência, os pequenos lojistas são duplamente sacrificados pelos custos, pelo volume e também pelos impostos. No entanto, o ICM tem, por definição, que incidir sobre essas operações dos pequenos lojistas.

O que pretende a emenda do Constituinte Simão Sessim? Ela objetiva dar condições iguais de concorrência, ou seja, passar a tributar as operações também dos grandes magazines que são financiadas através do crédito ao consumidor. O Constituinte Simão Sessim tem o cuidado de remeter à lei complementar o detalhamento e as restrições. É uma última distorção, para a qual chamo atenção, é que, da forma como está, o tributo estadual é desviado para o Governo Federal, o ICM é substituído pelo IOF.

Por estas razões, em defesa do pequeno comerciante, em defesa dos Estados, peço aos Srs. Constituintes que aprove esta emenda, uma emenda de justiça social, uma emenda de justiça fiscal. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra, para encaminhar contra, o Constituinte José Lins.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, se bem entendi a proposta, a mercadoria vendida hoje à vista pagaria o ICM sobre o preço à vista. Uma mercadoria vendida a prazo pagaria sobre o preço à vista e mais a correção inflacionária. Significa que o imposto também vai cooperar para que a inflação seja ainda maior, para que os juros cobrados sejam adicionados ainda dos impostos relativos ao ICM dessa parte inflacionária.

Raciocinando claramente, na realidade o custo à vista, hoje, devia ter o mesmo poder aquisitivo do que o custo futuro a prazo, de modo que nada indicaria que o imposto fosse cobrado sobre o preço futuro e não sobre o novo, porque seria até uma antecipação estar pagando hoje o imposto sobre o valor total futuro. Então, está antecipando, até, em termos de valor atualizado hoje, o preço total futuro do imposto. Entendo que a medida é altamente inflacionária e certamente injusta do ponto de vista do mecanismo da cobrança do imposto.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Com a palavra o Relator José Fogaça.

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – Sr. Presidente, Srs. membros da Comissão de Sistematização, a emenda do nobre Constituinte Simão Sessim vem carregada de um teor de grande justiça social.

Os acréscimos financeiros relativos às vendas a prazo integram normalmente a base de cálculo do ICM, pois estão incluídos no preço total pago pelo consumidor. No entanto, há uma diferença entre as pequenas lojas, os pequenos comerciantes e os grandes conglomerados. Os pequenos comerciantes, como são eles quem financiam a venda de suas mercadorias, já fazem incidir sobre o preço o cálculo do ICM. Quando se trata de uma grande cadeia de lojas, que possui uma empresa financeira subsidiária, este cálculo é deslocado para a operação financeira, e sobre ela incide apenas o IOF, que é, evidentemente, muito menor, da ordem de 3 ou 4%, o que caracteriza, portanto, uma fuga tributária e uma perda da arrecadação dos Estados em favor da União.

É preciso dizer que esta emenda do Constituinte Simão Sessim não implica a criação de carga tributária,

apenas retoma aquilo que está sendo deslocado para o IOF, novamente, para a incidência do ICM.

Portanto, a Relatoria entende que a emenda é justa e procedente. E o argumento do nobre Constituinte José Lins, de que poderia representar um aumento dos preços finais para o consumidor, neste caso pode ser rebatido pelo fato de que os grandes conglomerados, as grandes cadeias de eletrodomésticos vendem bens de consumo duráveis que não são essenciais à vida humana e para os consumidores de maior poder aquisitivo. Quando verificamos que há uma compra de bens de gêneros de primeira necessidade sem essa proteção, evidentemente flagramos aí uma injustiça. A partir daí, a Relatoria prolata esta matéria favoravelmente à emenda do Constituinte Simão Sessim. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Em votação.

#### **(Procede-se à votação)**

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Almir Gabriel, Antônio Britto, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Carlos Sant'Anna, Celso Dourado, Cid Carvalho, Cristina Tavares, Egídio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Gasparian, Fernando Henrique Cardoso, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, João Calmon, João Herrmann Neto, José Fogaça, José Geraldo, José Ignácio Ferreira, José Paulo Bisol, José Richa, Mário Lima, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nelson Friedrich, Nilson Gibson, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Rodrigues Palma, Sigmaringa Seixas, Virgildásio de Senna, Antonio Mariz, Chagas Rodrigues, Euclides Scalco, João Agripino, Jorge Hage, José Costa, José Tavares, Marcos Lima, Uldurico Pinto, Vilson Souza, Afonso Arinos, Alcení Guerra, Annibal Barcellos, Arnaldo Prieto, Christóvam Chiaradia, Enoc Vieira, Eraldo Tinoco, Geovani Borges, Inocência Oliveira, José Jorge, José Santana de Vasconcellos, Marcondes Gadelha, Osvaldo Coelho, Jofran Frejat, Jonas Pinheiro, José Tinoco, Mozarildo Cavalcanti, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia, Virgílio Távora, José Maurício, César Maia, Luiz Salomão, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, José Maria Eymael, Haroldo Lima, Jamil Haddad e Fernando Santana. Votaram **NÃO** os Constituintes: Délio Braz, Francisco Dornelles, Gilson Machado, José Lins, Ricardo Fiúza, Jalles Fontoura, João Menezes, Darcy Pozza, Bonifácio de Andrada e José Lourenço. **ABSTENÇÃO:** Senhor Constituinte Gerson Peres.

Durante a chamada nominal da votação do Destaque nº 4149-87, o Sr. **Jarbas Passarinho**, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. **Fernando Henrique Cardoso**, Quarto-Vice-Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 77 Constituintes; votaram NÃO 10 Constituintes; absteve-se de votar 1 Constituinte. Total: 88 votos. O Destaque foi **aprovado**.

**Destaque nº 6527-87 do Sr. Aluizio Campos "que suprime o art. 178, § 2º, do Substitutivo nº 2". (402ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Passamos ao requerimento de preferência para o Destaque nº 6.527 da emenda de autoria do Constituinte Aluizio Campos.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Constituintes que o aprovam queiram permanecer sentados. **(Pausa)**

Aprovado.

Concedo a palavra ao Constituinte Aluizio Campos.

**O SR. CONSTITUINTE ALUÍZIO CAMPOS:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, apresentei ao Título VI quatro destaques, mas realmente só estou mantendo um, que é o que passo a defender, porque os outros foram objeto de entendimento através do qual os retirei para correção das matérias em Plenário.

Trata-se do § 2º do art. 178, que mantém a tradição já instituída no nosso Direito Tributário de isentar do Imposto de Transmissão Intervivos os bens que são incorporados ao capital de pessoas jurídicas, mas, no final, abre uma exceção, quando essa incorporação é feita para a formação de capital de empresas imobiliárias ou que se dedicam a aluguel, no caso aqui, de arrendamento mercantil dos bens pertencentes à empresa. Repete-se o disposto no § 3º do art. 23 da Constituição atual.

A emenda que apresento sugere que se elimine a parte final do artigo que ressalva a tributação contra as empresas imobiliárias. No meu entender, as empresas imobiliárias se constituem exatamente para a execução de loteamentos ou de construção de edifícios nas áreas mais populosas. E, através desse objetivo, da execução dessa sua finalidade, elas contribuem para a divisão de áreas territoriais maiores nas quais são construídas habitações, podendo ser até habitações populares, ou, então, elas constroem edifícios através de cujo Imposto Predial o município é beneficiado. Em vez de se pagar um imposto sobre o terreno indiviso, o município passa a auferir o tributo do Imposto Territorial Urbano ou do Imposto Predial sobre a área que foi subdividida ou sobre os edifícios construídos.

Então, parece-me, o objetivo social da incorporação deve ser estimulado e não penalizado com a cobrança do imposto sobre os imóveis incorporados.

Se atentarmos também para o aspecto rural, em se tratando de transmissão, por exemplo, de imóvel rural a cooperativas de colonização para distribuição de terras com o objetivo de reforma agrária, deve haver o estímulo fiscal para o alcance desse objetivo, e não a exceção contida na parte final.

Assim, o texto ficaria com a seguinte redação:

"O imposto de que trata o inciso II não incide sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoas jurídicas em realização de capital nem sobre transmissão de bens ou direitos decorrentes de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica."

Pararia aí a disposição beneficiária da incorporação para a formação originária do capital das empresas.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Concedo a palavra ao nobre Relator. Em seguida, perguntarei quem sustentará.

**O SR. RELATOR (Fernando Bezerra Coelho):** – Sr. Presidente, a Relatoria é contra a proposta do nobre Constituinte Aluizio Campos, porque, se for aceita a supressão de todo o período, a partir da palavra "salvo", estaremos isentando as imobiliárias de não pagarem o IPTU sobre a venda de lotes e de apartamentos.

É nesse sentido que a Relatoria opina contrário à emenda no nobre Constituinte Aluizio Campos.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Com a palavra o Constituinte Aluizio Campos.

**O SR. CONSTITUINTE ALUÍZIO CAMPOS:** – Sr. Presidente, informo ao Plenário que o eminente Relator se equivocou no objetivo da emenda. A emenda apenas deixa a isenção alcançada para a incorporação do imóvel. Ao contrário, ela gera impostos maiores para o município, através das vendas subseqüentes que foram feitas em

consequência da incorporação. De maneira que o fundamento da oposição da Relatoria é, realmente, improcedente.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Em votação a emenda.

**(Procede-se à votação)**

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: José Fogaça, João Agripino, Jofran Frejat, José Maria Eymael e Aluizio Campos. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Faltosa, Almir Gabriel, Antônio Britto, Bernardo Cabral, Carlos Sant'Anna, Celso Dourado, Cid Carvalho, Cristina Tavares, Egídio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Henrique Cardoso, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, João Calmon, João Herrmann Neto, José Geraldo, José Inácio Ferreira, José Paulo Bisol, José Richa, José Serra, Mário Lima, Nelson Jobim, Nelton Friedrich, Nilson Gibson, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Rodrigues Palma, Sigmaringa Seixas, Virgildásio de Senna, Antonio Mariz, Chagas Rodrigues, Délio Braz, Euclides Scalco, Jorge Hage, José Costa, José Tavares, Marcos Lima, Uldurico Pinto, Vilson Souza, Annibal Barcellos, Enoc Vieira, Eraldo Tinoco, Francisco Dornelles, Geovani Borges, Gilson Machado, Inocêncio Oliveira, José Jorge, José Lins, José Santana de Vasconcellos, Marcondes Gadelha, Osvaldo Coelho, Jalles Fontoura, João Menezes, Jonas Pinheiro, José Tinoco, Mozarildo Cavalcanti, Simão Sessim, Valmir Campelo, Benito Gama, Antônio Carlos Konder Reis, Gerson Peres, José Luiz Maia, Virgílio Távora, Adylson Motta, José Maurício, César Maia, Luiz Salomão, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Haroldo Lima, Fernando Santana e Jamil Haddad.

**ABSTENÇÃO:** Senhor Constituinte Darcy Pozza.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 5 Constituintes; votaram NÃO 78 Constituintes; absteve-se de votar 1 Constituinte. Total: 84 votos. O destaque foi **rejeitado**.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FOGAÇA:** – Sr.

Presidente, para efeito de registro, o voto é **sim**.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Está registrado seu voto como **sim** na ata.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FOGAÇA:** – Sr.

Presidente, retificando, o voto é **não**.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Duas retificações são feitas.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FOGAÇA:** – Duas vezes

- o mesmo erro é injustificável.

**O SR. CONSTITUINTE BONIFÁCIO DE ANDRADA:** –

Sr. Presidente, o destaque seguinte é nosso, e vou retirá-lo.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– O Constituinte Bonifácio de Andrada retira o seu pedido de destaque.

**O SR. CONSTITUINTE BONIFÁCIO DE ANDRADA:** –

Sr. Presidente, peço permissão para terminar a minha questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE BONIFÁCIO DE ANDRADA:** –

Foi posta em votação, quando não nos encontrávamos aqui no momento, pelo eminente e ilustre Constituinte Jarbas Passarinho, um destaque do Constituinte Víctor Faccioni que, por engano, entrou na lista de preferência, quando, nós, anteriormente, a pedido das Lideranças, tínhamos retirado esse destaque, segundo entendimentos que tinham sido feitos.

Era o que tinha a esclarecer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Quero avisar aos Srs. Constituintes que temos sessão até às 13 horas. Ontem realizamos três reuniões e ainda temos 14 destaques. Vou proceder, se me permitirem, da forma que, às vezes, a Presidência faz. Vou perguntar quem está disposto a sustentar o destaque e vou pedir a cooperação dos autores dos destaques para que não nos obriguem a votações infundadas. **(Palmas)**

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Sr. Presidente,

peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Tem a palavra V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Sr. Presidente,

levanto uma questão de ordem que considero de suma importância para esta Comissão. Já tive uma informação pessoal da Mesa, mas acho que esta questão é tão importante que deveria ser esclarecida de modo geral.

Quando estávamos na perspectiva de votar a matéria na Comissão de Sistematização e imediatamente repassá-la ao Plenário, eram dados dois dias para destaques, Título por Título, e não para o Substitutivo global no fim. Fizemos os destaques para os Títulos I, II e III; agora entra o Título IV.

Pergunto se há oportunidade para os destaques, se estão marcados dois dias só para este Título, ou se os destaques serão somente sobre o texto final do Sr. Relator, quando este for para a Comissão.

Esta questão é fundamental e merece o esclarecimento cabal, da Mesa, para que possamos trabalhar conscientemente e sabendo das nossas responsabilidades.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– A Mesa informa que não é decisão; é simplesmente cumprir o Regimento. Será Título por Título e será aberto para cada Título um período de 48 horas para apresentação de destaques. O do Título IV é terça e quarta-feiras.

Há sobre a mesa o requerimento de preferência para votação do Destaque nº 7076, referente à Emenda nº 28339, que recai sobre o art. 180, inciso V, do Constituinte Mello Reis.

Os Srs. Constituintes que estiverem de acordo com a preferência permaneçam sentados. **(Pausa)**

Aprovado o requerimento, concedo a palavra ao Constituinte Mello Reis, para defender o seu destaque.

**O SR. CONSTITUINTE MELLO REIS:** – Retiro o

destaque, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Retirado o destaque.

Passa-se ao requerimento de preferência para o Destaque nº 6423, que recai sobre a Emenda nº 28973, do Constituinte Darcy Deitos.

Vamos colocá-lo em votação.

Em votação o requerimento de preferência.

Os Srs. Constituintes que estiverem de acordo com a preferência deste destaque queiram permanecer sentados.

**O SR. CONSTITUINTE NILSON GIBSON:** – Sr.

Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Concedo a palavra ao Constituinte Nilson Gibson, para uma questão de ordem.

**O SR. CONSTITUINTE NILSON GIBSON:** – Sr.

Presidente, na reunião de ontem votamos uma proposta formulada pelo ilustre e eminente Constituinte Wilson Campos, e que, a meu ver, é idêntica ao que pretende o ilustre e nobre Constituinte Darcy Deitos. Desta forma, pediria a V. Ex.<sup>a</sup> declarasse a prejudicialidade dessa emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Vou pedir que o Sr. Relator esclareça ao Plenário a questão.

**O SR. RELATOR (Fernando Bezerra Coelho):** – Considero que a argumentação do Constituinte Nilson Gibson é verdadeira, tendo em vista que a emenda do Constituinte Wilson Campos, da qual fiz a defesa, propunha a mudança na redação da alínea c do art. 181.

Por outro lado, faço um forte apelo ao nobre companheiro Darcy Deitos, que pretende reduzir o fundo especial de 3% para 2%, com a exclusão do Centro-Oeste, já que isto foi todo um trabalho de entendimento mantido com todas as regiões, mas na emenda assim está.

Assim, faço um apelo para que S. Ex.<sup>a</sup> considere a sua emenda prejudicada e a retire.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – O relator considerou prejudicada a emenda e, efetivamente, ela o está.

**O SR. CONSTITUINTE DARCY DEITOS:** – Sr. Presidente, V. Ex.<sup>a</sup> permite-se a palavra?

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Pois não. Tem a palavra o Constituinte Darcy Deitos.

**O SR. CONSTITUINTE DARCY DEITOS:** – Sr. Presidente, entendo que deve haver um equívoco da Mesa e do ilustre relator, porque a nossa emenda visa alterar a distribuição do Fundo de Participação da União de 47% para 53,5%, e no seu bojo há, evidentemente, alteração do percentual, como já está previsto, hoje, no substitutivo do relator, reduzindo-o de 3% para 2%.

A nossa emenda é muito mais completa, porque, se se vai beneficiar as regiões Norte e Nordeste com 3%, reduzimos 1%, mas aumentamos a participação dos municípios de 22,5% para 30% cada um.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Permita-me, nobre Constituinte.

V. Ex.<sup>a</sup> não estava presente quando foi votada uma emenda propondo isto, que foi recusada. V. Ex.<sup>a</sup> não estava aqui.

**O SR. CONSTITUINTE DARCY DEITOS:** – Não são estas as informações que tenho, Sr. Presidente. É uma emenda ampliando a participação especificamente dos municípios de 22,5%, o que nem está no projeto, para 30%. Parece-me que é a primeira que está sendo apreciada, Sr. Presidente, porque se refere ao Fundo de Participação Federal, que tem por base o Imposto de Renda e o Imposto sobre Produtos Industrializados.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Se V. Ex.<sup>a</sup> quiser, por uma concessão da prejudicialidade, é só perguntar ao Plenário quem está disposto a sustentar esse destaque. **(Pausa)** Só há dois Constituintes.

Está prejudicada a emenda.

**O SR. CONSTITUINTE DARCY DEITOS:** – Sr. Presidente, lamento que os municípios brasileiros, que esperavam uma reforma tributária efetiva e que fosse pela Assembléia Nacional Constituinte reconhecida a luta que, ao longo dos anos, a maioria dos Constituintes travaram nos palanques, nas praças públicas, o ano passado, para defender uma reforma tributária justa e essa reforma tributária que está sendo feita aqui não reflete a realidade a necessidade dos municípios brasileiros.

Era este o registro que queria fazer, Sr. Presidente. Requeiro a V. Ex.<sup>a</sup> verificação de **quorum** para esta decisão.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Nobre Constituinte, V. Ex.<sup>a</sup> me desculpe, mas a emenda está prejudicada e não há nenhuma razão para V. Ex.<sup>a</sup>

fazer tal requerimento. É decisão da Mesa e peço a V. Ex.<sup>a</sup> ceda a tribuna ou que recorra ao Presidente da Assembléia Nacional Constituinte.

Passamos à votação do Requerimento de Destaque de nº 1606, para emenda referente ao art. 181, de autoria do Constituinte Aluizio Campos.

Em votação o requerimento de preferência. **(Pausa)**

Os Srs. Constituintes que o aprovam queiram permanecer sentados. **(Pausa)**

Está aprovado.

Tem a palavra o Constituinte Aluizio Campos.

**O SR. CONSTITUINTE ALUIZIO CAMPOS:** – Sr. Presidente, a emenda apresentada é mais uma emenda de redação. Desta forma, realizamos entendimento com a Relatoria, através do Constituinte Antônio Carlos Konder Reis e também com o Constituinte José Serra, que concordam em que, na redação final, o texto passe a vigorar com a seguinte redação:

"A lei do Plano Plurianual estabelecerá diretrizes, objetivos e metas para distribuição regionalizada dos investimentos e outras despesas dele decorrentes."

Deste modo, como na redação final atingiremos o objetivo, retiro a emenda. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Agradeço ao nobre Constituinte a compreensão.

Passamos ao requerimento de preferência relativo à Emenda nº 25451, que é assinado pelo Deputado João Agripino. **(Pausa)**

**O SR. CONSTITUINTE JOÃO AGRIPINO:** – Sr. Presidente, retiro o requerimento.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Retirado o requerimento.

Temos agora o requerimento de preferência que recai sobre a Emenda nº 24692, que é de autoria do Senador Jamil Haddad. Tem a palavra S. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE JAMIL HADDAD:** – Sr. Presidente, a emenda é do nobre Senador Itamar Franco, que me havia solicitado a defendesse, mas S. Ex.<sup>a</sup> telefonou-me agora pela manhã pedindo que a retirasse. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Está retirado o requerimento.

**Destaque nº 1455-87 do Sr. Arnaldo Prieto – Emenda nº ES-32082-3, do Sr. Paes Landin, "que adita artigo da Seção I do Capítulo II do Título VII do Substitutivo nº 1 (Título VI, Capítulo II, Seção I do Substitutivo nº 2)". (403ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Em votação o pedido de preferência para a Emenda nº 32082, do Constituinte Arnaldo Prieto.

Os Srs. Constituintes que estão de acordo queiram permanecer como se encontram. **(Pausa)**

**Aprovada.**

Tem a palavra o Sr. Constituinte Luiz Salomão.

**O SR. CONSTITUINTE LUIZ SALOMÃO:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, terei prazer em defender as idéias que são próprias do País, quaisquer que sejam suas origens. Neste sentido, trago aqui esta proposta, originariamente do Constituinte Paes Landin, que visa corrigir uma possível injustiça, que resultaria das fórmulas que foram consolidadas para redistribuição da receita tributária arrecada pela União.

O fato é que num sistema fiscal federalista, em que há solidariedade e cooperação entre os vários níveis de Governo, cumpre distribuir adequadamente os ônus da máquina fiscal, os ônus decorrentes do processo de arrecadação tributária.

Neste sentido, a emenda do Constituinte Paes Landim propõe que, antes da transferência dos recursos aos Fundos de Participação dos Estados e municípios, seja deduzido o custeio dos serviços de lançamento e arrecadação desses impostos.

A proposição, portanto, é no sentido de poupar a União de uma transferência demasiada aos Estados e Municípios, na medida em que essa máquina de arrecadação custa hoje cerca de 1% a 1,2% dos tributos arrecadados, e na medida em que metade da receita arrecadada pela União está sendo transferida para os Estados e Municípios, a receita líquida disponível para a União será apenas a metade da receita arrecadada e esse custo dobraria para 2%, o que é uma demasia.

De modo que a proposta do Constituinte Paes Landim é no sentido de que, antes da transferência, sejam deduzidos os custos de arrecadação, o que significa maior possibilidade de investimento da máquina tributária e no seu aperfeiçoamento, no sentido de aprofundar a justiça fiscal, aquela que todos almejamos no processo democrático.

É neste sentido que encaminho a favor, pedindo a atenção dos Srs. Constituintes para que votem a favor da emenda Paes Landim, destaque do Deputado Arnaldo Prieto.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ SERRA:** – Sr. Presidente, para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra, para uma questão de ordem.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ SERRA:** – Gostaria de saber exatamente o que está sendo votado.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Pois não. Está sendo votada a Emenda do Constituinte Paes Landim que acrescenta um artigo na Seção I do Capítulo II do Título VII, que diz o seguinte:

"Do montante de recursos a ser entregue, de acordo com o disposto nos arts. 212, itens II e III, e 213, itens I e II os Estados e a União poderão deduzir previamente o valor das despesas necessárias para o custeio dos respectivos serviços de lançamento e arrecadação."

Não havendo oradores para falar contra, solicito a manifestação do Relator.

Concedo a palavra ao Constituinte Fernando Bezerra Coelho, para opinar.

**O SR. RELATOR (Fernando Bezerra Coelho):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a posição da Relatoria é aberta em relação a esta questão, porque não existe consenso na Relatoria. A opinião pessoal do Relator-Auxiliar é pelo acolhimento da emenda do nobre Constituinte, Paes Landim, porque, na realidade, o custo de arrecadação a nível da União é pouco mais de um ponto percentual do IPI e do Imposto de Renda. Na realidade, fará justiça até para que os Estados e Municípios possam exigir da própria União melhor eficiência na arrecadação fiscal.

Neste sentido, a Relatoria é pelo acolhimento da emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Com opinião favorável do Relator Fernando Bezerra Coelho, vamos colocar em votação.

A emenda teve o apoio da Relatoria e ninguém quis falar contra.

Em votação.

### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Antônio Britto, Carlos Sant'Anna, Cid Carvalho, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Henrique Cardoso, João Calmon, José Ignácio Ferreira, José Richa, José Serra, José Ulisses, de Oliveira, Manoel Moreira, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nilson Gibson, Oswaldo Lima Filho, Virgildásio de Senna, José Tavares, Marcos Lima, Alcení Guerra, Annibal Barcellos, Arnaldo Prieto, Eraldo Tinoco, Haroldo Lima, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Francisco Dornelles, José Jorge, José Lins, José Lourenço, Ricardo Fiúza, João Menezes, Jofran Frejat, Benito Gama, Antônio Carlos Konder Reis, José Luiz Maia, Virgílio Távora, Bonifácio de Andrada e Luiz Salomão. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Almir Gabriel, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Celso Dourado, Cristina Tavares, Egídio Ferreira Lima, Fernando Gasparian, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, João Hermann Neto, José Paulo Bisol, Mário Lima, Nilton Friedrich, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Rodrigues Palma, Sigmaringa Seixas, Antonio Mariz, Chagas Rodrigues, Délio Braz, Euclides Scalco, João Agripino, Jorge Hage, José Costa, Uldurico Pinto, Vilson Souza, Enoc Vieira, Geovani Borges, Gilson Machado, Inocência Oliveira, José Santana de Vasconcellos, Osvaldo Coelho, Jalles Fontoura, Jonas Pinheiro, José Tiinoco, Mozarildo Cavalcanti, Simão Sessim, Valmir Campelo, Gerson Peres, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Haroldo Lima, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Fernando Santana e Jamil Haddad. **ABSTENÇÃO** os Senhores Constituintes Adylson Motta, César Maia e Adolfo Oliveira.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 35 Constituintes; votaram NÃO 51 Constituintes; abstiveram-se de votar 3 Constituintes. Total: 89 votos. O Destaque foi **rejeitado**.

**Destaque nº 1605-87 – Emenda nº ES-34123-5, do Sr. Aluísio Campos, "que modifica o art. 220 § 1º do Substitutivo nº 1 (art. 186 § 1º do Substitutivo nº 2)".**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Destaque nº 1605, que recai sobre a Emenda nº 34123, de autoria do Constituinte Aluísio Campos.

Sobre a Mesa, preferência que será lida pelo Sr. Primeiro-Secretário.

É lida a seguinte

Preferência:

"Requeremos preferência para o Destaque nº 1605 relativo à Emenda ES-34123-5, modificativa do § 1º do art. 186 do projeto em votação.

Sala das Sessões, 6 de novembro de 1987.

Constituinte Aluísio Campos e mais dez Srs. Constituintes."

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Em votação a preferência.

Os Srs. Constituintes que a aprovam queiram permanecer sentados. **(Pausa)**

Aprovada.

Tem a palavra o Constituinte Aluísio Campos.

**O SR. CONSTITUINTE ALUÍZIO CAMPOS:** – Sr. Presidente, Sras e Srs. Constituintes, o destaque vai ser retirado, mas eu queria chamar a atenção dos nobres Constituintes para o aspecto grave da alínea c do inciso I do art. 181, que vincula ou condiciona a aplicação de recursos para projetos de desenvolvimento econômico, nas áreas do Nordeste, Centro-Oeste e do Norte,

às instituições financeiras, de modo geral, sem estipular que se trata das instituições financeiras oficiais.

Minha emenda visaria suprimir essa vinculação e obrigar que a aplicação de recursos e incentivos seja efetuada apenas por instituições financeiras. Isto não interessa senão ao interesse dos banqueiros privados. Interessa ao desenvolvimento regional o estímulo dos projetos que realmente conduzam à eliminação das desigualdades dentro das regiões.

Já estamos em entendimento para, a nível de Plenário, com a compreensão de todos os companheiros, inclusive dos nordestinos, corrigirmos esse equívoco que deve ser resultado de uma omissão, porque o texto seria razoável se dissesse: "através de instituições financeiras oficiais de caráter regional", mas não admitir ou vincular que a aplicação dos 3% destinados ao desenvolvimento regional nas áreas mais subdesenvolvidas fique dependendo apenas da interveniência dos bancos e da região. Aí, como inclui toda rede bancária, precisamos, realmente, fazer uma correção nesse texto – e estou negociando com os demais companheiros para fazê-la a nível de Plenário.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Com o apelo do autor da emenda ao Sr. Relator, foi retirado o pedido. (Palmas)

**Destaque nº 5597-87 – Emenda nº ES-27112-1, dos Srs. Humberto Lucena e Lourival Baptista "que modifica o art. 220 § 5º do Substitutivo nº 1 (art. 186 § 5º do Substitutivo nº 2). (404ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Passamos à votação do pedido de preferência, de autoria do Constituinte Humberto Lucena, a respeito da Emenda nº 27112, para o Destaque de nº 5597. O Constituinte Antonio Mariz está indicado para representar o autor.

Em votação o requerimento de preferência.

Os Srs. Constituintes que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Concedo a palavra, para falar a favor, ao Constituinte Antonio Mariz.

**O SR. CONSTITUINTE ANTONIO MARIZ:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, procurarei ser breve, em atenção à natural impaciência dos que trabalham depois de tantas horas seguidas.

A emenda do Constituinte Humberto Lucena se dirige ao art. 220, § 5º, dando-lhe a seguinte redação:

"... o Orçamento fiscal e o Orçamento de investimentos das empresas estatais, compatibilizados com o Plano Plurianual de Investimentos, terão, entre suas funções, a de reduzir desigualdades inter-regionais mediante a regionalização dos dispêndios públicos, na razão direta da população e inversa da renda **per capita**."

Imagino que a primeira objeção que se levantará contra a emenda dirá respeito ao que seriam as finalidades de uma empresa estatal. Aqui é fundamental fazer a distinção entre empresa estatal e empresa privada propriamente dita. O que caracteriza a empresa estatal – e que para mim é o elemento que a justifica – é o fato de essa empresa ter uma função de governo. Este é o ponto característico da empresa estatal.

Muitos cometem o equívoco de pretender que a empresa estatal aja, pura e simplesmente, como entidade privada que é do ponto de vista legal, esquecendo-se de que só a função de governo justifica o Estado na criação de empresas estatais.

Se os princípios gerais determinados na Constituição, e que objetivam eliminar as desigualdades regionais, estão postos, é claro que as empresas, na medida em que são instrumento de governo, têm o mesmo dever. Nada impede, ao contrário, tudo recomenda que o princípio conste do texto constitucional.

Estas são as razões, Sr. Presidente, Srs. Constituintes: atribuir, de forma expressa, na Constituição, o papel das estatais na eliminação das desigualdades regionais.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Se V. Ex.<sup>a</sup> me permite, nobre Constituinte, pergunto quais são os Constituintes dispostos a defender este ponto de vista. (Pausa)

Diante disto, pergunto se V. Ex.<sup>a</sup> mantém m.

**O SR. CONSTITUINTE ANTONIO MARIZ:** – Mantenho.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Para falar contra, tem a palavra o Constituinte José Jorge.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ JORGE:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a emenda do Constituinte Humberto Lucena vem trazer uma preocupação: a de acabar com as desigualdades regionais, que, na realidade, já está colocada no Projeto Cabral 2.

Gostaria de ler para V. Ex.<sup>as</sup> três parágrafos do art. 186, que trata do Orçamento da União. O § 1º diz:

"A lei do Plano Plurianual estabelecerá diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para a distribuição dos investimentos e outras despesas deles decorrentes, bem como a regionalização."

Então, no art. 1º já se solicita do Orçamento a regionalização que hoje não é feita.

O § 5º diz:

"O Orçamento fiscal e o Orçamento das empresas estatais, compatibilizados com o Plano Plurianual de Investimentos, terão, entre suas funções, a de reduzir desigualdades inter-regionais, segundo o critério populacional."

No item 2 do art. 6º:

"A discriminação das despesas por Estado, ressalvadas as de caráter nacional, definidas em lei."

Acredito que, desta forma, já esteja bastante claro que o Orçamento será um instrumento de correção das desigualdades regionais.

O Constituinte Humberto Lucena quer, deseja com sua emenda incluir como critério para alocação de recursos o inverso da renda **per capita**. Ora, o inverso da renda **per capita** é um critério relativo, e o recurso é um valor absoluto!

Então, temos que corrigir as desigualdades regionais, mas não podemos querer que um Estado menor, vamos supor, só para exemplificar, o Piauí, tenha mais investimento em termos absolutos do que São Paulo, Rio de Janeiro ou Minas Gerais. Queremos que o Piauí, por exemplo, cresça mais, mas não queremos que tenha mais em valores absolutos, porque a infra-estrutura já existente nos Estados mais adiantados não vai permitir isso.

Acredito que corrigiremos as desigualdades regionais, mas de uma forma racional.

Por isso, apesar de ser do Nordeste, encaminho contra esta emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Tem a palavra o Sr. Relator.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, é tão óbvia a matéria que a Relatoria se dispensa de maiores comentários. Vota não.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Em votação.

**(Procede-se à votação)**

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Aluizio Campos, Carlos Sant'Anna, Cristina Tavares, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, João Herrmann Neto, José :Paulo Bisol, Nelson Friedrich, Nilson Gibson, Osvaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Chagas Rodrigues, João Agripino, Jorge Hage, Antonio Mariz, José Costa, Francisco Dornelles, Gilson Machado, Inocêncio Oliveira, Adolfo Oliveira e Haroldo Lima. Votaram **NÃO** os Constituintes: Almir Gabriel, Antônio Britto, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Celso Dourado, Cid Carvalho, Egídio Ferreira Lima, Fernando Gasparian, Fernando Henrique Cardoso; João Calmon, José Ignácio Ferreira, José Richa, José Serra, José Ulisses de Oliveira, Manoel Moreira, Mário Lima, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Pimenta da Veiga, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Rodrigues Palma, Severo Gomes, Sigmaringa Seixas, Virgildásio de Senna, Délio Braz, Euclides Scalco, José Tavares, Marcos Lima, Vilson Souza, Annibal Barcellos, Arnaldo Prieto, Carlos Chiaradia, Enoc Vieira, Eraldo Tinoco, Geovani Borges, José Jorge, José Lins, José Lourenço, José Santana de Vasconcellos, Luís Eduardo, Osvaldo Coelho, Ricardo Fiúza, Jalles Fontoura, João Menezes, Jofran Frejat, Jonas Pinheiro, José Tinoco, Mozarildo Cavalcanti, Simão Sessim, Valmir Campelo, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Gerson Peres, José Luiz Maia, Virgílio Távora, Bonifácio de Andrada, César Maia, Luiz Salomão, Francisco Rossi, Gastone Righi., Joaquim Bevilacqua, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, José Maria Eymael, Fernando Santana e Jamil Haddad.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 24 Constituintes; votaram NÃO 67 Constituintes. Total: 91 votos. O destaque foi **rejeitado**.

Sobre a mesa, requerimento de preferência para o Destaque nº 6718, referente à Emenda nº 25458, de autoria do Constituinte Luiz Alberto Rodrigues.

Não estando presente S. Ex.<sup>a</sup>, fica, portanto, prejudicado o destaque.

Fica também prejudicado o Destaque nº 6716, de autoria do Constituinte Luiz Alberto Rodrigues, tendo em vista a sua ausência em plenário.

Tem a palavra o Sr. Relator Bernardo Cabral.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, apenas para que conste dos Anais os agradecimentos pessoais do Relator ao eminente Constituinte Fernando Bezerra Coelho pela sua contribuição e colaboração ao Título VI. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – A Presidência se junta à homenagem.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ SERRA:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Tem a palavra, pela ordem, o Constituinte José Serra.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ SERRA:** – Em primeiro lugar, quero dizer que, sem qualquer pretensão, nós fizemos, no dia de ontem e no dia de hoje, um bom trabalho no que se refere ao Capítulo Tributário e Orçamentário. Pode ter havido uma imperfeição aqui, uma imperfeição ali, mas são coisas que poderão ser perfeitamente corrigidas em etapas sucessivas do processo constituinte.

Também, Sr. Presidente, saindo do tema, registro que está presente, nesta Casa e nesta sala, o Deputado Israel Pinheiro, que vai deixar o nosso convívio e espero que por pouquíssimo tempo. **(Palmas)**

Estou certo de que expresse o pensamento desta Casa ao dizer que lamentamos muito a saída, que esperamos temporária, do nosso companheiro Israel Pinheiro, ele quem apreciamos ao extremo o seu companheirismo, a sua combatividade a sua estatura de Parlamentar. Esperamos tê-lo conosco aqui em Brasília, esperamos tê-lo de volta breve a esta Casa. O seu afastamento neste momento, eu pessoalmente qualifico de um ato de violência.

Deixo registrado o nosso cumprimento e a nossa saudação ao Constituinte Israel Pinheiro. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – A Mesa se associa à manifestação e não tem nada a acrescentar, porque as palmas falam mais do que qualquer palavra.

Tem a palavra, pela ordem, o Constituinte Arnaldo Prieto.

**O SR. CONSTITUINTE ARNALDO PRIETO:** – Sr. Presidente, houve um engano no registro do meu voto, ontem, na votação da emenda de autoria do Constituinte Adolfo Oliveira, art. 168, incisos I e II. O voto foi **NÃO**, mas a minha posição é favorável à matéria.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Será registrado em ata.

Tem a palavra o Constituinte Egídio Ferreira Lima, pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE EGÍDIO FERREIRA LIMA:** – Sr. Presidente, o homem deve ter atitudes precisas e corajosas sempre.

No momento em que estamos reunidos em Assembléia Nacional Constituinte, a posição frontal, retilínea e correta é indispensável e é uma exigência muito maior. Não adiantam meias palavras nem contemporizar. O Constituinte Israel Pinheiro foi retirado desta Casa não porque é primeiro suplente e o titular do cargo deixou a Secretaria. Ele foi retirado desta Casa porque ficou ao lado do sistema parlamentar. **(Palmas)** A sua cadeira foi tomada nesta hora, porque S. Ex.<sup>a</sup> está querendo o melhor para o País e porque está contrariando o Presidente da República. A saída ou o episódio que envolve o afastamento do Constituinte Israel Pinheiro é uma demonstração clara das forças impatrióticas que não querem que esta Assembléia seja livre e encontre para este País a melhor solução. Que o gesto condenável do Governador Newton Cardoso seja o último ato de torpeza a pairar sobre esta Assembléia e a ameacá-la.

Meu abraço e o desejo, Israel Pinheiro, de que V. Ex.<sup>a</sup> continue a lutar pela bandeira em favor do sistema parlamentar, que levantou nesta Casa.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Concedo a palavra, pela ordem, ao Constituinte Francisco Dornelles.

**O SR. CONSTITUINTE FRANCISCO DORNELLES:** – Sr. Presidente, apenas para manifestar os meus cumprimentos ao ilustre Relator Bernardo Cabral pelo trabalho por S. Ex.<sup>a</sup> desenvolvido.

Durante todo o período em que se discutiu o Título VI, relacionado com o sistema tributário, orçamento e finanças. S. Ex.<sup>a</sup> teve uma posição aberta, teve sempre uma posição lúcida, sempre ouviu todas as partes, e, hoje, temos aqui um projeto de sistema tributário, de sistema orçamentário que não pertence a uma só pessoa, mas pertence a toda a sociedade brasileira, porque foi fruto de um grande consenso e de um grande entendimento.

Constituinte Bernardo Cabral, receba os meus cumprimentos.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Muito obrigado.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Concedo a palavra ao Constituinte Carlos Sant'Anna.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Sabe V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Presidente – e espero, inclusive, que possa até testemunhar o quão pouco procuro utilizar-me do microfone para assuntos como o que vou tratar. Mas não posso ficar indiferente a uma injustiça.

Quero dizer que toda a Casa sabia que, no momento em que a votação fosse para o Plenário, o Governador de Minas Gerais faria com que os Constituintes efetivos retornassem a esta Casa para participar dos trabalhos finais da Constituinte e, inclusive, tal como foram eleitos, assinarem a Constituição.

Com todas as homenagens que presto ao bravo, querido e ilustre companheiro Israel Pinheiro, amigo pessoal, amigo nosso de longa data, em que pesem todas as homenagens, não posso, entretanto, assistir calado, impassível, a uma distorção do fato e da verdade.

Absolutamente, se houvéssemos querido ou se o Governo pretendesse ter feito alguma coisa, tê-la-ia feito antes e não depois. E não a fez! Não a fez! Não houve qualquer pressão sobre esta Casa – como não tem havido –, que tem votado livre e soberanamente, tomando as decisões ao seu talante e entender, de acordo com os seus compromissos!

De modo que o meu registro, ainda que não premeditado, é absolutamente necessário para a colocação das coisas e da verdade no devido lugar.

**O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA:** – Sr. Presidente, para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Tem a palavra o Constituinte Pimenta da Veiga, para uma questão de ordem.

**O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA:** – Sr. Presidente, quero discordar da defesa tentada pelo Constituinte Carlos Sant'Anna. Primeiro, para repor a verdade, e, segundo, em homenagem ao Constituinte Israel Pinheiro.

Na verdade, se fossem corretas as palavras ditas pelo Constituinte Carlos Sant'Anna, a substituição não se daria nesta hora, porque ainda temos muito o que fazer na Comissão de Sistematização; ainda temos que votar Capítulos fundamentais: Da Ordem Social, Da Ordem Econômica e Das Disposições Transitórias.

É evidente que a substituição agora promovida teve o propósito de punir um Constituinte que está entre os mais competentes, os mais dedicados e os mais presentes a esta Comissão. É notável o trabalho que vem sendo desenvolvido pelo Constituinte Israel Pinheiro (**Palmas**), e injustamente S. Ex.<sup>a</sup> está sendo retirado daqui pela sua independência, porque não se curvou às pressões que sobre ele foram exercidas. É esta exatamente a origem.

Erra o Constituinte Carlos Sant'Anna quando diz que toda a Casa sabia que os Constituintes titulares de Minas Gerais voltariam quando do final dos trabalhos da Comissão de Sistematização. Primeiro, porque não terminaram os trabalhos; segundo, porque o que se sabia em Minas e aqui é que os titulares viriam apenas assinar o novo texto constitucional, o que só deve ocorrer dentro de alguns meses.

Não adianta querer modificar a verdade dos fatos. A retirada do Constituinte Israel Pinheiro, sobre ser injusta, é uma perseguição política.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Com a palavra o Constituinte Marcos Lima.

**O SR. CONSTITUINTE MARCOS LIMA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituinte, todos sabíamos, em Minas Gerais, desde a posse dos Srs. Secretários de Estado que ocuparam as Secretarias, que são quatro, e esses quatro Secretários assumiram as Secretarias de Estado com a condição de, iniciados os trabalhos em plenário, todos voltariam para assumir os seus lugares como Constituintes. Infelizmente, não só o bravo e ilustre Constituinte Israel Pinheiro foi retirado, como também os ilustres e bravos Constituintes Paulo Almada, Sérgio Naya e José Mendonça de Moraes também o foram.

Qualquer um que queira se dar ao trabalho de consultar o que foi publicado na imprensa mineira, verá que, desde o início do ano, tudo estava combinado. Não houve ato de violência.

Nobre Constituinte Pimenta da Veiga, entendemos e respeitamos a sua posição contrária ao Governador Newton Cardoso, mas V. Ex.<sup>a</sup> não pode dizer aqui que isto foi uma posição incorreta e injusta do Governador. De forma alguma. Todos sabíamos, em Minas Gerais, da sua posição.

Lamentamos a falta que os nossos Companheiros farão aqui aos trabalhos, neste momento, mas eles estão retornando Secretários, porque o Plenário da Assembléia Nacional Constituinte iria reiniciar os seus trabalhos no dia 4 de novembro. O reinício foi adiado. Contudo, os atos já estavam prontos e publicados. Por isso, os Secretários voltaram.

Eu gostaria de fazer essas retificações, Sr. Presidente, a bem da verdade.

**O SR. CONSTITUINTE CÉSAR MAIA:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Tem a palavra V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE CÉSAR MAIA:** – Em nome do meu Partido, o PDT, em meu próprio nome, nos somamos às manifestações de apoio e solidariedade política ao Constituinte Israel Pinheiro.

Sr. Presidente, não posso deixar de registrar que nossos pais foram construtores e fundadores de Brasília. Àquela época, os mineiros não se comportavam desta maneira. A classe política mineira era uma classe solidária e respeitada pelo Poder Legislativo.

Era a nossa manifestação, Sr. Presidente.

**O SR. CONSTITUINTE FERNANDO LYRA:** – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Tem a palavra V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE FERNANDO LYRA:** – Sr. Presidente, na primeira reunião da Comissão de Sistematização, pelo que se armava naquela oportunidade, fui à tribuna dizer da interferência indébita do Governo na Assembléia Nacional Constituinte. Naquela oportunidade, inclusive, fui contestado pelo meu Colega e Companheiro Carlos Sant'Anna. Eu queria, naquela hora, apresentar à Assembléia Nacional Constituinte um voto de repúdio ao Governo e mais ainda, ao Presidente José Sarney, pela interferência indébita por um pronunciamento que Sua Excelência havia feito, e pelos atos que adviriam daquele pronunciamento. Hoje, depois de várias escaramuças, a coisa começa a se concretizar. Estou aqui totalmente isento na matéria quanto ao Constituinte Carlos Sant'Anna.



É verdade que o Constituinte Carlos Sant'Anna não pressionou ninguém aqui, neste Plenário, até porque, em que pese a sua honradez e a sua maneira correta de agir politicamente, S. Ex.<sup>a</sup> não tem condições de pressionar ninguém, por uma razão muito simples: o Presidente José Sarney não sabe o que quer, a não ser aquilo que não queremos e o povo brasileiro também não quer, que é permanecer no Poder pelo poder. A luta do Presidente José Sarney não é no sentido de que o Brasil vá bem ou mal, que esta Assembléia Nacional Constituinte tenha isenção ou não, se ela é legítima ou não, que tenha liberdade ou não. Sua Excelência só tem um objetivo na vida, hoje: permanecer no Poder pelo poder.

Lamento que o Constituinte Carlos Sant'Anna, inclusive foi meu companheiro de construção da Nova República, que se foi, que seja hoje Líder de um Governo que não tem a respeitabilidade nem nossa nem do povo brasileiro. E não é por acaso que, de acordo com o resultado da pesquisa publicada na **Folha de S. Paulo** de hoje; 81% do povo brasileiro quer eleições, em 1988. (Palmas)

É por isto, Sr. Presidente, que quero deixar, neste final de tarde, esta manifestação de repúdio.

A Comissão de Sistematização, através de um trabalho árduo, sério, difícil, competente, com a abnegação de todas as Lideranças e de todos os Companheiros e Companheiras que fazem a Assembléia Nacional Constituinte, dá prosseguimento aos trabalhos, que não são reconhecidos, pela opinião pública, graças a toda uma série de coisas e de interesses que se formam para tentar macular o único Poder legítimo deste País, hoje, que é a Assembléia Nacional Constituinte.

Portanto, meu repúdio, repito, à retirada do Companheiro Israel Pinheiro e de mais três outros Companheiros, e aí foi inteligente, porque não tirou só o Constituinte Israel Pinheiro, não é por conta da sua saída apenas, é porque isso faz parte de um jogo sujo, de um jogo que não quer respeitar a maioria da Constituinte.

Não tenho nada a acrescentar ao que aqui falou o Companheiro e o Presidente Afonso Arinos, na sessão de anteontem.

Portanto, Sr. Presidente, deixo meu protesto e digo que tinha alguma razão quando, na primeira reunião da Comissão de Sistematização, pedia um ato de repúdio a este Governo, que é um Governo de transição e, que tem que acabar quando se acabarem os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte. (Palmas)

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – V. Ex.<sup>a</sup> tem a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Sr. Presidente, estou voltando ao microfone e à colação absolutamente porque motivado. Não gostaria mais de fazê-lo. Mas é uma injustiça o que esta Assembléia Constituinte tem cometido em relação ao Presidente José Sarney, que quer encurtar-lhe o mandato, que quer mudar o sistema de governo, e tem poderes, até, para fazê-lo, que vem a todo momento fazer-lhe as maiores acusações, como acabam de ser feitas quando Sua Excelência tem-se mantido, em relação a esta Casa e a todos os seus Pares, com a maior dignidade. Se esta Casa não lhe fizer justiça, mas acredito que o fará, com certeza, a História o fará, da maneira absolutamente de estadista com que S. Ex.<sup>a</sup> tem-se comportado. Menos não seria possível, porque, afinal de contas, não é uma Assembléia Nacional Constituinte que se reúne nem são Constituintes que trabalham sobre uma Nação sem Governo, sem Poderes Constituídos. Os Poderes estão constituídos – o Executivo, o Legislativo e o Judiciário. Tanto estão que o Constituinte Fernando

Lyra foi Ministro do Presidente José Sarney durante doze meses...

**O SR. CONSTITUINTE FERNANDO LYRA:** – Escolhido por Tancredo Neves.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Mas mantido por Sua Excelência, e a Sua Excelência serviu; e com Sua Excelência sentou à mesa dos Ministros, e deveria pelo menos guardar, em relação a Sua Excelência, de quem foi Ministro...

**O SR. CONSTITUINTE FERNANDO LYRA:** – Guardo o maior respeito, Sr. Constituinte.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Constituinte Fernando Lyra, peço que V. Ex.<sup>a</sup> espere, o Deputado Carlos Sant'Anna terminar.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – ... deveria, em relação a Sua Excelência, pelo menos guardar certa atitude, aquilo que em política o Sociólogo Fernando Henrique deve tão bem conhecer, que se chama o mínimo ético.

Apesar de tudo, Sr. Presidente, apenas palavras para registrar que não posso ouvir silente às injustiças que estão sendo assacadas contra o cidadão José Sarney nem contra o Presidente da República, que, como V. Ex.<sup>a</sup> inclusive bem conhece, é apenas um homem que tem procurado participar, mas participar como cidadão, participar com as suas idéias, participar trocando opiniões e, afinal de contas, opiniões de um homem que está na Chefia Suprema da Presidência da República e da Nação.

**O SR. CONSTITUINTE FERNANDO LYRA:** – Sr. Presidente, fui citado nominalmente pelo Constituinte Carlos Sant'Anna. Por isso, peço a palavra novamente.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Pergunto se o Constituinte Cid Carvalho concorda? (assentimento do constituinte)

**O SR. CONSTITUINTE FERNANDO LYRA:** – Não vou entrar em polêmica, quero apenas repelir uma insinuação que reputo grave e que S. Ex.<sup>a</sup> faz por dever de ofício, não porque o sinta. S. Ex.<sup>a</sup> é Líder do Governo, S. Ex.<sup>a</sup> não fala como Constituinte Carlos Sant'Anna nesta hora. Reconheço a dificuldade do Constituinte Carlos Sant'Anna tem de defender um Governo ao qual servimos por uma decorrência histórica, e hoje S. Ex.<sup>a</sup> tem que defendê-lo por uma omissão e uma tarefa que o Presidente da República lhe deu em determinada hora do processo.

Nunca faltei com a ética política. Falar do Presidente da República é um direito que me assiste, condenar as suas atitudes é um direito de que não abro mão. Nunca vim à tribuna nem à praça pública e aos jornais falar de questões pessoais de Sua Excelência, atos pessoais de Sua Excelência. Nunca exagerei em nenhum aspecto as minhas condenações ao Presidente José Sarney. Agora, dizer que o Presidente José Sarney é traidor da transição democrática, isso é; que Sua Excelência tinha compromissos com os 4 anos, isso tinha; que Sua Excelência, na minha presença como Ministro da Justiça e na presença do Presidente Ulysses Guimarães, então Presidente da Câmara dos Deputados, enviou uma mensagem para o Congresso Nacional propondo eleições diretas e na justificativa dizia que para Sua Excelência bastavam 4 anos, que já naquela oportunidade solicitava que assim procedesse a Assembléia Nacional Constituinte, isso é fato verdadeiro.

Agora, não posso concordar que hoje o Constituinte Carlos Sant'Anna, apenas porque é Líder do Governo e foi posto para fora do Ministério, como eu fui, da mesma forma que fui, sem ter nenhum entendimento político para fazê-lo, S. Ex.<sup>a</sup> sabe dos detalhes e não vou entrar no mérito, porque aí seria entrar num problema ético, aí sim, não vou falar da minha saída e do Constituinte Carlos

Sant'Anna, e entramos juntos, escolhidos por Tancredo Neves e ratificados, é claro, Pelo Presidente José Sarney. Fui Ministro e muito me honra ter sido Ministro, e guardo na parede da minha casa a assinatura de Tancredo Neves, a quem ajudei, junto com todos os Companheiros, a ser Presidente da República, e ao Presidente José Sarney, como seu Companheiro de chapa.

Jamais eu seria escolhido Ministro do Governo José Sarney, por duas razões: primeira, e que é fundamental, Sua Excelência jamais me convidaria para ser Ministro; segundo, eu jamais aceitaria ser Ministro de José Sarney. Aceitei ser Ministro, porque fui convidado por Tancredo Neves, nunca constrangido, aceitei de bom grado, querendo sê-lo, porque ele – e aqui está o testemunho do meu ex-colega também Ministro e hoje Constituinte Francisco Dornelles – não fui Ministro de Tancredo por conta de José Sarney, e durante o Ministério fui leal, porque Sua Excelência era leal à transição; rompi com Sua Excelência quando ele traiu a transição que jurou defender conosco na praça pública. E hoje não sou eu quem falo, Sr. Presidente. Confesso a V. Ex.<sup>a</sup>, à Casa e ao País, faz cinco dias que deixei de falar de Sua Excelência, porque agora não tem mais graça, porque todo o País já está falando mal de sua Excelência como Presidente da República. Não falo mal do Governo, porque ele não existe; não falo mal dos Ministros, porque eles, na sua grande maioria, não existem. Conseqüentemente, estou aqui para retificar os termos usados pelo meu Colega e grande Companheiro de longas datas Carlos Sant'Anna, que vem aqui com a missão de Líder do Governo. Jamais – conheço o Constituinte Carlos Sant'Anna – diria que faltei com a ética, pois como Líder do Governo entendo a situação de S. Ex.<sup>a</sup>.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. **(Muito bem!)**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Tem a palavra o Sr. Constituinte Cid Carvalho.

**O SR. CID CARVALHO:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, não sei se o tema de homenagem ao nosso Companheiro Israel Pinheiro ainda está na pauta. Algo tão bonito, tão emocionante, que era uma homenagem a um Companheiro nosso, na verdade era uma homenagem à própria Constituinte, era uma homenagem àquele que era o mais perseverante, o mais carinhoso, o mais abrangente. Quando ouvi palmas, à direita e à esquerda, para o Constituinte Israel Pinheiro, pude ter o sentimento de que S. Ex.<sup>a</sup> representava essa abrangência tão necessária ao processo democrático e ao próprio processo constituinte.

Sr. Presidente, não gostaria de confundir a homenagem ao Constituinte Israel Pinheiro para tirar a lasquinha de posições pessoais ou particulares. Não quero colocar aqui nada de posições pró ou contra o Presidente José Sarney, pró ou contra o Governador de Minas Gerais, porque pareceria a mim, que, se o fizesse, a minha homenagem ao Constituinte Israel Pinheiro seria um mero pretexto, como aquele choro de acompanhamento de casamentos ou de enterros políticos, em que ali somente existem e pretexto e a busca de soluções pessoais.

Sr. Presidente, tenho a honra de ser um Amigo de Israel Pinheiro, e S. Ex.<sup>a</sup> nesta saída, sai engrandecido, porque sai o símbolo de um homem que, de forma aberta, está lutando pela instituição e pela democracia deste País. **(Muito bem!)**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Srs. Constituintes, a Mesa se associa, de forma explícita e calorosa, às manifestações neste dia de despedida do Constituinte Israel Pinheiro.

Como Presidente eventual não gostaria de entrar na análise das questões relativas à motivação da saída de S. Ex.<sup>a</sup>. Gostaria apenas de lhes dizer que qualquer que tenha sido a intenção, se a intenção eventualmente pudesse ter sido a de tolher a liberdade da Constituinte, porque

tenho a certeza de que os Constituintes que aqui estão manterão essa liberdade, qualquer que seja a atitude de quem quer que seja, não nos devemos abalar. Cada um de nós há de votar de acordo com suas convicções, com aquilo que pensa que é bom para o País. Não quero entrar em pormenores das outras questões que aqui foram levantadas; não imagino que o Presidente da República deseje ou possa transformar esta Constituinte num campo de batalha. Não tentará, e se o tentar será derrotado, não por ser Presidente, mas porque a Constituinte terá o **panache** de votar de acordo com aquilo que o povo dela espera.

**(Pausa)**

Tem a palavra o nobre Constituinte, Presidente titular desta Comissão, Senador Afonso Arinos.

**O SR. CONSTITUINTE AFONSO ARINOS:** – Sr. Presidente, prezados Companheiros, peço desculpas por haver chegado aqui num momento inoportuno para intervir, mas é que havia recebido um convite para comparecer à Convenção do Partido Liberal, e lá estive por algum tempo ouvindo os discursos feitos.

Sr. Presidente, aproveito esta oportunidade que V. Ex.<sup>a</sup> tão generosamente me concede para juntar as minhas próprias palavras ao elogio que faço do jovem Constituinte Israel Pinheiro, da sua deligência, da sua força, da sua convicção, da sua alegria, da sua crença, da sua firmeza, da sua atividade. Era um dos nossos mais querido Companheiros – voltará a ser oportunamente – na batalha pelo parlamentarismo no Brasil.

Junto a estas palavras pessoais a Israel Pinheiro, que conheci menino, a lembrança que me ocorre do seu nome, Amigo que fui de seu pai. Declaro aqui, para surpresa talvez de alguns Colegas, que conheci Israel Pinheiro, o dinâmico, o magnífico, o enérgico construtor de Brasília, quando ele ainda era aluno da Escola de Minas de Ouro Preto. E João Pinheiro foi uma grande figura, cuja morte súbita, na ascensão para a Presidência da República, provocou uma profunda emoção no Congresso Nacional e em todo o País. Um dos Deputados que faziam o seu necrológio disse apenas o seguinte: "A morte de João Pinheiro foi como o estalar do raio num céu de abril."

Como Presidente de Minas Gerais, como republicano histórico, trazido para a campanha republicana em Ouro Preto pelo meu avô, Cesário Alvim, João Pinheiro é um símbolo em Minas Gerais do homem público republicano, pela sua firmeza, bravura, integridade e inteligência.

É dessa gente, é dessa linhagem que vem o jovem Constituinte Israel Pinheiro, para aqui ser, de repente, com surpresa para todos nós, destituído das funções que estava exercendo com a maior competência, com o maior proveito e com a maior esperança. **(Palmas)**

Como Presidente da Comissão de Sistematização, lamento profundamente este acontecimento, no mínimo surpreendente, e devo dizer que isso em nada apaga, em nada diminui, em nada arrefece o nosso entusiasmo e em nada diminui a nossa esperança.

Vamos vencer a batalha do parlamentarismo! **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– A Presidência lembra aos Srs. Constituinte que teremos meia hora antes do início da reunião para apresentação dos pedidos de preferência.

### III – SUSPENSÃO DA REUNIÃO

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– A Presidência vai suspender os trabalhos, convocando os Senhores Constituintes para a continuação da presente reunião, amanhã, dia 9-11-87, às 9:00 horas.

Está suspensa a reunião.

**(Suspende-se a reunião às 13 horas e 25 minutos.)**

## EM 9 DE NOVEMBRO DE 1987

Presidência dos Srs: **Aluizio Campos**, Primeiro-Vice-Presidente; **Jarbas Passarinho**, Terceiro-Vice-Presidente; **Fernando Henrique Cardoso**, Quarto-Vice-Presidente.

## I – REABERTURA DA REUNIÃO

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Havendo número regimental, declaro reaberta a reunião.

AS 9:42 HORAS COMPARECEM OS SENHORES:

Abigail Faltosa, Ademir Andrade, Adolfo Oliveira, Afonso Arinos, Alcení Guerra, Alfredo Campos, Almir Gabriel, Aloysio Chaves, Aluizio Campos, Antônio Britto, Antonio Farias, Antônio Carlos Konder Reis, Antoniocarlos Mendes Thame, Arnaldo Prieto, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Brandão Monteiro, Carlos Chiarelli, Carlos Mosconi, Carlos Sant'Anna, Celso Dourado, Christóvam Chiaradia, Cid Carvalho, Cristina Tavares, Darcy Pozza, Egídio Ferreira Lima, Eraldo Tinoco, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Gasparian, Fernando Lyra, Francisco Benjamim, Francisco Dornelles, Francisco Pinto, Francisco Rossi, Gastone Righi, Geovani Borges, Gerson Peres, Gilson Machado, Haroldo Lima, Haroldo Sabóia, Inocêncio Oliveira, Jamil Haddad, Jarbas Passarinho, João Calmon, João Herrmann Neto, Joaquim Bevilacqua, José Fogaça, José Freire, José Geraldo, José Ignácio Ferreira, José Jorge, José Lins, José Lourenço, José Luiz Maia, José Maurício, José Paulo Bisol, José Richa, José Santana de Vasconcellos, José Thomaz Nonô, José Ulisses de Oliveira, Luís Eduardo, Luiz Inácio Lula da Silva, Lysâneas Maciel Manoel Moreira, Marcondes Gadelha, Mário Assad, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nelson Friedrich, Nilson Gibson, Oscar Corrêa, Osvaldo Coelho, Osvaldo Lima Filho, Paulo Pimentel, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Plínio Arruda Sampaio, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Ricardo Fiúza, Roberto Freire, Rodrigues Palma, Sandra Cavalcanti, Severo Gomes, Sigmaringa Seixas, Siqueira Campos, Theodoro Mendes, Virgildásio de Senna, Virgílio Távora, Wilson Martins, Adylson Motta, Aécio Neves, Afif Domingos, Albano Franco, Aldo Arantes, Annibal Barcellos, Amaury Müller, Antonio Mariz, Beth Azize, Bocayuva Cunha, Bonifácio de Andrada, Chagas Rodrigues, Daso Coimbra, Délio Braz, Enoc Vieira, Euclides Scalco, Fernando Santana, Furtado Leite, João Agripino, João Menezes, João Natal, Jofran Frejat, Jonas Pinheiro, Jorge Hage, José Carlos Grecco, José Costa, José Genoíno, José Tavares, José Tinoco, Luiz Salomão, Márcio Braga, Marcos Lima, Michel Temer, Miro Teixeira, Mozarildo Cavalcanti, Nelson Wedekin, Octávio Elísio, Paes Landim, Ricardo Izar, Roberto Balestra, Roberto Brant, Rose de Freitas Simão Sessim, Sólton Borges dos Reis, Uldurico Pinto, Valmir Campelo, Vicente Bogo, Victor Faccioni, Vilson Souza Ziza Valadares, e os Senhores não-membros Robson Marinho, Florestan Fernandes, Osmundo Rebouças, Paulo Delgado e Chico Humberto.

DEIXARAM DE COMPARECER:

Edme Tavares, Fernando Henrique Cardoso, Ibsen Pinheiro, José Serra, Milton Reis e Prisco Viana.

## II – EXPEDIENTE

**Ofícios do Sr. Líder do PFL:**

"Ofício nº 306/87-PFL

Brasília, 9 de novembro de 1987

A Sua Excelência o Senhor Deputado Ulysses Guimarães  
DD. Presidente da Assembléia Nacional Constituinte  
Senhor Presidente:

Comunico a Vossa Excelência, para os devidos fins, que o Deputado Edme Tavares acha-se ausente, em viagem ao exterior.

Em consequência, passa o Deputado Gilson Machado a substituí-lo durante o seu impedimento.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência protestos do meu elevado apreço e consideração. – Deputado **José Lourenço**, Líder do PFL."

"Ofício nº 307/87-PFL

Brasília, 9 de novembro de 1987.

A Sua Excelência o Senhor  
Deputado Ulysses Guimarães

DD. Presidente da Assembléia Nacional Constituinte  
Senhor Presidente:

Comunico a Vossa Excelência, para os devidos fins que o Deputado José Thomaz Nonô volta a integrar a Comissão de Sistematização como Membro Efetivo, ficando o Deputado Annibal Barcellos como Suplente, na vaga do Deputado Gilson Machado e excluído o Deputado Bonito Gama.

Valho-me da oportunidade para renovar a Vossa Excelência protestos de alto apreço e consideração. – Deputado **José Lourenço**, Líder do PFL."

"Ofício nº 308/87-PFL

Brasília, 9 de novembro de 1987.

A Sua Excelência o Senhor  
Deputado Ulysses Guimarães

DD. Presidente da Assembléia Nacional Constituinte  
Senhor Presidente:

Comunico a Vossa Excelência, para as providências cabíveis, que o Deputado Aloysio Chaves volta a integrar a Comissão de Sistematização, como Membro Efetivo.

Em consequência, permanece o Deputado Enoc Vieira como suplente, ficando o Deputado Jalles Fontoura excluído da referida Comissão.

Valho-me da oportunidade para renovar a Vossa Excelência meus protestos de elevado apreço e consideração. – Deputado José Lourenço, Líder do PFL."

**Ofícios do Sr. Líder do PDT**

Brasília, 9 de novembro de 1987.

"Ofício nº 182/87

A Sua Excelência o Senhor  
Deputado Ulysses Guimarães

DD. Presidente da Assembléia Nacional Constituinte

Nesta

Senhor Presidente:

Nos termos Regimentais, indico a Vossa Excelência o Constituinte Amaury Müller para substituir o Constituinte Bocayuva Cunha, como Membro Suplente da Comissão de Sistematização.

Informo, outrossim, que a partir de 10-11-87 o Constituinte Bocayuva Cunha reassumirá suas funções na referida Comissão.

No ensejo, renovo a Vossa Excelência protestos de consideração e apreço. – Deputado **Brandão Monteiro**, Líder do PDT."

"Ofício nº 183/87

Brasília, 9 de novembro de 1987.

A Sua Excelência o Senhor  
Deputado Ulysses Guimarães

DD. Presidente da Assembléia Nacional Constituinte

Nesta

Senhor Presidente:

Nos termos Regimentais, indico a Vossa Excelência o Constituinte Bocayuva Cunha para substituir o Constituinte Amaury Müller, como Membro Suplente da Comissão de Sistematização.

Informo, outrossim, que a partir de hoje o Constituinte Bocayuva Cunha reassume suas funções na referida Comissão.

No ensejo, renovo a Vossa Excelência protestos de consideração e apreço. – Constituinte **Brandão Monteiro**, Líder do PDT."

"Ofício nº 87

Brasília, 9 de novembro de 1987.

A Sua Excelência o Senhor

Constituinte Ulysses Guimarães

DD. Presidente da Assembléia Nacional Constituinte

Nesta

Senhor Presidente:

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência o Constituinte Amaury Müller para substituir o Constituinte Luiz Salomão, como membro Suplente da Comissão de Sistematização.

Informo, outrossim, que a partir de 11-11-87 o Constituinte Luiz Salomão reassumirá suas funções. na referida Comissão.

No ensejo, renovo a Vossa Excelência protestos de consideração e apreço. – Constituinte **Brandão Monteiro**, Líder do PDT."

### III – COMUNICAÇÕES

Do Sr. Constituinte Bernardo Cabral.

**O O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Concedo a palavra ao Relator, Constituinte Bernardo Cabral.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, gostaria de comunicar a V. Ex.<sup>a</sup> e ao Plenário que o Constituinte Virgílio Távora colaborou muito com a Relatoria quando se elaboraram os Substitutivos nº 1 e nº 2, em seqüência ao anteprojeto. A Relatoria convidou S. Ex.<sup>a</sup> para colaborar na feitura do Título VII, assim como fez com o Constituinte Fernando Bezerra Coelho em relação ao Título VI.

Peço ao Constituinte Virgílio Távora a gentileza de ocupar a Mesa.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – O eminente Relator fez a comunicação relativa à indicação do Constituinte Virgílio Távora para Relator-Auxiliar.

### IV – ORDEM DO DIA

#### VOTAÇÃO DO PROJETO DE CONSTITUIÇÃO TÍTULO VII (INÍCIO)

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Vou passar a Presidência ao Constituinte Jarbas Passarinho, porque o primeiro destaque a ser votado é de minha autoria.

**Destaque nº 1619-87 – Emenda nº ES-33920-6, do Sr. Aluizio Campos, "que substitui o art. 225 do Substitutivo nº 1 (art. 191 do Substitutivo nº 2)". (405ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Sobre a mesa, requerimento de preferência para votação do Destaque nº 1619, de autoria do Constituinte Aluizio Campos.

Em votação o pedido de preferência. **(Pausa)** Aprovado. Passaremos à discussão do destaque.

Concedo a palavra ao Constituinte Aluizio Campos.

**O SR. CONSTITUINTE ALUIZIO CAMPOS:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, já foi aprovada, quando votado o Capítulo "Dos Direitos Sociais", disposição que assegura a participação dos trabalhadores nos lucros e na gestão das empresas. Na parte referente à Ordem Social,

o art. 191 estabelece os requisitos que devem ser observados para assegurar os princípios que regerão a Ordem Econômica.

Apresentei emenda aditiva, que agora restrinjo apenas ao acréscimo de três parágrafos. O primeiro, tendo em vista a redação do **caput**, que diz ser a ordem econômica "fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tendo por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social".

A emenda visa a considerar que a valorização do trabalho humano inclui a participação dos empregados na administração da empresa, conforme disposto no art. 6º, inciso IX, e determina alguns critérios para o estabelecimento dessa participação, ou melhor, um critério, dizendo o seguinte:

"§ 1º A valorização do trabalho humano inclui a participação dos empregados nos lucros e na administração da empresa.

§ 2º A participação nos lucros não será inferior a 20% do resultado líquido anual, distribuindo-se a metade do seu valor aos empregados, em cotas de capital social."

O que se mantém, relativamente à empresa, são apenas esses parágrafos. Há a obrigação cruzada de a empresa proporcionar recursos para que o trabalhador subscreva ações resultantes do aumento do seu próprio capital e também distribuir 50% do lucro, que deve caber aos trabalhadores.

O outro parágrafo estipula que, na gestão da empresa, a representação dos operários será escolhida livremente pelos empregados, que indicarão seus representantes para participar da co-gestão.

Estas medidas, parece-me, irão contribuir para a inovação mais importante no campo econômico em favor dos trabalhadores: a participação efetiva nos lucros e na administração das empresas.

Peço a atenção dos Srs. Constituintes para a importância dos §§ 2º e 3º, nos termos em que estão sendo apresentados. Eles asseguram ao trabalhador o mínimo de 20% na lucratividade anual do balanço e também determinam que a metade do lucro recebido pela empresa seja aplicado na subscrição do próprio capital social. Trata-se de uma forma de estreitar o entendimento e o relacionamento entre as forças da produção, para que os trabalhadores, com o correr do tempo, passem a ter uma efetiva e sempre maior participação nos interesses empresariais.

Informo-lhes ainda que essa emenda foi acolhida pelas lideranças, dado seu grande alcance social.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Não há oradores inscritos.

Tem a palavra, pela Relatoria, o Constituinte Virgílio Távora.

**O SR. RELATOR (Virgílio Távora):** – Srs. Constituintes, a emenda em apreço poderia ser dividida, em relação aos seus parágrafos, em algumas partes. Quanto ao **caput**, está claro que o Substitutivo Bernardo Cabral é muito mais abrangente. Então, não é preciso discutir a respeito disso. É só comparar os itens.

Passemos à participação nos lucros e na administração – §§ 2º e 3º da emenda.

Srs. Constituintes, essa matéria foi votada por nós. Já está regulada no art. 6º, inciso IX, que diz:

"IX – Participação nos lucros, desvinculada da remuneração, e na gestão da empresa, conforme definido em lei ou em negociação coletiva."

Não achamos certo, não achamos justo, não achamos prudente estarmos aqui fixando que serão 20, 30 ou 40% esses percentuais, que devem ser definidos em lei ou obtidos a partir de negociações e acordos, conforme muito justamente estabelece o inciso IX do art. 6º

Assim, Sr. Presidente, a contragosto, nosso parecer é contra.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Passa-se à votação.

**(Procede-se à votação)**

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feiltosa, Ademir Andrade, Aluizio Campos, Carlos Sant'Anna, José Paulo Bisol, Nilton Friedrich, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Sigmaringa Seixas, Antonio Mariz, João Agripino, Jorge Hage, Octávio Elísio, Uldurico Pinto, Vicente Bogó, Vilson Souza, José Thomaz Nonô, Simão Sessim, Gerson Peres, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia, José Maurício, Lysâneas Maciel, Luiz Salomão, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Roberto Balestra, Haroldo Lima e Fernando Santana. Votaram **NAO** os seguintes Senhores Constituintes: Almir Gabriel, Antônio Brito, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Egídio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Lyra, José Fogaça, José Richa, José Ulisses de Oliveira, Mário Lima, Nelson Jobim, Nilson Gibson, Renato Vianna, Rodrigues Palma, Severo Gomes, Wilson Martins, Chagas Rodrigues, Daso Coimbra, Euclides Scalco, José Costa, José Tavares, Marcos Lima, Aloysio Chaves, Christóvam Chiaradia, Fraldo Tinoco, Francisco Dornelles, Gilson Machado, Inocêncio Oliveira, José Lins, José Lourenço, José Santana de Vasconcellos, Luís Eduardo, Sandra Cavalcanti, João Menezes, Jofran Frejat, Jonas Pinheiro, Darcy Pozza, Virgílio Távora, Adylson Motta, Adolfo Oliveira e Jamil Haddad.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 32 Constituintes; votaram NÃO 42 Constituintes. Total: 74 votos. O destaque foi **prejudicado** por falta de **quorum** qualificado.

**Destaque nº 4543-87 – Emenda nº ES-31875-6, do Sr. Francisco Dornelles, "que adita ao art. 225, parágrafo único, do Substitutivo nº 1 (art. 191 do Substitutivo nº 2)". (406ª votação.)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Sobre a mesa, requerimento de preferência, nos termos regimentais, para votação do Destaque nº 4543, de autoria do Constituinte Francisco Dornelles.

Em votação a preferência. **(Pausa)** Aprovada.

Passa-se ao exame do destaque. A emenda é aditiva ao art. 191.

Concedo a palavra ao Constituinte Francisco Dornelles.

**O SR. CONSTITUINTE FRANCISCO DORNELLES:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a emenda por mim apresentada tem como finalidade estabelecer de forma clara e precisa o objetivo do próprio artigo.

Entendo que todas as vezes que a União Federal desejar estabelecer o monopólio de determinada atividade, este tem que ser criado ou por dispositivo constitucional ou por lei. É o Congresso que fixa o monopólio da União. É o Congresso que determina as áreas em que a União pode atuar com exclusividade. É o Congresso que estabelece as áreas onde pode atuar somente o setor privado nacional e onde não pode atuar o setor privado estrangeiro.

Hoje, independentemente da vontade do Congresso, muitas vezes interesses não definidos, posições não muito claras estendem esse monopólio e impedem o exercício de atividades lícitas por meio de grupos privados nacionais. O Rio de Janeiro há doze anos está sem lista telefônica, e

não existe monopólio do Estado que proíba a empresa privada de imprimir lista telefônica. Não é monopólio do Estado. A Constituição não o estabelece, nem a lei. E por que isso ocorre? Porque determinados grupos, em determinada empresa, entenderam que só pode dar aquele trabalho para quem eles desejarem. E o parque gráfico do Rio está parado. Se um grupo nacional quiser montar uma empresa de barcos na baía de Guanabara, não pode fazê-lo, embora, repito, não exista tal monopólio na Constituição, na lei. É, simplesmente, para não fazer concorrência à Conerj!

De modo que o que desejo é referir, claramente, estar assegurado a qualquer pessoa o exercício de todas as atividades econômicas, independentemente de autorização de órgãos públicos, salvo nos casos previstos em lei. Isso não elide o poder da polícia e a atuação do Governo na área da saúde. Mas, se não existir uma legislação específica que diga claramente as razões pelas quais uma pessoa não pode exercer uma atividade, não pode a União, o Estado ou o Município, simplesmente por decisões burocráticas, vedar o exercício dessa atividade.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Para encaminhar contra tem a palavra o Constituinte José Fogaça.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FOGAÇA:** – Sr. Presidente, ilustres membros da Comissão de Sistematização, há uma marca que caracteriza o texto do Relator Bernardo Cabral, que é a busca do equilíbrio. O art. 191 diz que "a ordem econômica é fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa". Pretende o nobre Constituinte Francisco Dornelles assegurar a todo e qualquer cidadão o direito à iniciativa no campo econômico. Assim, parece-me que o texto já consagra, já adota amplamente, mas não entrega ao indivíduo o controle absoluto, total e ilimitado da atividade econômica.

O papel do Estado como agente regulador é assegurado no art. 195, quando diz:

"Como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado exercerá funções de controle, fiscalização, incentivo e planejamento..."

A emenda do nobre Constituinte Francisco Dornelles diz que é assegurado a qualquer pessoa o exercício de todas as atividades.

Ora, isto abriria um precedente extremamente perigoso e uma porta muito larga para o exercício da atividade econômica em relação a qualquer agente econômico, seja de origem nacional, seja de origem estrangeira.

Parece-me que, embora haja um núcleo de pensamento liberal básico na proposta do Constituinte Francisco Dornelles, ela desestrutura e cria de certa forma um desequilíbrio na proposta do Relator Bernardo Cabral, que é a de se adotar a livre iniciativa, sim, mas com a aceitação do papel do Estado como agente regulador, controlador e fiscalizador da economia. O mais importante no art. 191 é quando diz que os princípios sobre os quais se regerão as atividades econômicas são: "I – soberania Nacional..."

Ora, o item I está anteposto à propriedade privada, à livre concorrência e a outros. Isto porque a soberania nacional é o princípio que se antepõe a todos os outros. Portanto, a atividade econômica tem que estar subordinada às exigências e às necessidades da soberania nacional. Eis por que não se pode abrir de forma tão larga, tão ampla, tão ilimitada a atividade econômica. Mesmo que seja limitada pela lei, só existindo a lei é que determinada atividade econômica estará sob o controle ou a ação reguladora do Estado.

Nesse sentido, entendo, portanto, que é uma emenda que abre comportas para o desequilíbrio da proposta básica do texto, pediria enfaticamente aos membros da Co-

missão de Sistematização que a rejeitassem, a despeito do enorme respeito que temos pela figura do nobre Constituinte Francisco Dornelles.

**O SR. CONSTITUINTE PLÍNIO MARTINS:** – Sr. Presidente, peço a palavra, para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Concedo a palavra a V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. CONSTITUINTE PLÍNIO MARTINS:** – Sr. Presidente, a mim me parece que essa matéria está decidida nos direitos individuais. Em que pese ao talento e ao brilho do ilustre Constituinte que formula a presente emenda, parece-me que o art. 5º, § 9º, dizendo que é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, observadas as qualidades profissionais que a lei exigir, usando esse dispositivo, nesse parágrafo, o assunto está inteiramente decidido. A emenda não tem razão de ser. Peço a V. Ex.<sup>a</sup> que leve em consideração esta questão.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A interpretação da Mesa é um pouco divergente da de V. Ex.<sup>a</sup> Considera-se apenas que a emenda é expletiva. Faz questão de explicar um direito que não está, nesses termos, suficientemente garantido no texto que estamos votando. Por isso, a Mesa aceitou submeter a matéria à votação.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ COSTA:** – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ COSTA:** – Perdoe-me V. Ex.<sup>a</sup>, mas insistirei no tema.

Aprovamos o Título, ressalvados os destaques, não é verdade? A emenda está contida no art. 191, itens I a IX, e também no § 1º do art. 5º

O § 1º do art. 5º diz:

"Ninguém é obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei."

Aí está contido o princípio da livre iniciativa.

O art. 191, por sua vez, diz:

"A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna..."

Estabelece, depois, as condições.

De modo que não é um **bis in idem**. No meu entendimento – submeto-o à consideração da Mesa – a emenda estaria prejudicada.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Exatamente dentro do raciocínio de V. Ex.<sup>a</sup> é que o Relator José Fogaça falou, só que contra, admitindo o contraditório e a discussão da matéria.

Como já disse, ao decidir a questão de ordem do Constituinte Nilson Martins, consideramos que se trata possivelmente de uma emenda expletiva, que não figura no Regimento, mas que, na verdade, quer garantir explicitamente esse direito a que V. Ex.<sup>a</sup> se refere.

Tem a palavra, para encaminhar a favor, o Constituinte Severo Gomes.

**O SR. CONSTITUINTE SEVERO GOMES:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o destaque do nobre Constituinte Francisco Dornelles é muito claro:

"É assegurado a qualquer pessoa o exercício de todas as atividades econômicas, independentemente de autorização de órgãos públicos, salvo nos casos previstos em lei."

Portanto, parece-me que o argumento de que isto significa da uma liberdade absoluta a este tipo de iniciativa,

não se compadece com o próprio texto do artigo, que diz: "... salvo nos casos previstos em lei".

Ora, impedir alguém de ter algum tipo de iniciativa que não aquela que conste de lei, só poderia ocorrer no caso da limitação imposta pelo arbítrio do Poder Público ou de outras forças que eventualmente se impusessem dentro da atividade econômica.

Neste sentido, entendo que o princípio geral da liberdade de iniciativa, nos princípios gerais da ordem econômica, não tem a extensão do destaque do Constituinte Francisco Dornelles, que, com toda a clareza, coloca: "salvo nos casos previstos em lei".

Portanto, é a lei que deve limitar nossa atividade, não o arbítrio.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Para encaminhar contra, tem a palavra o nobre Constituinte Lysâneas Maciel.

**O SR. CONSTITUINTE LYSANEAS MACIEL:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, parece-me que essa emenda, que pretende certa liberdade à atividade econômica, apresenta gravíssimos inconvenientes.

Em primeiro lugar, choca-se frontalmente com o art. 195, que permite a intervenção do Estado para regular a atividade econômica. E chamo a atenção das Sras. e dos Srs. Constituintes para o fato de que, apesar da enorme habilidade do Constituinte Francisco Dornelles, que, na emenda, diz que "é assegurado a qualquer pessoa ..." S. Ex.<sup>a</sup> não especifica – não sei se intencionalmente – se se trata de pessoa física ou jurídica. S. Ex.<sup>a</sup> também não especifica se é pessoa nacional ou estrangeira. Há também essa omissão, que creio não ser accidental.

Assim, diz a proposta, "é permitido e assegurado a qualquer pessoa o exercício de todas as atividades econômicas, independentemente da autorização dos órgãos públicos".

Estávamos na CPI que regula a atividade das mineradoras e perguntamos ao depoente, que no momento era um ilustre diretor do jornal **O Estado de S. Paulo**, se achava justo, por exemplo, colocar o índio em condições de igualdade com o representante de uma multinacional ou de uma empresa nacional – no caso, a empresa Paranapanema. S. Ex.<sup>a</sup> disse que sim. Tanto que os índios Tucanos estavam em negociações livres e teriam todo o direito a exercer aquele aspecto da cidadania, estando perfeitamente enquadrados, pois, neste dispositivo, para explorar e exercer a livre iniciativa, tanto quanto uma multinacional.

Notem bem o perigo implícito no texto: a qualquer pessoa é lícito o exercício da atividade econômica. Como esta atividade econômica vai ser assegurada?

A forma como isso deverá ocorrer ainda está difusa na Constituição. Ainda não definimos no papel o que é empresa nacional e o que é empresa estrangeira, muito menos quais os limites de atuação das empresas estrangeiras. Será que podemos considerar, por exemplo, que o índio, apesar de toda a nossa boa intenção, está em condições de negociar com uma empresa internacional, seja ela a British Petroleum ou outra qualquer, ou com uma empresa nacional, como a Paranapanema? Será que isto é estabelecer igualdade perante a lei?

O que estamos tentando aprovar aqui, de modo hábil, é um papel assinado em branco para que pessoas físicas e jurídicas, nacionais e estrangeiras exerçam qualquer atividade econômica neste País. Não regulamos até agora os limites de sua ação, salvo nos casos previstos em lei.

No exemplo citado, o das listas telefônicas do Rio de Janeiro, o que houve foi um tremenda esquema de corrupção, envolvendo alguns militares, a partir do General Golbery – todos nós sabemos – para proteção de alguns

grupos aliados estrangeiros. E até hoje não temos lista telefônica atualizada no Rio de Janeiro. Mas não por causa da iniciativa privada ou por se tratar de atividade defesa em lei. Este é um dispositivo altamente perigoso. Trata-se de um **laissez-faire, laissez-passer** requentado, sutil, pretensamente hábil, mas que possibilita qualquer pessoa, física ou jurídica, estrangeira ou nacional, imiscuir-se em todos os setores que ainda não tivemos competência para regulamentar devidamente.

Portanto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, impõe-se a rejeição total da emenda. É claro que não somos pela defesa intransigente da intervenção do Estado em todas as atividades. Frequentemente, o Estado tem-se mostrado incompetente para isso. Mas esse "cheque em branco" que se estabelece aqui é altamente nocivo ao País. E não teremos, mais tarde, condições de averiguar aqueles casos previstos em lei, que S. Ex.<sup>a</sup> insere na parte final de sua proposta.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Com a palavra o Constituinte Virgílio Távora.

**O SR. CONSTITUINTE VIRGÍLIO TAVORA:** – A Emenda nº 31875, em questão, de autoria do eminente Constituinte Francisco Dornelles, tem a seguinte redação:

"Adicione-se ao art. 225, parágrafo único, a seguinte redação:

"Parágrafo único. É assegurado a qualquer pessoa o exercício de todas as atividades econômicas, independentemente de autorização de órgãos públicos, salvo nos casos previstos em lei."

Trata-se de emenda substitutiva e, naturalmente, engloba outros artigos – o art. 225, por exemplo, já trata da saúde.

Feita esta ressalva, diremos que toda a orientação básica do texto, que foi aceito nas outras votações, visa a livre iniciativa, mas aceitando a presença do Estado na economia como agente regulador. Aliás, o art. 195 não deixa a menor dúvida a este respeito.

A Emenda Francisco Dornelles, sem embargo dos benefícios e da boa intenção de que se reveste, propõe, ao contrário, um liberalismo econômico exagerado, absoluto, talvez até um pouco exacerbado, que não só foge à tradição constitucional da Casa, como também ao espírito da obra, que, boa ou má, estamos submetendo à apreciação de V. Ex.<sup>as</sup>

A contragosto, somos contra.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Em votação.

**(Procede-se. votação)**

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Aluizio Campos, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Gasparian, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Lyra, José Ignácio Ferreira, José Richa, José Ulisses de Oliveira, Nilson Gibson, Oswaldo Lima Filho, Pimenta da Veiga, Rodrigues Palma, Severo Gomes, Sigmaringa Seixas, Délio Braz, Márcio Braga, Marcos Lima, Vilson Souza, Aloysio Chaves, José Thomaz Nonô, Eraldo Tinoco, Francisco Dornelles, Geovani Borges, Gilson Machado, Inocêncio Oliveira, José Lins, José Lourenço, Luís Eduardo, Marcondes Gadelha, Sandra Cavalcanti, João Menezes, Jofran Frejat, Jonas Pinheiro, Paes Landim, Simão Sessim, Valmir Campelo, Annibal Barcellos, Darcy Pozzá, Gerson Peres, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia, Adilson Motta, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Luiz Inácio Lula da Silva, José Genoíno e Roberto Balestra. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes. Abigail Feitosá, Ademir Andrade, Almir Gabriel, Antônio Brito, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Carlos Mosconi, Cristina Tavares, Égídio Ferreira Lima, Haroldo Sabóia, Ibsen Pinheiro, João Herrmann Neto, José Fogaça, José Paulo Bisol, Mário Li-

ma, Nelson Jobim, Nelton Friedrich, Paulo Ramos, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Wilson Martins, Antonio Mariz, Chagas Rodrigues, Euclides Scalco, João Agripino, Jorge Hage, José Costa, José Tavares, Octávio Elísio, Uldurico Pinto, Vicente Bogo, Christóvam Chiaradia, José Santana de Vasconcellos, Virgílio Távora, José Maurício, Lysâneas Maciel, Luiz Salomão, Francisco Rossi, Adolfo Oliveira, Haroldo Lima, Fernando Santana, Jamil Haddad.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 47 Constituintes; votaram NÃO 42 Constituintes. Total: 89 votos. O destaque foi aprovado.

**Destaque nº 8361-87 – Emenda nº ES-24361-6, do Sr. Paes Landim, "que suprime o art. 226 do Substitutivo nº 1 (art. 192 do Substitutivo nº 2)". (407ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Em votação requerimento de preferência para votação do Destaque nº 8361, de autoria do Constituinte Paes Landim – emenda supressiva ao art. 192.

Os Srs. Constituintes que estão de acordo, permaneçam como estão. **(Pausa)** Aprovado.

Com a palavra o autor, para defender a emenda.

**O SR. CONSTITUINTE PAES LANDIM:** – Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, o objetivo da emenda supressiva, é retirar do texto Constitucional matéria típica de lei ordinária, qual seja, o conceito de empresa nacional, definido na Lei das Sociedades Anônimas e em legislações ordinárias ligadas à atividade mercantil.

Nenhuma Constituição, mesmo as mais recentes e socializantes, como a espanhola e a portuguesa, define empresa nacional. Uma Constituição é feita para ser um texto permanente e duradouro, portanto, imutável. O conceito de sociedade comercial de empresa é dinâmico, variável de acordo com a conjuntura econômica.

Portanto, Sr. Presidente, a lei ordinária, que é flexível, mutável por natureza, é o melhor lugar para definição do que seja empresa nacional. Será que, mais uma vez, vamos inovar, em termos de Direito Constitucional, de constitucionalismo, criando a definição de empresa nacional no texto constitucional? Isso não consta sequer da Constituição soviética de 1977!

Não tem cabimento inserir, em matéria constitucional, **stricto sensu**, o conceito de empresa nacional. Essa inovação não se compadece com a evolução da cultura jurídica o constitucionalista brasileira. Até porque definir empresa nacional no texto irá inibir a evolução natural da economia, da atividade comercial, a partir de outros parâmetros ou de conveniências que venham a ser eventualmente propiciados pela conjuntura econômica do País.

Por isso, Sr. Presidente, ao apresentar essa emenda supressiva, eu o fiz para reflexão desta Constituinte, entendendo o alto sentido dos inspiradores do texto, respeitando o mérito do texto, do seu conteúdo. Acho, no entanto, um empobrecimento do nosso texto constitucional nele incluir-se a definição de empresa nacional. Esta é uma formulação de caráter tecnocrático, não jurídico, não constitucional. Nenhuma Carta de país moderno, mesmo Constituições mais recentes, de natureza socializante, repito, como a portuguesa e a espanhola, define empresa nacional.

Aqui ficam estas considerações à reflexão dos Srs. Constituintes, para que conste dos Anais desta Assembléia.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Para encaminhar contra, tem a palavra o Sr. Constituinte José Genoíno.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, é estranho que algumas

lideranças identificadas com o pensamento do empresariado brasileiro defendam, na Constituinte, a supressão do art. 226 do 1º Substitutivo. Este, o objetivo do Constituinte Paes Landim em relação ao referido dispositivo, que diz exatamente o seguinte:

"Será considerada empresa nacional a pessoa jurídica constituída e com sede no País, cujo controle decisório e de capital votante esteja, em caráter permanente, exclusivo e incondicional, sob a titularidade direta ou indireta de brasileiros domiciliados no País, ou por entidades de direito público interno."

Defendo a manutenção desse dispositivo no projeto Constitucional, eis que em seguida teremos o apoio da emenda do nobre Constituinte Haroldo Lima, que restabelece o texto do 1º Substitutivo.

A meu ver, aí se trata de uma questão de fundo para a economia brasileira. A definição do conceito de empresa nacional adquire uma importância muito grande. E, vejam bem, está na tribuna um socialista chamando a atenção dos representantes do capitalismo nacional para o fato de não perceberem que, no contexto da atual ordem econômica internacional, sendo a internacionalização da economia capitalista um fato inexorável, fazer-se um texto constitucional sem estabelecer precauções, limites, determinadas cautelas em relação ao conceito de empresa nacional, é um contrassenso para aqueles que pretendem viabilizar e desenvolver o capitalismo nacional.

É, de fato, uma questão de extrema relevância. Sabemos que um dos fatores do crescimento da economia capitalista brasileira não foi apenas o processo de atração de capital. Foi também, e principalmente, o processo de dependência, que, inclusive, gerou determinadas situações econômicas e sociais de contradição com o capitalismo nacional.

O que se busca, no art. 226 do 1...º Substitutivo, que vamos lutar para restabelecer com a Emenda Haroldo Lima, é exatamente criar um respaldo, resguardar a empresa nacional de uma definição constitucional que tem implicação na política econômico-financeira quanto a determinadas vantagens em que não se pode igualar a empresa nacional à empresa estrangeira, inclusive do ponto de vista do desenvolvimento econômico, do acúmulo tecnológico e de capital.

Se se equiparar, n.o texto constitucional, a empresa brasileira à empresa estrangeira, aí, sim, vamos suprimir o estabelecimento de discriminação e de vantagens em favor da empresa nacional, que se encontra numa situação de inferioridade tecnológica e econômica. Portanto, a manutenção do texto e, em seguida, a restauração do 1º Substitutivo, passa a ser um ponto importante para enfrentarmos uma das questões cruciais da economia brasileira, que é o processo de dependência em relação à empresa estrangeira.

É claro que não estamos defendendo a independência nacional simplesmente, na visão burguesa e tradicional. Ahamos que o problema do enfrentamento da desnacionalização da economia brasileira está associado diretamente à defesa das reivindicações dos assalariados e dos trabalhadores brasileiros.

Concluindo, os representantes do empresariado nacional defendem a supressão dessa diferença constitucional entre empresa nacional e empresa estrangeira. Isso chega a ser um absurdo, do ponto de vista da desvantagem e da separação que há entre a empresa nacional e a empresa estrangeira, principalmente ao nível de sua essência, de seu conteúdo e da sua acumulação de capital. Por isso, vamos derrotar a Emenda Paes Landim, e, em seguida, aprovar a Emenda Haroldo Lima, que restaura o 1º Substitutivo.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Para falar a favor, tem a palavra o Constituinte João Menezes.

**O SR. CONSTITUINTE JOÃO MENEZES:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, quando observo a discussão dessa emenda, tenho a impressão de que existe um medo generalizado dos Constituintes brasileiros quanto à nossa independência, soberania e ao posicionamento de cada um de nós.

O art. 192 do Projeto de Constituição diz o seguinte:

"Art. 192. Será considerada empresa nacional a pessoa jurídica constituída e com sede no País, cujo controle decisório e de capital votante esteja em caráter permanente, exclusivo e incondicional, sob a titularidade direta ou indireta de pessoas físicas domiciliados no País, ou por entidades de direito público interno.

§ 1º Será considerada empresa brasileira de capital estrangeiro a pessoa jurídica constituída, com sede e direção no País, que não preencham os requisitos deste artigo.

(...)

§ 3º Não se compreendem na proibição do § 2º a proteção, as vantagens, os incentivos fiscais, os créditos subsidiados e outros benefícios destinados a fortalecer o capital privado nacional e melhorar suas condições de competitividade, previstas em lei."

Enfim, o artigo e seus parágrafos fazem um verdadeiro **pot-pourri** do que pode ser uma empresa nacional. Não entendo por que esses detalhes em um projeto constitucional. Acho que a emenda apresentada pelo Constituinte Paes Landim, suprimindo este artigo e, conseqüentemente, seus parágrafos, tem toda a procedência. Que medo é esse do capital estrangeiro? Temos é de nos preocupar em saber como disciplinaremos a remessa dos lucros, como será aplicado o capital estrangeiro que, por acaso, vier para o nosso País; temos de ter a coragem de fazer e não impedir o crescimento da Nação.

Hoje, todos os países socialistas estão procurando uma abertura para seu comércio internacional, concedendo facilidades para a instalação de novas empresas. Vemos a "Coca-Cola" e a "Mac-Donald's" instalarem-se em países comunistas, que fazem acordos e aceitam o capital estrangeiro. Por que nós, um país em desenvolvimento, vamos trancar nossa indústria, nossa produção, enfim, nosso crescimento à participação do capital estrangeiro?

É preciso que nós, Constituintes, tenhamos a coragem e a responsabilidade de saber que somos um País em crescimento, em desenvolvimento e por causa de princípios, que não sei de onde vêm, não poderemos entrar o seu progresso. Tudo o de que precisamos para o nosso desenvolvimento, sem o comprometimento da nossa soberania, sem o comprometimento dos nossos objetivos nacionais, temos de aceitar, porque este País precisa ir para a frente. Enquanto os países da Europa, os países do outro lado do mundo, já chegaram ao ápice, nós, no Brasil, ainda estamos em desenvolvimento. Isso se verifica não só nas Capitais dos Estados, como no interior de toda a Nação brasileira.

Então, nós, Constituintes, nesta hora importantíssima da vida brasileira, seremos os responsáveis ou pela estagnação do nosso progresso, ou pelo nosso desenvolvimento. É por isso que acho que temos de discutir, de debater os assuntos aqui, na Comissão de Sistematização, tendo em vista os interesses nacionais e não os de grupos ou de partidos. A luta tem que ser objetiva: ou damos condições a que este País consiga o que deseja, ou viveremos no atraso.

Hoje, no Brasil, crescemos mais do que as nossas necessidades. E é fácil de se comprovar isso. Há 10 anos,



um Município qualquer do interior deste País, com cinquenta mil habitantes, tinha uma escola e um posto médico. Hoje, com cem mil habitantes, continua a ter uma escola e um posto médico.

Então, o que está havendo em nosso País; nessa crise de desenvolvimento, é que a ação do Poder Público não tem acompanhado as necessidades nacionais. E nós, na Constituinte, não podemos ser um freio ao progresso, ao desenvolvimento deste País. Vamos acabar com essa coisa de ter medo dos outros, porque hoje já somos um País grande e forte.

Portanto, voto favoravelmente à emenda do nobre Constituinte Paes Landim.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Para encaminhar contra, tem a palavra o Constituinte Oswaldo Lima Filho.

**O SR. CONSTITUINTE OSWALDO LIMA FILHO:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, custa-me crer que no Congresso Nacional ainda existam vozes que se levantam contra disposições constitucionais que concedem tratamento preferencial às empresas nacionais. Não é desdida de má fé a argumentação de alguns que dizem que isso não deve figurar na Constituição, que é matéria de lei ordinária. É uma falsidade. Se a Constituição não regular essa matéria, a lei ordinária não poderá distinguir entre nacionais e estrangeiros, porque a lei diz que os direitos são assegurados a nacionais e estrangeiros.

Agora é a hora de distinguir direitos econômicos. Todas as Constituições brasileiras, desde o Império, desde 1824, distinguiram entre brasileiros e estrangeiros para a concessão de determinados direitos. Todas as nações civilizadas praticaram, em algum tempo, ou ainda praticam, essas distinções.

A propósito, tenho em mão a plataforma do Partido Republicano dos Estados Unidos, de 1896, há algum tempo publicada pelo nobre Senador Severo Gomes, em que se afirma que o Partido Republicano dos Estados Unidos defende a diferença de salários, tarifas para proteção da indústria norte-americana, dos seus trabalhadores. Com base nesse nacionalismo, os Estados Unidos converteram-se na maior potência mundial, o mesmo ocorrendo com o Japão. Em certo trecho do Manifesto do Partido Republicano de 1896, lê-se:

"Renovamos e enfatizamos nossa lealdade industrial americana e de proteção como o baluarte da independência industrial americana. (...) Esta política... taxa produtos estrangeiros e apóia a indústria interna, coloca o peso fiscal sobre artigos estrangeiros, assegura o mercado americano para o produtor americano, coloca a fábrica ao lado da fazenda, torna o fazendeiro americano menos dependente da demanda e preços estrangeiros e distribui a prosperidade geral, fundamentada na força de todos e de cada um."

Sr. Presidente, se não é possível recomendar a alguns Constituintes, inteiramente obnubilados, o patriotismo que deveria guiar seu pensamento, aconselho S. Ex.<sup>a</sup> a que se mirem no exemplo americano e tenham, em relação ao Brasil, o comportamento que os americanos têm em relação ao seu País. Nos Estados Unidos, pelo "Buy American Act", o governo compra, preferencialmente, de empresas norte-americanas – aliás, tem este sentido o texto que o nobre Deputado Paes Landim pretende suprimir.

Trata-se, pois, de emenda altamente nociva à indústria nacional, aos trabalhadores nacionais. O texto referido ainda não é perfeito, não é o que desejamos. Mas pretendemos aperfeiçoá-lo. Querer suprimi-lo, como deseja o Constituinte Paes Landim, é atentar contra a emancipação econômica do País. Não há independência política sem emancipação econômica, especialmente em um país onde 401 mil Km<sup>2</sup> de seu subsolo estão entregues às mineradoras multinacionais.

Ao Constituinte João Menezes – que aqui falou em medo – quero sugerir que acorde. S. Ex.<sup>a</sup> continua dormindo e defendendo o capital estrangeiro.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Com a palavra o Relator, Constituinte Virgílio Távora.

**O SR. RELATOR (Virgílio Távora):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, geralmente somos muito sintéticos, mas como várias emendas vão abordar o mesmo assunto – uma supressiva, outras aditivas e modificativas – gostaríamos de dizer que não houve Capítulo, em toda essa titulação, que tivesse provocado mais debates – desde o início da Constituinte, nas Subcomissões, nas Comissões Temáticas, na Sistematização, no 1º Substitutivo, no 2º Substitutivo – do que o referente à conceituação da empresa nacional, porque era necessário incluir um artigo definindo bem regras, que, a nosso ver, estão certíssimas, sobre o assunto. Não há economia no mundo hoje que possa dispensar esses instrumentos maiores, baseados em termos constitucionais, para defesa daquilo que é o patrimônio maior da Pátria. Partindo dessa premissa, foi estabelecido o contraditório sobre as mais diferentes sugestões a respeito de empresa nacional. E as críticas, Senhores, vieram da direita, da esquerda, do centro. Temos o exemplo básico do bom funcionamento de uma regra nesse sentido, que nos levou praticamente do chão à altura, hoje, de uma tribuna mal comparando o que se deu no setor de Informática, cujo diploma regulador foi, nesta Casa, em 1984, aprovado pelo Plenário por unanimidade.

No decorrer desses três anos, verificamos ter sido boa a conceituação estabelecida sobre o assunto, pois produziu os resultados práticos almejados. Vários Constituintes nos perguntaram – devido à responsabilidade total que assumimos pela redação do artigo e dos seus incisos – por que não tornamos ainda mais restritivo o conceito de empresa nacional. Vamos apenas ler o art. 12 da Lei nº 7.232, justamente a lei há pouco percutida. Pediria a V. Ex.<sup>a</sup> que verificassem, no anexo que possuem, se ao menos uma palavra deste dispositivo legal – que desafia a contestação e que até hoje tem produzido os melhores efeitos – foi modificada:

"Empresas nacionais são as pessoas jurídicas constituídas com sede no País, cujo controle esteja em caráter permanente, exclusivo e incondicional sobre a titularidade direta ou indireta de pessoas físicas residentes e domiciliadas no País ou por entidades de direito público interno."

E aí naturalmente, como lei, conceitua o que é controle decisório, controle tecnológico e controle de capital. O Sr. Relator e nós, responsáveis por esta parte, nada mais fizemos do que incluir no Título, que hoje está sendo tão contraditado, aquilo que a experiência demonstrava útil, resguardando a indústria nacional numa área tão vital quanto essa.

São essas as declarações do Relator, que se estenderá mais quando emendas outras efetuarem modificações em diferentes artigos e parágrafos que digam respeito à mesma questão.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Faço, agora, a tomada de votos.

**(Procede-se à votação)**

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Aluizio Campos, José Geraldo, Nilson Gibson, Rodrigues Palma, Christóvam Chiaradia, Eraldo Tinoco, Geovani Borges, Gilson Machado, José Lins, José Lourenço, José Santana de Vasconcelos, Luís Eduardo, Ricardo Fiuza, Paes Landim, Darcy Pozza e Adylson Motta. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Almir Gabriel, Antônio Britto, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Carlos Mosconi, Cristina Tavares, Egidio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Fer-

nando Gasparian, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, João Herrmann Neto, José Fogaça, José Ignácio Ferreira, José Paulo Bisol, José Richa, José Ulisses de Oliveira, Manoel Moreira, Mário Lima, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nelson Friedrich, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Severo Gomes, Sigmaringa Seixas, Virgildásio de Senna, Wilson Martins, Antonio Mariz, Chagas Rodrigues, Délio Braz, João Agripino, José Costa, José Tavares, Márcio Braga, Marcos Lima, Vicente Bogo, Vilson Souza, Afonso Arinos, Aloysio Chaves, Carlos Chiarelli, Francisco Dornelles, Inocêncio Oliveira, José Jorge, Marcondes Gadelha, Sandra Cavalcanti, Enoc Vieira, Jofran Frejat, Jonas Pinheiro, José Tinoco, Mozarildo Cavalcanti, Simão Sessim, Gerson Peres, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia, Virgílio Távora, José Maurício, Lysâneas Maciel, Luiz Salomão, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Luiz Inácio Lula da Silva, José Genoíno, Adolfo Oliveira, Roberto Balestra, Haroldo Lima, Fernando Santana e Jamil Haddad.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 16 Constituintes; votaram NÃO 76 Constituintes. Total: 92 votos. O Destaque foi **rejeitado**.

**Destaque nº 0812-87, do Sr. Haroldo Lima, "que substitui o art. 192 "caput" e parágrafos do Substitutivo nº 2 pelo art. 226 "caput" e §§ 2º e 3º do Substitutivo 2º". (408ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Sobre a mesa requerimento de preferência para votação do Destaque nº 812, de autoria do Constituinte Haroldo Lima.

Em votação o requerimento. **(Pausa)**

Aprovado.

Concedo a palavra ao Constituinte Haroldo Lima para defender o destaque. Trata-se de emenda substitutiva do art. 192 pelo art. 226 do 1º Substitutivo, com exclusão do § 1º do 1º Substitutivo.

**O SR. CONSTITUINTE HAROLDO LIMA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, já foi reiterado o sentido do meu destaque: ele visa a resgatar o disposto no art. 226 do 1º Substitutivo do Relator Bernardo Cabral, excetuando-se o seu § 1º, substituindo todo o atual artigo que define empresa nacional.

Srs. Constituintes, a meu ver estamos discutindo, nesta questão, um problema-chave na história brasileira. Analisando as Constituições brasileiras passadas, no que diz respeito a esta questão, descobri que é a primeira vez que a nacionalidade não só não é referida em destaque como é omitida e desprestigiada. Quero citar, para referendar esta afirmação, dois exemplos que me parecem importantes relacionados à definição de empresa nacional, que está no Substitutivo: uma é a da empresa constituída, com sede no País; a outra, a de empresa que tem controle acionário e capital votante sob a titularidade de pessoas físicas domiciliadas no País.

Ora, Sr. Presidente, gostaria de lembrar que a Constituição de 1934, no seu art. 119, no caput do § 1º relacionava um tema vinculado, que diz o seguinte:

"Art. 119. O aproveitamento industrial das minas e das jazidas minerais, bem como das águas e energia hidráulica, ainda que de propriedade privada, depende da autorização ou concessão federal, na forma da lei."

O art. 143, § 1º, da Constituição de 1937, diz o seguinte:

"Art. 143. (...) O aproveitamento industrial das minas e jazidas minerais, das águas e da energia hidráulica...

§ 1º A autorização só poderá ser concedida a brasileiros ou a empresas constituídas por acionistas brasileiros..."

Reparem então que aqui a categoria de brasileiros tinha destaque e certa preferência.

Na Constituição de 1946, o § 1º do art. 153 determina:

"Art. 153. O aproveitamento dos recursos minerais e de energia hidráulica depende de autorização ou concessão federal..."

"§ 1º As autorizações e concessões serão conferidas exclusivamente a brasileiros ou a sociedades organizadas no País..."

No período de 1967 a 1969, as Constituições elaboradas pelos generais diziam, em seu art. 168, § 1º:

"A exploração e aproveitamento das jazidas, minas e demais recursos minerais e dos potenciais de energia hidráulica dependerão de autorização ou concessão federal, na forma da lei, dadas exclusivamente a brasileiros ou a sociedades organizadas no País."

Considerando-se o Substitutivo em discussão, será a primeira vez, na história constitucional brasileira, que se relega a segundo plano o fato de alguém ser brasileiro, eis que determina:

"O aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica, a pesquisa e a lavra de jazidas minerais somente serão efetuados por empresas nacionais."

Pela primeira vez se tirou a nacionalidade brasileira do cena. A empresa nacional é aquela, Srs. Constituintes, como está definida no **caput**, que dá o direito a pessoas domiciliadas no Brasil de dela participar.

Na verdade é uma afirmação tão desnacionalizante que não tem precedentes no Direito Constitucional brasileiro

Outro exemplo: a Constituição de 1934, no seu art. 132, diz:

"Os proprietários, armadores e comandantes de navios nacionais (...) devem ser brasileiros natos..."

Novamente a condição de brasileiro sendo ressalvada na Constituição do Brasil.

A Constituição de 1937, no seu art. 149, repete:

"Os proprietários, armadores e comandantes de navios nacionais (...) devem ser brasileiros natos..."

Reparem que aqui não existe sequer a condição de brasileiro naturalizado. É brasileiro nato, explicitamente figurado no Direito Constitucional brasileiro, sem nenhum precedente diferente.

A Constituição de 46 diz:

"A navegação de cabotagem para transporte de mercadorias é privativa de navios nacionais."

Parágrafo único. Os proprietários, armadores e comandantes de navios nacionais devem ser brasileiros natos."

Está escrito na Constituição de 46. As Constituições dos generais, de 67 e 69, são iguais e dizem no art. 173:

"A navegação de cabotagem para o transporte de mercadorias é privativa de navios nacionais..."

§ 1º Os proprietários, armadores e comandantes de navios nacionais (...) serão brasileiros natos."

Vejam de novo a rigidez: "natos" e não naturalizados. Pois bem, estamos discutindo precisamente tirar de cena

a condição de brasileiro pela primeira vez na História do Brasil. Está escrito no Substitutivo II, em seu art. 205, § 2º:

"A navegação de cabotagem ou de interior, bem como as atividades pesqueiras — e aqui se produz atividade pesqueira — são privativas de embarcações nacionais... somente podendo explorá-las as empresas nacionais..."

Aqui, de novo empresa nacional é a que traz embutida dentro de si, à sua frente, sob controle, aqueles domiciliados no Brasil, ou seja, não os brasileiros, muito menos os brasileiros natos. Para encerrar, Sr. Presidente, tenho muitos exemplos tão frisantes quanto esses para apresentar, mas não tenho tempo e gostaria de acentuar que o que propomos é restabelecer o que há de melhor na doutrina constitucional brasileira, que é, através da conceituação de empresa nacional, figurando a condição de brasileiro, resgatarmos a soberania nacional brasileira, já tão prejudicada.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** — Para encaminhar contrariamente, tem a palavra o Constituinte Francisco Dornelles.

**O SR. CONSTITUINTE FRANCISCO DORNELLES:** — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a legislação brasileira que trata do capital estrangeiro foi muito feliz ao estabelecer que se considera capital estrangeiro aquele de residentes ou domiciliados no exterior que ingressam no Brasil com o objetivo de exercer uma atividade econômica e de obter lucros. Ela deu ao capital estrangeiro um conceito econômico altamente válido. Foi a Lei nº 4.131, votada na época do primeiro gabinete parlamentarista, quando era Presidente da República o Dr. João Goulart e Primeiro-Ministro o Dr. Tancredo Neves, que criou o conceito: o capital entra, exerce uma atividade econômica e gera recursos para o exterior. Isso é capital estrangeiro. Se uma pessoa vem para o Brasil, traz os seus recursos, não os registra, abre uma padaria ou qualquer outro pequeno estabelecimento e não tem direito de mandar recursos para o exterior, nesse caso, pela lei brasileira, não existe esse conceito de capital estrangeiro. Por sua vez, se quatro brasileiros domiciliados no exterior entram no País com capital, exercem uma atividade e querem obter lucros, esse capital é considerado estrangeiro, porque é daqueles que entram no Brasil, investem e querem receber lucros. Não podemos considerar empresa estrangeira aquela de apenas dois estrangeiros que abrem uma padaria e não mandam lucros para o exterior, como também o fato de dois indivíduos italianos, portugueses ou espanhóis virem para o Brasil abrirem uma quitanda e, não tendo direito de remeter lucros para o exterior, considerá-la de capital estrangeiro.

Capital estrangeiro é aquele de quem entra no Brasil, investe e tem direito a remeter lucros para fora do País. Não existindo esse direito, a nossa lei, com muita felicidade, não consubstanciou capital estrangeiro.

A definição do art. 192, que é de autoria do ilustre Senador Severo Gomes, atende aos interesses que se pretende objetivar nesta Constituição:

"Art. 192. Será considerada empresa nacional a pessoa jurídica constituída e com sede no País, cujo controle decisório e de capital votante esteja, em caráter permanente, exclusivo e incondicional, sob a titularidade direta ou indireta de pessoas físicas domiciliadas no País, ou por entidades de direito público interno."

Essa definição do ilustre Constituinte Severo Gomes atende a todos os interesses a que visa esse artigo. Por quê? Porque toda vez que se permitir, se quiser ou se desejar estabelecer o incentivo fiscal, isso se fará para a empresa nacional, que tem de ser controlada por pes-

soas físicas residentes ou domiciliadas no País ou por empresa pública aqui residente. O que se estabelece é que a empresa nacional tem de estar sob o controle de pessoas físicas residentes ou domiciliadas no Brasil.

Ora, existem certos casos em que uma subsidiária não se inclui dentro de conceito de empresa nacional. Ela será empresa nacional de capital estrangeiro, sem direito a incentivos, a vantagens creditícias, mas, dentro do poder de império do Governo brasileiro, ficará sob seu controle, inclusive no que diz respeito às suas relações comerciais, fiscais e financeiras.

Por este motivo, opino, contrariamente, à emenda do ilustre Constituinte Haroldo Lima.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** — Concedo a palavra ao ilustre Constituinte Virgildásio de Senna para encaminhar a favor.

**O SR. CONSTITUINTE VIRGILDASIO DE SENNA:** — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o problema que a Comissão de Sistematização enfrenta neste instante é dá maior significação e profundidade.

É falso imaginar que o turco que abriu o seu armário no Brasil ou o português ou espanhol que veio aqui instalar a sua padaria seja o objeto principal de nosso questionamento. Evidentemente, tendo em vista o nível de desenvolvimento da sociedade brasileira, esta Assembléia já optou por definir capital e empresa nacionais. Não vale aqui discutir, porque é matéria vencida, se cabe definir na Constituição empresa nacional ou trazer à colação se as Constituições modernas tratam dessa matéria.

Parece-me, segundo as votações aqui já realizadas, que o pensamento desta Casa é no sentido da fixação, com clareza absoluta, do que é empresa nacional. Definida essa vontade, cabe-nos executá-la da forma mais clara, expressa, límpida e cristalina. Parece-me que o dispositivo contido no Substitutivo do nobre Relator Bernardo Cabral, que em muitas matérias acertou, utiliza neste caso, uma forma que não é aquela que mais direta e claramente serve ao objetivo de definir a empresa nacional.

É claro que não estamos falando dos pequenos negócios, que, na maioria das vezes, representam a atividade de pessoas que se incorporaram à vida nacional pelo casamento ou pela nacionalização, mas das grandes empresas que estabelecem neste País as formas oligopolistas da produção.

Neste caso, para enfrentar essa questão, foi apresentada a emenda de autoria do nobre Constituinte Haroldo Lima. Não se permite, como se referiu o Ministro Aureliano Chaves, usar de espertezas. Não há espertezas para serem colocadas em nossa Constituição. É preciso dizer com clareza e exatidão o que é empresa nacional, confrontar duas definições: a que está no segundo substitutivo e a apresentada pelo nobre Constituinte Haroldo Lima, tornando o assunto de clareza meridiana. Empresa nacional é aquela constituída no Brasil e com sede no País, cujo controle decisório de capital votante, esteja em caráter permanente, exclusivo e incondicional sob a titularidade direta ou indireta de brasileiros domiciliados no País ou de entidade de direito público interno.

Tal definição transborda a contida no Substitutivo, que faz com que empresas nacionais submetidas às mesmas condicionantes estejam sob o controle direto ou indireto de pessoas físicas domiciliadas no País.

O que significam essas diferenças? Pelo texto do Substitutivo, qualquer pessoa estrangeira com visto permanente brasileiro, testa-de-ferro de empresa, pode receber a qualquer instante o controle de empresas, que assim, não são efetivamente nacionais, porque seu comando é externo, seu centro decisório está fora do Bra-

sil, e a pessoa física aqui domiciliada tem uma residência meramente transitória para servir aos interesses dessa empresa, como ocorre constantemente no Brasil. É para fugir a essa definição que foi feita a Emenda Haroldo Lima. Só assim poderemos ter a segurança de que as disposições dos parágrafos seguintes, que expressam a vontade de oferecer subsídios e condições vantajosas à empresa nacional, sejam dirigidas exatamente à empresa nacional e não àquela falsamente definida como nacional, nos termos contidos no Substitutivo nº 2 do Relator.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Com a palavra o Relator, Constituinte Virgílio Távora.

**O SR. RELATOR (Virgílio Távora):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes da Assembléia Nacional Constituinte, vamos reprimir: consideramos da maior importância a conceituação feita no art. 192, com alguns acréscimos, depois do entendimento do mais alto nível mantido entre Relatores auxiliares – Constituinte Severo Gomes, o Líder em exercício do PMDB, Constituinte Euclides Scalco, e nós mesmos – para o aprimoramento deste texto, mas não para sua modificação. Esta é apenas uma reafirmação do apoio que damos ao mesmo. Mas vamos ser sintéticos: pode haver testa-de-ferro se se comunicar à opinião pública brasileira que o texto é esse que afirmamos?

Ora, esse temor de que beneficiariam supostos testas-de-ferro é infundado, porque, se essa hipótese tiver de ocorrer, ocorrerá também – e até mais – através de brasileiros, dada – permitam-me dizer – a permeabilidade política e moral aqui existente. Mais ainda, com a sua fixação como está, repelindo todo o capital trazido por imigrantes, seria apenas de pequeno porte. Não. É de médio de grande portes, como faz certo o exemplo de Kurt Mirow, que, com empresa de máquinas e equipamentos, se pôs aqui em luta justamente contra a Brown Boveri – e, aliás, perdeu a luta.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, dentro do princípio geral do senso, do equilíbrio e da defesa do que é justo, nada mais acertado para os interesses da nacionalidade de que a Lei de Informática. É o exemplo mais claro porque não fizemos nada no **caput** senão inserir palavra por palavra o artigo a que há pouco tivemos ocasião de nos referir. É o exemplo mais claro de que o caminho percorrido é o certo.

Assim, Sr. Presidente, o Relator é contra à emenda em apreço, sem prejuízo da admiração que tem pelo seu digno autor.

**O SR. CONSTITUINTE CHAGAS RODRIGUES:** – Sr. Presidente, pela ordem, para um pedido de esclarecimento.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra V. Ex.<sup>a</sup>, pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE CHAGAS RODRIGUES:** – Sr. Presidente, gostaria que o Relator tivesse a fineza de esclarecer o seguinte. A emenda substitui o art. 192, que, em seu § 2º, diz:

"§ 2º A lei não criará discriminação ou restrição, obedecidas as diretrizes econômicas do Poder Executivo."

Pergunto se este vocábulo "obedecidas" significa...

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Prezado Constituinte, a emenda substitui toda a redação do art. 192 por outra, a do Substitutivo nº 1, com exclusão do § 1º do art. 226 do mesmo Substitutivo. Logo, a pergunta de V. Ex.<sup>a</sup> fica prejudicada.

Já discutimos vinte minutos sobre isto, mas alertamos os votantes de que é preciso ainda esclarecer o assunto.

Tem a palavra o Constituinte João Agripino.

**O SR. CONSTITUINTE JOGO AGRIPINO:** – Sr. Presidente, gostaria que a Relatoria me desse um esclarecimento, no sentido de orientar meu voto. Gostaria de saber o que a Relatoria considera nacional.

**O SR. RELATOR (Virgílio Távora):** – Empresa nacional, já dissemos, é a que se enquadra na definição contida no caput do art. 192. É exatamente o que consideramos, nos mesmos termos, **ipsis litteris, verbo ad verbum**, no diploma legal que dá corpo à nossa Lei de Informática. Se V. Ex.<sup>a</sup> me permite, vou ler o art. 192:

"Art. 192. Será considerada empresa nacional a pessoa jurídica constituída e com sede no País, cujo controle decisório e de capital votante esteja, em caráter permanente, exclusivo e incondicional, sob a titularidade direta ou indireta de pessoas físicas domiciliadas no País, ou por entidades de direito público interno."

**O SR. CONSTITUINTE JOÃO AGRIPINO:** – Quer dizer que o capital estrangeiro pode ser considerado nacional?

**O SR. RELATOR (Virgílio Távora):** – Negativo.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Peço ao Relator que conclua a matéria, que já foi suficientemente discutida.

Passa-se à votação.

**(Procede-se à votação)**

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Almir Gabriel, Artur da Távola, Carlos Mosconi, Egidio Ferreira Lima, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, João Herrmann Neto, José Paulo Bisol, Manoel Moreira, Mário Lima, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Renato Vianna, Sigmaringa Seixas, Virgildásio de Senna, Antonio Mariz, Chagas Rodrigues, João Agripino, Jorge Hage, Márcio Braga, Octávio Elísio, Uldurico Pinto, Vicente Bogo, Vilson Souza, José Maurício, Lysâneas Maciel, Luiz Salomão, Francisco Rossi, Luiz Inácio Lula da Silva, José Genoíno, Haroldo Lima, Fernando Santana e Jamil Haddad. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Alfrede Campos, Aluizio Campos, Antônio Britto, Carlos Sant'Anna, Cristina Tavares, Fernando Bezerra Coelho, José Fogaça, José Geraldo, José Ignácio Ferreira, José Richa, José Ulisses de Oliveira, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Raimundo Bezerra, Rodrigues Palma, Severo Gomes, Wilson Martins, Délio Braz, Euclides Scalco, José Costa, José Tavares, Afonso Arinos, Aloysio Chaves, Carlos Chiarelli, Christóvam Chiaradia, José Thomaz Nonô, Eraldo Tinoco, Francisco Dornelles, Geovani Borges, Gilson Machado, Inocêncio Oliveira, José Jorge, José Lins, José Lourenço, José Santana de Vasconcellos, Luís Eduardo, Marcondes Gadelha, Ricardo Fiúza, Sandra Cavalcanti, Enoc Vieira, Jofran Frejat, Jonas Pinheiro, José Tinoco, Mozarildo Cavalcanti, Paes Landim, Simão Sessim, Gerson Peres, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia, Virgílio Távora, Gastone Righi, Adolfo Oliveira e Roberto Balestra. **ABSTENÇÃO:** Senhores Constituintes Darcy Pozza e Joaquim Bevilacqua.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 37 Constituintes; votaram NÃO 52 Constituintes; abstiveram-se de votar 2 Constituintes. Total: 91 votos. O Destaque foi **rejeitado**.

Do Destaque nº 4602, de autoria do Constituinte Victor Faccioni, foi retirado o pedido de preferência.

**Destaque nº 6452-87 – Emenda nº ES-34765.9, do Sr. Adolfo Oliveira, "que substitui o art. 226 do Substitutivo nº 1 (art. 192 do Substitutivo nº 2)." (409ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Passamos, assim, a preferência para o Destaque nº 6452, de autoria do Deputado Adolfo Oliveira.

Os Constituintes que estão de acordo permaneçam como se encontram. **(Pausa)** Aprovada a preferência.

Dou a palavra ao Deputado Adolfo Oliveira para defender o destaque. É uma emenda Substitutiva do art. 192.

**O SR. CONSTITUINTE ADOLFO OLIVEIRA:** – Srs. Constituintes, confesso a V. Ex.<sup>as</sup> que não conheço bem o mecanismo desse acordo que pode condenar uma emenda à rejeição antes mesmo de ser encaminhada sua votação. Mas estamos aqui para documentar também a nossa atuação para a História, para a crônica da Constituinte.

Esta emenda é transparente, nítida e clara. Não é entreguista nem xenófoba. Procura definir, com a desejável nitidez, o que seja na verdade empresa nacional. Vou ler o texto da emenda, inclusive com a supressão da palavra "subvencionados", na letra a do parágrafo único:

"Empresas nacionais são as sediadas no País, constituídas na forma da lei, e classificadas segundo o capital, em dois grupos:"

I – as de capital exclusivamente brasileiro; e

II – as de capital misto, ou estrangeiro.

Parágrafo único. Às empresas de capital exclusivamente brasileiro, sem vínculos econômicos ou monetários permanentes de qualquer natureza com outras de capital estrangeiro, a lei assegurará:

a) exclusividade no acesso a créditos públicos;

b) proteção temporária àquelas que a lei considerar estratégicas para a defesa nacional ou para o desenvolvimento tecnológico;

c) preferência em igualdade de condições, no fornecimento de bens e serviços ao poder público."

Não me conformo, Sr. Presidente, com o texto do art. 192. Peço a atenção especial de V. Ex.<sup>as</sup>. Pelo texto, é possível uma empresa de capital exclusivamente estrangeiro, de estrangeiros domiciliados no País, ser considerada, declarada empresa nacional. É possível, por outro lado, o absurdo de uma empresa exclusivamente de capital brasileiro ser considerada estrangeira, por esse brasileiro ou esses brasileiros, até por motivo de saúde, serem obrigados a transferir o seu domicílio para Portugal ou Suíça. Este é o maior contra-senso que pode existir em uma definição que, a meu ver, pode ser resultado de um acordo ou entendimento, mas positivamente não é a mais feliz.

O que desejamos é, evidentemente, definir a nossa empresa pura, brasileira. E para ela, só para ela, temos que preservar os escassos recursos de crédito, a preferência no fornecimento de bens e serviços ao poder público, e, ainda, Sr. Presidente, a proteção temporária, por motivos tecnológicos ou estratégicos, a exemplo do que acontece com a informática. Daí por que esperamos ter o apoio daqueles que consideram que o nacionalismo verdadeiro, sadio, saudável, puro é o que melhor consulta aos interesses do País, sem prejuízo daquelas empresas que, embora tendo capital majoritário ou totalmente estrangeiro, devem ter a, classificação de empresa nacional, para que possam ter acesso aos mercados importadores da Europa, ao Mercado Comum Europeu por exemplo. É esta a razão.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Para encaminhar contra, tem a palavra a Constituinte Cristina Tavares.

**A SRA. CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, estamos votando uma das questões cruciais da ordem econômica, portanto, da Assembléia Nacional Constituinte. A distinção entre empresa nacional e estrangeira, sobretudo a grande empresa, é fundamental para o ordenamento econômico de um Brasil moderno.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, durante séculos a Inglaterra usou o protecionismo levando-o a seus extremos, o que lhe proporcionou resultados satisfatórios. Não há nenhuma dúvida de que a este sistema deve-se o seu poderio atual. Depois de dois séculos a Inglaterra achou conveniente adotar o livre câmbio por considerar que a proteção já não lhe dava resultado. "O crescimento da minha Pátria me faz acreditar que, dentro de 200 anos, quando a América do Norte houver obtido do regime protetor tudo o que ele pode dar, adotará o livre câmbio". Essas são as palavras do General Ulysses Grant, então Presidente dos Estados Unidos da América do Norte, ao defender o protecionismo para empresas genuinamente nacionais.

A emenda do ilustre Constituinte Adolfo Oliveira peca pela ambigüidade – é uma matéria que precisa de ações claras – quando diz o seguinte:

"Empresas nacionais são as sediadas no País constituídas na forma da lei, e classificadas segundo o capital em dois grupos:

I – as de capital exclusivamente brasileiro;

II – as de capital misto ou estrangeiro."

A mim me parece que, ao classificar como empresa nacional aquela que tem capital estrangeiro, estaremos cometendo um equívoco, pela pouca clareza. Ao pedir o voto contra a Emenda Adolfo Oliveira, baseio-me na extraordinária proposta que virá a seguir, do Constituinte Oswaldo Lima Filho, em que há uma definição clara de empresa nacional. De nada adiantaria termos uma empresa nacional somente na sua definição constitucional, se a ela não fossem dados privilégios. A emenda do Constituinte Oswaldo Lima Filho pressupõe o que se chama preferência de compras para empresas nacionais. Daí por que, Constituinte Adolfo Oliveira, é preciso que a definição seja muito clara. O "Buy American Act" é uma lei americana que, aqui no Brasil, de vez em quando, a grande imprensa – essa imprensa que, em seus editoriais, parece ter vergonha da palavra "nacional" – chama de xenófoba. Há uma proposta com a definição da empresa nacional, sobre o que seria o ato constitucional de preferência para compra às empresas brasileiras. Em matéria de xenofobia, pediria a atenção dos nobres colegas para um artigo do Constituinte Severo Gomes, publicado no jornal **O Estado de S. Paulo**, em que S. Ex.<sup>a</sup> faz a comparação entre o que nos Estados Unidos se chama patriotismo, e no Brasil se chama xenofobia.

Portanto, a Emenda Adolfo Oliveira parece ser pouco clara na definição necessária de empresa nacional. Eis por que peço o voto contra.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Não há oradores inscritos a favor. Já falou o autor e um contra, dentro do que estabelecemos aqui como princípio do contraditório, um contra um apenas. Assim, peço ao Constituinte Francisco Dornelles que decline da palavra, que passo ao Relator.

O Constituinte Francisco Dornelles estava inscrito para falar contra. Acabou de falar contra a Constituinte Cristina Tavares. Não há ninguém a favor. Está dentro do que estabelecemos por princípio, um contra um e, em seguida, fala o Relator.

**O SR. CONSTITUINTE FRANCISCO DORNELLES:** Sr. Presidente, apenas queria dizer que iria manifestar-me contra a aprovação da emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Concedo a palavra ao Constituinte Virgílio Távora.

**O SR. RELATOR (Virgílio Távora):** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, é com muito pesar que vamos dar um "não" a esta emenda. A redação do art. 192, a nosso ver, é muitíssimo mais precisa e impede tudo que foi invocado pelo eminente Constituinte do Estado do Rio.

Gostaríamos de dizer a V. Ex.<sup>as</sup> que, com os acréscimos que, naturalmente, mercê de emendas, constituirão o texto final deste artigo, sem xenofobia, mas também sem entreguismo, teremos nos diferentes parágrafos a explicitação cabal da defesa do capital nacional. Infelizmente, nosso parecer só poderá ser contra.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Em votação.

**(Procede-se à votação)**

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Fernando Gasparian, José Geraldo, Nilson Gibson, Renato Vianna, Ricardo Fiúza, Gerson Peres, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia e Adolfo Oliveira. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Alfredo Campos, Antônio Britto, Artur da Távora, Carlos Mosconi, Carlos Sant'Anna, Cid Carvalho, Cristina Tavares, Egidio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, João Herrmann Neto, José Fogaça, José Ignácio Ferreira, José Paulo Bisol, José Richa, José Ulisses de Oliveira, Mário Lima, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nelson Friedrich, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Raimundo Bezerra, Rodrigues Palma, Severo Gomes, Sigmaringa Seixas, Virgildásio de Senna, Wilson Martins, Antonio Mariz, Chagas Rodrigues, Délio Braz, Euclides Scalco, João Agripino, José Costa, José Tavares, Uldurico Pinto, Vicente Bogo, Vilson Souza, Afonso Arinos, Aloysio Chaves, Carlos Chiarelli, Christóvam Chiaradia, José Tomaz Nonô, Eraldo Tinoco, Francisco Dornelles, Geovani Borges, Gilson Machado, Inocêncio Oliveira, José Jorge, José Lins, José Lourenço, José Santana de Vasconcellos, Luís Eduardo, Marcondes Gadelha, Sandra Cavalcanti, Furtado Leite, Enoc Vieira, Jonas Pinheiro, José Tinoco, Mozarildo Cavalcanti, Darcy Pozza, Adylson Motta, José Mourício, Lysâneas Maciel, Luiz Salomão, Francisco Rossi, Gastone Righi, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Roberto Balestra, Haroldo Lima, Fernando Santana e Jamil Haddad. **ABSTENÇÃO:** Senhores Constituintes Bernardo Cabral, Oswaldo Lima Filho, Paes Landim e Joaquim Bevilacqua.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram **SIM** 9 Constituintes; votaram **NÃO** 78 Constituintes; abstiveram-se de votar 4 Constituintes. Total: 91 votos. O Destaque foi **rejeitado**.

Peço a atenção do Constituinte Luiz Salomão: há sobre a mesa requerimento de preferência assinado por S. Ex.<sup>a</sup>, em que pede a supressão do § 1º do art. 192. A emenda do Constituinte Haroldo Lima excluía exatamente o § 1º do art. 226 do Substitutivo I, que é **ipsis litteris** o § 1º do art. 192, e foi rejeitada. Pergunto a S. Ex.<sup>a</sup> se, neste caso, deseja manter a preferência ou retirá-la. **(Pausa)**

**Destaque nº 0194-87 – Emenda nº ES-33288-1, do Sr. Luiz Salomão, "que suprime o art. 226, § 1º, do Substitutivo nº 1 (art. 192, § 1º, do Substitutivo nº 2)". (410ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Mantida a preferência, vamos votar, portanto, a mesma coisa.

**Destaque nº 194 – Emenda 33288-1.**

Os Srs. Constituintes que estão de acordo com a preferência permaneçam como se encontram. **(Pausa)** Concedida por maioria.

**O SR. CONSTITUINTE FRANCISCO DORNELLES:** – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE FRANCISCO DORNELLES:** – Sr. Presidente, entendo que a emenda do ilustre Constituinte Luiz Salomão já foi apresentada e rejeitada.

Trata-se da mesma emenda defendida anteriormente pelo Constituinte Haroldo Lima. Gostaria apenas de dar este meu depoimento.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Sr. Constituinte Francisco Dornelles, fiz a consulta por não ter entendido que a emenda estivesse desde logo prejudicada. Ela é evidentemente repetitiva. Quando o Constituinte Haroldo Lima apresentou emenda restabelecendo o texto do art. 226 do 1º Substitutivo, S. Ex.<sup>a</sup> excluía o § 1º, que está exatamente com a mesma redação do § 1º do art. 192, que o Constituinte Luiz Salomão pretende suprimir. Como a emenda do Constituinte Haroldo Lima é referente ao 1º Substitutivo, a identidade de expressão existe, mas a emenda é diferente, porque se refere ao texto do art. 192.

Tem a palavra o Constituinte Luiz Salomão.

**O SR. CONSTITUINTE LUIZ SALOMÃO:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, gostaria de chamar a atenção para o momento político que estamos vivendo, em que a Nação brasileira capitula diante dos credores internacionais revogando a moratória. Ao lado disso, temos as multinacionais mais poderosas deste País arrostando o Governo e os aspectos mais positivos da política econômica, que dizem respeito exatamente ao combate à inflação.

Chamo a atenção também para a participação do capital estrangeiro nas campanhas difamatórias contra a Assembléia Nacional Constituinte, conforme havíamos denunciado aqui em maio passado, e o Senador Severo Gomes teve oportunidade de ratificar em artigo publicado na **Folha de S. Paulo**.

O importante é que, neste País, hoje, o espaço mais democrático e onde se decide a soberania nacional é exatamente a Assembléia Nacional Constituinte. Aqui, perdendo ou ganhando essa ou aquela corrente de opinião, é que se tem decidido soberana e democraticamente os destinos do País, a ordenação de sua economia e das instituições da sociedade brasileira.

Temos de fazer concessões políticas, sim, porém, levando em conta a responsabilidade de Constituintes que estão escrevendo o texto constitucional com conseqüências para o futuro. Cada palavra, cada expressão tem um peso no Direito e nos desdobramentos políticos da vida econômica e social. Por isto, não posso aceitar o argumento de que a definição de "empresa brasileira de capital estrangeiro" é inócua, como têm dito alguns companheiros. Se é inócua e anódina, não há nenhuma razão para que façamos constar do texto constitucional essa definição contraditória, absolutamente desnecessária em face do **caput** do art. 192 do projeto, conforme consta do texto. Ela torna o art. 192 contraditório, claudicante e conflituoso no seu interior.

Vejam que no **caput** definimos empresa nacional de uma forma clara, mas quando chegamos ao § 1º estamos definindo "empresa brasileira de capital estrangeiro", criando uma antinomia que é insustentável, que vai gerar conflitos de jurisprudência imprevisíveis para o futuro. Porque "empresa nacional" é empresa de brasileiros e é isto que o consenso do Plenário quer: brasileiros natos ou naturalizados, ou imigrantes que aqui estejam domiciliados emprestando sua contribuição para o desenvolvimento econômico e social do País, como se brasileiros fossem. Enquanto "empresa brasileira de capital estrangeiro" são as multinacionais. Isso é um absurdo em termos.

No § 2º a situação se torna ainda mais grave, porque aí está se proibindo estabelecer qualquer discriminação entre as empresas em função da origem do seu capital. Isto mostra o caráter contraditório dessa definição, onde não há uma tônica afirmativa do que desejamos. Mas é importante entender o conceito.

Por que estamos introduzindo na Constituição o conceito de "empresa nacional"? Porque queremos consagrar

no texto constitucional a possibilidade de desenvolver políticas distintas para o fortalecimento da empresa genuinamente brasileira **vis-à-vis** a empresa de origem estrangeira. É isso o que desejamos. Queremos criar um instituto que permita disciplinar a proteção temporária, como é o caso da reserva de mercado, e estabelecer a preferência na aquisição de produtos e serviços, pelas entidades governamentais, que sejam ofertados por empresas genuinamente brasileiras. Desse modo, o conceito de "empresa nacional" tem funcionalidade e utilidade específicas. Mas temos de afirmá-lo de uma forma consciente e objetiva.

O que se pretende com a definição de empresa brasileira de capital estrangeiro é exatamente mitigar, confundir e atenuar esse conceito, impedindo que ele tenha um caráter afirmativo e soberano para a ordem econômica. É o que os § 2º e 3º procuram confundir, como, de resto, procurava fazer a Emenda Adolfo Oliveira, antes votada e derrubada.

Os dois argumentos levantados pelo Constituinte Francisco Dornelles para justificar a introdução do conceito esdrúxulo de "empresa brasileira de capital estrangeiro" não resistem ao menor exame. S. Ex.<sup>a</sup> alega que a Lei das Sociedades Anônimas estabelece que empresa nacional é aquela sediada e organizada no País segundo as leis brasileiras. Mas isso está criando uma certa desinformação. Esse conceito amplíssimo de empresa nacional não consta do texto da Lei nº 6.404, de 1976, votada democraticamente pelo Congresso Nacional. Esse conceito abrangente de empresa nacional partiu do Decreto-Lei nº 2.627, baixado ditatorialmente em 1940. Ele permitia essa confusão entre nacional e estrangeira porque, naquele tempo, o capital multinacional não tinha uma presença tão marcante na nossa economia como tem hoje. E o Decreto-Lei nº 2.627/40 foi revogado nesse ponto na medida em que definimos "empresa nacional" no **caput** do art. 192 do projeto como aquela cujos titulares sejam domiciliados no País. Já revogamos o conceito do art. 60 do Decreto-Lei nº 2.627. Portanto, não há mais por que preservar a Lei das Sociedades Anônimas. O que é preciso é dar seguimento ao trabalho legislativo que foi iniciado com a Lei nº 6.404.

Tive oportunidade de consultar os autores dessa lei, os advogados Alfredo Lamy Filho e José Luís Bulhões Pedreira, pessoas que têm uma tradição no Direito Comercial brasileiro. S. S.<sup>as</sup> me informaram que, quando da elaboração da lei, estava acordado que o conceito de empresa nacional seria estabelecido no novo Código Civil, que seria elaborado a seguir, ao tempo do então Ministro da Justiça, Petrônio Portella. Isso não teve seguimento porque, com o falecimento do Ministro Petrônio Portella, abandonou-se a idéia de se criar um novo Código Civil para o País.

Mas de maneira nenhuma consideram aceitável a definição preguiçosa do Decreto-Lei nº 2.627/40.

O segundo argumento do nobre Constituinte Francisco Dornelles é a não-inclusão das empresas de capital estrangeiro como brasileiras criará dificuldades com o fisco dos países-sedes dessas empresas. Ora, esse argumento é falacioso. Não é a Constituição brasileira que vai regular o humor do tesouro norte-americano ou de outros países. É preciso ter em conta que para os efeitos dos acordos de bitributação elaborados pelo Constituinte Francisco Dornelles, quando era dirigente da Ceti e Secretário da Receita Federal, especificavam claramente que as empresas multinacionais fossem equiparadas às nacionais.

De modo que isso é importante. Sei que existe um acordo do Constituinte Francisco Dornelles com a liderança do PMDB na Constituinte, mas é um dever nosso não permitir que essa semente plantada na superestrutura jurídica do País sirva, no futuro, para a arguição da

equiparação das empresas multinacionais com as genuinamente brasileiras. É preciso eliminar essa antinomia do texto constitucional. E, para isso, invoco o sentimento nacionalista dos Constituintes do PMDB, do PFL e de todos os Partidos que fazem parte da Assembléia Nacional Constituinte, para que votem a favor da eliminação, desse dispositivo pernóstico e perigoso.

Muito obrigado. (Palmas)

Durante o pronunciamento do Sr. **Luiz Salomão**, o Sr. **Jarbas Passarinho**, Terceiro-Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. **Fernando Henrique Cardoso**; Quarto-Vice-Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Para encaminhar contrariamente, concedo a palavra ao Constituinte Severo Gomes.

**O SR. CONSTITUINTE SEVERO GOMES:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, desde o início dos nossos trabalhos, ainda nas Subcomissões, a questão da definição da empresa nacional surgiu como um dos grandes temas polêmicos da Assembléia Nacional Constituinte. Chegamos, depois de muita discussão sobre o tema, a uma definição de empresa nacional, que se encontra no **caput** do art. 192. Também entendemos nas nossas negociações que a questão da definição de empresa brasileira de capital estrangeiro não nos causaria maior mal no sentido de que teríamos uma definição correta para empresa nacional.

Se a lei quiser privilegiar amanhã a empresa nacional, ela poderá usar a expressão empresa nacional, que estará convenientemente definida. Então, a questão da nomenclatura do § 1º, no meu entender, não traz desvantagem nenhuma; ao contrário, poderá trazer alguma vantagem.

Gostaria de lembrar ao Constituinte Luiz Salomão, meu querido amigo, que S. Ex.<sup>a</sup> cometeu uma injustiça ao atribuir ao capital estrangeiro a campanha contra a Assembléia Nacional Constituinte. As grandes empresas nacionais estiveram muito mais aplicadas na campanha de desmoralização da Assembléia Nacional Constituinte, que, felizmente, marcha agora por bom caminho.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Existem mais Constituintes querendo encaminhar. Não sei qual tem sido o acordo, se 2 e 2 ou 1 e 1. Gostaria de pedir ao Relator que opinasse.

Antes, porém, concedo a palavra ao ilustre Constituinte Francisco Dornelles, que a está solicitando.

**O SR. CONSTITUINTE FRANCISCO DORNELLES:** – Sr. Presidente, estava inscrito para falar contra a emenda de autoria do Constituinte Luiz Salomão, mas, em consequência da metodologia estabelecida, retiro minha inscrição manifestando minha posição contrária à emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Espero que a Constituinte Cristina Tavares faça o mesmo: manifeste sua opinião brevemente e retire sua inscrição.

Peço compreensão a S. Ex.<sup>a</sup>, porque a Casa já está esclarecida sobre a matéria.

**A SRA. CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES:** – Senhor Presidente, atenderei à orientação de V. Ex.<sup>a</sup>, até porque sei que V. Ex.<sup>a</sup> votará a favor da emenda de autoria do Constituinte Luiz Salomão. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – V. Ex.<sup>a</sup> sabe mais do que eu.

Concedo a palavra ao Relator.

**O SR. RELATOR (Virgílio Távora):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, serei breve. O mérito já foi exami-

nado quando do julgamento da emenda anteriormente submetida ao Plenário. Entretanto, não gostaria de deixar passar em julgado que esta Carta Magna não pode fugir às definições. Minha opinião é a de que, ao eliminar o § 1º, o autor, sem querer, favorece o capital estrangeiro, porque deixa o conceito em aberto. Bem ou mal estabelecemos um conceito, que é o que realmente interessa ao País. Para exercer controle democrático sobre o capital estrangeiro é preciso defini-lo.

Portanto, Sr. Presidente, nosso parecer é contrário à emenda.

**O SR. CONSTITUINTE LUIZ SALOMÃO:** – Sr. Presidente, peço a palavra para retrucar.

Gostaria de observar que a definição está implícita. Se definirmos a empresa nacional como está no **caput**, a estrangeira estará definida por exclusão.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – O Relator não pode ser argüido diretamente pelo Plenário. As questões de ordem cabem ao Presidente da Mesa e não ao Relator.

Em votação a emenda.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Faltosa, Ademir Andrade, Almir Gabriel, Artur da Távola, Carlos Moseoni, Cristina Tavares, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, João Herrmann Neto, José Paulo Bisol, José Ulisses de Oliveira, Mário Lima, Nelson Carneiro, Nelton Friedrich, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Sigmaringa Seixas, Virgildásio de Senna, Antonio Mariz, Chagas Rodrigues, João Agripino, Vicente Bogo, Gerson Peres, José Maurício, Lysâneas Maciel, Luiz Salomão, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Aldo Arantes, Fernando Santana e Jamil Haddad. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Alfredo Campos, Antônio Britto, Carlos Sant'Anna, Cid Carvalho, Egidio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Gasparian, Ibsen Pinheiro, José Fogaça, José Geraldo, José Ignácio Ferreira, José Richa, Manoel Moreira, Nelson Jobim, Nilson Gibson, Pimenta da Veiga, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Rodrigues Palma, Severo Gomes, Wilson Martins, Délio Braz, Euclides Scalco, José Costa, Marcos Lima, Aloysio Chaves, Carlos Chiarelli, Mário Assad, José Thomaz Nonô, Eraldo Tinoco, Francisco Dornelles, Geovani Borges, Gilson Machado, Inocêncio Oliveira, José Jorge, José Lins, José Lourenço, José Santana de Vasconcellos, Luís Eduardo, Marcondes Gadelha, Oscar Corrêa, Ricardo Fiuza, Sandra Cavalcanti, Enoc Vieira, Jofran Frejat, Jonas Pinheiro, José Tinoco, Mozarildo Cavalcanti, Paes Landim, Darcy Pozza, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia, Adylson Motta, Francisco Rossi, Gastone Righi, Adolfo Oliveira e Roberto Balestra. **ABSTENÇÃO:** Senhores Constituintes Fernando Henrique Cardoso e Joaquim Bevilacqua.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, só para efeito de registro, o meu voto é "não".

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – A Mesa acolherá a declaração de voto de V. Ex.ª.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 32 Constituintes; votaram NÃO 57 Constituintes; abstiveram-se de votar 2 Constituintes. Total: 91 votos. O Destaque foi **rejeitado**.

Antes de passarmos ao próximo destaque, gostaria de fazer um pedido às Lideranças. A Mesa pede aos Srs. Líderes que encaminhem a lista de substituição dos membros antes do início da reunião, porque de outro modo fica muito difícil proceder-se à votação.

**A SRA. CONSTITUINTE SANDRA CAVALCANTI:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Tem V. Ex.ª a palavra.

**A SRA. CONSTITUINTE SANDRA CAVALCANTI:** – Sr. Presidente, gostaria que ficasse registrado nos Anais desta Comissão um fato que, de certa maneira, é inédito. Nossa Assembléia tem sido alvo de críticas sempre duras; nosso trabalho não tem sido entendido por muita gente. Causou-nos estranheza e grande satisfação tomar conhecimento, através dos jornais, da atitude do Governador Moreira Franco, aplaudindo o trabalho da Assembléia Nacional Constituinte realizado no sábado e no domingo na votação do capítulo sobre o sistema tributário. S. Ex.ª reconhece ser histórica a virada que a Assembléia Nacional Constituinte imprimiu à repartição dos tributos neste País. Disse mais S. Ex.ª, com muita justiça: aplicado esse capítulo tal como aprovado aqui, os Estados brasileiros não precisarão mais andar de pires na mão nas ante-salas de um presidencialismo caduco e corrupto como é este que estamos vivendo; os Prefeitos também estarão libertados.

Como se trata do Governador do meu Estado, queria agradecer-lhe em nome dos integrantes da Assembléia Nacional Constituinte, pois finalmente alguém do Poder Executivo, neste País, foi capaz de entender que nosso trabalho é sério. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Será registrado. A Mesa fica feliz por ter o Governador Moreira Franco reconhecido que aprovamos a "lei áurea" da Federação.

**Destaque nº 5981-82 do Sr. Joaquim Sucena – Emenda nº ES-22506-5, do Sr. Ubiratan Spinelli, "que substitui o art. 226 do Substitutivo nº 1 (art. 192, § 3º do Substitutivo nº 2)". (411ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Vamos passar ao Destaque de nº 5981, de autoria do Constituinte Joaquim Sucena, que recai sobre a Emenda nº 22506.

Os Srs. Constituintes que estiverem de acordo com a preferência permaneçam como se encontram. **(Pausa)**

Aprovada a preferência.

Concedo a palavra ao Constituinte Severo Gomes, que tem indicação para defender a emenda.

**O SR. CONSTITUINTE SEVERO GOMES:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, o destaque do nobre Constituinte Joaquim Sucena tem por objetivo aperfeiçoar o que está estatuído nos §§ 2º e 3º do art. 192.

O destaque propõe a substituição desses dois parágrafos, o 2º e o 3º do art. 192, pelo que se segue. Peço a atenção dos Srs. Constituintes porque o material impresso contém divergências com relação ao que realmente se pede no destaque. Então, substituem-se os §§ 2º e 3º por um § 2º que diz o seguinte:

"A lei instituirá programas destinados a fortalecer o capital nacional e a melhorar suas condições de competitividade interna e internacional, mediante:

I – incentivos e benefícios fiscais e creditícios diferenciados;

II – proteção especial às atividades consideradas estratégicas para a defesa nacional e para o desenvolvimento tecnológico."

Temos a convicção de que, com este parágrafo, damos inteireza à definição de empresa nacional, de tal maneira que a nossa Carta dê todos os elementos para que amanhã a empresa nacional possa ser defendida, principalmente nos programas considerados estratégicos para a defesa nacional e para o desenvolvimento tecnológico,



Deixamos de incluir um dos itens da emenda que serviu de base ao destaque, que é aquele que diz respeito à aquisição de bens e serviços pelo Poder Público com tratamento preferencial. Este assunto será tratado posteriormente em outras emendas.

Nestes termos, Srs. Constituintes, peço a aprovação do destaque do nobre Constituinte Joaquim Sucena.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Não havendo Constituinte inscrito para falar contra, dou a palavra ao eminente Relator.

**O SR. CONSTITUINTE FRANCISCO DORNELLES:** –

Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE FRANCISCO DORNELLES:** –

Estava inscrito para falar favoravelmente à emenda defendida pelo Constituinte Severo Gomes, mas, como não existe Constituinte inscrito para falar contra, retiro a minha inscrição.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup>.

Com a palavra o Sr. Relator.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a Relatoria, à unanimidade dos seus integrantes, depois de apreciar a emenda cujo destaque foi pedido pelo Constituinte Joaquim Sucena, verifica que, depois de retirados o parágrafo único e o inciso II, com o texto ficando enxuto, tal qual o apresentado à Mesa, em verdade – repete a Relatoria – a proteção é maior para a empresa nacional. Por essa razão, a nossa posição é pela aprovação da emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Com o parecer favorável do nobre Relator, passamos à votação.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Alfredo Campos, Almir Gabriel, Antônio Britto, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Carlos Mosconi, Carlos Sant'Anna, Cid Carvalho, Cristina Tavares, Egídio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Gasparian, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, Ibsen Pinheiro, João Herrmann Neto, José Fogaça, José Geraldo, José Ignácio Ferreira, José Paulo Bisol, José Richa, José Ulisses de Oliveira, Manoel Moreira, Mário Lima, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nelton Friedrich, Nilson Gibson, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Rodrigues Palma, Severo Gomes, Sigmaringa Seixas, Virgildásio de Senna, Wilson Martins, Antonio Mariz, Chagas Rodrigues, Délio Braz, Euclides Scalco, João Agripino, José Costa, Vicente Bogo, Aloysio Chaves, Carlos Chiarelli, Eraldo Tinoco, Francisco Dornelles, Geovani Borges, Gilson Machado, Inocência Oliveira, José Jorge, José Lins, José Santana de Vasconcellos, Luís Eduardo, Marcondes Gadelha, Oscar Corrêa, Ricardo Fiuza, Sandra Cavalcanti, Enoc Vieira, Jofran Frejat, Jonas Pinheiro, José Tinoco, Simão Sessim, Annibal Barcellos, Darcy Pozza, Gerson Peres, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia, Virgílio Távora, Adylson Motta, José Maurício, Lysâneas Maciel, Amaury Müller, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Roberto Balestra, Haroldo Lima, Fernando Santana e Jamil Haddad. **ABSTENÇÃO** do Senhor Constituinte Adolfo Oliveira.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 88 Constituintes; absteve-se de votar 1 Constituinte. Total: 89 votos. O Destaque foi **aprovado**.

Passamos agora ao pedido de preferência do Constituinte José Geraldo sobre o Destaque nº 3020, que considero prejudicado, porque diz respeito ao § 3º do artigo que acabou de ser votado.

**Destaque nº 1854-87 – Emenda nº ES-30831-9 (em parte), do Sr. Oswaldo Lima Filho "que adita § 3º ao art. 226 do Substitutivo nº 1 (art. 192 do Substitutivo nº 2)". (412ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Em votação o Destaque nº 1854, do Constituinte Oswaldo Lima Filho, que recai sobre a Emenda nº 30831, que pede apenas que se adite ao § 3º o seguinte: "na aquisição de bens e serviços o poder público dará tratamento preferencial à empresa nacional".

Em votação o pedido de preferência.

Os Srs. Constituintes que estiverem de acordo permaneçam como estão. **(Pausa)**

Aprovado.

Concedo a palavra ao Constituinte Oswaldo Lima Filho, para defender o seu destaque.

**O SR. CONSTITUINTE OSWALDO LIMA FILHO:** – A Emenda nº 30831, de minha autoria, é muito mais ampla. Ela procurava dar à empresa nacional uma definição que me parecia, e a muitos dos que a subscreveram, mais correta e compatível com o interesse nacional. Todavia, a Liderança do meu partido, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, não patrocinou a emenda, não a subscreveu. Entrou em entendimento com a Liderança do PFL e dos demais partidos e, nesse entendimento, resultou que o § 3º da emenda proposta é sugerido agora à aprovação do Plenário. É muito singela e dispõe o seguinte:

"Na aquisição de bens e serviços o poder público dará tratamento preferencial à empresa nacional."

Disposição idêntica constava do anteprojeto do nobre Constituinte Virgildásio de Senna e foi depois, na Comissão Temática, afastada. Aqueles que não são nacionalistas vale advertir que disposição semelhante à que consta do **By American Act**, que é uma lei americana, concede a mesma preferência aos bens e serviços nacionais. Creio que mesmo os defensores das multinacionais entenderão que é necessária a aprovação deste dispositivo.

No corpo do artigo, se houver oportunidade, voltarei a defender a inclusão da palavra, do qualificativo "brasileiro", como definição da titularidade da empresa nacional, por entender, como os nobres Constituintes Virgildásio de Senna, Haroldo Lima e tantos outros, que esta Constituição não pode constituir uma exceção entre as Constituições brasileiras.

Era o que tinha a dizer.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Tem a palavra o Sr. Constituinte Francisco Dornelles.

**O SR. CONSTITUINTE FRANCISCO DORNELES:** –

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, no momento em que se discutiu amplamente o texto sobre Princípios Gerais do Sistema Econômico se acordou que a lei poderia estabelecer benefícios e vantagens para as empresas de capital nacional. E esse dispositivo teve todo o nosso apoio. Entretanto, a emenda do ilustre Constituinte Oswaldo Lima Filho já passa para o campo da discriminação.

Entendemos que se houvesse sido inserida a expressão "em igualdade de condições" teria o nosso apoio, mas tal não aconteceu, o que significa que, se no Estado ou no município houver uma licitação, ganhará a empresa pelo simples fato de ser capital nacional – que recebeu seus incentivos e suas vantagens – apesar de oferecer

um preço maior do que uma que não preencha aqueles requisitos. Assim, não vejo motivo por que o município, o Estado ou a União tenha de pagar mais àquela empresa que ofereceu um preço mais alto.

Votamos a favor da emenda anteriormente defendida pelo ilustre Constituinte Severo Gomes, pois era importante estabelecer programas de incentivo àquelas empresas nacionais. Mas, uma vez recebido esse incentivo, se ela continuar ainda vendendo seus produtos mais caros do que outra empresa domiciliada no Brasil, não vejo razão para o Estado e os milhares de municípios do Brasil serem obrigados a subsidiar a ineficiência de empresa que, apesar de vantagens, não consegue, na mesma situação, estabelecer o melhor preço.

Este artigo, pelo fato de não ter a expressão "igualdade de condições" é altamente discriminatório, não pode ser aprovado, porque constitui uma sangria aos municípios e Estados pobres do País, que podem ser obrigados a pagar a ineficiência e a reserva de alguns grupos nacionais.

Por este motivo, encaminho contrariamente à emenda.

**O SR. CONSTITUINTE SEVERO GOMES:** – Sr. Presidente, peço a palavra para um esclarecimento.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE SEVERO GOMES:** – Tenho a impressão de que pode haver alguma confusão em relação à minha posição. Quero dizer que voto com a emenda do Constituinte Oswaldo Lima Filho.

**A SRA. CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES:** – Sr. Presidente, peço a palavra para um esclarecimento sobre a votação.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**A SRA. CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES:** – Conhece V. Ex.<sup>a</sup>, ou o Relator, uma lei americana chamada **By American Act**, nos mesmos moldes da emenda Oswaldo Lima Filho, através da qual o Governo americano adquire prioritariamente produtos de empresas nacionais, e mais, com tecnologia nacional?

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Darei a palavra ao Relator para opinar a respeito.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GERALDO:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GERALDO:** – Tinha apresentado um destaque que foi considerado prejudicado com a aprovação do destaque do Constituinte Joaquim Sucena. Entretanto, esse meu destaque pretendia suprimir o § 3º do art. 226 do 1º Substitutivo, e foi considerado prejudicado. O destaque que ora está em votação está exatamente reestabelecendo, no § 3º, a matéria que o meu destaque pretendia suprimir. Entendo que o destaque só poderia ser votado considerando-se prejudicado seu § 3º.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – A Mesa meditará sobre a questão. Vamos esperar o resultado da votação. Se for reestabelecido esse parágrafo, posso tomá-lo em consideração.

A emenda que está aqui é para suprimir a expressão "e outros benefícios".

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GERALDO:** – Sr. Presidente, a minha emenda é supressiva total para o § 3º do art. 226 do 1º Substitutivo. O § 3º do art. 192 do 2º Substitutivo não é o mesmo § 3º do art. 226 do 1º O destaque foi alterado para parcial, mas ela é total para o art. 226.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – O que tenho sobre a mesa é o seu pedido de destaque, que diz para suprimir somente a expressão "e outros benefícios".

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GERALDO:** – Sim, Sr. Presidente, em relação ao § 3º do art. 192; mas ela é total em relação ao § 3º do art. 226 do 1º Substitutivo. O § 3º do art. 192 não é idêntico ao § 3º do art. 226. Mas se verificarmos o § 3º do art. 226, que a minha emenda pretendia suprimir completamente, veremos que ele é idêntico a este § 3º da emenda ora em votação.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Entendi a sua posição. V. Ex.<sup>a</sup> gostaria de ter a sua emenda, por ser supressiva, votada anteriormente. É esta a posição de V. Ex.<sup>a</sup>?

**O SR. CONSTITUINTE NELSON JOBIM:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Tem a palavra o nobre Constituinte Nelson Jobim.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON JOBIM:** – Sr. Presidente, pela informação do Constituinte José Geraldo, vemos que S. Ex.<sup>a</sup> pretendia a supressão do § 3º do art. 226 do 1º Substitutivo. Este § 3º, como a redação encontrada no 1º Substitutivo, não foi repetido no 2º Substitutivo. Logo o destaque supressivo não tinha mais objetivo e objeto. O que agora tenta o Constituinte Oswaldo Lima Filho, com o seu destaque, é realmente reintegrar àquele texto, não mais como § 3º, mas § 4º, evidentemente. Então, é aditivo do texto. E, se for votada e acolhida a emenda do Constituinte Oswaldo Lima Filho, é evidente que fica prejudicado o destaque do Constituinte José Geraldo. Esse é meu entendimento.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GERALDO:** – Mas, Sr. Presidente, ainda voltaria a insistir no assunto, pelo seguinte. O nobre Constituinte Nelson Jobim tem razão parcialmente, porque a redação do § 3º do art. 192 pretende ou pretendia acolher a minha emenda, mas nesse § 3º do art. 192 existe uma expressão "e outros benefícios", que na verdade não acolhi em minha emenda. Portanto, sou obrigado a insistir na votação do meu destaque supressivo dessa expressão.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Mas veja V. Ex.<sup>a</sup> a que posição chegaríamos: iríamos votar um destaque supressivo de um parágrafo que não existe.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GERALDO:** – Não. Votaríamos o destaque supressivo de uma expressão que agora foi prejudicada pela emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Não tenho como votá-lo. V. Ex.<sup>a</sup> poderá fazê-lo, se o § 3º for considerado como aprovado, mais tarde no plenário, mas agora não posso colocar em votação a supressão de uma palavra que não existe no texto.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GERALDO:** – Poderá ser incluída.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Mas não o foi. Se for incluída futuramente V. Ex.<sup>a</sup> renovará sua emenda em Plenário. De modo que a Mesa decide que não tem procedência a questão de ordem.

Vamos passar a palavra ao Relator, para que S. Ex.<sup>a</sup> opine sobre a proposta do Constituinte Oswaldo Lima Filho. Com a palavra o Sr. Relator.

**O SR. RELATOR (Virgílio Távora):** – Sr. Presidente, surpresa grande tivemos quando da aprovação da Emenda Francisco Dornelles, de nº 31875-6, justamente porque era contra toda a filosofia do Capítulo, e, com o apreço que tenho pelo eminente Constituinte Oswaldo Lima Filho, com voto de S. Ex.<sup>a</sup> foi ela sagrada.

Feito este reparo, a Relatoria, falando pela unanimidade dos seus componentes, é a favor da emenda de S. Ex.<sup>a</sup>. Houve, entretanto, dois pesos e duas medidas. Futuramente ser-me-á cobrado o que de transtorno vai haver com a aprovação da emenda do eminente representante carioca. Portanto, o voto da Relatoria é "sim".

**O SR. NELTON FRIEDRICH:** — Sr. Presidente, peço a palavra para um esclarecimento. O que pretende o Constituinte Oswaldo Lima Filho não diz respeito nem ao **caput** 1 nem ao **caput** 2. S. Ex.<sup>a</sup> pretende que na aquisição de bens e serviços o Poder Público dê tratamento preferencial à empresa nacional.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** — Sr. Constituinte Nilton Friedrich, li este texto em Plenário. Tenho a impressão de que a Casa já está esclarecida sobre o assunto: na aquisição de bens e serviços o Poder Público dará tratamento preferencial à empresa nacional. Como sempre o faz o Constituinte Oswaldo Lima Filho, trata-se de uma emenda cristalina.

**O SR. CONSTITUINTE NELTON FRIEDRICH:** — Sim, mas parece-me tão clara e os objetivos tão sérios que deveria ser aprovada por unanimidade e com aplausos, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** — Isto na opinião de V. Ex.<sup>a</sup>.

Ouçõ o Constituinte Francisco Dornelles.

**O SR. CONSTITUINTE FRANCISCO DORNELLES:** — Como o Constituinte Virgílio Távora fez referência à emenda de minha autoria, quero apenas dizer que ela nada tem a ver com o que está sendo votado e que nós tínhamos concordado em estabelecer esse tratamento preferencial às nossas empresas desde que houvesse igualdade de condições.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** — Vamos passar à votação.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Alfredo Campos, Almir Gabriel, Aluizio Campos, Antônio Britto, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Carlos Mosconi, Carlos Sant'Anna, Cid Carvalho, Cristina Tavares, Egídio Ferreira Lima, Fernando Gasparian, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, Ibsen Pinheiro, João Herrmann Neto, José Fogaça, José Ignácio Ferreira, José Paulo Bisol, José Richa, José Ulisses de Oliveira, Manoel Moreira, Mário Lima, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nilton Friedrich, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Renato Vianna, Rodrigues Palma, Severo Gomes, Sigmaringa Seixas, Virgildásio de Senna, Antonio Mariz, Chagas Rodrigues, Délio Braz, Euclides Scalco, João Agripino, Márcio Braga, Marcos Lima, Vicente Bogo, Vilson Souza, Aloysio Chaves, Carlos Chiarelli, Mário Assad, Geovani Borges, Inocêncio Oliveira, José Lourenço, José Santana de Vasconcellos, Marcondes Gadelha, Enoc Vieira, Jonas Pinheiro, José Tinoco, Annibal Barcellos, Darcy Pozza, José Luiz Maia, Virgílio Távora, Adylson Motta, José Maurício, Lysâneas Maciel, Amaury Müller, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Haroldo Lima, Fernando Santana e Jamil Haddad. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Fernando Bezerra Coelho, José Geraldo, Francisco Dornelles, Gilson Machado, José Lins, Luís Eduardo, Oscar Corrêa, Ricardo Fiúza, Sandra Cavalcanti, Simão Sessim e Roberto Balestra. **ABSTENÇÃO:** Senhores Constituintes Eraldo Tinoco, Gerson Peres, Jarbas Passarinho e Adolfo Oliveira.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** — A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 74 Constituintes; votaram NÃO 11 Constituintes; abstiveram-se de votar 04 Constituintes. Total: 89 votos. O Destaque foi **aprovado**.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GERALDO:** — Sr. Presidente, quero deixar registrada minha estranheza com a mudança de comportamento da Relatoria sobre esta matéria que acaba de ser aprovada, uma vez que esta mesma Relatoria encaminhou a votação opinando favoravelmente, restabelecendo um parecer que ela mesma havia acolhido como emenda supressiva.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** — A Ata registrará a perplexidade de V. Ex.<sup>a</sup>

#### V – SUSPENSÃO DA REUNIÃO

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** — A Presidência vai suspender os trabalhos, convocando os Senhores Constituintes para a continuação da presente reunião, hoje, 9 de novembro de 1987, às 13:00 horas.

Está suspensa a reunião.

#### EM 9 DE NOVEMBRO DE 1987

Presidência dos Srs.: **Brandão Monteiro**, Segundo-Vice-Presidente; **Jarbas Passarinho**, Terceiro-Vice-Presidente.

#### I – REABERTURA DA REUNIÃO

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** — Havendo número regimental, declaro reaberta a reunião.

#### II – COMUNICAÇÕES

**O SR. CONSTITUINTE LUIZ SALOMÃO:** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** — Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE LUIZ SALOMÃO:** — Sr. Presidente, quero transmitir ao Plenário um fato lastimável para a economia brasileira, para a afirmação da soberania nacional, sobretudo em relação à sobrevivência do Governo José Sarney. Acaba de ser prolatada uma decisão do Tribunal Federal de Recursos concedendo liminar à Autolatina, permitindo que a empresa prossiga cobrando preços superiores aos autorizados pelo Governo. Isso significa a derrocada da autoridade ministerial do Sr. Bresser Pereira, que acaba de ser exonerado pelo Sr. Wolfgang Sauer, Presidente da Autolatina.

Faço este registro porquanto para a decisão se invocou o argumento de que o Governo tomou medidas, que têm respaldo legal, baseado em leis delegadas votadas pelo Congresso Nacional antes de ser proferida uma decisão sobre o recurso impetrado pela Autolatina.

Saliento, sobretudo em face do que foi votado pela manhã, esse fato lastimável da afirmação de uma empresa multinacional cujo poder é superior ao do próprio Governo que aí está, Governo desgastado pela falta de legitimidade.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** — Nobre Constituinte Luiz Salomão, V. Ex.<sup>a</sup> não apresenta questão de ordem, mas aproveita o espaço da Comissão de Sistematização para trazer uma informação a respeito de um decisório do Tribunal Federal de Recursos.

Com a palavra, pela ordem, o nobre Constituinte Carlos Sant'Anna.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** — Sr. Presidente, tomei conhecimento também, agora, da decisão do Tribunal Federal de Recursos concedendo liminar à ação que a Autolatina impetrou. Não conheço os termos do mandado nem da liminar. Não gostaria de comentá-los apressadamente, antes de tomar conhecimento de decisão, inclusive do inteiro teor da liminar. Preciso saber sobre quê a Autolatina requereu liminar, para, então, posicionar-me a esse respeito. Acredito que os ilustres Constituintes opositores também deveriam aguardar.

dar maiores informações sobre a ação impetrada, sobre os termos em que foi solicitada a liminar, não assacando à Justiça a pecha de estar querendo acabar com a autoridade do Governo.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Não há questão de ordem a decidir.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Constituinte Cunha Bueno.

**O SR. CONSTITUINTE CUNHA BUENO:** – Sr. Presidente, o Constituinte Luiz Salomão acaba de trazer duas informações ao Plenário, e eu gostaria de retificá-las. Primeiro, a liminar foi concedida ontem à noite, e não hoje. Segundo, a Justiça no País é soberana, e, se concedeu liminar, é porque reconhece um direito de quem a requereu, não podendo negar esse direito a qualquer cidadão brasileiro ou empresa instalada no País que viva sob o mandamento dessa legislação.

Outra impropriedade dita por S. Ex.<sup>a</sup>: que um cidadão teria demitido o Ministro da Fazenda. Isso também não é verdade. O que seria verdade é que o Ministro deveria ter vergonha e demitir-se, porque sua política econômica é um desastre para o País.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Concedo a palavra ao Constituinte Francisco Dornelles.

**O SR. CONSTITUINTE FRANCISCO DORNELLES:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, freqüentemente, tenho a impressão de que muitos não se acostumaram com a sociedade e com o regime aberto e democrático em que vivemos. Considero salutar que qualquer pendência entre os setores público e privado seja decidida no Judiciário. O Judiciário existe para isso. Não compreendo por que motivo tecem críticas nesta Casa a decisões do Judiciário, sem conhecer o mérito da questão. Não entro no mérito, mas reconheço o direito do Judiciário de dirimir, de forma livre, as pendências entre os setores público e privado.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Concedo a palavra, para uma questão de ordem, ao Constituinte Lysâneas Maciel. Se S. Ex.<sup>a</sup> for falar sobre o mesmo assunto, será a última concessão.

**O SR. CONSTITUINTE LYSÂNEAS MACIEL:** – Sr. Presidente, é sobre o mesmo assunto. Há quatro meses denunciamos aqui a cartelização, o monopólio e o desrespeito às leis, fatos que favorecem sobremaneira as multinacionais no País. E ainda ingressamos com várias reclamações no Ministério da Justiça contra a cartelização que a Autolatina faz no País. Primeiramente, absorveu a Vemag; depois, a Crysler; agora, a Ford. Finalmente, dentro do contexto econômico internacional, possivelmente irá sucatear todas as fábricas que já estão a custo zero. E quem vai pagar, no final das contas, é o povo, porque foram conseguidos benefícios extraordinários. A medida, porém, é muito mais séria, pois, em que pese à decisões do Ministério da Justiça, caracterizando o cartel exercido pela Autolatina, nada aconteceu, não houve qualquer penalização.

Discutimos aqui, nesta semana mesmo, uma série de medidas no sentido de ser fiscalizada a atuação do Judiciário. Verberamos aqui – e muitos elogiam – a cartelização. Ninguém protestou. Uma empresa multinacional dita regras no País e isto não causa a menor espécie, mas causa espécie criticarmos uma decisão profundamente contrária aos interesses nacionais. Isso demonstra a necessidade da criação de um órgão de controle e segurança do Judiciário.

Não podemos esquecer – e não vai aqui qualquer apreciação ao mérito da maioria de seus integrantes – que a cúpula do Poder Judiciário foi nomeada pela ditadura e com ela conviveu e que até a instalação da Assembléia Nacional Constituinte foi comandada por um homem que pediu o processamento de vários parlamentares que

aqui estavam. Naquela época, Sr. Presidente, iríamos cometer um dos maiores erros na história das Assembléias Nacionais Constituintes: pela primeira vez instalar-se-ia uma Assembléia Nacional Constituinte sem que se ouvisse sequer a palavra de um só Constituinte, mas a palavra daquele que tentou oprimir vários Constituintes, que instaurou processos contra vários deles, contra o Constituinte Francisco Pinto, por exemplo.

Portanto, por que esses pruridos agora, quando se atenta novamente contra os interesses nacionais? Trata-se de uma empresa multinacional que não obedece às nossas leis, e o Tribunal, numa decisão profundamente errada, diz que ela pode continuar a agir contra o País, contra os interesses nacionais.

Quanto ao protesto do Constituinte Luiz Salomão, acho que não estamos discutindo aqui uma questão de ética ou de etiqueta – estamos tratando do interesse nacional. E as coisas têm que ser colocadas nos devidos termos. Trata-se de uma empresa multinacional que está sucateando um parque imenso, multinacional que recebeu privilégios excepcionais. Essa multinacional demitiu doze mil e quinhentos operários, inclusive um cego, operário-padrão. No entanto, não podemos criticá-la, pois as multinacionais no País ainda mandam, desmandam e têm influência inclusive no Poder Judiciário.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENÓINO:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – É sobre o mesmo assunto?

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENÓINO:** – Não, Sr. Presidente. A questão de ordem refere-se ao art. 81 do Regimento Interno.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Tem a palavra V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENÓINO:** – Sr. Presidente, a Presidência desta Assembléia está para decidir sobre a convocação, amanhã, do Plenário da Assembléia Nacional Constituinte. É do conhecimento público que há uma proposta de mudança do Regimento Interno desta Assembléia. Na impossibilidade de formular esta questão de ordem diretamente à Presidência da Assembléia Nacional Constituinte – até porque não temos legalmente essa oportunidade – eu a formulo a V. Ex.<sup>a</sup>, para que a encaminhe à Presidência da Assembléia Nacional Constituinte, na qualidade de Presidente em exercício da Comissão de Sistematização.

Ora, Sr. Presidente, com base no art. 81, o Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte pode ser mudado de duas maneiras: por iniciativa da Mesa e por iniciativa dos Parlamentares. Se o for por iniciativa de Parlamentares, conforme o item 2 do art. 81, há um procedimento normal para a resolução de alteração do Regimento Interno tramitar na Casa e receber emendas, pareceres, para discussão e votação.

É importante que esta questão de ordem seja pública e encaminhada à Presidência da Assembléia Nacional Constituinte, a fim de que não existam dúvidas sobre algumas informações que estão circulando através da imprensa, as de que a sessão de amanhã seria realizada para mudar o Regimento Interno. É impossível realizar-se uma sessão para mudar o Regimento Interno, até porque a sua mudança, principalmente por iniciativa de Parlamentares, obedece a uma tramitação regimental, conforme dispõem os §§ 2º e 3º do art. 81 e o próprio **caput** do art. 82.

É claro que a Mesa da Assembléia Nacional Constituinte pode propor a mudança do Regimento Interno. Neste caso a tramitação é diferente, pois o prazo é de apenas cinco dias. Depende do procedimento da Mesa da Assembléia Nacional Constituinte.

E aí incide a sugestão na forma de questão de ordem que encaminho a V. Ex.<sup>a</sup>. Na medida em que a Presidência da Assembléia Nacional Constituinte amanhã apresentar projeto de resolução no sentido de mudar o Regimento Interno, em primeiro lugar, é necessário que, antes da sessão de amanhã, todas as Lideranças partidárias sejam ouvidas pela Presidência; segundo, é necessário que, ao se propor qualquer alteração do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, por iniciativa da Mesa, haja consenso de todas as Lideranças partidárias; em terceiro lugar, é evidente que o procedimento no sentido de provocar mudança do Regimento Interno, a essa altura do campeonato, se não for objeto de consenso entre as Lideranças partidárias, causam um processo traumático de discussão. A essa altura dos acontecimentos, mudar o Regimento Interno da maneira que, como ouvimos falar, pretende parte desta Assembléia – que dz respeito à apresentação de emendas por título, capítulo ou sessão – seria provocar um processo de tensionamento muito grande, o que, certamente, obstruiria na prática os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte.

Portanto, Sr. Presidente, formulo a seguinte questão de ordem. Trata-se de uma sugestão para que V. Ex.<sup>a</sup>, em acordo com a Presidência da Assembléia Nacional Constituinte, tendo em vista que a sessão do Plenário será amanhã, ouça todas as Lideranças sobre o encaminhamento dessa sessão.

Muito obrigado.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Sr. Presidente, para contraditar.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Tem a palavra o Constituinte Carlos Sant'Anna, para contraditar uma questão de ordem que o Sr. Constituinte José Genoíno requer seja encaminhado à Mesa da Assembléia Nacional Constituinte.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Sr. Presidente, o nobre Constituinte José Genoíno, quando invocou o art. 81, que trata da alteração do Regimento, não leu o § 2º, que diz o seguinte:

"No caso do inciso II deste artigo, recebido o projeto, este será lido e publicado do **Diário da Assembléia Nacional Constituinte** e em avulsos, sendo encaminhado à Mesa a fim de receber parecer no prazo de 10 dias."

O inciso II é o que admite que 94 Constituintes peçam modificação do Regimento.

De modo que, quando 94 ou mais Constituintes requererem a modificação do Regimento, a primeira providência a ser tomada é a leitura, para a qual se pressupõe a reunião da Assembléia Nacional Constituinte. Acontece que o art. 34, § 1º, referindo-se à Assembléia Nacional Constituinte, diz que "as sessões realizar-se-ão em todos os dias úteis, exceto às segunda-feiras e sábados, começando às 14:30h e terminando às 18:30h, salvo nas sextas-feiras, quando serão realizadas das 9:30h às 13:30h".

Ocorre que o Presidente da Assembléia Nacional Constituinte suspendeu, mesmo com infração ao § 1º do art. 34, as reuniões ordinárias da Assembléia Nacional Constituinte. Aproximadamente 310 Constituintes requereram a alteração do Regimento. Como poderiam iniciar o processo, se a Assembléia Nacional Constituinte não se estava reunindo, mesmo, que o § 1º do art. 34 diga que essas reuniões deverão realizar-se? Ocorreu-nos convocar uma sessão extraordinária.

O § 4º diz:

"As sessões extraordinárias serão realizadas em dia ou hora diversos dos prefixados para as ordinárias e serão convocadas, de ofício, pelo Presidente, que declarará a sua finalidade, ou por deliberação da Assembléia a requerimento de 35

(trinta e cinco) Constituintes ou de Líderes que representem esse número."

Combinando o § 1º com o § 4º do art. 34, mais de 50 Constituintes e 3 ou 4 líderes requereram ao Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, que convocasse uma reunião, a critério de S. Ex.<sup>a</sup>, seja de caráter ordinário, seja de caráter extraordinário, para que o requerimento possa ser lido e, a partir daí, haver a tramitação normal.

De modo que este é o contraditório à questão de ordem levantada pelo Constituinte José Genoíno.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – A Mesa deve informar a V. Ex.<sup>as</sup> que o Constituinte José Genoíno levanta uma questão de ordem em fórum não próprio, porque o seria no Plenário da Assembléia Nacional Constituinte, e solicita que seja encaminhada ao seu Presidente.

Na verdade, a Mesa tem a informar que o Presidente passou um telegrama aos Srs. Constituintes convocando-os para reunião extraordinária, onde se fará a leitura de um projeto de resolução.

A questão de ordem levantada pelo Exmo. Sr. Constituinte José Genoíno deveria, a partir de sua leitura, que é normal e regimental, ser oferecida à Assembléia Nacional Constituinte.

A Mesa – embora este Presidente em exercício não seja parlamentar de São Paulo – depois dos problemas referentes à Autolatina e ao Regimento, congratula-se pensamos que em nome de todos os Constituintes – com o jornal **Diário Popular** pelo transcurso do seu centésimo-terceiro aniversário de fundação. Em nome da Mesa, do Plenário e da Comissão de Sistematização, congratulo-me com o jornal **Diário Popular**, de São Paulo.

### III – ORDEM DO DIA

#### VOTAÇÃO DO PROJETO DE CONSTITUIÇÃO TÍTULO VII (continuação)

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Em votação o requerimento de preferência de autoria do Constituinte Aluizio Campos para o Destaque nº 1621, referente à Emenda nº 33919. Trata-se de emenda aditiva ao § 1º do art. 194.

O Srs. Constituintes que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. **(Pausa)**

Aprovado.

**Destaque nº 1621-87 – Emenda nº ES-33919-2 (em parte) do Sr. Aluizio Campos, "que substitui o art. 229 do Substitutivo nº 1 (art. 194 § 1º do Substitutivo nº 2)". (413ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Em votação do Destaque nº 1621, requerido pelo Constituinte Aluizio Campos, referente à Emenda nº 33919. É uma emenda aditiva, apenas em relação à alínea "d" do parágrafo único do art. 229.

Tem a palavra o Constituinte Aluizio Campos, para fazer a defesa de seu destaque.

**O SR. CONSTITUINTE ALUÍZIO CAMPOS:** – Senhor Presidente, Srs. Constituintes, ao longo da evolução do Direito Administrativo foram instituídos os chamados órgãos da administração indireta, juridicamente caracterizados pelo Decreto-Lei nº 200, que reformou a administração pública.

Mas, ao longo da vida dessa administração indireta, inicialmente sujeita à aprovação congressional, para constituição ordinária das empresas públicas e das sociedades de economia mista, foram, a pretexto da personalidade jurídica de Direito Privado desses órgãos, come-

tidos abusos que conduziram a defeitos muitos prejudiciais, inclusive à economia do País.

Como o Decreto-Lei nº 200 determinou que tanto as empresas públicas como as sociedades de economia mista seriam caracterizadas pela participação mínima do Governo em 51% do seu capital, depois de constituídas essas entidades apenas através de assembléia geral, passaram elas a expandir-se, sem mais consultar o Congresso, transformando-se em instrumento de arbítrio da Presidência da República. Por controlarem o capital de cada uma, mandavam que fossem fundados ou constituídas subsidiárias e até associações com empresas privadas, de cuja imoderação resultou a situação em que se encontra o País, principalmente quanto à sua dívida externa. Em consequência, as empresas públicas e as sociedades de economia mista, hoje, são responsáveis por mais de 75% do nosso endividamento externo.

Então, o Projeto Bernardo Cabral, em boa hora, no art. 194, § 1º, determinou:

"As empresas públicas, as sociedades de economia mista e as fundações da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios somente serão criadas, caso a caso, por lei e ficarão sujeitas ao regime jurídico próprio das empresas privadas ..."

A remenda, que mantenho, visa apenas – e peço aos Srs. membros que se atenham tão-somente ao seu parágrafo único a suprir essa omissão, que tem causado imensos prejuízos a este País. O objetivo da emenda é que não só a constituição originária das matrizes mas, também, a criação das suas subsidiárias e as associações das empresas governamentais com empresas privadas, caso a caso, somente possam acontecer mediante prévia autorização do Congresso Nacional.

As empresas não devem continuar livres de constituir subsidiárias apenas por assembléias gerais, mas deve o Presidente da República – ou o Primeiro-Ministro, caso o regime seja parlamentarista – quando o capital majoritário for da União, enviar mensagem ao Congresso Nacional, solicitando que autorize a constituição das subsidiárias que sejam convenientes à expansão da atividade dessas entidades. Por isso apresentei uma emenda cujo parágrafo único tem a seguinte redação:

"Depende de prévia autorização legislativa, em cada caso, a criação de entidades da administração indireta e de suas subsidiárias, assim como a participação de qualquer delas em empresa privada".

O texto do projeto já absorveu parte dessa disposição, porque faz depender da autorização legislativa a constituição das matrizes, mas não se referiu às subsidiárias nem tampouco à participação das matrizes das subsidiárias em empresas privadas. É para suprir esta lacuna que devemos admitir a emenda. Combinei agora com a relataria que a minha emenda se restringirá exclusivamente a esse parágrafo único para facilitar a votação em Plenário, pois a proposição é no sentido de velar pela idoneidade da ação dessas sociedades e empresas públicas.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Não há oradores inscritos para quaisquer encaminhamentos subsequentes.

Concedo a palavra ao nobre Relator, Constituinte Virgílio Távora, que dará o seu parecer.

**O SR. RELATOR (Virgílio Távora):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, nossas palavras serão muito breves. Trata-se de um complemento necessário a toda a estrutura montada a respeito do controle que o Poder Legislativo deve ter sobre essas estatais. Nada vemos que se

lhe possa imputar contra. Creio que deve ter havido um cochilo nosso quando da montagem do Cabral II.

O parecer do relator é favorável.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Em votação.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Srs. Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Aluizio Campos, Antônio Britto, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Carlos Mosconi, Carlos Sant'Anna, Cid Carvalho, Egídio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Gasparian, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, José Fogaça, José Ignácio Ferreira, José Paulo Bisol, José Ulisses de Oliveira, Mário Lima, Nelson Carneiro, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Renato Vianna, Rodrigues Palma, Severo Gomes, Sigmaringa Baixas, Virgildásio de Senna, Wilson Martins, Antonio Mariz, Chagas Rodrigues, Euclides Scalco, João Agripino, Jorge Hage, José Costa, José Tavares, Octávio Elísio, Uldurico Pinto, Vicente Rogo, Vilson Souza, Christóvam Chiaradia, Francisco Dornelles, José Jorge, José Lins, José Santana de Vasconcellos, Marcondes Gadelha, Mário Assad, Oscar Corrêa, Annibal Barcellos, Enoc Vieira, Jonas Pinheiro, José Tinoco, Mozarildo Cavalcanti, Paes Landim, Simão Sessim, Valmir Campelo, Darcy Pozza, Gerson Peres, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia, Virgílio Távora, Adylson Motta, Brandão Monteiro, José Maurício, Lysâneas Maciel, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Adolfo Oliveira, Roberto Balestra, Haroldo Lima, Fernando Santana e Beth Azize. Votaram **NÃO** os seguintes Srs. Constituintes: José Geraldo, José Richa, Aloysio Chaves, Geovani Borges, José Lourenço, Luis Eduardo, Ricardo Fiúza, Sandra Cavalcanti e Jofran Frejat, **ABSTENÇÃO** do Sr. Constituinte Eraldo Tinoco.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 76 Srs. Constituintes, votaram NÃO 9 Srs. Constituintes; Absteve-se de votar 1 Sr. Constituinte. Total 86 votos. O destaque foi **aprovado**.

**O SR. CONSTITUINTE LUÍS EDUARDO:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE LUÍS EDUARDO:** – Sr. Presidente, quero retificar o meu voto, porque realmente me enganei. Gostaria de ter votado efetivamente "sim", e espero que isto conste em Ata.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Ficará registrado nos Anais.

**Destaque nº 4295/87, do Sr. César Maia, "que suprime o art. 194, § 2º do Substitutivo nº 2." (414.ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Em votação a preferência requerida pelo Constituinte César Maia e outros para o Destaque nº 4295, que objetiva a supressão do § 2º do art. 194.

Em votação a preferência. **(Pausa)**

Aprovada.

Com a palavra o Constituinte Gastone Righi.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr. Presidente, V. Ex.<sup>a</sup> há pouco, em nome desta Comissão e da Mesa, fez o registro do aniversário do **Diário Popular**, esse grande jornal de São Paulo. Desejaria apenas não só me solidarizar e congratular, mas também deixar aqui registrado que a bancada do PTB na Assembléia Nacional Constituinte também se rejubila com a passagem do 103º ani-

versário do **Diário Popular**, precipuamente porque neste momento, em que boa parte da imprensa desencadeia uma campanha infamante contra a Constituinte, o **Diário Popular** tem mostrado sua tradição de honestidade, de correção e de lisura e homenageado nossa Assembléia Nacional Constituinte, tributando-lhe o devido valor. Portanto, aqui fica o registro dos nossos votos ao **Diário Popular**.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – A Mesa agradece-lhe a atenção e observa o registro de V. Ex.<sup>a</sup>, nobre Líder do PTB Gastone Righi.

Em votação a Emenda nº 4295, requerida pelo Constituinte César Maia, referente ao texto do § 2º do art. 194. A emenda objetiva a supressão do texto.

Concedo a palavra ao nobre Constituinte César Maia.

**O SR. CONSTITUINTE CÉSAR MAIA:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, o art. 194 trata da intervenção do Estado no domínio econômico. Estamos pedindo a supressão do seu § 2º, que diz:

"As empresas públicas e as sociedades de economia mista não poderão gozar de privilégios fiscais não extensivos às do setor privado."

E defendemos essa supressão por duas razões de fundo. A primeira é que essa garantia contra a iniquidade da concorrência predatória do setor público já está incluída no § 1º. Leio o § 1º.

"§ 1º As empresas públicas, as sociedades de economia mista e as fundações da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios somente serão criadas, caso a caso, por lei e ficarão sujeitas ao regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive quanto às obrigações trabalhistas e tributárias,..."

Sr. Presidente, a segunda razão é que esse preceito, na verdade, atenta contra a livre iniciativa, ao contrário do que se supõe, porque o liberalismo utópico do início do século passado há muito foi superado. A utopia da extinção do Estado foi hoje, pós-modernamente, substituída pela evidência do Estado necessário. A discussão da intervenção, hoje, está superada pelo liberalismo avançado e substituída pela regulação. Esta, também, é uma discussão pós-moderna. Se aprovado tal dispositivo, em relação à liberdade de iniciativa, teremos duas grandes distorções. A primeira seria quanto ao processo de desregularão, na medida em que se quisesse extinguir o monopólio do setor estatal. Esse dispositivo dificultaria esse objetivo, porque, se essa extinção fosse progressiva, haveria necessidade, na transição, de ocorrerem regimes fiscais diferentes. Se quer liminar alguns monopólios da União, esse dispositivo impede, inibe e desestimula tal propósito.

A segunda razão é que existem atividades do setor público que não são monopólios e precisam ser por ele realizadas para controle da própria informação. É o caso, por exemplo, da imprensa oficial e dos centros de processamento de dados. Com o fim de racionalizar e de aumentar a eficiência dessas empresas para enfrentar-se as exigências fiscais pseudoparitárias, esse dispositivo exigiria a introdução dessas atividades em mercado. Essa solicitação de supressão não cria privilégios; apenas os suprime do texto, deixando que a lei defina quando sim e quando não. É para essa supressão que pedimos apoio, Srs. Constituinte. (Palmas)

Quero também lembrar aos Srs. Constituintes que, há pouco, quando terminava a sessão da manhã, aprovamos aqui a possibilidade de privilégios fiscais para as empresas nacionais. Seria uma incongruência não entender empresa pública como empresa nacional.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Concedo a palavra ao Sr. Constituinte Marcondes Gadelha, para encaminhar contra.

**O SR. CONSTITUINTE MARCONDES GADELHA:** – Sr. Presidente, nobres Sras. e Srs. Constituintes, o texto do eminente Relator Bernardo Cabral é simples, objetivo, claro e direto. Retira, pura e simplesmente, os privilégios fiscais das empresas estatais. Com essa atitude, tomada da forma elegante, não assume ele qualquer predisposição ou idiossincrasia contra a forma estatal de gestão. Simplesmente suprime os privilégios fiscais, porque são uma forma de acomodação do vício. O privilégio é uma espécie de folga compensatória para a incompetência, o desleixo e a corrupção. A retirada desses privilégios apenas obriga as empresas estatais a serem eficientes. Assim, o Sr. Relator resgata uma moção de confiança também na forma de gestão estatal como sendo capaz de desincumbir-se com a mesma desenvoltura da iniciativa privada. A retirada dos privilégios obriga as empresas estatais a passarem a enxugar seus custos, a reciclarem seus recursos humanos e a absorverem tecnologia, ou seja, a se tornarem mais ágeis e a apresentarem resultados positivos na relação de custos e benefícios. Esta é uma atitude saudável, até porque essas empresas estatais já gozam de inúmeros e outros privilégios, têm direito a crédito subsidiado e, em geral, são monopolistas. Essas empresas, muitas vezes, como no caso do setor elétrico, reajustam suas tarifas sempre acima da inflação por força de contratos internacionais, gozando, portanto, de inúmeros privilégios. Não há razão alguma para preservar-se acima de tudo os privilégios fiscais.

Essa é uma atitude em defesa também da nacionalidade. Ninguém subestime o peso dessas empresas estatais dentro da economia. Lá está o poder, pois, **grosso modo**, elas geram recursos cinco vezes maiores do que o Orçamento da União. Gozam, sobretudo, do privilégio da opacidade e da impermeabilidade, porque não têm o seu orçamento submetido ao crivo do Congresso Nacional, da Nação, das auditorias, da opinião pública ou de quem quer que seja. Uma dessas empresas movimentava recursos, muitas vezes, maiores do que vários Ministérios reunidos. Sabemos como funcionam as contas do Ministério da Educação, da Saúde e de outros, mas não sabemos como funciona a programação de investimentos e gastos dessas estatais, que se converteram em verdadeiros feudos, em mandarinatos, em "shogunatos", à revelia da opinião pública, sem que a elas tenha acesso sequer o Congresso Nacional.

Sr. Presidente essa é uma atitude saudável – insisto – que não revela nenhum desejo de desestatização. Isto não está implícito, está apenas obrigando – e nisso creio que se presta um benefício à própria empresa estatal – que essas empresas busquem eficiência para competirem em pé de igualdade, dentro da lei de mercado. Essa atitude é também em defesa da cidadania.

Geralmente tendemos a ser indulgentes para com essas empresas estatais, pois, no fundo das nossas consciências, temos a impressão de que a estatização levaria a uma sociedade democrática em que essas empresas pertenceriam efetivamente à cidadania. Sabemos que tal não ocorre, Sr. Presidente. A estatização, no Brasil, tem levado não ao socialismo, mas ao capitalismo de Estado. Essas empresas não são propriedade da cidadania, mas de uma burocracia pesada e onerosa, que, quase sempre, gasta três ou quatro cruzados para repassar um cruzado em benefício da sociedade. Assim sendo, entendo que, se essas empresas se reciclarem e assumirem a eficiência desejada, teremos também uma economia voltada para o progresso, o desenvolvimento e a acumulação de riqueza.

Sr. Presidente, manter as coisas como estão, manter os privilégios será afogar este País em inflação, pois, na maioria das vezes, essas empresas, ao invés de repassar benefícios para o cidadão, vai ao bolso do contribuinte, via Tesouro Nacional, aumentando o déficit público e inflacionando o mercado. Nossa posição é a favor da manutenção do texto do Relator Bernardo Cabral.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Com a palavra o Constituinte João Agripino, que encaminhará a favor.

**O SR. CONSTITUINTE JOÃO AGRIPINO:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, a emenda do ilustre Constituinte César Maia é apropriada e deve ser acatada pela Comissão de Sistematização. Nesse projeto, de fato já está por demais regulamentada a restrição que se faz às empresas públicas. O que existe é uma diferença fundamental entre a intervenção do Estado feita até hoje, até os dias atuais, e a intervenção do Estado que será praticada a partir desse texto que está na atual Constituição. Permito-me ler o **caput** do art. 194:

"A intervenção do Estado no domínio econômico e o monopólio só serão permitidos quando necessários para atender aos imperativos de segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei."

Quer isto dizer que acabou a estória de se criarem empresas estatais ao bel-prazer das autoridades constituídas. Já não pode mais acontecer isso. Quando tal ocorrer, se for em nome da segurança nacional ou do interesse coletivo, elas estarão amparadas em lei, mas sujeitas ao cumprimento do § 1º do já citado artigo, que diz – e parece que o nobre Senador Marcondes Gadelha não atentou para este fato – que as empresas públicas estão sujeitas ao regime jurídico próprio das empresas privadas. Elas estarão equiparadas definitivamente às empresas privadas, inclusive quanto às obrigações trabalhistas e tributárias. É preciso mais do que isso? Estão – repito – equiparadas às empresas privadas, definitivamente, segundo o que estabelece o § 1º. Não há que se fazer mais restrições. E quando elas se criarem no interesse coletivo ou da segurança nacional, nada mais justo que gozem de fato dos privilégios, de incentivos ou benefícios de natureza fiscal.

Acho que o Senador Marcondes Gadelha, ao refutar a emenda do nobre Constituinte César Maia, teve em mente o atual descalabro das empresas públicas neste País, que, nesses vinte anos, só acumularam déficits e dívidas externas. Mas já será diferente no novo texto constitucional. A intervenção do Estado está nele devidamente regulamentada, e elas têm e devem receber privilégios fiscais, quando os merecerem, porque aqui se observa um erro: a supressão deste texto não significa que elas automaticamente passem a desfrutar este benefício, pois no parágrafo anterior diz-se que elas estão sujeitas ao regime trabalhista e tributário das empresas comuns.

Era o que tinha a acrescentar, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Com a palavra o Constituinte José Lins, que encaminhará a votação contra a proposição.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, discute-se o texto do § 2º do art. 194, quanto à sua supressão ou não. Diz o texto:

"§ 2º As empresas públicas e as sociedades de economia mista não poderão gozar de privilégios fiscais não extensivos às do setor privado."

Ora, Sr. Presidente, quando se cria uma entidade, uma empresa pública, o Governo o faz certamente para cuidar de um campo fundamental para a economia do País e quase sempre também para viabilizar a vida dos mais pobres. Temos hoje a Eletrobrás, a Telebrás e a Vale do Rio Doce, empresas criadas para agir eficientemente em nome do Governo e do povo e não para sugar recursos do Governo Federal. Quando o Governo cria uma empresa dessa natureza certamente o faz porque quer cobrir uma área em que o interesse nacional tem estrita necessidade da ação governamental. Mas ele não quer ineficiência, que é contra a economia popular, contra a economia do povo. Os gastos dessas estatais são

em geral a causa do esvaziamento do setor público direto. Diz-se que o Governo Federal alargou-se, ampliou-se, tornou-se uma máquina de tentáculos enormes.

Na realidade, Sr. Presidente, a administração pública direta está inteiramente esvaziada e a maior causa desse esvaziamento é, certamente, o gasto do Governo, a injeção de dinheiro a fundo perdido em empresas ineficientes, criadas pela própria instituição governamental. Vejam aí, Srs. Constituintes, como estão o Ministério da Saúde, o dos Transportes, o da Educação e tantos outros. Mas se passarmos a verificar os recursos do Orçamento da União e até as emissões do Governo Federal, destinados a cobrir a ineficiência das referidas empresas, vamos ficar escandalizados. E por que queremos tirar esse artigo que diz que a essas empresas não é permitido dar-se outras isenções, senão aquelas já concedidas ao setor privado?

Ora, Sr. Presidente, o § 3º do art. 192 diz que o Governo pode ajudar o setor privado. Atendem para sua redação:

"Não se compreendem na proibição do § 2º a proteção, as vantagens, os incentivos fiscais, os créditos subsidiados e outros benefícios destinados a fortalecer o capital privado nacional e melhorar suas condições de competitividade, previstos em lei."

O que queremos é mais do que isso? Que o Governo dê dinheiro a fundo perdido a essas empresas? Na realidade, isso seria o maior dos crimes. Precisamos de empresas estatais eficientes, que não sirvam apenas para consumir os magros recursos do Orçamento da União, em detrimento dos grandes objetivos da Administração Direta, como os que dizem respeito à educação, os transportes, à saúde e a outros tantos setores. O papel do Governo, Sr. seu próprio Orçamento para dar recursos às empresas dirigidas para objetivos específicos. Hoje, o Governo esvazia seu próprio Orçamento para dar recursos às empresas públicas e deixa de cumprir um papel fundamental junto educação, à saúde, porque os cofres públicos estão exauridos através dessas empresas que nem eficiência tem para justificar esses ganhos adicionais de fundos perdidos que aí estão a sangrar o Governo da República.

De modo, Sr. Presidente, que voto contra a proposição. Acho que dessas empresas devemos esperar eficiência, pois elas em geral são responsáveis perante o povo pelo desenvolvimento de setores fundamentais, onde devem cumprir um papel dinâmico na economia não devendo, portanto, sangrar os cofres públicos, em detrimento de funções fundamentais da Administração Direta.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

**A SRA. CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**A SRA. CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES:** – Sr. Presidente, hoje pela manhã os Constituintes desta Comissão, atendendo ao apelo quanto à rapidez que se deseja imprimir aos nossos trabalhos, acordaram em que um encaminhasse a favor e outro contra. Solicito a V. Ex.<sup>a</sup> que adote agora à tarde esse procedimento que deu certo de manhã, foi eficiente, eficaz. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup> a sugestão. Obviamente, não estava aqui pela manhã e não vi a prática tão importante e que acelerou os trabalhos. Na medida do possível, acataremos integralmente a sugestão.

Com a palavra o Relator Virgílio Távora.

**O SR. RELATOR (Virgílio Távora):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, sentimo-nos muito à vontade para dar



parecer sobre esta emenda. Na Casa do Congresso Nacional a que pertencemos deste 1971, junto com Saturnino Braga, temos sido um impertérrito defensor da empresa estatal, compreendendo-lhe os descaminhos e, ao mesmo tempo, realçando-lhe a justiça.

Gostaria de dizer, em rápidas palavras, que esse § 2º foi posto aqui pela Relatoria justamente para mais reforçar as teses que sempre temos defendido, de que as empresas públicas, sociedades de economia mista, para gozarem não de privilégio tributário, mas fiscal, devem ter a mesma paridade com a empresa privada. Poder-se-ia argumentar que no parágrafo anterior já estava isso subentendido. O interesse que teve a Relatoria foi deixar bem expresso, de maneira que não houvesse a menor dúvida a respeito, de que tudo o que se der de privilégio às entidades estatais será também atribuído às empresas privadas. Como não posso atribuir às entidades privadas grandes privilégios, senão o Tesouro se exaure – uma caixa que já está depauperada – consideramos isso um freio às liberalidades que, de vez em quando, o Governo, via Executivo, pratica. Essa, a razão da existência do § 2º, que parece superabundante mas, na realidade, não o é. O parecer é contra.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Em votação.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Almir Gabriel, Antônio Britto, Artur da Távola, Carlos Mosconi, Cristina Tavares, Egídio Ferreira Lima, Fernando Gasparian, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, João Herrmann Neto, José Fogaça, José Paulo Bisol, José Ulisses de Oliveira, Mário Lima, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nelson Friedrich, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Sigmaringa Seixas, Virgildásio de Senna, Antonio Mariz, Chagas Rodrigues, Euclides Scalco, João Agripino, José Costa, Uldurico Pinto, Vicente Bogo, Vilson Souza, Brandão Monteiro, José Maurício, Lysâneas Maciel, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Haroldo Lima, Fernando Santana e Beth Azize. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Bernardo Cabral, Carlos Sant'Anna, Cid Carvalho, Fernando Bezerra Coelho, Ibsen Pinheiro, José Geraldo, José Ignácio Ferreira, José Richa, Pimenta da Veiga, Renato Vianna, Rodrigues Palma, Wilson Martins, Délio Braz, Marcos Lima, Aloysio Chaves, Christóvam Chiaradia, Eraldo Tinoco, Francisco Dornelles, Geovani Borges, Gilson Machado, Inocêncio Oliveira, José Jorge, José Lins, José Lourenço, José Santana de Vasconcellos, José Thomaz Nonô, Luís Eduardo, Marcondes Gadelha, Mário Assad, Oscar Corrêa, Ricardo Fiúza, Sandra Cavalcanti, Enoc Vieira, Jofran Frejat, Jonas Pinheiro, José Tinoco, Mozarildo Cavalcanti, Paes Landim, Darcy Pozza, Gerson Peres, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia, Virgílio Távora, Adylson Motta, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Adolfo Oliveira e Roberto Balestra. **ABSTENÇÃO:** Senhores Constituintes Aluizio Campos e Severo Gomes.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram **SIM** 40 Constituintes; votaram **NÃO** 49 Constituintes; abstiveram-se de votar 2 Constituintes. Total: 91 votos. O Destaque foi **rejeitado**.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Em votação o requerimento de preferência para o Destaque nº 0581, de autoria do Constituinte Brandão Monteiro, relativo à Emenda nº 32032.

Os Srs. Constituintes que estejam favoráveis à preferência permaneçam como estão. **(Pausa)**

Aprovado.

**Destaque nº 0581.87 – Emenda nº ES-32032-7, do Sr. Brandão Monteiro, "que modifica o art. 228 § 3º do Substitutivo nº 1 (art. 194 § 3º do Substitutivo nº 2)". (415ª votação).**

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Em votação o Destaque nº 0581, requerido pelo Constituinte Brandão Monteiro, referente à Emenda nº 32032. É uma emenda aditiva que pretende acrescentar ao § 3º do art. 194 seguinte texto:

"...e criará um Tribunal Administrativo de Defesa Econômica, com 5 membros, eleitos pelo Congresso Nacional, que se incumbirá de reprimir os abusos do Poder Econômico e promover a concretização dos princípios constitucionais da ordem econômica, definidos na Constituição."

Tem a palavra o Constituinte César Maia para encaminhar a proposição.

**O SR. CONSTITUINTE CÉSAR MAIA:** – Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, a emenda do Constituinte Brandão Monteiro é aditiva ao § 3º do art. 194. O § 3º diz o seguinte:

"A lei reprimirá a formação de monopólios, oligopólios, cartéis e toda e qualquer forma de abuso do poder econômico que tenha por fim dominar o mercado, eliminar a livre concorrência ou aumentar arbitrariamente o lucro."

Em seguida, o Constituinte Brandão Monteiro acrescenta: "e criará o Tribunal Administrativo de Defesa Econômica", como já leu o nobre Constituinte.

Na verdade, o que se procura é dar consequência ao princípio descrito no texto constitucional.

A experiência brasileira de lei antitruste e de criação de mecanismos de repressão ao abuso do poder econômico e à ação de monopólios e oligopólios que distorcem a prática de mercado vem de 1946. Ela só foi regulamentada em 1962, no gabinete parlamentarista Brochado da Rocha. No entanto, nos últimos anos, o CADE – o tribunal administrativo que tinha a responsabilidade de executar essas atribuições – foi praticamente extinto. Hoje, ele se encontra parado, subordinado ao Ministério da Justiça, inchado e sem realizar as tarefas que lhe competem por lei.

Esse tribunal administrativo, proposto para combater reprimir, como prevê a Constituição, o abuso do poder econômico e os crimes de monopólio e oligopólio, será definido nesta Casa legislativa.

Poder Legislativo, através desse tribunal administrativo, poderá, efetivamente, por fora de cumplicidades que possam ocorrer no Poder Executivo, realizar essa tarefa de repressão e de fiscalização. Queremos, com a criação desse tribunal administrativo, não deixar que o texto constitucional seja apenas letra morta. Desejamos dar continuidade, consistência e aplicabilidade a esse princípio constitucional, para o qual pedimos o apoio dos Srs. Constituintes.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte José Jorge, que encaminhará contrariamente à proposição.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ JORGE:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o § 3º, do art. 194, do Substitutivo Bernardo Cabral, está redigido da seguinte forma:

"A lei reprimirá a formação de monopólio, oligopólios, cartéis e toda e qualquer forma de abuso do poder econômico que tenha por fim dominar o mercado, eliminar a livre concorrência ou aumentar arbitrariamente o lucro."

Portanto, são as mesmas preocupações contidas na emenda de autoria do nobre Constituinte e Presidente em

exercício Brandão Monteiro. No entanto, S. Ex.<sup>a</sup> acrescenta a esse artigo a criação de um tribunal administrativo de defesa nacional, que se incumbirá de reprimir os abusos do poder econômico e promover a concretização dos princípios constitucionais de ordem econômica, defendidos na Constituição – este tribunal terá cinco membros.

Acredito, Srs. Constituintes que toda a estrutura do Poder Judiciário, existente no País, já é suficiente para que possamos, efetivamente, pôr em prática o que está previsto na nova Constituição. Temos uma nova estrutura judiciária bastante ampla, de certa forma modernizada, a partir desta nova Constituição. O Executivo também dispõe de instrumentos, a partir do CADE e dessa nova política, que podem ser adotados.

Então, teríamos um tribunal com mais cinco funcionários públicos e estrutura para realizar um trabalho que, acredito, os tribunais atuais, pelo Judiciário, e o Executivo, através de sua própria estrutura, podem realizar.

Encaminho a votação contra essa emenda, do nobre Deputado Brandão Monteiro, apesar de reconhecer a importância de sua iniciativa.

Tenho certeza de que, com o novo Judiciário e com a nova Constituição, teremos mecanismos para realizar esse trabalho, através do Executivo. E também, em caso de se recorrer ao Judiciário, através de sua própria estrutura, sem necessidade de se criar mais um órgão público, para aumentar a estrutura do Governo.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Com a palavra o Relator, Constituinte Virgílio Távora.

**O SR. RELATOR (Virgílio Távora):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, desejo dizer a V. Ex.<sup>as</sup>, como Relator, que se nos afigura absolutamente justa a proposição do eminente Constituinte Brandão Monteiro. E ficaria ainda mais entusiasmado se, em vez de se referir a um tribunal administrativo, ela falasse em corte administrativa. Mas há necessidade absoluta, com a extinção do CADE, que não funciona, da criação de um órgão eleito pelo Legislativo, tendo a apoiá-lo o prestígio deste Poder, para realmente reprimir os abusos e, ao mesmo tempo, garantir a concretização dos princípios constitucionais de ordem econômica que estamos definindo nesta Carta.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, ainda há pouco tivemos um exemplo evidente de empresa que desrespeita o Governo e se acoberta na Justiça. A existência desse órgão, não tenho a menor dúvida, tornaria menos afoita a empresa, por mais importante que fosse. Nosso voto é, portanto, favorável à proposição do Constituinte Brandão Monteiro.

**A SRA. CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES:** – Sr. Presidente, peço a palavra para esclarecer a votação, uma vez que o Constituinte José Jorge, ao encaminhar, falou sobre a criação de uma estrutura, com juizes. Gostaria que V. Ex.<sup>a</sup> lesse pausadamente a emenda, a fim de mostrar que ela é bem mais simples. Mas, se V. Ex.<sup>a</sup> me permite, eu a leio:

"...um tribunal administrativo, em defesa da economia, com cinco membros eleitos pelo Congresso Nacional."

Portanto não procede o encaminhamento do Constituinte José Jorge.

**O SR. CONSTITUINTE FRANCISCO DORNELLES:** – Pela ordem, Sr. Presidente. V. Ex.<sup>a</sup> concedeu a palavra à ilustre Constituinte Cristina Tavares. Gostaria de manifestar-me também.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Nobre Constituinte Francisco Dornelles, V. Ex.<sup>a</sup> me deixa numa situação muito difícil, porque a Constituinte Cristina Ta-

vares pediu a palavra apenas para ler. Aliás, a emenda é de minha autoria. A ilustre Constituinte leu o dispositivo e fez quase que um encaminhamento a favor, o que não é permitido.

**O SR. CONSTITUINTE FRANCISCO DORNELLES:** – Gostaria de ter o mesmo direito.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – V. Ex.<sup>a</sup> dispõe de trinta segundos.

**O SR. CONSTITUINTE FRANCISCO DORNELLES:** – Sr. Presidente, quero simplesmente dizer que a criação desse tribunal agride o Poder Judiciário. Não tem sentido criar-se um Tribunal Administrativo para exercer atividades típicas do Poder Judiciário.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Em votação.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Almir Gabriel, Antônio Britto, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Carlos Mosconi, Cristina Tavares, Egídio Ferreira Lima, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, João Herrmann Neto, José Fogaça, José Paulo Bisol, Mário Lima, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nelson Friedrich, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Sigmaringa Seixas, Antonio Mariz, Chagas Rodrigues, Euclides Scalco, João Agripino, Jorge Hage, Octávio Elísio, Uldurico Pinto, Vicente Bogo, Wilson Souza, Virgílio Távora, Brandão Monteiro, José Maurício, Lysâneas Maciel, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Haroldo Lima, Fernando Santana e Beth Azize. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Carlos Sant'Anna, Cid Carvalho, Fernando Bezerra Coelho, José Geraldo, José Ignácio Ferreira, José Richa, José Ulisses de Oliveira, Pimenta da Veiga, Renato Vianna, Rodrigues, Palma, Severo Gomes, Virgildásio de Senna, Daso Coimbra, Délio Braz, Marcos Lima, Aloysio Chaves, Christóvam Chiaradia, Eraldo Tinoco, Francisco Dornelles, Geovani Borges, Gilson Machado, Inocêncio Oliveira, José Jorge, José Lourenço, José Lins, José Santana de Vasconcellos, José Thomaz Nonô, Luís Eduardo, Marcondes Gadelha, Oscar Corrêa, Osvaldo Coelho, Ricardo Fiúza, Sandra Cavalcanti, Enoc Vieira, Jofran Frejat, Jonas Pinheiro, José Tinoco, Mozarildo Cavalcanti, Paes Landim, Darcy Pozza, Gerson Peres, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia, Adylson Motta e Roberto Balestra. **ABSTENÇÃO:** do Senhor Constituinte Adolfo Oliveira.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 43 Constituintes; votaram NÃO 45 Constituintes; absteve-se de votar 1 Constituinte. Total: 89 votos. O destaque foi **prejudicado** por falta de **quorum** qualificado.

Requerimento para preferência do Destaque nº 5327, de autoria do Constituinte Virgildásio de Senna.

Em votação (**Pausa**)

Aprovado.

Destaque nº 5327 tem como objetivo a supressão do § 4º do art. 199.

Com a palavra o Constituinte Virgildásio de Senna.

**O SR. CONSTITUINTE VIRGILDÁSIO DE SENNA:** – Sr. Presidente, a emenda foi apresentada com o propósito de esclarecer, através de discussão, como seria possível punir criminalmente uma pessoa jurídica. Pode parecer que com ela estamos tentando proteger qualquer infração à lei, praticada por empresas.

Nesses termos, retiro o pedido de preferência.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – A emenda foi retirada pelo autor.

**Destaque nº 7920-87 do Sr. Nelson Friedrich – Emenda nº ES-27198-9, dos Srs. Domingos Leonelli e Nelson Friedrich, "que modifica o art. 228, § 2º do Substitutivo nº 1 (art. 194, § 2º do Substitutivo nº 2)" (416ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Em votação o requerimento de preferência para o Destaque nº 7920, de autoria do Constituinte Nelson Friedrich. **(Pausa)**

Aprovado.

O destaque tem como objetivo aditar ao art. 194 o seguinte:

"O Estatuto da Empresa Pública, criado por lei, regulará as relações dessas empresas com o Estado e com a sociedade."

Com a palavra, para encaminhar, o Constituinte Nelson Friedrich.

**O SR. CONSTITUINTE NELTON FRIEDRICH:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, esta nossa proposta, na verdade, tem como autor principal, pelo reconhecimento da idéia, o ilustre Constituinte baiano Domingos Leonelli.

O que pretendemos, Sr. Presidente, é que o Estatuto da Empresa Pública, criado por lei, regule as relações dessas empresas com o Estado e com a sociedade. É evidente que, em princípio, a empresa pública representa os interesses da sociedade e, em grande parte, os setores considerados estratégicos, sob o ponto de vista do desenvolvimento e da soberania nacional, aí subentendendo não só sob a ética da segurança nacional, mas também do aproveitamento adequado das nossas riquezas.

Portanto, é importante que a chamada empresa pública, sob o prisma do desenvolvimento e também da soberania nacional, tenha organicidade, sistematização, um ordenamento, uma normatização das relações entre ela e o Estado; entre a empresa pública e o Legislativo; entre a empresa pública e a sociedade.

Sr. Presidente, tenho a tranquilidade para fazer a defesa desta emenda do ilustre Constituinte Domingos Leonelli, pois dela sou co-autor. E até por que temos dois tipos de empresas públicas, politicamente falando. De um lado temos empresas públicas sem nenhum controle da sociedade, verdadeiros feudos que se estabeleceram dentro de uma idéia administrativa departamentalizada, sectarizada, feudal, em que governos se estabelecem dentro do Governo. E digo isso porque tive oportunidade de ver, quando Secretário de Estado – eram seis empresas estatais e superintendências e presidi a todos os conselhos administrativos destas – como é necessário alterar não só a mentalidade das pessoas, como todos os ângulos da chamada empresa pública. Também na empresa pública surgiu esse câncer do empreguismo, estabeleceu-se a tecnoburocracia, um burocratismo em que dados são invulneráveis, registros são intangíveis. São verdadeiros corredores labirínticos para que o cidadão possa atuar. Existem excessos de regulamentos, excessos burocráticos.

Por outro lado, temos a empresa pública com o sentido de pólo dinamizador de desenvolvimento nacional e de garantia da soberania nacional de que há pouco falávamos. Diria mais, muitas empresas estatais, ilustre Relator, acumularam tal acervo tecnológico que são verdadeiros e ricos patrimônios para qualquer projeto de desenvolvimento autônomo em nossa Pátria. Igualmente o são determinados quadros técnicos e gerenciais expressivos que temos. Mas antes de tudo isso – esse misto de feudos que existe no Brasil, esses anéis fossilizados de estruturas burocráticas intangíveis por parte da sociedade, do usuário, do contribuinte – precisamos criar o Estatuto da Empresa Pública, instrumento fundamental cuja abrangência e funcionalidade o Poder Legislativo de-

terminará. Mas o principal objetivo desse estatuto tem um desdobramento. O primeiro é o de normatizar as relações internas da empresa pública. O segundo consiste em normatizar as relações externas de uma empresa pública. Se hoje pudéssemos avaliar, poderíamos chegar à seguinte conclusão: não existe normatização entre a relação empresa pública e o chamado Estado, nem entre a empresa pública e o Poder Legislativo, nem entre a empresa pública e seus funcionários e, muito menos, entre a empresa pública, o usuário, o contribuinte e o consumidor. Há até uma proposta que pretende restabelecer a **res** pública, que busca também a modernidade porque nela também está a eficiência.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Está suspensa a reunião, em função da falta de energia elétrica.

**(É suspensa a reunião.)**

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Está reaberta a reunião.

Continua com a palavra o nobre Constituinte Nelson Friedrich, por mais um minuto.

**O SR. CONSTITUINTE NELTON FRIEDRICH:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, concluo dizendo que o Poder Legislativo e a sociedade brasileira precisam ter a empresa pública sob controle democrático, que há de se exercer com requisitos de dignidade, eficiência e transparência. É preciso também estabelecer uma política de recursos humanos a fim de que tenhamos mecanismos de controle da produtividade, da atualização e da evolução profissional.

Aproximar a empresa pública do povo é, na verdade, permitir que o verdadeiro proprietário, ou contribuinte, por intermédio do Poder Legislativo, exerça controle sobre esse chamado poder estatal. Nenhuma reforma administrativa – o Brasil dela precisa profundamente – se completará, se não houver um mecanismo permanente como o estatuto da empresa pública. Por tudo isso, temos que responder, neste País, a uma pergunta: a quem serve a empresa estatal? O Poder Legislativo pode criar esse estatuto da empresa pública, exatamente para colocá-la sob o controle democrático.

Por fim, peço a todos os Srs. Constituintes que apoiem esta emenda, tão-somente aditiva, pois que pretende acrescentar ao art. 194 um novo parágrafo, que diz:

"O estatuto da empresa pública, criado por lei, regulamentará as relações dessas empresas com o Estado e a sociedade."

Minha última palavra, Sr. Presidente, é para reafirmar o que disse Tancredo Neves, isto é, que as empresas públicas que constituem alguns setores de irretorquível necessidade reclamam controle social maior. Mas é preciso cuidado nas críticas que a elas se fazem. Não podemos, em nome da privatização das empresas estatais, promover a desnacionalização da economia brasileira.

O primeiro ponto é fundamental: a necessidade de controle social maior sobre a empresa estatal.

Muito obrigado. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Francisco Dornelles, que encaminhará contra.

**O SR. CONSTITUINTE FRANCISCO DORNELLES:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a emenda do ilustre Constituinte Domingos Leonelli, aqui brilhantemente defendida, estabelece que o estatuto da empresa pública regulará as relações dessas empresas com a sociedade. De acordo com essa emenda, não existirá Constituição, não existirá lei ou qualquer dispositivo para regular a relação entre a empresa pública e a sociedade; será apenas o estatuto. De que forma? A relação entre a empresa e seus

empregados é regulada pela lei trabalhista; entre a empresa pública e seus credores pela lei comercial; e entre a empresa de sociedade mista e seus acionistas pela Lei das Sociedades Anônimas. Não podemos estabelecer que a relação entre uma empresa pública e seus trabalhadores, acionistas ou credores seja regulamentada pelo estatuto da empresa pública. Isso fere todos os princípios que regem a organização jurídica do País. O relacionamento da empresa pública com seus empregados, seus acionistas deixa de ser regulado pela lei trabalhista e passa a sê-lo pelo estatuto da empresa pública. Isso não pode ser aceito, pois fere a ordem jurídica do País.

Por esses motivos, peço que a votação seja contrária à emenda apresentada.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Em votação a emenda.

O Constituinte Domingos Leonelli, autor da emenda, solicita a palavra. Informo a V. Ex.<sup>a</sup> que, pela manhã, em reunião a que não assisti, a Constituinte Cristina Tavares, com apoio quase unânime do Plenário, solicitou à Mesa que determinasse um encaminhamento favorável e outro contra. Se V. Ex.<sup>a</sup> ainda deseja falar, e é um direito que tem, dou-lhe a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE DOMINGOS LEONELLI:** – Sr. Presidente, farei uso da palavra, num período curto, apenas para esclarecer alguns pontos.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE DOMINGOS LEONELLI:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, imaginávamos, pelo apoio...

**O SR. CONSTITUINTE FRANCISCO DORNELLES:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Nobre Constituinte, o orador está com a palavra. Não é permitido levantar questão de ordem com um orador ocupando a tribuna.

**O SR. CONSTITUINTE DOMINGOS LEONELLI:** – Sr. Presidente, imaginávamos que esta matéria fosse consensual. A emenda proposta pelo Constituinte Nilton Friedrich e por mim parecia contar com o consenso global desta Comissão, na medida em que a ela se manifestaram favoravelmente, pelo que sei, o Senador Jarbas Passarinho e os Deputados Carlos Sant'Anna e José Lourenço. E o fizeram com justa razão, pois ela não coloca em jogo nem a natureza do Estado nem a ampliação da função das empresas públicas. Ao contrário, cria até a possibilidade de sua restrição, do seu disciplinamento em relação ao mercado e à sociedade. E muito menos, Sr. Presidente, poderia atingir qualquer das preocupações levantadas pelo ilustre Constituinte Francisco Dornelles, uma vez que esta Comissão já aprovou – se não me engano hoje – o art. 194, cujo § 1º diz:

"As empresas públicas, as sociedades de economia mista e as fundações da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios somente serão criados, caso a caso, por lei, e ficarão sujeitas ao regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive quanto às obrigações trabalhistas e tributárias, observado, quanto às fundações, o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 203."

Já na Constituição anterior, no art. 170, e esta, agora, pelo artigo aprovado, cobrem integralmente as preocupações do Constituinte Francisco Dornelles. Acho, portanto, que o disciplinamento, certa uniformidade nas relações das empresas estatais com o Estado e com a sociedade será benéfica aos usuários e aos consumidores. Os futuros legisladores criarão leis – e possivelmente o próprio Deputado Francisco Dornelles participará da sua elaboração – que, muito longe de comprometer ou confundir as relações das empresas públicas com o Estado,

com a sociedade e com os trabalhadores, poderão ampliar, reduzir ou unificar e disciplinar o papel da empresa pública.

Esta é a intenção de uma emenda que, creio, apesar do encaminhamento contrário, talvez pela leitura apressada do Constituinte Francisco Dornelles, obterá a aprovação da Comissão de Sistematização. Muito obrigado.

**O SR. CONSTITUINTE FRANCISCO DORNELLES:** – Sr. Presidente, levanto uma questão de ordem apenas para saber o seguinte: havia uma sistemática de que fariam apenas um orador pró e outro contra a proposta em evidência. Mudou a sistemática?

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Constituinte Francisco Dornelles, segundo o Regimento fariam dois a favor e dois contra. Se V. Ex.<sup>a</sup> consultar o Regimento, verificará que o autor da emenda e mais um poderão encaminhar a favor e dois contra. Entretanto, o Plenário, para agilização dos trabalhos, tem, na medida em que haja consenso, decidido pelo encaminhamento de apenas um a favor e outro contra. Portanto, regimentalmente não podemos cercar o direito do autor da emenda, ou de um segundo vir a fazer a defesa. Sempre apelamos para os autores das emendas nesse sentido, como fizemos com o Constituinte Domingos Leonelli.

**O SR. CONSTITUINTE FRANCISCO DORNELLES:** – Entendi que a ilustre Constituinte Cristina Tavares havia apresentado uma sugestão à Mesa de quealaria apenas dois Constituintes defendendo suas posições, e pensei houvesse consenso a esse respeito.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Constituinte Francisco Dornelles, V. Ex.<sup>a</sup>, competente, culto e inteligente, sabe que uma sugestão ao Plenário não pode, de forma alguma, rasgar o Regimento. Se o Constituinte insistir em falar, terá o direito de fazê-lo.

Concedo a palavra ao nobre Constituinte José Lins.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, confesso que já não estou mais entendendo o Plenário. Não sei se ele deseja proteger a empresa nacional, sobretudo a empresa pública, ou se prefere engessá-la. Parece, Sr. Presidente, que o Plenário está fazendo as duas coisas ao mesmo tempo.

Eu até me pergunto se o nobre Constituinte que propõe essa emenda deseja um estatuto geral para as empresas públicas. Nesse caso, pelo próprio texto já aprovado, essas empresas serão aprovadas por lei e certamente obedecerão a uma norma geral. Mas um estatuto geral não poderá ser aplicado a todas as empresas, porque cada uma delas é diferente. E, como bem disse o Constituinte Francisco Dornelles, todas as relações da empresa, seja com os credores, seja com os operários, seja com o setor público, seja com o setor comercial, seja com os seus acionistas, já estão reguladas por lei e a empresa não pode, evidentemente, ter sua lei própria. E o estatuto seria uma nova lei para as empresas cumprirem.

Sou favorável a que cada empresa tenha a sua legislação de criação, com seus objetivos, aprovada por esta Casa. E que haja, pelo menos, um certo grau de liberdade, para que os seus administradores possam ser cobrados nas suas responsabilidades, porque onde não há liberdade certamente também desaparece a responsabilidade.

Sou, portanto, contra a emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Com a palavra o ilustre Relator-Auxiliar, Constituinte Virgílio Távora.

**O SR. RELATOR (Virgílio Távora):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, nada para nós, é mais gratificante do que pedir a atenção do Plenário à apreciação desta emenda.

Nos anos 70, repetida a ação do início de 1973, tivemos a honra, fruto de longo debate, de apresentar à consideração do Plenário do Senado, com o então Senador e hoje Prefeito do Rio de Janeiro Roberto Saturnino, não um estatuto, como estão dizendo aqui, que serviria de camisa-de-força às empresas, que seria inane pela sua inaplicabilidade, mas um conjunto de normas que disciplinariam a ação da empresa pública. Essa proposição, Srs. Constituintes, dorme nas comissões daquela Casa. Nenhum governo deseja esse estatuto. Admira-me constatar que parlamentares que se dizem tão liberais são contra aquilo que na realidade estabelece controle democrático para a atuação da empresa. Não vamos substituir regimento algum ou estatuto próprio das empresas. Vamos apenas dar-lhes – gostaria que os Srs. Constituintes prestassem atenção – uniformidade nos procedimentos tão reclamados.

Fomos, durante muito tempo, defensores da empresa estatal, quando nos anos 70 caiu sobre ela aquela avalanche de restrições, ataques e – por que não dizer – muitas vezes críticas indispensáveis. Afirmemos aos Srs. Constituintes que esse estatuto tem um bom instrumento para moralização e recuperação da imagem pública da empresa estatal. Não me venham dizer que queremos encerrá-la em camisa-de-força, ao mesmo tempo, que é mais um diploma legal a não ser cumprido.

O apelo que faço a este Plenário, independentemente de coloração partidária ou de cor ideológica, é que aproveitamos a chance de moralizarmos as empresas estatais.

É o parecer a favor. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Em votação o destaque.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Ademir Andrade, Almir Gabriel, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Carlos Mosconi, Cid Carvalho, Cristina Tavares, Egídio Ferreira Lima, Fernando Gasparian, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, João Herrmann Neto, José Fogaça, José Ignácio Ferreira, José Paulo Bisol, José Richa, José Ulisses de Oliveira, Mário Lima, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nelson Friedrich, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Renato Vianna, Severo Gomes, Sigmaringa Seixas, Virgildásio de Senna, Antonio Mariz, Euclides Scalco, João Agripino, Jorge Hage, Márcio Braga, Marcos Lima, Octávio Elísio, Uldurico Pinto, Vicente Bogo, Vilson Souza, Inocêncio Oliveira, Jofran Frejat, José Tinoco, Gerson Peres, José Luiz Maia, Virgílio Távora, Brandão Monteiro, José Maurício, Luiz Salomão, Francisco Rossi, Gastone Righi, Plínio Arruda Sampaio, José Genoíno, Adolfo Oliveira, Haroldo Lima, Fernando Santana e Beth Azize. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Fernando Bezerra Coelho, José Geraldo, Manoel Moreira, Rodrigues Palma, Délio Braz, Aloysio Chaves, Christóvam Chiaradia, Eraldo Tinoco, Francisco Dornelles, Geovani Borges, Gilson Machado, José Lins, José Lourenço, José Santana de Vasconcellos, José Thomaz Nonô, Luís Eduardo, Oscar Corrêa, Osvaldo Coelho, Ricardo Fiúza, Sandra Cavalcanti, Annibal Barcellos, Enoc Vieira, Jonas Pinheiro, Simão Sessim, Darcy Pozza, Adylson Motta, Joaquim Bevilacqua e Roberto Balestra. **ABSTENÇÃO:** Senhores Constituintes Carlos Sant'Anna e José Jorge.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 56 Constituintes; votaram NÃO 28 Constituintes; abstiveram-se de votar 2 Constituintes. Total 86 votos. O Destaque foi **aprovado**.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Em votação o requerimento de preferência ao Destaque nº 5624, de autoria do Constituinte José Ignácio Ferreira.

Os Srs. Constituintes que estiverem de acordo com a preferência permaneçam como estão. (Pausa)

Aprovado.

**Destaque nº 5624/87 – Emenda nº ES-32813-1, do Sr. José Ignácio Ferreira, "que dá nova redação ao § 3º do art. 228 do Substitutivo nº 1 (art. 194, aditiva de § do Substitutivo nº 2)".**

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Em votação o Destaque nº 5624, requerido pelo Constituinte José Ignácio Ferreira., referente à Emenda nº 32813, aditiva, ao § 1º do art. 194. Eu a leerei para melhor compreensão:

"Lei complementar, de iniciativa do Presidente da República, definirá, dentre as sociedades de economia mista e empresas públicas, as empresas estatais que, por suas características, ficarão sujeitas aos mesmos controles e à mesma fiscalização a que estejam submetidas as empresas privadas, à exceção apenas do disposto no art. 194 desta Constituição."

Com a palavra o Constituinte José Ignácio Ferreira.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA:** – Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, trata-se de emenda que visa a resgatar o conceito de empresa estatal no País, seja sociedade de economia mista, seja empresa pública. A verdade é que, no Brasil, se consegue, através de uma campanha sutil e solerte, incompatibilizar empresa pública com eficiência do Governo.

O que tem acontecido no Brasil é o mesmo que ocorreu – através de campanha sutil mas constante – no plano dos direitos humanos, quando se conseguiu incompatibilizar a defesa dos direitos humanos com a segurança pública. É o que se tenta e intenta ainda no Brasil. E vai-se em marcha com o propósito de incompatibilizar a participação política, uma das formas democráticas de aperfeiçoamento da própria representação, com a eficiência do Governo. Já se conseguiu muita coisa no campo da empresa estatal. O que se deseja com esta emenda? Vou lê-la:

"Lei complementar, de iniciativa do Presidente da República, definirá, dentre as sociedades de economia mista e empresas públicas, as empresas estatais que, por suas características, ficarão sujeitas aos mesmos controles e à mesma fiscalização a que estejam submetidas as empresas privadas, à exceção apenas do disposto no art. 194 desta Constituição."

Então, o que se quer? O que se quer é que não se jogue na mesma vala comum a empresa estatal eficiente, operada, produtiva, rentável, juntamente com aquelas que não o são. O que se pretende é dar, através de lei, uma diferenciação clara entre a empresa estatal que é eficiente e a empresa estatal que não é eficiente. Lei complementar faria muito bem essa diferenciação. Sr. Presidente, o que hoje se faz no Brasil é nivelar por baixo as empresas estatais, permitindo-se que cada vez mais se estigmatize a empresa estatal e se confunda empresa estatal com mordomia, ineficiência e inoperosidade. A prática em nosso País é jogar na vala comum todas as empresas estatais, tanto as eficientes e produtivas quanto as ineficientes e improdutivas. Ademais, neste Brasil que se volta para o social, as entidades públicas com personalidade jurídica de direito privado, que são as empresas estatais, sejam elas sociedades de economia mista ou empresas públicas propriamente ditas, têm hoje uma finalidade que nem sempre é a da busca do lucro. Muitas vezes elas atuam no campo assistencial, no campo do interesse público prevalentemente, buscando também atender a uma vocação da conjuntura do Brasil dos tempos de hoje, que é a preocupação com o social, e não somente

àqueles objetivos comuns da empresa pública. Assim se constrói a atuação das empresas públicas e de muitas sociedades de economia mista no Brasil de hoje.

O que ocorre, porém? Ocorre que, ao se desfigurar a própria finalidade de muita empresa estatal neste País, consegue-se produzir um resultado que não o do lucro, e, na hora em que se cortam 30% do investimento, cortam-se 30% tanto da empresa produtiva e rentável quanto da improdutiva e não-rentável. O que queremos é que, através de um estatuto próprio, através de uma lei prevista pela Constituição, o Executivo não mais tenha o direito de nivelar as empresas e contribuir para essa desconceituação da empresa estatal, o que se faz de caso pensado no Brasil. Temos que resgatar a estatal, definindo nitidamente o perfil daquela que é rentável, operosa, produtiva, que dá lucro, e daquela que não dá lucro, escalonada, portanto, em outro patamar. Colocadas as coisas nesse plano, teremos mantidos os controles do Tribunal de Contas tanto sobre a que dá lucro quanto sobre a que não dá.

Portanto, Senhores, alteremos desde já os critérios que hoje nivelam todas as empresas, jogando-as todas na vala comum da ineficiência aparente. Se há que nivelá-las, façam-no no sentido de que elas possam ter um tratamento diferenciado.

Sr. Presidente, a emenda tem o melhor dos propósitos e peço sua aprovação.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Não há oradores inscritos.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FOGAÇA:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FOGAÇA:** – Sr. Presidente, estamos aqui diante do trabalho, da operosidade legislativa, de uma proposta belíssima de um dos mais brilhantes e destacadas Constituintes que integram esta Assembléia Nacional Constituinte – o Senador José Ignácio Ferreira, que se tem destacado senão pelo volume certamente pela qualidade de suas emendas.

No entanto, Sr. Presidente, acabamos de aprovar uma emenda, de autoria do Deputado Nelson Friedrich, que prevê a criação do Estatuto da Empresa Pública com o objetivo de que sejam estabelecidos mecanismos, normas de controle democrático, de controle social sobre as empresas estatais. Parece-me que com isso fica prejudicada a emenda no nobre Senador José Ignácio Ferreira, que pretende basicamente a mesma coisa – a criação de mecanismos de controle – com uma única diferença apenas: S. Ex.<sup>a</sup> quer mecanismos diferenciados para as empresas eficientes e operosas e para as não eficientes e não operosas.

Além do mais, aqui há um dado que me parece se contrapõe de forma insanável ao Substitutivo. S. Ex.<sup>a</sup> atribui a iniciativa dessa lei ao Presidente da República. Ora, basta recorrermos ao texto referente ao Título IV, aprovado por esta Comissão de Sistematização, e veremos que não está entre as competências e atribuições do Presidente da República o poder de iniciativa sobre matéria desta natureza. Este é um defeito que eu diria insanável na emenda de S. Ex.<sup>a</sup>. De qualquer forma, não posso deixar de reconhecer, inclusive de registrar enfaticamente, a belíssima e inquestionável intenção do Constituinte José Ignácio Ferreira.

Essa a questão de ordem que tinha a levantar a V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Ilustre Constituinte José Lins, deseja contraditar a questão de ordem levantada pelo Constituinte José Fogaça?

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Sr. Presidente, quero reforçar o ponto de vista de S. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Mas já está levantada a questão de ordem. Acho que é despicendo o reforço.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Mas gostaria de chamar a atenção da Relatoria para o texto do § 1º do art. 194, que diz claramente que as empresas públicas estão sujeitas ao regime jurídico próprio da empresa privada. Não há como distinguir aquelas que estão sujeitas ao regime privado de outras que não sei para que regime seriam remetidas.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Ilustre Constituinte, a intervenção de V. Ex.<sup>a</sup> é mais um encaminhamento contra a emenda, não um reforço de prejudicialidade.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Sr. Presidente, não faço um encaminhamento contra a emenda. Acho que ela está prejudicada em função da aprovação, referentemente ao § 1º do art. 194, da emenda que há pouco acabamos de votar.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA:** – Sr. Presidente, peço a palavra, para contraditar a questão de ordem levantada pelo Constituinte José Fogaça.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA:** – Sr. Presidente, quero referir-me especificamente à questão de ordem levantada pelo Constituinte José Fogaça. S. Ex.<sup>a</sup> afirma que minha emenda é prejudicial, tendo em vista a aprovação da emenda dos eminentes Constituintes Domingos Leonelli e Nelson Friedrich, que dispõe sobre o Estatuto da Empresa Pública. Mas note V. Ex.<sup>a</sup> que o estatuto é da empresa pública. Refiro-me a um tratamento que se dê, por lei, às empresas estatais de modo geral. E V. Ex.<sup>a</sup> considere que elas não são públicas. As empresas podem ser privadas, públicas e mistas. As privadas não têm nada a ver com isso, mas as públicas e mistas são como uma espécie de gênero das empresas estatais. Ou seja, a empresa estatal pode ser uma empresa pública ou uma empresa de capital misto. A diferença é que na de capital misto o Estado tem posição majoritária e na pública tem posição completa, total. Veja V. Ex.<sup>a</sup> que o que aqui foi aprovado tem concernência com a empresa pública, mas as empresas estatais são mais do que públicas, porque envolvem, inclusive as sociedades de economia mista, que são empresas estatais em que o Estado, seja a União, seja o Estado-membro, seja o Município, qualquer entidade de direito público tem uma posição prevalente em controle acionário.

Portanto, Sr. Presidente, mantenho a emenda porque ela tem uma pretensão muito maior, muito mais ambiciosa do que a outra aprovada anteriormente.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Pergunto se o Relator deseja pronunciar-se sobre a prejudicialidade aventada, em questão de ordem, pelo nobre Constituinte José Fogaça.

**O SR. RELATOR (Virgílio Távora):** – Eminentíssimo Presidente e Srs. Constituintes, sou suspeito para falar sobre o assunto, mas se me afigura meridiana essa prejudicialidade. Não tenho a menor dúvida quanto a isso, sem embargo das ótimas intenções deste homem que honra o Senado com a sua presença, o ilustre Constituinte José Ignácio Ferreira.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Entende V. Ex.<sup>a</sup> que está prejudicada a emenda?

**O SR. RELATOR (Virgílio Távora):** – Entendo, não; tenho certeza.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Foi o parecer do Relator. A Mesa entende que a razão milita em favor do nobre Constituinte José Fogaça. Após a leitura dos dois textos, verificamos que a emenda aprovada pretende seja criado por lei o estatuto das empresas públicas, que regulamentará todas as relações dessas empresas com o Estado e com a sociedade. Aliás, já houve na Casa várias tentativas nesse sentido, entre as quais uma de autoria do Presidente que agora dirige os trabalhos, em 1983, que não foi aprovada.

A emenda de autoria do Constituinte José Ignácio Ferreira opõe-se diametralmente à proposição aprovada. S. Ex.<sup>a</sup> pretende uma lei complementar, de iniciativa do Presidente da República, que definirá, entre as sociedades de economia mista e empresas públicas, as empresas estatais que ficarão sujeitas ao controle e à fiscalização.

A outra emenda busca criar um estatuto que determine globalmente a relação com a sociedade e com o Estado, obviamente estabelecendo os níveis de fiscalização.

Decidiu-se pela prejudicialidade da emenda, lamentando o esforço e a proposta do ilustre Constituinte José Ignácio Ferreira.

Em votação a preferência para o Destaque nº 6581, de autoria do Constituinte Afif Domingos, que está ausente. No entanto, há indicação para encaminhamento. A preferência será votada.

Com a palavra o Constituinte Nelson Carneiro, para uma questão de ordem.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – Sr. Presidente, invoca as mesmas razões pelas quais V. Ex.<sup>a</sup> declarou a prejudicialidade da emenda de autoria do Constituinte José Ignácio Ferreira, para que considere prejudicada a emenda proposta pelo nobre Constituinte Afif Domingos.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Antes da votação da preferência, a Mesa vai examinar a questão de ordem levantada pelo Constituinte Nelson Carneiro. **(Pausa)**

Respondendo à questão de ordem levantada pelo Constituinte Nelson Carneiro, o destaque requerido pelo ilustre Constituinte Afif Domingos – e ele o colocou com clareza – somente com relação ao § 2º, objetiva proibir "a cessão, à administração direta, de servidores de sociedades de economia mista ou de empresas públicas, salvo para o exercício de cargo ou função de confiança". E estipula as hipóteses em que salários e demais benefícios serão pagos pelo órgão de destino.

Penso que o Constituinte Nelson Carneiro também está com a razão, porque a emenda anterior buscou criar o Estatuto das Empresas Estatais.

Considero, pois, prejudicada a emenda.

Era votação o § 3º do art. 195.

**Destaque nº 6212-87, do Sr. Marcos Lima, "que suprime a expressão" dando-lhes prioridade na autorização ou concessão para pesquisa e lavra dos recursos e jazidas minerais, nas áreas onde já estejam atuando do art. 195 § 3º do Substitutivo nº 2". (417ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Em primeiro lugar procederemos à votação da preferência para o Destaque nº 6212, requerida pelo Constituinte Marcos Lima.

Os Srs. Constituintes que estiverem a favor da preferência permaneçam como estão. **(Pausa)**

Aprovada.

Em votação o Destaque nº 6212, requerido pelo Constituinte Marcos Lima, referente ao texto do § 3º do art. 195 – objetiva suprimir as palavras finais do parágrafo.

Com a palavra o Constituinte Marcos Lima.

**O SR. CONSTITUINTE MARCOS LIMA:** – Sr. Presidente, o art. 195, § 3º, teve da parte de membros desta Comissão cinco pedidos de destaque. Conforme entendimento havido entre os cinco autores dos pedidos de destaques, chegamos a um acordo – e passamos agora a defendê-lo – para a supressão parcial do § 3º do art. 195, ou seja, a eliminação do trecho "dando-lhes prioridade na autorização ou concessão para pesquisa e lavra dos recursos e jazidas minerais, nas áreas onde já estejam atuando".

Por conseguinte, o texto proposto passará a ter a seguinte redação:

"O Estado organizará a atividade garimpeira em cooperativas, levando em conta a proteção ao meio ambiente e a promoção econômico-social do garimpeiro."

Sabemos que existem no Brasil aproximadamente 600 mil garimpeiros. A prevalecer o texto atual não haverá como definir a posição de cada garimpeiro após a data de promulgação da Constituição, dificultando, portanto, a consolidação da posição real desses garimpeiros em todo o País.

Sabemos que a atividade garimpeira muitas vezes é considerada sob o aspecto emocional. O garimpo precisa ser preservado e protegido. Dessa forma, fazendo a supressão que ora propomos, a atividade garimpeira estará perfeitamente preservada, como já o foi no Título III, art. 20, já aprovado.

Outro grande argumento, sem dúvida, é que o garimpeiro explora três bens minerais por excelência: o ouro, as pedras preciosas e a cassiterita. Há no Brasil em torno de 115 minerais utilizados na industrialização. Se aprovarmos o texto como está, dando prioridade ao garimpo, o garimpeiro não terá interesse na exploração dos outros 112 minerais, e transformaremos este País numa grande área garimpeira. Da forma como propomos – forma equilibrada, forma que pensamos representar bom senso entre atividade garimpeira e mineração organizada – sem emocionalismo, achamos que estarão preservados os interesses tanto do garimpo quanto das mineradoras. Portanto, peço a todos os Constituintes que votem a favor dessa modificação, que vem em nome do bom senso e do equilíbrio entre mineração e garimpo.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Com a palavra o nobre Constituinte Ademir Andrade, que encaminhará contra o destaque.

**O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, antes de mais nada, gostaria de registrar minha satisfação e prestar homenagem ao Relator Bernardo Cabral, por ter S. Ex.<sup>a</sup> incluído no texto constitucional o § 3º do art. 195.

Pela primeira vez, na história deste País, a sociedade e o Estado estão atentos a uma atividade secular na Nação brasileira – a garimpagem – visando a proteção, que nunca existiu, durante quinhentos anos, a uma categoria profissional que tantos benefícios tem proporcionado ao País e que ainda hoje leva o progresso à Região Amazônica.

O dispositivo referido estabelece um critério de prioridade ao poder concedente do Estado, que tem a prerrogativa de conceder autorização para lavra e pesquisa. Estabelece também prioridade para um grupo social extremamente importante para a economia brasileira, grupo que não tem nenhuma prioridade ou direito na legislação

atual. O garimpeiro não pode sequer ter o direito de lavra de determinada reserva mineral, porque tem que se constituir como empresa mineradora. Estamos tentando estabelecer apenas o respeito a um direito líquido e certo, a um direito já existente, porque, conforme diz o texto, "terá prioridade nas áreas onde já esteja atuando".

Sr. Constituintes, nossa história nesta área tem apresentado graves conflitos e injustiça flagrante. Eu poderia citar centenas de exemplos: o caso de Roraima, por exemplo, de onde, em 1973, o Governo militar retirou, pela força das armas, cem mil garimpeiros, cem mil microempresários, colocando todo o seu território, hoje, nas mãos de três únicas empresas mineradoras, duas delas multinacionais. Poderia citar, ainda, o exemplo recente da cidade de Altamira, no Pará, que teve seu comércio reduzido à metade porque a Oca Mineração, testa-de-ferro de uma empresa multinacional, há dois anos conseguiu expulsar três mil famílias de garimpeiros de um garimpo existente desde 1942. Agora, como conseqüência, o comércio de Altamira caiu pela metade. Os vereadores e o prefeito daquela cidade estão a reivindicar a volta dos garimpeiros.

Enfim, Srs. Constituintes, queremos estabelecer um critério de justiça para quem nunca teve justiça, para aqueles de quem nunca se cuidou. No momento – e até apelo para o testemunho do Constituinte Jarbas Passarinho, que conhece a questão em nosso Estado – defendemos a iniciativa privada, o microempresário minerador e a democratização da exploração da riqueza mineral. Neste instante, estamos lutando contra o monopólio das grandes empresas mineradoras.

Por essas razões queremos fazer justiça às pessoas que durante séculos, contribuíram e continuam a contribuir para o desenvolvimento da nossa Pátria, votando pela manutenção do texto do relator, ou seja, pela manutenção, na íntegra, do § 3º, que beneficia uma categoria que jamais mereceu nossa atenção.

Era a manifestação que queríamos fazer. (Palmas)

Durante o pronunciamento do Sr. Ademir Andrade, o Sr. **Brandão Monteiro**, Segundo-Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. **Jarbas Passarinho**, Terceiro-Vice-Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Concedo a palavra ao Constituinte José Lins, que falará contra. (Pausa) – S. Ex.<sup>a</sup> desiste da palavra.

Concedo a palavra ao Sr. Relator Bernardo Cabral.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, esta relatoria tem tido o cuidado de exercer sua tarefa longe de qualquer toque emocional. Ao contrário, tem-lhe dispensado um raciocínio lógico, objetivo e sereno, que permite justificar a defesa desse texto.

Pediria a atenção dos Srs. Constituintes para a redação deste artigo: "O Estado organizará a atividade garimpeira em cooperativas..." – o plural encontra-se na palavra cooperativas – ... levando em conta a proteção ao meio ambiente e a promoção econômico-social do garimpeiro". Garimpeiro está no singular.

O que se pede na emenda do eminente Constituinte Marcos Lima, que procedeu à sua brilhante defesa, é que se extirpe o final do parágrafo, que diz: "dando-lhes prioridade na autorização ou concessão para pesquisa e lavra dos recursos e jazidas minerais, nas áreas onde já estejam atuando". "Dando-lhes". A quem? As cooperativas, não ao garimpeiro.

Por isso, o primeiro argumento expendido pelo Constituinte Marcos Lima, o de que haveria uma garimpagem

desordenada e antieconômica, fica sem valor. E, o que é mais sério, esperei a argumentação para ver se modificava meu ponto de vista. Verifiquei que na bateia – para usar a linguagem do garimpeiro – das argumentações expendidas pelo Constituinte Marcos Lima não restou nenhuma pepita jurídico-constitucional que pudesse levar este relator a mudar o texto.

Chamo também a atenção dos Srs. Constituintes para o fato de que, em verdade, o garimpo, na prática e de forma organizada – conforme disse com alta relevância o eminente Constituinte Marcos Lima – só existe em função de três tipos de minério: cassiterita, ouro e pedras preciosas. Isso significa que, economicamente, o garimpo – este de que estamos a tratar, organizado em cooperativas – não prejudicará a empresa privada no que tange à exploração dos demais minerais, que existem em número incalculável no solo brasileiro. Quem conhece a região, como eu – e aqui não estou só, pois Deus reservou-me a alegria de, na Presidência desta Comissão, encontrar também um homem de lá – vê que não é possível desprezar essa atividade econômica e social sem observar o lado da justiça para com as cooperativas.

Por esta razão e com grande pena, não posso acompanhar o argumento e o raciocínio do Constituinte Marcos Lima o que leva a relatoria a votar contra a emenda, pela manutenção do texto. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Em votação.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Carlos Sant'Anna, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Gasparian, Fernando Lyra, Francisco Pinto, José Geraldo, José Ignácio Ferreira, José Richa, Manoel Moreira, Pimenta da Veiga, Rodrigues Palma, Délio Braz, Márcio Braga, Marcos Lima, Aloysio Chaves, Cristóvam Chiaradia, Eraldo Tinoco, Francisco Dornelles, Geovani Borges, José Lins, José Lourenço, Luís Eduardo, Osvaldo Coelho, Ricardo Fiúza, Sandra Cavalcanti, Simão Sessim e Darcy Pozza. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Ademir Andrade, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Cid Carvalho, Cristina Tavares, Egídio Ferreira Lima, Haroldo Sabóia, José Fogaça, José Paulo Bisol, Mário Lima, Nelson Jobim, Nelson Friedrich, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Renato Vianna, Virgildásio de Senna, Antonio Mariz, João Agripino, Jorge Hage, José Tavares, Uldurico Pinto, Vicente Bogo, Vilson Souza, Inocêncio Oliveira, José Jorge, Oscar Corrêa, Annibal Barcellos, Enoc Vieira, Jofran Frejat, Jonas Pinheiro, Ricardo Izar, Gerson Peres, Jarbas Passarinho, Virgílio Távora, Adylson Motta, José Maurício, Lysâneas Maciel, Luiz Salomão, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Adolfo Oliveira, Roberto Balestra, Aldo Arantes, Fernando Santana e Beth Azize. **ABSTENÇÃO** dos Senhores Constituintes Almir Gabriel, Antônio Britto, Nelson Carneiro, Octávio Elísio e José Luiz Maia.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 27 Constituintes; votaram NÃO 48 Constituintes; abstiveram-se de votar 5 Constituintes. Total: 80 votos. O Destaque foi **rejeitado**.

Seguir-se-ia agora o Destaque nº 7.853, de autoria do Constituinte Francisco Dornelles. Por ser idêntico ao anterior, S. Ex.<sup>a</sup> o retirou.

**Destaque nº 2373-87 – Emenda nº 1P-15483-9, do Sr. Luiz Gushiken, "que adita parágrafo ao art. 17 do Projeto de Constituição (art. 196 do Substitutivo nº 2)". (418ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):**  
– Requerimento de preferência para  
votação do Destaque nº 2373,



de autoria do Constituinte Luiz Gushiken. A indicação é para o Constituinte Plínio Arruda Sampaio.

Em votação o requerimento de preferência. **(Pausa)**  
Aprovada a preferência.

Concedo a palavra ao Constituinte Plínio Arruda Sampaio.

**O SR. CONSTITUINTE PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a emenda do eminente Constituinte Luiz Gushiken refere-se aos serviços públicos e à sua concessão.

Um dos campos em que poderemos ter um grande avanço será no de respeito, por parte do funcionário público, ao cidadão. Uma das coisas que entristece nosso País é a diferença de tratamento, numa repartição pública ou num serviço público, deferido ao usuário comum e àquele que goza de uma situação social privilegiada. Suponho até que vários Constituintes aqui presentes já sentiram que há brasileiros que são mais brasileiros quando recorrem a um serviço público ou quando recorrem a uma concessionária do serviço público.

O projeto do eminente Relator Bernardo Cabral estabelece, num artigo singelo:

"Incumbe ao Estado, diretamente ou sob o regime de concessão ou permissão, por prazo determinado e sempre através de concorrência pública, a prestação de serviços públicos."

Entendemos que se pode ampliar essa conceituação e traduzir, no texto constitucional, um espírito que sinto ser comum na Casa: o de uma democracia respeitosa, serva do homem comum. Penso que esta é uma opinião que une pessoas dos mais variados matizes ideológicos.

De modo que gostaria de tomar um minuto dos Srs. Constituintes para defender os princípios desta emenda, que talvez ampliem um pouco o texto, mas que, na verdade, trarão grande contribuição ao povo brasileiro.

A emenda diz, no seu art. 1º:

"Os serviços públicos são um dever do Poder e devem ser prestados, sem distinção de qualquer natureza, a todas as pessoas, de acordo com os regulamentos."

Diz em seguida:

"São requisitos indispensáveis na prestação dos serviços públicos a eficiência, a cortesia e a modicidade das tarefas."

Sou um homem mais velho e habituado a um texto legal escrito de maneira diferente. Quando esta proposta foi apresentada no meu partido, confesso que a palavra "cortesia" me causou surpresa, porque fui criado no entendimento de que serviço público sempre deveria ser cortês. Mas caí em mim, e cheguei à conclusão de que ele não é sempre cortês. A realidade do homem comum, que se serve de um trem de subúrbio, de uma companhia de eletricidade e a ela se dirige para fazer reclamação quando tem uma conta mal lançada, não é a da cortesia; ao contrário, é a da prepotência e da brutalidade.

De modo que seria bom que disséssemos, constitucionalmente, aos concessionários de serviço público que devem ser corteses com os usuários dos seus serviços.

Estabelece a emenda, em seguida:

"Os serviços públicos serão prestados, preferencialmente pelo próprio Poder Público, através das suas várias formas organizacionais, e, só excepcionalmente e mediante licitação, pelo particular."

E, finalmente, estabelece que em todo o serviço público haverá uma forma de participação popular através

de conselhos de usuários que possam exigir os princípios, que aqui estão, de cortesia, de modicidade, etc.

Tenho certeza de que o nobre Relator Bernardo Cabral, que está inserindo nesta Constituição, sem dúvida, princípios da maior importância – e que talvez por isso esteja pagando um preço alto, cobrado por aqueles que querem uma Constituição das elites – entenderá o sentido construtivo desta emenda e a ela não negará seu prestigioso apoio.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Com a palavra, para encaminhar contra, o Constituinte Gerson Peres.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Nobres colegas, serei breve.

Em que pese todo o meu respeito pelas intenções do Constituinte Luiz Gushiken em pretender inserir essas normas de licitação na Constituição, gostaria de dizer que S. Ex.<sup>a</sup> poderá obter todas essas conquistas na legislação ordinária.

O princípio fundamental já está expresso no Cabral II, Portanto, as diretrizes gerais ali estão. Os princípios inseridos na emenda do Constituinte Luiz Gushiken não estão limitados – e isso é o mais importante para rejeitarmos a emenda – no dispositivo do texto do eminente Relator. O que pretende o eminente colega é, no vó de pássaro de sua argumentação, introduzir seus princípios básicos ideológicos, como o controle feito através de conselho de usuários.

Em todas as medidas fiscalizadoras – V. Ex.<sup>as</sup> podem observar – contidas nas emendas oriundas dos eminentes, bravos e lutadores companheiros do PT, V. Ex.<sup>as</sup> verificarão que há um encaminhamento para a criação de conselhos, ora comunitários regionais, ora comunitários municipais, ora comunitários estaduais, e, agora, conselho de usuários, para contribuir na defesa do interesse do patrimônio público e na fiscalização.

Muito bem. Vamos admitir até que tal idéia sirva para esse tipo de procedimento administrativo no caso das licitações, mas não cabe essa norma em uma Constituição. A Constituição é feita de normas que delimitam as demais, tanto quanto possível concisas, dotadas de princípios básicos fundamentais. Nesse campo, nosso Relator foi realmente muito feliz, porque, conciso, disse tudo.

Apelo, pois, aos eminentes Colegas para que votem com o Cabral-II, porque estaremos votando realmente um princípio constitucional adequado a uma Carta política.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Antes de dar a palavra ao Relator, por solicitação do Constituinte Plínio Arruda Sampaio, chamo a atenção dos Srs. Constituintes para o fato de que a emenda aditiva do Constituinte Luiz Gushiken não está sendo votada na íntegra. No art. 2º, que consta do documento, há um parágrafo único, que foi retirado, e que diz:

"As tarifas nos transportes coletivos terrestres não poderão representar, para a média dos usuários, despesa mensal superior a 6% do salário mínimo."

A parte final do § 1º, também retirada, diz:

"...poderá ser extinta a qualquer momento por razões de conveniência ou oportunidade, sem direito a indenização."

Quanto ao § 3º do art. 3º, totalmente suprimido, diz:

"Não serão subsidiados pelo Poder Público, em qualquer medida, os serviços prestados por pessoas privadas na forma dos §§ 1º e 2º deste artigo."

Com esse esclarecimento, dou a palavra ao Relator Virgílio Távora.

**O SR. RELATOR (Virgílio Távora):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, só mesmo a inteligência privilegiada de que é dotado o eminente representante do PT, que tão bem discursou aqui, poderia ter prendido nossa atenção, proporcionando-nos o enlevo de que sempre somos possuídos por ocasião de suas dissertações.

Entretanto, senhores, com toda a rudeza da expressão, nós, que sempre temos procurado receber as emendas dos colegas – somos acusados até de certa liberalidade – não vemos como, neste momento, aquiescer em receber tal proposição. Senão, vejamos.

Não vamos referir-nos a uma numeração que está enganosa, não resta a menor dúvida. Vamos ao mérito. Tudo o que aqui é pedido pode ser encontrado no art. 5º, por nós já aprovado. Vejamos o que diz o § 32 do art. 5º:

"É a todos assegurado o direito de petição aos poderes públicos, em defesa de interesses ou contra ilegalidade ou abuso de poder, bem como a obtenção de certidões junto às repartições públicas, para a defesa de direitos e esclarecimento de situações, independentemente de pagamento de taxas ou emolumentos e de garantia de instância."

O que diz o § 47?

"Conceder-se-á mandado de injunção, observado o rito processual previsto em lei complementar, sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício das liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania do povo e à cidadania."

E o § 53?

"Serão gratuitos o registro de nascimento e de óbito, bem como os demais atos necessários ao exercício da cidadania, cabendo ao Estado o ônus respectivo, nos termos da lei"

O que diz o § 54?

"O Estado prestará assistência judiciária gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos para ter acesso à Justiça."

Iremos mais adiante. Se nos apresentassem uma lei normativa, ainda seria aceitável, mas incluir na Constituição, numa repetição monótona, incisos já apresentados e aprovados por esta Comissão...

Muito a contragosto, pelo respeito que temos ao Constituinte Plínio Arruda Sampaio, damos parecer contrário.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Passemos à votação.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Carlos Mosconi, Cristina Tavares, Fernando Henrique Cardoso, Haroldo Sabóia, João Herrmann Neto, Nelson Friedrich, Sigmaringa Seixas, Antônio Maria, Jorge Hage, Márcio Braga, Octávio Elísio, Uldurico Pinto, Vicente Bogo, Vilson Souza, Francisco Dornelles, Valmir Campelo, José Maurício, Lysâneas Maciel, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Luiz Salomão, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Aldo Arantes, Fernando Santana e Beth Azize. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Artur da Távola, Carlos Sant'Anna, Egídio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Gasparian, Ibsen Pinheiro, José Fogaça, José Geraldo, José Ignácio Ferreira, José Richa, José Ulisses de Oliveira, Mário Lima, Nelson Jobim, Oswaldo

Lima Filho, Pimenta da Veiga, Antônio Britto, Renato Vianna, Rodrigues Palma, Severo Gomes, Virgildásio de Senna, Chagas Rodrigues, Daso Coimbra, Délio Braz, João Agripino, Marcos Lima, Aloysio Chaves, Gilson Machado, Christóvam Chiaradia, Geovani Borges, Eraldo Tinoco, José Lourenço, Inocêncio Oliveira, José Jorge, José Lins, José Santana de Vasconcellos, Luís Eduardo, Oscar Corrêa, Osvaldo Coelho, Ricardo Fiúza, Sandra Cavalcanti, Anibal Barcellos, Enoc Vieira, Jofran Frejat, José Tinoco, Gerson Peres, Jarbas Passarinho, Virgílio Távora, Adylson Motta, Bonifácio de Andrada e Adolfo Oliveira. **ABSTENÇÃO:** Senhor Constituinte José Paulo Bisol.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 27 Constituintes; votaram NÃO 50 Constituintes; absteve-se de votar 1 Constituinte. Total: 78 votos. O Destaque foi **rejeitado**.

**Destaque nº 4101-87 do Sr. Carlos Sant'Anna – Emenda nº ES-22935-4, do Sr. Nyder Barbosa, "que modifica o art. 231, § 2º do Substitutivo nº 1 (art. 197, § 2º do Substitutivo nº 2)". (419ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Em votação requerimento de preferência para o Destaque nº 4101, de autoria do Constituinte Carlos Sant'Anna. Trata-se de um substitutivo para o § 2º do art. 197.

Em votação. **(Pausa)** Aprovado. Concedida à preferência.

Tem a palavra o Constituinte Carlos Sant'Anna.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, dispõe o Substitutivo do Relator Bernardo Cabral, no art. 197:

"Art. 197. As jazidas, minas e demais recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica constituem propriedade distinta da do solo, para efeito de exploração ou aproveitamento industrial, e pertencem à União."

Seu § 2º dispõe:

"§ 2º É assegurada ao proprietário do solo a participação nos resultados das lavras; a lei regulará a forma e o valor da participação."

A emenda do ilustre Constituinte Nyder Barbosa, que destaquei para submeter à reflexão de V. Ex.<sup>as</sup>, dispõe que a redação do § 2º, que acabo de ler, e que diz que a indenização será feita na forma da lei, passe a ser a seguinte:

"Ao proprietário do solo é assegurada participação nos resultados da lavra igual ao dízimo do imposto cobrado na saída da substância mineral da mina. E a lei estabelecerá forma de indenização por danos causados à propriedade do superficiário."

Isto significa que do que se extrair da mina – portanto, do subsolo – paga-se um imposto. O dono do solo tem direito ao dízimo deste imposto e, também, na forma da lei, a uma indenização pelos danos que a exploração eventualmente causar ao próprio solo.

Por que a proposta? Será que ela inova? Não. A legislação brasileira em vigor estabelece exatamente isso, tanto que, desde 1967, por um reclamo que vem desde 1946, a Constituição diz, em seu art. 168:

"Art. 168. As jazidas, minas e demais recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica constituem propriedade distinta da do solo, para o efeito de exploração ou aproveitamento industrial."

O seu § 3º determina:

"§ 3º A participação de que trata o parágrafo anterior será igual ao dízimo do imposto sobre minerais."

O que se pretende, portanto, é que ao imposto que se paga pela retirada do minério do subsolo, o proprietário do solo tenha direito a uma indenização que corresponda ao dízimo do imposto, tal como é agora. Isto é muito importante porque esse dízimo protege a mineração do ferro e a exportação desse minério de que o Brasil é grande possuidor de reservas e que tem na sua exportação uma forma de dispor de divisas.

Assim, proponho a alteração da redação da emenda do eminente Constituinte Nyder Barbosa, para que se determine que a indenização ao proprietário do solo, do resultado da lavra, tenha o valor de um dízimo, tal como na Constituição atual. O 2º Substitutivo remete essa matéria a uma futura lei, que, se demorar, poderá causar problemas muito sérios não só à lavra, à pesquisa, como à exportação de minérios, especialmente o minério de ferro.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra o nobre Constituinte José Genoíno, para encaminhar contra.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Sr. Presidente em primeiro lugar, acho que o princípio constitucional deve ser preservado, deixando-se, à lei ordinária a fixação do valor da participação, porque isso permitirá maior flexibilidade em relação ao tipo de minério, ao tipo de desgaste do solo, em relação às reparações a serem feitas. Acho que o nobre Constituinte Carlos Sant'Anna poderá, perfeitamente, numa lei ordinária, atender melhor às diferenciações, tanto em relação ao tipo de minério como em relação ao tipo de desgaste que a exploração produz. Neste sentido, acho que o texto deveria ser mantido.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Com a palavra o Relator, Constituinte Virgílio Távora.

**O SR. RELATOR (Virgílio Távora):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, com todas as homenagens que podemos prestar ao Constituinte Carlos Sant'Anna, que defendeu brilhantemente a emenda do seu colega Constituinte Nyder Barbosa, a Relatoria não tem a menor dúvida e inclina-se pelo atual texto do 2º Substitutivo que me permito ler:

"É assegurado ao proprietário do solo à participação nos resultados da lavra. A lei regulará a forma e o valor da participação."

Pensamos que não pode haver proposta mais clara. A contragosto, somos contra a emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Em votação.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Carlos Sant'Anna, Fernando Gasparian, José Ignácio Ferreira, Oswaldo Lima Filho, Rodrigues Palma, Marcos Lima, Vicente Bogo, Aloysio Chaves, Christóvam Chiaradia, Eraldo Tinoco, Luís Eduardo, Sandra Cavalcanti, Jofran Frejat, Darcy Pozza e Fernando Santana. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Ademir Andrade, Antônio Britto, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Cristina Tavares, Egidio Ferreira Lima, Haroldo Sabóia, José Fogaça, José Geraldo, José Paulo Bisol, José Richa, Mário Lima, Nelson Jobim, Nilton Friedrich, Paulo Ramos, Renato Vianna, Severo Gomes, Sigmaringa Seixas, Virgildásio de Senna, Wilson Martins, Antônio Mariz, Chagas Rodrigues, Délio Braz, Euclides Scalco, João Agripino, Jorge Hage, José Costa, José Tavares, Márcio Braga, Miro

Teixeira, Octávio Elísio, Uldurico Pinto, Vilson Souza, Ziza Valadares, Francisco Dornelles, Geovani Borges, Inocêncio Oliveira, José Lourenço, Oscar Corrêa, Osvaldo Coelho, Ricardo Fiúza, Annibal Barcellos, Enoc Vieira, Jonas Pinheiro, José Tinoco, Ricardo Izar, Simão Sessim, Gerson Peres, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia, Virgílio Távora, Adylson Motta, Lysâneas Maciel, Luiz Salomão, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Adolfo Oliveira, Roberto Balestra, Haroldo Lima e Beth Azize. **ABSTENÇÃO:** Senhor Constituinte José Jorge.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 15 Constituintes; votaram NÃO 63 Constituintes; absteve-se de votar 1 Constituinte. Total: 79 votos, O destaque foi **rejeitado**.

**Destaque nº 2821.87 – Emenda nº ES-24208.3, do Sr. Farabulini Júnior, "que adita o § 3º ao art. 231 do Substitutivo nº 1 (art. 197, aditiva de parágrafo do Substitutivo nº 2)".**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Requerimento de preferência para o Destaque nº 2821, de autoria do Constituinte Farabulini Júnior. S. Ex.<sup>a</sup> indicou para defender o destaque o Constituinte Gastone Righi. Submeto a preferência à votação do Plenário. Os que estiverem de acordo, mantenham-se como se encontram. **(Pausa)**

Aprovado.

Concedo a palavra ao nobre Constituinte Gastone Righi.

Trata-se de emenda aditiva ao art. 197.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, na condição de Líder de minha Bancada e a pedido e por indicação do Constituinte Farabulini Júnior, também do PTB, que se encontra em tratamento de saúde, devido a um derrame facial, encontro-me nesta tribuna.

A emenda do Constituinte Farabulini Júnior diz o seguinte:

"Fica proibida a exportação de minerais estratégicos, a saber: tungstênio, nióbio, manganês, na sua forma bruta ou beneficiados. Sujeitam-se à mesma disposição os fornecimentos de minerais estratégicos, objetos de tratados, acordos, convênios e quaisquer outros no campo internacional."

A justificativa do ilustre Constituinte é no sentido de que é imperioso reservar o manancial desses minérios para a indústria nacional. É mais do que sabido que a indústria de aços especiais tem esses minérios como insumos básicos. Presentemente, o mercado interno é carente e está a braços com o esgotamento das reservas.

Ao legislador Constituinte cumpre resolver essa questão, preservando a riqueza natural cuja duração não seja muito longa em nível de reservas, como é o caso em tela.

Na condição, portanto, de Líder, faço a sustentação e peço o voto dos ilustres membros desta comissão.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Para encaminhar contra, tem a palavra o Constituinte Gerson Peres.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Prezados colegas, serei breve.

Em que pese à nossa admiração pelo ilustre Constituinte Farabulini Júnior, um dos mais brilhantes colegas desta Casa, gostaríamos de lembrar aos companheiros que esta questão não é matéria de Direito Constitucional. Nada tem a ver com a Constituição a proibição de exportação de minérios, ainda mais quando o autor classifica os minerais estratégicos. O conceito de mineral estratégico é transitório. O que hoje é um mineral estratégico, amanhã não será mais. Conseqüentemente, o manganês, que pode ser hoje um mineral estratégico, amanhã deixará de sê-lo.

Assim, apelo para os colegas no sentido de que, em nome da boa redação da Constituição, ofereçamos, como uma pequena contribuição ao eminente Constituinte Farabulini Júnior, o texto do 2º Substitutivo do Relator Bernardo Cabral, que está muito melhor e mais bem redigido.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Concedo a palavra ao Relator Virgílio Távora.

**O SR. RELATOR (Virgílio Távora):** – Sr. Presidente, Sr.ªs e Srs. Constituintes, apenas duas palavras. Esta emenda é completamente inaceitável. Não há direita nem esquerda para dizer o contrário. O que é metal estratégico hoje, amanhã não o será, e vice versa.

O relator é contra.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr. Presidente, a pedido do Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva, retiro a emenda. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Retirada à emenda.

**Destaque nº 0184-87 – Emenda nº ES-33278.3, do Sr. Luiz Salomão, "que modifica o art. 232 do Substitutivo nº 1 (art. 198 do Substitutivo nº 2)". (420ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Requerimento de preferência para o Destaque nº 184, de autoria do Constituinte Luiz Salomão.

Em votação. **(Pausa)** Aprovada.

Concedo a palavra ao Constituinte Luiz Salomão, para defender sua emenda, substitutiva ao art. 198 do 2º Substitutivo.

**O SR. CONSTITUINTE LUIZ SALOMÃO:** – Sr. Presidente, Sr.ªs e Srs. Constituintes, antes de mais nada, cumpre louvar a relatoria pela redação dada ao art. 198, que promove grande avanço na economia mineral deste País, ao considerar privativa das empresas nacionais a atividade mineradora em território nacional.

Isto torna uma realidade o princípio constitucional da distinção entre a propriedade da superfície e a do subsolo, tornando esta última de domínio da União.

Apenas dois aspectos, a meu juízo, mereceriam aperfeiçoamento nesse texto.

Primeiro, no sentido de reparar pequena injustiça que se está cometendo contra pessoas físicas – geólogos, garimpeiros etc. – que, segundo o texto, ficariam privadas de obter autorização ou concessão para pesquisa e lavra. Isto é particularmente importante no que diz respeito à pesquisa, na maioria das vezes feita por pessoas físicas não organizadas em empresas e que, por conseguinte, ficariam prejudicadas, caso o texto não fosse retificado nesse ponto.

O outro aspecto da emenda aditiva parcial que estamos apresentando diz respeito aos prazos das concessões, questão fundamental para a atividade minerária deste País. De fato, as concessões, da maneira como são hoje administradas, nos termos do Código de Mineração, são perenes e eternas, isto é, o concessionário ou o autorizado senta sobre a jazida, não a explora – atuando portanto, em sentido contrário ao interesse nacional – e nada acontece, porquanto a autoridade responsável, o Departamento Nacional da Produção Mineral, não promove a cassação dessas concessões.

O que estamos propondo é que no texto se acrescente à expressão "...após concessão da União" a seguinte: "...por tempo determinado, no interesse nacional". É uma exigência das necessidades brasileiras no campo mineral. Ainda somos grandes importadores de produto mineral, exatamente por força dessa atitude lesiva ao interesse brasileiro que acabamos de referir e que nada significa em

matéria de risco na perda dessa vantagem. De modo que a expressão "por tempo determinado" visa a forçar os contratos de concessão a terem um horizonte de tampa definido, no qual o concessionário possa exercer sua atividade de exploração mineral.

A outra parte, "no interesse nacional", contempla exatamente a questão estratégica abordada na emenda retirada anteriormente pelo Constituinte Gastone Righi, não de forma rígida, como S. Ex.ª propunha, mas de forma flexível, como aquela aludida pelo Constituinte Virgílio Távora, ao deixar claro que o que hoje é estratégico não o será amanhã. E mais: a questão do valor estratégico de um minério não está ligada apenas a sua carência, a sua raridade no território nacional. Pode tratar-se de um minério abundante, como o manganês ou o ferro, mas que represente, na pauta das exportações brasileiras, um peso enorme e que, portanto, deve ser explorado conforme o interesse nacional.

A preocupação de alguns Constituintes é a de que a introdução da expressão "por tempo determinado" possa gerar uma ação predatória por parte dos mineradores. Este é um risco que inexistente, na medida em que as concessões são acompanhadas de planos de lavra, os quais têm de ser respeitados pelo minerador.

De modo que gostaria de especificar como ficaria o texto: antes da expressão "realizado por empresas nacionais", acrescentar-se-ia: "brasileiros ou empresas nacionais". Após a expressão "mediante autorização ou concessão", seria incluído "por tempo determinado, no interesse nacional". **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Para encaminhar contra, concedo a palavra ao nobre Constituinte Ricardo Fiúza.

**O SR. CONSTITUINTE RICARDO FIÚZA:** – Sr. Presidente, Sr.ªs e Srs. Constituintes, o eminente Constituinte Luiz Salomão sugere uma pequena modificação no texto do Relator Bernardo Cabral. Todavia, somos contrários à proposta. Colocar prazo determinado na Constituição não nos parece a forma mais adequada. O Sr. Relator, no art. 98, já prevê todas as hipóteses, quando diz "na forma da lei".

É evidente que o problema mineral é complexo, mas colocar o assunto nestes termos, na Constituição, somente inibirá o investimento. Dessa forma, fica-se numa situação de insegurança quanto ao prazo de exploração de jazidas.

Opinamos, pois, pela manutenção do texto do Relator Bernardo Cabral.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Concedo a palavra à nobre Constituinte Beth Azize.

**A SRA. CONSTITUINTE BETH AZIZE:** – Sr. Presidente, o autor da emenda, ilustre Constituinte Luiz Salomão, pede que eu me dispense de defender sua emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Se V. Ex.ª desiste de falar, fico obrigado a dar a palavra ao Constituinte José Lins. V. Ex.ª insiste em falar, Constituinte José Lins?

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Sim, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra V. Ex.ª

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Sr. Presidente, apesar de saber que precisamos ganhar tempo, gostaria de lembrar que o texto do relator é sábio. quando diz:

"O aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica e a pesquisa e a lavra de recursos e jazidas minerais somente poderão ser efetuados por empresas nacionais, mediante autorização ou concessão da União, na forma da lei..."

Ora, Sr. Presidente, não há maneira mais sábia do que esta, de inserir essa matéria no texto da Constituição. Imagine V. Ex.<sup>a</sup> que, quanto à lavra está tudo certo, mas, no que se refere à pesquisa, há um prazo determinado. E, aí, o que acontece? Hoje, de acordo com a lei vigente, não é permitido que alguém de posse de um alvará de pesquisa, ou de uma autorização, o detenha para o resto da vida ou pelo tempo que bem entender. Imagine, Sr. Presidente, uma concessão da Eletrobrás, empresa, aliás, pública, para aproveitar a Cachoeira de Paulo Afonso por tempo indeterminado. Não se faz uma instalação dessa natureza sem amortização de 50 ou até 100 anos.

Somos contra a emenda, que é inócua, pois em nada aperfeiçoa o texto da Constituição.

**A SRA. CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES:** – Permita-me, Sr. Presidente. Eu gostaria de fazer uma observação.

Cada Presidente em exercício vem adotando – e tem autonomia para fazê-lo – certos procedimentos que se estão tornando jurisprudência. Hoje, pela manhã, quando presidia reunião desta Comissão o Constituinte Fernando Cardoso, pelo fato de não haver um Constituinte para encaminhar contra a matéria, outro não poderia fazê-lo a favor. O Constituinte Brandão Monteiro também seguiu essa norma. Neste caso, dois oradores falaram contra. A Constituinte Beth Azize havia desistido de pronunciar-se a favor da emenda, no pressuposto de que não havia outro Parlamentar inscrito para encaminhar contra, uma vez que a jurisprudência havia sido firmada. Tendo sido esta desobedecida, peço a V. Ex.<sup>a</sup> compreensão para que a Constituinte Beth Azize possa formular a defesa da emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Discordo da formulação de V. Ex.<sup>a</sup>. A Constituinte Beth Azize foi ao microfone e desistiu de falar. S. Ex.<sup>a</sup> teve a oportunidade e não quis usá-la. Em consequência, concedo a palavra ao Relator.

**A SRA. CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES:** – Permita-me, Sr. Presidente. Durante a votação do Título VII – Da Ordem Econômica e Financeira, vigorou esse procedimento: só falariam dois Constituintes contra a emenda, se dois a tivessem defendido. Agora, V. Ex.<sup>a</sup> quebra a norma que começou a ser adotada na votação do referido título.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Peço a V. Ex.<sup>a</sup> que não dialogue com a Mesa. Ouvi V. Ex.<sup>a</sup>, e minha decisão está tomada.

Concedo a palavra ao Relator.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, o texto, embora sofra ligeiras modificações, é praticamente o mesmo. A relatoria fica com ele.

**O SR. CONSTITUINTE LUIZ SALOMÃO:** – Sr. Presidente, permita-me esclarecer ao relator que, apresentei a emenda aditiva de duas expressões. S. Ex.<sup>a</sup> não estava presente na hora em que defendi a proposição. Acrescento as expressões "brasileiros", antes do termo "empresas nacionais", e "por tempo determinado no interesse nacional", após a palavra "União". Por conseguinte, não é o mesmo texto.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – O Relator já concluiu seu parecer, que foi contrário.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, Sr. Constituinte Luiz Salomão, a emenda que me chegou às mãos é modificativa e não aditiva. Se for aditiva parcial da expressão "brasileiros" antes de "empresas nacionais", aprimora.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Agora a Presidência fica em dificuldade. O documento apresentado por V. Ex.<sup>a</sup> não contém ressalva alguma.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Sr. Presidente peço a palavra pela ordem. Desejo saber o que está em votação.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Creio que seria de bom alvitre que o requerente de destaques e emendas tivesse o cuidado de verificar se seus requerimentos foram devidamente assinalados pela Mesa. No momento, por exemplo, estou em dificuldade, pois o requerimento diz apenas "emenda parcial". Ora, substitutiva parcial não diz de quê! O Constituinte Luiz Salomão afirma – e não temos razão de duvidar da sua palavra – que especificou no requerimento. Não consta, aqui, mas o Relator já se pronunciou admitindo o equívoco.

Peço ao Sr. Relator que diga como fica a emenda.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – A emenda, que a relatoria acolhe, porque, em verdade, melhora o texto, refere o seguinte: onde se lê "poderão ser efetuados por empresas nacionais", leia-se – e é a sugestão do Constituinte Luiz Salomão – "poderão ser efetuados por brasileiros ou empresas nacionais". Quer dizer, ele antecipa a expressão "brasileiros ou empresas nacionais", repete "mediante autorização ou concessão da União" e inclui "contratado por tempo determinado, no interesse nacional, na forma da lei".

Então, S. Ex.<sup>a</sup> introduz apenas duas expressões: "brasileiros" e "contratado por tempo determinado."

Neste sentido, a relatoria acolhe a emenda de S. Ex.<sup>a</sup> **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Então devidamente instruída a Comissão, passo à tomada dos votos.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Ademir Andrade, Aluizio Campos, Antônio Britto, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Cristina Tavares, Egídio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Gasparian, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, José Fogaça, José Ignácio Ferreira, José Paulo Bisol, Mário Lima, Nelson Jobim, Nelton Friedrich, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Severo Gomes, Sigmaringa Seixas, Wilson Martins, Antonio Mariz, Chagas Rodrigues, Délio Braz, Euclides Scalco, João Agripino, Jorge Hage, José Costa, José Tavares, Miro Teixeira, Octávio Elísio, Uldurico Pinto, Vicente Boga, Vilson Souza, Ziza Valadares, José Tinoco, Jarbas Passarinho, Virgílio Távora, Adylson Motta, José Maurício, Lysâneas Maciel, Luiz Salomão, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Adolfo Oliveira, Roberto Balestra, Haroldo Lima, Fernando Santana e Beth Azize. **Votaram NÃO** os Seguintes Senhores Constituintes: Carlos Sant'Anna, José Geraldo, José Richa, Pimenta da Veiga, Renato Vianna, Rodrigues Palma, Márcio Braga, Marcos Lima, Aloysio Chaves, Cristóvam Chiaradia, Eraldo Tinoco, Geovani Borges, Gilson Machado, Inocêncio Oliveira, José Jorge, José Lins, José Lourenço, José Santana de Vasconcellos, Luís Eduardo, Oscar Corrêa, Osvaldo Coelho, Ricardo Fiúza, Sandra Cavalcanti, Annibal Barcellos, João Menezes Jofran Frejat, Jonas Pinheiro, Mozarildo Cavalcanti, Ricardo Izar, Simão Sessim, Darcy Pozza e Gerson Peres. **ABSTENÇÃO** do Senhor Constituinte José Luiz Maia.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 53 Constituintes; votaram NÃO 32 Constituintes absteve-se de votar 1 Constituinte. Total: 86 votos. O destaque foi **aprovado**.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte João Menezes, para uma reclamação.

**O SR. CONSTITUINTE JOÃO MENEZES:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, não discuto o mérito do que agora foi votado, que talvez seja até mais abrangente: a substituição da expressão "brasileiros" por "empresas nacionais". Minha reclamação é no sentido de que a emenda distribuída aos Constituintes foi a que está aqui, integral. Não se deve continuar a fazer emendas, aí na mesa, pois, ao final, não sabemos o que estamos a votar.

Já fiz reclamação nesse sentido, não sob a Presidência de V. Ex.<sup>a</sup>. Isso não pode continuar. Caso contrário, não teremos ordem nos trabalhos e acabamos sem saber o que votamos, a continuar o hábito de se fazerem consertos e emendas na mesa. Temos que votar a matéria distribuída, mesmo porque os prazos para apresentação de emendas já estão vencidos e não se pode, a todo momento, a qualquer hora, alterar as coisas ao bel prazer.

Esta, a reclamação.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A reclamação de V. Ex.<sup>a</sup> colide com a decisão das lideranças e, conseqüentemente, da Mesa. Sei que é a segunda vez em que V. Ex.<sup>a</sup> trata do assunto. Aconteceu algo, agora, um pouco diferente. Normalmente, admite-se que a emenda seja modificada – sobretudo em sentido supressivo, nunca aditivo – em tempo oportuno. O tempo oportuno é antes de anunciar-se a emenda, e disso se dá ciência claramente a todos os Constituintes.

No caso, o Constituinte Luiz Salomão havia encaminhado requerimento. Nele, S. Ex.<sup>a</sup> garante que fez o que não constava da planilha, por isso foi aceito. Fica registrada a reclamação de V. Ex.<sup>a</sup>.

Concedo a palavra ao Constituinte Ricardo Fiúza.

**O SR. CONSTITUINTE RICARDO FIÚZA:** – Agradeceria ao Sr. Relator que, em função dessa dúvida, nos informasse como ficou o texto. Votei contra a emenda, mas soube que foi suprimida uma parte. Então, sim, teria votado a favor. Gostaria apenas de saber como ficou.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Peço ao Relator que leia a emenda aprovada.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – A emenda apenas acrescentou, eminente Constituinte, as expressões "brasileiros" e "concessão da União por tempo determinado no interesse nacional". Apenas isso. O restante foi extirpado. O acréscimo apenas melhorou a redação.

**O SR. CONSTITUINTE JOÃO MENEZES:** – Sr. Relator, permita-me apenas uma palavra a mais.

Não estou discutindo se está melhor ou pior. Reclamo do fato de se esta consertarem emendas fora de hora e de prazo, o que não está correto.

Mantenho minha palavra e meu protesto. Assim não pode ser. Vi nas mãos de V. Ex.<sup>a</sup> emenda igual à que aqui está, apenas riscada embaixo. Não me estou contrapondo ao que foi aprovado, mas à maneira como foi posta a questão.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, permita-me contraditar.

O eminente Constituinte João Menezes compareceu à mesa, dizendo da sua insatisfação quanto à forma como havia sido votada a matéria. Expliquei a S. Ex.<sup>a</sup> que o eminente Constituinte Luiz Salomão – a exemplo do que vêm fazendo todos os Srs. Constituintes – havia feito ressalva na primeira página do seu destaque, e mostrei a S. Ex.<sup>a</sup> que, dentro, estava ressalvado à parte. Como S. Ex.<sup>a</sup> o eminente Constituinte João Menezes redobrou sua insatisfação, eu lhe disse que o único caminho seria reclamar a V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Presidente. O Relator nada tem a ver com a questão. Apenas atém-se à decisão da Presidência e a cumpre.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Passemos ao requerimento de preferência para votação do Destaque nº 7605, de autoria do Constituinte Christóvam Chiaradia.

Os Srs. Constituintes que estiverem de acordo com a preferência, permaneçam como se encontram. **(Pausa)**

Preferência concedida.

Dou a palavra ao Constituinte Christóvam Chiaradia.

**O SR. CONSTITUINTE CHRISTÓVAM CHIARADIA:** – Sr. Presidente, por solicitação do nobre Constituinte Odacir Soares, que não é membro da Comissão de Sistematização, requeri o destaque e a preferência, a fim de que a Comissão pudesse votar a emenda de S. Ex.<sup>a</sup>. Entretanto, S. Ex.<sup>a</sup> aqui se encontra e solicita que proceda à retirada da emenda, o que faço neste instante. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Retiradas à preferência e a emenda.

**Destaque nº 4394-87 – Emenda nº ES-33279-1, do Sr. Ademir Andrade, "que substitui o art. 233 § 1º do Substitutivo nº 1 (art. 198 do Substitutivo nº 2)". (421ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Requerimento de preferência para o Destaque nº 4394, de autoria do Constituinte Ademir Andrade, relativo à emenda aditiva de parágrafo ao art. 198. Se for concedida a preferência, explicarei melhor.

Os que estiverem de acordo com a preferência, permaneçam como se encontram. **(Pausa)**

Preferência concedida.

Solicito ao Constituinte Ademir Andrade, sem que isso conste do tempo que lhe é devido, que dê explicações de como fica sua emenda.

**O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, nossa emenda, na verdade, é de todo um grupo de Constituintes – cerca de 140 – que discutiram conjuntamente essa questão. Portanto, é uma emenda que, apoiada pelo MUP, PT, PC do B, PDT etc., visa apenas a tirar da competência da União a concessão do aproveitamento de pequenos potenciais de energia renovável. Ou seja, acrescenta um parágrafo ao art. 198 exatamente nestes termos:

"Não dependerá de autorização ou concessão o aproveitamento de potencial de energia renovável de capacidade reduzida."

Quem vai determinar a capacidade reduzida é a lei, porque o **caput** do art. 198 diz o seguinte:

"O aproveitamento dos potenciais de energia hidrelétrica e a pesquisa e a lavra de recursos e jazidas minerais somente poderão ser efetuados por empresas nacionais, mediante autorização ou concessão da União, na forma da lei..."

Portanto, será a lei que definirá a questão dessa capacidade reduzida do potencial de energia.

Além do mais, Srs. Constituintes, a emenda atende ao interesse dos pequenos e médios proprietários, que querem aproveitar nas fazendas, ou mesmo nos pequenos municípios, esse potencial para a irrigação ou para a produção de energia elétrica. Ela dá mais liberdade de iniciativa e ainda contribui com o Governo, na medida em que desestimula o consumo do óleo diesel, dos combustíveis usados na energia mecânica, como chamamos, a energia gerada por óleo, combustíveis importados etc.

É importante ressaltar que os pequenos potenciais de energia, as pequenas usinas, as miniusinas, provocam menos impacto ambiental nas suas construções; podem ser utilizadas de maneiras múltiplas, por exemplo, para um melhor aproveitamento da pesca. Enfim, há uma série de aspectos positivos em tirar-se do Estado a atribuição de fazer esse tipo de concessão. A intenção é fa-

cilitar, é desburocratizar, é permitir que a iniciativa privada tenha mais liberdade para aproveitar esses potenciais de energia.

Trata-se de emenda bastante simples, pois que apenas acresce um parágrafo ao artigo. Acho esta questão muito clara e óbvio. Aliás, a proposta encampa o relatório originário da Comissão de Sistematização, o "Cabral Zero", traz de volta ao 2º. Substitutivo medida então aprovada na Comissão temática e mantida pela Comissão de Sistematização.

Por tudo isso, pedimos o voto favorável dos membros desta Comissão.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, permita-me pedir um esclarecimento.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Pois não.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, até me surpreende que essa idéia tenha partido do movimento das esquerdas, eis que liberaliza a concessão de energia.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Peça a V. Ex.<sup>a</sup> que não entre no mérito da questão. Quer V. Ex.<sup>a</sup> um esclarecimento? Peça, pois, um esclarecimento.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sim, quero um esclarecimento. Desejo saber se esse § 1º completará o art. 198, pura e simplesmente, com esta redação:

"Não dependerá de autorização ou concessão o aproveitamento de potencial de energia renovável de capacidade reduzida."

Ele integra só o art. 198, pura e simplesmente. É isso?

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Sim.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, posso falar contra a emenda?

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Falará contra, primeiramente, o Constituinte Ricardo Fiúza, a quem concederei a palavra. V. Ex.<sup>a</sup> pode inscrever-se, porque há ainda uma vaga para encaminhamento.

Tem a palavra o Constituinte Ricardo Fiúza, para encaminhar contrariamente.

**O SR. CONSTITUINTE RICARDO FIÚZA:** – Sr. Presidente, mais uma vez retomo o caso da modificação. Contra a emenda não me insurjo, mas ocorre que ela estava redigida, originariamente, com **caput** e dois parágrafos. Neste caso, não posso falar contra a emenda; vamos aprovar a emenda.

Agora, tínhamos combinado com os companheiros do PFL aprovar integralmente o Substitutivo Cabral. O fato de estarmos aprovando esta emenda não significa porém, que estamos mudando de orientação. É a única exceção que vamos abrir, porque a emenda foi modificada em plenário.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ COSTA:** – Sr. Presidente, mas isso é questão interna do PFL. Peço a V. Ex.<sup>a</sup> que coloque logo em votação a emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – S. Ex.<sup>a</sup> está usando do direito, Constituinte José Costa. S. Ex.<sup>a</sup> está encaminhando a votação. Só que ao invés de encaminhar contra, acabou encaminhando a favor.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ COSTA:** – Eu não sabia que S. Ex.<sup>a</sup> estava encaminhando. Entendi que estava fazendo uma reclamação.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, posso agora encaminhar contra?

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Perdão, Constituinte Gerson Peres. Antes falará a favor o Constituinte Fernando Gasparian.

## **O SR. CONSTITUINTE FERNANDO GASPARIAN:**

– Sr. Presidente, serei breve.

Na verdade, há alguns anos existe lei que dá liberdade para o aproveitamento das pequenas fontes de energia renovável. E a indústria de equipamentos para pequenas usinas hidrelétricas cresceu muito no País nestes últimos anos, em virtude de ter sido permitido por lei utilizar o potencial de energia renovável, como é o caso da energia elétrica. A emenda do Constituinte Ademir Andrade vem permitir que esse procedimento, que se mostrou tão útil nos últimos anos, continue; caso não seja aprovada, voltaremos ao regime anterior, uma vez que ficará na Constituição que qualquer aproveitamento de potencial de energia elétrica depende de autorização do Governo Federal. Então, voltaremos ao que ocorria há 4 ou 5 anos, quando muitas cidades, pequenos proprietários, médias e pequenas fazendas, em vez de poderem utilizar o seu potencial hidrelétrico, eram obrigados a comprar geradores ou fazer grandes investimentos para transmitir energia hidrelétrica a grande distância. Como resultado disso, o País evidentemente despendeu muito mais recursos e divisas não só, às vezes, com esses equipamentos de produção de energia elétrica, com motores a diesel, como, inclusive, na importação de combustível. Por isso, é profundamente desburocratizante e importante para a economia nacional seja incluída essa emenda na Constituição, a fim de que não regredamos, não burocratizemos ainda mais nossa economia.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra o Constituinte Gerson Peres, para encaminhar contrariamente.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Prezados colegas, peço a atenção de V. Ex.<sup>as</sup>.

Nesta Constituinte deram ênfase muito grande à defesa do meio ambiente, à proteção das comunidades. Aqui ouço isso todos os dias. Apavora-me a hipótese de que nossa Constituição permita que se construam mini-hidrelétricas sem autorização ou concessão, ou seja, arbitrariamente, porque esses mananciais pertencem à sociedade, às comunidades que vivem em torno deles. Então, qualquer capitalista que tenha maior poder econômico, poderá fazer de um pequeno manancial hídrico uma usina hidrelétrica, sem a autorização de quem entenda se ali pode ou não ser implantada uma usina desse tipo. E pior ainda, porque a emenda diz "capacidade reduzida" e não remete para a lei a explicação sobre qual a quantidade de quilowatts vai determinar essa capacidade reduzida.

Amanhã, por um ato de esperteza, aquele manancial poderá gerar uma capacidade além daquela, reduzida, que o espírito do eminente Constituinte Ademir Andrade prevê para atender a pequenos empresários ou pequenas comunidades.

Faço, portanto, duas observações. Concorro com o espírito e com o mérito, aliás dignos de louvor, da emenda de autoria do ilustre Constituinte Ademir Andrade. Mas, permitir-se que se faça nos mananciais naturais esse tipo de empreendimento, sem autorização de um especialista, para saber se ali pode ou não ser alocado um empreendimento desse tipo, é muito perigoso. Abriríamos as comportas para destruir a tese da defesa do meio ambiente e da sociedade.

Por isso, voto contra. E pediria que os colegas refletissem, pois essa emenda não está bem escrita. De maneira ampla, permite que se faça um empreendimento no meio ambiente sem autorização de quem entenda ou do poder competente.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra o Relator.

**O SR. CONSTITUINTE VILSON SOUZA:** – Permita-me, Sr. Presidente. Desejo um esclarecimento do Relator.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – V. Ex.<sup>a</sup> tem a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE VILSON SOUZA:** – Gostaria de indagar ao Relator, antes de S. Ex.<sup>a</sup> emitir opinião, se a emenda do Deputado Ademir Andrade reproduz na íntegra o § 4º do art. 168 da Emenda Constitucional nº 1 de 1969, que diz o seguinte:

"§ 4º Não dependerá de autorização ou concessão o aproveitamento de energia hidráulica de potência reduzida."

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Deseja V. Ex.<sup>a</sup> essa informação para esclarecimento em relação ao voto?

**O SR. CONSTITUINTE VILSON SOUZA:** – Exatamente. (Pausa)

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Com a palavra o Sr. Relator.

**O SR. RELATOR (Virgílio Távora):** – Sr. Presidente, os Srs. Constituintes aprovaram aqui o inciso XVIII do art. 20, que me permite ler:

"Compete à União:

XVIII – instituir sistema nacional de gerenciamento de recursos hídricos e definir critérios de outorga de direitos de seu uso."

Nas outras Constituições não existia esse inciso. E mais, ainda: qual é o objetivo? Evitar o avanço desordenado e danoso. Essa deliberação poderá ser tomada mediante ordenamento legal que respeite os mananciais d'água, o ambiente e o equilíbrio ecológico.

As Constituições referidas foram promulgadas em épocas em que a defesa do meio ambiente, do equilíbrio ecológico, praticamente inexistia.

O parecer do Relator, a contragosto, é contrário. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Em votação.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Ademir Andrade, Aluizio Campos, Antônio Britto, Artur da Távola, Egídio Ferreira Lima, Fernando Gasparian, Haroldo Sabóia, José Geraldo, José Richa, Mário Lima, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nelson Friedrich, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Renato Vianna, Severo Gomes, Sigmaringa Seixas, Virgildásio de Senna, Antônio Mariz Euclides Scalco, João Agripino, Jorge Hage, José Costa, José Tavares, Márcio Braga, Miro Teixeira, Octávio Elisio, Vicente Bogo, Vilson Souza, Ziza Valadares, Alcení Guerra, Cristóvam Chiaradia, Eraldo Tinoco, Francisco Dornelles, Geovani Borges, Gilson Machado, Inocêncio Oliveira, José Lins, José Lourenço, Luís Eduardo, Oscar Corrêa, Osvaldo Coelho, Ricardo Fiúza, Jofran Frejat, Jonas Pinheiro, Mozarildo Cavalcanti, Ricardo Izar, Simão Sessim, José Luiz Maia, José Maurício, Lysâneas Maciel, Luiz Salomão, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Haroldo Lima e Fernando Santana. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Bernardo Cabral, Carlos Sant'Anna, Cristina Tavares, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Lyra, Francisco Pinto, José Fogaça, José Ignácio Ferreira, José Paulo Bisol, Manoel Moreira, Oswaldo Lima Filho, Rodrigues Palma, Wilson Martins, Chagas Rodrigues, Délio Braz, Marcos Lima, Uldurico Pinto, Aloysio Chaves, Carlos Chiarelli, Sandra Cavalcanti, Annibal Barcellos, José Tinoco, Darcy Pozza, Gerson Peres, Jarbas Passarinho, Adyl-

son Motta, Adolfo Oliveira, Roberto Balestra e Beth Azize.

**ABSTENÇÃO:** Senhor Constituinte Paulo Pimentel.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 60 Constituintes; votaram NÃO 29 Constituintes; absteve-se de votar 1 Constituinte. Total: 90 votos. O Destaque foi **aprovado**.

**Destaque nº 2298-87 – Emenda nº 1P-10490-4, do Sr. Vladimir Palmeira, "que adita artigo entre os arts. 308 e 309 do Projeto de Constituição (art. 198 do Substitutivo nº 2)". (422ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Requerimento de preferência para votação do Destaque nº 2298, de autoria do Constituinte Vladimir Palmeira.

Em votação. (Pausa) Aprovada.

Chamo a atenção do plenário para o texto da emenda de autoria do Constituinte Vladimir Palmeira, alterado em tempo hábil. S. Ex.<sup>a</sup> retira da emenda, que está à disposição de V. Ex.<sup>as</sup>, o final: "...e de acordo das nações indígenas".

Tem a palavra o Constituinte Vladimir Palmeira.

**O SR. CONSTITUINTE VLADIMIR PALMEIRA:** – Sr. Presidente, minha emenda trata da mineração e da utilização do potencial hidráulico nas terras indígenas.

Todos sabemos como tem sido complexo e difícil o tratamento de tudo o que se refere à exploração econômica das terras indígenas. Assistimos a um processo anárquico, sem direção, que não preserva nossas riquezas nem tem servido ao Brasil. Entendemos que com essa emenda a exploração das riquezas minerais em terras indígenas passará a ser feita somente por empresas estatais, com aprovação expressa do Congresso Nacional.

Qual seria o resultado, a vantagem? Em primeiro lugar, atender àqueles segmentos da população que estão em vias de desaparecimento: os próprios índios. Segundo, eliminar uma fonte de conflito e de anarquia social, em função da disputa pela exploração desse território econômico que impede uma visão de exploração mais racional. Terceiro, com a participação da empresa estatal, não haveria ameaças à soberania nacional nessa região.

Também sabemos que os territórios habitados pelos indígenas têm sido freqüentemente considerados áreas onde não podem ser exploradas riquezas minerais. Em nossa emenda garantimos a exploração dessas riquezas e garantimos também que o Congresso tenha como perceber como esse processo se dá. Desse modo, o Congresso terá uma síntese desse desenvolvimento.

Trata-se de emenda que serve à paz social e à soberania nacional, contemplando a população indígena, que certamente merece a atenção de cada um de nós e para a qual posso, de consciência limpa, pedir o voto dos Srs. Constituintes. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Para uma questão de ordem, concedo a palavra ao nobre Constituinte José Fogaça.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FOGAÇA:** – Sr. Presidente, peço a atenção do nobre Constituinte Vladimir Palmeira para a seguinte questão de ordem.

S. Ex.<sup>a</sup> está apresentando uma emenda que isenta atribuir exclusivamente a empresas estatais o direito de aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica e de lavra de jazidas minerais em terras indígenas, com a qual, no mérito, particularmente, como Constituinte, concordo. Apenas gostaria de propor a S. Ex.<sup>a</sup> e à Mesa que esta emenda fosse deslocada para o capítulo que lhe é próprio, ou seja, o referente aos índios – Capítulo VIII do Título



VIII, que, no art. 261, § 2º, diz: "A exploração das riquezas minerais em terras indígenas só pode ser efetivada com autorização do Congresso Nacional". Bastaria, com a emenda de V. Ex.<sup>a</sup>, acrescentar a expressão: "potenciais de energia hidráulica e por empresas estatais". Estaria plenamente resolvida a questão.

Quero dizer a V. Ex.<sup>a</sup>, nobre Constituinte Vladimir Palmeira, que, se aprovada a emenda para ser inserida no capítulo que entendo próprio, o art. 198, tal como se encontra, não haveria contradição. Diz o art. 198:

"O aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica e a pesquisa e a lavra de recursos e jazidas minerais somente poderão ser efetuadas por empresas nacionais..."

Recorrendo-se ao art. 192, o que são empresas nacionais? São aquelas que pertencem a pessoas jurídicas, com capital sob controle incondicional e titularidade em território brasileiro, e mais as entidades de direito público interno – empresas estatais. Portanto, ficaria para o capítulo e o artigo próprios, a definição, entre empresas nacionais que seriam aquelas que deveriam ter a exclusividade da exploração de potenciais hidráulicos e jazidas minerais. Entre estas, V. Ex.<sup>a</sup> proporia então que fossem as empresas estatais.

Trata-se apenas de uma questão de lógica de texto, sem entrar no mérito da emenda de V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Como se tratou de questão de ordem, cabe à Mesa, em primeiro lugar...

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FOGAÇA:** – A questão de ordem é dirigida, evidentemente, ao Sr. Presidente, e a explicação é dada ao proponente da emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Cabe à Mesa exatamente responder à Questão de Ordem. Antes que o Constituinte Vladimir Palmeira, citado longamente na questão de ordem, dê sua opinião, quero apenas caracterizar que esta emenda foi recebida pela Mesa na votação deste artigo. Votou-se uma preferência para este artigo. Se V. Ex.<sup>a</sup> deslocá-la, atendendo à sugestão do Constituinte José Fogaça, ela não será votada agora, sendo, pois, a preferência prejudicada. A matéria só seria discutida quando tratássemos da secção referente aos índios. Cabe, então, a V. Ex.<sup>a</sup>, a decisão.

**O SR. CONSTITUINTE VLADIMIR PALMEIRA:** – Sr. presidente, com base na mesma argumentação do nobre Constituinte José Fogaça, de que o art. 198 não impede a apresentação de minha emenda aditiva, eu pediria que ela ficasse nesse lugar específico, que trata exatamente da mineração, dos recursos hidráulicos. Parece-me mais justo deste modo do que dar um tratamento mais genérico à questão indígena.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Em suma, prosseguiremos na votação.

Para encaminhar contra, concedo a palavra ao Constituinte Ricardo Fiúza.

**O SR. CONSTITUINTE RICARDO FIÚZA:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, o nobre Constituinte Vladimir Palmeira pretende restringir a atividade da exploração mineral nas terras indígenas exclusivamente às empresas estatais. Ou seja, estatiza o subsolo correspondente às áreas cuja superfície se constitua em terra indígena – hoje 14% do território nacional.

A atividade mineradora envolve como pressuposto, por exemplo, a fase de pesquisa. Essa fase constitui um outro risco, que se aproxima do risco lotérico, Sr. Presidente, além de exigir elevados investimentos. Não é justo nem razoável incumbir os Estados desse ônus, em prejuízo do atendimento social, que tanto está a exigir no cam-

po da saúde, da habitação e da assistência médica em geral.

É de se lançar uma indagação: de onde viriam os recursos sociais para tais atividades de extremo risco? A resposta não pode ser outra: do bolso do contribuinte.

Em resumo, na atribuição que consagra ao Congresso Nacional o direito de autorizar atividade de exploração mineral em terra indígena, teremos já a garantia de que os interesses dos índios serão integralmente mantidos. Isto foi aprovado no art. 55. A poupança privada deve ser canalizada para uma atividade produtiva, colaborando para o desenvolvimento do País, inclusive e sobretudo, Sr. Presidente, para a melhoria das condições da população indígena que, em função de uma política demagógica, está à míngua. Ao Estado deve ficar reservada a função que lhe é própria. Basta de tanto intervencionismo estatal e de tanta ineficiência! O Estado não tem que correr o risco da atividade de pesquisa.

Sr. Presidente, devemos, sem dúvida, manter o texto do Relatório Bernardo Cabral. É um texto orgânico, que segue toda uma seqüência e que foi exaustivamente debatido.

Nossa opinião é contrária à emenda.

**SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Concedo a palavra ao Sr. Constituinte Octávio Elísio.

**O SR. CONSTITUINTE OCTAVIO ELÍSIO:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, venho encaminhar a favor da emenda, e o farei rapidamente.

Em primeiro lugar, devo dizer que acho próprio que o assunto seja tratado aqui, no título referente a Ordem Econômica, eis que a emenda do Constituinte Vladimir Palmeira corrige uma impropriedade grave do texto, no que se refere à mineração em terras indígenas.

O texto do Relator estabelece que o Congresso Nacional autorizará a atividade mineradora em terras indígenas. Quem autoriza a atividade mineral é o Departamento Nacional da Produção Mineral. Caberá ao Congresso estabelecer critérios para isso, pelos quais seria aprovada ou não a atividade mineradora em terras indígenas.

Há aqui uma questão técnica que me parece da maior importância e que a Emenda Vladimir Palmeira corrige com muita propriedade. Não cabe ao Congresso Nacional autorizar a atividade mineral. Quem o faz é o Departamento Nacional da Produção Mineral. Cabe ao Congresso estabelecer critérios e aprovar isso.

Em segundo lugar, se há esse equívoco no Projeto Cabral, temos de ressaltar aqui duas de suas inúmeras vantagens, para fazer justiça ao Relator Bernardo Cabral: valoriza, de um lado, a questão indígena, com um capítulo próprio, e valoriza a questão ambiental. Bernardo Cabral dá uma dimensão maior não apenas à natureza, mas a ela agrega uma dimensão nova e maior, a cultural.

Na realidade, toda atividade econômica tem o compromisso de preservar o meio ambiente natural e o cultural. Ora, se estamos falando em mineração em terra indígena, aqui, mais do que em qualquer outro lugar, é fundamental que se tenha um efetivo compromisso com a preservação do meio ambiente nas suas dimensões natural e cultural, porque ninguém mais do que o índio tem uma relação com a natureza, que vai muito além da relação que nós, homens ditos civilizados, temos com o meio ambiente. Aqui, mais do que em qualquer outro lugar, a regulamentação da atividade mineradora – por sua natureza agressiva ao meio ambiente – tem de preocupar-se com a preservação do meio ambiente natural e cultural. Por que uma empresa estatal? Porque pressupomos que, a partir dessa Constituição, a empresa estatal não será apenas aquela que tem a propriedade das suas ações na mão do Estado. Pressupomos que ela seja uma empre-

sa transparente, cujos destinos sejam objeto do debate e da avaliação popular. Será uma empresa fundamentalmente pública e, portanto, deverá ter um efetivo compromisso, um especial cuidado com a atividade mineral.

Eminente Constituinte Ricardo Fiúza, isso não representa estatização. Não esqueçamos que o subsolo é propriedade da União, é dado a particulares por concessão e, portanto, nesse caso específico, apenas se pressupõe que essa concessão se faça por uma empresa estatal, da qual se exigirá o cuidado que a atividade mineradora em terra indígena efetivamente exige. Muito obrigado. **(Palmas)**

**O SR. CONSTITUINTE EGÍDIO FERREIRA LIMA:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Para uma questão de ordem, tem a palavra o Constituinte Egídio Ferreira Lima.

**O SR. CONSTITUINTE EGÍDIO FERREIRA LIMA:** – Sr. Presidente, na planilha, a emenda do Constituinte Vladimir Palmeira consta como emenda aditiva e, evidentemente, o art. 198 do projeto é genérico, englobando todos os casos de aproveitamento dos potenciais de energia hidráulico, a pesquisa e a lavra. A emenda se reporta apenas às reservas em terras indígenas. Se é aditiva, quero saber como ficará, ou seja, se fica o texto ou se a emenda é acrescida como parágrafo. É preciso que fique claro para a votação.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A questão de ordem levantada por V. Ex.<sup>a</sup>, no meu entender, tem procedência. É aditiva exatamente aos arts. 308 e 309 do projeto, mas parte dela já está contida no 2º Substitutivo. Minha interpretação, no caso, é que, em verdade, a emenda não é aditiva, mas modificativa, porque até onde se lê, no art. 198, isto é, que o aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica, a pesquisa e a lavra de recursos e jazidas minerais somente poderão ser efetuadas por empresas nacionais, o que S. Ex.<sup>a</sup> deseja é que o seja somente por empresas estatais.

Ela modifica a redação e não adita, pois não poderia aditar aquilo que, na verdade, conflita. Acho que se a emenda tiver êxito, irá substituir o art. 198.

**O SR. CONSTITUINTE EGÍDIO FERREIRA LIMA:** – Irá substituir uma disposição genérica para todos os casos de lavra e exploração mineral por particular. Por isso o Constituinte José Fogaça queria a transferência dessa emenda para a seção própria.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra o Constituinte Inocêncio Oliveira, para encaminhar contra a emenda.

**O SR. CONSTITUINTE INOCÊNCIO OLIVEIRA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, pela emenda em exame nota-se que o que pretende o nobre Constituinte Vladimir Palmeira já está consubstanciado no capítulo próprio do Substitutivo do ilustre Relator Bernardo Cabral, ao tratar do Capítulo VIII – Dos Índios. Ele diz claramente, no art. 261, § 2º:

"A exploração das riquezas minerais em terras indígenas só pode ser efetivada com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, e obriga a destinação de percentual sobre os resultados da lavra em benefício das comunidades indígenas e do meio ambiente na forma da lei."

Ora, Sr. Presidente, o texto do ilustre Relator é muito mais completo do que o do nobre Constituinte. Assim sendo, achamos que a emenda do nobre Constituinte Vladimir Palmeira trata de um assunto que prejudica sobremaneira os interesses de nosso País, porque fala em aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica, quando se sabe que o Brasil tem grande necessidade desse

tipo de energia, por ser de baixo custo. Não se justifica inserir no texto constitucional dispositivos que bloqueiam a exploração desses recursos.

Além do mais, todos sabemos que o índio é tutelado. O parágrafo único do art. 198 do texto do ilustre Relator Bernardo Cabral trata também desse assunto, ao dizer:

"As autorizações e as concessões previstas nesse artigo não poderão ser cedidas ou transferidas, total ou parcialmente, sem prévia anuência do poder concedente."

Votamos contrariamente e conclamos o Plenário a também fazê-lo, com relação à emenda do ilustre Constituinte Vladimir Palmeira.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Com a palavra o Relator, Senador Virgílio Távora.

**O SR. RELATOR (Virgílio Távora):** – Sr. Presidente, por mais simpatia que tenhamos pelo autor da emenda, permitimo-nos fazer algumas considerações, às quais gostaríamos que o Plenário destinasse um momento de sua atenção.

Inicialmente, queremos dizer que este assunto, a nosso ver, se situaria exatamente no art. 261, § 2º, que seria modificado ou não, de acordo com o que fosse obtido. Ele trata, justamente do índio e das terras indígenas.

Quanto ao mérito, que digam os garimpeiros de Serra Pelada como as estatais tratam bem as pessoas que já possuem terra por lá. É um exemplo claro; houve a esse respeito até uma CPI no Senado.

Não estamos convencidos de que, se uma empresa for nacional, dentro do espírito aqui apresentado, vá tratar pior a questão do que a nossa grande estatal do setor, que deu exemplo justamente do contrário. Mais ainda, Srs. Constituintes: aprovada esta emenda, dificilmente conseguiríamos torná-la compatível com o art. 198, já por nós aprovado.

Portanto, somos contra.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Passamos à votação.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Ademir Andrade, Almir Gabriel, Artur da Távola, Cristina Tavares, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, João Herrmann Neto, José Ignácio Ferreira, José Paulo Bisol, Mário Lima, Nelson Carneiro, Nelson Friedrich, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Renato Vianna, Severo Gomes, Sigmaringa Seixas, Virgildásio de Senna, Antônio Mariz, Chagas Rodrigues, Jorge Hage, José Costa, José Tavares, Miro Teixeira, Octávio Elísio, Uldurico Pinto, Vicente Bogo, Wilson Souza, Alcení Guerra, José Maurício, Lysâneas Maciel, Luiz Salomão, Francisco Rossi, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Haroldo Lima, Fernando Santana e Beth Azize. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Aluizio Campos, Antônio Britto, Bernardo Cabral, Carlos Sant'Anna, Egídio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, José Fogaça, José Geraldo, José Richa, José Ulisses de Oliveira, Manoel Moreira, Rodrigues Palma, Wilson Martins, Délio Braz, João Agripino, Márcio Braga, Marcos Lima, Ziza Valadares, Aloysio Chaves, Carlos Chiarelli, Christóvam Chiaradia, Eraldo Tinoco, Francisco Dornelles, Geovani Borges, Gilson Machado, Inocêncio Oliveira, José Lins, José Lourenço, José Santana de Vasconcellos, Luís Eduardo, Oscar Corrêa, Osvaldo Coelho, Paulo Pimentel, Ricardo Fiúza, Sandra Cavalcanti, Annibal Barcellos, Jofran Frejat, Jonas Pinheiro, José Tinoco, Mozarildo Cavalcanti, Simão Sessim, Darcy Pozza, Gerson Peres, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia, Virgílio Távora, Adylson Motta, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Adolfo Oliveira e Roberto Balestra.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 39 Constituintes; votaram NÃO 51 Constituintes. Total: 90 votos. O Destaque foi **rejeitado**.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Prejudicada, em seguida, a emenda para a qual se pede preferência para votação de destaque, do Constituinte José Lins.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Constituinte José Lins.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Sr. Presidente, esta emenda é exatamente igual à do Constituinte Ademir Andrade e está visivelmente prejudicada. Podem, quero salientar que fico satisfeito em ter pelo menos um ponto de vista em comum com o nosso querido Ademir. Acredito, até, que isso já seja fruto da abertura do Gorbachev, da **Glasnost**. É bem possível que o seja...

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A provocação feita por conta de V. Ex.<sup>a</sup>.

#### IV – SUSPENSÃO DA REUNIÃO

**O PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A Presidência vai suspender os trabalhos, convocando os Senhores Constituintes para a continuação da presente reunião, amanhã, 10-11-87, às 09:00 horas.

Está suspensa a reunião.

#### EM 10 DE DEZEMBRO DE 1987 (1):

Presidência dos Srs. **Aluizio Campos**, Primeiro-Vice-Presidente; **Brandão Monteiro**, Segundo-Vice-Presidente.

#### I – REABERTURA DA REUNIÃO

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Havendo número regimental, declaro reaberta a reunião.

#### II – EXPEDIENTE

##### OFÍCIOS

**Do Senhor Líder do PFL:**

Ofício nº 302/87 – PFL

Brasília, 10 de novembro de 1987.

A Sua Excelência o Senhor  
Deputado Ulysses Guimarães  
DD. Presidente da Assembléia Nacional Constituinte

Senhor Presidente:

Comunico a Vossa Excelência, para os devidos fins, que o Deputado Arnaldo Prieto acha-se ausente desta Capital.

Em conseqüência, e com o retorno do Deputado Francisco Benjamim aos trabalhos da Comissão de Sistematização, passo a substituir o primeiro, como membro efetivo, na referida Comissão.

Valho-me da oportunidade para renovar a Vossa Excelência protestos de alto apego e consideração. – Deputado **José Lourenço**, Líder do PFL.

Brasília, 10 de novembro de 1987.

A Sua Excelência o Senhor  
Deputado Ulysses Guimarães  
DD. Presidente da Assembléia Nacional Constituinte

Senhor Presidente:

Pelo presente, comunico a V. Ex.<sup>a</sup> que o Deputado Mendes Thame, tendo retornado a esta Capital, solicita a sua reintegração como titular desta Comissão de Sistematização.

Atenciosamente, **Inocência Oliveira**, Líder em exercício do PFL.

#### III – COMUNICAÇÕES

**Do Senhor Constituinte José Fogaça:**

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem a palavra o nobre Relator, pela ordem.

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – Sr. Presidente, hoje é o dia 10 de novembro. Não poderíamos, neste momento grave, difícil da vida nacional, neste momento complexo e decisivo dos trabalhos desta Assembléia Nacional Constituinte, deixar de, na abertura dos nossos trabalhos de hoje, convocar os 93 integrantes desta Comissão de Sistematização a um breve momento de reflexão: estamos relembando os 50 anos da instalação, do Estado Novo.

Foi um golpe militar que fez romper as estruturas democráticas neste País. Getúlio Vargas, cercado de Generais, implantou a ditadura do Estado Novo em 37. Todos nós gostamos de lembrar Getúlio Vargas não como o ditador de 37, mas como o estadista de 50.

O importante é que saibamos lembrar neste dia, neste momento, nesta hora, que um processo de transição democrática nem sempre desemboca, necessariamente, numa democracia. O Brasil de 32, depois da Revolução Constitucionalista de 34, da sua Assembléia Nacional Constituinte, vivendo, como vivia, naquele momento, um processo de transição, acabou desembocando num regime autoritário, num regime ditatorial.

Os exemplos dos povos da América Latina têm sido pouco dessemelhantes. A Argentina, que saiu em 67 para uma ditadura militar, que em 73 retomou a democracia com o governo de Héctor Cámpora, de Juan Domingo Perón e de Isabelita Perón, viveu um processo de transição traumático, que acabou desembocando numa ditadura mais sangüinária e mais feroz do que aquela que vigorava anteriormente.

É fundamental, é imprescindível que os Membros desta Comissão de Sistematização façam uma reflexão sobre a gravidade e sobre as dificuldades dos momentos que estamos vivendo. Graves ameaças e enormes pressões pairam sobre esta Assembléia Nacional Constituinte.

Em 1937, há 50 anos, o País foi vítima da imposição autoritária de uma Constituição, a Constituição outorgada de 1937, a famosa, a famigerada "Polaca".

A Relatoria – o Relator Bernardo Cabral e seus integrantes – tem sido insistente e pertinaz no sentido de levar avante um processo de construção do consenso democrático. Não faremos uma Constituição de vencedores e derrotados, não faremos sequer uma Constituição da maioria que esmague as minorias. Faremos uma Constituição que expresse o consenso, que expresse o pensamento amplo, dominante da sociedade brasileira, para enfrentarmos as forças obscurantistas, retrógradas de um lado, e as forças irresponsáveis, de outro. Cabe-nos esta reflexão e este momento de convocação a um gesto de maturidade. Que esta Constituição seja a expressão do consenso, do equilíbrio, de uma concepção real e verdadeira da sociedade brasileira, para que não se reproduza na História do Brasil aquilo que vivemos em 10 de novembro de 1937.

Não façamos desta Constituinte um aparelho para que, de um lado, se imponham revoluções que a sociedade brasileira não conquistou e que, de outro, não se tente impedir os avanços e as mudanças que se fazem necessárias. Sejam os fiéis ao nosso momento e sejam os fiéis à nossa verdade.

Era esta, Sr. Presidente, a intervenção que gostaríamos de fazer, neste momento, em nome da Relatoria. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem a palavra, pela ordem, o Constituinte João Agripino.

**O SR. CONSTITUINTE JOÃO AGRIPINO:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, dando seguimento ao que acabou de afirmar o ilustre Sub-relator José Fogaça, quero dizer a este Plenário que ontem ouvi inúmeras vezes se levantarem contra a decisão do Tribunal Federal de Recursos, que reconsiderava o despacho liminar concedido à empresa Autolatina. Quero dizer, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, que nesta hora o Poder Judiciário não nade nem deve ser alvo de críticas desta Comissão, porque temos plenas condições para legislar sobre ele. A decisão foi uma decisão isolada que não pode atingir o Tribunal Federal de Recursos. E vou mais adiante, Sr. Presidente: o prolator da decisão é um Ministro nomeado ao apagar das luzes do inesquecível Governo Figueiredo. Esse cidadão, no seu currículo, não tem exercido nenhum de cargo na Magistratura e o que consta do seu currículo de advogado não o credencia para o cargo para o qual foi nomeado. S. Ex.<sup>a</sup> tem no seu currículo a nota de que para chegar lá tinha sido, primeiro, assessor do Serviço Nacional de Informações, e, depois, Chefe da Assessoria Jurídica do SNI, chefiado pelo então General Octávio Medeiros.

Portanto, a decisão de reconsideração prolatada por esse Ministro, que atinge certamente o Tribunal Federal de Recursos, é fruto de alguma trama, porque primeiro S. Ex.<sup>a</sup> negou a liminar e depois reconsiderou a decisão. Certamente tomou a primeira decisão impensadamente, e depois, alvo das pressões, sobretudo das do seu ex-chefe que está nos jornais e noticiários, e que tenta desestabilizar o atual Governo, S. Ex.<sup>a</sup> reconsiderou a sua decisão e deu à Autolatina o direito de praticar preços contrariamente à política do Governo.

Era o que tinha a registrar, Sr. Presidente. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem a palavra o Constituinte Adolfo Oliveira.

**O SR. CONSTITUINTE ADOLFO OLIVEIRA:** – Sr. Presidente, procurarei ser muito breve.

Não posso deixar de registrar aqui o meu protesto mais veemente contra a deturpação escandalosa do que ocorre aqui na Comissão de Sistematização feita por um noticiário de nome e tradição, o **Jornal do Brasil** – O jornal de Nascimento Brito, no qual temos uma das maiores glórias do jornalismo brasileiro, o grande Carlos Castello Branco, o jornal que tem a dirigi-lo em Brasília Luiz Orlando Carneiro, que tem a pontificar nas suas colunas uma figura que nos anima a acreditar na nova geração de jornalistas políticos desse País, que é Ricardo Noblat; e no entanto, apócrifa, ou anônima, surge hoje nas colunas do **Jornal do Brasil** uma coisa que jamais esperei ler na minha vida: a acusação de que a emenda de definição da empresa nacional, que ontem a Comissão de Sistematização houve por bem rejeitar, fosse uma emenda para proteger multinacionais.

Ora, Sr. Presidente, a minha emenda pode ser acusada de radical, para isso peço o testemunho e o depoimento de toda a Casa. O meu colega Wladimir Palmeira disse que a emenda era radical e que poderia espantar investimentos e aplicações no País. A minha emenda era o único que defendia a definição na letra da Constituição do que seja, uma empresa brasileira, uma empresa nacional, com capital exclusivamente brasileiro.

Agora, Sr. Presidente, abro os jornais e vejo isso. Abro o **Jornal do Brasil** e vejo isso. E desalentados! Mas espero, ainda, que o mais rápido possível – amanhã – o **Jornal do Brasil** retifique o erro em que incidiu.

A minha emenda não foi aprovada, mas não o foi porque não fez parte de um acordo de Lideranças, e

ninguém, nesta Casa, poderá colocar em dúvida a lisura e a correção da definição que eu propunha como aquela que mais interessa ao nosso País, ao Brasil.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Muito obrigado a V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem a palavra o Constituinte José Genoíno, pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Serei breve, Sr. Presidente.

Não poderia deixar de me manifestar em apoio à colocação do nobre Constituinte José Fogaça. Entendo que é muito importante esta lembrança, e para aqueles que lutam para fazer a História, ela não é o passado, mas é, principalmente, o presente e o futuro, porque traz os ensinamentos e os elementos essenciais para entendermos o presente.

A História do Brasil está cheia de altos e baixos, de curvas e grandes veredas, na luta pela liberdade política. Tem havido períodos de autoritarismo, de regime repressivo, de regime militar, intercalados por períodos em que a democracia política não avança e não se materializa para incorporar as grandes multidões no exercício pleno das suas liberdades individuais e coletivas.

Inclusive, essa questão é muito importante, porque um dos temas centrais desta Constituinte e da futura Constituição é, exatamente, ver se vamos ter condições, força e respaldo junto à população para consagrar o exercício pleno da cidadania, tanto ao nível individual como coletivo, principalmente para este povo, que sempre foi tutelado, seja através de repressão, seja através de uma espécie de "deus" que vem como salvador, ou através de clientelismo, ou através da repressão violenta. Nunca este povo pôde exercer a plenitude de sua cidadania e é importante lembrar essa questão, por ser um dos termos essenciais da futura Constituição, principalmente nos dias atuais.

Por isso, é muito importante, muito atual, a lembrança do Constituinte José Fogaça.

**O SR. CONSTITUINTE ERALDO TINOCO:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Com a palavra o Constituinte Francisco Dornelles, que havia pedido a palavra antes de V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE ERALDO TINOCO:** – Sr. Presidente, queria fazer uma indagação: se já foi instituído o "pinga-fogo" na Comissão de Sistematização, porque se foi vou-me inscrever também.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Com a palavra, pela ordem, o Sr. Constituinte Francisco Dornelles.

**O SR. CONSTITUINTE FRANCISCO DORNELLES:** – Sr. Presidente, o que caracteriza o regime democrático é essa independência dos Poderes e o que caracteriza uma sociedade aberta é o direito que tem cada cidadão ou cada empresa de dirimir no Judiciário suas pendências com o Executivo.

De modo que, no que pese o maior respeito pelo Constituinte João Agripino, não posso conceber os ataques por S. Ex.<sup>a</sup> feitos, nesta Comissão, a um Ministro do Tribunal Federal de Recursos por uma decisão tomada no exercício de suas funções.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Esta Presidência deseja manifestar-se, o que já tem sido feito por outros Membros da Mesa que atuaram no momento em que foram apresentados protestos, contra o que se considera uma campanha de certo modo orquestrada e intensa

para diminuir a importância e o conceito da Assembléia Nacional Constituinte e desta Comissão.

Também quero congratular-me com as palavras do Constituinte José Fogaça, inclusive porque recebi a minha primeira cassação há 50 anos, quando exercia a deputação estadual no meu Estado e quando a Constituição "Polaca" dissolveu todas as Assembléias Legislativas naquela época, impondo o regime autoritário do Estado Novo. Depois isto viria a ocorrer em 1965, em consequência do último golpe de estado verificado em 1964.

Então, estamos realmente dando um exemplo de que se pode operar a transição através de processo pacífico, legal, por transformações de ordem legislativa, estabelecendo uma nova ordem institucional, sem precisarmos recorrer a golpes militares para fazer a mudança das instituições. **(Pausa)**

#### IV – ORDEM DO DIA

##### VOTAÇÃO DO PROJETO DE CONSTITUIÇÃO

##### TÍTULO VII (Continuação)

**Destaque nº 5173-87 – Emenda nº ES-34489-7 (em parte), do Sr. José Lins, "que modifica o Título VII do Substitutivo nº 1, especialmente o art. 233 e inciso da Emenda (art. 199 do Substitutivo nº 2)".**

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Passamos, agora, ao requerimento de preferência para destaque do Constituinte José Lins.

Os Srs. Constituintes que o aprovam queiram permanecer como se encontram. **(Pausa)**

Aprovado o destaque.

Tem a palavra o nobre Autor, para o seu encaminhamento. O destaque refere-se ao art. 199; a Emenda é de nº 34489.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Com certa humildade, venho apresentar esta emenda. Não se trata, Sr. Presidente, de nenhuma matéria polêmica, nem ideológica, nem mesmo de interesse econômico. Diz respeito à proposta substitutiva do art. 199 do texto do Substitutivo 2 sobre o monopólio do petróleo.

Sr. Presidente e Srs. Constituintes, esta sugestão é apenas uma matéria talvez de redação. Ela versa sobre o seguinte:

"Constituem monopólio da União:

I – a pesquisa e a lavra das jazidas de petróleo e outros hidrocarbonetos fluidos, gases raros e gás natural..."

Sr. Presidente, sobre os gases raros há uma total impossibilidade de monopólio, porque esses gases estão disseminados no ar. Na realidade, existem em pouca quantidade, foram descobertos de modo indireto, e acredito que o monopólio sobre gases raros dificilmente poderia ser cumprido. Torna-se, portanto, um tanto esdrúxulo falar sobre isto.

Quanto à expressão "e gás natural", evidentemente já está incluída no texto, quando se menciona os "hidrocarbonetos fluidos", que são os líquidos e gasosos.

A minha sugestão, então, suprime a expressão "gases raros e gás natural" no item I.

O item II permanece com a mesma redação:

"a refinação do petróleo nacional ou estrangeiro."

O item III diz:

"a importação e exportação dos produtos previstos nos incisos I e II."

Permanecem como estão.

No item IV

"o transporte marítimo do petróleo bruto de origem nacional ou de derivados de petróleo produzidos no País, e bem assim o transporte, por meio de condutos, de petróleo bruto e seus derivados, assim como de gases raros e gás natural..."

Sr. Presidente, a redação que sugiro é simplesmente:

"O transporte marítimo, ou por conduto, do petróleo bruto de origem nacional, e de seus derivados combustíveis."

Qual é a razão? A razão é que o transporte por conduto do petróleo e de seus derivados combustíveis é exatamente aquilo que interessa. Quando são gases raros por condutos, é uma coisa impossível, porque o gás raro é como perfume. É pouco. Ninguém vai fazer um duto de São Paulo para o Rio de Janeiro para conduzir o que, na verdade, cabe em alguns tambores.

Finalmente, o gás natural é também um derivado combustível do petróleo.

Sr. Presidente, acresço ainda que o texto envolve no monopólio o transporte de asfalto, alcatrão, são 40 subprodutos do petróleo, da destilaria, e deixo no texto exatamente o que deve ficar.

Finalmente, no item V:

"a pesquisa, a lavra, o enriquecimento, o reprocessamento, a industrialização e o comércio de minérios nucleares e seus derivados."

Permanece como está.

Sr. Presidente, peço a V. Ex.<sup>a</sup> que não ponha essa emenda em votação. Ela é apenas redacional e a ofereço simplesmente como uma sugestão ao Relator, para analisá-la e incorporar ou não, ao seu bel-talante, se achar conveniente.

Sr. Presidente, deixo claro que retirei e pedi para não ser votada. Simplesmente ofereci ao Relator para análise. É uma contribuição ao texto e ele a incorporará ou não.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Passamos, agora, à votação do pedido de preferência do Constituinte Fernando Santana, relativo à Emenda Aditiva nº 28949.

Em votação.

Os Srs. Constituintes que o aprovam queiram permanecer sentados. **(Pausa)**

Aprovado.

**Destaque nº 2738-87 – Emenda nº ES-28949-7, do Sr. Fernando Santana, "que adita inciso ao art. 234 do Substitutivo nº 1 (art. 199 do Substitutivo nº 2)". (423ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Na apresentação do Destaque nº 2738 o autor ressalva as expressões "e gases de qualquer origem".

Concedo a palavra ao Constituinte Fernando Santana.

**O SR. CONSTITUINTE FERNANDO SANTANA:** – Exatamente, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, a expressão "e dos gases de qualquer origem" foi retirada de nossa emenda aditiva, tendo em vista a sugestão do Constituinte Fernando Gasparian, que nos demonstrou que este

assunto já havia sido incluído em outros Títulos desta Constituição.

Estamos tentando com esta emenda aditiva, Sr. Presidente, dar oportunidade à chamada iniciativa privada brasileira, no sentido de auxiliar o País a acumular riquezas e acumular capital. Não acreditamos em nenhum país capitalista que não tenha como objetivo essencial à acumulação da riqueza e, conseqüentemente, acumulação da maior valia. Em verdade, essas não são as nossas posições, mas no estado atual do Brasil servimos muito mais ao País na medida em que defendemos que tudo aquilo que possa ficar para fortalecer a economia deve ser feito, até num caráter cívico também patriótico, quase que encarando os problemas de maneira pragmática.

A nossa emenda diz o seguinte:

"A distribuição dos derivados do petróleo, facultada a delegação do desempenho a empresas privadas constituídas com sede no País e maioria de capital nacional, por prazo determinado, no interesse nacional e só transferível mediante prévia anuência do poder concedente."

Não queremos, com esta emenda, estatizar. Queremos, em realidade, nacionalizar, isto é, fazer com que a distribuição de petróleo seja feita por empresas nacionais. Isso, a nosso ver, se torna agora muito fácil, porque o que aprovamos como empresa nacional, já ultrapassado, é que empresa nacional é aquela constituída de capital de no mínimo 51%. Ora, dentro dessa concepção de empresa nacional, a nosso ver, fica muito fácil que uma grande parte desses lucros fique e permaneça no País.

Para que V. Ex.<sup>as</sup> vejam o quanto sai, apenas por uma tecnologia muito simples, porque a tecnologia da distribuição hoje resume-se apenas na telefonista, porque nem a **Esso**, nem a **Shell**, nem nenhuma delas dispõem mais de coisa alguma. Os carros transportadores são de brasileiros, apenas, às vezes, alguns trazem o dístico da empresa **Esso**, ou da **Shell** ou da **Atlantic**, mas são de propriedade de carreiros brasileiros. Depósitos, as empresas também não têm mais, porque os depósitos são da Petrobrás. Então, a tecnologia da distribuição, hoje, é apenas um telefone. A telefonista disca e pede à Petrobrás que mande tantos mil litros para o posto tal. Ora, evidentemente que isso nós poderíamos fazer, acho que o brasileiro já aprendeu, também, a telefonar. Não se venham criar obstáculos alegando condições tecnológicas especiais.

Neste ano de 1987, segundo dados que me foram fornecidos pelo Conselho Nacional do Petróleo, foram distribuídos no Brasil quatro bilhões oitocentos e tanto, praticamente cinco bilhões de litros de gasolina e praticamente quatro bilhões e meio de litros de álcool e mais seis bilhões e meio de toneladas de óleo diesel. Considerando apenas a parte de gasolina e de óleo com que a distribuidora fica quando manda 10 mil litros de álcool para o posto, ela tem por litro Cz\$ 1,26 centavos. Da gasolina, na estrutura atual de preços, fica com Cz\$ 1,34 centavos. Ora, se distribuimos cerca de cinco bilhões por semestre, por ano temos treze bilhões de cruzados e na parte de álcool, nove bilhões de cruzados por ano. Isso equivale a 22 bilhões de cruzados e 60% disso, hoje é feito pelas distribuidoras estrangeiras.

Então, diríamos que eles apenas com o telefone ficam com 22 bilhões de cruzados só na distribuição do álcool, na da gasolina, sem falar no óleo diesel, e sem falar nos óleos combustíveis, dos óleos lubrificantes. Ora, esta é uma fatia especial de lucro certo e a empresa nacional deve-se esforçar para participar deste grande lucro, retendo uma parte desses bilhões de cruzados que são anualmente exportados em formas de dividendos, onerando o balanço de pagamento de nosso País.

Creio, Sr. Presidente, que esta emenda atende perfeitamente anseios da chamada iniciativa privada brasileira, no sentido de cooperar para que o País, realmente, acumule capital e se torne, ao final, um país livre e soberano.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Não há oradores inscritos para falar contra. De maneira que consulto o nobre Constituinte Mário Lima se concorda em passarmos logo à votação da emenda. (Assentimento do Constituinte)

Muito obrigado a V. Ex.<sup>a</sup>.

A emenda é realmente aditiva ao art. 199, e está concebida nos seguintes termos:

"A distribuição dos derivados de petróleo, facultada a delegação do desempenho a empresas privadas constituídas com sede no País e maioria de capital nacional, por prazo determinado, no interesse nacional e só transferível mediante prévia anuência do poder concedente."

Com a palavra o Relator, Constituinte Virgílio Távora.

**O SR. RELATOR (Virgílio Távora):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Se há matéria que toca de perto o coração do relator é justamente esta percutida pela emenda do Constituinte Fernando Santana.

Gostaríamos de nos reportar aos idos de 53; talvez poucos de V. Ex.<sup>as</sup> tenham tomado parte na luta legislativa que então se travou para aquela grande vitória brasileira. Este assunto foi suficientemente debatido e foi colocado de fora do monopólio. Quem fala isso é um antigo deputado que, juntamente com Armando Fontes no meio da balbúrdia que se instalou então – porque cada qual queria ser o mais nacionalista ou o mais antinacionalista –, assinou a Emenda nº 63, que instituía o monopólio da Petrobrás, nos termos em que até hoje ele é constituído e exercido.

Não comungamos com as idéias – apesar do respeito que temos pelo velho batalhador baiano – de que esta inclusão da distribuição vá dar os resultados que S. Ex.<sup>a</sup> pretende. Por quê? Porque V. Ex.<sup>as</sup> consultem os Anais, consultem os balancetes da Petrobrás enquanto as demais companhias distribuidoras apresentam lucros, maiores ou menores, juntamente a Petrobrás Distribuidora, a BR, apresenta é um déficit, e não pequeno.

Mais ainda, não vemos por que tirar do setor privado algo que está desempenhando com absoluto sucesso. O que desejamos, e sempre o fizemos, é consignar em todas as nossas manifestações que o Estado deve ficar justamente naqueles setores em que a sua presença é fator de segurança nacional, é fator de desenvolvimento, é, de outro lado, preenchedora de vácuo, de lacuna, do exercício de atividades que, por pouco remunerativas ou por excesso de capital exigido, não possam ser exercidas pelo setor privado.

Muito a contragosto ficamos justamente no espírito da Lei nº 2.004, da qual muito nos honramos ser um dos seus artífices.

O parecer é contra.

**O SR. CONSTITUINTE FERNANDO SANTANA:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE FERNANDO SANTANA:** – Sr. Presidente, gostaria de fazer apenas um esclarecimento.

A nossa emenda não pretende estatizar, mas nacionalizar dentro do conceito de empresa nacional que foi aprovado. Não queremos estender o monopólio para a PETROBRÁS, mas dar oportunidade à empresa nacional de entrar nessa fatia lucrativa da distribuição do petróleo.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – V. Ex.<sup>a</sup> já explicou isto, hoje, no seu encaminhamento.

**O SR. CONSTITUINTE BOCAYUVA CUNHA:** – Sr. Presidente, pela ordem.

É muito importante o esclarecimento do Constituinte Fernando Santana. Realmente, o Relator Virgílio Távora deixou uma confusão no Plenário. Não se trata de estatizar a distribuição, mas de permitir que a distribuição fique apenas para empresas nacionais, entre elas a Petrobrás.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – O encaminhamento está encerrado. Passamos à votação.

**O SR. RELATOR (Virgílio Távora):** – Perdão: é monopólio da União a distribuição dos derivados do petróleo, facultada, tornada possível ou não ...

Nós, que tanto trabalhamos pela Lei nº 2.004, ficamos exatamente dentro dos seus termos, que, até o dia de hoje, sem prova em contrário, tão bons resultados deu.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Em votação a emenda.

#### (Procede-se à votação):

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Ademir Andrade, Antônio Britto, Artur da Távola, Carlos Mosconi, Cristina Tavares, Egídio Ferreira Lima, Fernando Henrique Cardoso, Francisco Pinto, José Fogaça, José Freire, José Paulo Bisol, José Ulisses de Oliveira, Mário Lima, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nilton Friedrich, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Renato Vianna, Severo Gomes, Sigmaringa Seixas, Virgildásio de Senna, Wilson Martins, Albano Franco, Antônio Mariz, Chagas Rodrigues, Euclides Scalco, João Agripino, João Natal, Jorge Hage, José Carlos Grecco, José Tavares, Miro Teixeira, Nelson Wedekin, Octávio Elísio, Uldurico Pinto, Vicente Bogo, Vilson Souza, Ziza Valadares, José Maurício, Lysâneas Maciel, Bocayuva Cunha, Francisco Rossi, Joaquim Bevilacqua, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Adolfo Oliveira, Aldo Arantes, Fernando Santana, Jamil Haddad. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Aluísio Campos, Bernardo Cabral, Carlos Sant'Anna, Fernando Bezerra Coelho, João Calmon, José Richa, Manoel Moreira, Pimenta da Veiga, Rodrigues Palma, Délio Braz, Alcení Guerra, Aloysio Chaves, Carlos Chiarelli, Christóvam Chiaradia, Eraldo Tinoco, Francisco Dornelles, Gilson Machado, Inocêncio Oliveira, José Lins, José Lourenço, José Santana de Vasconcellos, Luís Eduardo, Oscar Corrêa, Osvaldo Coelho, Sandra Cavalcanti, Annibal Barcellos, João Menezes, Jofran Frejat, Jonas Pinheiro, José Tinoco, Mozarildo Cavalcanti, Paes Landim, Simão Sessim, Valmir Campelo, Antônio Carlos Konder Reis, Gerson Peres, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia, Virgílio Távora, Roberto Balestra, Antonio Farias.

#### DECLARAÇÃO DE VOTO

Ex.<sup>mo</sup> Sr. Presidente da Comissão de Sistematização Constituinte Afonso Arinos.

Nos termos regimentais, dirijo-me a V. Ex.<sup>a</sup> para solicitar seja inserida esta declaração, na Ata dos Trabalhos dessa Comissão, referente à reunião de hoje, pela manhã, relativo ao voto que proferi, quanto à Emenda ES-28949 (Destaque nº 2738).

Esclareço que, ao entrar no recinto de reuniões da Comissão, Plenário da Câmara dos Deputados, fui imediatamente chamado para votação e, instintivamente,

disse "sim", votando contra meu próprio posicionamento, confundindo, assim, meu voto, e, com isso, ferindo os, princípios da livre iniciativa que pratico como empresário e defendo como político.

Sala da Comissão de Sistematização, em 10 de novembro de 1987. – **Constituinte Albano Franco.**

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 50 Constituintes; votaram NÃO 41 Constituintes. Total 91 votos. O Destaque foi **aprovado**. Declaração de voto, do Senhor Constituinte Albano Franco.

**O SR. CONSTITUINTE MÁRIO LIMA:** – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE MÁRIO LIMA:** – Sr. Presidente, eu tinha o direito regimental de usar da palavra; abri mão para colaborar, para mostrar meu espírito de solidariedade à celeridade dos trabalhos, mas faço questão de que conste em ata que sou Presidente do Sindicato dos Trabalhadores de Petróleo e esta emenda é altamente patriótica. Não estatiza coisa nenhuma, porque permite que as empresas nacionais entrem na distribuição. O que não se entende é que um País que deve 130 milhões de dólares remeta-os para o exterior numa atividade fácil, que pode ser feita por brasileiros, sem evasão de recursos. Gostaria de marcar esta posição.

Esta Assembléia Nacional Constituinte deu, agora, uma prova de que realmente o sentimento de patriotismo é o que norteia os nossos trabalhos. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Fica registrada a posição de V. Ex.<sup>a</sup>.

Em votação pedido de preferência para o Destaque nº 6557, de autoria do Constituinte Afif Domingos, relativo à Emenda nº 22433.

Os Srs. Constituintes que o aprovam queiram permanecer sentados. **(Pausa)**

Está aprovado.

S. Ex.<sup>a</sup> não está presente nem fez indicação escrita para que outro Companheiro defendesse o seu destaque, ficando, portanto, prejudicado.

Em votação o pedido de preferência para o Destaque nº 7069, relativo à Emenda nº 32520, de autoria do Sr. Constituinte Nelson Jobim.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON JOBIM:** – Retiro o destaque, Sr. Presidente. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Retirado.

Pedido de preferência relativo ao Destaque nº 2660, do nobre Constituinte Nilton Friedrich, sobre a Emenda nº 1P-05185.

Em votação a preferência.

Os Srs. Constituintes que a aprovam queiram permanecer sentados. **(Pausa)**

Aprovada.

**Destaque nº 2660-87 – Emenda nº 1P-05185-1, do Sr. Nilton Friedrich, "que modifica o art. 320 do Projeto de Constituição (art. 201 de Substitutivo nº 2)". (424ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – A emenda fica restrita à expressão "3 anos".

**A SRA. CONSTITUINTE IRMA PASSONI:** – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra pela ordem.

**A SRA. CONSTITUINTE IRMA PASSONI:** — Sr. Presidente, tenho um destaque, anterior a este, sobre a mesma matéria, o de nº 0261.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** — A emenda, realmente, se refere ao art. 201.

**A SRA. CONSTITUINTE IRMA PASSONI:** — Então, o meu destaque antecede o destaque do Constituinte Nelson Friedrich.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** — A emenda de V. Ex.<sup>a</sup> será submetida à votação em seguida à do Constituinte Nelson Friedrich.

**A SRA. CONSTITUINTE IRMA PASSONI:** — Caso desista do destaque, gostaria de encaminhar a desistência. É possível?

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** — Caso V. Ex.<sup>a</sup> desista do destaque, a emenda será remetida ao Plenário da Assembléia Nacional Constituinte.

**A SRA. CONSTITUINTE IRMA PASSONI:** — Sr. Presidente, gostaria apenas de encaminhar, porque aí se resolveria o problema entre o meu destaque e o do Constituinte Nelson Friedrich.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** — Oportunamente, V. Ex.<sup>a</sup> fará o encaminhamento.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** — Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** — Concedo a V. Ex.<sup>a</sup> a palavra, pela ordem.

**O SR. GERSON PERES:** — Não desejo privar ninguém de falar, mas esta é uma inovação regimental que V. Ex.<sup>a</sup> introduz já ao término de nossos trabalhos. Alguém que vai retirar uma preferência quer justificar-se. Ainda não vi este procedimento aqui.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** — Tem ocorrido isto aqui. O Constituinte Nelson Friedrich, autor da emenda, está presente e indica a Constituinte Irma Passoni para fazer o encaminhamento da emenda.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** — Pediria a V. Ex.<sup>a</sup> que me indicasse qual o dispositivo regimental em que V. Ex.<sup>a</sup> está-se fundamentando para proceder desta maneira. É a questão de ordem que levanto à Mesa.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** — Respondo à questão de ordem de V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** — Pois não.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** — De acordo com o nosso Regimento, o encaminhamento pode ser feito pelo autor do destaque ou pela pessoa que ele indicar, e a Constituinte Irma Passoni está sendo indicada pelo Constituinte Nelson Friedrich, que é o autor do destaque.

Está respondida a questão de ordem de V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** — Só que S. Ex.<sup>a</sup> não é membro da Comissão de Sistematização. Por isto não pode ser indicada para falar em nome de outro Constituinte, segundo o Regimento. Mas se V. Ex.<sup>a</sup> quiser infringir o Regimento, vamos infringi-lo.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** — V. Ex.<sup>a</sup> tem razão. Atendo à reclamação de V. Ex.<sup>a</sup>. Passo a palavra ao Constituinte Nelson Friedrich.

**O SR. CONSTITUINTE NELTON FRIEDRICH:** — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, na verdade, a nossa emenda é modificativa, porque parcialmente modifica a questão do usucapião urbano.

A emenda diz respeito tão-somente à alteração do prazo para usucapião. E a razão básica da nossa emenda é que vivemos, em nosso País, um dos mais acelerados processos de urbanização de todo o Mundo. Estamos construindo

verdadeiras Calcutás nas nossas regiões metropolitanas. Mais de 30% da população brasileira moram nas nove regiões metropolitanas.

Há, Sr. Presidente, verdadeiro caldeirão social, com os problemas mais críticos, as contradições mais agudas e, cada vez mais, as nossas cidades transformam-se em cidades congestionadas, extensas e, por isto mesmo, mais caras. Some-se a isto a especulação imobiliária; some-se a isto a população pobre, que cada vez fica mais distante do local de trabalho. Há, sem dúvida, uma enorme dificuldade de acesso à terra urbana. As condições de habitabilidade são precárias e o poder público, até certo ponto, tem a tudo isto assistido de maneira passiva.

Por isto, apresentamos esta emenda, que não é nossa, porque vem de vários estudos, de emendas populares e até da área dos arquitetos do Brasil, através seu Instituto. Por quê, Sr. Presidente? Porque só a São Paulo, a cada ano, são agregados 500 mil moradores. Além do mais, temos uma célere urbanização, quando determinadas cidades surgem, são construídas e são consolidadas em cinco, seis, oito anos.

Por tudo isto é que apresentamos esta emenda substituindo o prazo para usucapião: de cinco para três anos.

Ora, Sr. Presidente, se no final do Governo do General João Figueiredo já tivemos uma alteração substancial no que diz respeito ao usucapião rural, em que, em caráter especial, é possível usucapir em 5 anos, por que vamos, no Brasil do final deste século, deixar de fazê-lo? Esta Constituinte tem a obrigação de democratizar o acesso à terra urbana e rural, para não reproduzir o que aconteceu na Constituição de 1946, que se omitiu quanto à questão urbana. É preciso que esta Assembléia Nacional Constituinte, diante deste quadro dantesco, diante do quadro urbano brasileiro, porra, em vez de reproduzir o já aconteceu em caráter especial no campo, trazer esta proposta para a cidade de, em 5 anos, usucapir.

Por isto, desejamos que esse prazo de usucapião seja de apenas 3 anos; apenas, mas que bastam, porque há uma diferença substancial entre a questão urbana e a rural, neste aspecto. Na questão rural, Sr. Presidente, muitas vezes a presença do dito proprietário se realiza de maneira distante, muitas vezes a área possível de usucapião não tem a presença do dito proprietário. Ao contrário, acontece na área urbana, onde, a rigor, na maioria esmagadora das vezes, o dito proprietário urbano mora na cidade, ele vive próximo da área que possui. Portanto, ele tem uma capacidade de vigilância, ele tem uma capacidade de presença em relação à proximidade entre a sua vida, os seus negócios e o terreno ocioso que possui. Além do mais, se perquirirmos a experiência em outros países, verificaremos que nos Estados Unidos, quando se estabeleceu a primeira lei da terra na área rural, exatamente já se previu o usucapião com prazo menor, exatamente para possibilitar a democratização do acesso à terra, e fez com que, por exemplo, a região Oeste dos Estados Unidos aceleradamente fosse ocupada, porque com prazo menor o próprio Juiz de Paz poderia dar o título dominial, permitindo, portanto, a consolidação da propriedade àquele que demandava as novas fronteiras norte-americanas. Cinco anos na área rural, três anos na área urbana.

E a minha última argumentação, Sr. Presidente, é substancialmente importante. Vivemos um ritmo de crescimento das cidades, de transformações urbanas, em que o problema da ocupação do solo é algo premente e intensivo. Cidades como Ji-Paraná, ou cidades de qualquer Estado deste País, em cinco anos saem da provisoriedade e ficam consolidadas.

Sr. Presidente, para concluir, trago aqui um dado fundamental. Nas regiões metropolitanas, como Salvador, ou na região de Manaus, ou em tantas outras cidades, che-



gam a 70% a provisoriedade da vida habitacional de seus moradores.

Por isto esta Assembléia Nacional Constituinte não pode fechar os olhos ante esta gravidade nacional, e por isto o nosso empenho, e conto com todos os Constituintes, para que possamos fazer com que o usucapião na área urbana seja de três anos.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem a palavra o Constituinte Antônio Britto, para encaminhamento contra.

**O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO BRITTO:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, estamos votando uma das que me parecem mais importantes e mais profundas transformações ditadas por este texto constitucional.

Acabamos agora, há pouco, de aprovar, sem que houvesse qualquer emenda em sentido contrário, o art. 200, que haverá de passar à História deste País como o dispositivo que, pela primeira vez, confere ao Poder Público, confere à sociedade condições objetivas de interferência no drama urbano, confere ao poder público os instrumentos aqui previstos, para que se possa fazer uma intervenção firme e sensata na tragédia em que se transformaram as cidades.

Estes dispositivos nasceram de longos, de difíceis e de extremamente proveitosos entendimentos entre os diversos setores que compõem a Assembléia Nacional Constituinte. No bojo desses entendimentos, concluiu-se que era necessário, também, para poder aprimorar o art. 200, prever a figura do usucapião urbano. E para isto se criou, através de entendimentos com o nobre Relator Bernardo Cabral, o que está colocado aqui no art. 201, que diz:

Art. 201 – Aquele que possuir como seu, imóvel urbano, com área de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-o para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.

Ora, o conjunto dos dispositivos – e tomo a liberdade de chamar a atenção dos nobres Sras. e Srs. Constituintes para isto – referentes à questão urbana cria um todo extremamente eficiente, harmonioso e sensato. É alguma coisa que não se faz simplesmente para colocar no texto constitucional, é um dispositivo do qual, depois, não se possa valer, do qual, depois, não se possa utilizar. Ao contrário, aqui procurou-se a ter a pedra de toque dos dispositivos, foi a sua possibilidade de aplicação, a sua possibilidade de eficácia. E neste sentido, lamentando discordar do nobre e valoroso Constituinte Nelson Friedrich, gostaria de chamar a atenção de S. Ex.<sup>a</sup>, chamar à ponderação de S. Ex.<sup>a</sup> que todos nós, que os estudiosos, que os técnicos, que os setores que assessoram todo esse trabalho ao, nível dos arquitetos, ao nível do Ministério do Desenvolvimento Urbano, entenderam que o prazo de cinco anos seria um prazo equilibrado, um prazo sensato, um prazo que estabelece com segurança a aplicabilidade do dispositivo referente ao usucapião.

Por isso, Sr. Presidente, na mesma medida em que saúdo o que acabamos de fazer, que é trazer para o texto constitucional instrumentos precisos de intervenção na questão urbana, defendendo a manutenção do texto, defendendo a manutenção do prazo de cinco anos e saliento que, pela primeira vez, na história constitucional brasileira, se traz a figura do usucapião urbano, e se toma o cuidado de se estabelecer um prazo de cinco anos, que é um prazo sensato, factível, e que, seguramente, haverá de dar a esse dispositivo consequência.

Portanto, encaminho, lamentando, pela rejeição da emenda proposta pelo nobre Constituinte Nelson Friedrich.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Com a palavra o Constituinte José Fogaça, em nome da Relatoria.

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – Sr. Presidente, Srs. Membros da Comissão de Sistematização, a Relatoria considera esta uma questão extremamente importante, delicada, mas que deve ser tratada com a maior seriedade e com uma postura de absoluto respeito à posição do Constituinte Nelson Friedrich.

Estamos introduzindo na Constituição brasileira um instituto do usucapião urbano. Isto é uma extraordinária conquista. Isto se constitui num avanço incomparável. É preciso ter-se claro que não se pode transformar aquilo que é um ganho numa perda; não se pode dar a esse avanço o caráter de um recuo: obter a inserção constitucional do instituto do usucapião é uma vitória inexcusável, e é preciso, neste momento, ter-se consciência deste fato. Não vejo por que a diferença de tempo entre três e cinco anos venha a representar uma diferença fundamental de fato ou de realidade.

É preciso ter-se claro que temos que consolidar o instituto do usucapião e não desmoralizá-lo. A posse precisa ser consolidada, precisa adquirir um caráter de seriedade, porque, se a emenda de cinco para três anos for vitoriosa, será também urna emenda, pelo mesmo princípio, que diminua de três para um ano o usucapião urbano.

A fixação do prazo de cinco anos, recomendado por arquitetos ligados a uma política de moradia popular, ligados a uma política urbana de caráter popular, é porque entendem que esta é a forma de dar seriedade a este instituto, que é uma conquista popular na Constituição.

É inaceitável que venhamos aqui tentar, através de emendas sucessivas, desmoralizar, transformar um avanço, uma conquista do povo num recuo. Aquilo que está no texto é uma extraordinária conquista, senão amanhã eu apresento uma emenda reduzindo para um ano, tentando desmoralizar ainda mais esta conquista.

Além do mais, há um defeito técnico na emenda do nobre Constituinte Nelson Friedrich. S. Ex.<sup>a</sup> não dá a especificação da natureza do imóvel, e diz apenas:

"Aquele que não sendo proprietário de imóvel urbano ou rural possuir como seu, por três anos ininterruptos, de boa-fé e sem oposição, imóvel de até 250,00 m<sup>2</sup> de área, utilizando para sua moradia."

Isso acaba estendendo o usucapião de três anos, também, para os imóveis rurais, o que, evidentemente, é uma falha, talvez não voluntária do Constituinte Nelson Friedrich.

Gostaríamos de que a realidade se moldasse à Constituição, mas é preciso fazer uma Constituição à imagem e semelhança da realidade.

Pelo amor de Deus, não vamos dar às conquistas o caráter de derrota; não vamos dar aos avanços a aparência de recuo; não vamos desmoralizar um instituto que é sério e é absolutamente vitorioso: é algo que glorifica esta Constituição, é algo que nos vai marcar para o futuro e, por isso, a Relatoria é necessariamente contra essa emenda e pela sua rejeição.

**O SR. CONSTITUINTE NELTON FRIEDRICH:** – Sr. Presidente, peço a palavra para um esclarecimento.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – É para retirar a emenda?

**O SR. CONSTITUINTE NELTON FRIEDRICH:** – Não. Noto que o ilustre Relator fez uma observação que não casa com a realidade. A emenda – e explicitiei bem da tribuna – é tão-somente para alterar do texto do Relator Bernardo Cabral a expressão "de cinco anos ininterruptos" para "três anos ininterruptos". Tudo o mais fica

conforme o texto. É fundamental, porque há pouco o ilustre Relator, Senador José Fogaça, fez referência à questão rural. A nossa proposta é uma emenda modificativa, apenas de 5 para 3 anos, partindo do pressuposto de que, num País como o nosso, em que o processo de urbanização existe, a provisoriedade de três anos é visível.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – V. Ex.<sup>a</sup> está querendo fazer um novo encaminhamento.

Passamos à votação.

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – A Relatoria não foi informada.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A emenda do Constituinte Nilton Friedrich reduz apenas de 5 para 3 anos o usucapião urbano.

Em votação.

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – De qualquer forma a Relatoria não foi informada, e não altera a natureza da sua argumentação e da posição contrária.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Estamos em processo de votação e peço a colaboração dos Srs. Constituintes.

**O SR. CONSTITUINTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA:** – Em nome da Bancada do Partido dos Trabalhadores, eu gostaria que a Mesa explicasse ao Plenário por que a preferência pela Emenda do Constituinte Nilton Friedrich – em que vou votar favoravelmente – e não pela emenda da Constituinte Irma Passoni, que, na ordem de preferência estabelecida pelas Lideranças, estava colocada em primeiro lugar.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A planilha, realmente, indica o nome da Constituinte Irma Passoni como apresentadora de um destaque ao art. 201, que é mais complexo do que o do Constituinte Nilton Friedrich.

Foi transmitido à Presidência, em primeiro lugar, o destaque do Constituinte Nilton Friedrich, que é semelhante ao da Constituinte Irma Passoni. V. Ex.<sup>a</sup> tem razão na sua reclamação, mas como se trata de um fato consumado, peço compreensão, porque, na verdade, procuraremos corrigir, para que não ocorra mais essa inversão de ordem.

**O SR. CONSTITUINTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA:** – Peço à Mesa que, daqui para a frente, quando receber a ordem de preferência das Lideranças partidárias, obedeça cegamente, que não possa ser mudada a ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A ordem de preferência é estabelecida pelo acordo de Lideranças e pela ordem de numeração dos destaques. V. Ex.<sup>a</sup> tem razão na sua reclamação. Peço apenas sua compreensão dizendo que isso não se repetirá mais.

**O SR. CONSTITUINTE JOÃO MENEZES:** – Eles mudam o texto, que dirá à ordem...

**O SR. CONSTITUINTE MÁRIO ASSAD:** – Sr. Presidente, peço que V. Ex.<sup>a</sup> esclareça simplesmente um assunto: tenho acompanhado, como advogado, muito bem esse problema do usucapião e gostaria de saber de V. Ex.<sup>a</sup> se o parágrafo único dessa emenda está sendo votado: "Os bens públicos não serão adquiridos por usucapião", ou se foi retirado. Entendo que a incidência é fundamental para as favelas deste País, porque, na realidade, 80% das favelas neste País são de bens públicos, não são de bens privados.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A emenda incide exclusivamente sobre o **caput**. O parágrafo único permanece na sua integralidade, "reduzindo o prazo de 5 para 3 anos". É o único objetivo da emenda.

O parecer da Relatoria foi pela manutenção do texto, assim como o encaminhamento contra do Constituinte Antônio Britto.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem a palavra o Constituinte José Ignácio Ferreira.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, pedi a palavra para uma reclamação.

Sr. Presidente, o Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva acaba de colocar uma questão, que já tinha sido enfocada por mim anteriormente, sobre o que consta da planilha, para o mínimo de segurança do Plenário.

O que ocorreu agora foi muito grave, porque havia uma emenda da Constituinte Irma Passoni, que foi simplesmente postergada e, provavelmente, vai ser inteiramente prejudicada, em função da decisão de agora.

V. Ex.<sup>a</sup> resolve as coisas simplesmente pedindo desculpas, o que é profundamente lamentável, porque a Mesa a esta altura, diante de um equívoco que, não por si só, mas pelo que ele representa, é extremamente grave, e teria, sim, que voltar atrás e colocar em discussão e votação a emenda da Constituinte Irma Passoni.

Estou dizendo isto porque lamento profundamente continue a se repetir o mesmo equívoco que já tem sido objeto de nota levantada por nós em outras oportunidades.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Passa-se à votação da emenda.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Ademir Andrade, Carlos Mosconi, Fernando Bezerra Coelho, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, Ibsen Pinheiro, José Paulo Bisol, Manoel Moreira, Mário Lima, Nilton Friedrich, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Severo Gomes, Sigmaringa Seixas, Antônio Mariz, Euclides Scalco, Jorge Hage, José Carlos Grecco, Miro Teixeira, Nelson Wedekin, Uldurico Pinto, Vicente Bogo, Vilson Souza, Mário Assad, Brandão Monteiro, José Maurício, Luiz Salomão, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Aldo Arantes, Roberto Freire, Jamil Haddad. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Alfredo Campos, Almir Gabriel, Aluizio Campos, Antônio Britto, Artur da Távola, Carlos Sant'Anna, Celso Dourado, Egidio Ferreira Lima, Fernando Henrique Cardoso, João Calmon, José Fogaça, José Ignácio Ferreira, José Richa, José Ulisses de Oliveira, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Renato Vianna, Rodrigues Palma, Virgildásio de Senna, Wilson Martins, Chagas Rodrigues, Délio Braz, João Agripino, José Costa, Márcio Braga, Alcení Guerra, Aloysio Chaves, Francisco Benjamim, Christóvam Chiaradia, Eraldo Tinoco, Francisco Dornelles, Gilson Machado, Inocêncio Oliveira, José Jorge, José Lins, José Santana de Vasconcellos, Luís Eduardo, Oscar Corrêa, Osvaldo Coelho, Paulo Pimentel, Sandra Cavalcanti, João Menezes, Jofran Frejat, Jonas Pinheiro, José Tinoco, Mozarildo Cavalcanti, Paes Landim, Ricardo Izar, Antônio Carlos Konder Reis, Gerson Peres, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia, Virgílio Távora, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Adolfo Oliveira, Roberto Balestra e Antonio Farias.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 33 Constituintes; votaram NÃO 59 Constituintes. Total: 92 votos. O destaque foi **rejeitado**.

A Mesa consulta a Constituinte Irma Passoni se pretende apresentar integralmente a sua emenda ou ele é apenas em relação ao **caput** ou ao § 1º.

**A SRA. CONSTITUINTE IRMA PASSONI:** – Sr. Presidente, uma das conquistas de grande valor desta Constituinte é considerar a questão urbana constitucional. O mérito está colocado e isto deixa registrado e até presto a minha homenagem ao Relator, Constituinte Bernardo Cabral, sobre esta questão. Foi importantíssimo ter entrado a questão urbana no Projeto da Constituinte.

Portanto, esta conquista já está consagrada. É evidente que, poderíamos avançar mais, poderíamos aperfeiçoá-la, mas, infelizmente, sabemos que as nossas forças ainda não nos permitem.

Só para citar um exemplo: os grandes conglomerados urbanos já têm e continuarão tendo, a curto prazo, tamanha importância, que não poderiam ser ignorados por esta Assembléia Nacional Constituinte.

Lamentavelmente, ainda na questão urbana não ficou claro se os bens do Estado – áreas da Marinha, do Exército, áreas do Estado – estão incluídos no usucapião. Infelizmente, é uma perda, mas podemos conquistar isto futuramente, sendo possível ser contemplada no Relatório do Sr. Relator Bernardo Cabral como uma das questões complementares.

Quanto à questão, desisto do meu destaque, considero que o texto, como está, avança, é importante ser consagrado na Constituição. Apenas me permito colocar que a questão da habitação não foi colocada com a mesma força que deveria ter sido. Na questão urbana não entrou a questão habitacional.

E mais, é lamentável não ter entrado a questão do transporte coletivo, que a Comissão verá logo mais no destaque do Constituinte Euclides Scalco, quando poderá contemplar novamente o projeto do transporte coletivo como um serviço essencial urbano.

Portanto, chamo a atenção para que seja aprovado o destaque do Constituinte Euclides Scalco sobre o transporte coletivo.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A Autora retira o destaque.

**Destaque nº 4633-87 – Emenda nº ES-24415-9, do Sr. Roberto Freire, "que substitui o art. 236 § 1º do Substitutivo nº 1 (art. 200 do Substitutivo nº 2)".**

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Em votação o Requerimento de Preferência nº 4633, relativo à Emenda nº 24415 do eminente Constituinte Roberto Freire.

Os Srs. Constituintes que o aprovam queiram permanecer sentados. **(Pausa)**

Está aprovada, a preferência.

Tem a palavra o Autor, para encaminhamento.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, a nossa emenda correspondia a uma amplitude bem maior do que o destaque, agora aprovado em preferência, consubstancia. Desejávamos – inclusive dando continuidade aos avanços políticos que a questão urbana está tendo hoje no Brasil, a nível institucional também, porque é verdade que essa questão urbana é tão importante quanto a questão agrária – desejávamos lembrar que este País urbanizou-se aceleradamente, é um país urbano, e quase dois terços de sua população vivem em nossas cidades com problemas os mais sérios, e que precisam ser enfrentados, como estão sendo a partir deste substitutivo.

Queríamos, com a nossa emenda, modificar algo que pode dar lugar a alguns processos dilatatórios da intervenção do Estado aqui previstos. É através do problema das sucessivas intervenções, dando, talvez, a entender que é necessário cumprir toda essa sucessão de intervenção para

chegarmos àquela que é fundamental na transformação do uso do solo urbano, a desapropriação.

De qualquer forma, entendendo que os avanços já foram significativos, queríamos, agora, apenas garantir a questão da casa de moradia, quando na posse do seu proprietário legítimo, ou quando na posse daquele que tenha justo título e boa-fé. Garantir como? Garantir exatamente que a intervenção estatal, quando se tratar de caso de moradia, não poderá em hipótese alguma ser feita através, de indenizações em títulos da dívida pública; terá que ser, necessariamente, em dinheiro. E por quê? Porque a casa de moradia deverá ser assegurada a qualquer cidadão e, no momento da intervenção, o pagamento tem que ser prévio, justo, em dinheiro, para que continue tendo a, viabilidade de haver moradia para a cidadania.

Portanto, é uma emenda que, de imediato, define, a nível constitucional, que as indenizações, no caso da moradia e quando na posse do proprietário legítimo, ou seja, a casa de moradia do proprietário não incorporadores, não pessoas que tenham mais do que um imóvel, mas para aqueles que só têm uma casa de moradia, a indenização só será feita em dinheiro. Nos outros casos, como diz o **caput** do artigo, poderá ser feita em títulos da dívida pública.

É um avanço como está no Substitutivo. Creio que aí nossa emenda pode garantir o avanço mais geral. (Palmas)

Durante o pronunciamento do **Sr. Roberto Freire**, o **Sr. Aluizio Campos**, Primeiro-Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo **Sr. Brandão Monteiro**, Segundo Vice-Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Não há oradores inscritos.

Tem a palavra o Sr. Relator, para emitir o parecer sobre a emenda.

**A SRA. CONSTITUINTE SANDRA CAVALCANTI:** – Peço a palavra para encaminhar, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Sra. Constituinte Sandra Cavalcanti, faço um apelo a V. Ex.<sup>a</sup> para que, em não existindo oradores inscritos para encaminhar contrariamente à emenda... Se V. Ex.<sup>a</sup> insistir, não há por que negar o seu direito.

**A SRA. CONSTITUINTE SANDRA CAVALCANTI:** – Sr. Presidente, é tão bom quando acontece isto na Comissão de Sistematização, é um episódio tão positivo poder falar a favor de uma sugestão como esta, apresentada pelo nobre Constituinte Roberto Freire, para mim que trabalhei nesta matéria, que lutei tantos anos para tentar resolver um pouco o problema de habitação de grande parte da nossa população. Gostaria de trazer um reforço para esta sugestão. Mas, se V. Ex.<sup>a</sup> acha que não convém e já que não há ninguém que vai falar contra, eu me consolo apenas em dar os parabéns ao Constituinte Roberto Freire, por tentar colocar no texto da nossa Constituição isto que me parece a coisa mais justa e mais necessária. Conheço casos de pessoas que perderam suas moradias, porque as autoridades resolveram fazer projetos urbanos, alargamentos, avenidas, trevos, ou até mesmo pequenas represas. Pagaram a estas pessoas uma parte, deixando para pagar o restante em espécie e essas pessoas estão até hoje sem receber. É o conceito da propriedade privada, expresso nesta emenda no seu mais alto sentido, recebendo a prévia e justa indenização em dinheiro, como consagramos no art. 5º, que já votamos nesta Casa, em Capítulo anterior.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Nobre Constituinte Sandra Cavalcanti, na verdade V. Ex.<sup>a</sup> fez um encaminhamento. Em respeito ao trabalho de V. Ex.<sup>a</sup>,

só quero informar que não quis, de nenhuma forma, cercear o direito de V. Ex.<sup>a</sup> falar.

Estou dirigindo-me à Constituinte Sandra Cavalcanti para informá-la de que ontem, durante a sessão pela manhã, houve proposta, aqui, na Comissão, de que fosse realizado somente um encaminhamento a favor e um contrário à proposição.

V. Ex.<sup>as</sup> sabem que sou um dos defensores do direito de os Constituintes falarem, porque acho que as restrições que a cada dia se impõem aos Constituintes têm sido tão grandes que o mandato universal que recebemos, daqui a pouco, ficará bastante mutilado para se votar na Constituinte. Sempre procurando interpretar o sentimento do Plenário, sempre pergunto se o Constituinte quer abrir mão ou não da palavra, mas não o impeço de falar.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Tem a palavra, pela ordem, o Constituinte Roberto Freire.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – A nossa emenda não modifica nada, apenas adiciona. O parágrafo que trata das indenizações com pagamento em títulos ou em dinheiro, no sentido geral das não edificadas, não utilizadas, nas questões sucessivas, está mantido; as desapropriações serão feitas com pagamento em título ou em dinheiro. Em dinheiro, nos casos de moradia e quando na posse do legítimo proprietário. É adição ao princípio geral, como se pudéssemos dizer: "restringe-se à indenização em dinheiro apenas aos casos de moradia, não sendo o pagamento em título da dívida pública".

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Constituinte Roberto Freire, V. Ex.<sup>a</sup> já fez a defesa da sua emenda, e obviamente a emenda não foi lida anteriormente.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ ULÍSSES DE OLIVEIRA:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra, pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ ULÍSSES DE OLIVEIRA:** – Eu gostaria de um esclarecimento. A emenda apresentada pelo nobre Constituinte Roberto Freire é extensa. Eu gostaria de saber de V. Ex.<sup>a</sup> se esta emenda é modificadora ou se é aditiva, e qual é o teor do texto que realmente está sendo votado, para termos conhecimento.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – É uma emenda aditiva somente em relação ao § 1º do art. 236, que diz o seguinte:

"A desapropriação, para fins previstos neste artigo, deverá ser feita mediante indenização em dinheiro, quando se tratar de casos de moradia e nos casos do imóvel na posse do legítimo proprietário."

**O SR. CONSTITUINTE INOCÊNCIO OLIVEIRA:** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra, pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE INOCÊNCIO OLIVEIRA:** – Sr. Presidente, com todo respeito que tenho pelas decisões de V. Ex.<sup>a</sup>, sempre sérias e corretas, acredito que esta emenda não é aditiva; esta emenda é modificativa. Existe um parágrafo específico que trata deste assunto, o § 3º do art. 200, que diz:

"§ 3º As desapropriações de imóveis urbanos serão pagas, previamente, em dinheiro, facultando ao Poder Público Municipal, mediante lei específica para área territorial incluída em plano urbanístico aprovado pelo Poder Legislativo, exi-

gir, nos termos da lei, do proprietário do solo urbano não edificado, não utilizado ou subutilizado que promova seu adequado aproveitamento sob pena, sucessivamente, de parcelamento ou edificação compulsórios, estabelecimento de imposto progressivo no tempo e desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública, de emissão previamente aprovada pelo Senado da República, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais."

Então, esta emenda não poderia nunca ser aditiva, porque ficariam dois parágrafos tratando do mesmo assunto. De modo que peço a reconsideração de V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO BRITTO:** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Com a palavra o Constituinte Antônio Britto, pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO BRITTO:** – Ponderei a V. Ex.<sup>a</sup> que esse parágrafo da Emenda Roberto Freire, que agora é posto em votação, fazia parte de uma emenda completa. É evidente que na hipótese da emenda completa ele tinha sentido, porque o **caput** do artigo da Emenda Roberto Freire não se referia a isso. Na medida em que S. Ex.<sup>a</sup> decidiu destacar apenas aquela parte e procura inseri-la num conjunto já pronto do Substitutivo Bernardo Cabral, ela é, evidentemente, modificativa.

**O SR. CONSTITUINTE VIVALDO BARBOSA:** – Senhor Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Tem a palavra o Constituinte Vivaldo Barbosa, pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE VIVALDO BARBOSA:** – Senhor Presidente, consulto o Sr. Relator sobre seu entendimento, caso seja aprovada a emenda, se é o mesmo entendimento que estou construindo ao ler o texto.

Quando o § 1º diz que "a desapropriação, para fins previstos neste artigo, deverá ser feita mediante indenização em dinheiro, quando se tratar de casos de moradia" – uma hipótese – e nos outros casos significa "nos casos de imóvel na posse do legítimo proprietário"? Estou entendendo que esses outros casos significam todos aqueles de imóveis que, independentemente da sua extensão, natureza e localização, estejam na posse legítima.

Como entendo que o pagamento da indenização decorrente da desapropriação só pode ser feito ao titular legítimo, isto significa que este parágrafo vai anular o **caput** que pretende aditar, porque, nesta hipótese, Senhor Relator, quando somente se pode pagar ao proprietário legítimo – não se pode pagar por desapropriação a proprietário ilegítimo –, anula-se qualquer pagamento de título. Ficaremos apenas com indenização, com pagamento em dinheiro.

Consulto o entendimento do Sr. Relator, porque, neste caso, a emenda do Constituinte Roberto Freire tem outro sentido que, creio, S. Ex.<sup>a</sup> não quer alcançar.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Senhor Presidente, V. Ex.<sup>a</sup> concede-me a palavra?

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Constituinte Roberto Freire, sobre o assunto já foram emitidas várias opiniões.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Não vou dar opinião. Estou pedindo a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – V. Ex.<sup>a</sup> vai falar sobre o assunto?

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Claro, não vou dar opinião mais.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Está bem. V. Ex.<sup>a</sup> tem a palavra, pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Estou ouvindo as mais diversas opiniões.

Há, evidentemente, as pessoas, também, com as posições mais diversas: há aqueles que defendem que o pagamento deva ser feito em dinheiro, em qualquer hipótese, há os que querem o pagamento em títulos, em qualquer hipótese.

Se minha emenda está dando esse tipo de discussão, evidente que aqui não é o local para isto. Precisamos resolver primeiro essa discussão, para podermos votar com tranqüilidade:

Em função da complexidade que está gerando a nível de plenário, retiro a emenda. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – O Senhor Constituinte Roberto Freire retirou a emenda.

**Destaque Nº 6905-87 – Emenda nº ES-25890-7, do Sr. Antônio Britto, "que modifica o art. 51 "caput" e § 2º (art. 202 do Substitutivo nº 2)".**

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Em votação a preferência para o Destaque nº 6905; de autoria do Constituinte Antônio Britto.

Os Srs. Constituintes que são favoráveis ao requerimento preferencial permaneçam sentados. **(Pausa)**

Aprovado.

Tem a palavra o Constituinte Antônio Britto, que encaminhará o Destaque nº 6905 para a emenda, que é substitutiva ao art. 202.

**O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO BRITTO:** – Senhor Presidente e Srs. Constituintes, esta Casa tem sido testemunha de repetidos apelos da relatoria dirigidos a um e a outro constituinte. Eu gostaria de tomar a liberdade de inverter e fazer um apelo à relatoria.

O que visa esta emenda? O art. 202 fixou, num avanço admirável, a criação, no texto constitucional, da figura das áreas metropolitanas, micro-regiões, e segue o texto definindo, de forma exemplar, a sua competência.

No entanto, houve aqui a fixação da expressão "áreas metropolitanas", contrariando o que é a tradição brasileira, contrariando o que é a tradição da própria legislação brasileira. A lei complementar que, em 1973, criou esta figura, criou falando em regiões metropolitanas. Assim elas são conhecidas no País. Existem nove prestando enormes serviços ao País. Por isto, a minha emenda visava simplesmente substituir a palavra "áreas" por "regiões". Havendo a compreensão da Relatoria – e é este apelo que faço –, evidentemente, como se trata de matéria especificamente de redação, proponho à Relatoria esta questão, ou seja, ser aceita a alteração. Senão, farei o encaminhamento. **(Pausa)**

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – De acordo.

**O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO BRITTO:** – Entendo que devo retirar, tendo em vista a palavra do Relator.

**Destaque nº 4210-87, do Sr. Euclides Scalco, "que adita o art. 239 e o seguinte parágrafo único "A lei disporá sobre a criação de um fundo de transportes urbanos, administrado pela União e Municípios" do Substitutivo nº 1 ao Título VII, Capítulo I do Substitutivo nº 2." (425ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Em votação o requerimento de preferência para o Destaque nº 4210, de autoria do Constituinte Euclides Scalco.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LUIZ MAIA:** – Sr. Presidente, pela planilha o Destaque é o 4250.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Em princípio, vamos verificar. **(Pausa)**

Houve um erro de datilografia perfeitamente compreensível na planilha.

Em votação o requerimento de preferência do Constituinte Euclides Scalco para o Destaque nº 4210.

Os Srs. Constituintes que estão de acordo com a preferência permaneçam sentados, **(Pausa)**

Aprovado.

Tem a palavra o Constituinte Euclides Scalco, que pretende aditar ao Capítulo I do art. 239, em seu parágrafo único, "este" até à expressão "União e Municípios" do Substitutivo 1.

**O SR. CONSTITUINTE EUCLIDES SCALCO:** – Indico o Constituinte Antônio Britto para fazer a sustentação.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Tem a palavra o Constituinte Antônio Britto.

**O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO BRITTO:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, estamos concluindo a votação dos dispositivos relativos à questão urbana.

Conforme disse da tribuna, parece-me ser um consenso dentro da Comissão este Capítulo, estes dispositivos que traduzem o extraordinário avanço na questão urbana no enfrentamento dos problemas das grandes cidades. No entanto, a juízo de um grupo de Constituintes – à frente deles o nobre Constituinte Euclides Scalco –, pareceu-nos que havia uma lacuna, pareceu-nos que o conjunto de dispositivos deixava uma lacuna, que se trata de sanar com esta emenda. O que se propõe? Propõe-se seja aditado ao texto dos dispositivos relativos à questão urbana parte do que compunha o art. 239 do Substitutivo nº 1, com a seguinte redação:

"Art. – O transporte coletivo urbano é um serviço público essencial, de responsabilidade do Estado, podendo ser operado, subsidiariamente, através de concessão ou permissão.

Parágrafo único – A lei disporá sobre a criação de um fundo de transportes urbanos, administrado pela União e Municípios."

O que se busca com isto? Em primeiro lugar, reparar que é uma lacuna política dentro do universo de graves problemas enfrentados pelas cidades. Aí está a questão dos transportes coletivos urbanos. Evidentemente, a consciência e o nível de formação de cada um dos Constituintes, seguramente, me dispensam de argumentar em favor da importância política da inclusão. Ora, o que se procura já no **caput** do artigo? Dizer que ele é um serviço público essencial, de responsabilidade do Estado. No entanto, com equilíbrio, com sensatez, parece-me e este texto – posso elogiá-lo assim, porque é de origem da Relatoria – não fecha, obviamente, a porta à exploração desse serviço pela iniciativa particular, desde que através de concessão ou de permissão.

Por último, o texto propõe no seu parágrafo único:

"A lei disporá sobre a criação de um fundo de transportes urbanos, administrado pela União e Municípios."

Nesta Casa criou-se com razão, temor, às vezes ojeriza, à idéia da criação dos fundos. Eu próprio, em muitas votações, tenho dado o voto "Não" contra a criação indiscriminada dos fundos. Mas não acredito, Srs. Constituintes, esta Comissão possa fechar os olhos, a excetuar o caso grave é dramático do transporte coletivo urbano. Mais de 30 milhões de brasileiros hoje são submetidos à condição desumana, à condição inferior da perda do tempo e da perda da vida com esse tipo de transporte coletivo que temos, se não couber uma ação enérgica da Constituição e do Estado através da criação, aí sim de um

fundo. Onde caberá a criação desse fundo? Trata-se de uma exceção, uma exceção que quem quiser entender saia a caminhar pelas cidades brasileiras, saia a ver, às seis horas da manhã, às cinco horas da manhã à noite, o drama a que o Brasil condenou trinta milhões dos seus habitantes.

Por isto, com muita tranqüilidade e também com alguma emoção, acho que aqui cabe a exceção, uma exceção que é feita justificadamente, e mais, com a cautela de não sair a definir porcentagens, aplicações, tentando que depois a lei ordinária trabalhe sobre esta matéria.

Por isto, Sr. Relator e Srs. Constituintes, encaminho a favor de que se corrija a lacuna, a única lacuna que me pareceu considerável do texto do nobre Relator Bernardo Cabral e se aprove esse dispositivo que leio, uma vez mais .e última.

"O transporte coletivo urbano é um serviço público essencial, de responsabilidade do Estado, podendo ser operado, subsidiariamente, através de concessão ou permissão.

Parágrafo único – A lei disporá sobre a criação de um fundo de transportes urbanos administrado pela União e Municípios."

Peço que votem SIM para que se consiga dotar a Constituição de instrumentos para enfrentar esta verdadeira chaga da vida brasileira.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Com a palavra o Constituinte Francisco Dornelles, que encaminhará contra a proposição.

**O SR. CONSTITUINTE FRANCISCO DORNELLES:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a emenda do ilustre Constituinte Antônio Britto nada mais é que o restabelecimento da famosa emenda do DNER, que foi retirada há três dias. A emenda cria um fundo, quando, na realidade, pelas razões que vou indicar, não podemos admitir a criação de fundos. O orçamento fiscal é uma farsa. Não temos orçamento fiscal no Brasil, e o que existe é que, a partir desta Constituição, vai ser o Congresso, na sua total liberdade, que irá estabelecer a receita, a despesa, e irá dizer e escolher livremente para que setores devem ser encaminhados os recursos que a sociedade lhe entrega. Se a União, os Estados e Municípios entenderem que a prioridade desses recursos deve ser canalizada para programas de combate à pobreza absoluta. É para esses setores que vão ser destinados esses recursos; se se entender que esses recursos devem ir para a construção de estradas de ferro, é para estradas de ferro; se for para a erradicação de favelas, é para a erradicação de favelas. Não se pode estabelecer um fundo com destinação certa, porque, além de ferir a hegemonia do Congresso Nacional, fere completamente todos os pontos doutrinários que entendem e que devem figurar no Orçamento.

Se isso é o que está disposto no parágrafo deste artigo, no **caput** deste artigo se estabelece mais um campo, mais um avanço no sentido da estatização, estabelecendo quase o monopólio do Estado para operar serviços de transportes municipais e estaduais.

Por estes motivos, nós, que já derrotamos e já nos manifestamos contrários às emendas de vinculação de receita a fundos para construção de estradas, temos que nos estabelecer contra a criação de qualquer fundo, porque é o Congresso Nacional, são as Assembléias Municipais que, na sua soberania, vão estabelecer as prioridades para a aplicação desses recursos.

Proponho votar contra a emenda do Constituinte Antônio Britto, porque ela não atende a todos os princípios que devem reger a boa técnica orçamentária e a soberania do Congresso, das Assembléias Legislativas e dos Municípios para estabelecer prioridade na aplicação dos seus recursos.

**O SR. CONSTITUINTE VIRGILDÁSIO DE SENNA:** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Com a palavra, pela ordem, o Constituinte Virgildásio de Senna.

**O SR. CONSTITUINTE VIRGILDÁSIO DE SENNA:** – Sr. Presidente, ontem, deste microfone de apartes, fiz uma intervenção, manifestando-me contrário à decisão aprovada pela Casa relativa ao art. 188, § 4º, que veda a criação de fundos. A matéria foi votada ontem e estabeleceu-se constitucionalmente uma vedação constitucional para a criação de vinculações ou fundos de qualquer natureza, salvo aqueles expressamente vinculados ao assunto de educação, como ressaltado no texto aprovado.

Pergunto a V. Ex.<sup>a</sup> como esta matéria está sendo votada, diante da vedação, ontem, aprovada pela Casa.

**O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO BRITTO:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Com a palavra o Constituinte Antônio Britto.

**O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO BRITTO:** – Repilo com a maior veemência, e da forma que não costume utilizar, o fato de um experiente, competente e profundo conhecedor da matéria, Constituinte Francisco Dornelles, pretender divergir da emenda, que este é o seu direito, não apontar argumentos contra ela, que este é o seu direito e entendo é o seu dever, mas citar proposição que não comporta o texto. Esta emenda nada tem a ver com o DNER. É só ler: transporte coletivo urbano.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Constituinte Antônio Britto, na verdade V. Ex.<sup>a</sup> não levantou uma questão de ordem. V. Ex.<sup>a</sup> utilizou a questão de ordem, e faço um apelo para que não ocorra mais, utilize uma questão de ordem para contraditar o que dissera o Constituinte Francisco Dornelles da tribuna.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Tem a palavra o Constituinte José Lins.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Sr. Presidente, faço um apelo à Mesa para que se dirija ao Plenário, a fim de que possamos levar o processo de votação dentro da ordem regimental. Haverá um defensor, haverá um ou dois que talvez falem contra, conforme a Mesa decidir. Não podemos ficar levantando questão de ordem para fazer defesas ou acusações paralelas. O nosso problema fundamental é tempo. Se houver mais ordem, ganharemos tempo, e poderemos cumprir a nossa missão, que é de muita responsabilidade, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – V. Ex.<sup>a</sup> deve ter observado, Constituinte José Lins, que, ao responder a uma suposta questão de ordem do Constituinte Antônio Britto, o fiz com o espírito que V. Ex.<sup>a</sup> requer.

Evidentemente que a Mesa não tem uma varinha de condão, para adivinhar o que o Constituinte, através de questão de ordens, virá a produzir. Neste momento o Constituinte José Costa precisa responder, aí, sim, é uma questão de ordem concreta, à do Constituinte Virgildásio de Senna.

Peço ao Constituinte Virgildásio de Senna venha até a Mesa, porque não estamos encontrando o artigo referente à questão de S. Ex.<sup>a</sup>, que fala em vedação constitucional.

Tem a palavra o Sr. Constituinte José Costa.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ COSTA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, realmente o tempo urge, temos matérias relevantíssimas a debater e a votar, mas cabe aqui uma observação.

Em primeiro lugar, resta-me parabenizar o eminente Líder Euclides Scalco, do meu Partido, por esta feliz iniciativa. Em segundo lugar, quero mostrar e dar conhecimento à Casa, um dos aspectos mais dramáticos dessa questão, o transporte coletivo urbano.

Recentemente foi feita uma pesquisa em Salvador, em Recife e na Capital do meu Estado, Maceió, e se constatou que nas horas de **rush**, nos momentos de tráfego mais intenso, os ônibus dessas Capitais abrigavam até dez passageiros por metro quadrado. Esta é uma situação absolutamente insustentável, uma situação absolutamente intolerável. Temos de encaminhar uma solução para esta questão do transporte coletivo, sobretudo nas grandes cidades, nas grandes Capitais.

Cabe – e esta é a razão pela qual ocupo a tribuna – uma explicação. É no que diz respeito ao parágrafo único da emenda proposta pelo eminente Constituinte Euclides Scalco, que diz o seguinte:

"A lei disporá sobre a criação de um fundo de transporte urbano, administrado pela União e Municípios, para subsidiar a diferença entre o custo do transporte e o valor da tarifa paga pelo usuário."

Esse fundo, em verdade, é de equalização, à semelhança do que acontece com o Fundo de Participação dos Estados, e não o Fundo de Execução do Orçamento, como pretendeu sustentar e afirmar o eminente Constituinte Francisco Dornelles.

Estas, as razões que me trouxeram à tribuna, Sr. Presidente. **(Muito bem!)**

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Tem a palavra o Constituinte José Lins.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, iniciarei dizendo que a questão do transporte urbano é talvez uma das mais difíceis deste País, em função, fundamentalmente, de que as classes mais necessitadas, em geral, não têm condições, com o salário mínimo, de pagar o seu custo.

Todavia, Sr. Presidente, é preciso admitir que não podemos engessar, através de uma Constituição rígida, todas as soluções que a lei poderá prever. Não podemos estar colocando na Constituição matérias que são, evidentemente, da legislação ordinária. Tanto isso é verdade, Sr. Presidente, que este mesmo Plenário considera que o poder público deve dispor de um mínimo de liberdade para programar a sua ação, que deve ser conduzida tendo em conta o montante de recursos disponíveis pela Receita. Ninguém pode fazer programação se todos os recursos ou grande parte deles já estiverem com suas aplicações impostas pela própria Constituição.

Hoje, o problema do transporte é crucial. Amanhã, ou hoje mesmo, será o da habitação. Depois, poderá ser outro, e a Constituição não se ajustará senão a esta conjuntura imediatista destes dias de sofrimento de hoje.

Tanto isso é verdade que, já no art. 188, aprovado, dizemos que é vedada a vinculação de receitas de impostos a órgãos, fundos, despesas e outras caixas que, por acaso, venham a ser requeridas na Constituição para a solução de problemas específicos.

Ainda mais, Sr. Presidente, vivemos num país em que a iniciativa privada precisa ser incentivada. Por que jogar nas costas do Estado a solução de todos os problemas? Esta é mais uma proposição estatizante. Ela dispõe claramente que o transporte coletivo urbano é um serviço público essencial – até aí, muito bem – de responsabilidade do Estado – certamente –, podendo ser operado subsidiariamente, através de concessão ou permissão.

Eis aí, Sr. Presidente, um ponto grave, que não pára aí. O parágrafo diz que "a lei disporá sobre a criação de um

fundo". E este fundo – vejam bem V. Ex.<sup>as</sup> – será administrado pela União e pelos municípios. São quatro mil municípios e cem grandes cidades neste País que vão administrar, em conjunto, cem municípios e a União. Se fosse ainda um fundo da União para ajudar na solução dos problemas conforme se apresentarem em cada município, tudo bem. Mas aqui é uma administração conjunta, e, portanto, extremamente difícil.

Sr. Presidente, peço ao Plenário não queira resolver todos os problemas, que são muitos, que são graves, através simplesmente da Carta Constitucional. Cada vez que impomos uma solução através da Carta, estamos desprezando toda a imaginação, toda a capacidade do Plenário, toda a capacidade do brasileiro de buscar solução dentro de parâmetros mais amplos que deixem alguma liberdade se não a nós, pelo menos às gerações futuras, que também querem participar das soluções dos problemas nacionais.

Não temos o direito de resolvê-los todos de um modo rígido, engessado, dentro de uma Constituição de concreto e ferro que agora tentamos fazer.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Tem a palavra o Relator, para emitir parecer sobre a emenda.

**O SR. CONSTITUINTE INOCÊNCIO OLIVEIRA:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Tem a palavra o Constituinte Inocêncio Oliveira.

**O SR. CONSTITUINTE INOCÊNCIO OLIVEIRA:** – Sr. Presidente, apesar de no mérito sermos a favor de qualquer medida que venha equalizar o preço das passagens urbanas, esta emenda é conflitante com o texto constitucional que já votamos, porque, no inciso IV do art. 188 diz o seguinte:

"São vedados: ... IV – **Caput** do art. 188 a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa..."

Então, Sr. Presidente, o que se quer com esta emenda é criar um fundo que está vedado pelo que aprovamos, através do art. 188.

**O SR. CONSTITUINTE CÉSAR MAIA:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Tem a palavra o Constituinte César Maia.

**O SR. CONSTITUINTE CÉSAR MAIA:** – Sr. Presidente, não há no texto nenhuma citação à vinculação de nada. Este não é um fundo de execução orçamentária, mas de equalização de tarifas, tirando das tarifas de trajetos curtos e passando para as tarifas de trajetos longos, protegendo a população de periferia. Não é nada disso que o nobre Constituinte comentou.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – A Mesa vai resolver a questão de ordem que vem, pela segunda vez, levantada pelo Constituinte Inocêncio Oliveira.

Pensa a Mesa que a emenda não está prejudicada, e vou explicar o porquê. Primeiro, porque ela é nitidamente diferente do texto constitucional aqui aprovado, onde há vinculação a impostos, e claramente exposto. Segundo, se formos examinar a matéria à luz da interpretação rígida, todo o texto está aprovado, porque foi aprovado o Título, ressalvados os destaques. Por isto, a Mesa entende que a emenda não está prejudicada.

**O SR. CONSTITUINTE FRANCISCO DORNELLES:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Tem a palavra o Constituinte Francisco Dornelles, pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE FRANCISCO DORNELLES:** – Sr. Presidente, V. Ex.<sup>a</sup> havia estabelecido um critério, que

falariam dois – V. Ex.<sup>a</sup> acabou de conceder a palavra ao meu ilustre e querido Deputado Constituinte César Maia. Quero também um minuto. Não sou do PDT, mas tenho direito a um minuto também...

**O SR. CONSTITUINTE CÉSAR MAIA:** – Sr. Presidente, peço a palavra para esclarecer a questão de ordem do nobre Constituinte Francisco Dornelles.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Nobre Constituinte César Maia, a questão de ordem do ilustre Constituinte Francisco Dornelles foi dirigida à Mesa e a Mesa vai respondê-la.

O nobre Constituinte César Maia pediu a palavra para uma questão de ordem, a fim de contraditar o que dissera o nobre Constituinte Inocêncio Oliveira, que alegara prejudicialidade. S. Ex.<sup>a</sup> não fez nenhum encaminhamento a favor ou contra. Solicitaria ao ilustre Constituinte que prestasse atenção ao andamento da reunião plenária, senão ficará difícil a nós presidi-la. O nobre Constituinte Inocêncio Oliveira fez uma questão de ordem, alegando prejudicialidade da matéria, em socorro à questão de ordem apresentada pelo nobre Constituinte Virgildásio de Senna. A Mesa não a tinha resolvido. O nobre Constituinte César Maia pediu a palavra para contraditar, o que é perfeitamente possível, e não para encaminhar.

Tem a palavra o Relator Virgílio Távora.

**O SR. RELATOR (Virgílio Távora):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, agrada bastante à Relatoria o cerne do art. 239. Sucede que a lógica toda do nosso texto é pela eliminação, pela extinção de fundos. Aqui foi citado – e com justa razão – o item IV do art. 188. Para compatibilizar uma idéia boa com aquilo que julgamos ser um antônimo de toda a lógica do texto, sugerimos que haveria uma eliminação, pela Relatoria, justamente do parágrafo. Assim, teríamos o que é importante para V. Ex.<sup>as</sup>, tanto o autor da emenda como o do destaque, a manutenção da idéia básica. Feito isto, resolveríamos o problema.

Consultamos o ilustre autor da emenda e do destaque se estão de acordo. **(Pausa)**

Sr. Presidente, concordando os autores da emenda e do destaque que a Relatoria faria a compatibilização de maneira a excluir o parágrafo único, estamos de pleno acordo com a emenda. O nosso voto é favorável. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Antes da votação, para esclarecimento do Plenário...

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ COSTA:** – Sr. Presidente, como ficaria o texto do Relator? Caberia uma explicação.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Solicito a atenção do Constituinte Euclides Scalco, que é o autor da emenda.

Relator propôs que ficasse no texto:

"O transporte coletivo urbano é um serviço público essencial da responsabilidade do Estado, podendo ser operado, subsidiariamente, através de concessão ou permissão."

Para compatibilização do texto, o parágrafo único, que diz:

"A lei disporá sobre a criação de um fundo de transportes urbanos, administrado pela União e Municípios, para subsidiar a diferença entre o custo do transporte e o valor da tarifa paga pelo usuário" – seria retirado.

Neste sentido, com a concordância do autor, o texto em votação é simplesmente aquele lido anteriormente.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Tem a palavra o Constituinte José Lins.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Sr. Presidente, em nome do Regimento, mais uma vez faço um apelo a V. Ex.<sup>a</sup>

A proposição há de ser votada conforme é apresentada. A Mesa terá que decidir se ela é incompatível com algum texto aprovado ou não. Não podemos admitir que qualquer um dos Constituintes modifique a proposição depois que ela começa a ser votada.

De modo que, Sr. Presidente, peço a V. Ex.<sup>a</sup> que observe, se não o Regimento, pelo menos as normas de consenso que temos admitido.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Tem a palavra o Relator, Constituinte José Fogaça.

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – Sr. Presidente, vamos votar agora uma matéria que tem um conteúdo essencial:

"O transporte coletivo urbano é um serviço público essencial de responsabilidade do Estado, podendo ser operado, subsidiariamente, através de concessão ou permissão."

Esta é a matéria que votaríamos, essencialmente.

A outra parte:

"Parágrafo único. A lei disporá sobre a criação de um fundo de transportes urbanos, administrado pela União e pelos Municípios."

Entende a Relatoria que não se compatibiliza com o que já foi aprovado. A Relatoria, aprovada esta emenda, retirará esta parte, ficando apenas:

"O transporte coletivo urbano é um serviço público essencial de responsabilidade do Estado, podendo ser operado, subsidiariamente, através de concessão ou permissão."

É aí que se encerra a matéria compatibilizada com o texto. Esta é uma disponibilidade com que conta a Relatoria para uma sistematização e adaptação do texto. Não há, aí, nenhuma transgressão regimental.

Neste sentido, a Relatoria defende a possibilidade dessa compatibilização.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Sr. Presidente, peço a palavra, para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Tem a palavra o Sr. Constituinte José Lins, para uma questão de ordem.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Sr. Presidente, vamos votar a proposta oferecida pelo Constituinte ou vamos votar parte da matéria? Se for parte da matéria, evidentemente, a proposta terá sido cortada em parte, o que não é permitido.

**O SR. PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO:** – Peço a palavra, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Tem a palavra o Sr. Constituinte Plínio Arruda Sampaio.

**O SR. CONSTITUINTE PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO:** – Eu queria saber, Sr. Presidente, se o Constituinte Antônio Britto retirou a parte final, porque entendo que o Relator não tem essa faculdade. Só estou prevenindo coisas futuras. Se votarmos um texto que colida com outro texto, quem tem a faculdade de dirimir qual é o que fica e qual é o que sai? Só este Plenário. De modo que, se houver uma concordância do Constituinte na retirada do seu texto muito bem; se não, votou está votado.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Tem a palavra o Constituinte Virgílio Távora.



**O SR. CONSTITUINTE VIRGÍLIO TAVORA:** – Houve a concordância do eminente Constituinte Antônio Britto.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – A Mesa vai resolver a questão levantada pelo nobre Constituinte José Lins.

Foi apresentada uma emenda pelo nobre Constituinte Euclides Scalco. Antes mesmo da sua discussão, foram levantadas questões de ordem a respeito da prejudicialidade desta emenda, sob a alegação de que colidiria uma parte da emenda com o que já fora aprovado anteriormente pela Comissão, no que diz respeito ao fundo. A Mesa decidiu, em questão de ordem, que não havia incompatibilidade, eis que o fundo proposto ali não buscava vinculação de impostos com a vedação constitucional.

Encaminhada a matéria pelos autores, que a defenderam, e pelos que contra ela se colocaram, demos a palavra ao Relator. Ai, penso que é necessário fazermos uma reflexão. O Relator entendeu que não havia nenhuma dificuldade, no seu parecer, em aceitar a emenda e incorporá-la ao texto, dando o seu parecer. Entretanto, no que diz respeito ao § 1º, entendia S. Ex.<sup>a</sup> que haveria dificuldades de compatibilização. Propunha, então, a aceitação da emenda.

Como esta é uma Comissão de Sistematização, e sistematizar é tentar, além das votações, resolver os conflitos que não são contraditórios de forma absoluta, penso que não há nenhuma dificuldade na votação da emenda, eis que o autor concordou com a redação proposta pelo Relator para compatibilizar os dois dispositivos. Esta é a decisão.

Em votação.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Ademir Andrade, Almir Gabriel, Aluizio Campos, Antônio Britto, Artur da Távola, Celso Dourado, Egídio Ferreira Lima, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, José Fogaça, José Paulo Bisol, Mário Lima, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Renato Vianna, Rodrigues Palma, Severo Gomes, Sigmaringa Seixas, Virgildásio de Senna, Antonio Mariz, Chagas Rodrigues, Euclides Scalco, João Natal, José Carlos Grecco, José Costa, José Tavares, Miro Teixeira, Nelson Wedekin, Uldurico Pinto, Vicente Bogo, Vilson Souza, Ziza Valadares, Inocêncio Oliveira, Jonas Pinheiro, Antônio Carlos Konder Reis, Gerson Peres, José Luiz Maia, Virgílio Távora, Brandão Monteiro, José Maurício, Lysâneas Maciel, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Adolfo Oliveira, Aldo Arantes, Roberto Freire, Jamil Haddad. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Alfredo Campos, Fernando Bezerra Coelho, João Calmon, José Geraldo, José Richa, José Ulisses de Oliveira, Manoel Moreira, Wilson Martins, Albano Franco, Délio Braz, Marcos Lima, Alcení Guerra, Aloysio Chaves, Francisco Benjamim, Carlos Chiarelli, Francisco Dornelles, Antonio Carlos Mendes Thame, Gilson Machado, José Jorge, José Lins, José Lourenço, José Santana de Vasconcellos, José Thomaz Nonô, Luís Eduardo, Mário Assad, Oscar Corrêa, Osvaldo Coelho, Paulo Pimentel, Ricardo Fiúza, Sandra Cavalcanti, Enoc Vieira, Jofran Frejat, Roberto Balestra, Antonio Farias. **ABSTENÇÃO** dos Senhores Constituintes: Eraldo Tinoco, Darcy Pozza.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram **SIM** 55 Constituintes; votaram **NÃO** 34 Constituintes; abstiveram-se de votar 2 Constituintes. Total: 91 votos. O Desaque foi **aprovado**.

A Mesa da Comissão de Sistematização informa aos Srs. Constituintes, manifestando a nossa profunda satisfação, a presença, entre nós, do Deputado Carlos Alberto Grazianni, Parlamentar do Partido Comunista Italiano e membro do Grupo Comunista do Parlamento Europeu. **(Palmas)**

Penso que falo pela Comissão e pela Assembléia Nacional Constituinte, recepcionando-o e agradecendo S. Ex.<sup>a</sup> a presença entre nós, o que muito nos honra. **(Pausa)**

**Destaque nº 7232-87, do Sr. José Richa, "que substitui o art. 203 do Substitutivo nº 2 pelo art. 240 do Substitutivo nº 1". (426ª votação)**

Em votação o Requerimento de Preferência nº 7232, de autoria do Constituinte José Richa.

Os Srs. Constituintes que são favoráveis à preferência requerida pelo ilustre Senador paranaense permaneçam sentados. **(Pausa)**

Aprovado.

Tem a palavra o Sr. Constituinte Fernando Henrique Cardoso, por indicação do Constituinte José Richa, que irá defender o Destaque nº 7232, da autoria de S. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. CONSTITUINTE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, faz o Senador José Richa um destaque, pelo qual pede que se restabeleça o texto do Substitutivo "Cabral 1" o antigo art. 240, para substituir o atual 203. Qual é a diferença? O "Cabral 1" diz o seguinte:

"A ordenação do transporte marítimo internacional observará a predominância dos armadores nacionais do Brasil e do país exportador ou importador em partes iguais, observado o princípio da reciprocidade.

Parágrafo único. As disposições deste artigo não se aplicam ao transporte de graneis."

Na verdade, a formulação do "Cabral 2" proíbe, na prática, o afretamento. Esta matéria é delicada e importante. O valor do frete no Brasil, hoje, alcança cerca de 3,5 bilhões de dólares. Oitenta por cento do afretamento é feito pelas empresas estatais, porque elas não dispõem dos navios. Ora, se proibíssemos o afretamento, claro que se poderia imaginar que haveria um estímulo à produção de navios, o que é verdade. Mas, até que houvesse os navios, haveria uma grande dificuldade. Mais ainda: esse estímulo significaria a existência de uma proteção, no caso, indevida. O custo do navio é mais barato comprado lá fora do que aqui, o que é normal, e a proteção seria razoável. Mas o que fazer com esse afretamento? No caso, o que se propõe é que haja o princípio da reciprocidade, que metade do frete, pelo menos, obrigatoriamente, seja brasileiro, e metade, nos dois sentidos, e poderia ser de outra bandeira. Exclui-se da limitação o transporte de grãos, porque, para esta matéria, o Brasil já dispõe de capacidade mais do que suficiente.

A matéria é controversa, há muitos interesses obviamente em jogo. Entretanto, o que move o Senador José Richa nesta questão é simplesmente o fato de que a introdução da obrigatoriedade do uso de navio de registro de bandeira brasileira inviabilizaria o afretamento. Esta posição nos levaria a uma grande dificuldade no manejo das nossas relações de trocas internacionais.

Consultei o outro Constituinte que iria falar em defesa desta posição, o Deputado Mário Lima, Presidente do Sindicato dos Petroleiros, que também me pediu fizesse a defesa neste mesmo sentido.

Então, Sr. Relator, peço a V. Ex.<sup>a</sup> se volte ao Substitutivo 1, porque é mais claro, direto e evita esse grande empecilho que seria a proibição do afretamento.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Tem a palavra o Constituinte Gastone Righi, que encaminhará contra.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a emenda da lavra do insigne Senador José Richa restabelece o art. 240 do "Cabral 1". Este episódio referente aos armadores nacionais traz em-

butido uma das maiores patifarias de que já tive notícia em toda minha vida política. Patifaria, claro, que não envolve qualquer Constituinte, muito menos o Sr. Relator ou Constituintes que se interessaram pelo assunto, mas envolve, na ponta do fio, um agrupamento de armadores nacionais que visam locupletarem-se através dessa reserva de mercado que estamos criando a bem do País. E vou explicar por quê: sou eu o autor da idéia de se preferenciar, de se privilegiar as embarcações brasileiras no afretamento. Isto porque o Brasil despende hoje, no ano de 87, até o final do ano, cerca de 4 bilhões de dólares só de afretamento, ou seja, de transporte das mercadorias exportadas e importadas.

É preciso, portanto, fazermos com que este quadro venha a ser revertido, que venhamos a ampliar nossa Marinha Mercante, para não desperdirmos estes dólares inúteis de frete.

Desta forma, assim como as nações européias fazem, estávamos introduzindo na Constituição um dispositivo que estabelece priorização, benefício para os navios brasileiros no transporte de mercadorias importadas ou exportadas. Quando fazíamos isso, um grupo de armadores nacionais aqui veio e sub-repticiamente conseguiu introduzir dois parágrafos no art. 203. Dentre estes parágrafos, um estabelece que os navios afretados poderão ter bandeira brasileira. Esta é que é a ignomínia. Vou-lhes explicar por quê. O navio afretado é um navio estrangeiro. Só iríamos trocar de posições. Ao invés de pagarmos frete pelas mercadorias transportadas, vamos pagar o mesmo frete em dólares pelo afretamento, pelo aluguel do navio, que é estrangeiro. Mais ainda, o navio afretado no exterior tem tripulação estrangeira, enquanto que o navio de bandeira brasileira tem toda sua tripulação nacional.

O que queremos, ao priorizar navios brasileiros, é aumentar a nossa frota de Marinha Mercante e não cevar ou enriquecer armadores nacionais, que, em vez de comprarem ou construírem barcos, afretam navios estrangeiros e remetem dólares para o exterior. E fazem pior, esses contratos de afretamento de barcos estrangeiros, via de regra, são feitos com sobrepreço. Por exemplo, um barco que custe cinco mil dólares por dia de afretamento, o contrato é feito por dez mil dólares, e metade, portanto, desse valor ainda se esvai, é remetido para o exterior, através de um câmbio oficial privilegiado.

É preciso, portanto, derrubarmos a Emenda José Richa, que tenta estabelecer o privilégio para armadores nacionais, quando o que queremos é estabelecer privilégio para embarcações nacionais, porque o que queremos é aumentar a frota, o que queremos é dar emprego à tripulação de brasileiros e não continuar remetendo dólares para o exterior. Mais ainda: a Emenda Richa visa manter a exceção para os graneleiros. Ora, 75% de nossos transportes são de graneis, somos importadores de petróleo e exportadores de minério, exportadores de grãos, que são todos graneis. Portanto, não há por que se excepcionar os graneleiros. É preciso dizer não à Emenda José Richa, e é preciso, em seguida, aprovar duas emendas minhas que suprimem os §§ 1º e 2º do art. 203. Esses dois parágrafos, 1º e 2º do art. 203, foram introduzidos em errata, sequer constavam do parecer do Sr. Relator. Foi uma manobra desses armadores interessados em se locupletarem às custas da Constituinte.

Assim, alerto V. Ex.<sup>as</sup> para que votem contra a Emenda José Richa, e, em seguida, a favor das minhas duas emendas, que suprimem do texto do "Cabral 2" esses dois parágrafos denegridores da verdade, da boa reputação desta egrégia Assembléia.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Pergunto ao ilustre Constituinte Joaquim Beviláqua ou V. Ex.<sup>a</sup>, utilizando seu direito de inscrito; exige esse direito, porque não há mais oradores inscritos contrariamente à proposição.

**O SR. CONSTITUINTE JOSE GENÓINO:** – Pela ordem, Sr. Presidente. **(Assentimento da Presidência)** Para um esclarecimento à Mesa e principalmente do ilustre Sr. Relator, o nobre Constituinte Bernardo Cabral.

Quando foi publicado o Substitutivo 1, em seguida foram publicadas várias emendas e a sua numeração com o nome de erratas. Acontece, Sr. Presidente, que exatamente a matéria que estamos discutindo agora foi acrescentada ao Substitutivo 1, portanto ao S-1, como errata. Isso. Sr. Presidente, foi levantado na Comissão de Sistematização por vários Constituintes. Lembro-me de que eu, o Constituinte Vladimir Palmeira, o Constituinte Roberto Jefferson e V. Ex.<sup>a</sup>, levantaram essa questão na Comissão de Sistematização e fomos informados de que o Substitutivo, numa reedição, não colocaria exatamente o que estamos agora discutindo para trazê-lo como emenda, porque o art. 203 e o parágrafo único, Sr. Presidente, foram exatamente a errata, segundo fomos informados na Comissão de Sistematização, que não seria considerada como errata. Portanto, o Substitutivo 1 seria reeditado sem a matéria que agora está sendo destacada.

Estamos numa situação absolutamente absurda, numa situação inédita. Esta matéria não pode ser destacada, porque não existe. Esta matéria não existe, porque, equivocadamente, ela foi colocada como errata. Ela não pode ser destacada porque não consta do Substitutivo 1, Sr. Presidente. Tenho aqui a errata, e vários Constituintes reclamaram disso.

Portanto, esta é a questão de ordem que formulo a V. Ex.<sup>a</sup>: esta matéria não pode ser destacada para se votar, porque o Relator garantiu a mim, a V. Ex.<sup>a</sup>, a vários Constituintes, aos Deputados Gastone Righi, Vladimir Palmeira e Roberto Jefferson, que não podia constar do S-1, não podia ser considerada como matéria do Substitutivo 1. Portanto, está-se destacando algo que não deve existir, Sr. Presidente.

**O SR. CONSTITUINTE MARIO ASSAD:** – Peço a palavra, pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Tem a palavra, pela ordem, o Constituinte Mário Assad.

**O SR. CONSTITUINTE MARIO ASSAD:** – Quero, novamente, denunciar à Presidência da Casa a existência do "lobismo" dentro do Plenário.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro. Fazendo soar a campanha):** – Solicitaria ao Plenário desse atenção ao orador.

**O SR. CONSTITUINTE MARIO ASSAD:** – Ainda agora uma infinidade deles ingressou no plenário, intranquilizando os trabalhos e querendo pressionar e discutir, com os Srs. Constituintes acerca de matérias que estão sendo votadas.

Essa providência deve ser tomada imediatamente e com energia; por várias vezes já foram tomadas providências nesse sentido, mas eles insistem nisso. Acredito que a Presidência da Casa tomará agora medidas mais sérias e mais enérgicas, porque os Srs. Constituintes não deverão estar sujeitos a pressões permanentes de elementos que não têm nenhuma vinculação com o Poder Constituinte.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Srs. Constituintes, começarei pela última questão de ordem, pois que ela não encontra qualquer tipo de contradição entre o conjunto do Plenário.

Solicitaria àqueles que não são Constituintes e jornalistas credenciados – solicitaria a atenção, exatamente, dos que estão no fundo do plenário – se retirassem do recinto, caso contrário, darei instruções à Segurança para convidá-los a se retirar.

A questão de ordem do Constituinte Mário Assad é exatamente a que deve ser acatada pela Mesa. Em outras

oportunidades quem preside esses trabalhos a levantou. Solicito, então, para que se evitem constrangimentos, que as pessoas que não são Constituintes, que não sejam assessores das Lideranças e que não sejam credenciados, se retirem do plenário, sob pena de solicitar à Segurança que os convida a se retirarem.

Se a determinação não for acolhida e obedecida, iremos providenciar, logo em seguida, o encerramento da sessão, cobrando da Segurança as ordens emanadas da Presidência, que já foram pedidas, em outra oportunidade, pelos Constituintes Fernando Henrique Cardoso e Jarbas Passarinho.

Em resposta à questão de ordem do Constituinte José Genoíno, gostaria de ouvir a palavra do Relator, até porque a Presidência se sente, em relação a esta matéria, extremamente vinculada a ela, porque fora eu quem levantara a questão de ordem a respeito da inclusão extemporânea deste dispositivo.

Tem a palavra o Sr. Relator Bernardo Cabral. **(Pausa)**

Enquanto o Sr. Relator se prepara para dar seu parecer a respeito da questão de ordem levantada pelo Constituinte José Genoíno, porque era necessário o seu esclarecimento, solicito à segurança que as medidas adotadas aqui pela Mesa são extensivas ao cafezinho do plenário, solicitando que da mesma forma ajam em relação ao cafezinho do plenário.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, pediria a imensa atenção dos meus eminentes colegas Constituintes, porque isto aqui envolve uma situação que teve como primeiro alertador para a matéria o Constituinte Brandão Monteiro, que hoje preside esta reunião, e, a seguir, o Constituinte Gastone Righi. S. Ex.<sup>as</sup> interpelaram – este é o termo correto – a Relatoria, porque havia sido mudado, com o acréscimo de mais um parágrafo, o § 2º do texto do Substitutivo nº 1, como se atribuísse ao Relator, porque desconheciam, assim como os demais colegas, o que se passara, a autoria disso. Fiz questão de esclarecer ao Constituinte Gastone Righi que esta matéria tinha sido acolhida porque era uma emenda do Constituinte Roberto Jefferson, que buscara conciliar, com o apoio do Relator que ora utiliza da palavra, e do eminente Relator-Adjunto, Constituinte José Ignácio Ferreira, que ficamos durante horas seguidas para descobrir o que havia no meio deste parágrafo. Não conseguimos fazê-lo.

Havia uma emenda muito boa, de redação, da eminente Constituinte Sandra Cavalcanti. O resultado foi que, depois de marchas e contramarchas, de indagações feitas pelo eminente Constituinte José Ignácio Ferreira – cuja honradez pessoal faço questão de registrar neste plenário, porque o conheço desde a época em que era Presidente da OAB no Espírito Santo –, chegamos à conclusão de que beneficiaria o direito de bandeira brasileira.

Com o esclarecimento do que se passava, eu disse ao eminente Constituinte Gastone Righi que apresentasse a emenda supressiva, e, na hora dos debates, da discussão, da votação, esta Relatoria acolheria a supressão.

Ora, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, não tenho como agora ter outra posição. Sou obrigado, a contragosto, a votar contra a emenda do meu eminente e querido amigo Constituinte José Richa, para aguardar o seu resultado, a fim de me resguardar, sobretudo, Sr. Presidente, pela honradez pessoal que sempre presidiu aos membros desta Relatoria, para discutir a Emenda Gastone Righi.

Por esta circunstância, Sr. Presidente, e por ora, ficamos com o texto do Substitutivo nº 2. **(Muito bem! Palmas)**

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Sr. Presidente, há uma questão que não está solucionada.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Quem soluciona questão é a Mesa, não o Relator.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – E vou insistir, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Vou solucioná-la.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Só para corrigir, Sr. Presidente, houve uma colocação – estou-me referindo ao Substitutivo nº 2. No Substitutivo nº 2, na sua publicação original, não constam os §§ 1º e 2º, isso seria errata com os §§ 1º e 2º. Então, o que estamos considerando aqui é só o **caput** do art. 203 e não existem os §§ 1º e 2º?

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Nobre Constituinte José Genoíno, a Presidência disse a V. Ex.<sup>a</sup> que iria resolver a questão de ordem que já foi anteriormente apresentada por V. Ex.<sup>a</sup>. Solicitei ao Sr. Relator prestasse esclarecimentos, de forma a que pudéssemos, **in fine**, fazer o nosso juízo sobre a matéria para resolver a questão de ordem de V. Ex.<sup>a</sup> e até pedir o parecer do Relator, em função de que eu, enquanto Constituinte, fora quem levantara a questão de ordem, estranhando que do texto do Substitutivo nº 2 para o texto que, depois, veio a ser conhecido como "reimpressão" apareceram dois dispositivos que não haviam sido colocados no texto anterior.

Neste sentido, levantamos a questão de ordem, secundados pelo Constituinte Gastone Righi. Pedi ao Relator se posicionasse sobre o assunto, porque, à época, levantaram-se dúvidas de que teriam sido "enxertados" esses dois dispositivos, em cima da hora ou por interesses que não eram exatamente os da relatoria.

V. Ex.<sup>a</sup> volta à questão de ordem com muita propriedade. Ouvi o parecer do Relator. A Assembléia Nacional Constituinte e a Comissão de Sistematização têm não só o papel e a responsabilidade de votar as matérias aqui trazidas como também o de solucionar todas as dúvidas.

Penso que o eminente Relator Bernardo Cabral solucionou a dúvida levantada na questão de ordem, em função de ter havido uma emenda, se não me engano, do Constituinte Roberto Jefferson, que incluía esse texto. S. Ex.<sup>a</sup> a acolheu, mas ela não saiu impressa no primeiro texto, tendo saído na reimpressão.

Não tenho como deixar de colocar a matéria em votação, embora tenha sido eu quem levantara a questão de ordem. De outra forma, eu consideraria que a sua inclusão fora feita mediante fraude. Mas não acredito nesta hipótese.

Por isso, com as explicações do Constituinte Bernardo Cabral, colocamos a matéria em votação.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Sr. Presidente, os §§ 1º e 2º não podem ir à votação porque – e recorro às atas da Comissão de Sistematização – naquela ocasião estava presidindo a Comissão de Sistematização o ilustre Constituinte Aluizio Campos, como Vice-Presidente. S. Ex.<sup>a</sup> nos informou, na Comissão de Sistematização, que recebera informação do Relator de que os §§ 1º e 2º não constavam da errata, portanto, iriam ser retiradas. Essa informação foi prestada oficialmente pelo ilustre Constituinte Aluizio Campos, e o que constava apenas era o texto original, isto é, o **caput** do artigo 203.

Portanto, Sr. Presidente, questionamos a possibilidade de se apresentar destaques, porque quando apareceram esses parágrafos havia vencido a possibilidade de se apresentar destaques. Como não podíamos mais apresentar destaques, porque o prazo havia vencido, o nobre Constituinte Aluizio Campos respondeu dessa maneira. Portanto, Sr. Presidente, esta matéria não pode ser vo-

tada, porque não foram apresentados destaques supressivos.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Nobre Constituinte José Genoíno, a Mesa decidiu a questão e se lembra muito do assunto, até porque fora levantado por quem está presidindo a impossibilidade dos destaques. Feito o requerimento ao Presidente Ulysses Guimarães, que deferiu a possibilidade de destaques.

A matéria está resolvida. Se V. Ex.<sup>a</sup> considera o decisório contrário ao que imagina ser a interpretação real da sua questão de ordem, V. Ex.<sup>a</sup> poderá recorrer, nos termos do Regimento, ao Presidente da Casa.

A matéria está decidida.

**O SR. CONSTITUINTE OSCAR CORRÊA:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Sobre outra matéria?

**O SR. CONSTITUINTE OSCAR CORRÊA:** – Para um esclarecimento, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Tem a palavra o Constituinte Oscar Corrêa.

**O SR. CONSTITUINTE OSCAR CORRÊA:** – Gostaria de saber de V. Ex.<sup>a</sup> e da Mesa, pois tenho em mãos um Projeto de Constituição, se, além deste projeto, há algum outro documento oficial que diga respeito ao Projeto de Constituição?

Logo em seguida concluo a minha questão de ordem, Sr. Presidente.

Além deste documento, existe mais algum outro que faça parte do Projeto de Constituição?

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Evidentemente que existem algumas edições quase idênticas à de V. Ex.<sup>a</sup>, existe até a mais nova, onde está escrito "reimpressão".

**O SR. CONSTITUINTE OSCAR CORRÊA:** – Com autógrafos do ilustre Relator?

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Não.

**O SR. CONSTITUINTE OSCAR CORRÊA:** – Gostaria de saber de V. Ex.<sup>a</sup>, tenho em mãos um projeto, que é oficial, que foi distribuído pela Casa, que não tem § 1º, não tem § 2º.

Estamos discutindo, agora, o § 1º e o § 2º, que não há no meu.

Então, gostaria que V. Ex.<sup>a</sup> fizesse chegar aos Constituintes membros da Comissão a edição nova, revista e atualizada, do texto que estamos votando, sob pena de eu não saber nem o que estou votando. O meu Projeto de Constituição não tem o que estamos votando. Infelizmente existem edições novas atualizadas. A minha é de 1987, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Constituinte Oscar Corrêa, a Mesa, atendendo à sua solicitação, fará chegar, a V. Ex.<sup>a</sup> em especial, porque acho que toda a Casa conhece o texto do Projeto.

**O SR. CONSTITUINTE OSCAR CORRÊA:** – Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup> a atenção.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ RICHIA:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Tem a palavra o Constituinte José Richia.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ RICHIA:** – Sr. Presidente, esta é uma matéria muito importante. Observo que está havendo muita confusão.

Então, levanto, através desta questão de ordem, a oportunidade de poder esclarecer o Relator, porque, pelo que entendi, das razões que o levaram a recomendar, por enquanto, a manutenção do texto, S. Ex.<sup>a</sup> está elaborando em equívoco e eu não gostaria que o Plenário, que, neste instante, se prepara para votar, incorresse em algum equívoco.

Sr. Presidente, quando foi apresentado o destaque para voltar ao "Cabral I", foi porque o "Cabral II", na verdade, está engessando na Constituição a não possibilidade de se processar o afretamento. Ora, esta matéria nunca constou em qualquer Constituição. Acontece que esse é um setor que só de 1967 para cá adquiriu certa importância para o Brasil e, aí, então – veja bem –, já neste ano, o total de fretes representa mais de 3 bilhões e 600 milhões de dólares.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Nobre Constituinte José Richia, V. Ex.<sup>a</sup> está levantando uma questão de ordem, ou V. Ex.<sup>a</sup>, na verdade, está contestando o Relator e fazendo uma defesa da matéria?

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ RICHIA:** – Estou apenas tentando esclarecer, para que o Relator não incorra em equívocos.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Nobre Constituinte José Richia, lamento, mas não é hora de esclarecimentos, pois entramos no mérito da emenda.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ RICHIA:** – Permita-me apenas concluir.

A grande diferença – e vou abdicar dos outros argumentos e ficar apenas no reforço de um argumento principal, levantado pelo Constituinte Fernando Henrique Cardoso – é que o texto atual proíbe o afretamento. Isto tira do Brasil as condições de poder exportar os seus produtos. Então, é significativo o volume de fretes, mas o volume de exportações do Brasil é muito mais significativo.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Nobre Constituinte, V. Ex.<sup>a</sup> está fazendo, aqui, através de uma questão de ordem, um encaminhamento de votação de acordo com os seus princípios. Apelo a V. Ex.<sup>a</sup> porque, na verdade, eu, que fizera um apelo ao Constituinte Joaquim Bevilacqua para retirar; porque só havia um destaque, os Srs. Constituintes Gastone Righi, de um lado, e Fernando Henrique Cardoso, de outro, sou obrigado a dar a palavra ao Constituinte Joaquim Bevilacqua, porque V. Ex.<sup>a</sup> aqui aparece como segundo defensor da emenda, que é de sua autoria.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ RICHIA:** – Então, se V. Ex.<sup>a</sup> argumenta nesta linha para não me permitir falar, invoco o direito regimental de ter dois encaminhadores.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Não estou invocando, estou dizendo que V. Ex.<sup>a</sup> está fazendo encaminhamento de votação e a Mesa não pode ter aceção de pessoas e ser injusta com alguém. Solicitei ao Constituinte Joaquim Bevilacqua que retirasse, e V. Ex.<sup>a</sup> está utilizando, com muita argúcia, como lhe é peculiar e experiência, uma questão de ordem para fazer encaminhamento de votação.

Solicito, pois, a V. Ex.<sup>a</sup> encerre, porque sei qual é o seu objetivo.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ RICHIA:** – Vou encerrar, Sr. Presidente, advertindo o Plenário de que o volume das exportações do Brasil é bastante significativo para que engessemos na Constituição a proibição de afretamento, quando não temos mais que cerca de 20% de navios de bandeira nacional para atendimento a este importante setor.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Tem a palavra o Constituinte Lysâneas Maciel.

**O SR. CONSTITUINTE LYSÂNEAS MACIEL:** – Sr. Presidente, V. Ex.<sup>a</sup> percebeu muito bem que não se tratava de uma questão de ordem. Também acho que é meu direito de contestar.

Na verdade, não há proibição de afretamento...

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Solicito de V. Ex.<sup>a</sup> uma colaboração. Solicitei ao nobre Constituinte José Richa que não continuasse porque não era uma questão de ordem. Se permitir que V. Ex.<sup>a</sup> conteste aquilo que não é uma questão de ordem, estaria sendo injusto com o Constituinte José Richa.

**O SR. CONSTITUINTE LYSÂNEAS MACIEL:** – Então peço a V. Ex.<sup>a</sup> que coloque em votação.

**A SRA. CONSTITUINTE ABIGAIL FEITOSA:** – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Tem a palavra V. Ex.<sup>a</sup>.

**A SRA. CONSTITUINTE ABIGAIL FEITOSA:** – Sr. Presidente, o nobre Relator informou que aqueles dois parágrafos apareceram em função de uma emenda do Constituinte Roberto Jefferson. Não conheço essa emenda e gostaria de tomar conhecimento.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – É a que está no texto, nobre Constituinte.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA:** – Sr. Presidente, como fui citado nominalmente pelo Constituinte Bernardo Cabral, peço a V. Ex.<sup>a</sup> que me dê a palavra.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Constituinte José Ignácio Ferreira, normalmente quando há citação nominal, o Regimento permite e determina que as pessoas que queiram contestá-la, o façam, quando ela não é elogiosa. Vou conceder a palavra a V. Ex.<sup>a</sup>, ressaltando que a citação foi extremamente elogiosa a V. Ex.<sup>a</sup>, o que aliás toda a Casa reconhece.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA:** – Foi, Sr. Presidente, a respeito das afirmações do eminente Constituinte Bernardo Cabral, queremos dizer, em alto e bom som nesta Casa, que as suas afirmações correspondem, e não poderiam deixar de ser, inteiramente à verdade.

Na ocasião anterior, quando este assunto foi discutido, porque foi logo no início dos trabalhos, nós não nos encontrávamos presentes e não pudemos fazer o que fazemos agora, ou seja, corroborar por inteiro as afirmações do eminente Relator Bernardo Cabral, e dizer que S. Ex.<sup>a</sup>, quando esse assunto estava sendo cogitado, encarregou-me, pessoalmente, de examiná-lo com o Constituinte Roberto Jefferson, que tinha uma emenda neste sentido, que compareceu buscando defendê-la, e nós apenas tínhamos um ponto que era inarredável. Vamos, inclusive, usar da tribuna para falar sobre ela, com relação a essa emenda do Constituinte Gastone Righi, que é a questão do § 1º. Desse não abro mão, porque acho que é extremamente constitucional ao País a eliminação daquele § 1º do artigo.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Nobre Constituinte José Ignácio Ferreira, a Mesa agradece o esclarecimento de V. Ex.<sup>a</sup>.

Solicito a colaboração dos Srs. Constituintes para que possamos pôr em votação a matéria, tendo em vista a reunião ter começado às 9 horas.

Tem a palavra o Sr. Constituinte Virgildásio de Senna.

**O SR. CONSTITUINTE VIRGILDÁSIO DE SENNA:** – Sr. Presidente, fiz um apelo a V. Ex.<sup>a</sup>, na qualidade de Presidente desta reunião, pedindo compreensão para o debate desta matéria que está eivada, profundamente eivada de suspeição, por toda a Casa. Considero, Sr. Presidente, que

pruridos regimentais não podem impedir, nem devem impedir, que matéria sob suspeição não seja total e completamente aclarada, para que, nos Anais da Casa e na história da Assembléia Nacional Constituinte, não pese suspeição sobre matéria que está sendo por ela votada.

Pedi a V. Ex.<sup>a</sup> liberalidade nesta discussão. Todavia, V. Ex.<sup>a</sup> não permitiu que o eminente Constituinte José Richa completasse a sua exposição sobre a matéria, o que, regimentalmente, tinha direito, porquanto o Regimento permite que dois Srs. Constituintes, cada um a ser termo, fale a favor ou contra. A questão que eu peço a V. Ex.<sup>a</sup> que acolha é que suspenda a matéria em votação, para o segundo turno na reunião de hoje, para que o assunto seja completamente discutido e elucidado, de tal forma que não pese sobre qualquer Constituinte, na reimpresão da matéria, como foi já aqui definido, qualquer suspeição, e o assunto seja inteiramente aclarado para que todos os Srs. Constituintes possam votar com o pleno conhecimento da matéria.

É o apelo que dirijo a V. Ex.<sup>a</sup> em nome da Assembléia Nacional Constituinte e para que cada um dos Srs. Constituintes possam votar, cada um deles com o perfeito conhecimento da matéria.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Constituinte Virgildásio de Senna, V. Ex.<sup>a</sup> levanta uma questão de ordem e eu solicitaria atenção da Casa, especialmente de quem a levantou. V. Ex.<sup>a</sup>, mais do que uma questão de ordem, preliminarmente, busca fazer uma reclamação em face do que dispõe o Regimento, da possibilidade ou do direito de dois Srs. Constituintes encaminharem a favor ou encaminharem contrariamente uma emenda.

Na verdade, V. Ex.<sup>a</sup> nos procurou à mesa para solicitar que déssemos desenvolvimento ao debate. Jamais – e a Casa é testemunha – aqui na Presidência quis o cerceamento da liberdade dos Srs. Constituintes de defenderem as suas proposições. Aliás, eu sempre defendi, ao contrário, o direito de dois Srs. Constituintes falarem.

Ocorre que acho que se está estabelecendo, está se cristalizando na Casa um defeito que prejudica os trabalhos. Falara o Constituinte Fernando Henrique Cardoso, encaminhando a proposição do Constituinte José Richa; em seguida, falara o Constituinte Gastone Righi. Perguntei ao Constituinte Joaquim Bevilacqua, já que não houvera nenhuma inscrição para encaminhamento favorável à matéria proposta pelo Constituinte José Richa, se S. Ex.<sup>a</sup> abria mão, dentro daquilo que o Plenário aqui criou, e S. Ex.<sup>a</sup> disse que acedia em abrir mão. Cristaliza-se, entretanto, aqui na Casa, uma circunstância que acho, do meu ponto de vista pessoal, extremamente prejudicial aos trabalhos. Vencida a matéria, os Srs. Constituintes pedem, pela ordem, para fazerem encaminhamento, o que não é permitido pelo Regimento.

Por isto fiz um apelo ao ilustre Constituinte José Richa, que não continuasse porque, na verdade, ele estava fazendo o encaminhamento da matéria, já que o Constituinte Joaquim Bevilacqua não poderia voltar à Tribuna, porque houvera aberto mão da sua inscrição.

Segundo item da questão de ordem, V. Ex.<sup>a</sup> informa que há suspeição sobre a matéria e, em função desta suspeição, solicita que se suspenda a votação para que se aclare a suspeição. Para receber a questão de ordem de V. Ex.<sup>a</sup>, a Mesa necessitaria de que, formalmente V. Ex.<sup>a</sup> apresentasse as razões de suspeição, indicando exatamente quais as causas da suspeição. De outra forma não posso suspender a votação porque o regime de votação já se iniciou, e se inicia com a discussão.

Se V. Ex.<sup>a</sup> apresentar à Mesa um requerimento solicitando suspensão da sessão porque há suspeição da matéria, indicando os suspeitos, nesse caso a Mesa se obrigará; estará obrigada a receber essa exceção de suspeição de V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE VIRGILDÁSIO DE SENNA:** – O requerimento que encaminhei a V. Ex.<sup>a</sup> fundamenta-se em dois pontos. O primeiro, a argumentação trazida a esta Casa por V. Ex.<sup>a</sup> de que na reimpressão da matéria constante do assunto em discussão, entre o segundo substitutivo do nobre Relator Bernardo Cabral e a sua reimpressão, haviam sido introduzidos parágrafos não constantes do primeiro e acerca do qual, na própria reunião, o nobre Relator desconhecia a sua reintrodução.

Esta matéria foi decidida, segundo nos parece, em câmara, pelo nobre Presidente e a Casa não está inteiramente aclarada acerca dos motivos que levaram à reimpressão do texto, reimpressão para introduzir matéria nova.

A segunda razão, nobre Presidente, e sei que V. Ex.<sup>a</sup>, como todos nós, queremos que a Assembléia Nacional Constituinte vote todas as matérias com absoluto conhecimento de causa – as dificuldades resultantes da interpretação do primeiro substitutivo, do segundo e da sua reimpressão causou à Casa tal confusão que, acredito, a maioria absoluta dos membros da Comissão não está, como eu não estou, e quero declarar de pronto, inteiramente informado sobre matéria de transcendental importância para a economia do nosso País. Fundamentado nesses argumentos, peço a V. Ex.<sup>a</sup> que acolha, em nome dos interesses nacionais, a rediscussão da matéria e o seu esclarecimento, de modo que todos os Srs. Constituintes possam votar com perfeito conhecimento de causa a matéria em discussão.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Solicitaria aos Srs. Constituintes que tomassem assento em seus lugares e dedicassem um pouco de atenção à Mesa em função do requerimento do Constituinte Virgildásio de Senna. Lamento indeferir o requerimento do Constituinte Virgildásio de Senna, porque aqui, à frente, na Presidência dos trabalhos, só posso me colocar para julgar questões de ordem em torno do que o Regimento determina. Muitas vezes gostaria, subjetivamente, como Constituinte, de tomar posições na Mesa que representassem o meu livre convencimento, mas não posso, como Presidente desta Comissão, decidir pelo subjetivo. V. Ex.<sup>a</sup> diz que não está esclarecido, assim como alega que outros Constituintes também não o estão, mas não posso de forma alguma entrar no âmago subjetivo do esclarecimento dos Srs. Constituintes. Por isto, o que o Regimento permite é a apresentação de proposições seguidas de defesa e de posicionamentos contra.

Não tenho como acatar o requerimento de V. Ex.<sup>a</sup>, e, a par da solicitação insistente do Constituinte José Genoíno para que se faça a votação, fá-la-emos. Entretanto, informamos a S. Ex.<sup>a</sup> que, se não fizemos a votação até agora, foi em função das questões de ordem levantadas por S. Ex.<sup>a</sup>, seguido por outros.

Em votação.

Solicito aos Srs. Constituintes que tomem os seus lugares para se proceder à votação. **(Pausa)**

**(Procede-se à votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Em função das sucessivas discussões, quero que conste nos Anais da Casa que eu, infelizmente, pela primeira vez, no processo eletrônico, votei errado. O meu desejo era votar **NÃO** contra a emenda do Constituinte José Richa.

**(Prossegue a votação)**

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Alfredo Campos, Carlos Sant'Anna, Celso Dourado, Egidio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Gasparian, Fernando Henrique Cardoso, João Calmon, José Fogaça, José Geraldo, José Richa, José Ulisses de Oliveira, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Oswaldo Lima Filho, Pimenta da Veiga, Renato Vianna, Severo Gomes, Wilson Martins, Albano Franco, Euclides Scalco, José Costa, José

Tavares, Marcos Lima, Alcení Guerra, Aloysio Chaves, Francisco Dornelles, Gilson Machado, José Lins, José Lourenço, José Thomaz Nonô, Sandra Cavalcanti, Annibal Barcellos, Jonas Pinheiro, Mozarildo Cavalcanti, Darcy Pozza, Brandão Monteiro, Roberto Balestra e Antonio Farias. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Aluizio Campos, Bernardo Cabral, José Ignácio Ferreira, José Paulo Bisol, Manoel Moreira, Nelton Friedrich, Paulo Ramos, Sigmaringa Seixas, Chagas Rodrigues, Daso Coimbra, Miro Teixeira, Uldurico Pinto, Vicente Bogo, Vilson Souza, Carlos Chiarem, Eraldo Tinoco, Antonio Carlos Mendes Thame, Inocência Oliveira, José Santana de Vasconcellos, Luís Eduardo, Mário Assad, Osvaldo Coelho, Paulo Pimentel, Enoc Vieira, Antônio Carlos Konder Reis, Gerson Peres, Virgílio Távora, Roberto Freire, José Maurício, Lysâneas Maciel, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Luiz Inácio Lula da Silva, José Genoíno, Adolfo Oliveira e Aldo Arantes. **ABSTENÇÃO** dos seguintes Senhores Constituintes: Artur da Távola, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, Virgildásio de Senna, Antonio Mariz, Jorge Hage, Nelson Wedekin, Octávio Elísio, Francisco Benjamim, Oscar Corrêa, Jofran Frejat, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia e Jamil Haddad.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 39 Constituintes; votaram NÃO 39 Constituintes; abstiveram-se de votar 15 Constituintes. Total: 93 votos. O Destaque foi **prejudicado** por falta de **quorum** qualificado.

**O SR. CONSTITUINTE BERNARDO CABRAL:** – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Antes de encerrar a reunião, passo a palavra ao Constituinte Bernardo Cabral.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, preciso comunicar a V. Ex.<sup>a</sup> e aos Srs. Constituintes que, no meado desta tarde, terei que viajar para São Paulo, porque às 18 horas a Ordem dos Advogados do Brasil, pelo seu Presidente e pelo Conselho Seccional de São Paulo, vai realizar uma sessão de solidariedade, que já estava marcada há mais de 10 dias, em minha homenagem, em face da agressão que tenho recebido de determinado órgão da Imprensa.

Já comuniquei ao Presidente Ulysses Guimarães esta minha ausência, assumindo o meu lugar o companheiro de partido, Constituinte José Fogaça. Isto é para que não notem a minha ausência na reunião da Comissão de Sistematização. **(Palmas)**

**V – SUSPENSÃO DA REUNIÃO**

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – A Presidência vai suspender os trabalhos, convocando os Senhores Constituintes para a continuação da presente reunião, hoje, 10-11-87, às 15 horas.

Está suspensa a reunião.

**(Suspende-se a reunião às 13 horas e 20 minutos)**

**EM 10 DE NOVEMBRO DE 1987 (2)**

Presidência dos Srs.: Aluizio Campos, Primeiro-Vice-Presidente; **Fernando Henrique Cardoso**, Quarto-Vice-Presidente.

**I – REABERTURA DA REUNIÃO**

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Havendo número regimental, declaro reaberta a reunião.

**II – EXPEDIENTE****Do Senhor Líder do PL:**

Senhor Presidente,

Durante a apreciação do Título VII, hoje e amanhã, votará pelo PL, como titular, o Constituinte Afif Domingos, ficando o signatário como Suplente.

Sala das Reuniões, 10 de novembro de 1987. – **Adolfo Oliveira**, Líder do PL.

**III – ORDEM DO DIA**

**VOTAÇÃO DO PROJETO DE CONSTITUIÇÃO  
TÍTULO VII (CONSTITUIÇÃO)**

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Passa-se à apreciação do Capítulo I do Título VII.

Destaque nº 8376-87 – Emenda nº ES-27359-1, do Sr. Gastone Righi, "que suprime o art. 240 parágrafo único do Substitutivo nº 9 1 (art. 203 § 1º do Substitutivo nº 2)". (427ª votação)

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Em votação o pedido de preferência para o Destaque nº 8376, do Constituinte Gastone Righi, referente à Emenda nº 27359.

Aprovado.

Os Srs. Constituintes que o aprovam queiram permanecer sentados. **(Pausa)**

Tem a palavra o Sr. Constituinte Gastone Righi, para encaminhar a votação.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, volto a usar a palavra sobre a matéria querendo, na verdade, espancar algumas dúvidas que ainda possam estar existindo.

Tenho dois destaques sucessivos: o de agora e o seguinte. Um visa extirpar, tirar do texto o § 1º e o outro visa tirar do texto o § 2º ambos os parágrafos do art. 203, que diz:

"Conforme reserva de mercado a embarcações brasileiras."

Muitos dos oradores que defendiam a expressão "armadores nacionais", ao contrário da expressão que defendo "embarcação de bandeira e registro nacionais", estão sustentando que a prevalecer minha tese estariam sendo proibidos afretamentos de barcos estrangeiros e que isso seria catastrófico para o País, porque não temos embarcações suficientes para carregar, transportar graneis e nem mesmo para atender ao comércio internacional.

É uma falácia, é falso o argumento e não existe no texto qualquer proibição a afretamentos. Os afretamentos de embarcações estrangeiras continuam livres. Apenas não premio o afretamento de embarcações estrangeiras dou privilégio, confiro privilégio às embarcações nacionais. E, por que isto? – Porque, se conferir o privilégio de reserva de mercado ao afretamento de embarcações estrangeiras, ninguém se interessará em adquirir barcos e colocar barcos sob bandeira brasileira e com tripulação brasileira. Continuaremos pagando frete. Apenas trocamos o frete da carga pelo frete no navio, porque navio afretado é navio alugado e, assim, pagaremos o frete pelo aluguel dessa embarcação estrangeira. Ainda com mais uma agravante, já que a embarcação tem tripulação estrangeira também, o que fere o interesse de nossos milhares e milhares de marítimos, porque as tripulações são todas gregas ou internacionais.

Há, ainda, um fato mais grave. Aqueles que querem manter esse § 2º, esse indecoroso § 2º que diz que a lei "estabelecerá condições" – não diz que "poderá estabe-

lecer", não mas "estabelecerá condições" – para conceder direito de bandeira brasileira a navios afretados. Isso significa, se passar esse dispositivo, que, além de o navio afretado estrangeiro ter o privilégio da reserva de mercado, ainda vai entrar na cota brasileira, porque passa a ser navio de bandeira brasileira, na reciprocidade com outras nações, tomando, o lugar de um navio brasileiro, quando é navio estrangeiro. E eu estaria pagando dólares a cada vez mais.

Há um outro **lobby**, aqui, que quer manter o § 1º, ou seja, excetuando os transportes de granel. Quero esclarecer que gastamos cerca de dois bilhões de dólares com transporte de granel, que pagamos a navios estrangeiros. E quero incentivar a compra, pelo Brasil, de navios graneleiros, porque a maior parte do nosso comércio internacional é de graneis. Nós somos importadores de petróleo e exportadores de grãos e de minério de ferro.

Agora vejam como fica a situação: se eu não suprimir esse artigo, o privilégio, ou seja, a reserva de mercado, não se dá para navios graneleiros; ou seja, 70% ou mais da nossa carga será sempre transportada por navios estrangeiros ou afretados, desde que não estou incentivando a compra de braços nacionais. E quero dizer a V. Ex.<sup>a</sup> que isto se presta a uma autêntica máfia, que fica explorando o afretamento de navios estrangeiros através de nossas estatais; é a Petrobrás e a Vale do Rio Doce. São na verdade burocratas e administradores desonestos que ganham propinas elevadas para fretarem esses barcos, para desviarem dólares do País. É preciso acabar com isso. A Nação brasileira já teve a segunda indústria de construção naval e, hoje, está completamente abandonada. Nós precisamos ter uma marinha mercante forte e com condições de suportar o mercado externo que temos conquistado.

A minha emenda, portanto, não impede afretamento como falaciosa e mentirosamente está sendo espalhado. Quero que fique o texto e vou ler o texto para os Srs. perceberem.

Aprovadas as minhas duas supressões, ficará prevalecendo apenas o texto do **caput** do art. 203, que diz:

"A lei disporá sobre a ordenação dos transportes aéreo, terrestre e marítimo, observadas no que se refere ao marítimo internacional as disposições de acordos bilaterais firmados pela União o equilíbrio entre armadores nacionais e navios de bandeira e registros brasileiros e do país exportador ou importador e atendido o princípio da reciprocidade."

Não há uma única palavra aí proibindo o afretamento. Não há uma única palavra aí impedindo o livre exercício da atividade dos armadores nacionais.

O que há é uma reserva de mercado, incentivando a compra e a adoção de navios de bandeira brasileira para reforçar a nossa frota e enriquecer nosso mercado de trabalho para os tripulantes e marítimos brasileiros.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem a palavra o nobre Constituinte José Ignácio Ferreira, para encaminhar contrariamente.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA:** – Sr. Presidente, em virtude das ponderações da Relatoria, com as quais concordo plenamente e com a exposição do eminente orador que me antecedeu, declino da palavra porque vou votar, inclusive, contra esse dispositivo.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem a palavra o Constituinte Luiz Salomão, para encaminhar contrariamente.

**O SR. CONSTITUINTE LUIZ SALOMÃO:** – Sr. Presidente, declino da palavra.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Não há mais oradores inscritos.

Consulto a Relatoria se deseja usar, da palavra.

**(Pausa)**

Tem a palavra o nobre Relator Virgílio Távora.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem. No final da reunião...

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Dei a palavra a S. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA:** – Estou dizendo a V. Ex.<sup>a</sup> que em virtude das ponderações da Relatoria, que vai opinar no sentido favorável, não só a esta emenda do eminente Constituinte Gastone Righi como, também, da emenda seguinte, ou seja, vai opinar favoravelmente à aprovação das duas emendas do Constituinte Gastone Righi – foi o que a Relatoria acabou de me informar – então, eu estou retirando a minha palavra porque vou votar com a Relatoria. **(Palmas)**

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte José Genoíno, pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Sr. Presidente, acho que é importante lembrar isto para que não pare nenhuma dúvida sobre esta matéria. Na parte da manhã, foi levantada a questão, de que a Relatoria não deu, até este momento – e é necessária – uma informação e uma explicação a esta Comissão sobre a inclusão dos §§ 1º e 2º ao art. 203, porque estamos discutindo emenda supressiva. Portanto, quanto ao mérito, a questão vai ficar resolvida porque esses dois parágrafos foram incluídos como errata, depois da divulgação do original do Substitutivo nº 2. Que a Relatoria ao encaminhar a favor do mérito da Emenda Gastone Righi que suprime os dois parágrafos esclareça oficial a esta Casa sobre a inclusão desses dois parágrafos Sr. Presidente. Esta é a solicitação que reitero a V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – V. Ex.<sup>a</sup> está insistindo numa questão que já foi decidida em reuniões anteriores.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA:** – Sr. Presidente peço a palavra para responder a questão de ordem levantada.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Tem a palavra V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA:** – Sr. Presidente a questão é simples e é preciso que se aclare em definitivo essa matéria. Concordo plenamente com as colocações precedentemente feitas pelo eminente Constituinte Virgildásio de Senna e com as colocações feitas pelo Sr. Constituinte José Genoíno. A questão é simples – há uma preliminar e há uma matéria de mérito. Há uma matéria de mérito que é uma prejudicial, sem a qual não podemos, e não devemos enfrentar o mérito. Concordo com as ponderações do eminente Constituinte Virgildásio de Senna e, agora, do eminente Constituinte José Genoíno. É preciso deixar claro que a indagação básica que constitui uma preliminar, uma prejudicial ao exame do mérito é a seguinte: houve ou não houve o texto do art. 203 e seus §§ 1º e 2º?

Então, o que quero dizer aqui em alto e bom som, com a credibilidade que tenho, com a compostura que tenho – e quem me conhece sabe que levo a vida pública

a sério – é que houve essa emenda e esses dois parágrafos. Elas foram rubricadas na minha presença pelo eminente Relator Bernardo Cabral e foram entregues ao assessor Dr. Antônio Carlos Pojo, que se encontra ali presente.

Colocada a questão nestes termos, resta agora saber se a Presidência deseja ou não colocar a matéria em votação. É essa a questão.

Entrar-se no mérito antes que isso fique clarificado é impossível e inconveniente.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Tem a palavra o Sr. Relator Constituinte Virgílio Távora.

**O SR. RELATOR (Virgílio Távora):** – Sr. Presidente, desde os anos de 1961, portanto, há bastante tempo, quando a vez primeira ocupamos um cargo executivo público, no caso, o Ministério de Viação e Obras Públicas, sempre nos deparamos com o mesmo problema. É um problema de luta de armadores, de estaleiros, de usuários. É cristalino o que está escrito no **caput** do art. 203:

"Art. 203 – A lei disporá sobre a ordenação do transporte aéreo, terrestre e marítimo, observado, no que se refere ao marítimo internacional, as disposições de acordos bilaterais firmados pela União, o equilíbrio entre armadores nacionais e navios de bandeira e registro brasileiros e do país exportador ou importador, atendido o princípio da reciprocidade."

Desde aquela época que o Governo brasileiro se norteia por esta regra, difícil de se sustentar em todas as chamadas conferências de fretes.

No caso da emenda do eminente representante de São Paulo, a de nº 27359, pede para suprimir o parágrafo único do art. 240 e § 1º do art. 203:

"As disposições deste artigo não se aplicam ao transporte de granéis."

Por que somos contra? Por uma razão simplíssima: porque dentro do texto, lei, regulamento, da portaria da própria Comissão Nacional de Marinha Mercante pode-se regulamentar o assunto. Enquanto que aqui cria um direito constitucional.

Sr. Presidente, o nosso parecer, portanto, é a favor da supressão.

**O SR. CONSTITUINTE JARBAS PASSARINHO:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem, para um esclarecimento com o Relator.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Tem a palavra, pela ordem, o Sr. Constituinte Jarbas Passarinho.

**O SR. CONSTITUINTE JARRAS PASSARINHO:** – Se bem pude ouvir, devido ao barulho que há no plenário, V. Ex.<sup>a</sup> disse que a proposta é apenas para a supressão de § 1º Mas o Sr. Constituinte propôs a supressão dos dois.

**O SR. RELATOR (Virgílio Távora):** – Explico: Lá outra emenda suprimindo a seguinte, então, fiquei na apreciação da primeira.

**O SR. CONSTITUINTE JARBAS PASSARINHO:** – No momento, só o § 1º

**O SR. RELATOR (Virgílio Távora):** – O § 1º

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – A Presidência esclarece a V. Ex.<sup>a</sup> Constituinte Jarbas Passarinho, que são duas emendas distintas do Constituinte Gastone Righi: uma, relativa a supressão de § 1º, e outra, relativa à supressão do § 2º O que está em votação é a primeira emenda, relativa a supressão do § 1º, que era o parágrafo único do art. 240 do Substitutivo nº 1.

**Em votação a matéria.**



**(Procede-se à votação)**

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Almir Gabriel, Antônio Britto, Artur da Távola, Carlos Mosconi, Celso Dourado, Cristina Tavares, Egídio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, Ibsen Pinheiro, João Herrmann Neto, José Fogaça, José Geraldo, José Ignácio Ferreira, José Paulo Bisol, José Ulisses de Oliveira, Manoel Moreira, Nelson Jobim, Nelton Friedrich, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Renato Vianna, Rodrigues Palma, Sigmaringa Seixas, Theodoro Mendes, Wilson Martins, Euclides Scalco, Jorge Hage, José Carlos Grecco, José Costa, Octávio Elísio, Rose de Freitas, Uldurico Pinto, Vicente Bogo, Vilson Souza, Antoniocarlos Mendes Thame, Christóvam Chiaradia, Eraldo Tinoco, Francisco Benjamin, Inocêncio Oliveira, José Jorge, José Santana de Vasconcellos, Mário Assad, Oscar Corrêa, Aníbal Barcelos, Jonas Pinheiro, José Tinoco, Ricardo Izar, Simão Sessim, Valmir Campeio, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, José Luiz Maia, Virgílio Távora, Bonifácio de Andrada, Brandão Monteiro, José Maurício, Luiz Salomão, Francisco Rossi, Gastone Righi, Solon Borges dos Reis, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Adolfo Oliveira, Aldo Arantes, Roberto Freire, Jamil Haddad, Antonio Farias. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Aluizio Campos, Fernando Henrique Cardoso, João Calmon, José Richa, Severo Gomes, Alcení Guerra, Aloysio Chaves, Gilson Machado, José Lins, Luís Eduardo, João Menezes, Jarbas Passarinho. **ABSTENÇÃO** dos Senhores Constituintes: Nelson Carneiro, Jofran Frejat.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 72 Constituintes; votaram NÃO 12 Constituintes; abstiveram-se de votar 02 Constituintes. Total: 86 votos. O Destaque foi aprovado.

Destaque nº 8377-87, do Sr. Gastone Righi, "que suprime o art. 203 § 2º do Substitutivo nº 2." (428ª votação)

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Passamos, agora, ao Destaque nº 8377 do Constituintes Gastone Righi. Em votação o requerimento de preferência.

Os Srs. Constituintes que o aprovam permaneçam sentados. **(Pausa)**

Aprovado.

A emenda seguinte propõe a supressão do § 2º da art. 203.

Tem a palavra o autor, para encaminhamento a favor.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Sr. Presidente, V. Ex.<sup>a</sup> concede-me a palavra?

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Pois não. Tem a palavra o nobre Constituinte José Genoíno.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Sr. Presidente, há uma diferença – e levanto a V. Ex.<sup>a</sup> esta questão para que não haja nenhuma dúvida – o § 1º constava no S-1. Portanto, podemos admitir que o fato de o S-II em não ter o § 1º houve um lapso, um engano.

No entanto, o § 2º nem constava do S-I, nem existe emenda do Constituinte Roberto Jefferson propondo o mesmo – segundo fomos informados.

O fato de o § 2º estar incluído no Substitutivo II para ir a voto é um equívoco, Sr. Presidente, porque ele não constava em lugar nenhum para entrar como errata.

A justificativa é de que era uma emenda – portanto ela foi acolhida e entraram os dois parágrafos – só para o § 1º e não para o § 2º, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Esta questão já foi reiteradamente levantada por V. Ex.<sup>a</sup> e inde-

ferida. Ela é realmente insubstancial porque, mesmo que não houvesse emenda como o Relator declarou que havia do Constituinte Roberto Jefferson, S. Ex.<sup>a</sup> poderia ter a iniciativa de incluí-la no texto do segundo substitutivo e assumir a responsabilidade da inclusão, tendo sido esse texto aprovado em globo, ressalvados os destaques e as emendas. Então, por isso, vai ser votado o § 2º do art. 203.

Consulto o Sr. Constituinte Gastone Righi se deseja encaminhar a favor ou não considera necessário.

**(Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup> indicou o Constituinte Joaquim Bevilacqua, que tem a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE JOAQUIM BEVILÁQUA:** – Sr. Presidente, esta Comissão por larga maioria decidiu, há alguns minutos, suprimir o § 1º Entendo que tendo mantido o **caput** do projeto de Constituição, não temos necessidade também de manter o § 2º, daí por que devemos suprimi-lo acolhendo a Emenda Gastone Righi, e por quê? Porque o **caput** diz, com muita clareza:

"A lei disporá sobre a ordenação dos transportes aéreo, terrestre e marítimo, observados no que se refere ao marítimo internacional as disposições de: acordos bilaterais firmados pela União, equilíbrio entre armadores nacionais e navios de bandeira e registro brasileiros e de país exportador ou importador e, finalmente, atendido o princípio da reciprocidade."

Ora, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o § 2º é redundante, porque estabelece:

"A lei estabelecerá condições para conceder direito de bandeira brasileira a navios afretados em caráter..."

Já remetemos à lei a ordenação dos transportes marítimos internacionais, aéreos etc. A lei vai regular também esses casos de bandeira.

Todos sabemos que não temos navios em quantidade suficiente, que temos necessidade de afretar. Agora, o que não pode, Sr. Presidente, é figurar, no texto constitucional, de forma inflexível, um princípio que não tem nada a ver e significa uma redundância, uma falta de técnica legislativa. Daí por que encaminhamos favoravelmente para suprimir e enxugar o texto constitucional.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Com a palavra o Constituinte Luiz Salomão, para encaminhamento contra.

Como consta da pauta que S. Ex.<sup>a</sup> desistiu, concedo a palavra ao ilustre Constituinte Nelson Carneiro.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, este tem sido o dispositivo mais agitado neste Plenário, ao contrário do que se poderia prever. Imaginávamos que disposições outras causassem maior celeuma, mas é exatamente esse dispositivo com os seus parágrafos que tem causado dissensões mais ruidosas.

Quero dizer, repetindo um velho ditado latino: **quod abundat non nocet**.

Ora, se, como disse o nobre Constituinte que defendeu a emenda, que já está ela incluída, nada importa que se repita o princípio em um assunto tão controverso, mas eu acho que não está incluído. Aí está a minha diferença.

Diz o texto:

"A lei disporá sobre a ordenação dos transportes aéreo, terrestre e marítimo, observada, no que se refere ao marítimo internacional, as disposições de acordos bilaterais firmados pela União, o equilíbrio entre armadores nacionais de navios de bandeira e registros brasileiros e do país expor-

tador e importador, atendido o princípio da reciprocidade."

Esse é o **caput**. Agora, o que diz o § 2º:

"A lei estabelecerá condições para conceder direito de bandeira brasileira a navios afretados em caráter complementar ou temporário por empresas nacionais de navegação."

Portanto, são duas disposições diversas que podem conviver dentro do mesmo texto; não causam mal a ninguém, porque aí é a lei que vai regular. A lei ali falou do ordenamento, da ordenação dos transportes; aqui fala da "concessão do direito de bandeira brasileira a navios afretados em caráter complementar ou temporário". São coisas inteiramente diversas. Uma não importa na outra. Por isso, Sr. Presidente, é que acho que a aprovação do substitutivo do § 2º sob o argumento de que já está incluído no **caput** não tem razão de ser. Acho que a emenda deve ser rejeitada.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Consulto o Sr. Constituinte Virgílio Távora se deseja pronunciar-se sobre esta segunda emenda.

**O SR. RELATOR (Virgílio Távora):** – Sim.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. RELATOR (Virgílio Távora):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, uma coisa é "navios de bandeira e registro brasileiros" e outra coisa completamente diferente é "navio afretado, ao qual se concede o direito de bandeira brasileira". Eu queria deixar isto claríssimo. Não vejo por que seja útil para esta Constituição a supressão deste inciso, que deixa bem claro que "lei regulamentará e estabelecerá as condições da concessão do direito de bandeira brasileira". O nosso ponto de vista se coaduna com o do eminente Constituinte Nelson Carneiro.

Somos contra a emenda.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra, pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr. Presidente, dada uma confusão que foi aqui estabelecida é que pedi a palavra para uma questão de ordem.

O entendimento sobre a matéria está visivelmente desvirtuado.

Este § 2º, Sr. Presidente, não nasceu de emenda alguma. Ele caiu de pára-quadras no computador eletrônico. Isto é que é o censurável. Este é o que o Sr. Relator concordou em suprimir. Este é o produto do crime. Este é o corpo de delito na sua integridade. Tem que ser extirpado, até em nome da decência e da moralidade desta Assembléia Nacional Constituinte.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Em votação. Vai-se proceder à votação.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA:** – Sr. Presidente peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Já estamos em processo de votação. Se V. Ex.<sup>a</sup> tem alguma questão...

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA:** – Quero dizer a V. Ex.<sup>a</sup> o seguinte diante das colocações feitas pelo Constituinte Gastone Righi eu quero colocar claramente, primeiro, que não há nenhuma objeção a que o Sr. Relator apresente o texto que lhe pareça conveniente e o ofereça para o seu substitutivo. Segundo, fui para aquela tribuna e afirmei e acho que devo defendê-lo, porque eu afirmei com o meu testemunho pessoal, com a responsabilidade e com o respeito que eu imponho e exijo, que o Sr. Relator assinou essa emenda, apresentou-a e ela

não foi para o texto por razões que eu ignoro. Como não foram para o texto emendas que foram aprovadas; emendas que foram rejeitadas e que não constaram do texto; emendas que foram aprovadas pelo Sr. Relator e que não constaram do texto, e que depois todo esse acervo, emendas aprovadas pelo Relator que não constaram do texto, emendas rejeitadas pelo Sr. Relator que constaram do texto, e várias outras incorreções compuseram o acervo da errata que foi feita. De maneira que me parece que devo em alto e bom som, defender aqui, não só a Relatoria, mas principalmente, especialmente o Relator, que é um homem de bem, e que tem prestado relevantes serviços a esse País. Eu não posso aceitar que se diga, que o texto desse § 2º do qual eu discordo, e contra o qual eu vou votar porque me pareceu sempre que assim pensava a Relatoria seja tido como corpo de delito, de um crime que não houve parecendo que há; havendo crime há algum criminoso nessa Constituinte.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – O fato de estar sendo posta em votação a emenda demonstra o respeito e acatamento que a Mesa tem à Relatoria.

**A SRA. CONSTITUINTE ROSE DE FREITAS:** – Sr. Presidente, questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – V. Ex.<sup>a</sup> deseja falar pela ordem para falar sobre o processo de votação?

**A SRA. CONSTITUINTE ROSE DE FREITAS:** – É sobre o processo de votação, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – V. Ex.<sup>a</sup> tem a palavra.

**A SRA. CONSTITUINTE ROSE DE FREITAS:** – Sr. Presidente, em uma das reuniões, inclusive presidida por V. Ex.<sup>a</sup>, ainda no Auditório Nereu Ramos, foi levantada essa questão pela minha pessoa e pelo Constituinte Gastone Righi, de que realmente tínhamos conhecimento de que esse § 2º havia sido incluído numa errata sem que, inclusive, existisse emendas a respeito do assunto.

Esse assunto foi amplamente discutido com a presença, inclusive ao lado de V. Ex.<sup>a</sup> do Presidente Afonso Arinos, e reconhecido até, peço a V. Ex.<sup>a</sup> que no caso de dúvida que recorra às notas taquigráficas daquela reunião, que possa oferecer à Mesa a data e a hora exata, reconhecida pelo Sr. Relator que realmente existira um equívoco e que para tanto, para que a Comissão de Sistematização não ficasse ao sabor de um erro, S. Ex.<sup>a</sup> se dispunha, no momento oportuno, retirar esse parágrafo. Não sei se o nobre Relator-Adjunto, Constituinte José Fogaça, se encontrava no momento, porque poucos minutos antes teria feito um discurso eloquente sobre a situação política do País.

Quero apenas reforçar as palavras, contra as quais, equivocadamente, foram colocadas afirmações pelo Constituinte José Ignácio Ferreira, ao falar do Constituinte Gastone Righi. Houve um erro e esse erro está em tempo de ser corrigido e estamos votando aqui um equívoco. Na verdade, esse § 2º não existia, veio numa errata e isso foi reconhecido publicamente pelo Relator.

Se V. Ex.<sup>a</sup> me permitir, vou encaminhar à Mesa a cópia das notas taquigráficas com as palavras exatas do Sr. Relator, que reconhece esse erro. Portanto, esta votação inexistente.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A Presidência lamenta informar a V. Ex.<sup>a</sup> que esta questão é vencida, já foi resolvida sucessivamente pela Mesa. Estamos em votação e a Mesa não admite mais nenhum pronunciamento sobre a matéria.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – V. Ex.<sup>a</sup> vai me perdoar mas estamos em processo de votação.

Peço aos Srs. Constituintes que tomem seus lugares para iniciarmos a votação.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Não concedo mais a palavra pela ordem. Em votação.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Não concedo mais a palavra para questão de ordem sobre essa matéria.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – V. Ex.<sup>a</sup> tem que me conceder a palavra pois a estou pedindo pela ordem, de acordo com o Regimento.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Queiram selecionar os votos.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – Peço a palavra a V. Ex.<sup>a</sup> pela ordem e não admito que V. Ex.<sup>a</sup> não me conceda a palavra. V. Ex.<sup>a</sup> tem o dever regimental de me conceder a palavra. Eu vim aqui pedir a palavra pela ordem. Não quero interferir e nem procrastinar o processo de votação, mas peço a V. Ex.<sup>a</sup> que respeite o meu direito de usar da palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – O respeito ao direito de V. Ex.<sup>a</sup> já foi acatado por esta Presidência, sobre a matéria, várias vezes. V. Ex.<sup>a</sup> é que deve cumprir com respeito as decisões da Mesa. A autoridade da Mesa não pode ser comprometida por insistência inadequada dos nobres companheiros da Comissão.

Em votação.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Alfredo Campos, Antônio Britto, Artur da Távola, Carlos Mosconi, Cid Carvalho, Cristina Tavares, Fernando Bezerra Coelho, Francisco Pinto, Ibsen Pinheiro, João Herrmann Neto, José Fogaça, José Geraldo, José Ignácio Ferreira, José Paulo Bisol, José Ulisses de Oliveira, Manoel Moreira, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Theodoro Mendes, Chagas Rodrigues, Délio Braz, João Agripino, Jorge Hage, José Carlos Grecco, José Costa, José Tavares, Octávio Elísio, Roberto Brant, Uldurico Pinto, Vicente Bogo, Vilson Souza, Christóvam Chiaradia, Eraldo Tinoco, Gilson Machado, Inocêncio Oliveira, José Santana de Vasconcellos, Mário Assad, Oscar Corrêa, Aníbal Barcellos, Enoc Vieira, Jofran Frejat, Jonas Pinheiro, José Tinoco, Mozarildo Cavalcanti, Simão Sessim, Antônio Carlos Konder Reis, Gerson Pores, José Luiz Maia, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Brandão Monteiro, José Maurício, Luís Salomão, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Adolfo Oliveira, Aldo Arantes, Roberto Freire, Jamil Haddad. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Almir Gabriel, Celso Dourado, Egídio Ferreira Lima, Fernando Henrique Cardoso, José Richa, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Pimenta da Veiga, Renato Vianna, Severo Gomes, Wilson Martins, Euclides Scalco, Alcení Guerra, Aloysio Chaves, Antoniocarlos Mendes Thame, Francisco Benjamim, Francisco Dornelles, José Jorge, Sandra Cavalcanti, João Menezes, Jarbas Passarinho, Virgílio Távora, Bonifácio de Andrada, Roberto Balestra, Antonio Farias. **ABSTENÇÃO** dos Senhores Constituintes: Aluizio Campos, Haroldo Sabóia, Rodrigues Palma, Virgildásio de Senna, José Lins, Luís Eduardo.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A Mesa vai proclamar o resultado: voltaram SIM 62 Constituintes; vo-

taram NÃO 25 Constituintes; abstiveram-se de votar 6 Constituintes. Total: 93 votos. O Destaque foi aprovado.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem a palavra Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem a palavra, pela ordem, o nobre Constituinte Antônio Britto.

**O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO BRITTO:** – Apenas para que conste dos Anais, quero dizer que a minha intenção de voto era NÃO.

**Destaque nº 5249-87 – Emenda nº ES-32145-5, do Sr. Prisco Viana, "que modifica o art. 242 §§ 1º e 2º do Substitutivo nº 1 (art. 205 §§ 1º e 2º do Substitutivo nº 2)". (429ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Em votação o Requerimento de Destaque nº 5249, do Constituinte Prisco Viana, que será defendido pelo Constituinte Renato Vianna, referente à Emenda nº 32145.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Constituintes que o aprovam queiram permanecer sentados. **(Pausa)**

Aprovado.

A emenda restringe-se à inclusão da palavra pesca, no § 1º do art. 205. Fica restrita a emenda à inclusão das embarcações de pesca, na disposição do art. 205, que diz:

"A lei regulará a armação, propriedade e tripulação das embarcações de esporte, turismo, recreio e apoio marítimo."

Tem a palavra o Constituinte Renato Vianna, para encaminhamento a favor.

**O SR. CONSTITUINTE RENATO VIANNA:** – Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes:

A emenda que ora defendemos é substitutiva. Como esclareceu o Presidente, ela visa a acrescentar, no § 1º do art. 205, a palavra "pesca" logo após a expressão "embarcações" e, no § 2º, suprime a expressão "bem como atividade pesqueira".

Muito embora essa emenda tivesse sido relacionada dentre as aprovadas pelo Relator, na realidade não consta do projeto aprovado. Trata-se, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, de uma reserva de mercado que não encontra justificativa política, econômica ou técnica, ao contrário do que poderia parecer. Caso seja mantida, resultará altamente danosa aos interesses econômicos nacionais e às empresas brasileiras de pesca.

A reserva de mercado, no nosso entender, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, só se justifica pelo interesse estratégico, como no caso da informática, ou por questão de segurança nacional, como na hipótese da navegação de cabotagem. Quanto à pesca, tais pressupostos inexistem, sendo uma atividade eminentemente nacional, eis que 99% das indústrias de pesca são brasileiras. É ainda no Brasil, a pesca, uma atividade incipiente, em particular na sua fase de captura; cabe, pois, facilitar o seu desenvolvimento. O arrendamento de embarcações estrangeiras, sob o estrito controle do Poder Público, como vem sendo feito pelo Ministério da Marinha e pelo Ministério da Agricultura, tem sido autorizado parcimoniosamente e a prazo certo com o triplo objetivo: primeiro o de garantir o abastecimento interno; segundo, o de gerar excedentes exportáveis; e, em terceiro, assegurar assimilação de tecnologias avançadas por empresas nacionais. Além disso – aqui é preciso esclarecer que o arrendamento só é autorizado quando se trata de captura de espécies inexploradas ou subexploradas. A expressão "atividade pesqueira" é muito mais abrangente, uma vez que compreende não só a captura, mas o bene-

ficiamento, a transformação, a conservação e a industrialização dos recursos animais e vegetais marítimos, pluviais e lacustres.

Dada a definição de empresa nacional, nos termos do art. 192, que aprovamos nesta Comissão, as empresas estrangeiras e nacionais de capital estrangeiro, com capacidade tecnológica mais avançada, ficariam impedidas de continuar a transferir conhecimento ou **know how** para as empresas nacionais e inclusive e especialmente por meio de arrendamento de embarcações especializadas inexistentes no País.

Por isso, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, acresce notar ainda mais que, pela Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, da qual foi Relator o eminente Constituinte Senador Nelson Carneiro, e da qual o Brasil é signatário, "um país que não esteja capacitado a utilizar todos os seus recursos marítimos em benefício próprio, deverá ceder a outros o direito de explorar tais recursos".

Assim, tendo em vista a subexploração dos recursos pesqueiros em nossas águas, a restrição constitucional acabará tendo efeito exatamente contrário ao almejado, isto é, ampliando a presença estrangeira nesse importantíssimo setor da atividade econômica.

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, por todas essas razões expostas, é preferível que a matéria continue regulamentada em lei ordinária, de modo a permitir maior grau de flexibilidade.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Com a palavra, para encaminhar contra, o Constituinte José Genoíno.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Sr. Presidente e Srs. Constituintes, esta é uma emenda delicada e chamo a atenção dos Srs. porque o seu maior problema não está no § 1º. O fato de incluir no § 1º da emenda, agora definida, as embarcações de pesca, não é o problema maior. Mas, o § 2º, Sr. Presidente, modifica o que está no Substitutivo, da seguinte maneira: "A navegação de cabotagem e a interior..." e aí retira: "bem como a atividade pesqueira"; se é retirado isso temos o risco, muito grande, para a internacionalização dessa atividade. Aí é que está o problema.

Este problema é sério, Sr. Presidente. Sob o argumento da possibilidade desse afretamento de embarcações, retirando-se "a atividade pesqueira", a internacionalização pega a brecha dessa possibilidade que é, exatamente, o § 2º, da Emenda do Constituinte Prisco Viana, defendida aqui pelo Constituinte Renato Vianna. Por isso achamos que a manutenção no texto, do § 2º, atende melhor a proteção a uma atividade tipicamente desenvolvida por empresas nacionais.

Assim, Sr. Presidente, encaminhamos contra a emenda, chamando a atenção para o seu problema principal que é o § 2º, porque em sua redação, Sr. Presidente, retira a expressão "atividade pesqueira".

Esse é o problema fundamental que me leva a rejeitá-la.

Durante o pronunciamento do Sr. José Genoíno, o Sr. **Aluizio Campos**, Primeiro Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Fernando Henrique Cardoso, Quarto-Vice-Presidente.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – V. Ex.<sup>a</sup> tem a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – Sr. Presidente, queria apenas dar um esclarecimento. O Se-

nado acaba de aprovar a Convenção do Direito do Mar da qual fui Relator, já aprovada pela Câmara. Se não tivermos recursos dentro da plataforma continental para pescar, então ficará livre a qualquer país fazê-lo. Com essa emenda se assegura que o Brasil opinará sempre quando alguém quiser pescar em águas territoriais.

Por isso, Sr. Presidente, sou a favor da emenda.

**O SR. CONSTITUINTE OSCAR CORRÊA:** – Pela ordem, Sr. Presidente, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Pois não, Constituinte Oscar Corrêa!

**O SR. CONSTITUINTE OSCAR CORRÊA:** – O ilustre Constituinte José Genoíno, Sr. Presidente, ao ir contra a matéria fez alusão ao § 2º da referida emenda, que não consta, por isso pediria a V. Ex.<sup>a</sup> que desse essa informação à Casa.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Consta da Emenda somente o § 1º; o § 2º, não. Apenas não houve comunicação do Presidente que me antecedeu.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ ULÍSSÉS DE OLIVEIRA:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Pois não!

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ ULÍSSÉS DE OLIVEIRA:** – Gostaria que V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Presidente, esclarecesse que o que está em votação é a emenda como um todo e não o § 1º.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Perdão! Está em votação apenas o § 1º; é só o que consta sobre a mesa.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ ULÍSSÉS DE OLIVEIRA:** – Gostaria que V. Ex.<sup>a</sup> lesse o § 1º.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Art. 205...

"1º A lei regulará a armação, propriedade e tripulação das embarcações de pesca, esporte, turismo, recreio e apoio marítimo."

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ ULÍSSÉS DE OLIVEIRA:** – Sr. Presidente, o que o autor do destaque está querendo é tirar a atividade pesqueira, bem como os barcos, internacionalizando, por conseguinte, os mares brasileiros. O que S. Ex.<sup>a</sup> está querendo é que a atividade, bem como os barcos, sejam internacionais, prejudicando os interesses do Brasil.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Não! V. Ex.<sup>a</sup> vai me desculpar mas isso é problema de interpretação.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Sr. Presidente, queria um esclarecimento.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Pois não.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Tentei prestar atenção o que dizia o Constituinte Renato Vianna e a impressão que tive é que S. Ex.<sup>a</sup> estava tratando da questão da pesca. O § 1º fala apenas que "a lei regulará a armação, a propriedade e a tripulação de embarcações de pesca", mas, não era isso que S. Ex.<sup>a</sup> estava falando; referia-se exatamente ao § 2º, ou seja: "a exploração da pesca poder ser qualquer..."

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Se o Constituinte Renato Vianna estava falando de outro assunto, eu não estava à Mesa.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Exatamente!

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – O que está em votação é o § 1º.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Então, seria importante que V. Ex.<sup>a</sup> lesse o que está em votação.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Vou ler pela terceira vez.

Peço aos Srs. Constituintes atenção. Vou ler, pela terceira vez, e darei a palavra ao Relator.

**O SR. CONSTITUINTE RENATO VIANNA:** – Sr. Presidente, só para esclarecimento, para que não haja, inclusive, conflito: como consta do texto em que foi distribuído hoje, a emenda é modificativa aos §§ 1º e 2º, porque inclui a expressão “de pesca”, no primeiro, e retira, no § 2º, “bem como a atividade pesqueira”, porque seria um conflito. Estão incluídas no § 1º, retirados no § 2º e remetidas à lei ordinária.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Acho que a Mesa, agora, entendeu por que tamanha confusão.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Não, não! Agora, a Mesa é que não entende. Vou esclarecer: Srs. Constituintes, sobre a mesa, há um requerimento onde está escrito somente o § 1º e está grifado. Não tenho outra maneira de proceder. Vai ser posto em votação o § 1º. Não há outro jeito.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ ULÍSSES DE OLIVEIRA:** – Sr. Presidente, um esclarecimento: se votarmos dessa maneira, estaremos suprimindo do § 2º a atividade pesqueira; é supressiva. Vota o 1º, suprime o 2º.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Sr. Presidente, só mais um esclarecimento: sabe o que diz o § 1º? A mesma coisa que o § 2º. Apenas acrescenta “pesca”. Só isso.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Srs. Constituintes, a interpretação deixo por conta de cada um. Dou a palavra ao Relator para que opine sobre a redação que está aqui na mesa. Se houve engano, não foi da Mesa. Aqui está o § 1º.

Tem a palavra o Sr. Relator.

**O SR. RELATOR (Virgílio Távora):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o § 1º, para ser bem compreendido, precisa ser justaposto ao **caput** do mesmo artigo.

“Os armadores, proprietários, afretadores, pessoas físicas ou jurídicas e comandantes e dois terços, pelo menos, dos tripulantes de embarcações nacionais serão brasileiros.” Essa é a regra geral.

“A lei regulará a armação, propriedade e tripulação das embarcações de esportes, turismo, recreio e apoio marítimo.”

Pelo que está no substitutivo, a pesca, nós não poderíamos afretar navios pesqueiros. Ora, o afretamento de navios pesqueiros, em toda a costa Norte e Nordeste do País, é basilar para o desenvolvimento dessa atividade. Esse arrendamento é feito sob o estrito controle do Poder Público: Ministério da Marinha, Ministério da Agricultura, e tem sido autorizado em termos periódicos e muito parceladamente. Primeiro, para garantir o abastecimento interno; segundo, gerar excedentes exportáveis – o Nordeste tende à exportação do peixe, da lagosta, do camarão, dos crustáceos, de uma maneira geral, uma das suas fontes de exportação; e terceiro, para assegurar a assimilação de tecnologias avançadas por empresas nacionais.

Queríamos deixar bem claro que, se não houver a introdução da palavra “pesca” no § 1º, ela ficará sujeita ao **caput** do art. 205. Portanto, toda propriedade e tripulação de embarcações brasileiras.

Este é o parecer do Relator a favor da emenda.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENÓINO:** – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Srs. Constituintes, vamos pedir a palavra pela ordem. Primeiro, vai ser o Constituinte Roberto Freire e, depois, o Constituinte José Genoíno.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Sr. Presidente, é uma questão de ordem, porque esclarecerá, e V. Ex.<sup>a</sup> me permita dizer o seguinte: o que estamos votando poderia aparecer como emenda aditiva ao § 1º.

Sr. Presidente, seria importante que a Relatoria ouvisse se esse entendimento que estou tendo é correto. O § 1º diz o seguinte:

“A lei regulará a armação, propriedade, tripulação das embarcações de esportes, turismo, recreio e apoio marítimo,” ou seja, nos casos de embarcação de esportes, turismo recreio e apoio marítimo, a lei vai regulamentar. Ele quer acrescentar aí a pesca. Pois bem, vamos ver o que o § 2º Diz o seguinte:

“A navegação de cabotagem e a interior, bem como a atividade pesqueira, são privativas de embarcações nacionais...”, ou seja, a lei já está definindo a nível Constitucional, que a pesca são privativas de embarcações nacionais. Portanto, não se pode votar esta emenda, a não ser o substitutivo dos dois parágrafos.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Muito bem! Então, é preciso que o autor da emenda diga isso, porque não há outra alternativa.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Não, mas o encaminhamento foi equivocado quando ele manda à Mesa algo que enganava ou colocava em equívoco os nossos votos.

Essa questão tem que ser bem esclarecida, porque se fosse apenas aditiva, mas não é; ela substitui os dois parágrafos...

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Srs. Constituintes, vou dar a palavra...

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – ... e a votação teria que ser melhor encaminhada aí, eu poderia aproveitar e sendo assim, não se trata de mera adição, mas de substituição, internacionalizando também a pesca; e o nosso voto deve ser contra.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Vou dar a palavra à pessoa a quem o autor indicou, para que explique a intenção. Peço a V. Ex.<sup>as</sup> que ouçam a explicação para, depois, decidirmos. Tem a palavra o Sr. Constituinte.

**O SR. CONSTITUINTE RENATO VIANNA:** – Sr. Presidente, lamento, inclusive, que os Constituintes não tivessem prestado atenção à exposição. Quando subi a esta tribuna...

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Um momento, nobre Constituinte! Peço ao Plenário silêncio. Estamos tomando decisões que têm consequências práticas da maior importância. Peço que o Plenário ouça, com atenção, o que diz o Constituinte e a decisão da Mesa. Tem a palavra o Sr. Constituinte.

**O SR. CONSTITUINTE RENATO VIANNA:** – Sr. Presidente, repito com vagar, o que disse ao assomar esta tribuna: trata-se de emenda substitutiva, que acresce ao § 1º depois de embarcações, a expressão “de pesca” e, no § 2º suprime “bem como a atividade pesqueira”. Ela alcança os dois parágrafos e, aqui, coloquei isso bem claro a todo o Plenário da Comissão de Sistematização. Não há internacionalização, porque o **caput** obriga a que

2/3 da tripulação das embarcações sejam constituídas de brasileiros. Portanto, não há o perigo da internacionalização.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Sr. Presidente, V. Ex.<sup>a</sup> nos informou que tinha uma comunicação à Mesa, dizendo que ia ser votada a emenda para modificar o § 1º. O Constituinte, agora, reafirma que a sua emenda é substitutiva aos §§ 1º e 2º.

Portanto, é uma substitutiva aos dois parágrafos. Não é a informação que foi dada à Mesa, inicialmente, de que era só o § 1º.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Está resolvida a questão. Peço aos Srs. que não voltem ao assunto. Está resolvida a questão. A Mesa recebeu uma informação. O Presidente que estava aqui acabou de me comunicar que ele queria discutir inicialmente o 1º e, depois, o 2º. São os dois juntos.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GERALDO:** – Sr. Presidente, então estaremos votando os dois parágrafos?

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Sim. Os dois parágrafos.

Houve retificação feita pelo autor da proposição e o autor esclarece...

Srs. Constituintes, vamos tomar uma decisão da maior importância. Peço que V. Ex.<sup>as</sup> tomem seus lugares e façam silêncio. **(O Presidente faz soar a campainha).** Colocaremos em votação os dois parágrafos – 1º e 2º. Já está esclarecido. Já houve a opinião do Relator.

**O SR. CONSTITUINTE VIVALDO BARBOSA:** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Tem a palavra, pela ordem, o Sr. Constituinte Vivaldo Barbosa.

**O SR. CONSTITUINTE VIVALDO BARBOSA:** – Sr. Presidente, por diversas vezes, diversos Constituintes, entre os quais eu me incluo, tentamos retificar textos de emenda depois de feita a defesa e o debate e o contraditório. Por diversas vezes, esta Mesa reiterou que seria apenas possível tão-somente retificar texto de emenda antes de iniciado o debate. O único texto retificado que V. Ex.<sup>a</sup> comunicou ao Plenário, que tem em mãos, é apenas para votação do § 1º...

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Sr. Constituinte, perdoe-me. Esta questão está resolvida. Houve engano da Mesa e não de quem propôs a emenda.

**O SR. CONSTITUINTE VIVALDO BARBOSA:** – Sr. Presidente, apenas para um esclarecimento a fim de receber a orientação da Mesa daqui para a frente. A retificação foi feita antes do início dos debates ou debates?

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Srs. Constituintes, vou colocar em votação, tendo resolvido o seguinte: declaro que houve um equívoco de informação na Mesa, não houve nenhum equívoco de quem apresentou a emenda, são dois parágrafos, e vamos votar os dois parágrafos.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, esclareço ao Constituinte Vivaldo Barbosa que não houve absolutamente nenhuma correção. É a emenda integral que vamos votar.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Estou partindo do pressuposto de que as palavras têm uma certa inteligibilidade. Está resolvido que vamos colocar em votação, tal qual foi pedido, os dois parágrafos.

**O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra, pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS:** – Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, venho a este microfone para solicitar um esclarecimento do nobre Constituinte Virgílio Távora, Relator-Adjunto, que está, em nome do Sr. Relator-Geral, emitindo pareceres.

O que busca a emenda é permitir o afretamento de barcos pesqueiros estrangeiros. O nobre Constituinte Renato Vianna deixou claro os objetivos da emenda. Desejo consultar o Sr. Relator sobre o seguinte: com a ressalva constante do § 2º do art. 205, que diz:

“A navegação de cabotagem e a interior, bem como a atividade pesqueira são privativas de embarcações nacionais, salvo o caso de necessidade pública...”

Desejo saber se, porventura, essa ressalva não atender aos objetivos da emenda que se refere ao afretamento dos barcos pesqueiros, quando for conveniente e necessário, e eu votarei favoravelmente à emenda que altera os §§ 1º e 2º, porém, se essa ressalva atender aos objetivos, certamente a redação será mais conveniente aos interesses nacionais.

**O SR. RELATOR (Virgílio Távora):** – O esclarecimento está claro. Não vamos tirar da empresa nacional. Queremos que os barcos pesqueiros sejam afretados, quando necessário. Portanto, não atende – como pensa V. Ex.<sup>a</sup> – a hipótese.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Vai-se proceder à votação.

**O SR. CONSTITUINTE ADOLFO OLIVEIRA:** – Sr. Presidente, antes de iniciar a chamada, tenho uma comunicação a fazer à Casa.

Fiz uma troca com o meu Suplente, o ilustre Constituinte Afif Domingos, que de agora até o final deste capítulo fica votando como Titular, e eu fico como Suplente.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Solicito ao Sr. Secretário proceder à chamada.

#### (Procede-se à chamada)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Alfredo Campos, Almir Gabriel, Antônio Britto, Artur da Távola, Carlos Sant'Anna, Egídio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Henrique Cardoso, João Calmon, José Fogaça, José Geraldo, José Ignácio Ferreira, José Richa, Manoel Moreira, Nelson Carneiro, Pimenta da Veiga, Renato Vianna, Rodrigues Palma, Severo Gomes, Theodoro Mendes, Virgildásio de Senna, Wilson Martins, Albano Franco, Délio Braz, Euclides Scalco, João Agripino, José Costa, Marcos Lima, Roberto Brant, Alcení Guerra, Aloysio Chaves, Antonio Carlos Mendes Thame, Christóvam Chiaradia, Eraldo Tinoco, Gilson Machado, Inocêncio Oliveira, José Jorge, José Lins, José Lourenço, José Santana de Vasconcellos, Osvaldo Coelho, Ricardo Fiuza, Sandra Cavalcanti, Annibal Barcellos, João Menezes, Jofran Frejat, Mozarildo Cavalcanti, Ricardo Izar, Darcy Pozza, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia, Virgílio Távora, Francisco Rossi, Bocayuva Cunha, Afif Domingos. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Carlos Mosconi, Celso Dourado, Cristina Tavares, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, João Herrmann Neto, José Paulo Bisol, José Ulisses de Oliveira, Nelton Friedrich, Paulo Ramos, Sigmaringa Seixas, Antonio Mariz, Chagas Rodrigues, Vicente Bogo, Francisco Benjamim, Oscar Corrêa, Enoc Vieira, José Tinoco, Gerson Peres, Lysâneas Maciel, Luiz Salomão, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Aldo Arantes, Roberto Freire, Jamil Haddad, Antonio Farias. **ABSTENÇÃO** dos Senhores Constituintes: Aluizio Campos, Nelson Jobim, Oswaldo Lima

Filho, Carlos Chiarelli, Antônio Carlos Konder Reis, Roberto Balestra.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 55 Constituintes; votaram NÃO 31 Constituintes; abstiveram-se de votar 6 Constituintes. Total: 92 votos. O destaque foi **aprovado**.

Sobre a mesa, um pedido de preferência para o Destaque nº 7825, que recai sobre a Emenda nº 38158, do Constituinte José Serra.

Sr. Constituinte José Serra encontra-se presente?

**(Pausa)**

Há alguma indicação?

Não havendo indicação, está prejudicado.

Sobre a mesa, Destaque nº 6758 do Constituinte Vicente Bogo, que recai sobre a Emenda nº 20737.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LUIZ MAIA:** – Sr. Presidente, parece-me que pela planilha haveria o destaque do Constituinte Afif Domingos.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Não é, o 44.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LUIZ MAIA:** – Sr. Presidente, está aqui na planilha.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Não! Na planilha que tenho aqui consta...

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LUIZ MAIA:** – A que tenho na mão traz José Serra, Afif Domingos...

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – ... Não! Na que tenho, constam José Serra, Vicente Bogo, José Egreja e Afif Domingos.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LUIZ MAIA:** – Então, a que distribuíram para nós está errada.

**Destaque nº 6758/87, do Sr. Vicente Bogo – Emenda nº 1P-20737-1, do Sr. Gabriel de Almeida Santos e outros Emenda Popular) “que adita artigos ao Título VIII, Capítulo II do Substitutivo nº 1 (Título VII, Capítulo II do Substitutivo nº 2)”.**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Em votação o pedido de preferência do Constituinte Vicente Bogo.

Os Srs. Constituintes que o aprovam permaneçam sentados. **(Pausa)**

Aprovado.

Tendo sido aprovado o Destaque, peço ao Constituinte que venha explicar sua Emenda, pois a Mesa não tem condição de fazê-lo.

**O SR. CONSTITUINTE PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO:** – Sr. Presidente, eu queria um esclarecimento: tenho aqui na minha lista que a primeira emenda a ser votada é a de nº 6567, Destaque do Constituinte Afif Domingos, de autoria da Constituinte Sandra Cavalcanti. Agora, vejo que V. Ex.<sup>a</sup> põe o Destaque nº 6758, de autoria do Constituinte Vicente Bogo. Eu gostaria de saber qual é a razão da inversão. Por que razão, nesta segunda lista, foi modificada a ordem? Eu gostaria de saber se houve alguma modificação na emenda, pois imagino que seja por abrangência.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – É verdade, o Constituinte Afif Domingos fez uma alteração de tal maneira que ele ficou menos abrangente, por isso, houve uma reclassificação.

Peço ao Plenário a máxima atenção, porque vamos entrar na matéria relativa à reforma agrária, que merece a consideração desta Casa.

Tem a palavra o Constituinte Vicente Bogo.

**O SR. CONSTITUINTE VICENTE BOGO:** – Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes: a emenda que estamos a defender na tribuna, neste momento, trata da proposta popular defendida e apresentada na Assembléia Nacional Constituinte por inúmeras entidades populares, encabeçada especialmente pela CONTAG, pela ABRA, pela Campanha Nacional da Reforma Agrária, CPT e outras organizações.

Esta emenda popular é de alteração global do Projeto do Relator Bernardo Cabral, e possui 14 artigos e mais 3 disposições transitórias.

O motivo da defesa da emenda popular, em primeiro lugar, é baseado na razão de que ela foi apresentada com mais de 1 milhão e 300 mil assinaturas populares, e como forma também de valorização da participação e da colaboração direta da população. Por isso estamos defendendo a Emenda nº 20737, ou seja, o Destaque nº 6758.

Gostaria de dizer aos companheiros Constituintes, sem fazer a leitura de toda a emenda, senão levaríamos seguramente mais que o tempo disponível para a sua defesa, emenda essa que já é conhecida de todos os integrantes desta Casa, que foi discutida e debatida na Comissão da Ordem Econômica, que essa emenda, acima de tudo, ao ser apresentada com mais de 1 milhão e 300 mil assinaturas, traz um voto de confiança, um sinal de crédito que os trabalhadores rurais, que as entidades ligadas ao setor, e que a população apresentou para a Assembléia Nacional Constituinte e, neste momento, à própria Comissão de Sistematização.

Se é bem verdade, como dizem alguns, a apresentação das 122 emendas populares, pelo fato de terem sido apresentadas neste número, naquele momento, representavam um descrédito aos partidos e aos programas do partidos, que levou a sociedade a apresentar emendas diretamente à Constituinte, bem verdade é, reafirmo, que esta emenda popular é um sinal do crédito, da vontade e do desejo de milhares de brasileiros, com relação ao tratamento que devemos dar, aqui na Assembléia Nacional Constituinte, com relação à reforma agrária.

Na essência, esta emenda popular contempla alguns pontos principais.

Em primeiro lugar, ela define o conceito de função social da propriedade.

Em segundo lugar, estabelece limite máximo ao direito de propriedade, para garantir que todos os brasileiros que desejarem dedicar-se às atividades agrícolas ou pecuárias, no campo, possam ter o mínimo necessário.

Esta emenda também define a forma de indenização, no caso das desapropriações, definindo que a indenização será em títulos da dívida agrária, excetuadas as benfeitorias cuja indenização poderá ser feita em dinheiro.

Esta emenda popular também contempla o direito a usucapião, protege pequenos e médios proprietários rurais do instituto da desapropriação para fins de reforma agrária, e, portanto, dá um tratamento que representa um avanço, neste momento, na discussão da reforma agrária no País.

Hoje, temos no Brasil, de acordo com dados do extinto Incra, de 1985, 595.371.000 hectares de terras cadastradas. Quero dar esses dados para auxiliar a nossa defesa da emenda popular. Desse total da área cadastrada, são aproveitáveis, segundo levantamentos feitos pelo próprio Governo, 425 milhões e 902 mil hectares de terra. Todavia, dessa área aproveitável, apenas 237 milhões de hectares estariam sendo explorados, sobrando uma área não explorada ainda de 188 milhões e meio de hectares de terra.

Quero dizer, ao final, que esta emenda representa um passo rumo à democracia e à justiça no campo. É bem

verdade que ela inova em alguns pontos com relação à atual estrutura jurídica referente à reforma agrária e, em segundo lugar, vale dizer que a emenda popular pretende a modernização no campo, não tem nada de ideologização, de socialismo, de comunismo, como alguém poderia entender.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso. Fazendo sua a Capital):** – O tempo de V. Ex.<sup>a</sup> está esgotado.

**O SR. CONSTITUINTE VICENTE BOGO:** – Concluo dizendo que esta emenda também respeita o direito de propriedade e, por isso, votamos nela.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Concedo a palavra a V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Sr. Presidente, gostaria de consultar a Mesa se já está recebendo emendas integrais de capítulos.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – V. Ex.<sup>a</sup> levanta uma questão pertinente. Estou consultando a Mesa se se trata de emenda de capítulo e, se for, não vou receber.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Gostaria que V. Ex.<sup>a</sup> verificasse se há precedentes. Alguém me disse que há precedentes.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Vou levantar a questão antes de responder a V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Este assunto, Sr. Presidente, precisa ficar absolutamente claro.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Estou levantando aqui a questão para chegar a uma decisão ponderada.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ COSTA:** – Quero fazer uma pergunta a V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Pois não, nobre Constituinte.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ COSTA:** – O início da emenda diz que é substituição do capítulo inteiro do relatório do eminente Constituinte Bernardo Cabral.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – É verdade.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – É verdade que a emenda se refere ao capítulo, em seus vários artigos. Isso é verdade! Mas é verdade o que diz o Regimento Interno, que permite esse tipo de emenda, tratando-se de matéria correlata. E eu vou dar o exemplo a V. Ex.<sup>a</sup> no sistema de governo, foi votada uma emenda que envolvia todo o capítulo, porque era de matéria correlata. A questão diz respeito a uma relação direta entre os artigos que compõem a emenda defendida pelo nobre Constituinte Vicente Bogo.

Portanto, assim como foi votada uma emenda para o sistema de governo, foi entendido que ela era correlata, essa emenda é também correlata. Portanto, ela pode ser feita e pode ser votada, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – A Mesa está examinando a questão, porque isso é matéria relevante, do ponto de vista do funcionamento da Casa.

No que diz respeito ao sistema de governo, eu quero esclarecer ao nobre Constituinte que não foi assim; foi feita uma composição de vários artigos.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ JORGE:** – Sr. Presidente, peço a palavra para contraditar.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte José Jorge, para contraditar.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ JORGE:** – Sr. Presidente, eu acho que todo capítulo, em princípio, tem matéria correlata. Então, se for para raciocinar nesta base, teremos que permitir, em princípio, que todo o capítulo seja votado, porque é difícil que se vote matéria diferente, no mesmo capítulo.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – E nós aceitamos.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ JORGE:** – Porque o capítulo já é definido como capítulo, exatamente para aí colocar matérias correlatas.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Pois não.

Tem a palavra o Constituinte Vivaldo Barbosa.

**O SR. CONSTITUINTE VIVALDO BARBOSA:** – Sr. Presidente, para reiterar a argumentação do Constituinte José Genoíno, encareço a atenção de V. Ex.<sup>a</sup> para o dispositivo regimental que apenas proíbe a apresentação de substitutivo integral, admitindo a substituição de Seção ou Capítulo, desde que a matéria seja correlata, e invoco-lhe que já o praticamos, na emenda da discussão do sistema de Governo. A emenda que apresentei e sustentei foi substitutiva do Capítulo Do Poder Executivo, integralmente Do Poder Executivo. Não substituiu apenas o Poder Executivo, como também propôs a supressão do Capítulo III, que é Da Formação do Governo, da formação do governo parlamentarista. Essa questão tem sido praticada, inclusive, pela Assembléia Nacional Constituinte nas suas diversas Comissões e, agora, na Comissão de Sistematização.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Sr. Constituinte, estou examinando a questão, mas preciso de tempo para refletir, porque a matéria é delicada, que diz respeito ao nosso funcionamento. Não podemos resolvê-la sem uma base muito firme. Não tenho juízo formado, ainda, sobre a natureza da proposta.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Sr. Presidente, quero esclarecer a V. Ex.<sup>a</sup> que não temos qualquer objeção. Apenas, queremos que fique claro.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Eu sei que V. Ex.<sup>a</sup> não objeta.

**O SR. CONSTITUINTE INOCÊNCIO OLIVEIRA:** – Sr. Presidente, apenas para esclarecer, nós também não temos qualquer objeção. Quero dizer que, caso seja aprovada a Emenda Vicente Bogo, todas as emendas sobre reforma agrária estão prejudicadas, porque S. Ex.<sup>a</sup> substitui todo o Capítulo, artigos, parágrafos, incisos.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – No meu entendimento, o Capítulo II do Regimento, no art. 23, § 2º, define em que condições é possível apresentar, e não considero que a emenda cumpra essas condições.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Está prejudicado. Acredito que esteja.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Tem a palavra o Constituinte Vicente Bogo.

**O SR. CONSTITUINTE VICENTE BOGO:** – Considerando o Regimento Interno e as argumentações de



que não pode ser feito substitutivo de Capítulo, acabo, então, por retirar a emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Retirada a emenda, para não ser prejudicada.

Tenho, sobre a mesa, o Destaque nº 5446, do Constituinte José Egreja, que é Substitutivo do Capítulo II.

Pela mesma razão, está prejudicado.

**Destaque nº 6567/87, do Sr. Afif Domingos – Emenda ES-34548-6 (em parte), da Sra. Sandra Cavalcanti, "que substitui o art. 245 e §§ 1º e 5º do Substitutivo nº 1 (art. 209 do Substitutivo nº 2)" (430ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Sobre a mesa, Destaque nº 6567, do Constituinte Afif Domingos, que recai sobre a Emenda nº 34548 e que pede para substituir o art. 209.

Sr. Constituinte Afif Domingos, V. Ex.<sup>a</sup> destaca? Se houver um destaque, eu aceito; se não, não posso aceitar, porque é substitutivo de capítulo.

**O SR. CONSTITUINTE AFIF DOMINGOS:** – Não, Sr. Presidente, eu apresentei à Mesa um pedido de destaque do destaque, ou seja, no art. 209, do Substitutivo do Relator, nós queremos, então, do destaque da emenda ES-34548, destacar o art. 209. Há um requerimento sobre a mesa. Estou lendo uma cópia dele.

"Art. 209 – É garantido o direito de propriedade do imóvel rural."

E passa a ter um § 1º. "O uso do imóvel rural é condicionado ao cumprimento de sua função social, consoante os requisitos definidos no § 38. do art. 6º". E passa a ter um § 2º "A indenização da terra e das benfeitorias será feita pelo seu justo valor".

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – A emenda de V. Ex.<sup>a</sup> cabe.

Em discussão o pedido de preferência do Constituinte Afif Domingos.

Os Srs. Constituintes que o aprovam permaneçam sentados. **(Pausa)** Aprovado.

Tendo sido aprovado, dou a palavra ao Constituinte Afif Domingos, para encaminhá-la.

Srs. Constituintes, peço que V. Ex.<sup>as</sup> escutem a explicação do Constituinte, para que a Mesa não tenha que repetir infinitas vezes a mesma questão. O Constituinte Afif Domingos tem uma emenda relativa à questão da função social da propriedade e dos direitos de propriedade e dos direitos de propriedade, da maior importância.

Com a palavra o Sr. Constituinte Afif Domingos.

**O SR. CONSTITUINTE AFIF DOMINGOS:** – Sr. Presidente, Sras e Srs. Constituintes, o art. 209 do Projeto Cabral II diz o seguinte: "É garantido o direito de propriedade de imóvel rural, condicionado ao cumprimento de sua função social, consoante os requisitos definidos em lei".

O nosso conceito, Sr. Presidente, é que a função social não está subordinada à propriedade do imóvel; ela está subordinada ao uso da propriedade, porque o conceito que nós estamos sustentando defende quem produz. Portanto, nós relacionamos a função social ao uso da propriedade e não a propriedade subordinada a sua função social. Há uma diferença básica de conceitos, porque, no caso da propriedade condicionada à sua função social, nós estaremos desconhecendo o direito da propriedade. Agora, relacionar a função social ao uso da propriedade, aí vem, sim, ao encontro de nossas teses que embasam o projeto da reforma agrária. Portanto, a nossa emenda tem o seguin-

te teor, para o qual peço a atenção dos Srs. Constituintes: no art. 209, do Substitutivo do Relator, o seguinte texto:

"Art. 209. É garantido o direito de propriedade de imóvel rural.

§ 1º O uso do imóvel rural é condicionado ao cumprimento de sua função social, consoante os requisitos definidos no § 38 do art. 6º"

Como no art. 6º há um parágrafo que deixa bastante claro que a propriedade existe e ela ali define o que é função social, estamos agora, exatamente, relacionando uma coisa à outra. Portanto, a função social da propriedade está diretamente ligada ao uso; na forma como está o texto a função social é condicionada à propriedade, o que acho uma inversão de conceitos.

Portanto, Sr. Presidente, dentro dessa linha de defesa, queremos deixar bastante claro um princípio que é o que norteia todo o nosso conceito a respeito de reforma agrária. Estamos dispostos a apoiar a reforma agrária em função do uso da propriedade e não subordinar a propriedade ao conceito único e exclusivamente da sua função social. Aqui estamos defendendo exatamente todos aqueles que no País produzem, trabalham, e queremos que a estes a lei dê todo o apoio para que continuem produzindo. No caso da terra sem uso, aí sim, todos os dispositivos deste grande momento, que é a discussão da reforma agrária, teríamos, então, condições de aplicar. Da forma como está o texto, cria uma dubiedade de vinculações que não podemos aceitar, para que haja estabilidade da produção em todo o País.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Tem a palavra o Constituinte Plínio Arruda Sampaio, para encaminhar contra.

**O SR. CONSTITUINTE PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO:** – Sr. Presidente, meus caros colegas Constituintes, estamos dando início ao debate e à votação de uma das questões fundamentais desta Constituinte. O que estamos discutindo é se vamos ou não modernizar o campo brasileiro. Hoje, esta é uma exigência tão sentida na sociedade brasileira que até mesmo aqueles que não querem modificar nada não se atrevem a subir a uma tribuna para dizer que não querem a reforma agrária, sobem à tribuna para defender fórmulas que impedem a realização da reforma agrária. É o caso da emenda do nobre Constituinte Afif Domingos.

A emenda é construída de tal maneira a criar um equívoco legal que vai permitir a tergiversação do assunto no Judiciário toda hora em que se fizer uma desapropriação.

Custa-me crer que um homem do valor intelectual do Constituinte Afif Domingos venha a esta Casa com emenda que é uma heresia jurídica. Todos aqui sabem que a propriedade compreende três faculdades: a de usar, a de fruir, e a de dispor de um bem. Ora, como é possível que a função social da propriedade se aplique apenas a uma das faculdades do instituto em seu conjunto? Não tem o menor sentido. Mas vou dar a interpretação que se está preparando no tribunal. Diz ela: "A propriedade, usada com alguma exploração, que formal explorada, poderá ser desapropriada."

Mas aquela que não for inteiramente usada, como vai ser desapropriada, se a função se refere apenas ao uso, se a condicionante se aplica apenas a uma parte do instituto?

Teremos oportunidade, em seguida, Srs. Constituintes, de apreciar emenda que identifica o que é a função social da propriedade. Aliás, função é uso, a palavra função quer dizer uso. De forma que teremos, em seguida, oportunidade da apreciar emenda, a do Constituinte Jorge

Hage que, esta sim, define quais os fatos, as condicionantes para que o direito de propriedade sobre o imóvel rural seja garantido pela Constituição. É possível que o Poder Público, diante de um fato concreto, de uma propriedade concreta, enquadre em uma, duas, três, quatro cinco condições para que aquele direito possa ser mantido.

De modo que eu pediria aos Constituintes, se querem de fato realizar uma reforma agrária, rejeitem esse verdadeiro truque jurídico destinado, simplesmente, a colocar, no texto constitucional, algo que torne absolutamente inviável uma reforma agrária.

Era o que tinha a dizer a V. Ex<sup>as</sup> (**Muito bem! Palmas.**)

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Tratando-se de matéria de relevância, a Mesa vai permitir que dois Srs. Constituintes encaminhem a favor e dois contra.

Tem a palavra a nobre Constituinte Sandra Cavalcanti, para encaminhar favoravelmente.

**A SRA. CONSTITUINTE SANDRA CAVALCANTI:** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, estamos a alguns minutos de tomar uma decisão histórica, importante, decisiva para o povo brasileiro. Estamos vivendo um momento muito significativo, que exige de nós todos uma posição extremamente consciente e, principalmente, uma decisão interior de agir de boa fé. Ninguém tem o direito de chegar aqui, hoje, e dizer que por trás deste texto se esconde isso ou aquilo, até porque nenhum de nós está aqui para esconder nada. Este texto, definindo dessa forma o direito da propriedade rural e estabelecendo que é do seu uso que nasce o poder que tem um órgão fundiário, ou o chefe do Governo, de aplicar sobre ele o princípio da desapropriação por interesse social, é um passo muito importante que precisa ser dado, levando-se em conta que o Brasil é um país com imensa fronteira agrícola, ainda bareta, à espera de ocupação.

Se estivéssemos com o País repleto de pessoas, com poucas terras, tendo que dividir aquilo que já está ocupado, provavelmente as nossas posições seriam outras. Mas temos que pensar que estamos vivendo uma fase de alargamento, de progresso, de ampliação do trabalho do homem no campo e, por isso mesmo, não é justo que, num país democrático, se negue ao produtor rural, ser um brasileiro que durma a noite tranqüila e em paz, sabendo que a sua propriedade não pode, da noite para o dia, ser vítima de arbítrios e de violências, ao sabor de autoridades que se sucedam no Poder. Por isso, é importante que o texto constitucional consagre, como já consagrou, o direito à propriedade privada. Já está consagrado no art. 5º; ficou consagrado, aqui, ontem, quando votamos a questão urbana, e precisa ficar consagrado, hoje -aqui, no momento em que se tratar da questão agrária. Ninguém pode supor que, ao estabelecer um processo para que essa desapropriação ocorra de forma justa, estejamos aqui querendo impedir a reforma agrária, mesmo porque os Srs. e Sr<sup>as</sup> sabem tão bem quanto eu que a reforma agrária não é um texto de lei, a reforma agrária é uma vontade política; ela só não acontece quando as pessoas que estão no Poder não querem fazê-la.

A minha emenda tinha como objetivo, e tem, colocar a propriedade rural a salvo de arbítrios. Mas reconheço que o maior arbítrio não está na definição do art. 209 do texto do Relator; o maior arbítrio está na imissão imediata da posse, sem que aquele que é alvo da desapropriação tenha uma instância judicial para a qual possa recorrer.

Nas negociações que tentamos manter aqui com todos os companheiros, cheguei a aventar uma hipótese, que está em andamento, que ainda pode ser conquistada nas próximas horas. Há uma emenda do Constituinte Jorge

Hage, com um texto semelhante a uma emenda do Constituinte Oswaldo Lima Filho – que na Subcomissão que estudou a reforma agrária chegou a ser um texto sustentado e defendido pelo Constituinte Rosa Prata – que ao invés de definir o que é a propriedade outra vez, porque já está definida no art. 5º, simplesmente enriquece o texto do Capítulo, estabelecendo quando é que a função social está sendo cumprida por aquela propriedade rural.

Ora, se conseguíssemos chegar a um entendimento em relação ao art. 212, que, aí sim, é onde se comete a grande injustiça e a grande violência contra o produtor rural deste País, nada me impediria de fazer um acordo, retirar até a minha emenda, votar a do Constituinte Jorge Hage, ou a do Constituinte Oswaldo Lima Filho, definindo o que é função social e, aí sim, partir para estabelecer um rito definido de como se vai processar essa desapropriação.

Meus colegas são testemunhas de que trabalhei nisto durante seis meses a fio, juntamente com outros companheiros. Neste momento, estou aqui, sem ter recebido ainda, por parte de um grande grupo que compõe a Liderança da Maioria, nesta Casa, o sinal de que o entendimento em torno do art. 212 já se pode contar como havido. Motivo pelo qual, para não cortar os entendimentos, não chego a pedir que votem a minha emenda, mas não posso retirá-la, uma vez que ainda não recebi, para um acordo final, o sinal que esperei até agora, neste instante. Se esse sinal tivesse chegado, votaríamos. Hoje aqui, um texto de reforma agrária bom, consensual, para ficar, levando a paz ao campo brasileiro e dando, de fato, às autoridades, os instrumentos para realizar uma reforma agrária que chega atrasada, não por falta de uma Constituição e que não virá por causa do texto constitucional; é de uma reforma agrária que não foi feita por falta de vontade política e por falta de decisão das autoridades que ocuparam, até hoje, os postos deste País.

Sendo assim, não posso retirar a emenda. Não peço que votem. A não ser que, de fato, quem sabe, na próxima emenda a ser votada, eu já tenha um sinal de que vamos poder fechar em torno do art. 212, levando paz, tranqüilidade e sossego para quem trabalha no campo, para quem sustenta este País, para quem garante a exportação e para quem põe a comida na mesa de todos os brasileiros.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Para encaminhar contra, tem a palavra o Constituinte Nelson Jobim.

Peco às galerias que não se manifestem. Quero dizer – e direi uma só vez – : qualquer manifestação ordenarei a evacuação das galerias.

Tem a palavra o Constituinte Nelson Jobim.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON JOBIM:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes.

O texto do art. 209, do Substitutivo II, está assim redigido:

"É garantido o direito de propriedade de imóvel rural, condicionado ao cumprimento de sua função social, consoante os requisitos definidos em lei."

O texto pretendido pela emenda da Constituinte Sandra Cavalcanti, destacada pelo Constituinte Afif Domingos, está assim vazado:

"É garantido o direito de propriedade de imóvel rural.

§ 1º – O uso do imóvel rural é condicionado ao cumprimento de sua função social, consoante os requisitos definidos no § 33 do art. 6º"

Srs. Constituintes, nós aqui nesta Comissão de Sistematização, quando discutíamos o art. 5º, § 35, logramos aprovar o seguinte dispositivo:

"A propriedade privada é assegurada e protegida pelo Estado. O exercício do direito de propriedade subordina-se ao bem-estar da sociedade, à conservação dos recursos naturais e à proteção do meio-ambiente..."

O Sr. Relator, ao emitir o art. 209, esteve perfeitamente consentâneo com aquilo que constava do § 35. Por quê? Porque estabeleceu no art. 209, consentâneo com o § 35 que disciplina a propriedade geral, em gênero; quando tratou da propriedade rural, manteve que o direito da propriedade do imóvel rural, condicionado ao cumprimento da sua função social.

Ora, Srs. Constituintes, sabemos todos nós que o direito de propriedade se consubstancia basicamente no exercício de três faculdades ou dito três direitos: é o direito de usar, o direito de fruir e o direito de dispor; é o **jus utendi, fruendi et abutendi** da tradição do Direito Romano. E é exatamente por este direito de propriedade composto, desta complexidade de subdireitos, poderes ou faculdades de usar, fruir e dispor, que nós aprovamos o § 35 que estava subordinado ao bem-estar social, à conservação dos recursos naturais e à proteção do meio ambiente.

Agora Srs. Constituintes, a emenda da eminente Constituinte Sandra Cavalcanti pretende que no direito de propriedade, um dos elementos somente do direito de propriedade, qual seja, o uso, esteja condicionado ao cumprimento da sua função social. E por que não o direito de fruir e de dispor, que é a regra geral do § 35? Se já temos uma regra geral no parágrafo condicionado o direito de propriedade em **lato sensu**, condicionado à função social ou àqueles 3 requisitos, por que agora vamos restringir um deles, que é o **jus utendi**, e deixamos de lado o **jus fruendi** e o **jus abutendi**? Será que não poderá o proprietário rural, no exercício do uso, respeitar a função social, mas não respeitar os requisitos do § 35 no que diz respeito ao fruir e ao dispor? Será que nós podemos estabelecer esta restrição, este privilegiamento ao imóvel rural quando, na realidade, precisamos estabelecer, dentro da tradição da Weimar, a função social da propriedade **lato sensu**, quer urbana, quer rural? O tema do uso, do fruir e do dispor deve estar condicionado no sentido lato da propriedade à função social.

O tema da reforma agrária não tem nada a ver com o problema da função social no que diz respeito a esta definição, porque estaríamos nós estabelecendo nitidamente uma distinção inadmissível, porque estaríamos desvinculando o direito de propriedade à função social, se o objeto da propriedade fosse um imóvel rural, e estaríamos conduzindo o imóvel rural ao respeito somente de um dos seus elementos integrativos, que é o direito de usar, e deixando de lado o direito de fruir e o direito de dispor.

Esta é a razão técnica pela qual, Srs. Constituintes, que faça um apelo ao Sr. Relator para que mantenha o texto, porque este, no que diz respeito a este tema, está correto: mantém as limitações estabelecidas no § 35, não faz privilegiamentos internos e respeita a tradição constitucional brasileira que sempre estabeleceu restrições à propriedade, não estabelecendo, dentro dos direitos que compõem a propriedade, distinções para privilegiar um tipo de objeto em desprestígio de outro.

Esta a razão pela qual, fora do aspecto político da reforma agrária, mas basicamente dentro do princípio da consistência interna do texto constitucional, apelo aos Srs. Constituintes e apelo ao Sr. Relator para que seja mantido, nesta parte, o texto, como medida de coerência, de justiça e como medida, fundamentalmente, de equidade e de isonomia no tratamento da propriedade urbana e

rural, em síntese, da propriedade imobiliária, em geral. É isso, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Tem a palavra o Constituinte César Maia, para uma questão de ordem.

**O SR. CONSTITUINTE CÉSAR MAIA:**

– Sr. Presidente, como meu texto não está claro, gostaria de saber se o § parte final, diz, entre vírgulas, exatamente isto:

"Com cláusula de exata correção monetária." É isto que o texto diz no § 2º?

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Vou esclarecer à Casa. Existe, aqui, uma emenda proposta pela Constituinte Sandra Cavalcanti, Entretanto, o autor do Destaque é o Constituinte Afif Domingos, que pede que se destaquem dois itens da Emenda Sandra Cavalcanti, para aditar ao art. 19. É o **caput** que diz o seguinte: "É garantido o direito de propriedade de imóvel rural." Depois, o § 1º – "O uso do imóvel rural é condicionado ao cumprimento de sua função social, consoante os requisitos definidos no § 33 do art. 6º" "E o § 5º, diz o seguinte: "A indenização da terra e das benfeitorias será feita pelo seu justo valor".

A razão pela qual a Mesa colocou em votação esse destaque, a esta altura, no art. 209, é porque realmente ele não se limitou àquilo que diz respeito ao 210, que é a questão da desapropriação, senão que ele acrescenta algo ao 209.

Entretanto, eu acho que está absolutamente correto. O autor do destaque e o autor da emenda fizeram apelos a uma negociação. E pergunto se V. Ex.<sup>as</sup> mantêm esses apelos e se as Lideranças desejariam tempo? **(Pausa)**

Não havendo definição nessa matéria, eu concedo a palavra ao Relator. S. Ex.<sup>a</sup> opinará.

**O SR. RELATOR (José Fogaça):**

– Sr. Presidente, Srs. membros da Comissão de Sistematização:

Estamos diante, possivelmente, de uma das matérias mais complexas, mais problemáticas, mais polêmicas mas, seguramente, matéria fundamental dos trabalhos desta Comissão.

A Relatoria tem uma posição clara. Entende que a reforma agrária indispensável à modernidade e à emancipação econômica do nosso País. Isso está expresso claramente no texto do Relator no Substitutivo nº II. Entendemos que a reforma agrária só pode ser executada através do Estado democrático, por um Governo estável e com amplo apoio da sociedade.

Estamos, para isso, criando os instrumentos constitucionais, os instrumentos através dos quais a sociedade brasileira, pela via democrática e participativa, deverá levar avante este processo de reformas sociais justas e necessárias.

A Relatoria manifesta-se em princípio, salvo manifestação soberana deste Plenário, pela manutenção do texto.

Entende a Relatoria que o direito de propriedade é um direito econômico, que corresponde a uma função social. E o texto do art. 209 do Relator Bernardo Cabral, que tendo o compromisso de uma viagem pediu-me que o substituísse nesta reunião, é claro e insofismável, quando diz:

"É garantido o direito de propriedade de imóvel rural, condicionado ao cumprimento de sua função social."

A emenda em pauta, da nobre e extraordinariamente operosa e diligente Constituinte Sandra Cavalcanti, des-

vincula o direito de propriedade da sua função social, ao dizer:

"É garantido o direito de propriedade de imóvel rural."

No momento em que a emenda produz essa desconexão entre o direito de propriedade e a sua função social, desserve aos objetivos básicos do relatório de Bernardo Cabral.

Por outro lado, é importante salientar que já está dito claramente:

"A lei estabelecerá o procedimento para a desapropriação por necessidade, ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização."

Isto significa dizer que qualquer gênero, qualquer tipo de propriedade será desapropriada somente mediante justa e prévia indenização. Torna, portanto, desnecessário o § 5º desta emenda, que propõe:

"A indenização da terra e das benfeitorias será feita pelo seu justo valor."

Isto já está dito em outro parágrafo, que dispõe será pela justa e prévia indenização. Por outro lado, é melhor o texto quando diz que o valor da indenização da terra e das benfeitorias será determinado conforme dispuser a lei. Então, o texto compreende dois estágios necessários e indissociáveis. Primeiro, será feito mediante prévia e justa indenização, e o será segundo a disposição da lei. Nesse sentido, considera a Relatoria que o texto do Substitutivo nº II atende melhor a um projeto de modernidade e de emancipação econômica da qual esta Constituição pretende ser instrumento.

Nesse sentido, mesmo reconhecendo o esforço que vem empreendendo a Constituinte Sandra Cavalcanti, no sentido de produzir resultados consensuais e efetivos, queremos manifestar a posição contrária à emenda e pela manutenção do texto.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Tendo opinado o Relator, vamos passar à votação.

**O SR. CONSTITUINTE AFIF DOMINGOS:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Tem a palavra o Constituinte Afif Domingos, para uma questão de ordem.

**O SR. CONSTITUINTE AFIF DOMINGOS:** – Sr. Presidente, na verdade, subi à tribuna para defender um destaque de uma emenda de autoria da nobre Constituinte Sandra Cavalcanti, e, no momento, estou sendo porta-voz de um grupo – pois tenho recebido vários apelos nesse sentido – para que houvesse uma suspensão da reunião da Comissão de Sistematização para tentar-se uma negociação.

Da minha parte, Sr. Presidente como nada tenho a objetar a esta tentativa de acordo, coloco à Mesa a minha posição para que a mesma possa encaminhar esta votação da melhor forma possível.

**O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO BRITTO:** – Peço a palavra, Sr. Presidente, para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Tem a palavra o Constituinte Antônio Britto.

**O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO BRITTO:** – Sr. Presidente, sem prejuízo do que é evidentemente um dever da Casa, de tentativa permanente do diálogo e da negociação, entendemos que estamos na fase final do processo de votação e o que cabe agora é votar.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOINO:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Tem a palavra o nobre Constituinte José Genoíno.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOINO:** – Sr. Presidente, este assunto foi discutido em várias ocasiões. Tivemos aqui dois encaminhamentos a favor e dois contrários. O Plenário está absolutamente esclarecido sobre o mérito, sobre o conteúdo do que vai ser votado. Não podemos adiar a votação desta importante matéria. Está clara e vamos ao voto.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – A opinião de V. Ex.<sup>a</sup> é clara.

**O SR. CONSTITUINTE ALDO ARANTES:** – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Tem a palavra o Constituinte Aldo Arantes.

**O SR. CONSTITUINTE ALDO ARANTES:** – Eu gostaria de dizer a V. Ex.<sup>a</sup> que mantivemos inúmeras conversações, inúmeras tentativas de entendimentos e não chegamos a um acordo. Não vai ser agora que obteremos um consenso. Parece-me, então, que na medida em que já houve encaminhamento a favor e contra, devemos passar imediatamente à votação.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Srs. Constituintes, vou dar a palavra apenas ao Constituinte José Costa, que já a está pedindo há algum tempo, mas noto que não existe, da parte das Lideranças do conjunto dos Partidos, apoio para a suspensão da reunião.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ COSTA:** – Sr. Presidente, a Mesa, sabiamente e em reiteradas oportunidades, tem afirmado que o Plenário destina-se, exclusivamente, à ação dos Srs. Constituintes, membros ou não desta Comissão, aos jornalistas credenciados e aos funcionários credenciados da Casa.

No fundo do plenário, Sr. Presidente, é impossível passar-se sem ser abordado. De modo que peço a V. Ex.<sup>a</sup> que, após a votação, faça-se cumprir a decisão da Mesa.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Pois não.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ COSTA:** – É fundamental que haja, pelo menos, espaço físico, para que o trabalho dos Constituintes possa ser realizado.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Sabe V. Ex.<sup>a</sup> qual a minha opinião sobre a matéria e não demorarei um instante, depois da votação, em tomar as medidas necessárias.

Constituinte Afif Domingos, infelizmente não tenho condições de atender ao pedido de V. Ex.<sup>a</sup>, mas registro o pedido.

**O SR. CONSTITUINTE AFIF DOMINGOS:** – Apenas para um esclarecimento. A nossa posição não era de pedido, não. Era dizendo que não me oporia se houvesse pedido.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Pois não, nobre Constituinte.

Solicito aos Srs. Constituintes que ocupem os seus lugares para a votação.

Em votação.

(Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Antônio Britto, Carlos Sant'Anna, João Calmon, José Geraldo, Marcos Lima, Albano Franco, Aloysio Chaves, Eraldo Tinoco, Francisco Benjamim, Francisco Dornelles, Gilson Machado, Inocêncio Oliveira, José Lins, José Lourenço, José Santana de Vasconcellos, José Thomaz Nonô,

Luís Eduardo, Oscar Corrêa, Osvaldo Coelho, Paulo Pimentel, Ricardo Fiúza, Sandra Cavalcanti, Enoc Vieira, Jofran Frejat, Jonas Pinheiro, José Tinoco, Darcy Pozza, Gerson Peres, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia, Virgílio Távora, Afif Domingos, Roberto Balestra. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Alfredo Campos, Almir Gabriel, Artur da Távola, Carlos Mosconi, Celso Dourado, Cid Carvalho, Cristina Tavares, Egidio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Gasparian, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, Ibsen Pinheiro, João Herrmann Neto, José Fogaça, José Paulo Bisol, José Richa, Manoel Moreira, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nilton Friedrich, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Renato Vianna, Rodrigues Palma, Severo Gomes, Sigmaringa Seixas, Virgildásio de Senna, Wilson Martins, Antonio Mariz, Délio Braz, Euclides Scalco, João Agripino, José Carlos Grecco, José Costa, Roberto Brant, Vicente Bogó, Vilson Souza, Antonio Carlos Mendes Thame, Carlos Chiarelli, José Jorge, Mário Assad, Brandão Monteiro, José Maurício, Lysâneas Maciel, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Luiz Inácio da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Aldo Arantes e Roberto Freire, Jamil HaddAd, Antonio Farias **ABSTENÇÃO** do Senhor Constituinte Antônio Carlos Konder Reis.

**O SR. SECRETÁRIO (Antônio Carlos Konder Reis):**

– Sr. Presidente 34 Srs. Constituintes votaram SIM e 59 NÃO. Houve uma abstenção.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– O destaque foi recusado. (Pausa)

**O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO BRITTO: – Sr.**

Presidente, para que conste dos Anais, cometi um equívoco ao votar; claramente, meu voto é NÃO!

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Pois não. V. Ex.<sup>a</sup> terá o voto registrado nas atas.

**O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO CARLOS**

**KONDER REIS: – Sr. Presidente,** peço permissão para fazer uma retificação. O Constituinte Virgílio Távora, que logo no início da votação declarou seu voto, havia votado no painel. Então, são 59 votos NÃO, 33 SIM e uma abstenção.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 33 Constituintes; votaram NÃO 59 Constituintes; absteve-se de votar 1 Constituinte. Total: 93 votos. O destaque foi **rejeitado**.

**Destaque nº 6229-87 – Emenda nº 1P-09356-2, do Sr. Jorge Hage, "que substitue o art. 317 do Projeto de Constituição (art. 209 do Substitutivo nº 2)" (431ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso): –**

Sobre a mesa Destaque nº 6229, de autoria do Constituinte Jorge Hage, que incide sobre a Emenda nº 9356, sobre o art. 209.

É um substitutivo do artigo. Em votação o pedido de preferência.

Os Srs. Constituintes que estiverem de acordo permaneçam como estão. (Pausa) Aprovada a preferência.

Vou ler a emenda.

O artigo será redigido da seguinte maneira:

"Ao direito de propriedade da terra corresponde uma função social."

Peço aos Srs. Constituintes atenção, porque vamos votar matéria da maior relevância e vão pedir que se repita várias vezes o texto.

"Ao direito de propriedade da terra corresponde uma função social."

Parágrafo único – A função social é cumprida quando, simultaneamente, a propriedade:

a) é racionalmente aproveitada;

b) conserva os recursos naturais e preserva o meio ambiente;

c) observa as disposições legais que regulam as relações de trabalho; e

d) favorece o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores que dela dependem."

S. Ex.<sup>a</sup> excluiu o item e, que diz:

"Não excede os limites de área fixados em lei complementar."

Por consequência, não constará da aprovação eventual da emenda este dispositivo.

Com a palavra o Constituinte Jorge Hage.

**O SR. CONSTITUINTE JORGE HAGE: – Sr.**

Presidente, Srs. Constituintes, o texto que ora submetemos a esta Assembléia Nacional Constituinte é resultado de um longo processo de entendimento, de busca de um ponto de acordo, de busca da viabilização de uma solução que, para aqui, não traga vencidos nem vencedores, porque não será com vencidos e vencedores que solucionaremos o problema do campo, a questão agrária e fundiária em nossa terra, que está na base, no fundamento, no alicerce de todos os problemas sociais desta sofrida Nação.

Este texto, Srs. Constituintes, também não é só meu; resulta de co-autoria com Constituintes de longa trajetória e longa luta na questão .agrária brasileira, dentre os quais quero destacar, correndo o risco de fazer injustiça com outros que venha a omitir, os companheiros que mais proximamente tiveram emendas praticamente idênticas a esta que ora defendo: os companheiros Ademir Andrade, Oswaldo Lima Filho, Fernando Santana, e tantos outros que vêm, nesta mesma Casa, fazendo a luta pela reforma agrária, a luta do trabalhador rural, a luta pela solução de um dos mais sérios programas da Nação brasileira e que, agora, aqui, poderemos estar começando a solucionar com muita serenidade e muito entendimento.

Retirei do texto, Sr. Presidente, Sr. Relator – peço o apoio e a acolhida da Relatoria nesse sentido – após entendimentos intra e ,extra-partidários, com setores de todas as correntes políticas ideológicas aqui representadas, entendimentos que envolveram, durante dias e horas a fio, inúmeros Constituintes, não vou citá-los para não pecar pela omissão de outros, mas de todos os Partidos; do PFL, do PDS, de todos os Partidos de centro, centro-esquerda, de esquerda e de direita; retirei do texto a letra e, que dizia: "Não excede os limites de área fixados em lei complementar". Por que o retirei? Para evitar que essa previsão da exigência da não superação de determinado limite se constituísse aqui, em obstáculo à aprovação dos demais itens que :conformam uma definição de atendimento de função social, que nos pareceu a todos, nesta negociação intensa, como razoavelmente satisfatória e capaz de, no texto da Constituição, uma vez inscrito, trazer a tranquilidade que é, sem dúvida nenhuma, necessária para que saibamos todos que não ficaremos na dependência de eventuais maiorias congressuais, de um ou de outro lado, que pudessem radicalizar, à direita ou à esquerda, na linha conservadora ou na linha do avanço social e garantíssemos, desde agora que a função social fique definida com parâmetros mínimos capazes de serem aceitos por todas as correntes políticas e de pensamentos que aqui, nesta Casa, se representam.

**(O Sr. Presidente faz soar a campainha)**

Ficamos então exclusivamente com os itens de que a função social é cumprida quando simultaneamente a propriedade é racionalmente aproveitada, conserva os recur-

sos naturais e preserva o meio ambiente, observa disposições legais que regulam as relações de trabalho e favorece o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores que dela dependem.

Apelo à Relatoria, ao nobre Constituinte José Fogaça, dos pampas, e aos Constituintes Virgílio Távora, Adolfo Oliveira, Antônio Carlos Konder Reis e, através dele, ao eminente Relator Bernardo Cabral, que aqui tão bem representam, e apelo a todos os partidos políticos aqui presentes que consagremos esta fórmula que resulta do entendimento da negociação e que, a nosso ver, põe as coisas, de uma vez por todas, definidas e assentadas no texto constitucional.

Muito obrigado. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Não havendo oradores inscritos para encaminhar contrariamente à emenda, dou a palavra ao Relator, para que opine.

**O SR. RELATOR (Virgílio Távora):** – Sr. Presidente e Srs. Constituintes, diz justamente a Emenda Jorge Hage ser fruto de um esforço de luta de perseverança que, há mais de três meses, um grupo de Constituintes das mais diferentes facções e idéias tenta fazer para que a reforma agrária se transforme não num elemento de luta, não num elemento de desunião da classe brasileira, mas justamente num fator de progresso da nossa nacionalidade. Estamos de pleno acordo com o enunciado da mesma. O parecer do Relator, portanto, é a favor.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Com opinião favorável do Relator, passamos à votação.

Peço aos Srs. Constituintes que tomem os seus lugares.

(Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Alfredo Campos, Almir Gabriel, Aluizio Campos, Antônio Britto, Artur da Távola, Celso Dourado, Cid Carvalho, Cristina Tavares, Egídio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Gasparian, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, Ibsen Pinheiro, João Calmon, João Herrmann Neto, José Fogaça, José Geraldo, José Paulo Bisol, José Richa, Manoel Moreira, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nelton Friedrich, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Renato Vianna, Rodrigues Palma, Severo Gomes, Sigmaringa Seixas, Virgildásio de Senna, Wilson Martins, Albano Franco, Antonio Mariz, Chagas Rodrigues, Délio Braz, Euclides Scalco, João Agripino, José Carlos Grecco, Roberto Brant, Vicente Bogo, Alcení Guerra, Aloysio Chaves, Carlos Chiarelli, Eraldo Tinoco, Francisco Benjamim, Francisco Dornelles, Inocêncio Oliveira, José Jorge, José Lins, José Thomaz Nonô, Mário Assad, Oscar Corrêa, Osvaldo Coelho, Ricardo Fiúza, Sandra Cavalcanti, Enoc Vieira, Jofran Frejat, Jonas Pinheiro, José Tinoco, Antônio Carlos Konder Reis, Gerson Pares, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia, Virgílio Távora, Bonifácio de Andrada, Brandão Monteiro, José Maurício, Lysâneas Maciel, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Afif Domingos, Roberto Balestra, Aldo Arantes, Roberto Freire, Jamil Haddad, Antonio Farias. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Carlos Sant'Anna, José Freire, Theodoro Mendes, Antoniocarlos Mendes Thame, Gilson Machado, José Santana de Vasconcellos, Luís Eduardo, Paulo Pimentel.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 85 Constituintes; votaram NÃO 8 Constituintes. Total: 93 votos. O destaque foi **aprovado**.

**Destaque nº 4396-87 Emenda nº ES-33755-6, do Sr. Ademir Andrade, "que adita parágrafo ao art. 245 do Substitutivo nº 1 (art. 209 do Substitutivo nº 2)".**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Tendo sido aprovado o destaque anterior, tenho sobre a mesa o Destaque nº 4396, do Constituinte Ademir Andrade.

Vamos votar o pedido de preferência.

Os que estiverem de acordo com a preferência permaneçam sentados. (Pausa)

A Mesa pede ao Constituinte Ademir Andrade que considere, porque, no nosso entender, há prejudicialidade.

Concedo a palavra a S. Ex.<sup>a</sup>, para que possa retirar o destaque.

**O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE:** – Sr.

Presidente, Srs. Constituintes, na verdade, a emenda não está prejudicada; torna-se uma emenda aditiva, porque tem dois itens que não foram votados na proposta do Constituinte Jorge Hage.

A emenda acrescenta, no item c, onde se diz "... são observadas as disposições legais que regulam as justas relações de trabalho". Isso repete a emenda do Constituinte Jorge Hage, aprovada por esta Comissão. Acrescento o seguinte: "... e dê produção entre os que a possuem e a cultivam."

Gostaria de chamar a atenção dos Constituintes no sentido de que, nas relações de trabalho no campo não existem apenas as relações entre o trabalhador/funcionário e o trabalhador/operador; existem também as relações de produção, de empreitadas, de arrendamento, de parceria. Há diversas formas de relação entre o proprietário da terra e o que produz. Portanto, nossa proposta nessa emenda visa acrescer "... e dê produção entre os que a possuem e a cultivam".

Sr. Presidente, queria aproveitar a oportunidade para registrar, nesta Comissão, que aliás tem trabalhado de acordo com o que se sente é o desejo da Nação, tem contribuído, para melhorar muito o texto do Relator Bernardo Cabral. Mas apresentei, neste Capítulo da Reforma Agrária, quatorze destaques para serem votados, entre eles o do usucapião de três anos para a área de até três módulos rurais; a possibilidade de competência concorrente do poder de desapropriação pelos Estados e pela União, o que descentralizaria o processo de reforma agrária; a destinação, a vinculação dos 5% do Orçamento da União para a reforma agrária.

No processo de desapropriação, a faculdade tanto do proprietário quanto do representante deste, e dos trabalhadores no processo de verificação à limitação das áreas colocadas fora do poder de desapropriação de 500 hectares nas Regiões Norte e Centro-Oeste, e de 500 hectares nas demais regiões.

O que quero deixar registrado, aqui, Sr. Presidente, é que foram as Lideranças que decidiram, entre as inúmeras propostas que apresentamos neste capítulo, qual a que seria votada, e, infelizmente, escolheram uma proposta que se assemelhava à do Constituinte Jorge Hage. Por isso, aproveitei o momento para utilizar apenas parte dela e aditar à do Constituinte Jorge Hage, complementando o trabalho de S. Ex.<sup>a</sup>. Mas creio que esta Comissão haverá de atender ao interesse da Nação e haverá de dar ao Brasil um texto de reforma agrária digno do que a Nação brasileira espera.

É esta a nossa manifestação, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– O Relator pede a palavra, pela ordem, e eu a concedo.

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – Sr. Presidente, não há dúvida de que o conjunto de emendas, apresentado pelo

nobre Constituinte Ademir Andrade, merece todos os elogios. O trabalho de S. Ex.<sup>a</sup>, nesta Comissão, é por todos reconhecido, a seriedade, a definição das suas posições, a clareza do seu comportamento parlamentar.

No entanto, a emenda que ora traz S. Ex.<sup>a</sup>, evidentemente, já está compreendida no texto da emenda anteriormente aprovada por esta Comissão. O nobre Constituinte Ademir Andrade propõe:

"São observadas as disposições legais que regulam as justas relações de trabalho e de produção entre os que a possuem e a cultivam" – referindo-se à propriedade da terra.

Na emenda do nobre Constituinte Jorge Hage, recém-aprovada, a alínea **d** diz claramente:

"...quando favorece o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores que dela dependem."

É evidente para a Relatoria, é absolutamente claro e inequívoco que a questão das justas relações de trabalho e de produção, entre os que a possuem e os que a cultivam, esta questão já está compreendida no texto da emenda anterior, quando fala do bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores que dela dependem.

Nesse sentido, a Relatoria faz um apelo ao nobre Constituinte Ademir Andrade, reconhecendo o extraordinário valor do seu trabalho e da sua contribuição, faz um apelo a S. Ex.<sup>a</sup> que retire a emenda por já estar compreendida na emenda anterior.

**O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE:** – Sr. Presidente, ilustre Relator, gostaria de registrar que atendo ao pedido de retirada, mas que sobrasse tempo para que, fora das preferências feitas pelas Lideranças, eu possa ainda, no fim desta reunião ou no fim da seguinte, ver votadas algumas das preferências de temas tão importantes que não foram acatados pelas Lideranças como um todo.

De forma que retiro, para ganhar tempo e para o bom andamento dos trabalhos desta Comissão. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Ninguém mais do que esta Presidência gostaria que todos os destaques fossem votados, e para isso seria conveniente que agíssemos o mais rápido possível, inclusive com a compreensão do Constituinte Alysson Paulinelli, cuja emenda está na mesma situação da anterior e, me parece que também está prejudicada, segundo a opinião da Relatoria.

V. Ex.<sup>a</sup>, me desculpe, Constituinte Alysson Paulinelli, mas essa emenda de V. Ex.<sup>a</sup> aditava um texto que foi substituído.

**O SR. CONSTITUINTE ALYSSON PAULINELLI:** – A Mesa não considera, mas eu considero que ela é uma emenda aditiva, ela se refere, exclusivamente, à propriedade produtiva para que ela não seja objeto de desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária, fica livre a desapropriação por utilidade pública, se o Governo assim o desejar.

**O SR. CONSTITUINTE PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO:** – Sr. Presidente, peço a palavra para contraditar.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Eu procederei exatamente como procedi na outra questão; vou ouvir o Relator, antes de tomar a decisão. Mas, antes, concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Constituinte Plínio Arruda Sampaio.

**O SR. CONSTITUINTE PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO:** – Evidentemente, Sr. Presidente, a emenda está prejudicada, porque a matéria já foi votada, já houve uma definição da função social da propriedade, dos quatro itens pelos quais o Governo pode fazer uma desapropriação; isso já foi aprovado pela Casa. Imagine V. Ex.<sup>a</sup> se essa fosse aprovada, como seria possível conciliar os textos. De

modo que é tão evidente que fica até difícil argumentar. É óbvio que está prejudicada.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Não obstante, concedo a palavra ao Sr. Relator.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Com muito prazer.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Sr. Presidente, V. Ex.<sup>a</sup> declarou que o artigo foi substituído; se o artigo tivesse caído, então, não se poderia aditar. Mas sendo substituído, ele poderá ser aditado, salvo se a matéria é contraditória àquilo que foi aprovado.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Pois não, Sr. Constituinte. Vou proceder como sempre procuro fazer, com total isenção. Tem a palavra o Sr. Relator.

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – Da mesma forma que em relação à emenda anterior, a Relatoria manifesta o entendimento de que essa questão já está compreendida na emenda aprovada. É evidente que o que diz a emenda Jorge Hage é que:

"A função social é cumprida quando, simultaneamente, a propriedade é racionalmente aproveitada, conserva os recursos naturais."

Aí está, no aproveitamento racional, o sentido que pretende a emenda do nobre Constituinte Alysson Paulinelli. Entendemos, portanto, que essa proposição é matéria vencida.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – A Mesa considera, como sempre o fez, a opinião do Relator, e considera a matéria prejudicada.

**O SR. CONSTITUINTE INOCÊNCIO OLIVEIRA:** – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Pois não, nobre Constituinte.

**O SR. CONSTITUINTE INOCÊNCIO OLIVEIRA:** – Sr. Presidente, julgamos que essa emenda não está prejudicada, por um princípio muito simples: uma diz o que é propriedade de interesse social, e essa diz que a propriedade não será prejudicada por interesse social. Acho que a matéria é completamente diferente, por isso entendemos que a emenda não está prejudicada. Uma define o que é interesse social, e a outra diz que a propriedade não será passível de desapropriação por interesse social.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – A dificuldade que tenho é que aqui se disciplinou que a emenda era substitutiva do texto anterior e não deste. Lamento, mas não tenho modo regimental de fazê-la voltar.

**O SR. CONSTITUINTE ALYSSON PAULINELLI:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Pois não!

**O SR. CONSTITUINTE ALYSSON PAULINELLI:** – Sr. Presidente, posso me curvar diante da decisão da Mesa, mas que o assunto é completamente diferente, isto é verdade. Em uma eu estou apenas preservando a propriedade produtiva, para que não seja objeto de desapropriação por interesse social; ela é objeto de desapropriação por utilidade pública se o Governo assim desejar.

Não tem nada a ver com o que foi aprovado aqui. Quero apenas esclarecer que me curvo diante da decisão da Mesa, como disciplinado que sou, mas acho que a Mesa está exorbitando.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Agradeço a disciplina de V. Ex.<sup>a</sup>, mas a Mesa está apenas se curvando à decisão do Plenário, que tomou uma decisão de outra forma. A Mesa talvez até preferisse que não fosse "assim, mas se curva ao Plenário.

Está sobre a mesa o Destaque nº 5.541, de autoria do Constituinte José Egreja. Trata-se do **caput** do art. 210, em relação somente à expressão "prévia e justa". **(Pausa):**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Votação do pedido de preferência do Constituinte José Egreja.

Os Srs. Constituintes que o aprovam permaneçam sentados. **(Pausa):**

Aprovado.

Aprovado o pedido de preferência, dou a palavra ao Constituinte José Egreja.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ EGREJA:** – Sr. Presidente, Sr. Relator, desisto da minha emenda, tendo em vista o acordo que me foi informado, neste momento, entre as diversas facções desta Comissão, para a aprovação de uma emenda que substitui a minha de forma melhor. **(Palmas):**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Agradeço a compreensão de V. Ex.<sup>a</sup>

**Destaque nº 7910/87, do Sr. Nilton Friedrich que suprime a expressão "garantida" do art. 211 do Substitutivo nº 2. (432.ª votação):**

Passamos, agora, ao Destaque nº 7910 do Constituinte Nilton Friedrich, que é supressivo do art. 211.

Em votação o pedido de preferência.

Os Srs. Constituintes que o aprovam queiram permanecer sentados. **(Pausa):**

Aprovado.

Tem a palavra o Constituinte Nilton Friedrich.

**O SR. CONSTITUINTE NILTON FRIEDRICH:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes:

Esta questão, na verdade, é polêmica, mas, ao mesmo tempo, tem um componente de simplicidade: ou se quer fazer reforma agrária no Brasil. Ou se deseja, efetivamente, alterar esse quadro perverso que existe na realidade do campo brasileiro, não.

Sr. Presidente, não é mais possível que em nosso capitalismo selvagem continuemos a ter 0,9% das propriedades rurais, 47.800 grandes proprietários, que somam 31% da área agricultável em nosso País. Do outro lado, está a realidade perversa: 88,6% das pequenas propriedades, 4.164.800 proprietários, que somam apenas 13,9% da área agricultável.

Se nós, como campo de observação, analisarmos o que acontece em outros países, vamos verificar os últimos dados, que mostram que a concentração da terra tem um padrão médio na esmagadora maioria dos países capitalistas desenvolvidos, em sociedades miseráveis como a Índia e o Paquistão, a concentração da propriedade é muito forte, mas no Brasil – e aí estão os que não querem a reforma agrária – a concentração da propriedade, não como nos sistemas capitalistas modernos, nem nos países miseráveis como o Paquistão e a Índia, aqui no Brasil, a concentração é considerada absoluta! Ou se muda isso ou, na verdade, não se alterará um dos mais graves e seculares problemas da sociedade brasileira.

E esse quadro, como é que se coloca no dia de hoje, Sr. Presidente? Hoje, temos até o Ministério da Reforma Agrária e, de fato, as coisas acontecem da seguinte maneira: não há atualmente a exigência de vistoria, não! O Poder Público se louva na declaração do proprietário, quando ele faz sua declaração junto ao ex-Incra.

Foi o Ministro da Reforma Agrária, Dante de Oliveira, que introduziu uma vistoria administrativa, cientificando o proprietário de que será feito e que essa vistoria será realizada em tal data.

No passo seguinte, hoje, feita a vistoria, vai para a Comissão Agrária e nesta Comissão Agrária tem assento também os proprietários, os representantes até dos grandes latifúndios; passando pela Comissão Agrária vai ao Presidente da República, o Presidente baixa o decreto, declarando de interesse social para fins de reforma agrária, e, após isso, é ajuizada propriamente a desapropriação. E para isso, Sr. Presidente, vigora o Decreto-Lei n.º 554, baixado pelo então Presidente o General Costa e Silva, e que teve a subscrever-lo hoje Constituintes como Delfim Netto e Jarbas Passarinho. Esse decreto-lei, no seu art. 7º, diz: "que, de plano ou no prazo máximo de 48 horas, o juiz definirá inicial, declarando efetuado o pagamento do preço e determinando a expedição dentro de 24 horas do competente mandado, em nome do expropriante."

O que estamos querendo fazer é menos do que existe.

Por tudo isso, Sr. Presidente, entendemos que, efetivamente, é preciso suprimir, deixar para a lei. Não sou contra a presença do proprietário na vistoria, mas o art. 211 será, sem dúvida, mais um obstáculo, porque, enquanto se realizar o processo administrativo – e concluo – repetir-se-á o que hoje acontece. Hoje, enquanto se realiza a vistoria, temos os mandados de segurança, as medidas cautelares e as ações anulatórias que, evidentemente, complicam todo o processo desapropriatório.

Por tudo isso, Sr. Presidente, é que a nossa emenda busca a supressão do art. 211, que prevê esse processo administrativo, garantida a presença do proprietário.

Pedimos, portanto, a supressão, para que possamos, no Brasil, fazer definitivamente a reforma agrária, que há quatro séculos já devíamos ter feito. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – O Constituinte Amaury Müller estava inscrito para falar favoravelmente.

Não havendo ninguém para encaminhar contra, peço ao Relator que opine.

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – Sr. Presidente, a Relatoria pede ao nobre Constituinte Nilton Friedrich que esclareça qual a intenção exata e real da sua emenda. A informação que a Mesa presta a Relatoria é que S.Ex.<sup>a</sup> deseja retirar apenas a expressão "garantida a presença do proprietário". Se é pela supressão total, não é o que consta da Mesa.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Sobre a mesa, tenho um requerimento que pede o seguinte:

No art. 211, suprimir a palavra "garantida".

**O SR. CONSTITUINTE NILTON FRIEDRICH:** – Não. O nosso desejo – e por isso fiz a defesa na tribuna – é o da supressão total.

**O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO BRITTO:** – Sr. Presidente, pela ordem.

Eu gostaria de esclarecer a V. Ex.<sup>a</sup> e à Mesa o seguinte: como chegou-se a esses requerimentos? As lideranças se reuniram e definiram quais os artigos, ou quais as emendas para as quais solicitariam preferência.

Fui encarregado de redigir os requerimentos. É natural, Sr. Presidente, que tenha havido, no universo de todos esses requerimentos, um equívoco. Agora, que fique muito claro; desde o início, a intenção é a supressão e assim foi encaminhado, durante todo tempo, pelo nobre Constituinte Nilton Friedrich.

Não houve mudança posterior; desde o primeiro momento, S. Ex.<sup>a</sup>, o Constituinte Nilton Friedrich, encami-



nhou nesse sentido. Por isso, faço um apelo a V. Ex.<sup>a</sup> de que baseie a sua decisão pela clara, pela inequívoca manifestação de vontade do Constituinte Nilton Friedrich que é o autor do Destaque e da Emenda.

Mais, do que isso, Sr. Presidente, qualquer Membro desta Casa será testemunha de que foi esta a intenção revelada há várias horas.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – O Constituinte Nilton Friedrich concorda com esta interpretação. Constituinte José Lins, V. Ex.<sup>a</sup> está de acordo.

A Mesa vai se curvar à evidência de que existe um acordo. E esta matéria, sendo de importância fundamental para o Brasil, a Mesa não vai criar dificuldades para cumprimento do acordo e porá em votação a supressa total do art. 211.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Sr. Presidente pela ordem.

Somos favorável à supressão Integral do artigo, mesmo porque achamos que isto é matéria de Lei Complementar:

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Pois não!

Eu daria a palavra ao Relator, para que S. Ex.<sup>a</sup> opine

Sr. Relator, V. Ex.<sup>a</sup> esta esclarecido sobre o que vai ser votado? É a supressão do art. 211. Peço ao Constituinte Nilton Friedrich que venha à Mesa.

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – A Relatoria, infelizmente, se vê diante de uma situação crítica, mas reconhece que houve um acordo entre as diversas correntes representadas nesta Comissão. Mas, a Emenda Giovanni Masini, que deverá ser votada a seguir e, em torno da qual, deu-se o acordo, refere-se estritamente à questão judicial. Relatoria não pode deixar de chamar a atenção para isso. Estamos suprimindo a inspeção administrativa através de um órgão público. Assim, estaremos suprimindo o processo administrativo que deve anteceder necessariamente ao processo judicial. Infelizmente embora reconhecendo o acordo embora reconhecendo que existe uma tendência majoritária, no sentido da supressão, a Relatoria entende que fundamental a manutenção do processo administrativo embora, neste momento, faça isso apenas como uma declaração de princípio e acate, desde logo, a disposição conjunta do Plenário.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Portanto com o voto favorável.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ EGREJA:** – Permite-me V. Ex.<sup>a</sup>?

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Constituinte José Egreja, V. Ex.<sup>a</sup> tem o direito de pedir palavra, hoje, quantas vezes quiser.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ EGREJA:** – Sr. Presidente, o vote da Relatoria é favorável, ressalvadas as questões levantadas pelo Relator substituto.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – A Relatoria curvou-se à decisão, com o parecer favorável. **(Pausa):** Vamos à votação.

**(Procede-se à votação):**

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Alfredo Campos, Almir Gabriel, Aluizio Campos, Antônio Britto, Artur da Távola, Carlos Mosconi, Cristina Tavares, Egídio Ferreira Lima; Fernando Gasparian, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, Ibsen Pinheiro, João Calmon, João Herrmann Neto, José Fogaça, José Geraldo, José Ignácio Ferreira, José Richa, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nilton Friedrich, Paulo Ramos,

Pimenta da Veiga, Renato Vianna, Rodrigues Palma, Sigmaringa Seixas, Theodoro Mendes, Virgildásio de Senna, Wilson Martins, Albano Franco, Antônio Mariz, Chagas Rodrigues, Délio Braz, Euclides Scalco, João Agripino, José Carlos Grecco, José Costa, Marcos Lima, Roberto Brant, Vicente Bogo, Alcení Guerra, Aloysio Chaves, Carlos Chiarelli, Christóvam Chiaradia, Eraldo Tinoco, Francisco Benjamim, Francisco Dornelles, Inocêncio Oliveira, José Jorge, José Lins, José Lourenço, José Santana de Vasconcellos, José Thomaz Nonô, Mário Assad, Oscar Corrêa, Osvaldo Coelho, Paulo Pimentel, Enoc Vieira, Jofran Frejat, Jonas Pinheiro, José Tinoco, Mozarildo Cavalcanti, Antônio Carlos Konder Reis, Gerson Pares, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia, Virgílio Távola, Adylson Motta, José Maurício, Bocayuva Cunha, Amauri Müller, Francisco Rossi, Gastone Righi, Sólton Borges dos Reis, Luiz Inácio da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Afif Domingos, Haroldo Lima, Roberto Balestra, Roberto Freire, Jamil Haddad e Antônio Farias. **Votaram NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Celso Dourado, Cid Carvalho, Fernando Bezerra Coelho, José Freire, Manoel Moreira, Gilson Machado, Luís Eduardo.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram **SIM** 86 Constituintes; votaram **NÃO** 7 Constituintes; Total: 93 votos. O Destaque foi **aprovado**.

Passamos, agora, ao Destaque nº 2043, relativo à emenda substitutiva de autoria do nobre Constituinte Amaury Müller.

Vou colocar, primeiro, em votação o pedido de preferência.

Os Srs. Constituintes que o aprovam queiram permanecer sentados. **(Pausa):**

Aprovado.

Tem a palavra o nobre Constituinte Amaury Müller.

**O SR. CONSTITUINTE AMAURY MÜLLER:** – Sr. Presidente, diante dos entendimentos que estão sendo estabelecidos e para não criar obstáculos a essas tratativas, eu retiro a minha emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Eu agradeço e, louvo o gesto de V. Ex.<sup>a</sup>, se é que posso. **(Palmas):**

Destaque nº 5183, do ilustre Constituinte José Lins, que também é aditiva ao art. 212.

Coloco em votação o pedido de preferência.

Os Srs. Constituintes que o aprovam queiram permanecer sentados. **(Pausa):**

Aprovado.

Tem a palavra o nobre Constituinte José Lins.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Sr. Presidente, apresentei emenda substitutiva ao art. 212. Mas eu quero me congratular com a Casa, pelos entendimentos que aqui estão havendo para votação desta matéria, cuja perspectiva era tão difícil. De modo que, Sr. Presidente, para cooperar com esse entendimento, retiro a emenda e agradeço a V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Sou eu quem agradeço a V. Ex.<sup>a</sup>

**Destaque nº 7791-87, do Sr. Giovanni Masini – Emenda nº ES-31655-9, dos Srs. Giovanni Masini e José Maria Eymael, "que substitui o art. 248 do Substitutivo nº 1 (art. 212 §§ 2º e 3º do Substitutivo nº 2)". (433.ª votação):**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Sobre a mesa, pedido de destaque nº 7.791, que se refere a uma emenda de co-autoria do Constituinte Giovanni Masini

e do Constituinte José Maria Eyamel, e que diz respeito ao mesmo artigo.

Os Srs. Constituintes que estiverem de acordo com o pedido de preferência permaneçam sentados. **(Pausa)**...

Tendo permanecido, vamos passar ao encaminhamento de votação.

Tem a palavra o nobre Constituinte Jovani Masini.

**O SR. CONSTITUINTE JOVANNI MASINI:** – Sr. Presidente, Srs. e Sras. Constituintes:

Tenho a honra de aqui, neste momento, representar um movimento de concenso de acordo sobre um tema da máxima importância para a História brasileira. Esse amplo desejo nacional por uma reforma agrária hoje da, graças a esse consenso interpartidário, um grande avanço. A minha emenda propõe a substituição dos §§ 1º, 2º e 3º do art. 212 com a seguinte redação:

"Parágrafo único. Cabe à lei complementar estabelecer procedimento contraditório especial de rito sumário, para o processo judicial de desapropriação."

Não caberia aqui nenhuma justificativa, a não ser uma bem restrita para que possa constar dos Anais o espírito pelo qual foi proposta a emenda. Pretendemos, com esta emenda, estabelecer um processo judicial de desapropriação que, ao mesmo tempo, confira o direito ao proprietário ao contraditório judicial, impedindo que aconteçam arbitrariedades nas decisões e, também a inviabilização ou mesmo uma procrastinação da desapropriação que seja legal e legítima.

Nestes termos, a desapropriação passa a ter natureza inequívoca de ato vinculado à proposta a verificação dos pressupostos de função social. Examina-se, portanto, o mérito, ao contrário das desapropriações por necessidade e utilidade pública, que são atos discricionários.

Sr. Presidente, muito obrigado e parabéns pelo consenso obtido hoje nesta Comissão de Sistematização.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Tendo terminado a sua exposição o Deputado Jovanni Masini, para encaminhar contra, dou a palavra ao Constituinte Plínio Arruda Sampaio.

**O SR. CONSTITUINTE PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, esta é uma palavra grave e difícil para o meu partido; nós estivemos envolvidos, até agora, e no centro das negociações, para tentar um acordo que permitisse aprovar, sem um confronto de votos, um texto de reforma agrária. Todo acordo é uma renúncia, todo acordo supõe um sacrifício, e é fundamental que cada parte sacrifique alguma coisa, para que se chegue a um acordo. Nós, se partirmos da emenda popular, que era a nossa proposta, ao texto que aqui está, já renunciávamos a grande parte das nossas pretensões, de dar ao Executivo um instrumento apto a fazer a reforma agrária. Consta, na Casa que há um acordo em torno da Emenda Masini, cujo objetivo é jogar para lei e, portanto, anular o avanço que representa o Projeto Cabral. O Projeto Cabral procurou resolver uma situação concreta que está travando a reforma agrária. A reforma agrária está sendo paralisada, porque os decretos de desapropriação estão sendo contestados, em juízo, quanto ao mérito, e estão sendo procrastinados nos Tribunais. Não há decisão, a decisão demora, E está-se firmando a jurisprudência de que os Tribunais podem interferir no julgamento de mérito da desapropriação. Toda a tese que foi defendida, até agora, inclusive pelos que agora estão fazendo o acordo, é de que era fundamental para a reforma agrária que ela tivesse um estatuto mais rápido, mais expedito. E o que o Projeto Cabral coloca é o seguinte: em noventa dias o Judiciário

apreciará o mérito. Apreciará o mérito – eu insisto. Se o juiz se convencer de que o Executivo se equivocou, o juiz não determinará a retirada do Executivo do imóvel, mas converterá o pagamento em dinheiro. Isso é exatamente o que se faz hoje com qualquer e corriqueira desapropriação por utilidade pública. Com uma diferença: é que não se permite ao Judiciário sequer examinar o mérito do ato do Prefeito ou do ato do Governador, ou do ato do Presidente que lança mão de uma propriedade, a fim de executar uma obra pública. Aqui no caso, dado que é obra de interesse social, se permite, se faculta ao Judiciário que examine o mérito. Mas, uma vez que o Judiciário se convença de que não houve um daqueles requisitos, não se obsta a ação do Estado de resolver um problema social. O que não podemos colocar no mesmo pé é a desapropriação por utilidade pública e a desapropriação por interesse social. No caso do interesse social, há uma propriedade que foi julgada, de acordo com uma lei, com os critérios do Executivo, uma propriedade que não cumpre, portanto, uma propriedade que não merece a proteção da lei.

Por causa disso – e venho a esta tribuna em nome do Partido dos Trabalhadores – o nosso Partido preferiu ficasse público que, realmente, os que querem a reforma agrária não têm maioria nesta Casa. Portanto, preferiu levar a votos, para verificar se, de fato, queremos dar o passo da reforma agrária ou preferimos transferir para as calendas gregas, novamente, a discussão deste problema. **(Palmas):**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Com a palavra o Constituinte Roberto Freire, para encaminhar favoravelmente, por cessão do Constituinte Vicente Bogo.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Sr. Presidente, Sra. e Srs. Constituintes, desde há muito que eu discutia no seio dos Partidos de esquerda, dentro do PMDB, uma questão que me parecia fundamental no processo de reforma agrária a de garantir a nível constitucional, a possibilidade de o Estado intervir na propriedade, por interesse social, para fins de reforma agrária, indenizando-o através de Títulos da Dívida Pública. Era esta a grande conquista que se queria ter antes de 1964, quando queríamos modificar a Constituição que previa o pagamento antecipado e em dinheiro, inviabilizando várias reformas de base daquela época, dentre elas a reforma agrária. E por quê? – Porque o pagamento em dinheiro significa inviabilizar, dada a necessidade de se desapropriar imóveis rurais e não se ter condições, disponibilidades orçamentárias para enfrentar desapropriações da magnitude que a reforma agrária, no Brasil, exige.

Pois bem, o Título da Dívida Pública, como forma de pagamento das desapropriações, é uma conquista. O texto do Substitutivo pretende colocar, exatamente, que há a possibilidade de uma conversão das desapropriações, no caso, as indenizações para pagamento em dinheiro, se a Justiça assim o determinar. Na prática, isso significa inviabilizar processos massivos de desapropriação e, assim, é importante suprimir este parágrafo.

Claro, o movimento sindical, o próprio processo de reforma agrária sofre restrições na celeridade, não porque exista Judiciário que concede, de forma abusiva, em relação à lei, liminares, não emitindo na posse, de acordo com o que manda a lei – que é no prazo de 48 horas – mas sofre, na sua celeridade e na sua implantação, a falta de decisão política deste Governo.

Não é porque tenha ou não tenha instrumento jurídico; ao contrário, com os instrumentos jurídicos que aí estavam, um Governo democrático, poderia ter feito a reforma agrária.

Assim falando, o que nós queremos dizer é que o acordo pode não ser aquele que melhor atenda aos interesses dos homens que querem a reforma agrária imediata no

Brasil, mas, pelo menos, evita que os setores mais retrógrados, que os setores que querem impedir, a qualquer termo, a reforma agrária; sejam vitoriosos.

Acho que esta é a grande, vitória que temos hoje.

Não vamos, aqui, discutir se o Estado poderá ou não intervir; vamos remeter para a lei, porque garantimos que o Estado poderá intervir, para remeter para a lei, em rito sumário, como se dará o processo de desapropriação; rito sumário, que poderá determinar, inclusive, que a imissão de posse possa ser em menor prazo do que todas as emendas que aqui foram apresentadas, inclusive no Substitutivo. Por isso em termos de acordo, em termos de entender que há avanço, porque significa a derrota dos setores retrógrados do latifúndio atrasado que hoje foi derrotado e, por isso, é necessário o acordo. **(Muito bem! Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Com a palavra o Constituinte José Genoíno, para falar contra.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, todos nós temos consciência de que na votação da questão da reforma agrária por esta Comissão, há um problema crucial que precisaria ser resolvido através de uma decisão do debate do voto. E desde quando esta questão surgiu dentro da Assembléia Nacional Constituinte e fora da mesma – e nós temos declarações e mais declarações dos grandes líderes do latifúndio brasileiro – eles diziam ser inaceitável a imissão de posse. E a Assembléia Nacional Constituinte, através da emenda Masini, está contornando esse crucial problema – e contornando de que maneira? Remetendo-o para a lei ordinária, o que tem sido um procedimento que, em muitas ocasiões, apesar de não atender a direita mais reacionária, a direita mais truculenta, é uma maneira de empurrar com a barriga a solução de alguns problemas graves deste País. Há mais de 20 anos, quando a questão da reforma agrária foi debatida pelo Parlamento brasileiro, era exatamente jogar para a lei ordinária a discussão e a aprovação de um princípio constitucional que possibilitasse concretizar aquilo que o nobre. Constituinte Roberto Freire, que me antecedeu, que é concretizar a intervenção do Estado no sentido da desapropriação.

Se esta Assembléia Nacional Constituinte não enfrenta este problema, contornando a imissão de posse, estamos remetendo para a lei ordinária, para uma situação em que esta Assembléia não teve força, ou não teve decisão política ou não teve a coerência de, ouvindo os reclames e as reivindicações do movimento camponês, votar aqui e deixar cristalino se esta Assembléia quer deflagrar um processo de reforma agrária ou quer remeter para a lei ordinária. Este é o problema político de fundo, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, mas o método de jogar para uma discussão na lei ordinária, seria repetir em relação à estabilidade, a mesma questão: joga o princípio geral para a lei ordinária, isto é, nós não vamos tomar decisões políticas que concretizem, que materializem aquelas reivindicações que os trabalhadores rurais brasileiros pretendem incluir no texto constitucional.

Por isso, Sr. Presidente, é que nós deixamos muito claro, como já fez aqui o meu companheiro Plínio Arruda Sampaio, em nome do Partido dos Trabalhadores que não estamos defendendo na totalidade, na integridade, o Substitutivo II, no que diz respeito a esse artigo, porque achamos que eram necessárias emendas em relação ao art. 212.

Mas colocar no lugar do 212 a emenda ora defendida, é um recuo, é uma concessão muito grande, porque apesar de não atender aqui aqueles que votaram na emenda Afif Domingos, é uma concessão ao latifúndio, ao grande proprietário de terras, que não aceita, que diz aberta-

mente que a imissão de posse a uma questão sagrada, que ele não aceita.

Foi o Presidente da UDR que disse que a imissão de posse levantaria este País e seria impedida, se fosse preciso, ate através de armas.

E esta Assembléia Nacional Constituinte não pode postergar, não pode remeter, não pode adiar essa decisão para a lei ordinária. Por isso, Sr. Presidente, em nome da Bancada do Partido dos Trabalhadores, assim como fez aqui o Companheiro Plínio Arruda Sampaio – repetindo-a encaminhamos contra a Emenda Masini e pela manutenção do art. 212, nos reservando o direito de apresentar algumas emendas para melhorá-lo no sentido de que a Reforma Agrária não seja um princípio abstrato a ser alardeado, mas a materialização das reivindicações de Reforma Agrária no texto Constitucional. Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. CONSTITUINTE OSWALDO LIMA FILHO:** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Pois não, Sr. Constituinte.

**O SR. CONSTITUINTE OSWALDO LIMA FILHO:** – Sr. Presidente, como estou divergindo do meu Partido nesta questão do acordo ora realizado, e minha posição é praticamente a mesma do Partido dos Trabalhadores, faço uma declaração de voto.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – V. Ex.<sup>a</sup> fará depois a declaração de voto.

**O SR. CONSTITUINTE OSWALDO LIMA FILHO:** – Votarei contra a emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Perfeito.

**O SR. CONSTITUINTE OSWALDO LIMA FILHO:** – É um direito regimental.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Perfeito. A declaração de voto é direito seu. V. Ex.<sup>a</sup> vai votar e dirá...

**O SR. CONSTITUINTE OSWALDO LIMA FILHO:** – Não vou fazer discursos. Estou apenas expondo uma declaração de voto contra o acordo aqui realizado. Votarei contra a emenda Giovanni Masini, porque acho que ela posterga um direito reclamado pelos trabalhadores.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Pois não!

Com a palavra o Relator, para opinar.

**O SR. RELATOR (Virgílio Távora):** – Sr. Presidente, Crs. Constituintes, seremos breve, mas as nossas primeiras palavras são aquelas de congratulação com esta Comissão, pela compreensão do momento histórico que passamos e por aquilo que nós julgamos maior: ter colocado os interesses pátrios acima das suas convicções pessoais, cada qual cedendo um pouco.

Queremos dizer que a Emenda Masini remetendo o assunto a lei complementar, não o faz açodadamente. Exige um procedimento contraditório especial, de rito sumário, para o processo judicial de desapropriação, assegurando de forma simples, com prazos curtos e peremptórios, a eficiência desse trabalho.

Nós que tanto nos batemos durante três meses para que se chegasse a um acordo, neste momento em que damos o parecer favorável, em nome de toda a Relatoria, para não sermos injustos, queremos dizer a V. Ex.<sup>a</sup> os nomes daqueles artífices desta obra: Sandra, Richa, Eymael, Severo, Masini, Britto, Scalco, Jobim, Roberto Freire, que tanto ajudaram a construir a magnífica reunião que hoje culmina com esta confraternização.

Sr. Presidente e Srs. Constituintes, que a Assembléia tenha grandes dias como este. O voto da Comissão, através da sua Relatoria, é a favor.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Com o parecer favorável do Relator, vamos submeter a votos a proposição.

Pego a V. Ex.<sup>as</sup> que tomem os seus lugares.

**O SR. CONSTITUINTE ALDO ARANTES:** – Sr. Presidente, para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Pois não.

**O SR. CONSTITUINTE ALDO ARANTE:** – Sr. Presidente, em nome do Partido Comunista do Brasil, quero dizer que nós temos tido uma posição absolutamente clara e intransigente em torno da questão da reforma agrária. Queremos, exatamente dizer, que vamos votar a favor desta emenda, lido por a considerarmos a melhor alternativa, mas por a considerarmos a menos pior e a possível de obter uma vitória neste Plenário.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Srs. Constituintes, Membros da Comissão de Sistematização, tomem os seus lugares.

Vou ler o texto, que será votado e que é substitutivo do art. 212 e seus parágrafos, e que dispõe o seguinte:

"Cabe à lei complementar estabelecer procedimento contraditório especial, de rito sumário, para o processo judicial de desapropriação."

Substituindo os §§ 1º, 2º e 3º

Em votação.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Alfredo Campos, Almir Gabriel, Antônio Britto, Artur da Távola, Carlos Mosconi, Carlos Sant'Anna, Celso Dourado, Cid Carvalho, Cristina Tavares, Egidio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, Ibsen Pinheiro, José Fogaça, José Freire, José Geraldo, José Paulo Bisol, José Richa, Manoel Moreira, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nelton Friedrich, Pimenta da Veiga, Renato Vianna, Rodrigues Palma, Severo Gomes, Sigmaringa Seixas, Theodoro Mendes, Virgildásio de Senna, Wilson Martins, Albano Franco, Antonio Mariz, Chagas Rodrigues, Délio Braz, Euclides Scalco, João Agripino, José Carlos Grecco, José Costa, Marcos Lima, Roberto Brant, Vicente Bogo, Alcení Guerra, Aloysio Chaves, Antonio Carlos Mendes Thame, Christóvam Chiaradia, Eraldo Tinoco, Francisco Benjamim, Francisco Dornelles, Inocêncio Oliveira, José Jorge, José Lins, José Lourenço, José Santana de Vasconcellos, José Thomaz Nonô, Luís Eduardo, Mário Assad, Oscar Corrêa, Osvaldo Coelho, Paulo Pimentel, Ricardo Fiuza, Sandra Cavalcanti, Jofran Frejat, Jonas Pinheiro, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Gerson Peres, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia, Virgílio Távora, Brandão Monteiro, José Maurício, Lysâneas Maciel, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Afif Domingos, Haroldo Lima, Roberto Balestra, Roberto Freire, Jamil Haddad e Antonio Farias. **Votaram NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Ademir Andrade, João Herrmann Neto, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Gilson Machado, Luiz Inácio Lula da Silva e Plínio Arruda Sampaio.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 86 Constituintes; votaram NÃO 7 Constituintes. Total: 93 votos. O Destaque foi **aprovado**. Declaração de voto do Senhor Constituinte Oswaldo Lima Filho.

#### DECLARAÇÃO DE VOTO

"Voto contra a Emenda Giovanni Masini nº 31655, substitutiva dos §§ 1º e 2º do art. 212 do Substitutivo II, do Relator Bernardo Cabral.

A referida emenda remete à lei ordinária a questão grave da imissão de posse após a desapropriação do imóvel rural.

O meu partido, o PMDB, ao lado do PFL, do PC do B e do PCB, decidiu apoiar essa emenda como forma de consenso. Entendo, como o Partido dos Trabalhadores, que deveríamos lutar pela manutenção da imissão de posse instituída pelo art. 212 e decidir essa questão pelo voto e não adiando o problema para lei ordinária, daqui a anos.

Voto contra. Vote pela imissão de posse imediata.

Sala das Sessões, 10 de novembro de 1987. – **Oswaldo Lima Filho.**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Neste instante, a Presidência quer agradecer a colaboração de todos. Embora não seja devido, acredito que demos um exemplo de negociação, nesta Casa, valorizando a Assembléia Nacional Constituinte e deixando todos aqueles críticos, que não estão aqui acompanhando o trabalho, absolutamente desprovidos de qualquer condição para continuar criticando esta Assembléia Nacional Constituinte. **(Palmas)**

Demonstramos que é possível, em matéria altamente controversa, sem que tenha havido capitulação de pontos de vista, haver avanços efetivos e abrir o espaço para que a sociedade continue lutando, até que a reforma agrária não seja só papel, nem palavra, nem demagogia fácil na tribuna, mas fato concreto na vida. **(Palmas)**

Considero prejudicados os Destaques nºs 3961, de José Maria Eymael; 6261, de Gerson Peres, e 3543, de Roberto Freira, por versarem matéria de igual teor.

Quero fazer uma advertência: recebi mais um pedido para que os jornalistas possam trabalhar. Há uma concentração, especialmente de assessores e pessoas que não estão devidamente credenciadas na parte final do corredor. Pego-lhes, por favor, que ou sentem nas cadeiras onde há lugar para os convidados ou se retirem do recinto, para evitar que esta Presidência tenha que fazer o que já fez, a contragosto, em outra ocasião, mas que não hesitará em fazer outra vez, se necessário for, que é pedir que se retirem, sem apelação.

Passamos, agora, ao Destaque nº 5184, do Constituinte José Lins, que incide sobre a Emenda nº 34570, que se refere somente ao **caput** do art. 249 da emenda.

Os Srs. Constituintes que estiverem de acordo permaneçam sentados. **(Pausa)**

Aprovado.

Tem a palavra o Constituinte José Lins.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, creio que a solução do problema da reforma agrária, que se apresentava com tão más perspectivas nesta Constituinte, teve uma excelente solução e acredito que é hora de cooperarmos para que os trabalhos andem mais regularmente. Em função disso, deixarei a minha emenda para ser defendida em Plenário. Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Sou eu quem agradece a V. Ex.<sup>a</sup>

Retirado o destaque.

**Destaque nº 7701-87 – Emenda nº ES-32963-4, da Sra. Cristina Tavares, "que adita Parágrafo ao art. 236 do Substitutivo nº 1 (art. 204 do Substitutivo nº 2)".**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Passamos, então, ao Destaque nº 7701, da Constituinte

Cristina Tavares, que recai sobre a Emenda nº 32963 e que diz respeito a uma emenda aditiva de parágrafo ao art. 214.

Os Srs. Constituintes que estiverem de acordo com o pedido permaneçam sentados. **(Pausa)**

Aprovada a preferência.

Concedo a palavra a Constituinte Cristina Tavares.

**A SRA. CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, se há um campo onde o trabalho da mulher tem uma significação especial, este é o trabalho rural.

Quero trazer aqui o testemunho de inúmeros municípios da zona rural do meu Estado, Pernambuco, onde os homens são obrigados pelo êxodo rural, pela má condução da política agrícola, a emigrar e a mulher então, se torna a cabeça do casal, efetivamente.

Lembro-me de ter participado, Sras. Constituintes, no sertão do Pajeú, no Estado de Pernambuco, de uma concentração onde praticamente 90% dos trabalhadores rurais que ali estavam eram mulheres, mulheres que teriam sido obrigadas a permanecer, com a enxada na mão, tomando conta da família, enquanto os homens emigravam para buscar trabalho em outras cidades e até em outros Estados. Foi uma luta tenaz e vejo, à minha frente, o Constituinte Inocêncio Oliveira que, naquela ocasião, nos ajudou a cumprir essa tarefa, para fazer com que as mulheres cabeça-de-casal efetivamente recebessem ajuda da emergência, porque lhes era proibido esse acesso.

Portanto, peço aos Srs. Relatores atenção para uma modificação que, na verdade, não muda o corpo do parágrafo único, apenas o torna mais claro.

Sr. Relatores, Sras. Constituintes, é meu dever dizer que esta emenda, para qual pedi destaque, foi originariamente apresentada pela Constituinte Wilma Maia, do Rio Grande do Norte, e agora o destaque que foi aprovado nas subcomissões tem autoria coletiva; esse destaque é da Constituinte Márcia Kubitschek, mas correndo o erro de cometer injustiça gostaria de dizer que a Constituinte Anna Maria Rattes, e outras Constituintes coletivamente, assinaram este destaque das mulheres Constituintes.

Srs. Relatores, a única modificação que pretendo no parágrafo único, para deixá-lo mais claro e fazer justiça, é a seguinte:

"O título de domínio será conferido ao homem e a mulher, esposa ou companheira."

No caso queremos que a mulher possa efetivamente ocupar o lugar não apenas de esposa e companheira – não nos rebelamos contra essa situação – mas efetivamente o de titular e cabeça-de-casal, como tantas vezes ela o é. Portanto, a emenda pretende modificar para o seguinte:

"O título de propriedade será conferido ao homem ou a mulher, independente do estado civil."

Peço a V. Ex.<sup>as</sup>, que na votação passada tiveram a compreensão maior da problemática da reforma agrária, das dificuldades do enfrentamento ao apoio para esta emenda.

Muito obrigado. **(Pausa)**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Não havendo oradores inscritos para contraditar ou apoiar, dou a palavra ao Relator.

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – Sr. Presidente, Srs. Membros da Comissão de Sistematização, não há

dúvida de que é justa a procedente a intenção da nobre Constituinte Cristina Tavares.

Quero chamar a atenção desta Comissão para o fato de que o texto do Relator Bernardo Cabral já contempla a questão do estado civil, quando diz que o título de domínio será conferido ao homem e à mulher, esposa ou companheira. Portanto, o texto não faz discriminação quanto ao regime sob o qual vive o casal. Entendemos que a emenda a uma contribuição ao texto, no entanto, oremos que será possível manter também o título concedido, conjunta, unitária ou solidariamente, ao casal enquanto casal.

A emenda de V. Ex.<sup>a</sup> pretende resguardar o direito da mulher, com o que a Relatoria concorda e acata a emenda de V. Ex.<sup>a</sup> O que a Relatoria deseja é resguardar o direito do casal enquanto unidade, porque entende que poderá ser compatibilizado que o título de domínio será conferido ao homem, à mulher ou a ambos. O que significa que é ao homem, à mulher e ao homem e à mulher, conjuntamente.

A Relatoria acolhe a emenda da Constituinte Cristina Tavares, mas propõe esta compatibilização de texto, para que não haja prejuízo dos interesses solidários, necessariamente solidários, do casal enquanto casal.

**O SR. CONSTITUINTE THEODORO MENDES:** – Senhor Presidente, para um esclarecimento do Sr. Relator.

**O caput** do artigo refere-se à distribuição de títulos e domínio ou de concessão de uso? Há duas formas: o título de domínio e o título de concessão de uso. Entretanto, o parágrafo único, quando vai se referir à possibilidade de o homem ou a mulher receberem, só se refere ao título de domínio. Não haveria uma omissão quanto ao título de concessão de uso no parágrafo único do artigo?

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – É verdade!

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – Não há dúvida de que V. Ex.<sup>a</sup> tem razão. Mas, essa é uma questão que, creio, pode ser resolvida por via de uma emenda de redação.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – A Mesa não tem o direito de opinar nesta matéria, mas creio que as questões levantadas seriam mais facilmente solucionadas se a Relatoria acolhesse como emenda de redação a proposta da nobre Constituinte Cristina Tavares, que corrige.

A proposta da nobre Constituinte Cristina Tavares é correta e requer um aditamento ao texto e se votarmos a proposta da Constituinte que é uma substitutiva será uma ou outra.

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – A emenda da Constituinte Cristina Tavares impede que o casal detenha o título de domínio, enquanto casal.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Sr. Presidente, até agora, não consegui perceber a diferença entre a redação do Relator e a da Constituinte Cristina Tavares porque ambas falam da companheira, da mulher, independente do estado civil. Então, significa que será também a companheira. Qual a diferença entre as duas?

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – O que pretende a nobre Constituinte Cristina Tavares é que a mulher, enquanto indivíduo e cidadã, possa deter, sozinha o título de domínio – o que é justo e procedente e a Mesa acolhe essa proposição. Mas, a Mesa considerara uma perda para o texto se o canal, enquanto casal, não possa, solidariamente, deter o título de domínio – perda que será provocada pela aprovação da emenda da Constituinte Cristina Tavares. Daí por que entendemos que melhor

será, como propôs sabiamente o Presidente, que se acolhesse essa proposta pela via de uma emenda de redação.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Pergunto à Constituinte Cristina Tavares se está de acordo com o acolhimento de sua sugestão como emenda de redação, e sem votação o Relator, depois, corrige.

**A SRA. CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES:** – Estou de acordo. Evidentemente, a nossa intenção não era dessolidarizar o casal.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Claro.

Então, já está registrado em ata, o Sr. Relator corrigirá o texto na direção proposta pela Constituinte Cristina Tavares. Não é necessária a votação.

Passaremos, portanto, agora, à aprovação ou rejeição – que eu espero não ocorra – dos títulos que foram distribuídos com redação final, que são os Títulos V e VI, do projeto da Comissão de Sistematização.

Votaremos, primeiro, o Título V. Aprovação da redação final, do Título V, que diz respeito a defesa do Estado e das Instituições Democráticas. V. Ex.<sup>as</sup> receberam o texto. Passaremos à votação. **(Manifestações do Plenário)**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Não receberam o texto? Foi distribuído. Eventualmente, um ou outro não terá recolhido, mas foi distribuído.

Peço que registrem os seus números de código.

Colocarei em votação a redação final do Título V e, depois, o Título VI, do projeto da Comissão de Sistematização que, segundo a Mesa me informa, foi distribuído aos Srs. Constituintes.

**O SR. CONSTITUINTE ERALDO TINOCO:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Tem a palavra pela ordem o nobre Constituinte Eraldo Tinoco.

**O SR. CONSTITUINTE ERALDO TINOCO:** – Quero, mais uma vez, registrar o meu protesto pelo açodamento com que se está votando a redação final dos textos aprovados. Não se pode admitir que, um texto distribuído há poucos minutos ou horas atrás, num processo de votação como o que ocorreu agora, possam os Constituintes terem feito a leitura e a conferência do texto para a votação final. Quero registrar o meu protesto.

**O SR. CONSTITUINTE FRANCISCO DORNELLES:** – Sr. Presidente pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Tem a palavra pela ordem o nobre Constituinte Francisco Dornelles.

**O SR. CONSTITUINTE FRANCISCO DORNELLES:** – Eu pediria a V. Ex.<sup>a</sup>, se fosse possível, e se não contrariasse as metodologias do trabalho, que V. Ex.<sup>a</sup> deixasse para amanhã pela manhã a aprovação pelo menos do Título VI, que eu não recebi e ninguém tem condição...

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Pois não! Não há nenhum inconveniente do ponto de vista da Mesa; se V. Ex.<sup>as</sup> preferem – o único cronograma a obedecer é o dos destaques.

**O SR. CONSTITUINTE FRANCISCO DORNELLES:** – Eu pediria que V. Ex.<sup>a</sup> deixasse para amanhã de manhã.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Se V. Ex.<sup>as</sup> preferem, como já houve o Constituinte Eraldo Tinoco já é a segunda vez que levantam a mesma questão, se não houver objeção do ponto de vista da secretaria eu não tenho inconveniente algum em colocar em votação amanhã pela manhã esses dois títulos; e peço àqueles que não receberam ainda que os recebam – V. Ex.<sup>as</sup> terão

a certeza de que o objetivo nosso é apenas de bem atender o processo de votação, e portando vão deliciar-se essa noite lendo essa obra-prima da nossa Relatoria.

**O SR. CONSTITUINTE FRANCISCO DORNELLES:** – Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Vamos passar agora e o acordo – e o acordo impõe certas regras; nós temos que votar o conjunto da matéria que foi acordada. Peço vênha a V. Ex.<sup>as</sup> para continuar a votação.

**Destaque nº 5418-87 – Emenda nº ES-31366-5, do Sr. José Egreja, "que substitui o art. 245 do Substitutivo nº 1 (art. 215, "caput" do Substitutivo nº 2)". (43ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Sobre a mesa o Destaque de nº 5418, Constituinte José Egreja, que recai sobre a Emenda nº 31366, que a substitutivo do **caput** do art. 215.

Os Srs. Constituintes que estiverem de acordo com a preferência permaneçam sentados. **(Pausa)**

Aprovado.

Com a palavra o nobre Constituinte José Egreja, para fazer a defesa do seu destaque.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ EGREJA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, esta é uma emenda que se refere à política agrícola. Pretendo, com ela, corrigir aquilo que tem sido uma constante neste País: que a política agrícola seja feita à revelia das classes que produzem, que armazenam, que transportam e comercializam. E, ainda, à revelia dos órgãos técnicos de pesquisa de incentivo à tecnologia. É preciso evitar que desta tribuna se ouça, a toda hora, um lamento que vem de quem produz, de quem armazena, de quem transporta e de quem comercializa os produtos agrícolas. Por isso, acabei de distribuir ao Plenário, não a todos porque não houve tempo, o texto de minha emenda, que diz:

"A política agrícola será planejada e executada com a participação efetiva dos setores da produção, da comercialização, do armazenamento e dos transportes, levando em conta instrumentos creditícios, fiscais e a prestação de assistência técnica e incentivo à tecnologia e à pesquisa na forma da lei."

"DESTAQUE 5418

#### Emenda ES-31366-5

Trata-se de emenda sobre política agrícola, assunto que interessa e afeta dezenas de milhões de brasileiros, diária e perenemente.

Todos sabemos que o planejamento da atividade agrícola, tanto pela incerteza climática, quanto pela diversidade dos seus produtos e ainda pelos instáveis condicionamentos dos seus mercados internos e externos e por tantos outros fatores, exige pela diversidade dos seus produtos e ainda pelos seja garantido um mínimo de sucesso quais sejam:

1ª – que seja plurianual ou de longo prazo, abrangendo diversos ciclos produtivos. Isto está no texto do Relator;

2ª – que seja extremamente flexível e rapidamente adaptável às consequências dos fenômenos climáticos ou às variações de mercado;

3ª – que seja individualizado para cada produto e convenientemente analisado também em conjunto;

4ª – que conte com eficientes mecanismos para atender às exigências anteriores e outras que, certamente estarão presentes."

A nossa emenda, Sr. Relator, contém os ingredientes que achamos indispensáveis à formulação de um planeamento da política agrícola em termos nacionais e que possa atender aos interesses dos consumidores e dos produtores, prevenindo e remediando, frente às complexas questões que mencionamos.

Quando invocamos "a participação dos setores da produção, dos transportes, do armazenamento e da comercialização", pretendemos o entrosamento entre o Estado e a Nação, visando a evitar erros ou prevenir seus efeitos em benefício do povo e dos próprios segmentos interessados. Sobre este assunto, convém relembrar o constante lamento que se ouve, inclusive nesta tribuna.

Quando, no texto proposto, exigimos o planeamento "levando em conta instrumentos creditícios, fiscais e a prestação da assistência técnica e incentivos à tecnologia e à pesquisa", não queremos apenas garantir a produção quantitativa no presente, mas propiciarmos também as condições para o progresso tecnológico com vistas tanto à melhoria qualitativa quanto ao ganho em produtividade.

E, Srs. Constituintes, quando, finalmente, determinamos que tudo seja feito "na forma da lei", estamos subordinando o exercício deste planeamento ao interesse do País e garantindo a esta Casa a oportunidade de aprofundar-se no assunto, estabelecer regras específicas e inclusive criar órgãos planejadores. Embora estas sejam questões de lei ordinária, que não devem aumentar desnecessariamente o texto da Constituição – e não estão aumentando – elas, por esta emenda, são decorrência natural, e como tal, exigirão obrigatoriamente lei ordinária.

Tendo em vista a objetividade, a consistência, a abrangência e a singeleza do seu texto, solicito dos Srs. Membros desta Comissão a sua aprovação, que permitiria, inclusive ao Sr. Relator, enxugar o texto constitucional e ao mesmo tempo aperfeiçoá-lo.

Sr. Presidente, ao final, gostaria de declarar duas coisas: primeiro, que essa emenda fosse considerada aditiva; em segundo lugar, que ela fosse colocada no início do Capítulo, apenas para ficar condizente com a coerência do próprio Título, que começa com política agrícola, e só depois cuida de política fundiária e da reforma agrária. Muito obrigado.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ COSTA:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – TeM a palavra V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ COSTA:** – Peço a atenção do nobre Constituinte José Egreja.

Sr. Presidente, o art. 39, das Disposições Transitórias, contém o seguinte:

"Lei Agrícola, a ser promulgada no prazo de um ano, criará órgão planejador permanente da política agrícola e disporá sobre os objetivos e instrumentos da política agrícola aplicados à regularização das safras, sua comercialização e sua destinação ao abastecimento e mercado externo, a saber:

- I – preços de garantia;
- II – crédito rural e agroindustrial;
- III – seguro rural;
- IV – tributação;
- V – estoques reguladores;
- VI – armazenagem e transporte;
- VII – regulação do mercado e comércio exterior
- VIII – apoio ao cooperativismo e associativismo;

IX – pesquisas, experimentação, assistência técnica e extensão rural;

X – eletrificação rural;

XI – estímulo e regulamentação do setor pesqueiro através de Código específico;

XII – conservação do solo;

XIII – estímulo e apoio à irrigação."

Pergunto ao eminente Constituinte autor da emenda, se, eventualmente, esse texto não está mais completo e se S. Ex.<sup>a</sup> não retiraria a sua emenda em favor do art. 219.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Sr. Constituinte, não tenho condições de pedir ao Constituinte José Egreja que retire o que quer que seja, hoje, porque já pedi tantas vezes, e S. Ex.<sup>a</sup> acedeu em tantas que eu me sentiria tolhido. Mas o pedido de V. Ex.<sup>a</sup> foi feito a ele; vamos ouvi-lo.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ EGREJA:** – Sr. Presidente, apesar do apreço imenso que tenho ao Constituinte José Costa, não posso concordar com a retirada dessa emenda, porque a considero, como disse da tribuna há pouco, a melhor emenda de política agrícola, modéstia à parte, porque ela encerra todos os aspectos, fala em tecnologia e pesquisa; e tudo aquilo que está dito na outra emenda poderá ser aduzido, na época oportuna, quando ela for considerada; não há nada que impeça que isso seja considerado. Aquilo em que ela não colidir com a minha poderá ser aceito.

**O SR. CONSTITUINTE ALDO ARANTES:** – Sr. Presidente, pego a palavra para um esclarecimento.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE ALDO ARANTES:** – Sr. Presidente, esta emenda é aditiva ou substitutiva?

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Esta questão é realmente importante. No meu modo de entender, ela podia ser aditiva, mas não talvez desse artigo, senão que do art. 219. V. Ex.<sup>a</sup>, me pediu substitutiva, se pudermos transformá-la em aditiva fica mais fácil a votação.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Sr. Presidente, a emenda cabe muito bem como aditiva, mesmo porque o texto do Relator a específico, fala em financiamento da atividade agrícola, agroindustrial, pecuária e pesqueira, ao passo que o texto dá a sistemática de como deve ser procedido o planeamento.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Pois não. Vou considerar como emenda aditiva, e vou pedir que o Relator tenha a liberdade para deslocá-la, como emenda de redação, para o art. 219, que é a maneira de podermos votar isso.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ EGREJA:** – Sr. Presidente, apenas para um outro esclarecimento, um pedido que farei ao Relator, que dada a coerência que deve haver na matéria, ela seja colocada no 1º art. do título, porque o título começa com "Política Agrícola".

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Pois não.

Com a palavra o Constituinte José Genoíno, que vai falar contra.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, em primeiro Lugar, chamo a atenção para o que está escrito no art. 215, que diz exatamente o seguinte:

"O plano nacional de desenvolvimento agrário de execução plurianual, englobará simultanea-

mente as ações da política agrícola, política agrária e reforma agrária."

Então, Sr. Presidente, a visão do Substitutivo, em relação à política agrícola, é uma visão mais adequada, até porque relaciona critérios de política agrícola com o problema da reforma agrária.

O art. 219 – e ele seria aditivo ao art. 219 – diz exatamente o seguinte:

"Ao Poder Público cumpre promover políticas adequadas de estímulo, assistência técnica, desenvolvimento e financiamento..."

A emenda do nobre Constituinte José Egreja, e chamo a atenção para o seu conteúdo.

"A política agrícola será planejada e executada com a participação efetiva dos setores de produção, de comercialização e de armazenamento e de transporte, levando em conta instrumentos creditícios fiscais, prestação de assistência técnica, incentivo à tecnologia e à pesquisa, na forma da lei."

Ora, Sr. Presidente, em primeiro lugar, a emenda está partindo de uma definição para esta política agrícola de um complexo global, que une os interesses do grande produtor rural, com os interesses de armazenamento, de transportes, estabelecendo de antemão uma mesma posição de igualdade em relação a essa política agrícola.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, aqui em relação ao artigo 19, pelo menos se coloca um princípio geral, "na medida em que a emenda propõe este tipo de participação como definição dos setores que serão beneficiados pela política agrícola, na forma da lei", e isto, Sr. Presidente, abre um precedente na Constituição, para que esta política agrícola seja traçada de acordo com o grande complexo agroindustrial, que são exatamente os grandes interesses rurais, os grandes interesses industriais, que estão vinculados com a grande propriedade da terra. Por isso, Sr. Presidente, porque esta emenda piora o texto, é melhor ficar com o texto e propor a sua rejeição.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Não havendo oradores a favor, concedo a palavra ao Sr. Relator para que opine.

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – Sr. Presidente, Srs. membros da Comissão de Sistematização, a emenda do Constituinte José Egreja trata da política agrícola; portanto, não é o que diz o art. 215, que trata de um plano nacional de desenvolvimento agrário. Se essa emenda fosse substitutiva, nós estaríamos diante da pura e simples eliminação de um plano nacional de desenvolvimento agrário, que compreende a reforma agrária, política agrícola não substitui um plano nacional de desenvolvimento agrário que inclui, necessariamente, a reforma agrária.

S. Ex.<sup>a</sup>, no entanto, informa à Relatoria que aceita, para a sua emenda, o caráter de aditiva, o que a torna, portanto, formalmente viável.

No entanto, entende a Relatoria que a emenda de S. Ex.<sup>a</sup> o Constituinte José Egreja ficaria melhor posta se fosse transformada em parágrafo do art. 219, que diz:

"Ao Poder Público cumpre promover políticas adequadas de estímulo, assistência técnica, desenvolvimento e financiamento para a atividade agrícola, agroindustrial, pecuária e pesqueira."

É neste ponto, ou seja, neste artigo que melhor se insere a emenda de S. Ex.<sup>a</sup> Agora, quanto ao mérito, diz a emenda:

"A política agrícola será planejada e executada com a participação efetiva dos setores da produção."

Lamento que o nobre Constituinte José Genoíno, um dos mais destacados, mais brilhantes e mais esclarecidos membros desta Comissão, considere que setores da produção são apenas os proprietários. Para esta Relatoria, quando se fala em setores da produção, fundamentalmente, fala-se dos trabalhadores. E, portanto, se há uma participação efetiva dos setores da produção, não pode, em hipótese nenhuma, estar eliminada a participação dos trabalhadores no processo da comercialização, do armazenamento e dos transportes, levando em conta instrumentos creditícios, fiscais, a prestação de assistência técnica, incentivo à tecnologia e à pesquisa na forma da lei. Entendendo dessa forma, a Relatoria é favorável à emenda.

Sem dúvida, se partirmos para o entendimento de que a política agrícola será planejada, executada com a participação dos setores da produção, que incluem os proprietários e os trabalhadores, neste sentido a emenda é acolhida, já que todas as propostas de participação popular nas decisões de orçamento, de elaboração de planos plurianuais, todas elas incluíram a participação dos setores interessados.

A Relatoria não tem como rejeitar e, portanto, se manifesta favorável.

Durante o pronunciamento do Sr. **José Fogaça** o Sr. **Fernando Henrique Cardoso**, Quarto-Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. **Aluizio Campos**, Primeiro-Vice-Presidente.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem a palavra, pela ordem, o Constituinte Paulo Ramos.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – Somente para esclarecer ao nobre Relator, que nos setores da produção, podemos entender que haja a representação do trabalhador, porém nos demais setores, armazenamentos e transportes, certamente não teremos. E o trabalhador, como sempre, continuará ficando na posição de inferioridade nas negociações.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ EGREJA:** – Sr. Presidente, pela ordem, para discordar do orador anterior.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem a palavra, pela ordem, o Constituinte José Egreja.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ EGREJA:** – Sr. Presidente o setor da produção tem também os seus trabalhadores, o setor de armazenamento também tem os seus e a emenda não discrimina. Agora, quero dizer à Relatoria que concordo plenamente com a sugestão para que esta emenda passe a ser o parágrafo único do art. 219.

Agradeço a sugestão.

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – Apenas um esclarecimento final da Relatoria. Ao Plenário cabe a interpretação definitiva, a Relatoria deu a sua interpretação do texto. A partir dessa interpretação é que a Relatoria acolhe.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Constituinte José Egreja, V. Ex.<sup>a</sup> mantém a emenda para a votação?

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ EGREJA:** – Mantenho a emenda com a sugestão da Relatoria, que ela passe a constituir o parágrafo único do art. 219.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Sr. Presidente, para esclarecer: a emenda é mantida como aditiva na sua totalidade, inclui empresas de armazenamento, transporte e comercialização, não é isto?

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Sim. Em votação.



**(Procede-se à votação)**

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Aluizio Campos, Antônio Britto, Ibsen Pinheiro, João Calmon, José Fogaça, José Freire, José Ignácio Ferreira, Victor Faccioni, José Richa, José Ulisses de Oliveira, Pimenta da Veiga, Wilson Martins, Délio Braz, João Agripino, Marcos Lima, Alcení Guerra, Aloysio Chaves, Antonio Carlos Mendes Thames, Carlos Chiarelli, Eraldo Tinoco, Francisco Benjamim, Francisco Dornelles, Inocêncio Oliveira, José Lins, José Lourenço, José Santana de Vasconcellos, Luiz Eduardo, Oscar Corrêa, Osvaldo Coelho, Paulo Pimentel, Ricardo Fiúza, Sandra Cavalcanti, Enoc Vieira, Jofran Frejat, donas Pinheiro, Mozarildo Cavalcanti, Ricardo Izar, Simão Sessim, Valmir Campelo, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, José Luiz Maia, Virgílio Távora, Bonifácio de Andrada, Francisco Rossi, Gastone Righi. Sólton Borges dos Reis, Afif Domingos, Roberto Balestra. Antonio Farias. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Artur da Távola, Carlos Mosconi, Celso Dourado, Cristina Tavares, Egídio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, José Geraldo, José Paulo Bisol, Manoel Moreira, Mário Lima, Nelson Carneiro, Nelton Friedrich, Paulo Ramos, Renato Vianna, Rodrigues Palma, Sigmaringa Seixas, Virgildásio de Senna, Eécio Neves, Antonio Mariz, Chagas Rodrigues, Jorge Hage, José Costa, Miro Teixeira, Octávio Elísio, Roberto Brant, Rose de Freitas, Uldurico Pinto, Vicente Bogo, Vilson Souza; Iza Valadares, José Maurício, Lysâneas Maciel, Amaury Müller, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Haroldo Lima, Roberto Freire, Jamil Haddad.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 50 Constituintes; votaram NÃO 43 Constituintes. Total: 93 votos. O Destaque foi **aprovado**.

**Destaque nº 3614-87 – Emenda nº ES-21110-2, do Sr. Jonas Pinheiro, "que adita § ao art. 251 do Substitutivo nº 1 (art. 215 do Substitutivo nº 2)".**

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Temos, agora, Requerimento de Preferência para o Destaque nº 3614, do Constituinte Jonas Pinheiro, referente à Emenda nº 21110.

Os Srs. Constituintes que o aprovam queiram permanecer sentados. **(Pausa)**

Aprovado a preferência.

A Emenda é aditiva ao art. 217, para incluir um Parágrafo Único, com a seguinte redação:

"A política fundiária será objeto de Lei Complementar, compatibilizando:

**a)** carga tributária para desestímulo à terra nua e ociosa;

**b)** apoio e assentamento, através da colonização;

**c)** incremento a crédito fundiário;

**d)** extinção de foco de tensão social, pois o autor retirou a expressão "por desapropriação."

Tem a palavra o autor, para encaminhamento.

**O SR. CONSTITUINTE JONAS PINHEIRO:** – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Constituintes, este capítulo que nós estamos vencendo hoje não estaria completo, se, dentro dele, não estivesse inserida também a política fundiária. Falamos sobre reforma agrária; falamos sobre política agrícola. Entretanto, não mereceu, até agora, nenhuma mensagem a respeito de política fundiária. Eu acredito que a política agrícola, bem como a reforma agrária, serão

bem sedimentadas exatamente numa política fundiária. Proponho, na minha emenda, que esta política fundiária, como a política agrícola, bem como a reforma agrária, estejam tratadas através de lei complementar, compatibilizando quatro aspectos, que eu reputo da maior importância para o meio rural brasileiro.

O primeiro deles é a carga tributária para um desestímulo à terra nua e ociosa. Este assunto também já é tratado na área da tributação.

O segundo assunto é o apoio e assentamento através de colonização. Esta colonização pode ser via iniciativa privada, tanto quanto via iniciativa pública. No terceiro aspecto nós tratamos do incremento do crédito fundiário, para estimular essa colonização.

Srs. Constituintes, esses fatores foram muito importantes para o desbravamento da Amazônia. A Amazônia brasileira cresceu exatamente em função desse apoio, através daquilo que nós chamamos de uma política fundiária.

E, como quarto princípio, nós queremos que, nesta lei, seja também bem estabelecida a extinção de foco de tensão social. O foco de tensão social não interessa nem para o possessor, nem para o suposto dono da propriedade. Retirei a expressão "por desapropriação", por entender que a extinção do foco de tensão social pode ser através de desapropriação, através de permuta de terra e pode ser também através de assentamento em terra pública.

Portanto, Sr. Presidente, nobres Constituintes, eu acredito que, este capítulo que nós estamos estudando estaria muito mais servido se nele estivesse também inserida a política fundiária, através de uma lei complementar.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Com a palavra, para encaminhar contra, o Constituinte Vicente Bogo.

**O SR. CONSTITUINTE VICENTE BOGO:** – Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes: Em primeiro lugar, quero ressaltar meu profundo respeito ao nobre Constituinte Jonas Pinheiro, inclusive pela intenção meritosa em propor essa emenda que prevê que a lei complementar vá dispor sobre a política fundiária, tratando de carga tributária, de apoio e assentamento através de colonização, incremento a crédito fundiário, extinção de foco de tensão social e desapropriação.

Venho encaminhar contra apenas por uma parte e, portanto ao todo, por discordar de uma das partes. O ilustre Constituinte propõe que a política fundiária seja objeto de lei complementar, compatibilizando, na letra **b**, apoio e assentamento através de colonização.

Quando o nobre proponente faz essa emenda, não especifica qual o tipo de colonização. Eu queria fazer uma breve reflexão em torno disso. Entendo que é admissível que a reforma agrária possa se dar também através de processo de colonização. Todavia, entendo que essas colonizações teriam que ser no mínimo, colonizações oficiais, porque as colonizações privadas, até agora, não demonstraram razão suficiente para se manter aberto esse espaço.

Até agora, dos projetos de colonização, tivemos, no total, neste século, apenas 27 emancipados, cujo tempo de maturação, de conclusão, tem sido da ordem de dezessete anos para cada projeto.

Em segundo lugar, os projetos de colonização privados, de um total de 112, registrados no Incra, antes de ser extinto, 48 haviam tido os seus registros cancelados. Além disso, segundo cálculos, o custo do assentamento, quando feito pelo Incra, por família, é de sete mil, quatrocentos e sessenta e cinco dólares e cinquenta e nove centavos.

O Governo do Distrito Federal fez assentamentos aqui que estão, parcialmente, com um custo da ordem de quinze mil e setenta e cinco dólares por assentamento, enquanto que o das colonizações privadas, vejam bem, o custo sobe a vinte e um mil, quatrocentos e dezoito dólares por assentamento, isto é, quase três vezes mais. Ainda, quando os projetos de colonização são oficiais, temos os custos recuperáveis, ou reembolsáveis, em que é possível recuperar até 78% dos recursos investidos no assentamento.

Então, quero ressaltar que, realmente, apoiaria a intenção toda do nobre Constituinte Jonas Pinheiro, mas tenho reserva quanto ao aspecto da colonização, à medida que permite que novamente fique aberto a colonizações privadas e que talvez sejam estas as preferenciais.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Com a palavra o Relator, na pessoa do Constituinte Adolfo Oliveira.

**O SR. RELATOR (Adolfo Oliveira):** – Sr. Presidente, a Relatoria será muito breve, até porque dentre em pouco teremos uma sessão da Assembléia Nacional Constituinte.

É muito difícil à Relatoria, examinada a proposta do eminente Constituinte Jonas Pinheiro, um dos mais assíduos, dedicados e eficientes integrantes desta Comissão, emitir parecer contrário à sua emenda.

Trata-se de um problema de oportunidade. A emenda, muito bem redigida pelo nobre Constituinte, certamente seria acolhida com os louvores que lhe endereçamos, não houvesse a Comissão aprovado especialmente as Emendas Masinni e, posteriormente, a Emenda Egreja.

O assunto de que trata a emenda foi, exaustivamente, cogitado e objeto de decisões nesta histórica reunião da Comissão de Sistematização. Os tópicos que abrangem a política fundiária – na visão do digno e ilustre representante – já se encontram, com outras palavras, atendidas naquelas proposições acolhidas pela Comissão.

Quanto à carga tributária, no capítulo próprio, a matéria foi versada com oportunidade. Os demais constam do espírito daquelas emendas por nós mencionadas há pouco.

Acredito que, numa verdadeira homenagem, para um fecho de ouro nesta reunião memorável, não ficaria mal e nem seria mal acolhida pelo nosso eminente companheiro, e eu ousaria dizer amigo, Constituinte Jonas Pinheiro, um apelo para que S. Ex.<sup>a</sup> reconsiderasse a apresentação da emenda que, não fossem as circunstâncias por nós apontadas, seria por nós aprovada com louvor, mas agora não nos resta outra condição senão a de dar parecer contrário, fazendo um apelo para que retire a emenda, porque o que S. Ex.<sup>a</sup> queria, a Comissão votou, e votou soberanamente.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Consulto ao Constituinte Jonas Pinheiro se atende ao apelo do Relator.

**O SR. CONSTITUINTE DONAS PINHEIRO:** – Nobre Relator, apresentei essa emenda com o conhecimento de causa que eu tenho de implantações de cidades de Mato Grosso.

Mato Grosso, tanto quanto Rondônia, tanto quanto a Amazônia como um todo, só cresceu em função de alguns fatores. E o meu desejo era que, nesta Constituição, através do texto constitucional, viesse disciplinar o trabalho deste título da política fundiária para a Amazônia e, de resto, para todo o Brasil.

De forma que eu retiro a minha emenda. Entretanto, confesso que ela contribuiria para este Brasil – que eu conheço muito bem, sobretudo, na área rural, como profissional da área há 28 anos – sem dúvida alguma, com o desenvolvimento, com a tranquilidade, com a paz e

com o progresso do meio rural. Entretanto, como o meu amigo, o meu companheiro, o Constituinte Adolfo Oliveira pede, eu a retiro com muito sentimento.

#### IV – SUSPENSÃO DA REUNIÃO

**O SR. PRESIDENTE. (Aluizio Campos):** – A Presidência vai suspender os trabalhos, convocando os Senhores Constituintes para a continuação da presente reunião, amanhã, 11-11-87, às 9 horas, a fim de prosseguirmos com a votação do Título VII.

Está suspensa a reunião.

**(Suspende-se a reunião às 20 horas e 30 minutos.)**

**EM 11 DE NOVEMBRO DE 1987**

Presidência do Sr. **Jarbas Passarinho**, Terceiro-Vice-Presidente.

#### I – REABERTURA DA REUNIÃO

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Havendo número regimental, declaro reaberta a reunião.

#### II – EXPEDIENTE

**Do Sr. Líder do PFL:**

"Ofício nº 304/87-PFL

Brasília, 11 de novembro de 1987.

Ao Excelentíssimo Senhor  
Deputado Ulysses Guimarães  
DD. Presidente da Assembléia Nacional Constituinte  
Senhor Presidente:

Comunico a Vossa Excelência, para os devidos fins, que o Deputado Arnaldo Prieto volta a integrar a Comissão de Sistematização, como membro efetivo.

Em consequência, passo à condição de Suplente da referida Comissão, na vaga do Deputado Simão Sessim, que se encontra ausente.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência protestos de alto apreço e consideração. – Deputado **José Lourenço**, Líder do PFL."

**Do Sr. Vice-Líder do PDC:**

"Excelentíssimo Senhor  
Presidente da  
Comissão de Sistematização  
Senhor Presidente:

Na forma regimental, requiro a substituição do Constituinte Roberto Balestra, como Suplente do PDC nesta Comissão, pelo Constituinte Sotero Cunha, nos dias 12, 13 e 14 corrente.

Sala das Reuniões, 11 de novembro de 1987. – Constituinte **Siqueira Campos**, Vice-Líder do PDC."

**Do Sr. Líder do PMDB:**

"Ofício nº 255/87

Brasília, 11 de novembro de 1987.

Excelentíssimo Senhor  
Senador Afonso Arinos  
DD. Presidente da Comissão de Sistematização  
Nesta

Senhor Presidente:

Informo a Vossa Excelência que a bancada dos Suplentes do PMDB na Comissão de Sistematização, através de acordo entre seus membros, estabeleceu ordem de inscrição para as votações daquela Comissão, para o Título VIII – Da Ordem Social, conforme relação anexa.

Sem outro particular, reitero a Vossa Excelência votos de estima e cordial apreço. – Senador **Mário Covas**, Líder do PMDB na Assembléia Nacional Constituinte."

## RELAÇÃO DA ORDEM DOS SUPLENTES PARA O TÍTULO VIII

Vilson Souza – Marcos Lima – Euclides Scalco – José Tavares – Octávio Elísio – Márcio Braga – Das Coimbras – Aécio Cunha – Miro Teixeira – Uldurico Pinto – Délio Braz – Chagas Rodrigues – Michel Temer – Rose de Freitas – Vicente Bogo – Ziza Valadares – Manoel Viana – Antonio Mariz – José Costa – José Carlos Grecco – Roberto Brant – João Natal – Nelson Wedekin – Jorge Hage – João Agripino.

### III – COMUNICAÇÕES

#### O SR. CONSTITUINTE FRANCISCO DORNELLES:

– Sr. Presidente, gostaria de comunicar a V. Ex.<sup>a</sup> e a toda a Assembléia Nacional Constituinte que foi apresentado ontem, na reunião plenária da Constituinte, projeto de decisão, assinado por quase duzentos Constituintes e com o apoio da quase totalidade da bancada do Estado do Rio de Janeiro, com o seguinte teor:

#### "PROJETO DE DECISÃO Nº \_\_\_\_\_, DE 1987

#### **Veda a fusão, incorporação, desmembramento e cisão de Municípios, nas condições que menciona.**

A Assembléia Nacional Constituinte, com base no item V e § 7º do art. 59 do seu Regimento Interno, decide:

Art. 1º Fica vedada, até a data de promulgação da Constituição, fusão, incorporação e desmembramento do Município do Rio de Janeiro, ficando sobrestados, até a referida data, os processos iniciados e o curso das medidas adotadas com vistas ao disposto neste artigo.

Art. 2º Esta decisão entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, \_\_\_\_\_ Constituinte **Sandra Cavalcanti** – Constituinte **Francisco Dornelles**."

Sr. Presidente, estamos votando uma nova Constituição que estabelece princípios para o desmembramento, fusão e incorporação de Municípios. Não se compreende que, antes que a Constituição seja votada, alguns grupos do Estado do Rio de Janeiro acelerem, sem qualquer estudo de viabilidade econômica, técnica e financeira, a formação de movimentos para desmembrar a grande cidade do Rio de Janeiro, criando Municípios para os quais não existe qualquer viabilidade técnica.

Na realidade, o que esses grupos querem é mais uma Prefeitura, um Tribunal de Contas, uma Câmara Legislativa e mais trinta mil cargos públicos a serem preenchidos sem concurso.

A criação de Municípios no Estado do Rio de Janeiro é uma afronta à população daquela cidade e implicará maiores custos e piores serviços para toda a população do Estado.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Concedo a palavra ao Constituinte Paulo Ramos, para uma questão de ordem.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – Sr. Presidente, ao formular minha questão de ordem, manifestei a mais integral solidariedade ao projeto de decisão apresentado pelo Constituinte Francisco Dornelles.

Faço questão de lembrar à Casa que esta é a segunda tentativa de desmembramento do Município do Rio de

Janeiro. O Governo do Estado incentivou seus seguidores a apresentarem, na Assembléia Legislativa, um projeto que propunha o desmembramento de uma das regiões mais carentes, a chamada Zona Oeste do Rio de Janeiro, e as pesquisas de opinião demonstraram que, majoritariamente, a população se manifestaria contra. Então, o Governo cuidou de não realizar o plebiscito que já havia sido marcado pela Justiça Eleitoral.

Agora, com o objetivo de contemplar os grandes grupos imobiliários, o Governo do Estado pretende fazer o desmembramento de uma das regiões mais valorizadas do Brasil, a Barra da Tijuca.

A Assembléia Nacional Constituinte, embora tenha somente 49 representantes do Estado do Rio de Janeiro, deve solidarizar-se com o Constituinte Francisco Dornelles, pela apresentação desse projeto de decisão, porque não podemos permitir exceções e concordar com o que está acontecendo no Estado do Rio de Janeiro. Certamente, o mesmo episódio poderá ocorrer em outras Unidades da Federação, quando grupos mais interessados no ganho fácil, não preocupados com os interesses maiores da sociedade, procuram dar curso às suas propostas.

Espero, acima de tudo, que a proposição apresentada pelo Constituinte Francisco Dornelles, uma vez aprovada pela Comissão de Sistematização, seja efetivamente encaminhado ao Plenário. Aliás, a Comissão de Sistematização precisa reagir contra um fato muito grave. Esta Comissão aprovou o Projeto de Decisão nº 4, que até hoje não foi encaminhado para votação ao Plenário da Assembléia Nacional Constituinte. Verificamos ontem uma manifestação democrática – e muito democrática – da Presidência da Assembléia Nacional Constituinte, convocando sessão extraordinária para a apreciação de um projeto de resolução apresentado por um grupo expressivo de Constituintes. Lamentavelmente, porém, verificamos que o projeto de decisão que trata de agudo interesse nacional, de problema sério que vem sendo conduzido por uma minoria – minoria, inclusive, preocupada com o endividamento externo do País – encontra-se engavetado, no mais flagrante desrespeito à Comissão de Sistematização.

Esta questão de ordem, portanto, além de servir para manifestarmos solidariedade ao Constituinte Francisco Dornelles na sua luta contra o movimento de desmembramento de regiões do Rio de Janeiro, representa um pedido para que a Presidência da Comissão de Sistematização solicite – e exija, até – do Presidente da Assembléia Nacional Constituinte que envie o Projeto de Decisão nº 4, já aprovado por este órgão, para votação e aprovação pelo Plenário da Assembléia Nacional Constituinte.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – Sr. Presidente, não vou levantar uma questão de ordem, mas fazer apenas uma declaração. Talvez seja eu o mais antigo representante do Estado do Rio de Janeiro no Parlamento nacional. Aqui represento aquele Estado desde 1959, sem interrupção, até hoje. Lá vivo desde 1932, quando os azares da política levaram-me da velha Bahia para a então Capital da República.

Neste momento, tenho oportunidade de, em meu nome e no do Constituinte Jamil Haddad, Presidente do PSB, declarar que nós, que vivemos na cidade do Rio de Janeiro, estamos inteiramente de acordo com o projeto de decisão que acaba de ser apresentado pelo Constituinte Francisco Dornelles contra o esvaziamento da antiga cidade maravilhosa. Não é só um Município que se quer desmembrar; quer-se dividi-la em vários, num verdadeiro esvaziamento das suas tradições com repercussão não só nacional, mas mundial.

Somos, pois, à minha a palavra autorizada do Constituinte Artur da Távola, para não gastar mais tempo da sessão.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Fica registrada a declaração de V. Ex.<sup>a</sup>

Concedo a palavra ao nobre Constituinte Aldo Arantes.

**O SR. CONSTITUINTE ALDO ARANTES:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, manifesto meu protesto, e do meu partido, com relação ao acordo firmado pelo Brasil sobre a dívida externa.

No nosso entender, tal acordo significa uma rendição do Governo brasileiro aos banqueiros internacionais. Suspendeu-se a moratória e abriu-se claramente o caminho de retorno ao Fundo Monetário Internacional sem que houvesse algo em troca. Membro da Comissão Parlamentar de Inquérito que investigou a dívida externa, sabemos que ponderável montante dessa dívida diz respeito ao aumento unilateral das taxas de juros.

Neste momento, portanto, diante das grandes dificuldades por que passa o País, o Brasil deveria renegociar de forma soberana, suspendendo o pagamento da dívida externa. Quanto à Assembléia Nacional Constituinte, deveria adotar um posicionamento a esse respeito – e vamos apresentar um destaque neste sentido – quando da análise das Disposições Transitórias da nova Constituição. Entendemos ser esta uma questão chave para o futuro e para o próprio êxito de qualquer política econômica que se venha a adotar para o País.

#### IV – ORDEM DO DIA

##### VOTAÇÃO DO PROJETO DE CONSTITUIÇÃO TÍTULO VII (Continuação)

**Destaque nº 0891-87, do Sr. Haroldo Lima – Emenda nº ES-27664-6, dos Srs. Aldo Arantes e outros. "que modifica o art. 253 do Substitutivo nº 1 (art. 217 do Substitutivo nº 2)". (435ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Há sobre a mesa requerimento de preferência para a votação do Destaque nº 891, de autoria do Constituinte Aldo Arantes. Em votação. **(Pausa)** Preferência concedida.

Passamos ao exame do destaque.

Concedo a palavra ao Constituinte Aldo Arantes, para defender seu destaque.

**O SR. CONSTITUINTE ALDO ARANTES:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a emenda que ora submeto à apreciação de V. Ex.<sup>as</sup> tem por fim dar uma redação mais objetiva ao art. 217 do 2º Substitutivo, do Relator Bernardo Cabral.

Diz o art. 217:

"São insuscetíveis de desapropriação, para fins de reforma agrária, os pequenos e médios imóveis rurais, na forma que dispuser a lei, desde que seus proprietários não possuam outro imóvel rural."

Minha proposta, Srs. Constituintes, tem o seguinte teor:

"São excluídos de desapropriação, por interesse social, para fins de reforma agrária, os imóveis pessoalmente explorados pelos proprietários com dimensões que não ultrapassem quinhentos hectares na Região Norte e duzentos hectares no restante do País."

Gostaria de acrescentar que emenda com mesmo teor foi assinada pelo Constituinte Ademir Andrade e por um conjunto de outros membros da Assembléia Nacional Constituinte.

Qual o objetivo dessa emenda, Srs. Constituintes? Constatamos que uma das razões fundamentais que têm

impedido o avanço do processo da reforma agrária em nosso País é de que os grandes proprietários, os latifundiários, têm, historicamente, cooptado os pequenos e médios proprietários com a idéia de que a reforma agrária se volta contra todo e qualquer tipo de proprietário.

Isso é falso, é mentiroso. Ela se volta contra o latifúndio e não contra os pequenos e médios produtores. Esta foi uma das razões pelas quais, em 1964, a direita conseguiu cooptar os pequenos e médios produtores, criando um movimento de grande proporção, que dificultou o avanço da reforma agrária no Brasil.

Mais recentemente, Sr. Presidente, Srs. Constituintes vimos o surgimento da famigerada UDR, entidade de extrema direita, que fez em Brasília um ato público com trinta mil pessoas. E não se tratava de trinta mil latifundiárias, eis que muitos deles eram pequenos e médios produtores.

Algo de muito grave está acontecendo. Os latifundiários estão confundindo o pequeno e o médio produtores, cooptando-os contra a reforma agrária. É necessário, que os homens responsáveis, que desejam a reforma agrária, estabeleçam limites claros e objetivos, para dar ao pequeno e médio produtores a segurança de que sua propriedade não será objeto de desapropriação.

Gostaria de chamar a atenção dos Srs. Constituintes para os limites que fixamos nesta proposta, ou seja, 500 hectares na Região Norte e 200 hectares no restante do País. Por que esses limites? Exatamente porque o grosso das propriedades produtivas, no Brasil, está entre os de até 100 hectares, onde se obtém 87% da produção de mandioca, 78% da produção de feijão, 68% da produção de milho, 37% da produção de arroz, 46% da produção de soja e 65% da produção de algodão. Isso significa, Srs. Constituintes, que, com essa emenda, estaremos excluindo do processo de desapropriação aquelas propriedades que detêm quase que a totalidade da produção agrícola no País. Além disso, do ponto de vista político, estaremos isolando a direita, a UDR e fixando claramente o objetivo da reforma agrária.

Quero também chamar a atenção dos Srs. Constituintes – não só dos progressistas, dos de esquerda, mas dos democratas sinceros que aqui se encontram – para o fato de que grandes proprietários como os da Manasa, possuem mais de 4 milhões de hectares, área maior do que a da Bélgica e a da Holanda. Os proprietários dos grandes latifúndios não se interessam em estabelecer limites para a desapropriação, porque sobrevivem da confusão, sobrevivem da falta de barreiras claras, que tracem definição concreta sobre o alvo da reforma agrária.

Estamos numa situação delicada. Este plenário tem um número pequeno de Constituintes, e é por isso que, com mais razão, quero apelar para a consciência democrática e progressista de V. Ex.<sup>as</sup>, para que aprovelem esta emenda, que irá viabilizar, irá facilitar uma aliança de classes no campo, criando condições mais favoráveis para a realização de uma reforma agrária antilatifundiária.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Para encaminhar a votação contra a emenda, tem a palavra o Constituinte Aluizio Campos.

**O SR. CONSTITUINTE ALUÍZIO CAMPOS:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a emenda do nobre Constituinte Aldo Arantes, em princípio, é razoável, porque estabelece um módulo mínimo de 500 hectares no Norte, na Região Amazônica, e de 200 hectares no resto do País. Não é demasiado. Mas há um casuísmo contido na emenda em votação que, a meu ver, dificulta sua aplicação, sobretudo no Nordeste. É que ela diz que estão excluídos de desapropriação por interesse social, "para fins de reforma agrária, os imóveis pessoalmente explorados pelos pro

prietários, com dimensões que não ultrapasse 500 hectares na Região Norte e 200 nas demais regiões do Brasil'.

Ora, Sr. Presidente, no Nordeste, conforme a intensidade das secas, há uma migração que é de fluxo e refluxo. Os chefes de família, normalmente, se ausentam da região nas épocas de estio, para trabalhar em São Paulo ou em outras regiões do Sul, onde encontram emprego. Quando chove no Nordeste voltam para suas propriedades, a fim de cuidar das lavouras. Mas eles nunca estão pessoalmente vinculados ao trabalho permanente da agricultura nas suas pequenas propriedades, sobretudo, quando se trata de micropropriedades. Estabelecer na Constituição um vínculo pessoal de trabalho para a exploração agrícola me parece desnecessário. Por esta razão, acho melhor seria deixarmos esse assunto a critério da lei, como determina texto do Substitutivo, muito bem redigido pelo Relator, que diz:

"São insuscetíveis de desapropriação, para fins de reforma agrária, os pequenos e médios imóveis rurais, na forma que dispuser a lei, desde que seus proprietários não possuam outro imóvel rural."

O fato de não possuir outro imóvel rural e outra condição que deve constar da Constituição, mas que não consta da emenda do Constituinte Aldo Arantes.

Por essas razões, Sr. Presidente, entendo que devemos manter o texto do Relator, porque referida emenda, em vez de facilitar a exploração da pequena e média propriedade, realmente a dificulta, quando exige que esse trabalho seja exercido pessoalmente pelo dono da terra. É que os pequenos proprietários rurais, que no Nordeste se confundem, na sua miserabilidade, com os trabalhadores sem terra. Eles emigram, vão trabalhar fora, seus familiares são os que realmente ocupam a terra, os que trabalham, em seu lugar. De maneira que o vínculo pessoal é inconveniente e não deve constar da Constituição, principalmente porque a maioria daquelas famílias não está legalmente constituída através do casamento civil.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Concede a palavra ao nobre Constituinte Ademir Andrade, para encaminhar a votação a favor da emenda.

**O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, sempre houve uma preocupação muito grande, por parte de todos aqueles que querem modernizar a produção no campo, democratizar direito de propriedade, de fazer a grande massa de pequenos produtores desta Nação compreender que não lhes desejamos criar dificuldades, que a reforma agrária que pretendemos elaborar visa a desapropriação do latifúndio, a desapropriação de grandes áreas de terra.

O que observamos, desde o início, desde que a Constituinte começou a trabalhar, é a manipulação do entendimento dos trabalhadores rurais por uma entidade denominada União Democrática Ruralista, que se tem apresentado diante do povo brasileiro como defensora do produtor rural. Na verdade, tal entidade esconde, atrás desta capa de "defensora do produtor rural", seu desejo de manutenção de **status quo**, o desejo de quem quer, de fato, a continuidade da política agrícola que sempre foi desenvolvida pelo Governo brasileiro, totalmente voltada para o setor exportador e sem, portanto, beneficiar a Nação como um todo.

A política agrícola voltada exclusivamente para a exportação, defendida pela UDR, e, sem dúvida, algo que só atende aos interesses dos latifundiários. Normalmente, o produtor voltado para o setor de exportação é o que de ter grandes áreas de terra. E é atrás dessa capa que tal entidade se apresenta, enganando a grande massa de pro-

dutores rurais, dono de pequenas propriedades, que vivem e produzem em sua própria terra, que não são como os dirigentes dessa entidade, que vivem a rodar o mundo em passeios de Concorde, mas que, na verdade, não sabem o que é, de fato, produzir a terra.

Com essa preocupação, ou seja, tranquilizar os pequenos produtores rurais, 142 parlamentares – do PT, PCB, PC do B, MUP, PDT – apresentaram e assinaram emenda que tem meu nome como autor. O companheiro Constituinte Aldo Arantes também apresentou emenda semelhante, que teve a preferência das lideranças para votação. Nela se diz, claramente, que as propriedades até 200 hectares estão fora de desapropriação para fins de reforma agrária, sendo que, nas regiões Norte e Centro-Oeste, aquelas que possuam até 500 hectares.

Portanto, Srs. Constituintes, entendemos que devemos aprovar esta emenda, para dar tranquilidade aos pequenos produtores rurais, para estimulá-los em seu trabalho e para mostrar que a UDR só os tem enganado durante todo esse tempo.

É esta a nossa manifestação. Pedimos o voto dos companheiros desta Comissão. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Concede a palavra ao Constituinte Egídio Ferreira Lima, para encaminhar contra.

**O SR. CONSTITUINTE EGÍDIO FERREIRA LIMA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a emenda do Constituinte Aldo Arantes permite-me vir à tribuna, o que deveria ter feito ontem. Não o fiz porque uma das emendas sobre a qual deveria falar foi julgada prejudicada. Ontem, muito provavelmente, tivemos o melhor dia desta Comissão, em que se demonstrou maior maturidade. O Constituinte Virgílio Távora acentuou a participação de um bom número de companheiros, e a enumeração foi correta, mas a esta queria juntar o nome do Constituinte Virgildásio de Senna, que, a meu lado, há mais de dois meses, tenta compor as partes – a Contag, a CNBB e o setor empresarial – em reuniões sucessivas.

Com isso quero reparar a omissão em que incorreu o Constituinte Virgílio Távora. A História nem sempre se faz pelo que se torna evidente; seus bastidores muitas vezes tem muito mais substância.

Sr. Presidente, a emenda do Constituinte Aldo Arantes peca pelo empirismo, quando pretende dividir o País em duas partes, em termos sócio-econômicos. As terras do Norte não serão desapropriadas se a propriedade não ultrapassar o limite de 500 hectares, e quanto às do Sul, o limite é de 200 hectares.

É uma fixação arbitrária que não deve constar no texto constitucional. Acredito que este País só chegará à democracia quando fizer sua reforma agrária. Fizemos a revolução industrial, bem ou mais, com virtudes e com deformações, mas só tornaremos este País desenvolvido justo com uma reforma agrária voltada para um plano global, respeitando-se as peculiaridades de cada região. Num país com as dimensões do Brasil, não cabe fixar limites mínimos e máximos da propriedade insuscetíveis de desapropriação.

O texto do projeto é muito mais sábio é preciso:

"Art. 217 – São insuscetíveis de desapropriação, para fins de reforma agrária, os pequenos e médias imóveis rurais, na forma que dispuser a lei, desde que seus proprietários não possuam outro imóvel rural."

É um texto perfeito, sensato, equilibrado, a dá lugar a que a lei possa particularizar o limite da propriedade

insuscetível de desapropriação nas diversas regiões sócio-econômicas do País.

Por isso, sou contrário à emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Com a palavra o Relator, Constituinte Virgílio Távora.

**O SR. CONSTITUINTE VIRGÍLIO TÁVORA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, pronunciarei apenas poucas palavras, para definir a posição do Relator.

Inicialmente, para nos, secundando as palavras do eminente representante de Pernambuco, Constituinte Egidio Ferreira Lima, o texto do chamado Cabral II é mais ágil. Remete para a lei justamente a fixação desses limites que, incluídos como estão no texto proposto, são completamente arbitrários. Por que duzentos e não duzentos e cinquenta ou cento e cinquenta hectares? Por que só tomar como parâmetro a Região Norte e a Região Sul?

Em segundo lugar, esse limite do modulo passível de desapropriação altera-se de acordo com o tempo, com o avanço da reforma agrária.

Em terceiro lugar, Srs. Constituintes, o espírito do acordo feito ontem nesta Casa a de remeter justamente essas questões sobre as quais haja duvida para o texto da lei ordinária e complementar.

Por todas essas razões, o parecer do Relatório, encampados pelos demais membros da Mesa, é contra.

**O SR. CONSTITUINTE ALDO ARANTES:** – Sr. Presidente, quero apenas fazer um esclarecimento, pois houve uma referência do Sr. Relator a um acordo feito ontem que implicaria mandar essa questão à lei complementar. Participei deste acordo...

**O SR. RELATOR (Virgílio Távora):** – Perdão, não afirmei isto.

**O SR. CONSTITUINTE ALDO ARANTES:** – Então, não entendi, nobre Relator. Gostaria de dizer que essa questão não foi objeto do acordo. É por isso que esta proposta este. sendo apresentada.

**O SR. RELATOR (Virgílio Távora):** – Sr. Presidente, permita-me repetir as palavras: o espírito do acordo feito ontem a justamente no sentido de procurar remeter para a lei ordinária essas questões controversas sobre as quais não existam parâmetros determinados.

**O SR. CONSTITUINTE ALDO ARANTES:** – Gostaria de reafirmar que o espírito do acordo não foi esse, mas diz respeito a uma questão específica, determinada, qual seja, o problema da imissão de posse.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A discussão não merece continuar. Peço aos Srs. Relatores, por obsequio, que, pelo menos enquanto eu estiver na Presidência, evitem o diálogo. Isto porque, se os Srs. Relatores aceitarem dialogar, pedir-se-á mais tempo e terei que proceder, na Presidência, a eliminação das interrupções quando estiver falando o Relator.

Passamos à votação.

#### (Procede-se a votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Celso Dourado, Cristina Tavares, Haroldo Sabóia, José Paulo Bisol, José Richa, Mário Lima, Nelson Friedrich, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Sigmaringa Seixas, João Natal, Octavio Elísio, Uldurico Pinto, Vicente Bogo, Wilson Souza, Eraldo Tinoco, Francisco Dornelles, Simão Sessim, José Maurício, Lysâneas Maciel, Amaury Müller, Francisco Rossi, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Aldo Arantes, Ro-

berto Freire, Jamil Haddad. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Aluizio Campos, Antônio Britto, Artur da Távola, Egidio Ferreira Lima, Fernando Gasparian, João Calmon, José Fogaça, Pimenta da Veiga, Renato Vianna, Rodrigues Palma, Severo Gomes, Theodoro Mendes, Virgildásio de Senna, Wilson Martins, Antonio Mariz, João Agripino, José Carlos Grecco, Marcos Lima, Aloysio Chaves, Christóvam Chiaradia, Francisco Benjamim, Gilson Machado, José Lins, Luís Eduardo, Mário Assad, Oscar Corrêa, Osvaldo Coelho, Paulo Pimentel, Sandra Cavalcanti, Annibal Barcellos, Enoc Vieira, Furtado Leite, Jofran Frejat, Jonas Pinheiro, Ricardo Izar, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Gerson Peres, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia, Virgílio Távora e Adolfo Oliveira.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 29 Constituintes; votaram NÃO 42 Constituintes. Total: 71 votos. O Destaque foi **prejudicado** por falta de **quorum** qualificado.

**O SR. CONSTITUINTE ERALDO TINOCO:** – Permita-me, Sr. Presidente.

Pela segunda vez, venho comunicar um fato que considero grave: votei **não**. Tenho o testemunho do Constituinte Luis Eduardo, que estava ao meu lado. No entanto, o painel registrou **sim**. Coincidentemente, tal fato ocorreu na mesma bancada em que se verificou na primeira vez. Já comuniquei o ocorrido aos técnicos, mas considero isso um aspecto grave. Imagine V. Ex.<sup>a</sup> se este voto, registrado de forma errada pelo sistema, influísse no resultado final da votação. Ademais, o registro em ata é importante, do ponto de vista dos Anais, mas, do ponto de vista do resultado da votação, não tem nenhuma influência.

Penso que o sistema tem de ser completamente checado, para que se evite esse tipo de problema que, repito, pela segunda vez ocorre comigo na mesma bancada – terceira mesa da sétima bancada à direita do Plenário.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A Mesa já havia tornado conhecimento do fato, e V. Ex.<sup>a</sup> recebeu ou deve estar recebendo assistência de um dos técnicos. Realmente, isto a da maior importância. Inclusive, já houve outros casos, que eu próprio testemunhei, como o ocorrido com o Constituinte Gerson Peres.

V. Ex.<sup>a</sup> tem razão. Imagine se um voto desses for decisivo e não puder ser alterado no painel!

Passemos à votação de outro requerimento de preferência para o Destaque nº 7262, de autoria do Constituinte Waldyr Pugliesi. Em votação. **(Pausa)**. Concedida à preferência. Pergunto se o Constituinte Waldyr Pugliesi esta presente ou se deixou alguma indicação.

Como não houve indicação e S. Ex.<sup>a</sup> esta ausente, esta prejudicado o destaque.

Passamos ao requerimento de preferência para votação do Destaque nº 7389, de autoria do Constituinte Raimundo Bezerra. Os que estão de acordo com a preferência permaneçam como se encontram. **(Pausa)**. Preferência concedida.

Está presente o Constituinte Raimundo Bezerra? E o Constituinte Cid Sabóia de Carvalho, autor da emenda? **(Pausa)**

Ambos estão ausentes. Prejudicados o destaque e a emenda.

**Destaque nº 4310-87 – Emenda nº ES-27585-2, do Sr. Victor Faccione, "que substitui o art. 254 do Substitutivo nº 1 (art. 218 do Substitutivo nº 2)". (436 a votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Em votação requerimento de preferência para o Destaque nº 4310,

de autoria do Constituinte Victor Faccioni. Os que estão de acordo com a preferência permaneçam como se encontram. **(Pausa)** Aprovado.

Concedo a palavra ao Constituinte Victor Faccioni.

**O SR. CONSTITUINTE VICTOR FACCIONI:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, nossa emenda acrescenta ao art. 218 a adoção do critério da participação do sistema cooperativista do assentamento agrícola, quando da implantação da reforma agrária.

Temos visto, inclusive no Rio Grande do Sul, o que tem acontecido com o assentamento de pequenos agricultores em pequenas glebas. Seja por mudança de Governo, seja, às vezes, dentro do mesmo Governo, eles acabam desistindo da empreitada e tornam-se incapazes de dar continuidade ao processo de exploração da terra, quer por problemas da alta tecnologia que se vai desenvolvendo em termos competitivos, quer, principalmente, por problemas de comercialização.

O modelo cooperativista tem dado certo em todas as experiências mundiais de reforma agrária. No Rio Grande do Sul, notadamente no que se refere à pequena propriedade, é de realçar o que as cooperativas têm feito em matéria de apoio e proteção ao trabalho, bem como em relação à permanência do homem na agricultura, ao desenvolvimento da atividade, mormente na propriedade explorada com a participação da própria família.

A proposta decorreu de sugestão da Organização das Cooperativas Brasileiras. Estamos dando nova redação ao texto do art. 218, visando a estabelecer uma política de participação das cooperativas, desde os assentamentos, a assistência técnica, creditícia, organização da produção, comercialização, distribuição e industrialização.

Creio que a idéia encontra amparo não só na experiência já desenvolvida a nível mundial, mas também em nosso próprio País, e está em consonância com as considerações feitas por outros Srs. Constituintes na discussão da nova Carta.

Por este motivo, rogo aos Srs. Constituintes que integram esta Comissão de Sistematização, desde o nobre Relator-Geral, apoio à emenda que estamos encaminhando.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Não há oradores inscritos. Passo a palavra ao Relator Virgílio Távora.

**O SR. RELATOR (Virgílio Távora):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a emenda em si tem alto alcance. Antecipando nosso voto, sugerimos que o que S. Ex.<sup>a</sup> acresce ao texto seja transformado em um parágrafo do art. 218. Ficaria mais coerente quanto ao mérito, com o qual estamos de pleno acordo. Seria lido como se segue:

“Política de participação de cooperativa, desde o assentamento, assistência técnica creditícia, organização de produção, comercialização, distribuição e industrialização.”

Concordando S. Ex.<sup>a</sup> em que seja objeto de um parágrafo do art. 218, o parecer é favorável.

**O SR. CONSTITUINTE VICTOR FACCIONI:** – Sr. Presidente, concordo com a proposta do Relator.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Em votação.

**O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE:** – Permita-me, Sr. Presidente, solicitar um esclarecimento à Mesa e à Relatoria.

Parece que, pelo que foi combinado ontem, ficou estabelecido que haveria, antes da votação que agora é feita, a apreciação de uma emenda supressiva ao art. 218, ficando o texto da seguinte maneira:

“A lei estabelecerá política habitacional para o trabalhador rural...”

O restante ficaria suprimido. Existe esta emenda na Mesa, para que possamos ter consciência do que estamos votando? Isso ficou combinado ontem no Plenário. A emenda supressiva dessa parte do art. 218 suprime o seguinte: “com o objetivo de garantir a dignidade de vida e propiciar-lhe a fixação no meio onde vive, ... e, preferencialmente, com os assentamentos em núcleos comunitários.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A Presidência fica em dificuldades porque esses acordos são feitos entre Lideranças e, muitas vezes, a Mesa não toma conhecimento deles. De maneira que vou pedir ao Relator que informe a V. Ex.<sup>a</sup>. Na planilha que distribuimos não há emenda supressiva a esse artigo.

**O SR. RELATOR (Virgílio Távora):** – Rendo-me à evidência, nobre Constituinte. Não há emenda a este respeito na relação apresentada na planilha.

**A SRA. CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES:** – Permita-me, Sr. Presidente, solicitar um esclarecimento também.

Os acordos aqui feitos deixam-nos, às vezes, sem noção clara do que estamos votando. Segundo a Emenda Victor Faccioni, as grandes cooperativas, tipo Super Cotia, as pessoas jurídicas, poderiam assumir a responsabilidade dos assentamentos?

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FOGAÇA:** – Não. São as cooperativas geradas pelos assentamentos. Esse é o entendimento da Mesa, e a redação será compatibilizada com essa intenção. Trata-se das cooperativas geradas pelos assentamentos da reforma agrária. Portanto, é o cooperativismo vingando no próprio processo de reforma agrária.

Isto, a Relatoria considera absolutamente correto. Acolhe a proposta, e a compatibilizará sob a forma de parágrafo do art. 218.

**O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE:** – Como esclarecimento final, eu pediria ao Relator que lesse como ficará a emenda integral do Deputado Victor Faccioni. Gostaria que fosse lido, na íntegra, como ficará o artigo, porque parece que há um entendimento nesse sentido.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FOGAÇA:** – O texto é o seguinte:

“...como política de participação das cooperativas desde os assentamentos, assistência técnica, creditícia, organização da produção, comercialização, distribuição e industrialização.”

**A SRA. CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES:** – Se V. Ex.<sup>a</sup> me permite, eu gostaria de saber se o próprio autor da emenda poderá esclarecer-nos. Há uma dúvida no plenário: a Super Cotia, por exemplo, ou seja, pessoas jurídicas transformadas em cooperativas, poderia administrar a reforma agrária ou seriam apenas as cooperativas que surgissem daquele núcleo de colonização?

**O SR. CONSTITUINTE VICTOR FACCIONI:** – Senhor Presidente, o nobre Relator já esclareceu a matéria.

É evidente que o espírito é estabelecer que os agricultores que serão assentados se organizem sob forma de cooperativas e tenham o modelo cooperativista como parâmetro para a sua atividade no projeto de reforma agrária a ser desenvolvido.

Agora, Sr. Presidente, na proposta que encaminhamos à Mesa, houve uma supressão no texto do art. 218 original, na parte em que diz: “...preferencialmente, aos assentamentos em núcleos comunitários”.

Em nossa proposta essa referência foi cortada. Pergunto à Mesa, se, transformada a sugestão em pará-

grafo, seria considerada cortada a referência mencionada.

**O SR. CONSTITUINTE VIRGÍLIO TAVORA:** – A explicação está clara. Basta ler a emenda do eminente Constituinte pelo Rio Grande do Sul. Nós é que achamos que o melhor seria a parte referente à política de participação de cooperativas constituía não o texto, mas um parágrafo. Apenas isso.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Passa-se à votação.

**(Procede-se à votação)**

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Ademir Andrade, Aluizio Campos, Antônio Britto, Artur da Távola, Cristina Tavares, Egídio Ferreira Lima, Fernando Gasparian, João Calmon, José Fogaça, José Paulo Bisol, José Richa, Manoel Moreira, Mário Lima, Nelson Friedrich, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Renato Vianna, Virgildásio de Senna, João Agripino, José Carlos Grecco, Octávio Elísio, Vicente Bogo, Vilson Souza, Aloysio Chaves, Antoniocarlos Mendes Thame, Carlos Chiarelli, Christóvam Chiaradia, Eraldo Tinoco, Francisco Benjamin, Francisco Dornelles, Inocêncio Oliveira, José Lins, Mário Assad, Oscar Corrêa, Paulo Pimentel, Sandra Cavalcanti, Annibal Barcellos, Enoc Vieira, Furtado Leite, Jofran Frejat, Jonas Pinheiro, Ricardo Izar, Simão Sessim, Antônio Carlos Rondes Reis, Darcy Pozza, Gerson Deres, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia, Virgílio Távora, Lysâneas Maciel, Amaury Müller, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Adolfo Oliveira e Jamil Haddad. Votaram **NÃO** os Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Celso Dourado, Fernando Bezerra Coelho, Haroldo Sabóia, José Serra, Osvaldo Lima Filho, Rodrigues Palma, Severo Gomes, Sigmaringa Seixas, Theodoro Mendes, Wilson Martins, Antonio Mariz, Jorge Hage, Marcos Lima, Uldurico Pinto, Gilson Machado, Luís Eduardo, Osvaldo Coelho, Paes Landim, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Aldo Arantes e Roberto Freire.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 56 Constituintes, votaram NÃO 23 Constituintes. Total 79 votos. O Destaque foi **aprovado**.

**Destaque nº 6751-87, do O Sr. Vicente Bogo, “que suprime o art. 220 do Substitutivo nº 2”. (437ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Há sobre a mesa requerimento de preferência para a votação do Destaque nº 6751, de autoria do Constituinte Vicente Bogo. **(Pausa)**. Aprovada a preferência.

Em votação o Destaque nº 6751, de autoria do Constituinte Vicente Bogo, que suprime o art. 220.

Concedo a palavra ao nobre Constituinte Vicente Bogo.

**O SR. CONSTITUINTE VICENTE BOGO:** – O Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, o art. 220 do projeto que estamos discutindo tem o seguinte teor:

“Art. 220. A concessão de incentivos fiscais para projetos agropecuários em novas fronteiras agrícolas estará condicionada à transferência, para lavradores, do domínio de, no mínimo, dez por cento da área beneficiada, a fim de que seja utilizada para assentamento de pequenos agricultores, como participação supletiva da iniciativa privada no projeto de reforma agrária.”

Solicitamos a supressão deste artigo por várias razões. Em primeiro lugar, porque incorpora na Constituição o princípio dos incentivos fiscais. Ao longo das discussões travadas até agora, sempre se defendeu que tanto as instituições públicas quanto as privadas não devem ter

tratamento diferenciado ou privilegiado umas em relação às outras. Em segundo lugar, porque o art. 213, que fala da alienação ou concessão, a qualquer título, de terras públicas, limita a concessão de terras, por parte da União, no caso de não haver autorização do Congresso Nacional, em até quinhentos hectares.

Então, seria contraditório conceder a alguém quinhentos hectares de terras públicas de nova fronteira agrícola e ainda conceder 10% para assentamento de agricultores. Ao invés de fazer a passagem de uma área pública para uma particular e, depois, para terceiros, o óbvio seria que o Estado fizesse o assentamento direto nessa área e concedesse ao responsável pelo projeto agropecuário apenas a área a ser utilizada para o seu projeto, e não uma área maior, onde ele terá dificuldades, inclusive, no desbravamento, na ocupação e no desenvolvimento do projeto.

Por isso, estamos defendendo a supressão do art. 220. Entendemos que a legislação ordinária e a complementar podem dispor sobre eventuais incentivos a projetos agropecuários. Nada temos contra isso. A legislação pode até dispor sobre projetos de assentamento por meio de colonização, se for o caso. Apenas achamos que devem ser definidas as regras, para que se evitem os abusos que ocorreram no passado.

Além disso, o parágrafo único do art. 213 reza:

“Parágrafo único. A destinação das terras públicas e devolutas será compatibilizada com o plano nacional de reforma agrária.”

Então, admitimos a concessão de áreas públicas para projetos agropecuários em novas fronteiras, mas pensamos que será complicado e problemático colocar na constituição que deve haver aí concessão para uma espécie de colonização interna ao projeto agropecuário em novas fronteiras agrícolas.

Por isso, apelamos para os nobres Constituintes no sentido de que suprimamos esse artigo, a fim de que a legislação complementar ou ordinária discipline a concessão de terras em novas fronteiras agrícolas para os projetos agropecuários.

Era o que tinha a dizer, o Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Não há mais oradores inscritos.

Concedo a palavra ao Relator.

**O SR. RELATOR (Virgílio Távora):** – O parecer do Relator é a favor da emenda.

O espírito que até agora tem norteado todo o nosso trabalho é o de restringir ao máximo os incentivos. Mormente para as áreas que serão novas fronteiras agrícolas, não se justificaria, se apresentado sob essa forma, sua exploração. Achamos que a lei complementar poderá mais coerente e eficientemente disciplinar a matéria.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Antes de passar à votação, concedo a palavra ao Constituinte Nelson Friedrich, que a está solicitando.

**O SR. CONSTITUINTE NELTON FRIEDRICH:** – Sr. Presidente, a supressão do art. 220 faz parte da negociação ocorrida ontem. Refiro-me a isso para evitar algum encaminhamento divergente.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Passa-se à votação.

**(Procede-se à votação)**

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Aluizio Campos, Antônio Britto, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Cristina Tavares, Egídio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Fernando



Gasparian, Haroldo Sabóia, João Calmon, José Paulo Bisol, José Richa, José Serra, Manoel Moreira, Nelson Jobim, Nelson Friedrich, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Renato Vianna, Rodrigues Palma Severo Gomes, Sigmaringa Seixas, Theodoro Mendes, Wilson Martins, Antonio Mariz, João Agripino, Jorge Hage, José Carlos Grecco, Marcos Lima, Octávio Elísio, Uldurico Pinto, Vicente Bogo, Vilson Souza, Aloysio Chaves, Carlos Chiarelli, Christóvam Chiaradia, Francisco Benjamim, Francisco Dornelles, Gilson Machado, Inocêncio Oliveira, José Jorge, Luís Eduardo, Mário Assad, Oscar Corrêa, Osvaldo Coelho, Paulo Pimentel, Sandra Cavalcanti, Annibal Barcellos, Enoc Vieira, Furtado Leite, Jofran Frejat, Jonas Pinheiro, Mozarildo Cavalcanti, Paes Landim, Simão Sessim, Gerson Penes, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia, Virgílio Távora Adylson Motta, Bonifácio de Andrada, Lysâneas Maciel, Amaury Müller, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Adolfo Oliveira, Aldo Arantes, Roberto Freire, Jamil Haddad. Votou **NÃO** o Senhor Constituinte José Lins.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 75 Constituintes; votou NÃO 1 Constituinte. Total: 76 votos. O Destaque foi **aprovado**.

Ouçõ o nobre Constituinte José Lins.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Sr. Presidente, quero registrar um engano. Meu voto deveria ter sido “sim”. Acho que posso debitar esse engano aos **stress** O meu voto é “sim”.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Fica registrado o engano de V. Ex.<sup>a</sup>.

**Destaque nº 6759-87 – Emenda nº 1P-14588-1 (em parte), do O Sr. Vicente Bogo, “que adita artigo ao Projeto de Constituição após o art. 321 (Título VII, Capítulo II do Substitutivo nº 2)”.** (438ª votação.)

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Sobre a mesa, requerimento de preferência para votação do Destaque nº 6759; de autoria do Constituinte Vicente Bogo.

Aqueles que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. **(Pausa)**

Aprovado.

Concedo a palavra ao nobre Constituinte Vicente Bogo para que esclareça, em relação ao seu projeto, qual a parte que permanecerá válida.

**O SR. CONSTITUINTE VICENTE BOGO:** – Sr. Presidente, O Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, creio que os entendimentos havidos em torno da questão da reforma agrária e as votações aqui realizadas trazem a devida tranquilidade à discussão e ao encaminhamento do tema, a partir da manutenção deste texto, no decorrer dos debates da Constituinte. Todavia, há um pequeno aspecto a ser salientado. Acho que há um flanco que teríamos de cercar, para fechar toda a questão da reforma agrária.

Quando se tratou da questão urbana, incorporou-se o princípio do direito de usucapião, hoje existente. No entanto, o atual projeto de Constituição não incorporou esse princípio. O Destaque nº 6759 menciona o artigo referente ao usucapião, a fim de também disciplinar o assunto dentro do capítulo da reforma agrária.

Houve inúmeras emendas, propondo esse princípio, ao longo das discussões, na fase das Comissões. A maioria delas propunha três anos de ocupação, em área de cem hectares, para a criação do direito de usucapião. Minha proposta, todavia, prevê um prazo de cinco anos, em área de cinquenta hectares, para o estabelecimento do mesmo direito.

Passo a ler a redação que dei ao artigo referente ao direito de usucapião em área rural:

“Todo trabalhador ou trabalhadora que, não sendo proprietário rural nem urbano, ocupar por cinco anos ininterruptos, sem oposição nem reconhecimento de domínio alheio, trecho de terra não superior a cinquenta hectares, tornando-o produtivo por seu trabalho, ou de sua família, e tendo nele sua moradia, adquirir-lhe-á a propriedade mediante sentença declaratória devidamente transcrita.” que estamos propondo é fechar esse capítulo, nele inserindo o direito de usucapião.

Ocorre-me que, no período de governo do ex-Presidente Figueiredo, anunciava-se que em certa época se teria feito a maior reforma agrária do mundo, com a distribuição de mais de um milhão de títulos de propriedade. Na verdade, era, a rigor, o reconhecimento, na época, do direito de usucapião.

O que proponho, portanto, à Comissão é que seja inserido no capítulo da reforma agrária o direito de usucapião, com prazo de cinco anos e, no máximo, até cinquenta hectares de terra. Muito obrigado. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Para encaminhar contra, tem a palavra o Constituinte Gerson Peres.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, desisto da palavra, porque fizemos um acordo e nada mais tenho a contestar.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Com a palavra o Relator.

**O SR. RELATOR (Virgílio Távora):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a emenda do eminente Constituinte Vicente Bogo é daquelas que, com ou sem acordo, mereceriam o apoio unânime desta casa. Meu parecer é, pois, favorável. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Passo à votação.

#### **(Procede-se à votação)**

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Ademir Andrade, Aluizio Campos, Antônio Britto, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Cid Carvalho, Cristina Tavares, Egidio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Gasparian, Haroldo Sabóia, João Calmon, João Herrmann Neto, José Paulo Bisol, José Richa, José Serra, Manoel Moreira, Nelson Jobim, Nelson Friedrich, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Renato Vianna, Sigmaringa Seixas, Wilson Martins, Antonio Mariz, Jorge Hage, José Carlos Grecco, Octávio Elísio, Roberto Brant, Vicente Bogo, Vilson Souza, Aloysio Chaves, Carlos Chiarelli, Christovam Chiaradia, Francisco Dornelles, Inocêncio Oliveira, José Jorge, José Lins, Mário Assad, Paulo Pimentel, Sandra Cavalcanti, Annibal Barcellos, Enoc Vieira, Furtado Leite, Jofran Frejat, Jonas Pinheiro, José Tinoco, Mozarildo Cavalcanti, Simão Sessim, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Gerson Pares, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia, Virgílio Távora, Lysâneas Maciel, Bocayuva Cunha, Luiz Salomão, Francisco Rossi, Joaquim Bevilacqua, Solon Borges dos Reis, Plínio Arruda Sampaio, José Genoíno, Adolfo Oliveira, Aldo Arantes, Roberto Freire e Jamil Haddad. Votaram **NÃO** os Senhores Constituintes: Marcos Lima, Francisco Benjamim, Gilson Machado, Luís Eduardo, Oscar Corrêa, Osvaldo Coelho e Ricardo Fiúza. **ABSTENÇÃO** do Senhor Constituinte Michel Temer.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 68 Constituintes; votaram NÃO 7 Constituintes; absteve-se de votar 1 Constituinte. Total: 76 votos. O Destaque foi **aprovado**.

**O SR CONSTITUINTE NELSON JOBIM:** – Permita-me, Sr. Presidente, fazer uma observação.

**O SR PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR CONSTITUINTE NELSON JOBIM:** – Há um problema de redação na parte final desta emenda. Sabe-se que no usucapião, instituto tradicional do Direito Civil brasileiro, a aquisição do domínio se dá pela verificação de algumas condições: os cinco anos, a posse etc. O dispositivo aprovado, em sua parte final, diz: "adquirir-se-á a propriedade mediante sentença declaratória". Todos sabem que a aquisição de domínio não é efeito de sentença mera-mente declaratória.

Assim, chamo a atenção do Sr. Relator para este aspecto, no momento em que elaboramos a redação final da emenda. É importante que isto fique bem claro.

**O SR PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A Mesa agradece a V. Ex.<sup>a</sup> a advertência.

**Destaque nº 496787 – Emenda nº ES-22541-3, do Sr. Jamil Haddad, "que adita artigo ao Título VIII, Capítulo II do Substitutivo nº 1 (Título VII, Capítulo II, do Substitutivo nº 2)".**

**O SR PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Requerimento de preferência para votação do Destaque nº 4967, de autoria do Constituinte Jamil Haddad.

Em votação. (Pausa)

Aprovada.

Concedo a palavra ao Constituinte Jamil Haddad.

**O SR CONSTITUINTE JAMIL HADDAD:** – Sr. Presidente, eminentes Constituintes, ouvimos quase diariamente denúncias de importação de gêneros de primeira necessidade deteriorados – arroz podre, da Tailândia, feijão bichado, do México – impedindo que nossa balança comercial tenha maior superávit. O Brasil tem a extensão territorial de 8.700.000 Km<sup>2</sup>, e na região Nordeste do País, a cada quarenta segundos, morre de fome uma criança com menos de dois anos de idade. Esta é a triste realidade do quadro brasileiro.

O Sr. Presidente, a política de exportação adotada em nosso País e subsidiada pelo Governo faz com que seja privilegiada a monocultura. Temos a monocultura da cana-de-açúcar, em razão do subsídio do álcool, e a monocultura da soja, a fim de que o produto possa ser exportado abundantemente. No passado tivemos a monocultura do café. Hoje extensas áreas do País não produzem um grão sequer, de gêneros de primeira necessidade. Em razão dessa situação calamitosa, proponho aos companheiros da Comissão de Sistematização uma emenda com a seguinte redação:

"Toda e qualquer propriedade rural, independentemente de tamanho ou utilização econômica, deverá dedicar pelo menos 20% da sua área à produção de alimentos de primeira necessidade."

Sr. Presidente, não há necessidade de grandes esclarecimentos. É uma realidade, é um fato incontestável. Visito quase mensalmente o Município de Campos, onde vejo apenas a cultura da cana. Entre Recife e Maceió, percurso que tenho feito várias vezes, a vista se cansa com a monotonia daquela paisagem: é, pura e simplesmente, a monocultura da cana. No Sul, o Paraná e Rio Grande do Sul eram grandes celeiros de gêneros de primeira necessidade, tendo sido este último, durante muito tempo, o primeiro produtor de arroz deste País. Hoje, no Estado, ali se vê apenas plantações de soja.

Portanto, Sr. Presidente, faço um apelo aos nobres Constituintes e ao nobre Relator, no sentido de aprovarmos a emenda que ora proponho à Comissão.

**O SR PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra, para encaminhar contra, o nobre Constituinte Aluizio Campos.

**O SR CONSTITUINTE ALUÍZIO CAMPOS** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a emenda do nobre Constituinte Jamil Haddad peca por excesso de generalização.

Há certas áreas neste País, como região do chamado Cariri Velho, no meu Estado, absolutamente inadequadas para a produção de alimentos e onde apenas são cultivadas plantas xerófilas, como o agave, além da criação de bodes e ovelhas.

Então, parece-me importante estabelecer que, qualquer que seja o tamanho da propriedade, assim como sua utilização econômica, deve ser reservada uma área de 20% exclusivamente para a produção de alimentos. É claro que quem cria bode e ovelha produz alimento, porque produz leite e carne. Mas a emenda fala especificamente em alimentos de primeira necessidade, como o feijão, o milho, a farinha e o arroz, que constituem a cesta básica alimentar de todos os trabalhadores.

Constitui, pois, uma imprudência constitucional inserir no texto uma emenda com este teor. É preferível, assim, manter a redação do Relator, sem incluir na Constituição normas que possam efetivamente prejudicar a economia de pequenos proprietários que em suas pequenas áreas vivem da criação de animais e da produção de plantas xerófilas e outras que não servem para alimento básico.

Por esta razão, Sr. Presidente, acho que o Plenário deve recusar a emenda, com boa fé apresentada pelo Constituinte Jamil Haddad.

**O SR PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Para falar a favor, concedo a palavra ao Constituinte Lysâneas Maciel.

**O SR CONSTITUINTE LYSÂNEAS MACIEL:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, na história dos povos, especificamente quanto às transformações relacionadas com o capítulo da reforma agrária, o Brasil ocupa uma posição singular. E não apenas na questão da desapropriação. Muita gente pensa que a reforma agrária se resume na desapropriação de terras, na imissão de posse e no pagamento das desapropriações.

A emenda do eminente Constituinte apresenta um aspecto muito importante. No norte do Estado do Rio de Janeiro, como acontece em grande parte do Brasil, não é o homem que toca a lavoura, mas a lavoura é que toca o homem. Naquela área, a indústria agrocanavieira já está atingindo o próprio asfalto das rodovias, o que significa que a pequena plantação de subsistência dos lavradores não é mais possível, uma vez que a própria rodovia federal já está sendo ocupada pela agroindústria.

Isto revela apenas a profunda distorção que estamos observando no País. E o Maranhão é outro exemplo, pois também foi transformado em um grande curral: não é o homem que toca o boi, mas o boi que toca o homem. Até aquela pequena plantação de fundo de quintal, como a da couve e a da mandioca, não mais pode ser feita ali, pois as grandes multinacionais da indústria da carne exigiram que não houvesse cerca e, em consequência, aqueles lavradores não podem mais plantar para sua subsistência.

Certa feita, estava eu no Norte Fluminense explicando as dificuldades de uma reforma agrária neste País, falando do poder que teria a futura Assembléia Nacional Constituinte em questões de economia brasileira aos trabalhadores de um sindicato rural daquela região, quando um deles entendeu perfeitamente e disse: "Deputado, porque o senhor não propõe que a Assembléia Nacional Constituinte exija que cada grande, médio ou pequeno proprietário seja obrigado a plantar 20% de suas terras com **de comer?**"

Quem é do interior do Estado de Minas Gerais, como eu, conhece essa expressão. "De comer" significa arroz, feijão e a lavoura branca. Notem bem a sabedoria daquele homem que, em seguida, olhou para mim e disse: "Quero dizer que sou analfabeto de pai e mãe". Mas aquele lavrador, pela sua experiência, e conhecendo a composição de grandes proprietários, grandes banqueiros, grandes latifundiários, que tem a Assembléia Nacional Constituinte, entendeu que, se tentasse tirar um centímetro de terra que fosse, não encontraria guarida na futura Constituição. Com a proposta de plantar 20% com o "de comer", ele atingiu a prioridade número um do País, precisamente a alimentação. Naquela proposta simples ele falou na fixação do homem no campo, na agregação de recursos, na arrecadação de impostos, no problema que atinge as grandes metrópoles, para onde pessoas do campo são atraídas, e falou sobretudo no problema da fome.

Esta é uma lição preciosa para os grupos de esquerda que não aceitam discutir a reforma agrária apenas em termos teóricos ou muito avançados.

Chamo, pois, a atenção dos Srs. Constituintes para aquele homem, que, na sua simplicidade, na sua experiência, nos deu uma lição, de que é preciso encarar certos fatos segundo as prioridades, segundo as expectativas dos que são diretamente atingidos. Se 20% da população plantassem o "de comer" — é uma expressão que traduzo aqui para a Assembléia Nacional Constituinte — o País teria fartura de alimentos e os trabalhadores teriam oportunidade de fixar-se no campo.

Isso não seria reforma agrária ou reforma fundiária, mas, simplesmente, uma maneira de se atacar o problema prioritário da alimentação para 30 milhões de pessoas que vivem no País em estado de absoluta miséria e 62 milhões de pessoas que vão dormir com fome.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** — Concedo a palavra ao nobre Constituinte Inocêncio Oliveira, para encaminhar contra.

**O SR. CONSTITUINTE INOCÊNCIO OLIVEIRA:** — O Sr. Presidente, Srs. Constituintes, todos concordam que nosso País poderia transformar-se, a curto prazo, em um dos celeiros mundiais de cereais e de carne. Quando vemos, por exemplo, o Brasil produzir apenas 65 milhões de toneladas de grãos e esta produção ser considerada supersafra, ficamos frustrados: porque os Estados Unidos, com uma área mais ou menos equivalente à nossa, produzem apenas, em termos de milho, 450 milhões de toneladas de grãos.

No entanto, para a realização da vontade nacional, para que o País produza, de fato, maior quantidade de gêneros alimentícios, é preciso definir uma política agrícola com melhor distribuição de terras, crédito agrícola subsidiado, garantia de preços mínimos, assistência ao homem do campo, modernização da nossa agropecuária, assim por diante.

A emenda do nobre Constituinte Jamil Haddad é irreal, considerando-se a situação do País. No Nordeste, por exemplo, não é possível destinar-se 20% da área de qualquer propriedade rural, independentemente de sua extensão ou de sua utilização econômica, para a produção de gêneros alimentícios. Como bem disse o nobre Constituinte Aluizio Campos, existem fazendas em nossa região que servem apenas para a exploração de pecuária de pequeno porte, como por exemplo, de caprinos.

E seria uma lei inócua e irrealista no que concerne à situação econômica das propriedades existentes em nossa região.

Assim sendo, se quisermos elaborar uma Constituição condizente com nossa realidade, devemos votar contra a emenda, por não atender aos maiores interesses do País, de modernização da nossa agropecuária, de adoção de uma política dirigida às mais sagradas aspirações do nosso povo.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** — Com a palavra o Relator.

**O SR. RELATOR (Virgílio Távora):** — Sr. Presidente, a despeito da eloqüente e brilhante exposição do Constituinte Lysâneas Maciel, acreditamos que a argumentação expendida pelo representante da Paraíba, Aluizio Campos, secundada pelo não menos lúcido Constituinte Inocêncio Oliveira, é a mais correta.

Como aplicar, por exemplo, no Nordeste, esse critério em qualquer propriedade dos Cariris Velhos ou dos Inhamuns, na Paraíba e no Ceará? Como aplicá-lo na região de São Joaquim, produtora de maçã por excelência, praticamente uma monocultura?

Assim, sem embargo do respeito e da admiração que o Relator e todos os seus colegas devotam ao nobre Constituinte Jamil Haddad, defensor impertérito das boas causas, nosso parecer só pode ser contrário, dada a inexecutabilidade da medida. A idéia é muito boa; a maneira de concretizá-la é que não é a mais feliz. Somos contra, o Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** — Com parecer contrário do Relator, passo à tomada dos votos.

Peço aos Srs. Constituintes que tomem seus lugares. **(Pausa)**

Tem a palavra o Constituinte Jamil Haddad.

**O SR. CONSTITUINTE JAMIL HADDAD:** — Sr. Presidente, há emenda do nobre Constituinte Oswaldo Lima Filho praticamente no mesmo sentido. Agora, verificando a objeção que está sendo colocada neste momento à minha emenda, e apesar de considerar a sugestão ali contida a grande solução para o problema da fome no País, eu a retiro. **(Muito bem! Palmas)**

**Destaque nº 6338-87 — Emenda nº ES-28112-7 — do Sr. Bonifácio de Andrada "que modifica o art. 255, inciso I do Substitutivo nº 1 (art. 221 do Substitutivo nº 2)". (439ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** — Retirada a emenda, passamos ao requerimento de preferência para a votação do Destaque nº 6338, de autoria do Constituinte Bonifácio de Andrada.

Os que estão de acordo, permaneçam como se encontram. **(Pausa)**

Preferência concedida.

Pergunto se o Constituinte Bonifácio de Andrada usará da palavra para defender seu Destaque. E é preciso que o Relator esclareça bem o assunto, porque se trata de modificação.

**O SR. CONSTITUINTE BONIFÁCIO DE ANDRADA:** — Sr. Presidente, nossa emenda é aditiva e simples, mas de grande importância para o Poder Legislativo e para o Congresso Nacional. Estamos fazendo um adendo ao art. 221, determinando que a lei complementar, mencionada no artigo, contenha também matéria a respeito de juros e de crédito em geral.

Não é possível que atividade tão importante para a economia moderna, para as finanças de qualquer país, como juros e crédito em geral, fique fora, nas suas linhas genéricas e na sua filosofia, do que determinar o Poder Legislativo. Não estamos estabelecendo, através dessa lei, que se venha a dar ao Poder Legislativo competência em termos de política creditícia ou de juros. Mas queremos que a matéria relativa a juros e a crédito em geral seja também da competência do Poder Legislativo, a nível de lei complementar.

De acordo com a nossa emenda, o art. 221, inciso I, passaria a ter a seguinte redação:

"O Sistema Financeiro Nacional, estruturado de forma a promover o desenvolvimento (...)

será regulado em lei complementar que disporá, inclusive, sobre:

1. Autorização para o funcionamento das instituições financeiras, bem como dos estabelecimentos de seguro, previdência e capitalização, e ainda o que disser respeito a juros e a crédito em geral...”

O texto assegura, ainda, às instituições bancárias oficiais acesso a todos os instrumentos de mercado financeiro.

Ou seja, a nossa emenda é aditiva ao item I do art. 221, dando à lei complementar a competência de dispor sobre o que disser respeito a juros e a crédito em geral.

Visa nossa emenda, portanto, colocar dentro da política financeira do Governo leis que digam respeito a juros e a crédito rural. Não podemos deixar que o Governo use os juros como instrumento de aumento de impostos, que são recolhidos pelo Banco Central para aumentar o caixa, a tesouraria governamental. Os juros são matéria que, em linhas gerais, têm de ser também da competência do Poder Legislativo. Os tecnocratas e os homens ligados aos banqueiros e aos bancos querem que os juros fiquem fora da competência do Poder Legislativo.

Não estamos aqui para colocar na Constituição um princípio que tire do Congresso Nacional esta competência geral sobre matéria de juros e crédito, e coloque na mão discricionária dos banqueiros e dos tecnocratas área altamente significativa para a economia do País. (Palmas)

**O SR. CONSTITUINTE OSCAR CORRÊA:** – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE OSCAR CORRÊA:** – Solicito apenas uma informação à Mesa.

O ilustre Constituinte, na sua emenda, exclui a expressão “assegurado às instituições bancárias oficiais acesso às instituições do mercado financeiro”?

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Não.

**O SR. CONSTITUINTE OSCAR CORRÊA:** – Então, apenas adiciona a expressão “e ainda o que diz respeito a juros e a crédito geral”?

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Sim.

Com a palavra o Sr. Constituinte Francisco Dornelles.

**O SR. CONSTITUINTE FRANCISCO DORNELLES:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a emenda apresentada pelo ilustre Constituinte Bonifácio de Andrada não pode figurar num texto constitucional. A taxa de juros regula a oferta de moeda. Uma lei não pode estabelecer parâmetros, porque o Banco Central vai regular a oferta da moeda e a taxa de juros comprando e vendendo títulos autorizados pelo Congresso Nacional.

De acordo com a sistemática da Constituição, teremos um verdadeiro orçamento. O Congresso Nacional fixará a receita e a despesa, se entender que a despesa deve ser maior do que as receitas tributária e patrimonial. O Congresso Nacional já autorizará a emissão de títulos do Tesouro naqueles montantes. Posteriormente, como instrumento de política monetária, o Banco Central vai comprar e vender aqueles títulos que a União emitiu, autorizado pelo Congresso.

Portanto, tem que haver flexibilidade na fixação da taxa de juros, justamente para regular a oferta da moeda. Se aprovarmos a Emenda Bonifácio de Andrada o Governo perderá toda a capacidade de fazer política monetária

neste País. Tornaremos inviável a administração monetária e a política econômica e seremos obrigados a colocar uma camisa-de-força naqueles que estiverem no Banco Central e no Ministério da Fazenda, afetando, assim, o nível de produção e emprego. Não existe motivo para que esse dispositivo figure em artigo constitucional.

Por esses motivos, Sr. Presidente, a afirmação do Constituinte Bonifácio de Andrada, de que cabe ao Congresso legislar sobre essa matéria, já foi atendida, pois o Poder Legislativo, soberanamente, fixará o orçamento, receita, despesa e endividamento e estabelecerá o montante de títulos que o Tesouro poderá colocar para cobrir esse déficit orçamentário. Não é preciso colocar uma camisa-de-força no Tesouro. Se essa emenda for aprovada, nenhum governo fará mais política monetária no País. Vamos levar a inflação para níveis jamais vistos na História, descontrolando todo o sistema de mercado, produção e emprego.

Por esse motivo, peço aos Srs. Constituintes que digam não à emenda do ilustre Constituinte Bonifácio de Andrada.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Concedo a palavra ao Constituinte Fernando Gasparian, para falar a favor.

**O SR. CONSTITUINTE FERNANDO GASPARIAN:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, ao trazer meu apoio ao Constituinte Bonifácio de Andrada, procurarei tecer algumas argumentações a favor de sua proposta.

Nesses vinte anos de autoritarismo, o sistema financeiro nacional sofreu distorções que fizeram com que hoje tenhamos o desprazer de constatar que, em nosso País, os juros reais são os mais altos do mundo. Em qualquer país capitalista bem administrado os juros reais não passam de 10 ou 12% ao ano, enquanto, no Brasil, hoje em dia, devido ao mau funcionamento do Banco Central por excesso de poderes, cobram-se juros reais de até 100% ao ano – absurdo que não se encontra em país algum do mundo. Os juros reais deste País estão inviabilizando nossa economia, e isso ocorre porque o Banco Central recebe muito pouca influência de setores não ligados ao sistema bancário privado nacional.

No projeto do Sr. Relator, existem providências que me parecem muito importantes, pois trarão mudanças salutares ao sistema, como, por exemplo, o fim da carta patente – § 1º desse mesmo artigo. Julgo importante, porém, que, em vez de as decisões serem tomadas somente pelo Executivo, o Legislativo tenha poderes e realmente se envolva nessas questões. Daí a pequena frase aditiva do Constituinte Bonifácio de Andrada – “...disporá, ainda, sobre o que disser respeito aos juros e crédito em geral...” – aperfeiçoará o texto do Relator e, com isso, permitirá que o Congresso seja mais ouvido do que o tem sido nos últimos anos.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Para encaminhar contrariamente, concedo a palavra ao Constituinte José Serra.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ SERRA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, em primeiro lugar, é importante deixar bem claro que o que se está discutindo não é o nível das taxas de juros no Brasil. Em nosso País, o nível das taxas de juros reais, ou seja, descontando-se a inflação, é altíssimo, incompatível com um desenvolvimento sadio do setor produtivo.

Esse fenômeno tem acompanhado a história econômica brasileira, pelo menos nos últimos dez ou quinze anos – desde meados dos anos 70. É um problema que deve ser enfrentado. O nível das taxas de juros nacionais depende das taxas de juros internacionais, da política de dívida pública do Banco Central e do Tesouro, das expectativas existentes na economia, do déficit público, enfim, depende de todo um conjunto de fatores. Baixar

os juros significa atacar esse conjunto de fatores. Acho, inclusive, que, pela tendência aqui existente, a favor do parlamentarismo, isso fica muito mais claro.

Ao Legislativo compete aprovar políticas do Executivo – e isso será especialmente verdadeiro num regime parlamentar – determinadas para os setores de investimento, de crédito, de juros, agrícola e industrial. Se essas políticas forem mal executadas, caberá ao Legislativo impor mudanças, dentro do próprio Poder Executivo, a partir da sua função de fiscalização e de controle. O que não é possível é o Legislativo substituir o Executivo em funções que lhes são próprias e que exigem flexibilidade e agilidade para que as políticas tenham um mínimo de eficácia. Então, o Executivo tem que ser um Poder responsável por aquilo que faz e corrigido quando fizer algo errado. Esta, a função do Legislativo.

Uma lei complementar a respeito de juros e créditos, além de não combinar com o próprio texto, não tem um propósito. Este é um argumento fundamental. Nesta Comissão – inclusive gostaria de alertar os colegas para um detalhe importante, isto é, o de que nas discussões de sábado e domingo esse tema não foi levantado – estamos estabelecendo uma política de autonomia para o Banco Central, cujo presidente deverá ser aprovado pelo Parlamento. Estamos, ainda, impedindo que o Banco Central financie diretamente ao Tesouro.

Há um outro aspecto fundamental a ser considerado. No Brasil, depois desta Constituição, não mais será possível que o Poder Executivo conceda subsídios, sem que esta Casa os aprove. Todos os subsídios terão de fazer parte do Orçamento ou ser objeto de aprovação de crédito suplementar por parte do Congresso.

Vamos aprovar, ainda, questões relacionadas com o endividamento e suas condições. O futuro do Brasil, depois desta Constituição, no que se refere a Orçamento, a finanças, será diferente. Estabelecemos no novo contexto um grande poder do Legislativo para controle da política econômico-financeira. Entretanto, esse controle não pode ser o da conjuntura, porque, aí, o Legislativo substitui o Executivo, e isso não é correto. O Legislativo tem de aprovar as políticas e fiscalizá-las, e, se elas não forem cumpridas, fazer com que sejam mudadas.

Não vejo como uma lei complementar possa dispor sobre juros. É muito importante, ainda, esclarecer o seguinte: nada dizer, no texto, a esse respeito, não implica que o Legislativo não possa intervir na questão. Não há vedação alguma; ao contrário, ele poderá fazê-lo através de leis ordinárias, não através de leis complementares. Estas dificultarão a intervenção do Legislativo. Se, em algum momento, elas se fizerem necessárias para a política de juros e crédito, o Legislativo poderá, a qualquer momento, atuar através de lei complementar, portanto, com muito mais agilidade.

Esse é um argumento curioso. Na verdade, esse aspecto torna mais difícil a intervenção, no momento em que ela se fizer necessária para fiscalizar e promover mudanças na política do Executivo, que, creio, são necessárias, inclusive nos dias atuais, em face de políticas adotadas, especialmente no que se refere à dívida pública, ao déficit e a tudo mais.

Estas, as razões pelas quais encaminho contra. Não porque os juros não devem ser baixos, mas porque temos que aprovar medidas eficazes, no sentido de se ter uma mudança política no Brasil, e não apenas empunhar uma bandeira que, do ponto de vista real, nada representa além de retórica.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Com a palavra o Relator, o Constituinte Virgílio Távora.

**O SR. RELATOR (Virgílio Távora):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, já que estamos discutindo matéria com

a qual há tantos anos lidamos, gostaríamos de aduzir algumas considerações para reflexão da Casa.

Como uma lei complementar poderá regular juros num país como o nosso, com a economia totalmente desequilibrada? O Banco Central, hoje, por nossa Constituição é autônomo e precisa – e rendemos homenagem a quem está o dirigindo –, praticamente a cada momento, tomar atitudes até contraditórias, ora baixando, ora aumentando os juros de suas Letras, de maneira a impedir que, através de emissão de moeda, a inflação suba mais. Juros não dependem de vontade unipessoal – juros internos, bem entendido –, mas do nível dos juros internacionais, o que já foi muito bem dito pelo Constituinte José Serra, e como também da política de dívida pública adotada no País. Podemos amortizar parte desta com emissão de moeda, mas aí aumenta-se demais a base monetária, explodindo a inflação a taxas que ninguém deseja.

Os juros dependem ainda do clima das expectativas, favoráveis ou desfavoráveis. Em função disso, os juros também sobem quando o déficit público se avoluma, e o Governo tem, mais uma vez, além de amortizar a dívida, de pagar juros. Quando rola a dívida interna, o Governo tem que lançar mão de papéis, seja para absorver os cruzados relativos ao déficit da balança comercial, seja para o próprio resgate das suas obrigações internas.

Com todo respeito que temos pelo eminente Constituinte Bonifácio de Andrada, sinceramente, a Relatoria não vê como dar apoio à sua proposição. O parecer é contra.

**O SR. CONSTITUINTE BONIFÁCIO DE ANDRADA:** – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – V. Ex.ª tem a palavra, pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE BONIFÁCIO DE ANDRADA:** – Sr. Presidente, peço a V. Ex.ª que, na hora da votação, explique a Comissão que minha emenda é aditiva ao respectivo artigo do 2º Substitutivo. Nada estamos modificando nem suprimindo.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Já estamos discutindo o assunto há 25 minutos. Acho que os Srs. Constituintes estão esclarecidos. Já tive a oportunidade de responder a questão de ordem, formulada pelo Constituinte Oscar Corrêa exatamente nesse sentido.

**O SR. CONSTITUINTE BONIFÁCIO DE ANDRADA:** – Finalmente, Sr. Presidente, embora respeite muito o nobre Relator, desejo dizer que minha emenda não está, de forma alguma, sugerindo que a lei fixe taxas de juros.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Isso já é réplica. Peço a V. Ex.ª que conclua.

**O SR. CONSTITUINTE BONIFÁCIO DE ANDRADA:** – É um assunto complicado, que mexe com bilhões e com os homens mais poderosos do País.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Isso não é questão de ordem. Já é réplica.

Em votação.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Ademir Andrade, Aluizio Campos, Carlos Mosconi, Fernando Gasparian, Haroldo Sabóia, João Herrmann Neto, José Paulo Bisol, Nelson Friedrich, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Sigmaringa Seixas, Antonio Mariz, Michel Temer, Miro Teixeira, Rose de Freitas, Vicente Bogo, Vilson Souza, Mário Assad, Bonifácio de Andrada, Lysâneas Maciel, Bocayuva Cunha, Francisco Rossi, Plínio Arruda Sampaio, José Genoíno, Adolfo Oliveira, Aldo Arantes, Roberto Freire e Jamil Haddad. Votaram **NÃO** os Senhores Constituintes: Antônio Britto, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Egídio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coe-

Iho, Fernando Lyra, João Calmon, José Ignácio Ferreira, José Richa, José Serra, Manoel Moreira, Nelson Carneiro, Renato Vianna, Rodrigues Palma, Severo Gomes, Theodoro Mendes, Wilson Martins, Daso Coimbra, Márcio Braga, Marcos Lima, Roberto Brant, Alcení Guerra, Aloysio Chaves, Antoniocarlos Mendes Thame, Carlos Chiarelli, Christóvam Chiaradia, Eraldo Tinoco, Francisco Benjamim, Francisco Dornelles, Gilson Machado, Inocêncio Oliveira, José Jorge, José Lins, Luís Eduardo, Marcondes Gadelha, Oscar Corrêa, Osvaldo Coelho, Paulo Pimentel, Ricardo Fiuza, Sandra Cavalcanti, Annibal Barcellos, Enoc Vieira, Jofran Frejat, Mozarildo Cavalcanti, Antônio Carlos Konder Reis, Jarbas Passarinho, Virgílio Távora, Luiz Salomão, Joaquim Bevilacqua, Sólón Borges dos Reis, Roberto Balestra. **ABSTENÇÃO** dos Senhores Constituintes: Gerson Peres e José Luiz Maia.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 28 Constituintes; votaram NÃO 51 Constituintes; abstiveram-se de votar 2 Constituintes. Total: 81 votos. O Destaque foi **rejeitado**.

**Destaque nº 2991-87, do Sr. Nilton Friedrich, “que suprime o art. 221 inciso II”. (440ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Há sobre a mesa requerimento de preferência para o Destaque 2991, de autoria do Constituinte Nilton Friedrich, que suprime o inciso II do art. 221. Os Srs. Constituintes que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. **(Pausa)**. Aprovado. Concedo a palavra ao Constituinte Nilton Friedrich.

**O SR. CONSTITUINTE NILTON FRIEDRICH:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, chamo a atenção de V. Ex.<sup>as</sup> para o fato de que nossa proposta, se, de um lado, objetiva enxugar um pouco o texto, de outro, apresenta um aspecto político.

Diz o art. 221, no seu **caput**:

“O sistema financeiro nacional, estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do País e a servir aos interesses da coletividade, será regulado em lei complementar que disporá, inclusive, sobre:

I – a autorização para o funcionamento das instituições financeiras, bem como dos estabelecimentos de seguro, previdência e capitalização, assegurado às instituições bancárias oficiais acesso a todos os instrumentos do mercado financeiro;

II – as condições para a participação do capital estrangeiro nas instituições a que se refere o inciso anterior, tendo em vista, especialmente.

- a) os interesses nacionais;
- b) os acordos internacionais;
- c) os critérios de reciprocidade.”

Na Constituição já não definimos três parâmetros, deixando para a lei complementar o trato dessa questão. Não estamos elaborando uma Constituição apenas para hoje ou para amanhã. Por questões táticas, políticas e/ou econômicas, poderemos, no futuro, adotar outro comportamento quanto à questão da reciprocidade, e evidentemente nas questões não só de bancos como de seguros, de previdência, de capitalização. É desnecessária essa exposição, enaltecendo aquilo que caberá à lei complementar.

Por outro lado, Sr. Presidente, há uma tendência universal de os mais fortes acabarem explorando os mais fracos. É isso o que vemos em todas as relações... nações industrializadas, de alto padrão, nações socializadas e Terceiro Mundo. Pela preservação de nossa soberania, e de nossa autonomia, para que possamos decidir o progresso que queremos, cabe a esta Assembléia Nacional Cons-

tituinte agir em casos como esse. É preciso haver essa restrição, mas vamos poder colocá-la mais adequadamente em lei complementar, onde será, evidentemente, mais facilmente mutável, de acordo com as circunstâncias do País.

Os Estados Unidos são uma das nações mais preocupadas com a defesa de suas empresas, de sua economia.

Que diz a legislação canadense? Que diz a legislação japonesa? Que diz a legislação européia? Se analisarmos este instante do País, veremos que muitos brasileiros, até Constituintes, às vezes ficam acanhados por serem efetivamente patriotas. Isto porque o colonialismo inventa, para classificá-los, termos como “xiitas”, “retrógrados” etc., e os esparramam entre nós. Se a lei – insisto no **caput** do art. 221 – já disporá sobre essas questões, por que vamos engessar e aprisionar determinados parâmetros?

Insisto, até, quanto ao aspecto de reciprocidade. E se amanhã houver, por um ato de soberania, necessidade de excluir casos, por exemplo, como os da capitalização, do seguro, da privatização da Previdência, não sabemos como acabarão ficando as relações internacionais. Saímos, há pouco, de um susto internacional, do **crash** da Bolsa de Nova Iorque, onde indicadores apontam para uma recessão, para o aumento de juros, para a retaliação por parte dos Estados Unidos contra países como o Brasil, em razão do seu déficit público, em razão do seu déficit comercial.

Por tudo isso, concluo dizendo que vários Constituintes que consultamos, que tratam desse assunto, entendidos na matéria, de uma forma ou de outra acharam altamente positiva a idéia de se excluir o inciso II. E a lei complementar tratará disso, sem colocar e aprisionar determinados parâmetros, como se faz no inciso II, letras **a, b e c**.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Para encaminhar contra, tem a palavra o eminente Constituinte Michel Temer.

**O SR. CONSTITUINTE MICHEL TEMER:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, estou encaminhando contra a emenda do nobre Constituinte Nilton Friedrich, mas com vistas ao mesmo objetivo.

Acho que o que S. Ex.<sup>a</sup> pretende é uma forma absoluta de controle da participação do capital estrangeiro na nossa economia. O Estado brasileiro, quando surge, é para disciplinar as relações sociais que nele se verificam. Visa, basicamente, a proteger o nacional; portanto, visa, basicamente, a proteger a empresa nacional, porque visa, basicamente a proteger o capital do sistema financeiro nacional, as instituições do sistema financeiro nacional.

Assim sendo, todos os dispositivos que dizem respeito ao sistema financeiro nacional têm que enfrentar a realidade de um eventual aporte de capital estrangeiro nas instituições do sistema financeiro nacional.

Ora, o que pretende o Constituinte Nilton Friedrich é exatamente eliminar um dispositivo, o inciso II do art. 221, que visa a enaltecer e proteger as instituições financeiras nacionais.

Estamos fazendo uma Constituição, mas temos de pensar na interpretação que lhe será dada no futuro. Quem vai dar essa interpretação é o Legislativo, ao elaborar a lei, e o Judiciário, ao aplicar o disposto da Constituição. Ora, o inciso II, ao tratar do sistema financeiro nacional, diz de que maneira se estabelecerão as condições para participação do capital estrangeiro nas instituições nacionais, mas tendo em vista especialmente – e essas regras programáticas me parecem essenciais – os interesses nacionais. Este é o primeiro parâmetro. Nesse particular, ao interpretar a legislação complementar, poder-se-á dizer que, se violar os interesses nacionais, os acordos

internacionais e o critério da reciprocidade, esse capital não poderá ingressar nas instituições financeiras nacionais.

Se nossa Constituição privilegia os acordos internacionais – e acordo internacional significa tratado, ato ou convenção internacional – que serão ratificados pelo Congresso Nacional e se há um critério de reciprocidade, ou seja, se o capital brasileiro pode, ser aplicado nas instituições financeiras estrangeiras isso significa também um enaltecimento para o sistema financeiro nacional.

Sendo assim, Sr. Presidente, acredito que a eliminação do inciso II não alcançaria os objetivos da emenda do eminente Constituinte Nilton Friedrich. Portanto, com o mesmo objetivo daquele Constituinte é que estou encaminhando a votação contra a supressão do inciso II do art. 221.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra o Constituinte Luiz Salomão, para encaminhar a votação a favor da matéria em votação.

**O SR. CONSTITUINTE LUIZ SALOMÃO:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, eu gostaria de chamar a atenção dos meus nobres Pares para a redação dada ao inciso II do art. 221. Eu gostaria de chamar, em particular, a atenção do Sr. Relator para esse ponto, porquanto referido texto contém uma imprecisão de redação que, na verdade, implica abertura ao capital estrangeiro do promissor mercado da previdência privada e da capitalização, um mercado ainda não desenvolvido em nosso País.

O inciso II tinha a correta intenção de prever que em lei se regularia a participação do capital estrangeiro nas instituições financeiras, onde já tem uma presença tradicional, notadamente nos bancos de depósito, nas operações de seguro e, eventualmente, nas operações de comércio exterior. Creio, inclusive, que a previsão das letras **a**, **b** e **c** é absolutamente correta. Não podemos pensar, mesmo na hipótese da nacionalização dos bancos, de socialização do sistema bancário, que será possível prescindir da presença dos bancos estrangeiros em nosso País, como não se poderá prescindir da presença de bancos brasileiros em outras praças, em nações estrangeiras.

De modo que as letras **a**, **b** e **c**, a meu juízo, tinham uma previsão correta. O texto do inciso propriamente dito é que contém essa imprecisão, quando diz que a lei estabelecerá as condições para a participação do capital estrangeiro nas instituições a que se refere o inciso anterior. E quais são essas instituições? As financeiras, bem como os estabelecimentos de seguro, previdência e capitalização. As seguradoras estrangeiras já estão presentes no mercado brasileiro, sobretudo em associações com empresas seguradoras nacionais. Mas não têm ainda uma presença nas atividades de previdência e capitalização.

De modo que o inciso II cria essa abertura, que nos parece totalmente inconveniente, na medida em que prevê que a lei regulará a participação do capital estrangeiro nesse tipo de entidade.

Ao Sr. Relator, particularmente, peço vênia, pois parece-me que o inciso II, realmente, deve ser suprimido, a fim de não criar-se uma inconveniência que, por certo, o texto do Relator não queria prever.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra, para encaminhar contra, o Constituinte Francisco Dornelles.

**O SR. CONSTITUINTE FRANCISCO DORNELLES:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o art. 221 estabelece que sistema financeiro será regulado em lei complementar, que disporá, inclusive, sobre as condições para a participação do capital estrangeiro nas instituições a que se refere...

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Peço um momento ao nobre Constituinte Francisco Dornelles e a atenção dos Srs. Constituintes.

Não pode praticar **lobbyismo** no plenário quem não esteja classificado para tal. Essas pessoas, inclusive, não têm o direito de sentar-se ao lado de Parlamentares, para tentar persuadi-los. Peço, igualmente, aos Srs. Parlamentares que colaborem para que tal fato não se repita.

Prossiga, Sr. Constituinte Francisco Dornelles.

**O SR. CONSTITUINTE FRANCISCO DORNELLES:** – Sr. Presidente, o item II estabelece apenas que a lei complementar deve dispor sobre as condições para participação do capital estrangeiro nas instituições financeiras, tendo em vista especialmente os interesses nacionais, os acordos internacionais e os critérios de reciprocidade. Ou seja, estabelece um parâmetro para a lei complementar que ao regular a participação do capital estrangeiro, tem de levar em conta estes três aspectos: interesses nacionais, acordos internacionais e critérios de reciprocidade.

Por esses motivos, falo contrariamente à emenda e sou pela sua manutenção do texto. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Concedo a palavra ao nobre Relator Virgílio Távora.

**O SR. RELATOR (Virgílio Távora):** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, a Relatoria é contra a emenda. Como poderemos fugir à responsabilidade de gizar na Constituição os parâmetros mínimos que nortearão a participação do capital estrangeiro nas instituições do sistema financeiro? O simples fato de retirar o inciso II, além de não dizer bem desta Comissão de Sistematização, ainda deixaria para a lei complementar uma completa liberdade de ação.

Portanto, estes parâmetros, isto é, o interesse nacional, os acordos internacionais e os critérios de reciprocidade, terão de ser observados e respeitados quando da elaboração da lei complementar.

Nosso parecer é contra a emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Em votação.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Faltosa, Ademir Andrade, Carlos Mosconi, Fernando Gasparian, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, João Herrmann Neto, José Paulo Bisol, Nelson Carneiro, Nilton Friedrich, Paulo Ramos, Severo Gomes, Sigmaringa Seixas, Antonio Mariz, Jorge Hage, Miro Teixeira, Octávio Elísio, Rose de Freitas, Uldurico Pinto, Vicente Bogo, Vilson Souza, Lysâneas Maciel, Bocayuva Cunha, Luiz Salomão, Luiz Inácio Lula da Silva, José Genoíno, Aldo Arantes e Roberto Freire. Votaram **NÃO** os Senhores Constituintes: Aluizio Campos, Antônio Britto, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Carlos Sant'Anna, Egídio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Lyra, João Calmon, José Ignácio Ferreira, José Richa, José Serra, Nelson Jobim, Rodrigues Palma, Theodoro Mendes, Virgildásio de Senna, Wilson Martins, Márcio Braga, Marcos Lima, Michel Temer, Roberto Brant, Alcení Guerra, Aloysio Chaves, Antonio Carlos Mendes Thame, Carlos Chiarelli, Eraldo Tinoco, Francisco Benjamim, Francisco Dornelles, Gilson Machado, Inocêncio Oliveira, José Jorge, José Lins, Luís Eduardo, Mário Assad, Oscar Corrêa, Osvaldo Coelho, Paulo Pimentel, Ricardo Fiúza, Sandra Cavalcanti, Annibal Barcellos, Jofran Frejat, Jonas Pinheiro, Mozarildo Cavalcanti, Paes Landim, Valmir Campelo, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Gerson Pares, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia, Virgílio Távora, Francisco Rossi, Joaquim Bevilacqua, Sólton Borges dos Reis, Adolfo Oliveira, Roberto Balestra, Antonio Farias.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 28 Constituintes; votaram NÃO 58 Constituintes. Total: 86 votos. O destaque foi **rejeitado**.

**Destaque nº 2401-87 – Emenda nº ES-25660-2, do Sr. Luiz Gushiken, "que adita artigo ao Título VIII, Capítulo III do Substitutivo nº 1 (Título VII, Capítulo III do Substitutivo nº 2)". (441ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Sobre a mesa, requerimento de preferência para votação do Destaque nº 2401. Em votação. **(Pausa)** Aprovado.

O destaque é de autoria do Constituinte Luiz Gushiken, estabelecendo que um dos diretores do Banco Central, a ser indicado pelo Presidente da República, deva ser funcionário de carreira do banco e eleito previamente pelo conjunto de funcionários da instituição.

Tem a palavra o Constituinte Luiz Gushiken.

**O SR. CONSTITUINTE LUIZ GUSHIKEN:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, apresento a V. Ex.<sup>as</sup> reivindicação dos funcionários do Banco Central, particularmente dos mais graduados. Não é uma proposta corporativa que vise à defesa dos interesses dos funcionários.

Na verdade, quando os mais graduados funcionários do Banco Central, requerem de V. Ex.<sup>as</sup> a aprovação desta emenda, fazem-no com o intuito de acabar com as "liquidações do Banco Central e com a política de tráfico de influência, que possibilitam a canalização de recursos do Erário para pessoas e empresários, o que não ajuda na boa distribuição dessas verbas.

Sr. Presidente, creio que não estaria errando se afirmasse que uma das questões mais candentes da vida política brasileira se assenta na questão da administração pública. Para o povo brasileiro, a administração pública está ligada a idéia de corrupção e desperdício, sendo a classe política responsável por esses fatos.

Chamo a atenção dos senhores para esses nexos. Não quero entrar no mérito de decidir se está correta, ou não, a interpretação do povo brasileiro quanto à administração pública. A proposta que apresento a V. Ex.<sup>as</sup>, de eleição de um diretor do Banco Central, a partir da votação dos funcionários desse órgão, não visa à defesa dos interesses corporativos, senão a criar canais pelos quais os funcionários possam participar da gestão dessa autarquia, coração do sistema financeiro nacional. É sabido que eles conseguem detectar previamente medidas que vão contra os interesses da instituição, mas, as vezes, não têm condições, nem mecanismos através dos quais possam tornar públicas essas políticas nefastas e nocivas ao Erário.

Hoje a diretoria do Banco Central é composta por cerca de dois terços de funcionários oriundos do quadro de carreira. Em todas as gestões de diretorias do Banco Central foi assim que se deu a composição. Portanto, nada mais natural que os próprios funcionários indicarem seu diretor. Evidentemente, terá ele competência técnica já comprovada em sua vida profissional.

Levanto mais argumentos: esta proposta não tem bases socialistas, embora trate de algo muito comum, nos países capitalistas da Europa. Particularmente, inspiro-me na experiência do Banespa. O ex-Governador Franco Montoro instituiu, na sua gestão à frente do Banco, o diretor-representante dos funcionários, eleitos diretamente por eles. Não fosse esse mecanismo, a sociedade não teria conhecimento do recente escândalo ocorrido no Banespa, na gestão atual, do Presidente Cecatto. O escândalo do Banespa – o maior já acontecido nessa empresa financeira – só pôde vir a público porque os funcionários tinham mecanismos para divulgar tudo o que estava acontecendo.

Portanto, Srs. Constituintes, a proposta trazida à deliberação da Assembléia Nacional Constituinte é no visar à moralização do coração do sistema financeiro brasileiro, dando a seus funcionários a faculdade de eleger um diretor do Banco Central, cuja diretoria já é formada, majoritariamente, por funcionários da casa.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ JORGE:** – Sr. Presidente, peço a palavra, para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Concedo a palavra, para uma questão de ordem, ao nobre Constituinte José Jorge.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ JORGE:** – Sr. Presidente, considero que a emenda do nobre Constituinte já está prejudicada. Com efeito, no art. 61 do Substitutivo Cabral, já aprovado por esta Comissão, define-se como devem ser nomeados os diretores do Banco Central. Diz o seu Item III – na Seção II – "Das Atribuições do Congresso Nacional", na parte referente ao Senado da República:

– "aprovar previamente, por voto secreto, após arguição em sessão pública, a escolha dos titulares dos seguintes cargos, de outros que a lei determinar: (...)"

d) do presidente e dos diretores do Banco Central do Brasil e deliberadas sobre a sua exoneração."

Foi, então, aprovada emenda, de nossa autoria, inclusive, retirando esses termos. Considero, pois, que, se o projeto já diz como devem ser nomeados os diretores do Banco Central, esta emenda está prejudicada, salvo entendimento diverso de V. Ex.<sup>a</sup> O artigo modificado é o 61, item III, letra d – "do Presidente e dos diretores do Banco Central do Brasil..."

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENÓINO:** – Sr. Presidente, peço a palavra, para contraditar.

**SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Não considero a emenda prejudicada. Quanto ao Senado da República, trata-se, no caso, de sua competência privativa para aprovação dos nomes indicados – exatamente isto. Os nomes podem ser indicados de várias maneiras, e uma delas pode ser a eleição.

Não considero a emenda prejudicada.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENÓINO:** – Era o que eu queria dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Para falar contra a emenda, concedo a palavra ao Constituinte Aluízio Campos.

**O SR. CONSTITUINTE ALUIZIO CAMPOS:** – Sr. Presidente, tenho defendido com o maior ardor a participação dos empregados no lucro e na gestão das empresas. Este princípio já consta da matéria votada por nós, aqui, na Comissão de Sistematização. – Trata-se do art. 7º, inciso IX – que estabelece o princípio geral de que os empregados devem participar dos lucros e da gestão empresarial. Sou contra, entretanto, casuísmos demasiados no texto da Constituição, como a emenda do nobre Constituinte, que determina que os dirigentes do Banco Central incluam em sua diretoria um dos seus empregados. O problema é de procedimento e poderá ser regulado em lei complementar ou ordinária, e as instituições oficiais já estão procedendo desse modo. O Banco do Brasil já criou a obrigação de incluir na composição da sua diretoria alguns dos seus empregados – duas ou três diretorias são exercidas por seus empregados.

A emenda parece-me inteiramente desnecessária. Irei mais longe. Tenho uma emenda, para a qual não requeri destaque, determinando que no próprio texto não se mencione nome de órgãos administrativos, porque amanhã, por lei comum, poderá modificar-se a organização admi-



nistrativa federal, substituindo esses órgãos, como é o caso do Banco Central, que poderá ser convertido em banco de reserva ou em outra instituição financeira com denominação diversa, sem precisar alterar-se a Constituição através de emenda. Então, não há por que se fazerem tais especificações casuísticas.

O propósito do nobre Constituinte, autor do destaque, que é também o meu – defender a participação dos empregados não apenas nos lucros como na direção das empresas – está atendido através do princípio geral já aprovado por esta Comissão no art. 7º, inciso IX. Mas não é, evidentemente, pela sua natureza e especificação, matéria que deva ser incluída no texto constitucional.

Por isso, acho que devemos recusar a emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Concedo a palavra ao Constituinte Virgílio Távora, Relator.

**O SR. RELATOR (Virgílio Távora):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, achamos esta emenda, além de super-abundante, inconveniente. Primeiro, porque, quando tratamos da matéria, no art. 7º, inciso IX, deixamos bem clara a composição que esses diferentes órgãos governamentais deveriam ter, sempre com a participação dos empregados. Mais ainda: a Constituição estabelecer que "é eleito previamente pelo conjunto de funcionários, entre os de competência técnica já comprovada nos exercícios de funções anteriores," cria, de um lado, um universo restritivo, conforme o diretor do estabelecimento que tomar pé dessa aferição, e, de outro, um universo complexo, em que todo o mundo se julgará absolutamente competente para o assunto.

Assim, Srs. Constituintes, a contragosto, o parecer é contrário.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Em votação.

#### (Procede-se à Votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Ademir Andrade, Fernando Gasparian, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, João Herrmann Neto, Nelson Friedrich, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Sigmaringa Seixas, Antonio Mariz, Jorge Hage, Michel Temer, Miro Teixeira, Octávio Elísio, Rose de Freitas, Vicente Bogo, Mozarildo Cavalcanti, Valmir Campelo, Gerson Pares, Jarbas Passarinho, José Maurício, Lysâneas Maciel, Luiz Salomão, Sólton Borges dos Reis, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Aldo Arantes e Roberto Freire. Votaram **NÃO** os Senhores Constituintes: Aluizio Campos, Antônio Britto, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Egídio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Henrique Cardoso, João Calmon, José Ignácio Ferreira, José Richa, Rodrigues Palma, Virgildásio de Senna, Wilson Martins, Márcio Braga, Marcos Lima, Roberto Brant, Carlos Chiarelli, Eraldo Tinoco, Francisco Benjamim, Gilson Machado, Inocêncio Oliveira, José Jorge, José Lins, Luís Eduardo, Mário Assad, Oscar Corrêa, Oswaldo Coelho, Paulo Pimentel, Ricardo Fiúza, Sandra Cavalcanti, Annibal Barcellos, Jonas Pinheiro, Paes Landim, Antônio Carlos Konder Reis, José Luiz Mala, Virgílio Távora, Adolfo Oliveira, Roberto Balestra e Antonio Farias.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram **SIM** 29 Constituintes; votaram **NÃO** 39 Constituintes. Total 68 votos. O Destaque foi **prejudicado** por falta de **quorum** qualificado.

Peço a atenção dos Srs. Constituintes para o que vou dizer.

Na primeira parte da reunião à tarde, votaremos a redação final dos títulos já aprovados e cujos avulsos foram entregues ontem à noite.

## V – SUSPENSÃO DA REUNIÃO

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A Presidência vai suspender os trabalhos, convocando os Senhores Constituintes para a continuação da presente reunião, hoje, dia 11-11-87 às 15:00 horas.

Está suspensa a reunião.

## EM 11 DE NOVEMBRO DE 1987 (2)

**PRESIDÊNCIA DOS SRS.: Aluizio Campos**, Primeiro-Vice-Presidente; **Afonso Arinos**, Presidente; **Brandão Monteiro** – Segundo-Vice-Presidente.

## I – REABERTURA DA REUNIÃO

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Havendo número regimental, declaro reaberta a reunião.

## II – ORDEM DO DIA

### VOTAÇÃO DO PROJETO DE CONSTITUIÇÃO TÍTULO VII (Continuação)

**Destaque nº 2624-87 – Emenda nº 1P19417-2, do Sr. Nelson Friedrich, "que adita ao art. 328, parágrafo único, do Substitutivo nº 1 (Título VII, Capítulo III do Substitutivo nº 2)". (442ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – O primeiro Destaque é o de nº 2624, relativo à Emenda 19417, do nobre Constituinte Nelson Friedrich.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Concedo a palavra a V. Ex.<sup>a</sup>, pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – Sr. Presidente, aproveitando o início da sessão, em que alguns Constituintes ainda se estão apressando para chegar ao Plenário, gostaria de registrar um fato que tem alto significado para a Assembléia Nacional Constituinte, na medida em que muitos têm procurado levar a Constituinte ao descrédito. Hoje, a imprensa noticia que o Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Dr. Márcio Thomaz Bastos, inicia a convocação de várias entidades representativas, no sentido de manifestar todo apoio à Assembléia Nacional Constituinte, inclusive partindo do entendimento de que a Assembléia Nacional Constituinte é o único poder legítimo neste País e há de ser o instrumento de transição entre o regime autoritário e a democracia que o povo espera. Normalmente, esta observação é feita em sentido contrário, mas, hoje, é preciso que a Comissão de Sistematização reconheça que a Ordem dos Advogados do Brasil foi uma entidade que durante o período autoritário lutou para o restabelecimento do Estado de Direito democrático, inclusive com a participação do Relator da Comissão de Sistematização. Não podemos deixar passar em branco manifestação dessa natureza, porque a Assembléia Nacional Constituinte já está conquistando o espaço que merece no seio do povo brasileiro, povo que brevemente estará nas ruas, manifestando também esta compreensão, exigindo respeito à Assembléia Nacional Constituinte e às suas decisões.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Em votação o pedido de preferência do nobre Constituinte Nelson Friedrich. **(Pausa)**

Aprovada a preferência.

Passo a palavra ao eminente autor do destaque.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – Sr. Presidente, mais uma observação. É notória a reduzida presença de Constituintes.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Enquanto se processa o encaminhamento, chegarão outros Companheiros.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – Sr. Presidente, gostaria então de solicitar a V. Ex.<sup>a</sup> que, uma vez concluídos os encaminhamentos, se permanecer a falta de **quorum**, suspenda a sessão.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Se permanecer a falta de **quorum**, suspenderei a sessão.

Com a palavra o nobre Constituinte Nilton Friedrich.

**O SR. CONSTITUINTE NELTON FRIEDRICH:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, a emenda que vimos defender não é de nossa autoria, mas inspirada no projeto resultante da Comissão Afonso Arinos. Uma das formas de dominação de um povo é obrigá-lo a entregar parte de sua poupança, suas empresas de seguro, previdência, capitalização a outra comunidade e, em seguida, induzir este povo a tomar emprestada a mesma poupança, com pagamento de juros e comissões para o exterior. Por isso que os Estados Unidos, desde a sua Independência, praticamente não permitiram bancos de depósitos do exterior. Na grande nação americana, ao contrário, estabeleceram-se centenas, milhares de bancos comunitários, municipais, regionais, estaduais. Hoje são mais de quinze mil bancos, não agências, que funcionam nos Estados Unidos. E tal é o rigor no trato do depósito que um banco como o Citibank, nas suas agências em Nova Iorque, pode, aberta e livremente, captar recursos através de depósitos, mas já não poderá fazê-lo, por exemplo, em uma agência em Ohio ou no Arizona. É evidente que se isso vale para a vida interna dos Estados Unidos é porque para eles é bom, e deve servir como fonte de inspiração para nós.

Poderíamos falar muito mais dos Estados Unidos, mas há outros países, Sr. Presidente, como, por exemplo, a Suécia, a Coréia, a França, que dificultam a possibilidade de bancos estrangeiros serem bancos de depósito. Em 1974, o Peru, a Venezuela, a Índia, a Argélia, proibiram a captação de poupança nacional por bancos estrangeiros. E entre nós o que acontece é a total liberdade para os bancos estrangeiros fazerem essa captação.

Para que se tenha uma idéia, segundo levantamentos realizados – é tão-somente necessário manusear os depoimentos em CPIs e também, em diversas oportunidades, na Subcomissão que tratou do assunto – os bancos estrangeiros existentes no Brasil liberados para captar a poupança nacional têm depósitos de 250 bilhões de cruzados, quase 5 bilhões de dólares, mais do que as nossas atuais reservas. E se alguém pegar esses dados do "Almanaque Abril" de 1987, como fez o Prof. Osny Duarte Pereira, verificará que os orçamentos do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e do Paraná, juntos, alcançam menos do que existe em depósito nos bancos estrangeiros.

É preciso dizer o que isso significa em termos de poder político, de poder de decisão. Isso representa mais até do que o poder desses governadores, do que os orçamentos de São Paulo, Espírito Santo, Maranhão e Sergipe. Isso acontece livremente, criando um poder político inimaginável de onde aplicar essa poupança e de remetê-la ao exterior. Alguns podem dizer que haverá retaliações, como se já não estivessem acontecendo no caso da dívida externa!

Dados do Banco do Brasil demonstram – e basta vasculhar o depoimento realizado na Subcomissão que tratou deste assunto na Assembléia Nacional Constituinte para confirmá-lo – que 1/10 por cento do que os bancos estrangeiros têm em depósitos no País, que atinge quase 5 bilhões de dólares, corresponde ao que o Banco do Brasil tem em depósitos nas suas agências do exterior.

Sr. Presidente, o assunto é muito importante. Já houve banqueiros e Constituintes que defenderam o que estamos defendendo. Existem pessoas, aqui, que às vezes têm

vergonha de ser brasileiro e patriota de dizer o que afirmou o banqueiro Teófilo de Azeredo Santos, em 1973, em conferência no Instituto de Pesquisa Econômica da Associação Comercial, ocasião em que denunciava irregularidades e abusos cometidos pelos bancos forâneos resultante do fato de aplicarem os depósitos recolhidos no Brasil segundo os interesses estrangeiros. É um banqueiro nacional quem o diz!

É por esse motivo que queria citar o Japão. Muitos empresários e banqueiros do Brasil lêem seus balanços, mas não lêem, por exemplo, "Made in Japan", de Akio Morita, para saber como se construiu a nação japonesa e seu respeitado capital nacional. Poderia citar também Tancredo Neves – mas o tempo não é suficiente para isso.

Assim, desejo apenas dizer que não podemos permitir toda essa liberdade. Estou me referindo tão-somente aos bancos de depósito. Fui buscar na Comissão Afonso Arinos essa proposta, que leio para encerrar minha intervenção:

"A Lei Federal disporá sobre o funcionamento dos bancos de depósito, empresas financeiras e de seguros, em todas as suas modalidades, devendo a maioria de seu capital com direito a voto ser constituída por brasileiros."

"As empresas atualmente autorizadas a operar no País terão prazo de doze meses para se transformarem em empresas cujo controle de capital pertença a brasileiros e que, constituída e com sede no País, nela tenha o centro de suas decisões."

Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, pelo exposto, e tendo em vista os interesses nacionais, para que possamos operar nesta lei os casos específicos de reciprocidade, faço apelo no sentido de que não se permita que continue havendo o que hoje existe: 5 bilhões de dólares em depósito em bancos estrangeiros aqui sediados, enquanto não temos a quantia correspondente no exterior.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A Presidência solicita a V. Ex.<sup>a</sup> que se digne a informar se mantém o parágrafo que trata de assunto, que, pela sua natureza, deveria constar das Disposições Transitórias, ou se prefere aguardar o momento oportuno para sua apresentação.

**O SR. CONSTITUINTE NELTON FRIEDRICH:** – Sr. Presidente, sua interferência é extremamente inteligente e oportuna. Por isso devo acatá-la, apresentando já o requerimento para que esta questão seja inserida nas Disposições Transitórias.

**O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO BRITTO:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem a palavra o nobre Constituinte Antônio Britto.

**O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO BRITTO:** – Sr. Presidente, sem entrar no mérito da proposta apresentada pelo Constituinte Nilton Friedrich, gostaria de lembrar a V. Ex.<sup>a</sup> que, iniciado o encaminhamento da votação, não pode haver alteração na emenda proposta. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – V. Ex.<sup>a</sup> tem razão.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem a palavra o nobre Constituinte Paulo Ramos.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – Sr. Presidente, acho que não procede a observação feita pelo Constituinte Antônio Britto. Neste caso, não se trata de modificação da proposta; é simplesmente a desistência

do parágrafo, para que se transforme em emenda a ser apreciada quando da votação das Disposições Transitórias. O Constituinte Nilton Friedrich não está, de forma alguma, alterando sua proposta, mas simplesmente pretendendo que ela seja discutida quando da votação das Disposições Transitórias.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** — Como houve uma impugnação por parte do Constituinte Antônio Britto, a Mesa não pode modificara a unidade da emenda, mesmo porque o seu autor não o solicitou, antecipadamente, por escrito. De maneira que temos de colocar em votação a emenda no seu todo.

**O SR. CONSTITUINTE NELTON FRIEDRICH:** — Acato a decisão de V. Ex.<sup>a</sup> Quero apenas registrar que isso será possível alterar, tendo a compreensão dos Constituintes no Plenário.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** — Com a palavra o Constituinte Francisco Dornelles, para encaminhar contra.

**O SR. CONSTITUINTE NELTON FRIEDRICH:** — Sr. Presidente, o Constituinte que está na tribuna me pergunta se retirei a emenda ou não.

Acatei a decisão da Presidência e acho que, se aprovada a proposta, existem duas questões que podem ser resolvidas: uma, de redação, passando o texto para o título das Disposições Transitórias; outra, o plenário poderá decidir posteriormente, inserindo o parágrafo nas Disposições Transitórias. Mas, sem dúvida alguma, em nome dos interesses nacionais, mantendo emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** — Com a palavra o Constituinte Francisco Dornelles.

**O SR. CONSTITUINTE FRANCISCO DORNELLES:** — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o art. 221 do Projeto Bernardo Cabral estabelece que lei complementar fixará as condições para participação do capital estrangeiro nas instituições financeiras. Dentro das negociações estabelecidas pelo Grupo Hércules, foi acatada do Constituinte Fernando Santana que estabelece o seguinte:

"Até que sejam fixadas as condições a que se refere o art. 221, são vedados a instalação, no País, de novas agências de instituições financeiras domiciliadas no exterior, o aumento do percentual de participação do capital de instituições financeiras com sede no exterior e empresas brasileiras."

Então, estabeleceu-se que, enquanto não for votada esta lei complementar, bancos estrangeiros não poderão abrir novas agências no Brasil, nem residentes domiciliados no exterior poderão ter sua participação no capital de instituições financeiras domiciliadas no Brasil aumentada. O que o ilustre Constituinte Nilton Friedrich deseja é que as empresas financeiras que tenham participação de caril tal estrangeiro ou que operem com agências deixem o Brasil num período de 12 anos ou se transformem em empresas nacionais. Gostaria de dizer ao Plenário que hoje a maior parte de instituições financeiras que operam no Brasil ou que vêm operar no Brasil o fazem em termos de reciprocidade. O Banco do Brasil hoje opera em vários países do mundo, e quem verificar perceberá claramente que 51% dos seus lucros em 1986 foram obtidos através de suas agências e subsidiárias que operam no exterior. Temos uma grande quantidade de bancos nacionais que operam em outros países. Isso é o que significa a reciprocidade. De modo que, no momento em que determinarmos um prazo para que essas agências de bancos estrangeiros deixem o Banco do Brasil, não poderemos esperar que os países onde operam o Banco do Brasil e outros bancos brasileiros não tomem a mesma iniciativa.

As instituições financeiras brasileiras que operam no exterior constituem, hoje, grande instrumento de aumento

das nossas relações comerciais e financeiras. O Brasil não pode deixar de integrar-se no sistema financeiro comercial internacional, abrindo com suas empresas as fronteiras de outros países.

Resumindo, já temos no projeto de Constituição artigos que estabelecem que até que seja votada a lei complementar, que regulará o funcionamento de empresas estrangeiras, é vedada a entrada de novas agências no País assim como aos residentes no exterior é vedado aumentar o seu capital nas instituições financeiras domiciliadas no Brasil. Operamos no sentido de reciprocidade. Qualquer medida contra essas instituições poderá afetar nossas agências bancárias que operam no exterior.

Por este motivo, Sr. Presidente, opino contrariamente à emenda do ilustre Constituinte Nilton Friedrich e sou favorável à manutenção do atual texto.

**O SR. CONSTITUINTE LUIZ SALOMÃO:** — Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** — Concedo a palavra ao Constituinte Luiz Salomão.

**O SR. CONSTITUINTE LUIZ SALOMÃO:** — Sr. Presidente, o nobre autor da emenda, Constituinte Nilton Friedrich, informa que me inscreveu para defender sua proposta.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** — Nobre Constituinte Luiz Salomão, com a concordância dos Srs. Constituintes conforme foi aprovado em sessão a que presidi, determinamos que um Constituinte falaria a favor e outro contra.

Com a palavra o Relator.

**O SR. RELATOR (Adolfo Oliveira):** — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o parecer será breve e precisa ser precedido de algumas palavras de justo reconhecimento à pugnacidade, à dedicação, à sinceridade com que o nobre Constituinte Nilton Friedrich defende suas iniciativas. No caso, sentimos-nos muito à vontade para recusar o nosso apoio à idéia. Ainda ontem votávamos no sentido de extinguir os privilégios atribuídos às multinacionais distribuidoras de petróleo e combustíveis no Brasil. Mas esse problema de agora é completamente diferente, envolve capitais internacionais e instituição financeiras. Banqueiros não têm pátria; defendem, acima de tudo, os seus interesses. Se mais de mil bancos norte-americanos operam nos Estados Unidos, o Banco do Brasil, o Itaú e o Banespa lá também funcionam livremente. Aqueles de nós que por lá passaram já encontraram abertos, com movimento prósperas agências dos bancos brasileiros. Por iniciativa, salvo engano, do nobre Constituinte Fernando Santana, consta do ato Das Disposições Transitórias deste projeto um artigo que congela o ingresso ou a abertura de novas agências de bancos estrangeiros no Brasil — e eles existem. No projeto consta até a lei complementar, que será votada, da manutenção da situação atual. O que se faz ali: mantém-se a situação atual.

A adoção dessa emenda, **data venia** do ilustre e estimado autor, não traz qualquer vantagem para o povo, para os trabalhadores ou para os banqueiros brasileiros. Não foi precedida dos estudos e levantamentos necessários numa época em que o Brasil procura uma solução para o seu problema de dívida externa. Entendo que tudo isso deva ser levado em conta para que tenhamos opinião e decisão equilibradas. Não nos importa julgar os objetivos do nobre Constituinte Nilton Friedrich, importa, isto sim, o nosso dever de conservar o que consta do texto, que, bem lançado, é, da mesma forma que o propósito do nobre Constituinte Nilton Friedrich, patriótico e correto. Assim, Sr. Presidente, emitimos parecer contrariamente à emenda, o que lamentamos, mas é realmente o fruto da convicção unânime da Relatoria.

**O SR. CONSTITUINTE LUIZ SALOMÃO:** – Sr. Presidente, pela ordem. A argumentação do nobre Relator Adjunto, Adolfo Oliveira, peca pela base, porquanto ele argumenta que a questão da reciprocidade está assegurada no inciso II do art. 221.

**O SR. RELATOR (Adolfo Oliveira):** – Sr. Presidente, não é possível ao Plenário dialogar com Relator.

**O SR. CONSTITUINTE LUIZ SALOMÃO:** – Não estou dialogando.

**O SR. RELATOR (Adolfo Oliveira):** – V. Ex.<sup>a</sup> concorda ou não com o Relator.

**O SR. CONSTITUINTE (Luiz Salomão):** – É um argumento falacioso do nobre Relator, que diz que afeta a questão da reciprocidade dos bancos estrangeiros e dos bancos brasileiros sediados no exterior.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – A questão de V. Ex.<sup>a</sup> não é de ordem. V. Ex.<sup>a</sup> está pretendendo dialogar com o Relator. Em votação.

**O SR. CONSTITUINTE NELTON FRIEDRICH:** – Sr. Presidente, para um esclarecimento, para um encaminhamento melhor. Há Constituintes que...

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Peço aos Srs. Constituintes que tomem seus lugares para iniciarmos a votação.

**O SR. CONSTITUINTE NELTON FRIEDRICH:** – Sr. Presidente, peço a palavra para um esclarecimento, como autor da emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – A emenda de V. Ex.<sup>a</sup> vai ser votada; já falaram os encaminhadores, a Relatoria e V. Ex.<sup>a</sup> já fez sua exposição. Vamos à votação.

**O SR. CONSTITUINTE NELTON FRIEDRICH:** – Não se trata de exposição. Quero pedir um esclarecimento a V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – V. Ex.<sup>a</sup> tem a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE NELTON FRIEDRICH:** – Sr. Presidente, votamos, pela manhã, o princípio da reciprocidade. Estamos acrescentando uma excepcionalidade para os bancos de depósitos...

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – A emenda de V. Ex.<sup>a</sup> tem o seguinte teor:

"A Lei Federal disporá sobre o funcionamento de bancos de depósito, empresas financeiras e de seguros, em todas as suas modalidades, devendo a maioria de seu capital com direito a voto, ser constituído por brasileiros.

§ (...) As empresas atualmente autorizadas a operar no País terão prazo, de 12 meses, para se transformarem em empresas cujo controle de capital pertença a brasileiros e que, constituída e com sede no País, nela tenha o centro de suas decisões."

Esse é o texto da emenda.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Ademir Andrade, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, Mário Lima, Nelson Friedrich, Paulo Ramos, Severo Gomes, Sigmaringa Seixas, Virgildásio de Senna, Antonio Mariz, Jorge Hage, Miro Tixeira, Octávio Elísio, Rose de Freitas, Uldurico Pinto, Vicente Bogo, Wilson Souza, Osvaldo Lima Filho, Brandão Monteiro, Luiz Salomão, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Haroldo Lima, Roberto Freire e Jamil Haddad. Votaram **NÃO** os Senhores Constituintes: Antônio Britto, Bernardo Cabral, Egídio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, José Fogaça, José Serra,

Raimundo Bezerra, Wilson Martins, Aécio Neves, Chagas Rodrigues, João Agripino, José Carlos Grecco, José Costa, José Tavares, Márcio Braga, Marcos Lima, Aloysio Chaves, Antoniocarlos Mendes Thame, Carlos Chiarelli, Chistóvam Chiaradia, Francisco Benjamim, Francisco Dornelles, Gilson Machado, Inocêncio Oliveira, José Lins, José Lourenço, José Santana de Vasconcellos, José Thomaz Nonô, Luís Eduardo, Márcio Assad, Oscar Corrêa, Paulo Pimentel, Ricardo Fiúza, Sandra Cavalcanti, João Menezes, Jofran Frejat, Jonas Pinheiro, Mozarildo Cavalcanti, Paes Landim, Antonio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Gerson Peres, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia, Virgílio Távola, Francisco Rossi, Adolfo Oliveira, Roberto Balestra e Antonio Farias. **ABSTENÇÃO** dos senhores constituintes Aluísio Campos e Afonso Arinos.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 25 Constituintes; Votaram NÃO 49 Constituintes; Abstiveram-se de votar 2 Constituintes. Total: 76 votos. O destaque foi **rejeitado**.

Com esta votação, ficaram encerradas as votações referentes às preferências das lideranças.

Passemos agora às preferências do Título, requeridas individualmente pelos Srs. membros da Comissão.

Antes de iniciarmos a votação das Preferências, vamos submeter à votação do Plenário as redações finais, já distribuídas, dos Títulos V e VI do projeto.

Os Srs. Constituintes que as aprovam queiram conservar-se como estão.

**O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO BRITTO:** – A votação é nominal, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Então, vamos proceder à votação.

Com a palavra, em nome da Relatoria, o Constituinte Antônio Carlos Konder Reis.

**O SR. RELATOR (Antônio Carlos Konder Reis):** – Sr. Presidente, Sras, e Srs. Constituintes, o Sr. Relator pede-me que traga ao conhecimento da Comissão as pequenas alterações nas redações finais dos Títulos V e VI. que foram acolhidas por S. Ex.<sup>a</sup> na forma de sugestões apresentadas em Plenário. A primeira delas diz respeito ao Título V, Capítulo III, Da segurança Pública, art 169, § 2º

Por sugestão do nobre Constituinte Paulo Ramos, o Sr. Relator acolheu a sugestão de se substituir a expressão "os poderes" pela seguinte: "as funções".

O § 2º do art. 169 fica assim redigido:

"As polícias civis dirigidas por Delegados de polícia de carreira são destinadas, ressalvada a competência da União, a proceder à apuração de infrações penais, exercendo as funções de polícia judiciária."

É a única alteração na redação final do Título V, que foi acolhida pelo Sr. Relator, de conformidade com sugestão do Plenário da Comissão.

Sr. Presidente, pediria a V. Ex.<sup>a</sup>, se julgar por bem, colocar em votação a redação final do Título V e, em seguida, em nome do Sr. Relator, farei as observações relativamente ao Título VI.

**Redação Final do Título V do Substitutivo nº 2, ao Projeto de constituição do Sr. Bernardo Cabral (443ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Atendendo à solicitação do representante da Relatoria, vamos submeter à votação apenas o Título V agora.

Em votação.

Durante a chamada nominal o Sr. **Aluizio Campos**, Primeiro-Vice-Presidente; deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. **Afonso Arinos**, Presidente.

**(Procede-se à votação.)**

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Ademir Andrade, Aluizio Campos, Antônio Britto, Bernardo Cabral, Egídio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, João Herrmann Neto, José Fogaça, José Freire, José Richa, José Serra, Mário Lima, Nelson Carneiro, Nelson Friedrich, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Raimundo Bezerra, Rodrigues Palma, Sigmaringa Seixas, Wilson Martins, Aécio Neves, Antonio Mariz, Chagas Rodrigues, Jorge Hage, José Tavares, Marcos Lima, Miro Teixeira, Octávio Elísio, Rose de Freitas, Uldurico Pinto, Vicente Rogo, Vilson Souza, Alcení Guerra, Aloysio Chaves, Antoniocarlos Mendes Thame, Carlos Chiarelli, Christóvam Chiaradia, Francisco Benjamim, Gilson Machado, Inocêncio Oliveira, Arnaldo Prieto, José Thomaz Nonô, Luís Eduardo, Oscar Corrêa, Paulo Pimentel, Annibal Barcellos, Furtado Leite, João Menezes, Jofran Frejat, Jonas Pinheiro, José Lourenço, Antônio Carlos Konder Reis, Gerson Pares, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia, Virgílio Távora, Lysâneas Maciel, Bocayuva Cunha, Luiz Salomão, Francisco Rossi, Joaquim Bevilacqua, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Adolfo Oliveira, Roberto Balestra, Roberto Freire, Beth Azize e Antonio Farias. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Paes Landim e Haroldo Lima. **ABSTENÇÃO** do Senhor Constituinte Darcy Pozza.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 70 Constituintes; votaram NÃO 2 Constituintes; absteve-se de votar 1 Constituinte. Total: 73 votos. A Redação Final do Título V foi **aprovada**.

**Redação Final do Título VI do Substitutivo nº 2, ao Projeto de Constituição do Sr. Bernardo Cabral. (444.ª votação)**

Passa-se à votação da redação final do Título VI.

Tem a palavra o Sr. Relator.

**O SR. RELATOR (Antônio Carlos Konder Reis):** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, ao Título VI o Sr. Relator Geral recebeu sete sugestões quanto à redação final. Essas sugestões foram acolhidas.

Permito-me, Sr. Presidente, fazê-las presentes nesta minha exposição para conhecimento e juízo das Sras. e Srs. Constituintes. A primeira sugestão acolhida recai sobre a página 8 do avulso – art. 184, inciso II. A redação dizia:

"Art. 184. Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre:

II – operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de comunicação e de transporte interestadual e intermunicipal, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior;"

O nobre Constituinte Francisco Dornelles propôs que se fizesse uma inversão para melhor compreensão do texto. O Sr. Delator acolheu a sugestão e a redação ficou nos seguintes termos: "II – operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação...", uma vez que os serviços de comunicação abrangem não apenas os serviços intermunicipais e interestaduais, mas também os internacionais. Daí a correção.

Na página nove, logo na primeira linha – art. 184, § 4º – foi substituída a expressão "salvo determinação

legal em contrário" por "salvo determinação em contrário da legislação". É também uma sugestão dos Srs. Constituintes, que acompanharam a matéria nas Subcomissões e nas Comissões Temáticas, para melhor compreensão do texto.

Do mesmo modo, ao § 7º do artigo a que me refiro, constante na página 9, foi acrescentada a expressão "salvo deliberação em contrário dos Estados e do Distrito Federal, nos termos do disposto no inciso VII do § 12". Portanto, o § 7º ficou assim redigido:

"Art. 184

§ 7º Salvo deliberação em contrário dos Estados e do Distrito Federal, nos termos do disposto no inciso VII do § 12, as alíquotas internas, nas operações relativas à circulação de mercadorias relativas à circulação de mercadorias e nas prestações de serviços, não poderão ser inferiores às previstas para as operações interestaduais."

Ainda na mesma página, no § 10, inciso I, letra **b**, o Relator-Geral acolheu a sugestão de acrescentar à letra **b** – está assim redigida: "sobre operações de crédito relativas à circulação de mercadorias ou prestação de serviços para consumidor final" – a expressão "na forma da lei", pois o objetivo da emenda foi transferir para o campo de incidência do ICM as operações feitas à prestação apenas dos produtos de consumo e não dos bens de capital. Daí a necessidade deste esclarecimento.

Na página 12 – art. 187, inciso IV – há alteração semelhante àquela feita no art. 184, ou seja, uma inversão na redação. Ao invés de a redação ficar "... sobre prestação de serviços de comunicação e de transporte interestadual e intermunicipal", a redação aceita pelo nobre Sr. Relator é "sobre prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação".

Na página 16 do avulso, o Sr. Relator-Geral aceitou também uma alteração na fama do art. 195. Dizia o artigo 195:

"Os projetos de lei relativos ao orçamento anual, ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias e aos créditos adicionais serão apreciados pelas duas Casas do Congresso Nacional simultaneamente."

A sugestão acolhida é no sentido de dar a ordem lógica aos projetos que serão objeto de deliberação do Congresso Nacional, colocando-se primeiro o plano anual, em seguida a lei das diretrizes orçamentárias e, depois, o orçamento anual.

Finalmente, na página 17 do avulso, mais duas alterações. A primeira é em razão da sugestão apresentada pelo autor da Emenda.

Diz o art. 196:

"São vedados:

II – a realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais."

Este dispositivo foi incluído no projeto através da aprovação da emenda de autoria do nobre Constituinte Arnaldo Prieto. Quando da votação da matéria, solicitou S. Ex.ª que se desse ao referido dispositivo a seguinte redação:

"Art. 196 – São vedados:

II – a realização de despesas ou a assunção de obrigações que excedam os créditos orçamentários ou adicionais, ressalvadas as garantias, avais e fianças."

Finalmente, na mesma página, no inciso IV do mesmo art. 196, na última linha, o Sr. Relator-Geral acolheu a

sugestão de se substituir a expressão "previstas no" pela expressão "a que se refere o". Realmente, a matéria não está prevista no art. 194, § 6º Ele está referido no § 6º do art. 194.

Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, estas as alterações de redação que o nobre Relator-Geral acolheu, tendo em vista as sugestões que recebeu dos ilustres membros da Comissão.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Muito obrigado a V. Ex.<sup>a</sup>

Em votação o Título VI.

### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Aluizio Campos, Antônio Britto, Carlos Sant'Anna, Cristina Tavares, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, José Fogaça, José Freire, José Paulo Bisol, José Richa, Mário Lima, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Rodrigues Palma, Severo Gomes, Sigmaringa Seixas, Wilson Martins, Aécio Neves, Antonio Mariz, Chagas Rodrigues, João Agripino, Marcos Lima, Miro Teixeira, Uldurico Pinto, Vilson Souza, Afonso Arinos, Alcení Guerra, Aloysio Chaves, Antoniocarlos Mendes Thame, Carlos Chiarelli, Christóvam Chiaradia, Francisco Benjamim, Francisco Dornelles, Gilson Machado, Inocêncio Oliveira, José Jorge, José Lins, José Thomaz Nonô, Luís Eduardo, Oscar Corrêa, Paulo Pimentel, Sandra Cavalcanti, João Menezes, Jofran Frejat, Jonas Pinheiro, Paes Landim, José Lourenço, Antônio Carlos Konder Reis, Gerson Peres, José Luiz Maia, Virgílio Távora, Bonifácio de Andrada, Lysâneas Maciel, Francisco Rossi, Joaquim Bevilacqua, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Adolfo Oliveira, Roberto Balestra, Haroldo Lima, Jamil Haddad e Antonio Farias. Votou **NÃO** o Senhor Constituinte Ricardo Fiúza.

**ABSTENÇÃO** dos Senhores Constituintes: José Santana de Vasconcellos e Darcy Pozza.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 66 Constituintes; votou NÃO 1 Constituinte; ABSTIVERAM-SE de votar 2 Constituintes. Total: 69 votos. A Redação Final do Título VI foi aprovada.

Passaremos a votar as preferências sobre destaques.

Comunico à Casa que as Preferências nºs 4602, do Sr. Constituinte Victor Faccioni; 4935, do Sr. Constituinte Nilson Gibson; 6529, do Sr. Constituinte Aluizio Campos...

**O SR. CONSTITUINTE FRANCISCO DORNELLES:** – Sr. Presidente, pela ordem. Entendo que essa emenda está prejudicada. Trata-se da definição de empresa nacional.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – ...960, do Sr. Constituinte Jorge Hage; 7900, do Sr. Constituinte Nelson Friedrich, e 1846, do Sr. Constituinte Oswaldo Lima Filho, encontram-se prejudicadas, em virtude de aprovação de textos anteriores.

**O SR. CONSTITUINTE OSWALDO LIMA FILHO:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem a palavra o nobre Constituinte Oswaldo Lima Filho, pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE OSWALDO LIMA FILHO:** – Sr. Presidente, gostaria que a Mesa me esclarecesse qual o dispositivo aprovado que prejudicou a Emenda nº 3818, referida no Destaque nº 1846, porque tenho assistido atentamente às votações e ainda não verifiquei qual a contradição, gostaria que V. Ex.<sup>a</sup>, ou o Relator, me desse uma explicação a respeito.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem a palavra o Sr. Relator.

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – Nobre Constituinte Oswaldo Lima Filho, foram aprovados a Emenda nº 22506, de autoria do nobre Constituinte Ubiratan Spinelli, e um destaque do Constituinte Joaquim Sucena, cujo teor, que passo a ler para V. Ex.<sup>a</sup>, é o seguinte:

"A lei instituirá programas destinados à fortalecer o capital nacional e melhorar suas condições de competitividade interna e internacional, mediante:

I – incentivos e benefícios fiscais e creditícios diferenciados;

II – proteção especial às atividades consideradas estratégicas para a defesa nacional ou para o desenvolvimento tecnológico..."

Ou seja, a lei já assegura uma política diferenciada em favor das empresas, nacionais quanto à atividade econômica, no que foi aprovado relativamente à Emenda Joaquim Sucena. Nesse sentido, a Relatoria considera a prejudicialidade da sua emenda, que persegue o mesmo objetivo, aliás, alvissareiro e merecedor dos maiores encômios.

**O SR. CONSTITUINTE OSWALDO LIMA FILHO:** – Sr. Presidente, peço a atenção dos Srs. Relatores para o seguinte: a emenda de minha autoria não visa a criar situação de favorecimento a empresas, mas a pessoas, o que é coisa inteiramente diversa. A emenda dispõe que "a lei poderá estabelecer diferenças em favor dos nacionais quanto à atividade econômica". Isto é muito diferente do que estabelecer favores, no que concerne à empresa nacional, o que considero justo. Inclusive, votei favoravelmente à emenda a que se referiu o nobre Relator, que estabeleceu situação de preferência em favor de empresas e de capital nacionais, o que me parece muito justo, mas é coisa diferente.

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – Mas a Emenda Joaquim Sucena não fala em empresa.

**O SR. CONSTITUINTE OSWALDO LIMA FILHO:** – Fala em capital nacional e eu falo em pessoas. Veja o nobre Relator a diferença. O que se pretende aqui é permitir que a lei assegure a brasileiros o privilégio do exercício de determinadas atividades, como já se fez em diversas ocasiões, quando da elaboração de textos constitucionais.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Vamos esperar a resposta do nobre Relator à objeção de V. Ex.<sup>a</sup> Talvez o que o nobre Relator esteja defendendo é a idéia de que a pessoa só exercita determinada atividade profissional e através de uma contribuição de capital.

**O SR. CONSTITUINTE OSWALDO LIMA FILHO:** – Às vezes não. Em muitas oportunidades, há apenas o exercício de uma profissão.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Um momento. O Relator está examinando a objeção de V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. CONSTITUINTE OSWALDO LIMA FILHO:** – Obrigado.

**O SR. CONSTITUINTE ALUÍZIO CAMPOS:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

A informação que V. Ex.<sup>a</sup> recebeu sobre a prejudicialidade da minha emenda é equivocada. O § 1º do art. 192...

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Peço ao nobre Constituinte Aluizio Campos que tenha a bondade de esperar que o Relator dê a resposta à questão formulada pelo nobre Constituinte Oswaldo Lima Filho.

**O SR. CONSTITUINTE ALUÍZIO CAMPOS:** – Queria apenas ganhar tempo, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – V. Ex.<sup>a</sup> falará em seguida.

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – Nobre Constituinte Oswaldo Lima Filho, entendemos que a caracterização diferenciadora que V. Ex.<sup>a</sup> faz no sentido de proteger o cidadão brasileiro está atendida numa complexidade de parágrafos no que se refere a direitos e garantias individuais. E quanto à atividade dos trabalhadores, na Seção II, do Título III, Dos Servidores Públicos Civis, diz o art. 44:

"Os cargos, empregos e funções públicos são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei."

Então, há todo um complexo, um conjunto de normas distribuídas ao longo do texto que asseguram, desde logo e desde sempre, esses instrumentos de proteção econômica que deseja V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. CONSTITUINTE OSWALDO LIMA FILHO:** – Conheço as normas, nobre Relator. Permite-me V. Ex.<sup>a</sup> explicitar o objetivo da emenda?

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – Quanto à atividade econômica geradora de capital, V. Ex.<sup>a</sup> sabe que está atendida na emenda Joaquim Sucena...

**O SR. OSWALDO LIMA FILHO:** – Estou de pleno acordo. Quanto a isto, estou de pleno acordo.

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – ... e aquela atividade política ou atividade não-econômica está assegurada nesse complexo enorme de direitos individuais que aprovamos na Comissão de Sistematização.

**O SR. CONSTITUINTE OSWALDO LIMA FILHO:** – Não está, e vou dar um exemplo. Dizia o mestre Bacon que os exemplos facilitam a compreensão muito mais do que as palavras. Em certa oportunidade, quis oferecer, na Câmara dos Deputados, projeto estabelecendo um privilégio em relação a corretores de determinada atividade para brasileiros. Fui impedido pela Comissão de Constituição e Justiça sob a alegação da isonomia para brasileiros e estrangeiros. É isso exatamente que pretendo evitar.

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – Esse é o parecer da Relatoria, considerando-a prejudicada.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Não há prejuízo em que seja votada a emenda? Então, seguindo a praxe, o Presidente acompanha o voto do Relator. Considero-a prejudicada em face do parecer do Relator.

**O SR. CONSTITUINTE OSWALDO LIMA FILHO:** – Sr. Presidente, o parecer final do Relator considera-a prejudicada. Registro, então, meu protesto. Essa é uma injustiça aos brasileiros, já que tal luta vem desde Frei Caneca, que morreu por ela em minha terra, desde Joaquim Nunes Machado e tantos que lutaram para que os brasileiros tivessem privilégios assegurados na Constituição do Império. Lamento a incompreensão do Relator e da Mesa quanto ao fato.

**O SR. CONSTITUINTE ALUÍZIO CAMPOS:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem a palavra V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. CONSTITUINTE ALUÍZIO CAMPOS:** – Sr. Presidente, pela planilha organizada, o meu destaque estava em terceiro lugar, antecedendo o do nobre Constituinte Oswaldo Lima Filho.

A respeito do § 1º do art. 192, este parágrafo recebeu uma emenda supressiva do Constituinte Luiz Salomão que foi rejeitada, tendo, portanto, permanecido integral o texto anterior. Depois, foi votada uma emenda supressiva do Constituinte Joaquim Sucena, que somente se re-

fere aos parágrafos 2º e 3º do referido artigo. Assim, as preferências e destaques relacionados com o parágrafo 1º são perfeitamente pertinentes, porque não houve aprovação pelo Plenário do texto desse parágrafo. Houve, sim, rejeição de uma emenda supressiva. De maneira que é perfeitamente pertinente o meu destaque e o pedido de preferência para supressão parcial de algumas expressões do texto do parágrafo.

Peço a V. Ex.<sup>a</sup> a gentileza de retificar sua decisão, porque tenho aqui os antecedentes já verificados.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – O assessor Parlamentar informa que cabe razão ao Constituinte Aluizio Campos. A emenda de S. Ex.<sup>a</sup> não está prejudicada, porque a anterior, art. 192, § 1º, foi rejeitada. De maneira que, tendo sido rejeitada, cabe apresentação de nova emenda sobre a mesma matéria.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem a palavra V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Sr. Presidente, em minha opinião a emenda está prejudicada, porque, quanto ao serviço público, o art. 44 da Seção II, do capítulo dos Servidores Públicos, diz:

"Os cargos, empregos e funções públicos são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei."

Quanto à questão do capital, evidentemente o art. 192 é claro em seu § 3º:

"Não se compreendem na proibição do § 2º, a proteção, as vantagens, os incentivos fiscais, os créditos subsidiados e outros benefícios destinados a fortalecer o capital privado nacional e melhorar suas condições de competitividade previstas em lei."

Não se especifica se é de empresa pública ou individual. Então, tanto na área pública quanto na financeira, está inteiramente coberto pelo texto do Relator.

**Destaques nºs 6529-87 e 6530-87, do Sr. Aluizio Campos, "que suprime o "caput" do artigo 192 do Substitutivo nº 2".**

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Em votação o requerimento para os Destaques 6529 e 6530, que suprimem integralmente o **caput** do § 1º do art. 192. (Pausa)

**Aprovado.**

Concedo a palavra ao autor do requerimento, Constituinte Aluizio Campos.

**O SR. CONSTITUINTE ALUÍZIO CAMPOS:** – Sr. Presidente, trata-se do art. 192, que versa sobre empresa pública e empresa brasileira de capital estrangeiro. O texto dos dois dispositivos contém impropriedades que precisam ser corrigidas. Minha emenda se restringe ao § 1º do art. 192 e somente considera empresa a pessoa jurídica.

O ilustre Constituinte Francisco Dornelles percebeu muito bem essa impropriedade e apresentou emenda que, por alguns, foi considerada tautológica, mas que visava a esclarecer – é hoje o parágrafo único do art. 191 – que todas as pessoas físicas e jurídicas tinham direito ao desempenho da atividade econômica.

Essa emenda foi por nós aprovada anteontem. A partir daí não se pode restringir apenas à pessoa jurídica a atividade econômica como empresa. Empresas são também as firmas individuais, as pessoas físicas que desempenham atividade no mundo econômico. Como está aqui no § 1º, só se considera empresa brasileira a pessoa jurídica cons-

tituída com sede e direção no País que não preencha os requisitos deste artigo.

A minha emenda visa a tornar a disposição de empresa brasileira mais abrangente, como pretendia o Constituinte Víctor Faccioni, para que não se restrinja a empresa brasileira apenas àquela que seja pessoa jurídica com capital estrangeiro, mas a todas as empresas exercitadas por pessoas físicas ou jurídicas, com capital estrangeiro ou não, com capital brasileiro também, as que estejam no mundo dos negócios desempenhando suas atividades econômicas. Aprovada a supressão que proponho — chamo a atenção dos Srs. Constituintes para este ponto — o § 1º ficará com a seguinte redação:

"Será considerada empresa brasileira a constituída com sede e direção no País que não preencha os requisitos deste artigo".

Isto é, que não preencha os requisitos exigidos para caracterização da empresa nacional, à qual são reservadas certas preferências e privilégios.

O meu objetivo é conceituar na Constituição a empresa brasileira e não simplesmente a empresa brasileira de capital estrangeiro, porque a empresa nacional já está conceituada no **caput** do artigo com a pessoa jurídica controlada por brasileiros ou estrangeiros domiciliados no País. O critério é só o do domicílio.

Peço aos Srs. Constituintes a aprovação da emenda que faz a correção técnica e política do conceito de empresa brasileira, evitando que se torne casuisticamente prejudicial aos interesses de nossos patrícios, das pessoas físicas ou firmas individuais, que também devem ajudar o crescimento do País.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** — Tem a palavra o nobre Relator.

**O SR. RELATOR (Virgílio Távora):** — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, gostaria de chamar a atenção — principalmente dos Constituintes que se empenharam, desde 1984, na conceituação do que é empresa nacional e empresa brasileira — para o fato de que o texto realmente constitui uma das maiores conquistas em defesa do que é nosso. Qualquer modificação que se venha fazer a isso, sob a forma de aprimoramento — e não achamos que haja aprimoramento algum — é absolutamente daninha, é apenas uma brecha para outras modificações.

Fazemos, portanto, um apelo àqueles que na comissão mista, em 1984; tanto nos ajudaram a manter esse conceito, no sentido de que não deixem prosperar idéias que modifiquem tal conceito. Minha opinião é contrária.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** — O parecer do Relator é contrário.

Passemos à votação.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** — O nobre Constituinte retirou a sua emenda. **(Palmas)**

Requerimento de preferência para votação do Destaque nº 5691, de autoria do nobre Constituinte Jose Ignácio Ferreira.

Em votação a preferência. **(Pausa)**

Aprovada.

O Constituinte José Ignácio Ferreira não está presente e não há quem o represente. Prejudicada a preferência.

**Destaque nº 0196-87, do Sr. Luiz Salomão — Emenda nº ES-33290-2 (em parte), do Sr. Domingos Leonelli e outros, "que adita parágrafo ao art. 228 do Substitutivo nº 1, excetuando-se as expressões "por sufrágio direto e secreto" e "Diretorias executivas" (art. 194 do Substitutivo nº 2)". (445.ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** — Requerimento de preferência para a votação do Destaque nº 196, de

autoria do nobre Constituinte Luiz Salomão, relativo à Emenda nº 33290-2.

Em votação a preferência. **(Pausa)**

Aprovada.

Tem a palavra o nobre Constituinte Luiz Salomão.

**O CONSTITUINTE LUIZ SALOMÃO:** — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, a emenda que destaquei e submeto à consideração do Plenário, de autoria do Constituinte Domingos Leonelli, prevê que os empregados das empresas públicas e de economia mista participação dos conselhos de administração desses estabelecimentos, proibida a reeleição por períodos subseqüentes, conforme a lei. Na verdade, a emenda visa à democratização das empresas públicas e sociedades de economia mista, que, sobretudo nos últimos anos do autoritarismo, têm atuado de forma fechada, nem sempre condizente com os interesses da população.

Sr. Presidente, solicito a suspensão do tempo para prestar uma informação ao Relator, que me pede faça uma pesquisa. **(Pausa)**

Estou sendo informado pelo Sr. Relator de que já havia uma emenda semelhante, do Constituinte Nelson Carneiro. Mas verificamos através do texto de que ela não tem rigorosamente nada a ver com a emenda que estamos propondo, porquanto trata da participação dos trabalhadores nos órgãos previdenciários e que gerem os interesses dos trabalhadores. Estou-me referindo à participação dos empregados no Conselho de Administração, tanto de empresas públicas quanto de sociedades de economia mista a que servem, visando ao envolvimento dos trabalhadores na condução dos destinos da empresa. Isto me parece fundamental, na medida em que temos defendido a participação dos três componentes fundamentais na vida das empresas públicas: seus usuários, seus funcionários e o Governo, naturalmente.

Nesse sentido, a participação do trabalhador pode contribuir significativamente para a abertura e a democratização dessas empresas, sobretudo no sentido de evitar fatos lamentáveis como o envolvimento dessas empresas em negócios gravosos para os seus interesses, a sua má condução etc. Enfim, esses empregados têm todas as condições de zelar pelo bom desempenho das empresas e pelo cumprimento do seu objeto social. Então, é nesse sentido que peço o apoio dos Srs. Constituintes presentes ao plenário ela Comissão de Sistematização, a fim de que possamos avançar no processo de democratização do Estado brasileiro.

**O SR. CONSTITUINTE FRANCISCO DORNELLES:** — Sr. Presidente, pela ordem. Gostaria de perguntar a V. Ex.ª, somente para declinar meu voto, caso a emenda seja colocada em votação, se o texto da emenda do Constituinte Luiz Salomão é:

"Os empregados das empresas públicas e de economia mista participarão dos Conselhos de Administração desses estabelecimentos, proibida a reeleição por períodos subseqüentes, conforme a lei."

Diante da confirmação de V. Ex.ª, gostaria apenas de manifestar o meu apoio à emenda do Constituinte Luiz Salomão, porque acho muito importante que a lei defina e estabeleça a participação dos empregados de empresas públicas e de sociedades de economia mista no seu Conselho de Administração.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** — Falou a favor da emenda o nobre Constituinte Francisco Dornelles.



Tem a palavra o nobre Constituinte Aluizio Campos para manifestar-se contrariamente.

**O SR. CONSTITUINTE ALUÍZIO CAMPOS:** – Sr. Presidente, hoje pela manhã foi apresentada uma emenda semelhante, de autoria do Constituinte Aldo Arantes. Esclareci, na oportunidade, que o art. 7º, inciso X, já aprovado por nós, assegura aos empregados a participação nos lucros e na gestão das empresas. Mas agora verifico, pela leitura feita pelo Constituinte Francisco Dornelles, que o Constituinte Luiz Salomão deseja deixar explicitado que a lei regulará a matéria. Pela mesma razão pela qual me opus à emenda do Constituinte Aldo Arantes acho que não devemos aprovar a do Constituinte Luiz Salomão, porque ela se restringe apenas aos empregados das sociedades da Administração Indireta e aos seus Conselhos de Administração e Diretorias, quando o texto aprovado, no art. 7º, inciso X, é abrangente e obriga a participação e a co-gestão em todas as empresas públicas, governamentais ou privadas. Creio que a lei que regular a matéria não deverá ser casuística, em favor apenas de uma determinada categoria de empregados e trabalhadores, mas abranger todas as empresas que devem cumprir a disposição constitucional e assegurar, a participação nos lucros e na administração empresarial.

Por essa razão, para que a Constituição não insira apenas uma norma restrita a determinada categoria de empregados, é que me manifesto contra a emenda.

**O SR. RELATOR (Virgílio Távora):** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, por melhores que sejam as intenções do eminente Constituinte Luiz Salomão tenho a declarar que a Relatoria não pode aceitar a sua emenda por julgá-la atendida não em um, mas, em vários artigos, como por exemplo o art. 7º, inciso X, que se refere à participação dos lucros desvinculada da remuneração e da gestão da empresa, conforme definida em lei. Mais do que isso, tivemos a aprovação da Emenda Nelson Carneiro e da Emenda Nelson Friedrich, que cria o Estatuto da Empresa Pública.

Por esta razão, somando-se esses três artigos já citados, achamos completamente atendida a emenda de S. Ex.ª.

Nosso parecer é contra.

Que mais pode fazer a Constituição do que já fez até agora? E, ainda, há o Estatuto da Empresa Pública. Por mais boa vontade que se tenha, esta é uma emenda repetitiva.

Lamentavelmente, com toda a simpatia que tenho pelo Constituinte Luiz Salomão, votarei "não".

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de Ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem V. Ex.ª a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, eu não votei, não apertei botão algum, não marquei meu voto e ele aparece no quadro.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Bem, isso aí só pode ser...

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, parece-me muito sério o problema do quadro eletrônico, porque numa votação da mais alta responsabilidade não pode ocorrer isto. Tenho consciência das responsabilidades do meu cargo, respeito essa honrada Mesa que V. Ex.ª preside, mas afirmo que não votei. O meu voto vai aparecer computadorizado como válido, como "sim". Pediria a V. Ex.ª providências. A bem da verdade – testemunhado pelos Constituintes Eraldo Tinoco e Inocêncio Oliveira – digo a V. Ex.ª que não votei e apareceu "sim". Então isto é muito grave. Gostaria que algum técnico ex-

plicasse à Mesa e desse solução para o problema, porque não votei e meu voto aparece no painel eletrônico. Então, queria que um técnico explicasse à Mesa – antes de V. Ex.ª computar o voto – como é que está registrado o meu voto lá. Ou, então, alguém está votando com o meu número. Ou alguém está emprenhando a votação – com licença da expressão, que é muito vulgar, mas muito comum em matéria eleitoral. Alguém usou meu código para votar. Eu protesto contra esse fato, porque ele é muito grave.

Essa a minha questão de ordem. Peço providências à Mesa.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem a palavra o Constituinte Paulo Ramos, para uma questão de ordem.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – Sr. Presidente, gostaria de dizer a V. Ex.ª que já é motivo de preocupação a ocorrência de determinadas manifestações na Casa. Não posso, de forma alguma, colocar sob suspeição a palavra do Constituinte Gerson Peres. Mas já é motivo de preocupação repito, o esforço que começa a ser desencadeado na Casa no sentido de dificultar as votações, não só na Comissão de Sistematização, mas, acima de tudo, no plenário. É preciso, sim, que a Mesa da Assembléia Nacional Constituinte faça uma apuração rigorosa – não para colocar em suspeição a opinião de qualquer Constituinte – para verificar a veracidade de todas as afirmações. Essa agressão é inominável e tem de ser verificada.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Com a palavra o Constituinte Paulo Pimentel, para uma questão de ordem.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO PIMENTEL:** – Sr. Presidente, quero prestar meu testemunho, revoltado, irritado e surpreendido, porque assisti ao Constituinte Gerson Peres não votar; chegar atrasado ao seu lugar e não apertar o botão. Portanto, quero que conste o meu testemunho das Atas. Realmente, o Constituinte Gerson Peres não votou.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem a palavra o Constituinte Eraldo Tinoco para uma questão de ordem.

**O SR. CONSTITUINTE ERALDO TINOCO:** – Sr. Presidente, não entendi a colocação do Constituinte Paulo Ramos quando disse que a Casa está preocupada com relação às tentativas de se dificultar o processo de votação. Não sei se a colocação de S. Ex.ª quando fez essa afirmação, foi no sentido de que o Constituinte Gerson Peres quer dificultar a votação. Quero registrar novamente que já em duas oportunidades, na mesa nº 3 da bancada nº 7, votei "sim" e no painel eletrônico foi registrado o voto "não"; ou o contrário, votei "não" e foi registrado o voto "sim". Não foi erro material meu, porque na oportunidade do segundo voto, tenho o testemunho do Constituinte Luiz Eduardo, que estava ao meu lado e viu a luz vermelha indicativa do voto "não" acesa e depois aparecer no placar o voto "sim". Parece-me que há algum problema com o sistema eletrônico. Sugiro que seja feita uma verificação, bancada por bancada, voto por voto, um teste do painel eletrônico, porque alguma falha está realmente ocorrendo.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – A impressão do Presidente é a de que as alegações são ainda, embora dignas de crença, insuficientes para demonstrar a existência de qualquer outro fator de perturbação do resultado que não seja um defeito natural do sistema eletrônico. É evidente que a probabilidade maior é de estar ocorrendo uma falha, uma deficiência do sistema, que é suscetível de defeitos. Não se pode levantar – parece-me fato muito grave – uma legenda partidária ou um grupo de Constituintes suspeita de caráter moral, sob o pretexto de que poderá ter havido intervenções estranhas, interessadas, facciosas, quando o defeito pode ter sido puramente mecânico. Então, a Mesa vai examinar, em primeiro lugar, a possibilidade de ter havido um defeito mecânico no painel eletrônico. É do conhecimento de todos que em Brasília atualmente, não se pode fazer uma ligação de telefone sem

que haja dois ou três erros de ligação, embora as chamadas sejam corretas. Não se pode, entretanto, afirmar com ímpeto, com energia, a existência de fatores obscuros. A Presidência recusa-se a apreciar essa hipótese preliminarmente, ante de certificar-se – e é possível – se ocorreu defeito eletrônico. Se ele não ocorreu, evidentemente, abrir-se-á uma investigação para se apurar como seria possível acontecer o que vem sendo alegado.

Concedo a palavra ao nobre Constituinte Gerson Peres, pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, levando-se em conta as suas considerações judiciosas, queria pedir a V. Ex.<sup>a</sup> que considerasse nula esta votação pois faço uma impugnação sobre ela. Acho que é muito difícil haver na programação da votação anterior uma repetição do nome – pode ocorrer, não sei. Mas o fato é que me encontrava conversando com o Constituinte Manoel Ribeiro e não houve tempo para que eu fosse até meu posto de votação. Ou houve o defeito ou – não estou levantando o fato contra ninguém – alguém utilizou meu código para votar. Em face das duas hipóteses, a votação não está legitimada, porque o voto apareceu sem o meu consentimento. Por isso, pediria a V. Ex.<sup>a</sup> que anulasse a votação e verificasse se ocorreu ou não defeito com o painel eletrônico.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Perfeitamente. A Mesa está de acordo com o nobre Constituinte: considera anulada a votação e vai repeti-la.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – Sr. Presidente, a decisão de V. Ex.<sup>a</sup> já está tomada, mas o fato pode repetir-se em outra oportunidade. Por isso, sugiro que a votação continue, que a apuração dos votos seja feita, retificando-se apenas o voto do Constituinte Gerson Peres. É preciso levar em conta que esse fato não se repetiu com nenhum outro Constituinte.

**O SR. CONSTITUINTE ERALDO TINOCO:** – Sr. Presidente, esse fato já aconteceu comigo.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – Sr. Presidente, a palavra do Constituinte Gerson Peres merece todo o crédito, mas convém realmente que a empresa que presta assistência técnica ao painel eletrônico faça uma revisão criteriosa no funcionamento do mesmo e que, pelo menos, o código do Constituinte Gerson Peres seja modificado.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ COSTA:** – Sr. Presidente, gostaria de dar uma contribuição à Mesa, se V. Ex.<sup>a</sup> aceitar. Existe uma contraprova: quando se aperta o botão preto, acende-se uma luz que indica o voto que está sendo processado pelo computador: "sim", "não" ou abstenção. Posso garantir a V. Ex.<sup>a</sup> que, se fizer um teste e repeti-lo mil vezes, em qualquer dessas cadeiras, o computador não vai enganar-se. É só testar. Trata-se de uma falha humana. É possível que o eminente Constituinte tenha-se equivocado. Basta fazer o teste com uma bancada qualquer, repito, depois da sessão, com o auxílio dos técnicos. A luz que ficar acesa será o voto processado. Não tenho nenhuma dúvida sobre isso.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – O meu caso é diferente. Eu não apertei o botão.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Vai-se proceder à votação.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Celso Dourado, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Gasparian, Haroldo Sabóia, João Herrmann Neto, José Paulo Bisol, Nelson Friedrich, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Raimundo Bezerra, Rodrigues Palma, Sigmaringa Seixas, Wilson Martins, Antonio Mariz,

Chagas Rodrigues, João Agripino, José Costa, Vilson Souza, Francisco Dornelles, Inocêncio Oliveira, José Jorge, José Lins, Jofran Frejat, José Tinoco, Valmir Campelo, Brandão Monteiro, José Maurício, Lysâneas Maciel, Francisco Rossi, Sólton Borges dos Reis, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Haroldo Lima, Roberto Freire, Beth Azize e Antonio Farias. Votaram **NÃO** os Senhores Constituintes: Aluizio Campos, José Fogaça, Renato Vianna, José Tavares, Márcio Braga, Marcos Lima, Afonso Arinos, Aloysio Chaves, Carlos Chiarelli, Eraldo Tinoco, Francisco Benjamim, Gilson Machado, José Santana de Vasconcellos, Luís Eduardo, Oscar Corrêa, Paulo Pimentel, Ricardo Fiúza, Sandra Cavalcanti, Annibal Barcellos, Mozarildo Cavalcanti, Paes Landim, Ricardo Izar, Antôniocarlos Konder Reis, Darcy Pozza, Gerson Peres, José Luiz Maia, Virgílio Távora, Bonifácio de Andrada, Adolfo Oliveira.

**O SR. RESIDENTE (Afonso Arinos):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 38 Constituintes; votaram NÃO 29 Constituintes. Total: 67 votos. O Destaque foi **prejudicado** por falta de **quorum** qualificado.

Sobre a Mesa requerimento de preferência para votação do Destaque nº 6323, relativo à Emenda nº IPO-2006-9 da nobre Constituinte Abigail Feitosa.

A preferência está concedida.

Tem a palavra o nobre Relator.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FOGAÇA:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, não quero, nesta oportunidade, fazer uso da palavra na condição de Relator-Adjunto, mas como um Constituinte, membro desta Comissão. É evidente que, ao formular esta questão de ordem, faço-o em função da experiência que colhi como um dos responsáveis pela anotação dos votos nesta Comissão.

Temos, a cada votação, quase que permanentemente recebido reclamações quanto aos equívocos ou erros nos votos apresentados no painel, e, de fato, está-se configurando, nesta Comissão, uma flagrante situação de injustiça. Enquanto os membros titulares que erram ao registrarem seus votos, ou por defeito do computador, ou equívoco pessoal, o que também é possível de acontecer, estão condenados a não terem consignado o voto como queriam, enquanto isso, repito, para os membros suplentes, que muitas vezes dizem "não", fazem gestos caracterizando o "não" e depois o retificam para "sim" ou vice-versa, isso não ocorre, pois nós, que colhemos os votos, temos feito a retificação. Isto significa dizer que para os suplentes existe o direito à retificação, ou seja, o direito de corrigir o possível e perfeitamente justificável erro humano. Eu próprio, deste microfone, em determinada oportunidade declarei voto "sim" e imediatamente o retifiquei para "não", porque havia cometido um lapso no momento. Este direito cabe aos suplentes, enquanto os titulares não têm a mesma oportunidade de corrigir um possível lapso, seja do computador, seja até do próprio Parlamentar, que, por desatenção, por lapso, a até por erro de digitação, tenha errado o seu voto.

Hoje, pela manhã, ouvi a ponderação do nobre Constituinte Jarbas Passarinho, no exercício da Presidência, em substituição a V. Ex.<sup>a</sup>, segundo a qual entendia S. Ex.<sup>a</sup> que era preciso também aceitar as retificações relativas ao painel, uma vez que essas retificações geralmente eram feitas de forma imediata, ou seja, logo após o surgimento do quadro geral de votação.

Faço este depoimento a V. Ex.<sup>a</sup> baseado na experiência que colhi ao anotar os votos na Mesa, o que venho fazendo desde o início dos trabalhos. Registro, portanto, perante V. Ex.<sup>a</sup>, a minha observação diante de uma flagrante e indesmentível injustiça que aqui se comete contra os titulares, eis que não lhes é dado o direito de errar. O erro é humano, mas enquanto os suplentes têm o direito de retificar o seu voto, não o têm os titulares, que, ao

errar, estão condenados a permanecer com o voto errado ou vê-lo anulado.

Gostaria que V. Ex.<sup>a</sup> refletisse sobre essa questão, para que oportunamente fosse tomada uma decisão relativamente à matéria. Não creio que seja uma decisão para este momento, mas entendo que possa ser amadurecida a partir de uma reunião das Lideranças com a Mesa, para que possamos ter pelo menos maior tranquilidade até o final dos trabalhos desta Comissão de Sistematização.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Em resposta ao nobre Constituinte José Fogaça, também sacrificado com a função de Relator-Adjunto, tenho a reconhecer em primeiro lugar, as prudentes e esclarecidas ponderações de S. Ex.<sup>a</sup> a respeito das diversas possibilidades de erro – erro humano e erro mecânico. Muitas vezes um suposto erro mecânico é causado por falha humana. Aperta-se um botão diferente daquele que se pretendia e depois fica-se preocupado com o resultado exibido no quadro. Mas o importante é o que o nobre Constituinte propôs, ao fim da sua exposição, uma decisão da Mesa que vise a diminuir esses acidentes que causam sempre má impressão no Plenário e fora dele. O que temos sobretudo de evitar é que essas impressões distorcidas, malévolas, possam ampliar as injustiças e ataques de que vem sendo alvo a Assembléia Nacional Constituinte.

Nestas condições, não podendo eu, na presidência, dar uma solução satisfatória à questão de ordem formulada pelo nobre Constituinte, que na verdade não é uma questão de ordem, mas a colocação de vários problemas conexos, tomo a seguinte deliberação: a Mesa examinará essa matéria em reunião especial, a fim de que possa considerar os diversos ângulos do problema e chegar a uma solução satisfatória no sentido de se formular a revisão periódica do funcionamento do sistema mecânico-eletrônico de votação, porque há o erro da máquina. A máquina, como todos os aparelhos, não tem imaginação. O grande defeito da civilização tecnológica é falta de imaginação, a falta de contribuição interna para reparar o erro cometido. Então, o erro que se estabelece e torna-se incorrigível, porque até hoje não se encontrou possibilidade de emprestar sentimento e inteligência à máquina, que é essencialmente sem sentimento, sem imaginação.

O que o nobre Constituinte expôs é que, quando o erro é humano, ele é imediatamente corrigido, pela percepção, pela inteligência e pela imaginação. A percepção observa o erro e a imaginação o corrige. Isso, porém, não ocorre com a máquina, que é alheia a qualquer espécie de possibilidade intelectual ou moral nesse sentido.

De forma que temos de examinar, em princípio, a possibilidade de algum engano mecânico e, em seguida, de ser tolerantes também para com os membros titulares da Comissão, conforme indicou o nobre Constituinte. É necessário que eles também possam declarar o seu engano e corrigi-lo, uma vez declarado e consentido. Isso será objeto de uma reunião especial da Mesa com os Relatores, a fim de que possamos tomar uma decisão a esse respeito.

Tem a palavra o nobre Constituinte José Lins.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Sr. Presidente, concordo absolutamente com as palavras de V. Ex.<sup>a</sup>. Acho que a máquina não erra, mas a reclamação do nobre Constituinte Gerson Peres é de que deve haver algum defeito na mesa que ele ocupa. Portanto, antes de ser tomada uma decisão, que poderá abrir um precedente perigoso, gostaria de sugerir a V. Ex.<sup>a</sup> pedisse à área técnica que mandasse examinar se há algum defeito na mesa do Constituinte Gerson Peres. Difícilmente haverá, mas pode haver, por exemplo, um contato falho que estaria provocando essa dificuldade. Parece-me, pelo menos, que essa providência deveria ser tomada antes da adoção de qualquer decisão.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Vou providenciar. Apenas chamo a atenção de V. Ex.<sup>a</sup> para o fato de que essa providência é da competência do Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, vez que esta sala pertence à Câmara dos Deputados. O Presidente da Câmara dos Deputados e da Assembléia Nacional Constituinte é que pode fazer essa diligência. Vou-me esforçar para que ela seja imediatamente realizada.

**O SR. CONSTITUINTE LUÍS EDUARDO:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem a palavra V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE LUÍS EDUARDO:** – Sr. Presidente, ontem, presenciei o Constituinte Eraldo Tinoco votar uma matéria em que a luz vermelha não acendeu e o painel indicava o voto "sim". Sem possibilidade de retificar o voto, o que poderá acontecer nas votações importantes é justamente o titular não votar pelo sistema eletrônico para não cometer um equívoco, porque, às vezes, um voto poderá decidir a matéria em votação. Por isso, creio que V. Ex.<sup>a</sup> deverá examinar a possibilidade de admitir a retificação do voto, como propõe o Senador José Fogaça, para que amanhã ou depois não se cometam equívocos ou os resultados das votações não espelhem a vontade dos Constituintes.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Acho as ponderações de V. Ex.<sup>a</sup> muito importantes e prometo que, quando se votar o sistema de governo, vou pedir voto pessoal.

**O SR. CONSTITUINTE BOCAYUVA CUNHA:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem a palavra V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE BOCAYUVA CUNHA:** – Sr. Presidente, estamos muito preocupados com a absoluta ausência de **quorum**, o que é verificável a olho nu. Não sei o que houve, sobretudo com a bancada do PMDB, absolutamente ausente do plenário. A bancada majoritária retirou-se da Comissão de Sistematização. Não podemos entender a razão desse comportamento e me permito sugerir a V. Ex.<sup>a</sup> que suspenda a sessão por dez ou quinze minutos, acione a campanha e convoque os membros da Comissão de Sistematização. Estamos, as bancadas dos partidos menores, sentindo-nos ultrajadas com essa ausência indecorosa dos membros dos partidos majoritários. Acho que essa conduta não fica bem para a Comissão de Sistematização, nem tampouco para V. Ex.<sup>a</sup> e para nós outros.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – O assessor parlamentar está dando instruções para que sejam acionadas as campanhas e solicitada a presença dos Srs. Constituintes ausentes.

Concedo a palavra ao nobre Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva, para uma questão de ordem.

**O SR. CONSTITUINTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA:** – Sr. Presidente, parece-me que o principal já foi apreciado, votamos todo o Título. Penso que seria de boa política – na medida em que os integrantes da Comissão de Sistematização entenderam que devem fazer acordos com relação ao próximo título a ser votado – a Mesa tomar a decisão de suspender esta sessão.

Existe uma preocupação pertinente, até porque a imprensa, amanhã, poderá explorar a decisão da Mesa. Só há duas saídas: ou os Constituintes voltam ou os colegas aqui presentes que pediram destaques os retiram agora para apresentá-los depois, em plenário. Não se justifica vários de nós aqui permanecermos, porque também temos milhões de coisas para fazer nesta Casa, inclusive acordos para o próximo título. Estamos tentando votar,

mas percebemos que não há **quorum** e, assim, não há significação em continuar.

Eu, particularmente, não estou interessado em prestar contas à imprensa, em ficar sentadinho como um menino bonzinho, votando temas que não vão ser aprovados porque a maioria dos Constituintes está ausente.

Peço a V. Ex.<sup>a</sup>, primeiro, que pergunte aos companheiros que têm destaque se estão dispostos a retirá-los; segundo, que tente dar um prazo de cinco ou dez minutos para ver se os Constituintes voltam à Comissão de Sistematização. Parece até que estamos num fim de festa, ou seja, o principal já foi votado e agora estamos obedecendo a um horário preestabelecido, que não tem mais sentido.

Gostaria, portanto, que V. Ex.<sup>a</sup> propusesse ao Plenário ou a retirada dos destaques ou um prazo para os Srs. Constituintes voltarem à sessão, aproveitando a oportunidade para fazer um apelo às Lideranças do PMDB. Não é possível que um partido com 49 representantes nesta Comissão tenha hoje tão poucos aqui presentes. Acho que não está na hora de fazermos figura para a imprensa. Se não temos mais o que fazer, devemos ir para os gabinetes e fazer outras coisas – assim ganharíamos mais tempo e poderíamos fazer política.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – As observações do Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva, procedentes e sensatas, sempre encontraram apoio na tradição parlamentar, o que infelizmente posso comprovar, ao apelar para a minha memória pessoal. Quando não há número, não há sessão. Se o **quorum** requerido está impossível de ser preenchido, desaparece a possibilidade de haver sessão, mas só poderemos encerrá-la se realmente não obtivermos número. Temos de tomar providências para refazer o **quorum**. Estou tão preocupado quanto V. Ex.<sup>as</sup> com o abuso que estão praticando os companheiros ausentes, porque além de não estarem trabalhando estão impingindo aos presentes uma inação vexatória.

Suspenderei a reunião por 10 minutos, se V. Ex.<sup>as</sup> o permitirem, e às 17h e 50 minutos encerrarei a sessão se persistir a falta de número, como se fazia e se faz nas salas parlamentares. Dentro de dez minutos, então, será decidido se proseguiremos os nossos trabalhos.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – Pela ordem, Sr. Presidente. Seria suspensa a reunião para iniciarmos somente amanhã, em nova convocação?

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Não. Havendo número regimental eu reabro a reunião daqui a dez minutos.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – Sr. Presidente, a única maneira de saber se há **quorum** ou não é fazer a verificação. Por quê? Simplesmente porque os colegas progressivamente se ausentaram, na medida em que as matérias não eram votadas. A experiência, já demonstrada na Comissão de Sistematização, é que o **quorum** vai sendo ampliado na medida em que as matérias vão sendo votadas.

Por um infortúnio ou qualquer outro fato curioso ocorrido com o Constituinte Gerson Peres, o tema pendia, em certo sentido, até para a galhofa. Daí, aqueles Constituintes que tinham outros afazeres deixaram o local de reunião da Comissão de Sistematização.

Acredito que a providência correta a ser tomada seja inversa à pretendida. Estamos votando destaques individuais, aqueles que não fazem parte dos acordos de lideranças e que certamente são destaques importantes para aqueles que os ofereceram.

A meu ver, Sr. Presidente, decisão mais acertada seria prosseguir a votação. O constrangimento é daqueles que estão ausentes, porque não estão cumprindo ou as-

sumindo a responsabilidade de votar as matérias. Não podemos desprestigiar aqueles que estão aqui presentes, porque seu comparecimento até o momento significa intenção de votar as matérias destacadas e que constam da pauta. Portanto, peço a V. Ex.<sup>a</sup> que reavalie sua decisão e, ao invés de suspender a sessão, coloque as matérias em votação.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Lamento não poder atender a V. Ex.<sup>a</sup>, porque a decisão já estava tomada. Vou esperar mais 5 minutos e, verificada a ausência de **quorum**, suspenderei a sessão.

**O SR. CONSTITUINTE OSWALDO LIMA FILHO:** – Sr. Presidente, antes que V. Ex.<sup>a</sup> o faça, desejo, a título de reclamação, deixar inscrito nos Anais da Assembléia Nacional Constituinte, através da Comissão de Sistematização, o comportamento – que me parece profundamente aético – de certas lideranças, que realizam os seus acordos, aprovam as matérias sobre as quais lhes convém realizar esses acordos sem ouvir os seus liderados, e depois de serem esses acordos realizados se ausentam do plenário e negam número para o prosseguimento das votações. Conseqüentemente, como lembrou o nobre representante pelo Estado do Rio de Janeiro, os destaques que haviam sido apresentados e estão alinhados na planilha para votação serão, lamentavelmente, sacrificados. É um comportamento que se me afigura profundamente irregular, o das lideranças desta Casa.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Muito obrigado.

Concedo a palavra ao Constituinte Adolfo Oliveira, pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE ADOLFO OLIVEIRA:** – Sr. Presidente, pela ordem. Gostaria de assinalar – e imagino que V. Ex.<sup>a</sup> terá prazer em ouvir – que a Comissão de Sistematização tem sido exemplar no seu trabalho. Temos tido aqui, permanentemente, uma freqüência elevadíssima, um percentual que jamais se alcançou em qualquer Comissão, ou no plenário da Câmara ou do Senado. Temos tido, aos sábados e domingos, a presença de oitenta e tantos, noventa e até noventa e três participantes nos trabalhos, e assim tem acontecido sempre.

Esta falta de **quorum** agora, que é evidente e ostensiva, não importa, absolutamente, em qualquer desinteresse, em qualquer omissão em seu trabalho por parte dos integrantes da Comissão de Sistematização. Acontece que foi organizada uma pauta muito alentada deste Título, com mais de 70 destaques, que foram todos apreciados, até o final. Foram todos eles apreciados. Agora, existem outros pedidos de preferência e de destaques, mas praticamente todos se atiram com o que já foi resolvido, razão por que os representantes se estão preparando para os debates do Título VIII, que começarão amanhã, às 9 horas da manhã.

É essa a explicação. Não há desinteresse nem falta de apreço aos colegas. Não há nada disso. O que há é a vontade de cumprir o dever, o que esta Comissão tem feito, até agora.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Desejo manifestar minha solidariedade, quanto às considerações aqui produzidas pelo nobre Constituinte Adolfo Oliveira. Sou testemunha e também participante do considerável esforço que esta Comissão vem desenvolvendo em todas as etapas de seu trabalho. Não há qualquer Comissão do Congresso que esteja trabalhando mais do que nós. Tenho a impressão de que raras Comissões do Congresso, no passado, terão trabalhado tanto quanto nós. Isso tudo representa orgulho, satisfação e até emoção para os que ocupam cargos na Mesa. Só temos a agradecer profunda e humildemente aos que se esforçam para produzir um trabalho que tem provocado a atenção de toda a Nação. O país está

atento aos trabalhos da Comissão: as publicações da imprensa, as exposições de rádio e televisão, os debates havidos em várias associações – muitos contra, muitos a favor, mas sempre a nosso respeito. A opinião pública nacional está hoje muito mais centralizada nos trabalhos da Comissão do que no de qualquer outra entidade política nacional. Isto aqui é uma espécie de grande jogo de futebol que todo mundo está acompanhando.

Acho que devemos respeitar a Comissão, compreender os motivos que tenham levado os ausentes a assim proceder e suspender a sessão, para que prossiga amanhã, às 9h.

Antes, porém, concedo a palavra ao Constituinte Paulo Ramos.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – Sr. Presidente, acredito que V. Ex.<sup>a</sup> não tenha competência regimental para suspender a sessão, havendo matéria a ser votada, sem fazer verificação de **quorum**.

Quero dizer a V. Ex.<sup>a</sup>, a bem da verdade, que as palavras proferidas pelo Constituinte Adolfo Oliveira, na íntegra, merecem algum reparo, visto que temos muitas matérias aditivas a serem votadas que não confrontam com nada que já foi apreciado. Por outro lado, existem também matérias a serem votadas que abordam artigos sequer apreciados no acordo de Lideranças, que contou com a nossa concordância, com a concordância dos membros da Comissão de Sistematização. É claro que todos os membros desta Comissão reconhecem o esforço que nela vem sendo desenvolvido. Infelizmente, porém, o Constituinte Adolfo Oliveira diz que as emendas já foram votadas, certamente porque as por S. Ex.<sup>a</sup> destacadas fizeram parte do acordo de Lideranças. No entanto, muitos Constituintes que estão nesta Casa pela representação expressiva do voto popular e que não tiveram suas emendas incluídas no acordo de Lideranças, quando desenvolveram grande esforço para que, havendo tempo, fossem votadas as preferências. E tempo há. Acredito que suspender a sessão sob a alegação de falta de **quorum** será mais uma desmoralização, não para a Comissão de Sistematização, mas para todo o conjunto da Assembléia Nacional Constituinte.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem a palavra o nobre Relator.

**O SR. RELATOR (Virgílio Távora):** – Eminentíssimo Presidente, hoje termina o prazo para votação do título que ora estamos apreciando. A não ser que V. Ex.<sup>a</sup> queira modificar o calendário estabelecido, temos que prosseguir esta sessão até a hora marcada, finda a qual, aí sim, as emendas estarão prejudicadas. Não estou dizendo novidade alguma. Permite-me apenas lembrar a V. Ex.<sup>a</sup> a esse pequeno detalhe. Amanhã já estaremos, pelo calendário aceito por esta Comissão, no Título VIII. Não vejo como suspender a sessão agora.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Vou proceder à chamada, de acordo com a solicitação do Constituinte Paulo Ramos. Assim, constatada a ausência de **quorum**, terei condições de encerrar a sessão, sem provocar qualquer dúvida.

Proceda-se à chamada.

**O SR. CONSTITUINTE LYSÂNEAS MACIEL:** – Sr. Presidente, tem havido vários acordos de Liderança. Sugeriria a V. Ex.<sup>a</sup> que começasse chamando as Lideranças do PMDB e do PFL, a fim de que ficasse caracterizado quem está tentando boicotar os trabalhos da Comissão de Sistematização.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Não há possibilidade de fazê-lo, em face da informação da Mesa de estabelecer preferências na chamada. A chamada é feita de acordo com a norma e a existência da documentação concernente.

Proceda-se à chamada nominal.

(Procede-se à chamada nominal)

**O SR. CONSTITUINTE CHAGAS RODRIGUES:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Nobre Constituinte, estamos em processo de verificação de **quorum**.

**O SR. CONSTITUINTE CHAGAS RODRIGUES:** – Sr. Presidente, já há **quorum** para o prosseguimento desta reunião.

**O SR. CONSTITUINTE VIRGÍLIO TAVORA:** – Sr. Presidente, já foi constatada a presença em Plenário de 47 membros desta Comissão. Portanto, está atendido o **quorum** mínimo para o prosseguimento da reunião. Não há pois necessidade de terminarmos a chamada.

**O SR. CONSTITUINTE CHAGAS RODRIGUES:** – Sr. Presidente, era nesse sentido que gostaria de levantar minha questão de ordem. Não se faz mister proceder-se à chamada até o fim.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Se já foi obtido **quorum** mínimo e os Srs. Constituintes concordam em que não se continue a proceder à chamada, vou continuar com a reunião.

Concedo a palavra à Sra. Constituinte Abigail Feitosa, para sustentar o destaque.

**A SRA. CONSTITUINTE ABIGAIL FEITOSA:** – Sr. Presidente, o objetivo do destaque para esta emenda já foi alcançado ontem com a aprovação da emenda do Constituinte Fernando Santana. De modo, Sr. Presidente, que estou muito contente e, por isso, retiro meu destaque. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – A nobre Constituinte retira o pedido de destaque para a emenda.

Sobre a mesa requerimento de preferência para votação do Destaque nº 5.636, de autoria do nobre Constituinte José Ignácio Ferreira, relativo à Emenda ES-32513-2.

Em votação a preferência. (Pausa)

Aprovada.

Está prejudicado o destaque pela ausência do requerente.

Sobre a mesa requerimento de preferência para a votação do Destaque nº 06370/87, do nobre Constituinte José Dutra, relativo ao § 3º do art. 195.

Em votação a preferência. (Pausa)

Aprovada.

Prejudicado o destaque pela ausência do requerente.

**Destaque nº 6327-87 – Emenda nº 1P-02005-1, da Sra. Abigail Feitosa, “que modifica o art. 305, caput do Projeto de Constituição (art. 196, caput do Substitutivo nº 2)”. (446ª votação)**

Em votação o Destaque nº 6327, da nobre Constituinte Abigail Feitosa, relativamente à Emenda nº 2.005. (Pausa)

Aprovada a preferência.

Tem a palavra a nobre Constituinte Abigail Feitosa para encaminhar a votação.

**A SRA. CONSTITUINTE ABIGAIL FEITOSA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, em reunião realizada aqui, em Brasília, os Secretários de Transportes dos Estados chegaram à conclusão de que uma convulsão social pode começar dentro de um ônibus. Os transportes coletivos, Sr. Presidente, são de péssima qualidade. As empresas dizem que não conseguem renovar a sua frota; o preço da passagem fica difícil para a grande massa de trabalha-

dores. O fato é que o preço das passagens aumenta constantemente e não se recupera a frota de ônibus. Dizem os trabalhadores que existe até um caixa 2. Esta informação não chega ao conhecimento do povo. O transporte coletivo nas grandes Capitais é inviável, esta é a verdade. As pessoas fazem sacrifícios para comprar um carro, por velho que seja, porque é impossível usar o transporte coletivo nas Capitais. Na minha cidade já houve até quebra-quebra. Quem não se lembra da depredação de centenas de ônibus em Salvador? Esse quadro deverá repetir-se, pois não há horário certo e a qualidade dos carros é péssima. Os trabalhadores das empresas de ônibus se queixam dos horários de trabalho.

Minha proposta é no sentido de que seja feita a estatização dos transportes coletivos, porque não é justo que as prefeituras continuem subsidiando as empresas de ônibus, para que elas possam faturar. No momento em que esta Assembléia Nacional Constituinte se encontra num alvoroço para privatizar tudo, defendo a estatização do transporte coletivo como bem essencial da população. Defendo também a estatização do setor de telecomunicações. Não é justo que o Sr. Roberto Marinho faça a cabeça de todo mundo. O Poder Público tem que estatizar também as telecomunicações. O Governo deve intervir. Hoje, o quarto poder é a televisão. Até na roça, nos recônditos mais distantes, o Sr. Roberto Marinho consegue "fazer a cabeça" das pessoas. Estou em guerra, porque acho que não é possível que este País se dobre ao que a Globo divulga.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, a minha proposta é no sentido de que se faça a estatização também do setor de telecomunicações.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Para encaminhar contrariamente, tem a palavra o nobre Constituinte Francisco Dornelles.

**O SR. CONSTITUINTE FRANCISCO DORNELLES:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, a ilustre Constituinte Abigail Feitosa propõe seja estabelecido o monopólio do Estado no transporte, na energia elétrica, na água, no saneamento básico, telecomunicações e radiodifusão. Entendo que não tem nenhum sentido abrangermos as situações em que ocorra o monopólio do Estado. Não há sentido em se estabelecer monopólio do Estado em transportes municipais, transportes interestaduais e transportes aéreos.

A ilustre Constituinte fala da televisão. Vamos admitir o que seria o monopólio do Estado na televisão, em que só o Estado, da maneira que desejasse, fizesse cair sobre toda a sociedade a posição daquilo que bem lhe conviesse.

Pelos motivos já manifestados, entendo que não devemos estender o monopólio do Estado. Por esta razão, peço que o voto seja contrário à emenda da ilustre Constituinte Abigail Feitosa.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem a palavra o nobre Relator.

**O SR. RELATOR (Virgílio Távora):** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, sem embargo da estima que temos pela eminente Constituinte Abigail Feitosa, não é de ser aceita a sua emenda. Imaginem V. Ex.<sup>as</sup> o que seria a balbúrdia, se unicamente se incumbisse ao Estado a prestação de serviços públicos de transporte, energia elétrica, água, saneamento básico, telecomunicações e radiodifusão. De que tamanho não ficaria essa máquina estatal, que já é gigantesca?

Somos radicalmente contra. É uma tentativa de estatização de setores que podem ser ocupados em parte ou totalmente pela iniciativa privada. Nosso parecer é contra.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Em votação.

### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Celso Dourado, Cristina Tavares, Fernando Gasparian, Fernando Lyra, Francisco Pinto, José Paulo Bisol, Nilton Friedrich, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Sigmaringa Seixas, Antonio Mariz, Chagas Rodrigues, João Natal, José Carlos Grecco, Miro Teixeira, Rose de Freitas, Vicente Bogo, Vilson Souza, Brandão Monteiro, José Maurício, Lysâneas Maciel, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Aldo Arantes, Roberto Freire e Beth Azize. Votaram **NÃO** os Senhores Constituintes: Egídio Ferreira Lima, João Calmon, José Freire, Nelson Carneiro, Renato Vianna, Theodoro Mendes, Virgildásio de Senna, José Costa, Márcio Braga, Afonso Arinos, Alcení Guerra, Eraldo Tinoco, Francisco Benjamim, Francisco Dornelles, José Santana de Vasconcellos, Luís Eduardo, Paulo Pimentel, Sandra Cavalcanti, Annibal Barcellos, Valmir Campelo, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Gerson Peres, Jarbas Passarinho, Virgílio Távora, Adylson Motta, Francisco Rossi, Sólton Borges dos Reis e Afif Domingos.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 28 Constituintes; votaram NÃO 29 Constituintes. Total: 57 votos. O Destaque foi **prejudicado** por falta de **quorum** qualificado.

Sobre a mesa requerimento de preferência para o Destaque nº 1857, referente à Emenda nº 30837, do Constituinte Oswaldo Lima Filho.

Em votação. **(Pausa)**

Aprovada.

**O SR. CONSTITUINTE LYSÂNEAS MACIEL:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE LYSÂNEAS MACIEL:** – Sr. Presidente, uma vez que o propósito claro das Lideranças, principalmente do PMDB e do PFL, é de esvaziar esta sessão, isso talvez venha a calhar, por uma questão de ordem que vou levantar para V. Ex.<sup>a</sup>.

Levantamos aqui há 90 dias uma questão de ordem relativa aos abusos da Autolatina, um cartel internacional que desrespeitou as leis deste País, despediu 12.500 empregados, sem que se tomasse qualquer providência.

Hoje estamos numa sessão morna, que não vai dar resultado algum diante de uma clara intenção que existe nesse sentido.

Quero chamar a atenção desta Casa – mesmo estando na Comissão de Sistematização, isso não quer dizer que vamos abandonar as preocupações com o que está sucedendo no País – para este assunto que vou abordar, porque daqui a três dias, possivelmente cinco, estaremos votando um dispositivo que trata da ação danosa das madeiras e das mineradoras nas terras dos índios.

Hoje o **Jornal do Brasil** traz uma notícia da maior gravidade, que é a seguinte:

"O Presidente da Funai, Romero Jucá Filho, apesar de dirigir uma instituição responsável pela defesa dos interesses indígenas, assinou, em setembro deste ano, um contrato com a Mehl Florestal da Amazônia Ltda. que favorece a madeira e lesa as comunidades indígenas do vale do Guaporé (Rondônia)."

O subterfúgio usado foi um contrato de permuta, que, por lei, dispensa de licitação pública, mas não de avaliação prévia. No entanto, com a extração de 12 mil metros cúbicos de mogno, cedro e cerejeira, a Mehl Florestal poderá obter, na pior das hipóteses, a quantia de 33 milhões de cruzados. Dará, em troca, aos índios, um jipe e dois tratores.

Veja V. Ex.<sup>a</sup> o que está acontecendo neste País: uma irresponsabilidade, um estelionato, porque, na verdade, é a mesma prática antiga em que se dava miçangas aos nossos índios em troca da sua dizimação, da sua falta de liberdade, a troca da própria independência deste País.

Criou-se uma Comissão Parlamentar de Inquérito para verificar a invasão da Amazônia e descobriu-se um exército de Brancaneone entre os católicos austríacos que manifestaram preocupação com o que estava acontecendo com os índios. Naturalmente, entre os personagens citados há dois ou três estelionatários, e um deles é o Presidente da Funai, que dá jipe a troco de 12.500 metros cúbicos de mogno, mesmo estando proibido de fazê-lo. Ele passou através do filtro legal, mas não do filtro moral, fazendo permuta a troco de um jipe e dois tratores.

Isso está acontecendo neste País todos os dias, todas as horas.

Estamos requerendo uma Comissão Parlamentar de Inquérito sobre essa matéria porque, em vez de nós preocuparmos com os invasores austríacos da Amazônia, temos de fazê-lo com relação a esse assalto descarado, cínico, essa impostura que está acontecendo neste País, enquanto estamos aqui sem ter sequer oportunidade de verificar o que está acontecendo com nossos índios e nossas riquezas.

Sr. Presidente, elaborei hoje um requerimento, o qual encaminharei com pouca esperança, porque o Presidente daquela Comissão tem postergado todas as reuniões, apesar de o relatório da maioria da Comissão já ter-se concretizado, no sentido de saber quantos contratos dessa natureza foram firmados por um indivíduo que ocupa a Funai, chamado Romero Jucá, que não tem idoneidade e está entregando essas riquezas a companhias internacionais.

Sr. Presidente, como podemos assistir, sem indignação, tranqüilos, ao que está acontecendo com nossos índios? Daqui a cinco dias vamos votar – portanto, creio que é pertinente – se por acaso as Lideranças não se perderem nessas manobras de pequena monta que visam a evitar maior participação.

Dizem que não temos tempo de votar adequadamente os dispositivos da nova Constituição. Onde estão as Lideranças do PMDB e do PFL? Se estamos tão oprimidos pelo tempo, é porque não se quer que o povo participe assim como os Parlamentares também estão impedidos de participar.

Mas essa manobra talvez nos dê a oportunidade de gritar aqui: onde está o partido que permite esse assalto contra as riquezas minerais? Onde estão esses protestos de democracia, de período de transição?

Na verdade, está se assistindo a um tipo de manobras com a conivência da maioria do Partido do Governo, através de um político menor, um político que não tem grandeza, que se chama José Sarney, o mesmo Sarney que já conhecemos de longa data. Pergunto a este Plenário o que está acontecendo neste País, apesar de existir uma Comissão Parlamentar de Inquérito. É o registro que gostaria de fazer.

**A SRA. CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem para também fazer um registro.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**A SRA. CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, há informações de que os Estados Unidos, hoje, decidiram retaliar o Brasil em virtude da nossa decisão de procurarmos uma capacitação tecnológica, sobretudo por conta da chamada Lei de Informática, aprovada por unanimidade pelo Congresso Nacional. Consciente da importância das tecnologias

de ponta no desenho do século XXI, o governo dos Estados Unidos tem insistido, através de canais diplomáticos e de sanções econômicas – e agora através de sanções também políticas – em retaliar o Brasil procurando intimidar-nos. Tem sido de grande importância a posição do ex-Ministro da Ciência e Tecnologia, Renato Archer, por entender S. Ex.<sup>a</sup> e aqueles que trabalharam nesta Casa para a aprovação da Lei de Informática que o domínio nesse campo da tecnologia levará o País às portas do século XXI com alguma chance de pertencer ao clube dos que dominam o poder. É natural que os Estados Unidos façam essa retaliação, porque para uma potência como aquela, incomoda o fato de que outro país detenha essa tecnologia e outras – o Brasil avança paulatinamente, como na área da química fina e dos novos materiais. Isso significará uma ameaça não agora – temos consciência disso – mas no século XXI.

Se é natural que os Estados Unidos procurem se defender exercendo um protecionismo às suas empresas, queria que esta Assembléia Nacional Constituinte, que votará amanhã o Título VII, onde estão inseridos os Capítulos “Da Ciência e Tecnologia” e “Das Comunicações”, tivesse consciência – e conheço a posição do nobre Relator Virgílio Távora – de que o protecionismo é um mecanismo que qualquer país pode adotar legitimamente. Adotar legitimamente o protecionismo temporário, que constitui a reserva de mercado, é um direito que a nós assiste, é uma soberania que pertence a nós, brasileiros, e não pode ser encarado nesta Assembléia como um processo de xenofobia.

Sr. Presidente, feito esse registro, conclamo a Assembléia Nacional Constituinte, os homens e mulheres que amanhã votarão o Capítulo “Da Ciência e Tecnologia” para atentar para o fato de que a medida dos Estados Unidos da América do Norte, adotada hoje, vai ao encontro dos interesses geoeconômicos e políticos daquele país. E está claro que os nossos interesses não são sempre os mesmos. O que é bom para os Estados Unidos necessariamente não é bom para o Brasil.

Muito obrigada.

**O SR. CONSTITUINTE OSWALDO LIMA FILHO:** – Sr. Presidente, havia solicitado destaque relativo à emenda de minha autoria cuja preferência foi concedida, mas reconheço que o **caput** do artigo já foi atendido com a emenda de autoria do Constituinte Luiz Salomão, que corrigiu as deficiências existentes no texto do Projeto Cabral.

Quanto ao § 3º, com preferência justificada pelo ilustre Relator, Constituinte Virgílio Távora, verificou-se que o mesmo havia sido objeto de rejeição numa emenda anterior, razão pela qual retiro o destaque apresentado a V. Ex.<sup>a</sup>. Quero salientar que a emenda visava a objetivo que me parece atendido, no sentido da defesa das jazidas minerais brasileiras, hoje espoliadas por multinacionais.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – O nobre Constituinte retira o destaque.

Concedo a palavra ao Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva.

**O SR. CONSTITUINTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA:** – Sr. Presidente, há meia hora levantei questão de ordem mostrando preocupação com o esvaziamento da Comissão de Sistematização e propondo a V. Ex.<sup>a</sup> que fizesse uma verificação de **quorum**. Essa verificação foi feita, constatando-se a presença de cinquenta e poucos Constituintes. Mas percebemos que muitos companheiros vieram apenas para dizer “sim” na votação, com a preocupação de que seu nome não constasse nos jornais de amanhã como ausentes. Mas, na primeira votação que se seguiu à verificação de **quorum**, apenas dez titulares votaram pelo sistema eletrônico, tão reclamado aqui durante três meses.

Ora, o que está acontecendo concretamente? Temos várias emendas importantes que não entraram na prefe-

rência das Lideranças – e esses companheiros têm todo o direito de defender suas emendas. Entretanto, o que se está repetindo já há três votações? Como são necessários 47 votos para aprovar uma emenda, temos percebido que o resultado das votações não ultrapassa a 30 votos favoráveis ou 30 votos contrários. Então, ficaremos aqui, cidadãos eleitos para elaborar uma Constituição e querendo prestar contas a não sei quem, brincando de votar essa Constituição.

Queria chamar a atenção dos companheiros que têm propostas: ou retiramos nossas emendas e as reapresentamos em Plenário ou não será mais possível ficarmos aqui. Quero dizer que me retirarei sem nenhuma preocupação, porque não posso mais suportar essa brincadeira de votar. Estamos brincando de votar. Sabemos que não haverá resultado nenhum, pois nada mais será aprovado, porque não haverá **quorum** de 47 membros para nenhuma proposta. Em nome da boa imagem da Comissão de Sistematização ficamos aqui. Mas agora comunico que vou me retirar. E aos companheiros presentes, Plínio Arruda Sampaio e José Genoíno, que a suplente, sugeriria que fizesse o mesmo: que se retirassem do Plenário, porque isso é brincar de votar. E ninguém pode acusar o PT de, em algum momento, deixar de ter dois votos durante os trabalhos da Comissão de Sistematização. Mas, a partir de agora, por considerar que o processo de votação passa a ser uma brincadeira, vou fazer coisas mais importantes lá fora.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Acolho com pesar a decisão de V. Ex.<sup>a</sup>, mas a compreendo perfeitamente.

**O SR. CONSTITUINTE CHAGAS RODRIGUES:** – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE CHAGAS RODRIGUES:** – Sr. Presidente, as emendas constantes da planilha deveriam ser submetidas à votação agora, pois foram objeto de destaque e de pedido de preferência, este assinado por dez membros da Comissão, na forma regimental. Pergunto a V. Ex.<sup>a</sup> se as emendas que não venham a ser apreciadas hoje irão ou não automaticamente à votação no Plenário da Assembléia Nacional Constituinte. Peço a V. Ex.<sup>a</sup> que esclareça esta questão.

**O SR. CONSTITUINTE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup>, a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO:** – Sr. Presidente, queria apenas deixar registrado que hoje houve várias reuniões de lideranças tendo como objetivo encaminhar questões relativas às votações que iremos ter pela frente, razão pela qual muitos líderes não estão presentes. Estamos nos desdobrando, correndo de lá para cá para tentar atender a uma ou outra votação, no sentido de que tudo flua com rapidez. Não há outra intenção.

**O SR. CONSTITUINTE CHAGAS RODRIGUES:** – Sr. Presidente, insisto na minha questão, no sentido de que V. Ex.<sup>a</sup> esclareça se essas emendas a que me referi irão ou não automaticamente à votação no Plenário da Assembléia Nacional Constituinte.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – De acordo com as decisões de Lideranças, § 7º, estão fixados prazos determinados para votação de cada título, findos os quais os destaques remanescentes serão encaminhados ao Plenário da Assembléia Nacional Constituinte, nos termos do parecer do Relator, passando-se ao título seguinte.

Logo, a resposta a informação solicitada está nas normas assentadas pelos Líderes, isto é, findos os prazos

determinados para a votação de cada título, os destaques remanescentes serão encaminhados ao Plenário da Assembléia Nacional Constituinte.

**O SR. CONSTITUINTE CHAGAS RODRIGUES:** – Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. CONSTITUINTE EGÍDIO FERREIRA LIMA:** – Sr. Presidente, peço a palavra para fazer um registro.

Durante o pronunciamento do Sr. Chagas Rodrigues o Sr. **Afonso Arinos**, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. **Brandão Monteiro**, Segundo-Vice-Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Egídio Ferreira Lima.

**O SR. CONSTITUINTE EGÍDIO FERREIRA LIMA:** – Sr. Presidente, a Comissão de Sistematização vem se reunindo com assiduidade e frequência notáveis, realizando até três sessões por dia, reunindo-se aos sábados e domingos. Desde segunda-feira, de acordo com o cronograma organizado pela Mesa, votamos o capítulo da Ordem Econômica e superamos as questões fundamentais referentes a esse assunto.

É natural que neste final de sessão, depois de dias e dias exaustivos, haja uma queda na presença dos Constituintes, até porque constituímos uma Casa política, não nos sendo possível apenas debater e votar ininterruptamente. Precisamos de tempo para nos reunir, para refletir e para discutir. Daí porque a ausência de muitos agora. Não vejo qualquer dano aos nossos trabalhos se não conseguirmos número para votar o restante dos destaques, até porque, por decisão da Mesa da Constituinte, serão eles remetidos para o Plenário.

Constatada a evidência de que não há número, poderá V. Ex.<sup>a</sup>, com a consciência tranquila, dar por encerrada a sessão. Iniciaremos amanhã a votação do capítulo da Ordem Social.

**A SRA. CONSTITUINTE RAQUEL CANDIDO:** – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

Integramos, como membro efetivo, a Subcomissão de Princípios Gerais de Ordem Econômica, que tratou do subsolo, e como suplente a Comissão de Ordem Social. Temíamos exatamente que acontecesse isto: esta Comissão, ao tratar de assunto essencial, esvaziar-se, em razão de grande parte de nossas atividades até aqui desenvolvidas ter não iria deixado de considerar o essencial, mas por ter apreciado muita coisa trivial.

Uma modificação da ordem social numa sociedade só é feita quando se mexe no modelo econômico, com uma nova visão. É lamentável que a grande maioria dos membros da Comissão de Sistematização não se faça hoje presente para votar algo essencial. Tivemos muita paciência até agora Sr. Presidente. Temos de fazer um desabafo nesta hora, para não passarmos por omissos neste momento histórico em que vivemos hoje. Tínhamos um pedido de preferência encaminhado por dez Constituintes da Comissão de Sistematização para apreciação de uma emenda que trataria do disciplinamento do capital internacional com relação à matéria **in natura**, ou seja, a exportação dos nossos minérios. Não é possível entregar ao estrangeiro nossas jazidas minerais a preço de cruzados, sem reajuste em dólares, e não podermos hoje apreciar uma proposição que, tenho certeza, seria aprovada. E isso por irresponsabilidade dos que, volto a dizer, não encararam com dignidade o que deveria ser a sua participação na Comissão de Sistematização. A propositura estabelecia que 50% da matéria **in natura**, dos minérios extraídos no País, seriam industrializados em território nacional. Apenas 50%, e vimos – como estamos assistindo – o plenário da Comissão de Sistematização esvaziado.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Constituinte Raquel Cândido, faço um apelo a V. Ex.<sup>a</sup> para encerrar suas considerações.



**A SRA. CONSTITUINTE RAQUEL CANDIDO:** – Não vejo o porque da irritação de V. Ex.<sup>a</sup> se sequer tive direito de defender minha proposição. Tenho o direito de fazer meu desabafo, porque se tratava de uma matéria de grande importância.

Finalizo, lamentando profundamente que uma matéria como essa não tenha tido oportunidade de ser votada ou sequer debatida na Comissão de Sistematização. Queira Deus consigamos levar essa matéria à apreciação do plenário, quando todavia necessitaremos de duzentos e oitenta votos para encaminhar, ou quem sabe até para votar a questão. Lamento profundamente esse fato e não me poderia calar diante disto. Congratulo-me em especial com o Constituinte Lysâneas Maciel que fez uma explanação a respeito daquilo a que acabo de assistir em Rondônia, com a instituição de um caixa 2, pelo Governo do Estado, do PMDB, para contabilizar os ganhos que, numa sociedade com o Sr. Romero Jucá, Presidente da Funai, está tendo em razão de uma política entreguista que está adotando, consistente em autorizar, para a derrubada das matas da Amazônia.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Constituinte Raquel Cândido, informe a V. Ex.<sup>a</sup> que não estou irritado. Aliás, a Mesa está sendo extremamente liberal com V. Ex.<sup>a</sup> pois não levantou uma questão de ordem. Há pouco pedia-me que não permitisse as pequenas comunicações, pois queria votar sua emenda e, no entanto, V. Ex.<sup>a</sup> acaba de fazer um "pinga-fogo".

Com a palavra o Constituinte Adylson Motta.

**O SR. CONSTITUINTE ADYLSO MOTA:** – Sr. Presidente, gostaria apenas de deixar registrado que, como tem acontecido desde o início dos trabalhos da Comissão de Sistematização, neste momento o PDS está com todos os seus Constituintes em plenário: quatro titulares e dois suplentes.

**Destaque nº 3258-87 – Emenda nº ES-22364-0, do Sr. Eraldo Tinoco, "que suprime o art. 231 § 1º do Substitutivo nº 1 (art. 197 § 1º do Substitutivo nº 2)." (447ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Em votação o requerimento e preferência para o Destaque nº 3258, do Constituinte Eraldo Tinoco. S. Ex.<sup>a</sup> está presente?

**O SR. CONSTITUINTE ERALDO TINOCO:** – Estou na tribuna, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Desculpe, mas V. Ex.<sup>a</sup> não respondeu à chamada, e normalmente o Parlamentar só assoma à tribuna quando o Presidente lhe concede a palavra. Nós ainda estamos votando a preferência.

Em votação a preferência para o Destaque nº 3258, de autoria do nobre Constituinte Eraldo Tinoco. **(Pausa)**

Aprovada.

Em votação o Destaque nº 3258, referente à Emenda nº 22364, que objetiva suprimir o § 1º do art. 197.

Com a palavra o Constituinte Eraldo Tinoco.

**O SR. CONSTITUINTE ERALDO TINOCO:** – Sr. Presidente. Srs. Constituintes, apesar da circunstância de um número tão pequeno de membros da Comissão, vamos tentar o milagre da aprovação desta emenda, que não trata de matéria política, nem de interesse partidário, nem tampouco de qualquer aspecto ideológico. É uma emenda que tem por objetivo evitar um verdadeiro colapso no sistema energético brasileiro. O § 1º do art. 197 estabelece que a lei poderá atribuir aos Estados a concessão de uso de potenciais de energia elétrica existentes no seu território, obedecidas as normas do artigo.

Srs. Constituintes, esta matéria está amplamente regulamentada em outros dispositivos constitucionais, senão

vejamos: o art. 22, que trata dos bens da União, no seu item II, cita especificamente que:

"são bens da União os lagos, os rios e quaisquer correntes de águas em terrenos do seu domínio e que banham mais de um estado ou que constituem limite com outros países, etc."

Ainda neste artigo, o item VII determina que:

"são bens da União os recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica."

Então, não há dúvida, quanto ao dispositivo constitucional, sobre a quem pertencem os potenciais de energia hidráulica.

Mais adiante, o art. 23, que trata do problema das competências da União, diz, no seu item IX, letra b:

"b) compete à União explorar diretamente ou mediante concessão ou permissão, os serviços e instalações de energia elétrica e o aproveitamento energético dos cursos d'água."

Então, a possibilidade de a União conceder a exploração de potenciais de energia elétrica e o aproveitamento energético dos cursos d'água está perfeitamente caracterizada no art. 23, inciso IX, letra "b".

Por outro lado, Srs. Constituintes, este mesmo art. 23 diz, no seu inciso XVIII:

"XVIII – Compete à União instituir sistema nacional de gerenciamento de recursos hídricos e definir critérios de outorga de direitos de seu uso."

Então, no seu § 1º do art. 197, diz que esta concessão pode ser feita por lei aos Estados. Não está proibida a concessão da exploração energética pelos Estados. Entretanto, chamo a atenção do pequeno número de Constituintes aqui presentes para o seguinte fato: se esta concessão for genérica em lei, o que poderá ocorrer com o aproveitamento energético no País? Um Estado "B", tendo esta concessão genérica, resolve aproveitar um curso de água sem se importar com o que ocorrerá a jusante ou a montante deste potencial. Esse aproveitamento inadequado poderá estar prejudicando um potencial maior em outro Estado, através do fenômeno que os engenheiros chamam de afogamento. Não é nada mais nada menos do que a Argentina fez ao protestar, à época da construção de Itaipu, pensando nos prejuízos que este aproveitamento poderia provocar abaixo.

Srs. Constituintes, se o art. 23 declara que a União pode conceder aos Estados e que, no item XVIII, cabe à União instituir um sistema de gerenciamento de recursos hídricos, definindo critérios de outorga de direito de seu uso, nada mais justo que a União exerça esse direito caso por caso, examinando potencial por potencial de energia para que o sistema energético nacional possa ter o melhor uso.

Concluo: se os dispositivos anteriores mencionados por mim – e peço a compreensão do Sr. Relator já que sua opinião é fundamental nesta matéria – estabelecem que essa concessão não trará prejuízo ao Estado que tendo um potencial aproveitável poderá ter essa concessão, é inteiramente inadequado o que estabelece o § 1º do art. 197.

Por isso, Srs. Constituintes, peço a aprovação da supressão desse § 1º do art. 197. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Não há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao Relator, que dará seu parecer sobre a emenda destacada.

**O SR. RELATOR (Virgílio Távora):** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, sem embargo da brilhante

oratória característica da ação do eminente Constituinte Eraldo Tinoco, a Relatoria não pode dar parecer favorável. Quero chamar a atenção não para os artigos que S. Ex.<sup>a</sup> enumerou, mas para aquele que ele quer extirpar. Uma coisa é "a lei poderá atribuir aos Estados a concessão de uso dos potenciais de energia elétrica existente em seu território" e outra coisa é "a lei poderá atribuir aos Estados a concessão de uso de potencial de energia elétrica". Aí estão bem caracterizados os potenciais que a União pode realmente conceder.

Faço um apelo aos Srs. Constituintes. Como vamos abrir mão disso? O Governo é que faria isso, pelo Executivo, enquanto aqui, através de lei discutida pelo Congresso Nacional, nós autorizaríamos a concessão do uso de tal e qual potencial energético.

Por essas razões, muito a contragosto, temos que dar parecer contra.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Vai-se proceder à chamada.

**(Procede-se à votação)**

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Aluizio Campos, João Calmon, Délio Braz, Christóvam Chiaradia, Eraldo Tinoco, Francisco Dornelles, José Thomaz Nonô, Luís Eduardo, Oscar Corrêa, Jonas Pinheiro, Mozarildo Cavalcanti, Jarbas Passarinho, Adylson Motta, Victor Faccioni, Francisco Rossi, Joaquim Bevilacqua e Sólon Borges dos Reis. Votaram **NÃO** os Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Bernardo Cabral, Celso Dourado, Cristina Tavares, Egídio Ferreira Lima, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Lyra, Francisco Pinto, José Freire, Nelson Carneiro, Nelton Friedrich, Paulo Ramos, Severo Gomes, Sigmaringa Seixas, Virgildásio de Senna, Aécio Neves, Chagas Rodrigues, João Natal, José Costa, Miro Teixeira, Rose de Freitas, Vicente Bogo, Wilson Souza, Ricardo Fiúza, Enoc Vieira, Antônio Carlos Konder Reis, Gerson Peres, Virgílio Távora, Brandão Monteiro, José Maurício, Bocayuva Cunha, Plínio Arruda Sampaio, José Genoíno, Aldo Arantes, Fernando Santana e Beth Azize. **ABSTENÇÃO** do Sr. Constituinte Oswaldo Lima Filho.

**O SR. CONSTITUINTE RICARDO FIÚZA:** – Sr. Presidente, lamentavelmente, cometi um equívoco. Sei que não pode ser retificado, mas, para que conste dos Anais, meu voto seria "sim".

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – A declaração de V. Ex.<sup>a</sup> constará dos Anais.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 17 Constituintes; votaram NÃO 37 Constituintes; absteve-se de votar 1 Constituinte. Total: 55 votos. O Destaque foi **prejudicado** por falta de **quorum** qualificado.

Concedo a palavra ao nobre Constituinte Joaquim Bevilacqua.

**O SR. CONSTITUINTE JOAQUIM BEVILACQUA:** – Sr. Presidente, pedi a palavra para registrar a presença do PTB com dois titulares, na Comissão de Sistematização, Constituintes Francisco Rossi, Joaquim Bevilacqua e Sólon Borges dos Reis. Também, registro, com júbilo, a volta do nobre Constituinte José Genoíno à nossa Comissão. Evidentemente, isso só pode enriquecer o nosso trabalho. Nós nos rejubilamos, juntamente com o Constituinte Plínio de Arruda Sampaio.

**O SR. CONSTITUINTE JARBAS PASSARINHO:** – Concede-me S. Ex.<sup>a</sup> a palavra?

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Com muita honra, concedo a palavra ao Constituinte Jarbas Passarinho.

**O SR. CONSTITUINTE JARBAS PASSARINHO:** – Sou contra os que procuram fazer das nossas sessões um pinga-fogo. Há pouco, ouvi S. Ex.<sup>a</sup>, com a dignidade de sempre, defender a Comissão de um ataque que nos foi feito, como se estivéssemos aqui pouco zelosos em relação ao nosso procedimento.

Agora, permita-me, Sr. Presidente, dizer-lhe: na hora em que V. Ex.<sup>a</sup> anunciou a rejeição de emenda por falta de **quorum** é preciso que fique bem claro que o **quorum** constitucional foi atingido.

Se não me engano, 55 Srs. Constituintes votaram. A matéria foi prejudicada, porque não atingiu **quorum** nem para rejeição, nem para aprovação, mas o **quorum** qualificado está presente nesta Casa. Desculpe-me V. Ex.<sup>a</sup> se isto é apenas expletivo.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> razão. Na verdade, existe **quorum** para a continuidade da sessão da Comissão de Sistematização. O que não existiu foi **quorum** constitucional para aprovação ou rejeição.

Está registrada a participação de V. Ex.<sup>a</sup>. A Mesa agradece a V. Ex.<sup>a</sup> o esclarecimento.

Em votação o requerimento de preferência para o Destaque nº 7610, relativo à Emenda nº 2894, do ilustre Constituinte Christóvam Chiaradia.

Perguntaria ao nobre Constituinte Christóvam Chiaradia, antes de votar a preferência, se mantém o seu destaque, porque ele é idêntico ao destaque do Constituinte Eraldo Tinoco, que não logrou o **quorum** constitucional.

**O SR. CONSTITUINTE CHRISTÓVAM CHIARADIA:** – Sr. Presidente, realmente minha emenda é idêntica à do Constituinte Eraldo Tinoco. Gostaria de vê-la votada pelo Plenário, porque ela é de fundamental importância para o sistema elétrico nacional. Entretanto, diante da manifestação do Plenário e também da impossibilidade de se alcançar **quorum** para a votação, eu desisto do destaque e desejo que essa emenda seja encaminhada ao Plenário da Assembléia Nacional Constituinte. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – A Mesa agradece a V. Ex.<sup>a</sup> a compreensão.

Com a palavra o Constituinte Egídio Ferreira Lima.

**O SR. CONSTITUINTE EGÍDIO FERREIRA LIMA:** – Sr. Presidente, o Partido Comunista do Brasil distribuiu hoje Boletim a todos os Constituintes em que tece críticas à posição assumida por mim na Assembléia Nacional Constituinte. Quero dizer aos integrantes do PC do B que só devo satisfação àqueles que votaram em mim e à sociedade brasileira. E quero dizer que há uma diferença fundamental entre mim e os integrantes do PC do B; eles são os senhores da verdade; não têm dúvidas, não se afligem, vão dormir sem preocupações e acordam lépidos pela manhã, são donos da verdade. Eu, ao contrário, sou acometido de dúvidas, me questiono, acompanho o processo político, tenho consciência da dialética deste processo e de que não é fácil buscar uma solução para cada decisão e para cada momento. O PC do B confunde doutrina com projeto político, doutrina com ideologia; e eu continuo sofrendo, administrando o processo dialético, as contradições deste processo e acreditando na democracia como um valor em si. Não dou mais importância às críticas, mas estamos numa Assembléia Nacional Constituinte e este fato, para o futuro, terá importância, e não quero que minha filha mais tarde tenha conhecimento dessa publicação sem que saiba como se portou seu pai diante do que nela diziam. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – A Presidência entende a natural preocupação de todos os Srs. Constituintes em função de, neste momento, o Plenário

da Assembléia Nacional Constituinte não estar funcionando. Já está havendo profundas dificuldades com relação ao **quorum** para a votação de diversos destaques. Por isso, a :Presidência apela aos Srs. Constituintes para que se limitem à votação dos destaques relacionados, porque vários Constituintes foram ao microfone para reclamar a falta de **quorum** regimental e que por isso as suas matérias não seriam votadas. Se continuar a utilizar a palavra pela ordem – que não existe no Regimento, mas que o costume consagrou – maiores dificuldades encontrarão aqueles que estão com as suas preferências e destaques para serem votados.

**O SR. CONSTITUINTE ALDO ARANTES:** – Sr. Presidente, para uma questão de ordem, ou pela ordem, como a Mesa quiser.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Concedo a palavra ao Sr. Constituinte Aldo Arantes.

**O SR. CONSTITUINTE ALDO ARANTES:** – Sr. Presidente, o Constituinte Egídio Ferreira Lima teceu algumas críticas ao Boletim do PC do B, assim como o PC do B fez críticas a S. Ex.<sup>a</sup> É claro que o nobre Constituinte tem todo o direito de fazer críticas ao PC do B. Gostaria, no entanto, de dizer a S. Ex.<sup>a</sup> que o PC do B não é o dono da verdade, mas tem determinada orientação política, e pautado por ela tem não só votado, mas também manifestado opinião sobre tudo e a respeito de determinados companheiros sobre os quais a expectativa popular era de que tivessem uma posição mais combativa ao lado das teses democráticas em casos concretos e importantes, mas não tiveram. Então, são críticas fraternas que fazemos, que fizemos e que mantemos com relação ao Constituinte Egídio Ferreira Lima, porque era diferente a expectativa que tínhamos da atuação do referido colega em torno de algumas questões concretas que aqui foram colocadas. Não fizemos críticas no vazio. O Constituinte Egídio Ferreira Lima não entrou no mérito das críticas feitas pelo PC do B. O que o PC do B criticou foi a posição que o Constituinte Egídio Ferreira Lima e outros Constituintes tomaram aqui em relação ao papel das Forças Armadas. Consideramos que a manutenção do papel atual das Forças Armadas é uma rendição às pressões exercidas pelos militares sobre a Assembléia Nacional Constituinte.

Então, quero dizer que a nossa posição é política. Não somos donos da verdade, mas temos uma posição a defender. Consideramos que é algo natural, faz parte da democracia fazer elogios e críticas aos nossos companheiros – e eles, obviamente, também terão todo o direito de fazer os seus elogios e as suas críticas.

**O SR. CONSTITUINTE EGÍDIO FERREIRA LIMA:** – Sr. Presidente, peço a palavra...

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Nobre Constituinte, V. Ex.<sup>a</sup> á pediu a palavra pela ordem e fez seu registro, propiciando, em consequência, a resposta do Constituinte Aldo Arantes. Se continuarmos procedendo dessa forma, vamos fazer não um pinga-fogo, mas um **ping-pong** de opiniões. Constituinte Egídio Ferreira Lima, gostaria que V. Ex.<sup>a</sup> encerrasse esse episódio falando pessoalmente com o Constituinte Aldo Arantes. O episódio está solucionado. O Plenário está consciente de sua posição. Este é o apelo que fazemos a V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. CONSTITUINTE EGÍDIO FERREIRA LIMA:** – Sr. Presidente, deixe-me proferir apenas uma frase. Não aceito o PC do B como juiz de meus atos e de meu pensamento político.

**O SR. CONSTITUINTE ALDO ARANTES:** – O juiz não vai ser o PC do B, mas a opinião pública brasileira e o Estado de Pernambuco.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Está encerrado o episódio.

Quando tomamos aqui uma atitude liberal, as pessoas não entendem que esse liberalismo ocorre devido à necessidade de todos se expressarem. Em determinados momentos, não há canal para fazê-lo. Se não tivermos essa compreensão, vamos prejudicar aqueles que requereram preferência e querem que elas sejam votadas. Este é o apelo final que fazemos, pois da próxima vez não mais concederemos a palavra, sob qualquer pretexto, pela ordem, porque não é regimental.

Há sobre a mesa requerimento de preferência para o Destaque nº 3138, de autoria do Constituinte José Maurício. **(Pausa)**

Aprovado.

Passamos, então, à votação do Destaque nº 3138, de autoria do Constituinte José Maurício, que objetiva adicionar ao art. 197 dois parágrafos:

"§ 3º Os Estados e Territórios terão direito a uma indenização de 4% sobre o valor dos hidrocarbonetos extraídos dos seus territórios e plataforma submarina"

"§ 4º Os Municípios terão direito à indenização equivalente a 1% sobre o valor dos hidrocarbonetos extraídos do seu território ou na plataforma submarina a ele confrontante."

Concedo a palavra ao Constituinte José Maurício.

**O SR. CONSTITUINTE JOSE MAURICIO:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, desejo, preambularmente, consignar que a plenitude da bancada do PDT se encontra em plenário, buscando cumprir com suas tarefas, dentro do cronograma estabelecido pela Comissão de Sistematização. Secundariamente, Sr. Presidente, deplorar a ausência dos partidos majoritários nesta Comissão, o que, evidentemente, leva-me a exorar de V. Ex.<sup>a</sup> que encaminhe, pela sua alta significação e pelo que ela representa para os Estados produtores de petróleo, minha emenda ao Plenário, com vista a que, constitucionalmente, definamos, de uma vez por todas, a questão do pagamento da indenização aos Estados pela exploração do petróleo, mais vulgarmente conhecida como **royalties**, consagrada desde o advento da Lei nº 2.004/53, mas que, a nosso ver, há de estar consignada no texto constitucional. É o apelo e a manifestação que gostaria de fazer.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Ilustre Constituinte José Maurício, V. Ex.<sup>a</sup> deixa a Presidência em extrema dificuldade, porque na verdade votou-se a preferência, iniciou-se o processo de votação com o encaminhamento, e V. Ex.<sup>a</sup> solicita que se envie ao Plenário da Constituinte.

Quero, desde logo, para que não haja futuros problemas, alertar os Srs. Constituintes para o fato de que a Consolidação das Regras Regimentais – aqui eu estenderia esta colocação ao ilustre Constituinte Chagas Rodrigues – I estabelece que as emendas não votadas nesta comissão irão para o Plenário da Constituinte.

Chamaria a atenção dos Srs. Constituintes para dois episódios, e quero fazê-lo como uma forma de contribuição, já que estamos eventualmente presidindo a Comissão. As emendas retiradas serão arquivadas, não irão ao Plenário. E há uma segunda circunstância, todos tomamos conhecimento do petítório de 310 Constituintes para mudança do Regimento. Este fato poderá determinar a total modificação das normas consolidadas no que se refere ao envio de matéria para o Plenário. Não posso afirmar que, aprovada integralmente a proposição dos 310 Constituintes, ontem apresentada pelo Constituinte Daso Coimbra, modificar-se-á fundamentalmente a Consolidação. Se houver negociação, por certo haverá um número limitado de emendas que irão ao Plenário. Chamaria a atenção

dos Srs. Constituintes, em especial do Constituinte José Maurício, porque a Mesa, neste momento, não se sente em segurança para informar ao Constituinte se a sua emenda irá ou não ao Plenário.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ MAURÍCIO:** – Sr. Presidente, não tenho a pretensão de contestar V. Ex.<sup>a</sup>, tampouco dialogar com a Mesa, mas peço a máxima vênua do entendimento de V. Ex.<sup>a</sup>, porque não poderia, sem o deferimento da palavra por parte de V. Ex.<sup>a</sup> evidentemente, manifestar-me antes da votação do requerimento de preferência. Daí, eu o fiz somente quando V. Ex.<sup>a</sup> me deferiu a palavra.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Ilustre Constituinte José Maurício, evidentemente que só existiria aqui regimentalmente uma figura: a da desistência de sua emenda. Foi isso que quis deixar claro a V. Ex.<sup>a</sup> Não há a figura regimental de a Mesa enviar para o Plenário. Isso não existe. O que as normas regimentais dizem, com clareza, é:

"São fixados prazos determinados para votação de cada título, findo os quais os destaques remanescentes serão encaminhados ao Plenário da Assembléia Nacional Constituinte nos termos do parecer do Relator, passando-se ao título seguinte."

Obviamente, a emenda de V. Ex.<sup>a</sup> ingressou no regime de votação. Ela não teve, como consequência, a impossibilidade de aqui ser votada como prevê a norma consolidada. Então, a única norma legal a que a Mesa pode amparar-se é a Consolidação das Regras Regimentais, e V. Ex.<sup>a</sup>, salvo melhor juízo, por ser um Parlamentar muito mais antigo do que eu, por certo interpretará melhor as Regras Regimentais. Salvo melhor juízo, só há a figura da desistência.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ MAURÍCIO:** – Sr. Presidente, meu desejo foi tão-só, ante a notória ausência de **quorum** nesta Comissão, o de resguardar o meu direito. Tampouco desejo, evidentemente, estar a fazer interpretações, que cabe à Mesa, mas assegurar o direito de manter uma emenda que vai consagrar o direito do pagamento da indenização aos Estados pela exploração de petróleo.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – A Mesa entende a preocupação de V. Ex.<sup>a</sup>, que é bastante justa.

Com a palavra a Constituinte Cristina Tavares, que pretende apresentar uma questão de ordem.

**A SRA. CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES:** – Sr. Presidente, pedi a palavra pela ordem, em nome da ordem.

Sr. Presidente, estamos diante de um fato e não vamos discuti-lo. Evidentemente, a totalidade da bancada do PDT é representada por três ilustres Parlamentares que vêm votando coerentemente com o programa do partido. Não tenho procuração do PMDB e não quero defendê-lo até porque estou saindo desse partido, mas é preciso que se registre, em nome da verdade, que aqui presentes estão os seus representantes, sobretudo do seu setor progressista. Mas poderia citar alguns, para que isso não ficasse apenas como uma divulgação pró-partido. Aqui estão presentes os Constituintes Abigail Feitosa, Nelson Friedrich, Vilson Souza e Oswaldo Lima Filho. Há uma enorme relação de representantes do PMDB. Não é correta a afirmação partidária dos presentes e dos ausentes.

Lamento, Sr. Presidente, sem querer entrar na questão partidária, o fato de termos ainda algumas propostas, como a do Capítulo das Telecomunicações, monopólio das telecomunicações, que deveriam ser apreciadas por este Plenário. Trata-se de uma questão da maior relevância para a vida moderna, uma questão que está levando trabalhadores da Embratel, e com muita razão, a entrarem em greve em virtude das tentativas reiteradas do Ministério das Comunicações de quebra do monopólio. Aí está

uma empresa mista que ninguém sabe de que tipo de capital – Bradesco e o Globo – a querer usar o satélite internacional como uma fatia do seu mercado. O capitalismo brasileiro tem algumas características interessantes, Sr. Presidente: ele odeia o Estado, o Estado concorrente, mas ele quer o Estado como financiador de suas atividades, como é o caso dessa estranha empresa Victori. Portanto, lamento a ausência dos Srs. Constituintes, não por partido, mas como indivíduos que aqui vieram com compromissos e deixarão de votar matéria da maior importância e da maior gravidade.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Mais uma vez faço um apelo. É evidente que a Constituinte Cristina Tavares tinha todo o direito de fazer essa referência, porque, na verdade, foram feitas críticas ao PMDB, partido do qual ela participa e é Constituinte. E é costumeiro, segundo o Regimento da Casa, que o Constituinte faça sua defesa ou de seu Partido. Agora, faço um apelo aos Srs. Constituintes no sentido de que colaborem com a Mesa, uma vez que a cada palavra pedida pela ordem – que não é uma figura regimental –, nós continuamos a prejudicar a sessão.

**O SR. CONSTITUINTE MIRO TEIXEIRA:** – Sr. Presidente, para uma questão d'e ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE MIRO TEIXEIRA:** – Sr. Presidente, V. Ex.<sup>a</sup> revelou à Casa que são objeto de exame algumas alterações nos critérios para pedidos de destaque de emendas em plenário. Hoje temos um prazo fluindo para destaques e V. Ex.<sup>a</sup> teve toda a cautela ao dizer que nada havia decidido e que nada poderia afirmar. Quero apenas usar a minha dose de tolerância junto a V. Ex.<sup>a</sup> para tentar extrair mais algumas informações sobre o assunto. Sabe V. Ex.<sup>a</sup> quando ficará decidido, afinal? O prazo para destaque do Título IV está vencendo hoje. Existe todo um processo, toda uma burocracia que se realiza em tomo disso e que pode ser perdida. A pergunta que faço é se V. Ex.<sup>a</sup> pode auxiliar-nos informando quando será deliberado, se essas emendas poderão ou não ser aproveitadas, se será aberto um novo prazo para destaques e se este será limitado.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Nobre Constituinte Miro Teixeira, infelizmente não posso responder a V. Ex.<sup>a</sup> por uma razão simples e curial. Ontem foi apresentada uma proposta de modificação do Regimento Interno que, se aprovada, modificará fundamentalmente toda a sistemática de votação no plenário até de emendas, porque na medida em que for aprovada emenda por título, penso eu, se houver emendas de muitos títulos, evidentemente 90% das emendas e destaques estarão prejudicados, porque votados por títulos. Se aprovados, as matérias que não aderirem a ela estarão prejudicadas.

É o que posso informar a V. Ex.<sup>a</sup>, não como Presidente, mas como líder do meu partido, porque nos entendimentos iniciais que o Presidente da Assembléia Nacional Constituinte teve com os Srs. Líderes, e particularmente comigo, S. Ex.<sup>a</sup> sugeriu inclusive a possibilidade de se limitar por Constituinte o número de destaques. É o que posso informar a V. Ex.<sup>a</sup> Não posso ir além porque pelo Regimento, se não estou equivocado, a tramitação de projetos de resolução, se cumprido o prazo, será de 25 dias aproximadamente.

Concedo a palavra ao nobre Constituinte Virgílio Távora, que a havia solicitado pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE VIRGÍLIO TAVORA:** – Sr. Presidente, uma única frase em aditamento ao que a Constituinte Cristina Tavares aqui pronunciou: O PDS tem seis de seus membros presentes a esta sessão e a

Relatoria, com exceção de um de seus relatores auxiliares, também aqui permaneceu todo o tempo.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – A Ata registra a fala do Constituinte Virgílio Távora.

Concedo a palavra ao Constituinte José Costa.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ COSTA:** – Sr. Presidente, há poucos instantes V. Ex.<sup>a</sup> dizia que passaria à votação do título seguinte. Não sei se foi um lapso, mas, para ser verdadeiro, gostaria de pedir um esclarecimento à Mesa: parece-me que existe um cronograma, um protocolo, e o título seguinte, ou seja, o Título VIII, teria sua votação iniciada a partir de amanhã. Deve ter sido um equívoco. Em segundo lugar, já que vários partidos procuraram, em função da ausência do PMDB, fazer registrar suas posições, gostaria de prestar um esclarecimento a V. Ex.<sup>a</sup> e à Casa. A ausência das Lideranças do PMDB e da maioria do Partido, parece-me, se deve a uma decisão política. Em primeiro lugar, porque tem o Relator e, em segundo, por esse capítulo já estar aprovado, à exceção dos destaques requeridos, e a ausência do PMDB é pura e simplesmente uma manifestação inequívoca de que apóia o que está no relatório do eminente Constituinte Bernardo Cabral e o fato de o restante da matéria a ser submetida a voto. Isso é curial, de modo que entendo que o Partido não merece nenhuma crítica a esse respeito. Sou suplente e ficarei até o final da sessão, mas, por justiça, solicito a V. Ex.<sup>a</sup> que fique registrado que a ausência do PMDB é uma decisão política, e que o partido ficará com as disposições contidas no Relatório Bernardo Cabral, um dos membros proeminentes do PMDB.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Para responder a V. Ex.<sup>a</sup>, pelo menos quanto à primeira parte da questão de ordem devo dizer que, a não ser que, evidentemente, tenha sido um lapso ou um grande equívoco, nem mesmo eu percebi o que tinha anunciado, pelo menos subjetivamente não passou pela minha cabeça. Talvez as palavras não tenham saído coordenadamente com o meu pensamento e tenha falado o que não quis, pois não poderia falar em votação do título seguinte.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – Pela ordem, Sr. Presidente, só para fazer um registro.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – V. Ex.<sup>a</sup> ainda vai falar sobre o *affaire* da presença ou não do PMDB?

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – Se forem verdadeiras as afirmações do Constituinte José Costa, certamente que a Liderança do PMDB, por um mínimo de respeito pela bancada do partido na Comissão de Sistematização, deveria ter feito a comunicação.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Nobre Constituinte Paulo Ramos, V. Ex.<sup>a</sup> sabe do respeito que lhe tenho, mas o Plenário da Comissão não pode servir de palco das questões internas do PMDB. Penso que essas questões devem ser discutidas internamente com sua liderança.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – Sr. Presidente; foram os Constituintes do PDT que fizeram referência ao PMDB e V. Ex.<sup>a</sup> silenciou.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – V. Ex.<sup>a</sup>, além de injusto, não está sendo fidalgo comigo, como sempre fui com V. Ex.<sup>a</sup> o que lamento. Todos os Deputados que aqui estiveram fizeram referência à presença das suas bancadas. Fiz um apelo a V. Ex.<sup>a</sup>, a quem sempre fui fidalgo e admiro muito. Mas, no momento em que V. Ex.<sup>a</sup> perdeu um pouco a razão, procurou me agredir. Não aceito esta agressão e lhe agradeço, inclusive, a veemência.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Sr. Presidente, vou apenas reiterar uma questão de ordem

que diversas vezes tenho levantado. O Regimento em vigor, em seu art. 27, diz que a votação será feita por títulos ou capítulos, ressalvadas as emendas e os destaques concedidos.

Não há possibilidade de destaques remanescentes ou para votação em globo, de modo que um título só será aprovado se todos os destaques forem apreciados e votados. Entendeu a certa altura a Mesa, num acordo de Lideranças, que poderia aprovar títulos dando-lhes um cronograma e fazendo as Lideranças uma seleção dos destaques a serem votados. Os que não fossem aprovados seriam considerados remanescentes e encaminhados ao Plenário.

Isso não tem amparo no Regimento, coloca uma enorme vulnerabilidade nos títulos já aprovados e, possivelmente, em outros títulos, porque, quando um título é aprovado, ressalvados os destaques, todos os destaques têm de ser, evidentemente, votados.

Levanto esta questão de ordem como já o fiz por diversas vezes na votação da redação final do título anterior.

Estou apenas, neste momento, querendo ressaltar que, se destaques permanecerem sem apreciação, se poderá, mais uma vez, levantar a prejudicialidade ou, pelo menos, a vulnerabilidade da aprovação do título.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, pela ordem, para contraditar.

Espero que o eminente e brilhante colega, Constituinte Carlos Sant'Anna, não se aborreça com o que lhe vou dizer, mas até decorei essa questão de ordem de S. Ex.<sup>a</sup> Ela já está memorizada, pois acredito que é a terceira ou quarta vez que S. Ex.<sup>a</sup> a vem repisando e repetindo. Gostaria que S. Ex.<sup>a</sup> nos poupasse de ouvir essa argumentação, porque já a conhecemos e ela está dentro de nossa cabeça. Assim, ganharíamos tempo para continuar na votação.

Com o nosso pedido de desculpas, solicitaríamos a S. Ex.<sup>a</sup> que se convencesse e aceitasse a decisão que já foi dada, porque a repetição é cansativa e só faz procrastinar os trabalhos da Comissão de Sistematização.

É o meu apelo.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Como disse o próprio Constituinte Carlos Sant'Anna ao levantar a sua questão de ordem, que já o fizera em inúmeras outras oportunidades – S. Ex.<sup>a</sup> apenas queria ressaltar as questões de ordem anteriores – a Mesa entende que ressaltadas estão – e, em consequência, também registradas estão – a sua dúvida e a sua inquietação.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Sr. Presidente, pela ordem, para um esclarecimento final. Quando o Substitutivo chegar ao Plenário, posso levantar a questão de ordem fundamental: que não há Substitutivo, porque não doí aprovado, porque os Títulos não foram aprovados, porque os destaques não foram todos votados e não há, no Regimento, a figura do destaque remanescente.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Constituinte Carlos Sant'Anna, não posso dizer mais nada, mas a Casa sabe que V. Ex.<sup>a</sup> levantou uma questão de ordem tática. Pouca coisa poderíamos falar aqui sobre sua questão de ordem, que não é para ser respondida.

Requerimento de preferência para o Destaque nº 2645, referente à emenda do Constituinte Nilton Friedrich. Em votação. Os Srs. Constituintes que estiverem de acordo com a preferência, permaneçam como estão.

**O SR. CONSTITUINTE NELTON FRIEDRICH:** – Sr. Presidente, gostaria de homenagear os resistentes e retirar o destaque. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Retirado o destaque.

Sobre a mesa, requerimento de preferência para o Destaque nº 1920, de autoria do Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva. O Constituinte não está presente. Aliás, já ocupara o microfone para informar que se retirava. Em consequência, prejudicado seu destaque.

Em votação o pedido de preferência para o Destaque nº 2818, referente à Emenda 24210, de autoria do Constituinte Farabulini Júnior.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr. Presidente, credenciado pelo Constituinte Farabulini Júnior, desejaria pedir a V. Ex.<sup>a</sup>, sem que tal importe em desistência, a remessa do destaque diretamente ao Plenário da Assembléia Nacional Constituinte.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Com todas as observações feitas pela Mesa, V. Ex.<sup>a</sup> será atendido, se for possível.

Requerimento para votação de preferência do Destaque nº 4171, referente à Emenda nº 23604, de autoria da Constituinte Raquel Cândido. A Constituinte Raquel Cândido não está presente.

Prejudicado o destaque.

Em votação o requerimento de preferência para o Destaque nº 3149, de autoria do Constituinte José Maurício.

Com a palavra o Constituinte José Maurício.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ MAURÍCIO:** – Sr. Presidente, acatando a ponderação dantes argüida por V. Ex.<sup>a</sup>, antes mesmo que V. Ex.<sup>a</sup> submeta à votação a preferência, rogo seja resguardado o direito de este destaque ser encaminhado ao Plenário, independentemente da interpretação de V. Ex.<sup>a</sup>. Mas quero também, Sr. Presidente, se V. Ex.<sup>a</sup> me permite, dizer, menos pelo desejo de ser simpático à Mesa e ao quadro de Relatores da Comissão de Sistematização, da minha alegria, da minha satisfação pessoal por ver os três unidos, umbilicalmente ligados, buscando corresponder aos anseios e às necessidades da Comissão de Sistematização, extrapolando nesse texto a interpretação mais escorreita e mais capaz de atender aos anseios da sociedade brasileira.

É justo que se fixe isso como o nosso reconhecimento de natureza pessoal. E é justo, também, que se fixe assim na medida em que nós, vez por outra, lemos nos jornais e nas revistas sobre órgãos e setores inconformados com os avanços significativos e extrapolados sobretudo pelo 2º Substitutivo, de autoria do Constituinte Bernardo Cabral. Ao fazê-lo, Sr. Presidente, quero dizer que, para minha alegria, aquele destaque e aquela emenda ainda há pouco trazidos à colação já estão contemplados, segundo entendimento que tivemos com o Sr. Relator, no seu relatório final, para efeito da conclusão dos trabalhos da Comissão de Sistematização.

Era o registro que gostaria de consignar.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, peço a palavra para registrar os meus agradecimentos.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Com a palavra o Relator Constituinte Bernardo Cabral.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, quero agradecer, em nome dos meus companheiros de Relatoria aqui presentes, Constituintes Virgílio Távora, Antônio Carlos Konder Reis e José Fogaça, uma vez que o Constituinte Adolfo Oliveira teve de se ausentar, os meus agradecimentos sinceros ao Constituinte José Maurício.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Em votação o requerimento de preferência para o Destaque nº 1748, de autoria do Constituinte Bocayuva Cunha.

Com a palavra o Constituinte Bocayuva Cunha.

**O SR. CONSTITUINTE BOCAYUVA CUNHA:** – Sr. Presidente, antes mesmo de colocar em votação a preferência para este destaque, a exemplo do que fizeram outros colegas, como o Constituinte Gastone Righi, vou retirá-lo, aqui na Comissão de Sistematização, a fim de que seja apreciado pelo Plenário.

Trata-se de emenda que acrescenta ao Inciso II do art. 234 as palavras "e do gás natural", a pedido da Associação de Engenheiros da Petrobrás, caracterizando assim como monopólio da União a refinação não apenas do petróleo, mas também de gás natural, não incluído por esquecimento nosso.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – O Constituinte Bocayuva Cunha também solicita que sua emenda seja enviada ao Plenário, se possível.

**O SR. CONSTITUINTE ALUÍZIO CAMPOS:** – Sr. Presidente, pela ordem. É evidente a escassez de presença no Plenário. Talvez não haja mais **quorum** para votação. Nesta altura, parece que seria mais democrático tomarmos uma decisão dentre as seguintes alternativas: ou encerrar a sessão, porque não há condição de obter **quorum** para votação, ou então fazer um apelo, como ora faço, de esvaziar ainda mais o Plenário, para dar oportunidade a que todos os destaques que ainda faltam ser votados sejam remetidos a Plenário. Caso contrário, eles poderão eventualmente ser prejudicados por ausência de seus autores.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Ilustre Constituinte Aluizio Campos, não é sem angústia que a Mesa tem observado que, a cada momento, o número dos Srs. Constituintes diminui. Entretanto, estamos com duas questões. Estamos a dez minutos do final da sessão. Consulte o Regimento da Comissão de Sistematização, porque usualmente pode ser suspensa a sessão, de ofício, pela Mesa, quando é evidente a falta de **quorum** ou a requerimento de qualquer dos Srs. Constituintes. E verifiquei que ele estabelece o **quorum** mínimo para abertura da sessão mas não fala no **quorum** mínimo para votação. Temos, então, de ser elásticos na sua interpretação. Se só podemos aprovar ou rejeitar matéria com 47 votos, é evidente que é necessário o **quorum** de 47 votos.

Por isso, para que não sejam prejudicados os Srs. Constituintes, e já que só faltam dez minutos para o encerramento da sessão, sugiro que prossigamos os trabalhos, de acordo com o que tem sido requerido por todos aqueles que têm destaques para remeter ao Plenário. Esta a ponderação que faço.

Convido o Constituinte Aluizio Campos para me substituir por dez minutos.

Em votação requerimento de preferência, de autoria do Constituinte Paulo Ramos, para o Destaque nº 7968 (**Pausa**) Aprovado.

(Assume a Presidência o Sr. Constituinte Aluizio Campos)

**O SR. CONSTITUINTE MIRO TEIXEIRA:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE MIRO TEIXEIRA:** – Sr. Presidente, é notório que não há número. Podem existir destaques para matérias muito relevantes, que acabarão sendo prejudicadas pela falta de número e, conseqüentemente, não se beneficiarão com sua ida automática para o Plenário – a não ser que esteja equivocado. A proposta que encaminho a V. Ex.<sup>a</sup> nesta questão de ordem é no sentido de que não sacrifiquemos a possibilidade de o Plenário apreciar tais matérias e que as que até agora não tenham sido examinadas sejam automaticamente remetidas ao Plenário. Se forem aqui votadas, serão pre-

judicadas e se perderá boa oportunidade para aperfeiçoar o projeto.

Em nome do interesse de companheiros ausentes, alguns até por motivos justos, requeiro à Mesa que considere remetidas ao Plenário, automaticamente, todos os destaques que não foram apreciados até o momento.

**O SR. CONSTITUINTES GERSON PERES** – Sr. Presidente, peço a palavra, para contrair a questão de ordem do nobre Constituinte Miro Teixeira.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, faltam sete minutos para terminar a sessão. Não é por isso que vamos pisar no Regimento da Casa. Só o autor da matéria pode pleitear o que está querendo o nobre Constituinte Miro Teixeira. S. Ex.<sup>a</sup> não tem procuração para falar em nome dos atores sobre as demais emendas, infringindo, assim, o Regimento. E a Mesa, se atender à questão de ordem de S. Ex.<sup>a</sup>, cometerá o mesmo erro.

Por isso Sr. Presidente, peço a V. Ex.<sup>a</sup> que caminhe com o relógio, dentro do Regimento, apreciando todas as emendas que aí estão, e seus autores solicitariam, na forma regimental, a remessa da matéria, se for possível, para o Plenário da Assembléia Nacional Constituinte.

**O SR. CONSTITUINTE SIQUEIRA CAMPOS:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – V. Ex.<sup>a</sup> tem a palavra, pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE SIQUEIRA CAMPOS:** – Sr. Presidente, falou a voz da razão. O Constituinte Miro Teixeira observou muito bem quando disse que devemos fazer um esforço, já que é visível a falta de número, não de **quorum**, porque se estivessem todos os Constituintes de acordo com as matérias – somos 47 – poderíamos aprová-las. Mas elas não têm obtido, a não ser em raríssimas ocasiões, unanimidade. Assim, efetivamente não aproveitaremos certas matérias, iríamos prejudicá-las.

Constituinte Miro Teixeira tem razão. V. Ex.<sup>a</sup> não precisa suspender a sessão. Ninguém tem medo de trabalho. Nós enfrentamos essa situação. Só peço a V. Ex.<sup>a</sup> a que, nestes cinco minutos, ouça as Lideranças e os Srs. Constituintes, membros da Comissão de Sistematização, sobre a posição de cada um. E encerraremos os nossos trabalhos no prazo estabelecido, às 20 horas, não colocando as matérias em votação para não prejudicá-las, a fim de que todas possam ir à apreciação do Plenário.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS ALBERTO CAÓ:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos)** – V. Ex.<sup>a</sup> tem a palavra, pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS ALBERTO CAÓ:** – Sr. Presidente, infelizmente tenho que me incorporar a tantas e tantas lamentações feitas neste Plenário, em face da ausência de Parlamentares, fato que impede a votação de matérias, muitas delas, ou todas elas, de alta relevância.

Quero, no entanto, deixar registrada a nossa preocupação com o fato. Entre as preferências de destaque que se encontram sobre a mesa, uma se refere à questão das telecomunicações. Corremos o risco de o Substitutivo Bernardo Cabral subir para apreciação do Plenário com uma posição totalmente definida no que se refere a essa questão. Tal como está hoje, o projeto é ambíguo, senão ambivalente. O próprio Relator, em determinado momento, chamou a atenção do Plenário da Comissão de Sistematização para essa ambigüidade e ambivalência.

Peço, portanto, a V. Ex.<sup>a</sup> que registre o fato de que apresentamos pedido de preferência para destaque referente à emenda que estabelece claramente o monopólio de telecomunicações, nos termos em que está estatuído no Código Brasileiro de Telecomunicações, obra de alguns Constituintes que têm assento na Comissão de Sistematização, tais como Fernando Santana, Nelson Carneiro – para não falar dos ausentes Nicolau Tuma e o Dr. Barbosa Lima Sobrinho.

Sr. Presidente, para prevenir qualquer risco quanto a essa matéria, desprovida de caráter ideológico, mas essencial, inerente ao exercício da própria soberania nacional, pedimos a V. Ex.<sup>a</sup>, como matéria cautelar, que seja encaminhado ao Plenário o Destaque nº 5.754/87, coincidentemente de nossa autoria.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Com a palavra o nobre Constituinte Paulo Ramos, pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – Sr. Presidente, constam da planilha três destaques de minha autoria. Além de desistir, solicito a V. Ex.<sup>a</sup> que encaminhe ao Plenário o que já foi anunciado e também, a bem da ordem, os demais destaques.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem a palavra o Constituinte Fernando Santana, para uma questão de ordem.

**O SR. CONSTITUINTE FERNANDO SANTANA:** – Sr. Presidente, em face da situação que estamos no momento atravessando, peço a V. Ex.<sup>a</sup> que todos os destaques assinados por Roberto Freire, Augusto Carvalho e Fernando Santana, as emendas do PCB, sejam também remetidos para o Plenário.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem a palavra o Constituinte Nelson Friedrich, para uma questão de ordem.

**O CONSTITUINTE NELTON FRIEDRICH:** – Senhor Presidente, como temos ainda alguns destaques, fazemos também a solicitação de que me sejam encaminhados ao Plenário.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem a palavra o Constituinte Oswaldo Uma Filho, para uma questão de ordem.

**O SR. CONSTITUINTE OSWALDO LIMA FILHO:** – Sr. Presidente, como aqui foi levantada uma questão de ordem pelo irrequeto Constituinte representante do Pará, no sentido de que só pessoalmente os Constituintes autores dos destaques poderiam requerer seu envio ao Plenário, venho, cumprindo essa exigência do ilustre Constituinte Gerson Peres, requerer a V. Ex.<sup>a</sup> que os Destaques de nºs 1853, que diz respeito a uma disciplina sobre minérios estratégicos; 3651, que dispõe sobre o Código Nacional de Pesca; 1845, que aborda a questão das terras públicas; 1837, que determina os impostos a serem aplicados ao latifúndio; 1842, que estabelece normas sobre a produção de alimentos básicos; 1844, que dispõe sobre o Fundo Nacional de Reforma Agrária; 3658, que se refere à intervenção do Estado, e o de nº 3648, que dispõe sobre a possibilidade de criação de bancos como competência dos Estados-membros da Federação, sejam remetidos ao Plenário, tendo em vista a manobra aqui praticada pelas Lideranças dos partidos, contra a qual volto a protestar.

**O CONSTITUINTE NELTON FRIEDRICH:** – Senhor Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra, pela ordem.

**O CONSTITUINTE NELTON FRIEDRICH:** – Senhor Presidente, peço a palavra a propósito de um destaque de minha autoria, que tomou o nº 1. Foi a pri-

meira preferência, mas, como se trata de emenda aditiva, normalmente só poderia ser apreciada quando tivéssemos votado todos os artigos. Solicito, pois, que ele seja encaminhado ao Plenário. Contudo, Sr. Presidente, não desejo que apenas este meu pedido de destaque seja remetido a plenário. Veja V. Ex.<sup>a</sup> que já são oito horas. Então não há mais possibilidade de se votar nenhum destaque. Portanto, peço a V. Ex.<sup>a</sup> que todos os pedidos de preferência contidos na planilha sejam automaticamente remetidos ao Plenário, na forma do Regimento. E, se houver alguma modificação regimental, então nos reservaremos para, também na forma das normas regimentais, encaminhar nossos destaques ao plenário.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A Mesa deseja fazer uma comunicação aos Srs. Constituintes.

Hoje foram votadas duas redações finais – as dos Títulos V e VI. Então, com a aprovação dessas redações finais, a matéria sai da órbita da Comissão de Sistematização. Não recebemos nenhuma comunicação quanto ao estabelecimento de prazo para a apresentação dos destaques sobre estes dois títulos. De maneira que, evidentemente, só depois da publicação das redações é que provavelmente o Presidente Ulysses Guimarães irá examinar a matéria. Estou fazendo esta comunicação porque fui solicitado por vários companheiros sobre o início do prazo para a apresentação dos destaques. As normas consolidadas, o seu item 7, dispõem o seguinte:

"São fixados prazos determinados para votação de cada título, findos os quais, os destaques remanescentes serão encaminhados ao Plenário da Assembléia Nacional Constituinte, nos termos do parecer do Relator, passando-se ao título seguinte."

Hoje se extingue o prazo para a votação do Título VII, e já está encerrada a hora para prosseguirmos na votação. Então, a decisão da Mesa é no sentido de que, nos termos do item que acabei de ler, sejam remetidos ao Plenário todos os destaques ainda não submetidos à votação.

**O SR. CONSTITUINTE ALDO ARANTES:**– Sr. Presidente, solicito que todas as emendas não apreciadas sejam encaminhadas ao plenário.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Todas as emendas que não forem votadas e os respectivos destaques, juntamente com os textos aprovados, irão ao plenário. Amanhã, no início da reunião, teremos meia hora para fazermos a apresentação das preferências.

### III– SUSPENSÃO DA REUNIÃO

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A Presidência vai suspender os trabalhos, convocando os Senhores Constituintes para a continuação da presente reunião, amanhã, dia 12-11-87, às 9:00 horas.

Está suspensa a reunião.

**EM 12 DE NOVEMBRO DE 1987 <sup>(1)</sup>**

Presidência dos Srs.: **Aluizio Campos**, Primeiro-Vice-Presidente; **Jarbas Passarinho**, Terceiro-Vice-Presidente.

### I– REABERTURA DA REUNIÃO

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Havendo número regimental, declaro reaberta a reunião.

As 10:04 horas comparecem os Senhores: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Adolfo Oliveira; Afonso Arinos, Alcení Guerra, Alfredo. Campos, Almir Gabriel, Aloysio Chaves, Aluizio Campos, Antônio Britto, Antonio Farias, Antônio Carlos Konder Reis, Antoniocarlos Mendes Thame, Arnaldo Prieto, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Brandão Moriteiro, Carlos Chiarelli, Carlos Mosconi, Carlos

Santa'Anna, Celso Dourado, Christóvam Chiaradia, Cid Carvalho, Cristina Tavares, Darcy Pozza, Egidio Ferreira Lima, Eraldo Tinoco, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Gasparian, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Lyra, Francisco Benjamim, Francisco Dornelles, Francisco Pinto, Francisco Rossi, Gastone Righi, Gerson Peres, Gilson Machado, Haroldo Lima, Haroldo Sabóia, Ibsen Pinheiro, Inocêncio Oliveira, Jamil Haddad, Jarbas Passarinho, João Calmon, João Herrmann Neto, Joaquim Bevilacqua, José Fogaça, José Freire, José Geraldo, José Ignácio Ferreira, José Jorge, José Lins, José Luiz Maia, José Maurício, José Paulo Bisol, José Bicha, José Santana de Vasconcellos, José Serra, José Thomaz Nonô, José Ulisses de Oliveira, Luís Eduardo, Luiz Inácio Lula da Silva, Lysâneas Maciel, Manoel Moreira, Marcondes Gadelha, Mário Assad, Mário Lima, Milton Reis, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nelson Friedrich, Nilson G2bsen, Oscar Corrêa, Osvaldo Coelho, Oswaldo Lima Filho, Paulo Pimentel, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Plínio Arruda Sampaio, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Ricardo Fiuza, Roberto Freire, Rodrigues Palma, Sandra Cavalcanti, Severo Gomes, Sigmaringa Seixas, Siqueira Campos, Theodoro Mendes, Virgildásio de Senna, Virgílio Távora, Adroaldo Streck, Adylson Motta, Aécio Neves, Afif Domingos, Albano Franco, Aldo Arantes, Antonio Mariz, Annibal Barcellos, Beth Azize, Bocayuva Cunha, Bonifácio de Andrada, Carlos Cardinal, Carlos Alberto Caó, Chagas Rodrigues, Daso Coimbra, Délio Braz, Enoc Vieira, Euelides Scalco, Fernando Santana, Furtado Leite, João Agripino, João Menezes, João Natal, Jofran Frejat, Jonas Pinheiro, Jorge Hage, José Carlos Grecco, José Costa, José Genoíno, José Lourenço, José Maranhão, José Tavares, José Tinoco, Lídice da Mata, Luiz Salomão, Manuel Viana, Márcio Braga, Marcos Lima, Michel Temer, Miro Teixeira, Mozarildo Cavalcanti, Nelson Wedekin, Octávio Elísio, Ottomar Pinto, Paes Landim, Ricardo Izar, Roberto Brant, Rase de Freitas, Sólton Borges dos Reis, Sotero Cunha, Uldurico Pinto, Valmir Campeio, Vicente Bogo, Victor Faccioni, Vilson Souza, Ziza Valadares. Estiveram presentes ainda os seguintes Senhores Constituintes: Florestan Fernandes, Paulo Delgado e Chico Humberto. Deixou de comparecer o Senhor Constituinte Wilson Martins.

### II – EXPEDIENTE

#### Ofícios do Sr. Líder do PDT:

Ofício nº 187/87

Brasília, 12 de novembro de 1987

A Sua Excelência o Senhor  
Constituinte Ulysses Guimarães  
DD. Presidente da Assembléia Nacional Constituinte  
Nesta

Senhor Presidente:

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência o Constituinte Bocayuva Cunha para substituir o Constituinte Brandão Monteiro, como membro Titular da Comissão de Sistematização.

Informo, outrossim, que a partir de 14-11-87 o Constituinte Brandão Monteiro reassumirá suas funções na referida Comissão.

No ensejo, renovo a Vossa Excelência protestos de consideração e apreço.– Constituinte **Brandão Monteiro**, Líder do PDT.

Ofício nº 188/87

Brasília, 12 de novembro de 1987

A Sua Excelência o Senhor  
Constituinte Ulysses Guimarães  
DD. Presidente da Assembléia Nacional Constituinte  
Nesta

Senhor Presidente:

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência o Constituinte Vivaldo Barbosa para substituir o Consti-



tuíte Bocayuva Cunha, como membro Suplente da Comissão de Sistematização,

Informo, outrossim, que a partir de 14-11-87 o constituinte Bocayuva Cunha reassumirá suas funções na referida Comissão.

No ensejo, renovo a Vossa Excelência protestos de consideração e apreço. – Constituinte **Brandão Monteiro**, Líder do PDT.

**Do Sr. Líder do PDS:**

#### **EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO**

Comunico a Vossa Excelência que o Deputado Adylson Motta funcionará nas reuniões que apreciam o Título em discussão como Primeiro-Suplente do PDS seguido dos Deputados Bonifácio de Andrada e Victor Faccioni.

Sala das Reuniões, 12 de novembro de 1987.– Deputado **Amaral Netto**, Líder do PDS na ANC.

### **III– COMUNICAÇÕES**

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Vamos passar à votação do Título VIII da Ordem Social. Os Srs. Constituintes já tiveram o prazo de meia hora para apresentação das suas preferências.

Vamos iniciar a votação pela planilha que apresenta o acordo das Lideranças, conforme vem sendo decidido.

**O SR. CONSTITUINTE RUY NEDEL:** – Sr. Presidente para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Tem a palavra o nobre Constituinte, para uma questão de ordem.

**O SR. CONSTITUINTE RUY NEDEL:** – Essa planilha do novo cronograma, quando da sessão plenária da Assembléia Nacional Constituinte, presidida pelo ilustre Constituinte Ulysses Guimarães, que apresentou aos membros da Assembléia essa possibilidade do novo programa para a Comissão de Sistematização e eliminação de destaques por um acordo de Lideranças, entrei com um requerimento verbal para que no Capítulo dos índios permanecessem os destaques que haviam entrado; até porque eram poucos os destaques e o problema é bastante sério. Temos informações seguras de que existe o risco, inclusive, de comunidades indígenas se imolarem num suicídio coletivo caso permaneça como está, tirando suas perspectivas de sobrevivência.

Então, minha pergunta é a seguinte: Quero saber se permaneceram os destaques que havia para o Capítulo dos índios.

Levanto agora esta questão de ordem para que, caso tenham sido retirados esses destaques, haja tempo para recolocá-los, porque está registrado nos Anais que, quando desse acordo de Lideranças, o Capítulo dos índios ficaria com os destaques que já haviam sido apresentados.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – A Mesa tem adotado o critério de dar preferência para a votação aos destaques organizados de acordo com as Lideranças.

Posteriormente, quando se termina a votação desses destaques, entram os destaques individuais, de cada Constituinte, relativos àquele título.

Ainda ontem, por decisão da Mesa, já às 20 horas, ou um pouco antes, não havia mais tempo para se votar todos os destaques apresentados individualmente pelos Constituintes. Por ser um direito de S. Ex.<sup>as</sup> não podemos, absolutamente, sobrestar; assim, consideramos esses destaques como não votados, para efeito de remetê-los ao Plenário da Assembléia Nacional Constituinte.

Então, se porventura encerrado o prazo estabelecido na planilha que V. Ex.<sup>a</sup> acaba de mencionar e não tiver-

mos votado todos os destaques individualmente apresentados pelos companheiros, eles subirão ao Plenário da Constituinte para lá serem apresentados.

**O SR. CONSTITUINTE RUY NEDEL:** – Com a devida vênia, Sr. Presidente, acho que não obtive a resposta.

Ficou bem claro que seria eliminado, com aquele acordo de Lideranças, um número grande de destaques, em torno de oito mil, que haviam sido apresentados pelos Constituintes. Mas, do Capítulo dos índios, aqueles poucos destaques, de poucos Constituintes que os elaboraram e deixaram, esses permaneceriam para serem votados na Comissão de Sistematização. Essa foi a concordância do Presidente Ulysses Guimarães e, por isso, peço que, se porventura, por acúmulo de trabalho ou por uma falha mental, não foi comunicada às Lideranças essa decisão da Assembléia Nacional Constituinte, então, aqueles destaques sobre o Capítulo dos índios sejam colocados ali venham a Plenário, porque ainda há tempo. Ele é o último capítulo desse título.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – O Capítulo dos índios é o último capítulo anterior às Disposições Transitórias e vai ser incluído na votação desse título. Há emendas e destaques apresentados sobre a modificação de disposições desse capítulo – Capítulo dos índios – só ficará prejudicada a matéria que, porventura, já tenha sido antecipadamente aprovada, mas não podemos deixar de apreciar a votação desse capítulo na parte em que ainda não foi submetida à votação, apenas nessa parte. Depois, então, a matéria será encaminhada a Plenário se, porventura, não houver tempo de ser apreciada.

**O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO BRITTO:** – Sr. Presidente, o que me parece que está preocupando o ilustre Constituinte Ruy Nedel é o seguinte: S. Ex.<sup>a</sup> tem uma informação de que o Presidente Ulysses Guimarães haveria concordado em que os destaques sobre a questão do índio fossem votados. No entanto, aqui, na Comissão de Sistematização, só se votará aquilo para o qual houver sido solicitada preferência. Então, eu pediria a V. Ex.<sup>a</sup>, como sugestão, que recebesse os destaques que eventualmente o Constituinte Ruy Nedel tem, desde que S. Ex.<sup>a</sup> vá à Mesa e solicite preferência.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Já esclareci ao nobre Constituinte que, não estando os destaques incluídos na planilha do acordo de Lideranças, eles serão recebidos depois da votação desse destaque.

**A SRA. CONSTITUINTE ABIGAIL FEITOSA:** –Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – V. Ex.<sup>a</sup> tem a palavra.

**A SRA. CONSTITUINTE ABIGAIL FEITOSA:** – Sr. Presidente, quando o Título da Ordem Social começa a ser votado, eu gostaria de trazer aqui o meu protesto, porque, enquanto no País, no Nordeste, no meu Estado da Bahia, as pessoas estão morrendo de fome, inclusive até os padres no São Francisco estão fazendo greve de fome, Sr. Presidente, a CFP vai exportar quatro milhões e sete mil toneladas de arroz. É um absurdo que se exporte alimento neste País e as pessoas estejam morrendo de fome. Gostaria que esta Comissão tomasse uma atitude para levar esse protesto ao Ministro da Agricultura e ao Senhor Presidente da República, porque é inaceitável; é uma política assassina e irresponsável.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Fica registrado o protesto de V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. CONSTITUINTE LUIZ SALOMÃO:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):**– Tem a palavra V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. CONSTITUINTE LUIZ SALOMÃO:** – Sr. Presidente, é para lamentar e registrar mais essa manifes-

tação intempestiva e infeliz do Senhor Presidente da República, que ameaça os membros da Assembléia Nacional Constituinte, sobretudo aqueles membros dos partidos que dão respaldo ao Governo, que integravam a extinta Aliança Democrática, ameaçando aqueles que não votarem nos cinco anos com medidas punitivas, com medidas de retaliação.

Acredito que os membros da Comissão de Sistematização, como de resto a grande maioria, a quase totalidade dos membros desta Assembléia Nacional Constituinte, saberão reagir à altura, honrando os mandatos que receberam do povo brasileiro, votando de acordo com a sua consciência, de acordo com as necessidades do País, que se debate nessa crise que a cada dia se agrava e se aprofunda, exatamente em face da falta de visão estadista daquele que chefia o Governo.

Assim, Sr. Presidente, manifesto o meu repúdio por esta atitude insólita e ameaçadora do Executivo que mais uma vez tenta intervir nos trabalhos da Constituinte, manifestando sua vontade de uma forma absolutamente violenta, ameaçadora e prepotente.

Tenho certeza de que os membros da Constituinte, sobretudo os do PMDB e do PFL, reagirão à altura, votando com altivez de acordo com a sua consciência.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Tem a palavra o nobre Relator Bernardo Cabral.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, tenho tido o cuidado, na qualidade de Relator principal, de, além dos companheiros que comigo estão desde a primeira hora, Constituintes Adolfo Oliveira, Antônio Carlos Konder Reis e José Fogaça, convidar para participar da Relatoria aqueles que ficaram mais perto no trato com os títulos.

Foi o que aconteceu, Sr. Presidente, com o Título VI, quando convidei o Constituinte Fernando Coelho; Título VII, o eminente Constituinte Virgílio Távora, que ainda deverá voltar para o Capítulo da Ciência e Tecnologia, e agora, neste instante, Sr. Presidente, está me dando a honra o Constituinte Almir Gabriel, que a exemplo dos demais citados, esteve desde a primeira hora, juntamente com o Constituinte Carlos Sant'Anna, tratando deste Título VIII.

Comunico oficialmente aos eminentes companheiros que o Constituinte Almir Gabriel estará aqui conosco, colaborando neste Título. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Tem V.Ex.<sup>a</sup> a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Tem a palavra, pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE HAROLDO LIMA:** – Sr. Presidente, peço a paciência de V. Ex.<sup>a</sup> por um instante para, antes de começarmos o processo propriamente dito de votação, manifestar aqui a minha absoluta estranheza, a minha perplexidade pelas notícias que estão sendo divulgadas hoje em nosso País, a respeito do posicionamento insolente, despropositado do Presidente José Sarney dando um péssimo exemplo à civilização brasileira, à democracia em nosso País.

O Presidente José Sarney vem declarar de público, através de seu porta-voz, que quem votar nos 4 anos será considerado seu inimigo e que deve, então, arcar com as conseqüências.

Sr. Presidente, quais são as conseqüências? Por acaso Sua Excelência mandará prender alguns dos Constituintes? Seguramente não será isso. As conseqüências que Sua Excelência arrogantemente anuncia é tirar os cargos dos Constituintes, desprestigiar os Constituintes, não mais receber os Constituintes, perseguir os Constituintes.

Sr. Presidente, registro, em nome do PC do B, o mais veemente repúdio a esta posição do Presidente José Sarney. Sua Excelência está dando um exemplo negativo à Pátria brasileira, está prestando um desserviço enorme, especialmente por ser o Presidente, porque tem procurado envolver os militares para sustentar os cinco anos do seu mandato, não tem conseguido; tem procurado envolver os Governadores para sustentar os cinco anos do seu mandato, não tem conseguido; tem procurado corromper o Constituintes para sustentar os cinco anos de seu mandato, não tem conseguido, e, agora, na hora final, vem com essas alevisias, com esses despropósitos. O Presidente prestou um grande desserviço à Pátria brasileira porque está desmoralizando o poder civil em nosso País.

Vi há poucos dias, em um jornal do Sul, uma pesquisa dizendo que parece que 63 ou 64% dos consultados gostariam de ver de volta o regime militar.

Ora, Sr. Presidente, nós que conhecemos os cárceres do regime militar, como era esse dito regime, só temos a lamentar que a alternativa que conseguimos naquele fluxo do movimento das Diretas-já para a Presidência da República seja desmoralizar o poder civil a esse ponto, dando agora demonstrações de um primarismo nunca atingido, nunca visto na História do Brasil, e de um exagerado apego ao poder, de uma exacerbação de sede de poder nunca vista na História deste País. O Presidente não está se propondo a ficar cinco anos em função de um projeto nacional conhecido do povo e que esteja sendo respeitado querido pelo povo. Não é nada disso. O Presidente, às costas do povo, está levando a nossa Pátria ao FMI. O Presidente talvez alcance hoje os mais altos índices de impopularidade do País. Então, por que quer ficar 5 anos? Para desmoralizar o poder civil até onde puder e, no fundo, também para desmoralizar e acabar com o parlamentarismo, que é a mudança mais importante e substancial que esta Constituinte está fazendo. O Presidente José Sarney, sim, não está definindo que os que votarem 4 anos serão seus inimigos, mas Sua Excelência, sim, está se pondo como inimigo do povo brasileiro.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Com a palavra o Constituinte Carlos Sant'Anna para contraditar.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Sr. Presidente, a História registrará que o Presidente José Sarney tem se mantido, em relação à Constituinte, com a maior dignidade. Em nenhum momento Sua Excelência, Presidente, exerceu ou exercerá qualquer pressão ou qualquer manifestação de hostilidade sobre qualquer dos Srs. Constituintes. E sabem, os que vêm sucessivamente tentando ligar qualquer atitude do Presidente a uma atitude de repressão, que isso tem, evidentemente, caído no vazio, porque a atitude de Sua Excelência é a de um velho e democrata parlamentar que tem sabido respeitar a dignidade dos Constituintes e da própria Assembléia Nacional Constituinte.

Ontem, quando Sua Excelência fez os comentários, que a Imprensa hoje divulga tão malevolamente, não o fez no sentido de ameaça; o que Sua Excelência apenas disse é que tinha esperanças numa constatação do óbvio: de que, aqui, no Título IX, no momento em que se votasse mandato do atual Presidente da República, o seu mandato, em que Sua Excelência poderia ter uma ampla votação, afinal de contas só ficariam contra os que fossem realmente seus inimigos políticos ou seus adversários políticos, e esses, acredita que são poucos.

A imprensa hoje deu uma conotação, evidentemente, malévola às palavras do Senhor Presidente – certa imprensa. Mas quero tranquilizar os Srs. Constituintes de que as manifestações de Sua Excelência – que, aliás, foram testemunhadas por vários de nós, porque quando fez essas manifestações foi diante de um grupo de mais de dez ou de doze, – elas não tiveram qualquer conota-

ção de ameaça, não tiveram qualquer conotação de hostilidade, mas simplesmente a constatação de uma coisa óbvia, que não deveria sequer ultrapassar as fronteiras; do ambiente em que foram ditas. Infelizmente, extravasaram e caíram na Imprensa, mas não houve. Estão aqui vários dos que estavam presentes, não houve em nenhum momento em que Sua Excelência falou senão uma constatação óbvia do fato político, sem qualquer vislumbra de conotação de hostilidade ou de qualquer outra que se lhe queira dar. Aliás, quem conhece o Presidente Jose Sarney – e há entre os Constituintes aqui presente alguns que são seus aliados, outros que, inclusive haja são seus opositores, mas há muitos que o conhecem profundamente – sabem que isso não é de sua característica não é do seu perfil. Se Sua Excelência quisesse fazer isso em algum tempo já o teria feito, e não o fez.

Afinal de contas, temos que nos acostumar e temos de entender que estamos na vigência do regime democrático, e na vigência do regime democrático, palavras não têm a conotação de quem tem saudade do regime autoritário. Não, é apenas uma manifestação de palavra; uma manifestação de constatação. De modo que não há nenhum problema para que se possa tirar daí uma distorção que seria, evidentemente, bastante desagradável.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A Mesa deseja cientificar os Srs. Constituintes, companheiros da Comissão, que só admitirá pronunciamento a respeito da matéria política através das Lideranças partidárias.

Com a palavra o Constituinte Antônio Britto.

**O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO BRITTO:** – Sr. Presidente, gostaria, tendo em vista as colocações feitas pelo Constituinte Carlos Sant'Anna, de manifestar ponto de vista exigindo como brasileiro, como Constituinte e como Deputado que o Governo, hoje, esclareça quem fala pelo Governo. Para mim, até que o Governo desminta formalmente, quem fala pelo Governo é o seu porta-voz. E se aquilo que hoje está na imprensa corresponde ao que o Governo pensa, nós estamos diante de um fato muito grave. Tenho procurado realizar a minha prática política com serenidade, mas a serenidade em mim ao menos não se confundirá com a falta de firmeza. Se o que aqui está colocado é a expressão do Governo, no tempo oportuno se dará a resposta e será uma resposta à altura do que aqui está sendo dito. Se, no entanto – e concebo que haja essa possibilidade – isso não é a expressão do que o Governo pensa, o Governo tem a obrigação com esta Casa e com a Nação de ainda hoje trazer o desmentido formal. Este País não se dividirá entre amigos e inimigos. Este País haverá de ter, isto sim, a divisão entre idéias, divisão entre posições. Não aceito, Sr. Presidente, que se tente voltar ao tempo em que esta Pátria era dividida entre amigos e inimigos. Tenho posições, e todos nós as temos, e nem por isso faço de quem não tem as minhas, inimigos. Mais do que isso, Sr. Presidente, temo muito não a condição de inimigo; quando esta divisão se estabelece, temo muito os prejuízos que o País sofrerá com a condição dos amigos.

Peço, portanto, ao Presidente José Sarney, que ainda hoje se faça um esclarecimento. Quero saber, Sr. Presidente, se o porta-voz fala pelo Governo ou não.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos – Fazendo soar a campanha):** – Peço ao nobre Constituinte Nelson Carneiro para que colabore para acelerarmos a votação...

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – Apenas dois minutos, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A Presidência só está permitindo uso da palavra, para matéria

política, aos Líderes partidários. Peço a V. Ex.<sup>a</sup> que colabore.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – Sr. Presidente, eu acredito que hoje tenha sido o dia mais infeliz para a declaração atribuída ao Presidente da República pelo Sr. Frota Neto. Ou o Senhor Presidente demite o Sr. Frota Neto e não o promove a Presidente da Empresa Brasileira de Notícias, ou então nós somos obrigados a aceitar que o Sr. Frota Neto falou pelo Presidente. É preciso punir quem ousou divulgar a palavra do Presidente para deturpá-la, ou, então, o Presidente falou o que disse.

Mas, Sr. Presidente, hoje é o dia menos feliz para que o Presidente, pela voz do seu porta-voz, tivesse dito isso, porque hoje à noite o Senado vai aprovar a Lei de Informática e a Nação inteira, a começar pelo Presidente da República, é contra a retaliação do governo americano. Pois no momento em que a Nação se levanta contra as retaliações ao Brasil, não será possível que parta do Presidente da República um propósito de fazer retaliação contra os que, embora seus amigos pessoais, dele divirjam politicamente.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Sr. Presidente, peço a palavra como Líder do PT.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem a palavra o Sr. Constituinte José Genoíno, como Líder.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, são justas as manifestações dos Líderes partidários de condenar o Governo do Presidente José Sarney, porque Sua Excelência não tem autoridade, não tem legitimidade de fazer as declarações que o seu porta-voz comunicou à Nação em relação à Assembléia Nacional Constituinte.

O Governo do Presidente José Sarney, ao manter estas declarações, é, hoje, o principal fator de impasse e de aprofundamento da crise. A Assembléia Nacional Constituinte...

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos Fazendo soar a campanha):** – A Mesa solicita aos Srs. Constituintes a gentileza de tomarem os seus lugares. Não vamos tumultuar uma discussão democrática que estamos permitindo, porque esta é uma Casa política que não pode deixar de registrar acontecimentos políticos relevantes.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Sr. Presidente, a Comissão de Sistematização, como órgão da Assembléia Nacional Constituinte, não pode aceitar as declarações que estão hoje na Imprensa, feitas através do porta-voz do Presidente da República, porque daqui a dois dias estaremos discutindo um assunto fundamental para o País, que é exatamente a duração do mandato do Presidente da República, José Sarney.

Essa chantagem, essa ameaça, essa intromissão ilegítima de um Governo que não tem autoridade, que não foi eleito pelo voto popular, contra a Assembléia Nacional Constituinte, merece o nosso veemente repúdio, e esta Comissão deve repudiar majoritariamente essa intromissão indevida e essa chantagem do Poder Executivo através do Governo Sarney.

Este é o nosso repúdio, este é o nosso protesto, Sr. Presidente. **(Muito bem!)**

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Sr. Presidente, peço a palavra: pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem a palavra o nobre Constituinte Roberto Freire.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Serei muito breve. Sr. Presidente, secundando tudo o que foi pronunciado aqui. Evidentemente que a manifestação presidencial com relação ao seu mandato, por todos os títulos infeliz. Como infelizes já foram algumas das medidas

adotadas por este Governo e, lamentavelmente, poderão ser mais infelizes ainda outras que venham, porque já se fala inclusive – e é sobre isso que eu queria falar neste pequeno "pinga-fogo" – da nomeação do ex-Procurador Inocêncio Mártires Coelho para um órgão recém-criado que substitui o INCRA.

É de suma gravidade isso, se for realmente verdadeiro, porque é inidôneo, inidôneo comprovado por esta Casa, que numa atitude quase que inusitada rejeitou um decreto-lei que continha favorecimento ilícito a esse ex-Procurador. Queria aproveitar a oportunidade saindo um pouco da questão dos inimigos, dos impatrióticos – até porque a resposta a isso vai ser dada com soberania, altivamente, pelos Srs. Constituintes no próximo fim-de-semana, e a resposta vai ser dada demonstrando que este País não se divide em inimigos pessoais de quem quer que seja, mesmo do Presidente da República, quando nunca se dividiu na época da ditadura, entre patriotas e impatriotas, porque não era esta a divisão – vamos demonstrar que este Governo precisa voltar aos trilhos; precisa entender que é um Governo de transição, elemento orgânico da transição tanto quanto a Constituinte e que não pode buscar confrontos porque perdemos todos nós que conseguimos superar a ditadura e que queremos construir o regime democrático. Não é por manifestações infelizes como essa que iremos construir a democracia que tanto queremos. (Palmas)

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Sr. Presidente, pela ordem, só por dois minutos. (Assentimento da Presidência)

Sr. Presidente, eu queria dizer, sobretudo em resposta ao Líder do meu Partido, Constituinte Antônio Britto, que não sou Líder na Assembléia Nacional Constituinte mas que quando falei aqui, o fiz na condição que tenho de Líder do Governo na Câmara dos Deputados. E estou falando agora para dizer que a colocação que fiz foi autorizada; não houve ameaça alguma de Sua Excelência o Senhor Presidente da República a quem quer que fosse. Não houve, nem poderia haver, até porque Sua Excelência não é de ameaçar ninguém. Apenas o que houve foi uma declaração de constatação, que insisto e repito, do óbvio. Acredito que o desespero está com os que estão se sentindo minoritários e inconformados, querendo transformar um episódio sem maiores consequências, que – reconheço – foi distorcido malevolamente na imprensa em proporções que realmente não tem. O que Sua Excelência o Senhor Presidente fez foi uma afirmação entre amigos, onde estavam presentes vários Deputados e Senadores, quando disse, e repito, que esperava vencer, porque, na verdade, só iria votar pelos quatro anos quem fosse seu adversário político ou seu inimigo pessoal e que eram muito poucos.

Foram estas as declarações de Sua Excelência.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Estou vendo em torno do microfone os Constituintes Vivaldo Barbosa, José Maurício e Lysâneas Maciel. Pergunto quem dente S. Ex.<sup>a</sup> falará pela Liderança do PDT?

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, pela ordem!

**O SR. CONSTITUINTE LYSÂNEAS MACIEL:** – Sr. Presidente, eu falarei pela Liderança do PDT.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, estou pedindo a palavra pela ordem!

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Também os outros Srs. Constituintes estão falando pela ordem. Concedo a palavra a V. Ex.<sup>a</sup> pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, quero fazer um apelo à Presidência. Este assunto está fora das nossas atribuições, como Comissão de Sistematização. Temos que votar o Capítulo da Seguridade So-

cial, e o tempo está correndo. Vamos deixar esses assuntos para as sessões da Câmara dos Deputados e da Assembléia Nacional Constituinte. Já falaram, discutiram o protestaram a respeito do assunto, de forma que ele já está suficientemente esclarecido.

Gostaria que V. Ex.<sup>a</sup>, na forma do Regimento, desse início aos nossos trabalhos.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Estamos realmente num processo de votação. Mas V. Ex.<sup>a</sup> sabe muito bem que esta é uma Casa eminentemente política. Quando ocorrem acontecimentos de relevância política, não podemos evitar que os companheiros façam seus pronunciamentos, que limitei apenas aos de Lideranças e não faço discriminações.

Tem a palavra o Constituinte Lysâneas Maciel para falar em nome do PDT.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Na Comissão de Sistematização, não existe Liderança. V. Ex.<sup>a</sup> está infringindo o Regimento. Há Liderança na Assembléia Nacional Constituinte, mas na Comissão não.

**O SR. CONSTITUINTE LYSÂNEAS MACIEL:** – Então, falo como legislador comum.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Vamos ouvir o Constituinte Lysâneas Maciel.

**O SR. CONSTITUINTE LYSÂNEAS MACIEL:** – Sr. Presidente, esta Assembléia Nacional Constituinte vive, está vivendo, desde o início quando foi estabelecida, constantemente sob um clima de recados. Ora são recados militares, ora são recados do poder constituinte. De maneira que acho que nós não temos sequer o direito de nos surpreender com mais este recado do Senhor Presidente da República, José Sarney. É o recado aos fisiológicos. Há recados aos covardes, há recados aos oportunistas e há também recados aos fisiológicos. Este é mais um recado aos fisiológicos. E como V. Ex.<sup>a</sup> verificará aqui, há uma grande dificuldade em saber quem é que fala em nome do Governo, quem é que fala em nome do PMDB, quem é que fala em nome dessas várias forças que constituíram até pouco tempo um sintoma de reação.

Governo José Sarney, este mesmo homem que nós estamos cansados de dizer é o José Sarney que nós conhecíamos! Por que surpreender-se com este homem medíocre, com este homem menor, com este político menor? Nós não podemos nos surpreender, Sr. Presidente.

A reação desta Assembléia Nacional Constituinte, no intuito da sua soberania, é que tem que repelir esses vários recados, essas constantes advertências, essa tentativa de fisiologia.

Veja V. Ex.<sup>a</sup>, a tentativa de reduzir o PMDB a um grupo de fisiológicos, felizmente, já encontra uma resistência nos seus setores mais vivos e mais sólidos.

Parece brincadeira, Sr. Presidente, mas um jornal de hoje relata, de maneira curta, que temos aqui um gabinete formado, a título aparentemente jocoso, mas que pode ser até profético sob certos aspectos.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Peço a V. Ex.<sup>a</sup> que seja breve. Se V. Ex.<sup>a</sup> quiser fazer constar a leitura, incorporá-la-emos ao seu pronunciamento.

**O SR. CONSTITUINTE LYSÂNEAS MACIEL:** – Sr. Presidente, ficamos aqui, ontem, três horas sem poder votar coisa alguma, na expectativa, apenas de fazer um ar de presença.

É um ministério composto sob a presidência do eminente Primeiro-Ministro Roberto Cardoso Alves, tendo como Ministro Delfim Netto, tendo como Ministro de Comunicações o filho do atual Ministro das Comunicações,

Antônio Carlos Magalhães, Luís Eduardo. Está tudo publicado no jornal, a título aparentemente jocoso.

Para o Ministério da Justiça, José Lourenço, este digno e insigne jurista daquém e dalém mar. Temos para o Ministério das Relações Exteriores, também indicado, Saulo Ramos. Temos para o Ministério da Cultura, o Governador de Minas Gerais. Temos José Egreja para o Ministério da Agricultura. Temos Gastone Righi para o cargo de Primeiro-Ministro, Carlos Sant'Anna vai ser mantido ou vai ser substituído por um Daso Coimbra qualquer.

Parece uma brincadeira, isso foi publicado nos jornais de hoje. Mas no ritmo, na escalada, no declínio em que estamos indo, isso pode se concretizar, porque nada mais, nada menos, estão sentados ao lado do Senhor Presidente da República, ao lado desse Ministério, homens ilustres como Newton Cardoso, na Cultura, como Delfim Netto, discutindo os assuntos da Assembléia Nacional Constituinte, inclusive o mandato.

Se nós chegamos a esse estado de recado aos covardes, de recado aos oportunistas, Sr. Presidente, essa Assembléia Nacional Constituinte, pelas suas forças, mais dia ou menos dia, tem que registrar o seu protesto. Nós esperamos que o PMDB comece a acordar, porque, senão, nós vamos terminar nesse Ministério que está aí, estampado nos jornais de hoje.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Peço a V. Ex.<sup>a</sup> a gentileza de concluir.

**O SR. CONSTITUINTE LYSANEAS MACIEL:** – Portanto, o PDT está alertando de uma maneira séria. Isto não é brincadeira, Sr. Presidente, porque esses homens, indicados aqui, estão sentados ao lado do Presidente da República, discutindo o mandato de Presidente, discutindo assuntos interessantes, enquanto nós estamos aqui revelando que os homens escolhidos por José Sarney, como Antônio Jucá, da Funai, que está entregando os índios, como esse, agora – o Sr. Inocêncio Mártires Coelho – que foi responsável por assassinato de um homem de dignidade. Todos esses homens que fizeram na República Velha o apanágio da imoralidade e da corrupção estão sendo convocados.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos. Fazendo Soar a campanha):** – Nobre Constituinte, peço a V. Ex.<sup>a</sup> que conclua o seu pronunciamento.

**O SR. CONSTITUINTE LYSANEAS MACIEL:** – Portanto, é perfeitamente oportuno que esta Assembléia comece a reagir, senão esse Ministério que está aqui estampado nos jornais de hoje, com a fotografia ao lado de José Sarney, será formado por esses homens que estarão conduzindo o futuro desta Nação.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Esta Presidência acha que expressa o pensamento dos companheiros...

**O SR. CONSTITUINTE ARNALDO FARIA DE AS:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – A Presidência está com a palavra e V. Ex.<sup>a</sup> vai fazer a gentileza de ouvir.

Esta Presidência entende que expressa o pensamento de todos os companheiros desta Comissão, quando ressalta que as nossas decisões têm, reiteradamente, manifestado a completa independência de comportamento dos membros da Comissão de Sistematização e que não está absolutamente, atuando sob a influência de qualquer pressão e nem aceita que qualquer pressão possa ser efetuada a fim de conduzir o comportamento dos seus membros.

As votações aqui procedidas, até agora, são a melhor resposta a fatos como os que aconteceram hoje, pela

manhã, que realmente não podem ser comentados e também os palpites da imprensa acerca de composição de são e nem aceita que qualquer pressão possa ser efetuada mente, ser motivo de apreciação por este Plenário.

A matéria política deve ser reservada para tratamento no "pinga-fogo" da Assembléia Nacional Constituinte. Por isso, considero encerrados os comentários que foram provocados e comunico ao Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva que o seu Partido já se pronunciou, através do Constituinte José Genoíno, e permiti que as Lideranças se manifestassem. V. Ex.<sup>a</sup> infelizmente não é Líder e peço a sua colaboração.

**O SR. CONSTITUINTE ARNALDO FARIA DE AS:** – Não é sobre a matéria, eu quero a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Então, quero que V. Ex.<sup>a</sup> colabore, assim como o Constituinte Paulo Ramos, para que nós iniciemos a votação.

O primeiro destaque está sobre a mesa. Peço que tomem os seus lugares, porque nós vamos iniciar a votação. Não concederei mais a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE ARNALDO FARIA DE SÁ:** – Quero levantar uma questão de ordem, Sr. Presidente.

Nós já estamos exatamente às 10 horas e 45 minutos. Estamos discutindo a partir de hoje, e por três dias apenas, assuntos da maior importância: seguridade, saúde, previdência, assistência, educação, ciência e tecnologia, comunicação, meio ambiente, família, criança, adolescente, idoso e dos índios. São apenas três dias para se discutir assuntos tão importantes.

A questão de ordem que solicito a V. Ex.<sup>a</sup> é que acrescente o horário perdido agora na discussão da "ação entre amigos" às próximas sessões, porque, do contrário, assuntos importantes deste Título serão prejudicados e nós seremos responsáveis se não votarmos assuntos de educação, assuntos de ciência e tecnologia, assuntos de índio, porque está limitado o número de preferências e, certamente, assuntos muito importantes serão deixados de lado e nós não podemos permitir que assuntos dessa ordem sejam prejudicados, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – A Mesa tomará providências para compensar o horário utilizado para os pronunciamentos políticos através de prorrogações das sessões que serão realizadas para nova votação deste Título.

#### IV – ORDEM DO DIA

##### VOTAÇÃO DO PROJETO DE CONSTITUIÇÃO TÍTULO VIII (início)

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Vamos passar à votação do requerimento de preferência do Constituinte Carlos Sant'Anna, sobre o Destaque nº 6785, a respeito do artigo 224, § 1º

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – Sr. Presidente, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Peço a compreensão de V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – É um assunto da maior importância.

Ontem, o Constituinte Gerson Peres fez uma denúncia de que o processo eletrônico teria funcionado, ou espontaneamente, ou pela ação de qualquer pessoa, ou de qualquer Constituinte, emitindo o voto do Constituinte Gerson Peres.

Gostaria de saber se a Mesa da Assembléia Nacional Constituinte tomou qualquer providência, se foi verificado.

o processo eletrônico para que tal fato não mais aconteça, visto que o fato coloca sob suspeição todo o processo de votação, e não podemos permitir que esse fato se repita.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – As providências já foram adotadas e distribuídas novas senhas para os Srs. Constituintes, inclusive para o Constituinte Gerson Peres.

**Destaque nº 6785-87, do Sr. Carlos Sant'Anna, "que suprime a expressão 'faturamento e lucro' do art. 224, § 1º, inciso I, do Substitutivo nº 2".**

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Em votação Destaques nº 6785, de autoria do Constituinte Carlos Sant'Anna, referente ao art. 224, § 1º.

Os Srs. Constituintes que o aprovam queiram permanecer sentados. **(Pausa)**

Aprovado.

Tem a palavra o Sr. Constituinte José Lins, que encaminhará a favor o destaque.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a emenda correspondente ao Destaque nº 6785 refere-se ao art. 224, § 1º, item I. O artigo diz o seguinte:

"Art. 224. A seguridade social será financiada compulsoriamente por toda a sociedade, de forma direta e indireta, mediante contribuições sociais e recursos provenientes da receita tributária da União, na forma da lei.

§ 1º As contribuições sociais a que se refere o **caput** deste artigo são as seguintes:

I – contribuição dos empregadores, incidente sobre a folha de salários, o faturamento e o lucro, ressalvadas as contribuições compulsórias dos empregadores sobre a folha de salários..."

Sr. Presidente, veja bem, os empregadores vão contribuir, com a taxa sobre salário, como hoje ocorre, com uma taxa sobre faturamento, com uma taxa sobre o lucro e ainda com deduções compulsórias.

Quero chamar a atenção dos senhores que a emenda do nobre Constituinte Carlos Sant'Anna se refere exatamente à supressão da expressão no item I do § 1º: "o faturamento ou o lucro".

Por que, Sr. Presidente? Primeiro, porque taxação sobre o faturamento significa que a empresa que tiver dado prejuízo, que tiver entrado em prejuízo, se ela tiver faturado, ela paga sobre o faturamento independentemente do lucro. É mais uma carga sobre uma empresa que entrou em dificuldade. Por que o lucro? Porque o lucro já paga o Imposto sobre a Renda, o faturamento já paga o PIS, o lucro já paga outras contribuições, além do Imposto de Renda, e, ainda há as contribuições compulsórias, que deverão ser determinadas por lei.

Sr. Presidente, temos de defender todas as conquistas sociais, contanto que elas sejam viáveis; quem produz riqueza é o trabalho e a empresa, se matamos a empresa, não damos nem emprego e muito menos Previdência Social. O texto tem uma vontade extraordinária e está com todas as boas intenções para instituir no Brasil um sistema previdenciário forte, com cobertura universal, que possa ajudar toda essa massa de gente pobre que ganha salário mínimo, que ganha um pouco mais e assim mesmo vive mal. O povo precisa de apoio, precisa de uma excelente estrutura previdenciária, de apoio à saúde, de assistência social.

Temos que nos lembrar, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, que não podemos pensar em resolver os problemas sociais se não tivermos alguma base econômica; se nós destruimos a fonte da receita através de uma

pressão exagerada, que concebe a empresa como uma fonte inesgotável de recursos para este suporte social; se nós a oprimimos, nós a matamos ou no nascedouro ou mais adiante, e não vamos nem ter empresa, nem emprego, nem Previdência.

Pediria, Sr. Presidente, a meditação dos meus colegas, que nós nos lembrássemos de que já há um farto apoio de fontes de recursos para a Previdência Social, mas não podemos taxar o faturamento, que muitas vezes já vem de um prejuízo, houve faturamento mas houve prejuízo. E ainda taxar o lucro! Sei que a intenção é que se faltar o lucro, taxa-se o faturamento, mas isso não é racional. Taxemos a folha de salário do empregador, taxemos outras contribuições compulsórias que poderão mais tarde incidir sobre o faturamento quando houver lucro. Mas nos termos em que está esse texto da Constituição nós estamos criando um impasse a este grande benefício social que esta Constituição tem vontade de dar ao povo brasileiro. Todos estamos de acordo, mas contanto que possamos preservar a fonte original do trabalho e da riqueza, para que não falte a contribuição para a Previdência Social.

Peço, Sr. Presidente, portanto, o apoio dos meus pares para a emenda do Constituinte Carlos Sant'Anna, que realmente é importante até para manter um bom serviço previdenciário no País. Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o pronunciamento do Sr. José Lins, o **Sr. Aluizio Campos**, Primeiro-Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo **Sr. Jarbas Passarinho**, Terceiro-Vice-Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra, para encaminhar contra, a Constituinte Abigail Feitosa.

**A SRA. CONSTITUINTE ABIGAIL FEITOSA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, acabamos de ouvir o nobre Constituinte José Lins defender aqui que a folha de salários deveria ser realmente taxada para a previdência. Mas, vejamos bem, Srs. Constituintes, as grandes empresas, com a automação, diminuem o número de empregados, concentram a renda, concentram o lucro. A previdência neste País, assim como a assistência social e assistência à saúde, precisa de recursos para ser viabilizada. Os recursos não podem cair do céu, têm que vir de quem ganha dinheiro. Eles têm que sair de empresas que auferem muitos lucros e que automatizam seus serviços, por exemplo, os bancos. Os bancos, a cada ano, ganham mais dinheiro. Como não fazer com que os bancos não contribuam para a previdência? Ha de se taxar apenas as pequenas empresas com muitos trabalhadores? É um absurdo se retirar essas duas palavras aqui, que são: o "faturamento" e o "lucro". Sr. Presidente, também quero lembrar que o nobre Constituinte José Lins não se referiu ao que aqui está dito:

"... ressalvadas as contribuições compulsórias dos empregadores sobre a folha de salário, destinadas à manutenção das entidades de serviço social e de formação profissional."

Quero chamar a atenção para o fato de que essas entidades, embora façam serviço de qualificação de mão-de-obra e prestem serviço de assistência médica, são muito discutidas, porque têm um faturamento altíssimo, mantendo toda a vida em suas mãos um domínio sobre um grupo econômico.

Na Bahia, o SESC ficou 30 anos com uma mesma direção e ela só saiu quando o Sr. Deraldo Mota morreu. Isto a um retrato dessas entidades.

No entanto, o nobre Constituinte José Lins não fez nenhuma referência a essa situação do SESI, e do SESC, que precisa acabar.

Se estamos defendendo um sistema único de saúde, para que o Estado tenha condições de se responsabilizar pela saúde de toda a população, não tem sentido o Sesi e o Sesc arrecadarem, compulsoriamente, dos pequenos contribuintes, dos pequenos empresários, que não têm nenhuma condição de mudar alguma coisa, para que fiquem na mão de um grande grupo.

Sr. Presidente, volto a insistir em que não devemos, de maneira alguma, retirar essa parte do faturamento. Se isto fosse feito, deveria ser retirada essa parte, também, do Sesi e do SESC.

Lembro aos Srs. Constituintes que, sem recursos, não teremos assistência social e à saúde. Quero dizer, aqui, que a saúde que se presta neste País é elitista e somente atinge as camadas mais altas da população, enquanto a massa não recebe assistência alguma.

No Nordeste, existem municípios que não possuem nem médico! Para que isto seja possível, são necessários recursos, que devem vir das empresas, pois são elas que faturam e espoliam os trabalhadores.

Era o que tinha a dizer. Muito obrigada. **(Muito bem! Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Não há orador inscrito para a defesa.

Estamos com dois oradores inscritos para falarem contra; o segundo é V. Ex.<sup>a</sup>, Constituinte Gerson Peres.

Pergunto se V. Ex.<sup>a</sup> abre mão da indicação, uma vez que já houve um orador a favor e um contra.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, para colaborar dentro da linha que estamos adotando, concordo que entremos no processo de votação.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Com a palavra o Sr. Relator.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, vai funcionar como Relator-Auxiliar, dada a sua qualidade de médico e que comigo acompanhou desde o primeiro momento, como já ressaltai, o Sr. Constituinte Almir Gabriel.

**O SR. RELATOR (Almir Gabriel):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, em primeiro lugar, quero agradecer a deferência da Relatoria de nos ter convidado para participar deste trabalho e, em segundo lugar, gostaria de deixar ressaltado para todos os companheiros que o texto do, assim chamado, Bernardo Cabral II constitui, sem dúvida alguma, um dos textos mais bem feitos, quer em relação às constituições hoje existentes em todo o mundo, quer em relação às Constituições brasileiras anteriores, no que se refere à seguridade social. Diríamos que, se este Plenário, não acrescentasse, nem retirasse nenhuma coisa do que foi colocado no texto, ele já constituiria por si um avanço extraordinário sobre o que se tem no conjunto das nações. **(Palmas)** No que respeita à seguridade social, creio que vale a pena rememorarmos para todos os companheiros o fato de que se iniciou no final do século passado, começo deste, a condição da cooperação e solidariedade, primeiro entre os trabalhadores, através das caixas de pecúlio. Posteriormente, a Previdência Social colocou a contribuição não apenas do trabalhador, mas a do empregador, sendo que este, de forma indireta, é o recolhedor desta contribuição por parte da sociedade, já que esta contribuição é retirada no preço das mercadorias.

A terceira fase, que é devida agora por seis ou oito países no mundo, é a fase da seguridade social, em que a relação que se estabelece não é apenas a relação de quem contribui para receber o benefício, mas sim utilizar a seguridade social como um mecanismo: um mecanismo melhor, mais eficiente de distribuição de justiça social. Diríamos que, a par da remuneração adequada do traba-

lho, a seguridade social constitui, sem dúvida alguma, o maior avanço no sentido da redistribuição da renda, até porque ela retira, de dentro da população, a existência das três categorias de indivíduos ou de cidadãos existentes. A primeira categoria, das pessoas que podem custear todas as suas despesas; a segunda, de pessoas que podem custear parcialmente as suas despesas, mas precisam do auxílio da Previdência; e a terceira categoria são aqueles que vivem às custas da migalha do que pode ser distribuído pelas associações beneficentes ou pela própria prestimosidade do Estado e do Governo. Neste sentido, portanto, ao darmos o passo para a constituição da seguridade social neste País, primeiro: somos dos 10 países a estabelecer a seguridade entre nós; segundo, precisamos garantir que ela tenha recursos para realmente proceder da forma como estabelece. Assim, é necessário que aquela fatia, aquele estamento da sociedade que detém mais recursos, que se aproveita ou tem melhores condições de vida, que esta fatia possa participar de maneira mais intensa na seguridade social.

Assim, o que se prevê no financiamento da seguridade social, com relação à retirada ou à taxação, no que se refere ao salário, à empresa, ao faturamento, ao lucro, na verdade prevê que esse recurso seja retirado de forma conjunta, de forma a que determinadas empresas, que têm um uso intensivo de mão-de-obra, só participem através da contribuição do trabalhador e da empresa. Aquelas empresas que têm largo faturamento, participarão também desta com o faturamento. Aquelas empresas que têm uma baixa utilização de mão-de-obra e grande lucro, terão uma taxação adicional para a seguridade social. Neste sentido, quero chamar a atenção dos nobres Constituintes que para realizarmos uma das coisas mais excelentes e mais importantes da nossa atual Constituição, no final deste século, no dealbar do próximo século, sem dúvida temos de construir a seguridade, mas, ao construí-la, dar ele condições para que tenha recursos a fim de financiar ou fazer extinguir os cidadãos de terceira categoria.

Neste sentido, portanto, somos contra a Emenda Carlos Sant'Anna e apelamos para este Plenário para votar pela manutenção do texto.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Vou dar início à votação.

**(Procede-se à votação)**

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Sr. Presidente, retiro o destaque.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Vamos interromper a votação, porque o autor retira o destaque.

Requerimento de preferência para votação do Destaque nº 7673, de autoria do Constituinte Paulo Macarini, para emenda aditiva de parágrafo ao art. 244.

Os Srs. Constituintes que estão de acordo com a preferência queiram permanecer sentados **(Pausa)**

A preferência é concedida.

Tem a palavra o Constituinte Paulo Macarini. **(Pausa)**

S. Ex.<sup>a</sup> não se encontra presente e não há indicação. Conseqüentemente, está prejudicado o destaque.

**Destaque nº 007740-87 – Emenda nº ES-28356-1, do Sr. Sotero Cunha, "que substitui a redação do art. 261, do Substitutivo nº 1 (Título VIII, Capítulo II, Seção I, art. 225, do Substitutivo nº 2)". (448ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Requerimento de preferência para votação do Destaque nº 7740, de autoria do Constituinte Sotero Cunha.

Os Srs. Constituintes que estão de acordo com a preferência queiram permanecer sentados. **(Pausa)**

A preferência é concedida.

Tem a palavra o Constituinte Sotero Cunha, para defender sua emenda, que é substitutiva do art. 225.

**O SR. CONSTITUINTE SOTERO CUNHA:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, nosso principal objetivo, com a apresentação do presente pedido de destaque, é assegurar a assistência à saúde através do acesso universal ao sistema público único e ao sistema privado de saúde, de acordo com a lei. Isso porque a futura Constituição não pode nem deve excluir a atuação do sistema privado de saúde, que atualmente representa 80% dos leitos hospitalares existentes em todo o País. Impor um sistema único de saúde significa, ao nosso entender, deixar os brasileiros ainda mais desamparados nessa área. O texto proposto pelo Relator, Constituinte Bernardo Cabral, diz:

"A assistência à saúde é livre a iniciativa privada, que poderá participar de forma supletiva do sistema único de saúde, sob as condições estabelecidas em contrato de direito público, tendo preferência as entidades filantrópicas e sem fins lucrativos."

Isto é, relegar a um segundo plano toda uma estrutura privada instalada no País, o que é muito perigoso, uma vez que o Poder Público não dispõe de condições suficientes para atender às necessidades da nossa população. A realidade do País mostra-nos que o sistema público pode ser único, visando a otimização do emprego de recursos públicos, de pessoal, material e equipamentos nos diversos níveis governamentais, mas Sr. Presidente, Srs. Constituintes, não se pode, de forma alguma, desconsiderar os sistemas privados. Defendemos, também, que o acesso ao sistema público deve ser universal, pois o que se pretende é que todos, independentemente de condições sociais ou econômicas, possam ser bem atendidos, sem discriminação de qualquer natureza.

Outra questão, Sr. Presidente, que consideramos de suma importância e que foi tratada de forma imprópria pelo nobre Relator é a norma que estabelece que os recursos destinados à saúde sejam também oriundos do orçamento da seguridade social. Esses recursos se originam da contribuição dos trabalhadores e das empresas, o que vai suprimir, conseqüentemente, aqueles recursos originários do Poder Público.

Assim, Sr. Presidente, acreditamos que a nossa proposta melhor atende aos interesses nacionais, e para a sua aprovação contamos com a colaboração de todos os nobres colegas desta Casa.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Para encaminhar contra, tem a palavra o nobre Constituinte Carlos Sant'Anna.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, há um entendimento suprapartidário e eu diria mesmo nacional, que se consubstanciou, especialmente, num dos maiores e talvez o melhor de todos os encontros antes da Constituição, na VIII Conferência Nacional de Saúde, que reuniu delegados de todo o Brasil, reuniu delegados de toda a área da saúde no Brasil, na defesa do sistema nacional único de saúde.

O texto, quando incorpora as decisões da oitava conferência na defesa, na manutenção, na criação do sistema único, o faz atendendo a reclamos de todo o setor saúde. Há um consenso que sobrepara os partidos políticos, sobrepara, inclusive, os interesses e às manifestações pessoais. **(Palmas)**

É preciso declarar, com toda ênfase, que, ...

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho. Fazendo soar a campainha.):** – Quero chamar a atenção das galerias, porque o Regimento de ambas as Casas proíbe manifestação das galerias. Peço que isto seja respeitado, em homenagem ao Congresso Nacional.

V. Ex.<sup>a</sup> pode prosseguir.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – ... quando o texto incorpora nas suas manifestações que a saúde é um direito de todos e é um dever do Estado, está consagrando uma das maiores aspirações do povo brasileiro, de que a saúde seja considerada como um dever do Estado. E ao dizer que é um dever do Estado, o texto não está sendo estatizante, não, Sr. Relator, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, porque se se disser como deseja, por exemplo, o ilustre e nobre Constituinte Sotero Cunha, que é um dever do Estado, de instituições de qualquer natureza, da comunidade e do cidadão, então, significa que quem vai ressarcir o atendimento à saúde do povo não é o Estado, mas além do Estado vão ser as entidades privadas, a comunidade e o cidadão. E isso não é responsabilidade do atendimento gratuito das entidades privadas, não. Quando diz o texto que é um dever do Estado, como mais lá na frente o texto vai dizer que a execução também é um dever do Estado, isto é a garantia que o setor privado, que atua na área de saúde, tem de que o Estado, que tem o dever de prestar esta assistência, mas não tem a capacidade instalada para fazê-lo, quando utilizar um sistema único, as entidades privadas, o Estado também tem obrigação de ressarcir ao setor privado por uma atividade que é precipuamente, constitucionalmente, um dever do Estado.

De modo que é preciso que se combata definitivamente a sensação de que a formação do sistema único é estatizante. Não, ela apenas determina que a saúde do povo brasileiro é tão importante e a finalidade, o objetivo precípuo do Governo é tão importante, que o atendimento da assistência, a promoção e prevenção à saúde do povo constituem-se num dever precípuo do Estado.

Quero dizer, portanto, por outro lado, que o sistema único de saúde não é necessariamente uma estrutura burocrática única, não. O sistema é a formação de uma associação de todas as entidades que prestam assistência à saúde dentro de um sistema normativo, hierarquizado, descentralizado, referenciado, contra-referenciado. Não importa que dentro do sistema haja entidades públicas federais, estaduais, municipais e também, privadas. Não importa. O sistema não quer dizer um Ministério único que abranja todas as entidades, inclusive as privadas, do setor; quer dizer que a assistência à saúde, a prestação de saúde no Brasil será feita dentro de um controle normativo sistêmico que deverá compreender todos os organismos envolvidos prestando serviço nesse sistema.

É por isto que me coloco contra a Emenda Sotero Cunha e advogo a manutenção do texto na sua integridade, no capítulo a que se refere a emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra o Sr. Constituinte Adylson Motta, para se pronunciar a favor.

**O SR. CONSTITUINTE ADYLSON MOTTA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, vou encaminhar a emenda porque apresentei uma que, de certa forma, coincide com a proposta que está sendo debatida aqui, mas que não tive a sorte de ver incluída entre aqueles destaques que estão sendo apreciados hoje, apesar de ter pedido, em tempo oportuno, o destaque e a preferência. Porém, não esta incluída no elenco das emendas que estão sendo apreciadas aqui hoje.

Sr. Presidente, participei, na Comissão de Saúde, de todas as suas reuniões, e nas diversas etapas apresentei



emenda sobre o artigo que está sendo referido aqui. Apresentei emenda porque ele contempla um absurdo. Creio que devemos, aqui, dar uma redação em torno de algo exequível, algo que tenha alguma conotação com o mundo da realidade, com o mundo prático.

"A saúde é um dever do Estado" se constitui um absurdo. Se falar em cuidar da saúde, assistência à saúde, aí é diferente, Sr. Presidente. Agora, não podemos responsabilizar o Estado pela saúde do cidadão, até porque existem várias doenças de etiologia desconhecida, existem doenças incuráveis, existem doenças para as quais a Medicina ainda não encontrou o devido tratamento, a devida recuperação.

Então me parece que vamos contemplar no texto constitucional nada mais do que um absurdo. Seria a mesma coisa que dizer que o Estado é o responsável pela sabedoria, quando na verdade o Estado é responsável pelo ensino. Então, o Estado é responsável pelo cuidado à saúde, pela assistência à saúde, pela recuperação da saúde, pela promoção da saúde. Agora, "O Estado é responsável pela saúde" é, no mínimo, um absurdo.

Por isto, apresentei emenda. Não é exatamente o texto da Emenda Sotero Cunha, embora ela faça este reparo:

"O Estado é responsável pela assistência à saúde."

Outra coisa, Sr. Presidente: não é apenas o Estado que é responsável pela assistência à saúde, pelo cuidado à saúde: a saúde é um direito mas também é obrigação de todos, da comunidade e do cidadão. Porque, no momento em que uma pessoa está acometida de uma enfermidade que ponha em risco a saúde da comunidade, ela também tem a responsabilidade de cuidar de sua saúde, porque dela, talvez, dependa o bem-estar de toda a comunidade.

Então, Sr. Presidente, para que não estejamos dando publicamente um atestado de incompetência, proponho que, pelo menos, na parte redacional se modifique esse dispositivo, para que não passemos, mais uma vez, a enfeitar a galeria do besteirol, como dizem os nossos censores. Assim, a minha proposição é para que se acolha a emenda porque ela retifica dois pontos que considero fundamentais, até numa demonstração de inteligência da Assembléia Nacional Constituinte. A assistência à saúde é dever do Estado; e a saúde não é apenas direito, mas também dever de cada um.

Quanto à participação da iniciativa privada, desde o início eu a defendi. Não vejo por que excluí-la. Apenas o Estado deverá ter o controle, a supervisão e a fiscalização de todo o processo. Mas, quanto à participação da iniciativa privada, isso faz parte da tradição brasileira na área da saúde pública. E se existem erros nessa parte, também na parte do setor público também os há, e talvez estes sejam maiores do que os existentes na área privada. E muitos dos abusos, muitos dos atos de corrupção que existem na área privada ocorrem pela omissão convívio do setor público, que não exerce seu poder de fiscalização.

Por esta razão, Sr. Presidente, não tenho a menor dúvida em recomendar e pedir aos meus colegas que aprovem a Emenda Sotero Cunha, porque atende aos interesses maiores. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra para encaminhar contra o Constituinte José Fogaça.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, quero explicar à Casa que o eminente Constituinte José Fogaça fala como Constituinte inscrito, e o Constituinte Almir Gabriel falará como Relator-Auxiliar.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FOGAÇA:** – Sr. Presidente e Srs. Membros da Comissão de Sistematização,

vejo-me obrigado a despir-me da condição de Relator-Adjunto, para ocupar esta tribuna como membro desta Comissão e da Assembléia Nacional Constituinte.

Com a emenda do nobre Constituinte Sotero Cunha estamos tocando na questão central, básica e essencial do Projeto Substitutivo Bernardo Cabral II. Aqui está o eixo, a essência de toda a matéria de saúde da qual estamos tratando.

Eis por que me vi obrigado a assumir esta postura de Constituinte para expressar a defesa do texto.

O Relatório Bernardo Cabral faz cumprir aquilo que a VIII Conferência Nacional de Saúde, que reuniu, em março de 86, cerca de cinco mil delegados de entidades sindicais, de moradores, de instituições oficiais e partidos políticos e que deflagrou, em nível nacional, a campanha em defesa da reforma sanitária, faz cumprir os postulados, os princípios, as propostas consubstanciadas nessa Conferência Nacional de Saúde, a oitava, realizada em março de 86.

É fundamental, portanto, em nome desses setores mais representativos e mais autenticamente representativos de quem lida com saúde em nosso País, mantermos o texto, mantermos a sua estrutura básica, que cria o sistema único de saúde comandado, evidentemente, pelas políticas estabelecidas pelo Estado, mas que em momento nenhum elimina a rede privada; ao contrário, garante espaço à rede privada e estabelece claramente que a assistência à saúde é livre à iniciativa privada, que poderá participar, de forma supletiva, do sistema único de saúde.

Infelizmente, a emenda do nobre Constituinte Sotero Cunha atinge essa proposta que é central ao sistema, atinge-o no cerne e praticamente destrói o edifício do sistema de saúde, tal como ele está erigido no Projeto Bernardo Cabral II.

É preciso aqui dizer, Sr. Presidente e Srs. Membros desta Comissão que apóiam esta posição que está expressa no texto pelo Relator Bernardo Cabral: o Presidente da Fundação Oswaldo Cruz, Sérgio Arouca; o Presidente da Associação Brasileira de Pós-graduação em Saúde Coletiva, Guilherme Pereira da Silva; o Presidente do Conselho Federal de Medicina, Francisco Costa; do Conselho Estadual de Medicina do Rio de Janeiro, Laerte Vaz de Melo; da Federação Nacional dos Médicos, Roberto Chabo; do Sindicato dos Médicos do Rio de Janeiro, Crescêncio Antunes; e, do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS), Luiz Humberto Ferraz Pinheiro.

Ainda hoje pela manhã recebi, pessoalmente, manifestação expressa do Presidente do INAMPS, Dr. Hésio Cordeiro, manifestação inequívoca, clara e irrefutável de apoio a essa estrutura que está construída no texto Bernardo Cabral.

Estão presentes, hoje, aqui todos os Secretários de Saúde do País; estão presentes, aqui, as lideranças sindicais e representativas, ligadas a essa concepção demográfica e popular de um sistema único de saúde e é em função disto, Sr. Presidente, que assomo esta tribuna para fazer a defesa intransigente, a defesa tomada da maior convicção de que, ao mantermos o texto do Relatório Bernardo Cabral, estamos atendendo aos interesses superiores da Nação, do povo brasileiro e aqueles interesses populares que se expressam nesta Assembléia Nacional Constituinte.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Com a palavra o nobre Relator, Sr. Constituinte Almir Gabriel.

**O SR. RELATOR (Almir Gabriel):** – Sr. Presidente, Sr. Relator e prezados Constituintes, é inegável que a construção do texto, referente à saúde, apresenta uma lógica, apresenta uma textura absolutamente perfeita. Primeiro, estabelece o preceito ou o princípio do que deva ser entendido como saúde; saúde não apenas como

ausência de doença, mas saúde, como resultante do bem-estar biopsíquico social, em equilíbrio dinâmico com o ambiente, com a natureza. Essa condição que define ou em que se baseia, ou que dá a condição para se deduzir a definição de saúde, é fundamental para ser incorporada em nossa Constituição e dela deriva, sem dúvida alguma, todo o restante da construção feita pelo Sr. Relator e pelos membros das Comissões que tiveram o encargo da questão da saúde.

Além deste ponto, que tenham em conta o direito à saúde como um direito além daquela simples definição de que saúde é a ausência da doença, como no que tange à liberdade dizer-se que a pessoa que não está presa tem liberdade. O conceito hoje de liberdade, sem dúvida, envolve a possibilidade de acesso a direitos sociais e a direitos materiais, dentro da própria sociedade, que se rebatem para dentro do setor saúde.

O segundo aspecto que gostaríamos de colocar, é que a pulverização, o paralelismo, o antagonismo, existentes ao longo dos anos no setor saúde, têm feito que os resultados alcançáveis pela sociedade, em cada tempo, com o conhecimento científico e tecnológico disponíveis, sejam bastante inferiores àqueles que se poderia alcançar, exatamente porque se tem o paralelismo, exatamente porque se tem as condições de antagonismo até das atividades das ações de saúde.

E nós diríamos, lembrando João de Barros Barreto, há mais de 50 anos, que denunciava este fato, denunciava exatamente a condição de não se ter um trabalho harmônico, um trabalho conjunto. Aqui, nós queremos fazer um elogio. Um elogio público. Uma referência especial ao ex-Ministro Carlos Sant'Anna que conseguiu perceber que todo o desassossego que vinha acontecendo com os profissionais de saúde, toda a insatisfação existente na população, exatamente, por causa desses desencontros, e conseguiu promover a VIII Conferência Nacional de Saúde que definiu, de maneira clara, não a estatização, mas definiu de maneira clara que a saúde é um dever do Estado e um direito de todos os cidadãos e que ela deve se organizar segundo o sistema único, hierarquizado, regionalizado, com um nível de complexidade para a organização de cada serviço. Nós diríamos que o texto espelha, sem dúvida nenhuma, aquilo que S. Ex.<sup>a</sup>, enquanto Ministro da Saúde, pode promover através da VIII Conferência Nacional de Saúde.

Diríamos, portanto, que ao lado disso se responde também a todos os profissionais que estão ativamente ligados e comprometidos com o setor saúde; não pelo setor enquanto instituição, mas sim com a saúde da população como um todo, tentando, de um lado, canalizar todos os esforços, padronizar as técnicas, organizá-las de maneira tal que cheguem à população de forma orgânica, com cobertura suficiente, de molde a evitar tantas das nossas chagas e tantos dos nossos problemas, como a tuberculose, a hanseníase, a poliomielite e outros.

Neste sentido, diria que os argumentos que foram antepostos ao texto Bernardo Cabral, na verdade, partem do pressuposto de que saúde é apenas a assistência à doença. Na verdade, é uma dicotomia absolutamente incorreta, porque pressupõe que dar saúde à população é prestar assistência médica no momento da doença. Na verdade, é uma condição equivocada, na medida em que não considera que abastecimento d'água, que o destino do dejetos, do resíduo sólido, inclusive a melhoria da habitação, a remuneração adequada do trabalho, todas essas são também condições de saúde e que, por isso, a assistência médica e hospitalar são apenas fatias de todo o conjunto de saúde a ser prestada à população.

Nesse sentido recomendo aos nobres Constituintes que se mantenha o texto Bernardo Cabral e que se rejeite a proposta ou a emenda do nobre Constituinte Sotero Cunha.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Quero chamar a atenção dos titulares que interrompemos uma votação ainda há pouco e, portanto, deve haver voto registrado. É preciso cuidado para não haver equívoco.

Vai-se passar à votação.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Virgildásio de Senna, Daso Coimbra, Délio Braz, Antoniocarlos Mendes Thame, Carlos Chiarelli, Christóvam Chiaradia, Eraldo Tinoco, Arnaldo Prieto, Francisco Dornelles, Gilson Machado, Inocêncio Oliveira, José Lins, José Santana de Vasconcellos, Luís Eduardo, Marcondes Gadelha, Osvaldo Coelho, Paulo Pimentel, Enoc Vieira, Jonas Pinheiro, José Lourenço, Darcy Pozza, Gerson Peres, Adolfo Oliveira e Sotero Cunha. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Faltosa, Ademir Andrade, Almir Gabriel, Antônio Britto, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Carlos Mosconi, Carlos Sant'Anna, Cristina Tavares, Egídio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Gasparian, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, José Fogaça, José Freire, José Paulo Bisol, José Ulisses de Oliveira, Mário Lima, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nelton Friedrich, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Rodrigues Palma, Sigmaringa Seixas, Theodoro Mendes, Chagas Rodrigues, Jorge Hage, José Carlos Grecco, José Costa, José Tavares, Márcio Braga, Marcos Lima, Michel Temer, Miro Teixeira, Nelson Wedekin, Octávio Elísio, Rose de Freitas, Ziza Valadares, Alcení Guerra, Aloysio Chaves, Francisco Benjamim, José Jorge, Oscar Corrêa, Sandra Cavalcanti, Annibal Barcellos, Antônio Carlos Konder Reis, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia, Virgílio Távora, José Maurício, Lysâneas Maciel, Bocayuva Cunha, Francisco Rossi, Gastone Righi, Sólton Borges dos Reis, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Haroldo Lima, Roberto Freire e Antonio Faria. **ABSTENÇÃO:** Senhor Constituinte Oswaldo Lima Filho.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 24 Constituintes; votaram NÃO 66 Constituintes; absteve-se de votar 1 Constituinte. Total: 91 votos. O Destaque foi **rejeitado**.

**Destaque nº 003900-87 – Emenda nº ES-25804-4, do Sr. Gastone Righi, com co-autoria de Siqueira Campos "que suprime o item II, do § 4º, do artigo 262 do Substitutivo nº 1 (artigo 226, § 2º, do Substitutivo nº 2)". (449ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Requerimento de preferência para a votação do Destaque nº 3900, do Constituinte Gastone Righi, que suprime o § 2º do art. 226.

Os Srs. Constituintes que estão de acordo permaneçam sentados. **(Pausa)**

Aprovado.

Passamos à votação do Destaque nº 3900, de autoria do Constituinte Gastone Righi.

Para falar, S. Ex.<sup>a</sup> indica o Constituinte Roberto Jefferson.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO JEFFERSON:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a emenda destacada pelo Líder do PTB, Constituinte Gastone Righi, é de sua própria autoria e de nº 25804.

Por sintonia de pensamento, e por que não dizer, por intimidade de idéias, apresentei emenda de igual teor, não destacada pelo Líder Gastone Righi, mas que versa a mesma matéria – Emenda nº 27043.

O que visam as emendas dos Constituintes Gastone Righi e Roberto Jefferson? O art. 226, § 2º, do relatório do Constituinte Bernardo Cabral, estabelece:

"É vedada a destinação de recursos públicos para investimentos em instituições privadas de saúde."

**O SR. CONSTITUINTE BOCAYUVA CUNHA:** – Constituinte Roberto Jefferson, com sua permissão. Sr. Presidente, tenho até uma estima pessoal e um carinho muito grande pelo ilustre representante pelo Estado do Rio de Janeiro, mas parece-me que devemos aqui zelar – sobretudo agora que vamos entrar numa fase mais difícil de nossos trabalhos – pelo cumprimento do Regimento. Ao que saiba, o nobre Constituinte Roberto Jefferson não é membro da Comissão e, portanto, não pode defender proposição.

Perdoe-me, nobre Constituinte, mas parece-me que é meu dever levantar esta questão da ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – V. Ex.<sup>a</sup> tem razão. Não teria, naturalmente, que levantar uma questão de ordem enquanto o orador está falando. V. Ex.<sup>a</sup>, que igualmente tanto estima o Regimento, transgrediu-o, também. Mas o erro foi do Constituinte Gastone Righi que indicou o Constituinte Roberto Jefferson para falar quando a palavra deveria ser sua e a Mesa acabou sendo induzida ao erro porque há, em seguida, uma emenda do Constituinte Roberto Jefferson e, S. Ex.<sup>a</sup> como autor de emenda, pode falar. Por isso é que, equivocadamente, dei a palavra a S. Ex.<sup>a</sup>.

Peço ao Constituinte Gastone Righi que reconsidere sua condição e ao Constituinte Roberto Jefferson que me desculpe, mas a palavra não lhe podia ser concedida.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO JEFFERSON:** – Indago de V. Ex.<sup>a</sup> se o Constituinte Gastone Righi não pode...

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – S. Ex.<sup>a</sup> só pode indicar quem é membro da Comissão. V. Ex.<sup>a</sup> terá oportunidade de defender a sua emenda, como autor, mesmo não sendo membro da Comissão; mas indicado para uma emenda diferente V. Ex.<sup>a</sup> não poderia.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO JEFFERSON:** – Sr. Presidente, só para aduzir ao final, agradeço a V. Ex.<sup>a</sup> e volto, então, a falar na emenda seguinte.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Informo que vou descontar o tempo.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr. Presidente, serei muito breve. Indiquei o Constituinte Roberto Jefferson porque S. Ex.<sup>a</sup> é autor de emenda exatamente igual à minha e, portanto, o que se está votando é a minha emenda e, de forma idêntica, a emenda do Constituinte Roberto Jefferson.

Mas devo esclarecer que a minha emenda tem por objetivo extirpar do texto o § 2º do art. 226. Este parágrafo declara que os recursos públicos não poderão ser destinados a entidades privadas de saúde. Entendo que isso é uma discriminação odiosa; não pode permanecer no texto constitucional. A Constituição permite que se financiem bordéis, motéis e mais o que se pretenda, e não permite que se financie a construção de um hospital, por exemplo, porque aqueles que investem na área de saúde, como na da educação, devem ser tratados como criminosos neste País.

Qual a razão da discriminação?

O que se quer é que, na verdade, sejam incentivados os investimentos e as aplicações nas áreas de saúde e de educação, e não impedidas, e não impossibilitadas, e não engessadas, como estamos fazendo no texto constitucional. A lei poderia privilegiar entidades de fins filantrópicos, privilegiar entidades públicas, é claro; mas o que

não pode é o texto constitucional impedir que o Poder Público aplique quaisquer recursos em área privada de saúde. Por exemplo, o FAS, a Caixa Econômica e o Banco do Brasil detêm recursos públicos que ficariam inviabilizados quanto a sua destinação para, por exemplo, concluir a construção de um hospital, para se comprar uma bomba de cobalto ou para se instalarem aparelhos de raios-V ou, digamos, seção de cirurgia cardíaca em hospitais privados. Por que a discriminação? Por que impedirmos o investimento?

Deve-se deixar a critério do Poder Público investir quando seja do interesse público, social, e não impedir ao Poder Público o investimento nesta área de que somos tão carentes com milhões e milhões de brasileiros sem assistência médica e com mais de 80% da população sendo assistida pela área privada de saúde. É preciso acabar com a discriminação. Sou contra ela e peço a aprovação da minha emenda.

**O SR. CONSTITUINTE VIRGÍLIO TÁVORA:** – Sr. Presidente, pedimos a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra o Constituinte Virgílio Távora.

**O SR. CONSTITUINTE VIRGÍLIO TÁVORA:** – Desejávamos indagar do Sr. Relator qual o entendimento a ser dado ao § 2º ora em discussão?

"É vedada a destinação de recursos públicos para investimentos em instituições privadas de saúde, com fins lucrativos."

V. Ex.<sup>a</sup> quer-se referir à destinação de recursos públicos a fundo perdido, doações, subvenções, ou V. Ex.<sup>a</sup> veda completamente qualquer financiamento às instituições privadas de saúde com fins lucrativos?

Esta era a pergunta que fazíamos e para a qual desejávamos uma resposta para orientarmos o nosso julgamento.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – O Constituinte Virgílio Távora, com a sua larga experiência de homem público, sabe naturalmente que a lei não é interpretada pela intenção do legislador, ela é interpretada pelo que está escrito.

Não posso continuar a falar. Já pedi silêncio ao Plenário, não consigo que V. Ex.<sup>a</sup> me ouça. O Relator quando falar, dará resposta a V. Ex.<sup>a</sup>.

Tem a palavra a Constituinte Abigail Feitosa para falar contra.

**A SRA. CONSTITUINTE ABIGAIL FEITOSA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, esta emenda do nobre Constituinte Gastone Righi tem que ser rejeitada. Assistimos ao longo desses 20 anos ao sucateamento de todas as estruturas de saúde porque os empresários da saúde chegavam ao FAS e conseguiam um dinheiro mais barato. É preciso que se lembre que esse dinheiro mais barato é pago por toda a população para que um grupo tenha lucro com a saúde.

É inadmissível que se continue com este esquema. Sou a favor da iniciativa privada. Eu própria tenho um consultório há 30 anos, mas foi construído e equipado com dinheiro próprio. Agora, bdo mundo pagar imposto para um grupo construir hospitais para ganhar dinheiro, é um desrespeito, é uma afronta. Não aceito que esta Constituinte garanta aos empresários de saúde continuarem a ganhar dinheiro às custas da miséria do meu povo. Que eles construam hospitais, consultórios, clínicas, mas com o dinheiro deles, não com o dinheiro do povo. Se quiserem financiamentos, eles terão que ser conseguidos mas com juros do dia, não com juros mais baixos. A saúde tem que ser um direito de todos. A saúde, para se poder melhorar a condição de assistência neste País, necessita de recursos e nós temos que reequipar e construir novas

unidades em todo o País porque aquilo a que assistimos nesse sucateamento foi em função de meia dúzia de empresários que "fizeram a cabeça" do povo para dizer que o Poder Público não tinha condições de dar assistência à saúde. Lembro-me que fui médica do Hospital das Clínicas do meu Estado e naquele período da década de cinquenta, vejam bem V. Ex.<sup>as</sup>, o que tinha de mais **ilegível**. Lembro-me que fui médica do Hospital das Clínicas, e qualquer pessoa da classe "a" da cidade, de um nível mais desenvolvido que quisesse fazer um tratamento diferenciado, acorria ao Hospital das Clínicas e o que se assistiu posteriormente foi ao esvaziamento de todos os hospitais universitários, o esvaziamento de todas as unidades de pronto-socorro, do Poder Público municipal e estadual, para poder drenar dinheiro – dinheiro de todos os contribuintes – para que um grupo ganhasse dinheiro com a saúde. E no instante em que se instala a questão de que a Saúde tem que dar lucro, fazem cirurgias desnecessárias; fazem exames de laboratórios que não são necessários. É uma vergonha, mas eu tenho que denunciar isto! Quanta cirurgia neste País é feita desnecessariamente, só para se ganhar dinheiro! Eu não aceito que se continue drenando dinheiro público para que meia dúzia siga ganhando dinheiro com a Saúde. Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra o Constituinte Marcondes Gadelha, para encaminhar favoravelmente a emenda.

**O SR. CONSTITUINTE MARCONDES GADELHA:** – Sr. Presidente, nobres Srs. Constituintes, a emenda do Constituinte Gastone Righi corrige a tempo e a hora o que, no meu entender, só pode ter sido um equívoco do Relator. Só pode ter sido, Sr. Presidente, um engano, um cochilo da Relatoria quando inscreveu esse § 2º em nome dos interesses da Saúde neste País.

Sr. Presidente, o § 2º diz o seguinte:

"É vedada a destinação de recursos públicos para investimentos em entidades privadas de saúde, com fins lucrativos."

Pergunto, Sr. Presidente: por que esta discriminação contra a Saúde no Brasil? Por que todas, as outras atividades privadas no Brasil, produtoras de bens de qualquer natureza, podem receber recursos públicos a título de incentivos fiscais ou auxílios de qualquer natureza, e a saúde não pode receber? Porventura este País é um paraíso de hígidez? Não temos milhares de chagásicos? De malariosos? De doentes de toda natureza? Sr. Presidente, tomemos dois exemplos de recursos públicos: os incentivos fiscais e a poupança pública. Ora, sabemos que existem incentivos fiscais na Sudene, na Sudam e em outras áreas do País para a produção de qualquer tipo de bens; para a produção de serviços de equipamentos de som; para a produção de bebidas; para a produção de filmes pornôns, existem incentivos. Pela Lei Sarney, existem recursos para uma empresa privada produtora de um filme pornô se utilizar de recursos do contribuinte, e eu pergunto: por que a saúde não pode receber esse tipo de incentivo? Eu pergunto: o que há de discriminação contra a saúde neste País? Existem recursos do Finame para comprar todo tipo de maquinário neste País para empresas de grande porte e até multinacionais que se utilizam de recursos públicos nacionais a título de incentivo fiscal.

Mas à saúde, que atende ao cidadão num país onde temos milhões e milhões de doentes, onde a saúde é um drama agudíssimo, se negam recursos deste tipo, Sr. Presidente? É um absurdo que só posso entender como um equívoco da douda Relatoria.

Tomemos um outro tipo de recurso público: a poupança pública. Sabemos, Sr. Presidente, que 80 a 90% da poupança gerida neste País, hoje, está nas mãos do Estado.

Sr. Presidente, não se poderão mais construir hospitais neste País porque não haverá recursos específicos para esta área, como os do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social. Estes estarão negados peremptoriamente para a expansão do setor de saúde no Brasil, por força desta lei.

Sr. Presidente, haverá recursos para compra de aviões, para que proprietários de outras empresas ricas possam navegar pelos ares, pelos céus deste País com incentivos fiscais, com recursos dos contribuintes. Mas não haverá recursos públicos, não haverá recursos a título de incentivo para a área da saúde.

Sr. Presidente, peço a esta Comissão de Sistematização que reflita sobre o absurdo, sobre o crime que se está cometendo contra a saúde neste País, contra os necessitados e não apenas contra os hospitais, como muitos estão pensando, mas contra todas as instituições de saúde, inclusive as que operam na área de pesquisa, as que operam na área de produção de medicamentos. Isto é um assunto gravíssimo, Sr. Presidente, e esta Comissão de Sistematização não pode aceitar essa discriminação contra a produção de bens de saúde neste País. Por isso, peço que votem a favor da emenda Gastone Righi e que rejeitem o texto do substitutivo pelo menos a título de isonomia com os outros setores produtores de outros tipos de bens.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra o Constituinte Gerson Peres, para encaminhar contrariamente a emenda.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente e prezados colegas, os eminentes colegas que me antecederam estão interpretando mal o que aqui está escrito. Estão conduzindo o raciocínio sentimentalmente. Aqui, nada prejudica a iniciativa privada. O que o Sr. Relator introduziu de maneira muito correta no seu substitutivo foi vedar o mercantilismo na saúde pública; proibir isto. Nenhuma casa de saúde está proibida de ir a uma casa de crédito pedir financiamentos para ampliar as suas atividades comerciais no campo da saúde; nenhuma entidade está proibida de concorrer com os incentivos do Governo em bases iguais. O que o texto veda é a destinação, a palavra é bem clara, destinação; destinar, dar dinheiro público para entidades com fins lucrativos. Aquelas que não têm fins lucrativos serão atendidas com a destinação dos recursos públicos.

Portanto, Sr. Presidente, há um outro argumento que eu queria colocar aqui, na cabeça inteligente dos eminentes Colegas. É o seguinte: onde a Constituição não proibir nada à entidade privada, ela estará apta a concorrer em condições de igualdade. A vedação da destinação dos recursos públicos é somente para as entidades que mercantilizam o processo da saúde pública do Brasil com fins lucrativos. Conseqüentemente, pediria aos prezados Colegas que acompanhássemos o eminente Relator Bernardo Cabral porque não há nada que fira os interesses das entidades privadas no campo da saúde, elas estarão aptas a buscar créditos, financiamentos em todas as casas de crédito do poder público, uma vez que pagarão juros e submeter-se-ão às regras bancárias.

Não tem razão, portanto, o eminente Líder do Partido Trabalhista Brasileiro, quando vem aqui dizer que estamos privando que a saúde caminhe para atender o povo. O que queremos, isto sim, e o substitutivo quer é que a saúde pública caminhe para atender o povo com dinheiro do povo, e o dinheiro público deve ter essa destinação.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. **(Muito bem! Palmas.)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra o Sr. Relator Bernardo Cabral.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, membros da Comissão de Sistematização: Em primeiro lugar, preciso dar um esclarecimento ao eminente Constituinte Virgílio Távora, quando S. Ex.<sup>a</sup> indaga que tipos de recursos públicos trata o § 2º. É louvável que S. Ex.<sup>a</sup> manifeste esta dúvida, porque assim ela será estancada, para que todos os membros da Comissão tomem conhecimento de que os recursos públicos querem dizer: recursos públicos orçamentários.

Dito isto, gostaria de me contrapor a estas duas figuras, a cuja admiração sempre me rendo: os Srs. Constituintes Marcondes Gadelha e Gastone Righi. O primeiro, quando entende que há uma discriminação, um absurdo, um crime que se comete contra a saúde. Mas o Constituinte Gastone Righi transborda um pouco desta tranquilidade com que se houve o Constituinte Marcondes Gadelha, para declarar, como declarou, que há uma discriminação odiosa neste texto, porque ele permite que se financiem motéis.

Não posso permitir, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, que se faça uma agressão desta natureza a um texto constitucional que é da maior seriedade. **(Palmas)** Não se confunda a aplicação no setor financeiro, que qualquer empresa privada pode a ele ir e pedir que lhe seja dado um tratamento, com recursos públicos orçamentários. O de que precisamos é expandir a rede pública, lá onde a empresa privada não vai para tratar da saúde. A emenda – e isto que é grave e chamo a atenção dos Srs. Constituintes e do eminente companheiro Gastone Righi – ela abre para o setor privado – isto foi muito bem ressaltado pelo Deputado Gerson Peres – recursos que já são escassos, que já são de forma muito incipiente administrados pelo setor público em favor da população pobre.

Não posso ver, Sr. Presidente, que se confundam operações lucrativas do setor privado, do setor financeiro, com investimentos sociais do setor de saúde pública. É preciso que se diga que o que este texto quer é proteger os recursos públicos orçamentários – e chamo a atenção da Casa – contra aqueles que fazem da saúde um veículo para engordar as suas contas bancárias particulares.

É preciso que se registre que este texto tem o pudor, mas o pudor sério, correto, decente, digno de não se confundir na sua atuação com motéis que são financiados pela rede bancária privada ou de banco público.

Por isso, Sr. Presidente, quero dizer que lamento – e o faço da forma que bem conhece o Sr. Constituinte Gastone Righi – ter que votar contra a sua emenda e não só votar contra, mas encarecer o voto dos Srs. Constituintes membros da Comissão de Sistematização, para que se diga, em verdade, o que inicia o artigo que: "a saúde é direito de todos e dever do Estado". Por isso a Relatoria, unanimemente, sem nenhuma discrepância, vota **NÃO**.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr. Presidente, para uma questão de ordem dirigida ao Sr. Relator. (Assentimento da Presidência)

Sr. Relator, ao que entendi, ao início, na verdade, enaltece um dado, o de que aí está colocado o recurso público, quando muito mais apropriadamente seriam recursos orçamentários. Pergunto ao Sr. Relator se V. Ex.<sup>a</sup> se disporia a essa modificação de texto, apenas modificação de expressão de "recursos públicos" para "recursos orçamentários"? É o que entendi da sua exposição.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Nobre Constituinte, o Relator considera que as explicações que tinha que dar já foram dadas no momento em que falou.

Vamos passar à votação.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr. Presidente, só para registro. Quero declarar que a emenda...

**O SR. CONSTITUINTE MARCONDES GADELHA:** – Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Não é possível! Em primeiro lugar, não haverá diálogo com o Relator, porque não há possibilidade...

**O SR. CONSTITUINTE MARCONDES GADELHA:** – Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – V. Ex.<sup>a</sup> encaminhou por 6 minutos a matéria...

**O SR. CONSTITUINTE MARCONDES GADELHA:** – Sr. Presidente, não é encaminhamento; é uma questão de ordem...

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Então, V. Ex.<sup>a</sup> tem três minutos para levantar uma questão de ordem.

**O SR. CONSTITUINTE MARCONDES GADELHA:** – ... além do mais V. Ex.<sup>a</sup> sabe que fui citado nominalmente várias vezes e com inverdades.

O Sr. Relator referiu-se aqui que usei a expressão motel em nenhum momento isso ocorreu. Podemos consultar à Taquigrafia e verificaremos que em nenhum momento usei essa expressão. O que eu disse, Sr. Presidente, é que recursos da Lei Sarney, recursos públicos, são usados por empresas privadas para a produção de filmes pornográficos. Isso eu sustento.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A explicação de V. Ex.<sup>a</sup> já está dada.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Para contraditar, Sr. Presidente.

**O SR. CONSTITUINTE MARCONDES GADELHA:** – O Relator disse que estava tratando de recursos orçamentários. Isso, Sr. Presidente, também não é verdade. É preciso que V. Ex.<sup>a</sup> saiba disso.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – V. Ex.<sup>a</sup> não pode replicar o Relator. Não vamos dar direito de réplica e tréplica. Já trabalhamos durante 25 minutos sobre este assunto.

Não quero ser deselegante com V. Ex.<sup>a</sup>, mas vou desligar o microfone.

Passamos à votação. Peço aos Srs. titulares que tomem os seus assentos.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: José Freire, Theodoro Mendes, Virgildásio de Senna, Manuel Viana, Vilson Souza, Antoniocarlos Mendes Thame, Christovam Chiaradia, Gilson Machado, Inocêncio Oliveira, José Lins, Arnaldo Prieto, José Santana de Vascóncellos, Luís Eduardo, Marcondes Gadelha, Paulo Pimentel, Annibal Barcellos, Enoc Vieira, Jonas Pinheiro, Darcy Pozza, José Luiz Maia, Virgílio Távora, Francisco Rosai, Gastone Righi, Sólton Borges dos Reis e Sotero Cunha. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Faltosa, Ademir Andrade, Alfredo Campos, Almir Gabriel, Antônio Britto, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Carlos Mosconi, Carlos Sant'Anna, Cristina Tavares, Egidio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Gasparian, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, João Herrmann Neto, José Fogaça, José Paulo Bisol, José Serra, José Ulisses de Oliveira, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nelton Friedrich, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Rodrigues Palma, Severo Gomes, Sigmaringa Seixas, Aécio Neves, Chagas Rodrigues, Délio Braz, José Tavares, Márcio Braga, Marcos Lima, Miro Teixeira, Octávio Elísio, Rose de Freitas, Vicente Bogo, Ziza Valadares, Aloysio Chaves, Eraldo Tinoco, Francisco Benjamim, Francisco Dornelles, José Jorge, Mário Assad, Osvaldo Coelho, Sandra Cavalcanti, Furtado Leite, Jofran Fre-

jat, Antônio Carlos Konder Reis, Gerson Peres, Jarbas Passarinho, José Maurício, Lysâneas Maciel, Bocayuva Cunha, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Adolfo Oliveira, Haroldo Lima, Roberto Freire, Jamil Haddad e Antonio Farias. **ABSTENÇÃO:** dos Senhores Constituintes Michel Temer e Alcení Guerra.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 25 Constituintes; votaram NÃO 66 Constituintes; abstiveram-se de votar 2 Constituintes. Total: 93 votos. O Destaque foi **rejeitado**.

**Destaque nº 002608-87 – Emenda nº ES-27045-1, do Sr. Roberto Jefferson, "que modifica o artigo 262 do § 2º do Substitutivo nº 1 (artigo 227 e § 1º do Substitutivo nº 2) (450ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Requerimento de preferência, nos termos regimentais, para a votação do Destaque nº 2608, requerido pelo Constituinte Roberto Jefferson, com referência a emenda nº 27045-1 substitutiva ao art. 227.

Os Srs. Constituintes que a aprovam queiram permanecer sentados. **(Pausa)**

Preferência concedida.

Tem a palavra, como autor, o Constituinte Roberto Jefferson.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO JEFFERSON:** – Agora pode ou não pode?

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Pode. Agora está dentro do Regimento e não haverá questões de ordem levantadas. V. Ex.<sup>a</sup> disporá de cinco minutos, o que é muito para a sua capacidade de persuasão. **(Risos)**

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO JEFFERSON:** – Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, a minha emenda é ao art. 227 do Substitutivo Bernardo Cabral II. Estabelece o art. 227:

"Art. 227. Cabe ao Poder Público a regulamentação, a execução e o controle das ações e serviços de saúde."

A minha emenda, qual é? É uma emenda modificativa, que estabelece para a redação do art. 227 o seguinte:

"Cabe ao Estado a regulamentação e o controle das ações de saúde, dando prioridade à execução de serviços de atenção primária de saúde à população."

O que quer dizer isso, Sr. Presidente? Atribuir ao Estado o dever exclusivo de controlar e executar os serviços de assistência à saúde, ainda que ressaltando o direito da livre iniciativa fazer o mesmo, em caráter complementar; é, ao cabo, estatizar a prestação dos serviços médicos.

Essa forma de proceder, Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, além de contrariar a realidade social que mostra a presença maior, e mais adequada, mais eficiente, menos onerosa, menos clientelista, menos nepotista, menos familiar e menos corrupta das ações dos serviços privados de saúde, também não se concilia com a relação primordial do fenômeno estatal.

Com efeito, ainda que se empreste ao Estado a configuração de Estado-Social ou Estado-Providência, a relação indivíduo/Estado é fundada na primazia do reconhecimento da dignidade da pessoa humana. Daí que as intervenções do Estado não podem atingir o núcleo daquela relação, pondo o indivíduo sob o domínio do Estado, ainda mais se avulta a característica malévola da estatização da medicina, se considerarmos a feição individual e humana do ato médico.

Por fim, convém citar a impossibilidade de se obter com a pouquidade de recursos disponíveis uma atuação

satisfatória da medicina pública, fenômeno que ocorre em países desenvolvidos como a Inglaterra e os Estados Unidos. Que se dirá do que ocorre no Brasil empobrecido e anárquico nos dias atuais?

Isto posto, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, concluímos que a ação do Estado, no Brasil, no campo da saúde, deve cingir-se à chamada saúde pública. O que é saúde pública? É aquela que combate as endemias, as epidemias, e faz o saneamento básico. Esta é a ação pública de saúde. Vale dizer que há um aspecto de contra-senso: pretende-se atribuir ao Estado, Sr. Presidente, as complexas tarefas de atendimento médico, sem cumprir, eficazmente, com aqueles deveres que dizem respeito à criação das condições para uma vida saudável. Pretende-se construir um edifício sobre um terreno, um charco de valas negras. Aliás, Afonso Arinos, no seu art. 26, na Declaração de Direitos e Garantias Fundamentais, acolhe essa consciência nacional de que o Estado sozinho, Sr. Presidente, não pode dar, em completude, assistência à saúde a toda população, tal como nós estamos sustentando no texto desta nossa emenda.

E o que é pior, Srs. Constituintes, é o que diz o art. 27, do Relatório Bernardo Cabral: cabe ao Poder Público, não ao Estado, a regulamentação e a execução. O que é Poder Público? É a autarquia, Inamps, Iapas, não mais o Governo do Estado ou o Governo Federal, a fiscalizar, a regulamentar, e a executar as ações de saúde, quando sabemos que a autarquia sempre é manipulada, politicamente, pelo interesse de quem nomeia o superintendente, de quem nomeia o presidente da autarquia, de quem nomeia até o próprio Ministro que vai administrar essas autarquias.

Temos que entender, que se colocarmos a iniciativa privada sob a batuta, sob a condução, sob a ditadura das autarquias, que é o Poder Público, é uma violência.

A nossa emenda não afasta da área do Estado a regulamentação e o controle. Ela diz "cabe ao Estado a regulamentação e o controle". Não; cabe ao Poder Público, como está no relatório Bernardo Cabral. Mantém-se a execução, o controle, a fiscalização pelo Estado, mas sem impor à iniciativa privada a sanha daqueles que são nomeados politicamente para as autarquias. Não podemos violentar o indivíduo, colocando a iniciativa privada não sob direção e regulamentação do Estado, mas sob um órgão menor, mais mesquinho, mais político, mais rancoroso, de perseguições e quase nunca honesto, que são as autarquias que compõem o Poder Público.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Peço a atenção de V. Ex.<sup>a</sup> por um momento. A emenda que tenho em mãos de V. Ex.<sup>a</sup>, pela informação da Secretaria, ela sustenta apenas o § 2º.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO JEFFERSON:** – Não. Está distribuído da seguinte maneira: a emenda e o destaque são para o **caput** do artigo.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Aqui está colocado para o § 1º, do art. 227. É como está colocado na emenda de V. Ex.<sup>a</sup>, segundo informação que vem da Secretaria da Mesa.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO JEFFERSON:** – Há um equívoco, lerei o **caput**: "Cabe ao Poder Público a regulamentação, a execução e o controle do serviço de saúde".

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – O artigo da emenda de V. Ex.<sup>a</sup>, que seria correspondente ao **caput**, tem a seguinte redação:

"Cabe ao Estado a regulamentação e controle das ações de saúde, dando prioridade à execução dos serviços de atenção primária de saúde à população."

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO JEFFERSON:** – :E é o que estou defendendo.

**O SR. PRESIDENTE (JARBAS PASSARINHO):** – E no parágrafo segundo diz que:

"O setor privado de prestação de serviços de saúde participará de forma complementar na assistência pública à saúde da população, sob as condições estabelecidas em lei."

A informação da secretaria é que V. Ex.<sup>a</sup> se atinha apenas ao § 2º de sua emenda.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO JEFFERSON:** – Então está havendo um equívoco.

**O SR. PRESIDENTE (JARBAS PASSARINHO):** – Então, V. Ex.<sup>a</sup> defende a emenda como um todo.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO JEFFERSON:** – Na emenda como um todo ao § 2º. Aqui está o texto da emenda, Sr. Presidente.

Trata-se do art. 226, § 2º. Quanto ao § 1º é o Constituinte Inocêncio Oliveira que tem emenda.

**O SR. PRESIDENTE (JARBAS PASSARINHO):** – Não. Não fazia referência ao Constituinte Inocêncio Oliveira, porque S. Ex.<sup>a</sup> tem uma emenda supressiva. Não é esta aí. Então, o que quero saber de V. Ex.<sup>a</sup> é se V. Ex.<sup>a</sup> está defendendo o **caput** e o § 2º.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO JEFFERSON:** – Estou defendendo o **caput** e o § 2º, que está dentro do corpo da idéia que estou colocando.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – A planilha como está?

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO JEFFERSON:** – A planilha está certa, parece-me que sim.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Sr. Presidente, a planilha diz respeito ao **caput** também?

**O SR. PRESIDENTE (JARBAS PASSARINHO):** – A Mesa recebe da Secretaria as informações que discute com os Constituintes. Tenho que, naturalmente, me ater às informações que recebo da Secretaria. Da Secretaria está escrito aqui – com a letra de pessoa que conheço – somente o § 2º da emenda. Ora, o § 2º da emenda, que era correspondente ao Substitutivo nº 1º artigo, seria igual ao § 1º do art. 227, mas o Constituinte quando usou da palavra incluiu o **caput** do art. 227. Então, a emenda de S. Ex.<sup>a</sup> fica íntegra, é toda a emenda que V. Ex.<sup>a</sup> dispõe aí no chamado "livro de bolso", que está à disposição dos Constituintes.

Tem a palavra para encaminhar contra a Constituinte Abigail Feitosa.

**A SR.<sup>a</sup> CONSTITUINTE ABIGAIL FEITOSA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a emenda do nobre Constituinte Roberto Jefferson pretende tirar a palavra "execução", como está aqui no art. 227:

"Cabe ao poder público a regulamentação, a execução e o controle das ações e serviços de saúde."

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, os médicos do serviço público podem executar todas as ações de saúde, estão capacitados para isso. Em qualquer pronto-socorro, hospital universitário ou hospital do Estado, eles têm capacidade para executar essas tarefas, não são somente os médicos dos serviços particulares. Isso não impede que os serviços particulares complementem, como está aqui mais embaixo:

"A assistência à saúde é livre à iniciativa privada, que poderá participar de forma suple-

tiva do sistema único de saúde, sob as condições estabelecidas em contrato de direito público etc..."

De modo que, acho que a essa altura, tirar um direito dos médicos dos serviços públicos de executarem as ações de saúde, para que eles passem apenas para controlador, acho até um desmerecimento a toda essa gama de médicos que estão empregados nos municípios, no Estado, no Inamps, na universidade e, inclusive, quando executam essas tarefas, eles têm, também, as ações de ensino, que passam para os estagiários. Ninguém vai estagiar nos serviços particulares; as pessoas, os estudantes estagiam nos hospitais públicos, mesmo que estes não tenham o nome de hospital de ensino.

Lembro-me da velha Maternidade Tsylla Balbino, da qual sou médica há 30 anos: pois bem, nela executávamos todas as ações de obstetrícia e ginecologia, e quantas gerações e gerações de jovens passaram por nossas mãos, treinando e aprendendo conosco. Como é que de uma hora para outra o Estado vai deixar de executar as ações, para que apenas o setor privado o faça?

Isto não está bem posto. Defendo que o Estado execute as ações.

Isso não é possível, a esta altura, pois todo profissional, não somente o de Medicina, como o de Odontologia e o de Enfermaria, treina nos hospitais públicos. E isto o profissional de saúde faz, simultaneamente, com prazer, porque o contato com o estudante é enriquecedor para ele.

Gostaria que os Srs. Constituintes verificassem melhor a questão e votassem contra esta emenda, porque, como colocou aqui o nobre Constituinte, não se está dando exclusividade ao serviço público. O serviço privado pode complementar as ações naturalmente que se vai discutir mais adiante em condições, mas, realmente, tirar a execução é um retrocesso terrível, que vai prejudicar inclusive toda a nossa juventude.

Peço a V. Ex.<sup>as</sup> que votem contra esta emenda.

**O SR. PRESIDENTE (JARBAS PASSARINHO):** – Para encaminhar a favor, tem a palavra o nobre Constituinte Virgildásio de Senna.

**O SR. CONSTITUINTE VIRGILDÁSIO DE SENNA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, há, neste projeto de Constituição, dispositivos de que não gosto, e que não gostaria de subscrever. Mas nenhum causa a mim tanta indignação, como este, que será talvez o capítulo acerca do qual maiores restrições, eu, pessoalmente, tenho a fazer.

Quero, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, começar por declarar que não sou proprietário de hospitais, não tenho parentes proprietários de hospitais ou casas de saúde que explorem a saúde pública. Entendo que o setor de saúde pública no Brasil é o setor onde mais se manifesta o **apartheid** social. A forma mais excrescente neste País de **apartheid** é o serviço de saúde pública. Pior, unicamente pior do que o serviço de saúde prestado pelas empresas privadas só existe no Brasil um, que é o serviço de saúde prestado pelo serviço público oficial. Esta Casa é testemunha de que o Presidente da República, João Figueiredo, foi, com recursos pagos pelo Poder Público, tratar-se em hospital privado fora do Brasil. O atual Presidente da Assembléia Nacional Constituinte foi tratar-se em hospital privado nos Estados Unidos. Aqui estão vários Srs. Constituintes que têm usado, inclusive, de recursos públicos para tratar-se em hospitais privados fora do Brasil.

O que ocorre, Sr. Presidente, é que queremos, demagogicamente, dar ao aspecto de saúde um caráter particular. Não existe em nenhum capítulo, que eu tenha visto, neste projeto de Constituição, a palavra "comando", que o nobre Sr. Relator achou por oportuno colocar no inciso I

do art. 226: "comando administrativo" não é gestão, não é administração, não é direção; é "comando".

Sr. Presidente, se há setores nesta Constituinte que tratam de assuntos **ad negotia** e **ad justitia**, devemos ter um tratamento especial naquilo que diz respeito à privacidade e à vida do cidadão. O que se pretende neste projeto é dar um caráter discriminatório à ação de saúde. Há a palavra comando. O nobre Sr. Relator pôde e encontrou forma de, no § 1º, declarar: "financiamento com recursos do orçamento". Todavia, no § 2º – que a sua indignação fez expressar de forma tão clara nesta Casa – ele só encontrou "recursos públicos". Não disse, "recursos orçamentários públicos". Recursos públicos, neste País, Sr. Presidente, se usa para plantar capim, para reforestamento, para construção de motéis. Sr. Relator, recursos públicos, neste País, por via de incentivos que são recursos públicos, se usa para a construção de motéis, de hotéis e outras coisas. Não há porque não dizer claramente, se esta é a intenção do Relator, que se trata de recursos orçamentários, como foi dito no § 1º e não consta no § 2º

Quero dizer, Sr. Presidente, que, além dessas observações, há casos de invasões – e chamo a atenção dos Srs. Constituintes para esta matéria, porque é sobremodo importante. Está contido no art. 228: "disciplinar a formação e utilização de recursos humanos a um sistema único de saúde", que ainda não sabemos o que vai ser, pois pode dar a essa instituição o direito de intervir na universidade, na formação dos médicos, definindo antecipadamente que uma instituição fora da universidade pode fixar o seu currículo. Sobre esses absurdos, tenho que manifestar a minha indignação.

No que diz respeito à presença do setor privado em matéria de saúde, não se disse "participará", mas o que está no texto é "poderá participar", que é uma forma condicional.

Sr. Presidente, creio que os assuntos de saúde – falo como cidadão – exigem, antes de tudo, uma relação biunívoca entre o paciente e o médico, aquele a quem vou assegurar a minha privacidade, a nível em que não faço nem com os parentes. Além da privacidade, a própria vida. O tratamento que se dá neste texto, em matéria de saúde, é um tratamento farisaico, monopolizando até quanto à importação de broca de dentista. O dentista, para importar uma broca, está subordinado a monopólio. Eu estranho que esta direita, estes Srs. Constituintes que defendem de tal modo a iniciativa privada se calem.

Sr. Presidente, vejo nisto mais uma forma de **apartheid** social que acabei de denunciar desta tribuna. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (JARBAS PASSARINHO):** – Volto a advertir as galerias de que as manifestações são proibidas pelos Regimentos das Casas e pelo Regimento da Assem-advertir às galerias de que as manifestações são proibidas to da vaia, e nesta Casa não deve haver, por parte das galerias, nem aplauso nem vaia. Deve-se ouvir em atenção e silêncio os oradores que falam.

Concedo a palavra, para encaminhar contra, ao Constituinte Carlos Sant'Anna.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, somos cento e trinta milhões de brasileiros, dos quais cerca de cem milhões não têm a mínima condição de pagar para ter atendimento médico e prestação de assistência à sua saúde. A quem compete, a quem deve caber a responsabilidade, o dever de executar essa assistência médica aos desvalidos, aos desafortunados, aos que não têm como pagar? A quem deve? Deve ao Estado, é responsabilidade do Estado porque não pode haver brasileiros de primeira classe e brasileiros de segunda classe. Brasileiros que têm direito, pelos recursos de que dispõem, de pagar por uma assistência médica sofisticada – e têm todo o direito de pagá-la –

e aqueles brasileiros que, desvalidos, têm direito à assistência médica coberta pelo Estado, responsabilizada pelo Estado. Dir-se-á: o Estado quer tirar a iniciativa privada. Absolutamente, não. Nem eu defenderia isto, mas que o setor privado, por exemplo, destine-se aos que podem pagar, aos que têm condições de pagar, e o Estado fique com a responsabilidade de prestar assistência aos desvalidos. Há um texto do Sr. Relator que diz muito bem: "A execução dos serviços de saúde ao povo é do Estado". Se, por acaso, dissesse que a execução desses serviços ao povo é da entidade privada, significaria que a entidade privada teria que fazer a assistência gratuita à população que não pode pagar, teria que fazer de graça. E não é isto que estamos dizendo, não. A execução é do Estado. Se o Estado não tem capacidade instalada para fazê-lo, como não tem em vários municípios, entra a entidade privada, mas entra a entidade privada para fazer a assistência médica cuja execução compete ao Estado. E por que compete ao Estado, o Estado vai pagar, porque não tem capacidade instalada. Então, em vez de dizer-se que este texto é estatizante, e o dizem maldosamente, na verdade ele permite que a entidade privada viceje, porque ela vai vicejar não no atendimento daquela pequena população pagante, não; ela vai vicejar prestando assistência médica gratuita a um povo que não pode pagar, e quem vai pagar por esse povo somos todos nós, todos nós unidos, através do Estado. É por isto que o texto deve ser mantido, até para proteger a própria população que não pode pagar e até para proteger as próprias entidades privadas que vivem da Previdência, vivem da prestação da assistência médica gratuita, vivem ressarcidas pelo dinheiro do Estado. Até para que elas possam continuar, é preciso que a execução seja do Estado.

Sr. Presidente, e Srs. Constituintes, não é verdade que a qualidade do serviço médico público é ruim por ser público. Não, não é verdade! O INCOR de São Paulo está aí, é da USP, e é serviço público; o Hospital do Câncer do Rio de Janeiro está aí, e é serviço público; e as dezenas de hospitais que são públicos e são da maior qualificação. Acontece que, para que o serviço público possa chegar ao nível de qualificação digno do povo brasileiro, é preciso que tenhamos inscrito na Constituição esse texto que está aqui. É no momento em que um texto como este seja norma constitucional que poderemos, então vir a ter as condições de serviço público à altura do povo brasileiro.

De modo que sou contra a emenda e a favor da manutenção do texto. (Muito bem! Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (JARBAS PASSARINHO):** – Com a palavra o Relator, Senador Almir Gabriel.

**O SR. RELATOR (ALMIR GABRIEL):** – Sr. Presidente, Srs. Relatores, prezados Companheiros Constituintes, depois das palavras candentes do nobre Constituinte Carlos Sant'Anna, que expressou aqui a sua experiência de ex-Ministro da Saúde, professor de saúde e pediatra emérito na Bahia, creio que são poucas as palavras que poderíamos agregar ao seu discurso.

De qualquer sorte, há duas coisas que me parecem muito importantes. Na proposta do Constituinte Roberto Jefferson se utiliza a expressão "atenção primária de saúde" como sendo prioritária e única para o Estado. Nas palavras do nosso prezado Companheiro Virgildásio de Senna se colocou a condição do **apartheid**.

Pinçando essas duas coisas, gostaríamos de dizer que o que se reserva pela proposta do Constituinte Roberto Jefferson é, exatamente, que ao Estado caiba exclusivamente aquilo que se chama de "atenção primária de saúde", que seria vacinar, fazer pequenos serviços de saúde, serviços de abastecimento de água, porque isto é o que constitui, é o que se chama "atenção primária de saúde". Quer dizer, se exclui ou se retira da prioridade do Estado a possibilidade de proceder a pesquisas. Institutos como



Oswaldo Cruz, Adolfo Lutz, Evandro Chagas, na questão da pesquisa teriam que ser rechaçados do setor público, para que se desenvolvesse na área privada.

De outro lado, na questão hospitalar, que é dita de atenção secundária ou de atenção terciária, teríamos que repassar para a área privada o Hospital das Clínicas, a Pioneiras Sociais, o Hospital do Câncer, enfim, tantos centros que constituem não apenas centros de atenção de saúde, mas formadores de profissionais de saúde, centros que têm a maior importância no avanço dos profissionais, sobretudo na área da Medicina. Nós diríamos que seria desqualificar ao máximo aquilo que pode ser desenvolvido pelo Estado, seria tentar dar para a atividade privada a capacidade não apenas de servir de atendimento à saúde, à doença, mas, também, à própria condição de revolução do setor.

Como profissional da área da saúde, não poderia deixar de rejeitar, a partir da palavra **apartheid**, todo o conjunto de raciocínio feito aqui de que a saúde no Brasil seja de má qualidade, de que os profissionais aqui existentes são profissionais de segunda ordem. Eu quero deixar claro que a saúde é consequência das condições de recursos disponíveis dentro de um Estado. Quer dizer, nenhum país subdesenvolvido pode ter uma saúde desenvolvida, nem saúde, nem educação, nem coisa alguma. O desenvolvimento traz, normalmente, a melhoria das condições de atenção à saúde. Aqui é forçoso colocar alguns aspectos. Será que vamos dizer que o Professor Samuel Pessoa não foi um cientista da maior importância para a evolução da saúde no Mundo? Que Oswaldo Cruz, Evandro Chagas, Gaspar Viana, Miguel Couto, Vital Brasil, enfim, que tantos nomes que prestaram o maior serviço à saúde mundial não tiveram importância, que todas essas pessoas não representaram a honra, a grandeza da saúde pública deste País?

Ora, querer pinçar o fato de que determinadas pessoas, em determinado momento, utilizaram os serviços médicos internacionais não significa, em primeiro lugar, que elas decidiram certo, elas poderiam ter seus casos resolvidos aqui. Não tenho nenhuma dúvida de que seriam bem resolvidos. Se procuraram outros centros é um direito, é uma liberdade que têm. Poderíamos, até, citar, agora, mas, como profissional da área de saúde recuso-me a fazê-lo, utilizar nome de pessoas que foram para fora e pessoas que aqui ficaram e solucionaram seus problemas de saúde. Temos o exemplo de um dos nossos companheiros maiores, que foi operado entre nós com grande sucesso, vinte dias depois estava aqui trabalhando, assim como tantos outros companheiros e colegas que estão na mesma situação. Invocar exemplos que são uma excepcionalidade, de maneira nenhuma recai para nós como detrimento ao setor saúde. E nisso não peço respeito, peço apenas reconhecimento por esses profissionais que lutam, nas condições mais adversas, para tentar fazer uma saúde adequada e decente para este País.

O que não se diz é que este País destina para a saúde apenas 17% do seu Produto. Interno Bruto, quando outros países destinam 8 a 10%. O que não se diz é que não se dá ao setor saúde, na área pública, as condições adequadas para o seu desenvolvimento. Por isso, consideramos, quer na intervenção de um Companheiro ou de outro, defendendo a Emenda Roberto Jefferson, na verdade, uma posição absolutamente equivocada. Por isto, somos contra a emenda proposta, por isto somos a favor da manutenção do texto do nosso Relator Bernardo Cabral, que responde às condições de aspiração da população brasileira e dos profissionais ligados ao setor. **(Muito bem! Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (JARBAS PASSARINHO):** – Passa-se à votação.

Peço aos Srs. Constituintes que ocupem seus lugares. **(Pausa)**

**(Procede-se à votação)**

**O SR. SECRETARIO (JOSÉ FOGAÇA):** – Como vota o Sr. Constituinte Virgildásio de Senna?

**O SR. CONSTITUINTE VIRGILDÁSIO DE SENNA:** – Voto **NÃO** à emenda, porque dela não tratei. Declarei na tribuna que era contrário ao projeto tal como foi elaborado.

A esta emenda o meu voto é **NÃO**, Sr. Presidente.

**(Prossegue a votação)**

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: José Freire, Theodoro Mendes, Daso Coimbra, Délio Braz, Carlos Chiarelli, Eraldo Tinoco, José Lins, José Santana de Vasconcellos, Luís Eduardo e Marcondes Gadelha. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Faltosa, Ademir Andrade, Alfredo Campos, Almir Gabriel, Antônio Britto, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Carlos Mosconi, Carlos Sant'Anna, Celso Dourado, Cid Carvalho, Cristina Tavares, Egídio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Gasparian, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, João Calmon, João Herrmann Neto, José Fogaça, José Paulo Bisol, José Richa, José Ulisses de Oliveira, Mário Lima, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nilton Friedrich, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Rodrigues Palma, Sigmaringa Seixas, Virgildásio de Senna, Aécio Neves, Chagas Rodrigues, José Tavares, Márcio Braga, Marcos Lima, Miro Teixeira, Octávio Elísio, Vilson Souza, Alcení Guerra, Aloysio Chaves, Antonio Carlos Mendes Thame, Francisco Benjamim, Francisco Dornelles, Inocêncio Oliveira, José Jorge, Arnaldo Prieto, Mário Assad, Oscar Corrêa, Osvaldo Coelho, Annibal Barcellos, Enoc Vieira, Furtado Leite, Jofran Frejat, Jonas Pinheiro, José Tinoco, Paes Landim, Antônio Carlos Konder Reis, Gerson Peres, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia, Virgílio Távora, Adylson Motta, José Maurício, Lysâneas Maciel, Bocayuva Cunha, Francisco Rossi, Gastone Righi, Sólton Borges dos Reis, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Adolfo Oliveira, Sotero Cunha, Haroldo Lima, Roberto Freire, Jamil Haddad e Antonio Farias.

**O SR. PRESIDENTE (JARBAS PASSARINHO):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram **SIM** 10 Constituintes; votaram **NÃO** 83 Constituintes. Total: 93 votos. O destaque foi **rejeitado**.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (JARBAS PASSARINHO):** – Tem a palavra o Constituinte José Genoíno, pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Sr. Presidente, para pedir uma informação à Mesa, se iremos votar outro destaque. O prazo para o encerramento desta parte da sessão está-se esgotando, porque é uma hora da tarde e os Srs. Constituintes já se estão retirando.

**O SR. PRESIDENTE (JARBAS PASSARINHO):** – V. Ex.<sup>a</sup> me lembra uma história antiga de um chefe de uma determinada instituição que dizia assim: "Já que não temos hora para chegar, tenhamos hora para sair". Porque eram 10 horas da manhã e ainda não havíamos aberto a sessão. Gastamos cerca de uma hora na discussão a respeito das declarações, supostas, do Senhor Presidente da República, e agora V. Ex.<sup>a</sup>, ainda faltando cinco minutos para o encerramento da reunião, deseja que ela seja encerrada.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – É porque eu estava aqui às nove horas, Sr. Presidente, como V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. PRESIDENTE (JARBAS PASSARINHO):** – Teremos aqui uma emenda do Constituinte Gastone Righi que

considero – peço a atenção de S. Ex.<sup>a</sup> – praticamente prejudicada, porque é a mesma redação do Constituinte Roberto Jefferson, mesma redação praticamente. Queria a compreensão de V. Ex.<sup>a</sup>

**Destaque nº 3901-87 – Emenda nº ES-25774-9, do Sr. Gastone Righi, "que dá nova redação ao art. 262 § 2º do Substitutivo nº 1 (art. 227 § 1º do Substitutivo nº 2)".**

**O SR. PRESIDENTE (JARBAS PASSARINHO):** – Embora semelhantes as redações, o nobre Constituinte Gastone Righi me prova que o seu destaque merece votação.

Em votação.

Os Srs. Constituintes que aprovam a preferência queiram permanecer sentados. **(Pausa)**

Está aprovada.

Fica concedida a preferência.

Trata-se, ainda, do art. 227, § 1º

Tem a palavra o Constituinte Gastone Righi.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a minha emenda objetiva, única e exclusivamente, retirar do texto do § 1º a expressão "de direito público", e vou explicar por quê. O texto declara que a iniciativa privada é livre no setor de saúde e que ela poderá ser complementada, pelo Poder Público mediante "contrato de direito público". Quero que fique "mediante contrato". E por que extrair "direito público?"

Ao inverso do que possa parecer, estou engessando o Estado com essa expressão. Contrato de direito público difere do contrato comum, porque ele é um contrato padrão, imutável e só a lei poderia transformá-lo. Imaginem os Senhores que numa determinada região paupérrima do Brasil quisesse a Previdência Social estimular, por exemplo, a construção de hospital ou o que fosse; ela poderia criar uma diária diferenciada para atender populações carentes. Constroem-se mata hospitais nos grandes conglomerados urbanos, nas capitais, nos centros e já não se constrói, da mesma forma, na periferia. Posso querer premiar a periferia, as populações carentes e incentivar o investimento ao setor privado, em setores onde hoje a assistência de saúde é carecedora.

Portanto, estou tirando do Estado, tirando do Inamps, tirando da Previdência Social e do Ministério da Saúde a possibilidade de estabelecer distinção de tratamento para beneficiar populações mais carentes, para beneficiar território mais inóspito ou para privilegiar aqueles que tenham melhor atuação. Um hospital que não se caracterize pelo zelo ou não se caracterize pela alta técnica de utilização terá o mesmo tratamento de um hospital de primeira classe, de um hospital de primeira linha, de um hospital que cuide de evitar infecções hospitalares, que dê bom tratamento aos seus pacientes.

Ora, isso fere o princípio de justiça. O Poder Público fica amarrado, manietado, impossibilitado, sequer, de praticar justiça, premiando aqueles que tenham maior aplicação e castigando aqueles que sejam menos aplicados ou mais desiduosos.

Esse dispositivo, muitos estatizantes o colocam imaginando que protegem o Estado. Na verdade, o contrato de direito público manietado, impede o Estado de ter arbítrio, discernimento, de aplicar uma política que diga respeito ao interesse público, ao interesse da população.

Portanto, peço aos Srs. Constituintes que votem a favor da minha emenda.

**O SR. PRESIDENTE (JARBAS PASSARINHO):** – Tem a palavra para encaminhar contra, o Constituinte Nelson Jobim.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON JOBIM:** – Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Constituintes, acabamos de ouvir a exposição do eminente Constituinte Gastone Righi, que traz um conceito de contrato de direito público completamente exorbitante e fora daquilo que efetivamente é no nosso Direito Administrativo brasileiro.

O que tem que ficar absolutamente claro não é que o contrato de direito público venha a engessar a administração pública ou o Poder Público na visão das circunstâncias e fatos que possam determinar um tratamento diferenciado. O que se tem fundamentalmente com o contrato de direito público – e este é o conceito clássico e tradicional, e nosso, e perfeito dentro do Direito brasileiro – é que possibilita esse contrato ter um tratamento diferenciado, no que diz respeito às regras de Direito Privado. Não vale na área do Direito Público o **pacta sunt servanda**, ou seja, a submissão absoluta às regras do contrato. Por quê? Porque vige, em cima do contrato e da relação estabelecida entre a administração e a parte privada, fundamentalmente, o interesse público.

Há uma desigualdade entre o interesse público e o privado. Daí por que os contratos, neste caso, deverão ser de direito público, porque possibilitam à administração um determinado privilegiamento no que concerne à manutenção do contrato, o rompimento unilateral às regras, porque está a administração adstrita, neste caso e neste tipo, à regra pública e à proteção do interesse público.

É fundamental que se tenha essa distinção porque a supressão desse dispositivo joga o Poder Público na relação privada a contratar com contratos de direito privado, que estabelece uma possibilidade de igualdade absoluta entre as partes. E, aqui, não podemos igualar o interesse privado com o interesse público.

Sr. Presidente, o privilegiamento do interesse público já foi manifestado por esta Casa, nesta Comissão de Sistematização, ao rejeitar com absoluta e total maioria, a proposta do Constituinte Roberto Jefferson.

É de coerência desta Casa e desta Comissão de Sistematização que seja mantido o texto, rejeitada a emenda Gastone Righi, como condição de perfeita aquisição e prestação do serviço público e da prestação de saúde na área pública.

É por essas razões, Sr. Presidente, que encaminhamos contra a emenda.

**O SR. PRESIDENTE (JARBAS PASSARINHO):** – Tem a palavra o Sr. Relator Bernardo Cabral.

**O SR. RELATOR (BERNARDO CABRAL):** – Sr. Presidente, há uns cinco minutos havia dito ao Sr. Constituinte José Fogaça exatamente qual era a argumentação que deveria ser aqui expendida; foi o que acabou de fazer o Sr. Constituinte Nelson Jobim.

Sr. Presidente, conheço o Sr. Constituinte Gastone Righi há mais de vinte anos e sei da sua caminhada jurídica, porque fomos cassados juntos. Como ambos somos advogados, faço um apelo a S. Ex.<sup>a</sup> que retire a sua emenda em nome da advocacia que S. Ex.<sup>a</sup> desempenha.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Eu retiro, não porque esteja convencido; ao contrário, porque é manifesta e evidente a derrota da emenda, e me reservo à reapresentação em plenário. Peço, portanto, ao Sr. Presidente, que encaminhe a minha emenda para o plenário. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Agora temos dois requerimentos de preferência sobre matéria idêntica, sobre as quais estou informado de que há entendimento das Lideranças. São dois requerimentos de preferência assinados pelos Srs. Constituintes Darcy Pozza e Inocêncio Oliveira; ambas que suprimem o § 3º do art. 227.

Em votação.

Os Srs. Constituintes que concordam com a preferência permaneçam sentados. **(Pausa)**

Preferência concedida.

**Destaque nº 7591-87, do Sr. Darcy Pozza, co-autor; Inocêncio Oliveira, "que suprime o art. 227, § 3º, do Substitutivo nº 2." (451ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (JARBAS PASSARINHO):** – Passo à defesa do Destaque nº 7591 e vou utilizar o princípio de considerar que os dois autores da emenda têm preferência para falar a favor.

Tem a palavra inicialmente o Constituinte Darcy Pozza.

**O SR. CONSTITUINTE DARCÝ POZZA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o art. 227 em seu § 3º diz:

"O Poder Público poderá deter o monopólio da importação de equipamentos médico-odontológicos, de medicamentos e de matéria-prima para a indústria farmacêutica."

Nosso destaque a esse artigo é semelhante ao do nobre Constituinte Inocêncio Oliveira, a quem também rendo, aqui, a minha homenagem pela feliz proposição.

Quero, Sr. Presidente, alertar os Srs. Constituintes para os prejuízos irreparáveis que esse dispositivo trará para a economia nacional e, em consequência, à saúde dos brasileiros.

O monopólio decretará o fim da indústria farmacêutica nacional por lhe tirar o acesso direto e livre aos fornecedores do mercado mundial, bem como condições de negociação concernentes a preços, prazos e qualidades. A competência do Governo e do Poder Público, no nosso entendimento, fica restrita à fiscalização e ao controle das importações. Isto há muito tempo a CACEX já vem fazendo, inclusive, registrando e indiretamente estabelecendo os preços.

O Poder Público, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, não terá prazos nem condições de pagamento, nem fornecimentos iguais aos obtidos pelas empresas privadas bem mais competentes e mais sérias nos negócios. De outro lado, aumentará a intervenção na economia pelo Estado, aumentará o déficit público, propiciará desmandos e demoras nos processos burocráticos e favorecerá, de certa forma, a corrupção, eis que ela hoje já se generaliza no setor de importações.

Sr. Presidente, diante dessas argumentações e defendendo a livre iniciativa contra a estatização, principalmente em favor da indústria farmacêutica nacional e em favor da saúde dos brasileiros, peço aos Srs. Constituintes a aprovação da nossa emenda suprimindo o § 3º do art. 227.

**O SR. PRESIDENTE (JARBAS PASSARINHO):** – Para encaminhar contra, tem a palavra o Constituinte José Genoíno.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, infelizmente, não sobe a esta tribuna para defender o texto o ilustre Constituinte e companheiro de bancada Eduardo Jorge, que trabalhou de uma maneira eficiente, com estudo criterioso na defesa dessa proposta que está no substitutivo do nobre Relator Bernardo Cabral. Infelizmente o companheiro de Bancada, que não é membro da Comissão de Sistematização, não está aqui, podendo encaminhar contra essa emenda, mantendo o texto.

Estou aqui para fazer a defesa do texto, assessorado por muitas das informações e pelos argumentos que me foram prestados pelo Constituinte Eduardo Jorge.

Em primeiro lugar, Sr. Presidente, chamo atenção para o que diz o texto:

"O Poder Público poderá deter o monopólio da importação de equipamentos médico-odontológicos, de medicamentos e de matéria-prima para a indústria farmacêutica."

Vejam bem, se colocamos que o Poder Público "poderá", está garantida aí uma flexibilidade para que através da lei se estabeleçam critérios em relação a qualidades e em relação a quantidades. Portanto, não procedem os argumentos dos que buscam pedir a rejeição deste parágrafo, a idéia de que se está propondo uma estatização total em relação à importação de equipamentos e insumos farmacêuticos.

Essa questão é importante e nela estão em jogo grandes interesses econômicos porque diz respeito às grandes empresas, na sua maioria multinacionais, que lucram muito com a importação desse tipo de produto.

Veja bem, Sr. Presidente, chamo atenção para o que foi aprovado em relação à possibilidade de o Poder Público, no capítulo anterior, da Ordem Econômica, poder ter o monopólio quando se tratar de interesse coletivo e da segurança nacional.

Por que não se faz uma relação de coerência neste ponto, ou seja, se é garantido, na parte anterior, da Ordem Econômica, que diz exatamente o seguinte, no art. 194:

"A intervenção do Estado no domínio econômico e o monopólio só serão permitidos quando necessários para atender aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo..."

Ora, Sr. Presidente, está em jogo o interesse coletivo da saúde da população e, além disso, também a preservação dos interesses nacionais.

Sabemos, Sr. Presidente, que muitas vezes a importação de equipamentos, por uma necessidade econômica e não por uma necessidade da saúde da população, por uma necessidade de um planejamento global, criterioso, de atender às necessidades básicas, dá-se partindo do interesse lucrativo dessas grandes empresas.

Por isso, aqui, no Brasil, muitas vezes importam-se equipamentos altamente sofisticados, que não são prioritários para atender àquelas necessidades básicas.

Então, através de lei ordinária, o Estado poderá – e grifo mais uma vez – estabelecer critérios em relação à quantidade e à qualidade.

Finalmente, Sr. Presidente, esta luta não vem de agora, é uma luta histórica do movimento nacionalista brasileiro, em relação a esse problema de antes e depois de 1964, que busca, através desse tipo de monopólio, com critérios da lei ordinária, eliminar parcialmente – não totalmente – a grande fatia de lucro, o grande monopólio exercido pelas empresas que são majoritárias, em torno de 86%, todas elas, grandes empresas multinacionais.

Portanto, proponho a defesa do texto contra a emenda ora em discussão.

**O SR. PRESIDENTE (JARBAS PASSARINHO):** – Com a palavra, para encaminhar a favor, o Constituinte Inocêncio Oliveira, como co-autor.

**O SR. CONSTITUINTE INOCÊNCIO OLIVEIRA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o Destaque nº 4581, de nossa autoria, juntamente com o Destaque nº 7591 do nobre Constituinte Darcy Pozza, pretende suprimir o § 3º do art. 227, que diz o seguinte:

"O Poder Público poderá deter o monopólio da importação de equipamentos médico-odontológicos, de medicamentos e de matéria-prima para a indústria farmacêutica."

Sr. Presidente, não é procedente a argumentação do nobre Constituinte José Genoíno que disse que, neste texto, a palavra "poderá" não implica em quase nada.

Ora, Sr. Presidente, sabemos que o Governo já tem o controle na importação de equipamentos médico-odontológicos e médico-hospitalares, bem como de insumos para indústria farmacêutica porque a CACEX é quem controla a importação dos mesmos. Outrossim, Sr. Presidente, como 80% da assistência médica em nosso País é proporcionada pelo setor privado seria um desestímulo a esse setor; e muito mais do que isto: colocaria esse setor em desatualização, causando graves prejuízos ao nosso povo. Também o setor de remédios seria altamente prejudicado, porque 85% dos insumos para a indústria farmacêutica de nosso País são importados. Também, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, dizemos que o problema do monopólio já é tratado no texto do projeto constitucional, nos arts. 194 e 199. Portanto, achamos que o texto do § 3º do art. 227 é altamente prejudicial aos interesses do País e aos interesses do nosso povo. Votamos contra e esperamos o apoio dos nobres Pares.

**O SR. PRESIDENTE (JARBAS PASSARINHO):** – Para encaminhar contrariamente à emenda, tem a palavra o Sr. Constituinte Aldo Arantes.

**O SR. CONSTITUINTE ALDO ARANTES:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, preliminarmente, gostaria de agradecer ao Constituinte Lysâneas Maciel, combativo nacionalista que desde 1974 nesta Casa tem lutado em defesa do monopólio da importação de fármacos, teve, inclusive, um projeto de sua autoria que terminou por não passar no Plenário.

Esta questão, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, é de fundamental importância. Estamos aqui discutindo problemas relacionados com a saúde pública. Gostaria de dar o destaque especial à questão do monopólio de importação de fármacos, porque considero que a tentativa que se faz através desta emenda supressiva, ela, sim, será, caso aprovada, altamente prejudicial aos interesses da saúde pública e da soberania do nosso País. Não quero aqui fazer um discurso ideológico; quero apresentar dados para que os Srs. Constituintes reflitam sobre a gravidade da matéria que vamos aqui votar.

É necessário que se diga que enquanto a Organização Mundial da Saúde afirma que são necessários 280 princípios ativos para corresponder às necessidades da saúde do povo brasileiro, temos aqui sendo vendidos 1200 princípios ativos e mais de 44 mil marcas de medicamentos. E sabemos que a grande maioria destes medicamentos têm a mesma fórmula e o objetivo é meramente de maior lucro. Sabemos também que uma grande parcela desses medicamentos não é utilizada em seus países de origem e nos transformam em verdadeiras coibais.

Quero aqui dizer também, Sr. Presidente, que existem no Brasil 600 indústrias farmacêuticas, das quais 520 são de capital nacional. No entanto, somente as 80 restantes detêm o controle de 85% do mercado farmacêutico do Brasil. Aí sim, é que está o núcleo do problema. O mercado farmacêutico do Brasil é o 5º do mundo capitalista. Portanto, há volumosos interesses em torno desta discussão e desta votação que estamos realizando aqui.

Sr. Presidente, é necessário que se diga que a indústria farmacêutica é basicamente no Brasil, uma indústria de embalagens e agência de propaganda. A nossa indústria farmacêutica trabalha com tecnologia importada, não passa de uma transformadora de matérias-primas. O Brasil e já foi dito aqui por quem defendeu esta emenda produz 15% dos fármacos, e isso acarretando graves conseqüências para a saúde do nosso povo, para o nosso desenvolvimento tecnológico e para a soberania do País.

Eu queria aqui chamar a atenção que na Guerra das Malvinas a Inglaterra solicitou de seus aliados a suspensão

do suprimento de fármacos à Argentina, numa tentativa, exatamente, de estrangular esse país, em decorrência da questão da saúde.

Eu queria mais chamar a atenção, que segundo o Prof. Rogério Cerqueira Leite estou terminando, e pediria a paciência do Sr. Presidente, mais alguns minutos e termino, só tenho mais alguns argumentos importantes, e para isto, eu solicitaria a paciência de V. Ex.<sup>a</sup>, porque são coisas da mais alta importância. Gostaria de chamar atenção para o que o Professor Rogério Cerqueira Leite denunciou: que o Sri Lanka, que é um país extremamente pequeno, comprava produtos da ROCHE e de outro laboratório multinacional por sete vezes o preço do mercado internacional. E que a partir do momento em que o Governo do Sri Lanka passou a deter o controle e o monopólio das importações, teve melhores condições de comprar, por exemplo, o diesel: comprava por dezenove mil dólares o grama o, passou a comprar por dois mil e oitocentos dólares.

Quero portanto dizer que a questão do monopólio, da importação dos fármacos é uma questão que leva em conta nós criarmos obstáculos para evasão de divisas; nós criarmos condições para melhor negociação no mercado internacional dos produtos que vamos comprar; de nós estabelecermos a seletividade de quais os produtos que devemos comprar. É por isso, Sr. Presidente, que, muito ao contrário daqueles que aqui argumentaram um monopólio da importação não cria problemas para o desenvolvimento tecnológico; pelo contrário, dá o controle da importação para o Estado e cria condições para que as empresas nacionais possam desenvolver a sua tecnologia interna da produção de medicamentos e fármacos no País.

Muito obrigado e por isso, eu peço a V. Ex.<sup>as</sup>, em função dos interesses do País, em função dos interesses da saúde pública e da soberania nacional que votem contra essa emenda. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (JARBAS PASSARINHO):** – Tem a palavra o nobre Relator Constituinte Bernardo Cabral.

**O SR. RELATOR (BERNARDO CABRAL):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, quero, em primeiro lugar, contar a história deste dispositivo. Este dispositivo foi incluído neste texto constitucional por absoluta responsabilidade do Relator. A emenda, de autoria do Constituinte Eduardo Jorge, de São Paulo, médico, aqui presente, dizia "o Poder Público deterá o monopólio". O Relator para aqueles que reclamam que a emenda foi acolhida sem a mínima discussão porque era competência do Relator e poderia fazê-lo o Relator oficiou para "poderá deter o monopólio", e o fez até, Sr. Presidente, para não tolher o direito de um Constituinte ao mesmo tempo que permitia ouvir as camadas profissionais deste País. E alguns médicos que procurei ouvir, uns com assento nessa Casa e outros fora – cito, por exemplo, dois nomes, o Dr. Adir e o meu amigo Adolfo Oliveira em conversa com o Dr. Jofran Frejat e me diziam de logo das conseqüências que poderiam ter estas circunstâncias incrustadas na emenda. Ainda assim, Sr. Presidente, continuei ouvindo outros lados e um dia me chega às mãos um expediente da Associação Brasileira de Indústrias Farmacêuticas – ABIFARMA, que não me tocou ao longo dos seus argumentos, mas dois me deixaram preocupado, quando diz que isto aqui inserido obrigaria o Governo a destinar anualmente 260 milhões de dólares à importação de produtos já importados pelas indústrias. Tive o cuidado de saber, junto à CACEX, se isso era verdadeiro, porque quero exercitar o meu cargo de Relator sempre coerente com a minha independência, sem agradar A ou B, E, em verdade, o Diretor da CACEX me disse do volume de importação que era essa circunstância, inclusive aquilo que dizia ainda há pouco o eminente Constituinte Virgildásio de Senna, sem conhecer minha posição

atual, até quem sabe fazendo uma injustiça, lembrava as brocas de dentista, o que me foi dito também.

O outro argumento, Sr. Presidente, este talvez seja um dos mais sérios, que é o problema do emprego direito para mais de 50 mil trabalhadores. Hoje, aqui na conversa das Lideranças, chegamos à conclusão que o ideal seria acolher a emenda. E o Relator, na sua coerência, sobre a qual ninguém aqui pode dizer absolutamente o contrário, coerência essa que dizia que sempre me curvaria a uma maioria, interpreto, Sr. Presidente, que uma maioria esmagadora quer acolher a emenda.

Por estas razões, dou parecer favorável pelo acolhimento da emenda.

**O SR. PRESIDENTE (JARBAS PASSARINHO):** – Em votação.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Alfredo Campos, Almir Gabriel, Aluizio Campos, Antônio Britto, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Carlos Mosconi, Carlos Sant'Anna, Cristina Tavares, Egidio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, João Calmon, José Fogaça, José Freire, José Serra, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Rodrigues Palma, Theodoro Mendes, Virgildásio de Senna, Aécio Neves, Chagas Rodrigues, Daso Coimbra, Délio Braz, Jorge Hage, Márcio Braga, Marcos Lima, Octávio Elísio, Ziza Valadares, Alcení Guerra, Aloysio Chaves, Carlos Chiarelli, Eraldo Tinoco, Francisco Benjamim, Francisco Dornelles, Gilson Machado, Inocêncio Oliveira, Jorge Hage, José Lins, José Santana de Vasconcelos, Luís Eduardo, Marcondes Gadelha, Oscar Corrêa, Osvaldo Coelho, Sandra Cavalcanti, Annibal Barcellos, Enoc Vieira, Jofran Frejat, Paes Landim, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Gerson Peres, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia, Virgílio Távora, Francisco Rossi, Gastone Righi, Sólton Borges dos Reis, Adolfo Oliveira e Antonio Farias. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Haroldo Sabóia, Sigmaringa Seixas, Antonio Mariz, Miro Teixeira, Rose de Freitas, Vilson Souza, José Mauricio, Lysâneas Maciel, Bocayuva Cunha, Plínio Arruda Sampaio, José Genoíno, Haroldo Lima, Roberto Freire e Jamil Haddad.

**O SR. PRESIDENTE (JARBAS PASSARINHO):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 64 Constituintes; votaram **NÃO** 15 Constituintes. Total: 79 votos. O Destaque foi **aprovado**. Em conseqüência, damos como prejudicado o Destaque nº 890, de autoria do Constituinte Haroldo Lima.

#### V – SUSPENSÃO DA REUNIÃO

**O SR. PRESIDENTE (JARBAS PASSARINHO):** A Presidência, vai suspender os trabalhos, convocando os Senhores Constituintes para a continuação da presente reunião, hoje, :12-11-87, às 15:00 horas.

Está suspensa a reunião.

**(Suspende-se a reunião às 13 horas e 35 minutos)**

**EM 12 DE NOVEMBRO DE 1987 (2)**

**PRESIDÊNCIA DOS SRS:** Aluizio Campos, Primeiro-Vice-Presidente; Fernando Henrique Cardoso, Quarto-Vice-Presidente

#### I – REABERTURA DA REUNIÃO

**O SR. PRESIDENTE (ALUÍZIO CAMPOS):** – Havendo número regimental, declaro reaberta a reunião.

#### II – ORDEM DO DIA

##### VOTAÇÃO DO PROJETO DE CONSTITUIÇÃO TÍTULO VIII (continuação)

**Destaque nº 000002-87 – Emenda nº ES-33214-7, do Sr. Siqueira Campos, "que acrescenta § 5º, do art. 262, do Substitutivo nº 1 (art. 227, do Substitutivo nº 2)". (452ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (ALUÍZIO CAMPOS):** – Em votação o pedido de Preferência nº 0002, de autoria do Constituinte Siqueira Campos, relativo à Emenda nº S33214.

Os Srs. Constituintes que aprovam a preferência queiram permanecer sentados. **(Pausa)**

Aprovada.

A emenda aditiva manda incluir no art. 227 do seguinte parágrafo:

"Ficam assegurados o exercício e a prática da assistência e tratamento espiritual, desde que realizados gratuitamente."

**O SR. CONSTITUINTE ALDO ARANTES:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (ALUÍZIO CAMPOS):** – Tem a palavra o Constituinte Aldo Arantes, para uma questão de ordem.

**O SR. CONSTITUINTE ALDO ARANTES:** – Sr. Presidente, queria saber qual foi o resultado dado ao Destaque nº 890, de autoria do Constituinte Haroldo Lima, a uma emenda de minha autoria.

**O SR. PRESIDENTE (ALUÍZIO CAMPOS):** – A informação que tenho é de que teria sido prejudicada a emenda do nobre Constituinte Haroldo Lima, pela votação da emenda do ilustre Constituinte Darcy Pozza, que trata do mesmo assunto.

**O SR. CONSTITUINTE ALDO ARANTES:** – Sr. Presidente, gostaria de saber qual a razão da prejudicialidade.

**O SR. PRESIDENTE (ALUÍZIO CAMPOS):** – Vamos ver o texto das duas emendas, o Constituinte Darcy Pozza propôs, e foi aprovada, a supressão do § 3º do art. 226, integralmente. Há, também, emenda aditiva ao art. 263, parágrafo único.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, pela ordem.

A prejudicialidade repousa em que o destaque do eminente colega Constituinte Aldo Arantes quer restabelecer o monopólio da União quanto à importação de matérias-primas básicas da indústria farmacêutica, tema que foi rejeitado pela rejeição da emenda supressiva.

**O SR. CONSTITUINTE ALDO ARANTES:** – No mérito, gostaria de levantar uma ponderação.

**O SR. PRESIDENTE (ALUÍZIO CAMPOS):** – O texto da emenda do Constituinte Haroldo Lima é o seguinte:

"Constituirá monopólio da União a importação de matérias-primas básicas da indústria farmacêutica."

Como foi totalmente eliminado o § 3º que trata do mesmo assunto, ou seja:

"O poder público poderá deter o monopólio da importação de equipamentos odontológicos e de matéria-prima para a indústria farmacêutica."

Presidente Jarbas Passarinho julgou a emenda prejudicada.

Tem a palavra o Autor do destaque, o Constituinte Siqueira Campos, para encaminhar a favor.

**O SR. CONSTITUINTE SIQUEIRA CAMPOS:** – Sr. Presidente, eminentes Colegas da Comissão de Sistematização:

Destaque nº 002, relativo à emenda que desejo ver inserida no Projeto de Constituição, tem uma redação semelhante às emendas populares coordenadas pelo Constituinte Freitas Nobre, com o apoio do Constituinte Ronan Tito, e pelo Jornalista e homem de televisão Fernando César Vanucci. Venho, na prática da solidariedade cristã – é o que me inspira neste e nos demais atos de minha vida – pedir aos companheiros, às eminentes colegas que compõem este Plenário da Comissão de Sistematização, que não faltem com o apoio a esses homens e mulheres espalhados por todo o recanto do Brasil, que assistem gratuitamente a milhões de pessoas que têm, nesses servos de Deus, às vezes, a sua última e única esperança. E notem, eminentes colegas, que existem no País milhares de médiuns, de religiosos de todas as Igrejas – temos casos dos pentecostais, dos espíritas e de todos aqueles que praticam as mais diversas atividades religiosas – e que são perseguidos, em episódios constantes da vida brasileira, pela polícia ou por autoridades que, com a pretensa defesa de determinadas classes, investem contra aqueles que se constituem nessa única esperança do povo.

Líderes populares das mais diversas agremiações defendem a aprovação desta emenda que tem a mesma redação da emenda popular. Mas notem, podem dizer que vamos jogar isto para a legislação ordinária. Hoje todo mundo quer ver assegurados os seus direitos na Constituição. Por quê? Porque não há mais confiança em nossas autoridades, nas nossas instituições e o pouco de confiança que existe é exatamente na Constituinte e nesta Comissão de Sistematização.

Somos, efetivamente, a esperança do povo e não podemos frustrar estas esperanças. Notem que se fosse para o assunto ser resolvido na legislação ordinária, já o teríamos feito e o teríamos feito antes; mas não o fizemos e deixamos expostos à perseguição, e não só no Brasil, no mundo inteiro, Nossa Senhora de Fátima, Nossa Senhora de Lourdes, o Padre Cícero Romão Batista, Francisco Cândido Xavier e tantos outros devotados servos de Deus.

Acredito que estou no caminho certo. Esta é a posição que assumo com o meu Partido – o Partido Democrata Cristão – em defesa de uma emenda, de um destaque que tem as mais justas razões para se apresentar aos eminentes pares, às ilustres colegas e aos ilustres colegas que compõem a Comissão de Sistematização.

Assim, ao pedir o voto para o Destaque nº 002, pedindo-lhes que votem "sim" nesta matéria, faço-o em atenção não somente a mim, mas a Freitas Nobre, a Ronan Tito, e fazendo justiça a esses abnegados servidores do povo e de Deus que, espalhados pelo Brasil inteiro, não podem estar expostos à sanha perseguidora de autoridades pequenas e cruéis que, muitas vezes, levam, por um problema pessoal qualquer, essas pessoas às cadeias, às barras do Tribunal, e isto é o que temos que, efetivamente, evitar de agora para frente, porque todo aquele que pode servir ao povo deve ser prestigiado por este Plenário e pelo augusto Plenário da Assembléia Nacional Constituinte.

Sr. Presidente, estas as considerações que faço, esperando, efetivamente, contar com o apoio dos meus pares, para que os praticantes das diversas religiões, pessoas que assistem, espiritual e materialmente, aos enfermos deste País que já estão com as esperanças perdidas, possam encontrar meios e motivação de continuar servindo ao povo e servindo a Deus.

Tenho dito, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (ALUÍZIO CAMPOS):** – Não há ora-dores inscritos para falar contra a proposição.

**O SR. CONSTITUINTE VIRGÍLIO TÁVORA:** – Mas

**O SR. PRESIDENTE (ALUÍZIO CAMPOS):** – Sendo, assim, perguntaríamos ao nobre Constituinte Virgílio Távora, não havendo inscritos para falar contra, se S. Ex.<sup>a</sup> mantém a inscrição?

**O SR. CONSTITUINTE VIRGÍLIO TÁVORA:** – Que dúvida! Mantemos.

**O SR. PRESIDENTE (ALUÍZIO CAMPOS):** – Tem a palavra o Constituinte Virgílio Távora, para falar a favor.

**O SR. CONSTITUINTE VIRGÍLIO TÁVORA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, raríssimamente assomamos a esta tribuna, porque achamos que quanto menos se fala e mais se age mais se ajuda ao País. Mas, justamente, Senhores, para ficar com a consciência tranqüilizada, nós, que somos homem pragmático, oriundo da carreira de Engenharia, temos a certeza de que não deve ser esquecido, por uma Assembléia que diz representar os anseios de todo o povo, a existência, não temos a menor dúvida, de um fato inelutável: além do tratamento material, existe o espiritual. E neste momento, acima das divergências partidárias, acima das divergências ideológicas, fazemos, nestas bem limitadas palavras – porque achamos que uma idéia boa não precisa muita explicação – um apelo a esta Assembléia, de que vote a favor da emenda do Constituinte Siqueira Campos.

**O SR. PRESIDENTE (ALUÍZIO CAMPOS):** – Tem a palavra o nobre Constituinte Egidio Ferreira Lima, para encaminhar contra.

**O SR. CONSTITUINTE EGÍDIO FERREIRA LIMA:** – Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Constituintes, o que a emenda pretende é que seja inserido no texto constitucional o seguinte:

"Ficam assegurados o exercício e a prática da assistência e tratamento espiritual, desde que realizados gratuitamente."

Respeito a crença, a maneira de pensar, o propósito que informou o Constituinte Siqueira Campos ao formular esta emenda e apresentá-la. Só que a emenda tem um cunho e um caráter religioso inarredável. A própria expressão "tratamento espiritual" deixa lugar à dúvida e deixa lugar a interpretações as mais distintas.

O texto constitucional já assegura, pelo projeto, no art. 5º, o que pretende a emenda, e o faz de maneira genérica e sem discriminação.

Está no § 8º do art. 5º

"É inviolável a liberdade de consciência e de crença, assegurado o livre exercício dos cultos religiosos..."

Garantida na forma da lei, proteção aos locais de culto e a suas liturgias particulares.

Creio que o texto já contempla, de maneira clara, o propósito e o desejo do Constituinte Siqueira Campos. Como posta, isoladamente, a emenda é discriminatória e deixa lugar à dúvida e à dubiedade.

**O SR. PRESIDENTE (ALUÍZIO CAMPOS):** – Não havendo mais oradores inscritos, tem a palavra o Sr. Relator Almir Gabriel.

**O SR. RELATOR (ALMIR GABRIEL):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, é louvável a idéia do Constituinte Siqueira Campos, Todavia o que estamos procurando construir aqui é a base legal da formulação de um sistema nacional de saúde, um sistema único de saúde. Não cabe-ria, portanto, no nosso entendimento, uma colocação desse porte...

**O SR. PRESIDENTE (ALUÍZIO CAMPOS):** – Fazendo a campanha) – A Presidência encarece aos Srs. Constituintes que ouçam o eminente Relator, que está defendendo o parecer da Relatoria.

**O SR. RELATOR (ALMIR GABRIEL):** – ainda porque ela está assegurada de melhor forma no § 6º do art. 5º, conforme foi explicitado pelo nobre Constituinte Egídio F.erreira Lima.

Sem mais delongas, o nosso parecer é contrário à emenda proposta pelo nobre Constituinte Siqueira Campos.

**O SR. PRESIDENTE (ALUÍZIO CAMPOS):** – Em votação.

Peço aos Srs. Constituintes que ocupem os seus lugares para iniciarmos o processo de votação.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Artur da Távora, Carlos Sant'Anna, João Calmon, Nelson Carneiro, Virgildásio de Senna, Miro Teixeira, Christóvam Chiaradia, José Lins, Oscar Corrêa, Saulo Pimentel, Anibal Barcellos, Jofran Frejat, Mozarildo Cavalcanti, Ricardo Izar, Darcy Pozza, Virgílio Távora, Francisco Rosi, Gastone Righi, Joaquim Beviláqua e Siqueira Campos. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Almir Gabriel, Aluizio Campos, Antonio Britto, Bernardo Cabral, Carlos Mosconi, Celso Eduardo, Egídio Ferreira Lima, Fernando Henrique Cardoso, Haroldo Sabóia, João Herrmann Neto, José Fogaça, José Freire, José Ignácio Ferreira, José Paulo Bisol, José Richa, José Ulisses de Oliveira, Mário Lima, Nelson Jobim, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Severo Gomes, Sigmaringa Seixas, Aécio Neves, Euclides Scalco, José Tavares, Márcio Braga, Octávio Elísio, Rose de Freitas, Vicente Bogo, Vilson Souza, Aloysio Chaves, Arnaldo Prieto, Inocêncio Oliveira, Luís Eduardo, Sandra Cavalcanti, João Menezes, Antonio Carlos Konder Reis, Gerson Peres, Jarbas Passarinho, Bocayuva Cunha, José Maurício, Luiz Salomão, Luiz Ignácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Adolfo Oliveira, Aldo Arantes, Roberto Freire, Jamil Haddad e Antonio Farias. **ABSTENÇÃO** do Senhor Constituinte Eraldo Tinoco.

**O SR. PRESIDENTE (ALUÍZIO CAMPOS):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram **SIM** 20 Constituintes; votaram **NÃO** 53 Constituintes; absteve-se de votar 1 Constituinte. Total: 74 votos. O Destaque foi **rejeitado**.

**Destaque nº 004516-87, do Sr. Bocayuva Cunha com co-autor: Michel Temer "que modifica o art. 228, "b", do Substitutivo nº 2". (453ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (ALUÍZIO CAMPOS):** – Passamos à votação do pedido de preferência do Constituinte Bocayuva. Cunha, relativo ao Destaque nº 4516, que manda suprimir, na alínea **b** do art. 228, a expressão "e saúde ocupacional".

Os Srs. Constituintes que o aprovam queiram permanecer sentados. (**Pausa**)

Aprovado.

Aprovado o destaque, tem a palavra o eminente autor, para encaminhamento a favor.

**O SR. CONSTITUINTE ADOLFO OLIVEIRA:** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (ALUÍZIO CAMPOS):** – Tem a palavra o Constituinte Adolfo Oliveira, pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE ADOLFO OLIVEIRA:** – Sr. Presidente, com permissão do orador, gostaria de fazer uma ponderação à Presidência, no sentido que o destaque, defendido pelo ilustre e eminente Constituinte Bocayuva Cunha, é exatamente igual aos destaques seguintes: um, do Constituinte Álvaro Valle, o qual foi solicitado por mim; e outro, da emenda do Constituinte Fausto Rocha, que são rigorosamente iguais.

Para economia processual e, para evitar a prejudicialidade, poderemos resolver tudo numa só votação, e fala-ria o autor de cada destaque na defesa da idéia, como já foi feito anteriormente.

**O SR. PRESIDENTE (ALUÍZIO CAMPOS):** – Em face de questão levantada, votaremos em conjunto os destaques dos Constituintes Bocayuva e Álvaro Valle, que, realmente, são idênticos.

Com a palavra o Constituinte Bocayuva Cunha.

**O SR. CONSTITUINTE BOCAYUVA CUNHA:** – Sr. Presidente, realmente o destaque que tive o prazer de apresentar, inclusive a pedido de diversas organizações de Engenharia do meu Estado, o Rio de Janeiro, como a Associação dos Engenheiros, que cuida da prevenção de acidentes e da segurança do trabalho, e do Clube de Engenharia, do qual faço parte, como Membro do Conselho Diretor, visa esclarecer que saúde ocupacional, primeiro, é anglicismo, pois é a tradução do que os ingleses chamam de **occupational health**. O que é isso em Português? Isso, em Português, significa saúde nas atividades do trabalho. Quer dizer, como estamos votando o sistema único de saúde – e estou inteiramente a favor do sistema único de saúde – a inclusão de saúde ocupacional neste texto vai criar uma enorme confusão. Aqui, no plenário, por exemplo, diversos colegas da área da saúde vieram conversar comigo e trouxeram, inclusive, argumentos que só servem para fortalecer a minha tese, de que evitar o acidente de trabalho deve ser uma função técnica de engenheiro, nada tem a ver com médico ou com saúde. Aqui, no Plenário, disseram-me: "Veja, Sr. Constituinte, as fábricas de cimento emitem partículas cada vez mais finas e isso vai para o pulmão do trabalhador e o deixa doente". Mas quem deve tratar de diminuir a poeira da silicose não é o médico, este vai tratar do pulmão do trabalhador; quem tem que cuidar da prevenção, de evitar que haja esta poeira que entra no pulmão do trabalhador é o engenheiro, é o técnico, é o Ministério do Trabalho. Portanto, nada tem a ver com o Ministério da Saúde, nem com o sistema único de saúde. Isto em quase todos os países do mundo: Inglaterra, França, Japão, Estados Unidos, União Soviética. Ou seja, saúde nada tem a ver com prevenção de acidente de trabalho. Vivemos, no Brasil, uma situação trágica em matéria de acidente de trabalho. É realmente uma das coisas mais penosas, mais cruéis da sociedade brasileira o número de acidentes de trabalho.

Onde são esses acidentes de trabalho? 97% deles são acidentes no trabalho ou no percurso. Só 3%, segundo as estatísticas do INPS, dizem respeito realmente à saúde do trabalhador.

Não há qualquer razão, portanto, para a inclusão de saúde ocupacional nesta emenda, que diz:

"Ao sistema único de saúde compete, além de outras atribuições que a lei estabelecer:

d) executar as ações de vigilância sanitária, epidemiológica, e saúde ocupacional."

A minha emenda, como a do Constituinte Álvaro Valle e de outros colegas, visa suprimir esta expressão "saúde ocupacional".

Isto cabe, realmente, ao Ministério do Trabalho, à engenharia de prevenção de acidentes, e não a médicos nem ao sistema único de saúde.

**O SR. PRESIDENTE (ALUÍZIO CAMPOS):** – Tem a palavra o Constituinte Raimundo Bezerra, para encaminhamento contra.

**O SR. CONSTITUINTE RAIMUNDO BEZERRA:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, Sr. Relator titular, Srs. Relatores auxiliares:

Hoje o Brasil está de parabéns: o povo brasileiro teve oficialmente resgatada uma grande dívida, não apenas social, mas uma dívida humana, de princípio inalienável do homem, que é aquela que esta Nação tinha para com a saúde. Hoje também estão de parabéns milhares de brasileiros da área de saúde, de engenharia do trabalho, de setores que cuidam do bem-estar físico e psíquico do homem.

Sr. Presidente, a Nação está de parabéns, porque oficialmente esta Comissão de Sistematização está criando o sistema único de saúde, que permitirá que o brasileiro tenha realmente condições de sair desta tragédia nacional que é a saúde nos dias de hoje.

Para que esse sistema único de saúde tenha condições de funcionar, é preciso que todas aquelas entidades, todos aqueles serviços paralelos tenham realmente um comando único, a fim de que as ações integradas possam funcionar como um todo e render exatamente aquilo que se espera.

Quando se fala em saúde ocupacional, fala-se na saúde do trabalhador que tem direito à segurança no trabalho e prevenção contra acidentes. Também se fala na saúde como um todo, que é a saúde do direito de ter uma boa alimentação, de ter uma boa moradia, de ter um meio ambiente protegido; finalmente, a saúde da integração total, dirigida para o homem. E por que ficar no Ministério da Saúde e não no Ministério do Trabalho a saúde ocupacional? Primeiro, porque isso não é um departamento estanque, é um departamento que se compõe. Ainda mais, a infra-estrutura que existe hoje no Brasil, no suor saúde, especificamente, é muito menor do que a infra-estrutura do Ministério do Trabalho, no setor de engenharia do trabalho.

Sabemos que é preciso proteger não apenas o operário das fábricas que tem um sistema médico bem desenvolvido. É preciso também proteger os garimpeiros que são hoje no Brasil cerca de 1 milhão, trabalhando em regiões as mais inóspitas, trabalhando e usando o mercúrio, material não biodegradável, que está contaminando. E é exatamente nessas regiões as mais inóspitas que ele vai encontrar funcionando bem ou mal, um Sistema de Saúde que pode, de imediato, dar aquela assistência que uma engenharia de trabalho não poderia lhe dar.

E é ainda objetivando essa modificação da Política, Nacional de Saúde, essa modificação radical, que queremos defender a permanência da saúde ocupacional no texto. Não fazendo proselitismo profissional dessa ou daquela profissão, porque os engenheiros de trabalho serão absorvidos no sistema único de saúde, necessários que são para que o sistema funcione integrado à realidade brasileira, que resgate esta grande dívida, de que falamos no início da nossa defesa.

Por estas razões Sr. Presidente, Sr. Relator, e Srs. Constituintes, somos pela manutenção do Texto do Relator, por acreditarmos que este é o melhor caminho para a saúde no Brasil.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Concedo a palavra, para encaminhamento favorável à emenda, ao Constituinte Carlos Chiarelli.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS CHIARELLI:** – Senhor Presidente, Srs. Constituintes, a emenda proposta pelo Constituinte Bocayuva Cunha, pelo Constituinte Álvaro Valle, e o destaque requerido pelo ilustre Constituinte Adolfo Oliveira, são daquelas iniciativas que visam efetivamente a melhoria e a qualidade do texto constitucional.

Não há, com a aprovação da emenda e a exclusão da expressão "saúde ocupacional", qualquer prejuízo para a filosofia adotada pelos princípios da Constituição que estamos elaborando em termos de Sistema de Saúde. Haveria, isto sim, com a manutenção do texto, uma intromissão indevida, uma burocratização inexplicável, uma centralização desnecessária sobre uma atividade que já se realiza com outras origens técnicas e outros fundamentos científicos.

Ao retirar do texto, no Capítulo em que se encontra, a expressão "saúde ocupacional", estamos preservando a autonomia da atividade prevencionista, que é nitidamente matéria vinculada à relação de produção, que é nitidamente matéria de Direito do Trabalho, que é nitidamente problema da relação típica de trabalho e de emprego.

Se o nosso País, é bom salientar, fizesse aquilo que se prevê originariamente no texto, estaria introduzindo uma inovação sem precedentes em quaisquer países bem sucedidos em matéria de combate ao acidente do trabalho.

Basta olhar, Srs. e Sras. Constituintes, o modelo existente nos países onde a prevenção de acidentes se tem destacado: o modelo americano, o soviético, o sueco, a recente lei espanhola, a situação preconizada na França, na Inglaterra, em todos eles, o compartimento referente à prevenção de acidentes é especificamente regulado pela administração do Ministério do Trabalho.

Aqui no Brasil, faça-se justiça, a partir da gestão do nosso Companheiro Constituinte Arnaldo Projeto, à época Ministro do Trabalho, iniciou-se um trabalho de formação de recursos humanos, e graças a isso hoje temos dez mil médicos com pós-graduação em higiene e segurança do trabalho. Temos mais: temos dez mil engenheiros equipados com curso de pós-graduação em engenharia ocupacional; mais de 25 mil inspetores de nível médio, treinados, preparados, especializados. Desmontar toda essa estrutura, desmobilizar a legislação que se criou nos últimos quinze anos, com a participação dos sindicatos de trabalhadores e das empresas, com a formação das Comissões Internas de Prevenção de Acidentes, as Cipa – foi nelas que nasceu, é bom registrar, foi nelas que nasceu o princípio básico da garantia do emprego para os seus integrantes, a fim de que eles bem pudessem explicitar e operacionalizar a atividade de proteção ao trabalhador no lugar de trabalho – derrubar esse fundamento, misturar a saúde ocupacional no contexto global, seria, repito, uma burocratização. Desmanchar o que custou tanto a ser feito, desvalorizar recursos humanos e desestimular uma política que continuamente tem sido feita como participação do Governo, dos sindicatos e dos empregadores é esta a questão fundamental. Não fiquemos em inovações que não tenham sequer fundamento internacional.

Lembro aos Srs. e as Sras. Constituintes que não há uma só norma da Organização Mundial da Saúde a respeito da matéria. Todas as resoluções, todas as recomendações, todas as convenções internacionais, são da Organização Internacional do Trabalho, o que caracteriza bem, o que identifica bem a vinculação da matéria como área específica da relação de trabalho, e não como área genética e funcionalmente vinculada com a atividade da saúde.

Encerro, Sr. Presidente, dando depoimento de um colega nosso, Presidente de Sindicato, o Companheiro Mário Lima, Presidente do Sindicato dos Petroleiros, que me pedia este registro da tribuna.

Quando ocorre a surdez do trabalhador, por decorrência das condições de trabalho, é preciso, para evitá-la, não ir ao médico depois que o trabalhador está surdo,



mas se ter um engenheiro ocupacional adequado para prevenir, na política prevencionista, que a surdez ocorra.

É por isso, Sr. Presidente, que é absolutamente necessário, por razões técnicas, por razões científicas, por razões de compromisso internacional e por uma evolução de uma política de proteção, é imprescindível acatar a Emenda Bocayuva Cunha, que é idêntica à Emenda Álvaro Valle. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem a palavra, para falar a favor, o Constituinte Adolfo Oliveira, por ser representante do Constituinte Álvaro Valle, que tem uma emenda idêntica a esta, é co-autor.

Estamos votando em conjunto quatro emendas, mandando suprimir as mesmas expressões.

**O SR. CONSTITUINTE ADOLFO OLIVEIRA:** – Senhor Presidente, agradeço à Mesa a gentileza, mas não quero colaborar para que se quebre um princípio que tem sido observado aqui. Vou-me limitar a encaminhar à Mesa, para publicação nos Anais, um trabalho apresentado na Primeira Semana Paulista de Inspeção do Trabalho, em 23 de outubro do corrente ano. Este trabalho do Dr. José Maria da Silva, Médico do Trabalho, da DRT do Rio, aborda o problema com grande profundidade e demonstra que as observações sobre serviço e saúde do trabalho da Organização Internacional do Trabalho – OIT, são todas elas voltadas para o caráter preventivo das atividades, nada tendo a ver com a estrutura do Ministério da Saúde. Em todos os países que cuidam bem do problema, a saúde ocupacional é da competência de seu Ministério do Trabalho.

Encaminho este trabalho à Mesa, Sr. Presidente, e não fiz uso do tempo em que eu poderia expender as minhas idéias.

Documento a que se refere o orador:

### SAÚDE OCUPACIONAL

Senhores e Senhoras, Colegas

Honrado pela Direção da Associação dos Agentes Federais da Inspeção do Trabalho no Estado de São Paulo com a convocação para participar deste Seminário, coube-me falar sobre o tema "Saúde Ocupacional", tão amplo quanto seu próprio significado operacional.

Nada mais oportuno que, em ocasião como esta, mais uma vez reafirmar o sentido que envolve a expressão "saúde ocupacional", na medida em que se procura definir atividades técnicas a que ela se refere. Isto se deve à polêmica que o emprego desta expressão vem causando, sobretudo no meio político, a nível da Assembléia Nacional Constituinte, onde a introdução da mesma no Projeto de Constituição, estabelece que a atribuição desta atividade compete ao sistema único de saúde; portanto, normatizada pelo Ministério da Saúde e executada pelos Distritos Sanitários, à nível de Municípios.

Sem querer polemizar o cabimento de serem estabelecidas competências e atribuições a "sistemas", por razões semânticas e definições dos termos, estranha-se aquela outorga.

A expressão "saúde ocupacional" se origina de tradução literal de "occupation health" e não define com precisão a abrangência de seu emprego. Por isso, desde logo, evidencia-se que é termo impróprio e desaconselhado para figurar em texto legal constitucional.

Entre nós, na realidade, a expressão "saúde ocupacional" envolve um conjunto multidisciplinar de ações técnicas que visam a prevenção do acidente do trabalho e da doença ocupacional, o bem-estar do Homem, sua adaptação psico-emocional, física e funcional ao trabalho e, reciprocamente, do trabalho ao Homem.

Sob este prisma, portanto, é atividade técnica complexa e multiprofissional, de caráter fundamentalmente preventivo que, no seu contexto ocupa, para seu desenvolvimento, a medicina do trabalho, a engenharia de segurança do trabalho, a ergonomia, a psicologia do trabalho, a toxicologia industrial, a administração, a comunicação, além de outros ramos de atividades especializadas.

Esta atividade está disposta na "Recomendação sobre os Serviços de Saúde no Trabalho" nº 171, emanada pela Organização Internacional do Trabalho, na qual será definida a expressão "serviços de saúde no trabalho" como atividade investida de função essencialmente preventiva, encarregada de assessorar o empregador, os trabalhadores e seus representantes na empresa, acerca de:

a) vigilância do meio ambiente, incluindo identificação de agentes agressivos, avaliação das condições de higiene do trabalho e das proteções coletiva e individual, verificação de sistemas de controle para eliminação ou atenuação das exposições de risco;

b) vigilância da saúde dos trabalhadores, incluindo exames médicos de admissão, periódicos, especiais e de dispensa;

c) informação, educação, formação e assessoramento;  
d) imunizações específicas e primeiro atendimento médico (ocupacional e biológico ou orgânico);

e) análise dos resultados e investigações técnicas.

A atividade de saúde ocupacional, na prática, exige muita participação e comunicação entre todos, principalmente entre o binômio empregado-empregador, como bem e sabiamente refere e aconselha a Organização Internacional do Trabalho, em sua Recomendação nº 129, na qual traça as bases de uma política de comunicação entre a direção e os trabalhadores de uma empresa.

É a Organização Internacional do Trabalho que por meio de suas convenções, recomendações, convênios e orientações, ordena os princípios básicos da experiência internacional que norteiam a proteção do trabalho e dos trabalhadores nos países-membros. Mundialmente esta assistência protetora é garantida ao trabalhador através dos Ministérios do Trabalho dos respectivos países-membros, de modo integrado, pelos seus Agentes da Inspeção do Trabalho, conforme prevê a Convenção da OIT nº 81, sobre a Inspeção do Trabalho, que após ratificada, foi denunciada pelo Brasil, estando hoje em fase final o processamento de re-ratificação.

A Convenção nº 81 da OIT aconselha a cada país-membro, em seu artigo 1º, o estabelecimento de um sistema de inspeção do trabalho com a incumbência prevista no artigo 3º de:

a) assegurar a aplicação das disposições legais relativas às condições de trabalho e à proteção dos trabalhadores no exercício da profissão, tais como as relativas à duração do trabalho, aos salários, à segurança e à medicina do trabalho, à higiene e ao bem-estar no trabalho, ao emprego das crianças e dos adolescentes;

b) fornecer informações e conselhos técnicos aos empregadores e trabalhadores, sobre a mais eficiente forma de observar as disposições técnicas e legais;

c) levar ao conhecimento da autoridade competente as deficiências ou as situações abusivas, que não estejam compreendidas especificamente nas disposições legais vigentes.

A segurança, higiene e medicina do trabalho encontram na Organização Internacional do Trabalho princípios orientadores de conduta específica, em diversos atos disciplinadores por ela emanados, dentre os quais citam-se:

Convênio nº 115, sobre proteção dos trabalhadores contra radiações ionizantes;

Convênio nº 148, sobre proteção dos trabalhadores contra riscos profissionais devido à contaminação do ar, ruído e vibrações no ambiente de trabalho;

Convênio nº 152, sobre segurança e higiene nos trabalhos portuários;

Convênio nº 155, sobre segurança e saúde dos trabalhadores e do meio ambiente de trabalho;

Convênio nº 161 e Recomendação nº 171, sobre os serviços de saúde no trabalho.

Este procedimento comum, observado mundialmente entre os países-membros da OIT, vincula, como dissemos, aos seus respectivos Ministérios do Trabalho, não só as relações e tutela do trabalho, mas também a segurança e saúde dos trabalhadores e meio ambiente de trabalho. Isto pode ser observado através de consulta à história internacional do trabalho, ao Direito Internacional do Trabalho, assim como à própria legislação comparada, onde se verifica que países com ideologias e sistemas de governo diferentes, tais como França, Inglaterra, URSS, Japão, Estados Unidos, Espanha e outros atentam para a orientação emanada pela Organização Internacional do Trabalho.

No Brasil não é diferente este procedimento. As medidas técnicas necessárias ao êxito da atividade são, como recomenda a OIT, de obrigação e ônus do empregador, em cada empresa e decorrem de dispositivos legais estabelecidas na esfera federal, nos diferentes níveis da hierarquia formal das Leis.

Ao Ministério do Trabalho cabe a normatização específica da legislação do trabalho, inclusive da segurança e medicina do trabalho, cabendo-lhe também a observância da execução das normas legais então estabelecidas.

E esta complexa e importante tarefa se desenvolve no Ministério do Trabalho, em decorrência do que estabelece o Sistema Federal de Inspeção do Trabalho, introduzido pelo Regulamento da Inspeção do Trabalho, aprovado pelo Decreto nº 55.841, de 15 de março de 1965, dentro do espírito recomendado pela Organização Internacional do Trabalho, em sua Convenção nº 81.

Estabelece o Regulamento da Inspeção do Trabalho, em seu artigo 1º, que o Sistema Federal de Inspeção do Trabalho, a cargo do Ministério do Trabalho, tem por finalidade assegurar, em todo território nacional, a aplicação das disposições legais e regulamentares, incluindo as Convenções Internacionais ratificadas, os atos e decisões das autoridades competentes e das convenções coletivas de trabalho, no que concerne à duração e às condições de trabalho, bem como à proteção dos trabalhadores para o exercício da profissão.

Compõem o Sistema Federal de Inspeção do Trabalho, em sua execução, estabelecendo-se competências especializadas, na área de medicina, higiene e segurança do trabalho, respectivamente os médicos do trabalho e engenheiros do trabalho; na área do trabalho da mulher e do menor, os assistentes sociais, e os atuais fiscais do trabalho, as relações e tutela do trabalho e as condições básicas relativas à saúde, higiene e segurança do trabalho.

Vê-se, portanto, que a atividade da inspeção do trabalho inclui a de segurança, higiene e medicina do trabalho, que se somam para proporcionar a saúde ocupacional e desenvolvem-se por ações eminentemente preventivistas, que se constituem numa unidade integrada, seguindo princípios da Organização Internacional do Trabalho.

Isto difere, no entanto, em sua técnica e em seu alvo, daquelas ações de saúde voltadas para o ser humano inclusive em seu "habitat", que é objeto da saúde pública, disciplinada pelo Ministério da Saúde, tendo como organismo internacional de orientação e referência a Organi-

zação Mundial de Saúde (OMS) e não a Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Por outro lado, entendemos que todas as ações que vissem beneficiar o Homem devem e têm que estar integradas dentro de um programa de governo, que se inicie obrigatoriamente pelo respeito e cumprimento à Lei, e de modo harmônico a interação se processe, desenvolvendo todos os setores da Administração Pública. É esta a ação de Governo que se deseja e que a população necessita.

No entanto, esta integração de atividades continua não existindo no País e em relação à saúde, por exemplo, verifica-se que a Lei nº 6.229, de 17 de julho de 1975, que dispõe sobre a organização do Sistema Nacional de Saúde, integradamente, jamais foi observada. Por infeliz coincidência isso ocorre justamente por omissão do Ministério da Saúde, a quem compete por Lei formular a política nacional de saúde e para quem se providencia hoje a primazia do planejamento, formulação e controle da execução de atividades atribuídas ao sistema único de saúde. Se essas atividades concorrem decisivamente para a saúde do Homem, sua execução deve ser efetivada pelos diferentes setores da administração pública, de forma integrada entre eles e não exclusivamente pelo setor saúde que, por si só, notadamente, não tem como fazer proliferar todas as ações visando atingir o objetivo maior, que pertence ao próprio Governo. Recorda-se que os agravos à saúde, desde os mais primários e os endêmicos, ainda não tiveram equacionadas suas diretrizes de combate. Até por insuficiência de verbas, e isto, de logo, evidencia ser postura política, cuja resolução depende de encaminhamento integrado das questões.

A inclusão da expressão "saúde ocupacional" no texto do Projeto de Constituição do País, estabelecendo-se que esta atividade decorre como atribuição de competência do sistema único de saúde é, como vimos, imprópria e ademais, redundante, extemporânea e conflitante com dispositivos também constantes do mesmo texto do Projeto, anteriormente estabelecidos. Decorre, senão de lamentável equívoco, de evidente interesse político ideológico corporativista momentâneo, que a sapiência mundial demonstra não ser de interesse dos Trabalhadores, tal como entende a Sociedade Brasileira e que nem mesmo relatórios e conclusões oriundos de conchaves manipulados conseguem desmentir.

Colegas.

É esta a realidade que neste momento se nos apresenta. E é em função dela que julgamos cada vez mais importante nossa participação, sobretudo junto às Associações em cada Estado, como já vimos fazendo na Associação dos Agentes da Inspeção do Trabalho em São Paulo e estas unidas às demais Representações de Classe e trabalhando empenhadamente junto aos Constituintes visem conseguir suprimir a expressão "saúde ocupacional" do contexto do artigo 228 item "b" do Projeto Substitutivo da Constituição, do Deputado Bernardo Cabral e, portanto, mantendo integrada a Inspeção do Trabalho no Ministério do Trabalho.

Muito obrigado.

São Paulo, 1ª Semana Paulista da Inspeção do Trabalho, 23 de outubro de 1987. — **José Maria da Silva**, Médico do Trabalho — DRT/RJ."

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** — Tem a palavra o Representante da Relatoria, o Constituinte Almir Gabriel.

**A SRA. CONSTITUINTE ABIGAIL FEITOSA:** — Sr. Presidente, três encaminharam a favor da emenda, estou inscrita para encaminhar contra e já falou outro, o Constituinte Adolfo Oliveira...

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** — Esclareço a V Ex.<sup>a</sup> que temos quatro emendas exatamente do mesmo

teor. Então, a Mesa já decidiu, anteriormente, que os Representantes dessa emenda são co-autores, e elas estão sendo votadas em conjunto. É um destaque do Constituinte Álvaro Vale, outro do Constituinte Bocayuva Cunha, outro do Constituinte Santinho Furtado, e outro do Constituinte Fausto Rocha.

Como pelo Regimento a preferência é para os autores dos destaques, falaram dois autores, o Constituinte Bocayuva Cunha e o Constituinte Adolfo Oliveira. E falaram mais dois contra a emenda.

V. Ex.<sup>a</sup> é a favor ou contra à emenda?

**A SRA. CONSTITUINTE ABIGAIL FEITOSA:** – Sou contra a emenda. Já falaram dois a favor.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Constituinte Abigail Feitosa, por liberalidade.

**A SRA. CONSTITUINTE ABIGAIL FEITOSA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Não estou entendendo bem qual é a posição dos nobres Constituintes Bocayuva Cunha e Carlos Chiarelli, quando vêm aqui criticar por que se está colocando esse assunto no sistema único de saúde, que deve ficar no Ministério do Trabalho.

Quando foi para votar os direitos dos trabalhadores – tenho aqui o material dos Títulos I, II e III – onde consta – tentei colocar a saúde ocupacional como Direito do Trabalhador, e a Mesa retirou, e teve que retirar, porque todos foram contra. Este é o problema; não se pode, de maneira alguma, deixar de tocar no assunto da saúde ocupacional, porque é um desrespeito com os trabalhadores. Se não pode ficar no Capítulo Dos Direitos dos Trabalhadores, lá na frente, vai ter que ficar no Capítulo Da Saúde, pois todos sabem que milhares de pessoas, todos os dias, são acidentados. Na Bahia há um pólo petroquímico onde as pessoas sofrem problemas de saúde por lidarem com a química fina. Temos também o exemplo de Goiás, para onde tiveram que ir inclusive, os técnicos do Conselho Nacional de Energia Nuclear.

O sistema único de saúde não pertence a um Ministério. Tem que ser uma atividade que englobe vários Ministérios, e não vou entrar nessa questão se deve ser engenheiro ou médico. O que queremos caracterizar é a otimização de recursos para garantir a saúde ao cidadão que trabalha com material perigoso. Ele terá obrigação de usar equipamentos, e o Estado vai ter que garantir o tratamento de todo aquele que seja acidentado.

Acabamos de ouvir um nosso colega, o Constituinte Raimundo Bezerra, dizer quantos garimpeiros se envenenam hoje com o mercúrio. Então, como vai ficar? Ele tem que procurar o Ministério do Trabalho ou o Ministério da Saúde? Essa discussão não tem nenhum sentido. Temos que preservar a saúde do trabalhador que trabalha em profissões perigosas. Não queremos repetir aqui o que aconteceu com o pessoal de Goiás, que se ficou nesse impasse, sem se saber de quem é a culpa.

Sr. Presidente e Srs. Constituintes, quando instituímos o sistema único de saúde, foi para aproveitar os recursos, para não ficar empurrando de um canto para outro e o trabalhador ser melhor assistido. Vários países já têm esse esquema montado, e facilita quando ele fica no Ministério da Saúde.

Portanto, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, chamo a atenção para esse dado importantíssimo e peço a V. Ex.<sup>as</sup> que votem contra esta emenda que não faz sentido.

Esse texto constitucional tem que ter esta expressão garantida: saúde ocupacional. E se não está no Direito dos Trabalhadores, tem que ficar no Capítulo da Saúde.

Sr. Presidente, era o que tinha a dizer. **(Muito bem! Palmas)**

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Sr. Presidente, para uma questão de ordem.

**O SR. CONSTITUINTE (Aluísio Campos):** – Tem a palavra o Constituinte José Genoíno, para uma questão de ordem.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Evidentemente o Relator vai dar o parecer. Antes de S. Ex.<sup>a</sup> usar da palavra, é necessário informar à Casa que muitos companheiros que votaram a emenda pelo fim do monopólio entenderam que isso fazia parte de um acordo para manter, no texto, a saúde ocupacional.

Gostaria que se confirmasse se isto é verdade ou não.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – A Presidência esclarece que estão sendo postos em votação quatro destaques absolutamente idênticos: respectivamente, dos Constituintes Bocayuva Cunha, Álvaro Valle, Santinho Furtado e Fausto Rocha. Os referidos destaques propõem a supressão da expressão "e saúde ocupacional" da alínea **b** do art. 228.

Por uma economia de tempo, estamos pondo estes destaques conjuntamente em votação.

Falaram já, para encaminhar a favor dois autores, e mais o Constituinte Carlos Chiarelli; e contra, dois Srs. Constituintes, estando também inscrito o Constituinte Carlos Sant'Anna.

Consulto S. Ex.<sup>a</sup> o Constituinte Carlos Sant'Anna se desiste da inscrição.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Não.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Então, por uma questão de equidade, a Mesa é obrigada a conceder a palavra ao Constituinte Carlos Sant'Anna, para encaminhamento contra.

**O SR. CONSTITUINTE VIRGÍLIO TÁVORA:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Tem a palavra V. Ex.<sup>a</sup>, pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE VIRGÍLIO TÁVORA:** – Queremos deixar bem claro que não houve nenhum compromisso nosso de votar a queda do monopólio das importações em troca deste dispositivo. Não fora a paixão que hoje domina este Plenário, e examinado à luz fria do raciocínio, este dispositivo não poderia subsistir.

Não é possível, não é possível mesmo que alguém pense que se instituiu a parte de engenharia de trabalho se fosse única e exclusivamente para dar lugar a pessoas que necessitavam do seu sustento.

Não é possível, Sr. Presidente, jogar-se para a saúde algo que é absolutamente intrínseco à profissão que pertencemos: a Engenharia.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Fica registrado o apelo de V. Ex.<sup>a</sup>, no sentido de que o Plenário procure votar, tranqüila e racionalmente, as matérias que lhe são submetidas.

Com a palavra o Constituinte Carlos Sant'Anna, para encaminhamento contra.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Sr. Presidente e Srs. Constituintes, o que está no texto do Projeto de Constituição, no art. 228, é que ao sistema único de saúde compete...

**O SR. CONSTITUINTE ARNALDO FARIA DE SÁ:** – Sr. Presidente, já falaram dois. Por que está falando mais um?

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Falaram três; os Constituintes Bocayuva Cunha, Adolfo Oliveira e Carlos Chiarelli, a favor.

**O SR. CONSTITUINTE ARNALDO FARIA DE SÁ:** – Mas o Regimento...

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – São quatro emendas. A Mesa já decidiu que, por uma questão de equidade, tendo três falado a favor, ela admite que três falem contra. Esta decisão é matéria vencida, não vamos perder mais tempo.

**O SR. CONSTITUINTE ARNALDO FARIA DE SÁ:** – V. Ex.<sup>a</sup>, então, mudou o Regimento.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Com a palavra o Constituinte Carlos Sant'Anna.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Sr. Presidente, e Srs. Constituintes, o que consta no texto é que ao sistema único de saúde compete, no item b:

"Executar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica e saúde ocupacional."

O que propõem as diversas emendas é a supressão da saúde ocupacional, de modo que não constaria do texto do art. 228 a saúde ocupacional, e, não constando a saúde ocupacional no texto do art. 228, a não ser que seja acolhida outra emenda que ainda vai ser posta em votação, a verdade é que a saúde ocupacional não constaria de toda essa Seção que corresponde ao Capítulo I, Da Ordem Social, relativo a saúde.

É imprescindível porque é um dos itens da mais alta relevância de assistência à saúde.

Há um risco, Sr. Presidente, de que temem vários dos integrantes do setor saúde ocupacional, de que isto represente uma anexação da saúde ocupacional ao Ministério da Saúde. E os que, por acaso, ficam tentando a supressão, é porque temem esse risco. Pois eu digo que se tranquilizem, porque, quando há no texto e quando há toda esta luta da formação do sistema único de saúde, esse sistema não quer necessariamente dizer Ministério da Saúde, nem quer necessariamente dizer ministério único. O sistema único de saúde é uma organização sistêmica normativa, que tem que compreender todas as atividades de saúde que estão sendo executadas a nível nacional, a nível estadual e a nível municipal. E não é justo que a parte da saúde ocupacional não fique também.

Já temos, Sr. Presidente, em mais de 5 ou 6 Ministérios, atividades relativas à saúde, e temos caminhado, temos feito esforços nítidos, quando, por exemplo, da minha passagem pelo Ministério da Saúde, e em seguida também no sentido do sistema único, a despeito de vários Ministérios participarem das ações de saúde, especialmente o Ministério da Saúde, o Ministério da Previdência e Assistência Social, o Ministério da Educação e o Ministério do Trabalho. E é feito através daquilo que, a princípio, chamávamos "ações integradas de saúde" e que, agora, com grande êxito, está se fazendo através do que se chama Sudes – Serviços Unificados Descentralizados de Saúde, que estão tendo a gestão dos Estados.

Não há por que retirar do texto da Constituição uma atividade tão importante quanto a da saúde ocupacional, por um receio de alguma coisa que não existe. Qual é o receio? De que a saúde ocupacional saia do Ministério do Trabalho? Não! A saúde ocupacional permanecerá no Ministério do Trabalho e não importa que, permanecendo no Ministério do Trabalho, esteja incorporada ao sistema único de saúde.

Sou contra a emenda supressiva e a favor da manutenção do texto, porque, mais importante do que quantos Ministérios façam saúde, é que toda atividade possa estar estruturada sob a orientação normativa e importan-

tíssima, para a saúde do povo brasileiro, de um sistema nacional unificado de saúde. (Palmas)

**O SR. CONSTITUINTE MÁRIO LIMA:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Tem a palavra V. Ex.<sup>a</sup>, pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE MÁRIO LIMA:** – Sr. Presidente, este assunto de segurança no trabalho é seriíssimo. Houve uma mistura de quatro emendas e creio que o Regimento não está funcionando, e sim o bom senso. E se o bom senso está funcionando, acho que quatro oradores devem falar a favor e quatro contra, porque são quatro emendas. E sinto-me com o direito de pleitear para falar a favor.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – A Presidência acolhe a questão de ordem levantada por V. Ex.<sup>a</sup> explicando o seguinte: como estamos votando em conjunto quatro emendas, e três oradores falaram a favor e três contra, o Constituinte Mário Lima, que se considera um **expert** em saúde ocupacional, levantou a questão de ordem para falar. E a Presidência, como entende que a ocupação primordial do Parlamento é **parlare**, concede a palavra ao Constituinte Mário Lima e, depois, ainda permitirá que um fale contra, mas vai encerrar essa experiência. De agora em diante, as emendas idênticas serão votadas somente em uma, porque é mais prático considerar as demais prejudicadas.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – Sr. Presidente, tem sido esta a prática da Casa. Não é possível gastarmos um tempo enorme com uma emenda só.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Tem a palavra o Constituinte Mário Lima.

**O SR. CONSTITUINTE MÁRIO LIMA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, também sou a favor do sistema único de saúde, mas não se pode confundir saúde ocupacional com os demais assuntos de saúde.

Gosto muito de citar exemplos práticos. Numa fábrica, os problemas de saúde do trabalhador são inteiramente diferentes. Vou citar dois exemplos: há fábricas que não medem o ritmo, o nível de ruído, e os trabalhadores vão ficando surdos. Quando eles chegam ao médico, já estão com a audição destruída, porque faltou o engenheiro de saúde. Vou dar um exemplo e, se exigirem, trago prova documental.

Sei da responsabilidade que tem um Parlamentar em dizer aos seus pares uma coisa que não corresponda à verdade. Em determinada fábrica que emanava gases letais, o equipamento começou a vazar. Três trabalhadores inalaram aqueles gases, começaram a perder os sentidos, a andar sem orientação e caíram no gramado. Um engenheiro e um médico, com sentido profissional e humano, saíram para socorrer aqueles três trabalhadores, e não levaram máscaras contra gases. Eles também morreram debruçados sobre os três trabalhadores, ao tentarem dar-lhes socorro. O que houve aí foi falha de engenharia de segurança, que não sinalizou a área, dizendo que a mesma era sujeita à emissão de gases letais.

Segurança do trabalho, em todos os países adiantados do mundo, é jurisdicionada ao Ministério do Trabalho. Os acidentes do trabalho, quase 100%, e as doenças profissionais, quase 100%, são conseqüências de acidente no próprio trabalho ou no percurso da residência para a fábrica. A doença normal que o trabalhador adquire de maneira tranqüila, sem ser acidente, tem um percentual desprezível.

Agora, pergunto a V. Ex.<sup>a</sup>: como vamos fazer essa transição num sistema que, ou bem ou mal, já está funcionando, para começar um novo sistema que será uma interrogação, se funcionará ou não. O que vamos ver, Srs. Cons-

tituintes, será o aumento do número de acidentes fatais nas fábricas,...

O aumento do número de acidentes que aleijarão, cegarão, tornarão surdos mais trabalhadores. Disto entendo, porque trabalho numa indústria altamente periculosa, com alto índice de ruídos, com altas tensões e com altas pressões. Lá, o que predomina é a política de prevenção de acidentes, não há a medicina curativa. Esta chega atrasada para resolver esses problemas.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos. Fazendo soar a campanha.):** – Peço a V. Ex.<sup>a</sup> a gentileza de concluir.

**O SR. CONSTITUINTE MÁRIO LIMA:** – Espero que mantenhamos a tradição. Inclusive a Organização Internacional do Trabalho defende e proclama a obrigação moral de manter o atual sistema.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela atenção.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Com a palavra o Constituinte Virgildásio de Senna.

**O SR. CONSTITUINTE VIRGILDÁSIO DE SENNA:** – Sr. Presidente, no turno da manhã usei esta tribuna para denunciar que se estava montando um sistema corporativo de saúde que tende a fugir do controle da sociedade. Estamos criando um sistema único de saúde que ninguém sabe o que é e que alcance pode ter. Estamos montando um sistema único de saúde que invade as atribuições da universidade e tenta invadir o setor de comercialização. Assistimos aqui hoje à formação de interesses corporativos em defesa exclusivamente de interesse de uma corporação médica medieval, que tenta restabelecer o seu ofício na forma em que medievalmente foi colocada. Para sustentar esta oposição, a **soi-disant** – esquerda do PMDB, fez um acordo com a direita; a esquerda fica com a corporação e a direita fica com os lucros da importação de medicamentos e equipamentos médicos. Este acordo que foi feito é contra os interesses da sociedade; não há por que se privilegiar um setor com a criação de um sistema único, sob comando – e a lei fala aqui em comando único em todos os setores –, querendo abranger toda a atividade nacional, inclusive a engenharia de saneamento e a engenharia de prevenção.

Esta Comissão, em seguida, vai discutir outro assunto, englobado neste. Com o mesmo propósito há uma emenda querendo unificar os recursos para pesquisa, toda ela vinculada a esse comando. Esse comando é um ultraje à realidade nacional, à experiência deste País com o sistema médico oficial é, de qualquer forma, impedimento ao avanço da ciência médica em nosso País. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Com a palavra a Relatoria, na pessoa do Constituinte Almir Gabriel.

**O SR. RELATOR (Almir Gabriel):** – Sr. Presidente, Srs. Relatores, prezados Constituintes, respeitamos profundamente a posição do nobre Constituinte Mário Lima e de todos aqueles que defenderam a saída da saúde ocupacional do sistema único de saúde. Todavia, alguns equívocos certamente inspiraram o raciocínio e as conclusões a que S. Ex.<sup>as</sup> chegaram para se posicionar contra o texto. Primeiro, estamos tratando aqui da saúde do povo brasileiro, onde está incluída a saúde do trabalhador. Não se está estabelecendo que seja o Ministério **a**, **b** ou **c** que deva cuidar especificamente de determinada tarefa, nem que um Ministério exclua a atividade de outro Ministério. Estão se estabelecendo diretrizes, princípios básicos, base legal para a construção de um sistema integrado, único, nacional.

De outro lado, coloco uma informação que entendo ser absolutamente precisa. Quando se diz que no Ministério do Trabalho tem-se 97% dos trabalhadores socorridos por acidente de trabalho, isso mostra exatamente o desvio que existe do ponto de vista epidemiológico. Do ponto de

vista epidemiológico, o registro do acidente de trabalho exclusivo registra o desvio da saúde na fábrica. Mas não se estão tomando em conta outros aspectos. Onde são registradas as intoxicações mercurial, a silicose, a asbestose? São registradas exatamente no cadastro do INAMPS ou dentro das unidades gerais de saúde. Não vão para aquela estatística que está sendo vista, que é uma estatística unilateral e defeituosa.

Estamos propondo que o sistema único de saúde cuide, também, da parte de saúde ocupacional onde está o trabalhador, mas não quer dizer, de maneira alguma, que ela seja chamada para dentro do Ministério da Saúde.

Outro aspecto que deixo bem claro, meus companheiros, é que saúde – e insisto no que disse hoje pela manhã – não é ausência de doença. Hoje a saúde necessita – e é absolutamente indispensável para que ela seja conseguida – do trabalho multiprofissional. Precisa do advogado, do engenheiro, do biólogo, do antropólogo, precisa, enfim, de uma série extraordinária de profissionais, a fim de que, no seu conjunto, se possa pretender armar a condição que leve a saúde ao povo como um todo.

Mais ainda, com um exemplo concreto: ao se construir um sistema de abastecimento de água, não é o médico que calcula o fluxo da água, a resistência do material, o tamanho da cisterna ou a caixa d'água. No entanto, o engenheiro, ao fazer tudo isso, faz uma ação de saúde.

Então, é preciso tirar dois equívocos: o equívoco de que a saúde é de um profissional específico, e, segundo, que se esteja pleiteando que a saúde ocupacional vá para dentro de um Ministério específico.

Por isso, dentro da visão global, dentro da visão sistêmica do setor único de saúde, com um trabalho interdisciplinar, somos contra a emenda e a favor da manutenção do texto Bernardo Cabral. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Em votação.

**(Procede-se à votação)**

**(Manifestações nas galerias)**

**O SR. CONSTITUINTE RICARDO IZAR:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem a palavra V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE RICARDO IZAR:** – A galeria não pode manifestar-se. Isso é pressão sobre os Constituintes.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A Presidência encarece às galerias não se manifestem, solicitando que aguardem silenciosamente o resultado da votação.

**(Prossegue a votação)**

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Alfredo Campos, Aluizio Campos, José Freire, Mário Lima, Nelson Carneiro, Pimenta da Veiga, Rodrigues Palma, Theodoro Mendes, Virgildásio de Senna, Délio Braz, José Tavares, Manuel Viana, Michel Temer, Aloysio Chaves, Antonio Carlos Mendes Thame, Arnaldo Prieto, Carlos Chiarelli, Eraldo Tinoco, Francisco Benjamim, José Jorge, José Lins, Luís Eduardo, Mário Assad, Oscar Corrêa, Paulo Pimentel, Annibal Barcellos, Enoc Vieira, João Menezes, José Lourenço, Paes Landim, Ricardo Izar, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Gerson Peres, Jarbas Passarinho, Virgildásio de Senna, Bocayuva Cunha, Vivaldo Barbosa, Luiz Salomão, Francisco Rossi, Gastone Righi, Sólton Borges dos Reis, Adolfo Oliveira, Sotero Cunha e Antonio Farias. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Almir Gabriel, Antônio Britto, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Carlos Mosconi, Carlos Sant'Anna, Celso Dourado, Cristina Tavares, Egídio Ferreira Lima, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, João Herrmann Neto, José Fogaça,

José Ignácio Ferreira, José Paulo Bisol, José Richa, José Ulisses de Oliveira, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Sigmaringa Seixas, Aécio Neves, Antonio Mariz, Chagas Rodrigues, Euclides Scalco, Jorge Hage, Marcos Lima, Miro Teixeira, Octávio Elísio, Rose de Freitas, Vicente Bogo, Vilson Souza, Alcení Guerra, Francisco Dornelles, Inocêncio Oliveira, Sandra Cavalcanti, Jofran Frejat, Adylson Motta, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Aldo Arantes, Roberto Freire e Jamil Haddad.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 45 Constituintes; votaram NÃO 47 Constituintes. Total: 92 votos. O Destaque foi **rejeitado**.

**Destaque nº 004111-87 – Emenda nº ES-23705-5, do Sr. Jarbas Passarinho, co-autores: Cunha Bueno e Enoc Vieira, "que acrescenta artigo do Título IX, Capítulo II, do Substitutivo 1 (Título VIII, Capítulo II, Seção III, do Substitutivo 2)." (454ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Passamos ao requerimento de preferência do ilustre Senador Jarbas Passarinho, sobre o Destaque nº 4111, relativo à Emenda nº 23705.

Os Srs. Constituintes que aprovam a preferência permaneçam sentados. **(Pausa)**

Aprovada.

Em votação a emenda do seguinte teor:

Inclua-se no Capítulo II, do Título VIII, o seguinte:

"Ficam isentas de recolhimento, de contribuição, para a seguridade social, as instituições beneficentes de assistência social que atendam às exigências estabelecidas em lei."

O Constituinte Jarbas Passarinho indicou o Constituinte Antônio Britto para defender a sua emenda, fazendo o encaminhamento a favor.

Tem a palavra o Constituinte Antônio Britto.

**O SR. CONSTITUINTE ENOC VIEIRA:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Pela ordem, tem a palavra o Constituinte Enoc Vieira.

**O SR. CONSTITUINTE ENOC VIEIRA:** – Comunico a V. Ex.<sup>a</sup> e à Casa que tenho uma emenda de igual redação, a de nº 22817, e está requerido o destaque pelas Lideranças.

Peço a V. Ex.<sup>a</sup>, para evitar as duas votações, que eu seja considerado co-autor. Da mesma maneira V. Ex.<sup>a</sup> encontrará também a emenda seguinte, de nº 24826, de autoria do Constituinte Cunha Bueno, que tem redação idêntica à do Constituinte Jarbas Passarinho. Certamente, S. Ex.<sup>a</sup> deve ser incluído como co-autor.

Peço a V. Ex.<sup>a</sup> que tal ocorra.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Como V. Ex.<sup>a</sup> acaba de verificar, esta Presidência já chamou a atenção que a experiência da votação acumulada não dera resultado prático.

Seremos obrigados a pôr em votação a emenda do Constituinte Jarbas Passarinho. Se for aprovada, as demais, idênticas, serão prejudicadas.

**O SR. CONSTITUINTE JARBAS PASSARINHO:** – Sr. Presidente, é apenas uma declaração o que S. Ex.<sup>a</sup> pede. S. Ex.<sup>a</sup> pede uma declaração para que seja considerado co-autor das emendas; não pede que as votações sejam conjuntas. Pede S. Ex.<sup>a</sup>, apenas, que se declare que o meu

pedido de destaque coincide com os pedidos de destaque dos Constituintes Cunha Bueno e Enoc Vieira.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – O nobre Constituinte Jarbas Passarinho aceita, democraticamente, considerar os autores dos destaques semelhantes como co-autores do seu destaque.

Concedo a palavra, para encaminhar a votação, ao Constituinte Antônio Britto.

**O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO BRITTO:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, honra-me o nobre Constituinte Jarbas Passarinho, solicitando que faça o encaminhamento de emenda, de autoria de S. Ex.<sup>a</sup>, que propõe aditar artigo com a seguinte redação:

"Ficam isentas de contribuição para a seguridade social as instituições beneficentes de assistência social que atendam às exigências estabelecidas em lei."

Creio, Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, que aqui está uma emenda que resolve uma das poucas, uma das raras lacunas deste brilhante trabalho desenvolvido pela Relatoria no campo da seguridade social.

Com a emenda, o que busca o Constituinte Jarbas Passarinho, o que buscavam e buscamos os nobres Constituintes Cunha Bueno e Enoc Vieira, é resolver o problema especialmente relativo às Santas Casas e a outras instituições filantrópicas que, em todo o País, se dedicam secularmente à assistência social.

O espírito dessa emenda já foi acolhido em outra parte do Substitutivo do Relator, quando, no art. 171, reproduziu o dispositivo tradicional das Constituições brasileiras, dizendo:

"É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

II – instituir impostos sobre:

c) patrimônio, renda ou serviço dos partidos políticos, inclusive fundações ... instituições de assistência social ..., observados os requisitos da lei complementar."

Isto já foi assegurado no campo específico da tributação. O que se busca agora com a emenda é assegurar a mesma justiça às entidades filantrópicas no campo da seguridade social.

Na verdade, Srs. e Sr.<sup>s</sup> Constituintes, esta já tem sido uma prática no País que se busca agora assegurar, garantir e defender, no texto constitucional.

É importante considerar que esta emenda não possa abrir caminho – como tem sido uma cautela justificável por parte da Constituinte e desta Comissão – a qualquer tipo de fraude, caminho a qualquer tipo de privilégio, caminho a qualquer tipo, enfim, de deturpação do dispositivo, porque tomou o nobre Senador Jarbas Passarinho o cuidado de, no final da emenda que ora sustento, dizer "instituições beneficentes de assistência social que atendam às exigências estabelecidas em lei".

Portanto, o nobre Relator Bernardo Cabral poderá, no espírito do seu Substitutivo, acolher esta emenda.

Neste sentido, dirijo a S. Ex.<sup>a</sup> um apelo, de modo que possamos permitir, especialmente, às santas casas de todo este País, mais este gesto de justiça por parte da Comissão de Sistematização.

Em assim sendo, solicito a todos os companheiros da Comissão de Sistematização votem SIM a esta emenda, acolhendo, portanto, a idéia do Senador Jarbas Passari-

nho, em co-autoria com os Deputados Cunha Bueno e Enoc Vieira.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Concedo a palavra ao Constituinte Gerson Peres, para falar a favor.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente e prezados colegas, serei breve.

A emenda do eminente Senador Jarbas Passarinho vem preencher uma lacuna e atender a uma aspiração da sociedade, no que diz respeito a entidades que, anteriormente aos preceitos e benefícios sociais, já existem no Brasil, prestando assistência social, e o eminente Senador lembrou-se muito bem de proteger essas entidades.

Eu lembraria aqui aos colegas os benefícios que prestam as santas casas de misericórdia, em cujo seio ou de cujo seio saiu a inspiração, talvez, para que se estabelecesse, no País, uma entidade que viesse até em socorro da mesma, o FUNRURAL, que tem como um dos seus patronos máximos a figura do Senador Jarbas Passarinho.

Portanto, o que quer S. Ex.<sup>a</sup>? Não quer um privilégio, mas assegurar as atividades assistenciais dessas entidades que, real e efetivamente, ajudam a pobreza. Qual dos políticos que não sabe ou não conhece os porões ou as enfermarias das Santas Casas de Misericórdia? Todas sabem quantos pobres ali buscam a sua saúde e a proteção do benefício social.

Tampouco é concedida a isenção arbitrariamente. Essas entidades terão que ser registradas no Conselho Nacional do Serviço Social, mediante, também, a lei que as considere de utilidade pública, com registro no Ministério da Justiça. Portanto, não é uma proteção a entidades fantasmas ou àquelas que, aparentemente, prestam uma assistência social.

Congratulo-me com o eminente Constituinte do meu Estado por se ter lembrado em boa hora dessas organizações, merecedoras, portanto, da proteção constitucional e da isenção fiscal, no que diz respeito à parte patronal.

Estas as considerações que faço, apelando aos colegas para que dêem a esta emenda um acolhimento total, porque se compatibiliza com as aspirações e com os desejos daquelas pessoas mais carentes da sociedade brasileira.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem a palavra o eminente Relator, Constituinte Bernardo Cabral.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, antes de fixar posição da Relatoria, preciso fazer um registro de ordem pessoal.

A Casa, o Parlamento e as Comissões, às vezes, se esquecem de gestos de grandeza.

O eminente Constituinte Jarbas Passarinho, ainda há pouco, acabou de fazer um desses gestos, ao buscar o microfone e dizer que compartilhava com os seus companheiros de Parlamento, de Assembléia Nacional Constituinte, independentemente de siglas partidárias, os Constituintes Enoc Vieira e Cunha Bueno, da autoria da sua emenda. Fez mais S. Ex.<sup>a</sup>: solicitou ao ilustre Constituinte Antônio Britto que fizesse a defesa na tribuna. Tivemos assim, um condomínio de idéias, de grandezas, nesta tarde.

Só isto, Sr. Presidente, já faria, além do texto da emenda, que é salutar, que eu me manifestasse pela aprovação. O meu voto será **sim**. (**Muito bem! Palmas**).

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – O nobre Relator emitiu parecer favorável à aprovação da emenda.

**O SR. CONSTITUINTE ELIEL RODRIGUES:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem a palavra, pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE ELIEL RODRIGUES:** – Sr. Presidente, ouvi, do meu Gabinete, que S. Ex.<sup>a</sup>, o Constituinte Jarbas Passarinho, acaba de apresentar a sua proposta de destaque. Como tenho destaque semelhante, entendi por bem comparecer ao plenário para dizer que, diante de tão valiosa proposta que o nobre conterrâneo está apresentando, e por ter eu proposta semelhante, constante do segundo lote, que dispõe:

"Nenhum tributo incidirá sobre as entidades que, sem fins lucrativos, se dedicam à pesquisa e ao ensino, à habilitação, reabilitação e ao tratamento de deficientes, toxicômanos, alcoólatras e outros desvios de comportamento global."

Pergunto a V. Ex.<sup>a</sup> se, aprovada a proposição do ilustre Constituinte, nossa emenda estará prejudicada?

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – O Sr. Constituinte Jarbas Passarinho já declarou que considera co-autores da sua emenda aqueles que apresentaram destaques semelhantes. V. Ex.<sup>a</sup> está incluído nesta categoria.

**O SR. CONSTITUINTE ELIEL RODRIGUES:** – Então, eu a retiro.

Preocupe-me com o alcance, porque S. Ex.<sup>a</sup> fala em entidades beneficentes. Creio que poderemos considerar beneficentes todas essas entidades que se dedicam ao trabalho, que está mais explícito no nosso texto.

Já que está prejudicada, retiro a emenda, em favor do nosso ilustre Constituinte Jarbas Passarinho.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Vai-se realizar a votação.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Alfredo Campos, Almir Gabriel, Aluizio Campos, Antônio Britto, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Carlos Mosconi, Cristina Tavares, Egídio Ferreira Lima, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, João Herrmann Neto, José Fogaça, José Freire, José Ignácio Ferreira, José Paulo Bisol, José Richa, José Serra, Mário Lima, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nelton Friedrich, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Rodrigues Palma, Severo Gomes, Sigmaringa Seixas, Theodoro Mendes, Aécio Neves, Antonio Mariz, Chagas Rodrigues, Délio Braz, Euclides Scalco, Jorge Hage, José Tavares, Manuel Viana, Miro Teixeira, Octávio Elísio, Vicente Bogo, Vilson Souza, Ziza Valadares, Afonso Arinos, Alcení Guerra, Aloysio Chaves, Antonio Carlos Mendes Thame, Arnaldo Prieto, Christóvam Chiaradia, Eraldo Tinoco, Francisco Benjamim, Francisco Dornelles, Gilson Machado, Inocêncio Oliveira, José Jorge, José Lins, José Santana de Vasconcellos, Marcondes Gadelha, Mário Assad, Oscar Corrêa, Osvaldo Coelho, Sandra Cavalcanti, Annibal Barcellos, Enoc Vieira, Jofran Frejat, José Lourenço, Paes Landim, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Gerson Peres, Jarbas Passarinho, Virgílio Távora, Adylson Motta, Bocayuva Cunha, Lysâneas Maciel, Vivaldo Barbosa, Francisco Rosse, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Adolfo Oliveira, Sotero Cunha, Aldo Arantes, Jamil Haddad, Fernando Santana e Antonio Farias. Votou **NÃO** o Senhor Constituinte Celso Dourado.

Durante a chamada nominal da votação do Destaque nº 4111-87, o **Sr. Aluizio Campos**, Primeiro-Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo **Sr. Fernando Henrique Cardoso**, Quarto-Vice-Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 92 Constituintes; votou NÃO 1 Constituinte. Total: 93 votos. O Destaque foi **aprovado**.

**O SR. CONSTITUINTE CELSO DOURADO:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Com a palavra, pela ordem, o Constituinte Celso Dourado, antes de a Presidência comunicar o resultado.

**O SR. CONSTITUINTE CELSO DOURADO:** – Sr. Presidente, **mea culpa**. Acontece que votei fora da minha carteira. Saí correndo, quis votar SIM e o erro foi meu.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Está registrado em ata.

**O SR. CONSTITUINTE CELSO DOURADO:** – Este voto não significa que eu seja o único certo.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Pelo contrário.

Aprovado o destaque, passamos, agora...

**O SR. CONSTITUINTE CUNHA BUENO:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Com a palavra, pela ordem, o Constituinte Cunha Bueno.

**O SR. CONSTITUINTE CUNHA BUENO:** – Sr. Presidente, o próximo destaque que V. Ex.<sup>a</sup> vai anunciar seria o de minha autoria. Entretanto, como aprovamos a emenda do Constituinte Jarbas Passarinho, peço a V. Ex.<sup>a</sup> a retirada do referido destaque, uma vez que já alcançamos o objetivo.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Pois não.

O destaque de V. Ex.<sup>a</sup> foi considerado como aprovado junto com o do Constituinte Jarbas Passarinho. V. Ex.<sup>a</sup> ganhou mais um ponto na Constituição.

**Destaque nº 0331-87, do Sr. Eduardo Jorge – Emenda nº ES-34076-0, do Sr. Uldurico Pinto e outros, "que acrescenta artigo ao Título IX, Capítulo II, Seção I, do Substitutivo nº 1 (Título VIII, Capítulo II, Seção I, do Substitutivo nº 2)". (455ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Vamos passar, agora, ao pedido de preferência para o Destaque de nº 331, do nobre Constituinte Carlos Mosconi.

Em votação o pedido de preferência.

Os Srs. Constituintes que o aprovam queiram permanecer sentados. **(Pausa)**

Aprovado.

Aprovado o pedido de preferência, dou a palavra ao Constituinte Carlos Mosconi, para encaminhar favoravelmente o seu destaque, conforme indicação do autor.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS MOSCONI:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, esta emenda que apresentamos aos nobres Constituintes, neste momento, se reveste de grande importância para milhares de brasileiros. Dispõe sobre doação de órgãos no nosso País, para fins de transplantes e pesquisa, proibindo, no entanto, a sua comercialização.

Gostaria de chamar a atenção dos nobres Constituintes para o fato de que, no Brasil, há mais de 20 anos, se pratica esse procedimento médico que é o transplante. Entretanto, não existe ainda uma legislação adequada que possa facilitar esse procedimento.

Propomos aqui que o direito de doação de órgão conste da nova Constituição brasileira, e não poderia dela estar ausente, já que é uma Carta moderna, quando outras Constituições novas, como a nossa, já contêm esse mesmo procedimento e essa mesma proposta.

Sr. Presidente, solicito ao nobre Relator acate esta emenda, porque, sem dúvida alguma, complementa o tex-

to no que diz respeito à saúde, não deixando ausente, não deixando de fora um aspecto tão importante quanto o direito de se doar órgãos neste País, para que muitas vidas, para que centenas e milhares de vidas possam ser salvas através desse procedimento moderno, que significa um grande avanço da medicina.

O texto diz:

"A lei disporá sobre as condições e requisitos que facilitem a remoção de órgãos e tecidos humanos para fins de transplantes e pesquisa.

Parágrafo único. É vedado todo o tipo de comercialização de órgãos, tecidos e substâncias humanas."

Este é o teor, Srs. Constituintes, da nossa proposta, esperando que ela venha a ser acatada pelo nobre Relator, com o apoio dos colegas Constituintes. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Não havendo nenhum orador inscrito para encaminhar contrariamente à emenda, concedo a palavra ao Relator.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, esta matéria já vem de longe. No ano de 1967, na Câmara dos Deputados, já se tratava da possibilidade de contemplar a lei com a remoção de órgãos.

O eminente Constituinte Uldurico Pinto e outros apresentaram esta emenda, encarregando o eminente Constituinte Carlos Mosconi da sua sustentação.

Afora um ligeiro aprimoramento na redação, a Relatoria, opina, favoravelmente, Sr. Presidente, não só pela justificativa como por artigos que tem lido recentemente em torno da matéria.

Pela aprovação, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Com o parecer favorável do Relator, passamos à votação.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Alfredo Campos, Almir Gabriel, Antônio Britto, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Carlos Mosconi, Celso Dourado, Cid Carvalho, Cristina Tavares, Egídio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, João Herrmann Neto, José Fogaça, José Freire, José Paulo Bisol, José Serra, José Ulisses de Oliveira, Mário Lima, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nelton Friedrich, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Rodrigues Palma, Sigmaringa Seixas, Theodoro Mendes, Virgildásio de Senna, Aécio Neves, Délio Braz, Euclides Scalco, Jorge Hage, José Tavares, Marcos Lima, Michel Temer, Miro Teixeira, Octávio Elísio, Rose de Freitas, Vicente Bogo, Vilson Souza, Ziza Valadares, Aloysio Chaves, Antoniocarlos Mendes Thame, Arnaldo Prieto, Carlos Chiarelli, Christóvam Chiaradia, Eraldo Tinoco, Francisco Dornelles, Inocêncio Oliveira, José Jorge, José Lins, Luís Eduardo, Marcondes Gadelha, Oscar Corrêa, Sandra Cavalcanti, Anibal Barcellos, Enoc Vieira, Furtado Leite, Jofran Frejat, José Lourenço, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Gerson Peres, Jarbas Passarinho, Adylson Motta, Victor Faccioni, José Maurício, Lysâneas Maciel, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Sólon Borges dos Reis, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Adolfo Oliveira, Sotero Cunha, Aldo Arantes, Roberto Freire, Beth Azize e Antonio Farias. **NÃO** os Senhores Constituintes: Francisco Benjamin e Osvaldo Coelho.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 86 Cons-



tituintes; votaram NÃO 2 Constituintes. Total: 88 votos. O Destaque foi **aprovado**. Em consequência está prejudicado o Destaque nº 346, do Constituinte Mário Maia.

**Destaque nº 004784-87 – Emenda nº ES-33097-7, "que acrescenta parágrafo único ao artigo 263, do Substitutivo nº 1 (art. 228, do Substitutivo nº 2)". (456ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Passamos, agora, ao Destaque nº 4784, do Constituinte Egídio Ferreira Lima, sobre a Emenda nº 33097.

Os Constituintes que estiverem de acordo permaneçam sentados. **(Pausa)**

Aprovado o pedido de preferência.

Dou a palavra ao Constituinte Egídio Ferreira Lima, para encaminhar favoravelmente a sua emenda.

**O SR. CONSTITUINTE EGÍDIO FERREIRA LIMA:** – Sr. Presidente, Srs. Membros da Comissão de Sistematização:

O art. 228 do Projeto diz o seguinte:

"Ao sistema único de saúde compete, além de outras atribuições que a lei estabelecer..."

E na alínea **d** diz:

"Incrementar o desenvolvimento científico e tecnológico."

Ora, o desenvolvimento científico e tecnológico, em qualquer área do conhecimento é fundamental no tempo de hoje e é de uma delicadeza e de uma importância muito grande na área específica da saúde.

Por isso na emenda acrescento um parágrafo ao artigo 228, que diz:

"Parágrafo único. Os recursos destinados ao desenvolvimento científico e tecnológico terão administração unificada."

E por que isso? Para que todo o sistema de recursos tenha uma única coordenação e uma única administração, sem que isso signifique a centralização da pesquisa do desenvolvimento científico. Esta é uma recomendação de técnicos da UnB e do CNPq.

Espero que a Comissão aprove a emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Não havendo oradores inscritos para encaminhar contrariamente à emenda, concedo a palavra ao nobre Relator, Senador José Fogaça, que falará pela Relatoria.

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – Sr. Presidente, Srs. Membros da Comissão de Sistematização, nobre Constituinte Egídio Ferreira Lima, estamos aqui tratando de matéria da área de saúde especificamente. A emenda de S. Ex.<sup>a</sup> tem tal abrangência, tal riqueza, que entende o Relator que bem caberia no Capítulo relativo à Ciência e Tecnologia.

Daí por que apelo a S. Ex.<sup>a</sup> consinta em deslocar essa emenda para o Capítulo de Ciência e Tecnologia, por uma questão de técnica constitucional.

**O SR. CONSTITUINTE EGÍDIO FERREIRA LIMA:** – Aceito a sugestão, só que a Comissão é uma Comissão de Sistematização e o Relator pode fazer a votação e deslocar a emenda.

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – Ocorre que este tem sido o procedimento em relação a outras emendas.

**O SR. CONSTITUINTE EGÍDIO FERREIRA LIMA:** – É perfeitamente normal, é de mera sistematização. Aprova-se a emenda e se a desloca.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Vou resolver a questão.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Sr. Presidente, pela ordem.

#### (Assentimento da Presidência)

Eu pediria, inclusive, a atenção do Relator e do eminente Constituinte Egídio Ferreira Lima, porque, sendo um parágrafo ao art. 228, S. Ex.<sup>a</sup> talvez queira referir-se à letra **d**, que diz:

"incrementar o desenvolvimento científico e tecnológico".

Neste caso, não é unificar todos os recursos destinados à tecnologia, mas apenas dentro do sistema de saúde. Este é um ponto importante.

**O SR. CONSTITUINTE EGÍDIO FERREIRA LIMA:** – Exato, só o sistema de saúde.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – A alternativa que a Mesa tem é a seguinte: ou procede-se à votação, caso a interpretação é óbvia, refere-se ao sistema de saúde,...

**O SR. CONSTITUINTE EGÍDIO FERREIRA LIMA:** – Refere-se especificamente ao sistema de saúde...

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Ou, então, ser deslocado e não votado.

Como o nobre Constituinte Egídio Ferreira Lima disse que é específico, vamos realizar a votação, depois de ouvir o Relator.

**O SR. CONSTITUINTE VIRGÍDASIO DE SENNA:** – Sr. Presidente, não há pesquisa específica para determinado setor do conhecimento humano com exclusividade.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Perdão, estamos discutindo o item saúde, e a letra **d** do item saúde, da questão da saúde, diz respeito a "incrementar o desenvolvimento científico e tecnológico", aditado desta emenda. Será aditado e é específico.

Sr. Relator tem a palavra.

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – Sr. Presidente, agora, com as informações que recebeu, a Relatoria tem melhores condições para dar o seu parecer. Realmente, na área de saúde temos o Instituto Adolfo Lutz, temos a Fundação Oswaldo Cruz, que são institutos que atuam especificamente na pesquisa, em relação à saúde.

O Ministério da Ciência e Tecnologia, de sua parte, sustenta outras instituições que tem também o objetivo de pesquisa na área de ciência e tecnologia. Daí por que a dúvida de que ficou tomada a Relatoria.

Tendo agora entendido que é objetivo do Constituinte Egídio Ferreira Lima apor a sua emenda especificamente na área de saúde, a Relatoria não tem nenhuma dúvida em dar o parecer favorável à emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Srs. Constituintes, estamos colocando em votação, de acordo com o pedido, na área de saúde, a emenda aditiva do Constituinte Egídio Ferreira Lima, com o parecer favorável do Relator.

Vamos colocá-la em votação.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Carlos Mosconi, Celso Dourado, Cid Carvalho, Egídio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, João Calmon, João Hermann Neto, José Fogaça, José Ignácio Ferreira, José Paulo Bisol, José Serra, José Ulisses de Oliveira, Mário Lima, Nel-

son Carneiro, Nelson Jobim, Nelton Friedrich, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Renato Vianna, Rodrigues Palma, Sigmaringa Seixas, Aécio Neves, Antonio Mariz, Chagas Rodrigues, Délio Braz, Euclides Scalco, Jorge Hage, José Tavares, Michel Temer, Miro Teixeira, Octávio Elísio, Roberto Brant, Rose de Freitas, Uldurico Pinto, Vilson Souza, Ziza Valadares, Afonso Arinos, Alcení Guerra, Aloysio Chaves, Antonio Carlos Mendes Thame, Arnaldo Prieto Carlos Chiarelli, Christóvam Chiaradia, Eraldo Tinoco, Francisco Benjamim, Francisco Dornelles, Gilson Machado, Inocêncio Oliveira, José Jorge, José Lins, José Santana de Vasconcellos, Luis Eduardo, Marcondes Gadelha, Mário Assad, Oscar Corrêa, Annibal Barcellos, Enoc Vieira, Jofran Frejat, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Gerson Peres, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia, Virgílio Távora, Bocayuva Cunha, José Maurício, Lysâneas Maciel, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Adolfo Oliveira, Sotero Cunha, Aldo Arantes, Roberto Freire, Beth Azize e Antonio Farias. Votaram **NÃO** os Senhores Constituintes Virgildásio de Senna e Sandra Cavalcanti.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram **SIM** 86 Constituintes; votaram **NÃO** 2 Constituintes. Total: 88 votos. O Destaque foi **aprovado**.

**O CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra, para uma questão de ordem.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Está em minhas mãos, agora, Sr. Presidente, a planilha de preferência de Liderança.

Aqui, na planilha, Sr. Presidente: o Destaque nº 6830 ao art. 230; Destaque nº 1878, que é substitutivo ao 230, que é geral. Em seguida, Sr. Presidente, vem o Destaque nº 6830, que é modificativo, o Destaque ao 230, **caput**. Em seguida, vêm os destaques que são de emendas substitutivas.

Parece-me que essa classificação da planilha está equivocada, porque, primeiro, vota-se o destaque substitutivo global, ao 230, em seguida aos destaques substitutivos, e depois é que vêm os destaques modificativos.

Aqui, Sr. Presidente, na planilha, o destaque modificativo ao **caput** 230 está antes dos Destaques Substitutivos nºs 4570, 730, 2299 etc., e aí há um problema, a numeração vem antes.

**O SR. Presidente (Fernando Henrique Cardoso):** – O problema é outro, nobre Constituinte. O Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva veio aqui e modificou o seu destaque, que deixou de ser substitutivo.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Não me estou referindo ao destaque do nobre Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva, estou me referindo aos demais destaques, a partir do de nº 6830: José Serra, Francisco Rossi e Floriceno Paixão. O destaque do Constituinte José Serra, de nº 6830, está antes do destaque substitutivo, o que não pode, é modificativo, vir depois.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Já está modificado. Ele também modificou. Vamos esperar. Quando ocorrer o caso, V. Ex.<sup>a</sup> levantará a questão. É melhor, porque para resolver de plano é difícil. Se V. Ex.<sup>a</sup> pudesse vir à Mesa para receber as explicações, porque há muitos destaques e a ordenação será explicada a V. Ex.<sup>a</sup> com todos os detalhes.

**Destaque nº 000337-87 – Emenda nº ES 34070-1, do Sr. Eduardo Jorge, "que acrescenta artigo do Título IX, Capítulo II, Seção I, do Substitutivo nº 1 (Título VIII, Capítulo II, Seção I, do Substitutivo 2)". (457ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Vamos passar, agora, à votação do pedido de preferência de nº 337, de autoria do Constituinte Eduardo Jorge, sobre a Emenda nº 3470.

Os Srs. Constituintes que estão de acordo permaneçam sentados. **(Pausa)**

Aprovado o pedido de preferência.

Dou a palavra ao Constituinte Eduardo Jorge, para encaminhar o seu destaque.

**O SR. CONSTITUINTE EDUARDO JORGE:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, demais presentes:

Poucos minutos atrás, na votação de uma emenda em relação à questão da saúde ocupacional e acidente do trabalho, houve uma grande polêmica e uma grande discussão que dividiram o plenário. No entanto, uma questão estava unificada em todos aqueles que votaram em uma ou outra posição. É que no Brasil existe a necessidade de uma legislação mais rigorosa e precisa que cuide das questões dos acidentes e das doenças profissionais, tanto na questão da prevenção e da promoção quanto na questão da reabilitação e da recuperação. Essa preocupação unificava tanto o lado que defendia a emenda do Constituinte Bocayuva Cunha quanto aqueles que encaminharam contra.

Neste sentido, Sr. Presidente, estou apresentando um destaque, que é a Emenda nº 34070, no livro verde, que pretende recuperar uma série de orientações em relação à saúde do trabalhador, que são princípios importantes para serem aplicados no Brasil, se quer reverter o quadro dramático que, no ano passado, na estatística oficial do Ministério do Trabalho, órgão responsável por este serviço no Brasil, apontava 1 milhão e 150 mil acidentes; 30 mil inválidos e 5 mil mortes. Vejam bem, todo esse universo é com trabalhadores registrados: não estão aí trabalhadores rurais, não estão aí trabalhadores autônomos, não estão aí trabalhadores que vivem de biscate, por conta própria. Na verdade, esse universo é mais dramático até do que o quadro que nos dá o Ministério do Trabalho.

Neste sentido, Sr. Presidente, estou recuperando o que foi aprovado na Comissão de Ordem Social, praticamente por unanimidade, que dá alguns princípios de como deve ser a atuação da saúde do trabalhador no Brasil. Um dos princípios diz que o trabalhador tem direito a toda informação em relação às questões de higiene no ambiente de trabalho, que hoje não lhe está garantido. Muitas vezes o trabalhador quer saber resultados de exame da sua própria pessoa e lhe é negado. O segundo dispositivo prevê a participação das organizações sindicais e dos órgãos dos trabalhadores na gestão e na fiscalização, conjuntamente com o Ministério do Trabalho, das questões de saúde no ambiente do trabalho. E o terceiro princípio da Emenda nº 34070 prevê a possibilidade do ingresso dos representantes dos trabalhadores, dos representantes sindicais, em conjunto com os representantes do Ministério do Trabalho, para fazer essa fiscalização.

Por último, Sr. Presidente e Srs. Constituintes...

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Desculpe-me interrompê-lo, Constituinte Eduardo Jorge. A emenda é para ficar apenas um inciso? V. Ex.<sup>a</sup> está suprimindo?

**O SR. CONSTITUINTE EDUARDO JORGE:** – Não, estou eliminando o inciso IV, porque já foi votado na Ordem Social, e estou mantendo os outros incisos.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Os demais ficam?

**O SR. CONSTITUINTE EDUARDO JORGE:** – Sim.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, para complementar, existe um último princípio, a possibilidade de, comprovado o dolo, comprovado que a empresa não tomou as providências relacionadas com a segurança do trabalho, passa se responsabilizar-se àquele empresário relapso que não cumpriu as orientações do Ministério do Trabalho para prevenir os acidentes e as doenças profissionais. Pode-se dizer que esta é uma questão muito longa. São questões que não deveriam estar na Constituição. Estudando outras Constituições, como a do México, por exemplo que, em seu art. 123 e nos incisos XIV e XV, trata de assuntos semelhantes o fazem de forma completa, por quase meia página.

Então, esse argumento – que certamente vai existir – de que isso é muito extenso, que essas normas referentes a princípios não ficam bem no texto constitucional, não batem com a necessidade de uma intervenção rigorosa e precisa na questão da saúde no ambiente de trabalho, e não batem, inclusive, com a preocupação já acolhida em vários outros países que trataram este assunto de forma extensa e detalhada.

Sr. Presidente, para concluir, solicito seja anexado à minha defesa, um documento assinado por todas as centrais sindicais, por várias Confederações, pela Federação Nacional dos Jornalistas, pela CONTAG e por dezenas e dezenas de sindicatos de todo o Brasil, em defesa de que essa posição, de que essas normas que foram aprovadas na Comissão da Ordem Social sejam resgatadas e incorporadas ao texto constitucional. (Palmas)

#### Documento a que se refere o orador:

#### SAÚDE DOS TRABALHADORES

Senhores Constituintes:

Considerando que a Segurança dos trabalhadores dependem de condições de vida, e, mais especificamente, das condições dos ambientes em que o trabalho é desenvolvido;

Considerando as várias experiências de participação dos trabalhadores e de programas de saúde do trabalhador em Secretarias Municipais e Estaduais de Saúde com integração dos órgãos de fiscalização, que tornaram a ação de controle e atenção à saúde dos trabalhadores mais eficaz;

Considerando a experiência internacional de integrar as ações de prevenção e de cura através de um sistema que integrou as ações necessárias e unificou a política de proteção e defesa da saúde;

Considerando que uma Política de Segurança e Saúde dos Trabalhadores deve garantir, além das ações de fiscalização das condições de trabalho, ações de vigilância sanitária, saneamento básico, de atendimento médico-ambulatorial, de benefícios e de reabilitação profissional e que deve ser formada, implementada, controlada, através do Sistema único de Saúde;

Considerando que a implementação da política de prevenção, proteção e recuperação na área de Segurança e Saúde dos Trabalhadores deverá ter como princípio a garantia de direitos essenciais assegurados no texto constitucional:

Vimos à presença de V. Ex.<sup>a</sup> solicitar apoio no sentido de ser assegurado aos trabalhadores, direito à vida e à saúde através da manutenção da Seção I da Saúde, do Capítulo II da Ordem Social, e art. 228 do segundo substitutivo do Relator Bernardo Cabral, que diz textualmente:

Ao Sistema Único de Saúde compete, além de outras atribuições que a lei estabelecer:

**a)** controlar, fiscalizar e participar da produção de medicamentos, imunobiológicos, hemoderivados e outros insurnos;

**b)** executar as ações de vigilância sanitária, epidemiológica, e saúde ocupacional;

**c)** disciplinar a formação e a utilização de recursos humanos e as ações de saneamento básico;

**d)** incrementar o desenvolvimento científico e tecnológico;

**e)** exercer o controle e a fiscalização da produção e qualidade nutricional dos alimentos;

**f)** estabelecer normas para o controle, e fiscalizar a utilização de tóxicos e inebriantes;

**g)** colaborar na proteção do meio ambiente.

E inclusão do seguinte parágrafo à alínea **b**:

"A Saúde Ocupacional, de que trata a alínea **b**, será assegurada aos trabalhadores e seus representantes, mediante os seguintes direitos:

1 – acesso às informações sobre os riscos existentes no trabalho e métodos de controlá-los;

2 – participação na gestão dos serviços internos e externos aos locais de trabalho, incluindo os órgãos da Previdência, Saúde e Trabalho, relacionados à segurança e medicina do trabalho;

3 – acompanhamento da fiscalização das condições de trabalho;

4 – medidas que visem a eliminação de riscos de acidentes e doenças do trabalho, sendo garantido ao trabalhador o direito a recusa ao trabalho que apresentar risco não controlado, caracterizado pelo órgão fiscalizador."

Brasília-DF., 22 de outubro de 1987. – CUT – Central Única dos Trabalhadores – CGT – Central Geral dos Trabalhadores – CNTT – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Terrestres – DIAP – Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar – CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – FNJ – Federação Nacional dos Jornalistas – FENASP – Federação Nacional das Associações de Servidores da Previdência Social – CNTEEC – Confederação Nacional dos Trabalhadores Estaduais de Educação e Cultura – FITEE – Federação Interestadual dos Trabalhadores em Estudo de Ensino – DIESAT Nacional – Departamento Interestadual de Estudos e Pesquisas de Saúde e Ambiente de Trabalho – Federação Nacional dos Médicos – Conselho Federal de Medicina – CONESP – Coordenação Nacional das Ent. e Pré-Sindicato de Enfermagem – CUT – DF – CGT – DF – DIESAT – DF – Sindicato dos Assistentes Sociais do DF – Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos de Saúde do DF – Sindicato dos Enfermeiros do DF – Sindicato dos Farmacêuticos do DF – Sindicato dos Médicos do DF – Sindicato dos Nutricionistas do DF – Sindicato dos Odontólogos do DF – Sindicato dos Psicólogos do DF – Sindicato dos Telefônicos do DF (Sintel) – Sindicato dos Empregados em Empresas de Processamento de Dados do DF – Sindicato dos Comerciantes do DF – Sindicato dos Bancários do DF – Sindicato dos Trabalhadores em Asseio e Conservação do DF – Sindicato dos Engenheiros do DF – Senalba – DF – Associação Profissionais dos Terapeutas e Fisioterapeutas do DF – Sindicato dos Bancários do RJ – Sindicato dos Empregados em Empresas de Processamentos de Dados do RJ – Sindicato dos Radialistas do RJ – Sindicato dos Vidreiros do RJ – Sindicato dos Engenheiros do RJ – Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda do RJ – Sindicato dos Metroviários do RJ – Sindicato dos Metalúrgicos de Ipatinga de MG – Sindicato dos Operários Portuários de Santos, SP – Sindicato dos Motoristas em Guindaste de Santos, SP – Sindicato dos Empregados da Administração Portuária de Santos, SP – Sindicato dos Metalúrgicos de Santos, SP – Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas de Santo André, SP – Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco, SP – Sindicato dos Bancários de SP – Sindicato dos Bancários de Campinas,

SP – Sindicato dos Metroviários de SP – Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Química e Farmacêutica do Estado de SP – Sindicato dos Empregados em Hotéis e Similares de Brasília – Sindicato dos Metalúrgicos do DF – Sindicato dos Trabalhadores na Construção Civil do DF – Sindicato dos Oficiais Barbeiros e Cabeleiros do DF – Sindicato dos Vendedores Viajantes do DF – Sindágua – DF – Associação Profissional dos Vendedores Ambulantes do DF – Associação Profissional dos Cabineiros de Elevadores do DF – Federação dos Trabalhadores no Comércio do DF – Federação dos Servidores Públicos de Brasília – DIEESE-DF – Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos – Sindicato dos Portuários – Sindicato dos Petroquímicos de Duque de Caxias – Sindicato Nacional dos Trabalhadores em Atividade Sub-Aquáticos e Fins – ABEN – Associação Brasileira de Enfermagem – Sindicato dos Jornalistas do DF.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Para encaminhar contra, tem a palavra o Constituinte Marcondes Gadelha.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Sr. Presidente, pela ordem.

Vale a emenda toda?

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Vou esclarecer. A emenda proposta pelo Constituinte Eduardo Jorge exclui o inciso IV.

**O SR. CONSTITUINTE MARCONDES GADELHA:** – Sr. Presidente, na verdade, não venho pedir a rejeição da emenda do Constituinte Eduardo Jorge. Venho pedir tão-somente que a considere prejudicada, porque esta matéria já foi aprovada no art. 228, que diz:

"Ao sistema único de saúde compete:

c) executar ações de vigilância sanitária e epidemiológica e saúde ocupacionais;"

Deste modo, o que pretende o Constituinte Eduardo Jorge já está alcançado no texto que aprovamos hoje pela manhã. Agora S. Ex.<sup>a</sup> propõe uma longa regulamentação do que seja saúde ocupacional.

Ora, Sr. Presidente, aprovada a epígrafe saúde ocupacional, não compete a esta Casa, a esta Constituição estabelecer um verdadeiro código, um verdadeiro tratado sobre o que seja saúde ocupacional, alongar desmesuradamente esta matéria e acrescer o texto, que já contém mais de 2.500 dispositivos de uma matéria superabundante, que eu diria desnecessária, e que pode, perfeitamente, ser depois tratada pela legislação ordinária, complementar, com ampla participação dos trabalhadores, do Congresso Nacional, do neossistema unificado de saúde do Ministério do Trabalho, enfim, de todas as partes envolvidas, quando chegaremos a uma definição até muito mais ampla e até muito mais detalhista do que essa que propõe o Constituinte Eduardo Jorge, inserir já no texto da Constituição.

Além disso, Sr. Presidente, o texto contém um parágrafo único, que suponho o Constituinte pretende manter, que diz:

"As pessoas que têm o poder de decisão sobre o processo produtivo serão responsabilizadas civil criminalmente, pelos acidentes e doenças relacionadas às condições de trabalho."

Ora, Sr. Presidente, o Constituinte responsabiliza diretamente as pessoas que têm poder de decisão sobre a organização do processo produtivo. Essa organização Sr. Presidente, é uma categoria extremamente ampla, extremamente abrangente, pois vai desde aqueles que cuidam do departamento de pessoal de uma empresa até aqueles que cuidam da parte de **engineering**, até aqueles que cuidam da parte de manutenção, até o diretor da empresa.

Sr. Presidente, quando cuidamos de uma empresa ampla, grande, como, por exemplo, a Vale do Rio Doce ou a Petrobrás, não vamos saber a quem responsabilizar, quais são as pessoas responsáveis pela organização do processo produtivo numa empresa tão grande quanto uma estatal, ou uma empresa multinacional, ou mesmo uma empresa nacional de grande porte, uma vez que são inúmeras e diversificadas pessoas cuidando das mais variadas e variegadas funções.

Desta maneira, Sr. Presidente, peço que considere esta matéria prejudicada e venhamos a remetê-la ao Congresso ordinário, para a devida regulamentação, com o nosso aplauso ao Constituinte Eduardo Jorge pelo espírito da sua proposta, que é o de colocar sob o sistema unificado de saúde a saúde ocupacional, mas que já foi atendido por esta Casa. **(Muito bem!)**

**O SR. CONSTITUINTE PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO:** – Sr. Presidente, peço a palavra para contraditar.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Com a palavra o Constituinte Plínio Arruda Sampaio, para contraditar.

**O SR. CONSTITUINTE PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO:** – Sr. Presidente, o Constituinte Marcondes Gadelha fez uma intervenção complexa, que contém uma questão de ordem, uma contradição normal e um elogio. Reporto-me apenas à questão de ordem: não há nenhuma incompatibilidade. A emenda que é prejudicada é aquela que ou repete o texto aprovado ou contraria o texto aprovado. No caso, há uma adição, pois ela soma, ela detalha, ela pormenoriza, é um pormenor do texto aprovado.

De modo que, do ponto de vista distrital, não há razão.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – V. Ex.<sup>a</sup> pode poupar-se de argumentar, porque estamos em processo de votação e vou dar a palavra ao Relator, para que S. Ex.<sup>a</sup> opine sobre a procedência ou não da sugestão do Constituinte Eduardo Jorge.

Concedo a palavra ao nobre Relator Almir Gabriel.

**O SR. RELATOR (Almir Gabriel):** – Sr. Presidente, prezados Constituintes, faço questão de prestar um depoimento a todo o Plenário desta Comissão sobre o trabalho desenvolvido pelo Constituinte Eduardo Jorge na Comissão da Ordem Social, pela ponderação, pela sabedoria, pela conduta extraordinária e pela contribuição dada ao texto, como um todo, do relatório da Ordem Social.

Não tenho nenhuma dúvida de que essa contribuição permitiu fazer com que o nosso relatório, o relatório da Comissão da Ordem Social, pudesse ganhar coerência, pudesse ganhar consistência, pudesse responder, antes de mais nada, a todo desejo, aspiração e necessidade da população brasileira.

No que respeita, no entanto, à sua propositura neste momento, ela entra em detalhamentos que são superiores a princípios bem mais gerais do que o da saúde do trabalhador. As questões da vigilância epidemiológica, as questões da vigilância sanitária, as questões mesmas do Sistema Único de Saúde, estão organizadas segundo um detalhamento de princípios programáticos, o bem menor do que aquilo que está proposto. A inspiração do Constituinte Eduardo Jorge, realmente, caminha um pouco no sentido do regulamento, e um pouco menos do sentido da Constituição.

De maneira que, lamentando profundamente, encaminho contra a propositura do nobre Constituinte Eduardo Jorge, reconhecendo, no entanto, o valor e o teor da sua emenda, mas encaminho contra e a favor da manutenção do texto Bernardo Cabral.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Com parecer contrário do Relator, passamos à votação.

**(Procede-se à votação)**

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Cristina Tavares, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, João Herrmann Neto, Mário Lima, Nelton Friedrich, Paulo Ramos, Sigmaringa Seixas, Aécio Neves, Antonio Mariz, Jorge Hage, Nelson Wedekin, Vicente Bogo, Bocayuva Cunha, José Maurício, Lysâneas Maciel, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Sotero Cunha, Aldo Arantes, Roberto Freire e Beth Azize. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Almir Gabriel, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Celso Dourado, Cid Carvalho, Egídio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Lyra, José Fogaça, José Freire, José Ignácio Ferreira, José Serra, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Pimenta da Veiga, Renato Vianna, Rodrigues Palma, Theodoro Mendes, Chagas Rodrigues, Délio Braz, João Agripiso, José Tavares, Manuel Viana, Marcos Lima, Miro Teixeira, Octávio Elísio, Roberto Brant, Rose de Freitas, Ziza Valadares, Afonso Arinos, Aloysio Chaves, Arnaldo Prieto, Carlos Chiarelli, Eraldo Tinoco, Francisco Benjamim, Francisco Dornelles, Gilson Machado, Inocêncio Oliveira, José Jorge, José Lins, José Santana de Vasconcellos, Luís Eduardo, Marcondes Gadelha, Mário Assad, Oscar Corrêa, Paulo Pimentel, Sandra Cavalcanti, Annibal Barcellos, Enoc Vieira, Furtado Leite, Jofran Frejat, Jonas Pinheiro, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Gerson Peres, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia, Adylson Motta, Francisco Rossi, Gastone Righi, Sólton Borges dos Reis, Adolfo Oliveira e Antonio Farias.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 24 Constituintes; votaram NÃO 64 Constituintes. Total: 88 votos. O destaque foi **rejeitado**

**O SR. CONSTITUINTE DEL BOSCO AMARAL: – Sr.**

Presidente, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Tem a palavra V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. CONSTITUINTE DEL BOSCO AMARAL: –**

Peço um esclarecimento da seguinte natureza: sou autor de um destaque, de uma emenda popular que fala a respeito da aposentadoria da mulher aos 25 anos. Não é o art. 228, e sim o 230. Gostaria de um esclarecimento, para que V. Ex.<sup>a</sup> poupasse este Constituinte de algum vexame futuro.

Os Constituintes Luiz Inácio Lula da Silva e Beth Azize têm proposituras inclusive mais ampliadas. A do Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva fala a respeito dos homens e das mulheres.

Para minha surpresa – e não tomo o fato como desconsideração –, as Lideranças entenderam que não deveriam prestigiar as assinaturas populares, e nos entendimentos de Liderança não colocaram a minha emenda.

Isso eu já esperava, não que colocassem a minha, mas a emenda que defendo para o povo nesta Casa. Isso já era um jogo e fica fora de cogitação.

Peço um esclarecimento a V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Presidente, pois, o que vejo de grave, aqui, é a trama da qual V. Ex.<sup>a</sup> não foi avisado, porque existe uma emenda modificativa, do nobre Constituinte José Serra, que joga a aposentadoria para a legislação ordinária e ela nunca poderia vir antes de uma substitutiva integral.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Não virá. Já está resolvido isso.

**O SR. CONSTITUINTE DEL BOSCO AMARAL: – Está**

aqui pela ordem e não virá?

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Não, não virá.

**O SR. CONSTITUINTE DEL BOSCO AMARAL: –** Era só isto que queria.

Sei que estou fora, eu não, mas 33 mil signatários não terão o prazer de ver uma emenda. Isso se deve, logicamente, à Liderança, fundamentalmente do meu partido, um partido que deixa de ser democrático e só é brasileiro.

Não tem importância, se for aprovada a emenda de Luiz Inácio Lula da Silva, Beth Azize, sentir-me-ei gratificado.

Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup> a atenção em relação a este humilde Constituinte, que, ao menos neste período, está de segunda classe, mas no Plenário será também, como V. Ex.<sup>a</sup>, e possivelmente os poderosos Líderes do meu partido, também de primeira classe.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Faço votos que assim seja, Sr. Constituinte.

**O SR. CONSTITUINTE DEL BOSCO AMARAL: – Não**

que V. Ex.<sup>as</sup> mereçam tanto, eu é que não mereço, talvez.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Engana-se V. Ex.<sup>a</sup>.

**Destaque nº 005871-87 – Emenda nº ES-31056-9, do Sr. Augusto Carvalho, co-autor Arnaldo Faria de Sá, "que acrescenta inciso III, do artigo 264 do Substitutivo 1 (art. 229. Título VIII, capítulo II, seção II, do Substitutivo 2)". (458ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Passamos, agora, ao Destaque nº 5871, do Constituinte Augusto Carvalho, que recai sobre a Emenda nº 31059.

Os Srs. Constituintes que estiverem de acordo com a preferência permaneçam sentados. **(Pausa)**

Aprovada.

Tendo sido aprovada a preferência do Constituinte Augusto Carvalho, e havendo uma indicação para que o Constituinte Roberto Freire defenda a emenda de S. Ex.<sup>a</sup>, concedo-lhe a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE: – Sr.**

Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, estamos aqui defendendo a emenda do nosso Companheiro Augusto Carvalho, que trata do direito à pensão, independentemente de ser o marido ou companheiro ou a esposa ou companheira.

Seria muito simples argumentar que é um direito que deveria estar inscrito no Substitutivo.

No momento em que se está buscando a igualdade, em que se luta pela igualdade, particularmente pela libertação da mulher, esse preceito de que tanto o homem como a mulher nos casos de pensão devem usufruir dos benefícios, seria ponto pacífico. Entretanto, não consta do Substitutivo. Nossa proposta é que esse dispositivo seja inserido no projeto da Comissão de Sistematização.

Saliento que, em termos de redação, há uma emenda que trata dessa mesma questão e que me parece haver uma redação bem mais apropriada, a do Constituinte Arnaldo Farias de Sá, quando acrescenta ao artigo que trata do problema das pensões, o seguinte dispositivo: "O direito à pensão será comum a ambos os sexos".

A proposta do Constituinte Augusto Carvalho diz apenas que se acrescente ao artigo que trata das pensões, o direito de o marido ou companheiro usufruir dos benefícios previdenciários decorrentes da contribuição da esposa ou companheira.

Tenho a impressão de que a emenda do Constituinte Arnaldo Faria de Sá tem melhor redação e remeteria à Relatoria, para que, em termos redacionais, aprovasse a que melhor lhe conviesse, cabendo ao Plenário desta comissão aprovar o princípio de que, independente, ho-

mem ou mulher, ambos têm o direito a usufruir os benefícios oriundos das pensões.

**O SR. CONSTITUINTE ARNALDO FARIA DE SÁ:** – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Tem a palavra o Constituinte Arnaldo Faria de Sá.

**O SR. CONSTITUINTE ARNALDO FARIA DE SÁ:** – Cumprimento o Constituinte Roberto Freire, que acoplou ao texto da nossa emenda, sobre pensão para ambos os sexos, a preferência do Constituinte Augusto Carvalho. Desta forma, certamente, encontraremos um consenso que poderá ter a aprovação da Relatoria e, certamente, contempla também o homem que, quando tem a sua esposa falecida, que era contribuinte, poderá ter a complementação dos seus vencimentos através da pensão para ambos os sexos.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Concedo a palavra ao Relator José Fogaça.

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – Sr. Presidente, Srs. Membros da Comissão de Sistematização, Sr. Constituinte Roberto Freire, é entendimento da Relatoria que as duas emendas concorrem para o mesmo objetivo, aliás, sadio e de notável contribuição para o texto dessa Constituição.

Entende a Relatoria, no entanto, e aí creio que houve apenas um pequeno equívoco do Constituinte Roberto Freire, que o melhor texto, o mais abrangente é aquele que dá ao companheiro ou marido o direito de usufruir de todo o universo de benefícios previdenciários, não só a pensão, decorrente da contribuição da esposa ou companheira.

Com isso, tanto a emenda do Constituinte Arnaldo Faria de Sá quanto a do ilustre Constituinte Augusto Carvalho ficam atendidas, eliminando-se a palavra "reconhecimento", já que a questão de reconhecimento é um dado sociológico e não constitucional.

Esta é a proposta da Relatoria. Um parecer no mérito e na forma, a partir daí é favorável.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ SERRA:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Pois não, nobre Constituinte.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ SERRA:** – Sr. Presidente, queria que V. Ex.<sup>a</sup> autorizasse o Relator a me prestar um esclarecimento. O texto diz:

"Reconhecimento do direito de o marido ou companheiro usufruir dos benefícios previdenciários decorrentes da contribuição da esposa ou companheira."

Significa que com uma única contribuição os dois têm o mesmo direito. Pelo menos o texto dá a entender isto. Parece que cada um tem uma contribuição a dar. Se os dois têm direito ao benefício, é porque, um só pagando, automaticamente os dois estão recebendo o mesmo benefício.

Gostaria que a Relatoria informasse, porque este caso é uma exceção à regra. Os dois podem contribuir, mas se um só contribui para que os dois gozem de todos os benefícios, aposentadoria, etc. É apenas um esclarecimento que gostaria de receber do Relator.

O texto dá a entender isto.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Posso esclarecer, muito rapidamente. Hoje, quando o marido ou companheira paga, a esposa ou companheira recebe. O que queremos é quando pague a esposa ou companheira o marido ou companheiro também receba.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – É justíssimo.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Claro.

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – O sistema previdenciário hoje, reconhece à esposa a condição de dependente e lhe dá os benefícios decorrentes da contribuição do marido. A Relatoria gostaria de esclarecer ao Constituinte José Lins, se S. Ex.<sup>a</sup> tiver interesse no mesmo que o entendimento é que, se hoje, a esposa ou companheira recebe todos os benefícios previdenciais decorrentes da contribuição do marido, esta situação passa a ser também a situação do marido ou companheiro, quando o contribuinte é a esposa. No entanto, apenas na condição de marido ou esposa, ou seja, na condição de dependente daquele que contribui, não há igualdade; há uma situação diversa, porém, é claro, sabe V. Ex.<sup>a</sup> que uma coisa é o contribuinte e outra o beneficiário da contribuição.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Não me esclareceu V. Ex.<sup>a</sup> se o companheiro entra na condição de dependente, o que é normal, ou se os dois têm os mesmos benefícios, conforme diz o texto. A meu ver, pelo texto, haveria aposentadoria dos dois com uma só contribuição.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ SERRA:** – Pela ordem, Sr. Presidente?

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Quero pedir a atenção dos Srs. Constituintes para o fato de que não há o diálogo entre o Relator e os Constituintes.

Se o Relator prestou o esclarecimento, está esclarecido.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Constituinte José Serra.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ SERRA:** – Sr. Presidente, quero perguntar se a Emenda do Constituinte Arnaldo Faria de Sá, de nº 28138-1, que acrescenta ao art. 265 do S-1, está em votação agora, porque, se estiver, peço para encaminhar contra.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Não. Estamos votando a Emenda Augusto Carvalho com a redação, aceita pela relatoria, do Constituinte Arnaldo Faria de Sá. Votaremos ainda, esta outra emenda.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ SERRA:** – Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – A Relatoria vai aceitar uma redação... Se bem entendi, é isto.

Sr. Relator assim entende?

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – Não. Estamos votando a Emenda Augusto Carvalho, com a redação dada por S. Ex.<sup>a</sup>, mas com o apoio do Constituinte Arnaldo Faria de Sá, que compartilha politicamente da mesma.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Esclarecido.

Em votação a emenda do Constituinte Augusto Carvalho que também foi apoiada pelo Constituinte Arnaldo Faria de Sá.

Solicito aos Srs. Constituintes que ocupem seus lugares.

Vamos votar, com opinião favorável do Relator, a emenda do Constituinte Augusto Carvalho.

Os Srs. Constituintes que a aprovam queiram manifestar-se pelo SIM, pelo NÃO ou pela abstenção.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Tem a palavra V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr. Presidente, eu estava pressionando o botão, e não podia interromper o processo, mas V. Ex.<sup>a</sup> fez uma proclamação que não me parece correta. Estamos votando uma preferência do Constituinte Augusto Carvalho e Roberto Freire, que optaram pela emenda do Constituinte Arnaldo Faria de Sá, porque esta emenda é a que estamos votando.

Sr. Presidente, por favor, leia o texto que estamos votando.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Lerei, para gáudio de V. Ex.<sup>a</sup>. O texto é o seguinte.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Sr. Presidente, só queria esclarecer o Constituinte Gastone Righi que meu encaminhamento pode ter levado a esse tipo de confusão, porque, no primeiro momento, achava que a Relatoria iria admitir como melhor redação, a emenda do Constituinte Arnaldo Faria de Sá. Mas, em conversação com a Relatoria, ficou evidente que a Emenda do Constituinte Augusto Carvalho era mais ampla, porque tratava dos benefícios dos previdenciários. Por isso, foi votada a emenda do Deputado Augusto Carvalho.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Até porque eu não votei o que V. Ex.<sup>a</sup> anunciou.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Não, perdão.

De acordo com o que anunciei, ia ser votada a emenda do Constituinte Augusto Carvalho, com o apoio do Constituinte Arnaldo Faria de Sá. Até porque não posso votar senão um texto, não posso votar um acordo de redação.

De modo que a votação foi feita e peço ao Sr. Secretário prossiga a chamada.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Almir Gabriel, Artur da Távola., Bernardo Cabral, Carlos Mosconi, Celso Dourado, Cid Carvalho, Cristina Tavares, Egídio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, João Calmon, João Herrmann Neto, José Fogaça, José Serra, Mário Lima, Nelson Carneiro, Nelson Friedrich, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Rodrigues Palma, Severo Gomes, Sigmaringa Seixas, Theodoro Mendes, Aécio Neves, Chagas Rodrigues, Daso Coimbra, Délio Braz, Euclides Scalco, Jorge Hage, José Tavares, Marcos Lima, Miro Teixeira, Octávio Elísio, Roberto Brant, Rose de Freitas, Vicente Bogo, Vilson Souza, Alceni Guerra, Aloysio Chaves, Antoniocarlos Mendes Thame, Arnaldo Prieto, Carlos Chiarelli, Eraldo Tinoco, Francisco Dornelles, Gilson Machado, Inocêncio Oliveira, José Jorge, Luís Eduardo, Mário Assad, Oscar Corrêa, Paulo Pimentel, Sandra Cavalcanti, Annibal Barcellos, Enoc Vieira, Furtado Leite, Jofran Frejat, Jonas Pinheiro, Mozarildo Cavalcanti, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Gerson Peres, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia, Adylson Motta, José Maurício, Lysâneas Maciel, Vivaldo Barbosa, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Adolfo Oliveira, Sotero Cunha, Aldo Arantes, Roberto Freire, Beth Azize, Antonio Farias. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: José Santana de Vasconcellos e Marcondes Gadelha.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 85 Constituintes; votaram NÃO 2 Constituintes. Total: 87 votos. O Destaque foi **aprovado**.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOINO:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Tem a palavra o Constituinte José Genoíno, pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOINO:** – Sr. Presidente, comunico à Assembléia Nacional Constituinte um fato da maior importância, que diz respeito à Assembléia Nacional Constituinte.

Acaba de ser decidido pela Assembléia Legislativa de São Paulo, por 56 votos a 4, portanto, por grande maioria de votos, Moção nº 89/87, de autoria da bancada do Partido dos Trabalhadores, enviada ao Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, propondo a eleição de Presidente e Vice-Presidente da República em 88. Todo o PMDB votou a favor; somente 4 Deputados votaram contra, entre os quais Nabi Abi Chedid e Erasmo Dias. Essa Moção estará sendo entregue, amanhã, à Assembléia Nacional Constituinte.

São Paulo responde às pressões do Palácio do Planalto.

Era isto, Sr. Presidente.

#### (Manifestação das galerias)

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Agradeço a colaboração do Constituinte José Genoíno, mas peço às galerias não se manifestem. Há proibição formal estrita de manifestação, e não quero ver-me constrangido a pedir que se ausentem do recinto.

Foi prejudicada a emenda do Constituinte Arnaldo Faria de Sá. Tendo sido prejudicada pela aprovação da anterior, passamos ao Destaque nº 4570, do Constituinte Francisco Rossi.

**O SR. CONSTITUINTE ARNALDO FARIA DE SÁ:** – Sr. Presidente, aquela emenda anterior não tem nada a ver com esta.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Sendo outra, e se V. Ex.<sup>a</sup> assim considera, vou verificar para ver se é isso que a Mesa vai endossar. **(Pausa)**

**Destaque nº 003691-87: – Emenda nº ES 28138-1, do Sr. Arnaldo Faria de Sá, "que acrescenta § 3º ao art. 265, do Substitutivo 1 (art. 229, VI, do Substitutivo 2)". (459ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Tem razão V. Ex.<sup>a</sup>. Então, pedimos aqui à Casa a preferência para o Destaque nº 3691, do Constituinte Arnaldo Faria de Sá.

Os Srs. Constituintes que estão de acordo permaneçam sentados. **(Pausa)**

Tendo sido concedida a preferência, dou a palavra ao Constituinte Arnaldo Faria de Sá, para defender sua emenda.

**O SR. CONSTITUINTE ARNALDO FARIA DE SÁ:** – Sr. Presidente, Srs. Relatores, Srs. Constituintes, visa esta emenda que o benefício da pensão por morte seja integral. Pois hoje, quando morre um trabalhador, a sua esposa passa a receber um benefício equivalente apenas a 60% do valor do benefício. No entanto, as despesas de aluguel, as despesas da casa continuam sendo as mesmas, e a companheira que já perdeu o seu parceiro ainda vai perder 40% do valor do seu benefício.

É verdade que esse benefício é acrescido de 10% para cada outro dependente, mas, normalmente, tendo apenas a esposa como dependente, e a redução do benefício em 40% acaba sendo uma discriminação contra a mulher.

Portanto, propomos que o valor do benefício da pensão seja integral, o mesmo valor que recebia o seu companheiro, quando no exercício da atividade ou recebendo benefício da Previdência Social. Por isso, solicito aos companheiros o apoio a essa emenda da mais alta justiça, e, certo de que o apoio dos companheiros não faltará, pode-

remos resgatar as dificuldades em que vivem as viúvas do nosso País. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Tem a palavra o Constituinte José Serra, para encaminhar contra.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ SERRA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, é muito importante termos claro o que diz a emenda do combativo Constituinte Arnaldo Faria de Sá. Diz a emenda que o benefício da pensão por morte corresponderá à totalidade dos vencimentos do trabalhador falecido, não dos benefícios de aposentadoria do trabalhador falecido, mas dos vencimentos. Ou seja, se um trabalhador, um assalariado, num determinado momento, morre, a pensão por morte seria equivalente à totalidade do salário que ele estava recebendo.

Isso, do ponto de vista de sistema previdenciário, é algo absolutamente inviável. Inclusive, elimina-se o teto superior, porque, se alguém que ganha 100 salários mínimos morre, os seus vencimentos são 100 salários mínimos. Portanto, a viúva receberia cerca de 100 salários mínimos, que deveria corresponder à totalidade dos vencimentos do trabalhador falecido.

Então, o custo disso, além de ser incalculável, esse procedimento fugiria das regras do sistema previdenciário.

Queria dizer, inclusive, que o Relator Constituinte Bernardo Cabral, preocupado com a situação exatamente da questão das pensões, assegurou que nenhum benefício de prestação continuada terá valor mensal inferior ao salário mínimo. Portanto, não haverá pensões inferiores ao salário mínimo. E se o salário mínimo se recuperar – como é nosso propósito – no futuro, então as pensões, inclusive as mais baixas, terão uma possibilidade importante de recuperação junto com o salário mínimo.

Gostaria de dizer, também, que, dentro do Capítulo da Previdência e da Assistência Social, o aumento de benefícios, de despesas, que corresponde a esse aumento de benefícios, a equiparação do trabalhador rural ao urbano, a questão do benefício de prestação continuada e outros, já implicam num gasto adicional para a Previdência, da ordem de 75 bilhões de cruzados, num total de 300 bilhões em 1987; ou seja, só o que já está aqui implica num aumento de 25% das despesas da Previdência com benefícios.

Se nós, eventualmente, aprovássemos algo conceitualmente equivocado como isso, inclusive, esse aumento seria muitíssimo maior e impossível de ser financiado, porque a Previdência se financia com contribuições sociais pagas por toda a coletividade. Os trabalhadores, os assalariados pagam, do total de recursos da Previdência, cerca de 1/3, e 2/3 é pago pelo empregador, só que não é o empregador que paga, o empregador, põe no preço, que paga é o conjunto da coletividade.

Com isso, inclusive, estaremos na situação de pensões equivalentes à totalidade de vencimentos sem limite superior; algo inclusive regressivo, do ponto de vista da distribuição da renda em nosso País. Sei que essa não foi a intenção do Constituinte Arnaldo Faria de Sá, mas estamos votando uma emenda e temos que analisá-la dentro do significado que ela tem, tal como está no texto.

Esta é a razão pela qual eu encaminharia enfaticamente contra a emenda apresentada.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Pois não, Constituinte.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Na sustentação feita pelo ilustre Constituinte José Serra, S. Ex.<sup>a</sup>.

coloca duas coisas que a Relatoria poderia esclarecer; uma delas é o seu entendimento de que a totalidade de vencimentos estaria significando o todo que alguém ganhou durante sua vida. Isso é uma aberração! E, segundo, cabe à Relatoria qualquer tipo de alteração de texto para adequar, sintática ou lexicamente, a expressão que consta da emenda.

E, finalmente, Sr. Presidente, desejaria alertar a todos que nós, na Comissão, aprovamos emenda idêntica para o servidor público. Em caso de morte a pensão é integral e não essa infâmia que hoje se faz com o trabalhador que, morrendo, a viúva fica apenas com a metade.

**O SR. CONSTITUINTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Com a palavra o nobre Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva, pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA:** – Sr. Presidente, acho que este assunto da aposentadoria, embora tenha muitas emendas, é um assunto muito delicado.

Gostaria de ver a possibilidade da Mesa permitir que, neste assunto, voltássemos a ter dois oradores contra e dois a favor, porque o argumento do Constituinte José Serra é um argumento eminentemente de fiscal do INPS, ou seja, **(Palmas das galerias)** é um argumento que não leva...

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Fazendo soar a campainha) – Peço às galerias e reitero que é proibida a manifestação. Na próxima manifestação suspendo a sessão!

**O SR. CONSTITUINTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA:** – ... é um argumento que não leva em consideração a atual situação dos pensionistas. Acho que seria importante explicar para os Constituintes, porque, possivelmente nem todos têm conhecimento e se houver flexibilidade, obviamente que a Mesa estabeleceu critérios de acordo com as Lideranças, eu gostaria que a Mesa abrisse mais uma inscrição contra e mais uma a favor.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Pois não.

Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva, vamos discutir dentro em breve o **caput** do artigo, que dará ensejo a toda essa argumentação e creio que abrirei, se as Lideranças pedirem, não terei dúvida, uma exceção. Que V. Ex.<sup>a</sup> providencie com as Lideranças.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ SERRA:** – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Com a palavra, pela ordem, o Constituinte José Serra.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ SERRA:** – Fui citado nominalmente. O meu argumento contrário foi qualificado pelo nobre Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva. Eu queria dizer que o meu argumento não é de fiscal. Ao contrário, o meu argumento é de quem está preocupado com a distribuição de renda, porque se essa proposta for aprovada, quem ganha 500 mil cruzados por mês deixará uma pensão de 500 mil cruzados por mês! Esta é a realidade! Então, isso não é argumento fiscal, é argumento de quem está preocupado com a distribuição de renda no País e que lê com atenção e com responsabilidade que a Constituinte deve examinar as emendas propostas.

**O SR. CONSTITUINTE ARNALDO FARIA DE SÁ:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Concedo a palavra ao Constituinte Arnaldo Faria de Sá, pela ordem.



**O SR. CONSTITUINTE ARNALDO FARIA DE SÁ:** – Queria apenas saber do Constituinte José Serra qual é o benefício da Previdência Social de quinhentos mil cruzados? Não existe nenhum! Os benefícios da Previdência Social são de três mil cruzados, são de dois mil e quinhentos cruzados. Acho que o Constituinte José Serra está vivendo em outro planeta!

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Srs. Constituintes, V. Ex.<sup>as</sup> estão entrando no mérito da questão. Se for para entrar no mérito, é preferível que se faça, ordenadamente, com a concessão de mais um orador a favor e outro contra. Não permitirei que se entre no mérito.

Com a palavra o Relator.

**O SR. RELATOR (Almir Gabriel):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Em que pese a extraordinária intenção do nobre Constituinte Arnaldo Faria de Sá de resguardar a totalidade do vencimento, como pensão ou morte, que seria, no meu entender, a melhor colocação se fôssemos considerar apenas a condição da sobrevivência de cada uma das pessoas que ganhassem um, dois ou três salários mínimos, no entanto, o que precisa ser considerado não é apenas a faixa que vai ser atendida com um, dois ou três salários mínimos. O que aqui está estabelecido abrange a totalidade daqueles que serão beneficiados e que incluirá, logicamente, aqueles que recolhem até o limite de dez ou vinte salários mínimos.

O interessante a ser considerado, a par do indivíduo que deixa a pensão, é o conjunto da Previdência Social como um todo.

Aqui, eu quero fazer um apelo a todos os Constituintes que têm uma visão social, àqueles que têm sensibilidade social para um ponto que nos parece importante e que é o fundamental: o que estamos querendo construir, aqui, é a seguridade social, o que estamos querendo construir, aqui, é um sistema capaz de assegurar a extinção daquilo que se chamaria o cidadão de 3ª classe, o cidadão de 2ª classe, aquele que tem a receber as migalhas do Poder Público. Por isso mesmo a seguridade social, para que ela atinja todos aqueles que precisam ser beneficiados por ela, precisa ter condições financeiras, condições econômicas que resguardem a sua segurança, que resguardem as condições para que atenda às necessidades maiores do próprio trabalhador. Neste sentido, se formos estender esse benefício como tantos outros que estão sendo propostos, como tantos outros que estão sendo previstos, na verdade, nós levaremos à implosão, nós levaremos à liquidação da Previdência Social; ao revés de fazermos a base da seguridade social, nós estaremos construindo a falência da seguridade social, a falência da Previdência Social.

Aqui vai aos Companheiros que têm sensibilidade política, sensibilidade social, um apelo no sentido de que reflitam acima das corporações e dos segmentos, mas reflitam, sobretudo, tendo em vista a população geral do Brasil e o objetivo de resguardar a seguridade social, de modo a garantir os benefícios maiores à toda população e, sobretudo, ao trabalhador.

Por isso, encaminhamos contra, com todo o pesar.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Com o parecer contrário do Relator, vamos submeter a proposta a votos.

**O SR. CONSTITUINTE MIRO TEIXEIRA:** – Sr. Presidente, para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Pois não.

**O SR. CONSTITUINTE MIRO TEIXEIRA:** – Sr. Presidente, em conversa com o Constituinte Luiz Inácio Lula

da Silva e também com o autor da emenda, Constituinte Arnaldo Faria de Sá, verificamos que existe uma fórmula capaz de produzir o consenso em torno da emenda, que é de grande interesse da grande massa de trabalhadores brasileiros. A emenda diz:

"O benefício da pensão por morte corresponderá à totalidade dos vencimentos do trabalhador falecido."

Onde se lê vencimentos, leia-se benefícios. Se nós pudéssemos obter do Relator essa emenda, com a concordância...

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Se V. Ex.<sup>a</sup> me permite, eu não tenho a menor condição regimental de fazer isso, quisera eu.

**O SR. CONSTITUINTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA:** – Sr. Presidente, apenas uma ponderação. (Com o assentimento do Presidente). É que ontem, pela manhã, e anteontem, se não me falha a memória, houve duas ou três emendas que tinham problemas de redação, problemas de palavras e foram aceitos pela Relatoria para mudar a palavra.

Obviamente, o Constituinte Arnaldo Faria de Sá, quando fez a emenda e quando estabeleceu o vencimento, sua preocupação era com a grande maioria dos contribuintes que são pessoas que ganham dois, três, quatro, salários mínimos.

A proposta é apenas uma modificação de redação: ao invés de vencimento seria salário de contribuição!

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – V. Ex.<sup>a</sup> me permita, mas se fosse essa emenda... Eu não tenho a emenda em mãos, nem tenho alternativa regimental. Agora, podemos corrigir isto no plenário.

**O SR. CONSTITUINTE ARNALDO FARIA DE SÁ:** – Sr. Presidente, posso fazer uma colocação?

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Pois não.

**O SR. CONSTITUINTE ARNALDO FARIA DE SÁ:** – O texto apresentado é o seguinte:

O benefício da pensão por morte corresponderá à totalidade dos vencimentos do trabalhador falecido.

Sem acrescentar palavra nenhuma, começaria o texto assim: A pensão por morte corresponderá à totalidade do benefício. Trago a palavra "benefício" de lá para cá...

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Mas veja V. Ex.<sup>a</sup> que isso nunca foi feito.

**O SR. CONSTITUINTE ARNALDO FARIA DE SÁ:** – Foi feito sim!

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Não! Estamos em votação, Sr. Constituinte.

Srs. Constituintes, a única forma pela qual, regimentalmente, podemos proceder é antes do início da leitura do texto. O Presidente aceita modificações supressivas e não aditivas.

Em votação.

**(Procede-se à votação)**

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Carlos Mosconi, Cristina Tavares, Haroldo Sabóia, João Herrmann Neto, Mário Lima, Nelson Friedrich, Paulo Ramos, Rodrigues Palma, Sigmaringa Seixas, Theodoro Mendes, Délio Braz, Jorge Hage, Miro Teixeira, Octávio Elísio, Rose de Freitas, Vicente Bogo, Vilson Souza, Antoniocarlos Mendes Thame, Paulo Pimentel, Annibal Barcellos, Enoc Vieira, Furtado Leite, Jofran Frejat, Jonas Pinheiro, José Maurício, Lysâneas Maciel,

Vivaldo Barbosa, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Sotero Cunha, Aldo Arantes, Roberto Freire, Beth Azize. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Almir Gabriel, Antônio Britto, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Celso Dourado, Cid Carvalho, Egidio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Lyra, João Calmon, José Fogaça, José Serra, José Ulisses de Oliveira, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Pimenta da Veiga, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Severo Gomes, Aécio Neves, Antonio Mariz, Chagas Rodrigues, Euclides Scalco, José Tavares, Manuel Viana, Marcos Lima, Alcení Guerra, Aloysio Chaves, Arnaldo Prieto, Carlos Chiarelli, Eraldo Tinoco, Francisco Benjamim, Francisco Dornelles, Gilson Machado, Inocêncio Oliveira, José Jorge, José Lins, Luís Eduardo, Marcondes Gadelha, Oscar Corrêa, Sandra Cavalcanti, Gerson Peres, Jarbas Passarinho, Virgílio Távora, Adylson Motta, Adolfo Oliveira.

**ABSTENÇÕES:** senhores Constituintes Francisco Pinto, Darcy Pozza e José Luiz Maia.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**  
– A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 38 Constituintes; votaram NÃO 47 Constituintes; abstiveram-se de votar 3 Constituintes. Total: 88 votos. O destaque foi **rejeitado**.

**O SR. CONSTITUINTE BOCAYUVA CUNHA:** – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**  
– Concedo a palavra a V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE BOCAYUVA CUNHA:** – Sr. Presidente, o nosso Regimento não permite a apresentação mais de emendas novas. No entanto, a Comissão de Sistematização inovou, em relação ao Substitutivo Bernardo Cabral, em alguns artigos e em alguns parágrafos.

Indago da Mesa, portanto, se não caberia a abertura de prazos para apresentação de emendas nas Disposições Transitórias. Ninguém poderia supor certas inserções que foram feitas no texto e que, agora, necessitariam, eventualmente, de modificações nas Disposições Transitórias.

Então, a questão de ordem é esta: Tendo a Comissão de Sistematização inovado no texto, não caberia prazo para apresentação de emenda no Capítulo das Disposições Transitórias?

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**  
– Pois não, nobre Constituinte.

A questão de V. Ex.<sup>a</sup> merece consideração e vou levá-la à Mesa. Não quero responder de plano, porque não quero cometer uma injustiça, dizendo sim ou não. Vamos refletir. Vou consultar a Mesa e o Presidente efetivo dará a resposta.

**O SR. CONSTITUINTE BOCAYUVA CUNHA:** – Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup>, apenas lembrando que é preciso que esta resposta venha amanhã.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**  
– Pois não, virá a tempo.

**Destaque nº 004570-87 – Emenda nº ES-32847-6, do Sr. Francisco Rossi, "que modifica a redação do art. 265 do Substitutivo nº 1 (art. 230, caput, do Substitutivo nº 2)". (460ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**  
– Vamos passar, agora, à votação do pedido de preferência do Destaque nº 4570, de autoria do Constituinte Francisco Rossi, que recai sobre a Emenda nº 32847.

Em votação.

Os Srs. Constituintes que estiverem de acordo permaneçam sentados. **(Pausa)**

Aprovado.

Informo a V. Ex.<sup>as</sup> que a emenda substitutiva proposta pelo Constituinte Francisco Rossi exclui a expressão "nos termos da lei" e toda a frase que se segue à palavra "calculando-se". Ou seja:

"Calculando-se seu valor sobre a média dos 12 últimos salários dos trabalhadores, corrigidos mês a mês, de acordo com a lei."

Ficaria, então, assim, o **caput** do artigo:

"É assegurada a aposentadoria, garantido o reajustamento para preservação do seu valor real, cujo resultado nunca será inferior ao número de salários mínimos percebidos quando da concessão do benefício."

Tem a palavra o Constituinte Francisco Rossi.

**O SR. CONSTITUINTE FRANCISCO ROSSI:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, entendemos que o problema é muito simples. Queremos garantir o valor real da aposentadoria.

Peço aos Companheiros, aos Colegas da Comissão de Sistematização, que meditem sobre esse problema que vamos colocar aqui. Quem, aqui dentro deste recinto, não tem um parente que, há alguns anos, recebia uma aposentadoria correspondente a determinado número de salários mínimos, e que, com o decorrer do tempo, essa aposentadoria foi-se consumindo, foi sendo corroída, e hoje, decorridos alguns anos, significa um valor correspondente aos salários mínimos muito inferior à época da concessão. Trocando em miúdos, aposentadorias que, há alguns anos, valiam 10 salários mínimos hoje valem 10, 5, 4, e são milhares, talvez milhões de casos.

O que pretendemos aqui é muito simples. Queremos amarrar o valor da aposentadoria ao salário mínimo, e, desta forma, estamos propondo a seguinte emenda:

"É assegurada aposentadoria garantido o reajustamento para preservação do valor real, cujo resultado nunca será inferior ao número de salários mínimos percebidos quando da concessão do benefício."

Não me vou alongar, porque tudo isto é muito fácil de ser entendido, tudo isto é muito fácil de ser compreendido. Nos entendimentos que procurei manter com os colegas, percebi que alguns poucos se preocupam sempre com o caixa da Previdência, dizem eles que isso poderá levar à falência da Previdência Social. Entendo, até, que devamos estar preocupados com o caixa da Previdência, mas pergunto: e o caixa do aposentado, que, a cada ano que passa, vê a sua aposentadoria depauperada, diminuída? E este País – esta é a grande verdade – é um país de aposentados que têm que buscar emprego para uma sobrevivência digna.

Por tudo isto, apelo aos nobres Colegas para que votem com esta emenda, porque ela resgatará um débito muito grande que a sociedade brasileira tem para com os aposentados. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**  
– Tem a palavra o Constituinte José Serra, que vai encaminhar contrariamente à emenda.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ SERRA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, evidentemente, a intenção da emenda do Constituinte Francisco Rossi é muito boa. Sabemos que pessoas se aposentam ganhando determinado benefício que, dali a alguns anos, em termos reais, deteriora-se fortemente.

Assim, a intenção do nobre Constituinte é a de manter o poder aquisitivo do benefício que o aposentado recebe. No entanto, encaminho contra, e o faço por dois motivos: em primeiro lugar, porque voltamos, novamente, à

amarração de coisas ao salário mínimo e a variáveis econômicas do salário mínimo. Este é um argumento, politicamente, muito importante, porque, na medida em que se mexe no salário mínimo e se mexem em várias outras coisas na economia, este passa a ser um fator de bloqueio à melhora do salário mínimo. Foi assim, historicamente, no Brasil. É muito importante ter isto presente. Não podemos amarrar coisas ao salário mínimo. Em 1987, a Previdência está pagando de benefícios de aposentadoria etc. 300 bilhões de cruzados, a grosso modo, uns 7 ou 8 bilhões de dólares.

Se se amarra ao salário mínimo, qualquer 10% que aumente o salário mínimo será o custo para a Previdência de 800 milhões de dólares, algo do gênero. Então, o salário mínimo fica amarrado. Temos que olhar o conjunto das coisas quando fazemos propostas. Uma das coisas mais importantes no Brasil é recuperar o poder aquisitivo do salário mínimo, que é insuficiente para que uma pessoa possa viver, além da condução e do cafezinho, não dá para comer, não dá para a casa, não dá para nada. Pusemos na Constituição que o salário mínimo tem que servir para uma família de 3 ou 4 pessoas se é isto que temos de levar a sério, esse salário mínimo vai ter que ser muito mudado. Se se quadruplicar o salário mínimo, como é que se vai quadruplicar os gastos da Previdência? É impossível.

Então, este é um ponto muito importante para se ter presente. E temos que pensar politicamente.

Outro ponto: o salário mínimo é reajustado, aqui diz muito claramente que está "garantido o reajustamento para preservação do seu valor real, e o valor real nunca poderá ser inferior ao número de salários mínimos percebidos quando da concessão do benefício".

Suponhamos que eu conceda o benefício em abril e o salário mínimo dobre em maio. O que vai acontecer? Quem se aposentou em abril vai ficar com um salário, com uma aposentadoria bem alta, porque se reajustou justamente antes do salário mínimo modificar; se se dobra o salário mínimo no outro mês, alguém que ganhava igual vai ficar com a metade da aposentadoria – e as duas pessoas ganhavam igual até dois meses antes. Por quê? Porque vai-se reajustando o mínimo. Se se fizer 1 mês antes ou 1 mês depois, vai ser uma mudança brutal. Então, como se pode pôr na Constituição um dispositivo dessa precariedade. Se ainda estivéssemos trabalhando com uma lei ordinária, vá lá! Mas na Constituição produzir uma aberração desta, que dois trabalhadores que ganham a mesma coisa, um aposenta um mês antes, outro um mês depois recolher igualzinho, um vai ganhar o dobro, é impossível. Então, isso vai ter que ser corrigido e vai provocar distorções.

Estes são os dois argumentos pelos quais sou contra, embora eu reconheça a intenção e a necessidade de se garantir os rendimentos dos beneficiários da Previdência. Inclusive o Relator botou na proposta: "Garantido reajuste de maneira a preservar o seu valor real".

Agora, vamos ter que fazer isso com lei, com políticas. Não há nada que possa substituir uma política econômico-social correta. Estas, as razões pelas quais encaminho contra, porque é uma política contra o salário mínimo e uma política tecnicamente distorcida, que vai provocar enormes distorções e vai ficar gravada, vai ficar engessada dentro da Constituição.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Tendo em vista a relevância do tema e os insistentes pedidos, vou autorizar que o Constituinte Theodoro Mendes encaminhe a favor e o Constituinte Gastone Righi, contra.

Tem a palavra o Constituinte Theodoro Mendes.

**O SR. CONSTITUINTE THEODORO MENDES:** – Sr. Presidente e Srs. Constituintes, a argumentação do Constituinte José Serra, de que não pode haver vinculação de coisa alguma com o salário mínimo, cai por terra ao cotejarmos o § 2º do mesmo art. 230, do próprio projeto do Relator, que diz:

"Nenhum benefício de prestação continuada terá valor mensal inferior ao salário mínimo."

Assim, o próprio projeto já está a vincular o benefício mínimo correspondente ao salário mínimo.

Em segundo lugar, a emenda do nobre Constituinte Francisco Rossi vem compatibilizar-se com o que já foi aprovado por esta Assembléia Nacional Constituinte. No art. 223, § 1º, inciso VI, esta Casa consagrou o princípio da irredutibilidade do valor dos benefícios. Ora, o que é essa irredutibilidade do valor dos benefícios senão a garantia de que não serão corroídos com o tempo?

Tenho recebido apelos de todas as partes do Brasil e, ainda esta semana, 5 mil assinaturas de aposentados do Município paulista de Votorantim, que solicitavam apenas que se fizesse justiça aos aposentados, a esses trabalhadores que deram tudo de si, que é a energia do seu trabalho, em favor do País, e que, por consequência, têm que ter satisfeitas pelo menos as suas necessidades mais elementares.

Sr. Presidente, o que se pretende com esta emenda é simplesmente garantir que, com o passar dos tempos, não se vai escamotear o valor real da aposentadoria.

Nos vinte anos de período autoritário o que vimos foram normas, atos normativos, resoluções e decretos, estabelecendo sempre um aumento para os aposentados inferior ao aumento concedido aos trabalhadores da ativa. Quando se aumentava, por causa da inflação, 20% os trabalhadores da ativa, os trabalhadores aposentados tinham 17% de aumento; quando era 38, aos aposentados se aumentava apenas 22%. Há quem diga que agora está pior, mas não ficará pior se aprovarmos, agora, a Emenda do Constituinte Francisco Rossi, que é a redenção da classe trabalhadora brasileira, tanto dos que já são aposentados como daqueles que, ainda hoje na ativa, amanhã ou depois, serão os aposentados brasileiros.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. **(Muito bem! Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Tem a palavra o Constituinte Gastone Righi, que falará contra.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, vou falar contra a emenda, porque desejo enaltecer e destacar bem os argumentos magníficos do Constituinte José Serra. É isso mesmo. A Previdência tem que encher a sua caixa e a sua burra. Temos que torná-la mais rica e pujante, comprar mais prédios suntuosos no Rio de Janeiro, mais apartamentos sem concorrência aqui e matar o aposentado de...

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Constituinte Gastone Righi, me perdoe, mas V. Ex.<sup>a</sup> se inscreveu para falar contra, e a Mesa não vai permitir que V. Ex.<sup>a</sup> faça um truque. Perdoe V. Ex.<sup>a</sup>, mas V. Ex.<sup>a</sup> não está falando contra, e eu não permitirei. V. Ex.<sup>a</sup> não pode fazer isso com a Constituinte. V. Ex.<sup>a</sup> tem todo o direito de defender as suas idéias, mas não de enganar seus companheiros. V. Ex.<sup>a</sup> não está falando contra, e está criando dificuldades para aqueles que querem acompanhar seu ponto de vista. **(Palmas)**

Não havendo mais nenhum Sr. Constituinte inscrito para falar a favor nem contra, dou a palavra ao Sr. Relator.

**O SR. RELATOR (Almir Gabriel):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, em primeiro lugar, faço um apelo à razão de todos os nobres Constituintes...

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso. Fazendo soar a campainha.):** – Peço aos Srs. Constituintes a máxima atenção. Esta matéria é relevante e o Relator está opinando e não terá condições de continuar havendo tanto tumulto na sala. Peço aos Constituintes que, por respeito à decisão que vão tomar, ouçam as palavras do Relator.

**O SR. RELATOR (Almir Gabriel):** – Sr. Presidente, nobres Constituintes, faço um apelo a todos os Companheiros para que tomem em conta o fato de que estamos elaborando uma Constituição, prevendo que ela possa demorar 30, 40, 50 anos. Com frequência, a nossa emoção se carrega das condições conjunturais e, em função das condições conjunturais, tenta-se elaborar princípios a serem incluídos no texto constitucional.

Aqui, lembro a todos os Constituintes que o fenômeno grave, dramático, espoliativo, eu diria até miserável, representado pela inflação, corresponde, sem dúvida alguma, a um elemento de raciocínio que tem sido básico em todas as apresentações feitas, todas as vezes em que se pretende preservar o valor real de alguma coisa. Na verdade, a égide da inflação faz com que todos os momentos em que se faça a proposição de um texto se deixe a válvula aberta para fazer face a essa condição da inflação. Eu diria, fazendo uma hipótese, que, inexistindo a inflação, toda vez que a pessoa se aposente, será mantida exatamente a condição do seu nível de remuneração, no momento em que não haja a inflação: no momento em que haja a inflação, se desorganiza todo o sistema, nem se preserva o salário nem se preservará, de maneira nenhuma, também a aposentadoria. É ingênuo, da nossa parte, admitir a hipótese de que num processo de inflação ganha o trabalhador; ele sempre vai perder.

Então, o que tem que ser combatido é exatamente a condição da inflação que leva à deterioração do salário, da aposentadoria, dos benefícios e de todas as coisas.

Neste sentido, portanto, eu gostaria de colocar esta condição como princípio.

A segunda questão que coloco, é para relembrar aos nobres Constituintes a aprovação do seguinte texto, nesta Assembléia Nacional Constituinte – art. 7º, inciso VI:

"Salário mínimo nacionalmente unificado, capaz de satisfazer às suas necessidades básicas e às de sua família, com reajustes periódicos, de modo a preservar-lhes o poder aquisitivo, vedada a sua vinculação para qualquer fim."

Foi esta Assembléia Nacional Constituinte, foi este Plenário que aprovou a vedação da vinculação de qualquer coisa ao salário mínimo.

Então, no momento em que estamos procurando decidir, em cima do estabelecimento do parâmetro da remuneração da aposentadoria, estamos recorrendo exatamente a um texto que já dissemos que não podemos fazer.

Além desse segundo aspecto, gostaria de fazer outras colocações que me parecem importantes.

Meus amigos, uma coisa é previdência social. A Previdência Social não garante, em nenhum lugar do mundo, a preservação de todas as condições de trabalho para o trabalhador. A Previdência Social, a Seguridade Social diminui o risco que a pessoa tem em face de uma condição de impossibilidade de produção. A Previdência Social, pelo seu esquema normal contributivo, não assegura as condições de vida do trabalhador, enquanto está na sua fase produtiva. E é ingênuo trazermos para dentro da nossa Previdência Social aquilo que, em lugar nenhum do mundo, foi possível assegurar: na Itália, na França, na Inglaterra, nos Estados Unidos, enfim, em nenhum país isso foi as-

segurado. O que é assegurado, para corresponder àquilo que tenha a contribuição do trabalhador, é a previdência complementar. Essa, sim, assegura a condição de manutenção da vida, segundo a situação anterior e de contribuição excepcional do trabalhador.

Então, na prática, o que a Previdência Social prevê é fundamentalmente o atendimento das necessidades do trabalhador de um, dois, três, quatro, cinco salários mínimos, e nunca daqueles trabalhadores que têm direito a dez, quinze ou vinte salários mínimos.

Diria, aqui, que vale a pena refletir sobre alguns dados concretos.

Não queremos fazer uma análise ética, não queremos fazer uma análise simplesmente moral. Nós queremos fazer uma análise da realidade. A realidade brasileira nos coloca diante da seguinte situação: nós temos 55 milhões de "trabalhadores" no Brasil, porque trabalhadores com carteirainha, reconhecidos como trabalhadores, nós temos apenas 25 milhões, isto é, 45% da população economicamente ocupada.

Pois bem! Desses 25 milhões que contribuem para a Previdência Social, cerca de 64% ganha menos do que 3 salários mínimos; 64% constituem o fundo da Previdência Social ganhando menos do que três salários mínimos. O restante contribui com mais de três salários mínimos.

Na hora de se fazer a análise daqueles que usufruem a aposentadoria derivada da Previdência Social, o que vamos verificar é que cerca de 60% daqueles que se beneficiam da aposentadoria ganham mais do que cinco salários mínimos. Pior ainda! No meu entender, isso significa que aquele que ganha um, dois e três salários mínimos financia aqueles que recebem cinco, seis, sete e oito salários mínimos e assim por diante.

O segundo ponto, dentro desse mesmo contexto de realidade, que eu gostaria de colocar aos nobres Constituintes, é que no sistema previdenciário brasileiro, hoje, cerca de 30% daquilo que corresponda à contribuição é a contribuição do trabalhador. O restante – 70% – constitui a contribuição da sociedade que vai sob o apelido da contribuição da empresa, mas, na verdade, é a contribuição da sociedade como um todo.

Quando vamos verificar os gastos da Previdência Social com a aposentadoria, nós vamos observar que 42%, hoje, dos gastos da Previdência Social, correspondem à aposentadoria exatamente daqueles que ganham acima de 5 salários mínimos. Isto é, toda a sociedade constituída pelos pobres, constituída pelos trabalhadores que ganham menos, contribuem, exatamente, para assegurar a aposentadoria daqueles que ganham acima de 5 salários mínimos. E há um fato dramático a ser colocado e analisado pelos prezados Companheiros: são exatamente, aqueles que ganham de 1 a 2 salários mínimos, que têm uma esperança de vida menor, uma esperança de vida que se situa em torno de 57 anos; aqueles que têm de 3, 4 e 5 salários mínimos para diante, sobem para um patamar em que a esperança de vida se situa entre 67 e 69 anos.

Eu diria, prezados Companheiros, que, na hora de decidir sobre esta matéria, é necessário refletir não apenas com relação à condição conjuntural da inflação, não apenas em relação à condição de uma pessoa que vai ser beneficiária ou de milhares de pessoas que vão ser beneficiárias, mas do conjunto do sistema, onde todos estamos envolvidos, e que precisamos preservar a Previdência como um grande, um extraordinário avanço, uma conquista, uma vitória do trabalhador que não pode, de maneira nenhuma estar sujeito a uma condição de implosão econômico-financeira. Somos nós próprios, principalmente, que devemos garantir esta grande vitória. E uma das formas de garanti-la é não deixar que ela imploda, não deixar que ela se acabe, não deixar que ela se liquide e que, na medida em que se consiga um desenvolvimento sem in-

flação, na medida em que se consiga um desenvolvimento em melhores condições, se dê ao trabalhador a condição de remuneração de acordo com o momento em que ele estava na ocasião da aposentadoria.

Por estas razões todas, Sr. Presidente, Srs. Relatores-adjuntos, prezados Companheiros que têm sensibilidade social, eu lhes apelo que votem contra a emenda proposta.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Com o parecer contrário do Relator, vamos submeter a voto.

Com a palavra o autor da emenda, que pediu pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE FRANCISCO ROSSI:** – Sr. Presidente, nós estamos conversando com as Lideranças partidárias, e existe um consenso de que nós poderíamos suprimir a vinculação aos salários mínimos. Eu consulto à Mesa se haveria essa possibilidade?

Ficaria assim: “É assegurada a aposentadoria nos termos da lei, garantido o reajustamento para a preservação do valor real”.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Lamento, mas tenho que ser consistente com as decisões que tomei anteriormente.

**O SR. CONSTITUINTE FRANCISCO ROSSI:** – Porque existe o consenso...

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Gostaria que V. Ex.<sup>a</sup> comparecesse à Mesa para ver se é possível isso. Se a cada instante flutuar o texto que nós estamos votando... Concedo a palavra ao Constituinte Plínio Arruda Sampaio.

**O SR. CONSTITUINTE PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO:** – Sr. Presidente, eu queria dirigir uma pergunta ao Relator. Estou esperando a atenção do Sr. Relator, para dirigir uma pergunta a S. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Sr. Relator, há uma questão a V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. CONSTITUINTE PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO:** – Sr. Constituinte Almir Gabriel, V. Ex.<sup>a</sup> admitiu que se está vinculando a aposentadoria a um salário mínimo. V. Ex.<sup>a</sup> não se opõe a que se garanta o valor real da aposentadoria. Se não houver no texto um parâmetro, não se pode garantir um valor real, e não se está vinculando um vencimento a um salário mínimo qualquer, mas simplesmente garantindo, em termos de salários mínimos, o valor real da aposentadoria. Eu gostaria que V. Ex.<sup>a</sup> esclarecesse, porque é muito diferente do caso que nós proibimos aqui, como, por exemplo de um procurador ter os seus aumentos vinculados ao aumento do salário mínimo. Não é a mesma coisa, mas simplesmente que o valor real é aferido em função do número de salários mínimos que o cidadão recebia no dia em que ganhou o benefício.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Peço atenção aos Srs. Constituintes. Nós estamos em fase de votação e eu pediria ao Relator que fosse muito breve. Eu não vejo, regimentalmente, modo para operar a mágica que me foi pedida. V. Ex.<sup>a</sup> dispõem de várias emendas. É possível, antes da votação, chegar a um acordo. Eu não tenho modo de fazê-lo nesta emenda, mas há outras emendas, V. Ex.<sup>a</sup> podem até pedir a retirada desta emenda. Ainda está em tempo de se pedir a retirada desta emenda e submeter outra emenda.

Lamento que as Lideranças não tenham chegado a um acordo antes da votação, realmente lamento.

Vou suspender a sessão por 5 minutos, porque não posso sustentar esta discussão.

**(Suspensa às 19 horas e 40 minutos, a reunião é reaberta às 19 horas e 56 minutos.)**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Vamos reabrir os trabalhos.

Srs. Constituintes, sabem V. Ex.<sup>as</sup> que a Mesajamais abriu esse precedente. Existem fórmulas capazes de atender ao objetivo de V. Ex.<sup>as</sup> Há várias emendas aqui que permitem o acordo, pelo menos duas, sem ferir o Regimento.

Vou colocar em votação a proposta do Constituinte Francisco Rossi.

Consulto se o nobre Relator está de acordo com a solução. Ou seja, vou colocar em votação e não vou aceitar modificações. **(Pausa)**

Relator não aceita modificações.

Em votação, mantido o Regimento.

Repito para o conhecimento de todos: temos dado uma grande flexibilidade até o momento da votação. Se não houvesse emendas que permitissem acordo posterior, eu ainda teria o problema político de resolver a questão. Como existem, não tenho esse problema.

**O SR. CONSTITUINTE FRANCISCO ROSSI:** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Pela ordem, tem a palavra o Constituinte Francisco Rossi.

**O SR. CONSTITUINTE FRANCISCO ROSSI:** – Sr. Presidente, apenas para fazer uma colocação e expressar o meu inconformismo.

Existe a minha emenda. Se se fizesse uma consulta a todos os Colegas, verificaríamos que há consenso; é pacífico, Sr. Presidente, o entendimento de que, suprimindo-se uma parte da emenda que atrela a aposentadoria ao salário mínimo e ficando a redação do texto da seguinte maneira:

“É assegurada a aposentadoria nos termos da lei, garantido o reajustamento para a preservação do valor real...”

Há consenso! Entendo que a nossa emenda está perfeita.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Desculpe-me V. Ex.<sup>a</sup> Se tivesse havido consenso eu já teria procedido assim, mas o Relator não aceita, nem a Mesa.

**O SR. CONSTITUINTE FRANCISCO ROSSI:** – Sr. Presidente, ouvimos as Lideranças. Existe consenso a respeito desse texto que ficaria. Faço um apelo a V. Ex.<sup>a</sup> para que aceite a supressão, porque o texto é perfeito. É só a supressão.

Consulto o nobre Relator Bernardo Cabral quanto a este ponto, porque já houve precedente aqui.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – A supressão já está prejudicada.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Esclareço a Casa que existem várias emendas que permitem o mesmo acordo, sem ferir o Regimento.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LUIZ MAIA:** – Sr. Presidente, gostaria de sugerir a V. Ex.<sup>a</sup> que, para outra emenda que permite a mesma redação, o Constituinte Francisco Rossi seja o co-autor, e resolve-se o problema.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – É evidente. Isto me parece muito justo. Nobre Constituinte vou ler, outra vez, o que está aqui em votação e qual a alteração proposta.

Consenso não está sobre a mesa, se o consenso tivesse sido feito antes, estaria sobre a mesa. Aqui diz o seguinte:

“É assegurada aposentadoria, garantido o reajustamento para preservação do seu valor real, cujo resultado nunca será inferior ao número de salá-

rios mínimos percebidos quando da concessão do benefício."

É isto que está sobre a mesa. O que se propõe é a retirada de uma frase e não tenho modo de fazê-lo.

Tem a palavra o nobre Relator Bernardo Cabral.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** — Sr. Presidente, o que o Relator tem concordado é sempre com a decisão da Presidência, quando, antes da votação, o Constituinte chega à Presidência e diz o que vai retirar.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** — A Mesa vai decidir, mantendo o Regimento; não o mantém apenas por amor ao Regimento, mas porque tem a consciência política de que o mesmo acordo que foi feito há pouco, ferindo o Regimento, pode ser feito, em breves minutos, sem ferir o Regimento. V. Ex.<sup>as</sup> decidirão. Se quiserem apoiar a Emenda do Constituinte Francisco Rossi votarão esta emenda e a Mesa terá satisfação em proclamar o resultado. Não há consenso. O Relator acaba de me dizer que também não aceita.

Em votação.

### (Manifestação do Plenário.)

Srs. Constituintes, não acredito que o Relator tenha duas palavras. Ele acabou de afirmar nesse microfone, e agora a mim, que só aceita modificações antes do início da votação.

Em votação, com o parecer contrário do Relator.

### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Cristina Tavares, Fernando Gasparian, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, Mário Lima, Nelton Friedrich, Paulo Ramos, Rodrigues Palma, Sigmaringa Seixas, Theodoro Mendes, Miro Teixeira, Vilson Souza, Antônio Carlos Mendes Thame, Francisco Benjamim, Gilson Machado, Oscar Corrêa, Osvaldo Coelho, Enoc Vieira, Jonas Pinheiro, Darcy Pozza, José Maurício, Lysâneas Maciel, Vivaldo Barbosa, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Sotero Cunha, Haroldo Lima, Beth Azize. Votaram **NÃO** os seguintes Constituintes: Ademir Andrade, Almir Gabriel, Aluizio Campos, Antônio Britto, Bernardo Cabral, Carlos Mosconi, Celso Dourado, Cid Carvalho, Egídio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Henrique Cardoso, João Calmon, José Serra, José Ulisses de Oliveira, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Severo Gomes, Virgildásio de Senna, Chagas Rodrigues, Euclides Scalco, José Tavares, Manuel Viana, Marcos Lima, Roberto Brant, Rose de Freitas, Vicente Boga, Aloysio Chaves, Arnaldo Prieto, Eraldo Tinoco, Francisco Dorneiles, Inocêncio Oliveira, José Lins, Luís Eduardo, Sandra Cavalcanti, Annibal Barcellos, Furtado Leite, Jofran Frejat, José Lourenço, Paes Landim, Antônio Carlos Konder Reis, Gerson Pares, Jarbas Passarinho, José Luiz Mala, Adolfo Oliveira, Roberto Freire. **ABSTENÇÕES:** Senhores Constituintes Fernando Lyra, Jorge Hage, Octávio Elísio, Carlos Chiarelli e Adylson Motta.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** — A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 32 Constituintes; votaram NÃO 47 Constituintes; abstiveram-se de votar 5 Constituintes. Total: 84 votos. O Destaque foi **rejeitado**.

### III — SUSPENSÃO DA REUNIÃO

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** — Srs. Constituintes, tendo em vista a relevância desta matéria e a necessidade que se chegue a um resultado justo para com os trabalhadores e para com suas aposentadorias, e temerosa de que, neste fim de noite, não sejamos capazes de um resultado adequado, a Presidência vai sus-

pendar os trabalhos, convocando os Senhores Constituintes para a continuação da presente reunião, amanhã, 13-11-87, às 9 horas. Está suspensa a reunião.

**(Suspende-se a reunião às 20 horas e 15 minutos)**

### EM 13 DE NOVEMBRO DE 1987 (1)

Presidência dos Srs. Aluizio Campos, Primeiro-Vice-Presidente, e Fernando Henrique Cardoso, Quarto-Vice-Presidente.

### I — REABERTURA DA REUNIÃO

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** — Havendo número regimental, declaro reaberta a reunião.

### II — EXPEDIENTE

#### Ofícios

**Do Líder em Exercício do PMDB na Assembléia Nacional Constituinte:**

"Ofício nº 259/87

Brasília, 13 de novembro de 1987

Excelentíssimo Senhor  
Deputado Ulysses Guimarães  
DD. Presidente da  
Assembléia Nacional Constituinte  
Câmara dos Deputados

Senhor Presidente:

Em virtude de meu afastamento como membro suplente da Comissão de Sistematização da Assembléia Nacional Constituinte, indico, na qualidade de Líder em Exercício, para minha substituição o Senador Mário Covas.

Na oportunidade apresento a Vossa Excelência protestos de estima e consideração.

Atenciosamente. — Deputado **Euclides Scalco**, Líder em Exercício do PMDB na Assembléia Nacional Constituinte."

#### Do Senhor Líder do PDT:

Brasília, 13 de novembro de 1987

"Ofício nº 189/87

A Sua Excelência o Senhor  
Senador Afonso Arinos  
DD. Presidente da Comissão de Sistematização  
Nesta

Senhor Presidente:

Informo a Vossa Excelência que estou reassumindo, hoje, como titular da Comissão de Sistematização.

Em consequência, o Constituinte Bocayuva Cunha volta a ocupar sua vaga de Suplente da referida Comissão.

No ensejo, renovo a Vossa Excelência protestos de consideração e apreço. — Constituinte Brandão Monteiro, Líder do PDT."

#### Do Senhor Líder do PDT:

"Ofício nº 190/87

Brasília, 13 de novembro de 1987

A Sua Excelência o Senhor  
Constituinte Ulysses Guimarães  
DD. Presidente da Assembléia Nacional Constituinte  
Nesta

Senhor Presidente:

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência o Constituinte Carlos Alberto Caó para substituir o Cons-

tituinte Bocayuva Cunha, como membro Suplente da Comissão de Sistematização.

Informo, outrossim, que a partir de 15-11-87 o Constituinte Bocayuva Cunha reassumirá suas funções na referida Comissão.

No ensejo, renovo a Vossa Excelência protestos de consideração e apreço. – Constituinte **Brandão Monteiro**, Líder do PDT."

**Do Senhor Líder do PDT:**

"Ofício nº 191/87

Brasília, 13 de novembro de 1987

A Sua Excelência o Senhor  
Constituinte Ulysses Guimarães  
DD. Presidente da Assembléia Nacional Constituinte Nesta

Senhor Presidente:

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência o Constituinte Carlos Cardinal para substituir o Constituinte Luiz Salomão, como membro Suplente da Comissão de Sistematização.

Informo, outrossim, que a partir de 16-11-87 o Constituinte Luiz Salomão reassumirá suas funções na referida Comissão.

No ensejo, renovo a Vossa Excelência protestos de consideração e apreço. – Constituinte **Brandão Monteiro**, Líder do PDT."

**Do Senhor Líder do PDT:**

"Ofício nº 192/87

Brasília, 13 de novembro de 1987

A Sua Excelência o Senhor  
Constituinte Ulysses Guimarães  
DD. Presidente da Assembléia Nacional Constituinte Nesta

Senhor Presidente:

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência o Constituinte Luiz Salomão para substituir o Constituinte Carlos Cardinal, como membro Suplente da Comissão de Sistematização.

Informa, outrossim, que a partir de 18-11-87 o Constituinte Luiz Salomão, reassumirá suas funções na referida Comissão.

No ensejo, renovo a Vossa Excelência protestos de consideração e apreço. – Constituinte **Brandão Monteiro**, Líder do PDT."

### III – COMUNICAÇÕES

**Do Sr. Relator Bernardo Cabral:**

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Com a palavra o nobre Relator, Constituinte Bernardo Cabral, para uma comunicação.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr Presidente, ilustres membros da Comissão de Sistematização, a imprensa, através de um de seus órgãos – trata-se de determinado jornal da Capital Federal – faz um registro com este título: "Albano Sofre Desaprovação por Equívoco".

A notícia, Sr. Presidente, refere-se ao voto que o eminente Constituinte Albano Franco proferiu neste recinto em derredor da distribuição de petróleo e seus derivados no País. Quem aqui se encontrava, verificou que o voto do ilustre Constituinte, como já ocorreu com tantos outros, inclusive comigo próprio, nada teve de malicioso, senão de nítido erro material. O que se passou nesta Co-

missão é assunto que diz respeito aos seus integrantes, e quaisquer que tenham sido as discussões, estas se devem aos seus membros. Dai a extrapolar, a distorcer, como está sendo feito, a fim de atingir a honradez pessoal de um companheiro que se tem portado com a maior seriedade, isso há de merecer nossa reprovação.

Sr. Presidente, diz-se que o voto do Constituinte Albano Franco, associando-se à estatização da distribuição de derivados de petróleo no País, "vai-lhe custar caro".

Em primeiro lugar, aqui não se decidiu a estatização da distribuição de derivados de petróleo; o que se fez, quando muito, foi a nacionalização de sua distribuição. E a notícia vai adiante, afirmando que a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, através dos Presidentes dos seus sindicatos, decidiu dar um voto de desaprovação ao Constituinte Albano Franco por ter ferido os interesses de defesa da livre iniciativa. Declara ainda o Vice-Presidente dessa Federação:

"Esta não foi a primeira vez que o Senador nos desapontou. É uma reincidência inaceitável. Ele já contrariou nossos interesses no caso da estabilidade no emprego."

E aqui, Sr. Presidente, entro como Relator da Comissão de Sistematização. Esta afirmativa não é verdadeira. Invoco o testemunho do Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva, que, juntamente com os líderes sindicais Jair Meneguelli e Joaquinção e eu próprio participei de uma reunião na sede da OAB, a que compareceu o eminente Constituinte Albano Franco. Na oportunidade S. Ex.<sup>a</sup> defendeu, e bem, os interesses dos empresários. Acontece que, sendo um homem do PMDB e tendo tido um comportamento correto não só com o seu partido, mas também com os integrantes das demais agremiações, pretende-se desmoralizar, não apenas o Constituinte Albano Franco, a quem dou minha solidariedade, mas todos os Constituintes. Diz o Vice-Presidente da FIESP:

"Infelizmente os Constituintes estão muito distanciados do que ocorre no mundo. A economia está cada vez mais internacionalizada e o Brasil, a exemplo dos outros países, precisa participar da troca de capitais. Lamentavelmente, na atual Constituinte, está havendo uma tendência de intensificação de estatização no País, quando o Brasil não pode prescindir do capital estrangeiro."

É evidente que esse cidadão não leu o Projeto de Constituição, dele não tomou conhecimento, porque em nenhum instante se veda a entrada de capital estrangeiro no País. E não haveremos de permitir que quem não está à altura de censurar a Constituinte venha, pela imprensa, tentar atingir um companheiro nosso que talvez esteja barrando os passos de alguém que quer ir mais longe. O Constituinte Albano Franco não permite que se venha mais uma vez lançar sobre os Constituintes a pecha de que não conhecem o que se passa no Brasil.

Sr. Presidente, quero registrar, primeiro como Relator, meu repúdio a esta insinuação e, depois, como Constituinte, minha solidariedade ao eminente Constituinte Albano Franco.

Era o que tinha a dizer.

**O SR. CONSTITUINTE VIRGÍLIO TAVORA:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Com a palavra, pela ordem, o Constituinte Virgílio Távora.

**O SR. CONSTITUINTE VIRGÍLIO TAVORA:** – Sr. s Presidente, quero trazer ao conhecimento desta Comissão que ontem o Senado Federal, pela nossa voz e a de todas as Lideranças dos partidos com assento naquela Casa,

manifestou-se sobre o assunto ora percutido pelo Sr. Relator, deixando bem clara a atitude do Constituinte Albano Franco, dentro e fora desta Casa, desde os seus primórdios, na luta para manter representado o empresariado brasileiro nas decisões pátrias. Honra-nos afirmar que poucas vezes aquela Casa prestou homenagem tão espontânea e ao mesmo tempo tão significativa a um de seus membros, reconhecendo a injustiça das críticas que lhe haviam sido formuladas, como na noite do dia 11 de novembro.

Srs. Constituintes, gostaria, pois, nesta rápida comunicação, de dizer que credenciados estamos para, em nome daquela Casa, apresentar nosso repúdio aos ataques, às injúrias, às calúnias e aos mal-entendidos de que S. Ex.<sup>a</sup> foi vítima.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Tem a palavra o Constituinte José Genoíno.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Sr. Presidente, ontem, o Presidente da República dividiu a Constituinte entre os amigos do rei e os inimigos do rei. Hoje, o Presidente da República, conforme manchete do “Jornal do Brasil”, troca canais de televisão e cargos pelo presidencialismo.

Sr. Presidente, até aonde isto vai? O Presidente Sarney abdicou de qualquer comportamento ético, como Chefe do Executivo, na relação com a Assembléia Nacional Constituinte. Hoje, o **Jornal do Brasil** anuncia que alguns Constituintes receberam favores do Poder Executivo para fechar com o presidencialismo e com os cinco anos de mandato. O Governo Sarney repete o mesmo procedimento da época do regime militar – força, ameaça, chantagem política e, em seguida, clientelismo e fisiologismo – para, através de tais práticas, estabelecer uma maioria favorável aos seus interesses na Assembléia Nacional Constituinte.

Que o Presidente Sarney expresse sua opinião política e que existam, nesta Assembléia, Constituintes que concordem com tais opiniões e as defendam, tudo bem, pois faz parte do jogo político, do jogo democrático. Mas fazê-lo em nome de cargos ou de concessão de canais de televisão, como aconteceu com um Constituinte do PMDB de São Paulo, é uma maneira de ferir a soberania da Assembléia Nacional Constituinte através das formas mais baixas de procedimento, que são o clientelismo e o fisiologismo.

Por isso, queremos registrar o nosso repúdio a esta atitude do Presidente da República, que fere a soberania da Assembléia Nacional Constituinte e tenta corrompê-la através de favorecimentos a seus membros, assim como repudiamos a atitude daqueles Constituintes que aceitam esse tipo de procedimento para fechar com o presidencialismo e com os cinco anos de mandato.

**O SR. CONSTITUINTE CARDOSO ALVES:** – Sr. Presidente, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Com a palavra o nobre Constituinte Adolfo Oliveira, para fazer uma comunicação sobre a forma de votação.

**O SR. CONSTITUINTE CARDOSO ALVES:** – Sr. Presidente, esta é uma Comissão de privilégios. Aqui não há fila, não há nada. V. Ex.<sup>a</sup> dá a palavra a quem quer.

**O SR. CONSTITUINTE DEL BOSCO AMARAL:** – Aqui só tem direito a falar quem vai malhar o Presidente José Sarney.

**O SR. CONSTITUINTE CARDOSO ALVES:** – Precisamos acabar com isso, Sr. Presidente. É preciso respeitar o Regimento da Casa. Pedi primeiro a palavra e V. Ex.<sup>a</sup> concedeu ao Relator. Por que isso? Em troca do que?

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – O Constituinte Adolfo Oliveira havia solicitado a palavra para fazer uma comunicação.

**O SR. CONSTITUINTE DEL BOSCO AMARAL:** – Aqui só fala quem vai malhar o Presidente José Sarney, é a comissão anti-Sarney, onde só quem vai malhar o Presidente Sarney tem direito à palavra. Queríamos retrucar essas falas insidiosas do PT contra o Presidente José Sarney. Que democracia se pratica aqui, onde não votam a minha emenda, onde esses falsos líderes tiram a minha emenda de votação?

**O SR. CONSTITUINTE CARDOSO ALVES:** – Há um assunto em debate e V. Ex.<sup>a</sup> vira para outro lado. Por que isso, Sr. Presidente? Há um princípio de lealdade na vida dos Parlamentares.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Não neguei a palavra a V. Ex.<sup>as</sup>. Apenas solicitei que aguardassem uma comunicação do Relator-Auxiliar, o Constituinte Adolfo Oliveira.

**O SR. CONSTITUINTE CARDOSO ALVES:** – Para entrar num outro assunto diferente do que foi tratado aqui, tirando-me a oportunidade da palavra. V. Ex.<sup>a</sup> dá a palavra para quem ataca o Governo, não para quem o defende. Há um princípio de lealdade na vida dos Parlamentares que não pode ser elidido.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – O Constituinte José Genoíno não levantou questão de ordem.

**O SR. CONSTITUINTE DEL BOSCO AMARAL:** – Ele só agrediu. Não fez nada.

**O SR. CONSTITUINTE CARDOSO ALVES:** – V. Ex.<sup>a</sup> devia ter-lhe cortado a palavra ou, então, permitir a continuação do debate para defesa.

**O SR. CONSTITUINTE DEL BOSCO AMARAL:** – Ele só agrediu, inclusive deixando os Constituintes de São Paulo muito mal.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Peço aos Constituintes Del Bosco Amaral e Cardoso Alves que aguardem a oportunidade para falar.

**O SR. CONSTITUINTE DEL BOSCO AMARAL:** – Esperarei até V. Ex.<sup>a</sup> conceder-me a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE CARDOSO ALVES:** – Vou retirar-me e agradeço a V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Com a palavra o Constituinte Adolfo Oliveira.

**O SR. RELATOR (Adolfo Oliveira):** – Sr. Presidente, peço a indulgência da atenção da Casa para uma comunicação da maior importância, que virá, estou certo, ao encontro dos legítimos interesses da Comissão de Sistematização.

Tivemos ontem uma votação das mais renhidas, decidida no último voto por este Relator-auxiliar, fazendo às vezes de Secretário. Por muito tempo não se configurou uma hipótese que precisa ser solucionada, e estamos aqui para anunciar exatamente qual será o critério a ser utilizado, quando suceder o mesmo que poderia ter acontecido na sessão de ontem.

Trata-se do seguinte: fazemos a chamada de todos os suplentes, por exemplo, do PMDB. O PMDB fica com direito a um voto. Apresentam-se dois ou três titulares do Partido, pedindo para votar. É evidente que não posso escolher um dos três Constituintes, a meu bel-prazer. Não devo e não posso. Por muito pouco isso acontecia ontem. Mas verificamos, desde logo, que um dos dois Constituintes que desejava votar já o tinha feito quando da votação eletrônica. Então, restou chamar imediatamente a Constituinte Cristina Tavares. Se acontecer o mesmo, de agora em diante, com dois Constituintes titulares; utilizaremos o livro de presença dos titulares e suplentes. E,



pela ordem de assinatura, chamaremos aquele que tiver sido inscrito antes. Trata-se de um critério válido para todos, que deve ser anunciado previamente para que não haja problemas na hora da votação. Uma vez chamados os suplentes, prosseguiremos na chamada até o final. Não incluiremos os titulares – como não temos feito – no meio dos suplentes. Agora, havendo disponibilidade de um, dois ou três votos para o partido, então, sim, poderemos chamar os titulares e o faremos.

Sr. Presidente, considero esta comunicação do meu dever para que tenhamos tranqüilidade em qualquer votação realizada neste recinto.

**O SR. CONSTITUINTE DEL BOSCO AMARAL:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Concedo ao nobre Constituinte Del Bosco Amaral a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE DEL BOSCO AMARAL:** – Sr. Presidente, o nobre Constituinte José Genoíno fez aqui uma citação a respeito de troca de favores, o que, se confirmada, será uma imoralidade. Cita S. Ex.<sup>a</sup> Deputado da bancada de São Paulo, não um Deputado.

Sr. Presidente, queria dizer a V. Ex.<sup>a</sup>, em primeiro lugar, e aos Srs. Constituintes, que estou perfeitamente informado de que esse fato ocorreu. A concessão aconteceu há dois anos; então, não está envolvendo aqui esses fatos da Constituinte. Agora, estou recebendo também uma informação de que há um Senador parlamentarista que luta por quatro anos de mandato para o Presidente José Sarney, que também recebeu – parece-me – uma concessão de canal de televisão. Parece-me que o Presidente da República é masoquista: S. Ex.<sup>a</sup> gosta de sofrer. Vou usar os mesmos termos do nobre Constituinte José Genoíno. Acho que está no momento exato de se exigir um grande *mea culpa* de todo mundo, para que digam: vim aqui, tenho ou não tenho canal de televisão. Até porque isso não é crime nenhum. Não tenho canal de televisão nem de rádio.

Agora, Sr. Presidente, esta Comissão de Sistematização foi montada a quatro, cinco ou seis mãos cuidadosamente para ser um pelourinho do Sr. José Sarney. Esta é uma casa de horrores, uma casa de tortura, um “aparelho”: só falta o pau-de-arara para se pendurar o Governo e nele dar choque. Mas isso não tem importância, é um direito deles, desses democratas, como o Líder do PMDB, que é totalitário na sua inteireza e nega a este Deputado o direito de ter apreciada uma emenda popular que concede aposentadoria à mulher aos vinte e cinco anos de serviço. Essa gente honrada, que realmente tem tendências esquerdistas da ponta iguais aos da direita da ponta, são todos totalitários. Agora, não vamos deixar sem resposta tudo o que venha a ser dito ou na Comissão de Sistematização ou no grande plenário. E a minha história política é tão ou mais bonita do que a de qualquer um deles. Não vamos deixar que eles continuem se fingindo de bons moças quando, na verdade, são uns totalitários disfarçados, só que uns mais vermelhos e outros mais verdes. Esse é a única diferença.

**O SR. CONSTITUINTE VIVALDO BARBOSA:** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – A Presidência deseja formular um apelo aos Srs. Constituintes porque estamos votando, no momento, matéria da maior importância, relativa aos direitos dos trabalhadores e, inclusive, a aposentadoria, a começar por esse item. Então por ser matéria de conotação eminentemente política, a Presidência faz um apelo aos nobres companheiros no sentido de que se reservem para comentá-la no “pinga-fogo” da Assembléia Nacional Constituinte, na próxima terça-feira. Ontem, como essa matéria que está sendo tratada agora foi amplamente discutida aqui, decidi que

só admitiria o pronunciamento das lideranças sobre ela para cada partido fazer valer o seu direito.

É o apelo que faço, para não atrasarmos a votação de um título que é da maior importância para os empregadores e trabalhadores.

Concedo a palavra ao Constituinte Vivaldo Barbosa.

**O SR. CONSTITUINTE VIVALDO BARBOSA:** – Sr. Presidente, acolho o apelo de V. Ex. Só quero refirir-me a um aspecto do tema levantado pelo Relator Bernardo Cabral sobre a decisão tomada pela Comissão de Sistematização quanto à nacionalização da distribuição de derivados do petróleo no nosso País, ao lado da reação que teve o Presidente da Petrobrás à decisão tomada pela Comissão de Sistematização.

As manchetes dos jornais ressaltaram a opinião do Presidente da Petrobrás quanto ao aspecto de que a companhia não está apta para fazer a distribuição ou não teria interesse nela.

É preciso que fique claro que a Petrobrás, com toda a devoção que temos por ela, não é detentora do monopólio quer da lavra quer da importação e distribuição de petróleo. A detentora do monopólio, pela emenda do Constituinte Fernando Santana, é a União. E nós, aqui, no Congresso Nacional, quando regulamentarmos o exercício deste monopólio, até poderemos criar uma outra companhia, se julgarmos necessário. Se a Petrobrás vier a manifestar desinteresse... Aliás, ela não pode manifestar interesse ou desinteresse nisto, deve seguir a orientação emanada do Congresso Nacional, porque, tratando-se de uma empresa possuída majoritariamente, pela União, o Congresso Nacional é depositário das opiniões, da soberania e do monopólio exercidos pela União. Mas o Congresso Nacional, em face das circunstâncias operacionais da Petrobrás, poderá criar outra instituição para realizar a distribuição do petróleo. É preciso que fique bem claro que o grande escopo da Emenda Fernando Santana foi o de tornar nacionais todas as operadoras de distribuição de petróleo. O que não desejamos é a participação estrangeira onde não se faz necessária, nem com capital, nem com alguma tecnologia, pois já estamos inteiramente habilitados. É preciso que se esclareça que o Congresso Nacional jamais abrirá mão da sua soberania de ditar às empresas estatais o que elas devem fazer, inclusive criando outros órgãos para fazer aquilo que elas não possam realizar.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Fernando Santana.

**O SR. CONSTITUINTE FERNANDO SANTANA:** – Sr. Presidente, é necessário que fique bem claro que talvez não haja país no mundo tão aberto ao capital estrangeiro como o Brasil: primeiro, constitucionalizou a existência da empresa de capital totalmente estrangeiro como empresa brasileira de capital estrangeiro; segundo, definiu empresa nacional como sendo aquela que tem o controle decisório. E as pessoas físicas nem precisam ser brasileiras. Basta que sejam domiciliadas no Brasil. Todo mundo sabe que o capital decisório é constituído pelas ações ordinárias de uma S.A. Com as ações preferenciais e as ao portador, que poderão ficar nas mãos dos próprios grupos internacionais, aos milhares, terão participação muito maior do que na realidade poderiam ter. Então, não há país tão aberto ao capital estrangeiro como o Brasil. Dizer, como muitos estão fazendo, que a emenda que pretende nacionalizar a distribuição de petróleo afugenta o capital estrangeiro é uma grossíssima mentira, é um fantasma que se está criando para ameaçar a Assembléia Nacional Constituinte. Mas esse fantasma, acreditamos, não será visto pela maioria dos Constituintes que aqui estão, porque isso não afugenta coisa alguma, e as próprias empresas internacionais, que hoje distribuem petróleo,

simplesmente poderão atender ao princípio legal das empresas nacionais, abrindo o seu capital à participação de 51% de brasileiros e permanecendo aqui. O que a Shell está fazendo e o que já fez foi conseguir concessões no setor mineral, tornando-se uma exploradora do setor mineral, uma indústria do setor de química fina, com os recursos ganhos na distribuição de petróleo. Não precisou trazer um centavo para esses seus novos empreendimentos no Brasil. Anda bem o Relator Bernardo Cabral quando diz que aqueles que criticam as decisões é porque não leram o texto da Constituição que aprovamos. Este texto é amplo, o mais aberto que se fez no mundo para a participação do capital estrangeiro. É até além do meu gosto.

Faltou dizer o essencial. Aqui está, na coluna de ontem, do Sr. Ricardo Noblat Franklin Martins, uma declaração que não acreditamos tenha sido feita. É atribuída ao Senador Fernando Henrique Cardoso, que diz que está trabalhando para derrotar a emenda no plenário, porque "foi uma palhaçada". Não acreditamos que S. Ex.<sup>a</sup> tenha feito essa declaração, a não ser que venha confirmá-la de público. S. Ex.<sup>a</sup> estava na Casa, conhecia a emenda e votou a fovar. Assim, não posso acreditar que tenha dito que a emenda é uma palhaçada, porque ela corresponde a uma tradição de sua própria família. Lutamos em 1954 com o General Felicíssimo Cardoso, que é tio ou pai do Constituinte Fernando Henrique Cardoso, pelo monopólio total do petróleo.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Com a palavra o Constituinte Paulo Ramos.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – Sr. Presidente, estou informado de que, na terça-feira, o Governo Federal, através do Banco Central, divulgará oficialmente o decreto de conversão da dívida externa em capital de risco no território nacional. Todos sabem que a Comissão de Sistematização aprovou projeto de decisão vedando a conversão da dívida externa em capital de risco. Acredito que qualquer ação do Governo decretando a possibilidade, sob qualquer forma, de conversão da dívida externa em capital de risco se constituirá numa séria agressão à Constituintes. Entretanto, não age a Presidência da Assembléia Nacional Constituinte, inclusive porque está nas mãos do Presidente da Assembléia Nacional Constituinte o Projeto de Decisão nº 1, que trata da auditoria da dívida externa. A Presidência da Assembléia Nacional Constituinte agilizou reunião extraordinária de seu Plenário para apreciação de Projeto de Resolução subscrito por mais de trezentos Constituintes. Entretanto, não age a Presidência da Assembléia Nacional Constituinte com a mesma velocidade para colocar em votação aquilo que já foi apreciado e aprovado pela Comissão de Sistematização.

Minha questão de ordem é para requerer à Mesa que apreciação pelo Plenário da Assembléia Nacional Constituinte solicitação no sentido de que seja oficiado ao Presidente da República, para que S. Ex.<sup>a</sup>, mais uma vez, tome conhecimento, que o projeto de decisão proibindo a conversão da dívida externa em capital de risco se encontra aprovado pela Comissão de Sistematização, dependendo de apreciação pelo Plenário da Assembléia Nacional Constituinte.

Sr. Presidente, gostaria de acrescentar que o projeto de conversão da dívida externa em capital de risco está acoplado à criação das Zonas de Processamento de Exportação, ao que tudo indica outro crime contra os interesses e contra a soberania nacional.

A imprensa também noticiou que o genro do Presidente da República, o Sr. Jorge Murad, já sai do gabinete do Presidente da República exatamente para participar dos projetos da Zona de Processamento de Exportação. Isto é um crime com o qual não podemos compactuar.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A Mesa, mais uma vez, informa a V. Ex.<sup>a</sup> que, logo no dia imediato

à sua aprovação pela Comissão, o projeto de decisão foi enviado ao Presidente da Assembléia Nacional Constituinte. De maneira que essas reclamações, naturalmente, V. Ex.<sup>a</sup> irá fazê-las na próxima reunião do plenário da Constituinte.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Pergunto a V. Ex.<sup>a</sup> qual a matéria, porque V. Ex.<sup>a</sup> já falou duas vezes sobre problemas políticos, ontem e hoje.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Sr. Presidente, para que não paire dúvida, eu me referi à matéria publicada pelo **Jornal do Brasil**, na página 2, intitulada "Leilão de favores conquista adesão de parlamentaristas", onde se fala de pressões de S. Ex.<sup>a</sup>, o Sr. Presidente da República sobre a Assembléia Nacional Constituinte; e dá os nomes. Não citei nome algum. Isso tem que ser respondido. A manchete "Sarney troca por TV e cargo apoio a presidencialismo" tem que ser respondida pela Presidência da República e pelos Constituintes cujos nomes foram citados, caso contrário a Assembléia Nacional Constituinte ficará enxovalhada com esse tipo de pressão, de fisiologismo.

É o sentido da nossa colocação. Reafirmo o que foi dito anteriormente.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A Mesa deseja ponderar aos nobres Constituintes que a Comissão de Sistematização não pode ser transformada num foro de debates e comentários sobre o que publica a imprensa diariamente, com as opiniões mais diversas a respeito de acontecimentos políticos. Do contrário não prosseguiremos no exame de matéria importante, cuja votação teve início ontem. Estamos para votar a emenda relativa à aposentadoria dos trabalhadores. V. Ex.<sup>as</sup> não podem sobrestar a votação para discutir matéria política.

Com a palavra o Constituinte Eraldo Tinoco.

**O SR. CONSTITUINTE ERALDO TINOCO:** – Sr. Presidente, tenho protestado várias vezes no sentido de que não se transforme o início das reuniões da Comissão de Sistematização em verdadeiro "pinga-fogo político". No entanto, já que a Mesa não tem coibido essa prática, não me posso silenciar neste momento, quando o Constituinte José Genoíno levanta suspeição contra esta Comissão, dizendo que está sendo pressionada pelo Executivo, inclusive apontando favores que possam ter influência no voto e na consciência de cada Constituinte. Isso não pode ser aceito, porque não acredito que nesta Comissão, como na Assembléia Nacional Constituinte, tenhamos representantes do povo, homens que estão construindo o futuro deste País, que possam trocar o seu voto e a sua consciência por um favor transitório do Governo. Esta afirmação do Constituinte José Genoíno, que merece o mais veemente repúdio desta Casa, é tão incoerente que a matéria que S. Ex.<sup>a</sup> cita aponta dois Constituintes que sequer são membros desta Comissão. Portanto, não estarão no processo decisório sobre mandato presidencial ou de qualquer outra matéria.

Sr. Presidente, esta Comissão vai decidir as questões, como tem feito, isenta de qualquer tipo de pressão porque, se pressão pudesse influenciar, estaríamos aqui aprovando muitas e muitas outras matérias danosas ao interesse do País, como têm sido algumas questões aqui votadas.

Portanto, registro este protesto e não admito que se use o espaço desta Comissão para tumultuar os trabalhos e o processo de votação que aqui se desenvolvem. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A Mesa da Comissão, por meu intermédio, mais uma vez ressalta que a Comissão já vem dando demonstrações concretas de que preserva a soberania da Assembléia Nacional Constituinte nas suas decisões. A matéria até agora votada pela Comissão é o maior exemplo dessa independência e da altivez com que a Comissão de Sistematização se tem

comportado nas votações dos diversos Títulos que foram aqui discutidos e votados.

Concedo a palavra à Constituinte Rose de Freitas, pela ordem.

**A SRA. CONSTITUINTE ROSE DE FREITAS:** – Sr. Presidente, sei da tolerância de V. Ex.<sup>a</sup> em ouvir, no início das sessões, todas as considerações feitas pelos Constituintes que vêm a este microfone. Mas queria pedir a V. Ex.<sup>a</sup> um momento de reflexão.

Há poucos dias, o Consultor-Geral da República veio a público com declarações terríveis, assacando contra a moral e a dignidade da Assembléia Nacional Constituinte. Aqui falo como jornalista: acho que aquilo que se escreve sobre esta Casa precisa ser considerado, não podendo ser colocado em termos supérfluos, por não termos tempo nem condições de ficar respondendo a cada questão que se levanta na imprensa. Mas é isso que vai a público e é o de que a imprensa toma conhecimento para divulgar. Ouvimos o Constituinte Eraldo Tinoco contraditar o Constituinte José Genoíno, mas não houve intenção do Constituinte José Genoíno de fazer aqui nenhuma colocação que desmereça o comportamento de qualquer Parlamentar.

Essas falações que aqui se fazem, são extremamente importantes para se esclarecerem os equívocos e se colocarem à luz do dia e da razão todas as calúnias levantadas contra os Parlamentares e o trabalho desta Comissão.

Peço a V. Ex.<sup>a</sup>, já que assumiu a Presidência hoje, que, por favor, dê resposta a todas essas calúnias e injúrias, mas o faça oficialmente em nome desta Comissão. O que não podemos aceitar é que alguém se melindre porque, de repente, é colocado que esta Comissão está sendo, diante da opinião pública, vilipendiada.

Esta Casa, estrategicamente, nada tem respondido até então. Aqui foram feitas manifestações. O Sr. Consultor-Geral da República falou aberta e publicamente a todos os jornais desta Nação. Ficamos denegridos diante da opinião pública. E qual foi a posição tomada por esta Casa? Agora, não adianta a revolta e a ira de companheiros, por mais dignas de respeito e de admiração, como é o caso do Constituinte Eraldo Tinoco.

Precisamos de respostas objetivas. Temos responsabilidade com a imagem de cada Parlamentar desta Casa. Dedicamo-nos ao trabalho, como V. Ex.<sup>a</sup> sabe e também o faz diária e diuturnamente, para que deste Congresso saia a Constituição tão esperada pelo povo. Não vamos nos preocupar com meia ou uma hora que se gaste aqui para discutir fatos tão importantes como este. Peço a V. Ex.<sup>a</sup> que faça aquilo que outros Presidentes não fizeram: tome as necessárias providências.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A Mesa levará em consideração a sugestão de V. Ex.<sup>a</sup> e a encaminhará ao Presidente Ulysses Guimarães, que é o representante da Assembléia Nacional Constituinte.

**O SR. CONSTITUINTE ARNALDO FARIA DE SÁ:** – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem. Há pouco, respondendo à questão de ordem levantada pelo Constituinte Paulo Ramos, V. Ex.<sup>a</sup> disse que o projeto de decisão dependia da Mesa da Assembléia Nacional Constituinte. Existe o projeto de decisão que proíbe a edição de decretos-leis durante os trabalhos da Constituinte, com parecer favorável do Sr. Relator, que ainda não foi votado nesta Comissão de Sistematização. Esse assunto é de responsabilidade desta Comissão. Se esse projeto já tivesse sido votado, a preocupação do Constituinte Paulo Ramos estaria superada. Até pelo Regimento da Comissão, este projeto, com parecer favorável do Relator, já deveria ter sido colocado em votação.

Assim, indago de V. Ex.<sup>a</sup>: está-se esperando o quê? O término dos trabalhos da Sistematização para com o esvaziamento deste plenário, ser colocado em votação?

Acho que não é esta a melhor forma de se agir.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A Presidência irá verificar a posição em que se encontra o projeto e o submeterá ao Plenário.

#### IV – ORDEM DO DIA

##### VOTAÇÃO DO PROJETO DE CONSTITUIÇÃO TÍTULO VIII (continuação)

**Destaque nº 000730-87 – Emenda nº ES-28850-4, do Sr. Floriceno Paixão, com co-autoria de Arnaldo Faria de Sá “que modifica a redação do artigo 265, do Substitutivo (artigo 230, “caput”, do Substitutivo 2)”. (461.<sup>a</sup> votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Em votação requerimentos de preferência para o Destaque nº 0730 de autoria do Constituinte Floriceno Paixão. S. Ex.<sup>a</sup> comunica à Mesa que está negociando uma última redação para a sua emenda, mas a Mesa, infelizmente, não pode sobrestar a votação, porque os nossos trabalhos já estão bastante atrasados. Espera que, desta tribuna, o nobre Constituinte faça a comunicação quando encaminhar a votação.

Em votação a preferência requerida pelo Constituinte Floriceno Paixão para a Emenda nº 28850, relativa à aposentadoria dos empregados.

Os Srs. Constituintes que a aprovam queiram permanecer como se encontram. **(Pausa)**

Aprovada a preferência.

**O SR. CONSTITUINTE BONIFÁCIO DE ANDRADA:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Concedo a palavra, pela ordem, ao Constituinte Bonifácio de Andrada,

**O SR. CONSTITUINTE BONIFÁCIO DE ANDRADA:** – Sr. Presidente, pediria a V. Ex.<sup>a</sup> que lesse o texto da emenda para conhecimento da Casa.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A Presidência comunica ao Constituinte Bonifácio de Andrada que se procederá à leitura do texto logo depois dos encaminhamentos a favor e contra a emenda, para que os Srs. Constituintes tenham conhecimento exato da matéria.

**O SR. CONSTITUINTE BONIFÁCIO DE ANDRADA:** – Queríamos a leitura do texto da emenda antes da palavra dos ilustres oradores para que tomássemos conhecimento da matéria e pudéssemos, assim, acompanhar os argumentos da tribuna de uma forma mais objetiva, partindo dos dados inerentes ao texto da emenda.

Faça um apelo a V. Ex.<sup>a</sup> para que determine aos seus assessores que consigam o texto da emenda a fim de que possamos ter conhecimento da mesma.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Com a palavra o Constituinte Francisco Dornelles, para contraditar.

**O SR. CONSTITUINTE FRANCISCO DORNELLES:** – Sr. Presidente, não é para contraditar e sim para apoiar.

Quero dizer a V. Ex.<sup>a</sup> que recebemos as emendas e as examinamos para formar opinião. Como modificações são feitas na hora, não sabemos o que vai ser votado.

Acho que não se pode começar a discussão de um assunto dessa natureza sem se dizer exatamente qual o texto da emenda que vai ser discutido. Uma vez lido este texto, no meu entender, não pode mais ser modificado. Se isto ocorrer correremos o risco de, no final, não saber

em que se está votando. São estas as observações que trazemos a V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A Presidência atenderá à curiosidade de V. Ex.<sup>a</sup> É o seguinte o texto do Constituinte Floriceno Paixão – a emenda é substitutiva do **caput** do art. 230:

“É assegurada aposentadoria com salário integral, garantido o reajustamento para a preservação, em caráter permanente, de seu valor real, obedecidas as seguintes condições:”

O resto do texto segue o do projeto.

Para encaminhamento da votação, concedo a palavra ao autor do destaque.

**O SR. CONSTITUINTE FRANCISCO DORNELLES:** – Por favor, Sr. Presidente, V. Ex.<sup>a</sup> poderia ler novamente o texto? O que leu não coincide com o que recebemos aqui.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – No texto publicado o autor suprimiu o trecho que começa depois da palavra “integral” até a palavra “oficiais”, isto é, parte da emenda, e mantém a emenda com a redação que acabo de ler. Isto já foi comunicado à Mesa antes da apresentação Repito.

“É assegurada aposentadoria com salário integral, garantido o reajustamento para a preservação, em caráter permanente, do seu valor real, obedecidas as seguintes condições:”

É este o texto.

Concedo a palavra ao Constituinte Floriceno Paixão para encaminhar a votação.

**O SR. CONSTITUINTE FLORICENO PAIXÃO:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a emenda que apresentei visa a estabelecer a aposentadoria com salário integral para os trabalhadores, porquanto os funcionários públicos e os militares já possuem esse benefício. É apenas isso o que estamos propondo. O conteúdo da emenda é objeto das mais antigas e sentidas reivindicações dos trabalhadores brasileiros. Sabemos que a Previdência Social, ao longo do tempo, vem concedendo aposentadoria aquém do salário integral. O valor dos proventos, das pensões estão achatados. Por exemplo o aposentado que recebia dez salários mínimos na ativa hoje, aposentado está ganhando três ou quatro salários mínimos.

A emenda visa a corrigir uma grande injustiça cometida contra os trabalhadores brasileiros, que sofrem, na verdade, as terríveis consequências dos reajustes cruéis e impiedosos que a Previdência Social vem implementando para os aposentados.

Sr. Presidente e Srs. Constituintes, em verdade, a emenda pretende fazer com que a Previdência conceda aposentadoria com valor integral, tal como está na Constituição. As objeções que estão sendo feitas aqui decorrem justamente da expressão “salário integral” contida na emenda.

Tentamos fazer um acordo, mas não foi possível. Consultei alguns líderes sindicais, vários companheiros de partido e dos partidos progressistas, e não posso, sob pena de trair a minha consciência, retirar a expressão “com salário integral”.

Na Constituição o professor trabalhador – não o funcionário – já tem assegurada sua aposentadoria com salário integral – art. 165, item XX, da Constituição Federal.

Portanto, faço este apelo aos nobres Constituintes. Subi à tribuna apressadamente sem termos tido a oportunidade de um acordo para a votação desta emenda. Não posso retirar a expressão “salário integral”, que significa, em último caso, salário-de-contribuição. Este é o

argumento, Sr. Presidente. A matéria é polêmica. Alguns argüirão que, se a emenda tiver como redação “salário integral”, as grandes firmas que possuem executivos com salários muito altos terão funcionários aposentando-se com o salário que estão recebendo. Mas a Previdência concede aposentadoria de acordo com o salário-de-contribuição, isto é, de acordo com a contribuição que fazem. Então existe um teto. O projeto visa ao salário integral, estando subentendido o salário-de-contribuição.

Assim, no meu entendimento, cai por terra a argumentação contrária.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Concedo a palavra, para encaminhar contra, ao Constituinte José Serra.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ SERRA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o argumento ao qual recorrerá para encaminhar contra a proposta do nobre Constituinte Floriceno Paixão já foi repetido ontem, aqui. De acordo com a proposta do Constituinte, a aposentadoria seria dada pelo salário integral. Ora, salário integral é diferente de salário-de-contribuição. São duas coisas muito diferentes. No que se refere a salário-de-contribuição, há um teto estabelecido, impedindo que as pessoas que ganham trinta, quarenta, cem ou duzentos salários mínimos por mês se aposentem com esses salários. Então, salário integral é um termo muito impreciso.

O que o Constituinte Floriceno Paixão enfoca existe na Constituição atual, que, quando trata da aposentadoria de professores e de mulheres, fala em salário integral, termo que, por acórdão do Supremo, foi interpretado como não sendo tal. Estamos fazendo uma nova Constituição, e incluir nela, salário integral como princípio geral, para nortear todo o pagamento de aposentadoria, seria um profundo equívoco, porque salário integral significa o salário que a pessoa está ganhando por mês.

Então, imaginar que estabelecer salário integral é defender os interesses dos trabalhadores, dos assalariados, especialmente os de baixa renda, é um equívoco profundo. Na Previdência Social 93% dos aposentados, dos beneficiários, ganham menos de 5 salários mínimos. Esta é a realidade. Realmente, temos de proteger aqueles assalariados de menor rendimento. Os que ganham, até 10 salários mínimos contribuem para cerca de 2/3 de todos os recursos da Previdência. É para eles que deve estar voltado o apoio fundamental do sistema previdenciário.

Lembraria aos Srs. Constituintes que todo e qualquer aumento de contribuição previdenciária ou de benefício previdenciário significará o aumento da contribuição atual dos trabalhadores e dos empresários. Esses entram com 2/3 dos recursos destinados à Previdência. Só que esse dinheiro não sai do bolso deles, vai para os preços, está embutido na economia. E isto é pago pelo conjunto da coletividade. Se abrirmos o limite superior da aposentadoria, toda a sociedade irá pagar pelas altas aposentadorias. Isso vai contra o interesse dos trabalhadores. Este é um aspecto fundamental. Outra coisa é o salário-de-contribuição, que é diferente, não consta desta emenda e corresponderia exatamente a uma alteração de conteúdo.

Ontem, o Constituinte Arnaldo Faria de Sá fez uma proposta, dizendo que as pensões seriam reguladas pelos vencimentos. Isso significaria que alguém com 200 salários mínimos deixaria essa pensão, porque a totalidade dos seus vencimentos foi essa. Não é possível fazer essa alteração, porque vencimento é vencimento e salário integral é salário integral. Isso criaria uma impossibilidade total de financiamento do sistema, e, o que é pior, em favor dos assalariados altos.

Outro problema que se coloca sempre é de como preservar o valor real das aposentadorias. Ora, não há indexador no mundo capaz por si só de preservar esse valor

real. Isso depende de uma política determinada. O reajuste pode ser mensal, semestral ou diário, mas, se a inflação vai para o infinito, não há salário real que se mantenha. Então, a idéia de se preservar esse valor real, tal como está aqui colocado, de acordo com a lei, é para que as políticas econômicas governamentais possam fazer isso. Não conseguiremos substituir isso por uma norma inserta na Constituição. O fundamental é que a Previdência tenha dinheiro para poder dar reajustes. E se o tiver que o empregue na concessão de benefícios para os que ganham menos e não abrindo um tremendo buraco nas suas reservas para conceder altas aposentadorias aos segurados que têm rendimentos altíssimos.

Esta é a proposta do Deputado Floriceno Paixão, quando fala de salário integral.

Temos, então, de ter muita consciência a respeito dessa questão.

Há uma proposta do Sr. Constituinte Arnaldo Faria de Sá, que vai ser apreciada em seguida, que representa uma melhor síntese e que garante o reajuste das aposentadorias no sentido de preservar ao salário real, de acordo com a lei. E aí teremos de buscar diferentes indexadores, dependendo do nível de aposentadoria, e não podemos fazer isso inserindo normas na Constituição.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Com a palavra, para encaminhamento a favor, o Sr. Constituinte Jofran Frejat.

**O SR. CONSTITUINTE JOFRAN FREJAT:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, estabelece-se aqui uma discussão com respeito à Emenda Floriceno Paixão, que todavia me parece muito clara. De um lado, a questão do aposentado; de outro, a questão da Previdência Social. Diz-se que a Previdência não tem condições de bancar o pagamento de uma aposentadoria com proventos integrais correspondentes àquilo que o trabalhador ganhava em atividade. Esquecem-se, porém os que assim pensam de um aspecto de fundamental importância: fingimos que pagamos ao aposentado, alegando que a Previdência não pode fazê-lo. Mas há uma série de benefícios que não têm nenhum custeio e que foram criados ao longo do tempo, como por exemplo a renda mensal vitalícia, que não tem custeio próprio. O autônomo também não paga uma contribuição suficiente para obter uma aposentadoria capaz de garantir sua manutenção e o pagamento de seus proventos. O empregador rural também não paga uma contribuição suficiente para lhe garantir uma aposentadoria igual à renda que tem hoje.

É exatamente sobre o assalariado, o aposentado que se quer descontar todos os desmandos que ocorreram na Previdência Social, agredindo-o. O que acontece hoje com o inativo? O homem que consegue auferir um salário-base suficiente para manter sua vida com dignidade, no momento em que se aposenta, passa a receber sua mensalidade calculada pelo salário-de-contribuição, o que corresponde a menos de 20, 30 e até 40% do que percebia antes para manter a si e à sua família. Todo o esforço feito para conseguir aquele salário-base digno é tornado sem efeito no momento de sua aposentadoria. E o que ele faz? Tem suas opções: entregar-se à crítica da família, por não poder manter a dignidade de seu sustento, ou tentar retornar ao mercado de trabalho, disputando um emprego com 2 milhões de novos empregados – a primeira colocação dessa gente – e de maneira perversa, porque vai lutar por esse segundo emprego quando tinha direito ao lado digno junto à família, chegando a aceitar qualquer trabalho por um salário aviltante.

Ora, não é possível, Srs. Constituintes, que continuemos a nos enganar. No momento em que se obriga o aposentado a voltar ao mercado de trabalho – ele, que contribuiu com

seu trabalho para a riqueza do País – estamos tirando o emprego de um jovem, impedindo que o País cresça. Quando não damos ao aposentado, que criou a riqueza do País, um mínimo de dignidade para o sustento de sua família, não estamos fazendo justiça social.

Há cerca de dois ou três anos, teria grande preocupação em defender esta proposta do Constituinte Floriceno Paixão. Cheguei mesmo a apresentar uma emenda no mesmo sentido, mas estava receoso da sua repercussão na Previdência Social. Mas esse temor desapareceu. Ouvimos sempre que a Previdência é superavitária, tem recursos a manchetes, pode comprar uma série de coisas extravagantes; até apartamentos, mas não dá ao trabalhador o direito de manter a sua família. Quando aposentado, obriga esse homem a voltar ao mercado de trabalho, sem condição mínima de manter a sua família, a não ser com um salário aviltado, porque entra no mercado de trabalho de maneira perversa, disputando um lugar com companheiros que querem iniciar a sua vida profissional.

É da maior justiça social a emenda apresentada pelo Constituinte Floriceno Paixão. Não podemos dizer que a Previdência não tinha recursos. Alardeia-se que a Previdência Social. O trabalhador tem o direito de receber de casa dos 120 bilhões de cruzados em caixa. Esse dinheiro não é do Governo, mas uma diminuição dos recursos do trabalhador, do empregador, a cada mês, para a Previdência Social. O trabalhador tem o direito de receber de volta aquilo que entregou para a Previdência Social. Também não se pode falar, se V. Ex.<sup>a</sup> me permite, Sr. Presidente, que, quanto aos proventos relacionados com o salário integral, fica a Previdência impossibilitada de arcar com tais despesas. O salário-de-contribuição é um termo atuarial que se estabeleceu a fim de que os aposentados pudessem receber um pouco menos ou menos do que ganhavam quando em atividade. No momento em que se estabelecer o salário integral, o provento correspondente àquilo que o trabalhador ganhava na atividade, estaremos dando ao aposentado condições de sobrevivência, impedindo que ele retorne ao mercado de trabalho e enfrente uma situação que não merecia. Na aposentadoria o trabalhador deve desfrutar o ócio com dignidade, deve gozar o seu tempo final com a sua família, vivendo de maneira digna, num país jovem que tem poucos aposentados em relação aos países europeus.

Era o que tinha a dizer. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem a palavra, para encaminhar contra, o ilustre Constituinte Alceni Guerra.

**O SR. CONSTITUINTE ALCENI GUERRA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, não há o que refutar nas declarações do Constituinte Jofran Frejat, a respeito do quanto de justiça social se contém na aposentadoria com vencimentos integrais para o trabalhador. No entanto, Srs. Constituintes, é necessário que se atente para a inviabilidade desse projeto. Não há a mínima condição técnica de que esse dispositivo – a nosso ver indevidamente colocado na Carta Magna – seja mantido. É um projeto inviável. Qualquer técnico primário em cálculo atuarial sabe que algumas condições, alguns elementos são importantes na manutenção da integridade, da viabilidade da previdência Social.

Há um fato importante, ao qual hoje não se dá muito valor no Brasil: o aumento do tempo médio de vida do brasileiro. A propósito, eu compararia a situação da Previdência Social a uma pirâmide. Esta pirâmide, mais larga na sua base, representada pelo maior número de contribuintes. vivos não aposentados, sempre corresponde a um menor número de cidadãos aposentados. Com o aumento da longevidade do brasileiro, ou de qualquer cidadão que tenha pago pela aposentadoria durante sua vida de trabalho, a tendência é essa pirâmide transformar-se num

retângulo, que corre o risco de tornar-se uma pirâmide invertida, considerando-se os outros benefícios concedidos pela Previdência Social a seus beneficiários. Refiro-me às pensões, ao auxílio-natalidade, ao auxílio-funeral e, principalmente, à assistência médica, em que são gastos 25 a 30% dos recursos da Previdência Social.

Aprovar essa emenda é, portanto, inviabilizar a aposentadoria de todo cidadão brasileiro a médio prazo. Ou se retiram os benefícios a que me referi e todos os demais, ou não haverá condições de conceder aposentadoria com salário integral ao trabalhador, na forma muito justa e puramente inserida pelo Constituinte Floriceno Paixão.

Por isso, encaminho contra a emenda de S. Ex.<sup>a</sup> Muito obrigado.

**O SR. CONSTITUINTE VIVALDO BARBOSA:** – Sr. Presidente, peço a palavra para um esclarecimento.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE VIVALDO BARBOSA:** – Sr. Presidente, peço ao Sr. Relator que nos preste um esclarecimento.

O autor da emenda, ao encaminhá-la, declarou que salário integral significa salário-de-contribuição integral – tradução técnica da sua intenção – o que parece ser também entendimento da relatoria. Por isso, gostaria que o relator esclarecesse esse ponto, para que a redação final, ao traduzir a intenção do proponente e a deliberação do Plenário, apresente a melhor formulação técnica.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Sr. Constituinte, a correlação solicitada por V. Ex.<sup>a</sup> só poderá ser feita através de emenda encaminhada ao Plenário. Mas isso pode ser feito pelo próprio autor, com a colaboração de V. Ex.<sup>a</sup>

Com a palavra, para falar em nome da Relatoria, o Constituinte Almir Gabriel.

**O SR. CONSTITUINTE ALMIR GABRIEL:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, pretendo, ao oferecer parecer sobre a Emenda Floriceno Paixão, dar também uma resposta ao nobre Constituinte Vivaldo Barbosa.

Em primeiro lugar, gostaria de prestar um testemunho a esta Comissão e igualmente à própria população do Rio Grande do Sul. Quando estávamos trabalhando na Comissão de Ordem Social tivemos no Constituinte Floriceno Paixão, sem dúvida alguma, um companheiro dotado de extraordinária sensibilidade, com inextinguível capacidade de trabalho, o que contribuiu para que pudéssemos construir um relatório coerente, representativo das necessidades da população brasileira.

Infelizmente, porém, a emenda de S. Ex.<sup>a</sup> incorre num erro técnico de redação, ou seja, refere-se a salário integral, supondo referir-se a salário-de-contribuição integral. Se nosso Regimento permitisse a correção, agora, para “salário-de-contribuição integral”, poder-se-ia discutir a questão. Todavia, isto não é possível, em face da norma regimental. Essa questão já foi mencionada várias vezes. O aperfeiçoamento da proposta, no entanto, pelo fato de não ser regimental neste momento, foi deixado para uma segunda oportunidade, isto é, para o Plenário.

Passo, por conseguinte, a fazer uma análise mais direta da emenda do nobre Constituinte Floriceno Paixão. Em primeiro lugar, acho que não se pode analisar a situação da Previdência Social apenas do ponto de vista ético, do ponto de vista político. É necessário ter em mente, sempre, seus condicionantes, sob o aspecto financeiro, sob o aspecto, digamos, do cálculo atuarial. Se bipartirmos essa orientação, certamente chegaremos a limites extremos, em termos de injustiça social e também de benefícios sociais, a ponto de levar a própria Previdência Social à insolvência.

Eu diria, ainda, aos nobres companheiros, que, no momento em que esta Constituinte abre para os trabalhadores a possibilidade de participação em todos os órgãos, em todos os serviços e em todas as áreas da Previdência Social em que tenham interesse, está implícito, inclusive pelo que já aprovamos, que a Previdência Social deixa de ser um corpo ligado a um conjunto oficial do Governo Federal para ser, sobretudo, a grande seguradora oficial dos trabalhadores. Ora, seguindo este raciocínio e considerando-se as razões que levaram à criação da Previdência Social, torna-se claro que a instituição foi criada exatamente para aqueles que há 30, 35, 40 ou mais anos trabalhavam e não tinham como sobreviver ao se aposentarem. A Previdência Social foi criada especialmente para os trabalhadores de baixa renda, para aqueles que em nosso País recebem de um a cinco salários mínimos por mês. No entanto, quanto ao sistema previdenciário, perversamente, no Brasil, ocorre o seguinte: o trabalhador de um a três salários mínimos acaba sendo aquele que menos tem acesso à aposentadoria.

Conseqüentemente, se ficássemos com a redação proposta pelo nobre Constituinte Floriceno Paixão, exatamente as pessoas que percebem acima de vinte salários-de-contribuição é que teriam acesso à aposentadoria. E, pelo fato de que tais pessoas passariam a receber, na aposentadoria, segundo seu salário e não segundo sua contribuição, o estímulo seria – e aí tenho que usar uma palavra de que não gosto – remunerar aqueles que têm maiores salários, ou seja, os chamados “marajás”.

Com sua proposta, pelo que conheço de S. Ex.<sup>a</sup>, o Constituinte Floriceno Paixão jamais pensou em privilegiar esse grupo, mas, lamentavelmente, seria exatamente esse grupo o que viria a ser privilegiado.

Daí insistirmos aqui em dizer que este é o grande momento para a Constituinte recuperar a possibilidade de, na previdência oficial, instituir a previdência complementar, que, esta sim, dará àqueles que têm maior salário a condição, de, contribuindo mais, manterem seu salário integral após a aposentadoria. Neste sentido, há uma emenda do nobre Constituinte Augusto Carvalho que fazemos questão seja mais tarde discutido no plenário da Assembléia Nacional Constituinte e com a qual se poderá corrigir esse desvio que se está impondo à Previdência, como o elemento fundamental de correção das injustiças sociais, tão denunciadas pelo Constituinte Floriceno Paixão.

Lamento, pois, encaminhar contra a proposição de S. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. CONSTITUINTE FLORICENO PAIXÃO:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Pela ordem, tem a palavra V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. CONSTITUINTE FLORICENO PAIXÃO:** – Sr. Presidente, tendo em vista o que acaba de declarar o nobre Relator, ou seja, que a intenção do autor da emenda era exatamente considerar implícita a expressão “salário-de-contribuição”, indago de V. Ex.<sup>a</sup> se, após ouvir o nobre Relator, a Mesa poderia fazer a adequação dessa expressão – é uma questão de redação, talvez – com vistas à votação da matéria. Ou seja, ao invés de “aposentadoria com salário integral”, a redação seria “... aposentadoria com salário-de-contribuição integral”.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A Mesa já decidiu a questão de ordem levantada pelo Constituinte Vivaldo Barbosa. Infelizmente, a esta altura, o recurso de que dispõe V. Ex.<sup>a</sup> seria o de apresentar a emenda em plenário, fazendo um destaque, uma substituição. Agora, essa decisão não cabe à Mesa, cabe ao Relator considerar se aceita modificar a redação final da emenda de V. Ex.<sup>a</sup>

Por liberalidade, ouço o Relator, Constituinte Almir Gabriel, que pode esclarecer o assunto.

**O SR. RELATOR (Almir Gabriel):** – Sr. Presidente, lamento dizer ao nobre Constituinte Floriceno Paixão que, de ontem até hoje, houve todas as condições para se articular uma proposta objetiva, satisfatória, no caso. Sabe bem S. Ex.<sup>a</sup>, inclusive, que fiz questão de aproveitar sua emenda, levando em conta a participação de seu partido. Infelizmente, chegou-se a um impasse, qual seja, o de termos de modificar uma conduta que aqui vem sendo mantida, a de não se fazer modificação no momento da votação. Isto não seria possível, dado o risco de se abrir um precedente, o que realmente não se pode permitir. Daí não poder ser alterada a redação. Não se pode considerar a intenção do que está escrito, mas, sim, aquilo que está realmente escrito. Lamento, profundamente, mas não se pode modificar a redação.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Em face do esclarecimento do nobre Relator, consulto o nobre Constituinte Floriceno Paixão se retira sua emenda.

**O SR. CONSTITUINTE FLORICENO PAIXÃO:** – Não, Sr. Presidente. Vamos votá-la.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Em votação.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes Abigail Faltosa, Ademir Andrade, Aluizio Campos, Carlos Mosconi, Cristina Tavares, Fernando Gasparian, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, José Paulo Bisol, Nelson Friedrich, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Renato Vianna, Rodrigues Palma, Sigmaringa Seixas, Theodoro Mendes, Antonio Mariz, Chagas Rodrigues, Jorge Hage, José Costa, Nelson Wedekin, Octávio Elísio, Rose de Freitas, Vicente Bogo, Vilson Souza, Antonio Carlos Mendes Thame, Carlos Chiarelli, Gilson Machado, Inocêncio Oliveira, Oscar Corrêa, Annibal Barcellos, Jofran Frejat, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Gerson Peres, Jarbas Passarinho, Lysâneas Maciel, Vivaldo Barbosa, Luiz Salomão, Francisco Rossi, Joaquim Bevilacqua, Sólton Borges dos Reis, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Adolfo Oliveira, Sotero Cunha, Haroldo Lima, Roberto Freire, Beth Azize. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Almir Gabriel, Antônio Britto, Artur da Távola, Celso Dourado, Egidio Ferreira Lima, Fernando Henrique Cardoso, João Calmou, José Fogaça, José Richa, José Serra, José Ulisses de Oliveira, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Pimenta da Veiga, Raimundo Bezerra, Severo Gomes, Virgildásio de Senna, Aécio Neves Cunha, Euclides Scalco, José Tavares, Márcio Braga, Marcos Lima, Ziza Valadares, Alcení Guerra, Christovam Chiaradia, Francisco Dornelles, José Jorge, José Lins, José Santana de Vasconcellos, José Thomaz Nonô, Mário Assad, Osvaldo Coelho, Paulo Pimentel, Sandra Cavalcanti, José Luiz Maia, Virgílio Távora. Abstiveram-se de votar os seguintes Senhores Constituintes: Bernardo Cabral, Aloysio Chaves, Eraldo Tinoco, Luís Eduardo, Furtado Leite e Jonas Pinheiro.

#### "DECLARAÇÃO DE VOTO"

Voto favoravelmente a emenda do nobre Constituinte Floriceno Paixão, tendo em vista que no encaminhamento o autor esclareceu de que a sua emenda visa a assegurar o salário-de-contribuição integral, eis que qualquer outra interpretação ou na prática, calculo que procurasse assegurar pura e simplesmente os proventos e pensões integrais dos salários reais, inviabilizarem a política previdenciária nesse setor. – **Renato Vianna.**

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 49 Constituintes; votaram NÃO 36 Constituintes; abstiveram-se de votar 6 Constituintes. Total: 91 votos. O Destaque foi **aprovado**.

Declaração de voto do Senhor Constituinte Renato Vianna.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Em consequência da aprovação, ficam prejudicadas as demais emendas substitutivas do **caput**, que são as dos Constituintes Vladimir Palmeira, Rodrigues Palma e José Serra.

Em votação requerimento de preferência para o Destaque nº 7801, da Constituinte Beth Azize. Os Srs. Constituintes que o aprovam, permaneçam como se encontram. **(Pausa)**

Aprovado.

**O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO BRITTO:** – Permita-me, Sr. Presidente.

Gostaria de solicitar à Presidência – conforme acertado previamente com a Mesa, no dia de ontem – que, quanto à emenda da nobre Deputada Beth Azize, fossem consideradas co-autoras as Sras. Deputadas Beth Azize, Rose de Freitas, Abigail Feitosa, Anna Maria Rattes e tantas outras nobres Constituintes que trabalharam por essa proposta.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A Presidência considera co-autores os que apresentam destaques idênticos para efeito de constar da ata dos nossos trabalhos e para ficar consignado nos Anais que a prejudicialidade resultou exatamente da identidade da apresentação da matéria.

Concedo a palavra à Constituinte Beth Azize, para encaminhar sua emenda, que modifica a alínea a do art. 230, visando reduzir o tempo de serviço para aposentadoria da mulher aos 25 anos. Peço aos Srs. Constituintes que tomem seus lugares, para podermos acompanhar o encaminhamento dessa emenda, da maior importância.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Permita-me, Sr. Presidente.

Antes de a nobre Constituinte Beth Azize usar da palavra para defender sua emenda, há uma questão que V. Ex.<sup>a</sup> precisa resolver.

Trata-se do Destaque nº 2299, referente à Emenda nº 430/1, que não pode ser prejudicada, por uma razão básica e clara. O que sobra dessa emenda é exatamente a referência à paridade, que não pode ser prejudicada pela emenda anterior, já votada. Essa emenda é, portanto, aditiva à que já foi aprovada e não pode ser prejudicada, pois o autor está suprimindo as demais partes e mantendo a questão da paridade. Fica, pois, como emenda aditiva e como tal será votada. O Plenário terá que manifestar-se a este respeito. Trata-se de matéria nova e não está encampada pela emenda aprovada anteriormente.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – V. Ex.<sup>a</sup> tem razão. A matéria não é absolutamente idêntica. A emenda deve ser votada nesta parte, sem prejudicar o **caput**, já votado, em consequência da aprovação da emenda do Constituinte Floriceno Paixão.

Peço, então, à Constituinte Beth Azize que aguarde, porque vamos votar primeiramente a emenda do Constituinte Vladimir Palmeira.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Muito obrigado, Sr. Presidente.

**Destaque nº 002299-87 – Emenda nº 1P 10430-1, do Sr. Vladimir Palmeira, "que modifica a redação do art. 356, do projeto (art. 230, caput, do Substitutivo nº 2)". (462ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A emendado Constituinte Vladimir Palmeira adita, depois da palavra "real", aprovada na emenda do Constituinte Floriceno Paixão, o seguinte: "... cujo resultado nunca será infe-

rior ao que recebe o trabalhador na ativa, por função equivalente".

Estabeleça, portanto, a paridade, nos termos que a lei determinar.

Esta é a emendado Constituinte Vladimir Palmeira.

**O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO BRITTO:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem a palavra o nobre Constituinte Antônio Britto.

**O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO BRITTO:** – Sr. Presidente, para confirmar o que aqui está, peço a V. Ex.<sup>a</sup> que proceda à leitura da emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Peço ao Constituinte Vladimir Palmeira que confirme, no seu encaminhamento, se é realmente essa a parte da sua emenda que deseja defender.

Com a palavra o Constituinte Vladimir Palmeira.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Sr. Presidente, gostaria de ser esclarecido sobre o que vai ser votado nesta emenda. Parece que ainda estão ajustando o texto, quando é visivelmente anti-regimental modificá-lo na hora da votação.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A Presidência vai novamente ler o texto. (Peço a atenção do Constituinte José Lins). A emenda é aditiva à que acabamos de aprovar na votação anterior, cujo texto termina na expressão "valor real".

O aditamento é o seguinte:

"... valor real, cujo resultado nunca será inferior ao que recebe o trabalhador da ativa por função equivalente."

Quer dizer, estabelece a paridade.

Com a palavra o Constituinte Vladimir Palmeira, para encaminhar e confirmar o texto da emenda. Foi excluído pelo autor todo o trecho existente após a palavra "inferior" até a palavra "nem". De maneira que a parte intermediária, ou seja;

"... cujo resultado nunca será inferior ao que recebe o trabalhador", foi retirado por S. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – E a expressão "função equivalente" é mantida?

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A redação é esta:

"... cujo resultado nunca será inferior ao que recebe o trabalhador da ativa por função equivalente".

**O SR. CONSTITUINTE VLADIMIR PALMEIRA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a emenda que apresento acrescenta ao texto apenas a garantia de que o valor da aposentadoria jamais será inferior ao salário, à contribuição do trabalhador na ativa em função equivalente. Isto, evidentemente, poderá ser regulado em lei, mas o que se deseja é garantir que não haja uma queda brutal no valor do que o trabalhador passa a receber ao aposentar-se, mantendo-se uma ligação com a função que ele exercia, função esta que pode desaparecer ou continuar existindo, o que, sabemos, pode ser feito através do piso salarial da categoria.

Essa paridade já foi aprovada pela Câmara dos Deputados e se encontra entre reivindicações de todo movimento de aposentados.

Daí por que peço que se aprove agora esse acréscimo, a fim de se permitir um padrão de vida digno ao trabalhador aposentado, de tal modo que ele chegue ao fim de sua vida sem problemas maiores do que os que já teve contribuindo para a Previdência ao longo de tantos anos de trabalho.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Com a palavra o Constituinte Raimundo Bezerra, para encaminhar contrariamente.

**O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO BRITTO:** – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem a palavra o Constituinte Antônio Britto, pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO BRITTO:** – Sr. Presidente, peço um esclarecimento à Mesa e, especialmente, à Relatoria.

Acabamos de aprovar uma emenda do Deputado Floriceno Paixão, que diz:

"É assegurada a aposentadoria com salário integral, garantido o reajustamento para a preservação de seu valor real."

O entendimento da Relatoria – esta, a consulta que faço – é no sentido de que a emenda seguinte, que agora estamos votando, do Constituinte Vladimir Palmeira estabelecendo a paridade, não está contida no conceito da preservação do valor real?

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Com a palavra o Sr. Relator, para responder à questão de ordem.

**O SR. RELATOR (Almir Gabriel):** – A meu ver já está contida na emenda, aprovada, do nobre Companheiro Floriceno Paixão.

**O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO BRITTO:** – Sr. Presidente, é evidente que minha questão remete – não estou discutindo o mérito – a uma preliminar ao encaminhamento. A Mesa tem que decidir.

Pergunto se a opinião da Relatoria é de que o que vai ser votado já está contido no que foi votado. Estou levantando uma preliminar sobre a questão da prejudicialidade.

**O SR. CONSTITUINTE VLADIMIR PALMEIRA:** – Gostaria de dizer à Relatoria, com toda boa vontade, que seria bom que essa questão ficasse explícita, sem prejuízo de alguma opinião. Primeiro, porque se trata de reivindicação explícita do movimento dos aposentados; segundo, porque pode haver variação para cima do salário real da classe trabalhadora. A simples preservação do valor real da aposentadoria não garante que o trabalhador ganhe, na aposentadoria, o equivalente ao que percebe na ativa. Neste sentido foi feito nosso encaminhamento. É uma garantia suplementar perfeitamente justa. Não é uma questão tão importante para que alguém se coloque contra.

Acreditamos no Brasil. Acreditamos que a classe trabalhadora vai ter melhorado seu padrão de vida. E se o trabalhador da ativa melhora, o aposentado não pode ficar prejudicado.

Desta forma, pedimos seja mantida a referência à paridade.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Não sendo pacífico o entendimento em relação à prejudicialidade...

**O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO BRITTO:** – Sr. Presidente, aqui não se trata de a questão ser ou não pacífica. Quero saber qual é a decisão da Mesa.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A Mesa não considera prejudicado.



**O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO BRITTO:** – Gostaria de saber as razões da Mesa.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Submeto a matéria a votação. Se for necessário algum ajuste, o Relator o fará na redação final.

**O SR. CONSTITUINTE LUIZ SALOMÃO:** – Permita-me, Sr. Presidente.

Quero registrar e lamentar o fato de que a Liderança do PMDB, tem procurado introduzir na discussão, no encaminhamento dessas propostas, uma série de tecnicidades, de argumentos economicistas, que visam prejudicar o encaminhamento da proposta que favorece o povo trabalhador.

Não é possível, Sr. Presidente, que, na discussão da capitulação da "Ordem Social", quando se busca uma solução para alguns dos problemas fundamentais deste País, sejam introduzidos argumentos falaciosos que apenas tentam embargar o andamento da proposta.

Peço a V. Ex.<sup>a</sup> coloque em votação a emenda sem a utilização desses argumentos economicistas.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Vamos continuar o processo da votação.

**O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO BRITTO:** – Sr. Presidente, peço a palavra, para contraditar.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO BRITTO:** – Sr. Presidente, o que a liderança do PMDB está fazendo é tentar acrescentar ao texto constitucional um mínimo de bom senso, que se expressa no seguinte: se alguém vier a receber na aposentadoria, vencimento integral, sendo-lhe preservado o seu valor real, e alguém da ativa receber 80%, alguém, aposentado, haverá de receber 80%.

Trata-se, simplesmente, portanto, de, sem demagogia, tentar assegurar um texto que, pela sua qualidade e por seu caráter lógico, não transforme a vitória de hoje na ilusão de amanhã. O que o PMDB está pretendendo é fazer com que os ganhos sejam reais, factíveis e verdadeiros. Não estamos dispostos a iludir ninguém, especialmente os aposentados.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Concedo a palavra a V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Sr. Presidente, para esclarecimento do Plenário, gostaria que V. Ex.<sup>a</sup> resolvesse a questão de ordem levantada pelo Constituinte Antônio Britto.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – V. Ex.<sup>a</sup> não prestou atenção. Já respondi que indeferia a questão de ordem do Constituinte Antônio Britto, para submeter a emenda à votação. Aqueles Constituintes que acharem que a matéria está prejudicada, votem contra, usem seu direito de voto.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Mas o papel do Relator, Sr. Presidente, é esclarecer aqueles que irão votar. Queremos saber, realmente, quais as razões pelas quais o Relator acha que a emenda não está prejudicada.

Esta foi a questão de ordem levantada pelo Constituinte Antônio Britto. Peço a V. Ex.<sup>a</sup> que a atenda, pelo menos para que haja um mínimo de respeito à opinião do Plenário.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Nobre Constituinte José Lins, o Relator manifestou o entendimento

de que considerava prejudicada a questão, porque a expressão "valor real" compreenderia a paridade. A Mesa, não concordando com essa interpretação, submete a proposta a votos. Os Srs. Constituintes que entendem estar a emenda prejudicada votem contra. É muito simples. Não precisamos atrasar a votação com questões de ordem posteriores. A Mesa não aceitará mais questões de ordem sobre a matéria.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – A Mesa não está atendendo à questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Parece que V. Ex.<sup>a</sup> não está querendo aceitar a decisão da Mesa. A questão de ordem foi levantada e por mim resolvida há poucos instantes.

A Mesa submete a emenda a votos.

Com a palavra o nobre Constituinte Raimundo Bezerra.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Espero, Sr. Presidente, que pelo menos antes da votação a Mesa esclareça esse ponto, que consideramos fundamental.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Com a palavra o Constituinte Raimundo Bezerra, para encaminhar contra a proposta.

**O SR. CONSTITUINTE RAIMUNDO BEZERRA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, há mais de vinte e quatro horas as lideranças políticas com assento nesta Casa – principalmente a do meu partido – procuram um consenso em torno de matéria tão relevante, a aposentadoria dos trabalhadores. Infelizmente, o caminho que procurávamos, ao apoiar a emenda do nobre Constituinte Arnaldo Faria de Sá, não chegou a bom termo. Procurávamos, nesse consenso, a desindexação do salário para cálculo da aposentadoria, pois sabemos que uma das críticas hoje vigente neste País – e com razão – é a indexação do salário mínimo para cálculo da aposentadoria e de outros benefícios, principalmente no que concerne às categorias funcionais de trabalhadores. O salário mínimo é aviltante, mas tem servido de parâmetro para fixação do valor dos vários benefícios.

O Brasil apresenta, hoje, o menor salário mínimo do mundo – em torno de 40 dólares –, que dificilmente virá a ser corrigido de forma a corresponder às necessidades mínimas de uma família normal, já que tal indexação impede um avanço no sentido do atendimento das necessidades básicas do trabalhador. O que aprovamos hoje, com a emenda do Constituinte Floriceno Paixão, é exatamente o que toda a Nação condena: a indexação do salário para cálculo das aposentadorias.

Quando o Relator-adjunto, o Constituinte Almir Gabriel, expressou sua opinião em relação à emenda, falou com muita propriedade. Ninguém quer deixar de dar benefícios ao trabalhador; ninguém quer deixar de manter o valor real da aposentadoria; ninguém quer contrariar o conceito de necessidade, principalmente no que se refere aos aposentados, para que eles tenham uma vida digna, após terem trabalhado em prol da Nação e do seu povo. Mas não podemos permanecer na irrealidade de uma solução que certamente vai inviabilizar as aposentadorias no futuro.

Queria dar meu testemunho sobre o que acontece, por exemplo, em relação aos dois cargos de médico que tenho na Previdência Social. Sou médico, por concurso, no INPS. Fui chefe do Grupamento Pericial e estou, desde 1959, ligado à parte médica do antigo Samdu, hoje Inamps. Poderia aposentar-me, se quisesse, pois já tenho tempo, mas exerço outra função e ainda não me aposentei. Se me aposentasse hoje, receberia apenas 20 salários. Após esta emenda, posso aposentar-me com tudo o que recebia, ou seja, com mais de 50 salários.

Esta emenda está, portanto, beneficiando exatamente a classe mais alta, a que já foi beneficiada em vida com altos salários, e, certamente, não trará benefícios para o trabalhador.

O que acontece, Sr. Presidente, é que essa indexação inviabilizará, em termos econômicos, a Previdência Social. É muito normal, hoje, alegar-se que, se a Previdência tem dinheiro para comprar apartamentos, terá para pagar aposentadorias. Mas tudo tem limite. Se as aposentadorias chegarem a um teto maior do que o valor do salário contribuição, que é a fonte maior de recursos da Previdência, certamente haverá a falência do sistema, criado para proteger o futuro e não para inviabilizá-lo.

Somos pela rejeição da emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Com a palavra, para encaminhar a favor, o Constituinte Mendes Thame.

**O SR. CONSTITUINTE ANTONIO CARLOS MENDES THAME:** – Sr. Presidente, nobres companheiros, os jornais de ontem anunciaram que o crescimento da dívida interna brasileira, só no mês passado, foi, em termos reais, não nominais, de quase 6%. Ou seja, já descontada a inflação, aumentou-se a dívida interna em quase 6% – exatamente 5.9%. O que isso significa? Que num dos mais difíceis momentos por que passa a Nação, não há, por parte do atual Governo, qualquer preocupação em diminuir o déficit público, em conter a inflação, que, a partir do próximo mês, novamente atingirá níveis insuportáveis para todos os trabalhadores e empresários brasileiros, enfim, para toda a Nação. Não há qualquer preocupação nesse sentido. E vemos, hoje, a Liderança do PMDB tentar salvar a Previdência à custa dos proventos dos aposentados.

Desde 1979, ou desde antes, temos visto os recursos da Previdência serem alocados apenas por empresários e trabalhadores do País. Isto porque o Governo jamais compareceu com sua parte, obrigatória desde a lei que criou a Previdência, eis que tais recursos sempre têm sido desviados para finalidades que nada têm a ver com a Previdência Social.

Hoje, quando estamos votando emenda que dá a todos os trabalhadores o mesmo direito que há uma semana conferimos ao servidor público, um nobre colega Constituinte diz que estaríamos criando uma classe especial de celetistas, o celetista servidor público, que teria um direito não conferido aos demais trabalhadores.

Ora, por uma questão de isonomia, de paridade, de justiça, vamos estender a todos os brasileiros o que já fixamos para os servidores públicos. Se há algum excesso, poderemos corrigi-lo depois, em benefício de todos. Para esta Comissão de Sistematização ser coerente, precisamos aprovar esta emenda por grande margem de votos, da mesma forma como, por esmagadora maioria, aprovamos tal benefício para os servidores públicos. Caso contrário, estaremos discriminando todo trabalhador que não tenha tido, na sua vida laboral, o privilégio de tornar-se um servidor público.

Além do mais, é uma forma de corrigir as distorções, no que se refere àqueles que já estão aposentados, pois a Emenda Floriceno Paixão apenas os corrige com relação aos que se irão aposentar a partir da promulgação desta Constituição.

Era o que tinha a dizer, nobres companheiros. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Com a palavra, para encaminhar a votação, contra a proposta, o Constituinte José Costa.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ COSTA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, vou até abster-me de votar esta

emenda. Minha preocupação, hoje, não é com certas categorias profissionais que estão em situação privilegiada, mas com o trabalhador que recebe o salário mínimo, com o trabalhador que está na base da pirâmide social. Cito um exemplo: um comandante de um "Boeing" tem um salário aproximado de 400 mil cruzados por mês. Minha dúvida caso ele na aposentadoria tiver direito a proventos no mesmo valor – vamos admitir que ele contribua sobre vinte salários mínimos – é se haverá dinheiro suficiente para pagar àqueles que estão lá embaixo, os cidadãos comuns, os que recebem um magro salário mínimo, a fim de que continuem recebendo sua aposentadoria, ainda que modesta.

Suponho que isto não exista em nenhum país do mundo. Imagino que se deveria facilitar a criação de fundos que pudessem complementar, dentro ou fora da empresa, a aposentadoria. Nossa preocupação tem de ser exatamente com a base, com a grande massa de contribuintes, de assalariados. Acho que recursos extraídos da grande massa de contribuintes, da grande massa de segurados é que irão beneficiar aqueles que, em função de melhor remuneração, de melhores níveis salariais, têm melhores condições de sobreviver às dificuldades da aposentadoria, que, reconheço, implica sempre uma redução do padrão de vida, seja para o trabalhador que tem boa remuneração, que está nos estratos sociais mais elevados, seja para aqueles que vivem modestamente, com um, dois ou três salários mínimos.

De modo que me abstenho de votar, Sr. Presidente e Srs. Constituintes. Minha preocupação é exatamente com a grande massa de contribuintes e assalariados, que eventualmente poderá ficar prejudicada em virtude de uma provável falta de recursos. O excesso seria destinado a contemplar aqueles que têm salários mais elevados, que dão uma contribuição maior para a Previdência.

Eram estas as considerações que queria fazer.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LUIZ MAIA:** – Sr. Presidente, gostaria de saber se vamos votar apenas a inclusão da expressão "... ao que recebe o trabalhador da ativa por função equivalente".

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A emenda acresce à que votamos antes, do Constituinte Floriceno Paixão, depois da expressão "valor real", o seguinte: "cujo resultado nunca será inferior ao que recebe o trabalhador da ativa por função equivalente". De maneira que, no seu todo, o **caput** do artigo ficaria com a seguinte redação:

"É assegurada a aposentadoria com salário integral, garantido o reajustamento para a preservação em caráter permanente do seu valor real, cujo resultado nunca será inferior ao que recebe o trabalhador da ativa por função equivalente."

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LUIZ MAIA:** – Parece-me uma redundância, Excelência.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Com a palavra o eminente Relator, Constituinte Almir Gabriel.

**O SR. RELATOR (Almir Gabriel):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a emenda proposta tem a seguinte redação:

"É assegurada aposentadoria com salário integral, garantido o reajustamento, para preservação, em caráter permanente, do seu valor real, cujo resultado nunca será inferior ao que recebe o trabalhador da ativa por função equivalente."

Entendemos a intenção do nobre Constituinte Vladimir Palmeira. Todavia, queremos chamar a atenção da Comissão para o fato de que não haverá forma alguma através da qual se possa estabelecer a equivalência de função. Um mecânico que trabalha numa companhia com tarefas de grande complexidade tem uma remuneração

maior do que um outro que trabalha em uma oficina de esquina. Como ficará o segundo? Qual a função equivalente? E a função de mecânico remunerada com valor diferente? Qual será a base do cálculo? A questão da paridade ficaria respondido por inteiro com a aprovação da emenda do nobre Constituinte Floriceno Paixão.

Assim sendo, meu ponto de vista pessoal é de apelar para o nobre Constituinte Vladimir Palmeira no sentido de retirar a emenda, porque a questão já foi contemplada em disposição aprovada anteriormente. Mantida a emenda, em face da impossibilidade de estabelecer a equivalência de função, temos que encaminhar contra.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Aluizio Campos, Cristina Tavares, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, José Paulo Bisol, Nilton Friedrich, Paulo Ramos, Rodrigues Palma, Sigmaringa Seixas, Theodoro Mendes, João Agripino, Jorge Hage, Miro Teixeira, Nelson Wedekin, Octávio Elísio, Rose de Freitas, Vicente Bogo, Vilson Souza, Antonio Carlos Mendes Thame, Christóvam Chiaradia, Inocêncio Oliveira, José Santana de Vasconcellos, Mário Assad, Aníbal Barcellos, Gerson Pares, José Luiz Maia, Victor Faccioni, Bocayuva Cunha, José Maurício, Lysâneas Maciel, Francisco Rossi, Joaquim Bevilacqua, Sólton Borges dos Reis, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Sotero Cunha, Haroldo Lima, Roberto Freire e Beth Azize. **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Almir Gabriel, Antônio Brito, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Carlos Mosconi, Celso Dourado, Egídio Ferreira Lima, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Lyra, João Calmon, José Ignácio Ferreira, José Richa, José Serra, José Ulisses de Oliveira, Nelson Jobim, Pimenta da Veiga, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Severo Gomes, Aécio Neves Cunha, Daso Coimbra, Euclides Scalco, José Carlos Grecco, José Tavares, Manuel Viana, Márcio Braga, Marcos Lima, Michel Temer, Aloysio Chaves, Eraldo Tinoco, Francisco Benjamim, Francisco Dornelles, Gilson Machado, José Lins, Luis Eduardo, Oscar Corrêa, Osvaldo Coelho, Paulo Pimenta, Sandra Cavalcanti, Furtado Leite, Jofran Frejat, Jonas Pinheiro, José Lourenço, Paes Landim, Antônio Carlos Konder Reis, Jarbas Passarinho, Virgílio Távora e Adolfo Oliveira. **ABSTENÇÃO** dos seguintes Senhores Constituintes: José Costa e Alcení Guerra.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 41 Constituintes; votaram NÃO 48 Constituintes; abstiveram-se de votar 2 Constituintes. Total: 91 votos. O Destaque foi **rejeitado**.

**Destaque nº 007801-87 – Emenda nº ES-24984-3, da Sra. Beth Azize, "que modifica a alínea "a" do art. 265 do Substitutivo nº 1 (art. 230, "a", Título VIII, do Substitutivo nº 2)". (463ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Passamos à votação do Destaque nº 7801, da nobre Constituinte Beth Azize, referente à Emenda nº 24984.

Concedo a palavra ao nobre Constituinte Nelson Carneiro, pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – Sr. Presidente, quero declarar que votei contra a Emenda Floriceno Paixão na esperança de ver aprovada a Emenda Vladimir Palmeira. Quando cheguei aqui para votar, convocado pelo telefone, já havia sido encerrada a votação. Mas quero deixar expresso meu voto neste momento.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Constituinte Brandão Monteiro.

**O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO MONTEIRO:** – Sr. Presidente em determinada sessão da Comissão de Sistematização levantei aqui grave preocupação relacio-

nada com notícias de jornais, dando conta da existência de uma "caixinha" de trinta e cinco milhões de dólares dos industriais. Como não temos espaço de plenário, peço a V. Ex.<sup>a</sup> que me permita levantar rapidamente uma questão que considero grave: na mesma publicação, noticiava-se que haviam sido alugados quatro andares do Hotel Nacional por setenta milhões de cruzados. Não fiz aqui nenhuma acusação a Parlamentar. Apenas solicitei aos membros do Centro Democrático que se pronunciassem sobre o assunto, porque as notícias vinculavam essa questão da "caixinha" ao Centro Democrático.

O Sr. Constituinte Adolfo Oliveira solicitara à Assembléia Nacional Constituinte que apurasse tudo isso, "para saber se o que eu estava dizendo era verdade", conforme suas palavras, quando não acusei ninguém.

Sr. Presidente, o Constituinte Amaury Müller, em insistentes questões de ordem levantadas aqui, tem solicitado que a Assembléia Nacional Constituinte tome providências contra o Sr. Ronaldo Caiado, que tem difamado, caluniado e injuriado a Assembléia Nacional Constituinte. Hoje, Sr. Presidente, o jornal **O Globo** publica, na página 8, mais uma notícia sobre esse senhor, sob o título: "UDR realiza na Granja do Torto o maior leilão de gado do mundo". Entre outras afirmativas, além de declarar que "os produtores rurais estão de olho nos Constituintes", diz o Sr. Ronaldo Caiado: "Espero que o leilão renda o suficiente para obtermos uma vitória no Congresso".

Sr. Presidente, para quem sabe interpretar, um pinga é letra. Diz o Sr. Ronaldo Caiado que esse leilão, onde ele pretende apurar sessenta milhões de cruzados, terá a finalidade de tentar mudar votos na Assembléia Nacional Constituinte em relação à reforma agrária. Há mais de três meses vimos solicitando ao Presidente Ulysses Guimarães que convoque uma cadeia de rádio e televisão para explicar os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte. Minha questão de ordem é, pois, no sentido de que se tomem providências para apurar mais este ato, que atinge V. Ex.<sup>a</sup>, o Presidente Ulysses Guimarães, toda a Assembléia e a nós em particular.

Esta é a questão de ordem que formulo a V. Ex.<sup>a</sup>, como Presidente da Comissão de Sistematização, em função desse posicionamento atrevido e injurioso a todos os Constituintes por parte do Sr. Ronaldo Caiado de Castro.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem a palavra o nobre Constituinte Joaquim Bevilacqua.

**O SR. CONSTITUINTE JOAQUIM BEVILACQUA:** – Sr. Presidente, o nobre Líder do PDT, Constituinte Brandão Monteiro, levantou questão de ordem da mais alta importância. O Partido Trabalhista Brasileiro já formulou pedido de constituição de comissão especial de inquérito, uma comissão mista do Congresso Nacional, para apurar as graves colocações feitas ontem no jornal O Globo e aqui referidas pelo Constituinte Brandão Monteiro.

Tive o cuidado, Sr. Presidente, no dia de hoje, de verificar se esse cidadão havia retificado suas afirmações, porque poderia ter sido erro de imprensa ou uma colocação indevida. Mas esse cidadão não retificou essa declaração.

Sr. Presidente, ao mesmo tempo em que estamos recolhendo as assinaturas – e convido o Líder do PDT e os demais companheiros a também subscreverem esse documento – informo a V. Ex.<sup>a</sup> que o Constituinte Roberto Jefferson, em nome da bancada, formula, neste instante, representação criminal contra o cidadão Ronaldo Caiado. E mais, Sr. Presidente S. Ex.<sup>a</sup> está formulando também à Receita Federal pedido de informações para saber quanto está sendo arrecadado, para onde está indo o dinheiro arrecadado, através desses fabulosos leilões da UDR, porque aqui no Congresso, tenho a certeza, nenhum Constituinte se venderá por um boi ou por uma boiada.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Em nome da Mesa, congratulo-me com o PTB pela iniciativa que tomou e convoco o nobre companheiro Brandão Monteiro para fazermos uma reunião da Mesa da Comissão de Sistematização, a fim de reiterar ao Presidente Ulysses Guimarães as providências que, aliás, já foram adotadas, quanto à convocação de uma rede de rádio e televisão, a fim de defendermos o critério, o comportamento e a honorabilidade da Assembléia Nacional Constituinte. Essas providências serão adotadas pela Mesa.

Encareceria aos nobres companheiros que não mais tratassem da questão política no curso da votação, a fim de que pudessemos avançar na matéria que está sendo votada.

Concedo a palavra ao nobre Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva.

**O SR. CONSTITUINTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA:** – Sr. Presidente, desejo apenas registrar um fato importante.

Vários companheiros do PMDB e de outras bancadas votaram contra a paridade salarial para os aposentados. Estranhamente, há 15 dias, com as galerias cheias de aposentados, com base em um acordo de Lideranças, inclusive com a Liderança do PMDB a cargo do companheiro Ibsen Pinheiro, este fez um discurso extraordinário, muito aplaudido pelos aposentados, no sentido de que a bancada do PMDB, por unanimidade, iria votar a paridade.

Desejo registrar esse fato porque ao terminar o discurso, S. S.<sup>a</sup> disse o seguinte:

"Esse, Sr. Presidente, é um compromisso de honra da Nova República e do PMDB, que se sente feliz de poder participar deste ato, oferecendo os seus votos, à unanimidade, para o que vamos construir."

Esse discurso foi feito no dia em que aprovamos, em tom até festivo, a paridade salarial.

Encaminho à Mesa essas cópias dos registros daquela sessão da Câmara, para que sejam consignadas nos Anais da Comissão de Sistematização.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Antônio Britto.

**O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO BRITTO:** – Senhor Presidente, a providência solicitada pelo Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva é muito interessante, porque permitirá que conste dos anais da Casa que tipo de projeto se votava e em que foro era votado e, seguramente, constará também que aqui estamos reunidos, na Comissão de Sistematização, votando o texto da nova Constituição.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Concedo a palavra ao Constituinte Adolfo Oliveira.

**O SR. CONSTITUINTE ADOLFO OLIVEIRA:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, o ilustre Líder do Partido Democrático Trabalhista citou-me nominalmente a propósito de um pronunciamento meu, no qual eu reclamava providências imediatas e enérgicas para esclarecimentos dos fatos ocorridos, em desagravo à Assembléia Nacional Constituinte. Trago apenas, aqui, minha contribuição para que esse infeliz episódio tenha seu desfecho natural.

Proponho que o Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, Constituinte Ulysses Guimarães, faça uma representação junto ao Procurador-Geral da República, para que a Procuradoria Geral da República abra um inquérito criminal e seja apurado tudo quanto diga respeito a esta monstruosidade que tem sido divulgada pelos jornais e revistas.

Quando me referi ao Constituinte Brandão Monteiro, não disse que S. Ex.<sup>a</sup> havia feito a denúncia, mas que S. Ex.<sup>a</sup> veiculava o que estava saindo nos jornais. Com essas declarações de hoje, da UDR, acho que o que a Assembléia Nacional Constituinte tem a fazer é uma representação ao Procurador-Geral da República, a fim de que seja promovido um inquérito criminal, e essa gente seja chamada a responder por essa verdadeira barbaridade que vem ocorrendo, quando se tenta enxovalhar a Assembléia Nacional Constituinte e diminuir o valor de todos os que foram eleitos pela vontade popular.

Esta a sugestão concreta que trago e que encaminho ao Presidente Ulysses Guimarães.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Comunico ao Constituinte Adolfo Oliveira que sua sugestão será transmitida ao Presidente da Constituinte, para que seja feita uma reunião da Mesa desta Comissão e, em conjunto, apreciarmos o problema político que está sendo focado na Comissão.

Concedo a palavra ao Constituinte José Costa.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ COSTA:** – Sr. Presidente, trata-se realmente, de providências que não podem tardar. Quero cumprimentar os Constituintes Joaquim Bevilacqua, Brandão Monteiro e Adolfo Oliveira. É uma suspeição colocada contra todos nós. E deve ser feita urgentemente uma interpelação criminal não apenas ao Sr. Ronaldo Caiado, mas também aos empresários que disseram estar formando uma "caixinha" de 35 milhões de dólares para corromper a Assembléia Nacional Constituinte.

Essa interpelação criminal não pode tardar. Aliás, considero uma postura burra a do empresário que está patrocinando essa idéia, por imaginar que assim o Plenário da Constituinte irá votar contra a estabilidade. Em verdade, esse episódio está levando a Assembléia Nacional Constituinte a um impasse, a agir com espírito de porco.

Lastimo que o empresariado brasileiro, tão competente e que na sua maioria trabalha com os olhos voltados para os superiores interesses do País, seja constituído também por pessoas tão mesquinhas, tão apaixonadas, que agem de forma irracional e radical. Quero dizer que, se a Presidência da Assembléia Nacional Constituinte não providenciar o encaminhamento da interpelação criminal, com uma representação ao Sr. Procurador-Geral da República, na Comissão de Sistematização e no Plenário da Constituinte não faltarão cem ou duzentas assinaturas para fazer isso. Pessoalmente, vou esperar até o final da semana. A partir da próxima, estarei coletando assinaturas, a fim de que o Sr. Ronaldo Caiado e os empresários que fizeram referências tão desairosas à Constituinte sejam interpelados criminalmente.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A nobre Constituinte Beth Azize acaba de encaminhar solicitação para iniciarmos a votação de sua emenda, inclusive porque a Presidência autorizou a ocupação das galerias por mulheres que gostariam de assistir ao debate.

**O SR. CONSTITUINTE ALDO ARANTES:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem, por se tratar de grave questão, que diz respeito à matéria que está sendo discutida. Peço a paciência de V. Ex.<sup>a</sup> e a atenção do Plenário.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem a palavra V. Ex.<sup>a</sup>, que disporá de 3 minutos.

**O SR. CONSTITUINTE ALDO ARANTES:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, comunico à Mesa e ao Plenário da Assembléia Nacional Constituinte que a UDR é uma entidade de extrema direita, surgida no meu Estado e que está fazendo um movimento a nível nacional,

para levantamento de recursos, na tentativa de influenciar os rumos da Constituinte.

Mas não era só esta a denúncia que eu queria fazer. Lá, no meu Estado, a UDR está realizando leilões de bois, não só levantando recursos a fim de pressionar a Constituinte, mas, inclusive, dando a determinados animais o nome do Deputado Federal Aldo Arantes. Recebi a informação de que, em Anápolis, minha cidade natal alguns latifundiários de extrema direita chegaram a apontar suas armas para o animal que batizaram com o nome do Deputado Aldo Arantes, matando-o, exatamente para manifestar o caráter fascista e antidemocrático da União Democrática Ruralista.

Por outro lado, gostaria de chamar a atenção do nobre Líder do PL, que assumiu importante atitude em face das denúncias de influência do poder econômico na Assembléia Nacional Constituinte. E o último número da revista "Veja" faz também a seguinte afirmação:

"Segundo contas feitas pelo Deputado Guilherme Afif Domingos" – do PL –, "sem que se saiba com base em que critérios, o empresariado teria uma bolada de 35 milhões de dólares pare tornar mais efetiva a defesa dos seus pontos de vista."

Portanto, quanto à denúncia feita pelo Constituinte Brandão Monteiro, até agora não estava envolvido nenhum parlamentar, mas a partir desta matéria da "Veja" está vinculado o nome de um Parlamentar. E é necessário que este Parlamentar venha a público para explicar do que se trata e qual o seu envolvimento nesta matéria.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Com a palavra a Constituinte Beth Azize para encaminhar seu Destaque nº 7801 que propõe a redução no tempo de aposentadoria para trinta anos em favor dos homens e vinte e cinco anos em favor das mulheres.

**A SRA. CONSTITUINTE BETH AZIZE:** – Obrigada, Sr. Presidente. Espero que desta vez eu não seja convidada, novamente, a deixar a tribuna.

Sr. Constituinte, em primeiro lugar, quero agradecer a gentileza e o cavalheirismo do ilustre Constituinte Nelson Carneiro, que abriu mão do pedido de preferência para sua emenda, no mesmo teor da minha, para valorizar a emenda que representa o consenso da bancada de mulheres Constituintes. Ao mesmo tempo, gostaria também de agradecer a atitude do ilustre Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva, que teve gesto idêntico.

Toda vez que se tenta transformar a luta do trabalhador em disposições legais, toda vez que se tenta transformar a conquista do trabalhador brasileiro em uma obrigação legal, imediatamente elevam-se as vozes daqueles que se opõem a esta luta, arguindo que estas conquistas poderão provocar falências, prejuízos e ônus não só para a empresa privada, mas para o Estado. Ora, Srs. Constituintes, o ilustre Relator-Adjunto, Senador Almir Gabriel, disse, esta manhã, que a Previdência Social foi criada para ajudar os trabalhadores de baixa renda. A afirmação de S. Ex.<sup>a</sup> contrapõe-se ao argumento daqueles que investem contra as reivindicações que estão sendo atendidas a partir de propostas inseridas no texto constitucional.

Pois é exatamente isto que queremos reafirmar: a Previdência foi criada para atender ao trabalhador de baixa renda. Não é novidade alguma V. Ex.<sup>a</sup> dizer que muito mais da metade dos trabalhadores brasileiros recebe apenas um salário mínimo. E os tecnocratas insistem em repetir cálculos atuariais, em usar uma linguagem técnica para fazer a seguinte indagação: quem vai pagar todas estas conquistas? Quem vai pagar isto, Srs. Constituintes, é quem sempre pagou: o povo brasileiro. A Previdência Social vive da contribuição e do salário dos trabalhadores brasileiros.

Quando nós, as mulheres desta Constituinte, encampamos a luta para inserir no texto constitucional dispositivo que reduz para 25 anos o tempo de serviço para aposentadoria da mulher – e queremos também diminuir o tempo de trabalho do homem para trinta anos – não estamos pregando discriminação. Exatamente porque queremos direitos iguais é que desejamos a aposentadoria da mulher aos vinte e cinco anos e a do homem aos trinta. E por que queremos a aposentadoria da mulher antecipada em cinco anos em relação à do homem? Já foi cantado e decantado de todas as formas que a mulher merece aposentar-se com menos tempo de trabalho exatamente por trabalhar mais. Ela exerce dupla jornada – e a grande maioria, uma tripla jornada – pelos deveres que tem em casa, com a família, com o marido e filhos.

Não vejo nisso um ato de discriminação. Esta emenda tanto é boa, justa e valiosa, que proposta no mesmo sentido já havia sido inserida, no 1º Substitutivo, pelo ilustre Relator Bernardo Cabral, que assumiu, publicamente, com as mulheres brasileiras, o compromisso de fixar a aposentadoria por tempo de trabalho para todas as categorias profissionais em vinte e cinco anos.

Há poucos dias, este mesmo Plenário aprovou a aposentadoria das professoras aos vinte e cinco anos, com vencimentos integrais. **(Palmas)** Não vejo por que discriminar as mulheres de todas as demais categorias profissionais. Elas têm as mesmas obrigações e os mesmos deveres para com o País, para com sua família e para com o próprio povo brasileiro. **(Palmas nas galerias)**

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A Presidência deseja ponderar que admitiu o ingresso de mulheres nas galerias, atendendo à solicitação da Constituinte Beth Azize, sob a condição de não se manifestarem. Do contrário, seremos obrigados a tomar as devidas providências.

**A SRA. CONSTITUINTE BETH AZIZE:** – Portanto, Srs. Constituintes, não há por que afirmar-se frequentemente que a Previdência Social vai falir, vai à bancarrota por ter que pagar aposentadorias com prazo antecipado. O que leva a Previdência Social a este País à bancarrota é a má aplicação dos recursos públicos **(palmas)** e, sobretudo, a má gestão do dinheiro do trabalhador, o qual, na maioria das vezes, é empregado para beneficiar grupos ou o próprio Governo, ao invés de favorecer o próprio trabalhador. **(Palmas)**

Peço, pois, a todos os Srs. Constituintes que dêem uma demonstração de grandeza, valorizando o trabalho da mulher brasileira. Estamos aqui não apenas para representar a mulher, mas todo o povo brasileiro. E as mulheres deste País ficarão agradecidas aos Constituintes de 1987 por aprovarem a emenda que diminui o tempo para aposentadoria do homem e da mulher.

Concluindo, Sr. Presidente, quero apenas fazer um lembrete. Hoje é sexta-feira, 13. Não sei se aqueles que votarem contra esta emenda poderão chegar em casa em paz. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Para encaminhar contra, concedo a palavra ao eminente Constituinte Egidio Ferreira Lima.

**O SR. CONSTITUINTE EGÍDIO FERREIRA LIMA:** – Sr. Presidente, ilustres membros da Comissão de Sistematização, estou protegido em contra a ameaça da Constituinte Beth Azize. Em 13 de março de 1969 fui cassado. Naquela época não tinha como ganhar dinheiro para sobreviver. Lutava como um desesperado, porque tive a coragem de ficar em meu país e em minha cidade, enfrentando a ditadura em sua fase mais violenta. No dia 13 de agosto, uma sexta-feira, como hoje, eu fazia uma ligação telefônica, na tentativa de conseguir um cliente, e caí, partindo a pena. Se tiver de parti-la novamente hoje, sexta-feira, dia 13 de novembro, suportarei o sofrimento, mas não posso admitir, guardando silêncio, que estejamos a

transformar esta Constituição num texto de legislação ordinária específica, sujeito a constantes modificações. Por que estabelecer aposentadoria, pela Previdência, aos 30 anos para o homem e aos 25 para a mulher, quando hoje a previsão de vida do brasileiro é muito maior do que há dez ou vinte anos? Por que as mulheres, que tanto querem a igualdade – e têm o direito de reclamar essa igualdade – querem privilégios? Por que as mulheres querem aposentar-se aos 25 anos, quando uma mulher de 40 ou 45 anos é jovem, é capaz de trabalhar e produzir, é bela e eficiente? Não podemos transformar esta Carta em lei ordinária, sujeita aos embates da evolução social. Aqui temos alcançado muitas conquistas, belos mecanismos e a garantia da modernização do Estado brasileiro. Não nos vamos perder na concessão de direitos que são importantes e fundamentais para os trabalhadores, mas que não podem constar deste documento, sob pena de inviabilizar esta Constituição e a modernização deste País.

Estarei disposto, como sempre estive, a ir para as praças públicas colocar meu destemor e minha coragem em favor das reivindicações dos trabalhadores, das mulheres, mas não estou disposto a fazer concessões nesta hora, quando estamos edificando o futuro. Não podemos ser demagógicos, não nos devemos impressionar com discursos e partir para a solução de momento, a mais fácil. O povo que nos mandou para esta Casa pediu-nos senso de responsabilidade, coragem, precisão e perspectiva do futuro.

Sou contra a emenda. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A Mesa deseja informar ao Plenário que a emenda da Constituinte Beth Azize tem o apoio de suas companheiras de representação aqui nesta Casa. São co-autoras da emenda as Constituintes Rose de Freitas, Anna Maria Rattes, Abigail Feitosa, Raquel Capiberibe, Wilma Maia e outras Sras. Constituintes com assento no Congresso Nacional.

Tem a palavra a nobre Constituinte Rose de Freitas.

**A SRA. CONSTITUINTE ROSE DE FREITAS:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, nesta Assembléia, especificamente nos trabalhos da Comissão de Sistematização, temos ouvido, com muita frequência, todas as vezes em que aqui se aprova qualquer emenda que vise garantir aos trabalhadores, no âmbito social, alguns dos seus pelegados e sacrificados direitos, que vamos conviver com um golpe. Nas matérias referentes aos aposentados, às mulheres, aos trabalhadores, na questão da economia, ou do orçamento, ou dos tributos, enfim, em tudo, disseram-nos que estávamos preparando este País para um golpe.

Parece-me que o maior golpe que se dá em um país como este, mobilizado, consciente, responsável e que tem hoje o maior momento de sua História, neste momento constitucional, é fazer aquilo que até há pouco tempo a imprensa dizia que não faríamos: permitir que se construa aquilo que o nobre Relator Bernardo Cabral, insistentemente, pela sua inteligência, pelo seu caráter, pela sua coerência, tentou fazer, mesmo diante de todas as pressões com que conviveu, ou seja, elaborar uma Constituição que reflita os anseios dessa sociedade moderna, democrática, participativa e responsável.

Permito-me discordar do ilustre companheiro, Constituinte Egídio Pereira Lima. Não estamos aqui tentando fazer um texto de legislação ordinária que amanhã pudéssemos facilmente modificar. Estamos tentando garantir aquilo que, em todo o processo político deste País, não conseguimos nas Constituições anteriores.

Quando S. Ex.<sup>a</sup> assumiu esta tribuna – com o brilhantismo de sempre, assim como outros ilustres parlamentares com assento nesta Casa – o fez, antes de mais nada, na condição de filho, gerado no ventre de uma mulher. Não admitir isso seria reconhecer ser um simples

bebê de proveta. Reconhecer esses princípios de igualdade, Sr. Presidente, Constituinte Fernando Henrique Cardoso, é reconhecer também que há um passado longo, e tão próximo, para o qual contribuimos efetiva, social, política e economicamente, sem nunca termos visto neste País o registro desses princípios de igualdade. Agora queremos que seja reconhecida essa igualdade, porque a mulher desempenha uma dupla jornada de trabalho. Ninguém sabe do sacrifício que aqui fazemos para sermos Constituintes, eis que realizamos mais de uma jornada de trabalho, pois saímos deste plenário para ser mães, esposas, e administradores do lar.

As mulheres não querem estabelecer o princípio da desigualdade, mas fazer jus à sua própria história. Queremos que seja reconhecida a importância de seu papel social e político.

Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, o nobre Relator-Geral, que aqui está, acolheu publicamente – não num momento de emoção, mas num momento histórico para nós, mulheres, principalmente para nós, Constituintes, que o apoiamos em sua Relatoria – a emenda dispoendo sobre aposentadoria aos 25 anos para a mulher e aos 30 para o homem. S. Ex.<sup>a</sup> tinha a intenção de colocar no 2º Substitutivo essa reivindicação da mulher, que é de nível nacional, e não pôde fazê-lo. Vou relatar, neste momento, o porquê.

Um Vice-Líder do PMDB na Constituinte entendeu, com outras Lideranças não consideradas extremamente progressistas em determinados momentos da luta política desta Casa, que isso não deveria ser feito, por ser, na sua opinião, algo demagógico, irresponsável e, sobretudo, em sua opinião, porque sacrificaria por demais a economia do País. Não entendo como um partido como o PMDB, no qual milito, e que sempre defendeu a luta da mulher, reconhecendo-a publicamente, no momento em que temos o direito de esperar que esse partido se coloque ao nosso lado possa voltar-se contra uma reivindicação histórica como esta. E quero dizer, peemedebista que sou – até então – que o pensamento que S. Ex.<sup>a</sup>, o nobre Relator, deverá expor publicamente é o de apoiar essa justa reivindicação.

É mais do que justo que, neste momento, o Plenário desta Comissão faça justiça à luta da mulher, não só por uma questão de princípio, mas por ser uma questão social e humana, que importa, inclusive em nossa realização enquanto seres humanos. Queremos conquistar esse direito agora, na Sistematização. Que a Comissão reconheça o princípio fundamental da igualdade, mas que o faça historicamente. Enquanto não se restabelecer essa diferença, não se redefinirão os papéis do homem e da mulher, não se redistribuirão essas funções e não se diminuirá a sobrecarga que paira sobre o homem e sobre a mulher.

Queremos hoje que seja aprovado, Sr. Presidente, o limite de 25 anos para a mulher e de 30 anos para os homens. Não estaremos sendo contraditórios ou incoerentes, mas, simplesmente, exercendo o sagrado direito de fazer justiça a essas mulheres que hoje representam mais da metade da população e que têm sido colocadas à margem do processo de desenvolvimento do País, sem o reconhecimento do seu valor político, social e econômico.

Peço o apoio do Constituinte Egídio Ferreira Lima. Peço a S. Ex.<sup>a</sup> que reveja sua posição. Gostaria de pedir aos nobres Pares desta Casa e ao ilustre Presidente desta sessão, o Constituinte Fernando Henrique Cardoso, que nos permita prestar justa homenagem a um dos homens mais feministas desta Casa, a um dos Constituintes mais ilustres que conheci, um dos políticos mais sérios que aprendi a respeitar e que considero um mestre na política. Trata-se daquele que sempre militou pela causa da mulher, a ela dedicando-se integralmente, sem se importar com

críticas por parte da imprensa em determinados momentos, o grande Senador e Constituinte Nelson Carneiro, que abriu mão do privilégio de aqui defender a sua emenda, para dar a palavra às mulheres.

Durante o pronunciamento da Sr.<sup>a</sup> Rose de Freitas, o Sr. **Aluizio Campos**, Primeiro-Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência que é ocupada pelo Sr. **Fernando Henrique Cardoso**, Quarto-Vice-Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – O tempo de V. Ex.<sup>a</sup> está esgotado.

**A SRA. CONSTITUINTE ROSE DE FREITAS:** – Sr. Presidente, até pela causa por que assomamos à tribuna teríamos o direito de falar por esta e outras sessões, mais, mas eu me restrinjo ao tempo que V. Ex.<sup>a</sup> regimentalmente me permite, dizendo o seguinte: ou será agora ou nunca mais. Façam justiça à luta da mulher! **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Para encaminhar contra, tem a palavra o Constituinte Celso Dourado.

**O SR. CONSTITUINTE CELSO DOURADO:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, vale a pena uma reflexão sobre o passado.

A tragédia grega, sabemos, surgiu quando da decadência da filosofia grega, das instituições políticas e do próprio ser humano, como ser integral que luta, que tem ambição e que pretende realizar-se através dos seus próprios esforços, do seu trabalho, da sua fé, da sua crença e da sua esperança. Sófocles escreveu a tragédia grega para responder a uma crise existencial dia Grécia Antiga.

Quando um povo perde sua ambição, sua fé no futuro e seu desejo de crescer, realizar e construir, está em decadência. E o nosso é um povo jovem, que ainda tem uma longa história a escrever. E é desagradável, nesta hora, estarmos mais preocupados com um menor tempo de trabalho, com aposentadorias facilitadas, com toda a sorte de benefícios que garantam o lazer, o descanso, o não fazer nada, o **dolce farniente**.

Sr. Presidente, não estamos aqui discriminando as mulheres. Muito ao contrário, sou daqueles que fazem questão de garantir, na teoria e na prática, que os direitos sejam iguais, que o respeito seja mútuo, que a aliança do casal deve ter responsabilidades iguais. Tenho quase 35 anos de trabalho e 34 anos de contribuição para a Previdência; minha esposa, mais de 30 anos de trabalho. Ainda nos consideramos um casal jovem. Não queremos parar, mas ir em frente.

Aqui não estamos tratando da discriminação da mulher. Acho muito justo que a mulher seja aposentada aos 30 anos e o homem aos 35. Que mude de trabalho, de atividade, mas que continue sua disposição de luta, de realização, de transformação e de adequação do meio ambiente em benefício de todos nós.

Sr. Presidente, estamos aprovando questões de interesse dos trabalhadores, e esta generalização de aposentadoria aos 25 anos e do homem aos 30 anos não beneficia os trabalhadores humildes deste País, não beneficia as mulheres trabalhadoras, mas exatamente aqueles que já têm até o privilégio de começar a trabalhar cedo. Neste País muitos não se aposentaram aos 50 anos, porque não tiveram nem o privilégio de ter trabalhado aos 16, 18 ou 20 anos e só começaram a trabalhar de maneira regular, contribuindo para a Previdência, bem mais tarde.

Essa generalização não beneficia, repito, a grande massa de marginalizados deste País. Investe-se no preparo de uma jovem inteligente e competente para ser professora. Ela começa bem cedo a estudar e se forma, hoje, aos 20 ou 21 anos. Aos 40 ou 45, porém, completa seus 25 anos de contribuição e se aposenta como profes-

sor de nível superior ou como técnico de setores decisivos para o futuro deste País.

Sr. Presidente, aos 40 anos o ser humano tem muita força, muita beleza, disposição e competência para realizar e contribuir para o desenvolvimento do País. Por que fixar uma aposentadoria aos 25 anos para a mulher e aos 30 para o homem? Não posso aceitar isso.

Creio no futuro do Brasil e tenho a ambição de ver este povo escrevendo sua História com alegria, disposição, coragem e trabalho.

Muito obrigado. **(Palmas)**

**O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO BRITTO:** – Sr. Presidente, peço a palavra, para um esclarecimento de votação.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO BRITTO:** – Sr. Presidente, tanto quanto entendi, a emenda ora posta em votação não é a que estabelecerá direitos para as mulheres em relação aos que os homens têm, em termos de aposentadoria.

O texto do Relator Bernardo Cabral já estabelece, com justiça, essa distinção, ao falar em 30 e 35 anos. Em consequência, salvo se eu estiver equivocado – por isso faço a solicitação de esclarecimento ao Relator – o que aqui se está discutindo é um tema que não incorpora apenas a questão das mulheres, mas, sim, dos brasileiros em geral. Quanto tempo deve-se trabalhar para obter aposentadoria, salvo os casos já ressaltados pelo texto?

E, aí, eu gostaria de fazer uma ponderação, para obter o esclarecimento.

Em primeiro lugar, esta Comissão, com absoluta justiça, assegura direitos específicos a dois tipos de companheiras, mulheres brasileiras, que vinham sendo historicamente discriminadas. De um lado, as donas-de-casa; de outro, a empregada doméstica. Segundo, a partir de hoje, mantida a votação da Comissão de Sistematização; todo aposentado receberá proventos baseados no salário integral e corrigidos pelo valor real.

Será, Sr. Presidente, a menos que esteja equivocado, que não estamos – e aqui recorro a cidade onde nasci, ao lado do Uruguai – construindo um país de **jubilados** e levando o Brasil ao mesmo fim do país dos **jubilados**?

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – "Jubilado" quer dizer aposentado. Como gaúcho, V. Ex.<sup>a</sup> pensa que todos os brasileiros falam o espanhol, nobre Constituinte Antônio Britto.

Srs. Constituintes, a emenda que está sendo votada é a que, efetivamente, como caracterizou o Constituinte Antônio Britto, reduz o tempo de serviço para a concessão de aposentadoria para homens e mulheres em 5 anos, ou seja, 25 anos de serviço para as mulheres e 30 anos para os homens.

Esta, a emenda que está sendo votada. Com a palavra o Relator, para opinar sobre a matéria.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, antes de passar a palavra ao nobre Constituinte Almir Gabriel, Relator, encarregado desta matéria na Comissão de Sistematização, quero declarar que meu voto pessoal é "sim". **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Com a palavra o Relator Almir Gabriel.

**O SR. RELATOR (Almir Gabriel):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, gostaria de fazer uma observação despretensiosa, mas importante para reflexão dos Srs. Constituintes.

Antes de trabalharmos no relatório sobre o Capítulo "Da Ordem Social", analisamos informes sobre a situação do Brasil e de outros países, com vistas a ter uma posição técnico-científica, ética e política sobre o assunto. Tivemos o cuidado, com vistas a expressar aqui nosso ponto de vista, de conseguir dados fundamentais, a fim de informar todos os nossos companheiros Constituintes e para que possamos tomar decisões que engrandecem a Constituinte.

Ainda há pouco, certamente numa situação equivocada, aprovamos um texto constitucional que na prática resultará em se dizer, lá fora, que respaldamos a aposentadoria dos "marajás". **(Palmas)** Garantimos exatamente que a aposentadoria será concedida em função do salário integral e não em função de uma condição básica para a Previdência Social, isto é, o número de contribuições feitas e o valor dessas contribuições à Previdência. Agora estamos enfrentando um momento da maior importância. A eminente Constituinte Beth Azize propõe a redução do tempo de serviço para 30 anos, para o homem, e 25, para a mulher. Não se diz que são 30 anos de contribuição, mas, sim, 30 anos de trabalho. Isto significa que uma pessoa que esteja numa atividade qualquer e que possa comprovar que estava trabalhando, mesmo que não tenha contribuído para a Previdência Social, terá acesso à aposentadoria aos 30 anos, quando homem, e aos 25 anos, quando mulher. Há, no entanto, alguns dados importantes para levarmos em conta.

Companheiros Constituintes, há 35 anos a expectativa de vida no Nordeste era de aproximadamente 42 anos de idade; hoje, ali, a expectativa de vida se situa em torno de 57 a 59 anos de idade. No Sul e Sudeste, essa expectativa, que era de 48 e 52 anos, subiu, agora, para 67 anos. Se fizermos uma análise sobre as expectativas de vida, vamos verificar que o elemento significativo, que divide a população, é a remuneração de cada pessoa. Quem ganha menos de três salários mínimos – os pobres, os miseráveis do País – vive menos, não ultrapassa os 57 anos. Na medida em que as pessoas ultrapassam 57 anos, adquirem uma esperança de vida, quer no Nordeste, quer no Norte, quer no Sul, quer no Sudeste, quer no Centro-Oeste, acima de 67 anos.

O que acontece em relação à questão homem e mulher? Em 1970, a esperança de vida de uma mulher que tivesse 45 anos era de mais 28 anos. No período de 1980 a 1985, essa expectativa é de mais de 30 anos. O que está sendo proposto neste momento? Que a mulher contribua durante 25 anos com 8,5% do seu salário e receba durante 30 anos 100% do seu salário. Quem vai pagar isso? O trabalhador que ganha um, dois e três salários, aquele que está em situação de miséria! Não o que ganha mais, já que este terá, sem dúvida alguma, condição de acesso à aposentadoria, porque tem esperança de vida para isto.

Meus companheiros, a Previdência Social é o seguro do trabalhador. Ela não é o Itaú ou o Bradesco, que são seguros privados. Ela é, sem dúvida alguma, a grande seguradora do trabalhador. E, se levarmos essa seguradora à falência, estaremos dando razão a quem, lá fora, diz que a Constituinte não assume as responsabilidades devidas, onerando o País ao decidir a respeito do atendimento de determinadas necessidades sociais.

A aposentadoria não pode ser tomada em função de dados de tempo. Dos 147 países do mundo, apenas o Brasil, o Egito, o Equador, o Iraque, a Itália, o Kuwait e o Líbano concedem aposentadoria por tempo de serviço. Nos demais, a aposentadoria está relacionada ao sistema contributivo, isto é, tomando como base o número de contribuições. A matemática é igual, quer o país seja desenvolvido, quer subdesenvolvido. O cálculo atuarial é igual para todos, ricos ou pobres.

Precisamos ter serenidade, postura equânime, equilíbrio para verificar que o que está sendo proposto, isto é,

redução de 35 para 30 e de 30 para 25 anos, – o tempo de trabalho como elemento de referência para o acesso à aposentadoria – pode ser o fim da Previdência Social, o que pode resultar num grande e extraordinário serviço para o Bradesco, para o Itaú e outras seguradoras privadas.

**(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Manuel Viana.

**O SR. CONSTITUINTE MANUEL VIANA:** – Sr. Presidente, acredito que esta emenda já foi votada no artigo 44, em que se diz que a mulher servidora pública será aposentada aos 30 anos de trabalho. Não há dois tipos de mulheres: as servidoras públicas e as outras. Todos são iguais perante a lei.

Esta emenda, a meu ver, está prejudicada, porque o assunto já foi votado e aprovado pela Comissão de Sistematização.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Se a emenda aprovada tivesse sido esta, acho que Vossa Excelência teria razão. Mas foi votada outra emenda relativa ao servidor público.

**O SR. CONSTITUINTE MANUEL VIANA:** – Entendo ter sido aprovada a aposentadoria aos 30 anos de trabalho para a mulher. Se esta emenda for aprovada, prejudicará a que já foi acolhida.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Lembraria a V. Ex.<sup>a</sup> que aprovamos uma emenda que diz respeito ao magistério trata-se de outro tipo de aposentadoria.

**O SR. CONSTITUINTE ARNALDO FARIA DE SÁ:** – Peço a palavra para contraditar, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Tem a palavra V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE ARNALDO FARIA DE SÁ:** – Acho que o que aprovamos diz respeito às mulheres funcionárias públicas. Mas temos de contemplar todas as mulheres – as celetistas e as demais. Se ficarmos apenas com o texto do art. 44, só as mulheres funcionárias públicas terão esse direito. Precisamos aprovar essa emenda, a fim de que todas as mulheres tenham a mesma prerrogativa.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – V. Ex.<sup>as</sup> não precisam sangrar em saúde, porque a Mesa já decidiu a este respeito.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Sr. Presidente, peço a palavra, para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – O Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva está há algum tempo pedindo para falar, pela ordem. Concederei a palavra a V. Ex.<sup>a</sup> em seguida.

**O SR. CONSTITUINTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA:** – Perguntaria ao nobre Relator de onde é que foram retirados os dados de que a esperança de vida no Nordeste é de 57 anos e de que no Sul é de 67 anos. Os dados do IBGE são outros: exatamente sete anos menos do que as médias citadas por S. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Constituinte Almir Gabriel, aqui há uma questão de ordem. Vou interpretá-la, a fim de permitir um esclarecimento a respeito de qual é o dado fidedigno, se o de V. Ex.<sup>a</sup> ou o do IBGE, citado pelo Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva.

Peço ao Sr. Constituinte Almir Gabriel que responda a esta questão técnica.

**O SR. RELATOR (Almir Gabriel):** – O livro citado é "Brasil 2000", de Hélio Jaguaribe.



**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Está respondido. Os dados deste livro são mais recentes do que os do IBGE. **(Risos)**

O Constituinte José Lins pede a palavra, pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Sr. Presidente, foi referido há pouco que a emenda sobre a aposentadoria da mulher funcionária pública já foi votada.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Já respondi a esta questão.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Poderia V. Ex.<sup>a</sup> prestar outro esclarecimento?

Pelo que entendi, se aprovarmos este novo texto, estaremos revogando o já aprovado.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Não. A meu ver, esta matéria é específica, enquanto a outra é uma norma mais geral. Assim, estamos colocando os brasileiros e brasileiras em diferentes categorias.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Então, V. Ex.<sup>a</sup> confirma que serão mantidas os 30 anos para as funcionárias públicas e as que não forem servidoras públicas passarão a aposentar-se aos 25 anos? É o entendimento de V. Ex.<sup>a</sup>?

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Meu entendimento é o de que vamos ter dois regimes.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Vamos ter dois regimes: um para as mulheres do Serviço Público e outro, para aquelas que não trabalham no Serviço Público. Acho que V. Ex.<sup>a</sup> esclareceu bem ao Plenário.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Exatamente.

Em votação a emenda, com parecer contrário do Relator.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Bernardo Cabral, Carlos Mosconi, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, José Paulo Bisol, Nelson Carneiro, Nelton Friedrich, Paulo Ramos, Rodrigues Palma, Sigmaringa Seixas, Theodoro Mendes, Chagas Rodrigues, Jorge Hage, Miro Teixeira, Octávio Elísio, Rose de Freitas, Vicente Bogo, Antonio Carlos Mendes Thame, Sandra Cavalcanti, Aníbal Barcellos, Jofran Frejat, Jonas Pinheiro, Victor Faccioni, Brandão Monteiro, José Maurício, Bocayuva Cunha, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Adolfo Oliveira, Haroldo Lima, Roberto Freire e Beth Azize. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Almir Gabriel, Aluísio Campos, Antônio Britto, Artur da Távola, Carlos San'tanna, Anna, Celso Dourado, Egídio Ferreira Lima, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Lyra, João Calmon, José Ignácio Ferreira, José Richa, José Serra, Oswaldo Lima Filho, Pimenta da Veiga, Raimundo Bezerra, Virgildásio de Senna, Aécio Neves Cunha, Antonio Mariz, João Agripino, José Costa, José Tavares, Manuel Vianna, Marcos Lima, Nelson Wedekin, Roberto Brant, Vilson Souza, Alcení Guerra, Aloysio Chaves, Eraldo Tinoco, Francisco Benjamim, Francisco Dornelles, Inocêncio Oliveira, José Jorge, José Lins, José Santana de Vasconcellos, Luís Eduardo, Mário Assad, Oscar Corrêa, Oswaldo Coelho, Paulo Pimentel, Enoc Vieira, Furtado Leite, Paes Landim, Antônio Carlos Konder Reis, Gerson Peres, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia, Adylson Motta e Sotero Cunha. Absteram-se de votar os seguintes Senhores Constituintes: Renato Vianna e José Thomaz Nonô.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 37 Constituintes; votaram NÃO 50 Constituintes; absteram-se

de votar 2 Constituintes. Total: 89 votos. O Destaque foi **rejeitado**.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Antes de encerrar a sessão e talvez abusando da condição de estar eventualmente na Presidência, quero esclarecer meu prezado amigo, o Constituinte Fernando Santana, a respeito de indagação hoje feita sobre objetivo usado por mim, relativamente a emenda de sua autoria e aprovada por nós.

Em primeiro lugar, votei favoravelmente à emenda; em segundo, fiz uma declaração no Senado, ontem à noite – uma reflexão – ao tentar justificar o que é justificável, o voto do Senador Albano Franco. E dei as razões pelas quais me parece que esta Casa deve refletir sobre a matéria, dada a importância do tema. Aliás, quanto a esse tema, que apaixonou tantos no passado – e aqui foi referida a memória de meu pai, um dos generais do petróleo – devo dizer que fui expulso da universidade, entre outras razões, por ter sido tesoureiro do Centro de Defesa do Petróleo. Portanto, não só meu pai, mas eu também estava envolvido nessa luta.

Queria apenas dizer que, hoje, algumas reivindicações são específicas, utópicas e anacrônicas, e me parece que deveríamos ter uma reflexão sobre isso, para não pensarmos que estamos fazendo um grande avanço, quando, na verdade, estamos apenas criando uma dificuldade para outros avanços mais importantes.

Estou aberto para uma reflexão, mas jamais faria a grosseria de qualificar, primeiro a mim mesmo e, depois, muito menos, meus companheiro de exílio, a quem muito prezo, o Constituinte Fernando Santana. Então, se alguma coisa foi dita por mim, está sem aspas, não foi nesse sentido. Apresento, pois, minhas escusas por antecipação.

#### V – SUSPENSÃO DA REUNIÃO

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– A Presidência vai suspender os trabalhos, convocando os Senhores Constituintes para a continuação da presente reunião, hoje, 13-11-87, às 15 horas.

Está suspensa a reunião.

#### EM 13 DE NOVEMBRO DE 1987 (2)

Presidência dos Srs.: **Jarbas Passarinho**, Terceiro-Vice-Presidente; e **Fernando Henrique Cardoso**, Quarto-Vice-Presidente.

#### I – REABERTURA DA REUNIÃO

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Havendo

número regimental, declaro reaberta a reunião. Com a palavra o Constituinte Floriceno Paixão.

#### II – COMUNICAÇÕES

**Do Sr. Constituinte Floriceno Paixão:**

**O SR. CONSTITUINTE FLORICENO PAIXAO:** – Sr. Presidente, ainda sob forte emoção, em virtude da votação ocorrida na parte da manhã, ocupo a tribuna para esclarecer algumas dúvidas surgidas em relação à expressão "salário integral".

É óbvio que a emenda deixou de receber muitos votos favoráveis em virtude dessa dúvida que ainda paira no ar. Para esclarecer o assunto, quero comunicar que minha intenção não foi, absolutamente, como dizem por aí, proteger "marajás". Sabe V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Presidente Jarbas Passarinho – aliás, um dos mais eficientes Ministros que a Previdência Social já teve – que eu nunca teria feito esta emenda para proteger alguém que não o trabalhador, notadamente o de baixa renda.

Assim sendo, reservo-me o direito – e declaro isto alto e bom som – de elaborar emenda com outra redação, para a segunda discussão do projeto, conforme me permite o Regimento Interno, para esclarecer melhor o assunto.

Muitos colegas e, inclusive, jornalistas estão em dúvida sobre o que vai representar, na prática, a aplicação desse dispositivo. É claro que se entende como "salário integral" o salário-de-contribuição integral. Hoje, o teto máximo de contribuição para a Previdência Social é de vinte salários mínimos. Ninguém, por esse instituto, pode ganhar mais de vinte salários mínimos, embora, na prática, existam salários muito superiores a esse teto. Então, a Previdência Social, de acordo com lei votada pelo Congresso, estabelece um teto de contribuição, e sobre esse teto é que são concedidas as aposentadorias.

Para considerar salário integral louvei-me em expressão contida no art. 165, item XX, da Constituição, que diz: "...salário integral para aposentadoria do professor particular". Portanto, a Previdência Social sempre se reserva o direito de conceder salários segundo a lei e de acordo com o teto de contribuição, assim como a aposentadoria da mulher aos trinta anos com salário integral.

Louvei-me, pois, no texto da atual Constituição para formular minha emenda.

De modo que, Sr. Presidente, faço esta comunicação apenas para lamentar o fato de muitos Srs. Constituintes terem votado contra a emenda por desconhecerem meu pensamento real. Dou-lhes razão, pois, de fato, o tema pode gerar dúvidas, e os jornais talvez digam que estou protegendo "marajás". Não se trata disso, ao contrário, haja vista que fiz uma indagação à Mesa sobre a possibilidade de, através dos Srs. Relatores, acrescentar-se a expressão "salário-de-contribuição integral". Mas a Mesa não pôde fazê-lo, em face da norma regimental.

Era a comunicação que queria fazer a V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Presidente, para que não paire dúvida a respeito do assunto. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Pessoalmente, devo dizer que interpretei como V. Ex. Inclusive sabemos que mesmo os vinte salários mínimos só serão recebidos a partir do ano 2003, porque foi a lei de 1973 que estabeleceu a duração para 30 anos.

Concedo a palavra ao Constituinte Nelson Carneiro, pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – Sr. Presidente, fui um dos que não acompanharam o destaque do nobre Constituinte Floriceno Paixão, exatamente porque não havia essa explicação. Se tivesse havido o esclarecimento que S. Ex.<sup>a</sup> acaba de prestar, eu teria votado a favor de sua emenda. Diante da redação, fui compelido a votar contra.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Pois não.

### III – ORDEM DO DIA

#### VOTAÇÃO DO PROJETO DE CONSTITUIÇÃO

#### TÍTULO VIII (continuação)

**Destaque nº 004576-87 – Emenda nº ES-32854-9, do Sr. Francisco Rossi, com co-autoria de: Luiz Gushiken e Floriceno Paixão "que modifica a redação da alínea "a" do artigo 265 do Substitutivo 1 (artigo 230, "a", Título VIII, do Substitutivo 2)" (464ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Sobre a mesa, requerimento de preferência para votação do Destaque nº 4576, de autoria do Constituinte Francisco Rossi

Os que estão de acordo, permaneçam como se encontram. **(Pausa)**

Preferência concedida.

Com a palavra o Constituinte Francisco Rossi.

**O SR. CONSTITUINTE FRANCISCO ROSSI:** – Sr. Presidente, é evidente que ainda não há **quorum** para votar matéria. Solícito, pois, a V. Ex.<sup>a</sup> que acione a campanha durante alguns minutos, a fim de conseguirmos número para a votação.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – As campanhas estão sendo acionadas há bastante tempo, mas determinei que continuassem a sê-lo.

Proponho seja iniciada a discussão da matéria e, enquanto isso, completar-se-á o **quorum** para votação. Caso contrário, a proposta de V. Ex.<sup>a</sup> não será prejudicada: voltarei a acionar as campanhas e esperarei o **quorum** legal.

Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE FRANCISCO ROSSI:** – Sr. Presidente, caros colegas, pela manhã, a alínea **a** ficou com a seguinte redação:

"É assegurada a aposentadoria após trinta e cinco anos de trabalho para o homem e trinta para a mulher."

Oferecemos a co-autoria de nossa emenda ao nobre Constituinte Luiz Gushiken, que, após um acordo de Lideranças, proporcionou sua inclusão nesta discussão. Nela propomos seja facultado ao homem, nos termos da lei, aposentadoria proporcional aos trinta anos de trabalho. A redação ficaria assim:

"**a**) é assegurada a aposentadoria após trinta e cinco anos de trabalho para o homem e trinta para a mulher, facultado ao homem requerer, nos termos da lei, aposentadoria proporcional aos trinta anos."

Sr. Presidente, nobres Constituintes, entendemos ser da maior importância a aprovação desta emenda. Nós, que trabalhamos há tanto tempo pelos direitos do trabalhador, já conseguimos extraordinários avanços. Por exemplo, votamos a estabilidade no emprego, o pagamento da hora extra em dobro, a licença-gestante de 120 dias para a mulher trabalhadora e, hoje pela manhã, a aposentadoria integral. Entendemos que este é o momento para caminharmos um pouco mais e consagrarmos, a nível de princípio constitucional, aquilo que já existe na legislação ordinária.

Desde 1923, uma sucessão de leis e decretos tem estendido ao homem a possibilidade de requerer aposentadoria proporcional aos trinta anos de trabalho. Sabemos que para alguns políticos a palavra trabalhador é quase uma abstração, é um vocábulo que enriquece apenas os discursos políticos em praças públicas. No entanto, passadas as eleições, vitorioso o candidato, muitas vezes os compromissos ficam esquecidos.

É aos Constituintes que honram os compromissos assumidos em praças públicas, aos que se preocupam em compartilhar dos sonhos, dos desejos e esperanças dos trabalhadores, que depositam essas mesmas esperanças na urna sagrada da democracia, é a esses Constituintes que faço um apelo no sentido de aprovarmos esta emenda de largo alcance, que consagrará, a nível de princípio constitucional, repito, aquilo que já existe na legislação ordinária.

Sr. Presidente, caros companheiros, é a exposição que fazemos desta emenda, singela, mas que, sem dúvida alguma, significará, se aprovada, um grande avanço e uma vitória do trabalhador brasileiro.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Luiz Gushiken.

**O SR. CONSTITUINTE LUIZ GUSHIKEN:** – Sr. Presidente, colegas Constituintes, subo a esta tribuna a pedido das duas centrais sindicais – a CUT e a CGT – mais preocupado em dar uma explicação sobre o assunto do que em fazer um discurso com a veemência que normalmente marca aqueles que aqui comparecem. No nosso entendimento e no das centrais sindicais, a não inserção desse dispositivo no relatório do Constituinte Bernardo Cabral se deu muito mais por motivos de equívoco do que por uma ação deliberada. A rigor essa emenda não acrescenta absolutamente nada em matéria de legislação previdenciária. Entretanto, se na Constituição não for consubstanciada a emenda que ora defendo, de dupla autoria – minha e do Deputado Francisco Rossi –, haverá lesão de direitos para toda a classe trabalhadora.

Estas as razões que estão a exigir uma explicação sobre esse assunto.

Desde 1923, já no Governo Arthur Bernardes, as categorias profissionais vêm conseguindo aposentadoria proporcional após trinta anos de trabalho. Atualmente, exceção feita aos servidores públicos e às categorias profissionais que têm aposentadoria especial, o conjunto da classe trabalhadora tem este direito. Assim, quando o trabalhador completa esse tempo de serviço tem duas opções: ou continua trabalhando, e nesse caso recebe um abono permanência, ou opta por aposentadoria proporcional, o que significa receber parte dos proventos como aposentado.

Srs. Constituintes, defendemos a inclusão dessa emenda, que espero seja aprovada, sob pena de prejudicarmos direitos existentes há mais de meio século para a classe trabalhadora. Espero que depois destas explicações não haja objeção alguma por parte do Relator e daqueles que têm um mínimo de conhecimento de legislação previdenciária. Vamos pelo menos respeitar os direitos dos trabalhadores.

Muito obrigado.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ SERRA:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ SERRA:** – Sr. Presidente, eu me permitiria, mais do que solicitar, fazer um esclarecimento de como estou considerando esta proposta e tentar esclarecer o assunto para o conjunto do Plenário, eis que muitas pessoas têm perguntado sobre seu significado.

Hoje, pela legislação atual, é possível a um trabalhador, cujo limite de tempo para aposentadoria é trinta e cinco anos de trabalho, aposentar-se aos trinta anos proporcionalmente, ou seja, com proventos inferiores aos que teria, caso se aposentasse aos trinta e cinco anos de trabalho. Pois bem, na forma em que está redigido o artigo, fica excluída esta possibilidade de aposentadoria parcial. Se não constasse, no texto, referência a períodos de aposentadoria, não haveria problema. Mas passa a haver problema no momento em que dele constam diversos limites de tempo para aposentadoria. Se não se explicar a possibilidade da aposentadoria parcial aos trinta anos, isto estará automaticamente vedado pela Constituição.

A meu ver, trata-se de explicação importante, pois esse fato me leva, inclusive, a apoiar a proposta. Do contrário, haverá um retrocesso com relação à situação atual. **(Palmas)**

Sr. Presidente, abusando da boa vontade de V. Ex.<sup>a</sup>, gostaria, ainda, de prestar um esclarecimento a respeito das observações do Constituinte Floriceno Paixão quanto ao artigo que se votou hoje pela manhã.

Encaminhei contra a emenda do Constituinte Floriceno Paixão precisamente porque estabelecia que as apo-

sentadorias seriam equivalentes ao salário integral. Não discuti a intenção de S. Ex.<sup>a</sup>, que sabia ser a de referir-se a salário de contribuição e não a salário integral, mas no texto ficou a expressão "salário integral". Desta forma, se alguém ganha quinhentos mil cruzados, ao aposentar-se ganhará os mesmos quinhentos mil cruzados.

Louvo, portanto, o Constituinte Floriceno Paixão pela intenção, que poderá transformar-se em realidade, de corrigir essa distorção quando da apreciação pelo Plenário. Não estou dizendo que o Regimento não o permite, mas S. Ex.<sup>a</sup> dá uma demonstração de grandeza e de boa vontade.

Na emenda do Constituinte Floriceno Paixão, tal como está redigida, o provento fixado para a aposentadoria será o salário do último mês. Sei que S. Ex.<sup>a</sup> está consciente de que isso poderia provocar distorções – o que fez com que me opusesse à sua proposta – as quais, porém, poderão ser corrigidas.

Volto à idéia inicial de que a emenda apresentada pelo Constituinte Francisco Rossi deve ser aprovada, pois, a meu ver, corrige um problema que ocorreria fatalmente, na medida em que, na Constituição, discriminamos os anos de serviço. As pessoas que pudessem aposentar-se hoje com trinta anos de serviço, facultativa e proporcionalmente, perderiam esse direito. Seria um retrocesso.

Por isso, acho que deveríamos apoiar a emenda.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – Peço a palavra, pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra, pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – Sr. Presidente, o destaque do Constituinte Francisco Rossi refere-se apenas à aposentadoria proporcional, nos termos da lei, para o homem, aos trinta anos. Estaríamos, pois; deliberando apenas sobre um dos sexos, o masculino.

Por isso, Sr. Presidente, ao dar meu apoio e meu voto à emenda Francisco Rossi, nos termos em que está redigida, submeto a V. Ex.<sup>a</sup> requerimento no sentido de que, face à aprovação desta emenda, que acredito inevitável, sejam aditadas aos termos desse destaque a expressão "...e aos vinte e cinco anos, para a mulher". Isto porque a mulher se aposenta, com todos os vencimentos, aos trinta anos.

Assim, faremos justiça não só aos homens, mas às mulheres, neste dia 13, sexta-feira, aqui invocado pela nobre Constituinte Beth Azize.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Nobre Constituinte, V. Ex.<sup>a</sup> está partindo de um pressuposto que pode ser equivocado. Se me permite, apesar da pouca prática que tenho, comparada com a imensa de V. Ex.<sup>a</sup>, sugiro que V. Ex.<sup>a</sup> se precate quanto a isso e deixe para o momento oportuno a indicação. Vamos votar a emenda agora, e pode ser que não seja aprovada. O melhor é aguardar até o enunciado da proposta de V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – Sr. Presidente, por isso mesmo não a entreguei a V. Ex.<sup>a</sup>; apenas a indiquei.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Com a palavra o Sr. Relator, Constituinte Almir Gabriel.

**O SR. RELATOR (Almir Gabriel):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, consideramos que a emenda proposta pode ser aprovada, desde que o Plenário tenha consciência da necessidade de outras medidas complementares para reforço da Previdência Social e da própria seguridade social. Uma delas será, sem dúvida, a possibilidade da criação de previdência social complementar dentro da previdência pública, o que permitirá resguardar o equilíbrio de todo o sistema. Há, inclusive, uma emenda nesta direção,

Desde que seja possível obter um acordo, um consenso, no sentido da criação dessa previdência social complementar dentro do sistema, somos favoráveis à emenda e, igualmente, à proposta feita pelo eminente Constituinte Nelson Carneiro, que também dispõe sobre a aposentadoria proporcional à mulher. Nosso voto é favorável.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Vamos passar à votação.

**(Procede-se à votação)**

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Faltosa, Ademir Andrade, Almir Gabriel, Antônio Britto, Bernardo Cabral, Carlos Mosconi, Cristina Tavares, Egídio Ferreira Lima, Fernando Henrique Cardoso, Haroldo Sabóia, João Calmon, José Serra, José Ulisses de Oliveira, Manoel Moreira, Nelson Carneiro, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Rodrigues Palma, Severo Gomes, Sigmaringa Seixas, Aécio Neves Cunha, Antonio Mariz, Daso Coimbra, Délio Braz, Euclides Scalco, Jorge Hage, José Costa, José Tavares, Manuel Viana, Nelson Wedekin, Octávio Elísio, Vicente Bogo, Vilson Souza, Antonio Carlos Mendes Thame, Arnaldo Prieto, Christóvam Chiaradia, Eraldo Tinoco, Inocêncio Oliveira, José Jorge, José Lins, José Santana de Vasconcellos, José Thomaz Nonô, Luís Eduardo, Mário Assad, Oscar Corrêa, Paulo Pimentel, Sandra Cavalcanti, Annibal Barcellos, Jofran Frejat, Jonas Pinheiro, José Lourenço, Valmir Campelo, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Gerson Peres, Jarbas Passarinho, Victor Faccioni, José Maurício, Lysâneas Maciel, Carlos Cardinal, Francisco Rossi, Gastoni Righi, Joaquim Bevilacqua, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Adolfo Oliveira, Sotero Cunha, Aldo Arantes, Roberto Freire e Antonio Farias. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: José Richa e Aloysio Chaves.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 72 Constituintes; votaram NÃO 2 Constituintes. Total: 74 votos. O Destaque foi aprovado.

**Destaque nº 001415-87 – Emenda nº 1P-09397-0, do Sr. Nelson Carneiro, "que modifica as letras "b" e "c" do art. 356, do Projeto (art. 230, "a", Título VIII, do Substitutivo 2)". (465ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Sobre a Mesa requerimento de preferência para a emenda referida no Destaque nº 1415, de autoria do Constituinte Nelson Carneiro. Em votação. Os que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. **(Pausa)**

Preferência concedida.

**O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO BRITTO:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Com a palavra o Constituinte Antônio Britto.

**O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO BRITTO:** – Sr. Presidente, tive conhecimento, há pouco, de que no início da sessão desta tarde o ilustre Constituinte do Rio Grande do Sul Floriceno Paixão, aditou aos Anais desta Casa a interpretação que ele, autor da emenda, dá ao texto que submeteu a votos, no sentido de que a aposentadoria se dará por salário integral, tendo em vista o texto estabelecido por contribuição, ou seja, a contribuição efetivamente realizada.

Faço este registro apenas para constar nos Anais desta Casa, por uma questão de justiça, que se torna, então, curiosamente vitoriosa a tese derrotada na sessão matutina de hoje, durante a qual sustentamos o entendimento que afinal prevaleceu.

Agradeço a generosidade de V. Ex.ª.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Aviso à Casa que, em relação ao destaque a ser defendido pelo Constituinte Nelson Carneiro, há uma alteração, face à aprovação da emenda anterior. Assim sendo, o destaque de S. Ex.ª fica reduzido à expressão "...e aos vinte e cinco anos para a mulher". Isto significa que, tendo sido por nós aprovada a aposentadoria proporcional para os homens aos trinta anos de serviço, S. Ex.ª pretende agora que estendamos o mesmo tratamento para as mulheres, concedendo-lhes a aposentadoria proporcional aos vinte e cinco anos.

Concedo a palavra, então, ao Constituinte Nelson Carneiro.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, em 1967, quando da votação da Constituição, consegui que as mulheres tivessem aposentadoria integral aos 30 anos. Infelizmente, hoje, a emenda aqui defendida pela nobre Constituinte Beth Azize foi rejeitada. Mas agora, Srs. Constituintes, é hora de completar, de fazer justiça às mulheres que trabalham.

Já aprovamos a Emenda Francisco Rossi, que assegura ao homem requerer, nos termos da lei, aposentadoria proporcional aos trinta anos de serviço. A minha emenda faz justiça às mulheres que trabalham e conclui dizendo: "...e aos 25 anos para a mulher". É um ato de justiça que a Assembléia Nacional Constituinte fará.

Neste momento, desejo prestar homenagem ao ilustre Presidente eventual desta sessão, pois, quando Ministro da Previdência e Assistência Social, o Constituinte Jarbas Passarinho já deferira alguns pedidos de aposentadoria para a mulher aos vinte e cinco anos de serviço com salários proporcionais.

De modo que, já tendo o prévio parecer favorável do eminente Constituinte Almir Gabriel – portanto, da Relatoria – espero que com a mesma unanimidade seja aprovada, neste momento, a emenda que estende o mesmo benefício à mulher. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Com a palavra o Relator.

**O SR. RELATOR (Almir Gabriel):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, de acordo com o que firmamos na votação passada, achamos que a emenda do Constituinte Nelson Carneiro completa a do nobre Constituinte Francisco Rossi. De maneira que também encaminhamos favoravelmente à emenda do Constituinte Nelson Carneiro. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Em votação.

**(Procede-se à votação)**

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Antônio Britto, Artur da Távola, Carlos Mosconi, Cristina Tavares, Fernando Henrique Cardoso, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, João Calmon, José Fogaça, José Richa, José Ulisses de Oliveira, Mário Lima, Nelson Carneiro, Paulo Ramos, Renato Vianna, Rodrigues Palma, Severo Gomes, Sigmaringa Seixas, Aécio Neves Cunha, Antonio Mariz, Chagas Rodrigues, Délio Braz, Euclides Scalco, Jorge Hage, José Costa, José Tavares, Manuel Viana, Nelson Wedekin, Octávio Elísio, Vicente Bogo, Vilson Souza, Ziza Valadares, Antonio Carlos Mendes Thame, Christóvam Chiaradia, Eraldo Tinoco, Francisco Benjamim, Inocêncio Oliveira, José Jorge, José Lins, José Santana de Vasconcellos, José Thomaz Nonô, Luís Eduardo, Mário Assad, Oscar Corrêa, Paulo Pimentel, Ricardo Fiuza, Annibal Barcellos, Jofran Frejat, Jonas Pinheiro, José Lourenço, Paes Landim, Valmir Campelo, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Gerson Peres, Jarbas Passarinho, Adylson Motta, Victor Faccioni, José Maurício, Lysâneas Maciel, Bocayuva Cunha, Gastone

Rightit, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Adolfo Oliveira, Sotero Cunha, Aldo Arantes, Roberto Freire, Beth Azize, Antonio Farias e Francisco Rossi. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Egídio Ferreira Lima. Absteve-se de votar o Senhor Constituinte Aloysio Chaves.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

— A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 73 Constituintes; votou NÃO 1 Constituinte; Absteve-se de votar 1 Constituinte. Total: 75 votos. O Destaque foi **aprovado**.

Durante a chamada nominal da votação do Destaque nº 1415-87, o Sr. **Jarbas Passarinho**, Terceiro-Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. **Fernando Henrique Cardoso**, Quarto-Vice-Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

— Passamos agora à votação do requerimento de preferência para o Destaque nº 3706, de autoria do Constituinte Vicente Bogo, referente à Emenda nº 23242, que diz respeito ao teto de idade para a aposentadoria.

Em votação. **(Pausa)**

Aprovada a preferência.

Tendo sido aprovado o pedido, concedo a palavra ao Constituinte Vicente Bogo.

**O SR. CONSTITUINTE VICENTE BOGO:** — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, peço a atenção de V. Ex.<sup>as</sup> para o objetivo desta emenda, dada a importância que tem, ao garantir direitos, especialmente para os trabalhadores no campo. Nela proponho alteração da letra **c** do art. 230, segundo o qual a aposentadoria lhes é concedida aos 65 anos de idade. O texto passaria a ter a seguinte redação:

"A aposentadoria será concedida" — conforme o **caput** — "por velhice, aos 55 anos de idade, às mulheres e, aos 60 anos, aos homens."

As razões pelas quais apresentamos essa emenda prendem-se à aprovação, pela Comissão de Sistematização, do art. 9º do projeto, referente ao produtor rural e ao pescador que exercem atividades em regime de economia familiar. Farão eles jus à aposentadoria de um salário mínimo, mediante a contribuição de uma alíquota descontada sobre o que comercializam.

Portanto, aqui não há, para o produtor rural, enquadramento igual ao do trabalhador que é empregado. Como estamos estabelecendo, no caso de empregado, aposentadoria aos trinta anos de trabalho, para a mulher, e aos trinta e cinco, para o homem — exceto os professores, quando exercerem atividade em sala de aula, que serão aposentados aos vinte e cinco anos de exercício da profissão — gostaria de demonstrar, rapidamente, o alcance desta medida.

Quem trabalha na atividade rural, não sendo empregado — portanto, não estando enquadrado na contagem de tempo de serviço — inicia sua atividade, normalmente, aos doze, quinze ou, na hipótese mais avançada, aos vinte anos. Como na seção referente à Previdência Social prevê-se que a aposentadoria será concedida a quem participar do sistema contributivo — só pode aposentar-se, conforme essas normas, quem contribuiu para a Previdência Social —, devemos concluir que quem trabalha na atividade rural em regime de economia familiar, descontando sobre o que vende — é o caso do pescador artesanal — contribui durante toda a vida, ou seja, durante quarenta ou cinquenta anos, sem considerar que também durante esse período exerce atividade. Portanto, na prática, ele trabalha o dobro do tempo exigido daqueles que têm atividade assalariada por tempo de serviço.

Em consequência dessa demonstração, nossa proposta se consubstancia no seguinte.

Hoje o trabalhador rural não assalariado, em regime de economia familiar, apenas faz jus a meio salário mínimo de aposentadoria, aos sessenta e cinco anos de idade, após, em média, quase 50 anos de serviço na atividade rural. Sua esposa, no entanto, está excluída de qualquer amparo, em termos de seguridade, a não ser no que se refere ao recebimento de pensão, no caso de falecimento do marido.

Srs. Constituintes, não podemos permitir a manutenção dessa injustiça no campo, onde quem trabalha e contribui durante 40 ou 50 anos para a Previdência não faz jus a um benefício que deveria existir, pelo menos, a partir de idade um pouco inferior, já que as condições de trabalho, nessa atividade; já estão bastante diminuídas.

É nesse sentido que requiro a análise de nossa emenda, por parte dos Srs. Constituintes e do Relator. Queremos garantir à mulher trabalhadora rural não-assalariada, a que trabalha na roça, na pesca ou em outra atividade, ou mesmo à esposa de parceiro, meeiro ou arrendatário, aposentadoria no valor de um salário mínimo, conforme previsto no art. 9º, aos 55 anos de idade, já que não há como comprovar seu tempo de serviço — ela não bate ponto, não está numa empresa — e, ao homem, aos 60 anos de idade.

Creio que, aprovando esta emenda, faremos justiça aos milhares de homens e mulheres trabalhadores no campo, hoje desassistidos quanto à seguridade social.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

— Com a palavra o Constituinte José Tavares, para uma questão de ordem.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ TAVARES:** — Consulto o nobre Relator, para, inclusive, orientar o meu voto.

O Constituinte Vicente Bogo pretende, através da sua emenda, alterar a letra **c** do art. 230, que estabelece 65 anos de idade para aposentadoria, mas não esclarece se é para o trabalhador do campo ou para o urbano. No espírito da sua defesa, S. Ex.<sup>a</sup> deixa claro que se preocupa — esta tem sido a sua tônica, aliás, louvável — com o trabalhador rural. Mas a emenda não é expressa nesse sentido. Apesar de estar muito claro no texto — S. Ex.<sup>a</sup> defende com muita ênfase o trabalhador rural —, pergunto se pretende reduzir o limite de idade para aposentadoria do trabalhador rural, com o que concordo, ou se a medida é genérica, atingindo qualquer tipo de trabalhador.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

— Informo a V. Ex.<sup>a</sup> que o sentido da emenda é genérico. A argumentação é em favor do trabalhador rural, mas o benefício atinge a todos.

Concedo a palavra ao Constituinte Gerson Pares.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** — Sr.

Presidente, Srs. Constituintes, esta Comissão, de ontem para hoje, avançou no sentido do atendimento das maiores aspirações da sociedade brasileira, com relação à aposentadoria. Acabamos de conceder aposentadoria integral, com reajuste e com paridade — uma conquista no nosso tempo, que já vem muito tarde. O Brasil, com mais de 100 anos de independência, só agora se enquadrou na realidade universal das aposentadorias, fazendo aos trabalhadores justiça social.

A emenda do eminente Constituinte Vicente Bogo, no entanto, assemelha-se mais a um paternalismo de Estado do que a um avanço social. Não é possível entender que um cidadão, aos 55 anos de idade, mereça do Estado essa proteção antecipada. A aposentadoria também tem um conceito, ou seja, é concedida para atender às necessidades do homem, no momento em que este alcança, pelo decurso

do tempo e volume de trabalho, o cansaço físico e mental. Nesse momento ele se socorre da sua proteção. Mas, conceder aposentadoria aos 55 anos de idade é avançar demais nas conquistas sociais. É até subestimar a capacidade dos trabalhadores brasileiros, antecipando a sua velhice.

Acho a redação desta emenda um insulto aos cidadãos de 55 anos que, por exemplo, estão sentados nesta Assembléia Nacional Constituinte, pois cientificamente não se pode considerar velho um homem desta idade.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – Não se trata, aqui, do homem de 55 anos, mas da mulher.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Ora, Sr. Presidente, a mulher, pelas estatísticas, vive mais do que o homem. Também é um insulto à mulher, sobretudo hoje. A mulher que se cuida, que se trata, com 55 anos é jovem ainda, capaz, útil à sociedade e, conseqüentemente, útil ao País. **(Apupos nas galerias)**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Advirto as galerias que, a prosseguirem com manifestações, farei evacuar o local. Peço aos convidados que permaneçam sem qualquer manifestação de aplauso ou de vaia. E digo mais: não haverá segunda advertência. Haverá suspensão da sessão e evacuação das galerias.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, um famoso francês já dizia que Deus colocou a cabeça acima do coração para que a inteligência humana domine os baixos ímpetos da irracionalidade. E digo aos cidadãos que vieram à Assembléia Nacional Constituinte assistir a este debate de parlamentares democratas que o apupo não me atemoriza, porque, como democrata, defendo este ponto de vista em prol dos interesses do meu País. Não queremos mulheres vadias, ociosas ou prostituídas neste País, que precisa de mão-de-obra para o trabalho, que precisa desenvolver-se no campo econômico e social.

Sr. Presidente, a emenda do nobre Constituinte Vicente Bogo é paternalista, é um convite à vadiação, ao irreal; é um atentado aos nossos princípios democráticos. Que homens e mulheres novas, com 55 anos, saiam de suas casas e vão trabalhar, para que o País possa progredir e dar melhores dias aos seus filhos, à sua sociedade.

Com essas palavras, Sr. Presidente, peço aos meus colegas que votem contra a emenda do Sr. Constituinte Vicente Bogo, por ser a expressão do paternalismo do Estado.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Concedo a palavra, pela ordem, à Sr<sup>a</sup> Constituinte Beth Azize.

**A SRA. CONSTITUINTE BETH AZIZE:** – Sr. Presidente, o ilustre Constituinte Gerson Peres tem todo o direito de encaminhar contra a emenda que está em discussão e votação. Agora – é preciso que se diga isto aqui – as galerias deste plenário estão cheias de mulheres, de senhoras e o Constituinte Gerson Peres foi muito grosseiro ao chamar de vadias as mulheres que queiram aposentar-se aos 55 anos. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Mais uma vez peço às galerias que não se manifestem.

**A SR<sup>a</sup> CONSTITUINTE BETH AZIZE:** – Sr. Presidente, o motivo desta minha reclamação é apenas para que V. Ex.<sup>a</sup> apresente nossas desculpas às mulheres que aí estão, nas galerias, pela grosseria que o Constituinte Gerson Peres acaba de cometer.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Nobre Constituinte Beth Azize, sabe V. Ex.<sup>a</sup> que esta Presidência considera que política deve ser feita em moldes civilizados e com cortesia. Acredito que o Constituinte

Gerson Peres não teve a intenção de concretizar o que fez, dou oportunidade a S. Ex.<sup>a</sup> para que se explique melhor, a fim de não ficar mal perante a opinião pública.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, quero dizer à minha querida colega Beth Azize, por quem tenho profundo respeito, que eu absolutamente chamaria as mulheres de vadias, porque assim estaria ofendendo, inclusive, minha própria mãe. Tenho minha cabeça no lugar. O que houve, Sr. Presidente, é que fui insultado e provocado por algumas mulheres das galerias, que não representam as mulheres brasileiras. Fui apupado, quando um cidadão é atingido, tem um mínimo de direito, que é o de defender-se.

Usei o direito da compensação do apupo porque, na realidade, defendo uma tese – e acho que os colegas vão aprová-la – em defesa dos interesses maiores do País. Não quis insultar as mulheres. Minha intenção não foi atingi-las, absolutamente.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – V. Ex.<sup>a</sup> já disse que não queria insultar, mesmo porque, caso houvesse qualquer insulto, a Mesa providenciaria para que fosse retirado dos Anais.

Tem a palavra, pela ordem, o Constituinte Vicente Bogo.

**O SR. CONSTITUINTE VICENTE BOGO:** – Sr. Presidente, a resistência à nossa emenda, pelo que tenho notado, dá-se em razão de estender a garantia de aposentadoria, aos 55 anos de idade, para a mulher, e aos 60 anos, para o homem, também aos trabalhadores urbanos. Ocorre que há uma tendência de que esta seja garantida apenas a quem trabalha na atividade rural. Existe, porém, uma emenda composta, a do Constituinte Jonas Pinheiro, emendada pela do Constituinte Victor Faccioni e articulada conosco, que tenta sanar isso, mantendo essa aposentadoria apenas para quem exerce atividade rural.

Portanto, em favor dessa outra emenda, e para evitar que haja problemas de entendimento, retiro a minha. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Louvo a atitude de V. Ex.<sup>a</sup>, sempre muito compreensivo. Tenho certeza de que, agindo assim, V. Ex.<sup>a</sup> facilita a aprovação da emenda que deseja ver aprovada.

**Destaque nº 003686-87 – Emenda nº ES-28142-9, do Sr. Arnaldo Faria de Sá, co-autoria: Floriceno Paixão, "que acrescenta artigo ao Título IX, Capítulo II, Seção II, do Substitutivo nº 1 (art. 230, Título VIII, do Substitutivo nº 2)". (466ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Há sobre a mesa pedido de preferência para o Destaque nº 3686, relativo à Emenda nº 28142, do Constituinte Arnaldo Faria de Sá, versando sobre matéria semelhante.

Peço aos que estão de acordo com a preferência que permaneçam como estão. **(Pausa)**

Aprovada a preferência.

Tendo sido aprovada a preferência, dou a palavra ao Constituinte Arnaldo Faria de Sá, para que faça a defesa da emenda.

**O SR. CONSTITUINTE ARNALDO FARIA DE SÁ:** – Sr. Presidente, Srs. Relatores e Srs. Constituintes, membros da Comissão de Sistematização, atualmente o homem se aposenta aos 65 anos de idade e a mulher aos 60 anos de idade. No entanto, no relatório do ilustre Relator Bernardo Cabral, o art. 229 contempla apenas a aposentadoria aos 65 anos de idade, de forma geral. Entendemos que deve haver diferenciação, ficando o limite de 65 anos de idade apenas para homens, e que as mulheres possam e aposentar-se, como hoje, aos 60 anos de idade, já que

na aposentadoria por tempo de serviço há um diferencial de 5 anos, ou seja, aposenta-se o homem aos 35 anos de tempo de serviço e a mulher aos 30 anos.

Quanto ao abono de permanência, foi aprovada aqui, neste Plenário, emenda do Constituinte Francisco Rossi, que permite a aposentadoria aos 30 anos de forma parcial, proporcional, também secundada pela do Constituinte Nelson Carneiro, que faculta à mulher a aposentadoria aos 25 anos.

Pelo princípio da igualdade, da isonomia, achamos que esta emenda deve ser acolhida pela Relatoria e, posteriormente, acompanhada por todos os membros da Comissão de Sistematização, para assegurar à mulher o direito de aposentar-se aos 60 anos de idade. É praxe, em nossa sociedade, admitir-se sempre que os benefícios à mulher sejam concedidos em período inferior ao dos homens. Assim, apenas mantemos o que já existe atualmente, não criando qualquer novidade.

Esta é a minha argumentação. Espero contar com o apoio de todos os companheiros.

**O SR. CONSTITUINTE ELIEL RODRIGUES:** – Pela ordem, Sr. Presidente. Em face do que acabamos de ouvir de nosso ilustre companheiro, e como há, de nossa autoria, a Emenda nº ES-23463-3, ainda não apreciada, que trata do mesmo assunto, concedendo aposentadoria, aos 60 anos, para a mulher e, aos 65 anos, para o homem, nós a retiramos em favor da proposição do Constituinte Arnaldo Faria de Sá.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – A Presidência agradece o gesto de V. Ex.<sup>a</sup>.

Tem a palavra o Constituinte Aluizio Campos, que falará contra a emenda.

**O SR. CONSTITUINTE ALUÍZIO CAMPOS:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, em seu pronunciamento, na sessão da manhã, a respeito da emenda modificativa da alínea a do art. 230, o eminente Constituinte Almir Gabriel, falando pela Relatoria, fez magnífica exposição a respeito da elevação da média de vida do brasileiro. S. Ex.<sup>a</sup> mostrou que o desenvolvimento da ciência biológica, o desenvolvimento científico em geral, não só nos países desenvolvidos como nos subdesenvolvidos, faz com que essa média seja cada vez mais elevada. Por isso, temos uma emenda a ser analisada ao final da votação da matéria contida no acordo de Lideranças, mandando exatamente suprimir a alínea c do art. 230. Isto, por acharmos que a aposentadoria por velhice é uma condição imposta àqueles que gostariam de continuar trabalhando, por estarem em plena capacidade para desenvolver suas atividades profissionais. Muitas vezes, o acúmulo de experiências justifica a utilização desse conhecimento para o melhor desempenho de determinadas atividades. Nesta Comissão mesmo temos, além do meu próprio exemplo, o da atuação pertinaz do Presidente Afonso Arinos e do Constituinte Nelson Carneiro. Temos entre 70 e 80 anos, mas estamos no pleno exercício de nossas atividades, eis que assim nos permitem nossas faculdades físicas e mentais.

Sr. Presidente, não se justifica, pois, limitar na Constituição a idade para aposentadoria por velhice, que pode acontecer em casos episódicos de invalidez, quando a pessoa estiver esclerosada, sem condições de participar de atividades econômicas ou intelectuais. Neste caso, a invalidez justificará sua aposentadoria. Digo isto porque tenho colegas, no Banco do Brasil, que ficam peregrinando pelo Serviço Médico, depois de aposentados, à cata de uma justificativa, por se sentirem infelizes com a aposentadoria, depois de certo tempo, e que gostariam de continuar a trabalhar.

Não devemos impor à velhice a pena da aposentadoria por tempo de serviço. É um item que deve ser eliminado

do texto constitucional. Por isso, manifesto-me – e convoco todos os nobres Constituintes a fazerem o mesmo – contra a emenda do eminente Constituinte Arnaldo Faria de Sá.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Já tendo falado um Constituinte a favor e outro contra, concedo a palavra ao Relator, para que opine a respeito da matéria.

**O SR. RELATOR (Almir Gabriel):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a posição da Relatoria é a favor da emenda do Constituinte Arnaldo Faria de Sá.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Com o parecer da Relatoria a favor, passamos à votação.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Almir Gabriel, Antônio Britto, Artur da Távola, Carlos Mosconi, Celso Dourado, Cristina Tavares, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Lyra, Francisco Pinto, João Calmon, José Fogaça, José Ignácio Ferreira, José Paulo Bisol, Mário Lima, Nelson Carneiro, Paulo Ramos, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Rodrigues Palma, Sigmaringa Seixas, Virgildásio de Senna, Aécio Neves Cunha, Antonio Mariz, Chagas Rodrigues, Daso Coimbra, Délio Braz, Euclides Scalco, João Agripino, Jorge Hage, José Tavares, Manuel Viana, Marcos Lima, Nelson Wedekin, Vicente Bogo, Ziza Valadares, Alcení Guerra, Aloysio Chaves, Antonio Carlos Mendes Thame, Christóvam Chiaradia, Inocêncio Oliveira, José Jorge, José Thomaz Nonô, Mário Assad, Paulo Pimentel, Enoc Vieira, Furtado Leite, Jofran Frejat, Jonas Pinheiro, Valmir Campelo, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Gerson Peres, Adylson Motta, Victor Faccioni, José Maurício, Lysâneas Maciel, Luiz Salomão, Francisco Rossi, Gastone Righi, Sólón Borges dos Reis, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Adolfo Oliveira, Sotero Cunha, Aldo Arantes, Roberto Freire, Jamil Haddad e Antonio Farias. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Aluizio Campos, Carlos Sant'Anna, Egídio Ferreira Lima, José Ulisses de Oliveira, Francisco Benjamim, José Lins, Luís Eduardo, Ricardo Fiuza, Sandra Cavalcanti, José Lourenço e Paes Landim. Absteve-se de votar o Senhor Constituinte Eraldo Tinoco.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 70 Constituintes; votaram NÃO 11 Constituintes; absteve-se de votar 1 Constituinte. Total: 82 votos. O Destaque foi **aprovado**.

**Destaque nº 001878-87 – Emenda nº 1P-17248-9, do Sr. Luiz Inácio Lula da Silva, "que adita ao Título IX os arts. 333 a 370 do Projeto de Constituição (art. 223 a 231 do Substitutivo nº 02)."**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Passamos agora ao Destaque nº 1878, de autoria do Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva, relativo à Emenda nº 17248.

Com a palavra a S. Ex.<sup>a</sup>, para defesa de sua proposta.

**O SR. CONSTITUINTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA:** – Sr. Presidente, minha emenda era global...

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – É verdade.

**O SR. CONSTITUINTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA:** – ...mas fui retirando partes e, em função de outras emendas, ela foi diminuindo e quase sumiu. Minha emenda previa aposentadoria aos sessenta anos para a mulher e para o homem, sem distinção. Ora, o que foi aprovado agora, com a emenda do Constituinte Arnaldo Faria de Sá, já existe na lei atual, ou seja, aposentadoria aos sessenta e cinco anos para o homem e aos sessenta anos para a mulher. Só terá sentido defender minha emenda agora,

se for para estabelecer sessenta anos para todo mundo. Gostaria de saber se isto não a prejudica, porque, caso contrário, defenderei a aposentadoria por velhice aos sessenta anos para o homem e para a mulher.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva, V. Ex.<sup>a</sup> tem razão, ao dizer que sua emenda foi sendo depenada, mas ela o foi ou por V. Ex.<sup>a</sup>, ou por votação anterior. Aqui V. Ex.<sup>a</sup>, poderia, na alínea c, colocar: "É garantida a aposentadoria aos sessenta anos de idade". Com isso, V. Ex.<sup>a</sup> equalizaria homens e mulheres.

**O SR. CONSTITUINTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA:** – Sr. Presidente, vou defender a emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Primeiramente, coloco em votação a concessão de preferência para a emenda do Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva. **(Pausa)**

Aprovada a preferência.

Dou a palavra ao Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva.

**O SR. CONSTITUINTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, a princípio pensei em retirar a emenda. Todavia, com as explicações do companheiro Relator, vou defendê-la com muito mais força do que anteriormente. Segundo o Sr. Relator, a média de vida do brasileiro, que ganha até três salários mínimos é de 57 anos, no máximo; quem ganha acima de três salários, pode chegar a sessenta e cinco anos, dependendo da vida que teve durante sua mocidade.

Então, gostaria de chamar a atenção dos Constituintes para uma questão que não é pura e simplesmente matemática, mas científica.

Acabamos de aprovar, na emenda do companheiro Arnaldo Faria de Sá, o que hoje a lei já determina, ou seja, aposentadoria aos sessenta anos para a mulher e aos sessenta e cinco anos para o homem. Está provado, cientificamente, que a mulher, inclusive, tem uma média de vida maior do que a do homem. Como todos brigamos pela igualdade de direitos, entendo que minha emenda é pertinente, levando em consideração a média de vida do povo brasileiro, bem como o fato de que o cidadão, ao se aposentar, não o faz para morrer, mas para viver os últimos anos da sua vida com o máximo de tranquilidade. Portanto, mantenho minha proposta de aposentadoria ou seja, sessenta anos para o homem e para a mulher, neste sentido, gostaria de obter os votos dos companheiros Constituintes.

**O SR. CONSTITUINTE MANUEL VIANA:** – Peço a palavra, Sr. Presidente, para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Pois não, nobre Constituinte.

**O SR. CONSTITUINTE MANUEL VIANA:** – Sr. Presidente, acredito que a emenda do nobre Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva esteja prejudicada em razão da aprovação da emenda do nobre Constituinte Arnaldo Faria de Sá. Assim, não se pode colocá-la em votação.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – V. Ex.<sup>a</sup> tem razão.

Nobre Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva, houve uma liberalidade da Mesa, ao conceder a palavra a V. Ex.<sup>a</sup>, mas tem razão o nobre Constituinte Manuel Viana. A emenda de V. Ex.<sup>a</sup> está prejudicada, porque houve uma votação anterior sobre o mesmo assunto.

**O SR. CONSTITUINTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA:** – Sr. Presidente, gostaria de saber por que está prejudicada.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Porque houve uma votação e a emenda aprovada define sessenta e cinco anos de idade para o homem e sessenta para a mulher.

**O SR. CONSTITUINTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA:** – Sr. Presidente, minha emenda não está prejudicada, porque, no texto do Relator, também consta sessenta e cinco anos para o homem. Estou reduzindo o tempo referido no texto do Relator. O que foi aprovado é exatamente igual ao que está no texto do nobre Relator Bernardo Cabral depois de ouvir V. Ex.<sup>as</sup>. Mas peço que sejam breves, por velhice. Está no texto.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Darei a palavra ao Relator, como habitualmente o faço, depois de ouvir V. Ex.<sup>as</sup>. Mas peço que sejam breves, porque os argumentos se repetirão.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – Permita-me, Sr. Presidente.

A bem da verdade, houve um equívoco por parte da Mesa. A Mesa colocou em votação, em primeiro lugar, emenda semelhante a outras e que fixava a aposentadoria menor para o homem, igualando-a à fixada, pela emenda seguinte, para a mulher, que era mais abrangente. E era mais abrangente porque fixava uma idade menor.

Estamos, hoje, enfrentando a mesma dificuldade que enfrentamos em outras ocasiões, com relação à jornada de trabalho. Espero que a Mesa avalie a própria decisão, porque, se porventura tivéssemos votado primeiro a emenda do nobre Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva, e ela tivesse sido rejeitada, teríamos a oportunidade de votar a Emenda Arnaldo Faria de Sá. Uma vez votada esta, não é justo que, por um reconhecido equívoco da Mesa – em situação anterior, em relação à jornada de trabalho, ficou reconhecido que a Mesa se havia equivocado, ao colocar em votação a jornada de trabalho de 44 horas – percamos a oportunidade de votar emenda mais abrangente.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Vou responder à questão de ordem. Se V. Ex.<sup>a</sup> se desse ao trabalho de vir à Mesa, verificaria que a emenda do Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva, como dissemos, foi sendo depenada. Se tal não ocorresse, seria um substitutivo que teria precedência, mas não foi. Ela foi sendo cortada e acabou resultando nisso. Não tenho meios regimentais para aprovar...

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Peço a palavra, pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, o nobre Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva não tem razão. O texto do Relator mantém só uma idade – sessenta e cinco anos – para todos. Não faz distinção entre sessenta e sessenta e cinco anos. Portanto, a Mesa está certa ao julgar prejudicada a emenda, eis que aprovamos uma que é mais abrangente – sessenta e sessenta e cinco anos.

Assim sendo, o Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva não tem razão ao arguir o texto para justificar sua tese.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – V. Ex.<sup>as</sup> poderão usar outros argumentos, mas acho que vão extrapolar o Regimento.

**O SR. CONSTITUINTE PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO:** – Sr. Presidente, quero aditar um argumento à consideração de V. Ex.<sup>a</sup> O princípio da prejudicialidade se baseia na manifestação da vontade. A Mesa vai oferecendo ao Plenário manifestações votadas como excludentes. O Plenário ainda não foi consultado sobre a possibilidade



de se fixar em sessenta anos a idade de aposentadoria do homem, porque a proposta veio de tal maneira que esta hipótese, que estava na lista das alternativas, não foi ainda submetida a votação.

Acredito que, quanto à mulher, já houve pronunciamento, mas, quanto ao homem, ainda não.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Gostaria muito de poder aceitar a argumentação de V. Ex.<sup>a</sup>, mas, a menos que o Relator, a quem sempre consulto, tenha opinião divergente, devo seguir as normas, e elas são claras.

Concedo a palavra ao nobre Relator.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Permita-me, Sr. Presidente.

É preciso observarmos o Regimento. Quando a emenda é substitutiva, elimina...

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Mas já resolvi a questão.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Então, é preciso, Sr. Presidente, que a Mesa tenha em conta a classificação da emenda, para que não haja dúvida. A emenda foi substitutiva e, uma vez substituída, caem todas as outras.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Está resolvida a questão de ordem. Está prejudicada a emenda. Não há alternativa.

**Destaque nº 004108-87 – Emenda nº ES-21533-7, do Sr. Jofran Frejat, "que acrescenta alínea "e" ao art. 265, do Substitutivo 1 (art. 230, alínea "a", do Substitutivo 2)." (467ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Em votação pedido de preferência para o Destaque nº 4108, do Constituinte Jofran Frejat, relativa à Emenda nº 21533. Esta emenda trata de especificar, com outra faixa de idade, a aposentadoria para aqueles que trabalham na área de saúde.

Diz a emenda:

"É assegurada a aposentadoria, com proventos integrais, aos profissionais de saúde do sexo masculino e feminino, respectivamente aos trinta e vinte e cinco anos de efetivo exercício em funções de atenção direta à saúde."

Em votação a preferência. (Pausa)

Aprovada a preferência, tem a palavra o Constituinte Jofran Frejat, para defender sua emenda.

**O SR. CONSTITUINTE JOFRAN FREJAT:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, esta emenda é justa, tanto no mérito quanto no encaminhamento. No encaminhamento, porque, embora o Sr. Relator tenha colocado, no item "b" do art. 230, que a lei definirá a aposentadoria com tempo inferior para as pessoas que têm trabalho rural, noturno, de revezamento, penoso, insalubre ou perigoso, esta Assembléia Nacional Constituinte decidiu votar a aposentadoria dos professores justamente aos 30 e 25 anos. Então, abriu-se um precedente.

Pois bem, se a proposta é justa no encaminhamento, porque foi aberto um precedente, muito mais o é no mérito. Nenhuma profissão inclui todos os elementos aqui caracterizados, como aqueles que trabalham em atenção direta à saúde. Ou seja, é um trabalho noturno, na maioria das vezes, de revezamento, penoso, insalubre e perigoso.

Aqueles que trabalham em hospital sabem das dificuldades, decorrentes do contato permanente com doen-

ças endêmicas e epidêmicas, das contaminações freqüentes, enfim, de quão penoso é o trabalho permanente com doenças e doentes. É justo, portanto, que se dê aos profissionais da área de saúde a oportunidade de se aposentarem, como os professores, aos trinta e vinte e cinco anos – respectivamente, os do sexo masculino e do sexo feminino – por se enquadrarem na característica especial definida na alínea "b" do art. 230 do Substitutivo Bernardo Cabral.

Não é correto, não me parece justo que se beneficie uma categoria e as outras sejam deixadas de lado. Os profissionais da área de saúde prestam um grande serviço a este País. A maior incidência de doenças cardíacas ocorre exatamente em profissionais da área de saúde, que diariamente têm responsabilidade sobre a vida e sobre a morte.

Não estamos aqui legislando em causa própria. Estamos, sim, tentando fazer justiça a uma classe laboriosa, cujo trabalho é penoso, é difícil. Seguramente, a adoção dessa emenda será um passo importante para que se possa estender o benefício a outras categorias com as mesmas características. Não raramente, o médico, a enfermeira, o auxiliar de enfermagem, todos aqueles que lidam diretamente com o doente têm maior responsabilidade do que os que trabalham em outras áreas. Eles têm a preocupação de procurar imunizar-se, em face do constante risco de contaminações, para não transmitirem doenças a seus familiares. Seu trabalho é realmente realizado em área insalubre. Agora mesmo, houve o exemplo do acidente de Goiânia, que expôs não só a população, mas principalmente aqueles que trabalham diariamente com radioatividade, com raio-X, a infecções as mais diversas. Isto particularmente num país como o nosso, onde os hospitais estão infestados de doenças endêmicas e epidêmicas.

Por essas razões, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, encaminho favoravelmente, considerando da maior justiça aprovar aqui – e não se deixe simplesmente para lei ordinária – a aposentadoria especial para aqueles que trabalham em atenção direta à saúde.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Para encaminhar contra, tem a palavra o Constituinte José Lins.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, chamo a atenção dos colegas para o trabalho que estamos aqui realizando, que é a definição do nosso sistema previdenciário. Um fato importante a considerar, Sr. Presidente é o de que no Brasil cada trabalhador – e quando me refiro a trabalhador, refiro-me a cada pessoa ativa – é responsável, em média, pela manutenção de três pessoas inativas. Em países desenvolvidos, como a Alemanha, cada pessoa ativa cuida de mais uma inativa. Acontece, Sr. Presidente, que num país desenvolvido – e, como exemplo citei a Alemanha Ocidental – a renda média **per capita** é de dez mil dólares. No Brasil, a renda média **per capita** é de dois mil dólares.

Se somos pobres e temos que arcar ainda com a sustentação de mais três, em vez de um, é evidente que esta carga cairá sobre todos nós. Não devemos iludir-nos com os que dizem que esta carga só cairá sobre os ricos. A renda média do País, mesmo considerando-se a renda dos ricos, é extremamente baixa. E agora estamos reduzindo o tempo de contribuição, isto é, o período ativo em que produzimos para sustentar mais três. Estamos reduzindo o número de contribuintes e aumentando tremendamente os benefícios.

Preferiria ficar com o texto do Relator. O texto nesse ponto, é sábio. Diz, claramente, que a aposentadoria é assegurada:

"Após trinta e cinco anos de trabalho para o homem e trinta para a mulher;"

Na letra **b**, entretanto, o texto diz:

"...com tempo inferior, pelo exercício de trabalho rural..."

Aqui é importante chamar a atenção para o teor do texto, que faz menção específica à redução do tempo de serviço pelo exercício do trabalho rural, noturno, de revezamento, penoso, insalubre ou perigoso, conforme definido em lei.

Então, Sr. Presidente, todas essas exceções, agora a referente à mulher, já estão previstas no texto. É muito mais sensato deixar que a lei selecione as categorias profissionais que merecem obter redução do seu tempo de trabalho do que estarmos aqui a jogar exceções, engessadamente, no texto da Constituição.

Portanto, chamo a atenção dos meus pares para esta questão, fundamental para nós. Não podemos jogar toda essa carga em cima da sociedade e imaginar que trabalhando e produzindo menos, e continuando a arcar com o peso de mais três pessoas a quem devemos ajudar, possamos conceder tantos benefícios, reduzir tanto o tempo produtivo de trabalho e ainda nos dar ao luxo de encher o texto da Constituição de exceções, quando ele próprio já cita os casos em que essas exceções devem ser feitas.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

— Concedo a palavra ao Constituinte João Agripino, para uma questão de ordem.

**O SR. CONSTITUINTE JOÃO AGRIPINO:** — Sr. Presidente, o ilustre Constituinte Jofran Frejat propõe a alteração da alínea **e** do art. 265 do Substitutivo, que corresponde ao art. 230 do Substitutivo nº 2. Este último diz, na alínea **b**, que será assegurada a aposentadoria com tempo inferior — seria o caso — pelo exercício de trabalho rural, noturno, de revezamento, penoso, insalubre ou perigoso, conforme definido em lei. Está tudo no texto do projeto. Se formos aprovar emendas que tratem dos médicos, dos economistas, dos advogados, dos oficiais de justiça, dos promotores etc., faremos duas Constituinte e não uma só.

**SR. CONSTITUINTE JOFRAN FREJAT:** — Senhor Presidente, peço a palavra, para contraditar o que afirmou o ilustre Constituinte, embora esteja fora das normas do Regimento. Mas já que V. Ex.<sup>a</sup> permitiu a palavra a S. Ex.<sup>a</sup>, então a concederá a mim também.

O que está sendo referido aqui — e o fiz muito claramente — é que havia dois pleitos de justiça: o primeiro, pelo mérito, como acabou de dizer o Constituinte; o segundo, pelo precedente, como já aconteceu com relação aos professores, que também poderiam estar aí incluídos. A Assembléia Nacional Constituinte, que é soberana, resolveu incluir também os professores na Constituição, independentemente de encaminhar a questão para lei complementar. É justo, portanto, que se beneficie também os profissionais da área de saúde, que têm tanto direito, ou mais, quanto aqueles, a mesma oportunidade.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

— Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup> a reiteração dos argumentos.

Concedo a palavra ao nobre Constituinte Vicente Bogo.

**O SR. CONSTITUINTE VICENTE BOGO:** — Sr. Presidente, o art. 230, alínea **b**, determina que, ao se exercer atividade rural, é possível a aposentadoria com tempo inferior. Mas refere-se ao tempo de serviço. A alínea **a** fala na aposentadoria aos 35 anos de trabalho para o

homem e aos 30 anos para a mulher. Só se refere, no entanto, ao assalariado. E a proposta que estamos defendendo refere-se àquele que não tem trabalho assalariado.

Gostaria de fazer esta ressalva.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

— Com a palavra o Sr. Relator.

**O SR. RELATOR (Almir Gabriel):** — Sras. e Srs. Constituintes, a proposta do nobre Constituinte Jofran Frejat visa a dar aposentadoria antecipada aos profissionais da saúde. Lembro a S. Ex.<sup>a</sup> alguns aspectos de absoluta importância, para que depois os utilizemos ou para retirada da proposta ou em sua votação.

O primeiro ponto a ser revisto é que profissional de saúde, hoje, não é apenas o médico que trabalha em hospitais onde são tratadas doenças transmissíveis e que está sujeito a uma atmosfera de maior nível de contaminação. Profissional de saúde, hoje, pode ser o engenheiro ou o sanitarista, ou o que faz uma instalação de água, a massagista, o ortopedista, o fisiologista, o fisiopatologista, enfim, uma série de outros profissionais que não têm contato com uma atmosfera que oferece maior risco de contágio. Ao fazer-se para todo o grupo a possibilidade de se aposentar com menor tempo de serviço, estar-se-ia estendendo um benefício absolutamente desnecessário, porque esse risco não estava sendo imposto a esses outros grupos.

Há ainda um dado muito importante. Sabe o nosso companheiro Jofran Frejat, pois trabalhamos juntos com doenças transmissíveis,...

**O SR. CONSTITUINTE EGÍDIO FERREIRA LIMA:** —

Medicina é um sacerdócio!

**O SR. RELATOR (Almir Gabriel):** — ...que há uma pesquisa absolutamente importante, não contestada, que demonstra que os trabalhadores da área de saúde lotados em hospitais que tratam de doenças contagiosas não adoecem mais ou menos pelo fato de ali trabalharem, eis que, sabendo que existe risco de contaminação, tomam todas as precauções e providências de isolamento para evitar a contaminação e o conseqüente adoecimento. O que determina o risco da doença é o fato de ganhar mais ou menos, de ter um salário que propicie ou não alimentação e habitação adequadas. Ora, se o médico e outros profissionais dessa área têm acesso a um nível de salário superior à média, não há por que conceder-lhes uma aposentadoria antecipada.

Por esta razão, somos contra a propositura do nobre Constituinte Jofran Frejat.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

— Com o parecer contrário do Relator, passamos à votação.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Carlos Mosconi, Haroldo Sabóia, João Herrmann Neto, Mário Lima, Paulo Ramos, Raimundo Bezerra, Rodrigues Palma, Sigmaringa Seixas, Délio Braz, Manuel Viana, Antonio Carlos Mendes Thame, Carlos Chiarelli, Inocêncio Oliveira, Sandra Cavalcanti, Furtado Leite, Jofran Frejat, Jonas Pinheiro, Valmir Campelo, Victor Faccioni, José Maurício, Luiz Salomão, Francisco Rossi, Sólton Borges dos Reis, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Adolfo Oliveira, Aldo Arantes e Beth Azize. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Almir Gabriel, Aluizio Campos, Carlos Sant'Anna, Celso Dourado, Cid Carvalho, Cristina Tavares, Egídio Ferreira Lima, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Lyra, Francisco Pinto, João Calmon, José Fogaça, José Ignácio Ferreira, José Paulo Bisol, José Serra, José Ulisses de Oliveira, Nelson Carneiro, Nelson Friedrich, Renato Vianna, Theodoro Mendes, Virgildásio de Senna, Aécio Neves Cunha, Antonio Mariz, Chagas Rodrigues,

Euclides Scalco, João Agripino, Jorge Hage, José Costa, kin, Roberto Brant, Vicente Bogo, Vilson Souza, Ziza Va-José Tavares, Márcio Braga, Marcos Lima, Nelson Wedekin, Roberto Brant, Vicente Bogo, Vilson Souza, Ziza Valadares, Alcení Guerra, Aloysio Chaves, Christóvam Chiaradia, José Jorge, José Lins, José Santana de Vasconcellos, Luís Eduardo, Mário Assad, Ricardo Fiuza, Enoc Vieira, Paes Landin, Antônio Carlos Konder Reis, Gerson Peres, Bonifácio de Andrada, Bocayuva Cunha, Sotero Cunha, Roberto Freire e Antonio Farias. Absteram-se de votar os seguintes Senhores Constituintes: Ademir Andrade, Arnaldo Prieto e Eraldo Tinoco.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 29 Constituintes; votaram NÃO 54 Constituintes; absteram-se de votar 3 Constituintes. Total: 86 votos. O Destaque foi **rejeitado**.

**O SR. CONSTITUINTE BOCAYUVA CUNHA:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Tem a palavra V. Ex.<sup>a</sup>, pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE BOCAYUVA CUNHA:** – Sr. Presidente, ontem à tarde – era V. Ex.<sup>a</sup> quem ocupava a Presidência – levantei uma questão de ordem, que me pareceu pertinente, no sentido de que, tendo a Comissão de Sistematização inovado em relação ao Substitutivo Bernardo Cabral, a Mesa deveria ser tolerante e abrir um prazo, mesmo que pequeno – talvez até meia-noite de sábado – para apresentação de emendas às Disposições Transitórias. Surgiu uma série de parágrafos novos que não conhecíamos, razão por que entendemos justa a abertura de novo prazo para tais emendas.

Na ocasião, V. Ex.<sup>a</sup> disse que iria consultar a Mesa e que hoje daria a resposta. Por isso, fraternalmente, eu a estou cobrando de V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup> a cobrança que faz. Estou ganhando tempo para que o Presidente da Comissão possa decidir sobre o assunto.

Concedo a palavra ao Constituinte Luiz Salomão, pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE LUIZ SALOMÃO:** – Sr. Presidente, quero trazer a esta Casa uma comunicação grave relativa à decisão que acaba de tomar o Presidente Ronald Reagan, em comunicado divulgado pela Casa Branca, decretando o aumento de tarifas e a proibição de importação de produtos brasileiros em decorrência do que considera uma política comercial injusta em matéria de informática neste País. Isso significa a imposição de sobretaxas a milhares de produtos brasileiros que estão no contencioso da International Trade Commission, o que pode significar um prejuízo de milhões de dólares para nossas exportações.

Essa medida é da maior gravidade, porquanto está relacionada com a tramitação, no Congresso Nacional, do projeto de lei do **software** e com a homologação de um programa de computador que tem similar equivalente produzido pela empresa nacional Microsoft. Aliás, o projeto de lei do **software** já foi aprovado na Câmara dos Deputados, não tendo sido aprovado ontem no Senado Federal por falta de **quorum** para a realização da sessão.

Ora, Sr. Presidente, essa retaliação do Presidente americano reinstitui a doutrina do **Big Stick** do Presidente Theodore Roosevelt, que sintetizou esta doutrina numa frase absolutamente ofensiva: "O mapa da América Latina parece um presunto, e os Estados Unidos têm um grande apetite!"

Sr. Presidente, espero que o Senado Federal, os representantes eleitos pelo povo tenham a altivez e a hon-

radez de votar conforme o interesse brasileiro, reafirmando a soberania nacional, repelindo essa retaliação, essa ofensa ao Congresso, que zela pelo interesse da indústria de informática brasileira.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Concedo a palavra à nobre Constituinte Cristina Tavares.

**O SRA. CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES:** – Sr. Presidente, a imprensa anuncia que o Governo Reagan acaba de decretar sanções comerciais contra o Brasil que atingirão – e pego a atenção de V. Ex.<sup>as</sup>. – o valor de 105 milhões de dólares. Tais sanções são impostas ao nosso País em virtude da política soberana de defesa do mercado nacional, adotada através de lei aprovada por unanimidade pelo Congresso Nacional. Nisto insere-se, basicamente, o reconhecimento claro de que um país tem o direito de se defender. Os Estados Unidos julgaram-se ameaçados pela política brasileira de informática e, como tal, impuseram sanções ao Brasil.

Amanha, Sr. Presidente, esta Comissão estará decidindo questões referentes à ciência, à tecnologia e às comunicações. Gostaria que os Srs. Constituintes, no momento em que estivesse sendo apreciado o artigo que trata da soberania brasileira nas decisões de política de tecnologia de ponta, considerassem o exemplo dos Estados Unidos. É direito de uma nação defender o seu patrimônio tecnológico e econômico. Os Estados Unidos atacaram hoje o Brasil, como ontem atacaram o Japão e a Alemanha Ocidental. Isto nos leva à conclusão de que a política brasileira de informática esta dando certo, a ponto de o governo dos Estados Unidos nos punir e nos agredir.

Portanto, Srs. Constituintes, este é um momento de grande definição nesta Comissão. Espero que V. Ex.<sup>as</sup> levem em consideração essa decisão soberana dos Estados Unidos que nos autoriza a reagir soberanamente.

Era o que tinha a dizer.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Apenas a título de esclarecimento, quero dizer que as medidas realmente tomadas hoje, pelo que anunciam V. Ex.<sup>as</sup>, não se prendem à lei do **software**, mas a uma política agressiva que vem de antes. Ontem não houve falta de **quorum**, mas deliberação conjunta no sentido de que se fizesse a votação na segunda-feira, por serem muitas as emendas recebidas. Espero que o Senado, na segunda-feira, vote efetivamente essa lei, que interessa ao desenvolvimento do Brasil.

**Destaque nº 6457-87 – Emenda nº ES-34801-9, do Sr. Adolfo Oliveira, "que modifica o art. 266 e parágrafo único do Substitutivo n.º 1 (art. 230, § 4º, do Substitutivo nº 2)". (468.ª votação)**

Sobre a Mesa o Destaque nº 6457, relativo à Emenda nº 34801, de autoria do Constituinte Adolfo Oliveira. Pretende o autor do, destaque aditar ao art. 230 do 2º Substitutivo um parágrafo único, nos seguintes termos:

"As entidades públicas encarregadas dos serviços de assistência médica poderão delegar, no todo ou em parte, sua execução, mediante convênio, aos sindicatos."

Os Srs. Constituintes que estiverem de acordo, permaneçam como estão. **(Pausa)**

Concedida a preferência, dou a palavra ao Constituinte Adolfo Oliveira.

**O SR. CONSTITUINTE ADOLFO OLIVEIRA:** – Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, essa emenda é inspirada em solicitação, ate certo ponto modesta, de dezessete presidentes de sindicatos da região serrana fluminense.

Alegam eles que, normalmente, encontram as maiores dificuldades em conseguir a assinatura de um convênio com a Previdência Social para atendimento de seus associados. O que desejam é proporcionar condições aos sindicalizados, aos associados, a fim de que estes recebam atendimento mais eficiente, desobrigando-os de enfrentar filas de madrugada, às duas ou três horas da manhã, para conseguir senha para o atendimento. Fornecem as instalações, os equipamentos e estão em condições, portanto, de firmar convênio com os órgãos públicos que prestam assistência médica.

A aprovação desse dispositivo vira não apenas aliviar a responsabilidade, em pequena proporção, dos órgãos da Previdência, como também atender aos legítimos interesses dos sindicatos brasileiros. O que desejamos é que a a Previdência não assine convênios somente com clínicas particulares, lucrativas, muitas vezes tísidos de irregularidades. Temos de oferecer as mesmas oportunidades aos sindicatos de classe, aos sindicatos dos trabalhadores.

Espero, por isso mesmo, já que minha emenda não tem qualquer objetivo de causar despesas à Previdência ou ao Erário público, mas tão-somente viabilizar o atendimento dos trabalhadores, obter o pronunciamento favorável do eminente Relator Almir Gabriel, como também o voto do Plenário em favor dessa emenda que torna possível – não obriga – a inserção, na Constituição, do que deve ser um direito dos trabalhadores e dos sindicatos.

Era o que tinha a dizer.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Com a palavra o Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva, para falar contra.

**O SR. CONSTITUINTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA:** – Sr. Presidente, com certo constrangimento venho falar contra esta emenda de autoria do Constituinte Adolfo Oliveira. Acredito que os sindicalistas que fazem parte desta Constituinte sabem que uma das maiores brigas do movimento sindical é no sentido de tentar acabar com o assistencialismo nos sindicatos, fomentador de profissionais de sindicato e de estruturas eminentemente eleitorais. O movimento sindical, na verdade, precisa aprender a lutar, a fim de que o Estado preste boa assistência médica aos trabalhadores, limitando-se os sindicatos a cuidarem dos seus verdadeiros afazeres, ou seja, a defesa dos interesses da classe trabalhadora.

Não sei que sindicatos pediram isso ao Constituinte Adolfo Oliveira, e é bem possível que o tenham feito. Apelo, todavia, para os Srs. Constituintes no sentido de que não votem em favor desta emenda, pois isso significará transformar o sindicalismo brasileiro em posto de assistência médica, a exemplo do que ocorreu durante muitos anos de regime autoritário.

Espero que esta emenda seja derrotada.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Tem a palavra o Relator, para opinar sobre a matéria.

**O SR. RELATOR (Almir Gabriel):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, gostaria de fazer um apelo ao nobre Constituinte Adolfo Oliveira. Estivemos conversando e, em certo sentido, parece-nos que a matéria é de lei. Por outro lado, houve a solicitação feita pelo nobre Constituinte Lula da Silva e por outros companheiros que aqui estão representando a área sindical, no sentido de encaminhar esta emenda de forma contrária. Parece-nos, portanto, interessante que S. Ex.<sup>a</sup> retire sua emenda, a fim de que de que se possa posteriormente analisar a maneira de se fazer isso através de lei, sem que seja colocado no texto constitucional.

**O SR. CONSTITUINTE ADOLFO OLIVEIRA:** – Sr. Presidente, V. Ex.<sup>a</sup> não pode imaginar com que emoção

recebo o apelo do eminente Relator Almir Gabriel, mas devo dizer que tenho a assinatura de dezessete sindicatos importantes de minha região pedindo essa providência.

Gostaria de lembrar que o Brasil não é o ABC. Temos de levar em conta o País como um todo: o Brasil e o Nordeste, o Norte, o Centro e o Sul. Então, o que é bom para nós deve ser bom para todos.

Dessa forma, não retire o pedido de destaque.

**O SR. CONSTITUINTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA:** – Sr. Presidente, gostaria de dizer que, quando falo isto, eu o faço muito menos pelo ABC, porque lá já existe consciência quanto ao problema. O que desejo ponderar é que não podemos desviar o trabalho principal do dirigente sindical. O próprio Relator e o Presidente devem conhecer sindicatos importantes na Baixada Santista, cujos dirigentes são desviados de suas atividades para serem administradores hospitalares.

Não peço que o companheiro Adolfo Oliveira retire sua emenda. Vamos à votação.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Com a palavra o Constituinte Manuel Viana.

**O SR. CONSTITUINTE MANUEL VIANA:** – Sr. Presidente, preciso de uma informação sobre a votação: a emenda é aditiva ao § 4º, como está no documento, ou viria após o § 4º?

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – O único cabimento para ela é ser aditiva à seção.

Srs. Constituintes, tomem seus lugares e passemos à votação.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Ademir Andrade, Alfredo Campos, João Calmon, José Ulisses de Oliveira, Renato Vianna, Theodoro Mendes, Délio Braz, Manuel Viana, Marcos Lima, Antonio Carlos Mendes Thame, Carlos Chiarelli, Christóvam Chiaradia, Eraldo Tinoco, Inocêncio Oliveira, José Santana de Vasconcellos, Mário Assad, Ricardo Fiúza, Sandra Cavalcanti, Aníbal Barcellos, Enoc Vieira, Furtado Leite, Jofran Frejat, Jonas Pinheiro, Valmir Campelo, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Victor Faccioni, José Maurício, Francisco Rossi, Joaquim Bevilacqua, Sólton Borges dos Reis, Adolfo Oliveira e Sotero Cunha. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Carlos Sant'Anna, Celso Dourado, Cid Carvalho, Egídio Ferreira Lima, Fernando Gasparian, Fernando Henrique Cardoso, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, João Herrmann Neto, José Paulo Bisol, José Serra, Manoel Moreira, Nelson Carneiro, Nelson Friedrich, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Raimundo Bezerra, Rodrigues Palma, Severo Gomes, Sigmaring Seixas, Virgildásio de Senna, Aécio Neves Cunha, Antônio Mariz, Chagas Rodrigues, Euclides Scalco, João Agripino, Jorge Hage, José Costa, José Maranhão, José Tavares, Nelson Wedekin, Octávio Elísio, Vicente Bogo, Vilson Souza, Ziza Valadares, Aloysio Chaves, José Jorge, Jose Lins, Luís Eduardo, Oscar Corrêa Júnior, Gerson Peres, Virgílio Távora, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Aldo Arantes, Fernando Santana, Jamil Haddad e Antonio Farias. Abstiveram-se de votar os seguintes Senhores Constituintes: Almir Gabriel e Aluizio Campos.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 33 Constituintes; votaram NÃO 49 Constituintes; abstiveram-se de votar 2 Constituintes. Total: 84 votos. O Destaque foi **rejeitado**.

**O SR. CONSTITUINTE ERALDO TINOCO:** – Sr. Presidente, peço a palavra, para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE ERALDO TINOCO:** – Sr. Presidente, chamo a atenção dos Srs. Constituintes para esta matéria, da maior relevância. Esta Comissão, no início do processo da votação, mais precisamente quando votávamos os direitos dos trabalhadores, aprovou a Emenda nº 05547, do Destaque nº 480, de autoria do ilustre Constituinte Florestan Fernandes, que tratava especificamente do direito a uma gratificação natalina. Dizia a emenda:

"...gratificação natalina, com base na remuneração integral de dezembro de cada ano ou no valor da aposentadoria, no mesmo mês, das pessoas idosas."

Como o texto original do Substitutivo do Relator dizia que o trabalhador tem direito ao 13º salário com base na remuneração integral de dezembro de cada ano, é óbvio que a intenção do ilustre Constituinte Florestan Fernandes era criar o direito a uma gratificação natalina para os aposentados.

Sr. Presidente, naquela ocasião votei contra a emenda, não em relação ao seu mérito – e encaminhei declaração de voto à Mesa –, mas quanto à localização daquela matéria no art. 7º, que trata dos direitos dos trabalhadores. E o art. 7º passou a ter a seguinte redação:

"São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria da sua condição social..."

E aí vem uma série de direitos, inclusive, no item VIII, como o direito ao décimo-terceiro salário, com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria em dezembro de cada ano.

Vejam, Srs. Constituintes – especialmente os juristas que brilham nesta Comissão – que, em se tratando de matéria contida no artigo referente aos direitos dos trabalhadores e considerando-se que o aposentado não é mais um trabalhador, pois ao aposentar-se ele passa para outra categoria, a dos aposentados e que esta matéria trata do décimo-terceiro salário, e o aposentado não recebe salário e, sim, proventos de aposentadoria, esta redação daria margem à interpretação de que este direito, previsto no item VIII do art. 7º, se aplicaria apenas aos indivíduos que se aposentarem durante o exercício e que tenham direito a um décimo-terceiro salário proporcional ao tempo de atividade.

Sr. Presidente, como a intenção do ilustre autor da matéria era a criação de uma gratificação natalina para o aposentado, sugiro, nesta questão de ordem, salvo melhor juízo do nobre Relator e do Plenário desta Comissão, que a matéria, tal como aprovada, seja deslocada para o art. 230, que trata especificamente dos direitos dos aposentados.

Esta, a questão de ordem que queria suscitar.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Encaminho a sugestão de V. Exª ao nobre Relator, para que a examine oportunamente. À primeira vista, tenho a impressão de que V. Exª tem razão, ao querer deslocar esta emenda do nobre Constituinte Florestan Fernandes para o art. 230, como creio que são necessárias algumas modificações de redação, porque de outra maneira a emenda não atenderá ao que o autor deseja.

**O SR. CONSTITUINTE ERALDO TINOCO:** – Sr. Presidente, talvez, para esclarecimento do Plenário, o nobre Relator pudesse fazer um breve comentário sobre o assunto.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Se o Relator entender que deve fazê-lo, está com a palavra.

**O SR. RELATOR (Almir Gabriel):** – Acrescentaria apenas que estou inteiramente de acordo com a observação feita.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Está resolvida a questão de ordem.

**Destaque nº 007358-87 – Emenda nº 1P-14985-1, do Sr. Antonio Mariz, "que acrescenta parágrafo único ao artigo 356, do Substitutivo nº 1 (artigo 230, Título VIII, Capítulo II, Seção II, do Substitutivo nº 2)". (469ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Passamos agora à votação do pedido de preferência para o Destaque nº 7358, de autoria do nobre Constituinte Antonio Mariz. Trata-se de emenda aditiva de parágrafo – ao art. 230 – e diz o seguinte:

"Acrescente-se parágrafo único ao art. 230:

"Aplica-se aos trabalhadores autônomos, aos desempregados e aos empregadores o disposto no **caput**, com base no valor do salário de contribuição."

Os Srs. Constituintes que estiverem de acordo com a preferência, permaneçam como se encontram. **(Pausa)** Aprovada a preferência.

Concedo a palavra ao nobre Constituinte Antonio Mariz. Antes, porém, comunico ao Plenário que às 20:30 h, haverá uma reunião da Assembléia Nacional Constituinte, por decisão do Presidente Ulysses Guimarães e da Mesa. Portanto, terminaremos esta sessão, impreterivelmente, às 20 horas.

**O SR. CONSTITUINTE ANTONIO MARIZ:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, a emenda que venho defender, de minha autoria, é muito simples na sua concepção e abrange matéria que me parece de grande relevância. Trata-se de um parágrafo a ser adicionado ao art. 230 do 2º Substitutivo, que estamos votando. O art. 230, depois de aprovada a Emenda Floriceno Paixão, ficou assim redigido:

"É assegurada aposentadoria, com salário integral, garantido o reajustamento para preservação em caráter permanente do seu valor real, obedecidas as seguintes condições:..."

Portanto, o art. 230 garante salário integral. Ocorre que na legislação da Previdência Social são contribuintes obrigatórios não apenas os empregados – justamente os que têm salário no momento da aposentadoria – mas os trabalhadores autônomos, os desempregados e também os empregadores em sendo estrito, tipicamente dirigido à Previdência Social, obrigados a contribuir, nos termos da lei, e que estão definidos assim: o titular de firma individual, diretor ou membro do conselho de administração de sociedades anônima, sócio-gerente, sócio solidário, sócio-cotista que recebe **pro labore** e assim por diante. Este é o sentido da referência ao empregador, como está aqui.

Esta emenda visa a suprir, parece-me, uma lacuna do projeto e da emenda aprovada, pois os autônomos, por não terem salários, ou os desempregados que eventualmente preenchem as condições exigidas na legislação da Previdência, e também os empregadores – a palavra exata é "empregador", justamente porque exclui do conceito o empresário – ficariam excluídos da aposentadoria por tempo de serviço. Impõe-se, por conseguinte, acrescentar este parágrafo para que toda a categoria dos contribuintes obrigatórios, nos termos da legislação previdenciária, seja igualmente protegida no seu direito de se aposentar.

Este o sentido da emenda que proponho e que está redigida nos seguintes termos:

"Aplica-se aos trabalhadores autônomos, aos desempregados e aos empregadores o disposto no **caput** deste artigo, com base no valor dos salários de contribuinte."

É exatamente o valor do salário de contribuição que servirá de fundamento ao cálculo dos proventos da apo-

sentadoria do autônomo, do desempregado e do empregador. É preciso assinalar, da passagem, que o desempregado, não obstante essa condição, enquadra-se perfeita e legitimamente na legislação previdenciária, porque pode, no seu período de atividade, haver preenchido os requisitos para a aposentadoria, ter alcançado o número de contribuições que lhe garanta aposentar-se.

Sr. Presidente, o sentido da minha emenda é suprir esta lacuna, preencher este vazio que ficou na formulação, seja do 2º Substitutivo, seja da Emenda Floriceno Paixão, aqui aprovada. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Não há oradores inscritos para encaminhar contra.

A emenda é de suma importância. Peço ao Relator que opine.

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – Sr. Presidente, ilustras membros da Comissão de Sistematização, temos aqui uma proposta do Constituinte Antonio Mariz que visa a garantir aos desempregados as mesmas condições asseguradas ao trabalhador comum, aos empregadores e aos trabalhadores autônomos.

O art. 224 do Capítulo II diz o seguinte:

"A seguridade social será financiada compulsoriamente por toda a sociedade, de forma direta e indireta, mediante contribuições sociais e recursos provenientes da receita tributária da União, na forma da lei."

As contribuições sociais a que se refere o **caput** desse artigo são as seguintes:

"I – contribuição dos empregadores, incidente sobre folha de salários, o faturamento e o lucro, ressalvadas as contribuições compulsórias dos empregadores sobre a folha de salários, destinadas à manutenção das entidades de serviço social e de formação profissional."

Na verdade, o empregador também contribuiu: referindo-se aos desempregados, a emenda vem preencher uma lacuna existente no texto. A instrução do Relator Almir Gabriel é, portanto, favorável a essa emenda, pelo seu acolhimento.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Com a opinião favorável do Relator, passamos à votação. Peço aos Srs. membros desta Comissão que votem. Devo esclarecer que o Relator José Fogaça deu voto favorável à emenda.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Sr. Presidente, peço a palavra para solicitar um pequeno esclarecimento ao Relator. O art. 230 se refere à universalidade da cobertura. Gostaria que o Relator esclarecesse este ponto, tendo em conta exatamente esta emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Sr. Relator, V. Ex.<sup>a</sup> deseja acrescentar algo?

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – O Relator quis dizer que a emenda não especifica a forma de contribuição, mas, em todos os itens, diz: "ela se especificará na forma da lei". A lei, portanto, proverá. Se o empregador quiser contribuir da mesma forma que o assalariado, terá que cumprir dupla função: pagar como assalariado e também contribuir, enquanto empregador. Também cobrirá o referente aos desempregados. A lei dirá. Nossa posição é favorável.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Está em votação a adição de um parágrafo, que se lê da seguinte maneira:

"Aplica-se aos trabalhadores autônomos, aos desempregados e aos empregadores o disposto no **caput**, com base no valor do salário de contribuição."

O disposto no **caput** é o art. 230.

Vamos colocar em votação.

**O SR. CONSTITUINTE ANTONIO MARIZ:** – Sr. Presidente, talvez eu pudesse dar esse esclarecimento ao Constituinte José Lins. Não há salário; o desempregado não tem salário; o trabalhador autônomo não tem salário, e o empregador, no sentido em que é usado o termo, isto é, na forma de simples diretor de empresa, de sociedade anônima ou de conselho de administração, por exemplo, não teria como ver calculados seus proventos de aposentadoria, sem referência ao salário de contribuição. É este o sentido.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, peço a palavra para um esclarecimento.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, muitas vezes voto baseado e fundamentado no parecer do Relator. É um roteiro. S. Ex.<sup>a</sup> fundamentou seu raciocínio baseado no art. 224, que diz:

"A seguridade social será financiada compulsoriamente por toda a sociedade..."

Ora, no meu entendimento, o desempregado não pode financiar seguridade social. Ele não pode fazê-lo, pois não tem dinheiro nem para comer. Como iria financiar seguridade social? Há uma contradição entre o que S. Ex.<sup>a</sup> relata, ao pedir a aprovação de uma emenda, e o que votarei. Gostaria que o Relator esclarecesse de que maneira o desempregado financiará a seguridade social, para poder dar conscientemente o meu voto.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Sr. Relator, V. Ex.<sup>a</sup> deseja esclarecer algo?

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – Não, a Relatoria nada mais tem a dizer. Ela já levantou os argumentos e deu o seu parecer.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – A Mesa acrescenta que a aprovação deste artigo facilitará a consolidação da importante interpretação dada na Comissão pelo Constituinte Floriceno Paixão, esta manhã. Não votei a favor da Emenda Floriceno Paixão porque ela incorria no risco de não incidir sobre o salário de contribuição e desta forma beneficiar os "marajás". Talvez a Relatoria tenha agora mais liberdade para corrigir.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Constituinte Antônio Carlos Konder Reis.

**O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS:** – Sr. Presidente, o artigo objeto da emenda do Sr. Constituinte Antonio Mariz define os benefícios da Previdência Social. Ele não conceitua os beneficiários. Se a emenda for aprovada, entre outros inconvenientes há o de que ficarão excluídos os trabalhadores avulsos. A emenda faz referência aos trabalhadores autônomos, aos desempregados e aos empregadores, mas exclui os trabalhadores avulsos. Esta é a observação que me permito fazer, mostrando que tecnicamente a emenda, ao invés de beneficiar, exclui uma categoria. Como o artigo não define os beneficiários, mas apenas os benefícios, creio que a questão está resolvida no art. 223. Esse, sim, define a seguridade social, a universalidade de sua cobertura, a uniformidade, equivalência e a equidade na forma de participação no custeio; a seletividade, a diversidade de base, a irredutibilidade do valor dos benefícios e seu caráter democrático e descentralizado.

Essa emenda, certamente apresentada com os melhores propósitos, exclui desses benefícios uma categoria e não se adapta ao art. 230, que cuida de sua definição e não da enunciação dos beneficiários.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Concedo a palavra, pela ordem, ao Constituinte Aluizio Campos.

**O SR. CONSTITUINTE ALUÍZIO CAMPOS:** – Sr. Presidente, a emenda de autoria do Constituinte Antonio Mariz realmente complementa o texto do art. 230. Atualmente, os trabalhadores autônomos, para não perderem o direito à aposentadoria e aos benefícios da Previdência, contribuem em dobro – e os desempregados também arcam com esse ônus – a fim de que não prescreva nem caduque o seu direito à aposentadoria, ou pensão a seus beneficiários, no caso de morte do contribuinte. Assim também os empregadores que trabalham autonomamente contribuem como empregadores para ter direito à aposentadoria.

No nosso entender, a lacuna preenchida pelo Constituinte Antonio Mariz, com a apresentação da sua emenda, não se choca com o que prescreve o **caput** do art. 230. É, pois, uma emenda inteiramente procedente.

Quanto a salário-de-contribuição, já temos aprovada uma emenda, de autoria do Constituinte Floriceno Paixão, que versa sobre salário integral. Ficou evidenciado, quando da votação dessa emenda, que ela haveria de ser corrigida, seja por emenda de Plenário, seja por emenda de redação. E o próprio autor do destaque, Constituinte Floriceno Paixão, admitiu que se fizesse a correção, para substituir a expressão "salário integral" por "salário integral de contribuição".

De maneira que não há conflito nem impedimento para a aprovação da emenda cujo autor é o Constituinte Antonio Mariz.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Concedo a palavra ao nobre Constituinte Antonio Mariz, para um último esclarecimento antes da votação.

**O SR. CONSTITUINTE ANTONIO MARIZ:** – Sr. Presidente, tenho em mãos o regulamento dos benefícios da Previdência Social. A lista dos contribuintes obrigatórios é longa e, evidentemente, não cabe transcrevê-la no texto constitucional. A emenda usa as indicações "desempregado", "trabalhador autônomo" e "empregador" como conceitos genéricos, abrangentes das categorias que se lhes assemelham e que se caracterizam pelo fato de não terem salário fixo no momento da aposentadoria. Essa é a razão da adoção das denominações admitidas aqui.

Quanto à questão de não se aposentar o desempregado, lembro, respondendo à objeção apresentada pelo nobre Constituinte Gerson Peres, que a aposentadoria por velhice – isto é exemplificativo – se dá, após sessenta contribuições mensais, ao segurado ou à segurada que complete 65 ou 60 anos de idade, respectivamente. Ora, o segurado pode ter completado essas contribuições antes do desemprego, ou simplesmente durante o desemprego. Não há contradição alguma nisso. Estou inteiramente de acordo com os argumentos expendidos pelo Constituinte Aluizio Campos.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Como opina V. Ex.<sup>a</sup> quanto aos avulsos e à objeção do Constituinte Antônio Carlos Konder Reis?

**O SR. CONSTITUINTE ANTONIO MARIZ:** – É exatamente esta a parte inicial da minha rápida exposição. Ali estão termos que pretendem ser genéricos. Ao referir-se ao empregador, a emenda abrange todas as formas de empregadores classificáveis neste capítulo que trata da Previdência Social. Da mesma forma, há a referência ao trabalhador autônomo, que, no mínimo e na pior das hipóteses, por analogia, abriga todas as outras categorias, como a dos trabalhadores avulsos, a que se referiu o Senador Aluizio Campos.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Passa-se à votação.

**(Procede-se à votação)**

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Almir Gabriel, Aluizio Campos, Celso Dourado, Egídio Ferreira Lima, Fernando Gasparian, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, João Herrmann Neto, José Paulo Bisol, Manoel Moreira, Nelson Carneiro, Nelton Friedrich, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Severo Gomes, Sigmaringa Seixas, Theodoro Mendes, Antonio Mariz, Délio Braz, Euclides Scalco, João Agripino, Jorge Hage, José Maranhão, José Tavares, Octávio Elísio, Rose de Freitas, Vicente Bogo, Vilson Souza, Ziza Valadares, Antonio Carlos Mendes Thame, Christóvam Chiaradia, Inocêncio Oliveira, José Jorge, José Santana de Vasconcellos, Mário Assad, Oscar Corrêa Júnior, Paulo Pimentel, Annibal Barcellos, Enoc Vieira, Furtado Leite, Jonas Pinheiro, Valmir Campelo, Darcy Pozza, José Maurício, Luiz Salomão, Francisco Rossi, Joaquim Bevilacqua, Sólton Borges dos Reis, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Haroldo Lima e Jamil Haddad.

Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Alfredo Campos, Cid Carvalho, João Calmon, José Richa, José Ulisses de Oliveira, Rodrigues Palma, Marcos Lima, Roberto Brant, Alcení Guerra, Aloysio Chaves, Arnaldo Prieto, Carlos Chiarelli, Luís Eduardo, Ricardo Fiúza, Sandra Cavalcanti, Antônio Carlos Konder Reis, Gerson Peres, Jarbas Passarinho e Virgílio Távora. Abstiveram-se de votar os seguintes Senhores Constituintes: Bernardo Cabral, Fernando Henrique Cardoso, José Fogaça, José Ignácio Ferreira, Eraldo Tinoco, José Lins, Jofran Frejat, Adylson Motta, Adolfo Oliveira, Sotero Cunha e Fernando Santana.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 58 Constituintes; votaram NÃO 19 Constituintes; abstiveram-se de votar 11 Constituintes. Total: 88 votos. O Destaque foi **aprovado**.

Durante a chamada nominal da votação do Destaque nº 007358-87, o Sr. **Fernando Henrique Cardoso**, Quarto-Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. **Jarbas Passarinho**, Terceiro-Vice-Presidente.

**Destaque nº 003680-87 – Emenda nº ES-28134-8, do Sr. Arnaldo Faria de Sá, "que acrescenta alínea "c" ao art. 265, do Substitutivo nº 1 (art. 230, "c", do Substitutivo nº 2)". (470ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Há sobre a Mesa requerimento de preferência para votação do Destaque nº 3.680, de autoria do Constituinte Arnaldo Faria de Sá. Em votação. **(Pausa)**

Preferência concedida.

Concedo a palavra ao Constituinte Arnaldo Faria de Sá e informo que, em relação à sua emenda, S. Ex.<sup>a</sup> suprime a parte final: "com salário integral".

**O SR. CONSTITUINTE ARNALDO FARIA DE SÁ:** – Sr. Presidente, Srs. Relatores e Srs. Constituintes, a nossa emenda nada mais é do que a complementação de emenda anterior aprovada e que concede aos professores estatutários aposentadoria, para as professoras, aos 25 anos de serviço e, para os professores, aos 30 anos. Aliás, essa emenda, quando votada no capítulo próprio, teve o seguinte resultado: 88 votos favoráveis e apenas 3 votos contrários.

Na verdade, não estamos querendo inovar. Queremos apenas garantir no texto constitucional que tanto os professores estatutários quanto os professores seletistas tenham os mesmos direitos.

Em relação à problemática de salários, deixamos para propor emenda de redação no Plenário para superar eventuais problemas que possam ocorrer. Em razão disto, suprimimos a parte final do texto, conforme acordo feito com a própria Relatoria. Esperamos ver esta emenda aprovada por entendermos ser tal proposta da mais alta justiça e, acima de tudo, consagrar um princípio já existente.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Para falar a favor tem a palavra o Constituinte Gerson Peres. **(Pausa)** S. Ex.<sup>a</sup> declina da palavra.

Com a palavra o Relator.

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, esta é uma matéria que, segundo instruções do Relator Bernardo Cabral, estende o benefício aprovado em decisão já tomada por ocasião da apreciação do capítulo referente aos servidores públicos federais. Ou elimina-se aquilo que anteriormente foi aprovado ou, então, estaremos diante de uma brutal incoerência ao privilegiar apenas os professores da rede pública. Na verdade, a emenda do Constituinte Arnaldo Faria de Sá apenas cumpre o papel de dar justiça àqueles que exercem a atividade do magistério no setor da rede privada de ensino.

Portanto, o parecer é, necessariamente, favorável.

**O SR. CONSTITUINTE DARCY POZZA:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – V. Ex.<sup>a</sup> tem a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE DARCY POZZA:** – Sr. Presidente, esta emenda foi selecionada pelas Lideranças para ser votada em caráter preferencial. Existem várias outras propostas com a mesma finalidade e praticamente a mesma redação e que estão sobre a mesa, aguardando apreciação. Elas receberam apoio de dez parlamentares e por isso poderiam ser votadas. Consulto V. Ex.<sup>a</sup> se essas não poderiam ficar acopladas à emenda ora em discussão, para que todas então fossem consideradas aprovadas ou rejeitadas.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Nobre Constituinte Darcy Pozza, esse procedimento não figura dentro do nosso texto regimental. As emendas estarão naturalmente prejudicadas, a partir do momento em que outras iguais sejam ou aprovadas ou rejeitadas. O que se pode fazer – e se tem feito aqui – é considerar, de acordo com o autor da emenda, que os outros são co-autores. Isto dependerá do autor da emenda.

**O SR. CONSTITUINTE DARCY POZZA:** – Sr. Presidente, é exatamente esta a nossa sugestão.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Mas não acopladas para votar em conjunto. Eu tinha entendido sua consulta de modo diferente.

**O SR. CONSTITUINTE DARCY POZZA:** – Estariam também aprovadas todas as demais.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Egídio Ferreira Lima.

**O SR. CONSTITUINTE EGÍDIO FERREIRA LIMA:** – Sr. Presidente, não entendi bem a colocação feita pelo nobre Relator José Fogaça. Acho que há três hipóteses bem distintas. Votamos aqui a aposentadoria para o professor, aos 30 anos, e para a professora, aos 25 anos de efetivo exercício na função de magistério público.

Pela manhã, tivemos uma discussão em que se pretendeu estabelecer a aposentadoria para a mulher, em relação à Previdência, aos 25 anos. Essa proposta foi rejeitada, fato por mim assinalado na ocasião. Agora, pretende-se apreciar outra proposta, porém esta cria uma

disparidade com decisão já tomada aqui, no sentido de que a mulher poderá aposentar-se aos 25 anos, com salário proporcional a esse período de trabalho.

Creio que a emenda, como está posta, conflita-se com todo o elenco que aqui se fez.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – V. Ex.<sup>a</sup> perdeu a oportunidade de inscrever-se para falar contra. Gostaria que V. Ex.<sup>a</sup>, com o respeito que lhe tenho, fizesse a pergunta ao Relator, porque o Constituinte Almir Gabriel ainda vai falar e poderá esclarecer.

**O SR. CONSTITUINTE EGÍDIO FERREIRA LIMA:** – Dou-me por esclarecido e espero que a Casa vote contra a emenda.

**O SR. CONSTITUINTE ARNALDO FARIA DE SÁ:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Sobre o mesmo assunto não permito mais questão de ordem, desculpem-me.

**O SR. CONSTITUINTE ARNALDO FARIA DE SÁ:** – Por favor, Sr. Presidente, sou o autor da emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Sim, mas V. Ex.<sup>a</sup> já encaminhou a matéria como autor. Peço a V. Ex.<sup>a</sup> que entenda minha posição, porque há três Srs. Constituintes pedindo a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE ARNALDO FARIA DE SÁ:** – Sr. Presidente, o Relator já se manifestou.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr. Presidente, o Constituinte Egídio Ferreira Lima também não podia falar e o fez.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Senhor Constituinte Gastone Righi, se V. Ex.<sup>a</sup> acha que um erro justifica outro... V. Ex.<sup>a</sup> me honraria muito se falasse ao microfone, na ocasião oportuna, mas não agora, porque não lhe dei a palavra.

Com a palavra o Constituinte Arnaldo Faria de Sá.

**O SR. CONSTITUINTE ARNALDO FARIA DE SÁ:** – Sr. Presidente, o Constituinte José Fogaça, representando a Relatoria, já se manifestou. Portanto, não tem outro Relator que se manifestar. V. Ex.<sup>a</sup> disse, respondendo à questão de ordem do ilustre Constituinte Egídio Ferreira Lima – que, na verdade, foi um encaminhamento contrário – que a resposta seria dada pelo Constituinte Almir Gabriel. Mas a Relatoria já se manifestou por intermédio do Constituinte José Fogaça.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – É a conclusão de V. Ex.<sup>a</sup>, não a minha. S. Ex.<sup>a</sup> vai falar para dar um esclarecimento solicitado pelo Constituinte Egídio Ferreira Lima, não é o segundo Relator. Peço a V. Ex.<sup>a</sup> que compreenda.

Tem a palavra o Constituinte Almir Gabriel.

**O SR. CONSTITUINTE ALMIR GABRIEL:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, insisto em que a colocação por nós feita em todos os momentos não tem nenhuma postura corporativa, nem a favor da categoria "A" nem a favor da categoria "B". O que queremos ver é a totalidade da população brasileira, na qual, é claro, há diferenças entre aqueles que tem remuneração abaixo de dois ou três salários mínimos, que são pessoas que não alcançam a esperança de vida suficiente, e aqueles submetidos a uma situação especial de trabalho. O mineiro, por exemplo submete seu corpo a uma atmosfera desfavorável e impõe ao seu pulmão uma condição de resistência que pode fazê-lo falecer em um tempo menor. Temos que meditar exatamente o fato de que as pessoas que não sejam submetidas a essa condição de sacrifício de seus organismos, devam dar à sociedade a contribuição que seus corpos podem permitir.



No meu entendimento, não nos devemos preocupar em dar privilégios a determinadas categorias ainda que seja justo num certo sentido, mas com o aspecto de diminuição da jornada de trabalho, não com a aposentadoria precoce. A garantia da diminuição da jornada de trabalho é a visão correta, e não a aposentadoria num tempo menor, porque leva sem dúvida alguma à sobrecarga de toda área da Previdência Social que tem de sustentar esse grupo. Meu parecer pessoal é contra.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr. Presidente, em questão de ordem, lanço o meu protesto.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Um momento, Constituinte Gastone Righi, tenha calma. Este Presidente está em condições de exercer a Presidência da Casa. O Constituinte Bernardo Cabral informa que a fala do Constituinte José Fogaça caracteriza a opinião da Relatoria. Está encerrado o assunto. **(Palmas)**

Passo à votação.

**O SR. CONSTITUINTE OCTÁVIO ELÍSIO:** – Sr. Presidente, eu tinha pedido a palavra para contraditar a questão de ordem do Constituinte Egídio Ferreira Lima, o que farei em não mais de 30 segundos. Quero apenas salientar que esta emenda não agrega privilégio a ninguém, porque hoje o professor tem direito a aposentadoria aos 30 e aos 25 anos de serviço. Foi concedida o mesmo direito aos professores funcionários públicos que convivem numa mesma escola com professores não-autárquicos, contratados celetestamente. O que não podemos é permitir a injustiça de uns terem direito a uma aposentadoria e outros não, quando exercerem a mesma profissão. De modo que o apelo que faço é que aprove a emenda dentro desse critério.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Permitir-me-ia, Constituinte Octávio Elísio, fazer um comentário como Presidente em exercício no momento. Quando votamos o dispositivo relativo ao funcionário público, nós o fizemos claramente – e V. Ex.<sup>a</sup> foi parte disso – salientando a diferença entre o professor no exercício pleno da função e aquele que não estivesse. Esse é um aspecto que deveria ser salientado.

**O SR. CONSTITUINTE OCTÁVIO ELÍSIO:** – Acho que somos todos favoráveis a que isso seja aprovado para aqueles que de fato estão no exercício do magistério.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Em votação.

**O SR. CONSTITUINTE VICTOR FACCIONI:** – Senhor Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Será possível que o assunto seja tão difícil de ser compreendido que as pessoas mais inteligentes que conheço, neste Plenário, estejam nervosas e não saibam como votar?

Tem a palavra o eminente Constituinte gaúcho Victor Faccioni.

**O SR. CONSTITUINTE VICTOR FACCIONI:** – Senhor Presidente, o fato de V. Ex.<sup>a</sup> me incluir entre as pessoas mais inteligentes que conhece muito me honra e me lisonjeia. Exatamente considerando a inteligência de V. Ex.<sup>a</sup>, quero justificar que minha intervenção é apenas para dizer que abro mão do Destaque nº 4473, de minha autoria, independentemente deste resultado, sobre uma emenda similar, por considerar a emenda que está sendo proposta muito oportuna e válida.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Será devidamente registrado, nos Anais e nos jornais – eu espero. Em votação.

## (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Ademir Andrade, Bernardo Cabral, Celso Dourado, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, João Calmon, João Herrmann Neto, José Fogaça, José Paulo Bisol, José Richa, Manoel Moreira, Mário Lima, Nelson Friedrich, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Rodrigues Palma, Sigmaringa Seixas, Theodoro Mendes, Aécio Neves Cunha, Antônio Mariz, Jorge Hage, José Maranhão, José Tavares, Miro Teixeira, Octávio Elísio, Vicente Bogo, Vilson Souza, Alcení Guerra, Antônio Carlos Mendes Thame, Carlos Chiarelli, Eraldo Tinoco, Inocêncio Oliveira, José Jorge, José Lins, José Santana de Vasconcellos, Mário Assad, Oscar Corrêa Júnior, Paulo Pimentel, Sandra Cavalcanti, Annibal Barcellos, Enoc Vieira, João Menezes, Jofran Frejat, Jonas Pinheiro, Valmir Campelo, Darcy Pozza, Gerson Peres, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia, Bonifácio de Andrada, Brandão Monteiro, José Maurício, Lysâneas Maciel, Francisco Rossi, Joaquim Bevilacqua, Sólton Borges dos Reis, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Adolfo Oliveira, Sotero Cunha, Haroldo Lima e Jamil Haddad. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Alfredo Campos, Almir Gabriel, Aluísio Campos, Cid Carvalho, Egídio Ferreira Lima, Fernando Gasparian, José Serra, Pimenta da Veiga, Délio Braz, José Costa, Marcos Lima, Roberto Brant, Ziza Valadares, Aloysio Chaves e Paes Landim. **ABSTENÇÃO:** Senhores Constituintes Luís Eduardo e Antônio Carlos Konder Reis.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 65 Constituintes; votaram NÃO 15 Constituintes; abstiveram-se de votar 2 Constituintes. Total 82 votos. O Destaque foi **aprovado**.

**O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS:** – Sr. Presidente, votei pelo sistema eletrônico; fiz a verificação, no painel, do resultado do meu voto. Quando apertei a tecla do "sim", apareceu a luz correspondente, a verde. Depois, quando apertei o botão e a manivela, o voto estava confirmado. Verifiquei que, no painel, que já está apagado, o meu voto apareceu como "abstenção". Peço que seja consignado corretamente o meu voto, que foi "sim".

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Constará dos Anais a declaração de voto de V. Ex.<sup>a</sup>.

**Destaque nº 100-87, – Emenda nº ES-32983-9, do Sr. Hermes Zaneti, "que acrescenta inciso III do art. 265, do Substitutivo nº 1 (art. 230 do Substitutivo nº 2)". (471ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Há, sobre a mesa, pedido de requerimento de preferência para a votação do Destaque nº 100, de autoria do Constituinte Hermes Zaneti, de emenda aditiva de expressão.

Os Srs. Constituintes que estiverem de acordo com o pedido de preferência, permaneçam como se encontram. **(Pausa)**

Aprovado o pedido.

Devo esclarecer ao Plenário que a emenda do Constituinte Hermes Zaneti, a quem concedo a palavra, adita, ao que acaba de ser aprovado, as expressões: "é assegurada com proventos integrais". Além de se dar a aposentadoria, após trinta anos, para o professor, e vinte e cinco anos, para a professora, de efetivo exercício em função de magistério, com o aditamento que se faz assegura-se-lhes proventos integrais.

Tem a palavra S. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. CONSTITUINTE HERMES ZANETI:** – Sr. Presidente, colegas Constituintes, estudamos o conjunto de emendas destacadas para a apreciação da Comissão de Sistematização. Nesse estudo, desenvolvido em conjunto com representantes de diferentes partidos e especialmente dos interessados na questão da educação e do magistério, concluímos que a forma de garantir aos celetistas o mesmo direito que já têm os estatutários, de assegurar aos professores particulares o mesmo direito que já têm as professoras e professores públicos seria o acoplamento à emenda do colega Constituinte Arnaldo Faria de Sá, com o aditamento das expressões que acabam de ser lidas por S. Ex.<sup>a</sup> o Sr. Presidente. Por esta razão, venho pedir a esta colenda Comissão de Sistematização que aprove estas expressões, porque, em assim agindo, estará ela assegurando o princípio de isonomia e, mais que isto, assegurando aquilo que já consta do texto da Constituição em vigor e o que já aprovamos para as professoras e os professores servidores públicos.

Quero lembrar aos nobres colegas que a aprovação referente ao capítulo "Do Servidor Público" deu-se por 88 votos a favor e 3 contra. É o que esperamos se repita neste momento.

Mas, Sr. Presidente, caros colegas Constituintes, hoje pela manhã observamos aqui uma luta, elogiável sob todos os pontos de vista, das mulheres brasileiras querendo assegurar a aposentadoria especial para a mulher após esta completar 25 anos de trabalho. Ouvi algumas argumentações, que entendo corretas, no sentido de que já havíamos concedido esse direito para as professoras. Se não conseguimos aprovar tal direito para todas as mulheres brasileiras, não será por isso que devemos votar, agora, contra a aposentadoria integral das professoras. Vamos manter esta conquista, que já conseguimos, e, na esteira dela, garantir, no futuro, o direito à aposentadoria especial e integral para todas as mulheres brasileiras. **(Palmas)**

Por isso, faço meu apelo a esta Comissão no sentido de que aprovemos essas expressões a serem adendadas, para garantir – repito – o princípio de isonomia com o que já aprovamos no art. 45.

Sr. Presidente e Srs. Constituintes, reitero o meu apelo no sentido da aprovação de minha proposta, afirmando que a expressão "e assegurada com proventos integrais" há de caber aqui exatamente na mesma dimensão como foi aceito, por esta Comissão de Sistematização, o pedido do Constituinte Floriceno Paixão, que, hoje pela manhã, teve uma emenda aprovada com esta mesma redação. Esclareço que se tem aqui, exatamente, a mesma intenção e o mesmo objetivo que teve S. Ex.<sup>a</sup>.

Muito obrigado. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Com a palavra o Sr. Relator.

**O SR. RELATOR (Almir Gabriel):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, vamos tentar recolocar agora, mais uma vez, o que hoje pela manhã tivemos oportunidade de expor.

O sistema previdenciário depende do contribuinte, depende de quanto cada pessoa, mensalmente e durante determinado período, recolhe para garantir a si própria todos os benefícios, inclusive a aposentadoria. Esta é uma condição absolutamente básica em todas as previdências sociais do mundo. A previdência garante algo mais que um determinado limite, que é o patamar da duração da vida das pessoas – e só se pode assegurar, segundo os cálculos atuariais, através de contribuição complementar.

Todos os brasileiros, rigorosamente todos – aqueles que ganham um salário mínimo, como é o caso do servente de pedreiro, do pescador, do trabalhador rural – terão direito a fruir da aposentadoria proporcionalmente à sua contribuição.

Na medida em que aceitarmos a redação, como está inserida no texto e como foi aprovada hoje de manhã, verificaremos que determinadas categorias terão direito de fruir uma aposentadoria integral, independente de contribuição paralela, já que a própria Previdência estabelece um limite de contribuição de 20 salários mínimos. É preciso que esta Assembléia tenha claro que a Previdência Social se põe como condição fundamental à conquista dos trabalhadores, principalmente dos mais sacrificados. Ela se destina a fortalecer o trabalho e a política de justiça social. É indispensável, portanto, ficar claro que é preciso haver um paralelismo entre a contribuição de cada um para a contrapartida da remuneração posterior. Aqui foi posto, em relação aos professores, um período de contribuição de 25 ou 30 anos, menor, portanto, do que o tempo de contribuição dos outros trabalhadores como um todo. Para fruírem os proventos da aposentadoria em 100%, integral, vamos desestruturar por inteiro o sistema contributivo previdenciário nacional, na medida em que, contribuindo por tempo menor, num percentual igual ao de todos os outros trabalhadores, alguns passarão a fruir uma aposentadoria ou uma remuneração maior do que a de outros trabalhadores.

Nobres Constituintes, a decisão é absolutamente séria. Sabemos da importância da categoria dos professores no Brasil, da sua significação. É importante termos claro que alguns professores ganham realmente pouco, sobretudo os de 1º grau. Mas existe uma disparidade em relação a outros professores de nível superior – não quero dizer que ganham bem nem muito bem. Todavia, ultrapassam o limite básico de contribuição. Se a aposentadoria obedecer ao critério do salário total, sem a contribuição correspondente, permitida no sistema previdenciário comum, verificaremos que o servente de pedreiro, o pescador e o trabalhador rural irão garantir a remuneração de aposentadoria dos que ultrapassam o limite dos 20 salários de contribuição. Não estamos contra os professores: estamos a favor dos trabalhadores, especialmente dos que ganham menos de dois salários mínimos, porque esses pagam com a vida. Eles têm uma esperança de vida de 57 anos. Eles têm, em relação àqueles que ganham de três salários mínimos a mais, um patamar de pelo menos 7 a 10 anos a menos de vida. Por isso, achamos que a relação deva ser em função da contribuição para a Previdência Social, e não em relação ao salário integral. Portanto, encaminhamos contrariamente à Emenda Hermes Zaneti.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ SERRA:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem V.Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ SERRA:** – Sr. Presidente, quero pedir um esclarecimento ao Relator ou ao Constituinte Almir Gabriel, a respeito da interpretação. O que ficou da emenda, combinando com a anterior, foi aposentadoria para professora aos 25 anos; para professor, sexo masculino, 30 anos. E a Emenda Hermes Zaneti acrescenta "proventos integrais". É isto?

**O SR. RELATOR (Almir Gabriel):** – A emenda diz:

"É assegurada a aposentadoria aos professores com proventos integrais."

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ SERRA:** – Mas aqui diz: "É assegurada a aposentadoria aos professores com proventos integrais."

Perguntaria, para efeito de esclarecimento, se esses proventos integrais são vencimentos totais, ou se é o salário de contribuição. Se o professor ganha cento e cinquenta mil cruzados por mês, o que acontece? **(Manifestação das galerias)**

**O SR. RELATOR (Almir Gabriel):** – A nível de universidade privada.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ SERRA:** – Isso pode acontecer numa universidade privada, isso existe. Estou apenas querendo entender se é limite de contribuição, se é salário de contribuição ou se é o vencimento integral.

**O SR. RELATOR (Almir Gabriel):** – O que está escrito no texto é explicitamente o seguinte:

"É assegurada aposentadoria aos professores com proventos integrais."

No texto não há nenhuma referência com relação à contribuição.

**O SR. CONSTITUINTE HERMES ZANETI:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Excepcionalmente, vou dar a palavra ao autor da emenda, e peço às Galerias que se contenham mesmo quando exemplo de salário for mera ficção de cento e cinquenta mil cruzados. Vamos ver qual é a intenção do autor da emenda.

**O SR. CONSTITUINTE HERMES ZANETI:** – Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Presidente.

Quero esclarecer que, na parte final do meu pronunciamento, houvesse o Constituinte José Serra prestado atenção a este Constituinte, teria obtido o esclarecimento que solicitou agora à Mesa.

Naquele momento, esclareci que estávamos repetindo a expressão já aprovada em relação aos servidores públicos, estando entendido nesta redação a mesma expressão aprovada por esta Comissão, hoje pela manhã, da autoria do Constituinte Floriceno Paixão, no sentido de entender-se por "proventos integrais" os proventos de correntes do salário de contribuição. Esta Comissão aceitou a justificação do Constituinte Floriceno Paixão e espero ter Equidade de tratamento.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tenho impressão, nobre Constituinte Hermes Zaneti, de que observação do Constituinte José Serra tem sua razão de ser. São dois tipos completos de aposentadorias diferentes: aposentadoria do serviço público, para a qual o servidor não contribui, é uma aposentadoria que poderia no momento do provento, ser correspondente ao último salário recebido; ao passo que na CLT, como salientou desde o início o Constituinte Floriceno Paixão, é o salário de contribuição o que a Previdência paga.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Constituinte José Serra.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ SERRA:** – Sr. Presidente, agradeço a informação ao Constituinte Hermes Zaneti que a meu ver foi muito esclarecedora. Pediria ao Constituinte que, no plenário, se pudesse, mantendo o mesmo espírito, fizesse a correção para salário de contribuição.

**O SR. CONSTITUINTE HERMES ZANETI:** – Sr. Presidente, quero assumir o compromisso de atender a apelo do eminente Constituinte José Serra.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – O Constituinte Floriceno Paixão, ao me consultar, hoje pela manhã, assumiu o compromisso de que isso seria modificado no Plenário, porque de fato não é questão de redação. Salário é uma coisa; provento é outra. De maneira que a mesma posição está tomando o Constituinte Hermes Zaneti.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, hoje pela manhã o Constituinte Floriceno Paixão veio à Mesa e assinou compromisso, a fim de que, Plenário, não houvesse qualquer dúvida. É a mesma circunstância que encareço ao eminente Constituinte Hermes Zaneti.

E mais: com esta declaração, Sr. Presidente, peço a V. Ex.<sup>a</sup> que conceda a palavra ao Constituinte Almir Gabriel, porque agora, há uma mudança de ponto de vista.

**O SR. RELATOR (Almir Gabriel):** – Feita esta correção, nada temos a opor à Emenda Hermes Zaneti. Somos a favor. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Em votação a emenda do nobre Constituinte.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Ademir Andrade, Alfredo Campos, Almir Gabriel, Aluizio Campos, Bernardo Cabral, Celso Dourado, Fernando Gasparian, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, João Calmon, João Herrmann Neto, José Fogaça, José Inácio Ferreira, José Paulo Bisol, José Richa, José Serra, José Ulisses de Oliveira, Manoel Moreira, Mário Lima, Nelton Friedrich, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Rodrigues Palma, Sigmaringa Seixas, Theodoro Mendes, Aécio Neves Cunha, Euclides Scalco, Jorge Hage, José Costa, José Tavares, Manuel Viana, Marcos Lima, Octávio Elísio, Roberto Brant, Rose de Freitas, Vicente Bogo, Vilson Souza, Ziza Valadares, Aloysio Chaves, Antoniocarlos Mendes Thame, Carlos Chiarelli, Christóvam Chiaradia, Eraldo Tinoco, Inocêncio Oliveira, José Santana de Vasconcellos, Luís Eduardo, Mário Assad, Oscar Correa Junior, Paulo Pimentel, Sandra Cavalcanti, Annibal Barcellos, Enoc Vieira, Furtado Leite, Jofran Frejat, Jonas Pinheiro, Valmir Campelo, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Gerson Peres, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia, Victor Faccioni, José Maurício, Lysâneas Maciel, Luiz Salomão, Francisco Rossi, Joaquim Bevilacqua, Sólton Borges dos Reis, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Adolfo Oliveira, Sotero Cunha, Haroldo Lima, Roberto Freire, Jamil Haddad e Antonio Farias. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Cid Carvalho, Egídio Ferreira Lima, Délio Braz e Ricardo Fiúza.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 80 Constituintes; votaram NÃO 4 Constituintes. Total: 84 votos. O Destaque foi **aprovado**.

**Destaque nº 000606-87 – Emenda nº ES-32390-3, do Sr. Brandão Monteiro, "que acrescenta inciso "e" ao artigo 265 do Substitutivo 1 (art. 230, Título VIII, do Substitutivo 2). (472ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Há sobre a mesa requerimento de preferência para a votação do Destaque nº 606, de autoria do Constituinte Brandão Monteiro.

Em votação. (Pausa)

Aprovado.

O Constituinte Brandão Monteiro, que estava presente há momentos, indicou o Constituinte Luiz Salomão para defender o destaque. A emenda é no sentido de garantir aposentadoria aos jornalistas após 30 anos e às jornalistas após 25 anos de efetivo exercício, com salários integrais.

Concedo a palavra ao Constituinte Luiz Salomão, por indicação do Constituinte Brandão Monteiro.

**O SR. CONSTITUINTE LUIZ SALOMÃO:** – Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, a emenda apresentada pelo nobre Constituinte Brandão Monteiro, que por motivo de saúde está impossibilitado de defendê-la, na verdade previa o benefício não só para os jornalistas como também para os professores. Felizmente, a emenda do Constituinte Arnaldo Faria de Sá foi votada e esse benefício para a categoria dos professores já é uma conquista. A emenda passou, então, a ser aditiva, no sentido de estender o mesmo benefício aos jornalistas.

Quero esclarecer ao Plenário que os jornalistas já contam com o benefício da aposentadoria aos trinta anos de serviço, de acordo com o que estatui a Lei nº 3529, de 13 de janeiro de 1959. Portanto, há quase quarenta anos a categoria dos jornalistas foi reconhecida como uma das profissões mais desgastantes, penosas, e que exigem a condição de redução do tempo de serviço para concessão da aposentadoria. É importante entender, porém, que, há quarenta anos, a presença da mulher no jornalismo era muito reduzida, quase uma exceção, ao passo que hoje em dia essa presença é majoritária, conforme as informações recebidas da Federação Nacional dos Jornalistas. Trata-se, portanto, de dar tratamento isonômico a essa importante categoria profissional, tendo em vista que, nos casos em que o homem já tem direito à aposentadoria, aos trinta anos de serviço, estamos estendendo às mulheres o benefício da redução do tempo de serviço para vinte e cinco anos, o que, de resto, se aplica também ao conjunto das demais profissões que não contam com aposentadoria especial.

Projeto Bernardo Cabral, de certa forma, involuntariamente, elimina o benefício da aposentadoria especial para as categorias que não estão aqui especificadas, porquanto estabelece o tempo de serviço de trinta e cinco anos para o homem e de trinta anos para a mulher, de forma geral, revogando, assim, a legislação especial que se aplica a determinadas categorias.

É evidente que será extremamente difícil caracterizar a profissão do jornalista como de alta periculosidade, insalubridade e penosa. De fato, esta é uma profissão onde a tensão é a marca principal e o desgaste psíquico, a característica fundamental. Isto está reconhecido na legislação que estabelece a redução da jornada de trabalho dos jornalistas para cinco horas diárias. No entanto, esse dispositivo é descumprido sistematicamente pelas empresas jornalísticas, que obrigam seus profissionais a cumprirem uma jornada de trabalho que, muitas vezes, se estende por sete, oito e até mesmo dez horas diárias.

É por isto. Srs. Constituintes, que a categoria profissional dos jornalistas, que tem o mesmo ou, às vezes, até maior desgaste, do ponto de vista psíquico, do que a dos professores, e que não conta com um período de férias extenso, como merecidamente usufruem os integrantes do magistério, carece e merece que também lhe seja estendido o benefício da aposentadoria especial aos vinte e cinco anos de serviço para mulher e aos trinta anos para o homem.

Desta forma, peço aos Srs. Constituintes apoio para o destaque do Constituinte Brandão Monteiro.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Com a palavra o Relator.

**O SR. RELATOR (Almir Gabriel):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, tenho uma posição absolutamente coerente em relação à questão da aposentadoria.

A aposentadoria não é um bem que se usufrui em função de prestígio e da força de uma categoria ou classe profissional. A aposentadoria é uma conquista principalmente daqueles que mais desgastam seus corpos e dão maior contribuição em termos de trabalho. Muitos operários brasileiros têm um aporte calórico de até 20% menos do que deveriam ingerir por dia – cerca de quatrocentos calorias. É o que acontece num grupo de 10% dos trabalhadores, enquanto outros grupos têm um aporte de 5% a menos de calorias. Estes, sim, são merecedores de aposentadoria precoce.

Além deste, há outros grupos profissionais que se submetem – tenho insistido nisso – a condições especiais de trabalho, como o dos mineiros, ao realizar sua tarefa em atmosfera absolutamente insalubre, absorvendo pelos alvéolos pulmonares e bronquíolos determinados partículas que os impedem de respirar de maneira adequada.

Sr. Presidente, temos defendido que a essas profissões, tarefas ou categorias que trabalham em condições desvantajosas pode e deve ser concedida redução de jornada de trabalho, mas não diminuição do tempo de serviço para aposentadoria. A diminuição da jornada de trabalho é absolutamente correta.

Vou fazer uma afirmação que, tenho certeza absoluta, criará polêmica, para aqueles que estão dedicados a esse trabalho, será objeto de adequada avaliação. É fato conhecido que os trabalhadores que se aposentam precocemente e deixam de trabalhar vivem menos do que os que continuam trabalhando. **(Palmas)** Este é um dado estatístico, e quem está ligado a essa área conhece-o perfeitamente. A aposentadoria no Brasil não se caracteriza, como em vários outros países, inclusive a Alemanha, pelo fato de que, ao deixar de trabalhar por aposentadoria, a pessoa é obrigada a não assumir qualquer outro emprego, a fim de garantir aos jovens a oportunidade de ocupá-lo.

Nesse sentido, mantendo coerência com minhas posições anteriores, sem nada ter contra a profissão de jornalista, voto contra a emenda. A posição do Relator Bernardo Cabral, no entanto, é favorável.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Passa-se à votação.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Ademir Andrade, Bernardo Cabral, João Calmon, João Herrmann Neto, Mário Lima, Paulo Ramos, Sigmaringa Seixas, Theodoro Mendes, Manuel Viana, Rose de Freitas, Christovam Chiaradia, José Santana de Vasconcellos, Jofran Frejat, Valmir Campelo, José Maurício, Carlos Alberto Caó, Luiz Salomão, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Adolfo Oliveira e Jamil Haddad. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Alfredo Campos, Almir Gabriel, Aluizio Campos, Cristina Tavares, Egídio Ferreira Lima, Fernando Gasparian, Fernando Lyra, Francisco Pinto, José Fogaça, José Paulo Bisol, José Richa, José Serra, José Ulisses de Oliveira, Manoel Moreira, Nelson Friedrich, Pimenta da Veiga, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Rodrigues Palma, Aécio Neves Cunha, Antonio Mariz, Euclides Scalco, Jorge Hage, José Costa, José Maranhão, José Tavares, Marcos Lima, Roberto Brant, Vicente Bogo, Vilson Souza, Ziza Valadares, Alcení Guerra, Aloysio Chaves, Eraldo Tinoco, Inocêncio Oliveira, Luís Eduardo, Mário Assad, Oscar Corrêa Júnior, Ricardo Fiúza, Sandra Cavalcanti, Annibal Barcellos, Enoc Vieira, Furtado Leite, Jonas Pinheiro, José Lourenço, Paes Landim, Gerson Peres, José Luiz Maia, Sotero Cunha, Roberto Freire e Antonio Farias. **ABSTENÇÃO:** Senhores Constituintes Artur da Távola, Haroldo Sabóia, Octávio Elísio, Carlos Chiarelli, Jarbas Passarinho e Haroldo Lima.

**O SR. CONSTITUINTE ARTUR DA TÁVOLA:** – Sr. Presidente, abstenho-me, com declaração de voto. Na condição de jornalista, considero-me impedido de votar essa matéria. Não fosse o impedimento, votaria "não", porque a considero um privilégio.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 24 Constituintes; votaram NÃO 51 Constituintes; abstiveram-se de votar 6 Constituintes. Total: 81 votos. O destaque foi **rejeitado**.

Há sobre a mesa requerimento de preferência para votação do Destaque nº 6162, de autoria do Constituinte Adylson Motta.

Em votação. **(Pausa)**

Aprovado o requerimento.

**O SR. CONSTITUINTE ADYLSO MOTA:** – Sr. Presidente, solicito a V. Ex.<sup>a</sup> a retirada do destaque para que

possa ser encaminhado ao Plenário da Assembléia Nacional Constituinte.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Está retirado o destaque, por iniciativa do autor.

Tem a palavra o Constituinte José Serra para uma questão de ordem.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ SERRA:** – Sr. Presidente, uma vez que nós estamos encaminhando para o final da seção II, “Da Previdência Social”, e certo de que posteriormente novas emendas serão apresentadas ao Plenário, quero fazer um registro que me parece extraordinariamente importante. É do conhecimento da maioria dos Constituintes, especialmente dos que estiveram presentes às sessões de hoje, a diferença entre aposentadoria com vencimento integral e aposentadoria com salário-de-contribuição integral. Às vezes a não-percepção dessa diferença pode fazer com que determinadas propostas, que visam a beneficiar os trabalhadores, atinjam resultado oposto àquele colimado. Nesse sentido, o registro me parece importante porque, se criássemos na economia setores com aposentadoria regulada por proventos integrais, muitas categorias que percebem altos salários rumariam para esses segmentos a fim de obter aposentadoria integral. Há pouco dava o exemplo – evidentemente isso não ocorre com 99,9% do sistema de ensino – do conjunto de universidades privadas do País. Se nesse setor a aposentadoria fosse integral, com proventos integrais, certamente a adoção desse sistema provocaria verdadeiros absurdos. Creio que esta explicação servirá como contribuição para as emendas que serão apresentadas ao plenário.

**Destaques n.ºs 3610-87 e 4474-87 – Emendas n.ºs ES-21105-6 e ES-27601-8, dos Srs. Jonas Pinheiro, Victor Faccioni e Vicente Bogo, “que modificam o art. 267 do Substitutivo nº 1 (art. 230 parágrafos do Substitutivo nº 2)”.** (473.ª votação)

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Há sobre a mesa requerimento de preferência para o Destaque nº 3610, de autoria do Constituinte Jonas Pinheiro, coincidente com o Destaque nº 4474, do Constituinte Victor Faccioni.

Em votação o requerimento. **(Pausa)**

Preferência concedida.

Tem a palavra o Constituinte Victor Faccioni.

**O SR. CONSTITUINTE VICTOR FACCIONI:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, eu e os nobres Constituintes Jonas Pinheiro e Vicente Bogo, conversando com o nobre Relator-Geral, Bernardo Cabral, e o Relator-Adjunto Almir Gabriel, concordamos em juntar as propostas – uma do Constituinte Jonas Pinheiro e outra de minha autoria – para congregá-las em uma só, já que ambas objetivavam o mesmo.

Quero crer que todos os Constituintes conhecem muito bem a vida do trabalhador rural e do pescador em nosso País. Ao chegar aos 60 anos, o trabalhador rural e o pescador, encanecidos, têm praticamente uma existência dedicada ao trabalho, já tendo enfrentado todos os problemas e vicissitudes da vida, na maioria das vezes ao total desamparo de qualquer tipo de assistência social. Ao atingir essa idade, o trabalhador rural já ultrapassou praticamente o tempo de serviço previsto em lei. Por isso o Relator já havia previsto a hipótese de tempo inferior para o trabalhador rural, mas não o suficiente. Daí por que apresentamos a proposta.

Além do fato de se estabelecer tempo inferior para o trabalhador rural, o que já foi em princípio consagrado nesta Comissão pelo Relator-Geral, entendemos igualmente que é preciso tipificar o trabalhador rural e a mulher camponesa. É preciso considerar também como tal a mulher que exerce a atividade laboral na pequena propriedade,

em regime de economia familiar e que está ao desamparo da Previdência Social. Todos sabemos que a mulher na pequena propriedade, explorada em regime de economia familiar, é quem mais trabalha, pois desenvolve dupla atividade – dentro de casa nas lides domésticas e na própria atividade da roça. Quando chove e o marido vai exercer outras atividades, inclusive a de lazer, indo ao bar ou à bodega, a mulher fica em casa, trabalhando nos afazeres domésticos, inclusive indo à roça no primeiro momento em que o sol o permite. Então não é justo esteja ela, que também trabalha efetivamente, ao desamparo da Previdência e Assistência Social, já que, na atividade de economia familiar, não pode ser considerada uma assalariada. Na verdade, ela é co-partícipe do trabalho numa propriedade e como tal deve ter todos os direitos assegurados.

Daí o propósito da emenda aditiva que estamos, conjuntamente com os nobres Constituintes Jonas Pinheiro e Vicente Bogo, encaminhando à consideração dos demais Constituintes. O que diz o texto da emenda aditiva?

“Dispositivo emendado: art. 230.

Acrescentem-se os seguintes parágrafos: o trabalhador rural, a mulher camponesa, a trabalhadora rural assalariada ou que exerça atividade laboral em regime de propriedade familiar ou de economia familiar terão direito à aposentadoria; sexo masculino, aos 60 anos de idade, e feminino aos 55 anos de idade.

§ 2º Dá-se as mesmas condições do parágrafo anterior ao pescador dos sexos masculino e feminino.”

Quero crer, Sr. Presidente, que não estamos aqui tratando é claro, da aposentadoria de “marajás”, mas, sim, do direito, dos mais justos de verdadeiros escravos, porque são eles verdadeiros escravos da gleba e da pescaria, trabalhos dos mais difíceis e rudes, para os quais sequer se conseguem estabelecer horários: não há sábado, domingo, não há fim de semana, nem férias, enfim, não se tem direito a qualquer outra condição assegurada aos trabalhadores urbanos ou aos servidores públicos. Não estamos aqui tratando da aposentadoria de “marajás”, repito, mas, ao contrário, apenas do direito a um salário mínimo àqueles que produzem, àqueles que pescam para que o Brasil se alimente, a quem devemos prestar e render nossas homenagens, porque deles, efetivamente, advém o alimento para todo o povo brasileiro.

Espero, pois, o apoio de todos os Srs. Constituintes a esta proposição, que representa a síntese de um trabalho conjunto, de diversos Constituintes, e que expressa um sentimento que parte dos quadrantes da Pátria, principalmente do interior do Brasil.

Temos tratado aqui dos direitos do trabalhador urbano; e os direitos do tabalhador e da trabalhadora rurais? Ao aprovamos este dispositivo, não lhes estaremos fazendo favor algum, mas iniciando um processo de justiça a quem tanto contribuiu e continua contribuindo para a grandeza do Brasil.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Com a palavra o Constituinte Aluizio Campos, para encaminhar contra.

**O SR. CONSTITUINTE ALUÍZIO CAMPOS:** – Sr. Presidente, hoje, temos neste plenário um procedimento curioso para elaborar a Constituição: estabelece-se no **caput** um princípio geral, mas, em seguida, surgem propostas, que estão sendo aprovadas, encaminhando um número tão exagerado de exceções que o **caput** termina por se transformar numa exceção odiosa.

O art. 230, alínea **b**, já dispõe os critérios para a aposentadoria: com tempo inferior, pelo exercício de trabalho

rural, noturno, de revezamento penoso, insalubre ou perigoso, conforme definido em lei.

Entretanto, em que pese a esse princípio geral, já se instituiu tratamento excepcional no sentido de reduzir o prazo e a idade para efeito de aposentadoria a várias categorias profissionais, que passam a ser privilegiadas em função da disposição genérica contida na alínea **a**: “após trinta e cinco anos de trabalho para o homem e trinta para a mulher”.

Então, Sr. Presidente, como muito bem tem ressaltado o eminente Relator Almir Gabriel nas suas exposições, quem pagará por esses privilégios? Será a categoria dos contribuintes brasileiros, que, na sua maioria, é constituída por trabalhadores e pela classe média. Assim, não vejo conveniência em se instituir na Constituição uma exceção, que já está prevista, para ser regulada através de lei complementar ou de lei ordinária. Na alínea **b** do art. 230, já consta expressamente que os trabalhadores rurais, os que trabalham à noite, os que fazem revezamento, os que exercem profissão penosa, insalubre ou perigosa, que todos eles, conforme a lei estipular, terão um tempo menor para efeito de aposentadoria, isto é, de acordo com as circunstâncias e condições do seu trabalho.

Sr. Presidente, não devemos empanurrar mais esse projeto de casuísmo, no intuito de conceder exceções que não se compatibilizam com as generalidades e princípios conceituais que devem dominar a feitura de uma Constituição. Devemos extirpá-los na votação em plenário.

Por esta razão, o meu ponto de vista é o de que o Plenário deve recusar a emenda do eminente Constituinte Victor Faccioni, apesar do respeito, da bravura, da seriedade com que S. Ex.<sup>a</sup> se conduz na defesa das suas postulações.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Para encaminhar a favor, concedo a palavra ao Constituinte Vicente Bogo.

**O SR. CONSTITUINTE VICENTE BOGO:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, o nobre Constituinte Victor Faccioni, com muita propriedade, apresentou a emenda que estamos a defender. Gostaria de dar algumas explicações práticas sobre esta matéria, uma vez que o orador que nos antecedeu, manifestando-se contrário à aprovação dessa emenda, parece não ter interpretado bem o texto do Relator Bernardo Cabral, nem mesmo a intenção dá proposta que quer fazer justiça a quem trabalha na atividade rural.

Em primeiro lugar, quero ressaltar que a emenda não está propondo nenhum privilégio, ou exceção especial que se possa configurar em privilégio, à medida que incorpora apenas um princípio de justiça para o trabalhador e a trabalhadora em regime de economia familiar, para o pescador e entre outros, o parceiro, o meeiro, o arrendatário, de acordo com o art. 8º, que fala do produtor rural e do pescador que exercem atividade em regime de economia familiar contribuem sobre o resultado da sua comercialização durante toda a vida, sempre que comercializarem alguma coisa. Não são contribuintes temporários por tempo de serviço. Como atuam na atividade geralmente desde os primeiros anos da infância, isto é, desde os dez, doze anos de idade, ao se aposentarem aos sessenta e cinco anos, se mantido o texto do projeto e o que foi aprovado anteriormente, esses cidadãos acabarão por contribuir durante quarenta, cinquenta anos, com o mesmo tempo de serviço e sem direito a esse benefício.

Portanto, contraditando, pergunto: quem vai cobrir esse custo? Ora, ele vai ser coberto, essencialmente pela contribuição sobre a produção comercializada, através de alíquotas, semelhante à do Funrural atualmente, 2,5%. A lei complementar ou ordinária, segundo o Projeto de Constituição, poderá estabelecer outra alíquota, se for preciso, elevando um pouco esse percentual, além da

parcela de contribuição do Estado também para a composição do Fundo necessário a essa cobertura.

Quanto à referência, gostaria de pedir a V. Ex.<sup>as</sup> atenção para este ponto: na alínea **b** do art. 230 existe um equívoco de interpretação. O art. 230 diz:

“É assegurada aposentadoria...”

**a)** após trinta e cinco anos de trabalho para o homem e trinta para a mulher;

**b)** com tempo inferior, pelo exercício de trabalho rural.”

“Com tempo inferior”, aqui, significa o tempo de serviço. Portanto, refere-se a quem exerce atividade assalariada com remuneração específica e contrato de trabalho. Não diz respeito àquele que trabalha numa atividade, em regime de economia familiar, na pequena propriedade, ou mesmo ao pescador artesanal. Por isso, se não incluirmos essa fórmula de garantia da aposentadoria para o homem e para a mulher do campo, bem como para o pescador – aos 55 anos, a mulher, e aos 60, o homem – estaremos cometendo, na verdade, uma injustiça com esses trabalhadores rurais, que têm muitas vezes carga horária superior aos que exercem atividade de forma assalariada e que contam muitos anos a mais de atividade, se comparado ao assalariado urbano.

Por esse motivo, solicito aos Constituintes que votem favoravelmente a essa emenda, que, na verdade, vai incorporar à Constituição um princípio de justiça, e não um privilégio, uma exceção em desfavorecimento de outros cidadãos brasileiros.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra o Relator Bernardo Cabral.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, começam a me preocupar os rumos que toma a Comissão de Sistematização.

Ainda há pouco, ouvia do Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva inquietações semelhantes as que devem estar tomando conta de cada um dos membros desta Comissão.

Sr. Presidente, tenho profundo respeito pelos Constituintes Jonas Pinheiro e Victor Faccioni. Ambos sabem que esta admiração não é apenas formal e protocolar. Chegamos, inclusive, a conversar sobre a fusão dessas emendas. Mas verifiquemos, Sr. Presidente, que não há como sustentá-la no texto constitucional. No Capítulo dos Direitos Sociais, no art. 8º, o Substitutivo teve o cuidado de se referir ao produtor rural e ao pescador artesanal. Observe que a emenda fala na atividade laboral em regime de propriedade familiar e de economia familiar para o trabalhador rural – aí incluídos o homem e a mulher. O que diz o art. 8º do Substitutivo, na parte referente aos Direitos Sociais?

“Art. 8º O produtor rural e o pescador artesanal, que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, sem empregados permanentes, serão, para o efeito de previdência social, considerados segurados autônomos na forma que a lei estabelecer...”

Portanto, o primeiro direito já está garantido na letra formal do Substitutivo. Não satisfeitos com isto, fizemos incluir – e sobre isto tem absoluta razão o Constituinte Aluizio Campos – a alínea **b** do art. 230. O **caput** tal qual se encontra, se receber uma emenda desta natureza, ficará mutilado, desfigurado, completamente fora da perspectiva de um trabalho constitucional. No art. 230 a aposentadoria está assegurada com tempo inferior ao que prevê a alínea **a** para o trabalhador rural.

Conseqüentemente, Sr. Presidente, com toda a admiração que tributo aos Constituintes Jonas Pinheiro, Victor Faccioni e Vicente Bogo – este último fez a sustentação oral da emenda – não há como incluir um § 1º, depois um § 2º, cujas redações se dão nas mesmas condições do parágrafo anterior, para o pescador do sexo masculino e feminino.

Fica difícil, Sr. Presidente, para a Relatoria, a despeito da boa vontade que possa ter, acolher essa emenda. Preferiria deixar como está o art. 230, alínea **b**, porque ali se manda definir esse aspecto em lei, e na ocasião o legislador ordinário fará exatamente o que contém essa emenda; assim, não se mutila o texto do Substitutivo.

Por essas razões – e só por elas – prefiro dar à emenda parecer negativo.

A Relatoria vota “não”.

**O SR. CONSTITUINTE VICENTE BOGO:** – Sr. Presidente, gostaria de obter uma explicação do Relator. Tenho entendimento diverso do Relator no tocante ao art. 230, que reza: “É assegurada aposentadoria (...) **a**) após trinta e cinco anos de trabalho para o homem e trinta para a mulher; **b**) com tempo inferior, pelo exercício do trabalho rural, noturno, de revezamento, penoso, insalubre ou perigoso, conforme definido em lei.”

Quando falo com tempo, inferior, no meu entender, é inferior aos trinta e cinco anos do homem e os trinta da mulher quando exerce atividade. Refiro-me, portanto, a quem tem relação de emprego, de trabalho assalariado. Não consigo entender, caso se trate de outras atividades fora da relação de emprego.

Gostaria de obter uma explicação da Mesa.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, respondo a inquietação do nobre Constituinte Vicente Bogo. É quando o trabalhador se aposenta com tempo inferior àquele que está na alínea “a”, desde que seja definido em lei. Quem definirá esse tempo inferior será a lei ordinária. De modo que V. Ex.<sup>a</sup> estará atendido aí.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Passo a votação.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Ademir Andrade, Cristina Tavares, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, João Herrmann Neto, José Paulo Bisol, Mário Lima, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Renato Vianna, Rodrigues Palma, Sigmaringa Seixas, Aécio Neves Cunha, Jorge Hage, José Tavares, Octávio Elísio, Rose de Freitas, Vicente Bogo, Vilson Souza, Antonio Carlos Mendes Thame, Arnaldo Prieto, Christóvam Chiaradia, Eraldo Tinoco, Inocêncio Oliveira, José Santana de Vasconcellos, Mário Assad, Annibal Barcellos, Enoc Vieira, Furtado Leite, Jofran Frejat, Jonas Pinheiro, Valmir Campelo, Darcy Pozza, Virgílio Távora, José Maurício, Carlos Alberto Caó, Luiz Salomão, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Sotero Cunha, Haroldo Lima e Roberto Freire. Votaram **NÃO** os seguintes Constituintes: Alfredo Campos, Almir Gabriel, Aluizio Campos, Atur da Távola, Bernardo Cabral, Egidio Ferreira Lima, Fernando Gasparian, Fernando Lyra, João Calmon, José Fogaça, José Freire, José Inácio Ferreira, José Richa, José Serra, José Ulisses de Oliveira, Manoel Moreira, Pimenta da Veiga, Raimundo Bezerra, Theodoro Mendes, Euclides Scalco, José Maranhão, Marcos Lima, Roberto Brant, Alcení Guerra, Aloysio Chaves, Luís Eduardo, Oscar Corrêa Júnior, Ricardo Fiúza, Sandra Cavalcanti, Paes Landim, Antônio Carlos Konder Reis, Gerson Pares e Jarbas Passarinho. **ABSTENÇÃO:** Senhores Constituintes José Luiz Maia e Adolfo Oliveira.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 45 Constituintes; votaram NÃO 33 Constituintes; abstiveram-se de votar 2 Constituinte. Total: 80 votos. O Destaque foi **prejudicado** por falta de **quorum** qualificado.

**O SR. CONSTITUINTE VICENTE BOGO:** – Sr. Presidente, peço a palavra para um registro.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Concedo a palavra ao Constituinte Vicente Bogo.

**O SR. CONSTITUINTE VICENTE BOGO:** – Queria apenas registrar que hoje pela manhã retirei uma emenda que tratava do mesmo assunto, estabelecendo a idade nos mesmos limites, em razão de entendimento que tinha feito com o Relator-Adjunto, no pressuposto de que iríamos ter o apoio desta matéria. Agora fomos surpreendidos. Em razão da redação – ou não sei por que razões exatas – ficou prejudicada a matéria. Sinto-me também prejudicado por não ter levado a matéria à votação pela manhã.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Está registrada a posição de V. Ex.<sup>a</sup>

Concedo a palavra ao Constituinte Artur da Távola.

**O SR. CONSTITUINTE ARTUR DA TÁVOLA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, peço permissão para interromper brevemente os trabalhos da Comissão para uma ponderação que acredito ser do interesse da Casa e de todos nós. Pelo calendário deveremos votar, teoricamente, amanhã as seguintes matérias: educação, cultura, esporte, comunicação, ciência, tecnologia, meio ambiente, índio, família, menor e idoso. É evidente o profundo significado dos temas que serão votados amanhã. Se não estão diretamente ligados à conjuntura e a uma entrada em vigor imediata das medidas que tanto encantam este Plenário – este significado é talvez o que mais se propaga no tempo – fazem parte do texto mais prospectivo da Constituição. Mais do que isso, é aquele que está relacionado – aí, sim, a palavra não é lugar-comum, tão usada – com o futuro do País. Quero deixar às lideranças um dramático apelo no sentido de que se reúnam, se possível cedo, para propiciar apresentação de um conjunto de emendas que possibilitem a votação de todos os capítulos amanhã. Se permanecermos no ritmo de hoje, com a apreciação de emendas que se sucedem, nem todas essenciais, com as esticadas do pinga-fogo e discurso que ultrapassam os horários, não votaremos matéria fundamental para consagrar esta Comissão. Esta é a razão pela qual deixo com as lideranças, com V. Ex.<sup>a</sup> e com todas as pessoas às quais cabe conduzir os trabalhos, o dramático apelo para que consigamos apreciar pelo menos a matéria essencial amanhã, a fim de que possamos concluir, de modo profundo, a votação de matéria que tem a ver com o futuro.

Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup> a atenção.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Peço a atenção de V. Ex.<sup>a</sup>, Constituinte Artur da Távola, para um fato significativo: a importância da aposentadoria sobre as eleições. Conseqüentemente, gastamos mais tempo no art. 230 do que discutindo outros capítulos inteiros.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Constituinte Aluizio Campos.

**O SR. CONSTITUINTE ALUÍZIO CAMPOS:** – Sr. Presidente, na linha do pronunciamento do Constituinte Artur da Távola, venho também fazer uma solicitação a V. Ex.<sup>a</sup> Creio que isto deva representar o pensamento da nossa Mesa. Peço às Lideranças que incluam necessariamente nas planilhas que me remeterem as emendas supressivas totais, porque, se as emendas supressivas forem votadas, por consequência eliminarão maior número de destaque e contribuirão para o aceleração das votações.

Assim, peço a V. Ex.<sup>a</sup> que, em meu nome, faça um apelo às Lideranças, a fim de que não deixem de incluir nas suas planilhas as emendas supressivas totais, para não haver recurso de votação sobre matérias já votadas parcialmente ou modificadas.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – O apelo de V. Ex.<sup>a</sup> está registrado.

Por último, temos o pedido de preferência para a votação do Destaque nº 4850, de autoria do Constituinte Amaury Müller. S. Ex.<sup>a</sup> está ausente e não deixou indicação. Conseqüentemente, o destaque está prejudicado.

#### IV – SUSPENSÃO DA REUNIÃO

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A Presidência vai suspender os trabalhos, convocando os Senhores Constituintes para a continuação da presente reunião, amanhã, 14-11-87 às 9:00 horas.

Há uma sessão da Assembléia Nacional Constituinte às vinte horas e trinta minutos, hoje, que já foi anunciada pelo Constituinte Fernando Henrique Cardoso.

Está suspensa a reunião.

#### EM 14 DE NOVEMBRO DE 1987 <sup>(1)</sup>

Presidência dos Srs.: **Aluizio Campos**, Primeiro-Vice-Presidente; **Jarbas Passarinho**, Terceiro-Vice-Presidente; **Fernando Henrique Cardoso**, Quarto-Vice-Presidente.

#### I – REABERTURA DA REUNIÃO

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Havendo número regimental, declaro reaberta a reunião.

#### II – EXPEDIENTE

**Do Senhor Líder do PMDB na Assembléia Nacional Constituinte:**

“Ofício nº 260/87

Brasília, 14 de novembro de 1987

Excelentíssimo Senhor  
Deputado Ulysses Guimarães  
DD. Presidente da  
Assembléia Nacional Constituinte  
Câmara dos Deputados

Senhor Presidente:

Em virtude do pedido de renúncia do Deputado Osvaldo Lima Filho, indico para o seu lugar de membro titular da Comissão de Sistematização da Assembléia Nacional Constituinte, o Deputado Maurílio Ferreira Lima.

Sem outro particular, reitero a Vossa Excelência votos de estima e cordial apreço. – Senador **Mário Covas**, Líder do PMDB na Assembléia Nacional Constituinte.

#### Documento a que se refere o Ofício:

Brasília, 14 de novembro de 1987

Prezado companheiro  
Senador Mário Covas

A Bancada do PMDB de Pernambuco decidiu, em virtude da posição do senhor Presidente da República, que votará pela fixação do atual mandato presidencial em quatro anos.

Como tenho posição pública em favor do prazo de mandato de cinco anos como decorrência da instituição do regime parlamentar de governo, julgo do meu dever renunciar ao cargo de membro da Comissão de Sistematização, para permitir à Bancada pernambucana expressar o seu voto.

Aproveito o ensejo para agradecer ao ilustre Líder a honra, que me conferiu ao designar-me Relator da Subcomissão de Política Agrícola e Reforma Agrária e, por conseqüência, de participar dos históricos trabalhos da Comissão de Sistematização.

Permita-me sugerir a indicação do Deputado Maurílio Ferreira Lima para a vaga.

Cordialmente, **Oswaldo Lima Filho**.

Despacho do Presidente da Assembléia Nacional Constituinte:

“Ciente da renúncia do Deputado Oswaldo Lima Filho como membro da Comissão de Sistematização, como comprova documento anexo de sua autoria, defiro a indicação do Deputado Maurílio Ferreira Lima para a vaga, feita pelo Líder Mário Covas. Publique-se.

Brasília, 14 de novembro de 1987. – **Ulysses Guimarães.**”

#### Do Senhor Líder do PDT:

“Ofício nº 194/87

Brasília, 14 de novembro de 1987

A Sua Excelência o Senhor  
Constituinte Ulysses Guimarães  
DD. Presidente da Assembléia Nacional Constituinte Nesta

Senhor Presidente:

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência o Constituinte Adroaldo Streck para substituir o Constituinte Luiz Salomão, como membro Suplente da Comissão de Sistematização.

Informo, outrossim, que a partir de 15-11-87 o Constituinte Luiz Salomão reassumirá suas funções na referida Comissão.

No ensejo, renovo a Vossa Excelência protestos de consideração e apreço. – Constituinte **Brandão Monteiro**, Líder do PDT.

Brasília, 14 de novembro de 1987

Senhor Presidente:

Nos termos regimentais, informo a V. Ex.<sup>a</sup> que o Constituinte Luiz Salomão volta a exercer suas funções como suplente desta Comissão de Sistematização. – Deputado **Brandão Monteiro**.

#### Do Senhor Líder do PDC:

Excelentíssimo Senhor  
Presidente da  
Comissão de Sistematização

Senhor Presidente:

Na forma regimental, requero a substituição do Constituinte Roberto Balestra, como Suplente do PDC nesta Comissão, pelo Constituinte Sotero Cunha, durante os dias 15, 16 e 17 do corrente.

Sala das Reuniões, 14 de novembro de 1987. – Constituinte **Siqueira Campos**, Vice-Líder do PDC.

#### Do Senhor Líder do PC do B:

Exmo. Sr.  
Dep. Ulysses Guimarães  
MD Presidente da Assembléia Nacional Constituinte Brasília

Sr. Presidente:

Para efeito do funcionamento das sessões do dia 14 de novembro, em função de viagem do Vice-Líder Aldo Arantes, do PC do B, solicito de V. Ex.<sup>a</sup> que autorize a Depu-



tada Lídice da Mata que atue como Suplente do PC do B na Comissão de Sistematização.

Atenciosamente, **Haroldo Lima**, Líder do PC do B na ANC.

### III – COMUNICAÇÕES

Do Senhor Constituinte Raimundo Bezerra:

**O SR. CONSTITUINTE RAIMUNDO BEZERRA:** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Tem a palavra, pela ordem, o Sr. Constituinte Raimundo Bezerra.

**O SR. CONSTITUINTE RAIMUNDO BEZERRA:** – Sr. Presidente, com vênha dessa Presidência, quero fazer uma denúncia que considero da mais alta gravidade, por ser uma atitude irresponsável por parte da Comissão de Energia Nuclear.

No momento existe uma verdadeira histeria nacional motivada pelo problema do cézio 137, no acidente em Goiânia e, talvez, sem maior razão, pelo menos psicologicamente, é inteiramente contra-indicada a atitude da Comissão de Energia Nuclear que escolhe vinte áreas, a nível de Brasil, para colocação dos rejeitos radioativos. E a coisa que mais me causa espécie é que no meu Estado, o Ceará – e o Nordeste está privilegiado com mais de 70% dos locais escolhidos – foram escolhidos dois locais, esses conheço bem, e também o nobre Constituinte Virgílio Távora certamente, como todos os cearenses, um, a cidade de Jaguaratama, e outro, a cidade de Jucás. A cidade de Jaguaratama fica perto da Serra do Pereiro, local de acomodação de terra onde, praticamente todo o ano, há tremores de terra; e sabemos que uma das limitações de escolha para depósito de rejeitos nucleares, rejeitos radioativos, é exatamente a instabilidade de solo; locais onde existem tremores de terra são inteiramente contra-indicados. E a região que foi escolhida em nosso Estado fica próxima à Serra do Pereiro, a cidade de Pereiro, onde praticamente todos os anos existem tremores que levam a rachaduras de paredes, coisa que contra-indica, de maneira total, a colocação de rejeitos nucleares.

Sugerimos aqui, quando o eminente Constituinte Gerson Peres fez o seu protesto em relação à Serra do Cachimbo, que se escolhesse uma ilha desabitada do oceano Atlântico e se destinasse um navio com paredes de chumbo previamente preparado para levar esses rejeitos.

Aqui indica-se a ilha de Trindade, que talvez fosse a solução.

Com essa histeria nacional, ninguém, neste momento e em Estado nenhum, vai aceitar os rejeitos atômicos, principalmente porque não acredita na segurança proporcionada pela Comissão Nacional de Energia Nuclear, que consideramos irresponsável tanto neste sentido como em relação ao acidente de Goiânia.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – A Presidência desta Comissão vai transmitir a advertência de V. Ex.<sup>a</sup> às autoridades competentes.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LUIZ MAIA:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Tem a palavra o nobre Constituinte, pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LUIZ MAIA:** – Sr. Presidente, na mesma ordem de raciocínio do Constituinte Raimundo Bezerra, formulo aqui o meu protesto veemente pela intranquilidade que os técnicos da Comissão Nacional de Energia Nuclear conseguiram gerar ao praticar este desatino em relação às populações nordestinas.

De ontem para cá, o meu telefone não parou de tocar. As comunidades dos Municípios de Itainópolis e de Valença, do Piauí, têm-me abordado, pedindo que proteste contra a escolha destes dois municípios.

Esta medida só pode ter partido de um irresponsável desavisado, que não conhece a realidade do País, sequer o comportamento econômico e social destas cidades na economia do meu Estado. O Município de Itainópolis é um dos maiores produtores de algodão, e Valença está encravada no coração do Piauí. Foram estes os municípios escolhidos para depósitos de rejeitos!

Quero dizer aqui que o Piauí poderá encontrar no seu Estado local para enterrar o seu próprio lixo atômico, no dia em que o Governo se dispuser a fazer investimentos no Nordeste e no Piauí. Não aceitamos absolutamente os ônus deste País, porque não temos responsabilidades com nada que motivou essa inflação dolorosa. Quero dizer, aqui, com veemência, que no dia em que o Governo se dispuser a fazer uma usina nuclear no Piauí, haveremos de encontrar um lugar para enterrar o nosso próprio lixo atômico. Que façam os técnicos da CNEN, com mais responsabilidade, com mais critério os seus anúncios a este País, evitando a provocação da inquietude das comunidades brasileiras, das comunidades piauienses. Que coloquem os seus lixos na "tonga da mironga do cabuletê" e não no Estado do Piauí.

**O SR. CONSTITUINTE JOÃO PAULO:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Tem a palavra o Constituinte João Paulo.

**O SR. CONSTITUINTE JOÃO PAULO:** – Estranha a todos nós, trabalhadores, a exacerbação da manifestação empresarial contra a débil garantia de emprego contida no texto do "Cabral II". E mais ainda, estranha a nós que um dirigente sindical, eleito e empossado no maior sindicato do Brasil, esteja a serviço da classe patronal, como um boneco de cordas, dizendo e repetindo a exacerbação empresarial com grande espaço aberto nos meios de comunicação: escrita, falada e televisada.

O que contém o Substitutivo nº 2, do Sr. Relator Bernardo Cabral, mantido na Comissão de Sistematização, nada mais é do que uma deliberação tomada, não pelos trabalhadores, mas para uma entidade na qual prepondera, majoritariamente, a opinião dos Governos e da classe patronal.

A OIT, através da Recomendação nº 191 editada em 1963, recomendou a todos os países-membros, decisão majoritária de governos e empresários, que se proibisse a dispensa imotivada.

A maioria dos países-membros da OIT adotaram essa disposição. Em 1982 foi divulgada e publicada a Convenção nº 158, que está em vigor.

Não haverá, Sr. Presidente, equilíbrio social neste País sem que as relações entre empregadores e empregados se modifiquem, que não se dêem da forma que se dão hoje, em que o empregado é sumária e arbitrariamente demitido por razões políticas, em razão da própria deterioração da sua saúde no trabalho, em razão de interesses mesquinhos e espúrios para reduzir o custo da folha de salários.

Portanto, este País, Sr. Presidente, depende, evidentemente, da massa salarial para que o cidadão brasileiro venha a ser, de fato, o consumidor, e contra isso investe um pretenso Líder sindical Luiz Antônio Medeiros, ao ir contra os interesses dos trabalhadores. E estamos aqui e permaneceremos repudiando a atitude do Sr. Luiz Antônio Medeiros, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de São Paulo.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem a palavra o Constituinte Virgílio Távora.

**O SR. CONSTITUINTE VIRGÍLIO TAVORA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o atual Governo da República está precisando, no mínimo, de assessoria de bom senso, porque mister se faz Sua Excelência a ela apelar.

No momento em que há uma comoção nacional devido ao acidente de Goiânia, sai dos seus cuidados o Diretor-Executivo da CNEN para, em declarações desastrosíssimas, apontar os locais – S. S.<sup>a</sup> ressalta, que é apenas sugestão, pois quem vai decidir é o Governo, mas isso já é meio caminho andado – onde colocar esse lixo radioativo.

Sr. Presidente, o Brasil, que tem tantas ilhas – como já foi dito, aqui pelo meu Colega Raimundo Bezerra – oceânicas onde depositá-lo, vai escolher e não sabemos se nos outros Estados, com a infelicidade que teve o nosso, os dois Municípios Jucás e Jaquaretama, um deles, como disse o Constituinte Raimundo Bezerra, não muito longe de uma das falhas geológicas que existe no Nordeste e que tem dado lugar a tantos tremores de terra. Mas, ambos situados na Bacia do Jaguaribe – parece coisa anedótica. Não íamos falar só do nosso Estado. Falemos é da inoportunidade de uma declaração como esta. Sr. Presidente, estamos precisando de medidas concretas, medidas que tenham confiabilidade, tradutoras de que realmente o Governo está ciente do desafiante problema da localização dos rejeitos radiotivos e onde, realmente, ele, sem fazer publicidade, vai racionalmente colocá-los. Não podia ser mais infeliz essa declaração, justamente de quem responsável é pelo setor, logo o Diretor-Executivo da CNEN.

Além do nosso protesto, a nossa lástima. Como é que um Governo deste, neste momento, deixa seu auxiliar, sem consulta aos escalões superiores – acreditamos que não tenha feito – dizer tamanho dislate?

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem a palavra o Sr. Constituinte Inocêncio Oliveira.

**O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA:** – Sr. Presidente, queremos agora, neste momento, trazer também o nosso grande protesto pela maneira como a CNEN – Comissão Nacional de Energia Nuclear, vem conduzindo a política nuclear, sobretudo em relação ao acidente de Goiânia.

O Brasil, apesar de ter a tecnologia do átomo, demonstra que tem um total desconhecimento dos aspectos relacionados a esse setor. Como se não bastasse o pânico causado pelo acidente nuclear de Goiânia, existindo em nosso País uma histeria com relação ao assunto, vem agora esse órgão divulgar vinte áreas para colocação do lixo atômico.

Sr. Presidente, na hora em que o povo está completamente desorientado, completamente apavorado com este assunto, a medida deveria ser estudada com cautela, a medida deveria ser decidida após estudos totais e não apenas com uma divulgação através dos órgãos de comunicação do nosso País.

Gostaríamos de dizer que a CNEN não fiscaliza os mais de duzentos aparelhos radioativos existentes em nosso País. O acidente de Goiânia poderia ter acontecido em qualquer outro Estado.

Assim sendo, Sr. Presidente, quero, nesta hora, protestar veementemente porque mais de 70% das áreas escolhidas estão localizadas em nossa Região, o que demonstra que esse órgão faz uma grande discriminação ao Nordeste.

**O SR. CONSTITUINTE HERMES ZANETI:** – Sr. Presidente, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem a palavra o Sr. Constituinte Hermes Zaneti.

**O SR. CONSTITUINTE HERMES ZANETI:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a Comissão de Sistematização deverá votar hoje o Capítulo referente à Educação. Em consequência, estamos sendo honrados com a visita a Brasília de algumas centenas de professores vindos de diferentes Estados brasileiros. Como sabe V. Ex.<sup>a</sup>, sempre que um número maior de pessoas pretende assistir, das galerias, ao desenvolvimento dos trabalhos, há problemas com a distribuição e controle das senhas. Não sei se V. Ex.<sup>a</sup> já está alertado para isto, mas é o que está ocorrendo neste momento, Sr. Presidente. Um número bem expressivo de professores, repito, vindos de diferentes Estados brasileiros, encontra-se na entrada principal do edifício do Congresso Nacional, tentando acesso às galerias, que estão praticamente vazias.

O apelo que faço a V. Ex.<sup>a</sup> é no sentido que, em nome da Mesa, designe uma pessoa para nos acompanhar, a fim de que equacionemos a entrada ordeira desses colegas, para que possam assistir ao trabalho normal que esta Comissão de Sistematização haverá de desenvolver durante o dia de hoje.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A Presidência vai determinar ao Chefe da Segurança que providencie a entrada dos professores, desde que, como informei antes, fiquem quietos e não tumultuem o plenário.

**O SR. CONSTITUINTE HERMES ZANETI:** – Muito obrigado. Sr. Presidente.

**O SR. CONSTITUINTE JOÃO AGRIPINO:** – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem a palavra o Sr. Constituinte João Agripino.

**O SR. CONSTITUINTE JOÃO AGRIPINO:** – Sr. Presidente, Srs. Membros da Comissão de Sistematização, a Paraíba também está incluída com uma área reservada para depósito de lixo atômico, por sinal no Município de Cabaceiras, área de atuação de V. Ex.<sup>a</sup>, Constituinte Aluizio Campos, onde se situa a região do Cariri paraibano.

É óbvio que essas providências de determinação de locais para depósito do lixo atômico já deixam ter sido tomadas há muito tempo. Agora, de improviso, determinar as áreas que devam receber o lixo atômico, dentre as quais o Município de Cabaceiras, na Paraíba, considero insólito, inoportuno e despropositado o pronunciamento da CNEN, porque a Paraíba tem governo; é preciso que antes se consulte o Governo da Paraíba para saber se se pode jogar o lixo atômico na Paraíba, que não é cão sem dono.

De forma que nós, que não temos nada a ver com energia nuclear, não aceitamos a inclusão da Paraíba como depósito de lixo atômico, sem antes nos provarem por que motivo o município paraibano foi escolhido para esse fim.

Era o que queria registrar neste momento, Sr. Presidente.

**O SR. CONSTITUINTE ALDO ARANTES:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem a palavra o Constituinte Aldo Arantes.

**O SR. CONSTITUINTE ALDO ARANTES:** – Sr. Presidente, logo depois de acontecer o incidente radioativo de Goiânia, fiz um pedido de informação ao Presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear. Recebi, agora, as respostas a esse pedido de informação.

Comunico a esta Casa que a resposta que recebi do Sr. Rex Nazareth Alves, Presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear, na verdade, não atende às questões suscitadas. No pedido de informações, fiz oito perguntas. Essas oito perguntas basicamente não foram respondidas

pelo Presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear; principalmente, a responsabilidade da Comissão Nacional de Energia Nuclear num acompanhamento do que ocorreu em Goiânia. Na verdade, o Presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear coloca a responsabilidade do incidente nos proprietários da Clínica Radiológica – o que é correto – coloca a responsabilidade na Secretaria de Saúde de Goiás, mas não assume a sua responsabilidade como o órgão que teria que estar acompanhando esse processo.

Já tive oportunidade, através da imprensa, de pedir o afastamento do Sr. Rex Nazareth da Comissão Nacional de Energia Nuclear. Esta medida teria que ser tomada no primeiro momento depois do que aconteceu em Goiânia. Não se pode admitir que um Governo que tem um mínimo de responsabilidade permita que o responsável maior pelo que aconteceu em Goiânia continue à frente da Comissão Nacional de Energia Nuclear.

Terminando as minhas palavras, faço aqui, em nome de meu povo e em nome de Goiás, um apelo a todos os brasileiros: Goiás está sendo discriminado por uma atitude irresponsável da Comissão Nacional de Energia Nuclear. Os produtos goianos estão sendo vendidos abaixo do preço, está havendo uma discriminação contra o Estado de Goiás.

Aqui, em nome do povo goiano, levanto um alerta ao povo brasileiro, que não se submetam, que não permitam que Goiás continue sendo discriminado por algo que não é de responsabilidade do povo goiano.

**O SR. CONSTITUINTE VICTOR FACCIONI:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE VICTOR FACCIONI:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, algumas decisões desta Comissão têm-me deixado preocupado. Uma houve ontem adotada que não me deixou dormir esta noite. E eu passaria o dia ainda intranquilo se não voltasse a esta tribuna para formular daqui um apelo a uma revisão e uma reflexão maior dos Srs. Constituintes para recolocarmos no Plenário a decisão que ontem foi rejeitada por esta Comissão não aprovando uma proposta que fizemos juntamente com os Constituintes Jonas Pinheiro e Vicente Bogo, para estabelecer, desde logo, as condições de aposentadoria por idade do trabalhador rural e da mulher camponesa.

Se há alguém neste País que é vítima da estrutura econômica e social esse alguém é o trabalhador rural e a mulher camponesa, notadamente a mulher camponesa. Não é possível que algum complexo de culpa que possa pairar sobre os políticos brasileiros venha recair sobre o trabalhador rural e a mulher camponesa. A mesma Assembléia Nacional Constituinte que estabelece condições para os "marajás" não pode impedir as condições de aposentadoria por idade para a mulher camponesa e o trabalhador rural, notadamente quando se sabe que é uma aposentadoria à base de um salário mínimo.

Sr. Presidente, espero que possamos recolocar no Plenário, não apenas para aprovação, mas também para consagração por unanimidade, essa proposta ontem lamentavelmente rejeitada.

**A SRA. CONSTITUINTE ABIGAIL FEITOSA:** – Sr. Presidente, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem a palavra a Constituinte Abigail Feitosa.

**A SRA. CONSTITUINTE ABIGAIL FEITOSA:** – Sr. Presidente, como representante do Estado da Bahia não aceito que o povo do meu Estado e do Nordeste, que já está morrendo de fome, venha a ter lixo atômico para

morrer mais depressa. Estranho a discriminação que foi feita. Por que não vão colocar lixo atômico no Rio de Janeiro e em São Paulo? Por que somente o Nordeste? Eles, que inventaram a energia nuclear para fins bélicos, que fiquem com o lixo atômico.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ MARIA EYMAEL:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem a palavra o Constituinte José Maria Eymael, pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ MARIA EYMAEL:** – Sr. Presidente, fui surpreendido, nesta manhã, por notícias insistentes de que teria, em determinado momento do processo constitucional, subscrito uma emenda atribuindo cinco anos ao Presidente José Sarney.

Não sei, Sr. Presidente, de onde tiraram esta idéia, de onde ela brotou.

A única emenda que tenho, Sr. Presidente, não é de cinco nem de quatro, mas de três anos e meio, porque a minha proposição é de eleições para Presidente da República 120 dias depois de promulgada a Constituição.

Este é um assunto da maior gravidade, Sr. Presidente, e se, eventualmente, for identificado algo neste sentido, será motivo de imediata investigação, porque jamais subscrevi tal documento.

Desde já, Sr. Presidente, afirmo categoricamente que em nenhum momento subscrevi emenda propondo cinco anos ao Presidente José Sarney.

A emenda que subscrevi, e que será votada amanhã, estabelece 120 dias de prazo para a realização das eleições após a promulgação da Constituição.

Era o registro que queria fazer, Sr. Presidente, para estabelecer a verdade dos fatos. **(Muito bem!)**

**O SR. CONSTITUINTE ERALDO TINOCO:** – Sr. Presidente, já que o "pinga-fogo" foi institucionalizado, vou usar dessa prerrogativa...

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Um momento, Constituinte Eraldo Tinoco.

Sobre a reclamação do Constituinte José Maria Eymael, houve realmente um noticiário de jornal de que não havia emenda nas Disposições Transitórias a respeito do mandato de cinco anos do atual Presidente da República.

A Mesa vai solicitar à Secretaria que faça uma revisão nas emendas apresentadas, para dar uma resposta a esse noticiário, que acredito não seja verdadeiro.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Sr. Presidente, para uma questão de ordem sobre a matéria. **(Assentimento da Presidência)**

Sr. Presidente, no **Diário da Assembléia Nacional Constituinte**, quando se fez o registro de todas as emendas e dos destaques disponíveis, há um destaque do Constituinte José Maria Eymael e em seguida ao destaque não há nenhum número de emenda, e consta que está destacado o art. 458 do Projeto de Constituição, o dito "Cabral Zero".

Desta forma, no entendimento inicial, de acordo com o que está publicado no **Diário da Assembléia Nacional Constituinte**, é que o ilustre Constituinte José Maria Eymael teria feito um destaque ao art. 458 do "Cabral Zero", destaque esse que diz que o mandato do Presidente da República termina exatamente com cinco anos, porque termina a 15 de março de 1990.

Entretanto, mandei alguns de meus assessores procurar o respectivo destaque e há uma diferença entre o que consta da planilha publicada no **Diário da Assembléia Nacional Constituinte** e o próprio destaque, cujo número a planilha do **Diário da Assembléia Nacional Constituinte** refere.

Com certeza tem razão o Constituinte José Maria Eymael, que afirma que não há destaque sobre os cinco

anos, porque se refere exatamente ao tempo que S. Ex.<sup>a</sup> disse. Quero que S. Ex.<sup>a</sup> entenda que o equívoco resultou de absoluta boa fé, porque, na verdade, nos louvamos na planilha publicada pelo órgão oficial da Assembléia Nacional Constituinte.

Durante o pronunciamento do Sr. Carlos Sant'Anna, o **Sr. Aluizio Campos**, Primeiro-Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo **Sr. Jarbas Passarinho**, Terceiro-Vice-Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Espero que o assunto seja encerrado. Já estamos com dez horas e cinco minutos. Temos matéria da maior importância para votar e qualquer liberalidade da Mesa para permitir "pinga-fogo" vai significar não votarmos matéria completa hoje; não chegaremos ao fim da nossa matéria. Anunciarei matéria em votação.

**O SR. CONSTITUINTE ERALDO TINOCO:** – Sr. Presidente, eu havia começado a falar quando fui interrompido pela Mesa. É um direito que me assiste pelo menos completar, mesmo que rapidamente, o que pretendia dizer, já que outros Constituintes o fizeram.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A julgar por esse privilégio, Constituinte Eraldo Tinoco, volto a dar a palavra aos subseqüentes. Alguém tem que começar. Mas vou conceder a palavra a V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE ERALDO TINOCO:** – Sr. Presidente, entendo que esse assunto de lixo atômico deve ser tratado com certo equilíbrio e até com certa nacionalidade. É evidente que se o País tem o problema de lixo atômico, em algum ponto do País esse lixo tem que ser depositado. Não entendo a atitude da CNEN, que deseja agora transformar a Bahia, que é de todos os santos, de todos os deuses, em Bahia de todos os pecados, porque nada menos do que cinco áreas no Estado da Bahia são colocadas como prioridade para depósito de lixo, quando na Bahia não há nenhum projeto, nenhuma perspectiva, nenhuma expectativa de instalação atômica.

Era o registro que gostaria de fazer, Sr. Presidente. **(Muito bem!)**

**O SR. CONSTITUINTE ALUÍZIO CAMPOS:** – Peço a palavra para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra o Sr. Constituinte Aluizio Campos.

**O SR. CONSTITUINTE ALUÍZIO CAMPOS:** – Sr. Presidente, ontem, no fim da sessão da tarde, levantamos a questão das emendas supressivas. Ponderamos às Lideranças que essas emendas deviam ser insertas nas planilhas dos acordos de Lideranças, porque a aprovação de qualquer emenda supressiva já produz um efeito de economia de tramitação, em virtude da prejudicialidade das quais resulta.

Apresentei uma emenda, um requerimento de preferência suprimindo a alínea **c** do art. 238, e antes que V. Ex.<sup>a</sup> passe à votação do art. 231, a minha questão de ordem consiste em colocar em votação as emendas supressivas relacionadas com o Capítulo I, que é só um artigo do Título VIII e o Capítulo II, porque, se elas forem aprovadas, já cancelarão, por seus efeitos, muitas emendas.

Embora o acordo de Lideranças venha sendo observado pela Mesa, S. Ex.<sup>a</sup> não pode realmente superar as decisões regimentais, que estabelecem que a ordem de prioridade das emendas devem ser supressivas, substitutivas, modificativas e aditivas. As supressivas, porém, são indispensáveis.

De maneira que peço a V. Ex.<sup>a</sup> que o acordo de Lideranças não infrinja o Regimento da Assembléia Nacional Constituinte nem o da Comissão de Sistematização, impedindo a prioridade para a votação das emendas su-

pressivas totais, porque esse acordo de Lideranças não é um poder imperial.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – V. Ex.<sup>a</sup> tem razão, racionalmente falando. Uma emenda supressiva naturalmente tem, dentro do Regimento, preferência sobre as demais. O que estamos fazendo aqui, durante algum tempo, é ajustar o Regimento às nossas necessidades de votar em tempo. E esta é a razão pela qual as Lideranças se puseram de acordo. A Mesa cumpre e tem cumprido assim. Até aqui, felizmente, nenhuma emenda supressiva foi objeto de aprovação que tivesse prejudicado as substitutivas.

De maneira que eu pediria a V. Ex.<sup>a</sup> que transferisse a questão, para discutirmos com a Mesa em conjunto.

Estou tomando as questões de ordem como obstrução aos trabalhos. As questões de ordem são verdadeiras obstruções aos trabalhos. **(Palmas)**

Ou temos questões de ordem definidas sobre os assuntos que estamos votando ou estamos obstruindo deliberadamente a matéria.

#### IV – ORDEM DO DIA

##### VOTAÇÃO DO PROJETO DE CONSTITUIÇÃO TÍTULO VIII (continuação)

**Destaque nº 7866/87, do Sr. Aécio Neves – Emenda nº ES-32780-1, do Sr. Joaquim Sucena, "que adita inciso ao art. 268 do Substitutivo nº 1 (art. 231 do Substitutivo nº 2)".**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Vou passar à votação do requerimento de preferência do Destaque nº 7866, do Constituinte Aécio Neves.

Os Srs. Constituintes que a aprovam queiram permanecer sentados. **(Pausa)**

Aprovada a preferência.

Tem a palavra o Constituinte Aécio Neves.

**O SR. CONSTITUINTE AÉCIO NEVES:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a proposta que apresentamos aqui, que é patrocinada também pelo ilustre Constituinte Joaquim Sucena, tem como objetivo trazer uma contribuição, a nosso ver, efetiva, à melhoria do texto do ilustre Relator Bernardo Cabral, e que trata, portanto, do art. 231.

Eu gostaria de dizer meus caros colegas que, se por um lado, no Capítulo da Ordem Social, procuramos avançar, e creio que o fizemos, garantindo melhores condições de vida à classe trabalhadora, não seria justo que, neste momento, discriminássemos um segmento tão importante da sociedade brasileira. O que visamos, com esta nossa proposta é dar garantias mínimas de subsistência a setores significativos da nossa sociedade. Falamos daqueles maiores de 65 anos e dos deficientes que comprovem não poder receber qualquer remuneração para atender à sua subsistência. Esta nossa proposta fixa uma aposentadoria mensal vitalícia a cada um maior de sessenta e cinco anos e a cada deficiente físico ou mental de qualquer natureza que comprovem não ter condições de receber qualquer remuneração, independente de ter contribuído para a Previdência em qualquer tempo.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, cremos que esta nossa proposta, que apenas aprimora o Texto Bernardo Cabral, deverá ter o apoio da maioria dos Constituintes desta Casa, pois, acima de tudo, é uma reparação, é uma questão de justiça, pois aqueles milhares e milhares de irmãos nossos que são colocados, constantemente, diariamente, quando muito em instituições, sem a menor condição de lhes darem o mínimo necessário a uma sobrevivência digna, pois a maioria deles é jogada nas ruas deste País afora.

Portanto, em vez de o Estado, paternalisticamente, subvencionar essas instituições de maneira precária, vamos dar diretamente a cada um desses seres humanos um mínimo de condição de sobrevivência digna.

Esta nossa proposta engloba três itens do art. 231, passando apenas a um item, que tem a seguinte redação;

"Permite a concessão de uma pensão mensal vitalícia, a ser definida em lei, a todo o cidadão a partir de 65 anos e a deficiente de qualquer idade, independente de prova de recolhimento de contribuição para a seguridade social, desde que não possua outra fonte de renda ou seja incapaz total de promover a sua subsistência."

Sr. Presidente, fazemos ainda aqui um apelo ao ilustre Relator, para que, no momento da redação final, S. Ex.<sup>a</sup> preocupe-se com a expressão correta, que seria "os portadores de deficiência". Além dos maiores de 65 anos, estariam incluídos nesse benefício os portadores de deficiência de qualquer natureza desde que comprovem não ter condições de sobrevivência digna.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, desta maneira estaremos efetivamente trabalhando para uma Constituição que faça diminuir um pouco as grandes diferenças, as grandes distorções e as constantes discriminações a que são submetidos setores significativos e importantes da nossa sociedade.

Era o que queria dizer, Sr. Presidente.

**O SR. CONSTITUINTE CUNHA BUENO:** – Sr. Presidente, para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – V. Ex.<sup>a</sup> tem a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE CUNHA BUENO:** – Também, Sr. Presidente, pediria a atenção do ilustre Relator para o assunto. Entendo que a emenda ora em discussão está prejudicada, uma vez que no art. 231, incisos V e VI, já está plenamente atendido o objetivo da presente emenda, inclusive com uma redação muito clara, separando o idoso do deficiente.

Recordo, Sr. Presidente, desde o início da abertura dos trabalhos nesta Casa, quando ainda na Subcomissão, à qual pertenci, fui o autor da emenda pela qual cada cidadão brasileiro com mais de 65 anos, sem outra fonte de renda, independente de recolhimento, receberia um salário mínimo mensal. Lamentavelmente, na Comissão, o Relator alterou, colocando uma pensão vitalícia.

Gostaria que o Relator, na redação final, definisse o que é um salário mínimo. Apesar da boa vontade do Constituinte Aécio Neves, o que S. Ex.<sup>a</sup> deseja já está plenamente atendido, até de uma forma melhor e mais explícita.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Peço a V. Ex.<sup>a</sup> que conclua a questão de ordem.

**O SR. CONSTITUINTE CUNHA BUENO:** – É esta a questão de ordem que levanto a V. Ex.<sup>a</sup>, uma vez que já está atendido o objetivo da atual emenda, se ela não está prejudicada, atendida já está.

Cumprimento o Constituinte Aécio Neves pela apresentação de emenda. Entretanto, já está atendido o objetivo.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Com a palavra o Relator, para dar resposta à suposta questão de ordem levantada.

**O SR. RELATOR (Almir Gabriel):** – Informamos ao prezado Constituinte que já foi aprovado, nos Direitos do Trabalhador, a não vinculação de qualquer coisa ao salário mínimo. Este princípio, que foi aprovado antes, não pode, daí por diante, no nosso entendimento, ser transgredido, vinculando qualquer tipo de remuneração ao sa-

lário mínimo. De maneira que, no texto do Relator Bernardo Cabral, foi incluído no art. 6º o inciso IV, que vincula esse salário mínimo a essa condição.

A emenda proposta pelo nobre Constituinte Aécio Neves tem a virtude, primeiro, de fundir dois incisos, o V e o inciso VI do art. 231 e coloca todos os dois sem vinculação com o salário mínimo. O aspecto particular que me parece que precisa ser corrigido na proposta é que vem falando de deficiente físico e deficiente mental, e esta é uma colocação tecnicamente incorreta.

Neste caso, sugeriria à Mesa que incluísse, com uma emenda de redação, a expressão "portadores de deficiência", que é a colocação correta.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Eu gostaria que o nobre Relator me desse conta da sua opinião final. Eu ouvi mal. Parece que S. Ex.<sup>a</sup> declara que, no caso, seria apenas uma questão de redação? É isto que consideraria: não levaria a questão à votação e bastaria a modificação de redação?

**O SR. RELATOR (Almir Gabriel):** – Exatamente.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – O autor da emenda retirou a expressão "físico ou mental".

**O SR. RELATOR (Almir Gabriel):** – Retirou "físico ou mental" e ficou só "deficientes". Em vez de deficientes, a palavra técnica seria "portador de deficiência".

Sugiro que isso seja corrigido com uma emenda de redação apenas.

**O SR. CONSTITUINTE IVO LECH:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Pois não.

**O SR. CONSTITUINTE IVO LECH:** – Faço um apelo ao nobre Constituinte Aécio Neves que retire seu destaque, até porque o texto, muito bem colocado, dá garantia às pessoas portadoras de deficiência, e o item VI, também, dá garantia ao idoso, nesta questão.

Apelo a toda Comissão de Sistematização para que mantenha o texto original do nobre Relator Bernardo Cabral,

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Faço uma pergunta ao Constituinte Aécio Neves: S. Ex.<sup>a</sup>, diante disso, retira a emenda?

**O SR. CONSTITUINTE AÉCIO NEVES:** – Eu gostaria, primeiramente, Sr. Presidente, de fazer um esclarecimento.

O nosso pedido de destaque tem como objetivo aprimorar o texto, como eu disse. Sem dúvida, o nosso objetivo, a nossa intenção é garantir condições de sobrevivência dignas aos deficientes e aos idosos que não tenham como fazê-lo.

Estive conversando por longo tempo com o nobre Constituinte Ivo Lech, e levamos adiante essa nossa emenda, porque entendemos que no Capítulo da Ordem Social foi aprovada a desvinculação do que quer que seja ao salário mínimo.

Entendo que devemos trabalhar, sim, na hora da lei ordinária, para definir uma remuneração que seja, pelo menos, um salário mínimo.

Portanto, eu entendo que, como está no texto, na hora da redação final não haverá essa vinculação ao salário mínimo. A nossa emenda não altera em nada, portanto, o que está aqui, apenas, no nosso entender, aprimora a redação.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Vamos passar à votação.

**O SR. CONSTITUINTE INOCÊNCIO OLIVEIRA:** – Pela ordem, Sr. presidente.

**O SR. CONSTITUINTE INOCÊNCIO OLIVEIRA:** – Sr. Presidente, o nosso ilustre Relator já esclareceu que faria uma emenda de redação, retirando onde está "garantia do benefício mensal de um salário mínimo" para ficar "garantia do benefício a toda pessoa portadora de deficiência". Assim estaria atendida a emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Constituinte Inocêncio Oliveira, faça-me o favor, esclareça-me, porque a minha ignorância não me permitiu até agora chegar ao encontro de suas idéias.

Aqui o inciso V garante o benefício mensal de um salário mínimo a toda pessoa portadora de deficiência que comprove não possuir meios de prover a sua própria manutenção. Aqui está especificado que é um salário mínimo. O Relator não pode mudar isso.

**O SR. CONSTITUINTE INOCÊNCIO OLIVEIRA:** – Se S. Ex.<sup>a</sup> aceitar a Emenda Aécio Neves, redacional, S. Ex.<sup>a</sup> pode mudar.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – S. Ex.<sup>a</sup> não pode mudar o que já está votado. Aqui, todo deficiente tem direito no mínimo a um salário mínimo. Isso tudo nasceu com a renda mensal vitalícia colocada em vigor pelo Presidente Ernesto Geisel.

**O SR. CONSTITUINTE INOCÊNCIO OLIVEIRA:** – Em 1974.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Abrangia os inválidos em geral e os idosos com 70 anos. A nossa liberalidade aqui tem reduzido tudo que é idade. Tudo que é idade está sendo reduzida. Daqui a pouco chegaremos aos 10 anos.

**O SR. CONSTITUINTE INOCÊNCIO OLIVEIRA:** – É verdade.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Então, com isso, se passa para o próprio Cabral II, que reduziu para 65 anos, em vez de 70 anos. Agora existe um inciso anterior que obriga a pagar um salário mínimo.

A emenda do Constituinte Aécio Neves não fala em um salário mínimo mas, sim, na concessão de pensão mensal vitalícia, a ser definida em lei. Se S. Ex.<sup>a</sup> mantém a emenda, pode, inclusive, corrigir o texto do inciso V.

Vou manter a emenda em votação. Não acho que por redação se possa resolver o problema.

**O SR. CONSTITUINTE AÉCIO NEVES:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra o Constituinte Aécio Neves, pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE AÉCIO NEVES:** – Sr. Presidente, existem aqui dúvidas de companheiros quanto ao objetivo desta emenda.

Entendo, como entende o nobre Constituinte Ivo Lech e os demais Companheiros, que essa remuneração não deve jamais ser menor do que um salário mínimo. Como esta minha emenda tem o objetivo redacional de melhorar o texto, sem prejudicar em nada os avanços nele contidos, e para que não haja, em hipótese alguma, qualquer dúvida quanto aos meus objetivos, retiro a emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Isto é outra coisa completamente diferente. Retirando a emenda, V. Ex.<sup>a</sup> deixa de prejudicar o inciso V do Substitutivo Cabral II. Mas se a emenda de V. Ex.<sup>a</sup> fosse votada, também poderia ser, por simples redação, modificada. Se ela fosse votada, obrigaria na lei a manter ou não o que está escrito no inciso V.

Está retirada a matéria.

**O SR. RELATOR (Almir Gabriel):** – Sr. Presidente, peço a palavra. **(Assentimento da Presidência)**

Sr. Presidente, sei que vou tomar um ou dois minutos deste Plenário. Quero apenas chamar a atenção sobre um

dado que considero de suma importância para todos. Esta Comissão de Sistematização não aumentou os recursos para a seguridade social. A base para a Previdência, para a saúde, para assistência social, sob o ponto de vista financeiro, continua exatamente a mesma que tínhamos antes. Ampliamos, consideravelmente, o número de pessoas que ficarão beneficiárias da Previdência e, mais do que isso, vinculamos todas essas coisas a valores especiais, como salário-contribuição, salário mínimo e assim por diante.

Quero apenas chamar a atenção e fazer um apelo a todos os nossos Constituintes, sobre tudo quando formos para o Plenário. Na verdade, o que fizemos foi encaixar sobre o manto da Previdência Social uma série enorme de novas despesas sem termos a contrapartida de recursos para provê-los.

O que pressinto, o que sinto com muita dor, com muito sofrimento, é que o trabalhador de um, dois ou três salários mínimos, este é quem vai pagar a grande conta da Previdência Social brasileira.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra o nobre Relator Bernardo Cabral.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, convido o nobre Senador José Fogaça para tomar assento ao lado direito da Relatoria.

**Destaque nº 2917-87 – Emenda nº ES-25196-1, do Sr. Eliel Rodrigues, "que adita ao art. 270, § único do Substitutivo nº 1 (art. 232 do Substitutivo nº 2)". (474.<sup>a</sup> votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Requerimento de preferência para votação do Destaque nº 2917, de autoria do Constituinte Eliel Rodrigues.

Os Srs. Constituintes que aprovam o requerimento de preferência queiram permanecer sentados. **(Pausa)**

Aprovado.

A emenda diz:

"As instituições ou entidades particulares que sem fins lucrativos prestam serviço de atendimento ou assistência social na recuperação de deficientes, superdotados, toxicômanos, alcoólatras ou outros desvios de comportamento normal, merecerão reconhecimento, estímulo e apoio, inclusive subvenção do Poder Público e/ou da iniciativa privada."

Tem a palavra o Constituinte Eliel Rodrigues, autor da emenda.

**O SR. CONSTITUINTE ELIEL RODRIGUES:** – Sr. Presidente, ilustres Srs. Membros da Comissão de Sistematização, o objetivo desta nossa emenda é permitir contemplar, com o apoio do Poder Público e privado, as instituições que prestam o necessário e relevante serviço de atendimento assistencial, sem fins lucrativos, às pessoas carentes, cooperando no atendimento dos deveres sociais àqueles que não dispõem de meios próprios para se sustentar nem de acesso aos demais direitos sociais, habilitando-os e promovendo a sua integração à vida comunitária.

Observem que esta nossa proposição não se caracteriza como uma imposição legal, mas, sim, de injunções de ordem moral e humanitária que sensibilizem e possam levar o oferecimento do apoio, inclusive de subvenções do Poder Público ou doações de entidades privadas. Ela não obriga, torna possível.

Aqui, em Brasília, por exemplo, temos o Desafio Jovem, uma entidade de caráter de internato que, num trabalho anônimo, está oferecendo à Nação brasileira uma

inenarrável contribuição de ordem benemerita. Ali tem-se conseguido recuperar cerca de 70 a 75% de toxicômanos.

O relatório do ilustre Relator Bernardo Cabral é bem enfático quando diz que a assistência social será voltada para a reabilitação de pessoas portadoras de deficiências e a promoção de sua reintegração à vida comunitária. Também caracteriza como diretriz que essas instituições serão organizadas com a participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis.

Parece-nos muito humano e importante que a nossa querida Pátria conte com a ajuda dessas instituições, que, no seu anonimato, prestam um trabalho relevante, porque amam o seu próximo e querem o bem do seu semelhante.

Apelo, portanto, para a douta compreensão dos ilustres membros desta Comissão, para que dêem o apoio devido ao nosso apelo, se assim o acharem, justo e humanitário.

**(Palmas).**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra o Constituinte Eraldo Tinoco.

**O SR. CONSTITUINTE ERALDO TINOCO:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o Constituinte Eliel Rodrigues foi muito operoso na Subcomissão da Família, do Menor e do Idoso e pôde, efetivamente, estudar em profundidade os problemas dessa área tão sensível para o desenvolvimento social do nosso País e oferece uma emenda para a qual peço a atenção dos Srs. Membros desta Comissão, no sentido de darem o seu apoio, através de mecanismos, para as instituições que possam amparar, acolher, dar assistência e recuperação tanto do deficiente quanto dos toxicômanos, e também, Sr. Presidente, num aspecto que realmente merece a nossa especial atenção, que possam oferecer assistência ao superdotado. É óbvio que essas instituições sem fins lucrativos que prestam assistência a esses indivíduos devem merecer todo apoio e todo incentivo por parte do poder público, que não tem, na maioria das vezes, condições de, por uma forma direta, resolver todos os problemas dessa área.

Naturalmente que a questão do deficiente, físico ou mental, já está, em muito, ponto, tratada convenientemente neste projeto de Constituição. Entretanto, um reforço a mais só irá beneficiar o tratamento adequado que a sociedade brasileira deseja para esses que muitas vezes são marginalizados.

A emenda é válida, também, quando trata do problema do viciado. Muitas pessoas, que, por circunstâncias do meio social onde vivem, são levadas à escravidão de um vício, na maioria das vezes não encontram instituições capazes, aparelhadas, especializadas, para o seu tratamento, a sua recuperação e, conseqüentemente, a sua reintegração total e completa na sociedade onde vivem.

Refiro-me, também, ao aspecto dos superdotados, aquelas inteligências excepcionais, que, muitas vezes, não passam de uma energia em potencial para os quais o sistema educacional normal, muitas vezes, não oferece os instrumentos, as condições pedagógicas adequadas para o desenvolvimento de sua inteligência privilegiada. Essas capacidades extraordinárias excepcionais, os superdotados, ficam marginalizados e se perdem pela frustração, pela falta de oportunidade.

Portanto, Sr. Presidente e Srs. Membros desta Comissão, é muito válido um empenho especial, um incentivo especial àquelas instituições que tratam, de maneira conveniente, de todos esses problemas, tão oportunamente e de uma forma tão feliz consagradas na emenda do ilustre Constituinte Eliel Rodrigues, para a qual peço o acolhimento dos Srs. Membros desta Comissão.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Com a palavra o nosso Relator Antônio Carlos Konder Reis.

**O SR. RELATOR (Antônio Carlos Konder Reis):** – Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, sabe a Comissão de Sistematização e toda a Assembléia Nacional Constituinte do cuidado e, eu diria mais, da generosidade com que o Sr. Relator-Geral dispôs sobre a matéria constitucional no Título que estamos discutindo, o Título VIII, especialmente nos Capítulos da Saúde, da Previdência, e da Assistência Social.

Todo o trabalho do Sr. Relator-Geral foi, sem dúvida nenhuma, nas reuniões que realizou a Comissão ontem, ampliado, aprofundado, sempre com o propósito generoso de atribuir ao sistema de seguridade social as mais amplas possibilidades de atender à população em geral.

É dentro deste enfoque, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, que, em nome do Sr. Relator-Geral, emito parecer sobre emenda do nobre Sr. Constituinte Eliel Rodrigues. Diz ela, propondo o acréscimo de um parágrafo único ao art. 231:

"As instituições ou entidades particulares que, sem fins lucrativos, prestam serviços de atendimento à assistência social na recuperação de deficientes, superdotados, toxicômanos, alcoólatras ou outros desvios do comportamento normal, merecerão reconhecimento, estímulo e apoio, inclusive subvenção do poder público e/ou da iniciativa privada."

Toda a parte primeira da proposta do nobre Constituinte Eliel Rodrigues está plenamente atendida no projeto redigido pelo nobre Relator-Geral, e especialmente no art. 171, § 2º, que atribui "imunidade fiscal às instituições de assistência institucional ou social, sem fins lucrativos", e no art. 257, § 1º, que dispõe que "o poder público elaborará e executará programas de assistência" voltados precisamente ao atingimento dos objetivos perseguidos pela emenda na sua parte primeira.

Quanto à parte final, o nobre Constituinte Eliel Rodrigues propõe uma regra imperativa, no sentido de o poder público subvencionar essas instituições sem fins lucrativos. E vai além, estende essa obrigatoriedade à iniciativa privada.

Sras. e Srs. Constituintes, temos que elaborar uma Constituição que possa ser aplicada.

Sem embargo dos altos propósitos do Sr. Constituinte Eliel Rodrigues, o Sr. Relator-Geral manifesta-se contrariamente à emenda, por duas razões.

Em primeiro lugar, porque na sua parte primeira já está atendida, seja nos dispositivos a que acabo de me referir, o art. 171, § 2º, seja no art. 257, § 1º, seja em todo o sistema do projeto. Peço a atenção dos Srs. Constituintes para este aspecto.

Em segundo lugar, o parecer do Sr. Relator é contrário, porque, do ponto de vista técnico-jurídico, não há como se estabelecer a obrigatoriedade de o poder público subvencionar instituições de assistência social e, muito menos, pode a Constituição obrigar que a iniciativa privada, em caráter obrigatório, faça o mesmo.

Todo o trabalho de assistência social, toda a tarefa de promoção social há de ser realizada pelo poder público, pela sociedade, de forma a que se abra um espaço para que esse trabalho se faça voluntariamente, sem essa obrigatoriedade constitucional. Como poderá a Constituição ser aplicada se, sem distinções ou qualquer disciplina, se obrigue que o poder público e a iniciativa privada subvencionem, sem distinções ou qualificações, todas as entidades de assistência social e educacional?

Eis as razões, Sras. e Srs. Constituintes, por que, com todo o respeito, o Sr. Relator-Geral manifesta-se contrariamente à emenda, porque ou ela diz tudo e, então, criaria uma situação absurda, ou ela não diz nada e é perfeitamente dispensável.

O parecer, Sras. e Srs. Constituintes, é contrário.

**O SR. CONSTITUINTE ELIEL RODRIGUES:** – Sr. Presidente, peço a palavra. Eu gostaria...

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Qual é atitude de V. Ex.<sup>a</sup>? É para uma questão de ordem?

**O SR. CONSTITUINTE ELIEL RODRIGUES:** – Sr. Presidente, para refutar...

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Não pode mais, V. Ex.<sup>a</sup> não pode replicar o Relator. Peço-lhe perdão, V. Ex.<sup>a</sup> já encaminhou, já houve o encaminhamento a favor e agora falou o Relator. Isto é o bastante para esclarecer a todos os Srs. Constituintes.

V. Ex.<sup>a</sup> me poupe do constrangimento de não lhe dar a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE ELIEL RODRIGUES:** – Só gostaria de dizer que a expressão é merecimento e torna possível apenas a concessão.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Em votação.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Celso Dourado, Cristina Tavares, Nelson Carneiro, Paulo Ramos, Rodrigues Palma, Daso Coimbra, Uldurico Pinto, Antoniocarlos Mendes Thame, Christóvam Chiaradia, Eraldo Tinoco, Inocêncio Oliveira, José Lins, Mário Assad, Oscar Corrêa, Paulo Pimentel, Annibal Barcellos, Enoc Vieira, João Menezes, Jofran Frejat, Valmir Campelo, Darcy Pozza, Jarbas Passarinho, Brandão Monteiro, José Maurício, Lysâneas Maciel, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Luiz Inácio Lula da Silva e Plínio Arruda Sampaio. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Almir Gabriel, Antônio Britto, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Carlos Mosconi, Carlos Sant'Anna, Egídio Ferreira Lima, Francisco Pinto, João Calmon, José Fogaça, José Paulo Bisol, José Ulisses de Oliveira, Mário Lima, Nelson Friedrich, Pimenta da Veiga, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Sigmaringa Seixas, Virgildásio de Senna, Aécio Neves, Chagas Rodrigues, Euclides Scalco, João Agripino, Jorge Hage, José Costa, José Tavares, Márcio Braga, Marcos Lima, Nelson Wedekin, Octávio Elisio, Vilson Souza, Ziza Valadares, Aloysio Chaves, Francisco Benjamim, José Jorge, José Santana de Vasconcellos, Luís Eduardo, Sandra Cavalcanti, José Lourenço, Paes Landim, Antonio Carlos Konder Reis, José Luiz Maia, Virgílio Távora, Adolfo Oliveira, Siqueira Campos, Haroldo Lima, Roberto Freire e Jamil Haddad. **ABSTENÇÃO** do Senhor Constituinte Gerson Pares.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 32 Constituintes; votaram Não 48 Constituintes; absteve-se de votar 1 Constituinte. Total: 81 votos. O destaque foi **rejeitado**.

**Destaque nº 0045/87 – Emenda nº ES-24827-8, do Sr. Cunha Bueno, que "dá nova redação ao inciso III do art. 274 do Substitutivo nº 1 (art. 233 do Substitutivo nº 2)."**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Sobre a mesa, requerimento de preferência para votação do Destaque nº 45, do Constituinte Cunha Bueno.

Os Srs. Constituintes que estão de acordo com a preferência permaneçam sentados. **(Pausa)**

Preferência concedida.

Tem a palavra o Constituinte Cunha Bueno, para defender sua emenda.

**O SR. CONSTITUINTE CUNHA BUENO:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a emenda que apresenta-

mos tem por escopo corrigir aquilo que entendemos, pessoalmente, uma injustiça que tem acontecido no Brasil.

Sabemos perfeitamente da qualidade do ensino de 1º e 2º graus, ou seja, da má qualidade desse ensino nas escolas públicas. As razões são muitas e, sem dúvida, começam com a verba de que dispõe o Ministério da Educação para poder organizar melhor o sistema de ensino no País.

Sabemos perfeitamente, Sr. Presidente, do grande número de escolas particulares que há no País e sabemos perfeitamente que aquelas famílias mais abastadas preferem colocar os seus filhos em escolas particulares do que nas escolas públicas, devido exatamente à deficiência da escola pública no País.

É preciso, sem dúvida, mais verbas para a escola pública; é preciso que a Constituinte coloque para o Ministério da Educação um percentual bem maior do que aquele que há, a fim de poder melhorar o ensino básico no País.

Diante disto, o que acontece na realidade, Sr. Presidente? Aqueles alunos que estudaram em escolas particulares, pagando desde o primário até o curso preparatório para a universidade, concorrem com muito mais chances para entrar na universidade, através de um vestibular, que é igual para todos, e passam, então, a estudar gratuitamente na universidade gratuita, na universidade do Governo. Aqueles que não tiveram a mesma sorte de se preparar, porque não tinham condições econômicas e o Governo não oferece um ensino à altura, passam a concorrer com uma desvantagem muito grande e acabam indo estudar em universidades particulares, pagando os seus cursos universitários.

O que se pretende com a presente emenda é tratar desigualmente os desiguais, ou seja, aqueles que podem pagar paguem os estudos universitários. Esta foi a minha intenção.

Fui procurado, Sr. Presidente, pela Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior, respeitável entidade, mais conhecida por ANDES, que mostrou o perigo de se aprovar uma emenda desse tipo. O Governo poderia, dessa forma, segundo a ANDES, fazer com que as verbas fossem ainda mais diminuídas para a universidade estatal, alegando que um grande percentual pagaria os seus estudos. Logicamente, está bem claro na emenda que seriam somente aqueles que pudessem fazê-lo.

Diante deste e de outros argumentos apresentados pela Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior, entendi, Sr. Presidente, que poderia abrir um precedente indesejável, embora continue achando que aqueles que tivessem condições de pagar os seus ensinos universitários o deveriam fazer, como aliás o fazem nas escolas particulares, no primário, no secundário e no curso preparatório.

Entretanto, Sr. Presidente, não sou eu técnico em ensino universitário no País. Muito mais abalizada do que a minha opinião, do que o meu desejo e do que o meu entendimento é a opinião da Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior, a qual a respeitamos. São homens que têm dedicado a vida ao ensino público no País. A par de defendermos mais verbas para a universidade e para o ensino de forma geral, Sr. Presidente, curvo-me aos argumentos da ANDES e retiro a emenda que apresentei. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Retirada a emenda, passamos ao requerimento de preferência para a votação do Destaque nº 3147, de autoria do Constituinte José Maurício.



**Destaque nº 314787 – Emenda nº ES-24516-3, do Sr. José Maurício, "que modifica o art. 275, caput, inciso II, do Substitutivo nº 1 (art. 234, inciso VII do Substitutivo nº 2)". (475ª votação).**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Devo dar uma explicação aos que receberam a planilha. Foi retirado o Destaque nº 4721, de autoria do Constituinte João Natal.

Os Srs. Constituintes que concedem a preferência queiram permanecer sentados. **(Pausa)**

A preferência é concedida.

Tem a palavra o Constituinte José Maurício.

Peço a V. Ex.<sup>a</sup> que enuncie a sua emenda, porque ela não figurava na distribuição da planilha.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ MAURÍCIO:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, era exatamente o que eu iria, preliminarmente, fazer, pois estou tomando conhecimento de que o Plenário não dispõe do texto.

Leio o texto de nossa emenda. A emenda prevê para o inciso VII do art. 234 a seguinte modificação:

"Prover apoio suplementar ao ensino fundamental, através da construção dos Centros Integrados de Ensino Público, com turno único e programas de assistência gratuita ao aluno de material didático escolar, transporte, alimentação, assistência médica, odontológica, farmacêutica e psicológica."

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, é evidente que estamos diante da oportunidade histórica de encaminhar a solução definitiva para o problema educacional brasileiro. Muito se tem falado a respeito, muito se tem escrito, projetos, propostas, teses, sugestões e até tratados enchem estantes e bibliotecas, apontando caminhos. No entanto, foi no Rio de Janeiro, sem maiores pretensões e de forma objetiva e concreta, no Governo Brizola, que tivemos assentadas bases da educação igualitária democrática, através dos Centros Integrados de Educação Pública, conhecidos como CIEPs.

Não estamos negando aqui, é bom que se ressalte, ou deixando de reconhecer que ali ocorrem distorções de ordem administrativa e até pedagógica. Contudo, o modelo está posto objetivamente, e fora disso o que vemos por aí é o caos educacional, é o assistencialismo paternalista e diria até que irresponsável, de alto custo e de péssimos resultados. E não argumentem aqueles que possam divergir da construção dos Centros Integrados de Educação Pública, como se fez no Rio de Janeiro, que a obra é de alto custo, para a qual o Brasil não teria recursos suficientes. Entrementes, esta é a velha arenga de quem não quer verdadeiramente enfrentar essa problemática. Prioridade é o que falta. No dia em que a criança brasileira for considerada prioridade, nesta República recursos jamais faltarão.

O que esta emenda propõe e sintetiza, eminentes Companheiros da Comissão de Sistematização, é o compromisso com a criança brasileira, sem distinção de qualquer natureza. Aprová-la é começar a vencer uma guerra que há mais de um século nos derrota.

Por isso, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, levando em consideração a preocupação do eminente Relator e dos Relatores-Adjuntos, não obstante reconheça o esforço de S. Ex.<sup>as</sup>, achei por bem apresentar essa emenda modificativa, com o objetivo específico de que possamos definitivamente romper as barreiras que sangram, atam e desmoralizam a sociedade brasileira. Entendemos que, a partir da construção e da ação objetiva e concreta dos Centros Integrados de Educação Pública, estaremos a romper com essa guerra, estaremos construindo uma Pátria justa, igualitária e fraterna.

Por isso, rogo e peço o voto dos eminentes Integrantes desta Comissão.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Para encaminhar contra, tem a palavra o Constituinte Octávio Elísio.

**O SR. CONSTITUINTE OCTAVIO ELÍSIO:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, venho a esta tribuna mais para ponderar ao eminente Constituinte José Maurício no sentido de que S. Ex.<sup>a</sup> retire a sua emenda.

Diz a emenda:

"Cabe ao Poder Público prover apoio suplementar ao ensino fundamental, através da construção de Centros Integrados de Ensino Público, com turno único e programas de assistência gratuita, ao aluno, de material didático escolar, transporte, alimentação, assistência médico-odontológica, farmacêutica e psicológica."

A ponderação que faço ao Constituinte José Maurício é que a sua emenda, pela redação, restringe esse tipo de assistência apenas àquelas escolas que se estruturam sob a forma de Centro Integrado de Ensino Público.

Temos já previsto um dispositivo estabelecendo o compromisso de o Poder Público dar assistência ao educando. No que se refere a transporte, alimentação, assistência médico-odontológica, farmacêutica e psicológica está contemplado. Então, essa assistência ao educando está prevista no inciso próprio, quando falamos como o Poder Público executará o seu trabalho na área da educação. A emenda de V. Ex.<sup>a</sup>, ao restringir a assistência ao educando a esses Centros Integrados, eliminará a possibilidade dessa assistência às outras entidades educacionais.

Caro Constituinte José Maurício, louvo o objetivo de V. Ex.<sup>a</sup> de procurar incluir no texto constitucional o atendimento em um turno único. Entretanto, não é próprio colocar no texto constitucional a construção de Centros Integrados de Ensino Público, denominação regional que uma escola, de turno único, recebeu no Rio de Janeiro. Entretanto, ressalvo aqui e louvo a iniciativa de V. Ex.<sup>a</sup> ao se preocupar com a redução dos turnos das escolas públicas. Foi preocupação nossa, que trabalhamos desde a Subcomissão até hoje, com prioridade na área da educação, que deixássemos para a legislação ordinária, para lei complementar, um esforço no sentido da redução dos turnos das nossas escolas públicas.

É importante que tenhamos escolas públicas de boa qualidade. Para que isso aconteça é fundamental que venhamos a diminuir os turnos hoje existentes na nossa escola.

Parece-me, entretanto, que não é conveniente que essa questão esteja colocada no texto constitucional.

São por estas razões, meu caro Amigo Constituinte José Maurício, que faço uma ponderação a V. Ex.<sup>a</sup>, no sentido de que essa sua emenda seja retirada e venhamos a tratar do assunto quando da elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra o nobre Relator José Fogaça.

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – Sr. Presidente, Srs. Membros desta Comissão...

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ MAURÍCIO:** – Sr. Presidente, V. Ex.<sup>a</sup> me permite a palavra?

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Enquanto o Relator estiver falando, peço a V. Ex.<sup>a</sup> que o ouça.

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – Eu gostaria de ouvir o nobre Constituinte José Maurício.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ MAURÍCIO:** – Sr. Presidente, eu não gostaria, evidentemente, porque é norma, é Regimento e nós o conhecemos há muito, não costumo romper com o Regimento; é norma que eu não poderei evidentemente usar da palavra após o orador. Entrementes, fui chamado pelo eminente Constituinte Octávio Elísio, fui citado, e me fez S. Ex.<sup>a</sup> um apelo.

Não obstante as relações que me ligam ao Constituinte Octávio Elísio, o apreço que lhe dedico, o empenho que sei que S. Ex.<sup>a</sup> tem sobre a questão da educação, trabalho que S. Ex.<sup>a</sup> tem desenvolvido, debalde o esforço de S. Ex.<sup>a</sup>, lamentavelmente, Sr. Presidente, esta, para mim, é uma questão de princípio; e, em sendo uma questão de princípio, lamentavelmente não posso retirar emenda. Busco, no entanto, a compreensão da Mesa e dos integrantes desta Comissão, porque o que desejamos, fundamentalmente, é assegurar no texto constitucional construção de Centros Integrados de Educação Público com turno único, porque o que de mais nós solicitamos – o próprio texto do Relator já consagra.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem palavra o Relator.

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – Sr. Presidente, Srs. Membros da Comissão de Sistematização, a Relatoria entende que os objetivos didático-pedagógicos propostos pelo nobre Constituinte José Maurício, estão atendidos nos incisos V e VII, que se referem ao acesso aos níveis mais; elevados do ensino, da pesquisa científica, da criação artística, segundo a capacidade de cada um, o apoio suplementar ao educando, através do programa de matéria didático escolar, transporte, alimentação, assistência médico-odontológica, farmacêutica e psicológica. Portanto a política educacional, o programa que V. Ex.<sup>a</sup> propõe crê a Relatoria que está amplamente atendido no texto constitucional, mas sob a forma e sob a redação que é própria a uma Constituição.

A proposta de S. Ex.<sup>a</sup> o Constituinte José Maurício se consubstancia numa política de governo, num programa de ensino. É evidente que esta não é matéria própria de uma Constituição, mas própria, isto sim, de uma política de governo à qual S. Ex.<sup>a</sup> está vinculado. Respeitamos consideramos elogiável, merecedora de apoio e reconhecimento, mas isto cabe muito mais num programa de governo do que propriamente numa Constituição.

Daí por que, tal como V. Ex.<sup>a</sup> tem; como bom parlamentar que é, a postura de defender os seus princípios a Relatoria também tem princípios que são para ela fundamentais e dos quais não pode abrir mão. Aquilo que é matéria de portaria, de programa de governo, não podemos inserir na Constituição.

Além do mais, é evidente que aquilo que está na Constituição tem que ser para toda a população escolar e este programa de ensino é apenas para 5 ou 10%, enquanto os outros 90% restantes da população escolar ficam marginalizados deste tipo de programa, como bem sabemos. Colocar isto na Constituição acabaria parecendo um exercício demagógico e inconsistente, com o qual esta Relatoria não concorda.

Muito mais porque não se trata de matéria constitucional, mas de matéria de lei ordinária ou de um programa ou de uma política educacional, entendemos que isto deve estar no Plano Nacional de Educação e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e não na, Constituição.

Portanto, infelizmente, o parecer é contrário à emenda e pela manutenção do texto.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Passa-se à votação.

**O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO MONTEIRO:** – Sr. Presidente, pela ordem. **(Assentimento da Presidência)**

Não vou, de maneira alguma, criar dificuldades, e V. Ex.<sup>a</sup> me conhece, mas não posso concordar com o linguajar do Relator, ao chamar uma emenda do Constituinte José Maurício de demagógica. Quero que isto fique nos Anais da Casa. S. Ex.<sup>a</sup> tem o direito de se posicionar contra. Agora, inquirir a emenda de demagógica, fica por conta da sua individualidade e da sua posição pessoal, esta, sim, discriminatória.

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – Sr. Presidente, a Relatoria não tem absolutamente nada a dizer a respeito das palavras do Constituinte Brandão Monteiro. Absolutamente nada a dizer a esse respeito.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Passa-se à votação.

### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Paulo Ramos, Uldurico Pinto, Vilson Souza, Brandão Monteiro, José Maurício, Lysâneas Maciel, Francisco Rossi, Luiz Inácio Lula da Silva e Plínio Arruda Sampaio. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Ademir Andrade, Almir Gabriel, Antônio Britto, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Carlos Mosconi, Carlos Sant'Anna, Celso Dourado, Cristina Tavares, Egídio Ferreira Lima, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, João Calmon, José Fogaça, José Ignácio Ferreira, José Paulo Bisol, José Ulisses de Oliveira, Manoel Moreira, Mário Lima, Nelson Carneiro, Nelton Friedrich, Pimenta da Veiga, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Rodrigues Palma, Severo Gomes, Sigmaringa Seixas, Virgildásio de Senna, Aécio Neves, Chagas Rodrigues, Daso Coimbra, Délio Braz, João Agripino, Jorge Hage, José Costa, José Maranhão, José Tavares, Márcio Braga, Marcos Lima, Nelson Wedekin, Octávio Elísio, Roberto Brant, Ziza Valadares, Afonso Arinos, Aloysio Chaves, Eraldo Tinoco, Francisco Benjamim, Francisco Dornelles, Inocêncio Oliveira, José Jorge, José Lins, José Santana de Vasconcellos, Luís Eduardo, Mário Assad, Oscar Corrêa, Paulo Pimentel, Ricardo Fiúza, Sandra Cavalcanti, Annibal Barcellos, Enoc Vieira, Furtado Leite, João Menezes, Jofran Frejat, Jonas Pinheiro, José Lourenço, Valmir Campelo, Antônio Carlos Konder, Darcy Pozza, Gerson Peres, José Luiz Maia, Adylson Motta, Gastone Righi, Siqueira Campos, Haroldo Lima, Roberto Freire e Jamil Haddad. **ABSTENÇÃO** dos seguintes Senhores Constituintes: Jarbas Passarinho, Joaquim Bevilacqua e Adolfo Oliveira.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A Mesa vai proclamar o resultado; votaram SIM 10 Constituintes; votaram NÃO 78 Constituintes; abstiveram-se de votar 3 Constituintes. Total: 91 votos. O destaque foi **rejeitado**.

Tem a palavra, para uma breve comunicação, o nobre Relator-Geral.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, em meu nome pessoal, agradeço a colaboração não só efetiva, como também afetiva do eminente Senador Almir Gabriel **(palmas)**, que exerceu, com rara proficiência, as funções de Relator-Auxiliar; e no mesmo caminho que tem percorrido o Relator, em convidar Companheiros que colaboram ao longo da feitura do Substitutivo nº 3, acabo de convidar a eminente Constituinte Sandra Cavalcanti para colaborar conosco nesta fase da Comissão de Sistematização, porque no Plenário nos estará ajudando o Companheiro Artur da Távola. De modo que a nossa Relatora-Auxiliar é a Constituinte Sandra Cavalcanti. **(Palmas)**

**O SR. CONSTITUINTE ALMIR GABRIEL:** – Sr. Presidente, peça a palavra.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra o Constituinte Almir Gabriel.

**O SR. CONSTITUINTE ALMIR GABRIEL:** – Sr. Presidente, Sr. Relator Bernardo Cabral, demais Membros da Relatória e prezados Companheiros do Plenário, quero, aqui, me referir ao meu maior agradecimento pela atitude democrática de S. Ex.<sup>a</sup>, o Relator Bernardo Cabral, de nos ter convidado para participar das discussões e dos encaminhamentos das votações.

De outro lado, quero referir-me ao que considero da maior valia, da maior importância, o apoio, a compreensão, a inteligência, a posição política deste Plenário, passando a refletir não apenas sobre questões corporativas ou de determinados segmentos da sociedade brasileira como do Brasil como um todo.

Meu agradecimento ao Plenário, meu agradecimento ao Relator e aos Presidentes da Mesa.

Muito obrigado. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – O destaque pedido pelo Constituinte Jose Serra foi retirado.

**Destaque nº 7576-87 – Emenda nº ES-27383-3, do Sr. Darcy Pozza, que "dá, nova redação ao art. 278 do Substitutivo nº 1 (art. 239 do Substitutivo nº 2)".**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Passamos ao requerimento de preferência do Destaque nº 7576, de autoria do Constituinte Darcy Pozza.

Os que estão de acordo com a preferência queiram permanecer sentados. **(Pausa.)**

Preferência concedida.

Tem a palavra o Sr. Constituinte Darcy Pozza.

**O SR. CONSTITUINTE DARCY POZZA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o art. 239 do Substitutivo do Relator reza:

"As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, nos termos da lei."

A nossa emenda pretende apenas substituir "as universidades" por "as instituições de ensino superior", passando o artigo a ter o seguinte texto:

"As instituições de ensino superior gozam, nos termos da lei, de autonomia didático-científica, administrativa, econômica e financeira..."

Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, as faculdades isoladas, as fundações, estabelecimentos e cursos atualmente constituem 70% das entidades de ensino superior do País.

A expressão do constante do projeto discrimina essas instituições a desestimula o funcionamento e a criação de outras, principalmente no interior e nas pequenas cidades, por falta de recursos para atingirem a situação de universidade.

É evidente que não somos favoráveis a proliferação indiscriminada de cursos. Cabe, porém, ao poder público as autorizar, controlar, regular. Nossa emenda, na verdade, pretende dar isonomia às instituições de ensino superior que, hoje, representam dois terços das existentes no País.

Nossa proposta a simples e espero merecer a consideração do Relator e o parecer favorável, com o voto dos Srs. Constituintes.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Quería chamar a atenção da Comissão de Sistematização para

a importância do que vamos votar: o substitutivo se refere às universidades. A emenda do Constituinte Darcy Pozza se refere, no global, as instituições de ensino superior. Como sabemos, mais de 70% dessas instituições são faculdades isoladas. Então nem tudo que se aplica à universidade se aplica à faculdade isolada. E é preciso verificar quanto à prejudicialidade a partir do momento em que se examina uma matéria dessa natureza. Uma coisa é a universidade no seu conjunto, na sua integridade; outra coisa é uma escola isolada funcionando isoladamente.

Tem a palavra o Sr. Constituinte José Genuíno, para encaminhar contra.

**O SR. CONSTITUINTE JOSE GENUÍNO:** – Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes em primeiro lugar, esta observação do Presidente da Comissão de Sistematização está relacionada com o primeiro argumento para o qual gostaria de chamar a atenção desta Comissão: a diferença, e essa diferença é básica, é importantíssima, entre o conceito de universidade, sua dimensão, seu âmbito e o conceito de instituições de ensino superior, na medida em que a universidade está ligada diretamente ao sentido amplo de produzir conhecimento e saber. Há o conceito de instituições superiores de uma maneira diferente; é no sentido não abrangente, não amplo, como esse conceito de universidade que o Substitutivo do Relator garante, quando afirma:

"As universidades gozam de autonomia didática, científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, nos termos da lei."

Outro argumento que acho importante pela rejeição dessa emenda: há uma diferença importante entre gestão financeira – que é o que o Relator propõe, o que é correto, que é autonomia para gerir os recursos que a universidade recebe do Estado, recebe do poder público ela tem autonomia para gerir e administrar esses recursos, isso é fundamental – e autonomia econômica, que a emenda propõe. Então, essas instituições de ensino superior passariam a ter autonomia para gerar e produzir esses recursos, o que é um risco muito grande.

Por isso, Sr. Presidente, a emenda do nobre Constituinte Darcy Pozza tem dois inconvenientes fundamentais: de um lado, confunde, não ressalta, não destaca o papel da universidade, que estamos, aqui na tribuna, resgatando, votando pela manutenção do Substitutivo do Relator. Em segundo lugar, a questão da diferença básica entre autonomia para gerir aquilo que receba do poder público, e não ter autonomia para produzir, porque ter autonomia para produzir poderá criar riscos sérios para as universidades brasileiras para essas instituições no conceito amplo e profundo de universidade para produzir conhecimento e saber.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. **(Muito bem! Palmas)**

**O SR. CONSTITUINTE BONIFÁCIO DE ANDRADA:** – Sr. Presidente, peça a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Pela ordem, tem a palavra o Constituinte Bonifácio de Andrada.

**O SR. CONSTITUINTE BONIFÁCIO DE ANDRADA:** – Essa emenda – ao que nos parece não é substitutiva, ela é aditiva, porque a instituição de ensino superior não é, em muitas oportunidades, a universidade. De acordo com essa emenda poderia ocorrer que "as universidades e as instituições de ensino superior serão autônomas, na forma da lei".

Desejo defender a autonomia da universidade como uma coisa, e desejo defender a autonomia das instituições de ensino superior, como outra coisa. Quando a proposta fala "nos termos da lei" é para definir os tipos de autonomia, podemos dizer que haverá entidades mais autônomas e menos autônomas, segundo a lei.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – V. Ex.<sup>a</sup> poderia ter-se inscrito para falar a favor e não levantar uma questão de ordem, porque, na verdade, é um encaminhamento. Quanto à questão da qualificação da emenda, V. Ex.<sup>a</sup> não tem razão, porque ela foi apresentada subscrita pelo autor como emenda substitutiva do Capítulo, e V. Ex.<sup>a</sup> agora quer passar por cima do próprio autor da emenda, para considerá-la aditiva; se fosse aditiva, não estaria sendo votada agora.

Estamos votando, primeiro, a substitutiva, e V. Ex.<sup>a</sup>, como emérito conhecedor do Regimento, sabe que as substitutivas tem preferência sobre as aditivas. Seria, do ponto de vista racional – entendo –, mais conveniente que fosse como V. Ex.<sup>a</sup> sugere, mas ela está classificada como substitutiva. E é preciso lembrar que as faculdades isoladas não gozam de determinado tipo de identidade que se dá às universidades como um todo.

Então, há uma diferença muito grande; se esta emenda for agora aprovada, ela substituirá o **caput**, e onde se lê "universidade" vai-se ler "instituições", genericamente.

**O SR. CONSTITUINTE BONIFÁCIO DE ANDRADA:** – Pediria a V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Presidente, que me desse autorização de fazer um apelo ao autor, para considerar esta emenda "aditiva", porque "substitutiva" dificulta; como aditiva será perfeitamente aceitável e é uma contribuição muito modesta – no nosso entender ao debate universitário nesta Casa.

É o apelo que faço ao Constituinte Darcy Pozza para que considere a emenda como "aditiva".

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Se V. Ex.<sup>a</sup> considerá-la como "aditiva" e resolver substituí-la antes que fosse anunciada, já está errado; segundo, se considerar a emenda como "aditiva", não será votada agora. A precedência será das "substitutivas".

**O SR. CONSTITUINTE FRANCISCO DORNELLES:** – Sr. Presidente, tendo em vista a manifestação do Constituinte Bonifácio de Andrada, tenho condições de falar contra a emenda?

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A condição depende de V. Ex.<sup>a</sup>, porque, estando inscrito, V. Ex.<sup>a</sup> poderá usar ou não da palavra, conforme queira.

Antes de concluirmos, gostaria de saber se o autor da emenda a retira, para reclassificá-la como "aditiva" e discuti-la no momento oportuno. Poderia fazer isso.

**O SR. CONSTITUINTE DARCY POZZA:** – Sr. Presidente, visando aperfeiçoar o texto, realmente atendo a sugestão de V. Ex.<sup>a</sup> e vou encaminhá-la, então, posteriormente, como "aditiva".

**O PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A emenda fica retirada e a Mesa vai estudá-la como "aditiva", no momento oportuno.

Requerimento de preferência a ser votado em favor do Destaque nº 177, de autoria do Constituinte Jorge Hage.

Os Srs. Constituintes que o aprovam queiram permanecer sentados. **(Pausa)**

Aprovado.

**Destaque nº 177/87 do Sr. Jorge Hage – Emenda nº ES-32993-6, do Sr. Gumerindo Milhomem, "que substitui o art. 278 do Substitutivo nº 1 (art. 239 e § 2º do Substitutivo nº 2)". (476ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra o Constituinte Jorge Hage.

**O SR. CONSTITUINTE JORGE HAGE:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a emenda, que ora defendo e para a qual solicitei destaque, a resultante de entendimentos amplos, que envolvem um conjunto de Constituintes dos mais diversos Partidos.

Ela é subscrita pelo eminente Constituinte Gumerindo Milhomem, do Partido dos Trabalhadores. Contou com a colaboração e a participação de todos quantos aqui, nesta Casa, têm se dedicado aos assuntos da educação, na Assembléia Nacional Constituinte.

Conta ela com contribuições dos Constituintes Octavio Elísio, Hermes Zaneti, Sandra Cavalcanti, Pedro Canedo e inúmeros Srs. Constituintes, que me arrisco, até, a cometer a injustiça da omissão de alguns nomes.

A insistência nesta alteração do texto que aqui propomos, neste momento, Sr. Presidente – V. Ex.<sup>a</sup> há de compreender – resulta, também, do apelo que foi feito há poucos dias, aqui nesta Casa, por um significativo número de reitores das universidades brasileiras, pelas entidades ligadas à educação, particularmente à educação superior, particularmente à Andes – Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior – no sentido de que procurássemos aprimorar um pouco mais esse texto, que já é primoroso em tantos aspectos, no que se refere à educação, exatamente o que resultou do entendimento, da negociação e das soluções de compromisso.

Os pontos principais que preocuparam os reitores e as entidades da educação são os seguintes: "autonomia", na forma em que se encontra prevista no texto para as universidades, poderia vir a ser reduzida, relativizada ou condicionada por uma lei ordinária, uma vez que, ao final do **caput** do art. 239, há a expressão "nos termos da lei". Esta é a primeira coisa que pretendemos retirar com essa emenda do texto do projeto. Ficaria, então, o projeto redigido da seguinte maneira: "As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial", sem a expressão "nos termos da lei", que pudesse vir a permitir algum retrocesso, alguma qualificação, alguma redução da autonomia universitária, que é o primeiro, o fundamental e cardeal pressuposto no qual se há de edificar a organização do ensino superior universitário neste País.

Em Segundo lugar, a emenda procura repor aquilo que vinha sendo uma preocupação desde os trabalhos da subcomissão, que é a exigência de padrões mínimos de qualidade no ensino superior, e o faz no texto do parágrafo único da emenda, que está aqui proposto como § 2º do artigo, uma vez que preservamos o § 1º tal qual se encontra. E este § 2º passa a ter o seguinte teor:

"A educação superior far-se-á com observância do princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e da garantia de padrão de qualidade."

Retirada a palavra "unitário". **(Palmas)**

Durante o pronunciamento do Sr. Jorge Hage, o Sr. **Jarbas Passarinho**, Terceiro-Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. **Fernando Henrique Cardoso**, Quarto-Vice-Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Peço às galerias que não se manifestem porque o regulamento é estrito e não quem estar constrangido aqui a coibir a manifestação. Vou manter estritamente o Regimento.

Sr. Constituinte, peço a V. Ex.<sup>a</sup> que esclareça melhor porque a Mesa tem dúvida sobre o entendimento da sua emenda para submetê-la à votação. Antes de V. Ex.<sup>a</sup> se retirar da tribuna, leia como ficará a emenda.

**O SR. CONSTITUINTE JORGE HAGE:** – Pois não. Farei isso, Sr. Presidente, permitindo-me apenas esclarecer somente o terceiro ponto que foi reivindicado pelos reitores e pelas entidades, que foi a recolocação da expressão "extensão" após a "pesquisa", uma vez que como outro pressuposto fundamental do ensino universitário brasileiro, já incorporado à nossa legislação atual e na qual não poderíamos recuar, será a exigência da indissociabilidade não só do ensino e da pesquisa, mas também da extensão que havia, talvez por um lapso do Relator, sido omitida no texto atual. De sorte, Sr. Presidente, que mantido o § 1º do texto constitucional, uma vez que a emenda pretende substituir o caput e o § 2º, o texto seria o seguinte:

"As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial."

O § 1º continua sendo:

"As comunidades interessadas poderão participar do controle da gestão financeira e patrimonial das universidades, na forma da lei."

Não tocamos no § 1º.

O § 2º passa a ser redigido da seguinte forma:

"A educação superior far-se-á com a observância do princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e da garantia de padrão de qualidade."

Retirada apenas a palavra "unitário".

Este é o teor da emenda para a qual peço, neste momento, o apoio da Relatoria, do eminente Relator e da ilustre Relatora, Constituinte Sandra Cavalcanti, cuja contribuição para este artigo e para todo o capítulo, estará inscrita na nova Constituição brasileira. Muito obrigado.

**O SR. CONSTITUINTE BONIFÁCIO DE ANDRADA:**

– Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Tem a palavra o Constituinte Bonifácio de Andrada.

**O SR. CONSTITUINTE BONIFÁCIO DE ANDRADA:** – O ilustre Constituinte, embora tenha falado de relance, deixou a impressão de que, em relação à sua emenda, retira algumas palavras finais da mesma. Eu gostaria, então, que a Mesa informasse como ficará a emenda de S. Ex.<sup>a</sup> sem as palavras finais retiradas do texto, para consideração da Comissão.

**O SR. CONSTITUINTE JORGE HAGE:** – V. Ex.<sup>a</sup> me permite, Sr. Presidente?

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Pois não. Se V. Ex.<sup>a</sup> puder ler, melhor, facilite-me.

**O SR. CONSTITUINTE JORGE HAGE:** – No caput, o texto fica:

"As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira..."

Retirada a expressão "em relação ao Poder Público responsável pela sua manutenção ou as respectivas entidades mantenedoras", que foi retirada e mantida a expressão: "e patrimonial", que está no texto do Substitutivo.

No § 2º, novo, foi retirada apenas do texto da emenda a palavra "unitário."

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Perfeito. É isso.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Tem a palavra V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Sr. Presidente, a impressão que tenho é que, de acordo com as normas que temos seguido, o autor pode suprimir parte de sua emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Mas antes da votação.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Mas não pode acrescentar, Sr. Presidente.

S. Ex.<sup>a</sup> acresce uma palavra, que apesar de estar no texto do Relator, nada tem que ver. Ela não pode ser chamada para a emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Qual é a palavra, Sr. Constituinte?

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – É a palavra "patrimonial".

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Ela está no texto.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Ela está no texto, mas não está na emenda. E se a emenda é substitutiva, Sr. Presidente, S. Ex.<sup>a</sup> não pode recorrer, S. Ex.<sup>a</sup> não tem recursos a esta expressão.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Constituinte Jorge Hage, o Constituinte José Lins tem razão. Se a emenda é substitutiva, V. Ex.<sup>a</sup> não pode acrescentar uma palavra.

**O SR. CONSTITUINTE JORGE HAGE:** – O Substitutivo mantém o § 1º.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Sei que mantém. Mantém o § 1º (Pausa)

Pode, sim, S. Ex.<sup>a</sup> mantém o § 1º A expressão "patrimonial" é do § 1º, é do texto que foi mantido.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Do § 1º?

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – § 1º do art. 239.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Sr. Presidente, mas não pode modificar a emenda arranjando palavras seja onde for. Ela é substitutiva e S. Ex.<sup>a</sup> fez um acréscimo.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Pelo que estou entendendo, ela a substitutiva do caput e do § 2º, mantido o § 1º, que não a alterado.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – O que estou discutindo é apenas o acréscimo de palavras no texto da emenda que é substitutiva de parte ou do todo.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Essa adição no caput, não pode haver.

Sr. Constituinte, V. Ex.<sup>a</sup> me permite, mas a adição da palavra patrimonial no caput não ha como se fazer.

**O SR. CONSTITUINTE JORGE HAGE:** – Sr. Presidente, no momento em que apresentamos a emenda à Mesa, nós a apresentamos solicitando o aproveitamento no texto atual do parágrafo único e da expressão "e patrimonial", fazendo-se uma substituição parcial do texto.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Mas V. Ex.<sup>a</sup> poderia fazer isso no início do processo.

**O SR. CONSTITUINTE JORGE HAGE:** – Foi feito há dias. Está escrito aí.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Eu sei, eu tenho sobre a mesa aqui o requerimento de V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE JORGE HAGE:** – Está escrito aí, foi feito há dias, Sr. Presidente. Foi apresentado no

prazo devido. Quero esclarecer a V. Ex.<sup>a</sup> que foi bem anterior.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – A minha dúvida é regimental porque mesmo anteriormente, o que a Mesa está aceitando é que os autores, antes da votação, façam o que V. Ex.<sup>a</sup> fez, no sentido de riscar expressões, mas não acrescentar expressão.

**O SR. CONSTITUINTE JORGE HAGE:** – Mas aproveitando texto do substitutivo.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Deixa de ser substitutiva. V. Ex.<sup>a</sup> apresentou um substitutivo ao texto.

**O SR. CONSTITUINTE JORGE HAGE:** – Parcial, Sr. Presidente.

**O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO BRITTO:** – A Mesa classificou-a como substitutiva.

Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem para tentar colaborar com a Mesa.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Pois não.

**O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO BRITTO:** – Salvo melhor leitura e melhor juízo, o que está propondo o Constituinte Jorge Hage é que tomando como referência o texto do substitutivo do Relator Bernardo Cabral, no **caput**, mantenha-se absolutamente aquilo que está, excetuado a expressão final "nos termos da lei". Quer dizer, fica: "As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial".

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Isso pode.

**O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO BRITTO:** – No § 1º é mantido como está no substitutivo e no § 2º S. Ex.<sup>a</sup>, o nobre Constituinte Jorge Hage, o substitui por outro constante de sua emenda, com o que não há visivelmente o problema.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Pode. Realmente pode. Ela é modificativa.

**O SR. CONSTITUINTE FRANCISCO BENJAMIM:** – Sr. Presidente, na verdade desejando contribuir, a mim me parece que o fundamental da emenda é a substituição do § 1º e 2º transformando-o em parágrafo único porque, na realidade, não altera o **caput**, a não ser a exclusão "nos termos da lei". Então, o fundamental é isso. Acho que poderia se realizar um entendimento nestes termos e permanecer o **caput** e far-se-ia a votação somente do parágrafo proposto.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Ela não é substitutiva, é modificativa. A classificação é essa. Resta saber se pode ser votada agora.

Constituinte Jorge Hage, a emenda de V. Ex.<sup>a</sup> é modificativa.

**O SR. CONSTITUINTE JORGE HAGE:** – Realmente, ela é modificativa.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Sendo modificativa, ela procede. Entretanto, tem que se submeter à ordem de votação das emendas modificativas, e não substitutivas.

**O SR. CONSTITUINTE JORGE HAGE:** – Mas não há outra substitutiva!

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Se não houver ela mesma será submetida à votação.

Vou dar a palavra à Relatoria para que opine também sobre a matéria, antes de dar a palavra ao Constituinte Francisco Dornelles.

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – A experiência que se tem tido nesses casos talvez possa ajudar. Na verdade, o que está na planilha, não sei se escrito pelo próprio punho do Constituinte Jorge Hage, é que se mantém, é claro, o § 1º do Substitutivo nº 2 tal como está, íntegro e intocável. Este parágrafo único da emenda passa a ser substitutivo do § 2º, e a sua intenção é suprimir a expressão "nos termos da lei" do **caput** do art. 239. Acho que isso está muito bem caracterizado na planilha.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Para encaminhar contrariamente a emenda, tem a palavra o Constituinte Francisco Dornelles.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Sr. Presidente, não há mais nenhuma emenda substitutiva?

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Ela é modificativa e não há nenhuma substitutiva anterior.

**O SR. CONSTITUINTE FRANCISCO DORNELLES:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, este assunto foi amplamente debatido em várias ocasiões, inclusive com os vários Constituintes que participaram da negociação na Fundação João Pinheiro. É uma das emendas, é um dos textos que seguiu e que teve várias redações, e eu tinha a impressão, até, de que se tinha chegado a um consenso sobre ele.

Quando se estabelece que "as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial", no texto do ilustre Relator Bernardo Cabral, tem que ser inserida a expressão "nos termos da lei". A lei é que tem que dizer como vai ser essa autonomia, principalmente no campo da gestão financeira e patrimonial. Se não houver a expressão "nos termos da lei", é uma autonomia ampla, irrestrita, é uma autonomia sem nenhum controle da sociedade sobre esse parâmetro.

De modo que eu queria manifestar ao ilustre Constituinte Jorge Hage, que esse termo, essa manutenção da expressão "nos termos da lei" é fundamental, para que a sociedade controle a própria autonomia.

Não tenho nenhuma objeção em relação ao parágrafo proposto pelo ilustre Constituinte. Eu não sei se é possível aprovarmos o parágrafo, mantendo o **caput** como está. Mas eu quero me manifestar contrário à modificação introduzida no **caput**, porque eu acho fundamental, para que haja o controle da sociedade, que a autonomia financeira e patrimonial seja feita nos termos da lei.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Tem a palavra o nobre Relator para opinar.

**O SR. CONSTITUINTE ERALDO TINOCO:** – Sr. Presidente, eu estou inscrito para encaminhar favoravelmente à emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Eu sei que V. Ex.<sup>a</sup> está inscrito, mas nós estamos adotando a regra de apenas um Sr. Constituinte encaminhar a favor e um Sr. Constituinte encaminhar contrariamente.

**O SR. CONSTITUINTE ERALDO TINOCO:** – Mas há dois Srs. Constituintes inscritos para falar a favor e dois para falar contrariamente. Essa é uma matéria relevante em que eu acho que tem que ser analisada profundamente.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Se V. Ex.<sup>as</sup> insistirem eu cederei pela relevância da matéria, mas eu faço um apelo a V. Ex.<sup>as</sup>...

**O SR. CONSTITUINTE ERALDO TINOCO:** – Eu acho que para o esclarecimento da matéria é importante, isso é uma matéria relevante.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Só que eu vou fazer um apelo a V. Ex.<sup>as</sup>, que falem brevemente, por uma razão simples, nós temos uma enorme

quantidade de matérias que se nós não votarmos hoje serão prejudicadas, inclusive a questão relativa ao problema indígena que muitos Srs. Constituintes têm interesse. De modo que se nós levarmos para cada destaque uma hora, nós estamos prejudicando os nossos companheiros.

**O SR. CONSTITUINTE OCTÁVIO ELÍSIO:** – Sr. Presidente, para uma questão de ordem!

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Pois não.

**O SR. CONSTITUINTE OCTÁVIO ELÍSIO:** – É apenas para um esclarecimento, dentro dos critérios estabelecidos por V. Ex.<sup>a</sup>.

O Constituinte Francisco Dornelles, tem razão quando diz que esse assunto foi objeto de uma longa discussão entre nós, e eu faço parte dos Constituintes que com S. Ex.<sup>a</sup> e a Constituinte Sandra Cavalcanti acertamos o texto que hoje faz parte do Substitutivo. Entretanto os reitores reunidos no CRUB – Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras – e inclusive indo ao ex-Ministro Jorge Bonhausen, manifestaram a preocupação com a possível restrição que o termo "nos termos da lei" possa estabelecer à autonomia didático-científica, etc. e nos solicitaram, os reitores reunidos aqui na terça-feira passada, que lutássemos por esta emenda em modificação parcial ao artigo existente.

Então a razão é simplesmente esta: o que se pretende, de fato, é não permitir a restrição, por lei, da autonomia didático-científica que as universidades hoje já possuem,

**O SR. CONSTITUINTE FRANCISCO DORNELLES:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Pois não.

**O SR. CONSTITUINTE FRANCISCO DORNELLES:** – Sr. Presidente, eu queria falar porque o meu nome foi mencionado. Realmente esse assunto foi debatido e se chegou a um acordo. Os reitores querem tirar a expressão "nos termos da lei" porque todo mundo quer ter autonomia de gestão patrimonial e financeira sem qualquer limite, sem regulamentação. Todos querem, todos desejam. Nós damos autonomia, nós reconhecemos, mas tem que haver uma regulamentação. Porque os reitores querem, os donos de hospitais querem; todos os setores querem autonomia sem qualquer regulamentação, e ninguém mais vai fazer administração financeira e econômica neste País.

Era o que eu queria dizer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Tem a palavra o Constituinte Eraldo Tinoco.

**O SR. CONSTITUINTE ERALDO TINOCO:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, tenho tido o privilégio de, durante toda a minha vida profissional, ter dedicado a maior parcela da minha formação universitária em administração pública, precisamente em administração da educação. Tive o privilégio de percorrer um longo caminho, desde Assessor de Orçamento de uma Universidade Federal, Assessor da Secretaria Estadual de Educação, Diretor no Ministério da Educação, Secretário de Educação no meu Estado, e isto naturalmente permitiu que, mesmo sem ser um profissional da área de educação, ter tido a possibilidade de me debruçar sobre os principais problemas da administração da educação deste País.

Nesta emenda, que tenho o privilégio de defender neste momento, temos dois aspectos de fundamental importância: o primeiro diz respeito a esta autonomia. Sei que muitos companheiros fazem restrições à retirada da expressão "nos termos da lei". Mas, efetivamente, Sr. Presidente, a retirada desta expressão não significa que as

universidades tenham que ser geridas à margem da lei. O que temos de garantir é que este princípio não fique dependendo de regulamentações que às vezes nunca ocorrem, como aconteceu em relação às autarquias universitárias.

A Constituição atual menciona que as universidades federais são autarquias especiais. Ocorre, entretanto, que esta regulamentação do que seja autarquia especial somente nos últimos anos, foi regulamentada.

Fui Diretor do Departamento de Pessoal do Ministério da Educação e – pasmem V. Ex.<sup>as</sup> – a simples substituição de um datilógrafo, numa universidade federal, dependia de uma autorização do famigerado DASP.

Ora, Srs. Constituintes, é evidente que uma universidade, pelo seu dinamismo, pelas suas características, pela necessidade da sua ação pronta, não pode estar submetida a limitações desta ordem.

Com relação ao parágrafo, vejamos que aqui é incluído um princípio fundamental que não está no texto do eminente Relator, o problema da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão. É óbvio que essa norma não se aplica a uma escola isolada, não tem sequer condições, muitas vezes, de executar atividade de extensão. Em se tratando de uma universidade, a inter-relação que deve ter a universidade com o meio social onde está inserida, não podemos deixar de registrar que essa indissociabilidade se aplica ao ensino, à pesquisa e à extensão.

Portanto, Sr. Presidente, além de ressaltar a necessidade da garantia de um padrão de qualidade, uma vez que a qualidade do ensino é objetivo que todos os educadores devem buscar, defendemos a aprovação desta emenda, porque amplia o conceito que está no projeto do Relator Bernardo Cabral, dando melhor condição às universidades para que atinjam os seus objetivos precípuos – o ensino universitário capaz de alavancar o progresso e o desenvolvimento do nosso País. **(Muito bem! Palmas)**

**O SR. CONSTITUINTE ALOYSIO CHAVES:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Tem a palavra o Constituinte Aloysio Chaves, para uma questão de ordem.

**O SR. CONSTITUINTE ALOYSIO CHAVES:** – Sr. Presidente, percebi claramente na informação de V. Ex.<sup>a</sup> que esta emenda passa a ser modificativa e não substitutiva.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – É verdade

**O SR. CONSTITUINTE ALOYSIO CHAVES:** – E apreciada imediatamente pela precedência que tem relação às demais...

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Exato.

**O SR. CONSTITUINTE ALOYSIO CHAVES:** – ... de vez que não há, no elenco apresentado à Mesa, nenhuma outra emenda substitutiva. Nesta hipótese, Sr. Presidente, desejo manifestar a minha plena concordância com a emenda.

Trata-se de matéria de fundamental importância sobre a qual não posso deixar de manifestar claramente a minha opinião, não só na condição de Constituinte como na de Reitor e Educador que fui ao longo de trinta anos. A autonomia é fundamental à universidade. É o cerne, é a vida da instituição. **(Palmas)** No Brasil, e fora dele, este é um ponto inquestionável e me admira que aqui, neste País, onde já se avançou até à Lei da Reforma Universitária, a Lei nº 5.540, para assegurar a autonomia, agora se pretenda limitá-la e restringi-la na Constituição. Como também não se concebe que um princípio que já está consagrado, que é pacífico na legislação brasileira, da indissociabilidade do ensino, da pesquisa, da extensão, tenha seu

abrigo recusado na Constituição, quando está no cerne da instituição universitária.

Sr. Presidente, por tudo isso, estou de pleno acordo com a emenda apresentada. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**  
– Com a palavra o Relator.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**  
– Pois não, nobre Constituinte.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, nos termos regimentais, as emendas supressivas se antecipam à colocação do Plenário. Estamos votando o art. 239, parágrafos, e mais a inclusão de um parágrafo único.

Ora, Sr. Presidente, com a emenda modificativa não vamos atingir o § 1º, e V. Ex.<sup>a</sup> – talvez por um equívoco – não colocou em votação a emenda supressiva do Constituinte Agripino de Oliveira Lima, que é ao art. 239, § 1º.

Salvo melhor juízo, deveríamos votar, nos termos regimentais, esta emenda, para depois, então, discutir e votar a emenda modificativa do Constituinte Jorge Hage, que atinge também o § 1º.

**O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO BRITTO:** – Sr. Presidente, para contraditar. **(Assentimento da Presidência)**

A tese do Constituinte Gerson Peres é correta; pena que não se aplique ao caso, porque a emenda do Constituinte Jorge Hage não trabalha sobre o § 1º.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**  
– Por esta razão é que foi colocada em votação.

Tem a palavra o Constituinte Paes Landim, para falar contra.

**O SR. CONSTITUINTE PAES LANDIM:** – Sr. Presidente, o nobre Constituinte Francisco Dornelles já disse aqui muito bem das razões que levam a remeter para a lei a definição de um assunto da maior importância – gestão financeira de recursos públicos do contribuinte por parte das universidades brasileiras.

Congresso Nacional, depois da sua atividade legislativa, não pode abrir mão de ter o controle, em nome da sociedade, da gestão financeira da aplicação dos recursos das escolas públicas pagas com o dinheiro dos contribuintes. Até porque não tem sido por falta de recursos públicos que as nossas universidades têm tido problemas.

O grande educador brasileiro Lauro de Oliveira Lima, que foi cassado pela Revolução de 1964, mostra, em seu livro "O Impasse da Educação", que o Brasil tem, depois dos Estados Unidos, o maior índice **per capita**, em dólares, de investimentos nas universidades, enquanto, no ensino primário, ele ganha apenas do Haiti, do Paraguai e de alguns poucos países em investimentos.

Sr. Presidente, sabemos que as universidades, sobretudo as fundações, têm gerado empreguismo desmedido, criando salários de verdadeiros marajás no setor técnico da administração. Há poucos dias, o **Jornal do Brasil** provou que numa universidade do Nordeste um mero técnico, um administrador da Universidade – não era um professor, Sr. Presidente – recebia cerca de 280 mil cruzados. Portanto, Sr. Presidente, tem havido desperdício de recursos das universidades. É preciso que haja uma agência central, um verdadeiro **pré-trust** governamental para que possa melhor administrar esses recursos, evitar que as universidades sejam o reduto das oligarquias dos Estados ao criarem empregos desnecessários e descuidando da pesquisa e do ensino.

Portanto, Sr. Presidente, remeter para a lei é o melhor caminho para que o Congresso Nacional possa depois

melhor refletir, até porque, se os recursos são orçamentários, não há razão nenhuma para que as universidades possam gerir os recursos públicos a seu talante, sobretudo. Vejamos o paradoxo: as fundações universitárias, que são a maioria delas, que pertencem ao Governo mantidas pela União vivem alienando o patrimônio criando empregos. No momento em que elas mantidas pela União possam gerir autonomicamente os seus recursos, evidentemente estarão ferindo o princípio legal de que à entidade mantenedora incumbe zelar e administrar todo patrimônio das fundações.

Não há cabimento, Sr. Presidente, para a emenda do nobre Constituinte Jorge Hage. O texto deve ser mantido, porque corresponde melhor às necessidades das universidades brasileiras.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**  
– Tem a palavra o nobre Relator, para opinar.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**  
– Tem a palavra o Constituinte Gerson Peres, para uma questão de ordem.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, não me conformo com o procedimento administrativo da pauta, porque fere o Regimento.

Art. 22 do Regimento da Comissão de Sistematização: "A preferência na votação de emenda obedecerá à seguinte ordem: supressivas; substitutivas; modificativas e aditivas.

As emendas com parecer contrário serão votadas em grupo."

Pois bem, a pauta do trabalho, não sei por que conveniência, não está obedecendo o Regimento.

Então, peço a V. Ex.<sup>a</sup>, chamando à ordem numa questão de ordem, faça cumprir o Regimento. O Regimento não fala sobre a natureza formal da emenda, e sim sobre o seu timbre. Ela é substitutiva, ela é supressiva, ela tem que entrar na pauta na ordem, como primeira. Se é substitutiva, tem que ser votada primeiro, quando se tratar daquele artigo, não importa parágrafo, não importa incisos ou itens.

Conseqüentemente, peço a compreensão de V. Ex.<sup>a</sup> para que se cumpra o Regimento para que, mais adiante, não nos atoplemos pelos interesses e pelas conveniências das votações, porque, para a matéria redacional de uma emenda modificativa aprovada aqui, amanhã aparecerá uma supressiva posterior que possa atingir o conteúdo...

**A Sr.<sup>a</sup> CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES:** – Mas isto é uma obstrução!

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**  
– Sr. Constituinte...

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Peço a compreensão de V. Ex.<sup>a</sup>; estou levantando uma questão de ordem, meu modo de falar é assim. Se o modo de eu falar incomoda os ouvidos de S. Ex.<sup>a</sup>, peço que me receba como Deus me fez.

Quero, apenas, Sr. Presidente, que V. Ex.<sup>a</sup> observe que a minha questão de ordem não está como o Assessor ou a Assessoria da Mesa colocou a V. Ex.<sup>a</sup>. A ordem dos trabalhos tem que seguir a seqüência regimental e peço o cumprimento do Regimento.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**  
– Nobre Constituinte, V. Ex.<sup>a</sup> será atendido a respeito desta matéria. Peguei "o bonde andando", já estava em discussão esta emenda. Esta é a razão pela qual não posso modificar o sistema.



Tem a palavra o nobre Relator, para opinar.

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – Irá falar pela Relatoria a Professora e Deputada Sandra Cavalcanti.

**A SR.<sup>a</sup> RELATORA (Sandra Cavalcanti):** – Sras. e Srs. Constituintes, o art. 239 compõe um conjunto, e é em conjunto que ele precisa ser entendido. Quando o art. 239 estabelece que “as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, nos termos da lei”, no § 1º ele já estabelece um princípio que permite a fiscalização, pelas comunidades interessadas, do que vai ser essa autonomia, já há, portanto, não uma limitação em termos formais, há uma participação da comunidade para poder acompanhar o que vai ser essa gestão financeira. E mais, para que o Brasil procure levar o seu ensino superior não ao nível de instituições isoladas, escolas superiores, perdidas às vezes no meio de uma comunidade, sem uma inserção maior naquilo que é a grande tarefa da universidade, que é a de carregar consigo o progresso do País, porque é na universidade que nasce o progresso de um país, é fundamental que o § 2º possa continuar atrelado a este **caput**. Então, temos:

“O ensino superior nas universidades se fará com observância ao princípio da indissociabilidade entre ensino-pesquisa.”

De fato, ficou faltando a palavra “extensão”, que é hoje o carro-chefe de quem pensa em ter tecnologia, de quem pensa em ter autonomia tecnológica, de quem pensa até em buscar soberania para o País, em termos de progresso.

Então, o texto, a nosso ver, arrancado depois de muitas e muitas discussões, de que participaram os Constituintes, os professores, educadores, pesquisadores de todos os Partidos, já correspondia ao que se queria.

Essa emenda apresentada pelo Constituinte Jorge Hage, como diz tão bem o Constituinte Eraldo Tinoco, aperfeiçoa um pouco mais o texto, trazendo no bojo esta palavra “extensão” para o § 2º, corrige o que foi, de fato, uma omissão na hora em que fizemos a nossa redação final.

De modo que, sem sair de um grande acordo que firmamos aqui nesta temporada, que é o de tentar manter o texto do Capítulo III tal como está no Substitutivo Cabral II, a Relatoria vê com muito bons olhos essa emenda do Constituinte Jorge Hage, que, na verdade, ao propor a supressão da expressão “nos termos da lei”, não muda, a nosso ver, quase nada. Se foi este o pedido dos Reitores, parece-me que os magníficos estão esquecidos de que vai ser obrigatório, em seguida à promulgação da Constituição, o trabalho de legislar sobre as Diretrizes e Bases da Educação brasileira. Portanto, vai haver lei de qualquer maneira, mas não se perder a emenda, para que possa adicionar ao § 2º a palavra “extensão” que vai dar apoio aos nossos cursos de pós-graduação, aos cursos de mestrado, aos doutorados, às pesquisas e às teses, que são a essência da vida universitária.

É favorável a opinião da Relatoria.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Tem a palavra, pela ordem, o Constituinte José Lins.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Agora a Relatoria me confundiu todo. Fiquei realmente perplexo.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Constituinte, se fosse por perplexidade, o Presidente seria o primeiro a ficar perplexo com muitas coisas.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – V. Ex.<sup>a</sup> vai ter que me esclarecer, porque vou ter que votar conscientemente, Sr. Presidente. Isto é fundamental.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Qual é a dúvida de V. Ex.<sup>a</sup>?

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Diz a Relatora que, apesar de não suprimirmos a expressão “nos termos da lei” – não sei porque se tem medo de lei – a fiscalização vai ser feita pela comunidade. Isto significa, Sr. Presidente, que a Relatora se baseia no § 1º que diz:

“§ 1º As comunidades interessadas poderão participar do controle da gestão financeira.”

Mais ainda, Sr. Presidente, a Relatoria dá a impressão e me parece justo que ela tenha realmente esclarecido isto que é fundamental – que, neste caso, as universidades públicas estarão isentas do cumprimento do art. 80, que diz:

“A fiscalização financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União, quanto aos aspectos de legalidade, legitimidade e eficácia, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo e pelo sistema de controle interno do Poder Legislativo.”

Ora, V. Ex.<sup>a</sup> há de convir que, nestas condições, se é a comunidade quem vai fazer a fiscalização financeira, então, estaremos realmente diante de um problema muito sério.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – A Mesa vai esclarecer.

Primeiro, não aceitará questões de ordem que não sejam baseadas no Regimento. Segundo, vamos tentar seguir estritamente para que fale um a favor e outro contra. Por que razão? A Mesa vai explicar por que razão. É em nome da democracia, é para permitir que os vários temas que estão sobre a mesa sejam discutidos e não que alguns poucos privilegiados ocupem a tribuna sem parar. Serei estrito no cumprimento da decisão regimental e não vou aceitar qualquer outra argumentação.

**O SR. CONSTITUINTE ERALDO TINOCO:** – Sr. Presidente, tenho sido um dos mais assíduos desta Comissão e tenho sido daqueles que mais têm colaborado. Neste assunto da educação, para o qual me reservei para falar, não abrirei mão da minha inscrição.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – V. Ex.<sup>a</sup> não vai abrir mão quando for o primeiro. Quando for o segundo, não haverá inscrições.

**O SR. CONSTITUINTE ALUÍZIO CAMPOS:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Sr. Constituinte Aluizio Campos, qual é a questão de ordem de V. Ex.<sup>a</sup>? Estamos em processo de votação.

**O SR. CONSTITUINTE ALUÍZIO CAMPOS:** – É para esclarecer melhor o entendimento do Plenário.

Depois de ouvir o pronunciamento da Relatoria, entendi que ela admite a emenda no que concerne ao acréscimo da palavra “extensão”. Aí, faria um apelo ao Constituinte Jorge Hage, para que a sua emenda se restringisse ao § 2º

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Sr. Constituinte Aluizio Campos, V. Ex.<sup>a</sup> é Vice-Presidente desta Comissão e, sabe que esta Mesa não pode conceder que se faça alteração no texto depois que ele tenha sido apresentado à votação.

De modo que está em votação, com o parecer favorável da Relatoria.

Em votação.

**(Procede-se à votação)**

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Almir Gabriel, Antônio Britto, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Carlos Mosconi,

Carlos Sant'Anna, Celso Dourado, Cid Carvalho, Cristina Tavares, Egídio Ferreira Lima, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, Ibsen Pinheiro, João Calmon, João Herrmann Neto, José Fogaça, José Paulo Bisol, José Richa, José Ulisses de Oliveira, Manoel Moreira, Nelson Carneiro, Nelson Friedrich, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Rodrigues Palma, Sigmaringa Seixas, Chagas Rodrigues, Délio Braz, João Agripino, Jorge Hage, José Costa, José Tavares, Márcio Braga, Marcos Lima, Nelson Wedekin, Octávio Elísio, Roberto Brant, Uldurico Pinto, Vicente Bogo, Vilson Souza, Ziza Valadares, Alcení Guerra, Aloysio Chaves, Carlos Chiarelli, Eraldo Tinoco, Francisco Benjamim, José Jorge, Mário Assad, Paulo Pimentel, Sandra Cavalcanti, Annibal Barcellos, Jonas Pinheiro, Mozarildo Cavalcanti, Antônio Carlos Konder Reis, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia, Virgílio Távora, Brandão Monteiro, José Maurício, Carlos Alberto Caó, Francisco Rossi, Joaquim Bevilacqua, Sólton Borges dos Reis, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Adolfo Oliveira, Lidice da Mata, Roberto Freire e Jamil Haddad. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Aluizio Campos, Theodoro Mendes, Arnaldo Prieto, Francisco Dornelles, Inocêncio Oliveira, José Lins, Luís Eduardo, Oscar Corrêa, Ricardo Fiúza, Paes Landim, Gerson Peres, Siqueira Campos e Antonio Farias. **ABSTENÇÃO** dos seguintes Senhores Constituintes: Fernando Henrique Cardoso, Jofran Freajt, Valmir Campelo e Darcy Pozza.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**  
– A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 74 Constituintes, votaram NÃO 13 Constituintes; abstiveram-se de votar 4 Constituintes. Total: 91 votos. O Destaque foi **aprovado**.

**Destaque nº 7499/87, do Sr. Agripino de Oliveira Lima, "que suprime o art. 239, § 1º do Substitutivo nº 2". (477.<sup>a</sup> votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**  
– Passamos, agora, ao Destaque nº 7499, de autoria do Sr. Constituinte Agripino de Oliveira Lima, referente à emenda supressiva do § 1º do art. 239.

Os Srs. Constituintes que o aprovam queiram permanecer sentados. **(Pausa)**

Aprovado.

Tem a palavra o Constituinte Agripino de Oliveira Lima, para fazer a defesa de sua emenda.

**O SR. CONSTITUINTE AGRIPINO DE OLIVEIRA LIMA:** – Sr. Presidente, indico o Constituinte José Maria Eymael para fazer a defesa da minha emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**  
– Tem a palavra o Constituinte José Maria Eymael, por indicação do Constituinte Agripino de Oliveira Lima.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ MARIA EYMAEL:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, atendendo a uma prerrogativa histórica das universidades, acabamos, por maioria esmagadora, de reafirmar o princípio da autonomia universitária, um princípio que nasceu em Alexandria, Atenas, passou por Bolonha, Saleno e Coimbra.

Foi ela, ainda, de forma pálida, assinalada na reforma de Francisco Campos, em 1931, reafirmada em 1968, e temos agora, na Assembléia Nacional Constituinte, nesta sessão histórica, confirmada na plenitude a autonomia universitária. Todavia, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, essa autonomia resta ameaçada, através do que dispõe o § 1º do art. 239, que diz:

“As comunidades interessadas poderão participar do controle da gestão financeira e patrimonial das universidades, na forma da lei.”

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a interpretação do texto constitucional não pode ser realizada de forma isolada. A interpretação do texto constitucional – e esta

é a norma básica da hermenêutica – há que ser feita de forma integrada. Desta maneira, Sr. Presidente, quando se fala, quando se lê:

“As comunidades interessadas poderão participar do controle da gestão financeira e patrimonial das universidades, na forma da lei.”

O que se está assinalando – e isto é fundamental – não é que a lei vai estabelecer as comunidades interessadas, mas a forma de as comunidades interessadas participarem.

Então, aqui fica a pergunta: quais são as comunidades interessadas? Não são as que estão referidas no inciso I do art. 233, onde consta que haverá participação na gestão do ensino dos docentes, dos alunos, dos funcionários e dos representantes da comunidade, porque, se fosse este o espírito, seria redundante este inciso. Não, Sr. Presidente, o que se descerra com este parágrafo é uma porta infinitamente aberta a qualquer tipo de comunidade que se julgue interessada. É lícito perguntar, Sr. Presidente, se nestas comunidades interessadas não estarão, por exemplo, as entidades mantenedoras, os órgãos de segurança nacional, os ministérios ligados à área, os fornecedores de equipamentos. Desfigura-se, contradiz-se, com este parágrafo, o princípio nuclear básico da autonomia universitária.

Volto a enfatizar, Sr. Presidente, porque este aspecto é da maior relevância. O § 1º que se pretende suprimir, quando fala na lei, apenas indica que a lei vai disciplinar a forma de participação das comunidades interessadas, mas não explicita que a lei poderá enunciar estas comunidades.

Portanto, pelo texto constitucional, qualquer comunidade que consiga provar interesse material com relação à universidade, poderá ter interferência, desfigurando, amargurando, aquebrantando o princípio da universidade quanto à autonomia.

Sr. Presidente, coerente com o que a Assembléia Nacional Constituinte acabou de aprovar, estabelecendo o princípio sagrado da autonomia universitária, fazendo jus a toda a história do processo universitário do mundo, peço, Sr. Presidente, aos ilustres Constituintes que nos acompanham nesta jornada, que reafirmem o princípio da autonomia universitária, revogando este abusivo § 1º

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**  
– Para encaminhar contra, tem a palavra o Constituinte Gerson Peres.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, vimos, ouvimos e presenciamos, há poucos momentos, este Plenário seletivo aqui retirar a lei da fiscalização no que diz respeito à gestão financeira das universidades.

Não me convenceram os argumentos, porque só a lei é a suprema força capaz de fiscalizar todos os órgãos que lidam com os recursos públicos. A universidade não é um corpo estranho à recepção do dinheiro público. Ela recebe o dinheiro do contribuinte para gerir a sua administração no campo didático, no campo científico, em todos os setores administrativos. Conseqüentemente, as universidades, embora autônomas – embora autônomas, repito – têm que ficar sob o controle supremo da lei. Não quiseram os meus nobres colegas, há poucos instantes, aceitar essa argumentação. Partiram para a autonomia absoluta, que é inexequível, é impraticável. E agora querem tirar o princípio controlador e moralizador que está inserido no texto do projeto Cabral. O Substitutivo Bernardo Cabral, perdendo o primeiro **round**, talvez até previse isto, com a sua experiência de advogado, e prevendo ser derrotado no primeiro **round**, seguiu a lei no segundo, porque só a lei é que tem a suprema força de subverter os gestores financeiros aos rigores da moralização

no trato dos negócios públicos. Estranhos argumentos do meu eminente colega que me antecedeu nesta tribuna, invocando apenas a história da autonomia, mas esqueceu que a Universidade de Coimbra como aquelas outras que aqui foram citadas geram seus negócios na forma da lei.

O Constituinte Bernardo Cabral foi muito feliz em segurar os dois pólos.

Se a lei, pelo poder público, não pode controlar a gestão financeira, que o façam agora as comunidades, nos termos da lei.

E eu apelaria aos colegas que prestassem bem atenção para o que eu vou ler.

O § 1º do art. 239 diz:

"As comunidades interessadas poderão participar do controle da gestão financeira e patrimonial das universidades, na forma da lei."

Retirar isto é cometer um pecado mortal contra o controle que deve existir. Já que o Estado não pode fazer sobre as universidades que o façam as comunidades interessadas, dentro da lei.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Srs. Constituintes, espero que V. Ex.<sup>as</sup> estejam suficientemente esclarecidos sobre os argumentos apresentados. Não quero constrangê-los, mas faria um apelo para que aqueles que estão inscritos abdicassem de falar. É muito clara a matéria. Não creio que as posições mudem pelas palavras. Entretanto, para não ser acossado de estar atropelando a decisão soberana da Casa, consulto ao Plenário se algum. Sr. Constituinte quer manifestar-se.

**O SR. CONSTITUINTE ERALDO TINOCO:** – Desejo falar, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Então, lhe faço um apelo: seja breve, em benefício do próprio argumento de V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. CONSTITUINTE ERALDO TINOCO:** – Sr. Presidente, com todo o espírito colaborativo que tenho demonstrado nesta Comissão, pretendo ser breve na minha argumentação, de sorte a não prejudicar o andamento dos trabalhos.

Sr. Presidente e Srs. Constituintes, o § 1º do art. 239 diz:

"§ 1º As comunidades interessadas poderão participar do controle da gestão financeira e patrimonial das universidades, na forma da lei."

Sr. Presidente, este princípio já está consagrado no texto constitucional. O art. 233 parágrafo único, inciso I, tratando, naturalmente, dos princípios gerais da educação, diz o seguinte:

"Democratização do acesso e permanência na escola e gestão democrática do ensino, com participação de docentes, alunos, funcionários e representantes da comunidade."

Sr. Presidente, todas as universidades, quer oficiais, quer particulares, têm um mecanismo controlador que é o seu Conselho Curador. Também as universidades oficiais, mesmo com a aprovação da emenda há pouco votada, não estão liberadas do cumprimento da lei. Nenhuma universidade poderá deixar de prestar contas ao Tribunal de Contas da União. Por quê? Porque qualquer instituição que receba recursos orçamentários, mesmo que entidade privada, está submetida ao controle das contas, tanto controle interno do seu mecanismo e aí está o Conselho de Curadores, quanto controle externo, no caso o Tribunal de Contas para qualquer instituição que receba recursos públicos.

Sr. Presidente, colocar na Constituição Federal um dispositivo que obrigue, como está nesse parágrafo único, que as comunidades poderão participar do controle, da estão financeira e patrimonial das universidades – e vejam aqui, que não há no texto qualquer discriminação se universidades oficiais ou particulares – isso significa que qualquer cidadão brasileiro que deseje investir no ensino privado, nas características que estão nesta Constituição, ou seja, sem nenhuma participação de recursos públicos, estaria, por este parecer, submetido a um controle externo de quem, muitas vezes, não tem nenhuma vinculação com a instituição.

Os mecanismos de controle já existem, mas não neste § 1º, motivos pelo qual peço o apoio dos companheiros para a sua supressão, conforme a emenda aqui discutida.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Tem a palavra, se o assim desejar, a Constituinte Abigail Feitosa.

**A SRA. CONSTITUINTE ABIGAIL FEITOSA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, estamos tentando construir um tempo novo no País. Considero importantíssimo que isso fique inscrito na Constituição, para marcar que tem que ter participação da comunidade. E inclusive os Conselhos Universitários têm que avançar; não ter só representantes das classes patronais, tem que ter representantes dos trabalhadores, tem que ter representantes das entidades mais ligadas ao povo que necessita de apoio.

Sr. Presidente, no momento em que nós estamos querendo construir um instante mais democrático no País, penso que a Universidade tem que ter no seu Conselho ampliação de forças dos professores, dos representantes dos estudantes, para podermos construir uma democracia mais sólida no País.

Voto, e peço o apoio de todos os Constituintes, para que seja mantido o texto que aí está.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Agradecendo à Constituinte Abigail Feitosa a brevidade da exposição, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Relatora, para que opine.

**A SRA. RELATORA (Sandra Cavalcanti)** – Sr. Presidente, o texto abre uma perspectiva inteiramente nova para a comunidade brasileira, em termos de vinculação das comunidades às suas universidades. É, mais uma vez, uma tentativa de integrar, cada vez mais o trabalho universitário, o objetivo universitário, os alvos universitários aos objetivos e aos alvos da comunidade onde a universidade está inserida.

O brasileiro vai ter oportunidade de poder, que lhe é facultada pela primeira vez nesta oportunidade rara de tentar saber por que a qualidade de ensino numa determinada universidade caiu tanto? Por que as verbas que chegam, do Governo Federal, aplicadas, muitas vezes, em projetos supérfluos, desnecessários, suntuários? Por que, nas próprias universidades oficiais, se joga fora, de maneira displicente, o suado dinheiro do contribuinte?

Este parágrafo não tem um alvo certo para a escola particular ou para a escola pública. O alvo deste parágrafo é a melhoria da qualidade do ensino em todas as universidades e, por isso, ele não tem nenhum adjetivo. São as universidades que passam a poder ser vigiadas, fiscalizadas no melhor sentido, como uma imensa contribuição que a comunidade pode dar para esses trabalhos. Não vejo a coisa por esse lado. Para vigiar as verbas oficiais, para saber se as contas estão certas, temos a Seção IX, no art. 80, da Fiscalização Financeira, Orçamentária Operacional e Patrimonial, onde tudo já está regulamentado na forma da lei. Até por isso é que não teve qualquer importância retirar a expressão "na forma da lei" do parágrafo anterior, porque a lei já está aqui, onde se diz que:

"Prestará contas qualquer pessoa física ou entidade pública que utilize, arrecade, guarde, ge-

rencia ou, por qualquer forma, administre dinheiros, bens e valores públicos, ou pelos quais a União responda, ou, ainda, que em nome desta assuma obrigações de natureza pecuniária".

Todos os setores da vida brasileira que gozam de autonomia precisam ter o contrapeso de uma fiscalização. Fomos capazes, aqui, de estabelecer um Conselho para a Magistratura. Por que a comunidade, nessa altura, não pode saber como são gastos os recursos públicos que se dirigem às universidades de um modo geral? Principalmente se levamos em conta que mais de 80% dos recursos públicos, a nível superior, são endereçados para escolas públicas que precisam, nesta altura, responder, não apenas com uma simples prestação de contas, mas com uma enorme melhoria na qualidade de ensino por esta imensa responsabilidade que pesa sobre o bolso dos consumidores.

Peço, por isso, aos nobres colegas que mantenham o texto que é um grande avanço em termos de participação da comunidade brasileira na fiscalização dos destinos da sua contribuição, do seu imposto, das suas taxas, dos seus pagamentos, coisas que até hoje não tínhamos e não tivemos e talvez por isso estejamos assistindo, ainda, a um período em que a nossa universidade não consegue ser o que ela poderia ser na vida de toda a sociedade brasileira.

O parecer da Relatoria é contrária à supressão do § 1º e contrário à emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Com o parecer contrário da Relatoria, passamos à votação.

Antes de iniciar o processo de votação a Presidência comunica aos Srs. Constituintes que se encontra presente em nosso plenário o Ministro da Ciência e Tecnologia, o Sr. Deputado Luiz Henrique, antecipando, assim, uma prática parlamentar. **(Palmas)**

Solicito aos Srs. Constituintes que tomem os seus lugares para realizarmos a votação.

Em votação

(Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Carlos Sant'Anna, Theodoro Mendes, Daso Coimbra, Délio Braz, Antoniocarlos Mendes Thame, Eraldo Tinoco, Inocêncio Oliveira, José Lins, José Santana de Vasconcellos, Luís Eduardo, Paulo Pimentel, Ricardo Fiúza, Annibal Barcellos, Enoc Vieira, Furtado Leite, Jonas Pinheiro, Mozarildo Cavalcanti, Paes Landim, Darcy Pozza, Jarbas Passarinho e José Luiz Maia. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Faltosa, Ademir Andrade, Almir Gabriel, Aluizio Campos, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Carlos Mosconi, Celso Dourado, Cid Carvalho, Cristina Tavares, Egídio Ferreira Lima, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, João Calmon, João Herrmann Neto, José Fogaça, José Ignacio Ferreira, José Paulo Bisol, José Richa, José Ulisses de Oliveira, Manoel Moreira, Nelson Carneiro, Paulo Ramos, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Rodrigues Palma, Sigmaringa Seixas, Chagas Rodrigues, João Agripino, José Maranhão, José Tavares, Márcio Braga, Marcos Lima, Nelson Wedekin, Octávio Elísio, Roberto Brant, Uldurico Pinto, Vicente Boga, Vilson Souza, Ziza Valadares, Alcení Guerra, Aloysio Chaves, Francisco Benjamim, Francico Dornelles, José Jorge, Mário Assad, Oscar Corrêa, Sandra Cavalcanti, Valmir Campelo, Antônio Carlos Konder Reis, Gerson Pares, Virgílio Távora, Brandão Monteiro, José Maurício, Carlos Alberto Caó, Francisco Rossi, Joaquim Bevilacqua, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Adolfo Oliveira, Siqueira Campos, Lídice da Mata, Roberto Freire, Jamil Haddad e Antonio Farias.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 21

Constituintes, votaram NÃO 67 Constituintes. Total: 88 votos. O Destaque foi **rejeitado**.

Ontem, o Sr. Constituinte Bocayuva Cunha reiterou uma questão de ordem que ele havia apresentado na véspera. Diz respeito à possibilidade de reabertura de prazo para a apresentação de emendas às Disposições Transitórias.

Analisei o Regimento e não encontrei base regimental. De modo que a minha resposta é negativa à questão de ordem feita por S. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Sr. Presidente, pela ordem.

Estimaria que antes de consolidar a sua resposta ao Constituinte Bocayuva Cunha V. Ex.<sup>a</sup> lesse, com olhos de ler, o que dispõe o art. 63 do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, que diz claramente que os destaques poderão ser feitos até o início das votações em separado.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – V. Ex.<sup>a</sup> está enganado. É a primeira vez que pego V. Ex.<sup>a</sup> num engano regimental. Agora V. Ex.<sup>a</sup> falou como médico e eu falei como sociólogo.

**O SR. CONSTITUINTE CELSO DOURADO:** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Tem a palavra o Sr. Constituinte Celso Dourado.

**O SR. CONSTITUINTE CELSO DOURADO:** – Sr. Presidente, estamos recebendo a visita do Sr. Ministro da Ciência e Tecnologia. Como os jornais anunciam, no dia de hoje, "retaliação por parte do governo americano", e muito em função da política de informática, chamo a atenção da Casa para que prestemos solidariedade ao Ministro Luiz Henrique nesta sua luta para garantir a independência deste País nessa área tão importante para o desenvolvimento do povo brasileiro.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – A Mesa se associa às palavras de V. Ex.<sup>a</sup> na homenagem ao Ministro, e apela, neste momento de dificuldade, especialmente ao Senado da República para que vote o quanto antes a nova Lei de Informática.

## V – SUSPENSÃO DA REUNIÃO

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – A Presidência vai suspender os trabalhos, convocando os Senhores Constituintes para a continuação da presente reunião, hoje, 14-11-87, às 15:00 horas.

Está suspensa a reunião.

**(Levanta-se a Reunião às 13 horas)**

**EM 14 DE NOVEMBRO DE 1987 (2)**

Presidência dos Srs.: **Brandão Monteiro**, Segundo-Vice-Presidente; **Aluizio Campos**, Primeiro-Vice-Presidente; **Fernando Henrique Cardoso**, Quarto-Vice-Presidente.

## I – REABERTURA DA REUNIÃO

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Havendo número regimental, declaro reaberta a reunião.

## II – ORDEM DO DIA

VOTAÇÃO DO PROJETO DE CONSTITUIÇÃO  
TÍTULO VIII (final)

**Destaque nº 0479187 – Emenda nº 1P-05545-8, do Sr. Florestan Fernandes, "que substitui o art. 381 do Projeto de Constituição (art. 240 do Substitutivo nº 2)". (478.ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Em votação o Destaque nº 479, referente à Emenda nº 5.545, de autoria do nobre Constituinte Florestan Fernandes.

Os Srs. Constituintes que o aprovam queiram permanecer sentados. **(Pausa)**

Aprovado.

O citado Destaque refere-se à emenda que dá nova redação ao **caput** do art. 381, suprimindo seus incisos I e II.

"Art. 381 – As verbas públicas serão destinadas, com exclusividade, às escolas públicas."

Com a palavra o Constituinte Florestan Fernandes.

**O SR. CONSTITUINTE FLORESTAN FERNANDES:** – Sr. Presidente, Sra. Vice-Relatora, Srs. membros da Mesa, Sras. e Srs. Constituintes, a emenda que propus diz de maneira simples e sintética:

"As verbas públicas serão destinadas, com exclusividade, às escolas públicas."

Este é um princípio que nem deveria ser proposto, pois deveria ser inerente à Carta Constitucional de um País republicano e que admite o pluralismo democrático na Educação. O pluralismo democrático na Educação envolve a filosofia e a prática segundo as quais diferentes tipos de escola concorrem para resolver o problema fundamental das necessidades básicas do ensino. Por isto, escolas confessionais, escolas privadas a pagamento e escolas públicas gratuitas, todas concorrem para o mesmo objetivo e, naturalmente, com recursos diferentes.

Se o Estado tiver de patrocinar todos três tipos de escolas, então, não há razão nenhuma para a existência de um pluralismo; o que existiria seria um parasitismo dos tipos de escolas que não fossem estatais sobre os recursos públicos postos à disposição da Educação.

Ocorre que, no Brasil, temos problemas fundamentais. Há desigualdades que nascem de diferenças de riquezas entre regiões, entre classes, entre etnias, e somos um País com uma população jovem muito numerosa.

Por isto, a concorrência de vários tipos de recursos para desenvolver o sistema educacional vem a ser fundamental para o País. Por aí se somariam esforços no sentido de criar um processo de crescimento educacional mais amplo, contínuo e profundo.

Seria preciso lembrar, aqui, algo que já é conhecido: de 1960 para cá, especialmente depois da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que levou a uma predominância das correntes privatistas, o Estado tomou a si responsabilidades, na área do ensino, que deveriam caber a entidades confessionais e a estabelecimentos comerciais de ensino. De lá para cá, as nossas carências educacionais se multiplicaram. É espantoso, por exemplo, que de 1960 a 1980, em vez de reduzirmos o analfabetismo, nós o vimos aumentar numa escala gigantesca. Já fiz aqui, recentemente, uma exposição nas qual discuti dados a respeito e, por isso, acho desnecessário estar repetindo. A nossa população analfabeta cresceu e cresceu não apenas pelas migrações campo/cidade; E cresceu em todos os sentidos, inclusive no setor jovem que deveria freqüentar a escola.

De outro lado, temos problemas de educação popular sobre os quais, desde a década de 20, o educador Carneiro Leão se batia para que fossem resolvidos. **(O Sr. Presidente faz soar a campainha)**

**O SR. CONSTITUINTE FLORESTAN FERNANDES:** – Já ultrapassei os cinco minutos?

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro)** – Infelizmente, sim.

**O SR. CONSTITUINTE FLORESTAN FERNANDES:** – Então, eu pediria licença a V. Ex.<sup>a</sup> para agregar mais alguns dados, principalmente no que diz respeito aos problemas que surgem, como a necessidade de combater, de maneira intensiva, o analfabetismo, de recorrer ao pla-

nejamento educacional, ao uso racional de recursos na esfera da Educação para eliminar o analfabetismo, a evasão escolar, o baixo nível do sistema de ensino no Brasil, resolver o problema educacional das classes trabalhadoras, criar novos tipos de escolas e, principalmente, produzirmos no Brasil um conhecimento científico e tecnológico que nos pudesse ajudar a não sofrer os vexames que estamos sofrendo. Ao invés de percorrermos o caminho que percorremos, deveríamos ter imitado países como a Alemanha, o Japão, os Estados Unidos, concentrando recursos na área da Educação e seguindo princípios realmente democráticos, de modo a criar oportunidades educacionais idênticas para todos. Este é o princípio fundamental. Não há como acelerar o desenvolvimento econômico, criar democracia, conduzir uma nação moderna e independente, sem promover uma revolução educacional no País. Para que se consiga isto será necessário que os recursos do Estado sejam aproveitados com critério racional, com a maior eficácia, evitando a dispersão praticada por causa dessa filosofia de parasitismo sobre os recursos do Estado, que não os multiplica, enfraquecendo, debilitando e impedindo a solução dos problemas.

Agradeço ao Sr. Presidente. Vejo-me, agora, diante de Sandra Cavalcanti, de quem em 1980 e 1961, fui adversário num combate em que se colocaram frente a frente os que defendiam a escola pública e os que defendiam a escola privada. Espero que, hoje, a situação não seja a mesma.

Muito obrigado a todos. **(Muito bem! Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Com a palavra o nobre Constituinte Eraldo Tinoco, que encaminhará a votação em sentido contrário.

**O SR. CONSTITUINTE ERALDO TINOCO:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, membros da Comissão de Sistematização, esta matéria relativa à aplicação dos recursos públicos na educação foi por demais discutida, debatida e negociada, desde a Subcomissão, passando pela Comissão Temática e nesta Comissão de Sistematização o texto do Relator Bernardo Cabral é muito próprio, nesta matéria, porque dá absoluta prioridade à aplicação dos recursos públicos nas escolas públicas.

Todos aqueles que militam na Educação reconhecem a necessidade de um aprimoramento da escola pública, da melhoria da qualidade do ensino, do aprimoramento das técnicas e, especialmente, da valorização do magistério, muitas vezes submetido a salários inteiramente inadequados, porque não correspondem à função social do professor.

Olhando sob esta óptica, poderíamos concordar com uma afirmativa, na Constituição, ide que os recursos públicos só dever ser dirigidos às escolas públicas. Mas, quando tratamos dessa matéria, temos que levar em consideração não apenas o veículo mas o destino da ação educacional. E o destino da ação educacional deve ser sempre o aluno em primeiro lugar. Acima de qualquer outra consideração, deveremos considerar a necessidade imperiosa de oferecer oportunidades educacionais a todos, em todos os rincões deste imenso País. E isto estaria dificultado estaria limitado se aprovássemos a emenda do professor Florestan Fernandes, cujas posições e coerência tanto respeito.

Vejam V. Ex.<sup>as</sup>, por exemplo, o que ocorreria com as escolas da imensa rede da Campanha Nacional de Escolas Comunitárias. É uma instituição que presta relevantes serviços a este País, suprimindo a deficiência da oferta de ensino público. A CENEC oferece oportunidade educacional aos alunos num trabalho inteiramente desinteressado, onde nem se pensa na palavra lucro, onde não se pensa em benefícios pessoais, mas se pensa em atender a uma demanda escolar, pois com todo esse esforço, ainda temos cerca de sete milhões de crianças neste País que não têm acesso a escola de qualquer tipo.

**O SR. CONSTITUINTE BONIFÁCIO DE ANDADA:** – Muito bem!

**O SR. ERALDO TINOCO:** – O que aconteceria, Srs. e Srs. Constituintes, se limitássemos a possibilidade da existência de muitas e muitas fundações educacionais, desde aquelas que atuam nas pequenas comunidades, até instituições do porte de uma Fundação Getúlio Vargas e outras instituições semelhantes? E, no ensino universitário, o que ocorreria com outras tantas instituições, como as universidades católicas, que oferecem um serviço educacional de alta qualidade, e que não poderiam receber qualquer tipo de apoio dos órgãos públicos?

Pergunto aos Srs. Constituintes: será que apenas os abastados, apenas os que têm condição de pagar freqüentam essas escolas? O aluno pobre, aquele que tanto esforço faz para alcançar melhor aprimoramento educacional, esse também freqüenta essas escolas e, muitas vezes, não tem a menor possibilidade de pagar qualquer tipo de contribuição. Aí, surge o setor público para complementar esse trabalho.

Existe uma coisa que é muito tradicional no setor educacional e que a Lei nº 5.692 consagrou muito bem: o processo da intercomplementaridade, o esforço da coletividade, o esforço de instituições filantrópicas, o esforço de instituições que desejam a ampliação da oferta de ensino, complementada com o setor público. Ou acham os Srs. Constituintes que, promulgada esta Carta constitucional, no dia seguinte, o setor público teria condições de oferecer vaga a todas as crianças e adolescentes deste País?

Se aprovarmos esta emenda, estaremos condenando à marginalidade milhões de brasileiros que freqüentam escolas confessionais e comunitárias e que, por isso, essas escolas, sem finalidade lucrativa necessitam do apoio do setor público, para que complementem o seu trabalho e ofereçam oportunidade educacional. Isto, sim é mais que necessário em um País tão deficiente em termos educacionais. **(Manifestação das galerias)**

Sr. Presidente, veja por estas manifestações quanto precisamos ainda de oportunidade educacional neste País. **(Manifestação das galerias)**

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro. Fazendo soar a campainha):** – Vou fazer um apelo a todos aqueles que estão na galeria: regimentalmente, não podem manifestar-se, não podem, de forma alguma, interferir nos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte.

**O SR. CONSTITUINTE INOCÊNCIO OLIVEIRA:** – É uma pressão Sr. Presidente. Até V. Ex.<sup>a</sup> eles vaiaram. Assim não é possível os Srs. Constituintes votarem.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Nobre Constituinte Inocêncio Oliveira, eu já fiz a admoestação. Na próxima vez, eu tomarei as providências cabíveis. Antes da providência, é bom admoestar.

Tem a palavra o nobre Constituinte Sólton Borges dos Reis, que encaminhará a favor.

**O SR. CONSTITUINTE SÓLTON BORGES DOS REIS:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, venho para defesa da Emenda do nobre Constituinte Florestan Fernandes ao art. nº 240 do Substitutivo Bernardo Cabral.

Nem sempre posso ter a felicidade de estar de acordo com o Constituinte Florestan Fernandes; ele é marxista e eu não sou. Mas não é porque um marxista diz que hoje é sábado eu vá dizer que não é sábado. Na realidade, coincidimos neste ponto de vista de que as verbas públicas devem ser destinadas, exclusivamente, à escola pública.

A prioridade da Educação neste País é um fato pacífico nos discursos, mas na realidade temos escamoteado recursos e medidas para levar a sério a obra da Educação; temos varrido para debaixo do tapete, desvencilhamo-nos

do problema e não o enfrentamos. E sabemos todos que o desenvolvimento pessoal da criatura humana depende, para a sua plenitude, da oportunidade da educação; que o desenvolvimento nacional depende de se cultivarem os recursos humanos; que o regime democrático depende da educação política e que a justiça social exige a igualdade de oportunidades para todos. E a escola é um dos instrumentos principais para abrir o caminho igual para todos, a escola pode ser dada pelo Estado e pelo particular. Dizemos, na Constituição hoje, o que já dissemos sempre: a educação é dever do Estado.

Defendo a escola particular, Sr. Presidente e Srs. Constituinte, porque é legitimamente democrático, porque é conjunturalmente necessária, mas deve estar sujeita às leis do mercado e mantida à sua própria custa.

Os recursos do Estado devem ser despendidos sempre em maior volume e melhor aplicados para eliminar a vergonha nacional, que são sete milhões de crianças, de sete a quatorze anos de idade, sem escola; que são vinte e quatro milhões de analfabetos, porque o Estado dispersa os recursos e não cumpre o seu dever básico de garantir igual oportunidade para todos através da escola do povo, que é a escola de 1º grau, e sua continuação com a escola de 2º grau e a formação da elite competente, não do sangue do nome, nem da raça, nem da cor, mas da competência do ensino superior e universitário.

A escola particular é legitimamente democrática, é necessária conjunturalmente, mas deve ser mantida à própria custa, enfrentando as leis do mercado correndo os riscos do investimento empresarial. E se há alguém que deve acudi-la deve ser a comunidade empresarial, porque os recursos públicos só devem ser destinados à escola pública, senão o Estado não cumpre o seu dever. Não adianta escrever na Constituição que é dever do Estado se não for absolutamente enfrentado o problema com a destinação total dos recursos públicos para a escola pública.

Não temos dado recursos à escola pública. Inserimos essa obrigação nas Constituições de 1934 e de 1946 e não cumprimos. E também na Constituição em vigor, não estamos cumprindo. Não adianta dizer que é dever do Estado; temos que eliminar a vergonha nacional e garantir oportunidade e igualdade para todos, com recursos públicos para a escola pública. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Com a palavra o Constituinte Manuel Viana, que ainda encaminhará contrariamente a proposição. Faço apelo aos Srs. Constituintes para que possamos votar, hoje, todo o Título e que, nas preferências, embora tenham direito, abram mão do encaminhamento através de dois representantes, para que possamos acelerar os trabalhos.

Tem a palavra V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. CONSTITUINTE INOCÊNCIO OLIVEIRA:** – Sr. Presidente, para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Já concedi a palavra ao Constituinte Manuel Viana e, logo em seguida, V. Ex.<sup>a</sup> terá oportunidade de levantar sua questão de ordem.

**O SR. CONSTITUINTE MANUEL VIANA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, nenhum Constituinte desta Casa é contrário à emenda que está em pauta, de mandar e os recursos para as escolas públicas. Mas temos que estar e conscientes de que esta emenda que destina os recursos públicos somente para escolas públicas...

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Sr. Constituinte Manuel Viana, infelizmente, estou informado pela Mesa de que V. Ex.<sup>a</sup> não faz parte da Comissão e não é autor da emenda...

**O SR. CONSTITUINTE MANUEL VIANA:** – Sou Suplente na Comissão de Sistematização.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Lamento, fui mal informado, penitencio-me.

**O SR. CONSTITUINTE MANUEL VIANA:** – Continuando, quero dizer aos companheiros Constituintes que, se aprovarmos esta emenda, vamos fechar literalmente as universidades católicas, as escolas filantrópicas, aquelas escolas que atendem aos carentes, as escolas confessionais. Realmente é necessário dizer, aqui, que nenhum Constituinte é contrário à direção das verbas para as escolas públicas, mas devemos defender também aquelas que esse artigo do Substitutivo Bernardo Cabral II defende muito bem, dizendo, no § 1º, que:

“... sem finalidade não lucrativa, apliquem seus excedentes financeiros em educação.”

Defende também que:

“Preveja a destinação de seu patrimônio a outra escola comunitária, filantrópica ou confessional ou ao poder público, no caso de encerramento de suas atividades.”

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, sou contrário à aprovação desta emenda, porque ela fechará muitas escolas, e, no Brasil, precisamos de mais escolas, não somente públicas, mas escolas que atendam à carência educacional no nosso povo, que atendam à necessidade educacional do nosso povo. Sou contrário à emenda e fico com o projeto do Constituinte Bernardo Cabral, nosso Relator.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Concedo a palavra à Relatoria para se manifestar sobre a emenda.

**A SRA. RELATORA (Sandra Cavalcanti):** – Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes:

O texto proposto pelo Relator é extremamente democrático, aberto e moderno. Quando, no texto, o Relator propõe que os recursos públicos sejam destinados às escolas públicas, podendo ser dirigidos a escolas confessionais, filantrópicas ou comunitárias, definidas em lei, que provem finalidade não lucrativa, apliquem seus excedentes financeiros em educação e prevejam a destinação do seu patrimônio a outra escola comunitária, filantrópica ou confessional ou ao poder público, no caso de encerramento das suas atividades, o Brasil escolhe nesta matéria um caminho democrático porque, na verdade, o que existe é uma ficção: chamar de escola pública apenas a escola oficial, a escola estatal, é cometer um erro que o Brasil não pode continuar mais a cometer. Escola pública é escola aberta ao povo, é escola que não discrimina, é escola que não estabelece barreira para ninguém, escola capaz de oferecer ensino sem cobrar ou, no caso de cobrar alguma coisa, cobrar muito aquém do real valor do ensino oferecido. Este artigo elimina de vez uma polêmica que se arrasta desnecessariamente neste País há muitos anos. Pela primeira vez, vamos ter consagrado, no texto da Constituição, o princípio democrático de que o dinheiro do povo pode e deve se transformar num serviço de educação para o povo, através de qualquer outro instrumento. Não há verba pública. Isso é uma ficção. Recursos públicos? É uma ficção. O que há é dinheiro do povo, dinheiro que sai do bolso de cada um. É uma contribuição tirada todos os dias, de todas as pessoas, e que deve reverter a todas as pessoas que possam ter acesso a esses serviços.

Educação pública é prestação de serviço, e este serviço pode ser prestado ou por entidades oficiais da rede estatal ou por entidades sem fins lucrativos, que foi a filosofia adotada pelo projeto. Por isso, a emenda não traz nenhum acréscimo ao texto, que é mais amplo, é mais abrangente, atende melhor à realidade brasileira e dá à educação uma conotação que precisávamos ter há muito tempo no texto constitucional; a de que o dever do Estado tem que corresponder àquilo que o povo paga, de todas as maneiras, para poder chegar lá.

Gostaria de lembrar ainda mais, que a nível de escolas especiais, as escolas que atendem aos excepcionais, as escolas que atendem as pessoas portadoras de deficiências, se a emenda for aprovada, mais de 85% da população que neste País recebe atendimento em escolas especiais, não terão uma escola de rede oficial onde possam ser atendidas. Todas as nossas fundações de pesquisas, todas as nossas fundações de direito privado que atendem aos interesses do País não terão a assistência necessária.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Sr.<sup>a</sup> Relatora, solicitará a V. Ex.<sup>a</sup> que concluisse o seu relatório.

**A SRA. RELATORA (Sandra Cavalcanti):** – Vou terminar, Sr. Presidente.

De modo que eu peço às minhas Colegas e aos meus Colegas que mantenham o texto do Relator, que representa um grande acordo de todas as correntes de educadores deste País. O parecer é contrário à emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – solicito aos Srs. Constituintes que tomem os seus lugares para a votação.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Aluizio Campos, Artur da Távola, Cristina Tavares, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, José Paulo Bisol, Mário Lima, Nelson Friedrich, Paulo Ramos, Sigmaringa Seixas, Délio Braz, Jorge Hage, Octávio Elísio, Uldurico Pinto, Vilson Souza, Brandão Monteiro, Lysâneas Maciel, Carlos Alberto Caó, Francisco Rossi, Sólón Borges dos Reis, Luiz Inácio Lula da Silva, José Genoíno, Haroldo Lima, Roberto Freire e Jamil Haddad. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Antônio Britto, Carlos Mosconi, Carlos Sant'Anna, Celso Dourado, Egídio Ferreira Lima, João Calmon, José Ulisses de Oliveira, Nelson Carneiro, Nilson Gibson, Pimenta da Veiga, Raimundo Bezerra, Rodrigues Palma, Theodoro Mendes, Virgildásio de Senna, Chagas Rodrigues, Daso Coimbra, José Costa, José Maranhão, José Tavares, Manuel Viana, Márcio Braga, Marcos Lima, Roberto Brant, Aloysio Chaves, Arnaldo Prieto, Carlos Chiarelli, Christóvam Chiaradia, Eraldo Tinoco, Francisco Benjamim, Francisco Dornelles, Inocêncio Oliveira, José Jorge, José Lins, José Santana de Vasconcellos, José Thomaz Nonô, Luís Eduardo, Mário Assad, Paulo Pimentel, Ricardo Fiúza, Sandra Cavalcanti, Annibal Barcellos, Enoc Vieira, Furtado Leite, Jonas Pinheiro, José Lourenço, Paes Landim, Valmir Campelo, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza; Gerson Peres, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia, Virgílio Távora, Joaquim Bevilacqua, Adolfo Oliveira, Siqueira Campos e Antonio Farias.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 27 Constituintes; votaram NÃO 57 Constituintes. Total: 84 votos. O Destaque foi **rejeitado**.

A Mesa mais uma vez adverte as galerias.

Os Constituintes Hermes Zaneti e Gumerindo Milhomem solicitaram, como aliás é democrático, que fossem liberadas as senhas para que professores e pessoas interessadas na questão da educação, utilizassem as galerias e nos prometeram que não haveria nenhuma manifestação que pudesse prejudicar os trabalhos da Constituinte. Quem me conhece sabe que sou essencialmente democrata e, sobretudo, quem viu o meu voto sabe que ele foi favorável à emenda. Na qualidade de Presidente, que não é um Presidente partidário, mas Presidente da Comissão de Sistematização, da próxima vez irei tomar providências para evacuar as galerias.

**O SR. CONSTITUINTE HERMES ZANETI:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Tem a palavra o Constituinte Hermes Zaneti.

**O SR. CONSTITUINTE HERMES ZANETI:** – Sr. Presidente, efetivamente, hoje pela manhã, quando me deparei com o problema de distribuição de senhas, pedi ao então Presidente dos trabalhos, o que repeti hoje na parte da tarde, que fossem liberadas as senhas para que os professores, que vieram de diferentes Estados brasileiros, pudessem assistir aqui à votação do capítulo sobre a educação, que vamos inserir na Constituição brasileira.

Além disso, efetivamente, me comprometi de avisar aos colegas professores o texto do Regimento que rege a matéria e que diz serem proibidas as manifestações nas galerias. De tal sorte que estou disposto a assumir a parte quem me toca. Avisei aos colegas, mas é preciso também – e aqui faço um apelo à compreensão mútua – que nós, Constituintes, que estamos recebendo colegas professores de todo o País, que têm as suas convicções, tenhamos paciência para saber que há um extravasamento eventual e emocional. **(Palmas)**

Peço às galerias que me ouçam, pois gostaria de completar o pensamento.

Feito esse registro, peço às galerias, para o bom andamento dos trabalhos, para que esta Assembléia Nacional Constituinte possa ter o prazer de ter aqui a fiscalizar, como se fossem os olhos do Brasil, o voto e a posição de cada Constituinte, que não haja manifestações que efetivamente são anti-regimentais.

Muito obrigado a V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Nobre Constituinte Hermes Zaneti, V. Ex.<sup>a</sup> não chega a levantar uma questão de ordem.

V. Ex.<sup>a</sup> me conhece. Eu, em uma parte da minha vida, também dei aula; sou oriundo exclusivamente da escola pública. Estava inscrito para defender a proposta do ilustre Constituinte Florestan Fernandes, mas não posso permitir aplausos a favor rem contra, porque amanhã outros se colocarão contra a posição de V. Ex.<sup>a</sup> e a minha e perturbarão os trabalhos da Constituinte.

Temos que garantir o desenvolvimento dos nossos trabalhos.

**Destaque nº 2796-87 – Emenda nº ES-22881-1, do Sr. Mozarildo Cavalcanti “que modifica o art. 281 “caput” do Substitutivo nº 1 (art. 240, “caput” do Substitutivo nº 2)”. (479.<sup>a</sup> votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Em votação a Preferência do Destaque nº 2796 de autoria do Constituinte Mozarildo Cavalcanti.

Os Srs. Constituintes que a aprovam queiram permanecer sentados. **(Pausa)**

Aprovada.

Com a palavra o nobre Constituinte Mozarildo Cavalcanti, que se pronunciará sobre a emenda substitutiva ao art. 240, **caput** com a seguinte redação:

“Dê-se ao art. 281 a seguinte redação: os recursos públicos serão destinados às escolas públicas, podendo nas condições de lei, ser dirigidos às escolas privadas desde que...”

**O SR. CONSTITUINTE MOZARILDO CAVALCANTI:** – Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, como já se pode observar da leitura feita pelo Sr. Presidente, na realidade a minha emenda é substitutivo no sentido apenas em que retira do texto as expressões “filantrópicas, comunitárias, confessionais” não as abolindo no sentido mais amplo. O objetivo dessa emenda é deixar para que a lei

complementar defina as prioridades, respeitando, inclusive, os incisos I e II do texto Bernardo Cabral.

Na realidade, o objetivo dessa emenda é muito mais abrangente do que o próprio texto porque prioriza claramente a escola pública, dá um tratamento prioritário à escola pública mas não engessa de maneira definitiva no texto constitucional a possibilidade de atender em casos como conheço, no Estado do Pará onde estudei em que existem duas entidades de curso superior, que são o CESEP e a Faculdade Colégio Moderno, que atendem a centenas, milhares de estudantes, não são nem confessionais, nem comunitárias, nem se enquadram naquele estrito termo do texto Bernardo Cabral.

Portanto, ao retirar essas expressões, a emenda objetiva dar condição a essas entidades, que suprem o ensino público, para que não sejam amanhã condenadas a não subsistirem porque, em grande parte, são mantidas, inclusive, pelas bolsas de estudos que são canalizadas através das subvenções dos parlamentares e através de outras verbas públicas.

Sr. Presidente e Srs. Constituintes, a emenda, na realidade, não contraria a filosofia do texto, pelo contrário amplia, deixando uma oportunidade maior para que neste imenso Brasil não se dê apenas um tratamento olhando para determinados Estados, mas que se olhe a amplitude de todo território nacional.

Assim, Sr. Presidente, gostaria de merecer a atenção dos Srs. Constituintes para que notem que esta emenda não vai contra a filosofia, o espírito de priorizar a escola pública, mas também não veta, não acaba com a possibilidade de a iniciativa privada, sem fins lucrativos, existir para completar o ensino público. Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Com a palavra o Constituinte Haroldo Lima, que encaminhará contrariamente à proposição. **(Pausa)**

O Constituinte Haroldo Lima não está presente.

Na ordem de inscrição está o Constituinte Jorge Hage.

Tem a palavra o nobre Constituinte. Antes, porém, faço um apelo aos Constituintes José genuíno e José Maria Eymael no sentido de que, de acordo com a disposição que abordamos, abram mão das suas alocações para podermos desenvolver os nossos trabalhos, do contrário, não votaremos todo o texto do Título.

Tem a palavra o Constituinte José Genuíno, por desistência do Constituinte Jorge Hage.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENUÍNO:** – Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, chamo a atenção de V. Ex.<sup>as</sup> para a leitura da seguinte expressão na emenda do nobre Constituinte Mozarildo Cavalcanti:

“Os recursos públicos serão destinados às escolas públicas, podendo, nas condições da lei, ser dirigidos às escolas privadas.”

O texto do Substitutivo Bernardo Cabral estabelece critérios. Se aprovarmos esta emenda, abrir-se-ão inteiramente as possibilidades e as portas para que dinheiros públicos sejam destinados às grandes instituições privadas, que lucram de duas maneiras: com a alta da mensalidade, com o pagamento feito por assalariados que trabalham o dia inteiro para, à noite, encherem o bolso dos que transformaram a educação num ramo de negócio e através do dinheiro público, recolhido de toda a população.

Veja bem, Sr. Presidente, essa discussão é muito rica na Assembléia Nacional Constituinte. Esta Casa acabou de rejeitar emenda do companheiro Florestan Fernandes. Não estamos aqui discutindo um princípio que seria fun-



damental, exatamente proibir, – tenho essa posição individual – proibir a empresa privada na área de educação.

A educação, Sr. Presidente, não pode ser objeto de nenhuma iniciativa privada. Essa história “sem fins lucrativos”, nós sabemos que é exatamente um esconderijo para através desta expressão darem-se os acúmulos, a lucratividade, em torno da questão da educação. Se nós vivemos numa sociedade que já é dividida em classes, ainda vamos permitir que essa divisão se transporte, se transfira, se manifeste na educação, que deve ser um direito básica para todas as pessoas?

Esta emenda chega a um exagero tal que esta Assembléia Nacional Constituinte, para manter uma posição minimamente em defesa da educação – digo minimamente porque deveria ter aprovado aqui a Emenda Florestan Fernandes – minimamente em defesa da escola pública; minimamente contra o fenômeno que aconteceu nos últimos anos na área da educação, que foi exatamente a formação de grandes empresas que lucram com a educação do nosso povo e, muitas vezes, com uma péssima educação que oferece ao nosso povo, deve rejeitar essa emenda. Rejeitamos esta emenda fazendo essas observações ao texto. A emenda aprovada, Sr. Presidente, é exatamente a legitimação, no texto constitucional, do desastre de o dinheiro público engordar e encher o bolso daqueles que lucram com a educação. Por isso solicitamos a esta Comissão a rejeição da Emenda Mozarildo Cavalcanti.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Tem a palavra a Relatora Sandra Cavalcanti.

**A SRA. RELATORA (Sandra Cavalcanti):** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, a emenda do ilustre Constituinte Mozarildo Cavalcanti apresenta as mesmas deficiências de uma abrangência menor e uma visão diferente do que temos hoje, modernamente, em educação no Brasil, da emenda do meu ilustre colega e querido amigo Professor Florestan Fernandes, porque são emendas que consagram um maniqueísmo; uma permanente luta entre dois conceitos de educação que gostaríamos fossem definitivamente aliçados da História deste País.

Então, de novo a mesma coisa; recursos públicos que não são recursos públicos, são recursos sempre do povo, o dinheiro é do povo, para aplicar em escolas públicas e também em escolas privadas, significa insistir num tema que precisa ser abandonado.

Existem milhares e milhares de escolas mantidas pela iniciativa particular, neste País, prestando um imenso serviço na área de educação. O que não queremos consagrar no texto é recursos do povo para a prestação do serviço de educação, quando este tem, exclusivamente, finalidade lucrativa.

Queremos e vamos conseguir, porque o Brasil vai dar esse passo adiante, que a educação seja encarada sempre como uma prestação de serviço público e, nesse sentido, as escolas particulares, sempre que cumprirem o que está aqui definido no texto do Relator, estarão prestando serviço público. Poder não pertencer à rede estatal, porque nós não somos um país onde o ensino é estatizado. Não somos um país onde o dono da educação é o Poder Público; somos um país, graças a Deus, democrático, onde a educação é função de professores livres e da família brasileira e é assim que, pelo texto da nossa Constituição, deve continuar.

Por isto, pelas mesmas razões, para não insistir numa posição antiquada e ultrapassada, nós pedimos aos nossos colegas que consagrem o texto, mantendo-o e rejeitando a emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Passemos à votação.

Solicitamos que os Srs. Constituintes tomem os seus assentos.

### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Theodoro Mendes, Délio Braz, Christóvam Criaradia, Inocêncio Oliveira, José Lins, José Santana de Vasconcellos, Oscar Corrêa, Paulo Pimentel, Annibal Rarcellos, Enoc Vieira, Furtado Leite, José Lourenço, Mozarildo Cavalcanti, Valmir Campeio e Darcy Pozza. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Faltosa, Ademir Andrade, Aluizio Campos, Antônio Britto, Artur da Távola, Carlos Mosconi, Carlos Sant'Anna, Celso Dourado, Cristina Tavares, Egídio Ferreira Lima, Fernando Gasparian, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, João Calmon, José Fogaça, José Freire, José Ignácio Ferreira, José Paulo Bisol, José Richa, José Ulisses de Oliveira, Mário Lima, Nelson Carneiro, Nelton Friedrich, Nilson Gibson, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Rodrigues Palma, Sigmaringa Seixos, Virgildásio de Senna, Chagas Rodrigues, Jorge Hage, José Costa, José Tavares, Manuel Viana, Márcio Braga, Marcos Lima, Nelson Wedekin, Octávio Elísio, Roberto Brant, Uldurico Pinto, Vicente Rogo, Ziza Valadares, Aloysio Chaves, Carlos Chiarelli, Francisco Benjamim, José Jorge, José Thomaz Nonô, Luís Eduardo, Ricardo Fiuza, Sandra Cavalcanti, Jofran Frejat, Jonas Pinheiro; Antônio Carlos Konder Reis, José Luiz Maia, Virgílio Távora, Brandão Monteiro, Lysâneas Maciel, Carlos Alberto Caó, Francisco Rossi, o Joaquim Bevilacqua, Sólton Borges dos Reis, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Adolfo Oliveira, Siqueira Campos, Lídice da Mata, Roberto Freire, Jamil Haddad e Antonio Farias. **ABSTENÇÃO** dos seguintes Senhores Constituintes: Eraldo Tinoco, Gerson Pares e Jarbas Passarinho.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 15 Constituintes; votaram NÃO 71 Constituintes; abstiveram-se de votar 3 Constituintes. Total: 89 votos. O Destaque foi **rejeitado**.

**Destaque nº 5082-87 – Emenda nº ES-27594-1, do Sr. Victor Faccioni, “que adita a expressão “a bolsas de estudo” ao art. 281, parágrafo único do Substitutivo nº 1 (art. 240 do Substitutivo nº 2).” (480.ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Em votação o requerimento de preferência para o Destaque n.º 5082, do Constituinte Victor Faccioni.

Os Srs. Constituintes que estiverem de acordo queiram permanecer sentados. **(Pausa)**

Aprovado.

Tem a palavra o Constituinte Victor Faccioni, que pretende aditar ao art. 240 a sua emenda que acrescenta parágrafo único.

**O SR. CONSTITUINTE VICTOR FACCIONI:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Em primeiro lugar, desejo esclarecer que, atendendo às ponderações que recebemos de diversos setores praticamente representativos de todas as correntes da educação, representadas na Constituinte, cortamos, junto à Mesa, parte do texto inicialmente encaminhado, para a Emenda nº 27594, ora objeto de exame. Desta forma, chamo a atenção para lembrar que na cópia da redação que foi distribuída para o Plenário, consta, na parte final, que a permissão para aplicação em entidades etc. foi suprimida. O texto ficou assim redigido:

“Parágrafo único. Os recursos públicos de que trata este artigo poderão ainda ser destinados a bolsas de estudo.” É exclusivamente isso.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Sr. Victor Faccioni, infelizmente, esta modificação está a destempo e não poderá ser votada. Na mesa, V. Ex.<sup>a</sup> não fez nenhuma modificação anterior ao encaminhamento da emenda.

**O SR. CONSTITUINTE VICTOR FACCIONI:** – Fiz, sim, está encaminhado à Mesa, assinado por mim e em tempo. Foi feito anteontem e encaminhado ontem. Foi conferido, Sr. Presidente. Só se houve extravio do documento da cópia respectiva. Foi distribuído inclusive entre os Srs. Constituintes.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Infelizmente não há. A emenda em votação tem a seguinte redação, nobre Constituinte Victor Faccioni:

“Os recursos públicos de que trata este artigo poderão ainda ser destinados a bolsas de estudo ou a entidades de ensino, cuja criação tenha sido autorizada por lei, desde que atenda aos requisitos dos itens I e II deste artigo.”

**O SR. CONSTITUINTE VICTOR FACCIONI:** – Senhor Presidente, daqui para frente deveremos exigir de quem recebe, na Mesa, um certificado de entrega do documento, porque, de outra forma, estaremos, a todo instante, sujeitos a surpresas como esta, que excluem previamente de apreciação, para a educação.

**O SR. CONSTITUINTE ERALDO TINOCO:** – Sr. Presidente, para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Há um orador na tribuna.

**O SR. CONSTITUINTE VICTOR FACCIONI:** – Rogo à Mesa que considere. Não é tão fundamental o aspecto burocrático, diante do mérito da questão. Será que a burocracia vale mais que a educação? Sr. Presidente, um mero aspecto burocrático de encaminhamento não é possível que seja relevante, tão relevante que prejudique a apreciação da matéria. É o apelo que formulo à Mesa.

**O SR. CONSTITUINTE ERALDO TINOCO:** – Senhor Presidente, insisto na questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Não existem questões de ordem quando há um orador na tribuna. V. Ex.<sup>a</sup>, que é mais antigo Parlamentar do que eu, sabe disso.

**O SR. CONSTITUINTE VICTOR FACCIONI:** – Senhor Presidente, eu estava, dizendo fique esta emenda objetiva, fundamentalmente, contemplar a possibilidade de uma imensa maioria de jovens, do nosso Brasil, de freqüentar a escola, em todos os níveis, mormente onde não há disponibilidade de vagas em escolas públicas. Sabemos, por exemplo, que na área do pré-escolar, 90% das matrículas são de escolas particulares. O Poder Público só atende 10% do alunado. E esses 90% de alunados são oriundos de onde, Sr. Presidente? São oriundos exatamente da área trabalhadora, da periferia das cidades. Se impedirmos a possibilidade de bolsas de estudo, estaremos impedindo a matrícula, o acesso à escola, por parte dessas crianças, filhos de trabalhadores.

De outra parte, Sr. Presidente, vinte e nove milhões de crianças de zero a sete anos estão sem educação no pré-escolar, exatamente aquelas da periferia, a população carente. É a falta do pré-escolar que gera a repetição no primeiro grau. Não se trata aqui, pois, da escola, mas sim do aluno. A escola existe em função do aluno. Temos que assegurar condições para que o aluno tenha escola e acesso a ela.

No primeiro grau, Sr. Presidente, a escola particular e comunitária atende a cerca de vinte e cinco a trinta por cento do alunado brasileiro e, no ensino superior, a escola particular e comunitária atende a cinquenta por cento. Mas não é só isso, Sr. Presidente, setenta e cinco

por cento desses alunos são constituídos de trabalhadores e filhos de trabalhadores que não podem freqüentar escola pública porque ela é diurna, enquanto que a escola de nível superior, no setor público, funciona basicamente à noite, excluindo exatamente a classe trabalhadora. Objetivo, pois, dessa emenda é possibilitar que os trabalhadores, que os seus filhos, que os filhos, inclusive, dos desempregados e os próprios desempregados tenham acesso à escola, seja ela pública, particular ou comunitária. Não devemos discriminar o aluno, mas possibilitar que ele possa ter acesso a qualquer tipo de escola, para democratizar as oportunidades de ensino, as oportunidades de educação.

Sr. Presidente, também poderia dizer que uma bolsa de estudo possibilita não só o acesso à escola como, muitas vezes, e inclusive, a custo inferior. Tenho ouvido de alguns Constituintes a referência de que não é possível se permitir tal, porque teria havido desvio de recursos, na área de bolsas de estudo. É uma questão de disciplinar a matéria; é uma questão de podermos regulamentá-la; é uma questão de dispormos como serão procedidas a destinação das verbas e a seleção da bolsa de estudo. O que não podemos, Sr. Presidente, é criar mais um obstáculo, mais um impedimento para a grande maioria dos brasileiros que querem estudar e não têm, de outra forma, acesso à escola, porque não têm como pagá-la. De outra parte, não têm também possibilidade à escola pública, porque, ou não existem matrículas suficientes para atender ao alunado, ou, sequer, existe a escola pública na comunidade onde vivem a família e o aluno respectivo.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro. Fazendo soar a campainha.):** – Constituinte Victor Faccioni, peço a V. Ex.<sup>a</sup> para encerrar o seu pensamento, posto que já ultrapassou dois minutos do tempo regimental.

**O SR. CONSTITUINTE VICTOR FACCIONI:** – Parte do meu tempo tive que gastá-lo, Sr. Presidente, respondendo a V. Ex.<sup>a</sup>, na questão que colocou inicialmente.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Informo a V. Ex.<sup>a</sup> que estavam descontados os 40 segundos em que houve a discussão a respeito da emenda de V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. CONSTITUINTE VICTOR FACCIONI:** – E quanto mais dialogarmos, Sr. Presidente, mais se arrastará o tempo.

Para concluir, deixo aqui o apelo a todos os Senhores Constituintes: Srs. e Sr.<sup>as</sup> Constituintes, abramos francamente as portas das escolas de todo o Brasil para toda a juventude brasileira. Isso é o que quer a presente emenda. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – A Mesa quer oferecer um esclarecimento: na verdade, o Constituinte Victor Faccioni deixou na Comissão de Sistematização uma cópia da emenda, riscada, sem estabelecer que solicitava a modificação do texto. Evidentemente, como temos que interpretar de acordo com a vontade do Constituinte, vamos considerar que a emenda, embora não tendo percorrido os trâmites legais estabelecidos pela Mesa, tem a redação seguinte: “Os recursos públicos de que trata este artigo poderão ainda ser destinados a bolsa de estudo.”

Com a palavra o Constituinte Octávio Elísio, para encaminhar contra.

**O SR. CONSTITUINTE OCTÁVIO ELÍSIO:** – Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, o texto de Educação do Projeto de Constituição que estamos votando tem duas características fundamentais: em primeiro lugar, a liberdade de organização dos estabelecimentos de ensino – esse artigo está votado e definido –; em segundo lugar, a busca de uma seriedade em termos do tratamento do recurso público – isso foi votado na área da Saúde, é o tratamento que se pretende dar aqui.

A intenção do Constituinte Victor Faccioni, com a sua emenda, é bastante louvável, na medida em que a sua preocupação é a garantia do acesso à escola.

A filosofia que marcou todo o trabalho desde a Subcomissão, foi no sentido de que: "garante-se escola aumentando-se vagas na escola. E aqueles que estão fora da escola precisam de uma escola pública". Por causa disso é que um projeto de educação democrático exige a garantia dos recursos públicos na expansão das vagas de escolas públicas para aqueles que estão fora da escola.

Esse projeto, entretanto, abriu a oportunidade de garantir, dentro de determinadas condições – como já foi dito aqui – o uso do recurso público para escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas.

Ora, o Constituinte Victor Faccioni propõe um mecanismo de bolsas de estudo para se garantir escola àqueles onde não exista escola pública. Mas, o que é lamentável é que a sua emenda não faz referência à regulamentação em lei e, muito menos, ao fato de que só se dirige aos alunos nessas condições específicas. Deixarmos generalizado desse modo, meus caros colegas Constituintes, é incorrerem no que há de pior em termos de transferência de recurso público. É exatamente através do mecanismo de bolsas de estudo que se estabeleceu, neste País, a corrupção no uso do recurso público. E, lamentavelmente, é através dessa linha, que julgou uma crítica em termos da escola privada, porque foi generalizando um comportamento que, temos certeza, não pode ser generalizado à toda a escola privada.

O que não é possível é que esta Constituição institucionalize um mecanismo de bolsas de estudo que foi, nos últimos anos, o que conduziu o Ministério da Educação, ainda no Governo Figueiredo e na gestão Esther Figueiredo Ferraz, a elaborar o Relatório nº 88374, onde foi denunciado todo o mau uso do recurso público em termos de bolsas de estudo. Para V. Ex.<sup>as</sup> terem uma idéia, Srs. Constituintes, o **Jornal do Brasil**, em 18 fevereiro de 1987, estabelece que: "Uma inspeção feita pela Fundação de Assistência ao Educando no Rio de Janeiro, mostrou que em uma escola onde recebiam bolsas 5.675 alunos, havia apenas 1.655 alunos realmente matriculados e bolsistas."

Qual é o desafio que se coloca diante de nós? É que este texto constitucional estabelece uma restrição em termos de transferência de recursos públicos às escolas particulares. E qual é esse rigor? Está aqui estabelecido que os recursos públicos serão destinados às escolas públicas podendo ser dirigidos a escolas comunitárias, filantrópicas, ou confessionais definidas em lei, e desde que essas escolas atendam a determinadas condições: prova de finalidade não lucrativa e preveja destinação do seu patrimônio a outra escola do mesmo tipo ou ao Poder Público.

Qual é o desafio que se coloca diante de nós? É que se nós permitirmos sem qualquer critério sobre a questão das bolsas de estudo, correremos o risco de beneficiar outras escolas mais do que estas, por transferir-lhes recursos públicos sem qualquer tipo de exigência.

Faço um apelo aos colegas Constituintes, no sentido de que não aproveemos esse dispositivo, pois o que consta do atual texto permite que qualquer aluno tenha acesso a uma escola, mesmo particular, desde que ela atenda a essas condições aqui apresentadas.

Por favor, não vamos fazer, neste texto constitucional, a, institucionalização daquilo que já se mostrou absolutamente inadequado, porque nunca atendeu ao aluno. A bolsa nunca foi e nunca esteve a serviço do aluno carente, foi sempre mercantilizada, e esta Constituinte não pode manchar o texto constitucional e o capítulo da educação estabelecendo tal mecanismo. Obrigado. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Senhores Constituintes, apesar do consenso do apelo para que todas as matérias fossem encaminhadas uma vez a favor e outra contra, há Constituintes inscritos que insistem em defender a proposição e eu, democraticamente, não posso excluí-los, embora tenha feito o apelo.

Tem a palavra o Constituinte Mário Assad, que ainda encaminhará a favor da proposta.

**O SR. CONSTITUINTE MARIO ASSAD:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, apesar do apelo do Sr. Presidente, devo dizer algumas palavras sobre esse problema.

O problema da bolsa de estudo não se circunscreve aos grandes centros, às grandes capitais, ele avança, e avança extraordinariamente para o interior do País. A Baixada Santista, por exemplo, não possui nenhuma universidade oficial. Na minha região, no Estado de Minas, existe uma infinidade de cidades – e chamo a atenção dos Srs. Constituintes, se é que querem legislar para o social mesmo – na minha região existe uma infinidade de lugarejos onde; funciona a Campanha Nacional do Educandário Gratuito, com milhares de crianças, e sem a bolsa de estudo, essas escolas serão fechadas. Na minha região, existem as Irmãs, Sacramentinas que, com uma dedicação fabulosa, dão a vida pelo ensino, sem qualquer pretensão de lucro, e essas, escolas, com milhares e milhares de crianças, serão fechadas.

O PEBE – Programa Especial de Bolsas de Estudo, implantado pelo ex-Ministro Jarbas Passarinho, acabará para os sindicatos; os sindicatos não terão bolsas de estudo. Onde está o sentimento social da Casa, para combater com entusiasmo e arraigadamente a bolsa de estudo?

Como ficariam, Srs. Constituintes, os nossos técnicos, os nossos moços que estão no exterior estudando, estudando extraordinariamente para prestarem cientificamente grandes serviços à Nação. Onde ficarão esses cientistas? No exterior! Jamais virão para o Brasil! E todos estão dizendo, alto e bom som: "É preciso prestigiar os cientistas brasileiros, eles precisam ficar no Brasil!" Mas cientista pobre não poderá sair do Brasil para melhorar os seus conhecimentos nas universidades estrangeiras.

E eu próprio, como Deputado, tive ocasião, ao longo de minha vida pública, de dar a mão a pobres rapazes com bolsas de estudo, que hoje crescem no convívio social, como médicos, como engenheiros e como brilhantes professores.

Por isso, Srs. Constituintes, não abri mão de falar, porque por 5 minutos eu deixaria de prestar um relevante serviço à comunidade pobre, ao social que sempre defendi ao longo da minha vida.

Por isso, Srs. Constituintes, vamos votar a favor dessa emenda, porque ela vem, na realidade, corrigir uma distorção tremenda, e vem da oportunidade a que os trabalhadores dos sindicatos, a que os pobres das escolas, a que os cientistas no exterior, a que todos que querem sem recurso palmilhar um melhor lugar na vida, tenham a oportunidade eficiente, a oportunidade adequada.

Com estas palavras, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, encerro a minha exposição e espero que Deus os inspire para, na hora, votarem a favor desta emenda. Não quero sair daqui sem dizer que realmente esta Comissão tem trabalhado acendrada e brilhantemente para dotar, a Nação de um diploma digno da nossa história e digno do nosso tempo.

Completemos esse trabalho dando as mãos bondosas aos que, pobres, necessitam de estudar. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Por acordo, concedo a palavra ao Constituinte Jorge Hage, que, segundo me disse, utilizará, dos cinco minutos a que tem direito, somente um.

Espero que S. Ex.<sup>a</sup> o faça diferentemente do que fez o Constituinte Mário Assad.

**O SR. CONSTITUINTE JORGE HAGE:** – Tentarei fazê-lo, Sr. Presidente. Eu abriria mesmo mão do tempo, não fora a inscrição utilizada pelo segundo orador a defender a emenda. Não posso deixar de aproveitar esta oportunidade para desfazer o equívoco a que se está procurando levar este Plenário; ninguém aqui está pretendendo impedir as bolsas de estudo para pesquisa e capacitação tecnológica, em alto nível, dos pesquisadores nacionais. Não se trata disto. Os recursos para a ciência, tecnologia, para pesquisa, capacitação tecnológica, não são os tratados neste artigo; estão tratados no capítulo seguinte, da pesquisa e da ciência e tecnologia. Não vamos confundir as coisas; não tem nada a ver o argumento de que a nossa posição contrária a esta emenda pretende inviabilizar a capacitação dos recursos humanos nacionais, inclusive no exterior; estes são outros recursos, em outro capítulo e em outro artigo.

O que esta emenda pretende é inserir-se no capítulo que se refere aos recursos da educação, da escola. É o artigo que diz que os recursos públicos são destinados à escola pública, devendo ser dirigidos apenas, como única exceção, a escolas confessionais, filantrópicas ou comunitárias, dentro daquelas condições. É nesse artigo que se está pretendendo inserir um parágrafo, abrindo exceção para bolsas com esse dinheiro. E isso não podemos permitir, porque essa é a válvula, apesar da boa intenção do Constituinte Victor Faccioni, já demonstrada aqui, à saciedade, pelo meu companheiro Octávio Elísio que permitiu, como há pouco tempo demonstrou o **Jornal do Brasil**, que de mais de 5 mil bolsas distribuídas, apenas 1.200 alunos estivessem de fato matriculados, porque os outros 4 mil saíram pela porteira larga da corrupção que campeia no atual sistema de distribuição de bolsas. É esse, e só esse tipo de bolsas que se está proibindo.

Faço aqui um apelo à eminente Relatora, Constituinte Sandra Cavalcanti, cujas luzes tanto contribuíram para a solução equilibrada e negociada a que se chegou nessa questão da destinação dos recursos públicos, com as exceções cabíveis, já aí feitas, para as escolas confessionais, comunitárias e filantrópicas.

Fora daí, não cabe mais nada, a não ser que queiramos reabrir as portas do desvio do recurso público para a corrupção que campeia neste País.

Muito obrigado, Sr. Presidente, perdoe-se excedi o minuto que lhe prometi. **(Muito bem! Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Concedo a palavra à nobre Relatora Sandra Cavalcanti. **(Pausa)**

Srs. Constituintes, a Mesa comunica a V. Ex.<sup>as</sup> que houve uma pequena modificação na Relatoria e será o Constituinte José Fogaça que falará sobre a proposição.

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – Sr. Presidente, Srs. membros da Comissão de Sistematização, é evidente que não temos, em relação a esta matéria, nenhuma discordância na Relatoria. Há unanimidade de posição entre os membros da Relatoria mas, pelo que se percebe, é uma matéria que divide o Plenário.

O texto, tal como está, da forma como trata a questão dos recursos públicos, não entra no detalhe do que se refere aos instrumentos de política de Governo que possam dar condições de aplicação a esses recursos públicos. A via pela qual esses recursos públicos serão aplicados pode ser pelo credenciamento, por dotação de verbas específicas, contratos de pesquisa, financiamento específico e, inclusive – ressalte-se isso –, não está eliminada a possibilidade de que determinado governo, em certas circunstâncias ou por alguma necessidade específica, venha a se valer do instrumento de política que é a utilização da bolsa de estudo.

Entende a Relatoria, apenas, que esta questão não precisa ou, mais do que isso, não pode entrar na condição de matéria constitucional.

A mesma orientação a Relatoria adotou em relação ao capítulo que tratava da saúde. É preciso ressaltar, com relevância, que o inciso VI do art. 233 diz:

"O Estado proverá oferta de ensino noturno adequado às condições sociais do educando em todos os graus de ensino.

O Estado proverá apoio suplementar ao educando, através de programas de material didático-escolar, transporte, alimentação, assistência médica, odontológica, farmacêutica e psicológica."

Isso significa que, dependendo da circunstância, dependendo das necessidades que o momento e as condições exigirem, a bolsa de estudo pode prover as necessidades de moradia, de alimentação, de atendimento médico e outras necessidades fundamentais do educando.

É preciso ressaltar que não está eliminada a possibilidade da utilização da bolsa de estudo. O que a Relatoria apenas não vê como fundamental, como necessário, é inserir a bolsa de estudo no texto constitucional, porque é um instrumento específico de governo, que pode ser usado em uma região e não em outra, que pode ser usado num determinado momento e ser útil, e não ser útil em outro. Para isso, a Constituição que estamos votando cria o Plano Nacional de Educação, que preverá, que estabelecerá todos esses mecanismos, essas políticas e esses instrumentos, para a efetivação de uma política educacional.

A partir dessa constatação, respeitando o trabalho do nobre Constituinte Victor Faccioni, nosso conterrâneo gaúcho e eminente participante desta Comissão, e com a certeza de que estamos, nesta matéria, sendo isentos e equânimes, já tivemos, em relação a uma emenda de S. Ex.<sup>a</sup>, uma posição favorável, quando introduziu, no texto constitucional, a matéria referente às cooperativas, organizando os assentamentos.

Com a isenção que o momento exige, o parecer da Relatoria não é favorável a esta emenda; é pela sua rejeição e pela manutenção do texto.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Passa-se à votação.

#### **(Procede-se à votação)**

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Aluizio Campos, José Freire, José Ulisses de Oliveira, Rodrigues Palma, Theodoro Mendes, Virgildásio de Senna, Daso Coimbra, Marcos Lima, Ziza Valadares, Aloysio Chaves, Arnaldo Prieto, Christóvam Chiaradia, Eraldo Tinoco, Francisco Benjamim, Francisco Dornelles, Inocêncio Oliveira, José Jorge, José Lins, José Santana de Vasconcellos, José Thomaz Nonô, Luis Eduardo, Mário Assad, Oscar Corrêa, Paulo Pimentel, Ricardo Fiuza, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Gerson Peres, Jarbas Passarinho, Virgílio Távora, Annibal Barcellos, Enoc Vieira, Jofran Frejat, Jonas Pinheiro, Paes Landim, Valmir Campelo, Adylson Motta, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Adolfo Oliveira, Siqueira Campos e Antonio Farias. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Carlos Mosconi, Celso Dourado, Cristina Tavares, Egídio Ferreira Lima, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, Ibsen Pinheiro, João Calmon, João Herrmann Neto, José Fogaça, José Ignácio Ferreira, José Paulo Bisol, Mário Lima, Nelson Carneiro, Nelson Friedrich, Nilson Gibson, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Severo Gomes, Sigmaringa Seixas, Délio Braz, Jorge Hage, José Gosta, José Tavares, Márcio Braga, Nelson Wedekin, Octávio Elísio, Rose de Freitas, Uldurico Pinto, Vicente Bogo, Vilson Souza, Alcení Guerra, Sandra Cavalcanti, Brandão Monteiro, Lysâneas Maciel, Carlos

Alberto Caó, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Lídice da Mata, Roberto Freire e Jamil Haddad. **ABSTENÇÃO** do Senhor Constituinte Antônio Britto.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 43 Constituintes; votaram NÃO 49 Constituintes; absteve-se de votar 1 Constituinte. Total: 93 votos. O Destaque foi **rejeitado**.

Em votação a preferência para o Destaque nº 6345, de autoria do Constituinte Bonifácio de Andrada.

**O SR. CONSTITUINTE BONIFÁCIO DE ANDRADA:** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Tem a palavra o nobre Constituinte Bonifácio de Andrada.

**O SR. CONSTITUINTE BONIFÁCIO DE ANDRADA:** – Sr. Presidente, a emenda seguinte é a do nobre Constituinte Euclides Scalco, mais ampla do que a nossa e alcança o objetivo de forma mais adequada do que a nossa proposição. Por esta razão, retiramos a nossa emenda, damos apoio à emenda do nobre Constituinte Euclides Scalco e pedimos o apoio da Casa para a emenda já citada.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – O ilustre Constituinte Bonifácio de Andrada – como todos observaram – retirou a emenda em benefício da Emenda Euclides Scalco.

Em votação a Preferência nº 4723, requerida pelo Constituinte Euclides Scalco.

Os Srs. Constituintes que aprovam o pedido de preferência queiram permanecer sentados. **(Pausa)**

Aprovado.

**Destaque nº 4723-87, do Sr. Euclides Scalco, com co-autoria: Jorge Hage e Carlos Sant'Anna, "que substitui o art. 241 do Substitutivo nº 2" (481.ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Em votação, por consequência, o Destaque nº 4723, do Constituinte Euclides Scalco.

O objetivo do Constituinte, com o seu destaque, é a substituição do art. 241, do S-2, pelo art. 282, do S-1. Há co-autorias, aqui, de Jorge Hage e Carlos Sant'Anna, e agora, também, por incorporação do ilustre Constituinte Bonifácio de Andrada. Há indicação do Constituinte Euclides Scalco para que o defensor da sua emenda seja o Constituinte Octávio Elísio, a quem concedo a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE OCTÁVIO ELÍSIO:** – Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Constituintes:

Esta emenda é bastante simples e conta com o apoio praticamente unânime desta Comissão.

O art. 241 fala da elaboração do Plano Nacional de Educação, que é uma inovação importante desse projeto e estabelece que será elaborado pelo Conselho Federal de Educação, ao contrário do que foi estabelecido antes, definindo que cabe ao Congresso Nacional a elaboração deste Plano; Isto é coerente com o que está estabelecido, antes, nas atribuições do Congresso Nacional, onde define planos e programas nacionais, regionais e setoriais.

Portanto, esta emenda é bastante simples. Nós louvamos, aqui, o Conselho Federal de Educação, instituição que tem prestado grandes serviços à educação mas, especificamente, neste caso, cabe ao Congresso Nacional e exclusivamente a ele a elaboração do Plano Plurianual de Educação. Peço, portanto, o apoio dos companheiros desta Comissão de Sistematização a esta emenda do Constituinte Euclides Scalco e Bonifácio de Andrada.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Não há oradores inscritos. Concedo a palavra ao Relator, para que se pronuncie sobre a emenda.

**A SRA. RELATORA (Sandra Cavalcanti):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, nós votamos antes, em capítulo que já foram discutidos e debatidos aqui, que uma das atribuições do Congresso é a de elaborar um Plano Nacional de Educação. Esse Plano Nacional de Educação, de duração plurianual, visa ao desenvolvimento dos níveis de ensino e a integração das ações do Poder Público, de maneira que conduzam à erradicação do analfabetismo, à universalização do atendimento escolar e à melhoria da qualidade do ensino.

Esse art. 241, do texto do Relator, coloca de forma muito clara, diante de todos nós, que a bolsa de estudo, como um instrumento normal de universalização do atendimento escolar, é uma das formas previsíveis aplicáveis, tranquilamente, dentro de um plano anual ou plurianual de educação, apenas em moldes diferentes daqueles que habitualmente vinham sendo utilizados.

Quando nós dissemos aqui, e o Relator, Senador José Fogaça, declarou que ela, a bolsa de estudo, em nenhum momento, está proibida, ela apenas não está consagrada no texto como o instrumento de chegada dessa universalização, ele estava, evidentemente, se referindo a este artigo. Só que o artigo como está, no texto, diz que o Conselho Federal de Educação é que vai definir o Plano Nacional de Educação. E não é. O Conselho Federal de Educação vai fiscalizar, vai acompanhar e regulamentar, mas quem vai definir é uma lei. E essa é uma prerrogativa do Congresso, que nós, nesta fase nova da vida democrática brasileira, estamos recuperando e readquirindo. Daí a importância da emenda, para a qual dou parecer favorável, e para a qual peço o apoio dos nobres colegas. **(Palmas)**

Durante o pronunciamento da Sr.ª Sandra Cavalcanti o Sr. Brandão Monteiro, Segundo-Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Aluizio Campos, Primeiro-Vice-Presidente.

**O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO BRITTO:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem a palavra o Constituinte Antônio Britto, pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO BRITTO:** – Sr. Presidente, gostaria apenas que ficasse bem claro que havia emenda igual a esta, neste mesmo sentido, de autoria do nobre Constituinte Carlos Sant'Anna, Líder do Governo na Assembléia Nacional Constituinte, e foi entregue à Mesa pela Liderança do PMDB.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Agradeço a V. Ex.ª a informação.

**A SRA. RELATORA (Sandra Cavalcanti):** – E vale acrescentar que, no fundo, é uma emenda de conteúdo extremamente parlamentarista.

**O SR. CONSTITUINTE ENOC VIEIRA:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem V. Ex.ª a palavra, pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE ENOC VIEIRA:** – Sr. Presidente, peço a V. Ex.ª que oriente o Plenário quanto à substitutiva que foi defendida há pouco, pois não a temos para podermos compatibilizar o texto.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Trata-se do art. 241, que diz:

"O Conselho Federal de Educação definirá o Plano Nacional de Educação, de duração plurianual, visando à articulação, ao desenvolvimento dos níveis de ensino e à integração das ações do Poder Público que conduzam à erradicação do

analfabetismo, à universalização do atendimento escolar e à melhoria da qualidade do ensino."

A única diferença da emenda para o texto é o restabelecimento do art. 281, do Primeiro Substitutivo, que em vez de usar o Conselho Federal de Educação, diz: "A lei definirá". No resto, é igual. Substitui a expressão Conselho Federal de Educação pela lei; "A lei definirá o Plano Nacional..."

**O SR. CONSTITUINTE ENOC VIEIRA:** – Obrigado a V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Esse é o objetivo da emenda.

Vai-se proceder à votação.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Ademir Andrade, Aluizio Campos, Antônio Britto, Artur da Távola, Carlos Mosconi, Carlos Sant'Anna, Cristina Tavares, Egídio Ferreira Lima, Fernando Gasparian, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Lyra, Haroldo Sabóia, Ibsen Pinheiro, João Calmon, João Herrmann Neto, José Fogaça, José Paulo Bisol, Nelson Carneiro, Nilson Gibson, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Raimundo Bezerra, Rodrigues Palma, Severo Gomes, Sigmaringa Seixas, Daso Coimbra, Délio Braz, João Agripino, Jorge Hage, José Maranhão, José Tavares, Márcio Braga, Marcos Lima, Nelson Wedekin, Octávio Elísio, Uldurico Pinto, Vicente Bogo, Vilson Souza, Ziza Valadares, Alcení Guerra, Aloysio Chaves, Antonio Carlos Mendes Thame, Arnaldo Prieto, Christóvam Chiaradia, Eraldo Tinoco, Francisco Benjamin, Inocêncio Oliveira, José Jorge, José Santana de Vasconcellos, José Thomaz Nonô, Mário Assad, Oscar Corrêa, Sandra Cavalcanti, Annibal Barcellos, Enoc Vieira, Jonas Pinheiro, Mozarildo Cavalcanti, Valmir Campeio, Antônio Carlos Konder Reis, José Luiz Maia, Adylson Motta, José Maurício, Lysâneas Maciel, Adroaldo Strecic, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Siqueira Campos, Lídice da Mata, Roberto Freire, Jamil Haddad e Antônio Farias. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: José Ignácio Ferreira, José Lins, Gerson Peres e Jarbas Passarinho. **ABSTENÇÃO** dos seguintes Senhores Constituintes: Bernardo Cabral, Jofran Frejat, Paes Landim e Paulo Pimentel.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 74 Constituintes; votaram NÃO 04 Constituintes; abstiveram-se de votar 04 Constituintes. Total: 82 votos. O Destaque foi **aprovado**.

**Destaque nº 3237-87 – Emenda nº ES-23420-0, do Sr. Márcio Braga, "que modifica o art. 287 do Substitutivo nº 1 (art. 245 do Substitutivo nº 2)." (482ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Passamos, agora, à votação do pedido de preferência do Constituinte Márcio Braga, nº 3237, relativo à Emenda nº 23420.

Os Srs. Constituintes que o aprovam queiram permanecer sentados. **(Pausa)**

Aprovado.

A Mesa deseja prestar um esclarecimento aos Srs. Constituintes:

Na planilha, a Emenda do Constituinte Márcio Braga está depois de algumas outras, mas houve um equívoco. A emenda se refere ao art. 245 que tem precedência sobre o art. 246 e outras emendas que foram transferidas, uma do Constituinte Darcy Pozza e outra do Constituinte José Maria Eymael. Por isso é que vamos votar agora a emenda do Constituinte Márcio Braga.

S. Ex.<sup>a</sup> deseja aditar ao art. 245 dois incisos: determinando que se dê tratamento diferenciado para o des-

porto profissional e não profissional; outro determinando a instituição de benefícios fiscais para fomentar práticas desportivas formais e não formais como direito de cada um.

Com a palavra o autor do destaque, Constituinte Márcio Braga, para encaminhar a fim.

**O SR. CONSTITUINTE MÁRCIO BRAGA:** – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Relatores Adjuntos, Srs. Constituintes:

A emenda foi feita ao Projeto Cabral I, porém o Projeto Cabral II, que está em votação, melhorou substancialmente a redação da parte que diz respeito ao esporte, e omitiu apenas dois conceitos que nos pareceu fundamental, daí o destaque da emenda.

No **caput** do artigo deve-se incluir o seguinte:

"É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não formais..." – aí, a emenda – como direito do cidadão, como direito de cada um, e no que diz respeito ao princípio primeiro, que é da autonomia; o segundo é a destinação de recursos públicos para o desporto educacional prioritariamente; o terceiro é a proteção e incentivo às manifestações esportivas de criação nacional. E o quarto que foi omitido e que é objeto da emenda: o princípio de que deve haver um tratamento diferenciado para o desporto profissional e o desporto não profissional.

É basicamente esta emenda, Sr. Presidente: a inclusão no **caput** do artigo da frase "como direito de cada um" depois de "formal e não formal", e a inclusão do item 4, do "tratamento diferenciado da lei ao desporto profissional e ao desporto amador".

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem a palavra para encaminhamento contra o Constituinte Gerson Peres.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, prezados Constituintes:

É interessante o comportamento de determinados colegas. Há poucos instantes, o meu eminente e respeitado colega Constituinte Márcio Braga, a quem tributo uma admiração muito grande, pessoalmente, S. Ex.<sup>a</sup> negou o seu voto para que o Estado desses recursos para bolsas de estudo de cidadãos brasileiros pobres. negou que se desse oportunidade a milhares e milhares de homens e crianças do interior do Estado, onde não há rede pública de ensino, de receberem bolsas para estudar. Agora, Srs. Constituintes, S. Ex.<sup>a</sup> pleiteia recursos da União para a sustentação do esporte, de práticas desportivas formais e não formais.

Só vim à tribuna porque me sinto arranhado na minha consciência e no meu espírito público, quando vejo esse tipo de comportamento, e quero deixar marcada a minha posição de homem público. Não posso atender à prática de esportes, formais e não formais, com o dinheiro público, com os recursos públicos, com incentivos fiscais, e negar, ao mesmo tempo, com o dinheiro público, ajuda ao estudante pobre para ir estudar numa escola particular. Eu queria que me explicassem como se destrinça um comportamento político desse tipo!

Sr. Presidente, S. Ex.<sup>a</sup> deseja ainda introduzir no Cabral II um inciso que precisa ficar bem explicitado. Chamo a atenção dos colegas para o fato de que a CBD e a CBF não me importam, porque ali não tenho a menor participação.

A CBD e a CBF são ninhos de brigas e interesses permanentes, onde pontifica uma soma de recursos incommensuráveis que a Nação não sabe para onde vai, e precisa saber. E aqui tem um inciso – chamo atenção dos

Constituintes, se querem legislar – um inciso duvidoso, um inciso que é uma arapuca:

"Inciso II – A legislação desportiva adotará os seguintes princípios e normas congêneres: tratamento diferenciado para o desporto profissional e não profissional."

Por que esse tratamento diferenciado? Em que campo? No campo técnico? No campo da distribuição de recursos? A Constituição não diz, mas estabelece o princípio de que tem que haver a diferenciação do tratamento do não profissional para o profissional. Isso deveria ser explícito aqui, porque o que entendo hoje, no Brasil, é que o esporte é uma fonte de renda muito grande que precisa ser melhor fiscalizada pelo Congresso Nacional, mas muito bem fiscalizada, para que se possa saber para onde vão as rendas imensas, todos os sábados e domingos, nos grandes estádios brasileiros.

Até hoje não tive a felicidade, como homem público, de ler um relatório da distribuição desses recursos auferidos nos estádios de desportos no meu País.

Portanto, prezados colegas, estas duas emendas do Deputado Márcio Braga, em que pese todo o meu respeito por S. Ex.<sup>a</sup>, precisavam ser mais explícitas e não ficarem assim com uma dúvida interpretação. E pediria a atenção dos colegas que não votassem por simpatia. Tenho por S. Ex.<sup>a</sup> grande estima e simpatia, mas vou votar contra, porque esta emenda não se compatibiliza com os altos interesses dos desportos brasileiros.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A Presidência deseja esclarecer que a emenda do Constituinte Márcio Braga contém um inciso aditivo, que é exatamente igual ao **caput** do art. 245. Diz ela:

"Fomentar práticas desportivas formais e não formais."

O texto do art. 245 diz:

"É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não formais, dentro dos seguintes princípios..."

Então, peço a atenção do Constituinte Artur da Távola, que irá defender a favor e, certamente, esclarecerá esse ponto.

Tem a palavra o Constituinte Artur da Távola.

**O SR. CONSTITUINTE ARTUR DA TÁVOLA:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, há momentos em que se dá até graças a Deus de a Casa estar um tanto desatenta, porque, nesses momentos, não fosse a Casa desatenta, haveria o risco do brilho do Constituinte Gerson Peres encantar a todos. Apenas o brilho do Constituinte Gerson Peres, no caso, está se aplicando sobre uma emenda que não existe. Trata-se de uma brilhante peroração sobre o que não é a emenda do nobre Constituinte Márcio Braga.

Em nenhum momento o Constituinte Gerson Peres convenceu a Casa de que o Constituinte Márcio Braga está querendo dar incentivos fiscais ao esporte. Não é o caso. Se alguém votar concordando com o Constituinte Gerson Peres, com o conteúdo da fala do Constituinte Gerson Peres, que é louvável, não estará votando a emenda em questão. A emenda em questão é muito clara e apenas repõe um texto proveniente da Comissão 8, que acrescenta ao texto, no art. 245, cinco palavras. Diz o texto do art. 245:

"É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não formais, como direito de cada um, dentro dos seguintes princípios..."

Essa é a emenda do Constituinte Márcio Braga, que as práticas formais e não formais sejam direito de cada

um e este conteúdo merece a aprovação dos Srs. Constituintes. Por quê? Primeiro, o que é prática desportiva formal? É a prática desportiva, digamos assim, oficializada, realizada nos clubes, realizada de modo dirigido por entidades especializadas. O que é a prática desportiva não formal? É a prática desportiva que brota espontaneamente nas comunidades; é o **cooper** que fazem na praia; é o futebol que nesta Casa possui grandes ases, como o Constituinte Roberto Freire, que recentemente marcou três gols, emendando de primeira um centro do nobre Constituinte Lula. Esta é a prática de desporto não formal, aquela que é praticada fora das entidades, fora das federações. São as milhares de pessoas que, seguindo o Constituinte Pimenta da Veiga, vão pelas ciclovias de Brasília pedalando, exigendo-se, encontrando, portanto, práticas não formais.

O que diz a emenda: "que as práticas não formais são direito de cada um". Por quê? Exatamente para impedir aquilo que Estados autoritários, muitas vezes, colocam: as idéias fascistóides de eugenia, de aprimoramento de raça.

A idéia de entregar a prática do desporto formal e não formal como direito individual antagoniza-se às práticas impostas pelo Estado. É este o primeiro objetivo da emenda.

O segundo objetivo: acrescentar, ao fim da relação de princípios desportivos de nossa Constituição, a seguinte expressão: "tratamento diferenciado para o desporto profissional e não profissional".

O Constituinte Gerson Peres profligou a destinação de verbas do Estado para o desporto. É exatamente esta a finalidade da emenda: separar, na legislação, o desporto amador do desporto profissional, porque eles possuem uma natureza diferente. O desporto profissional é hoje quase que uma atividade mercadológica. O desporto amador é um atividade educativa, feita nas escolas, nos clubes. Então, é justo e lícito que o desporto amador possua a mesma legislação do desporto profissional? Evidentemente, não.

Eu concluo, já que o meu tempo se esgota, de certa forma agradecendo à Casa a desatenção, porque o Constituinte Gerson Peres, com seu brilho, convenceria a todos a votar contra uma emenda que não existe, quando é de nosso dever, em nome de uma Constituição em bons termos, votar a emenda que existe, em boa hora trazida pelo nobre Constituinte Márcio Braga, com a finalidade de repor o texto que houvera sido aprovado na Comissão 8, que por certo merecerá da Relatoria, bem como dos Srs. Constituintes, plena aprovação.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Muito obrigado a V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. CONSTITUINTE FRANCISCO ROSSI:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem a palavra, para uma questão de ordem, o nobre Constituinte Francisco Rossi.

**O SR. CONSTITUINTE FRANCISCO ROSSI:** – Tenho aqui uma dúvida, Sr. Presidente: o nobre Constituinte Márcio Braga está destacando, do inciso V da sua emenda, expressão "como direito de cada um" e a inserindo no **caput**. Pergunto a V. Ex.<sup>a</sup> se regimentalmente isso é possível.

**O SR. CONSTITUINTE MÁRCIO BRAGA:** – Sr. Presidente, pela ordem, para contraditar e esclarecer a digna Relatoria.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem a palavra, para contraditar, o nobre Constituinte Márcio Braga.

**O SR. CONSTITUINTE MÁRCIO BRAGA:** – A emenda foi feita ao Projeto Cabral I que tinha um texto. O Projeto

Cabral II aparece com texto completamente diferente daquele do Cabral I, e muito melhor. Então, o que está se destacando para votar são, exclusivamente, duas expressões. No **caput** do artigo, depois de "formal e não formal", e não significa a "pelada" que os Deputados jogam lá no campo particular, isso é não formal, não precisa de incentivo fiscal, não precisa de recurso público, para ninguém jogar futebol no campinho de "pelada" ou na praia, que tem que ser um direito do cidadão – entrará a expressão "como direito de cada um". Não há incentivo, não há recurso público, entra "como direito de cada um". E a inclusão de um item IV, que dirá "tratamento diferenciado", ou seja, a lei dará tratamento diferenciado para o esporte profissional e outro para o amador. Mais claro que isso não conheço.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – A Presidência esclarece ao nobre Constituinte Francisco Rossi e ao Plenário que, quando o Constituinte Márcio Braga, como ele próprio reiterou, apresentou a emenda, o texto do **caput** não era este, a sua emenda foi, evidentemente, aproveitada pelo Relator e transformada no **caput** do artigo, em parte. Então, a parte fundamental é: "É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não formais".

De maneira que a emenda só subsistirá para acrescentar ao **caput**, depois da expressão "formais e não formais, como direito de cada um". Pode ser que V. Ex.<sup>a</sup> entenda que isso seja tautológico, mas a emenda é essa, em relação ao **caput**. E a outra é uma emenda aditiva sobre tratamento profissional e não profissional.

**A SRA. CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES:** – Sr. Presidente, queria lembrar a V. Ex.<sup>a</sup> que, hoje, ainda teremos que votar ciência e tecnologia; comunicação; meio ambiente; família e índio. Se continuarmos assim, vamos jogar para o Plenário coisas que são da maior significação. Faço um apelo a V. Ex.<sup>a</sup> para que apresse os trabalhos.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – De agora em diante, vamos admitir que um fale a favor e outro contra, para apressarmos o processo.

Tem a palavra o Constituinte Paes Landim, para encaminhamento contra. Peço que S. Ex.<sup>a</sup> seja rápido.

**O SR. CONSTITUINTE PAES LANDIM:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a emenda do Constituinte Márcio Braga piora o texto, que já é lastimável. O texto, realmente, não se compadece com princípios constitucionais é um programa de política governamental. Promover e proteger o desporto é dever do Estado – bastaria isso.

Há uma série de detalhamentos próprios de uma estrutura governamental, de uma política de Governo que nada tem a ver. O nobre Constituinte Artur da Távola falou aqui, Sr. Presidente, que essa emenda protegeria o direito do cidadão de caminhar na praia. Será possível que até isso o Estado precisa proteger também, Sr. Presidente?

Vejamos, também, aqui, o risco dessa emenda. Quando o texto atual, vigente, fala em incentivos, o Constituinte Márcio Braga, na sua emenda, retirou a palavra "fiscais", da expressão "incentivos fiscais". Mas ficou a palavra incentivo. Nós estamos correndo o risco, Sr. Presidente, de criar também um cartório no desporto. É um risco grave e é lastimável que esse texto constitucional esteja aqui presente.

Por isso, Sr. Presidente, para não piorar o texto, acho que seria da maior importância não se aceitar a emenda do Constituinte Márcio Braga.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Tem a palavra o Relator.

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – Sr. Presidente, Srs. Membros da Comissão de Sistematização, a Relatoria tem claro o texto proposto pelo nobre Constituinte Márcio

Braga. S. Ex.<sup>a</sup> apresentou uma emenda ao Substitutivo I. O Relator, no Substitutivo II, deslocou a expressão "formais e não formais" para o **caput**, e agora S. Ex.<sup>a</sup> o Constituinte Márcio Braga se vê obrigado também a deslocar a sua emenda para o **caput**, onde diz:

"É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não formais como direito de cada um."

Aí, é claro e expreso o desejo de S. Ex.<sup>a</sup> em proteger o direito de opção individual, não transformar a prática esportiva numa prática obrigatória e imposta, cujo princípio, cuja ideologia já propiciou, neste País, o surgimento de leis que viram no esporte uma concepção fascista da formação do homem, buscando nele o aperfeiçoamento da raça.

Para evitar isso, o Deputado Márcio Braga propõe que o texto inclua "como direito de cada um", o que permite, portanto, a proteção ao direito da opção individual. De outra parte, S. Ex.<sup>a</sup> introduz também um tratamento diferenciado para o esporte profissional e para o não profissional. A Relatoria vê nisso um favorecimento claro e inequívoco do esporte não profissional, para o qual, por certo, terão então que ser destinadas as verbas, terão que ser destinados os recursos públicos, porque o esporte profissional tem os seus meios próprios de renda, tem os seus meios próprios de sobrevivência, tem as suas fontes de recurso. O tratamento diferenciado vai beneficiar o esporte amador, o esporte não profissional. E como a emenda é aditiva, permanece o inciso II, que diz:

"Destinação de recursos públicos para amparar e promover prioritariamente o desporto educacional."

Nesse sentido, considerando que os objetivos da emenda favorecem e aprimoram o texto, o parecer da Relatoria é pelo acolhimento favorável à emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Em votação.

(Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Antônio Britto, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Carlos Mosconi, Cristina Tavares, Egídio Ferreira Lima, Fernando Gasparian, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Lyra, Haroldo Sabóia, Ibsen Pinheiro, João Calmon, João Herrmann Neto, José Fogaça, José Ignácio Ferreira, José Paulo Bisol, Manoel Moreira, Milton Reis, Nelson Carneiro, Nelson Friedrich, Nilson Gibson, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Severo Gomes, Sigmaringa Seixas, Chagas Rodrigues, João Agripino, José Tavares, Márcio Braga, Nelson Wedekin, Octávio Elisio, Roberto Brant, Rose de Freitas, Uldurico Pinto, Vicente Bogo, Vilson Souza, Ziza Valadares, Alcení Guerra, Aloysio Chaves, Francisco Benjamim, José Jorge, Oscar Corrêa, Sandra Cavalcanti, Annibal Barcellos, Jonas Pinheiro, Valmir Campeio, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, José Luiz Maia, Adylson Motta, Lysâneas Maciel, Carlos Alberto Caó, Adroaldo Streck, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Lídice da Mata, Roberto Freire e Jamil Haddad. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Aluísio Campos, José Freire, Rodrigues Palma, Theodoro Mendes, Délio Braz, Arnaldo Prieto, Christóvam Chiaradia, Eraldo Tinoco, Inocência Oliveira, José Lins, José Santana de Vasconcellos, Marcondes Gadelha, Mário Assad, Paulo Pimentel, Enoc Vieira, Furtado Leite, Jofran Frejat, Paes Landim, Gerson Peres, Virgílio Távora, Siqueira Campos e Antonio Farias. **ABSTENÇÃO** dos seguintes Senhores Constituintes: José Thomaz Nonô e Luís Eduardo.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 65 Constituintes;



votaram NÃO 22 Constituintes; obstiveram-se de votar 02 Constituintes. Total: 89 votos. O Destaque foi **aprovado**.

**Destaque nº 2772-87 – Emenda nº ES-31976-1, do Sr. José Maria Eymael, "que substitui o art. 287 do Substitutivo nº 1 (art. 245 "caput" do Substitutivo nº 2)". (483.<sup>a</sup> votação)**

**SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Passamos, agora, à votação do Destaque nº 2772, sobre a Emenda nº 31973, do Constituinte José Maria Eymael.

Em votação a preferência.

Os Srs. Constituintes que estão de acordo permaneçam como se encontram. **(Pausa)**

Aprovada.

Tem a palavra o eminente autor, para defender o seu destaque.

**SR. CONSTITUINTE JOSÉ MARIA EYMAEL:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, trata-se de uma emenda aditiva ao Capítulo da Educação, Cultura e Desportos, que estabelece o seguinte, na sua forma singela: "A lei assegurará incentivos específicos para o lazer social."

Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup>. e Srs. Constituintes, estamos completando a votação do Capítulo pertinente à Educação, à Cultura e ao Esporte, e não podemos completar o texto constitucional nesta área sem que ergamos, como monumento constitucional, como norma constitucional, a importância da figura do lazer social, como relevante para o interesse público, para o interesse da Nação.

O que é, o que significa lazer social? O que representa essa expressão? Na linguagem e no entendimento internacional aceitos, o lazer social representa exatamente o lazer das massas desvalidas trabalhadoras, principalmente aquelas de pequena ou pouca renda. O que se deseja com esta emenda é afastar a situação atual, na qual, pela inexistência de normas específicas que orientem o setor público, ou pela falta de incentivo à iniciativa privada, o que nós temos é a população trabalhadora totalmente afastada deste elementar direito humano, que é o direito de poder usufruir a vida e não apenas consumi-la na repetição estafante das jornadas de trabalho. O que se quer é assegurar, a nível constitucional, este direito-aspiração do seu humano, o direito de buscar a felicidade e a encontrá-la, na medida do possível.

Na cidade que conheço mais de perto, São Paulo, se nós formos num final de semana à periferia, vamos ver aquelas imensas vagas humanas sem ter aonde ir, sem ter o que fazer. Na zona leste de minha cidade, centenas de milhares de pessoas estão apenas a 80 km do mar, mas vão passar a vida sem uma única vez sentir o que é caminhar na areia de uma praia ou o que é encher os olhos com a visão do mar. E, assim, podemos repetir situação por situação.

O que peço, Sr. Presidente, é que seja aprovada esta norma, para que a vida dos trabalhadores não se resume apenas – como se resume hoje, para a maioria dos brasileiros – tão-somente a nascer, trabalhar e morrer.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Para encaminhar contra, tem a palavra o Constituinte Eraldo Tinoco.

**O SR. CONSTITUINTE ERALDO TINOCO:** – Sr. Presidente, efetivamente, tenho constrangimento em falar contra uma emenda do ilustre Constituinte José Maria Eymael, tão operoso, tão atento, tão disposto oferecer a sua contribuição ao processo constitucional.

Entretanto, Sr. Presidente, parto de uma posição filosófica a respeito do que deva ser um texto constitucional. E, nesse posicionamento, defendo que uma Constituição

deva ser concisa, prática, objetiva e viável, para evitarmos que o seu texto caia no desuso, no desrespeito e no esquecimento de todos os componentes da sociedade.

Efetivamente, Srs. Constituintes, colocar no texto constitucional um dispositivo assegurando incentivos específicos para o desenvolvimento do lazer social representa matéria inadequada; é matéria para uma política de governo, é matéria para programa de assistência social, de desenvolvimento comunitário do setor de educação e até mesmo do setor de saúde e do bem-estar social, mas nunca para figurar em um texto constitucional. Se pudéssemos contemplar, na Constituição, matéria deste quilate, em todas as direções, em todos os sentidos, poderíamos resumir tudo isso numa frase e dizer no artigo: "É assegurado a todo brasileiro o paraíso terrestre".

Sr. Presidente, na medida em que tenhamos uma política governamental adequada, na medida em que os recursos públicos sejam suficientes e tenhamos condições de incentivos pela via fiscal ou pela via do apoio, aí sim! Mas, não figurar esta determinação no texto constitucional, porque com todas as medidas que estamos vendo nesta Constituição, teremos que fazer uma indagação: de onde sairão os recursos para financiamento de todas essas possibilidades? O Erário já penaliza o contribuinte brasileiro de forma insuportável. Se colocarmos no texto mais e mais dispositivos, estaremos condenando-os à não aplicação prática, ou contribuindo para uma carga fiscal ainda maior sobre o contribuinte brasileiro.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Em nome da Relataria, tem a palavra a Constituinte Sandra Cavalcanti.

**A SRA. CONSTITUINTE SANDRA CAVALCANTI:** – Sr. Presidente, a Emenda diz: "A lei assegurará incentivos específicos para o lazer social". Esta redação, evidentemente, não sobrecarrega o texto constitucional, não cria vínculos, não obriga, necessariamente, a compromissos imediatos, mas abre um caminho muito salutar, porque, ao lembrar, no Texto da Constituição, que a lei pode vir a assegurar incentivos específicos para o lazer, o autor da Emenda está querendo colocar, diante da comunidade, da população e dos governantes, incluindo nas políticas de governo, nas iniciativas de prefeituras municipais e secretarias de Estado, a lembrança de que a população brasileira, que hoje é quase majoritariamente urbana, merece que não seja esquecido o lazer social.

Esta é uma conquista da moderna ciência. Todos, hoje, sabemos que o acotovelamento das grandes cidades, as dificuldades diárias do deslocamento de casa para o trabalho, o tamanho ínfimo das chamadas habitações populares, a reduzida dimensão dos casebres e das casinhas que se constroem nas periferias e nas favelas provocam, realmente, na população urbana uma reação nervosa que se projeta em forma de violência. Há estudos moderníssimos, hoje, mostrando que a violência, cada dia maior nos grandes centros urbanos, nasce desse confinamento, desse acotovelamento e da falta de um lazer. Então, a lembrança é muito boa, não obriga, não implica em despesa imediata, não vincula, não cria cargos, não inventa modas novas, mas fica ali, no texto constitucional como um chamamento, como uma sugestão de natureza política.

Confesso que acho a lembrança do Constituinte José Maria Eymael muito boa e não vejo por que um período a mais na Constituição possa vir a torná-la maior, mais gorda e mais pesada, principalmente, quando o texto é para tornar a vida da população urbana deste País um pouco mais leve e um pouco mais humana.

O parecer da Relataria é favorável à Emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Em votação.

**(Procede-se à votação)**

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Ademir Andrade, Aluizio Campos, Bernardo Cabral, Carlos Mosconi, Fernando Lyra, Haroldo Sabóia, João Calmon, João Herrmann Neto, José Fogaça, José Paulo Bisol, José Richa, Manoel Moreira, Nelton Friedrich, Nilson Gibson, Paulo Ramos, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Rodrigues Palma, Sigmaringa Seixas, João Agripino, Jorge Hage, José Tavares, Márcio Braga, Nelson Wedekin, Octávio Elísio, Roberto Brandt, Rose de Freitas, Aldurico Pinto, Vicente Bogo, Vilson Souza, Ziza Valadares, Alcenio Guerra, Antonio Carlos Mendes Thame, Carlos Chiarelli, Christóvam Chiaradia, Inocêncio Oliveira, José Jorge, José Lins, José Thomaz Nonô, Mário Assad, Paulo Pimentel, Sandra Cavalcanti, Annibal Barcellos, Furtado Leite, Jonas Pinheiro, José Lourenço, Valmir Campelo, Darcy Pozza, Virgílio Távora, Victor Faccioni, José Maurício, Carlos Alberto Caó, Adroaldo Streck, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Plínio Arruda Sampaio, José Genoíno, Adolfo Oliveira, Siqueira Campos e Lídice da Mata. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Almir Gabriel, Antônio Britto, Artur da Távola, Cristina Tavares, Egídio Ferreira Lima, José Freire, José Ulisses de Oliveira, Nelson Carneiro, Pimenta da Veiga, Theodoro Mendes, Délio Braz, Marcos Lima, Aloysio Chaves, Eraldo Tinoco, Francisco Benjamim, Luís Eduardo, Oscar Corrêa, Ricardo Fiúza, Enoc Vieira, José Luiz Maia, Roberto Freire e Beth Azize. **ABSTENÇÃO** dos seguintes Senhores Constituintes: Jofran Frejat e Adylson Motta.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 61 Constituintes; votaram NÃO 23 Constituintes; abstiveram-se de votar 02 Constituintes. Total: 86 votos. O Destaque foi **aprovado**.

Encerrado o Capítulo III – Da Educação, da Cultura e do Desporto.

Concedo a palavra ao eminente Constituinte João Calmon.

**O SR. CONSTITUINTE JOÃO CALMON:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, falo hoje, pela primeira vez, no Plenário da Comissão de Sistematização, no momento em que a Assembléia Nacional Constituinte está sendo criticada, atacada, vilipendiada, damos a melhor resposta aos nossos detratores, aprovamos o magnífico Capítulo da Educação, da Cultura e do Desporto, no qual está inserido o art. 238, que nem sequer chegou a ser votado, porque conseguiu a unanimidade desta Casa, numa esplêndida demonstração suprapartidária.

Diz o artigo:

"Art. 238. A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, inclusive a proveniente de transferência, na manutenção e desenvolvimento do ensino."

Esta é a mais eloquente demonstração de que não têm fundamento esses ataques absolutamente imperdoáveis, que são assacados contra a Assembléia Nacional Constituinte, incluindo até a figura desse mestre das letras jurídicas do nosso País, que é o Relator Bernardo Cabral, que se empenhou, de corpo e alma, para que se concretizasse essa magnífica vitória da Educação. **(Palmas)**

Desejo também agradecer ao Constituinte José Serra, eminente economista e também professor emérito, que tomou a iniciativa de retirar o destaque para a sua emenda, a fim de que esse artigo, que vai quase duplicar, na área federal, os recursos para educação, pudesse ser aprovado sem nem sequer ser submetido à votação.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, devemos orgulhar-nos da Assembléia Nacional Constituinte, que prova, no dia de hoje, que a Educação não é apenas uma prioridade nacional, é também unanimidade nacional.

Viva a Assembléia Nacional Constituinte! **(Muito bem! Palmas. O orador é efusivamente cumprimentado)**

**O SR. CONSTITUINTE AFONSO ARINOS:** – Peço a palavra, pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Com a palavra o nobre Constituinte Afonso Arinos, nosso eminente Presidente.

**O SR. CONSTITUINTE AFONSO ARINOS:** – Apenas para acrescentar um tópico à esplêndida e entusiástica exposição do Constituinte João Calmon. S. Ex.<sup>a</sup> se esqueceu de um pormenor: o autor dessa disposição constitucional chama-se João Calmon. Então, peço também uma salva de palmas para o eminente Constituinte brasileiro. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Com a palavra o Relator Bernardo Cabral.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes e em especial o Constituinte João Calmon, o Relator – e acho que expresse o ponto de vista dos Companheiros que me têm auxiliado nesta difícil missão, de relatar este substitutivo – desejo fazer um registro: a partir desta data, a educação no Brasil é sinônimo de João Calmon. No passado, El Cid foi chamado "O Campeador". V. Ex.<sup>a</sup>, Constituinte João Calmon, pela sua bravura, pela sua resistência, pela sua dedicação, pelas horas de sono perdidas, acompanhando a redação deste Substitutivo, é um campeão, e ambos, Vossa Excelência e eu, sabemos das agruras que V. Ex.<sup>a</sup> passou para que fosse inserido nesse texto, quero dizer que – e acho que interpreto, em nome da nossa Comissão de Sistematização, o pensamento dos nossos colegas – tenho a honra de ser Constituinte, estando ao seu lado na Assembléia Nacional Constituinte. **(Palmas)**

Ainda, com a palavra, quero agradecer à ilustre Constituinte Sandra Cavalcanti, não menos ilustre professora deste País, a contribuição e a colaboração que S. Ex.<sup>a</sup> deu a esta Relatoria, no Capítulo da Educação, da Cultura e do Desporto. A Relatoria está de parabéns tendo uma colaboradora como V. Ex.<sup>a</sup>, Constituinte Sandra Cavalcanti.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A Mesa, depois dos pronunciamentos dos eminentes Constituintes João Calmon, do nosso Presidente Afonso Arinos e do nosso Relator, o ilustre Constituinte Bernardo Cabral, não só se congratula como se associa a essas manifestações, porque a melhor resposta que esta Comissão tem dado aos ataques que lhe têm sido feito é a dedicação, a independência e a serenidade com que se tem comportado nas suas decisões a respeito das matérias constitucionais.

**A SRA. CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES:** – Senhor Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Antes de entrar no Capítulo da Ciência e Tecnologia, dou a palavra, pela ordem à Constituinte Cristina Tavares.

**A SRA. CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES:** – Senhor Presidente, Sras. e Srs. Constituintes:

Ao entrarmos no Capítulo IV – da Ciência e Tecnologia, o fazemos num momento histórico, em que o governo dos Estados Unidos, através do seu Presidente Ronald Reagan, toma atitudes de hostilidade contra o Brasil.

Em nota publicada, hoje, nos Estados Unidos, o Presidente Reagan declara:

**"DECLARAÇÃO DO PRESIDENTE REAGAN**

Estou anunciando hoje minha intenção de aumentar as tarifas sobre exportações brasileiras para os Estados Unidos e de proibir importações do Brasil de certos componentes de computador, em virtude da manutenção, pelo Brasil, de práticas comerciais injustas nessa área.

A política brasileira de Informática, em vigor desde a década de 70, restringe severamente a participação estrangeira no seu mercado de computadores e de produtos correlatos."

Sr. Presidente, não é verdade, a IBM, empresa multinacional estabelecida no Brasil, detém 50% do mercado nacional e é a BRANDT norte-americana que dá mais lucro no mundo:

"Os Estados Unidos têm demonstrado ao Brasil, durante conversações bilaterais e multilaterais que vêm sendo realizadas desde 1983, suas preocupações nesse sentido, sem nenhum sucesso. Em setembro de 1985, solicitei uma investigação dessas práticas, segundo a Seção 301 da Lei de Comércio de 1974 e em outubro de 1986, conclui que a política brasileira de Informática era injusta, bem como criava um grande ônus e severa restrição ao comércio americano. Ordenei a suspensão de uma parte dessa investigação depois que o Brasil se comprometeu a implementar sua Lei de Informática de maneira mais flexível, razoável e justa.

Recentes acontecimentos no Brasil indicam que esse compromisso não está sendo mantido. Particularmente, o Governo brasileiro rejeitou o pedido de uma companhia americana de **software** para a comercialização de seu produto no Brasil, sob a alegação de que uma companhia brasileira fabrica um produto que é "funcionalmente equivalente". Essa decisão estabelece um precedente que efetivamente proíbe as companhias americanas de participarem do mercado brasileiro de **software**. E também provável que incentive a pirataria do **software** estrangeiro, visto que a demanda por produtos proibidos irá continuar.

Em virtude disso, tenciono aumentar as tarifas para compensar as oportunidades de vendas perdidas por companhias americanas, estimadas em 105 milhões de dólares e proibir a importação de produtos brasileiros de informática protegidos pela política de "reserva de mercado" do Brasil. Tão logo o Brasil reverta esse quadro e decida cumprir seu compromisso com os Estados Unidos, estarei preparado para suspender essas sanções.

O Brasil é um bom amigo dos Estados Unidos, e nós apoiamos os esforços que vem desenvolvendo para restaurar suas instituições democráticas. O Brasil, porém, é também um grande beneficiário do sistema mundial de comércio, cuja abertura não poderá ser mantida se os mercados forem deliberadamente fechados e se forem estabelecidas políticas incompatíveis com um sistema de comércio mais livre e aberto."

Sr. Presidente, a decisão do Governo dos Estados Unidos de adotar represálias comerciais contra exportações brasileiras, alegando prejuízos causados pela política brasileira de informática, é inoportuna, ilegal e injusta.

Inoportuna, porque vem interrompendo um processo de diálogos que já havia propiciado encontrar pontos de convergência e soluções satisfatórias para várias questões de interesse dos dois países.

Ilegal, porque se trata de medida unilateral e arbitrária, tomada à margem dos procedimentos previstos a nível internacional para a solução de disputas comerciais, em especial os do GATT.

Injusta, porque tem como alvo uma indústria nascente de um país em desenvolvimento e visa abstar o crescimento da capacidade tecnológica nacional em um setor indispensável para o bem-estar do povo brasileiro e a sua soberania.

Como já ficou demonstrado, inclusive em conversações bilaterais com autoridades norte-americanas, a política brasileira de informática é perfeitamente compatível com as nossas obrigações multilaterais, encontrando amparo nos artigos 12, 18 e 21 do Tratado que estabeleceu o GATT.

Por outro lado, o Governo brasileiro vinha demonstrando flexibilidade e pragmatismo no exame de casos específicos de interesse dos Estados Unidos, mantido sempre o respeito à lei e às normas jurídicas do país.

O envio ao Congresso do Projeto de Lei de **Software**, no qual se estabelece o princípio do direito autoral para proteção aos programas de computadores, foi uma importante demonstração de boa vontade de nossa parte, que está sendo posta de lado com a presente decisão.

A presente atitude do Governo norte-americano é tão mais surpreendente quanto não se baseia em nenhum fato que tenha contrariado compromissos assumidos durante os entendimentos mantidos entre os dois países.

Ao estendermos a nossa solidariedade aos setores econômicos, ora sob ameaça, temos a certeza de que estes compreenderão que o verdadeiro alvo das medidas é o desenvolvimento tecnológico do País, que é e deve ser um patrimônio de todos.

Sr. Presidente, em 1975, o Senado Federal apreciou o Projeto de Lei nº 3, de autoria do então Senador José Sarney.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos. Fazendo soar a companhia).**

Concluo, Sr. Presidente, mas peço a V. Ex.<sup>a</sup> que, diante da relevância da matéria, me conceda mais um minuto.

Em 1975 o Senado Federal apreciou um projeto de lei assinado pelo então Senador José Sarney, hoje Presidente da República, no qual o Presidente Ernesto Geisel autorizava o Poder Executivo a suspender, parcial ou totalmente, o licenciamento de importações de mercadorias originárias do país ou países cujos governos adotassem medidas de restrição ou impedissem o ingresso de mercadorias brasileiras nos respectivos mercados. Hoje o Senado da República do Brasil aprecia um projeto idêntico, de autoria do Senador Severo Gomes, legítima defesa nacional. No momento em que os Constituintes irão votar o capítulo da Ciência e Tecnologia parece-me oportuno, neste momento histórico, lembrar aos Srs. Constituintes o direito inalienável, soberano do País de defender o seu mercado nacional.

Era o que eu tinha a dizer. Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – A Mesa encarece aos Srs. Constituintes a tomarem os seus lugares porque agora vamos passar à votação de um capítulo da maior importância e que constitui uma inovação em matéria constitucional.

**Destaque nº 0941-87 – Emenda nº 1P-05663-2, da Sr.<sup>a</sup> Cristina Tavares, "que modifica o art. 395, §§ 1º, 2º e 3º, do Projeto de Constituição (art. 246 (§§) do Substitutivo nº 02)". (484.<sup>a</sup> votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Em votação a preferência 941, de autoria da Constituinte Cristina Tavares. (Pausa)

Os Srs. que a aprovam queiram permanecer sentados.

**(Pausa)**

Aprovada a preferência, passamos à votação do Destaque nº 941 que acrescenta três parágrafos ao art. 246 do Projeto.

A Constituinte Cristina Tavares indicou o nobre Professor e Constituinte Florestan Fernandes, para encaminhar a favor.

**O SR. CONSTITUINTE FLORESTAN FERNANDES:**

– Sr. Presidente, esta emenda resulta de um estudo feito pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, para que a parte sobre ciência e tecnologia não fique apenas voltada para a economia, mas tenha uma vinculação mais profunda com o desenvolvimento da pesquisa científica e tecnológica.

O Relator Bernardo Cabral, já com referência ao "Cabral I", iria fazer o aproveitamento do texto, elaborado originalmente por mim, em colaboração com o Professor José Albertino e Dr. Pedro Dallari. Mas, infelizmente, houve alguma confusão, o texto não foi devidamente aproveitado e o Relator Bernardo Cabral se dispôs a ser o padrinho da criança nesta ocasião. Portanto, cabe-me apenas indicar o objetivo da emenda. Ela muda o **caput** e introduz três parágrafos. A mudança do **caput** não tem grandes conseqüências, mas os três parágrafos se relacionam ao seguinte:

Primeiro: a pesquisa científica básica desenvolvida com plena autonomia receberá tratamento prioritário do Poder Público;

segundo: a pesquisa tecnológica voltar-se-á para a solução dos grandes programas brasileiros em escala nacional, regional e local;

terceiro: o compromisso do Estado com a ciência e a tecnologia deverá assegurar condições para a valorização de recursos humanos nela envolvidos e para ampliação, plena utilização e renovação permanente da capacidade técnico-científica instalada no País.

Como se vê, esta emenda visa incorporar à Constituição medidas que protejam o desenvolvimento da pesquisa básica. É sobre essa pesquisa básica que se alicerça o desenvolvimento da tecnologia.

As pesquisas tecnológica e básica formam um marco indissolúvel. Não é possível conquistar maior autonomia na área da tecnologia de ponta, da tecnologia avançada, sem maior avanço no desenvolvimento da pesquisa básica e do conhecimento científico teórico.

Portanto, essa emenda tem uma grande importância, e seria uma homenagem desta Casa à Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, que desempenhou um papel relevante no desenvolvimento da pesquisa científica e tecnológica do País.

Devo agradecer, aqui, a colaboração que tive da Constituinte Cristina Tavares e dos Constituintes Octávio Elísio e Olívio Dutra, que também deram apoio a essa emenda, e chegaram a apresentar emendas que patrocinam a mesma proposição.

Quero agradecer ao Constituinte Bernardo Cabral a maneira pela qual S. Ex.<sup>a</sup> recebeu a comissão de cientistas, que aqui vieram de várias partes do País pedir o seu apoio para que essa emenda recebesse o seu alto patrocínio. Acredito que o País terá nessa medida uma arma para lutar por sua autonomia científica e tecnológica.

Muito obrigado, Sr. Presidente, e muito obrigado ao Relator Bernardo Cabral, ilustre jurista, pela colaboração que nos prestou e pela colaboração que irá levar hoje, ainda. Muito obrigado. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Com a palavra o Sr. Relator.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, vai usar da palavra, como Relator Auxiliar, nessa área de Ciência e Tecnologia, o eminente Constituinte Virgílio Távora.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Com a palavra o Constituinte Virgílio Távora, em nome da Relatoria.

**O SR. RELATOR (Virgílio Távora):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, embora curto, sucinto, talvez seja um dos capítulos mais afirmativos desta Constituição esse da Ciência e Tecnologia. Honramo-nos de ter sido seu Relator, e aqui de público queremos fazer nossos agradecimentos ao eminente Constituinte Severo Gomes, pela sua contribuição inestimável a respeito.

Feito esse intróito, passemos à apreciação da emenda da eminente Constituinte Cristina Tavares, e do não menos ilustre Constituinte Florestan Fernandes. Há pouco houve a afirmativa de que um dos capítulos mais afirmativos com que os Srs. se defrontavam era justamente este da Ciência e da Tecnologia. Não desci a detalhes, mas procurava justamente deixar bem expressa a vontade do País de ter o desenvolvimento autônomo tecnológico, ter a sua capacitação assegurada pelos instrumentos dele constantes.

Trata-se de uma emenda que, podemos justamente dizer, vem completar essa idéia central, essa idéia de capacitação autônoma tecnológica, e ao mesmo tempo faz, sem a menor sombra de dúvida, sem nenhum excesso, a aglutinação do meio científico com esta busca pelo poder público desse desiderato. Fraqueza muito grande do nosso desenvolvimento tecnológico foi sempre a separação entre Poder Executivo, pelos seus diferentes órgãos, e a comunidade científica.

O que diz a emenda em questão? Primeiro: "O tratamento prioritário do Poder Público, a pesquisa científica básica...", pela primeira vez inserimos em um texto constitucional, neste País, esta afirmativa enxuta mas que não deixa a menor dúvida a respeito. Em seguida, o direcionamento que essa pesquisa tecnológica tem, não para satisfação de vaidade de cientista nenhum, mas justamente para as soluções dos grandes problemas que afligem a nossa caminhada para essa capacitação citada.

E, finalmente, o que achamos básico: o compromisso do Estado com a ciência e a tecnologia ser assegurado em condições para a valorização de recursos humanos nela envolvidos, e para ampliação, plena utilização da renovação da capacidade técnica e científica instalada no País.

Senhores, talvez seja enfadonho estar repetindo o teor da emenda, mas temos absoluta certeza de que a aprovação desta emenda, destes tópicos, vem ao encontro – e nisto o ilustre Relator Bernardo Cabral e nós conjugamos o verbo em gênero, número e pessoa com os autores da emenda – daquilo que é essencial para termos um desenvolvimento autônomo de nossa tecnologia.

O parecer da Relatoria é, pois, favorável. **(Palmas)**

Durante o pronunciamento do Sr. Virgílio Távora, o Sr. **Aluizio Campos**, Primeiro-Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. **Fernando Henrique Cardoso**, Quarto-Vice-Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Com o parecer favorável da Relatoria, vamos colocar em votação a emenda.

Em votação.

**(Procede-se à votação)**

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Almir Gabriel, Aluizio Campos, Antonio Britto, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Carlos Mosconi, Cristina Tavares, Egídio Ferreira Lima, Fernando Gasparian, Fernando Henrique Cardoso,

Fernando Lyra, Haroldo Sabóia, Ibsen Pinheiro, João Calmon, João Herrmann Neto, José Fogaça, José Geraldo, José Ignácio Ferreira, José Paulo Bisol, José Richa, José Ulisses de Oliveira, Nelson Carneiro, Nelson Friedrich, Nilson Gibson, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Rodrigues Palma, Severo Gomes, Sigmaringa Seixas, Antonio Mariz, Chagas Rodrigues, Délio Braz, João Agripino, Jorge Hage, José Costa, José Tavares, Márcio Braga, Marcos Lima, Nelson Wedekin, Octávio Elisio, Roberto Brant, Uldurico Pinto, Vicente Bogo, Vilson Souza, Ziza Valadares, Alcení Guerra, Aloysio Chaves, Antonio Carlos Mendes Thame, Arnaldo Prieto, Christovam Chiaradia, Francisco Benjamim, Inocêncio Oliveira, José Jorge, José Santana de Vasconcellos, José Thomaz Nonô, Paulo Pimentel, Sandra Cavalcanti, Annibal Barcellos, Jonas Pinheiro, José Lourenço, Valmir Campelo, Antonio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia, Adylson Motta, José Maurício, Lysâneas Maciel, Carlos Alberto Caó, Francisco Rossi, Gastone Righi, Solon Borges dos Reis, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Adolfo Oliveira, Lídice da Mata, Roberto Freire, Jamil Haddad e Antonio Farias. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Carlos Chiarelli, Eraldo Tinoco, José Lins, Luis Eduardo, Oscar Corrêa, Ricardo Fiuza, Enoc Vieira e Paes Landim. **ABSTENÇÃO** do Senhor Constituinte Gerson Peres.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 83 Constituintes; votaram NÃO 8 Constituintes; absteve-se do votar 01 Constituinte. Total: 92 votos. O Destaque foi **aprovado**.

**Destaque nº 4219-87, do Sr. Euclides Scalco, com co-autoria: Vilson Souza, "que substitui o art. 247 e § único do Substitutivo nº 02." (485ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Passamos a outro Destaque – pedido de preferência – nº 4219, do Constituinte Euclides Scalco, que é para substituir o art. 247 do Texto Cabral II pelo texto anterior.

Em votação.

Os Srs. Constituintes que o aprovam queiram permanecer sentados. **(Pausa.)**

Aprovado.

Concedo a palavra ao nobre Constituinte Artur da Távola, que foi indicado pelo nobre Constituinte Euclides Scalco, para falar favoravelmente.

**O SR. CONSTITUINTE ARTUR DA TÁVOLA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, gostaria de confessar-lhes, previamente à defesa da Emenda, que me sinto particularmente honrado por defendê-la já que esta matéria tipifica, um dos pontos, uma das doutrinas contemporâneas mais brilhantes para qual solicito a atenção dos Srs. Constituintes.

Digo doutrina porque, até então, em nenhum texto constitucional se deteve o legislador diante do conceito de que o mercado interno de um país, mais do que um centro no qual se processam as trocas, representa o patrimônio desse país. Essa tese que o legislador brasileiro pode, talvez, legar ao futuro, é, ainda no momento, uma tese discutível – sabemos –, porém é uma tese para a qual convoco, com grande abertura, o pensamento brasileiro aqui representado.

Até em passado recente, a soberania dos povos se marcava, predominantemente, por sua independência política. O Século XX, ampliando a presença da economia no concerto internacional, introduziu ao clássico conceito de soberania jurídica dos países, o conceito de soberania econômica. No nosso Século, nenhuma nação sem independência econômica, ainda que a tivesse jurídica e politicamente, poder-se-ia chamar soberana.

A primeira metade do Século XX consagra, no campo político, a grande luta entre os imperialismos, a grande luta entre os processos econômicos que, por vezes, suplantavam os processos internos das nações.

O fim do século XX, exatamente as décadas de 70 e 80, com a espantosa expansão da ciência e da tecnologia, geraram lentamente, na consciência dos povos, certeza de que, junto à soberania jurídica e política, à soberania econômica, vicejava a nova idéia, de difícil assimilação, é certo, por alguns, de soberania em função da independência tecnológica.

Para o século entrante, para o novo milênio, para o futuro, o conceito, de soberania estará tão ligado à soberania política, jurídica e econômica, quanto à soberania e autonomia tecnológica. **(Palmas)**

Esta, Srs. Constituinte, não é, portanto, simplesmente, uma tese que envolva meramente posições ideológicas claras, ela é uma tese da contemporaneidade. O mundo se internacionaliza, as relações se tornam supranacionais, a ciência, cada vez mais, é do amanho comum dos vários povos; o homem, em várias latitudes, domina o conhecimento necessário à ciência e à tecnologia. Este é um processo avassalador, este é um processo de nossos tempos; este é um processo que derroga fronteiras, que derroga nacionalismo, que derroga velhas teses. E é exatamente pelo caráter avassalador desse processo que os Estados, na defesa do que lhes é mais caro, encontraram, no seu mercado interno, a certeza de que ele é, hoje, não apenas o local onde se operam as principais trocas da economia, mas o local onde igualmente na lei ou na economia, no mercado, se dá a verdadeira luta pela soberania. Daí o conceito brilhante do legislador brasileiro deste tempo de introduzir, no texto constitucional, a idéia de que o mercado interno de um País integra o seu patrimônio, porque é com base nessa idéia que se poderá, de maneira absolutamente coerente, fazer, sempre que necessário, a reserva deste mercado para a garantia dessa mesma soberania.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– O prazo de V. Ex.<sup>a</sup> está esgotado.

**O SR. CONSTITUINTE ARTUR DA TÁVOLA:** – Por isso Srs. Constituinte, a emenda do ilustre e nobre Constituinte Euclides Scalco, bem como outra de igual teor do nobre Constituinte Vilson Souza, traz, para o texto, aquilo que, nas etapas anteriores do processo constituinte, constava dos relatórios: a idéia de que defender o mercado interno de um país é defender-lhe a soberania. Não – e aqui é importante a posição não-sectária – para que ele se tranque e se feche às alterações que o mundo vai fazendo na sua evolução, mas para que ele seja usado, sempre que necessário, na defesa dessa mesma soberania, porque de nada vale, Sr. Presidente, Srs. e Sr<sup>as</sup> Constituintes, existir um país com soberania caracterizada no texto, portanto, soberania jurídica, se ele não tiver também condições de controle, condições de defesa, daquilo que o seu mercado compra e consome. No mundo moderno, no mundo internacionalizante, no mundo que rompeu barreiras, uma Constituição preservar essa nova forma de patrimônio é preservar o que há de mais caro e mais sagrado a um povo; a sua independência. Razão pela qual solicito a todos os Srs. Constituintes a aprovação desta emenda, que será vista, no futuro, como um dos momentos mais luminosos da Constituição que está sendo feita neste País, porque o legislador teve, não apenas a coragem de vislumbrar o futuro, como a decência de preservar a independência do seu País. **(Palmas)**

**O SR. CONSTITUINTE INOCÊNCIO OLIVEIRA:** – Sr. Presidente, pela ordem?

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Com a palavra o nobre Constituinte Inocêncio Oliveira.

**O SR. CONSTITUINTE INOCÊNCIO OLIVEIRA:**

— Caro Presidente, este texto que nós estamos votando, este destaque, com a respectiva emenda, não consta da planilha distribuída. Ninguém, neste Plenário, ou poucos neste Plenário, sabem o que estão votando, e é um assunto da máxima importância, Sr. Presidente. Eu pediria a V. Ex.<sup>a</sup> lesse o texto e deixasse estudarmos o texto, porque estamos votando assunto da mais alta importância, assunto que diz respeito à soberania de nosso País. Então, precisa ser devidamente estudado, precisa ser devidamente decidido.

Portanto, Sr. Presidente, a V. Ex.<sup>a</sup>, que se tem conduzido com muita retidão na Presidência dos trabalhos, peço que informe o nosso Plenário sobre esse destaque e essa emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

— Tem razão, Sr. Constituinte. Lerei o texto. Peço aos Srs. Constituintes que prestem atenção. A proposta em discussão, agora, é a substituição do art. 247, tal como vem formulando no texto atual, chamando "Cabral II", pela formulação anterior do "Cabral I", que diz (o art. 289):

"O mercado interno integra o patrimônio nacional, devendo ser ordenado de modo a viabilizar o desenvolvimento sócio-econômico, o bem-estar da população e a realização da autonomia tecnológica e cultural da Nação.

Parágrafo único. O Estado e as entidades da administração direta e indireta privilegiarão a capacitação científica e tecnológica nacional, como critérios para a concessão de incentivos, de compras e de acesso ao mercado brasileiro e utilizarão, preferencialmente, na forma da lei, bens e serviços ofertados por empresas nacionais."

Este, o texto.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ COSTA:**

— Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

— Tem a palavra o Constituinte José Costa, pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ COSTA:**

— V. Ex.<sup>a</sup>, para agilizar os nossos trabalhos, com a minha aquiescência e a do Plenário, tem transgredido o Regimento, mas transgredido, como diz o Presidente Ulysses, de forma construtiva. Eu pediria a V. Ex.<sup>a</sup>, considerando a relevância da matéria, que me permitisse encaminhar favoravelmente, já que falou o autor, é por um prazo mínimo, por que eu teria algumas informações que considero importantes para conhecimento do Plenário.

Então, pediria a V. Ex.<sup>a</sup> me concedesse a palavra.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique**

**Cardoso):** — Depois que o Constituinte Paes Landim falar contra, considero V. Ex.<sup>a</sup> inscrito e me fio na palavra de V. Ex.<sup>a</sup> de que será um recado breve, porque, saibam todos, cada minuto que se leva a mais na discussão desses textos são textos posteriores que não serão votados.

Com a palavra o Constituinte Paes Landim, para encaminhar contra.

**O SR. CONSTITUINTE PAES LANDIM:**

— Sr. Presidente, o ilustre Constituinte Artur da Távola, através da sua emenda, pretende restabelecer o texto do primeiro Substitutivo do ilustre Relator Bernardo Cabral, que, em boa hora, Sr. Presidente, retirou, do texto atual, a definição ali contida.

Ora, Sr. Presidente, tudo que se encontra em nosso Território, em nosso País, constitui o patrimônio nacional seja valor de ordem material, imaterial, ou mesmo as grandes contribuições artísticas e intelectuais, das quais, o eminente Constituinte Artur da Távola tem tanto contribuído neste País, compõem o patrimônio nacional.

Então, Sr. Presidente, isso é uma redundância que não fica bem no texto constitucional. É uma inovação que não consta de nenhuma Constituição no mundo moderno, até porque, Sr. Presidente, uma definição desta natureza poderia ensejar, depois, interpretações xenófobas que poderiam prejudicar o próprio desenvolvimento nacional, o próprio intercâmbio que a economia nacional necessita nas suas relações comerciais e econômicas com outros povos.

Sr. Presidente, nós vivemos num mundo cada vez mais intercomunicável, em que as relações comerciais, tecnológicas, culturais, econômicas, científicas, artísticas, estão cada vez mais próximas de todos os povos. Ainda agora o eminente Secretário-Geral do Partido Comunista da União Soviética, Mikhail Gorbachev, demonstra a necessidade dessa grande comunicação econômica do seu País com os demais países do mundo. Deng Xiaoping, da China, dá uma demonstração também de modernidade, ao abrir o comércio da China com todos os povos, para que a China e esses países todos se enriqueçam, através do contato e do intercâmbio com os outros povos mais desenvolvidos.

Portanto, Sr. Presidente, há aqui dois aspectos a considerar. De um lado, o aspecto técnico, de técnica constitucional que o Sr. Relator, em boa hora, repito, já demonstrou sensibilidade ao retirar do texto atual este conceito aqui. Por que, Sr. Presidente, nenhuma Constituição do mundo, seja ela de país capitalista, socialista, estatizante ou não, fascista, nazista, levou essa inovação constitucional ao extremo.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, do ponto de vista do interesse econômico, esse artigo é um empecilho à modernidade das nossas relações comerciais, econômicas, tecnológicas e científicas. É um obstáculo ao nosso progresso, porque isso pode induzir a interpretações que obstaculizem a plena abertura do Brasil para com o mundo, para que possamos, também, ter a oportunidade de exigir do mundo a reciprocidade, até porque, imaginem se todos os povos começassem a inserir no seu texto constitucional que as suas empresas constituem patrimônio nacional. Claro que isso iria dificultar aos povos que têm intercâmbio comercial menor, povos que necessitam exportar, que necessitam incrementar o seu comércio internacional.

Portanto, Sr. Presidente, pelo aspecto da técnica constitucional, desculpem-me, é um absurdo jurídico, porque é uma inovação inexistente em qualquer constituição do mundo e que não foi sequer abordada ou sugerida por qualquer tratadista razoavelmente alfabetizado em Direito constitucional. E, em segundo lugar, Sr. Presidente, porque isso, ao invés de contribuir para o nosso desenvolvimento econômico, tecnológico, científico, cultural e artístico, ao contrário, pode proporcionar interpretações que prejudicarão o grande fluxo de idéias e do comércio do qual o Brasil não pode deixar de fazer parte na comunidade internacional.

Portanto, Sr. Presidente, não tem nenhuma razão de ser essa emenda e eu tenho certeza de que os Srs. Constituintes, para preservar a técnica constitucional e os interesses reais de um País, terão a coragem suficiente de não permitir que esse texto seja inserido na futura Constituição brasileira.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

— Tem a palavra o nobre Constituinte José Costa.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ COSTA:** — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, tenho em mãos a edição especial da revista **Exame**, de setembro deste ano, onde há uma referência ao desempenho das melhores e maiores empresas nacionais e estrangeiras que atuam no País.

Quando se fala em reserva de mercado, tem-se os olhos voltados para a área de informática, até por que, no dia de hoje, está o País sob as sanções do governo americano em função da política nacionalista que adotamos em relação à Informática. Eu peço a atenção do Plenário para al-

guns números contidos nessa revista e relacionados com o setor da Informática brasileira. Atuam nesse setor 333 empresas, que faturaram, no exercício anterior, no ano passado, cerca de 3 bilhões de dólares, crescendo, em relação ao ano de 1985, 32,74%. Dessas 333 empresas, apenas 33 multinacionais estão atuando no mercado brasileiro, faturando precisamente 49%, arredondando, a metade desses três bilhões de dólares do mercado da Informática. A IBM faturou, no exercício de 1986, 826 milhões de dólares. E peço a atenção, mais uma vez, dos Srs. Constituintes. Ela é a número 1 do **ranking** das vinte maiores empresas que atuam no País. Pois bem, a IBM investiu, nos seus 70 anos aqui no Brasil, com valores corrigidos, 160 milhões de dólares. Se considerarmos que o seu faturamento, em 1986, foi da ordem de 826 milhões de dólares, e admitirmos que os seus lucros foram da ordem de 20%, à semelhança do que aconteceu no resto do mundo, chegaremos à conclusão de que, neste ano de 1986, apenas nesse ano, a IBM lucrou o equivalente ao que investiu no Brasil em 70 anos. Repito, e peço a atenção dos Srs. Constituintes, porque ouvi aqui uma voz contrária à reserva de mercado, à inserção deste princípio na futura Constituição: a IBM, em 70 anos, em valores corrigidos, investiu no País 160 milhões de dólares, exatamente o seu lucro no ano passado. No ano passado, a IBM ganhou o equivalente àquilo que investiu em cerca de 70 anos.

De modo que, Srs. Constituintes, a reserva de mercado, nos termos em que está proposta na Constituição, em verdade, sintetiza aquilo que está nas normas do GATT. A reserva de mercado, tal como foi praticada pelos próprios Estados Unidos, tem que ser entendida em seu **stricto sensu**, mas sempre tendo em vista os superiores interesses deste País.

É colocando estes números para este Plenário que peço a aprovação da emenda do eminente Constituinte Euclides Scalco.

**O SR. CONSTITUINTE RICARDO FIÚZA:** – Sr. Presidente, peço a palavra, para um esclarecimento para a votação.

**O SENHOR PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE RICARDO FIÚZA:** – Nobre Constituinte José Costa, V. Ex.<sup>a</sup> citou uma estatística e eu gostaria de saber se o lucro da empresa a que V. Ex.<sup>a</sup> se refere foi no mundo ou só no Brasil. V. Ex.<sup>a</sup> citou investimento no Brasil e lucro.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ COSTA:** – Nobre Constituinte Ricardo Fiúza, vou até completar essa informação. A IBM investiu 160 milhões de dólares no Brasil. Se V. Ex.<sup>a</sup> quiser ter uma idéia do que é a IBM, o Governo brasileiro, com muito orgulho, batendo no peito, está dizendo que está investindo, este ano, em ciência e tecnologia, cerca de 400 milhões de dólares. No ano passado, a IBM investiu nos Estados Unidos, só em pesquisa na área de informática, dois bilhões de dólares, ou seja, cinco vezes o que o Governo brasileiro está investindo em pesquisa na área da ciência e tecnologia neste exercício.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Não havendo nenhum Constituinte inscrito para falar contrariamente, dou a palavra ao Sr. Relator para opinar.

**O SR. RELATOR (Virgílio Távora):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, por coincidência, o Relator é o responsável maior pela introdução e aprovação, na legislação brasileira, desse conceito de reserva de mercado.

Não será – e aí com a firmeza das nossas convicções – pelos conceitos aqui emitidos que iremos dar o nosso parecer. Repetimos, mais uma vez, talvez esse Capítulo de Ciência e Tecnologia, modéstia a parte, é um dos mais incisivos que existe nesta Constituição. É justamente lá

no Título da Ordem Econômica em que está defendido, de maneira absolutamente insofismável, o capital nacional e o desenvolvimento de toda a nossa tecnologia.

Em homenagem ao autor do Destaque, o eminente Constituinte Euclides Scalco, um dos responsáveis maiores pelo sucesso dos trabalhos desta Comissão, por seu acendrado amor à causa pública, seu ânimo conciliador, sua visão esclarecida, embora não julgue ser nem o local adequado – porque deveria ser na Ordem Econômica – nem seja o conceito da Relatoria o mesmo do aqui emitido, brilhantemente, pelo Constituinte Artur da Távola, na questão pertinente justamente a patrimônio nacional, quanto à caracterização do mercado interno, a Relatoria, que não é só uma pessoa, mas um conjunto, aquiesce na aprovação da emenda, dizendo aos Srs. que é apenas uma atitude justamente de aquiescência, não de convencimento.

Assim, o parecer da Relatoria, de acordo com as instruções de Bernardo Cabral, é a favor. **(Muito bem! Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – O Relator, votando favoravelmente, vamos proceder à votação.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Almir Gabriel, Aluizio Campos, Antonio Bitto, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Carlos Mosconi, Carlos Sant'Anna, Cristina Tavares, Egídio Ferreira Lima, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Lyra, Haroldo Sabóia, Ibsen Pinheiro, João Calmon, João Herrmann Neto, José Fogaça, José Ignácio Ferreira, José Paulo Bisol, José Richa, Manoel Moreira, Milton Reis, Nelson Carneiro, Nilton Friedrich, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Rodrigues Palma, Severo Gomes, Sigmaringa Seixas, Aécio Neves, Antonio Mariz, Chagas Rodrigues, João Agripino, José Costa, José Tavares, Márcio Braga, Octavio Elisio, Roberto Brant, Rose de Freitas, Uldurico Pinto, Vicente Bogo, Vilson Souza, Ziza Valadares, Aloysio Chaves, Antonio Carlos Mendes Thame, Carlos Chiarelli, Francisco Benjamim, Inocêncio Oliveira, José Jorge, José Thomaz Nonô, Mário Assad, Furtado Leite, Jonas Pinheiro, José Maurício, Lysâneas Maciel, Luiz Salomão, Francisco Rossi, Ottomar Pinto, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Adolfo Oliveira, Lídice da Mata, Roberto Freire, Jamil Haddad e Antonio Farias. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Cid Carvalho, Theodoro Mendes, Délio Braz, Alcení Guerra, Eraldo Tinoco, José Lins, José Santana de Vasconcellos, Luis Eduardo, Oscar Corrêa, Osvaldo Coelho, Paulo Pimentel, Ricardo Fiúza, Annibal Barcelos, Enoc Vieira, José Lourenço, Paes Landim, Antônio Carlos Konder Reis, Gerson Peres, José Luis Maia e Gastone Righi. **ABSTENÇÃO** do Senhor Constituinte Arnaldo Prieto.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 68 Constituintes; votaram NÃO 20 Constituintes; absteve-se de votar 01 Constituinte. Total: 89 votos. O Destaque foi aprovado.

**O SR. CONSTITUINTE CID CARVALHO:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma declaração de voto.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Tem a palavra para uma declaração de voto, o Sr. Constituinte Cid Carvalho.

**O SR. CONSTITUINTE CID CARVALHO:** – Sr. Presidente, equivocadamente, votei contra o meu desejo, de forma que eu queria dar a declaração de que efetivamente eu estava votando pela emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – As Atas registrarão o seu ato de contrição.

**O SR. CONSTITUINTE NILSON GIBSON:** – Sr. Presidente, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Tem a palavra o Constituinte Nilson Gibson.

**O SR. CONSTITUINTE NILSON GIBSON:** – Sr. Presidente, encaminho a V. Ex.<sup>a</sup> um requerimento com as assinaturas de 64 Srs. Membros Titulares da Comissão de Sistematização e, inclusive, de alguns Líderes, para que, às 20 horas, não seja mais, por hipótese alguma, prorrogada a reunião de hoje, não somente pelo cansaço dos Membros, como pelo compromisso que os mesmos terão de estudar as Disposições Transitórias que, amanhã realmente iniciam os nossos trabalhos, e, principalmente, em decorrência do problema da Secretaria.

Assim, encaminho a V. Ex.<sup>a</sup> um requerimento com 64 assinaturas.

**Documento a que se refere o Constituinte Nilson Gibson:**

Sr. Presidente:

Requeiro a V. Ex.<sup>a</sup> que encerre a presente reunião rigorosamente às 20:00 horas para permitir aos integrantes desta Comissão tempo para repouso e reflexão, uma vez que estamos às vésperas do início da votação do Título IX que exigirá de todos nós um grande esforço, sendo necessário, por outro lado, que se dispense prazo razoável à Secretaria para preparo do material necessário à votação de amanhã.

José Thomaz Nonô, Adolfo Oliveira, Luís Eduardo, Eraldo Tinoco, José Jorge, José Geraldo, Roberto Brant, Carlos Chiarelli, Arnaldo Prieto, João Natal, Oscar Corêa, Annibal Barcelos, Paes Landim, Jonas Pinheiro, José Lins, Francisco Benjamim, Gastone Righi, Ricardo Fiuza, Virgílio Távora, Enoc Vieira, Mozarildo Cavalcanti, José Camargo, Rodrigues Palma, Theodoro Mendes, José Luiz Maia, Nilson Gibson, Inocêncio Oliveira, Ottomar Pinto, Furtado Leite, João Calmon, Antonio Farias, Paulo Pimentel, Raimundo Bezerra, José Lourenço, Darcy Pozza, Mário Assad, José Tavares, Délio Braz, Gerson Peres e Marcos Lima.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Pois não.

Esta questão já está, de antemão, decidida pela Mesa. Temos mais de um requerimento e vou submetê-la, como manda o Regimento, ao Plenário, quando haverá uma decisão.

Srs. membros da Comissão de Sistematização, vamos votar, agora, a redação final do Título VII, relativo à Ordem Econômica e Financeira.

A Mesa informa aos Srs. Constituintes que existe, ainda, uma emenda da Constituinte Cristina Tavares, que será submetida à discussão, pois há tempo para isto. Após a votação do Título VII, submeterei à Casa a questão da prorrogação.

**Redação final do Título VII do Substitutivo nº 2 do Projeto de Constituição do Sr. Bernardo Cabral. (486ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Em votação a redação final do Título VII.

Peço a atenção de V. Ex.<sup>as</sup> no sentido de que, quanto mais rápida a votação, mais teremos possibilidade de aprovar novas emendas.

**(Procede-se à votação)**

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Almir Gabriel, Antônio Brito, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Carlos Mosconi, Carlos Sant'Anna, Cid Carvalho, Cristina Tavares, Egidio Ferreira Lima, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Lyra, Haroldo Sa-

bóia, João Calmon, João Herrmann Neto, José Fogaça, José Geraldo, José Richa, José Ulisses de Oliveira, Milton Reis, Nilson Gibson, Pimenta da Veiga, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Rodrigues Palma, Severo Gomes, Sigmaringa Seixas, Theodoro Mendes, Aécio Neves, Antonio Maris, Chagas Rodrigues, Daso Coimbra, Délio Braz, João Agripino, José Costa, José Tavares, Márcio Braga, Marcos Lima, Nelson Wedekin, Octávio Elísio, Roberto Brant, Rose de Freitas, Uldurico Pinto, Vicente Bogo, Vilson Souza, Alcení Guerra, Aloysio Chaves, Antonio Carlos Mendes Thame, Arnaldo Prieto, Carlos Chiarelli, Christóvam Chiaradia, Francisco Benjamim, Inocêncio Oliveira, José Jorge, José Lins, José Thomaz Nonô, Mário Assad, Oscar Corrêa, Osvaldo Coelho, Paulo Pimentel, Sandra Cavalcanti, Annibal Barcelos, Enoc Vieira, Jonas Pinheiro, José Lourenço, Paes Landim, Antônio Carlos Konder Reis, José Luiz Maia, Adylson Motta, José Maurício, Carlos Alberto Caó, Luiz Salomão, Francisco Rossi, Gastone Righi, Ottomar Pinto, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Adolfo Oliveira, Haroldo Lima, Roberto Freire, Jamil Haddad e Antonio Farias. **ABSTENÇÃO** dos seguintes Senhores Constituintes: Eraldo Tinoco, Luís Eduardo, Ricardo Fiuza e Gerson Peres.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 82 Constituintes; abstiveram-se de votar 04 Constituintes. Total: 86 votos. A redação final do Título VII foi **aprovada**.

**Destaque nº 5724-87, da Sra. Cristina Tavares, "que suprime a expressão "em igualdade de condições" do art. 247, parágrafo único, do Substitutivo nº 2". (487ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Passamos, agora, ao Destaque nº 5724, da Constituinte Cristina Tavares.

Os Srs. Constituintes que estiverem de acordo com o pedido de preferência da Constituinte Cristina Tavares permaneçam sentados. **(Pausa)**

Aprovado.

**A SRA. CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES:** – Sr. Presidente, indico o Constituinte Nilton Friedrich para fazer a defesa do destaque.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – O Sr. Constituinte Nilton Friedrich tem a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE NELTON FRIEDRICH:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, queremos chamar a atenção dos ilustres Srs. Constituintes de que a proposta da Constituinte Cristina Tavares tem como objetivo retirar do parágrafo único do art. 247 a expressão "em igualdade de condições". O texto diz:

"As entidades de administração direta e indireta, que integram o poder público, privilegiarão a capacitação científica e tecnológica nacional como critérios para a realização de compras, o acesso ao mercado brasileiro e a concessão de incentivos, assim como utilizarão, em igualdade de condições, preferencialmente, na forma da lei, bens e serviços ofertados por empresas nacionais."

Sr. Presidente, a proposta é retirar "em igualdade de condições", partindo do pressuposto de que haverá uma certa quebra da lógica deste capítulo com a permanência, no texto, desta expressão. Além do mais, até certo ponto, diminui a força, a pretensão desse parágrafo único. E, rapidamente no nosso raciocínio, se analisarmos a chamada lei **Buy American Act**, dos Estados Unidos, verificaremos que é exatamente neste sentido, porque não podemos esquecer que grande parte do sucesso, do desenvolvimento e da expansão científico-tecnológica dos Estados Unidos está ligada a essa preferência que o governo americano dá à empresa americana, quando faz a aquisição dos produtos tecnológicos. Esta proposta, com extraordinário



sucesso, é válida para os Estados Unidos. No nosso entendimento, se esse parágrafo buscou fazer essa proteção, e com um detalhe importante, cuja preferência a lei vai determinar, por que colocar "igualdade de condições" que pode até anular a pretensão, o objetivo, a substância desse parágrafo? Além do mais, Sr. Presidente, é uma proposta nacionalista, sim, mas até anti-estatizante, esta da Constituinte Cristina Tavares. Por isso é que desejamos também reproduzir uma expressão para agregar aos nossos argumentos, usada pelo Lord Rutherford, o revelador do núcleo do átomo, quando diz: "Os países que não desenvolverem a sua ciência e a sua tecnologia estão fadados a se transformarem em simples carregadores de água e de lenha para as nações civilizadas". E se formos ao Japão vamos verificar uma obra largamente consumida neste momento, que é o **Made in Japan**. E Akio Morita, Diretor-Presidente da SONY, na página 37, dá uma lição a todos nós brasileiros, quando diz que não apenas o empenho dos japoneses é evidente na preservação do capital nacional e no comando de suas empresas, mas também das dificuldades que ele encontrou, através da sua organização, para penetrar nos Estados Unidos, na França, na Alemanha e em outros países, países esses ciosos de criar determinados obstáculos à penetração de equipamentos eletrônicos da SONY, que fariam concorrência negativa. Além disso, ele alonga uma série de argumentos que dão substância a essa nossa pretensão. E vou mais longe, há poucos dias, numa publicação da revista **Exame**, o Vice-Diretor do Departamento de Cooperação Econômica, que é a Federação das Organizações Econômicas do Japão, fez referência, nessa sua entrevista, à importância da reserva de mercado, chegando a citar: "Veja o caso da informática no Brasil. Reconheço que é legítima essa proteção da reserva de mercado". E aqui há quem se coloque contra isso.

Volto, portanto, à nossa pretensão, à emenda da Constituinte Cristina Tavares, de que tenhamos aqui, sim, a proteção da empresa nacional; quando o Estado, a empresa pública, ou a administração pública for adquirir bens e serviços, possamos ter, sim, na lei, a preferência determinada.

É uma das formas de o Governo brasileiro dar preferência às empresas nacionais. E, aí, está o componente extraordinário desta emenda de proteção da empresa nacional, de uma proteção nacionalista.

A minha última palavra, Sr. Presidente, é que, muitas vezes, há acusação de xenofobistas, porque estaríamos numa posição de nos preocupar demais com as questões nacionais, nacionalistas, patrióticas. Mas pergunto: e aqueles que, na verdade, preferem o estrangeiro, como poderíamos chamá-los? Nós que desejamos a proteção da empresa nacional, somos, muitas vezes, acusados de retrógrados e xenofobistas.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso. Fazendo soar a campanha):** – O tempo de V. Ex.<sup>a</sup> está esgotado, Sr. Constituinte.

**O SR. CONSTITUINTE NELTON FRIEDRICH:** – Perguntaria: como denominaremos aqueles que preferem sempre o estrangeiro até na questão da Informática? Porque, há pouco, aqui se disse que 50% apenas do mercado estão, hoje, envolvendo as empresas genuinamente nacionais.

Por tudo isso, em nome da defesa do interesse nacional, vamos retirar igualdade de condições, porque na lei, vamos determinar essa preferência.

Muito obrigado. (Palmas)

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Pois não, Constituinte José Lins (Pausa)  
Pela ordem, concedo a palavra a V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Sr. Presidente, pediria o obséquio da atenção do Relator, porque considero que esta matéria está prejudicada em função da aprovação do § 2º, do art. 195, que diz o seguinte:

"A lei disporá que obras, serviços, compras e alienações da administração pública direta e indireta, nos três níveis de Governo, somente serão contratados mediante processo de licitação que democratize o acesso e permita igualdade de condições a todos os participantes."

Peço a atenção do Relator para tal artigo.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – A Mesa já havia levantado a mesma questão, mas o que ocorre é que existe uma reiteração do mesmo princípio e no texto anterior não consta a expressão "em igualdade de condições".

Como o Relator aceitou a reiteração do princípio, acho que cabe excluir, agora, a expressão "igualdade de condições".

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Mas aqui diz, Sr. Presidente:

"...e permita igualdade de condições a todos os participantes."

Não há dúvida de que a matéria já foi votada.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Sr. Relator, na opinião de V. Ex.<sup>a</sup> esta matéria já foi decidida anteriormente?

**O SR. RELATOR (Virgílio Távora):** – Não! Vamos dar o nosso parecer, mas não baseado nesta afirmativa, hoje, feita pelo eminente Constituinte. Não o faço neste momento, porque há orador inscrito.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Sr. Presidente, a menos que eu não saiba mais interpretar, – acho que o texto é absolutamente claro. Todavia, respeito a opinião da Mesa. V. Ex.<sup>a</sup> terá a palavra final.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – A Mesa respeita a opinião do Relator e dá a palavra ao nobre Constituinte Gerson Peres, para encaminhar contra.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, Srs. e Sras. Constituintes, serei breve, não vou nem entrar no mérito da questão.

Iria, Sr. Presidente, levantar a mesma questão que o Constituinte José Lins, oportunamente e com muita felicidade colocou.

No Título VII – Da Ordem Econômica e Financeira, o Capítulo I que trata Dos Princípios Gerais, da Intervenção do Estado, do Regime de Propriedade, do Subsolo da Atividade Econômica, encontramos já, definido o que deseja o eminente Constituinte Nelson Friedrich ou a eminente Constituinte Cristina Tavares. A não ser que se queira estabelecer, desde logo, para a Informática no Brasil, a constitucionalização da reserva de mercado. Aí estaremos cometendo um pecado mortal contra o Brasil, contra o País. Em determinados momentos é possível que a legislação proteja os interesses do País com reserva de mercado. Então a lei é estabelecida. Mas, a legislação ordinária pode ser revogada por **quorum** simples, no momento em que os interesses nacionais acharem inconveniente a reserva de mercado.

Hoje, por exemplo, o Governo brasileiro admite a reserva de mercado como defesa do interesse nacional e, por isso mesmo está sofrendo retaliações por parte do Governo dos Estados Unidos. Mas, amanhã, esta lei poderá caducar, poderar não mais nos interessar e aí se constitucionalizarmos o princípio da reserva de mercado teremos que ter um **quorum** de 2/3, teremos que reformar a nossa Constituição e não me parece que esse tema esteja

dentro da lógica para ser colocado na Constituição. Ninguém é contra a reserva de mercado, tanto não é que já votamos, neste Congresso, a lei que aí está vigendo.

Portanto, Sr. Presidente, com estes argumentos, pediria a atenção dos eminentes colegas para que não constitucionalizassem esse princípio e deixassem que a legislação ordinária tratasse dele e então rejeitássemos a emenda da Constituinte Cristina Tavares.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Sr. Constituinte, na verdade, houve emenda substitutiva; hoje, o texto que prevalece não é mais esse que V. Ex.<sup>a</sup> emenda, mas é o texto do Constituinte Euclides Scalco, onde não há nenhuma referência à igualdade de condições.

**O SR. CONSTITUINTE NELTON FRIEDRICH:** –

Senhor Presidente, só para esclarecer: o parágrafo único do art. 247, exclusivamente, trata das entidades da administração direta e indireta. São, portanto, os bens e serviços adquiridos pela administração direta e pelas empresas estatais, administração indireta, fundações etc. Portanto ele procede.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Permite, Sr. Constituinte? A questão é simples: Se o parágrafo único não foi substituído pela Emenda do Constituinte Euclides Scalco, procede se foi, não procede; estamos verificando isso. Se não foi, procede. **(Pausa)** A Mesa está verificando qual foi a decisão de V. Ex.<sup>as</sup> na matéria. Se o parágrafo único for mantido fica a reiteração, mas isso poderia ser emenda de redação, porque já foi aprovado anteriormente.

Solicito ao Sr. Relator que opine.

**O SR. RELATOR (Virgílio Távara):** – Sr. Presidente,

Srs. Constituintes, com a mesma autoridade com que dei parecer favorável ao Destaque do eminente Constituinte Euclides Scalco, dirijo-me, a V. Ex.<sup>a</sup> e peço pelo menos, um momento de reflexão para que, depois, o Plenário julgue da razão ou não do que vamos aqui dizer.

O espírito de todo esse texto é a proteção à empresa nacional, principalmente se o conjugamos com o Título "Da Ordem Econômica", já aprovado.

Esta proteção, porém, – Srs. Constituintes, chamo-os à atenção, ao bom-senso – não pode vir em prejuízo do Estado, quando a diferença de preços for muito grande, quando, embora apresentado numa mesma concorrência, o material não possa ter o mesmo padrão de qualidade. Isso é uma norma até moral da vida pública. Assim, quem é que vai sair prejudicado? Primeiro, o Estado, e, segundo, a própria empresa nacional, porque desestimula este inciso, a qualificação, a otimização do produto nacional.

Se aquele art. 195, citado pelo eminente Constituinte José Lins, já estabelece as normas gerais de concorrência, como aqui vou abrir uma exceção, que seria uma verdadeira porteira? Quem diz isso, Srs. Constituintes, é quem arrostou com a incompreensão de toda a grande imprensa brasileira, é quem foi o Relator e assumiu absoluta responsabilidade pelos conceitos lá envolvidos, inclusive aqueles referentes à reserva de mercado, à proteção dada, como em nenhuma outra lei, à empresa nacional. Mas, daí, para permitir que numa concorrência um produto de qualidade muito inferior se sobreponha a outro de qualidade muito superior pelo simples fato de ser uma empresa nacional, vai um abismo. Mas ainda, queria chamar a atenção de V. Ex.<sup>as</sup>, sem querer dar regras a ninguém: de vez em quando, aqui, citam-nos o **Buy American Act**. Quero dizer, sem o menor temor de contestação, que o **Buy American Act** privilegia as empresas com sede nos Estados Unidos e não a natureza nacional ou estrangeira do seu capital.

Este é apenas um adendo que fazemos às nossas declarações. Fazemos um apelo a esta Constituinte. Pelo amor de Deus, não votemos um dislate desse! Como numa con-

corrência pública, por ser apenas produzido por empresa nacional, vou dar preferência a um produto por desigualdade de preço e qualidade?

Sr. Presidente, o voto é contra.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Com parecer contrário do Relator, vai-se proceder à votação.

**(Procede-se à votação)**

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes:

Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Artur da Távola, Carlos Mosconi, Celso Dourado, Cristina Tavares, Haroldo Sabóia, João Herrmann Neto, José Paulo Bisol, Mário Lima, Nelton Friedrich, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Raimundo Bezerra, Severo Gomes, Sigmaringa Seixas, Virgildásio de Senna, Antonio Mariz, Manuel Viana, Octávio Elísio, Rose de Freitas, Uldurico Pinto, Vicente Bogo, Vilson Souza, Francisco Benjamim, Mário Assad, José Lourenço, José Maurício, Carlos Alberto Caó, Luiz Salomão, Francisco Rossi, Gastone Righi, Ottomar Pinto, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Haroldo Lima, Roberto Freire, Jamil Haddad. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Almir Gabriel, Aluizio Campos, Antônio Britto, Bernardo Cabral, Cid Carvalho, Egídio Ferreira Lima, João Calmon, José Fogaça, José Freire, José Geraldo, Milton Reis, Nelson Carneiro, Nilson Gibson, Rodrigues Palma, Theodoro Mendes, Aécio Neves, Chagas Rodrigues, Daso Coimbra, Délio Braz, Euclides Scalco, José Costa, José Tavares, Márcio Braga, Marcos Lima, Alcení Guerra, Aloysio Chaves, Antonio Carlos Mendes Thame, Arnaldo Prieto, Carlos Chiarelli, Christóvam Chiaradia, Eraldo Tinoco, Inocêncio Oliveira, José Jorge, José Santana de Vasconcellos, José Thomaz Nonô, Luís Eduardo, Oscar Corrêa, Osvaldo Coelho, Paulo Pimentel, Ricardo Fiúza, Sandra Cavalcanti, Annibal Barcelos, Enoc Vieira, Jonas Pinheiro, Paes Landim, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Gerson Peres, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia, Adylson Motta, Adolfo Oliveira, Siqueira Campos e Antonio Farias. **ABSTENÇÃO** do Senhor Constituinte Fernando Henrique Cardoso.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 38 Constituintes; votaram NÃO 54 Constituinte; absteve-se de votar 1 Constituinte. Total: 93 votos. O Destaque foi **rejeitado**.

Srs. Constituintes, tenho sobre a mesa dois pedidos, um é uma manifestação assinada por cerca de 50 Srs. Constituintes, que pedem que se encerre na hora regimental a reunião, que não haja suspensão mas que se encerre o Capítulo; e outro, de acordo com o Regimento, por mais de 6 Constituintes, pedindo que se prorroguem os trabalhos até o término da votação de todas as preferências das Lideranças nesse Título.

**Requerimento sem nº, da Sr<sup>a</sup> Cristina Tavares, "que requer prorrogação da reunião". (488ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Vou colocar em votação, por decisão da Mesa, o requerimento de prorrogação da reunião; o outro não se pode colocar em votação porque não há requerimento, tenho que colocar em votação o requerimento de prorrogação da reunião até o término de todas as preferências do Título.

**Documento a que se refere o Senhor Presidente**

**Fernando Henrique Cardoso:**

"Sr. Presidente:

Nos termos regimentais solicitamos a prorrogação dos trabalhos da presente sessão até o término da votação de todas as preferências das Lideranças neste título.

Brasília, 14 de novembro de 1987. – Cristina Tavares – Luiz Inácio Lula da Silva – Beth Azize – Roberto Freire – Luiz Salomão – Carlos Alberto Caó – Haroldo Lima.

**O SR. CONSTITUINTE HERMES ZANETI:** – Quantos são?

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – São muitas. Se quiserem ter uma idéia aproximada de quantas são eu lhes darei a informação. **(Pausa)**

Existem 21 pedidos de preferência. Então, V. Ex.<sup>as</sup> vão decidir agora se nós prosseguiremos até o término desses 21 pedidos ou se se mantém a hora regimental.

A votação será nominal, como diz o Regimento.

**O SR. RELATOR (Adolfo Oliveira):** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Pois não.

**O SR. RELATOR (Adolfo Oliveira):** – Entendo que é difícil apreciar-se um pedido de prorrogação que não marque o prazo dessa prorrogação. Toda e qualquer sessão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, Congresso Nacional ou da Comissão de Sistematização tem que ser objeto de um pedido concreto de prorrogação por tantas horas, por uma hora, ou 30 minutos ou por 10 horas, lá o que seja, mas tem que ter um prazo previsto.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Sr. Presidente, para contraditar.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Pois não.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Sr. Presidente, quando se fala em prorrogação da reunião é obedecendo o que foi aprovado, como norma, de que termina a reunião às 24 horas. Porque o dia de hoje é para votar o Título que está sob apreciação. Em primeiro lugar, então, cabe votar a prorrogação, porque em tese a prorrogação tem que ir até às 24 horas. Mas, Sr. Presidente, poderíamos votar a prorrogação permitindo que alguns destaques essenciais fossem votados, porque se trata de matéria importante.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – V. Ex.<sup>a</sup> me permita. Tenho sobre a mesa...

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Só quero observar que isso significa que vai ficar até às 24 horas.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Tenho sobre a mesa um pedido, que vai entrar em votação.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Eu queria lembrar à Comissão que houve aqui, numa outra reunião, uma prorrogação em que para os destaque solicitados a Mesa até solicitou do Plenário que dispensasse a discussão. Se por acaso o acordo pudesse ser esse, nós votaríamos a proposta, mas não deixaríamos de votar algo que foi solicitado como preferência.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Se o Plenário me permitir, vou colocar em votação, e depois as Lideranças, com a lucidez que as caracterizam, vão decidir a melhor maneira de encaminhar a votação. E a Mesa nessa matéria ficará à espera de alguma decisão das Lideranças.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ THOMAZ NONÔ:** – Sr. Presidente, eu gostaria que V. Ex.<sup>a</sup> lesse o documento que lhe foi entregue subscrito por 50 Constituintes.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Pois não, lerei: "Requeiro a V. Ex.<sup>a</sup>..."

**O SR. CONSTITUINTE ERALDO TINOCO:** – Sr. Presidente, já estou satisfeito. Trata-se, inequivocamente, de um requerimento que foi entregue em primeiro lugar, e como tal tem que ser votado em primeiro lugar.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Não, se tivesse sido entregue em primeiro lugar eu já

teria resolvido. Não veio em primeiro lugar. Em primeiro lugar recebi outro documento. **(Tumulto)**

Vamos ser práticos. Se há 60 Srs. Constituintes que não querem, S. Ex.<sup>as</sup> tomam a decisão. Aqui neste Congresso, por sorte, prevalece uma só regra: é a da maioria. Vamos verificar o que a maioria deseja. **(Tumulto)**

Se V. Ex.<sup>as</sup> tomarem seus lugares, sentarem-se e permitirem que esta Previdência decida...

**O SR. CONSTITUINTE ERALDO TINOCO:** – Sr. Presidente, só para esclarecer que quem não quiser a prorrogação da votação deverá votar não, porque o requerimento primeiro é o que assim solicita.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Agradeço a colaboração da Casa.

O Presidente se sente, realmente, hoje, muito contente, com tanta ajuda para dirigir os trabalhos.

Tomem seus lugares.

Os Srs. Constituintes Membros da Comissão de Sistematização que desejarem prorrogar a reunião dirão "SIM"; aqueles que preferirem encerrar a reunião dirão "NÃO". Vai-se proceder à votação.

#### (Procede-se à votação)

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Concluída a votação. Vejamos o resultado.

Votaram 60 Constituintes, foi o recorde da noite.

Votaram "SIM" 28 Constituinte "NÃO" 32.

Foi rejeitado. **(Tumulto)**

É maioria simples, Companheiros? Perdão. Vou ler o Regimento.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Claro que é maioria simples, mas terá que ser feita a chamada dos membros. Claro, não são apenas os titulares, não. Aqui não pode ser isso. Maioria simples, está certo, mas tem que se atingir 47 votos. Enquanto não se atingir 47 votos, não. Assim não. Se se atingir 47, pode parar.

**O SR. CONSTITUINTE JORGE HAGE:** – V. Ex.<sup>a</sup> tem toda razão.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Quero esclarecer a V. Ex.<sup>as</sup> que o ruído não ajuda a inteligência das coisas. A Mesa precisa tomar deliberação que seja baseada no Regimento e no bom senso.

A Mesa vai resolver. Como não houve a votação de todos os membros titulares, será feita a chamada daqueles que não estão presentes no painel eletrônico.

A maioria será simples. Mesmo que não se atinja o quorum de 47, a maioria será simples.

**O SR. CONSTITUINTE JORGE HAGE:** – Sr. Presidente, quero um esclarecimento.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Pois não.

**O SR. CONSTITUINTE JORGE HAGE:** – Os suplentes têm direito a voto?

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Nobre Constituinte, acabei de pedir que os suplentes votem!... Vejam como eu tenho razão: o ruído perturba, se nós ficássemos mais tranquilos iríamos mais depressa.

Solicito ao Sr. Secretário que continue a chamada.

#### (Prossegue a votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Almir Gabriel, Antônio Brito, Artur da Távola, Carlos Mosconi, Celso Dourado,

Cristina Tavares, Egídio Ferreira Lima, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Lyra, Haroldo Sabóia, João Herrmann Neto, José Freire, José Paulo Bisol, Nelson Jobim, Nilton Friedrich, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Severo Gomes, Sigmaringa Seixas, Virgildásio de Senna, Aécio Neves, Antonio Mariz, Chagas Rodrigues, Euclides Scalco, José Costa, Octávio Elísio, Rose de Freitas, Uldurico Pinto, Vicente Bogo, Vilson Souza, Alcení Guerra, Antonio Carlos Mendes Thame, José Maurício, Carlos Alberto Caó, Luiz Salomão, Francisco Rossi, Luiz Inácio Lula da Silva, Rínio Arruda Sampaio, Haroldo Lima, Roberto Freire e Jamil Haddad. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Aluizio Campos, Bernardo Cabral, Cid Carvalho, José Geraldo, José Richa, José Ulisses de Oliveira, Mário Lima, Milton Reis, Nilson Gibson, Raimundo Bezerra, Rodrigues Palma, Theodoro Mendes, Daso Coimbra, Délio Braz, José Tavares, Márcio Braga, Marcos Lima, Aloysio Chaves, Arnaldo Prieto, Carlos Chiarelli, Christóvam Chiaradia, Eraldo Tinoco, Francisco Benjamim, Inocêncio Oliveira, José Jorge, José Lins, José Santana de Vasconcellos, José Thomaz Nonô, Luís Eduardo, Mário Assad, Oscar Corrêa, Osvaldo Coelho, Paulo Pimentel, Ricardo Fiúza, Sandra Cavalcanti, Annibal Barcellos, Enoc Vieira, Jonas Pinheiro, José Lourenço, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Gerson Peres, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia, Virgílio Távora, Gastone Righi, Ottomar Pinto, Adolfo Oliveira e Siqueira Campos.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 43 Constituintes; votaram NÃO 49 Constituintes. Total: 92 votos. O Requerimento foi **rejeitado**.

**O SR. CONSTITUINTE OCTÁVIO ELÍSIO:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra, para uma questão de ordem.

**O SR. CONSTITUINTE OCTÁVIO ELÍSIO:** – Sr. Presidente, quero lamentar que, por medidas protelatórias, durante três dias, uma parte significativa da Comissão de Sistematização tenha deixado de votar, por uma opção injustificável, dois Capítulos da maior importância: o da Comunicação e o dos Índios.

Quero lançar o meu protesto àqueles que votaram contra a prorrogação, porque demonstraram um claro descompromisso com o seu trabalho constitucional. **(Palmas das galerias)**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – V. Ex.<sup>as</sup> foram testemunhas de que o Presidente fez o que pôde para votar mais depressa. Apelos incessantes, infelizmente, raramente foram atendidos por Constituintes de quaisquer tendências. Quase todos preferiram falar do que votar.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Sr. Presidente, pela ordem. É necessário registrar duas coisas aqui.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Pois não, tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra, pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – E faço questão de registrar. Primeiro: V. Ex.<sup>a</sup>, como Presidente – e já existe precedente na Comissão de Sistematização – poderia adiar por uma hora, independente de votar requerimento.

Em segundo lugar, lamento o voto favorável à não prorrogação do Sr. Constituinte Bernardo Cabral porque foi um voto de manter o texto do jeito que ele estava. O Sr. Relator Bernardo Cabral não podia dar esse voto e quero registrar esse lamento aqui, porque significa a manutenção do Substitutivo de S. Ex.<sup>a</sup> que poderia ter, pelo menos, se abster.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Quero dar um esclarecimento a V. Ex.<sup>a</sup>, Constituinte José Genoíno. Pela admiração que tenho por V. Ex.<sup>a</sup>, quero dizer o seguinte: a Mesa não tinha condição de prorrogar **ex officio**, porque recebeu requerimento de dois tipos, sendo que o mais numeroso era para encerrar. Em segundo lugar, a Mesa se reuniu para tomar a decisão, que não foi minha, foi da Mesa, de que fosse regimental. Em terceiro lugar, havia um precedente de que no fim do Capítulo da questão do Judiciário foi tomada a mesma decisão.

Estas foram as razões pelas quais não tomei a decisão de modo próprio. V. Ex.<sup>as</sup> pediram, por iniciativa própria, não a prorrogação por uma hora mas de todos os capítulos. De modo que não aceito a observação.

**O SR. CONSTITUINTE JORGE HAGE:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Pois não.

**O SR. CONSTITUINTE JORGE HAGE:** – Sem que vá nisso qualquer crítica à decisão de V. Ex.<sup>a</sup>, quero registrar e lamentar profundamente que, coincidentemente, quando chegávamos no momento de votar o Capítulo da Comunicação, com decisões da seriedade da questão das concessões dos canais de televisão e de rádio, esta Casa, por uma coincidência, exatamente neste momento, não chega lá, e decide não continuar. É profundamente lamentável e vergonhoso para a Assembléia Nacional Constituinte.

Ressalvo, novamente, que V. Ex.<sup>a</sup> não podia tomar a decisão.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – O meu voto foi favorável para que prosseguíssemos os nossos trabalhos.

**A SRA. CONSTITUINTE ROSE DE FREITAS:** – Sr. Presidente, logo agora que os Constituintes desta Casa recebem cerca de 44% de reajuste de salário, depois de uma longa briga, depois de uma longa exposição de trabalho, depois de permanecermos meses aqui... Agora, quando chega a hora de decidir aquilo que é de grande importância para a Nação, resultou em briga que esta Casa travou na Comissão de Comunicação, nós não votamos?!

Quero fazer um outro registro, Sr. Presidente: o Capítulo dos Índios – foram jogadas por terra todas as pretensões das comunidades indígenas – também nós não chegamos.

O protesto que se lavra aqui não é apenas para dar satisfação à opinião pública, mas é um protesto real de quem plantou dia e noite o seu trabalho nesta Comissão, para ver aprovado o texto na íntegra, com cada emenda, com cada destaque pedido.

Quero dizer a V. Ex.<sup>a</sup> que já ocupei este microfone algumas vezes, para dizer-lhe que é um dos que mais admiro nesta Casa. Digo também que esta Casa não pode continuar agindo desta maneira, quer dizer, com casuísmos como norma permanente de suas atitudes políticas, quando elas precisam ser mais sérias e mais eficazes.

Lamento pelos companheiros que saíram, mas nós vamos continuar. **(Palmas das galerias)**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Estamos no fim da sessão, entendo a manifestação da galeria e, até, se pudesse, estaria lá, batendo as mesmas palmas, mas peço que não me obriguem a lhes pedir que não o façam, porque o Regimento não permite.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, com toda a elegância, com todo o respeito que me merece a eminente Constituinte Rose de Freitas e os demais companheiros, S. Ex.<sup>as</sup> estão aqui fazendo um papel deselegante e antidemocrático. Parece que não sabem perder, S. Ex.<sup>as</sup> perderam no voto. O democrata é

aquele que sabe perder democraticamente. Eu pediria aos colegas que não trouxessem este tema, de que fomos aumentados 47%. A Constituinte, amanhã, vai receber os 47%. S. Ex.<sup>a</sup> não vai deixar lá fora na tesouraria; vai receber conosco. E aqui ninguém praticou nenhum ato imoral e nem deselegante; praticamos um ato democrático, sob o rigor do Regimento e da Presidência de V. Ex.<sup>a</sup>. Um outro ponto que eu queria deixar bem claro é que temos ainda a etapa final da Assembléia Nacional Constituinte, onde o Plenário, aí sim, vai dizer se é a favor ou não do que está no relatório. Aí, teremos, ainda, também, tempo para votar e para discutir; não está nada perdido. Se alguma coisa foi votada errada, podemos corrigir no Plenário. Agora, dizer também que o Relator Bernardo Cabral não poderia votar é cercar o direito de S. Ex.<sup>a</sup>. S. Ex.<sup>a</sup> é um Parlamentar e tem que votar. Não pode haver censura sobre isto. Portanto, eu queria deixar essas considerações, com todo o respeito que me merecem os colegas, porque é deselegante fazer críticas à Mesa, aos colegas, porque votaram democraticamente por uma outra posição. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Tem a palavra o Constituinte Nelson Jobim.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON JOBIM:** – Sr. Presidente, uma pequena observação para os técnicos da computação. É que votei sim e aparece o voto, mas não aparece o nome. Está na terceira coluna, ao lado do Constituinte Plínio Arruda Sampaio. Tem que se verificar esse problema, porque há o voto, ele foi computado como sim, mas o nome não apareceu.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Pois não, está computado o voto de V. Ex.<sup>a</sup> eletronicamente.

**O SR. CONSTITUINTE ITAMAR FRANCO:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**A SRA. CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES:** – Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Um momento, Sra. Constituinte, primeiro o Constituinte Itamar Franco e, depois, V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE ITAMAR FRANCO:** – Sr. Presidente, o que se está lamentando – o Constituinte Gerson Peres parece que se confunde – é exatamente não termos votado os Capítulos da Comunicação, do Meio Ambiente, em que estudaríamos o problema da energia nuclear em relação ao meio ambiente, o problema da família, da criança, do adolescente, do idoso e dos índios. E o que é mais grave, Sr. Presidente, nós que, por exemplo, não fazemos parte da Comissão de Sistematização, se, amanhã, este Regimento for alterado, permitindo apenas que os Srs. Constituintes apresentem duas ou três emendas, como ficaremos, Sr. Presidente?

Aqui também, portanto, respeitosamente a V. Ex.<sup>a</sup>, o nosso protesto que não tenhamos chegado ao fim desses capítulos.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Pois não, registro o protesto de V. Ex.<sup>a</sup>.

Com a palavra a Constituinte Cristina Tavares.

**A SRA. CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES:** – Sr. Presidente, eu queria registrar os extraordinários avanços que esta comissão teve, hoje, no Capítulo da Educação. Eu queria registrar o avanço significativo que tivemos ao votar o Capítulo da Ciência e Tecnologia. Mas eu gostaria de registrar também, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, que, pela terceira vez, não conseguimos votar o Capítulo das Comunicações. Foi tumultuado na subcomissão; foi tumultuado na Comissão; e, agora, novamente, lamento que os membros da Comissão de Sistematização

não tenham dado oportunidade para vencermos ou perdermos, no voto, aqui, na Comissão de Sistematização. Foi a terceira vez que não conseguimos votar.

Quero registrar, Sr. Presidente, que havia um acordo entre lideranças e entre membros desta comissão, independente de partidos e de ideologias, para o monopólio estatal das telecomunicações.

Esta, Sr. Presidente, é uma das reivindicações mais caras, mais desejadas e mais importantes deste País. Quero agradecer a colaboração dos engenheiros, dos técnicos, dos trabalhadores, dos colaboradores da Telebrás, da Embratel, que aqui estiveram, que aqui se esforçaram e fizeram um acordo para que pudéssemos votar o monopólio estatal das comunicações.

Tenho a certeza de que ganharemos no Plenário da Assembléia Nacional Constituinte.

Muito obrigada!

### (Manifestação nas galerias)

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Vou reiterar meu apelo à galeria. É desagradável, especialmente porque meu coração está com a Constituinte Cristina Tavares, eu ter que admoestá-los, mas tenho que fazer. O Regimento não permite manifestação. Poupem-me de admoestá-los.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – Sr.

Presidente, como V. Ex.<sup>a</sup> verificará no quadro, eu sou companheiro do Constituinte Nelson Jobim. Mas, se V. Ex.<sup>a</sup> verificar, verá que aquela "caixeta" está defeituosa. O meu voto não figurou, embora eu tivesse sido um dos que encaminharam pelas bancadas, pedindo que apoiassem a prorrogação. Votei pela prorrogação, mas, infelizmente, meu voto não figurou. Quero afirmar a V. Ex.<sup>a</sup>, e estão os colegas todos aqui de testemunhas, que fui um dos que mais trabalhou no sentido de que a sessão fosse prorrogada. Isso mesmo tive oportunidade de dizer a V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Eu mesmo sou testemunha disso, Constituinte.

**O SR. CONSTITUINTE FÁBIO FELDMANN:** – Sr.

Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Pois não, Constituinte Fábio Feldmann.

**O SR. CONSTITUINTE FÁBIO FELDMANN:** – Eu

gostaria de registrar o seguinte: quando houve a discussão do Capítulo da Competência da União fui tentar encaminhar a questão nuclear e não me foi permitido, dizendo-me que não era o local apropriado. Agora, quando se vai discutir o Capítulo do Meio Ambiente e Questão Nuclear, ela fica prejudicada. Eu gostaria de registrar esse fato, lembrando que houve uma emenda popular com 62 mil assinaturas. Então, à medida em que se desrespeita, não se leva em consideração uma emenda popular no substitutivo, teria que se dar, pelo menos, a oportunidade de registrar esse fato. Em segundo lugar, com relação aos índios, nós temos o mesmo problema. Houve um sem número de emendas populares, protegendo os índios, já que o Capítulo dos índios é uma das coisas mais retrógradas no substitutivo do Constituinte Bernardo Cabral.

Portanto, eu gostaria de encaminhar à Mesa uma moção da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro, com a assinatura de, pelo menos, 30 deputados, pedindo a modificação do Substitutivo do Constituinte Bernardo Cabral, inclusive para restabelecer os direitos dos índios, e que eu gostaria que ficasse registrado nos Anais da Constituinte.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Pois não, eu recebo o requerimento de V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS ALBERTO CAÓ:** –

Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Tem a palavra o nobre Constituinte Carlos Alberto Caó.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS ALBERTO CAÓ:** –

Sr. Presidente, de forma muito breve e objetiva, gostaríamos de nos incorporar às manifestações de inconformismo aqui feitas, em face da não discussão de capítulos de extrema importância para a prática democrática em nosso País. Realmente, algo de estranho, muito estranho, ronda essa questão das Comunicações. Assiste total razão à Constituinte Cristina Tavares, quando afirma que, pela terceira vez, nós somos, por algum fato imprevisto, por alguma coisa nebulosa, impedidos de discutir o problema da comunicação e, sobretudo, do monopólio das telecomunicações, que envolve questões de segurança e soberania nacional.

Era isso o que tínhamos a dizer.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Pois não.

Antes de encerrar a sessão, quero deixar bem claro que os registros aqui feitos, se eu não estivesse na Presidência, estaria aí fazendo. Fiz o que pude, não só hoje, mas nesses dias todos, para que a votação se acelerasse. Infelizmente, muitas vezes, os meus apelos reiterados podem parecer até uma vontade de impor uma decisão autoritária. Pedi inúmeras vezes que não houvesse dois oradores de cada lado, em muitas matérias de ampla compreensão, em que não havia nenhuma necessidade de reiteração do argumento. Infelizmente, o processo legislativo é assim mesmo. Quero dizer também a V. Ex.<sup>a</sup>, Deputado Carlos Alberto Caó que o que conta aqui é a vontade da maioria. Foi a maioria que decidiu assim: contra o meu ponto de vista, contra o ponto de vista de V. Ex.<sup>a</sup>, mas foi a vontade da Maioria. Não houve qualquer outra força. Deixo bem claro, aqui, que a Mesa só não prorrogou de ofício, porque não pode, porque é fim de capítulo e, no fim de capítulo, não cabe à Mesa prorrogar a sessão de ofício, senão quando há um requerimento; e houve. O requerimento foi submetido e não foi acolhido. Eu também lamento que nós não tenhamos podido chegar, ao final dessa sessão, com todo nosso trabalho aprovado. Mas não posso fazer mais, senão me curvar à vontade da maioria, mesmo quando essa Maioria não seja aquela da minha opção.

As preferências, amanhã, terão meia hora, anteriormente à reunião, de 8 horas e 30 minutos às 9 horas, para serem apresentadas.

### III – SUSPENSÃO DA REUNIÃO

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– A Presidência vai suspender os trabalhos, convocando os Senhores Constituintes para a continuação da presente reunião, amanhã, 15-11-87, às 9:00 horas.

Está suspensa a reunião.

**(Suspense-se a reunião às 20 horas e 50 minutos)**

**EM 15 DE NOVEMBRO DE 1987 (1)**

Presidência dos Srs.: **Aluísio Campos**, Primeiro-Vice-Presidente; **Fernando Henrique Cardoso**, Quarto-Vice-Presidente e **Afonso Arinos**, Presidente.

### I – REABERTURA DA REUNIÃO

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Havendo

número regimental, declaro reaberta a reunião.

Às 09:46 HORAS COMPARECEM OS SENHORES:

Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Adhemar de Barros Filho, Adolfo Oliveira, Afonso Arinos, Alcení Guerra, Alfredo Campos, Almir Gabriel, Aloysio Chaves, Aluísio Campos, Amaury Müller, Antônio Britto, Antônio Farias, Antônio Carlos Konder Reis, Antonio Carlos Mendes Thame, Arnaldo Prieto, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Brandão Monteiro, Carlos Chiarelli, Carlos Mosconi, Carlos Sant'Anna, Celso Dourado, Christóvam Chiaradia, Cid Carvalho, Cristina Tavares, Darcy Pozza, Egidio Ferreira Lima, Eraldo Tinoco, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Gasparian, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Lyra, Francisco Benjamim, Francisco Dornelles, Francisco Pinto, Francisco Rossi, Gastone Righi, Gerson Peres, Gilson Machado, Haroldo Lima, Haroldo Sabóia, Ibsen Pinheiro, Inocêncio Oliveira, Jamil Haddad, Jarbas Passarinho, João Calmon, João Herrmann, Joaquim Bevilacqua, José Fogaça, José Freire, José Geraldo, José Ignácio Ferreira, José Jorge, José Lins, José Luiz Maia, José Maurício, José Paulo Bisol, José Bicha, José Santana de Vasconcellos, José Serra, José Thomaz Nonô, José Ulisses de Oliveira, Luiz Eduardo, Luiz Inácio Lula da Silva, Lysâneas Maciel, Manoel Moreira, Marcondes Gadelha, Mário Assad, Mário Lima, Milton Reis, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nelton Friedrich, Nilson Gibson, Oscar Corrêa, Osvaldo Coelho, Paulo Pimentel, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Plínio Arruda Sampaio, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Ricardo Fiúza, Roberto Freire, Rodrigues Palma, Sandra Cavalcanti, Severo Gomes, Sigmaringa Seixas, Siqueira Campos, Theodoro Mendes, Virgildásio de Senna, Virgílio Távora, Vivaldo Barbosa, Wilson Martins, Adylson Motta, Aécio Neves, Afif Domingos, Albano Franco, Aldo Arantes, Annibal Barcellos, Beth Azize, Bocayuva Cunha, Bonifácio de Andrada, Chagas Rodrigues, Daso Coimbra, Délio Braz, Enoc Vieira, Euclides Scalco, Fernando Santana, Furtado Leite, Floriceno Paixão, João Agripino, João Menezes, João Natal, Jofran Frejat, Jonas Pinheiro, Jorge Hage, José Carlos Grecco, José Costa, José Dutra, José Fernandes, José Genoíno, José Lourenço, José Maranhão, José Tavares, José Tinoco, Luiz Salomão, Márcio Braga, Marcos Lima, Mário Covas, Michel Temer, Miro Teixeira, Mozarildo Cavalcanti, Nelson Wedekin, Octávio Elísio, Ottomar Pinto, Paes Landim, Ricardo Izar, Roberto Balestra, Roberto Brant, Rose de Freitas, Simão Sessim, Sólon Borges dos Reis, Sotero Cunha, Uldurico Pinto, Valmir Campelo, Vicente Bogo, Victor Faccioni, Vilson Souza, Ziza Valadares. Estiveram presentes ainda os seguintes Senhores Constituintes não membros: Chico Humberto, Florestan Fernandes, Paulo Delgado. Deixaram de comparecer os seguintes Senhores Constituintes: Edme Tavares, Oswaldo Lima Filho e Prisco Viana.

### II – EXPEDIENTE

**Do Sr. Líder do PDC:**

Brasília, 15 de novembro de 1987

Sr. Presidente da Comissão de Sistematização.

Na condição de Líder do Partido Democrata Cristão – PDC, na Constituinte indico o Constituinte Roberto Balestra como Suplente para participar nas sessões pertinentes às Disposições Transitórias. – Constituinte **Mauro Borges Teixeira**, Líder do PDC na Assembléia Nacional Constituinte.

Senhor Presidente:

Gerson Peres, Deputado Constituinte, respeitosamente, expõe e requer:

I

Na sessão da tarde do dia 15 de novembro, na Comissão de Sistematização, presidida pelo Deputado Brandão Monteiro, do PDT, o Deputado José Genoíno, do PT, cedeu seu lugar de inscrição para falar, a favor da Emenda

nº 30803, do Deputado Bocayuva Cunha, do PDT, à Deputada Sandra Cavalcanti, do PFL. Esta ocupou o tempo da inscrição, e, por equívoco ou não, deteve seus argumentos no tema de emenda semelhante e o Sr. Presidente da sessão não a advertiu, a deixou pronunciar-se até esgotar-se todo o tempo. O Deputado Genoíno, em seguida, reclamou pleiteando falar, em face da Deputada Sandra Cavalcanti ter ocupado o seu (dele) tempo sem defender a emenda. O Sr. Brandão Monteiro, após ouvir meu "contraditório" resolveu deferir a citada reclamação, concedendo a palavra ao reclamante.

## II

Pela norma adotada, na Comissão, dois (2) oradores falam a favor e dois (2) contra, em tempo improrrogável de cinco (5) minutos, julgo ter o Sr. Presidente infringido a norma e, por isso mesmo, recorro, nos termos regimentais, à Mesa da Assembléia Nacional Constituinte, para que defina se é permitido um terceiro orador falar contra ou a favor quando um deles, por equívoco ou não, utilizou o tempo regimental e argumentar fora da emenda ou tema em debate.

Termo em que  
P. deferimento.

Sala das Sessões, 15 de novembro de 1987, —  
Constituinte **Gerson Peres**.

Nos termos do que prescreve o art. 13 § 3º o Recurso nº 5 preenche os requisitos legais indispensáveis para sua admissibilidade, posto que, não possui apoio.

Por estas razões o indefiro; não dando o seguimento prescrito no § 3º do mesmo artigo. Ciente o interessado. Arquite-se. — **Brandão Monteiro**, — Presidente em exercício.

## III – COMUNICAÇÕES

**Do Sr. Cunha Bueno:**

**O SR. CONSTITUINTE CUNHA BUENO:** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** — Pela ordem, tem a palavra o Constituinte Cunha Bueno.

**O SR. CONSTITUINTE CUNHA BUENO:** — Sr. Presidente, hoje é uma data histórica, 15 de novembro, em que se comemora a Proclamação da República. E a Assembléia Nacional Constituinte não poderia deixar de registrar este acontecimento. Entretanto, entendo que a melhor forma de lembrarmos a data é através da reflexão, pois vejo com pesar que, após 98 anos de República, discutimos, ainda hoje, entre outras coisas, o tempo de duração do mandato do Presidente da República — para não falar do sistema de governo etc.

Para que fique registrado em nossos Anais, Sr. Presidente, leio este convite à reflexão, hoje publicado nos principais jornais do País:

**"15 DE NOVEMBRO: O QUE VOCÊ ESTÁ  
COMEMORANDO NESTA DATA?"**

- 12 Estados de sítio
- 17 Atos institucionais
- 6 Dissoluções do Congresso
- 19 Rebeliões militares
- 2 Renúncias presidenciais
- 3 Presidentes impedidos de tomar posse
- 4 Presidentes depostos
- 6 Constituições diferentes
- 2 Longos períodos ditatoriais
- 9 Governos autoritários

Um sem-número de cassações, banimentos, exílios, intervenções nos sindicatos e universidades, censura à imprensa, etc.

Nos últimos 61 anos, somente um Presidente civil, Juscelino Kubitschek, terminou o mandato.

O golpe militar de 15 de novembro de 1889 instituiu o regime republicano sem qualquer consulta à Nação.

Deu no que deu.

Exija o seu direito de opinar, através de plebiscito, sobre um sistema de governo que representa um seguro contra golpes, renúncias, instabilidade política e econômica.

Parlamentarismo Monárquico: o regime de governo dos países mais avançados do mundo: Holanda, Bélgica, Inglaterra, Dinamarca, Noruega, Japão, Canadá, Nova Zelândia, Suécia, Austrália e mais recentemente a Espanha  
Instituto Brasileiro de Estudos Monárquicos do  
RS – IBEM."

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos) :-** Fica registrado o pronunciamento de V. Ex.<sup>a</sup>.

## IV – ORDEM DO DIA

VOTAÇÃO DO PROJETO DE CONSTITUIÇÃO  
TÍTULO IX (Início)

**Destaque nº 0001-87 – Emenda nº ES-20793-8, do Sr. Siqueira Campos, "que substitui art. 6º, Título X do Substitutivo nº 1 (Título IX do Substitutivo nº 2)". (489ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** — Vamos iniciar a votação do Título IX – Disposições Transitórias.

Em primeiro lugar, por acordo de Lideranças, vamos votar o pedido de preferência para o Destaque nº 0001. Trata-se do primeiro destaque apresentado em relação ao projeto, sendo de autoria dos Constituintes Siqueira Campos e José Freire, ambos do Estado de Goiás, relativo à preferência para criação do Estado do Tocantins.

Os Srs. Constituintes que estiverem de acordo com a preferência, mantenham-se como se encontram. **(Pausa)**  
Aprovada a preferência.

Passaremos agora à votação do Destaque nº 0001, colocado em primeiro lugar em virtude de acordo de Lideranças. Com a palavra, pela ordem, o Sr. Constituinte José Freire.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FREIRE:** — Sr. Presidente, esclarecemos ao Plenário que apresentamos a Emenda nº 30840/8, que tem dois destaques com a mesma redação, um requerido por mim e outro pelo ilustre Constituinte Siqueira Campos, Líder do PDC. Houve um entendimento entre o orador e o Líder do PDC no sentido da co-autoria e para que figurasse apenas a Emenda de nº 0001, com o que o Sr. Relator, Constituinte Bernardo Cabral, após ouvir os dois Parlamentares, concordou plenamente. Fizemos uma nova redação, retirando parte do destaque do ilustre Constituinte Siqueira Campos e parte do destaque de minha autoria.

Gostaria, Sr. Presidente, após ouvirmos os oradores inscritos, que V. Ex.<sup>a</sup> desse a palavra ao ilustre Relator Bernardo Cabral, para saber se S. Ex.<sup>a</sup> está de pleno acordo com o que acabo de dizer.

Quero ainda dizer a V. Ex.<sup>a</sup> que mantive entendimento com o Constituinte Siqueira Campos, apesar de inscrito para encaminhar o destaque ora em votação, para ceder meu lugar ao ilustre Constituinte por Mato Grosso, Senador Wilson Martins, pois S. Ex.<sup>a</sup> comunga dos ideais do povo do Tocantins. Também o ilustre Constituinte por

Minas Gerais, Deputado Bonifácio de Andrada, defenderá nosso destaque, pois o Regimento não permite que quatro oradores encaminhem a votação do mesmo requerimento.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – V. Ex.<sup>a</sup> será atendido.

Os co-autores da emenda, Constituintes José Freire e Siqueira Campos, indicam para encaminhar favoravelmente a proposta de criação do Estado do Tocantins os Constituintes Wilson Martins e Bonifácio de Andrada.

**O SR. CONSTITUINTE SIQUEIRA CAMPOS:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE SIQUEIRA CAMPOS:** – Sr. Presidente, quero apenas confirmar o que disse o Constituinte José Freire. Nós dois estamos irmanados nesta luta. Esta emenda não é minha, nem dele, é de todos os Constituintes, é da Assembléia Legislativa, é dos Deputados Federais por Goiás, é da bancada do Governo e de todo o povo goiano.

Portanto, os Constituintes Wilson Martins e Bonifácio de Andrada falarão por nós e pelo povo goiano.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Com a palavra o Constituinte Wilson Martins, para encaminhamento a favor.

**O SR. CONSTITUINTE WILSON MARTINS:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, reunidos nesta Comissão e em Assembléia Nacional Constituinte para estudar e aprovar as grandes reformas de que necessita este País, eu deveria dizer que nenhuma delas sobreleva em importância a reforma territorial. Nestas condições, honrado com a designação para ocupar esta tribuna em nome do Estado de Goiás e do futuro Estado do Tocantins (**Palmas**) pela nobre bancada goiana, tenho apenas um mérito, qual seja, o de ter sido o primeiro Governador eleito do Estado de Mato Grosso do Sul.

Falo, portanto, aqui, não apenas inspirado nas lições de Antônio Carlos e de José Bonifácio, na primeira Constituinte brasileira, em 1823, mas ressoam em meus ouvidos as lições dos grandes estadistas deste País de todos que sentiram a permanente necessidade de modificarmos o mapa do Brasil, até hoje baseado na divisão feita de acordo com as capitanias hereditárias.

Esta causa é, realmente, das que mais empolgam a população brasileira. O Estado de Goiás, Srs. Constituintes, há 108 anos luta pelo seu desmembramento, de tal maneira que possa ser formado o Estado do Tocantins. O projeto de lei criando o Estado do Tocantins, por duas vezes aprovado pelo povo – pela Assembléia Legislativa e pelo Congresso Nacional – foi levado ao Presidente da República, que o vetou duas vezes consecutivas. Hoje cabe soberanamente ao Congresso Constituinte aprovar a criação dessa nova unidade federativa, o Estado do Tocantins, plenamente viável, com 60 Municípios, com uma produção de dois milhões e meio de toneladas de grãos, com uma área territorial de 286 mil km<sup>2</sup>, com uma população de 1,3 milhão de habitantes, localizando-se na Amazônia Legal, a partir do Paralelo 13. Vamos desmembrar, na Assembléia, um Estado gigante – e o era também o Estado de Mato Grosso – mas um gigante inerte. Fizemos de Mato Grosso dois Estados pujantes para a Pátria brasileira, plenamente viáveis e que resolvem seus problemas de educação, de comunicação, de saúde, de transporte, econômicos e sociais. Vamos fazer o mesmo em relação a Goiás, dotando a parte norte, e não somente a parte sul, de todos os melhoramentos e investimentos de que aquela região necessita.

Vivemos no Brasil uma nova época. É preciso proceder à redistribuição territorial do Brasil e, com ela, per-

mitir a existência de Estados menores, mas prósperos. Temos de fazer também a redistribuição das grandes propriedades deste País. A maneira de fazê-lo é justamente esta, criando novos Estados.

Concito, portanto, os nobres Constituintes a apoiarem o Destaque nº 001, fundido ao Destaque nº 4.752, de autoria dos nobres Constituintes Siqueira Campos e José Freire, ambos paladinos desta causa, e aprovarem, aqui, na Comissão de Sistematização, uma das reformas fundamentais deste País, justamente a modificação territorial do nosso Estado. (**Palmas**)

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Não há oradores inscritos para encaminhamento contrário.

Concedo a palavra ao Constituinte Bonifácio de Andrada, para encaminhamento a favor.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FREIRE:** – Sr. Presidente, com a permissão do orador, quero fazer um apelo a V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FREIRE:** – Sr. Presidente, as caravanas vindas do norte e nordeste de Goiás estão na rampa principal, sem conseguirem acesso ao interior do Congresso Nacional. Gostaria que V. Ex.<sup>a</sup>, por gentileza, liberasse a entrada dessas pessoas, para que elas pudessem chegar às galerias e assistir à votação do destaque sobre a criação do Estado do Tocantins.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Nobre Constituinte, a Mesa ontem decidiu que, a partir de hoje, nos debates sobre o título “Disposições Transitórias”, só será permitido o acesso às galerias mediante senhas distribuídas pela Secretaria. Deculpe-me V. Ex.<sup>a</sup>, mas não posso dar autorização, porque essa foi uma decisão da Mesa.

Concedo a palavra ao Constituinte Bonifácio de Andrada.

**O SR. CONSTITUINTE BONIFÁCIO DE ANDRADA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, nesta reunião, direta ou indiretamente, já se ouviram as palavras do nobre Senador Wilson Martins, esse valoroso representante do povo brasileiro, e dos Deputados José Freire e Siqueira Campos, que, desde os primórdios da legislatura passada, vêm pugnando por este grande objetivo, a criação do Estado do Tocantins.

Desde a primeira hora, Sr. Presidente, somos daqueles que se colocam a favor desta medida, como imperativo patriótico e cívico. O Brasil – e esta é a lição dos nossos maiores –, desde os tempos da fundação da nacionalidade, precisa levar o poder político para o interior de seu grande território e permitir que suas populações, geralmente abandonadas e desprotegidas em suas glebas, tenham o benefício dos serviços públicos e a presença de agentes administrativos que possam atendê-las nas suas reivindicações a fim de que, de fato, possam elas experimentar o grande surto de desenvolvimento que espera o interior brasileiro.

Mas não é só a presença dos serviços públicos o que se exige no interior do País, com as decisões políticas perto do povo, para solução de seus principais problemas. O Brasil é, sobretudo, um grande território continental, em que imensos espaços interioranos precisam ser ocupados pelo homem brasileiro, para não ficarem sujeitos às grandes pressões dos condicionamentos internacionais. Precisamos ocupar o solo brasileiro, o território pátrio. Precisamos, de fato, levar o desenvolvimento e o progresso às populações interioranas, fazer o Brasil crescer. Precisamos fazer com que as populações, espalhadas e esquecidas por esse imenso território, tenham respaldo, nas suas esperanças e nas suas aspirações, para a grande marcha na direção do progresso, no futuro.



As reivindicações em favor da criação de outras unidades federadas e de novos territórios fundamentam-se em técnicas governativas, que não podemos esquecer e de que nos deveríamos valer, de forma eficiente, nesta hora em que fazemos uma nova Constituição para o Brasil. O Estado do Tocantins é uma aspiração nacional de velhos tempos, não só deste século como do século passado. Esta Comissão não pode, neste instante, esquecer seus grandes imperativos e suas grandes razões patrióticas, em favor do progresso do Brasil.

Sr. Presidente, acredito que a obstinação da representação política do Estado de Goiás, apoiada por representantes de outras unidades federadas, há de ter ressonância nesta Assembléia, para que possamos, de fato, aprovar a criação do Estado do Tocantins e de outros novos Estados. Que o mapa do Brasil seja engrandecido com novas fronteiras e limitações e que de fato sejam alavancas do bem-estar das populações interioranas. O Brasil é uma vocação continental e, como tal, há de se estruturar em termos continentais. Daí a necessidade de serem criados mais governos, capazes de responder às grandes expectativas e exigências do nosso povo.

Sr. Presidente, no princípio deste século – e mesmo no século passado – o problema da redivisão territorial do Brasil não foi tratado como deveria ser e como desejavam os fundadores da nacionalidade, na primeira Assembléia Nacional Constituinte. Reunidos no Rio de Janeiro, os representantes do povo brasileiro queriam dividir este País em unidades bem menores do que esses vastos Estados que hoje compõem a geografia brasileira. Está na hora de atendermos ao chamamento das nossas origens, aos anseios da primeira Assembléia Nacional Constituinte.

E é evocando aqueles grandes homens que desenharam o Brasil no primeiro momento, ou que tentaram fazê-lo, e a lembrança daqueles grandes patriotas que compuseram a primeira Constituinte, que termino minhas palavras, trazendo nossa mensagem em favor da gente interiorana brasileira, em favor da criação de novos Estados, sobretudo o de Tocantins, que tem todas as condições de ser uma fulgurante unidade federada do Brasil. **(Muito bem! Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Com a palavra o Relator, Constituinte Bernardo Cabral.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, os eminentes colegas José Freire e Siqueira Campos acabam de dar à Nação um exemplo do que deve ser uma composição política. Políticos de posições contrárias, ambos marcaram sua luta em campos opostos: e, hoje, o que acabamos de verificar foi que os dois se uniram por uma luta comum. E fizeram mais: resolveram, numa atitude de grandeza, designar os Constituintes Wilson Martins e Bonifácio de Andrada para defenderem o destaque de autoria de toda a bancada do Estado de Goiás. Isso já revela à Nação que o Estado do Tocantins há de ser fundado sob o signo da aliança, da paz, da concórdia e da união.

Por tudo isso, Sr. Presidente, opino pelo acolhimento da emenda. **(Palmas)**

**O SR. CONSTITUINTE SIQUEIRA CAMPOS:** – Sr. Presidente, ilustres membros da Comissão de Sistematização, saúdo, com alegria e muita emoção, os caravaneiros da liberdade, homens e mulheres nortenses, que vêm assistir a este grande momento da história do nosso povo, quando entra em votação o destaque da emenda que cria o Estado do Tocantins.

Saúdo, especialmente, os Deputados Estaduais João Ribeiro, Hagahús Araújo, Totó Cavalcante, José Edmar Brito Miranda, João Cruz e Edmundo Galdino.

Saúdo o Comitê Pró-Estado do Tocantins, seu Presidente Darcy Martins Coelho, seu Diretor Adão Bonfim Bezerra e todos os seus integrantes.

Saúdo a valorosa Conorte, seu Presidente de Honra, José Maia Leite, seu Presidente, José Carlos Leitão, e todos os seus demais integrantes.

Saúdo o Secretário do Interior de Goiás, Dr. Valterli Guedes, representante do Governador do Estado de Goiás, Henrique Santillo, e outros secretários de Estado, bem como os presidentes dos partidos políticos goianos – PMDB, PDC e PFL.

Saúdo, finalmente, os prefeitos, vice-prefeitos, vereadores, líderes políticos, dirigentes classistas e representantes de todos os segmentos sociais do emergente Estado do Tocantins.

Destaco, ainda, revelando a gratidão do povo nortense, a manifestação que agora nos chega – e é mais uma, a décima – da Assembléia Legislativa do Estado de Goiás, favorável à criação do Estado do Tocantins, e que fica inserida neste pronunciamento.

Os luminosos caminhos da democracia nos ensinam, aqui e agora, a criação do Estado do Tocantins. Tenho fé em Deus e confiança nos meus eminentes pares da Comissão de Sistematização e da Constituinte, eis que o Estado do Tocantins é sonho longamente acalentado, em meio a muitos sofrimentos e tristezas, mas também a algumas alegrias.

Sr. Presidente, eminentes colegas, prezados nortenses das galerias, dominado pela ansiedade e pela mais forte emoção, não tenho, neste momento, condições de falar de improviso. Mesmo para escrever este texto, tive imensa dificuldade. Mas gostaria de ressaltar alguns dados para melhor encaminhamento da matéria.

Segundo o IBGE, somos 141.302.000 brasileiros. O crescimento da população, pela falta de providências da classe dominante, fez surgir legiões de rotos e famintos, que perambulam de um para outro lado do País, sem rumo e sem destino a não ser para as favelas das cidades grandes.

A criação do Estado do Tocantins, portanto, englobando o norte-nordeste goiano, área situada entre o Nordeste brasileiro e a Amazônia, representará importante iniciativa para amenizar o grave problema das endomigrações. A organização racional dos espaços do Centro-Oeste e da Amazônia, para fazer face ao crescimento da população brasileira, evitará a implosão das grandes metrópoles, os vazios demográficos e os vácuos de poder. E essa experiência pode ser feita com o surgimento do Estado do Tocantins, por ser uma questão amplamente decidida com o apoio unânime do povo, do Governo, da Assembléia Legislativa e da bancada federal de Goiás. O Congresso Nacional já aprovou, por duas vezes, a criação do Estado do Tocantins. Agora, pela terceira vez, tendo sido aprovada pelo Senado, está em tramitação na Câmara dos Deputados.

O novo Estado terá amplas condições de auto-sustentação. Ali se produzem, por ano, 2,5 milhões de toneladas de grãos e 1 milhão de bois gordos, sendo que o rebanho bovino ultrapassa 6,5 milhões de reses. Ademais, a área do futuro Estado do Tocantins, com belas e ricas planícies, entrecortadas de cursos perenes de águas límpidas e com cordilheiras que guardam grandes jazimentos minerais, conta com riquezas incalculáveis. Tocantins terá uma área total de 286.706 km<sup>2</sup>, uma população com cerca de 1.200.000 habitantes e 60 municípios – outros vinte estão sendo criados agora.

Ao trazer essas informações, permito-me pedir o voto e o apoio deste Plenário da Comissão de Sistematização para a vitória que o povo nortense de Goiás persegue há 178 anos, com o apoio de todo povo goiano.

A criação do Estado do Tocantins somente veio para a Constituição em face dos dois vetos presidenciais, desconsiderado que foi o compromisso público do Presidente Tancredo Neves.

Hoje, portanto, é dia de muita alegria, de festa, de descarregar emoções. Até aqui, quanta coisa passou e o quanto sofremos: o abandono, quase completo, da mulher, dos filhos e, agora, dos netos.

Hoje vejo minha mulher, como eu, envelhecida e alquebrada, meus filhos adultos, mas sem a necessária assistência paterna para se introduzirem, com a segurança mínima indispensável, nas atividades econômicas e prosseguirem a vida com alguma possibilidade de sucesso. Meus netos vão crescendo sem conhecerem os afagos, os carinhos e mesmo as atenções do avô.

Ao me dar conta de tudo isso – a mulher envelhecida e alquebrada, os filhos e, agora, os netos abandonados, a não-satisfação da quase totalidade dos meus gostos pessoais, numa doação constante, permanente e quase sem fim, com o coração explodindo pelas emoções que me assaltam, pergunto: Compensou?

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, não pretendo constrangê-los, muito menos influir na decisão sempre sábia de V. Ex.<sup>as</sup>. Quem sou eu, o mais modesto dos integrantes desta Assembléia, para fazê-lo? Mas, por saber que a criação do Estado do Tocantins não é projeto pessoal, de oportunismo político, nem pleito sem apoio popular, recente e sem a necessária fundamentação, carrego no peito a convicção do apoio, da aprovação de meus colegas àquilo que me envolve, me arrebatava e me tem levado aos maiores sacrifícios, mas que também, é verdade, me tem trazido as maiores alegrias e as melhores emoções.

Sim, creio na concretização do mais antigo, belo e acalentado sonho da altiva gente morena, que tenho a honra de representar. E, por antever a vitória, também estou a ver surgir ali das galerias, do meio da multidão de nortenses, um vulto magnífico de mulher, bela, meiga, mas decidida, com os “meninos”, filhos e netos, a rodeá-la, todos a dizer, a mim e aos que comigo lutam: “Compensou: estamos felizes!”

Esta mulher, a mesma que me acompanha há 38 anos, é D<sup>a</sup> – Aurenny.

Meus nobres pares, não terei qualquer observação restritiva a fazer aos ilustres colegas que não queiram ou não possam votar a favor da criação do Estado do Tocantins. Jamais procuraria obter voto pelo constrangimento de um colega, de um amigo. Peço, no entanto, que ajudem a libertar da pobreza, da injustiça, do abandono e da fome os nobres e generosos homens e mulheres que habitam as belas paragens do Tocantins e do Araguaia, votando “sim” no Tocantins. Porque é justo, porque é bom para Goiás, porque é bom para o Brasil.

Senhores, saibam agora: o Tocantins é a minha vida! (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Em votação a matéria.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Almir Gabriel, Aluizio Campos, Antônio Britto, Bernardo Cabral, Carlos Mosconi, Carlos Sant’Anna, Celso Dourado, Cristina Tavares, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Lyra, Ibsen Pinheiro, João Calmon, João Hermann Neto, José Fogaça, José Freire, José Geraldo, José Richa, José Ulisses de Oliveira, Manoel Moreira, Milton Reis, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nelton Friedrich, Nilson Gibson, Maurílio Ferreira Lima, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Rodrigues Palma, Sigmaringa Seixas, Wilson Martins, Antonio Mariz, Délio Braz, João Natal, José Tavares, Michel Temer, Uldurico Pinto, Alcení Guerra, Aloysio Chaves, Antonio Carlos Mendes Thame, Arnaldo Prieto, Carlos Chiarelli, Christóvam Chiaradia, Eraldo Tinoco, Francisco Benjamim, Francisco Domelles, Gilson Machado, Inocêncio Oliveira, José

Jorge, José Lins, José Thomaz Nonô, Luís Eduardo, Marcondes Gadelha, Mário Assad, Oscar Corrêa, Osvaldo Coelho, Paulo Pimentel, Sandra Cavalcanti, Enoc Vieira, Jonas Pinheiro, José Lourenço, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Gerson Peres, José Luiz Maia, Virgílio Távora, Brandão Monteiro, José Maurício, Lysâneas Maciel, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Luiz Inácio Lula da Silva, Adolfo Oliveira, Siqueira Campos, Aldo Arantes, Roberto Freire e Jamil Haddad. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Alfredo Campos, Egidio Ferreira Lima, José Serra, Theodoro Mendes e Plínio Arruda Sampaio. **ABSTENÇÃO** dos Senhores Constituintes: Artur da Távola, Fernando Gasparian, José Carlos Grecco, Octávio Elísio e Jarbas Passarinho.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 82 Constituintes; votaram NÃO 5 Constituintes; abstiveram-se de votar 5 Constituintes. Total: 92 votos. O Destaque foi **aprovado**. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Esta Presidência não pode fugir ao dever de congratular-se com os Constituintes Siqueira Campos e José Freire pela sua pertinácia na luta pela criação do Estado do Tocantins. (Palmas)

Como Presidente da Comissão de Constituição e Justiça na legislatura passada, acompanhei o esforço, a dedicação e o denodo com que S. Ex.<sup>as</sup> batalharam para conquistar este objetivo, em nome do povo de Goiás.

Tendo em vista o resultado da votação, quero expressar minhas congratulações ao povo goiano pela decisão ora tomada por esta Comissão. (Palmas)

Passaremos, agora, à apreciação do art. 2º das Disposições Transitórias.

Em votação o pedido de preferência para emenda modificativa, apresentado pelo Constituinte Carlos Cardinal, já que o Constituinte Arnaldo Prieto retirou seu destaque substitutivo.

**Destaque nº 5806-87, do Sr. Carlos Cardinal, que suprime a expressão “e não serão ... até ... 5 anos”, do art. 2º, Título IX, do Substitutivo nº 2”. (490ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Em votação o pedido de preferência para votação do Destaque nº 5806. Os senhores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovada a preferência.

A proposição do Constituinte Carlos Cardinal pretende suprimir a expressão “... e não serão passíveis de emenda em um prazo de cinco anos”. S. Ex.<sup>a</sup> deseja retirar do texto esta determinação da impossibilidade de mudar o regime que for adotado – no caso o regime parlamentarista – durante cinco anos.

Com a palavra o autor para encaminhamento.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS CARDINAL:** – Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, na tradição constitucional brasileira, desde a primeira Constituição republicana, dois aspectos são fundamentais: a proibição de se alterar a República e a Federação. Pois bem, ao longo da história constitucional deste País, alguns avanços foram realizados, especialmente no que toca à família, e, agora, com relação à propriedade.

Não faz muitos dias, a Comissão de Sistematização aprovou emenda que possibilita, inclusive, alterar ou abolir a própria República. Quando nos deparamos com este dispositivo que impossibilita, através de emenda constitucional, mudanças no sistema de governo, constatamos que, na verdade, está-se praticando um verdadeiro absurdo. Ao analisar a situação por que atravessa este País e na

medida em que os parlamentaristas que defendem com todas as suas forças este sistema de governo estão convictos de que o parlamentarismo é o melhor para o País, mais ainda se tornará absolutamente desnecessária a inclusão desse artigo que veda modificações pelo prazo de cinco anos.

Se o parlamentarismo, porém, não der certo e as injunções políticas e este plenário o confirmarem, qual será a saída, então, para as instituições brasileiras? O bom estrategista sabe que, se der um passo à frente, precisa reservar uma alternativa para ter uma saída. Este Congresso Constituinte tem uma extraordinária responsabilidade, porque aqui está representado o pensamento político brasileiro, aqui estão juristas de renome que honram as tradições jurídicas deste País. De minha parte, confesso-lhes que aprovar esse texto é engessar a Constituição e desconfiar até mesmo dos próprios Constituintes e daqueles que na próxima Legislatura aqui estarão, pois nem eles terão o direito de, através de emenda constitucional, alterar o sistema de governo.

Quem lhes fala não é um jurista, mas apenas alguém que toca de ouvido e percebe, ao ler esse artigo, que há nele uma profunda dissonância com o espírito democrático e ativo daqueles que – a começar pelo Relator Bernardo Cabral – pretendem dar ao País uma Constituição democrática. Tenho certeza de que o espírito democrático de S. Ex.<sup>a</sup> não corresponde, absolutamente, ao que está aqui estabelecido. Quem diz isto, repito, não é um jurista. Sou médico-veterinário, portanto, absolutamente leigo no assunto. Mas não posso acreditar que se insira na nova Constituição uma camisa-de-força que, no meu entendimento, sem dúvida alguma, não condiz com as tradições democráticas que V. Ex.<sup>as</sup> desejam preservar.

Peço, portanto, a exclusão desse dispositivo. Muito obrigado. (Palmas).

**O SR. CONSTITUINTE ALDO ARANTES:** – Sr. Presidente, gostaria de levantar uma questão de ordem.

Sr. Presidente, há pouco foi levantada uma questão de ordem acerca das pessoas que estão na porta do Congresso Nacional, pretendendo ter acesso às galerias. Queria informar a V. Ex.<sup>a</sup> que há ali muitas pessoas vindas do Brasil inteiro para assistir à votação sobre o mandato do Presidente Sarney e que querem a realização de eleições no próximo ano. Na questão de ordem anterior, V. Ex.<sup>a</sup> respondeu que tinha havido a distribuição de senhas. Ocorre que o número delas foi pequeno e, após a votação da criação do Estado do Tocantins, grande número de goianos, de pessoas residentes no recém-criado Estado do Tocantins se afastou das galerias.

Faço, portanto, um apelo a V. Ex.<sup>a</sup> e ao Constituinte Jorge Arbage, responsável pela segurança desta Casa, no sentido de que liberem as galerias. Não podemos admitir que numa votação dessa importância para o futuro político do Brasil se tomem medidas para restringir o acesso do povo às galerias.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – O Constituinte Jorge Arbage acaba de informar à Presidência que o número total de senhas já foi distribuído. Isso significa que a totalidade dos lugares disponíveis deve ser ocupado por pessoas portadoras de senhas. A única solução é os companheiros Constituintes procurarem mobilizar-se para distribuí-las às pessoas.

**O SR. CONSTITUINTE ALDO ARANTES:** – Sr. Presidente, levantei uma questão e V. Ex.<sup>a</sup> não me respondeu.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Estou respondendo a V. Ex.<sup>a</sup> que o número de senhas distribuídas é igual ao número de lugares, e não podemos permitir a entrada de pessoas não portadoras de senhas, porque não há acomodação nas galerias.

**O SR. CONSTITUINTE ALDO ARANTES:** – Sr. Presidente, eu disse – e V. Ex.<sup>a</sup> não escutou – que grande número de pessoas do recém-aprovado Estado do Tocantins saiu das galerias, o que equivale a dizer que suas senhas estão nas mãos dos seguranças. Quero que o número de cadeiras destinadas às galerias seja assegurado, para que o povo que está lá fora possa ter acesso a elas.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Já informei aos nobres colegas que me procuraram que S. Ex.<sup>as</sup> se dirigissem ao local de distribuição de senhas, a fim de que pudessem ser utilizadas para o ingresso das pessoas nas galerias. Não há outra solução. Não posso ordenar que entrem nas galerias pessoas que não apresentem as respectivas senhas. Essa questão está resolvida. Encareço a V. Ex.<sup>as</sup> que não levantem mais indagações a esse respeito, porque a decisão já foi adotada. Peço a colaboração de V. Ex.<sup>as</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE HAROLDO LIMA:** – Sr. Presidente, sem dúvida alguma, V. Ex.<sup>a</sup> terá a minha colaboração. No entanto, gostaria de ponderar, independentemente do mecanismo processual e do encaminhamento correto da questão, por parte de V. Ex.<sup>a</sup>, para que as senhas sejam distribuídas e cheguem às mãos dos que desejam entrar, há um problema objetivo. Lá fora, há uma multidão, proveniente de diversos Estados do País, querendo entrar e as galerias estão vazias. Assim, não tem sido possível implementar esse procedimento referido por V. Ex.<sup>a</sup>. Sugiro, pois, que resolvemos o problema politicamente. Como V. Ex.<sup>a</sup>, nessa Presidência, diversas vezes tem dito que esta é uma Casa política, então que V. Ex.<sup>a</sup> dê uma solução política. Quem sabe, solicitando a alguns Líderes ou diretores da Casa que se encaminhem à portaria para articular o problema da entrada das pessoas, de forma ordeira e comprometida com o comportamento que se deve adotar aqui dentro, de se manter atentos à votação, mas sem dela participar. Que as galerias sejam preenchidas por aqueles que estejam dispostos a fazê-lo.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A Mesa ouvirá o nobre Constituinte Jorge Arbage, para que S. Ex.<sup>a</sup> informe se há condições de entregar à Segurança senhas correspondentes aos lugares vazios para que sejam distribuídas.

**O SR. CONSTITUINTE JORGE ARBAGE:** – Sr. Presidente, a decisão de fixar o número de senhas para ingressar nas galerias foi adotada pela Mesa Executiva da Assembleia Nacional Constituinte através do Ato nº 19, e não sem antes consultar todas as lideranças da Assembleia Nacional Constituinte. Fixou-se, portanto, em quatrocentos e trinta e dois o número de senhas que seriam distribuídas, proporcionalmente à sua representação na Assembleia Nacional Constituinte, a cada partido político. Ocorre, Sr. Presidente, que essas senhas, inclusive as oitenta e oito destinadas à tribuna especial, foram todas distribuídas.

Estamos, portanto, nesta sessão, com as senhas esgotadas. Como já está previsto que não serão preenchidas as quatrocentas e trinta e duas cadeiras, determinamos que, para o preenchimento das vagas restantes, seja franqueada a entrada às pessoas interessadas. É uma medida flexível, que a Corregedoria adota para permitir que esta sessão, tão bonita e democrática, possa realmente ter a participação do povo na ocupação dos lugares que lhe foram destinados.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Encareço a V. Ex.<sup>a</sup> que oriente o cumprimento dessa decisão, para resolver o problema junto aos nossos colegas interessados.

Peço aos colegas que procurem o Constituinte Jorge Arbage, para resolver o problema do ingresso nas galerias.

Concedo a palavra ao nobre Constituinte Gastone Righi, para encaminhar contra a emenda.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:**

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, pretende esta emenda supressiva extirpar das Disposições Transitórias da nova Constituição o dispositivo que veda, durante 5 anos, a modificação do sistema parlamentar de governo. Hoje, o alvoroço e a inquietação que se vive neste plenário e que se reflete nas ruas decorrem inteiramente de que aqui se fixará hoje a duração do mandato do Presidente José Sarney.

Ocorre que não é do mandato do Presidente José Sarney que deve tratar esta Assembléia Nacional Constituinte. Ela deve cuidar é de aperfeiçoar um sistema de governo que seja perene, que atravesse os tempos e que chegue ao futuro, para que se possa construir uma grande nação, uma grande potência, livre, democrática e soberana.

Muitos, como eu; parlamentaristas, se definiram por esse sistema, não importa quem seja o atual Presidente. O que importa é o sistema. Contra o meu voto, que era por fixar-se em 6 anos o mandato do Presidente, sob o parlamentarismo, posicionou-se esta Comissão por 5 anos. E agora, hoje, pretendem inserir casuísmos na nova Carta. O primeiro, como esta emenda, que quer criar a instabilidade em relação ao sistema de governo. Se optarmos pelo parlamentarismo, precisamos reforçá-lo, defendê-lo, protegê-lo e, ao mesmo tempo, mostrar que esse sistema de governo não está sendo instaurado contra o Presidente, mas, sim, para todos os Presidentes e para todos os brasileiros, através dos tempos.

Por isso, a proteção de cinco anos é indispensável. Mais, ainda: aqueles que aqui pretendem, casuisticamente, reduzir o mandato presidencial de cinco para quatro anos, e se dizem parlamentarista, na verdade não o são; se o fossem, não estariam preocupados com a duração do mandato do Presidente, já que, no sistema parlamentarista, quem exerce o governo é o Conselho de Ministros, é o Primeiro Ministro, e não o Presidente da República. Querem cometer um casuísmo, e esta Constituinte não se reúne para provocar ou dar apoio a tais atos. Esta não é nossa tarefa. Por que encurtar apenas o mandato do Presidente Sarney? O mandato de S. Ex.<sup>a</sup> é diferente dos outros? Por que não se encurtam, então, todos os mandatos, de Vereador a Presidente, inclusive dos Deputados e Senadores? O que não é justo é escalar-se uma única pessoa. E quem se escala para a redução do mandato? Exatamente o homem que está cumprindo o período de transição e que deve servir-nos para fortalecer e aqui implantar o parlamentarismo, o mesmo homem que, com seus poderes constitucionais, convocou esta Constituinte. E aqui estamos, com poderes soberanos e livremente reunidos, porque este Presidente nos garante isto.

E, vejam: não sou dos que tecem loas a este Governo. Ao contrário, critico o Governo Sarney. É um governo paralisado, um governo inerte. Mas seria culpa de S. Ex.<sup>a</sup>? Sabemos que não. É culpa de um determinado setor do PMDB, que imobiliza o Governo, que o manifesta, que o mantém fisiologicamente plantado e que, no fundo, é o mesmo agrupamento que aqui vem para exigir o casuísmo. Quando o casuísmo é em relação a nós, é um insulto; mas, em relação aos outros, passa a ser um direito.

Na verdade, temos de votar aqui contra esta emenda, para que durante cinco anos seja protegido o parlamentarismo e para que a forma de governo seja o sistema parlamentarista, como esta Comissão já demonstrou desejar.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** — O Constituinte Brandão Monteiro, inscrito para falar contra a emenda, cedeu sua vez ao Constituinte Theodoro Mendes, a quem concedo a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE THEODORO MENDES:** — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a emenda apresentada pelo nobre Constituinte Carlos Cardinal é de incontestável oportu-

nidade. A inserção no texto do projeto, nas Disposições Transitórias, do princípio da imodificabilidade do sistema de Governo por um prazo de cinco, seis ou sete anos, seja por que prazo for, parece-nos um ato eivado de grande vício. Seria esse vício o temor pelo insucesso do sistema presidencialista? Seria esse vício o temor de um clamor popular exigindo o retorno ao sistema presidencialista? Ou seria este vício a ausência de visão sobre a evolução e a dinâmica do processo político?

Não é possível que isto ocorra, principalmente depois que esta Comissão, em boa hora e numa decisão democrática, retirou do texto do projeto a cláusula pétrea que impedia, desde a primeira Constituição, emendas que modificassem o regime de Governo ou propiciassem a apreciação de matéria concernente à restauração da monarquia. No instante em que esta Comissão assim decidiu, abriu, sem sombra de dúvida, o processo democrático para a discussão mais aberta da matéria. Se permitirmos a introdução de outro regime que não o republicano, nada aconselha a que mantenhamos no texto a proibição de se apresentar, durante cinco anos, qualquer emenda tendente a modificar o sistema parlamentarista imposto. Qual a razão para isso?

Não sabemos se, em um, dois ou três anos, a necessidade ditada pela dinâmica do processo político nos obrigará, diante de um clamor popular ou de eventuais desacertos do novo sistema, a modificar o regime. Quem nos garante que não seremos obrigados a apreciar, em tempo menor do que o aqui previsto, a modificação do sistema e o retorno ao presidencialismo? Ou, ao contrário, quem nos garante que não seremos até obrigados a votar uma modificação para a implantação do sistema parlamentarista?

Por isso, na esteira do que já foi decidido pela Comissão de Sistematização quanto ao regime de governo, apelo aos Constituintes de qualquer tendência — monarquistas, presidencialistas ou parlamentaristas — para que, em nome da lógica, aproveemos a emenda do ilustre Constituinte Carlos Cardinal.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** — Inscrito para falar contra, o ilustre Constituinte Mário Covas cedeu ao nobre Constituinte Nelson Jobim, a quem concedo a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON JOBIM:** — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, visa a emenda do eminente Constituinte Carlos Cardinal à supressão da segunda parte do art. 2º, que possibilita a apresentação de emendas quanto ao sistema parlamentar de governo.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, as articulações presidencialistas, que já controlaram o País durante noventa e seis anos, a partir de 1891, é que pretendem impedir que o parlamentarismo demonstre, nos seus cinco anos de implantação — no mínimo — sua viabilidade em terras brasileiras. É evidente que não poderíamos admitir ou possibilitar, em hipótese alguma, a supressão desse dispositivo, já que, durante a implantação do sistema parlamentar de governo, haveria toda uma crise institucionalizada visando o retorno ao presidencialismo. São os noventa e seis anos de presidencialismo que pretendem impedir que o parlamentarismo, nos próximos cinco anos, demonstre ser um regime eficaz, competente, que permita a composição das crises institucionais, que o presidencialismo jamais soube resolver.

Precisamos ter consciência de que, se partidos políticos fortes não tivemos no País, foi exatamente em decorrência do jogo de caudilhos, de controladores em que se constitui o presidencialismo, do qual sempre temos na lembrança não o nome dos partidos, mas dos personagens que fizeram os partidos.

Precisamos não o nome dos partidos, mas dos personagens que fizeram os criar um sistema parlamentar e dar-lhe tempo para se implantar seguramente no País. É necessá-

rio assegurarmos ao parlamentarismo um espaço no tempo — não os noventa e seis anos de infortúnio do sistema presidencial, mas os cinco anos de segurança que dará o País — proporcionando condições para que se articulem as diferentes forças neste Congresso. O que se quer, na realidade, é transferir definitivamente o poder não ao caudilho eventual que se elege na situação de mero conluio, jogo ou situação, de carisma próprio, mas, sim, a um gabinete, baseado em articulações, manifestações e acertos que esta Casa produzirá. Aí teremos um sistema parlamentar, teremos um domínio e, fundamentalmente, partidos políticos fortes, pois agora temos apenas nomes em torno dos quais circulam determinados grupos de indivíduos filiados a partidos.

Por isso, desafio cada um dos nobres Constituintes a tentar lembrar, rapidamente, os nomes dos diversos partidos que surgiram com base no presidencialismo. Todos constatarão que a lembrança não será de partidos, mas, sim, de nomes de líderes, de personagens. Porque, no presidencialismo, o que realmente conta, o que vale não são as articulações partidárias, mas, sim, meros chefes partidários.

Sr. Relator, por isso, o texto, no art. 2º, que V. Ex.<sup>a</sup> esculpiu, proibindo alteração do sistema de governo num prazo de cinco anos é legítimo. Foram noventa e seis anos de insucesso no presidencialismo, e serão necessários pelo menos cinco anos de segurança para implantação do sistema parlamentar, a fim de que se compreenda o parlamentarismo e se consolide no País o novo sistema, que representará, de fato, uma mudança do eixo de poder. (Palmas).

**O SR. CONSTITUINTE JOÃO AGRIPINO:** — Peço a palavra, Sr. Presidente, para um esclarecimento, antes de o Relator pronunciar-se.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** — Com a palavra o Constituinte João Agripino.

**O SR. CONSTITUINTE JOÃO AGRIPINO:** — Sr. Presidente, o art. 2º, que se pretende emendar, diz o seguinte:

"As disposições referentes ao sistema de governo entrarão em vigor em 15 de março de 1988 e não serão passíveis de emenda em um prazo de cinco anos."

A julgar pelo que afirmou o Constituinte Nelson Jobim, trata-se do parlamentarismo, que não poderia ser modificado. Entretanto, o texto, tal como está redigido, não especifica o sistema de governo, já que a decisão da Comissão de Sistematização não é definitiva sobre o assunto.

Gostaria que o Sr. Relator esclarecesse que a proibição de modificação incide sobre qualquer sistema de governo e não apenas sobre o parlamentarismo. Então, se aprovado o presidencialismo e mantida a disposição, também o presidencialismo não poderá ser modificado no prazo de cinco anos.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** — A Presidência entende que o artigo diz respeito ao sistema de governo já aprovado pela Comissão.

Concedo, no entanto, a palavra ao Relator, para esclarecer o assunto.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** — Sr. Presidente, falará em nome da Relatoria o Constituinte José Fogaça.

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** — Sr. Presidente, ilustres membros da Comissão de Sistematização, a Relatoria, especificamente o Relator Bernardo Cabral, houve por bem incorporar o art. 2º ao texto do 2º Substitutivo por uma razão simples, mas rigorosamente fundamental. Esta cláusula é longa, criteriosa e profundamente deba-

tida na Subcomissão do Poder Executivo, da qual tive a honra de ser o Relator, e, depois, igualmente analisada de forma rigorosa, dissecada em todos os seus aspectos pelo eminente Relator da Comissão de Organização dos Poderes, o Constituinte Egídio Ferreira Lima.

Tanto na Subcomissão do Poder Executivo quanto na Comissão de Organização dos Poderes, onde prevaleceu de forma majoritária, absoluta e inequívoca a introdução do regime parlamentarista de governo no Brasil, esta cláusula foi aprovada sem nenhuma contestação, a partir da consciência de que ela se faz necessária para a própria estabilidade do novo sistema de governo.

Mais do que isso, porém, entenderam as Comissões que estudaram especificamente a matéria que se tratava da própria estabilidade da democracia, uma vez que a experiência política vivida após 1961 provou ser necessário resguardar o sistema para que o povo brasileiro tenha o direito histórico e democrático de sobre ele desenvolver um aprendizado.

Neste momento fica claro para esta Comissão haver duas tendências: uma, liderada pelo ilustre Constituinte Theodoro Mendes, que inclusive, tem uma emenda de caráter presidencialista e representa uma corrente política, a outra, do nobre Constituinte Carlos Cardinal, do Rio Grande do Sul, que representa claramente uma corrente política contrária ao sistema parlamentar de Governo. Aqui se inscreveu para encaminhar contra o Constituinte Mário Covas, que cedeu a palavra ao Constituinte Nelson Jobim. Falou também o eminente Parlamentar Gastone Righi.

O sentido desta cláusula, a nosso ver, é proteger, democraticamente, o novo sistema de governo. Quando se deu a Proclamação da República e se instalou a Assembléia Nacional Constituinte de 1891, também foi introduzida uma cláusula de proteção ao sistema e ao regime republicano, uma vez que era necessário dar estabilidade ao novo processo que se instalava no País. Agora, após 98 anos de experiência presidencialista, seria antidemocrático não permitir ao povo brasileiro desenvolver uma experiência histórica do regime parlamentarista. Ao contrário do que se possa pensar ou supor, é democrático assegurar a todo o povo brasileiro o direito a uma experiência histórica. Após esses cinco anos, poder-se-á até convocar um plebiscito nacional. Mas, sem que o povo possa ter um aprendizado, uma lição, uma experiência, uma vivência plena do novo sistema de governo, seria obscurantismo, seria antidemocrático não lhe dar este direito inalienável de viver e experimentar uma forma essencialmente democrática e participativa, que é o sistema parlamentarista.

Em função disso, com a Relatoria resguardando a posição doutrinária de cada um dos seus membros, o Relator Bernardo Cabral manifesta-se contrário à emenda e a favor da manutenção do texto.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** — A Presidência, antes de iniciar a votação, encarece que as pessoas que não sejam membros da Assembléia Nacional Constituinte façam a gentileza de deixar o plenário, porque, de acordo com o Regimento, só é permitida a aqui a presença dos Srs. Constituintes. Em votação.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: João Calmon, José Geraldo, Manoel Moreira, Milton Reis, Rodrigues Palma, Theodoro Mendes, Christóvam Chiaradia, Eraldo Tinoco, Francisco Benjamim, Francisco Dornelles, Gilson Machado, Inocêncio Oliveira, José Santana de Vasconcellos, José Thomaz Nonô, Luís Eduardo, Oscar Corrêa, Osvaldo Coelho, Darcy Pozza, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia, Virgílio Távora, Brandão Monteiro, José

Maurício, Lysâneas Maciel, Luiz Inácio Lula da Silva e Plínio Arruda Sampaio. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Alfredo Campos, Almir Gabriel, Aluizio Campos, Antônio Britto, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Carlos Mosconi, Cristina Tavares, Egídio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Gasparian, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, Ibsen Pinheiro, José Fogaça, José Ignácio Ferreira, José Paulo Bisol, José Richa, José Serra, José Ulisses de Oliveira, Mário Lima, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nelton Friedrich, Maurílio Ferreira Lima, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Severo Gomes, Sigmaringa Seixas, Virgildásio de Senna, Wilson Martins, Mário Covas, Jorge Hage, José Costa, Octávio Elísio, Afonso Arinos, Alcení Guerra, Aloysio Chaves, Arnaldo Prieto, Carlos Chiarelli, José Jorge, José Lins, Marcondes Gadelha, Mário Assad, Paulo Pimentel, Sandra Cavalcanti, Enoc Vieira, José Lourenço, Antônio Carlos Konder Reis, Gerson Peres, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Adolfo Oliveira, Haroldo Lima, Roberto Freire, Jamil Haddad e Antônio Farias. **ABSTENÇÃO** dos Senhores Constituintes: Carlos Sant'Anna e Nilson Gibson.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 26 Constituintes; votaram NÃO 64 Constituintes; abstiveram-se de votar 2 Constituintes. Total: 92 votos. O destaque foi **rejeitado**.

Passamos à votação relativa ao art. 4º.

Há sobre a mesa pedido de preferência do Constituinte José Thomaz Nonô. **(Pausa)** Aprovada.

**Destaque nº 1772-87, do Sr. José Thomaz Nonô, "que suprime o art. 4º do (Título IX, do Substitutivo nº 2)". (491ª votação).**

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – O Destaque nº 1772-87 de S. Ex.<sup>a</sup> é supressivo do texto do art. 4º das Disposições Transitórias.

Concedo a palavra ao autor do destaque para encaminhamento da votação.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ THOMAZ NONÔ:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, começa aqui, na verdade, a discussão da duração do mandato de S. Ex.<sup>a</sup>, o Presidente José Sarney, tema que talvez não merecesse a magnitude que lhe tem sido emprestada por nós, políticos, pelos meios de comunicação e por alguns segmentos representativos da sociedade brasileira. Digo que a duração do mandato não merece essa importância, porque, a bem da verdade, muito mais importante do que isso são a positividade e a receptividade ou não do Governo em relação à mesma sociedade. Digo e provo isso.

Recentemente, quando o Ministro Funaro levava ao delírio esse mesmo PMDB e outros segmentos da sociedade e enganava a grande massa brasileira com um paraíso que não existia, ninguém discutia a duração do mandato, a permanência ou não do Sr. Presidente. Quando falávamos à época, economistas do porte do próprio Ministro Funaro e de sua excelente equipe da Unicamp diziam que eram loucos e inconseqüentes os Parlamentares que previam um desvio ou um insucesso da política econômica do Governo.

Srs. Constituintes, na realidade, o importante é a definição de um sistema de Governo que garanta a contemporaneidade entre governantes e governados. Votamos aqui o sistema de Governo – e me incluo entre aqueles que defenderam o parlamentarismo – arrastando as pressões governamentais e sendo quase destituídos pela própria liderança do partido, porque entendemos que o importante é o institucional, o que perdura, o que vai ficar assegurado para os pósteros da sociedade brasileira, e não o momento atual, fugaz, de breve existência.

A duração do mandato não traduz, pois, nenhuma preocupação ideológica ou doutrinária. Temos visto aqui flutuarem as opiniões ao sabor das conveniências e do calor do momento político. O parlamentarismo garante a contemporaneidade, a mudança sem traumas e faz com que toda a economia, todos os trabalhadores e todos os segmentos realmente representativos da sociedade não fiquem como hoje se encontram e como está a classe política, paralisada, porque se discute a duração do mandato presidencial.

Oferecemos emenda supressiva ao art. 4º. Penso que ela terá o apoio da quase totalidade dos Srs. Constituintes, pois é o que temos sentido, na vontade, na intenção e na atitude política de quase todos aqueles com quem temos conversado e trocado idéias na Comissão de Sistematização. Penso que este prazo não atende sequer à vontade do seu próprio destinatário, como manifestamente se pronunciou a toda a Nação. Suprimi-lo é, pois, atitude de coerência política, o qual, tenho certeza, irão tomar, independentemente dos posicionamentos subseqüentes, todos os membros desta douda Comissão de Sistematização.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Com a palavra o Constituinte Brandão Monteiro, para encaminhar a votação contra, a proposta.

**O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO MONTEIRO:** – Sr. Presidente, desisto.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Concedo a palavra ao Constituinte Carlos Sant'Anna, para encaminhar a votação a favor da matéria. **(Pausa)**.

S. Ex.<sup>a</sup> também desiste da inscrição.

Não havendo mais oradores, concedo a palavra ao Relator.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a Relatoria opina favoravelmente à supressão do artigo e do parágrafo único.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Antes de passarmos à votação, concedo a palavra, pela ordem, ao Constituinte Gerson Peres, que a está solicitando.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, gostaria de obter um esclarecimento do Relator e da Mesa. Trata-se do seguinte: aprovada essa emenda, como ficaria o quadro do tempo de mandato em relação às emendas que estão em pauta? Entendo que as demais emendas cairiam, porque esta é supressiva.

Pediria a V. Ex.<sup>a</sup> que orientasse o Plenário. Suprimindo-se esse artigo, todas as outras emendas sobre essa matéria cairiam, ou poderíamos submetê-las à votação? Gostaria que V. Ex.<sup>a</sup> nos esclarecesse. Saberei ceder, no caso de estar equivocado, mas parece-me que não estou.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A Presidência entende que a supressão do art. 4º apenas restaura o critério estabelecido no art. 87 do texto constitucional. Mas dá a palavra ao Sr. Relator, para que se pronuncie a esse respeito.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON JOBIM:** – Sr. Presidente, o esclarecimento solicitado pelo eminente Constituinte Gerson Peres é no sentido da prejudicialidade e não da incidência do art. 87.

Ora, se aprovarmos a supressão do art. 4º, estarão prejudicadas as emendas substitutivas desse mesmo artigo.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – O nobre Constituinte tem razão.

O esclarecimento do Constituinte Nelson Jobim é acolhido pelo Relator.

Em votação.

**(Procede-se à votação)**

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Alfredo Campos, Almir Gabriel, Aluizio Campos, Antônio Britto, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Carlos Mosconi, Carlos Sant'Anna, Cid Carvalho, Cristina Tavares, Egídio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Gasparian, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, Ibsen Pinheiro, João Calmon, João Herrmann Neto, José Fogaça, José Freire, José Geraldo, José Ignácio Ferreira, José Paulo Bisol, José Richa, José Serra, Manoel Moreira, Milton Reis, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nelson Friedrich, Nilson Gibson, Maurílio Ferreira Lima, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Rodrigues Palma, Severo Gomes, Sigmaringa Seixas, Theodoro Mendes, Virgildásio de Senna, Wilson Martins, Mário Covas, Jorge Hage, Octávio Elísio, Afonso Arinos, Alcení Guerra, Aloysio Chaves, Arnaldo Prieto, Carlos Chiarelli, Christóvam Chiaradia, Eraldo Tinoco, Francisco Benjamim, Francisco Dornelles, Gilson Machado, Inocêncio Oliveira, José Jorge, José Lins, José Santana de Vasconcellos, José Thomaz Nonô, Luís Eduardo, Marcondes Gadelha, Mário Ashad, Oscar Corrêa, Osvaldo Coelho, Paulo Pimentel, Sandra Cavalcanti, Enoc Vieira, José Lourenço, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Gerson Peres, José Luiz Maia, Virgílio Távora, Adylson Motta, Brandão Monteiro, José Maurício, Lysâneas Maciel, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Adolfo Oliveira, Aldo Arantes, Roberto Freire, Jamil Haddad e Antônio Farias.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A Mesa vai proclamar o resultado; votaram SIM 92 Constituintes. Total: 92 votos. O destaque foi **aprovado**.

Passamos à votação dos destaques imediatamente subsequentes relativos ao art. 5º. O primeiro destaque a ser votado é supressivo e também do Constituinte José Thomaz Nonô.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Constituinte José Thomaz Nonô.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ THOMAZ NONÔ:** – Sr. Presidente, retiro o destaque.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Retirado o destaque. **(Palmas)**.

Em votação o pedido de preferência do Constituinte Bocayuva Cunha para o Destaque nº 1744, relativo à Emenda nº 30803. **(Pausa)**. Aprovado.

Com a palavra o Constituinte Bocayuva Cunha para o encaminhamento do seu destaque, que é substitutivo.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Sr. Presidente, pela ordem. O primeiro substitutivo que deve ser votado agora, de acordo com as Lideranças, é o do Constituinte Jorge Hage. Não houve qualquer acordo de Lideranças para haver transferência de alguns pedidos de preferência do art. 4º para o 5º. Isso não foi acordado. A partir de agora, deve ser votada a emenda do Constituinte Jorge Hage.

**O SR. CONSTITUINTE HAROLDO LIMA:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem. Acordo de Lideranças existe para se fazer pedido de preferência. A Casa tem um regulamento e um Regimento. O acordo de Lideranças, do qual participei, não passa por cima dos entendimentos regimentais da Casa. Regimentalmente, encaminhei, em tempo hábil, pedido de transferência do meu destaque para ser votado como substitutivo do art. 5º. Sendo um substitutivo global, como tal, ele tem de ser apreciado no momento adequado, assim como o do Constituinte Bocayuva Cunha.

Penso que, sem qualquer prejuízo dos acordos de Lideranças, dever-se-á votar, a seguir o do Constituinte Bocayuva Cunha; depois, o do Constituinte Haroldo Lima; em seguida o do Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva; e, finalmente, o do Constituinte Jorge Hage.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Peço a palavra para contraditar, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra, para contraditar.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, acabamos de votar emenda supressiva do art. 4º. Não mais existindo esse artigo, não pode haver emenda substitutiva do mesmo. Estão todas elas prejudicadas; regimentalmente, estão prejudicadas, nada sobrando. Dessa forma, as emendas dos Constituintes Haroldo Lima e Bocayuva Cunha estão prejudicadas nos termos regimentais. Nesta parte, estou contraditando os argumentos do eminente Constituinte Haroldo Lima, que não precedem. S. Ex.<sup>a</sup> não tem razão.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A questão de ordem levantada pelo Constituinte Gerson Peres não procede. O texto do art. 4º determina a data da eleição do Presidente da República, e o art. 5º refere-se ao tempo de mandato do Presidente. São questões absolutamente distintas. Portanto, a questão de ordem de S. Ex.<sup>a</sup> não procede. **(Palmas)**.

**O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO BRITTO:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Antes de conceder a palavra a V. Ex.<sup>a</sup>, a Presidência deseja esclarecer que a planilha chegou à Mesa como organizada de acordo com sugestões de Lideranças, e a ordem estabelecida é a que estamos seguindo. Se V. Ex.<sup>as</sup> acordaram em votar primeiro a emenda do Constituinte Jorge Hage, a Mesa vê-se obrigada a ouvir, aqui e agora, o pronunciamento de cada Liderança sobre a matéria.

Tem a palavra V. Ex.<sup>a</sup> para falar em nome do PMDB.

**O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO BRITTO:** – Sr. Presidente, procedemos, primeiro, à votação relativa ao art. 4º. Houve uma emenda supressiva, aprovada por 92 votos a zero. Como estão classificadas as outras três emendas? Como substitutivas ao art. 4º, que não mais existe? Isto porque foi aprovada emenda supressiva, por 92 votos a zero. Ainda mais, Sr. Presidente, este assunto foi objeto de questão de ordem decidida por V. Ex.<sup>a</sup>, ouvido o Relator Bernardo Cabral e acatada posição defendida pelo Constituinte Nelson Jobim. Portanto, estamos de matéria vencida.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – A minha questão de ordem continua de pé.

**O SR. CONSTITUINTE PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO:** – Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, quero esclarecer a posição da emenda do Partido dos Trabalhadores. A nossa emenda não trata da duração, mas da simultaneidade da eleição do Presidente da República e renovação do Congresso Nacional. De modo que, no nosso entendimento, a emenda pode ser votada como aditiva, depois da do Constituinte Jorge Hage.

**O SR. CONSTITUINTE MARCONDES GADELHA:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem a palavra V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE MARCONDES GADELHA:** – Sr. Presidente, a emenda trata exatamente da matéria disposta no art. 4º, referente à data da eleição para Presidente da República. Suprimido esse artigo, indiscutivelmente qualquer matéria correlata à data de eleição para Presidente da República também desaparece. Já vivi essa

mesma situação, Sr. Presidente. Temos antecedentes na Subcomissão de Ciência e Tecnologia e de Comunicação. Quando o Substitutivo do Relator caiu, o Plenário não mais aceitou qualquer emenda, sob alegação de que não havia o que substituir. Esta é uma situação igual, *mutatis mutandis*. Não há mais o que substituir. O Constituinte Bocayuva Cunha pretendia substituir a data da eleição, cento e vinte dias após a promulgação do novo texto constitucional. Essa situação não existe mais. Não há mais data marcada, nem artigo referente a ela; não há mais o que substituir, porquanto a matéria original já desapareceu. Invoco o antecedente da Subcomissão de Ciência e Tecnologia e de Comunicação.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** — A Presidência deseja ouvir o Relator a respeito das questões de ordem levantadas pelos Constituintes Gerson Peres e Antônio Britto.

**O SR. CONSTITUINTE INOCÊNCIO OLIVEIRA:** — Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** — Sr. Presidente, inicialmente pergunto a V. Ex.<sup>a</sup> sobre o que me vou pronunciar: a questão de ordem levantada pelo Constituinte Gerson Peres, pelo Constituinte Marcondes Gadelha ou a do Constituinte Antônio Britto? Não sei sobre que matéria V. Ex.<sup>a</sup> quer que eu me pronuncie. Gostaria de me situar nesta questão.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** — Trata-se do seguinte: a assessoria da Mesa informou que houve acordo de Lideranças e que as emendas dos Constituintes Bocayuva Cunha, Haroldo Lima e Luiz Inácio Lula da Silva eram referentes ao art. 5º. Anunciei que íamos passar ao art. 5º. Agora, o Constituinte Antônio Britto esclarece que essas emendas são referentes ao art. 4º. Evidentemente, essas emendas, sendo referentes ao art. 4º, estão prejudicadas, porque este foi suprimido do texto. Desta forma, as emendas apresentadas pelos Constituintes Bocayuva Cunha, Haroldo Lima, Luiz Inácio Lula da Silva e José Thomaz Nonô, que também retirou sua emenda supressiva, estão prejudicadas. Resta apenas a emenda do Constituinte Jorge Hage, com a co-autoria dos Constituintes José Maria Eymael e Haroldo Lima, propondo uma emenda substitutiva ao **caput** do art. 5º, que estabelece o término do mandato do Presidente da República, para dia 15 de março de 1991.

Vamos votar a emenda.

**O SR. CONSTITUINTE PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO:** — Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** — Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO:** — Sr. Presidente, a emenda do Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva não está prejudicada porque subi à Mesa, antes da votação do art. 4º, e passei-a do 4º para o art. 5º. O requerimento foi aceito por V. Ex.<sup>a</sup>, que, em seguida, situou seu assessor para colocá-la em votação. Além do mais, a emenda não se refere a prazo, mas a um outro tipo de votação.

De modo que a emenda do Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva, pelas razões citadas, não está prejudicada. Insisto em que ela seja votada depois da emenda do Constituinte Jorge Hage.

**O SR. CONSTITUINTE BOCAYUVA CUNHA:** — Sr. Presidente, peço a atenção de V. Ex.<sup>a</sup> por um minuto. Fui convocado para esta tribuna e agora V. Ex.<sup>a</sup> tem que me ouvir.

Sr. Presidente, minha emenda passou, em tempo hábil, para o art. 5º, assim como a emenda dos Constituintes Luiz Inácio Lula da Silva e Haroldo Lima. Estamos de acordo em votar em primeiro lugar a emenda de au-

toria do Constituinte Jorge Hage, desde que nos seja assegurada, em seguida, a preferência. Se V. Ex.<sup>a</sup> tomar esta decisão, concordo em me retirar. Caso contrário, já estou na tribuna e tenho o direito de falar. V. Ex.<sup>a</sup> não pode tomar decisões a seu bel prazer a todo minuto e mudá-las em seguida. De modo que, se esta preferência me for assegurada após a emenda do Constituinte Jorge Hage, estou de acordo em me retirar da tribuna e ceder a vez à votação da dita emenda.

Aguardo decisão de V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE HAROLDO LIMA:** — Sr. Presidente, pela ordem. Quero comunicar à Mesa que, em função dos entendimentos havidos com todas as Lideranças, também concordamos, eu e o Constituinte José Maria Eymael, em que a emenda subscrita por nós seja posta em votação após a votação da emenda do Constituinte Jorge Hage.

**Destaque nº 948-87 – Emenda nº 21306.7, do Sr. Jorge Hage, com co-autoria: José Maria Eymael e Haroldo Lima, "que modifica o artigo 20 do Título X, do Substitutivo nº 01 (artigo 5º "caput", Título IX do Substitutivo nº 02)". (492ª votação).**

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** — Defiro a proposta do Constituinte Haroldo Lima.

Vamos submeter à votação a preferência relativa à emenda do Constituinte Jorge Hage.

Em votação. **(Pausa) Aprovada.**

**O SR. CONSTITUINTE INOCÊNCIO OLIVEIRA:** — Sr. Presidente, pela ordem. A decisão de V. Ex.<sup>a</sup> deve ser baseada no Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, segundo o qual todas as emendas referentes ao art. 4º deixaram de ter validade, uma vez que este artigo não mais existe. Seriam emendas sobre o nada. Estão, pois, prejudicadas. Quanto àquelas que passaram antes pela Mesa, cujos autores, como manda o Regimento, indicaram outro artigo para emendar, essas, sim, devem ser mantidas. As outras, Sr. Presidente, devem ser consideradas prejudicadas, porque, repito, seriam emendas sobre o inexistente.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** — Passemos à votação.

Para encaminhar a favor, concedo a palavra ao eminente autor do destaque, Constituinte Jorge Hage.

A emenda tem o seguinte teor: o mandato do atual Presidente da República terminará em 15 de março de 1989.

**O SR. CONSTITUINTE JORGE HAGE:** — Sr. Presidente, antes do encaminhamento quero fazer um registro. Esta emenda, de nossa autoria e de todos os partidos e forças políticas que aqui lutam pelo mandato de quatro anos para o Presidente da República, será encaminhada, em nosso nome, neste momento, pelo Constituinte José Richa, a quem transfiro a incumbência com muita honra e satisfação.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** — Com a palavra o Senador José Richa, para fazer o encaminhamento.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ RICHAS:** — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, agradeço a generosidade ao companheiro Jorge Hage, que abre mão do direito, neste instante histórico, de encaminhar sua emenda para deferir-me a oportunidade e a honra de fazê-lo.

Srs. Constituintes, a dimensão da grandeza de uma nação é medida pela qualidade das decisões que suas lideranças são capazes de tomar nos momentos cruciais. Esta é uma assembléia de líderes, este é um momento crucial. Está-se decidindo agora o futuro das instituições. Tenho plena certeza de que cada um dos eminentes líderes que



aqui se encontram está procurando produzir a melhor decisão para o País. Não tenho dúvida disso. Entretanto, para que possamos adotar a melhor decisão neste momento grave da nacionalidade, é preciso que tenhamos uma nítida e competente interpretação do quadro político, econômico e social do País.

De minha parte, vejo com muita angústia o quadro político e econômico e, em consequência disso, as agruras por que passa o povo brasileiro.

Entendo que a transição vem-se fazendo de forma bastante turbulenta desde o seu início. Começou com a fatalidade da perda para todos nós da grande figura de Tancredo Neves.

A partir daí, instaurou-se no País uma crise política que se vem agunizando cada vez com maior intensidade e intervalos menores.

Por muito menos do que o quadro político que aí estamos observando, e para o qual o povo espera uma grande decisão nossa, (**palmas**) já que se produziram, no passado, muitos golpes de Estado. E tudo isso em decorrência de um erro de avaliação do Presidente da República, que deferiu a todos nós, Constituintes, um direito que, na sua opinião, seria o de não ser discriminado, quando já votamos, no capítulo Das Disposições Permanentes, o mandato de cinco anos para todos os Presidentes. Quer S. Ex.<sup>a</sup> que votemos para ele os mesmos cinco anos.

Ora, aí está o primeiro e grave erro de interpretação de S. Ex.<sup>a</sup> o Sr. Presidente José Sarney. Já tomamos a decisão de cinco anos de mandato permanente para os Presidentes da República, mas o atual Presidente deve compreender que é apenas o chefe da transição. (**Palmas**)

Foi precisamente a falta desta clareza de interpretação que acabou fazendo com que a Aliança Democrática implodisse antes mesmo de ser concluída a transição. Todos sabemos que só seria possível uma aliança desse tipo para fazer a transição e não para fazer o governo, principalmente no sistema presidencialista. A Aliança Democrática poderia até dar certo, e sei que daria se o sistema fosse parlamentarista, que é muito mais representativo da sociedade como um todo. Apenas o sistema parlamentarista é capaz, pela sua flexibilidade, de constituir um governo que represente todas as variações ideológicas da sociedade. No sistema presidencialista isso não é possível. Portanto, a aliança que poderia dar certo na transição não persistia pelo erro de avaliação do Presidente, que quis transformá-la numa aliança de governo.

Além deste quadro político, vejo, com muita angústia – e acredito que posso compartilhar essa mesma angústia com todos os companheiros – o povo lá fora passar necessidades numa hora em que o salário mínimo está no seu mais baixo patamar de toda a História brasileira, no momento em que se frustraram muitos planos econômicos. Mas por quê? Por falta de uma sólida base político-parlamentar que pudesse sustentá-los. E aí está o resultado: a inflação numa tendência galopante que vai tornar o País inadministrável.

Ou vemos esse quadro com clareza, para interpretá-lo e dar a nossa decisão dentro de instantes, ou então estaremos correndo o risco de, por incompetência, por medo ou qualquer outra razão, colocar a Nação numa crise político-institucional. (**Palmas**)

Por isto, companheiros, a minha decisão sobre o tempo de duração do mandato do atual Presidente está condicionada à implantação do sistema parlamentarista; só ele é capaz de gerar um pacto político que dê condições de se formar um Governo forte, com autoridade para, com austeridade, tirar o País dessas dificuldades.

Procuramos o entendimento com o Presidente da República neste sentido. Eu mesmo – e toda a Casa é testemunha – fui um apóstolo incansável do entendimento. Entretanto, foram infrutíferas todas as nossas tentativas. Cheguei, arriscando e comprometendo a minha imagem de homem público, a propor não apenas cinco, mas seis anos para o atual Presidente, desde que S. Ex.<sup>a</sup> concordasse conosco na implantação, mesmo que gradual, do parlamentarismo no Brasil. Não foi possível.

Vejam, meus caros companheiros, a grande frustração de que sou possuído, com razão: nesta Casa, fomos capazes, com todas as nossas diferenças ideológicas, com todas as nossas diferenças partidárias e até mesmo com algumas diferenças pessoais, de produzir entendimentos em cima de 8 títulos e 33 capítulos. Entretanto, não fomos capazes de entrar em acordo no que dizia respeito ao mandato do Presidente da República.

Ora, Senhores, pudemos superar divergências e diferenças quase intransponíveis, para dar à Nação a Carta constitucional que, tenho certeza, há de ser o grande instrumento do agrado e das aspirações do povo brasileiro, mas não estamos sendo capazes de nos entender com o Presidente. Ora, prevejo, como única saída para esse quadro político, econômico e social profundamente grave, o entendimento. Pois, se o Presidente não quer entendimento conosco, mudemos o Presidente para beneficiar a Nação brasileira. (**Muito bem! Palmas prolongadas**)

Por isso, meus companheiros, voto a favor da Emenda Jorge Hage. Quero quatro anos de mandato. (**Muito bem! Palmas**) Quero que esta Nação ache um rumo de entendimento antes que mergulhemos numa crise institucional. (**Palmas**)

Durante o pronunciamento do Sr. **José Richa**, o Sr. **Aluizio Campos**. Primeiro-Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência que é ocupada pelo Sr. **Fernando Henrique Cardoso**, Quarto-Vice-Presidente.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Pela ordem. Sr. Presidente. Estou inscrito como o próximo orador. Já substabeleci para que fale em meu nome o Presidente e o luminar desta Comissão, o Senador Afonso Arinos. (**Palmas**)

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Peço à Casa que ouça com atenção todos os oradores. Reitero, outrossim, o pedido que tenho feito em outras vezes, penosamente, às galerias no sentido de que não se manifestem, de que aguardem a proclamação do resultado. Até então, que se mantenha o Regimento, porque amanhã a manifestação será de outro lado. E, aqui na Presidência, não tenho lado. Mantere o Regimento Interno que proíbe as galerias de se manifestarem.

Concedo a palavra ao nobre Constituinte Afonso Arinos.

**O SR. CONSTITUINTE AFONSO ARINOS:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, é para mim uma honra voltar a esta tribuna num momento de tanta paixão, tanta emoção, tanta esperança. Compreendo – porque estou habituado a esses espetáculos – a divisão dos auditórios, em função das convicções, das crenças, das impressões nem sempre fundadas. Porém, o êxito do orador na tribuna não depende de si mesmo, do seu desempenho, da sua sinceridade, da sua convicção, da sua contribuição. Ele depende do estado de espírito dos que o ouvem. Não tenho a intenção – longe de mim – de transformar este estado de espírito, que, aqui, como pude ver pela manifestação que acabo de receber, é justa no sentido da aceitação e do entusiasmo a respeito da oratória do meu colega, Constituinte José Richa. Mas acontece que, para certos temperamentos como o meu, para certas experiências como

a minha, a batalha não vale só pela vitória, vale também pela justiça. Chego a ponto de considerar essa justiça superior a sua vitória ou à sua derrota. (Muito bem. Palmas.)

Depende de mim enfrentar os dissídios com calma e serenidade, com um sorriso nos lábios, sem temor. Não tenho o temor da tribuna. Não tenho o temor das divergências. Tenho apenas confiança na justiça e, neste momento, segundo a minha avaliação, estou falando menos pela vitória do que pela justiça. Estou falando por aquilo que considero ser justo em relação ao meu País, que considero ser justo em relação ao regime que defendo, o regime parlamentarista de Governo, que considero ser justo porque é a forma de evitar que os entusiasmos falsos venham com suas roupagens enganosas encobrir insídias que não aparecem confessadas nos aplausos. **(Palmas)**. Enfrento isso com um sorriso nos lábios.

Já assisti a cenas mais dramáticas, já falei em dias que precederam ao suicídio de um Presidente da República. Nunca recuei da minha posição, pois ela só tem o interesse de exprimir minha convicção, de exprimir meu sentimento e minha esperança de justiça para o meu País, a implantação do regime parlamentar de Governo. É nesse sentido, com essa intenção, com essa convicção, com essa segurança que falarei. Ninguém me impedirá de falar. Nenhuma vaia, nenhuma divergência, nenhum desaplauso me tirarão daqui, porque aqui falarei aquilo que entender que deva falar. **(Muito bem! Palmas)**

Meus queridos conterrâneos, meu compromisso de mandato é lutar pelo parlamentarismo no Brasil. Tive três intervenções nesta tribuna até hoje. A primeira foi para convocar a Nação para o parlamentarismo; a segunda foi com o mesmo objetivo, com o mesmo desiderato, algumas semanas depois; a terceira, foi para defender a Constituinte dos agravos, dos insultos que vinha sofrendo. Tive ocasião de interpretar, então, seu sentimento unânime, defendendo a Assembléia Nacional Constituinte e a obra que está fazendo. E defendo-a ainda hoje, apesar da divisão em que ela se apresenta. Defendo essa divisão. Não digo que a estimule, mas defendo-a para mostrar ao povo do nosso País que aqui temos a voz e a tribuna da liberdade, que aqui há esperança de liberdade. Qualquer que seja a decisão tomada, estarei defendendo a Assembléia Nacional Constituinte. Eu a defendi através da vitória e a defenderei através da derrota. **(Muito bem! Palmas)**

A Constituinte está para mim acima de tudo das causas que ela representa, dos problemas que resolve e das dificuldades que cria, porque ela é realmente a representação do meu povo. Aqui, quando olho gaúchos, catarinenses, paranaenses, minha terra mineira, São Paulo, Norte, Amazonas, não o mapa gráfico, mas o mapa cultural, histórico e vivo do meu País, estou vendo o desenho do meu País. É a isto que me dedico, não com a força da juventude, mas com a esperança da velhice. Sei que posso estar errado, mas prefiro morrer sabendo que agi com justiça a sobreviver supondo que a vitória representa para mim qualquer coisa superior à Justiça. Estou falando em nome da Justiça, a qual exige a implantação do regime parlamentarista no País. E o mandato de quatro anos é a condenação do regime parlamentarista no País. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**  
– A Presidência avisa a V. Ex.<sup>a</sup> que seu tempo está esgotado.

**O SR. CONSTITUINTE AFONSO ARINOS:** – Sou Presidente da Comissão de Sistematização e infrinjo o Regimento em meu próprio favor. **(Muito bem! Palmas prolongadas)**

Quero falar.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**  
– Peça à galeria que não se manifeste. Uma vez que o

Presidente infringiu o tempo, enquanto eu estiver na Presidência, todos que quiserem o infringirão também.

O Sr. Constituinte Afonso Arinos tem a palavra assegurada.

**O SR. CONSTITUINTE AFONSO ARINOS:** – Eu dizia, Sr. Presidente, que a Constituição vigente exprime o preceito de que a eleição presidencial realizar-se-á em 120 dias, verificada a vaga da função presidencial. Se estabelecermos um ano de mandato para o Presidente, em pleno decurso do início do ano que vem, vai estourar por todo Brasil a campanha presidencial por um chefe de Estado presidencialista, embora a Constituição aprovada e o parecer do Relator, votado pela maioria desta Assembléia, tenha estabelecido o regime parlamentar. Então, teremos durante o ano que vem, campanha de vários candidatos presidencialistas por um regime presidencialista, diante de uma comissão que estará no plenário aprovando um projeto parlamentarista. Nisso ninguém pensa, disso ninguém reclama, a isso ninguém alude, isso todo mundo esconde. Eu não escondo. Eu exponho e protesto, porque sei que o pobre povo brasileiro, abandonado por nós em todos os setores – o povo das favelas, da miséria, da pobreza, da falta de salário e de saúde – não vai acompanhar e entender o que digo, mas V. Ex.<sup>as</sup> entendem e sabem que é verdade. Teremos, durante o ano que vem, uma campanha presidencialista dentro de um regime parlamentarista, estabelecido no texto aprovado por esta Constituinte, que representa esse povo que estaremos traindo, se fizermos isso.

Sr. Presidente, com convicção digo que prefiro a justiça à vitória. Jogo a vitória pela justiça e, no futuro, quando eu tiver morrido e desaparecido da face da terra, V. Ex.<sup>as</sup>, os jovens, afirmarão que Afonso Arinos disse que "morria pela justiça e não se importava com a vitória". **(Muito bem! Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**  
– Concedo a palavra, para encaminhar favoravelmente, ao Constituinte Mário Covas. **(Palmas)**

**O SR. CONSTITUINTE MÁRIO COVAS:** – Sr. Presidente da Comissão de Sistematização, Srs. Constituintes, permitam que eu inicie as minhas palavras, roubadas, roubando alguns instantes desta Assembléia, para formular um agradecimento. É de domínio público que acabo de passar por um período no qual sofri uma operação. Quero dizer que recebi dos companheiros desta Casa uma tal demonstração de solidariedade, até mesmo uma manifestação de tal carinho à minha vida, que não poderia deixar, no momento em que volto a esta tribuna, de formular a cada um dos companheiros meus profundos agradecimentos.

Ouvi, com o empenho de sempre, a clareza dos conceitos do Constituinte Afonso Arinos e recolhi, em particular, uma pérola que S. Ex.<sup>a</sup> nos ofereceu, a de que ele prefere a Justiça à vitória. A mim custa-me muito discordar do Constituinte Afonso Arinos, mas, humildemente, quero dizer a S. Ex.<sup>a</sup> que prefiro a vitória com justiça. **(Muito bem! Palmas)**

Há alguns dias, eu lia nos jornais e recolhia das estações de televisão, através do porta-voz do Planalto, a afirmativa de que aqueles que eventualmente não estivessem com a tese de cinco anos eram inimigos pessoais do Presidente. Ocorreu-me então, Sr. Presidente – e o faço neste instante até pelo respeito que tenho à figura do Presidente da República – uma situação em que Chateaubriand, tendo-se dirigido à Convenção Francesa, ali declarara: "Trago a esta Convenção a minha palavra, a minha verdade, e a minha cabeça. Podeis dispor da segunda, depois de ouvirdes a primeira".

Ao longo da História aqui fui testemunha física quando, em 1964, depois de eleito pelo Congresso, um Pre-

sidente chamado Castello Branco anunciava à Nação, desta tribuna, que, um ano depois, voltaria a esta Casa para dar posse ao presidente eleito diretamente pelo povo. Um ano, depois a esta Casa chegava o projeto de prorrogação do mandato daquele Presidente. E de lá para cá uma sucessão de fatos e acontecimentos foi inviabilizando a possibilidade de o povo brasileiro efetivamente praticar aquilo que é seu legítimo direito: ser a fonte inspiradora do poder, dono deste País e das suas decisões políticas. **(Muito bem!)**

Pois bem, a partir daí abateu-se sobre a Nação uma longa noite escura. E os primeiros albores da madrugada ocorreram quando – sem dúvida, esse foi um ato de justiça – milhões e milhões de brasileiros de todos os partidos, de todas as correntes, de todos os movimentos sociais, associaram-se na imensa saga política, naquela epopéia que não tinha destino pessoal, mas que pugnava, no seu direcionamento, na sua tese política, por aquilo que se tentou traduzir em termos de diretas já. O povo na sua imensa sabedoria, sabia que a tese das diretas, se viabilizada, representaria não apenas a superação do regime, com a instantânea transição democrática, mas deixar desde logo a disputa do poder à discussão da vontade popular. Foi um ato de justiça aquele movimento impessoal, que não objetivava nenhuma candidatura, mas tão-somente, pela associação de todo o povo brasileiro, procurava recuperar para este mesmo povo o direito legítimo, a justiça de comandar este País.

Pois bem, neste Congresso um agrupamento de Parlamentares, desvinculados da vontade popular, inviabilizou a tese das diretas. Todavia, o povo, na sua sabedoria, ainda que profundamente machucado por uma decisão que contrariava totalmente as aspirações populares, determinou ao partido de oposição majoritário – o PMDB – o que a todos parecia muito claro: que, entre o País ao qual amava e o Colégio Eleitoral ao qual detestava, para salvar o primeiro, e, se fosse necessário passar pelo segundo, o povo nos avalizava nessa passagem. E foi a partir daí, com este aval de natureza popular, que chegamos ao Colégio Eleitoral, que culminou e desaguou na eleição de Tancredo Neves e de José Sarney.

Mas fez mais o povo brasileiro: disse-nos que, além de irmos ao Colégio Eleitoral, para o exercício de uma tarefa motivada por aquela atitude do Congresso, que inviabilizara, por um ato de injustiça, as diretas já, como partido que representava a resistência democrática, estávamos autorizados a fazer uma aliança de natureza política com setores dissidentes do regime anterior, com o objetivo nítido, claro de cumprir aquilo que fora inviabilizado num tempo mais longo, qual seja, a transição democrática.

Por isso, Sr. Presidente, parece-me um ato de justiça, afirmar que aquela delegação tem agora tradução clara e correta. Ela foi feita para que aqui chegássemos sem prazo certo como governo, com o objetivo de cumprir uma tarefa que era a da transição e, a partir daí, devolver ao povo a disputa pelo poder.

Ora, Sr. Presidente, creio que manter compromissos é buscar a justiça. Nem sempre a vitória, mas seguramente a justiça. Lembro-me aqui da passagem de um homem extraordinário que, ocupando esta tribuna, desta Mesa recebeu, em determinado instante, na saudação do Presidente Ulysses Guimarães, o reconhecimento pela sua dimensão como estadista. E foi também um ato de justiça que fez o Presidente Ulysses Guimarães recordar, quando aqui esteve Felipe González, aquele determinado instante em que, como Secretário-Geral do Partido Socialista, S. Ex.<sup>a</sup> se demitira do cargo, porque lutava para tirar a palavra "marxista" do seu partido e via inviabilizada a sua aspiração. Então resolvera renunciar ao cargo de Secretário-Geral. Contava-nos Ulysses que, tendo recebido uma repreensão do Presidente, que lhe condenava a atitude. S. Ex.<sup>a</sup> assim respondeu: "um político pode ser

derrotado por defender um princípio, mas um político não pode ser desonrado por não abrir mão de um princípio". **(Palmas)** Esta a grande lição, lição que nasce, que brota de um sentimento, de um conteúdo de justiça que nasce da crença, da visão, da aspiração popular.

Pois bem, Senhores! Ao longo do tempo, a tarefa a nós cometida vem sendo cumprida, a este Congresso, com a aliança que se formou e com o Governo que então se instalou, avançou na linha de uma série de modificações.

Aqui se construiu o novo estatuto que consagrou a liberdade de organização partidária; aqui se estabeleceram as regras para uma eleição que, sem ter sido perfeita, ainda foi a mais livre dos últimos vinte anos; aqui se permitiu que as capitais de Estados pudessem ter eleição para Prefeitos; aqui chegou, por obra e graça dessa transição, a mensagem que consagrava, embora sem marcar data, a definitiva e irrevogável aposentadoria do Colégio Eleitoral, com a convocação da eleição direta pelo povo brasileiro; aqui, enfim, se consagrou este que é o grande e muitas vezes incompreendido foro onde as grandes decisões nacionais estão sendo feitas, a Assembléia Nacional Constituinte.

Pois bem, Sr. Presidente, isso esgota e retira, na medida em que feito, a legitimidade do Governo que então foi constituído. Este Governo não foi caracterizado para se exercitar em determinado intervalo de tempo; ele não pode ser medido em dias, semanas, meses, ou anos; ele é; necessariamente, a tradução de um objetivo concreto, de uma tarefa que se chama a transição política. **(Muito bem. Palmas.)** Esgotada esta, Sr. Presidente, não há como, em nome da justiça, ilaquear o povo e tirar-lhe o direito da disputa do poder.

Por isso, quando falamos em quatro anos, não é porque este número nos pareça possuir alguma qualificação. Falamos em quatro anos tão-somente porque neste prazo se identifica o esgotamento da transição democrática e, portanto, decai a legitimidade do Governo então instaurado. Mas, se ela não decaísse apenas nesse aspecto, Sr. Presidente, decaiu a nível da sua aliança política. É absolutamente impossível a manutenção de uma aliança política que foi criada com o objetivo de fazer a transição na medida em que essa transição se esgota. E, de parte a parte, mais recentemente de parte do PFL, essa afirmação foi feita com toda a clareza, porque seria impossível governar mantida uma aliança que se formara com objetivo concreto de transpor a transição democrática.

Pois bem, Sr. Presidente, a Assembléia Nacional Constituinte acaba de aprovar, através da Comissão de Sistematização, uma proposta – que me parece majoritária nesta Casa – que define o novo regime de governo para este País, o parlamentarismo. Abalanço-me a dizer, com absoluta convicção e certeza, que, se não é possível essa convivência na formação do Governo, será possível esta convivência na formação de um Gabinete, porque a partir daí se sairá com uma proposta concreta de Governo, de objetivo claro, nítido.

Em hipótese nenhuma, Sr. Presidente, ligo o mandato a certos objetivos. Entendo que em determinado instante alguns tenham dito que o mandato do Presidente da República era de seis anos. Afinal, isso constava na Constituição quando o atual Chefe da Nação assumiu. Entendo que, usando os argumentos que até aqui tenho usado – e outros certamente são melhores do que esse – defenda-se quatro anos de mandato.

O que me escapa, Sr. Presidente – a não ser pelo fato de que o Presidente da República assim o declarou e assim o quer – é porque se defende um mandato de cinco anos. Se imagina que é da tradição republicana, lerei tão-somente esta declaração de Tancredo Neves, feita antes ainda de ser eleito, em resposta a jornalistas de **O Estado** que o questionaram a respeito da acusação –

a ele, Tancredo, imputada por seus adversários –, de ocultar uma questão crucial: a extensão e durabilidade do seu mandato. Tancredo redarguiu: "Tenho sido muito franco. Tenho dito que um mandato razoável é de quatro anos, de acordo com a tradição republicana. Não aceito mandato de dois anos, deixei isso muito claro. Agora, quem realmente vai fixar esse mandato é o Poder Constituinte, que pode ampliá-lo e até reduzi-lo."

Temos o caso do Presidente Dutra, que foi eleito para um mandato de seis anos e a Constituinte o reduziu para 5 anos. Não apenas o compromisso – compromisso claro a ser cumprido em nome da justiça, mas, mais do que o compromisso, a desmistificação do fato de que a tradição republicana não é por um mandato de quatro anos. Se quisermos tomar em termos de compromisso o que aconteceu com o próprio Presidente Sarney, basta que nos atenhamos àqueles discursos que fez – seja na reunião do Gabinete, seja aos presidentes de partidos, seja na mensagem que encaminhou ao Congresso Nacional quando enviou o projeto estabelecendo eleições diretas – que veremos sucessivamente, em três oportunidades no mesmo dia, S. Ex.<sup>a</sup> afirmar com clareza que, embora caiba à Assembléia Nacional Constituinte defini-lo, a rigor, na sua opinião, o mandato deve ser de quatro anos. **(Palmas)**

Mas vou mais além, Sr. Presidente. É de Tancredo a expressão: "Não aceito nem mais nem menos do que quatro anos. Só conheço a democracia assim, com quatro anos. Uma transição só é possível com quatro anos. Menos é impossível; mais é autoritarismo."

Sr. Presidente, a mim me constrange – e essa não é a razão pela qual defendo a eleição ao final da transição – que se faça essa avaliação com critério onde basicamente o que se leva em conta a performance do Governo. Para nós, que somos políticos, e para o povo brasileiro, que é a fonte de inspiração da legitimidade, não tenho a menor dúvida em dizer que estes argumentos são suficientes para, por si sós, nos colocarem a tase de que a eleição deve realizar-se em 1988.

Por último, diria – e o faço porque pertencem ao maior dos partidos desta Casa – que há um último argumento que me parece cínico e desprovido de lógica: o de que cada um de nós possa cometer a injustiça de dimensionar essa decisão em função de sua conveniência partidária, porque, **contrário sensu**, estaremos internalizando em cada um de nossos partidos a pior, a mais difícil, a mais condenável das heranças da ditadura, o casuísmo no interesse próprio. **(Muito bem. Palmas)**

Sr. Presidente, é em nome da justiça que reivindico esta eleição. Como dizia o Constituinte José Richa, se ela se tornar compatível a nível de entendimento comum; mas, se não se tornar, como exercício da prerrogativa que o povo nos outorgou na realização deste mandato. Ou, ao contrário, se não formos capazes de entender isso, de adotarmos essa proposta, tenho a impressão de que ficaremos um pouco na cínica posição da Genovesa de Anatole France que diariamente rezava para a Virgem nos seguintes termos: "Ó, Madona, vós, que fostes capaz de conceber sem pecar, ajudai-me a pecar sem conceber." **(Risos)**

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, é de Faulkner a expressão: "O supremo grau de sabedoria é ter sonhos suficientemente grandes para não perdê-los de vista enquanto os perseguimos". O apelo que faço neste instante à Casa e a toda a Nação é: não sejamos infelizes a ponto de aposentarmos nossos sonhos. A convocação que me atrevo a fazer é a de que novamente nos irmanemos na tarefa de devolver à Nação sua grande capacidade de sonhar, acreditar nos sonhos e realizá-los. **(Muito bem! Palmas)** Há homens que por várias razões são infelizes. Em particular, aqueles que não acreditam no presente. Mas há homens que são superiormente infelizes. Estes já morreram, não acreditam no futuro. Por isso, este é o grande instante de um órgão, de um colégio de onde brota a verdade; de um ór-

gão, de um colégio que se levanta e reafirma seu sonho, a despeito de todas as críticas em grande parte injustas, mas ainda assim com a humildade de saber que esta Casa aspira a críticas e não a aplausos; com a justiça de saber que haveremos de ter a grandeza de sonhar e a humildade de saber que nos compete perseguir, a cada instante, a dimensão deste sonho. **(Palmas)**

#### **(Manifestação do Plenário e das galerias)**

Durante o pronunciamento do Sr. Mário Covas, o Sr. **Fernando Henrique Cardoso**, Quarto-Vice-Presidente deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. **Afonso Arinos**, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Em primeiro lugar, gostaria de agradecer ao Líder Constituinte Mário Covas as referências que fez ao meu discurso. Faço as mesmas em relação ao seu pronunciamento, apenas acrescidas da importância e do brilho da grande peça oratória que o nobre Líder produziu. Meus parabéns.

Concedo a palavra ao Constituinte José Lourenço, Líder do meu partido.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LOURENÇO:** – Sr. Presidente, diretas-já para todos, mas não para um só. **(Palmas)** Discriminação não. Esses que gritam diretas-já... **(Manifestação do Plenário.)**

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Atenção. A Mesa lamenta que não seja mantida a ordem dentro do recinto, quando observa que a galeria está-se mantendo em ordem. O povo vem aqui e assiste, com uma atitude que é digna dos aplausos da Presidência, ao desempenho dos seus representantes, que não estão correspondendo à moderação do povo. Faço um apelo a todos para que tenham tranquilidade e deixem prosseguir a sessão.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LOURENÇO:** – Sr. Presidente, ouvi silenciosamente os oradores que por aqui passaram, gigantes da tribuna. Entre eles não posso deixar de destacar a grande figura de Afonso Arinos. Cumprimento o Líder do PMDB, assim como saúdo o Líder do bloco parlamentarista, Constituinte José Richa. Deve ser este o clima com o qual temos de conviver: clima de cordialidade e de respeito mútuo. Que acima da nossa visão pessoal do quadro do País ponhamos o interesse maior desta Nação.

Ouvi atentamente a experiência e a voz de Afonso Arinos. Mais atentamente – e ainda ecoa dentro de mim – ouvi a sua frase, que considero deve ser permanentemente respeitada por nós: "Vitória sim, se possível, mas justiça acima de tudo."

Assinei ontem, a pedido do Constituinte Maurílio Ferreira Lima, que aqui se encontra, uma emenda de sua autoria pedindo eleições diretas para todos. **(Palmas)** Sr. Presidente e Srs. Constituintes, esta emenda teve poucos adeptos.

O que se diz aqui é em nome da conciliação, em nome da vontade da maioria desta Nação; o que se diz aqui é que não deve haver casuísmos. Não é maioria, mas é casuísmo. A maioria do País não aceita, de forma alguma, que se mutile exclusivamente o mandato do Presidente da República. E os demais que aqui estão, eleitos pela mesma Constituição? E os outros que aqui não vieram, mas certamente nos estarão ouvindo, Governadores de Estado, Prefeitos, Vereadores, Deputados Estaduais, todos eles eleitos pela Constituição em vigor? Mas gritam somente que temos que realizar as diretas-já para substituir o Presidente. O Presidente conciliador, o Presidente a quem se pede sangue e que oferece a bandeira da paz, o Presidente que levou o partido majoritário à maior vitória já ocorrida na América Latina ou em qualquer parte do mundo, o Presidente que era carregado por multidões, o Presidente a quem se pedia "venha para o meu Estado, preciso da sua

ajuda para tornar vitoriosa a minha campanha"... E o Presidente ia, o Presidente atendia. S. Ex.<sup>a</sup> é do PMDB. O meu partido sentiu, naturalmente, o peso da vitória do PMDB com toda a sua força. Quando chegava o Presidente; as nossas forças se condoíam. E aqui está o retrato mais fiel da popularidade do Presidente Sarney. Simultaneamente com este retrato, no entanto, ouvimos agora a voz da gratidão, a voz de muitos Afonsos Arinos que entendem, como eu – um presidencialista – que a transição só será tranqüila, mesmo com o parlamentarismo, sob a égide do Presidente Sarney. Há que se amaciar a estrada, reconstruí-la, há que se vencer grandes dificuldades. Mas não pensam muitos como Afonso Arinos. Dizem: "Queremos Diretas-já" para vencer Sarney. S. Ex.<sup>a</sup> não serve mais, é um objeto, tem que ser descartado como se descarta uma lâmina de barbear. **(Palmas)**

Não, Sr. Presidente, Somos a voz do sentimento. Somos a voz da razão. Somos a voz da gratidão, a voz da solidariedade. Somos o braço permanentemente estendido, como todos aqueles que procuram o diálogo, e não a diversidade, a divisão. Procura-se aqui não o diálogo construtivo, não a proposta da conciliação, mas, dividir o País. A transição só se fará e só se complementará sob a égide do Presidente José Sarney. Parlamentarismo ou presidencialismo, será mais difícil, caso V. Ex.<sup>as</sup> insistam em que tenhamos diretas-já, se o Presidente que aí vier, com quarenta milhões de votos, não aceitar regras previamente estabelecidas sem o consentimento popular.

Qual de V. Ex.<sup>as</sup> para aqui veio em função de uma campanha parlamentarista? **(Manifestações fora do microfone)** Quatro? Cinco? Imaginem, V. Ex.<sup>as</sup> e alguns novatos que estão aqui agora. E, dentre eles, presto minhas homenagens ao meu dileto amigo, o Constituinte Oswaldo Lima Filho – ele vai votar no parlamentarismo. Aliás, ia! Mas S. Ex.<sup>a</sup> tem minha homenagem.

Quero fazer uma pergunta a todos, aos poucos que tiverem, na sua campanha, como tema central, a mudança de regime de governo, aos poucos, quase nenhum, dos 559 que formam a Assembléia Nacional Constituinte do nosso País. Agora, sim, eu os questiono: qual a legitimidade do mandato de S. Ex.<sup>as</sup> para alterar o regime de Governo do nosso País?

#### **(Manifestações fora do microfone)**

Sr. Presidente, ouvi-os atenta e respeitosamente. Eles não gostam nem de ser contestados. V. Ex.<sup>as</sup> vieram aqui com um mandato. Todos nós. Mas, certamente não nos deram um mandato para restabelecer a monarquia constitucional. Acho que esse tipo de mandato não estava embutido na nossa campanha. Viemos para aqui, sim, todos nós, procurando um entendimento, um diálogo; procurando um entendimento que não discrimine, mas que nos junte. É indispensável que nos juntemos, todos, governo do nosso País?

Neste momento, as instituições brasileiras estão fortalecidas, mas não estão consolidadas; precisam de um esforço cada vez maior, de todos nós, para que possamos consolidá-las. O que ouço e o que ouvi agora não contribuem em nada para consolidar as instituições democráticas no País. Há um fundamento, um princípio – e este é imutável – que é a tradição. Temos, como uma tradição no País, o mandato do Presidente da República de cinco anos. E aqui disse bem o Constituinte Mário Covas, quando, citando Tancredo Neves, afirmou que o mandato de cinco anos é aquele que pode convir aos interesses da nacionalidade.

Portanto, o que se verifica é que não queremos discriminar o Presidente de hoje do Presidente de amanhã. O que se verifica é que nós, como foi feito com Eurico Gaspar Dutra, com Hermes da Fonseca e com Deodoro da

Fonseca e com tantos outros, temos de repetir, agora e sempre, o mesmo gesto. A grandeza tem que estar acima dos interesses mesquinhos.

Companheiros e companheiras, só construiremos uma grande nação se nos esquecermos das grandes divergências. Demos as mãos uns aos outros e pensemos: acima do presidencialismo e do parlamentarismo, acima de quatro ou cinco anos de mandato está uma coisa que é muito mais importante, o Brasil e seu povo. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao nobre Constituinte Fernando Henrique Cardoso.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

Sr. Presidente, o Regimento Interno está sendo ferido. Pediria a V. Ex.<sup>a</sup> o cumprimento das normas regimentais. Já falaram dois oradores contra e dois a favor. Devemos ouvir, se S. Ex.<sup>a</sup> quiser falar, o Relator Bernardo Cabral e mais ninguém. Pediria a V. Ex.<sup>a</sup> o cumprimento do Regimento.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Eu não estava aqui. O Constituinte Fernando Henrique Cardoso estava na Presidência e foi S. Ex.<sup>a</sup> quem tomou, como Presidente, esta decisão. Depende de S. Ex.<sup>a</sup>, agora, revê-la.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Isto é um absurdo.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Sr. Presidente, para uma questão de ordem.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Não pode, Sr. Presidente. Isso fere o Regimento. Isso é antidemocrático.

Sr. Presidente, essa decisão atenta contra o Regimento Interno da Casa, e, como V. Ex.<sup>a</sup> é um homem que respeita a lei e a justiça, não pode permitir que prevaleçam aqui privilégios de quem quer que seja. Senão vou pedir a palavra para também falar na tribuna.

**O SR. CONSTITUINTE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – O nobre Constituinte Fernando Henrique Cardoso está pedindo a palavra pela ordem. Concedo a palavra a S. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. CONSTITUINTE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO:** – Sr. Presidente, eu seria o último a desrespeitar o Regimento desta Casa. O Regimento desta Casa manda que falem dois oradores a favor da matéria em votação e dois contra. Foi dito que, em momentos excepcionais, seria possível haver mais inscrições. **(Manifestações contrárias fora do microfone)** Deixem-me explicar! Estou falando pela ordem, não pela desordem, como muitos gostam.

Têm razão os que querem aplicar o Regimento. Assim como não o aplicamos, porque o Presidente Afonso Arinos permitiu a palavra livre, vou aplicá-lo agora e casso a minha própria palavra. Mas votarei por quatro anos de mandato presidencial e peço a todos que façam o mesmo. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem a palavra o nobre Relator Bernardo Cabral.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, esta é uma hora de singulares coincidências. O dia de hoje, 15 de novembro, lembra a Proclamação da República. Outra coincidência foi que, no meu partido, fizeram uso da palavra os Senadores Mário Covas e José Richa; o primeiro exercitava a Liderança há vinte anos e o segundo já era o coordenador que hoje está aí a confirmar a sua aptidão. Era eu o terceiro amigo,

o menos ilustre, estava vindo do meu Estado sem sequer saber as dimensões da então Câmara dos Deputados. Entre mim e os dois sempre houve uma amizade muito grande, mas que, em nenhum instante, formulou ou consagrou aquilo que minha consciência não ditasse.

Como Relator, Sr. Presidente, mais uma coincidência, mais um acaso: vejo-me, hoje, nesta tribuna – tarefa difícilíssima – apupado, criticado. A imprensa inteira abriu manchetes, redigiu colunas, atacando o projeto que não era só de minha autoria, porque representava o recolhimento de tantas idéias de tão grandes companheiros. Hoje, Sr. Presidente, com os oito títulos aprovados, colhi de vários Srs. Constituintes, dentre os quais um fez questão de dizer o seu cálculo matemático, o Constituinte Inocêncio Oliveira, um dos líderes do PFL, de que entre 95 e 97% do texto havia sido aprovado.

Portanto, a minha missão, Sr. Presidente, está quase concluída. A decisão que agora vou tomar é aquela mesma, Sr. Presidente, que tem tomado conta de minha vida ao longo de minha existência: o imperativo de consciência. E não poderia ser de outra forma. Não há compromissos políticos – e eu não os tenho – porque estes não se sobrepõem à consciência do homem público.

Há dois dias disse a V. Ex.<sup>a</sup>, Presidente Afonso Arinos, qual era a minha posição. Não será, portanto, surpresa para V. Ex.<sup>a</sup> E V. Ex.<sup>a</sup> dizia-me que, se viesse uma lauda do Palácio, V. Ex.<sup>a</sup> e eu tomaríamos uma providência – e ela não veio. Portanto, mantenho-me com a minha consciência da mesma hora de ontem e de anteontem, quando comuniquei a V. Ex.<sup>a</sup> qual seria o meu voto, que não tomo ao sabor de quaisquer palmas, aplausos, apupos ou vaias. Quero dizer que respeito profundamente as opiniões diversas dos meus companheiros Constituintes. Como Relator, jamais submeti-me a esta ou àquela corrente, sempre procurei a média que deveria ter para que, amanhã, não me arrependesse ao olhar para o espelho e verificar que não tinha cumprido o meu dever.

Neste instante, portanto, Sr. Presidente, em que manifesto qual tem sido a minha posição, não há lugar para contorcionismos políticos ou acomodações, que seriam demasiadamente oportunistas. O dia é sério, o instante mais ainda. Quem não sabe que no texto eu havia incluído – e lá está, na parte principal – o período do mandato presidencial que esta Casa fez questão de reduzir? Eu dizia à imprensa e aí estão todos os jornalistas, meus companheiros – que a minha posição, na vertente constitucional, era uma, mas, na caminhada política, seria outra.

Quero estar, Sr. Presidente, certo de que meu País não pode nem deve ser feudo de paixões paroquiais ou de interesses imediatos. Quero, Sr. Presidente, fazer a primeira afirmação de que a Relatoria, por intermédio dos seus componentes, está toda ela à vontade para tomar a posição que deva, inclusive por um imperativo da consciência de cada um. Mas não posso, Sr. Presidente, deixar de ser coerente com o meu passado. Saí desta Casa com o meu mandato cassado e com a suspensão durante dez anos de meus direitos políticos. Portanto, se não frequentei a corte ao longo de vinte anos, se tenho – e faço questão de dizer – amizade pessoal pelo Presidente José Sarney, a minha posição política é outra. A minha posição política, neste instante, com a responsabilidade que deve presidir as atitudes de um homem que sempre teve um único soberano, que é a sua consciência, Sr. Presidente, é pela aprovação da emenda do nobre Constituinte.

#### (Palmas e manifestações das galerias.)

Sr. Presidente, vou concluir – não quero valer-me do excesso de prazo que V. Ex.<sup>a</sup> foi tão benevolente em conceder – verificando que aquele acaso, que aquela coincidência do começo não existe, porque não há acasos nem coincidências: são pseudônimos que Deus utiliza quando não quer assinar as suas próprias obras. Pois Deus haverá

de assinar a sua obra neste dia, quando ditar à consciência de cada Constituinte que tome a posição que bem entender, mas que não recuse ao Constituinte, seja de que partido for, tomar o caminho que lhe ditar a consciência, como está ditando a minha. (Palmas)

**O SR. CONSTITUINTE VIRGILDÁSIO DE SENNA:** – Sr. Presidente, pela ordem para um requerimento.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem a palavra o nobre Constituinte Virgildásio de Senna.

**O SR. CONSTITUINTE VIRGILDÁSIO DE SENNA:** – Requerimento, subscrito pelos Constituintes Virgildásio de Senna, Nelson Carneiro, Mário Lima, Francisco Pinto, Carlos Mosconi, Celso Dourado e Abigail Feitosa. Peço a V. Ex.<sup>a</sup> que me permita ler o requerimento:

"Queremos registrar, nos Anais da Assembléia Nacional Constituinte, nosso contínuo e persistente esforço no sentido de encontrar, por via de negociação política, a fórmula que, assegurando o sistema parlamentarista como forma de governo, permitisse ao Presidente José Sarney cumprir um mandato de cinco anos.

Mobilizava-nos a essa posição superiores interesses da República e a convicção mais profunda, haurida na experiência de quase 100 anos de nossa História, que aponta o presidencialismo brasileiro como fonte permanente de impasses institucionais.

Não obstante os esforços que desenvolvemos no propósito de viabilizar aquele entendimento, vimos bloqueadas todas nossas propostas, mantendo-se a intransigente oposição do Presidente contra uma posição politicamente negociada e em termos altos.

Em face dessa obstinação, e sem que consideremos questão fechada o período de duração do atual mandato presidencial, decidimo-nos a votar na Comissão de Sistematização por um mandato de 4 (quatro) anos, reservando-nos a alterar nossa posição, no Plenário, caso venham a ocorrer ali mudanças políticas positivas, na direção de regime parlamentarista, e que nos recomende alterar, no que concerne à duração do mandato do Presidente José Sarney, nossos votos.

Sala das Sessões, 15 de novembro de 1987."

Este o requerimento. (Palmas)

**O SR. CONSTITUINTE CID CARVALHO:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE CID CARVALHO:** – Sr. Presidente, estávamos ontem, às 21 horas no seu gabinete, quando V. Ex.<sup>a</sup> teve um contato telefônico com o Presidente da República.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Darei conhecimento do assunto à Casa.

**O SR. CONSTITUINTE CID CARVALHO:** – Era isso que queria solicitar a V. Ex.<sup>a</sup> que desse notícia à Casa dessa mensagem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Atenção. O Presidente está falando.

Farei a comunicação que V. Ex.<sup>a</sup> me pede. Estava esperando o fim do horário das discussões e o início da votação.

Concedo a palavra ao Constituinte Brandão Monteiro.

**O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO MONTEIRO:** – Sr. Presidente, peço a palavra para fazer uma declaração que não é regimental mas que acho extremamente importante

haja vista que o Regimento Interno estabelece que somente falarão dois oradores a favor e dois contra.

Primeiramente, gostaria que constasse dos Anais desta Casa que a bancada do PDT, integralmente consciente da sua responsabilidade histórica, votará por quatro anos de mandato para Presidente da República. **(Palmas. Muito bem)**

Em segundo lugar, levantaria uma questão não tão simpática, mas firme, tendo em vista as posições que sempre adotei nesta Casa em busca daquilo a que V. Ex.<sup>a</sup> se referiu no seu discurso. Acho que o Plenário, como de outras vezes, está indevidamente lotado por pessoas que são Parlamentares, não são jornalistas nem estão credenciados. Por isso, embora vote pelos quatro anos, não acho justo, como nas outras oportunidades, que lobistas de qualquer espécie permaneçam no Plenário.

Era esta a colocação que faria a V. Ex.<sup>a</sup> **(Palmas)**

**O SR. CONSTITUINTE HAROLDO LIMA:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

Sr. Presidente, tomo conhecimento de que existe sobre a mesa mensagem do Presidente da República dirigida à Constituinte. Gostaria de propor a V. Ex.<sup>a</sup>, em nome da justiça e da independência deste Poder, que a lesse somente depois de realizada a votação. **(Palmas)** Porque, ainda que seja favorável ao voto de quatro anos, pelo qual votarei, assim como todo o meu partido e os democratas – ou mesmo ao de seis anos – não devemos permitir que haja interferência do Chefe do Poder Executivo na hora em que esta Assembléia vai tomar decisão da maior importância. **(Palmas)**

Ainda há pouco, quando fez uma intervenção – como sempre, brilhante – a esta Assembléia Nacional Constituinte, V. Ex.<sup>a</sup> lembrou que há tão pouco tempo havia sido autor de uma defesa desta Constituinte. E gostaria de lembrar que V. Ex.<sup>a</sup> a fez precisamente contra as injunções externas de que era vítima esta Assembléia, vindas do Chefe do Executivo, o Presidente José Sarney. E agora o que está posto em pauta, de uma forma ou de outra, é uma nova injunção.

Assim, apelo para V. Ex.<sup>a</sup> no sentido de que não permita que seja feita tal interferência. Peço, portanto, a V. Ex.<sup>a</sup> que coloque em votação imediatamente a matéria e, em seguida, dê conhecimento à Casa da mensagem. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Lamento divergir da opinião do meu amigo Haroldo Lima.

A questão é a seguinte: a princípio, pensei em inserir essa mensagem no contexto do meu discurso, mas, depois, achei que era mais correto levá-la ao conhecimento dos Srs. Constituintes tal como me foi transmitida, sem que eu tivesse qualquer participação. Estavam presentes no meu gabinete os Constituintes Cid Carvalho, Manoel Moreira, Ibsen Pinheiro, Genebaldo Correia e Israel Pinheiro. Digo isso porque supus que alguém pudesse por em dúvida o que eu estava dizendo. Mas quero declarar que o fato foi testemunhado por aqueles Srs. Constituintes, que me viram tomar nota da mensagem. Vou ler a mensagem do Sr. Presidente da República, e V. Ex.<sup>as</sup> verificarão que ela Assembléia Nacional Constituinte no dia de hoje.

A mensagem é a seguinte:

"Estou pronto para um grande diálogo visando à conciliação nacional. Jamais serei impedimento para que isso ocorra. O meu sofrimento e angústia decorrem da interpretação errônea que estão dando de que busco, num sentimento menor, obter a simples prorrogação do meu mandato."

Nobre Constituinte Haroldo Lima, V. Ex.<sup>a</sup> ficará com a mensagem.

Vamos proceder à votação.

Informo aos Srs. Constituintes que aqueles que responderem "sim" estarão votando pelo mandato de quatro anos e aqueles que responderem "não" estarão votando pelo mandato de seis anos.

#### **(Processo de votação)**

**O SR. CONSTITUINTE EGÍDIO FERREIRA LIMA:** – Sr. Presidente, quero levantar uma questão de ordem, e me submeterei à decisão da Mesa.

Estou seguro de que votei "sim", mas o painel registrou "não". Esta Assembléia conhece minha conduta. Eu não faria esta manifestação se ela não traduzisse a verdade.

Por isso, Sr. Presidente, peço a V. Ex.<sup>a</sup>, para que haja justiça em relação ao processo e à História, que repita a votação.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Vamos repetir a votação.

**O SR. CONSTITUINTE INOCÊNCIO OLIVEIRA:** – Sr. Presidente, nunca houve isso nesta Assembléia, é absurdo!

**O SR. CONSTITUINTE ERALDO TINOCO:** – Sr. Presidente, esta situação já ocorreu comigo, e meu voto não foi modificado, nem foi repetida a votação.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Vou fazer a votação nominal.

**O SR. CONSTITUINTE THEODORO MENDES:** – Sr. Presidente, isso nunca foi feito. Isso é cambalacho.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Não posso permitir que o Constituinte Theodoro Mendes diga que o Presidente Afonso Arinos é homem de cambalacho. **(Palmas)**

**O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO MONTEIRO:** – Permita-me, Sr. Presidente, um aditamento. Sou testemunha de que fato semelhante ocorreu com o voto do Constituinte Gerson Peres. E V. Ex.<sup>a</sup>, presidindo nossos trabalhos, determinou nova contagem de votos. Assim, a decisão de V. Ex.<sup>a</sup> é coerente com a posição adotada anteriormente.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Em votação.

#### **(Procede-se à votação)**

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Almir Gabriel, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Carlos Mosconi, Celso Dourado, Cristina Tavares, Egídio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, João Herrmann Neto, José Fogaça, José Ignácio Ferreira, José Paulo Bisol, José Richa, José Serra, Mário Lima, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nelton Friedrich, Maurício Ferreira Lima, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Antônio Britto, Severo Gomes, Sigmaringa Seixas, Virgildásio de Senna, Alcení Guerra, Antonio Carlos Mendes Thame, Carlos Chiarelli, Francisco Dornelles, Sandra Cavalcanti, Antônio Carlos Konder Reis, Brandão Monteiro, José Maurício, Lysâneas Maciel, Francisco Rossi, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Siqueira Campos, Roberto Freire, Haroldo Lima, Jamil Haddad e Antonio Farias. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Alfredo Campos, Aluizio Campos, Carlos Sant'Anna, Cid Carvalho, Fernando Gasparian, Ibsen Pinheiro, João Calmon, José Freire, José Geraldo, José Ulisses de Oliveira, Manoel Moreira, Milton Reis, Nilson Gibson, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Rodrigues Palma, Theodoro Mendes, Wilson Martins, Afonso Arinos, Aloysio Chaves, Arnaldo Prieto, Christóvam Chiaradia, Gilson Machado, Eraldo Tinoco, Francisco Benjamim, Inocêncio Oliveira, José Jorge, José Lins, José Santana de Vasconcellos, José Thomaz Nonô, Luís Eduardo, Marcondes Gadelha, Má-

rio Assad, Oscar Corrêa, Osvaldo Coelho, Paulo Pimentel, Ricardo Fiúza, Darcy Pozza, Gerson Peres, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia, Virgílio Távora, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua e Adolfo Oliveira.

### DECLARAÇÃO DE VOTO

Queremos registrar, nos Anais da Assembléia Nacional Constituinte, nosso contínuo e persistente esforço no sentido de encontrar, por via de negociação política, a fórmula que, assegurando o sistema parlamentarista como forma de governo, permitisse ao Presidente José Sarney cumprir um mandato de cinco anos.

Mobilizava-nos a essa posição superiores interesses da República e a convicção mais profunda, haurida na experiência de quase 100 anos de nossa História que aponta o presidencialismo brasileiro como fonte permanente de impasses institucionais.

Não obstante os esforços que desenvolvemos no propósito de viabilizar aquele entendimento vimos bloqueadas todas nossas propostas mantendo-se a intransigente oposição do Presidente, contra uma solução politicamente negociada e em termos altos.

Em face dessa obstinação, e sem que consideremos questão fechada o período de duração do atual mandato presidencial, decidimo-nos a votar na Comissão de Sistematização por um mandato de 4 (quatro) anos, reservando-nos a alterar nossa posição, no Plenário, caso venham a ocorrer ali, mudanças políticas positivas, na direção de regime parlamentarista, e que nos recomende alterar, no que concerne à duração do mandato do Presidente José Sarney, nossos votos.

Sala das Sessões, 15 de novembro de 1987. – Dep. **Virgildásio de Senna** – Sen. **Nelson Carneiro**, com restrições – Dep. **Mário Lima** – Dep. **Francisco Pinto** – Dep. **Carlos Mosconi** – Dep. **Celso Dourado** – Dep. **Abigail Feitosa**.

**(Declaração de Voto do Deputado Francisco Dornelles sobre a duração do mandato presidencial em curso.)**

1. A Campanha da Aliança Democrática uniu o País em torno de Tancredo Neves e de José Sarney.

2. O Presidente José Sarney assumiu a Presidência da República num momento difícil e procurou manter unido o povo brasileiro.

3. Foram realizadas eleições para a Assembléia Nacional Constituinte, visando dar ao Brasil uma nova organização política, econômica e social.

4. Tive a oportunidade de manifestar várias vezes minha posição a favor da duração de seis anos para o mandato presidencial em curso por entender que deveria, após a promulgação da Nova Constituição, haver tempo para a elaboração da legislação complementar e por entender ser conveniente a coincidência de eleições parlamentares e presidenciais.

5. Entretanto, seja por erros no campo político, seja por erros no campo econômico, a segurança, a confiança e a tranquilidade do povo brasileiro deixaram de existir.

6. Num curtíssimo período de tempo, erros e omissões do Governo fizeram com que ele perdesse a confiança da sociedade que é fundamental para o processo de transição. E quando a confiança é perdida, qualquer medida deixa de ter a eficácia necessária para atingir seus objetivos.

7. Não há no posicionamento que agora assumo nenhum motivo pessoal, muito menos relativamente à figura do Presidente José Sarney. Tenho por ele o maior apreço. Falo agora como Constituinte preocupado com a preservação da ordem legal e com a institucionalização definitiva da democracia.

8. Diante do quadro político atual a realização de eleições em 1988 representa um anseio nacional.

9. Por essas razões, voto para que o mandato presidencial em curso seja de quatro anos.

10. Entretanto, minha escola política é a da conciliação e do entendimento. O convencimento que agora determina o meu voto não é radical, nem imutável. Mantenho-me aberto a um entendimento nacional que crie um fato político novo capaz de unir os brasileiros em torno do bem comum de toda a sociedade.

### (Manifestações no plenário e nas galerias)

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 48 Constituintes; votaram NÃO 45 Constituintes. Total: 93 votos. O Destaque foi **aprovado**.

Srs. Constituintes, a Presidência deseja consignar que sua decisão de submeter novamente a matéria à votação foi acertada. Os resultados agora foram diferentes dos anteriores. É evidente que agora se apurou a verdade.

Quero dizer também à Assembléia Nacional Constituinte e aos assistentes que estão nas galerias que este foi um belo espetáculo democrático. **(Palmas)** Precisamos acreditar no progresso da democracia. A Assembléia Nacional Constituinte ofereceu hoje, aqui, um espetáculo democrático que será admirado por toda a América Latina e pelo mundo.

### V – SUSPENSÃO DA REUNIÃO

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – A Presidência vai suspender os trabalhos, convocando os Senhores Constituintes para a continuação da presente reunião, hoje, 15-11-87, às 16:00 horas.

Está suspensa a reunião.

### EM 15 DE NOVEMBRO DE 1987 (2)

Presidência dos Srs.: **Brandão Monteiro**, Segundo-Vice-Presidente, **Jarbas Passarinho**, Terceiro-Vice-Presidente.

### I – REABERTURA DA REUNIÃO

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Havendo número regimental, declaro reaberta a reunião.

Concedo a palavra ao Constituinte Aluizio Campos, pela ordem.

### II – COMUNICAÇÕES

**Do Sr. Constituinte Aluizio Campos:**

**O SR. ALUÍZIO CAMPOS:** – Sr. Presidente, no texto já aprovado do projeto, incluímos disposições específicas para a defesa da imagem dos Constituintes. Na sua edição de hoje, o **Jornal do Brasil** traça um perfil deprimente da minha atuação na Presidência desta Comissão de Sistematização. São comentários depreciativos, transmitindo a impressão de que sou pouco cuidadoso e até incompetente.

Toda a Comissão é testemunha da assiduidade, da seriedade e da independência com que me tenho conduzido quando exerço eventualmente sua Presidência. E talvez tenha sido eu, dos componentes da Mesa, aquele que até agora ocupou durante mais tempo a Presidência.

Quero manifestar minha repulsa aos comentários do **Jornal do Brasil**, inclusive pela versão inverídica dos fatos a que se refere. Diz o jornal que eu presidía a sessão, descumprindo o Regimento e invertendo a ordem da votação, para aprovar a jornada de trabalho de 40 horas. Não é verdade. Pessoalmente, sempre defendi a jornada



de 40 horas, mas, quando foi feita a votação, vencendo essa jornada, fui informado pela liderança do meu partido de que ela havia resultado de um acordo entre as agremiações. A aprovação resultou do comportamento da Comissão de Sistematização, no sentido de adotar como preferencial a matéria escolhida por acordo entre as lideranças partidárias.

O jornal também noticiou que eu havia sido substituído pelo Presidente Afonso Arinos, exatamente por causa dessa incorreção na adoção da planilha. É mais uma inverdade. Presidi a sessão em que discutimos a duração do mandato presidencial – se seria de 4 ou 5 anos. Alguns companheiros presidencialistas, partidários dos 4 anos, pretenderam inverter a ordem da votação, o que não admiti, seguindo rigorosamente a ordem das indicações na planilha. Por isso é que votamos, afinal, demonstrando que o barulho efetuado pelos partidários do mandato de 4 anos não correspondia aos votos disponíveis. Não devemos nesta Casa, e principalmente nesta Comissão, deixar-nos conduzir pelos gritos, e sim pela consciência, independência e vontade soberana dos Constituintes.

Sr. Presidente, por estas razões venho exigir que os repórteres do **Jornal do Brasil** que fazem a cobertura política nesta Casa retifiquem as notícias facciosas publicadas a meu respeito, declarando – com a mesma evidência e destaque que deram à matéria hoje publicada – que eu não presidia a sessão em que se votou a jornada de 44 horas de trabalho. Votei pelas 44 horas, como os demais companheiros de partido, obediente ao resultado de um acordo de lideranças. Presidi a sessão em que discutimos a duração do mandato do Presidente da República, inserto no texto constitucional.

É minha obrigação, pela preservação da minha imagem e também em defesa da Presidência da Comissão de Sistematização, fazer este pronunciamento, esperando contar com o apoio e a solidariedade dos meus pares. **(Palmas)**

**O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO BRITTO:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – V. Ex.<sup>a</sup> tem a palavra, pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO BRITTO:** – Estou certo de contar com a compreensão de V. Ex.<sup>a</sup> e com a concordância da Casa ao fazer registro da opinião que, seguramente, é comum a todos, sobre a operosidade, dinamismo e competência com que tem servido a esta Comissão de Sistematização o nobre companheiro Aluizio Campos, a quem prestamos solidariedade e, mais do que isso, apresentamos nossa gratidão. Vê-lo trabalhar, da forma como tem se empenhado, pelo País e pela Constituinte, serve de incentivo a todos nós.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – V. Ex.<sup>a</sup> tem a palavra pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Sr. Presidente, iniciamos a discussão do Título IX das Disposições Transitórias. Esta questão de ordem é importante, tanto para a Presidência da Comissão de Sistematização quanto para a Relatoria.

Sr. Presidente, hoje, pela manhã, foi aprovado o texto do art. 2º das Disposições Transitórias, nos seguintes termos:

"As disposições referentes ao Sistema de Governo entrarão em vigor em 15 de março de 1988 e não serão passíveis de emenda no prazo de 5 anos."

Ora, Sr. Presidente, não existe prazo legal para que a Constituição seja promulgada. Esta é a primeira questão.

Em segundo lugar, deve ser feita uma correção desta data, porque, se a Constituição não for promulgada antes de 15 de março, quando será implantado o sistema de governo mantido no texto, ou seja, o parlamentarismo?

A terceira observação que faço é que este prazo de implantação do sistema de governo, em 15 de março de 1988, não pode funcionar como determinante de que os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte se encerrem também nesta data. O dispositivo constitucional reza que "o sistema terá de ser implantado em 15 de março de 1988". Mas a Constituição não tem prazo para ser elaborada. Ela tanto pode ser concluída antes de 15 de março, como depois.

Sr. Presidente, pergunto, portanto, como deve ser interpretado o art. 2º das Disposições Transitórias.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Nobre Constituinte José Genoíno, penso que as decisões da Comissão de Sistematização, hoje consagradas, ainda carecem de votação para serem ratificadas. Mais do que isto, teremos oportunidade de votá-las em primeiro e segundo turnos e também de votar a sua redação.

Acho que a colocação feita por V. Ex.<sup>a</sup> é preponderante no momento atual. A Comissão de Sistematização decidiu desta forma, e devemos votar o título referente às Disposições Transitórias. A correção redacional será feita pelo Relator e, ainda mais, haverá votações subseqüentes do Plenário.

**O SR. CONSTITUINTE EGÍDIO FERREIRA LIMA:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE EGÍDIO FERREIRA LIMA:** – Sr. Presidente, quero juntar às judiciosas e precisas palavras de V. Ex.<sup>a</sup> algumas referências ao Constituinte José Genoíno. S. Ex.<sup>a</sup> se esquece de considerar a soberania da Constituinte. Se a Constituinte decidir, antes de haver a promulgação da Constituição, retificar a data de entrada em vigência do novo sistema de Governo, transferindo-a para depois de 15 de março, poderá fazê-lo soberanamente.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Agradeço a colocação de V. Ex.<sup>a</sup>, que veio, inclusive, como resposta à questão de ordem levantada pelo Constituinte José Genoíno. Passemos à votação.

**O SR. CONSTITUINTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Está com a palavra o Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva.

**O SR. CONSTITUINTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA:** – Sei que não é regimental, mas quero ponderar à Mesa da Comissão de Sistematização que, a partir de agora, deve começar a tomar providências com relação às funcionárias que nos servem café. Estão elas trabalhando das oito horas da manhã à meia-noite, quando terminam as sessões. Creio que seria prudente falar com o Presidente da Câmara, ou com a empresa que as contrata, para que, através de um processo de revezamento, as companheiras possam descansar pelo menos aos sábados ou aos domingos.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – A Mesa recolhe a proposta de V. Ex.<sup>a</sup> e a encaminhará ao Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, competente para a decisão das relações de contrato e de emprego da Casa.

## III – ORDEM DO DIA

## VOTAÇÃO DO PROJETO DE CONSTITUIÇÃO TÍTULO

**Destaque nº 1744-87 – Emenda – nº ES-30803-3, do Sr. Bocayuva Cunha, "que modifica o art. 20, Título X do Substitutivo nº 1 (art. 5º, Título IX do Substitutivo nº 2). (493ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (BRANDÃO MONTEIRO):** – Em votação o requerimento de preferência para o Destaque nº 1744, de autoria do Constituinte Bocayuva Cunha.

Os Srs. Constituintes que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. **(Pausa)** Aprovado.

Em votação, em consequência, o Destaque nº 1744, referente à Emenda nº 30803, do Constituinte Bocayuva Cunha, que tem a seguinte redação:

"As eleições de senadores e deputados federais realizar-se-ão conjuntamente com a de Presidente da República."

**O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO BRITTO:** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (BRANDÃO MONTEIRO):** – Com a palavra o Constituinte Antônio Britto.

**O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO BRITTO:** – Sr. Presidente, gostaria de obter de V. Ex.<sup>a</sup> e da Mesa um esclarecimento. Hoje, pela manhã, logo no início da sessão, tivemos a votação de uma emenda supressiva ao art. 4º. Tanto quanto estou lembrado – se não me falha a memória – a emenda foi aprovada por 92 votos a zero.

Na ocasião, foi levantada questão de ordem pelo Constituinte Nelson Jobim. Depois, o Relator Bernardo Cabral acedeu às razões levantadas por S. Ex.<sup>a</sup> e a Mesa tomou uma decisão. Qual decisão? Tendo-se votado e aprovado uma emenda supressiva, evidentemente, como é praxe nesta Comissão é norma do Regimento e, acima de tudo, como é ditame do bom-senso, não haveria como aditar emendas, palavras, frases ou períodos a um artigo cuja supressão havia sido aprovada – como é o caso – por 92 votos a zero. Poderia ocorrer a alguém a idéia de que, depois de aprovada a emenda supressiva, alguém pudesse ser autor de destaque, emenda substitutiva ou modificativa, reclassificando-a, em relação a outro dispositivo? Então, gostaria de saber, em primeiro lugar – e antes de levantar uma outra questão de ordem, como pretendo – se este pedido de destaque e o requerimento que o acompanha foram reclassificados e se foi solicitada uma alteração do dispositivo a que se refere.

**O SR. CONSTITUINTE BOCAYUVA CUNHA:** – Sr. Presidente, peço a palavra para contraditar a questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (BRANDÃO MONTEIRO):** – Nobre Constituinte Bocayuva Cunha, o Constituinte Antônio Britto não suscitou questão de ordem. S. Ex.<sup>a</sup> pediu a palavra dando a impressão de que iria suscitar uma questão de ordem e, no entanto, fez uma pergunta à Mesa. S. Ex.<sup>a</sup> disse ainda que, em consequência do que a Mesa definisse, levantaria a questão de ordem. Gostaria, então, de pedir parcimônia a V. Ex.<sup>a</sup>

Nobre Constituinte Antônio Britto, a proposição do ilustre Constituinte Bocayuva Cunha, antes da votação do Título IV, até por acordo de todas as lideranças, foi aprovada por 92 votos. Repito, antes mesmo desta votação, os Constituintes Bocayuva Cunha, Haroldo Lima, Luiz Inácio Lula da Silva solicitaram que as emendas fossem reclassificadas para o art. 5º em decorrência do que houve antes – um pequeno problema nesta Comissão – com a concordância inclusive de V. Ex.<sup>a</sup>, no sentido de que não se deveria suscitar a possibilidade de

votar antes as propostas dos Srs. Luiz Inácio Lula da Silva, Bocayuva Cunha e Haroldo Lima. Portanto, penso que não há nenhuma disposição em contrário e a matéria será colocada em votação.

**O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO BRITTO:** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (BRANDÃO MONTEIRO):** – Se é sobre a matéria, o problema está solucionado. Se V. Ex.<sup>a</sup> não se conforma, recorra ao Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, nos termos regimentais.

**O SR. CONSTITUINTE ANTONIO BRITTO:** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (BRANDÃO MONTEIRO):** – Concedo a palavra a V. Ex.<sup>a</sup>, pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO BRITTO:** – Sr. Presidente, solicito a V. Ex.<sup>a</sup> que providencie, por gentileza, a transcrição do debate que tivemos na ocasião. Perdoe-me V. Ex.<sup>a</sup>, mas a discussão toda nasceu quando se discutia que essas emendas estavam prejudicadas. Obviamente, isto se deu depois da proclamação do resultado da votação – 92 a zero – tanto que, só naquele momento, fui à tribuna e encaminhei a questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (BRANDÃO MONTEIRO):** – Não é verdade. Perdoe-me, mas aqui está o Secretário da Mesa para confirmar, pois não era eu que presidia a sessão anterior, que ficou estabelecida a modificação do art. 4º para o art. 5º V. Ex.<sup>a</sup> continua equivocado, mas invoco o testemunho de todos aqueles que acompanham a Mesa, especialmente do Sr. Secretário, que, antes da votação recebeu o pedido de modificação do inciso.

Com a palavra o Constituinte Bocayuva Cunha para encaminhar a sua emenda.

**O SR. CONSTITUINTE BOCAYUVA CUNHA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, hoje é um dia realmente histórico em nosso País. Além de ser 15 de novembro, acabamos de tomar, hoje de manhã, uma decisão que vem ao encontro não só das aspirações da esmagadora maioria do povo brasileiro, como do conceito fundamental que temos de estabelecer, uma vez por todas, em nosso País, a consolidação do regime democrático. Sou um veterano dessas lutas. Fui cassado em 1964. Passei esses anos todos fora, e hoje reconheço que a minha geração cometeu um equívoco muito grande em ter permitido que a luta pela consolidação democrática ficasse nas mãos da direita dos anos 50 a 60. Só quem falava em consolidar a democracia eram os golpistas de sempre, aqueles de Aragarças, aqueles que queriam impedir a posse de Juscelino, aqueles que foram contra Getúlio, aqueles que queriam impedir a posse de Jango. Esses golpistas e a sua "entourage" civil, acabaram vitoriosos em 1964. Foram eles os defensores da democracia. Construiu-se esse regime espúrio, que durou vinte anos, em nome de duas bandeiras que deveriam estar nas mãos dos progressistas deste País.

Infelizmente, cometemos esse equívoco de deixar que essas bandeiras ficassem nas mãos sujas daqueles que lutavam a favor da democracia e contra a corrupção apenas para golpear a democracia e para roubar mais, porque foi o que se fez nestes últimos vinte anos. A luta pela consolidação da democracia e pela moralidade pública são bandeiras que não podem mais sair das mãos das forças progressistas, e é nesse sentido que venho hoje a esta tribuna para fazer um apelo, que muitos colegas meus consideram romântico, até mesmo ingênuo, mas que me permito acreditar seja fundamental para a consolidação do regime democrático.

Acabamos de votar um mandato de quatro anos para o atual Presidente da República. Acabamos de aprovar uma data para a eleição do próximo Presidente da República. A minha emenda propõe justamente que a eleição para Presidente da República seja realizada no mesmo

dia em que se farão eleições para deputados e senadores. Nós, deputados e senadores, devemos ter a coragem moral de limitar os nossos próprios mandatos e de defender eleições gerais. Sei que teríamos direito a quatro anos de mandato, mas, para consolidar a democracia neste País, é indispensável que o novo Presidente da República no Congresso Nacional encontre uma maioria afinada com os seus sentimentos. Portanto, essa maioria pensa ser eleita no mesmo tempo político.

Ainda há um outro fator. Todos sabem que somos absolutamente presidencialistas. Mas com que coragem aqueles que votaram o parlamentarismo podem votar contra essa emenda? Ninguém foi eleito para votar parlamentarismo. Os parlamentaristas têm o dever moral de votar também pela extinção dos seus mandatos e para a eleição do Presidente da República realizar-se juntamente com a de deputados e senadores. **(Palmas)**

Ouvi do Líder do PFL, o Constituinte José Lourenço, dizer que também encurtará os nossos mandatos. Quero cobrar dele e do seu partido esse compromisso, como quero cobrar do Líder do PTB, o Sr. Gastone Righi, que venha aqui agora votar o encurtamento também do nosso mandato. Só teremos democracia neste País quando o Presidente da República for eleito no mesmo tempo político dos deputados e senadores. Da mesma forma, os governadores de Estado devem ser eleitos no mesmo tempo político das assembleias legislativas, como já o foram. Igualmente os prefeitos devem ser eleitos no mesmo tempo político das Câmaras Municipais, como será feito agora em novembro. Falta apenas termos a coragem moral de votar esta emenda, reduzindo nossos mandatos, em nome da democracia, da paz e da felicidade do povo brasileiro.

Sr. Presidente, por coincidência, hoje é dia 15 de novembro. Recordo-me do que dizia meu bisavô, o velho Quintino Bocayuva, um dos fundadores da República, antes de morrer: "Esta não é a República dos meus sonhos".

Espero, Sr. Presidente, que possamos construir a República dos sonhos daqueles republicanos, aprovando esta emenda. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Com a palavra o Constituinte Gerson Peres, que encaminhará contrariamente à proposição.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ COSTA:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Constituinte José Costa, já concedi a palavra ao Constituinte Gerson Peres. Como ele ainda não assomou à tribuna, regimentalmente, se S. Ex.<sup>a</sup> assim o permitir, eu deferirei a palavra a V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ COSTA:** – Sr. Presidente, deixo formulado meu pedido de questão de ordem imediatamente após a exposição do eminente Constituinte Gerson Peres.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – A Mesa agradece a V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, prezados colegas, o eminente Constituinte Bocayuva Cunha está aproveitando a euforia transitória de uma vitória da Comissão de Sistematização, que ainda não é a vitória da Assembleia Nacional Constituinte, para querer impulsionar, utilizando argumentos eminentemente sentimentais, os colegas a votarem o absurdo. Vejam bem, S. Ex.<sup>a</sup> iniciou seu discurso falando em democracia, atacando os civis, dizendo que macularam as suas mãos, pregando a democracia, para depois dar o golpe em Getúlio Vargas.

Ora, Sr. Presidente, este País tem memória. Getúlio Vargas foi o maior ditador que o Brasil já teve durante

dez anos. Fechou o Congresso Nacional e governou sob a tutela das Forças Armadas, com o DIP, sem lei, sem direito, sem que o cidadão brasileiro tivesse garantias. Portanto, carece S. Ex.<sup>a</sup> de autoridade política para assomar à tribuna e criticar aqueles que depois de Getúlio Vargas fizeram a ditadura no Brasil.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, apresenta S. Ex.<sup>a</sup> uma emenda para extinguir os nossos mandatos. Reduzimos hoje o mandato de um Presidente da República que foi eleito indiretamente por um Colégio Eleitoral que também elegeu Tancredo Neves, porque José Sarney foi eleito com Tancredo Neves. Apenas o mandato de Tancredo Neves foi reduzido também para quatro anos **post mortem**. Este Colégio Eleitoral, chamado de espúrio, foi que introduziu no Brasil a Nova República e esse bagaço de incoerência que aí está, levando o povo brasileiro ao desespero. Portanto, tais argumentos são falaciosos. Entre o mandato do Presidente Sarney e o nosso, há uma diferença muito grande. Fomos eleitos pelo povo, em eleições livres e diretas. É um ato atentatório à dignidade do povo brasileiro uma Comissão destas pretender cassar o mandato daqueles que foram eleitos pelo povo.

Outro argumento sobre o qual o Constituinte Bocayuva Cunha deve meditar: nós, Constituintes, estamos chegando ao término da elaboração da nossa Carta Constitucional. Grande número de suas disposições remete para leis complementares a regulamentação dos dispositivos gerais. Pois bem, fazemos a Constituição, e outros Parlamentares vêm complementar aquilo que elaboramos. É uma insensatez, uma quebra de coerência um atentado à legitimidade do nosso mandato.

Por fim, ainda aduziria mais um argumento à consideração do Constituinte Bocayuva Cunha: é estranha a emenda de S. Ex.<sup>a</sup>. Ele incluiu os Senadores e Deputados, mas se esqueceu dos Governadores de Estado. Não sei por que S. Ex.<sup>a</sup> exclui os Governadores das eleições gerais. Gostaria que explicasse à Nação a omissão de Governadores da sua emenda.

Com estas considerações, Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, convoco os nobres colegas a dizerem um "não" bem dado ao Constituinte Bocayuva Cunha, porque sua emenda é atentatória à legitimidade dos nossos mandatos. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Concedo a palavra à Constituinte Sandra Cavalcanti, que encaminhará favoravelmente à emenda.

Devo registrar um lapso da Mesa. Antes de conceder a palavra à Constituinte Sandra Cavalcanti, eu a darei ao nobre Constituinte alagoano José Costa, que anteriormente havia solicitado questão de ordem.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ COSTA:** – Sr. Presidente, Sras e Srs. Constituintes, pelas manifestações do Plenário, um grupo de eminentes Senadores e Deputados Constituintes pretende votar emenda que possibilita a realização de eleições em todos os níveis, de Vereador a Presidente da República, imediatamente após a promulgação da Carta Constitucional, ou no prazo que for fixado numa dessas emendas. Estou nessa linha: quero realmente eleições gerais em todos os níveis. Em função da colocação feita pelo Constituinte Gerson Peres, indago a V. Ex.<sup>a</sup> – soube que essa emenda sofreu algumas modificações em seu texto – se os Governadores estão excluídos, para que eu possa direcionar meu voto. Pelo art. 34, os Prefeitos têm um mandato de quatro anos. Logo, está implícita a realização de eleições. Os Vereadores, na forma do parágrafo único do art. 33, têm um mandato de quatro anos. Portanto, estão previstas eleições. A pergunta que faço é se estão excluídos os Governadores, porque, segundo nossa linha de pensamento – minha e de expressivo grupo de companheiros – as eleições devem ser realizadas em todos os níveis, de

Vereador a Presidente da República, inclusive governadores. Pergunto, então, a V. Ex.<sup>a</sup> se os Governadores estão excluídos.

**O O SR. CONSTITUINTE BOCAYUVA CUNHA:** – Sr. Presidente, peço licença à oradora, que já está na tribuna, para contraditar a questão de ordem e, inclusive, dar uma explicação. Minha emenda se refere a eleição para Deputado Federal e Senador, conjuntamente com a de Presidente da República. Por quê? Porque estou aqui, Sr. Presidente, defendendo a consolidação democrática. Os Governadores já foram eleitos.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – V. Ex.<sup>a</sup> já fez o encaminhamento da sua proposição.

**O SR. CONSTITUINTE BOCAYUVA CUNHA:** – Mas fui citado pelo orador.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – É legítimo citar. Não permitirei que V. Ex.<sup>a</sup> faça novo encaminhamento.

Antes de conceder a palavra à Constituinte Sandra Cavalcanti, respondendo à indagação do Constituinte José Costa, devo dizer que a emenda do Constituinte Bocayuva Cunha exclui eleição para Governador neste momento; a eleição é para Deputado Federal e Senador. É o texto da emenda.

Concedo a palavra à nobre Constituinte Sandra Cavalcanti.

**A SRA. CONSTITUINTE SANDRA CAVALCANTI:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, quando o Constituinte Bocayuva Cunha me solicitou, hoje de manhã, que apoiasse sua emenda, o texto ainda dizia que as eleições gerais se realizariam até 120 dias após a promulgação da Constituição. Nesse sentido concordei com S. Ex.<sup>a</sup>. Os Srs. Constituintes devem estar lembrados de que no mês de fevereiro, no começo dos nossos trabalhos, quando votávamos o Regimento Interno, adotamos uma nova figura chamada Projeto de Decisão. Naquela ocasião apresentei um projeto de decisão estabelecendo que, tão logo a Constituição fosse promulgada, ao invés de um **referendum** ou de um plebiscito – como muitos advogavam – para saber se o povo estaria de acordo ou não com o texto que iríamos elaborar, o País inteiro fosse convocado para eleições gerais.

Parlamentarista por convicção, e muito ao contrário do que foi dito aqui inúmeras vezes, tendo feito toda a minha campanha no Estado do Rio de Janeiro informando aos meus eleitores que viria para cá lutar pela implantação do parlamentarismo no Brasil, que acredito seja o melhor sistema de Governo para o País, achava – e ainda acho – que a melhor maneira de se apurar se o povo brasileiro estará de acordo ou não com o nosso texto constitucional será com a realização de eleições gerais. E a palavra geral envolve desde Vereadores até o Presidente da República.

Infelizmente, o texto da emenda é incompleto e se tornou mais incompleto ainda, na medida em que dele foi retirado o prazo. Fico numa situação muito delicada, porque não queria que parecesse um truque assomar à tribuna para defender a emenda e ser obrigada a reconhecer que ela é incompleta.

Sugiro ao nobre Constituinte Bocayuva Cunha que procure averiguar, no elenco de emendas que ainda serão analisadas, se há alguma proposta destacada referindo-se a eleições gerais, que envolvam desde Vereadores a Presidente da República, para que, cumprindo o que foi resolvido na manhã de hoje, quando realizarmos a eleição para Presidente da República, possamos – quem sabe – acoplar a ela esse **referendum** popular legítimo que são as eleições gerais para garantir definitivamente o apoio do povo brasileiro ao parlamentarismo, que deve ser o objeto principal dos nossos esforços.

Sugiro ao nobre companheiro que retire sua emenda e procure encontrar no elenco daquelas que virão mais adiante alguma contendo o conceito correto de eleições gerais, o que sempre defendi e continuo defendendo nesta Casa.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Tem a palavra V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr. Presidente, votamos o art. 87, estabelecendo o mandato presidencial permanente de 5 anos. Agora, nas Disposições Transitórias, estabelecemos que o mandato do atual Presidente da República, que a Constituição contempla com 6 anos, passa a ser de 4 anos. Com isso foi criada uma incongruência e uma aparente discriminação odiosa exatamente contra um homem que, com sua autoridade, convocou esta Assembléia Nacional Constituinte. Veja V. Ex.<sup>a</sup> que a Emenda do Constituinte Bocayuva Cunha vem resgatar perante a Nação a pureza, a isonomia...

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Nobre Constituinte Gastone Righi, gostaria que V. Ex.<sup>a</sup> não alinhasse a sua questão de ordem em torno de sua opinião em relação à emenda.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – A questão de ordem é em relação a isso. Na verdade, com esta emenda, nós corrigimos e impedimos qualquer discriminação e resgatamos o princípio de isonomia e de igualdade existente no próprio texto já aprovado. A emenda é absolutamente perfeita. Congratulo-me com V. Ex.<sup>a</sup> e com o seu partido porque dele emanou a emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Faço um apelo ao nobre Líder do PTB e aos demais Líderes para que não utilizem o expediente da questão de ordem para fazer declaração de voto sobre qualquer emenda, porque senão poderá acontecer como na votação do Capítulo VIII, quando várias questões de ordem, que no meu entender tinham até sabor de obstrução, não nos permitiram votá-las integralmente.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Para uma questão de ordem concedo a palavra a V. Ex.<sup>a</sup>, que sempre as faz regimentalmente.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Sr. Presidente, estranho que a Constituinte Sandra Cavalcanti, ao defender a emenda tenha solicitado sua retirada. Creio, que S. Ex.<sup>a</sup> labora num equívoco porque a proposta do Constituinte Bocayuva Cunha é justa, até porque no art. 9º das Disposições Transitórias estamos dando poderes constituintes às Assembléias Legislativas para elaborarem as Constituições Estaduais e adaptarem-se ou não ao sistema parlamentarista. Não nos caberia aqui determinar a dissolução. A dissolução nossa, sim, até para iniciarmos o parlamentarismo. Não estou fazendo declaração de voto, embora vá votar a favor da emenda. Estou apenas estranhando que a Constituinte designada para defender a Emenda do Constituinte Bocayuva Cunha se tenha posicionado contrariamente.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Não há questão de ordem a responder.

**O SR. CONSTITUINTE ERALDO TINOCO:** – Sr. Presidente, pela ordem.

Entendo que essa emenda está prejudicada. Esta Comissão aprovou o regime parlamentarista, que tem em seu bojo a possibilidade de dissolução do Congresso Nacional com a realização de eleições dias depois.

Ora, se essa matéria está aprovada como norma permanente, não poderemos aprovar, nas Disposições Transitórias, uma outra norma, estabelecendo que as eleições para Deputados e Senadores realizar-se-ão conjuntamente com a de Presidente da República, porque do contrário, a norma anterior, permanente, estaria inteiramente incongruente com esta nova norma aprovada nas Disposições Transitórias. Além disso, tendo sido retirada a expressão final, que seria efetivamente uma norma transitória, a emenda da forma como ficou, jamais poderia ser classificada nas Disposições Transitórias, mas nas normas permanentes. Com este entendimento, considero a emenda prejudicada.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Nobre Constituinte Eraldo Tinoco, lamento dizer a V. Ex.<sup>a</sup> que a Mesa já havia decidido esta questão até porque penso que nas disposições permanentes fala-se em dissolução do Congresso e na emenda do Constituinte Bocayuva Cunha não há o pressuposto da dissolução, definindo a data da eleição. O nosso mandato não é permanente.

Infelizmente, não posso deferir a questão de ordem de V. Ex.<sup>a</sup>. Informo aos Srs. Constituintes que não vou permitir seqüência de questões de ordem, que representam às vezes uma forma de obstrução.

Concedo a palavra ao constituinte Egídio Ferreira Lima, para encaminhar contrariamente à proposição.

**O SR. CONSTITUINTE EGÍDIO FERREIRA LIMA:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, perdoe-me, nobre Constituinte Bocayuva Cunha, mas a proposição que V. Ex.<sup>a</sup> traz ao exame da Comissão de Sistematização não é isenta. É uma emenda de quem teme o sistema parlamentar, de um Constituinte que defende o sistema parlamentarista e que quer "sujar as águas" dentro desta Casa.

Propõe S. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Presidente, que se faça, conjuntamente, a eleição para o Chefe de Estado, para a Câmara e para o Senado. Ora, no sistema parlamentar o pleito para a escolha do Chefe de Estado não coincide, necessariamente, com a eleição para o Parlamento. Em segundo lugar – e vamos, de uma vez por todas, deixar de insinceridade – estamos lutando renhidamente pelo sistema parlamentar, e a maioria desta Comissão já evidenciou que é parlamentarista. Ora, se inserimos no Projeto o sistema parlamentar, como é que anteciparemos agora a eleição para a Câmara, se esta Câmara está já no novo sistema de governo? Se não estiver à altura do momento, se não exercer as suas atribuições, se não corresponder aos anseios da sociedade, será dissolvida pelo mecanismo inserido no próprio sistema.

A emenda do Constituinte Bocayuva Cunha é, portanto, incongruente e se conflita com o sistema de governo aqui concebido e elaborado. (Palmas)

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Sr. Presidente, a questão de ordem que formulo a V. Ex.<sup>a</sup> é a seguinte: o Regimento Interno da Comissão de Sistematização é claro, quando diz que a emenda destacada, aprovada a preferência, tem dois encaminhamentos: dois a favor e dois contrários.

Estava inscrito para encaminhar favoravelmente à emenda Bocayuva Cunha, porque o Partido dos Trabalhadores tem proposição semelhante. Cedi o meu lugar, que era o segundo, para que a Constituinte Sandra Cavalcanti falasse a respeito. O problema é que S. Ex.<sup>a</sup> não se pronunciou sobre essa emenda e, sim, sobre outra, que é a que trata de eleições gerais, e pediu, no final, para retirá-la.

Sr. Presidente, não houve, assim, encaminhamento favorável à emenda. Portanto, existe uma desvantagem. Há

dois encaminhados contra e um favorável, que foi o do autor, Bocayuva Cunha. A Constituinte Sandra Cavalcanti fez um encaminhamento difícil de definir, porque não existe tal emenda de eleições gerais. Ainda mais: pediu a retirada da dita proposição. Não entendo como se faz a defesa de uma emenda pedindo a sua retirada, Sr. Presidente.

Para corrigir essa desvantagem, solicito me seja dada a palavra para fazer o segundo encaminhamento a favor da emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Com a palavra o Constituinte Gerson Peres para contraditar.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, V. Ex.<sup>a</sup> não possui o dom da mediunidade, não poderia adivinhar sobre o que a Constituinte Sandra Cavalcanti iria falar na tribuna. Ela usou uma inscrição regimental, a vaga e o tempo foram preenchidos. A mesma coisa fez o Constituinte Gastone Righi, e teve que descer da tribuna gentilmente, atendendo a um apelo do Presidente que estava na Mesa.

Este pleito do Constituinte José Genoíno não procede. Se analisarmos o problema deste ponto de vista a Mesa poderá no futuro ser vítima das mesmas ações, das mesmas burlas, de a pessoa pedir para falar a favor e depois ir para a tribuna se pronunciar contra as emendas subsequentes.

De forma que pediria a V. Ex.<sup>a</sup> que cumprisse o Regimento, uma vez que a inscrição foi preenchida, o tempo também, e o interessado não reclamou na devida oportunidade.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Nobre Constituinte José Genoíno, a Mesa ouviu o requerimento de V. Ex.<sup>a</sup>, através de uma questão de ordem e também o contraditório do nobre Constituinte Gerson Peres. A mim, na Presidência dos trabalhos, cabe sempre a difícil tarefa de decidir.

Após ouvir o contraditório do Constituinte Gerson Peres, convenci-me de que V. Ex.<sup>a</sup> tem razão. Na verdade, o Presidente não tem que estar aqui na Mesa adivinhando o que o Constituinte vai falar. O Regimento é claro, quando define que dois oradores encaminharão a favor e dois contra. No caso, quis – para justeza de minha decisão – o destino que, em outra oportunidade, eu estivesse na Mesa, quando a Constituinte Cristina Tavares se inscreveu para defender determinada matéria e utilizou a inscrição para outra finalidade, encaminhando contra. Determinei, então, na oportunidade – e S. Ex.<sup>a</sup> é testemunha disso – que fosse retirado dos Anais a defesa da nobre Constituinte. Ela não poderia, ao se inscrever para defender a proposição, encaminhar contra. Evidentemente, a Constituinte Sandra Cavalcanti começou fazendo uma análise da emenda e dizendo que tinha sido convidada para defendê-la integralmente. No fim solicitou, como defensora, que o Deputado Bocayuva Cunha retirasse sua emenda, o que, evidentemente, a debilitou, e isso não é regimental.

Defiro a palavra ao Deputado José Genoíno.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – Sr. Presidente, pela ordem, antes que o Deputado comece a falar.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Sr. Constituinte, já concedi a palavra ao Constituinte José Genoíno. Se ele concordar com a sua questão de ordem, eu lhe concederei a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Concordo, Sr. Presidente.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – Sr. Presidente, gostaria que V. Ex.<sup>a</sup> esclarecesse se a emenda inclui também os Governadores e os Deputados Estaduais.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Definitivamente, para não haver mais dúvidas sobre a votação, lerei, pela segunda vez, a emenda:

"As eleições de Senadores e Deputados Federais realizar-se-ão conjuntamente com a do Presidente da República."

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, recorro da decisão de V. Ex.<sup>a</sup> para a Presidência da Assembléia Nacional Constituinte, por não me julgar suficientemente satisfeito com esta solução.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – V. Ex.<sup>a</sup> deverá fazer o requerimento nos termos regimentais, contando com devido apoio. A Mesa encaminhá-lo-á ao Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, sabendo V. Ex.<sup>a</sup> que o seu requerimento não terá efeito suspensivo.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, para que não paire nenhuma dúvida de que temos direito à segunda defesa, a própria Deputada Sandra Cavalcanti confessou que votará contra a emenda do Deputado Bocayuva Cunha. Então, é necessário este segundo encaminhamento para haver igualdade de condições.

Deputado Bocayuva Cunha colocou uma questão que gostaria de retomar: o problema democrático, o problema da liberdade política. Nós, progressistas, devemos ter uma posição coerente e sermos, com licença da palavra, radicais na luta pela democracia; temos de tirar qualquer bandeira dessa direita que busca fazer demagogia com as eleições gerais, criando um caldo de cultura para, em torno dessa questão, justificar a criação de outros tipos de soluções arbitrárias no processo político.

A segunda questão, Sr. Presidente, refere-se à eleição de Presidente da República. É correta a fundamentação que esta Comissão adotou, hoje de manhã, no sentido de que a transição política – aliás, transição que o Partido dos Trabalhadores se recusou a endossar, porque não foi ao Colégio Eleitoral, nunca participou dessa transição por conhecer seu caráter – necessitava de uma eleição para Presidente da República para ter no seu final uma flexão democrática. Esta Assembléia Nacional Constituinte foi eleita a partir de uma emenda elaborada pelo próprio Poder Executivo. Batalhamos no sentido de termos uma Constituinte exclusiva. Fomos derrotados pelo antigo Congresso Nacional. No entanto, Sr. Presidente, este Congresso Constituinte vai, paulatinamente, a duras penas, avançando em algumas conquistas democráticas no terreno das liberdades políticas e individuais.

Votamos a duração do mandato de S. Ex.<sup>a</sup>, o Sr. Presidente da República, e agora temos de dar consequência a essa medida. Foi dito que as eleições para Presidente da República em 1988 prejudicariam o processo político, que teria que se dar sob a tutela do Presidente Sarney. Queremos dizer ao povo e à Nação brasileira que, se somos radicais na luta pela democracia, nossos mandatos de Deputados Federais e de Senadores, após a promulgação da Constituição, estarão submetidos ao crivo da soberania do voto popular. **(Palmas)**

Sr. Presidente, se tivemos a coragem de aprovar a estabilidade, de nos contrapor às multinacionais – Texaco, Shell e Esso – se tivemos a coragem de aprovar quatro anos de mandato para José Sarney, se tivemos a coragem de discutir a anistia **(Palmas)**, temos de ter a coragem e a dignidade de dizer ao povo brasileiro que nossos mandatos estarão submetidos a uma eleição direta. O fato de a eleição para Presidente da República ser realizada juntamente com a eleição para o Congresso Nacional possibilita estabelecer um patamar de maioria numa eleição nacional. Por que não realizar também eleições para Governador, para Deputado Estadual? É preciso que haja uma única eleição para se estabelecer a von-

tade majoritária da população brasileira, a fim de, sendo um Presidente eleito com 40 milhões de votos, evitar uma situação de crise institucional permanente com o Congresso antigo.

Por isso, apelamos para a Casa no sentido da aprovação da Emenda Bocayuva Cunha, que é semelhante à emenda do nosso Líder e companheiro Luiz Inácio Lula da Silva. A tradição republicana brasileira é no sentido da realização de eleições casadas entre o Congresso Nacional e a Presidência da República. Muito obrigado. **(Palmas no plenário e nas galerias.)**

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – A Mesa quer informar às galerias que regimentalmente não podem manifestar-se; seja a manifestação contrária, seja a favor. Além do que diz o Regimento, pessoalmente sinto-me bastante coerente ao fazer esta admoestação, porque, quando assumi a Presidência, determinei à segurança que, além dos que tivessem senha, até o número de assentos nas galerias se permitisse a entrada dos interessados, a fim de que pudessem acompanhar livremente a votação. Preveni também aos líderes de que, se os visitantes não obedecessem ao Regimento com a mesma justiça e tranqüilidade, mandaria evacuar as galerias. Esta é a admoestação.

Com a palavra o Relator Bernardo Cabral, para manifestar-se sobre a emenda.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, com a atenção que me merece, ouvi o Constituinte Bocayuva Cunha no desenrolar da defesa da sua emenda, coerente com o que aqui foi votado pela manhã, sustentá-la e, ao longo da sua sustentação, usou a palavra "coragem". Ao final, o último orador, o Constituinte José Genoíno, também usa a palavra "coragem". O Constituinte Gerson Peres declarou que aprovar esta emenda é uma atitude atentatória à legitimidade do seu mandato. Depois, com relação ao campo jurídico constitucional, com absoluta segurança, com perfeita argumentação, o Constituinte Egídio Ferreira Lima lembra a descoincidência de mandatos para quem defende o regime parlamentarista, que é exatamente o que ocorre hoje na Assembléia Nacional Constituinte. Em verdade, S. Ex.<sup>a</sup> tem razão. Não há nenhum país no mundo, que adote um sistema parlamentarista de Governo com coincidência de eleições presidencial e parlamentar. Exemplos assim **à vol d'oiseau**: Portugal, tem o Presidente com 5 anos e o Parlamento com 4 anos; a França tem um Presidente com 7 anos e um Parlamento também com período de 4 anos; a Itália tem um Presidente com 6 e o Parlamento com 4.

A minha indagação – e devo de logo dizer que sou favorável à emenda porque acho que tem de haver o lado ético parlamentar – é apenas uma dúvida: o que se pretende realmente com a emenda? Permitir que os Governadores que saíram ontem possam ser, daqui a pouco, candidatos a uma nova eleição? O que fariam os que acabam de ser eleitos legitimamente pelo povo? Nesse particular, a emenda é incompleta, e a emenda do Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva preenche um requisito a mais. O constituinte Bocayuva Cunha apresenta este texto:

"as eleições de Senadores e de Deputados Federais realizar-se-ão conjuntamente com a de Presidente da República."

O Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva pede que, até seis meses da promulgação desta Constituição, se realizem, por meio de sufrágio universal e voto direto e secreto em todo o País, eleições simultâneas para Vice-Presidente, Presidente e para o Congresso Nacional.

Nitidamente, aí tem razão o Constituinte Egídio Ferreira Lima: são emendas presidencialistas, que fulminam o sistema parlamentar de governo, não querendo, portanto,

aceitar agora aquilo que foi aprovado antes. E aí vem o problema ético, o problema da dignidade pessoal, que não se confunde com coragem; aí vem a altivez, que não pode ser partilhada com a arrogância. O que é que cabe a esta Assembléia Nacional Constituinte? Diminuir, reduzir o mandato presidencial, como se fez hoje pela manhã, se bem que sustentado pela tese de que foi o próprio Presidente da República quem iniciou a discussão de mandato, querendo reduzi-lo? O que deve esta Casa tomar? Coragem? Mas isto não é fruto apenas do que deve existir no parlamento, sobretudo coerência, sinceridade e correção. Defendo aqui a Constituinte Sandra Cavalcanti quando foi acusada de não sustentar a defesa do destaque e, ao final, pediu que ele fosse retirado: E S. Ex.<sup>a</sup> o fez exatamente porque foi a primeira Constituinte a pedir que, tão logo concluídos os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, fossem realizadas eleições gerais. Pois digo mais, esta é a forma oblíqua de chegarmos à Assembléia Nacional Constituinte exclusiva que sempre defendi ao longo de toda a minha campanha política. Se realmente queremos dar uma prova ao povo brasileiro o momento é agora. E não há que se combater o parlamentarismo dizendo que ele está criando mecanismos para sustentação do seu mandato, porque o parlamentarismo está criando instrumentos para a dissolução do Congresso.

Pessoalmente – não envolvo a Relatoria – sou favorável a qualquer emenda que convoque eleições gerais, porque quero, como disse hoje pela manhã, ficar em paz com a minha consciência. Votarei "sim".

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Em votação.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Ademir Andrade, Bernardo Cabral, Carlos Sant'Anna, Cristina Tavares, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Gasparian, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, Ibsen Pinheiro, José Ignácio Ferreira, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Renato Vianna, Rodrigues Palmas, Sigmaringa Seixas, José Costa, Antoniocarlos Mendes Thame, Carlos Chiarelli, José Lins, José Santana de Vasconcellos, Luís Eduardo, Paulo Pimentel, Jofran Frejat, José Lourenço, Mozarildo Cavalcanti, Antônio Carlos Konder Reis, Virgílio Távora, Brandão Monteiro, José Maurício, Luiz Salomão, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Plínio Arruda Sampaio, José Genoíno, Adolfo Oliveira, Aldo Arantes e Roberto Freire. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Alfredo Campos, Aluizio Campos, Antônio Britto, Artur da Távola, Carlos Mosconi, Celso Dourado, Cid Carvalho, Egídio Ferreira Lima, Fernando Lyra, João Calmon, José Fogaça, José Geraldo, José Paulo Bisol, José Richa, José Serra, José Ulisses de Oliveira, Manoel Moreira, Mário Lima, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nelton Friedrich, Raimundo Bezerra, Virgildásio de Senna, Wilson Martins, Antonio Mariz, Chagas Rodrigues, Jorge Hage, José Tavares, Michel Temer, Octávio Elísio, Roberto Brandt, Ziza Valadares, Aloysio Chaves, Arnaldo Prieto, Eraldo Tinoco, Inocêncio Oliveira, Mário Assad, Oscar Corrêa, Osvaldo Coelho, Ricardo Fiúza, Sandra Cavalcanti, Annibal Barcellos, Enoc Vieira, Gerson Pares, José Luiz Maia, Beth Azize e Antonio Farias. **ABSTENÇÃO** dos Senhores Constituintes: Alcení Guerra, Darei Pozza e Jarbas Passarinho.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 38 Constituintes; votaram NÃO 48 Constituintes; abstiveram-se de votar 3 Constituintes. Total: 89 votos. O Destaque foi **rejeitado**.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Há sobre a mesa requerimento de preferência do Constituinte Haroldo Lima, que não está presente, mas é também co-autor o Constituinte José Maria Eymael, que nos solicitou

a palavra porque vai retirar a emenda. Com a palavra S. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. CONSTITUINTE ALUIZIO CAMPOS:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Tem a palavra V. Ex.<sup>a</sup> pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE ALUÍZIO CAMPOS:** – Sr. Presidente, emenda do Constituinte Haroldo Lima e de seu companheiro está visivelmente prejudicada. Ela diz respeito exclusivamente à data da eleição para Presidente da República.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – V. Ex.<sup>a</sup> tem razão, tanto que a preferência não foi votada mas, concedo a palavra ao Constituinte José Maria Eymael para apresentar a justificação.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ MARIA EYMAEL:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, com o Constituinte Haroldo Lima subscrevi emenda que propunha eleições para Presidente da República cento e vinte dias após a promulgação desta Constituição.

Imaginávamos, com esta emenda, atender ao clamor popular por eleições em 1988 para Presidente da República.

Todavia, na madrugada de hoje, quando todas as forças políticas que defendiam a tese de quatro anos resolveram unir seus esforços numa direção única, concordamos em subscrever, como co-autores, a emenda do ilustre Constituinte Jorge Hage para que, desta forma, fosse obtida, como foi, sem nenhum risco, essa vitória extraordinária, histórica, de hoje de manhã, com a qual se abriu uma nova página na história da Nação. E cumprindo, Sr. Presidente, o protocolo firmado neste momento em meu nome pessoal e em nome do Constituinte Haroldo Lima, solicito a retirada da emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Há uma outra emenda – Destaque nº 5512 – de autoria do Constituinte José Egreja, que está prejudicada em face da aprovação da Emenda Jorge Haja.

**Destaque nº 744-87 – Emenda nº ES-20972-8, do Sr. Davi Alves Silva, "que modifica art. 6º "caput", Título X Substitutivo 01 (Título IX do Substitutivo nº 02) (494ª votação)".**

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Em votação a preferência para o destaque nº 744, de autoria do Constituinte Davi Alves Silva.

Os Srs. Constituintes que estejam de acordo com a preferência requerida permaneçam como estão. **(Pausa)**

Aprovada.

Em votação o Destaque nº 744, do Constituinte Davi Alves Silva, referente à Emenda nº 20.972. A Emenda do ilustre Constituinte a exclusão do art. 6 do Título X, Das Disposições Transitórias do Substitutivo do Relator, referente ao Estado do Maranhão. Não vou ler toda a emenda. Mas, para clareza do Plenário, esta Emenda objetiva: a criação do Estado do Maranhão do Sul.

Concedo a palavra ao nobre Constituinte Davi Alves Silva.

**O SR. CONSTITUINTE DAVI ALVES SILVA:** – Sr. Presidente, nobres membros da Comissão de Sistematização, reconheço que o momento é histórico e que a Assembléia Nacional Constituinte, que tudo pode – e como pode – deve reconhecer o nosso trabalho para a criação desse novo Estado. Entendo, Sr. Presidente, que seria o maior presente de aniversário que a Assembléia Nacional Constituinte daria ao Deputado Davi Alves Silva, uma vez que hoje faz um ano que o povo do meu Estado elegeu este Constituinte, que na sua campanha eleitoral prometeu ao povo da região sul do Estado lutar pela criação

do Estado do Maranhão do Sul. Assim sendo, Sr. Presidente, meus companheiros, distribuí o apoio recebido da Assembléia Legislativa do meu Estado, da Câmara de Vereadores, de todos os Partidos, aos membros da Comissão de Sistematização, para que possam fazer uma avaliação do comportamento daqueles que vivem no que será novo Estado, que têm acima de tudo o interesse de ver a sua independência, com a criação do novo Estado do Maranhão do Sul.

Venho aqui sabendo que não tenho argumentos para convencer nenhum Constituinte através deste microfone, mas o faço pelo meu trabalho, por tudo aquilo que tenho demonstrado aos membros da Comissão de Sistematização. Quero dizer a todos que a gente do Maranhão do Sul, aqueles que ali vivem, acreditam na soberania da Assembléia Nacional Constituinte e têm, de certa forma, procurado atender aos anseios da sociedade brasileira, que está engajado na luta pela criação do Estado do Maranhão do Sul. É preciso que esta nova unidade da Federação seja criada neste momento histórico em que a Assembléia Nacional Constituinte escreve a vida nacional, coloque no coração do Brasil o Estado do Maranhão do Sul, através da sua aprovação pelos membros da Comissão de Sistematização. Assim, Sr. Presidente e nobres companheiros de bancada, eu saíria desta Casa, hoje, em festa – como em festa se encontra o novo Estado do Maranhão do Sul – uma festa que aguarda apenas a decisão dos membros da Comissão de Sistematização. Acredito que V. Ex.<sup>as</sup> saberão dizer sim à criação do novo Estado, fazendo com que a festa do Maranhão do Sul comece autorizada pelos membros desta grande Comissão.

Assim, Sr. Presidente, quero me despedir dizendo que ficaria muito honrado se o meu trabalho fosse reconhecido pelos membros da Comissão de Sistematização, mas tenho a humildade de receber qualquer decisão dos seus membros. Se disserem não para a criação do novo Estado, saberei compreender.

Quero fazer um apelo aos visitantes do Maranhão que são simpáticos à criação do Estado do Maranhão: não façam qualquer manifestação quando alguém disser sim ou não, porque não quero contrariar os trabalhos da Mesa da Constituinte e tampouco mostrar a esta Assembléia que aqueles que aqui vieram com a intenção de assistir votação da emenda para a criação do novo Estado estejam atuando como grupo de pressão. Faço um apelo aos Vereadores, Deputados Estaduais e aos meus companheiros que aqui estão no sentido de que não façam, repito, qualquer manifestação e que acatem o resultado da votação como decisão da Comissão de Sistematização.

Era isto, Sr. Presidente e nobres membros da Comissão de Sistematização, o que eu tinha a dizer nesta tarde. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Com a palavra o nobre companheiro Enoc Vieira, para encaminhar contra.

**O SR. CONSTITUINTE ENOC VIEIRA:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, estamos hoje vivendo nesta Casa um dos dias mais agitados, quando os Srs. Constituintes, preocupados, realmente, com os destinos da nossa Pátria, aprovaram, por maioria desta Comissão, a eleição direta para Presidente da República em 1988. Sente-se nos Srs. Constituintes o desejo de mudança. Também desejamos mudanças na nossa Pátria; desejamos mudanças no nosso sistema e na nossa forma de Governo; desejamos mudanças na maneira como o nosso País vem se comportando em relação aos credores internacionais em todos os campos de atuação. Somos a favor de uma redivisão territorial do nosso País, e entendemos que o Brasil precisa ser melhor dividido para que a sua administração seja mais fácil e mais profícua. Mas, Sr. Presidente não podemos, neste desejo de ver e de fazer mudanças, neste desejo de vermos as diferenças diminuídas

nas regiões do nosso País, pensar tão-somente nesse desejo de mudanças, esquecendo-nos de que essas mudanças deveriam ser sempre para melhor.

A criação de Estado, como pretende alguns Constituintes, não cremos ser a forma de diminuir as diferenças regionais, de ver desenvolvidas as regiões do nosso País. Entendemos que há necessidade de se realizarem estudos e pesquisas mais aprofundadas no meio da população, para que se entenda o que ela realmente deseja.

No que diz respeito à criação do Estado do Maranhão do Sul, a população maranhense, na sua grande maioria, deseja que o Estado continue unido. Uma minoria é que vem tentando dividir o Estado e, para isso, deseja que, através de dispositivo constitucional, se sufoque a vontade da maioria. Sufocar porque a maioria não iria falar, não iria decidir livremente, através de plebiscito, sobre a divisão territorial do seu Estado. A Assembléia Legislativa, tão somente por solidariedade a três Deputados da Região do Tocantins, assinou e aprovou requerimento dando seu apoio à divisão. Mas isto não significa a vontade da Assembléia Legislativa, composta de 41 Srs. Deputados, a maioria absoluta do PFL, que, na sua quase totalidade, reprova a divisão do nosso Estado. Com a ferrovia de Carajás, recentemente inaugurada, foi feita a ligação entre o sul e o norte do Maranhão, onde está localizada a Capital. Não seria agora que os maranhenses iriam concordar com a divisão do seu território.

Desta forma, em nome do Maranhão, faço apelo no sentido de que rejeitemos a emenda que determina a divisão do nosso Estado. Desejamos que uma comissão constituída por este Congresso Constituinte possa estudar a redivisão territorial. Mas que não o faça sem ouvir o povo, que precisa decidir livremente através de plebiscito, a fim de que não se use o artifício de emenda constitucional.

Encerro, Sr. Presidente, conclamando os companheiros da Comissão de Sistematização a que aprove a divisão territorial do Maranhão através de uma legislação ordinária, depois que o povo do Estado tiver se manifestado. Decidamos hoje pela união do Maranhão, votando contra a sua divisão e, por conseguinte, contra a emenda do ilustre Constituinte Davi Alves Silva, que cria o Estado do Maranhão do Sul! **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Ainda há dois oradores inscritos para encaminhar a votação. Pergunto aos Srs. Constituintes Gastone Righi e Cid Carvalho se fazem absoluta questão de usar da palavra. Se abrirem mão de fazê-lo, poderemos acelerar nossos trabalhos. **(Pausa)**

Concedo a palavra ao Constituinte Gastone Righi.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, prometo ser breve.

Algumas figuras da Casa se destacam por seus procedimentos; outras, por seu empenho, sua dedicação e seu trabalho. Isto ocorreu com o Constituinte Siqueira Campos, que, num trabalho atormentado, sofrido e duro, atravessou toda a Legislatura anterior e a presente lutando pela criação do Estado do Tocantins, finalmente aprovada por esta Comissão.

Temos agora outra figura que também se caracteriza pelo mesmo denodo, dedicação e pertinácia, na tentativa de criar o Estado do Maranhão do Sul. E S. Ex.<sup>a</sup> me convenceu da necessidade de criação desse Estado.

Em tese, sou a favor de que novos Estados sejam criados. O Brasil, com as suas dimensões continentais, necessita de administrações regionais. Precisariamos até mesmo de uma redivisão total do Brasil, em regiões metropolitanas e geoeconômicas. Não podemos continuar com Estados que têm milhões de quilômetros quadrados e acabam sendo inadministráveis, pois o governo estadual não tem



condições de acesso aos mais carentes e mais distantes rincões. E isto acontece no Maranhão.

Mas o que acabou por convencer-me da necessidade de criação do Estado do Maranhão do Sul foi o fato de a Assembléia Legislativa daquele Estado, através de requerimento que tenho em mãos, com mais de vinte assinaturas, ter instituído uma comissão especial para estudar esse desmembramento e a criação do novo Estado. O relatório da referida Comissão, formada por deputados estaduais de todos os partidos – PFL, PDS, PMDB – concluiu pela criação do Estado do Maranhão do Sul, tendo por capital Imperatriz, pedindo apenas que naqueles Municípios, em 360 dias, fosse feito um plebiscito. Ora, o que diz a emenda de Davi Alves Silva, esse valoroso maranhense, lutador denodado? Diz exatamente que dentro de 360 dias se realizará um plebiscito, consultando a população local. E se esta for a favor da criação do novo Estado, este se instalará.

Vejam V. Ex.<sup>as</sup> que houve apoio da própria Assembléia Legislativa do Maranhão a um requerimento de 26 Deputados, com base em relatório e conclusões de uma comissão especial. Verifica-se que há condições plenas para a criação do novo Estado, pois este tem território, população, potencial e riqueza para sobreviver autônoma e independentemente. Vale dizer que na emenda de Davi Alves Silva, em seu último parágrafo, está estabelecido que nos dez primeiros anos não poderá o novo Estado despender com pessoal e manutenção de seus órgãos estatais, anualmente, acima de 52% de sua arrecadação tributária. Só esta referência valeria para espantarmos as últimas dúvidas, para afastarmos todo e qualquer preconceito relativo aos interesses fisiológicos ou empreguistas que pudessem existir.

Portanto, fiel aos meus princípios, quero encarecer a todos que votem a favor da emenda que cria o Estado do Maranhão do Sul. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Com a palavra o Constituinte Cid Carvalho, que fará encaminhamento contrário à proposição.

**O SR. CONSTITUINTE CID CARVALHO:** – Sr. Presidente, todos estamos muito conscientes da nossa responsabilidade nesta Constituinte. Sabemos que por aqui passa o nosso julgamento institucional.

Sr. Presidente, não sou daqueles que têm uma posição estática em relação à divisão. Ao contrário, em tese, até acho importante que o Brasil tenha um maior número de Estados. Mas, nada é pior – e temos a experiência na órbita municipal – que dividir um Estado ou um Município sem que o novo Estado ou Município esteja maduro para ser criado.

Estado do Maranhão é uma grande entrada para a Amazônia. É através dele que se tem a perspectiva ou não de promover a grande consolidação daquele vazio demográfico. Sr. Presidente, a Natureza nos deu o milagre – se assim podemos dizer – de na região do sul do Pará encontrar-se a maior província mineral do mundo, a província de Carajás. Graças à descoberta dessa província o mineral e à existência do Porto de Itaqui criaram-se as condições de infra-estrutura para a construção de estrada de ferro e para a implantação de grande eixo mineral no Maranhão. O Estado hoje se apresenta ao mundo como um grande pólo exportador siderúrgico. O ferro gusa ali produzido é a alternativa para o mineiro, cuja produção cada vez fica mais difícil.

Ora, Sr. Presidente e companheiros Constituintes, exatamente quando esse Estado arma as condições não apenas para as grandes soluções econômicas e sociais, mas quando ele passa a ser um grande trampolim para o impulsionamento da Amazônia, dividi-lo significa empobrecer ambas as partes. Quero dizer, com a minha responsabilidade de Deputado votado em Imperatriz, que, na verdade, que-

rem fazer um bazar eleitoral. A iniciativa de montar um esquema do qual saiam senadores, deputados e governadores não é uma solução para os homens pobres daquela região, não é uma solução para a sociedade, não é uma solução para fazer do Maranhão o grande êmbolo e o grande trampolim de fortalecimento de toda aquela região. Trata-se de medida eleitoreira, medida contra o Brasil e contra o Estado do Maranhão.

Daí por que, com veemência, apenas movido pelo espírito público e pela responsabilidade institucional, venho pedir aos meus pares neste momento que votem não a esta iniciativa artificial que é contra o País e contra o Estado do Maranhão. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – O Relator não se pronunciará sobre a matéria.

Passamos à votação.

#### **(Procede-se à votação)**

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Bernardo Cabral, José Freire, José Ignácio Ferreira, Mário Lima, Rodrigues Palma, Chagas Rodrigues, Daso Coimbra, Délio Braz, José Costa, Michel Temer, Miro Teixeira, Vilson Souza, Alcení Guerra, Antoniocarlos Mendes Thame, Arnaldo Prieto, Inocêncio Oliveira, Osvaldo Coelho, Annibal Barcellos, Jofran Frejat, Jonas Pinheiro, Mozarildo Cavalcanti, Antônio Carlos Konder Reis, Gerson Pores, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia, Virgílio Távora, Adylson Motta, José Maurício, Lysâneas Maciel, Francisco Rossi, Gastone Righi, Ottomar Pinto, Siqueira Campos. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Alfredo Campos, Antônio Britto, Artur da Távola, Carlos Mosconi, Celso Dourado, Cid Carvalho, Cristina Tavares, Egidio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, Ibsen Pinheiro, João Calmon, José Richa, José Ulisses de Oliveira, Manoel Moreira, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Renato Vianna, Sigmarina Seixas, Virgildásio de Senna, Wilson Martins, Antonio Mariz, José Tavares, Marcos Lima, Nelson Wedekin, Octávio Elísio, Roberto Brant, Rose de Freitas, Ziza Valadares, Aloysio Chaves, Francisco Benjamim, José Santana de Vasconcellos, Luís Eduardo, Mário Assad, Ricardo Fiúza, Enoc Vieira, Paes Landim, Brandão Monteiro, Plínio Arruda Sampaio, José Genoino, Aldo Arantes, Fernando Santana, Jamil Haddad. **ABSTENÇÕES** dos Senhores Constituintes: Carlos Sant'Anna, Fernando Lyra, José Geraldo, Carlos Chiarelli, Eraldo Tinoco, José Lins, Sandra Cavalcanti e Adolfo Oliveira.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – A Mesa vai proclamar o resultado, votaram SIM 33 Constituintes; votaram NÃO 47 Constituintes; abstiveram-se de votar 8 Constituintes. Total: 88 votos. O Destaque foi **rejeitado**.

Solicitaria a atenção do Plenário para um requerimento, que não é usual – diria mesmo que é inusitado – assinado pelos Srs. Constituintes Adylson Motta, Annibal Barcellos, Chagas Duarte, Eraldo Trindade, Geovani Borges, Marluce Pinto, Mozarildo Cavalcanti, Ottomar Pinto e Raquel Capiberibe.

Nobres Constituintes membros da Comissão de Sistematização, este requerimento se embasa na seguinte questão: existem sobre a mesa requerimentos de preferência para as emendas do Constituinte Mozarildo Cavalcanti e Ottomar Pinto, que objetivam a transformação de Territórios federais em Estados. O requerimento que nos apresentam tem como base a celeridade processual. Seria a votação de um artigo, de uma emenda ou de destaque um a um. S. Ex.<sup>as</sup> sugerem que se faça a votação integral destes dispositivos, que têm a seguinte redação:

"Os Territórios Federais de Roraima e Amapá são transformados em Estados federados, mantidos seus atuais limites geográficos.

Aplicam-se à instalação dos Estados de Roraima e Amapá as mesmas normas legais e os mesmos critérios seguidos na criação do Estado de Rondônia. A instalação dos Estados se dará com a posse dos Governadores eleitos em 15 de novembro."

Ouvirei o nobre Relator a respeito do requerimento, que objetiva votação conjunta. Sei que não é regimental. Ausculto o Relator nesse sentido, para que possamos encontrar uma solução. Se houver oposição, votaremos emenda por emenda.

Com a palavra o Relator Bernardo Cabral.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, acho que em tudo deve presidir o bom senso. Ainda hoje de manhã, os Constituintes Siqueira Campos e José Freire entre si acordaram, e votamos, daí resultando economia e celeridade processuais. Creio que não há inconveniente, Sr. Presidente, em V. Ex.<sup>a</sup> colocar a matéria em votação, até por uma questão de bom senso.

A Relatoria opina favoravelmente.

**O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO BRITTO:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO BRITTO:** – Sr. Presidente, gostaria de ponderar a V. Ex.<sup>a</sup> e aos nobres colegas que desde ontem venho participando dos entendimentos com os Constituintes envolvidos na matéria referente à transformação dos dois Territórios em Estados. O que agora vou dizer evidentemente não envolve nenhum juízo sobre o mérito da questão. Mas, Sr. Presidente, quatro Constituintes têm duas emendas que cuidam do mesmo objetivo. Sugeriríamos a S. Ex.<sup>as</sup> que ou estabelecessem a co-autoria sobre uma das emendas ou destacassem da primeira das emendas a parte que lhes interessa, votassem-na e, aprovada essa primeira parte, houvesse então a votação aditiva da parte destacada na segunda emenda. Com todo o respeito aos nobres Constituintes, estamos criando uma figura que não existe, e V. Ex.<sup>a</sup> sabe, porque temos emendas e destaques sobre emendas. Não podemos agora criar a figura de um destaque sobre quatro emendas e votar outro destaque.

Sr. Presidente, há uma solução regimental, que seguramente haverá de prevalecer. Faço essa ponderação a V. Ex.<sup>a</sup> pelo fato de ontem ter trabalhado durante muito tempo nesse sentido.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – A Mesa vai decidir a questão. A proposição dos nobres Constituintes não tem amparo regimental e a Mesa não iria decidir a questão moto-próprio. Se não houvesse oposição, seria um acordo para a votação conjunta, de forma a que se obedecesse o princípio da celeridade da votação. Deferiríamos o requerimento e o encaminharíamos à Comissão. Como é evidente que não há acordo, embora preocupados com a celeridade, ficaremos com o Regimento: atrasaremos a votação e votaremos, em consequência, destaque por destaque.

**O SR. CONSTITUINTE ADYLSO MOTA:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE ADYLSO MOTA:** – Sr. Presidente, também sou signatário do requerimento pelo fato lógico de ser autor de uma proposição – não são apenas duas. Se a retirei, foi porque me baseei exatamente num acerto de Lideranças. Quero que retorne e seja dada preferência também ao meu requerimento de destaque, caso a decisão da Mesa seja pela individualidade da votação.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Constituinte Adylson Motta, darei seqüência às preferências apresentadas à Mesa pelas Lideranças. Delas não tomei conhecimento. Sou Líder, mas tenho-me escusado de participar dessas reuniões. Há outro dirigente, Vice-Líder do meu partido, que participa. Tenho que me embasar no que me relacionam aqui sobre o acordo das lideranças.

Com a palavra o Relator Bernardo Cabral.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Sr. Presidente, também participei dos entendimentos e das análises dessas emendas. Já que o Regimento não permite a votação das quatro em conjunto, sugiro que seja assinada a co-autoria para o destaque que vai ser votado, pois ele realmente interessa a uma série de colegas e está no consenso de todos.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – A Mesa não se opõe ao requerimento do Constituinte José Lins, desde que haja concordância do Plenário.

**Destaque nº 2788-87 – Emenda nº ES 30425-9, do Sr. Mozarildo Cavalcanti, com co-autoria: Adylson Motta; Ottomar Pinto e Marluce Pinto "que adita artigo ao Título X do Substitutivo nº 1 (Título IX do Substitutivo nº 2)". (495ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Em votação o requerimento de preferência para o Destaque nº 2788, de autoria do Constituinte Mozarildo Cavalcanti e co-autoria dos Constituintes Ottomar Pinto e Marluce Pinto. Os Srs. Constituintes que estiverem de acordo com a preferência, permaneça como estão. **(Pausa)** Aprovada a preferência.

Em votação o Destaque nº 2788, referente a Emenda nº 30.425. Trata-se de emenda aditiva ao Título IX, principalmente em relação à expressão: "A instalação dos Estados se dará com a posse dos Governadores eleitos em 1990".

Com a palavra o Constituinte Mozarildo Cavalcanti.

**O SR. CONSTITUINTE MOZARILDO CAVALCANTI:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, os Territórios Federais do Amapá e de Roraima, criados há 44 anos, têm atravessado terrível descontinuidade administrativa, pois já tivemos mais de vinte e cinco Governadores nomeados nesse período, o que representa um prejuízo muito grande à adequada aplicação de recursos públicos naquela região. Além disso, esta Comissão já consagrou passos importantes durante as votações que aqui se realizaram, como a autonomia do Distrito Federal e a criação do Estado de Tocantins.

Portanto, acredito ser de justiça a elevação dos Territórios de Roraima e de Amapá à categoria de Estados, principalmente não termos alteração de limite geográfico. Prevemos, inclusive, que sua instalação coincidirá com as eleições dos próximos Governadores. Não teremos complicação com outra unidade da Federação, não teremos acréscimos nas contas públicas, porque hoje já estão instaladas várias repartições governamentais, como o Palácio do Governo, as Secretarias, a Polícia Militar, e outros órgãos federais, inclusive as próprias Forças Armadas. Toda a estrutura física e de pessoal já está, pois, funcionando. Praticamente não existirá acréscimo de despesa. Muito pelo contrário, com a criação dos Estados, a tendência, ao longo dos anos, é de que a própria União deixe paulatinamente de arcar com recursos para a manutenção desses Territórios.

Outro argumento que se levanta contra a transformação dos Territórios em Estados é o da sua população. No entanto, Srs. Constituintes, é bom que se lembre que, no ano da proclamação da República, poucos eram os Estados da Federação com a população que hoje têm Roraima e Amapá. Além disso, esses dois Territórios vêm

crescendo, ao longo dos últimos sete anos, a uma taxa anual de 30%, o que dá uma projeção para 1994 de cerca de um milhão de habitantes.

Afora esses argumentos, existe a palpável potencialidade daquelas unidades da Federação no campo mineral, da pecuária e da agricultura, hoje realmente considerável.

Gostaria ainda de chamar a atenção dos Srs. Constituintes para um verdadeiro paradoxo existente nos Territórios. Hoje elegem-se, por exemplo, os Prefeitos Municipais, enquanto o Governador é nomeado. Quer dizer, o Governador não tem legitimidade popular e na realidade governa representantes eleitos diretamente pelo povo.

Portanto, apelo a todos os Srs. Constituintes, no sentido de que tenham o gesto democrático de libertar o povo daqueles Territórios, vítima de 44 anos de submissão e de atraso democrático.

Ao complementar minha exposição, quero ressaltar que este é um trabalho conjunto da bancada dos dois Territórios, o de Roraima e o do Amapá, contando, em Roraima, com a minha colaboração e a dos Constituintes Chagas Duarte, Marluce Pinto e Ottomar Pinto e, no Amapá, dos Constituintes Annibal Barcellos, Geovani Borges, Eraldo Trindade e Raquel Capiberibe. Além disso, tivemos também, somada às nossas forças, a adesão do Constituinte Adylson Motta que, espontaneamente, tem trabalhado no sentido de dar àquela população a emancipação política.

Finalizando, gostaria de dizer que é importante aprovarmos também o dispositivo constante da emenda dos Constituintes Ottomar Pinto e Marluce Pinto, porque ele vem complementar o sentido exato da emenda que apresentamos para dar definitiva autonomia ao povo daqueles Territórios.

Apelo, mais uma vez, a todos no sentido de que digam um "sim" à independência dos roraimenses e amapaenses. Muito obrigado. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Com a palavra para encaminhar contra o Constituinte Gerson Peres.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, ante os argumentos apresentados pelo Constituinte Mozarildo Cavalcanti, votarei favoravelmente porque me convenci de que eles merecem ter sua independência. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Com a palavra o Constituinte Francisco Rossi, segundo inscrito para encaminhar contra.

**O SR. CONSTITUINTE FRANCISCO ROSSI:** – Sr. Presidente, diante dos argumentos apresentados pelo Constituinte Mozarildo Cavalcanti, desisto de falar. Meu voto será favorável. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Concedo a palavra ao Constituinte Ottomar Pinto para encaminhar a favor.

**O SR. CONSTITUINTE OTTOMAR PINTO:** – Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, serei breve. Foram constituídos no Brasil vários Territórios. De todos eles, apenas dois ainda permanecem na condição inicial: Amapá e Roraima. São áreas periféricas isoladas, onde o povo vive, de certo modo, discriminado, inclusive alijado da cidadania, porque os governadores nomeados – uma representação política minúscula – desincentivam a filiação eleitoral. Hoje, nos Territórios, existe um potencial grande de brasileiros afastados das urnas porque há um desinteresse absoluto com referência à filiação eleitoral. O que se pede aos membros da Comissão de Sistematização é que não se deixe esvair nas brumas da frustração o sonho dos brasileiros de Roraima e do Amapá.

O Poder Executivo já está estruturado por inteiro com secretarias, empresas públicas e bancos.

O Poder Judiciário também já está montado com a justiça singular, o juízo singular, as serventias judiciárias e apenas um juízo plural. Existem instalações para esse juízo plural que é exercido em Brasília, com ônus tremendos para aqueles que precisam de **habeas corpus**, de um mandado de segurança.

O setor Legislativo, é óbvio, depende naturalmente da eleição da Assembléia Constituinte. Isso representará um ônus adicional. Mas, como os atuais Territórios recebem, exatamente, os mesmos recursos que os demais Estados, não haverá aumento entre os que dividem o bolo do Fundo de Participação. Com o novo sistema tributário consagrado nesta Carta, os Territórios terão recursos suficientes para assumir os encargos decorrentes do Poder Legislativo e do juízo plural, que será naturalmente instituído. São esses os sonhos dos brasileiros que ali vivem, são esses sonhos que aquecem o seu espírito de luta, que vivificam a confiança na Pátria e a esperança de disporem soberanamente sobre os seus próprios destinos.

Vamos fazer, Srs. Membros da Comissão de Sistematização, aquilo que dizia Syantey, ao referir-se à grandeza do estadista de França: "As grandes realizações são aquelas que se constroem com o coração". A consciência cívica e democrática aponta na direção da aprovação dessas emendas, pelo que traduzem como descentralização administrativa e fortalecimento federativo, pela outorga da autonomia a brasileiros que humanizam e vivificam as nossas fronteiras, que constroem a riqueza e animam a cultura brasileira naquelas históricas latitudes. É também necessário que o coração de todos aqui presentes, membros da Comissão de Sistematização, se associem a essa obra com todo o seu conteúdo de solidariedade e fraternidade.

Encaminhamos esta emenda para a qual solicitamos o apoio de todos os Srs. Constituintes. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Com a palavra o Relator Bernardo Cabral, para se manifestar sobre a proposição.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, conheço bem Roraima e o Amapá. Quando da apresentação desse velho sonho, na qualidade de Relator disse aos interessados que não acolhia a idéia desde logo, porque isso mereceria consagração do Plenário. E é o que se começa a sentir: nenhuma manifestação contrária. Não se trata de mera e simples divisão territorial, mas a transformação de um Território que já foi governado pelo nosso companheiro, hoje Constituinte, Ottomar Pinto, que conhece muito bem a região. Diante da representação de S. Ex.<sup>a</sup> e do Constituinte. Mozarildo Cavalcanti, só resta, com alegria a esta Relatoria – entendendo que por unanimidade de votos dar parecer favorável à Emenda de Roraima e à do Amapá. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Em votação.

#### **(Procede-se à votação)**

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Alfredo Campos, Aluizio Campos, Antônio Britto, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Carlos Mosconi, Carlos Sant'Anna, Celso Dourado, Egidio Ferreira Lima, Fernando Gasparian, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, Ibsen Pinheiro, João Calmon, José Geraldo, José Ignácio Ferreira, José Paulo Bisol, José Ulisses de Oliveira, Manoel Moreira, Mário Lima, Nelson Jobim, Nelton Friedrich, Nilson Gibson, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Raimundo Bezerra, Rodrigues Palma, Sigmaringa Seixas, Virgildásio de Senna, Wilson Martins, Chagas Rodrigues, Daso Coimbra, Délio Braz, João Agripino, José Costa, José Tavares, Michel Temer, Miro Teixeira,

Nelson Wedekin, Roberto Brant, Rose de Freitas, Uldurico Pinto, Vilson Souza, Ziza Valadares, Alcení Guerra, Aloysio Chaves, Antoniocarlos Mendes Thame, Arnaldo Prieto, Carlos Chiarelli, Christóvam Chiaradia, Eraldo Tinoco, Francisco Benjamim, Francisco Dornelles, Inocêncio Oliveira, José Lins, José Santana de Vasconcellos, Luís Eduardo, Mário Assad, Oscar Corrêa, Osvaldo Coelho, Paulo Pimentel, Ricardo Fiúza, Sandra Cavalcanti, Annibal Barcellos, Enoc Vieira, Jofran Frejat, Jonas Pinheiro, Mozarildo Cavalcanti, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Gerson Peres, José Luiz Maia, Virgílio Távora, Adylson Motta, Brandão Monteiro, José Maurício, Lysâneas Maciel, Francisco Rossi, Gastone Righi, Ottomar Pinto, Plínio Arruda Sampaio, José Genoíno, Adolfo Oliveira, Siqueira Campos, Aldo Arantes, Roberto Freire e Beth Azize. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Fernando Bezerra Coelho e José Richa.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 90 Constituintes; votaram NÃO 2 Constituintes. Total: 92 votos. O Destaque foi **aprovado**.

**Destaque nº 1506-87 – Emenda ES-32807-7, do Sr. Ottomar Pinto, com co-autoria: Adylson Motta, Mozarildo Cavalcanti e Marluce Pinto "que adita artigo ao Título X do Substitutivo nº 01 (Título IX do Substitutivo nº 02)". (496ª votação)**

Em votação requerimento de preferência para o Dastaque nº 1506, de autoria dos Constituintes Ottomar Pinto e Marluce Pinto.

Os Srs. Constituintes que estiverem de acordo com a preferência, permaneçam como estão. **(Pausa)** Aprovada.

O destaque objetiva incluir o seguinte parágrafo aditivo ao artigo:

"Aplique-se à criação e instalação dos Estados de Roraima e Amapá as mesmas normas legais e os mesmos critérios seguidos na criação do Estado de Rondônia."

Com a palavra o Constituinte Ottomar Pinto.

**O SR. CONSTITUINTE OTTOMAR PINTO:** – Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, este parágrafo que se pretende aditar ao **caput** do artigo que criou os dois novos Estados, Roraima e Amapá, foi retirado do trabalho da Comissão Afonso Arinos. É uma proposição que visa automatizar a institucionalização desses Estados. Independentemente dos trâmites de uma legislação complementar, por fazer remissão justamente à lei complementar que regulamentou a criação do Estado de Rondônia, cujas características em tudo se assemelham às dos atuais Estados do Amapá e de Roraima.

É importante, por conseguinte, a aprovação deste parágrafo para perfeito atendimento a essa transformação que a Comissão de Sistematização houve por bem levar ao povo de Roraima e do Amapá. O calor dos votos positivos desta Comissão, tenho certeza, irá repercutir e calar profundamente na gratidão do povo dos dois Territórios transformados em Estados, neste momento histórico que hoje vivemos na Comissão de Sistematização.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Não há oradores inscritos. Concedo a palavra ao Relator, para se pronunciar sobre a proposição.

**O SR. RELATOR (Virgílio Távora):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, os dois parágrafos acrescentados à emenda há pouco aprovada por esta Comissão têm significado todo especial. Em princípio, somos contra a criação de Estados, pelas despesas colossais que causam à União e pelos problemas oriundos das suas divisões territoriais. No caso presente, entretanto, nenhum desses pressupostos se realiza.

Gostaria de frisar que a proposta diz:

"Aplique-se à instalação dos Estados de Roraima e Amapá as mesmas normas legais e os mesmos critérios seguidos na criação do Estado de Rondônia."

Isso difere do que tivemos com a criação de um grande Estado durante o regime autoritário.

Sobre o outro parágrafo não há, praticamente, o que dizer, já que ele dispõe:

"A instalação dos Estados se dará com a posse dos governadores eleitos nas próximas eleições de 15 de novembro."

Lembraria apenas aos Srs. membros da Comissão de Sistematização que "o seguro morreu de velho". A Emenda nº 34180, do eminente Constituinte José Serra, objeto do Destaque nº 7831, deveria sofrer o mais profundo exame, pois regula, de maneira geral, as despesas da União, em face da criação de Estados e à transformação de Territórios em Estados.

O parecer da Relatoria é a favor da emenda. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Em votação.

**(Procede-se à votação)**

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Alfredo Campos, Aluizio Campos, Antônio Britto, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Carlos Mosconi, Carlos Sant'Anna, Celso Dourado, Cid Carvalho, Egídio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Gasparian, Fernando Lira, Francisco Pinto, Aroldo Sabóia, Ibsen Pinheiro, João Calmon, José Ignácio Ferreira, José Richa, José Ulisses de Oliveira, Manoel Moreira, Mário Lima, Nelson Carneiro, Nilson Gibson, Paulo Ramos, Raimundo Bezerra, Rodrigues Palma, Sigmaringa Seixas, Virgildásio de Senna, Wilson Matrins, Chagas Rodrigues, Daso Coimbra, Délio Braz, João Agripino, José Costa, José Tavares, Marcos Lima, Michel Temer, Nelson Wedekin, Rose de Freitas, Uldurico Pinto, Vilson Souza, Aloysio Chaves, Antonio Carlos Mendes Thame, Arnaldo Prieto, Carlos Chiarelli, Christóvam Chiaradia, Eraldo Tinoco, Francisco Benjamim, Francisco Dornelles, Inocêncio Oliveira, José Lins, José Santana de Vasconcellos, Luís Eduardo, Oscar Correa, Osvaldo Coelho, Paulo Pimentel, Ricardo Fiúza, Sandra Cavalcanti, Annibal Barcellos Enoc Vieira, Jofran Frejat, Jonas Pinheiro, Mozarildo Cavalcanti, Darcy Pozza, Gerson Peres, José Luiz Maia, Virgílio Távora, Adylson Motta, Bonifácio de Andrada, Brandão Monteiro, José Maurício, Luiz Salomão, Francisco Rossi, Gastone Righi, Ottomar Pinto, Plínio Arruda Sampaio, Adolfo Oliveira, Siqueira Campos, Aldo Arantes, Fernando Santana, Beth Azize e Antonio Farias. **ABSTENÇÃO** do Senhor Constituinte José Geraldo.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – A Mesa vai proclamar o resultado votaram SIM 85 Constituintes; absteram-se de votar 01 Constituinte. Total: 86 votos. O Destaque foi **aprovado**.

**A SRA. CONSTITUINTE RAQUEL CANDIDO:** – Peço a palavra, Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Tem a palavra a Constituinte Raquel Cândido.

**A SRA. CONSTITUINTE RAQUEL CÂNDIDO:** – Sr. Presidente, ousou, neste momento, como amazônida, render minhas homenagens, sem mais delongas, à Comissão de Sistematização, que acaba de libertar-nos da condição de província dividida entre as Forças Armadas do País. Falo como cabocla do Estado de Rondônia, em homenagem aos grandes Constituintes Raquel Capiberibe, Geovani Borges e Mozarildo Cavalcanti. Falo, acima de tudo, em nome da Amazônia Legal, que tem sido espoliada e servido, única

e exclusivamente, para que matérias **in natura** sejam dela retiradas, sem que sequer tenhamos representatividade nacional.

Congratulo-me, efusivamente, com a Comissão de Sistematização, pela votação madura e consciente aqui realizada, que propicia a libertação das populações amazônidas.

Destaque nº 2450-87 do Sr. Gerson Peres – Emenda nº ES-21644-9, do Sr. Paulo Roberto, “que modifica art. 6º “caput” e parágrafo único do Título X do Substitutivo nº 01 (Título IX, assunto: criação do Estado do Tapajós, do Substitutivo nº 02)” (497ª a votação)

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Em votação o requerimento de preferência para o Destaque nº 2450, de autoria do Constituinte Gerson Peres.

Os Srs. Constituintes que estiverem de acordo, permaneçam como estão. **(Pausa)** Aprovado.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – O Constituinte Gerson Peres objetiva...

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, prezados colegas...

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** Constituinte Gerson Peres, infelizmente ainda não concedi a palavra a V. Ex.<sup>a</sup> Normalmente, o orador ocupa a tribuna depois de o Presidente ter-lhe concedido a palavra. Estou lendo o que objetiva a emenda de V. Ex.<sup>a</sup>, para facilitar seu entendimento.

A emenda do Constituinte Gerson Peres objetiva a criação do Estado do Tapajós.

Concedo a palavra ao Constituinte Gerson Peres.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, prezados colegas, através da liderança do meu Partido, conseguimos o destaque para o Estado do Tapajós. Esta emenda é de autoria do eminente companheiro do Pará, Constituinte Paulo Roberto, do PMDB, e tem como co-autores os Constituintes Gabriel Guerreiro e Benedicto Monteiro, também do PMDB.

É com muita honra que, convidado por S. Ex.<sup>as</sup> para defender essa iniciativa, interpreto não só seu pensamento, mas o nosso também, quanto à divisão do Pará, para a criação do Estado do Tapajós.

Srs. Constituintes, se há Estados que podem ser divididos racionalmente, sem traumas ou prejuízos para o País, são o Amazonas e o Pará, que detêm uma área de cerca de dois milhões e oitocentos mil quilômetros quadrados – só o Pará possui mais de um milhão e duzentos mil quilômetros quadrados. A região do Baixo Amazonas, por exemplo, que a natureza dividiu pelo grande rio e parte do rio Tapajós, está apta a constituir-se em nova unidade da Federação. Dela pode-se destacar uma área de 509 mil km<sup>2</sup>, ou um pouco menos, para esse objetivo, e ainda restarão cerca de 720 mil km<sup>2</sup> ao Pará. O que não se pode entender é que no Amazonas e Pará caiba um terço do Brasil, mas estático, sem possibilidade imediata de integração e acelerado desenvolvimento.

Essa área de 500 mil km<sup>2</sup>, separada por aquele grande mar de água doce – o rio Amazonas –, pode ser destinada pela Constituinte ao Estado do Tapajós. Já há ali uma cidade, Santarém, com infra-estrutura própria para ser uma capital: um porto internacional, uma estrada de integração, a Cuiabá-Santarém, que a liga ao restante do Brasil e à América Latina, um aeroporto internacional e hotéis adequados ao turismo. Com população superior a 150 mil habitantes. Santarém está pronta para receber todo o mecanismo governamental, a fim de integrar aquela grande área ao País e receber grande corrente migratória interna, indispensável à integração na-

cional, e, portanto, para ser a capital do Estado do Tapajós.

Conseqüentemente, Sr. Presidente, prezados Constituintes, não é sem apoio da comunidade que aqui falamos. Toda a comunidade do Baixo Amazonas, representada por seus municípios, está apelando para que V. Ex.<sup>as</sup> votem a favor do desmembramento do Estado do Pará. Trinta e três dos 41 membros da Assembléia Legislativa do Pará apoiaram formalmente essa medida, e suas assinaturas constam do processo de desmembramento. Ademais, 16 dos 20 Constituintes do meu Estado, aqui presentes, subscreveram formalmente a proposta de desmembramento. Portanto, há como que um consenso, dada a necessidade imediata de se proceder a essa divisão. Isto porque o meu Estado nada perde, pelo contrário, só terá a ganhar. O intercâmbio será o mesmo, o Pará do Norte e o do Sul não deixarão de ser Pará, não deixarão de ser Brasil.

Excesso de regionalismo prejudica o que há de mais importante naquela área: a população. São cerca de um milhão de habitantes marginalizados, sem receberem as atenções imediatas e constantes do Governo do Estado. Basta dizer que tão grande é a área geográfica que o Governador do Pará é incapaz – não porque não queira, mas por ser impossível – de em quatro anos de mandato pisar o solo de todos os municípios, percorrer todas as áreas, vilas e lugarejos, para atender às necessidades da comunidade.

É preciso desmembrar para integrar, levar os recursos do Governo e do contribuinte às comunidades distantes da região. É preciso distribuir melhor as áreas no território nacional, para que possamos ter uma sociedade mais bem assistida, dentro de um processo de equilíbrio, que não existe atualmente.

Por conseguinte, Sr. Presidente, o Estado do Tapajós está encravado numa área de civilização própria e de cultura própria. Até o linguajar da região é próprio. Daí assomarmos à tribuna, em nome dos companheiros Benedicto Monteiro, Gabriel Guerreiro e do Constituinte Paulo Roberto – este, autor da emenda –, para apelar a V. Ex.<sup>as</sup> que desmembrem o Pará, para o bem daquele Estado e de todos os paraenses. Teremos, então, três pedaços – Amapá, Tapajós e Pará – num mesmo chão, com um só coração: o Brasil.

Durante o pronunciamento do Sr. Gerson Peres, o Sr. Brandão Monteiro, Segundo-Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Jarbas Passarinho, Terceiro-Vice-Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Para encaminhar contra, tem a palavra o Constituinte Aloysio Chaves.

**O SR. CONSTITUINTE ALOYSIO CHAVES:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, em assunto desta importância, na condição de ex-Governador do Pará, ex-Senador pelo Estado do Pará e de Deputado Federal, eu não poderia, em hipótese alguma, omitir-me.

Esta Comissão de Sistematização, há poucos momentos decidiu contra a criação do Estado do Maranhão do Sul. Logo em seguida, porém, consagrou a transformação dos Territórios do Amapá e de Roraima em Estados. Não há conflito algum entre essas duas decisões. Nada impedia que na primeira hipótese assim decidisse a Comissão e, na segunda, acolhesse a autonomia dos seus Territórios. Temos um imenso País, com mais de oito milhões e meio de quilômetros quadrados. Temos Estados ainda de grande superfície, de grande extensão territorial, e outros, do ponto de vista geográfico, minúsculos, pequenos. A extensão do Estado de Sergipe é inferior à metade da Ilha de Marajó. O Estado de Alagoas corresponde à metade da

Ilha de Marajó. O Estado do Espírito Santo tem uma extensão territorial equivalente à Ilha de Marajó. Mas não podemos retalhar a carta política do Brasil e dividi-lo em Estados, sem antes verificar se para tanto há condições de sustentação e de organização nessas áreas.

Ao longo do período colonial, fomos empurrando as fronteiras inicialmente estabelecidas pelo Tratado de Tordesilhas, as quais foram confirmadas pelo Tratado de Madrid, assinado em 1750, e pelo Tratado de Santo Idelfonso, assinado em 1777. Depois da Independência, só incorporamos, pelo Tratado de Petrópolis, o Acre, em 1903. E passaram-se cinquenta anos, ou mais, para o Acre ser transformado em Estado. Do Pará desmembraram o Amapá.

Pois bem, Srs. Constituintes, 46 anos foram necessários para que este Território fosse hoje, nesta Comissão, transformado em Estado. Agora, como num passe de mágica, como um prestímano que tira algo da manga do colete, passa-se um risco no mapa do Pará, na fronteira com o Suriname e o Mato Grosso, e se tenta dividir o meu Estado ao meio, transformando áreas sem o necessário desenvolvimento econômico, sem condições de sustentação, sem estrutura física e social, em Estados da Federação.

Não recebi do povo paraense – tenho plena e absoluta convicção disso – a outorga para dividir meu Estado. Oponho-me, pois, a esta medida, e estou certo de que a Comissão de Sistematização, coerente com a decisão que tomou no caso do Maranhão do Sul, bem distinta da situação dos Territórios Federais, há de negar aprovação a esta emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Para encaminhar a favor, concedo a palavra ao autor da emenda, Constituinte Paulo Roberto.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO ROBERTO:** – Sr. Presidente, nobres Constituintes, na oportunidade em que se fala em desmembramento deste País, gostaríamos de lembrar a V. Ex.<sup>as</sup> que se algum desmembramento tivesse que ser proposto nesta Constituinte seria o da região Norte, principalmente dos Estados do Pará e do Amazonas, pois não se concebe que uma área de dois milhões e oitocentos mil quilômetros quadrados – justamente, a região Amazônica – continua a sofrer total descaso por parte da administração pública.

Ao dizermos isso, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, move-nos a certeza absoluta de que alcançaremos nosso objetivo, ou seja, a criação do Estado de Tapajós. Isto porque, criados os Estados de Roraima, Amapá, Rondônia e Acre, procurou-se, lógica e evidentemente, a qualquer custo, integrar a região Norte a este País. Esqueceu-se, porém, o Governo Federal – e os Constituintes não poderão fazer o mesmo – de que o eixo de integração deste País se processa por Tapajós, através da Santarém – Cuiabá. Daí a necessidade de uma ação imediata, pois só assim será possível proceder-se à ocupação da Amazônia em bases racionais, com vistas ao pleno desenvolvimento daquela região, a partir do aproveitamento integral de suas imensas riquezas minerais.

Srs. Constituintes, 99% da população do Tapajós e do Baixo-Amazonas são favoráveis ao desdobramento do Pará, com a criação do Estado do Tapajós, sendo que, dos 20 Constituintes eleitos pelo Estado do Pará, 16 são favoráveis à essa providência. Da mesma forma, a Assembléia Legislativa paraense se manifestou formalmente nesse sentido – distribuimos um documento a este respeito aos membros desta Comissão – estando 35 dos seus 41 integrantes de acordo com a criação do Estado do Tapajós.

Evidentemente, não se trata de iniciativa apenas nossa, mas, igualmente, de vários Constituintes que integram

esta Comissão, ou seja, Gerson Peres, Gabriel Guerreiro, Benedicto Monteiro, Jorge Arbage e tantos outros.

Gostaríamos de aduzir, nobres Constituintes, que a criação do Estado do Tapajós é, ao mesmo tempo, uma necessidade e um imperativo de justiça, dada a importância de se desmembrar o eixo principal de escoamento deste País, do Centro-Oeste, para atendimento àquela região.

Muito obrigado. Aguardo com ansiedade e angustiado o resultado da votação. Conto com a aprovação dos Srs. Constituintes. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Passa-se à tomada de votos.

#### **(Procede-se à votação)**

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Bernardo Cabral, Celso Dourado, Cid Carvalho, Fernando Gasparian, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, Manoel Moreira, Paulo Ramos, Raimundo Bezerra, Rodrigues Palma, Wilson Martins, Chagas Rodrigues, Délio Braz, João Natal, José Tavares, Michel Temer, Rose de Freitas, Uldurico Pinto, Vilson Souza, Antoniocarlos Mendes Thame, Christóvam Chiaradia, Inocêncio Oliveira, Osvaldo Coelho, Ricardo Fiúza, Annibal Barcellos, Jofran Frejat, Jonas Pinheiro, José Tinoco, Mozarildo Cavalcanti, Gerson Pares, José Luiz Maia, Adylson Motta, Victor Faccioni, José Maurício, Lysâneas Maciel, Luiz Salomão, Gastone Righi, Ottomar Pinto, Adolfo Oliveira, Siqueira Campos e Beth Azize. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Alfredo Campos, Antônio Britto, Artur da Távola, Carlos Mosconi, Carlos Sant'Anna, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Henrique Cardoso, João Calmon, José Geraldo, José Ignácio Ferreira, José Richa, José Serra, José Ulisses de Oliveira, Nelson Carneiro, Nilson Gibson, Virgildásio de Senna, João Agripini, Jorge Hage, José Costa, Marcos Lima, Miro Teixeira, Octávio Elísio, Roberto Brant, Aloysio Chaves, Arnaldo Prieto, Carlos Chiarelli, Francisco Benjamim, Francisco Dornelles, José Santana de Vasconcellos, Luís Eduardo, Oscar Corrêa, Enoc Vieira, João Menezes, Paes Landim, Antônio Carlos Konder Reis, Jarbas Passarinho, Francisco Rossi, Plínio Arruda Sampaio, José Genoíno, Aldo Arantes e Fernando Santana. **ABSTENÇÃO** dos seguintes Senhores Constituintes: Fernando Lyra, Pimenta da Veiga, Sigmaringa Seixas, Eraldo Tinoco, José Lins e Paulo Pimentel.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 41 Constituintes; votaram NÃO 41 Constituintes; abstiveram-se de votar 6 Constituintes. Total: 88 votos. O Destaque foi **prejudicado** por falta de **quorum** qualificado.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – **Destaque nº 3133-87 – Emenda nº ES-30245 – 1, do Sr. Chico Humberto, "que substitui art. 6º, Título X do Substitutivo nº 01 (Título IX, assunto: criação do Estado do Triângulo, do Substitutivo nº 02)." (498 a votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Requerimento de preferência para votação do Destaque nº 3133, de autoria do Constituinte Chico Humberto. Os Srs. Constituintes que aprovam a preferência, permaneçam como se encontram. **(Pausa)** Aprovado a preferência.

Concedo a palavra ao Constituinte Chico Humberto. **O SR. CONSTITUINTE CHICO HUMBERTO:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, em 1946, quando se normalizou em nossa Constituição o direito de se criarem Estados, meu pai, Constituinte estadual, levava para a região do Triângulo Mineiro e do Alto Paranaíba a esperança de ali se criar mais uma unidade da Federação, na esteira do nono movimento pela sua emancipação. Na década de 60, outro movimento neste sentido – o déci-

mo – acabou sendo dissolvido, dando a região o primeiro Governador do Estado de Minas Gerais.

Agora, quando da instalação desta Assembléia Nacional Constituinte, renasceram nossas esperanças de emancipação. Assim, para esta Assembléia foi enviada proposta aprovada por todas as Câmaras de Vereadores das mais de setenta cidades que compõem a região do Triângulo Mineiro e do Alto Paranaíba. Para cá vieram Constituintes comprometidos com esta causa, o que nos permitiu colher 202.577 assinaturas para uma proposta popular que aqui recebeu o nº 67.

Como se isto não bastasse, trazemos hoje a assinatura de mais de duas mil entidades, incluindo cooperativas, associações de classe, entidades civis, religiosas e estudantis, de servidores de prefeituras, de vereadores, de diretórios dos vários partidos – PMDB, PFL, PDT, PDS, PTB, PT, PL e PSB.

Ademais, caros companheiros Constituintes, temos o apoio de todas as lojas maçônicas da região, bem como de todos os clubes de serviço e diretórios estudantis, das associações médicas e odontológicas, da Ordem dos Advogados do Brasil e da imprensa local, e contamos com conselhos populares, organizados para dirigir esses trabalhos – o Conselho Superior Econômico, o Conselho Jurídico-Administrativo, o Conselho Cultural, o Conselho da Mulher e o Conselho Político, formado por prefeitos, vereadores e lideranças.

Esta, meus caros companheiros Constituintes, é a vontade da maioria esmagadora daquela região, que tem a maior gratidão por São Paulo, por ter a ele pertencido, como também por Goiás e Minas Gerais – há 171 anos estamos vinculados a este Estado. Mas acho que a hora é de depositarmos – nós, os 2 milhões de habitantes em nome dos quais tenho o prazer e a honra de falar neste momento – nossa confiança nos Srs. Constituintes, certos de que nos darão o direito de realizar um plebiscito, pois queremos que o povo decida pela sua autonomia política. Que o povo tenha, como disse hoje o Constituinte Mário Covas, a capacidade de sonhar e de realizar esses sonhos.

É esse o direito que peço aos meus companheiros Constituintes seja conferido a nossa região, para que possamos decidir livremente, nas urnas, se queremos ou não transformarmos em um novo Estado, se queremos ou não presentear este País com uma nova unidade federativa. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Para encaminhar contra, tem a palavra o Constituinte Alfredo Campos.

**O SR. CONSTITUINTE ALFREDO CAMPOS:** – Sr. Presidente, antes de fazer o meu encaminhamento, solicito a V. Ex.<sup>a</sup> que dê a palavra ao Constituinte Afonso Arinos.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Lamento informar a V. Ex.<sup>a</sup> que o Constituinte Afonso Arinos já se retirou do plenário.

**O SR. CONSTITUINTE ALFREDO CAMPOS:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, se outras razões não tivesse para vir a esta tribuna lutar contra a divisão do meu Estado, eu teria a de haver sido eleito Senador pela totalidade de Minas Gerais e não só por uma de suas regiões.

Desejo dizer aos colegas da Comissão de Sistematização que Minas Gerais é uma e indivisível. Dividi-la por quê? Para criarmos dois Estados fracos quando temos hoje um Estado forte?

Os Constituintes de Minas Gerais, na sua quase totalidade, através de moção apresentada à Assembléia Nacional Constituinte, publicada nos jornais do meu Estado e aplaudida por todos os seus prefeitos e vereadores mostraram-se contrários à divisão de Minas Gerais. Dos 37 Srs. Constituintes do meu Partido, o PMDB, 33 foram

contra a divisão; dos 10 Srs. Constituintes do PFL, oito assinaram aquela moção. No que se refere aos outros partidos, não me lembro do número, mas tenho certeza de que quase todos perfilharam a causa da não-divisão do meu Estado.

Dividir Minas Gerais por capricho? Por capricho não se divide a terra de Tancredo Neves, de Juscelino Kubitschek e de tantos outros heróis e grandes políticos desta Pátria! Dividir Minas Gerais é um crime de lesa-majestade, é um crime contra Minas, contra o Brasil, contra a Assembléia Nacional Constituinte, onde não se pode tratar de assuntos não constitucionais. Poderão dizer que por isso mesmo é que se insere nas Disposições Transitórias este artigo sobre a divisão do Estado de Minas Gerais. Mas não podemos usar o momento constituinte para tratar de assuntos outros que não os constitucionais, principalmente no que se refere à divisão de Estados, como há pouco se verificou com a criação do Estado do Tocantins. O Tocantins, por duas vezes, foi votado na Câmara dos Deputados e no Senado da República. Por duas vezes votei a favor de sua criação, pois Goiás inteiro aplaudia essa divisão. Hoje, porém, fui obrigado a votar contra, por achar que o momento não é oportuno para desmembramento de Estados.

No momento, portanto, em que se quer dividir tanto o País, não posso, definitivamente, deixar de dizer aos companheiros desta Comissão que dividir Minas Gerais é um crime. Deveremos votar contra essa proposta. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Passa-se à votação.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Fernando Gasparian, Nelson Friedrich, Rodrigues Palma, Mário Covas, João Natal, José Costa, Rose de Freitas, Vilson Souza, Inocêncio Oliveira, Osvaldo Coelho, Jofran Frejat, Jonas Pinheiro, José Tinoco, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Gerson Pares, José Luiz Maia, Brandão Monteiro, José Maurício, Lysâneas Maciel, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua e Siqueira Campos. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Faltosa, Ademir Andrade, Alfredo Campos, Antônio Britto, Artur da Távola, Carlos Mosconi, Carlos Sant'Anna, Cid Carvalho, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, João Calmon, José Geraldo, José Serra, José Ulisses de Oliveira, Manoel Moreira, Nelson Carneiro, Nilson Gibson, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Virgildásio de Senna, João Agripino, Marcos Lima, Octávio Elísio, Roberto Brant, Uldurico Pinto, Ziza Valadares, Aloysio Chaves, Francisco Benjamim, Francisco Dornelles, Luís Eduardo, Mário Assad, Ricardo Fiuza, Enoc Vieira, Plínio Arruda Sampaio, José Genoíno, Adolfo Oliveira, Aldo Arantes, Fernando Santana e Beth Azize. **ABSTENÇÃO** dos Senhores Constituintes: Bernardo Cabral, Celso Dourado, Ibsen Pinheiro, José Ignácio Ferreira, Sigmaringa Seixas, Wilson Martins, Chagas Rodrigues, José Tavares, Michel Temer, Arnaldo Prieto, Carlos Chiarelli, Eraldo Tinoco, José Lins, Jarbas Passarinho, Virgílio Távora e Antonio Farias. Houve declaração de voto do Senhor Constituinte Oscar Corrêa.

#### DECLARAÇÃO DE VOTO

A Emenda de nº 30245, de autoria do ilustre Constituinte Chico Humberto, trata de matéria que diz de perto a Minas Gerais e aos mineiros. Pretende Sua Excelência promover, através da introdução de dispositivo constitucional do Título das Disposições Transitória a divisão territorial do Estado que representamos nesta Casa. Não poderíamos deixar de registrar, através desta breve declaração de voto, que desejamos ver transcrita na ata da sessão de votação da respectiva emenda, a nossa posição contrária àquela iniciativa, por afrontar os mais altos

interesses de Minas Gerais, atentando contra a unidade indissolúvel do que de mais nobre e tradicional tem a Nação brasileira.

Sala das Sessões, 16 de novembro de 1987. — **Oscar Corrêa.**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** — A Mesa vai proclamar o resultado: votaram **SIM** 24 Constituintes; votaram **NÃO** 42 Constituintes; abstiveram-se de votar 16 Constituintes. Total: 82 votos. O Destaque foi **prejudicado** por falta de **quorum** qualificado. Declaração de voto do Sr. Constituinte Oscar Corrêa.

**Destaque nº 6465-87 -- Emenda nº 1P-14820-1, do Sr. Adolfo Oliveira, com co-autoria de José Maurício, "que adita artigo ao Título X do Projeto de Constituição (Título IX do Substitutivo nº 2)" (499ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** — Há um requerimento de preferência para votação do Destaque nº 6465, de autoria do Constituinte Adolfo Oliveira e co-autoria do Constituinte José Maurício. Os Srs. Constituintes que a aprovam permaneçam como estão. **(Pausa)**

Aprovada.

Para encaminhar a favor, tem a palavra o Constituinte José Maurício.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ MAURÍCIO:** — Sr. Presidente, é tão-somente permitir ao povo do Rio de Janeiro por ínfima que seja a criatura injustiçada, transmutando-me, roubando-me a calma e a tranquilidade. O povo do Rio de Janeiro foi extremamente injustiçado por um ato de prepotência e de violência, praticado pelo Governo autoritário, nos idos de 1974. Mercê da Lei Complementar nº 20, aprovada na calada da noite, na Câmara e no Senado, o povo do meu Estado, sem ser ouvido, foi obrigado a engolir uma fusão territorial que jamais conseguiu fundir culturas e valores diferentes.

O povo fluminense rechaçou e rechaça essa fusão. Basta ver o resultado de pesquisa realizada pelo jornal **O Fluminense**, da maior tradição e circulação no meu Estado: oitenta por cento dos Prefeitos do Rio de Janeiro foram e são contra a fusão; 80% dos vereadores também foram e continuam contrários a ela.

Dir-se-á que a fusão está consolidada. Ledo engano, mero equívoco, falta de conhecimento e de vivência dos anseios populares do povo do Rio de Janeiro.

Em 1975, chegamos a esta Casa e já nos rebelávamos contra aquele ato de violência. Vários companheiros, mercê de lei ordinária, tentaram o plebiscito no Estado. Já agora, na elaboração da nova Carta Constitucional, os eminentes Constituintes Adolfo Oliveira e Flavio Palmier da Veiga se uniram e secundaram os clamores da Velha Província. O que se quer com essa emenda, Sras. e Srs. Constituintes, é tão-somente permitir ao povo do Rio de Janeiro o direito de se manifestar plebiscitariamente contra aquele ato de arbítrio e aquela violência praticada contra o povo do meu Estado.

Quais os motivos que levaram à fusão? Quem acompanhou os fatos, sabe, de sobejo, que cinco Senadores das duas unidades federativas — dentre eles aqui está o eminente Senador Nelson Carneiro — votaram contra a fusão. Apenas votou favoravelmente a ela, na calada da noite de 24 de julho de 1974, o finado Senador Vasconcelos Torres O que se desejava realmente com a fusão do Estado do Rio era impedir o crescimento do Movimento Democrático Brasileiro, o MDB. O que se desejava era contemplar gananciosos industriais e grupos econômicos, eliminando-se as barreiras fiscais. O que se quer agora, o que quer o Constituinte Adolfo Oliveira, o que quer o Constituinte José Maurício, o que pretende o Constituinte Flavio Palmier da Veiga, do PMDB, é devolver ao povo do Rio de Janeiro o

direito de se manifestar, de usar soberanamente aquilo que constitui a essência do nosso mandato, que é o voto.

Não há momento mais oportuno que este, de afirmação das instituições, através da manifestação do povo. Foi assim que agiu a Assembléia Nacional Constituinte hoje, e assim, tenho certeza, ela haverá de funcionar, cristalizando, de forma transparente, a manifestação dos nobres Constituintes, com os quais discuti e aos quais levei elementos de pesquisa feita em todo o Estado do Rio de Janeiro. Sabem-no inclusive os que são contra o plebiscito. E isto me parece indesculpável e inaceitável, pois ser contra um plebiscito é negar o mandato outorgado pelo povo. Negar ao povo o direito de votar é o mesmo, repito, que renunciar ao mandato que nos foi outorgado.

Por isto, Sr. Presidente, nobres Constituintes, peço-lhes o voto e o apoio, para permitir ao povo do meu Estado libertar-se, alforriar-se e estabelecer seus próprios caminhos, seu próprio destino.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** — Para encaminhar contra, concedo a palavra à Constituinte Sandra Cavalcanti.

**A SRA. CONSTITUINTE SANDRA CAVALCANTI:** — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, o desmembramento de territórios de unidades da Federação geralmente ocorre quando estas são muito grandes e quando, diante do problema de administrá-las, sua extensão se revela um obstáculo.

No nosso caso ocorre exatamente o contrário. Tínhamos o Estado da Guanabara — herdado do antigo Distrito Federal, transformado em Estado por força da transferência da Capital para Brasília — que era e é ainda apenas uma cidade, uma grande área urbana, com uma pequena periferia que nem se pode chamar de rural. Ligado a nós por uma história que remonta ao tempo da transferência da Capital para o Rio de Janeiro, ainda por Dom João VI, ligada a nós pela Baía da Guanabara, pela cultura, pelos hábitos, pelo desempenho econômico esteve sempre a velha e gloriosa Província do Rio de Janeiro, depois transformada em Estado.

Todo carioca, a vida inteira, teve por alguma razão um pé no Estado do Rio de Janeiro: ou por trabalhar na Baixada Fluminense, do outro lado da Baía, ou por viver na Baixada ou em Niterói e trabalhar no Rio. A fusão do Estado do Rio de Janeiro, embora feita de forma antidemocrática, insólita, repentina, foi nada mais nada menos do que o reconhecimento de um fato sócio-econômico, cultural e político. O Estado do Rio de Janeiro ganhou nova dimensão. A capital do Rio de Janeiro passou a poder descentralizar vários dos seus serviços. Se hoje a antiga província do Estado do Rio de Janeiro não se encontra em melhores condições, isso se deve à falta de visão dos três Governos que sucederam à fusão e que não foram capazes de entender que desenvolver o interior do Estado do Rio de Janeiro era, e ainda é, a melhor forma de levar progresso para o nosso Estado.

A essa altura, não tem cabimento tentar desmembrar essas duas áreas que, na verdade, existem uma em função da outra. O Rio de Janeiro vive melhor quando está ligado ao seu interior. E o interior do Estado do Rio de Janeiro poderia, de fato, estar vivendo muito melhor se aqueles que detêm o poder, sediados na cidade do Rio de Janeiro, tivessem tido, durante todo esse tempo, a preocupação de desenvolvê-lo, o que não ocorreu. Então, não se trata de tentar desmembrar o Estado do Rio de Janeiro, mas, sim, lutar para que os programas de administração pública do nosso Estado — a política do nosso Estado — sejam capazes de enxergar que todos os problemas do Rio de Janeiro poderão ser minimizados se seu interior for olhado com mais cuidado e carinho.

Neste momento, falo em nome de quarenta Deputados da nossa bancada e de todos os Senadores — a bancada tem quarenta e sete membros.



**O SR. CONSTITUINTE ADOLFO OLIVEIRA:** – Não apoiado.

**A SRA. CONSTITUINTE SANDRA CAVALCANTI:** – Não estou falando em nome de V. Ex.<sup>a</sup> V. Ex.<sup>a</sup> tem razão.

Sr. Presidente, o Regimento está sendo infringido, lamentavelmente, por um componente da Mesa. Espero que as razões de S. Ex.<sup>a</sup> não sejam tão apaixonadas assim para não permitir que eu possa dizer e repetir que falo, aqui, em nome da maioria esmagadora da bancada do meu Estado e da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.

Nós não queremos perder a convivência fraterna, amiga e fundamentalmente boa com o antigo Estado do Rio de Janeiro. E temos a certeza de que o povo do antigo Estado do Rio de Janeiro também não quer essa divisão. Por isso, votamos contra a emenda. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra, para encaminhar a favor, o Constituinte Adolfo Oliveira.

**O SR. CONSTITUINTE ADOLFO OLIVEIRA:** – Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Constituintes, antes de iniciar, quero, humildemente, pedir perdão à colega Sandra Cavalcanti. Minha explosão foi realmente fruto de paixão, mas eu me escuso perante S. Ex.<sup>a</sup> e a Casa. **(Palmas)**

Mas, Sr. Presidente, apagaram-se as luzes, apagaram-se os holofotes. Tivemos hoje momentos de verdadeira festa cívica neste recinto. Resta-nos, agora, a penumbra da tristeza, ao constatar o nascimento de novos Estados e a luta pela integridade territorial da grande Minas Gerais. E este modesto orador vem à tribuna para dizer que sente uma ponta de inveja daqueles que têm um Estado, um pedaço de chão para defender, para lutar aqui, para acabar com as injustiças que empobrecem certas regiões deste País, e que cobre a todos nós, brasileiros, de vergonha e opróbrio.

Eu não tenho Estado. O meu Estado, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, foi riscado do mapa, foi extirpado da comunhão brasileira na calada da noite, como muito bem lembrou meu companheiro – este, sim, conterrâneo do Estado do Rio de Janeiro – o Constituinte José Maurício. A consequência da aventura da unificação arbitrária de duas terras brasileiras com tradição e com passado deu no que deu. A Guanabara, da minha eminente colega Sandra Cavalcanti, sempre teve o carinho e a admiração dos fluminenses. Somos bons vizinhos, mas não somos escravos, não somos colonos. Não se destrói, da noite para o dia, uma história de cento e quarenta anos de tradição política, de cultura e de amor à liberdade – liberdade que nos é negada.

Chegamos à situação em que nos encontramos em face de desastrosa e fascista unificação, Sr. Presidente. E vou dizer algo, para estarrecimento da Constituinte – e desafio ser contestado: a unificação até hoje, como diz o povo, não "emplacou". Um juiz fluminense do antigo Estado do Rio jamais é promovido por merecimento, só por antiguidade. As promoções por merecimento são todas de juízes cariocas.

A pretensa fusão que sufocou a nossa dignidade e a nossa honra pode ser resgatada em um momento histórico por esta Assembléia Nacional Constituinte. Nossa capital de tantas e tão gloriosas tradições, Niterói, é hoje uma cidade quase morta. A Guanabara, que teve os governos de Carlos Lacerda e Negrão de Lima com extraordinárias realizações, transformou-se numa prefeitura falida e inviável. E o Estado do Rio, em muitas situações, transformou-se em colônia mal administrada, para a qual, não se dirigem recursos, colônia desprezada pelos senhores.

Lembro, ainda – e isso precisa ser consignado – que o maior pretexto para a extinção do meu Estado foi

a necessidade de criar uma unidade federativa artificial para enfrentar São Paulo e Minas, para sufocar as forças da Oposição, às quais servi com lealdade e dedicação em toda a minha passagem por esta Casa e pela Assembléia Legislativa fluminense.

Podem falar que, agora, depois da desgraça que praticaram, vamos ter despesas com a consulta popular. Mas estamos querendo o voto livre, a opinião livre dos nossos conterrâneos fluminenses e dos nossos vizinhos cariocas. É isso que pleiteamos, porque não há despesa que pague as más aplicações que têm ocorrido impunemente neste País. Sobretudo, não há despesa que compre o nosso passado, o nosso futuro, a nossa honra e a nossa dignidade. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Para encaminhar contra, tem a palavra o Constituinte Artur da Távola.

**O SR. CONSTITUINTE ARTUR DA TÁVOLA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, não serão, por certo, as palavras sinceras e até emocionadas dos Constituintes José Maurício e Adolfo Oliveira suficientes para o convencimento – acredito – da Comissão.

O Rio de Janeiro, por ter sido a Capital da República e por reunir características tão espaciais na vida brasileira, não há de ser, neste momento, na consideração dos Srs. Constituintes, apenas mais um Estado. Seguramente, não há, aqui, quem não tenha sido tocado por aquela pequena região, a mais cosmopolita do País, que com São Paulo hoje abriga praticamente a síntese do Brasil.

Porém, essa característica tocante do Rio de Janeiro não se dá exclusivamente no campo afetivo, que aqui invoco. É preciso uma reflexão sobre as características sociológicas daquela Unidade da Federação.

O Rio de Janeiro – não a cidade, mas o pequeno Estado – curiosamente abriga, em síntese, tudo o que o País viveu, desde sua descoberta. Reparem os Srs. Constituintes que os três ciclos da economia brasileira lá estão presentes: o ciclo da cana-de-açúcar, o ciclo do café e seu deslocamento para São Paulo, e o ciclo mais moderno, o da industrialização brasileira. Curiosamente, o Rio não viveu, talvez, o ciclo do café tão intensamente quanto São Paulo, nem viveu o da cana-de-açúcar tanto quanto o Nordeste, e é possível que não se caracterize pela vivência desses ciclos. Mas um pouco, uma passagem, um toque de cada etapa do desenvolvimento do País está ali hoje marcado.

Do ponto de vista geográfico, essa região, em seu mínimo território, abriga uma espécie de microcosmo dos climas e da produção brasileira. Encontra-se no Rio de Janeiro uma pequena faixa costeira responsável por uma atividade de pesca. Encontra-se no Rio de Janeiro, a 45 minutos da cidade-capital, uma região quase temperada, cujo clima se iguala ao da região Sul. Mescla-se no Rio de Janeiro uma região de lagos. Há, ainda, uma pequena pecuária e uma pequena agricultura, já responsável por algum avanço nas culturas do arroz, sem contar a cana-de-açúcar.

O Rio de Janeiro, como uma unidade, representa este País inteiro, geográfica, humana, psicológica e politicamente. O Rio de Janeiro não é mais, portanto, apenas a cidade formidável, a cidade maravilhosa, que exporta algumas formas de cultura para este País e para o mundo; não é apenas o local do lazer, o local do Carnaval. O Rio de Janeiro é hoje uma pequena Unidade da Federação, onde se consegue obter um amálgama da mesma natureza observada em todo o País. E se ele não pode ser caracterizado por uma dessas atividades como nos demais Estados, ele as possui, espécie de laboratório nacional, em integração.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, que seria dessa Unidade da Federação se hoje voltássemos a ter, na divisão brasileira dos Estados, a figura esdrúxula e anômala da cidade-Estado. Se permitirmos, com a aprovação desta emenda, que a cidade do Rio de Janeiro se separe do restante do Estado e acentuarmos, como fez o orador que me antecedeu, quase que uma espécie de antagonismo entre populações irmãs, estaremos, ao organizar a Federação brasileira, criando de novo uma cidade-Estado que não faz sentido na sistemática encontrada por esta Constituinte para a organização dos Estados brasileiros.

Hoje, Srs. Constituintes, a fusão realmente arbitrária feita naquele Estado gerou alguns resultados de integração. Além do mais, seria extremamente oneroso criar-se um novo governo de Estado, mais uma Assembléia Legislativa, nova Polícia Militar, novos Tribunais de Contas, funcionalismo com organização diferente. Portanto, além de macular o que aquela Unidade pequena, mas significativa da Federação tipifica, estaríamos abrindo caminho para um esbanjamento gravíssimo, em termos de custos administrativos, com o qual, sobretudo nesta hora da vida brasileira, não podemos pactuar. Em nome da Unidade da Federação que soube fazer um amálgama curioso, rico e multifário e encontrar uma realidade geopolítica e geoeconômica hoje responsável por uma posição de destaque na Federação, não nos podemos restringir à ótica de interesses regionais. Claro que se consultarmos um carioca da cidade do Rio de Janeiro, ele talvez encontre melhores condições na ausência da fusão. Se perguntarmos ao homem de Petrópolis ou de alguma região peculiar do Estado, é evidente que, na sua ótica municipal, ele preferirá a fusão.

Estamos aqui com a delegação de olhar por cima de interesses imediatos, ou que se esgotam num pequeno território, para consagrar a idéia de que o Rio de Janeiro, como Unidade da Federação, deve ser mantido, porque tem a síntese do Brasil e se orgulha desta condição. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra, como Relator, o Constituinte Virgílio Távora.

**O SR. RELATOR (Virgílio Távora):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a hora já vai avançada e pouco temos a dizer a respeito do problema. Traremos, no entanto, sobre ele um pouco de elucidação.

Passam-se os anos. Ouvimos aqui, hoje, os discursos de Sandra Cavalcanti e de Adolfo Oliveira. Recordo-me de tempos que não vão longe, quando certa noite fomos chamados pelo então Presidente do Senado Federal, Senador Petrônio Portella, Líderes para assuntos econômicos que éramos do então Governo Geisel. Uma batelada de documentação nos foi oferecida sobre as vantagens que haveria na fusão desses dois antigos Estados, criando o que se chamava o segundo grande pólo de economia do País. Dentro das atribuições que nos competiam, estudamos longamente dados que, infelizmente, a realidade futura não confirmou. Chamados posteriormente à presença de S. Ex.<sup>a</sup>, o Ministro Golbery do Couto e Silva, demos-lhe o resultado de nossas perquirições. Depois de muitas conversas, fizemos-lhe esta indagação que parece estar contida na Emenda Adolfo Oliveira: "General" – assim nos tratávamos – "que tal se, antes de os senhores fazerem tudo isso, consultassem a vontade do povo fluminense e do povo carioca, através de um plebiscito?"

Naquele tempo, a decisão era unitária. Hoje, julgo ser democrática. Por que não ouvir a opinião dos interessados? Aqui não se está propondo a quebra da fusão, mas, inicialmente, saber a opinião daqueles que nos antigos Estados do Rio de Janeiro e da Guanabara se opõem ou não ao estado de coisas vigente – sem fazer jogo de palavras.

Sr. Presidente, esta, a nossa declaração pessoal. Somos a favor da emenda. Quanto à Relatoria, pela voz trans-

mitida do Relator Bernardo Cabral, considera a questão aberta.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Passo à tomada dos votos.

**O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO MONTEIRO:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO MONTEIRO:** – Sr. Presidente, gostaria de informar ao Plenário a posição da Liderança do PDT. Está havendo um equívoco. O PDT é contra a emenda, embora o Constituinte José Maurício, integrante dele, vote a favor.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Pediria a atenção do Constituinte Brandão Monteiro para o fato de que não existem lideranças na Comissão de Sistematização, apenas na Constituinte. Mas V. Ex.<sup>a</sup> já deu seu recado.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Permita-me, Sr. Presidente, para um esclarecimento. Pelo que ouvi, o parecer da Relatoria é no sentido de considerar a questão aberta. O problema é que a Relatoria não é um organismo, mas uma pessoa. A questão aberta só pode ser declarada quando se trata de explicitar a posição de um partido.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Perdoe-me V. Ex.<sup>a</sup>, mas o Relator é uma pessoa; a Relatoria, um conjunto.

**O SR. RELATOR (Virgílio Távora):** – O nobre Constituinte José Genoíno está equivocado.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Não existe Relatoria no Regimento, mas Relator.

**O SR. RELATOR (Virgílio Távora):** – V. Ex.<sup>a</sup> terá os votos da Relatoria.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Passa-se à votação.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Bernardo Cabral, Carlos Sant'Anna, Francisco Pinto, José Fogaça, José Freire, Manoel Moreira, Raimundo Bezerra, Rodrigues Palma, Sigmaringa Seixas, João Natal, José Costa, Vilson Souza, Christóvam Chiaradia, Eraldo Tinoco, Francisco Benjamim, Inocêncio Oliveira, José Santana de Vasconcellos, Luís Eduardo, Osvaldo Coelho, Paulo Pimentel, Annibal Barcellos, Jofran Frejat, Jonas Pinheiro, Paes Landim, Antônio Carlos Konder Reis, Gerson Pares, Jarbas Passarinho, Virgílio Távora, José Maurício, Francisco Rossi, Ottomar Pinto, Adolfo Oliveira e Siqueira Campos. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Alfredo Campos, Antônio Britto, Artur da Távola, Carlos Mosconi, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Gasparian, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Lyra, Haroldo Sabóia, João Calmon, José Richa, José Serra, José Ulisses de Oliveira, Mário Lima, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Virgildásio de Senna, Wilson Martins, Antonio Mariz, Mário Covas, José Tavares, Miro Teixeira, Nelson Wedekin, Octávio Elísio, Roberto Brant, Rose de Freitas, Uldurico Pinto, Ziza Valadares, Aloysio Chaves, Antonio Carlos Mendes Thame, Arnaldo Prieto, Carlos Chiarelli, Francisco Dornelles, Mário Assad, Oscar Corrêa, Ricardo Fiuza, Sandra Cavalcanti, Brandão Monteiro, Luiz Salomão, Joaquim Bevilacqua, Plínio Arruda Sampaio, José Genoíno, Aldo Arantes, Fernando Santana, Beth Azize e Antonio Farias. **ABSTENÇÃO** dos Senhores Constituintes: Celso Dourado, Ibsen Pinheiro, José Ignácio Ferreira, Chagas Rodrigues, Michel Temer, José Lins, José Luiz Maia e Adilson Motta.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 33 Constituintes; votaram NÃO 50 Constituintes; absteveram-se de votar Constituintes. Total: 91 votos. O Destaque foi **rejeitado**.

#### IV – SUSPENSÃO DA REUNIÃO

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A Presidência vai suspender os trabalhos, convocando os Senhores Constituintes para a continuação da presente reunião; amanhã, 16 de novembro de 1987 às 9:00 horas.

Está suspensa a reunião.

#### EM 16 DE NOVEMBRO DE 1987 (1)

Presidência dos Srs.: **Brandão Monteiro**, Segundo-Vice-Presidente; **Jarbas Passarinho**, Terceiro-Vice-Presidente.

#### I – REABERTURA DA REUNIÃO

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Havendo número regimental, declaro reaberta a reunião.

#### II – EXPEDIENTE

##### OFÍCIOS

##### Do Sr. Líder do PMDB:

Ofício nº 264/87

Brasília, 16 de novembro de 1987.

Excelentíssimo Senhor

Deputado Ulysses Guimarães

DD. Presidente da Assembléia Nacional Constituinte Nesta  
Senhor Presidente,

Em virtude do pedido de afastamento do Deputado Manuel Viana, indico para o lugar que o referido Constituinte ocupa como membro suplente da Comissão de Sistematização, o Deputado José Dutra.

Sem outro particular, reitero a Vossa Excelência votos de estima e consideração. Senador **Mário Covas**, Líder do PMDB na Assembléia Nacional Constituinte.

##### Do Sr. Líder do PFL:

Ofício nº 311/87/PFL

Brasília, 16 de novembro de 1987

A Sua Excelência o Senhor

Deputado Ulysses Guimarães

DD. Presidente da Câmara dos Deputados

Senhor Presidente:

Achando-se o Senador Marcondes Gadelha ausente desta Capital, comunico a Vossa Excelência que, durante o seu impedimento, passa o Deputado Enoc Vieira a substituí-lo, como Membro Efetivo, na Comissão de Sistematização.

Em consequência, passa o Deputado Simão Sessim a substituir, como Membro Suplente, o Deputado Enoc Vieira, na referida Comissão.

Valho-me da oportunidade para renovar a Vossa Excelência meus protestos de apreço e distinta consideração. – Deputado **José Lourenço**, Líder do PFL.

##### Requerimento do Vice-Líder do PDC:

Excelentíssimo Senhor

Presidente da

Comissão de Sistematização

Senhor Presidente

Na forma regimental, requeiro a substituição do Constituinte Roberto Balestra, como Suplente do PDC nesta Comissão, pelo Constituinte Sotero Cunha, durante o dia de amanhã, dia 17.

Sala das Reuniões, 16 de novembro de 1987. – Constituinte **Siqueira Campos**, Vice-Líder do PDC.

#### III – ORDEM DO DIA

#### VOTAÇÃO DO PROJETO DE CONSTITUIÇÃO

#### TÍTULO IX (continuação)

**Destaque nº 6466-87 – Emenda nº ES-34868-0, do Sr. Adolfo Oliveira, "que adita artigo ao Título X do Substitutivo nº 01, (Título IX do Substitutivo nº 02)." (500ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Sobre a mesa, requerimento de preferência para o Destaque nº 6466, do Constituinte Adolfo Oliveira.

Os Srs. Constituintes que estiverem de acordo com a preferência queiram permanecer sentados. **(Pausa)**

Aprovada a preferência.

Em votação o Destaque nº 6466, referente à Emenda nº 34868, com a seguinte redação:

"Inclua-se, onde couber, nas Disposições Transitórias do Título X, o seguinte artigo:

Ouvida a população interessada, lei complementar poderá atribuir ao Município de Petrópolis estatuto político, econômico, administrativo, financeiro e tributário especiais, com vistas a sediar centro turístico e econômico-financeiro capaz de atrair investimentos e poupanças externas."

Com a palavra o Constituinte Adolfo Oliveira, para encaminhar a proposição.

**O SR. CONSTITUINTE ADOLFO OLIVEIRA:** – Senhor Presidente, Srs. Membros da Comissão de Sistematização, a emenda, em sua redação muito singela, tem objetivo bastante ligado não ao interesse local ou mesmo regional, mas ao interesse do País.

Ela objetiva o surgimento, no Brasil, de uma área onde seriam concedidos benefícios de natureza fiscal, tributária e legal, para que se pudesse ter o afluxo de recursos internacionais e, ao mesmo tempo, a implantação de um parque industrial com vistas à exportação, auferindo os mesmos benefícios.

Por que Petrópolis? Primeiro, pela sua própria tradição e formação histórica e cultural; segundo, pelas condições da própria topografia, que facilitam extremamente a fiscalização dos seus limites, de maneira a evitar abusos ou distorções daquilo que seria uma verdadeira Zona Franca, com estatuto jurídico e político especial, e que, portanto, poderia ter, inclusive, a exploração legal do jogo. A proximidade do porto do Rio de Janeiro viria facilitar todos os mecanismos eventuais de exportação.

A emenda não impõe, a emenda viabiliza, torna possível, um dia, no futuro, que isso venha a acontecer. Não mais os privilégios que existem nas ilhas Bahamas; outros, que procuram na Suíça contas numeradas de Banco; outros, facilidades do Principado de Mônaco, República San Marino, Andorra e alguns que demonstram, que provam que na Europa e no Caribe existe o jogo. Por que não na América do Sul e no Brasil?

Peço apenas a atenção e o carinho da Casa para o texto da emenda, que é um texto singelo, como disse, mas que não impõe nenhuma obrigação – talvez esse possa ser o único defeito a apontar na medida. Na verdade fica documentada a nossa preocupação em viabilizar, no futuro, a existência no Brasil de um centro financeiro, turístico de primeiríssima ordem, que só benefícios poderia trazer para a região e para o País; nada de nocivo, de prejudicial podendo acontecer se isso algum dia vier a ser implantado.

Assim, peço aos colegas que examinem e decidam quanto à emenda, sendo certo que ficará nos Anais desta

Assembleia Nacional Constituinte a iniciativa deste modesto representante de Petrópolis nesta Casa.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. **(Muito bem!)**

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Tem a palavra o Constituinte Egídio Ferreira Lima, para encaminhar contrariamente.

**O SR. CONSTITUINTE EGÍDIO FERREIRA LIMA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, já tive oportunidade de observar, nesta Casa, que o que caracteriza a lei constitucional é o processo de sua elaboração, que pode ser feita por uma Assembleia Nacional Constituinte ou em decorrência da competência derivada de emenda constitucional. É este processo de elaboração que caracteriza a lei constitucional; fora disto não há nenhum parâmetro rígido, doutrinário que distinga o que é lei constitucional do que não é lei constitucional. Ela é lei constitucional na hora em que é inserida dentro de um texto constitucional, de acordo com o processo de sua elaboração. Mas não se vão colocar em uma constituição todas as normas, todo o disciplinamento da vida social, econômica e financeira de uma sociedade e de uma nação. Não haveria Constituição capaz de comportar, senão ocupando bibliotecas inteiras, toda a legislação, toda a regulamentação necessária a uma nação, e ela perderia o seu caráter de excepcionalidade, de relevância, de disciplinar a estrutura do Estado.

Ora, o que pretende o nobre Constituinte Adolfo Oliveira? Transformar Petrópolis num centro turístico, econômico-financeiro; estabelecer um privilégio para Petrópolis. Petrópolis até que merece esse privilégio. É uma cidade histórica, com um clima notável e com outros requisitos que indicariam até a distinção. Isso pode ser feito por lei, pode ser feito no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, pode ser feito por um ato de administração e nunca inserido em texto constitucional. Salvador, na Bahia, mais tarde, iria pleitear a mesma coisa; Gramado, no Rio Grande do Sul; Goiás Velho, em Goiás e uma infinidade de outras cidades por este imenso País. Daqui a pouco, a Constituição teria enorme relação de cidades que seriam pólos turísticos, econômicos e financeiros, e terminaria a Constituição diluindo e perdendo o seu objetivo, a sua finalidade.

Não é por ser contra Petrópolis, não é por ser contra uma reivindicação da bancada do Rio de Janeiro, pois, em lugar de notabilizar Petrópolis e dar melhores condições para que seja a maca do turismo, a dilui, porque outros centros iriam surgir reivindicando as mesmas garantias e vantagens.

Sou contra a emenda, pedindo desculpas ao Constituinte Adolfo Oliveira, mas quero dizer a S. Ex.<sup>a</sup> que só o fato da sua presença nesta tribuna, defendendo a emenda, deixou o registro da sua intenção, que é a melhor e a mais pura em relação a Petrópolis.

Qual é o brasileiro que não tem até uma visão idílica, romântica, lírica, de simpatia e de afeto pela cidade de Petrópolis? Quando S. Ex.<sup>a</sup> tem essa lembrança é, exatamente, atendendo a esse sentimento ou indo ao encontro desse sentimento e de toda a população brasileira.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Tem a palavra o Sr. Constituinte José Genoíno, que encaminhará contra.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Sr. Presidente, encaminho contra a emenda do ilustre Constituinte Adolfo Oliveira por achar que não tem sentido, numa Carta Constitucional, tratarmos, nas Disposições Transitórias, de matérias como esta. Aliás, normalmente temos que acabar com várias matérias incluídas nessas Disposições Transitórias, que não têm nada a ver com as Disposições Transitórias de uma Carta Constitucional.

Aproveito o encaminhamento contra esta emenda para citar outras. Por exemplo: Colégio Pedro II nas Disposições Transitórias, é banalizar demais; Zona Franca de Manaus nas Disposições Transitórias, é banalizar; art. 14, §§ 3º e 4º, "trem da alegria" nas Disposições Transitórias, não dá; arts. 59 e 61, outro "trenção da alegria", não dá. Nós estamos fazendo uma carta constitucional, estamos discutindo Ordem Econômica, Ordem Política, o Estado, sistema de Governo, as relações de propriedade; estamos discutindo direitos individuais e direitos coletivos, quando chegamos nas Disposições Transitórias, caímos numa certa banalização.

Com todo respeito aos Constituintes que propõem matérias como esta, acho que numa lei ordinária, num outro tipo de legislação, nós podemos tratar desse assunto.

Certamente, o Constituinte Cunha Bueno deveria ser um dos defensores dessa emenda porque, através desse Principado de Petrópolis, estaria começando um enclave monárquico. Talvez as razões sejam pelo fato de Petrópolis ter sido a sede da Família Real na época da Monarquia.

Acho, Sr. Presidente, que essa emenda do Constituinte Adolfo Oliveira deve ser rejeitada, assim como devemos chamar a atenção desta Casa e deste País sobre várias matérias que constam nas Disposições Transitórias do Substitutivo e de emendas, como se colocássemos ali o interesse de uma cidade, de um Estado, de uma região, de um grupo social e de uma categoria. Isso não pode, Sr. Presidente. Se não estivermos atentos para essas Disposições Transitórias, corremos o risco de macularmos todo o trabalho sério que foi feito em relação à Ordem Econômica, aos direitos individuais, aos direitos coletivos e ao sistema de Governo.

Por isso sugiro a votação contrária à emenda Adolfo Oliveira.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Não há mais oradores inscritos.

Tem a palavra a Relatoria para se posicionar sobre a proposição.

**O SR. RELATOR (Antônio Carlos Konder Reis):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o Sr. Relator-Geral ao examinar a emenda do nobre Constituinte Adolfo Oliveira partiu de uma colocação que lhe parece e parece a nós, Relatores-Adjuntos – legítima. Deve a Constituição acolher toda e qualquer norma constitucional de categoria superior, que discipline matéria que, a juízo do legislador constituinte, deva e possa merecer este privilégio.

Não há, em doutrina, quaisquer classificação ou limites sobre o que é matéria constitucional e o que não é matéria constitucional. É matéria constitucional tudo aquilo que no juízo do legislador constituinte deva merecer disciplina através de normas de categoria superior, e não há como fugir a essa colocação. Quem examinar as Constituições modernas chegará a esta tranqüila conclusão. E esta colocação vale mais quando se examinam as tradicionais Disposições Transitórias Constitucionais. Basta ler as Disposições Transitórias das Constituições de 34, 46 e 67. Elas acolheram matéria que à primeira vista poderia parecer não merecer disciplina através de norma legal de categoria superior, mas o legislador constituinte entendeu que sim e não há por que objetar a esta decisão soberana do legislador constituinte.

Aceita esta colocação, não apenas para esta emenda que estamos examinando, mas para toda matéria constante no elenco das Disposições Transitórias Constitucionais, a iniciativa do nobre Sr. Constituinte Adolfo Oliveira merece consideração. Ela é inovadora. Eu ouvi aqui as judiciosas considerações dos nobres Constituinte Egídio

Ferreira, Lima e José Genoíno. Uma delas cifrou-se no seguinte comentário: por que só Petrópolis? E a resposta é clara, só o Constituinte Adolfo Oliveira teve a iniciativa, a lembrança, a coragem de propor à Assembléia Nacional Constituinte uma regra nova. Mas ela irá subverter a sistemática constitucional, ela irá abrir uma exceção que aberre? Evidentemente que não, Sras. e Srs. Constituintes, porque a emenda é clara: ouvida a população interessada, lei complementar – há, portanto, um condicionamento – poderá – aqui o dispositivo estabelece uma faculdade – atribuir ao Município de Petrópolis estatuto político, econômico, administrativo, financeiro e tributário especiais, com vistas a sediar centro turístico econômico-financeiro capaz de atrair investimentos e poupanças externas. O estatuto político, econômico, administrativo, financeiro e tributário especiais terá apenas como objetivo o estabelecimento em Petrópolis de um centro turístico econômico-financeiro capaz de atrair investimentos e poupanças externas. É obedecendo a esse balizamento que a emenda propõe que se estabeleça uma regra nova, corajosa, capaz de dar ao Brasil mecanismos adequados às dimensões geográficas, sociais, econômicas e políticas deste grande País. Em razão das circunstâncias que acabo de apontar, tendo em vista a justificativa que apresento em nome do Sr. Relator-Geral, o parecer é favorável.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Em votação.

**(Procede-se à votação)**

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Ademir Andrade, Bernardo Cabral, Carlos Sant'Anna, João Calmon, José Freire, José Ignácio Ferreira, Manoel Moreira, Nilson Gibson, Rodrigues Palma, Marcos Lima, José Lins, Ricardo Fiuza, Jofran Frejat, Jonas Pinheiro, José Tinoco, Mozarildo Cavalcanti, Antônio Carlos Konder Reis, Gerson Pares, Jarbas Passarinho, José Luiz Mala, Virgílio Távora, Adolfo Oliveira e Siqueira Campos. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Antônio Britto, Artur da Távola, Carlos Mosconi, Celso Dourado, Cid Carvalho, Egídio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Gasparian, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, José Paulo Bisol, José Ulisses de Oliveira, Mário Lima, Nelson Carneiro, Nelson Friedrich, Paulo Ramos, Raimundo Bezerra, Severo Gomes, Sigmaringa Seixas, Virgildásio de Senna, Wilson Martins, Chagas Rodrigues, João Agripino, Jorge Hage, José Carlos Grecco, José Costa, José Tavares, Miro Teixeira, Nelson Wedekin, Octávio Elisio, Rose de Freitas, Vilson Souza, Ziza Valadares, Aloysio Chaves, Carlos Chiarelli, Eraldo Tinoco, Inocêncio Oliveira, José Jorge, Luís Eduardo, Mário Assad, Oscar Corra, Sandra Cavalcanti, Annibal Barcellos, Darcy Pozza, Brandão Monteiro, Luís Salomão, Francisco Rossi, Ottomar Pinto, Plínio Arruda Sampaio, José Genoíno, Haroldo Lima, Roberto Freire, Jamil Haddad e Antonio Farias.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 23 Constituintes; votaram NÃO 55 Constituintes. Total: 78 votos. O Destaque foi rejeitado.

**Destaque nº 7831-87 – Emenda nº ES-34180-4, do Sr. José Serra, "que modifica o art. 58, § 2º, Título X do Substitutivo nº 1 (Título IX, assunto: criação de Estado, do Substitutivo nº 2)". (501ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Passa-se à votação do Requerimento de Destaque nº 7831, de autoria do Constituinte José Serra.

Inicialmente votaremos a preferência requerida.

Os Srs. Constituintes que a aprovam queiram permanecer sentados. **(Pausa)**

Aprovada.

O Destaque nº 7831 refere-se à Emenda nº 34180, que tem a seguinte redação:

"É vedado à União, direta ou indiretamente, assumir encargos em decorrência da criação de Estado referentes a despesas com pessoal inativo e com encargos e amortização de dívida interna ou externa da administração pública, inclusive da indireta."

Tem a palavra o Constituinte José Serra para encaminhar a votação.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ SERRA:** – Sr. Presidente, Srs. Relatores, Srs. Constituintes, eu gostaria de explicar, inicialmente, o significado da emenda a ser colocada nas Disposições Transitórias. Temos, através desta Constituição, por artigos colocados dentro das disposições permanentes uma abertura bastante grande para a criação de novos Estados. Quero dizer que esta questão da criação de novos Estados não merece de ninguém uma posição *a priori*, nem contra, nem a favor. Depende de cada caso, depende de cada região e de fatores de natureza socioeconômica, geográfica e mesmo estratégica. Acreditamos, no entanto, que esse processo, que agora está facilitado, deve implicar também numa mobilização muito grande e significativa das populações regionais e num esforço muito grande por parte dos próprios Estados criados envolvidos. Não é intenção aqui impedir que a União assumas despesas com a criação dos novos Estados, porque uma vez aprovado o novo Estado, se a União não assumisse despesa, ele seria inviabilizado. Estamos apenas cuidando de outro aspecto, é de que a União não assumas despesas com inativos e despesas com encargos de dívida do Estado, por exemplo, que foi subdividido. No caso, não haveria razão nenhuma para que isso acontecesse. Se há um empregado aposentado pelo Estado determinado, ou se esse Estado incorreu em dívida interna e externa, não há razão alguma para que, dentro de uma subdivisão, a dívida seja transferida à União e indiretamente para o conjunto dos outros Estados. É por isso que a nossa emenda diz:

"É vedado à União, direta ou indiretamente, assumir encargos em decorrência da criação de Estado referentes a despesas com pessoal inativo e com encargos e amortização da dívida interna ou externa da administração pública, inclusive da indireta."

Este é o objetivo fundamental da nossa emenda, uma vez que se supõe, subdividindo um Estado, que seus inativos ou as suas dívidas interna ou externa continuam sendo de responsabilidade dos Estados. É sabido que ao criar o Estado, na medida em que eu o subdivido – esse não é o caso dos Territórios, porque os Territórios já integram, por exemplo, o Fundo de Participação – mas quando eu subdivido um Estado, estou aumentando o montante do Fundo de Participação que vai para o antigo Estado. Se eu, por exemplo, subdividisse – o que não aconteceu – o Estado de Minas Gerais, criando o Estado do Triângulo de Minas Gerais, é evidente que eu teria que destinar mais Fundo de Participação para a soma desses dois Estados e, portanto, diminuir o que vai para os demais Estados, ou seja, ao criar o Estado, estou criando um encargo para o conjunto dos outros Estados que recebem Fundo de Participação. Este é um dado importante.

A mesma coisa ocorre com relação aos municípios. Não estamos propondo medidas quanto a isso, mas estamos propondo que a União não fique com a dívida do antigo Estado, com as dívidas e os encargos dos inativos, porque isso, direta ou indiretamente, subtrairá recursos do resto da Federação. Quando se cria um Estado, até que haja um processo efetivo de sua afirmação como uma nova Unidade da Federação, achamos ser muito importante que esses dois Estados, três, enfim, o que dê na

subdivisão, assumam as responsabilidades de passivo que tinha o antigo Estado no passado – coisa, evidentemente, que não se aplica da mesma maneira aos Territórios, uma vez que os Territórios já eram unidades onde a União assumia as responsabilidades diretamente, é outro processo, portanto, não se aplica a Territórios. Estamos, na verdade, tratando dos Estados, porque são os Estados que assumem dívida externa e interna ou que têm inativos próprios, porque têm empregados próprios; nos Territórios os empregados são da União.

Essa é a razão, portanto, da nossa emenda que esperamos ver aprovada por este Plenário.

Estou pronto para esclarecimentos adicionais que se façam necessários. Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Tem a palavra o Constituinte Ottomar Pinto, que encaminhará contra.

**O SR. CONSTITUINTE OTTOMAR PINTO:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, louvável o empenho do nobre Constituinte José Serra na preservação do patrimônio público federal. Mas é preciso considerar o seguinte: foram aprovadas ontem nesta Comissão de Sistematização emendas ou destaques de emendas criando o Estado do Tocantins e transformando em Estados os atuais Territórios de Amapá e de Roraima. É bem verdade que S. Ex.<sup>a</sup> exclui as despesas com pessoal inativo dos novos Estados de Roraima e Amapá. Excluiu porque, realmente, eles eram Territórios.

Entendemos que a proposição do ilustre Constituinte José Serra está prejudicada, primeiro, pelas decisões que foram tomadas ontem, soberanamente, por esta Comissão de Sistematização; segundo, porque na vigência da atual Carta Magna novos Estados que vierem a se constituir o serão através de uma lei complementar, e a lei complementar, naturalmente, vai definir a forma de institucionalização desses novos Estados.

Acreditamos que seja até salutar que, de agora em diante, a União não assumia mais a dívida pública dos diversos Estados. É verdade que esta prática, até hoje, vem ocorrendo de forma sistemática. Trata-se de uma medida salutar, saneadora, que daqui por diante se evite essa práxis de assumir a União encargos que os Estados fazem ao sabor dos seus interesses, como também das suas necessidades, é bom que se frise.

Mas, no que se refere à criação de novos Estados, voltamos a insistir e a repisar nesta tecla. A emenda proposta é prejudicada pelo que foi votado aqui ontem e mais prejudicada, ainda, porque futuros Estados que venham a se constituir neste País, nesta Federação, serão institucionalizados através de lei complementar. E nós temos de dar um crédito de confiança aos legisladores de hoje e de amanhã. Eles haverão, por certo, na institucionalização dessas novas Unidades Federativas, de levar em conta os superiores interesses de todo Brasil, de União Federativa do Brasil.

De maneira que encaminho contra a proposta de Constituinte José Serra, pela prejudicialidade porque contraria o que foi aprovado ontem aqui e porque a criação de novos Estados se faz através de um instrumento da lei complementar e, por consequente, essa lei complementar poderá ter as cautelas que o Constituinte José Serra pretende colocar como cláusulas pétreas na Constituição que está sendo votada e aprovada.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ SERRA:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Tem palavra, pela ordem, o Constituinte José Serra.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ SERRA:** – Gostaria de prestar um esclarecimento a respeito da nossa emenda. A nossa emenda refere-se exclusivamente a encargos de

inativos e de dívida externa e interna dos antigos Estados que foram, eventualmente, subdivididos ou até fundidos, como foi o caso do Estado do Rio de Janeiro.

Não tem nada a ver com as despesas de criação dos novos Estados, que são sempre despesas que existem.

Parece-me absolutamente justo que a União...

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Constituinte José Serra, V. Ex.<sup>a</sup> já encaminhou a matéria, já fez o seu esclarecimento, e não pode encaminhar novamente.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ SERRA:** – Então, permita-me apenas um esclarecimento a respeito da questão...

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Para esclarecer.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ SERRA:** – Perfeito. O Território é uma entidade que é administrada pela União, a dívida externa, interna, os inativos já são da União. Portanto, o meu dispositivo não se aplica para Territórios inclusive não haveria nenhuma dificuldade, é que nós não podemos fazer isso agora, colocar, "salvo transformação de Territórios" inclusive os Territórios são um número limitado, portanto nada tem a ver com o território, e a própria emenda aprovada ontem, com relação aos Territórios criados, já estabelece a ressalva, nós já fizemos a consulta a respeito da prejudicialidade e não há nenhuma prejudicialidade.

**O SR. CONSTITUINTE OTTOMAR PINTO:** – Sr. Presidente, o Constituinte José Serra está encaminhando novamente...

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ SERRA:** – Porque foi argumentado sobre a prejudicialidade, e ela não existe no caso. Isto é preciso ficar muito claro.

**O SR. CONSTITUINTE SIQUEIRA CAMPOS:** – Sr. Presidente, dê-me o direito de contraditar, obedeci àquilo que foi recomendado que fossem somente dois, mas, o Constituinte José Serra já falou duas vezes. Eu precisava pelo menos contraditar.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – O Constituinte Mozarildo Cavalcanti está inscrito para falar.

**O SR. CONSTITUINTE SIQUEIRA CAMPOS:** – Era para dizer que a Emenda do Constituinte José Serra está inserida naquele contexto em que ele procura defender São Paulo de tudo, mas não está defendendo. Ele está submetendo São Paulo a todas as pressões, porque este País não pode avançar, não quer vincular recursos, e isto é um absurdo, Sr. Presidente. Encerro, e agradeço o ensejo que V. Ex.<sup>a</sup> me deu de contraditar esta questão.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Tem a palavra o Constituinte Mozarildo Cavalcanti.

**O SR. CONSTITUINTE MOZARILDO CAVALCANTI:** – Sr. Presidente, havia assumido com V. Ex.<sup>a</sup> o compromisso de desistir da minha inscrição, caso não houvesse novo encaminhamento a favor. O Constituinte José Serra fez novo encaminhamento a favor. Então, o que eu quero, aditando as palavras do Constituinte Ottomar Pinto, é dizer, primeiro, que na emenda do Constituinte José Serra não tem a expressão que S. Ex.<sup>a</sup> disse, "salvo a transformação dos Territórios federais". Portanto, também abrange o caso dos Territórios federais.

Ademais, para esta emenda ser justa teria que dizer que a União não assumiria encargos desta ordem nem mesmo com os Estados existentes, e por que só com os Estados que vão ser criados? Na realidade, beneficia somente os Estados que já estão criados e garroteia, faz realmente um obstáculo definitivo na Constituição para criação de novos Estados. Sabemos que esta matéria de criação de novos Estados merece atenção, uma reflexão

mais profunda de todo o Brasil, principalmente dos Srs. Constituintes, mas não podemos aceitar essa emenda porque ela garroteia, proíbe em definitivo a criação de novos Estados. No entanto não dá essas mesmas proibições aos Estados já atualmente existentes. Se essa emenda fosse equânime, igual para todos, a União não assumiria mais encargos dos Estados, nem os existentes nem os a serem criados. Mas aqui só se refere aos Estados que venham a ser criados.

Portanto, é uma emenda discriminatória, com todo respeito, que não deve realmente merecer a aprovação dos Srs. Constituintes por uma questão de justiça, de igualdade.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. **(Muito bem! Palmas)**

**A SRA. CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Constituinte Cristina Tavares, pela ordem.

**A SRA. CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES:** – Sr. Presidente, o plenário continua cheia de lobistas. É difícil andar nos corredores sem que haja esse instituto do lobismo dentro do plenário. Peço, encarecidamente, a V. Ex.<sup>a</sup> que tome providências junto à Segurança, para que isto não volte a ocorrer. Todos os dias se faz reclamação e todos os dias essas coisas continuam a ocorrer.

Muito obrigado a V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Solicito às pessoas que não estão credenciadas que se retirem do plenário, sob pena de solicitarmos à Segurança que tome as providências legais.

Existem as galerias e o mezanino. Solicito a todas as pessoas que não estão devidamente credenciadas que se retirem do plenário, e solicito à Segurança que, se as pessoas não se retirarem dentro de três minutos, providencie a retirada.

Concedo a palavra à Relatoria para se pronunciar sobre a destaque.

**O SR. CONSTITUINTE VIRGÍLIO TAVORA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a nossa opinião é bem curta e não precisa maiores detalhes a respeito.

Realmente, é matéria de lei complementar. Entendemos que, na Constituição, da forma como foi colocado, sem explicitação, será assunto para muita discussão quando de sua aplicação, tornando inexecutível a criação de novos Estados.

Sr. Presidente, o parecer da Relatoria é contrário.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Em votação.

Solicito que os Srs. Constituintes tomem seus lugares. É que as pessoas credenciadas se afastem da porta.

Aos credenciados e Assessores estão reservados os assentos nas três últimas filas. Peço, portanto, que desobstruam a porta de saída. **(Pausa)**

#### **(Procede-se à votação)**

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Almir Gabriel, Antônio Britto, Artur da Távola, Carlos Mosconi, Carlos Sant'Anna, Celso Dourado, Cristina Tavares, Egídio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Lyra, Haroldo Sabóia, José Geraldo, José Ignacio Ferreira, José Paulo Bisol, José Richa, José Serra, Manoel Moreira, Nelson Carneiro, Nelson Friedrich, Renato Vianna, Virgildásio de Senna, Wilson Martins, Jorge Hage, José Costa, José Tavares, Márcio Braga, Michel Temer, Miro Teixeira, Nelson Wedekin, Octávio Elísio, Roberto Brant, Rose de

Freitas, Ziza Valadares, Alcení Guerra, Antoniocarlos Mendes Thame, Eraldo Tinoco, José Jorge, José Thomaz Nonô, Luís Eduardo, Sandra Cavalcanti, Enoc Vieira, José Lourenço, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Plínio Arruda Sampaio, José Genoíno, Roberto Freire e Antonio Farias. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Ademir Andrade, Bernardo Cabral, Fernando Gasparian, Francisco Pinto, Mário Lima, Nilson Gibson, Paulo Ramos, Raimundo Bezerra, Rodrigues Palma, Sigmaringa Seixas, Antonio Mariz Chagas Rodrigues, João Agripino, Uldurico Pinto, Aloysio Chaves, Inocêncio Oliveira, José Lins, José Santana de Vasconcellos; Mário Assad, Oscar Corrêa, Paulo Pimentel, Ricardo Fiuza, Annibal Barcellos, Jonas Pinheiro, José Tinoco, Mozarildo Cavalcanti, Valmir Campelo, Gerson Peres, José Luiz Maia, Virgílio Távora, Brandão Monteiro, José Maurício, Lysâneas Maciel, Francisco Rossi, Ottomar Pinto, Adolfo Oliveira, Siqueira Campos, Haroldo Lima e Jamil Haddad. **ABSTENÇÃO** dos Senhores Constituintes: Carlos Chiarelli e Jarbas Passarinho.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 50 Constituintes; votaram NÃO 39 Constituintes; abstiveram-se de votar 02 Constituintes. Total: 91 votos. O Destaque foi aprovado.

**Destaque nº 167-87 – Emenda nº ES-32979-1, do Sr. Wilson Souza, com co-autoria: Jamil Haddad, Brandão Monteiro e outros, "que substitui art. 1º do Título X do Substitutivo nº 1 (art. 6º do Título IX do Substitutivo nº 2)". (502ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Em votação o requerimento de preferência do Destaque nº 0167, de autoria do Constituinte Wilson Souza, para a Emenda nº 32979.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ SERRA:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Tem a palavra o nobre Constituinte José Serra, pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ SERRA:** – Sr. Presidente, apenas com relação à votação que foi feita, quero deixar um esclarecimento de que, realmente, a emenda aprovada não afeta em nada, rigorosamente em nada, a transformação de Territórios em Estado. Quero que isto fique consignado em Ata, inclusive para que o legislador do futuro possa dar uma interpretação adequada.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Tem a palavra o Constituinte Jamil Haddad.

**O SR. CONSTITUINTE JAMIL HADDAD:** – Sr. Presidente, V. Ex.<sup>a</sup>, com toda a razão, solicitou a saída dos lobistas do Plenário. Estou sendo sabedor de que estão fechadas as portas das galerias. Há inúmeros marinheiros, na Casa, querendo assistir à votação referente à anistia.

Peço a V. Ex.<sup>a</sup> que mande a Segurança fazer a abertura das portas das galerias.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Nobre Constituinte Jamil Haddad, V. Ex.<sup>a</sup> levantou uma questão e, ao final faz um requerimento.

Devo informar a V. Ex.<sup>a</sup> e ao Plenário que busquei informações a respeito. Todas as senhas entregues aos partidos foram distribuídas, o que impossibilitaria, em princípio, que as pessoas que se encontram lá fora sem senha entrassem.

Solicitei ao Sr. Constituinte Jorge Arbage, Segundo-Vice-Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, tomasse providências no sentido de liberar, em parte, as galerias, para que as pessoas que não tenham senha, em virtude de as galerias estarem vazias, possam acompanhar os trabalhos.

Esta providência já foi tomada.

Em votação a preferência para o Destaque nº 0167, do Constituinte Vilson Souza.

Os Srs. Constituintes que a aprovam permaneçam sentados. **(Pausa)**

Aprovada.

Tem a palavra o Sr. Constituinte Vilson Souza.

**O SR. CONSTITUINTE VILSON SOUZA:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, esta emenda é coletiva, não representa a manifestação única e exclusiva de um só Constituinte, mas tem a subscrição de aproximadamente 105 companheiros Constituintes.

A emenda ora submetida à apreciação deste Plenário resulta de profundo esforço de conciliação e negociação na tentativa não só de resgatarmos a pacificação da Nação como também reintroduzirmos, na vida política, pessoas atingidas, reconhecendo-lhes a honra ferida pelo Movimento de 1964, nesse amplo espectro de negociação, de debate político.

A emenda se junta a duas outras – uma, de autoria do Constituinte Jamil Haddad; e outra, do Constituinte Brandão Monteiro. E procurando, por todos os meios possíveis, resgatar os compromissos que esta Constituinte tem para com a Nação e para com cada um dos brasileiros, nesse esforço de entendimento, a emenda cuja cópia a maioria dos Srs. Constituintes já possuem, foram suprimidos dispositivos e expressões que, embora não assegurem a anistia ampla, geral e irrestrita que todo. defendíamos no nosso caminhar histórico, representam no entanto, o entendimento.

Do **caput** do art. 1º da emenda foi retirada a expressão "ampla, geral e irrestrita", bem como a expressão "atos administrativos". Foi retirado da emenda também o dispositivo que permitia a reintegração dos militares e dos civis cassados aos seus cargos e às suas funções. Foram retiradas outras disposições como, por exemplo, a que estabelecia um prazo fatal de 90 dias para que fosse implementada a anistia, que seria concedida àqueles que, por não respeitarem a ordem vigente em 1964, derrotado frente ao movimento militar, foram excluídos dos seus cargos e das suas funções.

Srs. Constituintes, há necessidade de que esta Assembléia Nacional Constituinte, que é a emanção da vontade política da Nação, recupere o compromisso histórico das forças políticas em pacificar a Nação. Esta Constituição não será digna de nós, brasileiros, se não propicia os instrumentos e os mecanismos dessa pacificação. Que não haja, na Pátria, o ódio disseminado pelo movimento revolucionário, pelo movimento militar de 1964.

É bom que se diga aqui que, apesar de todos os esforços de negociação, alguns setores resistem e, inclusive, lançam o argumento do caos, da derrota de que ao aprovarmos a anistia ampla, estaríamos afrontando as Forças Armadas. E isso não é verdadeiro – não é verdadeiro porque as Forças Armadas não estão acima da Nação e não estão acima da Assembléia Nacional Constituinte. Reconhecemos a importância fundamental do papel das Forças Armadas no processo de transição política. E digo mais: talvez o segmento militar tente sido aquele que melhor se preparou para a transição. Mas é extremamente auspiciosa a declaração dos Ministros Militares quando reconhecem a soberania da Assembléia, Nacional Constituinte e submetem-se ao cumprimento das decisões tomadas por este Plenário. Conseqüentemente, se há o compromisso de acatamento das nossas de cisões, por processos invisíveis que percorrem este Plenário, legitimar aquilo que não queremos, legitimar a função tutelar das Forças Armadas sobre a sociedade civil.

É claro que nós reconhecemos a importância fundamental das Forças Armadas no processo político. Temos

até obrigação de interagir politicamente para garantir o aprofundamento dos processos político e democrático. Mas também deveremos ter a exata medida da soberania desta Assembléia. Há necessidade de que esta Assembléia resgate os compromissos históricos.

E falo para o meu Partido, falo pensando em um Partido que não é só uma agremiação eleitoral, falo para um Partido que não busca exclusivamente os despojos do Estado, falo para um Partido que é um instrumento de canalização das reivindicações da sociedade, falo para um Partido que tem compromissos com a História e com a sociedade, um Partido que tem compromissos com o seu programa. E consta do programa do PMDB, consta do seu caminhar histórico o compromisso de conceder a anistia ampla e geral a todos os brasileiros.

Neste sentido, lembro aos membros do PMDB que a última convenção extraordinária do Partido, realizada em julho deste ano, aprovou moção que propõe a aprovação, de forma incondicional, da anistia ampla, geral e irrestrita. Lembro também as palavras de nosso Líder em exercício, Constituinte Euclides Scalco, no encaminhamento da votação do Substitutivo do Relator, quando dizia que esses compromissos são fundamentais, porque o nosso Partido os assumiu em convenção. Repito: isso é consenso e, óbvio, os Constituintes são livres nas suas manifestações, mas aqueles que são do PMDB devem acompanhar o programa e as decisões partidárias. Finalmente, Sr. Presidente, as palavras ao Presidente desta Casa e do PMDB, Ulysses Guimarães, publicadas no **Jornal do Brasil**, de 25 de outubro de 1985, após a aprovação da Emenda Constitucional nº 26: "Nós resgatamos um compromisso partidário, que era a convocação da Constituinte. Com relação à anistia, foi feito o melhor que podíamos e, futuramente, provavelmente na Constituinte, a questão deverá ser revista para um maior avanço".

Por isso, apelo para a consciência de V. Ex.<sup>as</sup>, o compromisso histórico que todos temos para com a Nação, no sentido de concedermos a anistia, senão ampla, geral e irrestrita, mas a anistia possível, uma anistia sem nos agacharmos e nos envergonharmos, enfim, uma anistia que recobre os nossos compromissos.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Tem a palavra o Constituinte Ricardo Fiúza, que encaminhará contra a proposição.

**O SR. CONSTITUINTE RICARDO FIÚZA:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes:

Tratamos hoje de um dos temas mais importantes de todo o nosso trabalho. Esse tema tem sido enfocado muito mais pela emoção que pela razão.

Há aqueles que ponderam e aqueles que divergem de fórmulas e de emendas, e que são logo tachados de ser antianistia.

Devo dizer, Sr. Presidente, para iniciar as nossas palavras, que sou absolutamente a favor da anistia ampla, geral e irrestrita, por motivação política. Portanto, não admito que ninguém seja repositório da verdade universal e que me imputem uma posição antianistia.

Mas acho, Sr. Presidente, que este assunto tem que ser tratado com serenidade, com razão e menos emocionalismo. O tema da anistia acompanha o trabalho desta Assembléia Nacional Constituinte desde a Emenda nº 26/85, que convocou.

O espírito da Emenda nº 26 permaneceu coerente com a generosidade brasileira, mantida e ampliada no Projeto de Constituição do Relator, no art. 6º, ora em discussão.

Animou o legislador de 85, muitos deles hoje Constituintes, a preocupação maior de corrigir injustiças e aplainar o caminho para a elaboração de uma Carta digna de nossa Nação.



A Emenda nº 26 concedeu anistia aos autores de crimes políticos ou conexos, abrangendo todos os que foram punidos ou processados por motivação exclusivamente política, no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, concedendo-lhes as promoções, a aposentadoria ou na reserva, ao cargo, posto ou graduação a que teriam direito se estivessem em serviço ativo.

O projeto do eminente Relator Bernardo Cabral ampliou seus efeitos no tempo de abrangência, atualizando-a até à promulgação da nova Constituição.

A questão objeto da Emenda tão eloqüentemente defendida pelo ilustre Constituinte Vilson Souza merece a nossa atenção e serena reflexão, notadamente em seus aspectos mais substantivos. A expressão "em decorrência de motivação política por qualquer diploma legal" abrange os atos administrativos, o que é inconveniente no que tange aos servidores militares, pois abalou seriamente os fins da sanção disciplinar nas Forças Armadas e compromete os princípios básicos da disciplina e da hierarquia.

Imaginem, Srs. Constituintes, que somente no ano de 1986 foram atingidos por atos administrativos, no Exército, 60 Oficiais e 311 graduados que tiveram suas carreiras bloqueadas pelo não preenchimento de requisitos de carreira e, assim, foram licenciados, transferidos para a reserva ou demitidos. O que se antevê, o que se imagina, o que decorrerá certamente com a anistia ora proposta é a formação de um novo contencioso, bastante apreciável, com militares que poderão pleitear tratamento idêntico ao concedido aos anistiados, com inevitáveis desdobramentos na esfera da Administração Pública e do Poder Judiciário.

Considerando-se o universo de oficiais, graduados e marinheiros, por ano, cerca de 1.500 homens deixam a Marinha por força de atos administrativos, por motivos regulamentares, inclusive os disciplinares.

A presunção de que foram amplamente satisfeitas todas as exigências das leis e estatutos, no que concerne à promoção dos militares, é aspecto que deve merecer a maior reflexão desta Comissão.

Aderir a qualquer movimento passaria a ser uma tentação, pois mesmo em caso de insucesso momentâneo, haveria sempre a possibilidade de uma anistia futura, com promoções e atrasados altamente compensadores que seriam alcançados sem os sacrifícios de uma longa carreira de curso, serviços, responsabilidades e preocupações.

A Emenda nº 26 já concedeu o que era possível em promoções, benefício que se amplia com o texto do Relator, neste último substitutivo.

O Relator garantiu "as promoções na inatividade, ao cargo, emprego, posto ou graduação a que teriam direito se estivessem em serviço ativo, obedecidos os prazos de permanência em atividade previstos nas leis e regulamentos vigentes e respeitadas as características e peculiaridades próprias das carreiras dos servidores públicos civis e militares".

Apenas para ilustrar, é bom ressaltar que de um universo de, por exemplo, 100 oficiais egressos da Academia Militar, apenas 50 chegam ao posto de Coronel e, destes e somente 3 galgam o Generalato.

Refletam sobre o montante que o erário terá que despendar para o pagamento de atrasados relativos a salários, vencimentos, vantagens, gratificações, pensões e diferenças, desde a data da punição.

Não é da tradição brasileira anistias com pagamentos retroativos – a história registra.

Torna-se desnecessário assinalar a ineficácia do preceito que trata das vantagens pecuniárias de pensão es-

pecial aos dependentes dos servidores abrangidos pela anistia, já falecidos ou desaparecidos, uma vez que o Regulamento da Lei de Anistia, objeto de Decreto de novembro de 1979, em diversos artigos já cuida, como pretende a Emenda, do amparo aos dependentes dos anistiados.

Sr. Presidente, resumindo, é possível que, no meio de 1,500 marinheiros, haja injustiças. Mas aqueles aos quais se referem as propostas foram afastados por atos administrativos, por desobediência, inadequação à disciplina e aos regulamentos militares.

Devo lembrar ao Plenário que já foram afastados da Marinha, durante o período de 64 até hoje, 34 mil pessoas por atos administrativos, sem a menor conotação política.

A aprovação desta emenda, qualquer modificação no texto do Relator Bernardo Cabral, enseja, sem dúvida alguma, o direito líquido e certo por isonomia, por igualdade no tratamento, a que todos se julguem com o direito de recorrer à mesma medida.

Sr. Presidente, nesta hora dramática, precisamos ter coração e razão. Todos desejamos a grande conciliação nacional. Ninguém deseja que nenhuma só pessoa continue punida sem motivação política.

Mas, Sr. Presidente, o bom senso exige a manutenção abrangente do texto do Relator Bernardo Cabral.

**O SR. CONSTITUINTE MÁRIO LIMA:** – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Tem a palavra V. Ex.<sup>a</sup>, pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE MARIO LIMA:** – Sr. Presidente, eu solicitaria a V. Ex.<sup>a</sup> que desse conhecimento à Casa do teor da emenda a ser votada. Como ela resultou de diversos textos que se fundiram e de que se eliminaram partes, tenho dúvida e acredito que um bom número de Constituintes não tenha conhecimento exato do texto que iremos votar. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – A questão de ordem de V. Ex.<sup>a</sup> tem fundamento. Lerei o texto, antes da votação, porque acho que os diversos oradores deverão posicionar-se a respeito.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ COSTA:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Concedo a palavra ao Constituinte José Costa.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ COSTA:** – Peço a V. Ex.<sup>a</sup> que me permita dirigir-me ao Sr. Relator nesta questão de ordem, para pedir a S. Ex.<sup>a</sup> que, considerando as inovações surgidas no **caput** da emenda votada informe, em primeiro lugar, se o texto que vai ser encaminhado à votação, com o parecer da Relatoria, possibilita a reintegração do militar anistiado no serviço ativo. Segunda questão: se a aprovação da emenda permitirá o ressarcimento às famílias de Senadores, de Deputados, Prefeitos, Vereadores que foram casados, foram punidos por atos da Revolução; ressarcimento financeiro a essas famílias, na hipótese, até, de falecimento, etc. Estas duas questões eu gostaria que o eminente Relator abordasse no seu parecer, para definição do meu voto.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Penso que o Relator se posicionará sobre essa matéria depois do encaminhamento.

Concedo a palavra ao Sr. Constituinte Roberto Freire.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Sr. Presidente, Srs. e Sras. Constituintes, quando me inscrevi para encaminhar, alguns companheiros, inclusive, admi-

tiam não ter sido uma boa opção por ser um comunista notório, por fazer parte de um Partido que talvez tenha sido aquele que mais lutou por anistias, não apenas nessas últimas anistias. Respondi que era exatamente por isto que tinha a capacidade de vir aqui discutir e resgatar algo fundamental, resgatar a luta de todos os democratas e que teve, no final do Governo Figueiredo, a possibilidade de se concretizar na chamada conciliação nacional, no esquecimento que a anistia poderia viabilizar. Particularmente nós, os comunistas, que nunca fizemos política na perspectiva do revanchismo, porque sempre tivemos a perspectiva do futuro, temos de recordar a nossa luta pela anistia quando proposta pelo General Figueiredo, que era restrita, que não atingia a todos e que queria ser recíproca. E nós, dentro do então MDB, com o Partido Comunista ainda na ilegalidade, defendíamos a aprovação, mesmo que fosse uma anistia restrita a uma única pessoa; para que essa pessoa pudesse se integrar na luta mais ampla de todos.

Hoje, este País já anistiou quase que a totalidade daqueles que sofreram perseguição política. Mas há exceções. Existem, ainda, no Brasil, em 1987, no Brasil da Assembleia Nacional Constituinte, no Brasil da transição para a democracia, no Brasil que goza de liberdade, existem ainda cidadãos brasileiros discriminados, perseguidos não anistiados! **(Palmas)**

Essa proposta do Constituinte Vilson Souza não atende a esses não anistiados, mas faz parte do acordo feito com todos os anistiados, os não anistiados, os que lutaram pela anistia, aqueles que querem um Brasil democrático aqueles que têm a responsabilidade de realmente conciliar a Nação do ponto de vista político, para que iniciemos uma nova etapa de República Democrática, esta proposta representa exatamente isto: essa perspectiva.

Os marinheiros, os praças de pré, os fuzileiros navais não foram punidos. Muitos foram, mas esses que não foram anistiados não foram punidos por indisciplina ou insubordinação. Claro que indisciplina e insubordinação podem ter sido entendidas como praticadas por aqueles que lutavam pela legalidade. Mas essa discussão não cabe aqui. Eles foram punidos por motivação política, foram perseguidos politicamente. É tão evidente isto que todos aqueles que buscam o Judiciário têm atendidos os seus pleitos, porque fica evidenciada a sua perseguição política e a punição por crimes políticos, assim considerados na época pela ditadura, pelo poder dominante, pelos comandos das Forças Armadas.

O Judiciário reconhece, mas o Legislativo precisa resgatar, para que não seja necessário o Judiciário assim reconhecer. A motivação foi política, politicamente foram punidos, vamos apurar individualmente os casos, mas anistiar todos aqueles que concretamente foram perseguidos, foram punidos! **(Palmas)**

Não se trata de revanche, até mesmo porque as Forças Armadas fazem parte da Nação e com elas temos de construir a democracia e não com elas nos confrontarmos para evitar, como desejam alguns, o processo de convivência democrática.

Não se trata de posição contra as Forças Armadas; ao contrário, trata-se de uma posição de integrá-las totalmente no Brasil democrata que queremos construir, e vamos conseguir no momento em que resgataremos a luta empreendida pelo PMDB, o antigo MDB, e por todos os democratas, todos aqueles que acharam que era tempo de dar um basta ao autoritarismo, às perseguições e sonhar com um Brasil democrata! **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Com palavra o Constituinte Egídio Ferreira Lima, que encaminhará contra a proposição.

**O SR. CONSTITUINTE EGÍDIO FERREIRA LIMA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, essa temática é a que

contém uma carga de delicadeza maior. A emoção está dentro dela, porque traz também, na sua amplitude, sangue, sofrimento, lesões, que se verificaram neste País durante longo período.

Em maio de 1984, quando neste Plenário se travava a luta pelas diretas, e quando começou a ficar claro que nós não iríamos conseguir, pelo voto do Congresso, a eleição direta, em entrevista à **Folha de S. Paulo**, eu dizia naquele momento: "Vamos passar pelo colégio eleitoral, e com este ato vamos estabelecer uma sobrevida do regime autoritário, uma sobrevida do sistema". E nós, hoje, estamos vivendo não mais nem menos do que esta sobrevida. De lá até aqui têm sido grandes os avanços, mas avanços por etapas. Nós não estabelecemos a ruptura no processo. Como poderemos afastar o condicionamento militar, a tutela dos militares que, pelo menos, desde a Constituição Republicana pesa sobre este País, senão por um processo lento, enervante, por um fio de navalha, por um andar em terreno minado, pela consciência plena do que é o processo político, a sua dialética e as suas contradições?

A anistia, meus prezados companheiros, talvez seja a concepção mais bela, mais magnânima do pensamento humano; ela é um instituto político-jurídico que apaga o passado, faz esquecer as mágoas, se deflagra como se nada tivesse ocorrido outrora; é o perdão, a graça total e completa, o esquecimento.

Mas a anistia nem sempre é um ato abrupto e de momento, sobretudo quando o processo é complicado, como o que estamos fazendo, em que não houve ruptura com regime autoritário passado, em que estamos vivendo uma dolorosa, angustiante e tensa convivência com a sobra, com o resto, com a presença do sistema que durante vinte anos atormentou este País.

Ulysses Guimarães, em 25 de outubro de 1985, bem definiu o que era o processo, o procedimento, o caminhar no sentido da anistia. Disse S. Ex<sup>a</sup>, naquela oportunidade: – "Nós resgatamos um compromisso partidário, que era a convocação da Constituinte."

Com relação à anistia, foi feito o melhor que podíamos, e, futuramente, é bem provável, na própria Constituinte, a questão deverá ser revista para um maior avanço; não um avanço total, completo, porque você não escolhe a hora de conceder a anistia; é o processo, a dialética e a contradição desse processo que oferecem este momento. E estamos num caminhar no sentido da anistia, a mais profunda e ampla. Ela se iniciou em 1979, com a primeira lei; depois, ampliou-se, com a Emenda Constitucional nº 26, e se amplia agora com o texto Bernardo Cabral.

Deus queira e permita que possamos afastar do caminho os resquícios do autoritarismo e que, com esta Carta, possamos, realmente, abrir os caminhos da democracia. Mas, meus amigos, não teremos democracia neste País enquanto não conquistarmos, para a democracia, os militares, enquanto não fizermos com que o condicionamento em que eles se encontram, com sua visão autoritária e canhestra, não se afaste.

Votar, neste momento, por anistia completa, total, justa e humana seria uma irreabilidade, uma não percepção do momento; seria uma não capacidade para administrar o curso do processo histórico.

Se queremos uma democracia e acreditamos no caminho pacífico para esta democracia, temos que pagar o ônus, esperar que esta anistia se faça por etapas e até por conta-gotas.

Sr. Presidente, o PMDB, por sua Liderança, se manifesta contra a emenda pelas razões aqui por mim expostas.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Tem a palavra o Sr. Relator.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente Srs. Constituintes, respondo à indagação do eminente Constituinte José Costa que deseja saber se na Emenda Vilson Souza estarão abrangidos todos que tenham sido punidos por atos institucionais e se os dependentes dos servidores civis e militares terão direito a vantagens pecuniárias. A resposta é sim. No art. 1º e no § 2º do art. 1º, porque quanto aos demais incisos o eminente Constituinte Vilson Souza retirou a todos, a exceção da contagem do período de afastamento como tempo de efetivo serviço prestado.

A Relatoria ouviu as duas partes, tanto de defesa quanto de oposição à emenda, nada tem a acrescentar e, por coerência, pede a manutenção do texto.

**O SR. PRESIDENTE (Brandão Monteiro):** – Em votação.

A Presidência solicita aos Srs. Constituintes que tomem os seus lugares para que se proceda à votação.

#### (Procede-se à votação)

**O SR. SECRETARIO (Adolfo Oliveira):** – Como vota nobre Constituinte Plínio Arruda Sampaio?

**O SR. CONSTITUINTE PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO:** – Sim, com declaração de voto que encaminharei à Mesa.

**O SR. SECRETARIO (Adolfo Oliveira):** – A nossa Assessoria informa que foram chamados três Constituintes em excesso, porque o FMDB tinha direito a 12 votos e foram chamados 15.

Assim, pedimos escusas pelos cancelamento dos votos dos eminentes Constituintes João Agripino, Miro Teixeira e Uldurico Pinto.

Sendo assim, os votos SIM ficam reduzidos a 32.

#### (Prossegue a votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Artur da Távola, Carlos Mosconi, Celso Dourado, Cristina Tavares, Fernando Lyra Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, João Calmon, José Ignácio Ferreira, José Paulo Bisol, Mário Lima, Nelton Friedrich, Paulo Ramos, Sigmaringa Seixos, Chagas Rodrigues, João Natal, Márcio Braga, Michel Temer, Nelson Wedekin, José Thomaz Nonô, Brandão Monteiro, José Mauricio, Lysâneas Maciel, Francisco Rossi, Ottomar Pinto, Plínio Arruda Sampaio, José Genoíno, Haroldo Lima, Roberto Freire e Jamil Haddad. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Antônio Britto, Bernardo Cabral, Carlos Sant'Anna, Cid Carvalho, Egidio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Gasparian, Fernando Henrique Cardoso, José Geraldo, José Richa, José Serra, José Ulisses de Oliveira, Manoel Moreira, Nelson Jobim, Nilson Gibson, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Rodrigues Palma, Severo Gomes, Wilson Martins, Antonio Mariz, Daso Coimbra, José Costa, José Tavares, Roberto Brant, Ziza Valadares, Mário Covas, Alcení Guerra, Aloysio Chaves, Antoniocarlos Mendes Thame, Arnaldo Prieto, Carlos Chiarelli, Eraldo Tinoco, Gilson Machado, Inocêncio Oliveira, José Jorge, José Lins, José Santana de Vasconcellos, Luís Eduardo, Mário Assad, Osvaldo Coelho, Paulo Pimentel, Ricardo Fiúza, Sandra Cavalcanti, Annibal Barcellos, Enoc Vieira, Furtado Leite, Jonas Pinheiro, José Lourenço, José Tinoco, Antônio Carlos Konder Reis, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia, Virgílio Távora, Adylson Motta, Bonifácio de Andrade, Adolfo Oliveira, Siqueira Campos e Antonio Farias, **ABSTENÇÃO** do Senhor Constituinte Almir Gabriel.

#### DECLARAÇÃO DE VOTO

Senhor Presidente da Comissão de Sistematização

Votei favoravelmente à emenda nº ES-32979 de autoria do Deputado Vilson Souza, que amplia benefícios con-

cedidos pelas anteriores leis de anistia aos punidos durante o regime autoritário. Se aprovada, essa emenda poderá beneficiar-me, dado que me incluo entre os funcionários públicos cassados em 1964. A circunstância poderia indicar-me o caminho da abstenção, mas, se o fizesse estaria prejudicando milhares de modestos funcionários arbitrariamente atingidos pelo regime militar.

Por isso, ao enunciar meu voto, protestei pela apresentação da seguinte declaração: declaro que não irei requerer nem receberei qualquer benefício pecuniário em decorrência de eventual aprovação da referida emenda, por considerar que, no meu caso pessoal, é suficiente o ressarcimento estabelecido nas anteriores leis de anistia.

Brasília, 16 de novembro de 1987. – **Plínio Arruda Sampaio.**

#### DECLARAÇÃO DE VOTO

Senhor Presidente,

Na forma regimental, venho requerer a Vossa Excelência autorize fazer constar nos anais da Assembléia Nacional Constituinte, a declaração de voto que se segue:

Votei contrariamente à Emenda nº ES-32979, de autoria do nobre Senhor Deputado Vilson Souza, em razão de sua formulação técnico-jurídica. De fato, a inclusão no **caput** do art. 1º da emenda, da expressão "na presunção de que foram amplamente satisfeitos", após a oração considerando-se preenchidas todas as exigências das leis estatutos que regem a carreira de servidor público civil militar da Administração Direta e Indireta" estabelece regra eivada de incorreção técnico-jurídica pois que, em razão de sua formulação, resultaria difícil, senão mesmo impossível, a sua aplicação. E, por isso, o dispositivo, na prática, geraria conflitos e, em consequência, não atingiria o seu objetivo, de acordo, estou certo, com o propósito de seu nobre autor.

Confio que, nas etapas subseqüentes da elaboração constitucional, possa colaborar no sentido de dar ao texto a redação adequada.

Eis os motivos que me levaram a votar, por igual, contrariamente às demais emendas que, com os mais altos propósitos, visam a alterar o substitutivo do nobre Senhor Relator, Deputado Bernardo Cabral no que se refere aos arts. 6º, 7º e 8º que cuidam da Anistia.

Sala das Sessões, 17 de novembro de 1987. – Constituinte **Antônio Carlos Konder Reis.**

Durante a chamada nominal da votação do Destaque n. 167-87, o Sr. **Brandão Monteiro**, Segundo-Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. **Jarbas Passarinho**, Terceiro-Vice-Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 32 Constituintes; votaram NÃO 59 Constituintes; Absteve-se de votar 1 Constituinte. Total; 92 votos. O destaque foi **rejeitado**. Declaração de voto dos Senhores Constituintes Plínio Arruda Sampaio e Antônio Carlos Konder Reis.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ COSTA:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra, pela ordem, o Constituinte, José Costa.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ COSTA:** – Sr. Presidente, com a subscrição da Liderança do meu Partido, a Liderança do PDT, e se não me falha a memória, inclusive a Liderança do PT, foi pedida a preferência para uma emenda, de minha autoria, que é a de nº 28632 – peço a assessoria

da mesa a gentileza de encaminhar o pedido de preferência a V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Presidente. Essa emenda diz o seguinte:

"Aplica-se o disposto no § 4º do art. 6º, da Constituição Federal, a todos os atos que se tornaram insuscetíveis de apreciação do Poder Judiciário, a partir de 1º de abril de 1964."

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** — Já encontrei uma planilha feita. Inclusive, na minha bancada eu a estava recebendo, estou recebendo o documento agora. Portanto, peço a V. Ex.<sup>a</sup> tempo para responder, enquanto procuro saber com a Secretaria a razão pela qual não foi colocada na ordem que V. Ex.<sup>a</sup> prefere ou pretende a emenda citada.

**O SR. CONSTITUINTE FRANCISCO ROSSI:** — Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** — Tem a palavra, pela ordem, o Sr. Constituinte Francisco Rossi.

**O SR. CONSTITUINTE FRANCISCO ROSSI:** — Sr. Presidente, peço a palavra para uma explicação em relação a um assunto que entendo que diz respeito a toda a Comissão de Sistematização.

Trata-se de uma matéria do **Correio Brasiliense** assinada pelo jornalista A.C. Scartezini, que faz referências levianas a minha pessoa e que entendo atingem a toda a Comissão de Sistematização. Essa matéria diz que o Presidente Sarney ontem aqui perdeu a votação para o mandato de cinco anos porque três Constituintes teriam sido perdidos à última hora. Faz referências ao Constituinte Celso Dourado, ao Constituinte Carlos Chiarelli e diz que, no PTB, o Presidente Sarney perdeu o voto do Constituinte paulista Francisco Rossi, conservador, à espera de um negócio que não veio.

Sr. Presidente, não conheço esse jornalista, mas ele, sem dúvida, é um leviano.

O cidadão que faz uma referência dessa natureza fere a dignidade não só deste Constituinte, mas a dignidade de todos aqueles que compõem a Comissão de Sistematização.

Sr. Presidente, minha postura em relação aos quatro anos é sobejamente conhecida há muito tempo. O Sr. A. C. Scartezini, seguramente, não deve ler o próprio jornal para quem escreve porque o **Correio Brasiliense**, ainda no decorrer da semana passada, anunciava o meu voto como sendo a favor dos quatro anos.

Que negócio seria este que não veio?

Sr. Presidente, estou na política há 15 anos e sou homem de posses modestas porque nunca fiz da política um balcão de negócios, nunca fiz da política meios para enriquecer.

Faço, aqui, uma declaração pública, invocando o Líder Carlos Sant'Anna, de que em nenhum momento, Sr. Presidente, dei o voto a favor dos quatro anos, pressionado seja por quem for.

Quero aqui enaltecer o meu Líder, a quem dei conhecimento do meu voto há mais de um mês e, em nenhum momento o Líder Gastone Righi procurou-me para tentar mudar o meu voto, para tentar sequer qualquer providência que impedisse a minha manifestação, ontem, a favor ou não do mandato de quatro anos.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho Fazendo soar a campanha):** — Peço a V. Ex.<sup>a</sup> que conclua. V. Ex.<sup>a</sup> não está levantando uma questão de ordem, está fazendo um discurso pessoal. Peço a V. Ex.<sup>a</sup> que não se alongue.

**O SR. CONSTITUINTE FRANCISCO ROSSI:** — Sr. Presidente, eu me alonguei um pouco, sim, mas entendo

que se trata de matéria séria e estou cheio de indignação porque não vendo a minha consciência. Só se vive uma vez. Vim aqui com o compromisso exclusivo com a minha consciência, com as minhas bases. E as minhas bases, como todo o povo brasileiro, exige os quatro anos e foi dessa maneira que votei sem quaisquer pressões, sem quaisquer ofertas, porque a minha dignidade não está à venda. **(Palmas)**

**Destaque nº 4961-87 — Emenda nº ES-22950-8, do Sr. Jamil Haddad, "que substitui artigo 1º do Título X do Substitutivo nº 1 (art. 6º do Título IX do Substitutivo nº 2)". (503ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** — Sobre a mesa, requerimento de preferência, nos termos regimentais, para votação do Destaque nº 4.961, de autoria do Constituinte Jamil Haddad.

Pergunto a V. Ex.<sup>a</sup> se mantém este requerimento.

**(Pausa)**

Em votação o requerimento de preferência.

Os Srs. Constituintes que o aprovam queiram permanecer sentados. **(Pausa)**

Fica deferido o requerimento de preferência.

A Mesa terá alguma dificuldade ao analisar agora os diversos tipos de emendas de anistia porque elas se confundem muito. A mim particularmente, por exemplo, no momento a emenda do nobre Constituinte Jamil Haddad tem partes muito semelhantes daquilo que foi objeto de recusa, de rejeição, mas há partes que não foram votadas.

Tem a palavra o nobre Constituinte Jamil Haddad.

Como houve tanta modificação no texto inscrito, peço que V. Ex.<sup>a</sup> diga ao Plenário o que, na verdade, constitui a sua emenda.

**O SR. CONSTITUINTE JAMIL HADDAD:** — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, havia um acordo no sentido da reparação desta série de injustiças que até hoje prevalece neste País, qual seja, a não concessão de uma anistia ampla, geral e irrestrita àqueles que cometeram o grave crime de em 1964 defender um regime legalmente constituído. Nós não queremos o confronto, nós queremos a justiça e a pacificação.

Sr. Presidente, tenho em mãos, e apenas por uma questão de ética não direi o nome, um telegrama enviado a um dos líderes do Movimento da Anistia com o seguinte teor:

"Acuso o recebimento correspondência informo apoio anistia termos moção aprovada Convenção Nacional do PMDB".

É um dos grandes líderes do Congresso quem assina esse telegrama, e infelizmente hoje, Sr. Presidente, o seu voto foi contrário.

Sr. Presidente, fala-se que no ressarcimento dos atrasados seria estourado o erário nacional. Mas não se fala, Sr. Presidente, que se cedem 40 milhões de dólares à Transbrasil e que se dá a empresas falidas e quem paga é o povo; isto não se diz; não se diz que das 33 anistias já realizadas neste País, Juarez Távora, após anistiado, chegou logo a Capitão; Cordeiro de Faria foi a General de Divisão em 1946; Eduardo Gomes foi anistiado e chegou a ser o Patrono da Aeronáutica neste País; Dutra, foi Presidente 40 anos depois. Euclides Figueiredo chegou a General, Odilo Denys chegou a Ministro do Exército e Costa e Silva, que era considerado o orgulho do Levante de 22, chegou à Presidência da República. Isto não se diz, se sonega, e aqueles pobres marinheiros, que nada mais fizeram do que defender o regime legalmente constituído, são considerados mortos até hoje e suas mulheres recebem as suas pensões como se mortos fossem.

Onde está a palavra dos nobres companheiros do meu antigo MDB que fundei? do MDB em que fui cassado, de que muito me honro de ter sido? Eles não querem a pacificação, querem continuar recebendo a ordem unida. Eu não recebo ordem unida de ninguém! Não quero confrontos, mas para não ter a minha autonomia e independência para votar de acordo com a minha consciência, prefiro sair desta Casa.

Faço um apelo aos nobres companheiros. Negociamos, tentamos de todas as maneiras um acordo. Não haverá mais o retorno. A proposição que apresento é no sentido de que haja o ressarcimento, o qual será estipulado pelo Governo, através de um cronograma.

Sr. Presidente, não quero mais nesta Casa imaginar que para que sejam feitos acordos haja necessidade de assinaturas, mas a partir deste momento só assinarei documentos com as demais forças políticas desta Casa quando forem esses compromissos assumidos mais Lideranças, para que, amanhã, uma coisa que para nós tem que ser muito nobre, que é a nossa palavra, não seja desmoralizada sem provas.

Todos me conhecem e sabem que não sou de demagogia. Venho trabalhando junto aos cassados, nesta matéria, desde a primeira hora. Tinha uma emenda extremamente abrangente; abri mão da mesma, de quase todos os seus itens, porque havia um interesse maior, que era atender ao maior grupo possível de cassados, dentro de uma emenda, nesta Casa. E vimos, com tristeza e pesar, o voto à emenda do Constituinte Vilson Souza. Mas espero que ainda possamos recuperar em parte a intenção, aprovando a minha emenda e a do Constituinte Brandão Monteiro, que restauram a liberdade das mulheres dos marinheiros, para que possam dizer que estão vivas, que são casadas, que seus maridos encontram-se ao seu lado e para que os mesmos possam receber os seus vencimentos.

Dizem que foram cassados por atos administrativos e os Tribunais de Justiça têm dado ganho de causa a todos aqueles que requerem os seus direitos. Foi uma artimanha usada para negar esse direito aos marinheiros e esta Casa há de reparar essa injustiça.

Faço este apelo patético a companheiros com quem tenho o melhor relacionamento e o maior respeito; não me façam desacreditar nos mesmos!

Era o que tinha a dizer. **(Muito bem! Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Para encaminhar contrariamente à emenda tem a palavra o Sr. Constituinte Ottomar Pinto.

**O SR. CONSTITUINTE OTTOMAR PINTO:** – Sr. Presidente, Srs. membros da Comissão de Sistematização: votamos favoravelmente há pouco, a emenda do Constituinte Vilson Souza.

Fomos informados, durante os últimos dias, que esta emenda representava o consenso entre aqueles que foram atingidos pelos atos revolucionários e o segmento militar. Diziam que esta emenda atendia, de plano, todas as suas pretensões, que não eram descabidas.

Vemos, também, que a emenda do nobre Constituinte Jamil Haddad não inova nada no seu inciso II, porque as promoções que S. Ex.<sup>a</sup> prevê estão reconhecidas e definidas no substitutivo do Relator; por conseguinte, o inciso II da emenda do Constituinte Jamil Haddad está "chovendo no molhado", pois já foi atendido, plenamente, no que está disposto no segundo substitutivo do Relator ao falar que "são asseguradas as promoções na inatividade, cargo, emprego, posto, etc."

No que tange ao seu inciso III, "Recebimento de atrasados", também o substitutivo do Relator contempla esse benefício, divergindo da emenda Haddad, porque a recompensa financeira ou ressarcimento se faz apenas a

partir da data da promulgação da Constituição, ressalvados aqueles que já vêm recebendo há algum tempo, em função de anistias que foram concedidas anteriormente.

De modo que a emenda Haddad gera uma impossibilidade de cálculo. É difícil estipular o ilíquido a que fariam jus, se aprovada esta emenda, os beneficiários que ela visa a atender. É impossível dizer quando um determinado militar, que foi cassado, seria promovido a Tenente, a Capitão ou a Major, etc; se a sua aprovação seria por merecimento ou por antiguidade. Temos uma equação de 6, 8 ou 10 variáveis. É absolutamente impossível; é uma impossibilidade matemática e jurídica!

Não procede, por conseguinte, o pressuposto do nobre Constituinte Jamil Haddad, quando S. Ex.<sup>a</sup> fala no problema das mulheres de marinheiros cassados que hoje recebem como se seus maridos mortos fossem. Realmente, a expressão choca, mas isto é apenas um estratagemma de ordem jurídica para evitar que essas famílias, cujos chefes foram afastados por razões justas ou injustas, ficassem totalmente desprovidas de qualquer benefício. Tenho na minha família muitas pessoas nessa situação.

Tenho, inclusive, um cunhado que foi cassado. Defendia, intransigentemente, a candidatura de Brizola em Caxias do Sul, no Rio Grande do Sul. Exilou-se na Bolívia e a sua esposa ficou recebendo até determinado tempo como se fosse uma pensão de montepio; ou seja, o **post mortem** é apenas um artefato jurídico. Na realidade, o objetivo é generoso, é evitar que essas famílias fiquem sem receber coisa alguma.

A Emenda nº 29 conseguiu repor as contas nos seus devidos termos. O texto de Cabral amplia generosamente esses benefícios. Os próprios cassados em sucessivos encontros, que temos tido aqui na sala do café, ou no Salão Verde, reiteraram que o texto Vilson Souza atendia plenamente os seus objetivos, daí porque consideramos que fuge ao consenso que foi estabelecido a emenda Haddad, daí porque entendemos, também, que o texto do substitutivo do Relator atende na sua plenitude àquilo que representaria uma solução de compromisso entre os que foram prejudicados com os atos revolucionários e aqueles segmentos que, responsáveis por esses atos, entendem que uma revisão se faria necessária para estabelecer um denominador comum.

Encaminhamos contra a emenda do nobre Constituinte Jamil Haddad, porque entendemos que o texto do Relator atende a essa solução de compromisso entre os cassados e a administração pública.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Consulto o nobre Constituinte Miro Teixeira se deseja usar a palavra, apesar de ter só uma pessoa inscrita para falar contra.

**O SR. CONSTITUINTE MIRO TEIXEIRA:** – Sim, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE MIRO TEIXEIRA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, uma memorável peça que reproduz o discurso de Marco Antônio diante do cadáver de Júlio César, marca significativamente todos aqueles que a conhecem. É quando Marco Antônio esclarece, diante da multidão e do cadáver de César, que ali não estava para louvar César, mas sim, para enterrá-lo.

Não estou aqui para louvar as virtudes ou destacar os defeitos de dirigentes que assumiram o nosso País, a partir de 1964. O que pretendo, na defesa da Emenda do Constituinte Jamil Haddad, é enterrar um passado que pode significar para todos nós, aí sim, a partir desse momento, uma Nova República, pacificada, integrada, com todos os brasileiros unidos na construção democrática, que

tanto esforço, tanto sacrifício, tantas vidas custou. Quantos mandatos foram cassados ao longo dessa luta! Quantas vezes foram caladas ao longo dessa luta! Quantas vezes esta Casa foi fechada ao longo dessa luta! Aos poucos nós todos viemos conquistando isso que passou a ser chamado de abertura democrática ou de distensão, ou de transição democrática como atualmente. Ao contrário da Argentina, onde houve uma ruptura e civis e militares foram levados à barra dos tribunais, aqui no Brasil, não. Houve uma transição negociada e àqueles civis e militares que cometeram crimes contra o País foi concedido o perdão, o esquecimento com anistia votada nesta Casa, proposta, ainda, por um Presidente do regime militar, o General Figueiredo. À época, o Senador Paulo Brossard, na 163ª sessão conjunta da Câmara e do Senado, disse em memorável discurso:

"Votado hoje o projeto de anistia restrita ou da anistia mesquinha, ou da anistia caolha, ou da anistia paralítica. Hoje, ainda, daqui diremos ao Brasil: a nossa vitória está longe, longe ainda de ser alcançada. Mas, dia a mais, dia menos, ela virá pela voz dos homens que do fundo das trevas, não perdendo a esperança, anunciavam ao Brasil a anistia para os brasileiros."

O Deputado Ulysses Guimarães, Presidente da Assembléia Nacional Constituinte e Presidente do PMDB, em entrevista ao **Jornal do Brasil**, em 25 de outubro de 1985, quando foi convocada a Assembléia Nacional Constituinte, declarou:

"Nós resgatamos um compromisso partidário que era a convocação da Constituinte. Com relação à anistia foi feito o melhor que podíamos e, futuramente, provavelmente na própria Constituinte, a questão deverá ser revista para maior avanço."

Pois bem, o futuro chegou. Estamos aqui reunidos em Assembléia Nacional Constituinte, e o que desejo é demonstrar que a anistia não é uma pregação da revanche; a anistia é o esquecimento, a anistia é o caminho para sairmos do discurso da unidade nacional e iniciarmos a verdadeira prática da união nacional. **(Palmas)**

Foram punidos civis e militares. A maioria dos civis foi beneficiada pela anistia. O que se busca, agora, é exatamente o contrário daquilo que imaginam e divulgam os que pretendem produzir um conflito entre civis e militares. O que queremos, agora, é atender a esse grupo de militares que não foi atendido. As Forças Armadas, Sr. Presidente, pertencem à Pátria, e nós somos patriotas. Nós não queremos imaginar qualquer fórmula que possa descaracterizar a função das Forças Armadas. É bom que isso fique bem claro. Agora, é bom que fique bem claro, também, que não é possível que se deixem marinheiros, praças de pré, homens que se limitaram a defender a legalidade, continuarem pagando pelo crime que não cometeram. Seria como hoje nós considerarmos subversivos aqueles cabos ou soldados que não quiseram seguir o Tenente na tomada da Prefeitura num Município do Paraná. Defendiam esses homens a legalidade.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Peço a V. Ex.<sup>a</sup> que conclua, porque já ultrapassou o tempo de V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE MIRO TEIXEIRA:** – Agradeço a generosidade da Presidência. Estou concluindo.

Estamos aqui para reconhecer o direito àqueles que defenderam a legalidade. Nós já esquecemos o que foi cometido por aqueles que se insurgiram contra a legalidade, Sras. e Srs. Constituintes. Vamos fazer justiça, vamos fazer a justiça a que se referiu ontem aqui o Prof. Afonso Arinos. Muitas vezes nos colocamos no caminho da vitória. Muitas vezes essa vitória parece distante, mas

sempre seguimos reto no nosso caminho, porque temos certeza da justiça da causa que defendemos.

Anistia já! **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra o Relator.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, a Relatoria continua pela manutenção do texto.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Em votação.

#### **(Procede-se à votação)**

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Faltosa, Ademir Andrade, Artur da Távola, Carlos Mosconi, Celso Dourado, Cristina Tavares, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, José Ignácio Ferreira, José Paulo Bisol, Nilton Friedrich, Paulo Ramos, Sigmaringa Seixas, Virgildásio de Senna, Chagas Rodrigues, João Agripino, João Natal, José Maranhão, Márcio Braga, Michel Temer, Miro Teixeira, Nelson Wedekin, Octávio Elísio, Uldurico Pinto, José Thomaz Nonô, Sandra Cavalcanti, Brandão Monteiro, José Maurício, Lysâneas Maciel, Francisco Rossi, Plínio Arruda Sampaio, José Genoíno, Haroldo Lima, Roberto Freire, Jamil Haddad. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Antônio Britto, Bernardo Cabral, Carlos Sant'Anna, Cid Carvalho, Egidio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Gasparian, João Calmon, José Geraldo, José Richa, José Ulisses de Oliveira, Manoel Moreira, Nelson Jobim, Nilson Gibson, Raimundo Bezerra, Rodrigues Palma Severo Gomes, Wilson Martins, Antonio Mariz, Daso Coimbra, José Costa, José Tavares, Roberto Brant, Mário Covas, Alcení Guerra, Aloysio Chaves, Arnaldo Prieto, Carlos Chiarelli, Eraldo Tinoco, Francisco Dornelles, Gilson Machado, Inocência Oliveira, José Jorge, José Lins, José Santtana de Vasconcellos, Luís Eduardo, Mário Assad, Paulo Pimentel, Ricardo Fiúza, Annibal Barcellos, Enoc Vieira, Furtado Leite, Jonas Pinheiro, José Tinoco, Paes Landim, Valmir Campelo, Antônio Carlos Konder Reis, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia, Virgílio Távora, Bonifácio de Andrada, Ottomar Pinto, Adolfo Oliveira, Siqueira Campos e Antonio Farias.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 36 Constituintes; votaram NÃO 55 Constituintes. Total: 91 votos. O destaque foi **rejeitado**.

**Destaque nº 566-87 – Emenda nº FS-29461-0, do Sr. Brandão Monteiro "que modifica art. 1º "caput" e parágrafo único do Título X do Substitutivo nº 01 (art. 6º do Título IX do Substitutivo nº 2)".**

**(504ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Sobre a mesa requerimento de preferência para votação do Destaque nº 566, de autoria do Constituinte Brandão Monteiro.

Os Srs. Constituintes que estiverem de acordo, queiram permanecer sentados. **(Pausa)**

Aprovado o requerimento de preferência.

Concedo a palavra ao nobre Constituinte Brandão Monteiro.

**O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO MONTEIRO:** – Sr. Presidente, preliminarmente, requeiro a V. Ex.<sup>a</sup>, por não dispor em mãos do texto do meu Destaque, que V. Ex.<sup>a</sup> o lesse para que o plenário dele tome conhecimento.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A emenda do ilustre Constituinte Brandão Monteiro, que V. Ex.<sup>as</sup>

dela dispõe no "livro de bolso", retira todo o art. 1º e se resume apenas ao parágrafo, que diz:

"... Ficam igualmente assegurados os benefícios estabelecidos neste artigo aos militares da Marinha, Aeronáutica, expulsos ou licenciados **ex officio** compulsoriamente do serviço ativo, em decorrência dos acontecimentos políticos levados efeito em março de 1964, relatados na Exposição de Motivos nº 138, de 21 de agosto, de 1964, Ministério da Marinha e na solução do Inquérito Policial-Militar da Associação dos Cabos da Força Aérea Brasileira, publicado no Boletim Reservado nº 21, de 11 de maio de 1965."

Este o texto.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Sr. Presidente, apenas para melhor esclarecimento: se vier a ser aprovada, a emenda mantém todo o texto do substitutivo apenas adiciona esse parágrafo?

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A emenda passa a ser aditiva ao art. 6º.

**O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO MONTEIRO:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, esta Comissão sabe que poucas vezes vim à tribuna para defender emenda ou destaque de minha autoria não só pelo conjunto de responsabilidades que mantenho nesta Comissão, como pelos encargos da liderança do meu partido.

Penso, Sr. Presidente, que tenho uma participação política no País há mais de 30 anos, não no corte parlamentar, mas talvez na Assembléia Nacional Constituinte, entre tantos destaques que aqui se apresentaram e aprovaram, este seja um dos mais importantes, direi até, por questão de justiça, o mais importante.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, depois de 20 anos de sofrimentos, lutas e desentendimentos na sociedade brasileira e a partir da crença generalizada de que o processo constitucional que vivemos será o fim da transição ousou pensar, em sendo o fim da transição, na utopia de poder acabar definitivamente com os vencidos e vencedores, com os carcereiros e prisioneiros, com os que foram beneficiados e aqueles que continuam afastados da vida política e dos seus direitos.

A minha emenda é muito simples, não deseja restabelecer diferenças ou provocações entre a Assembléia Nacional Constituinte e as forças militares, mas pretende apenas restabelecer a questão da anistia para um grupo de brasileiros que, até hoje, não teve alcançadas pela mão desta anistia as suas punições e discriminações. Ouvi o brilhante Constituinte Ricardo Fiúza falar aqui sobre a questão de marinheiros, anotando, inclusive, aqueles que foram excluídos das Forças Armadas. Colocou com brilhantismo de sempre, mas buscando confundir atos administrativos por questão de hierarquia e disciplina com aqueles que têm motivações políticas, Mil quinhentos e noventa marinheiros foram punidos, porque participaram daquele movimento do Sindicato dos Metalúrgicos, com clara conotação política, foram expulsos da Marinha assim como praças foram expulsos da Aeronáutica.

Faço um apelo a consciência de alguns... algumas dezenas de cassados. Sinto-me da tribuna inteiramente privilegiado se esta Comissão não entender o drama de brasileiros que estão proscritos. Sinto que, mais uma vez, estaremos cometendo injustiças para com este País, para com a vida política do País. Para a integralidade dos seus direitos, Presidente Jarbas Passarinho, voltamos eu, cassado em 64, Mário Covas, que aqui está como Líder do PMDB, e como provável candidato à Presidência da República. Voltaram tantos outros, Leonel Brizola, Luís Carlos Prestes e alguns companheiros para participar efetivamente da vida política, mas colocamos na nossa cabeça que iríamos criar provocações, colocamos na nossa cabeça

que os oficiais podem ser anistiados, que nós, políticos devemos ser anistiados, mas famílias de marinheiros continuam passando fome, passando necessidade e discriminadas da vida deste País (**Palmas**)

A minha emenda não objetiva...

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho)** Fazendo soar a campainha.)

**O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO MONTEIRO:** – Sr. Presidente, solicito a V. Ex.<sup>a</sup> mais dois ou três minutos.

Poucas vezes vim à tribuna, Sr. Presidente, e V. Ex.<sup>a</sup> sabe que isto é verdade.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho)** Fazendo soar a campainha.)

**O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO MONTEIRO:** – Sr. Presidente solicitei a V. Ex.<sup>a</sup> um pouco mais de paciência, poucas vezes vim à tribuna e sei que V. Ex.<sup>a</sup>, como Presidente, tem que se ater ao Regimento.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – V. Ex.<sup>a</sup> já está com três minutos além do tempo normal. Sei que aqui o Regimento tem sido variável, dependendo das pessoas que ocupam a tribuna, mas enquanto eu estiver na Presidência, procuro seguir o Regimento. Peço a V. Ex.<sup>a</sup>, portanto, que conclua.

**O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO MONTEIRO:** – Respeito a decisão de V. Ex.<sup>a</sup> porque, evidentemente, não tenho a estatura e o privilégio de Afonso Arinos nem de Mário Covas.

Sr. Presidente, nossa emenda é simples: se dizem que a reversão ao serviço ativo cria dificuldades com as autoridades militares, não estamos pedindo a reversão para o serviço ativo, mas anistia a marinheiros e a soldados que, diante do movimento político do País, assumiram uma posição e aqueles e nós, políticos, que tivemos mais responsabilidade nos citados acontecimentos, fomos anistiados e eles continuam fora, passando miséria.

Perdoem-me os marinheiros mas, em 1965 e 1966 eu tive o desprazer – não é nada deslustrou para V. Ex.<sup>as</sup> – ver companheiras de marinheiros na miséria, algumas delas mais fracas, até se prostituindo para criarem os seus filhos. Temos a obrigação moral de dar a esses brasileiros a volta dos seus direitos e quero aqui, não com radicalismo, relembra o PMDB.

Eu me lembro de que, quando falamos de trabalhadores, estamos sempre prometendo um futuro: "No futuro vocês terão mais possibilidades". Nós estamos sempre apontando o paraíso, o futuro que é distante, quando temos a obrigação de encaminhar as soluções do presente.

Sr. Presidente, vejo, aqui, ilustres personalidades. Queria até ler a posição destas personalidades que representa pouco o pensamento do que continua dizendo o Sr. Egídio Ferreira Lima, falando pela Liderança do PMDB, que no futuro, encontraremos outras saídas. O nobre Deputado Carlos Sant'Anna, em 21 de agosto de 1979, dizia que o importante é que possamos obter, amanhã, aquela anistia possível a esta Casa da forma que o Presidente oferece ao povo brasileiro. Mas, ela não se consuma com atos de amanhã. O que não é oportuno, hoje, poderá o ser em anos ou em meses.

Isto em 1979 dizia o ilustre Governador Pedro Simon.

Sr. Presidente, esta é apenas uma etapa, porque posso dizer a V. Ex.<sup>a</sup> que o PMDB, ainda hoje, haverá de continuar a campanha pela anistia ampla, geral e irrestrita. Ainda hoje à noite, Sr. Presidente, derrotando o substitutivo do PMDB, a palavra de ordem é continuar, pelo Brasil inteiro, falando em anistia ampla, geral e irrestrita.

Mas, o Sr. Ministro Paulo Brossard, que hoje compõe o Governo e que, como estes, sustentam o Governo, sobretudo-

do, o Partido majoritário, diz que a anistia criaria um problema terrível para o Brasil.

Votando hoje o projeto de anistia restrita, de anistia mesquinha ou da anistia caolha ou da anistia parálitica, hoje, ainda hoje, daqui diremos ao Brasil: a nossa vitória está longe, ainda há de ser alcançada, mas um dia mais ou dia menos, ela virá pela voz dos homens que, do fundo das trevas, não perdendo a esperança, anunciavam ao Brasil a anistia para os brasileiros.

E do Constituinte Ulysses Guimarães, Presidente Nacional do PMDB, Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, Presidente da Câmara dos Deputados e, às vezes, Vice-Presidente da República, a quem presto as minhas homenagens. "Resgatamos o compromisso partidário que era a convocação da Assembléia Nacional Constituinte. Com relação à anistia, foi feito o melhor que podíamos e futuramente, provavelmente, na própria Constituinte a questão deverá ser vista para um maior avanço."

A minha emenda não é provocativa, visa resgatar os compromissos do maior Partido do Brasil, que elegeu a maioria dos Srs. Constituintes aqui presentes; que elegeu 23 Srs. Governadores e que co-participa ou comanda o Governo. Chegou a hora de o PMDB resgatar os seus compromissos. A História está aí, a História cobrará compromissos assumidos e compromissos não cumpridos. Muito Obrigado. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Com a palavra, para encaminhar a favor, o Constituinte Roberto Freire.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Indico a Constituinte Sandra Cavalcanti para defender no meu lugar.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – V. Ex.<sup>a</sup> cede a sua vez à Constituinte Sandra Cavalcanti; a indicação tem outro sentido.

Tem a palavra a Constituinte Sandra Cavalcanti.

**A SRA. CONSTITUINTE SANDRA CAVALCANTI:** – Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, quando a anistia começou a crescer, a se transformar num grande movimento de reconciliação nacional e foi finalmente alcançada depois de muita luta, ficaram de fora, não foram anistiados esses que hoje, neste momento, são beneficiados com o texto do parágrafo único da Emenda do Constituinte Brandão Monteiro. Então, esta emenda não tem nenhum conteúdo de ampliar os termos da emenda que concedeu anistia, pelo contrário, tem o objetivo de, aceitando os termos da emenda tal como ela veio, fazer ingressar nesse universo dos anistiados aqueles que ainda não o foram.

Nessa ocasião, nos anos 1980/1981, como jornalista, militando diariamente na minha profissão, eu escrevia uma coluna no jornal **Última Hora** e fiz uma grande campanha para que os marinheiros, os cabos da Força Aérea, os praças, punidos por atos em decorrência de suas participações políticas, pudessem ser também beneficiados pela anistia. Tive, na ocasião um grande aliado, precioso, que gostaria de recordar, hoje, aqui, neste instante, talvez um dos maiores especialistas em anistia que o Brasil já conheceu. Porque anistia quer dizer esquecimento, anistia quer dizer perdão mútuo, recíproco, definitivo; anistia quer dizer o fim de todas as vinganças, os rancores. Esse aliado se chamava Odilo Costa Filho, que escreveu, na ocasião, em reforço a esta tese um artigo que todo mundo, na oportunidade, quando leu, se sentiu extremamente comovido, porque esse homem tinha tido um filho de 17 anos assassinado na porta da sua casa por um pivete, por um menino de rua, um "trombadinha". E ao contrário de se sentir revoltado, recalcado, ao contrário de ficar com o coração cheio de ódio, indo à delegacia para identificar o pivete,

que havia assassinado o seu filho, não só ele o perdoou, como imediatamente iniciou uma campanha de recuperação de menores abandonados nas ruas da cidade. Odílio Costa Filho, escreveu um artigo sobre anistia, reclamando o esquecimento desses pequeninhos, os únicos que não foram beneficiados por ela.

Assumi esse compromisso, Sr. Presidente, há muito tempo, compromisso de ordem moral, compromisso de quem jamais participou de qualquer ação que represente violência na vida pública. Acho que de todas as vozes que aqui vêm falar em anistia..., a minha até tem um sentido completamente diferente, porque eu tomei parte do Movimento de 64, eu defendia o direito de ter eleições para a Presidência da República em 65, eu vi pelo outro lado o que estava acontecendo no Brasil, fiz parte de passeatas, tomei parte em toda a movimentação política que queria preservar a democracia no Brasil, naquela ocasião. Quando, infelizmente, depois, ocorreram fatos que não eram os da minha filosofia e do meu agrado, eu já não fazia parte nem da administração, nem do governo e nem das áreas poderosas que, durante todo esse tempo comandaram o País, quando voltei, eleita pelo voto direto do povo do meu Estado, quando, por duas vezes, pedi o voto dos cidadãos do meu Estado, foi sempre defendendo a conciliação nacional, o perdão entre nós todos, o esquecimento dos rancores e dos ódios e tem sido esta a tônica da minha atividade aqui na Assembléia Nacional Constituinte. Por isso, Sr. Presidente, eu peço, em nome dessa conciliação, que nós sejamos capazes de apagar da página negra da história que nós já sabemos virar e deixar para trás esse pequeno contingente de pessoas que até agora, até hoje, até este momento não foi objeto de anistia. Esta é a anistia dos não anistiados. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Ottomar Pinto, que falará contra.

**O SR. CONSTITUINTE OTTOMAR PINTO:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes.

A maioria dos que aqui se encontram lembra-se do episódio ocorrido no Rio de Janeiro, quando da rebelião dos marinheiros. Aquele contingente de jovens que se reuniu naquele dia, passando pela noite, numa seqüência de manifestações atentatória à disciplina, era constituído na sua inteira totalidade por conscritos, por militares que não são de carreira, porque não existe a carreira de soldado nem de cabo nas Forças Armadas. Eles não são militares profissionais. Seguramente, daí a dois, três ou quatro anos, todos eles teriam voltado à vida civil, ingressando na força de trabalho do Brasil e ajudando, como civis, a construir a grandeza deste País. Sabemos todos nós que a anistia é perdão e esquecimento, mas sabemos também que há uma diferença nítida, uma clivagem profunda entre aqueles que são sargentos, oficiais e aqueles que são apenas conscritos e estão passando apenas um limitado período nas Forças Armadas, cumprindo, na sua maioria, apenas o dever cívico de servir à Pátria pelo serviço militar obrigatório.

Esta era a situação que envolvia a quase totalidade dos marinheiros e soldados que estamos pretendendo premiar com a emenda do ilustre e iluminado Constituinte Brandão Monteiro, a quem muito respeito e admiro.

São duas situações distintas. Aqueles homens que ali estavam, três ou quatro anos depois voltariam a ser civis: funcionários, operários, agricultores e camponeses, ajudando o Brasil a crescer, fora das Forças Armadas. De maneira que são situações completamente distintas. Colocá-os no texto constitucional seria abranger no **caput** do substitutivo do Relator e gerar benefícios. Se não é para gerar benefícios financeiros, por que a referência à pobreza e à fome de suas famílias, se 95% deles eram solteiros à época em que isso ocorreu?



Vamos usar a cabeça, não vamos nos deixar levar por sentimentalismos piegas. O principal, o fundamental é erigir uma estrutura jurídico-constitucional que seja justa e não que seja tendenciosa. O dinheiro desse prêmio, que irá beneficiar indevidamente a indisciplina, melhor seria aplicado em benefício dos favelados do Rio de Janeiro e dos milhões de brasileiros que vivem em estado da mais absoluta pobreza.

Por conseguinte, tendo em vista a diferenciação marcante entre as duas situações, sou até favorável a uma anistia em lei ordinária para os soldados da Marinha, do Exército e da Aeronáutica comprometidos com a indisciplina de 64, mas não petrificar direitos para eles na lei, se as suas situações são divergentes. A quase totalidade deles se casou depois que foram afastados, **ex officio**, das fileiras das Forças Armadas.

Pela compreensão que tenho do fenômeno, pela injustiça que seria contra os brasileiros e desvalidos essa deferência, encaminhamos contrariamente, com muito pesar para nós, a emenda do ilustre e respeitável Constituinte Brandão Monteiro.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – O Sr. Relator é pela manutenção do texto.

**O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO MONTEIRO:** – Sr. Presidente, só para um esclarecimento. (**Assentimento da Presidência**) – Sr. Presidente, só para dar uma explicação, inclusive ao Sr. Relator: a minha emenda não pretende reversão ao serviço ativo. A minha emenda objetiva que eles tenham direitos sociais, sem ter nenhuma questão a que aludiu o Constituinte Ottomar Pinto. Só para explicar: não há reversão ao serviço ativo. É para que eles se considerem anistiados, como todos os outros anistiados.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Constituinte Brandão Monteiro, quando V. Ex.<sup>a</sup> preside esta Casa sempre o faz com alto decoreto e alta capacidade. V. Ex.<sup>a</sup>, às vezes, chega a ser implacável com truques.

**O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO MONTEIRO:** – Permita-me dizer a V. Ex.<sup>a</sup> que não estou cometendo truques, em absoluto. Estou prestando um esclarecimento.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – V. Ex.<sup>a</sup> encaminhou durante os dez minutos e ainda tem um **post verbis** para fazê-lo agora.

Obrigado.

Passa-se à votação.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Artur da Távola, Celso Dourado, Cristina Tavares, Fernando Gasparian, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, José Ignácio Ferreira; José Paulo Bisol, Nelson Friedrich, Paulo Ramos, Severo Gomes, Sigmaringa Seixas, Virgildásio de Selma, Antonio Mariz, Chagas Rodrigues, João Agripino, João Natal, José Carlos Grecco, José Costa, José Maranhão, Márcio Braga, Miro Teixeira, Nelson Wedekin, Octávio Elísio, Uldurico Pinto, Vicente Bogo, José Thomaz Nonô, Sandra Cavalcanti, Gerson Pares, Brandão Monteiro, José Maurício, Lysâneas Maciel, Francisco Rossi, Joaquim Bevilacqua, Plínio Arruda, Sampaio, José Genoíno, Haroldo Lima, Roberto Freire e Jamil Haddad. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Antônio Britto, Bernardo Cabral, Carlos Sant'Anna, Cid Carvalho, Egidio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Ibsen Pinheiro, José Richa, Manoel Moreira, Nelson Jobim, Nilson Gibson, Raimundo Bezerra, Rodrigues Palma, Wilson Martins, Daso Coimbra, José Tavares, Roberto Brant, Mário Covas, Ziza Valadares, Alcení Guerra, Aloysio Chaves, Arnaldo Prieto, Carlos Chiarelli, Eraldo Tinoco, Francisco Benjamim, Gilson Machado, Inocêncio Oliveira, José Lins, José Santana de Vasconcellos, Luis Eduardo, Mário Assad, Osvaldo Coelho, Paulo Pimentel, Ricardo Fiúza, Annibal Barcellos,

Enoc Vieira, Furtado Leite, Jonas Pinheiro, José Lourenço, José Tinoco, Paes Landim, Antônio Carlos Konder Reis, Jarbas Passarinho, José Luiz Mala, Virgílio Távora, Bonifácio de Andrada, Ottomar Pinto, Adolfo Oliveira e Siqueira Campos. **ABSTENÇÃO** do Senhor Constituinte Renato Vianna.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 42 Constituintes; votaram NÃO 49 Constituintes; absteve-se de votar 1 Constituinte. Total: 92 votos. O Destaque foi **rejeitado**.

#### IV – SUSPENSÃO DA REUNIÃO

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A Presidência vai suspender os trabalhos, convocando os Senhores Constituintes para a continuação da presente reunião, hoje, 16-11-87, às 15:00 horas.

Está suspensa a reunião.

(A reunião é suspensa às 13 horas e 15 minutos.)

EM 16 DE NOVEMBRO DE 1987 (²)

Presidência dos Srs.: **Afonso Arinos**, Presidente; **Aluizio Campos**, Primeiro-Vice-Presidente.

#### I – REABERTURA DA REUNIÃO

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Havendo número regimental, declaro reaberta a reunião.

Há um requerimento de preferência...

#### II – COMUNICAÇÕES

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ COSTA:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem a palavra o nobre Constituinte.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ COSTA:** – Sr. Presidente, fui informado, há poucos instantes, de que o eminente Constituinte Mário Covas, Líder do PMDB na Assembléia Nacional Constituinte, ao deixar o plenário desta Casa, ao término dos nossos trabalhos na parte da manhã, foi agredido não só verbalmente, como houve uma tentativa de agressão física ao eminente Constituinte.

Trago esse fato ao conhecimento do Plenário, ao conhecimento de V. Ex.<sup>a</sup>, a fim de que sejam adotadas medidas rigorosas no sentido da preservação da pessoa de cada um dos Constituintes aqui presentes, que têm o direito de votar de acordo com a sua consciência, de acordo com o seu entendimento, livres de pressão dessa natureza, até porque temos pela frente, e certamente o Plenário da Constituinte vai votar, temas que, por serem controvertidos, poderão levar a um processo de radicalização dentro fora do plenário, de conseqüências imprevisíveis. O meu propósito deve ser entendido pela Presidência como uma contribuição e, na verdade, um apelo que faço à Mesa da Assembléia Nacional Constituinte, no sentido de cumprir rigorosamente aquilo que está estabelecido no Regimento. Que o Plenário da Assembléia Nacional Constituinte seja exclusivamente destinado aos trabalhos dos Srs. Constituintes, dos funcionários credenciados, dos jornalistas credenciados, e bem assim que a segurança, sobretudo no Salão Verde, na entrada e saída do plenário, seja rigorosa, para evitar constrangimentos dessa natureza.

Eu, por exemplo, Sr. Presidente, digo a V. Ex.<sup>a</sup> com toda a franqueza que não aceitarei esse tipo de agressão e a revidarei de acordo com o que ditar o momento.

Quero poupar-me desse constrangimento e creio que todos os outros Srs. Constituintes pensam desta maneira. É preciso que a Mesa adote providências enérgicas no sentido de coibir abusos como esse.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** — Respondo à questão de ordem do nobre Constituinte, ao qual peço obséquio de prestar atenção. Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup> a questão de ordem, as sugestões que formula. Em primeiro lugar, apresento a V. Ex.<sup>a</sup> a minha pergunta sobre qual é o estado atual do nobre Constituinte Mário Covas. S. Ex.<sup>a</sup> foi atingido? Foi machucado?

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ COSTA:** — Não, S. Ex.<sup>a</sup> não chegou a ser atingido fisicamente, em função da intervenção de alguns eminentes Constituintes, como o Deputado Antônio Britto, do Rio Grande do Sul, como o Constituinte Jutahy Magalhães, da Bahia. Mas S. Ex.<sup>a</sup> foi agredido por palavras de baixo calão e houve tentativa de agressão física. E isso não pode acontecer, sobretudo ao Senador Mário Covas, que está convalescendo de uma cirurgia cardíaca, é um homem respeitabilíssimo, digno da nossa consideração. S. Ex.<sup>a</sup> está em pleno exercício do mandato, isso é inadmissível.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** — Estou pedindo essa informação porque interessa a todo plenário, e desejaria juntar a ela, em nosso nome estou certo, os votos de todos nós, de absoluta solidariedade com S. Ex.<sup>a</sup> (**palmas**), em face da agressão que sofreu, de absoluta e efetiva solidariedade do nosso interesse permanente, para que S. Ex.<sup>a</sup> não tenha sofrido qualquer coisa, fisicamente, mas, em todo o caso, a solidariedade do Plenário fica estabelecida mediante o pedido do Presidente e que todos nos solidarizemos com S. Ex.<sup>a</sup>

Em segundo lugar, informo ao nobre Constituinte e, por seu intermédio, a toda a Casa, que as providências que eram susceptíveis de serem dadas pela Presidência foram tomadas. Mantive dois entendimentos pessoais com S. Ex.<sup>a</sup>, o nobre Deputado Ulysses Guimarães, Presidente da Constituinte, chamando a atenção para as necessidades de tomarmos medidas excepcionais ao funcionamento da Comissão nesses dias de grande agitação e de grande pressão emotiva. A conselho de S. Ex.<sup>a</sup>, procurei o nobre Constituinte Jarbas Passarinho e com S. Ex.<sup>a</sup> me entendi, a fim de que o nobre Constituinte Jarbas Passarinho chamasse a si a orientação dessas providências a que acabo de me referir. O nobre Constituinte, que em breve estará presente, confirmará e dirá daquelas providências que tomou. Eu me lembrei de S. Ex.<sup>a</sup> pela sua experiência, inclusive de militar, e pedi que S. Ex.<sup>a</sup> pusesse à disposição das forças de segurança da Mesa todas as forças de Segurança do Congresso. Foi isto que S. Ex.<sup>a</sup> fez. S. Ex.<sup>a</sup> cuidou disto com a maior dedicação e com a maior experiência. De forma que não foi falta da Mesa — conversei com o Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, conversei com o nobre Constituinte Jarbas Passarinho e essas providências foram tomadas. Na verdade, o que ocorreu de irregular foi o que tem acontecido freqüentemente: a presença de pessoas estranhas à Assembléia Nacional Constituinte que se colocam dentro do nosso recinto, sejam como governadores, sejam como jornalistas, sejam como observadores parlamentares ou de qualquer outra maneira. Isto é que deve acabar. Esta é uma maneira que temos, desde logo, de tomar as providências necessárias, primordiais, para que fato como esse não se repita mais, porque provavelmente aqueles que tiveram a ousadia de se aproximar de forma agressiva do nobre Constituinte Mário Covas terão feito parte desses grupos que aqui se encontram.

Justifico a V. Ex.<sup>a</sup> e ao Plenário que as providências foram tomadas antecipadamente e vou esperar que o ilustre Constituinte Jarbas Passarinho esteja aqui presente, para confirmar, explicando completamente quais foram elas.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ TAVARES:** — Peço a palavra, pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** — Tem a palavra, pela ordem, o Constituinte José Tavares.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ TAVARES:** — Sr. Presidente, apenas para aduzir o que V. Ex.<sup>a</sup> acaba de colocar. O fato mais grave, evidentemente, é a agressão que o Sr. Constituinte Mário Covas recebeu através de pessoas que estavam dentro do Plenário. S. Ex.<sup>a</sup> foi ofendido na sua honra, ofenderam a sua família com palavras do mais baixo nível. E o que é mais grave, de pessoas que estavam aqui dentro, interessadas na aprovação da anistia, segundo o seu entendimento.

Então, V. Ex.<sup>a</sup>, da altura do cargo que ocupa e da autoridade moral e pessoal que possui, V. Ex.<sup>a</sup> deve proibir definitivamente, sem nenhuma exceção, a entrada e permanência de pessoas estranhas neste Plenário. Hoje foi o Sr. Constituinte Mário Covas, amanhã poderá ser V. Ex.<sup>a</sup> ou qualquer um de nós.

Sr. Presidente, estamos indo para o último dia da Comissão de Sistematização, e é lamentável que esses fatos ocorram. E muita culpa disto, a bem da verdade, tem que ser atribuída aos Constituintes, a nós, Constituintes, que muitas das vezes cedemos senhas, crachás, em nome até de liderança de partido, para pessoas estranhas vierem aqui dentro fazer o que fizeram. Isto é lamentável.

Se não se tomar uma providência definitiva, e V. Ex.<sup>a</sup> tem autoridade para isso, porque estou cansado de ver aqui Presidente da Comissão pedir para que este plenário seja esvaziado e não ser atendido, se V. Ex.<sup>a</sup> não fizer isso, Sr. Presidente, vai ficando cada dia mais difícil e não nos podemos responsabilizar pelo que possa acontecer aqui dentro.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** — Acabo de referir o nome do nobre Constituinte Jarbas Passarinho. Pediria a S. Ex.<sup>a</sup> o obséquio de dar o esclarecimento necessário.

Tem a palavra o nobre Constituinte.

**O SR. CONSTITUINTE JARBAS PASSARINHO:** — Sr. Presidente, V. Ex.<sup>a</sup> disse ainda há pouco que eu tinha ficado encarregado exatamente de garantir essa segurança interna para os nossos trabalhos e V. Ex.<sup>a</sup> é testemunha de que assim me prontifiquei a fazer. Foram tomadas todas as providências necessárias, a de inclusive para que as pessoas só tivessem acesso aqui com a senha, e quem não dispusesse de senha naturalmente não entraria.

Para surpresa minha, o Constituinte Jorge Arbage, que é o 2º Vice-Presidente da Assembléia Nacional Constituinte e encarregado dessa parte pela Assembléia Nacional Constituinte, modificou essa decisão e permitiu que, além de todos aqueles que tinham recebido senha, os lugares vazios fossem ocupados, na ingênua suposição de que seriam ocupados de maneira absolutamente cortês e silenciosa.

Eu também, ao sair daqui, fui alvo de uma tentativa de agressão pessoal, no sentido verbal, por causa dos meus votos dados aqui, no plenário. Eu soube rechaçar no mesmo momento, na mesma ocasião, dentro do plenário, como salientou o Constituinte José Tavares. Já não era fora do plenário, era dentro.

Então, quanto a essas providências, haveria S. Ex.<sup>a</sup>, naturalmente, de entender-se com a Mesa da Assembléia Nacional Constituinte, para saber se temos autonomia para dar as nossas ordens aqui dentro, ou se um Membro da Mesa da Assembléia Nacional Constituinte as modifica ao seu alvedrio, que foi o que aconteceu.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** — A Casa acaba de ouvir o que disse o nobre Constituinte Jarbas Passarinho, ajuntando elementos de convicção muito importantes ao que se havia dito até agora. Não partiu de nós nem da Comissão de Sistematização. Partiu de Congressistas estranhos a ela.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** — Sr. Presidente, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem a palavra o Sr. Constituinte José Genoíno.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Sr. Presidente, desejo, aqui, levantar uma questão importante sobre a matéria que vai entrar em votação.

Gostaria de manifestar, aqui, a nossa opinião contrária a esse tipo de manifestação de agressão aos Parlamentares. A manifestação dos populares é legítima e deve-se permitir que eles possam ter acesso às votações através das galerias. O contato com os Parlamentares deve ser um contato respeitoso, sem nenhum tipo de agressão. Manifesto que tive aqui posições contrárias à do Constituinte Mário Covas, como também à do Constituinte Jarbas Passarinho. Mas esse tipo de agressão fere o direito de os Parlamentares manifestarem livremente o seu voto. Cabe às galerias se manifestarem. Inclusive, a Mesa pode ordenar melhor a seguinte situação: no plenário da Comissão de Sistematização ser rigorosa com a entrada das pessoas; nas galerias, isto sim, através de senha, ou através da fiscalização, permitir que as pessoas assistam à votação.

É possível, através desse procedimento, termos uma equação do problema, sem aqui criarmos um constrangimento ou medidas coercitivas em relação à manifestação dos populares. Esse era o meu primeiro objetivo.

Estamos votando o art. 7º das Disposições Transitórias. É uma matéria longa e temos ao todo aqui, Sr. Presidente, 71 artigos, existem mais de 70 destaques de preferência das Lideranças; estamos há um dia e meio votando esses destaques de preferência. Existem matérias da maior importância para serem votadas nas Disposições Transitórias; claro que duas eram mais polêmicas, o caso do mandato e a questão da anistia. Mas temos outras matérias importantes, principalmente – e chamo a atenção da Comissão e da Mesa – aquelas matérias que buscam analisar o texto, para evitar que, através das Disposições Transitórias, passe qualquer dispositivo, que ficou mais ou menos conceituado em alguns dispositivos – faço estas ponderações com toda a veemência da crítica, mas com todo o respeito ao Relator – como matérias casuísticas, no meu ponto de vista.

Para que a Comissão possa apreciar todas as Disposições Transitórias, é necessário primeiro que a Comissão racionalize melhor a defesa das emendas e as questões de ordem.

Em segundo lugar, que a Mesa procure, com a colaboração do Plenário, a agilização, para que possamos analisar as várias Disposições Transitórias, inclusive as emendas aditivas.

Estas, as observações que faço a V. Ex.<sup>a</sup> Sr. Presidente.

**O SR. CONSTITUINTE DASO COIMBRA:** – Sr. Presidente, o Membro da Comissão de Sistematização vem solicitar que seja estudado tudo aqui; por que ele diz isso? Porque sabe que depois é muito difícil, no plenário, fazer qualquer modificação, e no plenário não terá participação. Este é o motivo, Sr. Presidente, porque um grupo desta Casa pediu a modificação do Regimento Interno, para que as matérias que não tivessem sido apreciadas aqui fossem discutidas pela maioria no plenário. Vê-se que o Regimento é tão garroteador que os próprios Membros da Comissão de Sistematização ficam com medo de não chegar a um assunto já finalizado aqui, no Plenário.

É apenas uma observação que deixo registrada para a História.

**O SR. CONSTITUINTE CARDOSO ALVES:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra, pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE CARDOSO ALVES:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, herei, antes de levantar a minha questão de ordem, alguns trechos de matéria publicada pela **Folha de S. Paulo**, escrita pelo nobre Jornalista Jânio de Freitas:

"Há muito deixou de ser política, nem esperteza vulgar é mais: agora é indecência em estado puro, é a degradação moral mais agressiva para com as pessoas ainda decentes deste país, é a corrupção desabrida como jamais se vira ou presumira, esta operação de compra e venda de Constituintes para que votem nos cinco anos de mandato ambicionados por José Sarney. O Brasil saiu da ditadura para a sarjeta."

Como o Ministro Aureliano Chaves, que é óbvio candidato à Presidência, mas não assume com franqueza esta condição, encaminhou seus comandados para votar nos cinco anos, e levantamentos de ontem sugeriam que este mandato passaria a contar com 51 votos, contra o máximo de 42 para os quatro anos. É a união dos corruptos com a vestal hesitante."

"E nem assim a Constituinte assume sua soberania. Mantida a expectante distância o carro de assalto, ela vai cedendo, por corrupção ou omissão, ao carro pagador. Ao assédio escandaloso dos corruptos – corruptores oficiais e privados. No entanto, os Constituintes não têm oposto mais que uns minguados discursos, como se incapazes de perceber o conteúdo devastador da desmoralização."

"O silêncio diante dela, ainda que não seja retribuído diretamente, é também uma forma de corrupção, mesmo que autocorrupção."

Sr. Presidente, não conheço em profundidade o Jornalista Jânio de Freitas; não tenho nada a favor nem nada contra S. Sa. Formulo com relação a S. Sa. o juízo de ser um homem de bem, até prova em contrário. Suas críticas, suas invectivas, suas afirmações gravíssimas sobre a Assembléia Nacional Constituinte parecem-me um fato que não pode transitar em julgado. No meu silêncio, não transita, Sr. Presidente; até mesmo porque S. Sa. desafia; o silêncio diante dela, é da corrupção, é da desmoralização, é da vergonha; ainda que não seja retribuído diretamente, é também uma forma de corrupção, mesmo que autocorrupção.

Não aceito, Sr. Presidente, mesmo que como parte do todo, mesmo que indistintamente a pecha atirada sobre todo esse todo e repilo-a. Sr. Presidente, não aceito, venha de onde vier, e mais, quero apurá-la. Dizem que esta Constituinte é soberana. Pois bem, soberania é o poder de decidir na mais alta instância. O § 2º do art. 7º do Regimento diz:

"Ao lado do Presidente, o Segundo-Vice-Presidente, Corregedor da Casa, é responsável pela sua moralidade."

Não sei se o Corregedor deve chamar aqui o Sr. Jânio de Freitas, não sei se a Mesa da Assembléia Nacional Constituinte ou a Mesa desta Comissão, que hoje é Assembléia Nacional Constituinte, porque funciona permanentemente e aquela não, deve nomear alguém para interpellá-lo junto ao Tribunal. Sei, Sr. Presidente, que S. S.<sup>a</sup> tem que apontar aqui os corruptos. S. S.<sup>a</sup> tem que apontar aqui os que se dobram ao carro-pagador, S. S.<sup>a</sup> tem que assumir as responsabilidades de quem fez isto.

Sr. Presidente, passo às mãos de V. Ex.<sup>a</sup>, requerendo as mais enérgicas e imediatas providências, sob pena de S. S.<sup>a</sup> estar dizendo a verdade pelo nosso silêncio, e é esse

o seu desafio, os seus dois últimos artigos publicados na **Folha de S. Paulo**, nos dias 14 e 15 de novembro passado.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** — Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** — Tem a palavra o Constituinte Carlos Sant'Anna, pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** — Sr. Presidente, para constar dos Anais, lerei a nota que ontem foi divulgada pelo Governo, do seguinte teor:

"O Senhor Presidente da República convocou a Assembléia Nacional Constituinte e em nenhum instante interferiu em sua liberdade e soberania".

Com lealdade expôs aos brasileiros, como de seu dever, sua opinião a respeito de algumas questões submetidas à sua deliberação, entre as quais a duração do seu mandato, de modo a concluir o ordenamento jurídico da Nação e o processo de transição democrática, recusando-se a negociar qualquer fórmula considerada nociva ao País.

A votação de hoje, na Comissão de Sistematização, reforça a posição moral do Presidente de não transacionar sobre questões menores que não sirvam aos interesses da Nação.

A decisão que vier a ser adotada, soberanamente, pelo plenário da Assembléia Nacional Constituinte terá do Senhor Presidente da República o mais decidido apoio. Inclui-se a realização de eleições em 1988, se assim for deliberado pelos constituintes.

O Senhor Presidente da República não tem ambição pessoal a defender, senão a de servir ao interesse nacional. Do mesmo modo, Sua Excelência governará acima de condicionamentos políticos e partidários.

O Senhor Presidente da República, finalmente, confia em que cada constituinte reflita sobre seus deveres perante o País, sua tranqüilidade e estabilidade política."

Obrigado.

**O SR. CONSTITUINTE JORGE ARBAGE:** — Sr. Presidente, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** — Tem a palavra o Constituinte Jorge Arbage.

**O SR. CONSTITUINTE JORGE ARBAGE:** — Sr. Presidente, de acordo com norma regimental, o Segundo-Vice-Presidente da Assembléia Nacional Constituinte exerce a função de Corregedor da segurança interna da Casa.

Há poucos instantes, ingressava no Plenário quando aqui neste microfone se encontrava o nobre Senador Jarbas Passarinho, e S. Ex.<sup>a</sup> fazia uma denúncia que, lamentavelmente, está muito eqüidistante da verdade — S. Ex.<sup>a</sup> atribui a mim a violação da norma regimental e também do Ato nº 19, baixado pela Mesa da Assembléia Nacional Constituinte, atribuindo-me a responsabilidade pelos incidentes ocorridos, ontem e hoje, neste Plenário.

Quero dizer a S. Ex.<sup>a</sup> que, de acordo com o Ato nº 19 da Mesa, ficou estabelecido que as galerias seriam divididas em três seções — uma, para o público; uma, para a imprensa, e a outra, para as autoridades. Nos lugares destinados ao público, reservamos 438 cadeiras, e, de acordo com a norma regimental, distribuímos entre os partidos políticos com representação nesta Casa as 438 cadeiras, na proporcionalidade da sua representação.

Ontem, Sr. Presidente, já decorriam mais de duas horas da realização da sessão e todas as senhas estavam distribuídas pelos partidos políticos, inclusive as de que

dispõem a Corregedoria e a 2ª Vice-Presidência para as autoridades, quando houve um pedido dos nobres Constituintes Siqueira Campos e Aldo Arantes, no sentido de que fosse permitida a complementação dos lugares que estavam vagos, em virtude de, até aquele momento, não terem sido preenchidos por quem possuía as senhas. Autorizei, Sr. Presidente, que os lugares não ocupados, depois de decorridas as duas horas de funcionamento da sessão, fossem preenchidos pela segurança, mantendo-se uma reserva técnica de 100 lugares, para evitar que as pessoas que detivessem as senhas não tivessem onde ficar.

Sr. Presidente, quanto ao plenário, lamento ter que dizer que a responsabilidade pelo acesso de pessoas devidamente credenciadas ao plenário, é da Comissão de Sistematização, contra a nossa orientação, mas atendendo àquela conveniência decidida na reunião da Mesa e das Lideranças, quando foi autorizado, em comum acordo, que se incluíssem mais dois Vice-Presidentes na Comissão de Sistematização, para agilizar os trabalhos, e, ainda, que cada Constituinte pudesse trazer dois Assessores para se postarem nas últimas cadeiras, nas últimas filas do plenário.

Ontem, Sr. Presidente, o plenário estava com mais de mil e quinhentas pessoas não credenciadas pela segurança nem pela 2ª Vice-Presidência. Hoje, determinei que fosse vedada a entrada de pessoas estranhas, mesmo que credenciadas pela Comissão de Sistematização, em plenário. Dei esta instrução à segurança, que a manteve até pelo menos o meio-dia. Quando retornei, à tarde, tomei conhecimento do lamentável incidente com os Constituintes Jarbas Passarinho e Mário Covas. Chamei mais uma vez a segurança e ordenei, Sr. Presidente, com a minha competência de Corregedor, que não permita o ingresso de pessoas estranhas, para que os trabalhos possam desenvolver-se normalmente e seja assegurada a integridade dos Constituintes.

Quanto às galerias, Sr. Presidente, desde que não ultrapassem o limite de 438 lugares, tenho sido flexível com os Parlamentares, permitindo que esses lugares sejam ocupados, o que está dentro das normas regimentais e dentro do Ato nº 19 da Mesa.

Presto estes esclarecimentos em respeito a V. Ex.<sup>a</sup> na Presidência, aos nobres Constituintes e à verdade, porque foi isto exatamente o que aconteceu, não havendo, em nenhum momento, vulneração da norma regimental tam pouco do Ato da Mesa nº 19.

Sr. Presidente, era o que tinha a dizer.

**O SR. CONSTITUINTE JARBAS PASSARINHO:** — Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** — Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE JARBAS PASSARINHO:** — Vou usar a palavra para dar a V. Ex.<sup>a</sup> uma breve explicação: o Constituinte Jorge Arbage começou mal, dizendo que eu tinha feito uma denúncia, o que é falso. S. Ex.<sup>a</sup> prosseguiu dizendo que ela estava inteiramente distanciado da verdade, o que é outra falsidade. O que o nobre Constituinte não sabe, ou não quis saber, é que o Dr. Ulysses Guimarães, através de V. Ex.<sup>a</sup>, tinha dado uma ordem para que sô entrassem as pessoas com as senhas. Nenhum outro lugar seria ocupado. Não foi verdade? Peço a V. Ex.<sup>a</sup> que confirme ou desminta (**Pausa**). E foi isto exatamente o que me encarregaram de fazer. De maneira que, a partir do momento em que as galerias se encheram, é evidente que a ordem que foi dada, e que foi por nós objeto de uma tentativa de cumprir, foi violada.

Sr. Presidente, era apenas isto.

**O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO MONTEIRO:** — Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (AFONSO ARINOS):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO MONTEIRO:** – Sr. Presidente, farei um depoimento a respeito do que aqui foi colocado.

Em testemunho da verdade, o Constituinte Jorge Arbage – eu gostaria até que o Constituinte Jorge Arbage tomasse conhecimento da questão – tem-se portado com a maior seriedade e segurança.

Sr. Presidente, o que está acontecendo aqui – e o Constituinte Jorge Arbage não merece nenhuma crítica; S. Ex.<sup>a</sup> não é do meu Partido, mas gosto de fazer justiça a quem merece – é que temos insistido na proibição de pessoas dentro do plenário. Há lobistas de toda espécie. Ainda hoje, a Constituinte Cristina Tavares apresentou uma questão de ordem neste sentido. Presidíamos os trabalhos, solicitamos que se retirassem aqueles que não estavam credenciados, sob pena de a segurança os tirar. Infelizmente, é preciso dizer que também Parlamentares trazem para dentro do plenário pessoas de suas relações, a Segurança fica como que impedida de não deixar que essas pessoas fiquem aqui dentro.

É preciso que esses fatos, que são desagradáveis sob todos os aspectos, como os que observei hoje, não só com Constituinte Mário Covas, como tive conhecimento de constrangimento pelos quais passou o Constituinte Jarbas Passarinho, é preciso que esses fatos não se repitam mais.

**O SR. PRESIDENTE (AFONSO ARINOS):** – O Presidente pede um pouco a atenção do Plenário para algumas breves considerações que vai formular. Sucederam-se as questões de ordem, as explicações, as denúncias. Todas elas estão relacionadas com um fato indiscutível, está presente o fato perante nós. O recinto da Comissão, pela curiosidade justa que provocam os seus trabalhos, está sendo, pouco a pouco, invadido por grupos de pessoas que, sob o pretexto de que são jornalistas ou por outras razões, pelas credenciais que lhes foram outorgadas, de acordo com o Regimento, pelos Constituintes, a isto autorizados, perturbam o transcurso das sessões; a verdade é esta.

Temos hoje assuntos importantes a tratar. Não vou mais conceder a palavra, para que persistamos, para que continuemos no debate destas preliminares que nos estão ocupando até agora. Não poderei mais consentir nisso. Vou tentar encaminhar os assuntos que devem ser votados. Desde já anuncio aos poucos Constituintes que estão prestando atenção ao que digo, porque a maioria continua discutindo os assuntos que foram até agora votados, que vou fazer uma reunião da Mesa da Comissão, para que providências imediatas e concretas sejam assumidas, a fim de serem postas em execução desde logo. Quando esgotarmos a pauta de hoje, a Mesa da Comissão de Sistematização vai-se reunir, porque não sou o único responsável pelas ocorrências aqui verificadas.

Constituinte Cardoso Alves, peço a V. Ex.<sup>a</sup> sua bondosa atenção. O Presidente está falando e V. Ex.<sup>a</sup> está muito ardentemente defendendo suas posições. Espero que faça em outra oportunidade.

Eu dizia que a Mesa da Comissão deve-se reunir hoje. Somos quatro Vice-Presidentes com poderes semelhantes. O único poder que tenho maior do que os de S. Ex.<sup>as</sup> é uma prioridade puramente formal, puramente cerimonial, aquela de tomar lugar na hora que me aprouver. Mas isto é uma prioridade cerimonial, não é uma prioridade de autoridade. Não tenho mais autoridade que os Vice-Presidentes. Então, tenho que debater em combinação com S. Ex.<sup>as</sup>, com os Vice-Presidentes, hoje, para ver quais as providências que são exequíveis e que são necessárias para que se encerra de vez, nestas últimas reuniões da nossa Comissão, a desordem que aos poucos vai-se implantando no seu transcurso. Então, disto vou cuidar.

Apenas chamaria a atenção do Plenário, peço o favor da atenção do Plenário, para o que estou dizendo. Não é nada inopinada, não é nada recente, não é nada desconhecida a agitação dos plenários parlamentares nos momentos de exame, discussão e votação de medidas que se tornam muito importantes para o destino geral da Constituição e do País. Isso é freqüente, isso ocorre em todos os plenários do Mundo. Quando há liberdade, quando o regime é democrático, essa agitação de plenário é comum. Também não rara, não é nada rara a violência e a brutalidade, a injustiça, a baixaza de certas publicações, de certas opiniões emitidas na imprensa. Também não é nada raro que a imprensa deixe a níveis indignos das suas responsabilidades a linguagem que usa, as sugestões que encaminha, as suposições a que se entrega, não é nada raro. Então, a agitação no plenário e a inconduta ou a conduta pouco decente de certos jornalistas, isso também não é raro. Temo-nos que nos acostumar com esses fenômenos sociais. A lama não resiste à luz do sol, o sol está sempre sobrepairando à lama, por mais lama que exista, a realidade solar, que é a luz, se sobrepõe à lama, e isso acontece com o noticiário da imprensa. Pode ser lamacento, mas a luz da verdade se impõe, sobrepuja à lama que se lança.

As desordens das Assembléias também é pouco importante. Temos de nos convencer da necessidade de desprezar os ataques injustos e cumprir as regras que sejam úteis – estou ocupando muito menos o tempo do que foi ocupado até agora – e estou decidido que vamos continuar no que temos a votar. Este é o dever da nossa Comissão. Temos de continuar a discutir e a votar o que está na Ordem do Dia. Feito isto, passado isto, vou fazer uma reunião com os quatro Vice-Presidentes e vamos tomar as medidas necessárias para diminuir a desordem no plenário e mostrar que a importância da agressão inopinada de certa imprensa não tem, também, nenhuma significação para nós. A Assembléia se põe acima de tudo. Já defendi a Assembléia de ataques políticos, hoje a defendo dos ataques da imprensa. A Assembléia Nacional Constituinte está acima disto, não tem de tomar conhecimento disto, tem de desprezar isto, tem de continuar a trabalhar no seu dever, na sua missão, no seu destino, que é dar ao Brasil uma Constituição democrática e justa. É isto que temos de fazer, e não temos de dar nenhuma importância ao resto.

### III – ORDEM DO DIA

#### VOTAÇÃO DO PROJETO DE CONSTITUIÇÃO TÍTULO IX (Continuação)

**Destaque nº 3967-87 – Emenda nº ES-32920-1, do Sr. José Maria Eymael, "que adita artigo ao título X do Substitutivo nº 1 (artigo 6º do Título IX, do Substitutivo nº 2) " (505ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Vamos passar à votação do requerimento de preferência nº 3967/87, do Constituinte José Maria Eymael, referente à Emenda nº 32920/1.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Em votação o requerimento de preferência.

Se não houver manifestação contrária, está aprovado.  
**(Pausa)**

Aprovado.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ COSTA:** – Para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ COSTA:** – Há um pedido de preferência de um destaque requerido por mim, a respeito da anistia e que está subscrito por várias Lideranças partidárias. Indago de V. Ex.<sup>a</sup> se não teria precedência.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Segundo informação da Assistente Parlamentar, o destaque de V. Ex.<sup>a</sup> é o terceiro. Há dois outros que têm preferência.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ COSTA:** – Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem a palavra o Sr. Constituinte José Maria Eymael.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ MARIA EYMAEL:** – Sr. Presidente, face à relevância e complexidade da matéria, apelo a V. Ex.<sup>a</sup> que solicite ao Plenário uma especial atenção com relação ao assunto, porque realmente trata-se de matéria complexa.

**O SR. PRESIDENTE (AFONSO ARINOS):** – Atenção! Há orador na tribuna defendendo um destaque foi permitido. Peço a bondosa atenção da Assembléia.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ MARIA EYMAEL:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

"Bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça, porque serão saciados."

Há dois mil anos um homem, recebido por muitos como Deus, recebido por outros como um revolucionário, no Sermão da Montanha pregava esta assertiva. E é impulsionado, inspirado nesta promessa, Sr. Presidente, que assumo a esta tribuna para defender a emenda que agora apresento ao julgamento dos Srs. Constituintes.

Diz a emenda:

"Aos cidadãos que foram impedidos de exercer, na vida civil, atividade profissional específica, em decorrência das portarias Reservadas do Ministério da Aeronáutica nºs S-50/64 e 285, será concedida reparação de natureza econômica, na forma que dispuser a lei de iniciativa do Congresso Nacional e a vigorar dentro do prazo de doze meses, a contar da promulgação desta Constituição."

Passo a explicar a matéria.

Trata-se de aviadores da FAB que foram cassados e depois impedidos de exercer sua profissão na vida civil. Ou seja, apenas sabiam pilotar avião – era a única coisa que sabiam fazer – e através de portarias reservadas foram impedidos de exercer a sua profissão. O que estamos propondo é uma medida calma, tranqüila, sem caráter de revanchismo. O que propomos é que o Congresso Nacional, no prazo de 12 meses, elabore uma legislação específica que estabeleça uma forma de reparação econômica a essa injustiça praticada.

Passo, Sr. Presidente, a dar alguns elementos.

Lerei, em primeiro lugar, para não haver dúvida, o texto de uma portaria reservada. Dispõe a Portaria nº 50:

"O Ministro de Estado dos Negócios da Aeronáutica, considerando as razões apresentadas, resolve: – Suspender, até ulterior deliberação, as concessões de licenças a todos os militares transferidos para a reserva por força do Ato Institucional contemplados na Portaria nº 869."

Exatamente os pilotos. E ainda acrescentava, no seu inciso II:

"e as reavaliações de certificados de habilitação também previstos na portaria acima especificada."

Essa portaria, que proibiu que os pilotos militares pudessem exercer a única coisa que sabiam fazer para ganhar o pão para suas famílias, foi reformada depois de 1966.

Em 1968, Srs. Constituintes, bateu às portas do Supremo Tribunal Federal um mandado de segurança interposto por esses pilotos, para o fim específico de poderem exercer a sua profissão.

O Supremo Tribunal Federal, por unanimidade, declarou o direito de esses pilotos exercerem a sua profissão.

Pois bem, Sr. Presidente, não foi respeitada a decisão do Supremo, e o Senador Paulo Brossard, em extraordinário pronunciamento no Senado, dizia, em 1968:

"Desgraçado o País em que as decisões do mais alto Tribunal da República sejam simples-mente ignoradas, descumpridas e sejam pronunciadas como se fossem produtos de pura especulação e não se tratasse de julgados que têm, por força de lei, o caráter de obrigatoriedade e executoriedade."

Sr. Presidente, nada disso adiantou! De nada adiantou a decisão do Supremo e prova disso está anexo o documento que juntei à Mesa; prova disso é o ofício que o Diretor do Departamento de Aeronáutica Civil encaminhou depois ao Centro de Informações da Aeronáutica dizendo:

"Repetidamente tinha sido negado o direito de os pilotos militares serem pilotos na vida civil e de que havia uma decisão do Supremo em contrário e que, portanto, era necessário compatibilizar a decisão do Supremo, que mandava esses pilotos terem o direito de voar, e as decisões de portarias ministeriais, que cortavam as asas desses brasileiros."

Nada disso adiantou! Somente em 1979 – em 1979! – foram essas portarias revogadas, mas já era tarde. Já era tarde! Piloto de jato é uma profissão específica, basta um ano para ficar desatualizado. A revogação foi letra morta. E qual foi a consequência disso tudo, Srs. Constituintes? Foi o desespero, foi a miséria.

Cito o caso do Coronel Eugênio da Silva Nascimento, homem que, ao ser cassado, já tinha mais de quarenta anos e, portanto, já não tinha condições de aprender profissão nenhuma. Só lhe restou um caminho alucinado, que foi o suicídio.

Cito outro exemplo, e este – meu Deus do céu, que coisa terrível! – é o do Tenente-Oficial-Aviador Avelino Jost. Esse homem, Oficial da Aeronáutica, condecorado por bravura militar com a mais alta condecoração da Aeronáutica, portador da Braçadeira de Ouro, da Aeronáutica, esse oficial, impedido de voar, buscou emprego em todos os lugares como aviador e era barrado, porque não tinha licença. Não lhe restou outro caminho: foi ser vendedor ambulante de porta em porta, vendendo sapatos.

Pode ser este o destino de um herói da Pátria?! Não pode, Sr. Presidente! Fere a justiça, fere qualquer sentimento de justiça e brasilidade!

Srs. Constituintes, novamente explico o sentido da emenda, que é apenas e tão-somente o seguinte: àqueles oficiais-aviadores que por essas portarias secretas foram impedidos de exercer a sua profissão, que o Congresso Nacional, tranqüilamente, com calma, com serenidade, no espaço de 12 meses, faça uma lei que estabeleça uma forma qualquer de remuneração, de compensação econômica. Não interessa a esses homens – não são mais de 200. Mais que um salário mínimo. Um salário mínimo não basta em troca desses quinze anos de ostracismo; querem a reparação moral que esta emenda representará.

Finalizando, apenas registro uma passagem que demonstra a estatura moral desses brasileiros: condoída com a situação desses patrícios, a Argélia, que tinha deficiência de pilotos militares e civis, ofereceu a esses brasileiros a condição de serem pilotos na Argélia. Fizeram os testes, submeteram-se a todos os testes aqui, no País. Foram aprovados, mas na semana em que iriam embarcar para a Argélia receberam uma notícia. Qual foi essa notícia que receberam? Foram cientificados pelo governo da Argélia de que havia um pequeno embaraço: precisavam renunciar à cidadania brasileira, tornarem-se argelinos, para terem os empregos na Argélia. E o que disseram esses brasileiros, Sr. Presidente? Disseram: "Não! Preferimos continuar sofrendo em nossa Pátria. Somos brasileiros, não abdicamos da cidadania."

Sr. Presidente, é para esses poucos, mas leais brasileiros, que eu peço a justiça da Assembléia Nacional Constituinte. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem a palavra o Constituinte Lysâneas Maciel.

**O SR. CONSTITUINTE LYSÂNEAS MACIEL:** – Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, quando foram terminadas algumas votações relativas ao processo de anistia, o Líder do PFL se aproximou e me disse: "Os militares ganharam mais uma vez."

A minha pergunta, Sr. Presidente, é se realmente os militares ganharam mais uma vez o esmagamento do direito, já não digo dos oficiais superiores, como esses casos dolorosos que acabaram de ser relatados pelo Constituinte José Maria Eymael, mas esmagou este Congresso o direito de centenas de marinheiros que são considerados mortos-vivos, centenas de pessoas que esmolavam nas ruas do Rio de Janeiro, pessoas essas que foram objeto de uma apreciação por um Departamento da Marinha do Brasil, que realizou um estudo da Portaria do Regulamento nº 138, e não encontrou nesses homens motivo de condenação para crime algum. Então, tiveram que apelar para a demissão pura e simples, porque não existia legislação que condenasse a ação desses homens.

A história, Srs. Constituintes, está cheia de réus sem crime, e o depoimento contido nesse documento sobre o Regulamento nº 138, da Marinha, que não encontrou crime nos marinheiros, foi, hoje, sepultado com lágrimas enxutas pela decisão da maioria do Partido majoritário.

Ofereceu-se, até, em época oportuna, rever tudo isto. E o futuro é a única salvação que os regimes autoritários e as ditaduras oferecem ao povo: "No futuro, vai melhorar. Agüentem a mão."

Sr. Presidente, uma decisão do Supremo Tribunal Federal foi mencionada pelo nobre Constituinte que me antecedeu, e S. Ex.<sup>a</sup> disse assim: "Infeliz é o povo e o País que não obedecem às decisões da sua Suprema Corte." Homens foram obrigados, até, a mudar de nacionalidade, para dar sustento à sua família e, hoje, enterramos várias decisões. Vários oficiais da FAB se suicidaram, outros foram humilhados. Marinheiros esmolaram nas ruas do Rio de Janeiro. Mais de 700 desapareceram e foram mortos e, hoje, os enterramos aqui, por essa decisão que, um dia, que a História nos julgará. Um dia seremos julgados pela História por uma decisão, repito, porque há muita gente do PMDB que não se conforma com isso – da direção do PMDB que enterrou com lágrimas enxutas o direito dos marinheiros, o direito dos oficiais cassados, que cometeram apenas um crime – o de um dia jurar fidelidade à bandeira do País, juraram fidelidade ao Poder legitimamente eleito, e que aqui vieram, numa atitude de humildade, fazer concessões inúmeras.

Ressalvo, mais uma vez, que há um movimento de reação salutar dentro do PMDB para se insurgir contra

essas conveniências momentâneas, contra essas pretensões ministeriáveis, contra essas pretensões governáveis, porque jogam, na sarjeta, isto sim, o direito de cidadãos brasileiros que, repito, jamais cometeram um crime contra as leis do País, jamais pegaram em armas, jamais tentaram derrubar um Governo legitimamente constituído, mas simplesmente procuraram obedecer às leis do seu País.

O grito de angústia que deveria vigorar neste plenário, hoje, é aquele grito de angústia do auditor militar: "Não encontro nesses homens crime algum; não encontro como qualificá-los, não encontro como enquadrá-los na legislação." E são esses homens que estão por aí perambulando, são esses homens que alimentaram a esperança de que estávamos numa nova República, que estávamos num período de transição; alimentaram essa esperança, em que demos uma bofetada violenta. Hoje, traímos nossa idéia de que, um dia, fomos oposição e queríamos mudar as coisas, que vivemos dentro de um regime autoritário, regime autoritário que manda aqui um montão de militares, para nos dizer que votar, em favor dos direitos dos marinheiros, dos direitos dos oficiais, é um confronto. Que confronto é esse, confronto com o quê? Confronto com a Justiça, confronto com o direito Sr. Presidente? E este Congresso se agachou, este Congresso se acovardou, este Congresso desmentiu tudo aquilo por que lutara, antigamente, e se acomodou a mais um recado aos fisiológicos e aos covardes.

É por isso que o Líder do PFL tem toda a razão! Mais uma vez eles venceram e, mais uma vez, Sr. Presidente, a Justiça acabou perdendo, acabou sendo subjugada. Mas, Sr. Presidente, será que essa situação indefinida, essa sementeira de violência, essa sementeira de injustiça, será que isso vai continuar neste País? Infelizmente, parece que sim, os atores são os mesmos e as propostas, as mesmas.

Quero deixar aqui, como última palavra, uma observação que ocorreu no tempo da Alemanha de Hitler, e que foi aplicada neste País. Havia um pastor na minha igreja protestante que dizia o seguinte: primeiro, eles vieram buscar os comunistas, eu não falei nada porque não era comunista, depois eles vieram buscar os operários os membros dos sindicatos, eu não falei nada porque não era operário sindicalizado; depois, eles vieram buscar os católicos, eu não falei nada, porque era protestante; quando isso aconteceu, não restou ninguém para falar.

Aqui, parodiando, eles vieram buscar os comunistas, novamente, e hoje até uma parte dos comunistas está ao lado do Governo; depois, eles vieram buscar os operários, massacrados nos seus direitos; e, a seguir, também eles vêm buscar as forças mais vivas de um Partido que se notabilizou na sua existência. Quando isso acontecer, Sr. Presidente, não tenha dúvida, esse Partido, não restará ninguém para falar. Muito obrigado. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem a palavra o nobre Relator.

**O SR. RELATOR (ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, em nome do Sr. Relator-Geral, venho oferecer parecer sobre a Emenda nº 32920, de autoria do nobre Constituinte José Maria Eymael. Diz a emenda:

"Adite-se ao Capítulo Disposições Transitórias, Título V, onde couber:

Artigo. Aos cidadãos que foram impedidos de exercer, na vida civil, atividade profissional específica, em decorrência das Portarias Reservadas do Ministério da Aeronáutica nºs S-50-GM5, de 19 de junho de 1964, e nº S-285-GM5, será concedida reparação de natureza econômica, na forma que dispuser lei de iniciativa do Con-

gresso Nacional e a vigorar dentro do prazo de doze meses, a contar da promulgação desta Constituição."

Ainda que respeite a colocação do nobre representante pelo Estado de São Paulo, devo aqui, de início, enunciar a colocação do Relator de que esta emenda diz respeito diretamente ao problema, à questão "anistia", longamente discutida no período da manhã desta reunião da Comissão de Sistematização. E observo, até para justificar a minha postura e o tom das minhas palavras, que o autor da iniciativa, certamente com os mais altos propósitos e os mais justos motivos, deu à sua intervenção um tom emocional que, no meu modo de ver, não ajuda a que possa a Assembléia Nacional Constituinte equacionar e resolver o grave problema da situação daqueles que foram das mais variadas formas punidos injustamente durante o período de março de 1964 até os dias que correm.

Fazendo esta colocação, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, mercê de Deus, não adoto uma postura nova, inusitada, singular. Há vinte anos, como Relator-Geral da Constituição de 1967, coube-me a tarefa de encarar esse problema, em fase muito mais aguda, extremamente mais difícil, quando o Congresso Nacional, convocado por um ato de exceção, no meu modo de ver, cumpria uma tarefa com tons heróicos, na busca do restabelecimento da plenitude democrática em nosso País. Ao projeto de Constituição, foram apresentadas cinco emendas, buscando revogar ou alterar o art. 170 daquele documento, que tornava insusceptíveis de revisão administrativa ou judicial todos os atos punitivos praticados pelo chamado Comando Revolucionário e seus desdobramentos.

A primeira emenda foi de autoria do grande brasileiro, do notável Parlamentar Carlos de Britto Velho, que, nesta hora, quero homenagear, com saudade da sua atuação nesta Casa, pela bravura, pela lucidez, pela inteligência.

A segunda, de autoria do nobre Constituinte Nelson Carneiro, e a terceira, de autoria do nobre Constituinte Oswaldo Lima Filho.

Por último, duas emendas de autoria do então Líder da Maioria no Senado, Senador Enrico Rezende. Todas essas emendas buscavam suprimir, alterar ou modificar o art. 170 do Projeto de Constituição.

Tive a iniciativa de pedir ao meu saudoso e eminente Professor Haroldo Valadão que me ajudasse na tarefa de encontrar solução de justiça para o problema. E Haroldo Valadão redigiu emenda, inspirada no dispositivo da Constituição de 1934. Essa emenda foi subscrita pelo nobre Senador Enrico Rezende, a segunda emenda que aquele representante apresentou sobre o mesmo assunto e, por isso, S. Ex.<sup>a</sup> apresentou duas.

No dia 1º de janeiro de 1967, depois de me ter recusado a ir ao gabinete do Ministro da Justiça para conversar sobre o Projeto de Constituição e suas emendas, fui recebido pelo Senhor Presidente da República, para dar conhecimento a Sua Excelência sobre as emendas que haviam merecido parecer favorável. Urna delas era a de nº 828, de autoria do nobre Senador Eurico Rezende, que, a exemplo do que fizera a Constituição de 1934, facultava a revisão de todos os atos praticados pelo Comando Revolucionário, de exceção. Dei parecer favorável, defendi-o na Comissão Mista de Senadores e Deputados. Fui vencido mas não fui convencido. E aqui em Plenário, num destaque requerido pela Liderança do Movimento Democrático Brasileiro, foi examinada a Emenda do nobre Sr. Constituinte Oswaldo Lima Filho, que suprimia o art. 170. Desenvolvi todos os esforços para que a Emenda Eurico Rezende fosse objeto de deliberação da Casa, mas ela foi considerada prejudicada. E, no discurso que pronunciei, manifestei minha convicção de que

assunto de tal gravidade exigia debate sereno, cuidadoso, prudente para que chegássemos a bom resultado.

Vou concluir, Sr. Presidente. Pediria a V. Ex.<sup>a</sup> que me desse mais alguns minutos de sua tolerância para que eu pudesse – completar este testemunho.

Mil novecentos e oitenta e sete. Depois daquela experiência de 1967, quando não logrei êxito na busca de uma solução, porque o debate foi todo ele recoberto por um clima emocional, vivi, como V. Ex.<sup>as</sup> viveram hoje de manhã, a discussão da emenda sobre anistia. Votei contra as Emendas Vilson Souza, Jamil Haddad e Brandão Monteiro, porque verifiquei que elas apresentavam graves falhas, do ponto de vista técnico-jurídico. Eram repetitivas; dificilmente, poderiam ser aplicadas sem a ocorrência de conflitos.

Agora, Sr. Presidente, a Relatoria, o Sr. Relator-Geral, tendo em vista os pareceres emitidos às emendas discutidas e votadas hoje, pela manhã, não pode, senão com pesar, oferecer parecer contrário à Emenda do nobre Sr. Constituinte José Maria Eymael.

É preciso que, nas fases subseqüentes da tarefa de elaboração constitucional, com base no dispositivo do Substitutivo do Relator, a Constituinte encontre uma forma capaz de resolver o problema.

O tempo não me permite apresentar as falhas de natureza técnico-jurídicas que encontrei nas proposições votadas hoje, pela manhã. Mas essa emenda é um desdobramento das emendas anteriores.

É preciso que a Assembléia, na hora certa, sem emoção, buscando acertar, buscando encontrar um critério de justiça, aperfeiçoe o texto do Substitutivo, mas não o tumultue, não o condene, não o comprometa.

Em razão desses argumentos, Sras. e Srs. Constituintes, o parecer do Sr. Relator-Geral é contrário à emenda.

**A SRA. CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem a palavra V. Ex.<sup>a</sup>, pela ordem.

**A SRA. CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES:** – Sr. Presidente, a sessão começou às 15 horas e faltam 15 minutos para 17 horas e temos mais de 50 votações para fazer entre hoje e amanhã. Esta não é uma Assembléia de amadores! Esta é uma Assembléia de Deputados e Senadores Constituintes que têm responsabilidade, diante da Nação, de votar. Basta de tanto palavrório, Sr. Presidente, há matérias da maior significação, da maior importância, há matérias que dizem respeito a todo o processo tecnológico, ao processo da estabilização de funcionários públicos, de crimes contra o Estado e não podemos ficar com a tolerância que eu reconheço de V. Ex.<sup>a</sup> com a maior boa vontade, mas é preciso que esta Assembléia assuma esta responsabilidade de voto. O encaminhamento é de 5 minutos e estamos ainda na primeira votação de hoje de tarde. Mesmo compreendendo a generosa tolerância de V. Ex.<sup>a</sup>, faço um apelo veemente para que votemos, pois é para isso que estamos aqui e não para fazer exercício de retórica. Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (AFONSO ARINOS):** – A questão de ordem da nobre Constituinte Cristina Tavares, a quem muito estimo e prezo, tem que ser respondida pela própria Assembléia. A resposta da Mesa será inócua se a Assembléia não estiver convencida do que ela acaba de dizer. Porque, no início, tivemos uma delonga muito grande, por causa de problemas de natureza pessoal que foram, aqui, amplamente debatidos. Depois disso, vimos seguindo a votação com muito esforço aos pareceres que se apresentam, às discussões que se encerram e quem está fazendo todo o processo é a Assembléia, é a Comissão, são os nossos companheiros e amigos que estão aqui.



Então, devolvo a questão de ordem da nobre Constituinte, minha amiga, a quem muito prezo, à Comissão para que tenha tolerância, tenha piedade da Mesa, e assim possa a Mesa ter condições de, sem violência, sem agravo sem grosseria, fazer com que os nobres Membros da Comissão sigam as normas indicadas pelo bom senso e pai interesse que todos temos em nosso trabalho. Lá fora, todos estão olhando o nosso trabalho, Agradeço à nobre Constituinte.

**A SRA. CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES:** – Muito obrigada, Sr. Presidente. Apenas lembraria a V. Ex.<sup>a</sup> que existe um recurso técnico que se chama campainha.

**O SR. PRESIDENTE (AFONSO ARINOS):** – A Presidência vai proceder à votação da Emenda do nobre Constituinte José Maria Eymael. Solicito aos Srs. Constituintes que tomem os seus lugares.

Em votação.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Aluizio Campos, Artur da Távola, Carlos Mosconi, Cristina Tavares, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, João Calmon, José Fogaça, José Ignácio Ferreira, José Paulo Bisol, Nelson Carneiro, Nelson Friedrich, Paulo Ramos, Sigmaringa Seixas, Virgildásio de Selma, Aécio Neves, Antonio Mariz; Chagas Rodrigues, João Agripino, João Natal, Jorge Hage, José Carlos Grecco, José Costa, Márcio Braga, Miro Teixeira, Nelson Wedekin, Octávio Elísio, Uldurico Pinto, Vilson Souza, Ziza Valadares, Christóvam Chiaradia, Inocência Oliveira, José Jorge, José Lins, Mário Assad, Paulo Pimentel, Sandra Cavalcanti, Simão Sessim, Furtado Leite, José Tinoco, José Maurício, Lysâneas Maciel, Luiz Salomão, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Plínio Arruda Sampaio, José Genoíno, Roberto Balestra, Aldo Arantes, Roberto Freire e Jamil Haddad. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Carlos Sant'Anna, Egidio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Manoel Moreira, Nilson Gibson; Pimenta da Veiga, Raimundo Bezerra, Rodrigues Palma, Wilson Martins, Délio Braz, José Tavares, Marcos Lima, Afonso Arinos, Aloysio Chaves, Arnaldo Prieto, Carlos Chiarelli, Francisco Dornelles, Luís Eduardo, Oscar Corrêa, Annibal Barcellos, Jonas Pinheiro, Paes Landim, Antônio Carlos Konder Reis, Gerson Peres, Jarbas Passarinho, Bonifácio de Andrada, Adolfo Oliveira e Antonio Farias. **ABSTENÇÃO** dos Senhores Constituintes: Almir Gabriel, Alcení Guerra, José Thomaz Nonô, José Luiz Maia e Virgílio Távora.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 55 Constituintes; votaram NÃO 28 Constituintes; abstiveram-se de votar 5 Constituintes. Total 88 votos. O destaque foi **aprovado**.

**O SR. CONSTITUINTE FRANCISCO DORNELLES:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Francisco Dornelles, pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE FRANCISCO DORNELLES:** – Sr. Presidente, quero comunicar a V. Ex.<sup>a</sup> que recebi, neste momento um telefonema do ex-Deputado Raul Brunini, do Rio de Janeiro, dizendo que foi demitido da Rádio Nacional. E que o Diretor da Radiobrás o comunicou que ele foi demitido em decorrência do meu voto. Ele pede, então, que eu diga, neste plenário, que não tive qualquer participação na indicação dele para a Rádio Nacional; não foi indicado por mim.

De modo que, se houve a demissão do Sr. Raul Brunini, da Rádio Nacional, não gostaria que ele fosse penalizado, em decorrência do meu voto, porque não foi indicação minha. Não tive qualquer participação na indicação

do Sr. Raul Brunini para a Rádio Nacional, inclusive por-, que foi nomeado para o cargo, antes até de eu pertencer ao Partido da Frente Liberal.

Quero dar este depoimento, porque não gostaria que fosse ele prejudicado em decorrência de um voto meu.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Quero responder a V. Ex.<sup>a</sup> que participe de sua preocupação com o afastamento de Raul Brunini, meu velho amigo, com quem fiz a campanha senatorial de 1958, a chamada "Campanha de Caminhão do Povo" e Raul Brunini estava dentro daquele caminhão.

De modo que lamento profundamente que isso tenha ocorrido. Espero que não seja verdade, mas estou solidário com V. Ex.<sup>a</sup> nas observações que faz, a respeito do afastamento desse velho radialista, uma das personalidades mais marcantes, mais significativas, mais exemplares, pela sua honestidade, pela sua competência na vida do radialismo no Brasil.

Concedo a palavra à nobre Constituinte Sandra Cavalcanti.

**A SRA. CONSTITUINTE SANDRA CAVALCANTI:** – Sr. Presidente, ainda não tenho a confirmação do fato, mas se realmente o ex-Deputado, jornalista e extraordinário homem público que é Raul Brunini, foi demitido da Radiobrás, da Rádio Nacional, pelas autoridades do atual Governo em represália à votação que se verificou ontem aqui nesta Casa, mais uma vez fica demonstrada a necessidade de mudança do regime e do sistema de Governo neste País, porque não é possível que alguém seja nomeado para dirigir uma Rádio do Governo exclusivamente porque tenha tido algum dia um padrinho.

Nós todos quando vimos Raul Brunini ser nomeado para dirigir a Rádio Nacional, sem ter nenhuma responsabilidade na sua indicação, nós todos achamos que o Governo tinha acertado, colocando na direção de uma Rádio que pertence ao Governo, uma pessoa com a reputação, com a vida, e com os serviços prestados ao Brasil como Raul Brunini.

E queria dizer mais, Sr. Presidente. Se é assim que o Presidente José Sarney e os seus Ministros pretendem cumprir aquilo que V. Ex.<sup>a</sup> leu ontem, aqui, para esta Casa, se é desta maneira que eles pretendem mostrar que querem governar com espírito de conciliação e boa vontade, realmente, só temos a lamentar que a palavra conciliação esteja sendo interpretada exatamente no seu sentido contrário.

Quanto a mim, estou inteiramente à vontade, porque as demissões que o Governo Federal vai fazer, na área federal, por indicações partidas de mim, representam 0,0000, porque não há ninguém, no Governo Federal, ocupando qualquer cargo que tenha sido indicado pela Constituinte que ocupa, neste momento, esta tribuna.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Devo precisar, em resposta à minha correligionária e amiga, Sandra Cavalcanti, que não estou acreditando, nem atribuindo, que o ato tenha tido origem em influência do Presidente da República ou do Ministro das Comunicações. Não estou pondo em questão a pessoa de S. Ex.<sup>as</sup>. Aliás, tanto o Presidente José Sarney como o Ministro Antônio Carlos Magalhães são meus amigos pessoais há muitos anos. Acredito que esse fato não seja da iniciativa de Ex.<sup>as</sup>.

Desta maneira, daqui deste microfone, faço esta declaração, de que não creio que seja, originariamente de S. Ex.<sup>as</sup> essa decisão. E posso fazer um apelo para que revejam essa questão porque, realmente, Raul Brunini é uma das figuras exponenciais, no sentido moral, no sentido profissional do radialismo brasileiro.

Há 40 anos fizemos uma campanha juntos, a "Campanha do Caminhão do Povo", com Carlos Lacerda. Raul Brunini era nosso companheiro; conheço-o desde aquela

data. Assim, acredito que essa demissão não possa ter partido, nem da iniciativa do Presidente, nem da iniciativa do Ministro das Comunicações.

**O SR. CONSTITUINTE SIMÃO SESSIM:** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (AFONSO ARINOS):** — Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE SIMÃO SESSIM:** — Sr. Presidente, em virtude da afirmação de V. Ex.<sup>a</sup> de que não acredita que o nobre Colega, ex-Deputado Raul Brunini tenha sido demitido, quero dizer que fui informado, como coordenador da Bancada, pela manhã, de que o nosso Colega e amigo, correligionário Raul Brunini estaria sendo substituído.

Devo afiançar-lhe que, em momento algum, nem o Constituinte Francisco Dornelles, nem a Constituinte Sandra Cavalcanti tiveram qualquer ingerência na nomeação. Raul Brunini é um patrimônio da radiofonia nacional, é um homem que V. Ex.<sup>a</sup> conhece muito bem, com tradição no rádio carioca. Portanto, se foi demitido em função de qualquer votação aqui existente, lamento e me solidarizo com os nossos Colegas da Bancada. Acredito que jamais sairá de nós um nome para substituí-lo; e lamentavelmente confirmo a V. Ex.<sup>a</sup>, que ele foi substituído pela manhã.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** — Sobre a mesa, requerimento de preferência para o Destaque nº 5584/87, de autoria do Constituinte Gastone Righi. (Pausa)

S. Ex.<sup>a</sup> retira o Destaque.

Requerimento de preferência, nos termos regimentais, para o Destaque nº 2202, de autoria do Constituinte João Paulo. (Pausa)

A emenda está prejudicada, em virtude do seu enunciado. Ela concede anistia ampla, geral e irrestrita e essa matéria já foi decidida na votação anterior.

**O SR. CONSTITUINTE JOÃO PAULO:** — Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** — Com a palavra o Constituinte João Paulo.

**O SR. CONSTITUINTE JOÃO PAULO:** — V. Ex.<sup>a</sup> disse que a minha emenda fica prejudicada por quê?

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** — A emenda de V. Ex.<sup>a</sup> foi prejudicada pela rejeição de emenda anterior que tinha o mesmo objetivo.

**O SR. CONSTITUINTE JOÃO PAULO:** — Não. Apenas destaquei um parágrafo que se refere ao setor privado.

**O SR. PRESIDENTE (AFONSO ARINOS):** — O acréscimo da emenda de V. Ex.<sup>a</sup> é apenas na forma de lei complementar, quer dizer, fica o dispositivo constitucional auto-aplicável, mas a natureza do dispositivo é igual àqueles que foram rejeitados. Desculpe-me, mas a emenda de V. Ex.<sup>a</sup> está prejudicada.

**Destaque nº 2749-87 – Emenda nº ES-28632-3, de Sr. José Costa, "que adita § 3º ao artigo 3º do Título X do Substitutivo nº 1 (artigo 7º do Título IX do Substitutivo nº 2)". (506ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** — Requerimento de preferência para o Destaque nº 2749-87, de autoria do Constituinte José Costa para a Emenda nº 28632, assinada por vários Constituintes. O Constituinte José Costa é autor da emenda e do destaque.

Com a palavra o nobre Constituinte.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ COSTA:** — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a Comissão de Sistematização já aprovou, no § 3º do art. 6º a norma que garante ao cidadão ver apreciado pelo Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito seu. Em verdade, esse preceito não cons-

tava na Constituição Política do Império, que era omissa, estava implícito, era intrínseco à sistemática constitucional da Carta de 1891 e da Carta de 1934, foi excluído da Carta de 1937, foi restabelecido na Carta de 1946. Em verdade, o que significa isso? Segundo Pontes de Miranda, significa que a lei ordinária não poderá excluir da apreciação do **Judicial Control** as próprias leis, ou quaisquer outras regras jurídicas, nem a defesa dos direitos individuais que se fundem em regras jurídicas da Constituição; mais ainda: "que a lei ordinária, **lato sensu**, não pode excluir da apreciação judicial os direitos individuais que se fundem em leis ordinárias."

O que estamos propondo, Sr. Presidente, nesta nossa emenda, e que seria acrescentado onde coubesse nas Disposições Constitucionais Transitórias, é o seguinte princípio:

"Aplica-se o disposto no § 4º do art. 6º da Constituição Federal – estou me referindo ao Relatório Cabral I – a todos os atos que se tornaram insuscetíveis de apreciação do Poder Judiciário, a partir de 1º de abril de 1964."

Em verdade, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, iremos permitir, se eventualmente esse princípio vier a ser aprovado e inserido nas Disposições Constitucionais Transitórias, que todas as lesões praticadas com base em atos discricionários, a partir de março de 1964, poderão ser revistas ou apreciadas pelo Poder Judiciário. Isso permite que o anistiado que não se satisfaz, por exemplo, com o ressarcimento patrimonial obtido através da anistia, que acha que teve – vamos quantificar – 70% dos seus direitos patrimoniais ressarcidos, poderá reclamar, através do Poder Judiciário, que é o poder que, pela Constituição tem competência para dirimir esse tipo de conflito, poderá ir em busca dos 30% que lhe falta.

Se, eventualmente, aquele que foi punido, atingido por ato discricionário, nesses 20 anos de regime autoritário que vivemos, que eventualmente sofreu lesão, ainda que de ordem moral esta, certamente, é de difícil reparação, nunca a reparação é plena poderá ir ao Judiciário e obter, por essa via, através do processo ordinário, o ressarcimento devido.

Com isso, Sr. Presidente, espero também dar oportunidade àqueles que foram punidos através de atos administrativos. E peço a atenção da Casa: seria essa, por exemplo, a hipótese de milhares e milhares de pessoas referidas, aqui pelo Constituinte Ricardo Fiúza, que foram punidas discricionariamente através de atos administrativos. Na medida em que esses atos sejam políticos poderá, o Poder Judiciário, através de um processo contraditório, reparar a lesão eventualmente causada.

Acho que esse dispositivo, Srs. Constituintes, encerra com fecho de ouro, permitam-me o lugar comum, essa discussão, esse debate em torno dessa sempre momentosa questão, que é a da anistia. Peço a atenção da Casa e, mais do que isso, peço o voto dos eminentes Constituintes, porque isso completa, sem dúvida nenhuma, tudo aquilo que se votou em matéria de anistia. Através desse dispositivo permite-se que o Poder Judiciário, que universalmente é o poder que tem competência para dirimir os conflitos entre cidadãos ou entre os cidadãos e o Estado, tenha a oportunidade de julgar, no caso concreto de eventual lesão ocasionada ao cidadão por motivos políticas ocorrida nesses 20 anos de regime autoritário, através de um processo ordinário.

**O SR. CONSTITUINTE RICARDO FIÚZA:** — Sr. Presidente, peço ao nobre Constituinte José Costa que, por gentileza, leia com calma o texto da emenda de V. Ex.<sup>a</sup> porque, como estava fora da ordem, está havendo um certo tumulto no Plenário; não estamos conseguindo acompanhar, Sr. Presidente.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ COSTA:** – Atenderei, com muita satisfação e prazerosamente, o pedido do eminente Constituinte Ricardo Fiúza, e peço a atenção da Casa porque se trata de matéria de alta relevância.

Fazendo remissão ao Cabral I, diz o dispositivo:

"Aplica-se o disposto no § 4º do art. 6º da Constituição Federal a todos os atos que se tornaram insuscetíveis de apreciação do Poder Judiciário, a partir de 1º de abril de 1964."

Ou seja, através dessa emenda, superam-se efeitos da coisa julgada formal e, inclusive, o princípio vedativo da retroatividade para aqueles que, eventualmente, tenham sido atingidos por atos discricionários a partir de 64 e que, em função de norma inserta em atos institucionais, não eram passíveis de apreciação pelo Poder Judiciário. Estamos, em verdade, dando oportunidade ao Poder Judiciário de apreciar ou de eventualmente rever todos esses atos, inclusive aquelas punições que foram cometidas ou praticadas através de atos administrativos.

Peço a aprovação de V. Ex.<sup>as</sup>.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem a palavra, para encaminhar em sentido contrário, o nobre Constituinte Aluizio Campos.

**O SR. CONSTITUINTE ALUÍZIO CAMPOS:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, é fora de dúvida que, num regime democrático, não se pode excluir da apreciação do Poder Judiciário nenhum ato atentatório ao Direito. Os atos institucionais, e outros atos do regime autoritário que afetaram os direitos dos cidadãos, tornados insuscetíveis de apreciação pelo Poder Judiciário, foram quase todos incluídos na área de uma punição política injustificável, já foram objeto de sucessivas anistias decretadas anteriormente à elaboração desta Constituição, e agora completadas pela matéria já aprovada aqui nas Disposições Transitórias. Inicialmente, concordo integralmente com o princípio recomendado pelo eminente Constituinte José Costa, mas acho que, nesta altura, depois de tantos anos transcorridos e quando talvez todos os injustiçados já tenham sido beneficiados pela anistia, abrimos oportunidade para que um sem-número de projetos, na área do Judiciário, seja novamente reaberto, inclusive porque, pela amplitude com que está redigida, a proposição abrange até aqueles que praticaram crimes que não são caracteristicamente políticos, como assalto a bancos, crimes de morte, e outros crimes de maior gravidade. Alguns foram insuscetíveis de apreciação pelo regime autoritário. Longe de mim pretender defender aqui o regime autoritário. Julgo que o objetivo desejado pela proposição, que fundamentalmente é absolutamente justa, já está atendido através da concessão da anistia. Por esta razão, acredito que não devemos incluí-la nas Disposições Transitórias.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Para encaminhar favoravelmente, o nobre Senador José Ignácio Ferreira.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA:** – Sr., Presidente, Sr. Relator, Srs. Constituintes: ao ouvir início da exposição feita pelo Constituinte José Costa, com relação à emenda de S. Ex.<sup>a</sup> tive ímpetos de levantar uma questão de ordem para dizer que ela se chocava com texto do art. 7º das Disposições Transitórias. Mas logo verifiquei o absoluto descabimento da questão de ordem que eu iria formular.

Vejo, Sr. Presidente, que a Emenda do Constituinte José Costa – e por isso achei que deveria encaminhá-la a favor –, a emenda do Constituinte José Costa se sintoniza com outro dispositivo, já aprovado, do Projeto Ber-

nardo Cabral, que é o constante do art. 6º, § 3º, e que diz:

"A lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça de direito."

Poderia parecer aos Srs. Constituintes que este dispositivo, já aprovado, determinaria o descabimento da emenda que se pretende ver aprovada. Mas não! A emenda completa, aperfeiçoa, amplifica, elastece o texto do § 3º do art. 6º. Porque diz o seguinte:

"Aplica-se o disposto no § 3º do art. 6º da Constituição Federal a todos os atos que se tornaram insuscetíveis de apreciação do Poder Judiciário, a partir de 1º de abril de 1964."

Deixa claríssimo o que é um princípio, esculpido no § 3º do art. 6º. Ele esclarece definitivamente. A sua aprovação permite de algum modo, compensar aqueles que, esta manhã, saíram daqui indignados, porque não tiveram aqui o que consideravam um direito reconhecido por este Plenário. Eles vão ter a oportunidade de bater às portas do Judiciário, como fazem todos aqueles que aspiram e efetivamente venham a viver num estado de direito democrático a sociedade que queremos construir, a sociedade plúrima, conflituosa, com conflitos legítimos, desejados, até estimulados. A sociedade que nós queremos, participativa, solidária, precisa e deve ter um árbitro poderoso, que há de ser o Poder Judiciário, porta em que todos possam bater.

Esta Constituição consagra tal princípio e a aprovação desta emenda amplifica em favor dos injustiçados – e me incluo neste rol – sou um dos felizes resgatados das injustiças do passado. Fui cassado em 69, arrancado do meu mandato, retirado do meu cargo no Ministério Público, ao qual tive acesso por concurso de provas e títulos. Pois bem: passei a pele em todas as pedras, pisei todas as urzes, cheguei ao Senado Federal, depois trazido pelo povo. Muitos, porém, não tiveram esta oportunidade. Devemos dar a eles, com a aprovação desta emenda, justíssima, que amplifica um texto já muito claro do § 3º do art. 5º, a oportunidade de baterem às portas do Supremo Tribunal Federal, às portas do Judiciário. E, assim, aqueles sofridos desta manhã voltarão, pelo menos, a um mínimo sorriso. As lágrimas que não brotaram do seu rosto, mas do seu espírito, certamente, serão, em parte, enxugadas com a aprovação desta emenda. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Muito obrigado a V. Ex.<sup>a</sup>. Tem a palavra o nobre Relator.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o eminente Constituinte José Costa, afeito às letras jurídicas e também ao exercício profissional da advocacia, apresenta uma emenda que é a consagração de que uma Constituição deve ser a fonte das normas gerais. Partindo deste princípio, sabe-se que uma norma geral nada mais é do que a fonte da decisão judicial. O projeto aprovado no seio desta Comissão de Sistematização, como bem acentuou o eminente Constituinte José Ignácio Ferreira, que não é senão outro profissional afeito ao exercício da advocacia e às letras jurídicas, quando lembra o § 3º do art. 5º, cujo texto é o seguinte:

"A lei não poderá excluir da apreciação do Poder Judiciário qualquer lesão ou ameaça a direitos."

Para sorte nossa, o Presidente da Comissão de Sistematização, Senador Afonso Arinos, é um mestre consagrado no campo do Direito Constitucional, e sorte também porque S. Ex.<sup>a</sup> preside a sessão desta tarde. Ao presidi-la, depois de ouvir a sustentação oral do autor da emenda, o ilustre Constituinte José Costa, e do eminente Constituinte José Ignácio Ferreira, a Relatoria, à unanimidade, é pela aprovação da emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Parecer favorável do ilustre Relator.

Em votação.

**(Procede-se à votação)**

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Almir Gabriel, Artur da Távola, Carlos Mosconi, Cristina Tavares, Egídio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, José Fogaça, José Ignácio Ferreira, José Paulo Bisol, Maurílio Ferreira Lima, Nelson Carneiro, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Renato Vianna, Sigmaringa Seixas, Virgildásio de Senna, Wilson Martins, Aécio Neves, Antonio Mariz, Chagas Rodrigues, João Agripino, João Natal, Jorge Hage, José Costa, José Tavares, José Dutra, Márcio Braga, Michel Temer, Miro Teixeira, Nelson Wedekin, Octávio Elísio, Roberto Brant, Vilson Souza, Ziza Valadares, Afonso Arinos, Carlos Chiarelli, Christóvam Chiaradia, José Jorge, José Thomaz Nonô, Sandra Cavalcanti, Simão Sessim, Jofran Frejat, Paes Landim, Vamir Campelo, José Maurício, Lysâneas Maciel, Luiz Salomão, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Plínio Arruda Sampaio, José Genoíno, Aldo Arantes, Roberto Freire, Jamil Haddad e Antonio Farias. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Carlos Sant'Anna, Ibsen Pinheiro, José Geraldo, José Richa, José Ulisses de Oliveira, Manoel Moreira, Nilson Gibson, Raimundo Bezerra, Rodrigues Palma, Marcos Lima, Alcení Guerra, Aloysio Chaves; Francisco Dornelles, Inocêncio Oliveira, José Lins, Luís Eduardo, Oscar Corrêa, Paulo Pimentel, Ricardo Fiúza, Annibal Barcellos, Furtado Leite, Jonas Pinheiro, José Tinoco, Antônio Carlos Konder Leis, Bonifácio de Andrada, Adolfo Oliveira, Siqueira Campos. **ABSTENÇÃO** dos Senhores Constituintes: Arnaldo Prieto, Gerson Pares, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia, Virgílio Távora.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 61 Constituintes; votaram NÃO 27 Constituintes; abstiveram-se de votar 5 Constituintes. Total: 93 votos. O destaque foi **aprovado**.

**O SR. CONSTITUINTE PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem a palavra, para uma questão de ordem, o nobre Constituinte Plínio Arruda Sampaio.

Peço a V. Ex.<sup>a</sup> que precise bem os fatos que acaba de me indicar aqui.

**O SR. CONSTITUINTE PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO:** – Sr. Presidente, antes da votação dessa emenda que acaba de ser votada, estava na lista das preferências uma emenda de autoria do Constituinte João Paulo, que tinha a preferência das lideranças.

Essa emenda foi considerada prejudicada em função das votações anteriores. Por quê? Por um lapso perfeitamente justificável; a ressalva que era feita é uma emenda de vários artigos e parágrafos. E havia sido feita, na oportunidade devida, a referência de que só valia, para efeito de votação, o § 4º, e assim mesmo com a exclusão da expressão "na forma de lei complementar".

Acontece que essa correção, feita pelo Constituinte, assinada por S. Ex.<sup>a</sup>, e com a letra do Assessor Paulo Affonso, ficou numa folha embaixo, e foi omitida por uma outra na hora da leitura. Por isso a decisão seria correta, caso não houvesse a ressalva oportunamente feita.

Tendo em vista que foi um equívoco meramente formal, eu requereria a V. Ex.<sup>a</sup> que a emenda fosse colocada em votação.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – De fato, o que o nobre Constituinte acaba de alegar está comprovado pelo documento; quer dizer, o que deveria ter sido colocado em votação foi apenas determinada parte da emenda, a ressalva; e S. Ex.<sup>a</sup> formula esse pedido no documento que aqui está, com a sua assinatura.

Dessa maneira, a emenda foi rejeitada por ser global, pala parte que não estava consignada nem estava incluída no trecho que interessa a S. Ex.<sup>a</sup> que seja votado. Como foi recusada, pelo fato de ter sido apreciada em globo, com a parte que estava recusada por S. Ex.<sup>a</sup>, anteriormente, e estando aqui a comprovação, e tendo eu grande respeito pela figura moral do Constituinte Plínio Arruda Sampaio, dou provimento ao seu pedido, e coloco em votação a emenda com aquilo que dela consistia quando foi apresentada e está documentado por escrito.

**O SR. CONSTITUINTE PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO:** – Muito obrigado a V. Ex.<sup>a</sup>.

**Destaque nº 2202-87 – Emenda nº 1P-13911-2, do Sr. João Paulo, "que substitui o art. 475 do Projeto de Constituição (art. 6º, Título IX do Substitutivo nº 2)". (507ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem a palavra o autor da emenda, Constituinte João Paulo.

**O SR. CONSTITUINTE JOÃO PAULO:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, os atos de anistia dos anos de 1979 e de 1985 não atingiram os trabalhadores de empresas privadas, e é em razão disso que apresento esta emenda. É uma emenda aditiva ao texto da anistia, e creio, como ocorreu no caso da emenda aprovada, do nobre Constituinte José Maria Eymael, que não pode prevalecer a intransigência, pois a Constituinte não coonestará com essa intransigência.

São cerca de quatro centenas de trabalhadores de empresas privadas, pelos dados que me foi possível conhecer.

A emenda que proponho é esta:

"Ficam igualmente assegurados os benefícios estabelecidos neste artigo aos trabalhadores do setor privado, dirigentes e representantes sindicais, quando, por motivos exclusivamente políticos, tenham sido punidos, demitidos ou compelidos ao afastamento das atividades remuneradas que exerciam, bem como aos que foram impedidos de exercer atividades profissionais em virtude de pressões ostensivas ou expedientes oficiais sigilosos."

Entendo que a Constituinte não se pode sobrepor ao direito, à dignidade e à cidadania plena, que injustamente excluíram a esses que foram punidos.

Dessas quatro centenas de trabalhadores punidos injustamente, afastados das empresas que trabalhavam, posso dar o meu testemunho de alguns casos, que na minha cidade foram cerca de 74: em 1º de abril de 1964, mais ou menos, 150 trabalhadores estavam enfileirados à porta da Siderúrgica Belgo-Mineira, todos eles com metralhadoras às suas costas. Foram levados à Superintendência local da Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira, onde lhes foi imposta a rescisão coercitiva de seus contratos de trabalho. Todos esses trabalhadores, com cerca de 20 anos de trabalho, uns com mais, outros com menos. E aqueles que não se intimidaram com as ameaças que lhes eram feitas, foram imediatamente presos e levados a prisões distantes. Os que se curvaram às pressões foram levados na calada da noite, à Comarca de Rio Piracicaba, à qual pertencia a cidade de João Monlevade, e lá foi feita a homologação da rescisão dos contratos de trabalho pelo Juiz de Direito, Dr. Murilo Furtado. Como esses homens foram levados à Comarca sob escolta policial, a maioria deles, quando voltava para seus lares, foi obrigada, a di-

vidir com os policiais o pouco que haviam recebido da empresa.

Cito este exemplo porque a mesma situação, o mesmo constrangimento sofreram os demais trabalhadores da empresa privada e não existe sequer um caso, até hoje registrado, de trabalhador que tenha sido anistiado. A Justiça do Trabalho sequer teve a altivez de reintegrar um trabalhador da empresa privada; esses companheiros recorreram à Justiça do Trabalho, depois de uma sentença que lhes foi favorável e que foi prolatada em 1971. Mas uma turma do Tribunal do Trabalho, presidida pelo Juiz Tardiê Pereira, disse que o Direito da Revolução não se escreve. E com base nessa opinião foi revogada a decisão da Instância de origem.

Srs. Constituintes, essa violência, essa desumanidade não pode prevalecer. Não podemos ficar insensíveis ao arbítrio cometido contra esses companheiros e a democracia que se pretende instaurar neste País, não pode passar a vigorar sobre os ombros de companheiros penalizados e não anistiados. Anistia não se nega; um gesto de solidariedade desses não pode ser negado por esta Assembléia Nacional Constituinte.

Portanto, esta Assembléia Nacional Constituinte não há de remarcar esses companheiros com o ato de arbítrio que seja tomado aqui dentro desta Casa, ela não pode evidentemente reeditar um ato de exceção e eu espero que os colegas Constituintes, como fizeram no caso dos companheiros aviadores, aprovelem esta emenda que hora proponho.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** - Acabo de ser informado que o Constituinte Ricardo Fiúza estava inscrito.

Tem a palavra o Constituinte Ricardo Fiúza.

**O SR. CONSTITUINTE RICARDO FIÚZA:** - Sr. Presidente, apenas um esclarecimento. Como se refere a benefícios, peço ao Relator que diga quais são esses benefícios e qual a opinião de S. Ex.<sup>a</sup>, mas o Constituinte Plínio Arruda Sampaio vai fazer as perguntas.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** - Tem a palavra o Constituinte Plínio Arruda Sampaio.

**O SR. CONSTITUINTE PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO:** - Sr. Presidente e meus caros colegas constituintes, vou ser bastante rápido, porque temos vários assuntos a discutir.

Chamaria a atenção sobre esta emenda e, para iniciar, vou lê-la - e lê-la lentamente - porque imagino que vários colegas dela não tomaram conhecimento.

A emenda se refere apenas a um artigo sobre anistia, que seria agregado ao texto, do Constituinte Bernardo Cabral. Vou lê-la:

"Ficam igualmente assegurados os benefícios estabelecidos neste artigo aos trabalhadores do setor privado, dirigentes e representantes sindicais, quando, por motivos exclusivamente políticos, tenham sido punidos, demitidos ou compelidos ao afastamento das atividades remuneradas que exerciam, bem como aos que foram impedidos de exercer atividades profissionais, em virtude de pressões ostensivas ou expedientes oficiais sigilosos."

Sr. Presidente e meus caros colegas, direi uma palavra só em favor desta emenda.

Durante um período do meu exílio, vivi, nos Estados Unidos, uma das maiores campanhas que lá havia, que era a dos prisioneiros desconhecidos pelos prisioneiros que não voltaram, pelos prisioneiros que ficaram perdidos na batalha.

Nesta batalha política que houve no Brasil e que nós, agora, estamos terminando, nesta batalha não são apenas os contingentes conhecidos; centenas e milhares de companheiros ficaram perdidos pelas estradas e, por isso, toda a Lei de Anistia, toda ela é necessariamente uma lei casuística. Esta lei visa a atender modestos trabalhadores e modestos dirigentes sindicais, cujas famílias estão, hoje, em dificuldades, porque não se enquadram no dispositivo legal geral, que estabelece a anistia.

Tendo em vista a votação precedente, em que se corrigiu aqui um grave defeito em relação aos pilotos, aos aeronautas, eu pediria para os trabalhadores, para os dirigentes sindicais, para os homens anônimos que também foram punidos no período discricionário, que eles recebam desta Casa o corretivo do reconhecimento da democracia.

**(Muito bem! Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** - Tem a palavra o Constituinte Ricardo Fiúza.

**O SR. CONSTITUINTE RICARDO FIÚZA:** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, esse parágrafo que o nobre Constituinte João Paulo, do PT de Minas Gerais pretende inserir vem trazer mais uma dessas grandes confusões ao tema, porque todos nós que apresentamos emendas precisamos nos reunir para verificar qual a injustiça e fazer o texto para o Plenário. Da forma como está sendo posto é que não pode, Sr. Presidente.

Vejam bem, a intenção do nobre Constituinte, muito bem explicada pelo Constituinte Plínio Arruda Sampaio, fica prejudicada, porque diz: "Ficam igualmente assegurados os benefícios estabelecidos neste artigo".

Ora, Sr. Presidente, o artigo se refere ao Substitutivo 1. Se o **caput** do artigo não passou, não existe repetido no 2, como é que ele poderia ser remissivo ao **caput** de um artigo que não existe? Todavia, se o nobre Constituinte diz que ele se refere ao correspondente no Substitutivo 2, a emenda é absolutamente redundante e inócua, porque o art. 6º diz: "É concedida anistia a todos". Todos, Sr. Presidente. Então, não há o menor sentido. Há um erro de técnica. Além de se querer precisar especificamente um caso, há um erro de técnica. Então, teríamos que fazer "N" artigos desses, e reconheço as boas intenções do nobre companheiro, mas teríamos que redigir, agora, um artigo desse para cada categoria, partindo da presunção de que esta categoria não se enquadra no todo.

Portanto, Sr. Presidente, a manter o texto do Relatório Bernardo Cabral estaremos atendendo à proposta justa do nobre Constituinte João Paulo. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** - Com a palavra o Relator Virgílio Távora.

**O SR. RELATOR (Virgílio Távora):** - Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a emenda em questão é pertinente ao § 3º do art. 474 do 1-P. Ela diz:

"Ficam assegurados igualmente os benefícios deste artigo aos trabalhadores..."

Sucedendo que esta emenda assegura, no **caput** dos três parágrafos, inclusive no § 1º, a reintegração, que aqui já foi negada. Se, todavia, fizéssemos uma interpretação mais liberal, mais abrangente de que justamente esse parágrafo é para ser colocado no art. 6º do C-Z e, portanto, ignoradas as referências que justamente está fazendo ao § 1º, teríamos então, uma **bis in idem**, porque justamente o art. 6º, - aliás, já foi percutido aí por um dos nossos colegas - concede anistia a todas as pessoas que no período de 18 de setembro de 1946 - é bem mais extenso - até a data da - promulgação do Ato Institucional foram atingidas, em decorrência e etc. etc.

Não vemos como aceitar a emenda. Ou é uma redundância, ou, então, faz introduzir se entendida num sentido mais amplo, a figura da reintegração.

O parecer da Relatoria é contra.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – O parecer do Relator é contrário. Vamos passar à votação.

**(Procede-se à votação)**

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Artur da Távola, Carlos Mosconi, Celso Dourado, Cristina Tavares, Egídio Ferreira Lima, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, José Ignácio Ferreira, José Paulo Bisol, José Ulisses de Oliveira, Maurílio Ferreira Lima, Nelton Friedrich, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Renato Vianna, Severo Gomes, Sigmaringa Seixas, Virgildásio de Senna, Antonio Mariz, Chagas Rodrigues, João Agripino, João Natal, Jorge Hage, José Costa, José Tavares, Miro Teixeira, Nelson Wedekin, Octávio Elísio, Roberto Brant, Vilson Souza, José Dutra, Carlos Chiarelli, José Santana de Vasconcellos, Jofran Frejat, Valmir Campelo, Brandão Monteiro, Lysâneas Maciel, Bocayuva Cunha, Francisco Rossi, Joaquim Bevilacqua, Ottomar Pinto, Plínio Arruda Sampaio, José Genoino, Aldo Arantes, Roberto Freire, Jamil Haddad. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Carlos Sant'Anna, Cid Carvalho, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Gasparian, José Geraldo, José Richa, Manoel Moreira, Nilson Gibson, Raimundo Bezerra, Rodrigues Palma, Wilson Martins, Aécio Neves, Délio Braz, Marcos Lima, Ziza Valadares, Afonso Arinos, Aloysio Chaves, Francisco Dornelles, Inocência Oliveira, José Jorge, José Lins, José Thomaz Nonô, Luis Eduardo, Enoc Vieira, Mário Assad, Oscar Corrêa, Paulo Pimentel, Ricardo Fiúza, Annibal Barcellos, Furtado Leite, Jonas Pinheiro, José Tinoco, Antônio Carlos Konder Reis, Gerson Pares, José Luiz Maia, Virgílio Távora, Adolfo Oliveira, Siqueira Campos e Antonio Farias. **ABSTENÇÃO** do Senhor Constituinte Alcení Guerra.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 49 Constituintes; votaram NÃO 39 Constituintes; absteve-se de votar 01 Constituinte. Total: 89 votos. O destaque foi **aprovado**.

Peço a atenção do Plenário para uma comunicação que a presidência deseja fazer. A Presidência pede a honrosa atenção do Plenário para, antes de largar a Presidência nas mãos do seu honrado companheiro Aluizio Campos, fazer uma comunicação. Esta comunicação não é pessoal, se o fosse não a faria, não trataria de assunto pessoal. Ela implica em acusações ao Presidente da Comissão de Sistematização e é com esta responsabilidade, que me foi conferida pelo Plenário, que me encontro no dever de dar uma explicação sobre a matéria que é objeto da acusação de que o Presidente foi alvo. Não à pessoa do Presidente, se o fosse ele não responderia. Entretanto, sendo uma acusação feita ao Presidente da Comissão, espero que esta explicação seja suficiente para dar conhecimento aos Membros da Comissão, dos quais se origina o meu poder de Presidente, e ao mesmo tempo esclarecer-lhes sobre a matéria.

A dura acusação ao Presidente versou sobre o fato de ter abandonado o processo mecânico de votação e adotado, por circunstâncias especiais, um processo de votação nominal em face da declaração de um honrado companheiro, Egídio Ferreira Lima, que declarava que o seu voto tinha sido contado mecanicamente em contrário ao fato de ele ter votado.

Claro que não competia ao Presidente esclarecer isso sem que essa atuação fosse realmente de esclarecimento. E a única alternativa que lhe restava era a de apelar para a votação pessoal. Agredido o Presidente, não a pessoa do Presidente, por um jornalista, recebi, hoje, com grande honra, essa carta do Constituinte Egídio Ferreira Lima. Pedi-lhe licença para dar conhecimento a V. Ex.<sup>as</sup> desta carta, e S. Ex.<sup>a</sup> concedeu-me. Portanto, vou transmiti-la

ao conhecimento da Casa como Presidente da Comissão, não como pessoa:

CÂMARA DOS DEPUTADOS  
"EFL nº 590/87"

Brasília, 16 de novembro de 1987.

Mestre Afonso Arinos:

Permita que externe a minha admiração e o meu mais profundo agradecimento pela seriedade e firmeza com que se portou, ontem, no incidente da votação."

Sobre este segundo parágrafo que eu desejo chamar a atenção:

"Hoje, eu seria um homem amargurado e, politicamente, lesado, não tivesse sido socorrido pela sua dignidade.

Deus lhe proteja e a sua digna família.

Do admirador penhorado. - **Egídio Ferreira Lima.**"

Esta, a declaração que eu queria fazer. Muito obrigado

**(Palmas)**

O Sr. **Afonso Arinos**, Presidente, deixa a cadeira da presidência que é ocupada pelo Sr. **Aluizio Campos**, Primeiro-Vice-Presidente.

**O SR. CONSTITUINTE LYSÂNEAS MACIEL:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem, antes que o Constituinte Afonso Arinos se retire.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem a palavra V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. CONSTITUINTE LYSÂNEAS MACIEL:** – Sr. Presidente, as expressões usadas pelo Constituinte Egídio Ferreira Lima são o pensamento quase que unânime da Comissão de Sistematização.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Congratulome também com a manifestação de V. Ex.<sup>a</sup>

**Destaque nº 3915-87 - Emenda nº ES-27421-0, do Sr. Hélio Rosas, "que adita artigo do Título IX, Capítulo II Seção II do Substitutivo nº 1 (Título IX do Substitutivo nº Z)". (508.ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Em votação o requerimento de destaque do Constituinte Hélio Rosas sobre a Emenda nº S-27421. A emenda não consta da planilha, mas foi encaminhada por acordo de Lideranças.

Em votação a preferência.

Os Srs. Constituintes que aprovam mantenham-se sentados. **(Pausa)**

Aprovada.

A emenda é a seguinte, incluindo uma disposição com o seguinte texto:

"A lei disporá sobre a previdência nas Casas Legislativas."

Com ,a palavra o nobre Autor do destaque, para encaminhá-lo.

**O SR. CONSTITUINTE HÉLIO ROSAS:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, queremos usar apenas alguns segundos, a fim de contribuir para a agilização dos trabalhos.

Esta emenda acrescenta, nas Disposições Transitórias, um artigo de apenas uma linha. Foi apresentada para atender aos apelos de todas as Casas Legislativas que desejam que o problema da previdência parlamentar

seja definido, de vez, com a maior clareza e de forma a não deixar a mínima margem de dúvida sobre a, matéria, seu interesse social e sobre a conveniência da manutenção dos institutos.

Como este assunto demanda exaustivos estudos na complexa área, da seguridade, exigindo tratamento minucioso que não cabe numa Carta Constitucional, estamos, apenas e simplesmente, através desta emenda, inscrevendo o princípio e remetendo o disciplinamento da matéria para a decisão do legislador ordinário nas respectivas Casas Legislativas.

Assim, solicitamos a compreensão do Sr. Relator e o apoio de todos os integrantes da Comissão de Sistematização.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Para encaminhamento contra, tem a palavra o Constituinte José Genoíno.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Sr. Presidente" Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, estamos aqui angustiados para que algumas matérias importantes das Disposições Transitórias sejam debatidas e discutidas. Inclusive alguns casuísmos que estão aqui dentro, que precisamos tirar das Disposições Transitórias.

Esta emenda remete para a lei ordinária a previdência das Casas Legislativas.

Ora, Sr. Presidente, não vamos colocar isso no texto constitucional; não vamos colocar isso nas Disposições Transitórias. Isso não é matéria para ser tratada no texto constitucional como Disposição Transitória.

Essa história de se ficar permitindo, pelo menos abrindo a possibilidade, no texto constitucional, mesmo nas Disposições Transitórias, de se criar previdência para as Casas Legislativas não é bom. Esta não é uma atitude elevada, politicamente, para uma Assembléia Nacional Constituinte.

Esta matéria não deve ser apreciada, não deve merecer o voto da Assembléia Nacional Constituinte. Estamos tratando de outras matérias da maior importância. Colocar aqui, pode parecer que nós, Constituintes, estamos legislando ou abrindo a possibilidade formal para permitir uma legislação ordinária em causa própria, em uma previdência para as Casas Legislativas.

Infelizmente, quando discutimos o Capítulo sobre a previdências, não pudemos lá suprimir um dispositivo que permite dinheiro público, arrecadado de toda a população, para as previdências privadas que têm na expressão "sem fins lucrativos". É um absurdo colocar dinheiro público em previdência, como, por exemplo, acontece aqui com o IPC, acontece com a Assembléia Legislativa, acontece com o Banco do Brasil, com o Banco Central e uma série de outras instituições.

Temos que ser coerentes e rejeitar esta emenda. Não vamos perder mais tempo em colocá-la nas Disposições Transitórias. Por isso, encaminho contra e manifesto minha angústia, para, imediatamente, entrarmos no artigo 14, no artigo 59, no artigo 61, no artigo 48 e nas emendas aditivas; porque esta Disposição Transitória não pode parecer aqui como casuísmo para beneficiar esse ou aquele lugar, esse ou aquele grupo.

Vamos, então, rejeitar a emenda ora em discussão.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** - Não há mais oradores inscritos.

Com a palavra o Constituinte Virgílio Távora, em nome da Relatoria.

**O SR. RELATOR (Virgílio Távora):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, constrange-nos aqui sempre estar dando não; vamos examinar a emenda. Primeiro que tudo, a oportunidade. Admitamos que as Lideranças se

reuniram e, em lugar de matéria importante, pulemos vários artigos e vamos apreciar a emenda. **Fait accompli**, não se discute mais o assunto.

Quanto ao mérito se é para ser dada esta faculdade à Câmara, já temos lei nesse sentido, por outro lado a maioria das Assembléias Legislativas delas já são dotadas.

Neste ponto, nem sempre estamos em desacordo com o Constituinte José Genoíno. Não há como fazermos a inclusão de um dispositivo como este que vai, falemos claro, desdourar esta Carta em que incisos das Disposições Transitórias nem sempre estão dirigidas no melhor sentido da causa pública, como vemos na apreciação de vários dos artigos que foram aprovados quando em redações passadas.

Assim, a Relatoria, muito a contragosto, diz não.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Em votação a -emenda, com parecer ,contrário do Relator. **(Pausa)**

#### **(Procede-se à votação)**

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: José Richa, Manoel Moreira, Raimundo Bezerra, Rodrigues Palma, Márcio Braga, Michel Temer, Antoniocarlos Mendes Thame, José Jorge, Luís Eduardo, Mário Assad, Oscar Corrêa, Paulo Pimentel, Sandra Cavalcanti, Simão Sessim, donas Pinheiro, Francisco Rossi, Gastaria Righi, Ottomar Pinto, Siqueira Campos. **Votaram NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Carlos Mosconi, Carlos Sant'Anna, Celso Dourado, Cid Carvalho, Cristina Tavares, Egídio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Gasparian, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, José Freire, José Ignácio Ferreira, José Ulisses de Oliveira, Maurício Ferreira Lima, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nilson Gibson, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Sigmaringa Seixas, Virgildásio de Senna, Wilson Martins, Aécio Neves, Antonio Mariz, Chagas Rodrigues, Délio Braz, João Agripino, João Natal, Jorge Hage, José Costa, José Tavares, Miro Teixeira, Nelson Wedekin, Roberto Brant, Vilson Souza, José Dutra, Alcení Guerra, Aloysio Chaves, Carlos Chiarelli, Francisco Dornelles, Inocêncio Oliveira, José Lins, Enoc Vieira Osvaldo Coelho, Aníbal Barcellos, Furtado Leite, Jofran Frejat, José Tinoco, Valmir Campeio, Antônio Carlos Konder Reis, Guerson Peres, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia, Virgílio Távora, José Maurício, Lysâneas Maciel, Luiz Salomão, Plínio Arruda Sampaio, José Genoíno, Aldo Arantes, Roberto Freire, Jamil Haddad. **ABSTENÇÃO** dos Senhores Constituintes: Aluizio Campos, Renato Vianna, Darcy Pozza e Adolfo Oliveira.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 19 Constituintes; votaram **NÃO** os Constituintes; abstiveram-se de votar, 4 Constituintes. Total: 89 votos. O Destaque foi rejeitado.

**Destaque nº 7325-87 - Emenda nº ES-26907-1, do Sr.º Nelson Carneiro, "que adita o art. 4º, Título X da referida emenda ao art. 9º do Título IX do Substitutivo nº 2". (519ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Em votação o requerimento de preferência do Constituinte Nelson Carneiro, relativo ao Destaque nº 7325, Emenda nº 26907-ES.

Os Senhores Constituintes que o aprovam queiram permanecer sentados. **(Pausa)**

Aprovado.

A emenda do Constituinte Nelson Carneiro, que modifica o art. 9º das Disposições Transitórias, diz:

"As Constituições dos Estados adaptar-se-ão ao sistema de governo instituído por esta Constituição, na forma e nos prazos fixados pelas res-

pectivas Assembléias, que não poderão ser anteriores ao término do mandato dos atuais governadores."

Concedo a palavra ao Constituinte Nelson Carneiro, para encaminhar.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, o texto da emenda completa o quadro "Da Organização do Sistema de Governo" e diz respeito à implantação do parlamentarismo nos Estados.

Assim dispõe o texto:

"As Constituições dos Estados adaptar-se-ão ao sistema de governo instituído por esta Constituição, na forma e nos prazos fixados pelas respectivas Assembléias que não poderão ser anteriores ao término do mandato dos atuais governadores."

Ou seja, o sistema parlamentar, caso seja mantido pelo Plenário da Constituinte, adaptar-se-á nos Estados, durante a presente legislatura, mas a sua vigência só poderá ocorrer depois de encerrado o atual mandato dos governadores. Assim sendo, os governadores que forem eleitos em 1990 já terão a vigência do parlamentarismo, mas não vamos impô-la aos governadores que estão em exercício, no momento, eleitos pelo sistema presidencialista.

Esta, Srs. Constituintes, em síntese, a emenda que apresento, que complementa e dá tranquilidade a todos os atuais governadores para que trabalhem e não perturbem, também por sua parte, a organização do parlamentarismo no plano federal. **(Muito bem! Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem a palavra o Constituinte José Genoíno, para encaminhar contra.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, a Emenda Nelson Carneiro busca exatamente instituir o parlamentarismo a nível estadual. Nas Disposições Transitórias diz S. Ex.<sup>a</sup> claramente o prazo para as Assembléias Legislativas ajustarem, nas suas respectivas Constituições Estaduais, o sistema de Governo, isto é, o parlamentarismo a nível estadual.

Há aí dois problemas para os quais chamo a atenção desta Comissão: primeiro, as Assembléias Legislativas vão fazer uma nova Constituição, Srs. Constituintes, já com a determinação da Assembléia Nacional Constituinte de que elas não têm soberania, não têm poder para decidir sobre sistema de Governo, porque já há uma decisão da Assembléia Nacional Constituinte em relação a esta matéria; será apenas para ajustar o sistema de Governo. Então, é uma emenda contraditória no sentido político, porque vai ferir a autonomia das Assembléias Legislativas, neste aspecto, de deliberarem sobre este assunto.

Outro problema, Sr. Presidente – com todo o respeito aos parlamentaristas – é resolver a implantação do parlamentarismo no âmbito estadual, numa disposição transitória, sem deixar claro como vai ser a eleição do Governador, se será um primeiro-ministro estadual, quais serão as atribuições?

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Não é isso. É exatamente o contrário, nobre Constituinte.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Constituinte Roberto Freire, não é o contrário, porque a emenda propõe, impõe, determina uma situação às Assembléias Legislativas.

Neste sentido, Sr. Presidente, a aprovação desta emenda representa uma camisa-de-força em relação à autonomia das Assembléias Legislativas para decidirem sobre a matéria.

Por isso, Sr. Presidente, peço a rejeição da Emenda Nelson Carneiro, porque significa a implantação do parlamentarismo no âmbito estadual. O que a emenda pretende é implantar o sistema parlamentarista em cada Estado.

Não quero, aqui, voltar à discussão sobre esse sistema de governo no âmbito nacional. Seria de bom senso e cautela não aprovarmos a Emenda Nelson Carneiro como Disposição Transitória, pois quer definir a implantação do parlamentarismo em cada Estado.

Por isso, encaminho contra a Emenda Nelson Carneiro.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem a palavra o Constituinte Roberto Freire.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – O Constituinte José Genoíno – parece-me – leu uma emenda errada. A argumentação de S. Ex.<sup>a</sup> não encontra guarida na emenda do Constituinte Nelson Carneiro, quando diz exatamente o contrário. Resguarda apenas o mandato dos atuais governadores e determina que as Assembléias Legislativas fixem, como bem entenderem, o sistema de governo, no âmbito dos Estados, ou seja, é de alto respeito à autonomia dos Estados e garantia da Federação. S. Ex.<sup>a</sup> – parece-me – leu a emenda equivocada. Não sei onde encontrou a emenda para dizer que era uma intervenção.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Para encaminhar a favor, concedo a palavra ao Constituinte José Fogaça.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FOGAÇA:** – Sr. Presidente, Srs. Membros da Comissão de Sistematização a emenda que houvermos por bem defender é de nº 26907, de autoria do Constituinte Nelson Carneiro, que diz:

"As Constituições dos Estados adaptar-se-ão ao sistema de governo instituído por esta Constituição, na forma e no prazo fixados pelas respectivas Assembléias, que não poderão ser anteriores ao término do mandato dos atuais governadores."

Significa dizer que, se as Constituições estaduais se adaptarem ao sistema parlamentarista de governo, deverão resguardar o atual mandato dos governadores eleitos.

A Emenda do nobre Constituinte Nelson Carneiro parte de uma regra fundamental e, a meu ver, eticamente inatacável, abraçada por esta Assembléia Nacional Constituinte e por esta Comissão de Sistematização. Há um pudor cívico que conduz os trabalhos desta Comissão, há um princípio inarredável, eu diria até uma espécie de pudor cívico que conduz os trabalhos desta Comissão. Esta Comissão não toca, esta Comissão não fere, esta Comissão não atinge um milímetro que seja de um mandato que tenha origem popular. Esta é uma regra impecável para a Comissão de Sistematização.

Se um presidente de sindicato foi eleito pelo voto direto popular e democrático, tem o seu mandato assegurado. Se um síndico de edifício foi eleito pelo voto direto, tem o seu mandato assegurado. Se há uma norma que é exponencial ao comportamento dos Constituintes é a do mais absoluto e indesmentível respeito aos mandatos de origem popular.

E pergunto: o mandato dos vereadores foi reduzido? Não! O mandato dos prefeitos eleitos pelo voto direto foi reduzido? Não! O mandato dos deputados estaduais eleitos pelo voto direto foi reduzido? Não! O mandato dos governadores eleitos pelo voto direto pode ser reduzido? Não!



Assim também os mandatos dos Deputados e Senadores. Esta é regra impecável da Comissão de Sistematização. Quem não foi fruto do voto popular, quem não teve o seu mandato assegurado pela fonte ilegítima da vontade do povo, aí, sim, é outro problema para a Comissão de Sistematização.

No caso dos governadores, Sr. Presidente, Srs. Membros desta Comissão, é absolutamente necessário que esta Comissão resguarde os seus direitos, até porque são direitos dos quais os verdadeiros detentores não são os governadores, não é a pessoa do governador. O detentor final desse direito, o detentor último desse direito é o povo dos Estados que os elegeu. Daí por que é absolutamente imprescindível e necessário um compromisso de coerência com a postura que vem tendo esta Comissão.

Ontem, votamos pela redução do mandato do único brasileiro vivo que ainda detém um mandato indireto - o Presidente da República, porque o governador do Distrito Federal já tem a data marcada para sua eleição. Eis por que, desde a Subcomissão do Poder Executivo, da qual tive a honra de ser o Relator, desde a Comissão da Organização dos Poderes e Sistema de Governo, que teve a lúcida e competente relatoria do nobre Constituinte Egídio Ferreira Lima; desde lá, através de longos e criteriosos estudos, através de um debate democrático amplo e aberto, tem-se chegado à permanente constatação de que esta regra, agora assinada pelo Constituinte Nelson Carneiro, é indispensável ao texto constitucional.

Para encerrar, Sr. Presidente, vem da Subcomissão do Poder Executivo, da Comissão da Organização dos Poderes e Sistema de Governo, a assinatura deste notável homem público que é o Constituinte Nelson Carneiro e resguarda o direito ao mandato dos governadores no exercício pleno até o seu final.

Por isso, apelo aos Membros desta Comissão que votem favoravelmente à Emenda nº 26907.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Com a palavra, para encaminhamento contra, o Constituinte Luiz Salomão.

**O SR. CONSTITUINTE LUIZ SALOMÃO:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a primeira parte da minha intervenção é para contestar a interpretação do nobre Líder Roberto Freire, que considerou a emenda democrática no sentido de que deixava para as Assembléias Legislativas definir, inclusive, se adotariam o parlamentarismo a nível estadual ou não.

Relendo a emenda, os Srs. e as Sr.<sup>as</sup> Constituintes terão clareza de que esse caráter democrático inexistente na Emenda Nelson Carneiro. Ela manda que as constituições estaduais se adaptem ao sistema parlamentarista, o que significa que não há possibilidade de que as Assembléias Estaduais adotem outra forma de governo que não o parlamentarismo.

Lamento na proposta do nobre Constituinte Nelson Carneiro, que merece todo o nosso respeito e admiração, o caráter casuísta e oportunista desta proposta que visa, sobretudo, preservar os atuais governadores, os seus mandatos em relação à mudança do regime de governo.

Esta questão é fundamental, na medida em que representa uma incoerência com o que estatuiu o art. 2º das Disposições Transitórias, que propôs...

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos. Fazendo soar a campainha):** – Peço a atenção dos Srs. Constituintes para escutarem a palavra do orador que se encontra na tribuna.

**O SR. CONSTITUINTE LUIZ SALOMÃO:** – O art. 2º das Disposições Transitórias votadas ontem, nesta Casa, estabeleceu a implantação do parlamentarismo já, a par-

tir de 15 de março de 1988. Não faz sentido, portanto, que a Constituinte Federal dite aos Constituintes estaduais como devem proceder em relação ao prazo de implantação do parlamentarismo nas suas Unidades Federadas. Isto é uma intervenção indevida desta Casa em relação às Constituintes Estaduais. Se a idéia do parlamentarismo é boa, como muitos aqui pregam, que ela viceje, vinge pela força da sua própria idéia.

É um casuísmo, nobre Constituinte Ricardo Fiúza, porque não podemos aqui ditar o que deve corresponder ao interesse dos Representantes dos Estados e, neste sentido, a Emenda Nelson Carneiro fere mortalmente a soberania relativa sim, mas a soberania das Assembléias Legislativas que se transformarão em Assembléias Constituintes Estaduais.

Essa incoerência com o art. 2º das Disposições Transitórias, se aprovada a Emenda Nelson Carneiro, tornará texto da nossa Constituição absolutamente contraditório, e é por isso que encaminho contrariamente à Emenda Nelson Carneiro, pedindo apoio dos nobres Companheiros.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Sr. Presidente, antes de V. Ex.<sup>a</sup> conceder a palavra ao Relator, para que fique claro – pois há uma confusão no Plenário em relação ao teor da emenda – gostaria que V. Ex.<sup>a</sup> lesse, claramente a emenda que está em votação, para que Plenário fique esclarecido, devido à confusão criada pelo nobre Líder Roberto Freire.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem a palavra o nobre Relator, que lerá o art. 9º que consta do texto do Projeto e a Emenda do ilustre Senador Nelson Carneiro.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, Srs. Membros da Comissão de Sistematização, o art. 9º do Título IX – Disposições Transitórias, estabelece:

"As Assembléias Legislativas, com poderes Constituintes, elaborarão, no prazo de até seis meses, a Constituição do Estado, observados os princípios desta."

Sr. Presidente, V. Ex.<sup>a</sup> pede que eu leia para o Plenário, mas os Srs. Constituintes parecem não estar interessados.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos. Fazendo soar a campainha):** – Está com a palavra S. Ex.<sup>a</sup> o Relator, para pronunciar parecer sobre a emenda.

A Mesa solicita aos Srs. Constituintes se comportem de modo a ouvir, pelo menos a não perturbar que outros interessados ouçam a palavra do Relator.

Continua com a palavra o nobre Relator, Constituinte Bernardo Cabral.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Dando sequência ao atendimento de V. Ex.<sup>a</sup>, diz o texto da Emenda Nelson Carneiro:

"As Constituições dos Estados adaptar-se-ão ao sistema de governo instituído por esta Constituição, na forma e no prazo fixado pelas respectivas Assembléias, que não poderão ser anterior ao término do mandato dos atuais governadores."

Este é o texto. Se V. Ex.<sup>a</sup> me permitir, agora farei a interpretação do que aqui foi dito.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Ficou claro que é a emenda dos governadores.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, eminente Constituinte José Genoíno declara que a Emenda Nelson Carneiro fere a autonomia das Assembléias Legislativas. É evidente que S. Ex.<sup>a</sup> labora num equívoco; e o labora de forma como bem sabe, S. Ex.<sup>a</sup>

é um homem que tem conhecimento do que é uma Constituição, do que é a Lei Magna. O Constituinte José Genoíno investe contra o Constituinte Nelson Carneiro apenas pelo espírito crítico que preside a defesa da sua sustentação. Por exemplo, se é a Lei Magna, se é a Lei Maior, se é a Constituição Federal, há uma decorrência lógica de que as Constituições Estaduais têm que a ela se adaptar; este é o primeiro ponto do qual V. Ex.<sup>a</sup> há de retirar a palavra autonomia.

Segundo ponto, ainda que não fosse dentro do mais lítimo princípio constitucional, o eminente Constituinte Nelson Carneiro tem pautado a sua vida inteira para não ferir sequer a autonomia de um colega seu, quanto mais de um Estado que pertence, que integra a Federação.

E S. Ex.<sup>a</sup> se inquieta e diz: "Como vai ser a eleição?" Isto foi uma interrogação que S. Ex.<sup>a</sup> lançou ao plenário. O eminente Constituinte Roberto Freire resolveu chamar a atenção de S. Ex.<sup>a</sup> e o fez com absoluta precisão. Disse – e disse-o bem – que S. Ex.<sup>a</sup> tinha lido uma outra emenda, porque esta, em verdade, não está inquietando tanto – quanto parece a S. Ex.<sup>a</sup> – com relação ao problema das eleições, porque o próprio texto constitucional, nos parágrafos que se seguem ao 1º e 2º deste artigo, deixa que a Mesa das Assembleias Legislativas cuidem do assunto. Portanto, aí a autonomia permanece intocada.

Vamos à camisa-de-força que S. Ex.<sup>a</sup> aduz na sua sustentação. Quando o Constituinte Nelson Carneiro calcula que não poderão ser anterior ao término do mandato dos atuais governadores, evidentemente que isto incomoda, inquieta e eu respeito o ponto de vista de quem preside a defesa do sistema presidencialista. Não interessa, porque, nesta hora, respeita-se o mandato dos governadores. Daí a consequência e a seqüência lógica do eminente Senador José Fogaça, que é um dos autores desta emenda, e conforme diz o próprio Senador Nelson Carneiro na sua justificativa, que, aqui, em nenhum instante, esta Comissão retirou o mandato de quem foi eleito pelo povo. O Senador Nelson Carneiro deseja – e o faz muito bem – demonstrar que a Constituição do Estado na hora que se adaptar à Constituição Federal tem que fazer esta seqüência dentro do ponto de vista de que não poderão ser anterior ao término do mandato dos atuais governadores. O Senador Nelson Carneiro quer não é fazer a emenda dos governadores, S. Ex.<sup>a</sup> deseja que a Constituição do Estado seja adaptada dentro dos princípios da Lei Maior, antes do término do mandato do atual governador. Se eventualmente isto respeita o mandato dos governadores é um problema que o Constituinte Nelson Carneiro não esclareceu, e que passo a esclarecer, quando o eminente Constituinte Luiz Salomão declara que no art. 2º se determina que entre em vigor no dia 15 de março de 1988. Este é um texto. A ressalva é feita pela emenda nas Disposições Transitórias. E fez bem o Constituinte Nelson Carneiro em ressaltar, para que não se diga – e aí S. Ex.<sup>a</sup> tem razão – que se pretende implantar o sistema parlamentarista a toque de caixa ou, como diz V. Ex.<sup>a</sup>, camisa-de-força.

Portanto, os argumentos de V. Ex.<sup>a</sup> se voltam como se fosse um bumerangue contra V. Ex.<sup>a</sup> próprio, Constituinte José Genoíno.

Por estas razões, acompanhando os argumentos do eminente Constituinte Nelson Carneiro, do eminente Constituinte José Fogaça, a Relatoria vota favorável pela aprovação da emenda Nelson Carneiro.

**O SR. CONSTITUINTE PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO:** – Faria uma pergunta ao Relator, que ajudaria a esclarecer a matéria. Estou lendo o art. 9º das Disposições Transitórias, que diz:

"As Assembleias Legislativas, com poderes constituintes, elaborarão, no prazo de até seis

meses, a Constituição do Estado, observados os princípios desta."

No primeiro substitutivo estava explícito o princípio do regime. Nesta, não. Entende-se que, nos Estados, os poderes constituintes estaduais são suficientes para escolher o regime ou terão que escolher uma forma dentro do regime parlamentarista?

Era esta a informação que eu queria de V. Ex.<sup>a</sup>, para poder formar o meu voto.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Eminente Constituinte Plínio Arruda Sampaio é um jurista de categoria, não pode fazer uma indagação desta natureza. S. Ex.<sup>a</sup> sabe que uma Constituição Estadual tem que se primar pelo respeito à norma maior, à Lei Maior, que é a Constituição Federal. É evidente que, se a Constituição Federal institui o sistema parlamentarista de Governo, as Constituições Estaduais vão ter que se adequar, dentro do seu texto, ao sistema parlamentar. S. Ex.<sup>a</sup> se inquieta ao indagar se vai ficar ao alvedrio ou ao desejo dos Governos estaduais. Não é isto. O que se vai é implantar o sistema parlamentarista a partir do final do mandato dos Governadores, quando se fizer a Constituição Estadual, tudo dentro do espírito do que deseja o Constituinte Nelson Carneiro.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LOURENÇO:** – Sr. Presidente, quero dar um esclarecimento ao Relator. Fica claro que o sistema parlamentarista será implantado nos governos estaduais a partir do término do atual mandato dos governadores. É isso que S. Ex.<sup>a</sup> disse?

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Exatamente.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LOURENÇO:** – O Relator aceitou essa sugestão.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Terminou V. Ex.<sup>a</sup> a questão, para que eu a possa responder?

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LOURENÇO:** – Então, na República, na Federação, mutilamos o mandato do Presidente da República. Nos governos estaduais, preservamos o mandato dos governadores. Dois pesos, duas medidas! Incoerência, não!

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Em votação.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Sr. Presidente, há outra questão sobre o assunto.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – V. Ex.<sup>a</sup> já se pronunciou três vezes sobre a matéria. V. Ex.<sup>a</sup> há de convir que o assunto já está demasiadamente esclarecido. Passemos à votação.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Sr. Presidente, há uma questão não esclarecida, permita-me.

O nobre Relator informou que aquilo que está disposto no art. 9º se refere a um princípio que deverá valer para todas as Assembleias Legislativas, porque o sistema parlamentarista de governo passa a ser um princípio. Se trata de um princípio que deve ser seguido por todas as Assembleias Legislativas, tem sentido votar uma emenda que apenas explicita? Logo, essa imposição já está definida.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Sr. Presidente, vamos votar, porque há um nítido sentido de obstrução.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A Mesa vai esclarecer ao Plenário.

O art. 9º estabelece o prazo dentro do qual as Assembleias Legislativas devam fazer a Constituição. A emenda diz respeito à implantação do sistema nos Estados.

Vai-se realizar a votação.

**(Procede-se à votação)**

**O SR. CONSTITUINTE (Adolfo Oliveira):** – Vou-me permitir interromper um minuto, menos de um minuto, a chamada, para transmitir ao Plenário uma notícia que deve ser do interesse de todos.

O nosso Presidente Ulysses Guimarães já foi alvo da intervenção denominada angioplastia, e já está repousando agora em seu quarto no INCOR, em São Paulo. **(Palmas)**

Todos nós fazemos preces pelo pronto restabelecimento do grande Presidente Ulysses Guimarães.

**(Prossegue a votação)**

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Almir Gabriel, Artur da Távora., Bernardo Cabral, Carlos Mosconi, Celso Dourado, Cid Carvalho, Cristina Tavares, Egídio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Gasparian, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, João Calmon, José Fogaça, José Ignácio Ferreira, José Richa, José Serra, José Ulisses de Oliveira, Manoel Moreira, Maurício Ferreira Lima, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Severo Gomes, Sigmaringa Seixas, Wilson Martins, Antonio Maria, Chagas Rodrigues, João Natal, Jorge Hage, José Tavares, Márcio Braga, Michel Temer, Nelson Wedekin, Octávio Elísio, Roberto Brant, Ziza Valadares, Aloysio Chaves, Antoniocarlos Mendes Thame, Francisco Dornelles, José Jorge, José Lins, Mário Assad, Sandra Cavalcanti, Annibal Barcellos, Simão Sessim, Valmir Campelo, Antônio Carlos Konder Reis, Gerson Peres, Francisco Rossi, Joaquim Bevilacqua, Ottomar Pinto, Siqueira Campos, Haroldo Lima, Roberto Freire, Jamil Haddad, Antonio Farias. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Aluizio Campos, Délio Braz, Gilson Machado, Inocêncio Oliveira, José Santana de Vasconcellos, Enoc Vieira, Oscar Corrêa, Osvaldo Coelho, Ricardo Fiúza, Furtado Leite, Jonas Pinheiro, José Lourenço, José Tinoco, Paes Landim, Darcy Pozza, José Luiz Maia, Virgílio Távora, José Maurício, Lysâneas Maciel, Luiz Salomão, Plínio Arruda Sampaio, José Genuíno, **ABSTENÇÃO:** Senhores Constituintes Alfredo Campos, Nilson Gibson, Rodrigues Palma, José Costa, Luís Eduardo, Jofran Frejat, Jarbas Passarinho e Adolfo Oliveira.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 63 Constituintes; votaram NÃO 22 Constituintes; abstiveram-se de votar 08 Constituintes. Total 93 votos. O destaque foi **aprovado**.

**Destaque nº 4924-87, do Sr. Hélio Rosas, com co-autoria do Sr. José Carlos Grecco, "que suprime o art. 9º § 1º Título IX do Substitutivo nº 2". (510ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Passamos agora ao requerimento de preferência dos Constituintes José Carlos Grecco e Hélio Rosas, referente à supressão do § 1.º do art. 9º

Os Srs. Constituintes que o aprovam queiram permanecer sentados. **(Pausa)**

Aprovado.

A emenda suprime o § 1º do art. 9º das Disposições Transitórias.

Pergunto qual dos Srs. Constituintes vai encaminhar, se o Constituinte José Carlos Grecco ou o Constituinte Hélio Rosas.

**O SR. CONSTITUINTE HÉLIO ROSAS:** – Falarei eu, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem V. Ex.ª a palavra, para encaminhar.

**O SR. CONSTITUINTE HÉLIO ROSAS:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a emenda que iremos examinar visa suprimir o § 1º do art. 9º, que tem a seguinte redação:

"Dentro de cinco dias da promulgação desta Constituição, as Assembléias Legislativas elegerão, na forma do seu Regimento Interno, a Mesa que dirigirá os trabalhos constituintes."

Quer dizer que será eleita uma nova Mesa em cada uma das Assembléias Legislativas de todos os Estados da Federação. É a tal duplicidade de comando e propusemos essa emenda supressiva, porque analisamos que é inconveniente para o interesse público, representará aumento dos gastos em todas as Assembléias, e gerará problemas, porque, aqui, na Assembléia Nacional Constituinte, justificava-se uma nova Mesa; assim mesmo, para que não houvesse conflitos, foi necessário que o Presidente da Assembléia Nacional Constituinte fosse o mesmo Presidente da Câmara dos Deputados, exatamente porque a maioria dos assuntos que têm que ser resolvidos, para a dinamização dos trabalhos, requerem o perfeito entrosamento entre ambos os dirigentes.

Acresce mais um fato: em todas as Assembléias Legislativas do Brasil, os trabalhos constituintes já estão avançadíssimos; existem Assembléias que já fizeram centenas de reuniões, já ouviram centenas de técnicos e já elaboraram o seu Regimento Interno. Todo esse trabalho foi executado com o comando dos atuais Presidentes.

Por estas razões, a manutenção deste texto gerará despesas aos Erários, poderá criar conflitos que dificultarão e retardarão os trabalhos das Constituições Estaduais e virão a prejudicar todo o trabalho executado, numa atitude louvável de previdência, de cautela, em todas as Assembléias Legislativas do Brasil.

Esta emenda apresentada tem várias autorias, cerca de 7 ou 8 autores, e propõe como dissemos, a supressão do § 1º, do art. 9º, justamente para evitar essa dualidade de comando que será, sem margem de dúvida, lesiva aos interesses públicos e danosa aos trabalhos constituintes estaduais.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Para encaminhar contra, tem a palavra o persistente Constituinte José Genoíno.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Sr. Presidente, acabamos de aprovar o parlamentarismo estadual – no plano federal está claro que o Presidente da República vai cuidar dos assuntos supremos do Estado, que são as relações exteriores, o Estado e as Forças Armadas. No plano estadual, como não há relações exteriores nem há Forças Armadas, ele vai representar o Estado, vai ser uma figura decorativa do Estado. Vejam que os parlamentaristas, que estão criando um casuísmo estadual para garantir os atuais Governadores, que não sofrerão qualquer ameaça nas Assembléias Legislativas, agora deixam claro outro casuísmo.

O nobre Constituinte que me antecedeu disse o seguinte: "O Relator Bernardo Cabral, felizmente, colocou aqui um dispositivo que diz o seguinte – e chamo a atenção, porque agora não é um argumento presidencialista, é um argumento em nome da autonomia das Assembléias Legislativas. Espero que o nobre Relator concorde comigo".

Vejam bem:

"§ 1º Dentro de cinco dias da promulgação desta Constituição, as Assembléias Legislativas elegerão, na forma de seu Regimento Interno, a Mesa que dirigirá os trabalhos constituintes."

Ora, Sr. Presidente, se as Assembléias Legislativas vão fazer uma nova Constituição estadual, inclusive decidindo, a partir de uma imposição aqui do sistema de governo, se elas vão fazer toda uma nova organização do Estado,

quem vai presidir isso? A emenda propõe que sejam os atuais mandatários das Assembléias Legislativas. Ai não dá, Srs. Parlamentaristas! Isto é, as atuais Mesas das Assembléias Legislativas, que já têm o poder nas mãos, nem esse poder querem perder, quer dizer, as Assembléias Legislativas vão-se reunir para fazer uma nova Constituição, mas as Mesas são as outras.

É claro, Sr. Presidente, e digo isso porque estou exagerando no argumento, pois quem está propondo a revogação desse dispositivo são exatamente as atuais Mesas, que não querem estabelecer uma nova metodologia, uma nova eleição das Mesas para fazer os trabalhos constituintes.

Sr. Presidente, o texto é coerente. Se as Assembléias Legislativas vão ter o caráter de Assembléia Constituinte Estadual, elas deverão obrigatoriamente ter uma nova Mesa, a eleição de uma nova Mesa para dirigir a especificidade, a natureza própria da elaboração das Constituições Estaduais. A retirada desse dispositivo significa, em outras palavras, atendermos às pretensões das atuais Mesas das Assembléias Legislativas, que não querem, de maneira alguma se submeter a essa possibilidade de mudança.

Por isso, a emenda do nobre Constituinte que quer a supressão – e chamo a atenção dos Constituintes para esse risco – significa o rebaixamento do nível que as Assembléias Legislativas terão para fazer a tarefa maior que é a nova Constituição. Por isso que elas são Assembléias Constituintes. Se elas são Assembléias Constituintes Estaduais, terão que eleger novas Mesas, e essa imposição tem que ser colocada; se esta Comissão impôs a essas Assembléias que elas têm de adotar, no prazo de seis meses, o sistema de governo, é uma incoerência não colocar aqui que terão que eleger novas Mesas para dirigir os trabalhos das Constituintes Estaduais para a feitura das Constituições Estaduais.

Assim, mantenho e defendo aqui o texto do Relator Bernardo Cabral.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Concedo a palavra ao Constituinte Gerson Pares, para encaminhamento a favor.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, até estranho esse entusiasmo do Constituinte José Genoíno de falar em soberania. É justamente suprimindo o texto que damos soberania às Assembléias Legislativas dos Estados. Conservando o que está no texto, impomos regras indevidas à independência, à autonomia e à soberania do Poder Legislativo Estadual. Quem deve dizer que vai escolher a sua própria Mesa são as Assembléias Legislativas. Se elas acharem conveniente fazer duas Mesas, que o façam. Se não acharem, que conservem a mesma Mesa.

Esse dispositivo simplesmente atinge a soberania das Assembléias Legislativas, embora eu acredite não tenha sido esta a intenção do nobre Relator, que, ao aqui escrever estas normas, quis compatibilizar este parágrafo com a regra que está escrita no próprio texto do art. 9º. Mas com a introdução da Emenda Nelson Carneiro esse dispositivo não tem razão de ser.

Portanto, com estas poucas palavras, para justamente contestar os absurdos dos argumentos aqui colocados pelo eminente Constituinte José Genoíno, peço aos Colegas aprovem a emenda supressiva, porque, assim, estaremos restabelecendo a soberania e a autonomia do Poder Legislativo Estadual. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem a palavra, para encaminhar contra, o Constituinte Luiz Salomão.

**O SR. CONSTITUINTE LUIZ SALOMÃO:** – Sr. Presidente e Srs. Constituintes, pode parecer uma incongruência que, discordando do processo pelo qual se farão as Consti-

tuções Estaduais, eu venha aqui defender o texto. Na verdade, dos males o menor.

A rigor, o que deveríamos ter, nas Constituições dos Estados, seria a eleição de Constituintes Estaduais exclusivos, para não se reproduzirem os mesmos vícios, as mesmas dificuldades que tivemos aqui, em nosso trabalho, por sermos um Congresso Constituinte.

Não obstante essa ressalva inicial, é importante ter em conta que a inspiração dessa emenda supressiva é, na verdade, uma tentativa prorrogacionista das atuais Mesas das Assembléias Legislativas.

Há que se ter em conta que o mandato atual das Mesas das Assembléias Estaduais se extinguirá ao final do próximo ano, e ninguém pode prever o tempo de duração da elaboração das Constituições Estaduais.

De modo que é essencial preservar o texto, o § 1º do art. 9º, a fim de que os Constituintes Estaduais elejam uma Mesa nova e, se desejarem, reconduzam a atual Mesa para presidir os trabalhos constituintes.

É evidente que os atuais Membros das Mesas legislativas são resultado de composições políticas que decorreram da eleição; são composição de forças que existiam no início da atual legislatura e que, evidentemente, não são mais aqueles que devem presidir a elaboração da Mesa, a montagem da Mesa da nova Assembléia Constituinte Estadual.

Por isso, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, é indispensável, por uma questão de moralidade, manter-se o dispositivo do § 1º, a fim de evitar que as atuais Mesas prorroguem os seus mandatos e se cristalizem no poder, na elaboração da nova Carta Constitucional dos Estados.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem a palavra o Constituinte José Fogaça, que falará em nome da Relatoria.

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – Sr. Presidente, Srs. Membros da Comissão de Sistematização, o Relator Bernardo Cabral entende que a supressão do § 1º do art. 9º não impede que aquilo que o § 1º prescreve venha a ser realizado, ou seja, a não existência dessa regra constitucional não impede que as Assembléias Legislativas, no prazo de cinco dias, se reúnam para eleger as suas respectivas Mesas da Assembléia Nacional Constituinte, ou seja, no limite que lhes é próprio, as Assembléias Legislativas exercerão a sua autonomia, aquilo que, para esta Assembléia Nacional Constituinte, traduzimos com o termo soberania, ou seja, nada impede que, no ato da instalação das Assembléias Estaduais Constituintes, a maioria soberana do Plenário dessas Constituintes Estaduais resolva eleger Mesas próprias, da mesma forma que o fez a Assembléia Nacional Constituinte.

O que estranhamos é que o argumento utilizado pelos nobres Constituintes Luiz Salomão e José Genoíno, para tentar derrubar a Emenda Nelson Carneiro, foi o de respeitar os Estados e o argumento da absoluta não intervenção dos Estados. Aquele foi o argumento usado para tentar derrubar a Emenda Nelson Carneiro. Agora, valem-se do argumento intervencionista para que a Constituinte determine que as Assembléias Constituintes Estaduais elejam em determinado prazo, as suas Mesas respectivas. O que se depreende dessa argumentação é que os nobres e preclaros Parlamentares não tinham razão nem da primeira nem da segunda vez, ou seja, nem a Emenda Nelson Carneiro feria a autonomia dos Estados tampouco essa emenda supressiva retira ou impede que os Estados exerçam essa autonomia. Bastará que as Constituintes Estaduais, no exercício pleno da sua autonomia, no ato de instalação; elejam as suas Mesas respectivas diferenciadas das Mesas das Assembléias Legislativas.

Portanto, na verdade, a emenda supressiva não fere essas autonomias, e o Relator Bernardo Cabral entende

que, com a aprovação da Emenda Nelson Carneiro, criou-se uma situação nova. Diante desta situação nova, evidentemente, a postura da Relatoria é pelo acolhimento da emenda supressiva.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Em votação.

**(Procede-se à votação)**

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Alfredo Campos, Almir Gabriel, Aluizio Campos, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Carlos Mosconi, Cristina Tavares, Egídio Ferreira Lima, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Ibsen Pinheiro, José Fogaça, José Freire, José Richa, Manoel Moreira, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nilson Gibson, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Raimundo Bezerra, Rodrigues Palma, Severo Gomes, Virgildásio de Senna, Wilson Martins, Aécio Neves, Antonio Mariz, Chagas Rodrigues, Délio Braz, João Agripino, João Natal, Jorge Hage, José Tavares, Márcio Braga, Michel Temer, Octávio Elísio, Vicente Bogo, Vilson Souza, Ziza Valadares, José Dutra, Aloysio Chaves, Antonio Carlos Mendes Thame e Arnaldo Prieto, Carlos Chiarelli, Christóvam Chiaradia, Francisco Benjamim, Inocêncio Oliveira, José Lins, José Santana de Vasconcellos, Enoc Vieira, Mário Assad, Oscar Corrêa, Osvaldo Coelho, Paulo Pimentel, Sandra Cavalcanti, Annibal Barcellos, Simão Sessim, Valmir Campelo, Darcy Pozza, Gerson Peres, José Luiz Maia, Virgílio Távora, Adylson Motta, Francisco Rossi, Joaquim Bevilacqua, Sólton Borges dos Reis, Antonio Farias e Beth Azize. **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Fernando Bezerra Coelho, Haroldo Sabbóia, Nelton Friedrich, Sigmaringa Seixas, Nelson Wedekin, Uldurico Pinto, Francisco Dornelles, Luís Eduardo, Ricardo Fiúza, Furtado Leite, José Lourenço, José Tinoco, Antônio Carlos Konder Reis, José Maurício, Bocayuva Cunha, Luiz Salomão, Plínio Arruda Sampaio, José Genoíno, Adolfo Oliveira, Roberto Balestra, Aldo Arantes e Roberto Freire. **ABSTENÇÃO** do Senhor Constituinte Marcos Lima.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 68 Constituintes; votarão NÃO 24 Constituintes; ABSTEVE-SE de votar 1 Constituinte. Total: 93 votos. O Destaque foi **aprovado**.

**Destaque nº 004740-87 – Emenda nº ES-21608-2, do Sr. Antônio Britto, "que dá nova redação ao parágrafo único do art. 4º das Disposições Transitórias do Substitutivo nº 1 (art. 9º, § 2º – Título IX do Substitutivo nº 2)".**

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Passamos agora, ao Destaque 4740, referente à Emenda nº 21608, do Deputado Antônio Brito.

Constituinte Antônio Britto indica o Constituinte Pimenta da Veiga para encaminhar a favor. A Emenda é a S-21608, que estabelece prazo de três meses para as Câmaras Municipais votarem as Leis Orgânicas dos Municípios. Da emenda inicialmente apresentada S. Ex.<sup>a</sup> exclui a expressão "mediante a aprovação por maioria absoluta" e tira o critério de votação, deixando a cargo da Câmara Municipal. O texto é o seguinte:

"As Câmaras Municipais terão prazo de três meses a partir de 1º de janeiro de 1989, para aprovação das Leis Orgânicas Municipais em dois turnos de discussão e votação."

Tem a palavra o Constituinte Pimenta da Veiga, para encaminhamento a favor.

**O SR. PIMENTA DA VEIGA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a emenda do Constituinte Antônio Britto propõe uma modificação no art. 9º do texto do Substitutivo II.

Diz o art. 9º:

"Promulgada a Constituição do Estado, caberá à Câmara Municipal, no segundo semestre de 1989, votar a Lei Orgânica respectiva, em dois turnos de discussão e votação, respeitado o disposto nesta Constituição e na Constituição Estadual."

Ocorre que no segundo semestre do ano que vem estaremos em pleno período eleitoral, renovando exatamente as Câmaras Municipais. Além do mais, no ano que vem, nesta época, teremos também, já agora, a própria eleição presidencial. Acresce-se a essas inconveniências o fato de que a Câmara, que estaria votando essa Lei Orgânica, seria aquela em fim de mandato, nos últimos dias de seu mandato.

Por isso, o Constituinte Antônio Britto propõe modificar-se esta redação para:

"As Câmaras Municipais terão prazo de três meses, a partir de 1º de janeiro de 1989, para aprovação das Leis Orgânicas Municipais em dois turnos de discussão e votação, respeitado o disposto nesta Constituição e na Constituição Estadual."

Ora, o que se pretende, então, é que apenas a Câmara eleita no ano que vem, e já a partir do primeiro dia de sua posse, que se dará em 1º de janeiro, esteja autorizada a realizar esta adaptação.

Parece-nos uma emenda inteiramente procedente e que corrige uma questão importante, apesar de ser apenas referente às datas.

Por isso, insistimos na aprovação desta proposta.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Não há inscrição para falar contrariamente.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, tenho uma dúvida e gostaria de tirá-la, para dar o meu voto.

Justamente pela Emenda Nelson Carneiro resguardamos os mandatos dos governadores eleitos. A eleição de prefeitos é para o ano. Pergunto: os mandatos dos prefeitos eleitos serão resguardados ou vão logo ajustar-se ao parlamentarismo no município?

Fico nesta dúvida, porque a emenda diz "mediante a aprovação por maioria absoluta, respeitado o disposto nesta Constituição e na Constituição Estadual".

Ora, a Constituição Federal e Estadual adotam o sistema parlamentar de governo, mas a emenda Nelson Carneiro o resguarda até ao término do mandato do governador.

Os prefeitos serão eleitos, agora, em 1988, e tomarão posse em 1989. Os municípios vão introduzir o sistema parlamentar de governo antes dos Estados?

Esta, a pergunta que faço ao Relator. Porque, aí, isso não poderá ocorrer. Introduzir o parlamentarismo no município antes de introduzi-lo nos Estados?

Gostaria que o eminente Colega e brilhante Relator nos desse um esclarecimento para esta indagação.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Encareço ao Relator que esclareça a dúvida do Constituinte Gerson Peres como preliminar do seu parecer.

**O SR. CONSTITUINTE LUIZ SALOMÃO:** – Sr. Presidente, peço a palavra para acrescentar uma questão.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Não há mais oportunidade para questão de ordem sobre a matéria.

**O SR. CONSTITUINTE LUIZ SALOMÃO:** – Eu a pedi antes. O nobre Relator poderia conceder-me a oportunidade de esclarecer.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Estamos prestes a terminar o prazo de encerramento da sessão. Seria melhor ouvirmos o Relator e, após, iniciarmos a votação. Encareço a V. Ex.<sup>a</sup> essa colaboração.

**O SR. CONSTITUINTE LUIZ SALOMÃO:** – Obrigado a V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

Verifico, agora, que a emenda de autoria do Constituinte Antônio Britto, que, em princípio, viria corrigir uma imperfeição do texto, e segundo o texto e a interpretação do Constituinte Antônio Britto, a Câmara que estaria procedendo a esta tarefa, seria a atual, nos últimos dias do seu mandato e, coincidentemente, com a eleição municipal, conforme encaminhei da tribuna, verifico que não é isso, porque a previsão do texto é de que seja em 89, quando não haverá eleição.

Portanto, diante disso, me parece que a emenda não tem cabimento e a retiramos.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Retirada a emenda pelo Constituinte Pimenta da Veiga.

O destaque subsequente é o da Constituinte Raquel Cândido.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, pela ordem.

Ainda não estou satisfeito, porque foi retirada a emenda. Agora, vou para o texto, vou ao Relator. Fica a mesma dúvida:

"Promulgada a Constituição do Estado, caberá à Câmara Municipal, no segundo semestre de 1989, votar a Lei Orgânica respectiva em dois turnos, de discussão e votação, respeitado o disposto nesta Constituição e na Constituição Estadual."

Aí a minha indagação ao Relator: vamos introduzir o parlamentarismo, no caso de a Assembléia Nacional Constituinte adotá-lo, primeiro nos municípios e depois nos Estados, uma vez que a Emenda Nelson Carneiro resguarda o mandato dos atuais governadores até o término dos seus mandatos?

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A questão de V. Ex.<sup>a</sup> está superada. A emenda foi retirada, permanece o texto, que só pode ser modificado a nível de Plenário.

**O SR. CONSTITUINTE LUIZ SALOMÃO:** – Sr. Presidente, é o texto. Sr. Presidente, por favor peço a sua atenção...

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A matéria sobre o art. 9º, § 2º, está superada.

**O SR. CONSTITUINTE LUIZ SALOMÃO:** – Não é a emenda, Sr. Presidente. É o próprio texto que gerou essa parafernália, em face da Emenda Nelson Carneiro.

Sr. Presidente, a Emenda Nelson Carneiro introduziu a protelação do sistema de Governo ao nível dos Estados para após 1990. De modo que, estamos diante de uma parafernália; vamos ter parlamentarismo ao nível da União, parlamentarismo – pelo texto – ao nível municipal sem ter a definição estadual, Sr. Presidente?

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A Comissão está deliberando sobre emendas ao texto. Já que a emenda foi retirada, não há matéria a discutir sobre o texto. V. Ex.<sup>a</sup> poderá emendar a nível de plenário. **(Pausa)**

Temos um requerimento, agora, de preferência, da nobre Constituinte Raquel Cândido.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, só um instante não me tire, não me prive da alegria de dar uma resposta ao eminente...

**Destaque nº 4810-87 – Emenda nº ES-22677-1, da Sra. Raquel Cândido, "que adita artigo ao Título X do Substitutivo nº 1 (art. 10 do Título IX do Substitutivo nº 2)". (511ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Há uma emenda da Constituinte Raquel Cândido que foi apresentada para ser introduzida na planilha, por acordo de Lideranças. O requerimento é assinado pelas Lideranças partidárias, preferência para o Destaque nº 4.810, referente à Emenda nº 22.677, proposta que introduz, nas Disposições Transitórias, um prazo para a votação do Código de Defesa do Consumidor.

Os Srs. Constituintes que aprovam a preferência permaneçam sentados. **(Pausa)**

Aprovada a preferência.

**O SR. CONSTITUINTE PIMENTA DA VEIGA:** – Sr. Presidente, qual é a emenda que está em votação?

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A matéria não consta da planilha, foi apresentada por acordo de Liderança e o requerimento de preferência é assinado pelas Lideranças. Se alguma Liderança não participar do acordo, ele não poderá ser votado.

**O SR. CONSTITUINTE NILSON GIBSON:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem a palavra V. Ex.<sup>a</sup> para uma questão de ordem.

**O SR. CONSTITUINTE NILSON GIBSON:** – Sr. Presidente, faltam apenas 10 minutos para encerrar a reunião. Vamos ter uma sessão da Assembléia Nacional Constituinte às 20 horas e 30 minutos. Peticionaria V. Ex.<sup>a</sup> bom senso presidindo os trabalhos, porque não vai haver tempo para votar esta emenda, são 5 minutos para cada um encaminhar a votação, mais o Relator para dar o parecer, mais a votação. Então, peticionaria a V. Ex.<sup>a</sup> que suspendesse os trabalhos, para que tivéssemos condições de retornar à Sessão Plenária da Assembléia Nacional Constituinte.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Lamento informar a V. Ex.<sup>a</sup> que não há precedente de encerrarmos a sessão antes da hora, e a sessão deveria terminar às 20 horas e 30 minutos. Vamos votar mais um destaque. **(Pausa)**

Concedo a palavra à nobre Constituinte Raquel Cândido para encaminhamento do seu destaque. Peço a S. Ex.<sup>a</sup> seja breve.

**A SRA. CONSTITUINTE RAQUEL CÂNDIDO:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, em que pese, e lamento que haja tido o acordo das Lideranças e haja relutância por interesse pessoal de determinado Deputado de Minas Gerais, que tem questões pessoais com esta Parlamentar, que tenta derrubar um acordo que se faz necessário, dentro dos princípios constitucionais, assegurado nos Direitos e Liberdades Fundamentais, no art. 5º, no inciso XXXVII, ainda no Capítulo da Organização do Estado, no art. 23, inciso VIII; no Capítulo do Ministério Público, art. 51, inciso III e, ainda, na Ordem Econômica – no art. 191, inciso V, faz-se necessário – e isso já foi motivo de muitas polêmicas – a criação do Código de Defesa do Consumidor.

Não é possível que a Assembléia Nacional Constituinte tenha aberto preceitos constitucionais e, apenas por questões ideológicas de quem quer ser pai de um filho que não gerou, tente bloquear um acordo de Lideranças, quando um Constituinte tem a sua preferência aqui.

Sr. Presidente, não assumo a esta tribuna para descer a esses detalhes. Assumo, única e exclusivamente, para pedir aos nobres Companheiros a regulamentação de um Código, para que se faça a instrumentalização da defesa do consumidor, não apenas com material de consumo, mas com prestação de serviços.

Conclamo os Companheiros também, por se tratar de direitos coletivos e, conseqüentemente, direitos que ainda nunca tinham sido prestigiados nas nossas Constituições, para que possamos fazer justiça aos vários Procons e, especialmente, a um novo texto que se abre ao Ministério Público, para que a Sunab, que está falida através do processo histórico que conhecemos, todos os consumidores possam, através do Código de Defesa do Consumidor, terem o seu direito garantido.

Agradeço às lideranças e deixo aqui o meu repúdio. No decorrer dos debates, darei nomes a esses que tentam ser pais de crianças que não geraram, em detrimento da sociedade brasileira, por uma única razão: pelo egoísmo, pela individualidade.

Neste momento, faço uma ressalva, dizendo que esta emenda deu entrada aqui, pela primeira vez, pelo Constituinte Samir Achôa, e deve S. Ex.<sup>a</sup>, sim, ter toda a homenagem, pois apenas tivemos o cuidado de pedir o destaque, para que se fizesse constar nas Disposições Transitórias.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Não há inscrições contrárias, apenas a favor, Assim, faço um apelo aos Constituintes Mario Assad e Abigail Feitosa para cancelarem as inscrições, a fim de que possamos passar imediatamente à votação. **(Pausa)**

Atendido o apelo, concedo a palavra ao eminente Relator, para um rápido pronunciamento sobre a emenda.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Estou de acordo com a emenda, pela aprovação. Mais rápido do que isto não é possível.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – O Constituinte Mário Assad deseja fazer um rápido pronunciamento a favor.

**O SR. CONSTITUINTE MÁRIO ASSAD:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, vou usar da palavra rapidamente, em homenagem aos Srs. Constituintes.

Realmente esta matéria é de vital importância porque, na verdade, vive o País um momento crucial de sua História, com uma inflação galopante atingindo, na realidade, a economia de todas as famílias e, fundamentalmente, daquelas menos favorecidas.

A criação, por conseguinte, de um Código do Consumidor virá, por certo, aplinar certas dificuldades, traçar novas e modernas diretrizes no que diz respeito ao consumidor e no que diz respeito, fundamentalmente, à política de preços do Governo.

Não há como se dizer que não compete, que não cabe nas Disposições Transitórias a aplicação de dispositivos como este, porque Rui Barbosa já o disse certa vez que, quando se tem dúvida em matéria constitucional de dirimir processos ou assuntos que dizem respeito principalmente à comunidade, a forma jurídica, a forma fundamentalmente constitucional de se dirimir essas dúvidas é geralmente lançar-se para as Disposições Transitórias matérias relevantes, matérias fundamentais.

Por isso, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, na hora fundamental de crise econômica e de dificuldade financeira para todas as camadas sociais do País, é fundamental – fundamental mesmo – que este Código seja elaborado e tenha realmente condições o poder público de elaborá-lo.

Com estas palavras e atendendo ao apelo do Constituinte José Genoíno, e às calorosas palmas de V. Ex.<sup>as</sup>, en-

cerro as minhas palavras, solicitando a aprovação desta emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Em votação a emenda, com o parecer favorável do Relator.

#### **(Procede-se à votação)**

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Alfredo Campos, Aluísio Campos, Bernardo Cabral, Carlos Mosconi, Celso Dourado, Cristina Tavares, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, João Calmon, José Freire, José Ignácio Ferreira, José Richa, Manoel Moreira, Nelson Carneiro, Nilton Friedrich, Nilson Gibson, Paulo Ramos, Raimundo Bezerra, Rodrigues Palma, Sigmaringa Seixas, Wilson Martins, Aécio Neves, Antonio Mariz, Chagas Rodrigues, Daso Coimbra, João Agripino, Jorge Hage, José Maranhão, Márcio Braga, Nelson Wedekin, Octávio Elísio, Roberto Brand, Vicente Bogo, Vilson Souza, Ziza Valadares, José Dutra, Alcení Guerra, Antônio Carlos Mendes Thame, Arnaldo Prieto, Carlos Chiarelli, Francisco Dornelles, Gilson Machado, Inocêncio Oliveira, José Lins, José Santana de Vasconcellos, Luís Eduardo, Enoc Vieira, Mário Assad, Oscar Corrêa, Paulo Pimentel, Sandra Cavalcanti, Annibal Barcellos, Simão Sessim, Furtado Leite, Jofran Frejat, Jonas Pinheiro, José Tinoco, Antonio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Gerson Peres, José Luiz Maia, Virgílio Távora, Adylson Motta, José Maurício, Lysâneas Maciel, Luiz Salomão, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Plínio Arruda Sampaio, José Genoíno, Adolfo Oliveira, Roberto Balestra, Aldo Arantes, Roberto Freire e Beth Azize. **Votaram NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Artur da Távola, Cid Carvalho, Egidio Ferreira Lima, José Ulisses de Oliveira, Nelson Jobim, Pimenta da Veiga, José Tavares e Marcos Lima.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 80 Constituintes; votaram NÃO 8 Constituintes. Total: 88 votos. O Destaque foi **aprovado**.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Encareço a atenção dos Srs. Constituintes.

**Redação Final do Título VIII do Projeto de Constituição, do Sr. Bernardo Cabral. (512.<sup>a</sup> votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Votaremos agora a Redação Final do Título VIII – Da Ordem Social. Em votação.

#### **(Procede-se à votação)**

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Aluísio Campos, Bernardo Cabral, Celso Dourado, Cid Carvalho, Cristina Tavares, Fernando Bezerra Coelho, Haroldo Sabóia, José Fogaça, José Freire, José Ignácio Ferreira, José Richa, José Ulisses de Oliveira, Manoel Moreira, Nelson Jobim, Nilton Friedrich, Nilson Gibson, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Raimundo Bezerra, Rodrigues Palma, Sigmaringa Seixas, Wilson Martins, Aécio Neves, Antonio Mariz, Chagas Rodrigues, Daso Coimbra, João Agripino, Jorge Hage, José Maranhão, José Tavares, José Dutra, Márcio Braga, Marcos Lima, Nelson Wedekin, Octávio Elísio, Roberto Brandt, Vilson Souza, Ziza Valadares, Carlos Chiarelli, Inocêncio Oliveira, José Lins, José Santana de Vasconcellos, Luís Eduardo, Enoc Vieira, Oscar Corrêa, Paulo Pimentel, Sandra Cavalcanti, Annibal Barcellos, Simão Sessim, Jonas Pinheiro, José Tinoco, Antônio Carlos Konder Reis, Gerson Peres, Bonifário de Andrada, José Maurício, Bocayuva Cunha, Luiz Salomão, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Plínio Arruda Sampaio, José Genoíno, Adolfo Oliveira, Roberto Balestra, Aldo Arantes, Roberto

Freire e Beth Azize. **ABSTENÇÃO:** Senhor Constituinte Adylson Motta.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 69 Constituintes; absteve-se de votar 1 Constituinte. Total: 70 votos. A Redação Final Título VIII foi **aprovada**.

**O SR. CONSTITUINTE INOCÊNCIO OLIVEIRA:** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Com a palavra o Constituinte Inocêncio Oliveira.

**O SR. CONSTITUINTE INOCÊNCIO OLIVEIRA:** – Sr. Presidente, fomos procurados pelos Líderes dos outros Partidos com assento nesta Assembléia Nacional Constituinte para mudar a ordem dos destaques às Emendas existentes nesta planilha.

Em nome da Liderança do PFL, devemos dizer que não aceitamos qualquer inversão da pauta; qualquer coisa neste sentido, Sr. Presidente, terá o nosso grande protesto e iremos às últimas consequências para que o Regimento Interno desta Assembléia seja rigorosamente cumprido.

Era esta a minha questão de ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Registrada a informação de V. Ex.<sup>a</sup>, enviaremos à Mesa, para que esta delibere a respeito.

### III – SUSPENSÃO DA REUNIÃO

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A Presidência vai suspender os trabalhos, convocando os Senhores Constituintes para a continuação da presente reunião, amanhã, dia 17-11-87, às 9:00 horas.

Está suspensa a reunião.

**(Suspende-se a reunião às 20 horas e 15 minutos.)**

### EM 17 DE NOVEMBRO DE 1987 (1)

Presidência dos Srs.: **Fernando Henrique Cardoso**, Quarto-Vice-Presidente;

### I – REABERTURA DA REUNIÃO

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Havendo número regimental, declaro reaberta a reunião.

### II – EXPEDIENTE

#### OFÍCIOS

#### Do Senhor Líder do PDT:

Ofício nº 201-87

Brasília, 17 de novembro de 1987

A Sua Excelência o Senhor Constituinte Ulysses Guimarães

DD. Presidente da Assembléia Nacional Constituinte Nesta Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência o Constituinte Luiz Salomão para substituir o Constituinte Brandão Monteiro, como membro efetivo da Comissão de Sistematização, no dia 17-11-87.

No ensejo, renovo a Vossa Excelência protestos de consideração e apreço. – Constituinte **Brandão Monteiro**, Líder do PDT.

"Ofício nº 200/87

Brasília, 17 de novembro de 1987

A Sua Excelência o Senhor Constituinte Ulysses Guimarães

DD. Presidente da Assembléia Nacional Constituinte Nesta Senhor Presidente:

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência o Constituinte Floriceno Paixão para substituir o Constituinte Luis Salomão, como membro suplente da Comissão de Sistematização.

No ensejo, renovo a Vossa Excelência protestos de consideração e apreço. – Constituinte **Brandão Monteiro**, Líder do PDT."

### III – ORDEM DO DIA

#### VOTAÇÃO DO PROJETO DE CONSTITUIÇÃO TÍTULO IX (continuação)

**Destaque nº 4676-87 – Emenda nº ES-32002-5, do Sr. Nelson Jobim do Título X "que modifica o art. 11 inciso II do Substitutivo nº 1 (art. 12 inciso II do Título IX do Substitutivo nº 2)". (513ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Sobre a mesa pedido de preferência para a votação do Destaque nº 4676, de autoria do Constituinte Nelson Jobim, que recai sobre a Emenda nº 32002.

Em votação. **(Pausa)**

Aprovada a preferência.

Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Constituinte Nelson Jobim.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON JOBIM:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, essa emenda – e chamo a atenção do Sr. Relator para isto – visa a corrigir um equívoco no projeto, no que diz respeito às Disposições Transitórias. O texto que aprovamos em relação ao Superior Tribunal de Justiça – art. 123 – estabelece que este órgão será composto de trinta e três ministros, sendo que um terço desses ministros será oriundo dos Tribunais Regionais Federais; um terço, de desembargadores dos Tribunais de Justiça e o outro terço será dividido entre advogados e membros do Ministério Público.

O art. 12 das Disposições Transitórias, que se refere ao Superior Tribunal de Justiça criado pela nova Carta, diz que a composição inicial do Superior Tribunal de Justiça se fará pelo aproveitamento dos Ministros do Tribunal Federal de Recursos. Ora os Ministros do Tribunal Federal de Recursos hoje são vinte e sete, e o texto principal estabelece que trinta e três Ministros "comporão o Superior Tribunal de Justiça. Então, teríamos o aproveitamento, pelo inciso I, dos vinte e sete Ministros do Tribunal Federal de Recursos e, pelo inciso II, a nomeação dos Ministros necessários para completar o número estabelecido na lei complementar, na forma determinada pela Constituição".

Ora, se o texto fundamental estabelece que o Superior Tribunal de Justiça se comporá, no mínimo, de trinta e três Ministros e vamos aproveitar vinte e sete, temos, então, de nomear seis por força da Constituição. Portanto, não há razão nenhuma para uma lei complementar fixar esse percentual, porque a própria Constituição já fixa um número mínimo de trinta e três.

A emenda visa a alterar o inciso II, que ficaria assim:

"Art. 12 – ...



II – pela nomeação dos Ministros que sejam necessários para completar o número estabelecido nesta Constituição."

Já que temos vinte e sete membros do Tribunal Federal de Recursos, aproveitaríamos esses ministros e nomearíamos mais seis para a composição do Superior Tribunal de Justiça.

Queremos também, através dessa emenda, acrescentar o § 4º a esse artigo. Por quê? Ora, é evidente que, se temos de nomear seis Ministros para completar o quadro de Ministros do Tribunal, alguém tem que indicá-los. O § 4º atribui ao próprio Tribunal Federal de Recursos a indicação, em lista tríplice, desses seis ministros, obedecidos os critérios do texto permanente. Quais são os critérios da Constituição? Que um terço desses membros sejam juízes dos Tribunais Federais Regionais. Ora, não existem Tribunais Federais Regionais. Eles existirão após a sua criação. Portanto, esses dois terços advirão dos Tribunais de Justiça dos Estados e o outro terço será composto de advogados e membros do Ministério Público. Ou seja, se conservarmos o texto das Disposições Transitórias como está não poderemos proceder, de imediato, à implantação, logo após a promulgação da nova Carta, do Superior Tribunal de Justiça, porque teríamos de aguardar que uma lei complementar fixasse um número mínimo, já existente, que é de trinta e três. Depois, se fosse importante, através de lei complementar, poder-se-ia, aumentar o número de trinta e três – o mínimo estabelecido na Constituição – para trinta e cinco, quarenta etc. Mas o fato é que não há necessidade de se aguardar uma lei complementar, abastando para isso complementar com um número de seis. E aí atingiríamos o total de trinta e três, o mínimo estabelecido na Constituição. A forma da indicação desses seis, para completar o número mínimo de trinta e três, seria feita pelo próprio Tribunal Federal de Recursos, obedecido o critério estabelecido no parágrafo único do art. 123, ou seja, o Tribunal Federal de Recursos indicaria seis membros; 2/3 dos Tribunais Estaduais e o outro 1/3 viria da classe dos advogados e do Ministério Público Federal, conforme está na Constituição:

Com isso, possibilitar-se-ia, logo após a promulgação da Constituição, a reformulação do Poder Judiciário, com a criação imediata do Superior Tribunal de Justiça, assim como a definição do Supremo Tribunal Federal como Corte Constitucional, conforme está estabelecido nessa Carta. Se deixarmos o texto como está, teremos de aguardar uma lei complementar, o que demandará tempo substancial até a instalação do Superior Tribunal de Justiça, para, então, redefinir-se a cúpula do Poder Judiciário. É mera formalidade, Sr. Presidente, Sr. Relator, de compatibilizar ou acertar o texto. Insisto nisso, porque hoje o Superior Tribunal de Justiça tem vinte e sete membros e a Constituição fala em um mínimo de trinta e três. Por que o Sr. Relator optou pelo mínimo de trinta e três no texto? Para evitar, caso haja necessidade, por uma circunstância qualquer, aumentar o número de ministros do Superior Tribunal de Justiça, fazer uma emenda Constitucional, bastaria o aumento determinado pela Lei Complementar.

Apelo para o Sr. Relator no sentido de que acolha esta emenda. Trata-se de mera composição para viabilizar a implantação dessa reforma do Poder Judiciário.

Era o que tinha a dizer, Sr. Relator.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Não havendo oradores inscritos para falar contra, dou a palavra ao Relator.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o eminente Constituinte Nelson Jobim tem razão. A emenda tem como finalidade ajustar a redação a fim de que não haja qualquer dúvida. Consultei, inclusive, Ministros do Tribunal Federal de Recursos sobre o

problema, e todos foram unânimes em dizer que esta é a forma acertada, porque o que pretende a emenda é dar sentido ao que havia no texto permanente.

Desta forma, não há inconveniente algum, Sr. Presidente, em que a Comissão de Sistematização acolha a emenda. Dou-lhe parecer favorável pela aprovação.

**O SR. CONSTITUINTE CÉSAR MAIA:** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE CÉSAR MAIA:** – Sr. Presidente, peço a V. Ex.<sup>a</sup> que consulte o Relator sobre se isso não seria uma simples emenda de redação, na medida em que a parte final do texto cobre a parte inicial da lei complementar.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Vou consultar o Relator. A mim me pareceu também, ao ouvir a emenda, que ele podia...

**O SR. CONSTITUINTE FERNANDO SANTANA:** – Sr. Presidente, pedimos aos membros da Mesa que fale mais alto, porque não estamos ouvindo nada.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Em homenagem ao Constituinte Fernando Santana, vamos falar alto e forte. Tem a palavra o Relator.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, prefiro não me manifestar sobre o assunto, deixando a critério de V. Ex.<sup>a</sup> a decisão. Não me parece que seja uma simples redação final.

**O SR. CONSTITUINTE (Nelson Jobim):** – Sr. Presidente, o que o Constituinte Fernando Santana pretende é que V. Ex.<sup>a</sup> se manifeste sobre o mérito da emenda e não sobre a pretensão de ser ou não uma emenda de redação.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Para o eminente Constituinte Fernando Santana, esta Relatoria não só tem o prazer de repetir o que disse, anteriormente, como fazê-lo mais alto, em homenagem a S. Ex.<sup>a</sup>, pelo que representa nesta Casa, pela amizade que há entre mim e S. Ex.<sup>a</sup> e, sobretudo pela demonstração de que o eminente Constituinte Fernando Santana tem interesse em saber o que aqui se vota. O parecer da Relatoria, Constituinte Fernando Santana, foi no sentido de que a Emenda Nelson Jobim corrige, para não deixar dúvidas, o que há no texto permanente, manifestando-se, em consequência, favoravelmente à sua aprovação.

**O SR. CONSTITUINTE FERNANDO SANTANA:** – Muito obrigado.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – V. Ex.<sup>a</sup> merece.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – faço um apelo aos que estejam ouvindo no sentido de que venham ao plenário votar a emenda. Concedo a palavra, pela ordem, à Constituinte Cristina Tavares.

**A SRA. CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES:** – Gostaria de pedir um esclarecimento ao Relator Bernardo Cabral sobre este assunto que vinha ouvindo pelos microfones.

Parece-me que é entendimento de V. Ex.<sup>a</sup> que, ao se retirar a palavra advogado, coibiríamos o "trem da alegria" que se está votando agora?

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Não, eminente Constituinte Cristina Tavares. Agora, vai-se votar a Emenda do Constituinte Nelson Jobim sobre a composição do Superior Tribunal de Justiça, através da nomeação dos Ministros do Tribunal Federal de Recursos. O que V. Ex.<sup>a</sup> deseja saber é relativo a outra emenda, sobre a qual estamos de pleno acordo. Esta resultou de uma emenda do Constituinte Carlos Chiarelli, que conversando comigo estava de

pleno acordo, porque, quando S. Ex.<sup>a</sup> a incluía, não sabia de nada. Vamos fazer esta supressão para que não importe em "trem da alegria". Mas é outra a matéria.

**O SR. CONSTITUINTE EGYDIO FERREIRA LIMA:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE EGYDIO FERREIRA LIMA:** – Sr. Presidente, até porque com isso ensinaremos número para a votação.

Sr. Presidente, a matéria está inserida na temática da Comissão da Organização dos Poderes, da qual fui Relator.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Exato.

**O SR. CONSTITUINTE EGYDIO FERREIRA LIMA:** – A criação do Superior Tribunal de Justiça é uma necessidade na constelação de nossos tribunais: o tribunal de cassação, a terceira instância. O Supremo Tribunal Federal passará a ser uma Corte especial, uma instância singular, pairando acima de toda a constelação judiciária. Será nossa Corte constitucional. O Constituinte Nelson Jobim, em boa hora, corrige as Disposições Transitórias, estabelecendo a instalação, de imediato, do Superior Tribunal de Justiça, independentemente de lei complementar ou de lei ordinária que venha a tratar dessa instalação. É apenas isso que S. Ex.<sup>a</sup> pretende. O aproveitamento dos membros do Tribunal Federal de Recursos é a solução mais correta, precisa e mais conveniente.

Não vejo como a Constituinte Cristina Tavares, não há qualquer fisiologismo nisso. Fisiologismo seria deixar esses ministros em disponibilidade para ganhar o dinheiro da Nação sem oferecer sua experiência ao Judiciário, como fazem atualmente.

Com isso, evitamos uma despesa muito maior para a Nação e aproveitamos a experiência dos membros do atual Tribunal Federal de Recursos.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup> o aparte muito esclarecedor e que coloca, nos devidos termos, a posição dos Ministros da nossa Corte de Justiça.

Não havendo mais oradores inscritos nem quem deseje a palavra pela ordem, a Mesa se vê obrigada a colocar a matéria em votação.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Antônio Britto, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Carlos Mosconi, Carlos Sant'Anna, Celso Dourado, Cristina Tavares, Egídio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Haroldo Sabóia, João Calmon, José Fogaça, Manoel Moreira, Maurício Ferreira Lima, Nelson Jobim, Nelton Friedrich, Nilson Gibson, Paulo Ramos, Raimundo Bezerra, Sigmaringa Seixas, Virgildásio de Senna, Wilson Martins, Chagas Rodrigues, Délio Braz, João Agripino, Márcio Braga, Michel Temer, Octávio Elísio, Uldurico Pinto, Vilson Souza, Aloysio Chaves, Arnaldo Prieto, Inocêncio Oliveira, José Lins, Oscar Corrêa, Paulo Pimentel, Sandra Cavalcanti, Annibal Barcellos, Jofran Frejat, Jonas Pinheiro, José Lourenço, José Tinoco, Paes Landim, Simão Sessim, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia, Adylson Motta, Vivaldo Barbosa, José Maurício, Lysâneas Maciel, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Plínio Arruda Sampaio, José Genoíno, Adolfo Oliveira, Sotero Cunha, Haroldo Lima e Fernando Santana. **ABSTENÇÃO** do Senhor Constituinte Fernando Henrique Cardoso.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 63 Constituintes; absteve-se de votar 1 Constituinte. Total: 64 votos. O Destaque foi **aprovado**.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – O Presidente informa que se equivocou no voto. A abstenção deveria valer SIM.

**O SR. CONSTITUINTE OSCAR CORRÊA:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Concedo a palavra ao Constituinte Oscar Corrêa.

**O SR. CONSTITUINTE OSCAR CORRÊA:** – Sr. Presidente, quero fazer uma consulta ao ilustre Relator. Acabamos de aprovar – e com muita razão – a emenda de autoria do ilustre Constituinte Nelson Jobim. Mas fica uma dúvida, Sr. Presidente. O § 2º do art. 13 diz seguinte:

"Fica vedado, a partir da promulgação desta Constituição, o provimento de vagas de Ministro do Tribunal Federal de Recursos."

Indago a V. Ex.<sup>a</sup> se a emenda que acabamos de aprovar – repito, absolutamente necessária – não vai de encontro ao disposto no § 2º.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – V. Ex.<sup>a</sup> que quer eu responda agora?

**O SR. CONSTITUINTE OSCAR CORRÊA:** – Peço V. Ex.<sup>a</sup> que o faça.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Pois não. Nosso entendimento, ilustre Constituinte Oscar Corrêa, é no sentido de que, caso se opere uma vaga, agora, tão logo seja promulgada a Constituição e antes de ser composto o Superior Tribunal de Justiça, nesse interregno não se preencha esta vaga. Hoje, o Tribunal Federal de Recursos compõe-se de 27 Ministros. O Superior Tribunal de Justiça compor-se-á de 33 Ministros. Há a pressuposição de que, se não houver vaga, apenas essas seis serão preenchidas. Mas, promulgada a Constituição, e se porventura vier a existir uma vaga, nem esta será preenchida como atualmente, mas pelo novo sistema implantado no texto constitucional. Esta é a idéia.

**O SR. CONSTITUINTE OSCAR CORRÊA:** – Nobre Relator, a Constituição somente entrará em vigor a partir da data de sua promulgação. Logo, as seis outras vagas que vierem a ser criadas só serão preenchidas após a vigência do novo texto constitucional?

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Exatamente.

**O SR. CONSTITUINTE OSCAR CORRÊA:** – No entanto, seis novas vagas estão sendo criadas. O novo dispositivo, evidentemente, só se aplicará a partir do momento em que for promulgada a Constituição. Logo, após a promulgação da Constituição, não poderemos preencher as vagas de Ministro do Tribunal Federal de Recursos, que não será Superior Tribunal de Justiça enquanto não for instalado.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON JOBIM:** – Sr. Relator, há um equívoco do eminente Constituinte Oscar Corrêa. Promulgada a Constituição, teremos o Superior Tribunal de Justiça, que é o Tribunal Federal de Recursos extinto, com um mínimo de 33 Ministros. Após a promulgação da nova Carta, verifica-se o número de membros do Tribunal Federal de Recursos. Se forem 27, o próprio Tribunal Federal de Recursos fará a indicação da lista tríplice para a composição do novo órgão – o Superior Tribunal de Justiça. Se forem 25, porque houve vaga, somam-se as seis com duas, não para aumento de vaga do Tribunal Federal de Recursos, mas, sim, para a complementação do número de 33 do novo organismo. Então, não haverá a criação de novas vagas, apenas complementação das vagas do Superior Tribunal de Justiça.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral)** – Sr. Presidente, preciso aduzir mais um esclarecimento.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Concedo a palavra ao Relator, para mais um esclarecimento, pedindo a S. Ex.<sup>a</sup> que, com ele, encerre a questão.

Srs. Constituintes Oscar Corrêa e Nelson Jobim, o Relator dirige-se a V. Ex.<sup>as</sup>.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Complemento o meu esclarecimento dizendo ao eminente Constituinte Oscar Corrêa que a composição do Superior Tribunal de Justiça é de 33 membros, porque serão ou seis turmas compostas de cinco membros ou cinco turmas compostas de seis membros e os três Ministros, Presidente, Vice-Presidente e Corregedor. Havendo vacância, não serão criadas novas vagas. A existência ocorrerá se houver aposentadoria, com o não-preenchimento e ficará a cargo do Superior Tribunal de Justiça, pelo texto constitucional, providenciar a indicação dos novos Ministros.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Comunico aos Srs. Constituintes que responderei apenas a questões de ordem. Esta questão não é de ordem, mas, sim, de interpretação do texto aprovado.

**O SR. CONSTITUINTE OSCAR CORRÊA:** – Data venia de V. Ex.<sup>a</sup>, acho que deve haver mudança redacional, Sr. Presidente. Se, ao promulgarmos a Constituição, estamos criando Superior Tribunal de Justiça, não há por que falar, no texto, que somente será aplicado quando instalada e promulgada a nova Carta constitucional; não há por que se falar em Tribunal Federal de Recursos porque ele deixa de existir. Se deixa de existir, deve-se falar em Superior Tribunal de Justiça e não em Tribunal Federal de Recursos. A partir do momento em que se promulga o novo texto constitucional extingue-se o Tribunal Federal de Recursos. Logo, o texto deve, necessariamente, fazer alusão ao Tribunal Superior de Justiça.

Insisto com V. Ex.<sup>a</sup>, sem intenção de protelar o andamento dos nossos trabalhos. Peço a atenção do ilustre Relator para a questão.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – V. Ex.<sup>a</sup> tem toda razão. Peço que se registre a colocação de V. Ex.<sup>a</sup> e que o Relator a leve em consideração.

**Destaque nº 3323-87 – Emenda nº ES-21852-2, do Sr. Paulo Pimentel, "que modifica o art. 12 do Título X do Substitutivo nº 1 (art. 13, § 1º, do Título IX do Substitutivo nº 2)". (514ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Em votação a preferência ao Destaque nº 3323, do Constituinte Paulo Pimentel, que recai sobre a Emenda nº 21852. **(Pausa)**

Aprovada a preferência.

Concedo a palavra ao Constituinte Paulo Pimentel.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO PIMENTEL:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, de há muito se pedia a descentralização do Poder Judiciário. A segunda instância da Justiça Federal centralizava-se em Brasília.

Em muito boa hora o dispositivo da nova Constituição, constante do art. 126 do Substitutivo II do Relator e do art. 131 do projeto já aprovado pela Comissão de Sistematização, criou os Tribunais de Justiça, que deverão ser instalados, segundo dispõe o art. 13 das Disposições Transitórias, que pretendo seja emendado, dentro de seis meses, no máximo.

Diz o texto da Constituição que os Tribunais Regionais Federais serão compostos de, no mínimo, sete juízes, sendo um quinto dentre advogados e membros do Ministério Público Federal. Diz também, no inciso II – eis aqui a parte importante – que os demais serão preenchidos

mediante promoção de juízes federais com mais de dez anos de exercício, sendo metade por antiguidade e metade por merecimento. Todos nós temos uma grande ansiedade por que a instalação dos Tribunais Regionais Federais seja feita com urgência. As Disposições Transitórias pedem essa urgência, fixando um prazo de seis meses. No entanto, isso poderá não ocorrer, porque a exigência de que os membros sejam escolhidos entre Juízes federais com mais de dez anos de exercício dificilmente poderá ser atendida. Tenho em mãos uma relação dos Juízes efetivos com mais de dez anos de exercício. No Brasil inteiro, atingimos, mais ou menos, a casa dos quarenta Juízes. Nesse caso, os Tribunais Regionais Federais serão preenchidos exclusivamente por antiguidade – não havendo nenhum caso por merecimento.

Senão, vejamos: no Distrito Federal, apenas três Juízes federais têm mais de dez anos de serviço ou preenchem a exigência do dispositivo constitucional. No Rio de Janeiro, oito Juízes têm mais de dez anos de atividade; portanto, somente eles poderão ser aproveitados; em Minas Gerais, apenas cinco Juízes; em Goiás, nenhum; no Pará, apenas dois; no Amazonas, um; em São Paulo, oito; no Paraná, um; em Santa Catarina, três; no Rio Grande do Sul, três; no Estado de Mato Grosso, um; no Mato Grosso do Sul, nenhum; em Pernambuco, apenas um; na Bahia, tão-somente um; no Ceará, também um; no Espírito Santo, um; em Sergipe, um; em Alagoas, nenhum; no Rio Grande do Norte, dois; Paraíba, um; Maranhão, um; e no Piauí, nenhum.

Minha emenda visa a eliminar a exigência que se faz no sentido de que os Juízes federais a serem escolhidos tenham mais de dez anos no exercício da atividade profissional. Desejamos que seja eliminada essa expressão e, com isso, possamos instalar os Tribunais Regionais Federais dentro do prazo constitucional. Se minha emenda não for aprovada, presumo que não teremos material humano para preencher as vagas dos Tribunais Regionais Federais e, conseqüentemente, eles não serão instalados.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Concedo a palavra ao Relator para emitir parecer.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, tenho a impressão de que nós, integrantes da Comissão de Sistematização, estamos querendo ganhar tempo. Por essa razão, a Relatoria só tem a declarar que está favorável à Emenda Paulo Pimentel, e pede a aprovação da mesma. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Com o parecer favorável do Relator, passamos à votação. **(Processo de votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Outra vez o Presidente votou sim, pediu o testemunho do Dr. Paulo Afonso, pressionou o botão que registrou a opção feita e no painel consta como abstenção.

O Sr. Secretário, é impossível não corrigir meu voto. Creio que repetir a votação é desnecessário.

**O SR. CONSTITUINTE DARCY POZZA:** – Sr. Presidente, V. Ex.<sup>a</sup> tem que repetir a votação. Há precedente.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Vou deixar que meu voto fique como abstenção a fim de ganharmos tempo, que é mais importante. Registre-se na ata o ocorrido para não fazermos a chamada nominal, pois não tenho a idade do Constituinte Afonso Arinos para enfrentar todos meus companheiros presentes, que protestariam.

Sr. Secretário prossiga a chamada.

**(Prossigue a votação)**

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Ademir Andrade, Antônio Britto, Bernardo Cabral, Carlos Mosconi, Carlos Sant'Anna, Celso Dourado, Cristina

Tavares, Egídio Ferreira Lima, Fernando Gasparian, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, José Fogaça, José Ignácio Ferreira, José Paulo Bisol, Manoel Moreira, Maurílio Ferreira Lima, Nelson Jobim, Nelton Friedrich, Nilson Gibson, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Raimundo Bezerra, Sigmaringa Seixas, Virgildásio de Senna, Wilson Martins, Chagas Rodrigues, Délio Braz, João Agripino, Márcio Braga, Michel Temer, Octávio Elísio, Uldurico Pinto, Vilson Souza, Alcení Guerra, Aloysio Chaves, Antoniocarlos Mendes Thame, Arnaldo Prieto, Christóvam Chiaradia, Francisco Benjamim, Inocêncio Oliveira, José Lins, José Santana de Vasconcellos, José Thomaz Nonô, Luís Eduardo, Mário Assad, Oscar Corrêa, Osvaldo Coelho, Paulo Pimentel, Annibal Barcellos, Furtado Leite, Jofran Frejat, Jonas Pinheiro, José Lourenço, José Tinoco, Mozarildo Cavalcanti, Simão Sessim, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia, Virgílio Távora, Adylson Motta, Vivaldo Barbosa, José Maurício, Lysâneas Maciel, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Plínio Arruda Sampaio, José Genoíno, Adolfo Oliveira, Sotero Cunha, Haroldo Lima, Fernando Santana e Jamil Haddad. Votou **NÃO** a Senhora Constituinte Sandra Cavalcanti. **ABSTENÇÃO** do Sr. Constituinte Fernando Henrique Cardoso.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 75 Constituintes; votou NÃO 1 Constituinte; absteve-se de votar 1 Constituinte. Total: 77 votos. O destaque foi **aprovado**.

**Destaque nº 6304-87 – Emenda nº ES-21121-8, do Sr. Jorge Arbage, "que adita artigo ao Título X do Substitutivo nº 1 (art. 14 do Título IX do Substitutivo nº 2)." (515ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Passamos agora ao pedido de preferência para o Destaque nº 6304, de autoria do Constituinte Jorge Arbage, para a Emenda nº 21121.

Aqueles que estão de acordo permaneçam como se encontram. **(Pausa)**

Aprovado.

Concedo a palavra ao Constituinte Jorge Arbage.

**O SR. CONSTITUINTE JORGE ARBAGE:** – Sr.

Presidente, Srs. Constituintes, o direito ao exercício da advocacia resulta, atualmente, de normas legais consentâneas com o Direito Constitucional em vigor.

A luz dessas normas, os Procuradores da República incorporaram ao seu patrimônio jurídico as faculdades nelas asseguradas.

É da tradição do Direito Constitucional brasileiro – e da natureza consensual da transição constitucional em curso – a ressalva concernente a situações jurídicas individuais constituídas segundo o ordenamento jurídico em vigor.

Por outro lado, o Substitutivo do Exmo. Sr. Relator provoca uma situação inversa a tais princípios, no que toca aos Procuradores da República. É que não os contemplou com a equiparação à Magistratura nas vantagens e direitos por esta auferidos; todavia, equiparou-os nos impedimentos e vedações, entre as quais inclui-se o exercício da advocacia.

Tal posição representa um retrocesso, porque retira dos membros do Ministério Público Federal uma prerrogativa que o Direito Constitucional hoje vigente lhes confere, sem atribuir-lhes qualquer tipo de direito substitutivo.

Assim, por questão de justiça àqueles que, ao optarem pela carreira do Ministério Público Federal, o fizeram em consonância com os direitos e deveres então existentes, neles pautando e estruturando toda sua vida, deve ser incluída uma ressalva nas Disposições Transitórias

para excluir da proibição proposta pelo Projeto do Exmo. Relator da Comissão de Sistematização aqueles Procuradores da República já integrantes da carreira. A vedação seria aplicável para os novos ingressos.

A organização em Quadro Suplementar, em extinção, é uma forma de preservar situações jurídicas anteriores sem impedir a expansão da estrutura do Serviço Público em conformidade com as normas legais que entrarão em vigor, solução, aliás, já adotada em outras oportunidades dentro do Direito Positivo brasileiro.

Considerando-se, ademais, que a faculdade de exercício da advocacia constituiu-se em fator ponderável na opção profissional feita pelos Procuradores da República, ao ingressarem na Instituição, como já dito, é de elemental justiça que o advento da nova ordem jurídica não se constitua em verdadeira punição sem causa.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Para encaminhar a votação contrariamente à proposta, dou a palavra ao Constituinte Nelson Jobim.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON JOBIM:** – Sr.

Presidente e Srs. Constituintes, a extensão da emenda que atribui a possibilidade de os membros da hoje Procuradoria Geral da República que optarem pelo Ministério Público Federal continuarem no exercício da advocacia é algo muito distorsivo no que diz respeito à proposta que veio da Subcomissão, relatada pelo eminente Constituinte Plínio Arruda Sampaio, de reorganização do Ministério Público Federal e da Procuradoria Geral da República.

Observem bem, Srs. Constituintes, que hoje temos um órgão, a Procuradoria Geral da República, que detém entre suas funções duas que a nosso juízo e desta Comissão são incompatíveis: a função do Ministério Público Federal e a função simultânea da advocacia da União. Assim, aquele que exerce a função do **custos legis**, do fiscal da lei, ao mesmo tempo representa a União nos litígios que esta tenha com pessoas privadas ou públicas. É fundamental ter-se presente isto e também verificar que o texto do eminente Relator é sábio no que diz respeito a este assunto.

Por quê? Porque o § 2º diz o seguinte:

"Aos atuais Procuradores da República fica assegurada a opção, de forma irrevogável, entre as carreiras do Ministério Público Federal e da Procuradoria Geral da União"

Portanto, aqueles membros da hoje Procuradoria Geral da República, que advogam também, poderão optar pela Procuradoria Geral da União, onde não é vedado o exercício da advocacia. Mas o que se quer com a emenda? Quer-se que na escolha pelo Ministério Público Federal continue assegurado um direito pelo qual se poderia optar, desde que o fosse pela Procuradoria Geral da União. É fundamental compreendermos que, na estruturação toda do projeto sobre o Ministério Público Federal, é absolutamente incompatível que um membro do Ministério Público Federal – que vai exercer uma função extremamente forte, descolada do Poder Executivo, com autonomia, com independência, inclusive com a vitaliciedade, com a irredutibilidade de vencimentos e com a inamovibilidade, que são as garantias que esta Casa e esta Comissão outorgam ao Ministério Público Federal para efeito de ser um representante e um agente público na prestação do interesse popular e do interesse público – vá também exercer a advocacia concomitantemente. Aqueles membros da Procuradoria Geral da República que quiserem optar pelo exercício da advocacia têm um caminho: optar por integrarem a Procuradoria Geral da União e não o Ministério Público. O que se está querendo com a emenda é possibilitar que aqueles membros da hoje Procuradoria Geral da República que optarem pelo

Ministério Público Federal e não quiserem optar pela Procuradoria Geral da União continuem no exercício da advocacia.

Alerto os Srs. Constituintes para o fato de que é fundamental a rejeição da emenda, a fim de conservarmos o que denominaríamos a pureza do Ministério Público na sua estrutura dos Estados e no que diz respeito à União, para se estabelecer, então, uma perfeita concomitância e sintonia na atividade desenvolvida e destinada ao Ministério Público Federal, totalmente incompatível com o exercício da advocacia, eis que a função da advocacia pode incompatibilizar aquele que for membro do Ministério Público Federal – porque tem ele uma função de **custos legais**, ou fiscal da lei – se ao mesmo tempo exerce uma função que se destina à proteção de interesses privados. Não podemos aceitar esta emenda, Sr. Relator, porque desnatura por completo a estrutura que V. Ex.<sup>a</sup> adotou no projeto.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Concedo a palavra ao Sr. Relator para opinar a respeito.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, ouvi a argumentação do eminente Constituinte Nelson Jobim. Todavia, pela forma posta pelo eminente Constituinte Jorge Arbage, parece que a solução favorável é a melhor. A Relatoria opina, pois, favoravelmente à emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Em votação o parecer favorável do Relator.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Bernardo Cabral, Celso Dourado, Manoel Moreira, Nelson Friedrich, Nilson Gibson, Raimundo Bezerra, Michel Temer, Aloysio Chaves, Christóvam Chiaradía, Paulo Pimentel, Sandra Cavalcanti, Annibal Barcellos, Furtado Leite, Jofran Frejat, José Lourenço, José Tinoco, Simão Sessim, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia, Adylson Motta, Bonifácio de Andrada e Adolfo Oliveira. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Antônio Britto, Artur da Távola, Carlos Mosconi, Carlos Sant'Anna, Cristina Tavares, Egídio Ferreira Lima, Fernando Gasparian, Fernando Lira, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, Ibsen Pinheiro, João Calmon, José Fogaça, José Freire, José Ignácio Ferreira, José Paulo Bisol, Maurílio Ferreira Lima, Nelson Jobim, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Severo Gomes, Sigmaringa Seixas, Virgildásio de Senna, Wilson Martins, Chagas Rodrigues, Daso Coimbra, João Agripino, João Natal, José Tavares, Márcio Braga, Miro Teixeira, Nelson Wedekin, Octávio Elísio, Uldurico Pinto, Vilson Souza, Ziza Valadares, Alcení Guerra, Arnaldo Prieto, Francisco Benjamim, Francisco Dornelles, Inocêncio Oliveira, José Jorge, José Lins, José Santana de Vasconcellos, Luis Eduardo, Mário Assad, Oscar Corrêa, Osvaldo Coelho, Jonas Pinheiro, Mozarildo Cavalcanti, Antônio Carlos Konder Reis, Virgílio Távora, Vivaldo Barbosa, José Maurício, Lysâneas Maciel, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Plínio Arruda Sampaio, José Genoíno, Sotero Cunha, Haroldo Lima, Fernando Santana, Jamil Haddad e Antonio Farias. **ABSTENÇÃO** do Senhor Constituinte Fernando Henrique Cardoso.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 22 Constituintes; votaram NÃO 67 Constituintes; absteve-se de votar 1 Constituinte. Total: 90 votos. O Destaque foi **rejeitado**.

**Destaque nº 7033-87, dos Srs. Octávio Elísio, com co-autoria José Genoíno e Paes Landim, "que suprime os §§ 3º e 4º do art. 14 do Título IX do Substitutivo nº 2". (516ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Há sobre a mesa pedido de preferência para o Destaque

nº 7033, de autoria do Constituinte Octávio Elísio, referente à emenda que pede a supressão dos §§ 3º e 4º do art. 14.

Os Srs. Constituintes que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. **(Pausa)** Aprovada a preferência.

Tem a palavra o Constituinte Octávio Elísio.

**O SR. CONSTITUINTE OCTÁVIO ELÍSIO:** – Sr. Presidente, à guisa de economia de tempo, indico o Constituinte Plínio Arruda Sampaio para encaminhar a votação.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Muito bem. Espero que S. Ex.<sup>a</sup> cumpra com sua obrigação e economize tempo.

**O SR. CONSTITUINTE PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO:** – Sr. Presidente, V. Ex.<sup>a</sup> que me conhece desde o Colégio Perdiz, sabe que sempre cumpro com as minhas obrigações.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o historiador que amanhã examinar o trabalho desta Comissão, quando já houver passado a paixão que domina este momento, verá que fomos muito escrupulosos; que fizemos transformações importantes na estrutura deste País sem, em qualquer momento, tomarmos uma atitude precipitada. Todavia, a emenda supressiva que venho defender refere-se a uma atitude precipitada. Quero tomar grandes cuidados ao proferir minhas palavras para não ofender alguém. Não assumo a esta tribuna para lutar contra qualquer grupo de pessoas. Quero apenas dizer que a manutenção dos §§ 3º e 4º do art. 14 das Disposições Transitórias poderá constituir-se numa precipitação que fará cair sobre esta Assembléia a acusação de que agiu no interesse de algumas pessoas, onerando desnecessária e injustificadamente o Erário.

Explico a situação e leio a emenda. O art. 14 refere-se a um ajuste necessário que se fará na instituição chamada Ministério Público. A origem desse texto explico rapidamente para os Constituintes que não estiveram na Subcomissão do Poder Judiciário. Havia, na Constituição atual, uma instituição chamada Procuradoria Geral da República. Esta instituição era órgão do Ministério Público como fiscal da lei e advogada da União. Na Subcomissão do Poder Judiciário, depois na Comissão dos Poderes, depois aqui, na Comissão de Sistematização, dividiu-se a Procuradoria Geral da República: uma parte ficou sendo Procuradoria Geral da República, com funções de Ministério Público. Só a outra parte passou a constituir um órgão novo, chamado Procuradoria Geral da União, com as funções de exercer a advocacia da União, sua defesa judicial e extrajudicial. Muito bem. Os procuradores de 27 ministérios e de 67 autarquias, procuradores e advogados, entendem que, uma vez se crie esta Procuradoria da União, eles devem fazer parte de seu corpo de servidores. Alegam que, se não o fizerem, se da Constituição não constar isto, eles estarão em uma situação de disponibilidade, dado que a função que exercem passará a ser exercida por outro órgão. Isto é uma argumentação falaciosa. Um órgão tinha as tarefas **a** e **b** e vários outros órgãos faziam a tarefa **b**. Separamos, deste órgão, a tarefa **a**. Qual é o problema de que ele faça **a** e os outros continuem a fazer a **b**? Nenhum. Agora, nem este prejuízo poderá haver, porque o próprio texto das Disposições Transitórias explica que, 120 dias após a promulgação da Constituição, lei complementar reestruturará a Procuradoria da União. Será a ocasião oportuna para se considerar a eventualidade da conveniência para o Brasil e unir, num só corpo, esses vários corpos de advogados da União.

Esses assuntos não podem ser decididos em um só parágrafo, porque existe no Direito o princípio da isonomia. Se fizermos, agora, esta unificação em um só parágrafo, desencadearemos uma tempestade de reajustes de salários, de benefícios e de pagamento de salários atrasados. É isto que cria o fenômeno do "marajá".

Não estamos contra ninguém, que isto fique bem claro. Queremos um tempo suficiente para fazermos um estudo técnico deste assunto, a fim de colocarmos no lugar que de fato corresponda a elas as várias pirâmides de pessoal, o que num setor é classificado como categoria e noutro, como nível. Não é possível proceder-se de outra maneira, e as palavras-chaves do meu discurso são as seguintes: não podemos, de afogadilho, colocar mais de três mil advogados procuradores na Procuradoria da União, porque isto representaria uma irresponsabilidade, falha que esta Comissão ainda não cometeu. Muito obrigado. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Para encaminhar contra a emenda, concedo a palavra ao Constituinte Celso Dourado.

**O SR. CONSTITUINTE CELSO DOURADO:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, não tenho qualquer pretensão de ser especialista no assunto sobre o qual vou falar. Depois de ouvir a argumentação do Constituinte Arruda Sampaio e de conversar com outros especialistas na área que estamos abordando, posso até afirmar que o encaminhamento de votação que faço é uma pretensão muito grande da minha parte.

Mas vou lutar, em primeiro lugar, pela manutenção do texto, porque não posso aceitar o tipo de manipulação que, às vezes, é feita em nome do que se pretende que seja a verdade. Mas o que é a verdade? Afinal de contas, aqui está a manifestação da Associação Nacional dos Procuradores da República, que denuncia o fato como "trem da alegria."

Foi distribuído, nesta Assembléia, este tipo de propaganda, de pressões de lobistas etc. Por outro lado, tenho a palavra de especialistas da área e, sobretudo, tenho a palavra documentada de pessoas escrupulosas.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Peço aos Srs. Constituintes que se mantenham em silêncio para que se possa ouvir a palavra do orador na tribuna. (Palmas)

Advirto a pessoas que se encontram nas galerias que estão estritamente proibidas de fazer quaisquer manifestações, sejam favoráveis ou contra a matéria em votação. Caso ocorram tais manifestações, o Presidente fará esvaziar as galerias.

**O SR. CONSTITUINTE CELSO DOURADO:** – Sr. Presidente, tenho, sobre a matéria em votação, a palavra de pessoas escrupulosas, de companheiros em que confio plenamente, do Estado da Bahia, de São Paulo e de outras áreas, mostrando que o problema não é exatamente este; que, na realidade, se o contrário ocorrer, a União terá uma despesa muito maior.

Sr. Presidente, depois de analisar o assunto, alinhavamos alguns argumentos que fazemos questão de repartir com os Srs. Constituintes.

Criada a Procuradoria Geral da União pelo art. 146 do 2º Substitutivo, de autoria do Relator Bernardo Cabral, impõe-se, como decorrência lógica e natural, a aprovação do art. 14 e seus parágrafos das Disposições Transitórias.

A criação da Procuradoria Geral da União, unificando a advocacia, apoiou-se na melhor doutrina. Se ao Ministério Público cumpre a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses coletivos e individuais indisponíveis, incumbindo-lhe o encargo de fiscal da lei de sua correta aplicação; se o caracteriza a independência funcional, a instituição não deve ser parte no processo, e seus membros não devem advogar, pois quem é parte no processo não deve ser fiscal da lei e nem tem dever da imparcialidade.

Nos Estados a representação judicial e extrajudicial é competência exclusiva das respectivas procuradorias, cabendo ao Ministério Público apenas a fiscalização do

cumprimento da lei, prática, aliás, consagrada na maioria dos países democráticos.

O **caput** do art. 14 disciplina o período entre a criação da Procuradoria Geral da União, com a promulgação da futura Carta Magna, e a edição de leis complementares do Ministério Público Federal e da Procuradoria Geral da União, que definirão as competências de ambas as instituições.

Justifica-se o § 1º pelo fato de evitar o risco de transferir à esfera administrativa a decisão sobre a oportunidade de implantar a Procuradoria Geral da União.

O § 3º é decorrência natural da unificação dos serviços jurídicos. Seria incompreensível, por absurdo, que os órgãos consultivos e judiciais da União fossem absorvidos pela Procuradoria Geral da União, e os advogados que neles atuam ficassem de fora, sem exercício, promovendo-se a sua ociosidade remunerada.

A advocacia da União, exercida por assistentes jurídicos, procuradores da Fazenda Nacional, procuradores ou advogados de autarquias federais e procuradores e advogados de ofício, junto ao Tribunal Marítimo, conta, atualmente, com 3.440 advogados já admitidos no serviço público mediante concurso, entre os quais são contados mestres, doutores, professores e juristas de nomeada.

Desprezar esse contingente de servidores, com a bagagem da larga experiência profissional acumulada durante anos, seria absurdo, inadmissível e inconseqüente, pelo fato de ferir mortalmente os mais elementares princípios de racionalidade administrativa e econômica, sobretudo em um momento como este, em que a austeridade na realização dos gastos públicos é exigência da sociedade brasileira.

A não-absorção, pela Procuradoria Geral da União, dos 3.440 advogados já referidos provocaria aumento imoral de despesas, em razão da ociosidade remunerada para os estatutários, dos custos de demissão dos coletistas e do ônus de realização de concurso para preenchimento dos cargos da Procuradoria Geral da União.

Por outro lado, o dispositivo em questão impedirá que a Procuradoria Geral da União e a Procuradoria da República sejam graciosamente loteados entre membros do Ministério Público Federal.

Assim, Srs. Constituintes, é imperativo de racionalidade administrativa e econômica a aprovação do § 3º do art. 14. A medida não implica qualquer aumento de despesa, pois nenhuma vantagem financeira será acrescentada aos salários atualmente percebidos pelos servidores mencionados no parágrafo em questão, que passarão a integrar a Procuradoria Geral da União, levando consigo todo cabedal de experiência profissional acumulada.

Alguns jornais vêm publicando matérias, de autoria da Associação Nacional dos Procuradores da República e de membros do Ministério Público Federal, que deturpam a verdade, no sentido de que o § 3º permitirá verdadeiro "trem da alegria", pela nomeação de mais de 5.000 assistentes jurídicos sem concurso. A Associação Nacional dos Assistentes Jurídicos, as Associações dos Procuradores de Autarquias Federais, sediadas em todos os Estados, e o Conselho dos Serviços Jurídicos das Instituições Oficiais de Ensino brasileiras fizeram publicar nota esclarecedora aos Constituintes e à sociedade, no **Jornal do Brasil** de 14-11-87 e no **Correio Brasiliense** de 15-11-87, desmentindo as acusações. Ponho à disposição dos nobres Constituintes documento oficial da Secretaria de Administração Pública da Presidência da República que confirma a leviandade de tais acusações, bem como outros, comprobatórios de que o ingresso nas referidas carreiras dá-se, exclusivamente, por concursos.

Se os assistentes jurídicos, os procuradores da Fazenda Nacional, os procuradores autárquicos, os procuradores e

advogados de ofício, junto ao Tribunal Marítimo tivessem ingressado no serviço público ilegalmente, isto é, sem concurso, certamente o Ministério Público, cioso das suas responsabilidades institucionais, teria representado contra a autoridade responsável.

Finalmente, em face do que já foi dito, é expletiva a justificação do § 4º.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Advirto novamente as galerias de que estão proibidas de manifestar-se. A Mesa fará cumprir rigorosamente esta proibição. Peço a colaboração de todos. É mais favorável ao ponto de vista de V. S.<sup>as</sup> manterem-se dentro da ordem do que provocarem vaias ou aplausos.

Existem outros oradores inscritos. Se S. Ex.<sup>as</sup> abrirem mão das inscrições, darei a palavra ao Relator. **(Pausa)**

Dou a palavra ao Relator, para expressar sua opinião. **(Pausa)** Com a palavra o Relator. **(Pausa)**

Pergunto se o Constituinte João Agripino insiste em fazer uso da palavra. **(Pausa)** V. Ex.<sup>a</sup> fará uso da palavra, mas peço-lhe, em benefício da causa comum dos brasileiros, que fale pouco.

**O SR. CONSTITUINTE JOÃO AGRIPINO:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, vou falar muito pouco.

O § 1º do art. 44 do Projeto de Constituição dispõe:

"A primeira investidura em cargo ou emprego público, sob qualquer regime, dependerá sempre de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos."

Por sua vez, o artigo que instituiu a Procuradoria Geral da União diz:

"Os procuradores da União ingressarão nos cargos iniciais da carreira mediante concurso público de provas e títulos, sendo-lhes assegurado o mesmo regime jurídico do Ministério Público, quando em dedicação exclusiva."

A manutenção dos §§ 3º e 4º do art. 14 das Disposições Transitórias vem de encontro à moralidade que se procurou instaurar neste texto constitucional, eis que serão admitidos sem concurso, sem provas e sem títulos quatro mil procuradores ou advogados hoje integrando os quadros da advocacia consultiva ou defensiva da União.

Diz o § 3º:

"Os procuradores e advogados de ofício, os procuradores da Fazenda Nacional e os procuradores ou advogados das autarquias federais passam a integrar, em caráter efetivo, a carreira de procurador da União."

Então, o texto que foi aprovado nesta Comissão nada vale, porque dizia que a Procuradoria Geral da União seria integrada "através de concurso público". E o que se pretende, com a supressão deste artigo, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, não é extinguir os cargos dos atuais procuradores ou dos advogados da União. Eles continuarão nos seus lugares. Imaginem V. Ex.<sup>as</sup> esses dispositivos aplicados nos Estados, onde procuradores são nomeados sempre através de prestígio ou de influência política, sem concursos, sem prova, sem título algum, muitas vezes exercendo em caráter permanente a advocacia, sem dar um único dia de trabalho à União ou ao Estado. Tenho parentes próximos, e isto não me constrange – nem a amizade pelo Constituinte Nilson Gibson, que é procurador concursado do INCRA – a dizer que, se esta Comissão não suprimir os §§ 3º e 4º deste artigo estaremos praticando um "ônibus espacial da alegria", não apenas um "trem". A manutenção deste artigo representará a desmoralização dos trabalhos desta Comissão, que, até hoje, seu último dia de atuação, pautou seus trabalhos pela seriedade e pela dignidade com que se impôs à Nação.

Por isto, Sr. Presidente, encaminho a votação a favor da proposta do Constituinte Octavio Elísio, de supressão dos §§ 3º e 4º do art. 14.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Tendo aberto exceção para mais um orador falar a favor da proposta, sou obrigado a dar a palavra a quem quiser falar contra. **(Pausa)**

Concedo a palavra ao Constituinte Nilson Gibson.

**O SR. CONSTITUINTE NILSON GIBSON:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, falo em defesa própria, dos meus interesses, da minha atividade profissional, pois sou Procurador do INCRA, carreira que abracei com amor e dedicação, entrando no serviço público não pela janela, mas através de concurso público.

Com base em sugestão apresentada em fevereiro, esse texto foi aprovado nas subcomissões e nas comissões temáticas. Agora ele é submetido à apreciação da Comissão de Sistematização. Jamais solicitei algo ao ilustre e nobre Relator, grande amigo das primeiras lutas, quando nos empenhamos para que fosse Relator da Comissão de Sistematização e, automaticamente, da Assembléia Nacional Constituinte. Tenho outros grandes amigos como Sub-Relatores – os Constituintes Konder Reis, Adolfo Oliveira, José Fogaça e Virgílio Távora – mas nada lhes pedi. Todavia, hoje, venho, com veemência, humildade, correção e honradez, fazer-lhes um pedido.

Jamais alguém me acusou, no Congresso Nacional, de qualquer incorreção que pudesse manchar minha honorabilidade. Os ilustres companheiros podem divergir da minha posição política, muitas vezes não aceita por aqueles que têm posições diversas, mas me aplaudem, me admiram, sabem que, de segunda a sábado, estou presente não somente no Plenário, mas nas comissões, participando das atividades do Poder Legislativo. Sinto-me, pois, com autoridade moral para pedir aos meus bravos e ilustres companheiros da Comissão de Sistematização que votem pela rejeição dessa matéria.

Isto porque foi dito aqui, Sr. Presidente, que seria um "trem da alegria", o que é uma infâmia, uma deturpação. "Trem da alegria" é a criação de novos cargos, é a realização de nomeações a toque de caixa, tanto no Poder Legislativo como no Judiciário e também no Executivo, muitas vezes referendados pelo Congresso Nacional.

O que pretendemos é confirmar nas suas funções aqueles que com tanto ardor e dedicação vêm trabalhando no Serviço Público: os advogados, tão pessimamente remunerados no Serviço Público, para os quais pretendemos propiciar uma situação jurídica legal. E se esse dispositivo, Sr. Presidente, que ultrapassou as Subcomissões e as Comissões, for rechaçado por 47 ilustres companheiros da Comissão de Sistematização?

Se supressos os §§ 3º e 4º do art. 14 das Disposições Transitórias, os democratas da Constituinte estarão promovendo a maior cassação da história, ao declararem extintos e desnecessários (art. 44, § 3º do Cabral-II) os cargos dos assistentes jurídicos da União, dos procuradores de autarquias federais e da Fazenda nacional.

Sob pressão do Ministério Público Federal, que antes a nós e a tantos outros ajudou a cassar no período da recessão, parlamentares de boa fé acreditaram na mentira de um "trem da alegria" jamais existente, se se aperceberem da intenção dos membros do Ministério Público em lotear as duas Procuradorias – da República e da União – entre eles.

Daí perguntar-se: é justo, é democrático, é do interesse público?

E, para mostrar minha correção, nobre Constituinte Luiz Salomão, que não tem experiência parlamentar, pois é muito jovem nesta Casa, – eu já vou para o quarto mandato – abster-me-ei de votar, para que V. Ex.<sup>a</sup> não saia,

como das outras vezes, detratando-me, eis que este orador que lhes fala é um dos homens mais honestos e corretos da vida pública deste País. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Concedo a palavra ao Relator.

**O SR. RELATOR (Antônio Carlos Konder Reis):** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, a Comissão de Sistematização vive, neste instante, um momento de emoção. O Sr. Relator-Geral entende que a matéria há de ser examinada e objeto de deliberação sem emoção.

Como Relator adjunto, devo acrescentar que se levanta, neste instante, no Plenário da Comissão de Sistematização, uma tempestade em copo d'água. O texto permanente da Constituição criou, no capítulo próprio do título "Dos Poderes da União", a Procuradoria Geral da República, estabeleceu-lhe competências e fixou regras adjetivas no que toca ao exercício de suas funções. É um estatuto novo que pretende unificar toda a advocacia da União, a nível da administração direta e indireta, hoje dispersa na Procuradoria Geral da República, órgão superior do Ministério Público, nos diversos Ministérios e também nas autarquias. Era indispensável que nas Disposições Transitórias se consignassem regras capazes de permitir o cumprimento da norma constante do texto permanente da Constituição, que cria, ao lado do Ministério Público, a Procuradoria Geral da República.

Em razão dessa necessidade, o Sr. Relator-Geral fez escrever no Título IX das Disposições Transitórias o art. 14, objeto da emenda em votação, que diz, no seu **caput**:

"Enquanto não aprovadas as leis complementares do Ministério Público Federal e da Procuradoria Geral da União, o Ministério Público Federal, a Procuradoria da Fazenda Nacional, as Consultorias Jurídicas dos Ministérios e as Procuradorias de autarquias federais com representação própria continuarão a exercer as suas atuais atividades dentro da área de suas respectivas atribuições."

Estabeleceu-se, pois, uma regra que condiciona até a votação, sanção e entrada em vigor da lei complementar que unificará a Procuradoria Geral da União, de acordo com o que dispõe o texto permanente. As procuradorias dos Ministérios, das autarquias, o Ministério Público e a Procuradoria da Fazenda continuarão cumprindo suas funções, na forma da legislação em vigor.

A lei complementar é que irá dispor sobre a forma da unificação, e estou absolutamente seguro de que esta lei não irá desprezar os dedicados servidores da União que fizeram concurso e hoje prestam inestimáveis serviços em todos os Ministérios da República, nas autarquias federais, no Tribunal Marítimo e em quaisquer outros órgãos providos de procuradores ou advogados. Contudo, acolhendo emendas apresentadas por inúmeros Srs. Constituintes, dentre eles Louremberg Nunes Rocha, Maurício Corrêa e Costa Ferreira, o Sr. Relator aceitou incluir como parágrafos do art. 14 algumas normas adjetivas, que certamente seriam e serão consideradas pela lei complementar.

Quais são elas? A primeira é a do § 2º, que dispõe que os atuais procuradores da República terão assegurada a opção, de forma irretroatável, entre as carreiras do Ministério Público e da Procuradoria Geral da União.

A segunda dispõe sobre a situação dos assistentes jurídicos, dos procuradores e advogados de ofício junto ao Tribunal Marítimo, dos procuradores da Fazenda Nacional e dos procuradores ou advogados das autarquias federais.

Finalmente, a terceira regra adjetiva dispõe sobre os órgãos consultivos e judiciais da União.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, é preciso que V. Ex.<sup>as</sup> saibam que existem procuradores da República que não prestaram concurso público e que, pelo § 2º, seriam aproveitados. Assim como existem procuradores de autarquias

e de outros órgãos da administração pública, direta e indireta, que prestaram concurso público e seriam beneficiados pelos §§ 3º e 4º.

Essa é a situação.

Sr. Relator Geral, diante da emoção despertada pelo assunto não só neste Plenário, mas também na imprensa, mantém-se numa posição de equilíbrio. S. Ex.<sup>a</sup> entende que a lei complementar, prevista no **caput** do art. 14, atenderá a todos os objetivos e exigências relacionados com a montagem e a operação da Procuradoria Geral da República sem injustiças ou discriminações de qualquer natureza, com aqueles que hoje prestam serviços nas autarquias, nos Ministérios, no Tribunal Marítimo e em outros órgãos da Administração Pública.

Mas o Sr. Relator-Geral não pôde deixar de considerar a alegação de que a aprovação dos §§ 3º e 4º se constituiria num "trem da alegria", num escândalo, um excesso, uma distorção do texto que o nobre Constituinte Bernardo Cabral redigiu com alto espírito público e com desejo sincero de servir à Nação.

É o parecer.

**O SR. CONSTITUINTE MÁRIO ASSAD:** – Sr. Presidente, permita-me, pela ordem.

Se fosse possível e regimental, gostaria que V. Ex.<sup>a</sup> solicitasse ao Sr. Relator que nos desse informações sobre como compatibilizar o art. 14 com o § 1º.

Diz o art. 14:

"Enquanto não aprovadas as leis complementares do Ministério Público Federal e da Procuradoria Geral da União, o Ministério Público Federal, a Procuradoria da Fazenda Nacional, as Consultorias Jurídicas dos Ministérios, as Procuradorias de autarquias federais com representação própria continuarão a exercer as suas atividades dentro da área de suas respectivas atribuições."

E o § 1º estabelece:

"O Poder Executivo, no prazo de 120 dias, encaminhará ao Congresso Nacional projeto de lei complementar dispendo sobre a estrutura e o funcionamento da Procuradoria Geral da União."

Gostaria de obter essa informação, Sr. Presidente, inclusive para instruir meu voto, pois 120 dias após a promulgação da Constituição, vamos ter matéria ampla para debater, para discutir, e dentro de um texto rápido das Disposições Transitórias vamos resolver um problema complexo e, afinal de contas, de difícil solução imediata.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Com a palavra o Sr. Relator, para que responda brevemente.

**O SR. RELATOR (Antônio Carlos Konder Reis):** – Sr. Presidente, atendo à solicitação do nobre Constituinte Mário Assad dizendo que, enquanto não for votada e sancionada a lei prevista no § 1º, cumprir-se-á a regra do **caput**. Ou seja, todos os órgãos citados – a Procuradoria Geral da República, o Ministério Público, as Procuradorias das Autarquias, os advogados do Tribunal Marítimo e outros – continuarão cumprindo suas tarefas de acordo com a legislação em vigor.

Ante as considerações que aqui expendeu o nobre Sr. Relator, a posição da Relatoria Geral é no sentido de que a questão se mantenha aberta.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Está esclarecido o Plenário.

Mais uma vez, quero informar que estamos votando a proposta do Constituinte Octávio Elísio, pela supressão dos §§ 3º e 4º.

**O SR. CONSTITUINTE INOCÊNCIO OLIVEIRA:** – O parecer da Relatoria é contra a emenda e no sentido de manter o texto?



**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – A Relatoria deixou a questão em aberto.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Melhor do que eu, pode dizer como ficou o parecer o Sr. Relator. A questão está em aberto, Sr. Relator?

**O SR. RELATOR (Antônio Carlos Konder Reis):** – Sr. Presidente, deixei bem claro esse ponto e até usei uma expressão vulgar, isto é, que no entender da Relatoria, está se fazendo uma tempestade em copo d'água.

Em razão dessa circunstância, a posição do Sr. Relator é deixar a questão em aberto.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Com a questão em aberto, peço aos Srs. Constituintes que ocupem seus lugares para votar.

Votarão "sim" os que querem suprimir os §§ 3º e 4º; votarão "não" os que desejam manter o texto.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Almir Gabriel, Antônio Britto, Artur da Távola, Carlos Mosconi, Carlos Sant'Anna, Cid Carvalho, Cristina Tavares, Egídio Ferreira Lima, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, Ibsen Pinheiro, José Fogaça, José Freire, José Geraldo, José Ignácio Ferreira, José Paulo Bisol, José Richa, José Ulisses de Oliveira, Maurílio Ferreira Lima, Nelson Jobim, Nilton Friedrich, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Renato Vianna, Severo Gomes, Virgildásio de Senna, Wilson Martins, João Natal, Jorge Hage, Márcio Braga, Nelson Wedekin, Octávio Elísio, Uldurico Pinto, Aloysio Chaves, Francisco Dornelles, Mário Assad, José Tinoco, Antônio Carlos Konder Reis, Luís Salomão, Francisco Rossi, Joaquim Bevilacqua, Plínio Arruda Sampaio, José Genoíno, Haroldo Lima, Fernando Santana, Beth Azize e Antonio Farias. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Celso Dourado, João Calmon, Manoel Moreira, Raimundo Bezerra, Daso Coimbra, José Tavares, Michel Temer, Ziza Valadares, Alcení Guerra, Arnaldo Prieto, Christóvam Chiaradia, Francisco Benjamim, Inocência Oliveira, José Lins, Oscar Corrêa, Osvaldo Coelho, Paulo Pimentel, Sandra Cavalcanti, Annibal Barcellos, Furtado Leite, Jonas Pinheiro, José Lourenço, Simão Sessim, Gerson Peres, José Luiz Maia, Adylson Motta, Gastone Righi e Siqueira Campos. **ABSTENÇÃO** dos Senhores Constituintes Bernardo Cabral, Fernando Gasparian, Nilson Gibson, Chagas Rodrigues, Afonso Arinos, Carlos Chiarelli, José Jorge, José Santana de Vasconcellos, Luís Eduardo, Virgílio Távora e Adylson Motta.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 51 Constituintes; votaram NÃO 28 Constituintes; abstiveram-se de votar 11 Constituintes. Total: 90 votos. O Destaque foi **aprovado**.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA:** – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA:** – Sr. Presidente, cometi um equívoco: quis votar abstenção e registrei "sim".

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – A Mesa também se equivoca freqüentemente, nobre Constituinte.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ TAVARES:** – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ TAVARES:** – Sr. Presidente, lamento profundamente ter-me distraído na hora da votação e votado "não" ao invés de "sim". Informo o fato a V. Ex.<sup>a</sup> apenas para efeito de registro.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Pois não. Está registrado em ata.

**O SR. CONSTITUINTE SIQUEIRA CAMPOS:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE SIQUEIRA CAMPOS:** – Sr. Presidente, quero aproveitar a presença de V. Ex.<sup>a</sup> na Presidência dos trabalhos, hoje, para invocar seu testemunho e pedir-lhe que tome providências com relação a matéria divulgada nos jornais, principalmente no **Jornal do Brasil** de ontem, segundo o qual eu teria negociado com V. Ex.<sup>a</sup> o meu voto.

Acontece que passei dois dias sem ver V. Ex.<sup>a</sup> antes desse voto. Conversei, sim, com o Constituinte Mário Covas a respeito da inclusão, na pauta, do Destaque nº 001, até por ser o primeiro destaque. Da mesma forma, conversei com o Relator e todos os Srs. Constituintes. Procurei o Presidente Afonso Arinos e os líderes de todos os partidos.

Esse destaque referente à criação do Estado do Tocantins foi incluído como o primeiro da pauta por todos os líderes de todos os partidos, a partir do que ficou acertado em reunião com todos os Líderes. Estão ali os Srs. Constituintes Virgílio Távora e Adolfo Oliveira, que não me deixam mentir. Os Líderes do PC do B, do PT, Constituinte José Genoíno, e dos demais partidos estiveram presentes àquela memorável reunião, que haverá de ficar na história do povo tocantinense. Não troquei meu voto por coisa alguma. Votei pelos quatro anos de mandato porque a Nação brasileira precisa de mudanças para evitar a guerra civil e o golpe, Sr. Presidente. Por isso tomei essa decisão. Mas tive o prestígio de receber 82 votos "sim", dados pelos meus companheiros desta bancada e pelas pessoas de bem que estão na outra bancada.

Não troquei meu voto com ninguém, Sr. Presidente, e também não disse que o Presidente José Sarney, ou quem quer que seja, me fez ofertas. Eu me faço respeitar. Ninguém vai comprar meu voto ou minha consciência. O Estado do Tocantins é uma questão de restauração da soberania do Congresso Nacional, duas vezes ferida por dois vetos do Presidente José Sarney. Essa é uma decisão de cada um dos Constituintes. Não coloquei cartazes nos corredores do Congresso, não fiz pressão nem tentei constranger quem quer que fosse. Acatei a decisão de cada um.

Está dizendo aqui o Constituinte Gerson Peres que essa é uma luta minha. Não só minha, mas do meu povo, da minha gente, que eu aqui represento com dignidade. Não recebi, Sr. Presidente, dos Constituintes Mário Covas, Antônio Britto, Euclides Scalco, nem de V. Ex.<sup>a</sup> qualquer pedido de permuta. Recebi, sim, de pessoas de ambos os lados o pedido de que votasse desta ou daquele jeito. Sempre disse que só iria decidir depois de votada a criação do Estado do Tocantins. A primeira pessoa, a saber, de meu voto foi esse jovem valoroso e digno Parlamentar, que recebeu minha decisão contrária a ele, mas que não disse uma palavra, que é o Constituinte Luís Eduardo.

Cumpri meu compromisso com o povo, com a minha gente sem barganha, sem permuta, e não recebi oferta, nem pressão de qualquer dos lados, cujos representantes apenas me procuraram. Minha consciência mandou que eu votasse pelas mudanças de que o País precisa, isto é, por eleições diretas, por mudança no sistema de governo. Não contra o Presidente José Sarney, mas a favor da Nação brasileira.

Era o que tinha a dizer. (**Palmas**)

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– O Constituinte Siqueira Campos fez alusão a algumas insinuações de que S. Ex.<sup>a</sup> tivera contato comigo a respeito de seu voto. Em primeiro lugar, quero dizer a toda a Nação que isto é rigorosamente falso. O Constituinte Siqueira Campos acaba de dizer a verdade. Há dias não nos víamos, e somente após a votação do Estado do Tocantins, S. Ex.<sup>a</sup> mencionou, indiretamente – indiretamente, repito – o seu voto.

Conheci o Constituinte Siqueira Campos nesta Comissão e privo com S. Ex.<sup>a</sup> há pouco tempo. Quero dar meu testemunho de que S. Ex.<sup>a</sup> é um dos Parlamentares mais corretos, cooperativos e trabalhadores desta Casa. (Palmas) Ganhou o Estado do Tocantins pelo seu prestígio e pela justiça da causa, com o voto de todos nós, sem qualquer barganha, o que seria indigno de um Parlamentar.

Que se registre isso em Ata.

Concedo a palavra ao Constituinte Celso Dourado.

**O SR. CONSTITUINTE CELSO DOURADO:** – Senhor Presidente, trata-se também de uma explicação sobre nota do **Jornal do Brasil**, que refere como surpreendente o nosso voto.

Segundo aquele noticiário, fazemos parte do Centro Democrático. Isto não é verdade, Sr. Presidente. Nosso voto foi refletido, envolvendo grande crise pessoal, porque buscávamos a verdade, aquilo que entendíamos ser a melhor decisão. Ainda que considere todos os companheiros do Centro Democrático respeitáveis Constituintes, nunca fui por eles convidado para participar de qualquer reunião, nem assinei, jamais, qualquer papel como pertencente a esse grupo.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Está registrado em Ata.

**Destaque nº 7768-87 – Emenda nº ES-29118-1, do Sr. Mansueto de Lavor, "que modifica o art. 17 do Título X do Substitutivo nº 1 (artigo 17 do Título IX do Substitutivo nº 2)".**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Em votação a preferência para o Destaque nº 7768, do Constituinte Mansueto de Lavor, relativo à Emenda nº 29118. Os que a aprovam, queiram permanecer como se acham. (Pausa) Aprovada.

Concedo a palavra ao Constituinte Michel Temer, pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE MICHEL TEMER:** – Sr. Presidente, pelo que pude depreender, a emenda do eminente Constituinte Mansueto de Lavor pretende que as serventias judiciais e extrajudiciais sejam estatizadas.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Exato.

**O SR. CONSTITUINTE MICHEL TEMER:** – Quero dizer a V. Ex.<sup>a</sup> que, no meu entender, esta matéria já foi coberta anteriormente pelo art. 119, que tomo a liberdade de ler para V. Ex.<sup>a</sup>:

"Art. 119. Os serviços notariais e registrais são exercidos em caráter privado, por delegação do poder público."

Quero, nesta questão de ordem, invocar uma afirmação cediça do Direito, atribuída a Rui Barbosa e dizer que a Constituição não dá com uma das mãos para tirar com a outra. Se já decidimos essa matéria nas disposições permanentes, não temos como voltar a ela nas Disposições Transitórias.

Submeto esta questão de ordem, Sr. Presidente, à sua consideração, para sustentar a prejudicialidade da emenda.

**O SR. CONSTITUINTE MANSUETO DE LAVOR:**

– Sr. Presidente, o nobre Constituinte levanta uma questão de ordem antes do meu pronunciamento, encaminhando a votação. Gostaria de pronunciar-me contra a referida questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Como faço habitualmente, vou pedir ao Relator que opine. Efetivamente, existe uma referência aos serviços notariais e registrais, exercidos em caráter privado, com delegação do Poder Público. Mas existe também, nas Disposições Transitórias, o art. 17, em pauta, que estatiza as mesmas serventias, pelo menos nos foros.

Peço ao Relator que nos esclareça. (Pausa)

A emenda do Constituinte não é para estatizar, mas para garantir o direito aos atuais ocupantes por 5 anos. Já está estatizado no texto. Perdão! Há uma contradição no texto, porque nas Disposições Transitórias, art. 17, consta:

"Serão estatizadas as serventias do foro judicial, assim definidas por lei, respeitados os direitos de seus atuais titulares."

Isto consta das Disposições Transitórias? (Pausa) Vou ouvir o Relator.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):**

– Sr. Presidente, o Constituinte Mansueto de Lavor sabe da admiração que lhe dedico. Suponho que, quando S. Ex.<sup>a</sup> apresentou esta emenda, a parte permanente ainda não tinha ficado decidida, como bem lembrou agora o eminente Constituinte Michel Temer.

Em verdade, o art. 17 prevê o que deseja o eminente Constituinte Mansueto de Lavor, quanto à estatização das serventias do foro judicial, respeitando o direito de seus atuais titulares. Por esta parte, a emenda de S. Ex.<sup>a</sup> já estaria atendida.

De outra parte, conforme questão de ordem muito bem suscitada pelo eminente Professor de Direito Constitucional, Constituinte Michel Temer, a emenda também está atendida.

Sr. Presidente, no parecer da Relatoria, realmente há uma prejudicialidade.

**O SR. CONSTITUINTE VIVALDO BARBOSA:**

– Senhor Presidente, peço a palavra, para contraditar.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE VIVALDO BARBOSA:**

– Senhor Presidente, permito-me chamar a atenção de Vossa Excelência para duas circunstâncias sobre essa matéria. A primeira é a de que a emenda anterior, que prejudicaria esta, não obteve a maioria absoluta necessária, nem houve deliberação desta Comissão de Sistematização. Segundo, é plenamente compatível que uma disposição permanente da Constituição estabeleça, em caráter permanente, como princípio geral, que seus serviços forenses não são de caráter privado – como está dizendo o texto – porém, que os atuais, transitoriamente, sejam estatizados, se assim vier a deliberar a Assembléia Nacional Constituinte. Trata-se de disposição transitória. Evidentemente, com a criação de qualquer outro cartório, ou de outra serventia, estas, daqui para a frente, não serão estatizadas. Qualquer outra serventia que vier a ser criada não estará sob o princípio das Disposições Transitórias.

Diz a emenda, muito precisamente, que as atuais serventias serão estatizadas. O caráter permanente da disposição continua vigendo para as que vagarem. Para as que forem criadas no futuro, é perfeitamente compatível a deliberação dos dois textos.

Chamo a atenção de V. Ex.<sup>a</sup> para esse aspecto.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – A Mesa está consultando a Secretaria para saber por que motivo houve prejudicialidade da emenda anterior – se ela foi votada ou não.

**O SR. CONSTITUINTE MICHEL TEMER:** – Sr. Presidente, peço a palavra, para contraditar.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Tem a palavra V. Ex.<sup>a</sup>, para contraditar.

**O SR. CONSTITUINTE MICHEL TEMER:** – Quero dizer, Sr. Presidente, que aqui se trata apenas de uma questão semântica. O Sr. Constituinte Mansueto de Lavor usa a expressão "serventia extrajudicial" e, no art. 119, "serviços notariais e registrais", que são exatamente os extrajudiciais.

Sr. Presidente, neste caso, para contraditar o que disse o nobre Constituinte Vivaldo Barbosa, ainda que não tenha atingido, como realmente não atingiu, o **quorum** necessário para considerar prejudicada a emenda anterior, o fato é que esse dispositivo já está incorporado ao texto do projeto constitucional.

Portanto, esse texto já foi votado e aprovado. Não há, volto a insistir, como tirar com a outra mão aquilo que anteriormente a Constituição já estabeleceu. A função do intérprete é compatibilizar todas as disposições constitucionais. Mas fica absolutamente impossível, e não se pode chegar, neste particular, ao absurdo de encontrar, literalmente, no texto constitucional, disposições em sentido totalmente opostos, inconciliáveis.

**O SR. CONSTITUINTE MANSUETO DE LAVOR:** – Permita-me, Sr. Presidente. Solicitei uma questão de ordem, e estou na tribuna para encaminhar a votação a favor da emenda. Mas, diante da questão de ordem levantada pelo nobre Constituinte, gostaria de contraditar, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Em primeiro lugar, vamos colocar ordem nas questões de ordem.

Vou conceder a palavra aos Constituintes Mansueto de Lavor, Aluizio Campos e Carlos Chiarelli, sucessivamente.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS CHIARELLI:** – Senhor Presidente, gostaria apenas de formular uma pergunta, e o orador que está na tribuna poderia esclarecê-la na resposta.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Pois não.

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS CHIARELLI:** – O texto da emenda diz:

"Serão estatizadas todas as serventias do foro judicial e extrajudicial, respeitados os direitos dos seus titulares por um prazo não superior a cinco anos."

A pergunta é a seguinte: já que estamos tratando de disposição transitória, há necessidade de um prazo que aqui está vigente, sob pena de não se tratar de disposição transitória. Neste caso, o prazo refere-se à limitação da garantia que se dá aos atuais exercentes, que no texto era estabelecido, até a aposentadoria ou até a morte? É isto que quer dizer? Ou limita-se ao quinquênio a garantia dos atuais ocupantes? Ou, ainda, refere-se ao tempo de implementação do processo de estatização?

Esta é uma questão fundamental. Os "cinco anos", por defeito de redação, dizem respeito ao tempo de implementação do processo de estatização, ou os cinco anos, sem erro de redação, mas com uma restrição e castração do direito dos atuais exercentes, referem-se a uma limitação pelo quinquênio da garantia?

O esclarecimento dessas dúvidas é fundamental para se estabelecer o debate.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – V. Ex.<sup>a</sup> tem razão.

O Constituinte Mansueto de Lavor esclarecerá a matéria ao Senador Carlos Chiarelli.

**O SR. CONSTITUINTE MANSUETO DE LAVOR:** – Sr. Presidente, gostaria de acrescentar, além dos argumentos apresentados e oferecidos a este Plenário pelo nobre Constituinte Vivaldo Barbosa, que uma matéria é prejudicada quando anteriormente recebe deliberação favorável ou contra. No caso, não há prejudicialidade, pelo simples fato de que minha emenda trata de assunto correlato, porém não idêntico.

O art. 119 do Projeto trata de serviços notariais e registrais, que, conforme proposta do Relator, devem ser exercidos pela iniciativa particular. Minha emenda não se refere a esses serviços, que supõem a estatização das serventias, de acordo com o próprio art. 119. Se não supusessem essa estatização, não haveria necessidade de constar do art. 119 a expressão "por delegação do Poder Público". Ou seja, o Poder Público não poderia delegar, se essas serventias não fossem públicas ou estatizadas.

Minha emenda é diferente. Visa, pura e simplesmente – analisando não os serviços notariais ou registrais, mas as atuais serventias – tratar da sua estatização ou não, e dizendo que elas serão estatizadas e que os direitos dos seus atuais titulares permanecerão intocados por prazo não inferior a cinco anos.

Há uma diferença palpável entre a matéria tratada no art. 119 e a minha emenda, referente ao art. 14 das Disposições Transitórias.

Por isso, gostaria de dizer ao nobre Constituinte Carlos Chiarelli que não é a mesma coisa, são assuntos diferentes. A matéria tratada em minha emenda ainda não foi submetida a deliberação do Plenário desta Comissão de Sistematização.

Esta, a resposta à questão de ordem.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, todos os argumentos do eminente Constituinte teriam validade se não tivéssemos aprovado o artigo anterior, que se consolidou no exato momento em que aprovamos a redação final do texto. Aí termina a questão. De outra forma, estaríamos colocando, em vez de uma disposição transitória, um artigo de disposição contraditória.

Gostaria de deixar bem claro que, aprovada a redação final, está prejudicado o artigo das Disposições Transitórias.

Era o que tinha a dizer.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** A Mesa, após consulta ao Relator e ao Presidente efetivo, considera prejudicada a matéria.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Existe uma emenda correlata, de autoria do nobre Constituinte Antônio Perosa, cujo texto é o seguinte:

"Fica assegurado aos substitutos de serventias judiciais, notariais e registrais, na vacância, o direito de acesso a titular, desde que legalmente investido na função na data da instalação dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte."

Concedo a palavra ao nobre Constituinte José Paulo Bisol.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ PAULO BISOL:** – Sr. Presidente, desejo apenas pedir um esclarecimento.

Gostaria que a digna Relatoria desse a este Plenário uma explicação de natureza técnica, já que há possibilidade de modificação do posicionamento do Plenário da Assembléia Nacional Constituinte com relação a este assunto.

Pergunto: qual a diferença fundamental, substancial, entre serventias judiciais e extrajudiciais? Esta diferença, bem definida, vai explicar um fenômeno técnico que não consigo assimilar. As serventias extrajudiciais foram tratadas no texto do Projeto de Constituição, e as judiciais estão sendo tratadas no texto das Disposições Transitórias.

Sr. Presidente, a diferença, por incrível que pareça, é econômica. As serventias judiciais são pobres, as extrajudiciais são ricas. Há "marajáismo", por trás desta questão, e não vai ficar bem para esta Constituinte. Por que não estão sendo tratados no mesmo lugar os cartórios judiciais e extrajudiciais? Que manobra é esta? Que significa isto?

Estou preocupado, Sr. Presidente, com base em minha experiência de magistrado, com essa diferença de tratamento, eis que a tradição constitucional do Brasil sempre deixou à competência dos Estados a definição dessas questões. Preocupa-me a assunção federal de um assunto estadual somente em relação aos cartórios realmente afortunados.

Gostaria que pelo menos constassem dos Anais desta Assembléia as razões fundamentais dessa diferença de tratamento, porque até agora não consegui assimilá-las. Tendo a pensar que esse posicionamento é um privilegiamento dos que já estão privilegiados, pois estariam garantidos nos seus cartórios, se fossem estatizados ou se se permitisse ao Estado legislar sobre o assunto.

Inquieta-me e me deixa realmente insatisfeito essa diferença de tratamento. Gostaria de ouvir a opinião do Sr. Relator sobre o assunto.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, antes de o Sr. Relator pronunciar-se, gostaria, preliminarmente, de dizer que o douto Senador José Paulo Bisol está tratando de matéria vencida. Quanto aos conceitos aqui emitidos sobre os que são pobres e os que são ricos, S. Ex.<sup>a</sup> poderá estudar uma forma de remeter o assunto ao Plenário. O fato é que já decidimos a matéria. Com relação aos pobres e ricos, não é difícil resolver o problema: basta que, depois, especificamente, se ordenem as linhas de trabalho de cada um dos cartórios mais rentáveis ou menos rentáveis, redistribuindo-os equitativamente. Isto, se S. Ex.<sup>a</sup> conseguiu fazê-lo.

Estas, as considerações que desejava fazer. A matéria é vencida, e dispensável até a consideração do Relator, porque o máximo que S. Ex.<sup>a</sup> pode fazer é elucidar o assunto, e mais nada.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Permiti a questão de ordem porque o Constituinte Antônio Perosa volta ao tema das serventias judiciais, notariais e registrais, incluído no Substitutivo. Por isso, é conveniente que o Relator fale. Até porque a dúvida levantada pelo eminente Constituinte José Paulo Bisol requer esclarecimento efetivo.

Portanto, concedo a palavra ao Relator. Peço brevidade a todos.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente. Sras. e Srs. Constituintes, a intervenção do Constituinte

José Paulo Bisol merece dupla resposta. Primeiro, quanto à natureza da prejudicialidade, é preciso que se diga que não é possível anular, nas Disposições Transitórias, o que foi aprovado nas disposições permanentes. Serventia de foro judicial – ninguém o desconhece – também rende muito dinheiro. É o caso do Cartório de Órgãos e Sucessões, por exemplo. Quem advoga sabe disso.

Em segundo lugar, diríamos que em nenhum instante. Sr. Presidente, como Relator, privilegiei quem quer que seja. O art. 119 veio aprovado da Comissão temática. O que falta dizer é que, se se pretende atingir o Constituinte Adolfo Oliveira, repilo a insinuação, porque S. Ex.<sup>a</sup> dispõe de um cartório de notas muito pequeno, em Petrópolis. O que se quer é atingir os grandes.

Sr. Presidente, o texto diz o seguinte:

"Os serviços notariais e registrais são exercidos em caráter privado, por delegação do Poder Público."

O Poder Público, portanto, que tome providências.

O que a Comissão aprovou foi isso, Sr. Presidente. O sentido do texto das Disposições Transitórias é o de respeitar os atuais titulares das serventias de foro judicial para que não sejam prejudicados, já que ali existem muitos "bagrinhos".

Agora, a preocupação com a condição do magistrado, demonstrada pelo Constituinte José Paulo Bisol, é válida, é correta. Realmente inquieta – inclusive a mim – e também nos leva para outro aspecto. Não podemos desconhecer que há serviços particulares, nessa área, muito bem prestados. Advoguei durante vinte anos no Rio de Janeiro e posso dizer que há cartórios que prestam muito bom serviço.

Deste modo, Sr. Presidente, o que eu desejo é que fique bem destacado que natureza da prejudicialidade é uma coisa, insuspeição contra donos de cartórios de imóveis é outra. Não se pode, por causa de um, atingir a todos.

A matéria, Sr. Presidente, está prejudicada, inevitavelmente, pois não é possível anular, nas Disposições Transitórias, o que foi aprovado nas Disposições Permanentes.

Esta é a minha posição, Sr. Presidente, mas registro em Ata que não estou aqui para privilegiar absolutamente ninguém.

**O SR. CONSTITUINTE MANSUETO DE LAVOR:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Constituinte Mansueto de Lavor.

**O SR. CONSTITUINTE MANSUETO DE LAVOR:** – Sr. Presidente, quero registrar que a matéria, de tanta importância, até hoje não foi submetida à deliberação da Comissão de Sistematização. Da primeira vez, foi objeto de acordo, mas não foi votada por falta de **quorum**. Desta vez, V. Ex.<sup>a</sup> decide sobre a prejudicialidade da matéria. Discordo da decisão, mas acato-a com respeito.

A Comissão de Sistematização, que tanto avançou em matérias institucionais, administrativas, permite – não votando por duas vezes consecutivas a matéria – um retrocesso lamentável, porque em alguns Estados, como o da Bahia, onde as serventias já são estatizadas, as serventias extrajudiciais passaram a ser privatizadas. Haverá, certamente, um retrocesso. Esta Comissão, que aprovou a estatização dos serviços de distribuição de combustíveis, não aprova os serviços para as serventias públicas dos cartórios.

Então, gostaria de dizer a V. Ex.<sup>a</sup> e aos nobres Constituintes integrantes da Comissão de Sistematização que

a matéria voltará ao Plenário da Assembléia Nacional Constituinte, quando espero que se aprove a estatização, por ser do interesse público e coletivo.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Srs. Constituintes, já resolvi a questão: a matéria está prejudicada.

**O SR. CONSTITUINTE INOCÊNCIO OLIVEIRA:**

– Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem, pela última vez.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Não é necessário, Sr. Constituinte. Permita-me prosseguir.

**O SR. CONSTITUINTE INOCÊNCIO OLIVEIRA:**

– Sr. Presidente, desejo contraditar o que disse o Constituinte Mansueto de Lavor.

S. Ex.<sup>a</sup> não tem razão quando diz que a Comissão de Sistematização aprovou por acordo, por haver tratado do assunto ao aprovar o art. 119. S. Ex.<sup>a</sup> está sendo injusto com a Comissão de Sistematização, que tem trabalhado com muito acerto e seriedade.

Eram estas as nossas palavras, quanto aos argumentos utilizados pelo nobre Constituinte Mansueto de Lavor.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Srs. Constituintes, agradeço a todos a colaboração nas decisões da Mesa, mas esta já decidiu. Esclareço também que já houve votação sobre a matéria, quando não houve **quorum**. O Presidente que se encontra em exercício hoje votou contra na ocasião; portanto, sente-se perfeitamente à vontade para decidir pela prejudicialidade. Eu gostaria muito de ter podido mudar o texto, mas não consegui.

Vamos para a votação em Plenário. Regras são regras.

**Destaque nº 5125-87 – Emenda nº ES-26804-0, do Sr. Antonio Perosa e Roberto Balestra, que "adita artigo ao Título X do Substitutivo nº 1 (art. 17 do Título IX do Substitutivo nº 2)". (517ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Está em votação o requerimento de preferência para o Destaque nº 5125, relativo à Emenda nº 26804, de autoria do Constituinte Antonio Perosa. **(Pausa)** Aprovada.

Concedo a palavra ao Constituinte Michel Temer, para defendê-la, por indicação do autor.

Peço aos Constituintes que votemos mais depressa. Perdoem a insistência, até um tanto impetuosa e, talvez, arbitrária, mas o País espera de nós um fecho de ouro, votando bem, até o fim, toda a matéria, hoje.

**O SR. CONSTITUINTE MICHEL TEMER:**

– Sr. Presidente, Srs. Constituintes, estou defendendo a emenda do eminente Constituinte Antonio Perosa, assim redigida:

"Fica assegurado aos substitutos das serventias judiciais, notariais e registrais, na vacância, o direito de acesso a titulares" – grifo a palavra – "desde que legalmente investidos na função na data da instalação dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte."

Mais do que fazer uma defesa, quero prestar um depoimento e, para tanto, servir-me de alguns argumentos. O primeiro argumento que lanço em defesa da emenda está estabelecido no art. 119, § 2º, que diz:

"O ingresso na atividade notarial e registral dependerá, obrigatoriamente, de concurso público de provas e títulos."

Se eu imaginar o futuro, verificarei que somente chegarão à titularidade das serventias aqueles que, a partir desta Constituição, se submeterem a concurso. E o concurso, segundo o texto do projeto, será definido por lei complementar. Evidentemente, lei complementar – e isto é intuitivo, Sr. Presidente – estabelecerá o ingresso na serventia, mas não o concurso direto para a titularidade.

Seria, neste particular, tão absurdo quanto exigir à magistratura prestação de concurso para o cargo de desembargador. Há uma seqüência, há uma carreira a ser feita na serventia, e por isso mesmo tenho a mais absoluta convicção de que a lei complementar permitirá o acesso à serventia, estabelecendo os estágios pelos quais se possa chegar à titularidade. Não há de ser de outro modo, sob pena de criarmos uma injustiça para com todos aqueles que são serventuários.

Ademais, os substitutos atuais ingressaram nas serventias por concursos patrocinados pelas Corregedorias do Poder Judiciário. São servidores modestos – e invoco os companheiros que lutaram pela estabilidade dos trabalhadores – que há mais de 20 anos mourejam nas serventias, prestando serviços desde o primeiro degrau da carreira. E não me venham com o argumento – provavelmente isto acudirá à mente de alguns colegas Constituintes – de que em algumas serventias talvez tenha havido apadrinhamento. Talvez, em algumas serventias, os substitutos sejam parentes dos titulares. Mas esta não é a regra, e sim a exceção.

Disse aqui que amalgamava meu depoimento com argumentos. Volto, pois, ao depoimento, Sr. Presidente, para dizer que no Estado de São Paulo, por exemplo, não há essa circunstância. Conheço pessoas que há mais de vinte anos ingressaram como fiéis ou contínuos de cartórios e hoje ocupam o cargo de substituto. Ora, por um princípio de justiça – neste particular, fora da própria área jurídica e da seara constitucional – se permitirmos que, daqui a 4, 5 ou 6 anos, quem houver hoje ingressado por concurso tenha acesso à titularidade, estaremos permitindo que aqueles que lá estão há 15 ou 20 anos, como todo e qualquer trabalhador, tenham, igualmente, com base no decidido neste momento de mudança institucional brasileira, acesso à titularidade das serventias.

Em palavras finais, Sr. Presidente, quero registrar que uma Constituição visa exatamente a estabilizar as relações sociais. Estabilizemos, pois, neste particular, a situação dos substitutos, abrindo um novo campo de trabalho na seara das próprias serventias.

**O SR. CONSTITUINTE MIRO TEIXEIRA:** – Pela ordem, Sr. Presidente. Penso que estamos votando uma questão que está prejudicada. O § 2º do art. 119 diz que "o ingresso na atividade notarial e registral dependerá, obrigatoriamente, de concurso público de provas e títulos". Isso está nas disposições permanentes do projeto de Constituição. O mesmo princípio adotado para prejudicar a iniciativa do Constituinte Mansueto de Lavor deve ser aplicado agora, porque não pode haver uma disposição permanente definindo a situação em um sentido e, nas Disposições Transitórias, buscar-se uma saída para isso, que foi exatamente a preocupação do legislador, ao obstruir qualquer outra forma de ingresso na atividade que não seja por concurso público.

Com todo o respeito aos Constituintes que defendem a idéia, encaminho à Mesa esta questão de ordem, pela prejudicialidade da emenda.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr. Presidente, quero contraditar a questão de ordem do nobre Constituinte Miro Teixeira, que, na realidade, não tem procedência. O que se declara é que o ingresso na atividade notarial e registral dependerá de concurso público. Mas, isto quanto àqueles que já ingressaram e se encontram no exercício da titularidade do cartório ou da serventia, eis que, nas Disposições Transitórias, estamos assegurando a permanência no cargo. E não se justifica que aqueles que entraram por concurso – como, por exemplo, é exigido no Estado de São Paulo –, fizeram carreira e estejam em exercício desde antes da instalação da Assembléia Nacional Constituinte, não sejam efetivados na titularidade dos cartórios.

A matéria é típica, apropriada e adequada às Disposições Transitórias, porque regulamenta, repito, a situação daqueles que, neste exato instante, se encontram no exercício da titularidade dessas serventias.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Como faço habitualmente, tendo sido levantada uma questão de ordem do gênero da anterior, antes de decidir ouvirei o Relator.

**O SR. CONSTITUINTE MICHEL TEMER:** – Sr. Presidente, se V. Ex.<sup>a</sup> me permite, gostaria de formular uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Se for realmente uma questão de ordem, tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE MICHEL TEMER:** – Sr. Presidente, gostaria de dizer apenas duas palavras.

Esta é, tipicamente, uma disposição que transita com a implementação da vontade constituinte. No instante em que substitutos são efetivados, esta determinação constitucional passa, transita, não existe mais. É, tipicamente, uma disposição transitória, sendo diferente da hipótese anterior.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Vamos ouvir o Sr. Relator.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, o raciocínio desenvolvido pelo Constituinte Miro Teixeira, até certo ponto, teria sua razão de ser. A meu ver, porém, aqui se assegura um direito àquele cidadão que, tendo-se submetido a um concurso para ingresso nas serventias judiciais, notariais e registrais, passou a exercer o cargo como substituto eventual.

A sustentação do eminente Constituinte Michel Temer foi neste sentido. Por esta razão, Sr. Presidente, entendo que não está prejudicada a emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Acho que é mais fácil votarmos a emenda do que ficarmos discutindo o assunto por muito tempo, pois a prejudicialidade não é clara. O Relator opina pela não-prejudicialidade, e, aparentemente, este é o pensamento da Mesa.

Concedo a palavra ao Constituinte Nelson Carneiro, para falar contra a emenda.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, compreendo que é difícil a minha tarefa, depois de ter ocupado a tribuna o eminente Prof. Michel Temer, e estou ciente de que neste instante sacrifiquei velhas amizades para ser fiel àquilo que acredito ser o justo e o razoável.

Advogado, porém, durante cinquenta e cinco anos, posso trazer aqui um depoimento.

É certo que os escreventes iniciam sua carreira através de concurso público. Mas a iniciam, apenas. Quando vão trabalhar nos cartórios, sejam judiciais ou extrajudiciais, lá encontram antigos escreventes, isto é, os que "carregam" o cartório. E o titular pode escolher, entre aqueles escreventes, um sobrinho, um amigo ou um filho seu. Passados cinco anos, o sobrinho, o amigo ou o filho, que preteriram os antigos escreventes, aqueles que durante anos "carregam" o cartório, são aquinhoados pela Comissão de Sistematização com a possibilidade de transmitirem aos seus beneficiários, aos escolhidos por eles – filho, parente ou amigo – um cartório para o qual não fizeram concurso.

Não há concurso para tabelião ou escrivão. O que existe é concurso para escrevente, e a escolha do substituto é da competência exclusiva do titular, que nele deve ter confiança. Portanto, iríamos sacrificar toda uma geração de pessoas que se dedicam ao trato da justiça, para beneficiar apenas os privilegiados que têm como titulares atuais seus parentes ou amigos íntimos.

Estou convencido de que, pela primeira vez, nesse episódio, durante os trabalhos desta Comissão, sacrifiquei velhas amizades. Mas acho que acima delas está o dever de esclarecer o Plenário a respeito do erro que será a aprovação desta emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – O Sr. Relator deseja opinar novamente? **(Pausa)**

Com parecer contrário do Relator, passa-se à votação.

#### **(Procede-se à votação)**

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Ademir Andrade, Bernardo Cabral, Carlos Mosconi, Cid Carvalho, Cristina Tavares, Fernando Gasparian, Fernando Lyra, Francisco Pinto, João Calmon, José Geraldo, José Richa, Manoel Moreira, Nilson Gibson, Pimenta da Veiga, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Rodrigues Palma, Wilson Martins, João Natal, José Dutra, Márcio Braga, Michel Temer, Nelson Wedekin, Vilson Souza, Ziza Valadares, Alcení Guerra, Aloysio Chaves, Arnaldo Prieto, Carlos Chiarelli, Christóvam Chiaradia, Francisco Benjamim, Gilson Machado, Inocêncio Oliveira, José Lins, José Santana de Vasconcellos, José Thomaz Nonô, Luís Eduardo, Mário Assad, Oscar Corrêa, Paulo Pimentel, Ricardo Fiúza, Sandra Cavalcanti, Annibal Barcellos, Furtado Leite, Jonas Pinheiro, Simão Sessim, Valmir Campelo, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Gerson Peres, José Luiz Maia, Virgílio Távora, José Maurício, Lysâneas Maciel, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Adolfo Oliveira e Sotero Cunha. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Almir Gabriel, Aluizio Campos, Antônio Britto, Artur da Távola, Egidio Ferreira Lima, José Fogaça, José Paulo Bisol, Maurílio Ferreira Lima, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Paulo Ramos, Severo Gomes, Virgildásio de Senna, Antonio Mariz, Miro Teixeira, Octávio Elísio, Roberto Brant, Rose de Freitas, Uldurico Pinto, Enoc Vieira, José Jorge, Plínio Arruda Sampaio, Haroldo Lima, Roberto Freire e Beth Azize. **ABSTENÇÃO** dos Senhores Constituintes Fernando Henrique Cardoso, Sigmaringa Seixas, Chagas Rodrigues, José Tavares e Floriceno Paixão.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 59 Constituintes; votaram NÃO 26 Constituintes; abstiveram-se de votar 5 Constituintes. Total: 90 votos. O Destaque foi **aprovado**.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Foi aprovado o destaque, estando, em consequência, prejudicado o Destaque nº 3910, de autoria do Constituinte Gastone Righi.

Pela ordem, dou a palavra à Constituinte Sandra Cavalcanti.

**A SRA. CONSTITUINTE SANDRA CAVALCANTI:** – Sr. Presidente, pedi a palavra pela ordem apenas para solicitar o registro, já que não disponho de outra forma de fazê-lo, de um protesto que quero que fique nos Anais desta Assembléia Nacional Constituinte.

Ontem à noite, pelas estações de televisão, de rádio e, hoje, pelos jornais, tomei conhecimento de que a demissão do ex-Deputado Raul Brunini, jornalista, radialista, homem político da maior importância no meu Estado, foi uma represália direta ao meu voto em favor dos quatro anos de mandato para o Presidente da República. Conversando com o ex-Deputado Raul Brunini, ouvi dele esta confirmação.

Então, gostaria que ficasse registrado nos Anais desta Casa o seguinte: o ex-Deputado Raul Brunini, que durante 40 anos exerceu com um brilho invulgar a sua profissão de jornalista, de radialista e como político teve uma das trajetórias mais brilhantes do meu Estado. Vereador, Deputado Estadual, Secretário de Governo,

Deputado Federal, cassado pelo fato de ser liderado pelo meu Líder cassado, o ex-Governador Carlos Lacerda, tem e tinha méritos suficientes não para ser apenas diretor da Rádio Nacional. Se algum dia eu tivesse que indicar Raul Brunini para ocupar uma posição na área da comunicação, sua especialidade, se algum dia eu tivesse sido consultada pelo Presidente José Sarney, certamente o teria indicado para Ministro das Comunicações. Porque este é o seu gabarito. Sempre considerei que o lugar que lhe reservaram, na Aliança Democrática, tinha sido muito pequeno diante de sua capacidade.

Desta forma, quero que fique registrado que não se tratou de represália política, mas de um ato de mesquinha e, na minha opinião, de grave insensatez, numa hora em que o povo brasileiro passa por momento tão complicado e tão difícil. Insensatas também foram às palavras, ditas na televisão e nas rádios, do Governador do Estado de Minas Gerais, referindo-se às nossas Forças Armadas, que se têm portado de uma forma tão democrática e tão solidária em relação ao nosso trabalho, de uma forma tão ausente, sem exercer qualquer pressão sobre nós. A frase infeliz que eu ouvi — ninguém me contou — é: "Uma vez implantado o parlamentarismo neste País, seis meses depois o "Dr. Urutu" tem que tomar conta da Nação." Não é linguagem digna de quem recebeu os votos do povo de Minas Gerais para governar um dos Estados de maior tradição democrática neste País, Estado que sempre foi um campeão de liberdade e respeito às opiniões políticas dos nossos conterrâneos.

De modo que, Sr. Presidente, faço este registro, indignada, em primeiro lugar, com a represália, que não é represália política, mas um ato de mesquinha; em segundo lugar, para defender as Forças Armadas do País da pecha de "Dr. Urutu", que espera na esquina a nossa decisão para, de novo, tomar conta do poder e ali ficar a serviço de pessoas que não têm gabarito para dirigir a Nação brasileira, porque não têm estrutura de estadistas.

Era este o meu registro.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

— Constituinte Sandra Cavalcanti, seu registro constará da ata. V. Ex.<sup>as</sup> sabem que Descartes dizia que o bom senso era uma virtude bem distribuída por todos os homens. No Brasil, mais vale o dito de que a insensatez se encontra em toda parte. Está registrado em ata o seu protesto.

Ouç o nobre Constituinte Octávio Elísio.

**O SR. CONSTITUINTE OCTÁVIO ELÍSIO:** — Sr. Presidente, na qualidade de Deputado Constituinte, eleito por Minas Gerais, associo-me ao protesto da nobre colega Sandra Cavalcanti em relação às declarações do Governador do meu Estado sobre a Assembléia Nacional Constituinte. Estou seguro de que a população de Minas Gerais não apóia as palavras do Governador Newton Cardoso. Muito obrigado a V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

— Está registrado o protesto de V. Ex.<sup>a</sup>.

Concedo a palavra ao Constituinte José Fogaça e, logo em seguida, ao Constituinte Paulo Ramos.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** — Protesto, Sr. Presidente. Estão obstruindo a pauta de votação!

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FOGAÇA:** — Sr. Presidente, em primeiro lugar, gostaria de repelir, com veemência, a acusação de que estamos obstruindo a pauta.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**  
— V. Ex.<sup>a</sup> não seria capaz disso.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FOGAÇA:** — Sr. Presidente, pelo contrário, o que pretendemos é dar um es-

clarecimento, especialmente a alguns membros desta Comissão.

Ontem, nos jornais, foi publicado, em página inteira, um manifesto de um conjunto de entidades protestando contra uma decisão desta Comissão, quanto ao monopólio da distribuição de petróleo no País. Hoje, aqui em plenário, um Constituinte, na defesa de um destaque, afirmou; igualmente, que esta Comissão estatizou a distribuição de petróleo. Nós, que estamos de posse da redação final aprovada pela Comissão e revista pela Relatoria, queremos declarar, sem entrar na análise do mérito, que o que se aprovou não foi o monopólio da distribuição de petróleo, não foi a estatização. Aprovou-se, isto sim, a reserva de mercado para empresas nacionais de capital privado, ou seja, de capital predominantemente nacional. Para evitar equívocos e situações desagradáveis, que muitas vezes levam a distorções, faço este registro, agradecendo a compreensão de V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

— O Constituinte Paulo Ramos é o último orador inscrito. Com a palavra S. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** — Sr. Presidente, V. Ex.<sup>a</sup>, como todos os integrantes, desta Comissão, está ciente de que a Comissão de Sistematização aprovou o Projeto de Decisão nº 4, que veda a conversão da dívida externa em capital de risco no território nacional. Sabe também V. Ex.<sup>a</sup>, como, de resto, todos os membros da Assembléia Nacional Constituinte, que o Conselho Monetário Nacional se reúne hoje, às 15 horas, para apreciar um projeto de conversão de dívida, elaborado pelo Banco Central.

Ontem, quando a sessão da Assembléia Nacional Constituinte era presidida pelo Constituinte Mauro Benevides, tive a oportunidade de formular questão de ordem, e S. Ex.<sup>a</sup> a respondeu nos seguintes termos:

"Posso dizer a V. Ex.<sup>a</sup>, neste momento, que, se a Assembléia Nacional Constituinte, apreciando projeto de decisão, no exercício pleno de sua soberania... Obviamente, se qualquer decisão, a nível de Governo, tiver sido adotada e representar infringência à soberania desta Casa, haverá de prevalecer a soberania da Assembléia Nacional Constituinte sobre qualquer decisão governamental."

Peço a V. Ex.<sup>a</sup>, que preside esta sessão, que, ainda hoje e antes das 15 horas, se comunique com o Exmo. Sr. Ministro da Fazenda, no sentido de solicitar que o Conselho Monetário Nacional não tome qualquer decisão sobre o assunto.

Pela gravidade da questão e pelo que significa esta decisão para os interesses nacionais, comunico também a V. Ex.<sup>a</sup> que comparecerei ao Ministério da Fazenda, no horário da reunião, e farei a entrega da decisão da questão de ordem por mim formulada, exarada pelo Exmo. Sr. Constituinte Mauro Benevides.

Faço este apelo a V. Ex.<sup>a</sup>, porque não podemos permitir um confronto de poderes, já que a aludida decisão do Conselho, se levada a efeito, terá consequências graves.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

— Já me antecipei a V. Ex.<sup>a</sup>, e falei a respeito do assunto com o Ministro da Fazenda, com o Presidente do Banco Central e com todas as autoridades ligadas à questão. Estão todos perfeitamente informados da reivindicação de V. Ex.<sup>a</sup>.

Tem a palavra o Constituinte Nelson Carneiro.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** — Sr. Presidente, quero antecipar meu voto a todos os "trens-da-alegria" que forem apreciados por esta Casa. Votarei

sempre a favor. Depois que se aprovou esse texto que permite que um cidadão, nomeado na véspera do dia da instalação dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte – não depois de aprovada a Constituição, mas na data da instalação dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte – ser promovido de tabelião substituto a tabelião efetivo, não tenho autoridade moral para recusar meu voto a outros "trens-da-alegria" que daqui para a frente surgirão.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Registrada a declaração de V. Ex.<sup>a</sup>.

Recebi um requerimento assinado pelas Lideranças do PT, PMDB, PC do B, PTB e PDT, nos seguintes termos:

"Requeremos a alteração da ordem de preferência de votação das emendas para o fim de submeter a votação, em seguida, os destaques dos arts. 58 a 61 e Destaque nº 4930."

Como a Mesa não tem condições de decidir por si a questão, farei a mesma coisa que fiz em outras ocasiões, ou seja, submeterei ao Plenário o requerimento aqui apresentado.

**O SR. CONSTITUINTE INOCÊNCIO OLIVEIRA:** – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra, pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE INOCÊNCIO OLIVEIRA:** –

Acho estranho esse requerimento, Sr. Presidente. Há um acordo das Lideranças no sentido de que, para haver inversão da pauta, é necessário o apoio de todos os Líderes. Ocorre que os Líderes do PFL, PDS, PDC e PL não assinaram o requerimento.

Então, Sr. Presidente, pelo respeito devido às normas desta Assembléia Nacional Constituinte, este requerimento não pode ser aceito nem colocado em votação. Nunca houve isso em relação a outros títulos. Esse requerimento Sr. Presidente, é eivado de irregularidade, representa cartas marcadas, já que cita nominalmente três arts. 59, 60 e 61.

Pela lisura que deve presidir os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, da Comissão de Sistematização em particular, esse requerimento não pode ser aceito nem colocado em votação.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Vou resolver a questão de ordem, Sr. Constituinte, da mesma maneira como resolvi a anterior. Não encaro esse requerimento como de Lideranças. Se fosse requerimento de Liderança a Mesa decidiria, como sempre, pelas Lideranças. Por não ser de Lideranças, sigo o Regimento Interno, que diz que quando seis membros da Comissão encaminharem requerimento, a aprovação deste dependerá da votação do Plenário. Não estou aceitando o requerimento como de Liderança, mas de seis Constituintes que se submeterão, exatamente, a todas as regras do Regimento Interno, sem discussão, sem encaminhamento. Haverá votação.

O Presidente, portanto, resolve de acordo com o disposto no art. 12:

"Serão inscritos, não terão discussão nem encaminhamento, e dependerão de deliberação do Plenário da Comissão, os requerimentos que solicitem..."

Depois, no Parágrafo único, está dito: "Outros requerimentos, não especificados..."

Sigo, portanto, o Regimento Interno da Casa e não tenho alternativa.

Vou colocar em votação o requerimento.

Quanto à preferência aqui solicitada, tenho a regra e vou aplicá-la. A decisão será a mesma adotada em matéria similar: aprovação por maioria simples, ou seja, maioria dos presentes.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Permita-me, Sr. Presidente.

Se V. Ex.<sup>a</sup> concretiza, com esta interpretação, a audiência do Plenário, vai ter de submeter-se ao Regimento Interno, eis que com base nele vamos incluir todas as emendas por ordem de ingresso. Este Plenário não pode decidir a questão, pois acabou o acordo de Lideranças. Comunico a V. Ex.<sup>a</sup> que, seguindo também as normas regimentais, obstruiremos a sessão. Não aceitamos esse tipo de comportamento de alguns Constituintes que querem impor sua vontade acima do que foi combinado.

Fomos iludidos em nossa boa-fé. Por isso, não aceitamos esse tipo de golpe desleal, que não condiz com a respeitabilidade das Lideranças. Vamos, pois, obstruir, repito, e nada passará, pois nos abrigaremos no Regimento. Assim, não seremos acusados de agir contra os interesses nacionais.

Hoje, nesta Comissão, Sr. Presidente, dá-se um belo exemplo de deslealdade para com os compromissos anteriormente assumidos conosco. Recebemos uma pauta para votar, a estudamos e, agora, meia dúzia de líderes querem inverter a pauta a seu bel-prazer, com cartas marcadas, para impor sua vontade. Mas vão encontrar-nos pela frente, pois não estamos aqui com os olhos vendados.

Sr. Presidente, lamentamos a decisão de V. Ex.<sup>a</sup>, não obstante o respeito que lhe tributamos, e vamos pedir a votação por ordem de destaque, nos termos regimentais, após esta aprovação.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Vou responder a questão de ordem de V. Ex.<sup>a</sup>.

A Mesa está agindo da mesma forma que agiu quando foi pedido por um grupo de Parlamentares que não se submetesse mais a votação matéria relativa ao Título VIII. Naquela ocasião, os setores interessados eram opostos aos que hoje solicitam isto. Resolvi colocar a matéria em votação, e o resultado foi a sustação da discussão de dispositivos do Título VIII.

Quero apenas realçar a lisura da Mesa, que se comporta como anteriormente. E a Mesa respeitará a decisão do Plenário quanto à obstrução. Se houver quebra de acordo de Lideranças, é de se lamentar, mas isto não é problema da Mesa.

**O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO BRITTO:** – Sr.

Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. ANTÔNIO BRITTO:** – Sr. Presidente, quero esclarecer à Mesa, a esta Assembléia e à opinião pública o que ocorreu aqui esta manhã – e peço a V. Ex.<sup>a</sup> a atenção costumeira.

Temos pela frente uma longa pauta, contendo mais de cinquenta itens para votação. Para evitar prejuízo à Nação na votação do Título VIII, hoje pela manhã a Liderança do PMDB tomou a iniciativa de procurar todas as Lideranças e lhes propôs que, feito o exame da pauta existente, procurassem, em nome do bom senso, destacar as matérias de maior interesse para a Nação.

Recebemos do PFL e de seu Líder a informação de que o partido concordaria com esse entendimento, se o PMDB e os outros partidos retirassem emendas supressivas que visam a acabar com o "trem-da-alegria" – arts. 59, 60 e 61.

#### (Manifestações no Plenário)

Tendo ouvido isto, Sr. Presidente – a verdade dói –, peço a V. Ex.<sup>a</sup> que me assegure a palavra.



**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Está com a palavra o Constituinte Antônio Britto.

**O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO BRITTO:** – As Lideranças que estão preocupadas com o fato de esta Comissão não encerrar seu trabalho sem examinar a questão dos "trens-da-alegria", socorreram-se do Regimento Interno e querem que a maioria decida. Quer a maioria examinar a questão dos "trens-da-alegria"? Vamos votar e vamos à responsabilidade!

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Com a palavra o nobre Constituinte Oscar Corrêa.

**O SR. CONSTITUINTE OSCAR CORRÊA:** – Sr. Presidente, não vou entrar no mérito da matéria, mesmo porque acho que muito mais importante do que o "trem-da-alegria", para o partido da Oposição ou do Governo hoje, ou como queira V. Ex.<sup>a</sup>, seria a votação de matérias absolutamente substantivas, como as questões do índio e da comunicação, para as quais não foi pedida inversão da pauta. Onde está o interesse nacional na hora de se pedir inversão da pauta?

**A SRA. CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES:** –

Pedimos e perdemos.

**O SR. CONSTITUINTE OSCAR CORRÊA:** – Mas não foi formulado em requerimento encaminhado à Mesa, como este que agora está sendo encaminhado.

#### (Manifestações no Plenário)

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Peço a V. Ex.<sup>as</sup> que deixem o nobre Constituinte Oscar Corrêa formular sua questão de ordem. Depois passaremos à votação.

**O SR. CONSTITUINTE OSCAR CORRÊA:** – Sr. Presidente, formulo a questão de ordem a V. Ex.<sup>a</sup> Na página 3 da Consolidação do nosso Regimento, a nós encaminhada pelo ilustre Presidente Ulysses Guimarães, que agora, infelizmente, está ausente, lê-se o seguinte:

"Votar-se-ão, uma a uma, as emendas destacadas a partir do preâmbulo e pela ordem crescente do dispositivo. Em seguida, e na mesma forma, as partes de emendas também destacadas."

Não há nenhuma referência à inversão de pauta, ainda que esta seja eventualmente feita através de requerimento escrito.

Sr. Presidente, peço a V. Ex.<sup>a</sup> que continue a agir como tem feito até hoje, seguindo a ordem crescente de votação, independentemente dos requerimentos que venham a ser apresentados à Mesa.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– Sr. Constituinte, não posso agir de duas maneiras. Quando havia interesse de um lado, para encerrar a votação, eu me submeti e coloquei a matéria em votação. Inclusive, votei pela prorrogação da sessão, mas não foi aprovada, e a sessão foi suspensa. Agora tenho de seguir o Regimento, e o farei.

**O SR. CONSTITUINTE LUIS EDUARDO:** – Permita-

me, Sr. Presidente, pela ordem.

Não tenho sequer posição firmada quanto aos destaques ora solicitados e à preferência para votação. Entretanto, considero grave a acusação de que a Relatoria incluiu "trem-da-alegria" nas Disposições Transitórias. A acusação é injusta, diante do espírito com que a Relatoria tem agido nesta Casa. A questão é grave, repito, porque se, acusa a Relatoria de incluir "trem-da-alegria" nas Disposições Transitórias.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):**

– O Presidente não é muito versado em vernáculo, não sabe que significa "trem-da-alegria" e não o considerou na discussão.

**O SR. CONSTITUINTE INOCÊNCIO OLIVEIRA:** –

Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE INOCÊNCIO OLIVEIRA:** –

Sr. Presidente, digo a V. Ex.<sup>a</sup>, que tem sido correto no cumprimento do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, o seguinte: já que o PMDB não cumpriu os compromissos assumidos com os demais partidos, nós, em nome da Liderança do PFL, outorgada pelo nosso Líder José Lourenço, aqui presente, não cumprimos mais acordos de liderança.

Com base no Regimento Interno, estamos encaminhando a V. Ex.<sup>a</sup> pedido no sentido de que a votação seja feita pela ordem dos destaques e não das preferências dos Líderes, desde que não mais existe acordo de liderança.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Sr.

Presidente, peço a palavra, para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte José

Genoíno, para uma questão de ordem.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Sr.

Presidente, a questão de ordem levantada pela Liderança do PFL não procede, porque as preferências foram entregues à Mesa de acordo com a numeração que está na planilha.

A questão é clara. Votar-se-ão os destaques cujas preferências estão registradas na Mesa. É uma questão resolvida.

A questão que vamos agora votar é se a maioria da Comissão de Sistematização adotará ou não o requerimento para votar alguma preferência. Não podem ser alteradas as preferências globais entregues à Mesa, de acordo com o Regimento Interno, dentro do prazo, antes de iniciarmos a votação do Título IX, que trata das Disposições Transitórias.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr.

Presidente, peço a palavra, para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte

Gerson Peres, para uma questão de ordem.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr.

Presidente, para que a Comissão possa orientar seu voto, gostaríamos que a Mesa informasse qual o dispositivo regimental que considera a existência de lideranças aqui.

Na verdade, não existem lideranças na Comissão de Sistematização, Sr. Presidente. Conseqüentemente, pela lógica, nenhum requerimento de liderança tem força para ser por ela julgado. Os acordos de lideranças são acordos de cavalheiros, não tem substância regimental.

Assim, V. Ex.<sup>a</sup> não pode aceitar um requerimento desses, porque atinge a autoridade regimental desta Comissão. Não existem lideranças na Comissão de Sistematização, só existem no Plenário.

Baseado neste princípio, espero que V. Ex.<sup>a</sup> defira a minha questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Vou deferi-la da seguinte maneira: já disse de

plano que, se houvesse requerimento de liderança, a Mesa decidiria. Este não é de liderança, mas de seis Constituintes. Desta forma, não tenho alternativa a não ser fazer o que fiz da outra vez, quando houve questão idêntica. Tenho dois requerimentos iguais, vou votá-los pela ordem de entrada – primeiro, um, depois o outro. Como estamos numa democracia, a maioria vai manifestar seu ponto de vista. É só isso.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Permita-me, Sr. Presidente, pela ordem.

É preciso tenhamos um pouco de calma. A Mesa aceitou que as emendas apresentadas por títulos fossem combinadas pelas lideranças para serem reduzidas. Esta foi uma decisão da Mesa, como forma de acolher o pensamento das lideranças. Ora, essas lideranças se reuniram e entregaram à Presidência uma pauta. Acho, Sr. Presidente, que a mudança dessa pauta deveria ser objeto de estudo dessas mesmas lideranças que já apresentaram a primeira pauta. V. Ex.<sup>a</sup> não pode desprestigiar um acordo anterior.

Pediria, então, a V. Ex.<sup>a</sup> que sugerisse aos que apresentaram esse requerimento que se voltem para o antigo acordo das lideranças, no sentido de refazer um trabalho que é delas. Não podemos desmoralizar um acordo de liderança através de requerimento também encaminhado por líderes, embora sem se intitularem desta forma. Peço a V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Presidente, que apele às lideranças para se entenderem sobre isso, eis que aí só há o interesse de uma parte.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ THOMAZ NONÔ:** – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte José Thomaz Nonô.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ THOMAZ NONÔ:** – Sr. Presidente, hoje é o último dia de funcionamento da Comissão de Sistematização. É natural que os ânimos se acirrem em determinadas questões, após dois meses de discussões. Mas é muito mais importante que não encerremos o trabalho desta Comissão com uma melancólica obstrução, regimentalmente amparada.

Já que estamos falando em disposições regimentais, vamos aproveitar um artifício regimental: são 13 horas. Suspenda V. Ex.<sup>a</sup> a sessão, com base no que acordamos. Dê tempo para que essas lideranças, na pausa para o almoço, façam prevalecer o bom senso e o entendimento democrático que devem marcar o último dia de funcionamento desta Comissão.

Assim sendo, nos termos regimentais, solicito a V. Ex.<sup>a</sup> que suspenda a sessão, uma vez que a matéria ainda não está em votação. Espero que às 15 horas não reabramos com discussões desse quilate. É o que requeiro a V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, V. Ex.<sup>as</sup> sabem o interesse que tem a Mesa – inclusive V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Constituinte Afonso Arinos, Presidente efetivo desta Comissão – em que tenhamos um final, diríamos, *en pleine beauté*, um final que abrilhantasse realmente todo o esforço aqui feito. Há matérias de alta relevância, não apenas essas relativas a concessões, mas outras, substantivas e muito importantes. Faço, pois, um apelo a todas as lideranças. É preciso que essas matérias sejam votadas. Se recorrermos à obstrução, teremos uma vitória de Pirro, porque todo o esforço destes meses será desmoralizado, com a opinião pública, amanhã, imaginando que a Comissão de Sistematização votou um "trem da alegria". Não podemos permitir isto. Temos de votar e assumir o resultado, como acabou de ser feito na questão dos cartórios, que foi um resultado assumido pela Comissão. Será muito grave pairarem dúvidas, por todo o País, de que, por manobras de um ou outro grupo, algumas matérias não foram votadas.

#### (Tumulto no Plenário)

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Um momento, Srs. Constituintes, estou com a palavra. V. Ex.<sup>s</sup> podem conter-se. Contenho-me aqui durante horas – e até por motivos mais imperativos!...

Peço a V. Ex.<sup>as</sup> que cheguem a um entendimento, para não ser prejudicada a votação de matérias de extrema relevância. Se esta Comissão não votar aquilo que foi pedido

pelos Srs. Constituintes, que se façam prorrogações, mas que se vote a matéria. Não tenho força regimental...

#### (Tumulto no Plenário)

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Apelo para as lideranças, no sentido de uma composição, a fim de que as matérias aqui mencionadas sejam votadas, assim como outras. E que o horário não seja impedimento para que o Brasil possa saudar, amanhã, esta Comissão como um órgão sério e competente. **(Palmas)** Suspenderei a sessão, pedindo a V. Ex.<sup>as</sup> que façam entendimentos.

**O SR. CONSTITUINTE HAROLDO LIMA:** – Peço a palavra, pela ordem, antes de V. Ex.<sup>as</sup> suspender a sessão, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE HAROLDO LIMA:** – Sr. Presidente, respondendo ao justo apelo de V. Ex.<sup>a</sup>, de que busquemos o entendimento com vistas a não prejudicar temas fundamentais, gostaria de dizer-lhe que aproveitaremos esse pequeno intervalo para o almoço – estivemos consultando alguns líderes, entre os quais o do PDS, e chegamos a esta conclusão – para que os líderes, reunidos, façam uma seleção dos temas que, fundamentais, não podem deixar de ser tratados e que se encontram no fim da pauta. Assim, por acordo de todos os líderes, esses temas seriam colocados no início da pauta e garantiríamos a apreciação de todos eles.

Nesse sentido que gostaria de atender ao apelo de V. Ex.<sup>a</sup> e convocar todos os líderes para que o acerto seja feito nesse intervalo.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Com a palavra o Constituinte Antônio Britto.

**O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO BRITTO:** – Sr. Presidente, em atenção ao apelo de V. Ex.<sup>a</sup>, manifesto nossa concordância com a reabertura de um entendimento que, curiosamente, nos devolverá à situação que criamos hoje, às nove horas da manhã. O PMDB, a exemplo do que fez às nove horas da manhã, não quer e não aceita que esta Comissão termine seus trabalhos sem examinar o que o País exige seja examinado, ou seja, vários dispositivos, entre eles os referentes à questão do funcionalismo público em todos os níveis.

Atendemos ao apelo de V. Ex.<sup>a</sup> e vamos à reunião com a mesma posição adotada hoje, pela manhã.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – Peço ao Presidente Afonso Arinos que me permita reabrir a sessão, porque, se não houver acordo, juntamente com S. Ex.<sup>a</sup> farei votar os requerimentos. **(Pausa)**

Concedo a palavra ao Constituinte Gerson Peres.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Nada tenho a opor quanto à reabertura de entendimentos. Só lamento – e tenho que deixar isto registrado – que as lideranças que se arvoraram em preparar o catálogo das emendas para votarmos, não se tenham lembrado das matérias de relevância. Pelo respeito que tenho pelas lideranças, considero que a ordem cronológica refere-se a matérias de relevância.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – V. Ex.<sup>a</sup> dirá isso aos Líderes, não a mim.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Conseqüentemente, só agora, no último dia, descobriram que as matérias cronologicamente distribuídas não têm relevância. Por trás dos bastidores, Sr. Presidente, há muita coisa. E, como em política há muita coisa que se faz por trás dos bastidores, há muitos interesses e conveniências, irei policiar a ordem cronológica das relevâncias, para ver

se, no caso, não há interesses de grupos ou outros quaisquer.

#### IV – SUSPENSÃO DA REUNIÃO

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso):** – A Presidência vai suspender os trabalhos, convocando os Senhores Constituintes para a continuação da presente reunião, hoje às 15:00 horas.

Está suspensa a reunião.

**EM 17 DE NOVEMBRO DE 1987 (²)**

**PRESIDÊNCIA DOS SRS.: Aluizio Campos**, Primeiro-Vice-Presidente, **Afonso Arinos**, Presidente; **Jarbas Passarinho**, Terceiro-Vice-Presidente.

#### I – REABERTURA DA REUNIÃO

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Havendo número regimental, declaro reaberta a reunião.

#### II – ORDEM DO DIA

**VOTAÇÃO DO PROJETO DE CONSTITUIÇÃO**  
**TÍTULO IX (continuação)**

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A Mesa está informada de que as lideranças estão reunidas para apresentar requerimento de preferência pretendendo, de comum acordo, fazer uma inversão na ordem da votação. Já são 16 horas. Enquanto se aguarda a chegada desse requerimento, vamos iniciar a votação da matéria ordenada na planilha.

**O SR. CONSTITUINTE NILSON GIBSON:** – Permite-me, Sr. Presidente.

Gostaria de saber se vamos seguir a ordem fixada pelas lideranças na planilha distribuída aos membros da Comissão de Sistematização.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Vamos seguir a ordem da planilha.

**O SR. CONSTITUINTE NILSON GIBSON:** – Há 40 pedidos de inversão de pauta. Como vamos encaminhá-los nas votações?

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Oportunamente, depois de resolvida a questão de ordem levantada.

**Destaque nº 1901-87 do Sr. Luiz Inácio Lula da Silva – Emenda nº ES-33232-5 (em parte) dos Srs. Plínio Arruda Sampaio e outros, "que adita artigo ao Título X do Substitutivo nº 1 excetuando-se o § 4º da Emenda (Título IX do Substitutivo nº 2)". (518.ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Em votação o Destaque nº 1901, à Emenda nº 33232, de autoria do Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva, que será defendida pelo Constituinte Plínio Arruda Sampaio. Os Srs. Constituintes que estão de acordo, permaneçam como se encontram. **(Pausa)** Aprovada.

A emenda tem o seguinte texto:

"Serão revistas pelo Congresso Nacional, através de Comissão Mista, nos três anos a contar da data da promulgação desta Constituição, todas as doações, vendas e concessões de terras públicas com área superior a três mil hectares, realizadas no período de 1º de janeiro de 1962 a 31 de dezembro de 1987.

§ 1º No tocante às vendas, a revisão far-se-á com base exclusivamente no critério de legalidade da operação;

§ 2º No caso de concessões e doações, a revisão obedecerá aos critérios de legalidade e de conveniência de interesse público;

§ 3º Nas hipóteses previstas nos parágrafos anteriores, comprovada a ilegalidade ou quando existir conveniência do interesse público, as terras reverterão ao patrimônio da União, ocorrendo indenização, em dinheiro, das benfeitorias necessárias e úteis apenas nos casos de revisão das doações e concessões."

Com a palavra o Constituinte Plínio Arruda Sampaio para encaminhar a proposta.

**O SR. CONSTITUINTE PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, receio que o clima de excitação, natural em face das negociações que as lideranças estão fazendo, impeça a Comissão de tomar conhecimento dessa emenda e de fazer, com a ponderação que se requer, sua votação.

Trata-se do que se chama uma emenda moralizadora. Todos sabemos que na distribuição das terras devolutas ocorreram várias irregularidades. Muitas terras públicas foram entregues a particulares, mediante venda por órgãos do Estado ou mediante doações, ao arrepio do que determinavam a Constituição e as leis do País. Jamais se pôde fazer uma análise cabal dos critérios adotados para tal distribuição. Este, o motivo pelo qual são grandes as dificuldades para resolver o problema agrário deste País. Para qualquer agricultor que esteja numa área já saturada de pequenas propriedades, como ocorre no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná ou em São Paulo, ou de zonas de minifúndio, a exemplo do que se verifica em todo o Nordeste, o caminho natural seria buscar, no Centro-Oeste e na Amazônia, um pedaço de terra. Mas, quando lá chegam, encontram tudo titulado.

Eu estava na Câmara dos Deputados em 1962, quando se leu uma lista dos proprietários de terras localizadas na área da Belém – Brasília – antes que a estrada fosse aberta – mercê de concessões de terras feitas irregularmente, ao arrepio da lei, mercê de vendas ilegais a preço vil. Todo mundo sabe que uma área de terra no Centro-Oeste ou na Amazônia não vale pelo preço do hectare, mas pelo do custo do desmatamento, dez, vinte, cem vezes superior. E isso é o que se chama, no melhor economês capitalista, criar barreiras à entrada. Nós criamos barreiras à entrada daquele camponês que não tem terra, que já esgotou a possibilidade de possuir terra nas regiões integradas do País.

Esta é, pois, uma emenda moralizadora. Visa tão-somente a fazer com que, num período de 3 anos, uma Comissão Mista do Congresso Nacional convoque todos os Institutos de Terras estaduais para que nos tragam sua documentação, a fim de que a revisemos; e, quando houver uma venda ilegal, que esta terra seja revertida à União, indenizando-se o proprietário de boa fé, no caso de construção da benfeitoria útil e necessária que tenha feito.

Não sei mais o que poderia dizer, no curto espaço de tempo que tenho, para convencer os senhores de que só esta medida representaria uma grande contribuição para diminuir o conflito no campo, porque uma das razões desse conflito é a existência de grandes pedaços de terras controlados por pessoas que neles jamais fizeram algum investimento. Portanto, pediria aos colegas Constituintes, neste dia em que estamos dizendo não a uma série de favoritismos e sim à renovação dos nossos costumes, que apoiem esta emenda, para vermos se conseguimos melhorar o acesso à terra no País. **(Palmas)**.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Com a palavra, para encaminhamento contra, o Constituinte Aloysio Chaves.

**O SR. CONSTITUINTE ALOYSIO CHAVES:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, em que pese à nobre intenção declarada pelo autor da emenda, o ilustre Constituinte Plínio Arruda Sampaio, a medida proposta por S. Ex.<sup>a</sup> não resolve qualquer problema agrário. Creio que, ao contrário, irá agravar de maneira extraordinária a questão fundiária em várias áreas do Brasil, sobretudo no Centro-Oeste e no Norte deste País.

S. Ex.<sup>a</sup> reportou à abertura da estrada Belém–Brasília. Não discuto o fato que mencionou, não entro no mérito dessa questão. Apenas registro que se irregularidades houve àquela época, S. Ex.<sup>a</sup> deveria ter recuado a data da sua proposição a 1º de janeiro de 1962, para abranger o período do Governo Federal em que se abriu a Belém–Brasília – que foi o período do Governo do ilustre e pranteado brasileiro Juscelino Kubitschek – obra meritória de integração nacional que ainda hoje atesta o acerto dessa providência que traz a marca de um estadista da República.

Em segundo lugar, a proposta de S. Ex.<sup>a</sup> é incompleta e pode gerar sérios conflitos entre as duas Casas do próprio Poder Legislativo, pois o ilustre colega não ignora que a alienação de qualquer área superior a três mil hectares passava e passa obrigatoriamente, na forma da Constituição Federal, pela aprovação da Assembléia Legislativa de cada Estado e, posteriormente, pela do Senado da República, onde o processo tramita por várias Comissões Técnicas, é exaustivamente examinado e, depois, de aprovado, é baixado o decreto legislativo autorizativo competente. Todas as alienações superiores a três mil hectares estão sujeitas a esse processamento, e só são ultimadas depois da aprovação do Senado da República.

De sorte que esta emenda não vem resolver o problema dos pequenos posseiros e da reforma agrária; vem agravá-lo e tumultuar ainda mais a vida no campo, tolhendo iniciativas e investimentos que se realizaram há várias décadas, alguns dos quais constituem hoje o baluarte do desenvolvimento de várias áreas do País. Por isso, manifesto-me contra a emenda e espero que seja rejeitada pela egrégia Comissão de Sistematização.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Não há oradores inscritos além dos que falaram.

Concedo a palavra ao eminente Relator, Constituinte Adolfo Oliveira.

**O SR. RELATOR (Adolfo Oliveira):** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, a Relatoria considera na devida conta a iniciativa do operoso e talentoso Constituinte Plínio Arruda Sampaio.

Trata-se de providência bem fundamentada e que não pode, por isso mesmo, deixar de merecer uma palavra de estímulo para que seja repetida em lei comum, sem o engessamento ora vigente, já que não há possibilidade regimental de se modificar o seu teor nesta fase dos nossos trabalhos.

Por essa forma, rendendo homenagens ao digno e ilustre autor, estando de acordo com S. Ex.<sup>a</sup> no mérito, mas não na forma, a Relatoria, a contragosto, emite parecer contrário à emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Vamos passar à votação.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Aluizio Campos, Antônio Britto, Artur da Távola, Carlos Mosconi, Celso Dourado, Cristina Tavares, Egidio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Gasparian, Fernando Henrique

Cardoso, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, João Calmon, José Paulo Bisol, José Ulisses de Oliveira, Manoel Moreira, Maurílio Ferreira Lima, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nilton Friedrich, Paulo Ramos, Raimundo Bezerra, Severo Gomes, Sigmaringa Seixas, Aécio Neves, Antonio Mariz, Chagas Rodrigues, Jorge Hage, José Tavares, Márcio Braga, Michel Temer, Nelson Wedekin, Octávio Elísio, Vicente Bogo, Vilson Souza, Francisco Dornelles, José Thomaz Nonô, Mário Assad, José Tinoco, Simão Sessim, Valmir Campelo, Luiz Salomão, Lysâneas Maciel, Floriceno Paixão, Francisco Rossi, Joaquim Bevilacqua, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Sotero Cunha, Haroldo Lima, Roberto Freire e Beth Azize. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Bernardo Cabral, Carlos Sant'Anna, José Freire, Milton Reis, Nilson Gibson, Pimenta da Veiga, Rodrigues Palma, Wilson Martins, Délio Braz, José Dutra, Marcos Lima, Alcení Guerra, Aloysio Chaves, Arnaldo Prieto, Carlos Chiarelli, Enoc Vieira, Eraldo Tinoco, Inocêncio Oliveira, José Lins, Luís Eduardo, Oscar Corrêa, Annibal Barcellos, Furtado Leite, Ricardo Izar, Antônio Carlos Konder Reis, Gerson Pares, Jarbas Passarinho e Adolfo Oliveira. **ABSTENÇÃO** dos Senhores Constituintes: Jofran Frejat, Adylson Motta e Victor Faccioni.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 54 Constituintes votaram NÃO 28 Constituintes; abstiveram-se de votar 03 Constituintes. Total 85 votos. O Destaque foi **aprovado**.

**Destaque nº 3209-87 – Emenda nº 1P-16236-0, do Sr. José Lins, "que adita alíneas ao art. 54 do Capítulo II, Título IV do Projeto de Constituição (Título IX do Substitutivo nº 2)". (519.ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Há sobre a mesa requerimento de preferência do Constituinte José Lins, de nº 3209, referente à Emenda nº 16236.

Tem a palavra, para uma questão de ordem, o Constituinte Virgildásio de Senna.

**O SR. CONSTITUINTE VIRGILDÁSIO DE SENNA:** – Sr. Presidente, o art. 6, § 4º, do Capítulo I, já aprovado por esta Comissão, declara que "a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada". As concessões acima de três mil hectares eram deferidas com parecer prévio do Senado Federal. Gostaria de saber como as duas disposições constitucionais agora aprovadas vão conciliar-se.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Depois da decisão do Plenário, a questão fica afeta ao eminente Relator, para redação final. V. Ex.<sup>a</sup>, então terá oportunidade de levantar outra questão de ordem.

Em votação o pedido de preferência. **(Pausa)** Aprovado.

A emenda do Constituinte José Lins é aditiva ao texto das Disposições Transitórias e diz o seguinte:

"O Poder Público Federal adotará com prioridade as medidas necessárias ao aproveitamento econômico e social das massas de água represadas ou represáveis por obras públicas nas regiões de baixa renda, sujeitas a secas periódicas."

No parágrafo único fica estabelecido que nessas regiões a União custeará, conforme definido em lei, parte das despesas com a recuperação de terras, para seu eficiente uso hidroagrícola.

Com a palavra o nobre Constituinte José Lins, para encaminhamento da votação.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, alguém rir da calamidade da seca, principalmente quando se trata do Nordeste, só mesmo não a conhecendo. Há cerca de dois anos, a **TV-Globo**

promoveu um movimento de âmbito nacional para ajudar as vítimas da seca do Nordeste. No ano seguinte, apareceu até um pacote turístico, com financiamento de passagens para aqueles que quisessem ver de perto o drama das populações nordestinas deslocadas pela seca.

Sr. Presidente, a seca não é uma calamidade intransponível. Todos os países praticam a irrigação, desde a mais remota antiguidade. Todos se interessam pela recuperação de suas terras. Hoje, no entanto, a Constituição refere-se apenas uma vez à recuperação de terras pela irrigação, exatamente num capítulo sobre generalidades, cujo art. 20, item XVII, diz:

"Compete à União planejar e promover a defesa permanente contra as calamidades públicas, as secas e as inundações."

Sr. Presidente, esta é a primeira vez em que a Constituição fala nesse drama secular do Nordeste. A Espanha irriga, hoje, 5 milhões de hectares; o México, 6 milhões; a Rússia, 30 milhões; a Índia, 20 milhões, os Estados Unidos, 20 milhões. Depois de um século de sofrimento, com a promessa permanente de todos os governos de que exterminaria a seca, há apenas 40 mil hectares irrigados na sofrida terra nordestina. Ali, 35 milhões de brasileiros, dentre os quais 17 milhões de agricultores pobres, sofrem sistematicamente os danos causados pela seca.

A recuperação dessas terras é, pois, fundamental para a integração nacional, do ponto de vista sócio-econômico. Em 1958, quinhentos mil pais de família se encontravam na situação de flagelados, sendo que em 1983 o total chegou a 3 milhões e 200 mil. Isso significa que a vida de 16 milhões de pessoas seguramente depende de um pouco de água para irrigar suas terras nas épocas de calamidade. Agora, quando a consciência nacional aqui se reúne, é impossível que pelo menos nas Disposições Transitórias não tenhamos uma palavra para essa gente que recebeu de vários Presidentes a promessa de que seria resolvido esse grave problema. Vi o Presidente Médici chorar, em minha cidade, diante de uma família que dava aos filhos apenas farinha com sal. Ao chegar na Sudene, S. Ex.<sup>ª</sup> fez um discurso patético, dizendo que o Nordeste haveria de mudar. Todos têm repetido o mesmo – até o Presidente Sarney. Infelizmente, porém, ainda hoje aquela massa paupérrima espera a ajuda da União para redimir-se das terríveis mazelas da seca.

Sr. Presidente, os que moram em São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Centro-Oeste ou Amazônia receberam de Deus a bênção das chuvas durante todo o ano. Os pobres nordestinos lá estão, no entanto, recebendo apenas uma terra seca. É preciso, pois, que o Governo ajude a Providência Divina e lhes dê um pouco da água que se esvai para o mar, salvando-lhes a vida, evitando sua migração e seu sofrimento nessas épocas tão difíceis.

Sr. Presidente, peço aos nobres colegas que, pelo menos, na apreciação das Disposições Transitórias, se lembrem de que a opinião pública nacional tem consciência de que aquele drama é terrível. Precisamos dar uma palavra de amparo a milhões de nordestinos pobres, que clamam por ajuda ao Governo com vistas à recuperação de suas terras, a fim de que possam salvar-se e entregar ao País, aos brasileiros, o produto da riqueza, o fruto do seu trabalho, do suor do seu rosto e do seu braço.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Em votação a emenda do eficaz ex-Superintendente da Sudene, nobre Constituinte José Lins, com o "cala-consente" do Relator. Em votação.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Ademir Andrade, Aluizio Campos, Celso Dourado, Fernando Bezerra Coelho, Francisco Pinto, Manoel Moreira,

Milton Reis, Nelson Carneiro, Raimundo Bezerra, Rodrigues Palma, Wilson Martins, Antonio Mariz, Chagas Rodrigues, Délio Braz, João Agripino, José Dutra, Michel Temer, Alcení Guerra, Aloysio Chaves, Antonio Carlos Mendes Thame, Arnaldo Prieto, Carlos Chiarelli, Enoc Vieira, Eraldo Tinoco, Francisco Dornelles, Inocêncio Oliveira, José Lins, Mário Assad, Oscar Corrêa, Ricardo Fiúza, Annibal Barcellos, Furtado Leite, José Tinoco, Paes Landim, Ricardo Izar, Simão Sessim, Valmir Campelo, Antônio Carlos Konder Reis, Gerson Pares, Jarbas Passarinho, José Luiz Mala, Bonifácio de Andrada, José Maurício, Francisco Rossi, Joaquim Bevilacqua e Sotero Cunha. Votaram **NÃO** os seguintes senhores Constituintes: Antônio Britto, Carlos Mosconi, Cristina Tavares, Egidio Ferreira Lima, Fernando Gasparian, Fernando Henrique Cardoso, Haroldo Sabóia, José Serra, José Ulisses de Oliveira, Maurílio Ferreira Lima, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Severo Gomes, Sigmaringa Seixas, Jorge Hage, José Tavares, Marcos Lima, Nelson Wedekin, Octávio Elísio, Vicente Bogo, José Jorge, Lysâneas Maciel, Floriceno Paixão, Gastone Righi, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Haroldo Lima, Roberto Freire e Beth Azize. **ABSTENÇÃO** dos Senhores Constituintes: Carlos Sant'Anna, José Fogaça, Nilson Gibson, Aécio Neves, Luís Eduardo, Adylson Motta e Adolfo Oliveira.

Durante a chamada nominal da votação do Destaque nº 3209, o **Sr. Aluisio Campos**, Primeiro-Vice-Presidente), deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. **Afonso Arinos** (Presidente).

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 46 Constituintes; votaram NÃO 29 Constituintes; abstiveram-se de votar 07 Constituintes. Total: 82 votos. O Destaque foi **prejudicado por falta de quorum qualificado**.

**Destaque nº 4406-87 – Emenda nº 1P-17591-7, do Sr. Ademir Andrade, "que adita artigo ao Título das Disposições Transitórias do Projeto de Constituição (Título IX do Substitutivo nº 2". (520.<sup>a</sup> votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Passamos ao destaque do Constituinte Ademir Andrade, autor de emenda aditiva sobre reforma agrária.

Os Srs. Constituintes que aprovam permaneçam como se encontram. **(Pausa)** Aprovado.

Com a palavra o autor, para a defesa da sua emenda, cujo texto é o seguinte:

"Será constituído o Fundo Nacional de Reforma Agrária com dotação orçamentária de no mínimo 5% (cinco por cento) da receita prevista no Orçamento da União, durante 30 anos, a partir da promulgação desta Constituição."

**O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE:** – Sr. Presidente, Sr.<sup>ª</sup>s e Srs. Constituintes, temos tido grande preocupação com o campo. Entendemos que um dos pontos fundamentais para se fazer a reforma agrária no Brasil é a destinação de recursos para sua realização. Por isso, no capítulo das Disposições Transitórias apresentamos esta emenda aditiva, que prevê a alocação de recursos de 5% do valor do Orçamento da União, destinados à implantação da reforma agrária.

Alguns tecnocratas têm afirmado ser alta essa porcentagem; outros dizem que não devemos vincular receitas a determinados programas. Quero lembrar aos nobres Constituintes que o Brasil é um país de características especiais. Tem mais de oito milhões de quilômetros quadrados. Ocupa o quinto lugar do planeta em extensão territorial. E não poderemos fazer a reforma agrária, não poderemos fazer com que o campo produza, se não tiver-

mos recursos para construir estradas, implantar a infraestrutura, produzir a irrigação necessária ao assentamento das pessoas em áreas como o Nordeste, por exemplo. O Brasil é um país cuja população rural, ao longo dos últimos 23 anos, diminuiu de 60% para 16%. Nós hoje somos um país urbano, somos um país onde as populações das cidades vivem na marginalidade. Isto porque o Governo até agora não decidiu o que já deveria ter decidido, ou seja, investir maciçamente no campo, como estamos propondo neste instante.

Srs. Constituintes, lembro-me de que, no mês de junho do ano passado, em período de recesso da Câmara, percorremos, durante vinte dias, a Transamazônica, a partir da Santarém – Cuiabá. Nesses vinte dias de viagem pela região, recebemos duzentos e oitenta e seis abaixo-assinados pedindo a construção de estradas vicinais para milhares de colonos que lá estão ocupando aquelas terras. E o Governo precisa, agora, investir ali, propiciar infra-estrutura para essa gente trabalhar e produzir.

O Governo do Presidente José Sarney já desapropriou dezesseis propriedades no Estado do Pará. Até hoje, no entanto, Srs. Constituintes, não se construiu um metro de estrada em nenhuma dessas fazendas. O máximo que o Governo fez foi a topografia da região e a entrega de documentos aos lavradores. Mas, se não lhes for dada a infraestrutura necessária, eles terão que abandonar a terra, pois precisam educar seus filhos e dar-lhes saúde e assistência médica. Precisamos conscientizar-nos de que somos um país imenso e que nosso campo precisa ser cuidado.

E para aqueles que dizem que 5% é muito, eu diria que 5% não é nada. Trata-se apenas de um vigésimo do orçamento anual.

Portanto, considerando nossa extensão territorial, considerando que 70% deste território não estão ocupados, considerando que a Amazônia está a necessitar de infraestrutura, apelamos aos Srs. Constituintes no sentido de votarem favoravelmente a esta emenda.

Para que não parem dúvidas, quero deixar aqui outro dado: do orçamento que vamos votar, nesta noite, para o ano de 1988, sabem o que, Srs. Constituintes, abocanha a maior parcela do orçamento da União? Os encargos financeiros da União – cerca de 30% –, isto é, os juros pagos à agiotagem brasileira, os juros pagos àqueles que não produzem e vivem da especulação financeira.

Por isso, estamos, neste momento, a defender que nas Disposições Transitórias da nossa Constituição, num período de trinta anos, sejam alocados 5% do orçamento para implantação da reforma agrária, para se dar assistência ao homem do campo, a este setor produtivo da Pátria brasileira. E tenho a certeza de que contarei com a sensibilidade dos Srs. Constituintes.

Muito obrigado.

Durante o pronunciamento do Sr. **Ademir Andrade**, o Sr. **Afonso Arinos** (Presidente) deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. **Aluizio Campos** (Primeiro-Vice-Presidente).

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Concedo a palavra, para encaminhar contra, ao Constituinte Francisco Dornelles,

**O SR. CONSTITUINTE FRANCISCO DORNELLES:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, um dos aspectos mais positivos dentre muitos do atual projeto constitucional é o que se refere à soberania do Congresso para alocar, anualmente, recursos para aquelas atividades que a sociedade, através dos partidos políticos, considera prioritárias.

Passemos agora à realidade orçamentária. No que se refere àquele orçamento em que os partidos políticos, os

Constituintes vão estabelecer prioridades, em que setores e de que forma serão aplicados os recursos fornecidos pela sociedade? Não houve nesta Comissão, até agora, a aprovação de um único fundo. Não se admitiu a existência de um único fundo, exceto aquele relativo à educação, que era um compromisso assumido por todos os partidos políticos.

Por que a criação de um fundo? Qual a razão de se estabelecer um fundo na Constituição? Se o Congresso Nacional entender que um montante maior que essa deva ser alocado à reforma agrária, se o Congresso Nacional estabelecer outras prioridades, ele é quem vai decidir. Não se pode estabelecer vinculação de receita em um texto constitucional. A criação de um fundo fere todos os princípios da boa técnica e impede que aqui se tomem decisões sobre as prioridades que devem ser estabelecidas, com vistas à aplicação dos recursos públicos. O fundo criado – quero chamar a atenção dos Srs. Constituintes – implica, em termos de 1988, o valor de 162 bilhões de cruzados, quantia somente inferior às despesas com transporte e educação, que atingirão 304 e 227 bilhões de cruzados. Portanto, a criação de um fundo vai destinar um elevado montante de 162 bilhões de cruzados, quantia inferior apenas ao que foi alocado para transporte e educação, que não podem ser vinculados a uma atividade específica. Entretanto, se aqui se decidir, soberanamente, que maiores recursos devam ser destinados à reforma agrária, a cada ano será alocado o montante desejado.

Por esse motivo, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, manifesto-me contrariamente à emenda do ilustre Constituinte Ademir Andrade.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Não há mais oradores inscritos. Com a palavra o nobre Relator, Constituinte José Fogaça.

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a reforma agrária é, evidentemente, uma questão de vontade política dos governos e de apoio da sociedade. Por todo um processo de conflito que ela envolve, pela contradição de interesses que ela supõe, jamais haverá reforma agrária apenas a partir do texto constitucional. Se a sociedade brasileira não estiver consciente e maciçamente mobilizada em apoio à reforma agrária, encontrará sempre enormes e poderosos obstáculos.

É inegável que sem uma manifestação decidida da sociedade em apoio à reforma agrária e sem uma ação dos governos, através de decisões e de vontade política efetiva, não teremos reforma agrária. Mas aqui nos coube a tarefa de criar instrumentos legais, e esta Comissão de Sistematização, através de uma conduta sábia de suas lideranças, chegou a acordos bastante razoáveis em torno da questão da reforma agrária, no sentido de lhe dar provimento e de fornecer os instrumentos legais para sua efetivação.

Portanto, temos os instrumentos legais. É preciso também que se dê provimento aos recursos e à emenda do nobre Deputado Ademir Andrade, que trata da questão da destinação de recursos à reforma agrária.

Recebi instruções do Relator Bernardo Cabral para dar parecer favorável a esta emenda. **(Palmas)**

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ SERRA:** – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte José Serra.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ SERRA:** – Sr. Presidente, antes da votação seria muito importante obtermos, além dos argumentos apresentados, uma idéia quantitativa do que representam 5% do orçamento federal dedicados, ano após ano, à rubrica da reforma agrária, como também sabermos de que parte do Orçamento seriam deslocados esses recursos. Se V. Ex.<sup>a</sup> me permitir, gostá-

ria de esclarecer a primeira parte que, informativamente, é muito importante.

No orçamento do ano que vem, da ordem de 3 trilhões e 240 bilhões de cruzados, para o fundo da reforma agrária seriam destinados cerca de 162 bilhões de cruzados, ou seja, 1,4 milhão de dólares; menor apenas que o orçamento destinado aos Ministérios dos Transportes e da Educação.

**O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE:** – Permita-me, Sr. Presidente, pela ordem.

Assim não é possível! Isso não é encaminhamento, Digo ao Constituinte José Serra que as Forças Armadas brasileiras têm quase 250 bilhões de cruzados no Orçamento da União.

Isso não é encaminhamento nem questão de ordem, mas uma votação em que o Relator foi favorável.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – O Constituinte José Serra pretendeu levantar uma questão de ordem. Mas não se tratou de uma questão de ordem, porque S. Ex.<sup>a</sup> apenas admitiu o montante de recursos com a reforma agrária. De outro lado, o Constituinte Ademir Andrade rebateu dizendo que reforma agrária só se faz com muito dinheiro.

**O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO BRITTO:** – Sr. Presidente, pela ordem. Gostaria de um esclarecimento por parte do Relator.

Há alguns dias estive envolvido em intensa polêmica nesta Comissão, quando se discutia a possibilidade da criação de um fundo para os transportes urbanos. Na ocasião, o nobre Relator e boa parte dos Srs. Constituintes lembraram-me de que o art. 171, já por nós aprovado, dizia que é vedada à União, aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios, enfim, estabelecerem vinculações a fundos.

Pergunto se, na opinião da Relatoria, se trata, aqui, de um fundo para os fins previstos no artigo. Caso afirmativo, como ficaria o outro?

Esse esclarecimento servirá para que votemos com tranquilidade.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Com a palavra o nobre Relator, para esclarecer a dúvida.

**O SR. RELATOR (José Fogaça):** – O nobre Constituinte Antônio Britto levantou questão bastante pertinente à matéria, qual seja, a proibição da criação de fundos. Mas esclareço a S. Ex.<sup>a</sup> que o texto constitucional veda a criação de fundos vinculados a impostos, não vedando, porém, a destinação orçamentária. Da mesma forma procede-se em relação à educação.

A Relatoria deu parecer favorável, por entender ser importante haver a destinação de verba ou volume de recursos para reforma agrária. Na verdade, confessa e admite que os números propostos pelo Constituinte Ademir Andrade poderão ser objeto de negociação ou alteração no futuro, caso a emenda venha a ser aprovada, mas o parecer do Relator, segundo Instrução do Constituinte Bernardo Cabral, é favorável.

#### (Manifestação no plenário)

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – A Mesa não pode admitir debate posterior ao parecer do Relator, que prestou um esclarecimento ao Constituinte Antônio Britto.

**O SR. CONSTITUINTE VIRGILDÁSIO DE SENNA:** – Desejo um esclarecimento da Mesa, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – V. Ex.<sup>a</sup> quer um esclarecimento da Mesa ou do Relator? Se for do Relator, é um debate, o que não posso admitir.

**O SR. CONSTITUINTE VIRGILDÁSIO DE SENNA:** – Um esclarecimento não é um debate. Quero saber se, do

Orçamento da União, cerca de 10% são recursos livres. O que o nobre Relator está recomendando é que metade desses recursos se destinem ao fundo da reforma agrária. É isso?

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Em votação.

**O SR. CONSTITUINTE ALDO ARANTES:** – Sr. Presidente, pela ordem, para contraditar, já que foi levantada a questão.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Não admito mais questões de ordem.

**O SR. CONSTITUINTE ALDO ARANTES:** – Na verdade, as opiniões estão sendo manifestadas visando exatamente ao processo da reforma agrária. Em geral, os setores que se colocam contra a reforma agrária alegam que não há fundos para sua realização. No momento em que se quer criar um fundo, cria-se um obstáculo. Peço a V. Ex.<sup>a</sup> que proceda à votação imediatamente.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Não dei a palavra a V. Ex.<sup>a</sup> O nobre Relator já se pronunciou sobre a matéria esclarecendo pergunta do Constituinte Antônio Britto. Podemos passar à votação. **(Palmas)** O problema dos fundos é questão de redação do Relator.

Em votação.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Aluísio Campos, Carlos Mosconi, Celso Dourado, Cristina Tavares, Fernando Gasparian, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, José Fogaça, Maurício Ferreira Lima, Nelson Friedrich, Paulo Ramos, Raimundo Bezerra, Sigmaringa Seixos, Wilson Martins, Antonio Mariz, Chagas Rodrigues, João Natal, Jorge Hage, Michel Temer, Miro Teixeira, Nelson Wedekin, Octávio Elísio, Rose de Freitas, Vicente Bogo, Vilson Souza, Aloysio Chaves, Enoc Vieira, José Lins, Mário Assad, Anníbal Barcellos, Furtado Leite, José Tinoco, José Maurício, Lysâneas Maciel, Floriceno Paixão, Francisco Rossi, Gastone Righi, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Siqueira Campos, Haroldo Lima, Roberto Freire e Jamil Haddad. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Antônio Britto, Artur da Távola, Carlos Sant'Anna, Egídio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, João Calmon, José Geraldo, José Serra, José Ulisses de Oliveira, Milton Reis, Nilson Gibson, Pimenta da Veiga, Rodrigues Palma, Virgildásio de Senna, Meio Neves, Délio Braz, Márcio Braga, Marcos Lima, Roberto Brant, Ziza Valadares, Arnaldo Prieto, Eraldo Tinoco, Francisco Dornelles, Gilson Machado, José Jorge, José Thomaz Nonô, Luis Eduardo, Oscar Corrêa, Paulo Pimentel, Ricardo Fiúza, Sandra Cavalcanti, José Lourenço, Ricardo Izar, Simão Sessim, Antônio Carlos Konder Reis, Gerson Pares, José Luiz Mala e Bonifácio de Andrada. **ABSTENÇÃO** dos Senhores Constituintes: Fernando Henrique Cardoso, Alcení Guerra, Darcy Pozza e Adolfo Oliveira.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 46 Constituintes; votaram NÃO 38 Constituintes; abstiveram-se de votar 4 Constituintes. Total: 88 votos. O Destaque foi **prejudicado** por falta de **quorum** qualificado.

**Destaque nº 6349-87 – do Sr. Bonifácio de Andrada, com co-autoria Adylson Motta "que restabelece o art. 31 e seu parágrafo único do Substitutivo nº 1 (Título IX do Substitutivo nº 2)". (521.<sup>a</sup> votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Passamos agora ao requerimento de preferência do Constituinte Bonifácio de Andrada sobre o art. 31 das Disposições Transitórias.

Em votação. **(Pausa)** Aprovado o requerimento de preferência.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – O destaque do eminente Constituinte Bonifácio de Andrada tem o seguinte teor:

"Art. 31. A lei disporá sobre a extinção das acumulações não permitidas pelo art. 64, ocorrentes na data da promulgação desta Constituição, respeitados os direitos adquiridos dos seus titulares."

"Parágrafo único. Fica assegurada como direito adquirido o exercício de dois cargos ou empregos privativos de médico que vinham sendo exercidos por médico civil ou médico militar na administração pública direta e indireta."

Portanto, a proposta privilegia os médicos e é substitutiva do art. 31 das Disposições Transitórias.

**O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO BRITTO:** – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO BRITTO:** – Sr. Presidente, se bem entendi vamos votar um artigo que se refere à questão das acumulações e substitui o art. 31?

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – O art. 31 do 1º Substitutivo.

**O SR. CONSTITUINTE BONIFÁCIO DE ANDRADA:** – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra para esclarecer qual é a correspondência com o artigo do 2º Substitutivo.

**O SR. CONSTITUINTE BONIFÁCIO DE ANDRADA:** – Sr. Presidente, destacamos o art. 31 do 1º Substitutivo, como emenda, para substituir o art. 30. Destacamos apenas o **caput**, não o parágrafo único, porque o **caput** do art. 31 do Substitutivo é abrangente e resolve todos os problemas, inclusive aqueles contidos no respectivo parágrafo único.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – O Constituinte Bonifácio de Andrada – esclareço agora ao Constituinte Antônio Britto – deseja substituir a redação do art. 30 das Disposições Transitórias, no 2º Substitutivo.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Constituinte Plínio Arruda Sampaio.

**O SR. CONSTITUINTE PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO:** – Sr. Presidente, de acordo com a lista que tenho em mãos, depois da votação da Emenda do Constituinte Ademir Andrade deveria ser posto em votação o Destaque nº 4682, do Constituinte Nelson Jobim; em seguida, o Destaque nº 1054, do Constituinte Amaral Netto.

Não estou encontrando na minha lista o destaque do Constituinte Bonifácio de Andrada. Por isso, peço um esclarecimento à Mesa, para saber o que houve. Na lista que enumera as preferências das Lideranças, o item 38 corresponde ao Destaque nº 4682, do Constituinte Nelson Jobim, e o item nº 39, ao Destaque nº 054, do Constituinte Amaral Netto.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – V. Ex.<sup>a</sup> teria razão se não tivesse havido um acordo de Lideranças para modificar a ordem da planilha, excluía apenas do acordo a emenda do Constituinte Bonifácio de Andrada, que deveria ser votada depois da anteriormente decidida pelo Plenário. Esta é a razão pela qual está sendo posta em votação esta emenda.

A Mesa está recebendo a relação de um acordo feito pelos diversos partidos, que selecionaram um determi-

nado número de destaques – ao todo dezenove – para serem votados até antes do término desta sessão.

É esta a razão por que a Mesa está pondo em votação, preferencialmente, a Emenda do Constituinte Bonifácio de Andrada.

**O SR. CONSTITUINTE PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO:** – Sr. Presidente, então eu gostaria de esclarecer à Casa que o Partido dos Trabalhadores não participou desse acordo. Na ocasião, declaramos aos companheiros que iríamos objetar o mesmo, porque não concordávamos com os seus termos. Esse acordo foi conseguido pela Liderança do PFL, que condicionou sua aprovação a esta emenda, a que não fosse votado o art. 61. Por estar em uma vantagem regimental foram absolutamente irreconciliáveis em qualquer tentativa feita. Sou testemunha do esforço despendido para que cada partido indicasse suas preferências.

A condição do acordo imposta pelo PFL foi a de que partido indicasse o que quisesse, menos o art. 61.

Passo a ler o art. 61 das Disposições Transitórias:

"São estáveis os atuais servidores da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios que, à data da promulgação desta Constituição, contem, pelo menos, cinco anos de serviço na administração direta ou indireta, inclusive em fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público."

Nós e os integrantes do Partido Democrata Cristão queríamos suprimir este artigo porque entendemos que ele estabelece uma grave irregularidade no serviço público permite o favoritismo, além de ser o que se chama de um "trem da alegria" – mas um trenzão completo. De modo que na ocasião dissemos aos colegas do PFL – vamos repetir agora – que a obstrução é um direito das minorias. Eles têm a faculdade na mão, fizeram a obstrução e impuseram aos outros partidos o seu acordo. No entanto, devem pagar o preço político disso. Devem vir dizer ao público isto, por que o PFL quer, pelo decurso de prazo, conceder essa estabilidade ilegítima a um número elevado de servidores. Fazemos esta reclamação contra o PFL, que está moralmente obrigado a explicar por que não quer que se vote o art. 61 e por que quer procrastinar a sessão para que este artigo não seja votado hoje.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, peço a palavra para contraditar.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem a palavra, para contraditar, o Sr. Constituinte Gerson Peres.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, ouvimos atentamente o eminente professor, Líder do Partido dos Trabalhadores, e ficamos estupefatos e totalmente aturdidos. O líder do Partido dos Trabalhadores defendeu a estabilidade para os trabalhadores brasileiros desde seu primeiro dia no emprego e agora nega a estabilidade para milhares de funcionários do serviço público que trabalham há cinco anos. Sr. Presidente, o PFL não está sozinho na defesa dessa estabilidade, pois dela participam o PDS, grande parte do PMDB e o PDC. Sr. Presidente, não se está fazendo "trem da alegria" – e aí vou fulminar o argumento do eminente Líder do Partido dos Trabalhadores – porque o trenzão da alegria só existiria se fôssemos nomear servidores a partir da data da promulgação da Constituição, mas estamos garantindo o emprego de milhares de trabalhadores que há cinco anos servem no Poder Público. Portanto, não existe imoralidade. Se existisse, as Constituições de 1946 e a de 1967 também seriam imorais, porque estabeleceram os mesmos critérios.

Assim sendo, estamos com a consciência tranqüila, porque defendemos a estabilidade do trabalhador – e o funcionário público também é trabalhador. **(Palmas)**.



**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** — A Presidência pede calma aos Srs. Constituintes. Foi levantada uma questão de ordem pelo Constituinte Plínio Arruda Sampaio, na condição de Líder do PT, substituindo o Líder Luiz Inácio Lula da Silva. O Constituinte Gerson Peres não contraditou a questão de ordem, pois na verdade limitou-se a fazer a justificação dos motivos que levaram ao acordo. A posição da Presidência é a seguinte: se houvesse unanimidade, a Presidência acolheria a inversão da ordem, sem submetê-la à votação do plenário. Mas como uma das Lideranças se manifesta contra o entendimento das demais, a Presidência recorre ao órgão soberano da Comissão, o Plenário da Comissão de Sistematização, que vai votar o pedido das lideranças. A prática que estamos adotando é resultado de entendimento político obtido a partir de acordos de cavalheiros, pois a ordem regimental não previu esse tipo de ajuste para se estabelecer a Ordem do Dia.

Por esse motivo, vamos submeter a votação o requerimento das demais lideranças, com exclusão do PT.

**O SR. CONSTITUINTE INOCÊNCIO OLIVEIRA:** — Permita-me, Sr. Presidente.

Participei, com os demais líderes, de uma reunião na Liderança do PMDB. Na oportunidade, juntamente com as Lideranças do PL, PDS e PDC, tentamos um acordo, praxe que vinha sendo mantida desde o início dos trabalhos. Quero, aliás, ressaltar o trabalho desenvolvido pela Liderança do PMDB, que tem agido com muita correção durante essas reuniões.

Mas, Sr. Presidente, o nobre Constituinte Plínio Arruda Sampaio, naquela oportunidade, disse que se reservaria o direito de vir ao plenário, mas que não era obstáculo ao entendimento. Conclamo a opinião daqueles que estavam lá presentes. S. Ex.<sup>a</sup> disse, textualmente, que viria ao plenário.

Em segundo lugar, gostaria de dizer que nosso partido não se envergonha de ter feito esse entendimento, já que o que fizemos foi defender funcionários que estavam com cinco anos de trabalho e que, de uma hora para outra, teriam suas vidas desestabilizadas. "Trem da alegria" ocorreria com a aprovação da emenda que rejeitaria o art. 61 Assim, os Srs. Governadores que estão influenciando nessa decisão ficariam livres para nomear quem quisessem.

Portanto, Sr. Presidente, quero ressaltar, mais uma vez, a posição do nosso partido, digna, correta, leal e franca, reiterando uma prática sempre presente em nossos trabalhos.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** — Pergunto ao nobre Constituinte Plínio Arruda Sampaio se S. Ex.<sup>a</sup> desejou apenas registrar a posição do seu partido ou se deseja impugnar o entendimento das demais lideranças.

Se foi um registro, poderemos aceitar a inversão da pauta.

**O SR. CONSTITUINTE PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO:** — Sr. Presidente, fui citado nominalmente, e vou dar uma explicação.

que disse na mencionada reunião foi que me reservava o direito de vir a este plenário exigir do PFL que dissesse publicamente por que não queria votar a emenda relativa ao art. 61.

Integrante de um partido pequeno, não perturbo o entendimento, mas manifesto e lavro aqui o meu protesto contra ele. Isso foi o que disse lá e mantenho aqui. Desafio o Líder do PFL a que nos dê uma explicação cabal das razões por que o PFL concordou com todos os artigos das Disposições Transitórias, menos com esse, que é, notoriamente, não um "trem", mas um "transatlântico da alegria".

**O SR. CONSTITUINTE NELTON FRIEDRICH:** — Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** — Não vou mais admitir questões de ordem sobre a matéria.

**O SR. CONSTITUINTE NELTON FRIEDRICH:** — Sr. Presidente, sou o autor do destaque, do pedido de supressão.

**O SR. SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO BRITTO:** — Permita-me, Sr. Presidente. Tendo em vista a importância deste assunto e do clima que precisamos manter, encareço a V. Ex.<sup>a</sup> que me conceda a palavra para que eu possa dar uma explicação que considero essencial ao entendimento de V. Ex.<sup>a</sup>, desta Comissão e especialmente da opinião pública.

**O SR. CONSTITUINTE NELTON FRIEDRICH:** — Sr. Presidente, peço a palavra antes do nobre Constituinte Antônio Britto. Em seguida, V. Ex.<sup>a</sup> poderá concedê-la a S. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** — A Mesa, mais uma vez, deseja esclarecer aos nobres Constituintes que a votação à base de acordo de lideranças, como vem sendo efetuada, não é estritamente regimental. Essa foi uma posição aceita; esse acordo foi proposto para acelerar a votação.

Por esta razão, deixamos de aplicar a regra contida no Regimento da Assembléia Nacional Constituinte como no Regimento da Comissão, e adotamos as indicações das planilhas feitas em consequência desse acordo.

Na verdade, o nobre Constituinte Plínio Arruda Sampaio deseja apenas formular protesto para registrar a posição do seu partido. É claro que, em face dessa explicação honesta do nobre Líder do PT, cuja reputação se firma cada vez mais, pela sua idoneidade e pela forma correta com que S. Ex.<sup>a</sup> se comporta, a posição de S. Ex.<sup>a</sup> não pode merecer contestação.

Por essa razão, vamos aceitar a inversão da ordem, desde que S. Ex.<sup>a</sup> consignou apenas seu protesto, mas não impugnou a decisão que resultou desse entendimento. Se o tivesse feito, eu submeteria a questão à apreciação do plenário. Como as demais lideranças entram em acordo, o Constituinte Plínio Arruda Sampaio, homem prático que é, sabe que, se o acordo for submetido a votação, será aprovado. Peço, portanto, a S. Ex.<sup>a</sup> que permita iniciemos a votação, de acordo com o entendimento havido entre as lideranças.

**O SR. SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO BRITTO:** — Sr. Presidente, a explicação e a informação dadas por V. Ex.<sup>a</sup> ficarão rigorosamente completas se a elas se aditar o seguinte fato, que me parece relevante.

Hoje, pela manhã, todos constatamos que a pauta prevista para os trabalhos seria impossível de ser cumprida. Por isso, iniciamos entendimentos no sentido de que ou se fizesse uma seleção de pontos a serem votados, ou se fizesse inversão da pauta.

E, a bem da verdade, é preciso que fique registrado nos Anais desta Casa que a posição do PMDB era a de que não poderia esta Comissão concluir seus trabalhos, sob pena de sofrer prejuízos diante da opinião pública brasileira, sem que fosse votado o art. 61 — polêmico, mas essencial para que se defina o nível de dignidade e moralidade pública na administração deste País.

Temos, portanto, o sentimento e a obrigação de aqui registrar que, se esta Comissão não puder votar o art. 61, as razões, as explicações e as responsabilidades por esse fato haverão de ser cobradas do PFL.

Sr. Presidente, registro, mais uma vez, aqui, o nosso acordo e a nossa permanente boa vontade para o entendimento. Fique, portanto, a Comissão e a opinião pública sabendo que, na ocasião oportuna, em plenário, voltaremos a apreciar esse discutido art. 61, e dessa posição não nos afastaremos.

**O SR. CONSTITUINTE NELTON FRIEDRICH:** – Sr. Presidente, peço a palavra como autor do destaque.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem a palavra o nobre Constituinte Nelson Friedrich.

**O SR. CONSTITUINTE NELTON FRIEDRICH:** – Sr. Presidente, em razão desta decisão, lamentavelmente ficou clara a participação do representante do PFL, no sentido de que este assunto não fosse aqui tratado. Sou o autor do Destaque nº 7924, para supressão do art. 61, que dispõe sobre a estabilidade de servidores dos Municípios, Estados, Distrito Federal e União com mais de cinco anos de serviço, sem concurso interno. Acho que a previsão de concurso interno seria o mínimo que nós deveríamos fazer constar de um artigo como esse. Sabemos que ao final do Governo do General Figueiredo foram mais de 100 mil os que adquiriram estabilidade. Portanto, o mínimo que se exige é um concurso interno.

Aqui fica o desafio: vamos incluir o art. 61 entre os que serão votados hoje, sob pena de tornar-se suspeito de imoralidade quem concordar com sua retirada.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Estamos em processo de votação da emenda do Constituinte Bonifácio de Andrada, já defendida por S. Ex.<sup>a</sup> Não há oradores inscritos.

**O SR. CONSTITUINTE SIQUEIRA CAMPOS:** – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra, para uma questão de ordem.

**O SR. CONSTITUINTE SIQUEIRA CAMPOS:** – Sr. Presidente, meu partido foi citado; por isso, preciso dar explicações.

O Partido Democrata Cristão concordou com a proposta do PFL, do PDS, do PL e de Parlamentares dos demais partidos. É preciso haver um regime jurídico de profissionalização para o servidor público. Este, após cinco anos de trabalho só pode ser demitido por perseguição de vencedores ocasionais.

Não se trata de uma imoralidade, trata-se de uma proteção a quem trabalha. Tanto que a emenda do Constituinte Eduardo Jorge, do PT, diz:

"Os atuais servidores da União, Estados, Distrito Federal e Municípios que tenham, até a data da promulgação desta Constituição, ingressado há pelo menos 5 anos, para ocupar função de caráter permanente, e que não tenham outro vínculo de qualquer natureza com o Serviço Público, são declarados estáveis."

Não é hora de fazer demagogia. É hora de proteger quem trabalha. É hora de profissionalizar o Serviço Público.

Vamos adotar o sistema de gabinete e não é justo que se deixe o trabalhador exposto à sanha de políticos que vivem a colocar para fora do trabalho servidores qualificados—como acontece no atual Governo—substituindo-os por afilhados políticos.

Esta é a posição do Partido Democrata Cristão, e sou um dos autores desta emenda relativa ao art. 61 das Disposições Transitórias.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Quero chamar a atenção de V. Ex.<sup>as</sup> para o fato de que se as lideranças fizerem acordo para acelerar as votações, elas próprias não devem pedir a palavra, porque estarão impedindo que esse processo se realize, o que caracterizaria evidente contradição.

Com a palavra o Constituinte Luís Eduardo.

**O SR. CONSTITUINTE LUÍS EDUARDO:** – Sr. Presidente, trata-se de questão importante. Pessoalmente, não

sou favorável ao texto. Discordo da conotação de "trem-da-alegria" que, desde a sessão da manhã, vem sendo referida. E, mais, Sr. Presidente. Esta é a prova de que só se quer estabilidade para o setor privado; para o setor público, não!

Ademais, ficou caracterizado, na questão de ordem do Constituinte Siqueira Campos, que também o Constituinte do PT repete a mesma emenda. Por isso, Sr. Presidente, não aceito que se queira atribuir apenas ao PFL a intenção de pretender promover "trem-da-alegria". Em primeiro lugar, não aceito que se diga que o Relator colocou no seu texto um "trem-da-alegria". Segundo, discordo também daqueles que não querem a estabilidade para o servidor público, mas a desejam para o empregado do setor privado, a partir da sua contratação.

**O SR. CONSTITUINTE ALDO ARANTES:** – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A Presidência não aceitará mais questões de ordem, e colocará em votação a emenda do Constituinte Bonifácio de Andrada. Enquanto se processar a votação, os Sr. Constituintes terão tempo para entender-se; depois iremos examinar a questão da inversão da ordem da pauta.

**O SR. CONSTITUINTE BONIFÁCIO DE ANDRADA:** – Sr. Presidente, peço a palavra para informar que o Constituinte Adylson Motta, co-autor da emenda, fará o encaminhamento a favor.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Como não há oradores inscritos para falar contra e já que havia falado seu co-autor, o Constituinte Bonifácio de Andrada, pedi ao Constituinte Adylson Motta que fizesse a gentileza de colaborar para a celeridade dos trabalhos.

Não há oradores inscritos para falar contra. Tem a palavra o Relator.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, na qualidade de Relator, preciso dar uma explicação.

Pediria a atenção, sobretudo dos Srs. Constituintes que levantaram questões de ordem quanto ao art. 61, dizendo tratar-se de um "trem-da-alegria".

A Comissão precisa saber que o Relator acolheu emendas de vários Constituintes, resultando na redação desse artigo. Os Constituintes a que me refiro são: Renato Vianna, PMDB – SC; Eduardo Jorge, PT – SP; outra do Constituinte Eduardo Jorge, PT – SP; Mário Lima, PMDB – BA; Brandão Monteiro, PDT – RJ; Erico Pegoraro, PFL – RS; Victor Faccioni, PDS – SC; Artenir Werner, PDS – SC; outra do Constituinte Victor Faccioni, PDS – SC; Carlos Cardinal, PDT – RS; Victor Fontana, PFL – SC; Heráclito Fortes, PMDB – PI; Siqueira Campos, PDC – GO; Darcy Pozza, PDS – RS; Arnaldo Prieto, PFL – RS; Edme Tavares, PFL – PB; Roberto Freire, PCB – PE; Ricardo Fiúza, PFL – PE.

Sr. Presidente, tamanha quantidade de emendas não poderia ser desprezada pelo Relator. Por isto, as trouxemos ao julgamento do Plenário, que é soberano! Dizer-se que o assunto é problema do Relator não traduz a realidade dos fatos.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Com a palavra o Constituinte Adylson Motta.

**O SR. CONSTITUINTE ADYLSÓN MOTTA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, insisti para que fosse votado hoje o destaque de autoria do Constituinte Bonifácio de Andrada, que coincide com emenda de igual teor, de minha autoria, porque desejo ajudar a reparar uma injustiça que se contém no 2º substitutivo do eminente Relator Bernardo Cabral. Sei que conto até com o apoio de S. Ex.<sup>a</sup> E vou dizer por que, Sr. Presidente. A Constituição em vigor, no seu art. 97, estabelece que é proibido

o acúmulo de cargos; mas estabelece quatro exceções: dois cargos de médico, dois cargos de professor, um cargo de técnico e professor de matéria afim e um cargo de magistrado e de professor. Então, são quatro exceções respaldadas pela lei. São quatro acúmulos legais. Agora existe – aqui é que está a confusão – uma série de acúmulos ilegais, que não são contemplados pelo texto constitucional.

No momento em que se estava aqui legislando sobre o Capítulo da Administração Pública, procuramos dar um novo enfoque à função pública, valorizando-a, estabelecendo alguns padrões de austeridade. Sinto-me muito à vontade para defender esta emenda, porque apresentei emendas que preconizavam a proibição de todo e qualquer acúmulo de funções daqui para a frente. E justificava a proposta dizendo que num país de desempregados, como é o caso do Brasil, não encontrava um argumento ético para justificar o fato de uma pessoa ter dois empregos.

Sr. Presidente, foi atendida a primeira parte da reivindicação, ou seja, eliminou-se do texto constitucional a possibilidade de dois empregos, ficando, entretanto, remetido à lei complementar regulamentar as hipóteses, em caso de extrema necessidade, de exceção a essa regra. Agora, no momento em que foi proposto que se extinguisse o acúmulo de empregos para uma pessoa, evidentemente não estávamos tratando das quatro exceções a que me referi. Seria um crime, uma injustiça inominável se propuséssemos apenas retirar a proibição de acumulação e não reconheçêssemos o direito adquirido daqueles que hoje detêm dois cargos, como é o caso dos médicos, dos professores, de magistrado e professor, de técnicos, científico e professor de matéria afim, desde que haja correlação de matérias e compatibilidade de horários.

Sr. Presidente, no momento em que passa a ser reconhecido o direito adquirido apenas dos médicos, está-se cometendo tremenda injustiça para com as outras categorias que hoje têm a possibilidade de acúmulo legal de cargos. Então, para que haja um critério de justiça, peço a V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Relator, e aos Srs. Constituintes, que ajudem a corrigir uma das maiores injustiças contidas nesse texto, isto, reconhecendo o direito adquirido de todos. Quando falo em direito adquirido, é evidente que só pode ter esse direito quem está sob o respaldo da lei. As acumulações ilegais não pode ser invocado o direito adquirido, porque são situações irregulares e têm de ser punidas, tem que ser instaurado inquérito administrativo para se punir o funcionário que está nessa situação. Não se reconhece direito a quem não o tem. Queremos o direito reconhecido para aqueles que, sob o respaldo da Constituição vigente, estão hoje titulando dois empregos, porque, de agora em diante, não se permitirá mais dois empregos no texto constitucional. Muito obrigado. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Com a palavra o Constituinte Antônio Britto, para encaminhar contra.

**O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO BRITTO:** – Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, lamento assomar à tribuna para encaminhar contra a emenda do conterrâneo e amigo Constituinte Adylson Motta. S. Ex.<sup>a</sup>, no entanto, não me permite outra atitude.

Qual o argumento central do encaminhamento que S. Ex.<sup>a</sup> ofereceu a esta Comissão? S. Ex.<sup>a</sup> não deixa de ter alguma razão pelo fato de que no art. 30, das Disposições Transitórias, se tenha reconhecido o direito adquirido apenas aos médicos, como exceção à regra geral de proibição das acumulações. Que propõe S. Ex.<sup>a</sup> para resolver esse problema? Em verdade, a fórmula apresentada pela nobre Constituinte Adylson Motta permitirá que todas as acumulações hoje existentes, ditas legais, sejam

transformadas em direito adquirido, sem que se tenha a possibilidade, Estado a Estado, Município a Município, de examinar caso a caso o que foi uma das grandes formas de fraude usadas pelo Poder Público, especialmente nos últimos anos.

Mas vejamos V. Ex.<sup>as</sup> que a preocupação do Constituinte Adylson Motta poderia encontrar remédio mais eficiente e menos perigoso. No texto que aprovamos, no Capítulo VII do Título III, da Administração Pública, se discutiu e se aprovou o seguinte:

"Art. 43. (...) "

§ 11. É vedada a acumulação remunerada de cargos, empregos e funções públicas, exceto nos casos previstos em lei complementar, obedecidos os critérios de compatibilidade de horários e correlação de matérias."

Ora, Sr. Presidente, louvo a preocupação do Constituinte Adylson Motta para com aqueles que, não sendo médicos e eventualmente podendo ser atingidos por aquela medida, pudessem vê-la como fonte de injustiça, mas não creio que seja o caso. O texto das Disposições Permanentes já traz a solução eficiente e livre do risco que a emenda de S. Ex.<sup>a</sup> me parece apresentar, isto é, a de que, com base nela, com base no dispositivo do Título das Disposições Transitórias, não enfrentemos com coragem, com vigor e com urgência alguma coisa que macula o serviço público deste País.

Tenho permanentemente defendido a idéia de que o serviço público do País exige hoje duas moralizações: a primeira é o prestigiamento do servidor público, dando-lhe condições corretas para o exercício de sua função; mas a segunda seguramente depende desta Constituinte e desta Comissão de Sistematização, ou seja, dotar a Constituição de instrumentos enérgicos para enfrentar imoralidades cometidas, e toda cautela, como está no texto do Relator Bernardo Cabral, de deixar aberta a porta para a preservação da justiça.

Nesse sentido, e lamentando ter de fazê-lo em relação a pessoas que prezo tanto como os Constituintes Hermes Zaneti, Adylson Motta e Bonifácio de Andrada, peço com muita convicção que seja rejeitada a emenda ora em discussão.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Com a palavra o co-autor da emenda, Constituinte Bonifácio de Andrada, para encaminhamento a favor.

**O SR. CONSTITUINTE BONIFÁCIO DE ANDRADA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, é preciso que se dê atenção para esse problema, a fim de obtermos uma solução equitativa, justa e conveniente. O atual dispositivo das Disposições Transitórias contempla apenas os médicos no tocante à acumulação de cargos. "Fica assegurado como direito adquirido o exercício de dois cargos ou empregos privativos de médicos...". Quer dizer, este dispositivo cria um privilégio apenas para os médicos, dizendo que eles podem hoje acumular cargos e no futuro será reconhecida essa acumulação em qualquer emprego.

O que pretende a nossa emenda? Não estamos contra os médicos, mas com a primeira solução do eminente Constituinte Bernardo Cabral, objeto do nosso destaque:

"A lei disporá sobre a extinção das acumulações não permitidas por esta Constituição, ocorrentes na data de sua promulgação, respeitados os direitos adquiridos."

Quer dizer, o Relator Bernardo Cabral, no dispositivo anterior, queria resolver a situação das acumulações legais que existiam ontem e existem hoje. S. Ex.<sup>a</sup> não quer resolver o problema das acumulações ilegais do passado, mas, em relação às acumulações legais, fazer uma lei

para, mantendo os direitos adquiridos, resolver os seus problemas.

Peço a atenção dos Srs. Constituintes. Antes da promulgação da nova Constituição temos o seguinte fato legal: um agente administrativo trabalha – suponhamos no Ministério do Trabalho e acumula legalmente à sua atividade um contrato em empresa de economia mista. Nesses dois empregos que hoje acumula recebe, por exemplo, 15 mil cruzados. A prevalecer o texto que aí está, do dia da promulgação em diante, esse funcionário perderá um vencimento, ficando, em virtude da nova Constituição em vigor, numa situação de penúria, quando esta Casa, em outros casos, se posicionou, em favor de muitas situações anteriores juridicamente legais. Em suma, o destaque da proposta do ilustre Relator Bernardo Cabral procura uma providência justa e legal para quem mantém acumulação legal – hoje e ontem – e não procura, de forma alguma, favorecer acumulações ilegais.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Com a palavra o Constituinte José Serra, para encaminhar contra.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ SERRA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, venho encaminhar contra a emenda do nobre Constituinte Bonifácio de Andrada, que reintroduz no texto dispositivo contido no Substitutivo nº 1, estabelecendo que a lei disporá sobre a extinção de acumulação não permitida pelo art. 64, ocorrendo na data da promulgação desta Constituição, respeitados os direitos adquiridos de seus titulares.

O que diz o atual texto do § 11 do art. 43?

"É vedada a acumulação remunerada de cargos, empregos e funções públicas, exceto nos casos previstos em lei complementar, obedecidos os critérios de compatibilidade de horários e correlação de matérias."

A nosso ver, o texto do Relator, em seu Capítulo VII: "Da Administração Pública – seção I – Disposições Gerais", é absolutamente correto: veda a acumulação de cargos e permite exceção apenas naquilo que estiver estabelecido em lei complementar. E nas Disposições Transitórias assegura-se que até a lei complementar, no caso dos médicos, será possível essa acumulação, dada a tradição que existe em nosso País nesse sentido. A meu ver – e a interpretação não é pessoal no caso – a reintrodução do parágrafo único, de alguma maneira, abre uma brecha muito grande para que, até que haja uma lei complementar, persista o problema da acumulação de cargos, inclusive em muitos outros setores que não se considerem desejáveis. O conceito de direito adquirido não é apenas com relação a três ou quatro profissões – ele pode ser ampliado, neste caso. Então, estaríamos, na verdade, oferecendo uma válvula para, de alguma maneira, passar por cima de um dispositivo que do ponto de vista do saneamento da Administração Pública e para uma política correta de remunerações e de pessoal do setor público é extremamente importante, que é a proibição da acumulação de cargos. Não é, evidentemente, a intenção do nobre Constituinte autor da emenda, ou do Constituinte Adylson Motta, mas, do ponto de vista prático, o risco que poderá trazer será dar garantia a um procedimento que constitui um abuso na administração de pessoal, que é a acumulação de cargos. Esta é a razão pela qual, seguindo o Constituinte Antônio Britto, encaminho contra.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Com a palavra a Relatoria, na pessoa do Constituinte Adolfo Oliveira.

**O SR. RELATOR (Adolfo Oliveira):** – Sr. Presidente, a Casa sabe da admiração e da amizade que temos pelo eminente Constituinte Bonifácio de Andrada. Seu pai foi um companheiro e amigo durante toda a nossa passagem

anterior pela Câmara dos Deputados. O Constituinte Bonifácio de Andrada vota sempre com espírito público, é assíduo, é um grande Parlamentar, é um grande Constituinte. A Relatoria estava propensa a aceitar a sua emenda, em face dos argumentos trazidos pelo nobre Constituinte José Serra, convence-se de que é bem melhor deixar o texto como ele se encontra e aguardar que quando da discussão no Plenário da Assembléia Nacional Constituinte seja encontrada uma redação que melhor se ajuste aos propósitos de S. Ex.<sup>a</sup>. Por outro lado, a situação, de qualquer forma, será objeto de lei complementar que esclarecerá definitivamente a matéria.

Com as nossas escusas e compreensão quanto aos elevados objetivos dos Constituintes Bonifácio de Andrada e Adylson Motta, a Relatoria se vê na contingência de recomendar ao Plenário a rejeição da emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Com parecer contrário da Relatoria, passamos à votação.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Ademir Andrade, Almir Gabriel, Aluizio Campos, Fernando Gasparian, Haroldo Sabóia, Nelson Carneiro, Nilson Gibson, Paulo Ramos, Octávio Elísio, Enoc Vieira, Eraldo Tinoco, Inocência Oliveira, José Lins, José Santana de Vasconcellos, Aníbal Barcellos, Furtado Leite, Jonas Pinheiro, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Jarbas Passarinho, Adylson Motta, Bonifácio de Andrada, José Maurício, Floriceno Paixão, José Fernandes, Ottamar Pinto, Siqueira Campos e Jamil Haddad. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feiltosa, Alfredo Campos, Antônio Britto, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Carlos Masconi, Celso Dourado, Cid Carvalho, Cristina Tavares, Egídio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Henrique Cardoso, Francisco Pinto, José Geraldo, José Richa, José Serra, José Ulisses de Oliveira, Manoel Moreira, Nelson Jobim, Pimenta da Veiga, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Severo Gomes, Sigmaringa Seixas, Virgildásio de Senna, Délio Braz, José Dutra, José Tavares, Michel Temer, Nelson Wedekin, Roberto Brant, Vilson Souza, Francisco Benjamin, Francisco Dornelles, Gilson Machado, José Jorge, José Thomaz Nonô, Oscar Corrêa, Paulo Pimentel, Ricardo Fiúza, Sandra Cavalcanti, José Lourenço, José Tinoco, Simão Sessim, Virgílio Távora, Francisco Rossi, Joaquim Bevilacqua, Plínio Arruda Sampaio, José Genoíno, Adolfo Oliveira, Aldo Arantes e Roberto Freire. **ABSTENÇÃO** dos Senhores Constituintes Alcení Guerra, Aloysio Chaves, Carlos Chiarelli e Luís Eduardo.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 28 Constituintes; votaram NÃO 52 Constituintes; abstiveram-se de votar 4 Constituintes. Total: 84 votos. O Destaque foi **rejeitado**. Declaração de voto, do Senhor Constituinte Nelson Carneiro.

#### DECLARAÇÃO DE VOTO

Rendendo-me, embora constrangido, à expressiva maioria desta ilustre Comissão, ao aprovar o Destaque nº 5125, relativo à Emenda ES-26804-0, de autoria do nobre Constituinte Antônio Perosa e sustentado na Tribuna pelo eminente Constituinte Michel Temer, assegurando, na vacância, a substitutos nomeados a 31 de janeiro de 1987 a investidura como titulares das serventias judiciais, notoriais e registraes, a partir do dia seguinte (1º de fevereiro de 1987, data da instalação da Assembléia Nacional Constituinte) e assim instituindo verdadeira dinastia cartorial, não tenho como recusar meu voto à aprovação do presente Destaque. (Destaque nº 6349)

Comissão de Sistematização, 17 de novembro de 1987. – **Nelson Carneiro**.

**Destaque nº 4682-87, do Sr. Nelson Jobim, "que restabelece o art. 56 e seu parágrafo único do Substitutivo nº 1 (Título IX do Substitutivo nº 2)". (522ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Passamos agora ao requerimento de preferência do Constituinte Nelson Jobim, referente ao Destaque nº 4682. É uma emenda substitutiva do art. 43, do Substitutivo nº 2, pelo art. 56, parágrafo único, do Substitutivo nº 1. **(Pausa)** Aprovado.

Com a palavra o autor, para encaminhamento.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON JOBIM:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, Sr. Relator, a emenda ora em votação diz respeito à recuperação do art. 56, parágrafo único, do Substitutivo nº 1. Este texto do Substitutivo nº 1, no art. 56, parágrafo único, corresponde a uma emenda do Constituinte José Paulo Bisol que havia sido acolhida no Substitutivo nº 1 e não compareceu no Substitutivo nº 2.

Peço a atenção aos Srs. Constituintes, para melhor compreensão do sentido e do alcance desta emenda.

A Constituição de 1967 – bem como a Constituição de 1969 – criou, dentro do Poder Judiciário, uma categoria especial de juizes, que foram denominados juizes togados com investidura limitada no tempo. Hoje, são conhecidos pela figura dos pretores. A Lei Orgânica da Magistratura Nacional, Lei Complementar nº 35, de 14 de março de 1979, regulou a figura do juiz togado com investidura limitada no tempo, dizendo que isto seria uma lei originária dos Tribunais de Justiça e submetida aos Governadores dos Estados e às Assembléias Legislativas.

Srs. Constituintes, a Lei Estadual nº 6929, do Estado do Rio Grande do Sul, criou a figura dos pretores do Estado do Rio Grande do Sul, ou seja, criou a figura dos juizes togados com investidura limitada no tempo. Esta figura deu origem ao quadro de pretores do Estado do Rio Grande do Sul, como também do Estado do Pará. O texto do atual projeto não prevê a figura dos juizes com investidura limitada no tempo, ou seja, os pretores, que existem em grande número no Rio Grande do Sul. E a aprovação do texto tal como se encontra importa na extinção desses magistrados e no desaparecimento dessa figura.

O art. 56, parágrafo único, das Disposições Transitórias do Substitutivo nº 1 do Sr. Relator, ora destacado, visa exatamente a estabelecer tal regulamentação, dispondo da seguinte forma:

"Art. 56. Os juizes togados de investidura limitada no tempo, que hajam ingressado mediante concurso público de provas e títulos e que estejam no exercício na data da promulgação desta Constituição, ficam estabilizados nos respectivos cargos, observado o estágio probatório, passando a compor quadro em extinção, mantidas as competências, as prerrogativas e as restrições da legislação a que se achavam submetidos, salvo as inerentes à transitoriedade da investidura.

Parágrafo único. A aposentadoria dos juizes de que trata este artigo regular-se-á pelas normas fixadas para os demais juizes estaduais."

Ou seja, esta emenda visa a atender a uma situação de transitoriedade que existia na Constituição anterior e que passa a não existir na atual, mantendo essa figura dos juizes de investidura limitada no tempo – quadro congelado; não entra nem sai mais ninguém. Evidentemente, extinguir-se-á o quadro na medida em que se forem extinguindo as pessoas.

No Estado do Rio Grande do Sul, especificamente, há 185 pretores, juizes com investidura temporária que exercem a jurisdição em todo o Estado. A aprovação da Constituição sem a ressalva ora proposta importa na extinção

dessa figura, com a manutenção desses 185 magistrados no quadro da Magistratura em disponibilidade. Teríamos, então, uma terrível situação para o Rio Grande e, principalmente, para os Estados que criaram essa figura.

Daí por que apelo para os Srs. Constituintes no sentido de que acolham este destaque, que pretende justamente repor o texto do Substitutivo nº 1, correspondente a uma emenda apresentada pelo eminente Constituinte José Paulo Bisol, a qual havia sido acolhida pelo nobre Relator.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Não há inscrição contra a matéria.

O que será votado é a emenda do Constituinte Nelson Jobim, que substitui o art. 43 das Disposições Transitórias, estabelecendo que os juizes constituem um quadro em extinção ao invés de serem beneficiados pelo privilégio estabelecido no artigo substituído.

Em votação a matéria.

#### **(Procede-se à votação)**

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Ademir Andrade, Alfredo Campos, Almir Gabriel, Aluizio Campos, Antônio Britto, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Carlos Mosconi, Celso Dourado, Cristina Tavares, Egídio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Gasparian, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, José Geraldo, José Richa, José Serra, José Ulisses de Oliveira, Manoel Moreira, Milton Reis, Nelson Carneiro, Nilson Gibson, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Sigmaringa Seixas, Virgildásio de Senna, Wilson Martins, João Agripino, José Dutra, José Tavares, Márcio Braga, Michel Temer, Nelson Wedekin, Octávio Elísio, Roberto Brant, Rose de Freitas, Vicente Bogo, Vilson Souza, Alcení Guerra, Aloysio Chaves, Arnaldo Prieto, Carlos Chiarelli, Enoc Vieira, Eraldo Tinoco, Inocêncio Oliveira, José Jorge, José Thomaz Nonô, Mário Assad, Ricardo Fiúza, Sandra Cavalcanti, Annibal Barcellos, Furtado Leite, Jonas Pinheiro, José Lourenço, José Tinoco, Simão Sessim, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Jarbas Passarinho, Virgílio Távora, Adylson Motta, Bonifácio de Andrada, Floriceno Paixão, José Fernandes, Francisco Rossi, Joaquim Bevilacqua, Ottomar Pinto, Plínio Arruda Sampaio, José Genoíno, Adolfo Oliveira, Siqueira Campos, Aldo Arantes, Roberto Freire e Beth Azize. **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Nelton Friedrich, Délio Braz, Marcos Lima, Francisco Benjamim, Gilson Machado, José Lins, José Santana de Vasconcellos e Oscar Corrêa. **ABSTENÇÃO** do Senhor Constituinte Luís Eduardo.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 77 Constituintes; votaram NÃO 09 Constituintes; absteve-se de votar 01 Constituinte. Total: 87 votos. O destaque foi **aprovado**.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Passamos, agora, à preferência apresentada pelas Lideranças, relativa a 17 destaques constantes da planilha prioritária que já foi distribuída ao Plenário. Chamamos a atenção dos Srs. Constituintes. Vamos votar preferência para os 17 destaques constantes da planilha. **(Pausa)**

Aprovado.

**Destaque nº 3050-87 – Emenda n. ES-30418-6, do Sr. Amaral Netto, "que adita o seguinte artigo ao Substitutivo nº 1 "Art. A instituição da pena de morte será submetida a plebiscito, dentro de 120 (cento e vinte) dias da promulgação desta Constituição" (Título IV do Substitutivo nº 2)". (523ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Em votação o Destaque nº 3050, relativo à Emenda aditiva nº 30418, do Constituinte Amaral Netto.

Concedo a palavra ao autor da emenda, para encaminhamento favorável.

Diz o texto da emenda:

"A instituição da pena de morte, nos casos previsto no § 27 do art. 6º, será submetida a plebiscito dentro de 120 (cento e vinte dias) da promulgação desta Constituição."

**O SR. CONSTITUINTE JARBAS PASSARINHO:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem. Tenho a impressão de que o autor retirou parte da expressão lida por V. Ex.ª.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Aqui não consta nenhuma supressão.

**O SR. CONSTITUINTE AMARAL NETTO:** – Sr. Presidente, gostaria de confirmar o que o meu Presidente acaba de dizer. Fiz essa comunicação ao Relator Bernardo Cabral, que pode testemunhar isso. A retirada da expressão "nos casos previstos no parágrafo tal do artigo tal". Não importa qual, ficando como uma emenda...

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A redação ficaria a seguinte:

"A instituição da pena de morte será submetida a plebiscito dentro de cento e vinte dias da promulgação desta Constituição."

**O SR. CONSTITUINTE AMARAL NETTO:** – Sr. Presidente, da promulgação desta Constituição.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Exatamente.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ TAVARES:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem V. Ex.ª a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ TAVARES:** – Gostaria de pedir ao nobre Constituinte Amaral Netto que lesse o teor de sua emenda para que eu possa formar melhor juízo a respeito.

**O SR. CONSTITUINTE AMARAL NETTO:** – Sr. Constituinte José Tavares, a minha emenda dizia – porque ela complementava uma outra emenda – que a instituição da pena de morte, de acordo com o previsto no § 27 do art. 6º, será submetida a plebiscito dentro de 120 dias, depois de promulgada a Constituição. No entanto, como isso não aconteceu, dirigi-me ao Relator-Geral, Constituinte Bernardo Cabral, para consultá-lo sobre a possibilidade de tirar este trecho e trazer a V. Ex.ª uma outra posição, isto é, entregar ao povo a decisão, uma vez que considero esta questão de consciência e foro íntimo. Esta é a minha posição.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ TAVARES:** – Sr. Presidente, em razão da resposta do eminente Constituinte Amaral Netto, formulo a V. Ex.ª a seguinte questão de ordem: se, por ocasião da análise do texto permanente, esta Comissão rejeitou a adoção da pena de morte no Brasil por uma expressiva maioria de votos, entendo – salvo melhor juízo de V. Ex.ª – que a emenda do nobre Constituinte está prejudicada, pois ela estabelece plebiscito para saber se vamos ou não instituir a pena de morte. Mas isto já foi decidido pela Comissão. Entendo que a emenda está prejudicada.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENÓINIO:** – Sr. Presidente, lembro, inclusive, que hoje pela manhã tivemos uma decisão semelhante em relação a uma questão de ordem levantada pelo nobre Constituinte Mansueto de Lavor, quando foi discutida matéria relativa aos cartórios. A Mesa considerou a mesma prejudicada, porque ela já tinha sido votada nas disposições permanentes – repito – já tinha sido votada questão relativa aos cartórios, e a Mesa considerou prejudicada a emenda do Constituinte Man-

suetto de Lavor. Portanto, essa emenda está prejudicada porque votada nas disposições permanentes.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A emenda estaria prejudicada se o seu autor não tivesse retirado do seu texto, conforme nos comunicou, a expressão "nos casos previstos no § 27 do art. 6º."

S. Ex.ª deseja que a instituição da pena de morte seja submetida a plebiscito dentro de 120 dias da promulgação da Constituição. Após o pronunciamento popular, então, os interessados em estabelecer na Constituição a pena de morte proporiam emenda constitucional.

Concedo a palavra ao Relator para falar sobre a informação dada pelo autor.

Com a palavra o Constituinte Bernardo Cabral.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, tenho a informar aos eminentes Constituintes que a emenda do Constituinte Amaral Netto, cujo texto diz que "a instituição de pena de morte será submetida a plebiscito dentro de 120 dias da promulgação desta Constituição", é diferente da outra, porque apenas se refere à submissão ao plebiscito. Disse-lhe que, em sendo assim, não havia por que deixar de submeter a referida emenda à consideração da Comissão de Sistematização.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Face à informação do Relator comunicando a supressão da expressão que vincula a emenda ao texto do projeto, a emenda não está prejudicada.

Com a palavra o Constituinte Amaral Netto.

**O SR. CONSTITUINTE AMARAL NETTO:** – Sr. Presidente, já que me é permitido falar, queria primeiro fazer sentir minha estranheza quando, nesta Assembléia Nacional Constituinte, que representa o povo, uma oposição a minha posição, que representa o povo, bate palmas à retirada de emenda em que se pede seja ouvido o povo. Onde está a lógica do procedimento dessa representação popular?

A decretação da pena de morte é um problema de consciência e de foro íntimo. Não discuto problema partidário, nem ideológico, nem religioso. Discuto que o povo é que tem de decidir isso neste momento. Se rejeitaram a pena de morte decretada por nós, ouçam o povo. Vamos ouvir o que o povo diz, vamos ouvir algumas coisas sérias.

Sr. Presidente, o que fez o povo no caso de Santo André? Há pouco tempo, uma menina de nove anos foi esfaqueada, após ter sido estuprada. E o que ocorreu? O povo, reunido na casa do pai da vítima, decretou por sua conta a pena de morte, o linchamento do criminoso. Isso se repete todos os dias. Se V. Ex.ª quiserem saber mais, ouçam: Oito mil alunos dos colégios estaduais do meu Estado – e se V. Ex.ª procurarem em qualquer outro Estado vão encontrar o mesmo resultado – elegeram 355 Constituinte. Esses Constituintes mirins, que tinham de 15 a 20 anos, concluíram por uma Constituição cujo primeiro item previa a pena de morte nos casos de homicídio e de estupro; não é apenas nos casos de estupro com morte, como peço, é já nos de estupro. Mas vamos adiante: 72% da população de São Paulo e do Rio de Janeiro querem a pena de morte. Sr. Presidente, este Congresso tem medo de dar ao povo o direito de dizer isso oficialmente.

Os que batem palmas contra o debate de idéias têm medo de dar ao povo o direito de opinar. E digo mais a V. Ex.ª: na Califórnia – onde há pena de morte – a pena de morte ficou ainda pior. Não há mais intervalo entre o julgamento e a execução. Não há mais apelo.

Sr. Presidente, não é isso que queremos. Disseram aqui que a pena de morte não diminui a ocorrência de crimes.

Sr. Presidente, de 1981 a 1986, divulgaram todos os jornais que, com a pena de morte, a taxa de crimes hediondos nos Estados Unidos caiu em cerca de 25%. Ora, se 60% dos Estados americanos, que são em número de 29, adotam a pena de morte, é lógico que ela tem influência dentro desses Estados e na média geral.

Vejamos outro ponto importante. O Partido Conservador – e ouvi Constituintes aqui falarem que a Grã-Bretanha abriu mão da pena de morte porque não dava resultado – em Congresso realizado agora, em outubro, no sul da Inglaterra, concluiu, por dois terços dos seus quatro mil convencionais, que é necessário restabelecer a pena de morte na Inglaterra, delegando à Sr<sup>a</sup> Margaret Thatcher o poder de, em discurso na Câmara dos Comuns, reapresentar o pedido de pena de morte.

Não fiquei satisfeito, Sr. Presidente, e me dirigi à Embaixada da Grã-Bretanha aqui, em Brasília, de quem recebo; em papel com o timbre oficial da Embaixada, a informação, que sonegara alguns resultados que estão nos jornais: O Sr. Hurd, Ministro do Interior e Justiça da Inglaterra, no dia 7 de outubro, na Conferência do Partido Conservador, destacou o incremento do crime depois da extinção da pena de morte na Inglaterra. E ele se dizia contrário à pena de morte.

**(O Sr. Presidente faz soar os tímpanos)**

**O SR. CONSTITUINTE AMARAL NETTO:** – Sr. Presidente, vou concluir. Espero que V. Ex.<sup>a</sup> se lembre que fiquei aguardando os pedidos de questão de ordem.

Naquela ocasião, quando afirmou que era contra a pena de morte, ele foi vaiado e praticamente atingido por tomates e ovos, ele havia declarado, à época, que aquilo era uma pressão da opinião pública.

Diz mais a Embaixada da Inglaterra, que a pena capital será debatida nessa legislatura do Parlamento britânico. Quem deverá iniciar o debate será a Primeira-Ministra Margareth Thatcher.

A Inglaterra se preocupa com o incremento do crime de morte, do crime hediondo, desse tipo de crime em que uma menina é esartejada, após haver sido estuprada. Esses crimes não podem repetir-se, tampouco os pais das vítimas podem continuar pagando impostos para manter na cadeia feras como essas.

Sr. Presidente, poderia encadear aqui uma série de elementos. Peço aos companheiros do PT, do PDT e a todos os Constituintes uma só coisa: deixem o povo decidir, se têm medo de fazê-lo. Assumi essa posição e não constrangi meu partido em momento algum. Nenhum dos Constituintes do meu partido votou comigo na primeira vez. Agora já não é mais a pena de morte que deve ser votada por V. Ex.<sup>as</sup>. Quem tem medo não pode estar aqui. Entreguem ao povo o direito de dizer se quer ou não a pena de morte. Posso garantir a V. Ex.<sup>as</sup> que renuncio ao meu mandato agora – e peço a V. Ex.<sup>a</sup> que faça constar isso em Ata – se um plebiscito nacional não optar pela pena de morte agora. Deus queira, Sr<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, que V. Ex.<sup>as</sup> – e Deus nos livre disso – não tenham que pensar nisso depois de terem uma filha ou a mulher atingidas por um crime como este, depois de verem o seu próprio sangue derramado. Ai todo mundo vai querer a pena de morte.

Perguntem ao povo, deixem o povo dizer e parem de encher a boca do povo, quando têm medo do povo.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Com a palavra, para encaminhar...

**(Intervenção fora do microfone. Inaudível)**

**O SR. CONSTITUINTE AMARAL NETTO:** – Um minuto, Sr. Presidente, porque o Constituinte José Genoíno me está apartando.

Eu me candidato a carrasco – e digo a V. Ex.<sup>a</sup> que a profissão de carrasco, nos Estados Unidos e na Inglaterra, é muito honrosa, sendo preenchido esse cargo em troca de poder, por quem é bom funcionário.

Constituinte José Genoíno, quando debocha da minha posição, V. Ex.<sup>a</sup> faz papel de idiota, porque representa aqui o Partido dos Trabalhadores, que é o maior prejudicado com a não existência de pena de morte.

**(O microfone é desligado. Inaudível)**

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Peço a V. Ex.<sup>a</sup> que encerre suas considerações, pois o tempo está esgotado.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Sr. Presidente, ligue o microfone do Constituinte Amaral Netto. S. Ex.<sup>a</sup> não pode falar com o microfone desligado.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Com a palavra a Constituinte Abigail Feitosa, para encaminhamento, contra.

**A SRA. CONSTITUINTE ABIGAIL FEITOSA:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, o nobre Constituinte Amaral Netto pede um plebiscito para a pena de morte. Acho que antes disso devia pedir um plebiscito para saber se o povo quer reforma agrária se os trabalhadores querem que se garanta a estabilidade no emprego, querem salários justos. **(Palmas)** A violência que impera nas cidades é fruto da injustiça social. São trinta e seis milhões de menores carentes. Meninos estão soltos na rua, sem ninguém para prestar-lhes assistência ou mostrar-lhes o caminho certo.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, nosso problema não é a pena de morte. Sabemos que a população, revoltada, às vezes parte até para linchamentos, quando não acredita na justiça do País ou quando não acredita na polícia. Precisamos resgatar essas instituições e fazer com que o trabalhador e seus filhos tenham seus direitos de cidadãos respeitados.

Através de estudos realizados em vários países, observamos que a pena de morte não diminuiu a criminalidade. Ao contrário, estão abolindo a pena de morte. Queremos implantar neste País o socialismo, em que os trabalhadores sejam respeitados, tenham direito de se alimentar, de vestir e tenham perspectivas para o futuro. A guerra civil é fruto de um esquema social, de um regime político que só beneficia pequenos grupos. Esta Constituinte é a esperança para o povo, no sentido de garantir ao trabalhador, às mulheres, aos menores, às crianças o direito à escola e a instituição-lar, já que tantos menores estão fora de casa.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, decididamente a melhoria da humanidade não passa pela autodestruição. Temos que investir no homem e fazer com que ele melhore. Em vez de prepararmos presídios, precisamos evitar que o homem chegue até lá. Somente com um regime social justo conseguiremos alcançar esse esquema. Decididamente, a pena de morte não deve ser institucionalizada no Brasil. Nossa luta deve ser no sentido de que homens e mulheres possam sobreviver com dignidade. A grande violência a que assistimos no Brasil é exatamente porque não se respeita o direito do cidadão. Há uma grande migração do campo para a cidade porque não há um esquema de justiça agrária. Ao trabalhador rural não é garantida a produção. Por isso, ele é forçado a migrar.

É preciso que se diga que o grande problema da pena de morte é que, sendo ela imposta e o indivíduo executado, o erro judiciário não é passível de correção. Há erros famosos na imposição da pena de morte a pessoas inocentes. Imaginem no Brasil, País cuja sociedade ainda não está toda institucionalizada, aplicar-se a pena de morte? Essa pena jamais será imposta àqueles que roubaram fortunas. Ela recairá apenas sobre aquelas pessoas que não tiveram

quem as defenda. Lembramo-nos, inclusive, de fato ocorrido em São Paulo, quando um procurador matou um menino acusado de arrancar um cordão do pescoço de uma pessoa.

Sabemos que a lei da selva está aí – olho por olho, dente por dente – mas o estado de justiça é para que os direitos dos cidadãos sejam garantidos e não para que a violência da sociedade se acabe. Esta somente com a justiça social terá fim. Muito obrigada. **(Palmas)**

Durante o pronunciamento da Sr<sup>a</sup> Abigail Feitosa, o Sr. **Aluizio Campos**, Primeiro-Vice-Presidente deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. **Jarbas Passarinho**, Terceiro-Vice-Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – O nobre Constituinte Bonifácio de Andrada está inscrito para falar.

Como não vejo o Constituinte Bonifácio de Andrada, figura notável da República, passo a palavra ao Constituinte José Genoíno.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Sr. Presidente, esta Comissão tem que reconhecer a persistência do Constituinte Amaral Netto. Há muito S. Ex.<sup>a</sup> vem batalhando, nas Subcomissões, nas Comissões Temáticas, agora na Comissão de Sistematização – e certamente fará no plenário – em favor dessa proposta.

Estou aqui para combatê-la, mas quero deixar bem claro que a persistência de S. Ex.<sup>a</sup> tem de ser reconhecida. E se na minha tentativa de apartear-lo transpareceu qualquer propósito de desvalorizá-la, quero dizer que não houve esse intuito.

**O SR. CONSTITUINTE AMARAL NETTO:** – Peço desculpas a V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Mas vamos combater a proposta.

O Constituinte Amaral Netto insiste numa tese que considero importante para o debate da Assembléia Nacional Constituintes, mesmo sendo contrário a ela. A minha oposição à proposta do Constituinte Amaral Netto baseia-se em determinada razão. S. Ex.<sup>a</sup> propõe a realização de plebiscito para que a população brasileira decida se quer ou não a pena de morte. Esta proposta do plebiscito não é neutra, porque revela uma questão de fundo em relação à pena de morte. O senso comum da população desamparada pelas péssimas condições de vida e de moradia é exatamente buscar do Estado não a segurança para a sua vida, mas alguns culpados entre os seus para se livrar de um problema, retirando do Estado essa responsabilidade. É aquilo, Sr. Constituinte Amaral Netto, que, no Código Penal, dentro de uma visão mais conservadora, se tenta transferir para a população: encontrar um responsável que não seja o verdadeiro. E a população é induzida a dizer que a criminalidade tem de ser resolvida com a pena de morte. Isso é querer advogar a possibilidade da pena de morte filosófica e eticamente em termos de valores; é querer buscar um remédio semelhante àquele hediondo crime que leva o cidadão comum a exigir a pena de morte. Por que isso? Porque a pena de morte nessas condições que o Constituinte Amaral Netto quer, para estupro e assalto com morte, nega ao cidadão a condição humana. A pena de morte é tão violenta que elimina a possibilidade de outro castigo. Ela nega essa possibilidade porque é a eliminação absoluta das condições de dignidade do ser humano.

Por isso, Constituinte Amaral Netto, filosoficamente, a possibilidade de a população decidir se quer ou não a pena de morte não é uma consulta plebiscitária neutra: é uma posição política favorável à pena de morte. Não é um plebiscito neutro porque vai tocar no senso comum da população e buscar no semelhante que chegou ao nível da irracionalidade, da brutalidade, aquilo que deve ser eliminado. É uma falsa solução e um engano, porque os crimes hedion-

dos e bárbaros são praticados com grau de irracionalidade tamanho que a existência da pena de morte não diminuirá a incidência desses crimes. A irracionalidade rompeu a fronteira do senso da dignidade humana e essa fronteira é rompida igualmente pela instituição da pena de morte enquanto um castigo cruel. É uma solução falsa. Não se trata de um plebiscito neutro, democrático. Por isso, sou contrário à proposta de plebiscito do Constituinte Amaral Netto. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Com a palavra o Constituinte Adolfo Oliveira.

**O SR. CONSTITUINTE AMARAL NETTO:** – Sr. Presidente, para uma questão de ordem. Houve um Constituinte que falou a favor e dois contra. Não me importa isto, mas queria esclarecer.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Faltou o Constituinte que V. Ex.<sup>a</sup> indicou. Seriam dois a favor e dois contra.

**O SR. CONSTITUINTE AMARAL NETTO:** – Não estou reclamando. Só quero explicar a V. Ex.<sup>a</sup> e deixar bem claro para a imprensa e para os companheiros que estou pedindo um plebiscito para que o povo diga se quer ou não a pena de morte.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Mas isso já foi dito.

**O SR. CONSTITUINTE AMARAL NETTO:** – Sim, mas estou esclarecendo, mais uma vez, para não haver confusão: pena de morte para estupro e assalto seguidos de morte. Mais nada.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Constrange-me muito que V. Ex.<sup>a</sup> continue.

Com a palavra o Relator.

**O SR. RELATOR (Adolfo Oliveira):** – Sr. Presidente, argumentos diferentes daqueles sustentados pelo Constituinte José Genoíno fazem com que a Relatoria opine pela manutenção do texto, isto é, pela não aprovação da emenda. Das palavras do Constituinte José Genoíno a Relatoria quer extrair uma palavra de louvor à persistência do nobre Constituinte Amaral Netto em defesa de sua tese. A Relatoria considera também como um assunto importante a discussão da pena de morte nesta Comissão e as diferentes opiniões manifestadas a respeito do assunto. Não acreditamos na eficácia intimidatória do instituto da pena de morte para diminuir a criminalidade. Entendemos que outras soluções devem ser encontradas, sem que se coloque em jogo a vida do cidadão.

Durante a campanha eleitoral pudemos sentir que realmente a opinião pública se apaixona e se interessa pela discussão dessa tese. Pessoalmente, tive ocasião de, em várias e várias reuniões, procurar ouvir a opinião de pessoas que lá se encontravam, e para minha surpresa a tese da pena de morte é mais favorecida nas camadas mais humildes da população. À medida que há crescimento do poder aquisitivo etc., as opiniões já se concentram contrariamente à tese. Mas então, Sr. Presidente, por que recusar o plebiscito, para que o povo opine sobre a pena de morte? Porque temos, aí sim, um elenco muito grande de providências e medidas que teriam prioridade a fim de que o povo se manifestasse numa consulta popular.

Por todas essas razões, e homenageando a persistência, o vigor e a tenacidade com que o Constituinte Amaral Netto, meu velho companheiro, defende sua tese, a Relatoria dá parecer contrário à aprovação da emenda de S. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Passo à tomada dos votos.



**(Procede-se à votação)**

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: José Dutra, Marcos Lima, Michel Temer, Arnaldo Prieto Eraldo Tinoco, Francisco Benjamim, Gilson Machado, Inocêncio Oliveira, José Lins, José Thomaz Nonô, Luís Eduardo, Oscar Corrêa, Osvaldo Coelho, Ricardo Fiúza, Furtado Leite, Simão Sessim, Valmir Campelo, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, José Luiz Maia, Virgílio Távora, Adylson Motta, Francisco Rossi, Joaquim Bevilacqua e Ottomar Pinto. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Alfredo Campos, Almir Gabriel, Antônio Britto, Artur da Távola, Carlos Mosconi, Carlos Sant'Anna, Celso Dourado, Cristina Tavares, Egidio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, João Calmon, José Richa, José Serra, José Ulisses de Oliveira, Manoel Moreira, Milton Reis, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nelton Friedrich, Nilson Gibson, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Severo Gomes, Sigmaringa Seixos, Virgildásio de Senna, Wilson Martins, Antonio Mariz, Daso Coimbra, Délio Braz, João Agripino, Jorge Hage, José Costa, José Tavares, Márcio Braga, Nelson Wedekin, Octávio Elísio, Roberto Brant, Rose de Freitas, Vicente Bogo, Vilson Souza, Alcení Guerra, Antonio Carlos Mendes Thame, Enoc Vieira, Francisco Dornelles, José Jorge, Mário Assad, Sandra Cavalcanti, Anníbal Barcellos, Jonas Pinheiro, José Maurício, Lysâneas Maciel, Floriceno Paixão, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Adolfo Oliveira, Siqueira Campos, Aldo Arantes, Roberto Freire e Beth Azize. **ABSTENÇÃO** dos Senhores Constituintes Aloysio Chaves e Jarbas Passarinho.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 25 Constituintes; votaram NÃO 65 Constituintes; abstiveram-se de votar 2 Constituintes. Total: 92 votos. O destaque foi **rejeitado**.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra pela ordem o Constituinte Virgílio Távora.

**O SR. CONSTITUINTE VIRGÍLIO TÁVORA:** – Sr. Presidente, ouvi há pouco o nobre Líder Amaral Netto dizer que nenhum dos seus colegas de partido havia votado a favor de sua emenda quando submetida à apreciação desta Casa pela primeira vez. Conforme disse desta tribuna, o homem vale pelos compromissos que assume e cumpre. Votei pela pena de morte a primeira vez, como acabo de votar agora, pela segunda vez. **(Muito bem. Palmas)**

**Destaque nº 0102-57 do Sr. Hermes Zaneti – Emenda nº ES-33028-4 (em parte), dos Srs. Hermes Zaneti e outros, "que substitui o art. 30, Título X do Substitutivo nº 1, excetuando-se o § 2º da Emenda (art. 29, Título IX do Substitutivo nº 2)". (524ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Passamos à votação do Destaque nº 102, de autoria do Constituinte Hermes Zaneti, a quem concedo a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE HERMES ZANETI:** – Sr. Presidente, colegas Constituintes, em primeiro lugar, meus agradecimentos à Lideranças do PSB, que possibilita a apreciação desta emenda, como também ao Constituinte Euclides Scalco, pela sua cooperação.

A emenda que ofereço à consideração da Comissão de Sistematização é substitutiva ao texto do art. 29 das Disposições Transitórias. Visa a realizar uma auditoria, um exame analítico dos atos e fatos constitutivos da dívida externa brasileira. Proponho esta substituição, Sr. Relator, porque entendo que o Congresso Nacional deve realizar uma auditoria, um exame pericial e analítico dos atos e fatos constitutivos da dívida externa brasileira,

pois esta dívida não é meramente uma questão financeira e contábil. Ela é, acima de tudo, uma questão política e, por isso mesmo, o Congresso Nacional, como expressão maior da vida política brasileira, deve realizar esta auditoria.

Portanto, ao invés de apenas uma auditoria técnica realizada pelo Tribunal de Contas da União, propomos que esta auditoria mais ampla, inclusive na direção política, seja realizada por uma Comissão Mista do Congresso Nacional.

Quero lembrar que no dia 14 de maio deste ano esta Comissão de Sistematização apreciou o Projeto de Decisão Constitucional nº 1, exatamente do mesmo teor da proposta que ora apresentamos. Naquela oportunidade, a Comissão de Sistematização não chegou a decidir sobre o assunto, pois houve um tumulto.

Havia um parecer, para apreciação do hoje Ministro Prisco Viana, que recomendava exatamente a solução que estamos apontando como a mais adequada. Mais de duzentos Constituintes haviam assinado aquela proposta. Hoje, a emenda que lhes proponho é assinada por mais de cem Constituintes.

Colegas da Comissão de Sistematização, peço a aprovação desta emenda, porque ela também traz no seu bojo, a recuperação das prerrogativas do Congresso Nacional. A dívida externa brasileira foi constituída ao arrepio do Congresso Nacional e da determinação do art. 44, inciso I, da Constituição Federal vigente, que determina que o Presidente da República pode assinar atos de repercussão internacional, **ad referendum** do Congresso Nacional – **referendum** que nunca buscaram para a constituição da dívida externa alguns dos Presidentes da República durante todo o período em que a dívida foi constituída.

Lembro aos eminentes integrantes da Comissão de Sistematização que a Câmara dos Deputados realizou uma CPI que chegou a efetuar uma análise profunda da dívida externa brasileira. Esta CPI chegou a conclusões que não foram implementadas até hoje. O Senado Federal tem uma comissão especial que também cuida da análise da dívida externa brasileira. Propomos que, através de uma comissão mista do Congresso Nacional, aproveitem o trabalho feito pela Câmara dos Deputados, pelo Senado da República, e com a colaboração do Tribunal de Contas da União, realizem uma auditoria no sentido de averiguar quem tomou dinheiro emprestado, quando, onde, sob que critérios, onde foi investido esse dinheiro, para que o povo brasileiro, que está pagando a conta, saiba tudo que deve saber e para que o Brasil, depois de realizada esta auditoria, decida soberanamente sobre a questão da dívida externa.

Muito obrigado, Sr. Presidente. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Para encaminhar a favor, tem a palavra o Constituinte Aldo Arantes.

**O SR. CONSTITUINTE ALDO ARANTES:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o Constituinte Hermes Zaneti solicita-me que, preliminarmente, informe aos Srs. Constituintes membros da Comissão de Sistematização que suprimiu o § 2º da sua proposta, exatamente no sentido de facilitar a sua tramitação, fazendo com que ela incidisse exclusivamente sobre a questão da constituição de uma auditoria política da dívida externa.

Srs. Constituintes, fui membro da Comissão Parlamentar de Inquérito que investigou a dívida externa na Câmara Federal durante a Legislatura passada. O Congresso perdeu as suas prerrogativas durante a ditadura militar; as Comissões parlamentares de inquérito não tinham a força que deveriam ter num Parlamento democrático; a CPI, sob a direção de companheiros competen-

tes, chegou a identificar questões extremamente graves como as expostas no Relatório Saraiva. Solicitou a íntegra do Relatório Saraiva ao então Ministro do Exército, que não fez questão de que esse texto chegasse ao conhecimento da CPI.

Srs. Constituintes, conhecemos a dimensão da dívida externa brasileira. Sabemos que ela decorre fundamentalmente do aumento exorbitante das taxas de juros no mercado internacional. Também sabemos que o aumento das taxas de juros decorreu de decisão unilateral dos grandes banqueiros internacionais. De tal forma que o Brasil, que em 1968 pagava cento e quarenta e oito milhões de dólares de juros da dívida externa, em 1982 estava pagando onze bilhões de dólares. Sabemos que isto foi fruto da crise do petróleo, e sobretudo do déficit público norte-americano, de medidas adotadas pelos Estados Unidos no sentido de repassar suas dificuldades, suas crises para os países do Terceiro Mundo.

É preciso que tomemos uma atitude soberana. E o mínimo que este Congresso, esta Assembléia Constituinte pode fazer é decidir pela constituição de uma comissão que investigue o significado e o conteúdo político da dívida externa. A proposta do PC do B e do nobre Constituinte Hermes Zaneti ia muito mais à frente. Propúnhamos a suspensão do pagamento da dívida externa por considerarmos que, se esta questão não fosse resolvida, não teríamos condições de dar uma saída para a grave crise econômica em que o País está mergulhado. Mas, procurando ser sensíveis à correlação de forças nesta Assembléia Nacional Constituinte, propusemos o mínimo que o sentimento patriótico exige, o mínimo que o povo brasileiro exige desta Comissão de Sistematização: a constituição de uma comissão para investigar o significado, a amplitude e o conteúdo da dívida externa, para que o Brasil, de forma soberana, possa decidir os rumos a serem seguidos a respeito do pagamento da dívida externa. Reitero, pois, o apelo do nobre Constituinte Hermes Zaneti aos Srs. Constituintes, no sentido de resgatarem a soberania deste País: aprovelem esta emenda, aprovelem a soberania nacional!

Durante o pronunciamento do Sr. Aldo Arantes, o Sr. **Jarbas Passarinho**, (Terceiro-Vice-Presidente), deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. **Aluizio Campos**, (Primeiro-Vice-Presidente).

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Ouço o nobre Relator Virgílio Távora.

**O SR. RELATOR (Virgílio Távora):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, por acaso o Relator auxiliar, que dará parecer favorável a esta Emenda, é o Vice-Presidente da Comissão do Senado que investiga há quatro meses, a dívida externa brasileira, suas origens e as possíveis irregularidades na contratação das operações. Gostaria de explicar, sem paixão, o problema desta averiguação, para que cada um de V. Ex.<sup>as</sup> possa julgar se o texto de Bernardo Cabral não é aquele que mais se ajusta à realidade, levando em conta a retirada, pedida pelo autor, do § 2º, que preconiza a suspensão do pagamento de juros etc.

O que propõe a emenda?

"No prazo de 1 (um) ano, contado a partir da promulgação desta Constituição, o Congresso Nacional, através de Comissão Mista, promoverá exame analítico e pericial dos atos e fatos geradores do endividamento externo brasileiro, bem como de todas as dívidas contraídas por instituições públicas e privadas com os credores externos.

§ 1º A Comissão criada por este artigo terá a força legal de Comissão Parlamentar de Inquérito para os fins de requisições e convocações e atuará com o auxílio do Tribunal de Contas da União."

§ 3º Apuradas irregularidades, o Congresso Nacional declarará a nulidade dos atos praticados e encaminhará o processo ao Ministério Público Federal que proporá, no prazo de sessenta dias, a ação cabível."

O que diz o Substitutivo Cabral?

"No prazo de seis meses, contado da data da promulgação desta Constituição, o Tribunal de Contas da União promoverá auditoria das operações financeiras realizadas em moeda estrangeira, pela administração pública direta e indireta, notadamente quanto à dívida externa, encaminhando o resultado à Comissão de Fiscalização e Controle da Câmara Federal.

Parágrafo único. Havendo irregularidade, o Tribunal de Contas da União encaminhará o processo ao Ministério Público Federal que proporá, no prazo de sessenta dias, a ação cabível."

Srs. Constituintes, há quatro meses – este último mês malmente muito sacrificado pela nossa presença na Comissão de Sistematização – temos, indormidamente, procurado fazer esse levantamento. Os Constituintes Fernando Henrique Cardoso e Ronan Tito, do partido majoritário nesta Casa, um relator auxiliar e um relator principal afirmam que, dada a impossibilidade prática, pela falta de meios, de o Congresso Nacional fazer tal averiguação, essa terá de ser uma obra contínua do Tribunal de Contas da União, que conta com inúmeros assessores.

Para orientação dos Srs. Constituintes, devo informar que chegamos ao ponto em que iríamos examinar processo por processo. Um dos diretores do Banco Central levou-nos ao arquivo do órgão em Brasília – pois há um em São Paulo e outro no Rio de Janeiro – e nos exibiu uma sala com cento e dois mil certificados. Decidimos, então, fazer a averiguação por amostragem. Essa amostragem média, na opinião dos integrantes da Comissão, deveria ser de 5%, ou seja, cinco mil e duzentos processos. Srs. Constituintes, ainda não examinamos quinze deles. Portanto, deixo à consciência de V. Ex.<sup>as</sup> o exame da matéria, para adotarmos um texto ajustado à nossa realidade: ou o Tribunal de Contas, com toda a auditoria que possui, faz essa averiguação e dela dá conhecimento ao Congresso, ou criamos essa Comissão. Segundo as instruções do Relator principal, a Relatoria deixa o assunto em aberto.

Durante o pronunciamento do Sr. Virgílio Távora, o Sr. **Aluizio Campos** (Primeiro-Vice-Presidente) deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. **Jarbas Passarinho** (Terceiro-Vice-Presidente).

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Devo informar aos Srs. Constituintes que em sua emenda o nobre Constituinte Hermes Zaneti exclui – como já caracterizado pelos oradores que a ela deram seu apoio – o § 2º, que corresponde à moratória; mantém o § 1º, passando o § 3º a ser o § 2º. Com o parecer contrário do Relator, passamos à votação.

#### (Procede-se à chamada)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Alfredo Campos, Almir Gabriel, Antônio Britto, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Celso Dourado, Cristina Tavares, Egídio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Gasparian, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, João Calmon, José Freire, Maurílio Ferreira Lima, Milton Reis, Nelson Carneiro, Nelton Friedrich, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Rodrigues Palma, Severo Gomes, Sigmaringa Seixas, Virgildásio de Senna, Aécio Neves, Antonio Mariz, Chagas Rodrigues, Délio Braz, João Agripino, Jorge Hage, José Maranhão, José Tavares, Nelson Wedekin,

Octávio Elísio, Roberto Brant, Vicente Bogo, Vilson Souza, Enoc Vieira, José Thomaz Nonô, José Tinoco, Valmir Campelo, Antônio Carlos Konder Reis, José Maurício, Lysâneas Maciel, Floriceno Paixão, Francisco Rossi, Joaquim Bevilacqua, Ottomar Pinto, Plínio Arruda Sampaio, José Genoíno, Siqueira Campos, Aldo Arantes, Roberto Freire e Beth Azize. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Carlos Sant'Anna, José Richa, Manoel Moreira, Nilson Gibson, Wilson Martins, Daso Coimbra, José Dutra, Marcos Lima, Aloysio Chaves, Arnaldo Prieto, Christóvam Chiaradia, Eraldo Tinoco, Francisco Benjamim, Francisco Dornelles, Gilson Machado, Inocêncio Oliveira, José Lins, Luís Eduardo, Mário Assad, Oscar Corrêa, Osvaldo Coelho, Ricardo Fiúza, Annibal Barcellos, Furtado Leite, José Lourenço, Darcy Pozza, José Luiz Maia, Virgílio Távora e Adolfo Oliveira. **ABSTENÇÃO** do Senhor Constituinte Jarbas Passarinho.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 58 Constituintes; votaram NÃO 29 Constituintes; absteve-se de votar 1 Constituinte. Total: 88 votos. O destaque foi **aprovado**.

**O SR. CONSTITUINTE EDUARDO JORGE:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE EDUARDO JORGE:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, gostaria de prestar um esclarecimento em relação à questão que foi discutida quando da colocação do Vice-Líder, Constituinte Plínio Arruda Sampaio, relativa ao art. 61. Foi dito que havia uma emenda minha semelhante à proposição do Sr. Relator.

Primeiramente, Sr. Presidente, gostaria de dizer que das trezentas e poucas emendas que apresentei, nessa fase da Comissão de Sistematização, tive a satisfação de ver acolhidas, segundo o Prodase, mais de oitenta delas pelo Sr. Relator. Em relação a esse assunto específico, analisando as várias emendas que apresentei referentes ao funcionalismo público e à possibilidade de efetivação deles, localizei cerca de seis ou sete. Em quase todas elas está explícita a colocação do processo seletivo. Realmente, existe uma emenda bastante semelhante ao texto apresentado pelo Relator, na forma do Cabral II. No entanto, gostaria de ressaltar que existem algumas diferenças, as quais considero importantes, em relação à minha emenda e à redação final do Sr. Relator, Constituinte Bernardo Cabral.

Uma primeira diferença, que acho importante ressaltar, é que, na emenda apresentada, refiro-me à administração direta. Há uma diferença, porque o texto do Cabral II refere-se à administração indireta, às empresas de administração indireta e também às fundações. Isso não consta na minha emenda, a bem da verdade. Além disso, uma coisa que acho também importante e que cito na minha emenda é que essa efetivação deveria ater-se a funções de caráter permanente. É uma realidade do Estado de onde sou proveniente que as funções de caráter permanente atendem a um problema de administração pública, que é a escassez de cargos. Então, muitas vezes, o Estado lança mão não de concursos, porque não existem cargos, mas de processos seletivos informais; e aproveita, em caso de urgência, esse pessoal para centros de saúde e hospitais, em funções de caráter permanente.

De toda forma, Sr. Presidente, como a emenda pode dar margem à má formulação e interpretação, quero solidarizar-me inteiramente com a posição da Liderança do meu partido. Acho que a posição mais prudente é a eliminação do art. 61 para se estudar, em Plenário, a possibilidade de, sem perseguições a funcionários públicos, encontrar-se uma fórmula mais equitativa e mais justa a respeito. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – O assunto para mim está encerrado. Já foi objeto de discussões amplas na Casa.

**Destaque nº 4830-87 – Emenda nº ES-22051-9 (em parte), do Sr. José Elias Murad, que "adita artigo ao Título X do Substitutivo nº 1, excetuando-se os incisos II e III da Emenda (Título IX do Substitutivo nº 2)". (525ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Passa-se à votação do Destaque nº 4830, requerido pelo Constituinte José Elias Murad, a quem concedo a palavra. S. Ex.<sup>a</sup> certamente dirá que, em relação à sua emenda, há a supressão dos incisos II e III.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ ELIAS MURAD:** – Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, defendo, aqui, neste momento, uma emenda que considero relacionada com o presente e o futuro dos nossos filhos. A emenda diz respeito ao confisco de terras onde forem constatadas culturais ilegais de drogas psicotrópicas, como, por exemplo, a maconha, a coca e o epadu, destinando-se essas terras à reforma agrária.

Na minha opinião, como homem que vem lidando com o assunto neste campo há 25 anos, há uma série de vantagens na emenda ora proposta. A primeira delas: o confisco significa que não haverá nenhum pagamento pela terra expropriada, que, como se sabe, é um dos problemas na reforma agrária. Sendo um ato ilegal, criminoso, não haverá nenhum pagamento pela terra expropriada, como se faz com o contrabando, por exemplo, ao passar pela alfândega. A segunda vantagem: será possível obter de órgãos internacionais recursos necessários para o assentamento de colonos. Em 1985, por exemplo, a ONU destinou ao Peru 50 milhões de dólares para a troca de culturas de folhas de coca pela árvore de quina, que fornece o quinino, um conhecido antimalárico. Então o Brasil poderia também, no caso em tela, pleitear recursos internacionais para o assentamento dos colonos.

O mais importante, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, é o caráter preventivo da emenda que estamos propondo, porque, evidentemente, haverá sempre o risco do confisco. Muitas pessoas que atualmente estão lidando nessa área ilegal terão, provavelmente, outra atitude no futuro.

Gostaríamos de citar um dado que consideramos importante: há pouco tempo, somente no Estado de Pernambuco foram destruídos 5 milhões de pés de maconha; tratava-se de uma plantação que abrangia vários hectares. Às vezes são as plantações em regiões grandes, enormes.

Então, a proposta que estamos encaminhando visa primordialmente à prevenção do uso de drogas no Brasil. E gostaríamos também de fornecer, alguns dados recentes em relação a esse problema crucial. Por exemplo, pesquisas que realizamos há pouco tempo mostraram que há três pontos importantes no atual contexto do uso de drogas no País. O primeiro deles é o aumento do número de usuários, que, segundo pesquisas atuais, gira em torno de 25 a 28% dos nossos estudantes. O segundo item, fundamental, é que estão aparecendo também drogas mais pesadas entre os nossos usuários.

Há cerca de quinze anos fizemos uma pesquisa semelhante e só encontramos três casos de cocaína. Entretanto, na atualidade, a cocaína já representa a quarta droga de mais uso no nosso meio.

Outro fato profundamente preocupante é a queda da faixa etária. Na pesquisa de quinze anos atrás a menor idade que encontramos entre os mil e setecentos pesquisados foi de quatorze anos. Na atual, temos encontrado crianças, meninos e meninas, de nove, dez, onze anos de idade entre os usuários de droga, principalmente

de colas. E já temos até uma proposta no 2º Substitutivo. O Relator Bernardo Cabral, de limitação e controle desses produtos inebriantes e também da maconha.

Trazemos esses dados à presença dos caros colegas Constituintes com o objetivo de pedir-lhes apoio para esta medida, talvez uma das mais importantes para prevenção do uso de drogas no Brasil.

E gostaríamos de finalizar nossa defesa dizendo:

"Já vi o medo nos olhos de um terrorista preso. Já vi a angústia expressa na visão de um pai que não tinha pão para alimentar seus filhos; já vi a aflição nos olhos de um jovem reprovado em exames de vestibular após se preparar arduamente durante um ano inteiro; já vi a dor, o desespero da perda irreparável, a angústia sem limites, nos olhos de um pai, ao olhar-me no espelho no dia em que perdi meu único filho em um desastre de trânsito; mas jamais, em tempo algum, vi maior desespero, dor, angústia, medo, tudo junto, como certa vez nos olhos de um jovem dependente de drogas que me procurou em busca de socorro."

**O SR. CONSTITUINTE NILSON GIBSON:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Concedo a palavra a V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE NILSON GIBSON:** – Sr. Presidente, tínhamos, na planilha de prioridades de preferências elaboradas pelos Líderes dos vários partidos – que escolheram dezessete – um modesto e humilde destaque nosso. Lamentavelmente, fomos surpreendidos com a informação de que houve uma inversão. Não desejamos, de maneira alguma, perturbar os trabalhos, mas como respeitamos o Regimento e os acordos entre partidos, pedimos a V. Ex.<sup>a</sup> que corrija o equívoco e respeite o acordo. Trata-se do item III. Pedimos a V. Ex.<sup>a</sup> que o coloque em votação.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – V. Ex.<sup>a</sup> diz que está surpreendido. V. Ex.<sup>a</sup> não está surpreendido; está surpreso. Surpreendido fui eu, porque ao chegar, recebi a informação de que tinha havido uma permuta. O responsável por essa informação foi o Constituinte Gastone Righi. De maneira que eu, de boa fé, concedi a palavra ao Constituinte José Elias Murad, mas peço a V. Ex.<sup>a</sup> que, ao término desta votação, retorne à questão.

**O SR. CONSTITUINTE NILSON GIBSON:** – Muito grato a V. Ex.<sup>a</sup> pela correção.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra o Constituinte Gastone Righi.

**O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI:** – Sr. Presidente, não pretendo encaminhar a emenda. Depois da brilhante sustentação do Constituinte José Elias Murad, como Líder de sua bancada quero cumprimentá-lo pela brilhante iniciativa dessa emenda, que permite ao Brasil dar um exemplo ao mundo no combate e na erradicação das drogas, fazendo com que as propriedades onde são cultivados plantas que geram dependência psíquica sejam expropriadas e destinadas à reforma agrária. Creio que será ponto de honra para todos os membros da Assembléia Nacional Constituinte a aprovação integral da emenda de S. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra o Relator.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a fim de que fique registrado nos Anais, informei o Constituinte José Elias Murad da seriedade de sua emenda, quando da sua apresentação, entre o 1º e o 2º Substitutivo. Disse a S. Ex.<sup>a</sup> que naquela altura não poderia acolhê-la, em vista da redação

que tomara, mas se S. Ex.<sup>a</sup> a reformulasse, como o fez, a Relatoria teria, como tem, imenso prazer em acompanhá-lo nessa caminhada. O nosso parecer é favorável à aprovação da emenda. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Com parecer favorável, do Relator, passaremos à tomada de votos.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Alfredo Campos, Almir Gabriel, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Celso Dourado, Cristina Tavares, Fernando Gasparian, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Lyra, Haroldo Sabóia, José Geraldo, José Serra, José Ulisses de Oliveira, Manoel Moreira, Maurílio Ferreira Lima, Milton Reis, Nelson Carneiro, Nilson Gibson, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Rodrigues Palma, Sigmaringa Seixas, Wilson Martins, Aécio Neves, Chagas Rodrigues, Daso Coimbra, Délio Braz, Jorge Hage, José Dutra, José Maranhão, José Tavares, Marcos Lima, Michel Temer, Octávio Elísio, Roberto Brant, Rose de Freitas, Vilson Souza, Aloysio Chaves, Carlos Chiarelli, Christóvam Chiaradia, Enoc Vieira, Francisco Benjamim, Gilson Machado, Inocêncio Oliveira, José Lins, José Santana de Vasconcellos, José Thomaz Nonô, Luís Eduardo, Mário Assad, Ricardo Fiúza, Sandra Cavalcanti, Annibal Barcellos, Furtado Leite, Jonas Pinheiro, José Lourenço, José Tinoco, Simão Sessim, Valmir Campelo, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Gerson Peres, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia, Virgílio Távora, José Maurício, Lysâneas Maciel, Floriceno Paixão, Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua, Plínio Arruda Sampaio, José Genoíno, Adolfo Oliveira, Siqueira Campos, Aldo Arantes, Roberto Freire e Beth Azize. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Egídio Ferreira Lima, José Richa, Virgildásio de Senna e João Agripino. **ABSTENÇÃO** do Senhor Constituinte Francisco Dornelles.

#### DECLARAÇÃO DE VOTO

Declaro que na 37ª votação, Emenda nº 22051 de autoria do Deputado José Elias Murad, embora no painel tenha constado o voto "não", para efeito da ata deseje constar que a minha vontade era votar "sim", favoravelmente a emenda.

Brasília, 17 de novembro de 1987. – Deputado **Oswaldo Coelho**.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 82 Constituintes; votaram NÃO 5 Constituintes; absteve-se de votar 1 Constituinte. Total: 88 votos. O Destaque foi **aprovado**.

Declaração de voto, do Senhor Constituinte Oswaldo Coelho.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Peço a atenção dos Srs. Constituintes para a seguinte comunicação do Presidente do Senado:

"Na qualidade de Presidente da Mesa do Congresso, convoco sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 16h, no plenário da Câmara, destinada à discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 1, de 1987, que estima a receita e fixa a despesa da União, para o exercício financeiro de 1988."

Teremos, na Comissão de Sistematização, às 14h 30min. nossa última reunião para apreciar a redação final do título que hoje estamos votando, e às 16h, como vimos, sessão do Congresso.

Sobre a mesa requerimento de prorrogação desta sessão até às 24h, para que possamos cumprir a pauta acordada pelas Lideranças. **(Palmas)** A pauta está assinada por praticamente todos os líderes. O requerimento, de acordo com o art. 12 do Regimento, tem de ser votado pelo Plenário. Tomo a iniciativa de colocá-lo a votos, simbolicamente.

Os que estão de acordo com essa prorrogação permaneçam como se encontram. **(Pausa)**

Por ampla maioria, com dois protestos, aprovada a prorrogação.

Requerimento a que se refere o Senhor Presidente Jarbas Passarinho:

Senhor Presidente:

Requeiro à Vossa Excelência a prorrogação da sessão da Comissão de Sistematização até às 24 horas para que possamos cumprir a pauta acordada pelas lideranças.

Sala das Sessões, 17 de novembro de 1987. —

**Antônio Britto — Luiz Inácio Lula da Silva — Siqueira Campos — Roberto Freire — Inocêncio Oliveira.**

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** — Sr. Presidente, gostaria de saber, já que V. Ex.<sup>a</sup> está informando sobre a reunião de amanhã à tarde, se a Mesa pode esclarecer se está mantida a sessão da noite para votarmos as mudanças do Regimento.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** — Vou consultar a Mesa e darei a V. Ex.<sup>a</sup> a resposta em seguida.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LINS:** — Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup>, porque esse esclarecimento é muito importante para todos nós.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** — Até agora as informações que tenho foram as que passei a V. Ex.<sup>as</sup>, ou seja, as duas sessões da tarde, às 14h30min e às 16h.

Tem a palavra o Constituinte José Genoíno.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** — Sr. Presidente, vou levantar uma questão de ordem neste momento, exatamente após a Comissão ter aprovado a prorrogação da sessão. Deveria fazê-lo no final dos nossos trabalhos mas faça-o agora porque não só quase todos os membros desta Comissão estão presentes como aqui também se encontram a imprensa e o público.

Estivemos semanas, mais de mês trabalhando nesta Comissão de Sistematização, 53 dias para ser preciso. Nós, Constituintes, que recebemos o voto para elaborar a Constituição, tivemos o direito à palavra e ao voto, mas é necessário que fique registrado neste momento — certamente vamos prestar nossas homenagens à Mesa que preside a Comissão de Sistematização —, perante a imprensa e o público aqui presentes, que há pessoas que não tiveram direito à palavra e ao voto, mas que desempenharam um papel importante na feitura da Constituição: estou-me referindo aos funcionários da Comissão de Sistematização.

**(Pausa)** Quero aqui registrar o nome destas pessoas, como o Sr. Paulo Affonso Martins de Oliveira, o Sr. Nerione Nunes Cardoso, a Sra. Maria Laura Coutinho, a Sra. Maria Júlia Rabello de Moura, a Sra. Maria Inês de Bessa Lins, a Sra. Maria Linda Moraes de Magalhães, o Sr. Antônio Fernando Borges Manzan, a Sra. Myrna Lopes Pereira de Oliveira, a Sra. Maria Laura de Souza Carneiro Victor, a Sra. Maria Carolina Coelho Cunha Bueno, a Sra. Gardene Maria Ferreira de Aguiar, a Sra. Tasmânia Maria de Brito Guerra, o Sr. Ronaldo Alves da Silva, a Sra. Hilda de Sena Corrêa Wiederhecker e demais funcionários, porque estas pessoas ajudaram a fazer esta Constituição. Não votaram nem puderam usar da palavra, mas queremos homenagear todos estes companheiros e estas companheiras. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** — As palavras de V. Ex.<sup>a</sup> estão registradas e foram aplaudidas.

**Destaque nº 0021-87, dos Srs. Siqueira Campos, José Lins e outros, “que suprime o art. 26 parágrafo único do Título IX do Substitutivo nº 2”. (526ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** — Atendendo à questão de ordem do Constituinte Nilson Gibson,

passo à votação do Destaque nº 21 e dou a palavra a S. Ex.<sup>a</sup>. O destaque é supressivo do art. 26, parágrafo único. S. Ex.<sup>a</sup> indica o Constituinte Oswaldo Lima Filho.

**O SR. CONSTITUINTE OSWALDO LIMA FILHO:** — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, a emenda de autoria do nobre Constituinte José Lins é idêntica à emenda de autoria do Constituinte Nilson Gibson, Emenda nº 33628, relativa ao Destaque nº 3353, de minha autoria, todas elas pleiteando a supressão do art. 26 e do seu parágrafo único das Disposições Transitórias.

O referido artigo dispõe que:

“Art. 26. Os recursos públicos destinados a operações de crédito de fomento serão transferidos, no prazo de 90 dias, pelo Banco Central do Brasil para o Tesouro Nacional, que estabelecerá a forma de sua aplicação.”

Quero salientar aos Srs. Constituintes, sobretudo aos do Nordeste, que esta medida é profundamente nociva aos interesses daquela região. Desde 1985 o Banco Central tem conseguido elevar as aplicações para os créditos rural e industrial na Região Nordeste de forma altamente significativa.

Devo ainda salientar que a medida corresponde a um absurdo legal. Toda a matéria concernente a esses créditos está regulada em duas leis votadas pelo Congresso Nacional, a Lei nº 4.595, de 1964, e a Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965. Essas leis deram a estrutura do crédito na sua aplicação, atribuíram ao Banco Central a competência para distribuí-lo, fiscalizá-lo e impor todas as multas concernentes às infrações da legislação. Todavia, o vazo democrático que domina esta República e que impregnou os tecnocratas deste País durante vinte anos de ditadura continua a impor sua marca. Dizia há pouco o estudioso da matéria que o pior não é matar o monstro, é remover o seu cadáver. Pois esses tecnocratas entenderam que, sem ouvir o Congresso Nacional, podiam dispor sobre essa matéria, e fizeram uma instrução do Conselho Monetário Nacional. Não satisfeitos, não fizeram um decreto-lei, mas um simples decreto, de nº 94.444, de 12 de junho de 1987, e transferiram todas as atribuições e recursos para o Tesouro Nacional.

Ora, o Tesouro Nacional não tem um funcionário qualificado para fiscalizar o crédito rural ou industrial, não tem atribuições legais, não tem competência, não tem capacidade para aplicar penalidades, mas isto foi feito para que todo o crédito ficasse nas mãos dos seus atuais dirigentes.

Contra o Decreto nº 159, Deputados e Senadores dirigiram ao Sr. Presidente da República um protesto veemente, pedindo sua revogação. Até hoje, não recebemos resposta alguma do Presidente José Sarney.

Sr. Presidente, o Nordeste que sempre foi postergado na aplicação de créditos rurais viu na atual administração do seu diretor as suas reivindicações, em grande parte, atendidas. É por isso que homens do Nordeste, como o Constituinte José Lins e eu, recebemos emendas supressivas deste dispositivo.

Concluindo, Sr. Presidente, quero alertar, além do mais, que a matéria não é constitucional. Se o Congresso Nacional quer e deve regular de forma diversa a matéria de crédito industrial e rural, que exige, sim, uma legislação cautelosa, cuidadosa e comedida, deve fazê-lo pela sua competência, através de leis votadas pelo Congresso Nacional e não baixar a cabeça diante de resoluções do Conselho Monetário Nacional e de decretos do Sr. Ministro Bresser Pereira. Tenho lutado, desde que voltei ao Legislativo, em 1983, pelo resgate das suas atribuições e não seria hoje que iria admitir que resoluções do Conselho Monetário Nacional, por simples decretos do Pre-

sidente da República, arrebatassem a competência do Congresso Nacional, modificando a legislação sem a sua audiência.

Sou, portanto, pela supressão do art. 26. Apenas os que estão subordinados à política monetária do Sr. Bresser Pereira poderão defender esse absurdo. **(Muito bem. Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte José Serra, para falar contra a emenda.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ SERRA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, venho defender a manutenção do art. 26 e do seu parágrafo único nas Disposições Transitórias da Constituição.

Queria dizer – e isto é muito importante – que este artigo e este parágrafo são absolutamente essenciais para dar maioria ao Congresso Nacional ao participar das decisões sobre despesas públicas no Brasil. Neste ano de 1987, já foram dados pelo menos 6 bilhões de dólares de subsídios creditícios, que representam despesa pública e que não foram apreciados por esta Casa, que não opinou a respeito desta despesa. Quando examinarmos o art. 26, veremos que dele dependerá a efetiva participação do Congresso Nacional na elaboração do orçamento e na decisão sobre despesas.

Gostaria de dizer também que esses dispositivos, independentemente da sua forma, foram incluídos no texto desde a Subcomissão do Sistema Financeiro, desde o período em que o Ministro da Fazenda ainda não era o Sr. Bresser Pereira, e sim o Sr. Dilson Funaro; foram mantidos pela Comissão temática e inseridos nesta versão do substitutivo.

Qual a sua essência? Estamos retirando do Banco Central as suas funções de fomento, deixando-lhe a função exclusiva e precípua de autoridade monetária, que ele deve ter. Então, o que acontece com o fomento no Brasil? Ele não vai acabar, mas o Banco Central não vai mais entregar recursos para crédito subsidiado diretamente ao sistema financeiro da economia. Quem vai fazer isto é o Tesouro Nacional. Mas quando o Tesouro Nacional entregará esses recursos? Ele só poderá fazê-lo se recursos estiverem no orçamento; e só poderá fazê-lo, se não estiverem no orçamento, pedindo um crédito suplementar ao Congresso Nacional.

Isto significará que o gasto em subsídio no Brasil terá que ser aprovado por esta Casa, no seu montante e no seu destino. Isto é absolutamente essencial. Do contrário, continuaremos cumprindo um papel decorativo em matéria de orçamento. Citei a cifra de seis bilhões de dólares e estou certo de que ela é uma fração ainda, não é a totalidade daquilo que foi gasto no Brasil em 1987, matéria sobre a qual não podemos opinar.

Além disso, quando se diz, no parágrafo, que se deve transferir do Banco Central para o Tesouro Nacional funções que são típicas do último, o que significa isto? Vou explicar. Hoje o Banco Central emite os títulos que são do Tesouro, sem qualquer espécie de controle. Uma coisa é o título de curto prazo que o Banco Central tem que ter para regular a oferta monetária. Mas acontece que ele emite inclusive os títulos do Tesouro, que deveriam ser emitidos tendo em vista não a política monetária, mas o financiamento da despesa pública no Brasil.

Portanto, estamos devolvendo ao Tesouro Nacional a função de emitir os seus títulos. Isto significa, também, que esta Casa terá de aprovar o montante de títulos que vão ser emitidos, as condições e tudo o mais. Isto é o que está por trás deste artigo. Por isso ele é absolutamente essencial. Ninguém está imaginando montar, no Minis-

tério da Fazenda, organismos de crédito para avaliação. Essa interpretação é equivocada. Trata-se apenas de transferir o centro de decisão para o Ministério da Fazenda, porque neste caso a Fazenda só poderá gastar o dinheiro que tenha sido aprovado no nosso orçamento ou concedido através de suplementação que nós façamos. Isto é a maioria do Congresso em matéria orçamentária, tudo isto contido num artigo e num parágrafo.

Estas as razões pelas quais pediria que mantivéssemos este artigo das Disposições Transitórias, mantido pelo Relator Bernardo Cabral nas sucessivas versões do texto constitucional. Ele é realmente fundamental.

Gostaria aqui de manifestar minha tristeza por divergir, no caso, de uma pessoa tão íntegra, tão batalhadora, que respeito desde a minha época de líder estudantil, o Constituinte Oswaldo Lima Filho. Ele está enganado na sua argumentação – permito-me afirmar isto.

Daí, peço que se mantenha este artigo e seu parágrafo. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte João Agripino, para encaminhar favoravelmente a emenda.

**O SR. CONSTITUINTE JOÃO AGRIPINO:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, não tenho a pretensão da tecnicidade do eminente Constituinte José Serra. Mas entendo, compreendo e alcanço os objetivos do nobre Constituinte ao defender intransigentemente o Tesouro Nacional. Acredito que o seu espírito de técnico nessa matéria e de político faz com que S. Ex.<sup>a</sup> defenda com tanto ardor o Ministério da Fazenda e o Tesouro Nacional. Mas lembro a S. Ex.<sup>a</sup> que o Banco Central faz parte da mesma administração. E mais, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, o Banco Central estará mais controlado por esta Casa do que a Secretaria do Tesouro Nacional. **(Palmas)**

Está aqui no texto constitucional que o Banco Central terá seu presidente e os seus diretores nomeados pelo Presidente da República com o **referendum** do Senado da República. Conseqüentemente, em primeiro lugar, um diretor do Banco Central terá obrigação de se comportar com isenção, isenção esta que poderá não ter o Secretário do Tesouro Nacional, que é nomeado pelo Ministro da Fazenda, por sua livre escolha. Em segundo lugar, a preocupação e o tecnicismo do ilustre Constituinte José Serra com relação ao orçamento também não se justificam. Por quê? Está dito no texto constitucional que esta Casa definirá em lei complementar as atribuições do Banco Central. Por conseguinte, se vamos definir o que é a Carteira de Fomento do Banco Central, ele não poderá fugir da definição que lhe vamos dar aqui. O Orçamento também está protegido porque está nesse texto que o Congresso Nacional receberá a proposta de todo o Orçamento da União, inclusive de investimentos **(Palmas)**, ou seja, todos os recursos que o Banco Central for destinar passarão obrigatória e necessariamente por esta Casa.

Não há qualquer tipo de preocupação, a não ser que se pretenda deixar nas mãos do Secretário do Tesouro, a seu bel-prazer e ao seu talento, a distribuição desses recursos, coisa que não poderá acontecer em relação ao Banco Central do Brasil. **(Palmas)**

Sr. Presidente, sem qualquer tipo de regionalismo, estamos pensando exclusivamente na importância sobretudo do Banco Central, que é quem sabe quais são os bancos de desenvolvimento que vão aplicar esses recursos, ao contrário da notícia que se espalhou de que o Banco Central destinará recursos a bancos privados. Não, absolutamente. Nós é que vamos definir para onde o Banco Central vai mandar esses recursos, e ele não poderá fugir desta definição. O Banco Central não poderá fugir do que a Lei Complementar, que vai definir as suas atribuições, lhe designar para destinação destes recursos.

Por isso, Sr. Presidente, sou a favor da supressão do art. 26, como pretende a emenda do Constituinte Nilson Gibson, José Lins e Oswaldo Lima Filho. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Fernando Gasparian, para encaminhar a cotação contrariamente à emenda.

**O SR. CONSTITUINTE FERNANDO GASPARIAN:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a redação deste artigo faz parte de uma série de artigos de uma política global aprovada pela Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças, oriunda da Subcomissão de Orçamento e Fiscalização Financeira.

É fundamental que o Banco Central, que ainda hoje funciona como o banco dos banqueiros do Brasil – e faz uma política que nem sempre é de interesse da produção nacional, sendo responsável, em grande parte, pelo excessivo custo financeiro no Brasil – realmente passe a desempenhar seu papel de autoridade monetária, preocupando-se somente com isso.

O Banco Central hoje envolve-se com tudo, inclusive com os fundos de fomento. Esses fundos, que são decorrentes de verbas orçamentárias ou de contratos de financiamentos com o exterior, muitas vezes não são utilizados para as finalidades com que foram criados, porque a caixa do Banco Central é uma só. Num determinado mês, por exemplo, o Banco Central resolveu cobrir o "estouro" da Coroa-Brastel, do Comind, ou então financiar a Transbrasil com recursos que eram destinados à agricultura. Para que não faça uma emissão que possa parecer inflacionária, então segura, congela, esteriliza recursos desses fundos, que são de desenvolvimento, para que no final do mês o seu balanço não acuse expansão dos meios de pagamento.

Na verdade, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, é fundamental que o Banco Central do Brasil passe a desempenhar papel de autoridade monetária – e só. E que fique restrito a esse trabalho.

A pressão que está havendo para que seja eliminado das Disposições Transitórias esse artigo, como o proposto, é realmente resultado da vontade e da preocupação do Banco Central de continuar controlando muito mais do que isso, dedicando-se a uma série de atividades que tradicionalmente não são suas.

Assim, Sr. Presidente, para que esses fundos, principalmente os agrícolas, possam ter o destino correto, é preciso que saiam das mãos do Banco Central e que este exerça apenas seu papel de controlar a moeda e o crédito, fazendo com que a produção do País flua normalmente e não haja os custos financeiros, que são, em grande parte, responsáveis pelo desemprego, baixos salários e inflação existentes no Brasil.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Concedo a palavra ao Relator, Constituinte Virgílio Távora.

**O SR. RELATOR (Virgílio Távora):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, ouvimos atentamente as argumentações aqui expendidas, seja por aqueles que defendem a existência do art. 26 e seu parágrafo único, seja por aqueles que o contradizem.

Gostaríamos de aduzir algumas razões e deixar, como da outra vez – dando nosso voto, é claro – à consciência de cada um dos Srs. Constituintes a decisão sobre esta matéria, pela importância de que se reveste.

Inicialmente, há um fato. Aprovo este artigo, sem que tenhamos conhecimento pleno de suas prováveis repercussões. Possivelmente, poderemos estar incorrendo no risco de incluir medidas cuja dificuldade de implantação será talvez intransponível. O que hoje é o Banco Central em relação justamente aos empréstimos e documentos correlatos firmados de acordo com o art. 17 da Lei nº 4.829, aqui tão citada?

Permitam-nos lê-lo:

"...caberá entender-se ou participar de entendimentos com as instituições financeiras estrangeiras e internacionais, em assuntos ligados à obtenção de empréstimos destinados a programas de financiamento às atividades rurais, estando presentes na assinatura dos convênios e apresentando ao Conselho Monetário Nacional sugestões quanto às normas para sua utilização."

Mais ainda, é do conhecimento de todos os Srs. Constituintes que esse banco é o nosso grande instrumento nas negociações com aquele centro financeiro maior, onde as expectativas de financiamento que se abrem para nós surgem apenas por parte do Japão. Não vamos dizer que com essa mudança seria cortado esse fluxo de recursos, mas toda aquela engrenagem constitucionalmente estaria eliminada.

Estamos de acordo em que este assunto seja objeto de lei. Já temos decretos e portarias, vários dos quais baixados desde 1964, que regulamentam o funcionamento desse banco e essas atividades, as quais hoje, através de um item das "Disposições Transitórias", queremos, num passe de mágica transferir para o Tesouro.

Tornamos a dizer a V. Ex.<sup>as</sup> que a idéia do art. 26 está coerente dentro do conjunto. Mas isso poderá ser feito paulatinamente, através de lei, que, se não estiver perfeita, poderá ser revogada, modificada. Como inserir, "engessar" numa Constituição, queimando caravelas, um dispositivo de ida sem volta?

O parecer do Relator, **data venia** todo o brilhantismo das exposições dos Constituintes José Serra e Fernando Gasparian, é a favor da emenda. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Parecer favorável.

**O SR. CONSTITUINTE NELTON FRIEDRICH:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem, por ser importante, inclusive, para o meu voto.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem a palavra V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE NELTON FRIEDRICH:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, a matéria é extremamente importante. Gostaria de obter do Relator, se possível, a seguinte informação: com a volta das prerrogativas do Poder Legislativo, onde vamos determinar e avaliar mudanças orçamentárias, e passando determinadas medidas, como diz o texto do Bernardo Cabral, aplicar a cargo do Tesouro, este será uma peça orçamentária aprovada por este Poder? Sendo aprovados por este Poder o fomento, o subsídio, etc., obrigatoriamente deverá respeitar a decisão deste Congresso. Faço esta pergunta para saber a forma mais correta de exatamente este Poder determinar o que o Tesouro fará com o recurso. E a segunda observação, é se tiraríamos do Banco Central, cuja finalidade é monetária, esta função específica, não entrando no fomento, inclusive para evitar a cobertura de escândalos, como, por exemplo, o Coroa-Brastel.

Gostaria de obter estas duas informações do Sr. Relator, porque acho esta matéria muito importante.

**O SR. RELATOR (Virgílio Távora):** – Nobre Constituinte Nelson Friedrich, lamentavelmente, não tenho a eloquência de um bacharel; contudo, talvez tenha um raciocínio mais cartesiano. Parece que não fomos ouvidos com a necessária atenção – desculpe-me a franqueza. Simplesmente, não discutimos o cerne da questão. Dissemos que este assunto deveria ser regulado numa lei que poderá ser modificada. Não queríamos introduzir na Constituição uma inovação com tal profundidade. V. Ex.<sup>a</sup> há de concordar comigo, porque, depois, para modificá-la, seria preciso uma emenda constitucional, o que acarretaria

dificuldades imensas. Foi essa a base do novo raciocínio. Mostramos que o Congresso Nacional pode funcionar calmamente e sem atropelos, após a feitura da Constituição, e uma lei disciplinará o assunto. Não desta maneira – repito – como uma queima de caravelas, que vai e não tem mais volta, ou tem uma volta muito difícil. Era isso que tinha a dizer.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A Mesa tem sido muito liberal nessas questões, como esta que acaba de ser levantada pelo Constituinte Nilton Friedrich. Houve quatro oradores e, depois o Relator, falou por 5 minutos. Se após 25 minutos de explanação os Deputados e Senadores Constituintes não se consideram suficientemente informados, vamos prolongar este item por muito tempo. Sei que há questões vitais que merecem esclarecimentos para que cada um vote conscientemente, mas faço um apelo no sentido de que prestem atenção aos esclarecimentos, que talvez respondam às questões e às dúvidas levantadas por V. Ex.<sup>as</sup>

Passo a tomar os votos.

#### (Procede-se à votação)

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ RICHÁ:** – Sr. Presidente, sei que não dá mais para retificar meu voto. Assumo, pois, o meu erro. Quero apenas registrar junto à Mesa que votei equivocadamente "sim". O meu voto é "não". Trabalhei todo o Plenário pelo "não", mas, na hora de votar estava conversando com um jornalista e acabei votando "sim".

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Isso acontece com ilustres figuras deste Congresso.

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Aluizio Campos, Antônio Britto, Bernardo Cabral, Celso Dourado, Fernando Bezerra Coelho, Francisco Pinto, José Freire, José Richa, Nilson Gibson, Raimundo Bezerra, Rodrigues Palma, Virgildásio de Senna, Wilson Martins, Antonio Mariz, Chagas Rodrigues, Daso Coimbra, Délio Braz, João Agripino, José Costa, José Dutra, José Maranhão, Miro Teixeira, Roberto Brant, Aleni Guerra, Aloysio Chaves, Carlos Chiarelli, Enoc Vieira, Eraldo Tinoco, Gilson Machado, Inocêncio Oliveira, José Lins, José Santana de Vasconcellos, José Thomaz Nonô, Osvaldo Coelho, Ricardo Fiuza, Sandra Cavalcanti, Annibal Barcellos, Furtado Leite, Jofran Frejat, Jonas Pinheiro, Valmir Campelo, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Gerson Peres, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia, Virgílio Távora, José Maurício, Floriceno Paixão, Francisco Rossi, Ottomar Pinto, Sólton Borges dos Reis, Adolfo Oliveira e Siqueira Campos. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Alfredo Campos, Artur da Távola, Carlos Sant'Anna, Cristina Tavares, Egídio Ferreira Lima, Fernando Gasparian, Fernando Lyra, Haroldo Sabóia, José Paulo Bisol, José Serra, José Ulisses de Oliveira, Manoel Moreira, Maurício Ferreira Lima, Nelson Jobim, Nilton Friedrich, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Severo Gomes, Sigmaringa Seixas, Jorge Hage, José Tavares, Nelson Wedekin, Rose de Freitas, Francisco Dornelles, Luís Eduardo, Mário Assad, Simão Sessim, Lysâneas Maciel, Plínio Arruda Sampaio, José Genoíno, Haroldo Lima, Roberto Freire e Beth Azize. **ABSTENÇÃO** do Senhor Constituinte Nelson Carneiro.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 54 Constituintes; votaram NÃO 35 Constituintes; absteve-se de votar 1 Constituinte. Total: 90 votos. O destaque foi **aprovado**.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Concedo a palavra, pela ordem, ao Constituinte Siqueira Campos.

**O SR. CONSTITUINTE SIQUEIRA CAMPOS:** – Sr. Presidente, o autor deste destaque é o humilde Constituinte que ora levanta a questão de ordem. Nesta hora, concedo co-autoria aos Constituintes Nilson Gibson, Oswaldo Lima Filho e demais autores de emendas semelhantes,

agradecendo ao nobre Relator o apoio que empresta a mais uma boa causa, o que permitirá o fomento fique no Banco Central, para o bem do Brasil.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – O destaque foi requerido por V. Ex.<sup>a</sup> e teve o nº 021. Seus co-autores são os Constituintes José Lins, Nilson Gibson e Mário Maia. Não sei se há outro co-autor cujo nome me tenha escapado.

**Destaque nº 7741-87 – Emenda nº ES-20970-1, do Sr. Sotero Cunha, "que substitui o art. 32, Título X do Substitutivo nº 1 (art. 31 do Título IX do Substitutivo nº 2)". (527ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Passemos ao Destaque nº 7741, de autoria do Constituinte Sotero Cunha. Peço a atenção dos Srs. Constituintes, porque a emenda está bastante mutilada. Foi apresentada com as modificações feitas em tempo hábil, mas é preciso acompanhar esta explicação. A Emenda nº 20970 ficará reduzida apenas ao seguinte:

"Ao ex-combatente civil ou militar, que tenha participado efetivamente em operações bélicas na Força Expedicionária Brasileira, Marinha de Guerra, Marinha Mercante, Força Aérea, Força do Exército, são assegurados os seguintes direitos:

I – aproveitamento no serviço público, sem exigência de concurso público, com estabilidade;

II – aposentadoria integral correspondente a de Segundo-Tenente das Forças Armadas. Esta poderá ser requerida a qualquer tempo, sem prejuízo dos direitos adquiridos;

III – pensão aos dependentes;

IV – assistência médica, hospitalar e educacional gratuita, extensiva aos dependentes;

V – prioridade na aquisição da casa própria para os que não a possuam ou para suas viúvas."

Este o texto que está sendo colocado em votação.

Tem a palavra, para encaminhar a favor, o Constituinte José Maria Eymael.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ MARIA EYMAEL:** – Sr. Presidente, esta emenda trata dos ex-combatentes brasileiros que participaram de operações bélicas na Segunda Guerra Mundial.

Com relação ao texto do ilustre Relator Bernardo Cabral, as alterações são as seguintes:

No **caput**, inclui-se a expressão "ou militar", o que apenas estabelece uma correção eventual do texto.

Os incisos I e II não são alterados, apenas sintetizados num único inciso.

No inciso III se acrescenta um valor para a aposentadoria, estabelecendo que essa aposentadoria será, no mínimo, equivalente ao soldo de segundo-tenente.

Esta é, realmente, uma alteração fundamental, muito embora não seja de grande valor econômico: os que hoje ganham dois salários mínimos passarão a ganhar alguma coisa em torno de quatro salários mínimos.

Estabelece ainda o inciso III que a aposentadoria poderá ser requerida a qualquer tempo. Por que isso? Porque há uma série de ex-combatentes que, marginalizados no tempo, não exercitaram esse direito. Embora tendo inclusive tempo para aposentadoria, ficaram à margem do benefício.

De outro lado, ainda no inciso III – e isso é relevante –, elimina-se a exigência de 25 anos de serviço público ou de contribuições para a Previdência. Por que isso? Porque, em sua grande maioria, nossos ex-combatentes já estão septuagenários, tendo ultrapassado de



muito essa exigência de 25 anos, quer num sentido quer noutro.

No inciso IV, elimina-se a necessidade de se provar carência de recursos para se ter assistência médica; do contrário esses nossos ilustres patrícios continuarão a padecer como padecem hoje, para provar que são carentes e, assim, ter assistência médica.

Finalmente, a emenda estabelece que nossos ex-combatentes ou suas viúvas terão prioridade na aquisição da casa própria, naturalmente se sujeitando às regras do sistema, mas dentro de uma política de preferência.

Este o texto, o conteúdo da emenda.

Gostaria apenas de dizer algumas palavras. Um povo só é digno de seu passado quando honra e respeita esse passado. E não poderá vislumbrar um futuro se não se debruçar permanentemente sobre seu passado.

Nossos ex-combatentes hoje, em sua maioria – e eu os vejo nas galerias, silentes, quietos, aguardando que se lhes faça justiça – são quase septuagenários, alquebrados, muitos deles inválidos, com filhos inválidos. Necessitam realmente que a Assembléia Nacional Constituinte lhes faça justiça. Efetivamente, não podemos resgatar-lhes as vidas, que se estão escoando, abandonados que foram no rio do tempo, mas podemos estabelecer – e está em nossas mãos fazê-lo – um processo de reparação de injustiças. Já estão longe as margens de Monte Cassino, Monte Castelo, os céus da Itália, os céus da Europa e os mares aqui do Sul, onde defenderam a liberdade.

É importante refletir e assinalar que se hoje estamos aqui é porque um dia eles estiveram lá. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Está inscrito para falar contra o Constituinte Ricardo Fiuza. S. Ex.<sup>a</sup> desiste da palavra, inclusive em função das modificações apresentadas no texto.

Diante disso, consulto o nobre Constituinte Gerson Peres se S. Ex.<sup>a</sup> também desiste da palavra.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sim, desisto.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Muito obrigado.

**O SR. CONSTITUINTE MIRO TEIXEIRA:** – Sr. Presidente, um pequeno esclarecimento. A emenda propõe que o soldo mínimo seja correspondente ao de segundo-tenente ou ao soldo mínimo de segundo-tenente?

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Vamos falar com toda a clareza. A emenda referia-se a vencimentos. O autor, percebendo que o texto assim não estava bom, retirou a palavra "vencimento" e ficou a aposentadoria correspondente ao soldo de segundo-tenente e não ao soldo mínimo de segundo-tenente. Há segundos-tenentes que ganham **a**, **b** ou **c**. Naturalmente depois a lei ordinária terá de regulamentar a matéria.

**O SR. CONSTITUINTE MIRO TEIXEIRA:** – Gostaria de perguntar algo a V. Ex.<sup>a</sup>, que me pode esclarecer a respeito com a autoridade e o conhecimento que tem do assunto. Foram incluídos ex-combatentes militares, e no texto referia-se a ex-combatentes civis. Não existem ex-combatentes militares que ganham mais do que o correspondente ao soldo de segundo-tenente?

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – O soldo é a base. É como o nosso subsídio fixo. Sobre isso incidem as gratificações e as vantagens, que são temporárias ou permanentes.

**O SR. CONSTITUINTE MIRO TEIXEIRA:** – Não se corre o risco de reduzir o que o militar percebe?

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Não. De acesso financeiro não haverá.

Com a palavra o Relator.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – O Relator, em homenagem ao Presidente, que é um militar reformado; em homenagem também ao nosso Relator, Senador Virgílio Távora, igualmente um militar reformado, passa a S. Ex.<sup>a</sup> a palavra, para que dê seu depoimento e encaminhe a votação favoravelmente à emenda.

**O SR. RELATOR (Virgílio Távora):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, poderíamos dizer duas palavras apenas, devido ao adiantado da hora, mas diríamos também que a medida que se quer aprovar representa um ato de justiça e é ao mesmo tempo o resgate de uma dívida muito grande.

Recordo-me, quando mais novo, de ter visto partir toda essa gente para a guerra. Muitas esperanças, muitas promessas. Quando voltaram, foram jogados ao léu. Assim, constitucionalmente, estamos resgatando uma dívida, que não é de hoje, é de quarenta anos. Parecer favorável.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Com parecer favorável do Relator, passamos à votação.

**(Procede-se à votação)**

**O SR. CONSTITUINTE CARLOS SANT'ANNA:** – Sr. Presidente, apenas para constar em ata, sobre o processo de votação, que eu me equivoquei na marcação do meu voto. Iria votar "sim" mas, infelizmente, marquei errado e ficou registrado "não".

**(Prossegue a votação)**

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Alfredo Campos, Almir Gabriel, Antônio Britto, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Celso Dourado, Cristina Tavares, Egídio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, José Freire, José Paulo Bisol, José Richa, Manoel Moreira, Maurílio Ferreira Lima, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nelson Friedrich, Nilson Gibson, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Rodrigues Palma, Sigmaringa Seixas, Wilson Martins, Antonio Mariz, Chagas Rodrigues, Daso Coimbra, Délio Braz, João Agripino, Jorge Hage, José Costa, José Dutra, José Maranhão, José Tavares, Marcos Lima, Michel Temer, Miro Teixeira, Nelson Wedekind, Octávio Elísio, Roberto Brant, Rose de Freitas, Vilson Souza, Alcení Guerra, Antonio Carlos Mendes Thame, Arnaldo Prieto, Carlos Chiarelli, Enoc Vieira, Eraldo Tinoco, Francisco Dornelles, Gilson Machado, Inocêncio Oliveira, José Lins, José Thomaz Nonô, Luís Eduardo, Mário Assad, Osvaldo Coelho, Ricardo Fiuza, Sandra Cavalcanti, Furtado Leite, Jofran Frejat, Jonas Pinheiro, Simão Sessim, Valmir Campelo, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Gerson Peres, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia, Adylson Motta, José Maurício, Lysâneas Maciel, Floriceno Paixão, Francisco Rossi, Ottomar Pinto, Sólton Borges dos Reis, Plínio Arruda Sampaio, José Genoíno, Adolfo Oliveira, Sotero Cunha, Haroldo Lima, Roberto Freire e Beth Azize.

**ABSTENÇÃO** do Senhor Constituinte Carlos Sant'Anna.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 88 Constituintes; absteve-se de votar 1 Constituinte. Total: 89 votos. O Destaque foi **aprovado**.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A Presidência gastaria apenas de fazer uma observação: todos estes homens que lutaram na II Guerra Mundial têm, hoje, idade avançada; apesar disso, estiveram aqui todos esses dias e nunca houve uma manifestação por parte deles. Agora, recebem os aplausos e os agradecem com gestos, o que me parece sinal de respeito à Assembléia Constituinte. **(Palmas prolongadas)**

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ TAVARES:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ TAVARES:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, depois desse grande exemplo que recebemos desses brasileiros ilustres, como bem disse V. Ex.<sup>a</sup>, numa demonstração de respeito a Assembléia Constituinte, fato que não ocorreu ontem aqui, gostaria de lembrar também outra categoria, esquecida naquela justíssima homenagem que se prestou aos funcionários da Comissão de Sistematização: a dos taquígrafos. **(Palmas)** Todos somos sabedores do grande esforço, dedicação e assiduidade desses funcionários. Sei que o esquecimento do colega José Genoíno foi involuntário, é claro. Por isso mesmo venho a tribuna incluir nas justas homenagens prestadas aos funcionários da Comissão de Sistematização, as homenagens também aos taquígrafos, aos funcionários do plenário, da segurança, aos que servem cafezinho na copa, em síntese, a todos os funcionários da Casa que, com dedicação, amor e urbanidade vêm, ao longo de quase um ano, ajudando-nos da forma mais dedicada possível, juntamente com os funcionários da Comissão de Sistematização. **(Palmas)**

**Destaque nº 1858-87 – Emenda nº ES-31264-2, do Sr. Oswaldo Lima Filho, "que adita parágrafo único ao art. 42 do Título X do Substitutivo nº 1 (art. 39, Título IX do Substitutivo nº 2)". (528ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Passamos à votação do Destaque nº 1858, de autoria do Constituinte Oswaldo Lima Filho, a quem concedo a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE ANTONIO CARLOS KONDER REIS:** – Sr. Presidente, pela ordem, com licença do nobre orador.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – V. Ex.<sup>a</sup> tem a palavra, pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE ANTONIO CARLOS KONDER REIS:** – Sr. Presidente, o nobre Constituinte José Tavares acaba de fazer um adendo à justíssima homenagem que o nobre Constituinte José Genoíno prestou aos funcionários da Câmara dos Deputados e do Senado da República que têm assessorado a Mesa e os trabalhos da Comissão de Sistematização, como também àqueles temos prestado serviços.

Peço licença para acrescentar o nome daqueles que devem ser também justamente homenageados: os servidores do Prodasen. Por delegação do Sr. Relator-Geral tenho colaborado, ainda que modestamente, com a redação final da matéria votada nesta Comissão de Sistematização. Preparo os documentos para exame e decisão do Sr. Relator-Geral. E esse trabalho só tem sido possível graças à dedicação do Dr. Estevam, do Dr. Kleber e, também, do Assessor da Câmara dos Deputados, Dr. Anderson, que faz a revisão da parte de redação propriamente dita. Sob a direção do Sr. Sérgio Ottero, o Prodasen está prestando inestimável serviço à Comissão de Sistematização. Portanto, gostaria que os nomes desses companheiros também figurassem nos Anais da Constituinte. E acrescento que o Dr. Pojo tem sido um baluarte como assessor especial do nobre Sr. Relator-Geral.

Assim, creio que completamos o elenco daqueles que merecem referência, mais do que justa, pela dedicação que têm demonstrado no trabalho de assessoramento à Mesa e à Comissão de Sistematização.

Muito obrigado ao nobre Constituinte Oswaldo Lima Filho.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Oswaldo Lima Filho.

**O SR. CONSTITUINTE OSWALDO LIMA FILHO:** – Sr. Presidente, Srs. e Sras. Constituintes, a Emenda nº

31264, ora em discussão, submetida ao Plenário da Comissão de Sistematização, é do seguinte teor:

"Inclua-se no art. 42:

Parágrafo único. Durante 20 (vinte) anos, contados da promulgação desta Carta, a União aplicará no Nordeste, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) dos recursos orçamentários destinados à irrigação."

Sr. Presidente, quero esclarecer, porque há um cuidado já revelado da Comissão de Sistematização em não aplicar fundos fixos na Constituição. No caso, trata-se apenas de regular a aplicação dos recursos já destinados pelo orçamento para irrigação.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, sabemos através das Comissões Parlamentares de Inquérito, realizada na Câmara a respeito da região do São Francisco e do Nordeste, que a região, com uma área de 1 milhão e 548 mil quilômetros quadrados e uma população de 35 milhões de habitantes, tem os mais baixos índices de renda **per capita** e os menores índices sociais do ponto de vista de educação e de saúde pública. No Nordeste localizam-se as maiores percentagens de analfabetos dos Países. Ali estão os mais baixos índices de atendimentos hospitalar e também os mais altos índices de pobreza absoluta, decorre – como é sabido – da aridez de grande parte da área nordestina, da estrutura agrária do regime monocultor e de um conjunto de circunstâncias. O Nordeste, todavia, tem recursos naturais admiráveis.

Geraldo Rocha, o grande estudioso baiano do São Francisco, já salientava ser uma vergonha nacional o fato de o rio São Francisco continuar sem o aproveitamento devido. Salvo o aproveitamento hidrelétrico de Paulo Afonso, Sobradinho e, no próximo ano, de Itaparica, o São Francisco, onde a Comissão de Desenvolvimento do Vale demonstrou a existência de um milhão e oitocentos mil hectares de terras com relevo altamente propício à irrigação, possuindo todas as condições favoráveis, não tem sequer cem mil hectares irrigados. O Brasil, para nossa vergonha, tem hoje cerca de um milhão de hectares irrigados, quando o México, com uma superfície muito menor e com condições de riqueza inferior, já irrigou cinco milhões de hectares; quando a Índia, na sua pobreza, já irrigou dezenas de milhões de hectares. E o Nordeste continua com cem mil hectares irrigados até agora.

A emenda pretende que pelo menos 50% dos recursos para a irrigação sejam aplicados na irrigação do Nordeste. O vale do São Francisco pode produzir todo o alimento necessário à população nordestina, inclusive para exportar. As empresas que ali produzem são exemplos admiráveis disso. Mas o poder público continua-se esquecendo das necessidades nordestinas. Quando o País elabora uma nova Constituição, deve repetir os cuidados que tiveram as Constituições anteriores, como a de 1934 e a de 1946, qual seja, de estabelecer o planejamento definitivo para o Nordeste. É o que pretende a emenda aditiva que ora proponho à Assembléia Nacional Constituinte.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Concede a palavra ao nobre Constituinte Sotero Cunha.

**O SR. CONSTITUINTE SOTERO CUNHA:** – Sr. Presidente, estive, há poucos instantes, com os companheiros ex-combatentes que estão nas galerias levando-lhes o abraço da Assembléia Nacional Constituinte. Eles retribuíram e mandaram um abraço para todos os Constituintes. Expressaram também o seu agradecimento. Temos que agradecer a estes homens, porque há quarenta e quatro anos lutaram para que estivéssemos hoje vivendo uma democracia. Muito obrigado. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Com as devidas e reiteradas homenagens, está encerrado o assunto ex-combatentes.

Com a palavra o Constituinte Celso Dourado.

**O SR. CONSTITUINTE CELSO DOURADO:** – Desisto da palavra, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Tem a palavra o Sr. Relator.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – Sr. Presidente, gostaria de usar da palavra.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Senador Nelson Carneiro, eu já tinha encerrado, V. Ex.<sup>a</sup> me desculpe, sabe o quanto me pesa particularmente ficar em posição contrária à de V. Ex.<sup>a</sup>, mas já concedi a palavra ao Relator.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o eminente Constituinte Oswaldo Lima Filho repara uma lacuna existente na sua região. A justificação da sua emenda bem representa a inquietação de todos os que vivem no Nordeste. A emenda é mais do que justa e, por essa razão, opino pela sua aprovação.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Alfredo Campos, Aluizio Campos, Celso Dourado, Cristina Tavares, Egídio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Gasparian, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, José Freire, José Paulo Bisol, José Richa, José Ulisses de Oliveira, Manoel Moreira, Maurílio Ferreira Lima, Nelton Friedrich, Nilson Gibson, Paulo Ramos, Raimundo Bezerra, Sigmaringa Seixas, Virgildásio de Senna, Wilson Martins, Antonio Mariz, Chagas Rodrigues, João Agripino, Jorge Hage, José Costa, José Maranhão, José Tavares, Miro Teixeira, Octávio Elísio, Roberto Brant, Rose de Freitas, Vilson Souza, Alcení Guerra, Carlos Chiarelli, Enoc Vieira, Gilson Machado, Inocêncio Oliveira, José Lins, José Santana de Vasconcellos, José Thomaz Nonô, Luís Eduardo, Mário Assad, Osvaldo Coelho, Sandra Cavalcanti, Furtado Leite, Jofran Frejat, Jonas Pinheiro, Simão Sessim, Valmir Campelo, Antônio Carlos Konder Reis, Gerson Peres, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia, Virgílio Távora, José Maurício, José Fernandes, Francisco Rossi, Ottomar Pinto, Slon Borges dos Reis, Plínio Arruda Sampaio, José Genoíno, Adolfo Oliveira, Sotero Cunha, Haroldo Lima, Roberto Freire e Beth Azize. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Almir Gabriel, Antônio Britto, Artur da Távola, Nelson Jobim, Pimenta da Veiga, Renato Vianna, Severo Gomes e Délio Braz. **ABSTENÇÃO** dos Senhores Constituintes Arnaldo Prieto e Darcy Pozza.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 71 Constituintes; votaram NÃO 8 Constituintes; abstiveram-se de votar 2 Constituintes. Total: 81 votos. O destaque foi **aprovado**.

**O SR. CONSTITUINTE NILSON GIBSON:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem. Não sou do Senado Federal, mas lá pretendo chegar nas próximas eleições. Peço a V. Ex.<sup>a</sup> que adite ao registro dos Constituintes José Genoíno e José Tavares os servidores da Gráfica do Senado Federal, de quem nos esquecemos, que vêm passando noites e noites mal dormidas.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Estou preparado para receber vários corolários desse teorema. Mas V. Ex.<sup>a</sup> esqueceu-se do funcionário Vanir, que é de vital importância nos nossos trabalhos e na estrutura de mesa.

**O SR. CONSTITUINTE OSWALDO LIMA FILHO:** – Sr. Presidente, gostaria de registrar, em menos de um minuto, em nome dos nordestinos, a justiça que nos fez o Constituinte Adolfo Oliveira, ao incluir a emenda sobre irrigação no Nordeste na quota do seu partido.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Está registrado.

Tem a palavra o nobre Constituinte Inocêncio Oliveira.

**O SR. CONSTITUINTE INOCÊNCIO OLIVEIRA:** – Sr. Presidente, dentro de alguns minutos daremos início a votação do Destaque nº 0741, do nobre Constituinte Sigmaringa Seixas, referente ao art. 48, que tem o seguinte teor:

"É mantida a Zona Franca de Manaus, com as suas características de área de livre comércio de exportação e importação e de incentivos fiscais, sendo desnecessário qualquer ato administrativo ou legislativo para prorrogações."

A respeito dessa matéria houve um acordo entre o ilustre Relator e o autor da emenda para a supressão dos §§ 1º e 2º. Em nome do líder do meu partido, Constituinte José Lourenço, apoiamos esta emenda, em homenagem ao ilustre Relator, que se tem conduzido com denodo, zelo e equilíbrio nesta Comissão. **(Palmas)** Então, terá o nosso total apoio, bem como dos nossos companheiros do Norte, que aqui têm prestado um grande trabalho a esta Comissão de Sistematização.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Os beneficiários, naturalmente, esperam que V. Ex.<sup>a</sup> passe da palavra à ação na hora da votação.

**O SR. CONSTITUINTE INOCÊNCIO OLIVEIRA:** – Perfeitamente, Sr. Presidente.

**Destaque nº 0741-87, do Sr. Sigmaringa Seixas, "que suprime o art. 48, §§ 1º e 2º do Título IX do Substitutivo nº 2". (529ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Em votação o Destaque nº 741, do Constituinte Sigmaringa Seixas, a quem concedo a palavra. **(Pausa)** S. Ex.<sup>a</sup> indicou a Constituinte Cristina Tavares para fazer a defesa do **destaque**.

**O SR. CONSTITUINTE SIGMARINGA SEIXAS:** – Sr. Presidente, ainda que tenha indicado a Constituinte Cristina Tavares, quero apenas esclarecer que a emenda objeto do presente destaque propõe a supressão apenas dos §§ 1º e 2º, mantidos o **caput** e o § 3º.

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho):** – Acho que foi exatamente o que disse, há pouco, o Constituinte Inocêncio Oliveira. Mas, de qualquer modo, não é demais que se rememore esses esclarecimentos.

**A SRA. CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, como Relatora da Subcomissão da Ciência e Tecnologia, tive o privilégio de ir a Manaus a convite da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência.

Toda a Subcomissão esteve visitando os diversos institutos de pesquisa e de desenvolvimento da Amazônia. Podemos constatar que aquela região permanece absolutamente carente de tecnologia capaz de desenvolvê-la e de integrá-la – homem e natureza – ao conjunto do País. Vimos, com a maior tristeza, e – porque não confessar? – com muita angústia, que a Amazônia continua sendo pasto daqueles que, não sendo animais da selva, praticam a rapinagem nesta extraordinária área não só do Brasil, mas do mundo.

Srs. Constituintes, ouvimos de cientistas que trabalham no Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia, por exemplo, a informação de que, a cada mês, centenas de estudantes estrangeiros vão à mata não para deslumbrar-se com a pujança da Amazônia, mas, pelo que resta da Mata Atlântica, colher os códigos genéticos de onde sairão, no futuro, as matrizes para a biotecnologia e química fina, enfim, para o domínio do mundo. E assistimos à Amazônia parecer impotente diante de empresários que,

em nome do desenvolvimento, queimam as matas, queimam algumas espécies raras, únicas, que ainda restam neste universo de plantas e de árvores, e nada mais deixam.

Srs. Constituintes, este é um dos artigos mais importantes desta Constituição, porque através dele vamos fazer a definição entre desenvolvimento integral e o enclave. Tenho uma posição diante da Zona Franca de Manaus: ali, há empregos, há recursos carreados, tal como na minha região, o Nordeste. Os recursos que vão para a Amazônia não se integram à sociedade, ao povo, mas ficam nas oligarquias: no Nordeste, às oligarquias rurais; na Amazônia, às oligarquias implantadas na Zona Franca de Manaus.

Tenho alguns dados, e é importante que eles sejam assimilados por esta Comissão de Sistematização, porque é grande a nossa responsabilidade.

Sr. Presidente, não trago dados que tenha recolhido ao acaso, mas dados oficiais dos órgãos de desenvolvimento do Brasil. A Zona Franca de Manaus, que tem vinte anos de existência, não está produzindo tecnologia. Ela copia e contrabandeia tecnologia. A Zona Franca de Manaus não pode ser comparada com o sudoeste asiático, pois a Malásia e a Coreia são exportadores do comércio, enquanto que a Zona Franca é importadora. O atraso tecnológico do que se produz no sudoeste asiático é de zero a dois anos. Já na Zona Franca de Manaus é de dez anos.

Sr. Presidente, os incentivos para a Zona Franca de Manaus estão na ordem de 1,5 bilhões de dólares por ano e os empregos diretos criados são apenas 60 mil. Nesses 60 mil empregos, o salário médio é inferior a 200 dólares por mês e o incentivo por emprego criado é de 2.500 dólares, ou seja, acima de 10 salários mínimos de incentivos para cada emprego criado.

Sr. Presidente, há um amazônico equívoco na noção de desenvolvimento a partir da Zona Franca de Manaus. Mas é preciso que se faça justiça. O desenvolvimento não pode ser feito por decreto. Reconheço o enorme esforço do Relator Bernardo Cabral, reconheço o enorme esforço da bancada da Amazônia e resalto o esforço da Constituinte Beth Azize, do Partido Socialista Brasileiro, no sentido de manter, de alguma forma, a Zona Franca de Manaus, não com esses incentivos, não com esse exagero, mas fazendo com que aos poucos, vá-se integrando uma zona que deveria ser de produção de tecnologia e com que, com os recursos dados para aquela região, possam abranger a mata, o homem, a ecologia.

Concluindo, Sr. Presidente, quero dar o meu testemunho. O Constituinte Sigmaringa Seixas, que me indicou para defender a sua emenda, deliberou, depois de um acordo feito com o Relator e com Deputados da bancada da Amazônia, retirar os §§ 1º e 2º do art. 48, que assegurava incentivos fiscais e as quotas de moeda estrangeira. Assim, acreditamos que teremos despedido os privilégios inaceitáveis da Zona Franca de Manaus. (Palmas)

Durante o pronunciamento da Sra. Cristina Tavares o Sr. **Jarbas Passarinho**, Terceiro-Vice-Presidente deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. **Aluizio Campos**, Primeiro-Vice-Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Para encaminhamento contra, concedo a palavra à Constituinte Beth Azize.

**A SRA. CONSTITUINTE BETH AZIZE:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, sinto-me absolutamente insuspeita para vir a esta tribuna defender a Zona Franca de Manaus, porque nunca recebi qualquer benefício de qualquer empresário para conseguir eleger-me. Ao contrário, sempre fui eleita pela classe trabalhadora do meu Estado. Mas quero aproveitar a oportunidade para fazer justiça a um homem que foi profundamente criticado

pelo fato de ter acolhido uma emenda de autoria do ilustre Constituinte José Fernandes, da bancada do PDT, e de a ter inserido no texto das Disposições Transitórias. Refiro-me ao ilustre Relator Bernardo Cabral, (Palmas) que sofreu as mais injustas críticas, como se S. Ex.<sup>a</sup> tivesse tomado essa iniciativa por decisão unilateral. E eu não estranharia se Bernardo Cabral fizesse isso, porque, à assertiva ou à justificativa ou ao argumento de que inserir a Zona Franca de Manaus no texto constitucional é pouco recomendável, responderia que diversas matérias que foram aqui votadas e até aprovadas, à luz do Direito Constitucional, não são questões de natureza constitucional.

Ora, Srs. Constituintes, estamos mudando o Brasil e a Amazônia é mais Brasil do que qualquer ponto do território nacional, pelo sofrimento do seu povo, sobretudo pela falta de atenção do Governo Federal para com aquela região. (Palmas)

Portanto, Sr. Relator Bernardo Cabral, não poderia deixar de prestar-lhe essa homenagem, em um momento em que tenho a oportunidade de defender a instituição da Zona Franca de Manaus, porque entendo que é o único instrumento de que o povo do Amazonas dispõe para não morrer de fome. Não estou defendendo aqui projeto de nenhum empresário lá instalado. Estou profundamente preocupada com as consequências que possam advir de qualquer prejuízo à instituição da Zona Franca de Manaus para a classe trabalhadora, porque não temos nenhuma alternativa de mercado de trabalho. Não temos, lamentavelmente, uma política de governo voltada para a agricultura e a pecuária. O povo do Amazonas importa tudo o que consome por falta de uma política séria de governo para aquela região. É verdade que a Zona Franca de Manaus representa alguns poucos privilégios para o Estado do Amazonas, mas é o mínimo que o Governo pode dar àquela gente. Eu até cometeria o exagero de dizer que o Governo Federal deveria subsidiar, pagar ao homem amazônida para ali residir, porque vivemos com muito sacrifício. E não gostaria, Srs. Constituintes, de ver os trabalhadores de meu Estado – que foram de todos os recantos do País, mais precisamente do Nordeste, conseguir um emprego na Zona Franca de Manaus – serem amanhã despedidos devido à instabilidade da Zona Franca de Manaus.

Participei do acordo firmado entre as lideranças e que recebeu o aval do ilustre Relator Bernardo Cabral, mas em meu íntimo, em meu coração, não gostaria que esses dispositivos fossem tocados. Mas, repito, em razão de haver sido feito um acordo de lideranças, eu o aceito, porque entendo que, em assim procedendo, estou respeitando meu povo e engrandecendo minha gente que sofre. Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Muito obrigado a V. Ex.<sup>a</sup> Parece-me que o assunto deixou de ser polêmico. Já falaram oradores a favor da emenda. Passo a palavra ao eminente Relator.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ DUTRA:** – Peço a palavra para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem a palavra V. Ex.<sup>a</sup>, pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ DUTRA:** – Sr. Presidente, estou inscrito para falar e tenho uma posição a respeito do assunto.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – V. Ex.<sup>a</sup> está inscrito para falar, mas antes de V. Ex.<sup>a</sup> estava inscrita a Constituinte Beth Azize, que falou contra a emenda.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ DUTRA:** – Sr. Presidente, o Regimento assegura dois oradores a favor e dois contra.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Concederei a palavra antecipadamente ao Constituinte José Genoíno.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Sr. Presidente, cedo a palavra aos amazonenses.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem a palavra o Constituinte José Dutra.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ DUTRA:** – Sr. Presidente, na verdade, já havia declinado da minha manifestação na tribuna em razão do acordo estabelecido entre as lideranças partidárias e o eminente Relator Bernardo Cabral. Ocorre, entretanto, que as palavras proferidas pela Constituinte Cristina Tavares obrigaram-me a vir a tribuna, a fim de que V. Ex.<sup>as</sup>, ao aprovarem a constitucionalização da Zona Franca de Manaus, não o façam com a convicção de que se trata de mera copiadora de tecnologia externa. Não é verdade. A Zona Franca de Manaus, que dispõe hoje de quatrocentos e vinte indústrias implantadas, possui uma média de nacionalização da ordem de 75% de verticalização interna; possui índices de 98% de nacionalização no pólo de duas rodas; possui índices de 100% de nacionalização na área de televisores; possui índice de 90% de nacionalização na área de relógios.

Ora, Srs. Constituintes, um pólo de desenvolvimento que tem uma nacionalização desse porte não pode ser, de forma alguma, encarado como mero apertador de parafusos. Queremos a constitucionalização da Zona Franca de Manaus, mas desejamos também que V. Ex.<sup>as</sup> se conscientizem de que ali está o pulmão do Amazonas. E por lá que respiram as esperanças de uma população de 2 milhões de habitantes e é lá que hoje 150.000 empregos diretos proporcionam condições para que o operariado do nosso Estado possa continuar alimentando sua família. Portanto, dependem da Zona Franca de Manaus quase 1 milhão de pessoas, numa população de 2 milhões.

Portanto, Sr. Presidente, a Zona Franca a multiplicadora de riquezas para este País, até mesmo para São Paulo. Basta dizer que ano passado importamos dos Estados brasileiros 5,7 bilhões de dólares. Destes, 2 bilhões e 700 milhões de dólares foram importados só do Estado de São Paulo. A Zona Franca de Manaus não só a importante para o Amazonas, para a Amazônia Ocidental, para o Acre, Rondônia e Roraima, mas para todo o nosso País. Por que? Porque para cada dólar importado do exterior, a Zona Franca de Manaus agrega mais sete dólares. Ora, se isso acontece, ela não este, se copiando tecnologia. Ano passado evitamos a importação de mais de 50 milhões de dólares só em componentes fabricados na Zona Franca de Manaus.

Sr. Presidente, com estas palavras, quero curvar-me ao acordo celebrado entre o Constituinte Bernardo Cabral e as lideranças, e dizer que, quanto ao § 1º do texto, que garante incentivos fiscais, tenho a satisfação em concordar com a retirada da emenda que apresentei e V. Ex.<sup>a</sup>, Constituinte Bernardo Cabral, acolheu, no que tange as quotas do § 2º, aceito-o, mas quero deixar registrada, minha insatisfação, porque as quotas da Zona Franca de Manaus são o coração do instrumento que desenvolve o meu Estado.

Não posso aceitar que o empresário fique aguardando seis meses para que as quotas sejam liberadas e, em virtude disso, ocorra o desemprego, a falta de recolhimento dos tributos para os cofres do Estado e a insegurança para o investidor.

Deixo, Sr. Presidente, registradas estas palavras para que a história faça justiça a este caboclo do Amazonas que militou como Secretário de Indústria e Comércio junto com os empresários do Distrito Industrial da Zona Franca de Manaus. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Com a palavra o eminente Relator.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, minha palavra a apenas para agradecer, em primeiro lugar, a todas as lideranças, sem exceção, que tiveram compreensão na feitura de um acordo que teve o respaldo do Superintendente da Zona Franca que aqui se encontra. De S. Sra. quero registrar os agradecimentos e, também, em particular, agradecer aos Constituintes Cristina Tavares, Francisco Dornelles e José Serra que tiveram a compreensão suficiente para, engrossando o que fez o Constituinte Sigmaringa Seixas, se fixarem apenas nos §§ 1º e 2º Quero que todos atentem apenas para um fato: não cabe, aqui, palavra alguma de desagrado. Neste instante, a precise que se registre que ainda pela manta o Constituinte José Dutra dizia-me que a aprovação deste destaque derrubaria toda a Zona Franca. Na hora em que se faz um acordo, censura-se a retirada do § 2º Realmente, não entendo muito o que esta por trás disto, mas ainda assim quero que todos os Srs. Constituintes sintam que se trata de um pleito do meu Estado e na hora em que encerramos, por enquanto, os trabalhos desta Comissão de Sistematização, gostaria muito de ver o destaque do eminente Constituinte Sigmaringa Seixas aprovado por unanimidade.

O nosso voto há de ser "sim", aprovando o destaque de S. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A emenda restringe-se a supressão dos §§ 1º e 2º do art. 48.

Em votação.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Alfredo Campos, Almir Gabriel, Aluizio Campos, Antônio Britto, Artur da Tavola, Carlos Mosconi, Celso Dourado, Cristina Tavares, Egidio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Gasparian, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, Ibsen Pinheiro, Jose Freire, Jose Serra, Jose Ulisses de Oliveira, Nelson Carneiro, Nelson Friedrich, Nilson Gibson, Paulo Ramos, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Severo Gomes, Sigmaringa Seixas, Virgildásio de Senna, Antônio Mariz, Chagas Rodrigues, Joao Agripino, Jorge Hage, Jose Costa, Jose Dutra, José Maranhão, José Tavares, Michel Temer, Mire Teixeira, Octavio Elísio, Roberto Brant, Vilson Souza, Arnaldo Prieto, Carlos Chiarelli, Enoc Vieira, Francisco Dornelles, Gilson Machado, Inocêncio Oliveira, José Lins, José Santana de Vasconcelos, Mario Assad, Osvaldo Coelho, Ricardo Fiuza, Sandra Cavalcanti, Jonas Pinheiro, Simao Sessim, Valmir Campelo, Antônio Carlos Konder Reis, Gerson Peres, Jarbas Passarinho, Jose Luiz Maia, Virgilio Távora, Adylson Motta, Jose Mauricio, Lysaneas Maciel, Francisco Rossi, Ottomar Pinto, Plinio Arruda Sampaio, Jose Genoíno, Haroldo Lima, Roberto Freire e Beth Azize. Votaram **NAO** os Senhores Constituintes: Manoel Moreira, Wilson Martins, Delio Braz, José Fernandes, Gastone Righi, Adolfo Oliveira e Siqueira Campos. **ABSTENÇÃO** dos Senhores Constituintes: Alcení Guerra, Luis Eduardo e Jofran Frejat.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 72 Constituintes; votaram NAO 7 Constituintes; abstiveram-se de votar 3 Constituintes. Total: 82 votes. O Destaque foi **aprovado**.

**A SRA. CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Pediria à eminente Constituinte Cristina Tavares que me cedesse um minuto apenas.

**A SRA. CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES** – Pois não.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, peço a atenção de V. Ex.<sup>as</sup> Estou pro-

fundamente chocado com o que acabo de receber. Gostaria de dar conhecimento a todos. E uma nota que vai para todos os jornais do País com este título: “Cabral – Repúdio”.

“As principais lideranças políticas do Amazonas repudiam, hoje, o comportamento do Relator da Comissão de *Sistematização, da Assembléia Nacional Constituinte*, Bernardo Cabral – PMDB-AM, por não coadunar com os compromissos que assumiu em praça pública, de colocar os interesses do Amazonas e do seu povo acima de qualquer outro.

A decisão de repudiar o Relator Bernardo Cabral partiu do Governador Amazonino Mendes, do ex-Governador, Gilberto Mestrinho, do Vice-Governador Vivaldo Frota e do Prefeito de Manaus, Manuel Ribeiro, e foi motivada pelo fato de Cabral haver votado pela redução do mandato do Presidente Jose Sarney, o que rebelou alguns Constituintes que haviam assumido compromisso de votar pela perenização da ZFM. “Este rapaz só tem atrapalhado e dificultado os interesses dos Amazonas”, disse o Governador Amazonino Mendes, ao ser informado, momento antes, pelo Deputado Jose Dutra, PMDB – AM, de que os Constituintes de São Paulo, em represália a decisão de Bernardo Cabral, de votar pelos quatro anos do mandato de Sarney, votariam contra os artigos das Disposições Transitórias que beneficiam a ZFM.

Para o ex-Governador Gilberto Mestrinho, o autor da idéia do repúdio a Bernardo Cabral, a culpa pela crise política que viva o País, parte dela, a proveniente do comportamento do Deputado Bernardo Cabral.”

A nota do repúdio diz, ainda: “Em face das decisões que tem lido tomadas na Comissão de Sistematização, da Assembléia Nacional Constituinte, que contrariam a índole do povo brasileiro, que pode prejudicar seta e irremediavelmente os interesses do Amazonas e do seu povo, manifestamos, de público, a nossa desaprovação ao comportamento do Relator Bernardo Cabral”.

Sr. Presidente, é profundamente magoado que não quero acreditar numa nota dessas. Queria apenas registrar o fato.

**O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO BRITTO:** – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem,

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO BRITTO:** – Sr. Presidente, gostaria de manifestar, do ponto de vista pessoal, seguramente expressando um sentimento hoje dominante nesta Casa e que, ao longo da História, haverá de ser dominante na sociedade brasileira, a gratidão – gratidão, sim, porque não me ocorre outra palavra – a paciência, ao preparo, ao patriotismo e ao espírito harmonizador do cidadão e Constituinte Bernardo Cabral, pelo que S. Ex.<sup>a</sup> tem representado nesta Assembléia Nacional Constituinte. **(Palmas)** A tarefa de S. Ex.<sup>a</sup> não poderia ser mais difícil. **(Palmas)** Erros poderiam ser cometidos, mas este Constituinte haverá de passar a História brasileira como um dos momentos mais altos da política do Estado do Amazonas.

Este haverá de ser o reconhecimento que o Brasil lhe fará hoje, amanhã e sempre. Parabéns, Relator. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Os aplausos manifestados pelo Plenário revelam que a Comissão de Sistematização não participa dos conceitos emitidos a respeito da personalidade do Relator, Constituinte Bernardo Cabral, que se tem comportado dentro deste órgão com o maior espírito democrático e a eficiência que todos nós reconhecemos.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Constituinte Cunha Bueno.

**O SR. CONSTITUINTE CUNHA BUENO:**– Sr. Presidente, em nome da bancada de São Paulo, queremos, em primeiro lugar, acreditar que esta nota não seja verdadeira. Em segundo lugar, se verdadeira for, queremos repudiar quem a emitiu.

Em nenhum memento a bancada de São Paulo esteve envolvida em qualquer episódio relatado pela citada nota. Ao contrário, a bancada de São Paulo entendia que os parágrafos existentes no Projeto Bernardo Cabral a que deveriam ser aprovados. Muitos não cumpriram o acordo, porque quiseram ser mais realistas do que o rei.

Sr. Presidente, não se pode esquecer de que na bancada de São Paulo muitos foram os que votaram por quatro anos de mandato para o Presidente Jose Sarney, nada tendo a ver um episódio com o outro. Não podemos esquecer que inúmeros capitais de São Paulo estão instalados na Zona Franca de Manaus e sofrem, como ocorre com os amazonenses e todos aqueles que se interessam pelo progresso da Amazônia, com a instabilidade que existe na política do Governo Federal em relação a Zona Franca.

Por isso, em nome da bancada de São Paulo prestamos nossa solidariedade ao Relator Bernardo Cabral e repudiamos com toda a veemência essa nota, que esperamos, em primeiro lugar, não seja verdadeira. E se verdadeira for, com mais veemência ainda a repudiamos. **(Palmas)**

**A SRA. CONSTITUINTE BETH AZIZE:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aaluizio Campos):** – V. Ex.<sup>a</sup> tem a palavra.

**A SRA. CONSTITUINTE BETH AZIZE** – Sr. Presidente, quero me dirigir ao meu amigo e ilustre Relator desta Comissão, Constituinte Bernardo Cabral, apenas para dizer-lhe que essa nota não espelha a manifestação e a vontade do povo amazonense. Bernardo Cabral, hoje, e a maior liderança política daquele Estado **(Muito bem! Palmas)** e isso esta incomodando a quadrilha que subscreve tal declaração de repúdio a S. Ex.<sup>a</sup> **(Palmas)** Esta é a grande verdade, e este Plenário precisa ficar sabendo disto.

Bernardo Cabral e eu somos adversários políticos, mas sabemos fazer política com grandeza. É diferente o comportamento daqueles que assinam esta nota, que não representam liderança de coisa nenhuma. Eles retratam unicamente, isto sim, o jogo-do-bicho, o contrabando. Nada mais.

Nobre Relator Bernardo Cabral, o povo do Amazonas deve-lhe muito. V. Ex.<sup>a</sup> ficará na História deste País. Os amazonenses sabem disso e ficarão com V. Ex.<sup>a</sup>, porque está ao lado de homens de bem como o eminente companheiro.

Era o que tinha a dizer. **(Muito bem! Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte José Fernandes.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FERNANDES:** – Sr. Presidente, retomo agora a palavra, continuando o que iniciara a dizer antes da votação do destaque do nobre Constituinte Sigmaringa Seixas.

Gostaria de dizer a V. Ex.<sup>a</sup> e aos companheiros que aqui estão que nem mesmo eu – que fui as paliçadas políticas para combater o grupo a que pertencia o Constituinte Bernardo Cabral, no período da campanha eleitoral – em nenhum momento deixei de reconhecer as virtudes do ilustre homem amazonense, porque sabia inclusive que, se fosse eleito, o nobre Relator representaria, para aqueles

que nele depositaram a confiança e o voto, uma vitória não apenas dele, mas de todo o Amazonas.

Já tive a honra, em idos passados, de votar no Deputado Bernardo Cabral e não acreditava que pudesse um homem do Amazonas, membro da ilustre bancada do PMDB, ser eleito para o cargo de Relator na Assembléia Nacional Constituinte. Mas, em reconhecendo a sua isenção, só tenho a dizer que me orgulho da sinceridade, da habilidade, da seriedade, da honestidade com que se tem havido Bernardo Cabral no seu trabalho.

Hoje, apesar de adversário político de S. Ex.<sup>a</sup> – pois estou nas fileiras do PDT –, sendo homem que não cultiva inveja, não cultiva mesquinhez, não cultiva a indiferença para com os valores da sua terra, quero dizer que essa nota não tem fundamento. Ao contrário, os amazonenses se orgulham da conduta, da seriedade com que se tem havido na Assembléia Nacional Constituinte o ilustre Relator Bernardo Cabral. (Palmas)

**A SRA. CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES:** – Sr. Presidente, em primeiro lugar quero dizer ao Relator Bernardo Cabral que aqueles que matam índios e caçam crocodilos não tem autoridade para se expressar da forma como o fizeram.

Em segundo lugar, desejo fazer o seguinte registro. Manifesto meu inconformismo por ter sido retirado de pauta o art. 58 – que diz respeito expressamente aos interesses do Estado de Pernambuco – segundo estou informada através de um acordo de Lideranças entre o PMDB e o PFL. Este meu inconformismo é o do próprio Estado de Pernambuco. Farei chegar ao nosso Governador o que considero uma traição aos interesses daquele Estado.

**O SR. CONSTITUINTE ARNALDO FARIA DE SÁ:** – Sr. Presidente, gostaria que V. Ex.<sup>a</sup> convocasse uma sessão para que pudéssemos desagrar o Relator Bernardo Cabral e que passássemos à votação, porque temos assuntos importantes para tratar até a meia-noite, hora do término da sessão. Os aposentados serão prejudicados se não votarmos o destaque que a eles se refere no dia de hoje. Marque outra reunião e vamos votar, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A Mesa atende ao apelo de V. Ex.<sup>a</sup> Peço ao Constituinte Ricardo Fiúza que teça rapidamente suas considerações.

**O SR. CONSTITUINTE RICARDO FIUZA:** – Sr. Presidente, devo dizer a V. Ex.<sup>a</sup> que não ficarei com pieguices, mas não posso calar-me nesta hora, por ter acompanhado desde o início a atuação do Relator Bernardo Cabral – tive a honra de recebê-lo até na minha casa para discutir temas polêmicos – e ter visto a preocupação de S. Ex.<sup>a</sup> para com toda a região amazônica. Sendo Deputado do Nordeste, sem nenhuma vinculação com a Zona Franca ou com a Amazônia, devo repudiar esse tratamento que é dado ao eminente Relator Bernardo Cabral. Se a supressão de dois artigos não agrada a todos, foi uma forma de aprovar e de preservar a Zona Franca de Manaus.

Era o que eu tinha a dizer.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Pediria aos Srs. Líderes, que já assistiram aos aplausos do Plenário, que passássemos à votação.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ DUTRA:** – Sr. Presidente, fui citado nominalmente. Gostaria de me manifestar a respeito desse assunto, para que o Plenário não distorça o conteúdo da nota.

O Constituinte Bernardo Cabral de mim merece todo o respeito, toda a admiração e todo o carinho, desde o momento em que S. Ex.<sup>a</sup> disputava a eleição para a Relatoria da Comissão de Sistematização. Tenho, sistematicamente, me manifestado na imprensa do meu Estado elogiando o trabalho de S. Ex.<sup>a</sup>

Neste episódio, Sr. Presidente, meu caro colega Bernardo Cabral, devo confirmar que realmente transmiti a informação contida na nota. Mas depois que comuniquei a V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Relator Bernardo Cabral, a minha preocupação, não posso de forma nenhuma endossar os termos da nota. (Apupos)

Quero, na oportunidade, hipotecar a minha solidariedade a Bernardo Cabral, mas não posso também admitir ou aceitar – ao contrário disso, quero repudiar – as palavras da Constituinte Beth Azize, quando disse que no meu Estado existe uma quadrilha de safados, de ladrões e de bicheiros.

Não posso aceitar isso, Sr. Presidente. Mas quero abraçar Bernardo Cabral, solidariamente. Não sou responsável pela nota.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Estamos em processo de votação.

**O SR. CONSTITUINTE SIQUEIRA CAMPOS:** – Sr. Presidente, a Bernardo Cabral a nossa solidariedade. S. Ex.<sup>a</sup> esta acima dessas mesquinhas, desses ataques miseráveis de gente que não tem nível nem a grandeza de compreender o importante papel que S. Ex.<sup>a</sup> desempenha neste processo constitucional.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Vamos passar à votação do destaque do Constituinte Cunha Bueno, referente à Emenda nº 24835. Com a palavra o nobre autor do destaque, em co-autoria com o Constituinte Amaral Netto, para o encaminçamento.

**O SR. CONSTITUINTE CUNHA BUENO:** – Sr. Presidente, gostaria de levantar uma questão de ordem dirigida ao Relator e com relação a essa emenda, porque dependendo da decisão de S. Ex.<sup>a</sup> terá prosseguimento ou não a votação. Ou seja, conforme o que o Relator Bernardo Cabral aqui disser, talvez eu seja obrigado a retirar a emenda, porque houve uma omissão devido a um erro, material. Onde se diz: “os imóveis da União” deveria estar “os imóveis urbanos da União”.

Portanto, consulto o Constituinte Bernardo Cabral se poderia corrigir essa omissão, em virtude de erro material, para que possamos votar a emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Encontram-se inscritos para falar os Constituintes José Genoíno e Nelson Carneiro.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Sr. Presidente, é muito melhor retirar a emenda. Não é possível discutir-se a esta hora assunto que não é nem de competência da Secretaria da Mesa da Câmara dos Deputados!

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Sr. Constituinte Cunha Bueno, V. Ex.<sup>a</sup> mantém a emenda?

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – Sr. Presidente, V. Ex.<sup>a</sup> me deu a palavra.

Hoje é um dia diferente na história da Comissão de Sistematização. Tivemos de tudo. Primeiro, criamos a dinastia cartorial; depois, aplaudimos com todo o entusiasmo os pracinhas do Brasil. E não podemos, no último instante, ferir o Regimento para incluir uma palavra que nele não figura, porque, como está redigida a emenda, as terras de fronteira até a serra do Mar, que são imóveis da União, serão vendidas para que, depois, esse dinheiro seja colocado na caderneta de poupança.

Sr. Presidente, V. Ex.<sup>a</sup> não pode aceitar a inclusão de qualquer nome no texto. Só por isso a emenda não pode ser aceita.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A emenda foi incluída na relação feita pelo acordo de Lideranças. De maneira que a emenda se encontra em votação. Se o eminente autor da emenda não a retirar, terá de ser processada a votação. E a decisão da Mesa.

S. Ex.<sup>a</sup> retira a emenda?

**O SR. CONSTITUINTE CUNHA BUENO:** – Sr. Presidente, só lamento que não seja dada ao Relator oportunidade de falar sobre a matéria. Não tenho nenhum problema em retirar a emenda, caso o Relator não possa fazê-lo, diante da omissão técnica que houve.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Se o Relator desejar se pronunciar, terá a palavra.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, quanto a esse equívoco material, creio que todos nós poderemos contribuir com o nosso colega no Plenário da Assembléia Nacional Constituinte. A emenda é moralizadora. Pediria ao Constituinte Cunha Bueno que a refizesse e a apresentasse ao Plenário da Assembléia Nacional Constituinte, onde terá o nosso apoio.

**O SR. CONSTITUINTE CUNHA BUENO:** – Agradeço muito ao nobre Constituinte Bernardo Cabral a palavra expendida. Lamento que isso não tenha ocorrido antes, pois teríamos economizado tempo devido às questões de ordem levantadas pelos ilustres colegas.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Ficou claro que não tem o apoio do Plenário.

**O SR. CONSTITUINTE CUNHA BUENO:** – Retiro a minha emenda e me reservo o direito de apresentá-la ao Plenário da Assembléia Nacional Constituinte.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A Mesa agradece a V. Ex.<sup>a</sup>.

Em votação o destaque do nobre Constituinte Mansueto de Lavor, relativo ao art. 59.

Com a palavra o autor da proposição. **(Pausa)**

O nobre Constituinte Mansueto de Lavor designou para representá-lo a nobre Constituinte Cristina Tavares.

**A SRA. CONSTITUINTE CRISTINA TAVARES:** – Sr. Presidente, em face do acordo de Lideranças que retirou o que seria justo, parece-me incorreta a votação desse artigo agora, porque diz respeito a todo um processo. Mas o entendimento das Lideranças do PMDB e do PFL é no sentido de que o que foi incorreto deveria ficar. De forma que retiro o destaque. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A Constituinte Cristina Tavares também retirou o destaque.

**O SR. CONSTITUINTE MAURÍLIO FERREIRA LIMA:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem a palavra V. Ex.<sup>a</sup> para uma questão de ordem.

**O SR. CONSTITUINTE MAURÍLIO FERREIRA LIMA:** – Sr. Presidente, quero dizer a V. Ex.<sup>a</sup> que me retiro da Comissão. Não voto mais os destaques restantes pela afronta feita aos interesses de Pernambuco, quando a Liderança do nosso partido não comunicou sequer a nenhum dos Parlamentares do PMDB de Pernambuco a retirada de um destaque que interessava ao nosso Estado e que acabava com o escandaloso "trem da alegria".

**Destaque nº 7239-87, do Sr. José Richa, "que suprime o art. 60, Título IX do Substitutivo nº 2". (530ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Temos agora um destaque de autoria do Constituinte José Richa, nº 7239 supressivo do art. 60.

Concedo a palavra ao nobre Constituinte Miro Teixeira, indicado pelo Constituinte José Richa para encaminhar a votação do destaque.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ COSTA:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

Desejo saber se foi retirada a emenda que suprimia o dispositivo que permite o "trem da alegria".

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – O destaque retirado é relativo ao art. 58.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ COSTA:** – Sr. Presidente, quero saber se vai ficar no texto aquela referência aos procuradores.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – O destaque que suprimia o art. 58 foi retirado.

Passamos agora ao destaque do Constituinte José Richa.

**O SR. CONSTITUINTE INOCÊNCIO OLIVEIRA:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tem a palavra o nobre Constituinte Inocêncio Oliveira.

**O SR. CONSTITUINTE INOCÊNCIO OLIVEIRA:** – Sr. Presidente, o nobre Constituinte Jose Costa fez certas acusações ao nosso Relator, porque considerou que, permanecendo os arts. 58 e 59 haveria um "trem da alegria". Haveria "trem da alegria" se esses artigos fossem suprimidos, porque, assim, os Srs. Governadores jogariam na rua pessoas com cinco anos de trabalho e nomeariam seus protegidos.

Sr. Presidente, em nome do Relator e no da Comissão de Sistematização, quero protestar contra as palavras do nobre Constituinte José Costa.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Miro Teixeira.

**O SR. CONSTITUINTE MIRO TEIXEIRA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, fui solicitado pelo eminente Constituinte José Richa para fazer o encaminhamento da votação deste destaque, favoravelmente à matéria que pretende a supressão do art. 60, que diz:

"Art. 60. Ficam convalidados, para todos os efeitos, os atos de provimento e de aposentadoria, em cargos públicos, efetivos da administração direta ou autárquica, federal, estadual e municipal, baixados de acordo com lei anterior à data de promulgação desta Constituição, cujos titulares os exerçam ou tenham exercido por mais de cinco anos."

Ao ler o texto do art. 60 pareceu-me semelhante nos seus objetivos a um outro dispositivo. Se lermos o art. 61 verificaremos que este, sim, dá estabilidade aos atuais servidores da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios que à data da promulgação da Constituição contem pelo menos cinco anos de serviço na administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público. Vejam que o art. 60 é muito amplo, muito abrangente no que toca à estabilidade do servidor que está num cargo de provimento efetivo.

Qual é a diferença? É que no art. 60 – este, que estamos votando – fala-se na convalidação, para todos os efeitos dos atos de provimento e de aposentadoria, e esta é uma questão para a qual chamo a atenção do nobre Relator. Evidentemente, não foi intenção do Relator nem de qualquer subscritor desta emenda proteger criminosos. As aposentadorias são julgadas pelo Tribunal de Contas da União quando relativas a servidores da área federal e pelos Tribunais de Contas dos Estados quando relativas aos servidores da administração estadual ou da administração municipal. Tivemos recentemente uma sucessão de inquéritos que apuraram aposentadorias fraudulentas, escandalizando o País. Se, a esta altura dos acontecimentos, a Assembléia Nacional Constituinte convalidar para todos os efeitos – repito – as aposentadorias concedidas até agora, esta medida não fará justiça, ao trabalho limpo, liso e patriótico que aqui se está realizando. Por isso encareço ao Sr. Relator que apoie o destaque ao mesmo tempo em que peço aos Srs. Constituintes que votem pela supressão do art. 60.



Se V. Ex.<sup>a</sup> me permitir mais um minuto, Sr. Presidente, quero dizer aqui, em nome de inúmeros companheiros que não puderam manifestar-se, que o Relator Bernardo Cabral encontrou seus detratores, seus iagos, mas, sem dúvida alguma, a eles também caberá um triste destino, porque a mentira dura muito pouco. E amanhã, na sessão que teremos neste plenário para a redação final do Título IX, espero que tenhamos a oportunidade de dar uma resposta aos detratores da honra alheia, que seguramente se entregam a essa tarefa de atingir a própria honra, por que não a prezam.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Com a palavra, para o encaminhamento contra, o Constituinte Gerson Peres.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, prezados colegas, estamos caminhando para o término dos trabalhos. Fico espantado ao ver com que desenvoltura os companheiros querem difamar uma medida historicamente já consolidada no Direito Constitucional, pois as encontramos nas Constituições de 1946 e 1967. Os Constituintes da época lembraram-se de efetivar funcionários públicos com mais de cinco anos de serviço à data da promulgação das Constituições. Também fico sem entender como colegas nossos hoje estão contra o que eles mesmos escreveram para que o Relator inserisse no texto.

O nobre Constituinte Bernardo Cabral tem sido vítima de tantas injustiças e passa a ser vítima de mais uma: os companheiros que lhe deram o instrumento para redigir o texto agora lançam-se contra a própria criação mental. Deputados do PT, como Eduardo Jorge, Deputados do PCB, do PMDB, do PFL e do PDS – cuja lista lida nesta tribuna foi tirada do computador – agora reverterem as suas posições. Se as revertissem com elegância, até acreditaria que estariam bem-intencionados. Mas S. Exas. querem salpicar sobre aqueles que defendem a estabilidade da fundação pública a lama de que estamos legislando com "trem da alegria". Não existe "trem da alegria" algum. Existiria, se aqui tivéssemos inserido um dispositivo para nomear milhares de funcionários na data da promulgação da Constituição. Na verdade, estamos inserindo um texto que protege os direitos dos que estão há cinco anos no trabalho público. Srs. Constituintes, funcionários públicos, serão exonerados do Serviço Público pela art. 44, que estabelece concurso no início da carreira. E esses funcionários foram admitidos com a conviência do Estado pelo seu representante, o Chefe do Poder Executivo. Foram contratados para ocuparem cargos com a conviência do Estado e não receberam protesto dos Deputados do PMDB, nem de outros que agora estão aqui a nos julgar capazes de inserir nas Disposições Transitórias dispositivos amorais ou imorais.

Quero lembrar aos nobres colegas que, embora sendo contra a emenda supressiva do art. 59, com o acordo de lideranças que fizemos do qual participaram todos os líderes, não estamos obrigados a votar favoravelmente a emenda. Por quê? Porque o art. 61 e o art. 59, que agora permanece no texto, suprem os desejos e as aspirações de milhares e milhares de funcionários públicos. Líderes que se dizem protetores dos trabalhadores, líderes que se dizem defensores dos trabalhadores querem agora esmagar os seus direitos. Líderes que se dizem defensores da estabilidade querem esmagar a estabilidade dos trabalhadores no Serviço Público, com cinco anos de serviço prestados a esta Nação.

Não posso acreditar que esses líderes tenham autoridade política para defender os trabalhadores em praça pública, quando, aqui na Assembléia Nacional Constituinte, querem escorçoar do Serviço Público trabalhadores com mais de cinco anos de atividade. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Em vista da interrupção que tivemos e para recuperar o tempo que foi despendido, a Mesa vai adotar o critério de falar um orador a favor e outro contra.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Sr. Presidente, pela ordem.

Quero solicitar ao Constituinte Gerson Peres que tenha um pouco mais de responsabilidade quando faz afirmativas. Talvez seja o cansaço, pela hora. O Relator pronunciou-se em relação a emendas apresentadas ao art. 61 por alguns Constituintes e que trata da estabilidade e de como serão tratados os funcionários, a partir da promulgação. Acho que o Relator foi muito ligeiro quando fez a relação daqueles que tinham apresentado a emenda. Pode até tê-la aprovado parcialmente, o que não significa, muitas vezes, aprovar no mérito. Foi ligeiro quando apresentou a emenda e mais ligeiro ainda foi o Constituinte Gerson Peres ao fazer ilações ao artigo que estamos discutindo e que queremos suprimir, como se sobre ele houvesse emenda do Constituinte do PT – e falo aqui em nome do Constituinte Eduardo Jorge e do Constituinte que fala em nome do Partido Comunista Brasileiro. Portanto, que seja retirado isso, não como censura, mas para que a Casa saiba que é uma inverdade.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Sr. Presidente, peço a palavra, nos termos regimentais, para contraditar, uma vez que fui citado nominalmente pelo Líder do PCB.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Fazemos um apelo a V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Quero contraditar, usando meu direito regimental. Se V. Ex.<sup>a</sup> vai cassar minha palavra...

Se o Constituinte Roberto Freire tem o direito de dizer o que quer, a mim deve ser facultado o direito de responder-lhe. S. Ex.<sup>a</sup> não pode atribuir-me ato de irresponsabilidade, e pediria ter mais cuidado ao usar as palavras. O dispositivo que estamos discutindo esta inserido no contexto dos arts. 59, 60 e 61, que tratam da estabilidade dos funcionários públicos. Membros do seu partido redigiram o princípio da estabilidade que contém os três artigos. De duas uma: ou S. Ex.<sup>a</sup> não sabe o que queria dizer na Constituição, ou pretendeu ilaquear a boa-fé dos trabalhadores que diz defender nesta Casa, dando ao Relator na oportunidade, os elementos para inserir nas Disposições Transitórias e, na hora da votação, fugindo ao seu compromisso moral com os trabalhadores que defende.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, não sou mentiroso. Se o fosse, não estaria defendendo a verdade no texto exposto nas emendas dos Parlamentares.

Quero dizer ao Constituinte Roberto Freire que duas coisas não fazem parte do meu caráter: ser irresponsável e ser mentiroso. Estou apenas mostrando que S. Ex.<sup>a</sup> faltou ao compromisso para com a verdade dos seus princípios, o que é bem mais vergonhoso do que ser irresponsável ou mentiroso.

**O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE:** – Sr. Presidente, V. Ex.<sup>a</sup> terá de me conceder a palavra, pois quero ser parlamentar. Não desejo responder de outra forma.

Não chamei o Constituinte Gerson Peres de mentiroso e não vou admitir que me chame. Disse que era ligeiro irresponsável – e reafirmo. A emenda que apresentei tratava da estabilidade dos funcionários, mas de forma totalmente diversa da que foi adotada no art. 60. Não admito que S. Ex.<sup>a</sup> me trate dessa maneira e quero agir de forma parlamentar. Imagino que essa questão será decidida, e então veremos o que foi apresentado. Não admito – e até repito – ofensas como a que fez S. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Sr. Presidente serei breve. Quero dizer apenas duas coisas. Atribuo a falação do Constituinte Gerson Peres ao cansaço da votação, porque o Constituinte Eduardo Jorge deixou claro, através de nota registrada nesta noite, qual o conteúdo de sua emenda e como ela diferia do texto do art. 61.

Em segundo lugar, a Liderança do Partido dos Trabalhadores deixou claro que queria votar o art. 61 para suprimir.

Em terceiro lugar, o Constituinte Gerson Peres não tem autoridade para vir a tribuna cobrar coerência do Partido dos Trabalhadores. Queremos, sim, votar a estabilidade para os trabalhadores e queremos votar uma estabilidade decente para os funcionários públicos, não o "trem da alegria", como está embutido nos arts. 59 e 61. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A Mesa não poderá permitir...

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Não existe cansaço algum. Estão mentindo para os trabalhadores.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A Mesa não permitirá que a Assembléia Nacional Constituinte se transforme em debate de ofensas pessoais. Com a Palavra o Relator.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ COSTA:** – Estou inscrito para falar, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Informo ao nobre Constituinte José Costa, que em face do tempo despendido anteriormente, ficou decidido que só falará um orador a favor e outro contra. Peço a V. Ex.<sup>a</sup> que colabore. Já dei a palavra ao Relator, e prosseguiremos a votação. A emenda que S. Ex.<sup>a</sup> pretende defender já foi amplamente defendida pelo Constituinte Miro Teixeira. Por isso, Peço a V. Ex.<sup>a</sup> a gentileza de compreender, permitindo que ouçamos o Relator, para passarmos à votação. Já desliguei os microfones de apartes e também o da tribuna. Peço a V. Ex.<sup>a</sup> que atenda à decisão da Mesa, porque temos uma hora e quinze minutos para terminar uma longa pauta que foi selecionada pelas Lideranças.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ COSTA:** – Sr. Presidente, pela ordem. O exercício do meu mandato é mais importante que o correr das horas.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – É o apelo que a Presidência faz ao nobre Constituinte.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ COSTA:** – Não saio da tribuna se V. Ex.<sup>a</sup> não me der a palavra.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Gostaria que V. Ex.<sup>a</sup> me atendesse.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ COSTA:** – Não aceito. Ficarei falando aqui o tempo todo.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – V. Ex.<sup>a</sup> tem o direito de falar. Estou fazendo um apelo a V. Ex.<sup>a</sup>. Todo o Plenário apela a V. Ex.<sup>a</sup> nesse sentido.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ COSTA:** – É falta de respeito para com os Constituintes.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** – Todos devem falar.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ COSTA:** – A emenda objetiva suprimir o texto do art. 60, que diz o seguinte:

"Ficam convalidados, para todos os efeitos, os atos de provimento e de aposentadoria, em cargos públicos efetivos da administração direta ou autárquica, federal, estadual e municipal, baixados de acordo com lei anterior à data da promulgação desta Constituição, cujos titulares os exerçam ou tenham exercido por mais de cinco anos."

Quero apenas ater-me a pouquíssimos fatos: o que preside a regra do serviço público e o princípio do mérito. O abandono desse princípio, que foi inserido na Carta de 1946, fez com que a maioria dos Estados hoje não arrecade sequer para pagar 70% da folha do seu pessoal. Essa também é a situação em que se encontram quase todas as Prefeituras das Capitais. No meu Estado, Alagoas,

muitas pessoas – com 35, 37 anos de idade – conseguiram aposentadoria com duzentos, trezentos, quatrocentos mil cruzados por mês.

O Supremo Tribunal Federal, numa decisão que fez história, por absoluta inconstitucionalidade, cassou esses atos da administração pública no Estado de Alagoas. Evidentemente, não será o desuso que irá derrogar a norma constitucional, que prevê concurso público para a primeira investidura em cargo público.

Sr. Presidente, faço um apelo a V. Ex.<sup>a</sup> e aos nobres Constituintes. A aprovação deste artigo e sua manutenção nas Disposições Transitórias certamente não engrandecerá a Assembléia Nacional Constituinte que vem tendo sua imagem apoucada perante a opinião pública precisamente porque não tem tido a grandeza de saber reagir a tentações como esta. A aprovação deste artigo certamente carreará muitos votos para alguns eminentes Constituintes mas, sem dúvida, representará também um desserviço à administração pública e ao País.

Eram as considerações que queria fazer, Sr. Presidente. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Com a palavra o Relator.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, ao acolher esse tipo de emenda, a Relatoria o fez em respeito ao grande número de proposições apresentadas pelos mais diversos partidos, através de ilustres Constituintes com assento nesta Assembléia.

Devo dizer, por uma questão de justiça, que a emenda do Constituinte Roberto Freire fala em dez anos, desdobrados em cinco e cinco. Apenas para que fique o registro na Ata, por amor à verdade, acho que essa deve ser uma questão de consciência de cada um dos Srs. Constituintes. Quando acolhi a emenda, eu o fiz para que seus autores aqui defendessem seus pleitos. Se eu não quisesse fazê-lo, desde logo a teria rejeitado. Por isso, deixarei à consciência de cada um a forma como deve ser. Pessoalmente, voto pelo acolhimento da supressão. Acho que não deve constar do texto.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – O Relator deixa em aberto a questão. Não se pronuncia sobre a emenda.

Em votação.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Almir Gabriel, Aluizio Campos, Bernardo Cabral, Carlos Mosconi, Celso Dourado, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Haroldo Sobóia, Ibsen Pinheiro, José Freire, José Serra, José Ulisses de Oliveira, Manoel Moreira, Milton Reis, Nelson Carneiro, Nilton Friedrich, Nilson Gibson, Paulo Ramos, Sigmaringa Seixas, Wilson Martins, Chagas Rodrigues, João Agripino, Jorge Hage, José Costa, José Maranhão, Michel Temer, Miro Teixeira, Nelson Wedekin, Octávio Elísio, Roberto Brant, Rose de Freitas, Vilson Souza, Enoc Vieira, Francisco Dornelles, José Thomaz Nonô, Luiz Eduardo, Osvaldo Coelho, Ricardo Fiuza, Sandra Cavalcanti, Simão Sessim, Antônio Carlos Konder Reis, Virgílio Távora, José Maurício, Lysâneas Maciel, Floriceno Paixão, Ottomar Pinto, Plínio Arruda Sampaio, José Genoíno, Adolfo Oliveira, Haroldo Lima, Roberto Freire e Beth Azize. Votaram **NÃO** os Constituintes: Raimundo Bezerra, José Dutra, Inocência Oliveira, José Lins, Jofran Frejat, Jonas Pinheiro, Valmir Campelo, Darcy Pozza, Gerson Peres, Jarbas Passarinho, Jose Luiz Maia, Sólton Borges dos Reis, Siqueira Campos e Francisco Rossi. **ABSTENÇÃO** do Senhor Constituinte Arnaldo Prieto.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 55 Constituintes;

votaram **NÃO** 14 Constituintes; absteve-se de votar 01 Constituinte. Total: 70 votos. O Destaque foi **aprovado**.

**Destaque nº 5873-87 – Emenda nº 1P-18363-4, dos Srs. Augusto Carvalho e Pompeu de Sousa, "que adita artigos ao Título das Disposições Transitórias do Projeto de Constituição (art. 5º do Substitutivo nº 2)". (531ª votação)**

Emenda nº 18363, do primeiro projeto, de autoria do Constituinte Augusto Carvalho e co-autoria do Constituinte Pompeu de Sousa.

Com a palavra o Constituinte Augusto Carvalho.

**O SR. CONSTITUINTE AUGUSTO CARVALHO:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, prometo que encaminharei a matéria rapidamente. Quero apenas dizer aos nobres colegas do agradecimento do povo de Brasília, em nome de quem falo neste momento, pela aprovação, nas votações anteriores, do direito de o povo do Distrito Federal eleger pelo voto os seus governantes e a sua Assembléia Legislativa.

Quero apenas, para compatibilizar a matéria com a decisão anteriormente tomada em relação à votação para Presidente da República em 1988, que haja apoio dos meus nobres colegas para a emenda que aqui apresento, marcando as eleições para Governador e Deputados Estaduais de Brasília para 1988. Isto para que esta Assembléia Legislativa, que terá como função precípua o ordenamento e a criação da Lei Orgânica do Distrito Federal, possa garantir a transição da situação que vivemos hoje, de governos impostos para governos democraticamente eleitos pelo voto. Gostaria de receber o apoio da Relatoria e conclamar os nobres colegas para que apoiem esta emenda, que fará justiça ao povo de Brasília. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Não há oradores inscritos para falar contra.

O texto da emenda é o seguinte:

"As primeiras eleições para Governador, Vice-Governador e para Assembléia Legislativa do Distrito Federal serão realizadas no dia 15 de novembro de 1988, tomando posse os eleitos no dia 1º de Janeiro de 1989.

A primeira representação da Assembléia Legislativa do Distrito Federal, composta nos termos previstos na legislação eleitoral, votará a Lei Orgânica do Distrito Federal, de acordo com o estabelecido nesta Constituição."

Pergunto se o autor da emenda, Constituinte Pompeu de Sousa, concorda em que passe a palavra diretamente ao Relator, já que não houve inscrição contra.

**O SR. CONSTITUINTE POMPEU DE SOUSA:** – Concordo com V. Ex.<sup>a</sup>, mas gostaria de fazer um apelo aos Srs. Constituintes no sentido de que votem pela aprovação da emenda para que o Distrito Federal seja governado não por um funcionário da Presidência da República, mas por um Governador. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Muito obrigado.

Concedo a palavra ao eminente Relator, Constituinte Virgílio Távora.

**O SR. RELATOR (Virgílio Távora):** – O Relator é a favor da emenda. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Em votação.

**(Procede-se à votação)**

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Almir Gabriel, Aluizio Campos, Carlos Mosconi, Celso Dourado, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, Manoel Moreira, Nelson Carneiro, Nelton Friedrich, Nilson Gibson, Paulo Ramos, Raimundo Bezerra, Sigmaringa Seixas, Wilson Martins, Chagas Rodrigues, João

Agripino, Jorge Hage, José Costa, José Dutra, José Maranhão, Michel Temer, Miro Teixeira, Nelson Wedekin, Octávio Elísio, Rose de Freitas, Vilson Souza, Carlos Chiarelli, Enoc Vieira, Francisco Dornelles, Inocêncio Oliveira, José Lins, José Thomaz Nonô, Mário Assad, Ricardo Fiuza, Sandra Cavalcanti, Jofran Frejat, Jonas Pinheiro, Simão Sessim, Valmir Campelo, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Gerson Peres, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia, Adylson Motta, José Maurício, Lysâneas Maciel, Floriceno Paixão, Francisco Rossi, Joaquim Bevilacqua, Ottomar Pinto, Plínio Arruda Sampaio, José Genoíno, Adolfo Oliveira, Sotero Cunha, Haroldo Lima, Roberto Freire e Beth Azize. **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: José Serra, Marcos Lima, Gilson Machado e Luís Eduardo.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram **SIM** 62 Constituintes; votaram **NÃO** 4 Constituintes. Total: 66 votos. O destaque foi **aprovado**.

**O SR. CONSTITUINTE SIQUEIRA CAMPOS:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – V. Ex.<sup>a</sup> tem a palavra.

**O SR. CONSTITUINTE SIQUEIRA CAMPOS:** – Sr. Presidente, queria pedir a V. Ex.<sup>a</sup> que incluísse na relação dos funcionários homenageados com muita justiça pelo Plenário o nome do Dr. Vandir da Silva Ferreira, assessor da Comissão de Sistematização, que merece todos nossos aplausos, como também as telefonistas.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A Mesa acolhe o registro. Amanhã, quando formos votar a redação final, V. Ex.<sup>a</sup> terá oportunidade de fazer a consagração.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ SERRA:** – Sr. Presidente, quero esclarecer que o meu veto foi "não", porque imaginei que a eleição se realizaria em março de 1988. Houve um entendimento equivocado. Gostaria que minha declaração contasse em ata.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A declaração de V. Ex.<sup>a</sup> ficará registrada.

**Destaque nº 1781-87, dos Srs. José Thomaz Nonô, Arnaldo Faria de Sá, Floriceno Paixão e Hélio Rosas, que "suprime o art. 57 do Substitutivo nº 2". (532ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte José Thomaz Nonô que propõe a supressão do art. 57 das Disposições Transitórias. Destaque nº 1781.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ THOMAZ NONÔ:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, docemente constrangido pelos pedidos de pressa no encaminhamento da votação, peço a atenção dos companheiros, no sentido de que se possibilite a supressão desse dispositivo. Com todo respeito que temos pelo Sr. Relator, queremos dizer que foi inserida no texto constitucional uma norma que entrou para o ordenamento jurídico brasileiro pela Emenda nº 1, de 1969.

Em segundo lugar, quanto ao mérito, gostaríamos de dizer que este tema não é de forma alguma constitucional. Já aprovamos tanta coisa cuja natureza não é constitucional que esperamos contar com a colaboração dos membros desta Comissão no sentido de expurgar esta matéria que a manifestamente de legislação ordinária. Na realidade, não se está privilegiando categoria alguma, mas, única e exclusivamente, instituindo-se sistema de remuneração que possibilite – como já ocorre em todas as secretarias estaduais – uma forma de vida mais condigna para os servidores da Fazenda. É dentro deste espírito, com a absoluta certeza de que estamos refletindo um tema de extrema relevância, que pedimos a compreensão, inclusive da Relatoria, para suprimir este dispositivo do texto constitucional. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (ALUÍZIO CAMPOS):** – O Constituinte Hélio Rosas a co-autor da emenda. Tem a palavra S. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE HÉLIO ROSAS:** – Apesar do avançado da hora e do evidente e natural esgotamento geral, peço permissão para, contando com a paciência de V. Ex.<sup>as</sup> pronunciar algumas palavras.

Serei breve.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o que é o art. 57 que pretendemos suprimir? Eu respondo. É a reedição, piorada, do art. 196 da Emenda Constitucional nº 1/69 e, como tal, um dos instrumentos do autoritarismo sustentado, à revelia do Congresso Nacional, por um interesse capitalista sem compromisso com o social. Esse famigerado dispositivo teve apenas o efeito perverso de impossibilitar a Administração, em todos os níveis, de estimular seus aparelhos fiscais, com o que assistimos, nos últimos 18 anos, a um aumento significativo da sonegação praticada pelos maus empresários, o que acabou exigindo um correspondente aumento da carga tributária, esta dirigida somente aos que cumpriam suas obrigações. Num quadro injusto para o empresariado e alarmante para a economia nacional.

Resumindo, para ser breve, lembro que o art. 57, além de filho legítimo da ditadura, pois, antes, Constituição alguma tratou de semelhante vedação, é um instrumento prejudicial ao interesse público, injustificável, sem nenhum fundamento lógico e imperfeito quando veda a participação do funcionário que impõe a multa punitiva, fase onde o estímulo à ação é importantíssimo e ao mesmo tempo deixa aberta a possibilidade de participação na fase evidentemente secundária da cobrança, todas as vezes que o crédito tributário a transformado em dívida ativa.

E para concluir, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, duas informações: a primeira. Estive reunido hoje, aqui em Brasília com os Secretários de Fazenda de todo o Brasil e estou autorizado a transmitir, em seus nomes, apelo para que seja suprimido esse artigo que fere o princípio federativo. A segunda: conversei com o eminente Constituinte Adylson Motta, autor da emenda que deu origem ao art. 57. S. Ex.<sup>a</sup> considera que, com a inclusão no texto, do § 6º do art. 43, que limita os ganhos do servidor público, não mais existe razão para a manutenção desse dispositivo e defende sua exclusão.

E, finalmente, uma afirmação que faço com a maior veemência e com grande convicção e que peço aos Srs. Constituintes ouçam com toda atenção a manutenção do art. 57 não atende e nem serve aos interesses da Administração Pública e do contribuinte honesto e cumpridor de seus deveres. Esse dispositivo só pode ser defendido por aqueles que são os seus únicos beneficiários: os sonegadores e os contrabandistas. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Com a palavra o nobre Relator.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** – Sr. Presidente, ainda bem que foi dito quem era o autor da emenda que acolhi. Depois, o próprio Constituinte Adylson Motta verificou que seria melhor não constar do texto tal dispositivo. Portanto, já havia quase unanimidade. Ninguém pode censurar o Constituinte Adylson Motta nem o Relator por esta inclusão, até porque devo declarar à Comissão que o especialista em matéria fazendária, o Dr. Areolino Azevedo, já me havia confirmado a não-necessidade deste dispositivo. Por isso, voto pelo acolhimento do destaque e a supressão do artigo. (Palmas)

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ THOMAZ NONÔ:** – Sr. Presidente, quero apenas, num ato de justiça, registrar que os Constituintes Hélio Rosas, Arnaldo Faria de Sá e Floriceno Paixão são co-autores da emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A Mesa já anunciou.

**O SR. CONSTITUINTE ADYLSO MOTA:** – Sr. Presidente, pego a atenção dos nobres colegas apenas para dizer que realmente fui eu o autor da emenda que deu origem a esse dispositivo. E o fiz porque, na ocasião, ainda não existia uma limitação, não havia um teto para os vencimentos no serviço público. No momento em que foi senado esse problema, não vejo mais razão para a manutenção desse dispositivo. Muito obrigado. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Em votação.

(Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Almir Gabriel, Aluizio Campos, Bernardo Cabral, Carlos Mosconi, Celso Dourado, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, José Serra, Manoel Moreira, Maurílio Ferreira Lima, Milton Reis, Nelson Carneiro, Nilton Friedrich, Nilson Gibson, Paulo Ramos, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Sigmaringa Seixas, Wilson Martins, Chagas Rodrigues, Dasso Coimbra, João Agripino, Jorge Hage, José Costa, José Dutra, José Maranhão, Marcos Lima, Michel Temer, Miro Teixeira, Nelson Wedekin, Octávio Elisio, Rose de Freitas, Vilson Souza, Antoniocarlos Mendes Thame, Arnaldo Prieto, Carlos Chiarelli, Gilson Machado, Inocência Oliveira, José Lins, José Thomaz Nonô, Luís Eduardo, Mário Assad, Ricardo Fiuza, Sandra Cavalcanti, Jofran Frejat, Jonas Pinheiro, Simão Sessim, Valmir Campelo, Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Gerson Peres, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia, Virgílio Távora, José Maurício, Lysâneas Maciel, Floriceno Paixão, Francisco Rossi, Joaquim Bevilacqua, Sólton Borges dos Reis, Plínio Arruda Sampaio, José Genoíno, Siqueira Campos, Haroldo Lima, Roberto Freire e Beth Azize. **ABSTENÇÃO** dos Senhores Constituintes Francisco Dornelles e Adolfo Oliveira.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 70 Constituintes; abstiveram-se de votar 2 Constituintes. Total: 72 votos. O Destaque foi **aprovado**.

**O SR. CONSTITUINTE JOFRAN FREJAT:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Jofran Frejat, pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE JOFRAN FREJAT:** – Sr. Presidente, quero estender, em nome da Comissão de Sistematização, os nossos agradecimentos, que por esquecimento não foram mencionados, aos assessores parlamentares, que estão nessa vigília cívica conosco, aos assessores dos Ministérios e aos taquígrafos, que têm demonstrado um interesse muito grande nos nossos trabalhos e permanecido conosco durante toda a noite.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Fica registrado.

**Destaque nº 4061-87 – Emenda nº ES-23637-7, do Sr. Roberto Campos, "que adita artigo ao Título X do Substitutivo nº 1 (Título IX do Substitutivo nº 2)". (533ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Em votação o Destaque nº 4061, referente à Emenda nº 23637, de autoria do nobre Constituinte Ricardo Fiuza.

Com a palavra o autor.

**O SR. CONSTITUINTE RICARDO FIUZA:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, sei que em face do adiantado da hora os companheiros já estão cansados, mas há alguns temas que são tratados por todos nós, de acordo com nossas convicções, com a dosagem de emocionalismo que muitas vezes nos impede de verificar real-

mente a sua importância. Aprovamos nesta Comissão o art. 204 do 2º Substitutivo, que diz textualmente o seguinte :

"Os serviços de transporte terrestre, de pessoas, de bens e de carga aérea, dentro do território nacional, inclusive as atividades de agenciamento, somente serão explorados pelo poder público, por brasileiros ou por empresas nacionais, respeitado o princípio de reciprocidade."

Sr. Presidente, a maioria dos companheiros viu neste dispositivo uma forma de preservar a empresa nacional. Para surpresa minha recebi inúmeras correspondências – que vou anexar ao meu discurso – de empresas exportadoras brasileiras pedindo, pelas razões que vou transmitir ao Plenário, que este dispositivo não seja mantido. Os nobres Constituintes haverão de dizer, alguns mais apaixonados, que se trata de defesa de multinacional. Não tenho qualquer ligação com empresa multinacional nem conheço nenhum transportador multinacional. Mas os argumentos que os exportadores brasileiros utilizaram – e que analisei – foram os seguintes – nobre Constituinte Lysâneas Maciel, V. Ex.<sup>a</sup> que normalmente fica contra mim, por favor, ouça os argumentos dos exportadores brasileiros: noventa por cento das empresas exportadoras brasileiras são de pequeno porte – e mandaram uma relação. Essas pequenas empresas representam 8 milhões de pessoas em empregos diretos, contribuindo de forma significativa para o equilíbrio da balança com exportações, barateando o custo de produção, podendo vender seus produtos por preço de mercado interno. Este é o ponto importante, porque, para conseguir exportar, os pequenos exportadores se utilizam dos agentes de carga que, espalhados por 4.600 cidades de 132 países, são o veículo básico para a viabilização e o sucesso da colocação de seus produtos no exterior. Ou seja, os pequenos exportadores – todos nacionais – me afirmam categoricamente que precisam ter uma transportadora que pegue a carga no interior do Rio Grande do Sul ou no interior de São Paulo e a entregue no exterior, na Índia, por exemplo, sob pena de só o grande produtor conseguir exportar. No Brasil há 450 agentes de carga nacionais e 20 estrangeiros. Os brasileiros já ocupam 75% do mercado de exportação e os pequenos exportadores dizem que a nacionalização abrupta irá prejudicar as pequenas e médias empresas nacionais, que hoje são 17 mil, e se utilizam da rede internacional. Os agentes de carga trazem para exportador benefícios como identificação das possibilidades de comércio; identificação de importadores; arquitetura do transporte com uma diminuição de 30 a 45% em média no custo do frete etc.

Sr. Presidente, desejo enfatizar que estou utilizando os argumentos que recebi de 17 mil pequenos exportadores brasileiros, que provam nas suas planilhas que, atendendo aos tratados de reciprocidade, se não existirem no Brasil 20 agências estrangeiras – 20 contra o mercado, hoje 75% brasileiros – vão ser brutalmente prejudicados nas suas exportações, porque eles fazem o frete global de muitas mercadorias entregues no país de origem.

Os exportadores demonstram que só assim os pequenos podem ter de 30 a 45%. Portanto, essa pretensão nacionalização é, segundo os exportadores brasileiros, absolutamente contra, embora não pareça, aos interesses dos exportadores pequenos e médios brasileiros. (Palmas)

**O SR. CONSTITUINTE INOCÊNCIO OLIVEIRA:** – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – Tem a palavra o Constituinte Inocêncio Oliveira, pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE INOCÊNCIO OLIVEIRA:** – Sr. Presidente, pediria a V. Ex.<sup>a</sup> que mandasse acertar nosso relógio de Plenário, que foi duas vezes atrasado: uma, há três minutos; e, outra, há cinco minutos. Não quero citar quem o fez, mas trata-se de um fato muito

grave. Queremos votar todas as matérias, mas esse é um precedente muito grave que precisamos corrigir imediatamente.

Era esta a questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – A Presidência pede à Secretaria que averigue a hora exata pela informação telefônica. Será respeitada a hora estabelecida.

Com a palavra o Constituinte Aldo Arantes.

**O SR. CONSTITUINTE ALDO ARANTES:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, estou falando não só em meu nome pessoal, mas também em nome do Constituinte Mendes Thame, autor de uma emenda de interesse de 11 milhões de aposentados, que ficaram prejudicados em função de uma represália que lhes foi feita. Segundo ele, pelo fato de ter votado nos quatro anos para o Presidente Sarney, isso foi razão suficiente para que sua emenda fosse colocada de lado.

Falo aqui, portanto, em nome também do Constituinte Mendes Thame. Gostaria de refutar os argumentos levantados pelo Constituinte Ricardo Fiuza. A sua proposta diz exatamente o seguinte:

"Fica assegurada a isonomia às pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua administração sediada no País, comprovadamente, há mais de 2 anos, a exploração dos serviços de que trata o art. 241."

Seria art. 241 no Cabral I, mas é o 204 no Cabral II.

O art. 204 diz:

"Os serviços de transporte terrestre, de pessoas, de bens e de carga aérea, dentro do território nacional, inclusive as atividades de agenciamento, somente serão explorados pelo poder público, por brasileiros ou por empresas nacionais..."

Na verdade, Sr. Presidente, esta emenda é do conhecido entreguista Roberto Campos e traz aqui um debate que perpassou toda a Comissão da Ordem Econômica acerca do conceito de empresa nacional. Na Comissão de Ordem Econômica e na Subcomissão de Princípios Gerais, o Senador Roberto Campos defendia a tese de que empresa nacional deveria ser toda empresa organizada no Brasil segundo leis brasileiras. Como não conseguiram incorporar esse preceito, apesar do conceito que foi aprovado, não tem o nosso completo apoio. Mas não temos conseguido incorporar esse conceito. Querem agora, "e bandinha", abrir para vinte empresas multinacionais a participação em todos esses setores da economia brasileira. Na verdade isso representa, como foi dito aqui, a defesa de interesse de vinte empresas multinacionais ligadas mais diretamente à questão de agenciamento de frete e particularmente à DHL.

Por isso venho aqui, em nome do sentimento patriótico do povo brasileiro, pedir aos Srs. Constituintes que votem contra esta emenda, contra este destaque. (Palmas)

**O SR. CONSTITUINTE NELTON FRIEDRICH:** – Sr. Presidente, o destaque é do ilustre Constituinte Ricardo Fiuza, que foi à tribuna. Pergunto se a autoria original da emenda é de Roberto Campos.

**O SR. PRESIDENTE (Aluísio Campos):** – A emenda é de autoria do Senador Roberto Campos, mas o destaque é do Constituinte Ricardo Fiuza.

**O SR. CONSTITUINTE NELTON FRIEDRICH:** – Redigida em português, Sr. Presidente?

**O SR. CONSTITUINTE RICARDO FIUZA:** – Sr. Presidente, peço a V. Ex.<sup>a</sup> que me conceda um minuto.

A ironia do Constituinte Nelson Friedrich chega a ser descortesia com um colega nosso super preparado e competente, que não teve essa prevenção. É uma emenda perti-

nente. Preciso de um pequeno esclarecimento, porque V. Ex.<sup>a</sup> não foi generoso comigo quanto ao tempo.

A emenda pede apenas que as vinte transportadoras existentes continuem, porque um pequeno produtor de sapato não pode fretar um avião inteiro. Ele precisa contar com uma transportadora que vá entregar sua carga, pagando parcelado, em todo o mundo – na Índia, no Japão, onde for.

**O SR. CONSTITUINTE JOÃO AGRIPINO:** – Sr. Presidente, um esclarecimento para proferir meu voto. Não compreendi bem o conflito que parece existir entre o artigo que já foi aprovado e o que está proposto. Pediria ao Relator que explicitasse bem o texto da proposta e se ele conflita com o art. 204, já aprovado por esta Comissão.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Com a palavra o Relator, para o esclarecimento.

**O SR. RELATOR (Virgílio Távora):** – A resposta é muito simples.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Há outro inscrito para falar contra e, como só falou um a favor, pergunto a S. Ex.<sup>a</sup> se desiste da inscrição. **(Pausa)** S. Ex.<sup>a</sup> desiste.

Com a palavra o Relator.

**O SR. RELATOR (Virgílio Távora):** – Realmente, a emenda em questão, em nossa opinião, primeiro, não poderia estar nas Disposições Transitórias, segundo, conflita com o já aprovado na parte permanente.

O parecer é contrário.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Em votação, com parecer contrário da Relatoria.

#### **(Procede-se à votação)**

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Manoel Moreira, Daso Coimbra, José Dutra, José Maranhão, Marcos Lima, Arnaldo Prieto, Francisco Dornelles, Gilson Machado, José Lins, Luís Eduardo, Mário Assad, Ricardo Fiuza, Jonas Pinheiro, Darcy Pozza, Jarbas Passarinho, Siqueira Campos. Votaram **NÃO** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Almir Gabriel, Aluizio Campos, Celso Dourado, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, Maurílio Ferreira Lima, Milton Reis, Nelson Carneiro, Nelson Friedrich, Nilson Gibson, Paulo Ramos, Raimundo Bezerra, Sigmaringa Seixas, Wilson Martins, Chagas Rodrigues, João Agripino, Jorge Hage, José Costa, Miro Teixeira, Nelson Wedekin, Octávio Elísio, Rose de Freitas, Vilson Souza, Antoniocarlos Mendes Thame, Carlos Chiarelli, Enoc Vieira, Inocêncio Oliveira, Sandra Cavalcanti, Jofran Frejat, Simão Sessim, Valmir Campelo, Antônio Carlos Konder Reis, José Luiz Maia, Virgílio Távora, José Maurício, Lysâneas Maciel, Floriceno Paixão, Francisco Rossi, Ottomar Pinto, Sólton Borges dos Reis, Plínio Arruda Sampaio, José Genoíno, Haroldo Lima, Roberto Freire, e Beth Azize. **ABSTENÇÃO** dos seguintes Constituintes: Michel Temer, Gerson Peres e Adolfo Oliveira.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 16 Constituintes; votaram NÃO 48 Constituintes; abstiveram-se de votar 3 Constituintes. Total: 67 votos. O Destaque foi **rejeitado**.

**Destaque nº 0932-87 – Emenda nº ES-27721-9, dos Srs. Haroldo Lima e outros, "que adita o seguinte parágrafo ao Substitutivo nº 1 "integrar à Administração Civil de forma progressiva, e conforme dispuser a lei, a Aviação Civil e suas infraestruturas" (Título X do Substitutivo nº 2)". (534ª votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Passamos agora ao Destaque nº 0932, referente à Emenda nº 27721, do Constituinte Haroldo Lima. Trata-

se de uma emenda aditiva. S. Ex.<sup>a</sup> indicou o Constituinte Miro Teixeira para fazer o encaminhamento a favor.

**O SR. CONSTITUINTE MIRO TEIXEIRA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, estamos conseguindo chegar aos momentos finais dos trabalhos da Comissão de Sistematização num clima de plena harmonia, e não poderia ser diferente. Aqui foram votadas questões contraditórias foram despertadas paixões trazidas dos ideais de cada um, ao longo de muitos anos de luta. Ao final dos nossos trabalhos, percebemos um clima de integração que nos permite lançar um apelo aos companheiros de todas as legendas, para que encarem esse tema da mesma forma patriótica e desapaixonada como foram tratados outros assuntos relevantes da vida nacional.

Todos nós estamos em Brasília há algumas semanas, distantes da família. Temos vontade de voltar aos nossos Estados – e o faremos em breve, quando estiverem concluído os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte; para lá iremos com mais assiduidade do que atualmente sempre nos valendo de uma categoria de trabalhadores que conosco já chega a ter certa intimidade na discussão dos problemas nacionais. Estamos falando daqueles que trabalham na aviação civil. Na defesa de uma aviação civil dirigida por técnicos especializados, por profissionais que possam a ela se dedicar, se aperfeiçoar, realizar cursos em nome da segurança dos vôos, em nome da segurança de milhões de pessoas que se valem da aviação sistematicamente como transporte, é que vimos à tribuna. Na pesquisa que realizamos, com o objetivo de tentar trazer argumentos sólidos aos companheiros, verificamos que até 1941, quando foi criado o Ministério da Aeronáutica, a aviação esteve vinculada ao Ministério de Obras Públicas. Naquela época, fazia sentido o controle da aviação civil pelo Ministério da Aeronáutica, porque existia a aviação civil, a naval e a militar. Estabeleceu-se então todo um problema administrativo entre a aviação naval e civil, quando eram precários os meios de controle de tráfego aéreo.

Hoje a situação é diferente. Não há mais por que se manter sob o controle do Ministério da Aeronáutica a aviação civil, e os argumentos são oferecidos pelo próprio Sindicato Nacional dos Aeroviários. O controle da aviação civil obriga o Ministério da Aeronáutica a destacar pessoas para prestarem serviços nas diversas áreas da aviação civil. Entretanto, a passagem por esses postos de serviços é sempre em caráter temporário, quando não eventual, já que é imperativo da carreira militar, para fins de promoção, o deslocamento constante. Agora peço aos companheiros muita atenção, porque se trata de uma questão de segurança de voo, isto faz com que no DAC e em diversos setores ligados ao sistema venham ocupando os principais postos de decisão profissionais militares, que se revezam às vezes, em períodos extremamente curtos. Dessa forma por mais bem-intencionados que sejam esses militares na sua maioria, passam eles pela aviação civil sem acumular bagagem necessária a fim de garantir estabilidade ao setor. Só o Brasil, a Etiópia, Guiné-Bissau, Arábia Saudita, Gana e Angola mantêm a aviação civil vinculada a militares. **(Palmas)**

Sr. Presidente, peço aos Srs. Constituintes o voto para a aviação civil, a fim de que esses profissionais possam melhorar as condições de segurança de voo.

E encerrando, como o CINDACTA continua vinculado ao Ministério da Aeronáutica, qualquer argumentação de que a defesa do espaço aéreo brasileiro estará ofendida por essa decisão é falácia, é mera falácia. O CINDACTA, repito, continuará sob o controle das autoridades da aviação militar. Muito obrigado. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Com a palavra, para encaminhar, o Constituinte Ottomar Pinto.

**O SR. CONSTITUINTE OTTOMAR PINTO:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, no dia 1º de setembro de 1985 decolava de Anchorage, no Alasca, um avião das Linhas Aéreas Coreanas, um Boeing 747, que levava a bordo 269 passageiros, com destino a Seul. Saiu de Anchorage às 13 horas e voou cinco horas e meia sobre o oceano. Desviou-se da rota sem que o piloto se apercebesse. Enquanto alguns passageiros dormiam, outros liam, outros jogavam, todos, enfim, já imaginando o encontro com seus familiares em Seul, que se afigurava próximo; este avião cinco horas e meia depois estava no espaço aéreo da Rússia. Claro que este país tomou as medidas que entendeu necessárias. Um caça russo decolou, lançou dois mísseis A/A e este avião se precipitou ao mar, com 269 passageiros. Pois bem, havia duas estações de radares militares da Defesa Aérea Americana no percurso. Não fosse a falta de coordenação, a dissociação entre a aviação civil e a militar que existe nos Estados Unidos, isso não teria acontecido. E olha que os Estados Unidos são ricos e podem manter duplicidade de meios de comunicação e controle de tráfego aéreo com eficiência, coisa que o Brasil não pode fazer, pois não em esses meios disponíveis para dobrar seus meios de controle de tráfego aéreo, de comunicação etc.

Pois bem, aquele aviso não apareceu nas telas de radar e, se tivesse aparecido, certamente os militares teriam dito que nada tinham a ver com o problema, porque havia a dissociação e até mesmo uma certa rivalidade entre a aviação civil e a militar naquele país. Se fosse no Brasil, ao não aparecer o avião na tela de radar da primeira estação, os operadores o chamariam, marcariam sua posição e mandariam corrigir a sua rota. Mesmo que o piloto não fizesse, haveria uma segunda alternativa mais adiante e esses 269 passageiros não teriam sido sacrificados.

Um dos argumentos também levantados quando se discute esse problema é que o Ministério da Aeronáutica é um órgão híbrido, porque ele tem a Embraer, e ninguém pode dizer que essa empresa seja militar; tem a Infraero; tem o CTA, que faz pesquisa, atua no ensino, no desenvolvimento da indústria, e tem aviação civil. Até mesmo pelo princípio de isonomia, transporte aéreo está ligado à Aeronáutica e não ao Ministério de Transporte. Vejam bem: transporte aéreo é um segmento da aviação. Existe uma aviação agrícola. Será que ela iria ficar vinculada ao Ministério da Agricultura? Existe uma aviação de socorro aéreo. Ela ficaria ligada ao Ministério da Saúde?

E mais ainda, para encerrar, utilizando a argumentação do eminente Constituinte Miro Teixeira, que afirmava que, antes de 1941, se justificava até mesmo que houvesse um departamento de aviação, porque havia aviação militar, naval e civil. Hoje já está havendo aviação do Exército, aviação naval, existe também a aviação da Força Aérea Brasileira e a aviação civil.

Srs. Constituintes, quero encerrar dizendo a V. Ex.<sup>as</sup> que não se deve mudar um time que está ganhando. O sistema aeronáutico brasileiro deu certo. Encaminha contra a emenda do nobre Constituinte Haroldo Lima (**Palmas**), porque não desejo que V. Ex.<sup>as</sup>, apoiando essa emenda, venham a morrer prematuramente num desastre de avião, nos saturados corredores aéreos das áreas metropolitanas brasileiras.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FERNANDES:** – Sr. Presidente, estou inscrito para encaminhar contra.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Tomei a decisão, para podermos concluir a pauta, de só falar um Constituinte a favor e um contra. Gostaria que V. Ex.<sup>a</sup> permitisse colocar em votação a emenda seguinte, porque já houve uma permuta. O Constituinte Ottomar Pinto defendeu muito bem o ponto de vista dos Senhores.

Em votação a emenda do Constituinte Jorge Uequed, na hipótese de o Constituinte Lysâneas Maciel concordar com a inversão da pauta neste ponto.

Com a palavra o Relator.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FERNANDES:** – Sr. Presidente, gostaria que V. Ex.<sup>a</sup> me concedesse apenas dois minutos.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – É um apelo que a Presidência faz a V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ FERNANDES:** – Sr. Presidente, preciso dar o testemunho de um civil que viveu, em determinado momento, como Secretário de Transportes, a experiência dessa situação. No meu Estado, o Amazonas, já tivemos oportunidade de conceder o controle regional ao meio civil. E o que se observava, por exemplo, no SATA, órgão que dava cobertura aos Catalinas da antiga Panair, é que eles fracassaram, porque dificilmente se consegue serviço duplo com a mesma eficiência e racionalização de um só serviço. Diria então que é uma verdadeira temeridade nós, que não temos dinheiro, que não temos recursos para esbanjar, pretendemos criar um operador civil e um militar apenas porque queremos ter a veleidade de separar brasileiros que vestem fardas de outros que são civis.

Portanto, peço aos Srs. Constituintes que votem contra, porque o que se pretende é um absurdo e estaremos votando pela sangria do Tesouro Nacional.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Muito obrigado a V. Ex.<sup>a</sup>.

Concedo a palavra ao Constituinte Celso Dourado.

**O SR. CONSTITUINTE CELSO DOURADO:** – Sr. Presidente, este País tem uma extensão continental. Todos esperávamos que a aviação se desenvolvesse de uma maneira extraordinária. Mas o que estamos vendo? A aviação nacional já foi a quarta do mundo e hoje é a décima terceira. Nossas linhas aéreas já atingiram um maior número de cidades do que hoje. Por que isso? Devido a uma estrutura arcaica, centralizadora, militarizada, que não corresponde aos anseios da própria população. (**Palmas**)

Está na hora de democratizar. Esta é a hora de democratização e não há aqui nenhum apelo contrário à contribuição que os militares podem dar, mas, na realidade, eles não são preparados para a aviação civil e sim para atividades de outra natureza: preparar o avião para a guerra, enquanto que a aviação civil tem de se preocupar com o comércio, com o transporte e com a segurança de passageiros.

Então, entendemos que esta é a hora, quando estamos fazendo uma nova Constituição, de colocar o Brasil ao lado das grandes nações democráticas e desenvolvidas (**Palmas**) e não ao lado de países que têm uma mentalidade militarista, que pretendem controlar esse setor importantíssimo para um País de extensão continental como o nosso.

É a nossa palavra. (**Palmas**)

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Com a palavra o Sr. Relator.

**O SR. RELATOR (Adolfo Oliveira):** – Sr. Presidente, a Relatoria, devidamente orientada pelo ilustre Relator-Geral, Bernardo Cabral, entende que não se deve alterar o atual estado de coisas. O Brasil é um dos países que apresenta maior índice de segurança aérea do mundo, não temendo confronto com qualquer das nações mais adiantadas e ricas do que a nossa. Não existe um Brasil fardado e um Brasil civil. É um Brasil só, e está funcionando bem, o que é prova de que o que dá certo neste País deve ser conservado.

Damos parecer contrário à emenda. (**Palmas**)

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Em votação a emenda.

(**Procede-se à votação**)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Almir Gabriel, Celso

Dourado, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, Maurílio Ferreira Lima, Nelton Friedrich, Paulo Ramos, Sigmaringa Seixas, Jorge Hage, José Costa, Miro Teixeira, Nelson Wedekin, Octávio Elísio, Rose de Freitas, Vilson Souza, Sandra Cavalcanti, Antônio Carlos Konder Reis, José Maurício, Lysâneas Maciel, Plínio Arruda Sampaio, José Genoíno, Haroldo Lima, Roberto Freire e Beth Azize. Votaram **NÃO** os seguintes Constituintes: Aluizio Campos, Bernardo Cabral, José Freire, Manoel Moreira, Milton Reis, Nilson Gibson, Raimundo Bezerra, Wilson Martins, Chagas Rodrigues, Daso Coimbra, João Agripino, José Dutra, José Maranhão, Marcos Lima, Michel Temer, Arnaldo Prieto, Carlos Chiarelli, Enoc Vieira, Francisco Dornelles, Gilson Machado, Inocêncio Oliveira, José Lins, Luís Eduardo, Mário Assad, Ricardo Fiuza, Jofran Frejat, Jonas Pinheiro, Valmir Campelo, Darcy Pozza, Gerson Peres, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia, Virgílio Távora, José Fernandes, Francisco Rossi, Joaquim Bevilacqua, Ottomar Pinto, Adolfo Oliveira e Sotero Cunha.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 27 Constituintes; votaram NÃO 39 Constituintes. Total: 66 votos. O Destaque foi **prejudicado** por falta de **quorum** qualificado.

Com a votação desta emenda encerrou-se o dia.

### III – SUSPENSÃO DA REUNIÃO

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – A Presidência vai suspender os trabalhos, convocando os Senhores Constituintes para a continuação da presente reunião, amanhã às 14:30 horas.

Está suspensa a reunião.

### EM 18 DE NOVEMBRO DE 1987

Presidência do Sr.: **Afonso Arinos**, Presidente.

### I – REABERTURA DA REUNIÃO

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Havendo número regimental, declaro reaberta a reunião.

### II – EXPEDIENTE

**Ofício do Sr. Líder do PDT:**

Ofício nº 205/87

Brasília, 17 de novembro de 1987

A Sua Excelência o Senhor  
Constituinte Ulysses Guimarães

DD. Presidente da Assembléia Nacional Constituinte

Nesta

Senhor Presidente:

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência o Constituinte Adhemar de Barros Filho para substituir o Constituinte Brandão Monteiro, como membro efetivo da Comissão de Sistematização, dia 18-11-87.

No ensejo, renovo a Vossa Excelência protestos de consideração e apreço. – **Constituinte Brandão Monteiro**, Líder do PDT.

Ofício nº 202/87

Brasília, 17 de novembro de 1987

A Sua Excelência o Senhor  
Constituinte Ulysses Guimarães

DD. Presidente da Assembléia Nacional Constituinte Nesta

Senhor Presidente:

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência o Constituinte Amaury Müller para substituir o Constituinte

te Lysâneas Maciel, como membro efetivo da Comissão de Sistematização, dia 18-11-87.

No ensejo, renovo a Vossa Excelência protestos de consideração e apreço. – **Constituinte Brandão Monteiro**, Líder do PDT.

### III – COMUNICAÇÕES

**Do Sr. Constituinte Arnaldo Faria de Sá:**

**O SR. CONSTITUINTE ARNALDO FARIA DE SÁ:** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem a palavra o nobre Constituinte Arnaldo Faria de Sá.

**O SR. CONSTITUINTE ARNALDO FARIA DE SÁ:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, chegamos ao final do trabalho da Comissão de Sistematização e, certamente teremos diversos cumprimentos por tudo que foi realizado, mas na reunião de ontem à noite, lamentavelmente, deixaram de ser votados dois destaques, embora as Lideranças se tenham reunido, à tarde, definindo que a preferência seria totalmente cumprida. O último dos destaques dizia respeito à revisão de benefícios dos aposentados. Quem presidia a reunião chegou até a anunciar, antes de encerrá-la, que iria ser colocado em votação o destaque do Constituinte Jorge Uequed. Acabou não sendo votado. Certamente todos os aposentados e pensionistas deste País foram lamentavelmente prejudicados por falta de habilidade da Mesa da Comissão de Sistematização, por falta de vontade de decidir, por falta de vontade de tomar uma posição e algumas pessoas dentro desta Comissão contribuíram para isto.

Inicialmente subtraiu-se um destaque do Constituinte Antoniocarlos Mendes Thame por uma jogada de interesses de um determinado Partido. Depois a emenda do Constituinte Jorge Uequed que não era só de S. Ex.<sup>a</sup>, era do Constituinte Antoniocarlos Mendes Thame, do Constituinte Paulo Paim, do Constituinte Floriceno Paixão, do Constituinte Arnaldo Faria de Sá e de todos aqueles que queriam resgatar, nesta Constituinte, o que sofreram os aposentados e pensionistas, como, momentos antes, resgatamos os nossos pracinhas aqui neste plenário.

Perdemos tempo. No entanto, por não ter sido prorrogado o tempo, não se votou a questão dos aposentados. Isto é falta de sensibilidade, isto é falta de tato, isto é falta de vontade, isto é falta de querer decidir. E certamente, na minha opinião, este detalhe macula e mancha todas as decisões da Comissão de Sistematização.

Desculpe o desabafo, Sr. Presidente, mas tinha que ser registrado.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Em resposta ao nobre Constituinte, que não suscitou uma questão de ordem mas, sim, uma narrativa de acontecimentos e um protesto, a Mesa decide que este protesto será levado, naturalmente, aos Anais, mas a Mesa não se responsabiliza pela justiça, pela oportunidade das manifestações aqui levantadas por V. Ex.<sup>a</sup> e nem o Presidente se solidariza com elas, porque envolvem fatos que não presenciei, não se passaram às minhas vistas e envolvem nomes que muito respeito como, aliás, respeito o de V. Ex.<sup>a</sup>. Portanto, não é sem razão que a Presidência acentua que acolherá o protesto de V. Ex.<sup>a</sup> como prova de que cumprimos o Regimento e os dados consecutivos da praxe parlamentar, mas que isto não representa assentimento e nem concordância da Mesa com as declarações de V. Ex.<sup>a</sup>.

Tem a palavra o nobre Constituinte José Genoíno, pela ordem.



**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO:** – Sr. Presidente, é sobre a questão da votação da redação final das Disposições Transitórias. Ontem, votamos a Emenda nº 33028. A emenda teve a seguinte votação: votaram a favor, 58 Srs. Constituintes e contra, 29 Srs. Constituintes. Houve uma abstenção. É a emenda do nobre Constituinte Hermes Zaneti, que substitui o art. 29 do Substitutivo do Relator. Lendo a redação final, vejo que o art. 29 do Substitutivo do Relator não foi substituído. Ele consta como art. 18 na redação final que aprovamos ontem. E a emenda do nobre Constituinte Hermes Zaneti, que era uma emenda substitutiva, está colocada na redação final. Portanto, ela repete a matéria na redação final, no art. 42. Esta emenda deveria ser substitutiva e deveria estar no art. 18 da redação final. No entanto, ela está no art. 42. O art. 18 está repetindo o Substitutivo nº 2. Este é o esclarecimento que formulo a V. Ex.<sup>a</sup> para que a Relatoria resolva este problema.

Isto, certamente, foi fruto do cansaço, porque os trabalhos de ontem foram muito cansativos. Mas, há dois artigos sobre um mesmo assunto e a emenda que estava classificada como substitutiva, na verdade, está aqui como uma emenda aditiva, no art. 42.

Iremos votar a redação final e levo esta questão à Presidência da Comissão de Sistematização.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem a palavra o nobre Constituinte e Relator Antônio Carlos Konder Reis, que foi o Relator na ocasião.

**O SR. RELATOR (Antônio Carlos Konder Reis):** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, quero de pronto acolher a observação do nobre Constituinte José Genoíno. Montamos a redação final no ato das discussões constitucionais gerais e transitórias, que é outra proposta, que o Sr. Relator-Geral houve por bem de acolher – Ato Constitucional das Disposições Gerais e Transitórias que montamos através do computador.

A cada emenda que era aprovada, neste Plenário, fazia-se a digitação diretamente ao Prodasen. A reunião terminou às 24 horas. De acordo com as determinações do Sr. Relator-Geral e dos demais Relatores, desloquei-me para o Prodasen e lá permaneci, naquele departamento do Senado da República, até às três horas da madrugada, quando concluímos o trabalho. Mas houve esse equívoco, como pode ter acontecido outros. Por isto, trouxe aqui todos os rascunhos.

Foi respeitada a decisão do Plenário da Comissão de Sistematização. Foi incluída a emenda do nobre Constituinte Hermes Zaneti, mas, por um erro, não foi excluído o texto que constava no projeto, permanecendo o art. 18.

Sr. Presidente, Sr. Relator, proponho que a emenda de redação do nobre Constituinte José Genoíno seja acolhida e que se faça imediatamente a correção.

**O SR. CONSTITUINTE ANTONIO CARLOS MENDES THAME:** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Peço licença ao nobre Constituinte.

#### IV – ORDEM DO DIA

##### VOTAÇÃO DO PROJETO DE CONSTITUIÇÃO TÍTULO IX (fim)

**Redação final do Título IX do Substitutivo nº 2 ao Projeto de Constituição do Sr. Bernardo Cabral. (535.<sup>a</sup> votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Vou colocar em votação a Redação Final, porque tivemos a experiên-

cia ontem, anteontem e em dias anteriores de que a sucessão de questões de ordem impedem o andamento da matéria.

Então, vou colocar imediatamente em votação a matéria. Depois darei a palavra pela ordem a V. Ex.<sup>a</sup>

Com a retificação feita, ponho em votação a redação final do substitutivo da Comissão de Sistematização, para o Ato das Disposições Constitucionais Gerais e Transitórias.

Vamos fazer a votação por chamada, por sugestão da assessoria técnica.

**O SR. CONSTITUINTE SOTERO CUNHA:** – Sr. Presidente, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – É sobre erro da matéria em votação?

**O SR. CONSTITUINTE SOTERO CUNHA:** – É sim.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem a palavra V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. CONSTITUINTE SOTERO CUNHA:** – Sr. Presidente, no art. 20, inciso II, saiu publicada a palavra "aposentadoria", quando o correto é "pensão". Eu pediria ao Sr. Relator a fineza de fazer a correção.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – V. Ex.<sup>a</sup> será atendido.

Se não há nenhuma outra reclamação que diga respeito à letra do texto, vamos passar à votação.

#### (Procede-se à votação)

Votaram **SIM** os seguintes Senhores Constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Almir Gabriel, Aluizio Campos, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Carlos Mosconi, Celso Dourado, Egidio Ferreira Lima, Fernando Henrique Cardoso, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, João Calmon, Mário Lima, Milton Reis, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nelson Friedrich, Nilson Gibson, Paulo Ramos, Raimundo Bezerra, Severo Gomes, Sigmaringa Seixas, Virgildásio de Senna, Antônio Mariz, Chagas Rodrigues, Mário Covas, Jorge Hage, Miro Teixeira, Rose de Freitas, Vilson Souza, Afonso Arinos, Alcení Guerra, Antônio Carlos Mendes Thame, Francisco Benjamim, Inocêncio Oliveira, José Lins, Sandra Cavalcanti, Simão Sessim, Furtado Leite, Annibal Barcellos, José Tinoco, Antônio Carlos Konder Reis, Gerson Pares, Jarbas Passarinho, Virgílio Távora, Adhemar de Barros Filho, José Maurício, Amaury Müller, Joaquim Beviláqua, Luiz Inácio Lula da Silva, Plínio Arruda Sampaio, Adolfo Oliveira, Siqueira Campos, Haroldo Lima, Fernando Santana, Jamil Haddad. **ABSTENÇÃO** dos Senhores Constituintes: Carlos Sant'Anna, Eraldo Tinoco, Adilson Motta.

**O SR. CONSTITUINTE ADOLFO OLIVEIRA:** – Sr. Presidente, antes de passar a V. Ex.<sup>a</sup> o resultado, quero lembrar ao Plenário da Comissão que realizamos 535 chamadas de votação. Quero, humildemente, pedir desculpas aos colegas por eventual falha no exercício desta missão, que é muito espinhosa, mas que a exerci com muita honra e muito prazer para mim. **(Palmas)**

Chega a tempo sempre o querido e eminente colega Fernando Santana e vota SIM.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 58 Constituintes; abstiveram-se de votar 3 Constituintes. Total: 61 votos. A Redação Final do Título IX foi **aprovada**.

Parabéns à Comissão de Sistematização. **(Palmas)**

Antes de conceder a palavra ao nobre Relator Bernardo Cabral, desejo informar ao plenário que esta Presi-

dência, por intermédio da Secretaria da Comissão, está distribuindo um quadro demonstrativo, contendo dados alusivos aos trabalhos de votação do Projeto de Constituição, compreendendo o período de vinte e quatro de setembro até a presente data, quando estamos encerrando esta etapa de apreciação da matéria constitucional.

Quadro demonstrativo a que se refere o Sr. Presidente:

ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE  
COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO  
SECRETARIA

VOTAÇÃO DOS DESTAQUES  
MAPA DEMONSTRATIVO

		PROJETO DE CONSTITUIÇÃO											TOTAL ATÉ 18-11-87
		TÍTULOS											
DESTAQUES		PREAM- BULO	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX		
V O T A D O S	APROVADOS	01	04	58	35	33	04	15	19	18	27	214	
	REJEITADOS	04	11	80	42	25	06	17	14	20	13	234	
	PREJUDICADOS (QUORUM)	-	-	25	11	10	-	01	08	01	05	61	
	TOTAL DE VOTAÇÕES	05	15	163	88	68	12	33	41	39	45	509	
N A O  V O T A D O S	RETIRADOS	06	30	571	161	24	10	31	16	13	12	874	
	PREJUDICADOS (Ausência matéria idêntica ou já acolhida)	08	56	746	340	22	04	10	27	13	03	1229	
	TOTAL DE DESTAQUES	19	101	1480	589	114	26	74	84	65	60	2612	
	Substitutivo e Redação Final	01	01	02	02	02	02	02	02	02	02	18	
	Requerimento de Preferência	01	02	02	01	01	-	-	-	01	-	08	

(\*) 1 Substitutivo do Relator (Título II) e 1 Redação Final (Preambulo, Títulos I e II).

Tem a palavra o nobre Relator.

**O SR. RELATOR (Bernardo Cabral):** — Sr. Presidente, Eminentes Srs. Constituintes, chegam ao fim, nesta fase, os ingentes trabalhos da Comissão de Sistematização. Ao cabo de muitos meses de árduo esforço, intelectual, físico, mental e moral, concluímos a tarefa, com o pensamento sempre voltado para o interesse nacional e a felicidade dos brasileiros. Durante esse longo período, eminentes Constituintes, não desfrutamos das folgas dos sábados e domingos, dos lazeres das noites despreocupadas, do descontraimento da convivência alegre com nossos amigos e familiares.

O trabalho, só o trabalho dedicado, foi a nossa palavra de ordem. Por isso mesmo, não foram poucos os que se viram, ao longo do percurso, gravemente atingidos em sua saúde, dentre os quais, como figura principal, sobressai o nosso Presidente Ulysses Guimarães. E permita Deus não se amplie, mais adiante, o número daqueles que à beira desse se encontram.

Meditando sobre isso, e debruçando-me sobre o Substitutivo que agora ultrapassamos, é que me veio à mente ser impróprio que, ao fim de tanto esforço profícuo, este Relator não fizesse breve alocução, a um tempo de agradecimento e de registro histórico.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes: como anunciaram em minha introdução ao 2º Substitutivo, não tínhamos, nem poderíamos validamente sustentar, a pretensão da

perfeição. Uma Constituição só se sustenta se amada pelo povo... e ela só é amada pelo povo quando corresponde a seus anseios e retrata sua fisionomia. O brasileiro é um ser naturalmente generoso. Mas, humano que é, também é um ser que alia às notáveis qualidades, indiscutíveis defeitos.

A Constituição, que a esse povo se dirige, não pode, pois, ser um modelo alienado de perfeição. Por certo que à técnica jurídica e à expectativa legislativa competem expurgar as máculas indesejáveis e ostensivas. Mas, acima de tudo isso, a Lei Magna de um povo há de ser o reflexo desse povo.

A análise final do Substitutivo que todos nós vimos de concluir revela, para felicidade desta Casa, que os pressupostos teóricos, acima expostos, na prática foram atingidos. Produzimos um trabalho digno do Brasil e dos brasileiros, e adequado aos desafios da história e do progresso.

Cedo ou tarde, a atoarda dos que o criticam, porque não o leram, ou o leram de má-fé, há de cessar. Não nos impressionemos, portanto, com os tambores que os impermeáveis ao progresso fazem rufar ruidosamente. Querem a eles dar pronta resposta? Para tanto não há necessidade, sequer, de ler o Substitutivo em sua íntegra. Bastará pinçar, aqui e acolá, alguns pontos para se confirmar que o texto fundamental, ora proposto, constitui a mais avançada das reformulações constitucionais já intentadas neste País. Por isso, o esquecimento será o destino seguro que espera pelas alevisias maliciosamente fabricadas e difundidas contra esta Comissão.

Consulte-se, por exemplo, todo o Título II, seja nos direitos individuais e coletivos, seja nos direitos sociais. Séculos de distância separam nosso Substitutivo, aqui, de todas as Constituições que o Brasil já conheceu. Se sairmos da história do Direito em direção ao Direito Comparado, com orgulho poderemos afirmar que a futura Carta brasileira dos direitos fundamentais nada fica a dever à de qualquer outro país. Estamos certos de que o nobre Plenário da Assembléia Nacional Constituinte saberá resguardar conquistas tão magníficas, que irão resgatar os brasileiros do estatuto de desproteção constitucional ainda vigente.

É incorreto dizer que os progressos, agora brevemente enunciados, se fizeram às custas do sacrifício da livre iniciativa, tão fortemente enraizada na tradição brasileira. Bem antes, o art. 199 do Substitutivo, por exemplo, taxativamente afirma o primado da livre iniciativa, necessariamente atando-a, como faz a Constituição vigente, como fazem as Constituições modernas do mundo inteiro, com a finalidade da consecução da justiça social e, doutra parte, definindo com maior clareza os princípios dessa nobre meta. E mais: o art. 202, ao traçar as balizas da intervenção do Estado no domínio econômico, agiu com rigor extraordinariamente mais profundo do que o traçado no art. 170, da atual Constituição. Basta que se coloque em relevo que só se admitirá tal intervenção se assim a recomendarem imperativos da segurança nacional ou relevantes interesses coletivos, uns e outros definidos em lei.

Onde e como, pois, justificar a cantilena de certas entidades e personagens notórios, de ser nosso Substitutivo adverso ao capital nacional ou estrangeiro? O que exigiremos, sim, é que o empresariado assuma seu real papel, de participe de um contexto social, aliado ao trabalhador, responsável pela maior amplitude dos seus direitos, tudo com vistas à criação de um Brasil mais rico e mais feliz, onde todos possam partilhar dos frutos dos investimentos.

Leia-se, também, desapassionadamente, o Título VIII, alusivo à Ordem Social. Quando, em nossa história constitucional, a saúde, a seguridade social, a previdência social e a assistência social, obtiveram uma dignificação tão clara e ampla? Quando, em verdade, nossas Consti-

tuições se inclinaram, com aplicação, para esses temas fundamentais?

Doutra parte, a Constituinte sabiamente percebeu que não se funda um efetivo Estado de Direito sem um Poder Judiciário forte. Os Juizes são os guardiães da lei. E esta é a pedra-de-toque da paz social. Seria impossível, por isso, que nosso Substitutivo não tomasse, a respeito, uma posição sólida e avançada. Tais considerações são a fonte geradora da autonomia e da independência, que o Substitutivo assegurou ao Poder Judiciário. Estamos certos de que, sob o pálio da futura Constituição, o que hoje é um sonho, amanhã será realidade: não haverá lesão ou ameaça a direitos, de quem quer que seja, que não obtenha plena e pronta tutela judicial.

Srs. Constituintes: destaquei apenas alguns pontos, do nosso Substitutivo, capazes de asseverar o caráter progressista do trabalho que por ora encerramos. E capazes, também, de nos permitir encarar com orgulho e consciência tranqüila o julgamento da História. Restará, agora, ao soberano Plenário, em seu descortino, dar à nossa Lei Magna sua feição final. Mas o julgamento plenário de nossos pares pode ser, por todos nós, enfrentado com tranqüilidade. Não só lutamos o bom combate, mas o travamos com destemor, dedicação, espírito público e patriotismo.

Permitam-me, ao finalizar, falar na primeira pessoa do singular. Este Relator compartilhou, com V. Ex.<sup>as</sup>, todas as agruras e esforços sofridos. É claro, recebi também agravos específicos e individuais. Mas, como V. Ex.<sup>as</sup>, a todos os julgamentos e injustiças enfrentei com a consciência do dever cumprido, do trabalho sem limites, dos sacrifícios sem medida. Como isso me foi possível, por vezes me interrogo. Mas a resposta não é difícil: não houve um momento em que não tivesse a ajuda e a compreensão desde a Presidência da Constituinte que neste instante saúdo na pessoa do Senador Mauro Benevides, Presidente em exercício, até o Presidente e Vice-Presidentes da Comissão de Sistematização, até os mais retraídos auxiliares do corpo funcional da Casa. Não houve um Constituinte de quem não tivesse haurido experiência ou conhecimento, ainda quando divergíssemos.

Os ilustríssimos colegas que presidiram os trabalhos da Mesa, a partir de S. Ex.<sup>a</sup>, o nobre Senador Afonso Arinos, Professor de todos nós, incansáveis, alertas, pacientes mas enérgicos, quando necessário, foram fundamentais para o êxito da missão.

Os Assessores, a quem confiei certas tarefas específicas, e que tão recatadamente as desempenharam, igualmente merecem menção. E sem meus Relatores Adjuntos e Auxiliares teria sido inviável percorrer toda a extensão do nosso Substitutivo, sustentando-o quando necessário e acolhendo as emendas quando representavam aperfeiçoamento efetivo.

A cada um e a todos deixo aqui agradecimentos que não são mera formalidade, mas que traduzem um sentimento de gratidão que comigo levarei até o fim dos meus dias.

Este é um instante de extrema significação para este Relator. Um mínimo de 95% do Substitutivo foi acolhido por V. Ex.<sup>as</sup>, o que por si só já seria um galardão. Porém, há mais: minha vida, na Política e no Direito, foi uma constante luta pela afirmação da liberdade, da justiça, do progresso, do patriotismo.

Jamais pequei pela incoerência. A firmeza desses compromissos me custou um mandato popular e dez anos de privação de direitos políticos. Voltar a esta Casa e relatar uma futura Constituição era um sonho que só a excessiva generosidade de Deus e a confiança de V. Ex.<sup>as</sup> podem explicar.

A Ele e a V. Ex.<sup>as</sup> meu humilde e comovido agradecimento. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Vou dar a palavra aos oradores que aqui se inscreveram por ordem cronológica.

Tem a palavra o Constituinte Antônio Carlos Mendes Thame.

**O SR. CONSTITUINTE ANTONIOCARLOS MENDES THAME:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o Constituinte Arnaldo Faria de Sá, ao aqui manifestar a sua estranheza e sua revolta pelo fato de ontem não ter sido votada a emenda sobre os aposentados, manifestação com a qual me solidarizo **in totum**, citou meu nome e denunciou aqui uma manobra para retirada da emenda da qual eu era subscritor.

Ontem, mesmo estimulado por diversos companheiros para ir à tribuna explicar o que acontecera, recusei-me fazê-lo para que o componente e o fator emoção não turvasse as palavras, obumbrando o pensamento e dificultando uma análise crítica clara do que ontem aconteceu.

Desde a manhã de ontem diversos Constituintes, de diversos partidos, estiveram tecendo um acordo que encontrasse uma emenda que satisfizesse aos anseios legítimos de onze milhões de aposentados, de milhões de pessoas que só têm como único capital, para sua sobrevivência, seus próprios braços, sua inteligência ou sua mente; que, depois de 30 ou 35 anos, têm desgastada sua força física e encontram na aposentadoria o seu único investimento seguro, para sobreviverem com dignidade os últimos anos de sua vida.

Depois de difíceis tentativas, a minha emenda de nº 1P09142-0 deixou de ser a minha emenda e passou a ser a emenda de nº ES-27251-9 do Constituinte Jorge Uequed em co-autoria dos Constituintes Arnaldo Faria de Sá, Floriceno Paixão, Sandra Cavalcanti, Ricardo Izar e Paulo Paim. Era o acordo, era a melhor redação aceita, inclusive pelos setores que enxergavam dificuldades para a Previdência...

**(O Presidente faz soar a campainha)**

**O SR. CONSTITUINTE ANTONIOCARLOS MENDES THAME:** – É a primeira vez que ouço hoje a campainha: todo mundo falou sem limitação de tempo.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Não é o fato de falar, é o tempo que está se gastando na Tribuna.

**O SR. CONSTITUINTE ANTONIOCARLOS MENDES THAME:** – Pois não. Vou terminar, Sr. Presidente.

Esse acordo transformou-se numa emenda que não era mais uma emenda de minha autoria; era uma emenda de todos para resolver de uma forma consistente e aceitável pela Previdência a situação dos aposentados. O Vice-Líder Inocêncio Oliveira colocou-se no rol das 18, 19 emendas que seriam votadas. Isso foi distribuído a todos, e a nossa surpresa, alguns minutos depois, foi saber que ela havia sido riscada.

Fui perguntar ao meu Vice-Líder em exercício, e S. Ex.<sup>a</sup> explicou-me que o Líder do nosso Partido, ao tomar conhecimento de que a emenda era de minha autoria, riscou-a ao dizer que eu não merecia a sua confiança. Srs. Constituintes, votei nos quatro anos de mandato; **(Palmas)** votei por acreditar que era o melhor para o meu País; votei em perfeita consonância com o Presidente do meu Partido, a quem procurei e tive a sua anuência, a sua aquiescência, a sua concordância e o seu estímulo para que votasse nos quatro anos.

Não me considero traidor. Votei de acordo com a Presidência do meu Partido. Em nenhum momento anterior afirmei que votaria diferente. Simplesmente me esquivei e argumentei que aceitava os argumentos dos demais, que todos os argumentos eram válidos, que, como parlamentarista o mandato é irrelevante – realmente o é – mas fiquei surpreendido e não vim ontem à tribuna para que pudesse fazer essa análise de uma forma isenta. La-

mento que ontem essa emenda, que iria beneficiar onze milhões de brasileiros, fosse substituída por uma emenda do nobre e ilustre Constituinte Roberto Campos, uma emenda honesta também, legítima, que defendia os interesses de vinte multinacionais que operam no País e contribuem para o engrandecimento desta Nação, mas uma emenda de caráter restrito e que, evidentemente, foi derrotada. Perdeu-se a oportunidade de se votar uma emenda, já no acordo orquestrado com todos os Partidos, para beneficiar onze milhões de brasileiros. Não tenho nenhum cargo no Governo, não tenho como receber, pessoalmente, nenhuma represália.

**A Folha de S. Paulo** diz que há cinco Deputados que serão os primeiros a receber a retaliação, se vier em cima de algum cargo tem que ser o meu, mas como não entendo que este Governo pretenda cassar nenhum mandato, estou imune a esse tipo de vingança. Só lamento que essa atitude pessoal do nobre Líder do meu Partido tenha acabado caindo com a ira, que tenho certeza não é a ira do Palácio do Planalto, é uma atitude imediata, uma atitude que devemos esquecer, mas acabou caindo em cima de onze milhões de aposentados.

Sr. Presidente, era o que eu desejava dizer. Muito obrigado. **(Muito bem! Palmas)**

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LOURENÇO:** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem a palavra o nobre Constituinte, pela ordem.

**O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LOURENÇO:** – Sr. Presidente, as tarefas de Líder são, de fato, profundamente ingratas. Às vezes, temos que fazer opções entre diversos destaques e emendas.

Sou acusado aqui de ter discriminado um colega. Não o fiz e não o faria jamais. O que fiz foi optar entre diversas centenas de emendas existentes no meu Partido, e, dentre estas, não foi escolhida, sem conhecimento meu do seu teor, a do nobre representante de São Paulo, Constituinte Antoniocarlos Mendes Thame.

Considero-me, Sr. Presidente, acima deste tipo de comportamento pessoal. Isto não conduz a nada. O que aqui me traz neste momento é que não sou homem de agir pelas costas; não apunhalo ninguém. Quando pedi a substituição de dez membros desta Comissão, como Líder que sou do meu Partido e como assegura o Regimento Interno, eu o fiz anunciando no microfone desta Casa.

Não iria, de maneira alguma, impedir que o Constituinte Antoniocarlos Mendes Thame apresentasse a sua emenda. S. Ex.<sup>a</sup> poderia ter me procurado para dizer que sua emenda era fundamental e do maior interesse. Mas S. Ex.<sup>a</sup> não me procurou em nenhum momento, mas veio aqui, agora, numa atitude que não está à altura de sua personalidade, do seu caráter, do seu valor intelectual. Uma atitude que o nivela a pessoas que não têm a sua estatura. Veio aqui agora, ao fim dos trabalhos que todos nós aplaudimos, acusar quem tanto fez para que esta festa acabasse desta maneira.

Muito obrigado, Sr. Presidente. **(Muito bem!)**

**O SR. CONSTITUINTE NILSON GIBSON:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem a palavra o Sr. Constituinte Nilson Gibson.

**O SR. CONSTITUINTE NILSON GIBSON:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, inicialmente presto as minhas homenagens ao Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, o nobre e ilustre eminente Constituinte Ulysses Guimarães **(Palmas)** que, com equilíbrio, habilidade de arquiteto político soube presidir os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte. Poderíamos até registrar muitas vezes com uma certa imposição, pretendendo até impor ser um ditador nas modificações regimentais. Todavia, era o

seu desejo, era o seu empenho, como ainda o é, concluir os trabalhos de uma nova Carta política que vamos ter no País.

Hoje, Ulysses Guimarães, ausente fisicamente, todavia está aqui nos corações dos 559 Constituintes. A sua homenagem presto dizendo que S. Ex.<sup>a</sup> é o monumento da política nacional.

Sr. Presidente, nobres Sras. e Srs. Constituintes, gostaria também de registrar que S. Ex.<sup>a</sup> está muito bem representado na pessoa do seu substituto legal o Senador Mauro Benevides.

A Assembléia Nacional Constituinte teve a sorte e o privilégio de ter como Relator o nobre Constituinte, Advogado e Professor Bernardo Cabral. Homem formado na histórica Faculdade de Direito de Manaus em 1954, Deputado Estadual pelo PTB, Deputado Federal de 67 a 69, ocasião em que foi cassado. Exerceu as funções de vice-Líder do ex-MDB; Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, a mais importante Comissão que temos dentro do Congresso Nacional; Chefe da Casa Civil e Procurador Jurídico do Estado do Amazonas. Exerceu as funções de Secretário-Geral da OAB.

Culto, Constituinte da melhor envergadura, inteligente, um dos homens mais preparados da Assembléia Nacional Constituinte, sem desmerecer os demais membros desta alta Corte. Infelizmente, S. Ex.<sup>a</sup> foi acusado, vilipendiado e, hoje, este modesto e humilde parlamentar de Pernambuco, lá de Belo Jardim, da região do agreste pernambucano, presta a Bernardo Cabral com a maior honra, a mais irrestrita solidariedade. Tenho certeza de que o meu município vai jogar rosas, quando eu lá chegar e disser que Bernardo Cabral é, realmente, uma das maiores culturas jurídicas do País, homem equilibrado, hábil e inteligente. Acredito que o Amazonas fará justiça a V. Ex.<sup>a</sup>

Mas, ao sair desta tribuna, Sr. Presidente, eu não poderia deixar, também, de registrar a figura do Líder do Partido a que tenho a honra de fazer parte. Posso até, em algumas oportunidades, ter divergido de S. Ex.<sup>a</sup> Refiro-me ao Senador Mário Covas. **(Palmas)** Quero, também, estender as minhas homenagens ao Líder do Governo José Sarney, a quem sou ligado e por quem tenho admiração ao Sr. Constituinte Carlos Sant'Anna; a V. Ex.<sup>a</sup>, também, Sr. Constituinte José Lourenço, que teve como seu auxiliar o ilustra Constituinte pernambucano, de tanta envergadura, Inocêncio Oliveira.

A V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Constituinte Virgílio Távora, outro Líder, outro homem incontestado na nossa luta na Comissão de Sistematização.

A V. Ex.<sup>a</sup>, ex-Governador de Santa Catarina, Sr. Constituinte Antônio Carlos Konder Reis, também, Relator da anterior Constituinte.

Aos Srs. Constituintes Adolfo Oliveira e a Gastone Righi, o grande Líder do Partido Trabalhista, os meus cumprimentos. Ao nobre Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva, os meus cumprimentos pela sua envergadura, pelo seu trabalho e pela sua luta em defesa dos trabalhadores.

A V. Ex.<sup>a</sup> Sr. Constituinte Brandão Monteiro, os meus modestos reconhecimentos pela luta que nos uniu neste Plenário, no dia-a-dia.

Deixei, Sr. Presidente, para falar no seu nome por último. Ainda quando ingressava na Faculdade de Direito da Universidade de Pernambuco, já conhecia e admirava o nome de V. Ex.<sup>a</sup>. Nunca pensei nem tive a expectativa de ver V. Ex.<sup>a</sup> presidindo uma Comissão da qual eu iria fazer parte. Mesmo quando V. Ex.<sup>a</sup> transgredia o Regimento da Comissão de Sistematização, sentia-me dominado por uma grande emoção. Muitas vezes aqui não se compreendeu, muitas vezes aqui não se entendeu a decisão de V. Ex.<sup>a</sup>, mas pode ficar certo de que engrandeceu a Assembléia Nacional Constituinte.

A Aluizio Campos que, com tanto vigor, com tanta luta, soube substituir V. Ex.<sup>a</sup> Ao eminente homem público, Senador por São Paulo, Fernando Henrique Cardoso, com

aquela modéstia, e simpatia, também desejo fazer meu registro.

Finalmente, ao homem que, quando iniciava minha vida advocatícia lá na cidade do Cabo, em Pernambuco, cidade para a qual estou tentando a duplicação de sua estrada, conheci como Ministro de Estado, Ministro da Previdência e do Trabalho ao mesmo tempo.

**(O Sr. Presidente faz soar a campainha)**

Vou concluir, Sr. Presidente, mas não posso deixar de registrar esse fato.

Aquele homem que, chegava à cidade do Cabo em Pernambuco na época em que fazíamos a primeira greve do tempo da Revolução de 1964 – eu, Dom Helder Câmara, Padre Melo e o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, João Luiz – Sr. Presidente, o ex-Ministro Jarbas Gonçalves Passarinho, e reivindicávamos a previdência para o homem do campo. Jarbas Passarinho disse para mim: "Pode continuar a greve, porque um Ministro de Estado está aqui para segurar". Era uma greve em decorrência do poder econômico, que tentava nos prejudicar.

É esta a homenagem, Sr. Presidente, que desejo prestar a todos esses nomes que aqui enumerei.

Desculpem-me e muito obrigado pela paciência. **(Palmas)**

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Muito obrigado ao nobre orador.

Tem a palavra o Sr. Constituinte Paulo Ramos.

**O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS:** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, não era o meu propósito diminuir o brilho da reunião de encerramento dos trabalhos da Comissão de Sistematização. Entretanto, não posso deixar de persistir com o objetivo até de preservar a soberania da Assembléia Nacional Constituinte.

Conforme todos os membros da própria Assembléia Nacional Constituinte têm conhecimento, a Comissão de Sistematização aprovou o Projeto de Decisão nº 4, que proíbe a conversão da dívida externa, no todo ou em parte, em capital de risco no território nacional sob qualquer fórmula.

Ontem, ao tomar conhecimento de que o Conselho Monetário Nacional se reuniria para aprovar normas relativas à conversão, elaboradas pelo Banco Central, um grupo de Constituintes compareceu ao Ministério da Fazenda, momentos antes da referenciada reunião, e foi recebido pelo Exmo Sr. Luiz Carlos Bresser Pereira, Ministro da Fazenda, para dar-lhe ciência, de viva voz, de que a situação relativa à conversão da dívida externa estava pendente de decisão do Plenário da Assembléia Nacional Constituinte. O grupo solicitou a S. Ex.<sup>a</sup> que não apreciasse o projeto elaborado pelo Banco Central, até que a Assembléia Nacional Constituinte decidisse sobre o melhor encaminhamento. Fomos, entretanto, surpreendidos com um comportamento da parte do Sr. Ministro da Fazenda, que nem posso adjectivar. Primeiro, S. Ex.<sup>a</sup> disse não ter conhecimento de que a Assembléia Nacional Constituinte, através da Comissão de Sistematização, teria aprovado um projeto de decisão. O comportamento de S. Ex.<sup>a</sup> o Sr. Ministro estranhou-me, na medida em que tive a oportunidade de, na residência do Exmo. Sr. Senador Fernando Henrique Cardoso, conversar com S. Ex.<sup>a</sup> a respeito do problema. Tive a oportunidade, também, de remeter por escrito uma cópia do Projeto de Decisão aprovado, para conhecimento do Ministro da Fazenda. Mas S. Ex.<sup>a</sup> o Ministro se excedeu no seu cinismo, chegando ao ponto de dizer que não tinha conhecimento de que a Convenção Nacional do PMDB havia decidido que as normas de conversão deveriam ser fixadas pelo Congresso Nacional. Infelizmente, compõem o Conselho Monetário Nacional vários outros ministros, que são também dos quadros do PMDB. Faço este comunicado à Casa, porque espero que a soberania da Assembléia Nacional Constituinte não seja maculada e que o desprezo com que um Mi-

nistério trata o Poder Legislativo, o Poder Constituinte, seja superado no futuro, porque certamente, a Assembléia Nacional Constituinte há de implantar o parlamentarismo no Brasil. E tenho a certeza de que este Governo, este Poder Executivo, que não tem o mínimo apreço ao Congresso Nacional, certamente, também, no ano de 1988, com eleições diretas para Presidente da República, estará substituído.

Quero encaminhar V. Ex.<sup>a</sup> para fazer parte desta questão de ordem, porque espero que o Presidente da Comissão de Sistematização tome alguma providência e encaminhe pelo menos, esta relação com o nome dos membros do Conselho Monetário Nacional, ao Presidente do PMDB, ao Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, para que da relação sejam retirados os nomes daqueles que compõem os quadros do PMDB, partido do qual, brevemente estarei distante, porque hoje acredito que não representa mais os compromissos que assumi em praça pública, para que as providências fossem tomadas.

Fica o meu protesto, ao mesmo tempo em que manifesto a V. Ex.<sup>a</sup> as minhas deferências e a todos os membros da Comissão de Sistematização, as minhas congratulações pela honra de ter participado dos trabalhos desta Comissão. Muito obrigado.

**Documento a que se refere o Constituinte Paulo Ramos em seu discurso:**

**MEMBROS DO CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL**

**17 Conselheiros natos**

Ministro da Fazenda – Luiz Carlos Bresser G. Pereira; Ministro-Chefe da Seplan – Aníbal Teixeira de Souza; Ministro da Agricultura – Iris Rezende Machado; Ministro do Interior – João Alves Filho; Ministro da Indústria e do Comércio – José Hugo Castelo Branco; Ministro da Habitação, Urbanização e Meio Ambiente – Luiz Humberto Prisco Viana; Ministro do Trabalho – Almir Pazzianotto Pinto; Presidente do Bacen – Dr. Fernando Milliet de Oliveira; Presidente do Banco do Brasil – Dr. Camillo Calazans de Magalhães; Presidente da Caixa Econômica Federal – Dr. Maurício Viotti de Barros; Presidente do BNDES – Dr. Márcio João de Andrade Fortes; Presidente do IRG – Dr. Ronaldo do Valle Simões; Presidente da CUM – Dr. Luís Octávio C. da Motta Veiga; Diretor da Cacex – Dr. Namir Salek; Presidente do BNB – Dr. José Pereira e Silva – Presidente do BASA – Dr. Luiz Estanislau Pinheiro Lobão; Representante das Classes Trabalhadoras – Dr. José Calixto Ramos; (mandato até 6-5-89) (1).

**10. Conselheiros nomeados (1)**

Dr. Abílio dos Santos Diniz (vencimento do mandato: 8-4-89); Dr. Antonio José D. de Oliveira Santos (vencimento do mandato: 22-9-89); Dr. Antonio Machado Guimarães (vencimento do mandato: 22-9-89); Dr. Elmo de Araújo Camões (vencimento do mandato 22-9-89); Dr. João Pereira dos Santos (vencimento do mandato: 22-9-89); Dr. Octávio Gouvêa de Bulhões (vencimento do mandato: 20-7-89); Dr. Pedro Conde (vencimento do mandato: 22-9-89); Dr. Roberto Konder Bornhausen (vencimento do mandato: 22-9-89); Dr. Sérgio Franklin Quintella (vencimento do mandato: 6-4-89).

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem!

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem a palavra V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE NELSON CARNEIRO:** – Sr. Presidente, neste momento em que se encerram os trabalhos da Comissão de Sistematização eu desejaria deixar consignado aqui que durante esses longos e penosos dias em que aqui debatemos diversos assuntos, prevaleceu o bom senso.

(1) Data do vencimento do mandato contada a partir do dia de publicação no **DOU** do ato de nomeação do Conselheiro.

\* Posição em 27-10-87

\* Consnato CMN ( Disket 7)

Gostaria de saudar, na pessoa de V. Ex.<sup>a</sup> e do nobre Relator Bernardo Cabral, todos os companheiros da Comissão de Sistematização e dizer que nesses longos e trabalhosos dias que vivemos aqui imperou o espírito de conciliação principalmente, às idéias mais diversas e através do entendimento pudemos encontrar um denominador comum.

Aqueles que não acreditam no diálogo deviam acompanhar os trabalhos desta Casa, e recordá-los como uma lição para os erros do passado e para não incidir nos mesmos, no futuro. Precisamos estimular o diálogo, que é dos homens públicos e só com ele os homens públicos se entendem e resolvem os seus problemas. Os que não dialogam ficam no esquecimento ou na derrota; os que dialogam conseguem fazer prevalecer os seus pontos de vista, se não todos, mas o bastante, para que sejam aceitos por todos.

Aqui, Sr. Presidente, demos uma lição de ciência política, usamos o diálogo e a controvérsia, mas encontramos sempre um ponto de convergência. Esta é a grande lição que fica dos que, como eu, viveram todos os dias desta Comissão. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Por ordem de inscrição concedo a palavra ao nobre Constituinte Adylson Motta e em seguida a concederei ao nobre Constituinte Gerson Peres.

**O SR. CONSTITUINTE ADYLSON MOTTA:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, hoje é um dia muito importante para nós, porque chegamos ao final de uma etapa de trabalho. Isso é muito bom e importante. O que vou aqui dizer, Sr. Presidente, de forma alguma tem o sentido de deslustrar o trabalho realizado aqui e as homenagens que se prestam com toda a justiça a V. Ex.<sup>a</sup>, ao Relator Bernardo Cabral e aos demais integrantes da Mesa.

Mas não ficaria em paz comigo se não fizesse o registro que pela segunda vez desejo deixar nos Anais da Assembléia Nacional Constituinte.

Sr. Presidente, nós, aqui nesta Casa, apesar de termos inserido como um dos primeiros preceitos constitucionais a igualdade de todos, assistimos à instituição do regime do privilégio e saio inconformado desta Comissão, Sr. Presidente – quero que isto fique registrado – pela maneira autoritária, discricionária e prepotente com que um grupo de Constituintes manipulou os destaques que apresentamos neste plenário.

Votamos um projeto de Constituição, Sr. Presidente, e foi frisado "resguardados os destaques". Isto pressupõe que todos os destaques seriam apreciados. Então, não reconheço o direito de alguém – a não ser que V. Ex.<sup>a</sup> diga-me em que Regimento isso se ampara – a seu talento, a seu bel-prazer, a seu alvedrio, aqui escoimar os destaques que acham desnecessários, quando todos eles deveriam ser apreciados no plenário.

Quero fazer este registro para que se algum dia alguém ler os Anais deste trabalho fique sabendo como, exatamente, ele se processou.

Também quero fazer outro registro e um apelo a V. Ex.<sup>a</sup> e aos Srs. Relatores: ontem à tarde, Sr. Presidente, pela falta de atenção que havia neste plenário e – perdoe-me o Relator Adolfo Oliveira – com a conviência da Relatoria, nós perpetrarmos aquilo que considero uma das grandes injustiças cometidas pela Comissão de Sistematização.

Sr. Presidente, não quero voltar a temas constitucionais, mas vou exemplificar: a atual Constituição contempla legalmente o direito de quatro situações de acúmulos de emprego – quatro situações. E é outros Srs. Constituintes, para terminarmos com o privilégio neste País, propusemos a extinção do acúmulo de cargos. Evidente que me refiro ao cargo tutelado pela Constituição, porque

os demais são ilegais e têm que ser punida a acumulação que está diferente desse amparo. Pois bem, Sr. Presidente, ontem aqui por uma "maçaroca" feita por dois Srs. Constituintes, com a conviência do Sr. Relator designado, consignamos o privilégio apenas ao médico para continuar tendo dois empregos. O professor não pode mais ter seus dois empregos; o técnico-científico e de professor; o magistrado e professor também não. Eu me refiro apenas àqueles que têm, hoje, legalmente, esses quatro empregos.

Quero fazer um apelo aqui: para que, quando for a plenário, vou reapresentar uma emenda para que, com mais atenção, evitássemos de contemplar no texto constitucional aquilo que temos que condenar permanentemente, e que é o privilégio.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Palmas)

**O SR. CONSTITUINTE ADOLFO OLIVEIRA:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – É sobre o assunto?

**O SR. CONSTITUINTE ADOLFO OLIVEIRA:** – Exato. Fui citado nominalmente.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem a palavra o nobre Constituinte Adolfo Oliveira para explicação sobre o assunto que acaba de ser tratado.

**O SR. CONSTITUINTE ADOLFO OLIVEIRA:** – Sr. Presidente, apenas poucas palavras: estávamos ontem, à tarde, diante de um fato concreto. Não havia nenhum destaque supressivo do artigo que contempla a situação especial do médico. Havia, sim, uma emenda cheia de boas intenções, de bons propósitos, mas que em nada foi prejudicada pela sua rejeição pelo Plenário. Ela foi rejeitada no Plenário. A Relatoria não teve como opinar sobre uma emenda supressiva. Se existisse, é bem possível ou provável que nós tivéssemos opinado favoravelmente a ela, porque entendemos que o assunto é matéria de Lei Complementar, prevista no corpo da própria Constituição.

O nobre Constituinte, tão operoso e tão digno, terá todo o nosso apoio, para que a matéria seja examinada e estudada quando for do momento da apreciação da Lei Complementar.

Sr. Presidente, quero aproveitar este ensejo para, em rapidíssima palavra, trazer a solidariedade integral, o apoio, o encorajamento e o reconhecimento, em nome daqueles que tiveram a grande honra de trabalhar ao lado de Bernardo Cabral, em todas as fases do seu trabalho, desde o início até o final, porque trabalhar ao lado de S. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Presidente, engrandece aqueles que acreditam no Parlamento, que acreditam na democracia, que acreditam na liberdade, que acreditam no Brasil.

Bernardo Cabral é um homem de Emerson; está muito acima das invectivas da solécia daqueles que procuram comprometer o seu trabalho, tisonar a sua dignidade, que ia é transitada em julgado, reconhecida e proclamada por, todos nós.

Aquela nota abominável que foi trazida ontem ao a conhecimento da Casa retrata, de maneira muito triste, a necessidade que nós temos de melhorar o nível de certas e Lideranças falsas, Lideranças de pé de barro, que não pode de maneira alguma, ombrear com as pessoas dignas, com as pessoas de bem.

Meu reconhecimento a V. Ex.<sup>a</sup>, Presidente Afonso Arinos. Foi um privilégio e um prazer trabalhar com V. Ex.<sup>a</sup> até agora. E é bom lembrar que a Comissão não acaba hoje, a Comissão prossegue nas suas atividades e vai voltar a se reunir, para que tenhamos o privilégio de sermos presididos por V. Ex.<sup>a</sup> e por todos os Vice-Presidentes que trabalham ao seu lado.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Muito obrigado a V. Ex.<sup>a</sup>.

Tem a palavra o nobre Constituinte Gerson Peres.

**O SR. CONSTITUINTE GERSON PERES:** — Sr. Presidente, ocupo este microfone, ao término dos nossos trabalhos, para fazer alguns reparos.

Um dos meus eminentes colegas, há poucos instantes, achou que o eminente Constituinte Aluizio Campos teria maculado os trabalhos da Comissão de Sistematização, por ter encerrado à meia-noite os nossos trabalhos.

Sinto-me inquieto quando vejo a injustiça proclamada. O eminente Presidente Aluizio Campos cumpriu, simplesmente, o seu dever. A meia-noite, à hora regimental, S. Ex.<sup>a</sup> encerrou a sessão. Homem de bem, homem democrata, nordestino, preparado e capaz, dirigiu sempre, com o máximo de liberalismo, as nossas sessões. Não merece, no final dos nossos trabalhos uma crítica que não é construtiva e, até, chega a ser deselegante.

Sr. Presidente, quero me congratular com V. Ex.<sup>a</sup> por nos ter conduzido com autoridade moral, com o preparo que tem, com a respeitabilidade que desfruta a nossa Comissão. Todas aquelas críticas que sobre ela pairaram passaram por cima dessa cabeça branca de tantas glórias, de tantos valores conquistados para o nosso País. A presença de V. Ex.<sup>a</sup>, como Presidente da nossa Comissão, dignificou-a do começo ao fim, juntamente com os seus companheiros de Presidência: este Constituinte cearense brilhante, comportado, correto, político de escol, que é o Constituinte Mauro Benevides; Aluizio Campos, Brandão Monteiro, Fernando Henrique Cardoso e Jarbas Passarinho, além dos Relatores. E, por falar no Relator, Sr. Presidente, também quero fazer um reparo; um dos eminentes colegas achou que o Relator era conivente com a procrastinação. O nosso Relator, em nenhum momento, faltou com o cumprimento do seu dever e, quando foi lida aqui uma nota insultuosa e ofensiva à sua pessoa, não poderíamos esperar mais tempo, senão, de imediato, levar o nosso protesto e a nossa solidariedade, porque não podíamos esperar que, no final dos nossos trabalhos, recebêssemos uma nota daquela, que censurava um comportamento livre de votar do Relator Bernardo Cabral. Não me solidarizei, ontem com S. Ex.<sup>a</sup>. Faço-o hoje, e o faço de maneira despretensiosa, sem bajulação, certo de que S. Ex.<sup>a</sup> cumpriu, do começo ao fim, o seu dever, por ser um democrata.

O meu muito obrigado pela atenção de V. Ex.<sup>a</sup>. Aos prezados colegas, aos que aqui trabalharam conosco, aos funcionários, às taquígrafas, aos contínuos, aos fotógrafos, aos jornalistas, a todos minhas desculpas se, porventura, sentiram-se, algumas vezes, perturbados com a minha inquietude, com o meu temperamento. O meu muito obrigado e os meus cumprimentos a todos.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** — Tem a palavra o nobre Constituinte Inocêncio Oliveira.

**O SR. CONSTITUINTE INOCÊNCIO OLIVEIRA:** — Meu caro Presidente, meus colegas da Comissão de Sistematização, ao concluímos nossos trabalhos deste órgão técnico da Assembléia Nacional Constituinte, eu gostaria, em nome da Liderança do nosso Partido, PFL, trazer a nossa gratidão, inicialmente, ao mui digno Presidente deste órgão técnico, que, com sua inteligência, cultura, discernimento, conduziu esse órgão. Também quanto ao nosso 1º — Vice-Presidente, Aluizio Campos, que hoje aqui foi agredido, mas isso não traduz, realmente, o trabalho prestado por S. Ex.<sup>a</sup>, quando concitado a conduzir os trabalhos.

Também os Vice-Presidentes Brandão Monteiro, Fernando Henrique Cardoso, Jarbas Passarinho, todos se conduziram com equilíbrio, seriedade e, sobretudo, sem levar em consideração a cor de qualquer Partido.

Mas, Sr. Presidente, venho fazer esse depoimento também para ressaltar o grande trabalho do Relator Bernardo Cabral e dos seus Relatores auxiliares, porque, realmente, aqueles que criticavam o projeto constitucional, hoje, têm uma resposta, porque, sem qualquer favor, será a melhor Constituição que o País já teve.

Em seguida, Sr. Presidente, eu gostaria de dizer que, respondendo ao colega Antonio Carlos Mendes Thame, quando seu destaque foi retirado, não se levou em consideração o conteúdo do mesmo. O Partido não sabia que se tratava de um assunto de tamanha importância. E, mais do que isso: existiam mais sete projetos, inclusive um do nobre Constituinte Jorge Uequed, que estava incluído na pauta dos trabalhos e que resolveria tranqüilamente este caso.

Mas, Sr. Presidente, o critério levado pela Liderança do nosso Partido deveu-se, sobretudo, à maneira como têm sido conduzidos os trabalhos em relação ao nosso órgão interno, ou seja, aqueles Constituintes que não tivessem ainda nenhuma preferência indicada pelo Partido teriam prioridade neste caso. Então, tínhamos mais de dez destaques para escolhermos apenas três, e levamos em consideração o critério dos Constituintes. Assim sendo, não houve nenhuma perseguição ao nobre Constituinte Antonio Carlos Mendes Thame, e o Partido da Frente Liberal não seria digno de ser Partido em nosso País se fosse preterir onze milhões de beneficiários e aposentados da Previdência Social.

Em assim sendo, Sr. Presidente, com esses esclarecimentos, e ressaltando o trabalho realizado por este órgão técnico, por todos os seus membros, em nome da Liderança do nosso Partido, agradecemos aos companheiros do PFL. Muitas vezes nós, até um pouco fortes, nos insurgimos, mas servimos, sobretudo, para defender os mais sagrados interesses do nosso País, para que a próxima Constituição, a nova Carta Magna do Brasil, seja representativa da vontade da maioria e não apenas de pequenas parcelas do nosso povo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** — Darei a palavra aos dois últimos oradores inscritos. O nobre Senador Humberto Lucena aqui esteve e está insistindo na necessidade de passar o Plenário ao Congresso, porque vai ser votado o projeto de Orçamento da União Federal para o ano de 1988.

Nessas condições e cedendo ao apelo do nobre Senador responsável por essa sessão e por essa aprovação, explico ao Plenário que não poderei dar mais a palavra senão àqueles que estão inscritos, que são dois os Constituintes Jorge Uequed e Plínio Arruda Sampaio.

**O SR. CONSTITUINTE JORGE UEQUED:** — Sr. Presidente, Srs. e Sras. Constituintes, na última reunião da Comissão de Sistematização, por decisão de todas as Lideranças, em comum acordo com a Mesa, ficou estabelecido que seriam votadas todas as emendas objeto de destaques das Lideranças. Entre essas emendas constava uma de minha autoria e de co-autoria dos Constituintes: Floriceno Paixão, Paulo Paim, Mendes Ribeiro, Arnaldo Faria de Sá, Maurílio Ferreira Lima e Antonio Carlos Mendes Thame, que estabelecia uma luta dos aposentados e pensionistas brasileiros de ver, realmente, a devolução daquilo que lhe foi prejudicado pelas ações da Previdência Social. Diz a emenda: "Os benefícios de prestação continuada, já concedidos pela Previdência Social, à data de promulgação desta Constituição, terão seus valores revistos nos termos da lei, a fim de que seja restabelecido o poder aquisitivo".

O objetivo do Constituinte era o de restabelecer a perda dos aposentados e pensionistas que, nos últimos anos, chegou a 55%. Sr. Presidente, essa emenda já tinha o acordo do Sr. Relator-Geral, do Sr. Relator da Comissão, o Constituinte Almir Gabriel, do acordo do Ministério da Previdência Social, do acordo de todas as lideranças que estabeleciam esse privilégio de atender ao prejuízo que sofreram os aposentados e pensionistas. Sr. Presidente, apenas por equívoco da Mesa, a matéria não foi colocada em votação. Mas apressaram-se, hoje, o Relator-Geral e o Relator Almir Gabriel em comunicar que a ma-

téria será incluída no relatório geral, para ser levada ao Plenário da Assembléia.

Com essa garantia, Sr. Presidente, corrigindo-se o equívoco de ontem, são restabelecidas a confiança e a esperança de 11 milhões de aposentados brasileiros em ver praticada uma real justiça social nesta Assembléia, para evitar que os danos, que a fraude que a Previdência praticou contra eles no passado se perpetue e eles, que foram os grandes prejudicados pela omissão de ações da Previdência, não continuem a perder os seus proventos.

Por isso, Sr. Presidente, esse ato do Sr. Relator, quero aqui destacar, comunicando que vai aceitar imediatamente a emenda, destacar também o Constituinte Lysâneas Maciel, que desistiu da sua emenda em benefício dessa, pela importância, pela luta, pela representatividade que tem perante milhões de aposentados e pensionistas brasileiros, que é uma luta, não de alguns Constituintes, mas de quase a unanimidade desta Casa, de todos as Lideranças políticas, de todos aqueles que têm consciência de que não haverá democracia se não ocorrer justiça social, e que não vai haver justiça social com o espezinamento de aposentados e pensionistas, com fraude nos seus proventos e nos cálculos dos seus benefícios.

**Documento a que se refere o Constituinte Jorge Uequet**

**Inclua nas Disposições Transitórias**

Os benefícios de prestação continuada já concedidos pela Previdência Social à data de promulgação desta Constituição terão seus valores revistos nos termos da lei, a fim de que seja restabelecido o poder aquisitivo.

Dep. Jorge Uequet – Dep. Floriceno Paixão – Dep. Paulo Paim – Dep. Mendes Ribeiro – Dep. Arnaldo Faria de Sá – Dep. Maurílio Ferreira Lima – Dep. Antoniocarlos Mendes Thame – Dep. Siqueira Campos.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Muito obrigado.

Tem a palavra o nobre Constituinte Plínio Arruda Sampaio.

**O SR. CONSTITUINTE PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO:** – Sr. Presidente, apenas um minuto para uma tarefa agradável; a de associar companheiros a uma vitória.

Ontem, esta Casa aprovou uma emenda que veio à Mesa como da minha autoria e destaque do meu Líder, Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva. Esta emenda determina que uma Comissão Mista fará uma revisão de todas as vendas e de todas as doações de terras públicas feitas desde 1962 até esta data, sendo uma emenda altamente moralizadora. Queria apenas esclarecer que é uma emenda coletiva, assinada por 107 Constituintes do PMDB, do MUP, do PC do B, do PCB, do PDT e do PT, e a sua autoria material, para que as glórias lhe sejam dadas, é do Constituinte Amaury Müller, do Rio Grande do Sul.

Queria que isso se consignasse em ata, que a imprensa tomasse nota e que os nobres pares dessem a este colega que fez a emenda o merecido aplauso.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Muito obrigado a V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CONSTITUINTE SIQUEIRA CAMPOS:** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Penso que não posso mais porque...

**O SR. CONSTITUINTE SIQUEIRA CAMPOS:** – Sr. Presidente, apenas para me congratular com V. Ex.<sup>a</sup>, com os Vice-Presidentes, com o Relator Bernardo Cabral, com os Relatores-Adjuntos, com os membros da Comissão, com os servidores e funcionários da Comissão de Sistematização, pelo magnífico trabalho que todos nós realizamos, tendo V. Ex.<sup>a</sup> como condutor e, graças a Deus, depois de um esforço hercúleo, sentimos recompensados pelo reco-

nhecimento da opinião pública, reconhecimento de todos os brasileiros aos quais devemos entregar uma Carta Magna à altura das aspirações nacionais.

O Partido Democrata Cristão, pela minha modesta voz, congratula-se com V. Ex.<sup>a</sup> e diz que foi uma honra estar sob o comando firme de V. Ex.<sup>a</sup> auxiliado por esses grandes homens que compõem a Vice-Presidência e a Relatoria da nossa Comissão.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Agradeço em meu nome pessoal ao nobre Constituinte Siqueira Campos, e acredito que também em nome de todos os outros membros da Mesa e Relatores que foram por ele mencionados na sua questão de ordem.

Muito grato a V. Ex.<sup>a</sup> em nome de todos nós.

**O SR. RELATOR (Virgílio Távora):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Ante a fala de um membro do meu Partido da ditadura das Lideranças queremos que fique designado nos Anais desta Comissão que, representando o PDS, não apresentei e nem favoreci uma única emenda quer de minha autoria ou de pessoa ligada consagüineamente a mim o fosse.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – O Presidente deseja prestar, antes do encerramento da reunião, mais algumas informações importantes fornecidas pela Secretaria da Comissão. São as seguintes: O período de votação dos destaques foi entre 24 de setembro a 18 de novembro, 55 dias. Houve 768 encaminhamentos a favor e 682 encaminhamentos em sentido contrário, feitos da tribuna. Houve um total de 1.450 manifestações dos Srs. Membros da Comissão, em relação a encaminhamentos de destaques. O total de votações foi de 535, tendo sido apreciados 2.612 destaques.

Ao encerrar a reunião vou dar a palavra ao meu companheiro de Presidência, Aluizio Campos, por rápidos minutos combinados entre nós.

**O SR. CONSTITUINTE ALUÍZIO CAMPOS:** – Sr. Presidente e demais companheiros da Mesa Diretora, Sr. Relator-Geral e demais ilustres membros da Relatoria, Senhor Coordenador, Dr. Paulo Affonso, e seu coadjuvante Dr. Nerione, Senhores Assessores, Dr.<sup>as</sup> Maria Laura, Tasmânia Maria, e demais componentes da secretaria e seus auxiliares, dedicados participantes da imprensa falada e escrita, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Constituintes, integrantes ou não desta Comissão:

O Substitutivo hoje concluído está vinculado a uma circunstância histórica: a de que, pela primeira vez neste País, a elaboração Constitucional foi longamente debatida, acompanhada e influenciada pela participação de diversos segmentos da sociedade.

No começo das atividades das 24 subcomissões temáticas foram ouvidas representações de diversas entidades interessadas e, depois, recebemos 122 emendas populares, subscritas por 12.277.423 pessoas.

O volume dessas contribuições dificultou, sem dúvida, a análise das matérias a sistematizar, pelo que preferimos remeter ao Plenário da Assembléia o primeiro texto do Projeto como uma simples consolidação dos relatórios das oito comissões temáticas, os quais, então, não chegaram a ser convertidos em ordenamento semelhante ao ora apresentado, com a redação e características técnicas de uma verdadeira proposição Constitucional.

Essa imperfeição certamente contribuiu para a apresentação das 20.791 emendas durante a primeira discussão. E elas terminaram por também dificultar o preparo do Substitutivo, ao qual foram ainda apresentadas mais de mil emendas. E o Presidente acaba de mencionar que nós trabalhamos aqui, examinamos mais de dois mil destaques.

Apesar de tudo, a Comissão de Sistematização remeterá à Assembléia Nacional Constituinte ao seu Plenário



um bom Projeto, cujas incorreções ainda poderão ser corrigidas nas futuras etapas do processo elaborativo.

Há muitas inovações, como a criação dos novos instrumentos das garantias constitucionais, da institucionalização do novo sistema de Governo. Algum exagero que, porventura, exista no Projeto, poderá ser podado no seu enxugamento. O Projeto está reduzido a 260 artigos, mais ou menos, quando foi inicialmente constituído de 496.

Muitos pontos merecem respeito, os limites da estatização ficarão melhor controlado pelos condicionamentos que asseguram maior controle do Congresso sobre a criação das empresas governamentais e das suas subsidiárias, a fim de que a iniciativa privada possa, efetivamente, expandir-se para o exercício de atividades econômicas que não devam ser prejudicadas pela competição do Estado.

As divergências maiores resultam de concepções ideológicas, que se tornam a cada dia menos radicais, à medida em que o realismo econômico demonstra que o melhor caminho será mesmo a convivência fraterna na luta pela sobrevivência, sem injustas disparidades de bem-estar.

Por isso, desejamos que o perfil da nova Constituição seja marcado por uma orientação liberal-progressista, constituída por uma democracia social.

Finalmente, Sr. Presidente, atendendo a pressa com que devemos concluir, manifesto nosso reconhecimento e sei que também estou expressando, neste particular, o pensamento de V. Ex.<sup>a</sup> aos componentes da Secretaria desta Comissão, sob a coordenação do Dr. Paulo Affonso comandados pela Dr.<sup>a</sup> Maria Laura Coutinho e Dr.<sup>a</sup> Tasmânia Maria de Brito Guerra, assim como aos assessores e outros auxiliares que diuturnamente se dedicaram ao desempenho de estafantes tarefas. Sem o seu concurso não teria sido possível o cumprimento dos prazos avaramente estabelecidos. Tem que ser grande a nossa gratidão a todos eles.

E a V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Presidente, todos devemos a palavra serena, as oportunas ponderações sempre em busca de soluções de entendimentos, conduzidas educadamente com o fino trato característico da sua respeitada personalidade.

Receba V. Ex.<sup>a</sup> a reverência e a admiração de todos os integrantes desta Comissão pela firmeza e denodo com que defende as suas posições e a dignidade do órgão que dirige, comandando este órgão em perfeita identidade com outro grande brasileiro que dirige a Assembléia Nacional Constituinte, o Dr. Ulysses Guimarães.

Também homenagem, em nome da Mesa, Sr. Presidente – e V. Ex.<sup>a</sup> ainda vai falar, eu nem devia estar me antecipando – não só o eminente Relator como os seus demais colaboradores que integraram a Relatoria. Espero que, no Plenário da Constituinte, o nosso projeto, que já chega lá muito bom, seja ainda melhorado e, quando voltar à nova apreciação desta Comissão, nós possamos nos congratular com o trabalho realizado pela Assembléia Nacional Constituinte como emissários do povo e legitimados pelo voto que esse povo nos concedeu em 15 de novembro de 1986.

**O SR. CONSTITUINTE JOAQUIM BEVILACQUA:** – Sr. Presidente, peço a palavra para um breve registro.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Tem a palavra o nobre Constituinte Joaquim Bevilacqua.

**O SR. CONSTITUINTE JOAQUIM BEVILACQUA:** – Sr. Presidente, peço a palavra apenas para associar-me, em nome do Partido Trabalhista Brasileiro, aos trabalhos de V. Ex.<sup>a</sup>, da Comissão e dos demais companheiros, também dos Assessores da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, registrando que o nosso Partido teve a sua contribuição com 20 Constituintes, apresentando duas mil e poucas propostas e vendo quase quinhentas delas aprovadas e integrando o corpo do Projeto da Comissão de Sistematização.

Para este registro, para que fique para a História, a contribuição do PTB e a profunda admiração de todos nós pela figura de V. Ex.<sup>a</sup>, na pessoa de quem cumprimentamos os Membros da Mesa, da Relatoria e todos aqueles que participaram deste trabalho.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Muito obrigado ao nobre Constituinte.

Vamos encerrar a reunião.

Gostaria de dizer poucas palavras a respeito dessa fase dos nossos trabalhos. Queria lembrar que fomos criticados, algumas vezes, por fatos que são do amplo conhecimento da Sociologia, da História Política e até do Direito Constitucional. Há fases em que as Constituições tendem para o detalhismo, para o pormenor, para o excesso de medidas escritas. Essas fases correspondem à expansão natural das tarefas do Estado em face das exigências também naturais da expansão da sociedade. Os problemas sociais passam a ser problemas constitucionais, e daí, depois de uma fase de longa repressão política como o Brasil atravessou, nos últimos anos, é quase inevitável que em todos os países as Constituições que são refeitas assumam espaços que, habitualmente, não estão marcados nas Constituições, feitas em épocas em que não há essa mudança social. A mudança dos textos corresponde à imposição das transformações sociais que se operam em torno de nós. Isso é uma coisa irremovível e, muitas vezes, repetida.

Gostaria também de acentuar que a Comissão trabalhou na ausência de um anteprojeto global que foi o que aconteceu, a existência desse anteprojeto, em todas as Constituições brasileiras que precederam ao nosso trabalho.

De maneira que a ausência de um anteprojeto foi uma forma que facilitou muito a expansão do texto a que nós, afinal, chegamos.

Mas não queria ocupar mais tempo do Plenário nessa fase repuscular da primeira parte do nosso trabalho porque teremos que repeti-lo ainda quando voltar o anteprojeto da Comissão. Gostaria de lembrar uma coisa que a mim, pessoalmente, importa muito, interessa muito e justifica muito. É uma frase de Benjamin Franklin, que ele pronunciou no dia da assinatura do projeto de Constituição americana, na segunda-feira, 17 de setembro de 1787.

Benjamin Franklin, como eu, apenas nesta parte, não estou encontrando outros pontos de semelhança, era o mais velho da Constituinte. Ele tinha mais ou menos a idade em que me encontro hoje. Então, no fim dos trabalhos ele se manifestou com esta frase que acho extraordinariamente instrutiva no momento em que apresento a todos os meus companheiros, aos meus queridos amigos, que suportaram a minha presença durante tanto tempo na Presidência da Comissão. Vou repeti-la aqui com os meus votos, e peço a Deus que proteja a todos e às suas famílias, que regressem aos seus lares tranquilos com a consciência absolutamente segura que aqui cumpriram o seu dever de maneira que nunca foi excedida em qualquer comissão de qualquer Constituinte brasileira.

Disse ele:

"Por haver vivido muito, fui levado a mudar de opinião várias vezes, em assuntos importantes. Assim, aceito este projeto."

Meus Srs., aceito este projeto porque não posso esperar outro melhor e também porque não estou certo de que ele não seja o melhor. Muito obrigado. **(Palmas)**

## V – ENCERRAMENTO

**O SR. PRESIDENTE (Afonso Arinos):** – Está encerrada a reunião.

**(A reunião foi encerrada às 17 horas e 03 minutos)**



**ASSEMBLÉIA**



**República Federativa do Brasil**

**NACIONAL CONSTITUINTE**

**DIÁRIO**

ANO II – SUPLEMENTO "A" AO Nº 307

SEXTA-FEIRA, 23 DE SETEMBRO DE 1988

BRASÍLIA – DF

**COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO**

**ATA DA REUNIÃO SOLENE  
DE ENTREGA DO PROJETO DE CONSTITUIÇÃO (A)**

**33ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

**Em 24 de novembro de 1987**

Brasília  
1988

## 33ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO

Aos vinte e quatro dias do mês de novembro, do ano de mil novecentos e oitenta e sete, às quinze horas e vinte minutos, no Auditório Nereu Ramos, Anexo II da Câmara dos Deputados, reuniu-se a Comissão de Sistematização, sob a Presidência do Senhor Constituinte Aluizio Campos, Primeiro Vice-Presidente, no exercício da Presidência, presentes os Senhores Constituintes: Antonio Carlos Konder Reis, Bernardo Cabral, Edme Tavares, Egídio Ferreira Lima, Gastone Righi, Haroldo Lima, Ibsen Pinheiro, Jarbas Passarinho, João Calmon, José Jorge, José Lins, José Santana de Vasconcellos, Marcondes Gadelha, Mário Lima, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nilson Gibson, Oscar Corrêa, Rodrigues Palma, Siqueira Campos, Theodoro Mendes, Virgildásio de Senna, Virgílio Távora, Aldo Arantes, Beth Azize, Chagas Rodrigues, Furtado Leite, João Menezes, Luiz Salomão, Octavio Elísio, Sólon Borges dos Reis, Sotero Cunha e Victor Faccioni. Compareceram, ainda, os seguintes Senhores Constituintes não integrantes da Comissão: Amaury Müller, Leite Chaves, Costa Ferreira, Mauro Miranda, Francisco Carneiro, Ubiratan Spinelli, Roberto Vital, Gonzaga Patriota, Gandi Jamil, Oswaldo Lourenço, Paulo Macarini, José Guedes, Dalton Canabrava, Luiz Viana, Jesus Tajra, Naphtali Alves de Souza e Antônio Câmara. Deixaram de comparecer os senhores constituintes: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Adolfo Oliveira, Afonso Arinos, Alcenio Guerra, Alfredo Campos, Almir Gabriel, Aloysio Chaves, Antonio Farias, Antoniocarlos Mendes Thame, Arnaldo Prieto, Artur da Távola, Brandão Monteiro, Carlos Chiarelli, Carlos Mosconi, Carlos Sant'Anna, Celso Dourado, Chistóvam Chiaradia, Cid Carvalho, Cristina Tavares, Darcy Pozza, Eraldo Tinoco, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Gasparian, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Lyra, Francisco Benjamim, Francisco Domelles, Francisco Pinto, Francisco Rossi, Gerson Peres, Haroldo Sabóia, Inocêncio Oliveira, Jamil Haddad, João Herrmann Neto, Joaquim Bevilacqua, José Fogaça, José Freire, José Geraldo, José Ignácio Ferreira, José Luiz Maia, José Maurício, José Paulo Bisol, José Richa, José Serra, José Thomaz Nonô, José Ulysses de Oliveira, Luis Eduardo, Luiz Inácio Lula da Silva, Lysâneas Maciel, Manoel Moreira, Mário Assad, Milton Reis, Nelson Friedrich, Osvaldo Coelho, Osvaldo Uma Filho, Paulo Pimentel, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Plínio Arruda Sampaio, Prisco Viana, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Ricardo Fiúza, Roberto Freire, Sandra Cavalcanti, Severo Gomes, Sigmaringa Seixas e Wilson Martins. Havendo número regimental, o Presidente Aluizio Campos declarou aberta a reunião, destinada a entrega solene do Projeto de Constituição (A) – da Comissão de Sistematização, ao Senhor Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães. Passando a Presidência dos trabalhos ao Senhor Presidente Ulysses Guimarães, o Senhor Presidente Aluizio Campos pronunciou discurso no qual destacou os trabalhos intensamente realizados, ao longo de cinquenta e cinco dias de votação do Substitutivo nº 2, do Relator Bernardo Cabral e das Emendas a ele apresentadas, num total de quinhentas e trinta e uma votações. No seu pronunciamento, Aluizio Campos ressaltou, também, a dedicação do pessoal da Secretaria Administrativa, da Assessoria Parlamentar e da Assistência Técnica da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, coordenado pelos Doutores Paulo Afonso Martins de Oliveira e Nerione Cardoso, e a eficiência da Secretária da Comissão com o corpo de auxiliares, tendo concluído manifestando sua profissão de fé de que "sob a vigilante expectativa da Nação, o Presidente Ulysses Guimarães e demais integrantes da Mesa Diretora saberiam conduzir o amadurecimento do texto com sabedoria e equilíbrio, merecedores da solidariedade do povo brasileiro", fazendo votos para que a "a sorte e a compreensão nos acompanhem". A seguir, com a palavra, o Senhor Relator Bernardo Cabral falou da significação do momento que ali registravam todos, lembrando Ulysses, da Odisséia de Homero, para homenagear o Presidente Ulysses Guimarães, e citando Fernando Pessoa, para finalizar, dizendo que, da obra, "ela é minha parte feita; agora, o por fazer é só com Deus" e esperando que Ele ilumine a todos para a sua conclusão. O Presidente Ulysses Guimarães, usando da palavra, descreveu a sua trajetória pessoal, nos trabalhos de Comissões Técnicas do Legislativo e homenageou a participação de toda a Comissão de Sistematização, Presidida por Afonso Arinos, de quem lembrou o passado histórico de lutas políticas, coadjuvado agora por companheiros de Mesa, também ilustres, Deputados Aluizio Campos, Brandão Monteiro, Bernardo Cabral e Senadores Jarbas Passarinho e Fernando Henrique Cardoso. Assinalando que a hora era de votar o Projeto de Constituição, disse o Presidente

Ulysses Guimarães que o Brasil precisava da Constituição pronta, para o seu futuro, o seu desenvolvimento e a sua tranquilidade, e que "não há obra neste País que alguém possa fazer maior do que a elaboração, a confecção desta Constituição", porque, assegurou, "ela transcenderá ao tempo, para além dos anos". Agradecendo a presença dos que ali prestigiavam a solenidade, o Senhor Presidente Ulysses Guimarães declarou encerrada a reunião, às dezesseis horas e trinta minutos. O inteiro teor desta reunião foi gravado, devendo ser publicado no Diário da Assembléia Nacional Constituinte e constituir-se-á na Ata circunstanciada dos trabalhos. E, para constar, eu, Maria Laura Coutinho, Secretária, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Declaro aberta a reunião de encerramento deste primeiro período dos nossos trabalhos, realizada para a solenidade da entrega do Projeto da Constituição da República Federativa do Brasil à Mesa da Assembléia Nacional Constituinte, na pessoa do seu ilustre Presidente e grande brasileiro, o Deputado Constituinte Ulysses Guimarães.

Passo a Presidência a S. Ex<sup>a</sup>, para comandar os nossos trabalhos de agora por diante. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Muito obrigado.

Passo a palavra ao nosso dedicado e competente Presidente, Aluizio Campos, de vez que, por motivo justificado, não se encontra presente em Brasília o Presidente Afonso Arinos.

**O SR. PRESIDENTE (Aluizio Campos):** – Sr. Presidente e demais membros da Mesa da Assembléia Nacional Constituinte, companheiros da Mesa Diretora desta Comissão, Senadores Jarbas Passarinho e Fernando Henrique Cardoso, Deputado Constituinte, eminente Relator Bernardo Cabral e demais companheiros da Comissão de Sistematização, Sr<sup>as</sup> e Srs. Constituintes.

Em nome da Comissão de Sistematização, representando o nosso Presidente, Senador Afonso Arinos, e os demais membros da mesa Diretora, Deputado Brandão Monteiro e Senadores Jarbas Passarinho e Fernando Henrique Cardoso, entrego a V. Ex<sup>a</sup> o Projeto da futura Constituição da República Federativa do Brasil.

Durante cinquenta e cinco dias trabalhamos intensamente para votar o substitutivo elaborado pelo Relator-Geral, Deputado Constituinte Bernardo Cabral, com o inestimável concurso dos seus companheiros de Relatoria, Senadores José Fogaça, José Inácio, Virgílio Távora, Wilson Martins Almir Gabriel e Deputados Nelson Jobim, Adolfo Oliveira, Antonio Carlos Konder Reis, Fernando Coelho e Sandra Cavalcanti.

Os prazos estabelecidos pela Mesa da Constituinte, por nós rigorosamente observados, somente nos possibilitaram a votação de 2.612 dos 8.377 destaques apresentados. E, para acelerá-la, foi necessário acolher privilegiadamente as preferências definidas através de entendimentos das lideranças partidárias, sem prejuízo da remessa ao Plenário da Assembléia das matérias destacadas e não votadas.

Cumpre-nos reconhecer que o Projeto padece dessa falta de abrangência, a ser suprida, durante a sua primeira votação, sob a batuta do experiente e democrático comando de V. Ex<sup>a</sup>.

Tal contingência não desprimora, porém, substancialmente, a qualidade do nosso trabalho. V. Ex<sup>a</sup> comandará o exame e posicionamento de todos os Srs. Constituintes em tomo de um bom e corajoso Projeto. Ele avançou no campo das garantias constitucionais; da constitucionalização dos direitos sociais e coletivos; da distribuição da receita tributária para fortalecer a Federação; da descentralização das atribuições dos poderes constituídos; da proteção aos recursos naturais e ao meio ambiente; da defesa das culturas integradas na nossa formação histórica, como a dos indígenas e a dos negros; na modernização do capitalismo nacional através da participação dos empregados nos lucros das empresas; do sistema de governo, com a instituição do parlamentarismo; da reforma agrária; da elaboração orçamentária regionalizada; da moralidade administrativa; da preservação do poder civil e de alguns outros pontos de real importância para o futuro do País.

E natural que ainda contenha alguns pecados, conforme as convicções dominantes na maioria. Mas disporá ela da faculdade de os eliminar ou corrigir.

Estamos trabalhando em ambiente da gravíssima crise resultante da longa vigência do último regime autoritário. Teremos de superar uma

estrutura legal minada de casuísmos para favorecimento setoriais e individuais, que afetaram profundamente o comportamento da sociedade.

Tivemos recente experiência dessa realidade ao votarmos o Título das Disposições Transitórias sob a pressão de **lobistas** que pretendiam influir nas nossas decisões, soberanamente adotadas.

Infelizmente, tornou-se corriqueira a legislação orientada para satisfazer interesses restritos.

Precisamos emancipar-nos dessa distorção.

A Nação deseja que saibamos votar com o máximo de ponderação, preocupados fundamentalmente com o desenvolvimento, a paz e a segurança do Brasil. Sem exageros xenófobos, incompatíveis com o estreitamento das relações internacionais; sem monstruosidades estatizantes que inviabilizem a disponibilidade de meios para a ação social do Poder Público; sem restrições que desestimulem a atividade econômica; sem interveniências governamentais que dificultem o ajustamento das forças produtivas para a solução dos seus problemas e interesses comuns.

No seu "A Política" já pregava Aristóteles que o melhor governo seria aquele fundado numa Constituição que propiciasse a cada cidadão ser virtuoso e viver feliz.

Todavia, ressaltou que a acuidade popular sempre identificara o poder com o despotismo, pois o que não julgava justo nem útil para si próprio não sentia vergonha de aplicar aos outros. E, quando defendia para o País um regime de justiça, pouco importava a injustiça para os estrangeiros.

Mas, no nosso tempo, o que está crescendo é a tentativa de purificação do poder, mediante efetiva participação dos segmentos sociais no exercício da democracia, inclusive quanto ao relacionamento entre as Nações, cada dia mais convictas dos prejuízos do isolamento.

Isso certamente contribui, caro Presidente, para estimularmos sua confiança. Ao acreditar na Constituinte, V. Ex<sup>a</sup> simplesmente reflete a ansiedade do nosso povo por uma Nação realmente soberana, progressista, ordeira, crente na própria capacidade de conciliação para vencer obstáculos econômicos e diferenças sociais, de modo a utilizar, sem desperdícios, os recursos que Deus lhe proporcionou para subsistir em paz e sem miséria.

Na Comissão de Sistematização consolidamos a esperança de que o esforço conjunto sempre viabiliza o êxito. E quem nos deu a melhor demonstração dessa viabilidade foi o pessoal da nossa Secretaria Administrativa, da Assessoria Parlamentar e da Assistência Técnica da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, coordenado pelos Drs. Paulo Affonso e Nerione Cardoso, que contaram com a eficiência executiva da Sr. Maria Laura Coutinho e de todos os seus excelentes e dedicados auxiliares, para o cuidadoso desempenho de organizar e classificar tantas emendas, destaques e planilhas de votação.

O seu exemplo justifica a nossa crença na possibilidade de formarmos um mutirão nacional para salvar este País.

Aqui está, Sr. Presidente, nas suas mãos honradas, o Projeto da nova Constituição: a menina dos seus olhos. Até o momento, é ele o fruto maior de um Congresso amplamente renovado, nas eleições de 1986, para operar mudanças substanciais. E, de agora por diante, estamos certos de que, sob a vigilante expectativa da Nação, V. Ex<sup>a</sup> e seus companheiros de Mesa Diretora saberão conduzir o amadurecimento do texto com sabedoria e equilíbrio, merecedores da solidariedade do povo brasileiro.

Sr. Presidente, que a sorte e a compreensão nos acompanhem. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Dou a palavra ao nosso Relator Bernardo Cabral.

**O SR. RELATOR BERNARDO CABRAL:** – Sr. Presidente, Ulysses Guimarães, meu caro Presidente em exercício, Deputado Aluizio Campos, Senadores Jarbas Passarinho e Fernando Henrique Cardoso, que tão brilhantemente exerceram a Presidência nos momentos difíceis da Comissão de Sistematização, Srs. Senadores, Srs. Deputados, Srs. Líderes de partidos, eminentes Deputadas Beth Azize e Moema São Thiago, que representam a mulher na nossa Constituinte, nossas colegas de trabalho na Comissão de Sistematização, Srs. da imprensa. Tive conhecimento, Sr. Presidente, Ulysses Guimarães, de que esta seria uma tarde festiva em homenagem a V. Ex<sup>a</sup> e, por isso, o Relator teria de fazer um pronunciamento completamente desnecessário, porque o relatório aqui exposto há minutos pelo Deputado Aluizio Campos já diz bem da desnecessidade da minha palavra. Por isso, direi apenas que, se é uma homenagem, me ocorre que os orientais, quando chegam às portas de sua residência, ali deixam

as sandálias, para não trazer a impureza para dentro dos seus lares. Ulysses Guimarães acaba de limpar o seu coração, através de uma angioplastia para que pudesse trazer, feito, com toda a limpeza, a sua presença nesta tarde. E se isto é verdade, em que pese, como disse o eminente Deputado Aluizio Campos, a este texto possuir pecados, eu me indago se serão pecados veniais ou pecados capitais. De qualquer forma, o Plenário, ao final da Assembléia Nacional Constituinte, ao invés de aplicar uma penitência dura, vai dar absolvição. O que eu sei é que agora, a partir de hoje, com a presença do nosso eminente e querido amigo Ulysses Guimarães à frente dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, ele haverá de lembrar o outro, o da odisséia de Homero, que, segundo a lenda, pôs cera nos ouvidos para não escutar o canto das sereias. Mas, segundo outros, amarrou-se ao mastro da embarcação e conseguiu ouvir todos os cantos da sereia, sem rebentar as cordas, e prosseguir a sua trajetória. Espero que os cantos das sereias, que andam por aí tentando modificar o nosso trabalho, não sejam ouvidos por V. Ex<sup>a</sup>.

Quero encerrar, quanto mais breve melhor, para poupar nossos eminentes Constituintes do cansaço e para não lhes furtar o privilégio de ouvi-lo. Sei que é V. Ex<sup>a</sup> aficcionado, porque já o proclamou em praça pública, de Fernando Pessoa. Também eu o tento; era dedicado à sua leitura. Talvez quem sabe? Agora, quando isto é entregue a V. Ex<sup>a</sup> e não mais pode ser censurado, porque desta vez está aí um volume belo, encadernado, demonstrando que sem audiência marcada com a posteridade, eu possa lembrar Fernando Pessoa neste instante, e dizer, da obra, que ela é minha parte feita, agora, o por fazer é só com Deus. E o que espero, que ele nos ilumine para que a concluamos. Meus cumprimentos e boas-vindas Presidente Ulysses Guimarães. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):** – Meu caro Presidente Aluizio Campos, meus caros companheiros, queridos amigos Constituintes que aqui se encontram, jornalistas, assistentes, demonstrando um interesse por este momento na evolução dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte. Penso que falo através de interpretação constitucional, homem de Comissão que sempre fui, entendendo que o trabalho das Comissões é a raiz, a substância, o fundamento do trabalho do Plenário, onde com mais tempo, através de relatórios, de debates, as matérias são escoimadas de defeitos, são examinadas, são organizadas, são sistematizadas. Desejo dizer aqui que, embora tivesse recebido eventuais críticas, me sinto feliz pela compreensão que sempre tive do trabalho, repito, substancial das Comissões, proporcionando uma construção regimental, que é meio para alcançar um fim, e o fim era nós termos um texto elaborado, para que pudéssemos trabalhar sobre o mesmo, com mais organicidade, no Plenário da Constituinte. Justiça, pois, aos seus membros, contar aos seus funcionários, aos Líderes. Foi uma Comissão que teve o privilégio de contar com um homem como Afonso Arinos, grande Deputado, porque foi um grande Líder. Sou insuspeito para dizê-lo, porque estava em campo oposto: Era presidente da Câmara, quando ele era líder nas 'rumorosas sessões e na movimentação política, na ocasião que levou ao suicídio de Getúlio Vargas. Grande Senador, Ministro das Relações Exteriores por duas vezes, escritor, jurista, verificamos que essa coleção de títulos, sem dúvida alguma demonstra que nós tivemos quadros, e temos quadros, para o desempenho da missão que o destino e a confiança do povo brasileiro nos entregaram.

Quero saudar Aluizio Campos, bravo representante da gloriosa Paraíba, pela sua pertinácia, pelo amor que tem a esta causa, pelo denodo com que luta pelas suas idéias, pelas sugestões freqüentes que traz e pela contribuição, substituindo diretamente o Presidente Afonso Arinos.

Rendo minha homenagem ao Vice-Presidente, Brandão Monteiro e aos Presidentes cujos méritos fizeram com que se criasse até oportunidade, fora do Regimento, para que fossem eventuais substitutos do Presidente: o Presidente Jarbas Passarinho, Ministro de Estado, figura conhecida em todo o País, e Fernando Henrique Cardoso, da minha terra, Senador, professor, sociólogo, autor de tantas obras, também figura conhecida. Eu sei, pois andei com ele por aí. Chego no Peru; Alan Garcia foi aluno de Fernando Henrique Cardoso. Chego na Argentina, com Alfonsín, amigo, e lá apareceram tantos discípulos de Fernando Henrique Cardoso. Poderia dizer isso com relação à Venezuela, à Colômbia e a outros países mais.

Meu abraço, meu caro Bernardo Cabral, notável jurista, mas ao mesmo tempo um Relator que não é rígido, inflexível, impermeável, concentrador; criou um corpo de Sub-Relatores para com eles partilhar da realização desse trabalho, e com uma grande experiência, inclusive de luta, tendo sido vítima do regime de arbítrio. Quando foi presidente do Conselho

Nacional da Ordem dos Advogados, tive tantas oportunidades de receber, em momentos difíceis, perigosos e árduos, o seu apoio denodado e corajoso. Ele completa esta obra agora, aqui, demonstrando, como anteriormente, o seu desassombro. Quero agradecer ao Relator Bernardo Cabral o esforço hercúleo que desenvolveu para a confecção deste trabalho.

Minhas amigas e meus amigos, se isso pudesse trazer algum mérito a este trabalho, digo-lhes: eu o assinaria, assinaria certo de que pelo menos 80% daquilo que aqui está representam um esforço de atualização, uma contemporaneidade de um documento, sem dúvida muito útil ao desenvolvimento e à justiça social deste País. Quanto aos 20% restantes, eu iria, como tantos outros, aguardar novas emendas, novas idéias, novas reuniões, para que se pudesse conseguir uma solução melhor.

Quero dizer que vamos agora entrar na fase de votação da proposição. Vou diligenciar no sentido das medidas que devam ser tomadas para que as emendas apresentadas, os destaques etc., e passemos a votar. Mas desejo dizer mais uma vez: que Deus nos ajude, como aqui várias vezes foi invocado, no sentido de que, sem o prejuízo da qualidade, votemos logo este documento. (Palmas.) Vamos elaborar logo a Constituição do Brasil. (Palmas.) O Brasil precisa desta Constituição – o seu futuro, o seu desenvolvimento, a sua tranquilidade. Não há obra neste País que alguém possa fazer maior do que a elaboração, a confecção desta Constituição, nem do Presidente da República, nem dos Governadores de Estado,

nem de Judiciário, porque esta será uma obra constitucional que vai transcender ao tempo, que irá além do tempo, dos anos, eu estou certo. Meus amigos, Deus nos deu esta fortuna, nos deu esta oportunidade. Vamos, aqueles que são crentes, os que não forem, unicamente por razões de civismo, fazer jus a esta benesse, a esta graça, a esta dádiva de sermos Constituintes do Brasil, de um País das dimensões do Brasil, neste ano da graça de 1987.

Há aqui definições essenciais. Esta Constituinte não pode ser uma interrogação. Ela surgiu para resolver, dar respostas às interrogações que andam por aí entre os operários, os índios, os empresários, na informática, nas discriminações. Poderia enumerar um elenco de proposições fundamentais deste trabalho. Portanto, hoje, que esta perplexidade que é natural, esta expectativa, que já se torna angustiosa, seja resolvida por nós.

Ao terminar, faço este apelo: é tempo de votar; já se discutiu o suficiente nesta Constituinte, em todos os estágios, inclusive no Plenário, em quarenta dias – e digo dias, e não sessões, porque poderia multiplicar por três, de manhã, de tarde e à noite. Agora é tempo de votar. O voto do Constituinte é o serviço histórico que temos o dever de prestar ao Brasil e ao seu povo. (Palmas.)

Agradeço a vinda de todos aqui, principalmente das minhas encantadoras, queridas e tão aguerridas companheiras, e declaro encerrada a sessão. (Palmas.)